coordenação **Marcelo Hugo da Rocha**

Edição **2013**

PASSE EM CONCURSOS PÚBLICOS

11.000 QUESTÕES COMENTADAS

- **30 disciplinas**
- **250 provas de concursos**
- **70 bancas organizadoras**
- **70% das provas realizadas a partir de 2010**

> Único com questões numeradas
> Único com questões classificadas por banca
> Único com questões de Português
> Único com questões da OAB/FGV por disciplina
> Questões comentadas, alternativa por alternativa
> Questões classificadas por disciplina, tema e subtema
> Inclui quadro com todas as provas comentadas
> Inclui índice geral e índice multidisciplinar e por banca
> 4 em 1 – Questões das Bancas: CESPE, FCC, OAB/FGV e outras

• Alessandro Spilborghs • Aline Doval • Carlos Zambeli • Daniel Christofoli • Diogo Rais • Felipe Caldeira • Giovani Magalhães • Jesica Lourenço • José Maria C. Torres • Konrad Saraiva Mota • Leonardo Galardo de Moraes Ribeiro • Marcelo Hugo da Rocha • Marco Antonio Redinz • Mateus Silveira • Natasha Ferreira • Otávio Piva • Raquel Gruske Moro • Tatiana Marcello

Editora Saraiva

ISBN 978-85-02-20144-6

11.000 questões comentadas / coordenação Marcelo Hugo da Rocha. – São Paulo : Saraiva, 2013. – (Coleção passe em concursos públicos)
Bibliografia.
1. Direito - Exames, questões etc. 2. Ordem dos Advogados do Brasil I. Rocha, Marcelo Hugo da. II. Série.
CDU-347.965.8(81)(079.1)

Índices para catálogo sistemático:

1. Exames de Ordem : Ordem dos Advogados do Brasil : Direito 347.965.8(81)(079.1)

2. Ordem dos Advogados do Brasil : Exames de Ordem : Direito 347.965.8(81)(079.1)

Diretor editorial Luiz Roberto Curia
Gerente de produção editorial Lígia Alves
Editor Roberto Navarro
Assistente editorial Thiago Fraga
Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais, arte, diagramação e revisão Know-how Editorial
Serviços editoriais Kelli Priscila Pinto e Vinicius Asevedo Vieira
Capa Guilherme P. Pinto
Produção gráfica Marli Rampim
Produção eletrônica Know-how Editorial

Data de fechamento da edição: 14-6-2013

Dúvidas?

Acesse www.saraivajur.com.br

INDICADOR GERAL

ÍNDICE MULTIDISCIPLINAR E POR BANCA

DIREITO EMPRESARIAL E COMERCIAL

CESPE

FCC

OUTRAS BANCAS

FCC

OUTRAS BANCAS

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

CESPE

FCC

NOTA DO COORDENADOR

Todo brasileiro é um potencial técnico de futebol, novelista ou concurseiro. Essa última atividade é a que tem apresentado uma concorrência cada vez mais difícil e perigosa: são doze milhões de inscritos por ano. Nossos concorrentes estão se preparando arduamente para assumir nossa vaga no setor público.

Atualmente, as ferramentas para conquistar a estabilidade do tão sonhado cargo estão disponíveis a todos num simples clique na internet, numa prateleira em livrarias ou nas salas de aula espalhadas pelo País afora. No entanto, a disponibilidade não é sinônimo de efetividade. Assim, não basta “tê-las”, mas se deve “usá-las” e saber como fazê-lo.

Precisa-se de tempo também, item muito raro nos dias de hoje. Assim, aproveitar os momentos disponíveis com as suas escolhas para enfrentar a concorrência e superar as suas limitações é fundamental para entrar no jogo com todas as chances possíveis de vitória.

Por tudo isso, criamos este projeto superlativo e especializado para ajudá-lo em sua preparação, agregando todos os benefícios de quem exige qualidade e compromisso em seu investimento. Nossa experiência, com mais de trinta títulos publicados pela Editora Saraiva, em OAB e concursos públicos, aliada à dos renomados professores que integram a obra, oferece a melhor ferramenta de questões comentadas do mercado.

De acordo com um estudo recente sobre as dez melhores técnicas de estudo, entre os métodos mais úteis está a realização de testes práticos. A recomendação? Fazer “toneladas” de questões de provas anteriores.

Agora, basta você “usar” este livro sem moderação!

Marcelo Hugo da Rocha
Coordenador

Para mais dicas e informações sobre concursos, acesse nosso blog:
<www.passeemconcursospublicos.com.br>.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DANIEL CHRISTOFOLI

Advogado formado pela PUCRS. Especialista em Direito Público pelo Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC) e pela Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE). Mestrando em Direitos Humanos pela UniRitter. Ex-Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Canoas-RS. Consultor Jurídico do Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos (IGAM). Professor de Direito Administrativo no curso regular da ESMAFE. Professor, na mesma disciplina, no curso A Casa do Concurseiro e no Complexo EAD, no curso preparatório ao Exame de Ordem. Coautor da obra *Manual de dicas* – Advocacia Pública Municipal, Estadual e Federal, da Editora Saraiva.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	224
FCC	307
OUTRAS BANCAS	246
OAB/FGV	32

I. Organização da Administração Pública

1. (Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta, considerando a execução de serviços públicos pelas organizações sociais e OSCIPs, em regime de parceria com o poder público.

(A) Os conselhos de administração das OSCIPs devem obrigatoriamente ser compostos por representantes do poder público, definidos pelos estatutos das entidades.

(B) Denomina-se contrato de gestão o instrumento que, passível de ser firmado entre o poder público e as OSCIPs, seja destinado à formação de vínculo de cooperação para o fomento e a execução das atividades de interesse público.

(C) O contrato de gestão representa verdadeira cooperação entre as partes no tocante ao interesse público a ser perseguido, sendo vedada, porém, a contratação direta que, feita com entidade colaboradora, implique, de algum modo, dispensa de licitação.

(D) O termo de parceria é ajuste que somente se consuma após aprovação do ministro de Estado ou de autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.

(E) As organizações sociais e as OSCIPs detêm personalidade jurídica de direito privado e não têm fins lucrativos.

RESPOSTA A) Art. 4º, parágrafo único, Lei n. 9.790/99. (B) Art. 9º, Lei das OSCIPs. (C) As organizações sociais poderão ser contratadas via dispensa. Art. 24, XXIV, Lei n. 8.666/93. (D) Art. 10, § 1º, Lei n. 9.790/99. (E) Correto. Arts. 1º, Leis n. 9.637/98 e n. 9.790/99. *Alternativa E.*

2. (Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE) No que se refere aos princípios que regem o direito administrativo, as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público, assinale a opção correta.

(A) As instituições hospitalares não gratuitas e as cooperativas são aptas para o recebimento da qualificação de organizações da sociedade civil de interesse público, nos termos da legislação de regência.

(B) Na sindicância, ainda que instaurada com caráter meramente investigatório ou preparatório de um processo administrativo disciplinar, é indispensável a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

(C) Segundo o STJ, na hipótese em que o particular ocupa irregularmente área pública, não é cabível o pagamento de indenização por acessões ou benfeitorias, tampouco o direito de retenção, sob pena de ofensa aos princípios da indisponibilidade do patrimônio público e da supremacia do interesse público.

(D) O contrato de gestão, instituto oriundo da reforma administrativa, recebeu tratamento diferenciado no ordenamento jurídico nacional, a exemplo da Lei de Licitações e Contratos, que inseriu a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão como hipótese de inexigibilidade de licitação.

(E) O auxílio que o poder público presta à organização social não pode abranger a destinação de recursos orçamentários e bens necessários ao cumprimento do contrato de gestão, ainda que mediante permissão de uso.

RESPOSTA (A) Art. 2º, VII, Lei n. 9.790/99. (B) A sindicância meramente investigatória dispensa a ampla defesa e contraditório. (C) Correto. REsp 808.708/RJ. (D) Art. 24, XXIV, Lei n. 8.666/93. (E) Art. 12, Lei n. 9.637/98. *Alternativa C.*

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Considerando a disciplina legal sobre a administração indireta, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

3. As causas em que as autarquias federais forem interessadas, na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, serão processadas e julgadas na justiça federal.

RESPOSTA Art. 109, I, CF. *Certa.*

4. Os consórcios públicos, quando assumem personalidade jurídica de direito público, constituem-se como associações públicas, passando, assim, a integrar a administração indireta dos entes federativos consorciados.

RESPOSTA Art. 6º, I e § 1º, Lei n. 11.107/2005. *Certa.*

5. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência à administração direta e indireta.

(A) O STF entende que a imunidade tributária recíproca dos entes políticos, prevista na CF, não é extensiva às autarquias.

(B) As sociedades de economia mista somente têm foro na justiça federal quando a União intervém como assistente ou opoente, competindo à justiça federal, e não à justiça comum, decidir acerca da existência de interesse que justifique a presença da União no processo.

(C) Os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista estão sujeitos ao teto remuneratório estabelecido para a administração pública, mesmo quando tais entidades não recebem recursos da fazenda pública para custeio em geral ou gasto com pessoal.

(D) De acordo com o entendimento do STJ, o servidor da administração pública federal direta que tenha prestado serviços a empresa pública ou a sociedade de economia mista tem direito ao cômputo do tempo de serviço prestado nas referidas entidades para todos os fins, inclusive para a percepção de adicional de tempo de serviço.

(E) Os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas e de sociedade de economia mista podem ser contestados por meio de mandado de segurança.

RESPOSTA (A) Art. 150, § 2º, CF. (B) Súmula 517, STF. (C) Art. 37, § 9º, CF. (D) Apenas aqueles servidores celetistas transpostos. Ver REsp 363.958/SP e Súmula 678, STF. (E) Art. 1º, § 2º, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa B.*

6. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta no que diz respeito às agências reguladoras e executivas, à concessão de serviços públicos e às PPPs.

(A) Na esfera federal, a qualificação de uma autarquia ou fundação como agência executiva decorre de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo.

(B) Os ex-dirigentes das agências reguladoras continuam vinculados à entidade no denominado período de quarentena, durante o qual fazem jus à remuneração compensatória equivalente ao cargo de nível imediatamente abaixo do cargo de direção que exerciam.

(C) Em se tratando de PPP na modalidade patrocinada, o parceiro público não dispõe de poderes como a encampação ou a intervenção ou o de decretar a caducidade.

(D) A PPP na modalidade administrativa não admite a atualização dos valores contratuais, circunstância que revela a ausência do denominado equilíbrio econômico-financeiro no ajuste firmado.

(E) Na hipótese de extinção do contrato de concessão por decurso do prazo de vigência, o poder

público pode proceder à imediata retomada da prestação do serviço, até a realização de nova licitação, sem que esteja condicionado o termo final do contrato ao prévio pagamento de eventual indenização.

RESPOSTA (A) Contrato firmado com o Poder Público. Art. 37, § 8º, CF. (B) Art. 8º, Lei n. 9.986/2000. (C) Art. 3º, § 1º, Lei n. 11.079/2004. (D) Art. 5º, IV, Lei das PPPs. (E) Art. 35, I e § 1º, Lei n. 8.987/95. *Alternativa E.*

7. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Com relação às agências reguladoras, assinale a opção correta.

(A) As agências reguladoras são órgãos da administração pública cuja finalidade é fiscalizar e controlar determinada atividade.

(B) A CF criou, por meio de norma inserida em seu texto, duas das atuais agências reguladoras, quais sejam a ANATEL e a ANEEL.

(C) O quadro de pessoal das agências reguladoras é vinculado ao regime celetista, conforme expressa disposição legal.

(D) Segundo jurisprudência do STF, a subordinação da nomeação dos dirigentes das agências reguladoras à prévia aprovação do Poder Legislativo não implica violação à separação e à independência dos poderes.

RESPOSTA (A) São entidades, com personalidade jurídica, criadas para regular determinada atividade. (B) Art. 21, XI, e art. 177, § 2º, III, CF. ANATEL e ANP. (C) Com exceção dos cargos comissionados previstos no art. 2º, Lei n. 9.986/2000. (D) Correta. ADI 1.949/RS. *Alternativa D.*

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) No que se refere a conceitos e poderes da administração pública e à aplicação da teoria do órgão, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

8. Em sentido material ou objetivo, a administração pública compreende o conjunto de órgãos e pessoas jurídicas encarregadas, por determinação legal, do exercício da função administrativa do Estado.

RESPOSTA Veja-se a lição de Maffini (*Direito administrativo*, p. 25). Num primeiro sentido, denominado objetivo, material ou funcional, a Administração Pública designa a natureza da atividade ou função desempenhada pelo Estado com vista à consecução dos objetivos constitucionais. *Errado.*

9. A administração pública pode instituir empresas públicas e sociedades de economia mista mediante autorização legal, as quais estarão inteiramente sujeitas ao regime jurídico de direito privado, por força de lei.

RESPOSTA Ambas são autorizadas por lei, quanto à criação (art. 37, § 6º, CF). Todavia, sua sujeição às normas de direito privado não implica desregramento total pelas normas de direito público. Ex.: art. 37, XXI, CF (submissão à Lei n. 8.666/93). *Errado.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) De acordo com os postulados extraídos da teoria do órgão, aplicável à administração pública, julgue os itens **seguintes** (Certo ou Errado).

10. No direito brasileiro, os órgãos são conceituados como unidades de atuação integrantes da estrutura da administração direta e da estrutura da administração indireta e possuem personalidade jurídica própria.

RESPOSTA Integram a estrutura enquanto unidades (art. 1º, § 2º, I, Lei n. 9.784/99). Todavia, não possuem personalidade jurídica própria. *Errado.*

11. As ações dos entes políticos – como União, estados, municípios e DF – concretizam-se por intermédio de pessoas físicas, e, segundo a teoria do órgão, os atos praticados por meio desses agentes públicos devem ser imputados à pessoa jurídica de direito público a que pertencem.

RESPOSTA Os órgãos não possuem personalidade jurídica, sendo unidades administrativas em que restam lotados os agentes públicos com poder de decisão. Se tal causar prejuízo, a responsabilidade é imputada ao Estado. Art. 37, § 6º, CF. Art. 1º, § 2º, I a III, Lei n. 9.784/99. *Certa.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, a respeito da administração indireta e do terceiro setor (Certo ou Errado).

12. As relações de trabalho nas agências reguladoras são regidas pela CLT e pela legislação trabalhista correlata, em regime de emprego público.

RESPOSTA A eficácia do art. 1º, Lei n. 9.986/2000, está suspensa por concessão de liminar até o julgamento final da ADIn 2.310. *Errado.*

13. A qualificação de agência executiva federal é conferida, mediante ato discricionário do presidente da República, a autarquia ou fundação que apresente plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento e celebre contrato de gestão com o ministério supervisor respectivo.

RESPOSTA Art. 37, § 8º, I a III, CF. *Certo.*

14. As empresas públicas e as sociedades de economia mista não se sujeitam à falência e, ao contrário destas, aquelas podem obter do Estado imunidade tributária e de impostos sobre patrimônio, renda e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

RESPOSTA Art. 173, § 1º, II, e § 2º, CF. *Errado.*

15. Para que sociedades comerciais e cooperativas obtenham a qualificação de organizações da sociedade civil de interesse público, é preciso que elas não possuam fins lucrativos e que tenham em seus objetivos sociais a finalidade de promoção da assistência social.

RESPOSTA As entidades deverão possuir em seus objetivos sociais pelo menos uma das características previstas no art. 3º, Lei n. 9.790/99, não sendo critério restritivo a finalidade de promoção de assistência social. *Errado.*

16. O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta dos entes da Federação consorciados.

RESPOSTA Art. 6º, § 1º, Lei n. 11.107/2005. *Certo.*

17. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos entes da administração indireta.

(A) Exige-se autorização legislativa para a criação de subsidiárias das empresas públicas e sociedades de economia mista, sendo suficiente, para tanto, a previsão genérica na lei que as instituir, ou seja, não há necessidade de autorização legislativa específica a cada vez que uma nova subsidiária é criada.

(B) Nas sociedades de economia mista, o controle acionário e a gestão administrativa podem ser transferidos pelo poder público aos sócios particulares, desde que haja acordo de acionistas nos termos do estatuto da sociedade.

(C) É vedada a transformação de uma autarquia em empresa pública por meio de decreto.
(D) As causas em que figure como parte sociedade de economia mista cuja sócia majoritária seja a União deverão ser julgadas perante a justiça federal.
(E) As empresas públicas adquirem personalidade jurídica a partir da vigência da lei que as cria.

RESPOSTA (A) Estará cumprido o requisito do art. 37, XX, CF. (B) Art. 5º, III e § 1º, Decreto-lei n. 200/67. (C) Art. 5º, § 2º, do Decreto. (D) Art. 109, I, CF. (E) Dependem de ato complementar de registro. Art. 37, IX, CF. *Alternativa A.*

18. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Considerando a atividade regulatória da administração pública e o regime jurídico das agências reguladoras e executivas, assinale a opção correta.

(A) As relações de trabalho nas agências reguladoras são regidas pela CLT e geridas por um conselho diretor cujos membros são escolhidos pelo presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal.
(B) Apenas a ANATEL e a ANP são previstas constitucionalmente e, por isso, dispõem de independência administrativa e autonomia financeira, não se sujeitam a subordinação hierárquica, tendo seus dirigentes mandato fixo e estabilidade, prerrogativas que as demais agências reguladoras não possuem.
(C) A função primordial das agências reguladoras e das agências executivas consiste no exercício do controle sobre particulares prestadores de serviços públicos.
(D) A qualificação de autarquia ou fundação como agência executiva dar-se-á por ato do presidente da República.
(E) Diferentemente das agências reguladoras, as agências executivas não dispõem de autonomia de gestão.

RESPOSTA (A) A eficácia do art. 1º, Lei n. 9.986/2000, está suspensa (ADIn 2.310). A nomeação está correta. Art. 5º, parágrafo único, da lei. (B) Art. 21, XI, e art. 177, § 2º, III, CF. Art. 6º, Lei n. 9.986/2000. (C) Só das reguladoras. (D) Correto. Art. 37, § 8º, CF. (E) A autonomia é ínsita a ambas. *Alternativa D.*

(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE) Julgue o item subsequente, relativo aos poderes administrativos, à organização administrativa e aos atos administrativos (Certo ou Errado).

19. As pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta não podem participar da composição do capital de empresas públicas, já que o capital dessas empresas é inteiramente público.

RESPOSTA Podem, desde que a entidade política exerça o monopólio do capital da pessoa jurídica de direito privado. Art. 5º, III e § 1º, Decreto-lei n. 200/67. *Errada.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Relativamente aos consórcios públicos, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

20. No caso de constituir associação pública, o consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções. Nesse caso, a associação pública integrará a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados. A União somente participará de consórcios públicos de que também façam parte todos os estados em cujos territórios estejam situados os municípios consorciados.

RESPOSTA Art. 1º, §§ 1º e 2º, e art. 6º, I e II e § 1º, Lei n. 11.107/2005. *Certo.*

(Técnico – MC – 2008 – CESPE) Julgue os itens a seguir quanto ao regime das empresas públicas.

21. As empresas públicas prestadoras de serviço público distinguem-se das que exercem atividade

econômica. Em caso de empresa pública prestadora de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, como é o caso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, esta deverá ser beneficiada com a extensão da imunidade tributária recíproca, que alcança impostos.

RESPOSTA A banca entendeu como Certa a assertiva. A questão encontra-se em discussão no STF (RE 601.392). *Certa.*

22. À Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, não é aplicável o privilégio da impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços, por expressa disposição constitucional que submete a empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

RESPOSTA O STF entendeu que, pela relevância do serviço público prestado, recepciona-se o art. 12, Decreto-lei n. 509/69, aplicando-se a impenhorabilidade. Ver STF, RE 225.011/MG. *Errada.*

23. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere às agências reguladoras e às executivas.

(A) Mandato fixo e estabilidade para os dirigentes, que somente perderão o mandato em caso de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo disciplinar, são traços específicos das agências reguladoras.

(B) As agências executivas, assim como as reguladoras, têm a função precípua de exercer controle sobre particulares prestadores de serviços públicos, mas destas se diferenciam porque têm, também, por encargo a execução efetiva de determinadas atividades administrativas típicas de Estado.

(C) O regime jurídico dos trabalhadores das agências reguladoras é o de emprego público, regulado pela CLT.

(D) A qualificação como agência executiva de autarquia ou fundação que tenha celebrado contrato de gestão com o ministério supervisor somente pode ser efetivada por lei de iniciativa do presidente da República.

(E) A agência executiva, como autarquia de regime especial, deve ser instituída por ato normativo do chefe do Poder Executivo. Nesse ato, devem ser definidas a organização, as competências e a função controladora que a agência exercerá sobre os particulares prestadores de serviços públicos.

RESPOSTA (A) Art. 6º, Lei n. 9.986/2000. (B) As agências executivas não exercem controle. (C) A ADIn 2.310 suspendeu a eficácia do art. 1º, Lei n. 9.986/2000. (D) Art. 1º, § 1º, Decreto n. 2.487/98. (E) Não são autarquias em regime especial. Art. 37, § 8º, CF. *Alternativa A.*

24. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Tendo em vista os conceitos acerca da administração pública direta e indireta, das agências reguladoras, das fundações de direito público e privado e das organizações sociais, assinale a opção correta.

(A) As pessoas qualificadas como organizações sociais, às quais incumbe a execução de serviços públicos em regime de parceria com o poder público, formalizado por contratos de gestão, devem ter personalidade jurídica de direito privado e não podem ter fins lucrativos.

(B) Como compartimentos internos da pessoa pública, os órgãos públicos, diferentemente das entidades, são criados e extintos somente pela vontade da administração, sem a necessidade de lei em sentido formal.

(C) As autarquias destinam-se a executar serviços públicos de natureza social e administrativa e atividades de cunho econômico ou mercantil.

(D) As agências reguladoras, como autarquias de regime especial, dispõem de uma disciplina legal

única, expressa em lei federal aplicável a todas as esferas de governo.

(E) As fundações de direito público e as de direito privado detêm alguns privilégios que são próprios das autarquias, como o processo especial de execução, a impenhorabilidade dos seus bens, o juízo privativo, prazos dilatados em juízo e duplo grau de jurisdição.

RESPOSTA (A) Arts. 1º, 2º e 5º, Lei n. 9.637/98. (B) Necessita de lei. Art. 37, *caput*, CF. (C) Art. 5º, I, Decreto-lei n. 200/67. (D) A Lei n. 9.986/2000 traz regramentos gerais, podendo cada entidade legislar sobre o específico. (E) Apenas as de direito público. *Alternativa A.*

25. (Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da administração pública direta e indireta.

(A) Estando a sociedade de economia e a empresa pública sujeitas a controle estatal, o Poder Executivo pode, por ato próprio, editar normas a elas dirigidas, ainda que conflitantes com os seus objetivos.

(B) No que se refere à composição dos órgãos públicos, a doutrina destaca ser imprescindível a participação de vários agentes públicos, razão pela qual não há órgão público constituído por um único agente.

(C) A regra que estabelece o prazo de cinco anos de prescrição para a ação contra a fazenda pública federal aplica-se, segundo a jurisprudência, às autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

(D) O mandado de segurança não é instrumento adequado para a impugnação de ato praticado por dirigente de sociedade de economia mista durante a realização de concurso público para ingresso de empregados no seu quadro de pessoal, por não se tratar de ato de autoridade.

(E) No âmbito federal, a sociedade de economia mista, entidade integrante da administração indireta, pode ter participação no capital da empresa pública, desde que a maioria do capital votante desta pertença à União.

RESPOSTA (A) Não poderá atentar ao disposto no art. 173, § 1º, II, CF. (B) Poderá um órgão ser constituído por um agente. Ex.: Controladoria. (C) Para as de direito privado, o prazo é de três anos. Art. 206, § 3º, V, CC. (D) Art. 1º, § 1º, Lei n. 12.016/2009. (E) Art. 5º, II e III, Decreto-lei n. 200/67. *Alternativa E.*

26. (Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta acerca das OSs e da OSCIPs no âmbito da administração pública federal.

(A) As cooperativas que se dedicam à promoção da assistência social são passíveis de qualificação como OSCIP.

(B) Entre as cláusulas essenciais do termo de parceria firmado com a OSCIP previstas na legislação de regência, figura a prestação de garantia.

(C) Por ter a verba repassada pelo poder público à OSCIP natureza de preço ou remuneração, que passa a integrar seu patrimônio, bem imóvel por ela adquirido com recursos provenientes da celebração do termo de parceria não será gravado com cláusula de inalienabilidade.

(D) Os bens móveis públicos destinados às OS podem ser objeto de permuta por outros de igual ou maior valor, desde que os novos bens integrem o patrimônio da União.

(E) Sendo OS a qualificação jurídica conferida à pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e instituída por iniciativa de particulares, é vedada a participação de representantes do poder público em seu órgão de deliberação superior.

RESPOSTA (A) Art. 2º, X, Lei n. 9.790/99. (B) Art. 10, § 2º, da lei referida. (C) Será. Observadas as normas do art. 4º, VII, *d*, e arts. 12 e 13, da lei. (D) Art. 13, Lei n. 9.637/98. (E) Art. 4º, parágrafo único, Lei n. 9.790/99 (permitida a participação de

servidores públicos). *Alternativa D.*

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) Acerca do direito administrativo, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

27. Uma empresa pública do Acre integra a administração pública estadual, mas não integra o governo estadual.

RESPOSTA Faz parte da Administração Pública Indireta. Art. 4º, I e II, *b*, Decreto-lei n. 200/67. *Certo.*

28. Considere que uma lei estadual do Acre institua, com caráter de autarquia, o Instituto Academia de Polícia Civil, com o objetivo de oferecer formação e aperfeiçoamento aos servidores ligados à polícia civil do Acre. Nessa situação, a criação do instituto representaria um processo de descentralização administrativa, visto que implicaria a criação de uma entidade da administração estadual indireta.

RESPOSTA Considera-se descentralização o processo de criação de uma entidade, na forma do art. 37, XIX, CF. No caso da autarquia, tal fará parte da Administração Indireta. Art. 4º, II, *a*, Decreto-lei n. 200/67. *Certo.*

29. **(Técnico – MC – 2008 – CESPE)** Julgue o item abaixo, relacionado ao regime das subsidiárias das sociedades de economia mista.

A criação de subsidiárias distintas da sociedade-matriz, em consonância com a Constituição Federal, exige autorização legislativa, ainda que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a sociedade de economia mista matriz.

RESPOSTA O art. 37, XX, CF. Para a criação da subsidiária, existe a necessidade de autorização por lei; contudo, havendo previsão para este fim na própria lei de criação da sociedade, inexiste a necessidade de nova autorização. *Errada.*

30. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Entre os setores do Estado, destaca-se o denominado terceiro setor – conceito surgido com a reforma do Estado brasileiro –, que compreende os serviços não exclusivos do Estado e abrange a atuação simultânea do Estado com outras organizações privadas e não estatais, como as organizações sociais (OSs) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs). Considerando as semelhanças e as diferenças entre essas duas entidades paraestatais, assinale a opção correta.

(A) O poder público deve celebrar contrato de gestão com a OSCIP.
(B) O processo de habilitação de OS deve tramitar no Ministério da Justiça.
(C) As OSs são regidas pela Lei n. 9.790/1999.
(D) As OSCIPs são regidas pela Lei n. 9.637/1998.
(E) Nem a OS nem a OSCIP podem ter fim lucrativo ou econômico.

RESPOSTA (A) Termo de parceria. Art. 10, Lei n. 9.790/99. (B) O trâmite ocorrerá no Ministério da área de atuação. Art. 2º, II, Lei n. 9.637/98. (C) Lei de regência das OSCIPs. (D) Lei de regência das organizações. (E) Correto, conforme as respectivas leis de regência. *Alternativa E.*

31. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Com relação ao terceiro setor e aos princípios que regem o direito administrativo, assinale a opção correta.

(A) As entidades que integram o terceiro setor não se sujeitam a controle de tribunal de contas, dada a natureza privada de sua organização.
(B) As organizações sociais são instituídas por iniciativa do poder público para o desempenho de

serviço público de natureza social.

(C) A doutrina aponta o crescimento do terceiro setor como uma das consequências da aplicação do denominado princípio da subsidiariedade no âmbito da administração pública.

(D) Com fundamento no princípio da impessoalidade, a doutrina destaca que, no âmbito do processo administrativo, a autoridade administrativa não pode invocar o seu próprio impedimento ou suspeição, ao contrário do que ocorre nas ações judiciais.

(E) Aplica-se o princípio da especialidade quando a administração pública firma termo de parceria com organizações da sociedade civil de interesse público, visto que recebe ou pode receber delegação para a gestão do serviço público.

RESPOSTA (A) Art. 70, parágrafo único, CF. (B) Art. 1º, Lei n. 9.637/98. (C) Trata-se do sistema de fomento, ou de subidiariedade (MAZZA, *Manual de direito administrativo*, p. 155). (D) Art. 19, parágrafo único, Lei n. 9.784/99. (E) Não resta incluso no rol do art. 3º, Lei n. 9.790/99. *Alternativa C.*

32. (Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE) No que concerne à administração pública direta, a órgãos públicos e a entidades da administração indireta, assinale a opção correta.

(A) A sociedade de economia mista pode explorar empreendimentos e exercer atividades distintas das definidas pela lei que autorizou a sua constituição, mediante deliberação do respectivo órgão de direção.

(B) É vedada a participação de pessoas jurídicas de direito privado no capital da empresa pública, ainda que integrem a administração indireta.

(C) No que se refere à posição estatal, os órgãos superiores são órgãos de direção, controle e comando que gozam de autonomia administrativa, financeira e técnica.

(D) As fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público submetem-se ao controle exercido pelo tribunal de contas, o qual se estende, na esfera federal, a todas as empresas de que a União participe tanto majoritária quanto minoritariamente.

(E) Embora dotada de personalidade jurídica própria, a autarquia não dispõe de capacidade de autoadministração, característica da pessoa política que a constituiu.

RESPOSTA (A) Art. 173, § 1º, CF. (B) O capital é inteiramente público. (C) Os órgãos são centros de competência com vínculo de subordinação. (D) Art. 70, parágrafo único, CF. (E) A autarquia possui autodeterminação. *Alternativa D.*

33. (Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE) A respeito do regime jurídico e das características das empresas estatais – empresas públicas e sociedades de economia mista –, assinale a opção correta.

(A) A instituição de empresa estatal pode ser realizada no mesmo ato jurídico de criação de secretaria de um estado-membro da Federação.

(B) As empresas estatais não estão obrigadas a obedecer aos princípios de impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade.

(C) As empresas estatais exploradoras de atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas.

(D) A responsabilidade civil das empresas estatais pelos atos ilícitos civis praticados por seus agentes é objetiva.

(E) As empresas estatais podem ser dotadas de personalidade jurídica de direito privado ou de direito público.

RESPOSTA (A) Necessita de lei autorizativa específica. Art. 37, XIX, CF. (B) Obedecem, pois são Administração. Art. 37, *caput*, CF. (C) Art. 173, § 1º, II, CF. (D) Não se aplica a responsabilidade objetiva às empresas estatais. (E) Art. 173, § 1º, CF. *Alternativa C.*

34. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** É característica da natureza de autarquia especial conferida à Agência Nacional de Energia Elétrica, agência reguladora criada pelo Estado brasileiro,

(A) a contratação de servidores não concursados para atribuições efetivas.
(B) a independência administrativa.
(C) o mandato variável de seus dirigentes.
(D) a exoneração sumária de seus dirigentes.
(E) a vinculação financeira a órgãos da administração direta.

RESPOSTA (A) Aplica-se a regra do art. 37, II, CF. (B) Possui independência, tal quais as autarquias. (C) O mandato é fixo. Art. 6º, Lei n. 9.986/2000. (D) São protegidos por deliberação. Art. 3º, da lei citada. (E) Não possui vinculação. *Alternativa B.*

II. Bens Públicos

35. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas e imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e às necessidades de sua reprodução física e cultural são consideradas bens

(A) públicos de uso especial, pertencentes à União.
(B) públicos de uso especial, pertencentes ao estado em que se localizem.
(C) públicos de uso especial, pertencentes ao município em que se localizem.
(D) públicos dominicais, pertencentes à União.
(E) particulares, pertencentes à comunidade indígena respectiva.

RESPOSTA São bens públicos afetados a uma destinação especial. Art. 231, § 1º, e art. 20, XI, ambos da CF. *Alternativa A*.

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com relação ao instituto da requisição e ao regime jurídico dos bens públicos, julgue os itens subsecutivos (Certo ou Errado).

36. Para ser considerada válida, a alienação de bens da administração pública deve, necessariamente, ser precedida de avaliação, autorização legislativa e licitação, além de ser subordinada à existência de interesse público devidamente justificado.

RESPOSTA A licitação é dispensada nos casos das alíneas *a* a *i*, art. 17, I, Lei n. 8.666/93. *Errada*.

37. Como modalidade de intervenção estatal que visa à satisfação do interesse público, a requisição incide sobre bens e sobre serviços particulares.

RESPOSTA Art. 5º, XXV, CF. Além dos bens, a doutrina entende pela viabilidade de requisição de serviços, como a convocação de jurados, para compor o júri, bem como dos conscritos para o serviço militar obrigatório (MAZZA, *Manual de direito administrativo*, p. 265). *Certa.*

38. Os bens públicos, sejam eles de uso comum, de uso especial ou dominicais, são imprescritíveis, não sendo, pois, suscetíveis de usucapião.

RESPOSTA A ideia de não serem os bens públicos passíveis de usucapião (art. 102, CC) resta consectária da natureza da imprescritibilidade, na qual a fluência de prazo não poderá acarretar a perda do bem. *Certa.*

39. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Acerca dos bens públicos e dos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

(A) A impenhorabilidade dos bens públicos tem lastro no próprio texto constitucional, que estabelece

processo especial de execução contra a fazenda pública, excluindo, dessa forma, a possibilidade de penhora de tais bens.

(B) De modo geral, os imóveis públicos não estão sujeitos a usucapião, mas os bens móveis públicos são suscetíveis de usucapião especial, também denominado usucapião *pro labore*.

(C) A jurisprudência e a doutrina reconhecem, majoritariamente, a penhorabilidade de bens públicos dominicais quando estes forem utilizados em caráter privado.

(D) O princípio da legalidade estrita significa que a administração não pode inovar na ordem jurídica por simples ato administrativo, salvo se, em razão do poder de polícia, houver necessidade de impor vedações ou compelir comportamentos, casos em que a atividade administrativa prescinde de determinação legal.

(E) Em atenção ao princípio da publicidade, todo ato administrativo deve, em princípio, ser publicado, mas os contratos administrativos, como regra, se operacionalizam e adquirem eficácia independentemente de publicação.

RESPOSTA (A) Art. 100, CF. (B) A regra do art. 102, CC, é absoluta. (C) A impenhorabilidade é extensiva aos bens de empresas públicas e sociedades de economia mista (MAZZA, *Manual de direito administrativo*, p. 522). (D) Depende de lei. (E) Art. 21, Lei n. 8.666/93. *Alternativa A.*

III. Atos Administrativos

(Advogado – CEF – 2006 – CESPE) Acerca dos princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

40. A regra segundo a qual o Poder Judiciário não pode imiscuir-se no mérito do ato administrativo tem sido cada vez mais flexibilizada, para assegurar, de modo mais efetivo, a verificação da legalidade dos atos administrativos, ainda que se trate de ato discricionário.

RESPOSTA O Poder Judiciário poderá apreciar a legalidade do mérito administrativo, quando existentes indícios de violação aos princípios constitucionais. Art. 37, CF, e Súmula 473, STF. *Certo.*

41. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta quanto à classificação, aos requisitos dos atos administrativos e à teoria dos motivos determinantes.

(A) O parecer, como ato administrativo que expressa posicionamento de natureza técnica, é sempre vinculante, de forma que a autoridade decisória não pode agir de maneira distinta da constante do ato opinativo.

(B) O pressuposto da revogação é o interesse público, razão pela qual ela incide sobre atos válidos e inválidos que a administração pretenda abolir do rol de normas jurídicas, em razão dos inconvenientes e dos malefícios que causem à coletividade.

(C) Em obediência ao princípio da solenidade da forma, entendida esta como o meio pelo qual se exterioriza a vontade da administração, o ato administrativo deve ser escrito e manifestado de maneira expressa, não se admitindo, no direito público, o silêncio como forma de manifestação da vontade da administração.

(D) Se um ato administrativo discricionário for praticado por autoridade que não tenha competência, a autoridade competente não estará obrigada a convalidá-lo se considerar que não estão presentes os aspectos de mérito que sustentam sua apreciação.

(E) Segundo a teoria dos motivos determinantes, a motivação dos atos administrativos é sempre necessária, seja para os atos vinculados, seja para os discricionários, pois constitui garantia de legalidade que tanto diz respeito aos interessados como à própria administração.

RESPOSTA (A) É ato meramente enunciativo. (B) A anulação incide sobre atos inválidos. Súmula 473, STF. (C) O silêncio produz efeitos jurídicos, sendo admitido. Art. 22, Lei n. 9.784/99. (D) O vício na competência poderá afastar a convalidação. (E) Art. 50, Lei n. 9.784/99. *Alternativa D.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Julgue os próximos itens, relativos à teoria dos motivos determinantes (Certo ou Errado)

42. Não se decreta a invalidade de um ato administrativo quando apenas um, entre os diversos motivos determinantes, não está adequado à realidade fática.

RESPOSTA Depreende-se a realização do interesse público, tendo por base o princípio da indisponibilidade de tal vetor. *Certo.*

43. De acordo com a referida teoria, os motivos que determinaram a vontade do agente e que serviram de suporte à sua decisão integram o plano da existência do ato administrativo.

RESPOSTA Integram o plano da validade do ato. *Errado.*

(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE) Julgue o item subsequente, relativo aos poderes administrativos, à organização administrativa e aos atos administrativos (Certo ou Errado).

44. Os atos administrativos cujos efeitos se exauriram não podem ser revogados, visto que a revogação não retroage, limitando-se a impedir que o ato continue a produzir efeitos.

RESPOSTA Veja-se que a revogação não se opera sobre os atos que já exauriram seus efeitos; eis que seus efeitos são da data de publicação do ato para o futuro (*ex nunc*). *Certa.*

(Analista – TRE-BA – 2010 – CESPE) Com referência ao ato administrativo, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

45. Um dos efeitos do atributo da presunção de veracidade dos atos administrativos reside na impossibilidade de apreciação de ofício da validade do ato por parte do Poder Judiciário.

RESPOSTA A Administração poderá rever seus atos, ou anulá-los. Súmula 473, STF. *Certa.*

46. Apesar de o ato de revogação ser dotado de discricionariedade, não podem ser revogados os atos administrativos que geram direitos adquiridos.

RESPOSTA Não poderão ser revogados os atos: 1. Que geram direitos adquiridos; 2. Os atos preclusos; 3. Os atos vinculados. *Certa.*

47. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** Os atos administrativos enunciativos são os que declaram, a pedido do interessado, situação jurídica preexistente relativa a particular. É exemplo de ato enunciativo o(a)

(A) autorização.
(B) instrução.
(C) parecer.
(D) decreto.
(E) portaria.

RESPOSTA (A) Ato negocial. (B) Ato normativo. (C) Ato enunciativo. (D) Ato normativo. (E) Ato ordinatório. *Alternativa C.*

48. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência à teoria dos atos administrativos.

(A) Como faculdade de que dispõe a administração para extinguir os atos que considera inconvenientes e inoportunos, a revogação pode atingir tanto os atos discricionários como os vinculados.

(B) Ato administrativo simples é o que emana da vontade de um só órgão administrativo, sendo o órgão singular, não colegiado.

(C) Todos os atos administrativos dispõem da característica da autoexecutoriedade, isto é, o ato, tão logo praticado, pode ser imediatamente executado, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

(D) A perfeição do ato administrativo diz respeito à conformidade do ato com a lei ou com outro ato de grau mais elevado, e, nesse sentido, ato imperfeito é o ato praticado em dissonância com as normas que o regem.

(E) Pela conversão, a administração converte um ato inválido em ato de outra categoria, com efeitos retroativos à data do ato original.

RESPOSTA (A) Não atua sobre os atos vinculados. (B) Singular ou colegiado. (C) Incorreto. Ex.: A execução das multas. (D) O ato imperfeito necessita de complementação. (E) Art. 55, Lei n. 9.784/99. *Alternativa E.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Acerca dos atos administrativos e do poder de polícia, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

49. Embora a revogação seja ato administrativo discricionário da administração, são insuscetíveis de revogação, entre outros, os atos vinculados, os que exaurirem os seus efeitos, os que gerarem direitos adquiridos e os chamados meros atos administrativos, como certidões e atestados.

RESPOSTA Nesse sentido, a doutrina de Zimmer Júnior (*Curso de direito administrativo*, p. 169). *Certo.*

50. Por serem atos de polícia administrativa, a licença e a autorização, classificadas, respectivamente, como ato vinculado e ato discricionário, são suscetíveis de cassação pela polícia judiciária.

RESPOSTA A cassação é espécie de extinção operada pela própria Administração, quando o particular operar a quebra dos requisitos previstos em lei para o deferimento de ambos os atos. *Errado.*

51. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Com relação ao ato administrativo, assinale a opção correta.

(A) Considerando a relação entre a validade e a eficácia do ato administrativo, é correto afirmar que um ato pode ser válido e eficaz ou, ainda, inválido e ineficaz, mas não inválido e eficaz, pois não é possível considerar que, tendo sido editado em desconformidade com a lei, um ato esteja apto a produzir efeitos.

(B) O ato de convalidação, pelo qual é suprido vício existente em ato ilegal, opera efeitos *ex tunc*, retroagindo em seus efeitos ao momento em que foi praticado o ato originário.

(C) Atos compostos são aqueles cuja vontade final exige a intervenção de agentes ou órgãos diversos e apresenta conteúdo próprio em cada uma das manifestações.

(D) A autorização para exploração de jazida é exemplo de ato declaratório, já que expressa aquiescência da administração para o particular desenvolver determinada atividade.

(E) Os atos administrativos que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses devem ser motivados, assim como os que importem anulação, suspensão ou convalidação de ato administrativo, não sendo essencial a motivação para os atos que os revoguem, pois a revogação ocorre por motivo de conveniência e oportunidade da administração.

RESPOSTA (A) O ato inválido será eficaz até que se promova a sua anulação. Súmula 473, STF. (B) A convalidação produz efeitos *ex tunc*, pois ratifica o ato. Art. 55, Lei n. 9.784/99. (C) Resulta de um órgão, com verificação por outro. (D) Ato negocial. (E) Art. 50, VIII, Lei n. 9.784/99. *Alternativa B.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Julgue os seguintes itens, acerca do ato administrativo (Certo ou Errado).

52. O ato de delegação não retira a atribuição da autoridade delegante, que continua competente cumulativamente com a autoridade delegada para o exercício da função.

RESPOSTA A competência é irrenunciável pelo agente público, podendo ser delegada, nos termos do disposto no art. 11, Lei n. 9.784/99. *Certo.*

53. A anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, nos processos que tramitem no TCU, deve respeitar o contraditório e a ampla defesa, o que se aplica, por exemplo, à apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

RESPOSTA Não se aplicam o contraditório e a ampla defesa nos atos de anulação ou revogação nos processos de apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. Súmula Vinculante 3, STF. *Errado.*

54. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Considerando a doutrina e a jurisprudência majoritárias acerca da invalidação dos atos administrativos, assinale a opção correta.

(A) Com base em seu poder de autotutela, a administração pública pode invalidar atos administrativos insanáveis, sendo imprescindível a observância do devido processo legal em todos os casos.
(B) Com base em seu poder de autotutela, a administração pública pode invalidar atos administrativos insanáveis. Nesse caso, quando houver repercussão na esfera dos direitos individuais, deverá ser observado o devido processo legal.
(C) O poder de autotutela da administração pública, que lhe permite invalidar atos administrativos, só pode ser exercido quando o desfazimento do ato não repercuta no âmbito dos direitos individuais dos administrados. Nesse caso, a administração pública deve recorrer ao Poder Judiciário, pleiteando o desfazimento do ato em juízo.
(D) O poder de autotutela da administração pública, que lhe permite invalidar atos administrativos, não atinge os beneficiários do ato que estejam de boa-fé.

RESPOSTA Art. 54, Lei n. 9.784/99, e Súmula 473, STF. *Alternativa B.*

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, referentes aos atos administrativos (Certo ou Errado).

55. O ato administrativo pode extinguir-se pela cassação, situação em que a retirada do ato se dá porque sobrevém norma jurídica que torna inadmissível a situação antes permitida pelo direito e outorgada pelo ato precedente.

RESPOSTA O conceito remete à forma de extinção denominada caducidade. *Errada.*

56. A autorização é ato administrativo vinculado pelo qual a administração consente que o particular exerça atividade ou utilize bem público no seu próprio interesse.

RESPOSTA "É ato administrativo discricionário e precário pelo qual o Poder Público torna possível ao pretendente a realização de certa atividade (...) de seu exclusivo ou predominante interesse" (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 192). *Errada.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item, acerca do ato administrativo (Certo

ou Errado).

57. O ato administrativo pode ser inválido e, ainda assim, eficaz, quando, apesar de não se achar conformado às exigências normativas, produzir os efeitos que lhe seriam inerentes, mas não é possível que o ato administrativo seja, ao mesmo tempo, perfeito, inválido e eficaz.

RESPOSTA Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, p. 208) argumenta que "a mudança de interpretação da norma ou da orientação administrativa não autoriza a anulação dos atos anteriores praticados". Trata-se de alteração de critério interpretativo, sendo o ato perfeito, inválido, mas eficaz. *Errado.*

IV. Improbidade Administrativa

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue os itens seguintes, considerando a Lei de Improbidade Administrativa (Certo ou Errado).

58. Os atos de improbidade administrativa estão taxativamente previstos em lei, não sendo possível compreender que sua enumeração seja meramente exemplificativa.

RESPOSTA De acordo com as palavras de Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 478), "a Lei n. 8.429/92, em seus arts. 9º a 11, define um rol exemplificativo das condutas que caracterizam improbidade administrativa". *Errada*.

59. As sanções penais, civis e administrativas previstas em lei podem ser aplicadas aos responsáveis pelos atos de improbidade, de forma isolada ou cumulativa, de acordo com a gravidade do fato.

RESPOSTA Art. 12, *caput*, Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade). *Certa*.

(Técnico – MC – 2008 – CESPE) Acerca da lei de improbidade administrativa, julgue os próximos itens.

60. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei ou celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária.

RESPOSTA Art. 10, XIV e XV, Lei n. 8.429/92. *Certa.*

61. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

RESPOSTA Art. 19, Lei n. 8.429/92. *Certa.*

62. As disposições da lei sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e que é conhecida como lei de improbidade administrativa, são aplicáveis não só a agentes públicos, mas também a particulares.

RESPOSTA Art. 3º, da lei em tela. *Certa.*

63. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Quanto aos aspectos materiais e processuais da Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a opção correta.

(A) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, para os que foram condenados por

ato de improbidade, somente se podem efetivar após o trânsito em julgado da decisão.

(B) A exemplo do que ocorre com a ação popular, qualquer cidadão é parte legítima para propor a ação de improbidade administrativa, assim como o são o MP e a pessoa jurídica prejudicada pela atuação do gestor.

(C) As disposições da lei, aplicáveis apenas aos agentes públicos, alcançam os que exercem cargo, emprego ou função pública, de modo efetivo ou transitório, e os que exercem, por eleição, mandato eletivo.

(D) Qualquer pessoa pode representar à autoridade administrativa competente para ser instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, não se exigindo identificação do representante, como forma de resguardar sua identidade e evitar retaliações de qualquer natureza.

(E) Os atos de improbidade que importem enriquecimento ilícito sujeitam os responsáveis ao ressarcimento integral do dano, se houver, à perda da função pública, à suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, ao pagamento de multa civil e à proibição de contratar com o poder público pelo prazo de três anos.

RESPOSTA (A) Art. 20, Lei de Improbidade. (B) Art. 17, da norma em tela. (C) Art. 3º, do diploma. (D) Art. 14, § 1º, Lei de Improbidade. (E) Art. 12, I, da Lei. *Alternativa A.*

64. (Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE) O dirigente de uma empresa pública municipal realizou contratação de produtos de informática sem o cumprimento prévio de licitação. Para a dispensa de licitação, alegou-se que os bens precisavam ser adquiridos com urgência. Os serviços foram corretamente prestados e não restou demonstrado superfaturamento de preços. Após a execução do contrato, descobriu-se que o fornecedor dos produtos de informática havia presenteado o referido dirigente com uma TV de LCD e um notebook. Diante desses fatos, o MP estadual ajuizou ação de improbidade administrativa contra o dirigente. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A situação descrita configura ato de improbidade administrativa, que importa em enriquecimento ilícito.

(B) Considerando não ter havido prejuízo para o ente público, o MP pode transacionar com o agente público e desistir da ação caso os bens indevidamente recebidos sejam devolvidos.

(C) O MP é o único titular legitimado a propor ação de improbidade nesse caso, visto que não houve prejuízo para a administração pública.

(D) Uma eventual ação proposta pelo MP deve, necessariamente, ser precedida de inquérito civil público no qual seja oportunizada ao dirigente a apresentação de defesa preliminar.

RESPOSTA (A) Art. 9º, I, Lei n. 8.429/92. (B) Art. 17, § 1º, da lei. (C) Houve a tipificação, logo, cabível o manejo pela entidade. Art. 17, *caput*, da norma. (D) É peça facultativa. Art. 22, da lei. *Alternativa A.*

65. (Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE) Com referência à improbidade administrativa, tendo em vista o disposto na Lei n. 8.429/1992, assinale a opção correta.

(A) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

(B) A ação de improbidade, quando proposta pelo MP, há que ser obrigatoriamente precedida de inquérito civil público.

(C) As ações de improbidade devem ser propostas no prazo de cinco anos, contados da prática do ilícito que enseje sua propositura.

(D) A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente

público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

(E) Não sendo a ação de improbidade proposta pelo MP, terá ele a opção de atuar, ou não, no processo, a critério de seu representante.

RESPOSTA (A) Art. 21, I, da lei. (B) É peça facultativa. Art. 22, da norma. (C) Art. 23, I, da lei em tela. (D) Art. 20, parágrafo único, da lei. (E) Art. 17, § 4º, da norma. *Alternativa D.*

66. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta, tendo em vista as disposições da Lei n. 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa.

(A) A lei determina que a autoridade administrativa responsável pelo inquérito apresente ao MP representação para a indisponibilidade dos bens do indiciado, nos casos em que o ato de improbidade ensejar enriquecimento ilícito, providência prescindível caso as condutas causem lesão ao erário ou atentem contra os princípios da administração.

(B) Instaurado processo administrativo, a comissão processante deverá dar conhecimento ao MP e ao tribunal de contas da existência de procedimento para apurar a prática de ato de improbidade. A lei admite que apenas o MP designe representante e intervenha no procedimento administrativo, de modo a firmar sua convicção sobre os fatos que estejam sendo apurados.

(C) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, devendo a representação ser escrita ou reduzida a termo e assinada e conter a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

(D) Entre as medidas de natureza cautelar que podem ser adotadas na esfera administrativa, contra o agente que pratique ato de improbidade, incluem-se o afastamento do exercício do cargo, emprego ou função, e o sequestro e bloqueio de bens.

(E) O agente público que cometer ato lesivo ao patrimônio público responderá por ação ou omissão, dolosa ou culposa, assim como o terceiro que, de forma direta ou indireta, dele se beneficiar, desde que aja de forma dolosa.

RESPOSTA (A) Art. 7º, da lei. (B) Art. 15, parágrafo único, da norma em tela. (C) Art. 14, § 1º, da lei. (D) Art. 16, § 2º, da lei. (E) Dolosa ou culposa. Art. 3º, Lei de Improbidade. *Alternativa C.*

(Procurador – Boavista-RR – 2010 – CESPE) Considerando a Lei de Improbidade – Lei n. 8.429/1992 – e os procedimentos administrativos, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado)

67. O procedimento administrativo cabe à administração pública, mas a Lei de Improbidade permite ao Ministério Público designar um representante do órgão para acompanhar esse procedimento.

RESPOSTA Art. 15, parágrafo único, Lei n. 8.429/92. *Certo.*

68. As disposições da Lei n. 8.429/1992 não são aplicáveis àqueles que, não sendo agentes públicos, se beneficiarem, de forma direta ou indireta, com o ato de improbidade cometido por prefeito municipal.

RESPOSTA Art. 3º, Lei n. 8.429/92. *Errado.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Quanto à improbidade administrativa, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado)

69. É permitida transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa, quando o dano causado ao erário for ressarcido.

RESPOSTA Art. 17, § 1º, Lei n. 8.429/92. *Errado.*

70. Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado. Ademais, a rejeição da representação realizada por particular à administração pública, por não se cumprirem as formalidades legais, não impede a representação ao Ministério Público.

RESPOSTA Art. 14, §§ 1º e 2º, Lei de Improbidade Administrativa. *Certo.*

71. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** À luz da Lei n. 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, assinale a opção correta.

(A) A instauração de processo judicial por ato de improbidade obsta a instauração de processo administrativo para apurar fato de idêntico teor enquanto aquele não for concluído.

(B) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão que enseje perda patrimonial, desvio ou dilapidação dos bens e haveres públicos, mas apenas se configurado o dolo do agente.

(C) Os atos de improbidade que importem enriquecimento ilícito, que causem lesão ao erário ou que atentem contra os princípios da administração pública causam a perda ou a suspensão dos direitos políticos, por período que varia de cinco a dez anos.

(D) Entre as medidas de natureza cautelar que, previstas nessa lei, só podem ser decretadas judicialmente incluem-se a indisponibilidade dos bens, o bloqueio de contas bancárias e o afastamento do agente do exercício do cargo, emprego ou função.

(E) Tanto a perda da função pública quanto a suspensão dos direitos políticos pela prática de ato de improbidade só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

RESPOSTA (A) Art. 14, § 2º, Lei de Improbidade. (B) Art. 10, da lei em tela. (C) Varia de três a dez anos. Art. 12, I a III, da lei. (D) O afastamento é medida administrativa. (E) Art. 20, Lei de Improbidade. *Alternativa E.*

72. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Com relação à improbidade administrativa, assinale a opção correta de acordo com a disciplina da Lei n. 8.429/1992.

(A) O particular que não tem vínculo com a administração pública somente pode sofrer as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa se for beneficiário direto do ato de improbidade.

(B) Qualquer cidadão pode representar administrativamente para que seja instaurada investigação destinada a apurar prática de ato de improbidade, e a comissão processante responsável pela apuração deve dar conhecimento do procedimento administrativo ao MP e ao respectivo tribunal ou conselho de contas.

(C) Apenas as entidades nas quais o poder público concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual sujeitam-se às penalidades previstas na Lei n. 8.429/1992, sejam elas regidas pelo direito público ou pelo direito privado.

(D) Apenas o MP dispõe de legitimidade para ajuizar ação visando à aplicação da sanção pela prática de ato que configure improbidade.

(E) A perda e o afastamento, ainda que provisório, de cargo, emprego ou função pública, e a suspensão dos direitos políticos, em razão da prática de ato de improbidade, somente podem efetivar-se após o

trânsito em julgado da sentença condenatória.

RESPOSTA (A) Art. 3º, da lei. (B) Art. 14, da norma. (C) Art. 1º, parágrafo único, da lei em tela. (D) Art. 17, da lei. (E) Art. 20, parágrafo único, Lei de Improbidade. *Alternativa B.*

V. Licitações, Convênios e Contratos

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) Com referência a licitações e contratos, julgue os itens subsecutivos (Certo ou Errado).

73. De acordo com a legislação de regência, é possível a rescisão unilateral do contrato pela administração pública por motivo de interesse público, hipótese em que o contratado tem direito ao ressarcimento dos prejuízos, à devolução da garantia, aos pagamentos atrasados e ao pagamento do custo da desmobilização.

RESPOSTA Art. 78, XII, e art. 79, § 2º, I a III, Lei n. 8.666/93. *Certo.*

74. O procedimento do convite é simplificado e pode ser realizado por servidor designado pela autoridade competente, dispensando-se a comissão de licitação.

RESPOSTA Art. 38, III, Lei n. 8.666/93. *Certo.*

75. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos contratos administrativos.

(A) A administração pública pode obrigar determinado contratado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, em valor correspondente a até 50% do valor inicial atualizado do contrato.

(B) A criação e a alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, não implicarão a revisão dos preços para mais, ainda que comprovada a repercussão nos preços contratados originariamente, por se tratar de risco previsível para a atividade econômica.

(C) De acordo com a Lei n. 8.666/1993, o atraso igual ou superior a sessenta dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento de bens assegura ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

(D) A responsabilidade pelos encargos previdenciários resultante da execução do contrato é da empresa contratada, de forma que a administração pública não possui qualquer responsabilidade solidária em caso de inadimplência.

(E) Segundo dispõe a Lei n. 8.666/1993, a inadimplência do contratado, referente aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento.

RESPOSTA (A) Art. 65, § 1º, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 65, § 5º, da lei. (C) Art. 78, XV, da norma. (D) Art. 71, § 2º, da lei. (E) Art. 71, § 1º, Lei de Licitações. *Alternativa E.*

76. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** No que se refere às disposições das Leis n. 10.520/2002 e n. 8.666/1993, que dispõem sobre licitação, sistema de registro de preços e contratos administrativos, assinale a opção correta.

(A) Quando a administração procede à alteração unilateral do contrato administrativo com o propósito

de adequá-lo às finalidades de interesse público, não se faz necessária a revisão das suas cláusulas econômico-financeiras.

(B) Os contratos para os quais a lei exige licitação são firmados *intuitu personae*, ou seja, em razão de condições pessoais do contratado, apuradas no procedimento da licitação, razão pela qual é vedada a cessão ou transferência, total ou parcial, de seu objeto para outrem.

(C) Para a licitação na modalidade pregão, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

(D) Organizado o sistema de registro de preços para a prestação de serviços e aquisição de bens, a administração fica obrigada a firmar as contratações que dele possam advir, vedada a utilização de outros meios licitatórios que tenham idêntico objeto e finalidade.

(E) Conforme previsão legal, a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão devem adotar, obrigatoriamente, um dos seguintes tipos de licitação: menor preço, melhor técnica, técnica e preço e maior lance ou oferta.

RESPOSTA (A) Art. 65, § 6º, Lei n. 8.666/93. (B) Poderão ser admitidas em edital. Art. 78, VI, da lei citada. (C) Art. 1º, parágrafo único, Lei n. 10.520/2002. (D) É ato discricionário. Art. 15, II, Lei de Licitações. (E) Art. 45, § 1º, Lei de Licitações. *Alternativa C.*

77. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** À luz do que dispõe a Lei n. 8.666/1993, assinale a opção correta, relativamente aos contratos, convênios e consórcios administrativos.

(A) Os consórcios administrativos são firmados entre entidades de natureza diversa, públicas ou privadas, adquirindo, após as respectivas formalidades, personalidade jurídica de direito público ou privado.

(B) Os contratos administrativos devem ser publicados, em sua íntegra, na imprensa oficial, no prazo máximo de trinta dias contados da data da assinatura, sob pena de nulidade.

(C) Do instrumento de contrato deve, obrigatoriamente, constar a exigência da prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, cabendo à administração indicar, já no edital, a modalidade de garantia a ser apresentada.

(D) O contratado pela administração pública é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, e, em caso de inadimplência, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos e consequente regularização é transferida à contratante.

(E) Diversamente dos contratos administrativos, os convênios administrativos não se submetem à obrigatoriedade de licitação.

RESPOSTA (A) Entidades de mesma natureza. Art. 1º, § 1º, Lei n. 11.107/2005. (B) Art. 61, parágrafo único, Lei n. 8.666/93. (C) Art. 55, VI, e art. 56, § 1º, Lei de Licitações. (D) Art. 71, § 1º, Lei de Licitações. (E) Correto. Art. 116, Lei n. 8.666/93. *Alternativa E.*

(Técnico – MC – 2008 – CESPE) A respeito da dispensa e da inexigibilidade de licitação, julgue os itens que se seguem.

78. Considere que determinado ministério pretenda realizar uma pequena obra, orçada em R$ 10.000,00. Nesse caso, a licitação é dispensável, em razão do pequeno valor, mas ainda que não esteja obrigado a licitar, caso queira, o ministério pode vir a realizar a licitação.

RESPOSTA Eis que a licitação dispensável é ato discricionário. Art. 24, I, Lei n. 8.666/93. *Certa.*

79. Entre as hipóteses de dispensa de licitação estão aquelas ocorridas em razão de situações

excepcionais, em razão do objeto e em razão da pessoa.

RESPOSTA Veja-se: 1) em razão de situações excepcionais – art. 24, III; 2) em razão do objeto – art. 24, VIII; 3) em razão da pessoa – art. 24, XIII (todos da Lei n. 8.666/93). *Certa.*

80. Configura irregularidade a prática de realizar obras e serviços contratados sem licitação em razão do seu pequeno valor, mas que necessite futuramente de acréscimos, quando o valor somado da contratação inicial com o valor que será gasto com os acréscimos futuros resultar em valor total que exigiria licitação.

RESPOSTA Art. 22, § 5º, Lei n. 8.666/93. *Certa.*

81. No que diz respeito aos valores que legitimam a contratação sem licitação, as sociedades de economia mista e empresas públicas, assim como as fundações ou autarquias qualificadas como agências executivas se submetem ao mesmo limite legal aplicável à administração direta.

RESPOSTA Art. 24, § 1º, Lei n. 8.666/93. *Errada.*

82. As situações de emergência legitimam a dispensa de licitação, mas a falta de planejamento da administração que gera a urgência não é motivo aceitável para a contratação direta.

RESPOSTA Art. 24, IV, Lei n. 8.666/93. *Certa.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética a respeito de licitações, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

83. Se um órgão da administração pública federal, ao divulgar pregão eletrônico para o sistema de registro de preços, no valor total estimado de R$ 50.000,00, publicar aviso de edital no seu próprio sítio na Internet e no *Diário Oficial da União*, estará caracterizado o uso de todos os meios de divulgação exigidos pela legislação para convocar os eventuais interessados em participar do pregão.

RESPOSTA Art. 4º, I, Lei n. 10.520/2002. *Errado.*

84. Caso uma empresa participante de concorrência pública apresente recurso em decorrência da publicação de ato que a declare inabilitada para o certame, tal recurso terá, necessariamente, efeito suspensivo.

RESPOSTA Art. 109, § 2º, Lei n. 8.666/93. *Certo.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Acerca de licitação e de contratos administrativos, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

85. Considere que o administrador de determinada autarquia tenha promovido a abertura de licitação, na modalidade convite, para a ampliação da sede regional desse ente e que não tenha havido interessados no primeiro certame e, por isso, a licitação tenha sido considerada deserta. Considere, ainda, que o administrador, então, tenha encaminhado o processo administrativo à Procuradoria Federal para análise acerca da possibilidade de se dispensar a licitação para a contratação da empresa de engenharia. Nessa situação, conforme entendimento firmado pela AGU, não pode ser dispensada a licitação.

RESPOSTA A segunda parte do inciso V, art. 24, Lei n. 8.666/93, afirma que a licitação só será dispensada se esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. *Certo.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Relativamente às licitações, contratos administrativos e

convênios, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

86. A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê modalidades diversas de licitação, conforme o valor da contratação a ser feita pela administração pública. Apenas no caso de consórcios formados por mais de três entes da Federação, a referida lei toma por base valores diferentes de contratação para definir a modalidade de licitação cabível.

RESPOSTA Art. 23, § 8º, Lei n. 8.666/93. *Errado.*

87. As hipóteses de dispensa de licitação previstas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, são taxativas, não comportando ampliação, segundo entendimento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Já em relação à inexigibilidade, a referida lei não prevê um *numerus clausus*. No caso de doação com encargo, estabelece o mencionado diploma legal que deverá a administração pública realizar licitação, dispensada no caso de interesse público devidamente justificado.

RESPOSTA Art. 24, art. 25, I a III (casos meramente exemplificativos), e art. 17, § 4º, Lei de Licitações. *Certo.*

88. Segundo as normas aplicáveis às transferências de recursos da União, é vedada a celebração de convênios e contratos de repasse entre órgãos e entidades da administração pública federal, caso em que deverá ser firmado termo de cooperação, definido como instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União.

RESPOSTA É permitida a transferência de recursos via assinatura de convênio. Art. 116, § 1º, IV, Lei n. 8.666/93. *Errado.*

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Julgue o item seguinte, referente à concessão dos serviços públicos e à execução dos contratos administrativos (Certo ou Errado).

89. Na execução dos contratos administrativos, prorrogações de prazo devem ser justificadas por escrito e previamente autorizadas pela autoridade competente para celebrar o contrato.

RESPOSTA Art. 57, § 2º, Lei n. 8.666/93. *Certa.*

90. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** No que concerne aos convênios e contratos administrativos, ao procedimento da licitação e à teoria do fato do príncipe, assinale a opção correta.

(A) O fato do príncipe se caracteriza como qualquer conduta ou comportamento da administração que, como parte contratual, atinge diretamente o particular contratado, tornando impossível a execução do contrato ou provocando seu desequilíbrio econômico.

(B) A regra geral é a ausência de licitação para a celebração de convênios administrativos, diferentemente do que ocorre com os contratos administrativos comuns.

(C) Concessão de serviço público é o contrato administrativo pelo qual a administração pública delega a outrem a execução de um serviço público, mediante qualquer das modalidades de licitação previstas em lei.

(D) A segunda fase do procedimento da licitação é a da habilitação, em que há a abertura dos envelopes relativos à documentação e sua apreciação, devendo a comissão de licitação fazê-lo de forma reservada, para que os julgadores tenham a tranquilidade necessária à análise de todos os documentos exigidos no edital.

(E) Apenas os licitantes têm legitimidade para impugnar os termos do edital de licitação perante a administração, mas esse direito decairá se, tendo aceitado tais termos sem objeção, o licitante vier a

apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciariam.

RESPOSTA (A) O fato do príncipe é provocado pela Administração que não faz parte do contrato. (B) Art. 116, Lei n. 8.666/93. (C) Concorrência. Art. 2º, II e III, Lei n. 8.987/95. (D) Art. 43, § 1º, Lei n. 8.666/93. (E) Art. 41, § 1º, da lei. *Alternativa B.*

91. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Acerca dos princípios e da competência para legislar sobre licitação, da dispensa e inexigibilidade de licitação e dos crimes previstos na Lei de Licitações, assinale a opção correta.

(A) A pena imposta aos crimes previstos na Lei de Licitações será acrescida da terça parte quando seus autores forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo poder público.

(B) Em atenção aos princípios do formalismo e do julgamento objetivo, a autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório está impedida de revogar a licitação, podendo apenas anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.

(C) É dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.

(D) Os casos de licitação dispensada, como, por exemplo, a venda de ações a serem negociadas em bolsa, não operam automaticamente, cabendo à administração avaliar, em cada caso, a conveniência e oportunidade da dispensa.

(E) Compete à União legislar sobre normas de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais das diversas esferas federativas, vedado aos estados, ao DF e aos municípios editar normas suplementares para suas próprias licitações e contratos.

RESPOSTA (A) Art. 84, § 2º, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 49, Lei de Licitações. (C) Art. 25, I, da lei referida. (D) É ato vinculado. Art. 17, II, *c*, da lei. (E) A União legisla sobre normas gerais, observado, para os demais, o específico. Art. 22, XXVII, CF. *Alternativa A.*

92. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** A fase da licitação na qual se atribui ao vencedor o objeto da licitação é a

(A) adjudicação.

(B) homologação.

(C) contratação.

(D) habilitação.

(E) classificação.

RESPOSTA Art. 38, VII, e art. 43, VI, Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações). *Alternativa A.*

93. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação aos contratos administrativos e à Lei de Licitações.

(A) Os contratos administrativos são caracterizados, via de regra, por sua imutabilidade.

(B) Cláusulas exorbitantes são aquelas que não constavam do contrato administrativo quando de sua elaboração, mas que foram posteriormente acrescentadas por meio de aditivo contratual firmado entre as partes.

(C) Segundo a lei em tela, a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado

com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato, são motivos para a rescisão do contrato.

(D) Contratos administrativos são aqueles em que uma das partes é uma pessoa jurídica de direito público.

(E) Fato da administração são medidas de ordem geral não relacionadas diretamente com o contrato, mas que nele repercutem, provocando desequilíbrio econômico-financeiro em detrimento do contratado.

RESPOSTA (A) Mutabilidade. Art. 65, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 55, da lei. (C) Art. 78, VI, da lei. (D) Poderá ser de direito privado. Art. 1º, parágrafo único, da norma. (E) É fato da Administração contratante que retarda ou impede a execução do contrato. *Alternativa C.*

94. (Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito da Lei n. 8.666/1993.

(A) Esta lei define projeto básico como sendo o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

(B) A venda de bens imóveis das autarquias deve ser precedida de autorização legislativa.

(C) Segundo a lei em apreço, é vedado, em caso de empate na licitação, dar preferência a bens produzidos por empresas brasileiras.

(D) A tomada de preços e o concurso são tipos de licitação.

(E) Na venda de bens imóveis, a administração deve utilizar a modalidade maior lance ou oferta.

RESPOSTA (A) Art. 6º, IX, da norma. (B) Art. 17, I, da lei. (C) Art. 3º, § 2º, III, da norma. (D) Modalidades. Art. 22, da lei. (E) Deve usar o tipo de licitação maior lance ou oferta. Art. 45, IV, da lei em tela. *Alternativa B.*

95. (Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE) No que concerne ao instituto da licitação, assinale a opção correta.

(A) No procedimento licitatório, o recurso contra a habilitação tem, necessariamente, efeito suspensivo.

(B) A licitação é inexigível quando a União tiver de intervir no domínio econômico para a regulação de preços ou normalização do abastecimento.

(C) No procedimento licitatório, uma vez concluído o julgamento das propostas, a administração pública é obrigada a atribuir o objeto da licitação ao vencedor, em obediência ao princípio da adjudicação compulsória.

(D) O procedimento da concorrência, por ser muito complexo, não se aplica à alienação de bens móveis.

(E) Em regra, os membros da comissão de licitação não são responsáveis solidários pelos atos por ela praticados.

RESPOSTA (A) Art. 109, § 2º, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 24, VI, e art. 25, I a III, Lei de Licitações. (C) Haverá deliberação quanto à homologação. Art. 43, VI, da lei referida. (D) Art. 17, I, da norma. (E) Art. 51, § 3º, da lei. *Alternativa A.*

96. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta com relação aos contratos administrativos.

(A) Caso a administração constate, no cumprimento do contrato, lentidão que impossibilite a conclusão da obra ou prestação nos prazos estipulados, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente.

(B) Caso haja rescisão unilateral do contrato pela administração, em razão de cumprimento irregular de prazos, especificações ou projetos, a administração deverá devolver a garantia prestada pelo contratado, arcando com os custos de desmobilização.

(C) A instauração de insolvência civil do contratado não serve de motivo para a administração rescindir o contrato.

(D) A subcontratação total ou parcial do objeto contratado não admitida no edital ou no contrato não autoriza a rescisão unilateral do contrato, desde que este seja cumprido de acordo com o prazo estipulado.

(E) É nulo e sem nenhum efeito, em qualquer caso, qualquer contrato verbal com a administração pública.

RESPOSTA (A) Art. 78, III, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 79, I, e art. 80, I a IV, Lei de Licitações. (C) Art. 78, IX, Lei n. 8.666/93, Lei de Licitações. (D) Art. 78, VI, da lei em tela. (E) Art. 60, parágrafo único, da norma. *Alternativa A.*

97. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** No que se refere às modalidades de licitação e aos contratos administrativos, assinale a opção correta.

(A) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados, na qual a administração tem por objetivo único a venda de bens móveis inservíveis.

(B) Na tomada de preços, os participantes interessados devem ser previamente cadastrados nos registros dos órgãos públicos, ou devem atender a todas as exigências para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

(C) Em razão do formalismo que inspira as atividades da administração, a Lei n. 8.666/1993 determina que os contratos administrativos sejam formalizados sempre por meio de instrumento escrito, sendo nulo e de nenhum efeito o contrato verbal.

(D) O instrumento de contrato é obrigatório em todas as modalidades de licitação; não pode a administração substituí-lo por outros instrumentos, sob pena de nulidade.

(E) A duração dos contratos fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, razão pela qual a lei não lhes admite a prorrogação.

RESPOSTA (A) Art. 22, § 5º, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 22, § 3º, da lei. (C) Art. 60, parágrafo único, Lei de Licitações. (D) Art. 62, da norma. (E) Art. 57, Lei de Licitações. *Alternativa B.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Acerca de licitação e de contratos administrativos, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

98. Considere que o administrador de determinada autarquia tenha promovido a abertura de licitação, na modalidade convite, para a ampliação da sede regional desse ente e que não tenha havido interessados no primeiro certame e, por isso, a licitação tenha sido considerada deserta. Considere, ainda, que o administrador, então, tenha encaminhado o processo administrativo à Procuradoria Federal para análise acerca da possibilidade de se dispensar a licitação para a contratação da empresa de engenharia. Nessa situação, conforme entendimento firmado pela AGU, não pode ser dispensada a licitação.

RESPOSTA A segunda parte do inciso V, art. 24, Lei n. 8.666/93, afirma que a licitação só será dispensada se esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. *Certo.*

99. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** À luz do disposto na Lei n. 8.666/1993, assinale a opção correta com relação a licitação.

(A) Os casos de inexigibilidade de licitação, por representarem inviabilidade de competição e exceção ao princípio da licitação, estão exaustivamente arrolados na legislação federal, não podendo, portanto, ser ampliados pela administração pública.
(B) Em qualquer caso, os membros das comissões de licitação devem responder solidariamente pelos atos que praticarem.
(C) Sob pena de nulidade, a licitação de obras e serviços somente será possível quando, entre outras exigências, houver orçamento que detalhe a composição de seus custos unitários e projeto básico aprovado pela autoridade competente, disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.
(D) É vedada a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do licitante ou do contratado.
(E) Para o resguardo da lisura e da isonomia entre os concorrentes, todos os atos do procedimento licitatório devem permanecer sigilosos até a fase de abertura das propostas.

RESPOSTA (A) O rol do art. 25 é exemplificativo. (B) Art. 51, § 3º, Lei de Licitações. (C) Art. 7º, § 2º, I a IV, da lei. (D) Art. 9º, § 2º, da norma em tela. (E) Art. 44, § 1º, da norma. *Alternativa C.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Com relação a contratos administrativos, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

100. Se a empresa de turismo X for contratada para fornecer passagens aéreas para determinado órgão da União e, durante o prazo do contrato, essa empresa alterar o seu objeto social, de forma a contemplar também o transporte urbano de turistas e passageiros, mesmo que não haja prejuízo para o cumprimento do contrato administrativo já firmado com o órgão federal, a administração pública poderá rescindir unilateralmente o contrato.

RESPOSTA A alteração não prejudica a execução do contrato, por isso, afastada a hipótese de rescisão unilateral. Art. 78, XI, Lei n. 8.666/93. *Errado.*

VI. Serviços Públicos

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) A respeito dos atos administrativos e serviços públicos, julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

101. O contrato de concessão de serviço público extingue-se pela rescisão quando a iniciativa de extinção do contrato é do poder concedente, em decorrência de descumprimento das normas contratuais pelo concessionário.

RESPOSTA Trata-se do instituto jurídico da caducidade. Art. 38, Lei n. 8.987/95 (Lei das Concessões). *Errado.*

102. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Acerca da concessão, permissão e autorização de serviço público, assinale a opção correta.
(A) Diferentemente da concessão, a permissão de serviço público pode ser contratada não apenas com pessoa jurídica e consórcio de empresas, mas também com pessoa física.
(B) Tratando-se de concessão patrocinada, o concessionário percebe apenas dos usuários recursos decorrentes do pagamento de tarifas.
(C) Para as concessões de serviço público simples, assim como para as precedidas da execução de obra pública, deve-se adotar, obrigatoriamente, como modalidade licitatória, a concorrência.
(D) Considera-se concessão de serviço público simples o contrato administrativo pelo qual a administração pública transfere a execução de certa atividade de interesse coletivo a pessoa jurídica

ou a consórcio de empresas, sendo a remuneração feita por meio do sistema de tarifas ou taxas.

(E) A autorização de uso é ato administrativo unilateral, discricionário e precário, ao passo que a autorização de serviço público se configura como contrato administrativo, ainda que revogável unilateralmente pela administração.

RESPOSTA (A) Art. 2º, IV, Lei n. 8.987/95. (B) Art. 2º, § 1º, Lei n. 11.079/2004. (C) Art. 2º, II e III, Lei das Concessões. (D) Art. 2º, II, Lei das Concessões. (E) É ato administrativo, e não contrato. *Alternativa C.*

103. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Considere as situações hipotéticas I e II, a seguir.

I. O Estado brasileiro deseja transferir para o setor privado o serviço de conservação e manutenção de estradas com a instituição da cobrança de pedágio, cuja arrecadação será suficiente para a remuneração de serviços e obras necessários ao atendimento adequado dos usuários.

II. O Estado brasileiro deseja transferir para o setor privado a conservação e a manutenção de presídios, serviço que, por não ser autossustentável financeiramente, demandará o aporte de recursos públicos.

Com base nessas situações e na Lei n. 11.079/2004, que dispõe sobre PPPs, assinale a opção correta.

(A) É admissível a celebração de contrato de PPP na situação I, de acordo com a discricionariedade do administrador.

(B) É vedada a celebração de contrato de PPP em ambas as situações.

(C) Cabe a celebração de contrato de PPP tanto na situação I quanto na situação II, independentemente de o empreendimento ser autossustentável financeiramente ou não.

(D) Permite-se a celebração de contrato de PPP apenas na situação I, que trata de empreendimento autossustentável financeiramente.

(E) Apenas na situação II, que trata de empreendimento não autossustentável financeiramente, admite-se a celebração de contrato de PPP.

RESPOSTA Admite-se a celebração de contrato de Parceria Público-Privada, conforme a redação do art. 2º, § 4º, I a III, Lei n. 11.079/2004, somente na situação II. *Alternativa E.*

(Analista Judiciário – STJ – 2012 – CESPE) Julgue o item seguinte, referente à concessão dos serviços públicos e à execução dos contratos administrativos.

104. No âmbito das parcerias público-privadas, a concessão administrativa caracteriza-se pelo fato de o concessionário perceber recursos de duas fontes: do pagamento das respectivas tarifas pelos usuários e da contraprestação pecuniária devida pelo concedente ao particular contratado.

RESPOSTA Trata-se da concessão patrocinada. Art. 2º, § 1º, Lei n. 11.079/2004. *Errada.*

105. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** A respeito do contrato de concessão de serviço público, assinale a opção correta.

(A) Embora a concessão de serviço público demande a realização de procedimento licitatório, é admitida a contratação direta nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, previstas na legislação de regência.

(B) No contrato de concessão de serviço público, o concessionário tem direito ao equilíbrio econômico e financeiro e à inalterabilidade do objeto.

(C) Na hipótese de responsabilidade do concessionário por prejuízos causados a terceiros em decorrência da execução do serviço público, é vedada a responsabilidade solidária do poder concedente, que, no máximo, pode vir a ser responsabilizado subsidiariamente no caso de

insuficiência de bens da empresa concessionária.

(D) O instituto da encampação, por sua própria natureza, não confere ao concessionário direito à indenização pelos prejuízos que sofrer em decorrência do ato.

(E) A reversão não é cabível na hipótese de extinção do contrato de concessão decorrente do advento do termo contratual.

RESPOSTA (A) Art. 14, Lei n. 8.987/95. (B) Art. 9º, § 4º, e art. 23, V, da norma em tela. (C) Art. 25, da lei. (D) Art. 37, da norma. (E) Art. 36, da lei referida. *Alternativa B.*

106. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** A respeito dos serviços públicos, da concessão e permissão e da classificação dos bens públicos, assinale a opção correta.

(A) Bens públicos de uso especial são todas as coisas, móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas, utilizadas pela administração pública para a realização de suas atividades e a consecução de seus fins.

(B) As atividades materiais que são consideradas serviços públicos estão, todas elas, indicadas na legislação infraconstitucional, com a CF apontando apenas as atividades de que o Estado deve-se abster de prestar diretamente, em atenção ao princípio da livre concorrência.

(C) São classificados como serviços públicos delegáveis os que só podem ser prestados por particulares, sujeitos a autorização e controle do Estado, não sendo possível, ao poder público, prestá-los por intermédio de seus órgãos e entidades descentralizadas.

(D) A permissão e a concessão de serviço público podem ser atribuídas a pessoas físicas ou jurídicas, bem como a consórcio de empresas.

(E) Os bens públicos podem ser objeto de uso comum ou de uso especial, mas somente os bens de uso especial podem estar sujeitos a uso remunerado.

RESPOSTA (A) Art. 99, II, CC. (B) Errado. Art. 21, X, CF. (C) Compete ao Poder Público prestá-los, ou por meio de suas entidades. (D) Art. 2º, II a IV, Lei n. 8.987/95. (E) Art. 103, CC. *Alternativa A.*

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) No que se refere aos serviços públicos, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

107. Os serviços públicos devem ser prestados ao usuário com a observância do requisito da generalidade, o que significa dizer que, satisfeitas as condições para sua obtenção, eles devem ser oferecidos sem qualquer discriminação a quem os solicite.

RESPOSTA Art. 6º, § 1º, Lei n. 8.987/95 (Lei das Concessões). *Certa.*

108. Consideram-se serviços públicos *uti universi* os que são prestados à coletividade, mas usufruídos indiretamente pelos indivíduos, como são os serviços de defesa do país contra inimigo externo e os serviços diplomáticos.

RESPOSTA São os chamados serviços de fruição geral. Não criam vantagens particularizadas para cada usuário e são prestados diretamente pelo Estado. *Certa.*

VII. Servidores Públicos

109. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** No que diz respeito aos servidores públicos, assinale a opção correta à luz da legislação aplicável e da jurisprudência do STJ.

(A) O empregado de sociedade de economia mista não pode ser equiparado a funcionário público para

fins penais.

(B) A autoridade administrativa não pode instaurar processo administrativo disciplinar para a apuração de falta cometida por servidor público e, simultaneamente, ajuizar ação de improbidade administrativa que tenha por objeto o mesmo fato.

(C) Na hipótese de aplicação de pena de demissão a servidor público submetido a processo administrativo disciplinar, o controle jurisdicional é amplo, no sentido de verificar se há motivação para o ato demissório.

(D) A legislação estabelece o direito de o servidor público federal afastar-se de suas atribuições, por prazo indeterminado e sem remuneração, para acompanhar cônjuge ou companheiro que tenha sido deslocado para outro ponto do território nacional, desde que este seja também servidor público.

(E) O servidor público federal tem direito a licença sem remuneração para desempenho de mandato em associação de classe de âmbito nacional, pelo período correspondente à duração do mandato, vedada prorrogação.

RESPOSTA (A) Art. 327, § 1º, CP. (B) São responsabilidades autônomas. (C) Art. 5º, XXXV, CF. Art. 41, § 1º, CF, e Súmula 473, STF. (D) Art. 84, §§ 1º e 2º, Lei n. 8.112/90. (E) Art. 92, § 2º, Lei n. 8.112/90. *Alternativa C.*

110. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Em face da disciplina estabelecida nas Leis n. 8.112/1990 e n. 9.784/1999, assinale a opção correta a respeito do regime administrativo disciplinar e do processo administrativo.

(A) O prazo de conclusão de processo disciplinar, cujas fases são a instauração, o inquérito administrativo e o julgamento, não pode exceder sessenta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

(B) As denúncias sobre irregularidades devem ser apuradas mediante a instauração de sindicância, ainda que o fato narrado não configure evidente infração disciplinar, sendo necessários, para a referida instauração, a identificação e o endereço do denunciante e a formulação por escrito das denúncias, confirmada a sua pertinência.

(C) A jurisprudência do STF firmou o entendimento de que é obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.

(D) Para o atendimento do interesse público e a proteção dos direitos dos particulares, os atos do processo administrativo estão sujeitos a formas determinadas, e, para a garantia da autenticidade e da segurança dos autos processuais, a legislação exige, como regra, o reconhecimento de firma e a autenticação dos documentos apresentados em cópia.

(E) O processo administrativo disciplinar deve ser conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, vedada a apuração por entidade ou órgão diverso daquele em que tenha ocorrido a irregularidade.

RESPOSTA (A) Art. 152, Lei n. 8.112/90. (B) Arts. 143 e 144, Lei n. 8.112/90. (C) Súmula Vinculante 5, STF. (D) Art. 22, § 2º, Lei n. 9.784/99. (E) Art. 149, Lei n. 8.112/90. *Alternativa A.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Acerca da organização administrativa e dos agentes públicos, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

111. A vacância é o ato administrativo pelo qual o servidor é destituído do cargo, emprego ou função e pode ocorrer com extinção do vínculo pela exoneração, demissão e morte, ou sem extinção do vínculo, pela promoção, aposentadoria, readaptação ou recondução.

RESPOSTA As hipóteses de vacância, na Lei n. 8.112/90, encontram-se previstas no art. 33, I a IX, e, entre estas, não resta

incluída a recondução (art. 41, § 2º, CF), eis que hipótese de provimento derivado. *Errado.*

(Procurador – Boavista-RR – 2010 – CESPE) De acordo com a Lei n. 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

112. O chefe imediato do servidor tem a faculdade de autorizar ou não a compensação de horário. Não havendo tal compensação, o servidor perderá a parcela da remuneração correspondente ao atraso, sem que, nessa hipótese, se caracterize violação ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.

RESPOSTA Art. 44, parágrafo único, Lei n. 8.112/90. *Certo.*

113. A comissão de sindicância não é pré-requisito para a instauração do processo administrativo disciplinar.

RESPOSTA A Banca se refere ao ato de designação de Comissão, previsto no art. 149, Lei n. 8.112/90. *Errado.*

114. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Considerando as disposições constitucionais, legais e doutrinárias acerca de servidores e cargos públicos, assinale a opção correta.

(A) A CF dispõe que os cargos públicos são acessíveis aos brasileiros e aos estrangeiros, na forma da lei; entretanto, os estrangeiros somente podem ser admitidos, em caráter temporário, para funções de natureza técnica especializada.

(B) A vitaliciedade somente é possível com relação aos cargos que a CF define como de provimento vitalício, não podendo a legislação ordinária ampliar os cargos dessa natureza.

(C) Dada a natureza pública das atividades e atribuições que exercem, os empregados admitidos por concurso público, em empresa pública ou em sociedade de economia mista, não podem ser dispensados sem motivação.

(D) A estabilidade dos servidores efetivos assemelha-se à condição de vitaliciedade, sendo comum, em ambos os casos, o fato de sua perda só poder derivar de sentença judicial transitada em julgado.

(E) Assim como ocorre na esfera federal, aplica-se aos servidores celetistas estaduais e municipais o regime da legislação trabalhista, podendo, contudo, os estados e municípios derrogar normas da legislação trabalhista, visto que dispõem de competência para, de forma concorrente, legislar sobre direito do trabalho.

RESPOSTA (A) Art. 37, I, CF. (B) Trata-se de garantia oriunda do texto da Constituição. Art. 95, I, e art. 128, § 5º, I, *a*, CF. (C) A dispensa resta atrelada à justa causa, prevista na CLT, e não às atribuições. (D) Art. 41, § 1º, II, CF. (E) Art. 22, I, CF. *Alternativa B*.

115. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta com respeito à investidura e ao exercício de função pública.

(A) Segundo a CF, os cargos públicos são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, excluindo-se, portanto, a possibilidade de os estrangeiros ocuparem cargos públicos.

(B) As funções de confiança e os cargos em comissão podem ser preenchidos por servidores que não ocupem cargo efetivo, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

(C) A CF proíbe a vinculação ou a equiparação de qualquer espécie remuneratória para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

(D) A CF veda a acumulação de cargos e empregos públicos, mas permite, excepcionalmente, a acumulação de dois cargos de professor ou dois cargos científicos ou técnicos.

RESPOSTA (A) Art. 37, I, CF. (B) Somente os cargos em comissão. Art. 37, V, CF. (C) Art. 37, XII, CF. (D) Art. 37, XVI, *a* a *c*,

CF. *Alternativa C.*

VIII. Intervenção do Estado na Propriedade Privada e no Domínio Econômico

116. (Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE) O órgão de proteção aos bens culturais do estado X iniciou processo de tombamento de um imóvel de propriedade de João, por meio de sua notificação. O proprietário impugnou o tombamento junto à administração pública, alegando que não concordava com o tombamento, o qual estava sendo realizado sem o seu consentimento. Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta segundo as prescrições do Decreto-Lei n. 25/1937.

(A) O tombamento não pode ser realizado compulsoriamente.

(B) Após realizada a notificação, o tombamento será considerado provisório e estará, para todos os efeitos, salvo aqueles expressamente previstos em lei, equiparado ao tombamento definitivo.

(C) Nessa fase do processo, João pode colocar anúncios ou cartazes no imóvel que reduzam a sua visibilidade, sem prévia consulta ao serviço de proteção ao patrimônio cultural.

(D) Se João reparar, pintar ou restaurar o imóvel, sem prévia autorização do serviço de proteção ao patrimônio cultural, não estará cometendo ato vedado em lei, pois sua ação terá sido dirigida à proteção do bem.

(E) Se João não dispuser de recursos financeiros para realizar a conservação do imóvel, deve levar tal fato ao conhecimento do serviço de proteção ao patrimônio cultural, o qual, por sua vez, ficará obrigado a realizá-la. No caso de não realização das obras, caberá a João ajuizar ação contra o Estado, não se cogitando, contudo, do cancelamento do tombamento do imóvel.

RESPOSTA (A) Art. 8º, Decreto-lei n. 25/37. (B) Art. 10, parágrafo único, do decreto. (C) Art. 18, do decreto. (D) Art. 17, do decreto-lei. (E) Art. 19, §§ 1º e 2º, do decreto. *Alternativa B.*

117. (Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE) No que concerne às formas de intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

(A) Na desapropriação indireta, a indenização deve abranger as mesmas parcelas que incidem na desapropriação legal, inclusive os juros compensatórios.

(B) Segundo o STJ, se o imóvel sobre o qual tenha sido constituída servidão administrativa não produzia rendas, não são devidos os juros compensatórios sobre a indenização fixada em decorrência da limitação do uso da propriedade, já que estes se destinam a remunerar os possíveis lucros que o proprietário tenha deixado de auferir com a utilização econômica do bem expropriado.

(C) A transcrição no registro de imóveis constitui ato exigível tanto no tombamento provisório quanto no definitivo.

(D) Quando a servidão administrativa é constituída mediante acordo, o ato declaratório de utilidade pública é dispensável.

(E) Em se tratando de glebas de terra onde se cultivem plantas psicotrópicas, o ato expropriatório, segundo o STF, deve ficar adstrito às áreas de efetivo cultivo, não podendo abranger toda a propriedade.

RESPOSTA (A) Súmula 345, STF. (B) Incorreto. Ver REsp 154.686/SP e REsp. 220.983/SP. (C) A transcrição torna o tombamento definitivo. Art. 10, Decreto-lei n. 25/37. (D) A servidão deverá, ainda assim, ser declarada. (E) Art. 243, CF. *Alternativa A.*

118. (Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do instituto da desapropriação.

(A) A indicação precisa do proprietário é requisito indispensável para o ajuizamento da ação de desapropriação, sob pena de nulidade do processo.

(B) Nos casos de desapropriação por interesse social, a legitimação ativa é conferida com exclusividade aos entes federativos, sendo vedada a atribuição de poder expropriatório às entidades da administração indireta.

(C) Na hipótese de expropriação de glebas de terra em que sejam cultivadas plantas psicotrópicas, o expropriado tem direito à indenização concernente às áreas que não foram objeto de efetivo plantio.

(D) Segundo entendimento do STF, a desapropriação de imóveis rurais para fins de utilidade pública e de reforma agrária é de competência exclusiva da União.

(E) O terceiro atingido pelo ato de desapropriação tem direito à respectiva indenização, que pode ser postulada em ação própria.

RESPOSTA (A) Art. 13, Decreto-lei n. 3.365/41. (B) É competência da União, por meio do INCRA. Art. 2º, § 1º, LC n. 76/93. (C) Art. 243, CF. (D) Art. 2º, Decreto-lei n. 3.365/41, e art. 184, CF. (E) Arts. 26 e 38, Decreto-lei n. 3.365/41. *Alternativa E.*

119. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Com base na CF e no Decreto-lei n. 25/1937, assinale a opção correta a respeito de tombamento de bens.

(A) Somente os bens privados constituem objeto de tombamento.

(B) Os bens privados podem ser tombados a pedido do proprietário desde que a coisa se revista dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional.

(C) O tombamento compulsório ocorre mediante determinação do presidente do IPHAN, com a anuência do particular proprietário do bem.

(D) O ato de tombamento pode ser revogado, mas não anulado.

(E) Estão autorizados a proceder ao tombamento de bens a União e os municípios, mas não os estados-membros da Federação.

RESPOSTA (A) Art. 2º, do decreto. (B) Art. 7º, do decreto. (C) Arts. 8º e 9º, do decreto-lei. (D) Poderá ser anulado, na existência de vício de legalidade. (E) Art. 5º, do decreto. *Alternativa B.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Com base na jurisprudência do STJ, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

120. O instituto do tombamento provisório não é uma fase procedimental antecedente do tombamento definitivo, mas uma medida assecuratória da eficácia que este último poderá, ao final, produzir. A caducidade do tombamento provisório, por excesso de prazo, não é prejudicial ao tombamento definitivo.

RESPOSTA Conforme a jurisprudência do STJ (RMS 8.252/SP) e inteligência dos arts. 8º, 9º e 10, parágrafo único, Decreto-lei n. 25/37 (Lei do Tombamento). *Certo.*

121. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Acerca da classificação e da utilização de bens públicos, das limitações administrativas, do tombamento e da faixa de fronteira, assinale a opção correta.

(A) As limitações administrativas, como forma de restrição da propriedade privada, impõem ao Estado a obrigação de indenizar o proprietário pelo uso de imóvel particular.

(B) A autorização de uso é ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual a administração consente, a título precário, que o particular utilize bem público, mas que não pode ser concedida de modo privativo.

(C) O tombamento pode ser voluntário ou compulsório, provisório ou definitivo, conforme a

manifestação da vontade ou a eficácia do ato.

(D) São de domínio público e pertencentes à União as áreas localizadas na faixa de fronteira situada ao longo da linha terrestre demarcatória entre o território nacional e países estrangeiros, considerada fundamental para a defesa do território nacional.

(E) Consideram-se bens públicos apenas os que constituem o patrimônio da União, dos estados, do DF ou dos municípios, sendo eles objeto de direito pessoal ou real de cada uma das entidades federativas.

RESPOSTA (A) Não geram direito à indenização. Art. 78, CTN, e art. 4º, V, *c*, Lei n. 10.257/2001. (B) A autorização é para fins privativos. (C) Arts. 6º e 10, Decreto-lei n. 25/37. (D) Aquelas que não são de domínio do Estado. Art. 20, II e § 2º, e art. 26, IV, CF. *Alternativa C.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Acerca das servidões administrativas e das desapropriações, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

122. Servidão administrativa é um direito real de gozo que independe de autorização legal, recaindo sobre imóvel de propriedade alheia. Sejam públicas ou privadas, as servidões se caracterizam pela perpetuidade, podendo, entretanto, ser extintas no caso de perda da coisa gravada ou de desafetação da coisa dominante. Em regra, não cabe indenização quando a servidão, incidente sobre imóvel determinado, decorrer de decisão judicial.

RESPOSTA A servidão administrativa é instituída por Decreto do Chefe do Poder Executivo; por lei específica, de iniciativa deste, ou, no caso de instituição forçada, por sentença judicial, cabendo indenização se o particular comprovar prejuízo sofrido (MAZZA, *Manual de direito administrativo*, p. 262). *Errado.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Com base no tratamento conferido ao instituto da desapropriação pela CF, pela legislação vigente e pelos tribunais superiores, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

123. O procedimento de desapropriação por utilidade pública de imóvel residencial urbano não admite a figura da imissão provisória na posse.

RESPOSTA A desapropriação por utilidade pública admite a figura jurídica da imissão provisória, conforme previsto no art. 15, § 1º, Decreto-lei n. 3.365/41. *Errado.*

124. Segundo entendimento do STF, é inconstitucional a previsão legal que limita a quantia a ser arbitrada a título de honorários advocatícios na ação de desapropriação a um valor entre 0,5% e 5% da diferença entre o preço oferecido e a indenização obtida.

RESPOSTA O STF, na ADIn 2.332-2, deferiu e confirmou medida cautelar suspendendo a eficácia da Medida Provisória n. 2.183/2001, que reduziu o percentual previsto no art. 27, § 1º, Decreto-lei n. 3.365/41. Porém, ainda não houve decisão de mérito. Súmulas 618, STF, e 408, STJ. *Errado.*

125. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** No que se refere à classificação e às formas de utilização dos bens públicos, ao tombamento e à servidão administrativa, assinale a opção correta.

(A) A servidão administrativa, direito real que autoriza o poder público a usar propriedade alheia para permitir a execução de obras e serviços de interesse público, gera, como regra, a obrigação de indenizar o proprietário.

(B) Uso especial é a forma de utilização de bens públicos por meio da qual o indivíduo se submete à incidência da obrigação de pagar pelo uso, podendo os bens de uso especial estar sujeitos a uso especial remunerado, possibilidade que não se estende aos bens de uso comum, em relação aos

quais não se admite nenhuma forma de pagamento.

(C) O fechamento de rua para a realização de festa comunitária caracteriza autorização de uso, ato pelo qual a administração consente, a título precário, que particulares se utilizem de bem público de modo privativo, atendendo primordialmente a seus próprios interesses.

(D) Assim como ocorre na autorização de uso, na permissão de uso, o interesse que predomina é o privado, ainda que haja interesse público como pano de fundo.

(E) O tombamento, forma de intervenção do Estado na propriedade privada, tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico e artístico, podendo atingir bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, mas não bens públicos.

RESPOSTA (A) Este é o conceito da ocupação temporária. Art. 36, Decreto-lei n. 3.365/41. (B) Art. 103, CC. (C) Correto. Trata-se de situação que exemplifica a autorização de uso. (D) Na permissão, predomina o interesse público. (E) Art. 5º, Decreto-lei n. 25/37. *Alternativa C.*

126. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** Uma das formas de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural, o tombamento

(A) não pode atingir bens públicos.

(B) só pode atingir bens imóveis.

(C) pode atingir bens materiais e imateriais.

(D) pode atingir obras de origem estrangeira que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais.

(E) pode atingir obras de origem estrangeira que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país.

RESPOSTA Arts. 1º, 2º e 3º, Decreto-lei n. 25/37, e art. 216, I a V e § 1º, CF. *Alternativa C.*

127. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** No que se refere às restrições estatais sobre a propriedade privada, assinale a opção correta.

(A) É possível que determinado município institua servidão administrativa sobre imóvel pertencente ao estado, desde que a autorização tenha sido concedida por lei municipal.

(B) A instituição de uma servidão administrativa é permanente e não admite extinção.

(C) O tombamento incide somente sobre bens imóveis, dada a sua natureza.

(D) Na desapropriação por utilidade pública, o prazo de caducidade do decreto expropriatório é de cinco anos, contado a partir da data da sua expedição.

(E) Compete à União desapropriar propriedades rurais, por interesse social e para fins de reforma agrária, mediante o pagamento prévio e justo da indenização em dinheiro.

RESPOSTA (A) Lei Estadual. Art. 2º, § 2º, c/c art. 40, Decreto-lei n. 3.365/41. (B) Admite a extinção. Ex.: Incorporação do bem ao Estado. (C) Art. 1º, Decreto-lei n. 25/37. (D) Art. 10, Decreto-lei n. 3.365/41. (E) Art. 184, CF. *Alternativa D.*

128. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Considerando a disciplina que rege a desapropriação, assinale a opção correta.

(A) A União poderá desapropriar bens para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias.

(B) Conforme entendimento sumulado pelo STJ, o prazo prescricional da ação de desapropriação indireta é de cinco anos.

(C) Caso recaia hipoteca sobre o imóvel a ser desapropriado, o poder público ficará impedido de dar início ao processo expropriatório.

(D) O Poder Legislativo pode tomar a iniciativa da desapropriação, cabendo, nesse caso, ao Executivo praticar os atos necessários à sua efetivação.

(E) Um município é competente para, presentes os requisitos legais, desapropriar bens de empresa pública federal.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XXIV, CF. (B) É vedada a desapropriação indireta. Art. 46, LC n. 101/2000. (C) Art. 31, Decreto-lei n. 3.365/41. (D) Art. 8º, do decreto-lei, ora invocado. (E) Art. 2º, §§ 2º e 3º, do referido decreto. *Alternativa D.*

129. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da intervenção do Estado na propriedade privada e do instituto da desapropriação.

(A) O tombamento implica limitação precária e temporária ao direito de propriedade em benefício do interesse coletivo e incide apenas sobre bens imóveis.

(B) A servidão administrativa, que impõe ao proprietário a obrigação de suportar ônus parcial sobre o imóvel de sua propriedade, é direito real instituído tanto em favor do Estado quanto de particulares.

(C) Requisição é a modalidade de intervenção estatal por meio da qual o Estado utiliza bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente, tanto para fins militares quanto civis.

(D) A ocupação temporária é direito de caráter real que tem natureza de permanência e exige situação de perigo público iminente, tanto quanto a requisição.

(E) Quaisquer entes federativos podem desapropriar bens públicos uns dos outros, desde que devidamente autorizados pelo Poder Legislativo de seu âmbito.

RESPOSTA (A) Art. 1º, Decreto-lei n. 25/37. (B) A servidão administrativa é instituto jurídico imposto por lei, em razão do interesse público. A servidão gravada entre particulares é aquela prevista no art. 1.378, CC. (C) Art. 5º, XXV, CF. (D) Art. 36, Decreto-lei n. 3.365/41. (E) Art. 2º, § 2º, Decreto-lei n. 3.365/41. *Alternativa C.*

IX. Responsabilidade Civil do Estado

(Advogado – CEF – 2006 – CESPE) Julgue os itens seguintes, relativos à responsabilidade civil da administração pública.

130. A teoria do risco administrativo, consagrada em sucessivos documentos constitucionais brasileiros desde a Carta Política de 1946, confere fundamento doutrinário à responsabilidade civil objetiva do poder público pelos danos a que os agentes públicos houverem dado causa, por ação ou por omissão.

RESPOSTA Haja vista a teoria do risco administrativo, consolidada no art. 37, § 6º, CF. *Correto.*

131. Conduta comissiva ou omissiva, independentemente da licitude do comportamento funcional, pode gerar a responsabilização da administração pública.

RESPOSTA Conforme a teoria da responsabilidade objetiva, prevista no art. 37, § 6º, CF, havendo dano a terceiros e a comprovação do nexo de causalidade, imputando este à Administração, haverá o dever de indenizar. *Correto.*

132. A fixação, por parte do Estado, de preços a serem praticados por uma empresa em valores abaixo da realidade do setor econômico a que essa empresa pertence constitui óbice ao livre exercício da atividade econômica, em desconsideração ao princípio da liberdade de iniciativa. Assim, ocorrendo prejuízos aos particulares em razão da intervenção estatal na economia, pode vir a se configurar a

responsabilidade objetiva do Estado.

RESPOSTA A banca entendeu pela imputação da responsabilidade objetiva do Estado, com base no art. 37, § 6º, haja vista suas razões interventivas na área econômica. Ver art. 173, CF. *Correto.*

133. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** José, morador de um bairro periférico, foi recrutado informalmente, por policiais do posto policial presente naquele bairro, para exercer, em cooperação à polícia militar, atividades como diligências, rondas, plantões e vigilância de presos. Certo dia, durante um plantão, Antônio, esposo de Maria, julgando que José fosse amante de sua esposa, adentrou o posto policial e desferiu um tiro em José, deixando-o paraplégico. Acerca da situação hipotética descrita acima e da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

(A) Está configurada a responsabilidade civil do Estado pela falta do serviço, ou seja, a responsabilidade subjetiva, pois a administração pública tolerava a atividade ilegal exercida por José.

(B) A responsabilidade civil do Estado, no caso, é a objetiva, pois foi o Estado que recrutou José e este ficou paraplégico em serviço.

(C) No caso concreto, não está configurado o nexo de causalidade necessário à configuração da responsabilidade civil do Estado.

(D) Apenas a adoção da teoria do risco integral, adotada pela CF na atualidade, é capaz de gerar a responsabilização do Estado em casos como esse.

(E) Como a conduta danosa praticada contra José foi realizada por agente que não é servidor público, tal fato é motivo suficiente para excluir qualquer responsabilidade do Estado, não sendo necessário indagar qualquer outro aspecto para solucionar a controvérsia.

RESPOSTA A banca entendeu que o recrutamento informal não coloca o cidadão como prestador de serviço público, afastando-se, assim, a imputação objetiva, prevista no art. 37, § 6º, CF. *Alternativa C.*

134. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

(A) A doutrina e a jurisprudência têm reconhecido a obrigatoriedade de o Estado indenizar tanto os danos materiais quanto os danos morais, mas não os danos emergentes e os lucros cessantes.

(B) Diferentemente das entidades estatais de direito privado que desempenham serviços públicos, as empresas privadas que prestam serviços públicos por delegação não se submetem ao regime da responsabilidade civil objetiva prevista no texto constitucional.

(C) Para que o Estado responda por danos causados por agente seu a particular, é necessário que a pessoa lesada faça prova da culpabilidade direta ou indireta da administração, tanto no caso de ação quanto no de omissão.

(D) Em matéria de responsabilidade civil do Estado, é possível a cumulação de indenizações por dano material e dano moral que decorram de um só fato.

(E) Como a responsabilidade do poder público só se configura em face de atos lícitos, os atos contrários à lei, à moral ou ao direito podem gerar a responsabilidade penal e civil do agente público, mas não a responsabilidade civil do Estado.

RESPOSTA Tratando-se da responsabilidade civil do Estado, os Tribunais possuem entendimento pela possibilidade de cumulação dos danos material e moral, em ação indenizatória, quando decorrerem de um ato (APELREEX 200770000138950 – TRF-4ª). *Alternativa D.*

135. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Com relação à responsabilidade civil do Estado, assinale

a opção correta.

(A) Em caso de assalto praticado por policial fardado que empunhe arma da corporação militar, o Estado responde subjetivamente pelos danos causados pelo agente, ainda que o crime seja cometido fora do horário de expediente, dada a função pública exercida pelo policial.

(B) Segundo entendimento do STF, a qualificação do tipo de responsabilidade imputável ao Estado – objetiva ou subjetiva – constitui circunstância de menor relevo caso as instâncias ordinárias demonstrem, com base no acervo probatório, que a inoperância estatal injustificada tenha sido condição decisiva para a produção do dano.

(C) Segundo a jurisprudência do STF e a doutrina majoritária, para a caracterização da responsabilidade objetiva do poder público, é imprescindível a comprovação, com base na teoria do risco administrativo, da ilicitude da ação administrativa causadora do dano.

(D) Na hipótese de um raio matar presidiário em prisão estadual, o Estado responderá objetivamente pelos danos causados ao preso, dada a aplicação, no caso concreto, da teoria da responsabilidade objetiva por danos causados a pessoas sob a guarda estatal.

(E) A comprovação do dano e a existência de ação administrativa, independentemente de haver nexo causal entre eles, são os requisitos necessários para a caracterização da responsabilidade objetiva do Estado.

RESPOSTA A banca entendeu pela posição hodierna adotada pelo STF. Ver RE 237.561, RE 283.989 e AI 600.652-AgR/PR. *Alternativa B.*

136. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** Um policial militar do estado da Paraíba, durante o período de folga, em sua residência, teve um desentendimento com sua companheira e lhe desferiu um tiro com uma arma pertencente à corporação. Considerando o ato hipotético praticado pelo referido policial, é correto afirmar que

(A) está configurada a responsabilidade civil do Estado, pois a arma pertencia à corporação.

(B) está configurada a responsabilidade civil do Estado, pois o disparo foi efetuado por um policial militar, e o fato de ele estar de folga não afasta a responsabilidade do Estado.

(C) não há responsabilidade civil do Estado, visto que o dano foi causado por policial fora de suas funções públicas.

(D) não há responsabilidade civil do Estado, pois o dano não foi causado nas dependências de uma repartição pública.

(E) não há responsabilidade civil do Estado, uma vez que a conduta praticada pelo policial não configurou dano.

RESPOSTA Veja-se que o art. 37, § 6º, da Constituição, prevê que o agente deverá atuar na qualidade de prestador do serviço público para, assim, atrair a responsabilidade objetiva, quando da ocorrência de dano a terceiro. *Alternativa C.*

(Procurador – Vitória-ES – 2007 – CESPE) Quanto à evolução doutrinária da responsabilidade civil da administração pública e à reparação do dano causado pelos agentes públicos, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

137. A doutrina da culpa administrativa representa um estágio de transição entre a doutrina da responsabilidade civilística e a tese objetiva do risco administrativo.

RESPOSTA A evolução partiu da teoria da irresponsabilidade, percorrendo a teoria do risco integral, para chegar à doutrina advinda do direito civil e à teoria do risco administrativo (responsabilidade extracontratual), prevista no art. 37, § 6º, CF. *Certo.*

138. A teoria do risco integral jamais foi acolhida em quaisquer das constituições republicanas

brasileiras.

RESPOSTA É concepção da doutrina francesa. Ver Di Pietro (*Direito administrativo*, p. 645-648). *Certo.*

139. No atual estágio da doutrina da responsabilidade da administração pública pelos atos de seus agentes, a indenização decorrente de atos lesivos limita-se aos danos materiais.

RESPOSTA Ver posição atual do STJ (AgReg AResp 92.726/RJ). *Errado.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Julgue os seguintes itens, que versam sobre responsabilidade civil do Estado (Certo ou Errado).

140. As ações de reparação de dano ajuizadas contra o Estado em decorrência de perseguição, tortura e prisão, por motivos políticos, durante o Regime Militar não se sujeitam a qualquer prazo prescricional.

RESPOSTA São imprescritíveis, conforme interpretação lastreada na jurisprudência do STJ (REsp 379.414/PR, REsp 529.804/PR e REsp 1.002.009/PE). *Certo.*

141. A responsabilidade civil objetiva da concessionária de serviço público alcança também não usuários do serviço por ela prestado.

RESPOSTA Este é, hoje, o entendimento majoritário do STF (RE 591.874/MS). *Certo.*

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) Acerca da responsabilidade civil do Estado e de seus servidores, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

142. Os servidores públicos de uma autarquia do Acre respondem objetivamente pelos danos que, no exercício de suas funções, causem culposamente a terceiros.

RESPOSTA Quem responde é a entidade com personalidade jurídica (art. 41, CC), e não os agentes públicos, conforme a teoria insculpida no art. 37, § 6º, CF. O servidor, comprovada a sua culpa, será acionado, após, via ação regressiva pela entidade. *Errado.*

143. Considere que um detento tenha sido morto por seus colegas de carceragem, dentro da cela de uma delegacia de polícia do estado do Acre. Nessa situação, o Acre responde pelos danos materiais e morais resultantes dessa morte, mesmo que reste demonstrada a ausência de culpa dos agentes públicos responsáveis pela segurança dos presos.

RESPOSTA O STF tem entendimento pela legitimidade de parente do preso morto em rebelião prisional de propor ação de indenização (REsp 1.054.443 e Ag. 986.208). *Certo.*

X. Princípios e Poderes da Administração

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) A respeito dos atos administrativos e serviços públicos, julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

144. A possibilidade de reconsideração por parte da autoridade que proferiu uma decisão objeto de recurso administrativo atende ao princípio da eficiência.

RESPOSTA Art. 56, §§ 1º e 3º, Lei n. 9.784/99. *Certo.*

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) Acerca do direito administrativo, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

145. Considere que uma lei federal tenha determinado a proibição da venda de bebidas alcoólicas

em postos e bares localizados às margens de rodovias federais. Nessa situação, a fiscalização do cumprimento dessa determinação configura exercício de poder de polícia administrativa.

RESPOSTA Trata-se de limitação de direitos oriunda do Poder de Polícia, ínsito à Administração. Art. 78, CTN. *Certo.*

146. Considere que a Constituição da República determina que as polícias civis sejam dirigidas por delegados de polícia de carreira. Essa determinação confere aos delegados poder hierárquico e poder disciplinar sobre os servidores da polícia civil que lhes são subordinados.

RESPOSTA Quanto ao Poder Hierárquico, tal estaria adequado, pois existiria relação de subordinação. Todavia, no que diz respeito ao Poder Disciplinar, tal fica a cargo da Comissão Disciplinar, com competência e imparcialidade para sindicar. *Errado.*

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) No que se refere a conceitos e poderes da administração pública e à aplicação da teoria do órgão, julgue o seguinte item (Certo ou Errado).

147. A atividade do Estado que condiciona a liberdade e a propriedade do indivíduo aos interesses coletivos tem por fundamento o denominado poder hierárquico.

RESPOSTA Trata-se do Poder de Polícia. Art. 78, CTN. *Errado.*

(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE) Julgue o item subsequente, relativo aos poderes administrativos, à organização administrativa e aos atos administrativos (Certo ou Errado).

148. Segundo a doutrina, o poder de polícia tanto pode ser discricionário quanto vinculado.

RESPOSTA Será discricionário no caso da limitação de pesca em lagos; sendo vinculado no caso de expedição da Carteira Nacional de Habilitação – CNH. *Certa.*

(Advogado – MC – 2008 – CESPE) A respeito do poder de polícia, julgue os seguintes itens.

149. O fundamento do poder de polícia é o princípio da predominância do interesse público sobre o particular.

RESPOSTA Eis que dever da Administração a indisponibilidade do interesse público, e, para isso, o uso da supremacia, ora ressaltada. *Correto.*

150. O estado de direito desenvolveu-se com base nos princípios do liberalismo, em que a preocupação reinante era a de garantir a segurança pública ao indivíduo, mediante a forte intervenção do Estado para assegurar a ordem pública.

RESPOSTA A preocupação com a atuação do poder de polícia administrativa é a limitação e restrição de direitos, em prol da coletividade, o que implica em observância de princípios oriundos do liberalismo, no que diz respeito às limitações de atuação. *Errada*.

151. A noção de Estado de polícia se confunde com o poder de polícia, instrumento jurídico que frequentemente se realiza mediante o abuso de direito.

RESPOSTA O poder de polícia deriva do dever de indisponibilidade do interesse público, oferecendo limitações e restrições de salvaguarda, não se operando no abuso de direito. *Errado.*

152. A polícia administrativa tanto pode agir preventivamente, a exemplo da atuação orientadora aos comerciantes sobre o risco de expor à venda produtos deteriorados ou impróprios para o consumo, como pode agir repressivamente, apreendendo os produtos vencidos dos estabelecimentos comerciais, por exemplo.

RESPOSTA Pois apresenta a dupla face do poder de polícia administrativa, qual seja, preventiva e repressiva, ambas agindo

nos “costumes” e liberdade do cidadão. *Certo.*

153. A polícia judiciária é uma expressão do poder de polícia da administração pública, sendo a primeira um gênero da qual o segundo é espécie.

RESPOSTA São dois poderes distintos. Art. 144, § 4º, CF, e art. 78, CTN. *Errada*.

154. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Tavares é dono de um bar em local de intensa atividade noturna. Devido ao reduzido espaço na parte interna de seu estabelecimento, Tavares costuma colocar mesas na calçada em frente ao bar e na área lateral deste. Com o passar do tempo, visando proporcionar maior conforto aos seus clientes, Tavares decidiu cercar e cobrir a área pública, incorporando-a ao seu estabelecimento. Informados da situação, os fiscais da prefeitura autuaram Tavares por invasão de área pública, concedendo-lhe prazo para que sanasse a ilegalidade. Tavares, contudo, quedou-se inerte. Vencido o prazo concedido pela prefeitura para a regularização da situação, observados os devidos procedimentos legais, os fiscais demoliram a construção em área pública. Tendo como referência a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

(A) No caso apresentado, a administração pública valeu-se de seu poder hierárquico.

(B) Os fiscais agiram acertadamente, visto que, após juízo de discricionariedade, praticaram o ato que entenderam mais apropriado para o caso.

(C) A prefeitura deveria ter ingressado com ação demolitória em juízo, uma vez que, em estado democrático de direito, ninguém deve ser privado de seus bens sem o devido processo legal.

(D) A prefeitura agiu com acerto, pois a administração pública pode valer-se de seus poderes administrativos para impor limites ao exercício de direitos e liberdades individuais e, assim, evitar danos à coletividade, sem ter de recorrer ao Poder Judiciário.

(E) Caso Tavares estivesse ocupando a área por mais de cinco anos, o direito de a administração pública questionar a ocupação estaria prescrito, e Tavares poderia incorporar a área pública a seu estabelecimento.

RESPOSTA Aplicação do ato de demolição, após regular notificação, com base no poder de polícia administrativa (art. 78, CTN), decorrente de seu atributo de autoexecutoriedade. *Alternativa D.*

155. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** No que se refere aos princípios e poderes da administração pública, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o princípio da impessoalidade, é possível reconhecer a validade de atos praticados por funcionário público irregularmente investido no cargo ou função, sob o fundamento de que tais atos configuram atuação do órgão e não do agente público.

(B) O princípio da hierarquia é aplicável quando o Estado cria pessoas jurídicas públicas administrativas, como forma de descentralizar a prestação de serviços públicos.

(C) O princípio da boa-fé está previsto expressamente na CF e, em seu aspecto subjetivo, corresponde à conduta leal e honesta do administrado.

(D) O poder disciplinar, que confere à administração pública a tarefa de apurar a prática de infrações e de aplicar penalidades aos servidores públicos, não tem aplicação no âmbito do Poder Judiciário e do MP, por não haver hierarquia quanto ao exercício das funções institucionais de seus membros e quanto ao aspecto funcional da relação de trabalho.

(E) Na administração pública, a hierarquia constitui elemento essencial, razão pela qual não é possível a distribuição de competências dentro da organização administrativa mediante a exclusão da relação

hierárquica quanto a determinadas atividades.

RESPOSTA (A) Art. 37, § 1º, CF, e art. 1º, § 2º, I, Lei n. 9.784/99. (B) Inexiste subordinação hierárquica na descentralização. (C) Aspecto objetivo, eis que prescreve conduta a ser seguida. (D) Aplica-se o Poder por meio dos Conselhos e Corregedorias. (E) Art. 12, Lei n. 9.784/99. *Alternativa A.*

156. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Acerca da principiologia do direito administrativo, assinale a opção correta.

(A) Explícita ou implicitamente, os princípios do direito administrativo que informam a atividade da administração pública devem ser extraídos da CF.
(B) Os princípios que regem a atividade da administração pública e que estão expressamente previstos na CF são os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.
(C) A lei que trata dos processos administrativos no âmbito federal previu outros princípios norteadores da administração pública. Tal previsão extrapolou o âmbito constitucional, o que gerou a inconstitucionalidade da referida norma.
(D) O princípio da legalidade no âmbito da administração pública identifica-se com a formulação genérica, fundada em ideais liberais, segundo a qual ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
(E) Os princípios da moralidade e da eficiência da administração pública, por serem dotados de alta carga de abstração, carecem de densidade normativa. Assim, tais princípios devem ser aplicados na estrita identificação com o princípio da legalidade.

RESPOSTA (A) Art. 37, *caput*, e art. 5º, LIV, LV, entre outros, CF. (B) E eficiência. Art. 37, *caput*, CF. (C) Não gerou. O art. 2º, Lei n. 9.784/99, é vigente e norteador. (D) A Administração só atua com previsão em lei. (E) Possuem carga normativa. Ex.: Lei n. 8.479/92 e art. 37, § 1º, CF. *Alternativa A.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) A respeito dos limites do poder regulamentar, julgue o próximo item (Certo ou Errado).

157. O AGU, utilizando-se do poder regulamentar previsto na CF, pode conceder indulto e comutar penas, desde que por delegação expressa do presidente da República.

RESPOSTA Art. 84, VI, parágrafo único, CF. *Certo.*

158. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos poderes disciplinar, hierárquico, regulamentar e de polícia administrativa.

(A) No campo disciplinar, o direito administrativo utiliza, como regra, o sistema da rígida tipicidade, prevendo cada conduta ilícita e a sanção respectiva.
(B) O poder de polícia é atividade discricionária que não envolve competências vinculadas.
(C) Decorre da hierarquia o poder que o órgão administrativo hierarquicamente superior possui de, em qualquer circunstância e sem necessidade de justificação, avocar temporariamente a competência atribuída a órgão inferior.
(D) Em razão do sistema de jurisdição única adotado no Brasil, cabe ao Poder Judiciário, com exclusividade, a prerrogativa de controlar os atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
(E) Os processos de natureza disciplinar, mesmo que redundem na aplicação de penalidades de advertência e de suspensão de até trinta dias, estão submetidos ao princípio da ampla defesa e do contraditório, sendo inconstitucional qualquer dispositivo legal que dispense essa exigência.

RESPOSTA (A) Art. 129, Lei n. 8.112/90. (B) Poderá ser vinculado. Ex.: Expedição de licença. (C) Caráter excepcional. Art. 15,

Lei n. 9.784/99. (D) Poder Legislativo. Ex.: Art. 49, V, CF. (E) Art. 5º, LV, CF. *Alternativa E*.

159. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** A doutrina nacional e internacional do direito administrativo muito critica a expressão poder de polícia. Trata-se de designativo manifestamente infeliz. Engloba, sob um único nome, coisas radicalmente distintas, submetidas a regimes de inconciliável diversidade: leis e atos administrativos; isto é, disposições superiores e providências subalternas.

Celso Antônio Bandeira de Mello. *Curso de direito administrativo*. 13. ed. São Paulo: Malheiros, p. 687 (com adaptações).

Ao incluir as convenções de direitos humanos na constituição da Argentina, os juristas não podem partir do poder do Estado como noção fundamental de um sistema. Devem partir das liberdades públicas e dos direitos individuais. Poderá haver limitações a tais direitos, mas aquele que explica e analisa o sistema jurídico administrativo não pode partir da limitação para, somente depois, entrar nas limitações das limitações.

Augustín Gordillo. *Tratado de derecho administrativo*. 8. ed. Buenos Aires: F.D.A., 2006, cap. V, p. 2-3 (com adaptações).

Acerca do poder de polícia, assunto tratado nos textos acima, assinale a opção correta.

(A) Nenhum dos aspectos do poder de polícia pode ser exercido por agente público sujeito ao regime celetista.

(B) Diz-se originário o poder de polícia conferido às pessoas políticas da Federação que detêm o poder de editar as leis limitativas da liberdade e da propriedade dos cidadãos. Poder de polícia delegado é aquele outorgado a pessoa jurídica de direito privado, desprovida de vinculação oficial com os entes públicos.

(C) No exercício da atividade de polícia, a administração só atua por meio de atos concretos previamente definidos em lei. Esses atos devem ser praticados sob o enfoque da proporcionalidade, de forma a evitar a prática de um ato mais intenso e extenso do que o necessário para limitar a liberdade e a propriedade no caso concreto.

(D) Os atos de polícia podem constituir-se em consentimentos, ou seja, quando a administração responde afirmativamente a um pedido para o exercício de atividade econômica em via pública, está praticando um ato de polícia. Nesse caso, apesar de consentir, o Estado impõe condicionantes de forma a limitar a liberdade do agente econômico.

(E) A coercibilidade é a característica do poder de polícia que possibilita à administração praticar atos, modificando imediatamente a ordem jurídica.

RESPOSTA (A) Aplica-se o regime celetista aos agentes das Agências Reguladoras. Art. 1º, Lei n. 9.986/2000. (B) Art. 4º, III, Lei n. 11.079/2004. (C) Atua por meio de atos abstratos, previstos em lei. (D) Ex.: Autorização de uso de bens públicos. (E) Tal atributo chama-se autoexecutoriedade. *Alternativa D.*

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com relação ao poder de polícia administrativa, julgue o item abaixo (Certo ou Errado).

160. O exercício do poder de polícia administrativa é um dos fatos geradores da cobrança de taxas, impostos e contribuições de melhoria.

RESPOSTA Art. 145, II, CF. *Errada.*

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) No que concerne aos poderes administrativos, julgue os itens subsecutivos (Certo ou Errado).

161. Além dos atos que provêm de autoridade pública, caracterizam-se, também, como atividades de polícia administrativa as providências tomadas por particulares para prevenir prejuízos ou ameaças

a seus direitos ou patrimônios.

RESPOSTA O Poder Público é o detentor da prerrogativa de exercício do poder de polícia administrativa, podendo, por meio dele, restringir e limitar direitos dos particulares. Art. 78, CTN. *Errada*.

162. O poder disciplinar consiste em distribuir e escalonar as funções, ordenar e rever as atuações e estabelecer as relações de subordinação entre os órgãos públicos, inclusive seus agentes.

RESPOSTA Trata-se do conceito do poder hierárquico. *Errada*.

163. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** O princípio da eficiência, introduzido expressamente na Constituição Federal (CF) na denominada Reforma Administrativa, traduz a ideia de uma administração

(A) descentralizada.
(B) informatizada.
(C) moderna.
(D) legalizada.
(E) gerencial.

RESPOSTA Trata-se da ideia de Administração gerencial, eis que conectada aos conceitos de estrutura e organização (DI PIETRO, *Direito administrativo*, p. 83). *Alternativa E.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) No que se refere aos poderes da administração pública, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

164. O prazo prescricional para que a administração pública federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, inicie ação punitiva, cujo objetivo seja apurar infração à legislação em vigor, é de cinco anos, contados da data em que o ato se tornou conhecido pela administração, salvo se se tratar de infração dita permanente ou continuada, pois, nesse caso, o termo inicial ocorre no dia em que cessa a infração.

RESPOSTA O prazo prescricional é contado da data da prática do ato ou fato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, no dia em que cessa a infração. Art. 1º, Lei n. 9.873/99. *Errado.*

165. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos poderes da administração.

(A) O STF admite a delegação do exercício do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado.
(B) A avocação de atribuições, decorrente do poder hierárquico da administração pública, é admitida desde que estas não sejam de competência exclusiva do órgão subordinado.
(C) No âmbito federal, a aplicação de sanções relacionadas ao exercício do poder de polícia submete-se a prazo de prescrição de cinco anos, não passível de interrupção ou suspensão.
(D) No que se refere ao exercício do denominado poder normativo da administração, é vedado ao ministro de Estado expedir ato de natureza regulamentar, instrumento de uso exclusivo do chefe do Poder Executivo.
(E) Segundo a doutrina, o exercício do poder disciplinar pela administração pública deve ficar adstrito à apuração de infrações e à aplicação de penalidades aos servidores públicos.

RESPOSTA (A) Art. 4º, III, Lei n. 11.079/2004. (B) Arts. 11 e 15, Lei n. 9.784/99. (C) Arts. 2º e 3º, Lei n. 9.873/99. (D) Art. 84, VI e parágrafo único, CF. (E) A disciplina funcional abrange a observância dos deveres e proibições previstos em lei. *Alternativa B.*

166. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) Após a edição da CF, havia controvérsia sobre a obrigatoriedade de concurso público para o provimento de cargos nas empresas públicas e sociedades de economia mista. A questão foi pacificada pelo STF, no ano de 1993, em decisão que confirmou a obrigatoriedade do concurso público. Posteriormente, avaliando contratações sem concurso público ocorridas no período entre 1988 e 1993, o STF assim decidiu: "(…) A existência de controvérsia, à época das contratações, quanto à exigência de concurso público no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista, questão dirimida somente após a concretização dos contratos, não tem o condão de afastar a legitimidade dos provimentos, realizados em conformidade com a legislação então vigente." Nessa decisão, fica evidenciada a aplicação do princípio da

(A) juridicidade.
(B) recepção.
(C) segurança jurídica.
(D) continuidade do serviço público.
(E) supremacia do interesse público.

RESPOSTA Segurança jurídica. Art. 2º, parágrafo único, XIII, Lei n. 9.784/99. *Alternativa C.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) No que se refere a fontes e princípios do direito administrativo, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

167. A jurisprudência é fonte do direito administrativo, mas não vincula as decisões administrativas, apesar de o direito administrativo se ressentir de codificação legal.

RESPOSTA Art. 50, VII e § 2º, Lei n. 9.784/99. *Certo.*

168. A veiculação do ato praticado pela administração pública na Voz do Brasil, programa de âmbito nacional, dedicado a divulgar fatos e ações ocorridos ou praticados no âmbito dos três poderes da União, é suficiente para ter-se como atendido o princípio da publicidade.

RESPOSTA Segundo Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 94), tanto os atos gerais, dirigidos a destinatários indeterminados, quanto os atos individuais de efeitos coletivos, deverão ter a sua publicação no *Diário Oficial*. *Errado.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) No que se refere aos poderes da administração pública, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

169. Atos administrativos decorrentes do poder de polícia gozam, em regra, do atributo da autoexecutoriedade, haja vista a administração não depender da intervenção do Poder Judiciário para torná-los efetivos. Entretanto, alguns desses atos importam exceção à regra, como, por exemplo, no caso de se impor ao administrado que este construa uma calçada. A exceção ocorre porque tal atributo se desdobra em dois, exigibilidade e executoriedade, e, nesse caso, falta a executoriedade.

RESPOSTA O poder de polícia possui o atributo de autoexecutoriedade. Contudo, nem todos os atos de polícia são plenamente executáveis pela Administração. Quando esta criar obrigações (exigibilidade), poderão necessitar da autorização judicial para ser executados, por exemplo a cobrança de multa. *Certo.*

XI. Processo Administrativo

170. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) Acerca da competência administrativa, da delegação e da ausência de competência, assinale a opção correta.

(A) O ato de delegação, assim como sua anulação, deve ser publicado em meio oficial, exceto no caso

de revogação decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificá-la.

(B) Considera-se agente de fato aquele que pratica ato e executa atividades em situações excepcionais, como as de emergência, em colaboração com o poder público, excluindo-se dessa definição os chamados agentes putativos, que desempenham atividade pública na presunção de agir legitimamente, embora não tenham sido investidos conforme o procedimento legalmente exigido.

(C) Os órgãos administrativos e seus titulares podem delegar parte de sua competência a outros órgãos ou agentes, mesmo que não lhes sejam hierarquicamente subordinados, por conveniência de ordem técnica, social, econômica, jurídica ou territorial e desde que não haja impedimento legal.

(D) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deve iniciar-se perante a autoridade de grau hierárquico mais elevado.

(E) A delegação é medida unilateral da autoridade delegante, que detém o poder de revogá-la a qualquer tempo. Entretanto, o ato que a formaliza não pode conter ressalvas ou restrições ao pleno exercício da atribuição delegada.

RESPOSTA (A) Art. 14, Lei n. 9.784/99. (B) Os agentes putativos são espécies do gênero “agentes de fato”. (C) Art. 12, Lei n. 9.784/99. (D) Art. 17, da referida lei. (E) Art. 14, § 1º, da norma em tela. *Alternativa C.*

171. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** No tocante à competência legislativa em matéria administrativa e à competência administrativa, assinale a opção correta.

(A) A competência administrativa pode ser objeto de delegação, ainda quando esta competência tenha sido conferida por lei a determinado órgão ou agente, com exclusividade.

(B) Na hipótese de omissão do legislador quanto à fixação de competência para a prática de determinados atos, a atuação administrativa não é viável, já que nenhuma autoridade pode exercer competência que não lhe tenha sido atribuída expressamente por lei.

(C) De acordo com a legislação de regência, a avocação de competência é admitida apenas em caráter temporário e por motivos relevantes devidamente justificados.

(D) A distribuição de competência na esfera administrativa é fixada exclusivamente mediante a adoção de critérios relacionados à matéria e ao território.

(E) Em regra, a competência administrativa é renunciável.

RESPOSTA (A) Art. 13, III, Lei n. 9.784/99. (B) Caberá, no caso de delegação. Art. 11, da lei em tela. (C) Art. 15, da lei. (D) Também em razão da hierarquia. (E) Irrenunciável. Art. 11, *caput*, Lei n. 9.784/99. *Alternativa C.*

172. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Com relação aos elementos, às espécies e à revogação do ato administrativo, assinale a opção correta.

(A) Os pareceres e as certidões caracterizam-se como atos administrativos propriamente ditos, pois expressam declaração de vontade da administração, voltada à obtenção de determinados efeitos jurídicos definidos em lei.

(B) Por motivos de segurança e certeza jurídicas, os atos administrativos devem obrigatoriamente adotar a forma escrita, garantia de verificação e controle desses atos.

(C) A aprovação é ato unilateral e vinculado, manifestado sempre *a posteriori*, pelo qual a administração exerce o controle de outro ato administrativo.

(D) A competência é definida em lei, razão pela qual será ilegal o ato praticado por quem não seja detentor das atribuições fixadas na norma.

(E) A revogação do ato administrativo, como poder que a administração dispõe para rever a sua atividade interna, incide sobre atos válidos e inválidos e produz efeitos *ex nunc*.

RESPOSTA (A) São atos enunciativos, e não declaratórios. (B) Art. 22, § 1º, Lei n. 9.784/99. (C) Pode ser discricionário. (D) Art. 37, *caput*, CF, e art. 11, Lei n. 9.784/99. (E) Decorre de conveniência e oportunidade. Art. 53, da lei citada. *Alternativa D.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Tendo em vista a disciplina legal que rege o processo administrativo brasileiro e o entendimento do STF acerca do tema, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

173. No processo administrativo, eventual recurso deve ser dirigido à própria autoridade que proferiu a decisão, podendo essa mesma autoridade exercer o juízo de retratação e reconsiderar a sua decisão.

RESPOSTA Art. 56, § 1º, Lei n. 9.784/99. *Certo.*

174. Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada apenas quando a lei expressamente a exigir.

RESPOSTA Art. 22, Lei n. 9.784/99. *Certo.*

175. Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo pode ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

RESPOSTA O processo não terá prosseguimento. Art. 42, § 1º, Lei n. 9.784/99. *Errado.*

(Administração – MC – 2008 – CESPE) Acerca da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue os itens a seguir

176. Antes do advento da lei em questão, a administração pública podia rever, a qualquer tempo, seus próprios atos, quando eivados de nulidade. O prazo decadencial para anulação dos atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários e que não tenham sido realizados de má-fé, conforme previsto na referida lei, somente pode ser contado a partir da vigência dessa lei, sob pena de se conceder a ela efeito retroativo.

RESPOSTA Arts. 54 e 70, Lei n. 9.784/99. *Correto.*

177. De acordo com a lei em apreço, concluída a instrução de processo administrativo, a administração pública federal tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

RESPOSTA Art. 49, Lei n. 9.784/99. *Correto.*

178. Tendo em vista o princípio da oficialidade, o processo administrativo deve iniciar-se sempre de ofício, por iniciativa de servidor público.

RESPOSTA Art. 5º, Lei do Processo Administrativo. *Errada.*

179. O requerimento inicial que dará início a um processo administrativo, como regra, deve ser formulado por escrito, sendo possível a interessados particulares atuarem a partir de seu início.

RESPOSTA Art. 6º, Lei n. 9.784/99. *Certa.*

180. É vedada à administração a recusa imotivada de recebimento de documentos oferecidos para integrar processos administrativos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de

eventuais falhas.

RESPOSTA Art. 6º, parágrafo único, Lei n. 9.784/99. *Certa.*

181. Os órgãos e entidades administrativas deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.

RESPOSTA Art. 7º, Lei n. 9.784/99. *Certa.*

182. Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

RESPOSTA Art. 8º, da norma em tela. *Certa.*

183. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria, que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrerem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau, bem como aquele que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

RESPOSTA Art. 18, II e III, Lei n. 9.784/99. *Certa.*

184. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar, e a omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

RESPOSTA Art. 19, da lei em tela. *Certa.*

185. A suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau deve ser declarada pelo próprio servidor ou autoridade suspeita, e, ao contrário do impedimento, não pode ser arguida por aquele que possua a qualidade de interessado no processo.

RESPOSTA Art. 20, da norma em comento. *Certa.*

186. Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável, cuja firma deverá ser sempre reconhecida para que não haja dúvida de sua autenticidade

RESPOSTA Art. 22, § 1º, Lei n. 9.784/99. *Errada.*

(Administração – MC – 2008 – CESPE) Joana, servidora do Ministério das Comunicações, recebeu, durante todo o ano de 2002, uma vantagem salarial de valor mensal aproximado a R$ 1.000,00. Em 2003, a divisão de pagamento do ministério descobriu que a referida vantagem era indevida e que os depósitos foram realizados tendo em vista um erro de cálculo. A servidora foi notificada a devolver os pagamentos no prazo de 30 dias, sob pena de desconto em seus vencimentos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

187. Agiu adequadamente a administração pública, pois os descontos são necessários para assegurar a proteção do patrimônio público.

RESPOSTA Deverá ser oportunizado o direito a ampla defesa e contraditório, aplicável a todos os processos administrativos. Art. 5º, LV, CF. *Errada.*

188. A conduta da administração pública ofendeu os princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos tanto na CF como na Lei n. 9.784/1999. Joana deveria ter tido a ciência da tramitação do processo administrativo e o direito de ter vista dos autos, de obter cópias e de conhecer as decisões proferidas.

RESPOSTA Eis que deverá ser oportunizado o direito a ampla defesa e contraditório (art. 5º, LV, CF), previstos na Lei n. 9.784/99 (art. 3º, II). *Certo.*

189. Joana é, para fins legais, considerada legitimada na qualidade de interessada nesse processo administrativo.

RESPOSTA Art. 9º, II, Lei n. 9.784/99. *Certo.*

(Administração – MC – 2008 – CESPE) Com base na Lei n. 9.784/1999, julgue os itens que se seguem, a respeito de recursos administrativos

190. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade, mas as questões de mérito não podem ser discutidas por esse meio, já que essa matéria diz respeito à conveniência e oportunidade do administrador.

RESPOSTA Art. 56, Lei n. 9.784/99. *Errado.*

191. O recurso administrativo, que, de regra, possui efeito suspensivo, deve ser interposto por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

RESPOSTA Art. 61, parágrafo único, Lei n. 9.784/99. *Certo.*

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com base na Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo em âmbito federal, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

192. Os processos administrativos de que resultem sanções podem ser revistos a qualquer tempo, a pedido ou de ofício; dessa revisão pode resultar o agravamento da sanção, diferentemente do que ocorre na esfera judicial.

RESPOSTA Art. 65, parágrafo único, Lei n. 9.784/99. *Errada*.

193. Os preceitos dessa lei aplicam-se à administração pública direta e indireta no âmbito do Poder Executivo federal, mas não alcançam os Poderes Legislativo e Judiciário da União, que dispõem de autonomia para editar atos acerca de sua organização e funcionamento quando no desempenho de função administrativa.

RESPOSTA Art. 1º, § 1º, Lei n. 9.784/99. *Errada*.

194. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos atos e processos administrativos.

(A) O princípio da oficialidade tem aplicação na fase de instrução do processo administrativo e na de revisão da decisão proferida, mas não incide sobre a fase de instauração, que demanda provocação expressa do administrado.

(B) O administrado não pode alegar em instância administrativa superior o que não tenha sido arguido no início do processo administrativo.

(C) No que se refere à exequibilidade, o ato administrativo imperfeito e o ato pendente não estão aptos à produção de efeitos jurídicos, já que não completaram o respectivo ciclo de formação.

(D) Quanto à formação da vontade, a deliberação de um conselho constitui exemplo de ato administrativo simples.

(E) É possível a convalidação do ato administrativo quando o vício incide em qualquer um de seus elementos.

RESPOSTA (A) Art. 5º, Lei n. 9.784/99. (B) Art. 56, § 3º, e art. 64-A, Lei de Processo. (C) Produzem efeitos, apesar da inobservância quanto à forma. (D) Ato simples é aquele que resulta de vontade de um único órgão. (E) Art. 55, Lei do Processo. *Alternativa D.*

XII. Controle da Administração

195. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do controle da administração pública.

(A) O controle que os chefes exercem sobre os seus subordinados, na estrutura de um órgão público, é uma modalidade de controle externo.

(B) A sustação, pelo Congresso Nacional, de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar configura controle externo.

(C) O controle popular dos atos da administração pública só se consolida por intermédio da atuação do MP.

(D) Os agentes públicos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, devem dar ciência do fato ao TCU, sob pena de responsabilidade subsidiária.

(E) A necessidade de obtenção de autorização do Senado Federal para que os estados possam contrair empréstimos externos configura controle repressivo da administração pública.

RESPOSTA (A) Controle interno. (B) Correto. Art. 49, V, CF. (C) Qualquer cidadão, via ação popular. Art. 5º, LXXIII, CF. (D) Art. 74, § 1º, CF. (E) O controle repressivo é feito via Poder Judiciário. Ex.: Súmula 473, STF. *Alternativa B.*

196. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Com relação ao controle da administração, aos instrumentos judiciais que o embasam e à responsabilidade por improbidade administrativa, assinale a opção correta.

(A) A ação civil pública é mecanismo judicial que se destina à tutela repressiva dos interesses difusos e coletivos quando já se consumou a ofensa a tais interesses, razão pela qual não admite ação de natureza cautelar.

(B) Em havendo fundados indícios de responsabilidade pela prática de ato de improbidade, a comissão processante designada pela autoridade administrativa competente pode, de ofício, decretar o sequestro dos bens do agente público ou terceiro que tenha causado dano ao patrimônio público.

(C) O controle financeiro exercido pelo Congresso Nacional sobre os Poderes Executivo e Judiciário e sobre sua própria administração, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, alcança as pessoas físicas e as pessoas jurídicas que utilizam, arrecadam, guardam ou gerenciam dinheiros, bens e valores públicos, desde que detentoras de personalidade de direito público.

(D) Para fins de impetração de mandado de segurança, consideram-se autoridade coatora os agentes públicos em geral, assim como os administradores de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e concessionários de serviços públicos, quando, no exercício de funções delegadas, pratiquem atos de direito público ou atos de gestão comercial.

(E) No âmbito do controle da administração, os recursos administrativos, como regra, têm efeito apenas devolutivo, mas nada impede que tenham efeito suspensivo, quando a lei expressamente o mencione.

RESPOSTA (A) Art. 4º, Lei n. 7.347/85. (B) Art. 16, Lei n. 8.429/92. (C) Art. 70, parágrafo único, CF. (D) Art. 1º, §§ 1º e 2º, Lei n. 12.016/2009. (E) Art. 61, parágrafo único, Lei n. 9.784/99. *Alternativa E.*

197. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Com relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

(A) Compete ao Congresso Nacional fixar, mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros, os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do DF e dos municípios, bem como dispor sobre condições para as operações de crédito externo e interno desses entes estatais.

(B) Cabe aos tribunais de contas, como órgãos auxiliares do Poder Legislativo no controle externo, julgar anualmente as contas prestadas pelos chefes do Poder Executivo e os relatórios sobre a execução dos planos governamentais.

(C) Os tribunais de contas não dispõem de competência para exercer o controle das entidades da administração indireta, pois essas entidades, dado o poder de autotutela, submetem-se apenas a um controle finalístico por parte dos órgãos da administração direta aos quais se vinculam.

(D) O controle administrativo visa à confirmação, revisão ou alteração de condutas internas, atendidos os aspectos de oportunidade ou conveniência da administração, estando os aspectos de legalidade excluídos do âmbito dessa modalidade de controle.

(E) No exercício do controle externo, o Congresso Nacional dispõe de poderes para, sem a manifestação do Poder Judiciário, sustar contratos administrativos eivados de ilegalidade ou atos normativos do Poder Executivo que extravasarem os limites do poder regulamentar ou da delegação legislativa.

RESPOSTA (A) Art. 52, VI e VII, CF. (B) Art. 71, I, CF. (C) Arts. 70 e 71, II, CF. (D) Art. 71, VIII, CF. (E) Art. 71, X e § 1º, CF. *Alternativa E.*

198. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Com relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

(A) O Poder Legislativo exerce controle político e financeiro sobre os atos do Poder Executivo, mas, com relação ao Poder Judiciário, o controle que exerce cinge-se a aspectos de natureza financeira e orçamentária.

(B) O controle administrativo é exercido apenas no âmbito do Poder Executivo, por iniciativa da própria administração, para o fim de confirmar, rever ou alterar condutas internas, haja vista aspectos de legalidade ou de conveniência.

(C) Não se admite, sob qualquer pretexto, que o Poder Judiciário exerça controle sobre os atos exclusivamente políticos ou os atos de governo.

(D) O controle dos órgãos da administração direta sobre as entidades da administração indireta consiste em um controle externo que só pode ser exercido nos limites estabelecidos em lei, sob pena de ofensa à autonomia assegurada por lei a essas entidades.

(E) Como entes federativos que não guardam relação de subordinação com a União, os estados, o DF e os municípios dispõem de autonomia para estabelecer suas próprias normas sobre fiscalização contábil, financeira e orçamentária e sobre a organização e funcionamento de suas cortes de contas.

RESPOSTA (A) Art. 71, IV, CF. (B) Art. 70, *caput*, CF. (C) Exercerá, desde que provocado, quando estes violarem princípios constitucionais. (D) Art. 25, XI, Decreto-lei n. 200/67. (E) Art. 75, parágrafo único, CF. *Alternativa D.*

199. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** A respeito do controle da administração e da prescrição na administração pública federal, assinale a opção correta.

(A) As normas a respeito de fiscalização contábil, financeira e orçamentária previstas na CF aplicam-se à esfera federal, mas não aos estados, ao DF e aos municípios, pois estes podem, no exercício de sua autonomia político-legislativa, estabelecer normas próprias acerca da organização das suas cortes de contas.

(B) A legislação estabelece prazo peremptório de dez anos para a administração pública anular seus próprios atos quando deles decorram efeitos favoráveis para os administrados.

(C) A ação punitiva da administração pública, no exercício do poder de polícia, com o propósito de apurar infração à legislação, prescreve em cinco anos.

(D) O Poder Legislativo exerce controle político sobre os atos ligados à função administrativa e de organização do Poder Executivo, mas não sobre os atos praticados no âmbito do Poder Judiciário.

(E) O controle judicial sobre os atos da administração, além de ser exclusivamente de legalidade, é sempre *a posteriori*, pois o Poder Judiciário somente pode atuar depois da produção desses atos e de seu ingresso no mundo jurídico.

RESPOSTA (A) Art. 75, parágrafo único, CF. (B) Art. 54, Lei n. 9.784/99. (C) Art. 1º, Lei n. 9.873/99. (D) Art. 71, IV, CF. (E) Poderá ser controle preventivo. Art. 1º, Lei n. 12.016/2009. Súmula 473, STF. *Alternativa C.*

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) Julgue o item que se segue, relativo ao controle da administração pública (Certo ou Errado).

200. O controle que o Poder Legislativo exerce sobre a administração pública limita-se às hipóteses previstas na Constituição Federal de 1988 (CF) e abrange aspectos de legalidade e de mérito do ato administrativo.

RESPOSTA Art. 71, I a XI e § 1º, CF. *Certo.*

(Direito – Ministério das Comunicações – 2008 – CESPE) Acerca do mandado de segurança, julgue os itens subsequentes.

201. O mandado de segurança, por ter como finalidade o combate a ato ilegal de autoridade pública, substitui com precisão a ação popular.

RESPOSTA Combate o ato abusivo, não tendo por objeto a proteção ao patrimônio público. Art. 1º, Lei n. 12.016/2009. *Errada.*

202. A competência para processar e julgar o mandado de segurança contra ato do tribunal de contas é do Superior Tribunal de Justiça.

RESPOSTA STF. Art. 102, I, *d*, CF. *Errada.*

203. O ato judicial contra o qual cabe recurso ou correição não é questionável por meio de mandado de segurança.

RESPOSTA Art. 5º, I e II, Lei n. 12.016/2009. *Certo.*

204. Caso o ministro das Comunicações pratique ato administrativo no exercício de uma competência delegada pelo presidente da República, eventual mandado de segurança contra este ato

será cabível em face do presidente, e não do ministro.

RESPOSTA O Ministro é a autoridade coatora. Art. 1º, § 1º, Lei n. 12.016/2009. *Errada*.

(Direito – Ministério das Comunicações – 2008 – CESPE) No que concerne à ação popular, julgue os itens subsequentes.

205. Pessoa jurídica não possui legitimidade para propor ação popular.

RESPOSTA Art. 1º, Lei n. 4.717/65. *Certa.*

206. A ação popular só se torna viável com a presença simultânea da ilegalidade e da lesividade do ato impugnado.

RESPOSTA Art. 5º, LXXIII, CF, e art. 1º, Lei n. 4.717/65. *Certa*.

207. Quando a causa de pedir de uma ação popular enseja provimento mandamental que configura hipótese reservada à ação direta de inconstitucionalidade por omissão de medidas administrativas, a ação popular é descabida por estar fazendo o papel de ação direta de inconstitucionalidade.

RESPOSTA Eis que se imiscui no objeto de manejo da ADI, conforme o art. 102, I, *a*, CF. *Certa.*

208. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** O prefeito de um pequeno município brasileiro decidiu construir, em praça pública, um monumento para homenagear a própria família, fundadora da cidade. A obra seria construída em bronze e produzida por renomado artista plástico. O promotor de justiça da cidade, contudo, ajuizou ação civil pública para impedir que recursos públicos fossem destinados a tal finalidade, alegando que o dinheiro previsto para a obra seria suficiente para a construção de uma escola de ensino fundamental no município e que o ato administrativo estava em desacordo com os princípios da moralidade, impessoalidade e economicidade. Os advogados do município argumentaram que, embora não houvesse escola de ensino fundamental na cidade, a prefeitura disponibilizava transporte para as crianças frequentarem a escola na cidade vizinha, destacando, também, que a obra teria a finalidade de preservar a memória da cidade e que a alocação de recursos públicos era ato discricionário do Poder Executivo. Em face dessa situação hipotética e com base na moderna doutrina sobre o controle jurisdicional da administração pública, assinale a opção correta.

(A) O ato do prefeito, embora discricionário, é passível de sindicância pelo Poder Judiciário, a fim de que este avalie a conformidade desse ato com os princípios que regem a administração pública.

(B) O Poder Judiciário, caso vislumbre violação de princípio constitucional, poderá revogar o ato administrativo do prefeito.

(C) O ato administrativo discricionário não é passível de controle pelo Poder Judiciário.

(D) Ao juiz é atribuída a competência para, por meio de decisão, alterar o projeto e o material a ser utilizado no monumento, de forma que os custos da obra adquiram valor razoável e compatível com o orçamento municipal.

(E) O MP não tem legitimidade ativa para ajuizar ação visando discutir as opções do prefeito.

RESPOSTA (A) Correto. Nesse sentido, STJ (ROMS 1.288/91/SP) e STF (HC 73.940). (B) A revogação é ato do Executivo. Súmula 473, STF. (C) É passível de análise da adequação legal. (D) Violação ao art. 2º, CF. (E) Art. 5º, I, Lei n. 7.347/85. *Alternativa A.*

(Advogado – CEF – 2006 – CESPE) Acerca do controle da administração pública, julgue os itens que se seguem.

209. O tribunal de contas não pode, no exercício do controle externo da administração pública, apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público, pois tal tarefa cabe apenas ao STF.

RESPOSTA Art. 71, VIII e X, CF. *Errado.*

210. Não é constitucional a intervenção do Poder Judiciário, com a finalidade de realização de controle jurisdicional, em tema de implementação de políticas públicas, ainda que configurada hipótese de abusividade governamental.

RESPOSTA Havendo ato abusivo atentatório aos princípios constitucionais (*v.g.,* arts. 5º e 37, CF), poderá o Poder Judiciário intervir, sob a forma de controle de legalidade, ainda que no tema de implementação de políticas públicas. *Errado.*

XIII. Temas Mistos

(Direito – Ministério das Comunicações – 2008 – CESPE) Acerca da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue o item a seguir

211. A lei em questão incide sobre processos administrativos específicos, a exemplo do processo administrativo disciplinar.

RESPOSTA O processo administrativo disciplinar possui lei específica. No caso do âmbito federal, aplicam-se as normas do Estatuto Federal (Lei n. 8.112/90). *Errada.*

212. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação aos atos administrativos, com base na Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

(A) A motivação do ato administrativo deve ser explícita, clara e congruente, não podendo, portanto, consistir em mera declaração de concordância com argumentos e fundamentos constantes de pareceres e decisões anteriores à prática do ato.

(B) O impedimento, como hipótese de incapacidade do sujeito de atuar em processo administrativo, gera uma presunção relativa de incapacidade, razão pela qual o vício fica sanado se não for arguido pelo interessado no momento oportuno.

(C) Elemento do ato administrativo, a competência se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, sendo, portanto, irrenunciável e indelegável, quer pela vontade da administração, quer por acordo com terceiros.

(D) A convalidação do ato administrativo é sempre conduta discricionária, cabendo à administração, diante do caso concreto, verificar o que atende melhor ao interesse público.

(E) A revogação é ato discricionário pelo qual a administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência; entretanto, não podem ser revogados, entre outros, os atos administrativos que gerem direitos adquiridos.

RESPOSTA (A) Art. 50, § 1º, da norma. (B) É vício que não admite sanatória. Art. 18, da lei. (C) Art. 11, do diploma. (D) Possui elemento vinculado. Art. 55, da lei. (E) Correto, pois homenageia o princípio da segurança jurídica. Art. 53, da lei referida. *Alternativa E.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Julgue o item a seguir, relacionado à organização e à atuação da Advocacia-Geral da União (Certo ou Errado).

213. Na concepção da AGU pela CF, observa-se nítida influência do modelo de advocacia do Estado adotado na Itália (*avvocatura dello Stato*), no qual uma única instituição assume tanto a defesa

judicial do Estado quanto a consultoria jurídica de órgãos da administração pública. Tal modelo parte da consideração unitária dos interesses do Estado e da necessidade de sua defesa com base em critérios uniformes.

RESPOSTA Arts. 131 e 132, CF. *Certo.*

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) Acerca do direito administrativo, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

214. A Constituição da República atribui aos magistrados e aos delegados de polícia a garantia da vitaliciedade, o que significa que eles não podem ser demitidos mediante processo administrativo disciplinar, mas apenas mediante processo judicial.

RESPOSTA Art. 95, I, CF. *Errado.*

215. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** A respeito da disciplina referente ao processo administrativo, assinale a opção correta de acordo com a Lei n. 9.784/1999.

(A) Apenas os atos do processo que resultem, para o interessado, em imposição de sanções devem ser objeto de intimação, estando essa formalidade dispensada para os atos de outra natureza, pois se presume o dever do interessado em acompanhar todas as fases do processo.

(B) Como regra, a sindicância constitui condição prévia para a instauração do processo administrativo disciplinar.

(C) Na instrução do processo, a administração pública pode, quando a matéria envolver assunto de interesse geral, antes da decisão do pedido e desde que não haja prejuízo para a parte interessada, abrir consulta pública para que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos e apresentar alegações escritas.

(D) No recurso administrativo, o órgão competente pode decidir, confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, mas não pode essa análise implicar agravamento da situação do recorrente.

(E) A autoridade competente para decidir fica vinculada ao relatório e à capitulação proposta pelo órgão responsável pela instrução, estando, assim, impedida de aplicar penalidade mais severa do que a sugerida pela comissão processante.

RESPOSTA (A) Art. 28, da lei. (B) A sindicância não é instrumento obrigatório para a instauração de PAD. Art. 148, Lei n. 8.112/90. (C) Art. 31, Lei do Processo. (D) Poderá. Art. 64, parágrafo único, da norma de processo. (E) Art. 168, parágrafo único, Lei n. 8.112/90. *Alternativa C.*

216. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** No que se refere ao regime jurídico-administrativo, assinale a opção correta.

(A) Os institutos da suplência, da delegação e da substituição para o preenchimento de funções públicas temporariamente vagas no âmbito da administração pública decorrem da aplicação do princípio da continuidade do serviço público.

(B) Em atenção ao princípio da motivação, a administração pública deve indicar os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, sendo vedada a indicação por órgão diverso daquele que profira a decisão.

(C) Embora o princípio da segurança jurídica não conste expressamente na CF como um dos princípios da administração pública, esta pode basear sua atuação nesse princípio orientador, que pode ser invocado para impedi-la de anular atos praticados sem a observância da lei.

(D) Dadas as prerrogativas que integram o regime jurídico administrativo, a administração pública pode, por simples ato administrativo, conceder direito de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados.

(E) A possibilidade de encampação da concessão de serviço público decorre da aplicação do denominado princípio da especialidade.

RESPOSTA (A) Art. 37, IX, CF. (B) Art. 50, § 3º, Lei n. 9.784/99. (C) Limita a anulação. Art. 54, Lei n. 9.784/99. (D) Sempre por lei. Princípio da legalidade. Art. 37, *caput*, CF. (E) Razões discricionárias e interesse público. Art. 37, Lei n. 8.987/95. *Alternativa A.*

217. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** No que diz respeito aos órgãos públicos e às entidades da administração indireta, assinale a opção correta.

(A) Quanto à posição estatal, os órgãos dotados de autonomia administrativa, técnica e financeira são classificados como superiores.

(B) A sociedade de economia mista não pode explorar empreendimentos e exercer atividades distintas das previstas na lei que tenha autorizado a sua constituição.

(C) Na esfera federal, é vedada a participação de pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta na composição do capital da empresa pública.

(D) É inexigível a licitação caso a contratação para a aquisição de bens seja realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, e o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

(E) Para que uma entidade possa ser considerada sociedade de economia mista, é suficiente a participação majoritária do poder público na composição do capital social da empresa.

RESPOSTA (A) São os que detêm poder de decisão, mas são subordinados. (B) Art. 173, § 1º, CF. (C) Art. 5º, II, Decreto-lei n. 200/67. (D) Art. 25, I a III, Lei n. 8.666/93. (E) Art. 5º, III e § 1º, Decreto-lei n. 200/67. *Alternativa B.*

218. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos conceitos que envolvem a administração pública direta e indireta, os agentes de fato, a avocação e delegação de competência no âmbito federal.

(A) O agente de fato tem direito à percepção de remuneração pelas funções que exerce no âmbito da administração, na presunção de que elas são legítimas, ainda que sua investidura no cargo não tenha obedecido ao procedimento legal exigido.

(B) A avocação, que decorre do sistema hierárquico, independe de justificativa, sendo admitida sempre que a autoridade superior entender que pode substituir-se ao agente subalterno.

(C) Um órgão administrativo e seu titular estão autorizados a delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, não se admitindo, porém, que órgãos colegiados deleguem competência a agentes singulares, como, por exemplo, a seus respectivos presidentes.

(D) A administração pública, sob o aspecto orgânico, ou subjetivo, designa a própria função administrativa, que, exercida pelos órgãos e agentes estatais, incumbe, predominantemente, ao Poder Executivo.

(E) As autarquias exercem atividades tipicamente administrativas que requerem, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira sob regime de direito público, razão pela qual se considera que elas integram a administração centralizada.

RESPOSTA (A) Correto, pois o contrário implicaria violação ao princípio do enriquecimento sem causa pela Administração. (B) Art. 15, Lei n. 9.784/99. (C) Art. 12, parágrafo único, Lei n. 9.784/99. (D) Este é o conceito objetivo ou funcional de Administração. (E) Art. 4º, II, *a*, Decreto-lei n. 200/67. *Alternativa A.*

219. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** No que tange aos atos administrativos, assinale a opção correta.

(A) É possível a convalidação de ato administrativo praticado por sujeito que não disponha de competência para praticá-lo, desde que não se trate de competência outorgada com exclusividade.

(B) A anulação de ato administrativo que afete interesses ou direitos de terceiros depende de provocação da pessoa interessada.

(C) A licença é ato administrativo unilateral, discricionário e precário, por meio do qual a administração faculta ao particular o desempenho de uma atividade que, sem esse consentimento, seria legalmente proibida.

(D) O motivo, como pressuposto de fato que antecede a prática do ato administrativo, será sempre vinculado, não havendo, quanto a esse aspecto, margem a apreciações subjetivas por parte da administração.

(E) Uma declaração de utilidade pública para fins de desapropriação feita por meio de portaria, e não de decreto, constitui vício sanável, que, portanto, não torna o ato inválido.

RESPOSTA (A) Arts. 11 e 55, Lei n. 9.784/99. (B) Poder de Autotutela. Art. 54, § 2º, Lei n. 9.784/99. (C) A licença é ato vinculado. (D) É elemento discricionário. (E) Impossível a convalidação. Art. 6º, Decreto-lei n. 3.365/41. *Alternativa A.*

220. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** A respeito da representação administrativa, do pedido de reconsideração, do recurso e da prescrição no âmbito da administração pública, assinale a opção correta.

(A) Tratando-se de ato praticado por dirigente de autarquia, considera-se recurso hierárquico impróprio o recurso interposto perante o ministério a que a entidade se encontre vinculada.

(B) A administração pode decretar, a qualquer tempo, a nulidade de atos que contenham vício, não havendo, portanto, prazo para que ela anule os atos administrativos, ainda que deles decorram efeitos favoráveis para os destinatários.

(C) Cabe à administração, em face de representação que solicite a aplicação de sanção administrativa contra servidores públicos acusados de cometer abuso de autoridade, aferir a oportunidade de apurar, ou não, a irregularidade denunciada; entretanto, no caso de a denúncia ser feita perante órgãos de controle, como o MP e os tribunais de contas, esses órgãos têm o dever de promover a imediata apuração dos fatos.

(D) À luz do que dispõe a Lei n. 8.112/1990, considera-se pedido de reconsideração a solicitação de reexame do ato dirigida à autoridade superior à que proferiu inicialmente o referido ato.

(E) Podem interpor recurso administrativo os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo, bem como aqueles cujos interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida, desde que não se trate de direitos ou interesses difusos, para cuja defesa apenas o MP dispõe de legitimidade.

RESPOSTA (A) Correto. O recurso hierárquico próprio está previsto no art. 56, § 1º, Lei n. 9.784/99. (B) Art. 54, da lei anterior. (C) Dever de apurar. Art. 143, Lei n. 8.112/90. (D) Art. 106, Lei n. 8.112/90. (E) Art. 58, IV, Lei n. 9.784/99. *Alternativa A.*

(Advogado – CEF – 2006 – CESPE) Acerca dos princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro, julgue os itens subsequentes

221. Quando se tratar de informação que visa subsidiar procedimento administrativo instaurado em defesa do patrimônio público, instituição financeira não pode negar, sob pena de ofensa ao princípio da publicidade, informações relativas a nomes de beneficiários de empréstimos concedidos

pela instituição que envolvam recursos subsidiados pelo erário federal, sob invocação do sigilo bancário.

RESPOSTA Observadas, hoje, as normas da Lei n. 12.527/2011. *Correto.*

222. Ato normativo emanado do Conselho Nacional de Justiça prevendo regras que vedam a prática do nepotismo no Poder Judiciário atende a um só tempo o princípio da moralidade, da impessoalidade e da eficiência da administração pública.

RESPOSTA No mesmo sentido, os efeitos da Súmula Vinculante 13, STF, para a Administração Pública. *Correto.*

(Advogado – CAIXA – 2001 – CESPE) Quanto ao conceito e aos princípios constitucionais do direito administrativo, às normas gerais das licitações e aos contratos administrativos, julgue os itens seguintes

223. O princípio da impessoalidade veda que a administração pública pratique atos tendo em consideração interesses pessoais em lugar do interesse público; isso não obsta, no entanto, a que, ao perpetrar ato administrativo válido, a administração satisfaça interesse privado.

RESPOSTA Observada a divisão de interesse público em primário (ou da coletividade) e secundário (como aquele da entidade ou do interessado atingido pelos seus efeitos individualizados). *Certo.*

224. Apesar de aplicar-se como norma geral das licitações o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a administração pública pode, mediante certas condições, retificar edital de licitação já publicado.

RESPOSTA Eis que trata da possibilidade de aplicação do princípio da autotutela administrativa, em que resta possibilitado à Administração rever os seus atos, por provocação ou por ofício. *Correto.*

FCC

I. Organização da Administração Pública

225. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** Os órgãos públicos

(A) confundem-se com as pessoas físicas, porque congregam funções que estas vão exercer.
(B) são singulares quando constituídos por um único centro de atribuições, sem subdivisões internas, como ocorre com as seções integradas em órgãos maiores.
(C) não são parte integrante da estrutura da Administração Pública.
(D) não têm personalidade jurídica própria.
(E) são compostos quando constituídos por vários agentes, sendo exemplo, o Tribunal de Impostos e Taxas.

RESPOSTA (A) São partes de um corpo (teoria do órgão), sendo instrumentos de ação dos agentes. (B) São aqueles que decidem por meio de um agente. Ex.: Gabinete da Presidência. (C) São partes integrantes da estrutura. (D) Correto (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 69). (E) Reúne outros órgãos menores. Ex.: Secretarias. *Alternativa D.*

226. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** Analise as características abaixo.

I. Personalidade jurídica de direito público.
II. Criação por lei.
III. Capacidade de autoadministração.
IV. Especialização dos fins ou atividades.

V. Sujeição a controle ou tutela.

Trata-se de

(A) empresa pública.

(B) fundação.

(C) autarquia.

(D) sociedade de economia mista.

(E) órgão público.

RESPOSTA A personalidade jurídica de direito público faz eliminar as alternativas A e D, bem como a E, pois os órgãos não possuem personalidade jurídica. A criação por lei elimina a alternativa B, pois as fundações são autorizadas por lei. *Alternativa C.*

227. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** É um traço comum de todas as entidades da Administração Indireta:

(A) serem processadas em juízo privativo do ente político ao qual estão vinculadas.

(B) a proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, ressalvadas as hipóteses constitucionalmente admitidas.

(C) serem criadas diretamente por lei específica, editada pelo ente criador.

(D) a sujeição de seus servidores ao teto constitucional estabelecido no art. 37, XI da Constituição Federal.

(E) a impenhorabilidade de seus bens.

RESPOSTA (A) Art. 109, I, CF, e art. 3º, § 2º, Lei n. 9.099/95. (B) Art. 37, XVI e XVII, CF. (C) Art. 37, XIX, CF. (D) Art. 37, XI, CF. (E) Arts. 98 e 102, CC. *Alternativa B.*

228. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Uma pessoa jurídica que se enquadre no conceito de autarquia

(A) é essencialmente considerada um serviço autônomo.

(B) deve necessariamente possuir um regime jurídico especial.

(C) terá garantia de estabilidade de seus dirigentes.

(D) subordina-se hierarquicamente a algum Ministério, ou órgão equivalente no plano dos demais entes federativos.

(E) não integra a Administração Indireta.

RESPOSTA (A) Sofrerá fiscalização do ente político. Art. 5º, I, Decreto-lei n. 200/67. (B) Somente as Agências Reguladoras. (C) Regra aplicável às Agências. Art. 6º, Lei n. 9.986/2000. (D) Inexiste hierarquia entre ambos. (E) Art. 4º, II, *a*, do Decreto. *Alternativa A.*

229. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** NÃO é considerada característica da sociedade de economia mista

(A) a criação independente de lei específica autorizadora.

(B) a personalidade jurídica de direito privado.

(C) a sujeição a controle estatal.

(D) a vinculação obrigatória aos fins definidos em lei.

(E) o desempenho de atividade de natureza econômica.

RESPOSTA (A) Viola o disposto no art. 37, XIX, CF. (B) Art. 5º, III, Decreto-lei n. 200/67. (C) Art. 5º, III e § 1º, Decreto-lei n. 200/67. (D) Art. 173, § 1º, CF. (E) Art. 173, *caput*, CF. *Alternativa A.*

230. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** O regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista que desempenham atividade econômica em sentido estrito estabelece que

(A) seus bens são considerados de natureza pública, motivo pelo qual não estão sujeitos à constrição judicial.

(B) a remuneração de seus agentes não está sujeita ao teto constitucional, a menos que a entidade receba recursos orçamentários para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral.

(C) essas entidades devem assumir necessariamente a forma de sociedade anônima.

(D) a licitação e a contratação de obras, serviços, compras e alienações não precisam observar os princípios da Administração Pública.

(E) a nomeação de seus dirigentes deve se dar na forma de seu estatuto social, podendo a lei condicionar tal nomeação à ratificação pelo Poder Legislativo.

RESPOSTA Art. 37, XI e § 9º, CF. *Alternativa B.*

231. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** Quando o Poder Público estabelece parceria com Organizações Sociais, assim qualificadas, sem fins lucrativos, para fomento e execução de atividades relativas à área de proteção e preservação do meio ambiente, ele o faz por meio de contrato de

(A) mão de obra.

(B) concessão.

(C) permissão.

(D) prestação de serviços.

(E) gestão.

RESPOSTA Art. 5º, Lei n. 9.637/98. *Alternativa E.*

232. **(Analista – MP-SE – 2009 – FCC)** A Administração Direta é definida como

(A) corpo de órgãos, dotados de personalidade jurídica própria, vinculados ao Ministério ou Secretaria em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

(B) conjunto de pessoas jurídicas de direito público subordinadas diretamente à chefia do Poder Executivo.

(C) conjunto de serviços e órgãos integrados na estrutura administrativa da chefia do Poder Executivo e respectivos Ministérios ou Secretarias.

(D) soma das autarquias, fundações públicas e empresas públicas subordinadas ao governo de determinada esfera da Federação.

(E) nível superior da administração da União ou de um ente federado, integrada pela chefia do Poder Executivo e respectivos auxiliares diretos.

RESPOSTA Celso A. B. de Mello (*Curso de direito administrativo*, p. 129) aduz que a Administração Direta é formada pelo Estado, que atua pelas unidades interiores de competências, sem personalidade jurídica própria, chamadas de órgãos (Ministérios e Secretarias). *Alternativa C.*

233. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** São características das autarquias e fundações públicas:

(A) Processo especial de execução para os pagamentos por elas devidos, em virtude de sentença judicial; Impenhorabilidade dos seus bens.

(B) Imunidade tributária relativa aos impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes; Prazos simples em juízo.
(C) Presunção de veracidade, imperatividade e executoriedade dos seus atos; Não sujeição ao controle administrativo.
(D) Prazos dilatados em juízo; Penhorabilidade dos seus bens.
(E) Processo de execução regido pelas normas aplicáveis aos entes privados; Imunidade tributária relativa aos impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

RESPOSTA Art. 70, art. 100 e art. 150, § 2º, CF. Art. 188, CPC. Súmula 473, STF. *Alternativa A.*

234. **(Técnico – ALESP – 2010 – FCC)** A respeito das entidades integrantes da Administração indireta, é correto afirmar que

(A) as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista estão sujeitas ao regime jurídico de direito público.
(B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime de direito privado, exceto no que diz respeito às obrigações tributárias e trabalhistas.
(C) as autarquias possuem as mesmas prerrogativas das pessoas jurídicas públicas políticas, exceto no que diz respeito à penhorabilidade de seus bens.
(D) as sociedades de economia mista são constituídas de acordo com as regras do direito privado e submetem-se à legislação trabalhista, tributária, civil e societária, porém a sua criação depende de prévia autorização legislativa.
(E) todas elas submetem-se ao mesmo regime jurídico das entidades integrantes da Administração direta, exceto para as empresas públicas e as sociedades de economia mista no que diz respeito ao regime trabalhista de seus empregados, que é o mesmo aplicável às empresas privadas.

RESPOSTA (A) Art. 41, IV e V, CC. (B) Art. 41, parágrafo único, CC, e art. 150, VI e §§ 2º e 3º, CF. (C) Art. 649, I, CPC, e art. 41, IV, e art. 100, CC. (D) Art. 41, parágrafo único, CC, e art. 37, IX, CF. (E) Art. 41, parágrafo único, e art. 37, XIX, CF. *Alternativa D*.

235. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** No que se refere aos órgãos públicos, é INCORRETO afirmar ser característica destes (algumas não presentes em todos), dentre outras, o fato de que

(A) não possuem personalidade jurídica e são resultado da desconcentração.
(B) podem firmar, por meio de seus administradores, contratos de gestão com outros órgãos.
(C) alguns possuem autonomia gerencial, orçamentária e financeira.
(D) não possuem patrimônio próprio, mas integram a estrutura da pessoa jurídica.
(E) têm capacidade para representar em juízo a pessoa jurídica que integram.

RESPOSTA A alternativa E deverá ser marcada, eis que a informação resta incorreta, pois os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica para representação. *Alternativa E.*

236. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** As chamadas “empresas estatais” apresentam grande semelhança no regime jurídico que se lhes aplica. Para distingui-las é correto afirmar que as

(A) empresas públicas são sempre constituídas sob a forma de sociedade anônima.
(B) sociedades de economia mista admitem todas as formas societárias previstas em lei, com exceção da sociedade anônima.
(C) empresas públicas são sempre constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado,

não admitindo comercialização de ações em bolsa.

(D) sociedades de economia mista são constituídas sob a forma de sociedade anônima, sendo o capital constituído por recursos públicos e particulares.

(E) empresas públicas têm o capital constituído por recursos provenientes da Administração Direta, não admitindo a participação de outros entes, ainda que da esfera pública.

RESPOSTA Art. 5º, II e III, Decreto-lei n. 200/67. *Alternativa D*.

237. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** Inserem-se entre as entidades integrantes da Administração pública indireta, além das empresas públicas, as

(A) sociedades de economia mista, as fundações públicas e as Organizações Sociais ligadas à Administração por contrato de gestão.

(B) autarquias, fundações e sociedades de economia mista, que são pessoas jurídicas de direito público.

(C) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, que se submetem ao mesmo regime jurídico das empresas privadas e aos princípios aplicáveis à Administração Pública.

(D) fundações e autarquias, excluídas as sociedades de economia mista.

(E) sociedades de economia mista, exceto as que operam no domínio econômico em regime de competição com as empresas privadas.

RESPOSTA Art. 4º, II, *a* a *d*, e art. 5º, II e III, ambos do Decreto-lei n. 200/67. As Organizações Sociais não fazem parte da Administração, e, sim, do Terceiro Setor, conforme ensina Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 156). *Alternativa C*.

238. **(Analista – ARCED – 2012 – FCC)** De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, o poder normativo das agências reguladoras

(A) equivale ao poder regulamentar, consistente na competência para editar normas com vistas à fiel execução da lei.

(B) encontra seu fundamento na possibilidade de delegação de competência do Poder Legislativo ao Poder Executivo, amplamente autorizada pela Constituição Federal.

(C) é conferido pelo Poder Executivo, mediante delegação de competências, prescindindo de delimitação em lei.

(D) pode ser exercido somente pelas agências mencionadas pela Constituição Federal como órgão regulador, cabendo às demais apenas o poder regulamentar e fiscalizador.

(E) compreende os atos técnicos em relação às atividades postas sob sua área de regulação, nos limites estabelecidos pela lei.

RESPOSTA A competência regulamentar é privativa do Chefe do Poder Executivo (art. 84, IV, CF). As Agências poderão expedir atos regulamentares, abaixo das leis, disciplinando os respectivos setores de atuação, porém sem caráter geral e abstrato. *Alternativa E*.

239. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Determinado Estado criou, regularmente, uma autarquia para executar atividades típicas da Administração estadual que melhor seriam exercidas de forma descentralizada. Em relação a esta pessoa jurídica instituída, pode-se afirmar que se trata de pessoa jurídica

(A) de direito público, com personalidade jurídica própria, embora sujeita ao poder de autotutela do ente que a instituiu.

(B) de direito público, não sujeita a controle do ente que a instituiu quando gerar receitas próprias que

lhe confiram autossuficiência financeira.

(C) sujeita ao regime jurídico de direito privado quando for autossuficiente e ao regime jurídico de direito público quando depender de verbas públicas, sem prejuízo, em ambos os casos, da submissão à tutela do ente que a instituiu.

(D) sujeita ao regime jurídico de direito público, criada por Decreto, integrante da Administração Indireta e, portanto, sujeita a controle do ente que a instituiu.

(E) de direito público, dotada das prerrogativas e restrições próprias do regime jurídico-administrativo e sujeita ao poder de tutela do ente que a instituiu.

RESPOSTA Arts. 37, XIX, e art. 150, § 2º, CF. Art. 41, IV, CC. Art. 1º, Lei n. 9.784/99. *Alternativa E.*

240. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** Os Serviços Sociais Autônomos

(A) podem ter natureza jurídica de direito público ou privado.

(B) podem se revestir da forma de fundações ou empresas estatais.

(C) prestam serviço público sob a modalidade de permissão, não se submetendo, no entanto, ao regime de concessões.

(D) prestam atividade de cooperação e fomento, revestindo-se da forma de entes de natureza privada.

(E) atuam exclusivamente nos setores de saúde e cultura, sob a forma de organizações sociais.

RESPOSTA São entes de natureza privada que exercem atividade de cooperação e fomento. Ex.: Senai, Sesi e Sesc. *Alternativa D.*

241. **(Analista – ARCED – 2012 – FCC)** As agências reguladoras, enquanto entidades integrantes da Administração indireta, são constituídas na forma de

(A) fundação de direito privado.

(B) autarquia de regime especial.

(C) autarquia fundacional de direito privado.

(D) ente paraestatal.

(E) sociedade de economia mista.

RESPOSTA Leciona Mazza que "as agências reguladoras são autarquias com regime especial, possuindo todas as características jurídicas das autarquias comuns" (*Manual de direito administrativo*, p. 137). *Alternativa B.*

242. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** No que concerne às agências executivas, é correto afirmar que

(A) tais agências não possuem autonomia de gestão, porém a lei assegura a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para que possam cumprir suas metas e objetivos institucionais.

(B) trata-se de entidade preexistente, que receberá a qualificação de agência executiva através de ato do Ministro de Estado a que estiver vinculada.

(C) agência executiva é a qualificação dada somente às autarquias, desde que cumpridas as exigências legais para tanto.

(D) a qualificação da entidade como agência executiva permite que ela usufrua de determinadas vantagens previstas em lei, como, por exemplo, o aumento dos percentuais de dispensa de licitação, previsto na Lei n. 8.666/93.

(E) para a qualificação em agência executiva, é necessário o cumprimento de apenas um desses requisitos: ter plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento ou ter celebrado contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor.

RESPOSTA (A) Art. 37, § 8º, CF. (B) A qualificação será feita pelo Chefe do Poder Executivo, conforme art. 51, § 1º, Lei n. 9.649/98. (C) Art. 37, § 8º, CF. (D) Art. 24, § 1º, Lei n. 8.666/93. (E) Art. 51, Lei n. 9.649/98. *Alternativa D*.

243. **(Analista – TRT-7 – 2009 – FCC)** Aplica-se às autarquias, dentre outras regras e princípios, o seguinte:

(A) Não têm direito a ação regressiva contra seus servidores culpados por danos a terceiros.
(B) Agem por delegação do Poder que a instituiu.
(C) Gozam de imunidade de impostos sobre seu patrimônio, renda e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
(D) Subordinam-se hierarquicamente à entidade estatal a que pertencem.
(E) Por gozarem de autonomia, seus contratos não estão sujeitos a licitação.

RESPOSTA (A) Art. 37, § 6º, CF. (B) Art. 37, XIX, CF. (C) Art. 150, VI, *a*, e § 2º, CF. (D) Art. 5º, I, Decreto-lei n. 200/67. (E) Art. 1º, parágrafo único, Lei n. 8.666/93. *Alternativa C*.

244. **(Analista – TRE-AC – 2010 – FCC)** A respeito das entidades políticas e administrativas, considere:

I. Pessoas jurídicas de Direito Público que integram a estrutura constitucional do Estado e têm poderes políticos e administrativos.
II. Pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica, para realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou.
III. Pessoas jurídicas de Direito Privado que, por lei, são autorizadas a prestar serviços ou realizar atividades de interesse coletivo ou público, mas não exclusivos do Estado.

Esses conceitos referem-se, respectivamente, a entidades

(A) autárquicas, fundacionais e empresariais.
(B) estatais, autárquicas e paraestatais ou de cooperação.
(C) estatais, paraestatais ou de cooperação e fundacionais.
(D) paraestatais ou de cooperação, autárquicas e estatais.
(E) estatais, empresariais e fundacionais.

RESPOSTA Art. 41, I a IV, Código Civil, c/c art. 37, XIX, CF, e art. 5º, I a III, Decreto-lei n. 200/67. *Alternativa B.*

245. **(Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC)** As fundações de direito público, também denominadas autarquias fundacionais, são instituídas por meio de lei específica e

(A) seus agentes não ocupam cargo público e não há responsabilidade objetiva por danos causados a terceiros.
(B) seus contratos administrativos devem ser precedidos de procedimento licitatório, na forma da lei.
(C) seus atos constitutivos devem ser inscritos junto ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, definindo as áreas de sua atuação.
(D) seus atos administrativos não gozam de presunção de legitimidade e não possuem executoriedade.
(E) seu regime tributário é comum sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às suas finalidades essenciais.

RESPOSTA Segundo Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 133), “as fundações públicas são espécies de autarquias revestidas das mesmas características jurídicas aplicáveis às entidades autárquicas”. Assim, aplicam-se o art. 37, XIX, e art. 150, VI, *a*, e § 2º, CF, e art. 1º, parágrafo único, Lei n. 8.666/93. *Alternativa B*.

246. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** A estrutura administrativa do Estado compreende a administração pública direta e indireta. Sobre o tema, examine as afirmações abaixo.

I. A administração direta é constituída pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, todos dotados de autonomia política, administrativa e financeira.

II. Estados e Municípios não são dotados de soberania e não têm competência legislativa para instituir sua própria administração indireta.

III. As autarquias e as fundações de direito público são pessoas jurídicas de direito público que compõem a administração indireta.

IV. As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, dotadas de patrimônio próprio.

V. A criação de sociedade de economia mista depende de lei específica autorizadora e o seu quadro social é constituído por pessoas jurídicas de direito público.

Estão corretas APENAS as afirmações

(A) I e III.

(B) II, IV e V.

(C) I e II.

(D) I, III e IV.

(E) III e V.

RESPOSTA (I) Art. 4º, I, Decreto-lei n. 200/67. (II) Art. 25, § 1º, CF (compete aos Estados), e art. 30, I e V, CF (compete ao Município), c/c art. 41, II e III, CC. (III) Art. 41, IV e V, CC, c/c art. 4º, II, *a* e *d*, do decreto. (IV) Art. 5º, II, do decreto. (V) Art. 5º, III, do decreto. *Alternativa D*.

247. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** De acordo com a Constituição Federal, a criação de empresa pública ou sociedade de economia mista

(A) é feita por decreto governamental, salvo no caso de ser cometida à empresa o exercício de atividade em regime de monopólio, hipótese em que a criação depende de lei específica.

(B) depende de autorização legislativa para aquelas que atuem no domínio econômico e de decreto governamental para as prestadoras de serviço público.

(C) depende de autorização legislativa, assim como a criação de suas subsidiárias ou a participação em empresa privada.

(D) prescinde de autorização legislativa, a qual é exigida na hipótese de alienação do controle acionário ou participação em empresa privada.

(E) é feita por decreto governamental, no caso de empresas prestadoras de serviço público de titularidade do ente instituidor, dependendo de lei autorizativa nas demais hipóteses.

RESPOSTA Art. 37, XIX e XX, CF. *Alternativa C.*

II. Bens Públicos

248. **(Analista – MP-SE – 2009 – FCC)** A imprescritibilidade dos bens públicos implica a

(A) insuscetibilidade de o proprietário perder o domínio, em razão de usucapião.

(B) impossibilidade de recuperação de sua posse por meio de reintegração liminar.

(C) perenidade de sua existência no tempo.

(D) continuidade de sua sujeição ao regime de direito público, mesmo se cedidos a particulares.

(E) necessidade de autorização legislativa para sua alienação.

RESPOSTA “Seu significado é que os bens públicos não estão submetidos à possibilidade de prescrição aquisitiva”, segundo

ensina Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 522). Atentar, também, para o disposto no art. 102, CC. *Alternativa A.*

249. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Determinado terreno público foi irregularmente ocupado por famílias de baixa renda há cerca de 40 (quarenta) anos. Pretendendo a regularização dominial da área, a associação de moradores ingressou com ação de usucapião. Não obstante a decisão dependa de apreciação do Poder Judiciário, pode-se afirmar que

(A) há possibilidade de êxito em razão da prova do tempo de ocupação e do caráter social da demanda.
(B) não há possibilidade de êxito em razão da imprescritibilidade dos bens públicos, que não podem ser usucapidos.
(C) não há possibilidade de êxito em razão da impenhorabilidade dos bens públicos.
(D) há possibilidade de êxito se comprovada a boa-fé dos ocupantes e a constância da ocupação.
(E) há possibilidade de êxito se a associação autora representar número de ocupantes suficientes para comprovar a posse justa e de boa-fé na totalidade da área descrita.

RESPOSTA Art. 102, CC. *Alternativa B*.

250. **(Advogado – SABESP – 2012 – FCC)** Terras devolutas são terras

(A) sem utilização pública específica e que não se encontram, por qualquer título, integradas ao domínio privado.
(B) destinadas à utilização do público em geral, sem necessidade de permissão especial.
(C) utilizadas pelo próprio Estado para a execução de serviço público essencial.
(D) que constituem o patrimônio disponível e alienável da pessoa jurídica de direito público.
(E) abandonadas, sem adequada utilização ou aproveitamento pelo proprietário.

RESPOSTA Conforme Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 515), "são bens públicos dominicais cuja origem remonta às capitanias hereditárias devolvidas (daí o nome 'devolutas')". Atentar, no entanto, para a situação prevista no art. 225, § 5º, CF. *Alternativa A*.

251. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** O bem público de uso especial

(A) pode ser utilizado pelos indivíduos, mas essa utilização deverá observar as condições previamente estabelecidas pela pessoa jurídica interessada.
(B) é destinado a fins públicos, sendo essa destinação inerente à própria natureza desse bem, como ocorre, por exemplo, com as estradas e praças.
(C) possui regime jurídico de direito público, aplicando-se, a essa modalidade de bem, institutos regidos pelo direito privado.
(D) possui regime jurídico de direito privado, portanto, passível de alienação.
(E) está fora do comércio jurídico do direito privado, ainda que não mantenha essa afetação.

RESPOSTA Acerca do uso especial do bem público, afirma Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 525) ser *a utilização submetida a regras específicas e consentimento estatal*. Poderá ocorrer na forma gratuita ou remunerada. Art. 103, CC. *Alternativa A.*

252. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** Sobre os bens públicos, é INCORRETO afirmar que sejam bens de titularidade da União por força de mandamento constitucional

(A) quaisquer correntes de água que banhem mais de um Estado.
(B) as terras indígenas de aldeamentos extintos, ocupadas em passado remoto.
(C) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

(D) os potenciais de energia hidráulica, independentemente de onde se localizem os cursos d'água.
(E) as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos, mesmo que localizados em terrenos particulares.

RESPOSTA (A) Art. 20, III, CF. (B) Não resta prevista no corpo do art. 20, CF. (C) Art. 20, IX, CF. (D) Art. 20, VIII, CF. (E) Art. 20, X, CF. *Alternativa B.*

253. **(Analista – TRE-PE – 2011 – FCC)** Os bens de uso especial, se perderem essa natureza, pela desafetação,

(A) continuam indisponíveis, pois a característica da inalienabilidade desses bens será sempre absoluta.
(B) passam à categoria de bens de uso comum.
(C) tornam-se disponíveis, no entanto, somente podem ser objeto de alienação de uma entidade pública para outra.
(D) passam à categoria de bens dominicais, conservando, no entanto, a característica da inalienabilidade.
(E) tornam-se disponíveis, podendo ser alienados pelos métodos de direito privado.

RESPOSTA Os bens públicos de uso comum e uso especial poderão ser desafetados, passando à categoria de bens dominiais, tornando-se alienáveis, conforme insculpido nos arts. 100 e 101, CC. *Alternativa E.*

254. **(Procurador – TCE-RO – 2010 – FCC)** Dentre as características inerentes ao regime jurídico aplicável aos bens públicos pode-se afirmar que

(A) a inalienabilidade aplica-se aos bens de uso comum do povo e aos bens de uso especial enquanto conservarem essa qualificação, passando a condição de alienáveis com a desafetação.
(B) a inalienabilidade é absoluta, na medida em que a alienação de todo e qualquer bem público pressupõe sua prévia desafetação e ingresso no regime jurídico de direito privado.
(C) a impenhorabilidade é absoluta, aplicando-se indistintamente a todos os bens de titularidade da Administração Direta e Indireta.
(D) a imprescritibilidade é relativa, na medida em que os bens dominicais da Administração Direta podem ser objeto de usucapião.
(E) tanto a impenhorabilidade quanto a imprescritibilidade são relativas em relação a Administração Direta, uma vez que aplicáveis apenas e tão somente aos bens de uso comum do povo e bens de uso especial.

RESPOSTA Conforme ensina Maffini (*Direito administrativo*, p. 186), "podem ser os bens inalienáveis (bens de uso comum e de uso especial) transformados em bens públicos dominicais e, de consequência, alienados". *Alternativa A.*

255. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** O Município pretende vender bem imóvel sem destinação a fundação pública municipal. De acordo com a legislação vigente, é necessário, sob o aspecto formal, haver

(A) autorização legislativa, prescindindo-se, no entanto, de avaliação prévia e licitação.
(B) autorização legislativa, avaliação prévia e formalização de procedimento para dispensa de licitação.
(C) avaliação prévia e formalização de procedimento para dispensa de licitação, prescindindo-se de autorização legislativa.
(D) avaliação prévia e licitação, prescindindo-se de autorização legislativa.

(E) avaliação prévia e formalização de procedimento para dispensa de autorização legislativa e de licitação.

RESPOSTA Art. 17, I, *e*, Lei n. 8.666/93. *Alternativa B.*

256. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Os bens públicos podem ser classificados, de acordo com a sua destinação, como bens

(A) de uso especial aqueles de domínio privado do Estado e que não podem ser gravados com qualquer espécie de afetação.
(B) de uso especial aqueles utilizados por particular mediante concessão ou permissão de uso.
(C) de uso comum do povo aqueles afetados a determinado serviço público, tais como os edifícios onde se situam os órgãos públicos.
(D) dominicais aqueles destinados à fruição de toda a coletividade e que não podem ser alienados ou afetados à atividade específica.
(E) dominicais aqueles de domínio privado do Estado, não afetados a uma finalidade pública e passíveis de alienação.

RESPOSTA (A) Estão afetados por sua natureza especial. (B) São aqueles de uso privativo da administração. (C) Refere-se aos bens de uso especial. Art. 99, I e II, CC. (D) Poderão ser alienados, pois disponíveis. Art. 99, III, CC. (E) Art. 99, III, e art. 101, CC. *Alternativa E*.

257. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos

(A) sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração.
(B) quaisquer poderão ser convalidados pela própria administração.
(C) sanáveis poderão ser convalidados desde que por decisão judicial.
(D) quaisquer poderão ser convalidados desde que por decisão judicial.
(E) não poderão ser convalidados.

RESPOSTA Art. 55, Lei n. 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo Federal). *Alternativa A.*

III. Atos Administrativos

258. **(Analista – MP-SE – 2009 – FCC)** A Administração Pública pode editar atos administrativos e cumprir suas determinações sem necessidade de oitiva ou autorização prévia do Poder Judiciário ou de qualquer outra autoridade. Tem-se aí a definição de um dos atributos do ato administrativo, consistente na

(A) inexorabilidade de seus efeitos.
(B) inafastabilidade do controle jurisdicional.
(C) presunção de legitimidade.
(D) autoexecutoriedade.
(E) insindicabilidade.

RESPOSTA Acerca do atributo em tela, afirma Maffini (*Direito administrativo*, p. 88) “que os atos administrativos podem ser praticados e seus efeitos concretizados independentemente da intervenção do Poder Judiciário”. *Alternativa D*.

259. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** Determinado Estado da Federação editou decreto alterando a gestão da previdência complementar dos servidores públicos do Estado e transferindo-a

para autarquia especial criada no mesmo ato. A medida é

(A) regular, na medida em que é obrigatório ao Estado disciplinar a previdência complementar dos servidores públicos não submetidos ao sistema único.
(B) regular, desde que a nova autarquia passe a gerir os recursos previdenciários dos servidores públicos admitidos após sua criação.
(C) irregular, tendo em vista que a delegação operada somente poderia ter sido feita para ente integrante da Administração Indireta.
(D) irregular, na medida em que a gestão de recursos previdenciários dos servidores não poderia ser delegada a outro ente, ainda que integrante da Administração Indireta.
(E) irregular, na medida em que a autarquia somente poderia ter sido criada por lei.

RESPOSTA Art. 37, IX, CF, e art. 5º, I, Decreto-lei n. 200/67. *Alternativa E*.

260. (Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC) A Administração Pública revogou um ato de outorga privativa de uso de bem público sob o único e expresso fundamento de que o permissionário teria cedido a área para terceiros. Posteriormente ficou demonstrado que essa informação era falsa. De acordo com essas informações tem-se que a revogação da permissão de uso é

(A) válida porque se trata de ato discricionário, dispensando qualquer motivação.
(B) nula, uma vez que não foi respeitado o contraditório e o princípio da eficiência.
(C) válida, com fundamento na teoria dos motivos determinantes, pois o ato não precisava ser motivado.
(D) nula, com fundamento na teoria dos motivos determinantes, uma vez que o fundamento invocado para a revogação da permissão de uso era falso.
(E) anulável, porque a Administração não precisa produzir prova dos fundamentos que invocou, ante o princípio da supremacia do interesse público.

RESPOSTA Vejam-se as palavras de Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, p. 202): "os atos administrativos, quando tiverem a sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos expostos". Assim, tem-se nula a revogação, com base na teoria. *Alternativa D*.

261. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) São tradicionalmente afirmados pela doutrina como atributos do ato administrativo

(A) imperatividade e exigibilidade.
(B) executoriedade e vinculação.
(C) presunção de legalidade e vinculação.
(D) discricionariedade e executoriedade.
(E) presunção de imperatividade e de executoriedade.

RESPOSTA Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 182) refere cinco atributos do ato: 1) presunção de legitimidade; 2) imperatividade (poder extroverso); 3) exigibilidade (aplicação de penalidade ao cidadão, sem necessidade de ordem judicial); 4) autoexecutoriedade; 5) tipicidade (cada ato tem a sua forma). *Alternativa A.*

262. (Analista – TRE-AL – 2010 – FCC) O ato administrativo praticado com fim diverso daquele objetivado pela lei ou exigido pelo interesse público caracteriza

(A) excesso de poder.
(B) desvio de finalidade.
(C) perda da finalidade.

(D) mera inadequação da conduta.
(E) crime de desvio de poder.

RESPOSTA Art. 2º, parágrafo único, *e*, Lei n. 4.717/65 (Lei da Ação Popular). *Alternativa B.*

263. **(Analista – TRE-AL – 2010 – FCC)** Sobre o motivo, como requisito do ato administrativo, é INCORRETO afirmar que

(A) motivo e motivação do ato administrativo são expressões que não se equivalem.
(B) motivo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo.
(C) a sua ausência invalida o ato administrativo.
(D) motivo é a causa imediata do ato administrativo.
(E) motivo e motivação do ato administrativo são expressões equivalentes.

RESPOSTA Segundo Zimmer Júnior (*Direito administrativo*, p. 51), "o motivo é um antecedente necessário à concretização de todo ato administrativo". Na lição do autor, o motivo é um requisito, sendo a motivação um princípio, previsto no art. 2º, Lei n. 9.784/99. *Alternativa E*.

264. **(Analista – TRE-AL – 2010 – FCC)** A autoexecutoriedade, como um dos atributos do ato administrativo,

(A) afasta a apreciação judicial do ato.
(B) existe em todos os atos administrativos.
(C) é a qualidade do ato que dá ensejo à Administração Pública de, direta e imediatamente, executá-lo.
(D) significa que a Administração Pública tem a possibilidade de, unilateralmente, criar obrigações para os administrados.
(E) implica o reconhecimento de que, até prova em contrário, o ato foi expedido com observância da lei.

RESPOSTA (A) Súmula 473, STF. (B) Está presente somente quando previsto em lei, bem como naqueles praticados em situação de emergência. (C) Prescinde de ordem judicial. (D) Refere o atributo da imperatividade. (E) Refere-se à presunção de legitimidade. *Alternativa C.*

265. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Ato administrativo é dito discricionário quando

(A) consiste em tradução de opção do administrador dentre as soluções normativamente autorizadas.
(B) é praticado no exercício das atividades típicas de administração, independentemente de previsão normativa.
(C) traduz poder de escolha da Administração Pública dentre as alternativas necessariamente expressas em lei.
(D) tem sua prática prevista em decreto do Poder Executivo.
(E) considera os aspectos de conveniência e oportunidade para sua prática, que deve ser autorizada por decreto do poder executivo.

RESPOSTA Segundo Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, p. 173), "são os que a Administração pode praticar com liberdade de escolha de seu conteúdo, de seu destinatário, de sua conveniência, de sua oportunidade e do modo de sua realização". *Alternativa A.*

266. **(Analista – TRE-AL – 2010 – FCC)** Sobre atos administrativos, considere:

I. Ato que resulta da manifestação de um órgão, mas cuja edição ou produção de efeitos depende de

outro ato, acessório.

II. Ato que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um único ato.

III. Atos que a Administração impõe coercitivamente aos administrados, criando para eles, obrigações ou restrições, de forma unilateral.

Esses conceitos referem-se, respectivamente, aos atos

(A) compostos, complexos e de império.
(B) de império, coletivos e externos.
(C) complexos, compostos e de gestão.
(D) complexos, coletivos e individuais.
(E) compostos, externos e individuais.

RESPOSTA Conforme Zimmer Júnior (*Curso de direito administrativo*, p. 58-62), atos de império são marcados pela verticalidade; compostos aqueles de vontade de um único órgão, que dependem de confirmação por outro superior; e complexos aqueles que carecem da manifestação da vontade de mais de um órgão.

267. (Analista – TCE-PR – 2011 – FCC) A respeito do controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, é correto afirmar:

(A) Em face da presunção de veracidade e de legitimidade, não admitem exame judicial no que diz respeito à motivação.
(B) Em face da presunção de legalidade, somente podem ser anulados judicialmente quando comprovada violação de norma de competência ou de forma.
(C) Apenas os atos vinculados são passíveis de controle judicial, vedando-se o exame dos aspectos de conveniência, oportunidade e legalidade dos atos discricionários.
(D) Todos os aspectos do ato administrativo são passíveis de exame pelo Poder Judiciário, exceto o mérito administrativo dos atos vinculados.
(E) Os atos discricionários são passíveis de controle pelo Poder Judiciário, no que diz respeito aos aspectos de legalidade e, quanto ao mérito, podem ser invalidados se constatado desvio de finalidade ou ausência dos motivos determinantes para a sua prática.

RESPOSTA Leciona Di Pietro (*Direito administrativo*, 2011, p. 219) que "com relação ao ato discricionário, o Judiciário pode apreciar os aspectos de legalidade e verificar se a Administração não ultrapassou os limites da discricionariedade, entendendo pela invalidação". *Alternativa E.*

268. (Promotor – MP-PE – 2008 – FCC) Tendo em vista a classificação dos atos administrativos, quanto aos seus efeitos, é certo que os atos, entre outros, que

(A) certificam a alteração havida na denominação de uma rua ou os que atestam o nascimento de uma pessoa são caracterizados como constitutivos.
(B) colocam em disponibilidade um servidor público ou os que afirmam a desnecessidade de cargos públicos são considerados declaratórios.
(C) outorgam permissão de serviço público ou de autorização para a exploração de jazida são considerados constitutivos.
(D) reconhecem insegura uma edificação ou se determinado prédio é seguro para a realização de uma atividade são caracterizados como constitutivos.
(E) nomeiam servidores públicos ou impõem sanções administrativas, inclusive a particulares, são considerados declaratórios.

RESPOSTA (A) Declaratórios. (B) Destitutivos. (C) Constitutivos. (D) Liberatórios. (E) Constitutivos. *Alternativa C.*

269. **(Analista – TRE-PI – 2009 – FCC)** Sobre o conceito de atos administrativos, é INCORRETO afirmar que

(A) os contratos também podem ser considerados atos jurídicos bilaterais.
(B) particulares no exercício de prerrogativas públicas também editam ato administrativo.
(C) os atos administrativos são sempre atos jurídicos.
(D) os Poderes Judiciário e Legislativo não editam ato administrativo.
(E) os atos administrativos são sempre passíveis de controle judicial.

RESPOSTA (A) Correto (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 153). (B) Correto, pois prestadores de serviço público, art. 37, § 6º, CF. (C) Correto (MEIRELLES, *ibidem*, p. 155). (D) Incorreto, pois função atípica. (E) Correto, Súmula 473, STF. *Alternativa D.*

270. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** Provimentos são atos administrativos internos, contendo determinações e instruções que a Corregedoria ou os tribunais expedem para a regularização e uniformização dos serviços, com o objetivo de evitar erros e omissões na observância da lei.

Segundo o conceito acima, de Hely Lopes Meirelles, trata-se de atos administrativos

(A) punitivos.
(B) declaratórios.
(C) enunciativos.
(D) negociais.
(E) ordinatórios.

RESPOSTA Ordinatórios (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 187). *Alternativa E.*

271. **(Analista – TRE-PI – 2009 – FCC)** A presunção de legitimidade, como atributo do ato administrativo,

(A) diz respeito à conformidade do ato com a lei.
(B) é absoluta, não podendo ser contestada.
(C) está presente apenas em alguns atos administrativos.
(D) pode, por ser relativa, ser afastada *ex officio* pelo Poder Judiciário.
(E) pode ser contestada somente no âmbito administrativo.

RESPOSTA Afirma Di Pietro (*Direito administrativo*, p. 200-201) que "a presunção diz respeito à conformidade do ato com a lei; em decorrência desse atributo, presume-se, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei". *Alternativa A.*

272. **(Analista – TRE-PI – 2009 – FCC)** A competência, como um dos requisitos do ato administrativo, é

(A) transferível.
(B) renunciável.
(C) de exercício obrigatório para órgãos e agentes públicos.
(D) modificável por vontade do agente.
(E) prescritível.

RESPOSTA (A) Incorreta, pois o termo adequado é delegável. (B) Incorreta, art. 11, Lei n. 9.784/99. (C) Correta, art. 11, segunda parte, Lei n. 9.784/99. (D) Incorreta, pois o agente deve observar a legalidade (art. 37, *caput*, CF). (E) Incorreta, pois a competência é disposta em lei. *Alternativa C.*

273. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** No que diz respeito a convalidação dos atos administrativos, é correto afirmar que

(A) é sempre possível, por razões de interesse público, independentemente da natureza do vício.

(B) alcança atos que apresentem defeitos sanáveis, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

(C) é obrigatório quando se trata de vício sanável, não podendo, contudo, retroagir seus efeitos à edição do ato convalidado.

(D) é facultativa nos casos de vício de forma e de finalidade, retroagindo seus efeitos à data do ato convalidado.

(E) somente é possível nas hipóteses de vícios de forma, retroagindo seus efeitos à data de edição do ato convalidado.

RESPOSTA Art. 55, Lei n. 9.784/99. *Alternativa B.*

274. **(Advogado – METRÔ – 2010 – FCC)** Quanto ao ato administrativo, é INCORRETO afirmar:

(A) A inexistência da forma induz a inexistência do ato administrativo.

(B) A finalidade é elemento vinculado de todo ato administrativo, seja ele discricionário ou regrado.

(C) A alteração da finalidade expressa na norma legal ou implícita no ordenamento da Administração caracteriza o desvio de poder a invalidar o ato administrativo.

(D) A revogação ou a modificação do ato administrativo não é vinculada, motivo pelo qual é prescindível a obediência da mesma forma do ato originário.

(E) A motivação é, em regra, obrigatória, só não sendo quando a lei a dispensar ou se a natureza do ato for com ela incompatível.

RESPOSTA (A) Art. 2º, parágrafo único, *b*, Lei n. 4.717/65. (B) É o legislador que define a finalidade que o ato deve alcançar (DI PIETRO, *Direito administrativo*, p. 212). (C) Art. 2º, parágrafo único, *e*, Lei n. 4.717/65. (D) A revogação deverá observar a forma prevista em lei para o ato. Art. 22, Lei n. 9.784/99. (E) Art. 50, Lei n. 9.784/99. *Alternativa D.*

275. **(Advogado – PBGAS – 2007 – FCC)** Conforme a teoria dos motivos determinantes, é correto afirmar:

(A) Quando forem falsos ou inexistentes os motivos que determinaram o seu cometimento, só são inválidos os atos administrativos se a explicitação dos motivos for obrigatória.

(B) Os atos discricionários nunca ficam vinculados aos motivos determinantes do seu cometimento.

(C) Havendo desconformidade entre os motivos determinantes e a realidade, os atos discricionários, por serem praticados à discrição da autoridade, não são inválidos.

(D) Os atos administrativos, quando tiverem sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos.

(E) Os motivos que determinam a vontade do agente, isto é, os fatos que serviram de suporte à sua decisão, não integram a validade do ato administrativo.

RESPOSTA Di Pietro (*Direito administrativo*, p. 213) relaciona a teoria “em consonância com a qual a validade do ato se vincula aos motivos indicados como seu fundamento, de tal modo que, se inexistentes ou falsos, implicam a sua nulidade”. *Alternativa D.*

276. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** A convalidação “é o ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado”

(cf. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, *Direito administrativo*, 23. edição, 2010). Admite-se a convalidação quando se tratar de vício

(A) de incompetência em razão da matéria.

(B) de incompetência, desde que não se trate de competência exclusiva.

(C) quanto ao motivo, retificando-se a motivação com efeito retroativo.

(D) de finalidade, passando-se a indicar a finalidade decorrente da lei para a prática do ato.

(E) quanto ao motivo, desde que se trate de ato vinculado, passando-se a explicitar a motivação necessária para a prática do ato.

RESPOSTA Art. 13, III, e art. 55, Lei n. 9.784/99. *Alternativa B.*

277. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** Dentre outros, são exemplos de atos administrativos insuscetíveis de revogação:

(A) licença para exercer profissão regulamentada em lei; certidão administrativa de dados funcionais de servidor público.

(B) ato de concessão de aposentadoria, mesmo que ainda não preenchido o lapso temporal para a fruição do benefício; ato de adjudicação na licitação quando já celebrado o respectivo contrato.

(C) edital de licitação na modalidade tomada de preços; atestado médico emitido por servidor público médico do trabalho.

(D) ato que declara a inexigibilidade de licitação; autorização para uso de bem público.

(E) autorização para porte de arma; ato que defere férias a servidor, ainda que este não tenha gozado de tais férias.

RESPOSTA Preceitua Zimmer Júnior (*Curso de direito administrativo*, p. 169) que não poderão ser revogados: os atos vinculados, cujos elementos estão determinados em lei; e os atos cujos efeitos se exauriram. Art. 53, Lei n. 9.784/99. *Alternativa A.*

278. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** O ato administrativo distingue-se dos atos de direito privado por, entre outras razões, ser dotado de alguns atributos específicos, tais como

(A) autodeterminação, desde que tenha sido praticado por autoridade competente, vez que o desrespeito à competência é o único vício passível de ser questionado quando se trata deste atributo.

(B) autoexecutoriedade, que autoriza a execução de algumas medidas coercitivas legalmente previstas diretamente pela Administração.

(C) presunção de legalidade, que permite a inversão do ônus da prova, de modo a caber ao particular a prova dos fatos que aduz como verdadeiros.

(D) imperatividade, desde que tenha sido praticado por autoridade competente, vez que o desrespeito à competência é o único vício passível de ser questionado quando se trata deste atributo.

(E) presunção de veracidade, que enseja a presunção de conformidade do ato com a lei, afastando a possibilidade de dilação probatória sobre a questão fática.

RESPOSTA São atributos dos atos administrativos: 1) presunção de legitimidade (*juris tantum*, pois admite contestação); 2) autoexecutoriedade, que permite à Administração agir sem recorrer ao Judiciário; 3) imperatividade, que possibilita a atuação coercitiva e unilateral. *Alternativa B.*

279. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** Considerando o posicionamento doutrinário que admite nulidade absoluta ou relativa dos atos administrativos eivados de vícios, é correto afirmar:

(A) A desobediência à forma prescrita em lei e o vício de incompetência sempre ensejam a nulidade

absoluta do ato praticado.

(B) A nulidade relativa depende de provocação da parte interessada para ser reconhecida pela Administração Pública ou pelo Judiciário.

(C) O vício relativo ao objeto impede a convalidação se inalterada a situação fático-jurídica, pois não é possível a repetição do mesmo ato sem que se incida no mesmo vício.

(D) O desvio de poder enseja vício em relação ao motivo, mas pode ser convalidado caso seja possível o atingimento de outra finalidade pública.

(E) A incompetência, seja quanto ao sujeito ou quanto à matéria objeto do ato administrativo, é sempre passível de convalidação, ainda que demande a edição de um novo ato.

RESPOSTA (A) É possível a convalidação. Art. 55, Lei n. 9.784/99. (B) Dever de anular os atos. Art. 54, da referida lei. (C) Correto. Teoria dos motivos determinantes. HC 141.925/DF-STJ. (D) Vício insanável. Implica a anulação. Art. 2º, *e*, parágrafo único, *e*, Lei n. 4.717/65. (E) Art. 55, Lei n. 9.784/99. *Alternativa C.*

280. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** O motivo do ato administrativo

(A) não interfere na sua validade.

(B) pode ser vinculado.

(C) quando viciado, permite a sua convalidação.

(D) se inexistente, acarreta a sua revogação.

(E) é a exposição dos fatos e do direito que serviram de fundamento para a prática do ato.

RESPOSTA (A) Incorreto; veja-se a teoria dos motivos determinantes. (B) Correto, sendo vinculado à lei, quando esta assim determinar. (C) Incorreto, defeito insanável. Art. 55, Lei n. 9.784/99. (D) Incorreto, é anulação. (E) Incorreto, é o pressuposto anterior de fato e de direito. *Alternativa B.*

281. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** Os atos administrativos

(A) discricionários não podem ser objeto de anulação.

(B) vinculados podem ser objeto de revogação.

(C) ilegais não podem ser objeto de convalidação.

(D) ilegais não podem ser objeto de revogação.

(E) vinculados não podem ser objeto de anulação.

RESPOSTA Súmula 473, STF, e art. 53, Lei n. 9.784/99. *Alternativa D.*

282. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** Considerando que sejam atributos do poder de polícia a discricionariedade, a coercibilidade e a autoexecutoriedade, da qual são desdobramentos a exigibilidade e a executoriedade, é correto afirmar:

(A) A discricionariedade está presente em todos os atos emanados do poder de polícia.

(B) A exigibilidade compreende a necessidade de provocação judicial para adoção de medidas de polícia.

(C) A autoexecutoriedade prescinde da coercibilidade, que pode ou não estar presente nos atos de polícia.

(D) A coercibilidade traduz-se na caracterização do ato de polícia como sendo uma atividade negativa, na medida em que se presta a limitar a atuação do particular.

(E) O poder de polícia pode ser exercido por meio de atos vinculados ou de atos discricionários, neste caso quando houver certa margem de apreciação deixada pela lei.

RESPOSTA Conforme Celso A. B. de Mello (*Curso de direito administrativo,* p. 829-830), inexiste um poder que seja discricionário. *A polícia administrativa se expressa ora por meio de atos no exercício da competência discricionária, ora por meio*

de atos vinculados. Alternativa E.

283. **(Analista – TJ-PA – 2009 – FCC)** A anulação e a revogação do ato administrativo sujeitam-se às seguintes regras:

(A) A anulação do ato administrativo não pode ser decretada se o ato for vinculado.
(B) A revogação do ato administrativo produz efeito *ex tunc*; a anulação efeito *ex nunc*.
(C) Revogação é a supressão de um ato administrativo por ilegítimo e ilegal.
(D) Todo e qualquer ato administrativo pode ser revogado.
(E) Ato administrativo emanado do Poder Executivo pode ser anulado pela própria Administração, de ofício ou a requerimento do interessado, ou pelo Poder Judiciário, nesta última hipótese.

RESPOSTA É necessário atentar para os ditames da Súmula 473, STF, bem como para os arts. 53 e 54, Lei n. 9.784/1999. *Alternativa E*.

284. **(Analista – TRF-4 – 2007 – FCC)** Dentre os atributos do ato administrativo, é correto indicar:

(A) disponibilidade; exigibilidade; impessoalidade e autoexecutoriedade.
(B) indisponibilidade; capacidade do agente; imperatividade e discricionariedade.
(C) presunção de legitimidade; imperatividade; exigibilidade e autoexecutoriedade.
(D) objetividade; discricionariedade; presunção de legitimidade e inexigibilidade.
(E) irrevogabilidade; presunção de legitimidade; formalidade e publicidade.

RESPOSTA Segundo Maffini (*Direito administrativo*, p. 85), os atos administrativos são regidos por um regime jurídico especial, que se traduz na conjugação de atributos, tais quais presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade. *Alternativa C*.

285. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Conforme o Direito federal vigente, como regra, não há necessidade de motivação de atos administrativos que

(A) imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.
(B) promovam a exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão.
(C) decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública.
(D) dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.
(E) decorram de reexame de ofício.

RESPOSTA O ato de exoneração de ocupantes de cargos em comissão é de natureza *ad nutum*, razão esta que torna desnecessária a motivação. Todos os demais atos necessitam de motivação. Art. 37, V, CF, e art. 50, II, III, IV e VI, Lei n. 9.784/99. *Alternativa B.*

286. **(Analista – TRF-4 – 2007 – FCC)** Quanto à presunção de legitimidade do ato administrativo, afirma-se que é

(A) relativa.
(B) absoluta.
(C) totalitária.
(D) permanente.
(E) incontestável.

RESPOSTA Na lição de Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 180), trata-se de uma presunção relativa (*juris tantum*), podendo ser afastada diante de prova inequívoca da ilegalidade do ato. *Alternativa A.*

287. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** No que diz respeito ao instituto da convalidação dos atos administrativos, é correto afirmar:

(A) a convalidação sempre será possível quando houver vício no objeto do ato administrativo.

(B) a impugnação expressa, feita pelo interessado, contra ato com vício sanável de competência, constitui barreira a sua convalidação pela Administração.

(C) admite-se convalidação quando o vício relacionar-se ao motivo do ato administrativo.

(D) admite-se convalidação quando houver vício de incompetência em razão da matéria, como por exemplo, quando determinado Ministério pratica ato de competência de outro.

(E) convalidação é o ato administrativo pelo qual é suprido vício existente em determinado ato, com efeitos *ex nunc*.

RESPOSTA (A) Apenas aqueles que não acarretaram lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros. Art. 55. (B) Correto, eis que pendente de decisão acerca do mérito. (C) Anulação. (D) Incorreto. Observar a competência exclusiva. (E) *Ex tunc*. *Alternativa B.*

288. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** A Constituição Federal define as matérias de competência privativa do Presidente da República e permite que ele delegue algumas dessas atribuições aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado Geral da União. Se estas autoridades praticarem um desses atos, sem que haja a necessária delegação,

(A) não haverá qualquer vício nos atos administrativos praticados.

(B) haverá vício de formalidade, que não admite ser sanado.

(C) haverá vício de incompetência que, na hipótese, admite convalidação.

(D) o Presidente da República poderá revogá-los, tendo em vista o vício existente em tais atos.

(E) haverá vício de conteúdo, portanto, os atos praticados devem obrigatoriamente ser anulados.

RESPOSTA Novamente, leciona Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 201) “a incompetência torna anulável o ato, autorizando sua convalidação”. Ainda, ver o art. 2º, parágrafo único, *a*, Lei n. 4.717/65. *Alternativa C.*

289. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** Em todo e qualquer ato administrativo pode-se observar a presença do seguinte atributo:

(A) imperatividade.

(B) autoexecutoriedade.

(C) coercibilidade.

(D) presunção de legitimidade.

(E) retratabilidade.

RESPOSTA (A) É atributo inexistente nos atos negociais e enunciativos. (B) É atributo existente somente naquelas ocasiões previstas em lei. Ex.: Interdição de estabelecimento. (C) É atributo de atos de polícia administrativa. (A) Existe sobre todos os atos. (E) Não é atributo. *Alternativa D.*

290. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** A revogação de um ato administrativo válido e eficaz é

(A) inconstitucional, em face do princípio da segurança jurídica e do ato jurídico perfeito.

(B) possível apenas por decisão judicial e desde que não decorrido o prazo decadencial.

(C) possível, por ato motivado da Administração ou por decisão judicial, ressalvados os direitos adquiridos.

(D) lícita, apenas se comprovada a superveniência de circunstância de fato ou de direito que enseje vício de legalidade.

(E) prerrogativa da Administração, fundada em razões de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

RESPOSTA Art. 53, Lei n. 9.784/99, e Súmula 473, STF. *Alternativa E.*

291. **(Analista – TRT-22 – 2010 – FCC)** No que diz respeito ao elemento motivo dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar:

(A) O motivo sempre está expresso na lei, não podendo ser deixado ao critério do administrador.
(B) No ato de punição do funcionário, o motivo é a infração que ele praticou.
(C) A ausência de motivo ou a indicação de motivo falso invalidam o ato administrativo.
(D) Motivação é a exposição ou indicação dos motivos, ou seja, demonstração por escrito dos fatos e fundamentos jurídicos do ato.
(E) Quando a Administração motiva o ato, mesmo que a lei não exija a motivação, ele só será válido se os motivos forem verdadeiros.

RESPOSTA A *alternativa A* está incorreta, eis que existem atos administrativos que não terão a sua motivação vinculada em lei. Ex.: Nomeação e exoneração de cargos em comissão. Art. 37, V, CF.

292. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** Utilizando documentos falsos, um cidadão consegue autorização para desenvolver atividade comercial para a qual é obrigatória a autorização para o exercício de sua atividade. Constatada a irregularidade e, portanto, verificada a nulidade do ato administrativo de autorização, esse ato

(A) pode ser anulado pela própria Administração independentemente de provocação.
(B) não pode ser anulado pela Administração se não houver pedido de terceiros prejudicados.
(C) pode ser revogado pelo Poder Judiciário se for provocado por qualquer cidadão.
(D) pode ser revogado pela Administração se ficar provado dolo do funcionário responsável pela concessão da autorização.
(E) não pode ser anulado por iniciativa da Administração, que deverá pleitear a anulação no Poder Judiciário.

RESPOSTA Poderá vir a ser anulado pela própria Administração, de ofício, com base em seu Poder de Autotutela (Súmula 473, STF), observados os arts. 53 e 54, Lei n. 9.784/99. *Alternativa A.*

293. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Pelo atributo de autoexecutoriedade do ato administrativo,

(A) o destinatário do ato administrativo pode executá-lo, independentemente da intervenção do agente administrativo ou do Poder Judiciário.
(B) as normas legais de Direito administrativo são consideradas de aplicabilidade imediata.
(C) o mérito dos atos administrativos discricionários não pode ser apreciado pelo Poder Judiciário.
(D) o ato impõe-se ao seu destinatário, independentemente de sua concordância.
(E) cabe à Administração pô-lo em execução, independentemente de intervenção do Poder Judiciário.

RESPOSTA Segundo Nohara (*Direito administrativo*, p. 178), "é o atributo de acordo com o qual a Administração Pública pode executar suas decisões, com coerção, sem ter de submetê-las previamente ao Poder Judiciário". *Alternativa E*.

294. **(Analista – TRT-5 – 2012 – FCC)** Determinada autoridade pública praticou ato discricionário, concedendo permissão de uso de bem público a particular, apresentando como motivo para a permissão a não utilidade do bem para o serviço público e os altos custos para a vigilância do

mesmo, necessária para evitar invasões. Posteriormente, constatou-se que a referida autoridade já tinha conhecimento, quando concedeu a permissão, de solicitação de órgão administrativo para instalar-se no imóvel e dar-lhe, assim, destinação pública.

Diante dessa situação,

(A) o ato deverá ser revisto administrativamente, pois, em se tratando de ato discricionário, é afastada a apreciação pelo Poder Judiciário.

(B) é cabível a invalidação do ato pela própria Administração e também judicialmente, aplicando-se, neste caso, a teoria dos motivos determinantes.

(C) o ato deverá ser revogado administrativamente, em face de ilegalidade consistente no desvio de finalidade, respeitados os direitos adquiridos.

(D) o ato somente poderá ser invalidado judicialmente, eis que evidenciado vício de legalidade, retroagindo os efeitos da invalidação ao momento da edição do ato.

(E) o ato não é passível de anulação, mas apenas de revogação, operada pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, por vício de motivação.

RESPOSTA (A) Errado. Súmula 473, STF. (B) Correto. Súmula 473, STF, e arts. 53 e 54, Lei n. 9.784/99. (C) Errado. Os atos com vícios deverão ser anulados, conforme o verbete acima referido. (D) Errado. Súmula 473, STF. (E) Errado. Súmula 473, STF. *Alternativa B.*

295. (Oficial – TJ-PE – 2012 – FCC) Analise em conformidade com a classificação dos atos administrativos:

I. Atos de rotina interna sem caráter decisório, sem caráter vinculante e sem forma especial, geralmente praticados por servidores subalternos, sem competência decisória. Destinam-se a dar andamento aos processos que tramitam pelas repartições públicas.

II. Atos que se dirigem a destinatários certos, criando-lhes situação jurídica particular, podendo abranger um ou vários sujeitos, desde que sejam individualizados.

III. Atos que alcançam os administrados, os contratantes e, em certos casos, os próprios servidores provendo sobre seus direitos, obrigações, negócios ou conduta perante a Administração.

Tais situações dizem respeito, respectivamente, aos atos

(A) internos, de expediente e gerais.

(B) gerais, individuais ou especiais e de expediente.

(C) de expediente, individuais ou especiais e externos ou de efeitos externos.

(D) de gestão, externos ou de efeitos externos e individuais.

(E) de expediente, gerais e internos.

RESPOSTA Conforme Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 205-206), “atos de expediente dão andamento a processos administrativos; sendo atos individuais aqueles direcionados a um destinatário determinado e de efeitos externos aqueles que produzem efeitos perante terceiros”. *Alternativa C.*

IV. Improbidade Administrativa

296. (Analista – TRT-11 – 2012 – FCC) Miguel, servidor público federal, liberou verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes. Em razão disso, o Ministério Público Federal propôs ação de improbidade administrativa, imputando-lhe ato ímprobo previsto no artigo 10, inciso XI, da Lei n. 8.429/1992 (ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário). Ao longo da instrução processual, restaram comprovados dois fatos: (i) inexistência de lesão aos cofres públicos; (ii) conduta meramente culposa, não tendo Miguel agido com dolo. Em razão das conclusões

advindas do processo em questão, o Poder Judiciário concluirá que

(A) existiu ato de improbidade administrativa, vez que a ausência de lesão ao erário e de dolo não impedem a caracterização do ato ímprobo em questão.

(B) existiu ato de improbidade administrativa, pois para caracterizar o ato ímprobo narrado basta a presença de conduta culposa, não sendo a "lesão ao erário" imprescindível à sua caracterização.

(C) inexistiu ato de improbidade administrativa, haja vista que o ato ímprobo narrado exige conduta exclusivamente dolosa.

(D) inexistiu ato de improbidade administrativa, uma vez que, para a caracterização do ato ímprobo narrado, imprescindível se faz a ocorrência de lesão ao erário.

(E) inexistiu ato de improbidade administrativa, uma vez que, para a caracterização do ato ímprobo narrado, imprescindível se faz a ocorrência de lesão ao erário e de conduta dolosa.

RESPOSTA Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, o que não ocorreu no presente caso. Art. 10, *caput*, Lei de Improbidade. *Alternativa D.*

297. (Analista – MP-SE – 2009 – FCC) A ação de improbidade administrativa

(A) resultará, se procedente, na aplicação das sanções de perda da função pública, ressarcimento integral do dano e multa civil de até 2 (duas) vezes o valor do dano, seja qual for o ato de improbidade cometido.

(B) apenas poderá ser proposta após a conclusão de procedimento administrativo, instaurado após representação dirigida à autoridade superior do órgão ao qual vinculado o servidor que cometeu o ato de improbidade.

(C) prescinde da intervenção do Ministério Público, seja na qualidade de parte, seja na de fiscal da lei.

(D) não admite, se proposta pelo Ministério Público, a figura da encampação pela pessoa jurídica de direito público lesada.

(E) pode ser rejeitada pelo juiz após oitiva prévia do réu, antes da citação para apresentação de contestação.

RESPOSTA Art. 17, § 8º, Lei n. 8.429/92. *Alternativa E.*

298. (Analista – TRF-5 – 2008 – FCC) Segundo a Lei n. 8.429/92, permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário. Nesse caso, independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, o responsável por esse ato de improbidade está sujeito ao pagamento de multa civil

(A) de até três vezes o valor do dano.

(B) de no máximo duzentos e cinquenta salários mínimos.

(C) de até cinco vezes o valor do dano.

(D) cujo valor não poderá ultrapassar o valor do dano.

(E) de até duas vezes o valor do dano.

RESPOSTA Art. 12, II, Lei n. 8.429/92. *Alternativa E.*

299. (Analista – TCE-PR – 2011 – FCC) A Lei n. 8.429/92, que dispõe sobre improbidade administrativa, alcança os

(A) agentes públicos, desde que com vínculo permanente, mandato ou cargo, nas entidades integrantes da Administração direta ou indireta de todos os Poderes.

(B) atos dolosos, exclusivamente, desde que ensejem lesão ao patrimônio público ou violação aos princípios aplicáveis à Administração Pública, praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração.
(C) agentes públicos e os particulares que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem de forma direta ou indireta.
(D) atos praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes de todas as esferas da federação, excluídas as entidades privadas que recebam recursos públicos exclusivamente a título de subvenção.
(E) atos dolosos ou culposos praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração, desde que causem, cumulativamente, lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.

RESPOSTA Art. 3º, Lei n. 8.429/92. Sobre o tema, afirma Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 476), "admite-se a sujeição de particulares às penalidades da LIA, desde que induzam, concorram ou se beneficiem dos atos". *Alternativa C.*

300. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** No que se refere ao processo judicial por atos de improbidade administrativa, a ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta

(A) pela Defensoria Pública, dentro de quinze dias do deferimento da tutela antecipada.
(B) pela pessoa jurídica interessada, dentro de dez dias do indeferimento da medida cautelar.
(C) pela pessoa física interessada, dentro de quinze dias da efetivação da medida cautelar.
(D) pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
(E) pelo Tribunal ou Conselho de Contas, dentro de trinta dias do indeferimento da tutela antecipada.

RESPOSTA Art. 17, Lei n. 8.429/92. *Alternativa D.*

301. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** Nos termos da Lei n. 8.429/1992, o ato de improbidade administrativa

(A) causador de lesão ao erário não pode ser punido na modalidade culposa.
(B) que importa enriquecimento ilícito nem sempre acarretará a perda dos bens ou valores acrescidos ao patrimônio do agente público ou terceiro beneficiário.
(C) consistente em agir negligentemente na arrecadação de tributos corresponde a ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.
(D) consistente em negar publicidade aos atos oficiais corresponde a ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito.
(E) consistente em omissão de prestar contas, quando esteja obrigado a fazê-lo, corresponde a ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.

RESPOSTA (A) Art. 5º, da norma. (B) Art. 12, I, da lei em tela. (C) Art. 10, X, da lei. (D) Atenta contra os princípios. Art. 11, IV, da lei. (E) Atenta contra os princípios. Art. 11, VI, da norma. *Alternativa C.*

302. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** No curso de determinada ação de improbidade administrativa, um dos réus vem a falecer, razão pela qual, é chamado a intervir na lide, seu único sucessor Felipe, empresário do ramo hoteleiro. Ao final da demanda, todos os réus são condenados pela prática de ato ímprobo previsto no artigo 11, da Lei n. 8.429/1992 (violação aos princípios da Administração Pública), sendo-lhes impostas as seguintes sanções: ressarcimento integral do dano, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por cinco anos. Nesse caso, Felipe

(A) responderá apenas pelo ressarcimento do dano, devendo arcar, obrigatoriamente, com a reposição integral do prejuízo causado ao erário.
(B) estará sujeito à suspensão dos direitos políticos e ao ressarcimento integral do dano.
(C) não está sujeito às cominações previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
(D) estará sujeito às três sanções impostas.
(E) responderá apenas pelo ressarcimento do dano, até o limite do valor da herança.

RESPOSTA Art. 8º, Lei n. 8.429/92. *Alternativa E.*

303. **(Analista – TRE-PB – 2007 – FCC)** O prazo prescricional para as ações que visam aplicar sanções da Lei 8.429/92 (lei de improbidade administrativa) ao agente público que exerce função de confiança é

(A) de até três anos após o término do exercício da função de confiança.
(B) de até três anos, contados a partir da data do ato de improbidade.
(C) de até cinco anos, contados a partir da data do ato de improbidade.
(D) de até cinco anos após o término do exercício da função de confiança.
(E) imprescritível, em razão do interesse público.

RESPOSTA Art. 23, I, Lei n. 8.429/92. *Alternativa D.*

304. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** A respeito dos atos de improbidade administrativa é correto afirmar que

(A) podem ter como sujeito passivo entidade para cuja criação ou custeio o erário concorra com menos de 50%, limitando-se, nesse caso, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre os cofres públicos.
(B) pressupõem, para aplicação de sanções pecuniárias previstas na lei específica, cumulativamente, a ocorrência de prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios da Administração pública.
(C) possuem como sujeito ativo agentes públicos ou agentes políticos, exclusivamente, e como sujeito passivo entidades da Administração direta e indireta de todos os Poderes.
(D) pressupõem, para aplicação das penalidades previstas na legislação própria, conduta comissiva com enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário e vínculo funcional ou eletivo do sujeito ativo com o poder público.
(E) são aqueles praticados contra o patrimônio público ou de entidades que recebam recurso ou subvenção pública, desde que em montante superior a 50% do capital ou custeio.

RESPOSTA (A) Art. 1º, parágrafo único, Lei n. 8.429/92. (B) Art. 12, *caput*, da lei em tela. (C) Art. 2º, da norma em tela. (D) Art. 21, I, da lei. (E) Art. 1º, parágrafo único, Lei de Improbidade. *Alternativa A.*

305. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** Em face da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992), é correto afirmar:

(A) O ressarcimento integral do dano será dispensado se a lesão ao patrimônio público ocorrer por ação ou omissão culposa do agente ou de terceiro.
(B) Considera-se agente público, para os seus efeitos, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, porém sob remuneração, cargo, emprego ou função, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou de Território.
(C) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está

sujeito às cominações desta Lei, até o limite do valor da herança.

(D) Caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Poder Judiciário para a indisponibilidade dos bens do indiciado quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito.

(E) No caso de enriquecimento ilícito, o agente público ou terceiro beneficiário não perderá os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, estando sujeito somente às sanções penais.

RESPOSTA Art. 8º, Lei n. 8.429/92. *Alternativa C.*

306. (Analista – TRT-23 – 2011 – FCC) Constitui ato de improbidade administrativa previsto especificamente no artigo 10, da Lei n. 8.429/1992, isto é, ato causador de prejuízo ao erário:

(A) frustrar a licitude de processo licitatório.

(B) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas.

(C) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

(D) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

(E) utilizar, em obra ou serviço particular, o trabalho de servidores públicos da União.

RESPOSTA Art. 10, VIII, Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade). *Alternativa A.*

307. (Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC) Nos termos da Lei vigente no Brasil, um agente público que aceite emprego, comissão ou exerça atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade, está praticando um ato caracterizado como

(A) de improbidade administrativa, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de prisão e multa civil.

(B) apenas infração administrativa, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de advertência e multa.

(C) de improbidade administrativa, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.

(D) abuso de autoridade, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de perda do cargo ou emprego público e prisão civil.

(E) apenas infração administrativa, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de ressarcimento do dano e suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.

RESPOSTA Pratica ato de improbidade tipificado no art. 9º, VIII, Lei n. 8.429/92, e passível de punição pelo art. 12, I, do mesmo diploma. *Alternativa C.*

308. (Analista – TRE-SP – 2012 – FCC) Diretor-Presidente de determinada sociedade de economia mista firmou contrato para a execução de obra pública com empresas vencedoras dos correspondentes procedimentos licitatórios, instaurados para diferentes lotes do empreendimento. Posteriormente, restou comprovado conluio entre os licitantes, bem como o estabelecimento, no Edital, de condições de participação que objetivavam favorecer a determinados licitantes e propiciar o

arranjo fraudulento. Em tal situação, às penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa

(A) sujeitam-se apenas os licitantes que tenham praticado atos com o objetivo de fraudar o procedimento licitatório, desde que comprovado o dano ao erário.

(B) sujeita-se apenas o Diretor-Presidente da sociedade de economia mista, desde que comprovada conduta dolosa ou enriquecimento ilícito.

(C) sujeitam-se os agentes públicos e os particulares que tenham concorrido para a prática do ato ou dele tenham se beneficiado, direta ou indiretamente, independentemente de dano ao erário.

(D) sujeitam-se os agentes públicos e os particulares que tenham concorrido para a prática do ato ou dele tenham se beneficiado, desde que comprovado dano ao erário.

(E) sujeitam-se apenas os agentes públicos que tenham concorrido, de forma ativa ou passiva, para a prática do ato ou dele tenham se beneficiado.

RESPOSTA Arts. 1º a 3º, Lei n. 8.429/92. *Alternativa C.*

309. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** Constitui ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário:

(A) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

(B) retardar, indevidamente, ato de ofício.

(C) frustrar a licitude de concurso público.

(D) permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

(E) agir negligentemente no que diz respeito à conservação do patrimônio público.

RESPOSTA (A) Art. 11, VI, Lei n. 8.429/92. (B) Art. 11, II, da lei. (C) Art. 11, V, da norma. (D) Art. 11, VII, da lei. (E) Art. 10, X, da lei. *Alternativa E.*

310. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Considere as seguintes descrições de condutas:

I. deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

II. perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza; e

III. frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

São condutas descritas na Lei n. 8.429/92, como caracterizadoras de atos de improbidade administrativa que, respectivamente,

(A) causam prejuízo ao erário; atentam contra os princípios da Administração Pública e importam enriquecimento ilícito.

(B) importam enriquecimento ilícito; causam prejuízo ao erário e atentam contra os princípios da Administração Pública.

(C) atentam contra os princípios da Administração Pública; causam prejuízo ao erário e importam enriquecimento ilícito.

(D) atentam contra os princípios da Administração Pública; importam enriquecimento ilícito e causam prejuízo ao erário.

(E) causam prejuízo ao erário; importam enriquecimento ilícito e atentam contra os princípios da Administração Pública.

RESPOSTA I. Art. 11, VI, Lei n. 8.429/92. II. Art. 9º, IX, Lei de Improbidade. III. Art. 10, VIII, Lei de Improbidade. *Alternativa D.*

311. **(Analista – TRT-5 – 2012 – FCC)** Determinado servidor público revelou informação da

qual teve ciência em razão de suas atribuições e que deveria permanecer em segredo. De acordo com a Lei n. 8.429/1992, que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa, a referida conduta

(A) caracteriza ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, sendo passível de aplicação, entre outras penas, da penalidade de perda da função pública.

(B) somente caracteriza ato de improbidade se comprovado enriquecimento ilícito, sujeitando o servidor, entre outras penas, à perda da função pública.

(C) somente caracteriza ato de improbidade se comprovado prejuízo financeiro à Administração, sujeitando o servidor, entre outras penas, ao ressarcimento do dano e perda da função pública.

(D) não caracteriza ato de improbidade, mas apenas falta funcional, passível de aplicação de pena de advertência.

(E) não caracteriza ato de improbidade, mas apenas falta funcional, passível de aplicação de pena de suspensão, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.

RESPOSTA Art. 11, III, c/c art. 12, III, Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade). *Alternativa A.*

312. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** NÃO descreve de modo completo uma conduta caracterizadora de improbidade administrativa, nos termos da Lei n. 8.429/92,

(A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

(B) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.

(C) adquirir bens imóveis, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública.

(D) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

(E) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

RESPOSTA (A) Art. 9º, V, da norma. (B) Art. 9º, III, da lei. (C) A alternativa não descreve com precisão o tipo previsto no art. 9º, VII, da norma. (D) Art. 9º, IX, Lei de Improbidade. (E) Art. 9º, X, da lei em tela. *Alternativa C.*

313. **(Assistente – MP-RS – 2008 – FCC)** No que se refere aos atos de improbidade administrativa é correto afirmar:

(A) retardar, ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício, não configura ato de improbidade administrativa.

(B) para caracterização de qualquer ato de improbidade administrativa é indispensável que tenha havido dano ao patrimônio público.

(C) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade.

(D) as condutas descritas na Lei n. 8.429/92 como caracterizadoras de improbidade administrativa têm caráter meramente exemplificativo.

(E) na aplicação das penalidades previstas na Lei de Improbidade, o juiz deve levar em conta as sanções penais e administrativas previstas na legislação específica.

RESPOSTA Importantes as palavras de Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 478): “A Lei n. 8.429/92, em seus arts. 9º a 11, define um rol exemplificativo das condutas que caracterizam improbidade administrativa”. *Alternativa D.*

314. **(Juiz – TRT-11 – 2012 – FCC)** É exemplo de ato de improbidade administrativa punível com perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos:

(A) negar publicidade aos atos oficiais.
(B) frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
(C) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
(D) frustrar a licitude de concurso público.
(E) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

RESPOSTA Art. 9º, IX, c/c art. 12, I, Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade). *Alternativa E.*

V. Licitações, Convênios e Contratos

315. **(Analista – MP-SE – 2009 – FCC)** Na definição do objeto da licitação, a autoridade licitante deverá levar em consideração, tanto quanto possível,

(A) a concentração de diversas atividades em um único certame, ainda que essas atividades sejam técnica e economicamente independentes, de modo a diminuir os custos do procedimento licitatório.
(B) os princípios da legalidade e da economicidade, de modo a permitir a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de particular que já tenha vencido certame anterior, com objeto idêntico.
(C) a divisão do objeto em tantas parcelas quantas forem técnica e economicamente viáveis, para ampliar a competitividade do certame.
(D) o fracionamento quantitativo do objeto da licitação, para permitir a realização de várias licitações idênticas em modalidades mais informais, ou mesmo para viabilizar a dispensa de licitação em razão do seu baixo valor.
(E) o interesse subjetivo dos possíveis interessados, permitindo-lhes agir durante a fase interna da licitação e contribuir para a definição das condições do certame.

RESPOSTA Art. 15, IV, e art. 23, § 1º, Lei n. 8.666/93. *Alternativa C*.

316. **(Analista – MP-SE – 2009 – FCC)** A alteração do contrato administrativo, para recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro,

(A) é direito do contratado e deve ser efetuada unilateralmente pela Administração, desde que prevista pelo próprio contrato.
(B) é direito do contratado, mas depende de acordo entre as partes, podendo ser negado pela Administração por motivos de conveniência e oportunidade.
(C) deve ser efetuada por acordo das partes, apenas se o contrato disciplinar as hipóteses e a forma em que essa recomposição deva se conduzir.
(D) é direito do contratado e pode ser por ele unilateralmente efetuada, dentro dos estritos limites da

autorização legal.

(E) pode ser efetuada por acordo das partes, mesmo que as condições para essa recomposição não estejam disciplinadas no contrato.

RESPOSTA Art. 65, II, *d*, Lei n. 8.666/93, c/c art. 37, XXI, CF. Nesse sentido, as palavras de Carvalho Filho (*Manual de direito administrativo*, p. 192): "o postulado da equação econômico-financeira é verdadeira garantia do contratante e do contrato". *Alternativa E.*

317. (Analista – TRE-RN – 2011 – FCC) No que concerne ao denominado "fato da Administração", é correto afirmar:

(A) não permite a rescisão do contrato administrativo, mas tão somente sua revisão.

(B) corresponde a uma determinação estatal de caráter geral.

(C) trata-se de interferência que antecede o contrato, mantendo-se desconhecida até ser revelada através das obras e serviços em andamento.

(D) incide direta e especificamente sobre determinado contrato administrativo.

(E) sua ocorrência, em qualquer hipótese, não possibilita que o particular suspenda a execução do contrato, invocando a *exceptio non adimpleti contractus*.

RESPOSTA (A) Permite. Art. 78, XVI. (B) É toda ação ou omissão da administração contratante que incide diretamente no contrato. (C) Não se trata de álea imprevisível, mas sim de ação ou omissão posterior. (D) Correto. Ex.: Art. 78, XVI. (E) Art. 78, XV. *Alternativa D.*

318. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) Determinado Estado publicou edital de abertura de licitação para aquisição de móveis para guarnecer as escolas públicas de ensino fundamental instaladas em seu território. Outra decisão de governo culminou com a municipalização do ensino fundamental. O convênio que disciplinou a operacionalização da dita municipalização declarou ser de responsabilidade dos municípios guarnecer as escolas com os móveis e utensílios que se mostrassem necessários, o que seria avaliado somente quando do recebimento dos imóveis onde funcionam as atividades. Neste caso a Administração Pública Estadual

(A) pode revogar a licitação, uma vez que não se mostra mais conveniente e oportuno realizar a despesa, vez que a providência será adotada pelos municípios quando do recebimento dos imóveis.

(B) deve anular a licitação em curso, uma vez que a conclusão do procedimento eivaria a contratação de vício de ilegalidade.

(C) pode prosseguir com a licitação, sub-rogando-se os municípios nos efeitos do contrato a ser firmado com o vencedor.

(D) pode anular a licitação em curso, vez que cessados os motivos para a aquisição dos bens.

(E) deve prosseguir com a licitação, uma vez que o início do procedimento impede a revogação, possibilitando apenas a anulação por vício de legalidade

RESPOSTA Art. 49, Lei n. 8.666/93. *Alternativa A.*

319. (Analista – TRE-AL – 2010 – FCC) A regra prevista na Lei de Licitações (Lei n. 8.666/93) segundo a qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, traduz o princípio da

(A) legalidade.

(B) vinculação ao instrumento convocatório.

(C) impessoalidade.

(D) moralidade.

(E) igualdade.

RESPOSTA Trata-se de princípio licitatório. Art. 3º c/c art. 55, XI, Lei n. 8.666/93. *Alternativa B.*

320. **(Analista – TRE-AL – 2010 – FCC)** NÃO se incluem dentre as modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666/93, a de

(A) leilão, a de concurso e a de menor preço.
(B) menor preço, a de convite e a de leilão.
(C) concorrência, a de concurso e a de convite.
(D) melhor técnica, a de convite e a de técnica e preço.
(E) menor preço, a de melhor técnica e a de técnica e preço.

RESPOSTA As modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666/93 estão dispostas no art. 22, §§ 1º ao 5º. São tipos de licitação aqueles estabelecidos no art. 45, § 1º, I a IV, do diploma. A alternativa E apresenta, tão somente, os tipos. *Alternativa E.*

321. **(Analista – TRE-AL – 2010 – FCC)** Sobre a formalização dos contratos administrativos é correto afirmar:

(A) Quando não for obrigatório, o instrumento do contrato pode ser substituído, dentre outros documentos, pela nota de empenho de despesa.
(B) A minuta do futuro contrato não precisa integrar o edital ou ato convocatório da licitação na modalidade tomada de preços.
(C) O contrato verbal com a Administração é permitido na modalidade convite, desde que devidamente justificado pela autoridade competente.
(D) A eficácia do contrato administrativo independe da sua publicação na imprensa oficial.
(E) A ordem de execução de serviço não é instrumento hábil a substituir o instrumento do contrato, mesmo quando este não seja obrigatório.

RESPOSTA Art. 62, Lei n. 8.666/93. *Alternativa A.*

322. **(Analista – TRE-AL – 2010 – FCC)** Sobre as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas na Lei de Licitações (Lei n. 8.666/93), considere:

I. É dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
II. É dispensável a licitação para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.
III. É dispensável a licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
IV. É inexigível a licitação na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
V. É inexigível a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I, III e V.
(C) II, III e V.
(D) II, IV e V.
(E) III e IV.

RESPOSTA I. Errado. É hipótese de inexigibilidade (art. 25, I, Lei n. 8.666/93). II. Certo. Art. 24, XXVIII. III. Certo. Art. 24, XXIV. IV. Errado. É hipótese de dispensa (art. 24, XXIII). V. Certo. Art. 25, III, Lei de Licitações. *Alternativa C.*

323. **(Analista – TRF-5 – 2008 – FCC)** Sobre as modalidades de licitação, considere:

I. Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital.
II. Pregão é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados no órgão licitante para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital.
III. Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, devidamente cadastrados, escolhidos e convidados em número mínimo de 2 (dois) pela unidade administrativa.
IV. Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
V. É possível a combinação das modalidades de licitação, de modo a se estabelecer nova modalidade, desde que todos os requisitos estejam previstos na lei.

Está correto o que contém APENAS em

(A) I e IV.
(B) I, II e V.
(C) II e IV.
(D) II, III e V.
(E) IV e V.

RESPOSTA I. Certo. Art. 22, § 4º, Lei n. 8.666/93. II. Errado. O conceito é da modalidade concurso. III. Errado. O número mínimo de convidados é de 3 (três) participantes. Art. 22, § 3º, da lei. IV. Certo. Art. 22, § 2º da Lei. V. Errado. Art. 22, § 8º. *Alternativa A.*

324. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Diferentes órgãos públicos necessitam adquirir, periodicamente, material hospitalar para o desempenho de suas atividades, não sendo possível, contudo, estabelecer, *a priori*, a quantidade exata de cada aquisição e sendo conveniente, em razão dos prazos de validade, a compra parcelada para entregas futuras. De acordo com a legislação que rege as licitações e contratos públicos, referidos órgãos

(A) poderão valer-se do Sistema de Registro de Preços, realizando, cada um deles, obrigatoriamente, licitação na modalidade pregão.
(B) poderão valer-se do Sistema de Registro de Preços, ainda que não tenham participado do certame licitatório, mediante consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
(C) poderão valer-se do Sistema de Registro de Preços, mediante a realização, por apenas um dos órgãos, de licitação exclusivamente na modalidade pregão.
(D) não poderão valer-se do Sistema de Registro de Preços, que apenas se aplica a compras para

entrega imediata, devendo adotar, cada um deles, a licitação na modalidade pregão.

(E) somente poderão valer-se do Sistema de Registro de Preços se realizarem licitação conjunta, na modalidade concorrência, indicando os quantitativos pretendidos e o preço unitário máximo admitido por cada órgão.

RESPOSTA Art. 8º, Decreto n. 3.931/2001 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15, Lei n. 8.666/93). *Alternativa B.*

325. (Analista – TRF-5 – 2008 – FCC) Os crimes definidos na Lei de Licitações, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à

(A) pena de multa equivalente ao vencimento/salário do servidor.

(B) pena de advertência, com anotação no prontuário.

(C) pena de suspensão pelo prazo de 90 (noventa) dias.

(D) sanções administrativas a critério do superior imediato.

(E) perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.

RESPOSTA Art. 83, Lei n. 8.666/93. *Alternativa E.*

326. (Analista – TRF-5 – 2008 – FCC) Sobre a inexecução e rescisão do contrato, é INCORRETO afirmar:

(A) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento constitui motivo para rescisão do contrato.

(B) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, constitui motivo para rescisão do contrato.

(C) A inexecução total ou parcial do contrato não enseja a sua rescisão, mas sujeita o contratado às outras consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

(D) A rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

(E) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

RESPOSTA (A) Correto. Art. 78, IV, Lei n. 8.666/93. (B) Correto. Art. 78, II, da lei. (C) Art. 77. (D) Correto. Art. 79, II, do diploma. (E) Correto. Art. 79, § 1º, Lei de Licitações. *Alternativa C.*

327. (Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC) A contratação de terceiros para execução de atividades de apoio à prestação de serviços públicos caracteriza

(A) descentralização administrativa por serviços.

(B) descentralização administrativa por colaboração.

(C) desconcentração administrativa.

(D) execução indireta do serviço.

(E) execução direta do serviço.

RESPOSTA Art. 6º, VIII, *a* e *b*, Lei n. 8.666/93. *Alternativa D.*

328. (Analista – TRF-5 – 2008 – FCC) Nos termos da lei, o pregão é modalidade de licitação empregada para

(A) a realização de obras e serviços de engenharia.

(B) aquisição de bens e serviços especiais.
(C) aquisição de bens e serviços comuns.
(D) ata de registro de preços de bens ou serviços especiais.
(E) contratação de quaisquer bens ou serviços, sejam de natureza comum ou especial.

RESPOSTA Art. 1º, Lei n. 10.520/2002. *Alternativa C.*

329. **(Advogado – SABESP – 2012 – FCC)** O Governo do Estado de São Paulo, após regular licitação, contratou a empresa "FX" para a execução de obras de contenção de terras e águas sobre rodovia em razão de inundações. Entretanto, devido a ocorrência de graves enchentes provocadas pela precipitação de chuvas torrenciais, tornou-se inviável a execução do contrato, não havendo qualquer culpa por parte da contratada. Nesse caso, a administração pública estadual, dentre outras situações,

(A) pode escolher entre a rescisão de natureza unilateral ou bilateral, sendo que ambas excluem a ampla defesa e o contraditório por parte da contratada, assim como a motivação formal da contratante, por ser o fato público e notório.
(B) se optar pela rescisão unilateral do contrato deverá indenizar a contratada assegurando a esta a indenização dos denominados danos emergentes e dos lucros cessantes, mas excluindo-se o custo das despesas de desmobilização.
(C) pode rescindir unilateralmente o contrato, com ressarcimento à contratada dos prejuízos comprovados que houver sofrido, tendo direito à devolução da garantia, aos pagamentos do que foi executado e do custo da desmobilização.
(D) não pode rescindir unilateralmente o contrato, visto que as avenças públicas dessa natureza só podem ser desfeitas amigavelmente ou judicialmente, ainda que se confira indenização satisfatória à contratada.
(E) não poderá assumir o objeto do contrato, seja direta ou indiretamente, assim como utilizar o local, os equipamentos ou o pessoal empregados na execução do contrato na hipótese de ocorrer uma rescisão unilateral.

RESPOSTA Art. 79, I e § 2º, I a III, Lei n. 8.666/93. *Alternativa C.*

330. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Como regra, a celebração de contratos administrativos pressupõe licitação, porém a lei também prevê casos de contratação direta. Nesse sentido, conforme a Lei n. 8.666/93 é

(A) hipótese de dispensa de licitação a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
(B) inexigível a realização de licitação no caso de guerra ou grave perturbação da ordem.
(C) inexigível a realização de licitação para aquisição de obras de arte, de autenticidade certificada, desde que compatíveis com as finalidades do órgão ou entidade.
(D) dispensável a realização de licitação para impressão dos diários oficiais, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico.
(E) dispensável a realização de licitação para contratação de profissionais de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

RESPOSTA (A) Hipótese de inexigibilidade. Art. 25, I. (B) Dispensável. Art. 24, III. (C) Dispensável. Art. 24, XV. (D) Art. 24, XVI, da lei. (E) Inexigível. Art. 25, III. *Alternativa D.*

331. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** O Estado do Ceará pretende realizar procedimento

licitatório para a realização de obra de engenharia no valor de R$ 1.550.000,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta mil reais). A modalidade de licitação para tal hipótese é

(A) concorrência ou tomada de preços.
(B) tomada de preços, apenas.
(C) concorrência, apenas.
(D) tomada de preços ou convite.
(E) convite, apenas.

RESPOSTA Art. 23, I, *c*, Lei n. 8.666/93. *Alternativa C*.

332. **(Agente – TCE-SP – 2012 – FCC)** O Departamento de Estradas de Rodagem – DER, autarquia estadual, contratou a execução de obras de ampliação de uma rodovia e, no curso da execução do contrato, constatou a imprescindibilidade de alteração do projeto para melhor adequação técnica. Diante dessa situação, o DER

(A) somente pode alterar o contrato com a concordância do contratado e desde que não importe majoração do valor inicial atualizado.
(B) pode alterar o contrato, unilateralmente, com as devidas justificativas, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato caso a alteração aumente os encargos do contratado.
(C) não pode alterar o contrato, em face da vinculação ao Edital, estando autorizado a rescindi-lo, unilateralmente, e promover nova licitação com adequação do objeto.
(D) pode alterar o contrato, unilateralmente, desde que a alteração não implique acréscimo de mais de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
(E) pode alterar o contrato, até o limite de 25% do valor inicial atualizado, desde que conte com a concordância do contratado.

RESPOSTA (A) Errado. Art. 65, I, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 65, I, *a* e *b*, e § 6º. (C) Errado. Art. 65, *caput*, da lei. (D) Errado. Art. 65, § 1º. (E) Errado. Não necessita da concordância do contratado. Art. 65, § 1º, Lei de Licitações. *Alternativa B.*

333. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** Ao final do procedimento licitatório instaurado para alienação de ativos mobiliários do Estado, foi constatada a inobservância de regra legal específica que exigia a elaboração de dois laudos de avaliação dos ativos cujo leilão se levou a efeito. O lance vencedor, no entanto, foi sensivelmente superior ao valor indicado no único laudo de avaliação. Nesse caso, caberá a

(A) reti-ratificação do procedimento licitatório, com a elaboração do segundo laudo de avaliação, após a homologação da licitação.
(B) anulação da alienação, em face do vício de ilegalidade, promovendo-se novo procedimento após integral observância das normas vigentes.
(C) revogação da adjudicação do objeto, retrocedendo o procedimento licitatório à fase anterior, a fim de que se possa promover a segunda avaliação necessária.
(D) ratificação do procedimento realizado, com a consequente homologação do objeto, uma vez que foi comprovada a inexistência de prejuízo.
(E) revogação do lance ofertado e a anulação do procedimento licitatório.

RESPOSTA Art. 49, § 2º, Lei n. 8.666/93. *Alternativa B.*

334. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** Determinado órgão público celebrou, após regular procedimento de licitação, contrato para que uma construtora promovesse obras em imóvel

locado para a instalação de uma repartição pública. Durante a vigência do contrato, tornaram-se conhecidas algumas especificidades que demandam acréscimo aos serviços contratados. Para o equacionamento dessa questão, a alternativa legalmente prevista é

(A) o aditamento do contrato até o limite de 50% (cinquenta por cento), ainda que com alteração do objeto.

(B) nova licitação para contratação das obras identificadas como necessárias, iniciando-se a execução dessas obrigatoriamente após a conclusão das inicialmente contratadas.

(C) a anulação do contrato firmado, promovendo-se nova licitação para a totalidade das obras necessárias.

(D) o aditamento do contrato até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), desde que com a concordância do contratado.

(E) o aditamento do contrato até o limite de 50%, caso se trate de obra de reforma, independentemente de anuência do contratado.

RESPOSTA Art. 65, § 1º, Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações). *Alternativa E.*

335. **(Agente – TCE-SP – 2012 – FCC)** Uma sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos pretende alienar participação societária minoritária que adquiriu em empresa privada (ações). De acordo com a Lei n. 8.666/93,

(A) está dispensada de avaliação prévia e de procedimento licitatório, desde que conte com autorização legislativa específica para a alienação.

(B) deverá obter autorização legislativa, realizar avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.

(C) deverá promover avaliação prévia, sendo inexigível o procedimento licitatório em função do regime privado a que se submete a empresa alienante.

(D) deverá promover avaliação prévia e poderá dispensar o procedimento licitatório na hipótese de alienar as ações em bolsa, observada a legislação específica.

(E) está obrigada a obter autorização legislativa e realizar licitação na modalidade concorrência.

RESPOSTA Trata-se do instituto da licitação dispensada, sendo este espécie de ato administrativo vinculado. Art. 17, II, *c*, Lei n. 8.666/93. *Alternativa D.*

336. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** A aplicabilidade do "princípio da padronização" em matéria de compras pela Administração Pública deve observar certos requisitos. Dentre outros, aponta-se

(A) sua livre adoção, desde que haja necessidade da mercadoria ou do objeto, tudo ao alvedrio da autoridade administrativa competente, por ser esta o titular do poder discricionário e estar atendendo a possibilidade de uniformização.

(B) o intuito de evitar aquisições de bens diferentes nos seus elementos componentes, na qualidade, na produtividade, na durabilidade, com implicação direta e imediata na manutenção, na assistência técnica, nos custos, no controle e na atividade administrativa.

(C) a desnecessidade de um processo administrativo formal de uniformização ou padronização, tendo em vista a celeridade do procedimento licitatório, sendo suficiente a simples deliberação da comissão de licitação.

(D) a instauração de um processo administrativo para fins de padronização, se assim entender a Administração Pública, com natureza contenciosa, de sorte a permitir aos vários produtores de bens similares a efetiva participação.

(E) a vedação, em qualquer hipótese, de preferência de marca considerando a exclusividade do produtor ou vendedor, ainda que dentro de uma padronização ou uniformização e da conveniência de continuidade dessa marca.

RESPOSTA Deverá obedecer ao disposto no art. 15, I, Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações). *Alternativa B.*

337. (Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC) NÃO é causa de revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo:

(A) a elevação da carga tributária incidente de forma específica sobre a atividade objeto da prestação contratual.

(B) a situação de fato preexistente à contratação, mas que não era de possível conhecimento à época de sua celebração e que onera o contratado.

(C) a necessidade de atualização periódica da expressão monetária do contrato.

(D) o fato imprevisível da natureza que atrasa ou torna mais custosa a prestação contratual.

(E) a modificação superveniente do projeto a ser executado pelo contratado, por razões de conveniência da Administração.

RESPOSTA (A) É causa. Art. 65, § 5º, Lei de Licitações. (B) Art. 65, II, *d*, da norma. (C) Não consta no rol de possibilidades de alteração, previsto no art. 65, da lei. (D) Art. 65, II, *d*, Lei n. 8.666/93. (E) Art. 65, II, *b*, da lei. *Alternativa C.*

338. (Procurador – Manaus-AM – 2006 – FCC) No que tange a homologação e adjudicação no procedimento licitatório, é correto afirmar que

(A) a homologação é ato da Comissão de Licitação pelo qual é promovido o controle de todo o procedimento.

(B) o vencedor, ao ser-lhe adjudicado o objeto da licitação, sempre terá direito ao contrato.

(C) a homologação não é fase que integra o procedimento da licitação, sendo que somente após é que se opera a adjudicação.

(D) após a homologação do procedimento da licitação este não mais poderá ser revogado, salvo no caso de ilegalidade.

(E) a adjudicação não impede, em qualquer hipótese, à Administração licitante de contratar o objeto licitado com terceiro.

RESPOSTA Findo o procedimento final, homologa-se a licitação e adjudica-se o vencedor. Art. 38, VII, e art. 43, VI, Lei n. 8.666/93. *Alternativa C.*

339. (Analista – TCE-PR – 2011 – FCC) Em contratos administrativos regidos pela Lei n. 8.666/93,

(A) a alteração qualitativa ou quantitativa do seu objeto, não é admitida em face do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

(B) admitem-se acréscimos quantitativos, no limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, podendo chegar a 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento.

(C) a supressão de obras, serviços ou compras contratados, não é admitida exceto com a expressa concordância do contratado.

(D) a alteração qualitativa, não é admitida mas apenas a quantitativa, para acréscimos ou supressões do objeto contratado, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.

(E) a alteração qualitativa é admitida, quando houver modificação do projeto ou das especificações, vedadas alterações quantitativas.

RESPOSTA (A) Errado. Art. 65, I, *b*, Lei n. 8.666/93. (B) Correto. Art. 65, § 1º, da lei. (C) Errado. Art. 78, XIII, c/c art. 65, da lei. (D) Errado. Art. 65, I, *a*, e § 1º, do diploma. (E) Errado. Art. 65, I, *a* e *b*, Lei de Licitações. *Alternativa B.*

340. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** O Município pretende vender bem imóvel sem destinação a fundação pública municipal. De acordo com a legislação vigente, é necessário, sob o aspecto formal, haver

(A) autorização legislativa, prescindindo-se, no entanto, de avaliação prévia e licitação.
(B) autorização legislativa, avaliação prévia e formalização de procedimento para dispensa de licitação.
(C) avaliação prévia e formalização de procedimento para dispensa de licitação, prescindindo-se de autorização legislativa.
(D) avaliação prévia e licitação, prescindindo-se de autorização legislativa.
(E) avaliação prévia e formalização de procedimento para dispensa de autorização legislativa e de licitação.

RESPOSTA Art. 17, I, Lei n. 8.666/93. *Alternativa B.*

341. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Em conformidade com os preceitos regulamentares, as compras realizadas pela Administração Pública deverão observar, sempre que possível, dentre outros requisitos, o seguinte:

(A) submeter-se a condições semelhantes às do setor privado, sem a obrigatoriedade da observância dos preços praticados no âmbito da Administração Pública.
(B) a inaplicabilidade, nas compras, do sistema de registro de preços, salvo produtos de natureza padronizada.
(C) atender ao princípio da padronização que imponha compatibilidade de especificações técnicas, dispensadas as condições de manutenção e garantia oferecidas.
(D) ser processada sempre por meio do sistema de registro de preços, subdividindo-se as parcelas em um mínimo de vezes, visando a economicidade.
(E) balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

RESPOSTA (A) Viola o art. 15, V, Lei n. 8.666/93. (B) Inobserva o art. 15, II, da lei. (C) Viola o art. 15, I, da norma. (D) Inobserva o art. 15, IV, da lei. (E) Correto. Art. 15, V, Lei de Licitações. *Alternativa E.*

342. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** O Estado contratou, mediante prévio procedimento licitatório, a construção de um conjunto de unidades escolares em diferentes localidades. No curso da execução do contrato, identificou decréscimo na demanda escolar em Município no qual seria construída uma das unidades. Diante dessa situação, decidiu reduzir, unilateralmente, o objeto inicialmente contratado, não contando, contudo, com a concordância da empresa contratada. De acordo com a Lei n. 8.666/1993, a contratada

(A) está obrigada a aceitar a supressão quantitativa determinada pela Administração, desde que não ultrapasse 25% do valor inicial atualizado do contrato.
(B) não está obrigada a aceitar a supressão, em face do princípio da vinculação ao edital, exceto quando decorrente de contingenciamento de recursos orçamentários.
(C) está obrigada a aceitar a supressão quantitativa determinada pela Administração, desde que não ultrapasse 50% do valor do contrato, assegurado o direito ao recebimento por materiais já adquiridos e eventuais prejuízos devidamente comprovados.

(D) não está obrigada, em nenhuma hipótese, a aceitar a supressão do objeto do contrato, que somente poderá ser implementada por acordo entre as partes e observado o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.

(E) poderá rescindir o contrato, unilateralmente, desde que comprove que a sua execução tornou-se economicamente desequilibrada, fazendo jus à indenização por prejuízos comprovados e lucros cessantes.

RESPOSTA Art. 65, § 1º, Lei n. 8.666/93. *Alternativa A.*

343. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** De acordo com a Lei n. 8.666/93, as exigências relativas à qualificação econômico-financeira dos licitantes

(A) compreendem a apresentação de balanço e demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

(B) não podem contemplar a apresentação de garantia de execução do contrato, podendo-se, contudo, exigir dos licitantes a apresentação de índices que comprovem a capacidade financeira e faturamento anterior, compatíveis com o objeto da licitação.

(C) podem contemplar a exigência de garantia, na forma de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, limitada a 5% do valor estimado da contratação, vedada a exigência simultânea de índices de rentabilidade.

(D) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e relação de compromissos que possam comprometer a capacidade de execução do objeto licitado, vedada a exigência de apresentação de balanço ou balancetes.

(E) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e de balanço e demonstrações financeiras do último exercício, admitindo-se a exigência de garantia apenas para objetos de grande vulto e alta complexidade.

RESPOSTA Art. 31, I a III, Lei n. 8.666/93. *Alternativa A.*

344. **(Analista – ARCED – 2012 – FCC)** Em procedimento licitatório na modalidade pregão, após declarado o vencedor, determinado licitante ficou inconformado com a decisão por considerar que o vencedor não comprovou as exigências de habilitação previstas no edital. De acordo com a Lei n. 10.520/2002, o licitante

(A) não possui direito a recorrer, eis que a impugnação deveria ter sido feita logo após o encerramento da fase de lances.

(B) não possui direito a recorrer, eis que a impugnação deveria ter sido apresentada no momento da abertura dos documentos de habilitação.

(C) poderá recorrer, no prazo de 3 (três) dias, desde que tenha apresentado impugnação no ato de abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante vencedor.

(D) poderá recorrer, no prazo de 3 (três) dias, desde que tenha manifestado imediata e motivadamente tal intenção.

(E) poderá recorrer, a critério do pregoeiro, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, desde que apresente razões fundamentadas para a impugnação.

RESPOSTA Art. 4º, XVIII, Lei n. 10.520/2002. *Alternativa D.*

345. **(Analista – TRE-PI – 2009 – FCC)** Com referência à execução do contrato

administrativo, é correto afirmar que

(A) a Administração não pode contratar terceiros para acompanhar e fiscalizar a obra, nem mesmo para auxiliar ou assistir o seu representante.

(B) o contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

(C) a reparação ou correção de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra devem ser objeto de aditamento ao contrato, cabendo ao contratado a remuneração correspondente.

(D) a responsabilidade pelos encargos trabalhistas e fiscais resultantes da execução do contrato é de responsabilidade do contratado e do contratante.

(E) o contratado pode subcontratar a obra ou serviço sem necessidade de concordância da Administração.

RESPOSTA (A) Errado. Art. 67, Lei de Licitações. (B) Correto. Art. 68, Lei n. 8.666/93. (C) Errado. Art. 69, da lei. (D) Errado. Art. 71, Lei de Licitações. (E) Errado. Art. 72, do diploma licitatório. *Alternativa B.*

346. (Analista – TRE-PI – 2009 – FCC) Ressalvadas as hipóteses de pequenas compras de pronto pagamento, o contrato verbal com a Administração Pública

(A) para ter validade deve ser publicado por extrato em órgão de imprensa oficial.

(B) só será declarado nulo, se causar prejuízo ao erário.

(C) será considerado válido, se aprovado pelo Tribunal de Contas.

(D) precisa ser ratificado pelo superior hierárquico da autoridade que assumiu o compromisso verbal.

(E) é nulo e de nenhum efeito.

RESPOSTA Art. 60, parágrafo único, Lei n. 8.666/93. *Alternativa E.*

347. (Analista – TRE-PI – 2009 – FCC) Sobre as disposições gerais do contrato administrativo, previstas na Lei n. 8.666/93, é correto afirmar que

(A) aos contratos administrativos aplicam-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

(B) é dispensável constar cláusula referente ao crédito pelo qual correrá a despesa.

(C) a garantia pode ser exigida mesmo que não prevista no instrumento convocatório.

(D) é permitido o contrato com prazo de vigência indeterminado, nos casos de locação de imóvel.

(E) as cláusulas econômico-financeiras e monetárias podem ser alteradas sem prévia concordância do contratado, desde que plenamente justificadas.

RESPOSTA (A) Correto. Art. 54, Lei n. 8.666/93. (B) Errado. Art. 55, V, do diploma. (C) Errado. Art. 55, VI, c/c art. 56, Lei de Licitações. (D) Errado. Art. 57, § 3º, da lei. (E) Errado. Art. 58, § 1º, da norma. *Alternativa A.*

348. (Analista – TRE-PI – 2009 – FCC) São tipos de licitação, além de outros:

(A) melhor preço, concorrência e convite.

(B) convite, tomada de preços e concorrência.

(C) tomada de preços, técnica e preço e melhor preço.

(D) melhor preço, melhor técnica e técnica e preço.

(E) melhor preço, técnica e preço e tomada de preços.

RESPOSTA São tipos de licitação a de menor preço; a de melhor técnica; a de técnica e preço; a de maior lance ou oferta. Art. 45, § 1º, I a IV, Lei n. 8.666/93. *Alternativa D.*

349. **(Analista – TRE-PI – 2009 – FCC)** Dentre os princípios expressamente previstos na Lei de Licitações, Lei n. 8.666/93, NÃO se inclui o princípio

(A) da razoabilidade.
(B) da legalidade.
(C) da impessoalidade.
(D) do julgamento objetivo.
(E) da vinculação do instrumento convocatório.

RESPOSTA A razoabilidade é princípio previsto no art. 2º, Lei n. 9.784/99. Os demais princípios estão previstos no art. 3º, Lei n. 8.666/93. *Alternativa A.*

350. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** É regra estranha ao tratamento legal da modalidade de licitação dita pregão, em termos de normas gerais, a que determina que

(A) no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
(B) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 dias úteis.
(C) para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
(D) examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
(E) encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

RESPOSTA (A) Art. 4º, VIII, Lei n. 10.520/2002. (B) Art. 4º, V, da lei em tela. (C) Art. 4º, X, Lei do Pregão. (D) Art. 4º, XI, da lei referida. (E) Art. 4º, XII, Lei do Pregão. *Alternativa A*.

351. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** Em relação aos contratos administrativos analise:

— O ajuste administrativo pelo qual a Administração Pública adquire coisas móveis (materiais, produtos industrializados, gêneros alimentícios e outros) necessárias à realização de suas obras ou à manutenção de seus serviços.
— O ajuste celebrado pelo Poder Público com órgãos e entidades da Administração direta, indireta e entidades privadas qualificadas como organizações sociais para lhes ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira, ou para lhes prestar variados auxílios e lhes fixar metas de desempenho e consecução de seus objetivos.
— O ajuste que regra obrigações decorrentes do consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

Os suprarreferidos ajustes dizem respeito, respectivamente, aos contratos de

(A) fornecimento, de gestão e de programa.
(B) gestão, de programa e de parceria.
(C) gerenciamento, de programa e de gestão.
(D) fornecimento, de parceria e de gerenciamento.

(E) fornecimento, de gerenciamento e de gestão.

RESPOSTA A alternativa A está correta e compreende os contratos de: 1) fornecimento (art. 30, § 4º, art. 32, § 4º, e art. 46, § 3º, Lei n. 8.666/93); 2) gestão (art. 37, § 8º, CF, e art. 5º, Lei n. 9.637/98) e 3) programa (art. 13, Lei n. 11.107/2005).

352. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** De acordo com a Lei n. 8.666/1993, constitui hipótese de inexigibilidade de licitação

(A) contratação de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica ou opinião pública.

(B) contratação de serviços de publicidade, desde que comprovada a notória especialização do contratado.

(C) para aquisição de bens produzidos por um único fabricante de marca de preferência da Administração.

(D) contratação de profissional de notória especialização, dispensando-se, nesse caso, a comprovação da singularidade do objeto.

(E) aquisição ou alienação de obras de arte ou venda de bens adjudicados em processo judicial.

RESPOSTA (A) Correto. Art. 25, III, Lei n. 8.666/93. (B) Errado. É vedada a inexigibilidade, nesse caso. Art. 25, II. (C) Errado. É vedada a preferência por marca. Art. 25, I. (D) Errado. Deverá haver comprovação. Art. 25, I. (E) Errado. Inexiste tal possibilidade no art. 25, da lei. *Alternativa A.*

353. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** É admissível, em editais de licitação, a fixação de cláusula que estabeleça

(A) isenção tributária aos produtos e serviços produzidos no território do ente licitante.

(B) margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

(C) como critério de desempate a preferência por bens e serviços produzidos por empresa de capital nacional.

(D) exigência, nos contratos de compra para entrega futura e na execução de obras e serviços, de que os licitantes ostentem capital mínimo de 20% do valor estimado da contratação.

(E) preferência em favor da produção de bens em âmbito local, de maneira a favorecer a criação de empregos na região do órgão contratante e diminuir o custo ambiental da produção dos bens contratados.

RESPOSTA Art. 3º, § 5º, Lei n. 8.666/93. *Alternativa B.*

354. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** De acordo com a Lei n. 10.520/2002, que trata da modalidade licitatória pregão,

(A) o pregoeiro poderá interromper a fase de lances caso verificada que a menor proposta atingiu redução superior a 20% do valor de referência.

(B) a fase da negociação com o autor da melhor proposta inicia-se após a verificação do atendimento das condições de habilitação previstas no edital.

(C) no curso da sessão o autor da melhor oferta e daquelas com preços até 10% superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

(D) encerrada a fase competitiva, se a oferta melhor classificada não for aceitável ou o seu autor desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances chamando os 3 licitantes melhor classificados.

(E) declarado o vencedor do certame, será aberto o prazo de 8 dias para interposição de recursos, que suspenderá a adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

RESPOSTA (A) Errado. Art. 4º, IX, da lei. (B) Errado. Art. 4º, XII. (C) Correto. Art. 4º, VIII, Lei do Pregão. (D) Errada. Art. 4º, XII, da norma. (E) Errada. O prazo é de 3 (três) dias. Art. 4º, XVIII, Lei do Pregão. *Alternativa C.*

355. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** A respeito das modalidades licitatórias previstas na Lei n. 8.666/1993 e legislação correlata, é correto afirmar que se aplica

(A) leilão, para alienação de bens móveis inservíveis para a Administração, independentemente do valor.

(B) pregão, para alienação de bens móveis adquiridos pela Administração em procedimento judicial.

(C) concurso, para a contratação de obras e serviços de engenharia de alta complexidade.

(D) leilão, para alienação de bens apreendidos ou penhorados, desde que avaliados em até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

(E) concurso, para escolha de trabalho científico ou artístico, vedada a instituição de prêmio.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 22, § 5º, Lei de Licitações. (B) Errada. É modalidade prevista na Lei n. 10.520/2002. (C) Errada. Art. 22, § 4º, Lei n. 8.666/93. (D) Errado. Inexiste a limitação ora elencada. Art. 22, § 5º, da lei licitatória. (E) Errado. Art. 22, § 4º, da lei. *Alternativa A.*

356. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** Pretendendo a Administração contratar a prestação de serviços médicos para atendimento de seus servidores, resolveu credenciar todos os estabelecimentos interessados em fazê-lo pelo valor previamente fixado pela Administração e que atendam a um padrão mínimo de qualidade fixado em edital. Ao assim proceder, a Administração praticou ato

(A) legal, com fundamento na Lei n. 8.666/93, por ser possível a contratação com inexigibilidade de licitação sempre que houver inviabilidade de competição.

(B) ilegal porque estava obrigada a realizar procedimento licitatório, nos termos da Lei n. 8.666/93.

(C) ilegal porque ainda que o contrato possa ser firmado com inexigibilidade de licitação, a predeterminação de valores realizada, por si só, é lesiva ao erário.

(D) legal com fundamento na faculdade que lhe concede a Lei n. 8.666/93 de contratar com dispensa de licitação, tendo em vista as características próprias da pessoa do contratado.

(E) legal, tendo em vista a presunção de legalidade de seus atos e a possibilidade de contratação com dispensa de licitação em razão do objeto.

RESPOSTA Legal, tendo por base o *caput*, do art. 25, Lei n. 8.666/93. *Alternativa A.*

357. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** A Lei n. 8.666/93 prevê a possibilidade de rescisão unilateral do contrato administrativo pela administração pública. Segundo essa Lei, ao particular é assegurado

(A) a faculdade de rescindir o contrato unilateralmente no caso de inadimplemento da administração pública, ainda que se trate de serviço público essencial.

(B) o poder de paralisar a execução do contrato sem qualquer penalidade, independentemente de provocação administrativa ou judicial, ainda que se trate de serviço público essencial, no caso de infringência, por parte da administração, de cláusula contratual.

(C) a suspensão de suas obrigações contratuais no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela administração pública em decorrência de serviços já executados.

(D) o desfazimento dos serviços já executados, caso seja materialmente possível, e a rescisão unilateral da avença.
(E) poder de requerer administrativamente a rescisão unilateral e o pagamento de indenização pelos serviços já executados, caso não seja possível o desfazimento material dos mesmos e o retorno ao *status quo ante*.

RESPOSTA (A) Art. 79, III, Lei de Licitações. (B) Art. 78, XV, e art. 79, III, da lei. (C) Art. 78, XV, da norma licitatória. (D) A rescisão unilateral é prerrogativa da Administração, sendo coibido o desfazimento. (E) Art. 79, § 2º, da lei. *Alternativa C.*

358. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** Determinado ente público locou um imóvel para instalar suas atividades. Contratou, regularmente, obras de reforma para adequação do prédio ao fluxo das pessoas atendidas. Durante a execução das referidas obras identificou-se que seria necessário aditar o contrato em 35% (trinta e cinco por cento) do valor inicial. Nesse caso,

(A) o contratado fica desobrigado de aceitar o acréscimo, tendo em vista que excedeu o limite de 25% legalmente previsto para majoração do contrato.
(B) a administração pública deverá realizar nova licitação para contratar o acréscimo de serviços identificado, visto não ser legal a majoração do contrato original em montante superior a 25%.
(C) a administração deverá aditar o contrato original para alterar seu objeto, na medida em que o montante do acréscimo excede o percentual legal de majoração.
(D) o contratado deverá aceitar a majoração, tendo em vista que o percentual de aumento está dentro do limite legalmente previsto para majoração de contrato de obras de reforma.
(E) o contratado terá preferência para participar do novo certame que obrigatoriamente deverá ser realizado, tendo em vista a necessidade de alteração do objeto original do contrato.

RESPOSTA Por se tratar de reforma de edifício, aplica-se o art. 65, § 1º, Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações). *Alternativa D.*

359. **(Analista – TRE-PB – 2007 – FCC)** Acerca dos contratos administrativos e sua inexecução,

(A) após a assinatura do contrato, em regra, a execução da obra pode ser integralmente transferida a terceiros pela empresa contratada, sob sua exclusiva responsabilidade.
(B) a rescisão de contrato administrativo por interesse público, pela administração, exclui a possibilidade de eventual indenização ao contratado.
(C) cabe à Administração proceder a rescisão unilateral da avença, caso o contratado dê causa, injustificadamente, a atrasos no cumprimento do cronograma definido.
(D) não se permite a edição de cláusulas exorbitantes que concedam vantagem à administração.
(E) somente poderá ser rescindido ou alterado se houver previsão em cláusula específica.

RESPOSTA (A) Errado. Art. 78, VI, Lei n. 8.666/93. (B) Errado. Art. 79, § 2º, da lei. (C) Correto. Art. 78, IV, da norma. (D) Errado. As cláusulas são presenças fundamentais nos contratos administrativos (MAZZA, *Curso de direito administrativo*, p. 397). (E) Art. 78, da lei. *Alternativa C.*

360. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** NÃO se configura hipótese de dispensa de licitação, nos termos da Lei n. 8.666/93,

(A) não acudir interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
(B) a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, independentemente da ordem de classificação da licitação anterior, mas aceitas as

mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
(C) a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
(D) a possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
(E) a contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

RESPOSTA (A) É causa de dispensa. Art. 24, V. (B) O erro está na dispensa da ordem de classificação, eis que tal deverá ser atendida. Art. 24, XI. (C) É causa. Art. 24, VI. (D) É causa. Art. 24, IX. (E) É causa. Art. 24, XIII. *Alternativa B.*

361. **(Delegado – PC-MA – 2006 – FCC)** Segundo o disposto na Lei 8.666/93 é certo que o contrato administrativo

(A) possui como características fundamentais, dentre outras, a finalidade pública, a imutabilidade, a liberdade de forma e a presença das cláusulas exorbitantes.
(B) conterá expressamente cláusula que responsabilize solidariamente o particular e o contratante pelos encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas resultantes da execução do ajuste.
(C) deve mencionar a modalidade de garantia exigida do contratado, cuja escolha fica a critério do contratante, dentre as modalidades enumeradas na lei.
(D) declarado nulo pelo Poder Judiciário ou pela autoridade administrativa contratante opera, de regra, efeitos *ex nunc*.
(E) pode ser alterado unilateralmente pela Administração quando houver modificações do projeto, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

RESPOSTA (A) Os contratos são mutáveis. Art. 65, da lei. (B) Art. 71, §§ 1º e 2º, da norma. (C) Art. 55, VI, e art. 56, § 1º, I a III, da lei em tela. (D) Opera efeitos *ex tunc* (retroativos). Art. 59, da lei. (E) Art. 65, I, *a*, da norma. *Alternativa E.*

362. **(Analista – TRT-5 – 2012 – FCC)** A União recebeu imóvel como dação em pagamento de dívida de particular e concluiu que a melhor destinação para o mesmo seria a alienação visando à obtenção de receita orçamentária para aplicação em investimentos públicos prioritários. De acordo com a Lei n. 8.666/1993, a venda do referido imóvel deverá ser realizada precedida de

(A) concorrência, exclusivamente.
(B) leilão, exclusivamente.
(C) concorrência, convite ou tomada de preços, a depender do valor de avaliação do imóvel.
(D) concorrência ou leilão.
(E) pregão ou leilão.

RESPOSTA Art. 19, III, Lei n. 8.666/93. *Alternativa D.*

363. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** Determinada Secretaria de Estado autuou processo administrativo para formalizar a aquisição de equipamentos fornecidos por produtor exclusivo, hipótese que se enquadrava em inexigibilidade de licitação. Efetuada a compra, por ocasião de regular fiscalização do contrato, verificou-se que não foi providenciada a ratificação da inexigibilidade de licitação e a respectiva publicação no Diário Oficial. De acordo com a Lei n. 8.666/93, o ato é

(A) regular, uma vez que a ratificação e a publicação da inexigibilidade no Diário Oficial visam apenas a atender o princípio da publicidade.
(B) ineficaz, na medida em que o ato de ratificação da inexigibilidade e sua respectiva publicação no Diário Oficial constituem condição para a eficácia do ato.
(C) eficaz, na medida em que a exigência de ratificação e respectiva publicação do ato no Diário Oficial são necessários apenas em caso de dispensa de licitação.
(D) irregular, tendo em vista que a inexigibilidade de licitação deve ser declarada ao final do certame que deve ser realizado.
(E) regularizável, caso a autoridade fiscalizadora ratifique a inexigibilidade, suprindo a ausência do ato.

RESPOSTA Art. 26, Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações). *Alternativa B.*

364. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** Sobre licitação é correto afirmar:

(A) A concorrência é a modalidade de licitação possível para a compra e venda de bens móveis e imóveis, independentemente do valor.
(B) O rol de modalidades de licitações constante da lei é taxativo, não podendo, o ente federado, conceber outras figuras ou combinar regras procedimentais.
(C) A lei não permite que o edital da licitação contenha qualquer preferência para serviços ou produtos manufaturados de origem nacional.
(D) É garantida por lei a participação de microempresas e empresas de pequeno porte em processos licitatórios, as quais, pelo princípio da isonomia, concorrem sem qualquer preferência, em igualdade de condições com os demais participantes.
(E) Na modalidade convite, além do edital que rege o certame, deve ser expedida carta-convite aos proponentes cadastrados, respeitada a antecedência mínima de cinco dias, contados da publicação do edital.

RESPOSTA (A) Errado. Art. 23, I, *c*, e II, *c*, Lei de Licitações. (B) Correto. Art. 22, § 8º, da lei. (C) Errado. Art. 3º, § 5º, da norma. (D) Errado. Art. 3º, § 1º, II, c/c art. 33, III, da lei. (E) Errado. Art. 22, §§ 3º, 6º e 7º, Lei de Licitações. *Alternativa B.*

365. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** É correto afirmar a respeito dos convênios:

(A) podem ser empregados para delegação de serviços públicos a empresas privadas.
(B) são formados mediante associação pública entre as entidades signatárias, precedida da subscrição de protocolo das intenções firmadas.
(C) deverão prever a remuneração destinada ao partícipe, quando tenham por objeto o fornecimento de equipamentos ou mão de obra, podendo-se invocar o reequilíbrio econômico-financeiro da avença.
(D) têm como principal finalidade a eficiência na gestão, ficando a cargo de apenas um dos partícipes a fixação de metas a serem cumpridas.
(E) o valor repassado ao conveniado fica vinculado à utilização prevista no ajuste, não perdendo a natureza de dinheiro público.

RE SPOSTA Nas palavras de Maffini (*Direito administrativo*, p. 153), "caracterizam-se por convergência de interesses e inexistência de índole lucrativa". Art. 116, § 3º, Lei n. 8.666/93. *Alternativa E*.

VI. Serviços Públicos

366. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Empresa concessionária de transporte público urbano passou a prestar o serviço de forma deficiente, sem regularidade e descumprindo obrigações

contratuais. Diante dessa situação, o Poder Concedente

(A) poderá revogar a concessão, dada a sua natureza precária.

(B) poderá encampar o serviço, com vistas a sua continuidade, sem necessidade de lei autorizativa.

(C) deverá decretar a intervenção, mediante autorização legal prévia, com vistas a restabelecer a regularidade dos serviços.

(D) poderá declarar a caducidade da concessão ou aplicar as sanções previstas no contrato de concessão.

(E) poderá decretar a caducidade, desde que comprove razões de interesse público determinantes para a retomada dos serviços.

RESPOSTA Poderá declarar a caducidade da concessão, aplicando as sanções previstas, com base no art. 38, § 1º, Lei n. 8.987/95. *Alternativa D.*

367. (Analista – MP-SE – 2009 – FCC) É modalidade de transferência da execução de serviço público a particulares, caracterizada pela contratualidade e pela possibilidade de revogação unilateral pelo poder concedente, a

(A) permissão.

(B) reversão.

(C) delegação.

(D) encampação.

(E) autorização.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 2º, IV, e art. 40, Lei n. 8.987/95. (B) Errada. Art. 36, Lei n. 8.987/95. (C) Errada. É o próprio instituto de transferência de competências. (D) Errada. Art. 37, da lei em tela. (E) Errada. É ato administrativo unilateral. *Alternativa A*.

368. (Analista – TRT-24 – 2011 – FCC) No que concerne às concessões de serviço público, é correto afirmar:

(A) A concessionária poderá contratar com terceiro o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, sendo tal contrato regido pelo direito público.

(B) É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, sendo tal outorga sempre precedida de concorrência, não se exigindo, todavia, autorização expressa do poder concedente.

(C) O contrato de concessão não poderá prever o emprego de mecanismos privados de solução de conflitos, como a arbitragem, por se tratar de contrato de direito público, o qual deve ser dirimido somente pelo Judiciário, na hipótese de litígio.

(D) A concessão é feita mediante licitação, na modalidade concorrência, havendo algumas peculiaridades em tal procedimento licitatório, como a possibilidade da inversão das fases de habilitação e julgamento.

(E) A transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará na encampação da concessão do serviço público.

RESPOSTA (A) Art. 25, § 1º, Lei n. 8.987/95. (B) Art. 26, da lei em tela. (C) Art. 23-A, da lei. (D) Art. 2º, II, e art. 18-A, da norma. (E) Art. 38, § 1º, da lei. *Alternativa D.*

369. (Analista – TRT-4 – 2011 – FCC) Entende-se por permissão de serviço público a

(A) expedição de ato unilateral, discricionário e precário, em favor de pessoa jurídica ou física que

comprove formalmente perante o poder concedente, a sua plena capacidade para a prestação do serviço.

(B) transferência através de contrato por prazo determinado e prévia licitação, na modalidade concorrência, celebrado pelo poder concedente com a pessoa jurídica ou consórcio de empresas, que tenha demonstrado capacidade para a sua prestação, por sua conta e risco.

(C) outorga mediante ato unilateral e precário, expedido pelo poder público à pessoa física ou jurídica que tenha demonstrado no decorrer do procedimento licitatório, capacidade para a prestação do serviço, por sua conta e risco.

(D) contratação mediante ato administrativo discricionário e precário, sem necessidade de realização do certame licitatório, de pessoa jurídica que comprove plena capacidade para a execução do serviço.

(E) delegação a título precário, mediante contrato de adesão e prévia licitação objetivando a prestação de serviço público, formalizado entre o poder público e a pessoa física ou jurídica que tenha demonstrado, no procedimento licitatório, capacidade para a sua prestação.

RESPOSTA Art. 2º, IV, Lei n. 8.987/95 (Lei das Concessões). *Alternativa E.*

370. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Nos termos do que prevê a Lei Federal n. 8.987/95, a concessão de serviços públicos extingue-se por diversas formas, sendo correto afirmar, neste tema, que a

(A) encampação da concessão é implementada por meio da edição de decreto e tem lugar quando se verifica a inadimplência do concessionário.

(B) caducidade enseja a rescisão da concessão pela expiração do prazo fixado no contrato.

(C) anulação da concessão tem lugar somente quando o concessionário pratica infração contratual que também configure violação de dispositivo normativo, eivando a relação de vício de ilegalidade.

(D) reversão da concessão enseja o retorno ao poder concedente dos bens afetos ao serviço público somente nos casos em que tiver havido inadimplência do concessionário.

(E) falência do concessionário acarreta a extinção da concessão e, como consequência, a reversão ao poder concedente dos bens aplicados ao serviço objeto do contrato.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 37, da lei. (B) Errada. Art. 38, da norma em tela. (C) Errada. Art. 36, V, c/c Súmula 473, STF. (D) Errada. Art. 36, da lei. (E) Correta. Art. 36, VI e § 1º, da norma. *Alternativa E.*

371. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** O Município de Manaus, ao prestar determinado serviço público aos seus munícipes, estabelece tarifas diferenciadas aos respectivos usuários do serviço. Tal conduta

(A) é possível em algumas hipóteses como, por exemplo, o estabelecimento de tarifas reduzidas para usuários de menor poder aquisitivo.

(B) não é possível, pois a adoção de tarifas diferenciadas sempre implicará em distinção de caráter pessoal.

(C) é possível, sendo vedada, no entanto, a isenção de tarifas, sob pena de implicar em afronta ao princípio da razoabilidade.

(D) não é possível, por violar o princípio da modicidade.

(E) é possível, ainda que os usuários tenham as mesmas condições técnicas e jurídicas para a fruição do serviço público.

RESPOSTA É possível, em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos

distintos segmentos de usuários, conforme ocorre no caso descrito na *alternativa A*. Art. 6º, § 1º, e art. 13, Lei n. 8.987/95. *Alternativa A*.

372. **(Advogado – SABESP – 2012 – FCC)** Em matéria de concessão e permissão de serviços públicos analise as afirmações abaixo.

I. A concessão de serviço público só pode ser feita mediante licitação, sob qualquer modalidade, enquanto a permissão desse serviço não exige licitação, ficando a critério da Administração.

II. As concessões ou permissões de serviço público poderão ser feitas por prazo indeterminado, sendo a rescisão a única causa de sua extinção.

III. Mesmo com a natureza *intuitu personae* é cabível a subconcessão de serviços públicos nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente, mas sempre precedida de concorrência.

IV. As permissões de serviço público serão formalizadas mediante contrato de adesão, observando os termos da lei específica, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente. Porém, a permissão de uso de bem público, se apresenta como ato administrativo unilateral.

Estão corretas APENAS as afirmações

(A) I e II.
(B) II e IV.
(C) III e IV.
(D) I, II e IV.
(E) I, II e III.

RESPOSTA I. Errada. Art. 2º, II, Lei n. 8.987/95. II. Errada. Art. 2º, II e III, e art. 35, da lei. III. Correta. Art. 26, § 1º, da norma. IV. Correta. Art. 2º, IV, e art. 40, Lei n. 8.987/95, e art. 103, Código Civil, sendo a permissão de uso de bens públicos espécie de ato administrativo. *Alternativa C.*

373. **(Agente – TCE-SP – 2012 – FCC)** De acordo com a Constituição Federal, a prestação de serviço público por particular é

(A) vedada, em qualquer hipótese.
(B) permitida, apenas quando se tratar de serviço não essencial, passível de cobrança de tarifa.
(C) possível, apenas para aqueles serviços de titularidade não exclusiva de Estado.
(D) vedada, exceto quando contar com autorização legislativa específica.
(E) permitida, na forma da lei, mediante concessão ou permissão, precedida de licitação.

RESPOSTA Art. 175, parágrafo único, I, CF. *Alternativa E.*

374. **(Analista – ARCED – 2012 – FCC)** O sistema de concessões de serviços públicos no Brasil

(A) encontra fundamento na Constituição Federal, que determina que o serviço público constitui incumbência do poder público, que pode prestá-lo diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação.
(B) determina a obrigação do Estado de prestar, diretamente, os serviços de natureza essencial, sendo passíveis de exploração pelo particular apenas aqueles de caráter econômico.
(C) limita-se aos serviços cuja prestação possa ser atribuída ao particular para exploração exclusivamente mediante cobrança de tarifa do usuário, por sua conta e risco.

(D) alcança apenas as atividades econômicas desempenhadas pelo Estado, vedada a concessão de serviços públicos *stricto sensu*.

(E) autoriza a transferência da titularidade do serviço público ao particular, que passa a desempenhá-lo em seu nome e por sua conta e risco.

RESPOSTA Art. 175, *caput*, CF. *Alternativa A.*

375. **(Analista – ARCED – 2012 – FCC)** De acordo com a legislação federal que rege as concessões e permissões de serviços públicos,

(A) as tarifas não poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento a distintos seguimentos de usuários.

(B) o edital de licitação poderá prever, em favor da concessionária, a possibilidade de receitas alternativas, complementares, ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.

(C) a tarifa condiciona-se à legislação específica anterior e sua cobrança condiciona-se, em todos os serviços objeto de concessão, à existência de serviço público alternativo para o usuário.

(D) a instituição ou majoração de impostos sobre a renda, quando comprovado seu impacto, assegura à concessionária a revisão da tarifa.

(E) a tarifa do serviço público concedido será fixada pelo poder concedente ou pela agência reguladora, quando existente, de acordo com o princípio da modicidade, independentemente do preço fixado na proposta vencedora da licitação.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 13, Lei n. 8.987/95 (Lei das Concessões). (B) Correta. Art. 11, Lei das Concessões. (C) Errada. Art. 9º, § 1º, da lei em tela. (D) Errada. Art. 9º, § 3º, da lei. (E) Errada. Art. 9º, *caput*, Lei das Concessões. *Alternativa B.*

376. **(Analista – ARCED – 2012 – FCC)** O marco legal do sistema de concessões no Brasil foi significativamente alterado pela Lei de Parcerias Público-Privadas, que introduziu, como modalidades de contrato de concessão, as concessões administrativas e as concessões patrocinadas. Pode-se apontar entre uma das significativas diferenças dos contratos de PPP em relação à concessão comum

(A) a possibilidade de aplicação de penalidades à Administração no caso de inadimplemento contratual.

(B) a exploração do serviço por conta e risco do concessionário.

(C) o pagamento de outorga ao Poder Concedente, na forma de contraprestação pecuniária.

(D) a possibilidade de subcontratação, nos limites do edital e do contrato.

(E) a possibilidade de celebração do contrato com o consórcio de empresas vencedor da licitação ou com sociedade de propósito específico por este constituída.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 5º, II, Lei n. 11.079/2004. (B) Errada. Art. 2º, III, Lei n. 8.987/95. (C) Errada. Art. 15, II, Lei n. 8.987/95. (D) Errada. Art. 26, Lei das Concessões. (E) Errada. Art. 19, Lei das Concessões. *Alternativa A.*

377. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Dentre as modalidades de contratos administrativos de parcerias público-privadas – PPP's, é correto afirmar:

(A) Concessão patrocinada é a modalidade de contratação em que a remuneração é feita exclusivamente por contraprestação do parceiro público, aproximando-se do contrato de empreitada.

(B) Concessão administrativa envolve necessariamente a contraprestação pecuniária por parte da Administração Pública, independentemente da cobrança de tarifa do usuário direto ou indireto.

(C) Concessão patrocinada é admitida somente para a concessão de serviços públicos, devendo ser contratada concessão administrativa quando se tratar de concessão de obras públicas.
(D) Concessão administrativa é admitida apenas para contratação de serviços em que a Administração Pública é usuária direta, não podendo ser precedida de obra, hipótese em que deve ser contratada concessão comum de obra pública.
(E) Concessão de serviços públicos em que a Administração Pública pode remunerar pecuniariamente o parceiro adicionalmente à cobrança de tarifa dos usuários caracteriza-se como concessão patrocinada.

RESPOSTA A concessão patrocinada está disposta no art. 2º, § 1º, Lei n. 11.079/2004 (Lei das PPPs), enquanto a concessão administrativa está prevista no art. 2º, § 2º, do mesmo diploma. *Alternativa E.*

378. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** Na concessão de serviço público, a rescisão unilateral por motivo de inadimplemento contratual denomina-se

(A) retrocessão.
(B) encampação.
(C) reversão.
(D) caducidade.
(E) adjudicação.

RESPOSTA (A) Errada. É instituto jurídico atinente à desapropriação. (B) Errada. Art. 37, Lei n. 8.987/95. (C) Errada. Art. 36, da lei. (D) Correta. Art. 35, III, e art. 38, Lei das Concessões. (E) Errada. Art. 38, VII, Lei n. 8.666/93. *Alternativa D.*

379. **(Analista – TJ-PA – 2009 – FCC)** Com referência aos serviços públicos é INCORRETA a afirmação:

(A) Os serviços industriais são impróprios do Estado, por consubstanciarem atividade econômica que só pode ser explorada diretamente pelo Poder Público quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
(B) O Estado pode delegar a execução de serviço público por meio de concessão a empresas ou consórcios de empresas, os quais o executam por sua conta e risco.
(C) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
(D) Os serviços públicos são incumbência do Estado, que os presta sempre diretamente, podendo fazê-lo de forma centralizada ou por meio de entidades da Administração indireta.
(E) Os serviços públicos podem ser gerais ou individuais, sendo aqueles o que a Administração presta sem ter usuários determinados; e estes quando os usuários são determinados e a utilização é particular e mensurável para cada destinatário.

RESPOSTA Gerais, ou *uti universi*, são aqueles prestados a grupamentos indeterminados; individuais, ou *uti singuli*, são aqueles prestados a destinatários determinados (CARVALHO FILHO, *Manual de direito administrativo*, p. 312-313). Art. 37, § 6º, art. 170, parágrafo único, e art. 175, *caput*, CF. *Alternativa D.*

380. **(Analista – TRE-PA – 2011 – FGV)** A delegação de prestação de serviço público mediante concorrência e o ato de delegação precária de serviço público correspondem, respectivamente, a

(A) desconcentração e permissão.

(B) permissão e desconcentração.
(C) permissão e concessão.
(D) concessão e permissão.
(E) concessão e autorização.

RESPOSTA Art. 2º, II a IV, Lei n. 8.987/95 (Lei das Concessões). *Alternativa D.*

381. **(Analista – TRT-7 – 2009 – FCC)** As competências do Distrito Federal para a prestação dos serviços públicos são

(A) as mesmas reservadas para os municípios, apenas.
(B) as mesmas reservadas para os estados-membros e municípios.
(C) as mesmas reservadas para os estados-membros, apenas.
(D) sempre comuns com a União.
(E) aquelas fixadas em Lei Complementar de iniciativa da União.

RESPOSTA Art. 32, § 1º, CF. *Alternativa B*.

382. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** Cabe à administração pública a prestação dos chamados serviços públicos, diretamente ou mediante outorga ou, ainda, sob regime de delegação a sujeitos privados. Sobre o tema considere as afirmações abaixo.

I. Outorga e delegação são mecanismos contratuais pelos quais o Estado transfere a execução de serviços públicos a particulares.
II. *Uti singuli* ou individuais são os serviços públicos mensuráveis para cada destinatário que correspondem à cobrança de tarifa ou de preço público.
III. A aplicação da teoria da imprevisão para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo é uma repercussão do princípio da continuidade do serviço público.
IV. A mutabilidade do regime jurídico na prestação de serviço público delegado é sustentada no princípio da supremacia do interesse público.
V. A concessão, a permissão e a autorização dependem de prévia licitação.

Estão corretas APENAS as afirmações

(A) I, II e III.
(B) II, III e IV.
(C) IV e V.
(D) III e V.
(E) I e IV.

RESPOSTA I. Incorreta. Delegação por lei na criação das autarquias. Art. 37, XIX, CF. II. Correta (CARVALHO FILHO, *Manual de direito administrativo*, p. 312-313). III. Correta. Art. 9º, §§ 2º e 4º, Lei n. 8.987/95. IV. Correta. Art. 6º, § 3º, Lei das Concessões. V. Incorreta. Somente a concessão e a permissão. *Alternativa B.*

383. **(Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC)** Nos termos da legislação em vigor sobre as parcerias público-privadas, a modalidade de concessão de serviços públicos ou obras públicas, que envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, é denominada concessão

(A) comum.
(B) administrativa.
(C) ordinária.

(D) tradicional.
(E) patrocinada.

RESPOSTA Art. 2º, § 1º, Lei n. 11.079/2004. *Alternativa E.*

384. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** No que tange ao regime das concessões de serviços públicos estabelecido na Lei n. 8.987/95, é correto afirmar:

(A) É admitida a delegação da prestação dos serviços por prazo indeterminado.
(B) A rescisão unilateral do contrato, em razão do inadimplemento do concessionário, é condicionada à prévia edição de lei autorizativa específica.
(C) O contrato deve prever a repartição objetiva de riscos entre as partes.
(D) O aumento da carga tributária referente ao imposto sobre a renda não autoriza a revisão da tarifa contratada.
(E) A celebração do contrato de concessão depende de prévia licitação, na modalidade pregão.

RESPOSTA (A) Art. 2º, II e III, da norma. (B) A declaração de caducidade não exige prévia autorização em lei. (C) Art. 38, da lei. (D) Art. 9º, § 3º, da lei. (E) Art. 2º, II e III, da norma em tela. *Alternativa D.*

385. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** De acordo com a legislação federal em vigor (Lei n. 8.987/95), é uma diferença entre concessão e permissão de serviço público

(A) ser obrigatória a licitação para a primeira; e facultativa, para a segunda.
(B) ser a primeira contrato; e a segunda, ato unilateral.
(C) ter a primeira prazo determinado; e a segunda, não comportar prazo.
(D) voltar-se a primeira a serviços de caráter social; e a segunda, a serviços de caráter econômico.
(E) poder a primeira ser celebrada com pessoa jurídica ou consórcio de empresas; e a segunda, com pessoa física ou jurídica.

RESPOSTA (A) É obrigatória para ambas. Art. 2º, II a IV, da lei. (B) O contrato é assinado em ambas. Arts. 4º e 40, da lei. (C) Na permissão, a precariedade não é sinônimo de inexistência de prazo. (D) Art. 1º, da lei. (E) Correto. Ver art. 2º, da lei. *Alternativa E.*

386. **(Assistente – MP-RS – 2008 – FCC)** Em matéria de serviço público, é correto afirmar:

(A) sua execução, em regra, não pode ser objeto de permissão ou autorização.
(B) pode ser criado por decreto ou portaria administrativa.
(C) a sua prestação é sempre incumbência do Estado.
(D) a possibilidade de execução indireta independe da natureza do serviço.
(E) serviço de utilidade pública é sinônimo de serviço público.

RESPOSTA (A) Incorreta. Art. 175, CF. (B) Incorreta. Será instituído por lei. Art. 175, CF. (C) Correta. É competência irrenunciável. Art. 175, CF. (D) Incorreta. Art. 177, CF. (E) Incorreta. O primeiro poderá ser delegado aos particulares. O segundo é dever do Estado. *Alternativa C.*

387. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** No que se refere à autorização de serviço público, é correto afirmar:

(A) Trata-se de ato precário, podendo, portanto, ser revogado a qualquer momento, por motivo de interesse público.
(B) Trata-se de ato unilateral, sempre vinculado, pelo qual o Poder Público delega a execução de um serviço público de sua titularidade, para que o particular o execute predominantemente em seu

próprio benefício.

(C) O serviço é executado em nome do autorizatário, por sua conta e risco, sem fiscalização do Poder Público.

(D) Trata-se de ato unilateral, discricionário, porém não precário, pelo qual o Poder Público delega a execução de um serviço público, para que o particular o execute predominantemente em benefício do Poder Público.

(E) Trata-se de ato que depende de licitação, pois há viabilidade de competição.

RESPOSTA Na lição de Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, p. 192), é o ato administrativo discricionário e precário pelo qual o Poder Público torna possível ao pretendente a realização de certa atividade de seu exclusivo interesse. É rescindível a qualquer tempo. *Alternativa A.*

388. (Analista – TRT-22 – 2010 – FCC) Dentre as assertivas abaixo, assinale a que corretamente aponta uma característica da permissão de serviço público, que a distingue da concessão de serviço público.

(A) Seu objeto é a execução de serviço público, continuando a titularidade do serviço com o Poder Público.

(B) Remuneração tarifária.

(C) É formalizada por contrato administrativo.

(D) Pode ser feita à pessoa física.

(E) Depende de licitação.

RESPOSTA Art. 2º, IV, Lei n. 8.987/95. *Alternativa D.*

389. (Oficial – TJ-PE – 2012 – FCC) No que se refere às formas e meios de prestação do serviço público ou de utilidade pública, é INCORRETO afirmar que

(A) serviço centralizado é todo aquele em que o Poder Público presta por seus próprios órgãos em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade.

(B) ocorre a outorga quando o Estado transfere, por contrato, unicamente a execução do serviço, para que o outorgado preste-o ao público em seu nome, por conta e risco, nas condições regulamentares e sob controle estatal.

(C) serviço desconcentrado é todo aquele que a Administração executa centralizadamente, mas o distribui entre vários órgãos da mesma entidade, para facilitar sua realização e obtenção pelos usuários.

(D) serviço descentralizado é todo aquele que o Poder Público transfere sua titularidade ou, simplesmente, sua execução, por outorga ou delegação, a consórcios públicos, autarquias e empresas privadas, dentre outras.

(E) a execução direta do serviço ocorre sempre que o encarregado de seu oferecimento ao público o realiza pessoalmente, ou por seus órgãos, ou por prepostos (não por terceiros contratados).

RESPOSTA (A) Correta. Art. 21, X, CF. (B) Incorreta. A prestação por outorga é feita por lei específica, e não por contrato. (C) Correta. É forma de prestação direta (MAZZA, *Manual de direito administrativo*, p. 588). (D) Correta. Art. 175, CF. (E) Correta (MAZZA, *ibidem*, p. 588). *Alternativa B.*

390. (Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC) Considere as seguintes afirmações com relação ao regime de concessão e permissão da prestação dos serviços públicos, tendo em vista a Lei n. 8.987/95:

I. O poder concedente publicará, simultaneamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão do serviço público, caracterizando seu objeto,

área e prazo.

II. O serviço adequado é aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

III. A permissão de serviço público é a delegação, a título precário, feita pelo poder concedente apenas à pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, precedida ou não de licitação, formalizada mediante contrato de adesão.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e III.
(E) II e III.

RESPOSTA I. Incorreta. Art. 5º, Lei n. 8.987/95 (Lei das Concessões). II. Correta. Art. 6º, § 1º, Lei das Concessões. III. Incorreta. Art. 2º, § 4º, Lei das Concessões. *Alternativa B.*

VII. Servidores Públicos

391. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Ao garantir ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, a Constituição Federal

(A) condiciona o exercício do direito à disciplina por lei complementar.
(B) condiciona o exercício do direito à disciplina por lei específica.
(C) condiciona o exercício do direito à disciplina por lei ordinária.
(D) condiciona o exercício do direito à disciplina por lei delegada.
(E) não condiciona o exercício do direito à disciplina legislativa.

RESPOSTA Art. 37, VII, CF. *Alternativa E.*

392. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** De acordo com a Lei n. 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, sobre a prescrição quanto ao direito de petição, é correto afirmar:

(A) Por ser de ordem pública, a prescrição não pode ser relevada pela Administração.
(B) O pedido de reconsideração e o recurso, mesmo quando cabíveis, não interrompem a prescrição.
(C) O direito de requerer prescreve em dez anos quanto ao ato de cassação de aposentadoria.
(D) O direito de requerer prescreve em dois anos quanto aos atos que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.
(E) O prazo de prescrição será contado da data da ciência pelo interessado, ainda que o ato tenha sido devidamente publicado.

RESPOSTA (A) Art. 112, da lei em tela. (B) Art. 111, do Estatuto. (C) Art. 110, I. (D) Art. 110, I, da lei. (E) Art. 110, parágrafo único, da lei. *Alternativa A.*

393. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Nos termos da Lei n. 8.112/90, o ex-servidor público fica incompatível para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos, quando tiver sido demitido por

(A) aplicar irregularmente o dinheiro público.
(B) crime contra a Administração Pública.

(C) improbidade administrativa.
(D) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
(E) lesar os cofres públicos e dilapidar o patrimônio nacional.

RESPOSTA Art. 117, IX, c/c art. 132, XIII, e art. 137, Lei n. 8.112/90. *Alternativa D.*

394. **(Analista – TRT-4 – 2011 – FCC)** Para os fins da Lei n. 8.112/90, o servidor público federal investido em cargo em comissão de órgão ou entidade diversa da de sua lotação, receberá a remuneração do órgão

(A) cedente, quando a cessão for exclusivamente, para órgão ou entidade do Distrito Federal.
(B) ou entidade cessionária quando a cessão for para órgãos dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
(C) cessionário dos Estados, exclusivamente, quando a cessão for por prazo superior a 90 (noventa) dias.
(D) cedente, devendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na condição de cessionários, ressarcirem os cofres da entidade cedente ao término da cessão.
(E) cedente, desde que essa condição esteja prevista no respectivo ato e a cessão seja exclusivamente para órgão ou entidade do Distrito Federal.

RESPOSTA Art. 93, I e § 1º, do Estatuto em tela. *Alternativa B*.

395. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** É elemento estranho ao rol de requisitos básicos para investidura em cargo público, nos termos da Lei n. 8.112/90,

(A) o gozo dos direitos políticos.
(B) a quitação com as obrigações militares.
(C) a quitação com as obrigações eleitorais.
(D) a idade mínima de 16 anos.
(E) a aptidão física e mental.

RESPOSTA A idade mínima é de 16 anos. Todos os demais estão no rol do art. 5º, I a VI, Lei n. 8.112/90. *Alternativa D.*

396. **(Analista – MP-SE – 2009 – FCC)** De acordo com a Constituição Federal, o limite de remuneração aplicável aos servidores públicos do Poder Executivo estadual é

(A) o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
(B) o subsídio do Governador do Estado.
(C) o subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça.
(D) 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento) do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
(E) 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento) do subsídio do Governador do Estado.

RESPOSTA Art. 37, XI, CF. *Alternativa B.*

397. **(Analista – MP-SE – 2009 – FCC)** A nomeação de servidor público do Estado de Sergipe para o exercício de cargo em comissão

(A) implicará exoneração do cargo anteriormente ocupado, em qualquer caso.
(B) implicará afastamento do cargo anteriormente ocupado, em qualquer caso.

(C) permitirá ao servidor a acumulação do cargo, optando pelos vencimentos de um deles.

(D) implicará afastamento do cargo anteriormente ocupado, salvo hipótese de acumulação constitucionalmente permitida.

(E) não traz consequências para o exercício do cargo anteriormente ocupado.

RESPOSTA Art. 37, XVI, *a* a *c*, CF. *Alternativa D.*

398. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Determinado funcionário público estava sendo processado criminalmente, pela prática de ilícito penal, e administrativamente, pela prática de infração administrativa, decorrentes do mesmo ato por ele praticado. Sob o fundamento de insuficiência de provas da concorrência do réu para a infração penal praticada, foi ele absolvido no juízo criminal. Esta decisão

(A) acarreta arquivamento do processo administrativo disciplinar, uma vez que este processo era prejudicial ao processo criminal.

(B) acarreta arquivamento do processo administrativo disciplinar se este ainda não tiver sido decidido em caráter definitivo, vez que ainda não ocorrida coisa julgada administrativa.

(C) não influencia o processo administrativo disciplinar, que prossegue para apuração da infração administrativa, uma vez que o fundamento da absolvição criminal foi a insuficiência de provas para o ilícito penal.

(D) não influencia o processo administrativo disciplinar porque em nenhuma hipótese a decisão proferida no processo criminal influencia o âmbito administrativo.

(E) acarreta a conclusão do processo administrativo disciplinar, que obrigatoriamente será decidido, no mérito em favor do acusado.

RESPOSTA Nas palavras de Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 452), "a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou de sua autoria". *Alternativa C.*

399. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** No que diz respeito aos servidores públicos é INCORRETO afirmar, tecnicamente, que os

(A) empregados públicos da Administração direta e indireta, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, titulares de emprego público, recebem salário como remuneração.

(B) detentores de mandato eletivo e os chefes do Executivo recebem subsídio, constituído de parcela única, a título de remuneração.

(C) servidores, pelo exercício de cargo público, recebem vencimentos, como espécie de remuneração, e correspondem à soma do vencimento e das vantagens pecuniárias.

(D) agentes políticos, a exemplo dos membros do Ministério Público e dos Juízes de Direito, recebem vencimentos a título de retribuição pecuniária.

(E) os Conselheiros dos Tribunais de Contas recebem subsídio, visto como uma modalidade do sistema remuneratório constitucional.

RESPOSTA (A) Correto, pois os servidores celetistas recebem salário. (B) Art. 39, § 4º, CF. (C) Art. 39, § 1º, CF. (D) Incorreto. Viola o art. 39, § 4º, CF. (E) Art. 73, § 3º, CF. *Alternativa D.*

400. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** As pessoas que exercem atos por delegação do Poder Público, tais como os serviços notariais e de registro podem ser consideradas

(A) servidores públicos estatutários, caso tenham prestado concurso público.

(B) empregados públicos, desde que tenham prestado concurso público.

(C) particulares em colaboração com o Poder Público, sem vínculo empregatício.
(D) funcionários públicos *lato sensu*, na medida em que se submetem à fiscalização do Poder Público.
(E) agentes públicos estatutários, desde que recebam remuneração do Poder Público.

RESPOSTA Em que pese o ingresso no cargo depender de concurso público (art. 236, § 3º, CF), trata-se de delegação entregue pelo poder público a agente particular colaborador, no que concerne ao caso dos tabeliães. *Alternativa C.*

401. **(Analista – TRF-5 – 2008 – FCC)** Para os fins da Lei n. 8.112 de 11/12/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, analise:

I. O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido redistribuído, terá, no mínimo quinze e, no máximo quarenta e cinco dias de prazo, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo.
II. A redistribuição ocorrerá *ex-officio* para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgãos ou entidade.
III. São modalidades de remoção: de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; e a pedido para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, como por exemplo nas situações familiares, de saúde e de processo seletivo.
IV. Ao servidor que ainda estiver em estágio probatório não poderá ser concedida licença e afastamento, entre outros, para atividade política.

Nesses casos, APENAS são corretos:

(A) II, III e IV.
(B) I e III.
(C) I e IV.
(D) II e III.
(E) I, II e IV.

RESPOSTA I. Incorreta. Art. 18, Lei n. 8.112/90. II. Correta. Art. 37, § 1º, da lei. III. Correta. Art. 36, parágrafo único, I a III, *a* a *c*, Lei n. 8.112/90. IV. Incorreta. Art. 86, §§ 1º e 2º, Lei n. 8.112/90. A norma não refere a necessidade de ser estável. *Alternativa D.*

402. **(Analista – ARCED – 2012 – FCC)** Entre os mecanismos de independência conferidos às agências reguladoras insere-se a estabilidade de seus dirigentes, os quais

(A) possuem mandato fixo, somente passíveis de destituição nas hipóteses previstas em lei.
(B) devem ser ocupantes de cargo efetivo, provido mediante concurso público de provas e títulos.
(C) somente são passíveis de destituição por decisão judicial, transitada em julgado.
(D) não possuem mandato porém não são passíveis de demissão *ad nutum*, mas apenas por decisão motivada do Chefe do Executivo.
(E) somente podem ser destituídos por ato de improbidade, comprovado em processo administrativo disciplinar no qual seja assegurada ampla defesa.

RESPOSTA Art. 6º c/c art. 9º, parágrafo único, Lei n. 9.986/2000 (dispõe sobre a gestão de recursos das Agências Reguladoras). *Alternativa A.*

403. **(Analista – ARCED – 2012 – FCC)** Um dos mecanismos que busca evitar a denominada “captura” das agências reguladoras por agentes do setor privado é a quarentena de seus dirigentes, consistente em

(A) proibição de nomear para a direção superior da Agência quem tenha atuado, nos últimos 4 (quatro)

anos, como dirigente, empregado ou representante de empresa privada sujeita à sua regulação.

(B) obrigação do dirigente de, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias após a sua nomeação, desincompatibilizar-se de todos os eventuais vínculos funcionais e empregatícios anteriores.

(C) vedação, aplicável aos ex-dirigentes e servidores da Agência, de exercício de atividade no setor regulado, pelo prazo de 4 (quatro) meses, após o correspondente desligamento, não fazendo jus a qualquer remuneração compensatória.

(D) impedimento ao ex-dirigente para o exercício de atividades ou prestação de qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, pelo período de 4 (quatro) meses, contados do correspondente desligamento, fazendo jus à remuneração compensatória equivalente à do cargo de direção que exerceu e aos benefícios a ele inerentes.

(E) proibição de nomear para a direção superior da Agência quem tenha, nos últimos 4 (quatro) meses, exercido atividades ou prestado qualquer serviço, com ou sem remuneração, no setor regulado pela respectiva agência.

RESPOSTA Art. 8º, Lei n. 9.986/2000. *Alternativa D.*

404. **(Analista – TRE-PI – 2009 – FCC)** Considere as seguintes hipóteses:

I. Promoção.
II. Readaptação.
III. Posse em outro cargo inacumulável.
IV. Nomeação.

De acordo com a Lei n. 8.112/90, a vacância do cargo público decorrerá das hipóteses indicadas APENAS em

(A) I e II.
(B) I, II e III.
(C) II e III.
(D) II, III e IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA I. É hipótese de vacância. Art. 33, III, da lei. II. É hipótese que se enquadra como vacância de cargos. Art. 33, VI, da norma. III. É hipótese de vacância. Art. 33, VIII, do Estatuto. IV. É hipótese de provimento de cargo. Art. 8º, I, da lei. *Alternativa B.*

405. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** Joana, servidora pública federal, recebeu algumas diárias, porém, não se afastou da sede. Nos termos da Lei n. 8.112/1990, Joana

(A) independentemente do motivo, não precisará restituí-las, haja vista tratar-se de verba de natureza alimentar.
(B) dependendo do motivo, não precisará restituí-las.
(C) independentemente do motivo, deverá restituí-las integralmente, no prazo de trinta dias.
(D) ficará obrigada a restituí-las apenas parcialmente, no prazo de dez dias.
(E) ficará obrigada a restituí-las integralmente, no prazo de cinco dias.

RESPOSTA Art. 59, Lei n. 8.112/90 (Estatuto dos Servidores da União). *Alternativa E.*

406. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** Marcelo, servidor público federal, ocupante de cargo efetivo, pretende solicitar licença para tratar de interesses particulares. Referida licença, nos termos da Lei n. 8.112/1990, será concedida

(A) por prazo indeterminado.
(B) a critério da Administração Pública.
(C) com remuneração.
(D) pela Administração Pública, podendo ser interrompida, a qualquer tempo, exclusivamente no interesse do serviço.
(E) mesmo que Marcelo esteja em estágio probatório.

RESPOSTA A expressão "a critério da Administração", prevista no art. 91, da lei invocada, remete a ato administrativo de natureza discricionária (poder de escolha). *Alternativa B.*

407. **(Analista – TRE-PI – 2009 – FCC)** A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, é considerada

(A) reversão.
(B) recondução.
(C) reintegração.
(D) readaptação.
(E) transferência.

RESPOSTA Art. 8º, VIII e art. 28, §§ 1º e 2º, Lei n. 8.112/90, e art. 41, § 2º, CF. *Alternativa C.*

408. **(Analista – TRE-PI – 2009 – FCC)** De acordo com a Lei n. 8.112/90, o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente será punido com

(A) advertência escrita.
(B) suspensão de até quinze dias.
(C) demissão.
(D) suspensão de até trinta dias.
(E) advertência verbal.

RESPOSTA Art. 130, § 1º, Lei n. 8.112/90. *Alternativa B.*

409. **(Analista – TRE-PI – 2009 – FCC)** A respeito do processo administrativo disciplinar para apuração de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, considere:

I. Será iniciado com a instauração da comissão administrativa disciplinar, a ser composta por cinco servidores estáveis, e posteriormente será indicada a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração.
II. No prazo de quinze dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, apresentando resumo dos fatos, relatório e fundamentação conclusiva.
III. Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal.
IV. Em regra, o prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão.

De acordo com a Lei n. 8.112/90, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.
(B) I, II e III.

(C) I, III e IV.
(D) II, III e IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA I. Incorreto. Art. 133, I, da norma. II. Incorreto. Art. 133, § 4º. III. Correto. Art. 133, § 6º, da lei. IV. Correto. Art. 133, § 7º, do Estatuto em tela. *Alternativa E.*

410. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** José, servidor público federal, responde a processo administrativo por ter faltado ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses. Conforme preceitua a Lei n. 8.112/1990, estará sujeito à pena de

(A) demissão.
(B) suspensão pelo prazo máximo de noventa dias.
(C) advertência.
(D) disponibilidade.
(E) multa.

RESPOSTA Art. 132, III, e art. 139, Lei n. 8.112/90. *Alternativa A.*

411. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** De acordo com a Lei n. 8.112/1990, o servidor público sujeita-se à penalidade de

(A) advertência, aplicada verbalmente, no caso de ausentar-se do serviço sem autorização do chefe imediato.
(B) suspensão, no caso de reincidência de faltas punidas com advertência, não podendo exceder 90 dias.
(C) suspensão, de até 60 dias, quando recusar-se, injustificadamente, a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente.
(D) demissão, no caso de opor resistência injustificada ao andamento de processo ou execução de serviço.
(E) cassação de aposentadoria na hipótese de prática, na inatividade, de falta punível com pena de demissão.

RESPOSTA (A) Incorreta. A advertência será aplicada por escrito. Art. 129, da lei. (B) Correta. Art. 130, da norma. (C) Incorreta. Art. 130, § 1º, da lei. (D) Incorreta. Art. 117, IV, c/c art. 129. (E) Incorreta. A falta tem que ser na atividade. Art. 134, da lei. *Alternativa B.*

412. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Mário está respondendo a processo administrativo disciplinar. Para evitar que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, o prazo de seu afastamento preventivo do exercício do respectivo cargo

(A) requer, para ser prorrogado, a expedição de ato específico da máxima autoridade administrativa do respectivo órgão.
(B) encontra-se fixado em lei específica e não poderá ser prorrogado, mesmo que não tenha sido concluído o supracitado processo.
(C) somente poderá ser prorrogado na hipótese de não ter sido concluído o respectivo processo dentro do prazo fixado em lei específica, permanecendo seus efeitos.
(D) poderá ser prorrogado por prazo igual ao fixado em lei específica, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o respectivo processo.
(E) poderá ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, visando a conclusão do respectivo

processo, com permanência de seus efeitos.

RESPOSTA Art. 147, parágrafo único, Lei n. 8.112/90. *Alternativa D.*

413. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** Em razão de doença, Alberto, funcionário público federal efetivo, ficou com a sua capacidade física reduzida para o exercício do cargo de que era titular, o que foi constatado por inspeção médica. Em razão disso, precisou ser investido em novo cargo, compatível com a sua condição física, o que ocorreu, segundo a Lei n. 8.112/1990, pela forma de provimento denominada

(A) readaptação.
(B) transferência.
(C) reversão.
(D) reintegração.
(E) recondução.

RESPOSTA Art. 8º, V, e art. 24, §§ 1º e 2º, Lei n. 8.112/90. *Alternativa A.*

414. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** João, servidor público da Administração direta federal, teve indeferido por seu superior hierárquico pedido de licença para tratamento de saúde. Diante do que considerou um ato arbitrário e entendendo estarem presentes os pressupostos legais para a concessão da licença, com base na Lei n. 8.112/90,

(A) deverá impugnar o ato judicialmente, observado o prazo prescricional de 120 dias, eis que descabe recurso administrativo para a situação em questão.
(B) poderá interpor recurso diretamente perante a autoridade superior àquela que praticou o ato, no prazo de 30 dias, a contar da publicação ou ciência da decisão, descabendo pedido de reconsideração.
(C) poderá solicitar a reconsideração do ato pela autoridade que o praticou, no prazo de 30 dias, a contar da publicação ou ciência da decisão.
(D) poderá apresentar pedido de reconsideração perante a autoridade que praticou o ato, no prazo de 15 dias, a contar da publicação ou ciência da decisão, apenas se apresentar novas razões de fato ou de direito para sustentar o pleito.
(E) poderá impugnar o ato administrativa ou judicialmente, neste último caso apenas na hipótese de esgotar as instâncias administrativas e observado o prazo prescricional de 5 anos.

RESPOSTA Caberá pedido de reconsideração, com fulcro no art. 108, Lei n. 8.112/90. *Alternativa C.*

415. **(Analista – TRF-4 – 2007 – FCC)** Em processo administrativo disciplinar ficou provado que os servidores públicos federais:

I. “X” vinha aplicando irregularmente dinheiros públicos; e
II. “Y” recusou fé a documentos públicos.

Nesses casos, “X” e “Y” estarão sujeitos, respectivamente, e em conformidade com o Estatuto próprio, às penas de

(A) exoneração a bem do serviço público e afastamento.
(B) demissão e advertência.
(C) detenção e multa.
(D) suspensão e multa pecuniária.
(E) destituição e remoção.

RESPOSTA Art. 132, VIII, art. 117, III, c/c art. 129, todos da Lei n. 8.112/90. *Alternativa B.*

416. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Considera-se *apossamento administrativo*

(A) o ato administrativo pelo qual se dá posse a um servidor público, em decorrência de um provimento de caráter originário.

(B) o provimento jurisdicional pelo qual o juiz, no processo de desapropriação, concede à Administração a posse do bem expropriado.

(C) o fato da administração, consistente na irregular apropriação de um bem de terceiro pelo Poder Público.

(D) a medida de polícia, consistente na intervenção em obra cuja utilização está comprometendo a segurança ou a saúde da coletividade.

(E) o ato administrativo unilateral pelo qual a Administração regulariza a posse de uma terra devoluta ocupada de forma tradicional e pacífica por um particular, que a explora de forma produtiva e consentânea à sua função social.

RESPOSTA (A) Chama-se posse. (B) Denomina-se expropriação. (C) Correto. Trata-se da desapropriação indireta, prática ilegal, pois em desconformidade com o Decreto-lei n. 35/41. (D) Chama-se interdição de obra. (E) É ato de imissão na posse. *Alternativa C.*

417. **(Analista – TRT-7 – 2009 – FCC)** Dentre as assertivas abaixo, NÃO é forma de provimento de cargo público

(A) a reversão.

(B) a readaptação.

(C) a ascensão.

(D) o aproveitamento.

(E) a reintegração.

RESPOSTA (A) É forma de provimento. Art. 8º, VI, Lei n. 8.112/90. (B) É forma de provimento. Art. 8º, V, do Estatuto. (C) É instituto revogado do art. 8º, III, do Estatuto, pela Lei n. 9.527/97. (D) É forma de provimento. Art. 8º, VII, da lei. (E) É forma de provimento. Art. 8º, VIII, da lei. *Alternativa C.*

418. **(Analista – TRT-7 – 2009 – FCC)** Nos termos da Lei n. 8.112/90, o servidor público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. Assim, é correto que

(A) a responsabilidade civil decorre de ato comissivo e doloso, ainda que dele não resulte prejuízo ao erário e a terceiros, salvo quando omissivo e culposo, limitada nessa hipótese, à sanção administrativa.

(B) as sanções civis, penais e administrativas não poderão ser aplicadas cumulativamente, salvo quando a responsabilidade recair sobre servidor estável em cargo efetivo.

(C) a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

(D) a obrigação pelo cumprimento das penalidades administrativas estende-se aos sucessores e parentes até segundo grau e contra eles será executada indistintamente.

(E) a responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

RESPOSTA Art. 124, Lei n. 8.112/90. *Alternativa E.*

419. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Ricardo foi designado para o exercício de determinada função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal. A respeito do fato narrado, é correto afirmar:

(A) Para assumir a mencionada função, Ricardo deve ser ocupante de cargo em comissão.
(B) A função de confiança destina-se a atender necessidade temporária de excepcional interesse público, ou seja, destina-se a situação emergencial e provisória.
(C) Exige-se concurso público para a investidura na mencionada função de confiança.
(D) Ricardo não poderá exercer atribuição de chefia, uma vez que as funções de confiança destinam-se somente às atribuições de direção e assessoramento.
(E) Para assumir a mencionada função, Ricardo deve ser servidor público ocupante de cargo efetivo.

RESPOSTA (A) Incorreto. As FCs são criadas para serem ocupadas por servidores do Quadro Efetivo da Administração. (B) Incorreto. Art. 37, IX, CF. (C) Incorreto. Art. 37, II e III, CF. (D) Incorreto. Art. 37, V, CF. (E) Correto. Art. 37, V, CF. *Alternativa E.*

420. **(Analista – TRT-5 – 2012 – FCC)** Determinado cidadão sofreu prejuízos em razão da conduta de agente público federal atuando nessa qualidade. De acordo com a Constituição Federal e com a Lei n. 8.112/1990,

(A) a União é obrigada a reparar o dano, podendo exercer o direito de regresso em face do servidor somente no caso de comprovada a conduta dolosa do mesmo.
(B) a União é obrigada a reparar o dano, respondendo o agente perante esta, em ação regressiva, caso comprovado ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo.
(C) a União é obrigada a reparar o dano, desde que comprovada a conduta dolosa ou culposa do agente.
(D) o servidor é obrigado a ressarcir a Fazenda Pública, em ação regressiva, sempre que a União for condenada a reparar o dano.
(E) o servidor é obrigado a ressarcir a Fazenda Pública, em ação regressiva, somente na hipótese de comprovada conduta comissiva, dolosa ou culposa.

RESPOSTA Art. 37, § 6º, CF, e art. 122, § 2º, Lei n. 8.112/90. *Alternativa B.*

421. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** Ao servidor investido em mandato eletivo

(A) ou classista poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.
(B) de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, com prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
(C) de Prefeito será afastado do cargo, não podendo optar pela sua remuneração.
(D) de vereador, não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe obrigatória a remuneração do cargo eletivo.
(E) federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo.

RESPOSTA Art. 38, I, CF. *Alternativa E.*

422. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Em matéria de acumulação, nos termos da Lei n. 8.112/90, considere:

I. A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos

Estados, dos Territórios e dos Municípios.

II. A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

III. O servidor vinculado ao regime da Lei n. 8.112/90, que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.

Está correto o que se afirma em

(A) II, apenas

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) I, II e III.

RESPOSTA I. Correto. Art. 118, § 1º, da lei, e art. 37, XVI, CF. II. Correto. Art. 118, § 2º, da norma, e art. 37, XVI, CF. III. Correto. Art. 120, do Estatuto dos Servidores em tela. *Alternativa E.*

423. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** Dentre as formas de provimento derivado de cargos públicos, tradicionalmente praticadas na Administração brasileira, NÃO foi recepcionada pela Constituição Brasileira de 1988 a

(A) ascensão.

(B) promoção.

(C) readaptação.

(D) recondução.

(E) reintegração.

RESPOSTA Art. 8º, Lei n. 8.112/90, e art. 41, § 2º, CF. *Alternativa A.*

424. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Sentença judicial invalidou a demissão de servidor estável, resultando na sua reintegração no cargo, para ocupar a vaga anterior. Aludida vaga, atualmente, encontrava-se preenchida por outro servidor estável, originário de outro cargo, que deverá deixá-la, podendo-se aplicar a este a

(A) recondução ao cargo de origem.

(B) reversão ao cargo de origem.

(C) transposição a cargo vago, observada a compatibilidade de atribuições.

(D) reversão a cargo vago, observada a compatibilidade de atribuições.

(E) realocação no cargo de origem.

RESPOSTA Art. 41, § 2º, CF. *Alternativa A.*

425. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** Sobre o regime jurídico aplicável aos servidores públicos é correto afirmar:

(A) A Constituição Federal impõe a obrigatoriedade do concurso público de provas e títulos e veda a contratação temporária de pessoal.

(B) Pelo regime imposto pela Emenda Constitucional 19/98 os vencimentos dos servidores públicos em geral passaram a ser chamados de subsídios.

(C) A acumulação de dois cargos públicos remunerados de professor é admitida se houver

compatibilidade de horários, sendo que a soma das remunerações deve respeitar o teto remuneratório.

(D) Os preceitos constitucionais que asseguram o direito de greve e o direito de associação sindical dos servidores públicos são de eficácia contida.

(E) A aposentadoria compulsória dá-se por presunção de invalidez aos 70 anos de idade para os homens e aos 65 anos de idade para as mulheres.

RESPOSTA (A) Incorreto. Art. 37, IX, CF. (B) Incorreto. Art. 39, §§ 1º e 4º, CF. (C) Correto. Art. 37, XVI, *a*, e art. 37, XI e XII, todos da CF. (D) Incorreto. Art. 39, § 2º, CF. (E) Art. 40, § 1º, II, CF. *Alternativa C.*

426. **(Juiz – TRT-11 – 2012 – FCC)** Integra o regime constitucional dos servidores públicos a regra segundo a qual

(A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

(B) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas, de provas e títulos, ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

(C) o prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.

(D) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por indivíduos que não ocupem cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(E) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, mediante autorização, em cada caso, da pessoa da Administração a que se vincule.

RESPOSTA (A) Art. 37, I, CF. (B) Art. 37, II, CF. (C) Art. 37, III, CF. (D) Art. 37, V, CF. (E) Art. 37, VI, CF. *Alternativa A.*

427. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Constitui forma de provimento de cargo público, de acordo com a legislação que rege a matéria:

(A) Reversão, consistente no retorno à atividade de servidor aposentado, nas hipóteses previstas em lei, no mesmo cargo ou em cargo resultante de sua transformação.

(B) Recondução, consistente no retorno do servidor ao cargo de origem, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial.

(C) Readaptação, consistente no retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

(D) Reversão, consistente no provimento de cargo decorrente de transformação do originalmente ocupado pelo servidor, condicionada a aprovação em processo seletivo específico.

(E) Readaptação, consistente na investidura de servidor em cargo de menor complexidade, quando inabilitado em estágio probatório do cargo efetivo originalmente provido.

RESPOSTA (A) Art. 25, Lei n. 8.112/90. (B) Art. 29, I e II e parágrafo único, da lei em tela. (C) Art. 24, §§ 1º e 2º, da lei. (D) Art. 25, da norma estatutária. (E) Art. 24, §§ 1º e 2º, da norma. *Alternativa A.*

VIII. Intervenção do Estado na Propriedade Privada e no Domínio Econômico

428. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Parte da propriedade rural, localizada no município de Itambé do Sul, pertencente a Alberto e sua mulher Rosângela, foi objeto de intervenção do Estado por intermédio da União. O respectivo ato administrativo estabeleceu restrições e condicionamentos ao uso daquele bem imóvel, devendo o Poder Público indenizar, caso ocorram, os respectivos danos. Nesse caso, as características da situação jurídica acima correspondem à

(A) requisição administrativa, abrangendo apenas imóveis, não é autoexecutória e preserva a propriedade com os seus donos.

(B) servidão administrativa como direito real público, tem caráter de definitividade e não retira a propriedade de seus donos.

(C) ocupação temporária como utilização provisória de bem imóvel, remunerada ou gratuita, retirando a propriedade de seus donos.

(D) limitação administrativa, impondo apenas a obrigação de não fazer, correspondendo ao ato unilateral, retirando a propriedade de seus donos enquanto perdurar o ato.

(E) desapropriação para proteger o patrimônio público, provisória ou definitiva, esta última retirando o bem de seus proprietários.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XXV. (B) Correto, vindo essa a extinguir com o perecimento do bem, sendo que este fica na posse do proprietário. Art. 4º, V, *b*, Lei n. 10.257/2001. (C) Art. 36, Decreto-lei n. 3.365/41. (D) Art. 78, CTN. (E) Art. 5º, XXIV, CF. *Alternativa B.*

429. **(Delegado – PC-MA – 2006 – FCC)** Considere as restrições do Estado sobre a propriedade privada.

I. A requisição é o direito real de gozo e disposição, de natureza pública, instituído sobre imóvel de propriedade alheia, por entidade pública ou por seus delegados, em favor de um serviço público.

II. As limitações administrativas são medidas de caráter específico, que incidem sobre imóvel certo e determinado, gerando para o proprietário obrigações negativas, com fundamento no poder de polícia do Estado.

III. A ocupação temporária se caracteriza pela utilização transitória, gratuita ou remunerada, de imóvel de propriedade particular, para fins de interesse público.

IV. O tombamento se caracteriza por ser uma restrição parcial, não impedindo ao particular o exercício dos direitos inerentes ao domínio.

É correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I, II e III.

(C) I, II e IV.

(D) II, III e IV.

(E) III e IV.

RESPOSTA I. Incorreto. Art. 5º, XXV, CF. II. Incorreto. A limitação deriva do poder de polícia. Art. 78, CTN. III. Correto. Art. 36, Decreto-lei n. 3.365/41. IV. Correto. Arts. 12 e 13, Decreto-lei n. 25/37. *Alternativa E.*

430. **(Procurador – Manaus-AM – 2006 – FCC)** No que concerne à desapropriação, a imissão provisória na posse de um imóvel particular por parte do município de Manaus

(A) somente poderá ser feita no próprio ato expropriatório, e desde que tenha por objeto prédio urbano residencial.

(B) deverá ser requerida exclusivamente na esfera administrativa, desde que se deposite previamente o

valor da indenização.

(C) deverá ocorrer no prazo de 120 dias, prorrogável por igual período, contado da data do depósito em juízo da indenização prévia, justa e em dinheiro.

(D) somente ocorrerá após a citação do réu e mediante o depósito integral do preço fixado pericialmente.

(E) depende, dentre outros requisitos, da declaração de urgência por parte do expropriante, que não poderá ser renovada.

RESPOSTA Art. 15, §§ 1º e 2º, Decreto-lei n. 3.365/41. *Alternativa E.*

431. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** Determinado ente federado pretende adquirir um terreno para edificação de uma unidade prisional. Para tanto, poderá utilizar, como meio de aquisição da propriedade, a

(A) desapropriação, na medida em que enseja a aquisição originária da propriedade.

(B) venda e compra, uma vez que, dada sua natureza de negócio jurídico privado, desobriga o atendimento da lei de licitações.

(C) doação com encargo, sob pena de reversão, ainda que enseje despesas de aquisição.

(D) requisição de propriedade, uma vez que ensejaria apenas a remuneração pelo uso do imóvel.

(E) desapropriação amigável, que dispensa a declaração de utilidade pública e pode ser instrumentalizada por meio de escritura pública.

RESPOSTA (A) Procedimento ablatório que traz o imóvel para o domínio público. (B) Aplicam-se as normas. Art. 37, XXI, CF. (C) Permitiria o retorno do bem ao domínio privado. (D) Art. 5º, XXV, CF. (E) Deverá seguir o rito do Decreto-lei n. 3.365/41. *Alternativa A.*

432. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** Considere as seguintes assertivas:

I. Pode adotar uma das modalidades de sociedade disciplinadas pela legislação comercial.

II. Seja de âmbito federal, estadual ou municipal, tem capital inteiramente público, ou seja, dele somente podem participar pessoas jurídicas de direito público.

III. Não pode adotar a forma de sociedade unipessoal.

IV. Se for de âmbito federal, terá seus litígios processados e julgados obrigatoriamente na Justiça Federal.

No que concerne à empresa pública, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e IV.

(B) I e III.

(C) I e IV.

(D) II e III.

(E) III e IV.

RESPOSTA I. Correto. Art. 5º, II, Decreto-lei n. 200/67. II. Se as ações com direito a voto pertencerem em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta, poderá haver a participação. Art. 5º, III, do decreto. III. Poderá adotar qualquer tipo. IV. Art. 109, I, CF. *Alternativa C.*

433. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** A desapropriação realizada pelos entes públicos legalmente habilitados a fazê-lo possui traço característico, qual seja

(A) pertinência temática com as competências materiais que lhes são constitucional e legalmente atribuídas.

(B) possibilidade de expropriação de quaisquer bens públicos inservíveis.

(C) necessidade de observância do direito de reversão dos expropriados caso não seja dado ao bem desapropriado nenhuma finalidade pública.

(D) obrigatoriedade da eleição da via judicial sempre que o pagamento da indenização ultrapasse um exercício fiscal.

(E) obrigatoriedade de celebração de escritura pública para as desapropriações em que os expropriados concordam com o preço.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XXIV, CF, e art. 182, § 3º, e art. 184, CF. (B) Art. 185, I e II, CF. (C) É direito de preferência a ser requerido pelo expropriado. Art. 519, CC. (D) Art. 10, Decreto-lei n. 3.365/41. (E) Art. 15, § 4º, do decreto-lei. *Alternativa A.*

434. (Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC) A União Federal pretende implantar um gasoduto subterrâneo para transporte da produção de gás de uma região para outra. O trajeto do gasoduto atinge parcialmente imóveis particulares e imóveis públicos. Para materialização da obra pretendida, que acarretará restrição parcial do aproveitamento dos imóveis, a União deverá

(A) desapropriar os imóveis de particulares e requisitar temporariamente os imóveis públicos.

(B) instituir servidão administrativa sobre as áreas, observadas as formalidades legais, inclusive para os imóveis públicos.

(C) instituir servidão administrativa sobre os imóveis particulares e desapropriar os imóveis públicos, que não podem ser objeto de servidão administrativa.

(D) requisitar administrativamente os imóveis públicos e desapropriar os imóveis particulares.

(E) adquirir as parcelas dos imóveis públicos atingidas pela obra e desapropriar o perímetro necessário dos imóveis particulares.

RESPOSTA A restrição parcial aos direitos de propriedade do caso em tela não retiram tal do domínio do proprietário, bem como não se trata da aplicação do art. 5º, XXV, CF. É caso de instituir servidão administrativa (art. 1.378, CC), por lei e expedição de ato declaratório. *Alternativa B.*

435. (Analista – MP-SE – 2009 – FCC) Considere as seguintes afirmações, relativas ao processo de desapropriação:

I. no curso do processo, é vedado ao particular discutir o mérito da declaração de utilidade pública.

II. é permitida a imissão provisória na posse, independentemente de depósito por parte do Poder Público.

III. é permitida a fixação da indenização por acordo entre o Poder Público e o proprietário. Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

RESPOSTA I. Correta. Art. 9º, Decreto-lei n. 3.365/41. II. Incorreta. Art. 15, § 1º, *a* a *d*, Decreto-lei n. 3.365/41. III. Correta. Art. 10, Decreto-lei n. 3.365/41. *Alternativa C.*

436. (Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC) As modalidades de intervenção do Estado sobre a propriedade privada consistentes na instalação de rede elétrica pelo Poder Público em propriedade particular e na proibição de construir além de determinado número de pavimentos, são, respectivamente,

(A) servidão administrativa e limitação administrativa.
(B) limitação administrativa e ocupação temporária.
(C) servidão administrativa e requisição.
(D) requisição e ocupação temporária.
(E) requisição e tombamento.

RESPOSTA Arts. 1.378 a 1.389, CC, e art. 78, CTN. *Alternativa A.*

437. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) O Estado do Pará desapropriou 7 (sete) quadras em determinado bairro a fim de promover a interligação do sistema viário local com uma rodovia interestadual, no intuito de reduzir o fluxo de veículos que transitavam na região, em especial os de grande porte, que realizavam o transporte de cargas pesadas para outros municípios. Não obstante a conclusão dos processos de desapropriação, a obra nunca chegou a ser implantada. Passados alguns anos, o Poder Público Estadual identificou que, em razão do aquecimento do mercado imobiliário na região, ocorreu sensível valorização dos imóveis. Pretende, desta forma, alienar onerosamente os imóveis, já tendo, inclusive, obtido autorização legislativa para tanto. A pretensão do Governo Estadual neste caso é

(A) inconstitucional, uma vez que o Estado é obrigado a manter a finalidade indicada no decreto de declaração de utilidade pública ou a dar outra destinação de interesse público aos imóveis incorporados ao patrimônio público.
(B) constitucional, uma vez que o Estado não pode ser obrigado, passados cinco anos desde a edição do decreto de declaração de utilidade pública, a manter em seu patrimônio bens públicos que não têm potencial de aproveitamento.
(C) constitucional, desde que seja respeitado o direito de preferência de cada expropriado para aquisição do imóvel que lhe pertenceu, nos termos da legislação civil.
(D) inconstitucional, porque o encaminhamento do anteprojeto de lei para obter autorização normativa para alienação consubstanciou-se em desvio de finalidade, configurando, em favor dos expropriados, direito de retrocessão.
(E) constitucional, sendo dispensável oferecer os imóveis aos expropriados em preferência, visto que a alienação por meio de licitação possibilita maior valia e o Poder Público não pode ser compelido a receber quantia menor pelos bens públicos.

RESPOSTA É constitucional, conforme a aplicação do instituto jurídico do direito de preempção ou preferência. Art. 519, Código Civil. *Alternativa C.*

438. (Analista – TRF-5 – 2008 – FCC) Em matéria de intervenção do Estado na propriedade, analise:

I. Utilização transitória, remunerada ou gratuita, de bens particulares pelo Poder Público, para a execução de obras, serviços ou atividades públicas ou de interesse público, como modalidade de intervenção do Estado na propriedade.
II. Toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública condicionada ao exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social.

Tais situações dizem respeito, respectivamente, a

(A) desapropriação e requisição.
(B) ocupação temporária e limitação administrativa.
(C) servidão administrativa e tombamento.

(D) requisição e ocupação temporária.
(E) limitação administrativa e tombamento.

RESPOSTA I. Art. 36, Decreto-lei n. 3.365/41. II. Sobre a modalidade, nas palavras de Nohara (*Direito administrativo*, p. 686), para executar seu poder de polícia e condicionar o uso do direito de propriedade, o Poder Público deve estabelecer limitações administrativas, com base na Supremacia. *Alternativa B.*

439. (Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC) Para a integral execução de uma obra viária o Estado precisa adquirir parte de um terreno desocupado que pertence a uma empresa pública estadual exploradora de atividade econômica. A empresa não conseguiu as autorizações internas necessárias para alienar onerosamente o imóvel ao Estado, de forma que este resolveu desapropriar a porção da área que lhe interessava. De acordo com a lei de desapropriações e com a Constituição Federal, a medida é

(A) inconstitucional, tendo em vista que os bens pertencentes às empresas públicas são integralmente sujeitas ao regime de direito público, sendo, portanto, inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.
(B) ilegal, na medida em que a desapropriação acabaria por ensejar a expropriação de parte do capital social da empresa.
(C) ilegal, na medida em que a lei de desapropriações proíbe os entes federados de expropriarem bens pertencentes a outros entes públicos.
(D) legal, tendo em vista que o bem está sujeito a regime jurídico de direito privado porque pertencente a empresa pública exploradora de atividade econômica, cujos bens não são alcançados pela limitação imposta pela lei de desapropriações.
(E) constitucional, uma vez que, embora os bens das empresas públicas estejam sempre sujeitos ao regime jurídico de direito público, trata-se de terreno desocupado, mas cuja afetação será mantida após a desapropriação.

RESPOSTA Art. 41, parágrafo único, art. 98 e art. 99, parágrafo único, CC. Art. 37, XIX, e art. 173, § 1º, CF. Art. 2º, §§ 2º e 3º, Decreto-lei n. 3.365/41. *Alternativa D.*

440. (Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC) A desapropriação indireta

(A) pode ser obstada por meio de ação possessória.
(B) não impede a reivindicação do bem, ainda que já incorporado ao patrimônio público.
(C) incide diretamente sobre um bem, impondo-lhe limitações que impedem total ou parcialmente o exercício dos poderes inerentes ao domínio.
(D) gera direito à indenização; todavia, não há direito à percepção de juros compensatórios.
(E) processa-se com observância do procedimento legal, ou seja, observa os requisitos da declaração − de utilidade pública ou interesse social −, e da indenização prévia.

RESPOSTA Nas palavras de Venosa (*Direito civil:* direitos reais, p. 274), “no curso da atividade de ocupação, incumbiria ao proprietário (...) valer-se dos meios protetivos do ordenamento, a começar pelos remédios possessórios”, entre eles a ação possessória. *Alternativa A.*

441. (Analista – TRT-7 – 2009 – FCC) Sobre as modalidades de intervenção do Estado na propriedade, é correto afirmar que

(A) a ocupação provisória caracteriza-se como a utilização temporária que o Estado faz de bem improdutivo ou produtivo exclusivamente para instalação de canteiro de obra de grande porte, sem direito a indenização do proprietário.

(B) a requisição insere-se no poder discricionário da Administração e pode ser adotada em quaisquer circunstâncias, a critério do agente público competente.

(C) a limitação administrativa é medida concreta, restrita a determinada propriedade e é sempre indenizável.

(D) a servidão administrativa tem natureza de direito real e só é indenizável se causar dano ou prejuízo.

(E) o tombamento é medida sempre compulsória e definitiva.

RESPOSTA Conforme Nohara (*Direito administrativo*, p. 688), "os elementos comuns da servidão são: natureza de direito real sobre coisa alheia, a situação de sujeição de uma coisa serviente em relação à coisa dominante ou a uma pessoa (...) em geral não cabe indenização". *Alternativa D.*

442. **(Assistente – MP-RS – 2008 – FCC)** Considerando as limitações ao direito de propriedade, considere:

I. Utilização coativa de bens e serviços particulares pelo Poder Público por ato de execução imediata e direta da autoridade, com indenização posterior, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.

II. Utilização transitória, remunerada ou gratuita, de bens particulares pelo Poder Público, para a execução de obras, serviços ou atividades públicas de interesse público.

Estes conceitos referem-se, respectivamente, a

(A) desapropriação e servidão.

(B) requisição e ocupação temporária.

(C) ocupação temporária e desapropriação.

(D) tombamento e desapropriação indireta.

(E) requisição e servidão.

RESPOSTA I. Art. 5º, XXV, CF. II. Art. 36, Decreto-lei n. 3.365/41. *Alternativa B*.

443. **(Delegado – PC-MA – 2006 – FCC)** O Governo do Estado do Maranhão, conforme disposto na Lei 8.987/95, delegou a um particular a execução de um serviço público que, entretanto, foi retomada pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivos de interesse público e mediante lei autorizativa específica. Nesse caso, a extinção da concessão configura a

(A) reintegração de serviço público, tendo o concessionário direito ao prévio pagamento de indenização.

(B) caducidade, situação esta que desonera o concedente do ressarcimento de prejuízos sofridos pelo particular ante a supremacia do interesse público.

(C) encampação, hipótese em que o particular fará jus ao prévio ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados.

(D) rescisão, situação em que não resulta para o contratante qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos da concessionária.

(E) reversão, hipótese em que o concessionário terá direito ao ressarcimento de quaisquer prejuízos suportados.

RESPOSTA O caso em tela descreve a figura da encampação. Art. 37, Lei n. 8.987/95. *Alternativa C.*

444. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** Sobre a atuação do Estado no domínio econômico, é INCORRETO afirmar:

(A) Consta da Constituição Federal o elenco de situações que autorizam o exercício da atividade econômica pelo Estado.
(B) O Estado pode intervir na área econômica para reprimir o abuso do poder econômico, como nas hipóteses de cartéis e trustes.
(C) O Estado pode explorar diretamente atividade econômica quando necessário à segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
(D) A Constituição Federal não admite hipótese de monopólio estatal.
(E) O controle de abastecimento e o tabelamento de preços são modalidades de intervenção do Estado no domínio econômico.

RESPOSTA Art. 173, *caput*, § 4º, e art. 177, I a V, CF. *Alternativa D.*

IX. Responsabilidade Civil do Estado

445. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** De acordo com a Constituição Federal brasileira, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Isso significa que a responsabilidade extracontratual do Estado

(A) independe da comprovação de dolo ou culpa do agente, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre a ação do agente público e o dano e a ausência de condições excludentes.
(B) depende da comprovação do dolo ou culpa do agente público, caracterizadora da falha na prestação do serviço público.
(C) independe da comprovação de dolo ou culpa do agente, o qual responde pelos danos causados perante os terceiros, podendo exercer direito de regresso em face da Administração na hipótese de causas excludentes da ilicitude da sua conduta.
(D) é de natureza objetiva, sendo afastada quando comprovada a culpa ou dolo exclusivo do agente que, em tal hipótese, responde diretamente perante o particular.
(E) é de natureza subjetiva, condicionada à comprovação de culpa exclusiva do agente público.

RESPOSTA A teoria da imputação objetiva não se debruça sobre a ocorrência de dolo ou culpa, bastando o dano e o liame que liga este ao Estado, observadas as excludentes. Art. 37, § 6º, CF. *Alternativa A.*

446. **(Técnico – ALESP – 2010 – FCC)** A regra da responsabilidade objetiva do Estado exige, segundo a previsão constitucional correspondente, que o dano seja causado por agente público que atue nessa qualidade, sendo considerados agentes públicos

(A) os servidores públicos, os agentes políticos e os particulares que atuam em colaboração com o poder público.
(B) apenas aqueles que atuam investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação.
(C) apenas aqueles que possuem vínculo estatutário com a Administração pública.
(D) apenas aqueles detentores de mandato eletivo.
(E) apenas aqueles com vínculo laboral com a Administração, celetista ou estatutário, e os detentores de mandato eletivo.

RESPOSTA (A) Incorreta. Os agentes honoríficos não estão no conceito do art. 37, § 6º, CF. (B) Incorreta. Também os empregados públicos celetistas. (C) Incorreta. Art. 37, § 6º, CF. (D) Incorreta. Art. 37, § 6º, CF. (E) Correta. Art. 37, § 6º, CF. *Alternativa E.*

447. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** A Administração Pública exonerou *ad nutum* Carlos, sob a alegação de falta de verba. Se, a seguir, nomear outro funcionário para a mesma vaga, o ato de exoneração será

(A) legal, pois praticado sem vício, e regular porque o cargo estava vago.

(B) legal, por se tratar de ato discricionário, pautado por razões de conveniência e oportunidade da Administração.

(C) ilegal por vício quanto ao motivo.

(D) legal, pois detém mero vício de objeto, o qual nem sempre acarreta sua invalidação.

(E) ilegal por vício de finalidade.

RESPOSTA Ilegal, eis que o motivo antes alegado não se coaduna com a nomeação posterior de servidor para a mesma vaga, já que descaracteriza a exoneração *ad nutum* por falta de verba. *Alternativa C.*

448. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Durante dia de visitas em uma penitenciária estadual foi deflagrada uma rebelião dos detentos que culminou com a morte de dois familiares de presos envolvidos no motim. No que concerne à responsabilidade disciplinada pelo artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal, pode-se afirmar que o Estado, em relação aos familiares das vítimas,

(A) deve ser responsabilizado civilmente, sob a modalidade subjetiva, se vier a ser demonstrada ação ou omissão culposa de seus agentes na condução das ações para contenção da rebelião.

(B) deve ser responsabilizado civilmente, sob a modalidade objetiva, sendo desnecessária a comprovação de culpa por parte de seus agentes, embora não seja dispensável a demonstração do nexo de causalidade.

(C) não deve ser responsabilizado civilmente, conforme expressa disposição constitucional, uma vez que os danos foram causados por ato de terceiros, não por agentes estatais.

(D) não deve ser responsabilizado civilmente, uma vez que os danos foram decorrentes de caso fortuito.

(E) deve ser responsabilizado civilmente, sob a modalidade objetiva, se vier a ser demonstrada ação ou omissão culposa de seus agentes na condução das ações para a contenção da rebelião.

RESPOSTA Existência de precedente do TJ/RS pela responsabilização (Apelação Cível n. 70.044.030.427). O STF reconheceu a repercussão geral do tema (ARE 638.467). A banca entendeu pela aplicação do art. 37, § 6º, CF. *Alternativa B.*

449. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** Determinada empresa privada, concessionária de serviço público, está sendo acionada por usuários que pleiteiam indenização por prejuízos comprovadamente sofridos em razão de falha na prestação dos serviços. A propósito da pretensão dos usuários, é correto concluir que

(A) depende de comprovação de dolo ou culpa do agente, eis que as permissionárias e concessionárias de serviço público não estão sujeitas à responsabilização objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço público.

(B) atinge a empresa concessionária, independentemente de comprovação de dolo ou culpa, porém é afastada quando não comprovado o nexo de causalidade, bem como quando comprovada culpa exclusiva da vítima.

(C) atinge apenas o concedente do serviço, o qual possui responsabilidade extracontratual de natureza objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço concedido.

(D) atinge a concessionária apenas se comprovada conduta dolosa ou culposa, a qual, uma vez

condenada, possui o direito de regresso em face do poder concedente.

(E) atinge apenas o concedente do serviço, que somente será condenado em caso de comprovação de dolo ou culpa da empresa concessionária e terá contra a mesma o correspondente direito de regresso.

RESPOSTA Atinge a concessionária, pois em que pese pessoa jurídica de direito privado, é prestadora de serviço público, e, nessas condições, resta inclusa na responsabilização advinda do art. 37, § 6º, CF, observadas as causas excludentes. *Alternativa B.*

450. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** Durante uma perseguição a suspeitos, uma viatura policial estadual avançou o sinal vermelho e colidiu com outro veículo, particular, causando danos de grande monta e também lesões corporais nos integrantes do veículo. Nessa hipótese, com base na Constituição Federal e com as informações constantes deste preâmbulo, o Estado

(A) responde apenas subjetivamente, desde que haja culpa do agente público, uma vez que este estava no regular desempenho de sua função.

(B) responde subjetivamente pelos danos sofridos pelos particulares, desde que reste comprovada negligência do condutor da viatura.

(C) responde objetivamente pelos danos sofridos pelos particulares, cabendo direito de regresso contra o condutor da viatura na hipótese de ser comprovada culpa ou dolo.

(D) responde subjetivamente, caso seja demonstrado o nexo de causalidade, e o servidor responde objetivamente pelos danos causados.

(E) e o servidor respondem objetivamente, uma vez que avançar sinal vermelho significa negligência de natureza gravíssima.

RESPOSTA (A) Incorreto. Art. 37, § 6º, CF. (B) Incorreto. Objetiva. A culpa será verificada apenas para via de regresso. Art. 37, § 6º, CF. (C) Correto. Art. 37, § 6º, CF. (D) Incorreto. Art. 37, § 6º, CF. (E) Não serão acionados em litisconsórcio. Art. 37, § 6º, CF. *Alternativa E.*

451. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** Tendo ocorrido uma enchente causada por chuvas, com danos a moradores locais, foi comprovado que os serviços prestados pela Administração municipal foram ineficientes, além do que os bueiros de escoamento das águas estavam entupidos e sujos, principalmente pelo depósito acumulado de terra e argila. Nesse caso, a Administração

(A) não será responsável porque o fato não ocorreu pela conduta de seus agentes.

(B) deverá indenizar os moradores por força da responsabilidade objetiva.

(C) responderá pelos danos causados face à responsabilidade subjetiva.

(D) não será responsável face à culpa exclusiva dos moradores por eventual depósito de lixo no local.

(E) responderá pelos danos causados por culpa objetiva concorrente.

RESPOSTA Tratando-se de ato omissivo do poder público, a responsabilidade civil por tal ato é subjetiva com base na teoria da *faute du service*. Ver RE 369.820, STF. *Alternativa C.*

452. **(Analista – TRE-PB – 2007 – FCC)** Sobre a responsabilidade civil do Estado e reparação do dano, considere

I. Não cabe a responsabilização do Estado quando o agente público causador do dano estiver agindo na condição de um simples particular, isto é, sem estar exercendo as suas atribuições.

II. No Brasil, a responsabilidade do Estado é objetiva, o que implica a indenização de qualquer prejuízo causado a terceiros, ainda que não tenha sido o responsável, impedindo, assim, que se alegue excludentes de responsabilidade.

III. De acordo com a Constituição Federal, a responsabilidade civil do Estado pode recair sobre as pessoas de Direito Público e de Direito Privado que prestam serviços públicos.

IV. Definida a responsabilidade do Estado e, uma vez indenizado o terceiro prejudicado, segundo a teoria da responsabilidade objetiva, não cabe direito de regresso em face do agente público causador do dano.

V. A responsabilidade para a Administração Pública não depende da culpa, enquanto que, para o agente público causador direto do dano, relevante é a comprovação da culpa ou do dolo para que ele possa ser responsabilizado.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I e II.
(B) III e IV.
(C) II, III e IV.
(D) II, IV e V.
(E) I, III e V.

RESPOSTA I. Correto. Afasta-se o art. 37, § 6º, CF. II. Incorreto. Aplicam-se as excludentes. III. Correto. Art. 37, § 6º, CF. IV. Incorreto. Art. 37, § 6º, parte final, CF. V. Correto. A análise da culpa será levada a foco quando da via de regresso. *Alternativa E.*

453. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e a das pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos por danos decorrentes da execução do serviço são, respectivamente,

(A) subjetiva e subjetiva.
(B) inexistente e objetiva.
(C) objetiva e subjetiva.
(D) inexistente e subjetiva.
(E) objetiva e objetiva.

RESPOSTA Aplica-se o art. 37, § 6º, CF, na literalidade do seu texto. *Alternativa E.*

454. **(Analista – TRE-AC – 2010 – FCC)** Com relação à responsabilidade civil do Estado, a ação regressiva é uma

(A) medida de natureza administrativa de que dispõe a Administração para obrigar o agente, *manu militari*, a ressarcir o valor da indenização que pagou a terceiros em decorrência de conduta daquele.
(B) medida administrativa que o lesado tem contra o agente público causador do dano.
(C) ação judicial que o agente público tem contra a vítima de dano se não agiu com culpa.
(D) ação judicial que o lesado tem contra o agente público causador do dano para buscar indenização.
(E) ação judicial de natureza civil que a Administração tem contra o agente público ou o particular prestador de serviços públicos causador do dano a terceiros.

RESPOSTA Art. 37, §§ 5º e 6º, CF. *Alternativa E.*

455. **(Juiz – TRT-11 – 2012 – FCC)** Segundo tendência jurisprudencial mais recente no Supremo Tribunal Federal, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é

(A) subjetiva relativamente a terceiros usuários, e objetiva em relação a não usuários do serviço.

(B) objetiva relativamente a terceiros usuários, e subjetiva em relação a não usuários do serviço.
(C) objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço.
(D) objetiva relativamente a terceiros usuários, e não existe em relação a não usuários do serviço.
(E) subjetiva relativamente a terceiros usuários, e não existe em relação a não usuários do serviço.

RESPOSTA Precedente do STF no sentido da aplicação da teoria da responsabilidade objetiva para danos causados a usuários e também a terceiros não usuários (RE 591.874/MS). *Alternativa C.*

456. (Procurador – TCE-RO – 2010 – FCC) O Estado responde objetivamente pelos danos causados a terceiros por seus agentes. Isto significa

(A) afirmar que responde sempre que verificada a ocorrência de danos, prescindindo da demonstração de nexo causal ou de culpa do servidor.
(B) dizer que se considera presumida a culpa do agente público envolvido, passível de demonstração, no entanto, da ocorrência de pelo menos uma das excludentes de responsabilidade, como culpa exclusiva da vítima.
(C) dizer que mesmo nos casos de excludentes de responsabilidade o Estado responde integralmente pelos danos materiais potenciais.
(D) afirmar que a responsabilização do Estado não depende da demonstração da conduta culposa ou de nexo causal, mesmo em casos de ato lícito.
(E) dizer que o Estado responde sempre e por qualquer ato de seus agentes, sejam atos comissivos lícitos ou ilícitos.

RESPOSTA Conforme Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 285), *o direito positivo brasileiro, com as exceções acima mencionadas, adota a responsabilidade objetiva na variação da teoria do risco administrativo*. Tal reconhece excludentes de responsabilidade. *Alternativa B.*

457. (Delegado – PC-MA – 2006 – FCC) Hélio, agente de polícia em perseguição a um suposto criminoso, ao perder o controle da viatura que conduzia, colidiu com veículo pertencente a determinado particular, que poderá pleitear indenização do Estado pelos danos eventualmente sofridos

(A) se comprovar o nexo de causalidade entre a culpa do agente e o evento danoso, dentro do prazo prescricional de 10 (dez) anos.
(B) com base na responsabilidade objetiva, sob a modalidade do risco administrativo.
(C) com fundamento na responsabilidade subjetiva, sob a modalidade do risco integral.
(D) se demonstrar, exclusivamente perante a esfera judicial, que o Poder Público foi negligente e a ação do policial dolosa.
(E) desde que comprove administrativamente a ilegalidade da ação praticada pelo agente policial, ante a presunção *iuris et de iure* de culpa.

RESPOSTA Por se tratar de agente público, atuando em função do Estado, o deferimento de eventual pedido de indenização terá por base a Responsabilidade Objetiva, sob a modalidade do risco administrativo, aplicando-se o art. 37, § 6º, CF. *Alternativa B.*

458. (Analista – TRF-1 – 2011 – FCC) No início do ano, é comum a ocorrência de fortes tempestades, que, conforme têm mostrado os noticiários, estão causando consequências avassaladoras em diversas regiões do país. Quando chuvas dessa natureza provocarem enchentes na cidade, inundando casas e destruindo objetos, o Estado

(A) responderá, por se tratar de exemplo em que se aplica a responsabilidade objetiva do Estado.
(B) responderá se, aliado ao fato narrado, ocorreu omissão do Poder Público na realização de

determinado serviço.

(C) jamais responderá, por se tratar de hipótese de força maior, causa excludente da responsabilidade estatal.

(D) jamais responderá, por se tratar de hipótese de caso fortuito.

(E) responderá, com fundamento na teoria do risco integral.

RESPOSTA Responderá com base em sua omissão. Ver STF, RE 179.147. *Alternativa B*.

X. Princípios e Poderes da Administração

459. (Analista – TRE-AL – 2010 – FCC) Quando se afirma que o particular pode fazer tudo o que a lei não proíbe e que a Administração só pode fazer o que a lei determina ou autoriza, estamos diante do princípio da

(A) legalidade.

(B) obrigatoriedade.

(C) moralidade.

(D) proporcionalidade.

(E) contradição.

RESPOSTA Nas palavras de Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, p. 89), "enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza". *Alternativa A.*

460. (Analista – TRE-AL – 2010 – FCC) A imposição de que o administrador e os agentes públicos tenham sua atuação pautada pela celeridade, perfeição técnica e economicidade traduz o dever de

(A) agir.

(B) moralidade.

(C) prestação de contas.

(D) eficiência.

(E) obediência.

RESPOSTA Sobre o princípio da eficiência, nas palavras de Maffini (*Direito administrativo*, p. 47), "é princípio que impõe sejam as condutas administrativas orientadas a resultados satisfatórios, significando, assim, um primado de qualidade da ação da Administração". *Alternativa D*.

461. (Analista – TRT-6 – 2012 – FCC) A interdição de estabelecimento comercial privado por autoridade administrativa constitui exemplo do exercício do poder

(A) disciplinar.

(B) regulamentar.

(C) normativo.

(D) hierárquico.

(E) de polícia.

RESPOSTA Acerca do Poder de Polícia, a lição de Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, p. 144), "as sanções do poder de polícia, como elemento de coação e intimidação, principiam com a multa e se escalonam em penalidades mais graves como a interdição de atividade". *Alternativa E.*

462. (Analista – TRE-PB – 2007 – FCC) No que tange ao poder de polícia, é INCORRETO afirmar que a

(A) sua finalidade só deve atender ao interesse público, sendo injustificável o seu exercício para beneficiar ou prejudicar pessoa determinada.

(B) Administração Pública exerce tal poder, dentre outras formas, por meio de atos administrativos com características preventivas, com o fim de adequar o comportamento individual à lei, como ocorre na autorização.

(C) Administração Pública exerce tal poder, dentre outras formas, por meio de atos administrativos com características repressivas, com o fim de coagir o infrator a cumprir a lei, como ocorre na interdição de um estabelecimento.

(D) discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade são considerados atributos do poder de polícia.

(E) Administração Pública sempre atuará com discricionariedade, pois ao limitar o exercício dos direitos individuais, poderá decidir qual o melhor momento para agir.

RESPOSTA "É preciso fazer referência a casos excepcionais em que manifestações decorrentes do poder de polícia adquirem natureza vinculada. O melhor exemplo é o da licença (...) tradicionalmente relacionado com o poder de polícia". (MAZZA, *Manual de direito administrativo*, p. 258). *Alternativa E.*

463. **(Analista – TJ-PA – 2009 – FCC)** No exercício do poder de polícia,

(A) a Administração pode ditar e executar medidas restritivas do direito individual em benefício do bem-estar da coletividade e da preservação do próprio Estado.

(B) os atos praticados pela Administração, por serem discricionários, não podem ser objeto de contestação no Poder Judiciário.

(C) a Administração não pode demolir construção ilegal nem pode inutilizar gêneros alimentícios.

(D) o ato praticado pelo agente da Administração não se sujeita às condições de validade dos demais atos administrativos.

(E) quando se tratar de ação preventiva, a aplicação da sanção dispensa o devido processo e a ampla defesa do autuado.

RESPOSTA (A) Art. 78, CTN. (B) Presunção *juris tantum*. (C) Ambos são atos típicos de Poder de Polícia (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, 2009, p. 144). (D) É atividade baseada na lei, portanto se sujeita às condições (MAZZA, *Manual de direito administrativo*, p. 256). (E) Art. 5º, LV, CF. *Alternativa A.*

464. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** Analise as seguintes assertivas acerca dos princípios básicos da Administração Pública:

I. O princípio da eficiência, introduzido pela Emenda Constitucional n. 19/1998, é o mais moderno princípio da função administrativa e exige resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

II. Todo ato administrativo deve ser publicado, só se admitindo sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais, ou interesse superior da Administração a ser preservado em processo previamente declarado sigiloso.

III. Quanto ao princípio da motivação, não se admite a chamada motivação *aliunde*, consistente em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.

IV. A publicidade é elemento formativo do ato administrativo, ou seja, sua divulgação oficial para conhecimento público é requisito imprescindível à própria formação do ato e consequente produção de efeitos jurídicos.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I, II e IV.
(B) I e II.
(C) I e IV.
(D) II e III.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA I. Correto (MAFFINI, *Direito administrativo*, p. 47). II. Correto. Art. 5º, X e XXXIII, CF, e art. 2º, Lei n. 11.111/2005. III. Incorreto. Art. 50, § 1º, Lei n. 9.784/99. IV. Incorreto. A banca adotou a corrente majoritária de Hely Lopes Meirelles para publicidade dos atos. *Alternativa B.*

465. (Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC) Em relação aos poderes da Administração Pública, é correto afirmar que o poder

(A) normativo é decorrência do poder vinculado da Administração, na medida em que só admite a prática de atos expressamente previstos em lei.
(B) normativo é reflexo do poder discricionário nos casos em que é dado à Administração Pública o poder de substituir a lei em determinada matéria.
(C) disciplinar é decorrente do poder de polícia administrativo, na medida em que admite a aplicação de sanções a todos os particulares.
(D) disciplinar, no que diz respeito aos servidores públicos, é decorrente do poder hierárquico, na medida em que se traduz no poder da Administração de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos sujeitos à sua disciplina.
(E) regulamentar, quando decorrente do poder hierárquico, é discricionário, porque não encontra estabelecidos em lei as hipóteses taxativas de sua incidência.

RESPOSTA A questão realiza análise do imbricamento dos Poderes. Nesse sentido, pode-se dizer que o Poder Disciplinar, quanto aos servidores, decorre da faceta hierárquica, eis que Poder de aplicação interna, pela autoridade competente, após regular processo. *Alternativa D.*

466. (Analista – TRF-4 – 2007 – FCC) Os princípios da Administração Pública estabelecidos expressamente na Constituição Federal são

(A) eficiência, razoabilidade, objetividade, indisponibilidade e finalidade.
(B) capacidade, pessoalidade, razoabilidade, finalidade e publicidade.
(C) moralidade, eficiência, razoabilidade, autotutela e disponibilidade.
(D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
(E) impessoalidade, capacidade, eficiência, autotutela e finalidade.

RESPOSTA Os princípios constitucionais explícitos norteadores da Administração Pública estão positivados no art. 37, *caput*, CF. *Alternativa D.*

467. (Analista – TRT-7 – 2009 – FCC) Sobre os princípios básicos da Administração Pública, é correto afirmar que

(A) o princípio da supremacia do interesse público não precisa estar presente no momento da elaboração da lei, mas apenas quando da sua aplicação em concreto.
(B) os princípios da ampla defesa e do contraditório devem ser observados tanto nos processos administrativos punitivos como nos não punitivos.
(C) o princípio da motivação é exigível apenas nos atos discricionários.
(D) o princípio da eficiência sobrepõe-se a todos os demais princípios da Administração.
(E) a aplicação retroativa de nova interpretação desfavorável aos interesses do particular encontra

respaldo no princípio da segurança jurídica.

RESPOSTA Art. 5º, LV, CF. *Alternativa B.*

468. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** O poder de polícia

(A) possui, como meio de atuação, apenas medidas de caráter repressivo.
(B) delegado é limitado aos termos da delegação e se caracteriza por atos de execução.
(C) é sempre discricionário.
(D) não é inerente a toda Administração, não estando presente, por exemplo, na esfera administrativa dos Municípios.
(E) não tem como um de seus limites a necessidade de observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

RESPOSTA (A) Repressivo e Preventivo. Ex.: Proibição de pesca em lagos. (B) Correto (MAZZA, *Manual de direito administrativo*, p. 259). (C) Poderá ser vinculado. Ex.: Licença. (D) É inerente a todas as entidades políticas. (E) São, estes, princípios limitadores do Poder de Polícia. *Alternativa B.*

469. **(Analista – TRE-AC – 2010 – FCC)** Sobre os poderes administrativos, considere:

I. Poder que a lei confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.
II. Poder que o Direito concede à Administração Pública, de modo implícito ou explícito, para a prática de atos administrativos com liberdade de escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.
III. Faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo de explicar a lei para a sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei.

Os conceitos acima se referem, respectivamente, aos poderes

(A) subordinado, discricionário e hierárquico.
(B) discricionário, arbitrário e disciplinar.
(C) vinculado, disciplinar e de polícia.
(D) hierárquico, de polícia e regulamentar.
(E) vinculado, discricionário e regulamentar.

RESPOSTA I. Poder vinculado (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 121). II. Poder discricionário (MEIRELLES, *ibidem*, p. 122). III. Poder regulamentar (MEIRELLES, *ibidem*, p. 131). *Alternativa E.*

470. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** NÃO constitui característica do poder hierárquico:

(A) delegar atribuições que não lhe sejam privativas.
(B) dar ordens aos subordinados, que implica o dever de obediência, para estes últimos, salvo para as ordens manifestamente ilegais.
(C) controlar a atividade dos órgãos inferiores, tendo o poder de anular e de revogar atos administrativos.
(D) avocar atribuições, desde que estas não sejam da competência exclusiva do órgão subordinado.
(E) editar atos normativos que poderão ser de efeitos internos e externos.

RESPOSTA A *alternativa E* apresenta hipótese de realização do poder regulamentar. *Alternativa E*.

471. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** A Administração Pública, no exercício de seu poder de polícia, aplicou multa a munícipe por infração ao ordenamento jurídico. Não ocorrendo o

pagamento espontaneamente pelo administrado, a Administração decide praticar imediatamente e, de forma direta, atos de execução, objetivando o recebimento do valor. A conduta da Administração Pública

(A) está correta, tendo em vista o atributo da coercibilidade presente nos atos de polícia administrativa.
(B) não está correta, tendo em vista que nem todas as medidas de polícia administrativa têm a característica da autoexecutoriedade.
(C) está correta, tendo em vista o atributo da imperatividade existente nos atos de polícia administrativa.
(D) não está correta, tendo em vista que os atos de polícia administrativa são vinculados e, portanto, inexiste discricionariedade na atuação da Administração Pública.
(E) está correta, tendo em vista a prerrogativa da Administração de praticar os atos de polícia administrativa e colocá-los em imediata execução, sem dependência à manifestação judicial.

RESPOSTA A negativa do cidadão em pagar a multa na via administrativa fará com que a Administração recorra à via judiciária para dar exequibilidade ao ato, excepcionando a via da autoexecutoriedade. *Alternativa B.*

472. (Analista – TRE-PE – 2011 – FCC) No que concerne às fontes do Direito Administrativo, é correto afirmar que:

(A) o costume não é considerado fonte do Direito Administrativo.
(B) uma das características da jurisprudência é o seu universalismo, ou seja, enquanto a doutrina tende a nacionalizar-se, a jurisprudência tende a universalizar-se.
(C) embora não influa na elaboração das leis, a doutrina exerce papel fundamental apenas nas decisões contenciosas, ordenando, assim, o próprio Direito Administrativo.
(D) tanto a Constituição Federal como a lei em sentido estrito constituem fontes primárias do Direito Administrativo.
(E) tendo em vista a relevância jurídica da jurisprudência, ela sempre obriga a Administração Pública.

RESPOSTA (A) São fontes secundárias (MAZZA, *Manual de direito administrativo*, p. 49). (B) Reiteradas decisões dos Tribunais Pátrios. (C) Também nas de viés administrativo. (D) Correto. São fontes primárias (MAZZA, *ibidem*, p. 48). (E) Apenas quando se tratar de Súmula Vinculante do STF. *Alternativa D.*

473. (Analista – TST – 2012 – FCC) Exemplifica adequadamente o exercício de poder disciplinar por agente da administração a

(A) interdição de restaurante por razão de saúde pública.
(B) prisão de criminoso efetuada por policial, mediante o devido mandado judicial.
(C) aplicação de penalidade administrativa a servidor público que descumpre seus deveres funcionais.
(D) aplicação de multa de trânsito.
(E) emissão de ordem a ser cumprida pelos agentes subordinados.

RESPOSTA (A) Poder de polícia. Art. 78, CTN. (B) Poder de polícia judicial. (C) Poder disciplinar. Seus efeitos são internos, a partir da instauração de Processo Administrativo Disciplinar ou de Sindicância. (D) Poder de polícia. Art. 78, CTN. (E) Poder hierárquico. *Alternativa C.*

474. (Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC) Sobre os princípios orientadores da administração pública é INCORRETO afirmar:

(A) A administração pública não pode criar obrigações ou reconhecer direitos que não estejam determinados ou autorizados em lei.

(B) A conduta administrativa com motivação estranha ao interesse público caracteriza desvio de finalidade ou desvio de poder.

(C) A oportunidade e a conveniência são delimitadas por razoabilidade e proporcionalidade tanto na discricionariedade quanto na atividade vinculada da administração pública.

(D) Além de requisito de eficácia dos atos administrativos, a publicidade propicia o controle da administração pública pelos administrados.

(E) O princípio da eficiência tem sede constitucional e se reporta ao desempenho da administração pública.

RESPOSTA (A) Art. 37, *caput*, CF. (B) Art. 2º, parágrafo único, *e*, Lei n. 4.717/65. (C) Incorreto. Inexiste oportunidade e conveniência no ato vinculado, pois inexiste escolha. (D) Art. 2º, parágrafo único, V, Lei n. 9.784/99, c/c art. 5º, XXXIII, CF. (E) Art. 37, *caput*, CF. *Alternativa C.*

475. (Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC) Com relação aos princípios constitucionais da Administração Pública, está em conformidade com a

(A) moralidade o ato administrativo praticado por agente público em favorecimento próprio, desde que revestido de legalidade.

(B) eficiência a prestação de serviço público que satisfaça em parte às necessidades dos administrados, desde que realizados com rapidez e prontidão.

(C) publicidade o sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado ou o indispensável à defesa da intimidade.

(D) impessoalidade a violação da ordem cronológica dos precatórios para o pagamento dos créditos de natureza comum.

(E) legalidade a inobservância a quaisquer atos normativos que não sejam lei em sentido estrito e provindos de autoridades administrativas.

RESPOSTA Art. 5º, X e XXXIII, CF, e art. 2º, Lei n. 11.111/2005. *Alternativa C.*

476. (Assistente – MP-RS – 2008 – FCC) Sobre os poderes da Administração, considere:

I. Faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo de explicitar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada em lei.

II. Poder de que dispõe o Executivo de distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores de seu quadro de pessoal.

Estes conceitos referem-se, respectivamente, aos poderes

(A) regulamentar e hierárquico.

(B) normativo e disciplinar.

(C) disciplinar e discricionário.

(D) de polícia e hierárquico.

(E) hierárquico e normativo.

RESPOSTA I. Poder regulamentar (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 129). II. Poder hierárquico (MEIRELLES, *ibidem*, p. 123). *Alternativa A.*

477. (Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC) Na relação dos princípios expressos no artigo 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, NÃO consta o princípio da

(A) moralidade.

(B) eficiência.
(C) probidade.
(D) legalidade.
(E) impessoalidade.

RESPOSTA Os cinco princípios constitucionais explicitados no art. 37, *caput*, CF, são: legalidade; impessoalidade; moralidade; publicidade; e eficiência. *Alternativa C.*

478. **(Delegado – PC-MA – 2006 – FCC)** Com relação aos Poderes Administrativos, considere:

I. O poder de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro pessoal.
II. A atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

As proposições acima correspondem, respectivamente, aos poderes

(A) regulamentar e de polícia.
(B) disciplinar e regulamentar.
(C) hierárquico e de polícia.
(D) hierárquico e disciplinar.
(E) polícia e regulamentar.

RESPOSTA I. Trata-se do poder hierárquico. Arts. 2º e 3º, Decreto-lei n. 200/67. II. O item descreve o conceito de poder de polícia. Art. 78, CTN. *Alternativa C.*

479. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Constitui exemplo do poder disciplinar da Administração pública

(A) a imposição de restrições a atividades dos cidadãos, nos limites estabelecidos pela lei.
(B) a imposição de sanção a particulares que contratam com a Administração.
(C) a edição de atos normativos para ordenar a atuação de agentes e órgãos administrativos.
(D) a edição de regulamentos para a fiel execução da lei.
(E) o poder conferido às autoridades de dar ordens a seus subordinados e rever seus atos.

RESPOSTA (A) Poder de polícia administrativa. (B) Correto, eis que oriundos de relação de delegação de poder. (C) Poder regulamentar. (D) Poder regulamentar. (E) Poder hierárquico. *Alternativa B.*

480. **(Oficial – TJ-PE – 2012 – FCC)** Em matéria do poder de polícia de que dispõe a Administração Pública, considere:

I. A finalidade do poder de polícia se restringe à defesa do Estado e de sua Administração, conferindo-lhe poderes para anular liberdades públicas ou direitos dos cidadãos.
II. O poder de polícia tem atributos específicos, peculiares, e tais são a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade, mas passíveis de controle em geral.
III. No poder de polícia originário e no delegado observa-se que o primeiro é pleno no seu exercício e consectário, ao passo que o segundo é limitado nos termos da delegação e se caracteriza por atos de execução.
IV. As condições de validade do poder de polícia são diferentes das dos demais atos administrativos comuns porque limitadas à proporcionalidade da sanção e à legalidade dos meios empregados pela

Administração.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I, II e IV.

(C) I, III e IV.

(D) II e III.

(E) II, III e IV.

RESPOSTA I. Limita e disciplina direito. Art. 78, CTN. II. Correto (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 140-143). III. Correto (CARVALHO FILHO, *Manual de direito administrativo*, p. 76). IV. Deverá observar as mesmas condições dos demais atos. *Alternativa D.*

481. **(Oficial – TJ-PE – 2012 – FCC)** No que se refere aos poderes administrativo, discricionário e vinculado, é INCORRETO afirmar:

(A) Mesmo quanto aos elementos discricionários do ato administrativo há limitações impostas pelos princípios gerais de direito e pelas regras de boa administração.

(B) A discricionariedade é sempre relativa e parcial, porque, quanto à competência, à forma e à finalidade do ato, a autoridade está subordinada ao que a lei dispõe.

(C) Poder vinculado é aquele que o Direito Positivo – a Lei – confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização, mas lembrando a dificuldade de se encontrar um ato administrativo inteiramente vinculado.

(D) A atividade discricionária encontra plena justificativa na impossibilidade de o legislador catalogar na lei todos os atos que a prática administrativa exige.

(E) Na categoria dos atos administrativos vinculados, a liberdade de ação do administrador é ampla, visto que não há necessidade de se ater à enumeração minuciosa do Direito Positivo para realizá-la.

RESPOSTA Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, p. 121) ensina que "nessa categoria de atos administrativos a liberdade de ação do administrador é mínima, pois terá que se ater à enumeração minuciosa do Direito Positivo para realizá-los eficazmente". *Alternativa E.*

482. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** No ordenamento jurídico brasileiro, compete exclusivamente ao Presidente da República, no plano federal, por decreto, praticar ato

(A) decorrente do poder hierárquico, editado para fiel execução da lei.

(B) decorrente do poder normativo da Administração, contemplando a edição de restrições ao exercício de direitos e atividades de particulares.

(C) decorrente do exercício do poder de polícia, para instituir limitações de caráter geral à atuação do particular em face do interesse público.

(D) voltado à extinção de cargos vagos.

(E) voltado à organização administrativa, incluindo a criação de órgãos e cargos públicos.

RESPOSTA Art. 84, VI, *b*, CF. *Alternativa D.*

483. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Um município editou decreto determinando aos cartórios de registro de imóveis que exigissem e arquivassem cópia da última declaração de imposto de renda dos adquirentes de imóveis situados em suas circunscrições, a fim de identificar a disponibilidade de receita lícita para fazer frente ao valor da compra, sob pena de inviabilização do negócio jurídico pretendido. A medida imposta pelo Poder Público configura

(A) ato que exorbita o poder normativo, na medida em que impõe obrigação que deveria ser veiculada por meio de lei, observada a competência material.

(B) expressão de seu poder de polícia, que abrange atuação sancionatória à conduta reprovável do administrado.

(C) ato que exorbita o poder disciplinar da Administração Pública, muito embora esta possa impor obrigação aos cartórios de registros de imóveis, porque estes integram a sua estrutura.

(D) expressão de seu poder normativo, que abrange a possibilidade de edição de decreto autônomo a partir da emenda n. 32 à Constituição Federal.

(E) expressão do poder disciplinar da Administração Pública porque impôs obrigação aos cartórios de registros de imóveis, que prestam serviço público por delegação e, portanto, integram a sua estrutura.

RESPOSTA As matérias que poderão ser dispostas por decreto estão no art. 84, VI, *a* e *b*. A obrigação acessória tributária deverá ser imposta por meio de lei, observado o princípio da legalidade tributária (art. 150, CF). *Alternativa A.*

484. **(Procurador – TCE-RO – 2010 – FCC)** O poder normativo conferido à Administração Pública compreende a

(A) edição de decretos autônomos para criação e extinção de órgãos públicos, na medida em que são tradução de seu poder de auto-organização.

(B) edição de atos normativos de competência exclusiva do Chefe do Executivo, tais como, decretos regulamentares, resoluções, portarias, deliberações e instruções.

(C) promulgação de atos normativos originários e derivados, sendo os primeiros os regulamentos executivos e os segundos, os regulamentos autônomos.

(D) promulgação de atos legislativos de efeitos concretos, desde que se refiram a objeto passível de ser disposto por meio de decreto regulamentar.

(E) edição de decretos autônomos, restringindo-se estes às hipóteses decorrentes de exercício de competência própria, outorgada diretamente pela Constituição.

RESPOSTA "É um poder inerente e privativo do Chefe do Executivo (CF, art. 84, IV), e, por isso mesmo, indelegável a qualquer subordinado" (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 129). Art. 84, VI, CF. *Alternativa E.*

485. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** É exemplo de ato administrativo praticado pela Administração Pública Municipal no exercício de seu poder de polícia preventivo:

(A) imposição de multa pela não apresentação de livros fiscais tempestivamente.

(B) autorização para circulação excepcional de veículo durante o horário de rodízio.

(C) declaração de utilidade pública ou de interesse social para fins de desapropriação.

(D) interdição de estabelecimento comercial em funcionamento irregular.

(E) apreensão de mercadorias comercializadas em bancas de comércio clandestino.

RESPOSTA A autorização para circulação de veículos é ato de polícia preventivo que visa permitir o acesso democrático às vias pela diversidade de condutores. Descumprida, gera a sanção (ato repressivo). Todas as demais alternativas versam sobre atos repressivos. *Alternativa B.*

486. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** Dentre outros, são atributos ou qualidades do poder de polícia

(A) a discricionariedade e a coercibilidade.

(B) a autoexecutoriedade e a forma.

(C) a presunção de legitimidade e a competência.

(D) o motivo e a tipicidade.

(E) a forma e a finalidade.

RESPOSTA (A) Correta. (B) O primeiro é atributo. O segundo é elemento. (C) O primeiro é atributo. O segundo é elemento. (D) O primeiro é elemento. O segundo é atributo. (E) Ambos são elementos. *Alternativa A.*

487. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** A atividade da Administração consistente na limitação de direitos e atividades individuais em benefício do interesse público caracteriza o exercício do poder

(A) regulamentar, exercido mediante a edição de atos normativos para fiel execução da lei e com a prática de atos concretos, dotados de autoexecutoriedade.

(B) de polícia, exercido apenas repressivamente, em caráter vinculado e com atributos de coercibilidade e autoexecutoriedade.

(C) disciplinar, exercido com vistas à aplicação da lei ao caso concreto, dotado de coercibilidade e autoexecutoriedade.

(D) de polícia, exercido por meio de ações preventivas e repressivas dotadas de coercibilidade e autoexecutoriedade.

(E) disciplinar, consistente na avaliação de conveniência e oportunidade para aplicação das restrições legais ao caso concreto, o que corresponde à denominada autoexecutoriedade.

RESPOSTA Caracteriza o Poder de Polícia Administrativa, positivado no art. 78, CTN, e exercido via ações preventivas ou repressivas, sob o espectro dos atributos da discricionariedade, coercibilidade e autoexecutoriedade. *Alternativa D.*

488. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** De acordo com Maria Sylvia Zanella di Pietro, o poder regulamentar é uma das formas de expressão da competência normativa da Administração Pública. Referido poder regulamentar, de acordo com a Constituição Federal,

(A) é competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, que também pode editar decretos autônomos, nos casos previstos.

(B) admite apenas a edição de decretos executivos, complementares à lei.

(C) compreende a edição de decretos regulamentares autônomos sempre que houver lacuna na lei.

(D) admite a delegação da competência originária em caráter geral e definitivo.

(E) compreende a edição de decretos autônomos e regulamentares, quando houver lacuna na lei.

RESPOSTA É de competência do Chefe do Executivo e se caracteriza na expedição de decretos autônomos (art. 84, VI, CF) e regulamentares, ambos complementares à lei e produtos derivados da norma. *Alternativa A.*

489. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** Considerando que sejam atributos do poder de polícia a discricionariedade, a coercibilidade e a autoexecutoriedade, da qual são desdobramentos a exigibilidade e a executoriedade, é correto afirmar:

(A) A discricionariedade está presente em todos os atos emanados do poder de polícia.

(B) A exigibilidade compreende a necessidade de provocação judicial para adoção de medidas de polícia.

(C) A autoexecutoriedade prescinde da coercibilidade, que pode ou não estar presente nos atos de polícia.

(D) A coercibilidade traduz-se na caracterização do ato de polícia como sendo uma atividade negativa, na medida em que se presta a limitar a atuação do particular.

(E) O poder de polícia pode ser exercido por meio de atos vinculados ou de atos discricionários, neste caso quando houver certa margem de apreciação deixada pela lei.

RESPOSTA (A) Incorreto. Ex.: Licenças. (B) A provocação é para a execução do ato já realizado. Ex.: Execução de multa. (C) Imprescinde, sendo com ela protagonista. (D) Traduz-se em repressão. (E) Ex.: Alvará e limitação de pesca em rio, respectivamente. *Alternativa E.*

490. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** Os poderes administrativos estão sujeitos a certas peculiaridades. No poder de polícia destaca-se, entre outras, a

(A) autoexecutoriedade, mas sem a coercibilidade no sentido de evitar o abuso ou o excesso de poder pelo agente da Administração.

(B) natureza renunciável do referido poder de polícia, visto que a entidade que detém a competência pode demitir-se desse poder.

(C) identidade com os Poderes de Estado, porque esse poder administrativo só pode ser exercido pelo respectivo órgão político-constitucional do Governo.

(D) sua incidência sobre bens, direitos, atividades e pessoas, por não haver distinção razoável com a polícia judiciária e a manutenção da ordem pública.

(E) exclusividade do policiamento administrativo, sendo exceção a concorrência desse policiamento entre as Administrações interessadas.

RESPOSTA (A) A coercibilidade é atributo desse Poder. (B) A competência é irrenunciável. Art. 11, Lei n. 9.784/99. (C) Poderá ser exercido pelas autarquias. (D) Existe distinção. Ver art. 78, CTN. (E) Correta, pois decorre de competência prevista em lei. *Alternativa E.*

XI. Processo Administrativo

491. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** A delegação de atribuições de uma autoridade administrativa para outra

(A) é uma forma de renúncia dos poderes e atribuições do cargo.

(B) é prática vedada pelo princípio da indisponibilidade do interesse público.

(C) pode ser realizada de forma tácita.

(D) pode alcançar qualquer espécie de atribuição.

(E) é revogável a qualquer momento pela autoridade delegante.

RESPOSTA Art. 14, § 2º, Lei n. 9.784/99. *Alternativa E.*

492. **(Analista – TRF-5 – 2008 – FCC)** No tocante à comunicação dos atos, de acordo com a Lei n. 9.784/99 a intimação, no caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, deve ser efetuada por meio de

(A) via postal com aviso de recebimento.

(B) publicação oficial.

(C) telegrama.

(D) via postal simples.

(E) mandado.

RESPOSTA Art. 26, § 4º, Lei n. 9.784/99. *Alternativa B.*

493. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** No que concerne à desistência e outras formas de extinção do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar:

(A) O interessado poderá, mediante manifestação escrita, renunciar a direitos disponíveis e indisponíveis.
(B) O interessado poderá, mediante manifestação escrita ou oral, desistir total ou parcialmente do pedido formulado.
(C) A desistência do interessado, conforme o caso, prejudica o prosseguimento do processo, ainda que a Administração considere que o interesse público exija sua continuidade.
(D) O órgão competente não poderá declarar extinto o processo quando o objeto da decisão se tornar inútil por fato superveniente, devendo, nessa hipótese, levar o feito até seu término, com decisão de mérito.
(E) Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem a tenha formulado.

RESPOSTA Art. 51, § 1º, Lei n. 9.784/99. *Alternativa E.*

494. **(Analista – TRF-5 – 2008 – FCC)** No tocante à instrução do processo, de acordo com a Lei n. 9.784/99, os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com menção de data, hora e local de realização, com antecedência mínima de

(A) quinze dias úteis.
(B) cinco dias úteis.
(C) dez dias corridos.
(D) quinze dias corridos.
(E) três dias úteis.

RESPOSTA Art. 41, Lei n. 9.784/99. *Alternativa E.*

495. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** De acordo com a legislação que disciplina o processo administrativo (Lei Federal n. 9.784/99), os recursos administrativos

(A) podem ser interpostos, não apenas por aqueles que forem parte no processo, mas também por aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.
(B) podem ter como titulares de direitos e interesses apenas os que forem parte no processo e as organizações e associações de classe no tocante aos direitos individuais atingidos.
(C) tramitam, no máximo, por duas instâncias administrativas, admitindo-se a reconsideração pela autoridade prolatora da decisão, que deve se manifestar no prazo máximo de 10 dias.
(D) tramitam, no máximo, por três instâncias administrativas, não cabendo juízo de reconsideração pela autoridade prolatora da decisão.
(E) podem ser interpostos apenas em relação às razões de legalidade da decisão, vedada a discussão do mérito administrativo, e exigem o oferecimento de caução, salvo quando dispensada pela autoridade recorrida.

RESPOSTA Art. 58, II, Lei n. 9.784/99. *Alternativa A.*

496. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** No que diz respeito à forma, tempo e lugar dos atos do processo administrativo na Administração Pública Federal, é correto afirmar que, em qualquer hipótese,

(A) os atos do processo, dentre outros requisitos, devem ser produzidos por escrito, em vernáculo.
(B) os atos pertinentes ao processo dependem de forma determinada.
(C) deve-se proceder ao reconhecimento de firma nos documentos em razão de sua obrigatoriedade.
(D) os atos do órgão, dentre outros, devem ser praticados no prazo de três dias.

(E) os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, ou não, no horário normal de funcionamento das repartições.

RESPOSTA (A) Art. 22, § 1º, Lei n. 9.784/99. (B) Art. 22, *caput*, Lei do Processo. (C) Art. 22, § 2º, da lei. (D) Art. 24, da norma. (E) Art. 23, da lei. *Alternativa A.*

497. (Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC) Em relação a princípios aplicáveis ao processo administrativo é correto afirmar:

(A) Os princípios do contraditório e da ampla defesa ensejam a observância destas garantias no processo administrativo, ainda que não se exija o mesmo rigor do processo judicial.

(B) O princípio da publicidade remete à necessidade de divulgação dos atos administrativos praticados, vedadas as hipóteses de sigilo.

(C) O princípio da obediência às formas e aos procedimentos enseja o estrito cumprimento das normas que regem o processo judicial sempre que se tratar de decisão administrativa constitutiva ou extintiva de direitos.

(D) O princípio da oficialidade remete à necessidade da decisão definitiva no processo administrativo ser proferida por autoridade oficialmente designada para esta finalidade.

(E) O princípio da pluralidade de instâncias traduz-se na necessidade de instituição de instância recursal representada por comissão processante colegiada quando for apresentado recurso administrativo pelo interessado.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LV, CF, e art. 2º, Lei n. 9.784/99. (B) Art. 2º, parágrafo único, V, Lei n. 9.784/99. (C) Art. 2º, parágrafo único, IX, Lei do Processo Administrativo. (D) Está conectado à impulsão oficial. Art. 2º, parágrafo único, XII, Lei n. 9.784/99. (E) Art. 56, § 1º, e art. 57, da lei. *Alternativa A.*

498. (Analista – TRE-PI – 2009 – FCC) Com relação ao recurso administrativo, de acordo com a Lei n. 9.784/99 é correto afirmar:

(A) Em regra, a interposição de recurso administrativo depende de prévia caução.

(B) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de dez dias, o encaminhará à autoridade superior.

(C) Em regra, o recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas.

(D) Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de dez dias úteis, apresentem alegações.

(E) Em regra, o recurso administrativo possui efeito suspensivo, o que acarreta a impossibilidade da execução da sentença proferida em primeira instância.

RESPOSTA (A) Incorreto. Art. 56, § 2º, da lei. (B) Incorreto. Art. 56, § 1º, da norma. (C) Correto. Art. 57, da lei. (D) Incorreto. Art. 62, da norma. (E) Art. 61, Lei n. 9.784/99. *Alternativa C.*

499. (Promotor – MP-CE – 2011 – FCC) No que tange aos processos administrativos, a Lei n. 9.784/99

(A) não admite a recusa motivada do recebimento de documentos pela Administração.

(B) dispõe que, caso o requerente da instauração do processo venha dele desistir ou renunciar ao direito ou interesse nele veiculado, fica a Administração impedida de dar prosseguimento ao processo.

(C) impede a delegação de poderes de um órgão a outro que não lhe seja subordinado hierarquicamente.

(D) considera suspeito, para fins de atuação em processo administrativo, o agente público que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante nesse mesmo processo.
(E) considera legítima a participação de agentes públicos nos processos administrativos, na qualidade de interessados.

RESPOSTA (A) Art. 6º, parágrafo único, da lei. (B) Art. 51, § 2º, da norma. (C) Admite a delegação. Art. 12, Lei do Processo. (D) Art. 20, da lei. (E) O art. 9º, II, da lei, abre tal oportunidade. *Alternativa E.*

500. **(Analista – TRE-PI – 2009 – FCC)** De acordo com a Lei n. 9.784/99, os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o

(A) primeiro dia do mês subsequente.
(B) primeiro dia útil do mês subsequente.
(C) quinto dia útil do mês subsequente.
(D) último dia útil do mês.
(E) último dia do mês.

RESPOSTA Art. 66, § 3º, Lei n. 9.784/99. *Alternativa E.*

501. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** De acordo com a Lei, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente assim exigir.

Analise:

I. Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
II. Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.
III. A autenticação de documentos exigidos em cópia não poderá ser feita pelo órgão administrativo.
IV. O processo não necessita ter suas páginas numeradas sequencialmente ou rubricadas.
V. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

É correto o que consta APENAS em

(A) I, III e V.
(B) II e III.
(C) I, II e V.
(D) I e IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA I. Correto. Art. 22, § 1º, Lei n. 9.784/99. II. Correto. Art. 22, § 2º, da lei. III. Incorreto. Art. 22, § 3º, Lei n. 9.784/99. IV. Incorreto. Art. 22, § 4º, da norma. V. Correto. Art. 22, parágrafo único, da lei. *Alternativa C.*

502. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** Conforme art. 49 da Lei, concluída a instrução do processo administrativo, a Administração tem, para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, o prazo de até

(A) 30 dias.
(B) 45 dias.
(C) 60 dias.
(D) 90 dias.

(E) 180 dias.

RESPOSTA Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada. Art. 49, Lei n. 9.784/99. *Alternativa A*.

503. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** A Administração Pública Federal, ao conduzir determinado processo administrativo, aplica retroativamente nova interpretação acerca de norma administrativa, sob o fundamento de ser mais vantajosa ao interesse público. Nos termos da Lei n. 9.784/1999,

(A) a postura da Administração Pública é ilegal, por violar um dos critérios que devem ser observados nos processos administrativos.
(B) é possível, em qualquer hipótese, a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa.
(C) é vedada a aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa, salvo para o melhor atendimento do fim público a que se dirige.
(D) o fundamento da Administração Pública para justificar sua postura não está previsto em lei, sendo necessário o preenchimento de outro requisito legal para que possa aplicar retroativamente nova interpretação de norma administrativa.
(E) independentemente da retroatividade de nova interpretação, é vedada a interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público.

RESPOSTA Art. 2º, parágrafo único, XIII, Lei n. 9.784/99. *Alternativa A.*

504. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** Conforme expressamente previsto na Lei n. 9.784/1999, que estabelece normas sobre o processo administrativo, os seus preceitos aplicam-se

(A) apenas aos órgãos da Administração Pública Federal direta.
(B) à Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União e dos Estados.
(C) apenas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União e dos Estados.
(D) aos órgãos do Poder Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa e jurisdicional.
(E) à Administração Pública Federal e aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

RESPOSTA Art. 1º, § 1º, Lei n. 9.784/99. *Alternativa E.*

505. **(Analista – TRT-7 – 2009 – FCC)** Nos termos da Lei n. 9.784/99, quanto à competência para o processo administrativo, é INCORRETO afirmar que

(A) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
(B) não pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, dentre outros.
(C) inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
(D) o ato de delegação é irrevogável, salvo quando se tratar de decisão de recursos administrativos.
(E) será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

RESPOSTA (A) Art. 14, § 3º, Lei n. 9.784/99. (B) Art. 13, I, da norma em tela. (C) Art. 17, da lei. (D) Incorreto. Art. 14, § 2º, Lei n.

9.784/99. (E) Art. 15, da norma. *Alternativa D.*

506. **(Analista – TRT-7 – 2009 – FCC)** A Lei n. 9.784/99 estabelece quanto ao recurso administrativo e à revisão, dentre outras hipóteses, que

(A) interposto o recurso, os interessados deverão ser citados para, no prazo de quinze dias, simultaneamente apresentarem as suas defesas prévias.

(B) se o recorrente alegar violação de enunciado da súmula vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

(C) é de cinco dias o prazo para interposição de revisão ou recurso administrativo, contados da ciência pelo interessado ou terceiro, do ato impugnado.

(D) da revisão ou improvimento do recurso e havendo motivos relevantes, poderá resultar agravamento da sanção.

(E) o não conhecimento do recurso impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que não ocorrida preclusão administrativa.

RESPOSTA (A) Art. 62, da lei referida. (B) Art. 64-A, da norma em tela. (C) Arts. 59 e 65, Lei n. 9.784/99. (D) Art. 64, parágrafo único, e art. 65, parágrafo único, da lei. (E) Art. 63, § 2º, da norma. *Alternativa B.*

507. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Nos termos da Lei n. 9.784/99, que cuida de processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, seus preceitos também se aplicam aos órgãos

(A) dos Poderes Legislativo e Judiciário de todos os entes da Federação, quando no desempenho de suas funções legislativa e jurisdicional.

(B) dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de suas funções legislativa e jurisdicional.

(C) dos Poderes Legislativo e Judiciário de todos os entes da Federação, quando no desempenho de função administrativa.

(D) dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

(E) do Poder Legislativo de todos os entes da Federação, quando no desempenho de todas suas funções, mas não aos órgãos do Poder Judiciário.

RESPOSTA Art. 1º, § 1º, Lei n. 9.784/99. *Alternativa D.*

508. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** A Lei n. 9.784/99 traz um rol de direitos do administrado, perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados. Sobre esse assunto, considere as seguintes afirmações:

I. Contar com a inércia da Administração, que só pode agir, na condução do processo, mediante provocação dos interessados.

II. Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos e retirá-los para consulta fora da repartição.

III. Fazer-se assistir, por advogado, salvo quando expressamente renunciar a esse direito.

NÃO consta daquele rol o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) I, apenas.

(E) I, II e III.

RESPOSTA I. Incorreto. Art. 5º, Lei n. 9.784/99. II. Correto. Art. 3º, II, da lei. III. Correto. Art. 3º, IV, da norma em tela. *Alternativa B.*

509. (Analista – TRE-RN – 2011 – FCC) No que diz respeito ao processo administrativo previsto na Lei n. 9.784/99, é correto afirmar:

(A) o não conhecimento do recurso administrativo não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que ocorrida preclusão administrativa.

(B) das decisões administrativas cabe recurso, o qual somente poderá impugnar as razões de legalidade da decisão, isto é, não se presta para rediscussão de mérito.

(C) salvo disposição legal específica, é de cinco dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

(D) havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

(E) interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de quinze dias úteis, apresentem alegações.

RESPOSTA (A) A preclusão fulmina com essa hipótese. (B) Art. 56, Lei n. 9.784/99. (C) Art. 59, da lei em tela. (D) Art. 61, parágrafo único, da norma. (E) Art. 62, da lei. *Alternativa D*.

XII. Controle da Administração

510. (Analista – TRT-4 – 2011 – FCC) O controle legislativo da Administração é

(A) um controle externo e político, motivo pelo qual pode-se controlar os aspectos relativos à legalidade e à conveniência pública dos atos do Poder Executivo que estejam sendo controlados.

(B) sempre um controle subsequente ou corretivo, mas restrito à conveniência e oportunidade dos atos do Poder Executivo objetos desse controle e de efeitos futuros.

(C) exercido pelos órgãos legislativos superiores sobre quaisquer atos praticados pelo Poder Executivo, mas vedado o referido controle por parte das comissões parlamentares.

(D) exercido sempre mediante provocação do cidadão ou legitimado devendo ser submetido previamente ao Judiciário para fins de questões referentes à legalidade.

(E) próprio do Poder Público, visto seu caráter técnico e, subsidiariamente, político, com abrangência em todas as situações e sem limites de qualquer natureza legal.

RESPOSTA Será apreciada pelos controles externos e internos a conformidade do ato com a lei, bem como se a conveniência do agir guarda adequação aos princípios constitucionais. Art. 70 e art. 71, § 1º, CF. *Alternativa A.*

511. (Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC) As agências reguladoras no Brasil por vezes são tratadas explicitamente na legislação federal como “autoridades administrativas independentes”. Essa independência não exime a sujeição de seus atos ao controle

(A) do Poder Judiciário, inclusive no que concerne à análise de mérito, excluídos o controle do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

(B) do Poder Legislativo, porque exercem função normativa, excluídos o controle do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

(C) do Poder Executivo criador das agências, porque dele receberam expressa delegação de parcela de

poder, excluídos o controle do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

(D) dos três Poderes do Estado, devendo compatibilizar sua atuação com os mecanismos de controle previstos no ordenamento jurídico.

(E) do Poder Legislativo, exclusivamente no que concerne às atribuições do Tribunal de Contas, excluídos o controle do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

RESPOSTA Art. 70, parágrafo único, CF. Prestará contas ao Congresso Nacional, mediante controle externo e o sistema de controle interno de cada Poder. *Alternativa D.*

512. (Analista – TJ-PA – 2009 – FCC) Sobre o controle da Administração Pública considere:

I. Sustação, pelo Congresso Nacional, de atos normativos do Poder Executivo que exorbitam do poder regulamentar.

II. Anulação de um ato do Poder Executivo por decisão judicial.

III. A auditoria do Tribunal de Contas sobre despesas realizadas pelo Poder Executivo.

As afirmações *supra* constituem, respectivamente, controle

(A) popular; interno de legalidade e judicial.

(B) popular; prévio e externo.

(C) externo; externo e externo.

(D) externo; judicial e judicial.

(E) interno; prévio e externo.

RESPOSTA I. Art. 49, V, CF. É ato de controle externo, pois realizado pelo Poder Legislativo. II. Súmula 473, STF. É ato de controle externo, pois proferido pelo Poder Judiciário. III. Arts. 70 e 71, CF. É controle externo exercido pelo Tribunal de Contas. *Alternativa C.*

513. (Analista – TJ-PA – 2009 – FCC) A respeito do controle da Administração é correto afirmar:

(A) Trata-se de controle externo a ação de órgãos ou agentes do Poder Judiciário para verificação da legitimidade e da regularidade dos atos praticados ainda que pelo próprio judiciário.

(B) O Poder Judiciário, quando provocado pelo interessado ou por legitimado, no exercício do controle judicial do ato administrativo, pode revogar ato praticado pelo Poder Executivo se constatado a sua ilegalidade.

(C) Compete ao Congresso Nacional, exclusivamente por meio da Câmara dos Deputados, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.

(D) A fiscalização da execução de um contrato durante a sua vigência é denominado controle prévio.

(E) O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Congresso Nacional e a ele compete, dentre outras funções, fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

RESPOSTA (A) A fiscalização interna do Judiciário é ato de controle interno. (B) Somente o Poder Executivo revoga os seus atos. (C) Arts. 70 e 71, CF. (D) Art. 71, § 1º, CF. Controle posterior. (E) Art. 71, V, CF. *Alternativa E.*

514. (Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC) Em caso de omissão do Poder Público,

(A) cabe a impetração de mandado de segurança, apontando-se como coatora a autoridade que a lei indica como competente para praticar o ato.

(B) não cabe a impetração de mandado de segurança porque não existe ato de autoridade a ser contestado.

(C) a impetração de mandado de segurança deve ser antecedida do prévio esgotamento das vias administrativas, se cabível recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

(D) cabe a impetração de mandado de segurança, apontando-se como coatora a maior autoridade do órgão.

(E) não cabe a impetração de mandado de segurança porque não há sujeito ativo do ato coator.

RESPOSTA A autoridade competente para expedir determinado ato é determinada por lei (art. 37, CF); dessa forma, caberá impetração do Mandado por omissão desta, sem a necessidade de esgotamento da via, com fulcro no art. 5º, LXIX, CF, e art. 1º, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa A.*

515. **(Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC)** No que diz respeito ao Controle Judicial da Administração, é correto afirmar:

(A) Não é sujeito passivo de *habeas data* entidade particular que detém dados sobre determinada pessoa, destinados a uso público, como, por exemplo, a que mantém cadastro de devedores.

(B) Na ação popular, é facultado ao Ministério Público assumir a defesa do ato impugnado.

(C) Equiparam-se às autoridades coatoras, para os efeitos da Lei do Mandado de Segurança, os órgãos de partidos políticos.

(D) Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo são somente os coletivos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica.

(E) Consoante prescreve a Lei da Ação Civil Pública, sociedade de economia mista não detém legitimidade para a propositura de ação civil pública.

RESPOSTA (A) Art. 1º, parágrafo único, Lei n. 9.507/97. (B) Art. 6º, § 4º, Lei n. 4.717/65. (C) Art. 1º, § 1º, Lei n. 12.016/2009. (D) Art. 21, parágrafo único, I, Lei n. 12.016/2009. (E) Art. 5º, IV, Lei n. 7.347/85. *Alternativa C.*

516. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa

(A) desde que demanda idêntica seja levada, concomitantemente, pelo interessado, à apreciação judicial.

(B) quando da decisão puder resultar anulação de ato administrativo que beneficie o interessado, sem exceções, mas excluídas as hipóteses de revogação de ato.

(C) quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

(D) quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, sem exceções.

(E) em quaisquer procedimentos.

RESPOSTA Súmula Vinculante 3, STF. *Alternativa C.*

517. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** No que diz respeito ao *controle da Administração*, é CORRETO afirmar:

(A) Controle administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública exerce sobre sua própria atuação, assim ocorrendo apenas mediante provocação do administrado.

(B) O controle legislativo é exercido, no âmbito estadual, pela Assembleia Legislativa, vedada a

instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito.

(C) O mandado de injunção tem recebido nova interpretação constitucional, não se limitando à declaração da existência da mora legislativa para a edição da norma regulamentadora, admitindo-se ao Judiciário assegurar, concretamente, o exercício do direito individualizado pela falta da norma.

(D) A Constituição atribuiu à CPI poderes de investigação, como convocar e obrigar testemunhas a comparecerem para depor e ordenar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, esta última (quebra do sigilo telefônico) sujeita à prévia autorização judicial.

(E) É cabível mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de concessionárias de serviço público.

RESPOSTA (A) Poder de Autotutela. Súmula 473, STF. (B) Art. 26, § 1º, CF. Aplicação simétrica ao Município. (C) Correto. Ver posicionamento do STF em MI 712, MI 708 e MI 670. (D) Art. 5º, X, CF, e MS 23.452/RJ, STF. (E) Art. 1º, § 2º, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa C.*

518. (Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC) Considere as seguintes afirmações com relação aos controles externo e interno da administração pública, tendo em vista os artigos 70 a 75 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

I. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma independente, sistema de controle interno, com a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

II. Os responsáveis pelo controle externo, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas competente, sob pena de responsabilidade subsidiária.

III. O controle externo exercerá a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) I e III.

(E) II e III.

RESPOSTA I. Incorreto. Art. 74, IV, CF. II. Incorreto. Art. 74, § 1º, CF. III. Correto. Art. 70, CF. *Alternativa C.*

519. (Juiz – TRT-11 – 2012 – FCC) Nos termos da Lei da Ação Civil Pública, se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.

Nesse caso,

I. os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

II. até que, em sessão do Conselho Superior do Ministério Público, seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as associações legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito ou anexados às peças de informação.

III. deixando o Conselho Superior de homologar a promoção de arquivamento, designará, desde logo,

outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

Está correto o que se afirma em

(A) II e III, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I, II e III.
(D) I e III, apenas.
(E) II, apenas.

RESPOSTA I. Correto. Art. 9º, § 1º, Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública). II. Correto. Art. 9º, § 2º, Lei da Ação Civil Pública. III. Correto. Art. 9º, § 4º, da norma referida. *Alternativa C.*

520. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** É correto afirmar em relação ao controle externo e interno da Administração Pública:

(A) admite-se o controle jurisdicional dos atos administrativos discricionários, salvo em relação aos motivos do ato.
(B) no contexto da participação do usuário no controle da Administração, caberá à lei disciplinar o acesso a registros administrativos, excetuados os atos de governo.
(C) os administrados podem provocar o procedimento de controle dos atos da Administração, hipótese esta restrita à proteção de seus respectivos interesses individuais.
(D) a anulação de ato administrativo ilegal somente poderá ser realizada por decisão judicial, em atendimento do princípio da segurança jurídica.
(E) os órgãos do Poder Executivo, assim como os órgãos dos demais Poderes quando realizem função administrativa, sujeitam-se ao controle interno e externo.

RESPOSTA (A) O Judiciário não poderá apreciar o mérito. Art. 2º, CF. (B) Inclusive esses. Art. 37, § 3º, II. (C) Art. 5º, LXXIII, CF. Interesses coletivos. (D) Súmula 473, STF. (E) Arts. 70 e 71, CF. *Alternativa E.*

XIII. Temas Mistos

521. **(Analista – TJ-PA – 2009 – FCC)** Sobre os órgãos e os agentes públicos é correto afirmar:

(A) Os órgãos públicos são centros de competência, dotados de personalidade jurídica, instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem.
(B) Os órgãos integram a estrutura do Estado e das demais pessoas jurídicas como partes integrantes dos mesmos e são dotados de vontade e capazes de exercer direitos e contrair obrigações para a consecução de seus fins institucionais.
(C) A distribuição de funções entre os vários órgãos da mesma Administração denomina-se descentralização.
(D) Os agentes públicos são pessoas físicas que executam função pública como prepostos do Estado, não integrando os órgãos públicos.
(E) Os agentes políticos, dada a sua importância, não se incluem entre os agentes públicos, não constituindo uma categoria destes.

RESPOSTA Art. 1º, § 2º, I a III, Lei n. 9.784/99. *Alternativa B.*

522. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** No que concerne ao tema *sociedades de economia*

mista e *empresas públicas*, é INCORRETO afirmar:

(A) O pessoal das empresas públicas e das sociedades de economia mista são considerados agentes públicos, para os fins de incidência das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

(B) As sociedades de economia mista apenas têm foro na Justiça Federal quando a União intervém como assistente ou opoente ou quando a União for sucessora da referida sociedade.

(C) Ambas somente podem ser criadas se houver autorização por lei específica, cabendo ao Poder Executivo as providências complementares para sua instituição.

(D) No capital de empresa pública, não se admite a participação de pessoa jurídica de direito privado, ainda que integre a Administração Indireta.

(E) As empresas públicas podem adotar qualquer forma societária, inclusive a forma de sociedade "unipessoal".

RESPOSTA (A) Art. 2º, Lei n. 8.429/92. (B) Art. 109, I, CF. (C) Art. 37, XIX, CF. (D). Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 147) alerta para a possibilidade de o capital público estar repartido entre diversas pessoas governamentais. (E) Art. 5º, II, Decreto-lei n. 200/67. *Alternativa D.*

523. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** A Lei de Consórcios Públicos, Lei n. 11.107/2005,

(A) permite a participação da União em consórcio formado unicamente por Municípios.

(B) condiciona a alteração de contrato de consórcio público à aprovação de instrumento pela assembleia geral, dispensada a ratificação mediante lei dos entes consorciados.

(C) estatui que a retirada do ente consorciado implica necessariamente na reversão dos bens que ele destinou ao consórcio.

(D) admite que os consórcios públicos possam outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos, desde que haja previsão dessa competência no contrato de sua formação.

(E) exige que a execução de desapropriações e a instituição de servidões necessárias ao consórcio seja realizada por cada um dos entes consorciados, nos bens situados em seu território.

RESPOSTA (A) Art. 1º, § 2º, Lei n. 11.107/2005. (B) Art. 12, da lei. (C) Art. 11, § 1º, da norma. (D) Art. 2º, § 3º, da lei. (E) Art. 2º, § 1º, II, da norma. *Alternativa D.*

524. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Serviços Sociais Autônomos são espécies do gênero denominado *entidades de colaboração com a Administração Pública*. É característica comum dessas três espécies, conforme legislação federal,

(A) estarem sujeitas ao controle dos Tribunais de Contas, embora tenham personalidade jurídica de direito privado.

(B) serem beneficiárias de prerrogativas processuais semelhantes às das entidades de direito público, quando houver questionamento dos atos praticados no exercício de atividades consideradas de interesse público.

(C) contarem obrigatoriamente com a participação de representantes do Poder Público em seus órgãos internos de deliberação superior.

(D) serem beneficiárias de contribuições parafiscais, estabelecidas para custeio de suas atividades de interesse público.

(E) celebrarem obrigatoriamente contrato de gestão, com a Administração Pública, para desempenho de suas atividades.

RESPOSTA Art. 70, parágrafo único, CF. *Alternativa A.*

525. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Um sitiante instalou-se com sua família em uma área rural que considerava abandonada e ali residiu durante 10 (dez) anos, cultivando a referida terra. Decidiu entrar com ação de usucapião e, durante o processo, foi constatado que se tratava de terras indígenas. Diante disso, é correto afirmar que

(A) as terras indígenas são de propriedade privada dos índios, e portanto o sitiante fará jus ao reconhecimento da usucapião.

(B) as terras indígenas são bens públicos da União, e portanto, não podem ser usucapidas e, por força de mandamento da Constituição, são inalienáveis e indisponíveis.

(C) as terras indígenas são bens públicos dominicais, podendo ser alienadas; logo, estão sujeitas também a usucapião.

(D) as terras indígenas são consideradas *res nullius*, portanto, qualquer um pode delas se apossar, sem necessidade de promover ação de usucapião.

(E) embora sejam bens públicos, e portanto não sujeitos a usucapião, as referidas terras podem ser objeto de concessão de uso especial para fins de moradia, nos termos da Medida Provisória n. 2.220/2001.

RESPOSTA Art. 20, XI, e art. 231, § 4º, CF, e art. 41, I, e arts. 98 e 102, CC. *Alternativa B.*

526. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Desgovernado, o ônibus de uma concessionária de transporte intermunicipal de passageiros, acabou por atropelar um pedestre, sendo que ambos – ônibus e pedestre – trafegavam por estrada federal. Nessa situação, constata-se a responsabilidade

(A) subjetiva direta da concessionária, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de cinco anos a partir do evento danoso.

(B) objetiva direta do Estado-concedente, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de cinco anos a partir do evento danoso.

(C) objetiva direta da concessionária, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de três anos a partir do evento danoso.

(D) objetiva subsidiária da União, titular da estrada federal em que ocorreu o acidente, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de três anos a partir do evento danoso.

(E) objetiva direta da concessionária, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de cinco anos a partir do evento danoso.

RESPOSTA A imputação é objetiva direta (art. 2º, III, Lei n. 8.987/95, c/c art. 37, § 6º, CF e RE 591.874/MS-STF). O prazo de prescrição é de 5 anos (art. 1º, Decreto n. 20.910/32). *Alternativa E.*

527. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** NÃO é situação que configura nepotismo, a sofrer a incidência da Súmula Vinculante n. 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, a nomeação de

(A) cunhado de Presidente da Assembleia Legislativa para cargo de assessor da Presidência do Tribunal de Justiça.

(B) irmão adotivo de Secretário de Estado para cargo de diretor na respectiva Secretaria.

(C) cônjuge de Governador para cargo de Secretário de Estado.

(D) sogro de Deputado Estadual, para cargo de assessor em gabinete de outro Deputado Estadual.

(E) sobrinho de Secretário de Estado para cargo de dirigente de autarquia estadual.

RESPOSTA A banca entendeu pelos precedentes do STF (RE 579.951/RN e Rcl 6.650 MC-AgR), elegendo a *alternativa C*

como correta. Contudo, ressaltamos entendimento mais rígido dos Tribunais de Justiça dos Estados, em sentido diverso (Apelação Cível n. 70044587194 – TJ/RS). *Alternativa C.*

528. **(Procurador – Manaus-AM – 2006 – FCC)** No que se refere às modalidades de processo administrativo considere: (i) aqueles que objetivam a desapropriação ou a implantação de um novo serviço; (ii) os de prestação de contas; (iii) aqueles que têm por objeto a permissão de uso de bem público. Essas modalidades são denominadas, respectiva e tecnicamente, como processos

(A) punitivo, de polícia e de controle.
(B) de outorga, de polícia e de expediente.
(C) de polícia, punitivo e de outorga.
(D) de expediente, de controle e de outorga.
(E) de outorga, de expediente e de controle.

RESPOSTA (i) Denominam-se de expediente, pois promovem a abertura de um novo procedimento. (ii) Processo de fiscalização de atos, por isso chamados de controle. (iii) Chamam-se de outorga, pois deferem direito de uso. *Alternativa D.*

529. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Suponha uma situação em que uma empresa pública contrate pessoal por processo seletivo, conforme legislação então vigente, que posteriormente venha a ser entendido por Tribunal de Contas como não suficiente para atender à exigência constitucional de concurso público. Suponha ainda que se queira, transcorrido período superior a 5 anos, anular as contratações assim realizadas. Um caso como esse encontra claros precedentes em recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de se impor a

(A) anulação das contratações, com base no princípio da legalidade estrita.
(B) manutenção das contratações, com base no princípio da proteção à confiança, constante expressamente do rol de princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.
(C) revogação das contratações, mediante juízo de conveniência e oportunidade da Administração, vez que não caracterizada ilicitude na situação.
(D) manutenção das contratações, com base no princípio da segurança jurídica, implícito no princípio do Estado de Direito.
(E) anulação das contratações, com base no princípio da isonomia, implícito na regra do concurso público.

RESPOSTA O STF entendeu, em casos simétricos, pela manutenção dos atos, com base no princípio da segurança jurídica e do Estado de Direito. MS 26.860/DF. *Alternativa D.*

530. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** O Poder Público contratou, na forma da lei, a prestação de serviços de transporte urbano à população. A empresa contratada providenciou todos os bens e materiais necessários à prestação do serviço, mas em determinado momento, interrompeu as atividades. O Poder Público assumiu a prestação do serviço, utilizando-se, na forma da lei, dos bens materiais de titularidade da empresa. A atuação do poder público consubstanciou-se em expressão do princípio da

(A) continuidade do serviço público.
(B) eficiência.
(C) segurança jurídica.
(D) boa-fé.
(E) indisponibilidade do interesse público.

RESPOSTA Art. 78, I, e art. 80, II, Lei n. 8.666/93, e art. 35, §§ 2º e 3º, Lei n. 8.987/95. *Alternativa A.*

531. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** A definição de regime jurídico administrativo remete ao conjunto de

(A) prerrogativas e sujeições conferidas à Administração Pública que lhe permitem escusar-se ao cumprimento do princípio da legalidade em prol da supremacia do interesse público.

(B) prerrogativas conferidas à Administração Pública, das quais são exemplos o poder expropriatório, a autotutela, a observância da finalidade pública e o princípio da moralidade administrativa.

(C) prerrogativas e sujeições conferidas à Administração Pública, que lhe permitem figurar, em alguns casos, em posição de supremacia em relação ao particular para atender o interesse público, e lhe obrigam a submeter-se a restrições em suas atividades.

(D) sujeições às quais está obrigada a Administração Pública, das quais são exemplos a obrigatoriedade de lançar mão do poder expropriatório, de rescindir contratos administrativos e de impor medidas de polícia.

(E) prerrogativas conferidas à Administração Pública para imposição de restrições aos administrados, em relação aos quais goza de supremacia sempre que pretender o sacrifício do interesse privado.

RESPOSTA Vejam-se as palavras de Di Pietro (*Direito administrativo*, p. 61): "expressão regime jurídico administrativo é reservada tão somente para abranger o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada". *Alternativa C.*

I. Organização da Administração Pública

532. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Em relação aos órgãos e entidades da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

(A) as empresas públicas são entidades com personalidade jurídica de direito público e capital acionário majoritário do Poder Público.
(B) a sociedade de economia mista possui capital integralmente público e sua composição deve conter um conselho de administração.
(C) órgãos públicos são centros despersonalizados de poder, consistem em uma reunião de competências sem atribuição de personalidade jurídica.
(D) as autarquias públicas em regime especial sujeitam-se ao contingenciamento orçamentário.
(E) as fundações públicas são atribuição de personalidade jurídica a um determinado patrimônio e sujeitam-se a um regime jurídico híbrido, público e privado.

RESPOSTA (A) São pessoas de direito privado, com capital exclusivo público. Art. 41, CC, e art. 173, § 2º, CF. (B) Capital misto. (C) Art. 1º, § 2º, I, Lei n. 9.784/99. (D) Agências Executivas. Art. 37, § 8º, I a III, CF. (E) Art. 41, V, CC (fundações autárquicas). *Alternativa C.*

533. **(Analista – TRE-PA – 2011 – FGV)** A respeito das entidades da Administração Pública Indireta, é correto afirmar que

(A) as áreas de atuação das fundações de direito público são determinadas via lei ordinária.
(B) as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público criadas com o registro de seus atos constitutivos.
(C) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação.
(D) as autarquias possuem natureza jurídica de direito privado, sendo criadas diretamente por lei, sem necessidade de registro.
(E) com a entrada em vigor da lei instituidora de sociedade de economia mista, dá-se o termo inicial de sua pessoa jurídica.

RESPOSTA (A) Lei Complementar. Art. 37, XIX, CF. (B) Art. 5º, II, Decreto-lei n. 200/67. (C) Art. 37, XIX, CF. (D) Art. 41, IV, CC. (E) Necessita de registro posterior. Art. 5º, III, do Decreto-lei. *Alternativa C.*

534. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Leia as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I. Administração Pública, no sentido funcional, objetivo ou material, significa um conjunto de atividades do Estado que auxiliam as instituições políticas no exercício de funções de governo, que organizam a realização das finalidades públicas postas por tais instituições e que produzem serviços, bens e utilidades para a população.
II. Administração pública, no sentido orgânico, subjetivo ou formal, significa o conjunto de órgãos e pessoas voltados para realização dos objetivos de governo.
III. A teoria do órgão, formulada por Otto Gierke, diz que as pessoas jurídicas expressam sua vontade por intermédio de seus órgãos, titularizados por seus agentes (pessoas humanas), na forma de sua organização interna.

IV. Agentes políticos atuam com plena liberdade funcional e desempenham suas atribuições com prerrogativas e responsabilidades próprias, estabelecidas na Constituição e em leis especiais. Nessa categoria de agentes públicos podem ser mencionados: chefes do executivo, parlamentares, membros dos Tribunais de Contas e membros do Ministério Público.

(A) Apenas a afirmativa I é falsa.
(B) Apenas as afirmativas II e IV são falsas.
(C) Apenas a afirmativa III é falsa.
(D) Todas as afirmativas são verdadeiras.

RESPOSTA As alternativas I e II estão corretas, conforme Maffini (*Direito administrativo*, p. 25). Da mesma forma, as considerações sobre a teoria do órgão (MAZZA, *Manual de direito administrativo*, p. 127). Por fim, correta a alternativa IV (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 454-455). *Alternativa D.*

535. (Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL) Sobre as autarquias, é incorreto afirmar:

(A) Possuem personalidade jurídica pública.
(B) São criadas por lei.
(C) Têm como privilégio o processo especial de execução.
(D) Possuem capacidade política.
(E) Sujeitam-se a controle administrativo.

RESPOSTA (A) Art. 41, IV, CC. (B) Art. 37, XIX, CF. (C) Sim, pois é considerada dentro da noção de "Fazenda Pública". Art. 188, CPC. (D) Incorreto. As entidades com capacidade política são a União, os Estados, os Municípios e o DF. (E) Art. 70, parágrafo único, CF. *Alternativa D*.

536. (Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE) Em relação à organização administrativa, pode-se afirmar que:

(A) no âmbito estadual, a criação de uma secretaria constitui exemplo de descentralização administrativa.
(B) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
(C) é exemplo de desconcentração a criação de uma agência reguladora.
(D) as organizações sociais integram a Administração Pública descentralizada.
(E) as autarquias e as fundações públicas não podem ser qualificadas como agências executivas.

RESPOSTA (A) É exemplo de desconcentração administrativa. (B) Art. 37, XIX, CF. (C) É exemplo de descentralização. (D) Elas integram o chamado Terceiro Setor. (E) Ambas poderão. Art. 37, § 8º, CF. *Alternativa B*.

537. (Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE) A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) são:

(A) fundações públicas.
(B) empresas públicas.
(C) sociedades de economia mista.
(D) órgãos da administração direta.
(E) autarquias especiais.

RESPOSTA Todas elas são espécies de Agências Reguladoras, que, por sua vez, fazem parte do gênero Autarquias em regime especial. *Alternativa E*.

538. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** É certo que as autarquias:

(A) são pessoas jurídicas de direito privado, sujeitas ao controle finalístico de sua administração, pelo ente instituidor.
(B) são pessoas jurídicas de direito público, de natureza meramente administrativa, com personalidade jurídica e patrimônio próprio.
(C) integram a administração direta da União, não estando sujeitas ao controle hierárquico do ente que as criou.
(D) têm por finalidade a exploração de atividade econômica por força de contingência ou de conveniência administrativa, com subordinação hierárquica ao órgão da administração indireta que a criou.
(E) são constituídas sob a forma de sociedade anônima e sob o controle majoritário da União ou de outra entidade da administração direta ou indireta federal.

RESPOSTA Art. 41, IV, CC, e art. 4º, II, *a*, e art. 5º, I, Decreto-lei n. 200/67. *Alternativa B*.

539. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Uma sociedade de economia mista, que explore atividade econômica:

(A) somente pode ser criada com autorização legislativa, dependendo de lei também a instituição de suas subsidiárias.
(B) submete-se ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, exceto quanto às obrigações tributárias e falência.
(C) submete-se ao regime público, no que diz respeito à matéria de pessoal.
(D) pode ser criada, independentemente de lei, desde que presente alguma das situações autorizadoras para atuação do Estado no domínio econômico, previstas no art. 173 da Constituição Federal.
(E) não se submete ao regime de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações.

RESPOSTA Art. 37, XIX e XX, CF. *Alternativa A*.

540. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Relativamente às agências reguladoras, é correto afirmar:

(A) Integram a administração direta, caracterizadas como fundações.
(B) Integram a administração indireta, caracterizadas como sociedades de economia mista.
(C) Integram a administração direta, caracterizadas como empresas públicas.
(D) Integram a administração indireta, caracterizadas como autarquias de regime especial.
(E) Seus servidores sujeitam-se ao regime de trabalho da Consolidação das Leis do Trabalho.

RESPOSTA Art. 37, XIX, CF, art. 41, IV, CC, e art. 23, Lei n. 9.986/2000. *Alternativa D*.

541. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** A União Federal, um Estado-membro e doze Municípios de uma mesma região firmaram protocolo de intenções, expressando seu objetivo de implementar a gestão associada de determinado serviço público, e constituíram uma associação pública após a ratificação do protocolo por lei. Diante desses elementos, foi constituído:

(A) convênio personalizado;
(B) convênio de cogestão;
(C) consórcio público;
(D) convênio administrativo;
(E) consórcio despersonalizado.

RESPOSTA Art. 41, IV, CC, e art. 6º, I, Lei n. 11.107/2005. *Alternativa C*.

542. (Promotor – MP-RJ – 2011) Empresas públicas e sociedades de economia mista:

(A) atuam como agências reguladoras, quando visam ao controle e fiscalização de serviços públicos;
(B) são criadas por lei cuja regulamentação se exterioriza por meio de decreto do Chefe do Executivo;
(C) podem ter natureza de fundação governamental de direito público, no desempenho de atividade social;
(D) sujeitam-se a mandado de segurança, no caso de impugnação de atos em processo de licitação;
(E) litigam na justiça fazendária, ainda que instituídas para o desempenho de atividades econômicas.

RESPOSTA (A) Art. 23, Lei n. 9.986/2000. (B) Art. 37, XIX, CF. (C) Art. 173, CF. (D) É cabível quando não se tratar de atos de gestão comercial. Art. 1º, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (E) Não possuem a concepção de "Fazenda Pública", extensiva às Autarquias. *Alternativa D*.

543. (Procurador – MPF – 2008) É característica das agências reguladoras no brasil:

(A) escolha dos diretores pelo Presidente da República, sob aprovação do Senado Federal.
(B) subordinação ao Ministro de Estado, mediante cabimento de recurso hierárquico impróprio.
(C) dotação orçamentária desvinculada do orçamento da União, em exceção ao princípio da unidade.
(D) qualificação como organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

RESPOSTA Art. 5º, Lei n. 9.986/2000. *Alternativa A*.

544. (Procurador – MPT – 2009) Assinale a alternativa INCORRETA, considerada a legislação vigente:

(A) Administração é definida como órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a administração pública opera e atua concretamente;
(B) A Administração indireta é composta por pessoas estatais com personalidade jurídica de direito público e também por pessoas jurídicas com personalidade jurídica de direito privado;
(C) Autarquia é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades atípicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada;
(D) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e, ainda, de gestão financeira e patrimonial;
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 1º, § 2º, I e II, Lei n. 9.784/99. Art. 4º, I e II, Decreto-lei n. 200/67. (B) Art. 4º, II, e art. 5º, Decreto-lei n. 200/67. (C) As autarquias executam atividades típicas. (D) Correto; por exemplo, a Autarquia Universidade Federal do RS – UFRGS. *Alternativa C*.

545. (Promotor – MP-SC – 2011) Questão:

I. A autarquia deve ser criada e extinta por lei de iniciativa do Chefe do Executivo, enquanto que sua instituição decorre de decreto, sendo que os atos por ela praticados devem observar o regime jurídico daqueles praticados pela Administração Pública.
II. Como entidade estatal a Autarquia possui personalidade de Direito Público, competência política, capacidade administrativa e desempenha atribuições públicas, típicas, mediante delegação do Poder Público.

III. Às empresas privadas, mediante concessão ou permissão, podem ser delegados serviços de interesse coletivo do Estado, sendo que a regulamentação destes serviços compete ao Poder Público, por determinação Constitucional.

IV. As sociedades de economia mista, pessoas de Direito Público Privado, dependem de lei específica autorizadora para serem criadas e sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, sendo-lhes vedada a prestação ou exploração de serviços públicos.

V. É vedado à empresa pública auferir lucro, mesmo quando esta explorar atividade econômica, posto que o seu patrimônio é constituído de recursos exclusivamente da Administração Pública ou composto em sua maior parte de capital público ou advindos de entidades governamentais.

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

(C) Apenas as assertivas III e V estão corretas.

(D) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA I. Art. 37, IX, CF, e art. 5º, I, Decreto-lei n. 200/67. II. Não possui competência política. III. Art. 173, § 1º, CF. IV. Viola o § 1º, do art. 173, CF. V. Art. 173, § 1º, II, CF. Ex.: Caixa Econômica Federal – CEF. *Alternativa D*.

546. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Marque a alternativa CORRETA, de acordo com a legislação e a jurisprudência consolidada:

(A) As agências executivas, instituídas, necessariamente, sob a forma de autarquias, têm autonomia de gestão e disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para que cumpram as suas metas.

(B) As agências reguladoras têm por função controlar os serviços e as atividades exercidos sob o regime de concessão, sendo seus servidores sujeitos ao regime de emprego público.

(C) Quando, por qualquer fato jurídico, o Poder Público passa a deter a maioria do capital de sociedade anônima, esta passa a ser considerada, incontinenti, como sociedade de economia mista.

(D) A ECT – Empresa de Correios e Telégrafos, empresa pública federal, não está abrangida pela imunidade tributária recíproca, pois a Constituição da República prevê que, tanto as empresas públicas, quanto as sociedades de economia mista, sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas quanto às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

(E) É legítimo que a lei disciplinadora de uma empresa pública autorize a posterior instituição de subsidiárias, desde que antecipe o objeto a que se destinarão, consoante a jurisprudência dominante do STF.

RESPOSTA (A) Podem ser instituídas sob a forma de fundação. Art. 37, § 8º, CF. (B) A ADIn 2.310 suspendeu a eficácia do art. 1º, Lei n. 9.986/2000. (C) Art. 37, XIX, CF. (D) RE 601.392 – STF. (E) Art. 37, XIX e XX, CF. *Alternativa E.*

547. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Considere as seguintes proposições:

I. As autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista compõem a Administração Pública indireta, mas enquanto as duas primeiras mantêm regime jurídico trabalhista institucional ou “estatutário” com seus servidores, as duas últimas, quando exploram atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, mantêm regime jurídico trabalhista contratual ou “celetista” com seus servidores.

II. Segundo a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho, os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista não têm direito à estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal, mas quando admitidos mediante aprovação em concurso público suas

dispensas dependem de atos motivadores, com ressalva apenas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que goza do mesmo tratamento jurídico destinado à Fazenda Pública.

III. As ações em que as empresas públicas federais sejam partes, na condição de autoras e rés, são sempre processadas e julgadas perante a Justiça Federal, enquanto as sociedades de economia mista federais têm suas ações processadas e julgadas sempre pela Justiça Estadual.

IV. As autarquias são produtos da desconcentração administrativa e pessoas jurídicas de Direito Público de capacidade exclusivamente administrativa, responsáveis principais por seus próprios atos, embora o ente desconcentrado mantenha sua responsabilidade subsidiária.

V. O regime jurídico trabalhista das Agências Reguladoras é de natureza contratual ou "celetista" por força de lei, independentemente do setor de atuação.

(A) apenas uma proposição está correta
(B) apenas duas proposições estão corretas
(C) apenas três proposições estão corretas
(D) apenas quatro proposições estão corretas
(E) todas as proposições estão corretas

RESPOSTA I. Art. 173, § 1º, II, CF. II. A ECT não goza do *status* de Fazenda Pública. III. Súmula 517, STF. IV. Descentralização Administrativa. V. A ADIn 2.310 suspendeu a eficácia do art. 1º, Lei n. 9.986/2000. *Alternativa A*.

548. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** A respeito das autarquias, assinale a alternativa correta:

(A) são integrantes da administração pública indireta; possuem personalidade de direito privado e autonomia administrativa e financeira;
(B) sujeitam-se à obrigação de contratar pessoal efetivo mediante concurso público e as condenações que lhes forem impostas vinculam-se à regra do duplo grau de jurisdição obrigatório, quando superarem 60 (sessenta) salários mínimos;
(C) têm como prerrogativa processual o prazo em quádruplo para recorrer e em dobro para contestar;
(D) são entidades sujeitas ao controle dos Tribunais de Contas, ao contrário das sociedades de economia mista;
(E) são entidades com prerrogativas processuais, as mesmas aplicáveis às fundações públicas e empresas públicas.

RESPOSTA (A) Art. 41, IV, CC. (B) Art. 37, II, CF. Art. 475, I, CPC. (C) Art. 188, CPC. (D) Art. 70, parágrafo único, CF. (E) Excluídas as empresas públicas, eis que fora da noção de Fazenda Pública. *Alternativa B.*

549. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Quanto ao regime jurídico da administração indireta, assinale a alternativa que contém uma afirmação FALSA:

(A) A proibição de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
(B) Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.
(C) Somente por lei poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei específica, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
(D) Os limites de remuneração e subsídios previstos no art. 37, XI, da Constituição Federal são aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que

receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

(E) Nas sociedades de economia mista, diversamente do que ocorre nas empresas públicas, o capital pode ser formado pela conjugação de recursos das pessoas integrantes da Administração Pública e da iniciativa privada.

RESPOSTA (A) Art. 37, XVII, CF. (B) Art. 37, XX, CF. (C) Art. 37, XIX, CF. (D) Art. 37, § 9º, CF. (E) O capital da empresa paraestatal, em tela, é misto, com predominância do público, frisa-se. *Alternativa C*.

550. **(Procurador – MPF – 2012)** No tocante às organizações do chamado “terceiro setor”, é correto afirmar que:

(A) As organizações da sociedade civil de interesse público são constituídas por lei de iniciativa do Executivo Federal, vinculando-se ao Ministério com o qual mantêm identidade de atribuições, mas preservando autonomia quanto à gestão administrativa e financeira.

(B) Tendo recebido a qualificação de interesse público, as organizações da sociedade civil passam a submeter-se a regramentos de direito público, submetendo-se a prestação de contas de recursos repassados pelo poder público e formando seu quadro de pessoal apenas mediante concurso de provas ou de provas e títulos.

(C) As organizações sociais possuem personalidade jurídica de direito privado, habilitando-se ao recebimento de recursos públicos a partir da homologação de seus atos constitutivos pelo Ministério Público e da celebração de termo de parceria com órgãos da Administração Pública.

(D) Instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais não podem qualificar-se como organização da sociedade civil de interesse público, ainda que desempenhem atividades de assistência social.

RESPOSTA (A) Incorreto. Art. 11, Lei n. 9.790/99. (B) Incorreto. Tais organizações fazem parte do Terceiro Setor, com personalidade jurídica de direito privado e sob as regras do art. 4º, Lei das OSCIPs. (C) Incorreto. Ministério da Justiça. Art. 5º, da norma. (D) Correto. Art. 2º, III, da lei. *Alternativa D*.

551. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** As chamadas Agências Reguladoras

(A) integram a administração direta, vinculadas que estão a órgãos do Poder Executivo.

(B) poderão constituir-se como autarquias ou fundações, públicas ou privadas.

(C) têm natureza jurídica de autarquias.

(D) integram o chamado Terceiro Setor, assumindo atividades de interesse público.

(E) têm natureza jurídica de fundação privada, subsidiada com recursos públicos, em face da independência que devem possuir frente ao Estado.

RESPOSTA (A) Indireta. (B) São autarquias em regime especial. (C) Correto. (D) Integram a Administração Indireta. (E) Têm personalidade jurídica de direito público. Art. 41, IV, CC. *Alternativa C.*

552. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** No que tange às pessoas jurídicas integrantes da administração pública, é correto afirmar que

(A) os consórcios públicos sempre serão pessoas jurídicas de direito público.

(B) a parceria público-privada poderá ser celebrada na modalidade de concessão patrocinada ou administrativa.

(C) a sociedade de economia mista, em nenhuma hipótese, pode negociar suas ações em bolsa de valores.

(D) em razão de sua natureza jurídica, as empresas públicas são criadas diretamente pela lei.

RESPOSTA (A) Art. 6º, II, Lei n. 11.107/2005. (B) Art. 2º, §§ 1º e 2º, Lei n. 11.079/2004. (C) Sendo ela Sociedade Anônima, poderá negociar parte de suas ações. (D) Art. 37, XIX, CF. *Alternativa B.*

II. Bens Públicos

553. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** De acordo com a classificação dos bens públicos, é correto afirmar que o meio ambiente

(A) é um bem de uso comum do povo por expressa disposição constitucional.
(B) é um bem de uso especial por ter uma destinação específica.
(C) é um bem dominical por não estar afetado a nenhuma finalidade específica.
(D) não se enquadra em nenhuma classificação, uma vez que não é considerado um bem para o direito brasileiro.

RESPOSTA É bem de uso comum do povo, conforme disposição do art. 225, CF. *Alternativa A.*

554. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** A utilização privativa de bens públicos pelo particular deve ser precedida de outorga pelo Poder Público. Sobre o tema, é correto afirmar que:

(A) a concessão de uso de bem público atende predominantemente aos interesses do particular e se perfaz por meio de ato administrativo vinculado.
(B) a permissão de uso de bem público é ato administrativo precário, podendo ser gratuito ou oneroso.
(C) a autorização de uso é ato administrativo bilateral e vinculado, pelo qual a administração consente que o particular utilize bem público gratuitamente.
(D) a permissão de uso de bem público é ato bilateral e vinculado, não sujeito à revogabilidade.
(E) a concessão de uso é ato administrativo discricionário.

RESPOSTA Segundo Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 526), “a permissão de uso de bem público é o ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual o Poder Público defere o uso privativo de bem público”. Poderá ser gratuito ou oneroso. Art. 103, CC. *Alternativa B.*

555. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as afirmativas a seguir.

Os bens de uso comum do povo, desde que suscetíveis de valoração patrimonial e desafetados, podem ser alienados

PORQUE

tanto uma rua quanto uma praça, uma praia ou as margens de um rio navegável são suscetíveis de valoração patrimonial e de desafetação.

Assinale a alternativa correta.

(A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
(B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.
(C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
(D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

RESPOSTA A primeira parte é verdadeira, eis que em conformidade com o disposto nos arts. 100 e 101, CC. Todavia, a segunda sentença é falsa, pois, ainda que bens públicos de uso comum, tais são suscetíveis de desafetação e posterior alienação. *Alternativa B.*

556. **(Procurador – MPF – 2012)** Assinale o item verdadeiro:

(A) Os bens de uso comum do povo são, por suas características e destinação, titularizados pelas pessoas políticas, não podendo ser geridos por pessoas da administração pública indireta.

(B) As terras tradicionalmente ocupadas por indígenas são bens de uso comum do povo, inalienáveis, imprescritíveis e indisponíveis, só podendo ter sua destinação alterada mediante autorização prévia do Congresso Nacional.

(C) Os terrenos de marinha são bens dominicais, podendo ser, nessa condição, objeto de ocupação por particulares, mediante pagamento de prestação anual calculada com base no valor do domínio pleno do bem.

(D) Os bens públicos de uso especial destinam-se à prestação de serviços públicos ou à satisfação de necessidades internas da Administração, não podendo ser, em qualquer hipótese, consumidos por particulares.

RESPOSTA (A) Incorreto. Art. 41, V, c/c art. 98, CC. (B) Incorreto. São bens afetados da União (art. 20, XI). Ver RE 183.188, STF. (C) Correto. Art. 64, Decreto-lei n. 9.760/46. REsp 1.224.824, STJ. (D) Incorreto. Art. 100, CC. *Alternativa C.*

557. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Os bens imóveis públicos, rurais ou urbanos,

(A) sujeitam-se à prescrição aquisitiva, qualquer que seja sua área.

(B) não podem ser adquiridos por usucapião.

(C) estão sujeitos à usucapião *pro labore*.

(D) atendida a função social da propriedade, podem ser usucapidos.

(E) se urbanos, até 250 m^2, e rurais, até 50 ha, atendidos os requisitos temporal, de posse ininterrupta e sem oposição, sujeitam-se à prescrição aquisitiva.

RESPOSTA Os bens públicos restam protegidos pelo Regime Jurídico Especial ao qual se vinculam (art. 98, CC), sendo a concepção prevista no art. 102, CC, ampliativa, no sentido de impossibilitar a perda de sua propriedade por decurso de tempo ou por gravame real. *Alternativa B.*

558. **(Procurador – MPT – 2012)** Marque a alternativa CORRETA:

(A) O domínio eminente é o poder geral do Estado quanto a tudo que esteja nas suas linhas territoriais, em virtude da sua soberania. Inclui: bens públicos, privados e não sujeitos ao regime normal da propriedade, como o espaço aéreo.

(B) O bem público afetado é o que está voltado para determinado fim público e a desafetação é o contrário, sendo que os bens de uso comum do povo jamais serão desafetados, por causa dessa tipologia que não pode ter sua finalidade alterada.

(C) Os bens de uso especial são os cemitérios públicos, repartições, museus, aeroportos, terras reservadas aos indígenas. Perdem essa configuração, caso estejam sendo alvo de utilização por particulares, sobretudo por delegação.

(D) Todas estão erradas.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 20 e art. 48, V, CF. (B) Poderão ser desafetados. Art. 100, CC. (C) Não perdem a condição. A desafetação imprescinde de lei. (D) A alternativa A está correta. *Alternativa A.*

559. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Sobre os bens públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O “domínio eminente” consiste no poder político que o Estado soberano detém sobre todos os bens existentes no seu território.

(B) As sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado, e estão sujeitas,

na cobrança de seus débitos, ao regime comum das sociedades em geral, nada importando o fato de prestarem serviço público, contudo, a penhora de seus bens não pode comprometer tal prestação.

(C) Os bens da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) são impenhoráveis porque, embora não exista previsão normativa nesse sentido, a empresa presta serviço público em regime de monopólio.

(D) O art. 20, VII, da Constituição de 1988, foi o primeiro dispositivo constitucional, na história política do Brasil, a declarar expressamente que os terrenos de marinha são bens públicos da União.

(E) É incabível contar-se, para efeito de usucapião, o tempo de posse em imóvel que se incluía entre os bens públicos, enquanto ele assim se encontrava.

RESPOSTA (A) Art. 20, CF. (B) Por prestarem serviço público, seus bens encontram proteção contra a penhora. (C) São impenhoráveis, pois prestam serviço público essencial. Ver RE 220.906-9 – STF. (D) Pois bens de interesse de Estado. (E) Art. 102, CC. *Alternativa C.*

560. (Juiz – TRT-8 – 2011) Marque a alternativa INCORRETA:

(A) Uma área pertencente ao Município, na qual não haja qualquer serviço administrativo, é um bem desafetado de fim público, podendo ser alienado pela administração.

(B) Os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião, mas as acessões e benfeitorias neles realizadas pelos particulares são indenizáveis, ainda que delas não tenha sido notificado previamente o Poder Público.

(C) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

(D) Não perdem a característica de bens de uso especial aqueles que, objetivando a prestação de serviços públicos, estejam sendo utilizados por particulares, sobretudo sob regime de delegação.

(E) São bens dominicais as terras sem destinação específica, os prédios públicos desativados, os bens móveis inservíveis e a dívida ativa.

RESPOSTA (A) Art. 99, III, c/c art. 17, I, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 71, Decreto-lei n. 9.760/46. (C) Art. 225, § 5º, CF. (D) A desafetação do bem imprescinde de lei. (E) Todos são exemplos de bens públicos disponíveis. *Alternativa B.*

561. (Juiz – TRT-9 – 2009) Sobre os bens públicos, observe as seguintes proposições:

I. A afetação é a destinação do bem público à satisfação das necessidades coletivas e estatais, do que deriva inclusive a sua inalienabilidade, sendo decorrente ou da própria natureza do bem ou de um ato estatal.

II. Os bens públicos de uso comum e de uso especial não podem ser desafetados, diante do regime jurídico a que se sujeitam.

III. Uma diferença fundamental entre bens dominicais e outras espécies de bens públicos consiste na possibilidade de alienação daqueles, desde que respeitadas as exigências e formalidades previstas em lei.

IV. Os bens dominicais, assim como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião.

V. Apesar de inalienáveis, os bens públicos afetados podem ser objeto de penhora quando a execução contra a Fazenda Pública tiver por objeto créditos de natureza trabalhista.

(A) somente as proposições I, II e III são corretas
(B) somente as proposições I, III e IV são corretas
(C) somente as proposições II, III e IV são corretas
(D) somente as proposições II, IV e V são corretas

(E) todas as proposições são corretas

RESPOSTA I. Art. 102, CC. II. Serão afetados, enquanto conservarem essa condição. III. Art. 101, CC. IV. Art. 102, CC. V. A impenhorabilidade é a regra que se extrai. Art. 100, CF. *Alternativa B.*

562. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Sobre os bens públicos é correto afirmar:

I. Os cemitérios públicos constituem área de domínio público ao passo que os cemitérios privados são instituídos em terrenos de domínio público, embora sob o controle do particular.
II. O uso especial do bem público é a forma de utilização em que o indivíduo se sujeita a regras específicas e consentimento estatal.
III. O uso comum é a utilização pela coletividade de bem público, não havendo discriminação entre os usuários, apesar destes necessitarem do consentimento estatal específico para esse fim.
IV. Os bens públicos podem ser usados pela pessoa jurídica de direito público a que pertencem, independentemente de serem uso comum, especial ou dominical.

(A) Apenas as assertivas I, II e III estão incorretas.
(B) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.
(C) Apenas as assertivas I e III estão incorretas.
(D) Apenas a assertiva III está incorreta.

RESPOSTA I. Ambos são bens públicos afetados. II. Art. 103, CC. III. Inexiste a necessidade de consentimento específico. IV. Conforme juízo de conveniência e oportunidade, observada a indisponibilidade do interesse público. *Alternativa C*.

III. Atos Administrativos

563. **(Promotor – MP-BA – 2010)** Anulação do ato administrativo:

(A) É o ato que elimina o vício existente no ato ilegal, e cujos efeitos retroagem à data em que o primeiro foi praticado.
(B) É a postura de desmanchar o ato administrativo válido ou eivado de ilegalidade.
(C) É o desfazimento do ato administrativo eivado de ilegalidade.
(D) É o desfazimento do ato administrativo válido, mas inoportuno ou inconveniente.
(E) É o desfazimento do ato válido pelo Poder Judiciário.

RESPOSTA Arts. 53 e 54, Lei n. 9.784/99, e Súmula 473, STF. *Alternativa C*.

564. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Examine as afirmações abaixo e após responda:

I. Um dos atributos do ato administrativo é a presunção de legitimidade, que consiste em admitir que se presumem verdadeiros e que se conformam com o Direito. Tem o caráter de presunção *juris et de jure*, decorrente da natureza pública e estatal da administração.
II. O Regulamento do Imposto de Renda é um ato administrativo abstrato.
III. São atos administrativos discricionários aqueles que outorgam a permissão de uso de um bem público.
IV. São atos administrativos vinculados aqueles que concedem aposentadoria a servidor público.
V. É ato administrativo constitutivo aquele que certifica o nascimento de uma pessoa.

(A) todas as afirmativas estão corretas.
(B) as afirmativas II, III e IV são corretas.
(C) a afirmativa V é a única incorreta.
(D) as afirmativas I, III e V são incorretas.

(E) todas as afirmativas são incorretas.

RESPOSTA I. Incorreta. Presunção relativa (*juris tantum*). II. Correta, pois carece de complementação. III. Correta (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 571). IV. Correta, pois inexiste escolha, e, sim, deferimento. V. Incorreta. É ato declaratório. *Alternativa B.*

565. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Assinale a alternativa *incorreta*, em relação ao ato administrativo.

(A) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto são requisitos do ato administrativo.

(B) O ato discricionário, quando motivado, fica vinculado ao motivo que lhe serviu de suporte, com o que, se verificado ser o mesmo falso ou inexistente, deixa de subsistir.

(C) O ato administrativo pode ter forma escrita, oral ou por símbolos.

(D) A revogação do ato administrativo, porque fundada na conveniência e oportunidade, opera efeitos "ex tunc".

(E) Quando concluído, o ato administrativo considera-se perfeito, ainda que lhe falte a eficácia e a validade.

RESPOSTA Ensina Meirelles que a revogação opera da data em diante (*ex nunc*) (*Direito administrativo brasileiro*, p. 207). *Alternativa D*.

566. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** O Diretor-Geral da Agência Goiana de Obras Públicas baixou portaria pela qual nomeou servidores efetivos para compor comissão de sindicância. O relatório final apontou para a aplicação de pena disciplinar leve. Constatou-se que a competência para composição da comissão pertence ao presidente da agência. Aponte a solução administrativa aplicável à situação do ato administrativo viciado:

(A) o processo de sindicância deve ser anulado, face ao comando normativo do princípio da legalidade quanto à regra de competência.

(B) o vício ocorrido impõe o arquivamento do processo, trancando a possibilidade de reabertura de investigação.

(C) deve o presidente avocar os autos para anular a indicação da sanção disciplinar.

(D) é possível a convalidação do ato pela ratificação.

RESPOSTA Os atos que não acarretarem prejuízo ao interesse público, ou lesão a terceiros, poderão ser convalidados (art. 55, Lei n. 9.784/99). Assim, poderá a autoridade competente ratificar o ato final. *Alternativa D*.

567. **(Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP)** Assinale a alternativa que apresenta, como regra, uma distinção entre revogação e anulação do ato administrativo.

(A) A revogação incide sobre atos vinculados, e a anulação, sobre atos discricionários.

(B) A revogação somente pode ser feita pela Administração Pública, e a anulação, pela Administração e pelo Judiciário.

(C) A revogação opera efeitos *ex tunc*, e a anulação, efeitos *ex nunc*.

(D) A revogação fundamenta-se no vício de ilegalidade do ato, e a anulação, em motivos de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

(E) A revogação é compulsória, e a anulação é discricionária.

RESPOSTA (A) A revogação não incide sobre atos vinculados. (B) Correta. Súmula 473, STF. (C) Os efeitos estão invertidos. (D) Os fundamentos estão invertidos. (E) A revogação é ato discricionário. A anulação é um dever. *Alternativa B.*

568. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Quanto aos atos administrativos, pode-se afirmar que

(A) são chamados de “gerais”, em oposição aos “individuais”, aqueles que têm por destinatários múltiplos sujeitos especificados.
(B) um regulamento que disciplina a promoção de servidores públicos de determinada carreira é um ato concreto.
(C) os atos vinculados são passíveis de controle pelo Judiciário, enquanto que os discricionários se submetem apenas ao poder hierárquico da Administração.
(D) a certidão de que determinado aluno é matriculado em escola pública é um ato constitutivo.
(E) a oportunidade e a conveniência do ato administrativo compõem o binômio chamado de mérito, que é a sede do poder discricionário do administrador público.

RESPOSTA (A) O conceito está invertido (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 169). (B) Condutas abstratas (MEIRELLES, *ibidem*, p. 168). (C) O Judiciário poderá apreciar a legalidade dos atos discricionários diante de indício de violação aos princípios da Constituição. (D) Enunciativo. (E) Correto (MEIRELLES, *ibidem*, p. 122). *Alternativa E.*

569. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) Atos autoexecutáveis são aqueles que podem ser praticados *ex officio* pelos agentes públicos.
(B) Atos vinculados são aqueles cuja prática precisa seguir processos previamente definidos em lei, como é o caso da investigação policial e dos atos de nomeação de servidores.
(C) Atos administrativos imotivados somente são válidos quando a lei os dispensa de motivação expressa.
(D) A nomeação de um servidor em cargo comissionado é um ato revogável, porque o servidor pode, a qualquer tempo, ser exonerado.
(E) Incorreria em ilegalidade uma autoridade administrativa que revogasse um ato administrativo, atribuindo a essa revogação efeitos *ex tunc*.

RESPOSTA (A) São atos que independem de autorização judicial. (B) São aqueles em que a lei indica uma única conduta a ser seguida. (C) Poderão ser inválidos, se contrários à lei. (D) A natureza demissível *ad nutum* não faz da nomeação do cargo ato revogável. (E) Correto. Seriam efeitos *ex nunc*. *Alternativa E.*

570. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Os atos administrativos, quanto à intervenção da vontade administrativa, podem ser classificados como atos:

(A) simples.
(B) perfeitos.
(C) consumados.
(D) constitutivos.
(E) gerais.

RESPOSTA Conforme Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, 2011, p. 176), “ato simples é o que resulta da manifestação de vontade de um único órgão, unipessoal ou colegiado”. Ex.: Despacho de um chefe de seção. *Alternativa A.*

571. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Quanto à finalidade, é caracterizado como vício do ato administrativo:

(A) a função de fato.
(B) a inexistência de motivos.

(C) o desvio de poder.
(D) o excesso de poder.
(E) o objeto impossível.

RESPOSTA Art. 2º, parágrafo único, *e*, Lei n. 4.717/65. *Alternativa C*.

572. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** Assinale a alternativa *incorreta*:

(A) A Constituição de 1988 possui princípios implícitos e explícitos que se aplicam à Administração Pública, sobretudo aqueles constantes do seu artigo 37.
(B) Os atos administrativos discricionários são aqueles em que a autoridade administrativa está livre para fazer a escolha que melhor atenda às razões do Estado.
(C) A depender do caso concreto, é possível à Administração Pública firmar contratos de direito privado.
(D) A revogação do ato administrativo dá-se naquelas hipóteses em que o ato é válido, mas não persiste no atendimento à conveniência e oportunidade administrativas.
(E) A Administração Pública pode anular os seus próprios atos. Porém, nos casos em que o ato administrativo tenha gerado direitos a pessoas privadas, a anulação deve ser precedida do devido processo legal.

RESPOSTA Di Pietro assim leciona: “é amplo o âmbito de atuação discricionária da Administração Pública. Só que a discricionariedade nunca é total, já que alguns aspectos são vinculados à lei” (*Direito administrativo*, p. 215). *Alternativa B.*

573. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Em relação aos atos administrativos, assinale a opção correta.

(A) Motivo é a situação fática ou a situação jurídica que autoriza ou impõe ao agente público a prática de ato administrativo.
(B) A revogação opera efeitos *ex tunc*; portanto, caso o ato administrativo seja revogado, são considerados inválidos os efeitos por ele produzidos a partir do momento de sua realização.
(C) Compete ao Poder Judiciário, mediante decisão fundamentada, revogar atos praticados pela Administração Pública.
(D) Ato administrativo discricionário é aquele em que o poder de agir da Administração é completamente livre, até mesmo quanto à competência para a prática do ato.
(E) Como decorrência do princípio da legalidade, os atos administrativos não admitem convalidação.

RESPOSTA (A) Art. 2º, parágrafo único, *d*, Lei n. 4.717/65. (B) A revogação produz efeitos *ex nunc*. (C) Somente a Administração revoga. Art. 53, Lei n. 9.784/99. (D) A competência é elemento vinculado, mesmo no ato discricionário. (E) Art. 55, Lei n. 9.784/99. *Alternativa A.*

574. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Sobre os aspectos do tema da aptidão do ato administrativo para produzir o resultado para o qual foi editado, é CORRETO afirmar:

(A) eficácia diz respeito ao atendimento a todas as exigências legais, para que seus efeitos sejam reconhecidos na ordem jurídica.
(B) ato perfeito não é aquele que se amolda ao ordenamento jurídico, mas o ato administrativo que reúne todas as fases de formação.
(C) motivação do ato administrativo é a presença das circunstâncias de fato e de direito que autorizam a edição do ato administrativo.
(D) suspensa a eficácia, o ato administrativo perde a vigência.

RESPOSTA (A) A eficácia resta atrelada à publicidade do ato. Art. 37, *caput*, CF. (B) Ato perfeito é aquele que passou por todas as fases do *iter*. (C) A assertiva conceitua o motivo, e não a motivação. (D) Ele poderá ser vigente, e não mais eficaz. *Alternativa B.*

575. (Promotor – MP-RJ – 2011) Autoridade estadual de trânsito decide emitir autorizações para que menores de dezesseis anos possam dirigir veículos, desde que com o consentimento dos responsáveis legais. Considerando a proibição legal relativa à idade, pode-se afirmar que tais atos administrativos contêm vício no elemento:

(A) competência;
(B) finalidade;
(C) forma;
(D) motivo;
(E) objeto.

RESPOSTA Quanto ao conceito do elemento objeto, tem-se por "objeto do ato administrativo o resultado que dele decorre" (MAFFINI, *Direito administrativo*, p. 95). Sendo que, nas palavras do autor, objeto e conteúdo são tratados como sinônimos. Art. 2º, Lei n. 4.717/65. *Alternativa E.*

576. (Procurador – GU-PFN – 2007 – ESAF) Entre os atos da Administração, verifica-se a prática do ato administrativo, o qual abrange somente determinada categoria de atos praticados no exercício da função administrativa. Destarte, assinale a opção correta.

(A) A presunção de legitimidade e veracidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade são elementos do ato administrativo.
(B) Procedimento administrativo consiste no *iter* legal a ser percorrido pelos agentes públicos para a obtenção dos efeitos regulares de um ato administrativo principal.
(C) Os atos de gestão são os praticados pela Administração com todas as prerrogativas e privilégios de autoridade e impostos unilateral e coercitivamente ao particular, independentemente de autorização judicial.
(D) Ato composto é o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único.
(E) Na executoriedade, a Administração emprega meios indiretos de coerção, como a multa ou outras penalidades administrativas impostas em caso de descumprimento do ato, compelindo materialmente o administrado a fazer alguma coisa.

RESPOSTA (A) São atributos do ato. (B) Correto. Trata-se do caminho, previsto em lei, a ser percorrido. (C) Inexiste o uso da supremacia sobre os destinatários. Ex.: Locação de imóvel. (D) É ato que depende de visto de outra autoridade. (E) Trata-se da Exigibilidade. *Alternativa B.*

577. (Promotor – MP-MG – 2011) Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Dá-se a revogação quando a Administração pública extingue um ato administrativo válido por razões de conveniência e oportunidade.
(B) Opera-se a convalidação (ou saneamento) quando a Administração pública supre ou corrige o vício existente em um ato administrativo.
(C) Apresenta-se o vício da incompetência quando o resultado do ato administrativo importar em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
(D) Ambienta-se o vício de forma na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato administrativo.

RESPOSTA (A) Art. 53, Lei n. 9.784/99. Súmula 473, STF. (B) Art. 55, Lei n. 9.784/99. (C) Incorreto. Tal vício é, pelo conceito dado, quanto ao objeto. (D) Correto, eis que a forma nada mais é do que o instrumento de exteriorização do ato. *Alternativa C*.

578. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Em relação aos atos praticados pela Administração e aos atos administrativos, analise as seguintes proposições:

I. Existem atos praticados pela Administração que são regidos pelo Direito Privado, como, por exemplo, a simples locação de uma casa para nela instalar-se uma repartição pública. O conteúdo e respectivo efeito não são regulados pelo Direito Administrativo.

II. Os motivos determinantes que embasam a vontade do agente são importantes para a prática do ato, como motivos gestacionais, mas não integram a validade do ato, salvo quando a lei tenha estabelecido, antecipadamente, os motivos que ensejariam a sua prática.

III. Atos vinculados são aqueles que têm prévia e objetiva tipificação legal do único possível comportamento da Administração em face de situação igualmente prevista em termos de objetividade absoluta. Atos discricionários são os praticados com certa margem de liberdade de avaliação ou decisão, segundo critérios de conveniência e oportunidade, pela Administração formulados.

IV. O ato revogador de outro ato pode ter efeito "ex nunc" *e/ou* "ex tunc", já a invalidação só opera efeito "ex nunc".

V. Como a forma do ato administrativo pode, eventualmente, não ser obrigatória, inexistindo prescrição, é possível concluir pelo regime estritamente legal, que pode existir ato administrativo sem forma. Responda:

(A) Estão incorretas as assertivas I e II.
(B) Estão corretas as assertivas III e IV.
(C) Estão incorretas as assertivas IV e V.
(D) Estão corretas as assertivas III e V.
(E) Estão incorretas as assertivas II e III.

RESPOSTA I. Correto. Trata-se de ato de gestão. II. Correto. Ver Art. 50, Lei n. 9.784/99. III. Correto (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 121-122). IV. A revogação opera efeitos *ex nunc* e a anulação, *ex tunc*. V. Art. 22, § 1º, Lei n. 9.784/99. *Alternativa C*.

579. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Quanto ao controle judicial de legalidade dos atos administrativos, aponte a alternativa correta:

(A) O controle judicial dos atos administrativos não pode estender-se à investigação dos motivos, da finalidade e da causa do ato, tendo em vista a discricionariedade da atuação do Poder Público na prática de tais atos.

(B) O Poder Público pode e deve autorizar providências administrativas restritivas de direitos, com o fito de forçar o cidadão a satisfazer, por exemplo, uma pretensão tributária ou trabalhista.

(C) Enquanto na atividade privada pode-se fazer tudo o que não é proibido, na atividade administrativa só se pode fazer o que é permitido, daí dizer-se que o liame que vincula a Administração à Lei é tão estrito quanto o travado entre a lei e o comportamento dos particulares.

(D) No exame do ato administrativo discricionário há de ser observado que a discricionariedade não se caracteriza por uma liberdade de conduta administrativa.

(E) Para se ter como correto o ato administrativo discricionário, basta que o agente alegue que o operou no exercício da discrição, isto é, dentro do campo de alternativa que a lei lhe abria. O juiz, mesmo se provocado, não examina a razoabilidade do ato, nem se o comportamento administrativo

adotado revelou-se respeitoso à finalidade da norma aplicada.

RESPOSTA (A) Poderá, quando violar princípios da CF. (B) Tais deverão advir de lei. (C) A legalidade ao particular é conceito amplo. (D) Deverão ser observados os princípios e garantias da CF. (E) Examina sua adequação à legalidade e à CF. *Alternativa D*.

580. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O prazo decadencial de cinco anos para a Administração anular seus atos, de que decorram efeitos favoráveis para os administrados, só incide a contar da data na qual a Lei n. 9.784/99, entrou em vigor.

(B) Os atos administrativos somente gozam da presunção de legalidade e validade.

(C) Em face da teoria dos motivos determinantes, não é possível, por exemplo, a mudança do destino de um bem desapropriado.

(D) Os fatos administrativos admitem anulação, mas, ao contrário dos atos administrativos, não admitem revogação.

(E) Licença é ato administrativo discricionário.

RESPOSTA (A) Art. 70, Lei n. 9.784/99. (B) E de legitimidade. (C) É possível, desde que atenda à finalidade pública (tredestinação lícita). (D) Admitem. Art. 53, Lei n. 9.784/99. (E) Vinculado. *Alternativa A*.

581. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Considere as seguintes proposições:

I. A aplicação da teoria dos motivos determinantes leva à invalidação do ato administrativo desvinculado dos motivos que determinam e justificam sua realização, mesmo em alguns casos de atos administrativos discricionários, como na hipótese de exoneração de servidor público de cargo de provimento em comissão motivada por conduta de improbidade.

II. A anulação é a declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal e somente pode ser feita pelo Poder Judiciário, enquanto a revogação é ato privativo da Administração Pública, mas em qualquer das hipóteses os efeitos da anulação retroagem à sua origem, invalidando as consequências passadas, presentes e futuras do ato anulado, mas os terceiros de boa-fé alcançados pelos efeitos incidentes do ato anulado são beneficiados pela presunção de legitimidade que acompanha toda atividade da Administração Pública.

III. Um dos critérios doutrinários utilizados para a distinção entre atos administrativos nulos e anuláveis é a possibilidade de convalidação do ato invalidado, negativa na primeira categoria, como na hipótese de atos praticados com desvio de poder, e afirmativa na segunda, como na hipótese de atos expedidos por sujeito incompetente ou com vício de forma.

IV. O ato administrativo é passível de invalidação por vício quanto ao motivo, o que ocorre quando a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido, mas não ocorre quando existe a falsidade do motivo, como na hipótese de punição disciplinar de servidor público por conduta ilícita diversa da que foi praticada.

V. A remoção de servidor público praticada de ofício, com o objetivo de punição e não de atendimento de necessidade de serviço, é hipótese de vício relativo à finalidade do ato administrativo e propicia sua invalidação.

(A) todas as proposições estão corretas

(B) somente as proposições I, II, III e V estão corretas

(C) somente as proposições I, III, IV estão corretas

(D) somente as proposições II, IV e V estão corretas

(E) somente as proposições I, III e V estão corretas

RESPOSTA I. Poderá o Judiciário anular em decorrência da violação a princípio. II. Súmula 473, STF. III. Art. 55, Lei n. 9.784/99. IV. A falsidade implica violação ao art. 5º, LIV, CF. V. É aplicação de pena sem o devido processo. *Alternativa E.*

582. (Juiz – TRT-15 – 2011) Luscar Amello, confeiteiro concursado da Companhia de Alimentação do Bom Prato, sociedade de economia mista, foi imotivadamente dispensado após 10 anos de dedicação ao emprego. O novo presidente da empresa, pretendendo realizar outro concurso público, e admitir pessoas mais alinhadas com os seus projetos políticos, assinalou, quando da dispensa, que ela se operava em função de cortes orçamentários. Assinale a alternativa correta:

(A) o ato pode ser revogado pelo Poder Judiciário, com efeito *ex tunc*, porque o empregado é detentor de estabilidade;
(B) o ato pode ser revogado pelo próprio administrador público, porque o empregado é detentor de estabilidade;
(C) o ato pode ser anulado pelo Poder Judiciário, porque o empregado é detentor de estabilidade;
(D) o ato pode ser revogado pelo Poder Judiciário por se tratar de um ato discricionário;
(E) o ato prescinde de motivação, mas deve ser anulado pelo administrador ou pelo Poder Judiciário quando verificada a ausência de correspondência entre os motivos espontaneamente apresentados para justificá-lo e a realidade constatada.

RESPOSTA A decisão aplica penalidade sem observância do art. 5º, LIV e LV, CF, restando a possibilidade de anulação pelo Judiciário, quando instado, aplicando-se a teoria dos motivos determinantes. *Alternativa E.*

583. (Juiz – TRT-24 – 2008) Sobre os atos administrativos, é INCORRETO afirmar que:

(A) A motivação constitui regra obrigatória, podendo, contudo, ser dispensada em casos excepcionais.
(B) No caso do ato discricionário, independentemente de estarem expostos os motivos pelo qual foi editado, não há vinculação entre o ato e a motivação.
(C) A presunção de legitimidade consiste na autorização de imediata execução do ato administrativo, considerando-se este eficaz até sua anulação.
(D) Pode a Administração Pública valer-se de atos de direito privado.
(E) A revogação do ato administrativo somente ocorre por ato da própria Administração.

RESPOSTA (A) Art. 50, Lei n. 9.784/99 e art. 37, V, CF. (B) Existe a vinculação. Teoria dos motivos determinantes. (C) Correto, eis que a presunção é relativa. (D) Pode. Ex.: Locação de imóvel. (E) Correto. Súmula 473, STF. *Alternativa B.*

584. (Juiz – TRT-8 – 2011) Consoante a jurisprudência dominante do STF, é INCORRETO afirmar:

(A) Se o ato administrativo regulamentar normativo ofender diretamente a Constituição da República, sem que haja lei a que deva se subordinar, poderá sofrer controle de constitucionalidade através da ação direta de inconstitucionalidade.
(B) Em homenagem ao princípio da segurança jurídica, pode ser convalidado ato administrativo de transposição de carreira, embora baseado em lei inconstitucional, em virtude de já se ter consolidado a situação jurídica do destinatário da norma.
(C) É inconstitucional a cobrança de taxa para a extração administrativa de certidões que visem à defesa de direitos e ao esclarecimento de interesses pessoais do requerente, pois violadora do princípio da publicidade.
(D) A Resolução n. 7 do CNJ, que veda a prática do nepotismo, com fundamento no princípio da moralidade, é aplicável apenas ao Poder Judiciário, sendo necessária lei formal para coibir a prática

no âmbito dos demais Poderes.

(E) A criação de milhares de cargos em comissão por estado-membro, comparada com a pequena quantidade de cargos de provimento efetivo, é inconstitucional, por violar os princípios da proporcionalidade e da moralidade administrativa.

RESPOSTA (A) Art. 102, I, *a*, CF. (B) Arts. 2º e 55, Lei n. 9.784/99. (C) Ver ADIn 2.969/AM. (D) Aplica-se a Súmula Vinculante 13, STF (Coíbe a prática de Nepotismo). (E) Correto. Deverá ser proporcional. Art. 37, V, CF. *Alternativa D.*

585. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** São atributos do ato administrativo, exceto:

(A) Presunção de legitimidade
(B) Finalidade
(C) Imperatividade
(D) Autoexecutoriedade
(E) Tipicidade

RESPOSTA A finalidade é elemento ou requisito do ato, sendo todos os demais atributos. *Alternativa B.*

586. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Em relação aos elementos constitutivos do ato administrativo, é correto afirmar que:

(A) o vício de competência não admite qualquer tipo de sanatória.
(B) os atos administrativos sempre podem ser praticados livremente, desde que a lei não exija determinada forma como sendo essencial.
(C) o elemento motivo também é chamado de motivação.
(D) a competência é o elemento do ato administrativo em que pode ser encontrada maior discricionariedade para a Administração Pública.
(E) o elemento motivo corresponde às razões de fato e de direito que servem de fundamento para o ato administrativo.

RESPOSTA (A) Admite, desde que praticado pela autoridade competente. (B) Tipicidade dos atos. Art. 2º, parágrafo único, *b*, Lei n. 4.717/65. (C) A motivação decorre do elemento forma. Art. 50, Lei n. 9.784/99. (D) É elemento vinculado. (E) Art. 2º, parágrafo único, *d*, Lei n. 4.717/65. *Alternativa E.*

587. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Identifique, entre as assertivas abaixo, a que corresponda a um ato administrativo complexo, observada a concepção técnica usual de nossa doutrina pátria.

(A) O ato cuja produção tenha se dado a partir tão só da manifestação de vontade de um órgão colegiado.
(B) O que passa a existir com a manifestação de vontade de um órgão, dependente da manifestação de outro para que se confirme ou seja desconstituído.
(C) Determinado ato que somente tenha existência a partir da manifestação necessária de três órgãos.
(D) Um ato que, a despeito de existir a partir do momento em que exarado por um único órgão, somente poderá produzir efeitos com a posterior manifestação de outro órgão.
(E) Aquele que, dada a sua complexidade, somente passa a existir a partir da manifestação de vontade de mais de um agente público de um mesmo órgão.

RESPOSTA (A) Ato simples. (B) Ato composto. (C) Ato complexo. (D) Ato composto. (E) Ato simples. *Alternativa C.*

588. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Sobre o ato administrativo lícito da administração pública, é

correto dizer que

(A) ele pode ser revogado desde que não tenha operado efeitos no patrimônio do seu titular.
(B) ele é passível de revogação a qualquer tempo, tendo a revogação efeito declaratório.
(C) ele, segundo boa parte da doutrina, pode levar à reparação dos danos que venha a representar para terceiros.
(D) quando ato vinculado – em regra – é suscetível à revogação.
(E) sua revogação pode atingir àqueles atos denominados como meros atos administrativos, tais como, a expedição de certidões, de pareceres e de atestados.

RESPOSTA (A) Pode ser revogado por razões de conveniência e oportunidade. (B) Os efeitos são extintivos. (C) Aplica-se o art. 37, § 6º, CF, e sua imputação objetiva, no caso de dano. (D) Não poderão ser objeto. (E) São meramente enunciativos. *Alternativa C*.

589. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** À luz da tradicional doutrina administrativista, é possível identificar, como espécie de ato administrativo, o chamado ato ordinatório, que tem, como um de seus exemplos,

(A) os decretos regulamentares.
(B) os alvarás.
(C) as circulares.
(D) as multas.
(E) as homologações.

RESPOSTA (A) Ato normativo. (B) Ato negocial. (C) Ato ordinatório. (D) Ato punitivo. (E) Ato negocial. *Alternativa C*.

590. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Ato administrativo foi praticado com vício de legalidade há sete anos. Nesse caso, a Administração Pública:

(A) pode anular o ato, mas deve recorrer ao Poder Judiciário para promover a ação anulatória;
(B) é obrigada a manter o ato como se fosse válido, tendo em vista ter ocorrido a prescrição de sua pretensão;
(C) pode legitimamente anular o ato, sem recorrer ao Poder Judiciário, por ser dotada da prerrogativa de autotutela;
(D) tem que manter o ato com sua eficácia normal, porque foi extinto o direito do administrado;
(E) está impedida de anular o ato em virtude da decadência, desde que não tenha havido comprovada má-fé.

RESPOSTA Operou-se a decadência prevista no art. 54, Lei n. 9.784/99. *Alternativa E.*

591. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Tendo em vista orientação de sua Procuradoria, Prefeito edita decreto que passa a proibir a instalação de mais de duas farmácias em cada rua do perímetro central urbano da cidade. O decreto municipal:

(A) é inconstitucional, porque agride o princípio da livre concorrência;
(B) é constitucional, porque editado sob o influxo do poder de polícia municipal;
(C) é inconstitucional, porque ofende o princípio da função social da propriedade;
(D) é constitucional, porque ao Município cabe implementar a política de desenvolvimento urbano;
(E) é inconstitucional, porque intervenções dessa natureza são da competência dos Estados-membros.

RESPOSTA Não desconsideramos a competência do Município prevista no art. 30, VIII, CF. Todavia, a medida exarada pelo Chefe do Poder Executivo é inconstitucional, pois agride o art. 170, IV, CF (princípio da livre-concorrência na atividade econômica). *Alternativa A.*

592. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Em relação à improbidade administrativa, marque a alternativa INCORRETA:

(A) Constitui ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da Administração Pública, revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

(B) A percepção de vantagem patrimonial ilícita, obtida pelo exercício da função pública, bem como o dano ao erário são pressupostos exigíveis para a caracterização do enriquecimento ilícito gerado pela conduta de improbidade.

(C) Ao ímprobo, na hipótese de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito, pode ser aplicada a pena de suspensão dos direitos políticos, pelo prazo máximo de dez anos.

(D) Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

(E) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado, que recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

RESPOSTA (A) Art. 11, VII, da lei. (B) Art. 9º, § 1º, da lei. (C) Art. 12, I, da norma. (D) Art. 13, § 3º, da lei. (E) Art. 7º, Lei de Improbidade. *Alternativa B.*

593. **(Procurador – MPF – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) os atos de improbidade administrativa sujeitam o infrator apenas às sanções decorrentes do processo criminal quando houver coincidência entre o tipo penal e o tipo descrito na Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade), sob pena de configuração de *bis in idem*;

(B) ante a natureza e a gravidade das sanções previstas em lei, os atos de improbidade só são puníveis a título de dolo, inexistindo possibilidade de responsabilização com base em culpa em sentido estrito;

(C) a sanção de suspensão de direitos políticos prevista na lei 8.429/92 é incompatível com a Constituição da República, uma vez que esta não admite a "morte cívica" do cidadão;

(D) a medida de indisponibilidade de bens prevista na lei de Improbidade possui natureza cautelar, tendo por escopo assegurar a reparação do dano ao erário.

RESPOSTA (A) As responsabilidades possuem esferas distintas e autônomas, podendo haver a tipificação pela Lei n. 8.429/92 e pelo CP. (B) Arts. 5º e 10, Lei n. 8.429/92. (C) Art. 37, § 4º, CF. (D) Art. 7º, parágrafo único, Lei n. 8.429/92. *Alternativa D*.

594. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Determinado Administrador público celebrou um contrato administrativo junto à empresa (vencedora do processo licitatório) constando como seu objeto a publicidade institucional, mas que, em verdade, destinava-se exclusivamente à promoção pessoal desse mesmo Administrador. O material publicitário foi efetivamente produzido e o contrato inteiramente adimplido por ambas as partes. Nesse caso, assinale a opção CORRETA.

(A) Houve inobservância quanto à finalidade do interesse público que pode sujeitar o Administrador

público a sanções por ato de improbidade administrativa.

(B) Como o Administrador atuou com desvio de poder, o contrato é tido por inexistente de pleno direito, mas não se caracterizou improbidade administrativa, já que não houve enriquecimento ilícito por parte do Administrador.

(C) Embora imoral, o exemplo revela típico exercício do poder discricionário do Administrador, não sendo passível de questionamento ou controle judicial.

(D) Em face da ilicitude do objeto e da inobservância das formalidades legais, o contrato não gerou quaisquer efeitos, mas não importou em ato de improbidade administrativa, já que não houve prejuízo mensurável ao erário.

RESPOSTA O fato narrado constitui violação aos princípios da moralidade e da impessoalidade, previstos no art. 37, *caput*, CF, bem como no art. 4º, Lei n. 8.429/92, o que termina por tipificar a conduta como ato de improbidade administrativa. *Alternativa A.*

595. (Procurador – Chapecó-SC – 2011 – OBJETIVA) Assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

Constitui ato de improbidade administrativa ____________qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º da Lei n. 8.429/92.

(A) importando conduta incompatível com o cargo ou função exercidos.

(B) importando enriquecimento ilícito.

(C) que atenta contra os princípios da administração pública.

(D) que causa lesão ao erário.

RESPOSTA Art. 10, Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa). *Alternativa D*.

596. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Tem legitimidade para representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade:

(A) somente o Ministério Público.

(B) somente o controle externo ou corregedoria do órgão.

(C) somente o controle interno do órgão, em caráter sigiloso.

(D) somente o Ministério Público, Tribunal ou Conselho de Contas.

(E) qualquer pessoa que deseje ver apurada a prática de ato de improbidade.

RESPOSTA Art. 14, Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa). *Alternativa E.*

597. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) Sobre a prescrição em relação às ações de improbidade administrativa, é correto afirmar que

(A) toda e qualquer sanção prevista na lei de improbidade administrativa não mais se sujeita à prescrição segundo o STF (Supremo Tribunal Federal).

(B) somente as ações de ressarcimento do erário público são imprescritíveis; as ações para aplicação das demais consequências em relação aos atos de improbidade prescrevem.

(C) é de 5 anos o prazo prescricional para ajuizar ação com o objetivo de impor qualquer sanção prevista na lei de improbidade, inclusive o ressarcimento ao erário público.

(D) é de 3 anos o prazo prescricional para ajuizar ação com o objetivo de impor qualquer sanção prevista na lei de improbidade, inclusive o ressarcimento ao erário público.

RESPOSTA Art. 37, § 5º, CF, e art. 23, I e II, Lei n. 8.429/92. *Alternativa B.*

598. **(Procurador – Cuiabá-MT – 2007 – UFMT)** Em relação à Lei n. 8.429/92, denominada Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa correta.

(A) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa pressupõe a efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
(B) As sanções previstas no art. 12 da referida lei têm natureza criminal.
(C) Na ação de improbidade administrativa, o recolhimento da importância devida ao erário, no prazo da contestação, importará na extinção do feito sem julgamento do mérito.
(D) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente responderá integralmente pelos prejuízos causados pelo *de cujus* à Fazenda Pública.
(E) A Fazenda Pública Municipal poderá promover ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público nos casos de improbidade administrativa.

RESPOSTA (A) Art. 21, I, da lei. (B) Independência das sanções penais. As sanções previstas no art. 12 são autônomas. (C) Indisponibilidade do interesse público. Art. 17, § 1º, da lei. (D) Art. 8º, da norma. (E) Art. 17, § 2º, da lei. *Alternativa E.*

599. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Os atos de improbidade administrativa geram consequências jurídicas e políticas, conforme texto constitucional, não se enquadrando nestas:

(A) Suspensão dos direitos políticos.
(B) Perda dos direitos políticos.
(C) Perda da função pública.
(D) Indisponibilidade dos bens.
(E) Ressarcimento ao erário.

RESPOSTA Art. 37, § 4º, CF. *Alternativa B.*

600. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Considerando o disposto na Lei Federal n. 8.429/92 sobre improbidade administrativa, marque a alternativa CORRETA:

(A) Na hipótese de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, o responsável está sujeito à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
(B) Na hipótese de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, o responsável está sujeito a ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
(C) Na hipótese de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, o responsável está sujeito a ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público

ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

(D) A aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.429/92 independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quando aprovadas as contas do agente pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

(E) As sanções previstas na Lei n. 8.429/92 podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, substituindo as sanções administrativas previstas na legislação específica.

RESPOSTA (A) Art. 12, I, Lei de Improbidade. (B) Art. 12, II, da lei citada. (C) Art. 12, III, da norma. (D) Art. 21, I, da lei. (E) Art. 12, *caput*, da lei em tela. *Alternativa B.*

601. **(Procurador – MPT – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) de acordo com a Constituição Federal, é imprescritível a ação que pretende o ressarcimento do erário de danos decorrentes de improbidade administrativa;

(B) a contratação irregular de servidor público não aprovado em concurso público para o exercício de cargo efetivo configura ato de improbidade administrativa, mesmo que o contratado tenha bem exercido as funções atribuídas ao cargo;

(C) não é obrigatória a intervenção do Ministério Público como fiscal da lei, em ação civil pública por improbidade administrativa ajuizada por colegitimado distinto, caso tenha proposto o arquivamento do inquérito civil relativo à mesma questão e objeto versados na ação;

(D) de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, os atos de improbidade que importem enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário dependem da existência de dolo ou culpa;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 37, § 5º, CF. (B) Arts. 3º e 11, V, Lei n. 8.429/92. (C) Art. 17, § 4º, Lei de Improbidade. (D) Arts. 9º e 10, da lei em tela. *Alternativa C*.

602. **(Promotor – MP-BA – 2010)** Assinale a afirmação correta:

(A) Apenas o agente público é considerado sujeito ativo perante a lei de improbidade administrativa.

(B) Para fins da lei de improbidade administrativa, agente público é todo aquele que exerce, apenas em caráter de permanência e com remuneração, função em empresa pública.

(C) A vitaliciedade impede a aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa ao Conselheiro do Tribunal de Contas.

(D) Os agentes políticos, os servidores públicos, os militares e os particulares que colaboram espontaneamente com o Poder Público podem praticar atos de improbidade administrativa.

(E) Nem todas as categorias de servidores públicos podem se enquadrar como sujeito ativo da improbidade administrativa.

RESPOSTA (A) Art. 3º, Lei n. 8.429/92. (B) Art. 2º, Lei de Improbidade. (C) Não impede, pois deverá ser observada a amplitude do art. 2º, da lei ora referida. (D) Correto, eis que consonante ao art. 3º, da norma. (E) Todas. Arts. 1º e 2º, da lei. *Alternativa D*.

603. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Quanto aos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa que contém uma afirmativa FALSA:

(A) De acordo com a Lei n. 8.429/92, os atos de improbidade são aqueles praticados por agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa

incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.

(B) Estão também sujeitos às penalidades da Lei n. 8.429/92 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

(C) Reputa-se agente público, na forma da Lei n. 8.429/92, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades definidas na referida lei.

(D) As disposições da Lei n. 8.429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta desde que seja ele agente público.

(E) São exemplos de ato de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública frustrar a licitude de concurso público e retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

RESPOSTA (A) Art. 1º, Lei de Improbidade. (B) Art. 1º, parágrafo único, da lei referida. (C) Art. 2º, Lei n. 8.429/92. (D) Art. 3º, da lei. (E) Art. 11, II e V, da lei em tela. *Alternativa D*.

604. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Diante do comando da Lei n. 8.429/92, que dispõe sobre as condutas que configuram a improbidade administrativa e as sanções aplicáveis, é CORRETO afirmar:

(A) face ao princípio de proporcionalidade, as sanções de perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos, a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios e o pagamento de multa civil poderão ser aplicadas de forma isolada.

(B) estão excluídos da responsabilização aqueles que não possuem vínculo efetivo ou em comissão com a Administração Pública, diante da definição de agente público para fim de incidência da Lei de Improbidade Administrativa.

(C) a pessoa jurídica beneficiada pelo ato de improbidade não pode ser responsabilizada pelas sanções previstas, apenas a(s) pessoa(s) que por ela respondem.

(D) a aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.429/92 aos gestores públicos está condicionada à rejeição das contas pelo Tribunal de Contas.

RESPOSTA (A) Correto. Art. 12, Lei n. 8.429/92. (B) Incorreto. Art. 2º, do diploma legal. (C) Incorreto. Art. 12, I a III, da lei. (D) Incorreto. Art. 21, II, Lei de Improbidade. *Alternativa A.*

605. **(Analista – DPE-TO – 2012 – UFT)** Conforme previsto na Lei n. 8.429/92, NÃO constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:

(A) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

(B) Qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade e lealdade às instituições.

(C) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.

(D) Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

RESPOSTA O ato contido na alternativa B é ato que atenta contra os princípios da Administração (art. 11, da lei). As demais assertivas descrevem tipos que estão registrados no art. 10, da norma em referência. *Alternativa B.*

V. Licitações, Convênios e Contratos

606. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Em relação à rescisão do contrato administrativo, é CORRETO dizer que:

(A) no caso do contrato derivar de regular processo licitatório, a rescisão não pode ser feita amigável ou administrativamente, mas somente pela via judicial.

(B) pode ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, no caso de atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento por parte da empresa contratada.

(C) pode ser determinada por ato unilateral e escrito da empresa contratada no caso da não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais.

(D) a inexecução apenas parcial do contrato por parte da empresa contratada não enseja a sua rescisão.

RESPOSTA (A) Art. 79, § 1º, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 78, IV, e art. 79, I, da norma de licitações. (C) Art. 78, XVI, e art. 79, III, da lei. (D) Art. 77, Lei de Licitações. *Alternativa B.*

607. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Relativamente às Licitações, é correto afirmar:

(A) A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

(B) Na contratação de serviços de publicidade, poderá ser dispensada a licitação em se tratando de hipóteses que exijam a contratação de profissionais ou empresas de notória especialização, conforme previsto no artigo 25 da Lei 8.666/93.

(C) O concurso para ingresso em carreira no serviço público é uma modalidade de licitação.

(D) Havendo empate em procedimento licitatório, impõe a legislação vigente que sempre se resolva pelo critério do sorteio, como forma de garantir a isonomia e lisura no procedimento.

(E) Todas as alternativas anteriores são corretas.

RESPOSTA (A) Art. 49, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 25, II, Lei de Licitações. (C) O art. 22, § 4º, Lei de Licitações, versa sobre a modalidade. O art. 37, II e III, CF, versa sobre o provimento de cargos públicos. (D) Art. 3º, § 2º, e art. 45, §§ 2º e 3º, da norma. (E) Apenas a letra A está correta. *Alternativa A.*

608. **(Procurador – PGE-PA – 2009)** Tendo em vista o problema gerado pela superlotação dos estabelecimentos penais existentes, o Estado do Pará se propõe a construir um novo presídio. Em razão desse objetivo, a Secretaria de Obras do referido Estado indaga à Procuradoria Geral do Estado se poderia contratar, sem licitação, uma empresa pública municipal, criada em 1994, que tem como finalidade atender à realização de construções públicas para executar a obra do novo presídio, mesmo existindo empresa estadual criada por lei para execução de obras públicas desde 1992. Não obstante a divergência doutrinária, apenas com base nos termos do inciso VIII do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, como Procurador do Estado você concluiria como resposta CORRETA:

(A) Que é possível a contratação da empresa municipal, sem licitação, em decorrência da lei de licitações que prevê esta possibilidade para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, independente do momento de criação da empresa para o fim específico do serviço a ser prestado e do preço

contratado.

(B) Que é possível a contratação da empresa municipal, sem licitação, em decorrência da lei de licitações que prevê esta possibilidade para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, porque foi criada em 1994, ou seja, depois da Lei n. 8.666/93.

(C) Que não é possível a contratação da empresa municipal simplesmente porque não faz parte da mesma órbita federativa do ente de direito público (Estado).

(D) Que não é possível a contratação da empresa municipal, sem licitação, em decorrência de ter sido criada em 1994 e sim da empresa estadual criada para esse fim desde 1992, ou seja, antes da Lei n. 8.666/93.

RESPOSTA Para que se realize a dispensa do art. 24, VIII, da lei, necessário que a pessoa jurídica tenha sido criada antes da data de publicação da Lei de Licitações, o que não é o caso. *Alternativa D*.

609. (Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL) Analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

(A) Na licitação, ainda que não causem dano à Administração e aos licitantes, será anulado o procedimento licitatório por irregularidades formais na documentação ou na proposta, em virtude do princípio do procedimento formal.

(B) O contrato administrativo de fornecimento é sujeito à obrigatoriedade de procedimento licitatório prévio.

(C) O princípio licitatório da publicidade impõe que o julgamento das propostas seja um ato público.

(D) A licitação poderá ser dispensada a critério de conveniência e oportunidade do Administrador, independentemente de hipótese legal para tanto.

RESPOSTA (A) Poderão ser convalidadas. Art. 55, Lei n. 9.784/99. (B) Correto. Resta incluído no art. 2º, parágrafo único, Lei n. 8.666/93. (C) Impõe que os atos sejam publicizados. Art. 44, § 1º, da lei. (D) Deverá obedecer ao rol do art. 24, bem como ser motivada. *Alternativa B.*

610. (Delegado – PC-GO – 2008 – UEG) A Lei n. 8.666/93, que instituiu normas para licitação e contratos da Administração Pública, prevê regras acerca da contratação direta. Sobre esse tema, é CORRETO afirmar:

(A) tratando-se de autorização legal para contratar de forma direta, o administrador não está obrigado a justificar a razão da escolha daquele que será contratado.

(B) o administrador público, se quiser, poderá realizar processo licitatório tanto na licitação dispensável quanto na licitação dispensada.

(C) é possível contratação direta se ocorrer a situação denominada licitação deserta.

(D) é possível contratação direta no caso de ocorrência da chamada licitação fracassada.

RESPOSTA (A) Deverá justificar em razão do pequeno valor; de situações excepcionais; do objeto ou da pessoa. Art. 24, da lei. (B) A dispensada decorre de vinculação. Art. 17, da norma. (C) Correto. Art. 24, V, da lei. (D) Observar prazo da sanatória. Art. 48, § 3º, da lei. *Alternativa C*.

611. (Analista – TRE-PA – 2011 – FGV) A licitação é dispensável nos seguintes casos:

I. em casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

II. quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração;

III. para aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo, devendo a

comprovação de exclusividade ser feita por meio de atestado;

IV. quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

Analisando-se os itens acima, estão corretos somente

(A) II e III.

(B) I, II e IV.

(C) II, III e IV.

(D) I e IV.

(E) I, III e IV.

RESPOSTA I. Art. 24, III, Lei n. 8.666/93. II. Art. 24, V, da lei. III. Art. 25, I, da norma. IV. Art. 24, VI, da lei. *Alternativa B.*

612. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Como regra geral, a regra da obrigatoriedade da licitação não se aplica aos convênios públicos;

(B) A criação de consórcio público não depende de autorização legislativa;

(C) A Administração pública, no exercício de suas atribuições, pode se valer de contratos de direito privado;

(D) O contrato administrativo não reproduz de forma exata a autonomia privada típica dos contratos entre particulares;

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Não são espécies de contratos. Art. 116, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 4º, XI, Lei n. 11.107/2005. (C) Ex.: Contrato de aluguel. (D) Aplica supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos. Art. 54, Lei n. 8.666/93. *Alternativa B.*

613. **(Procurador – MPT – 2009)** Considerada a Lei de Licitações e contratos da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão subordinadas ao regime das licitações e contratos administrativos;

(B) A Lei assegura preferência, em primeiro lugar, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras, como critério de desempate em havendo igualdade de condições;

(C) Como regra geral, qualquer cidadão pode acompanhar o desenvolvimento do processo licitatório;

(D) A licitação, salvo quanto ao conteúdo das propostas e até a respectiva abertura, não será sigilosa;

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 1º, parágrafo único, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 3º, § 2º, II a IV, Lei n. 8.666/93. (C) Art. 4º, da norma licitatória. (D) Art. 3º, § 3º, Lei de Licitações. *Alternativa B.*

614. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Considere a hipótese a seguir. Dado município do interior contratou, sem licitação, serviços de publicidade relativos a programas institucionais de saúde, a serem realizados/executados por renomado publicitário, pelo preço de R$ 10.000,00 mensais, pelo período de doze meses. Frente à hipótese, pode-se dizer:

(A) Trata-se do caso de inexigibilidade e/ou dispensa de licitação; é, portanto, correta a ação da administração, já que em face do contrato firmado e dos valores despendidos, não haveria necessidade de processo licitatório.

(B) Se a administração adotasse a contratação pelo sistema de convite, haveria, em face da espécie de processo utilizado e do sistema de contratação, respeito à legislação vigente.

(C) É possível qualificar o trabalho do publicitário como de um artista, de acordo com a legislação

relativa às licitações.

(D) A eventual responsabilização civil do administrador que infringe a Lei n. 8.666/93, e que causa prejuízo à administração na hipótese apresentada configura-se apenas se comprovado o dolo.

(E) Nenhuma das afirmações anteriores está correta.

RESPOSTA (A) Não se aplicam o art. 24, I e II, e art. 25, II, Lei n. 8.666/93. (B) Deverá ser respeitado o rito da Lei n. 12.232/2010. (C) Não se aplica o art. 25, III, da lei. (D) Art. 10, XIV, Lei n. 8.429/92. *Alternativa E.*

615. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Durante a execução de um contrato de obra entre a Administração Pública e a empresa C & C – Construções e Concretos Ltda., houve a decretação judicial da falência desta. Acerca dos efeitos dessa situação sobre o contrato, assinale a alternativa correta:

(A) há a rescisão de pleno direito do contrato, dependendo de procedimento administrativo, assegurado, obrigatoriamente, o contraditório;

(B) há a rescisão contratual, desde que presente a anuência das partes contratantes;

(C) há a rescisão do contrato, independentemente da vontade de qualquer das partes;

(D) não há a rescisão do contrato, em razão do princípio da continuidade do serviço público;

(E) não há a rescisão do contrato, salvo decisão em contrário emanada do Poder Judiciário.

RESPOSTA Ocorre a rescisão com base no art. 78, IX, Lei n. 8.666/93. *Alternativa C*.

616. **(Procurador – MPT – 2008)** Com relação à licitação, é CORRETO afirmar que:

I. não é obrigatória na aquisição de bem que, embora disponível em diversas qualidades, é oferecido por um único comerciante;

II. é procedimento obrigatório para a União, Distrito Federal, Estados, Municípios, autarquias e fundações públicas, sendo inexigível para as empresas públicas e sociedades de economia mista sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas que explorem atividades econômicas de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços;

III. deve observar os princípios da objetividade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório, probidade administrativa, igualdade, publicidade, além de outros que lhe sejam correlatos;

IV. o direito brasileiro compreende as modalidades denominadas concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, as quais podem ser utilizadas, em um mesmo procedimento, de forma isolada ou combinadamente, conforme o objetivo pretendido pela administração pública.

De acordo com as assertivas acima, assinale a opção CORRETA:

(A) as assertivas I e II estão incorretas;

(B) apenas a assertiva III está correta;

(C) as assertivas III e IV estão corretas;

(D) as assertivas I e III estão corretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA I. Art. 25, I, Lei de Licitações. II. Art. 1º, parágrafo único, Lei n. 8.666/93. III. Art. 3º, da lei referida. IV. Art. 22, § 8º, da norma. *Alternativa D*.

617. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Nos termos da Lei n. 8.666/1993, a duração dos contratos regidos por esse Estatuto deve observar a vigência dos respectivos créditos orçamentários. Tal regra

(A) não admite exceções, pois o Estado não pode assumir compromissos sem a necessária

programação quanto aos recursos necessários a suprir as despesas criadas.
(B) admite como exceção apenas a hipótese de contratação emergencial, decorrente de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis para o Poder Público.
(C) admite como exceção contratações atinentes ao aluguel de equipamentos.
(D) admite como exceção apenas a dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua.
(E) admite como exceções tanto a hipótese de contratação emergencial, como aquelas que tenham por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

RESPOSTA Art. 57, IV, Lei n. 8.666/93. *Alternativa C*.

618. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** A execução de determinado contrato administrativo de prestação de serviços teve de ser paralisada por um período de 1 (um) mês, por ocorrência de fatos alheios à vontade ou controle dos contratantes. Em tal hipótese, o cronograma de execução

(A) será prorrogado por igual período, desde que isso tenha sido pactuado, no contrato original.
(B) será prorrogado automaticamente, por igual período.
(C) deverá ser alterado, mediante acordo entre as partes.
(D) poderá ser alterado, a critério da Administração contratante, após avaliação quanto ao interesse público nessa alteração contratual.
(E) não poderá ser alterado se tal possibilidade não foi prevista no respectivo edital de licitação, por não se admitir a constituição de benefícios não previstos quando da abertura do certame licitatório.

RESPOSTA Art. 79, § 5º, Lei n. 8.666/93. *Alternativa B.*

619. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Suponha que, em determinado contrato administrativo, tenha-se verificado, tecnicamente, a inaplicabilidade dos termos contratuais originários, tornando-se necessária a modificação do regime de execução do serviço. Nesse caso,

(A) será possível a alteração do contrato, por acordo entre as partes, havendo necessidade de celebração de termo aditivo, para tal fim.
(B) será possível a alteração unilateral do contrato pela Administração, para a modificação do regime de execução do serviço, sendo desnecessária a celebração de termo aditivo.
(C) será possível a alteração unilateral do contrato pela Administração, para a modificação do regime de execução do serviço, tornando-se, não obstante, necessária a celebração de termo aditivo.
(D) será possível a alteração do contrato, por acordo entre as partes, sendo desnecessária a celebração de termo aditivo.
(E) não será possível a alteração contratual, pois tal significaria alteração das condições previstas na licitação respectiva, devendo-se proceder à rescisão do contrato.

RESPOSTA Art. 65, II, *b*, Lei n. 8.666/93. *Alternativa A.*

620. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** A legislação pátria considera determinadas cláusulas “necessárias” em todos os contratos administrativos. Entre tais cláusulas, não

(A) se inclui a que disponha sobre as hipóteses de rescisão, eis que tal é matéria já tratada de forma expressa em nossa legislação.
(B) se inclui o reconhecimento dos direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, uma vez que tais direitos decorrem da própria lei.

(C) se inclui a obrigação de o contratado manter, durante toda a execução do contrato, as condições que o habilitaram e qualificaram para prestar os serviços, pois tal é decorrência lógica de todos os contratos celebrados com o Poder Público.

(D) se incluem as garantias oferecidas quando da participação do certame, que assegurarão o fiel cumprimento do contrato, pois, independentemente de menção a tais garantias, poderão elas ser utilizadas em proveito da Administração.

(E) se inclui a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou reconheceu sua inexigibilidade, ou, ainda, ao convite, pois tal também é decorrência lógica da própria celebração do contrato com o Poder Público.

RESPOSTA (A) Art. 55, VIII, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 55, IX, da lei. (C) Art. 55, XIII, da norma. (D) Art. 55, VI, da lei. (E) Art. 55, XI, da norma. A banca considerou a alternativa D como correta. Todavia, as garantias devem estar previstas no edital. Art. 56, da norma. *Alternativa D.*

621. **(Procurador – PGE-PA – 2009)** Analise a proposição abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

O Estado do Pará resolveu vender a particulares área de terreno onde atualmente se localiza uma praça. O processo foi distribuído para elaboração de parecer com essa informação. Como Procurador do Estado você concluiria, acerca da venda, que:

(A) Depende, além de outros requisitos, da desafetação do bem, por meio de lei, e da utilização do procedimento licitatório sob a modalidade leilão.

(B) Não é possível por se tratar de bem de uso comum do povo por natureza.

(C) Depende, além de outros requisitos, da desafetação do bem, por meio de lei, e da utilização do procedimento licitatório sob a modalidade concorrência.

(D) Não é possível porque não pode deixar de ter essa destinação de praça.

RESPOSTA Art. 17, I, Lei n. 8.666/93. *Alternativa C.*

622. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Sobre licitações e contratos, assinale a alternativa *incorreta.*

(A) Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

(B) Para fins de pregão, consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

(C) Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

(D) No pregão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% (vinte por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

(E) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

RESPOSTA (A) Art. 46, § 3º, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 1º, parágrafo único, Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão). (C) Art. 54, § 2º, Lei n. 8.666/93. (D) O valor é até 10%. Art. 4º, VIII, Lei do Pregão. (E) Art. 59, Lei de Licitações. *Alternativa D.*

623. **(Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP)** A Administração Pública pretende contratar uma

determinada dupla de cantores sertanejos, consagrada pela opinião pública, para apresentação em *show* popular em praça pública, no evento comemorativo ao Dia do Trabalho. Nesta hipótese, segundo a Lei de licitações,

(A) deverá ser realizada a licitação por meio da concorrência.
(B) deverá ser realizada a licitação por meio de tomada de preços.
(C) deverá ser realizada a licitação por meio do concurso.
(D) poderá ser dispensada a licitação.
(E) a licitação será inexigível.

RESPOSTA A licitação é inexigível, tendo por escopo o art. 25, III, Lei n. 8.666/93. *Alternativa E.*

624. **(Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS)** O regime de execução indireta em que se ajusta mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais, é denominado

(A) empreitada por preço global.
(B) empreitada por preço unitário.
(C) administração contratada.
(D) tarefa.
(E) empreitada integral.

RESPOSTA Tarefa. Art. 6º, VIII, *d*, Lei n. 8.666/93. *Alternativa D*.

625. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Os tipos de licitação melhor técnica e técnica e preço devem ser utilizados quando:

(A) O valor da contratação for superior a R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).
(B) Os serviços apresentarem natureza predominantemente intelectual.
(C) A licitação for internacional.
(D) For adotada a modalidade tomada de preços.
(E) Houver comprometimento da segurança nacional.

RESPOSTA Art. 46, Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações). *Alternativa B.*

626. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Em contrato administrativo de obra pública, para reforma de edifício, o Estado pode ampliar o objeto e rever o preço, elevando-o até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, obrigando-se, contudo, a ter a anuência do contratado. Em tal cenário, pode afirmar-se que a proposição está:

(A) incorreta, porque o limite de alteração, nessa hipótese, não pode ultrapassar a 25% (vinte e cinco por cento);
(B) correta, não sendo admitida, entretanto, nova ampliação do objeto e revisão do valor inicial;
(C) incorreta, porque a reforma de edifício se caracteriza como serviço, cujo limite de revisão do preço é inferior;
(D) incorreta, porque esse tipo de alteração é prerrogativa da Administração, sendo dispensável a anuência do contratado;
(E) correta, admitindo-se nova elevação do preço inicial se a alteração resultar de acordo entre os pactuantes.

RESPOSTA Art. 65, § 1º, Lei n. 8.666/93. *Alternativa D.*

627. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, condicionada à obtenção dos direitos patrimoniais sobre a obra:

(A) é dispensável o processo licitatório.
(B) deverá ser realizada a licitação, na modalidade convite.
(C) é inexigível a licitação.
(D) deverá ser realizado o processo licitatório, na modalidade concorrência.
(E) é exigível a licitação, na modalidade concurso.

RESPOSTA Art. 22, § 4º, Lei n. 8.666/93. *Alternativa E.*

628. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa que apresenta informação incorreta.

(A) É possível a contratação de escritório de advocacia por dispensa de licitação.
(B) Os delegatários dos serviços notariais e de registro submetem-se à aposentadoria compulsória.
(C) É garantido o contraditório e a ampla defesa nos processos perante o Tribunal de Contas quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
(D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende as garantias constitucionais.

RESPOSTA (A) Art. 24, II, Lei n. 8.666/93. (B) É regramento aplicável aos servidores públicos. Art. 40, § 1º, II, CF. (C) Súmula Vinculante 3, STF. (D) Súmula Vinculante 5, STF. *Alternativa B.*

629. **(Promotor – MP-SP – 2011)** A pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, pela inexecução total ou parcial do contrato:

(A) é restrita ao órgão licitante, que impôs a penalidade.
(B) estende-se à pessoa jurídica de direito público a que pertence o órgão licitante.
(C) abrange toda a Administração, em qualquer unidade da Federação.
(D) pode ser aumentada, para prazo superior a 2 (dois) anos, dependendo da extensão do dano causado pelo particular.
(E) só pode ser aplicada em ação judicial, de rito ordinário.

RESPOSTA A suspensão temporária para contratar é pena administrativa, aplicada em sede de processo administrativo, com seu prazo máximo fixado em até 2 (dois) anos, abrangendo toda a Administração, em qualquer unidade da Federação. Art. 87, III, Lei n. 8.666/93. *Alternativa C*.

630. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Em relação aos recursos administrativos previstos na Lei n. 8.666/93, assinale a alternativa *incorreta*.

(A) Os recursos têm efeito devolutivo e suspensivo.
(B) Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo legal.
(C) Cabe representação, da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

(D) Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

(E) Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de carta-convite, os prazos recursais são reduzidos para dois dias úteis.

RESPOSTA (A) Art. 109, § 2º, da lei. (B) Art. 109, § 3º. (C) Art. 109, II. (D) Art. 109, § 5º, da norma. (E) Art. 109, § 6º. *Alternativa A.*

631. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Quanto à “tomada de preços”, pode-se afirmar tratar-se de:

(A) modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

(B) modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

(C) modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

(D) modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

(E) modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

RESPOSTA (A) Concorrência. Art. 22, § 1º, Lei n. 8.666/93. (B) Tomada. Art. 22, § 2º, da norma. (C) Convite. Art. 22, § 3º, da lei. (D) Concurso. Art. 22, § 4º, Lei de Licitações. (E) Leilão. Art. 22, § 5º, da norma em tela. *Alternativa B.*

632. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** A Administração Pública, diante de uma rescisão de contrato administrativo, por culpa do contratado, retém os créditos decorrentes do contrato até os limites dos prejuízos causados. Nessa situação, a retenção dos créditos é de natureza:

(A) satisfativa.

(B) coercitiva.

(C) acautelatória.

(D) restituitória.

(E) judicial.

RESPOSTA Acautelatória, conforme o permissivo legal previsto no art. 80, IV, Lei n. 8.666/93. *Alternativa C*.

633. **(Promotor – MP-SC – 2011)** Questão:

I. À luz da Lei n. 8.666/93 e suas alterações é correto afirmar que são modalidades de licitação: convite, tomada de preço, concorrência, concurso, leilão e pregão.

II. Pode a Administração Pública, objetivando tornar mais célere o processo de aquisição de um bem

no valor de dois milhões de reais, em que caberia licitação na modalidade de concorrência, fracionar o objeto e realizar duas tomadas de preço.

III. É permitido o fracionamento do objeto da licitação quando existir fundamentação de ordem técnica e econômica.

IV. A adjudicação e a homologação são atos terminativos do processo licitatório, em que são verificados o cumprimento das regras da licitação, a legalidade do processo e a conveniência da contratação.

V. A modalidade de licitação denominada pregão é destinada exclusivamente à aquisição de bens e serviços comuns.

(A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.

(C) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.

(D) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA I. Incorreto. Art. 22, Lei n. 8.666/93. II. Tal conduta é vedada. Art. 23, § 5º, Lei n. 8.666/93. III. Art. 114, da lei em tela. IV. Art. 38, VII, e art. 46, VI, da norma. V. Art. 1º, Lei n. 10.520/2002. *Alternativa D*.

634. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Quanto aos contratos administrativos regidos pela Lei n. 8.666/93, é CORRETO afirmar:

(A) a Administração Pública deverá exigir garantia do contratado, independentemente de previsão no edital.

(B) a Administração Pública não poderá declarar a inidoneidade do contratado para licitar e contratar com o Poder Público, porquanto tal competência é do Poder Judiciário.

(C) é ilegal qualquer ajuste verbal com a Administração Pública; o contrato nessa circunstância é nulo.

(D) o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

RESPOSTA (A) Art. 56, Lei de Licitações. (B) Art. 87, IV, da lei em tela. (C) Art. 60, parágrafo único, da norma. (D) Art. 65, § 1º, Lei de Licitações. *Alternativa D*.

635. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** É dispensável a licitação:

(A) nos casos de emergência ou de calamidade pública para parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, podendo ser prorrogado uma única vez.

(B) para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.

(C) para locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 350 m^2 (trezentos e cinquenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública.

(D) para a contratação de serviços técnicos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, com profissionais ou empresas de notória especialização.

(E) para contratação de obra complementar, desde que atendida a ordem de classificação da licitação

anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

RESPOSTA (A) Incorreto. Art. 24, IV, Lei n. 8.666/93. (B) Correto. Art. 24, XXVIII, da lei. (C) Incorreto. É licitação dispensada. Art. 17, I, *h*, da norma em tela. (D) Incorreto. É hipótese de inexigibilidade. Art. 25, II, da lei. (E) Incorreto. Ausente no rol do art. 24. *Alternativa B.*

636. (Analista – TRE-PA – 2011 – FGV) A modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto, é denominada

(A) concorrência.
(B) convite.
(C) tomada de preços.
(D) concurso.
(E) pregão.

RESPOSTA (A) Art. 22, § 1º, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 22, § 3º, da norma. (C) Art. 22, § 2º, da lei. (D) Art. 22, § 4º, da lei. (E) Art. 22, § 5º, da lei. *Alternativa A.*

637. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) Em relação à alteração dos contratos administrativos, é correto afirmar que

(A) o fato do príncipe motiva a alteração do contrato em razão de uma atuação da administração pública diretamente relacionada ao objeto do contrato.
(B) não existe a possibilidade de alteração do contrato administrativo sem concordância do contratado em função do brocardo *pacta sunt servanda*.
(C) o contratado é obrigado a aceitar qualquer acréscimo ou supressão nas obras, serviços ou compras desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro.
(D) o aumento de um tributo que venha a onerar substancialmente a execução do contrato pode ser classificado como fato do príncipe.

RESPOSTA (A) Trata-se de fato provocado pela Administração externo ao contrato. (B) Art. 65, Lei n. 8.666/93. (C) Art. 65, § 1º, Lei de Licitações. (D) Correto. Art. 65, § 5º, da lei. *Alternativa D*.

638. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) Considerando o que dispõe a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

( ) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da eficiência e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.
( ) A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.
( ) A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público, quando imóveis, dispensa licitação no caso de dação em pagamento.
( ) O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência, tomada de preços e concurso, bem como nas dispensas e inexigibilidades.
( ) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários

resultantes da execução do contrato.

(A) V, V, F, F, V
(B) F, V, F, V, V
(C) V, F, V, F, F
(D) F, V, V, F, V
(E) V, F, V, V, F

RESPOSTA *Falsa*. Isonomia. Art. 3º, Lei de Licitações. *Verdadeira*. Art. 13, § 3º, da lei. *Verdadeira*. Art. 17, I, *a*, da norma. Falsa. Art. 62, da lei. *Verdadeira*. Art. 71, § 2º, Lei de Licitações. *Alternativa D*.

639. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Com relação ao Sistema de Registro de Preços, assinale a alternativa correta.

(A) É uma modalidade de licitação que a Administração pode adotar para compras rotineiras de bens padronizados.
(B) Admite-se o chamado “efeito carona”, segundo o qual a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório.
(C) Os preços registrados serão sempre selecionados por meio da modalidade concorrência, não se admitindo a modalidade pregão nessa hipótese.
(D) A existência de preços registrados obriga a Administração a contratar, sob pena de o beneficiário do preço fazer jus à indenização.

RESPOSTA (A) Não é modalidade. Art. 22, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 43, IV, da lei. (C) Art. 15, § 3º, I, Lei n. 8.666/93, e art. 11, Lei n. 10.520/2002. (D) Sempre que possível será utilizado o registro, o que não implica em obrigação. Art. 15, II, da lei. *Alternativa B*.

640. **(Procurador – Camaçari-BA – 2010 – AOCP)** Tratando-se de contratos administrativos é INCORRETO afirmar que

(A) a critério da autoridade competente, ainda que não previsto no edital de licitação, pode-se exigir prestação de garantia não excedente a 5% do valor do contrato.
(B) admite-se o contrato verbal apenas nos casos de pequenas compras de pronto pagamento cujo valor não ultrapasse a 5% do limite estabelecido no art. 23, inc. II da Lei 8.666/93.
(C) a declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir.
(D) as cláusulas econômico-financeiras e monetária dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
(E) é vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

RESPOSTA (A) Art. 56, *caput*, da lei. (B) Art. 60, parágrafo único, Lei de Licitações. (C) A anulação produz efeitos *ex tunc*, ou retroativos. Art. 49, da lei. (D) Art. 58, § 1º, da norma. (E) Art. 57, § 3º, da norma. *Alternativa A.*

641. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Em relação ao Pregão Presencial e ao Pregão Eletrônico, assinale a alternativa correta:

(A) As planilhas de composição de custos no caso dos serviços comuns deverão ser apresentadas por todos os licitantes no momento da apresentação dos lances na sessão pública de pregão e o percentual de lucro nelas definido será determinante para a escolha do lance vencedor.
(B) Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser concisa e objetivamente definidos no objeto do edital, em perfeita conformidade com as

especificações usuais praticadas no mercado.

(C) É admissível no âmbito do Município a licitação na modalidade pregão para locações imobiliárias e para alienações em geral.

(D) As empresas públicas controladas pelo Município de Curitiba deverão obrigatoriamente contratar serviços comuns por meio do pregão eletrônico.

(E) É admissível a exigência de garantia de proposta na modalidade pregão.

RESPOSTA Art. 1º, parágrafo único, Lei n. 10.520/2002. *Alternativa B.*

642. **(Procurador – PGE-MG – 2006)** A licitação em que for adotada a modalidade de pregão, pode afirmar-se corretamente que

I. as funções de pregoeiro não poderão ser desempenhadas por militares, exceto quando se tratar de membro da equipe de apoio.

II. a licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

III. os órgãos, entes, e entidades privadas sem fins lucrativos, convenentes ou consorciadas com a União, poderão utilizar sistemas de pregão eletrônico próprios ou de terceiros.

Está(ão) correta(s)

(A) somente a I.

(B) somente a I e a II.

(C) somente a I e a III.

(D) somente a II e a III.

RESPOSTA I. Incorreto. Art. 3º, § 2º, Lei n. 10.520/2002. II. Correto. O pregão é utilizado para pequenas compras e contratação de serviços comuns. Art. 1º, da lei. III. Art. 1º, parágrafo único, e art. 16, I, Decreto n. 5.450/2005. *Alternativa D.*

643. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Leia as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I. Contrato administrativo significa a realização de ajustes celebrados entre a Administração Pública, agindo nessa qualidade, e pessoas físicas ou jurídicas para a realização de objetivos públicos ou particulares.

II. Uma diferença fundamental entre a permissão e a concessão, formas de delegação de serviços públicos, reside no fato de que a concessão decorre de ato unilateral, discricionário e precário do Poder Público, enquanto a permissão decorre de ajuste de vontades entre o particular e o Poder Público.

III. A inexigibilidade de licitação ocorre quando a lei faculta ao administrador público realizar o procedimento, de acordo com sua competência discricionária. A dispensa de licitação ocorre quando houver inviabilidade de competição.

IV. Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

(A) Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.

(B) Apenas as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.

(C) Apenas as afirmativas I, II e III são falsas.

(D) Apenas as afirmativas I, III e IV são falsas.

RESPOSTA I. Objetivos públicos. Art. 54, Lei n. 8.666/93. II. Ambas são contratos. Art. 18, XIV e XVI, Lei n. 8.987/95. III. A

inexigibilidade é vinculada; dispensa é ato discricionário. Arts. 25 e 24, da norma. IV. Art. 2º, §§ 1º e 2º, Lei n. 11.079/2004. *Alternativa C*.

644. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Quanto à Lei de licitações, assinale a alternativa correta:

(A) O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.

(B) A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ainda que o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado, poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.

(C) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.

(D) É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

(E) Não é válida a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

RESPOSTA Art. 9º, I a III e §§ 1º ao 4º, Lei de Licitações. *Alternativa D*.

VI. Serviços Públicos

645. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** A inexecução, pela concessionária, do contrato de concessão de serviço público, por razões imputáveis exclusivamente a ela, autoriza o Poder Público à

(A) rescisão do contrato respectivo, com posterior encampação.

(B) encampação, com posterior rescisão do contrato respectivo.

(C) declaração de caducidade da concessão, com posterior encampação.

(D) rescisão do contrato respectivo.

(E) declaração de caducidade da concessão.

RESPOSTA Art. 38, Lei n. 8.987/95 (Lei das Concessões). *Alternativa E.*

646. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Assinale a alternativa correta:

(A) Conforme estabelece a Lei 11.079/04, a contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade pregão, estando a abertura do processo licitatório sujeita a condições, dentre as quais a autorização da autoridade competente, bem como previsão de seu objeto no plano plurianual.

(B) Nos termos da Lei 11.107/05, é vedado aos consórcios públicos a outorga de concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos, sendo vedado, também, o exercício de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços, sendo-lhes permitido, apenas, a emissão de documentos de cobrança.

(C) De acordo com a Lei 8.666/93, a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato,

operando a declaração de nulidade efeitos retroativos, exonerando a Administração de indenizar o contratado pelo que este executou até a data que for declarada a nulidade.

(D) Nos termos da Lei 8.666/93, o instrumento do contrato é obrigatório também nos casos de concorrência e de tomada de preços, devendo a minuta do futuro contrato integrar sempre o edital ou ato convocatório de licitação.

RESPOSTA (A) Art. 10, Lei das PPPs. (B) Art. 2º, §§ 2º e 3º, da lei. (C) Art. 49, § 2º, e art. 59, parágrafo único, Lei de Licitações. (D) Art. 62, § 1º, Lei de Licitações. *Alternativa D*.

647. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Como regra, dão azo à indenização pela assunção de propriedade dos bens reversíveis, cujos investimentos respectivos ainda não tenham sido amortizados ou depreciados,

(A) todas as espécies de extinção da concessão ou permissão.

(B) todas as espécies de extinção da concessão ou permissão, à exceção das que ocorrem pelo advento do termo contratual.

(C) todas as espécies de extinção da concessão ou permissão, à exceção das que ocorrem em face da rescisão.

(D) todas as espécies de extinção da concessão ou permissão, à exceção das que ocorrem pelo advento do termo contratual ou pela rescisão.

(E) todas as espécies de extinção da concessão ou permissão, à exceção das que ocorrem pelo advento do termo contratual e da caducidade.

RESPOSTA Art. 36 c/c art. 35, I a VI, Lei n. 8.987/95. *Alternativa A.*

648. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** No que se refere à figura da intervenção prevista no âmbito das concessões e permissões de serviços públicos, assinale a opção correta.

(A) A intervenção tem duração máxima de 180 (cento e oitenta) dias.

(B) Tal instituto é espécie de extinção da concessão ou permissão de serviço público.

(C) Como medida excepcionalíssima, a intervenção far-se-á por lei do poder concedente.

(D) A intervenção não demanda a prévia observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

(E) A intervenção demanda a prévia indenização pela assunção dos bens reversíveis, pelo Poder Público.

RESPOSTA (A) Art. 33, § 2º, Lei n. 8.987/95. (B) As espécies de extinção estão previstas no art. 35, I a VI, da lei em tela. (C) Decreto. Art. 32, parágrafo único, Lei das Concessões. (D) Art. 33, *caput*, do diploma. (E) Art. 33, § 1º, da norma. *Alternativa D*.

649. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Relativamente às parcerias público-privadas a que se refere a Lei n. 11.079, de 2004, assinale a opção correta.

(A) Sempre devem ser precedidas de licitação, na modalidade concorrência ou pregão.

(B) Admite-se que os valores mobiliários atinentes à sociedade de propósito específico possam ser negociados no mercado.

(C) Como regra, a sociedade de propósito específico deverá, direta ou indiretamente, ser controlada pela Administração Pública, que deterá a maioria do capital social com direito a voto.

(D) Antes da celebração do contrato de parceria, poderá ser constituída sociedade de propósito específico, que ficará responsável pela gestão das atividades pactuadas.

(E) Consoante a legislação pátria, admite-se um único órgão gestor das parcerias público-privadas,

que contará com a participação obrigatória de representantes de todos os estados, ao lado de representantes da União.

RESPOSTA (A) Concorrência. Art. 10, da lei invocada. (B) Art. 9º, § 2º, da lei em tela. (C) É vedado. Art. 9º, § 4º, da lei. (D) Deverá ser constituída. Art. 9º, *caput*, da norma. (E) Art. 14, § 1º, da lei. *Alternativa B.*

650. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Com relação aos contratos de concessão de serviços públicos, analise as afirmativas a seguir:

I. Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

II. A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e, somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

III. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, inclusive os impostos sobre a renda, após a data da assinatura do contrato, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

IV. O poder concedente não poderá prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, a fim de favorecer a modicidade das tarifas para os usuários.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.

RESPOSTA I. Art. 9º, § 4º, Lei n. 8.987/95 (Lei das Concessões). II. Art. 9º, § 1º, da lei. III. Art. 9º, § 3º, da norma em tela. IV. Art. 11, Lei das Concessões. *Alternativa B.*

651. (Promotor – MPDFT – 2011) Qual das alternativas abaixo prevê atividade econômica não monopolizada pela União?

(A) A pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.
(B) A refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
(C) A importação e exportação dos produtos e derivados básicos de petróleo e gás natural.
(D) O transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País.
(E) O transporte, por meio de conduto ou a granel, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.

RESPOSTA (A) É monopólio. Art. 177, I, CF. (B) É monopólio. Art. 177, II, CF. (C) É monopólio. Art. 177, III, CF. (D) É monopólio. Art. 177, IV, CF. (E) A expressão “a granel” não está no art. 173, IV, CF. *Alternativa E.*

652. (Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS) Nas concessões de serviços públicos, a adequação do serviço exige, entre outras condições, a da

(A) atualidade.
(B) individualidade.
(C) exclusividade.

(D) durabilidade.

(E) sustentabilidade.

RESPOSTA Atualidade. Art. 6º, § 1º, Lei n. 8.987/95. *Alternativa A.*

653. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Com relação ao serviço de concessão e permissão da prestação de serviço público, assinale a alternativa incorreta.

(A) Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias.

(B) A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

(C) A reversão no advento do termo contratual não gera direito de indenização à concessionária.

(D) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo de concessão, por motivo de interesse público.

(E) A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão.

RESPOSTA (A) Art. 35, § 2º, Lei n. 8.987/95. (B) Art. 35, § 3º, da lei. (C) Art. 36, da norma em tela. (D) Art. 37, da lei. (E) Art. 40, da norma. *Alternativa C.*

654. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Considerando as normas jurídicas sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, respondendo pelos prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização do órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

(B) É expressamente vedada a subconcessão do serviço contratado, sob pena de nulidade do respectivo contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e administrativa da concessionária.

(C) As concessionárias poderão obter recursos financeiros por meio de contratos de financiamento, mas não poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, sob pena de extinção da concessão.

(D) A encampação do serviço concedido pelo poder concedente não implicará na extinção da concessão.

RESPOSTA (A) Art. 25, Lei n. 8.987/95. (B) É permitida. Art. 26, da lei citada. (C) Poderão. Art. 28, da norma. (D) Implica a extinção. Art. 35, II, Lei das Concessões. *Alternativa A.*

655. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Nos termos da legislação específica (Lei n. 11.079/2004), na contratação de parceria público-privada (PPP) devem ser observadas algumas diretrizes. Assinale a opção INCORRETA, ou seja, aquela que não traduz uma dessas diretrizes legais.

(A) Indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado.

(B) Sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

(C) Respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução.

(D) Eliminação de riscos e securitização de eventuais prejuízos em relação ao contratante público.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 4º, III, da norma. (B) Correta. Art. 4º, VII, da lei. (C) Correta. Art. 4º, II, da lei. (D) Incorreta. Inexiste tal diretriz no rol do art. 4º, da norma em tela. *Alternativa D.*

656. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica não constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

(B) A pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei.

(C) É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.

(D) As autorizações e concessões para exploração dos recursos do subsolo poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, dispensando-se a prévia anuência do poder concedente.

(E) Dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

RESPOSTA (A) Art. 176, CF. (B) Art. 176, § 1º, CF. (C) Art. 176, § 2º, CF. (D) Arts. 176 e 177, V, CF. (E) Art. 176, § 4º, CF. *Alternativa C*.

657. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** Considerando que os serviços públicos são classificados de acordo com os critérios de essencialidade, adequação, finalidade e destinatários, assinale a opção que apresenta o serviço correspondente à atividade policial civil.

(A) Administrativo.

(B) De utilidade pública.

(C) Impróprio do Estado.

(D) *Uti universi*.

RESPOSTA Trata-se de serviço público classificado como *uti universi*, eis que de fruição geral, oriundo do dever do Estado de prestar segurança pública ao cidadão (art. 144, IV, CF). *Alternativa D*.

658. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** A Lei n. 11.079/2004 instituiu o denominado contrato de parceria público-privada. Sobre esse tema, é CORRETO afirmar:

(A) é dispensável a licitação no contrato de parceria público-privada.

(B) a modalidade de licitação que deve preceder o contrato de parceria é a concorrência.

(C) todos os riscos da execução do objeto contratado correm por conta do parceiro privado.

(D) o Poder Público está impedido de realizar contraprestação pecuniária na modalidade concessão patrocinada.

RESPOSTA (A) Art. 10, Lei n. 11.079/2004 (Lei das PPPs). (B) Art. 10, da referida lei. (C) Art. 4º, VI, Lei das PPPs. (D) Art. 2º, § 1º, da norma em tela. *Alternativa B.*

659. **(Promotor – MP-BA – 2010 – FESMIP-BA)** Concessão de serviço público:

(A) É ato administrativo unilateral, discricionário, qualificado ou precário, pelo qual a autoridade pública competente transfere a terceiros a execução, no seu próprio nome, e por sua conta e risco, de determinado serviço público, remunerado por meio de tarifa paga pelo usuário do serviço.

(B) É modalidade de contrato administrativo mediante o qual a Administração transfere a terceiros a execução de obra e/ou serviço, para que os efetue por sua própria conta e risco, recebendo, como contrapartida, remuneração prefixada em cláusula contratual.

(C) É modalidade de contrato administrativo mediante o qual a Administração delega a terceiros o

desempenho de determinado serviço público, para que o execute em seu próprio nome, assumindo os riscos próprios do negócio, remunerando-o por meio de tarifa cobrada do usuário.
(D) É modalidade de contrato administrativo mediante o qual a Administração utiliza serviços de terceiros para a execução de trabalhos de baixo valor, com ou sem fornecimento de material, geralmente com dispensa de licitação, empregando a fórmula de ordem de execução de serviço.
(E) É modalidade de contrato administrativo mediante o qual a Administração transfere a terceiros a gestão de determinado empreendimento (obra ou serviço público), que recebe da Administração remuneração previamente estabelecida no contrato, fixada de forma proporcional ao custo total do empreendimento.

RESPOSTA Art. 2º, II, Lei n. 8.987/95 (Lei das Concessões). *Alternativa C.*

VII. Servidores Públicos

660. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** O direito de petição, na esfera administrativa, quanto a atos referentes à cassação de aposentadoria do servidor estadual,

(A) prescreve em 20 (vinte) anos.
(B) prescreve em 180 (cento e oitenta) dias.
(C) prescreve em 5 (cinco) anos.
(D) prescreve em 120 (cento e vinte) dias.
(E) é imprescritível, por se tratar de defesa de direito já anteriormente incorporado ao patrimônio jurídico do servidor aposentado.

RESPOSTA Art. 287, I, Lei n. 10.460/88 (Dispõe sobre os Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás e de suas Autarquias). *Alternativa C*.

661. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** No que tange a exigências estabelecidas para o provimento originário e efetivo exercício de cargo público, assinale a opção que constitui entendimento hoje sedimentado no Supremo Tribunal Federal.

(A) É aceitável, excepcionalmente, o estabelecimento de idade mínima do pretendente ao cargo público, mas apenas como exigência para a nomeação no referido cargo.
(B) O limite de idade para a inscrição em concurso público é legítimo, quando tal limite possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
(C) É aceitável, em determinada hipótese, o estabelecimento de idade mínima do pretendente ao cargo público, mas apenas como exigência para a posse no referido cargo.
(D) É aceitável, em determinada hipótese, o estabelecimento de idade mínima do pretendente ao cargo público, mas apenas como exigência para a efetiva entrada em exercício no referido cargo.
(E) É inaceitável a exigência de idade mínima do pretendente a cargo público, que seja provido por concurso público, se esse comprovadamente detém capacidade plena para o exercício de direitos, e assunção de obrigações, nas esferas civil e penal.

RESPOSTA Súmula 683, STF. *Alternativa B.*

662. **(Promotor – MP-BA – 2010)** É incorreto afirmar que o juiz criminal absolverá o funcionário público condenado administrativamente, mencionando a causa, na parte final da sentença, desde que reconheça a ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

(A) Ficou provado que o fato não constituía infração penal.

(B) Ficou provada a inexistência do fato.
(C) Ocorreu circunstância que não isentava o réu da sanção penal.
(D) Ocorreu causa excludente de antijuridicidade.
(E) Não havia prova da existência do fato.

RESPOSTA O juiz criminal só poderá absolver o réu na falta de provas, ou na negativa de autoria, no presente caso, com efeitos na seara administrativa, frisa-se. *Alternativa C*.

663. **(Procurador – MPF – 2008)** Por haver mais de vinte cargos vagos, a Universidade Federal realizou concurso público. Foram nomeados cinco candidatos aprovados e mais ninguém. Ao término do prazo de validade do concurso, a reitoria negou-se infundadamente a prorrogá-lo e abriu imediatamente novo certame, para o preenchimento das vagas remanescentes. Trata-se:

(A) de motivo determinante, em que a Administração Pública atua fora de sua competência para atingir uma finalidade estranha àquela competência.
(B) de motivo determinante, em que a Administração Pública atua dentro de sua competência para atingir uma finalidade adequada àquela competência.
(C) de desvio de poder, em que a Administração Pública atua fora de sua competência para atingir uma finalidade adequada àquela competência.
(D) de desvio de poder, em que a Administração Pública atua dentro de sua competência para atingir uma finalidade estranha àquela competência.

RESPOSTA A banca entendeu por caracterizada a espécie “desvio de poder”, do gênero abuso de poder, eis que a Reitoria reconhece a necessidade de preenchimento de vagas em ato posterior à preclusão do certame anterior. *Alternativa D*.

664. **(Procurador – MPT – 2012)** A propósito da qualificação profissional do servidor público, encontra-se INCORRETA a asserção:

(A) O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no País.
(B) Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim.
(C) Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos.
(D) O período de afastamento do servidor para cursar pós-graduação *stricto sensu* não é computado no seu tempo de serviço.
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 96-A, Lei n. 8.112/90. (B) Art. 96-A, § 1º, da lei referida. (C) Art. 96-A, § 2º, da lei citada. (D) Art. 102, IV, do Estatuto ora invocado. *Alternativa D*.

665. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** No tocante à posse em cargo no serviço público federal, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser

alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

(B) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

(C) A posse é um ato personalíssimo, sendo incabível a sua realização mediante procuração.

(D) Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

(E) No ato da posse, o servidor apresentará declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

RESPOSTA (A) Art. 13, Lei n. 8.112/90. (B) Art. 13, § 1º, do Estatuto. (C) Art. 13, § 3º, da norma referida. (D) Art. 13, § 4º, do Estatuto invocado. (E) Art. 13, § 5º, da lei. *Alternativa C*.

666. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Em relação à licença para capacitação prevista na Lei 8.112/90, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Após o primeiro biênio de efetivo exercício, o servidor poderá obter a licença para capacitação pelo período de no máximo cinco meses.

(B) Após o primeiro triênio de efetivo exercício, o servidor poderá obter a licença para capacitação pelo período máximo de cinco meses.

(C) O direito à licença para capacitação é receptício, isto é, depende apenas da manifestação da vontade do servidor.

(D) A licença para capacitação será concedida pelo período de até cinco meses, sem remuneração.

(E) A licença para capacitação será concedida pelo período de até três meses.

RESPOSTA Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional. Art. 87, da lei. *Alternativa E.*

667. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Consoante a Lei n. 8.112/90, é INCORRETO afirmar:

(A) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento, pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

(B) O servidor fará jus a trinta dias de férias, quando não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

(C) A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença para atividade política, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses.

(D) A obrigação do servidor público de reparar o dano causado ao erário, por dolo ou culpa, estende-se aos seus sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

(E) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar, sendo que o cancelamento não surtirá efeitos retroativos.

RESPOSTA (A) Art. 13, § 1º, da lei. (B) Arts. 77 e 97, da lei. (C) Art. 86, da norma. (D) Art. 122, § 3º, da lei. (E) Art. 131, do Estatuto. *Alternativa B.*

668. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Saulo Dores da Costa, técnico de enfermagem, após aprovação em concurso público na sua área profissional, passou a integrar o quadro de servidores do Hospital da

Saúde, sociedade de economia mista. Insatisfeito com a remuneração, prestou novo certame, foi aprovado e admitido, sem desvinculação do emprego anterior, no Instituto de Radiologia Bom dos Ossos, empresa pública, para exercer o emprego de técnico em radiologia. Assinale a alternativa correta:

(A) a segunda contratação é ilegal, em face da vedação constitucional à acumulação de cargos, empregos e funções públicas;

(B) a segunda contratação é legal, porque a proibição constitucional de acumulação de cargos, empregos e funções públicas não abrange as sociedades de economia mista;

(C) a segunda contratação é legal, porque a proibição constitucional de acumulação de cargos, empregos e funções públicas não abrange empresas públicas;

(D) observada a compatibilidade de horários e não excedido o teto salarial, a segunda contratação é legal, porque adequada à possibilidade constitucional de acumulação de cargos, empregos e funções públicas;

(E) a despeito da compatibilidade de horários e da observância do teto salarial, a segunda contratação é ilegal, porque as profissões são incompatíveis com a possibilidade constitucional de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

RESPOSTA Havendo compatibilidade de horários, a acumulação é permitida, eis que dois cargos atinentes à área da saúde. Art. 37, XVI, *c*, CF. *Alternativa D*.

669. (Procurador – MPT – 2008) Leia com atenção as assertivas abaixo:

I. a Constituição Federal assegura a livre associação sindical dos servidores públicos civis e militares;

II. segundo entendimento jurisprudencial dominante no STF, servidores públicos estatutários não podem celebrar acordos ou convenções coletivas de trabalho;

III. o STF reviu entendimento anterior no sentido de que é vedado ao servidor público o exercício do direito de greve, em face da ausência de lei regulamentadora, passando, a partir de decisão recente de seu órgão plenário, a entender viável o movimento paredista pelos servidores públicos, os quais deverão observar, no que couber, a lei aplicável aos trabalhadores da iniciativa privada;

IV. segundo entendimento jurisprudencial dominante no STF, aos servidores públicos contratados pelo regime da CLT, aplicam-se as mesmas restrições de extensão de direitos sociais previstas para os demais servidores públicos.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

(A) todas as assertivas estão corretas;

(B) apenas uma assertiva está correta;

(C) apenas duas assertivas estão corretas;

(D) apenas três assertivas estão corretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA I. Incorreta. Somente aos servidores públicos civis. Art. 37, VI, CF. II. Incorreta. ADI 492-STF. III. Correta. MI 708 – STF. IV. Correta, eis que espécies do gênero agentes públicos. Art. 39, § 3º, CF. *Alternativa C.*

670. (Procurador – MPT – 2008) De acordo com a Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

(A) compete ao Congresso Nacional a regulamentação da contratação, por tempo determinado, dos servidores de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

(B) é irregular a contratação temporária de empregados médicos pela administração pública municipal, com a finalidade exclusiva de conter grave surto epidemiológico, se não houver lei específica prevendo esta hipótese de contratação excepcional;

(C) o exercício de cargos de confiança da administração pública que não se destinam às atribuições de chefia, direção e assessoramento, deve ser precedido de prévia aprovação em concurso público;

(D) os empregados públicos das autarquias, fundações e sociedades de economia mista, subordinados ao regime celetista, não estão proibidos de acumular mais de um emprego público remunerado;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Compete ao Chefe do Poder Executivo. Art. 37, IX, CF. (B) Correto. Art. 37, IX, CF. (C) Viola o trinômio do art. 37, V, CF. (D) Art. 37, XVII, CF. *Alternativa B.*

671. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** O direito de greve dos servidores públicos ensejou desde a edição da Carta de 1988 uma série de controvérsias a respeito do seu reconhecimento. À luz das normas a respeito do tema e da atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que contém uma afirmação FALSA:

(A) A Constituição Federal estabelece, em sua atual redação, que o direito de greve dos servidores públicos será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

(B) O STF, considerando, dentre outros fundamentos, que a mora legislativa a respeito já havia sido, por diversas vezes, declarada por aquela Corte, reconheceu que é possível o exercício do direito de greve por parte dos servidores públicos civis.

(C) O exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis deve observar, ainda de acordo com o STF, até que sobrevenha regulamentação específica, a Lei n. 7.783/1989, com as necessárias adaptações à luz do princípio da continuidade do serviço público, considerando-se, por exemplo, que o rol de atividades essenciais previstos naquela lei seria exemplificativo para os fins de sua aplicação à greve dos servidores públicos civis.

(D) Considerando-se o seu caráter de direito fundamental e a aplicabilidade da Lei n. 7.783/1989, o STF decidiu que, como regra geral, os salários dos dias de paralisação deverão ser pagos.

(E) O STF asseverou que os parâmetros normativos adotados por aquela Corte para delimitar a possibilidade do exercício do direito de greve dos servidores públicos civis na ausência de regulamentação não impedem que, futuramente, o legislador infraconstitucional confira novos contornos acerca da adequada configuração da disciplina desse direito constitucional.

RESPOSTA (A) Art. 37, VII, CF. (B) MI 708 – STF. (C) Tal direito foi reconhecido, conforme o Mandado antes referido, observado o art. 10, Lei de Greve. (D) Incorreto. Ver RE 456.530-ED e AI 824.949-AgR. (E) Ver MI 708 – STF. *Alternativa D*.

672. **(Procurador – MPT – 2012)** Leia e analise os itens a seguir:

I. Em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a exigência de exame psicotécnico para a habilitação de candidato a cargo público só pode ocorrer mediante previsão legal.

II. A homologação do concurso para ingresso na carreira de membro do Ministério Público do Trabalho pelo Procurador-Geral do Trabalho constitui ato administrativo complexo, uma vez que este pressupõe a concorrência de vontades de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é instrumental à do outro que edita o ato principal.

III. Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o candidato aprovado em concurso público tem direito subjetivo à nomeação para a posse que vier a ser dada nos cargos vagos existentes ou

nos que vierem a vagar no prazo de validade do concurso; a recusa da administração em prover referidos cargos, quando existentes candidatos aprovados, deve ser motivada e é suscetível de apreciação pelo poder judiciário.

Marque a alternativa CORRETA:

(A) somente as assertivas I e II estão corretas;
(B) somente as assertivas II e III estão corretas;
(C) somente as assertivas I e III estão corretas;
(D) todas as assertivas estão corretas;
(E) não respondida.

RESPOSTA I. Correto. Ver RE 695.761 RJ-STF. II. Incorreto. O ato complexo é aquele que une a conjugação ou integração de vontades e não concorrência (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 174). III. Correto. Ver RE 598.099. *Alternativa C*.

673. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as afirmações a seguir.

I. Maria, servidora estável, reingressou no serviço público após ter sido colocada em disponibilidade em decorrência da extinção do cargo que ocupava.
II. João, servidor aposentado por invalidez, retornou à ativa após ser constatada pela perícia médica a insubsistência dos motivos que levaram à sua aposentadoria.
III. Manuel, policial militar, retornou à corporação após a Administração ter constatado a ilegalidade do ato que o demitiu.
IV. Alice, reprovada no estágio probatório do cargo para o qual foi nomeada, voltou a ocupar cargo que antes titularizava.

Os nomes dessas hipóteses de provimento derivado apresentadas são, correta e respectivamente,

(A) (I) transposição; (II) readmissão; (III) reintegração; (IV) recondução.
(B) (I) reversão; (II) aproveitamento; (III) recondução; (IV) reintegração.
(C) (I) aproveitamento; (II) reversão; (III) reintegração; (IV) recondução.
(D) (I) readmissão; (II) reversão; (III) reintegração; (IV) aproveitamento.

RESPOSTA I. Aproveitamento. Art. 41, § 3º, CF. II. A reversão é o retorno do servidor ao exercício, após vencida a invalidez. III. Reintegração. Art. 41, § 2º, CF. IV. A recondução pela reprovação em estágio é previsão contida no Estatuto. *Alternativa C*.

674. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Tércio ocupava cargo em comissão na administração pública e foi exonerado pela autoridade competente que tinha a liberdade de dispensá-lo do cargo, uma vez que este era de livre nomeação e exoneração, e a autoridade queria nomear outra pessoa para o cargo. Todavia, no ato administrativo que o exonerou do cargo público, constou que Tércio cometeu infração disciplinar. Considerando essa situação, portanto, é correto afirmar que

(A) houve um vício do ato administrativo quanto ao motivo.
(B) o ato administrativo foi totalmente legal e sem vícios, pois a autoridade detinha poder discricionário sobre o cargo e podia exonerar Tércio livremente.
(C) o ato administrativo de exoneração foi emanado com vício quanto ao sujeito.
(D) o ato de exoneração foi legal, vez que a autoridade não tinha obrigação de motivar a exoneração de cargo de livre nomeação e exoneração, não importando os motivos do ato.

RESPOSTA O ato de nomeação e exoneração de servidores comissionados (art. 37, V, CF) é ato discricionário que carece de motivo. Todavia, ao declará-lo, imputando uma pena, sem o devido processo, o ato é viciado quanto ao motivo. *Alternativa A.*

675. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** Constituem formas de provimento derivado

de cargo público, à luz da Constituição Federal,

(A) a readmissão e a promoção.
(B) a readmissão e a reversão *ex officio*.
(C) a reintegração e a transposição.
(D) o aproveitamento e a transposição.
(E) a reintegração e o aproveitamento.

RESPOSTA A reintegração e o aproveitamento são considerados pela Carta Magna (art. 41, § 2º) como formas de provimento derivado, em contrapartida à nomeação (art. 37, II e III), que é forma de provimento originário. *Alternativa E.*

676. (Assessor – DPE-PR – 2012 – PUCPR) A respeito dos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
(B) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
(C) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
(D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável somente nos casos de conduta dolosa.
(E) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço do servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

RESPOSTA (A) Art. 37, § 4º, CF. (B) Art. 37, § 5º, CF. (C) Art. 38, II, CF. (D) Incorreta. Também nos casos de conduta culposa. Art. 37, § 6º, CF. (E) Art. 38, IV, CF. *Alternativa D*.

677. (Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA) Roberto é um delegado de polícia aposentado, que, durante vários anos, atuou na Academia de Polícia do Distrito Federal. Após a sua aposentadoria, Roberto mostrou interesse em continuar exercendo atividade de instrutor nessa Academia, na qualidade de colaborador voluntário. Considere que Roberto celebrou com o Distrito Federal, em julho de 2009, acordo pelo qual se comprometeu a exercer voluntariamente trabalho como instrutor da referida Academia, pelo prazo de um ano. Nessa situação hipotética, no exercício de suas atividades atuais como instrutor, Roberto

(A) está investido em cargo público efetivo de natureza temporária.
(B) desempenha cargo público comissionado de natureza temporária.
(C) ocupa cargo público de natureza inativa.
(D) está investido em emprego público temporário.
(E) desempenha função pública, mas sem estar no exercício de cargo nem de emprego público.

RESPOSTA (A) Incorreto, pois não houve concurso público. Art. 37, II e III, CF. (B) Incorreto. Os cargos em comissão atendem ao trinômio do art. 37, V, CF. (C) Incorreto. Inatividade está conectada à aposentadoria. (D) Incorreto. Art. 198, §§ 4º e 5º, CF. (E) Correto. *Alternativa E*.

678. (Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL) No tocante à responsabilidade dos

servidores públicos, é INCORRETO afirmar que

(A) é independente nas áreas civil, administrativa e penal.

(B) será reconhecida se ocorrer situação de dano, independentemente de a administração ter ou não o fato regulamentado em sua legislação estatutária.

(C) a responsabilização civil ocorrerá quando o servidor causar dano à administração ou a terceiro, via conduta dolosa ou culposa.

(D) a responsabilização penal decorre de conduta punível, submetida ao Poder Judiciário.

RESPOSTA (A) Correto. As esferas de responsabilização são autônomas. (B) Incorreto. Viola o princípio da legalidade. Art. 37, *caput*, CF. (C) Correto. § 6º, art. 37, CF. (D) Correto. Decorre de tipificação penal e ação penal. *Alternativa B.*

679. **(Promotor – MP-SC – 2011)** Questão:

I. A Constituição Federal autoriza a contratação por tempo determinado de servidores públicos para atendimento de necessidades de excepcional interesse público, consoante definidas em lei.

II. Uma das formas de ingresso dos servidores governamentais nas empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações privadas é o concurso público de provas ou de provas e títulos.

III. O servidor governamental detentor de emprego público tem seu contrato laboral regido, substancialmente, pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

IV. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que observem o equilíbrio financeiro e atuarial.

V. A Constituição do Brasil veda o "efeito repicão" ao prever que os acréscimos pecuniários percebidos por servidores públicos não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

(A) Apenas as assertivas I e V estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.

(D) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA I. Art. 37, IX, CF. II. Art. 37, II, CF. III. Aos servidores detentores de emprego público aplica-se a CLT. IV. Art. 40, CF. V. Art. 37, XIV, CF. *Alternativa E.*

680. **(Analista – TRE-PA – 2011 – FGV)** O servidor público federal é sujeito à disciplina legal diferenciada dos trabalhadores da iniciativa privada. O regime disciplinar do servidor público federal determina que

(A) a advertência será aplicada por escrito no caso de o servidor aceitar comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro.

(B) a demissão será aplicada nos casos de falta injustificada por mais de trinta dias interpolados, acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, corrupção e improbidade administrativa, entre outros.

(C) a demissão ou a destituição de cargo em comissão em virtude de corrupção implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

(D) a punição para o servidor que injustificadamente se recusar a ser submetido à inspeção médica

determinada por autoridade competente é a suspensão por trinta dias, que pode ser convertida em multa.

(E) a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal.

RESPOSTA (A) Art. 129, Lei n. 8.112/90. (B) Art. 132, da lei referida. (C) Art. 136, do Estatuto Federal. (D) Art. 130, §§ 1º e 2º, da norma. (E) Art. 126, da lei em tela. *Alternativa C*.

681. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) Considerando os servidores públicos, analise os itens a seguir e marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente:

( ) enquanto pendente, o pedido de readaptação fundado em desvio funcional não gera direitos para o servidor, relativamente ao cargo pleiteado.

( ) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

( ) é direito dos servidores ocupantes de cargo público relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização, entre outros direitos.

( ) recondução é o retorno à atividade de servidor aposentado no interesse da administração.

( ) após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem a respectiva remuneração, por até 3 (três) meses, para participar de curso de capacitação profissional.

(A) V, F, V, F, F
(B) F, F, V, V, F
(C) F, V, F, V, V
(D) V, V, F, F, F
(E) F, V, F, F, V

RESPOSTA *Verdadeira*. Caracteriza burla ao concurso público. Art. 37, II e III, CF. *Verdadeira*. Art. 40, § 13, CF. *Falsa*. Trata-se de norma aplicável aos empregados públicos. Art. 41, CF. *Falsa*. Art. 41, § 2º, CF. *Falsa*. Art. 87, Lei n. 8.112/90. *Alternativa D*.

682. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) No que se refere ao chamado Regime Jurídico Único, atinente aos servidores públicos federais, é correto afirmar que:

(A) tal regime nunca pôde ser aplicado a estatais, sendo característico apenas da Administração direta.

(B) tal regime, a partir de uma emenda à Constituição Federal de 1988, passou a ser obrigatório também para as autarquias.

(C) consoante decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal, a obrigatoriedade de adoção de tal regime não mais subsiste, tendo-se extinguido com a chamada Reforma Administrativa do Estado Brasileiro, realizada por meio de emenda constitucional.

(D) tal regime sempre foi aplicável também às autarquias.

(E) tal regime, que deixou de ser obrigatório a partir de determinada emenda constitucional, passou a novamente ser impositivo, a partir de decisão liminar do Supremo Tribunal Federal com efeitos *ex nunc*.

RESPOSTA A questão versa acerca da redação do art. 39, *caput*, CF, alterada pela EC n. 19/98, cuja eficácia restou combatida pela ADIn 2.135-4. Na ocasião, deferiu-se pedido liminar, com efeitos *ex nunc*, cessando a obrigatoriedade do regime único. *Alternativa E.*

683. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** No que se refere ao direito de petição, consoante previsto na Lei n. 8.112, de 1990, assinale a opção correta.

(A) As normas que tratavam de tal direito especificamente no Estatuto do Servidor Público Federal encontram-se revogadas.

(B) O servidor demitido tem 120 (cento e vinte) dias para requerer a revisão do ato demissório, sob pena de preclusão administrativa.

(C) Os recursos administrativos deverão ser dirigidos à autoridade que proferiu a decisão, que os encaminharão à autoridade superior, caso não reconsidere sua decisão.

(D) Os recursos interpostos têm efeito suspensivo, razão pela qual interrompem a prescrição.

(E) Admite-se, excepcionalmente, a prorrogação do prazo para o exercício do recurso administrativo.

RESPOSTA (A) Art. 104, da norma em tela. (B) Art. 110, da lei. (C) Art. 107, § 1º, da norma. (D) Poderá ser atribuído. Art. 109, do Estatuto. (E) Motivo de força maior. Art. 112, da lei. *Alternativa E.*

684. **(Procurador – São Leopoldo-RS – 2010 – CONSULPLAN)** Sobre o tema Direito Administrativo, pode-se afirmar que, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele:

(A) Reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

(B) Readmitido, e o eventual ocupante da vaga será demitido.

(C) Reintegrado, e o eventual ocupante da vaga dispensado.

(D) Readmitido, e o eventual ocupante da vaga permanecerá ocupando-a.

(E) Reintegrado, e o eventual ocupante da vaga sempre posto em disponibilidade.

RESPOSTA Art. 41, § 2º, CF. *Alternativa A.*

685. **(Promotor – MPDFT – 2011)** De acordo com a Jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

(A) Uma vez publicado o edital do concurso com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas. A existência de um direito à nomeação, nesse sentido, limita a discricionariedade do Poder Público quanto à realização e gestão dos concursos públicos.

(B) O candidato aprovado em concurso público, ainda que dentro do número de vagas, torna-se detentor de mera expectativa de direito, não de direito à nomeação. O direito subjetivo à nomeação verifica-se apenas na hipótese de preterição na ordem de classificação e nomeação de outras pessoas que não aquelas que constam da lista classificatória de aprovados no certame público.

(C) O ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame não cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas. O direito subjetivo à nomeação não surge sequer quando é desrespeitada a ordem de classificação, havendo, na hipótese, plena discricionariedade da Administração.

(D) Admite-se a própria obrigação de a Administração Pública nomear candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital, bastando que surja vaga, seja por nova lei, seja em decorrência

de vacância. Trata-se de exigência do princípio da eficiência, que impede a realização de novos certames desnecessários.

(E) Uma vez publicado o edital do concurso com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas. O direito só se converte em direito subjetivo, porém, quando há a preterição na ordem de classificação ou quando ocorre declaração de vacância.

RESPOSTA Declarado por edital o número específico de vagas, os candidatos aprovados terão direito a sua nomeação, conforme posicionamento recente do STF (RE 598.099/MS). *Alternativa A.*

686. (Promotor – MP-SP – 2011) Os serviços notariais e de registro

(A) são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.

(B) são exercidos em caráter privado, sujeitos à fiscalização do Poder Legislativo.

(C) são de natureza pública, sujeitos ao regime de concessão de serviço público.

(D) são exercidos em caráter público, dependendo de concurso público de provas e títulos o ingresso em sua atividade.

(E) são exercidos em caráter privado, sujeitos à fiscalização do Poder Executivo.

RESPOSTA Art. 236, CF. *Alternativa A.*

687. (Promotor – MPDFT – 2011) De acordo com a Constituição Federal, julgue as seguintes inferências:

I. A União instituirá, para estados, municípios e o Distrito Federal, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

II. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

III. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos.

IV. A União instituirá regime jurídico único para todos os entes da federação, sendo-lhe vedado fixar, para os estados, os municípios e o Distrito Federal, padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório.

Pode-se afirmar que:

(A) Os itens I, II são falsos.

(B) Os itens I, III e IV são falsos.

(C) Os itens II, III e IV são verdadeiros.

(D) Os itens II e III são verdadeiros.

(E) Os itens III e IV são falsos.

RESPOSTA I. Falso. Viola o art. 39, CF. II. Verdadeiro. Art. 39, § 1º, I, CF. III. Verdadeiro. Art. 39, § 1º, II e III, CF. IV. Falso. Viola o art. 39, CF, pois cada entidade política possui autonomia para legislar sobre os seus servidores. *Alternativa D.*

688. (Analista – TRE-PA – 2011 – FGV) O retorno de servidor à atividade, quando invalidada sua demissão, corresponde à

(A) reversão.

(B) readaptação.

(C) reintegração.
(D) recondução.
(E) recapacitação.

RESPOSTA Art. 41, § 2º, CF. *Alternativa C*.

689. **(Procurador – MPF – 2012)** Analise os itens abaixo e responda em seguida:

I. O sistema constitucional obstaculiza o enriquecimento sem causa, especialmente o do Estado, razão pela qual, configurado o desvio de função pública, nasce o direito à incorporação, inclusive para fins de aposentadoria, do valor dos vencimentos do cargo exercido de maneira irregular, a título de indenização, sem, contudo, reenquadramento funcional.
II. A remoção e a redistribuição são formas de provimento derivado, vez que ensejam, com o deslocamento do servidor, investidura em outro cargo.
III. De acordo com o atual regramento constitucional, a acumulação de proventos e vencimentos somente será admitida quando os cargos públicos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade, respeitado o teto remuneratório.
IV. O exercício de atividade em situação de desvio de função gera direito ao enquadramento funcional do servidor no cargo correspondente às funções por ele efetivamente desempenhadas.

(A) Os itens I e III são verdadeiros.
(B) Somente o item III é verdadeiro.
(C) Somente os itens II e IV são falsos.
(D) Somente o item IV é falso.

RESPOSTA I. A prática do descrito acarretaria burla ao concurso público e violação ao art. 37, II e III, CF. II. Não são formas de provimento de cargo. Art. 8º, IX, Lei n. 8.112/90. III. Correto. Art. 37, XVI, *a* a *c*, CF. IV. Burla ao concurso público. Violação ao art. 37, II e III, CF. *Alternativa B.*

690. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Em relação ao servidor público, assinale a afirmação correta.

(A) A responsabilidade civil, tanto do servidor como do Estado, é objetiva.
(B) Extinto o cargo, ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até o seu aproveitamento em outro cargo.
(C) A absolvição na esfera penal, por negativa de autoria ou do fato, constitui causa impeditiva da responsabilização civil do servidor público, em ação regressiva da Administração Pública.
(D) A readaptação é a forma de provimento que implica no retorno do servidor ao cargo que ocupava, haja vista sua inabilitação em estágio probatório ou pela reintegração de outro servidor ao cargo do qual teve que se afastar.
(E) O estrangeiro, na forma da lei, não pode ocupar cargo público.

RESPOSTA (A) Apenas a do Estado. Art. 37, § 6º, CF. (B) Art. 41, § 3º, CF. (C) Art. 126, Lei n. 8.112/90. (D) Art. 41, § 2º, e art. 24, Lei n. 8.112/90. (E) Art. 37, I, CF. *Alternativa C*.

691. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** A perda do cargo de servidores públicos:

(A) não pode resultar de avaliação periódica de desempenho, relativa às funções do cargo;
(B) impõe que a Administração instaure processo administrativo, não sendo, contudo, exigida defesa técnica por advogado;
(C) resulta de sentença judicial transitada em julgado, desde que tenha havido prévio processo

administrativo;

(D) aplica-se também a empregados de sociedades de economia mista e empresas públicas;

(E) deve decorrer de processo administrativo, com apuração preliminar por meio de sindicância.

RESPOSTA (A) Art. 41, § 1º, III, CF. (B) Art. 41, § 1º, II, CF, e Súmula Vinculante 5, STF. (C) Art. 41, § 1º, I, CF. (D) A estes se aplicam as regras da CLT e o inquérito para apuração de falta grave. (E) A sindicância é instrumento facultativo, sendo aplicada para infrações de menor potencial. *Alternativa B.*

VIII. Intervenção do Estado na Propriedade Privada e no Domínio Econômico

692. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** A indenização em dinheiro, por parte do ente público, ocorre quando há

(A) desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

(B) desapropriação em virtude de descumprimento da função social da propriedade rural.

(C) indenização das benfeitorias necessárias realizadas em propriedade desapropriada em função do descumprimento da função social da propriedade rural.

(D) expropriação de glebas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

RESPOSTA (A) Art. 184, *caput*, CF. (B) Art. 184, *caput*, CF. (C) Art. 184, § 1º, CF. (D) Art. 243, CF. *Alternativa C*.

693. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Considerando os entendimentos consolidados pelo Supremo Tribunal Federal, ao longo dos anos, relativamente ao instituto da desapropriação, assinale a opção incorreta.

(A) Na indenização por desapropriação, devem ser incluídos honorários do advogado do expropriado.

(B) É devida correção monetária, até a data do efetivo pagamento da indenização, devendo-se proceder à atualização do cálculo, ainda que seja por mais de uma vez.

(C) É constitucional a previsão contida na antiga Lei de Desapropriações por Utilidade Pública (Decreto-lei n. 3.365/1941), no sentido da possibilidade de imissão provisória na posse, mesmo sem prévia citação do réu, mediante o depósito de determinado montante, especificado em tal lei.

(D) A demora no pagamento do preço da desapropriação dá direito à indenização complementar, além dos juros.

(E) As margens dos rios navegáveis estão excluídas do cálculo da indenização.

RESPOSTA (A) Súmula 378, STF. (B) Súmula 561, STF. (C) Súmula 652, STF. (D) Súmula 416, STF. (E) Súmula 479, STF. *Alternativa D*.

694. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as afirmativas a seguir.

Não podem os Estados e Municípios decretar a desapropriação de imóvel rural

PORQUE

é competência exclusiva da União a desapropriação que se destine à reforma agrária.

Assinale a alternativa correta.

(A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.

(B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.

(C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.

(D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

RESPOSTA O art. 184, *caput*, CF, não proíbe os Estados e Municípios de desapropriarem imóveis rurais para fins de utilidade pública, resguardada a competência exclusiva da União para desapropriação de imóvel rural para reforma agrária. *Alternativa A.*

695. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Em processo de desapropriação movido pelo Estado, com fulcro no Decreto-lei n. 3.365/41, busca o poder público impor ao proprietário do imóvel desapropriado perda de apenas uma parte deste bem. Queixa-se o desapropriado, todavia, que restará praticamente sem valor o restante do imóvel não submetido ao processo, em face do esvaziamento do conteúdo econômico da área remanescente, pretendendo, assim, que a desapropriação abranja a totalidade de seu imóvel. Argumenta, ainda, que a obra que se anuncia como motivadora é diversa da que se efetivamente pretende realizar. Considerando-se o sistema legal vigente, a jurisprudência dominante nos Tribunais e a doutrina que trata da espécie, é correto afirmar que

(A) o desvio de finalidade na desapropriação é vulgarmente chamado de tredestinação. Todavia, ultimada a desapropriação, utilizando-se a administração do imóvel para fim diverso do que aquele inicialmente declarado, preservando-se, entretanto, a finalidade pública, este aspecto não será nodal para fins de nulificar o ato de desapropriação.

(B) os honorários advocatícios, eventualmente concedidos, sofrem limitação de 5% do valor total da desapropriação.

(C) os juros compensatórios, uma vez fixados, avultam ao percentual de 12% ao ano sobre o valor determinado como justo preço.

(D) os juros moratórios, a sua vez, limitam-se a 12% ao ano, fixados a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao que o pagamento deveria ser efetuado.

(E) somente em ação autônoma poderá ser obtido o ressarcimento integral do imóvel, em face das limitações processuais da espécie, de cognição restrita, segundo precedentes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Superior Tribunal de Justiça.

RESPOSTA Ver posição do TJ/RS em Reexame Necessário n. 70.043.283.803. Quanto à indenização oriunda do procedimento expropriatório, ver MP 2.183/2001 e Súmulas 618, STF, e 408, STJ. *Alternativa A.*

696. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** Você, Delegado de Polícia no exercício das funções, em perseguição a meliante em fuga, exige a entrega de veículo por particular, tão somente para que seja utilizado na citada operação. O ato praticado pode ser caracterizado como:

(A) requisição.

(B) desapropriação.

(C) ocupação temporária.

(D) limitação administrativa.

(E) abuso de poder.

RESPOSTA Art. 5º, XXV, CF. *Alternativa A.*

697. **(Procurador – Cuiabá-MT – 2007 – UFMT)** Considerando as regras aplicáveis à ação de desapropriação, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Se, na ação de desapropriação, o requerido questionar o mérito da utilidade pública decretada, a impugnação será processada em autos apartados, devendo o juiz do feito decidi-la como matéria preliminar.

( ) A Câmara Municipal poderá tomar a iniciativa de desapropriação, cabendo ao Executivo as providências para sua efetivação.

( ) A ação de desapropriação poderá ser intentada pelo Estado para a desapropriação de bens do Município.

( ) Na esfera municipal, a ação de desapropriação somente poderá ser fundada na alegação de utilidade pública.

( ) O Município pode figurar como sujeito ativo na ação de desapropriação.

Assinale a sequência correta.

(A) V, F, F, V, F
(B) F, V, F, V, V
(C) F, F, F, V, F
(D) F, F, V, F, V
(E) V, F, F, F, V

RESPOSTA *Falso*. Art. 20, Decreto-lei n. 3.365/41. *Verdadeiro*. Art. 8º, do decreto-lei. *Falso*. Art. 2º, § 2º, do decreto-lei. *Verdadeiro*. Art. 2º, *caput*, do decreto-lei em tela. *Verdadeiro*. Art. 2º, *caput*, da norma. *Alternativa B.*

698. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Após a publicação da declaração de expropriação, a efetivação da desapropriação deve ocorrer dentro do prazo de

(A) um ano, no caso de imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular.
(B) dois anos, na hipótese de interesse social.
(C) três anos, se for caso de utilidade pública.
(D) quatro anos, se fundamentada no Estatuto da Cidade.

RESPOSTA Art. 3º, Lei n. 4.132/62 (Regulamenta a desapropriação por interesse social). *Alternativa B.*

699. **(Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP)** Quando o Poder Público, independentemente de indenização e visando o interesse coletivo, determina o recuo de certa distância para a construção em terrenos urbanos ou proíbe o desmatamento em parte de área florestal de propriedades rurais, ocorre a

(A) desapropriação parcial.
(B) servidão administrativa.
(C) ocupação temporária.
(D) servidão predial.
(E) limitação administrativa.

RESPOSTA A situação aduz a modalidade de intervenção denominada "limitação administrativa", oriunda do Poder de Polícia. Art. 78, CTN. *Alternativa E*.

700. **(Promotor – MPDFT – 2011)** De acordo com a Constituição Federal, como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as seguintes funções:

(A) Fiscalização, incentivo e planejamento.
(B) Planejamento, incentivo e prestação de serviço público.
(C) Fiscalização, incentivo e prestação de serviços públicos.
(D) Normativação, disciplina e delegação de atividades econômicas.
(E) Fomento e delegação de atividades econômicas.

RESPOSTA Art. 174, CF. *Alternativa A.*

701. **(Promotor – MP-SP – 2011)** A intervenção do Estado na propriedade particular que acarreta a perda do domínio sobre o bem, além da desapropriação, é

(A) o tombamento.

(B) a servidão administrativa.
(C) a requisição administrativa.
(D) a ocupação temporária.
(E) a limitação administrativa.

RESPOSTA Em que pese a concepção adotada pela banca, é importante frisar que a perda da propriedade, no instituto da requisição, é de caráter temporário. Art. 5º, XXV, CF. *Alternativa C*.

702. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) Assinale a alternativa correta a respeito do tombamento.

(A) A competência constitucional para legislar sobre tombamento é privativa da União.
(B) Podem ser tombados bens de qualquer natureza, móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, públicos ou privados, podendo, inclusive, as pessoas políticas tombarem seus próprios bens, para finalidade de preservação.
(C) O tombamento caracteriza-se por ser uma restrição parcial e em regra indenizável.
(D) No tombamento compulsório, iniciado o processo e colhida a manifestação técnica sobre o bem e seu valor, o proprietário será notificado para anuir ou impugnar o tombamento no prazo de trinta dias.

RESPOSTA (A) Art. 23, Decreto-lei n. 25/37. (B) Art. 1º, § 2º, e art. 5º, Decreto-lei n. 25/37. (C) Ocorrerá a restrição (Ex.: art. 18, do decreto). Todavia, não comporta indenização. (D) Quinze dias. Art. 9º, 1, do decreto-lei em tela. *Alternativa B.*

703. (Promotor – MP-SC – 2011) Questão:

I. O plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, deve ser executado em todos os municípios, mediante aprovação da Câmara de Vereadores.
II. Para fins de desapropriação, a declaração de necessidade pública, utilidade pública ou de interesse social pode atingir qualquer bem e recair sobre patrimônio particular ou público.
III. Quando se tratar de desapropriação de bens públicos pela União, Estados-membros e municípios, necessária é a observância da hierarquia política entre as referidas entidades políticas, dispensando-se a autorização legislativa.
IV. São meios de intervenção na propriedade privada a desapropriação, a servidão administrativa, a ocupação definitiva, a requisição temporária e a limitação urbana.
V. Para fins de reforma agrária, a declaração de interesse social do imóvel se dá por decreto, o qual autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

(A) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
(C) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
(D) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA I. Cidades com mais de vinte mil habitantes. Art. 182, § 1º, CF. II. O permissivo está no art. 2º, Decreto-lei n. 3.365/41, aplicando-o para as demais. III. Deve haver autorização. § 2º, art. 2º, do decreto. IV. Ocupação temporária. V. LC n. 76/93. *Alternativa A.*

704. (Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE) Assinale a alternativa *incorreta*, em relação ao procedimento de desapropriação.

(A) A desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade privada.
(B) O bem público não poderá ser objeto de desapropriação.
(C) Ocorre desvio de finalidade genérico, que enseja a retrocessão, quando se verifica a mudança de finalidade pública para o fim particular do bem expropriado.
(D) É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificados, vizinhos às obras e necessários à sua realização.
(E) Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

RESPOSTA (A) Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, p. 649-650). (B) Art. 2º, § 2º, Decreto-lei n. 3.365/41. (C) Art. 519, CC. (D) Art. 36, Decreto-lei n. 3.365/41. (E) Art. 3º, do decreto-lei em tela. *Alternativa B.*

705. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Acerca do instituto da servidão administrativa, é CORRETO afirmar:

(A) a servidão administrativa impõe ao proprietário do imóvel um gravame de caráter temporário, que é característica típica desse instituto.
(B) a servidão administrativa poderá concretizar-se por acordo entre o Poder Público e o proprietário.
(C) a servidão administrativa opera transferência de posse do bem ao Poder Público.
(D) nas situações em que a servidão administrativa decorre diretamente de lei, não é possível indenização.

RESPOSTA (A) O gravame terá tempo indeterminado. (B) Acordo precedido da expedição de Decreto (MAZZA, *Manual de direito administrativo*, p. 262). (C) A posse fica com o proprietário, que terá restrições quanto ao seu gozo. (D) É possível, comprovado o dano. *Alternativa B.*

706. **(Promotor – MPDFT – 2011)** É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

(A) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; parcelamento ou edificação compulsórios; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
(B) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; parcelamento ou edificação compulsórios; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até vinte anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
(C) parcelamento ou edificação compulsórios; imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
(D) parcelamento ou edificação compulsórios; imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até vinte anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
(E) desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente

aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até vinte anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais; imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; parcelamento ou edificação compulsórios.

RESPOSTA Art. 182, § 4º, I a III, CF. *Alternativa C*.

707. (Promotor – MP-PR – 2011) Relativamente à desapropriação, é **incorreto** afirmar:

(A) As desapropriações podem se realizar por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social.

(B) Somente bens de natureza privada podem ser objeto de desapropriação, tendo em vista que os bens públicos são inalienáveis.

(C) São requisitos constitucionais para proceder-se a desapropriação a prévia e justa indenização em dinheiro, salvo dos casos de expropriação para reforma agrária e para urbanização, hipóteses em que a indenização pode ser paga com títulos da dívida agrária e da dívida pública municipal.

(D) É entendimento predominante na doutrina e jurisprudência que a aquisição de propriedade pela desapropriação é originária.

(E) Parte da doutrina e inúmeros julgados entendem que a retrocessão é um direito pessoal que proporciona ao expropriado tão somente perdas e danos, caso o expropriante não lhe ofereça o bem quando desistir de utilizá-lo num fim de interesse público.

RESPOSTA (A) Correto. Art. 5º, XXIV, CF. (B) Incorreto. Art. 2º, Decreto-lei n. 3.365/41. (C) Correto. Art. 182, § 4º, III, CF, e art. 184, *caput*, CF. (D) Correto. Celso Antônio B. de Mello (*Curso de direito administrativo*, p. 865-866). (E) Correto. REsp 816.251. *Alternativa A.*

708. (Procurador – MPF – 2012) Com relação ao tema desapropriação, analise os itens abaixo e responda em seguida:

I. O princípio do justo preço possui caráter ambivalente, pois, de um lado, assegura ao expropriado a percepção de indenização compatível com o valor do bem objeto da desapropriação, recompondo seu patrimônio, de outro lado, impede que o particular receba, a título de indenização, valor superior aos parâmetros do mercado, impedindo enriquecimento sem causa.

II. Bens públicos municipais e estaduais podem ser desapropriados pela União, desde que haja prévia autorização legislativa.

III. Na desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, a ação deve ser proposta no prazo de dois anos, a contar da publicação do decreto declaratório, sob pena de caducidade do ato.

IV. Configura-se desapropriação indireta mediante a incorporação do bem ao patrimônio público sem o devido processo legal; em tal hipótese, o bem expropriado não pode ser objeto de reivindicação.

(A) Todos os itens são verdadeiros.

(B) Somente o item I é falso.

(C) Somente os itens III e IV são falsos.

(D) Somente os itens I e II são verdadeiros.

RESPOSTA I. Correto. Art. 5º, XXIV, CF, e Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 559). II. Art. 2º, Decreto-lei n. 3.365/41. III. Art. 3º, LC n. 76/93. IV. É o esbulho possessório praticado pelo Estado, sem contraditório ou pagamento de indenização. É obstado pelo art. 46, LC n. 101/2000. *Alternativa A.*

709. (Promotor – MP-RJ – 2011) Certo Município desapropriou alguns imóveis antigos situados nas proximidades do centro da cidade, com o objetivo de implementar plano de reurbanização. No que tange a tais desapropriações, é correto afirmar que:

(A) as indenizações devem alcançar apenas parcialmente o valor dos imóveis, tendo em vista a antiguidade destes;
(B) o Município deve indenizar os proprietários mediante títulos da dívida pública, previamente aprovados pelo Senado Federal;
(C) parte do pagamento das indenizações deverá ser em dinheiro e parte em títulos da dívida pública;
(D) as indenizações devidas aos proprietários pelo Município devem ser prévias, justas e em dinheiro;
(E) os títulos da dívida pública indenizatórios devem ter prazo de resgate de dez anos, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

RESPOSTA Tratando-se de desapropriação urbana, aplica-se o preceituado no art. 182, § 3º, CF, no que tange ao pagamento da indenização. *Alternativa D*.

IX. Responsabilidade Civil do Estado

710. **(Analista – TRE-PA – 2011 – FGV)** No que diz respeito à responsabilidade civil da Administração Pública, é correto afirmar que

(A) a indenização em virtude de atos lesivos dos agentes públicos compreende somente os danos materiais.
(B) os atos lesivos praticados por agente público no exercício de sua função geram responsabilidade da Administração Pública sem, contudo, autorizar o direito de regresso desta contra o responsável pelo dano nos casos de dolo ou culpa.
(C) caso um servidor do TRE-PA, no exercício de sua função, agrida verbalmente um advogado, configurando dano moral, está implicada a responsabilidade subsidiária do Tribunal.
(D) o Estado e as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos causados a terceiros por seus agentes, no exercício de suas funções.
(E) a responsabilidade objetiva do Estado dispensa a existência de dano causado a terceiro por seus agentes, no exercício de sua função, por força da adoção da teoria do risco integral pela Constituição de 1988.

RESPOSTA (A) Ver STF, RE 179.147. (B) Parte final do § 6º, art. 37, CF. (C) Responsabilidade Objetiva do Tribunal. (D) Art. 37, § 6º, *in fine*, CF. (E) Teoria do risco administrativo, segundo a qual se admitem excludentes. *Alternativa D*.

711. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** No que tange à responsabilidade civil do Estado, o STF (Supremo Tribunal Federal) afirma que o art. 37, parágrafo 6º da CF consagra uma dupla garantia. Essa dupla garantia consiste em

(A) o particular poder mover ação indenizatória contra o agente causador do dano e a pessoa jurídica à qual o causador do dano se vincula em litisconsórcio.
(B) o agente causador do dano apenas responder à ação de regresso após a pessoa jurídica ter sido condenada a indenizar o lesado.
(C) ser possível debater em uma mesma ação judicial a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica e a subjetiva do agente causador do dano.
(D) ser possível ao particular escolher contra quem moverá a ação indenizatória, contra a pessoa jurídica ou contra o agente causador do dano.

RESPOSTA A alternativa B está correta, observada sua consonância ao posicionamento do STF (RE 327.904). *Alternativa B.*

712. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Ariana viajava em um ônibus de empresa privada que fazia o transporte de passageiros no município e, durante o percurso, o coletivo foi violentamente

abalroado por outro veículo dirigido por Aristeu. Ariana sofreu escoriações leves em razão do acidente que, apurou-se, decorreu de culpa de Aristeu que dirigia embriagado. Considerando os fatos narrados, assinale a alternativa correta.

(A) Ariana tem o direito de postular indenização somente de Aristeu, que foi o verdadeiro culpado pelo acidente.
(B) A empresa de transporte coletivo não está obrigada a indenizar Ariana, em razão da incidência da excludente de culpa de terceiro.
(C) Ariana não terá direito à indenização da empresa de ônibus, uma vez que a companhia de transporte era uma empresa privada e porque o acidente não ocorreu por sua culpa.
(D) Mesmo havendo culpa de terceiro, Ariana terá direito à indenização da empresa de ônibus com base na responsabilidade objetiva.

RESPOSTA A banca entendeu por aplicar a teoria da responsabilidade objetiva, prevista no art. 37, § 6º, CF, com base na execução de serviço público por concessionária ou permissionária. A excludente de culpa de terceiro, no entanto, poderá ser alegada em juízo pela Administração. *Alternativa D*.

713. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Assinale a opção que corresponde ao entendimento atualmente esposado pelo Supremo Tribunal Federal sobre a responsabilidade civil das empresas concessionárias de serviços públicos.

(A) Há responsabilidade somente perante os usuários do serviço público, na modalidade do risco administrativo.
(B) Há responsabilidade somente perante os usuários do serviço público, desde que caracterizada ao menos culpa da prestadora do serviço.
(C) É reconhecida a possibilidade de responsabilização em face de dano causado a não usuário do serviço, uma vez caracterizada ao menos culpa da concessionária e nexo de causalidade entre a conduta e o resultado prejudicial.
(D) É reconhecida a possibilidade de responsabilização objetiva das concessionárias, mesmo em face de terceiros não usuários do serviço.
(E) A teoria da responsabilidade subjetiva é aplicável tanto perante usuários como não usuários do serviço público, considerando-se que as concessionárias são empresas privadas que não integram o Poder Público.

RESPOSTA O STF reconhece a aplicação da teoria da responsabilidade objetiva às concessionárias, mesmo em face de não usuários. RE 591.874/MS. *Alternativa D*.

714. (Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE) A responsabilidade civil da pessoa jurídica, concessionária de serviço público, relativa aos danos causados aos usuários dos serviços por ela prestados:

(A) é excluída, se a prestação do serviço concedido for fiscalizada pelo poder concedente.
(B) é integral, se a prestação do serviço concedido não for fiscalizada pelo poder concedente.
(C) é integral, mesmo se a prestação do serviço concedido for fiscalizada pelo poder concedente.
(D) é atenuada, se a prestação do serviço concedido for fiscalizada pelo poder concedente.
(E) a pessoa jurídica concessionária de serviços não tem responsabilidade civil quanto aos danos causados aos usuários, haja vista que o poder concedente continua com a titularidade do serviço público concedido.

RESPOSTA É integral, consoante posição exarada pelo STF (RE 591.874/MS). *Alternativa C*.

715. **(Assessor – DPE-PR – 2012 – PUCPR)** A respeito da responsabilidade civil da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O direito brasileiro adotou a teoria do risco integral, de modo que a Administração Pública responde objetivamente pelos atos perpetrados por seus agentes, independentemente da existência de dolo, culpa, caso fortuito e força maior.

(B) Para configurar a responsabilidade estatal afigura-se necessária a existência de relação de causa e efeito entre o comportamento do Estado (ação ou omissão) e o dano provocado.

(C) O Poder Público não responde apenas por seus atos administrativos; pode também responder por seus atos administrativos e jurisdicionais.

(D) Conforme assegura a Constituição Federal, o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

(E) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

RESPOSTA O direito brasileiro adotou a teoria do risco administrativo (art. 37, § 6º, CF), pela qual a Administração responde objetivamente pelos atos dos seus agentes que impliquem em dano a terceiros, observadas as excludentes de imputação. *Alternativa A.*

716. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** A responsabilidade civil do policial decorre

(A) da prática de dano por erro determinado por terceiro.

(B) da prática de ofensas verbais ou físicas contra servidores ou particulares.

(C) apenas da prática de crime funcional de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública.

(D) de omissão antijurídica cometida em obediência a ordem superior.

(E) de procedimento doloso ou culposo que importe prejuízo à Fazenda Pública ou a terceiros.

RESPOSTA A responsabilidade do servidor policial, quando acarretar prejuízo à Fazenda, será averiguada na ação ou omissão dolosa ou culposa. Art. 37, § 6º, CF. *Alternativa E.*

717. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** No tocante à responsabilidade do Estado caso haja dano a indenizar, é INCORRETO afirmar que

(A) o agente pode ser pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviços públicos.

(B) as entidades de administração indireta que executem atividade econômica de natureza privada não se submetem à regra objetiva.

(C) às empresas públicas é aplicada a regra objetiva quando não desempenharem serviço público.

(D) o agente causador do dano deverá estar no exercício de função pública.

RESPOSTA Perceba-se que o art. 37, § 6º, CF, aplica a responsabilidade objetiva às prestadoras de serviço público, pelos danos causados a terceiros. Assim, restam afastadas do espectro as empresas públicas exploradoras de atividade econômica. *Alternativa C.*

718. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Considere que, no interior de uma delegacia, um agente de polícia seja ferido em virtude do disparo aparentemente acidental da arma de fogo que estava na mão de um delegado de polícia do Distrito Federal. Esse agente de polícia ingressou com ação judicial contra o Distrito Federal, postulando indenização por danos materiais e morais decorrentes do ferimento. Nessa situação hipotética,

(A) mesmo que seja demonstrado no referido processo que o disparo ocorreu por defeito de fabricação

da arma, o DF deverá ser condenado a indenizar o agente pelos danos morais e materiais decorrentes do ferimento.

(B) o DF tem responsabilidade civil objetiva pelos danos materiais, mas a responsabilização pelos danos morais depende da comprovação da culpa do agente causador do dano.

(C) o DF somente pode ser condenado a indenizar os danos materiais resultantes do ferimento caso o agente de polícia comprove negligência, imprudência ou imperícia por parte do delegado de polícia.

(D) caso se comprove o dolo do delegado de polícia, será afastada a responsabilidade civil do DF, dado que o dano será considerado de responsabilidade exclusiva do referido delegado.

(E) o DF não responde civilmente pelos danos, por tratar-se de dano derivado de omissão e não de ação do delegado de polícia.

RESPOSTA Basta ao agente vitimado comprovar o dano sofrido e o nexo causal que liga ele a agente público em serviço pelo Distrito Federal, razão que fará aplicar a teoria da Responsabilidade Civil Objetiva. Art. 37, § 6º, CF.

719. **(Procurador – Chapecó-SC – 2011 – OBJETIVA)** Marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( ) A responsabilidade contratual do transportador não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tenha ação regressiva.

( ) O Brasil adotou a Teoria do Risco Administrativo.

( ) A omissão do Estado tem que ser lícita para acarretar a sua responsabilidade.

(A) C – C – E.

(B) E – C – E.

(C) E – E – C.

(D) C – E – C.

RESPOSTA Certo. Art. 735, CC. Certo. Art. 37, § 6º, CF. Errado. O Estado responde por sua omissão, sendo o ato lícito ou ilícito. Essa é a posição do STF. Veja-se RE 136.861. *Alternativa A.*

720. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** No que concerne à responsabilidade civil do Estado e aos poderes administrativos, assinale a opção correta.

(A) Para efeito de responsabilidade civil do Estado, considera-se agente o servidor que, em sua atuação, causar dano a terceiros. Excluem-se, assim, dessa noção as pessoas que não têm vínculo típico de trabalho com a administração e os agentes colaboradores e sem remuneração.

(B) Direito de regresso é o assegurado ao Estado no sentido de dirigir sua pretensão indenizatória contra o agente responsável pelo dano, independentemente de este ter agido com culpa ou dolo.

(C) O poder regulamentar formaliza-se por meio de decretos e regulamentos. Nesse sentido, as instruções normativas, as resoluções e as portarias não podem ser qualificadas como atos de regulamentação.

(D) O poder de polícia administrativa consubstancia-se por meio de determinações de ordem pública, de modo a gerar deveres e obrigações aos indivíduos. Nesse sentido, os atos por intermédio dos quais a administração consente o exercício de determinadas atividades não são considerados atos de polícia.

(E) Na esfera da administração pública federal, direta ou indireta, a ação punitiva, quando se tratar do exercício do poder de polícia, prescreve em cinco anos contados a partir da data da prática do ato ou, em se tratando de infração permanente ou continuada, a partir do dia em que esta tiver cessado.

RESPOSTA (A) Restam incluídas as pessoas contratadas, ainda que sem remuneração, que prestam serviço público. Art. 37, § 6º, CF. (B) Depende da averiguação de dolo ou culpa. Art. 37, § 6º, parte final, CF. (C) As instruções e as resoluções são

assim classificadas pela doutrina (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 186-187). A portaria poderá ser expedida com essa função, em determinados casos. (D) Art. 78, CTN. (E) Art. 1º, Lei n. 9.873/99. *Alternativa E.*

721. **(Promotor – MPDFT – 2011)** A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal determina que "as pessoas jurídicas de direito público e as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público respondem objetivamente pelos seus atos, bastando para isso que esteja estabelecido um nexo causal entre o ato e o dano causado". Contudo, a mesma jurisprudência, por ter consagrado a teoria do risco administrativo, ressalva hipóteses em que é possível perquirir a culpa *lato sensu*. Marque a alternativa que descreve essas hipóteses:

(A) quando (i) a vítima tiver concorrido para o acontecimento danoso, hipótese em que é possível apenas abrandar a responsabilidade da pessoa jurídica de direito público ou da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público; quando (ii) se tratar de ato omissivo, hipótese em que, nada obstante a responsabilidade continue sendo objetiva, exige-se dolo ou culpa, numa de suas três vertentes, negligência, imperícia ou imprudência.

(B) quando (i) a vítima tiver concorrido para o acontecimento danoso, hipótese em que é possível abrandar ou mesmo excluir a responsabilidade da pessoa jurídica de direito público ou da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público; quando (ii) se tratar de ato omissivo, hipótese em que a responsabilidade civil por tal ato é subjetiva, pelo que exige dolo ou culpa, numa de suas três vertentes, negligência, imperícia ou imprudência.

(C) quando (i) a vítima tiver concorrido para o acontecimento danoso, hipótese em que é possível apenas abrandar a responsabilidade da pessoa jurídica de direito público ou da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, nunca excluí-la completamente; quando (ii) se tratar de ato omissivo, hipótese em que a responsabilidade civil por tal ato é subjetiva, pelo que exige dolo ou culpa, numa de suas três vertentes, negligência, imperícia ou imprudência.

(D) quando (i) a vítima tiver concorrido para o acontecimento danoso, hipótese em que é possível abrandar ou mesmo excluir a responsabilidade da pessoa jurídica de direito público ou da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público; quando (ii) se tratar de ato omissivo, hipótese em que a responsabilidade civil, nada obstante continue sendo objetiva, exige-se dolo ou culpa, numa de suas três vertentes, negligência, imperícia ou imprudência.

(E) quando (i) a vítima tiver concorrido para o acontecimento danoso, hipótese em que é possível excluir a responsabilidade da pessoa jurídica de direito público ou da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público; quando (ii) se tratar de ato omissivo, hipótese em que a responsabilidade civil, sendo subjetiva, não exige a presença de dolo ou culpa.

RESPOSTA O ordenamento jurídico brasileiro adotou a teoria do risco administrativo como pedra angular da teoria da responsabilidade objetiva (art. 37, § 6º, CF). Tal teoria admite como excludentes: I. Culpa exclusiva da vítima; II. Culpa de terceiros; III. Caso fortuito ou força maior. A imputação subjetiva, em que se perquire dolo ou culpa, resta adstrita à omissão na prestação de serviços pelo ente público. *Alternativa B.*

X. Princípios e Poderes da Administração

722. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Dentre os princípios da Administração Pública, a autotutela caracteriza-se por:

(A) impedir que o Poder Judiciário reveja os atos praticados pela Administração Pública.

(B) permitir que a Administração Pública reveja seus próprios atos, revogando-os por motivo de interesse público (oportunidade e conveniência), assim como anulando os atos inquinados pela ilicitude.

(C) permitir que o Poder Judiciário revogue os atos praticados pela Administração Pública.
(D) permitir que o Poder Judiciário anule os atos praticados pela Administração Pública.
(E) impor aos administrados as decisões administrativas.

RESPOSTA Súmula 473, STF. *Alternativa B.*

723. **(Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP)** Em decorrência do poder de polícia, a autoridade municipal tem competência para

(A) recusar alvará de construção, mesmo havendo atendimento ao Código de Edificações, e apreender ônibus que trafegue sem condições de segurança.
(B) recusar alvará de construção por desatendimento ao Código de Edificações, e determinar a prisão de cidadãos em atraso com o pagamento de impostos.
(C) aplicar sanções não só a quem constrói irregularmente, como também a quem perturba o trânsito nas vias públicas.
(D) determinar a prisão de quem estaciona em local proibido, e apreender ônibus que trafegue sem condições de segurança.
(E) apreender armas de quem não possui autorização outorgada pela Secretaria de Segurança.

RESPOSTA (A) É ato vinculado. A negativa gera abuso de autoridade. (B) A recusa é válida, todavia a prisão é ato de poder de polícia judiciária. (C) São exemplos de ato de Poder de Polícia. Art. 78, CTN. (D) Impossibilidade, no primeiro caso. (E) É ato de competência da polícia judiciária. *Alternativa C*.

724. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Analise as afirmativas abaixo: Em relação aos princípios administrativos:

1. O princípio da autotutela diz respeito ao controle que a administração direta exerce sobre as entidades da administração indireta.
2. O princípio da finalidade assevera que os atos e os provimentos administrativos são imputados ao órgão ou à entidade administrativa em nome do qual o servidor age.
3. Segundo o princípio da legalidade, a administração pública só pode fazer o que a lei autoriza.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

(A) É correta apenas a afirmativa 2.
(B) É correta apenas a afirmativa 3.
(C) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
(D) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
(E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

RESPOSTA 1. Incorreta. Sobre autotutela, ver Súmula 473, STF. 2. Incorreta. A finalidade resta ligada à realização do interesse público primário ou secundário. 3. Correta. Art. 37, *caput*, CF, e Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, p. 89). *Alternativa B.*

725. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** Quanto aos poderes da Administração Pública, que incluem os poderes de polícia administrativa e de polícia judiciária, assinale a opção correta.

(A) A apreensão de DVDs piratas, por serem cópias de filmes protegidos por direitos autorais, é exercício da polícia judiciária.
(B) Apreensão por servidores da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) de medicamentos falsificados configura exercício da polícia judiciária.
(C) Apreensão e destruição de leite que seria consumido pela população em face da descoberta de adição de conservante equivalente a soda cáustica é exercício da polícia judiciária.

(D) A interdição de restaurante que produz alimentos sem observar normas de higiene fixadas pelo Ministério da Saúde é exercício da polícia judiciária.

RESPOSTA (A) Por ser tipificado como crime, art. 184, CP, essa apreensão é ato de polícia judiciária. (B) Poder de Polícia Administrativa. Art. 78, CTN. (C) É controle de alimentos. Art. 78, CTN. (D) É ato ínsito à atividade de polícia administrativa. *Alternativa A.*

726. (Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC) Relativamente ao princípio do interesse público, pode-se afirmar que

(A) é dotado de consistência autônoma já que ocorre um antagonismo entre o interesse público das partes e o interesse do todo.
(B) há uma relação íntima e indissociável entre o interesse público e os interesses individuais, de modo que o primeiro resulta do conjunto dos interesses que os indivíduos pessoalmente têm quando considerados na qualidade de membros da sociedade.
(C) os interesses públicos são insuscetíveis de serem defendidos pelos particulares individualmente mesmo quando lhes acarretem ônus ou gravames suportados isoladamente.
(D) todos os interesses do Estado podem ser qualificados como públicos.
(E) as prerrogativas inerentes à supremacia do interesse público sobre o interesse privado podem ser empregadas legitimamente para satisfazer os interesses secundários do Estado.

RESPOSTA Trata-se do interesse público primário, nas palavras de Celso A. Bandeira de Mello (*Curso de direito administrativo*, p. 50). *Alternativa B.*

727. (Promotor – MP-MG – 2011) Um agente fiscal de determinado órgão da Administração Pública deparou-se com a venda de produtos aparentemente impróprios ao consumo e que causam risco à vida e à saúde das pessoas. A empresa responsável foi autuada por prática infrativa e os produtos tidos como impróprios foram imediatamente apreendidos. Partindo do pressuposto de que a atividade fiscalizatória levada a efeito se desenvolveu de maneira regular sob todos os aspectos, assinale a assertiva CORRETA.

(A) A apreensão dos produtos, nesse caso, deriva do poder de polícia administrativo.
(B) A apreensão dos produtos foi possível graças ao poder hierárquico inerente à Administração e que decorre do princípio da supremacia do interesse público.
(C) A apreensão dos produtos foi possível graças aos poderes normativo e regulador exercidos pelo agente fiscal na ocasião.
(D) A apreensão dos produtos, nesse caso, é derivada da intervenção do Estado sobre a propriedade e bens particulares em razão da inobservância de sua função social.

RESPOSTA "As sanções do poder de polícia principiam com a multa e se escalonam em penalidades mais graves, como a destruição de objetos, a inutilização de gêneros e a proibição de fabricação de certos produtos" (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 144). *Alternativa A.*

728. (Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL) São princípios da Administração Pública

(A) legalidade, motivação, segurança jurídica, especialidade.
(B) legalidade, motivação, segurança jurídica, normatização.
(C) legalidade, disciplina, segurança jurídica, normatização.
(D) legalidade, disciplina, razoabilidade, controle.

RESPOSTA Art. 37, *caput*, CF, e art. 2º, Lei n. 9.784/99. A ideia de especialidade ganha argumento no Poder de Autotutela da Administração (Súmula 473, STF), sendo ela figura competente e especializada para rever e anular seus atos. *Alternativa A.*

729. (Analista – DPE-TO – 2012 – UFT) Sobre os princípios da Administração Pública dispostos na Constituição Federal, marque a alternativa CORRETA:

(A) Somente a administração pública direta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(B) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(C) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes, exclusivamente, da União, dos Estados, do Distrito Federal obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(D) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes, exclusivamente, da União, dos Estados e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

RESPOSTA Direta e indireta. Art. 37, *caput*, CF. *Alternativa B.*

730. (Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL) Com relação aos poderes administrativos, correlacione as colunas a seguir.

(1) Poder vinculado
(2) Poder hierárquico
(3) Poder de polícia
(4) Poder regulamentar
(5) Poder disciplinar
(6) Poder discricionário

( ) É o mecanismo de que dispõe a Administração Pública para conter abusos do direito individual.
( ) É a faculdade de que dispõem os chefes do Executivo, em todas as esferas, de explicar a lei para sua correta execução.
( ) Confere ao administrador liberdade na escolha da conveniência, oportunidade e conteúdo do ato.
( ) Impõe ao agente público a restrição rigorosa aos preceitos legais, sem qualquer liberdade de ação.
( ) Tem por objetivo ordenar, controlar, coordenar e corrigir as atividades administrativas no âmbito interno da Administração Pública.
( ) É a faculdade punitiva interna da Administração e só abrange as infrações relacionadas com o serviço.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

(A) 2 – 5 – 6 – 1 – 4 – 3
(B) 6 – 5 – 2 – 1 – 3 – 4
(C) 1 – 4 – 2 – 6 – 5 – 3
(D) 3 – 4 – 6 – 1 – 2 – 5

RESPOSTA *3*. Art. 78, CTN. *4*. Art. 84, VI, CF. *6*. Ex.: A nomeação e exoneração de cargo em comissão. Art. 37, V, CF. *1*. Ex.: Licença-gestante para servidora. *2*. Ex.: Art. 12, Lei n. 9.784/99. *5*. Ex.: Art. 41, § 1º, II, CF. *Alternativa D*.

731. (Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL) Sobre o poder de polícia no campo do direito administrativo, é INCORRETO afirmar que

(A) é exercido mediante prerrogativas e sujeições.
(B) limita o direito do cidadão ao bem-estar coletivo.
(C) concretiza o princípio da predominância do interesse público.
(D) se caracteriza pelo cumprimento de atos administrativos editados para regramento da conduta do cidadão.

RESPOSTA (A) Correto. Concatena a ideia de supremacia e interesse público. (B) Correto. Art. 78, CTN. (C) Correto. O poder em comento é consectário da supremacia do interesse público. (D) Incorreto. A lei dispõe o regramento. Art. 37, *caput*, CF. *Alternativa D*.

732. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Sobre o Poder de Polícia, é INCORRETO afirmar que

(A) é exercido na área administrativa.
(B) é exercido na área judiciária.
(C) o ato de poder de polícia pode ser administrativo e judiciário.
(D) a diferenciação de atuação da polícia administrativa e judiciária independe de ilícito penal.

RESPOSTA (A) Poder de Polícia Administrativa. Ex.: Multa. (B) Poder de Polícia Judiciária. Ex.: Prisão de indivíduo. (C) Depende da competência do Agente. Ex.: O policial federal possui ambas as competências. (D) É um dos elementos de diferenciação. *Alternativa D*.

733. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** São características do poder de polícia:

(A) discricionariedade, coercibilidade, autoexecutoriedade.
(B) discricionariedade, coercibilidade, prevenção.
(C) discricionariedade, regulamentação, prevenção.
(D) limitação, coercibilidade, autoexecutoriedade.

RESPOSTA São características, ou atributos, do poder de polícia: a) a discricionariedade (escolha para agir); b) a coercibilidade (uso da força); e c) a autoexecutoriedade, que traduz a independência de autorização judicial para atuar. *Alternativa A.*

734. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Considere as afirmações abaixo, referentes aos princípios que fundamentam a administração pública.

I. O princípio da razoabilidade, que impõe que o administrador ao atuar em sua zona de atuação discricionária obedeça a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, não possui, no ordenamento constitucional, expressa e explícita previsão.
II. O fundamento constitucional da obrigação de motivar os atos administrativos está implícito tanto no art. 1º da Carta Federal, que indica a cidadania como um dos fundamentos da República, quanto no parágrafo único desse preceptivo, segundo o qual todo o poder emana do povo, como ainda no art. 5º, que assegura, entre um de seus incisos, o direito à apreciação judicial nos casos de ameaça ou lesão de direito.
III. Pelo princípio da indisponibilidade do interesse público, que é inerente à função estatal, mantém-se este princípio independente de os serviços públicos serem exercidos pelos particulares, mediante delegação.
IV. A moralidade administrativa, exigível também do particular, é pressuposto do ato administrativo e serve de fundamento, inclusive, para o reconhecimento de inconstitucionalidade em ação direta.
V. O princípio da impessoalidade nada mais é do que o clássico princípio da finalidade.

Assim:

(A) São verdadeiras apenas as respostas inseridas nos itens II e III.
(B) É incorreta apenas a resposta alocada no item I.
(C) Todas as assertivas são verdadeiras.
(D) São incorretas as assertivas postas nos itens I e V.
(E) São verdadeiras apenas as assertivas apostas nos itens II, III e IV.

RESPOSTA I. Incorreto. Art. 5º, LXXVIII, CF. II. Todas são garantias limitadoras de atuação estatal. III. Correto, pois será observado o regime de direito público. IV. É de observância obrigatória. Art. 37, CF. V. Um princípio é coligado ao outro. *Alternativa B.*

735. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Ao apreender determinado produto sem autorização judicial, com a finalidade de fiscalizar se ele está de acordo com os itens expressos na sua embalagem, a administração pública

(A) comete abuso de direito, porquanto o poder de polícia não prescinde, quando afeta direito de propriedade, de autorização do Poder Judiciário para seu exercício.
(B) atua legitimamente, podendo-se dizer que se trata de ato de polícia administrativa.
(C) atua legitimamente, valendo afirmar que os atos praticados sob este pressuposto – exercício do poder de polícia judiciária – são vinculados.
(D) está excedendo seus poderes, muito embora os atos administrativos por ela praticados, segundo o descrito no enunciado, possam ser vinculados ou discricionários.
(E) age adequadamente, porque o poder de polícia tanto pode ser exercido pela administração como pelo particular a quem a administração delegue – por ato administrativo – eventuais atribuições.

RESPOSTA Atua legitimamente, tendo por base o Poder de Polícia Administrativa, conforme o disposto no art. 78, CTN. *Alternativa B.*

736. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Em relação ao poder de polícia, aponte a alternativa incorreta:

(A) Não há limitações administrativas ao direito de liberdade e ao direito de propriedade, e sim limitações à liberdade e à propriedade.
(B) A atividade estatal de condicionar a liberdade e a propriedade, ajustando-as aos interesses coletivos, designa-se “poder de polícia”, abrangendo, em sentido amplo, tanto os atos do Legislativo quanto os do Executivo.
(C) Caracterizar o poder de polícia como positivo ou negativo depende apenas do ângulo através do qual se encara a questão. Na verdade, tanto faz dizer que através dele a Administração evita um dano, quanto que por seu intermédio ela constrói uma utilidade coletiva.
(D) Há uma separação conceitual entre polícia administrativa e polícia judiciária; a atuação administrativa marca-se pela repressão a uma atuação antissocial, como a dissolução de um comício ou de uma passeata, ao passo que a judiciária se preordena à responsabilização dos violadores da ordem jurídica.
(E) Para bem exercer a administração pública, pode o governo delegar aos particulares atos próprios de polícia administrativa, como na fiscalização e cumprimento de normas de trânsito mediante equipamentos fotossensores, pertencentes e operados por empresas privadas contratadas pelo Poder Público.

RESPOSTA (A) Art. 78, CTN. (B) O poder de polícia ampara-se na lei, sendo executado por ato administrativo. (C) Ele regula a prática de ato ou abstenção de fato. (D) A administrativa atua limitando ou restringindo direitos. A judiciária, de forma repressiva/carcerária. (E) Art. 4º, III, Lei n. 11.079/2004. *Alternativa E.*

737. (Juiz – TRT-14 – 2011) Sobre os poderes da administração pública, analise as seguintes assertivas e responda.

I. Hodiernamente, no âmbito de um Estado de Direito a doutrina informa que na contraposição do poder vinculado com o poder discricionário, o primeiro corresponderia às matérias de reserva legal absoluta e o segundo às matérias de reserva legal relativa.

II. São exemplos do exercício do poder vinculado: licença de construir; matrícula em escola pública.

III. São exemplos do exercício do poder discricionário: um Secretário da Educação ao fixar normas para distribuição de aulas excedentes a professores, inexistindo norma de lei a respeito; uma Congregação de Faculdade Pública que estabelece regras para revisão de provas.

IV. O poder regulamentar configura um dos modos de exercício do poder normativo no âmbito do Poder Executivo, podendo restringir preceitos da lei, conforme previsão constitucional que atribui privativamente ao Presidente da República competência para expedir decretos e regulamentos.

V. Para a defesa do Estado e das instituições democráticas a Constituição Federal possibilita a extensão excepcional do poder de polícia como decorrência da decretação do estado de defesa e estado de sítio, sendo que este último contém mais restrições aos direitos civis em relação ao primeiro.

(A) Todas as assertivas são corretas.
(B) Apenas as assertivas I, II e III são corretas.
(C) Apenas a assertiva IV é incorreta.
(D) Apenas as assertivas I e V são corretas.
(E) Apenas as assertivas I, IV e V são corretas.

RESPOSTA I. A lei restringe a atuação, ou permite a escolha. II. Pois, cumpridos os requisitos, o deferimento é imperativo. III. São atos de conveniência e oportunidade. IV. Não poderá legislar *praeter* ou *contra legem*. V. Art. 136, § 1º, e art. 139, CF. *Alternativa C*.

738. (Juiz – TRT-3 – 2012) São atributos do poder de polícia, exceto:

(A) Discricionariedade
(B) Exigibilidade
(C) Executoriedade
(D) Atividade positiva
(E) Coercibilidade

RESPOSTA São atributos do Poder de Polícia: 1) discricionariedade (escolha para agir); 2) executoriedade (o agir prescinde de autorização judicial); 3) coercibilidade (uso da força); e 4) exigibilidade (para execução das multas). *Alternativa D*.

739. (Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE) Acerca do poder de polícia, assinale a alternativa correta.

(A) A desproporcionalidade no exercício do poder de polícia torna o ato de polícia administrativo ilegítimo, em virtude do desvio de finalidade.
(B) Como decorrência do atributo da imperatividade, a Administração Pública pode impor coercitivamente, as medidas próprias do poder de polícia.
(C) A interdição de estabelecimento pela vigilância sanitária, em decorrência de irregularidades detectadas em inspeção, configura exercício do poder de polícia.
(D) Como regra geral, o poder de polícia é vinculado.
(E) A administração indireta não pode exercer poder de polícia.

RESPOSTA (A) Torna o ato inválido, eis que ultrapassa a proporcionalidade. (B) A imperatividade é ligada à ideia da unilateralidade. Coercitividade é o uso da força. (C) Art. 78, CTN. (D) É discricionário. (E) Ela o exerce. Ex.: As autarquias e a fiscalização. *Alternativa C*.

740. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Considerando os poderes administrativos, relacione cada poder com o respectivo ato administrativo ou a respectiva característica.

1) poder regulamentar
2) poder vinculado
3) poder de polícia
4) poder hierárquico
5) poder disciplinar

( ) apreensão de alimentos impróprios para consumo.
( ) expedição de decreto para a correta execução de lei.
( ) penalizar servidores infratores dos deveres funcionais.
( ) concessão de aposentadoria compulsória.
( ) delegação de competência.

A sequência correta é:

(A) 2, 3, 5, 4, 1
(B) 5, 4, 1, 2, 3
(C) 3, 1, 5, 2, 4
(D) 3, 2, 4, 5, 1
(E) 1, 3, 4, 5, 2

RESPOSTA 3. Ato de polícia sanitária. Art. 78, CTN. 1. Ato complementar à lei. Art. 84, VI, CF. 5. Art. 41, § 1º, II, CF. 2. Atingiu os requisitos previstos em lei. Art. 40, § 1º, II, CF. 4. Art. 11, Lei n. 9.784/99. *Alternativa C*.

741. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Em relação ao poder de polícia administrativo, é CORRETO afirmar que

(A) a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade podem ser apontados como seus atributos.
(B) constitui prerrogativa exclusiva de órgãos da administração direta da União, dos Estados e do Distrito Federal, ressalvadas as Polícias Legislativas e as Guardas Municipais, onde houver.
(C) os órgãos administrativos que o exercem atuam sempre de modo preventivo, ficando seus atos sujeitos ao controle de legalidade exercido pelas polícias judiciárias.
(D) segundo a Lei, as sanções impostas em decorrência de seu regular exercício são imprescritíveis, impenhoráveis e impassíveis de oneração.

RESPOSTA A) Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, p. 140). (B) As autarquias também exercem, bem como as polícias legislativas e a Guarda Municipal. (C) O controle será feito pelo Poder Judiciário. (D) Lei n. 9.873/99. *Alternativa A*.

742. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Leia as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I. Ao utilizar seu poder discricionário, a autoridade terá liberdade, na prática de atos administrativos, para a escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo, contudo, a autoridade deverá sempre observar a competência, forma e finalidade do ato.
II. O poder hierárquico visa ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública. Com suporte nesse poder é que as ordens emanadas das

autoridades superiores deverão ser cumpridas incondicionalmente, sem ampliação ou restrição.

III. Ao poder disciplinar não se aplica o princípio da pena específica, que predomina no Direito Penal. A autoridade pública, em vista da infração cometida, poderá aplicar a sanção que julgar cabível, oportuna e conveniente, dentre as indicadas na lei ou regulamento para a generalidade das infrações administrativas.

IV. O poder regulamentar é a faculdade atribuída a qualquer autoridade pública de explicar o conteúdo da lei para sua correta execução.

(A) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.

(B) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.

(C) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

(D) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.

RESPOSTA I. Correto, eis que elementos vinculados. II. Incorreto. A ordem ilegal poderá ser descumprida. III. Correto. Ex.: arts. 128 a 130, Lei n. 8.112/90. IV. Incorreto. Incumbe aos Chefes do Executivo. Ex.: art. 84, VI, CF. *Alternativa A.*

743. **(Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP)** É uma característica do poder de polícia

(A) a prerrogativa de determinar a prisão de suspeitos de crimes contra a Administração Pública.

(B) a possibilidade de imposição de limites aos direitos e interesses individuais do cidadão.

(C) a dispensa de obediência ao princípio da proporcionalidade, tendo em vista a supremacia do interesse público.

(D) o poder de desapropriar bens do particular para atender aos interesses da Administração.

(E) a repreensão de delitos por meio dos agentes de polícia judiciária.

RESPOSTA (A) Polícia Judiciária. (B) Correto. Art. 178, CTN. (C) Deverá ser observado, pois é princípio limitador. (D) A desapropriação é modalidade interventiva que decorre da supremacia, e não do poder de polícia. (E) Agentes administrativos. *Alternativa B.*

744. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Em relação ao Poder de Polícia, analise os itens a seguir e marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente:

( ) o Poder de Polícia que o Estado exerce pode incidir em duas áreas de atuação estatal: na administrativa e na judiciária, podendo ser apontada como principal diferença entre ambas o caráter preventivo da polícia judiciária.

( ) a competência, a finalidade e a forma, acrescidas da proporcionalidade da sanção e da legalidade dos meios empregados pela Administração são atributos do Poder de Polícia.

( ) a aplicação das sanções prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do Poder de Polícia, sendo passível a interrupção e a suspensão da prescrição.

( ) quanto aos fins, o Poder de Polícia pode ser exercido para atender a interesse público ou particular.

( ) a autoexecutoriedade é a possibilidade que tem a Administração de, com os próprios meios, pôr em execução as suas decisões, sem precisar recorrer previamente ao Poder Judiciário.

(A) V, V, F, F, F

(B) V, F, F, V, V

(C) F, F, V, F, V

(D) F, V, V, F, V

(E) V, F, V, V, F

RESPOSTA *Falsa*. Princípio da segregação de funções. Art. 78, CTN. *Falsa*. São atributos a discricionariedade, a

autoexecutoriedade e a coercibilidade. *Verdadeira*. Arts. 1º a 3º, Lei n. 9.873/99. *Falsa*. Interesse público. Art. 78, CTN. *Verdadeira*. Ver Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, p. 141). *Alternativa C*.

745. (Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ) No que diz respeito aos poderes administrativos, considere as proposições abaixo, e assinale a alternativa correta:

I. A disciplina funcional resulta do sistema hierárquico. Com efeito, se aos agentes superiores é dado o poder de fiscalizar as atividades dos de nível inferior, deflui daí o efeito de poderem eles exigir que a conduta destes seja adequada aos mandamentos legais, sob pena de, se tal não ocorrer, serem os infratores sujeitos às respectivas infrações.

II. Poder regulamentar é a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação.

III. A faculdade conferida ao administrador de extrapolar os limites legais ou agir em desacordo com o ordenamento jurídico decorre do poder de polícia.

IV. Pelo atributo da coercibilidade, o poder de polícia é sempre executado de forma imediata com vistas a atender o interesse do Administrador Público, sem dependência de ordem judicial.

(A) Estão corretas as proposições I, II e III.
(B) Estão incorretas as proposições I, III e IV.
(C) Estão incorretas as proposições III e IV.
(D) Estão corretas as proposições II e III.
(E) Estão incorretas as proposições I e II.

RESPOSTA I. Incorreto. Trata-se do Poder Disciplinar. II. Correto. Art. 84, VI, *a*, CF. III. Incorreto. Não poderá o agente exceder o limite de atuação, previsto em lei. Art. 78, CTN. IV. Incorreto. Esse é o atributo da autoexecutoriedade. *Alternativa B.*

746. (Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB) Entende-se por poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato. É correto afirmar que o princípio que fundamenta o exercício desse poder da Administração é:

(A) Princípio da publicidade.
(B) Princípio da revogabilidade dos atos administrativos.
(C) Princípio da eficiência.
(D) Princípio da moralidade.
(E) Princípio da supremacia do interesse público.

RESPOSTA Em que pese a importância dos demais princípios ora expostos, previstos no art. 37, *caput*, CF, e art. 2º, Lei n. 9.784/99, o poder de polícia encontra fundamento no Princípio da supremacia do interesse público sobre o particular. *Alternativa E.*

747. (Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB) São características inerentes ao Poder Hierárquico da Administração Pública, EXCETO:

(A) a fiscalização da atividade dos subordinados.
(B) a independência funcional.
(C) a revisão dos atos inferiores.
(D) a delegação.
(E) a avocação.

RESPOSTA A fiscalização das atividades dos subordinados, bem como a possibilidade de revisão, delegação e avocação, é consectária do poder hierárquico (Súmula 473, STF, e art. 11, Lei n. 9.784/99). A independência traduz ideia antagônica.

Alternativa B.

748. (Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP) Quando a Administração Pública age com inobservância da proporcionalidade entre os meios de que se utiliza e os fins a que se destina, desrespeita o princípio da

(A) finalidade.
(B) moralidade.
(C) publicidade.
(D) razoabilidade.
(E) supremacia do interesse público.

RESPOSTA É princípio que em seu âmago prediz: "adequação entre meios e fins". Está previsto no art. 2º, Lei n. 9.784/99. *Alternativa D.*

XI. Processo Administrativo

749. (Procurador – MPT – 2009) A propósito do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal é INCORRETO afirmar:

(A) Autoridade é o servidor ou agente público dotado de poder de decisão;
(B) Entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;
(C) Dentre os deveres do administrado perante a administração pública está o de colaborar para o esclarecimento dos fatos;
(D) O requerimento inicial do interessado deve ser sempre formulado por escrito;
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 1º, § 2º, III, Lei n. 9.784/99. (B) Art. 1º, § 2º, II, da lei. (C) Art. 4º, IV, da norma. (D) Art. 6º, da lei em tela. *Alternativa D*.

750. (Juiz – TRT-24 – 2008) Sobre os processos administrativos, é CORRETO afirmar que:

(A) Tal qual o que ocorre nos processos judiciais, o processo disciplinar não pode ser instaurado *ex officio*.
(B) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
(C) A interposição de recurso administrativo devolve ao julgador a possibilidade de examinar matéria já decidida e sobre a qual não se discute.
(D) O juiz natural do processo administrativo é sempre o detentor do poder hierárquico.
(E) A autoridade administrativa poderá ordenar a interceptação telefônica para fins de investigação disciplinar.

RESPOSTA (A) Dever de instauração. Art. 143, Lei n. 8.112/90. (B) Súmula Vinculante 5, STF. (C) Art. 56, § 1º, Lei n. 9.784/99. (D) É aquela que proferiu a decisão. § 1º, art. 56, da lei antes citada. (E) Depende de autorização judicial. *Alternativa C*.

751. (Procurador – MPT – 2009) Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) É dever do servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas na instrução documental do processo administrativo;
(B) Como regra geral, são capazes para fins de processo administrativo os maiores de dezoito anos;
(C) Pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos;

(D) A avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior será permitida em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados;

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 6º, parágrafo único, Lei n. 9.784/99. (B) Art. 10, Lei n. 9.784/99. (C) Art. 13, II, da lei citada. (D) Art. 15, do diploma referido. *Alternativa C*.

XII. Controle da Administração

752. **(Promotor – MP-BA – 2010)** Marque a opção que não corresponde aos sintomas denunciadores do desvio de poder:

(A) Motivação insuficiente ou contraditória.

(B) Excesso de motivação.

(C) Contradição do ato com as consequências.

(D) Inadequação entre motivos e efeitos.

(E) Racionalidade do procedimento, acompanhada da edição do ato.

RESPOSTA A alternativa E deverá ser marcada, eis que aponta situação diversa daquelas ensejadoras de desvio de poder, previstas nas demais. Ver Lei n. 4.717/65, art. 2º, parágrafo único. *Alternativa E.*

753. **(Promotor – MP-GO – 2010)** É correto afirmar que:

(A) A Administração Pública, com base no princípio da supremacia das normas constitucionais, tem o dever poder de efetivar as normas constitucionais de segunda dimensão, as quais, no caso concreto, podem ser ponderadas, levando-se em conta conteúdos axiológicos, cotejados, em alguns casos, à reserva do possível.

(B) A autoridade dita coatora no mandado de segurança, por não possuir legitimidade para recorrer da decisão concessiva ou denegatória do mandado, com base no princípio constitucional da ampla defesa, sofre limitações caso seja acionada em ação regressiva movida contra a Administração Pública pelo particular prejudicado pela prática do ato administrativo.

(C) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável permanecerá em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, somente podendo perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

(D) O motivo, como um dos requisitos do ato administrativo, e diante do princípio da separação das funções do Poder, é possível afirmar que não compete ao Judiciário perquirir as razões fáticas que nortearam o Administrador Público na escolha de políticas públicas direcionadas aos direitos de segunda dimensão.

RESPOSTA (A) Correto. Ex.: Prestar educação. Art. 295, CF. (B) Cabe apelação. Art. 14, Lei n. 12.016/2009. (C) Art. 41, § 3º, CF. (D) É possível o controle do mérito (motivo e objeto) no caso de violação aos princípios e garantias da CF. *Alternativa A.*

754. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as afirmativas a seguir.

O Poder Judiciário pode exercer o controle dos atos administrativos, quer no que tange à conformidade dos elementos vinculados com a lei (controle de legalidade stricto sensu*) quer no que toca à compatibilidade dos elementos discricionários com os princípios constitucionalmente expressos (controle da legalidade* lato sensu*), decretando sua nulidade, se necessário)*

PORQUE

são elementos do ato administrativo o sujeito, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade.

Assinale a alternativa correta.

(A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.

(B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.

(C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.

(D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

RESPOSTA Pode o Poder Judiciário, em matéria de controle de atos, anular aqueles vinculados em descompasso com a lei, bem como os discricionários cujo mérito ofenda os princípios da Constituição. Corretos os elementos do ato, em que pese não justificarem a possibilidade de controle. *Alternativa D*.

755. (Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL) Sobre o uso e abuso do poder, todas as alternativas estão corretas, exceto a:

(A) O excesso de poder torna o ato nulo.

(B) Nas atividades discricionárias, o administrador público fica sujeito às prescrições legais referentes à competência, finalidade e forma, só agindo com liberdade quanto à conveniência e oportunidade do ato.

(C) O uso normal do poder é a atuação segundo as normas legais, a moral, a finalidade do ato e as exigências do interesse público.

(D) O desvio de finalidade se verifica quando a autoridade atua fora dos limites de sua competência.

RESPOSTA Art. 2º, parágrafo único, *e*, Lei n. 4.717/65 (Lei da Ação Popular). *Alternativa D*.

756. (Delegado – PC-GO – 2008 – UEG) Acerca das atribuições dos tribunais de contas como órgãos de auxílio ao Poder Legislativo na função fiscalizadora da Administração Pública, é CORRETO afirmar:

(A) o parecer prévio emitido pelos tribunais de contas vincula o Poder Legislativo quando do julgamento das contas.

(B) pela natureza das atribuições dos tribunais de contas, eles não podem impedir a execução de ato administrativo da administração direta e indireta.

(C) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões; excetuam-se dessa apreciação as nomeações para cargo de provimento em comissão.

(D) apreciar as contas prestadas anualmente pelo chefe do Executivo, mediante elaboração de parecer prévio, que deverá ser emitido em oitenta dias a contar de seu recebimento.

RESPOSTA (A) O parecer prévio das Cortes de Contas possui natureza enunciativa e não vinculante (RMS 13.316/SC – STJ). (B) Art. 71, X, CF. (C) Art. 71, III, CF. (D) Art. 71, I, CF. *Alternativa C*.

757. (Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ) Os Tribunais de Contas:

(A) Integram o Poder Judiciário.

(B) São órgãos auxiliares do Poder Legislativo.

(C) Podem ser criados nas capitais de Estados que deles não dispõem.

(D) Revestem-se de natureza autárquica.

(E) Atuam diretamente no controle financeiro interno da Administração Pública.

RESPOSTA Arts. 70 e 71, CF. *Alternativa B.*

758. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) São hipóteses que representam o exercício do

controle político do Poder Legislativo sobre a Administração Pública, exceto:

(A) a competência para apuração de irregularidades pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.

(B) a competência para o controle de legitimidade das despesas, que, a despeito da sua legalidade, não atendam a ordem de prioridade estabelecida no plano plurianual.

(C) a competência do Congresso para apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

(D) a competência do Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

(E) a competência do Senado Federal para processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

RESPOSTA (A) Art. 58, § 3º, CF. (B) Art. 74, II, CF. (C) Art. 49, XII, CF. (D) Art. 49, V, CF. (E) Art. 52, I, CF. *Alternativa B.*

759. (Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ) Recurso hierárquico impróprio é aquele que:

(A) é interposto contra decisão de dirigente de entidade da Administração Indireta para autoridade à qual está vinculada na Administração Direta.

(B) a avocação do processo administrativo é feita pela chefia do órgão administrativo.

(C) o pedido de revisão das decisões proferidas em processos disciplinares é encaminhado para a própria autoridade sancionadora.

(D) é uma espécie de recurso dirigido à autoridade superior de outro ente federativo.

(E) tem o pedido de reconsideração apresentado a qualquer autoridade de uma estrutura administrativa.

RESPOSTA Sobre o instrumento, as palavras de Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, 2006, p. 685): “são todos aqueles pedidos que as partes dirigem à instância superior da própria Administração, propiciando o reexame do ato inferior sob todos os seus aspectos”. *Alternativa A.*

760. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) No que tange ao controle sobre as contas do Presidente da República, é correto afirmar que

(A) compete ao TCU julgar as contas do Presidente da República e ao Congresso revisar esse julgamento.

(B) ao TCU compete somente emitir parecer sobre as contas e ao Congresso Nacional compete julgar essas contas sem estar vinculado ao parecer.

(C) ao TCU compete somente emitir parecer vinculante sobre as contas e ao Congresso Nacional compete julgar essas contas, somente podendo o parecer ser rejeitado por maioria qualificada de 2/3.

(D) ao TCU compete somente emitir parecer sobre as contas e ao Senado compete julgar essas contas sem estar vinculado ao parecer.

RESPOSTA Compete à Corte de Contas da União emitir parecer sobre as contas do Presidente da República, cumprindo ao Congresso Nacional julgar as contas do Chefe do Executivo, sendo o parecer peça opinativa. Art. 49, IX, e art. 71, I, CF. *Alternativa B.*

XIII. Temas Mistos

761. (Promotor – MPDFT – 2011) Julgue as seguintes inferências:

I. Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional, conforme

definidos em lei.

II. A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre a sujeição ao regime jurídico de direito público, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

III. As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

IV. A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

É correto afirmar que:

(A) Os itens I, II e III são verdadeiros.
(B) Os itens I, III e IV são verdadeiros.
(C) Os itens II, III e IV são verdadeiros.
(D) Os itens II, IV são verdadeiros.
(E) Os itens III e IV são verdadeiros.

RESPOSTA I. Incorreta. Art. 173, CF. II. Incorreta. Art. 173, § 1º, II, CF. III. Correta. Art. 173, § 2º, CF. IV. Correta. Art. 173, § 4º. *Alternativa E.*

762. (Procurador – MPF – 2011) Leia atentamente os itens abaixo e responda a seguir:

I. A teoria do fato do príncipe baseia-se na álea administrativa, tendo por características a imprevisibilidade e a extracontratualidade. Ocasiona desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato administrativo, gerando para o particular direito a revisão do preço pactuado com a administração.

II. A concessão de serviço público precedida de execução de obra pública destina-se à construção, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de obras de interesse público, delegada pelo poder concedente mediante licitação, na modalidade de concorrência, a pessoas jurídicas ou consórcio de empresas, sendo indispensável a estipulação de cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão.

III. Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, extinto o contrato de concessão de serviço público pelo advento do termo contratual, o Poder Público deve assumir imediatamente a prestação do serviço até que se realize nova licitação, em nome da continuidade do serviço público, independentemente do pagamento prévio de qualquer indenização referente a bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

IV. A encampação constitui modalidade de extinção de concessão e permissão de serviço público, pela qual a Administração, em nome do interesse público, promove a retomada da execução do serviço anteriormente delegado, durante o prazo da concessão ou da permissão.

Pode-se afirmar que:

(A) o item I está correto e o item III está errado;
(B) somente os itens II e III estão corretos;
(C) somente os itens II e IV estão corretos;
(D) todos os itens estão corretos.

RESPOSTA I. Correto. Art. 65, II, *d*, Lei n. 8.666/93. II. Correto. Art. 2º, III, Lei n. 8.987/95. III. Correto. RMS 16.761/MT, STJ. IV. Art. 37, Lei n. 8.987/95. *Alternativa D.*

763. **(Procurador – MPF – 2011)** Analise os itens abaixo e responda em seguida:

I. Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as disposições constitucionais que vedam tratamento discriminatório em razão da idade, para efeito de acesso ao serviço público, não são dotadas de valor absoluto, podendo a Administração instituir, com base em lei, limites etários, quando isso puder ser justificado pela natureza das funções inerentes ao cargo público.

II. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os titulares de registros e ofícios de notas exercem atividade pública em regime de delegação do Estado, razão pela qual estão submetidos à regra constitucional da aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade.

III. O livre provimento de cargos em comissão encontra limite constitucional no princípio da moralidade administrativa, razão pela qual, consoante a jurisprudência dominante do STF, é vedada a nomeação de cônjuge ou parente até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada no âmbito da administração direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

IV. A vitaliciedade de magistrado de órgão judiciário de segundo grau, que ali ingressa pelo quinto constitucional reservado à advocacia, é adquirida com a posse; a partir daí, a perda do cargo somente pode ocorrer por decisão judicial transitada em julgado ou por decisão da maioria de dois terços do Conselho Nacional de Justiça.

(A) são falsos os itens II e III.
(B) são verdadeiros os itens I, III e IV.
(C) são falsos os itens II e IV.
(D) são falsos os itens I e IV.

RESPOSTA I. Competência do Chefe do Poder Executivo para legislar acerca dos seus cargos. Art. 61, § 1º, II, *a*, CF. II. São agentes honoríficos, e por isso não se aplicam as regras previstas no art. 40, § 1º, II, CF. III. Súmula Vinculante 13, STF. IV. Aplica-se, por simetria, o disposto no art. 95, I, CF. *Alternativa C*.

764. **(Promotor – MP-SP – 2011)** No processo administrativo disciplinar:

(A) a falta de defesa técnica por advogado é inconstitucional, de acordo com o verbete 5 da Súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
(B) a presença de advogado é obrigatória, a partir da fase de instrução, segundo o verbete 343 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.
(C) é obrigatória a presença de advogado para oferecimento de alegações finais, conforme o verbete 343 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.
(D) a falta de defesa técnica por advogado não ofende a Constituição, nos termos do verbete 5 da Súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
(E) a presença de advogado é facultativa, de acordo com o verbete 343 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

RESPOSTA A Súmula Vinculante 5, de observância obrigatória da Administração (art. 103-A, § 1º, CF), restou editada pelo STF, superando o entendimento do verbete 343 do STJ, no sentido de que a falta de defesa técnica por advogado, nos processos disciplinares, não ofende a Constituição. *Alternativa D*.

765. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Sobre os consórcios públicos, de acordo com a Lei Federal n. 11.107/2005, pode-se afirmar que:

(A) São sempre pessoas jurídicas de direito público constituídas unicamente por entes da federação para a realização de objetivos de interesses comuns.

(B) São diferenciados dos convênios de cooperação porque esses, ainda que possam ser celebrados pelos entes da federação para execução de interesses comuns, são destituídos de personalidade jurídica e sem os poderes atribuídos aos consórcios.
(C) A União pode participar de mais de um consórcio público desde que o objetivo seja assemelhado.
(D) O contrato de programa que disciplina as obrigações que um ente da federação constitui com outro ente da federação ou para com o consórcio público no âmbito da gestão associada pode atribuir ao contratado o exercício de poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele próprio prestados.
(E) Os Estados Membros não podem ser autorizados a legislar sobre questões específicas acerca da matéria no seu âmbito.

RESPOSTA (A) Art. 6º, I e II, da lei. (B) Os convênios são acordos de vontade e não possuem personalidade jurídica. Art. 116, Lei n. 8.666/93. (C) Art. 1º, § 2º, da norma. (D) Art. 13, § 3º, da lei. (E) A lei dispõe sobre normas gerais, podendo os Estados legislar sobre o específico. Art. 1º, da lei. *Alternativa B.*

766. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** A transferência da execução de serviço público comum à pessoa jurídica de direito privado já existente, mediante contrato administrativo, conservando o Poder Público a titularidade do serviço, é caso de:

(A) desconcentração administrativa por outorga.
(B) desconcentração funcional por colaboração.
(C) descentralização administrativa por delegação legal.
(D) descentralização administrativa por colaboração.
(E) concentração funcional por delegação negocial.

RESPOSTA No processo de desconcentração administrativa, a competência restará distribuída de forma interna. Na descentralização, a competência será entregue a ente diverso à estrutura interna da Administração, por colaboração. *Alternativa D*.

767. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Com relação à responsabilidade civil, penal e administrativa decorrente do exercício do cargo, emprego ou função pública, analise as afirmativas a seguir:

I. O funcionário público, condenado na esfera criminal, poderá ser absolvido na esfera civil e administrativa, prevalecendo a regra da independência entre as instâncias.
II. A absolvição judicial do servidor público repercute na esfera administrativa se negar a existência do fato ou excluí-lo da condição de autor do fato.
III. A Administração Pública pode demitir funcionário público por corrupção passiva antes de transitado em julgado da sentença penal condenatória.
IV. A absolvição do servidor público, em ação penal transitada em julgado, por não provada a autoria, implica a impossibilidade de aplicação de pena disciplinar administrativa, porém permite a ação regressiva civil para ressarcimento de dano ao erário.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. Art. 126, Lei n. 8.112/90. II. Art. 126, do Estatuto ora invocado. III. Arts. 121 e 124, do Estatuto. IV. Afasta a ação

regressiva, pois não comprovado dolo ou culpa. Art. 122, do Estatuto, c/c art. 37, § 6º, CF. *Alternativa D*.

768. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Por não ser um ramo codificado, o Direito Administrativo tem, na Constituição, um núcleo mínimo essencial de conhecimento obrigatório por parte de seus operadores. Acerca da administração pública, assinale a alternativa correta, à luz de seu assento constitucional.

(A) O sistema constitucional brasileiro optou pelo modelo da desconcentração administrativa, delineando a Constituição as linhas mestras atinentes às entidades públicas, quais sejam, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

(B) O princípio constitucional da impessoalidade tem íntima relação com o da igualdade.

(C) Faz jus à indenização decorrente da responsabilidade civil do Estado pelo mau funcionamento de serviço o cidadão que demonstrar a ausência do serviço, o dano sofrido e o nexo de causalidade fático.

(D) Em face da carga impositiva maior dos princípios constitucionais a eles aplicáveis, somente os agentes públicos submetem-se à imprescritibilidade de ressarcimento frente ao Estado.

(E) Por ferirem o princípio constitucional da igualdade, não é admitido pela doutrina e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal o instituto da delegação legislativa.

RESPOSTA (A) Trata-se do sistema de descentralização. (B) Essa é a concepção de Bandeira de Mello (*Curso de direito administrativo*, p. 104). (C) A Carta adotou a Responsabilidade Objetiva. Art. 37, § 6º, CF. (D) Da mesma forma, os agentes políticos. Art. 37, § 4º, CF. (E) Art. 84, VI, *b* e parágrafo único, CF. *Alternativa B.*

769. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Pela inadequação do modelo tradicional da centralização administrativa, houve a extinção total ou parcial do monopólio estatal de alguns serviços públicos e de outras atividades. Com a transferência total ou parcial da execução ao setor privado surgiram as agências reguladoras. Sobre esse tema, é CORRETO afirmar:

(A) podem as agências reguladoras definir políticas públicas e executá-las nos diversos setores regulados.

(B) a definição da política tarifária, os mecanismos de revisão e os respectivos parâmetros são de competência das agências reguladoras.

(C) a independência quanto à atividade de regulação é relativizada, ainda que tenha como característica a inexistência de subordinação hierárquica face ao poder central.

(D) as agências reguladoras têm natureza de autarquias especiais e integram a administração federal direta; os diretores são nomeados pelo Presidente da República.

RESPOSTA (A) A definição das políticas públicas é de competência da Administração centralizada. (B) Os três vetores competem à lei. (C) Correto, eis que sofrem fiscalização da Administração Direta. (D) As agências integram a Administração Indireta, eis que autarquias. *Alternativa C*.

770. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** Complete as lacunas na frase a seguir e assinale a alternativa correta.

No caso de desapropriação de imóveis urbanos por descumprimento das normas municipais de parcelamento, edificação e utilização do solo, o chefe do Executivo ________ em improbidade administrativa, ________, caso o Município deixe de realizar o adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de ________ anos, a partir da incorporação ao patrimônio público.

(A) não incorrerá – mas estará sujeito às demais sanções cabíveis – 5 (cinco)

(B) incorrerá – excluindo-se quaisquer outras sanções porventura cabíveis – 2 (dois)

(C) incorrerá – sem prejuízo de outras sanções cabíveis – 5 (cinco)

(D) incorrerá – sem prejuízo de outras sanções cabíveis – 2 (dois)

RESPOSTA Art. 8º, § 4º, Lei n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), c/c art. 9º, XII, Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa). *Alternativa C*.

771. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** O afastamento preventivo do policial civil é medida que somente pode ser aplicada se

(A) instaurado processo administrativo.

(B) instaurada sindicância ou processo administrativo, ou durante o curso de tais procedimentos.

(C) instaurada sindicância.

(D) tiver sido instaurado inquérito policial que apure crime funcional, ou no seu curso.

(E) tiver sido decretada prisão cautelar.

RESPOSTA Somente com a instauração, ou em curso o procedimento, é que poderá ser o servidor afastado preventivamente. Do contrário, estará a Administração agindo em punição ao servidor, ofendendo o art. 5º, LIV e LV, CF. *Alternativa B.*

772. **(Assessor – DPE-PR – 2012 – PUCPR)** Sobre o regime jurídico da Administração Pública, segundo as normas constitucionais gerais vigentes e aplicáveis à espécie, assinale a alternativa CORRETA:

(A) As funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(B) Segundo disposição expressa na Constituição, apenas a administração pública direta deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(C) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável discricionariamente, a critério da Administração, por iguais períodos.

(D) Por se configurar ato de improbidade administrativa, é vedada à Administração a contratação de pessoa por tempo determinado, ainda que seja para atender à necessidade temporária de interesse público.

(E) Haja vista o regime jurídico especial ao qual está vinculado, é vedado ao servidor público civil o direito à associação sindical.

RESPOSTA (A) Art. 37, V, CF. (B) Art. 37, *caput*, CF. (C) Art. 37, III, CF. (D) Art. 37, IX, CF. (E) Art. 37, VI, CF. *Alternativa A.*

773. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Analise as assertivas seguintes e responda.

I. O princípio da autotutela administrativa fundamenta a diretriz consolidada em súmula do STF segundo a qual a Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

II. A Lei 9.784/99, que disciplina o processo administrativo federal indica como um dos princípios que devem nortear a Administração Pública o princípio da segurança jurídica, assim como está mencionado no *caput* do artigo 50 da Constituição Federal a garantia à segurança, entendida não só no aspecto físico, como no jurídico. Dentre as consequências deste princípio estão: a proibição, como regra, da retroatividade dos atos administrativos e o impedimento de aplicação de nova

interpretação, respeito ao direito adquirido e preservação de efeitos de atos e medidas praticados por servidores de fato.

III. De acordo com o princípio da continuidade as atividades realizadas pela Administração Pública devem ser ininterruptas, para que o atendimento do interesse da coletividade não seja prejudicado. Tal princípio informa também as figuras da substituição, interinidade, suplência.

IV. Como instrumentos constitucionais para punir a inobservância do princípio da moralidade administrativa a Constituição Federal aponta a ação popular, a sanção à improbidade administrativa dos agentes públicos em geral. Assim, a Lei 8.429/92 caracteriza os atos de improbidade administrativa como sendo aqueles que impliquem, necessariamente, locupletamento de caráter financeiro ou material.

(A) Apenas as assertivas I e III são corretas.
(B) Apenas a assertiva I é correta.
(C) Apenas as assertivas II e IV são corretas.
(D) Apenas a assertiva IV é incorreta.
(E) Todas as assertivas são corretas.

RESPOSTA I. Correto. Súmula 473, STF. II. Correto. Art. 2º, parágrafo único, XIII, e art. 54, Lei n. 9.784/99. III. Correto. Art. 73, V, *d*, Lei n. 9.504/97. IV. Incorreto. Art. 5º, Lei n. 8.429/92. *Alternativa D*.

774. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) De acordo com a súmula vinculante n. 21, do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo. Tal orientação ratificou a previsão da Súmula n. 383, do Superior Tribunal de Justiça, que prevê ser ilegítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo.

(B) Segundo a súmula n. 683, do Supremo Tribunal Federal, o limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

(C) A orientação da súmula n. 343, do Superior Tribunal de Justiça, é de que não é obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.

(D) A súmula n. 312, do Superior Tribunal de Justiça, diz que no processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração.

RESPOSTA (A) Corretos ambos os verbetes. (B) Tal ideal coaduna-se com o art. 39, § 1º, CF. (C) A Súmula 343, STJ, prima pela presença, mas restou superada pela Súmula Vinculante 5, STF. (D) Correto, tal qual o art. 5º, LV, CF. *Alternativa C*.

775. **(Promotor – MP-SC – 2011)** Questão:

I. Ato administrativo típico é toda a manifestação bilateral de vontade entre a Administração Pública e terceiro, que tem por fim adquirir, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações.

II. Pelo contrato administrativo de empreitada cabe ao particular a execução da obra, mediante remuneração previamente ajustada, sujeitando-se a fiscalização da Administração.

III. A declaração de invalidação de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal se dá mediante revogação.

IV. É vedada a rescisão amigável de contrato administrativo quando celebrado por escritura pública.

V. A ação popular é meio de rescisão judicial indireta de contrato administrativo, quando for este lesivo ao patrimônio público, conforme dispõe a Constituição Federal.

(A) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
(B) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
(C) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
(D) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA I. É a manifestação unilateral. II. Art. 6º, VIII, *a*, Lei n. 8.666/93. III. Anulação. Art. 53, Lei n. 9.784/99. IV. Art. 79, II, Lei de Licitações. V. Art. 5º, LXXIII, CF. *Alternativa B.*

776. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** Sobre a obrigatoriedade de licitação para a administração pública contratar, é correto afirmar que

(A) em relação à concessão de serviços públicos, não há possibilidade de não ser realizada licitação por expressa disposição constitucional.
(B) a Constituição autoriza que a lei ordinária disponha sobre as hipóteses em que a licitação poderá ser excepcionada, inclusive em relação à concessão de serviços públicos.
(C) quando não houver possibilidade de concorrência, a licitação poderá ser dispensada segundo expressa disposição da Lei n. 8.666/93.
(D) no Brasil, não existe exceção em relação à obrigatoriedade de licitação para a administração pública contratar.

RESPOSTA (A) Art. 2º, II e III, Lei n. 8.987/95. (B) Não consta tal possibilidade no rol dos arts. 17, 24 e 25, Lei n. 8.666/93. (C) A licitação será inexigível. Art. 25, da norma. (D) Existe e está presente nos arts. 17, 24 e 25, Lei de Licitações. *Alternativa A.*

777. **(Analista – TRE-PA – 2011 – FGV)** Entre os vícios que tornam nulo o ato administrativo está

(A) a incompetência, caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
(B) o desvio de finalidade, que é a omissão de formalidade indispensável à existência do ato.
(C) a ilegalidade do objeto, em que a matéria de direito em que se fundamenta o ato é inexistente.
(D) o vício de forma, que ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei.
(E) a inexistência dos motivos, quando o agente pratica o ato visando a objetivo diverso do previsto nas regras de competência.

RESPOSTA (A) Art. 2º, parágrafo único, *a*, Lei n. 4.717/65 (Lei da Ação Popular). (B) Art. 2º, parágrafo único, *e*, da lei citada. (C) Art. 2º, parágrafo único, *c*, da norma em tela. (D) Art. 2º, parágrafo único, *b*, da lei. (E) Art. 2º, parágrafo único, *d*, da norma em referência. *Alternativa A.*

OAB/FGV

I. Organização da Administração Pública

778. **(OAB 01 – 2012)** Em relação às entidades que compõem a administração indireta, assinale a alternativa correta.

(A) Para a criação de autarquias, é necessária a edição de uma lei autorizativa e posterior registro de seus atos constitutivos no respectivo registro como condição de sua existência.
(B) Para criação de uma empresa pública, é necessária a edição de uma lei específica sem a exigência

de registro de seus atos constitutivos no respectivo registro por se tratar de uma pessoa jurídica de direito público.

(C) Para criação de uma sociedade de economia mista, é necessária a edição de uma lei autorizativa e registro de seus atos constitutivos no respectivo registro por se tratar de uma pessoa jurídica de direito privado.

(D) Por serem pessoas jurídicas, todas necessitam ter seus respectivos atos constitutivos registrados no respectivo registro como condição de sua existência.

RESPOSTA (A) As Autarquias são criadas por lei, sem a necessidade de ato complementar. Art. 37, XIX, CF. (B) Art. 37, XIX, CF. Art. 45, CC. (C) Art. 37, XIX, CF, e art. 45, CC. (D) Somente no caso das pessoas jurídicas de direito privado. Art. 45, CC. *Alternativa C.*

779. **(OAB 03 – 2011)** Durante competição esportiva (campeonato estadual de futebol), o clube “A” foi punido com a perda de um ponto em virtude de episódios de preconceito por parte de sua torcida. Com essa decisão de primeira instância da Justiça Desportiva, o clube “B” foi declarado campeão naquele ano. O clube “A” apresentou recurso contra a decisão de primeira instância. Antes mesmo do julgamento desse recurso, distribuiu ação ordinária perante a Justiça Estadual com o objetivo de reaver o ponto que lhe fora retirado pela Justiça arbitral. Diante de tal situação, é correto afirmar que:

(A) Como o direito brasileiro adotou o sistema de jurisdição una, tendo o Poder Judiciário o monopólio da apreciação, com força de coisa julgada, de lesão ou ameaça a direito, é cabível a apreciação judicial dessa matéria a qualquer tempo.

(B) As decisões da Justiça Desportiva são inquestionáveis na via judicial, uma vez que vige, no direito brasileiro, sistema pelo qual o Poder Judiciário somente pode decidir matérias para as quais não exista tribunal administrativo específico.

(C) Como regra, o ordenamento vigente adota o Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição (art. 5º, XXXV, da CRFB); todavia, as decisões da Justiça Desportiva consubstanciam exceção a essa regra, já que são insindicáveis na via judicial.

(D) O Poder Judiciário pode rever decisões proferidas pela Justiça Desportiva; ainda assim, exige-se, anteriormente ao ajuizamento da ação cabível, o esgotamento da instância administrativa, por se tratar de exceção prevista na Constituição.

RESPOSTA (A) Tal posição viola a exceção prevista no art. 217, § 1º, CF. (B) As decisões poderão ser objeto de ação, esgotada a via administrativa. (C) São sindicáveis. Art. 217, § 1º, CF. (D) Trata-se de exceção ao art. 5º, XXXV, CF. Aplica-se o art. 217, § 1º, CF. *Alternativa D*.

780. **(OAB 02 – 2011)** A estruturação da Administração traz a presença, necessária, de centros de competências denominados Órgãos Públicos ou, simplesmente, Órgãos. Quanto a estes, é correto afirmar que

(A) Possuem personalidade jurídica própria, respondendo diretamente por seus atos.

(B) Suas atuações são imputadas às pessoas jurídicas a que pertencem.

(C) Não possuem cargos, apenas funções, e estas são criadas por atos normativos do ocupante do respectivo órgão.

(D) Não possuem cargos nem funções.

RESPOSTA Os órgãos não possuem personalidade jurídica, conforme as palavras de Mello (*Curso de direito administrativo*, p. 129). Art. 1º, § 2º, I a III, Lei n. 9.784/99, c/c art. 41, I a III, CC. *Alternativa B.*

781. (OAB 02 – 2012) Quanto às pessoas jurídicas que compõem a Administração Indireta, assinale a afirmativa correta.

(A) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei.
(B) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, autorizadas por lei.
(C) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei.
(D) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas para o exercício de atividades típicas do Estado.

RESPOSTA (A) Correto. Art. 37, XIX, CF, e art. 41, IV, CC. (B) Incorreto. Art. 37, XIX, CF, e art. 41, CC. (C) Incorreto. São de direito privado, autorizadas por lei. Art. 37, XIX, CF, e art. 41, CC. (D) Incorreto. São criadas para explorar atividade econômica. Art. 173, CF. *Alternativa A.*

782. (OAB 03 – 2012) Atento à crescente especulação imobiliária, e ciente do sucesso econômico obtido pelas construtoras do País com a construção de imóveis destinados ao público de alta renda, o Estado "X" decide ingressar nesse lucrativo mercado. Assim, edita uma lei autorizando a criação de uma empresa pública e, no mesmo ano, promove a inscrição dos seus atos constitutivos no registro das pessoas jurídicas. Assinale a alternativa que apresenta a alegação que as construtoras privadas, incomodadas pela concorrência de uma empresa pública, poderiam apresentar.

(A) A nulidade da constituição daquela pessoa jurídica, uma vez que as pessoas jurídicas estatais só podem ser criadas por lei específica.
(B) O objeto social daquela empresa só poderia ser atribuído a uma sociedade de economia mista e não a uma empresa pública.
(C) Os pressupostos de segurança nacional ou de relevante interesse coletivo na exploração daquela atividade econômica não estão presentes.
(D) A criação da empresa pública não poderia ter ocorrido no mesmo ano em que foi editada a lei autorizativa.

RESPOSTA (A) Art. 37, XIX, CF. (B) Ambas exploram atividade econômica, regra geral. (C) Correto. Art. 173, § 1º, CF. (D) Inexiste tal impeditivo legal. Art. 37, XIX, CF, e art. 45, CC. *Alternativa C.*

783. (OAB 02 – 2012) O Presidente da República, considerando necessária a realização de diversas obras de infraestrutura, decide pela criação de uma nova Sociedade de Economia Federal e envia projeto de lei para o Congresso Nacional. Após a sua regular tramitação, o Congresso aprova a criação da Companhia "X". Considerando a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) A Companhia "X" poderá editar os decretos de utilidade pública das áreas que necessitam ser desapropriadas para consecução do objeto que justificou sua criação.
(B) A Companhia "X" está sujeita à licitação e à contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração.
(C) A Companhia "X" será necessariamente uma sociedade de propósito específico (SPE) e a maioria do capital social deverá sempre pertencer à União.
(D) A Companhia "X" possui foro privilegiado e eventuais demandas judiciais correrão perante a Justiça Federal.

RESPOSTA (A) Somente as entidades políticas poderão desapropriar por utilidade. Art. 2º, Decreto-lei n. 3.365/41. (B) Art. 37, XXI, CF. (C) As Sociedades de Economia Mista serão sempre criadas na forma de Sociedades Anônimas (S.A.s). (D) Art. 109, I, CF. *Alternativa B.*

II. Bens Públicos

784. **(OAB 01 – 2012)** Sobre os bens públicos é correto afirmar que

(A) os bens de uso especial são passíveis de usucapião.
(B) os bens de uso comum são passíveis de usucapião.
(C) os bens de empresas públicas que desenvolvem atividades econômicas que não estejam afetados a prestação de serviços públicos são passíveis de usucapião.
(D) nenhum bem que pertença à pessoa jurídica integrante da administração pública indireta é passível de usucapião.

RESPOSTA (A) Nenhuma das espécies é sujeita ao usucapião. Art. 102, CC. (B) Art. 102, CC. (C) Correto, eis que não está afetado à prestação de serviço público, sendo utilizado para atividade econômica. (D) Serão passíveis aqueles bens que não estejam vinculados à prestação de serviço público. *Alternativa C*.

785. **(OAB 03 – 2011)** A autorização de uso de bem público por particular caracteriza-se como ato administrativo

(A) Discricionário e bilateral, ensejando indenização ao particular no caso de revogação pela administração.
(B) Unilateral, discricionário e precário, para atender interesse predominantemente particular.
(C) Bilateral e vinculado, efetivado mediante a celebração de um contrato com a Administração pública, de forma a atender interesse eminentemente público.
(D) Discricionário e unilateral, empregado para atender a interesse predominantemente público, formalizado após a realização de licitação.

RESPOSTA Conforme Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*, p. 571), é o ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público. *Alternativa B.*

786. **(OAB 02 – 2011)** De acordo com o critério da titularidade, consideram-se públicos os bens do domínio nacional pertencentes

(A) Às entidades da Administração Pública Direta e Indireta.
(B) Às entidades da Administração Pública Direta, às autarquias e às empresas públicas.
(C) Às pessoas jurídicas de direito público interno e às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
(D) Às pessoas jurídicas de direito público interno.

RESPOSTA (A) Teoria Exclusivista. Somente aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público. Art. 98, CC. (B) O art. 98, CC, exclui as empresas públicas. (C) O art. 98, CC, aplica a Teoria Exclusivista, não considerando como públicos os bens das prestadoras. (D) Correto. Art. 98, CC. *Alternativa D*.

III. Atos Administrativos

787. **(OAB 01 – 2012)** Acerca das modalidades de extinção dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) A renúncia configura modalidade de extinção por meio da qual são extintos os efeitos do ato por motivo de interesse público.
(B) A cassação configura modalidade de extinção em que a retirada do ato decorre de razões de oportunidade e conveniência.
(C) A revogação configura modalidade de extinção que ocorre quando a retirada do ato se dá por ter

sido praticado em contrariedade com a lei.

(D) A caducidade configura modalidade de extinção em que ocorre a retirada do ato por ter sobrevindo norma jurídica que tornou inadmissível situação antes permitida pelo direito e outorgada pelo ato precedente.

RESPOSTA (A) Súmula 473, STF. Art. 53, Lei n. 9.784/99. (B) Ocorre quando o administrado deixa de preencher a condição necessária (MAZZA, *Manual de direito administrativo*, p. 224). (C) Súmula 473, STF. Arts. 53 e 54, Lei n. 9.784/99. (D) Correto (MAZZA, *ibidem*, 224). *Alternativa D*.

788. **(OAB 03 – 2011-II)** A decisão tomada por uma das Câmaras do Conselho de Contribuintes de determinada Administração Estadual é considerada ato

(A) Composto, pois resulta da manifestação de mais de um agente público.

(B) Complexo, pois depende da manifestação de aprovação, com o relator, de outros agentes.

(C) Qualificado, pois importa na constituição da vontade da Administração quanto a matéria específica.

(D) Simples, pois resulta da manifestação de vontade de um órgão dotado de personalidade administrativa.

RESPOSTA (A) Incorreto. São aqueles praticados por um único órgão, mas que dependem de chancela de outro. (B) Incorreto. São formados pela soma das vontades de mais de um órgão. (C) Incorreto. O caso em tela é de ato simples. (D) São aqueles que resultam da manifestação de um único órgão. *Alternativa D*.

789. **(OAB 02 – 2011)** A revogação representa uma das formas de extinção de um ato administrativo. Quanto a esse instituto, é correto afirmar que:

(A) Pode se dar tanto em relação a atos viciados de ilegalidade ou não, desde que praticados dentro de uma competência discricionária.

(B) Produz efeitos retroativos, retirando o ato do mundo, de forma a nunca ter existido.

(C) Apenas pode se dar em relação aos atos válidos, praticados dentro de uma competência discricionária, produzindo efeitos *ex nunc*.

(D) Pode se dar em relação aos atos vinculados ou discricionários, produzindo ora efeito *ex tunc*, ora efeito *ex nunc*.

RESPOSTA (A) Súmula 473, STF, e arts. 53 e 54, Lei n. 9.784/99. (B) O efeito retroativo (*ex tunc*) é característica da anulação. (C) Correto. Súmula 473, STF, e art. 53, Lei n. 9.784/99. Seus efeitos são irretroativos (*ex nunc*). (D) Não abrange os atos vinculados e possui somente efeito *ex nunc*. *Alternativa C*.

IV. Licitações, Convênios e Contratos

790. **(OAB 03 – 2011-II)** A licitação tem como um de seus princípios específicos o do julgamento objetivo, que significa

(A) A vedação de cláusulas ou condições que comprometam a ideia de proposta mais vantajosa à Administração.

(B) A vedação ao sigilo das propostas, de forma a permitir a todos, antes do início da licitação, o conhecimento objetivo das ofertas dos licitantes.

(C) Ser vedada a utilização, no julgamento das propostas, de elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado.

(D) Ser impositivo o julgamento célere e oral das propostas, a acarretar a imediata contratação do licitante vencedor.

RESPOSTA Zimmer Júnior (*Direito administrativo*, p. 218) assim caracteriza o princípio: no julgamento das propostas, a Comissão de Licitação levará em conta tão somente critérios objetivos, que se constituem a partir da descrição do objeto. *Alternativa C.*

791. **(OAB 03 – 2011-II)** Quanto às garantias dos contratos administrativos, é correto afirmar que

(A) A escolha do tipo de garantia se fará, sempre, com base na indisponibilidade do interesse público, pela Administração.

(B) Para serem exigidas do contratado, devem ser previstas no instrumento convocatório.

(C) É admissível todo e qualquer tipo de garantia admitida pelo direito privado, à escolha da Administração.

(D) É admissível todo e qualquer tipo de garantia admitida em direito, sendo irrelevante a previsão no instrumento convocatório.

RESPOSTA (A) Incorreto. Deverá observar as modalidades de garantia. Art. 56, § 1º, Lei n. 8.666/93. (B) Correto. Art. 56, *caput*, Lei de Licitações. (C) Incorreto. Somente as modalidades previstas no art. 56, § 1º, da lei. (D) Incorreto. Art. 56, § 1º, da lei. *Alternativa B.*

V. Serviços Públicos

792. **(OAB 03 – 2012)** Um estado da Federação, em processo de recuperação econômica, pretende restaurar o seu antigo Parque de Esportes, uma enorme área que concentra estádio de futebol, ginásio de esportes coletivos e parque aquático. Não dispondo de recursos para custear a totalidade da obra e nem tendo *expertise* para promover uma boa gestão do espaço, o Estado pretende firmar um contrato de parceria público-privada, nos moldes da Lei n. 11.079/2004. Sobre o instituto da Parceria Público-Privada, assinale a afirmativa correta.

(A) As parcerias público-privadas têm natureza de convênio, e não de contrato, uma vez que o ente público e o ente particular conjugam esforços na realização de uma atividade de interesse público.

(B) As parcerias público-privadas preveem que o ente público executará uma parcela do serviço ou obra, nunca inferior a 50%, e o particular o restante do serviço ou obra.

(C) As parcerias público-privadas não podem ter por objeto, exclusivamente, a execução de obra pública de restauração do Parque de Esportes.

(D) As parcerias público-privadas remuneram o ente particular integralmente com o valor das tarifas cobradas dos usuários do serviço, sendo vedado ao ente público o custeio direto das atividades desenvolvidas pelo particular.

RESPOSTA (A) As PPPs possuem natureza contratual. Art. 2º, Lei n. 11.079/2004. (B) Art. 7º, § 1º, da lei. (C) Art. 4º, III, Lei das PPPs. (D) Art. 2º, § 1º, da lei. *Alternativa C.*

793. **(OAB 03 – 2011-II)** Em determinado contrato de concessão de serviços públicos patrocinada, foi acordado entre as partes que o poder concedente assumiria os riscos decorrentes de fato do príncipe e o concessionário aqueles que decorressem de caso fortuito ou força maior. De acordo com a legislação acerca da matéria, é possível afirmar que tal estipulação contratual é

(A) Nula, pois o contrato não pode atribuir ao concessionário a responsabilidade por fatos imprevisíveis, cujos efeitos não era possível evitar ou prever. Assim, não havendo culpa, não é possível a atribuição, por contrato, de tal responsabilidade.

(B) Nula, pois em toda e qualquer concessão de serviço público, todos os riscos inerentes ao negócio

são de responsabilidade do concessionário. Assim, a atribuição de responsabilidade ao concedente pelos riscos decorrentes de fato do príncipe viola a legislação acerca da matéria.

(C) Válida, pois a lei de parcerias público-privadas atribui ao contrato autonomia para definir a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

(D) Válida, pois inerente ao princípio da autonomia contratual, que apenas veicula hipótese de repartição objetiva de riscos entre o Poder Público e o concessionário e que se encontra previsto na legislação pátria desde o advento da Lei n. 8.666/93.

RESPOSTA Tal conduta contratual é válida, tendo por escopo o preceituado no art. 4º, VI, e art. 5º, III, Lei n. 11.079/2004. *Alternativa C.*

794. **(OAB 03 – 2011-II)** São princípios próprios ou específicos dos serviços públicos, previstos na Lei 8.987/95,

(A) Moralidade, publicidade e legalidade.

(B) Especificidade, publicidade e moralidade.

(C) Continuidade, atualidade e cortesia.

(D) Atratividade, mutualismo e comutatividade.

RESPOSTA Os princípios regentes dos serviços públicos encontram-se positivados no art. 6º, § 1º, Lei n. 8.987/95 (Lei das Concessões), elencando a continuidade, a atualidade e a cortesia na prestação, entre outros. *Alternativa C.*

795. **(OAB 02 – 2012)** Uma concessionária de serviço público, em virtude de sua completa inadequação na prestação do serviço, não consegue executar o contrato.

Nesse caso, segundo a Lei n. 8.987/95, poderá ser declarada, a critério do poder concedente, a extinção do contrato por

(A) caducidade.

(B) encampação.

(C) anulação.

(D) revogação.

RESPOSTA (A) Art. 38, Lei das Concessões. (B) Art. 37, da lei. (C) Ocorre na existência de vícios de legalidade. Art. 35, V, da lei. (D) Decorre da conveniência e oportunidade, tendo por escopo a aplicação subsidiária da norma prevista no art. 49, *caput*, Lei n. 8.666/93. *Alternativa A.*

796. **(OAB 03 – 2011)** Quatro Municípios celebram um consórcio público para desenvolverem um projeto comum para o tratamento industrial de lixo coletado em suas respectivas áreas, criando uma pessoa jurídica para gerenciar as atividades do consórcio. À luz da legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

(A) Como se trata de atividade tipicamente estatal, essa pessoa jurídica administrativa deverá ser obrigatoriamente uma autarquia, criada por lei oriunda do maior Município celebrante do pacto.

(B) O ordenamento jurídico brasileiro admite, no caso, tanto a criação de uma pessoa jurídica de direito público (a chamada associação pública) quanto de direito privado.

(C) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a criação de uma entidade desse tipo, pois as pessoas jurídicas integrantes da administração indireta são apenas as indicadas no art. 5º do Decreto-Lei n. 200/67.

(D) A pessoa jurídica oriunda de um consórcio público não poderá ser, em hipótese alguma, uma

pessoa jurídica de direito privado, pois isso não é admitido pela legislação aplicável.

RESPOSTA (A) Poderá ser criada uma associação pública. Art. 6º, Lei n. 11.107/2005. (B) Correto. Art. 6º, Lei n. 11.107/2005. (C) Art. 6º, 1º, da lei em tela. (D) Art. 6º, II, da lei. *Alternativa B.*

797. **(OAB 03 – 2012)** Acerca dos serviços considerados como serviços públicos *uti singuli*, assinale a afirmativa correta.

(A) Serviços em que não é possível identificar os usuários e, da mesma forma, não é possível a identificação da parcela do serviço utilizada por cada beneficiário.

(B) Serviços singulares e essenciais prestados pela Administração Pública direta e indireta.

(C) Serviços em que é possível a identificação do usuário e da parcela do serviço utilizada por cada beneficiário.

(D) Serviços que somente são prestados pela Administração Pública direta do Estado.

RESPOSTA Vejam-se as palavras de Mazza (*Manual de direito administrativo*, p. 582): são prestados de modo a criar benefícios individuais a cada usuário, podendo ser concedidos e custeados pela cobrança de taxas. *Alternativa* C.

VI. Servidores Públicos

798. **(OAB 03 – 2011-II)** Tício, servidor público pertencente aos quadros de uma autarquia federal, está respondendo a processo administrativo disciplinar por fato que também foi objeto de apuração em processo criminal, já concluído com sentença absolutória de negativa de autoria transitada em julgado. Considerando a situação hipotética narrada, o processo administrativo disciplinar

(A) Deverá prosseguir regularmente, uma vez que as instâncias penal e administrativa são independentes.

(B) Deverá prosseguir regularmente, uma vez que a sentença absolutória proferida na instância penal apenas vincularia a instância administrativa em caso de negativa da existência do fato.

(C) Ficará prejudicado, uma vez que a responsabilidade administrativa somente pode configurar efeito secundário da responsabilidade penal.

(D) Ficará prejudicado, uma vez que a responsabilidade administrativa é afastada no caso de absolvição criminal que negue a autoria do fato.

RESPOSTA Fica afastada a responsabilidade administrativa do servidor no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria. Art. 126, Lei n. 8.112/90. *Alternativa D*.

799. **(OAB 03 – 2011)** Luiz Fernando, servidor público estável pertencente aos quadros de uma fundação pública federal, inconformado com a pena de demissão que lhe foi aplicada, ajuizou ação judicial visando à invalidação da decisão administrativa que determinou a perda do seu cargo público. A decisão judicial acolheu a pretensão de Luiz Fernando e invalidou a penalidade disciplinar de demissão. Diante da situação hipotética narrada, Luiz Fernando deverá ser

(A) Reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, ou no resultante de sua transformação, com ressarcimento de todas as vantagens.

(B) Aproveitado no cargo anteriormente ocupado ou em outro cargo de vencimentos e responsabilidades compatíveis com o anterior, sem ressarcimento das vantagens pecuniárias.

(C) Readaptado em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis, com ressarcimento de todas as vantagens.

(D) Reconduzido ao cargo anteriormente ocupado ou em outro de vencimentos e responsabilidades compatíveis com o anterior, com ressarcimento de todas as vantagens pecuniárias.

RE SPOSTA (A) Art. 41, § 2º, CF, e art. 28, Lei n. 8.112/90. (B) Art. 30, do Estatuto. (C) Art. 24, §§ 1º e 2º, da norma em tela. (D) Art. 41, § 2º, CF, e art. 29, I e II, do Estatuto. *Alternativa A.*

800. **(OAB 02 – 2011)** O art. 37, II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 condiciona a investidura em cargo ou emprego público à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para os cargos em comissão. Em relação a concurso público, segundo a atual jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que

(A) Os candidatos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos e classificados entre o número de vagas oferecidas no edital possuem expectativa de direito à nomeação.

(B) Os candidatos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos devem comprovar a habilitação exigida no edital no momento de sua nomeação.

(C) O prazo de validade dos concursos públicos poderá ser de até dois anos prorrogáveis uma única vez por qualquer prazo não superior a dois anos, iniciando-se a partir de sua homologação.

(D) Os candidatos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos e classificados dentro do limite de vagas oferecidas no edital possuem direito subjetivo a nomeação dentro do prazo de validade do concurso.

RESPOSTA (A) Trata-se de posição ultrapassada, eis que tais possuem direito subjetivo à nomeação. (B) A comprovação será exigida no momento da posse. Súmula 266, STJ. (C) Art. 37, III, CF. (D) Posição atual do STF (RE 598.099/MS) e STJ (RMS 33.704/SP). *Alternativa D*.

VII. Intervenção do Estado na Propriedade Privada e no Domínio Econômico

801. **(OAB 01 – 2012)** A empresa pública federal X, que atua no setor de pesquisas petroquímicas, necessita ampliar sua estrutura, para a construção de dois galpões industriais. Para tanto, decide incorporar terrenos contíguos a sua atual unidade de processamento, mediante regular processo de desapropriação.

A própria empresa pública declara aqueles terrenos como de utilidade pública e inicia as tratativas com os proprietários dos terrenos – que, entretanto, não aceitam o preço oferecido por aquela entidade.

Nesse caso,

(A) se o expropriante alegar urgência e depositar a quantia arbitrada de conformidade com a lei, terá direito a imitir-se provisoriamente na posse dos terrenos.

(B) a desapropriação não poderá consumar-se, tendo em vista que não houve concordância dos titulares dos terrenos.

(C) a desapropriação demandará a propositura de uma ação judicial e, por não haver concordância dos proprietários, a contestação poderá versar sobre qualquer matéria.

(D) os proprietários poderão opor-se à desapropriação, ao fundamento de que a empresa pública não é competente para declarar um bem como de utilidade pública.

RESPOSTA (A) A desapropriação por utilidade pública é de competência das entidades políticas. Art. 2º, Decreto-lei n. 3.365/41. (B) Poderá ser judicial. Art. 10, do decreto-lei. (C) Matérias exclusivas. Art. 20, do decreto. (D) Correto. Art. 2º, Decreto-lei n. 3.365/41. *Alternativa D*.

802. **(OAB 02 – 2012)** A União, após regular licitação, realiza concessão de determinado serviço

público a uma sociedade privada. Entretanto, para a efetiva prestação do serviço, é necessário realizar algumas desapropriações.

A respeito desse caso concreto, assinale a afirmativa correta.

(A) A sociedade concessionária poderá promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

(B) As desapropriações necessárias somente poderão ser realizadas pela União, já que a concessionária é pessoa jurídica de direito privado.

(C) O ingresso de autoridades administrativas nos bens desapropriados, declarada a utilidade pública, somente será lícito após a obtenção de autorização judicial.

(D) Os bens pertencentes ao(s) Município(s) inserido(s) na área de prestação do serviço não poderão ser desapropriados, mesmo que haja autorização legislativa.

RESPOSTA (A) Art. 3º, Decreto-lei n. 3.365/41. (B) Incorreto. O permissivo resta estabelecido no art. 3º, do decreto-lei. (C) Incorreto. Art. 7º, Decreto-lei n. 3.365/41. (D) Art. 2º, § 2º, do decreto-lei. *Alternativa A.*

803. **(OAB 01 – 2012)** O Município Y promove o tombamento de um antigo bonde, já desativado, pertencente a um colecionador particular. Nesse caso,

(A) o proprietário pode insurgir-se contra o ato do tombamento, uma vez que se trata de um bem móvel.

(B) o proprietário fica impedido de alienar o bem, mas pode propor ação visando a compelir o Município a desapropriar o bem, mediante remuneração.

(C) o proprietário poderá alienar livremente o bem tombado, desde que o adquirente se comprometa a conservá-lo, de conformidade com o ato de tombamento.

(D) o proprietário do bem, mesmo diante do tombamento promovido pelo Município, poderá gravá-lo com o penhor.

RESPOSTA (A) É possível o tombamento de bens móveis e imóveis. Art. 1º, Decreto-lei n. 25/37. (B) Art. 22, §§ 1º e 2º, do decreto. (C) Para alienar o imóvel, deverá ser observado o direito de preferência. Art. 22, *caput*, do decreto. (D) Art. 22, § 3º, decreto-lei n. 25/37. *Alternativa D.*

804. **(OAB 03 – 2012)** A desapropriação é um procedimento administrativo que possui duas fases: a primeira, denominada declaratória e a segunda, denominada executória.

Quanto à fase declaratória, assinale a afirmativa correta.

(A) Acarreta a aquisição da propriedade pela Administração, gerando o dever de justa indenização ao expropriado.

(B) Importa no início do prazo para a ocorrência da caducidade do ato declaratório e gera, para a Administração, o direito de penetrar no bem objeto da desapropriação.

(C) Implica a geração de efeitos, com o titular mantendo o direito de propriedade plena, não tendo a Administração direitos ou deveres.

(D) Gera o direito à imissão provisória na posse e o impedimento à desistência da desapropriação.

RESPOSTA (A) Incorreto. Art. 10, Decreto-lei n. 3.365/41. (B) Correto. Arts. 7º e 10, do Decreto. (C) Incorreto. Poderá penetrar no bem. Art. 7º, do decreto. (D) Medida atinente ao processo judicial, sendo a desistência ato de conveniência e oportunidade do gestor. Art. 15, do decreto-lei. *Alternativa B.*

VIII. Responsabilidade Civil do Estado

805. **(OAB 03 – 2011)** Ambulância do Corpo de Bombeiros envolveu-se em acidente de trânsito

com automóvel dirigido por particular, que trafegava na mão contrária de direção. No acidente, o motorista do automóvel sofreu grave lesão, comprometendo a mobilidade de um dos membros superiores. Nesse caso, é correto afirmar que

(A) Existe responsabilidade objetiva do Estado em decorrência da prática de ato ilícito, pois há nexo causal entre o dano sofrido pelo particular e a conduta do agente público.

(B) Não haverá o dever de indenizar se ficar configurada a culpa exclusiva da vítima, que dirigia na contramão, excluindo a responsabilidade do Estado.

(C) Não se cogita de responsabilidade objetiva do Estado porque não houve a chamada culpa ou falha do serviço. E, de todo modo, a indenização do particular, se cabível, ficaria restrita aos danos materiais, pois o Estado não responde por danos morais.

(D) Está plenamente caracterizada a responsabilidade civil do Estado, que se fundamenta na teoria do risco integral.

RESPOSTA (A) A culpa exclusiva da vítima afasta a aplicação do art. 37, § 6º, CF. (B) Correta. A culpa do agente afasta a responsabilidade do Estado. (C) A responsabilidade do Estado é imputada na forma objetiva. Afastada a análise do dolo ou culpa. (D) Teoria do risco administrativo. *Alternativa B.*

806. (OAB 02 – 2012) Sílvio, servidor público, durante uma diligência com carro oficial do Estado X para o qual trabalha, se envolve em acidente de trânsito, por sua culpa, atingindo o carro de João. Considerando a situação acima e a evolução do entendimento sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

(A) João deverá demandar Sílvio ou o Estado X, à sua escolha, porém, caso opte por demandar Sílvio, terá que comprovar a sua culpa, ao passo que o Estado responde independentemente dela.

(B) João poderá demandar Sílvio ou o Estado X, à sua escolha, porém, caso opte por demandar Sílvio, presumir-se-á sua culpa, ao passo que o Estado responde independentemente dela.

(C) João poderá demandar apenas o Estado X, já que Sílvio estava em serviço quando da colisão e, por isso, a responsabilidade objetiva é do Estado, que terá direito de regresso contra Sílvio, em caso de culpa.

(D) João terá que demandar Sílvio e o Estado X, já que este último só responde caso comprovada a culpa de Sílvio, que, no entanto, será presumida por ser ele servidor do Estado (responsabilidade objetiva).

RESPOSTA Trata-se da responsabilização do Estado por ato oriundo de seu agente que, nessa condição, produziu dano a terceiro. Por ser de viés objetivo, João deverá demandar o Estado X, que terá direito de regresso contra Sílvio, comprovado dolo ou culpa. Art. 37, § 6º, CF. *Alternativa C.*

IX. Princípios e Poderes da Administração

807. (OAB 01 – 2012) É correto afirmar que o poder de polícia, conferindo a possibilidade de o Estado limitar o exercício da liberdade ou das faculdades de proprietário, em prol do interesse público,

(A) gera a possibilidade de cobrança de preço público.

(B) se instrumentaliza sempre, e apenas, por meio de alvará de autorização.

(C) para atingir os seus objetivos maiores, afasta a razoabilidade, em prol da predominância do interesse público.

(D) deve ser exercido nos limites da lei, gerando a possibilidade de cobrança de taxa.

RESPOSTA (A) Art. 145, II, CF. (B) Instrumentaliza-se, também, por meio de licença, multa, ato de fechamento de estabelecimento etc. (C) A razoabilidade é princípio limitador da atuação (MEIRELLES, *Direito administrativo brasileiro*, p. 138-

139). (D) Art. 78, CTN e art. 145, II, CF. *Alternativa D*.

X. Processo Administrativo

808. **(OAB 03 – 2012)** De acordo com o Art. 2º, inciso XIII, da Lei n. 9.784/98, a Administração deve buscar a interpretação da norma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada a aplicação retroativa da nova interpretação. Assinale a alternativa que indica o princípio consagrado por esse dispositivo, em sua parte final.

(A) Legalidade.

(B) Eficiência.

(C) Moralidade.

(D) Segurança das relações jurídicas.

RESPOSTA (A) A Administração só poderá agir de acordo com a previsão em lei. (B) Os atos da Administração estão pautados pelo agir conforme metas e resultados. (C) A atuação da Administração deverá respeitar a probidade e a boa-fé. (D) Art. 2º, XIII, Lei n. 9.784/99. *Alternativa D*.

XI. Controle da Administração

809. **(OAB 03 – 2012)** As contas do Prefeito do Município X não foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Dentre outras irregularidades, apurou-se o superfaturamento em obras públicas. Sobre o controle exercido pelas Cortes de Contas, assinale a afirmativa correta.

(A) O parecer desfavorável emitido pelo Tribunal de Contas do Estado pode ser superado por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

(B) A atuação do Tribunal de Contas configura exemplo de controle interno dos atos da Administração Pública.

(C) A atuação do Tribunal de Contas do estado somente será possível até que haja a criação de um Tribunal de Contas do Município, por lei complementar de iniciativa do Prefeito.

(D) As contas do Prefeito estarão sujeitas à atuação do Tribunal de Contas somente se houver previsão na Lei Orgânica do Município.

RESPOSTA (A) Art. 31, § 2º, CF. (B) Controle Externo. Art. 31, § 1º, CF. (C) É vedada a criação de Tribunal de Contas do Município. Art. 31, § 4º, CF. (D) É dever do Prefeito, previsto na Carta Magna de 1988. Art. 31, § 2º, CF. *Alternativa A.*

Bibliografia

- ARAÚJO, Edmir Netto de. *Curso de direito administrativo*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 22. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 12. ed. São Paulo: Dialética, 2011.
- MAFFINI, Rafael. *Direito administrativo*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- MAZZA, Alexandre. *Manual de direito administrativo.* 1. ed. 3. tir. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo.* 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- NOHARA, Irene Patrícia. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2011.
- VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil*: direitos reais. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- ZIMMER JÚNIOR, Aloísio. *Curso de direito administrativo*. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.
- ______. *Direito administrativo*: teoria resumida. São Paulo: Método, 2009.

DIREITO AMBIENTAL, AGRÁRIO, AGROAMBIENTAL E URBANÍSTICO

MATEUS SILVEIRA

Advogado. Consultor jurídico de Direito Ambiental. Professor titular de Direito Ambiental dos cursos preparatórios para concursos e Exame da OAB: A Casa do Concurseiro; Complexo EAD; e Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC). Professor convidado de diversos cursos de especialização no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Palestrante empresarial. Pós-Graduando em Direito Ambiental. Coautor na disciplina de Direito Ambiental das obras *Manual de dicas 1º Fase OAB* e *Manual de dicas – Advocacia Pública Municipal, Estadual e Federal*, ambas pela Editora Saraiva.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	189
FCC	91
OUTRAS BANCAS	107
OAB/FGV	12

DIREITO AMBIENTAL

I. Teoria Geral e Princípios de Direito Ambiental

(AGU-PF – BR – 2010 – CESPE) Acerca dos princípios e da proteção constitucional que se aplicam ao direito ambiental, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

810. Por meio da ação civil pública pode-se buscar tanto a cessação do ato lesivo ao meio ambiente, a reparação do que for possível e, até mesmo, a indenização por danos irreparáveis caso tenham ocorrido.

RESPOSTA A ACP serve para implementar e tutelar os direitos ambientais não respeitados pelos que deveriam cumprir a legislação ambiental e não o fazem. *Certa*.

811. A proteção ao meio ambiente é um princípio da ordem econômica, o que limita as atividades da iniciativa privada.

RESPOSTA Art. 170, VI, CF/88. *Certa*.

812. O princípio da precaução refere-se à ação preventiva e deve embasar medidas judiciais e administrativas tendentes a evitar o surgimento de atos atentatórios ao meio ambiente.

RESPOSTA O princípio da precaução incide nas situações onde não há certeza científica absoluta se a atividade ocasiona dano ao meio ambiente e também nos casos onde não é possível se conhecer cientificamente a totalidade da extensão de um possível dano. Nesses casos, diante da incerteza e da possibilidade de danos irreversíveis ao meio ambiente, aplicam-se medidas que possam evitar a incidência dos danos, pois se protege o meio ambiente diante do desconhecimento dos efeitos da atividade. Esse princípio traz na sua essência a cautela, uma vez que na dúvida deve-se optar pela solução que venha a proteger o ser humano e o meio ambiente. Desse modo, o "Princípio 15" da ECO-92, que deu origem a esse princípio, informa que os Estados/Nações devem respeitá-lo e aplicá-lo de acordo com as suas capacidades, sem postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para a proteção do meio ambiente quando ameaçado de danos sérios ou irreversíveis. Há relação direta entre o princípio da precaução e as regras previstas no estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA), principalmente com as regras contidas na Res. 01/86, CONAMA, no seu art. 6º, I e II. *Certa*.

813. O meio ambiente é um direito difuso, direito humano fundamental de terceira geração, mas não é classificado como patrimônio público.

RESPOSTA O meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo, conforme dispõe o art. 225, *caput*, CF/88. *Errada*.

814. **(PGEAL – AL – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação aos princípios gerais do direito ambiental.

(A) O princípio da participação popular na proteção do meio ambiente é assegurado por meio das audiências públicas em procedimentos de licenciamento e de estudo de impacto de vizinhança.

(B) O princípio da prevenção aplica-se a eventos incertos e prováveis causadores de dano ambiental.

(C) Não há possibilidade de correlação de mais de um princípio na análise de um caso concreto de dano ambiental.

(D) Se, na análise de determinado problema, houver a colisão de dois princípios ambientais, um deverá prevalecer e o outro será obrigatoriamente derrogado.

(E) O princípio do poluidor-pagador aplica-se ao usuário que capta água para irrigação de produtos orgânicos sem agrotóxico.

RESPOSTA Art. 10, V, Res. 237/87, CONAMA. *Alternativa A.*

815. (PGEPI – PI – 2008 – CESPE) Quanto ao princípio da informação, no âmbito do direito internacional, já se consolida o costume da troca de informações ambientais entre os países. A esse respeito, os juristas da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento salientaram que os dados ambientais devem ser publicados, haja vista que a informação serve para o processo de educação de cada pessoa e da comunidade, bem como oferece a possibilidade à pessoa de tomar posição ou pronunciar-se sobre a matéria informada. A esse respeito, no Brasil,

(A) a CF, ao tratar dos princípios que pautam as relações internacionais, afirma, taxativamente, que a não informação de eventos significativamente danosos ao meio ambiente por parte dos Estados merece ser considerada crime internacional a ser julgado pelo Tribunal Penal Internacional.

(B) a Declaração do Rio de Janeiro (1992) dispôs que, no nível nacional, é direito de todo indivíduo ter acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em sua comunidade.

(C) a informação ambiental deve ser transmitida de maneira que os informados tenham tempo suficiente para analisar a matéria e para agir diante da administração pública e do Poder Judiciário. Sobre esse aspecto, o decreto que regulamenta a Política Nacional de Meio Ambiente estabelece o prazo de 72 horas, a contar da data de publicação do relatório anual do CONAMA, para que os interessados e (ou) afetados pelas atividades potencialmente perigosas possam embargar as medidas propostas.

(D) o monitoramento das informações ambientais é competência exclusiva do poder público, dada a sua importância estratégica. Por essa razão, a lei que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente criou o Sistema Nacional de Informações Socioambientais (SISNISA), órgão consultivo e deliberativo ligado ao CONAMA e que é responsável pelo monitoramento dos dados ambientais coletados em território nacional.

(E) não existe, no ordenamento jurídico, obrigatoriedade de a administração pública divulgar preliminarmente informações de caráter ambiental, salvo quando provocada pelo Ministério Público ou arguida judicialmente por organizações não governamentais que atuem na área ambiental.

RESPOSTA Trata-se do texto integral do “Princípio 10” da Declaração do Rio Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas em 1992. *Alternativa B.*

816. (PGECE – CE – 2008 – CESPE) A respeito dos princípios da prevenção e da precaução, assinale a opção correta.

(A) O princípio da prevenção é aplicado nos casos em que os impactos ambientais já são conhecidos, e o princípio da precaução somente é aplicado nos casos em que os danos são conhecidos, porém dificilmente mensurados.

(B) O princípio da precaução destina-se ao controle das atividades privadas, enquanto o princípio da prevenção aplica-se às ações do poder público.

(C) Ambos os princípios incidem sobre a conduta lesiva ao meio ambiente perpetrada pelo poluidor-pagador nas atividades que produzam impacto sobre a biodiversidade, mas apenas o princípio da precaução atinge a produção de alimentos, de fármacos e de material produzido por animais clonados e plantas transgênicas, já que essas atividades estão reguladas pelo biodireito e não, pelo direito ambiental.

(D) O princípio da precaução apenas estende o conceito de prevenção aos ditames da dita sociedade de risco, o que significa que se deve precaver contra todos os possíveis desdobramentos de atividades que causem impactos ambientais já conhecidos e mensurados pela ciência.

(E) O princípio da prevenção é aplicado nos casos em que os impactos ambientais já são conhecidos, e o princípio da precaução aplica-se àqueles em que o conhecimento científico não pode oferecer respostas conclusivas sobre a inocuidade de determinados procedimentos.

RESPOSTA O princípio da prevenção está relacionado à certeza científica do impacto ambiental de determinado empreendimento, pois, com base nessa certeza, são tomadas todas as medidas necessárias para que se evite o dano ambiental. Nesse princípio, há o conhecimento científico comprovado de todas as implicações de uma atividade e, desse modo, por se conhecer os danos da atividade, é possível preveni-los. Portanto, esse princípio age nos riscos e impactos ambientais conhecidos de determinada atividade para definir a correta e eficaz prevenção. Sua atuação ocorre para evitar os danos conhecidos impondo estudos de impacto ambiental, licenciamentos, adequações de projetos etc. O princípio da prevenção traz o ônus da antecipação, ou seja, há o dever de examinar antecipadamente quais os efeitos das intervenções humanas sobre o meio ambiente, pois esse princípio visa eliminar ou reduzir as causas negativas que possam alterar a qualidade ambiental. *Alternativa E.*

817. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação aos princípios do direito ambiental.

(A) Em conformidade com o princípio do desenvolvimento sustentável, o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas as necessidades do tempo presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

(B) O princípio do poluidor-pagador estabelece que a pessoa, física ou jurídica, antes de desenvolver atividade considerada causadora de degradação ambiental, terá de pagar para evitar a contaminação.

(C) O ressarcimento do dano ambiental deve ocorrer, preferencialmente, mediante indenização em dinheiro, e, secundariamente, pela reparação natural do ambiente degradado.

(D) Conforme o princípio do limite, o particular que pretenda desenvolver atividade ou empreendimento que cause significativa degradação ambiental tem o dever de fixar parâmetros que levem em conta a proteção da vida e do próprio meio ambiente.

RESPOSTA O princípio do desenvolvimento sustentável visa buscar o equilíbrio entre o desenvolvimento social e econômico e a preservação ambiental. O princípio objetiva definir uma coexistência necessária, justa e benéfica das exigências econômicas com as exigências ecológicas, harmonizando o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente. A parte final da assertiva menciona o princípio da equidade ou solidariedade intergeracional e que revela a obrigação que as pessoas têm de preservar, proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Assim, nesse princípio, temos um direito-dever, ou seja, o direito de utilizar os recursos naturais e o dever de preservá-los e recuperá-los no caso de dano para que as futuras gerações possam usufruir dos mesmos recursos naturais que hoje estamos usufruindo. O direito fundamental de terceira geração ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, contemplado no *caput* do art. 225, CF/88, tem na sua parte final a inserção constitucional do princípio da equidade intergeracional. *Alternativa A.*

818. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Relativamente aos princípios gerais do direito ambiental e a suas formas de materialização, assinale a opção correta.

(A) Em decorrência do princípio da prevenção, o empreendedor deve apresentar ao poder público estudo prévio de impacto ambiental referente a qualquer atividade que implique a utilização ou transformação de recursos naturais.

(B) O princípio da função socioambiental da propriedade autoriza o poder público a impor limites apenas ao uso de bens imóveis localizados em área rural, no que respeita à exploração de seus recursos naturais, não se aplicando, porém, tal preceito à propriedade urbana.

(C) De acordo com o princípio da precaução, diante de ameaças de danos sérios e irreversíveis, a falta

de certeza científica não pode ser invocada como motivo para se adiarem medidas destinadas a prevenir a degradação ambiental, podendo a administração pública, com base no poder de polícia, embargar obras ou atividades.

(D) Consoante o princípio do poluidor-pagador, a definição dos custos de produção de determinada empresa poluidora não pode levar em consideração os custos sociais externos decorrentes de sua atividade poluente, sob pena de cometimento de infração administrativa ambiental.

RESPOSTA Conceito do princípio da precaução, constante no "Princípio 15" da Declaração do Rio Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas em 1992. *Alternativa C.*

819. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Considerando os princípios de direito ambiental, assinale a opção correta.

(A) Como forma de buscar a responsabilização pessoal do agente da degradação ambiental, considera-se poluidor, consoante o princípio do poluidor-pagador, apenas o autor direto e imediatamente identificável do dano ambiental.

(B) Em consonância com o princípio da participação e informação, a CF determina expressamente que o poder público promova a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

(C) O princípio da precaução aplica-se a impactos ambientais já conhecidos, em face da constatação de evidências de perigo de dano ambiental efetivo que deva ser antecipadamente eliminado.

(D) Em decorrência do princípio do poluidor-pagador, segundo a lei que dispõe acerca da PNMA, aquele que agrida o ambiente deve ser responsabilizado pelo prejuízo causado a este e a terceiros, na medida de sua culpa e participação no dano.

(E) Sendo o ambiente classificado como bem de uso comum do povo, não se admite que sua utilização tenha caráter oneroso ou que haja necessidade de contraprestação pelo usuário.

RESPOSTA Quanto ao conceito da participação, é aquele em que o Poder Público deve conferir oportunidade à sociedade nos processos decisórios que envolvam a qualidade do meio ambiente. Já no princípio da informação, as pessoas têm o direito de serem informadas e terem acesso a todas as informações relativas à proteção, preservação e repressão ao meio ambiente. Portanto, por esse princípio, as pessoas têm o direito de consultar e solicitar informações e documentos de um licenciamento ambiental e outros meios de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA de qualquer órgão integrante do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) sem necessitar comprovar interesse específico. Os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional integrantes do SISNAMA, estão obrigados a permitir acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, podendo qualquer indivíduo ter acesso às informações relativas ao meio ambiente mediante requerimento escrito onde este assumirá a obrigação de não utilizar as informações colhidas para fins comerciais e citar a fonte caso venha a divulgar os dados obtidos nas informações solicitadas (art. 2º, I a VII, e § 1º, Lei n. 10.650/2003). *Alternativa B.*

820. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Considerando os diversos aspectos que envolvem o conceito de meio ambiente, particularmente o cultural e o do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Considera-se meio ambiente cultural o ambiente integrado pelos equipamentos urbanos e edifícios comunitários, como as bibliotecas, pinacotecas, museus e instalações científicas ou similares.

(B) O meio ambiente é um bem público classificado pela CF como de uso comum do povo, razão pela qual não se admite que o seu uso seja oneroso ou imponha a necessidade de qualquer contraprestação de ordem pecuniária.

(C) Ao estabelecer a tutela do meio ambiente, a CF dispõe que a proteção do meio ambiente, nele compreendido o meio ambiente do trabalho, constitui um dos objetivos do Sistema Único de Saúde.

(D) A todos os entes federativos compete a proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico, cultural e paisagístico, mas a competência para legislar sobre esses temas

pertence, privativamente, à União.

(E) A definição legal de recursos ambientais compreende a fauna e a flora, as águas superficiais e subterrâneas, o solo e o subsolo, mas não o mar territorial e os demais elementos da biosfera.

RESPOSTA Art. 7º, XXII e XXIII, c/c art. 200, VIII, ambos da CF/88. Meio ambiente do trabalho é o local onde as pessoas realizam as suas atividades laborais remuneradas ou não. Esse aspecto ambiental está ligado à saúde do trabalhador no local onde ele presta serviço, se o lugar respeita a integridade física, a salubridade e os demais fatores climáticos que envolvem um ambiente laboral. *Alternativa C.*

821. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Com relação aos princípios do direito ambiental, assinale a opção correta.

(A) Embora o princípio da prevenção esteja caindo em desuso com a emergência da chamada sociedade de risco, as medidas preventivas que com aquele não se confundem continuam sendo extremamente necessárias à proteção do meio ambiente.

(B) O princípio da participação, veiculado, pela primeira vez, em 1972, durante a Conferência de Estocolmo, dispõe sobre a necessidade de se estabelecerem parâmetros que permitam a participação equitativa das populações carentes nos lucros da exploração econômica da biodiversidade.

(C) O princípio da precaução é aplicado como garantia contra os potenciais riscos que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados; consoante esse princípio, ausente a certeza científica formal, a existência de risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever esse dano.

(D) O princípio do poluidor-pagador foi desenvolvido pelo racionalismo alemão, no século XIX, em decorrência do acelerado processo de industrialização da recém-unificada Alemanha, tendo alcançado *status* constitucional em 1919.

(E) O princípio do usuário-pagador, desenvolvido por John Rawls na obra *Uma Teoria da Justiça*, fundamenta-se na ideia da maximização do mínimo, segundo a qual cabe àqueles que alcançam um maior nível de consumo a responsabilidade sobre os custos socioambientais da produção capitalista.

RESPOSTA De acordo com o conceito do princípio da precaução. *Alternativa C.*

822. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Com relação aos princípios de direito ambiental, assinale a opção correta.

(A) A necessidade da educação ambiental é princípio consagrado pelas Nações Unidas e pelo ordenamento jurídico brasileiro, e, nesse sentido, a CF determina ao poder público a incumbência de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

(B) Na órbita repressiva do princípio do poluidor-pagador, incide a responsabilidade subjetiva caso a sanção resultante da poluição tenha caráter civil, penal ou administrativo.

(C) Em face do princípio da precaução, o licenciamento, por órgão ambiental, para a construção, instalação e funcionamento de estabelecimentos utilizadores de recursos ambientais é exação discricionária do poder público, cabendo a este, a seu critério, enumerar as atividades potencialmente poluidoras e capazes de causar degradação ao ambiente.

(D) Considerado o princípio do poluidor-pagador, o conceito do termo poluidor restringe-se ao autor direto do dano ambiental, e não, àqueles que, de forma indireta, tenham contribuído para a prática do dano.

(E) O princípio da prevenção é englobado pelo princípio da precaução, na medida em que ambos se aplicam a impactos ambientais já conhecidos e informam tanto o licenciamento ambiental como os próprios estudos de impacto ambiental.

RESPOSTA Art. 225, § 1º, VI, CF/88. *Alternativa A.*

823. **(Juiz – TRF-1 – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta quanto ao princípio da precaução.

(A) Esse princípio foi criado na Conferência de Estocolmo, em resposta aos danos causados pelo vazamento de mercúrio na baía de Minamata e, por isso, os primeiros escritos doutrinários da época referiam-se a ele como o princípio de Minamata.

(B) Tal princípio teve origem no princípio da incerteza, da física quântica, e foi o tema central da Carta da Terra, redigida na abertura da Eco-92, na qual o jurista alemão Reinhardt Sttifelmann defendeu que, na atual sociedade de risco, só se podem tomar medidas ambientalmente impactantes com respaldo da ciência.

(C) Fundado no princípio da prevenção, o princípio da precaução aponta a inexistência de certezas científicas como pressuposto para a adoção de política liberal pautada pelo caráter não intervencionista do poder público nas atividades econômicas.

(D) Esse princípio fundamenta-se no direito penal secundário e diferencia-se do princípio da prevenção geral e da prevenção específica, pois espelha os aspectos garantistas dos direitos de terceira geração.

(E) Tal princípio constitui a garantia contra os riscos potenciais que não podem ser ainda identificados, devido à ausência da certeza científica formal, e baseia-se na ideia de que o risco de dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever esse dano.

RESPOSTA De acordo com o conceito do princípio da precaução e previsto na Declaração do Rio de 1992 (princípio n. 15). *Alternativa E.*

824. **(Juiz – TRF-1 – 2009 – CESPE)** O princípio da natureza pública da proteção ambiental

(A) aponta para a incompatibilidade irredutível entre o interesse público e a iniciativa privada, condicionando esta à discricionariedade daquele e distribuindo às camadas mais pobres da população, de forma equitativa, o acesso aos recursos naturais.

(B) fundamenta-se, no que se refere à defesa da desapropriação das terras e dos meios produtivos, na proteção ao patrimônio histórico, ao ambiente cultural e ao ambiente do trabalho.

(C) resume os esforços da esfera política na manutenção do equilíbrio dinâmico dos sistemas socioambientais passíveis de serem utilizados no processo de justa repartição da renda e de reforma agrária.

(D) decorre da previsão legal que considera o meio ambiente como valor a ser necessariamente assegurado e protegido para uso de todos.

(E) foi descaracterizado pelo neoliberalismo, em razão de ter sido enunciado pelo governo soviético em decorrência do acidente de Tchernobil, quando, pelo descaso do Soviete Supremo, não havia leis de proteção ambiental que salvaguardassem a segurança das populações humanas no entorno das usinas nucleares.

RESPOSTA Art. 225, *caput*, CF/88. *Alternativa D.*

825. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Em defesa do meio ambiente, o STF assim se pronunciou:

"O direito à integridade do meio ambiente – típico direito de terceira geração – constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a

expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas num sentido verdadeiramente mais abrangente, à própria coletividade social".

Tendo o texto acima como referência, assinale a opção correta com base nas disposições legais de defesa do meio ambiente.

(A) Em atendimento ao princípio do poluidor pagador, previsto no direito positivo brasileiro, a Política Nacional do Meio Ambiente determina a proteção de áreas ameaçadas de degradação.

(B) A defesa do direito ao meio ambiente equilibrado nasceu a partir da Declaração de Estocolmo, em 1972, cujas premissas são marcadamente biocêntricas.

(C) O objeto de proteção do direito ambiental concentra-se nos fatores bióticos e abióticos, que devem ser tratados isoladamente.

(D) Em razão do tratamento dispensado ao meio ambiente pelo texto constitucional, depreende-se que é exigido dos cidadãos, predominantemente, um *non facere* em relação ao meio ambiente.

(E) O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado afasta eventual tentativa de desafetação ou destinação indireta.

RESPOSTA O bem ambiental é um direito transindividual difuso cuja titularidade não pode ser determinada e muito menos limitada a um grupo específico de destinatários. *Alternativa E.*

826. (Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE) Considerando que as políticas públicas são implementadas com o propósito de evitar danos ambientais e objetivam alcançar a aplicação de princípios ambientais, assinale a opção correta.

(A) Embora o princípio da prevenção ainda não esteja incorporado à ordem jurídica nacional, sua observância permite ao poder público antecipar-se à ocorrência de danos ambientais.

(B) O princípio da precaução pode ser invocado para inverter o ônus da prova em procedimento ambiental.

(C) O pagamento pecuniário e a indenização legitimam empreendimentos que venham provocar lesão ao meio ambiente.

(D) No processo industrial de fabricação de produtos, os resíduos descartados no ambiente devem ser tratados, sendo esta uma forma de aplicação do princípio do usuário-pagador.

(E) O envolvimento das comunidades na implementação de planos de manejo nas unidades de conservação é exemplo de aplicação do princípio da informação.

RESPOSTA Esse princípio possibilita a inversão do ônus probatório, obrigando o empreendedor ou dono da atividade potencialmente poluidora a comprovar que a sua atividade não causará danos ao meio ambiente. *Alternativa B.*

827. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com relação aos princípios do direito ambiental.

(A) Em conformidade com o princípio do desenvolvimento sustentável, o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas as necessidades do tempo presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

(B) O princípio do poluidor-pagador estabelece que a pessoa, física ou jurídica, antes de desenvolver atividade considerada causadora de degradação ambiental, terá de pagar para evitar a contaminação.

(C) O ressarcimento do dano ambiental deve ocorrer, preferencialmente, mediante indenização em dinheiro, e, secundariamente, pela reparação natural do ambiente degradado.

(D) Conforme o princípio do limite, o particular que pretenda desenvolver atividade ou empreendimento que cause significativa degradação ambiental tem o dever de fixar parâmetros que

levem em conta a proteção da vida e do próprio meio ambiente.

RESPOSTA O princípio do desenvolvimento sustentável está previsto no *caput* do art. 225, CF/88. *Alternativa A.*

828. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Relativamente aos princípios gerais do direito ambiental e a suas formas de materialização, assinale a opção correta.

(A) Em decorrência do princípio da prevenção, o empreendedor deve apresentar ao poder público estudo prévio de impacto ambiental referente a qualquer atividade que implique a utilização ou transformação de recursos naturais.

(B) O princípio da função socioambiental da propriedade autoriza o poder público a impor limites apenas ao uso de bens imóveis localizados em área rural, no que respeita à exploração de seus recursos naturais, não se aplicando, porém, tal preceito à propriedade urbana.

(C) De acordo com o princípio da precaução, diante de ameaças de danos sérios e irreversíveis, a falta de certeza científica não pode ser invocada como motivo para se adiarem medidas destinadas a prevenir a degradação ambiental, podendo a administração pública, com base no poder de polícia, embargar obras ou atividades.

(D) Consoante o princípio do poluidor-pagador, a definição dos custos de produção de determinada empresa poluidora não pode levar em consideração os custos sociais externos decorrentes de sua atividade poluente, sob pena de cometimento de infração administrativa ambiental.

RESPOSTA "Princípio 15 da Declaração do Rio de Janeiro", resultado da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada nesta cidade entre 3 a 14 de junho de 1992 (Rio/92). *Alternativa C.*

II. Direito Constitucional Ambiental

829. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Acerca do conceito de ambiente, da competência em matéria ambiental e dos instrumentos jurisdicionais de defesa do ambiente, assinale a opção correta.

(A) A CF atribui competência legislativa concorrente à União, aos estados e ao DF para legislar acerca de proteção do ambiente, sendo vedado aos municípios editar leis desse teor.

(B) O patrimônio histórico, artístico e cultural insere-se no âmbito do ambiente cultural, e os conjuntos urbanos e os sítios de valor arqueológico e paisagístico, na esfera do ambiente natural.

(C) A proteção do ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas, assim como a preservação das florestas, da fauna e da flora, são matérias da competência material comum da União, dos estados, do DF e dos municípios.

(D) O mandado de injunção tem por objeto a regulamentação das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, não sendo, pois, instrumento aplicável a temas ambientais.

(E) É cabível o mandado de segurança individual em matéria ambiental, mas não o coletivo, pois o objeto deste deve guardar vínculo com os fins próprios da categoria que a entidade impetrante represente, ou seja, o direito nele defendido deve estar compreendido nas atividades exercidas pelos associados da impetrante.

RESPOSTA Art. 23, VI e VII, CF/88. *Alternativa C.*

830. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Acerca da repartição de competências em matéria ambiental, assinale a opção correta.

(A) Se um município cuja principal atividade econômica seja a pesca estabelecer, mediante lei, regras sobre a captura e o transporte de pescado em sua área, tais normas não serão válidas, uma vez que o

dispositivo constitucional não prevê para os municípios competência para tal. Nesse caso, devem ser aplicados apenas os textos federais e estaduais que disciplinam a matéria.

(B) Tendo sido o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, criado por decreto federal (Decreto-lei n. 1.035/1939), não pode a prefeitura do município de localização desse parque estabelecer medidas de preservação ambiental na área do parque, atribuição inserida na competência material exclusiva da União.

(C) A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento de energia hidráulica constituem atividades da esfera de competência da União. Assim, uma vez que os recursos minerais pertencem a esse ente federativo, e não ao proprietário do solo, cabe à administração federal autorizar sua exploração.

(D) É competência privativa da União a proteção, por meio do IPHAN, dos documentos, das obras e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural, dos monumentos, das paisagens naturais notáveis e dos sítios arqueológicos.

(E) Se determinado estado da Federação editar lei instituindo código florestal, a referida lei deverá ser considerada inconstitucional, visto que cabe à União, em caráter privativo, legislar sobre a matéria.

RESPOSTA Art. 20, VIII e IX, CF/88 (competência administrativa ou material exclusiva da União Federal). *Alternativa C.*

831. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** No que se refere à previsão constitucional da proteção ao meio ambiente, assinale a opção correta.

(A) A fim de minimizar os impactos provocados ao meio ambiente pela mineração, a CF impõe àqueles que exploram recursos minerais a elaboração e observância de plano de controle ambiental.

(B) Compete a todos os entes da Federação, concorrentemente, a execução das normas destinadas à tutela do patrimônio ambiental, ou seja, é concorrente a competência material.

(C) As terras devolutas necessárias à proteção de ecossistemas naturais deixam de ser indisponíveis após sua arrecadação e incorporação, mediante ação discriminatória, ao patrimônio público.

(D) Como a CF determina que a fiscalização da pesquisa e da manipulação de material genético deve ser realizada sob a perspectiva ambiental, aplica-se o princípio da precaução a esse tema.

(E) A constitucionalização da proteção ambiental, de forma específica e global, ocorreu sob a égide da Constituição de 1967, tendo a CF ampliado o tratamento dado ao tema.

RESPOSTA Art. 225, § 1º, II, CF/88. *Alternativa D.*

832. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Considerando a concessão de *status* de direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado no ordenamento jurídico nacional, assinale a opção correta.

(A) As normas de proteção ambiental brasileiras têm natureza reflexa.

(B) Para o ordenamento jurídico nacional, a natureza jurídica do meio ambiente é controversa.

(C) Aplica-se o princípio da subsidiariedade às ações praticadas contra o ambiente, ficando a critério do agente público a valoração do dano.

(D) O direito ambiental e o direito econômico são áreas do direito que se inter-relacionam, estando ambas voltadas para a melhoria do bem-estar das pessoas e para a estabilidade do processo produtivo.

(E) Com relação à competência ambiental executiva, dispõe a CF que a organização e o planejamento de aglomerações urbanas e microrregiões competem exclusivamente aos municípios.

RESPOSTA Art. 170, VI, e art. 225, § 1º, V, CF/88. *Alternativa D.*

833. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Para a efetiva proteção do meio ambiente, a CF concede funções diferenciadas ao MP, ao Poder Judiciário e à administração pública. A esse respeito, assinale a opção correta.

(A) No exercício do poder de polícia em defesa do ambiente, a administração pública executa ações de natureza unicamente repressiva.
(B) Promover inspeções e diligências investigativas que envolvam autoridades administrativas constitui forma de atuação judicial do MP.
(C) A competência para julgar ação proposta por empresa particular com concessão de fornecimento de serviço público, mesmo sem o interesse da União, de suas autarquias ou empresas, será sempre da justiça federal.
(D) Ao MP é reconhecida legitimidade para atuar, como parte e como fiscal da lei, na defesa dos interesses individuais e coletivos, dentro dos limites constitucionais e institucionais, incluindo-se os que se refiram ao meio ambiente.
(E) O compromisso de ajustamento de conduta constitui instituto semelhante ao do direito civil denominado transação.

RESPOSTA Art. 129, III, CF/88. *Alternativa D.*

(Delegado – PF – 2002 – CESPE) Dispõe a Constituição da República que todos "têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". A respeito desse direito, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado)

834. Uma lei que venha a ser editada, autorizando a realização de evento conhecido como briga de galos, poderá ter sua inconstitucionalidade declarada em ação direta, por afrontar o artigo da Constituição que atribui ao poder público a incumbência de proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que submetam os animais a crueldade.

RESPOSTA Art. 225, § 1º, VII, CF/88. *Certa.*

835. O presidente da República pode lograr provimento de ação declaratória de constitucionalidade de medida provisória que venha a ser editada para agravar a pena dos crimes contra o meio ambiente, haja vista tratar-se de ato normativo federal.

RESPOSTA É competência legislativa privativa da União legislar sobre o direito penal, ou seja, crimes ambientais, por meio do art. 22, I, CF/88. *Errada.*

836. É inconstitucional, por ofensa ao princípio da legalidade estrita, que rege o direito tributário, dispositivo por meio do qual o Ministério do Meio Ambiente, sem lei que o autorize, institua taxa para inspeção de importações e exportações de produtos da indústria pesqueira, a ser cobrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

RESPOSTA É necessário lei para autorizar a instituição de um novo tributo. *Certa.*

837. O estudo prévio de impacto ambiental é necessário, quando a obra ou atividade seja potencialmente causadora de significativa degradação ambiental.

RESPOSTA Art. 225, § 1º, VI, CF/88. *Certa.*

838. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** À luz da competência legislativa ambiental prevista na CF de 1988, julgue os seguintes itens.

I. Matéria relacionada à atividade nuclear de qualquer natureza é de competência exclusiva da União.
II. Em matéria ambiental, inexiste competência legislativa privativa e suplementar de município.
III. O município possui competência legislativa concorrente para, juntamente com os estados, legislar sobre florestas, caça e pesca, independentemente de interesse local.
IV. No âmbito da legislação concorrente, os estados não podem legislar sobre matéria ainda não tratada pela União.
V. As normas gerais no âmbito da competência concorrente são atribuídas à União.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.
(B) I e V.
(C) II e III.
(D) III e IV.
(E) IV e V.

RESPOSTA I (art. 21, XXIII, CF/88 – competência material exclusive da União) e V (art. 24, § 1º, CF/88). *Alternativa B.*

(PGEES – ES – 2008 – CESPE) Acerca do direito ambiental, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

839. A Constituição Federal, ao consagrar a mata atlântica como patrimônio nacional, indiretamente converteu em bens públicos os imóveis particulares nela abrangidos, impedindo, por consequência, a utilização dos recursos naturais existentes naquelas áreas, em prol da restauração dos processos ecológicos essenciais e da preservação da diversidade do ecossistema.

RESPOSTA Não, a Constituição, no art. 225, § 4º, criou uma limitação administrativa e uma proteção especial aos locais citados na norma constitucional, mas não proibiu a propriedade privada. "A norma inscrita no art. 225, § 4º, da Constituição deve ser interpretada de modo harmonioso com o sistema jurídico consagrado pelo ordenamento fundamental, notadamente com a cláusula que, proclamada pelo art. 5º, XXII, da Carta Política, garante e assegura o direito de propriedade em todas as suas projeções, inclusive aquela concernente à compensação financeira devida pelo Poder Público ao proprietário atingido por atos imputáveis à atividade estatal". (RE 134.297/STF, Rel. Min. Celso de Mello). *Errada.*

840. Com a finalidade de resguardar o meio ambiente, a legislação prevê controles prévios por parte de autoridades públicas, materializados mediante licenças, autorizações, permissões, estudos e relatórios de impactos ambientais destinados a verificar a observância das normas de direito ambiental pelos respectivos destinatários. Assim, a aprovação da atividade e a outorga de licença pela autoridade competente liberam o empreendedor da responsabilidade pelo eventual dano que vier a causar ao meio ambiente e a terceiro.

RESPOSTA É dever do poder público e da coletividade preservar o meio ambiente, segundo dispõe o *caput* do art. 225, CF/88, bem como o art. 3º, IV, Lei n. 6.938/81, que traz o conceito de poluidor, e o art. 14, I, da mesma lei, que obriga o poluidor a indenizar e a reparar os danos causados. Portanto, a realização de EIA/RIMA e a do processo de licenciamento ambiental não isentam o poluidor de reparar os danos, conforme dispõe o art. 225, § 3º, CF/88. *Errada.*

841. **(PM – Natal-RN – 2008 – CESPE)** A lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos enuncia que a água é um bem de domínio público. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

(A) Como a água é um dos elementos do meio ambiente, aplica-se a ela o enunciado da CF que

qualifica o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo.

(B) A água é um bem dominical do poder público e sua outorga implica a sua alienação parcial, para que seja exercido o direito de uso.

(C) Os recursos hídricos abrangem as águas superficiais – aquelas que são encontradas na superfície da terra (fluente, emergente e em depósito) –, mas não, as águas subterrâneas, que são as águas originadas do interior do solo (lençol freático).

(D) As águas pluviais, que procedem imediatamente das chuvas, pertencem ao dono do prédio onde caírem diretamente, sendo, no entanto, vetado o seu armazenamento, salvo se caírem em lugares ou terrenos públicos de uso comum.

RESPOSTA A água pertence à classificação do meio ambiente natural ou físico, e o art. 225, *caput*, tutela o "meio ambiente ecologicamente equilibrado", determinando que é bem de uso comum do povo. *Alternativa A.*

842. **(PGEAL – AL – 2009 – CESPE)** Uma empresa, com o objetivo de explorar comercialmente material radioativo existente em município brasileiro, formulou pedido de licenciamento ambiental aos órgãos municipal, estadual e federal. A direção dessa empresa crê que um desses órgãos ou alguns deles deverão resolver as pendências administrativas e permitir a exploração do material radioativo. Nessa situação hipotética, considerando a competência dos entes federados, é correto afirmar que o empreendedor agiu

(A) corretamente, pois se trata de hipótese de competência concorrente ambiental.

(B) corretamente, pois se trata de hipótese de competência comum ambiental.

(C) corretamente, pois se trata de hipótese de competência legislativa estadual e administrativa municipal.

(D) incorretamente, pois se trata de hipótese de competência da União.

(E) incorretamente, pois se trata de hipótese de competência exclusiva do município.

RESPOSTA Art. 21, XXIII, c/c art. 225, § 6º, ambos da CF/88. *Alternativa D.*

(AGU-AU – BR – 2009 – CESPE) Para efetiva garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabe ao poder público proteger a fauna e a flora, que não se formam isoladamente, mas da interação constante de matérias orgânicas e não orgânicas. Toda comunidade de seres vivos interage com o meio circundante, com o qual estabelece intercâmbio recíproco. Da interação entre biocenose (elementos vivos) e biótopo (elementos não vivos) forma-se o ecossistema, que, na CF, é protegido de forma macro e micro. A respeito da proteção macro dos ecossistemas, no que concerne a florestas e unidades de conservação, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

843. Lei complementar ou ordinária não tem o poder de retirar da floresta amazônica brasileira a condição de bioma relevante para o patrimônio nacional.

RESPOSTA A floresta amazônica goza de proteção constitucional especial, disposta no art. 225, § 4º, CF/88. *Certa.*

844. A proteção constitucional da mata atlântica impede que haja propriedade privada nas áreas abrangidas por esse macroecossistema.

RESPOSTA A Constituição, no art. 225, § 4º, criou uma limitação administrativa e uma proteção especial aos locais citados na norma constitucional, mas não proibiu a propriedade privada na mata atlântica e em nenhum dos outros espaços citados no ordenamento constitucional. *Errada.*

845. As áreas de reservas indígenas situadas nos biomas constitucionalmente protegidos estão sujeitas à atividade fiscalizatória ambiental da União.

RESPOSTA É competência administrativa exclusiva da União, cuidar e administrar os bens que lhe pertencem, tais como as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, conforme dispõe o art. 20, XI, CF/88. *Certa.*

846. A implantação de usina nuclear em unidade de conservação estadual depende de autorização específica em lei estadual.

RESPOSTA A localização de usina nuclear é definida por lei federal, conforme dispõe o art. 225, § 6º, CF/88. *Errada.*

847. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta de acordo com as normas constitucionais sobre zoneamento ambiental.

(A) Os estados podem, por lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Para isso, precisam da concordância dos municípios envolvidos, os quais devem aprovar leis municipais com o mesmo teor e conteúdo da lei estadual.

(B) Compete à União elaborar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

(C) As zonas de uso predominantemente industrial destinam-se, preferencialmente, à localização de estabelecimentos industriais cujos resíduos sólidos, líquidos e gasosos, ruídos, vibrações e radiações possam causar danos à saúde, ao bem-estar e à segurança das populações, mesmo depois da aplicação de métodos adequados de combate e tratamento de efluentes.

(D) É da competência dos estados a promoção, no que couber, do adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

RESPOSTA Art. 21, IX, CF/88. *Alternativa B.*

848. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Considerando a tutela do meio ambiente cultural, assinale a opção correta.

(A) São bens sujeitos a tombamento os provenientes da atividade humana, como os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural. Os bens naturais, como os sítios arqueológicos e as paisagens naturais, não podem ser objeto de tombamento ambiental.

(B) Compete à União, aos estados e ao DF legislar concorrentemente sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

(C) O tombamento, como instrumento de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, pode recair em bens particulares, mas não em bens públicos.

(D) Um bem somente pode ter reconhecido seu valor cultural e ser, portanto, objeto de tombamento, por via legislativa ou por intermédio de procedimento administrativo, não admitindo a legislação que o tombamento seja feito por determinação jurisdicional.

RESPOSTA Art. 24, VII, CF/88. *Alternativa B.*

849. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** O § 4º do art. 225 da CF estabelece que “a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”. Em face desse dispositivo, assinale a opção correta.

(A) O poder público está impedido de promover a desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária nas áreas referidas no preceito constitucional em apreço.

(B) Os proprietários dos imóveis particulares inseridos nas florestas e matas referidas nesse dispositivo constitucional podem utilizar os recursos naturais existentes nessas áreas, desde que observadas as prescrições legais e respeitadas as condições necessárias à preservação ambiental.

(C) Tal preceito constitucional converteu em bens públicos os imóveis particulares abrangidos pelas florestas e pelas matas nele referidas.

(D) A mata atlântica, que integra o patrimônio nacional, é considerada bem da União.

RESPOSTA STF, RE 134.297/SP. *Alternativa B.*

850. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Considerando as normas constitucionais sobre meio ambiente, assinale a opção correta.

(A) O direito à integridade do meio ambiente, que constitui prerrogativa jurídica de titularidade individual, e não coletiva, é assim atribuído ao indivíduo identificado em sua singularidade.

(B) Além de buscar a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, o poder público tem o encargo de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

(C) Sendo o meio ambiente bem de caráter difuso, não se reconhece legitimidade ao cidadão para que proponha, isoladamente, ação popular com o objetivo de anulação de ato lesivo ao meio ambiente.

(D) Incumbe ao poder público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente por meio de ato do Poder Executivo no exercício do poder de polícia administrativa.

RESPOSTA O princípio da informação está estabelecido no art. 225, § 1º, VI, CF/88. *Alternativa B.*

851. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Tendo em vista as normas sobre meio ambiente constantes da CF, assinale a opção correta.

(A) Compete à União, aos estados e ao DF legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, proteção do meio ambiente e controle da poluição. Aos municípios cabe suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.

(B) A floresta amazônica brasileira, a mata atlântica e o pantanal mato-grossense são considerado patrimônio nacional. Assim também o são a Serra do Mar, a zona costeira, o cerrado e a caatinga, devendo a utilização de qualquer dessas áreas dar-se na forma da lei.

(C) Em face do princípio constitucional da livre-iniciativa, os recursos minerais podem ser explorados independentemente de autorização ou de concessão do poder público, mas o explorador deve promover a recuperação do meio ambiente degradado de acordo com as normas técnicas exigidas pela administração.

(D) O meio ambiente é bem de uso especial, sob domínio do Estado, e sua utilização se dá por interesse da administração.

RESPOSTA Art. 24, VI, e art. 30, II, CF/88. *Alternativa A.*

852. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Segundo o jurista Vladimir Passos de Freitas, na concepção moderna de meio ambiente, este é considerado não apenas como a natureza, mas também como as modificações que o homem nela vem introduzindo. Assim, assinala o jurista, é possível classificar o meio ambiente em ambiente natural, que compreende a água, a flora, o ar, a fauna, e ambiente cultural, que abrange as obras de arte, imóveis históricos, museus, belas paisagens, enfim, tudo o que possa contribuir para o bem-estar e a felicidade do ser humano. Considerando tal concepção, assinale a opção correta.

(A) A Constituição Federal admite formas específicas de proteção do patrimônio cultural, tais como o tombamento, o registro, o inventário, a retrocessão e a desapropriação.

(B) As criações científicas e tecnológicas integram o patrimônio cultural brasileiro, sendo elas objeto de especial proteção pelo poder público.

(C) Os municípios não detêm competência para proteger o patrimônio cultural, em razão da relevância nacional dos bens que o integram.

(D) Sendo comum a competência material para a proteção do patrimônio cultural, União, estados, DF e municípios podem instituir tombamento de bens imóveis dotados de valor histórico-cultural, não se admitindo, porém, o tombamento de um mesmo bem por mais de uma pessoa política, em razão da proibição do *bis in idem*.

RESPOSTA As criações científicas, artísticas e tecnológicas estão incluídas no patrimônio cultural brasileiro, *vide* art. 216, III, CF. *Alternativa B.*

III. Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81) e LC n. 140/2011

853. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Com relação ao conceito de meio ambiente e dano ambiental, assinale a opção correta.

(A) Conforme o Protocolo de Cartagena, dano ambiental é o prejuízo causado ao ambiente, que é definido, segundo o referido acordo, como conjunto dinâmico e interativo que compreende a cultura, a natureza e as construções humanas.

(B) Dano ambiental é todo impacto causado ao ambiente, que é caracterizado como o conjunto de elementos bióticos e abióticos que interagem e mutuamente influenciam a dinâmica dos sistemas autopoiéticos.

(C) Meio ambiente é definido como o conjunto de interações, condições, leis e influências físicas e bioquímicas que origina e mantém a vida em todas as suas formas, e dano ambiental, como o prejuízo transgeracional, de acordo com a PNMA.

(D) A definição legal de meio ambiente encontra-se no próprio texto constitucional, que se refere ao ambiente cultural, natural, artificial e do trabalho; o conceito legal de dano ambiental, fundado na teoria do risco, materializa-se no conceito de ecocídio: sendo o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado direito fundamental do ser humano, as condutas lesivas ao ambiente devem ser consideradas crimes contra a humanidade.

(E) Meio ambiente é definido como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; a definição de dano ambiental infere-se a partir dos conceitos legais de poluição e degradação.

RESPOSTA A 1ª parte se refere ao art. 3º, I, Lei n. 6.938/81, e a 2ª parte, aos arts. 2º e 3º, Lei n. 6.938/81 (a soma dos conceitos legais de degradação ambiental e poluição forma a definição “legal” de dano ambiental). *Alternativa E.*

854. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** Sabendo que a CF garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, assinale a opção correta no que concerne à proteção ao meio ambiente.

(A) Se houver dúvida quanto à degradação do meio ambiente em razão de determinada atividade, mesmo após estudos prévios de impacto ambiental, o poder público não poderá atuar antes que ocorra o dano.

(B) O meio ambiente, considerado o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, é direito fundamental e difuso.

(C) O princípio do poluidor-pagador fundamenta-se na premissa de que nem todo aquele que poluir terá de reparar o dano provocado.

(D) Além da comprovação do nexo causal, deve-se, para fins de reparação do dano ambiental, aferir se o poluidor agiu com dolo ou culpa.

(E) Caso duas normas estejam em conflito, deve ser aplicada a mais benéfica ao Estado, mesmo que isso cause prejuízo ao meio ambiente.

RESPOSTA Art. 3º, I, Lei n. 6.938/81. *Alternativa B.*

855. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Com relação à PNMA e à estrutura e funcionamento do SISNAMA, conforme a Lei n. 6.938/1981, assinale a opção correta.

(A) A fiscalização e o controle da aplicação de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental devem ser exercidos prioritariamente pelo IBAMA e, em caráter supletivo, pelos órgãos estaduais e municipais competentes.

(B) Na estrutura do SISNAMA, o CONAMA é o órgão superior, e sua função é assistir o presidente da República na formulação de diretrizes da PNMA.

(C) Não se exige das pessoas físicas que se dediquem à consultoria técnica de problemas ambientais o registro no IBAMA, mas as pessoas físicas e jurídicas que se dediquem a atividades poluidoras ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos perigosos, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora, devem, obrigatoriamente, registrar-se em cadastro técnico federal administrado pelo IBAMA.

(D) Compete ao CONAMA, entre outras atribuições, determinar, mediante representação do IBAMA, a perda ou a restrição de benefícios fiscais concedidos pelo poder público e a perda ou a suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

(E) A construção, instalação, ampliação e o funcionamento de estabelecimentos e de atividades que utilizem recursos ambientais considerados efetiva e potencialmente poluidores dependem de prévio licenciamento do IBAMA, se o impacto ambiental for de âmbito nacional, e do órgão estadual do ambiente, caso o impacto seja de âmbito regional.

RESPOSTA Art. 8º, V, Lei de PNMA. As competências do CONAMA estão dispostas no art. 8º e seus incisos, Lei n. 6.938/81. *Alternativa D.*

856. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) é o conjunto dos instrumentos legais, técnicos, científicos, políticos e econômicos destinados à promoção do desenvolvimento sustentável do país. A respeito da PNMA, assinale a opção correta.

(A) O Conselho Nacional do Meio Ambiente pode homologar acordos para converter penalidades pecuniárias em obrigação de executar medidas de interesse para proteção ambiental.

(B) Lei estadual pode dispensar a realização de estudo de impacto ambiental relativo a obras hidráulicas para aproveitamento de recursos de rio situado exclusivamente no território do respectivo estado.

(C) A licença prévia é o documento que autoriza a instalação do empreendimento que esteja de acordo com as especificações constantes dos programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental.

(D) A servidão administrativa, um dos instrumentos da PNMA, pode ser instituída pelo proprietário sobre toda sua propriedade ou sobre parte dela – ainda que se trate de áreas de preservação permanente (APPs) –, a fim de preservar ou recuperar os recursos ali existentes.

(E) O Sistema Nacional do Meio Ambiente, considerado federal pela doutrina, é responsável pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

RESPOSTA Art. 8º, IV, Lei n. 6.938/81. *Alternativa A.*

857. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** A respeito do SISNAMA, assinale a opção correta.

(A) Somente o governo federal possui direito a voto na plenária do CONAMA.
(B) Não compõem o SISNAMA as secretarias de meio ambiente dos municípios.
(C) O CONAMA, órgão colegiado do SISNAMA, possui funções consultivas e deliberativas.
(D) O IBAMA não é mais o órgão executor do SISNAMA desde a criação do ICMBio.
(E) A presidência do CONAMA é exercida pelo ministro chefe da Casa Civil.

RESPOSTA Art. 6º, II, Lei de PNMA. *Alternativa C.*

858. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Considerando o conceito e a natureza econômica do direito ambiental e da PNMA, assinale a opção correta.

(A) As diretrizes da PNMA, dispostas na Lei n. 6.938/1981, orientam a ação do governo federal no que se refere à qualidade ambiental e à manutenção do equilíbrio ecológico, cabendo aos estados, ao DF e aos municípios, no exercício de sua autonomia político-legislativa, estabelecer livremente as normas e os planos ambientais por meio de leis próprias.
(B) Ao conceber o meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida humana, o direito ambiental ostenta índole antropocêntrica, considerando o ser humano o seu único destinatário.
(C) O direito ambiental é dotado de instrumentos que o capacitam a atuar na ordem econômica, e, nesse sentido, a PNMA visa, entre outros objetivos, assegurar adequado padrão de desenvolvimento socioeconômico ao país.
(D) Ainda que a CF não considere expressamente a defesa do meio ambiente como princípio que rege a atividade econômica, a livre iniciativa somente pode ser praticada observadas as regras constitucionais que tratam do tema.
(E) A CF estabelece regras mediante as quais a função social da propriedade urbana submete-se à necessidade de preservação ambiental, contudo, com relação à propriedade rural, o texto constitucional nada diz a esse respeito, embora disponha sobre a obrigatoriedade de existirem normas infraconstitucionais que estipulem critérios sobre o tema.

RESPOSTA Art. 4º, I, Lei n. 6.938/81. *Alternativa C.*

859. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Considerando a Lei n. 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente, assinale a opção correta.

(A) O Sistema Nacional do Meio Ambiente é constituído pelos órgãos e entidades da União, dos estados, do DF e dos municípios, bem como pelas fundações instituídas pelo poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.
(B) O CONAMA é o órgão central da Política Nacional de Meio Ambiente, de natureza consultiva, ao qual cabe planejar, coordenar, supervisionar e controlar as diretrizes governamentais fixadas para o ambiente.
(C) Compete ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade exercer, em caráter

exclusivo, o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União.

(D) Como regra, cabe ao IBAMA conceder licenciamento prévio para construção, instalação e funcionamento de estabelecimentos e atividades que utilizem recursos ambientais e sejam considerados efetiva e potencialmente poluidores, restando aos órgãos estaduais o licenciamento em caráter supletivo.

(E) A fiscalização e o controle da aplicação de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental serão exercidos prioritariamente pelo CONAMA, de forma conjunta com os órgãos estaduais e municipais competentes.

RESPOSTA Art. 6º, *caput*, Lei n. 6.938/81. *Alternativa A.*

860. **(Juiz – TRF-5 – 2009 – CESPE)** Acerca do SISNAMA e da lei que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – Lei n. 6.938/1981 –, assinale a opção correta.

(A) O SISNAMA constitui-se de órgãos e entidades da União, dos estados, do DF e dos municípios, bem como de fundações instituídas pelo poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

(B) A lei que dispõe sobre a PNMA prevê a instituição de uma taxa de controle e fiscalização ambiental, a ser cobrada pelos diversos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

(C) Cada estado da Federação deve instituir e manter, sob sua administração, um cadastro técnico de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem a atividades potencialmente poluidoras e(ou) à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente.

(D) Integram o plenário do CONAMA, na qualidade de conselheiros permanentes, um representante do MP Federal e três representantes dos MPs estaduais, indicados pelo procurador-geral da República.

(E) Cabe ao IBAMA, como órgão central do SISNAMA, prover os serviços de apoio técnico e administrativo do CONAMA.

RESPOSTA Art. 6º, *caput*, Lei n. 6.938/81. *Alternativa A.*

861. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Assinale a opção incorreta acerca do SISNAMA, nos termos da Lei n. 6.938/1981.

(A) Compete ao CONAMA estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição causada por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos ministérios competentes.

(B) O SISNAMA é constituído pelos órgãos e entidades da União, dos estados, do DF e dos municípios e pelas fundações instituídas pelo poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

(C) O CONAMA pode dividir-se em câmaras técnicas para examinar e relatar ao plenário assuntos de sua competência.

(D) O licenciamento de estabelecimentos destinados a produzir materiais nucleares deve ser feito pelos órgãos estaduais, municipais e distritais.

(E) O SISNAMA possui estrutura federativa.

RESPOSTA A alternativa D é incorreta por força da competência material exclusiva da União, no que se refere ao tema ligado a materiais nucleares, disposta no art. 21, XXIII, CF/88, c/c art. 4º, Res. 237/97, CONAMA. *Alternativa D.*

862. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** A PNMA foi estabelecida em 1981 mediante a edição da Lei n. 6.938/1981, que criou o SISNAMA. O objetivo dessa lei é o estabelecimento de padrões que tornem possível o desenvolvimento sustentável, por meio de mecanismos e instrumentos para maior proteção do ambiente. A respeito desse assunto e considerando o disposto na lei, assinale a opção correta.

(A) O SISNAMA congrega os órgãos e as instituições ambientais da União, dos estados e dos municípios; o DF não compõe esse sistema.

(B) Poluição e poluidor são conceitos doutrinários não definidos na lei da PNMA.

(C) É objetivo da PNMA a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

(D) O SISNAMA possui dois órgãos superiores e cinco órgãos locais.

(E) Órgãos municipais estão impedidos de elaborar normas ambientais.

RESPOSTA Art. 4º, I, Lei de PNMA. *Alternativa C.*

863. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Quanto à constituição e ao funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), julgue os itens que se seguem.

I. A participação dos membros do CONAMA é considerada serviço de natureza relevante e não será remunerada, cabendo às instituições representadas o custeio das despesas de deslocamento e estadia.

II. O CONAMA é composto pelo plenário, pelas câmaras técnicas e pelos diretórios regionais de políticas socioambientais.

III. Nesse Conselho, é obrigatória a presença de um representante de sociedade civil legalmente constituída, de cada uma das regiões geográficas do país, cuja atuação esteja diretamente ligada à preservação da qualidade ambiental e cadastrada no Cadastro Internacional das Organizações Não Governamentais Ambientalistas.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item II está certo.

(C) Apenas o item III está certo.

(D) Todos os itens estão certos.

Resposta Decreto n. 99.274/90, art. 6º, § 4º. *Alternativa A.*

Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente

864. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Considerando as disposições da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981) e as normas constitucionais acerca da proteção ambiental, assinale a opção correta.

(A) Os espaços territoriais e os respectivos componentes a serem especialmente protegidos somente podem ser definidos por lei, podendo, entretanto, ser alterados e suprimidos por meio de decreto do Poder Executivo.

(B) Dada a competência concorrente atribuída pela CF à União, aos estados e ao DF para legislar sobre

meio ambiente, não se pode considerar que as normas e padrões ambientais estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente tenham superveniência sobre as legislações estaduais do mesmo teor.

(C) São instrumentos econômicos da Política Nacional do Meio Ambiente, entre outros, a servidão ambiental, a concessão florestal e o seguro ambiental.

(D) Embora não integrem o Sistema Nacional do Meio Ambiente, os órgãos e entidades municipais são responsáveis pela fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental em suas respectivas jurisdições.

(E) Compete à União elaborar e executar planos nacionais de ordenação do território, cabendo exclusivamente aos estados, mediante convênios e termos de cooperação, a elaboração e execução dos planos de impacto regional.

RESPOSTA Art. 9º, XIII, Lei n. 6.938/81. *Alternativa C.*

865. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente incluem o

(A) licenciamento ambiental, o zoneamento ecológico e o plano de manejo econômico das florestas.

(B) estudo de impacto ambiental e o manejo seletivo das espécies endêmicas.

(C) relatório de impacto ambiental e o desenvolvimento de pesquisas biotecnológicas.

(D) zoneamento ambiental e o projeto de desenvolvimento de pesquisa biomarinha.

(E) licenciamento ambiental e o zoneamento ambiental.

RESPOSTA Art. 9º, II e IV, Lei n. 6.938/81. *Alternativa E.*

866. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Acerca da PNMA, assinale a opção correta.

(A) O órgão superior do SISNAMA é o Ministério do Meio Ambiente.

(B) O cadastro técnico federal de atividades e instrumento de defesa ambiental é considerado instrumento da PNMA.

(C) O proprietário de imóvel rural pode instituir servidão ambiental, inclusive nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, desde que com a anuência do órgão ambiental competente.

(D) O órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA é o Conselho de Governo.

(E) A servidão ambiental prescinde de averbação no registro de imóveis competente.

RESPOSTA Art. 9º, VIII, Lei n. 6.938/81, c/c art. 17, I, Lei n. 6.938/81. *Alternativa B.*

867. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Com base nas disposições do Decreto n. 99.274/1990 e da Resolução CONAMA n. 237, assinale a opção correta acerca do licenciamento ambiental.

(A) O relatório de impacto ambiental deve estar integralmente acessível ao público, sendo vedado nele incluir matéria sigilosa que impeça sua total ou parcial divulgação.

(B) A licença prévia, a ser concedida na fase preliminar do planejamento de atividade, deve conter os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo.

(C) O órgão ambiental competente deve estabelecer prazos análogos para cada modalidade de licença – prévia, de instalação e de operação –, assim como para a formulação de exigências complementares, observado o prazo improrrogável de seis meses, a contar do protocolo do requerimento, até seu deferimento ou indeferimento.

(D) O licenciamento dos estabelecimentos destinados a produzir materiais nucleares ou a utilizar energia nuclear compete ao IBAMA, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

(E) A concessão de licença ambiental é ato vinculado que não comporta suspensão ou cancelamento, salvo no caso de violação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

RESPOSTA Art. 7º, I, c/c art. 19, I, Decreto n. 99.274/90, e art. 8º, I, Res. 237/97. *Alternativa B.*

868. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** As obras para a construção de uma usina hidrelétrica na região amazônica, financiadas por entidades governamentais brasileiras, afetarão mais três estados-membros da Federação, dado o alagamento de uma área superior a dois mil hectares na Amazônia Legal, onde se localizam imóveis rurais particulares. Considerando a situação hipotética acima e o disposto na Política Nacional de Meio Ambiente e nas Resoluções n. 1, n. 237 e n. 378 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), assinale a opção correta.

(A) Conforme determinação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) expressa na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, o licenciamento ambiental cabe aos órgãos ambientais competentes dos três estados afetados.

(B) O empreendimento não está sujeito a licenciamento ambiental, por serem as hidrelétricas fontes de energia renovável, não incluídas, portanto, entre as atividades utilizadoras de recursos naturais consideradas poluentes.

(C) Compete ao IBAMA o licenciamento ambiental do empreendimento, já que o impacto ambiental, nesse caso, é regional.

(D) O licenciamento ambiental deverá ser feito pelo órgão ambiental competente de apenas um dos estados-membros afetados pelo empreendimento.

(E) Poderá ser dispensado o estudo de impacto ambiental da obra se a energia a ser gerada pela usina for indispensável para a economia do país.

RESPOSTA Art. 20, III, CF/88, que confere competência exclusiva material à União sobre os seus bens, uma vez que os rios que banham mais de um estado são bens da União. O art. 6º, IV, Lei n. 6.938/81 dispõe que o IBAMA terá o poder de polícia administrativa na esfera ambiental federal. *Alternativa C.*

869. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** A Resolução n. 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente estabeleceu roteiro mínimo a ser observado nos processos de licenciamento ambiental, composto de oito etapas, entre as quais se inclui a

(A) apresentação da proposta de plano de monitoramento ambiental da emissão de efluentes.

(B) apresentação da proposta de plano de manejo da área vizinha ao empreendimento.

(C) emissão de parecer técnico conclusivo e, conforme o caso, de parecer jurídico.

(D) assinatura de termo de ajuste de conduta proposto em audiência pública.

(E) redação do termo de referência circunstanciado, acompanhado de laudo pericial, se for o caso.

RESPOSTA Art. 10, VII, Res. 237/97. Nesse artigo, temos as etapas que devem ser seguidas para a realização do processo de licenciamento ambiental. *Alternativa C.*

870. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Acerca do licenciamento ambiental, assinale a opção correta.

(A) Compete ao CONAMA determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos privados que possam causar significativa degradação ambiental, e ao IBAMA cabe apreciar os estudos de impacto ambiental de

projetos desenvolvidos pelo poder público.

(B) Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos estados e do DF, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, bem como o que lhe for delegado pelo estado-membro por instrumento legal ou convênio.

(C) Pertence ao IBAMA, em caráter exclusivo e indelegável, a competência para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional.

(D) O licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente e de todas as que assim forem consideradas por normas federais é da competência do órgão ambiental federal.

(E) São idênticos os prazos de validade da licença prévia, da licença de instalação e da licença de operação, etapas inextinguíveis do licenciamento ambiental.

RESPOSTA A competência para o licenciamento ambiental é regulada pela LC n. 140/2011 e a competência dos municípios está regulada pelo art. 9º, XIV, *a* e *b*, da respectiva lei. *Alternativa B.*

871. **(Juiz – TRF-5 – 2009 – CESPE)** Acerca do licenciamento ambiental, assinale a opção correta.

(A) A construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, dependerão de prévio licenciamento dos órgãos federais que compõem o SISNAMA.

(B) Compete ao IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades cujos impactos ambientais ultrapassem os limites territoriais de um ou mais municípios, bem como dos empreendimentos delegados pela União aos estados ou ao DF, por instrumento legal ou convênio.

(C) Poderá ser concedida a cientistas, pertencentes a instituições científicas, oficiais ou oficializadas, ou por estas indicadas, licença especial para a coleta de espécimes da fauna silvestre, em qualquer época. Aos cientistas das instituições nacionais que tenham, por lei, a atribuição de coletar material zoológico para fins científicos serão concedidas licenças permanentes.

(D) Para a expedição das diversas modalidades de licença ambiental (licença prévia, licença de instalação e licença de operação), o órgão ambiental competente não poderá estabelecer prazos de análise diferenciados, devendo, todos eles, observar o prazo máximo de doze meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento.

(E) A licença de instalação autoriza, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto na licença prévia.

RESPOSTA Art. 14, §§ 1º e 4º, Decreto n. 5.197/67. *Alternativa C.*

872. **(Juiz – TRF-1 – 2009 – CESPE)** Quanto à licença e ao licenciamento ambiental, assinale a opção correta.

(A) O licenciamento ambiental é espécie de ato administrativo unilateral e vinculado, pelo qual a administração faculta àquele que preenche os requisitos legais o exercício de determinada atividade.

(B) Por ser ato vinculado *suis generis*, a licença ambiental não poderá ser concedida quando o estudo

prévio de impacto ambiental for desfavorável ao empreendimento.

(C) Por se tratar de ato administrativo por meio do qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser observadas pelo empreendedor, o licenciamento ambiental aplica-se a todas as atividades utilizadoras de recursos ambientais.

(D) Em razão de sua discricionariedade, a licença ambiental não pode ser concedida sem que sejam supridas todas as condicionantes que limitem as atividades consideradas efetiva ou potencialmente degradadoras, previamente relacionadas na planilha de comando e controle do memorial descritivo que compõe o relatório de impacto ambiental.

(E) O licenciamento ambiental é o conjunto de etapas constituintes do procedimento administrativo que objetiva a concessão da licença ambiental, sendo esta, portanto, uma das etapas do licenciamento.

RESPOSTA Art. 1º, I e II, Res. 237/97, CONAMA. *Alternativa E.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) A respeito do EIA, importante instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

873. A concessão de licenciamento para desenvolvimento de atividade potencialmente danosa ao meio ambiente constitui ato do poder de polícia, sendo a análise dos EIAs atividade própria do Poder Executivo.

RESPOSTA Licenciamento ambiental é um procedimento administrativo, conforme dispõe o art. 1º, I, Res. 237/97, CONAMA. *Certa.*

874. Lei estadual pode dispensar a realização de EIA se restar comprovado, por perícia, que determinada obra não apresenta potencial poluidor.

RESPOSTA A própria legislação restringe o uso do EIA/RIMA às instalações de obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, conforme dispõe o art. 225, § 1º, IV, CF/88 e o art. 3º, parágrafo único, Res. 237/97, CONAMA. *Errada.*

875. Não poderá ser deferida licença ambiental se o EIA e seu respectivo relatório – EIA/RIMA – revelarem possibilidade de danos graves ao meio ambiente.

RESPOSTA EIA/RIMA não vincula ou obriga a decisão do órgão ambiental, pois serve para identificar quais as possibilidades de danos graves; após a identificação a administração pública deve exigir medidas possíveis para impossibilitar a ocorrência de danos ao meio ambiente tutelado. *Errada.*

876. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Com relação ao zoneamento ambiental, assinale a opção correta.

(A) Para integrar o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, os estados podem instituir regiões metropolitanas constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, condicionada tal iniciativa à aprovação, por lei, dos municípios envolvidos.

(B) O plano diretor, instrumento para o estabelecimento de critérios gerais de ordenação dos espaços urbanos, é obrigatório para todas as cidades que se situem em um mesmo complexo geoeconômico e social e para as que, reunidas, constituam aglomerações urbanas e microrregiões.

(C) O zoneamento ambiental constitui um dos instrumentos da PNMA para evitar a ocupação desordenada do solo urbano ou rural, razão por que cabe exclusivamente à União definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente

protegidos.

(D) As indústrias ou grupos de indústrias já existentes e que não se localizem nas zonas industriais definidas por lei devem ser submetidas à instalação de equipamentos especiais de controle e, nos casos mais graves, à relocalização, podendo-se conferir aos projetos com essa finalidade condições especiais de financiamento.

(E) Considera-se zoneamento ambiental a definição do entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas se sujeitam a normas e restrições específicas, a fim de que se reduzam os impactos negativos sobre a unidade.

RESPOSTA Art. 1º, § 3º, Lei n. 6.803/80. *Alternativa D.*

877. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** A respeito do EIA, assinale a opção correta.

(A) Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em EIA e respectivo relatório (EIA/RIMA), o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e a manutenção de unidade de conservação de proteção integral.

(B) A construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos e atividades considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento, cuja concessão cabe privativamente ao órgão estadual competente.

(C) O EIA deve ser realizado por equipe multidisciplinar habilitada, que, não vinculada direta ou indiretamente ao proponente do projeto, será a responsável técnica pelos resultados apresentados.

(D) Compete ao IBAMA determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais e às entidades privadas as informações indispensáveis para apreciação dos EIAs, e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental.

(E) Um dos requisitos técnicos do EIA é a descrição da área de influência do projeto após a realização da obra. Embora não seja necessário caracterizar a situação da área antes da implantação do projeto, a legislação exige que se descreva, no EIA, de forma prospectiva, o modo como o meio físico, o meio biológico e os ecossistemas naturais regem à obra ou ao empreendimento.

RESPOSTA Art. 36, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa A.*

878. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito do EIA.

(A) No EIA, deve ser desenvolvido diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, considerados o meio físico, o biológico e os ecossistemas naturais, sendo de responsabilidade do RIMA a análise do meio socioeconômico e das relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

(B) O elenco de atividades que dependem do EIA e respectivo RIMA consta exemplificativamente da lei, podendo o órgão ambiental competente, a seu critério, exigir a apresentação do EIA/RIMA em outras hipóteses que julgar relevantes.

(C) No caso de empreendimentos e atividades sujeitos ao EIA, verificada a necessidade de complementação dos esclarecimentos prestados, o órgão ambiental competente poderá, de modo unilateral, independentemente da participação do empreendedor, exigir providências suplementares, cujo descumprimento implica o indeferimento sumário do pedido de licença.

(D) A audiência pública não é etapa que deva preceder obrigatoriamente a realização do EIA, sendo necessária apenas quando solicitada pelo órgão ambiental responsável pela concessão do licenciamento, o único que dispõe de legitimidade para requerê-la.

(E) Pertence ao empreendedor que pretenda a liberação ambiental de seus projetos o dever de pagar as custas do EIA, sujeitando-se, ele e os profissionais que subscrevam os estudos, à responsabilidade nas instâncias administrativa, civil e penal pelas informações apresentadas.

RESPOSTA Correm às expensas do empreendedor contratar e remunerar pessoas habilitadas a realizar EIA/RIMA, conforme dispõe o art. 8º, Res. 01/86, CONAMA, c/c o art. 11, *caput* e parágrafo único, Res. 237/97, CONAMA. *Alternativa E.*

879. (Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE) Acerca do EIA, assinale a opção correta.

(A) O empreendedor e os profissionais que subscrevam os estudos necessários ao processo de licenciamento ambiental serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais em caso de estudos que apresentem dados falsos ou incorretos.

(B) Ao determinar a execução do EIA, o órgão estadual competente ou o IBAMA deverão obrigatoriamente convocar, de ofício, audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais.

(C) O EIA deve ser realizado por equipe multidisciplinar habilitada e não dependente direta ou indiretamente do proponente do projeto, a qual assumirá a responsabilidade técnica pelos resultados apresentados.

(D) Como parte integrante do EIA, o RIMA deve ser amplamente divulgado e colocado à disposição da população, vedada qualquer imposição de sigilo ao documento.

(E) Os municípios não têm competência para exigir o EIA, que está na esfera de atribuição do órgão ambiental federal e dos estaduais.

RESPOSTA Art. 11, parágrafo único, Res. 237/97, CONAMA. *Alternativa A.*

880. (Juiz – TRF-1 – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do EIA.

(A) O EIA deve ser um processo sequencial, que comece com a descrição da atividade proposta, prossiga com a análise das medidas mitigadoras e termine com a apresentação das consequências negativas do empreendimento, de forma a servir de base à tomada de decisão, que é política, sobre o projeto.

(B) O EIA contribui para informar de maneira completa e exaustiva acerca de todos os desdobramentos de determinado projeto, permitindo que as organizações não governamentais possam tomar mais corretamente posição em relação a ele, de forma a eliminar a influência das elites científicas sobre a mídia.

(C) O principal aspecto a ser considerado no EIA é o diagnóstico da área de influência indireta do projeto, que deve ser analisado a partir das alternativas locacionais determinadas pelo CONAMA e, ainda, determinar se a disposição final de resíduos, o tratamento de efluentes e as fontes de energia serão incluídas no empreendimento.

(D) As informações técnicas constantes no EIA, o qual reflete as conclusões do órgão ambiental competente para o licenciamento, devem ser expressas em linguagem acessível ao público, ilustradas por mapas com escalas adequadas, quadros, gráficos e outras técnicas de comunicação visual, de modo que se facilite o entendimento das consequências ambientais do projeto e suas alternativas e se comparem as vantagens e desvantagens de cada uma delas.

(E) Exige-se o EIA para a realização de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, sendo, por isso, necessário determinar os limites geográficos da área que será direta ou indiretamente afetada pelos impactos decorrentes da implementação do projeto.

RESPOSTA Art. 225, § 1º, IV, CF/88 c/c art. 5º, I e III, Res. 01/86, CONAMA. *Alternativa E.*

881. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** A tutela do meio ambiente, devido à complexidade que engendra, envolve definição de políticas públicas, utilização adequada de instrumentos de prevenção e controle das atividades econômicas e atuação constante do poder público. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

(A) O estudo de impacto ambiental exigido por órgão ambiental competente pode ser objeto de reforma judicial.
(B) Entre as atribuições do Conselho Nacional do Meio Ambiente, integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente, inclui-se o desenvolvimento de projetos para o uso racional e sustentável de recursos naturais e para melhorar a qualidade de vida da população.
(C) Comparado à avaliação de impacto ambiental, o estudo de impacto ambiental tem abrangência restrita.
(D) O estudo de impacto ambiental tem natureza jurídica de ato administrativo ambiental.
(E) A autorização para o funcionamento de atividade potencialmente degradadora do ambiente independe da localização do empreendimento ou de estudos preliminares de uso do solo.

RESPOSTA A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA – art. 9º, III, LPNMA) é um gênero que engloba várias espécies, entre elas o EIA/RIMA, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada (PRAD), diagnóstico ambiental, relatório ambiental preliminar e plano e projeto de controle ambiental. *Alternativa C.*

882. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** A responsabilidade em caso de dano ao ambiente é reconhecida, no artigo 225 da CF, como princípio de proteção ambiental e deve ser repartida entre o poder público, a sociedade e o particular. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

(A) Para se determinar a responsabilidade por risco em matéria ambiental, é suficiente a demonstração do estabelecimento de causalidade entre a ação e o dano.
(B) O poder público, como principal protetor do ambiente, não pode responder por danos ambientais.
(C) Em matéria ambiental, o dano só estará sujeito a reparação e indenização quando se referir à responsabilidade civil por dano ambiental.
(D) Na avaliação do dano ambiental, devem ser considerados o prejuízo causado pelo empreendimento a uma pluralidade de pessoas, a impossibilidade ou a dificuldade de sua reparação, a duração da sua repercussão em termos temporais e sua possibilidade de valoração.
(E) Na esfera ambiental, a responsabilidade objetiva pode ser proposta em caráter exclusivo pelo MP.

RESPOSTA Devem ser analisados pelos diversos meios disponíveis de AIA (Avaliação de Impacto Ambiental) dispostos no art. 9º, III, Lei n. 6.938/81. *Alternativa D.*

883. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** A tutela do meio ambiente envolve a institucionalização de normas, o estabelecimento de objetivos e princípios claros, a identificação de instrumentos efetivos de proteção bem como a organização de uma estrutura que possa realmente implementar a política ambiental. A respeito desse tema, assinale a opção correta.

(A) O relatório de qualidade do meio ambiente, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, é entendido como aplicação do princípio da responsabilização.

(B) Os instrumentos ambientais relacionados ao exercício do poder de polícia não podem ensejar impactos no custo da produção, mesmo que em defesa do meio ambiente.

(C) O padrão de qualidade ambiental é instrumento abrangente que representa uma análise do impacto de certo empreendimento na ocasião de sua instalação.

(D) A criação de zonas estritamente industriais envolvendo a instalação de polos cloroquímicos é matéria que se encontra na esfera da competência concorrente entre a União e os estados.

(E) O zoneamento econômico ecológico constitui instrumento de organização territorial, de caráter obrigatório e vinculado.

RESPOSTA Art. 2º, *caput*, Decreto n. 4.297/2002. *Alternativa E.*

884. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** A respeito do zoneamento ambiental, instrumento da PNMA, assinale a opção correta.

(A) O citado instrumento foi instituído como consequência do processo de licenciamento ambiental, para o devido controle de instalação e(ou) operacionalização de atividade ou empreendimento que utilizem recursos ambientais ou que sejam potencialmente lesivos ao ambiente.

(B) No interior das zonas de uso predominantemente industrial, ao contrário do que ocorre com as zonas de uso estritamente industrial, prescinde-se de área de proteção ambiental destinada à redução dos efeitos da poluição, uma vez que, nelas, o controle e o tratamento de efluentes são meios suficientes para a manutenção da qualidade ambiental.

(C) Esse instrumento divide-se em duas categorias: zoneamento preventivo e zoneamento correcional; o primeiro objetiva regular o uso e a ocupação do solo, e o segundo, vetar, total ou parcialmente, a realização de atividades potencialmente lesivas ao meio ambiente.

(D) No referido zoneamento, são previstas as chamadas zonas de uso diversificado, destinadas à localização de estabelecimentos industriais cujo processo produtivo complemente atividades do meio urbano ou rural em que se encontrem situados e com elas se compatibilizem sem que seja necessário o uso de métodos especiais de controle de poluição.

(E) O referido zoneamento compreende as zonas de uso estritamente industrial, destinadas às atividades industriais de impacto reduzido, que podem ser compatibilizadas com as zonas residenciais em seu interior ou entorno, desde que sujeitas a monitoramento intensivo.

RESPOSTA Art. 4º, Lei n. 6.803/80. *Alternativa D.*

885. **(Juiz – TRF-1 – 2009 – CESPE)** O zoneamento ambiental

(A) é instrumento de gestão do qual dispõem o governo, o setor produtivo e a sociedade, cujo fim específico é delimitar geograficamente áreas territoriais com o objetivo de estabelecer regimes especiais de uso, gozo e fruição da propriedade, em nível regional, estadual ou municipal.

(B) é uma divisão analítica e disciplinadora da legislação ambiental do uso, gozo e fruição do solo, planejado com o objetivo de compartimentar a gestão dos recursos ambientais.

(C) é espécie de controle estatal capaz de ordenar o funcionamento dos ecossistemas e a evolução das mudanças climáticas, de forma a compatibilizar as determinantes sistêmicas com os interesses e direitos ambientais e sociais e tornar possível o crescimento sustentável.

(D) é instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, com objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável e a

melhoria das condições de vida da população.

(E) é instrumento político de natureza punitiva que visa disciplinar as atividades antrópicas e a ocupação urbana.

RESPOSTA Art. 3º, parágrafo único, Decreto n. 4.297/2002. *Alternativa A.*

886. **(Procurador – Pernambuco-PE – 2009 – CESPE)** O EIA e o seu respectivo RIMA são uma radiografia do empreendimento que está em vias de ser submetido ao processo de licenciamento. O EIA/RIMA é feito antes da concessão da licença prévia, a partir de um termo de referência fornecido pelo órgão ambiental. Não é diretriz mínima do termo de referência consoante o disposto na Resolução n. 1/1986 do CONAMA

(A) contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto.

(B) identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de concepção e implantação da atividade.

(C) definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos.

(D) considerar os planos e programas governamentais propostos e em implantação na área de influência do projeto.

(E) considerar a bacia hidrográfica na qual se localiza a área de influência do projeto.

RESPOSTA O EIA/RIMA deve obedecer às diretrizes gerais mínimas estipuladas no art. 5º, Res. 01/86, CONAMA. O conteúdo da assertiva B não está entre as diretrizes constantes no art. 5º, I a IV, Res. 01/86, CONAMA. *Alternativa B.*

887. **(Advogado – CEHAP – 2009 – CESPE)** O principal objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente é a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a manutenção da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. A Política Nacional do Meio Ambiente instituiu, para tanto, instrumentos que incluem

I. o zoneamento ambiental e o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.

II. o cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental e o cadastro técnico federal de instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.

III. a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item II está certo.

(C) Apenas os itens I e III estão certos.

(D) Apenas os itens II e III estão certos.

RESPOSTA O art. 9º, Lei n. 6.938/81, traz nos seus incisos os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. *Alternativa C.*

888. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Quanto ao licenciamento ambiental, assinale a opção correta.

(A) Uma das modalidades de licença ambiental é a licença de operação, que é concedida após a apresentação dos documentos referentes a determinado empreendimento e de seu projeto de implementação e antes da licença de instalação.

(B) O órgão licenciador tem sempre sua decisão vinculada aos resultados do estudo de impacto

ambiental e ao seu respectivo relatório de impacto ambiental, sendo expressamente vedada a autorização de empreendimentos desaconselhados por este.
(C) A licença ambiental não pode ser concedida a empreendimentos que não sejam cadastrados no Cadastro Técnico Federal de Empreendimentos Sustentáveis.
(D) O CONAMA definiu, em uma de suas resoluções, estudos ambientais como sendo todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, que sejam apresentados como subsídios para a análise de razões para a concessão da licença.

RESPOSTA Res. n. 237/97, art. 1º, III. *Alternativa D.*

889. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta de acordo com a legislação de direito ambiental.

(A) O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e operação de atividades e empreendimentos potencialmente poluidores ou de atividades que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.
(B) Cabe ao órgão ambiental local definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e os riscos de atividade potencialmente poluidora ou degradadora, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho de Governo.
(C) As atividades potencialmente poluidoras só podem receber a licença de operação após audiência pública realizada no Conselho Nacional de Meio Ambiente, sendo necessária a participação de dois terços dos conselheiros.
(D) A licença de instalação só pode ser concedida a empreendimentos e atividades potencialmente poluidores após se verificar o efetivo cumprimento das medidas de controle ambiental propostas na licença de operação.

RESPOSTA Res. n. 237/97, art. 1º, I. *Alternativa A.*

890. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente

I. o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental e o zoneamento ambiental.
II. a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento e a revisão de atividades efetivamente ou potencialmente poluidoras.
III. os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental e a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas os itens I e II estão certos.
(B) Apenas os itens I e III estão certos.
(C) Apenas os itens II e III estão certos.
(D) Todos os itens estão certos.

RESPOSTA Lei n. 6.938/81, art. 9º, I ao VI. *Alternativa D.*

891. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Quanto ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e

sua relação com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), assinale a opção correta.

(A) O EIA e o RIMA apresentam algumas diferenças: o primeiro compreende o levantamento da literatura científica e legal pertinente, trabalhos de campo, análises de laboratório e a própria redação do relatório. É, portanto, mais abrangente que o segundo e o engloba em si mesmo.

(B) O EIA divide-se em três etapas bem distintas: a análise da dinâmica dos sistemas socioambientais, a diagnose das interferências ecossistêmicas e a avaliação progressiva das ações antrópicas, sendo estes os elementos que darão suporte à redação do RIMA.

(C) O EIA deve ser elaborado posteriormente à autorização da obra ou atividade potencialmente poluidora, desde que o licenciamento prévio tenha sido autorizado pelo órgão ambiental competente.

(D) Em respeito ao segredo industrial e comercial, a Constituição Federal de 1988 (CF) estabeleceu como uma das características centrais do EIA o sigilo, sendo, portanto, vedada a sua publicidade.

RESPOSTA Resoluções do CONAMA n. 01/86 (art. 6º – EIA e art. 9º – RIMA) e n. 237/97. *Alternativa A.*

892. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Considerando aspectos relativos à proteção administrativa do meio ambiente, assinale a opção correta.

(A) São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, entre outros, o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais e a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, em áreas públicas ou particulares.

(B) A legislação brasileira estabelece, em rol exemplificativo, os casos em que a administração pública deve solicitar ao empreendedor estudo de impacto ambiental (EIA). A exigência, ou não, do EIA está vinculada ao custo final do empreendimento proposto, de acordo com tabela fixada pela administração pública.

(C) A legislação brasileira estabelece, em enumeração taxativa, todos os casos em que a administração pública deve exigir do empreendedor a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental, o qual nunca poderá ser dispensado pelo órgão ambiental.

(D) O EIA/RIMA é uma das fases do procedimento de licenciamento ambiental, devendo ser elaborado por equipe técnica multidisciplinar indicada pelo órgão ambiental competente, cabendo ao empreendedor recolher à administração pública o valor correspondente aos seus custos.

RESPOSTA Lei n. 6.938/81, art. 9º, II, III e VI. *Alternativa A.*

IV. Responsabilidade Civil e Administrativa no Dano Ambiental e Tutela Processual

893. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Relativamente à responsabilização por dano ambiental e ao poder de polícia ambiental, assinale a opção correta.

(A) O prejuízo do dano ambiental alcança o próprio ambiente e terceiros, e, nesse sentido, o poluidor é obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados em razão de sua atividade.

(B) Na aplicação de penalidades como a advertência e a multa, a autoridade competente deverá observar tão somente a gravidade do fato e os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação ambiental, sem considerações de ordem pessoal como, por exemplo, a situação econômica do infrator.

(C) São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental os funcionários de órgãos

ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, mas a atribuição para instaurar o processo administrativo pertence, privativamente, aos dirigentes dos órgãos ambientais, conforme definido em lei.

(D) A responsabilidade das pessoas jurídicas, na esfera administrativa, civil e penal, por infração cometida por seu representante legal ou contratual, ou por seu órgão colegiado, em benefício da entidade, afasta a responsabilidade das pessoas físicas coautoras ou partícipes do mesmo fato.

(E) A prestação de serviços à comunidade é pena restritiva de direitos aplicável às pessoas físicas, mas não às jurídicas, às quais somente se aplicam a pena de multa e as restritivas de direitos que impliquem suspensão parcial ou total de atividades, a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e a proibição de contratar com o poder público, bem como dele obter subsídios.

RESPOSTA A Responsabilidade Civil objetiva do dano ambiental se divide em duas teorias aplicadas pela doutrina e pela jurisprudência: a Teoria do Risco Integral (não admite excludentes do nexo causal) e a Teoria do Risco Criado (admite excludentes do nexo causal – caso fortuito ou de força maior, fato exclusivo da vítima e fato de terceiro). A doutrina e a jurisprudência posicionam-se majoritariamente pela aplicação da Teoria do Risco Integral. *Alternativa A.*

894. **(Juiz – TRF-5 – 2009 – CESPE)** Acerca da responsabilidade civil no direito ambiental, assinale a opção correta.

(A) A manipulação de produtos geneticamente modificados só ensejará a responsabilidade dos seus agentes se ficar comprovada a existência de culpa *stricto sensu*.

(B) Cabem ao produtor, em qualquer caso, as responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, quando a produção, comercialização, utilização, transporte e destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins não cumprirem o disposto na legislação pertinente.

(C) Na medida em que o mar territorial é bem da União, a responsabilidade por dano causado, ainda que por terceiros, aos ecossistemas, ao patrimônio genético e aos recursos naturais de suas águas é exclusiva daquele ente federativo.

(D) Aquele que, com autorização do poder público, executar atividade de pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais somente fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado se ficar comprovada a existência de dolo ou culpa.

(E) A responsabilidade civil por dano causado por atividade poluidora é objetiva, razão pela qual o poluidor é obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade.

RESPOSTA A Responsabilidade Civil por danos ambientais é objetiva, ou seja, não se perquirirá quanto à conduta do agente, bastando para a caracterização do dano a ser reparado o ato ilícito, o dano e o nexo de causalidade entre ambos. A Responsabilidade Civil objetiva do dano ambiental se divide em duas teorias aplicadas pela doutrina e pela jurisprudência: a Teoria do Risco Integral (não admite excludentes do nexo causal) e a Teoria do Risco Criado (admite excludentes do nexo causal – caso fortuito ou de força maior, fato exclusivo da vítima e fato de terceiro). A doutrina e a jurisprudência posicionam-se majoritariamente pela aplicação da Teoria do Risco Integral. *Alternativa E.*

895. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Acerca da responsabilidade ambiental, assinale a opção correta.

(A) As ações penais por crimes ambientais previstos na Lei n. 9.605/1998 são públicas incondicionadas ou condicionadas à representação.

(B) Em matéria ambiental, a responsabilidade por ilícitos é sempre objetiva, dispensando-se a comprovação de culpa em sentido amplo.

(C) A omissão da autoridade ambiental competente, sendo ela obrigada a agir, poderá configurar

infração administrativa ambiental.

(D) Os valores arrecadados em decorrência do pagamento de multas por infração ambiental devem ser integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

(E) Entre os efeitos da condenação por crime ambiental inclui-se a apreensão de produtos dele decorrentes e de instrumentos utilizados para cometê-lo, salvo os instrumentos lícitos.

RESPOSTA Art. 70, § 3º, Lei n. 9.605/98. *Alternativa C.*

896. Será responsabilizado administrativamente aquele que utilizar em pesquisas científicas células-tronco embrionárias obtidas a partir de embriões humanos viáveis produzidos por fertilização *in vitro*.

RESPOSTA Art. 6º, II, c/c art. 21, *caput*, Lei n. 11.105/2005. *Certa.*

897. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** No que se refere à proteção judicial e à responsabilidade em matéria ambiental, assinale a opção correta.

(A) Para efeito de responsabilidade administrativa, considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do ambiente, podendo qualquer pessoa que constatar infração ambiental dirigir representação às autoridades competentes para que exerçam o poder de polícia.

(B) As pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas, administrativa, civil e penalmente, por crimes ambientais, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade; contudo, nesse caso, a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

(C) Suponha que determinado indivíduo tenha praticado caça em propriedade particular, sem permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a licença ou permissão obtida. Nessa situação, a competência para julgar o delito será da justiça federal, instância competente para processar e julgar os crimes praticados contra a fauna.

(D) Na hipótese de uma pessoa praticar, em período proibido, pesca em rio que sirva de limite entre dois estados, a competência para o processo e o julgamento será da justiça estadual de qualquer dos estados envolvidos.

(E) A pessoa jurídica de direito público ou privado responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental fica obrigada, independentemente de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao ambiente; o que se refere a pessoa física, porém, faz-se necessário o elemento subjetivo para configurar sua responsabilidade civil.

RESPOSTA Art. 70, *caput*, § 1º, Lei n. 9.605/98. *Alternativa A.*

898. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Na defesa da matéria ambiental, o legislador constituinte abraçou a teoria da responsabilidade objetiva, considerando a possibilidade de ocorrência de dano ambiental. A esse respeito, assinale a opção correta.

(A) Ao impor a obrigação de reparação ao poluidor, o legislador sugere a demonstração da culpa em razão de as atividades poluidoras causarem danos ao meio ambiente ou a terceiros.

(B) No Brasil, vigora, nas situações peculiares de tragédias, a teoria da irresponsabilidade do Estado em matéria ambiental.

(C) Em matéria ambiental, a administração responde civilmente por ato de terceiros, por culpa *in*

omittendo proveniente de medidas de polícia.

(D) A teoria da *faute du service public* não é aplicada em relação à administração pública envolvida na proteção ambiental por ausência de acolhimento da jurisprudência nacional.

(E) No que se refere ao reconhecimento da responsabilidade administrativa em caso de dano ambiental, adota-se, na legislação brasileira, a teoria do risco criado.

RESPOSTA A Responsabilidade Administrativa pelo dano ambiental é objetiva, com base legal fundada no art. 14, § 1º, Lei n. 6.938/81, e está baseada na Teoria do Risco Criado (admite excludentes no nexo causal) e na Teoria do Risco Integral (não admite excludentes), sendo a última a mais aceita pela doutrina e pela jurisprudência. *Alternativa E.*

899. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** No que se refere à tutela processual ao meio ambiente e à responsabilidade pelo dano ambiental, assinale a opção correta.

(A) O inquérito civil, procedimento administrativo de caráter inquisitorial cujo objetivo é realizar atividades investigativas preparatórias, está sujeito ao princípio da ampla defesa, consistindo o desrespeito a esse princípio vício capaz de eivar de nulidade a ação civil pública ambiental nele embasada.

(B) Sendo os interesses difusos e transindividuais marcados pela indisponibilidade, o MP não pode, de acordo com a moderna doutrina, celebrar acordos extrajudiciais em matéria ambiental.

(C) Ocorrendo desistência ou abandono da ação civil pública pela associação que a tiver promovido, deverá o MP, obrigatoriamente, assumir a titularidade ativa da demanda, já que tal prerrogativa é vedada aos demais legitimados.

(D) Independentemente de requerimento do autor, pode o juiz, em decisão relativa à ação civil pública, impor multa diária ao réu em substituição à execução específica da obrigação de fazer ou não fazer, se a multa for suficiente ou compatível.

(E) A pretensão da administração pública à promoção da execução da multa por infração ambiental prescreve em cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente, de sua cessação.

RESPOSTA Art. 11, Lei n. 7.347/85. *Alternativa D.*

900. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Acerca da proteção ao meio ambiente, assinale a opção correta.

(A) O pagamento, pelo poluidor, de indenização destinada a reparar dano ambiental condiciona-se à comprovação de dolo ou culpa em sentido estrito.

(B) Não é admitida a intervenção do MPF em demanda na qual se discuta a nulidade de auto de infração ambiental, já que a questão se limita ao interesse patrimonial no crédito gerado.

(C) É obrigatória a intervenção do MP nas ações de desapropriação de qualquer espécie.

(D) É de competência da justiça federal o julgamento da ACP ajuizada pelo MPF, ainda que o objeto da ação seja dano ambiental.

(E) Em matéria de meio ambiente, vigora o princípio da precaução, segundo o qual todo aquele que poluir tem o dever de reparar o dano causado.

RESPOSTA Art. 1º, I, Lei n. 7.347/85. A atuação do MPF em temas ligados ao direito ambiental que provoquem o interesse específico da União federal gerando a competência jurisdicional da Justiça Federal. *Alternativa D.*

901. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Acerca do papel do MP na efetivação da proteção normativa ao ambiente, assinale a opção correta.

(A) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação civil pública por associação legitimada, somente outro ente legitimado poderá assumir a titularidade ativa, cabendo ao MP, nesse caso, acompanhar a ação na condição de fiscal da lei.

(B) Deve o MP acompanhar ação popular ambiental, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe facultado, ainda, em qualquer caso, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.

(C) Admite-se o litisconsórcio facultativo entre os MPs da União, do DF e dos estados na ação civil pública em defesa de interesses e direitos relacionados ao ambiente.

(D) A iniciativa do MP de propor ação civil pública ambiental somente pode ocorrer de ofício ou mediante provocação de servidor público, no cumprimento de dever funcional.

(E) Apenas o MP e as associações que tenham a proteção ao meio ambiente entre suas finalidades institucionais dispõem de legitimidade para ingressar em juízo na defesa de interesses difusos resultantes de dano ambiental.

RESPOSTA Art. 5º, § 5º, Lei n. 7.347/85. *Alternativa C.*

902. (Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE) Considerando a efetivação da proteção normativa ao ambiente e o papel do MP na jurisdição civil coletiva, assinale a opção correta.

(A) A celebração de termo de compromisso de reparação do dano ambiental com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por atividades causadoras de degradação ambiental somente pode ser feita em juízo.

(B) Da sentença que concluir pela carência ou improcedência da ação popular ambiental cabe recurso, que, entretanto, é restrito ao autor da inicial ou ao MP.

(C) Tanto na ação popular ambiental como na ação civil pública ambiental, o MP atua na condição de típico substituto processual.

(D) Na ação civil pública em defesa do ambiente e cujo objeto seja o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz poderá determinar que o executado cumpra a prestação da atividade devida ou cesse a atividade nociva, e, ainda, cominar multa diária, desde que haja requerimento do autor.

(E) Aplicam-se às ações coletivas ambientais, no que for cabível, o sistema processual do CDC.

RESPOSTA Art. 21, Lei n. 7.347/85. *Alternativa E.*

903. (PGEAL – AL – 2009 – CESPE) As sanções administrativas de cunho ambiental encontram-se previstas em diferentes normas do SISNAMA, entre elas a Lei n. 9.605/1998. As sanções administrativas previstas nessa lei não incluem a

(A) advertência.

(B) multa diária.

(C) multa simples.

(D) falência da empresa.

(E) destruição ou inutilização de produto.

RESPOSTA Art. 72, I a XI, Lei n. 9.605/98. *Alternativa D.*

904. (PGEPE – PE – 2009 – CESPE) No âmbito da responsabilidade civil ambiental, o bem jurídico objeto de proteção é o meio ambiente, como bem de uso comum do povo, indisponível e indivisível, suscetível de ser reparado, independentemente de reparação de danos individuais imposto

aos titulares do objeto material do dano. Acerca do regime da responsabilidade civil ambiental brasileira, segundo a legislação e jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

(A) A responsabilidade civil ambiental independe de culpa.

(B) A existência de crime ambiental exclui a busca da responsabilidade civil.

(C) Empresa multada administrativamente não pode ser obrigada a reparar os danos cometidos.

(D) Não cabe responsabilização civil ambiental por obra licenciada regularmente.

(E) A reparação do dano deve ser feita tendo em vista a capacidade econômica do agente poluidor.

RESPOSTA A responsabilidade civil dos danos ambientais é objetiva, segundo dispõem o art. 14, § 1º, Lei n. 6.938/81 e a majoritária jurisprudência dos tribunais superiores. *Alternativa A.*

905. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta em relação ao dano ambiental.

(A) Sendo o meio ambiente um bem difuso, o dano ambiental também tem natureza exclusivamente difusa, razão pela qual é vedado ao indivíduo – vítima direta de um dano – reivindicar indenização a si próprio.

(B) Quanto à extensão, o dano ambiental pode ser patrimonial, quando disser respeito à perda material do bem ambiental, ou extrapatrimonial, quando ofender valores imateriais, reduzindo o bem-estar do indivíduo ou da coletividade ou atingindo o valor intrínseco do bem.

(C) Dada a irreversibilidade do dano ambiental, a única forma de reparação contra esse tipo de dano, na via judicial, é a indenização pecuniária, a qual deverá resultar em recursos para a minimização dos impactos na área afetada pela atividade lesiva.

(D) A responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente é de natureza objetiva, sendo imprescindíveis, para sua caracterização, o elemento culpa e a comprovação do indiscutível caráter lesivo da atividade desenvolvida pelo agente.

RESPOSTA Segundo a doutrina, quanto à extensão do dano ambiental, pode ser patrimonial ou extrapatrimonial. *Alternativa B.*

906. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Quanto aos meios processuais para a defesa ambiental, assinale a opção correta.

(A) O inquérito civil é um instrumento indispensável para o exercício da ação civil pública em defesa do meio ambiente, pois é ele que dá suporte à preparação dessa ação perante o Judiciário.

(B) O Ministério Público, ainda que não encontre elementos que indiquem a autoria do possível dano ambiental ou o mínimo de prova para propor a ação judicial, não pode promover o arquivamento do inquérito civil ou dos documentos em seu poder.

(C) Cabe exclusivamente ao Conselho Superior do Ministério Público e ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos a propositura de ação civil pública por danos causados ao meio ambiente provenientes de empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou associação.

(D) De acordo com a CF, qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao meio ambiente ou ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

RESPOSTA Art. 5º, LXXIII, CF/88. *Alternativa D.*

907. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Com relação à responsabilidade por danos ambientais, assinale a opção correta.

(A) A responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente, por ser de natureza objetiva, exige

a caracterização de culpa para efeito de obrigação de reparar os prejuízos causados.

(B) Em razão da necessidade de melhor proteção ao meio ambiente, é objetiva a natureza das responsabilidades penal e administrativa por danos causados a esse bem jurídico.

(C) A responsabilidade civil em matéria ambiental é de caráter objetivo, prescindindo-se, para sua caracterização, do elemento culpa e do nexo causal entre a conduta e o evento danoso.

(D) A natureza objetiva da responsabilidade civil por danos ambientais inspira-se em um postulado de equidade, pois aquele que obtém lucros com uma atividade deve responder por eventuais prejuízos dela resultantes, independentemente de culpa, sendo igualmente irrelevante saber se a atividade danosa é lícita ou ilícita.

RESPOSTA De acordo com a posição doutrinária, equidade significa fazer justiça no caso concreto, exigindo-se a reparação integral do ambiente, razão pela qual se deve também impor ao infrator os seus custos, independentemente da licitude da atividade que provocou o dano ambiental. *Alternativa D.*

V. Responsabilidade Penal (Lei n. 9.605/98) e Tutela Processual Penal

908. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Com base no que dispõe a lei que trata dos crimes ambientais, assinale a opção correta acerca da responsabilidade por dano ambiental.

(A) A lei em questão considera que o ato do representante legal ou contratual da pessoa jurídica que constitua crime ambiental é, por vinculação, também crime da pessoa jurídica, independentemente de resultar em benefício para a entidade.

(B) A extinção de uma pessoa jurídica, sua alteração contratual ou qualquer outra modificação que implique impedimento na pretensão reparatória de prejuízos causados ao ambiente pode acarretar a desconsideração da personalidade jurídica, de modo a responsabilizar seus sócios para os efeitos de determinadas obrigações.

(C) As pessoas jurídicas de direito público não podem ser responsabilizadas administrativamente por dano ambiental.

(D) Por iniciativa privativa do poder público, é possível a celebração de termo de compromisso entre os órgãos ambientais competentes e as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por estabelecimentos e atividades considerados efetiva ou potencialmente poluidores. Uma vez assinado, esse termo terá força de título executivo extrajudicial e impedirá a execução de quaisquer multas eventualmente aplicadas.

(E) Na persecução administrativa por dano ambiental, aplica-se o princípio da subsunção, segundo o qual a infração de menor gravidade é absorvida pela de maior gravidade quando ambas são praticadas concomitantemente.

RESPOSTA Art. 4º, Lei n. 9.605/98. *Alternativa B.*

909. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** De acordo com a Lei dos Crimes Ambientais, constituem penas restritivas de direito

(A) o recolhimento domiciliar e a prisão simples.

(B) a interdição definitiva de direitos e a prestação pecuniária.

(C) a suspensão parcial ou total de atividades e a interdição definitiva do direito de transitar em unidades de conservação.

(D) a prestação de serviços à comunidade e a interdição temporária de direitos.

(E) o recolhimento domiciliar e a obrigatoriedade de participar do curso de educação ambiental.

RESPOSTA Art. 8º, I e II, Lei n. 9.605/98. *Alternativa D.*

910. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** Com base nos termos da legislação que trata da responsabilização por danos ambientais, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

Tratando-se de matéria ambiental, admite-se a desconsideração da pessoa jurídica sempre que sua personalidade seja obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

RESPOSTA Art. 4º, Lei n. 9.605/98, que dispõe sobre a Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica. *Certa*.

911. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** Julgue o item que se segue, referente a áreas de preservação permanente, unidades de conservação e crimes ambientais (Certo ou Errado).

É circunstância agravante da pena o fato de o agente ter cometido crime ambiental no interior de espaço territorial especialmente protegido, salvo quando a referida localização constituir ou qualificar o crime.

RESPOSTA Art. 15, II, *l*, Lei n. 9.605/98. *Certa*.

912. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Considerando a disciplina legal dos crimes contra o meio ambiente, assinale a opção correta.

(A) Incidem nas penas previstas em lei, na medida de sua culpabilidade, as pessoas que, tendo conhecimento da conduta criminosa de alguém contra o ambiente e podendo agir para evitá-la, deixem de impedir sua prática.

(B) As sanções penais aplicáveis às pessoas físicas pela prática de crimes ambientais são as penas restritivas de direitos e multa, mas não, as privativas de liberdade.

(C) Por se tratar de ente fictício, a pessoa jurídica não pode ser sujeito ativo dos crimes ambientais.

(D) O ato de soltar balões somente se caracteriza como crime contra o meio ambiente se, em consequência da conduta, houver incêndio em floresta ou em outras formas de vegetação, em áreas urbanas ou em qualquer tipo de assentamento humano.

(E) A responsabilidade penal por crimes ambientais está integralmente amparada no princípio da culpabilidade; desse modo, os tipos penais previstos na lei que dispõe sobre os crimes ambientais (Lei n. 9.605/1998) só se consumam se os delitos forem praticados dolosamente.

RESPOSTA Art. 2º, Lei n. 9.605/98. *Alternativa A.*

913. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Com relação aos crimes contra o meio ambiente, a fauna e a flora, assinale a opção correta.

(A) A extração de areia em floresta de domínio público independe de autorização, e, portanto, não é considerada crime quando for destinada a manutenção de viveiro de avifauna nativa.

(B) Abater um animal para proteger lavoura é um ato que independe de autorização.

(C) Se um indivíduo, em estado de necessidade, abate um animal para saciar a sua fome, sua conduta não será considerada crime.

(D) O abate de animal, ainda que este seja considerado nocivo pelo órgão competente, é considerado crime.

(E) Os crimes contra a fauna praticados durante a noite, aos sábados e aos domingos aumentam as respectivas penas.

RESPOSTA Art. 37, I, Lei n. 9.605/98. *Alternativa C.*

914. **(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE)** Acerca das leis penais especiais, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

Em crimes ambientais, em se tratando de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, poderá haver a responsabilização penal da pessoa jurídica, desde que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal, no interesse da sua entidade.

RESPOSTA Art. 3º, Lei n. 9.605/98. *Certa.*

915. **(Delegado – PF – 2004 – CESPE)** É apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

Bartolomeu, pessoa com baixo grau de instrução, foi preso em flagrante pela prática de ato definido como crime contra a fauna. Nessa situação, o baixo grau de instrução de Bartolomeu não exclui a sua culpabilidade, mas constitui circunstância que atenuaria a sua pena no caso de eventual condenação penal.

RESPOSTA O art. 14, Lei n. 9.605/98, traz nos seus incisos 4 (quatro) atenuantes da pena, entre eles o baixo grau de escolaridade do agente disposto no inciso I, art. 14, Lei n. 9.605/98. *Certa.*

916. **(Delegado – PC-TO – 2008 – CESPE)** Acerca das disposições expressas na legislação ambiental, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

A pessoa jurídica poderá ser alcançada administrativa, civil e penalmente nos casos em que a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

RESPOSTA Art. 3º, Lei n. 9.605/98. *Certa.*

917. Considere que um fazendeiro, nos limites de sua propriedade rural, abata espécime da fauna silvestre brasileira sem autorização do órgão competente, visando proteger seu rebanho da ação predatória do animal. Nessa situação, o fato é atípico, pois a legislação ambiental expressamente prevê essa excludente.

RESPOSTA É necessária a autorização expressa de autoridade competente, conforme dispõe o art. 37, II, Lei n. 9.605/98. *Errada.*

918. Em regra, a competência para processar e julgar os crimes contra a fauna é da justiça federal, uma vez que a proteção ao meio ambiente, conforme disposição da Constituição Federal, é dever da União.

RESPOSTA A competência da Justiça Federal só se dá quando há evidente interesse direto e específico da União ou quando o crime for realizado contra bens e serviços da União. Portanto, em regra, nos crimes contra a fauna e também contra a flora, a competência para julgar tais fatos típicos será da justiça estadual. A edição da Lei n. 9.605/98 fez com que a 3ª Turma do STJ cancelasse o enunciado da Súmula 91, STJ, que foi editada com fundamento na Lei n. 5.197/67 (Lei de Proteção à Fauna), que atribuía à justiça federal a competência para processar e julgar os crimes contra a fauna (STJ, CC 35.502-SP, Min. Rel. Felix Fischer, julgado em: 13-11-2002, *Informativo* 154, e STJ, CC 114.798-RJ, Min. Rel. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em: 14-3-2011, *Informativo* 466). *Errada.*

919. Constitui crime cuja pena é de seis meses a um ano e multa matar, perseguir, caçar, apanhar ou utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, em desacordo com as prescrições legais pertinentes. Assim, diante de uma ocorrência policial dessa natureza e não havendo

causas de aumento de pena, a autoridade policial competente deverá lavrar termo circunstanciado, em face da incidência de delito de menor potencial ofensivo.

RESPOSTA Art. 29, Lei n. 9.605/98, c/c arts. 61 e 69, Lei n. 9.099/95. *Certa.*

920. A ação penal para todos os delitos previstos na lei que dispõe acerca das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente é, exclusivamente, pública incondicionada.

RESPOSTA Art. 26, Lei n. 9.605/98. *Certa.*

(Delegado – PF – 2002 – CESPE) Acerca dos crimes contra o meio ambiente julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

921. Considere a seguinte situação hipotética. Paulo, cortando clandestinamente várias madeiras de lei, promoveu um desmatamento com queimada e cozimento de carvão em mata localizada em sua propriedade rural, sem a devida autorização legal. Nessa situação, Paulo praticou crime contra a flora e deverá ser processado e julgado perante a justiça federal.

RESPOSTA O fato típico descrito está disposto no art. 45, Lei n. 9.605/98, portanto é crime ambiental que é julgado e processado pela justiça estadual, pois não há interesse direto e específico da União, conforme dispõe o art. 109, IV, CF/88, que determina sobre a competência da justiça federal. *Errada.*

922. Considere a seguinte situação hipotética. Sílvio e Henrique, representantes legais da sociedade comercial denominada Madeireira Brasil Ltda., determinaram que os empregados da empresa cortassem árvores em uma floresta considerada de preservação permanente, sem autorização da autoridade competente, para que as madeiras fossem posteriormente comercializadas. Nessa situação, a pessoa jurídica poderá ser responsabilizada penalmente e, na hipótese de condenação, ser imposta pena de prestação de serviços à comunidade.

RESPOSTA Art. 3º c/c art. 21, III, e o art. 23, I, II e III, todos da Lei n. 9.605/98. *Certa.*

923. Considere a seguinte situação hipotética. Em uma *blitz*, Tiago foi preso em flagrante por ter em cativeiro, para a venda, trinta canários-da-terra. Nessa situação, e de acordo com o atual entendimento do STJ, Tiago responderá por crime contra a fauna perante a justiça federal.

RESPOSTA Art. 29, § 1º, III, Lei n. 9.605/98, competência da justiça estadual. *Errada.*

924. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere à responsabilização penal em matéria ambiental.

(A) Em caso de responsabilidade penal ambiental, não se aplica a pena de prestação social alternativa.

(B) Uma madeireira sem licença ambiental que, com o conhecimento de seu representante legal, devaste a floresta na região amazônica, para cumprir contrato de fornecimento de madeira a cliente, cometerá crime contra a flora, podendo ser responsabilizada com o pagamento de multa ou mesmo ser condenada a pena restritiva de direito.

(C) Não caberá imputação de responsabilidade penal a estrangeiro residente em área ribeirinha nas imediações da cidade de Manaus que cometa crime de poluição tipificado na Lei de Crimes Ambientais.

(D) Um residente de cidade marginal a um igarapé, afluente do rio Negro, preso portando espécimes de animais selvagens em extinção, aprisionados em gaiolas e prontos para serem transportados para

fora do território nacional, não pode alegar arrependimento como circunstância atenuante em seu favor.

(E) A ação de proteção da floresta amazônica deve ser realizada de forma fragmentada, conforme orientação constitucional.

RESPOSTA Crimes contra a flora estão dispostos nos arts. 38 a 53, Lei n. 9.605/98, e as penas aplicáveis às pessoas jurídicas estão dispostas no art. 21, Lei n. 9.605/98. *Alternativa B.*

(AGU-AU – BR – 2009 – CESPE) Com relação à tutela penal do meio ambiente, julgue os itens seguintes.

925. As pessoas físicas e as jurídicas estão sujeitas às mesmas sanções penais decorrentes da prática de crime ambiental, quais sejam: penas privativas de liberdade, restritivas de direito e multas.

RESPOSTA As pessoas jurídicas não estão sujeitas às penas privativas de liberdade; as penas das pessoas jurídicas que cometerem crimes ambientais são as dispostas no art. 21, Lei n. 9.605/98. *Errada.*

926. A Lei de Crimes Ambientais prevê a suspensão condicional da pena nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.

RESPOSTA Art. 16, Lei n. 9.605/98. *Certa.*

927. Elaborar, no licenciamento, estudo parcialmente falso é crime que admite as modalidades culposa e dolosa.

RESPOSTA O art. 69-A, Lei n. 9.605/98, prevê o crime mencionado na assertiva, determinando diferentes penas segundo sua modalidade (culposo ou doloso). *Certa.*

928. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Relativamente à tutela penal do meio ambiente, assinale a opção correta.

(A) Não constitui crime o abate de animal quando realizado, entre outras hipóteses, em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.

(B) Constitui crime matar, perseguir, caçar, apanhar ou utilizar espécimes da fauna silvestre sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente. Tal proibição não alcança, entretanto, os espécimes em rota migratória que não sejam nativos.

(C) Comprovada a responsabilidade de pessoa jurídica na prática de crime ambiental, ficará automaticamente excluída a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

(D) Os animais ilegalmente caçados que forem apreendidos deverão ser libertados em seu *habitat*, não podendo ser entregues a jardins zoológicos ou a entidades similares.

RESPOSTA Art. 37, I, Lei n. 9.605/98. *Alternativa A.*

929. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** De acordo com o que estabelece a legislação de combate aos crimes ambientais,

(A) é crime abusar de animais domésticos ou domesticados, maltratá-los bem como realizar experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

(B) é contravenção abusar de animais domésticos ou domesticados, maltratá-los bem como realizar experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, salvo

quando estas experiências resultarem em benefícios para a espécie humana.

(C) é crime a utilização, ainda que parcial, do carboidrato, natural ou geneticamente modificado, na alimentação humana e na engorda do gado de corte.

(D) é crime inafiançável executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais ainda que se disponha de competente autorização, permissão, concessão ou licença, quando a exploração econômica de recursos ambientais não renováveis exceder a três quintos da zona de extração das bacias hidrográficas.

RESPOSTA Lei n. 9.605/98, art. 32, § 1º. *Alternativa A.*

930. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere à tutela ambiental penal do meio ambiente.

(A) Em razão da prática de crime ambiental, são aplicáveis às pessoas jurídicas, de forma isolada ou cumulativa, penas de multa, suspensão total ou parcial de atividades, interdição temporária, proibição de recebimento de subvenções ou subsídios, prestação de serviços à comunidade, independentemente da obrigação de reparar os prejuízos causados.

(B) Nos crimes ambientais, a aplicação de pena de multa decorrente de sentença transitada em julgado impede a cominação de multa por infração administrativa relativamente ao mesmo fato, em razão do princípio do *non bis in idem.*

(C) Admite-se, na legislação brasileira, em caráter excepcional, a responsabilidade penal objetiva da pessoa jurídica por crime ambiental, exigindo-se, para sua caracterização, a culpabilidade social da empresa.

(D) Na hipótese de o diretor de uma empresa determinar a seus empregados que utilizem veículos e instrumentos a ela pertencentes, em horário normal de expediente, para extraírem e transportarem madeira de lei, sem autorização do órgão ambiental competente, destinada a construção particular daquele dirigente, fica caracterizada a responsabilidade penal da pessoa jurídica e da pessoa física.

RESPOSTA Lei n. 9.605/98, arts. 21 e 22, *e*; CF, art. 225, § 3º. *Alternativa A.*

VI. Sistema Nacional das Unidades de Conservação (Lei n. 9.985/2000)

931. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** No que se refere ao SNUC, assinale a opção correta.

(A) No SNUC, o regime jurídico mais restritivo é o que trata da unidade de conservação denominada reserva ecológica.

(B) A reserva da biosfera é uma unidade de proteção integral cuja instituição depende da edição de lei.

(C) A categoria unidades de uso sustentável inclui área de proteção ambiental e área de relevante interesse ecológico.

(D) O SNUC é formado por duas categorias de unidades de conservação definidas por seus atributos bióticos e abióticos. As unidades de proteção integral, considerando-se a diversidade de seus biomas, classificam-se em unidades de proteção integral megadiversas e unidades de proteção integral multimodais.

(E) O Plano Nacional de Manejo de Florestas engloba as reservas extrativistas e as florestas nacionais – ambas classificadas como unidades de uso sustentável –, que recebem aporte financeiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o desenvolvimento de pesquisas científicas que busquem aprimorar os processos de produção de alimentos alternativos, como o

relativo à utilização dos buritizeiros.

RESPOSTA Art. 14, I e II, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa C.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, referentes a áreas de preservação permanente, unidades de conservação e crimes ambientais (Certo ou Errado).

932. Unidade de conservação corresponde a um espaço territorial protegido – coberto ou não por vegetação nativa – cuja função é permitir a preservação dos recursos hídricos, da paisagem, da estabilidade geológica e da biodiversidade; facilitar o fluxo gênico de fauna e flora; garantir a proteção do solo; e assegurar o bem-estar das populações humanas.

RESPOSTA Art. 2º, I, Lei n. 9.985/2000. *Errada.*

933. São matérias sujeitas ao princípio da reserva legal a alteração e a supressão do regime jurídico pertinente aos espaços territoriais especialmente protegidos, ainda que sua delimitação tenha sido determinada por decreto.

RESPOSTA Art. 22, §§ 5º, 6º e 7º, Lei n. 9.985/2000. *Errada.*

934. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** O texto constitucional prevê a criação de espaços territoriais especialmente protegidos como forma de assegurar o exercício ao direito fundamental relacionado ao meio ambiente. Sobre espaços territoriais, unidades de conservação e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assinale a opção correta.

(A) A unidade de conservação pode ser criada por meio de lei ou decreto, e, em caso de abranger área particular, não se aplica a desafetação, pois o domínio não se transmite ao poder público, em nenhuma circunstância.

(B) Os espaços territoriais previstos na CF dizem respeito apenas às porções do território nacional, isto é, pertencentes à União, não podendo atingir áreas estaduais ou municipais.

(C) A necessidade de manutenção de cobertura vegetal protetora de recursos hídricos e da estrutura do solo justifica a proteção de determinado espaço territorial.

(D) A legislação prevê, de forma taxativa, como espaços passíveis de proteção, áreas marginais a cursos de água, topos de morros e montanhas, escarpas e bordas de tabuleiros e chapadas, restingas.

(E) No regime jurídico das unidades de conservação, não há previsão de tratamento às populações tradicionais habitantes de área a ser protegida pelo poder público.

RESPOSTA Art. 4º, VIII, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa C.*

935. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Considerando a disciplina legal das unidades de conservação, assinale a opção correta.

(A) As unidades de conservação de proteção integral, mas não as de uso sustentável, devem dispor de plano de manejo disponível para consulta do público na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor.

(B) Inseridas no grupo das unidades de conservação de uso sustentável, as áreas de proteção ambiental podem ser constituídas tanto por terras públicas quanto por terras privadas.

(C) As áreas particulares incluídas nos limites de floresta nacional podem permanecer nas mãos dos seus proprietários, somente sendo necessária a desapropriação se não houver aquiescência do dono às condições propostas pelo órgão público responsável pela administração da unidade.

(D) Sendo o objetivo básico das unidades de proteção integral manter os ecossistemas livres de

alterações causadas por interferência humana, não se admite o uso, mesmo indireto, dos recursos naturais nelas situados.

(E) As unidades de conservação de uso sustentável são criadas por ato do poder público, e as de proteção integral, em razão dos limites que impõem ao direito de propriedade, somente podem ser criadas por lei específica.

RESPOSTA Art. 14, I, e art. 15, *caput*, § 1º, ambos da Lei n. 9.985/2000. *Alternativa B.*

936. **(Juiz – TRF-5 – 2009 – CESPE)** Com relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assinale a opção correta.

(A) A unidade de conservação só pode ser criada por lei em sentido formal, devendo ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar os limites mais adequados para a unidade.

(B) A área de proteção ambiental, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, é constituída apenas por terras públicas.

(C) Compõem o grupo das unidades de proteção integral as seguintes categorias de unidades de conservação: reserva biológica, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional e reserva de fauna.

(D) É possível a transformação, total ou parcial, de unidades de conservação do grupo de uso sustentável em unidades do grupo de proteção integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que se promova consulta pública que permita identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.

(E) O parque nacional pode ser criado e permanecer em área de domínio privado, com o objetivo de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

RESPOSTA Art. 22, §§ 2º e 5º, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa D.*

937. **(Juiz – TRF-2 – 2009 – CESPE)** O Sistema Nacional de Unidades de Conservação classifica como unidade de proteção integral

(A) a reserva biológica, que visa preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, podendo abranger áreas particulares.

(B) a estação ecológica, que é área destinada à preservação da natureza e também, quando autorizada pela administração da unidade e sujeita às condições e restrições estabelecidas por esta, à realização de pesquisa científica.

(C) a reserva da fauna, que visa proteger a fauna e estimular a realização de estudos tecnológicos e científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

(D) o refúgio da vida silvestre, cuja finalidade é resguardar os atributos excepcionais da natureza, com visitação pública sujeita às condições e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade.

(E) a floresta nacional, que, diferentemente dos parques, possa ter seus recursos utilizados de forma sustentável.

RESPOSTA Art. 9º, *caput*, § 3º, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa B.*

938. **(Juiz – TRF-1 – 2009 – CESPE)** Conforme o SNUC, área de relevante interesse ecológico

é aquela

(A) que tem como objetivo básico a conservação dos recursos hídricos de grande relevância ecológica e beleza cênica, de forma a possibilitar a realização de atividades de lazer em contato com a natureza.

(B) que objetiva proteger a reprodução dos pequenos répteis nas áreas alagadas, assegurando condições para a existência ou reprodução de insetos que esses répteis utilizam para a alimentação dos filhotes.

(C) que corresponde à zona de amortecimento das florestas de preservação permanente.

(D) onde é proibida a ocupação humana, já que essa área, em geral extensa, possui atributos faunísticos de rara beleza, especialmente importantes para a qualidade de vida e para o bem-estar das espécies migratórias; e seu objetivo básico é proteger a postura dos ovos das aves de arribação.

(E) onde há pouca ou nenhuma ocupação humana, que possui características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e cujos objetivos são manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

RESPOSTA Art. 16, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa E.*

939. **(Juiz – TRF-1 – 2009 – CESPE)** O SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Os objetivos do SNUC incluem

(A) a promoção da utilização comercial da biodiversidade no processo de desenvolvimento econômico do país.

(B) a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais, bem como a proteção de paisagens naturais e pouco alteradas, de notável beleza cênica.

(C) a contribuição para manter a diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais, além da replicação das espécies ameaçadas de extinção por meio do processo de clonagem.

(D) o estímulo à substituição dos insumos naturais pelos equivalentes sintéticos na produção dos fármacos industriais, bem como a regulação do uso e da ocupação do solo nas estações ecológicas.

(E) o estímulo à utilização progressiva do bioma do cerrado na manutenção do equilíbrio ecológico da região central do país, além da proteção e recuperação dos recursos edáficos utilizados na produção de biocombustíveis.

RESPOSTA Art. 4º, IV e VI, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa B.*

940. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** De acordo com a Lei n. 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o refúgio de vida silvestre

(A) é unidade de conservação de proteção integral restrita às áreas públicas.

(B) é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

(C) tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas.

(D) tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

(E) tem como objetivo proteger ambientes naturais onde sejam asseguradas condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

RESPOSTA Art. 13, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa E.*

941. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** O texto constitucional prevê a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, denominados unidades de conservação (UCs), como um dos instrumentos de tutela da natureza. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

(A) Para iniciar a exploração econômica de uma área de floresta, basta o proprietário rural averbar em cartório, na escritura pública, uma área mínima de reserva legal.

(B) A criação de uma UC não exige consulta pública, pois é competência dos órgãos executores integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente em caráter exclusivo.

(C) Na demarcação de qualquer UC, deve-se considerar o estabelecimento de corredores ecológicos e zonas de amortecimento.

(D) Mosaico de UCs compreende uma justaposição ou superposição, reconhecida formalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, de UCs de diversas categorias, seja públicas, seja privadas.

(E) Estação ecológica é uma UC de proteção integral com finalidade de preservar a biota e os demais atributos naturais, sendo vedada qualquer ingerência humana em seus limites.

RESPOSTA Art. 26, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa D.*

942. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Carlos, empresário da construção civil, iniciou, de forma dolosa, a construção de prédios em unidade de conservação de proteção integral, precisamente a dois metros de nascentes existentes no local, sem a devida licença urbanística e ambiental, tendo o município se omitido em relação à fiscalização da obra. Nessa situação hipotética, para a proteção do meio ambiente, é cabível

(A) o ajuizamento de ação civil pública, mas não de ação penal.

(B) o ajuizamento de ação civil pública e de ação penal.

(C) o ajuizamento de mandado de segurança coletivo, mas não de ação penal.

(D) a impetração de mandado de segurança contra a unidade de conservação, além do ajuizamento de ação civil pública.

(E) a impetração de mandado de injunção ambiental.

RESPOSTA Art. 225, § 3º, CF/88, Leis ns. 7.347/85 e 9.985/2000. *Alternativa B.*

943. **(Juiz – TRF-2 – 2009 – CESPE)** Quanto ao conceito, aos objetivos e às características de uma área de proteção ambiental, julgue os itens a seguir.

I. É uma área, em geral pequena, sem ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a preservação da vida silvestre.

II. Tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

III. Pode ser constituída em propriedades privadas.

IV. Possui sistema de planejamento com ordenamento territorial indefinido.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) I e IV.

(D) II e III.

(E) II e IV.

RESPOSTA II (art. 15, *caput*, parte final) e III (art. 15, § 1º), ambos os dispositivos da Lei n. 9.985/2000. *Alternativa D.*

944. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta, no que diz respeito às áreas de preservação permanente e às unidades de conservação.

(A) As florestas nacionais, como áreas com coberturas florestais de espécies predominantemente nativas, são de posse e domínio públicos, devendo as áreas particulares nelas incluídas ser desapropriadas.

(B) As unidades de conservação de proteção integral visam à manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, proibido o uso, ainda que indireto, dos seus atributos naturais.

(C) A legislação permite a supressão parcial – e nunca a total – de florestas de preservação permanente quando necessária à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

(D) O acesso de pessoas e animais às áreas de preservação permanente é terminantemente vedado, como forma de não comprometer a regeneração e a manutenção, a longo prazo, da vegetação nativa.

(E) Considera-se área de preservação permanente a localizada no interior de propriedade ou posse rural, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

RESPOSTA Art. 17, *caput*, § 1º, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa A.*

(AGU-PF – BR – 2010 – CESPE) Julgue os itens a seguir, no que se refere ao meio ambiente (Certo ou Errado).

945. A pesquisa científica a ser desenvolvida nas reservas biológicas não depende de autorização administrativa do órgão responsável pela unidade, mas apenas da observância das condições estabelecidas em regulamento.

RESPOSTA Art. 10, § 3º, Lei n. 9.985/2000. *Errada.*

946. As áreas de relevante interesse ecológico podem ser constituídas por terras públicas e particulares, em uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abrigue exemplares raros da biota regional, e têm como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local, regulando o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

RESPOSTA Art. 16, *caput*, Lei n. 9.985/2000. *Certa.*

947. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** De acordo com a lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assinale a opção correta.

(A) Na denominada zona de amortecimento, localizada no interior de uma unidade de conservação, as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, como forma de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

(B) Plano de manejo é o documento técnico mediante o qual se estabelecem, de acordo com os objetivos gerais de uma unidade de conservação, o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

(C) É permitida a ocupação social de uma estação ecológica, na qual é possível o funcionamento de atividades econômicas, o que não pode ocorrer em uma reserva de desenvolvimento sustentável, uma vez que esta é de posse e domínio públicos.
(D) A reserva extrativista é uma unidade de proteção integral utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja existência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência.

RESPOSTA Lei n. 9.985/2000, art. 2º, XVII. *Alternativa B.*

948. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Acerca do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assinale a opção correta.

(A) Nas unidades de conservação (UCs) de proteção integral, a visitação pública é absolutamente proibida; entretanto a administração pública pode autorizar a realização de pesquisa científica em tais unidades.
(B) A reserva extrativista é uma espécie de UC de uso sustentável de domínio coletivo privado, cuja titularidade cabe a populações extrativistas tradicionais, assim reconhecidas pelo poder público.
(C) As UCs podem ser criadas por decreto do Poder Executivo, mas somente a lei em sentido formal pode autorizar a desafetação ou a redução de seus limites.
(D) A reserva particular do patrimônio natural é uma UC que visa à conservação da diversidade biológica, cuja criação depende tão somente da manifestação de vontade do proprietário perante o órgão ambiental e da subsequente declaração de interesse social para fins de desapropriação da área.

RESPOSTA Lei n. 9.985/2000, art. 22, § 7º. *Alternativa C.*

949. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Com relação aos mecanismos de tutela administrativa do meio ambiente, assinale a opção correta.

(A) No exercício do poder de polícia administrativa, o órgão ambiental pode lavrar autos de infração e aplicar multas apenas nos casos em que a conduta lesiva ao meio ambiente estiver descrita em lei como crime ambiental.
(B) No exercício do poder de polícia administrativa, o órgão ambiental poderá aplicar sanções referentes a condutas lesivas ao meio ambiente, bastando que estas, em consonância com o princípio da taxatividade, estejam expressa e previamente tipificadas em portaria ou resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente.
(C) A implantação de reserva legal florestal em imóvel rural gera, para o proprietário, direito a indenização, em face da limitação ao potencial econômico do bem.
(D) A fixação de um regime peculiar de fruição de um bem imóvel em área merecedora de especial proteção, em razão de sua relevância ambiental, nem sempre dependerá de desapropriação pelo poder público.

RESPOSTA A desapropriação não é a única forma de proteção às áreas de relevância ambiental, pois temos Unidades de Conservação de propriedade pública e outras de propriedade privada (RPPN – art. 21, Lei n. 9.985/2000). *Vide* os arts. 8º a 21, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa D.*

VII. Novo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012) e Código Florestal Revogado (Lei n. 4.771/65)

950. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** No tocante aos recursos florestais e à gestão e concessão

de florestas públicas, assinale a opção correta com base no que dispõem o Código Florestal e a Lei n. 11.284/2006.

(A) Assim como ocorre com as florestas de domínio público, a exploração das de domínio privado depende de prévia aprovação, pelo IBAMA, de plano de manejo florestal sustentável, no qual devem constar as técnicas de condução, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas formados pela cobertura arbórea.

(B) É facultado ao poder público firmar contratos de concessão florestal com terceiros cujos objetivos sejam a exploração de produtos e serviços florestais, o acesso ao patrimônio genético para fins de pesquisa e a comercialização de créditos decorrentes da emissão evitada de carbono nas florestas naturais.

(C) As licitações para concessão florestal serão realizadas na modalidade concorrência, e outorgadas a título oneroso ou gratuito, de acordo com as características da licença de operação concedida ao concessionário.

(D) Como as áreas de preservação permanente representam limitações que visam regular o uso da propriedade do solo, a instituição ou supressão dessas áreas enseja indenização do proprietário pelo poder público.

(E) Além de definir as florestas e formas de vegetação natural a serem consideradas áreas de preservação permanente, o Código Florestal permite que ato do poder público declare como tal outras áreas que reúnam as condições arroladas no próprio texto legal.

RESPOSTA Art. 6º, *caput*, Lei n. 12.651/2012. *Alternativa E.*

951. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Constitui área de preservação permanente

(A) o perímetro definido a partir de critérios técnicos, socioculturais, econômicos e ambientais, que, localizado em florestas públicas, pode conter áreas degradadas que serão recuperadas por meio de plantios florestais.

(B) a cobertura vegetal de espécies nativas demarcada em torno das estações ecológicas com vistas à proteção dos recursos faunísticos e ao desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais.

(C) a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

(D) a área florestal ocupada por populações autóctones e regularizada mediante o estabelecimento de normas especiais de uso e ocupação do solo e extração sustentável dos recursos edáficos, observadas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

(E) o perímetro lateral escalonado em torno dos mananciais, destinado à conservação, à recuperação, ao uso e à ocupação do entorno do reservatório artificial, respeitadas as poligonais da unidade de conservação.

RESPOSTA Art. 2º, II, Res. 302/2002, CONAMA. *Alternativa C.*

952. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Com base na legislação vigente a respeito da proteção às florestas, assinale a opção correta.

(A) Em matéria de proteção às florestas, a competência de legislar dos estados é suplementar.

(B) O Código Florestal proíbe que o poder público realize reflorestamento de preservação permanente em áreas de propriedade privada.

(C) A fiscalização ambiental das atividades florestais deve ser realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em caráter exclusivo, quando se tratar de florestas públicas.

(D) Na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro atua exclusivamente na gestão das florestas públicas, com competência para exercer a função de órgão gestor.

(E) A concessão florestal consiste em delegação onerosa do direito de realizar manejo florestal sustentável a pessoa física ou jurídica, mediante licitação.

RESPOSTA Arts. 54 e 55, I, Lei n. 11.284/2006. *Alternativa D.*

953. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Em referência à legislação brasileira acerca de proteção florestal, assinale a opção correta.

(A) Entende-se por reserva legal, nos termos da lei, a área localizada em propriedade urbana ou rural, necessária à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

(B) Sendo o Código Florestal (Lei n. 4.771/1965) uma lei federal, os estados não têm competência para legislar sobre florestas.

(C) As florestas de preservação permanente, por sua natureza e pelas limitações que disciplinam sua utilização, somente podem ser criadas por lei.

(D) Será admitida tanto a supressão total quanto a supressão parcial de florestas de preservação permanente, mas somente com prévia autorização do Poder Executivo federal, e quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

(E) As florestas que integram o patrimônio indígena sujeitam-se ao regime de preservação permanente, e, como consequência, os recursos florestais situados em terras indígenas não podem ser objeto de exploração.

RESPOSTA Art. 4º, § 1º, Lei n. 4.771/65, revogada pela Lei n. 12.651/2012. O art. 8º da nova lei trata o tema de forma similar. *Alternativa D.*

954. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Com relação às APPs, assinale a opção correta.

(A) Na distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e de reforma agrária, a inclusão de áreas florestadas de preservação permanente somente é possível em observância a planos técnicos de condução e manejo a serem estabelecidos por ato do poder público.

(B) Admite-se a instituição de APPs tanto por lei quanto por ato do poder público, que, de forma discricionária, decidirá da conveniência ou da necessidade de instituí-las com base em critérios legalmente preestabelecidos.

(C) Em nenhuma hipótese, deve ser admitida a supressão de vegetação em APP, devendo o poder público oferecer alternativa técnica e de localização aos empreendimentos que apresentem riscos à manutenção da área.

(D) Como os municípios não possuem competência para promover o licenciamento ambiental, as atividades florestais em APP situada no espaço urbano dependerão de autorização do órgão ambiental estadual.

(E) Devido aos riscos que apresenta à manutenção da vegetação nativa, o acesso de pessoas e animais às áreas de preservação permanente é vedado pela legislação.

RESPOSTA Arts. 2º e 3º, Lei n. 4.771/65, revogada pela Lei n. 12.651/2012. Os arts. 4º e 6º da nova lei mantiveram a essência do teor dos artigos do código revogado. *Alternativa B.*

955. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** A criação de APPs tem a função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, a proteção do solo e a garantia do bem-estar das populações humanas. São exemplos de APPs

(A) as unidades de uso sustentável e as unidades de proteção integral.
(B) as áreas de mananciais e as reservas extrativistas.
(C) os manguezais e os parques nacionais.
(D) a reserva legal e os manguezais.
(E) os manguezais e as matas ciliares.

RESPOSTA Art. 2º, *a* e *f*, Lei n. 4.771/65, revogada pela Lei n. 12.651/2012. O art. 4º, I e VII, Lei n. 12.651/2012, manteve a resposta da questão correta. *Alternativa E.*

956. **(Juiz – TRF-5 – 2009 – CESPE)** Acerca da proteção às florestas e das áreas de proteção permanente, assinale a opção incorreta.

(A) Consideram-se áreas de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação situadas, entre outras classificações, no topo de morros, montes, montanhas e serras.
(B) A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.
(C) As florestas que integram o patrimônio indígena estão sujeitas ao regime de preservação permanente, razão pela qual não se admite a exploração dos recursos florestais em terras indígenas, ainda que visando a subsistência de suas próprias comunidades.
(D) Havendo a necessidade de florestamento ou reflorestamento em áreas consideradas de preservação permanente instituídas por ato administrativo, o poder público federal poderá fazê-lo sem desapropriá-las, se não o fizer o proprietário. Se tais áreas estiverem sendo utilizadas com culturas, o proprietário deverá ser indenizado.
(E) As áreas de preservação permanente podem receber pessoas e animais para obtenção de água, desde que isso não exija sua supressão nem comprometa a regeneração e a manutenção, a longo prazo, da vegetação nativa.

RESPOSTA Art. 3º, § 2º, e art. 3-A, Lei n. 4.771/65, revogada pela Lei n. 12.651/2012. *Alternativa C.*

957. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Com relação ao Código Florestal, assinale a opção correta.

(A) As atividades de segurança nacional e de proteção sanitária são consideradas de utilidade pública.
(B) Ainda que a unidade de conservação seja criada pelo município, a exploração da respectiva floresta, tanto de domínio público quanto de domínio privado, depende da autorização do IBAMA.
(C) O poder público pode considerar uma árvore imune de corte, com exceção dos casos em que o motivo alegado for a sua beleza.
(D) As plantas vivas oriundas de florestas podem ser comercializadas independentemente de licença da autoridade competente.
(E) Por área de reserva legal entende-se aquela que é localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, incluindo a área de preservação permanente.

RESPOSTA Art. 1º, § 2º, IV, *a*, Lei n. 4.771/65, revogada pela Lei n. 12.651/2012, que traz o mesmo dispositivo legal no art. 3º, VIII, *a*. *Alternativa A.*

958. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Considerando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/1997) e a Resolução n. 16/2001 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, assinale a opção correta.

(A) Os comitês de bacia hidrográfica são compostos por representantes de usuários e poluidores das águas da área de drenagem de um conjunto de rios.

(B) Nos comitês de bacia hidrográfica de bacias cujos territórios abranjam terras indígenas devem ser incluídos representantes das comunidades indígenas residentes nos estados-membros localizados na fronteira da bacia.

(C) Os comitês de bacia hidrográfica devem ser dirigidos por um conselho de diretores e um secretário, indicados pelo governador do estado cujo território se situe na área de atuação do comitê.

(D) A criação de Agências de Água somente pode ser autorizada pelo IBAMA.

(E) Compete ao Comitê de Bacia Hidrográfica aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia.

RESPOSTA Art. 38, III, Lei n. 9.433/97. *Alternativa E.*

959. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Com base na Lei n. 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e na Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos n. 16/2001, assinale a opção correta.

(A) Sendo o consumo humano, em qualquer situação, o uso prioritário dos recursos hídricos, deve a gestão desses recursos evitar, sempre que possível, o uso múltiplo das águas e seu consequente desperdício.

(B) A outorga de direito de uso de recursos hídricos é ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante faculta o direito de uso desses recursos, o que não implica, porém, alienação total ou parcial das águas, que são inalienáveis, nos termos da lei.

(C) O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos objetiva coordenar a gestão integrada das águas e implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, cabendo diretamente aos entes federativos, por meio de suas agências de águas, arbitrar os conflitos relacionados aos recursos hídricos.

(D) A outorga de direito de uso de recursos hídricos não abrange águas subterrâneas, mas apenas águas superficiais.

(E) Embora seja competência exclusiva da União registrar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é composto de órgãos federais, estaduais e do DF.

RESPOSTA Art. 11, *caput*, arts. 13 e 18, todos da Lei n. 9.433/97. *Alternativa B.*

960. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** O sistema de informações sobre recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. São princípios básicos do funcionamento desse sistema

(A) a descentralização do processo de tomada de decisões, a integração institucional do processo de elaboração de informações e o direito à informação.

(B) a publicidade das informações, a coordenação unificada do sistema de coleta dos dados e a descentralização do processo de tomada de decisões.

(C) a descentralização da obtenção e produção de dados e informações, a coordenação unificada do sistema e a garantia de acesso da sociedade aos dados e informações.

(D) a integração regional na coleta de informações, a centralização administrativa no processo de sistematização de dados e a transparência do processo de tomada de decisões.

(E) a centralização do processo de coleta de dados, a interdependência na gestão do conhecimento e a democratização dos veículos de informação.

RESPOSTA Art. 5º, VI, e art. 26, I, II e III, ambos da Lei n. 9.433/97. *Alternativa C.*

961. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Considerando as normas relativas aos recursos hídricos e à mineração, assinale a opção correta.

(A) É competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais em seus territórios bem como legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.

(B) A outorga de direito de uso de recursos hídricos não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de seu uso.

(C) De acordo com a CF, é competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios definir os critérios de outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos.

(D) A outorga de uso de recursos hídricos efetiva-se por ato da autoridade pública competente, contudo, não sendo a água considerada bem suscetível de valor econômico, o seu uso não implica cobrança.

(E) Os estados, o DF e os municípios têm garantida participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural existente no respectivo território, excetuando-se os existentes em plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, pois, nessas áreas, os recursos minerais são considerados bens da União.

RESPOSTA Art. 18, *caput*, Lei n. 9.433/97. *Alternativa B.*

962. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Com relação aos recursos hídricos, assinale a opção correta.

(A) De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, em situações de escassez, o uso dos recursos hídricos deve restringir-se ao consumo humano, vedada sua utilização para qualquer outra finalidade.

(B) A água é bem de domínio público, portanto, todo e qualquer uso dos recursos hídricos está sujeito à outorga pelo poder público.

(C) A outorga de direito de uso de recursos hídricos não implica a alienação das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de seu uso.

(D) O poder público é apenas o gestor dos recursos hídricos, não lhe sendo facultado cobrar por sua utilização, visto que a água, elemento que compõe o meio ambiente, não é considerada bem econômico.

(E) A gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada, cabendo ao Ministério do Meio Ambiente promover a articulação do planejamento de recursos hídricos no âmbito nacional, regional e estadual, bem como com seus usuários diretos.

RESPOSTA Art. 18, Lei n. 9.433/97. *Alternativa C.*

963. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência ao ordenamento jurídico brasileiro sobre a proteção dos recursos hídricos.

(A) A lei de gestão de recursos hídricos permite ao Poder Executivo federal delegar aos estados e ao DF competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.

(B) Quando se tratar de bacia hidrográfica situada em terras indígenas, a comunidade indígena deverá ser representada por membros de entidades ambientais federais.

(C) A CF divide o domínio das águas entre a União e os municípios conforme a localização dos corpos de água.

(D) As associações intermunicipais de bacias hidrográficas integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos como órgão colegiado.

(E) A atual legislação de gestão de recursos hídricos autoriza os estados a, de forma unilateral, organizar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

RESPOSTA Art. 14, § 1º, Lei n. 9.433/97. *Alternativa A.*

964. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Acerca dos fundamentos que dão base à PNRH, assinale a opção correta.

(A) Sendo a água bem de domínio público e recurso natural limitado, dotado de valor econômico, o uso prioritário dos recursos hídricos, em situações de escassez, consiste no consumo humano e na dessedentação de animais.

(B) A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, sendo o município a unidade territorial escolhida para a implementação da PNRH e atuação do SNGRH.

(C) O comitê de bacias, órgão consultivo e deliberativo do SNGRH, tem como centro administrativo a Secretaria Executiva do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade.

(D) A gestão dos recursos hídricos deve proporcionar meios efetivos de prevenção e defesa contra as mudanças climáticas capazes de ocasionar degeneração na qualidade das águas e perda de aquíferos decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

(E) A gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada, para melhor gerenciamento, cabendo à União viabilizar a participação dos usuários e das comunidades no processo de tomada de decisões quanto aos usos múltiplos da água.

RESPOSTA Art. 1º, I, II e III, Lei n. 9.433/97. *Alternativa A.*

965. **(Juiz – TRF-2 – 2009 – CESPE)** É objetivo do regime de outorga do direito de uso de recursos

(A) conceder direitos alternativos ao uso, ao consumo e à captação das águas servidas.

(B) assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício do direito de acesso a ela.

(C) autorizar a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou como insumo de processo produtivo.

(D) aperfeiçoar o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

(E) regular os usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

RESPOSTA Art. 11, Lei n. 9.433/97. *Alternativa B.*

966. **(Juiz – TRF-2 – 2009 – CESPE)** A cobrança pelo uso de recursos hídricos visa

(A) instituir a água como bem econômico e impor ao usuário medidas restritivas de direitos quanto à outorga e à fruição dos recursos hídricos.

(B) incentivar a privatização dos mecanismos de distribuição da água, bem como das estações de tratamento.

(C) incentivar o reúso das águas servidas na produção de ração animal.

(D) estabelecer limites diários para a captação das águas superficiais.

(E) obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e das intervenções contempladas nos planos de recursos hídricos.

RESPOSTA Art. 19, III, Lei n. 9.433/97. *Alternativa E.*

967. **(Juiz – TRF-1 – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta quanto à PNRH.

(A) A água é bem de domínio público, além de ser recurso natural limitado, dotado de valor econômico.

(B) A outorga de direito de uso, instrumento de gestão dos recursos hídricos, pode ser concedida por prazo não superior a 35 anos, renovável com alienação parcial das águas.

(C) Em caso de interrupção do abastecimento de água por mais de 72 horas, o poder público local poderá multar a empresa concessionária em decorrência da infração por ela praticada.

(D) A bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação do Sistema Nacional de Irrigação.

(E) O objetivo da PNRH é implementar os meios necessários para a cobrança pelo uso e pelo consumo de água no Brasil.

RESPOSTA Art. 1º, I e II, Lei n. 9.433/97. *Alternativa A.*

968. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Acerca da PNRH, assinale a opção correta.

(A) O IBAMA integra o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

(B) As comunidades e os usuários participam da gestão dos recursos hídricos.

(C) Compensação a estados pode ser considerado instrumento da PNRH.

(D) Os planos de recursos hídricos são elaborados por bacia hidrográfica e por municípios.

(E) O prazo máximo de toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos é de 20 anos.

RESPOSTA Art. 1º, VI, Lei n. 9.433/97. *Alternativa B.*

969. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** No que diz respeito à Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/1997), assinale a opção correta.

(A) Os planos de recursos hídricos são planos de curto prazo.

(B) Depende de outorga do poder público o uso de recursos hídricos para a satisfação de necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural.

(C) A competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União é do Poder Executivo federal, não podendo ser delegada.

(D) A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se, entre outros fundamentos, no de que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação dessa política e para atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

(E) A centralização da obtenção e produção de dados e informações é um dos princípios básicos para o

funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

RESPOSTA Art. 1º, V, Lei n. 9.433/97. *Alternativa D.*

970. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Com relação às normas que regulam o controle e o transporte de produtos tóxicos e a política energética, assinale a opção correta.

(A) Cabe às agências reguladoras do setor energético propor ao presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do país, em conformidade com a legislação vigente.

(B) Aos estados e ao DF, no exercício de sua competência legislativa, cabe, em caráter privativo, editar normas sobre registro, comércio, classificação e controle tecnológico e toxicológico dos agrotóxicos.

(C) O transporte de agrotóxicos e de suas embalagens vazias está sujeito aos procedimentos estabelecidos em legislação específica, de responsabilidade exclusiva da União.

(D) São de propriedade da União todos os depósitos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos existentes em território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva.

(E) Compete à PETROBRAS implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e biocombustíveis, em todo o território nacional.

RESPOSTA Art. 20, V, VI e IX, CF/88 (bens da União) c/c o art. 3º, *caput*, Lei n. 9.478/97. *Alternativa D.*

971. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Acerca da mineração e dos produtos tóxicos em sua correlação com o ambiente, assinale a opção correta.

(A) A União, os estados e o DF têm competência concorrente para legislar sobre jazidas, minas e outros recursos minerais.

(B) Os agrotóxicos, seus componentes e afins só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados se previamente registrados no órgão federal competente.

(C) Constitui responsabilidade exclusiva do poder público estadual a instituição de programas educativos e de mecanismos de controle e estímulo à devolução das embalagens vazias pelos usuários.

(D) A concessão de lavras e a realização de trabalhos de pesquisa em áreas de conservação dependem de autorização do IBAMA.

(E) Compete à União, com exclusividade, registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de exploração de recursos minerais em todo o território nacional.

RESPOSTA Art. 3º, *caput*, Lei n. 7.802/89 c/c art. 8º, *caput*, Decreto n. 4.074/2002. *Alternativa B.*

972. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência a impactos ao meio ambiente causados pela exploração de recursos naturais.

(A) Ao inserir entre os bens da União as reservas minerais, inclusive as de subsolo, o legislador constituinte reconheceu a condição monopolizadora conferida à União para atividades de exploração de petróleo, por exemplo, entendendo como fator fundamental vinculado à tutela dos bens ambientais o seu direito de propriedade.

(B) Os biocombustíveis, incluídos na Lei de Política Energética, são regulados pela Agência Nacional de Petróleo, que deve cumprir os objetivos relacionados à proteção do meio ambiente como os

aplicados ao petróleo.

(C) A utilização de áreas naturais para a lavra de minerais pode ser realizada por decreto federal, estadual ou norma municipal, desde que não comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a proteção das referidas áreas.

(D) A legislação federal vigente não permite a importação de agrotóxicos, sendo possível, contudo, importar seus componentes em separado, o que dificulta a ação fiscalizadora da administração pública.

(E) Florestas ou áreas tombadas podem ser modificadas pela exploração mineral, desde que mediante proposta viável de recuperação total da área, com assinatura de termo de compromisso para o seu cumprimento.

RESPOSTA Art. 6º, XXIV, c/c art. 8º, XVI, Lei n. 9.478/97. *Alternativa B.*

973. **(Juiz – TRF-5 – 2009 – CESPE)** A respeito de recursos hídricos e mineração, assinale a opção correta.

(A) Como um dos elementos do meio ambiente, a água é um bem dominical que integra o patrimônio privado do poder público.

(B) Na medida em que a água é um recurso natural limitado, a gestão dos recursos hídricos deve-se dar de forma centralizada pelo poder público, privilegiando seu uso racional e limitado. Assim, em situações de escassez, o uso prioritário refere-se ao aproveitamento de potenciais hidrelétricos.

(C) A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica somente poderão ser efetuados, mediante autorização ou concessão da União, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei.

(D) Cabe à União, em caráter privativo, legislar sobre mineração. Nesse sentido, são de sua competência o registro, o acompanhamento e a fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais, mesmo que situadas no território dos estados, do DF e dos municípios.

(E) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são considerados bens da União. No entanto, os estados, o DF, os municípios e os órgãos da administração direta da União participarão do resultado da exploração desses minérios localizados em seus territórios, ou receberão compensação financeira por essa exploração.

RESPOSTA Art. 20, IX e § 1º, CF/88. *Alternativa E.*

974. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** O direito ambiental é entendido como um conjunto de princípios e normas jurídicas que buscam regular os efeitos diretos e indiretos da ação humana no meio, de forma a garantir às atuais e futuras gerações o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Acerca da proteção do meio ambiente, assinale a opção correta.

(A) Como forma de garantir a participação da sociedade na política de proteção ambiental, é obrigatória a realização de audiências públicas antes da implementação de qualquer um dos instrumentos da política ambiental.

(B) O estudo de impacto ambiental, instrumento de proteção do meio ambiente, representa a aplicação do princípio da precaução.

(C) Impedir a exploração econômica dos recursos naturais é um dos objetivos do emprego do licenciamento ambiental como instrumento de proteção ao meio ambiente.

(D) É competência exclusiva da União editar políticas públicas com a finalidade de manter a

qualidade ambiental e o equilíbrio ecológico.

(E) A cobrança pelo uso da água permite reconhecê-la como um bem econômico e, dessa forma, incentivar a racionalização do seu uso.

RESPOSTA Art. 1º, I e II, Lei n. 9.433/97. *Alternativa E.*

IX. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001)

975. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** O Estatuto da Cidade prevê como institutos jurídicos e políticos da política urbana

(A) a contribuição de melhoria e o tombamento de imóveis.

(B) a preempção e o plano de desenvolvimento econômico e social.

(C) a desapropriação e a instituição de unidades de conservação.

(D) o direito de superfície e a gestão orçamentária participativa.

(E) o IPTU e a concessão do direito real de uso.

RESPOSTA Art. 4º, V, *a* e *e*, Lei n. 10.257/2001. *Alternativa C.*

976. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Considerando que o município A, com 30.000 habitantes e sem plano diretor, decida utilizar instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade ao detectar que diversos imóveis localizados em seu perímetro urbano não são utilizados, o que configura claro desrespeito à função social de propriedade, assinale a opção correta, com base no que dispõem a CF e o Estatuto da Cidade.

(A) O Estatuto da Cidade não prevê instrumentos que auxiliem a melhoria da qualidade de vida urbana, razão por que deve o município, ao elaborar o seu plano diretor, incluir um item específico a esse respeito.

(B) O referido município deve elaborar plano diretor.

(C) O plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, deve ser revisto a cada vinte anos.

(D) A edificação compulsória poderá ser determinada pelo município imediatamente.

(E) Poderá ser determinado o parcelamento do solo urbano subutilizado, independentemente de notificação do proprietário pelo Poder Executivo municipal.

RESPOSTA Art. 41, I, e arts. 39 e 40, todos da Lei n. 10.257/2001. *Alternativa B.*

977. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca das diretrizes, competências e instrumentos relacionados ao uso da propriedade urbana, conforme previsto na CF e no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001).

(A) Compete à União, entre outras atribuições de interesse da política urbana, promover, por iniciativa própria e em conjunto com os estados, o DF e os municípios, programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

(B) São diretrizes da política urbana, entre outras, a oferta de condições para que os agentes públicos promovam, de modo prioritário e com prerrogativas que não se aplicam aos agentes privados, empreendimentos e atividades relativas ao processo de urbanização.

(C) Quem possuir, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, como sua, utilizando-a para moradia de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, mesmo sendo proprietário de outro imóvel rural, direito não assegurado ao possuidor de

imóvel urbano.

(D) O Estatuto da Cidade não admite que a concessão de direito real de uso de imóveis públicos, nos casos de programas habitacionais de interesse social desenvolvidos por órgãos da administração pública, seja contratada de forma coletiva, permitindo apenas a contratação em caráter individual ou por casal com união judicialmente reconhecida.

(E) De acordo com a CF, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências de ordenação da cidade previstas no Código de Posturas e nas normas municipais sobre edificação e ocupação do solo.

RESPOSTA Art. 3º, III, Lei n. 10.257/2001. *Alternativa A.*

978. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Em relação à política urbana, assinale a opção correta.

(A) O zoneamento ambiental, instrumento da PNMA para grandes espaços econômico-ecológicos, não se aplica ao âmbito urbano.

(B) No âmbito municipal, o estudo ambiental cabível é o estudo de impacto de vizinhança, que substitui a elaboração e a aprovação de estudo de impacto ambiental.

(C) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes e para aquelas que integrem áreas de especial interesse turístico, entre outras situações definidas em lei.

(D) O Estatuto da Cidade é norma federal que fixa diretrizes gerais para a política de desenvolvimento urbano, cuja execução, conforme repartição constitucional de competências, cabe aos estados.

(E) A lei que instituir o plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, só poderá ser revista depois de decorridos cinco anos da sua promulgação, a fim de evitar pressões de especulação imobiliária.

RESPOSTA Art. 41, I e IV, Lei n. 10.257/2001. *Alternativa C.*

979. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** De acordo com o Estatuto das Cidades, as diretrizes da política urbana incluem

(A) a garantia do direito a cidades sustentáveis e a cooperação entre os governos, iniciativa privada e demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento do interesse social.

(B) a garantia de acessibilidade aos equipamentos urbanos e a gestão democrática por meio da atividade parlamentar.

(C) a cooperação entre o governo, a iniciativa privada e as organizações não governamentais no atendimento do interesse social e a gestão integrada do sistema de gerenciamento de trânsito nos municípios com população igual ou superior a quinhentos mil habitantes.

(D) a gestão descentralizada dos recursos hídricos e o planejamento integrado do sistema de esgotamento sanitário.

(E) a cooperação intermunicipal no processo de elaboração do zoneamento industrial e o plano de manejo de parques, praças e áreas verdes dos espaços urbanos.

RESPOSTA Art. 2º, I e III, Lei n. 10.257/2001. *Alternativa A.*

980. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Acerca das diretrizes gerais da política urbana, assinale a opção correta à luz do Estatuto da Cidade – Lei n. 10.257/2001.

(A) A desapropriação é instrumento de política urbana.

(B) O tombamento de imóveis não é considerado instrumento de política urbana.

(C) O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo suas diretrizes

e prioridades estar incorporadas no plano plurianual e nas diretrizes orçamentárias, com exceção do orçamento anual.
(D) A lei que institui o plano diretor, aprovado por lei municipal, deve ser revista, pelo menos, a cada dois anos.
(E) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes.

RESPOSTA Art. 4º, V, *a*, Lei n. 10.257/2001. *Alternativa A.*

981. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Cardoso resolveu, por conta própria, criar um parcelamento de solo em área pública sem registro em cartório. Colocou piquetes demarcando os lotes e pediu para Carlos, corretor de imóveis, vender os lotes, com o que este concordou. Considerando essa situação hipotética e o previsto na Lei de Parcelamento de Solo Urbano (Lei n. 6.766/1979), as condutas de Cardoso e Carlos constituem, respectivamente,
(A) crime e contravenção penal.
(B) infração administrativa e atividade ilícita.
(C) atividade ilícita e infração administrativa.
(D) contravenção penal e crime.
(E) crime e crime.

RESPOSTA Art. 50, I e III, parágrafo único, Lei n. 6.766/79. *Alternativa E.*

982. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Com base na disciplina legal sobre a política de desenvolvimento urbano, julgue os itens a seguir.
I. Compete aos municípios instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, incluindo-se habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
II. O plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, é obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, para as que pertencem a regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e para as que integram área de especial interesse turístico.
III. Aquele que possuir, como sua, área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
IV. Compete aos municípios, como executores da política de desenvolvimento urbano e no exercício de sua autonomia legislativa, editar normas gerais de direito urbanístico.
Estão certos apenas os itens
(A) I e II.
(B) I e IV.
(C) II e III.
(D) III e IV.

RESPOSTA Lei n. 10.257/2001, arts. 40 e 41; e art. 9º. *Alternativa C.*

DIREITO AGRÁRIO

983. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Com base no que dispõe o Estatuto da Terra, assinale a opção correta.
(A) O poder público pode explorar imóvel rural de sua propriedade para qualquer finalidade lícita.

(B) A lei assegura às populações indígenas a posse e a propriedade das terras por elas ocupadas.
(C) O imóvel rural é definido como o prédio rústico, de área contínua ou não, cuja finalidade seja a exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial.
(D) É vedado à União delegar aos estados, ao DF e aos municípios atribuições relativas à execução do Programa Nacional de Reforma Agrária, matéria inserida no âmbito de sua atuação exclusiva.
(E) Os bens desapropriados por sentença definitiva, incorporados ao patrimônio público, não podem ser objeto de reivindicação fundada em nulidade do processo de desapropriação.

RESPOSTA Art. 23, Lei n. 4.504/64. *Alternativa E.*

984. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** No que se refere a terras devolutas, usucapião, parcelamento e ITR, assinale a opção correta.

(A) Para o reconhecimento do direito à isenção do ITR, é necessária, conforme o entendimento do STJ, a apresentação do ato declaratório ambiental.
(B) A presença da União ou de qualquer de seus entes na ação de usucapião especial afasta a competência do foro da situação do imóvel.
(C) São equivalentes os conceitos de módulo rural e módulo fiscal estabelecidos pelo Estatuto da Terra para fins da impenhorabilidade da pequena propriedade rural, segundo o entendimento do STJ.
(D) As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos estados, autorizam, apenas, o uso, permanecendo o domínio com a União, ainda que se mantenha inerte ou tolerante em relação aos possuidores.
(E) A ação discriminatória pode ser utilizada para a individualização e demarcação de quaisquer bens públicos territoriais.

RESPOSTA A alternativa correta representa o enunciado da Súmula 477, STF. *Alternativa D.*

985. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** A respeito de terras indígenas, desapropriação de terras para fins de reforma agrária, títulos da dívida agrária, trabalho rural e aquisição arrendamento de imóvel rural, assinale a opção correta.

(A) Não padece de vício cláusula que fixe o preço e o pagamento do arrendamento rural em sacas de soja.
(B) A existência de propriedade devidamente registrada inibe a FUNAI de investigar e demarcar terras indígenas.
(C) Segundo o entendimento sumular do STJ, no âmbito das desapropriações diretas os juros compensatórios são devidos a partir da imissão na posse.
(D) Para fins de recebimento de benefício previdenciário, a carteira de filiação a sindicato rural da qual conste a condição de trabalhador rural e a prova testemunhal do tempo de serviço trabalhado não demonstram a condição profissional, nos termos do entendimento consolidado no STJ.
(E) Não incide correção monetária nos títulos da dívida agrária.

RESPOSTA A alternativa correta representa o enunciado da Súmula 69, STJ. *Alternativa C.*

986. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Com relação a posse de imóvel rural, títulos de crédito rural e contratos agrários, assinale a opção correta.

(A) De acordo com entendimento do STJ, é permitida a capitalização de juros nos contratos de crédito rural, mesmo que não haja pacto expresso neste sentido.

(B) Havendo omissão do Conselho Monetário Nacional na fixação da taxa máxima admitida nos contratos de crédito rural, a título de juros remuneratórios, incide a limitação de 12% ao ano, prevista na Lei de Usura.

(C) Em caso de inadimplemento da cédula de crédito rural, é permitida a cobrança de sobretaxa de inadimplemento, de modo a elevar os juros em percentual superior a 1%.

(D) O estrangeiro não pode defender a posse de imóvel rural em caso de turbação ou esbulho.

(E) Pode ser licitamente cobrada a comissão de permanência em sede de crédito rural.

RESPOSTA Art. 5º, Decreto-lei n. 167/67; c/c a Súmula 93, STJ. *Alternativa B.*

987. (Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE) No que diz respeito à desapropriação para fins de reforma agrária, à delimitação de área de reserva legal e ao ITR, assinale a opção correta.

(A) O julgamento de ação possessória anterior, com trânsito em julgado, impede o ajuizamento de ação demarcatória.

(B) De acordo com a doutrina majoritária e a jurisprudência do STJ, não cabe desapropriação por interesse social, promovida pelo INCRA, de imóvel rural localizado em área urbana.

(C) A responsabilidade pela delimitação da área de reserva legal é do proprietário rural, incumbindo ao órgão ambiental somente a aprovação da sua localização.

(D) A invasão de propriedade rural por integrantes de movimento de sem-terra não afasta a legitimidade passiva do proprietário no que se refere ao pagamento do ITR, ainda que haja privação total da posse.

(E) A invasão de propriedade rural por integrantes de movimento de sem-terra não obsta a vistoria, avaliação ou desapropriação, pelo INCRA, do imóvel para fins de reforma agrária.

RESPOSTA A delimitação da área de Reserva legal é da competência do proprietário da área rural, limitada às estipulações legais do percentual da área a ser reservada e de localização que deve ser aprovada pelo órgão ambiental competente (arts. 12 e 14, Lei n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal)). A reserva legal estava regulada no art. 16, Lei n. 4.771/65, revogada pela Lei n. 12.651/2012. *Alternativa C.*

988. (Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE) Considerando o disposto no Estatuto da Terra, assinale a opção correta.

(A) Individualmente, sob a forma de cooperativas ou em condomínio, não assiste às entidades estrangeiras o direito de propriedade de terra no território nacional.

(B) O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é o órgão competente para representar a União nos acordos, convênios ou contratos multilaterais que envolvam matéria do referido estatuto.

(C) O Estado não pode utilizar força policial para a realização de vistoria e avaliação, para fins de reforma agrária, de imóvel rural.

(D) É vedado condicionar à função social a oportunidade de acesso à propriedade da terra.

(E) É ilimitado, conforme a legislação em vigor, o direito de o agricultor permanecer na terra que cultive.

RESPOSTA § 1º, art. 6º, Lei n. 4.504/64, alterada pela Medida Provisória n. 2.183-56/2001. *Alternativa B.*

989. (Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE) Com relação à usucapião especial rural, assinale a opção correta.

(A) Deve-se adotar, na ação de usucapião especial, o procedimento comum ordinário, sendo o MP obrigado a intervir em todos os atos.

(B) A usucapião especial pode ser invocada como matéria de defesa, mas, nesse caso, a sentença não vale como título para a transcrição no registro de imóveis.

(C) À luz da CF, para que alguém adquira um bem em razão da usucapião constitucional rural, a área de terra em zona rural não pode ser superior a cinquenta hectares.

(D) Para a aquisição de imóveis rurais pela usucapião, é necessário apresentar o justo título, documento hábil que garanta e comprove o direito.

(E) Segundo a legislação em vigor, as terras habitadas por silvícolas também podem ser objeto de usucapião especial.

RESPOSTA Art. 191, CF/88. *Alternativa C.*

(AGU-PF – BR – 2010 – CESPE) No que concerne ao direito agrário, julgue os próximos itens.

990. Haverá retrocessão, autorizando o expropriado a exercer o direito de pedir a devolução do imóvel ou eventual indenização, quando configurada a tredestinação ilícita.

RESPOSTA Retrocessão é a devolução do domínio expropriado, para que se integre ou regresse ao patrimônio daquele de quem foi tirado, pelo mesmo preço da desapropriação. A retrocessão ocorre quando o bem retirado do patrimônio de alguém não é empregado no interesse público que originou a desapropriação, e, deste modo, o desapropriado tem o direito de requerer de volta o seu bem imóvel. A tredestinação acontece quando um bem expropriado tem destinação diversa da que originou a desapropriação. A tredestinação ilícita significa ou desvio de finalidade pela administração, ou desistência da expropriação. A tredestinação lícita significa que a administração deu outra função ao imóvel desapropriado, porém há interesse público nela. *Certa.*

991. A função social da propriedade caracteriza-se pelo fato de o proprietário condicionar o uso e a exploração do imóvel não só aos seus interesses particulares, mas, também, à satisfação de objetivos para com a sociedade, como a obtenção de determinado grau de produtividade, o respeito ao meio ambiente e o pagamento de impostos.

RESPOSTA Os requisitos para o cumprimento da função social da propriedade estão no art. 186, CF/88. *Errada.*

(AGU-PF – BR – 2010 – CESPE) Julgue os itens a seguir com base nas normas de direito agrário.

992. Para que seja deferido o usucapião *pro labore*, exige-se apenas que o indivíduo, não sendo proprietário de outro imóvel rural, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra rural não superior a cinquenta hectares e nela resida, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família.

RESPOSTA O art. 191, CF/88, que regula a usucapião rural *pro labore* constitucional, dispõe que o indivíduo não pode ter nenhuma propriedade, seja rural ou urbana, ao contrário do que diz o enunciado da questão. *Errada.*

993. O desmembramento do imóvel rural, para caracterizar as frações desmembradas como média propriedade rural, tudo devidamente averbado no registro imobiliário, e atrair a vedação contida no art. 185, inciso I, da CF, poderá ser efetivado mesmo após a realização da vistoria para fins expropriatórios, mas antes do decreto presidencial.

RESPOSTA "A divisão de imóvel rural, em frações que configurem médias propriedades rurais, decorridos mais de seis meses da data da comunicação para levantamento de dados e informações, mas antes da edição do decreto presidencial, impede a desapropriação para fins de reforma agrária. Não incidência, na espécie, do que dispõe o parágrafo 4º do art. 2º da Lei 8.629/1993." (MS 24.890, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 27-11-2008, Plenário, *DJE* de 13-2-2009.) *Certa.*

994. Os juros compensatórios, na desapropriação para fins de reforma agrária, fluem desde a imissão na posse.

RESPOSTA Enunciado da Súmula 113, STJ "Os juros compensatórios, na desapropriação direta, incidem a partir da imissão na posse, calculados sobre o valor da indenização, corrigido monetariamente". A Súmula 70, STJ, fala dos juros moratórios na desapropriação. *Certa.*

995. (PGEPI – PI – 2008 – CESPE) Acerca das classificações legais aplicáveis ao imóvel rural, é correto afirmar que o conceito de

(A) propriedade familiar é basilar ao direito agrário, sendo sua extensão fixada por pluralidade de módulos rurais para cada região econômica.
(B) média propriedade rural se refere a imóveis com extensão de seis a quinze módulos rurais.
(C) pequena propriedade rural está compreendido entre um e quatro módulos rurais
(D) minifúndio se refere a imóvel de extensão inferior à propriedade familiar.
(E) latifúndio se define pelos imóveis com extensão superior à media propriedade rural.

RESPOSTA Art. 4º, IV, Lei n. 4.504/64. *Alternativa D.*

(AGU-PF – BR – 2007 – CESPE) A história do direito agrário no Brasil passa pelo Tratado de Tordesilhas – assinado em 7 de junho de 1494, por D. João, rei de Portugal, de um lado, e por D. Fernando e D. Isabel, reis de Espanha, do outro –, bem como pelo regime sesmarial empregado no processo de colonização do país. Ademais, atualmente, o tema reforma agrária se situa entre os mais importantes, havendo inclusive entidades que lutam pela correção da estrutura agrária no Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, a respeito da legislação da reforma agrária e do processo de desapropriação para fins de reforma agrária (Certo ou Errado).

996. No Brasil, para se fazer a reforma agrária, adota-se o método coletivista, que consiste na nacionalização da terra, que passa a pertencer exclusivamente ao Estado. Isso se explica pelo fato de não haver, no Brasil, propriedade privada, devendo toda terra estar subordinada ao bem comum (função social da propriedade).

RESPOSTA No Brasil há propriedade privada e ela se constitui em um direito fundamental disposto no art. 5º, XXII e XXIII, CF/88. *Errada.*

997. Um cidadão, membro do MST, ao receber a sua terra pelo programa de reforma agrária vigente, estará isento do pagamento de custas ou emolumentos para registro no cartório.

RESPOSTA Arts. 26 e 26-A, Lei n. 8.629/93. *Certa.*

998. A CF previu a edição de lei complementar para disciplinar a reforma agrária e evitar tanto quanto possível as tensões sociais no campo. Nessa lei, prevê-se apelação com efeito devolutivo e suspensivo da sentença que fixar o preço da indenização.

RESPOSTA Art. 13, 2º parte, LC n. 76/93. *Certa.*

FCC

DIREITO AMBIENTAL

I. Teoria Geral e Princípios de Direito Ambiental

999. (PM – Teresina-PI – 2010 – FCC) O desmatamento indiscriminado do cerrado piauiense sob o argumento de que as empresas criam empregos não é aceitável, pois pode haver atividade

economicamente sustentável desde que as empresas estejam dispostas a diminuírem seus lucros, utilizando-se de matrizes energéticas que não signifiquem a política de terra arrasada. (AG 2007.01.00.059260-7/PI)

Ao analisar os princípios do direito e, em particular do direito ambiental, é INCORRETO afirmar que

(A) de acordo com o princípio da precaução quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

(B) a noção de gestão sustentável dos recursos naturais no espaço e no tempo impõe um duplo imperativo ético de solidariedade – equidade intrageracional e intergeracional.

(C) de acordo com o princípio poluidor-pagador o poluidor deve pagar pela poluição causada que acarrete danos à saúde humana e os demais custos ambientais da produção devem ser arcados por toda a sociedade para a própria existência das atividades econômicas.

(D) o princípio do desenvolvimento sustentável é fundado em três pilares: econômico, ambiental e social.

(E) os Estados têm a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.

RESPOSTA No princípio do poluidor-pagador, o poluidor deve arcar com os custos da prevenção dos possíveis danos ao meio ambiente que a sua atividade venha a ocasionar (Prevenção do dano). Porém, se ocorrer dano ao meio ambiente pela atividade realizada, o poluidor será responsabilizado e terá a obrigação de reparar o dano causado (Repressão ao dano). Esse princípio visa internalizar os custos da poluição, impondo ao empreendedor um ônus maior do que o restante da coletividade, já que as consequências negativas ao meio ambiente são exteriores à atividade e atingem toda a coletividade, enquanto o bônus pelo desenvolvimento da atividade fica restrito ao dono da atividade. O princípio do poluidor-pagador está disposto na Constituição Federal quando esta fala da reparação de danos ao meio ambiente (art. 225, § 3º, CF/88) e na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, Lei n. 6.938/81, no seu art. 4º, VII. *Alternativa C.*

1000. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Preceitua o item 15 da Declaração do Rio de Janeiro Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92): “Para que o ambiente seja protegido, será aplicada pelos Estados, de acordo com as suas capacidades, medidas preventivas. Onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para o adiamento de medidas eficazes em termos de custo para evitar a degradação ambiental”. Esse texto traz em si a gênese do princípio, em matéria ambiental,

(A) do desenvolvimento sustentável.

(B) da precaução.

(C) da tutela estatal.

(D) da incerteza científica.

(E) da inevitabilidade ambiental.

RESPOSTA Conceito do princípio da precaução, constante no “Princípio 15” da Declaração do Rio Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas em 1992. O princípio da precaução incide nas situações onde não há certeza científica absoluta se a atividade ocasiona dano ao meio ambiente e nos casos onde não é possível se conhecer cientificamente a totalidade da extensão de um possível dano. Nesses casos, diante da incerteza e da possibilidade de danos irreversíveis ao meio ambiente, aplicam-se medidas que possam evitar a incidência dos danos, pois se protege o meio ambiente diante do desconhecimento dos efeitos da atividade. *Alternativa B.*

1001. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** Quanto aos princípios do direito ambiental, é correto afirmar:

(A) O princípio do poluidor-pagador está intimamente ligado ao princípio da livre-iniciativa e permite a livre utilização dos bens ambientais pelos particulares, ressalvado o posterior ressarcimento à Fazenda Pública pelo uso.

(B) O princípio do acesso equitativo aos recursos naturais não impede que se dê preferência a utilização do bem ambiental pelas comunidades que se encontram mais próximas a ele.

(C) O princípio da prevenção está ligado à incerteza sobre os riscos de determinada atividade potencialmente poluidora, enquanto o princípio da precaução demanda a adoção de medidas que assegurem a salubridade ambiental quando já se conhecem as consequências daquela atividade.

(D) O princípio da participação impõe obrigações não só ao Estado, mas também aos particulares, respondendo ambos, solidariamente, por quaisquer danos que venham a ser causados ao meio ambiente.

(E) O princípio do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado impede a utilização dos elementos de fauna e flora em suas formas nativas no intuito de manter o equilíbrio ambiental, tanto quanto possível, sem que haja a intervenção humana.

RESPOSTA O princípio do acesso equitativo aos recursos naturais garante que todos possam utilizar, de forma equilibrada, os recursos fornecidos pelo meio ambiente. Os bens ambientais são considerados comuns e, portanto, de acesso a todos, devendo atender às necessidades de todos os seres humanos, evitando-se os privilégios e desequilíbrios. *Alternativa B.*

1002. **(Procurador – PGE-MT – 2011 – FCC)** São princípios do Direito Ambiental:

(A) poluidor pagador, usuário pagador e autonomia da vontade.

(B) prevenção, taxatividade e poluidor pagador.

(C) função socioambiental da propriedade, usuário pagador e precaução.

(D) vedação de retrocesso, prevenção e insignificância.

(E) capacidade contributiva, função socioambiental da propriedade e desenvolvimento sustentável.

RESPOSTA O princípio do usuário-pagador estabelece que o usuário de recurso natural deva pagar um valor por sua utilização (Remuneração pelo uso). Esse pagamento tem o objetivo de estimular o uso racional do recurso natural e diferenciar o uso para determinado empreendimento, fazendo justiça e compensando as pessoas que usam em menor volume determinado recurso natural. O princípio da função socioambiental da propriedade determina que cabe ao proprietário exercer o seu direito sem ofender o meio ambiente, preservando e mantendo os recursos naturais existentes. O termo "função social" retira o individualismo da propriedade privada e avoca para o proprietário o dever de exercer o seu direito sem prejudicar a coletividade e o meio ambiente. *Alternativa C.*

II. Direito Constitucional Ambiental

1003. **(Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC)** O artigo 225 da Constituição Federal estabelece que constituem patrimônio nacional, com utilização prevista na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais, as seguintes regiões do Brasil:

(A) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Cerrado, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.

(B) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.

(C) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.

(D) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e o Pampa gaúcho.

(E) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Cerrado, o Pampa gaúcho e a Zona Costeira.

RESPOSTA Art. 225, § 4º, CF/88. *Alternativa C.*

1004. **(Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC)** Segundo o § 1º do artigo 225 da Constituição Federal, são deveres específicos do Poder Público na tutela do meio ambiente,

(A) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas e exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

(B) autorizar, por decreto do executivo federal, a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente e desenvolver a Zona Costeira.

(C) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético e definir, por decreto do executivo federal, a localização de usinas que operem com reatores nucleares.

(D) definir, na Floresta Amazônica brasileira, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos sendo a alteração e a supressão permitidas por decreto do executivo federal, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

(E) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético e disciplinar o uso de biocidas que garantam o uso adequado de tecnologia transgênica.

RESPOSTA Art. 225, § 1º, I e IV, CF/88. *Alternativa A.*

1005. **(Analista – MP-AP – 2012 – FCC)** Se, em observância a determinadas atividades nocivas que estivessem ocorrendo ao meio ambiente em Macapá, este município desejasse criar, através de lei, guardas municipais destinadas à fiscalização de tais atividades, a criação dessas guardas, de acordo com a Constituição do Estado do Amapá,

(A) não seria legítima, pois a competência para legislar sobre a proteção ambiental é somente da União e dos Estados.

(B) não seria legítima, pois é de competência exclusiva da União legislar sobre a proteção ambiental.

(C) seria legítima, desde que houvesse intervenção do Estado decretada de ofício pelo Presidente da República.

(D) seria legítima, respeitadas as competências estadual e federal.

(E) não seria legítima, pois guardas municipais apenas podem ser criadas por meio de normas constitucionais estadual ou federal.

RESPOSTA Art. 30, I e II, CF/88, respeitados os interesses e as competências da União e dos Estados. *Alternativa D.*

1006. **(Analista – MP-AP – 2012 – FCC)** Vítor, empreiteiro autônomo, ao realizar a reforma de um galpão causa grande lesão ao meio ambiente. Diante dessa lesão, de acordo com a Constituição Federal brasileira, Vítor

(A) estará sujeito a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

(B) não estará sujeito a sanções penais e administrativas, pois estas cabem somente a pessoas jurídicas quando a infração seja cometida por decisão de seu representante legal.
(C) estará sujeito a sanções penais e administrativas somente se for condenado a reparar os danos causados na esfera cível.
(D) estará sujeito apenas a obrigação de reparar os danos causados na esfera cível, não cabendo sanções penais ou administrativas.
(E) não estará sujeito a sanções penais e administrativas, tampouco à reparação dos danos causados, tendo em vista não ter praticado ato ilícito, já que não agiu com dolo.

RESPOSTA Art. 2.225, § 3º, CF/88. *Alternativa A.*

1007. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Os municípios brasileiros, face ao ordenamento constitucional e legal, no que se refere ao licenciamento ambiental,

(A) podem emitir licença ambiental exclusivamente nos casos que envolvam o patrimônio histórico local.
(B) podem emitir licença ambiental, desde que o empreendimento seja de interesse apenas local e não afete o meio ambiente em nível regional ou nacional.
(C) não podem emitir licença ambiental em hipótese nenhuma.
(D) não podem emitir licença ambiental em hipótese nenhuma exceto se receberem, para tanto, delegação expressa do IBAMA.
(E) podem emitir licença ambiental, desde que o empreendimento se situe e abranja área de região metropolitana reconhecida por lei.

RESPOSTA Art. 30, I, CF/88. *Alternativa B.*

1008. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** As águas subterrâneas são bens de domínio

(A) da União Federal, desde que ultrapassem os limites do território estadual.
(B) do Município onde se situam.
(C) do proprietário do imóvel onde se localizam.
(D) do órgão ambiental do Estado-membro.
(E) do Estado-membro onde se situam.

RESPOSTA Art. 26, I, CF/88. *Alternativa E.*

1009. **(Procurador – PGE-MT – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa correta sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

(A) São de domínio da União.
(B) As riquezas do solo são de usufruto da FUNAI, que possui a obrigação legal de reparti-las.
(C) É vedado o aproveitamento do potencial energético em terra indígena.
(D) É permitida a remoção definitiva dos grupos indígenas de suas terras, desde que haja autorização do Congresso Nacional, em caso de relevante interesse público.
(E) É válida a alienação de terras indígenas, desde que o grupo esteja adaptado à cultura branca e assistido pela FUNAI.

RESPOSTA As terras são de domínio da União e os índios têm a posse permanente (art. 231, § 2º, CF/88). *Alternativa A.*

1010. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** O art. 1º da Lei n. 5.197, de 03.01.1967, estabelece que

"os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase de seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, (...) são propriedade do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha". Se analisado à luz do conceito de bem ambiental, como decorrente da Constituição de 1988, este dispositivo

(A) guarda com este compatibilidade, porque todos os bens ambientais são de propriedade do Estado.
(B) guarda com este compatibilidade, porque a Constituição estabelece a proibição da caça da fauna silvestre.
(C) não guarda com este compatibilidade, porque a fauna silvestre não é um bem ambiental.
(D) não guarda com este compatibilidade, porque os bens ambientais são de titularidade difusa, e não do Estado.
(E) não guarda com este compatibilidade, porque a matéria não é disciplinada pela Constituição.

RESPOSTA A propriedade dos animais que compõem a fauna silvestre e dos demais bens ambientais é uma propriedade difusa, ou seja, transindividual, sendo, portanto, de titularidade coletiva "de todos e de ninguém", por força do art. 225, *caput*, CF/88. *Alternativa D.*

1011. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) Relativamente às competências constitucionais em matéria ambiental, é correto afirmar que

(A) compete privativamente à União legislar sobre todos os aspectos do meio ambiente e o aproveitamento dos recursos naturais.
(B) no regime da Constituição de 1988 vigora a regra segundo a qual a lei estadual, se existente, prevalece sobre a lei federal.
(C) a preservação das florestas, da fauna e da flora é competência material comum da União, dos Estados e dos Municípios.
(D) tanto nas competências materiais comuns, quanto nas competências legislativas concorrentes, a atuação federal prevalece sobre a estadual, naquilo em que for geral.
(E) a disciplina das competências comuns é feita exclusivamente pela Constituição, excepcionando o papel reservado à Lei Complementar nesse particular.

RESPOSTA Acrescentaria o DF nesta competência material comum relativa às florestas, à fauna e à flora, conforme dispõe o art. 23, *caput*, VI e VII, CF/88. *Alternativa C.*

1012. (PM – Teresina-PI – 2010 – FCC) A poluição sonora e os problemas que os altos níveis de som ocasionam constituem uma preocupação das sociedades contemporâneas. Assim, o legislador constituinte brasileiro determinou que

(A) cabe à União estabelecer normas gerais sobre poluição sonora e tanto os Estados e Distrito Federal como os Municípios podem complementar essa legislação com base em sua competência legislativa concorrente.
(B) os Municípios podem legislar sobre poluição sonora com fundamento em sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local e, assim, podem adotar legislação que permita níveis mais altos de som para atividades econômicas consideradas fundamentais para o próprio desenvolvimento do Município.
(C) os Estados-membros têm competência legislativa residual ou remanescente em matéria de poluição sonora.
(D) a União tem competência legislativa exclusiva em matéria de controle da poluição sonora e assim estabelece critérios e padrões nacionais específicos para aeronaves, veículos automotores, bares e demais atividades que provocam ruídos, como também equipamentos industriais e domésticos.

(E) os Estados-membros podem suplementar a legislação federal no que couber para adotar parâmetros mais restritivos em matéria de poluição sonora.

RESPOSTA Art. 24, VI e § 2º, CF/88. *Alternativa E.*

1013. **(PGESP – SP – 2009 – FCC)** Pelo disposto na Constituição Federal, em especial no seu artigo 225, e na Lei Federal n. 9.605/98, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas,

(A) dependendo a obrigação de reparação dos danos causados da comprovação da existência de dolo, quando se tratar de pessoa física.
(B) independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
(C) dependendo a obrigação de reparação dos danos causados de condenação criminal transitada em julgado.
(D) independentemente da obrigação de reparação de danos ambientais, sendo que a responsabilidade penal não se aplica à pessoa jurídica.
(E) sendo subjetiva a responsabilidade pela reparação de danos ambientais, quando se tratar de pessoa física e objetiva a responsabilidade quando se tratar de pessoa jurídica.

RESPOSTA O art. 225, § 3º, CF/88, traz a tríplice responsabilização do dano ambiental constante no dispositivo legal anteriormente citado. *Alternativa B.*

III. Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81) e LC n. 140/2011

1014. **(Procurador – PGE-MT – 2011 – FCC)** De acordo com a Lei Federal n. 6.938/81, a política nacional do meio ambiente tem como objetivos

(A) promover a adoção de práticas adequadas de conservação e uso racional dos combustíveis e de preservação do meio ambiente.
(B) assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.
(C) a utilização racional e adequada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável.
(D) a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.
(E) a preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida.

RESPOSTA Art. 4º, VI, Lei de PNMA. *Alternativa E.*

1015. **(Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC)** De acordo com o artigo 6º da Lei Federal n. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, dentre os órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios que constituem o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA – temos, respectivamente, como órgãos Superior; Consultivo e Deliberativo; Executor e Seccionais, os seguintes:

(A) Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA; Conselho de Governo; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; e os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades

capazes de provocar a degradação ambiental.

(B) Conselho de Governo; Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; e os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

(C) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Conselho de Governo; Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA; e os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

(D) Conselho de Governo; Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis − IBAMA; e os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

(E) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis − IBAMA; Conselho de Governo; Conselho Nacional do Meio Ambiente − CONAMA; e os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

RESPOSTA Art. 6º, I, II, IV e V, Lei n. 6.938/81. É importante ressaltar que com o advento da Lei n. 11.516/2007 criou-se o ICMbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), outro órgão executor federal do SISNAMA, já que compete ao ICMbio implementar o SNUC e cuidar das UCs federais. *Alternativa D.*

1016. **(Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC)** A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81), após seus 30 anos de vigência, cumpre, de certa forma, o papel de Código Ambiental Brasileiro, assegurando normativamente:

(A) a exigência de licença ambiental e de estudo de impacto de vizinhança para atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

(B) a consagração da responsabilidade penal da pessoa jurídica.

(C) o reconhecimento da legitimidade do Ministério Público para propor ação de responsabilidade civil e criminal em decorrência de danos causados ao ambiente.

(D) a consagração expressa do princípio da precaução.

(E) a caracterização da responsabilidade subjetiva do poluidor pela reparação ou indenização do dano ecológico causado.

RESPOSTA Parte final do § 1º, art. 14, Lei n. 6.938/81. *Alternativa C.*

1017. **(Analista – MP-AP – 2012 – FCC)** De acordo com a Lei n. 6.938/81, o Sistema Nacional do Meio Ambiente − SISNAMA possui o Conselho Nacional do Meio Ambiente − CONAMA em sua estrutura como órgão

(A) superior, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.

(B) consultivo e deliberativo, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

(C) central, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.

(D) executor, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.

(E) seccional, com a responsabilidade de divulgar anualmente o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, bem como de administrar o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, além do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

RESPOSTA Art. 6º, II, Lei n. 6.938/81. *Alternativa B.*

1018. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA é órgão encarregado de

(A) reunir em um sistema único os órgãos da administração ambiental federal, estadual e municipal, promovendo reuniões trimestrais entre eles para tornar efetiva a proteção do meio ambiente.

(B) gerir o Fundo Nacional do Meio Ambiente e a distribuição de recursos para projetos ambientais.

(C) estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e executar a política nacional do meio ambiente, podendo agir administrativa ou judicialmente.

(D) estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar, no âmbito de suas competências, sobre normas e padrões compatíveis com a proteção do meio ambiente.

(E) expedir Resoluções para a manutenção da qualidade do meio ambiente no âmbito federal.

RESPOSTA Art. 6º, II, e art. 8º, Lei n. 6.938/81. *Alternativa D.*

1019. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** No âmbito dos procedimentos de licenciamento ambiental, a exigência da elaboração de estudo prévio de impacto ambiental e de seu respectivo relatório (EIA/RIMA)

(A) depende da ocorrência de uma das hipóteses taxativamente previstas na legislação aplicável e reconhecidas pelo órgão licenciador.

(B) poderá ser efetuada em caráter discricionário pelo órgão licenciador, a partir dos elementos trazidos pelo empreendedor e independentemente do dano ambiental potencialmente causado pela atividade.

(C) é definida conforme o tipo de atividade exercida, havendo atividades para as quais o EIA/RIMA é sempre exigível e outras para as quais é dispensado.

(D) tem como hipótese constitucional a potencial ocorrência de significativo impacto ambiental, a ser verificado mediante estudos e declarações preliminares fornecidos pelo empreendedor ao órgão licenciador.

(E) será efetuada, como regra geral, em caráter preliminar ao procedimento, em todas as hipóteses de exercício de atividades potencialmente poluidoras.

RESPOSTA Art. 225, § 1º, IV, CF/88. *Alternativa D.*

1020. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** Sobre o licenciamento ambiental, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei Complementar n. 140, de 08/12/2011, dispõe que

(A) a atuação supletiva ou subsidiária é aquela pela qual o ente da Federação se substitui ao ente federativo originariamente detentor da competência para exercer o licenciamento ambiental.

(B) cabe aos Municípios o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos

conselhos estaduais do meio ambiente, segundo critérios fixados nesta Lei.

(C) cabe aos Municípios o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelo respectivo Conselho Municipal do Meio Ambiente, segundo critérios fixados nesta Lei.

(D) a supressão de vegetação será sempre autorizada pelo Estado. Todavia, se a União for o ente federativo competente para o licenciamento ambiental, a ela caberá conceder a autorização para a supressão da vegetação.

(E) a cooperação dos entes federativos no licenciamento ambiental se dará apenas por meio de convênios.

RESPOSTA Art. 9º, XIV, *a*, LC n. 140/2011. *Alternativa B.*

1021. **(Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC)** De acordo com a Lei Complementar n. 140/11, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do *caput* e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, são consideradas ações administrativas do Distrito Federal, dentre outras,

(A) promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs); e exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida ao Município.

(B) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, na forma da lei; e exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida à União.

(C) promover a integração de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, relacionados à proteção e à gestão ambiental; e promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em terras indígenas.

(D) promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva; e exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida ao Município.

(E) promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs); e promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em terras indígenas.

RESPOSTA Art. 10, *caput,* c/c art. 8º, XV, e o art. 9º, XIII, LC n. 140/2011. *Alternativa A.*

1022. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** A sujeição de determinadas atividades ao licenciamento ambiental é tida como manifestação do poder de polícia voltada à proteção do meio ambiente porque

(A) a outorga de licença é ato de império da Administração, de caráter discricionário e não sujeito a

controle jurisdicional.
(B) a ausência do licenciamento, quando devido, implica a prática de crime ambiental, passível de persecução por órgãos policiais.
(C) existe, no curso do licenciamento, a possibilidade de negociação e concertação entre o interesse público e o particular, de modo que em certos casos possa haver o afastamento da supremacia do primeiro.
(D) se trata do condicionamento do exercício de direitos individuais por razões de interesse público, o que corresponde à definição do poder de polícia administrativa.
(E) é instituto disciplinado pela Constituição e pelas leis estaduais, voltado à atividade da Administração Pública.

RESPOSTA Art. 10, Lei n. 6.938/81, c/c art. 78, CTN, que traz o conceito legal de poder de polícia administrativa. *Alternativa D.*

1023. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** O tipo de licença ambiental, expedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento, destinada, entre outras finalidades, a atestar a sua viabilidade ambiental e a estabelecer as condições para a sua instalação denomina-se
(A) licença prévia.
(B) relatório ambiental preliminar.
(C) licença de instalação.
(D) estudo prévio de impacto ambiental.
(E) auditoria ambiental.

RESPOSTA Art. 8º, I, Res. 237/97, CONAMA, c/c art. 19, I, Decreto n. 99.274/90. *Alternativa A.*

1024. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** No curso do procedimento de licenciamento ambiental, pode o órgão ambiental licenciador determinar, como condição para a outorga da licença, que o empreendedor apoie a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral. Esta faculdade
(A) pode ser exercida pelo órgão ambiental sempre que o empreendimento for de significativo impacto ambiental, com fundamento no EIA/RIMA, e o montante de recursos a ser destinado a esta finalidade deve ser proporcional ao impacto ambiental.
(B) pode ser exercida pelo órgão ambiental em qualquer hipótese de licenciamento e o montante de recursos a ser destinado a esta finalidade deve ser proporcional ao impacto ambiental.
(C) pode ser exercida pelo órgão ambiental sempre que o empreendimento for de significativo impacto ambiental, com fundamento no EIA/RIMA, e o montante de recursos a ser destinado a esta finalidade é livremente arbitrado pelo órgão ambiental.
(D) pode ser exercida pelo órgão ambiental em qualquer hipótese de licenciamento e o montante de recursos a ser destinado a esta finalidade é livremente arbitrado pelo órgão ambiental.
(E) depende de requerimento do empreendedor neste sentido e o montante de recursos a ser destinado a esta finalidade será fixado de comum acordo com o órgão ambiental, para minimizar os custos correspondentes.

RESPOSTA Art. 36, §§ 1º e 2º, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa A.*

1025. **(Analista – MP-AP – 2012 – FCC)** A Construtora RS possui como projeto a construção de um estabelecimento que, para o seu funcionamento, precisará utilizar recursos ambientais capazes de causar degradação ambiental. Dessa forma, de acordo com a Lei n. 6.938/81, referida construção

(A) não dependerá de prévio licenciamento ambiental, pois este somente é necessário se a atividade for potencialmente poluidora.
(B) dependerá de prévio licenciamento ambiental, já que utilizará recursos ambientais capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.
(C) não dependerá de prévio licenciamento ambiental, pois trata-se de construção e o licenciamento ambiental somente é necessário quando há a ampliação de estabelecimentos que causar degradação ambiental.
(D) dependerá de prévio licenciamento ambiental apenas se a atividade for efetivamente poluidora.
(E) dependerá de prévio licenciamento ambiental apenas se o proprietário limitar o uso de toda a sua propriedade para preservar os recursos ambientais.

RESPOSTA Art. 9º, IV, Lei n. 6.938/81, c/c art. 225, § 1º, IV, CF/88. *Alternativa B.*

1026. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** De acordo com a sistemática atualmente vigente relativamente ao licenciamento ambiental e ao estudo de impacto ambiental (EIA),

(A) ambos são exigíveis em obras ou atividades potencialmente causadoras de poluição, independentemente da decisão do órgão ambiental.
(B) o licenciamento é cabível em caso de obras e atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, ao passo que o EIA será exigido quando houver possibilidade de significativa degradação, ficando a critério do órgão ambiental dispensá-lo, se esta não for verificada.
(C) o licenciamento é cabível em caso de obras e atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, ao passo que o EIA será exigido quando houver possibilidade de significativa degradação, a critério do empreendedor.
(D) as hipóteses de licenciamento e de exigência do EIA são tipificadas em resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sem espaço para decisões por parte do empreendedor ou do órgão ambiental.
(E) ambos são exigíveis para qualquer obra ou atividade, por expressa disposição constitucional.

RESPOSTA Art. 9º, IV, Lei n. 6.938/81, art. 225, § 1º, IV, CF/88 e art. 3º, parágrafo único, Res. 237/97, CONAMA. *Alternativa B.*

1027. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** Considere as afirmações abaixo, a respeito do estudo de impacto ambiental (EIA):

I. O estudo de impacto ambiental é obrigatório em qualquer hipótese de realização de obra ou atividade que cause risco de dano ambiental, independentemente de sua magnitude.
II. O diagnóstico ambiental da área de influência do projeto e a definição de medidas mitigadoras dos eventuais impactos negativos estão entre os elementos obrigatórios do estudo de impacto ambiental.
III. O órgão ambiental licenciador não está obrigado a aceitar as conclusões do estudo de impacto ambiental e poderá solicitar esclarecimentos e complementações.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) II.
(E) III.

RESPOSTA Assertivas corretas: II e III. No tocante ao instrumento denominado EIA/RIMA, o EIA é o Estudo de Impacto Ambiental, um profundo diagnóstico do empreendimento que está em vias de ser licenciado pelo órgão ambiental competente.

Nesse estudo, confrontam-se as prováveis modificações das diversas características socioeconômicas, biológicas, físicas e químicas que ocorrerão no meio ambiente com a realização da atividade. Esse instrumento avalia os impactos e define as medidas compensatórias e mitigadoras necessárias para e realização do empreendimento. Já o RIMA, Relatório de Impacto Ambiental, tem por finalidade tornar compreensível para o público o conteúdo técnico do EIA. Desse modo, em decorrência do princípio da informação, o relatório deve ser objetivo, sintético e acessível a todos, porém precisa ser um retrato fiel do conteúdo do EIA, exposto de uma forma menos técnica. *Alternativa C.*

1028. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Das atividades econômicas abaixo, NÃO está sujeito a prévio Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) o projeto de

(A) exploração econômica de madeira em área acima de 100 hectares.
(B) barragem hidrelétrica com potencial de 9mW.
(C) estradas de rodagem com duas faixas de rolamento.
(D) portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos.
(E) ferrovias.

RESPOSTA Art. 2º, VII, Res. 01/86, CONAMA. *Alternativa B.*

1029. **(Procurador – PGE-MT – 2011 – FCC)** Uma rodovia que passe pelo território de quatro municípios no Estado de Mato Grosso deve ter seu licenciamento ambiental realizado

(A) exclusivamente pela União.
(B) exclusivamente pelo Estado de Mato Grosso.
(C) exclusivamente pelo Estado de Mato Grosso, ouvidos os Municípios diretamente afetados, que se manifestarão em relação às questões inseridas na competência municipal.
(D) em concorrência entre o Estado de Mato Grosso e os Municípios diretamente afetados.
(E) em concorrência entre União, Estado de Mato Grosso e Municípios diretamente afetados.

RESPOSTA Art. 8º, XIV, LC n. 140/2011, pois envolve a competência exclusiva dos Estados, uma vez que a lei complementar não passou essas competências nem para União federal nem para os municípios. Além disso, trata-se de um licenciamento ambiental envolvendo 4 (quatro) municípios do mesmo Estado. *Alternativa C.*

1030. **(PM – Recife-PE – 2008 – FCC)** NÃO é hipótese de cancelamento de licença ambiental a

(A) superveniência de graves riscos ambientais.
(B) omissão de informações oferecidas pelo titular da licença.
(C) violação das condições impostas no ato de outorga da licença.
(D) superveniência de tecnologias que implicam menor impacto ambiental.
(E) oferta de falsas informações acerca da atividade licenciada.

RESPOSTA Art. 19, Resolução n. 237/97, CONAMA. *Alternativa D.*

1031. **(PM – Teresina-PI – 2010 – FCC)** A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), estabelecida pela Lei Federal n. 6.938/81, NÃO

(A) tem por objetivo geral a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.
(B) define que poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, apenas diretamente responsável por atividade causadora de degradação ambiental.
(C) define poluição como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou

indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

(D) adota instrumentos de comando e controle como, por exemplo, a avaliação de impacto ambiental, o zoneamento e o licenciamento.

(E) adota instrumentos econômicos, como a concessão florestal, a servidão ambiental, o seguro ambiental, entre outros.

RESPOSTA Art. 3º, IV, Lei n. 6.938/81. *Alternativa B.*

1032. (Procurador – ALESP – 2010 – FCC) Os princípios gerais da Política Nacional do Meio Ambiente têm por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. NÃO se insere, dentre esses princípios,

(A) o planejamento e a fiscalização do uso dos recursos ambientais e a proteção de áreas ameaçadas de degradação.

(B) o acompanhamento pelo estado da qualidade ambiental e a proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.

(C) o controle e o mapeamento das atividades e serviços dos entes federados, ainda que não potencial ou efetivamente poluidores.

(D) o incentivo ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e à proteção dos recursos ambientais.

(E) a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar e a recuperação de áreas degradadas.

RESPOSTA Art. 2º, I a X, Lei n. 6.938/81. *Alternativa C.*

1033. (Procurador – ALESP – 2010 – FCC) É órgão superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente − SISNAMA (Lei n. 6.938/81), com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais:

(A) a entidade estadual responsável pela execução de programas ambientais.

(B) a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.

(C) o Conselho Nacional do Meio Ambiente − CONAMA.

(D) o Conselho de Governo.

(E) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis − IBAMA.

RESPOSTA Art. 6º, I, Lei n. 6.938/81. *Alternativa D.*

1034. (PGERO – RO – 2011 – FCC) Em relação ao tema do licenciamento ambiental, é correto afirmar que

(A) uma licença de operação concedida pela administração pública não pode ser cancelada, pois já produziu seus efeitos.

(B) a elaboração do termo de referência para preparação do pedido de licença pelo empreendedor é de responsabilidade do órgão licenciador.

(C) a realização de audiência pública é condição necessária para expedição de qualquer licença.

(D) um empreendimento pode ser licenciado em mais de um nível de competência, a depender da extensão do dano.

(E) somente o ente federado licenciador pode fiscalizar e aplicar sanções administrativas em relação ao empreendimento licenciado.

RESPOSTA O EIA/RIMA é um estudo realizado às expensas do empreendedor; cabe ao órgão ambiental exigi-lo por meio de um ato formal denominado Termo de Referência – TR. Tal ato terá motivação técnica que demonstre que uma determinada atividade é efetiva ou potencialmente causadora de significativa degradação ambiental (art. 6º, Resolução 01/86, CONAMA). *Alternativa B.*

1035. **(PGEAM – AM– 2010 – FCC)** Considere as seguintes afirmações a respeito das funções e competências legais do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente:

I. Compete ao CONAMA expedir normas sobre critérios e padrões para controle e manutenção da qualidade do meio ambiente.

II. O CONAMA exerce função consultiva e de assessoramento ao Presidente da República na formulação de diretrizes e políticas de proteção do meio ambiente.

III. Compete ao CONAMA expedir licenças ambientais e fiscalizar obras e empreendimentos relativamente a sua adequação à legislação ambiental, no âmbito federal.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) I e III.

(E) II e III.

RESPOSTA Art. 8º, VII, Lei n. 6.938/81. *Alternativa A.*

IV. Responsabilidade Civil, Responsabilidade Administrativa e Tutela Processual

1036. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Sobre a responsabilidade civil por dano ambiental é correto afirmar que

(A) não dispensa a caracterização do dolo ou culpa, uma vez que a responsabilidade é de natureza objetiva.

(B) prescinde de relação lógica entre a conduta do agente e o prejuízo verificado, haja vista que a responsabilidade ambiental exige reparação integral.

(C) está centrada na figura do poluidor, que é a pessoa direta ou indiretamente responsável pela atividade causadora da degradação ambiental.

(D) a configuração do nexo de causalidade é necessária apenas nas hipóteses de responsabilidade por omissão, porque nos demais casos a responsabilidade tem origem pelo só fato do dano causado.

(E) a extensão do dano não terá consequências em termos de fixação do montante da indenização, bem como da penalidade pecuniária a ser imposta ao agente.

RESPOSTA Art. 3º, III, e art. 14, § 1º, ambos da Lei n. 6.938/81. *Alternativa C.*

1037. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** A responsabilidade civil por dano ambiental

(A) é solidária e objetiva.

(B) não admite exclusão do nexo de causalidade.

(C) é alternativa e subjetiva.
(D) é concorrente e disjuntiva.
(E) é disjuntiva e subjetiva.

RESPOSTA A responsabilidade civil por danos ambientais é objetiva, ou seja, não se perquirirá quanto à conduta do agente, bastando para a caracterização do dano a ser reparado o ato ilícito, o dano e o nexo de causalidade entre ambos. Além disso, a responsabilidade civil por dano ambiental é solidária, ou seja, os responsáveis diretos ou indiretos pelo dano causado ao meio ambiente respondem solidariamente pelos danos causados. *Alternativa A.*

1038. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** A responsabilidade civil daquele que explorar recursos minerais, por danos causados ao meio ambiente, é

(A) objetiva e não implica a obrigação de recuperação da área degradada.
(B) objetiva e deverá compreender a obrigação de recuperação da área degradada, na forma definida pelo órgão ambiental.
(C) objetiva e subordinada às condutas praticadas pelo proprietário do imóvel.
(D) subjetiva e depende da comprovação de que o dano foi causado por violação à autorização ou concessão de lavra.
(E) subjetiva e depende de caracterização de conduta dolosa por parte do particular.

RESPOSTA A responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva e sua aplicação se dá por duas teorias aplicadas pela doutrina e pela jurisprudência: a Teoria do Risco Integral (não admite excludentes do nexo causal) e a Teoria do Risco Criado (admite excludentes do nexo causal – caso fortuito ou de força maior, fato exclusivo da vítima e fato de terceiro). A doutrina e a jurisprudência posicionam-se majoritariamente pela aplicação da Teoria do Risco Integral. *Alternativa B.*

1039. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Admite-se prescrição intercorrente em processo administrativo para aplicação de sanção administrativa ambiental, no caso de

(A) instrução deficiente do processo, que demande a realização de novas diligências pela autoridade processante.
(B) falta de identificação do agente, que leve à suspensão do processo decorrente de auto de infração por 1 (um) ano.
(C) paralisação do processo por mais de 3 (três) anos, quando pendente de julgamento ou despacho pela autoridade administrativa.
(D) decurso do prazo de 5 (cinco) anos entre a instauração do processo e seu trânsito em julgado na esfera administrativa.
(E) suspensão do feito por prazo maior do que aquele definido pela legislação penal para a prescrição do crime respectivo, quando a infração também for capitulada como tipo penal.

RESPOSTA Art. 21, § 2º, Decreto n. 6.514/2008, que trata da prescrição intercorrente no âmbito da administração pública federal decorrente do processo administrativo federal. *Alternativa C.*

1040. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** O art. 72 da Lei n. 9.605/98 elenca o rol de sanções administrativas cabíveis no caso de infração administrativa ao meio ambiente e prevê como a primeira delas (inc. I) a pena de advertência, sobre a qual é correto afirmar:

(A) Trata-se de mera admoestação sem consequência alguma, exceto a de constar nos antecedentes do infrator, podendo, por isso mesmo, ser aplicada independentemente da instauração do devido processo legal.
(B) Trata-se de sanção como outra qualquer e que não é pressuposto para a aplicação das demais.
(C) Trata-se de sanção que deve preceder a aplicação das demais e que, por isso mesmo, é a primeira a

ser prevista.

(D) Trata-se de sanção que pode ser aplicada de plano, sem necessidade de contraditório, face ao princípio da verdade sabida.

(E) Trata-se de sanção que, por suas próprias características, deve ser aplicada em conjunto com outras previstas nos vários incisos do referido artigo.

RESPOSTA Art. 72, § 2º, Lei n. 9.605/98. A advertência é aplicada quando ocorre a inobservância da legislação ambiental e de preceitos regulamentares da matéria, sendo a sua finalidade pedagógica e preventiva. Pode ser aplicada isolada ou cumulativamente com outras sanções administrativas. *Alternativa B.*

1041. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** A sanção de multa diária, aplicável às infrações administrativas ambientais,

(A) é cabível quando o cometimento da infração se prolongar no tempo.

(B) depende da prévia e progressiva aplicação da sanção de multa simples.

(C) depende de prévia cominação legal, específica para cada tipo administrativo punível.

(D) exclui a aplicação de outras sanções de caráter administrativo.

(E) incide naquelas infrações de menor lesividade.

RESPOSTA Art. 72, § 5º, Lei n. 9.605/98, c/c o Decreto n. 6.514/2008, que dispõe sobre a aplicação da multa em seus arts. 10 a 12. *Alternativa A.*

1042. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** A prescrição para a apuração de infrações administrativas contra o meio ambiente, de caráter permanente ou continuado, é de

(A) 5 anos, contados do início da prática do ato.

(B) 5 anos, contados da cessação da prática do ato.

(C) 3 anos, contados do início da prática do ato.

(D) 3 anos, contados da cessação da prática do ato.

(E) 3 anos, contados da cessação da prescrição para o crime correspondente.

RESPOSTA Art. 21, *caput*, § 1º, Decreto n. 6.514/2008. *Alternativa B.*

1043. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** Sobre a ação civil pública por danos causados ao meio ambiente, é correto afirmar:

(A) Não é possível sua utilização para se buscar indenização por dano moral ambiental.

(B) As ações serão propostas, em regra, no local onde ocorrer o dano, sendo a competência relativa.

(C) A apelação será recebida em ambos os efeitos: devolutivo e suspensivo.

(D) O Poder Público poderá habilitar-se como litisconsorte em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público.

(E) Apenas o Ministério Público poderá executar sentença condenatória proferida em ação civil pública promovida por Associação, diante de sua inércia.

RESPOSTA Art. 5º, § 2º, Lei n. 7.347/85. *Alternativa D.*

1044. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** O Ministério Público propôs ação civil pública contra proprietário de indústria clandestina (sociedade de fato), que vinha causando poluição hídrica e sonora na localidade em que estava instalada e também contra o proprietário do imóvel arrendado pelo poluidor. Em termos de responsabilidade civil pelo dano ambiental, o proprietário arrendador

(A) não responde civilmente, porque inexiste nexo causal entre sua conduta e o dano ambiental

causado.

(B) responde civilmente, mas apenas em caráter subsidiário, caso o empresário arrendatário não possua bens.

(C) responde civilmente, todavia nos limites do valor do contrato firmado com o arrendatário.

(D) não responde civilmente, porque no contrato firmado com o arrendatário existe cláusula excluindo-o de responsabilidade por danos ambientais.

(E) responde civilmente, em caráter solidário, porque omitiu-se no dever de preservação ambiental da propriedade.

RESPOSTA De acordo com a jurisprudência do STJ (REsp 67.285/SP). *Alternativa E.*

1045. **(PGERO – RO – 2011 – FCC)** A respeito da responsabilidade por danos ambientais materiais, é correto afirmar que

(A) a responsabilidade civil não será elidida com a reparação do dano ambiental.

(B) a responsabilidade penal, civil e administrativa decorre de culpa.

(C) mesmo após o pagamento de multa imposta pela administração pública resta o dever do infrator de reparar o dano.

(D) o administrador de uma pessoa jurídica nunca responde penalmente pelos danos causados pela empresa.

(E) o autor de um crime contra a administração ambiental só pode ser funcionário público.

RESPOSTA O causador do dano ambiental deve buscar sempre reparar o dano causado, mesmo que já tenha sido punido com multa e indenização pecuniária. Art. 14, § 1º, Lei n. 6.938/81. *Alternativa C.*

1046. **(PGESP – SP – 2009 – FCC)** Nos termos da Lei da Ação Civil Pública,

(A) nas Ações Civis Públicas, o litisconsórcio entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados é necessário quando se tratar de dano ambiental de abrangência regional.

(B) a Defensoria Pública não tem legitimidade para o ajuizamento de Ação Civil Pública.

(C) os órgãos públicos legitimados para o ingresso de Ação Civil Pública poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta, que terá eficácia de título executivo judicial.

(D) o arquivamento dos autos de inquérito civil, por inexistência de fundamento para propositura da Ação Civil Pública, independe de aprovação do Conselho Superior do Ministério Público.

(E) nas Ações Civis Públicas com fundamento em interesses difusos, a sentença faz coisa julgada *erga omnes*, se o pedido for julgado procedente.

RESPOSTA Art. 16, Lei n. 7.347/85. *Alternativa E.*

V. Responsabilidade Penal (Lei n. 9.605/98) e Tutela Processual

1047. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Se o resultado de determinado crime ambiental tiver atingido área integrante de unidade de conservação, tem-se como ocorrida

(A) qualificadora genérica do crime.

(B) circunstância agravante, desde que não constitua ou qualifique o crime.

(C) circunstância atenuante do crime.

(D) circunstância que impede a aplicação de pena restritiva de direito.

(E) vedação automática da suspensão condicional da pena.

RESPOSTA Art. 15, II, *e*, Lei n. 9.605/98. *Alternativa B.*

1048. **(Promotor – MP-AP/2012 – FCC)** Sobre a responsabilidade penal prevista na Lei Federal n. 9.605, de 12/02/1998, é INCORRETO afirmar que

(A) a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
(B) para imposição e gradação da pena, o juiz levará em conta apenas os requisitos do Código Penal.
(C) o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente configura causa atenuante da pena.
(D) cometer infração ambiental aos domingos configura circunstância agravante da pena.
(E) nos crimes ambientais, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.

RESPOSTA Art. 6º, I, II e III, Lei n. 9.605/98. *Alternativa B.*

1049. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** No que concerne aos crimes contra o meio ambiente, considere:

I. Quem comercializa espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos, provenientes de pesca proibida, responde por crime contra a fauna.
II. A pesquisa de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, constitui crime ambiental.
III. O crime de danificar floresta considerada de preservação permanente não admite a forma culposa.

Está correto o que consta SOMENTE em

(A) I e III.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) I.
(E) III.

RESPOSTA I (art. 34, parágrafo único, I e III, Lei n. 9.605/98) e II (art. 55, *caput*, Lei n. 9.605/98). *Alternativa B.*

1050. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Acatando pedido formulado por uma associação (Organização Não Governamental − ONG), em ação civil pública, o Juiz de Direito da comarca concede liminar impedindo a reforma da fachada do prédio de um clube, construído há cerca de cem anos, bem este que, apesar de não ter sido tombado pelo órgão estadual do patrimônio histórico e cultural, é considerado pela comunidade local como parte de seu patrimônio histórico. O presidente do clube dizendo-se amparado por decisão da diretoria, intimado da ordem judicial, determina a destruição da parte externa do imóvel, o que se realiza em poucas horas. Esta conduta, do ponto de vista penal, pode ser considerada

(A) atípica, porque inexiste um tipo penal correspondente no Código Penal e na legislação ambiental.
(B) infração penal tipificada no art. 163 do Código Penal, que configura crime de dano.
(C) atípica, como crime ambiental previsto na Lei n. 9.605/98, na seção IV do Capítulo V, que trata dos “Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural”, porque o imóvel não se encontrava tombado pela autoridade administrativa competente.
(D) típica, como crime ambiental previsto na Lei n. 9.605/98, na seção IV do Capítulo V, que trata dos “Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural”.
(E) crime de resistência, previsto no art. 329 do Código Penal.

RESPOSTA Fato típico penal descrito no art. 62, I, Lei n. 9.605/98. *Alternativa D.*

1051. (Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC) Em razão da prática de crime previsto na Lei n. 9.605/98, as pessoas jurídicas, desde que a infração tenha sido cometida por decisão de seu representante legal ou contratual ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade, podem ser sancionadas com:

(A) multa, penas restritivas de direitos ou de prestação de serviços à comunidade, isolada, cumulativa ou alternativamente.
(B) multa e obrigação de ressarcir o dano ambiental causado.
(C) multa e prestação de serviços à comunidade.
(D) declaração de perda da personalidade jurídica com consequente responsabilidade pessoal dos sócios.
(E) penas restritivas de direitos, consistentes em suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

RESPOSTA Art. 3º c/c art. 21, I, II e III, Lei n. 9.605/98. *Alternativa A.*

1052. (Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC) Nos crimes ambientais,

(A) é cabível a transação penal, se a infração for de menor potencial ofensivo e desde que haja prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade.
(B) a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a quatro anos.
(C) a pena de multa poderá ser aumentada até cinco vezes, ainda que aplicada no valor máximo, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.
(D) a pessoa jurídica poderá ser condenada a pena de proibição de contratar com o Poder Público por até quinze anos.
(E) a reparação do dano ambiental deve ocorrer até o término do prazo da suspensão condicional do processo, não se admitindo prorrogação.

RESPOSTA Art. 27, *caput*, Lei n. 9.605/98. *Alternativa A.*

1053. (Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC) A conduta consistente em destruir ou danificar floresta de preservação permanente é

(A) objeto de tipo penal autônomo.
(B) circunstância agravante do crime de dano à unidade de conservação.
(C) circunstância agravante do crime de dano à reserva legal.
(D) atípica, consistindo apenas em infração administrativa.
(E) atípica, sem também ensejar infração administrativa.

RESPOSTA Art. 38, *caput*, Lei n. 9.605/98. *Alternativa A.*

VI. Sistema Nacional das Unidades de Conservação (Lei n. 9.985/2000)

1054. (Promotor – MP-AP – 2012 – FCC) A criação de Unidades de Conservação, segundo a Lei Federal n. 9.985, de 18/07/2000, depende de

(A) lei complementar.
(B) lei ordinária.

(C) lei ordinária, desde que precedida de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório.
(D) ato do Poder Público, desde que precedido de estudos técnicos e consulta pública.
(E) ato do Poder Público, desde que precedido de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório.

RESPOSTA Art. 22, § 2º, Lei n. 9.985/2000. As UCs podem ser criadas ou por lei, ou por decreto do chefe do Poder Executivo (federal, estadual ou municipal). *Alternativa D.*

1055. (Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC) Considerado o disposto na Lei Federal n. 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, as seguintes categorias de unidades de conservação podem ser constituídas também por terras privadas, sem necessidade de desapropriação:

(A) Área de Proteção Ambiental e Reserva Extrativista.
(B) Refúgio de Vida Silvestre e Reserva Biológica.
(C) Área de Relevante Interesse Ecológico e Estação Ecológica.
(D) Refúgio de Vida Silvestre e Parque Nacional.
(E) Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental.

RESPOSTA Art. 15, §§ 1º e 4º, e art. 16, §§ 1º e 2º, ambos da Lei n. 9.985/2000. Ambas as categorias de UC podem ser constituídas por terras públicas ou privadas em algumas de suas espécies. *Alternativa E.*

1056. (Procurador – PGE-MT – 2011 – FCC) Em relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, é correto afirmar que

(A) as Unidades de Conservação somente podem ser criadas por Lei.
(B) as Unidades de Conservação subdividem-se em três grupos: proteção integral, uso sustentável e proteção sustentável.
(C) as propriedades do entorno da Unidade de Conservação não sofrem, em regra, qualquer influência deste espaço territorialmente protegido.
(D) a desafetação ou redução dos limites de uma Unidade de Conservação só pode ser feita mediante lei específica.
(E) o subsolo e o espaço aéreo não integram os limites de uma Unidade de Conservação.

RESPOSTA Art. 225, § 1º, III, CF/88, e art. 22, § 7º, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa D.*

1057. (Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC) Das categorias de unidades de conservação abaixo, NÃO se caracteriza como Unidade de Proteção Integral:

(A) Área de Proteção Ambiental (APA).
(B) Estação Ecológica.
(C) Reserva Biológica.
(D) Parque Nacional.
(E) Refúgio da Vida Silvestre.

RESPOSTA As Unidades de Proteção Integral estão dispostas no art. 8º, Lei n. 9.985/2000, e a APA é uma espécie de UC classificada como unidade de uso sustentável, disposta no art. 14, I, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa A.*

1058. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) Suponha que o governo estadual tenha instituído, por decreto, uma Área de Proteção Ambiental (APA) que abranja a totalidade do território de três Municípios. Os imóveis particulares localizados dentro da APA

(A) deverão ser objeto de desapropriação, uma vez que a APA é incompatível com domínio privado.

(B) não sofrerão qualquer espécie de restrição, uma vez que a instituição de unidades de conservação é matéria reservada à lei formal.

(C) poderão ser ou não desapropriados, conforme decisão discricionária do poder público, sem necessidade de invocação de motivo de utilidade ou necessidade públicas, ou interesse social.

(D) não sofrerão incidência de restrições ambientais, até que a implantação da unidade de conservação seja ratificada pelos Municípios por ela abrangidos.

(E) poderão desde logo sofrer restrições compatíveis com a natureza privada da área, bem como com o conteúdo constitucional do direito de propriedade e sua função social.

RESPOSTA Art. 15, § 2º, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa E.*

1059. **(PGEAM – AM – 2010 – FCC)** A implantação de uma unidade de conservação deverá ser precedida de desapropriação

(A) sempre que a área que lhe for destinada for de domínio privado.

(B) se assim for determinado no curso do procedimento de licenciamento ambiental para sua implantação.

(C) nos casos de unidades de proteção integral que devam, por força de lei, ser de domínio público.

(D) quando, tratando-se de unidades de uso sustentável, o proprietário da área assim o desejar.

(E) a critério discricionário da chefia do Poder Executivo.

RESPOSTA Arts. 9º, § 1º; 10, § 1º; 11, § 1º, todos da Lei n. 9.985/2000. *Alternativa C.*

1060. **(PGESP – SP – 2009 – FCC)** De acordo com a Lei Federal n. 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC,

(A) na criação de novas Unidades de Conservação é dispensável a consulta pública quando se tratar de Unidades de Uso Sustentável.

(B) referida norma fixa o conjunto de Unidades de Conservação de proteção integral e de uso sustentável, federais, estaduais e municipais, sendo vedada a inclusão no sistema de qualquer unidade de conservação com características diversas das referidas categorias.

(C) as Unidades de Proteção Integral não admitem qualquer tipo de uso dos seus recursos naturais.

(D) as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo, que abrangerá a área da unidade e sua zona de amortecimento.

(E) as Áreas de Preservação Permanente são Unidades de Conservação de Proteção Integral.

RESPOSTA Art. 27, § 1º, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa D.*

VII. Novo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012)

1061. **(Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC)** Um proprietário rural pretende implantar um projeto agrícola de plantio de cana-de-açúcar e, para tanto, requereu autorização para o corte de uma área 1.200 hectares de cobertura vegetal situada no Bioma da Mata Atlântica, sendo que a metade desta área contém vegetação em estágio avançado de regeneração e a outra metade atinge vegetação primária. A propriedade rural em questão já possui reserva legal devidamente averbada. Este proprietário apresenta ao órgão ambiental competente um pedido para supressão da vegetação. A área jurídica do órgão, instada a se manifestar, examinando a legislação federal a respeito da proteção do Bioma da Mata Atlântica deverá se pronunciar de acordo com a Lei Federal n. 11.428/06, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica pelo

(A) indeferimento parcial do pedido, porque apenas a supressão da vegetação em estágio avançado pode ser autorizada em casos de utilidade pública, quando não houver alternativa locacional demonstrada em procedimento próprio, não sendo necessário em nenhuma hipótese, que o pedido seja acompanhado de Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

(B) deferimento do pedido, porque tanto a supressão da vegetação em estágio avançado como a supressão da vegetação primária situadas no referido bioma podem ser autorizadas, inclusive para projetos privados, quando não houver alternativa locacional demonstrada em procedimento próprio, desde que o pedido seja acompanhado de Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

(C) deferimento parcial do pedido, porque apenas a supressão da vegetação em estágio avançado pode ser autorizada, inclusive para projetos de interesse privado, quando não houver alternativa locacional demonstrada em procedimento próprio, desde que o pedido seja acompanhado de Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

(D) indeferimento do pedido, porque tanto a supressão da vegetação em estágio avançado como a supressão da vegetação primária situadas no referido bioma somente podem ser autorizadas em caso de utilidade pública, e, nessa hipótese, quando não houver alternativa locacional demonstrada em procedimento próprio, sendo também obrigatória a apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

(E) deferimento do pedido, porque tanto a supressão da vegetação em estágio avançado como a supressão da vegetação primária situadas no referido bioma podem ser autorizadas, inclusive para projetos privados, quando não houver alternativa locacional demonstrada em procedimento próprio, não sendo necessário em nenhuma hipótese que o pedido seja acompanhado de Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

RESPOSTA Arts. 14 e 15, Lei n. 11.428/2006. *Alternativa D.*

1062. **(Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC)** De acordo com a legislação florestal em vigor, todo imóvel rural, quando localizado na Amazônia Legal, deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, nos percentuais mínimos de

(A) 75% (setenta e cinco por cento), no imóvel situado em área de florestas e 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de cerrado.

(B) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas e 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado.

(C) 50% (cinquenta por cento), no imóvel situado em área de florestas e 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado.

(D) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas e 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de cerrado.

(E) 50% (cinquenta por cento), no imóvel situado em área de florestas e 25% (vinte e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado.

RESPOSTA Art. 12, I, *a* e *b*, Lei n. 12.651/2012. *Alternativa B.*

1063. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** No que diz respeito à forma de constituição, as áreas de preservação permanente

(A) e das unidades de conservação são necessariamente criadas por ato do poder executivo.

(B) e das unidades de conservação são necessariamente criadas por ato do poder legislativo.

(C) são sempre criadas por lei, ao passo que as unidades de conservação são sempre criadas por ato administrativo.

(D) são criadas por ato do poder executivo mediante prévia autorização legislativa, ao passo que as unidades de conservação podem ser criadas diretamente por lei.

(E) podem ser criadas por previsão legislativa genérica, enquanto as unidades de conservação dependem de ato concreto do poder público.

RESPOSTA Arts. 2º e 3º, Lei n. 4.771/65, revogada pela Lei n. 12.651/2012. Os arts. 4º e 6º da nova lei mantiveram a essência do teor dos artigos do código revogado. *Alternativa E.*

1064. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** A licitação para a concessão florestal, nos termos da Lei n. 11.284/2006,

(A) é aberta à participação de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras.

(B) será julgada apenas com base no critério de melhor preço oferecido pelo particular.

(C) poderá ter a participação de empresas em consórcio, as quais serão solidariamente responsáveis perante o poder concedente.

(D) constitui espécie de licitação à parte daquela prevista na Lei n. 8.666/93, que não é aplicável.

(E) dispensa o oferecimento de garantia para o cumprimento do contrato.

RESPOSTA Art. 22, *caput* e § 2º, Lei n. 11.284/2006. *Alternativa C.*

1065. **(PGEAM – AM – 2010 – FCC)** O regime jurídico das áreas de preservação permanente abrange a

(A) permissão de sua redução em casos de utilidade ou calamidade pública, sempre com autorização do órgão ambiental.

(B) possibilidade de supressão da vegetação ali existente, em casos de utilidade pública ou interesse social, observado o procedimento administrativo próprio.

(C) necessidade de prévia edição de ato administrativo delimitando o alcance da preservação.

(D) proibição de corte raso de no mínimo 20% da área do imóvel rural, ou de 80%, se localizado na Amazônia legal.

(E) possibilidade de sua utilização econômica em regime de manejo florestal sustentável ou de uso alternativo do solo, a critério do proprietário.

RESPOSTA Art. 4º, *caput*, Lei n. 4.771/65, revogada pela Lei n. 12.651/2012, que regula a supressão de vegetação no seu art. 8º. *Alternativa B.*

1066. **(PGESP – SP – 2009 – FCC)** De acordo com o Código Florestal e a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente − CONAMA n. 369/2006, a intervenção ou a supressão de vegetação em área de preservação permanente

(A) poderá ser autorizada nas hipóteses de utilidade pública e interesse social, desde que demonstrada a ausência de alternativa técnica e locacional para a implantação do empreendimento.

(B) poderá ser autorizada para a construção de escolas públicas, desde que localizadas em área urbana.

(C) poderá ser autorizada na hipótese de construção de habitação popular pelo Governo, desde que seja demonstrada a necessidade social de implantação do empreendimento.

(D) poderá ser autorizada para implantação de empreendimentos privados em áreas urbanas consolidadas, desde que o interessado demonstre atender a legislação de uso e ocupação do solo municipal.

(E) não poderá ser autorizada em qualquer hipótese.

RESPOSTA Art. 8º, Lei n. 12.651/2012, e também o art. 4º, *caput*, Lei n. 4.771/65, revogada pela Lei n. 12.651/2012. *Alternativa A.*

VIII. Política Nacional dos Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/97), Recursos Minerais, Petróleo e a Política Energética

1067. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** A técnica vigente de proteção dos recursos hídricos prevê a classificação dos corpos d'água em

(A) três classes (doces, salobras e salinas) e o estabelecimento de diferentes padrões, assim entendidos os usos permitidos e tolerados em cada uma das classes.

(B) três classes (especial, classe 1 e classe 2) e o estabelecimento de diferentes padrões, assim entendidos os usos permitidos e tolerados em cada uma das classes.

(C) classes previamente definidas segundo a salubridade, variáveis conforme a bacia hidrográfica e as condições especiais fixadas pelos respectivos comitês.

(D) diversas classes e o estabelecimento de padrões compatíveis, segundo a qualidade requerida para os seus usos preponderantes.

(E) diversas classes, conforme o grau de poluição existente, e o estabelecimento de diferentes padrões, de acordo com as metas de regeneração do meio aquático fixadas pela autoridade ambiental.

RESPOSTA Art. 5º, II, c/c art. 9º, *caput*, ambos da Lei n. 9.433/97. *Alternativa D.*

1068. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** Sobre a Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Amapá é INCORRETO afirmar que

(A) a água como recurso natural limitado e dotado de valor econômico é fundamento da Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Amapá.

(B) a utilização racional e integrada dos recursos hídricos é objetivo da Política Estadual de Recursos Hídricos.

(C) a classificação e o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso serão estabelecidos em obediência à legislação específica, normas, resoluções e pareceres técnicos.

(D) os Planos de Bacias Hidrográficas serão elaborados pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, garantindo-se a participação da sociedade civil organizada.

(E) a cobrança pelo uso de recursos hídricos tem por objetivo, dentre outros, disciplinar a localização dos usuários, buscando a conservação dos recursos hídricos de acordo com a sua classe de uso preponderante.

RESPOSTA Lei n. 0686/2002 do Estado do Amapá e art. 8º e art. 38, III, ambos da Lei n. 9.433/97. *Alternativa D.*

1069. **(Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC)** Considerando o disposto no artigo 12 da Lei Federal n. 9.433/77, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, duas das hipóteses de uso de recursos hídricos cujos direitos de uso estão sujeitos a outorga pelo Poder Público, são

(A) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo; e lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

(B) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo; e

uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.

(C) uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural; e lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

(D) lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final e derivações, captações; e lançamentos considerados insignificantes.

(E) derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes; e uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.

RESPOSTA Art. 12, II e III, Lei n. 9.433/97. *Alternativa A.*

1070. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) “A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (Lei n. 9.433/97, art. 1º, II). Este dispositivo legal, ao afirmar o valor econômico de recurso natural e permitir, por conseguinte, a cobrança pelo seu uso, dá concreção ao princípio ambiental

(A) da prevenção.

(B) da ubiquidade.

(C) da precaução.

(D) da responsabilidade civil.

(E) do poluidor-pagador.

RESPOSTA Poluidor-pagador – art. 19, Lei n. 9.433/97. Diante da finitude dos recursos ambientais, o seu uso e o seu aproveitamento devem ser reparados e refletir em benefícios para toda a coletividade. *Alternativa E.*

1071. (Procurador – ALESP – 2010 – FCC) A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei n. 9.433/97, estabelece que o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Todavia, independe de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento,

(A) a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.

(B) o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.

(C) a derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.

(D) qualquer outro uso que altere o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

(E) lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

RESPOSTA Art. 12, § 1º, I, Lei n. 9.433/97. *Alternativa B.*

DIREITO AGRÁRIO

1072. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) O Princípio da Função Social da Propriedade Rural

(A) ingressou no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro

de 2002 (Código Civil).

(B) tem como único objetivo impor o aproveitamento econômico da propriedade rural.

(C) impõe a socialização da propriedade rural, aniquilando o conceito de propriedade privada.

(D) determina que a propriedade rural seja economicamente produtiva, respeite o meio ambiente e os direitos trabalhistas daqueles que nela exerçam sua atividade.

(E) foi idealizado enquanto princípio jurídico na extinta União Soviética.

RESPOSTA Art. 5º, XXIII, e art. 186, ambos da CF/88. Além dos diplomas constitucionais, temos a função social da propriedade no art. 2º, § 1º, Lei n. 4.504/64 (Estatuto da Terra), e no art. 9º, Lei n. 8.629/93 (Lei da Reforma Agrária). *Alternativa D.*

1073. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) A definição legal de imóvel rural é:

(A) prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.

(B) propriedade rústica, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, desde que se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, e seja executada, direta e pessoalmente, pelo agricultor e sua família, absorvendo-lhes toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico.

(C) propriedade rústica de área contínua superior a um módulo fiscal.

(D) propriedade rústica de área contínua superior a um módulo rural.

(E) prédio rústico de área contínua que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.

RESPOSTA Art. 4º, I, Lei n. 4.504/64, e art. 4º, I, Lei n. 8.629/93. *Alternativa A.*

1074. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) Terras devolutas são terras

(A) que em 1850 foram reincorporadas ao patrimônio da União em decorrência do exercício ilegal da posse agrária.

(B) que em 1850 ainda não haviam sido aplicadas a algum uso público, não haviam sido incorporadas legitimamente ao domínio privado, tinham sido concedidas anteriormente a uso de particulares, mas estes não lograram incorporá-las em seu patrimônio pelo descumprimento dos requisitos legais ou, por fim, não eram objeto de posse.

(C) que em 1850 foram reincorporadas ao patrimônio da União ou dos Estados, dependendo de sua localização, em decorrência do exercício ilegal da posse agrária.

(D) sem a presença física do homem, que, em razão do processo de colonização do país, são reincorporadas ao patrimônio da União.

(E) sem a presença física do homem, que, em razão do processo de colonização do país, são reincorporadas ao patrimônio da União ou dos Estados, dependendo de sua localização.

RESPOSTA A “Lei das Terras”, Lei n. 601, de 1850, trouxe no seu art. 3º, §§ 1º ao 4º, o conceito legal, ou, ao menos, a previsão legal do instituto das terras devolutas. *Alternativa B.*

1075. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) Analise as afirmações abaixo.

I. Compete à União e aos Estados promover a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

II. A propriedade produtiva pode ser desapropriada por interesse social, para fins de reforma agrária, desde que não esteja respeitando as normas ambientais.

III. Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

IV. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA As assertivas III (art. 1º, § 1º, Lei n. 4.504/64) e IV (art. 4º, parágrafo único, Lei n. 8.629/93, e art. 185, I, CF/88) estão corretas. *Alternativa C.*

1076. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Analise as afirmações abaixo.

I. Os contratos agrários nominados são regidos pelo princípio da autonomia da vontade, não cabendo ao Estado intervir nas relações neles disciplinadas.

II. Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da Lei.

III. É vedado o subarrendamento no contrato de arrendamento rural.

IV. Pessoa Jurídica não pode ser arrendatária no contrato de arrendamento rural.

Está correto APENAS o que se afirma em

(A) I.

(B) II.

(C) IV.

(D) II e III.

(E) III e IV.

RESPOSTA O conceito de arrendamento rural está no decreto que regulamenta o Estatuto da Terra, art. 3º, *caput*, Decreto n. 59.666/66. *Alternativa B.*

1077. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Assinale a alternativa correta.

(A) No caso de terras devolutas, a usucapião especial rural, prevista no artigo 191 da Constituição Federal, poderá ser reconhecida administrativamente, com a consequente expedição do título definitivo de domínio para transcrição no Cartório de Registro de Imóveis.

(B) O idoso terá preferência no procedimento administrativo de reconhecimento de usucapião especial rural em terras devolutas.

(C) O procedimento da ação de usucapião especial rural é o ordinário.

(D) A apelação na ação de usucapião especial rural será recebida apenas no efeito devolutivo.

(E) A procedência do pedido na ação de usucapião especial rural ocorrerá quando: não for o autor proprietário de imóvel rural ou urbano, for a posse quinquenária, ininterrupta e sem oposição, estiver o imóvel em zona rural, não for a área superior a 50 hectares, tiver o autor tornado o imóvel

produtivo com seu trabalho ou de sua família, for o imóvel sua morada e, por fim, não se tratar de imóvel público.

RESPOSTA Essa modalidade de usucapião é regulada pelo art. 191, CF/88, e pelo art. 1.239, CC. *Alternativa E.*

1078. **(Analista – MP-AP – 2012 – FCC)** José é proprietário de uma fazenda em Porto Grande, interior do Amapá. Ocorre que, além de não produzir em seu latifúndio, José ainda utiliza de forma inadequada os recursos naturais disponíveis na terra. Diante do exposto, de acordo com a Constituição Federal brasileira, para fins de reforma agrária a fazenda

(A) poderá ser desapropriada somente se comprovado que José seja proprietário de outro imóvel.
(B) não poderá ser desapropriada, pois se trata de propriedade de grande extensão territorial.
(C) poderá ser desapropriada, pois não cumpre sua função social.
(D) não poderá ser desapropriada, pois possui recursos naturais disponíveis, mesmo que estes estejam sendo utilizados de forma inadequada.
(E) não poderá ser desapropriada, pois não realiza atividade agrícola predatória, causadora de danos ao meio ambiente.

RESPOSTA Art. 184, *caput,* e a ofensa ao art. 186, I e II, ambos da CF/88. *Alternativa C.*

1079. **(Procurador – PGE-MT – 2011 – FCC)** Considere os seguintes requisitos:

I. Aproveitamento racional e adequado.
II. Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis.
III. Preservação do meio ambiente.
IV. Observância da legislação trabalhista.
V. Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Cumpre a função social a propriedade rural que atende simultaneamente aos requisitos

(A) I, II, III, IV e V.
(B) I, II, III e IV, apenas.
(C) I, II, III e V, apenas.
(D) I, II, IV e V, apenas.
(E) I, III, IV e V, apenas.

RESPOSTA Corresponde ao inteiro teor do art. 186, CF/88. *Alternativa A.*

1080. **(Procurador – PGE-MT – 2011 – FCC)** Em relação à reforma agrária é INCORRETO afirmar:

(A) Toda pequena e média propriedade rural são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.
(B) A propriedade rural improdutiva que não cumprir sua função social poderá ser desapropriada para fins de reforma agrária.
(C) A competência para desapropriar para fins de reforma agrária é exclusiva da União.
(D) Na desapropriação para fins de reforma agrária, a indenização será prévia e justa em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão.
(E) As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

RESPOSTA Não basta ser pequena ou média propriedade rural para ser insuscetível de desapropriação, é preciso que os proprietários comprovem não possuir outra, conforme dispõe o art. 185, CF/88. *Alternativa A.*

1081. **(Procurador – PGE-MT – 2011 – FCC)** É correto afirmar sobre a aquisição de imóvel rural no território nacional por estrangeiros:

(A) Os portugueses não possuem igualdade de condições com os brasileiros no que tange à aquisição de terras no território nacional.

(B) Apenas as terras de fronteira possuem restrições para a aquisição por estrangeiros.

(C) Os estrangeiros residentes no Brasil e as pessoas jurídicas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil podem adquirir terras no território nacional.

(D) As restrições impostas ao estrangeiro com relação aos bens imóveis referem-se apenas a sua aquisição.

(E) A aquisição de imóvel rural por estrangeiros far-se-á por instrumento diverso da escritura pública.

RESPOSTA Os estrangeiros e as pessoas jurídicas estrangeiras podem adquirir terras no Brasil, respeitando o estipulado no art. 190, CF/88, e o disposto nos arts. 1º, 3º e 5º, e demais disposições pertinentes da Lei n. 5.709/71. *Alternativa C.*

1082. **(Procurador – PGE-MT – 2011 – FCC)** É correto afirmar sobre discriminação de terras devolutas:

(A) Apenas pode ser feita por meio judicial.

(B) Seu fundamento jurídico é o domínio eminente que o Estado detém sobre todas as terras que estão situadas no território nacional, originariamente públicas, fato este que lhe outorga o poder de identificar suas terras devolutas.

(C) A ação discriminatória não pode ser realizada de maneira generalizada em determinadas regiões previamente selecionadas ou em Municípios.

(D) Compete exclusivamente à União promover ação discriminatória.

(E) Depois de verificada a condição de terra devoluta na ação discriminatória, o autor deverá ajuizar ação demarcatória.

RESPOSTA O conceito legal de terras devolutas é o art. 3º, Lei n. 601/1850. A discriminação das terras devolutas pode ser realizada por dois procedimentos: administrativo e judicial, conforme dispõe a Lei n. 6.383/76 (arts. 2º a 17 – procedimento administrativo; arts. 18 a 23 – procedimento judicial). *Alternativa B.*

1083. **(Procurador – PGE-MT – 2011 – FCC)** Sobre a usucapião especial rural prevista no artigo 191 da Constituição Federal, é correto afirmar:

(A) É modo derivado de aquisição da propriedade rural.

(B) É modo originário de aquisição da propriedade rural não superior a 50 hectares, bastando transcurso de lapso temporal ininterrupto de 5 anos, justo título e boa-fé.

(C) É modo derivado de aquisição da propriedade rural não superior a 50 hectares, bastando transcurso de lapso temporal ininterrupto de 5 anos, justo título e boa-fé.

(D) É modo originário de aquisição da propriedade rural não superior a 50 hectares, bastando transcurso de lapso temporal ininterrupto de 5 anos sem oposição.

(E) É modo originário de aquisição da propriedade rural não superior a 50 hectares, bastando o exercício de posse ininterrupta e sem oposição por 5 anos, tornando a área produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia e não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano.

RESPOSTA Inteiro teor do art. 191, CF/88. *Alternativa E.*

1084. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** A usucapião constitucional rural

(A) prescinde de boa-fé ou de justo título.
(B) aplica-se a imóveis rurais com área não superior a 250m^2 (duzentos e cinquenta metros quadrados).
(C) consuma-se após o prazo de 10 (dez) anos ininterruptos.
(D) prescinde da utilização produtiva da terra.
(E) obriga ao pagamento de indenização ao proprietário.

RESPOSTA O art. 191, CF/88, não fala em boa-fé ou justo título. *Alternativa A.*

1085. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** A função social da propriedade rural

(A) é observada quando se levam em conta, exclusivamente, os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração fixados em lei, de sorte que toda propriedade produtiva automaticamente cumpre sua função social.
(B) deve levar em conta critérios estabelecidos constitucionalmente, tais como a proteção do meio ambiente e o bem-estar de proprietários e trabalhadores.
(C) é irrelevante para efeito de sujeição de imóveis rurais à desapropriação para fins de reforma agrária, que será decretada por ato do Poder Executivo Federal ou Estadual quando lhes convier.
(D) não encontra definição constitucional, que remete sua conceituação para sede de lei complementar.
(E) é conceito que não encontra previsão em norma jurídica, uma vez que corresponde à construção histórica de determinada sociedade e tem, assim, apenas dimensão sociológica.

RESPOSTA A função social deve obedecer ao disposto no art. 186, CF/88. *Alternativa B.*

1086. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** O instituto do penhor rural diferencia-se da modalidade geral do penhor, entre outras razões, porque

(A) compreende apenas coisas móveis.
(B) depende de registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
(C) nega ao seu titular o direito de sequela.
(D) não pode ser instituído sobre frutos pendentes.
(E) não confere ao credor pignoratício a posse da coisa empenhada.

RESPOSTA Art. 3º, *caput*, Lei n. 492/37, e art. 17, Decreto-lei n. 167/67. *Alternativa E.*

1087. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** De acordo com o Estatuto da Terra, entende-se por imóvel rural o prédio

(A) destinado à atividade agrícola, pecuária ou agroindustrial, qualquer que seja a sua localização.
(B) destinado à atividade agrícola, pecuária ou agroindustrial, desde que localizado fora do perímetro urbano do Município.
(C) destinado à atividade agrícola, pecuária ou agroindustrial, desde que assim definido pela legislação municipal.
(D) localizado no perímetro urbano no Município, qualquer que seja sua destinação.
(E) localizado fora do perímetro urbano do Município, qualquer que seja sua destinação.

RESPOSTA Art. 4º, I, Lei n. 4.504/64. *Alternativa A.*

1088. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** O procedimento contraditório especial, de rito sumário, para desapropriação para fins de reforma agrária previsto na Lei Complementar n. 76/93

(A) dispensa o pagamento de indenização.
(B) obriga à justa e prévia indenização integral em dinheiro.
(C) elimina o processo judicial de desapropriação.
(D) permite a imissão na posse em no máximo 48 (quarenta e oito) horas.
(E) pode ser conduzido pelo Estado-membro.

RESPOSTA Art. 6º, I, LC n. 76/93. *Alternativa D.*

1089. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** NÃO é critério definidor da função social da propriedade rural

(A) seu uso em conformidade com o Plano Diretor do Município.
(B) a exploração que garanta o bem-estar dos proprietários.
(C) seu aproveitamento racional e adequado.
(D) a preservação do meio ambiente.
(E) a observância das disposições que regulam as relações de trabalho.

RESPOSTA Os critérios para aferir a função social estão no art. 186, CF/88. *Alternativa A.*

OUTRAS BANCAS

I. Teoria Geral e Princípios de Direito Ambiental

1090. **(Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO)** A submissão do Relatório de Impacto Ambiental à audiência pública, nos termos da legislação vigente, representa, no Direito Ambiental, a aplicação prática do Princípio

(A) Democrático.
(B) da Responsabilidade.
(C) da Prudência.
(D) da Prevenção.
(E) do Equilíbrio.

RESPOSTA Art. 225, § 1º, IV, CF/88. A publicidade do EIA/RIMA é, primeiramente, uma obrigação (diante dos tutores constitucionais do meio ambiente ecologicamente equilibrado = poder público e coletividade – art. 225, *caput*, CF/88); além disso, configura-se um respeito ao princípio democrático, uma vez que este bem difuso é de propriedade de todos e, por esse motivo, é importante que as informações sobre as implicações ambientais de um empreendimento potencialmente poluidor possam ser públicas. O Princípio da Participação ou Princípio Democrático está disposto no *caput* do art. 225, CF/88, e no “Princípio 10” da declaração do Rio/92, uma vez que a constituição federal dispõe que é dever do poder público e da coletividade (entenda-se sociedade civil e todas as pessoas capazes, nativos e estrangeiros) defender e preservar o meio ambiente. *Alternativa A.*

1091. **(Advogado – CASAL – 2010 – FUNDEPES)** Acerca dos princípios do Direito Ambiental, afirma-se que

(A) o princípio da participação, consagrado na Declaração do Rio de Janeiro de 1992, protege a tão somente a participação individual na tomada de decisões relativas ao meio ambiental, não abrangendo a intervenção de associações da sociedade civil.
(B) o Princípio 5 da Declaração de Estocolmo de 1972: *Os Recursos não renováveis do Globo devem ser explorados de tal modo que não haja risco de serem exauridos e que as vantagens extraídas de*

sua utilização sejam partilhadas a toda humanidade, traduz o princípio da equidade no acesso aos recursos naturais.

(C) o princípio da prevenção, também conhecido como precaução ambiental, visa à durabilidade da sadia qualidade de vida e a continuidade das espécies.

(D) o princípio do poluidor-pagador reza que o utilizador do recurso natural deve suportar o conjunto dos custos oriundos da manipulação da natureza.

(E) a previsão legal de crimes ambientais representa desdobramento lógico do Princípio da Reparação.

RESPOSTA Trata-se da íntegra do "Princípio 5" da Declaração sobre o Ambiente Humano da Conferência da ONU de Estocolmo, na Suécia, em 1972. *Alternativa B.*

1092. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Desde o surgimento da polêmica acerca do efeito estufa na atmosfera, vários foram os estudos desenvolvidos para que os cientistas tentassem compreendê-lo. Na comunidade científica não existe consenso. Assinale a alternativa que não representa um argumento de estudiosos para explicar as alterações climáticas.

(A) A concentração de gás carbônico ou dióxido de carbono na atmosfera cresceu principalmente pelo uso de combustíveis fósseis.

(B) A maior parte da degradação na atmosfera foi causada pelos países desenvolvidos, tais como os EUA.

(C) A variação da temperatura do planeta, cujo aquecimento é inevitável, sendo gerada apenas por processos naturais.

(D) Segundo pesquisas, a demanda global por energia subirá muito nas próximas décadas devido à ascensão econômica da China e da Índia, países que reúnem cerca de 40% da população mundial.

(E) O aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera e os impactos do aquecimento global ameaçam as florestas.

RESPOSTA A impossibilidade de se evitar o aquecimento global, por este ter causa natural, não é um argumento utilizado pelos estudiosos para explicar os danos causados ao meio ambiente. *Alternativa C.*

1093. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** O sistema jurídico de proteção ao meio ambiente, disciplinado em normas constitucionais (CF/1988, artigo 225, § 3º) e infraconstitucionais (Lei n. 6.938/1981, arts. 2º e 4º), está fundado nos princípios estruturantes do direito ambiental. Deles decorrem, para o Estado e a comunidade, deveres e obrigações de variada natureza. Acerca desse assunto, assinale a alternativa incorreta.

(A) A lei brasileira não apena criminalmente quem obstar a ação fiscalizadora do poder público no trato de questões ambientais.

(B) Pelo princípio da responsabilização, tem-se em mira, na esfera privada, possibilitar que indivíduo e associações exijam a reparação dos bens ambientais lesados ou ameaçados, fortalecendo o exercício da cidadania.

(C) O princípio da precaução e da prevenção são elementos centrais para a gestão ambiental adequada.

(D) Em matéria de proteção ao meio ambiente, o princípio usuário-pagador enseja que o utilizador do recurso deva suportar o conjunto dos custos destinados a tornar possível a utilização do recurso e os custos advindos de sua utilização.

(E) Pelo princípio da precaução, sempre que houver perigo da ocorrência de um dano grave ou irreversível, a ausência de certeza científica absoluta não deverá ser invocada como razão para se adiar a adoção de medidas eficazes a fim de evitar a degradação ambiental.

RESPOSTA A lei brasileira prevê um tipo penal para a situação disposta na assertiva, art. 69, Lei n. 9.605/98. *Alternativa A.*

1094. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Em se considerando que o princípio da precaução e o princípio da prevenção já se encontram instrumentalizados no artigo 225, *caput*, da Constituição da República, é correto afirmar que

(A) se adota o princípio da prevenção quando há dúvida científica sobre o potencial danoso de uma ação que interfira no ambiente.

(B) se adota o princípio da precaução quando conhecidos os males que a ação causa ao ambiente.

(C) o princípio da precaução pressupõe a inversão do ônus probatório.

(D) o princípio da prevenção derroga o princípio da precaução se estiverem em rota de colisão quando da solução de um caso concreto.

RESPOSTA Possibilita-se a inversão do ônus probatório, obrigando o empreendedor ou dono da atividade potencialmente poluidora a comprovar que a sua atividade não causará danos ao meio ambiente. *Alternativa C.*

1095. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Leia atentamente as assertivas que seguem e, depois, proceda à sua vinculação com os princípios enunciados, na correta ordem sequencial.

I. Manter as bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, e igualmente garantir uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição.

II. Assegurar a solidariedade da presente geração em relação às futuras, para que também estas possam usufruir, de forma sustentável, dos recursos naturais.

III. Impedir a ocorrência de danos ao meio ambiente, por meio da imposição de medidas acautelatórias, antes da implantação do empreendimento e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.

IV. Instituir procedimentos capazes de embasar uma decisão racional na fase de incertezas e controvérsias, de forma a diminuir os custos da experimentação.

V. Internalizar os custos resultantes dos danos ambientais, ou seja, levá-los em conta na elaboração dos custos de produção e, consequentemente, assumi-los.

VI. Evitar que o "custo zero" dos serviços e recursos naturais acabe por conduzir o sistema de mercado à hiperexploração do meio ambiente.

Assinale a alternativa correta.

(A) Desenvolvimento sustentável, solidariedade intergeracional, prevenção, precaução, poluidor-pagador, usuário pagador.

(B) Desenvolvimento sustentável, solidariedade intergeracional, precaução, prevenção, poluidor-pagador, usuário pagador.

(C) Solidariedade intergeracional, desenvolvimento sustentável, precaução, prevenção, usuário pagador, poluidor-pagador.

(D) Solidariedade intergeracional, desenvolvimento sustentável, prevenção, precaução, poluidor-pagador, usuário pagador.

(E) Desenvolvimento sustentável, solidariedade intergeracional, prevenção, precaução, usuário pagador, poluidor-pagador.

RESPOSTA *Vide* os conceitos de princípios já constantes nas respostas de outras questões. O princípio da equidade ou solidariedade intergeracional revela a obrigação que as pessoas têm de preservar, proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Assim, nesse princípio, temos um direito-dever, ou seja, o direito de utilizar os recursos naturais e

o dever de preservá-los e recuperá-los no caso de dano para que as futuras gerações possam usufruir dos mesmos recursos naturais que hoje estamos usufruindo. O direito fundamental de terceira geração ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, contemplado no *caput* do art. 225, CF/88, tem na sua parte final a inserção constitucional do princípio da equidade intergeracional. O princípio do usuário-pagador estabelece que o usuário de recurso natural deva pagar um valor por sua utilização (Remuneração pelo uso). Esse pagamento tem o objetivo de estimular o uso racional do recurso natural e diferenciar o uso para determinado empreendimento, fazendo justiça e compensando as pessoas que usam em menor volume determinado recurso natural. *Alternativa A*.

1096. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Leia as afirmações e relacione cada uma delas com os princípios ambientais, na sequência correta.

1. Tomar decisões no sentido de impedir a superveniência de danos ao meio ambiente, por meio de medidas apropriadas, antes da elaboração de um plano ou da realização de uma atividade potencialmente degradadora.
2. Tomar decisões para limitar o desenvolvimento de atividades e, assim, impedir a superveniência de danos ao meio ambiente em cenários de incerteza e controvérsias quanto às referidas atividades.
3. É dever da Administração Pública garantir o acesso dos cidadãos a registros administrativos e a informações sobre atos de governo relativos ao meio ambiente, inclusive sobre materiais e atividades perigosas.
4. Exigir do empreendedor medidas capazes de reduzir os impactos ambientais, fazendo-o internalizar os custos ambientais de sua atividade.
5. Exigir a retribuição à sociedade pela utilização econômica dos recursos naturais, incentivando, ao mesmo tempo, a racionalização do seu uso.
6. Permitir o desenvolvimento de atividades econômicas e buscar a redução das desigualdades sociais, mantendo, porém, uma base ecológica disponível para as futuras gerações.

Assinale a alternativa correta.

(A) Prevenção, precaução, informação, poluidor-pagador, usuário-pagador e desenvolvimento sustentável.

(B) Precaução, prevenção, informação, poluidor-pagador, usuário-pagador e desenvolvimento sustentável.

(C) Prevenção, precaução, participação, usuário-pagador, equivalência dos custos ambientais e solidariedade intergeracional.

(D) Precaução, prevenção, participação, equivalência dos custos ambientais, usuário-pagador e solidariedade intergeracional.

RESPOSTA A Carta Magna dá força constitucional ao princípio da informação quando expressamente determina a publicização do Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA). *Alternativa A.*

1097. **(Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL)** A função social da propriedade contém alguns requisitos, dentre os quais o requisito ambiental, chamado por alguns autores de função socioambiental da propriedade. Sobre a matéria, pode-se afirmar:

(A) a propriedade que descumpre sua função socioambiental está sujeita a sanções, inclusive, dependendo do bem, à chamada desapropriação sanção, que é a desapropriação com pagamento da indenização em títulos;

(B) a desapropriação sanção por descumprimento da função social da propriedade somente pode ser aplicada por desatenção ao seu elemento econômico, consubstanciado na produtividade do bem, o que exclui o desatendimento à função socioambiental;

(C) a função social da propriedade corresponde à obrigação genérica de proteger e preservar o meio

ambiente, inscrita no *caput* do art. 225 da Constituição Federal de 1988;

(D) os requisitos previstos no art. 186 da Constituição Federal de 1988, referentes aos imóveis rurais, que incluem a função socioambiental da propriedade, aplicam-se a todos os demais bens, que deverão observá-los, simultaneamente e segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei;

(E) a função socioambiental da propriedade somente deve ser observada pelos imóveis rurais, não se aplicando a nenhuma outra espécie de bem.

RESPOSTA Art. 5º, XXII e XXIII, art. 170, II e III, e art. 186, todos da CF/88. *Alternativa A.*

II. Direito Constitucional Ambiental

1098. **(Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL)** Sobre o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, estabelecido no *caput* do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

(A) trata-se de um direito de natureza difusa que se consolida a partir da soma de direitos individuais;

(B) trata-se de um direito difuso, sendo este compreendido como transindividual, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas ligadas entre si por uma relação jurídica de base;

(C) trata-se de um direito difuso, sendo este compreendido como transindividual, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

(D) trata-se de um direito de natureza coletiva que se consolida a partir da soma de direitos individuais;

(E) trata-se de um direito coletivo, sendo este compreendido como transindividual, de natureza indivisível, de que seja titular um grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si por circunstâncias de fato.

RESPOSTA O meio ambiente ecologicamente equilibrado, que é o direito fundamental tutelado pela Constituição Federal de 1988, é um bem de todos. Esse direito tem um caráter transindividual difuso; os direitos com características transindividuais são os direitos de interesse difuso e interesse coletivo, os quais estão conceituados legalmente no ordenamento jurídico brasileiro no art. 81, parágrafo único, I e II, respectivamente, Lei n. 8.078/90 (CDC). *Alternativa C.*

1099. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Com base nas normas constitucionais, considere as seguintes afirmativas:

1. As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
2. Os estados exercerão a competência legislativa plena se não existir lei federal sobre normas gerais envolvendo a tutela ao meio ambiente.
3. A Constituição Federal prevê que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso especial, sob domínio do Estado, e sua utilização se dá por interesse da administração.
4. A competência administrativa em matéria ambiental é, em regra, comum à União, Estados-membros, Municípios e Distrito Federal.

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

(B) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

(C) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

(D) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.

RESPOSTA 1 (art. 225, § 6º), 2 (art. 24, VI, VII, VIII, § 3º) e 4 (art. 23, *caput*, III, IV, VI ao XI), todos da CF/88. Atenção ao parágrafo único, art. 23, CF/88, que fundamenta a edição da LC n. 140/2011, que fixa e regula as normas constitucionais dispostas no art. 23, III, VI e VII, CF/88. *Alternativa D.*

1100. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Tomando por base as disposições vigentes quanto às competências ambientais, assinale a alternativa correta.

(A) A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), e do IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

(B) Entre as ações administrativas previstas em lei, compete aos Estados promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados em unidades de conservação, bem como em Áreas de Proteção Ambiental situadas em sua área de abrangência.

(C) A ação administrativa subsidiária dos entes federativos visa auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns e dar-se-á mediante apoio técnico, científico, administrativo ou financeiro, sem prejuízo de outras formas de cooperação.

(D) Posto que a competência administrativa comum para proteger o meio ambiente envolve União, Estados e Municípios, não é possível falar-se em competências específicas, compartilhando-se o modo de exercício das devidas atribuições entre os entes da federação.

RESPOSTA Art. 16, LC n. 140/2011. *Alternativa C.*

1101. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** As águas de um rio que nasce e termina dentro do território de um município do Estado de Mato Grosso do Sul, pertencem ao domínio do ente federativo abaixo:

(A) Estado-membro onde se situem.

(B) Proprietários do imóvel por onde as águas passam, desde que tenham título válido matriculado no cartório de Registro de Imóveis.

(C) Órgão ambiental do Estado-membro.

(D) Município onde se situem.

(E) União Federal, na hipótese de os detentores da posse dos imóveis ribeirinhos não possuírem título matriculado no cartório de Registro de Imóveis.

RESPOSTA Art. 26, I, CF/88 (bens estaduais), c/c art. 20, III, CF/88. *Alternativa A.*

1102. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as afirmativas a seguir.

De acordo com a Constituição da República, é correto afirmar que o aquífero Guarani, cuja dimensão abrange oito Estados-membros da Federação, além de se estender ao território do Paraguai, Uruguai e Argentina, enquanto nos limites do território nacional, é bem da União

PORQUE

a Constituição brasileira classificou os cursos d'água sob o critério da extensão (aqueles que banham mais de um Estado-membro) e o critério da segurança nacional (aqueles que servem de limites com outros países, estendem-se a território estrangeiro, ou dele provêm, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais).

Assinale a alternativa correta.

(A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
(B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.
(C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
(D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

RESPOSTA A 1ª afirmativa está errada, pois a CF/88, no seu art. 26, I, determina que águas subterrâneas são bens estaduais, e a 2ª afirmativa está certa por força do art. 20, III, CF/88. *Alternativa A.*

1103. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Sobre a Disciplina Constitucional da Matéria Ambiental, assinale a alternativa correta.

(A) O tema ambiental perpassa diversos capítulos da Constituição Federal e da Estadual e é reconhecido constitucionalmente um direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cuja proteção judicial fica a cargo do Ministério Público.
(B) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar sobre florestas, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais.
(C) A Constituição do Estado do Rio de Janeiro autoriza a criação de taxas na utilização de recursos naturais, para financiar a fiscalização, recuperação e manutenção dos padrões de qualidade ambiental.
(D) A fim de prevenir obras e atividades significativamente degradadoras do meio ambiente urbano, o Estatuto da Cidade determina a realização de Estudo de Impacto de Vizinhança.

RESPOSTA Art. 262, Constituição Estadual do Rio de Janeiro. *Alternativa C.*

1104. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Considerando as normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

(A) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica por ele apresentada;
(B) As terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, são consideradas disponíveis;
(C) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em leis federal e estadual, sem o que não poderão ser instaladas;
(D) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

RESPOSTA Art. 225, § 3º, CF/88. *Alternativa D.*

1105. **(Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL)** Relativamente às competências legislativa e material/executiva em questões ambientais, é correto afirmar:

(A) a competência para legislar sobre a maior parte das questões ambientais é concorrente, cabendo à União legislar sobre normas gerais, como, por exemplo, a Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433, de 1997), e aos Estados e Distrito Federal legislar sobre normas específicas, adaptando as normas gerais federais às suas peculiaridades regionais;
(B) a competência material para agir sobre a maior parte das questões ambientais é comum, o que significa que todas as entidades federadas poderão, por meio de seus Poderes Executivos, atuar na proteção do meio ambiente. Todavia, em alguns casos, não é possível a atuação simultânea das três esferas políticas, como ocorre com o licenciamento ambiental, em que normas infraconstitucionais

se encarregam de determinar quando compete à União, aos Estados e aos Municípios licenciar atividades utilizadoras de recursos naturais ou que possam causar poluição ou degradação ambiental;

(C) os Municípios têm competência para legislar sobre matéria ambiental com base no art. 23 da Constituição Federal de 1988, que determina ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em todas as suas formas, além de preservar as florestas, a fauna e a flora;

(D) a União possui competência exclusiva para legislar sobre águas, não sendo, assim, facultado aos Estados editar normas sobre essa matéria ou atuar no combate à poluição ou degradação hídrica;

(E) a competência material para atuar na proteção do meio ambiente é concorrente, cabendo à União agir a partir da expedição de atos genéricos, que tenham incidência em todo o país, e aos Estados e Distrito Federal atuar de forma específica, adaptando os atos gerais federais às suas peculiaridades regionais.

RESPOSTA Art. 23, VI e VII, parágrafo único, CF/88, c/c LC n. 140/2011. *Alternativa B.*

1106. **(Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL)** A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Nesse contexto, pode-se afirmar:

(A) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua propriedade permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes;

(B) as florestas que integram o patrimônio indígena estão sujeitas ao regime de preservação permanente, razão pela qual não se admite a exploração dos seus recursos florestais, ainda que visando à subsistência de suas próprias comunidades;

(C) na relação jurídica que identifica o regime constitucional das terras indígenas, os povos são apenas depositários de bens que se transferem entre distintas gerações, sendo a posse indígena, portanto, uma relação intertemporal;

(D) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, mas os direitos sobre elas são prescritíveis;

(E) o Refúgio da Vida Silvestre, por ser uma unidade de proteção integral, poderá sobrepor-se às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, restringindo, mas não impedindo, o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

RESPOSTA Trata-se da interpretação dos §§ 1º e 2º, art. 231, CF/88. As outras alternativas estão em desconformidade com o art. 231, CF/88. *Alternativa C.*

1107. **(Auditor – TCE-RS – 2011 – FMP)** Analise as seguintes assertivas com relação às competências ambientais:

I. No exercício da competência concorrente para legislar sobre meio ambiente, podem os Estados legislar sobre Estudo Prévio de Impacto Ambiental, dispensando sua exigência para atividades de florestamento ou reflorestamento para fins empresariais.

II. Com amparo na competência comum para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, o IBAMA tem competência para fiscalizar atividade poluidora que foi licenciada pelo Município, com base no interesse local, hipótese em que o pagamento da multa imposta pelo IBAMA terá prevalência sobre a multa municipal.

III. O Município não tem competência para conceder outorga do direito de uso de recursos hídricos.

Quais estão corretas?

(A) Apenas a I.
(B) Apenas a II.
(C) Apenas a III.
(D) Apenas a I e a II.
(E) I, II e III.

RESPOSTA A alternativa III é contrária ao disposto no art. 21, XIX, CF/88, que confere competência material (administrativa) exclusiva da União Federal no tocante à outorga do uso dos recursos hídricos. *Alternativa C.*

1108. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Em relação ao meio ambiente e ao dever de preservá-lo pelo poder público e pela coletividade, julgue os itens a seguir.

I. O desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que se tem hoje à disposição.

II. Qualquer pessoa que constate a infração ambiental poderá dirigir representação à autoridade competente, que, ao tomar conhecimento dela, é obrigada a promover apuração imediata – mediante processo administrativo, assegurado o direito à ampla defesa – sob pena de corresponsabilidade.

III. O estudo prévio de impacto ambiental não encontra proteção na esfera administrativa.

IV. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão só os infratores, pessoas físicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

V. Incumbe ao poder público preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.
(E) 5.

RESPOSTA Três assertivas certas (I – art. 170, VI, c/c art. 225, CF/88; II – art. 70, §§ 2º e 3º, Lei n. 9.605/98; e V – art. 225, § 1º, II e V, CF/88). *Alternativa C.*

1109. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Acerca das normas de proteção ao Meio Ambiente assinale a alternativa incorreta:

(A) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

(B) A Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública para responsabilização pelos danos causados ao meio ambiente.

(C) Compete à União legislar sobre normas suplementares de proteção do meio ambiente que não exclui a competência concorrente dos Estados e do Distrito Federal.

(D) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do

meio ambiente e controle da poluição.

(E) A licença ambiental corresponde ao ato administrativo pelo qual o órgão ambiental estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que de qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

RESPOSTA A competência legislativa suplementar decorre do art. 24, § 2º, CF/88, e cabe aos Estados e ao DF editar leis com base nessa competência. É importante ressaltar que os municípios também têm competência suplementar nos termos do art. 30, II, CF/88. *Alternativa C.*

1110. (PGESC – SC – 2010 – FEPESE) A proteção ao meio ambiente está assim definida na Constituição Federal.

1. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
2. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão apenas as pessoas físicas a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
3. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
4. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei complementar municipal, sem o que não poderão ser instaladas.
5. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

(A) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.

(B) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.

(C) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 5.

(D) São corretas apenas as afirmativas 2, 4 e 5.

(E) São corretas apenas as afirmativas 2, 3, 4 e 5.

RESPOSTA 1 (art. 225, § 2º), 3 (art. 225, § 4º) e 5 (art. 225, § 5º), todos da CF/88. *Alternativa C.*

1111. (Juiz – TJRS – 2012) A Constituição Federal considera o meio ambiente como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida. Sobre a competência de o Poder Público preservá-lo e defendê-lo, considere as assertivas abaixo.

I. A competência executiva é comum aos três níveis de Governo.

II. A competência legislativa é privativa da União.

III. Aos Estados cabe suplementar a legislação federal.

Quais são corretas?

(A) Apenas I.

(B) Apenas II.

(C) Apenas III.

(D) Apenas I e III.

(E) I, II e III.

RESPOSTA I (Competência executiva – material ou administrativa – é a disposta no art. 23, CF/88) e III (art. 24, § 2º, CF/88). *Alternativa D.*

1112. **(Juiz – TJRS – 2012)** Considere os tipos de responsabilidade propostos abaixo.

I. Responsabilidade administrativa.
II. Responsabilidade civil.
III. Responsabilidade criminal.
Quais deles podem ser gerados a partir da comprovação de um dano ecológico?

(A) Apenas I.
(B) Apenas II.
(C) Apenas III.
(D) Apenas I e III.
(E) I, II e III.

RESPOSTA Art. 225, § 3º, CF/88. *Alternativa E.*

1113. **(Advogado – ADASA – 2009 – UNIVERSA)** A Constituição Federal garante a todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado. A fim de efetivar esse direito, estabelece algumas regras a serem observadas pelo Poder Público. A respeito dos deveres, assinale a alternativa incorreta.

(A) Cabe ao Poder Público prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
(B) As usinas que operam com reator nuclear não poderão se instalar sem que antes seja elaborada lei federal definindo sua localização.
(C) Em razão da importância para o ecossistema, a Constituição Federal prevê que a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são áreas da União.
(D) Por meio de uma interpretação constitucional é possível afirmar peremptoriamente que o Brasil não admite as rinhas de galo.
(E) Somente por lei é permitida a alteração do regime jurídico de Área de Preservação Permanente.

RESPOSTA O art. 225, § 4º, CF/88, declara os ecossistemas citados na assertiva C patrimônio nacional, no entanto não os torna propriedade da União, mas sim cria uma limitação especial administrativa, sendo portanto permitida a propriedade privada nestes locais, porém haverá uma proteção especial limitando o direito de propriedade dos proprietários de imóveis. *Alternativa C.*

1114. **(Advogado – ELETROBRAS – 2007 – NCE)** A Constituição Federal exige, expressamente, estudo prévio de impacto ambiental para:

(A) criação de bens de uso comum do povo;
(B) alienação de terreno de propriedade privada em área de proteção ambiental;
(C) perícias em crimes ambientais praticados contra a fauna e flora que coloquem em risco sua função ecológica;
(D) propositura de ação civil pública quando por associação constituída há menos de um ano;
(E) instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.

RESPOSTA Art. 225, § 1º, IV, CF/88. *Alternativa E.*

III. Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA – Lei n. 6.938/81) e LC n. 140/2011

1115. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) É competência do CONAMA, mediante proposta do IBAMA, estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

(B) Licença ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. Abrange a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação;

(C) Constitui obrigação do usuário de agrotóxico efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, caso autorizado pelo órgão registrante. Tal operação pode ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente. As embalagens rígidas que contiverem formulações miscíveis ou dispersíveis em água deverão ser submetidas à operação de tríplice lavagem, ou tecnologia equivalente;

(D) As empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, são responsáveis pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados e comercializados, após a devolução pelos usuários, e pela dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória e dos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas à sua inutilização, vedada a reciclagem ou reutilização;

(E) A servidão ambiental é um dos instrumentos econômicos da política nacional do meio ambiente. Por ela, o proprietário rural, com anuência do órgão ambiental competente, voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade. Deve ser averbada no registro de imóveis e não se aplica às áreas de preservação permanente e de reserva legal.

RESPOSTA Art. 53, *caput*, §§ 1º e 5º, Decreto n. 4.074/2002, que regulamentou a Lei n. 7.802/89. Além disso, o art. 57, mesmo decreto, dá mais obrigações que as citadas na alternativa. *Alternativa D.*

1116. **(Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL)** Não podem ser considerados instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei n. 6.938, de 1981:

(A) o zoneamento ecológico-econômico e o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;

(B) a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento ambiental;

(C) a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente e a criação de espaços territoriais especialmente protegidos;

(D) a concessão florestal e a servidão ambiental;

(E) o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e o relatório de impacto ambiental.

RESPOSTA O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar não está no rol dos instrumentos da PNMA, constantes no art. 9º, Lei n. 6.938/81, e o RIMA só é instrumento acompanhado do EIA, que dá origem e sentido ao documento chamado RIMA. *Alternativa E*.

1117. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Relativamente aos Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, é correto afirmar:

(A) A divulgação preliminar dos projetos que possam trazer danos ao ambiente não abrange a

obrigatoriedade de que pedidos de concessão de renovação de licenciamento sejam publicados no jornal oficial do Estado e em periódico regional ou local de grande circulação.

(B) O Estudo de Impacto Ambiental consiste em um estudo privado efetuado por uma equipe multidisciplinar sob encomenda do proponente do projeto, mediante fiscalização do órgão público ambiental competente.

(C) Toda pessoa física ou jurídica legitimamente interessada é titular do direito à informação ambiental.

(D) As licenças ambientais podem ser instituídas por portaria do IBAMA, pelos órgãos públicos ambientais dos Estados e dos Municípios e pelo CONAMA, independentemente de lei.

(E) Nenhuma das alternativas está correta.

RESPOSTA Art. 9º, XI, Lei n. 6.938/81. *Alternativa C.*

1118. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** Grandes construções, empreendimentos urbanos engajados, projetos habitacionais, contingenciamento de área urbana para distrito industrial, entre outras situações, revelam potencial desequilíbrio ao meio ambiente e transferem, na prática, o risco do empreendedor à população. A legislação nacional preventivamente exige em tais iniciativas o estudo de impacto ambiental. Considerando os requisitos do EIA para projetos que afetam o meio ambiente, é INCORRETO concluir

(A) dentre os requisitos de conteúdo, devem ser observadas: as alternativas tecnológicas e de implantação do projeto; os impactos ambientais gerados na fase de implantação e de operação; a área geográfica a ser diretamente atingida; os programas e planos governamentais; bem como os impactos sociais e humanos, esclarecendo que esses últimos, muito embora não elencados na Resolução n. 1/86 do CONAMA, devem ser abordados, considerando interpretação sistemática abrangente da Constituição Federal e da Lei federal n. 6.938/81.

(B) entre os requisitos técnicos o EIA, deverá: desenvolver, no mínimo, as alternativas relativas ao diagnóstico da área de influência do empreendimento com completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações caracterizando a situação ambiental da área; proceder às análises e alternativas do impacto a ser produzido pelo projeto, considerando aspectos positivos e negativos, a médio e longo prazo; expressar preceitos relativos à equipe técnica, às despesas do estudo, à independência e responsabilidade da equipe técnica e o relatório de impacto ambiental.

(C) o diagnóstico da área de influência deverá observar: o meio físico (subsolo, as águas, o ar e o clima); o meio biológico e os ecossistemas naturais (fauna, flora, espécies indicadoras de qualidade ambiental); e o meio socioeconômico (uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia).

(D) A audiência pública faz parte do processo instrutório para pleno conhecimento da comunidade interessada quanto ao EIA e ao RIMA, com previsão expressa na Resolução do CONAMA n. 9/87, Lei Federal n. 9.784/99 (processo administrativo) e Lei Federal n. 11.105/05 (Biossegurança).

RESPOSTA É contrário ao disposto no art. 6º, I a IV, Res. 01/86, CONAMA. *Alternativa B.*

1119. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Em casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, o empreendedor será obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral. Essa obrigação decorre do trato constitucional ao meio ambiente – art. 225 da CF/88 – e permite que se afirme:

I. estabeleceu-se uma forma de compartilhamento das despesas com as medidas oficiais de específica prevenção em face de empreendimentos de significativo impacto ambiental;

II. há ofensa ao princípio da separação dos Poderes, por configurar delegação do Poder Legislativo para o Executivo impor deveres aos administrados;

III. inexiste vulneração ao postulado da razoabilidade, pois a compensação ambiental constitui instrumento adequado à defesa e preservação do meio ambiente e não existe outro meio eficaz de se atingir a finalidade da tutela ecológica prevista na Constituição da República;

IV. não é incompatível com a Constituição a fixação do valor mínimo da compensação, fixado em percentual do custo total para a implantação do empreendimento;

V. a normativa densifica o princípio usuário-pagador, mecanismo de assunção partilhada da responsabilidade social pelos custos ambientais derivados da atividade econômica.

Está correto apenas o contido em

(A) I, II e IV.

(B) I, III e IV.

(C) II, III e IV.

(D) I, III e V.

(E) III, IV e V.

RESPOSTA Art. 8º, I, Res. 237/97, CONAMA, c/c art. 19, I, Decreto n. 99.274/90. *Alternativa A.*

1120. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Analise as assertivas.

I. A concessão de licença ambiental caracteriza-se como um ato administrativo vinculado, não podendo ser negada quando o particular satisfaz todos os requisitos legais relacionados ao projeto.

II. O licenciamento ambiental caracteriza-se como instrumento preventivo de danos ambientais. Durante seu procedimento, pode ser realizado Estudo de Impacto Ambiental, mas nem sempre esse é necessário.

III. Do reconhecimento de nulidade de licença ambiental em ação civil pública não pode resultar a obrigação de reparar os danos decorrentes de atos realizados sob amparo da licença questionada.

IV. A construção e instalação de empreendimentos de elétricos de pequeno porte submetem-se a procedimento de licenciamento simplificado, excepcionando o procedimento estabelecido na Resolução CONAMA 237/1997.

Está correto, apenas, o contido em

(A) I e II.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) II e IV.

RESPOSTA II (art. 3º, *caput*, parágrafo único, Res. 237/97, CONAMA) e IV (art. 1º, *caput*, Res. 279/2001, CONAMA). *Alternativa D.*

1121. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Analise as seguintes proposições acerca dos Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I. A servidão ambiental aplica-se às áreas de preservação permanente e de reserva legal.

II. Na hipótese de compensação de reserva legal, a servidão não necessita ser averbada na matrícula dos imóveis envolvidos.

III. O licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras constitui instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.

IV. A limitação à exploração da vegetação da área sob servidão instituída em relação aos recursos

florestais deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a reserva legal,

(A) Corretos apenas os itens III e IV.

(B) Corretos apenas os itens I, III e IV.

(C) Corretos apenas o itens I e II.

(D) Todos os itens são corretos.

RESPOSTA III (art. 9º, IV, Lei n. 6.938/81) e IV (art. 9º-A, § 2º, Lei n. 6.938/81). *Alternativa A.*

1122. **(Promotor – MP-SP – 2011)** A respeito do licenciamento ambiental, examine as seguintes afirmações:

I. compete ao CONAMA estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como a distribuição da competência entre os entes federados para o exercício da atividade licenciadora;

II. o licenciamento ambiental caracteriza-se como um procedimento administrativo composto por etapas determinadas e obrigatórias, entre as quais a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA);

III. a realização de audiências públicas no procedimento do licenciamento pode ser determinada pelo órgão licenciador sempre que entender necessário, ou quando for solicitada por entidade civil, pelo Ministério Público, por cinquenta ou mais cidadãos;

IV. as licenças ambientais dividem-se em três modalidades, correspondentes às etapas do procedimento de licenciamento, quais sejam a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação, mas há procedimentos especiais de licenciamento nos quais há outras modalidades de licença.

Está correto apenas o contido em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) II e IV.

(E) III e IV.

RESPOSTA III (art. 10, V) e IV (arts. 8º e 9º), todos da Res. 237/97, CONAMA. *Alternativa E.*

1123. **(Auditor – TCE-RS – 2011 – FMP)** No que se refere ao licenciamento ambiental e ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), analise as seguintes alternativas:

I. Em decisão motivada, o órgão ambiental competente poderá dispensar o EIA/RIMA, mesmo para as atividades listadas na Resolução 01/86 do CONAMA, quando for comprovado pelo empreendedor, no momento da solicitação da Licença Prévia, que a atividade, em concreto, não é capaz de causar significativa degradação ambiental.

II. Quando o empreendedor for o Poder Público e a obra for suscetível de causar significativa degradação ambiental, o Poder Público deverá licitar a elaboração do EIA/RIMA.

III. No caso de empreendimentos em áreas de preservação permanente, licenciados em virtude de utilidade pública ou interesse social caracterizados, o órgão ambiental competente deverá exigir medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, sem prejuízo da compensação a que se refere à Lei 9.985/2000.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I e II.

(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I.
(D) Apenas II.
(E) Apenas III.

RESPOSTA II (art. 2º, *caput*, Lei n. 8.666/93) e III (art. 4º, § 4º, Lei n. 4.771/65, revogada pela Lei n. 12.651/2012). *Alternativa B.*

1124. **(Advogado – COCEL – 2011 – UFPR)** Sobre o Sistema Nacional do Meio Ambiente, assinale a alternativa correta.

(A) Compete ao Ministério do Meio Ambiente estabelecer, mediante proposta do IBAMA, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
(B) O Conselho de Governo, enquanto órgão superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente, tem a competência de estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.
(C) De acordo com a legislação acerca do tema, os Órgãos Seccionais são os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental, e os Órgãos Locais são os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades nas suas respectivas jurisdições.
(D) No exercício do poder de polícia administrativa, o órgão ambiental poderá aplicar sanções referentes a condutas lesivas ao meio ambiente, bastando que estas, em consonância com o princípio da taxatividade, estejam expressa e previamente tipificadas em portaria ou resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
(E) O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é órgão encarregado de estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e executar a política nacional do meio ambiente, podendo agir administrativa ou judicialmente.

RESPOSTA Art. 6º, V e VI, Lei n. 6.938/81. *Alternativa C.*

1125. **(Advogado – CMPetrópolis-RJ – 2010 – FDC)** O licenciamento ambiental é um dos elementos mais importantes para a prevenção de danos ambientais. Acerca do tema, está correto afirmar que:

(A) a licença é anulável se não for publicada de acordo com a forma prevista em atos normativos;
(B) não pode ser revogado, por possuir natureza de licença;
(C) deve ser realizado em qualquer empreendimento, independentemente de este ser ou não potencialmente poluidor;
(D) em regra, é de competência dos Estados, podendo ser permitida a competência para outros entes de acordo com o impacto ambiental;
(E) havendo atraso por parte do órgão responsável, tem o dono do estabelecimento direito líquido e certo a obter o licenciamento.

RESPOSTA A resposta da questão estava baseada no art. 10, Lei n. 6.938/81, que foi revogado pela LC n. 140/2011. Atualmente, as regras ligadas à competência para licenciar estão dispostas nos arts. 7º (competência da união), 8º (competência dos estados) e 9º (competência dos municípios), todos da LC n. 140/2011. *Alternativa D.*

1126. **(Advogado – CETESB – 2009 – VUNESP)** Diante da Resolução CONAMA n. 237, de

19 de dezembro de 1997, pode-se dizer que

(A) as licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

(B) a licença prévia (LP) visa a autorizar a instalação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo dominante.

(C) a audiência pública é etapa obrigatória e inicial do processo de licenciamento ambiental.

(D) os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais credenciados no órgão ambiental competente e sob as expensas deste.

(E) o órgão ambiental competente não poderá cancelar uma licença expedida se esta estiver dentro de seu prazo de validade.

RESPOSTA Art. 8º, parágrafo único, Res. 237/97, CONAMA. *Alternativa A.*

1127. **(Advogado – INEA – 2008 – CESGRANRIO)** Sobre o controle da poluição ambiental, o estudo prévio de impacto ambiental

(A) constitui um dos principais instrumentos de controle da poluição ambiental, devendo a licença prévia ser expedida pelo órgão estadual competente, salvo nos casos de significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, cuja competência para expedição será federal.

(B) constitui exigência regulamentar para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, embora não previsto na Constituição Federal.

(C) sujeita os seus infratores que pratiquem condutas consideradas lesivas ao meio ambiente a sanções penais e administrativas, que podem ser substituídas pela obrigação de reparar os danos causados.

(D) é dispensável para os órgãos e entes da administração pública direta e indireta.

(E) é acessível às Autoridades Públicas encarregadas da defesa do meio ambiente nas esferas federal, estadual e municipal, que deverão preservar sigilo quanto às informações nele contidas, vedada a sua divulgação ao público.

RESPOSTA A questão foi efetuada antes da edição da LC n. 140/2011. Atualmente, as regras ligadas à competência para licenciar estão dispostas nos arts. 7º (competência da união), 8º (competência dos estados) e 9º (competência dos municípios), todos da LC n. 140/2011. *Alternativa A.*

1128. **(Advogado – INEA – 2008 – CESGRANRIO)** O órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA responsável pela propositura, ao Conselho de Governo, de diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e recursos naturais denomina-se

(A) IBAMA.

(B) CONAMA.

(C) Órgão Municipal do Meio Ambiente.

(D) Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

(E) Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA.

RESPOSTA Art. 6º, II, Lei n. 6.938/81. *Alternativa B.*

1129. **(PGEPR-PR – 2007 – UEL)** Qual é o instrumento de controle do Poder Público destinado a atestar a viabilidade ambiental de um empreendimento ou atividade?

(A) Relatório ambiental preliminar.

(B) Plano de manejo.

(C) Análise preliminar de risco.
(D) Estudo prévio de impacto ambiental.
(E) Licença prévia.

RESPOSTA Art. 8º, I, Res. 237/97, CONAMA. *Alternativa E.*

IV. Responsabilidade Civil, Administrativa e Tutela Processual

1130. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Uma indústria lançou resíduos químicos altamente poluentes, em nível superior ao permitido pelas normas ambientais, num rio do Município de Curitiba. Além de atingir a coletividade, violando o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a situação provocou vítimas específicas, afetando a saúde de quem, inadvertidamente, fez uso da água contaminada. Diante do exposto, é correto afirmar:

(A) Em se tratando de responsabilidade civil, a indústria só responderá de forma objetiva pelos danos causados às pessoas que tiveram sua saúde afetada se existir sentença julgando procedente a Ação Civil Pública, com trânsito em julgado.
(B) A responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente, por ser de natureza objetiva, exige a caracterização de culpa para que se caracterize a obrigação de reparar os prejuízos causados.
(C) Em se tratando de responsabilidade civil, a indústria responde de forma objetiva, cabendo às vítimas demonstrarem apenas o nexo causal entre o fato e o dano, bem como o seu montante.
(D) Em se tratando de responsabilidade civil, a indústria responde de forma subjetiva, cabendo às vítimas demonstrarem o nexo causal entre o fato e o dano, bem como o seu montante.

RESPOSTA A responsabilidade civil por danos ambientais é objetiva, ou seja, não se perquirirá quanto à conduta do agente, bastando para a caracterização do dano a ser reparado o ato ilícito, o dano e o nexo de causalidade entre ambos. *Alternativa C.*

1131. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** O Ministério Público do Mato Grosso do Sul propôs Ação Civil Pública contra sociedade comercial que explora posto de gasolina e que, segundo laudo do órgão ambiental estadual, vem causando poluição nas águas subterrâneas decorrente do vazamento de seu tanque de armazenamento. A ré defendeu-se, dizendo que comprou o posto havia 4 (quatro) meses e que a responsabilidade é da empresa que a antecedeu, que explorou o local por 15 anos. Em termos de responsabilidade civil pelo dano ambiental, é CORRETO afirmar que a ré:

(A) Não responde civilmente, porque inexiste nexo causal, face ao reduzido tempo da aquisição, entre sua conduta e o dano ambiental causado.
(B) Responde civilmente, mas pode apresentar reconvenção contra a empresa que a antecedeu no local para ver-se ressarcida da indenização a que vier a ser condenada pelo tempo anterior à aquisição e por danos morais.
(C) Responde civilmente, todavia proporcionalmente pelo tempo em que explora o comércio de gasolina.
(D) Não responde civilmente, porque, no contrato firmado com o vendedor, existe cláusula excluindo-o de responsabilidade por danos ambientais.
(E) Responde civilmente, em caráter solidário, porque, além de sucessora, omitiu-se no dever de preservação ambiental da propriedade.

RESPOSTA A responsabilidade civil por dano ambiental é solidária, ou seja, os responsáveis diretos ou indiretos pelo dano causado ao meio ambiente respondem solidariamente pelos danos causados. Para apurar a solidariedade e o nexo de causalidade no dano ambiental, podemos equiparar quem realizou o dano (autor do ato ilícito) com quem se omitiu de fazer quando deveria agir, quem realizou atos errados ou quem não se importou com a ocorrência do dano e o deixou se perpetrar.

Alternativa E.

1132. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as afirmativas a seguir.

De acordo com o artigo 14, § 1º da Lei n. 6.938/81, o poluidor é obrigado a indenizar e reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, independentemente de culpa,

PORQUE,

segundo o entendimento doutrinário e jurisprudencial majoritário, os casos de danos ao ambiente atraem a aplicação da teoria do risco integral, que não admite excludentes de responsabilidade, nem mesmo o caso fortuito e a força maior.

Assinale a alternativa correta.

(A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
(B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.
(C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
(D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

RESPOSTA A responsabilidade civil objetiva do dano ambiental se divide em duas teorias aplicadas pela doutrina e pela jurisprudência: a Teoria do Risco Integral (não admite excludentes do nexo causal) e a Teoria do Risco Criado (admite excludentes do nexo causal – caso fortuito ou de força maior, fato exclusivo da vítima e fato de terceiro). A doutrina e a jurisprudência posicionam-se majoritariamente pela aplicação da Teoria do Risco Integral. *Alternativa C.*

1133. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Uma das missões específicas da Justiça Ambiental é dar respostas tendentes a coibir atentados contra o meio ambiente e condenar o infrator à reparação do dano ambiental. O direito brasileiro admite expressamente a cumulação da reparação do dano com a supressão da atividade ou omissão danosa ao meio ambiente, no âmbito da ação civil pública ambiental. Pode-se reconhecer que a responsabilidade civil, nesse tema, possa ter também, em caráter principal e autônomo, o efeito de sanção do responsável? Assinale a alternativa correta.

(A) A partir da edição da Lei n. 9.605/98, instituiu-se a possibilidade de sancionamento civil do degradador, com imposição, pelo juiz cível, em acréscimo à indenização concedida, de multa civil com fundamento no art. 3º da lei.
(B) Se é possível à inclusão, na reparação pecuniária de danos extrapatrimoniais em geral o "valor de desestímulo", a resposta só pode ser afirmativa.
(C) Obter, além da reparação de danos e da supressão do fato danoso, a imposição, em caráter autônomo e cumulativo, de providências específicas ou condenação pecuniária com efeito principal de pena civil para o degradador, demandaria disposição legal e expressa a respeito.
(D) É viável a fixação do *quantum* indenizatório com base no proveito econômico obtido pelo agente com o prejuízo moral causado e isso prescinde de lei.
(E) Os danos ambientais são irreversíveis, por isso, irreparáveis.

RESPOSTA Art. 4º, VII, Lei n. 6.938/81. O poluidor tem a obrigação de recuperar os danos causados, restaurando o bem ambiental ofendido/lesado, porém, se o dano for irrecuperável, caberá ao poluidor indenizar pecuniariamente para reparar o dano realizado. *Alternativa C.*

1134. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Acerca da responsabilidade por danos ambientais, pode-se afirmar que

I. a responsabilidade civil é objetiva, vale dizer, prescinde da comprovação do elemento da culpa, mas não do nexo causal entre a conduta e o dano ambiental;

II. a responsabilidade civil por danos ambientais funda-se na teoria do risco integral, o que a torna objetiva, admitindo-se tão somente as excludentes do caso fortuito e da força maior;

III. em decorrência do princípio do poluidor-pagador, é objetiva a responsabilidade penal por danos causados ao meio ambiente, sendo possível a responsabilização da pessoa jurídica deles causadora;

IV. no caso de danos ocorrentes no armazenamento de resíduos sólidos perigosos, a responsabilidade civil recai solidariamente sobre o responsável pelo armazenamento e pelo gerador do resíduo.

Está correto, apenas, o contido em

(A) I e III.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) II e IV.

RESPOSTA I. De acordo com a doutrina sobre responsabilidade objetiva. II. Incorreta, pois na teoria do risco integral não há atenuantes e nem excludentes da responsabilidade. III. A responsabilidade penal é subjetiva, e não objetiva. IV. Ambos os responsáveis responderão pelo dano – art. 30, Lei n. 12.305/2011 – responsabilidade compartilhada. *Alternativa B.*

1135. **(Auditor – TCE-RS – 2011 – FMP)** Considere as seguintes assertivas a respeito da responsabilidade civil por danos ao meio ambiente:

I. Conforme entendimento jurisprudencial, o adquirente de uma área contaminada por resíduos sólidos industriais é responsável pelo passivo ambiental mesmo que não tenha causado diretamente a contaminação.

II. Conforme entendimento jurisprudencial, inverte-se o ônus da prova nas ações civis públicas ambientais, porque aquele que cria ou assume o risco de danos ambientais, tem o dever de provar que sua conduta não foi lesiva.

III. O Poder Público é objetivamente responsável pela reparação dos danos ambientais decorrentes de sua omissão no tratamento de esgotos domésticos.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.

(B) Apenas II.

(C) Apenas III.

(D) Apenas I e II.

(E) I, II e III.

RESPOSTA I (obrigação *propter rem* e solidária), II (atuação do princípio da precaução, ou seja, na dúvida, a opção é proteger o meio ambiente), III (art. 37, § 6º, CF/88, c/c art. 225, *caput*, CF/88 e art. 3º, IV, Lei n. 6.938/81). *Alternativa E.*

1136. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Assinale a alternativa correta.

(A) Em decorrência das regras constitucionais em matéria ambiental, as responsabilidades civil, penal e administrativa por danos causados ao meio ambiente são de caráter objetivo.

(B) O caráter objetivo da responsabilidade civil por danos ambientais fundamenta-se na teoria do risco, que faz recair ao causador dos danos a obrigação de repará-los, independentemente de culpa, admitindo-se apenas a aplicação das excludentes de caso fortuito e força maior.

(C) O Poder Público pode vir a ser responsabilizado solidariamente por danos ambientais causados por particulares em decorrência de deficiências na fiscalização, sendo sua responsabilidade, a esse propósito, de caráter objetivo.

(D) O caráter objetivo da responsabilidade civil por danos ambientais fundamenta-se na teoria do

risco, pois aquele que exerce uma atividade deve responder por eventuais danos dela resultantes, independentemente de culpa, ainda que a atividade danosa seja lícita.

(E) A responsabilidade civil em matéria ambiental é de caráter objetivo, prescindindo, para sua caracterização, do elemento da culpa e do nexo causal entre a conduta e o evento danoso.

RESPOSTA De acordo com a doutrina sobre a responsabilidade civil por danos ambientais. Art. 225, § 3º, CF. *Alternativa D.*

1137. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Em ação civil pública cujo objetivo é a reparação de dano ambiental, invocou-se a viabilidade de inversão do ônus probatório, à luz das normas de proteção ao consumidor, com o que não concordou o pretenso infrator. Com vistas à decisão adequada, é válido afirmar-se:

I. deve ser levada em consideração a hipossuficiência do autor da demanda em relação ao réu;

II. a extensão das regras de proteção ao consumidor à defesa dos direitos coletivos nas ações civis por danos ambientais decorre da relação interdisciplinar entre tais normas;

III. não interfere na espécie o caráter público e coletivo do bem jurídico tutelado, senão a apuração de efetivo prejuízo causado ao ambiente;

IV. constitui direito subjetivo do infrator a realização de perícia para comprovar a ausência de danosidade em sua conduta;

V. o meio ambiente deve ter em seu favor o benefício da dúvida no caso de incerteza, por falta de provas cientificamente relevantes, sobre o nexo causal entre determinada atividade e um efeito ambiental nocivo.

Estão corretas apenas as assertivas

(A) I, III e IV.

(B) II, IV e V.

(C) I, II e V.

(D) II, III e IV.

(E) III, IV e V.

RESPOSTA II (art. 21, Lei n. 7.347/85), IV (princípio da defesa) e V (princípio do *in dubio pro natura*). *Alternativa B.*

1138. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** O adquirente de uma área degradada, réu em ação civil pública na qual o Ministério Público objetiva a recuperação da cobertura vegetal, defendeu-se a argumentar aquisição recente de imóvel devastado anteriormente e, portanto, ausência total de qualquer responsabilidade. Ausente sua culpa, assim como o nexo de causalidade, para ele a ação civil pública só poderia receber decisão de improcedência. Deve incidir sobre a espécie ora sintetizada a solução que segue:

(A) a responsabilidade por danos ambientais é objetiva e não exige a comprovação de culpa, bastando à constatação de dano e do nexo de causalidade. Mas na esfera ambiental, mesmo o nexo de causalidade tem sua prova dispensada, em prol da efetiva proteção do bem jurídico tutelado. O adquirente responderá pelos danos solidariamente com o causador do desastre.

(B) a responsabilidade por danos ambientais é subjetiva e não prescinde da comprovação da culpa, mormente em se cuidando de aquisição recente. Toda responsabilidade é do anterior proprietário.

(C) a responsabilidade por danos ambientais é subjetiva, dispensa a comprovação da culpa, mas não prescinde da constatação do dano. Seu causador responderá sozinho pela recuperação da área.

(D) a responsabilidade por danos ambientais é objetiva, prescinde da comprovação da culpa e da constatação do dano. A responsabilidade é do adquirente e do Poder Público.

(E) a responsabilidade por danos ambientais é objetiva, prescinde da comprovação da culpa, mas não prescinde da constatação do dano e do nexo causal. Este é que definirá a responsabilidade pela degradação e pela recuperação da mata.

RESPOSTA De acordo com a doutrina sobre a responsabilidade civil por danos ambientais. Art. 225, § 3º, CF. *Alternativa A.*

1139. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual com o fito de proibir queimada de palha de cana-de-açúcar como método preparatório da colheita e de condenar os infratores ao pagamento de indenização correspondente a certo número de litros de álcool por alqueire queimado, a sentença julgou procedentes todos os pedidos e foi mantida pelo Tribunal de Justiça. Em Agravo Regimental tirado em Embargos de Declaração em Recurso Especial no STJ, alegou-se ofensa ao art. 27 do Código Florestal Brasileiro – Lei n. 4.771/1965, vez que a queimada é permitida em certos casos e que a extinção de sua prática não deve ser imediata, mas gradativa. A solução adotada no STJ, em relação ao Agravo Regimental, assinalou:

(A) a razão está com o agravante, que tem a seu favor o permissivo legal de proceder à queima da palha de cana-de-açúcar, sem o que não tem condições de colher o insumo.

(B) a razão está com o agravante, pois a extinção do método rudimentar e anacrônico de colheita de cana-de-açúcar há de ser gradativa e não pode ser cobrada ao agricultor de imediato.

(C) o agravo foi desprovido sob argumento de que a queima da palha causa grandes danos ambientais e há instrumentos e tecnologias modernos que podem substituir tal prática sem inviabilizar a atividade econômica.

(D) o agravo foi provido, porque existe expressa previsão legal para a queima e essa praxe é o costume considerado fonte do direito.

(E) o agravo foi provido porque há de se compatibilizar o interesse econômico e a proteção ambiental e aquele é prioritário ante o atual estágio de desenvolvimento do Brasil.

RESPOSTA Princípio do desenvolvimento sustentável. *Alternativa C.*

1140. **(Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL)** A ação civil pública por danos causados ao meio ambiente é disciplinada pela Lei n. 7.347, de 1985, e suas posteriores alterações. Em relação à matéria, é incorreto afirmar:

(A) a ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer;

(B) em caso de desistência infundada ou abandono por associação legitimada, o Ministério Público assumirá obrigatoriamente a titularidade ativa da ação;

(C) nas ações civis públicas com fundamento em interesses difusos, a sentença faz coisa julgada;

(D) as autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista possuem legitimidade ativa para o ajuizamento de ação civil pública;

(E) os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

RESPOSTA Art. 5º, §§ 1º e 3º, Lei n. 7.347/85. *Alternativa B.*

1141. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Com relação a ação civil pública proposta para reparação de dano ambiental, assinale a alternativa incorreta.

(A) O juiz poderá, em qualquer espécie de ação civil pública, conceder liminar.

(B) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar conflito de competência, em segundo grau, envolvendo tribunal regional federal e tribunal de justiça estadual.

(C) O juiz poderá impor, na tutela liminar ou na sentença, multa diária ao réu, de ofício, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

(D) É disponível a qualquer pessoa e um dever do agente público representar ao Ministério Público, visando à proteção dos interesses metaindividuais.

(E) O dano ambiental exige, além da compensação financeira ecológica, um mecanismo que cesse a atividade poluente e(ou) recupere a lesão ambiental.

RESPOSTA Art. 105, I, *d*, CF/88. *Alternativa B.*

1142. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Tício adquiriu imóvel de Paulo, mediante registro no Registro de Imóveis e atendimento de todas as formalidades legais. Posteriormente, constatado que a área estava contaminada com metais pesados, o Ministério Público promoveu ação civil pública em face de Tício. Nesse caso, de acordo com o entendimento uniforme do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

(A) a responsabilidade pela preservação e recomposição do meio ambiente é objetiva, mas exige nexo de causalidade entre a atividade do proprietário e o dano causado, razão pela qual Tício não será responsabilizado, posto tratar-se de vício oculto.

(B) considerando que se cuida de obrigação *propter rem*, Tício assume o ônus de manter a preservação, sendo possível impor obrigação de fazer consistente na recomposição da área e/ou indenização.

(C) é cabível a utilização da teoria do risco criado, exigindo-se a comprovação de um liame causal, de forma a possibilitar a exclusão de responsabilidade de Tício.

(D) é possível aplicar ao caso a teoria dos ônus da prova dinâmicos, mediante a demonstração da legalidade da aquisição e da existência de causas e concausas que contribuíram para o resultado lesivo.

RESPOSTA Obrigação *propter rem* (ônus real que recai sobre a coisa). *Alternativa B.*

1143. **(Advogado – CEB – 2010 – UNIVERSA)** Com relação aos instrumentos judiciais de proteção ambiental, assinale a alternativa correta.

(A) A ação civil pública ambiental é instrumento exclusivo do Ministério Público.

(B) A ação popular constitucional ambiental pode ser proposta por qualquer brasileiro.

(C) Na ação civil pública ambiental, pode ser pedida a inconstitucionalidade de lei como seu objeto principal.

(D) O inquérito civil público pode ser aberto por estados-membros e municípios.

(E) A União pode propor ação civil pública ambiental.

RESPOSTA Art. 5º, III, Lei n. 7.347/85. *Alternativa E.*

1144. **(Advogado – UDESC – 2010 – FEPESE)** Não possui legitimidade para propor a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente:

(A) União.

(B) Ministério Público.

(C) Defensoria Pública.

(D) Associação que esteja constituída há pelo menos 6 (seis) meses, na forma da lei, e inclua a proteção ao meio ambiente entre suas finalidades institucionais.
(E) Associação que esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano, na forma da lei, e inclua a proteção ao meio ambiente entre suas finalidades institucionais.

RESPOSTA Os requisitos das associações para proporem ação civil pública estão dispostos no art. 5º, V, *a* e *b*, Lei n. 7.347/85. *Alternativa D.*

1145. **(Advogado – CETESB – 2009 – VUNESP)** Na Ação Civil Pública,

(A) não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora em honorários de advogado, custas e despesas processuais, salvo comprovada capacidade econômica dessa, o que lhe retira a qualidade de hipossuficiente.
(B) o Ministério Público atuará, facultativamente, como fiscal da lei, caso não intervenha como parte no processo.
(C) admitir-se-á o litisconsórcio entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados, na defesa dos interesses que são objeto da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública).
(D) poderá ser negada certidão ou informação ao Ministério Público, somente nos casos em que a lei impuser sigilo. Neste caso, não há, por imposição legal, possibilidade de requisição, mesmo que esta seja feita por intermédio do Poder Judiciário.
(E) sua propositura, em um foro, não inibe a propositura posterior de outras ações civis públicas com a mesma causa de pedir o objeto em foros distintos, não ocorrendo, nesse caso, o fenômeno da prevenção.

RESPOSTA Art. 5º, § 5º, Lei n. 7.347/85. *Alternativa C.*

1146. **(Advogado – REFAP – 2007 – CESGRANRIO)** Tratando-se de ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, regida pela Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, NÃO se pode afirmar que:

(A) deve ser obrigatoriamente proposta no foro do local onde fica a sede da empresa responsável pelo dano.
(B) pode ter por objeto a condenação do réu na obrigação de remediar o dano ambiental por este causado.
(C) pode ter por objeto a condenação, em dinheiro, do responsável pelo dano ambiental.
(D) pode ser proposta por associação que, concomitantemente, esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano e inclua, dentre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente.
(E) pode ser proposta pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

RESPOSTA Art. 2º, *caput*, Lei n. 7.347/85. *Alternativa A.*

1147. **(Advogado – ELETROBRAS – 2007 – NCE)** Com relação à ação civil pública proposta por danos causados ao meio ambiente, é INCORRETO afirmar que:

(A) poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer;
(B) os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante combinações;
(C) admite o Ministério Público como legitimado ativo;
(D) a sentença poderá fixar pena privativa de liberdade;

(E) o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões.

RESPOSTA Art. 3º, Lei n. 7.347/85. *Alternativa D.*

1148. **(Promotor – MPSC – 2013)** Marque V ou F:

De acordo com a Lei 6.938/1981, entende-se por poluidor a pessoa física, ou jurídica de direito privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

RESPOSTA O poluidor pode ser pessoa física e/ou pessoa jurídica de direito privado ou público (art. 3º, IV, Lei n. 6.938/81). *Falsa.*

1149. **(Promotor – MPSC – 2013)** Marque V ou F:

Nos termos da Lei 6.938/1981, a responsabilidade do poluidor por indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade, é independente da existência de culpa.

RESPOSTA Art. 14, § 1º, Lei n. 6.938/91. *Verdadeira.*

1150. **(Promotor – MPSC – 2013)** Marque V ou F:

Segundo a Lei Complementar 140/2011, o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, implica emissão tácita e autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra.

RESPOSTA Art. 14, § 3º, LC n. 140/2011. *Falsa.*

1151. **(Promotor – MPSC – 2013)** Marque V ou F:

De acordo com a Lei Complementar 140/2011, a renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença.

RESPOSTA Art. 14, § 4º, LC n. 140/2011. *Verdadeira.*

1152. **(Promotor – MPSC – 2013)** Marque V ou F:

Nos termos da Lei Complementar 140/2011, compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

RESPOSTA Art. 17, *caput*, LC n. 140/2011. *Verdadeira.*

V. Responsabilidade Penal e Tutela Processual Penal

1153. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** José da Silva, diretor executivo da “Indústria de Cal JS Ltda.”, foi indiciado pela Delegacia de Crimes Ambientais da SSP/MS pela prática do crime de

poluição atmosférica, praticado através do lançamento de grande quantidade de fumaça emitida pelos fornos da sociedade comercial que dirige, comprovadamente em níveis superiores aos permitidos pelo órgão ambiental estadual conforme perícia realizada. Do ponto de vista da responsabilidade penal, o acusado está sujeito a ser denunciado pelo Ministério Público e:

(A) Responder pela prática da contravenção penal prevista no artigo 38 do Decreto-lei 3.668, de 1941 (emissão de fumaça, vapor ou gás), ainda que não cause ofensa física, molestamento ou perigo a terceiros.

(B) Responder por crime de poluição, previsto no art. 54 da Lei 9.605/98, desde que os efeitos da conduta resultem ou possam ter resultado danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.

(C) Responder por crime de poluição previsto no art. 54 da Lei 9.605/98 em concurso material com o art. 132 do Código Penal (perigo para a vida ou a saúde de outrem), desde que os efeitos da conduta resultem ou possam resultar danos de natureza grave exclusivamente à saúde humana.

(D) Responder por crime de poluição, independentemente do resultado da conduta, uma vez que no crime de poluição aplica-se o princípio da responsabilidade objetiva.

(E) Responder por crime de poluição, previsto no art. 54 da Lei 9.605/98, perante o Juizado Especial Criminal, facultando-se-lhe a possibilidade de firmar transação com o Promotor de Justiça.

RESPOSTA Art. 54, V, Lei n. 9.605/98. *Alternativa B.*

1154. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa que apresenta informação incorreta.

(A) Os antecedentes ambientais do infrator, o baixo grau de instrução ou de escolaridade do agente e a sua situação econômica constituem circunstâncias que atenuam a pena, segundo o artigo 14 da Lei de Crimes Ambientais.

(B) É possível a responsabilização penal de pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em nome ou em seu benefício.

(C) É da Justiça Federal a competência para processar e julgar ação penal contra acusado de pesca predatória em águas territoriais de Estados-membros da Federação.

(D) Os ecossistemas considerados constitucionalmente patrimônio natural não atraem competência da Justiça Federal.

RESPOSTA Art. 14, Lei n. 9.605/98. *Alternativa A.*

1155. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** Constitui crime ambiental, nos termos da Lei n. 9.605/98:

I. modificar, danificar ou destruir ninho natural;

II. introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente;

III. pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente;

IV. transportar, comercializar, beneficiar ou industrializar espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibidas;

V. abater de animal para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente;

(A) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.

(B) Apenas os itens II, III, IV e V estão corretos.

(C) Apenas os itens I, II, IV e V estão corretos.

(D) Todos os itens estão corretos.

RESPOSTA I (art. 29, § 1º, II), II (art. 31, *caput*), III (art. 34, *caput*) e IV (art. 34, III), todos artigos da Lei n. 9.605/98. *Alternativa A.*

1156. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** No que se refere a crimes ambientais assinale a alternativa correta.

(A) As condutas tipificadas como crimes ambientais podem ser atenuadas diante do baixo grau de instrução do infrator, do seu arrependimento espontâneo manifestado pela reparação do dano, pela comunicação prévia do perigo e pela colaboração com agentes fiscalizadores.

(B) São penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, na lei de crimes ambientais, a suspensão de atividades, a interdição temporária de estabelecimento, a proibição de contratar com o poder público e a imposição de multas.

(C) Sendo independentes as esferas administrativa, civil e penal, a sentença penal condenatória por crime ambiental deve se limitar à aplicação de penalidades, devendo a reparação civil ser discutida em outra ação judicial.

(D) Deixar de averbar reserva legal, após devida advertência para apresentar termo de compromisso, constitui infração administrativa e crime tipificado na lei de crimes ambientais.

RESPOSTA Art. 14, I, II, III e IV, Lei n. 9.605/98. *Alternativa A.*

1157. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Acerca dos crimes contra a fauna e a flora, assinale a alternativa incorreta.

(A) Pune-se criminalmente a pesca praticada em período no qual seja esta proibida ou praticada em lugares interditados por órgão competente.

(B) Para o exercício da caça, é obrigatória a devida licença ou autorização, expedida pela autoridade competente, além do que, quando efetuada com arma de fogo, necessário se faz o porte de arma emitido pela Polícia Federal.

(C) Proíbem-se as práticas que impedem a procriação da fauna sem licença.

(D) Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente em formação não infringe norma de proteção contra a flora.

(E) Configura crime contra o meio ambiente introduzir espécie animal no país sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.

RESPOSTA A assertiva contraria o art. 38, *caput*, Lei n. 9.605/98. *Alternativa D.*

1158. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** No que se refere às sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, assinale a opção correta.

(A) As pessoas jurídicas que praticarem condutas e atividades lesivas ao meio ambiente serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, quando a infração for cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, salvo se no interesse ou benefício da sua entidade.

(B) A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

(C) O agente ter cometido a infração à noite é uma circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime contra o meio ambiente.

(D) Para imposição e gradação da pena de multa, a autoridade competente não observará a situação econômica do infrator.

RESPOSTA De acordo com o art. 15, II, *i*, Lei n. 9.605/98. *Alternativa C*.

1159. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** O jornal *Diário do Pará* publicou resultado de uma pesquisa, realizada pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que informa que 27% das edificações da capital paraense e região encontram-se pichadas e que dez das treze praças mais importantes de Belém sofreram pichação em seus monumentos ou edificações. Entre as alternativas propostas pelo Imazon, além de ação educativa, está a proposta de que o poder público garanta a vigilância nas vias públicas e zele pelo patrimônio público. Juridicamente, pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano é crime ambiental, nos termos do art. 65 da Lei n. 9.605/1998. Quanto às sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, que devem ser aplicadas pelo poder público, NÃO se inclui:

(A) detenção, de três meses a um ano, e multa a quem pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico.

(B) reclusão, de um a três anos, e multa a quem destruir, inutilizar ou deteriorar arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial.

(C) multa de mil reais a cinquenta mil reais a quem pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação alheia ou monumento urbano.

(D) multa de dois mil reais a cem mil reais a quem pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar monumento ou coisa tombada.

RESPOSTA A alternativa traz o texto antigo da Lei n. 9.605/98, que considerava crime grafitar, porém a Lei n. 12.408/2011 alterou o texto da Lei n. 9.605/98 no seu art. 65, descriminalizando o ato de grafitar, retirando a expressão do *caput* do art. 65 e acrescentando o § 2º, art. 65, Lei n. 9.605/98. *Alternativa A.*

1160. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Sobre a responsabilidade penal ambiental, da pessoa jurídica, é CORRETO afirmar:

(A) o prazo máximo previsto em caso de aplicação à pessoa jurídica da pena restritiva de direito consistente na proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações é de 5 (cinco) anos.

(B) segundo a orientação do Superior Tribunal de Justiça pode haver a responsabilização isolada do ente coletivo, sendo desnecessária a demonstração da atuação dos administradores em proveito da pessoa jurídica.

(C) a suspensão de atividades da pessoa jurídica será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção ao meio ambiente.

(D) a lei brasileira exclui de responsabilidade penal as pessoas jurídicas de direito público.

RESPOSTA Art. 22, § 1º, Lei n. 9.605/98. *Alternativa C.*

1161. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** Sobre a Lei n. 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais, é correto afirmar, exceto:

(A) A pena restritiva de direito de prestação de serviços à comunidade, prevista na Lei, consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a parques e jardins públicos e unidades de

conservação e, no caso de dano da coisa particular, pública ou tombada, na restauração desta, se possível.

(B) são requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade por pena alternativa restritiva de direitos, quando se tratar de delito: a) tratar-se de crime culposo ou for aplicada a pena privativa de liberdade igual ou inferior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou ameaça a pessoa; b) o réu não for reincidente em crime doloso; c) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias do crime indicarem que a substituição seja suficiente para efeitos de reprovação e prevenção do crime.

(C) Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa não poderá ser formulada quando não tenha havido prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade desta.

(D) Nos crimes previstos na Lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação à pena privativa de liberdade não superior a três anos.

RESPOSTA A alternativa alterou os requisitos dispostos no art. 7º, I e II, Lei n. 9.605/98, acrescentando informações errôneas. *Alternativa B.*

1162. **(Delegado – PC-PR – 2007 – UFPR)** A Lei 9.605/98 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Sobre o tema, considere as seguintes afirmativas:

1. Nos termos da lei, as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa e civilmente, não sendo possível sua responsabilização penal, pois a pessoa jurídica não tem capacidade de culpabilidade.
2. Os antecedentes e a situação econômica do réu são critérios para a orientação da autoridade competente para a aplicação da sanção.
3. A lei objetiva a proteção do meio ambiente em sua dimensão global, abrangendo o meio ambiente natural (solo, água, ar), cultural (patrimônio artístico, turístico, paisagístico) e artificial (espaço urbano construído).
4. Não é crime o abate de animal quando realizado para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente.

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
(B) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
(C) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
(D) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
(E) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

RESPOSTA 2 (art. 6º, II e III, Lei n. 9.605/98), 3 (crimes contra o meio ambiente do art. 29 ao 69, Lei n. 9.605/98) e 4 (art. 37, II, Lei n. 9.605/98). *Alternativa A.*

1163. **(Procurador – MPF – 2012)** Analise os itens abaixo e responda em seguida:

I. No atual sistema jurídico normativo brasileiro, as infrações administrativas ambientais encontram-se exaustivamente descritas na lei, em estrita observância ao princípio da reserva legal.

II. O Ministério Público tem legitimidade para promover responsabilidade civil por danos ambientais patrimoniais ou extrapatrimoniais, de forma isolada ou cumulativa.

III. Por ser de natureza objetiva, a responsabilidade penal da pessoa jurídica por danos causados ao

meio ambiente caracteriza-se mediante a demonstração de nexo de causalidade entre a ação ou omissão e o evento danoso, independentemente de culpa.

IV. De acordo com o sistema de responsabilização previsto na lei 9.605/98, a imposição de multa por infração administrativa ambiental, por ato da autoridade administrativa competente, não impede a cominação de multa, a título de sanção penal, por parte da autoridade judicial, pelo mesmo fato, desde que tipificado em lei como crime.

(A) O item II é verdadeiro e o item III é falso.
(B) Todos os itens são verdadeiros.
(C) Somente o item II é verdadeiro.
(D) Somente o item I é falso.

RESPOSTA II (art. 1º, I, c/c art. 5º, *caput*, ambos da Lei n. 7.347/85) e III (enquanto as responsabilidades administrativa e civil são objetivas, a responsabilidade penal é subjetiva, pois nesta é fundamental se perquirir a conduta – culposa ou dolosa – do agente ator do fato típico). *Alternativa A.*

1164. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) Os estabelecimentos comerciais que vendem motosserras são obrigados ao registro junto ao IBAMA, assim como aqueles que adquirem os equipamentos. O porte e uso de motosserras, por sua vez, depende de licença concedida pelo IBAMA, que deve ser renovada a cada 02 (dois) anos;
(B) A legislação ambiental permite a responsabilização criminal da pessoa jurídica, sendo-lhe aplicáveis as penas de multa, restritivas de direitos e de prestação de serviços à comunidade. Dentre as modalidades desta última, encontram-se o custeio de programas e de projetos ambientais, bem como, a manutenção de espaços públicos;
(C) Caracteriza crime ambiental manter em cativeiro animal da fauna silvestre, proveniente de criadouro não autorizado e sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente. Em tal hipótese, apreendido o animal, este será libertado em seu habitat ou entregue a jardim zoológico, fundações ou entidades assemelhadas, desde que fique sob a responsabilidade de técnicos habilitados;
(D) Constitui crime contra o meio ambiente executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida. Já a conduta de deixar de recuperar a área explorada, nos termos da determinação do órgão competente, caracteriza apenas infração administrativa, punida com multa diária;
(E) Constituem espécies de sanções para a prática de infrações administrativas ambientais, dentre outras: advertência, multa simples, multa diária, destruição ou inutilização do produto, embargo de obra ou atividade e demolição de obra.

RESPOSTA A 1ª parte se refere ao art. 55, *caput*, Lei n. 9.605/98, e a 2ª parte, ao art. 62, VI, Decreto n. 6.514/2008. *Alternativa D.*

1165. **(Advogado – CASAL – 2010 – FUNDEPES)** Sobre a Responsabilidade Ambiental na esfera penal, verifica-se que:

(A) considera-se infração administrativa ambiental a concessão de licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais.
(B) a responsabilidade da Pessoa Jurídica exclui a da pessoa física, desde que o ilícito seja cometido por decisão do representante legal ou contratual no interesse da entidade.
(C) para a jurisprudência do STJ é possível a responsabilização penal da Pessoa Jurídica desde que cumulada com a responsabilidade da pessoa física que age com o elemento subjetivo próprio do

evento criminoso.

(D) é possível a desconsideração da Pessoa Jurídica sempre que a personalidade servir de obstáculo à responsabilização individual do agente criminoso.

(E) são penas restritivas de direitos da Pessoa Jurídica: a Prestação de serviços à comunidade, a interdição temporária de direitos e a prestação pecuniária.

RESPOSTA O art. 225, § 3º, CF/88, e o art. 3º, Lei n. 9.605/98, fundamentam legalmente a responsabilidade penal da pessoa jurídica, porém a jurisprudência aplica em conjunto com esses dispositivos legais a teoria da dupla imputação, ou seja, para que a pessoa jurídica seja responsabilizada penalmente, é preciso que o autor material do delito seja também. *Alternativa C.*

1166. **(Advogado – INEA – 2008 – CESGRANRIO)** A Lei n. 9.605/98 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, inclusive aquelas cometidas por pessoas jurídicas. Sobre a matéria, pode-se afirmar que:

I. o administrador de pessoa jurídica que, ciente da conduta criminosa adotada pela empresa, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la, incorre nas penalidades cominadas à referida conduta;

II. poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente;

III. a pessoa jurídica constituída com o fim de ocultar a prática de crime ambiental pode ter sua liquidação forçada decretada;

IV. a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras da conduta lesiva ao meio ambiente.

Estão corretas as afirmações

(A) I e II, apenas.

(B) I, II e III, apenas.

(C) I, II e IV, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA I (art. 2º), II (art. 4º) e III (art. 24), todos artigos da Lei n. 9.605/98. *Alternativa B.*

1167. **(PM – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Julgue os itens abaixo, relativos aos crimes ambientais previstos na Lei n. 9605/1998 e assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Os crimes previstos na Lei n. 9605/98 cominam suas penas na medida da culpabilidade do infrator, pessoa física ou jurídica, bem como do diretor, o administrador, o auditor, preposto ou mandatário da pessoa jurídica.

(B) A lei de Crimes Ambientais prevê expressamente a responsabilidade penal da pessoa jurídica por crimes ambientais.

(C) Caso uma empresa tenha obtido lucro com determinada conduta criminosa ambiental por determinação de seu órgão colegiado, será possível, em tese, segundo a legislação vigente, a responsabilização penal da pessoa jurídica.

(D) A infração, para ser passível de responsabilização penal da pessoa jurídica, deve ser cometida no interesse ou no benefício da entidade.

(E) Na hipótese de responsabilização penal passível de responsabilização penal da pessoa jurídica, não poderá haver, concomitantemente, a de pessoa natural.

RESPOSTA A resposta é contrária à teoria da dupla imputação que hoje predomina nas jurisprudências dos tribunais superiores. *Alternativa E.*

1168. (Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP) Analise as assertivas.

I. A criação de unidades de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e consulta pública e pode se dar por meio de lei ou decreto, assim como a ampliação ou redução dos seus limites e a transformação de unidades de menor grau de proteção em unidades do grupo de proteção integral.

II. A legislação permite o cultivo de organismos geneticamente modificados em áreas de proteção ambiental e em zonas de amortecimento de unidades de conservação, desde que assim previsto nos respectivos planos de manejo e observadas informações técnicas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.

III. A legislação permite o uso comercial de organismos geneticamente modificados desde que haja decisão técnica favorável da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, sendo ou não exigido licenciamento ambiental a critério da referida comissão.

IV. É permitida a permanência de comunidades tradicionais em unidades de conservação de uso sustentável, desde que suas atividades sejam compatíveis com a preservação e defesa da unidade de conservação e tenham recebido do órgão gestor da unidade termo de posse correspondente à área que ocupam.

Está correto, apenas, o contido em

(A) I e II.
(B) I e IV.
(C) II e III.
(D) II e IV.

RESPOSTA II (art. 27, § 4º, Lei n. 9.985/2000) e III (art. 10 e art. 14, XIII, ambos da Lei n. 11.105/2005). *Alternativa C.*

1169. (Juiz – TRF-4 – 2010) Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta. Podem ser constituídas de terras particulares:

I. Área de proteção ambiental.
II. Refúgio de vida silvestre.
III. Reserva biológica.
IV. Área de relevante interesse ecológico.
V. Reserva extrativista.

(A) Estão corretas apenas as assertivas I e V.
(B) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
(C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
(D) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
(E) Nenhuma assertiva está correta.

RESPOSTA I (art. 15, § 1º) e II (art. 13, § 1º), ambos da Lei n. 9.985/2000. *Alternativa C.*

1170. (Juiz – TRF-4 – 2010) Assinale a alternativa correta. A unidade de conservação, de posse e de domínio público federal, que tem como objetivo a preservação integral da biota e dos demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais, é denominada, pela Lei 9.985/2000, de:

(A) Estação Ecológica.
(B) Parque Nacional.
(C) Floresta Nacional.
(D) Reserva de Desenvolvimento Sustentável.
(E) Reserva Biológica.

RESPOSTA Art. 10, *caput*, § 1º, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa E.*

1171. **(Procurador – MPF – 2008)** Analise atentamente as seguintes afirmativas:

I. As Unidades de Conservação da Natureza são instituídas por ato do Poder Público, mas somente poderão ser desafetadas por lei específica.
II. A obrigação de que o autor de empreendimento de significativo impacto ambiental apoie a implantação e manutenção de Unidade de Conservação da Natureza é aplicação do princípio "usuário-pagador".
III. Os Refúgios de Vida Silvestre e as Reservas Extrativistas são incompatíveis com a presença humana.
IV. Aeroportos, distritos industriais e experimentos com organismos geneticamente modificados devem estar restritos às zonas de amortecimento.

Quais as afirmativas corretas:

(A) I e II.
(B) III e IV.
(C) I e IV.
(D) II e III.

RESPOSTA I (art. 225, § 1º, III, CF/88, e art. 22, § 7º, Lei n. 9.985/2000) e II (art. 36, Lei n. 9.9850/2000, e a ADI 3378/DF, *Informativo* 431 do STF). *Alternativa A.*

1172. **(Procurador – MPF – 2012)** Analise os itens abaixo e responda a seguir:

I. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação é formado pelo conjunto de áreas especialmente protegidas, instituídas pela União, pelos Estados e pelos Municípios, com delimitação territorial precisa e objetivos conservacionistas definidos.
II. De acordo com o regime especial de fruição, os espaços territoriais especialmente protegidos só podem ser submetidos ao uso indireto, o qual, nos termos da lei, envolve atividades de coleta, consumo e pesquisas de objetivo educacional ou científico, sem possibilidade de exploração econômica dos recursos naturais.
III. Em razão do caráter nacional do Sistema de Unidades de Conservação instituído pela lei 9.985/2000, o poder público municipal não pode criar unidades de conservação, mas tão somente disciplinar seu uso, consoante o interesse local e desde que não se choque com as diretrizes traçadas pelo poder público federal.
IV. As áreas de preservação permanente são unidades de conservação de proteção integral, só podendo ter seu regime jurídico alterado por força de lei em sentido formal.

(A) Todos os itens são falsos.
(B) O item I é verdadeiro.
(C) Somente o item III é falso.
(D) Somente os itens I e III são falsos.

RESPOSTA Art. 3º, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa B.*

1173. **(Procurador – MPF – 2011)** Analise os itens abaixo e responda em seguida:

I. Nos termos da Constituição da República, a Floresta Amazônica constitui patrimônio nacional, sendo, pois, bem público de uso comum do povo, integrante do patrimônio da União, cuja utilização por particulares está sujeita a regime especial de fruição, de modo a assegurar a proteção do meio ambiente e o equilíbrio sustentável, em benefício das presentes e futuras gerações.
II. Zona de amortecimento é o entorno de uma unidade de conservação onde atividades humanas sujeitam-se a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar impactos negativos sobre a unidade, não se exigindo tal delimitação em relação a áreas de proteção ambiental e reservas particulares do patrimônio natural.
III. De acordo com a legislação infraconstitucional, uma unidade de conservação de uso sustentável pode ser transformada em unidade de conservação de proteção integral por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, devendo ser realizada, antes, consulta pública.
IV. A perpetuidade constitui característica da reserva particular do patrimônio natural – RPPN, devendo constar de termo de compromisso firmado pelo proprietário da área, perante o órgão ambiental, e averbado à margem da inscrição no Registro de Imóveis.

Pode-se afirmar que:

(A) todos os itens estão corretos.
(B) somente os itens II e III estão corretos.
(C) somente o item I está incorreto.
(D) somente os itens II e IV estão incorretos.

RESPOSTA II (art. 2º, XVIII, e art. 25, *caput*, ambos da Lei n. 9.985/2000), III (art. 22, § 5º, Lei n. 9.985/2000) e IV (art. 21, *caput*, § 1º, Lei n. 9.985/2000). *Alternativa C.*

1174. **(Procurador – MPF – 2011)** Analise os itens abaixo e responda em seguida:

I. Os espaços territoriais especialmente protegidos estão submetidos a regime específico de fruição e de modificabilidade, só podendo sofrer alterações em seu regime jurídico por força de resolução do CONAMA, vedada qualquer utilização capaz de comprometer a integridade dos atributos legitimadores de sua proteção.
II. O Superior Tribunal de Justiça sedimentou entendimento no sentido de que a obrigação de recompor área de reserva legal adere ao título de domínio ou posse, sendo, pois, do atual titular de imóvel rural, independentemente de ter sido ele o responsável, ou não, pelo desmatamento.
III. A reserva extrativista é uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, utilizada por populações tradicionais, com subsistência baseada no extrativismo, cuja regularização enseja a atribuição, pelo poder público, de título de propriedade coletiva aos membros da comunidade nela existente.
IV. Nas unidades de conservação de proteção integral só se admite a presença de pessoas quando for estritamente necessário ao desenvolvimento de atividades de fiscalização com vistas a assegurar o atendimento das finalidades de preservação dos ecossistemas.

Pode-se afirmar que:

(A) somente o item I está errado.
(B) os itens II e III estão corretos.
(C) os itens III e IV estão errados.
(D) somente o item IV está errado.

RESPOSTA III (contrário ao disposto no art. 18, *caput*, § 1º, Lei n. 9.985/2000, as áreas serão desapropriadas) e IV (não há essa norma que proíba a presença de pessoas – as visitas nas unidades de proteção integral são possíveis, conforme dispõem o art. 9º, §§ 2º e 3º, o art. 10, §§ 2º e 3º, o art. 11, § 2º, e o art. 12, § 3º, todos da Lei n. 9.985/2000). *Alternativa C.*

1175. **(Advogado – CEB – 2010 – UNIVERSA)** Com relação às unidades de conservação previstas na Lei Federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), analise a situação hipotética a seguir e assinale a alternativa que a completa corretamente. Vera, proprietária privada de sítio com riqueza de fauna e flora (diversidade biológica rica), decide transformá-la com perpetuidade em um espaço territorialmente protegido sem que haja desapropriação. Assim, Vera poderá transformar a área em

(A) parque nacional.
(B) estação ecológica.
(C) refúgio da vida silvestre.
(D) reserva particular do patrimônio natural.
(E) reserva extrativista.

RESPOSTA Art. 21, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa D.*

1176. **(Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO)** O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) ordena as áreas protegidas, dentre elas as Unidades de Proteção Integral. De acordo com a Lei n. 9.985/00, qual categoria de Unidade de Proteção Integral tem por finalidade a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas?

(A) Floresta Nacional.
(B) Estação Ecológica.
(C) Área de Proteção Ambiental.
(D) Área de Relevante Interesse Ecológico.
(E) Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

RESPOSTA Art. 9º, *caput*, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa E.*

1177. **(Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB)** Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei n. 9.985/00, é correto afirmar que:

(A) Entende-se por manejo a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo os ecossistemas terrestres e marinhos.
(B) É objetivo das Unidades de Proteção Integral compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
(C) A criação de uma unidade de conservação sempre independe da realização de estudos técnicos e consulta pública.
(D) O licenciamento ambiental de empreendimento de significativo impacto ambiental obriga o empreendedor a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de Proteção Integral.
(E) A Reserva Extrativista é uma área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas, sendo considerada de natureza privada.

RESPOSTA Art. 36, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa D.*

1178. **(Promotor – MPSC – 2013)** Marque V ou F:

Conforme a Lei 9.985/2000, a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

RESPOSTA Art. 22, § 7º, Lei n. 9.985/2000. *Verdadeira.*

1179. **(Promotor – MPSC – 2013)** Marque V ou F:

Segundo a Lei 9.985/2000, o Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de um ano a partir da data de sua criação.

RESPOSTA O prazo é de 5 (cinco) anos, conforme estipula o art. 27, § 3º, Lei n. 9.985/2000. *Falsa.*

VII. Novo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012)

1180. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Com base na Lei n. 12.651/2012, analise as assertivas.

I. Considera-se área rural consolidada aquela com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvopastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

II. Considera-se como interesse social o manejo agroflorestal sustentável, consistente na administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais.

III. A utilização e a exploração da vegetação de forma contrária à mencionada lei configura uso irregular da propriedade, com possibilidade de responsabilidades civil, penal e administrativa.

IV. A reserva legal consiste em área localizada no interior de uma propriedade ou posse, com a função de assegurar, entre outras funções, o uso econômico sustentável dos recursos naturais.

Está correto apenas o contido em

(A) I e III.
(B) II e III.
(C) III e IV.
(D) I, II e III.

RESPOSTA I (art. 3º, IV, Lei n. 12.651/2012) e III (ofensa ao Princípio da Função Socioambiental da Propriedade c/c art. 225, § 3º, CF/88). *Alternativa A.*

1181. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as afirmativas a seguir.

A manutenção da área destinada à reserva legal é obrigação *propter rem*

PORQUE

o adquirente possui legitimidade passiva *ad causam* em ação civil pública proposta em razão de dano ambiental, ainda que este não seja o autor do dano.

Assinale a alternativa correta.

(A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
(B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.
(C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
(D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

RESPOSTA Obrigação que acompanha a coisa (*propter rem*); além disso, temos que o proprietário deve respeitar a função

socioambiental da propriedade. *Alternativa D.*

1182. (Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP) Em área de preservação permanente, edificam-se construções em parcelamento de solo sem autorização nem EIA-RIMA. Ante a degradação ambiental, o Ministério Público ingressa com ação civil pública julgada procedente em primeiro grau. Os condenados apelam e se propõem a regenerar o restante da área, desde que o recurso seja provido para arredar a multa ambiental. Diante desse quadro, analise as assertivas que seguem:

I. comprometer-se a regenerar a área desmatada é obrigação objetiva do proprietário e não exclui sua responsabilidade nas três esferas de apuração;
II. cuidando-se de fato consumado, o apelo deve ser provido para reconhecer aos ocupantes o direito a permanecer na APP;
III. o apelo deve ser provido, desde que os apelantes se comprometam também a não prosseguir na prática de novos atos de agressão ao meio ambiente;
IV. a responsabilidade é do Município, que não fiscalizou e não impediu a ocupação irregular;
V. inexiste direito adquirido à ocupação irregular de área de preservação permanente com degradação ambiental.

São incorretas apenas as assertivas

(A) I, III e IV.
(B) II, III e V.
(C) II, III e IV.
(D) I, III e V.
(E) I, IV e V.

RESPOSTA (II, III e IV estão erradas) I – o dono da atividade potencialmente poluidora é o responsável pelo dano cometido e, primeiro, tem que restaurar o Meio Ambiente à situação em que se encontrava antes do dano causado; no entanto, poderá, da mesma forma, ser responsabilizado nos termos do art. 225, § 3º, CFF/88; V – não há direito adquirido sobre espaços territoriais especialmente protegidos ocupados irregularmente, perante uma degradação ambiental ao bem objeto da proteção. *Alternativa C.*

1183. (Juiz – TJ-DFT – 2011) Segundo o art. 3º da Lei n. 4.771/65, consideram-se áreas de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

(A) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
(B) a manter o ambiente necessário à vida da população carente;
(C) a preservar locais que foram habitados por exemplares da fauna e flora já extintos;
(D) a proteger quaisquer tipos de sítios indicados pela população local.

RESPOSTA Art. 3º, *c*, Lei n. 4.771/65, revogada pela Lei n. 12.651/2012; o art. 6º, VI, da nova lei responde também a esta pergunta. *Alternativa A.*

1184. (Promotor – MP-MG – 2011) O meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. A Constituição Federal impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Tradicionalmente inserido entre os direitos chamados de terceira geração, por seu senso coletivo ou de solidariedade, o direito a um meio ambiente preservado já é considerado, por respeitáveis vozes na doutrina, como também de quarta geração, por atender não apenas às necessidades atuais, mas também as das gerações vindouras. Nesse contexto, o Código Florestal

brasileiro (Lei n. 4.771/65) estabelece limitações administrativas da exploração plena das propriedades rurais, a saber: áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal nos imóveis rurais. A respeito das áreas de preservação permanente, pode-se afirmar:

I. Pode haver supressão de vegetação em área de preservação permanente.

II. O adquirente de imóvel rural que possua área de preservação permanente degradada pelo proprietário ou possuidor anterior é responsável pelos danos, mesmo sem ter dado causa a eles, respondendo o alienante de forma subsidiária.

III. Ao demarcar a reserva legal em seu imóvel rural, pode o proprietário utilizar área situada ao longo de rio cuja largura é de dez metros desde o seu nível mais alto em faixa marginal, desde que respeite a distância mínima de trinta metros.

IV. Cortar árvores em florestas de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente, é contravenção penal punível com detenção de três meses a um ano, ou multa de uma a cem vezes o salário mínimo mensal, ou ambas as penas cumulativamente.

V. Na implantação de reservatório artificial, é obrigatória a desapropriação ou aquisição, pelo empreendedor, das áreas de preservação permanente criadas no seu entorno, cujos parâmetros e regime de uso serão definidos por resolução do CONAMA.

Apenas estão CORRETAS as assertivas:

(A) II e III.
(B) I e V.
(C) II e IV.
(D) I e III.

RESPOSTA I (art. 4º, §§ 1º e 2º) e V (art. 4º, § 6º), ambos da Lei n. 4.771/65, revogada pela Lei n. 12.651/2012. Os arts. 7º e 8º da nova lei falam sobre a supressão das APPs. *Alternativa B.*

1185. **(Promotor – MP-MG – 2011)** As áreas de reserva legal são limitações impostas imperativamente pelo poder de polícia do Estado, com fundamento no princípio da supremacia do interesse público, não cabendo ao particular nenhuma medida, administrativa ou judicial, visando impedir sua incidência, salvo quando a Administração aja com abuso de poder, extravasando os limites legais. A respeito delas, é CORRETO afirmar:

I. A vegetação da reserva legal não pode ser suprimida.

II. Uma das medidas que, alternativamente, poderá adotar o proprietário ou possuidor de imóvel rural com área de floresta nativa, natural, primitiva ou regenerada ou outra forma de vegetação nativa em extensão inferior ao mínimo estabelecido pelo Código Florestal, é a compensação da reserva legal por outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada no mesmo Estado em que se situe a propriedade.

III. Uma das medidas que, alternativamente, poderá adotar o proprietário ou possuidor de imóvel rural com área de floresta nativa, natural, primitiva ou regenerada ou outra forma de vegetação nativa em extensão inferior ao mínimo estabelecido pelo Código Florestal, é o plantio, a cada três anos, de no mínimo 1/10 da área total necessária à sua complementação, com espécies nativas, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ambiental estadual competente.

IV. Não será admitido o cômputo das áreas relativas à vegetação nativa existente em área de preservação permanente no cálculo do percentual de reserva legal.

V. Para cumprimento da manutenção ou compensação da área de reserva legal em pequena propriedade ou posse rural familiar, podem ser computados os plantios de árvores frutíferas

ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.

Somente estão CORRETAS as opções:

(A) I, II e III.
(B) II, III e IV.
(C) I, III e V.
(D) I, IV e V.

RESPOSTA I (art. 16, § 2º), III (art. 44, *caput*, I) e V (art. 16, § 3º), todos da Lei n. 4.771/65, revogada pela Lei n. 12.651/2012. *Alternativa C.*

1186. **(Procurador – MPF – 2012)** Assinale o item verdadeiro:

(A) De acordo com a legislação ambiental, o regime de preservação permanente pode incidir em áreas públicas ou particulares, rurais ou urbanas.
(B) O regime de preservação permanente não pode afetar áreas existentes em espaços já submetidos a outro regime de proteção, sob pena de superposição de limitações administrativas.
(C) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nos processos de desapropriação de bens imóveis, a vegetação sujeita a regime de preservação permanente ali existente pode ser computada para efeito de indenização, independentemente de ser, ou não, suscetível de exploração econômica.
(D) Tendo em vista a competência concorrente em matéria de proteção da flora, Estados e Distrito Federal podem reduzir, em caráter suplementar, as áreas de preservação permanente instituídas por legislação federal, desde que o façam por intermédio de decreto do Chefe do Poder Executivo.

RESPOSTA Art. 4º, *caput*, Lei n. 12.651/2012. *Alternativa A.*

VIII. Política Nacional dos Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/97), Recursos Minerais, Petróleo e a Política Energética

1187. **(Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL)** Nos termos da Lei n. 9.433, de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, a gestão de recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas. Desse modo, pode-se afirmar que:

(A) o órgão gestor deve conceder outorga de direito de uso de recursos hídricos para qualquer finalidade, na medida em que deve sempre proporcionar todos os usos possíveis em determinado corpo d'água;
(B) apesar de o princípio do uso múltiplo ser um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, somente os usos mais restritivos devem ser outorgados, não sendo passível de outorga, por exemplo, o lançamento de esgoto;
(C) a outorga de direito de uso de recursos hídricos, pautada pelo princípio do uso múltiplo, deve considerar as prioridades estabelecidas nos planos de recursos hídricos, o respectivo enquadramento do corpo d'água e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso, o que acaba limitando, em certa medida, os usos passíveis de outorga;
(D) o órgão gestor, em razão do princípio do uso múltiplo, deverá sempre conceder a outorga de direito de uso de recursos hídricos requerida, exceto em situações de escassez, quando deverá ser privilegiado o consumo humano e a dessedentação de animais;
(E) o princípio do uso múltiplo dos recursos hídricos significa que todos os usos requeridos para

determinado curso d'água deverão ser outorgados, desde que por prazo não superior a 35 anos, estando as outorgas sujeitas a suspensão parcial ou definitiva.

RESPOSTA Art. 13, *caput* e parágrafo único, Lei n. 9.433/97. *Alternativa C.*

1188. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** "A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico" (Lei n. 9.433/97, art. 1º, II). Este dispositivo legal, ao afirmar o valor econômico de recurso natural e permitir, por conseguinte, a cobrança pelo seu uso, dá concreção ao princípio ambiental

(A) da prevenção.
(B) da ubiquidade.
(C) da precaução.
(D) da responsabilidade civil.
(E) do poluidor-pagador.

RESPOSTA Poluidor-pagador – art. 19, Lei n. 9.433/97. Diante da finitude dos recursos ambientais, o seu uso e o seu aproveitamento devem ser reparados e refletir em benefícios para toda a coletividade. *Alternativa E.*

1189. **(Advogado – ADASA – 2009 – UNIVERSA)** Assinale a alternativa que não apresenta um fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos.

(A) A água é um bem de domínio público.
(B) A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
(C) A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.
(D) A gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada.
(E) A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

RESPOSTA Art. 1º, VI, Lei n. 9.433/97. *Alternativa D.*

IX. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) e Lei de Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2011)

1190. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Loteamentos clandestinos ou irregulares vulneram não apenas a Lei n. 6.766/1979, como causam lesão ao meio ambiente, seja mediante ocupação de Áreas de Preservação Permanente, seja mediante devastação da cobertura vegetal. Discute-se a responsabilidade atribuível ao Município por esse parcelamento do solo em desacordo com a lei, cabendo assinalar que o Município:

I. não tem responsabilidade, toda ela imputável ao empreendedor que não ajustou o seu empreendimento aos ditames legais;
II. não tem responsabilidade porque aplicou multa e embargou a obra e não lhe competia, além disso, qualquer outra providência;
III. tem responsabilidade pela regularização do loteamento clandestino, às suas expensas e de acordo com o poder-dever disposto no art. 30, VIII, da CF/1988;
IV. tem responsabilidade por não impedir a consumação do dano ambiental e deve responder juntamente com o loteador pelos prejuízos advindos;
V. tem responsabilidade por sua negligência, está obrigado a promover a regularização do loteamento às expensas do loteador, contra o qual tem ação regressiva.

Assinale a V (veracidade) ou a F (falsidade) dos assertos e indique a alternativa correta na sequência adequada.

(A) V, F, V, F, V.
(B) F, F, F, V, V.
(C) F, V, F, V, V.
(D) V, F, F, V, V.
(E) F, V, F, F, V.

RESPOSTA Art. 2º, XIV, e art. 4º, V, *q*, ambos da Lei n. 10.257/2001. *Alternativa B.*

1191. **(Promotor – MP-RS – 2009)** À luz da Lei no 10.257/2001, Estatuto da Cidade, considere as seguintes afirmações no que se refere aos instrumentos para a execução da política urbana:

I. O mau uso do solo urbano autoriza que o Município proceda à aplicação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo mediante a majoração da alíquota por prazo fixado em lei municipal.
II. A drástica medida da desapropriação com pagamento em títulos, por aproveitamento inadequado do imóvel urbano, está em conformidade com a Constituição Federal.
III. O parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano exigem a notificação do proprietário pelo Poder Executivo Municipal para o cumprimento da obrigação e a respectiva averbação no Cartório de Registro de Imóveis.
IV. Para fins de parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano, é imprescindível a existência de plano diretor e de lei municipal específica para tanto.

Quais estão corretas?

(A) Apenas II, III e IV.
(B) Apenas I, II e III.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas I e II.
(E) Todas estão corretas.

RESPOSTA II (art. 5º, XXIII e XXIV, CF/88, e art. 4º, V, *a*, Lei n. 10.257/2001), III (art. 5º, § 2º, Lei n. 10.257/2001) e IV (art. 42-A, I, Lei n. 10.257/2001). *Alternativa A.*

1192. **(Promotor – MP-SC – 2011)** Segundo a Lei federal n. 10.257, de 10/7/2001, podemos dizer que:

I. A lei que instituir o plano diretor de uma cidade deverá ser revista, pelo menos, a cada 10 (dez) anos.
II. O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.
III. O plano diretor deverá envolver o território do município como um todo.
IV. Os empreendimentos ou atividades que dependerão da elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança – EIV serão definidos por lei do próprio município.
V. A elaboração do estudo prévio de impacto de vizinhança – EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental – EIA.

(A) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
(C) Apenas as assertivas I, II, III, V estão corretas.

(D) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA I (art. 40, § 3º), II (art. 41, I), III (art. 40, § 2º), IV (art. 36, *caput*) e V (art. 38), todos artigos da Lei n. 10.257/2001. *Alternativa E.*

1193. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Em relação à responsabilidade civil por resíduos sólidos, nos termos da legislação em vigor, é correto afirmar que

(A) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos consiste no conjunto de atribuições solidárias dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, de forma a minimizar o volume de resíduos sólidos gerados, reduzindo seus impactos à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida do produto.

(B) a responsabilidade compartilhada é um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos e consiste no conjunto de atribuições solidárias dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, de forma a minimizar o volume de resíduos sólidos gerados, reduzindo seus impactos à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida do produto.

(C) estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos os estabelecimentos industriais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos ou que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

(D) na estruturação e na implementação de sistemas de logística reversa de produtos e embalagens pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, conforme previsto no Decreto n. 7.404/2010, os percentuais mínimos de recolhimento e valorização devem ser fixados no limite da proporção dos produtos colocados no mercado interno, com definição de metas progressivas, intermediárias e finais, estabelecidas no instrumento que determinar a implementação da logística reversa, que deve priorizar a participação de cooperativas ou outras formas de associações de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis.

RESPOSTA Art. 18, § 2º, Decreto n. 7.404/2010. *Alternativa D.*

1194. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** A Lei Federal n. 12.305/2010 tem expressiva importância no contexto ambiental brasileiro. Neste sentido, é INCORRETO manifestar:

(A) os padrões sustentáveis de produção e consumo são exigíveis considerando a produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras.

(B) os materiais, substâncias, objetos e bens descartados resultantes de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, propõe-se proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível, gozam de proteção jurídica difusa já que reconhecidos como de valor social.

(C) o gerenciamento de resíduos sólidos consiste no conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para esses resíduos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental,

cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

(D) a destinação final ambientalmente adequada consiste na reutilização, na reciclagem, na compostagem, na recuperação e no aproveitamento energético de resíduos ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

RESPOS TA A assertiva errada traz o conceito de gestão integrada de resíduos sólidos (art. 3º, XI, Lei n. 12.305/2011) e o conceito de gerenciamento de resíduos sólidos (art. 3º, X, Lei n. 12.305/2011). *Alternativa C.*

1195. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Considere as afirmativas abaixo, a respeito do uso de agrotóxicos e destinação das embalagens por agricultor em sua lavoura:

I. O usuário, sem prejuízo de outras obrigações, deverá efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante.

II. O usuário deverá deixar à disposição da fiscalização, pelo prazo de um ano, as embalagens vazias dos produtos e depois destiná-las a aterro sanitário, através da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, ou outra do Município que tenha tais atribuições.

III. O usuário deverá deixar à disposição da fiscalização, pelo prazo de um ano, as embalagens vazias dos produtos e depois destiná-las ao IMASUL – Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul –, que lhes dará destino em conformidade com as possibilidades existentes nos aterros sanitários do Estado de Mato Grosso do Sul.

IV. O usuário deverá efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, aos quais compete proceder a tríplice lavagem e encaminhar a locais previamente indicados pelo IMASUL – Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul –, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas.

V. O usuário deverá dar destino correto às embalagens com todas as cautelas previstas na legislação, bem como em decretos e atos administrativos, vedada, seja qual for a hipótese, a remessa a aterro sanitário, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

É correto o que se afirma APENAS em:

(A) III e V estão corretas.

(B) II, IV e V estão corretas.

(C) II e III estão corretas.

(D) I, II e III estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

RESPOSTA Art. 53, Decreto n. 4.074/2002, e art. 225, § 3º, CF/88. *Alternativa E.*

1196. **(Promotor – MPSC – 2013)** Marque V ou F:

Conforme a Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), nas áreas urbanas, a elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV substitui a elaboração e a aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental EIA.

RESPOSTA Art. 38, Lei n. 10.257/2001. *Falsa.*

I. Teoria Geral do Meio Ambiente

1197. **(OAB 03 – 2011-II)** Imagine que três Municípios, localizados em diferentes Estados membros da Federação brasileira, estejam interessados em abrigar a instalação de uma usina de energia que opera com reatores nucleares. A respeito do tema, é correto afirmar que

(A) O Congresso Nacional irá definir, mediante a edição de lei, qual Município receberá a usina nuclear.

(B) Após a escolha do local para a instalação da usina nuclear, o Município que a receber deverá criar a legislação que disciplinará seu funcionamento, bem como o plano de evacuação da população em caso de acidentes, por ser assunto de relevante interesse local.

(C) Em razão do princípio da predominância do interesse, a União deverá legislar sobre o tema, após ouvir e sabatinar obrigatoriamente o Ministro de Minas e Energia no Congresso Nacional, versando sobre os riscos ambientais que a usina pode trazer ao meio ambiente e à população de cada Município postulante.

(D) A Constituição Federal não estabelece expressamente qual ente da Federação deverá legislar sobre o tema energia nuclear. Mas, em razão do acidente nuclear de Chernobyl, a doutrina defende que apenas a União deverá criar normas sobre regras de segurança de usinas nucleares.

RESPOSTA Art. 21, XXIII, *a*, CF/88. Toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional. *Alternativa A.*

II. Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81) e Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente

1198. **(OAB 01 – 2012)** Um shopping center, que possui cerca de 250 lojas e estacionamento para dois mil veículos, foi construído há doze anos sobre um antigo aterro sanitário e, desde sua inauguração, sofre com a decomposição de material orgânico do subsolo, havendo emissão diária de gás metano, em níveis considerados perigosos à saúde humana, podendo causar explosões. Em razão do caso exposto, assinale a alternativa correta:

(A) Como o shopping foi construído há mais de cinco anos, a obrigação de elaborar estudo prévio de impacto ambiental e de se submeter a licenciamento já prescreveu. Assim o empreendimento poderá continuar funcionando.

(B) A licença de operação ambiental tem prazo de validade de dez anos. Logo o shopping já cumpriu com suas obrigações referentes ao licenciamento e ao estudo prévio de impacto ambiental, e poderá continuar com suas atividades regularmente.

(C) A decomposição de material orgânico continua ocorrendo, e é considerada perigosa à saúde humana e ao meio ambiente. Logo, o shopping center em questão poderá ser obrigado pelo órgão ambiental competente a adotar medidas para promover a dispersão do gás metano, de forma a minimizar ou anular os riscos ambientais, mesmo que já possua licença de operação válida.

(D) Caso o shopping center possua licença de operação válida, não poderá ser obrigado pelo órgão ambiental competente, no caso exposto, a adotar novas medidas para a dispersão do gás metano. Apenas no momento da renovação de sua licença de operação poderá ser obrigado a adquirir novo equipamento para tal fim.

RESPOSTA Segundo a Res. 237/97, CONAMA, as licenças prévias, de instalação e de operação, apesar da previsão do prazo

de validade específica para cada uma (art. 18), podem ter modificado os condicionantes e as medidas de controle e adequação, bem como ser suspensas ou canceladas nas hipóteses do art. 19; a assertiva correta cita uma das hipóteses que possibilita tais medidas diante de possibilidade iminente de dano ao meio ambiente. *Alternativa C.*

1199. **(OAB 03 – 2011-II)** Uma empresa de telefonia celular deseja instalar uma antena próxima a uma floresta localizada no Município de Cantinho Feliz. A antena produzirá uma quantidade significativa de energia eletromagnética. Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

(A) Como a energia é incolor e inodora, e é praticamente imperceptível a olho nu, não pode ser considerada potencialmente poluente. Logo, o Poder Público não pode exigir licenciamento e estudo prévio de impacto ambiental à empresa de telefonia, porque não há como comprovar o risco de impacto ambiental.

(B) Como não há certeza científica sobre a existência de riscos ambientais causados pela poluição eletromagnética, o princípio da prevenção deve ser invocado, e a empresa de telefonia deverá solicitar ao Município de Cantinho Feliz que faça o licenciamento e que elabore o estudo prévio de impacto ambiental.

(C) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é visto pelos tribunais superiores como um direito fundamental e possui viés antropocêntrico. Logo, se a área não for habitada por seres humanos, o Poder Público não poderá exigir licenciamento e estudo prévio de impacto ambiental.

(D) Caso haja licenciamento e estudo prévio de impacto ambiental para avaliar a possível instalação da antena, o órgão competente não estará necessariamente obrigado a marcar a audiência pública. Entretanto, ela pode ser requerida por abaixo assinado subscrito por, no mínimo, 50 cidadãos, por entidade civil ou pelo Ministério Público.

RESPOSTA Art. 11, § 2º, Res. 01/86, CONAMA, e art. 2º, Res. 09/87, CONAMA (Órgão do Meio Ambiente promoverá a realização de Audiência Pública quando solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos). *Alternativa D.*

III. Direito Ambiental Administrativo

1200. **(OAB 03 – 2012)** A Lei Complementar n. 140 de 2011 fixou normas para a cooperação entre os entes da federação nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas ao meio ambiente. Sobre esse tema, assinale a afirmativa correta.

(A) Compete à União aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras em Áreas de Preservação Ambientais – APAs.

(B) Compete aos Estados e ao Distrito Federal controlar a introdução no País de espécies exóticas potencialmente invasoras que possam ameaçar os ecossistemas, habitats e espécies nativas.

(C) Compete aos municípios gerir o patrimônio genético e o acesso ao conhecimento tradicional associado, respeitadas as atribuições setoriais.

(D) Compete à União aprovar a liberação de exemplares de espécie exótica da fauna e da flora em ecossistemas naturais frágeis ou protegidos.

RESPOSTA Art. 7º, XVIII, LC n. 140/2011. *Alternativa D.*

1201. **(OAB 03 – 2012)** A respeito da responsabilidade administrativa federal por danos ambientais, regulamentada pelo Decreto n. 6.514/08 e alterado pelo Decreto 6.686/08, assinale a afirmativa correta.

(A) A demolição de obra só poderá ser aplicada em edificações não residenciais e sua execução deverá ocorrer às custas do infrator.

(B) A demolição de obra é medida excepcional e só poderá ser aplicada em situações de flagrante ilegalidade e em edificações com menos de dez anos.

(C) A demolição de obra, em respeito ao direito fundamental à moradia, só poderá ser aplicada em construções residenciais erguidas em unidades de conservação e outros espaços ambientalmente protegidos e as custas para a sua realização correrão por conta do infrator.

(D) A demolição de obra ou construção com fins residenciais ou comerciais, em razão do princípio da defesa do meio ambiente, dar-se-á nos casos em que a ausência da demolição importa em iminente risco de agravamento do dano ambiental e as custas para sua realização correrão por conta do infrator.

RESPOSTA O Decreto n. 6.514/2008 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração dessas infrações e dá outras providências. Entre as suas disposições, temos o art. 19, que traz uma das sanções administrativas reguladas pelo decreto, que é a demolição de obra. Assim, ao analisarmos o art. 19, Decreto n. 6.514/2008, que trata da sanção administrativa da demolição de obra, não se encontra nenhuma restrição quanto a sua aplicação em imóveis residenciais. A resposta dada como correta pela banca examinadora é a alternativa A, no entanto, na opinião deste autor, ela não está correta, pois a demolição de obra como sanção administrativa de Direito Ambiental aplicada pela autoridade administrativa competente pode ser aplicada em edificações residenciais, uma vez que o decreto regulamentador só diferencia os imóveis para o caso de a sanção administrativa ser aplicada no ato da fiscalização (art. 112, *caput*, Decreto n. 6.514/2008). *Alternativa A.*

IV. Responsabilidade Civil e Administrativa

1202. **(OAB 02 – 2011)** João adquiriu em maio de 2000 um imóvel em área rural, banhado pelo Rio Formoso. Em 2010, foi citado para responder a uma ação civil pública proposta pelo Município de Belas Veredas, que o responsabiliza civilmente por ter cometido corte raso na mata ciliar da propriedade. João alega que o desmatamento foi cometido pelo antigo proprietário da fazenda, que já praticava o plantio de milho no local. Em razão do exposto, é correto afirmar que

(A) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, mas, como não há nexo de causalidade entre a ação do novo proprietário e o corte raso na área, verifica-se a excludente de responsabilidade, e João não será obrigado a reparar o dano.

(B) A responsabilidade civil por dano ambiental difuso prescreve em cinco anos, por força da Lei n. 9.873/99. Logo, João não será obrigado a reparar o dano.

(C) João será obrigado a recuperar a área, mas, como não poderá mais utilizá-la para o plantio do milho, terá direito a indenização, a ser paga pelo Poder Público, por força do princípio do protetor-recebedor.

(D) A manutenção de área de mata ciliar é obrigação *propter rem*; sendo obrigação de conservação, é automaticamente transferida do alienante ao adquirente. Logo, João terá que reparar a área.

RESPOSTA Mata ciliar é uma área de preservação permanente e esta, bem como as áreas de reserva legal, deve ser preservada e, se ofendida, recomposta, sendo esta obrigação do proprietário da coisa (obrigação *propter rem*), não importando se foi ou não o proprietário que realizou o dano citado. *Alternativa D.*

V. Lei dos Crimes Ambientais e Sanções Administrativas (Lei n. 9.605/98)

1203. **(OAB 02 – 2011)** A Lei n. 9.605/98, regulamentada pelo Decreto n. 6.514/2008, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, trouxe novidades nas normas ambientais. Entre elas está a

(A) Desconsideração da pessoa jurídica, que foi estabelecida para responsabilizar a pessoa física sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

(B) Possibilidade de assinatura de termos de ajustamento de conduta, que somente é possível pelo cometimento de ilícito ambiental.

(C) Responsabilidade penal objetiva pelo cometimento de crimes ambientais.

(D) Substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito quando tratar-se de crime doloso.

RESPOSTA Art. 225, § 3º, CF/88, e arts. 3º e 4º, Lei n. 9.605/98. *Alternativa A.*

1204. **(OAB 02 – 2012)** Luísa, residente e domiciliada na cidade de Recife, após visitar a Austrália, traz consigo para a sua casa um filhote de coala, animal típico daquele país e inexistente no Brasil. Tendo em vista tal situação, assinale a afirmativa correta.

(A) Ao trazer o animal, Luísa não cometeu qualquer ilícito ambiental já que a propriedade de animais domésticos é livre no Brasil.

(B) Ao trazer o animal, Luísa, em princípio, não cometeu qualquer ilícito ambiental, pois o crime contra o meio ambiente só se configuraria caso Luísa abandonasse ou praticasse ações de crueldade contra o animal por ela adotado.

(C) Ao trazer o animal, Luísa cometeu crime ambiental, pois o introduziu no Brasil sem prévio licenciamento ambiental, sendo a Justiça estadual de Pernambuco competente para julgar a eventual ação.

(D) Ao trazer o animal, Luísa cometeu crime ambiental, pois o introduziu no Brasil sem licença e sem parecer técnico oficial favorável, sendo a Justiça Federal competente para julgar a eventual ação.

RESPOSTA Art. 31, Lei n. 9.605/98. É um crime ambiental do interesse da União federal (art. 7º, XVII, LC n. 140/2011), pois a introdução de espécimes exóticas sem o devido estudo técnico e a licença exigida pode colocar em risco todo o ecossistema protetivo da fauna e flora nacionais; por esse motivo, esse crime será julgado pela Justiça Federal. *Alternativa D.*

VI. Sistema Nacional das Unidades de Conservação (Lei n. 9.985/2000)

1205. **(OAB 01 – 2012)** O Prefeito do Município de Belas Veredas, após estudos técnicos e realização de audiência pública, decide pela criação de um parque, em uma área onde podem ser encontrados exemplares exuberantes de Mata Atlântica. Assim, edita decreto que fixa os limites do novo parque municipal. Passados dois anos, recebe pedidos para que o parque seja reavaliado e transformado em uma Área de Relevante Interesse Ecológico, com uma pequena redução de seus limites. Tendo em vista a situação descrita, assinale a alternativa correta.

(A) Em razão do princípio da simetria das formas no direito ambiental, a Unidade de Conservação criada por ato do Poder Executivo poderá ser reavaliada e ter seus limites reduzidos também por decreto.

(B) Como a Mata Atlântica é considerada patrimônio nacional, por força do art. 225, § 4º, da CRFB, apenas a União possui competência para a criação de unidades de conservação que incluam tal bioma em seus limites.

(C) A criação do parque é constitucional e legal, mas, como a área está definida como Unidade de Conservação de Proteção Integral, a alteração para Área de Relevante Interesse Ecológico, que é de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, com redução de limites, só pode ser feita por lei.

(D) A reavaliação poderá ser feita por decreto, uma vez que a Área de Relevante Interesse Ecológico

também é uma Unidade de Conservação do grupo de proteção integral.

RESPOSTA Art. 11, *caput*, § 4º; art. 7º, § 2º; e art. 22, § 7º, todos da Lei n. 9.985/2000. *Alternativa C.*

1206. **(OAB 03 – 2011)** Com relação ao sistema nacional de unidades de conservação, assinale a alternativa correta.

(A) As unidades de conservação do grupo de proteção integral são incompatíveis com as atividades humanas; logo, não se admite seu uso econômico direto ou indireto, não podendo o Poder Público cobrar ingressos para a sua visitação.

(B) A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade. O Poder Público está dispensado de promover consulta pública e estudos técnicos novos, bastando a reanálise dos documentos que fundamentaram a criação da unidade de conservação.

(C) O parque nacional é uma unidade de conservação do grupo de proteção integral, de posse e domínios públicos. É destinado à preservação ambiental e ao lazer e à educação ambiental da população; logo, não se admite seu uso econômico direto ou indireto, não podendo o Poder Público cobrar ingressos para a sua visitação.

(D) As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que respeitados os procedimentos de consulta pública e estudos técnicos.

RESPOSTA As unidades de conservação integrantes do SNUC são duas, que dividem-se em (art. 7º, *caput*, Lei n. 9.985/2000): art. 7º, I e § 1º (unidades de proteção integral – art. 8º, Lei n. 9.985/2000); e art. 7º, II e § 2º (unidades de uso sustentável – art. 14, Lei n. 9.985/2000). A resposta da questão está no art. 22, § 5º, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa D.*

1207. **(OAB 03 – 2011)** A Lei n. 9.985/2000 instituiu a compensação ambiental, posteriormente julgada pelo Supremo Tribunal Federal. A respeito do tema, é correto afirmar que

(A) A compensação ambiental será concretizada, pelo empreendedor, pelo plantio de mudas de espécies nativas no entorno de unidades de conservação, visando reduzir os impactos ambientais dos empreendimentos potencialmente poluidores, especialmente aqueles que emitem gases causadores do efeito estufa.

(B) A compensação ambiental é exigida nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente causadores de impactos significativos no meio ambiente, e será exigida em espécie, apurando-se o seu valor de acordo o grau de impacto causado, sendo os recursos destinados a uma unidade de conservação do grupo de proteção integral.

(C) A compensação ambiental é exigida nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente causadores de impactos significativos no meio ambiente, e será exigida em espécie, apurando-se o seu valor de acordo com o grau de impacto causado, sendo os recursos destinados a uma unidade de conservação à escolha do empreendedor, em razão do princípio da livre-iniciativa.

(D) a compensação ambiental foi considerada inconstitucional, por violar frontalmente o princípio do poluidor-pagador, uma vez que permitia ao empreendedor compensar os possíveis danos ambientais de seu empreendimento por meio de um pagamento, em espécie, destinado a uma unidade de conservação do grupo de proteção integral. Logo, não pode mais ser exigida ou mesmo oferecida pelo órgão ambiental competente.

RESPOSTA Art. 36, Lei n. 9.985/2000. Segundo decidiu o STF, ao julgar a ADI 3.378/DF a respeito da Lei n. 9.985/2000, que o seu art. 36 “densifica o princípio usuário-pagador, este a significar um mecanismo de assunção partilhada da responsabilidade social pelos custos ambientais derivados da atividade econômica”. *Alternativa B.*

1208. **(OAB 02 – 2012)** Sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), assinale a afirmativa correta.

(A) As RPPN’s são unidades de conservação criadas em áreas de posse e domínios privados, gravadas com perpetuidade, e deverão ser averbadas, por intermédio de Termo de Compromisso, no Registro Público de Imóveis.

(B) As RPPN’s são unidades de conservação criadas em áreas de posse pública e domínio privado, e deverão ser averbadas, por intermédio de Termo de Compromisso, no Registro Público de Imóveis.

(C) As RPPN’s são unidades de conservação criadas em áreas de posse e domínios privados, deverão ser averbadas, por intermédio de Termo de Compromisso, no Registro Público de Imóveis. Porém não serão perpétuas, em razão do direito fundamental à propriedade privada.

(D) As RPPN’s são unidades de conservação criadas em áreas de posse pública e domínio privado. Em razão do princípio da defesa do meio ambiente são instituídas automaticamente, sem necessidade de avaliação do órgão ambiental, bastando o interesse do proprietário privado e a averbação, por intermédio de Termo de Compromisso, no Registro Público de Imóveis.

RESPOSTA Art. 21, *caput*, § 1º, Lei n. 9.985/2000. *Alternativa A.*

Bibliografia

- ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente*: a gestão ambiental em foco. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- THOMÉ, Romeu. *Manual de direito ambiental*. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2012.

DIREITO CIVIL

JESICA LOURENÇO

Advogada graduada pela PUCRS. Especialista em Direito Civil-Constitucional pela UERJ. Membro do IBDCivil. Membro do IBDFAM. Membro do Brasilcon. Professora de Direito Civil e Direito do Consumidor da Pós-Graduação da Universidade Gama Filho e de cursos preparatórios para concursos: Curso CEJ; Curso Ênfase; Curso Iuris; Curso Lexus; Canal Exame de Ordem (SP); e Atual Concursos (SP).

BANCA	QUESTÕES
CESPE	240
FCC	132
OUTRAS BANCAS	397
OAB/FGV	42

I. Parte Geral

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, Hierarquia e Interpretação de Leis

1209. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** À luz das disposições legais e da jurisprudência acerca da vigência e da eficácia da lei, assinale a opção correta.

(A) A norma declarada inconstitucional é nula *ab origine* e, em regra, não se revela apta à produção de efeito algum, sequer o de revogar a norma anterior, que volta a viger plenamente nesse caso.

(B) As regras de direito intertemporal, segundo as quais as obrigações devem ser regidas pela lei vigente ao tempo em que se constituíram, não são aplicáveis quando a obrigação tiver base extracontratual.

(C) O fato de, antes da entrada em vigor de determinada lei, haver nova publicação de seu texto para simples correção não é capaz, por si só, de alterar o prazo inicial de vigência dessa lei.

(D) Como, em regra, a lei vigora até que outra a modifique ou revogue, lei nova que estabeleça disposições especiais a par das já existentes revoga ou modifica a lei anterior.

(E) A repristinação ocorre com a revogação da lei revogadora e, salvo disposição em contrário, é amplamente admitida no sistema normativo pátrio.

RESPOSTA (A) Ensina Pedro Lenza que "a declaração de inconstitucionalidade reconhece a nulidade dos atos inconstitucionais e, por consequência, a inexistência de qualquer carga de eficácia jurídica" (*Direito constitucional esquematizado*, p. 316). Assim, a norma anterior, como nunca foi em si revogada, recobra a vigência. É o efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade, que não se confunde com a repristinação da norma. (B) As regras de direito intertemporal são aplicáveis nas obrigações de base contratual ou extracontratual. (C) Art. 1º, § 3º, LINDB. (D) Art. 2º, § 2º, LINDB. (E) Art. 2º, § 3º, LINDB. *Alternativa A.*

1210. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência à Lei de Introdução ao Código Civil (LICC).

(A) A equidade, uma das formas de colmatação de lacunas, está expressa na LICC.

(B) Os fatos sociais são disciplinados pela LICC, haja vista que se referem ao direito internacional privado.

(C) A LICC prevê o procedimento de integração do direito como recurso técnico para a interpretação das normas jurídicas.

(D) Segundo a LICC, a autointegração do direito, como espécie de integração, ocorre quando se utilizam recursos do próprio sistema.

(E) A LICC foi criada originariamente mediante lei ordinária.

RESPOSTA (A) Art. 4º, LINDB. (B) Ensina Flávio Tartuce, quanto à LINDB, que: "trata-se de uma norma de sobredireito, ou seja, de uma norma jurídica que visa a regulamentar outras normas" (*Manual de direito civil, p. 1)*. (C) Ensina também que: "presentes as lacunas deverão ser utilizadas as formas de integração da norma jurídica, tidas como ferramentas de correção do sistema (...)" (*Manual de direito civil*, p. 12). (D) Art. 4º, LINDB. (E) A LICC foi criada pelo Decreto-lei n. 4.657/42. Anote-se que a Lei n. 12.376/2010 mudou seu nome para Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB. *Alternativa D.*

1211. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** A respeito de hierarquia, interpretação e integração de lei, assinale a opção correta.

(A) A interpretação teleológica pode ser utilizada pelo juiz para superar antinomia.

(B) Não há hierarquia entre lei complementar e decreto autônomo, quando este for validamente editado.

(C) O costume, para que possa suprir lacuna legal, deve consistir em conduta reiterada de determinada prática.

(D) Não é correto falar em hierarquia entre lei editada pela União e lei editada por estado.

(E) A interpretação é do tipo analógica quando pressupõe que a autoridade expressou na norma exatamente o que pretendia.

RESPOSTA (A) A interpretação teleológica é aquela que utiliza como critério a finalidade da norma. No entanto, para superação de antinomias, utilizam-se os critérios cronológico, da especialidade e hierárquico de Norberto Bobbio. (B) Conforme art. 84, VI, CRFB, o decreto autônomo tem fundamento constitucional. (C) Não basta a conduta reiterada; é preciso que seja tida no meio social como correta e cogente. (D) Art. 24, § 4º, CRFB. (E) De acordo com o art. 4º, LINDB, não há que se falar em interpretação analógica, mas sim em analogia. *Alternativa B.*

(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE) Acerca da interpretação da lei, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

1212. A analogia jurídica fundamenta-se em um conjunto de normas para extrair elementos que possibilitem sua aplicabilidade ao caso concreto não previsto, mas similar.

RESPOSTA Nas lições de Miguel Reale, "pelo processo analógico, estendemos a um caso não previsto aquilo que o legislador previu para outro semelhante, em igualdade de razões" (*Lições preliminares de direito*, p. 298). *Certa.*

1213. Consideram-se leis novas as correções de texto de lei já em vigor.

RESPOSTA Art. 1º, § 4º, LINDB. *Certa.*

1214. A lei nova que dispõe sobre regras especiais revoga as regras gerais sobre a mesma matéria.

RESPOSTA Art. 2º, § 2º, LINDB. *Errada.*

1215. O direito brasileiro não aceita o efeito repristinatório da lei revogada.

RESPOSTA Art. 2º, § 3º, LINDB. *Errada.*

1216. Quando o conflito normativo for passível de solução mediante o critério hierárquico, cronológico e da especialidade, o caso será de antinomia aparente.

RESPOSTA No caso de antinomia aparente, há três critérios para a solução do conflito. Pelo critério cronológico, norma posterior prevalece sobre norma anterior. Pelo critério da especialidade, a norma especial prevalece sobre a geral. E, por fim, segundo o critério hierárquico, norma superior prevalece sobre norma inferior. *Certa.*

1217. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação a classificação, eficácia, conflito e interpretação da lei.

(A) Leis materiais destinam-se a regular os meios de realização dos direitos predefinidos ou de efetivação dos deveres impostos.

(B) A ab-rogação é a revogação parcial da lei.

(C) Segundo as teorias objetivistas, os contratos nascidos sob império da lei antiga permanecem a ela submetidos, mesmo quando seus efeitos se desenvolvam sob domínio da lei nova.

(D) Quanto aos elementos, a interpretação da lei pode ser autêntica, judicial e doutrinária.

(E) Segundo os postulados da escola exegética, a hermenêutica legislativa não deve consistir apenas

na explicação da lei escrita, subordinando toda a técnica interpretativa à regra de que pode haver direito fora da lei, já que esta não é fonte exclusiva do direito, razão pela qual devem contribuir outros fatores extrínsecos.

RESPOSTA (A) Esse é o conceito de lei processual. Leis materiais são as que definem direitos e deveres, estabelecem suas condições, requisitos e elementos. (B) A ab-rogação é a revogação total da lei, enquanto a derrogação é a revogação parcial da lei. (C) Segundo Paul Roubier, adepto dessa teoria, a lei nova não pode atingir fatos já consumados. (D) Esse é o critério de interpretação da lei quanto às fontes. (E) Pela escola exegética, a hermenêutica consiste na explicação da lei escrita, sendo que a técnica interpretativa se subsume à regra de que não pode haver direito fora da lei. *Alternativa E.*

1218. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Acerca da Lei de Introdução ao Código Civil, no que se refere a analogia, costumes, jurisprudência, interpretação das normas jurídicas e princípios gerais de direito, assinale a opção correta.

(A) Não é absoluto o princípio que postula que ninguém deve escusar-se cumprir a lei alegando que não a conhece, pois há casos em que a lei admite a existência do erro de direito como causa determinante da invalidade de um negócio jurídico.

(B) A função social da posse, prevista no Código Civil brasileiro – Lei n. 10.406/2002 –, tipifica o princípio da eticidade, o qual proclama a compatibilização dos valores técnicos com os valores éticos, como mecanismo não só de imposição de limites, mas também de estabelecimento de deveres implícitos nas relações jurídicas patrimoniais.

(C) Na interpretação de normas jurídicas, ao se tomar como parâmetro a sua finalidade objetivamente declarada, de modo a adaptá-la continuamente às novas exigências sociais, aplica-se exclusivamente o método lógico.

(D) A integração extensiva da norma pressupõe a ausência de lei disciplinadora da matéria, de modo que o juiz deverá aplicar ao caso concreto a norma jurídica prevista para situação semelhante, dada a identidade de razões ou de finalidade.

(E) A derrogação é a revogação total da lei em vigor.

RESPOSTA (A) Art. 139, III, CC. (B) A função social da posse tipifica o princípio da socialidade. (C) A interpretação teleológica é a que se baseia na finalidade da norma. (D) Trata-se de analogia. (E) A derrogação é a revogação parcial da lei. *Alternativa A.*

(Procurador – Aracaju-SE – 2008 – CESPE) Julgue os seguintes itens, acerca da Lei de Introdução ao Código Civil (Certo ou Errado).

1219. A lei nova que estabelecer disposições gerais ou especiais a par das já existentes revogará as leis especiais anteriores sobre a mesma matéria às quais expressamente se referiu.

RESPOSTA Art. 2º, § 2º, LINDB. *Errada.*

1220. A analogia é uma das técnicas empregadas para a interpretação das leis, segundo a qual o juiz, ao aplicar a lei no caso concreto, declarará o exato sentido da lei. Por isso, decidir por analogia significa dizer que a decisão da causa foi idêntica àquela aplicada a outros litígios iguais.

RESPOSTA Nas lições de Miguel Reale, “pelo processo analógico, estendemos a um caso não previsto aquilo que o legislador previu para outro semelhante, em igualdade de razões”. Portanto, não há que se falar em declaração de exato sentido de uma lei que sequer existe para disciplinar a matéria (*Lições preliminares de direito*, p. 298). *Errada.*

Pessoas Naturais

1221. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** No que concerne a direitos autorais, assinale a opção correta.

(A) Direitos conexos aos do autor não gozam de proteção no direito autoral.
(B) À obra de gênero diferente pode ser dado título de obra já existente.
(C) A constituição do direito autoral ocorre com o registro da obra.
(D) O autor da obra feita sob encomenda não gozará de forma plena dos direitos autorais.
(E) A omissão do nome do autor na obra implica presunção relativa de anonimato.

RESPOSTA (A) Art. 1º, Lei n. 9.610/98. (B) Art. 10, Lei n. 9.610/98. (C) Art. 18, Lei n. 9.610/98. (D) O art. 8º, Lei n. 9.610/98, elenca o que não será objeto de proteção como direito autoral e não menciona restrição ao autor da obra feita sob encomenda. (E) Art. 52, Lei n. 9.610/98. *Alternativa B.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) De acordo com o disposto no Código Civil brasileiro acerca da pessoa natural, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

1222. Embora a lei proteja o direito sucessório do nascituro, não é juridicamente possível registrar no seu nome, antes do nascimento com vida, um imóvel que lhe tenha sido doado.

RESPOSTA Isso porque o nascituro ainda não tem personalidade jurídica, já que esta somente se adquire após o nascimento com vida, nos termos do art. 2º, CC (art. 542, CC). *Certa.*

1223. A recente decisão do STF em favor da possibilidade de interrupção da gravidez de fetos anencéfalos não invalida o dispositivo legal segundo o qual o feto nascido com vida adquire personalidade jurídica, razão por que adquirirá e transmitirá direitos, ainda que faleça segundos depois.

RESPOSTA Arts. 1º e 2º, ambos do CC. O feto nascido com vida possui capacidade de direito. *Certa.*

1224. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Com base na jurisprudência edificada no STJ sobre os direitos autorais, assinale a opção correta.

(A) A pena pecuniária imposta a contrafator de programas de computador é restrita ao valor de mercado dos programas apreendidos.
(B) Para a responsabilização do agente que reproduz obra de arte sem a prévia e expressa autorização do seu autor, deve ser aferida a sua culpa.
(C) Não configura infração à legislação autoral a autorização de uso de *software* e módulos atinentes a ensino a distância por universidade contratante a outras para as quais não tenham sido licenciados os produtos, se coligadas.
(D) A utilização de obras musicais em espetáculos gratuitos promovidos pela municipalidade não enseja a cobrança de direitos autorais.
(E) A simples circunstância de serem publicadas fotografias sem a indicação de autoria é suficiente para dar ensejo a indenização por danos morais.

RESPOSTA (A) A pena pecuniária imposta a contrafator de programas de computador não é restrita ao valor de mercado dos programas (REsp 1.136.676/RS). (B) “É objetiva a responsabilidade do agente que reproduz obra de arte sem a prévia e expressa autorização do seu autor” (REsp 1.123.456/RS). (C) Configura infração à legislação autoral (REsp 1.127.220/SP). (D) É devido o pagamento de direitos autorais (AgRg no Ag 1.249.164/RJ). (E) REsp 750.822/RS. *Alternativa E.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Considerando as características dos direitos da personalidade, julgue o item abaixo (Certo ou Errado).

1225. O titular de um direito da personalidade pode dispor desse direito, desde que o faça em caráter relativo.

RESPOSTA Art. 11, CC. *Certa.*

1226. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Acerca de fundações, assinale a opção correta.

(A) O MPF deve velar pelas fundações que se estenderem por mais de um estado.

(B) Fica ao arbítrio do instituidor declarar a maneira de administrar a fundação por ele criada.

(C) Alterações estatutárias que não contrariem ou desvirtuem o fim da fundação prescindem da aprovação do MP.

(D) Sendo os bens insuficientes para constituir a fundação, devem ser convertidos em títulos da dívida pública.

(E) Pessoa jurídica não pode instituir fundação.

RESPOSTA (A) Art. 66, § 2º, CC. (B) Art. 62, CC. (C) Art. 67, III, CC. (D) Art. 63, CC. (E) Não existe tal restrição. *Alternativa B.*

1227. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** A respeito da disciplina da pessoa jurídica, assinale a opção correta.

(A) De acordo com entendimento do STJ, a pessoa jurídica, desde que sem fins lucrativos, é beneficiária da gratuidade de justiça.

(B) A pessoa jurídica pode ser demandada no domicílio de qualquer de seus estabelecimentos, independentemente do local onde for praticado o ato gerador de responsabilidade.

(C) A autonomia da pessoa jurídica pode ser desconsiderada para responsabilizá-la por obrigações assumidas pelos sócios.

(D) Para fins de desconsideração da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, o Código Civil adotou a teoria menor.

(E) Para desconsiderar personalidade jurídica, não se tratando de relação de consumo, o magistrado deve verificar se houve intenção fraudulenta dos sócios que aponte para desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

RESPOSTA (A) A gratuidade de justiça pode ser concedida às pessoas jurídicas que comprovarem que dela necessitam, independentemente de terem ou não fins lucrativos (AgRg nos EDcl no REsp 1.294.788/SP). (B) Art. 75, § 1º, CC. (C) Art. 50, CC. (D) O CC adotou a teoria maior, segundo a qual somente haverá a desconsideração se preenchidos requisitos específicos. (E) Dispensa-se a análise do elemento subjetivo (intenção). *Alternativa C.*

1228. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** A pedido do Ministério Público, José, juiz de direito, em ação que lhe competia intervir, decidiu estender aos bens de uma pessoa jurídica os efeitos patrimoniais de obrigação assumida por pessoa física que figura como sua sócia majoritária. José entendeu que, em decorrência da confusão patrimonial entre as referidas pessoas jurídica e física, houve lesão ao credor. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

(A) Nessa situação, José aplicou corretamente o que a doutrina denomina de desconsideração inversa da personalidade jurídica, atingindo-se o patrimônio da pessoa jurídica para garantir a satisfação da obrigação assumida pela pessoa física que compõe o quadro societário da primeira.

(B) A decisão foi incorreta eis que, conforme disciplina a matéria no CC, demandaria prova robusta do propósito de fraudar a lei ou de cometer ato ilícito, requisitos de ordem subjetiva imprescindíveis à aplicação da desconsideração da personalidade jurídica segundo o mencionado diploma.

(C) A decisão de José implica desconsideração da personalidade jurídica, mas, não poderia ter sido tomada, nessa situação, pois depende exclusivamente de pedido das partes, e não, do Ministério Público.

(D) O CC prevê, de forma expressa, a possibilidade de o juiz determinar a desconsideração da personalidade jurídica. No entanto, a decisão tomada no caso em tela não encontra amparo na doutrina ou na jurisprudência, pois foi atingido o patrimônio da pessoa jurídica, quando deveria ter sido atingido o patrimônio da pessoa física.

(E) A decisão foi correta, eis que aplicou a chamada teoria da desconsideração da personalidade jurídica, que, no Direito brasileiro, possui fonte exclusivamente jurisprudencial, sem que haja previsão legal expressa desta possibilidade no CC.

RESPOSTA (A) Enunciado 283, IV Jornada de Direito Civil, CJF. (B) O elemento subjetivo não é requisito para a desconsideração. (C) Art. 50, CC. (D) Trata-se da desconsideração inversa, acolhida pela doutrina e pela jurisprudência. (E) Foi aplicada a teoria da desconsideração inversa. *Alternativa A.*

1229. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** Considerando que determinado grupo de pessoas constitua uma associação, assinale a opção correta.

(A) Entre os associados, haverá direitos e obrigações recíprocos.

(B) O estatuto da associação poderá instituir categorias de associados com vantagens especiais.

(C) A exclusão de associado será inadmissível, pois associação não pode excluir associado.

(D) O estatuto da associação não poderá dispor sobre a transmissibilidade da qualidade de associado.

(E) A associação desse grupo de pessoas deverá ter fim estritamente econômico.

RESPOSTA (A) Art. 53, parágrafo único, CC. (B) Art. 55, CC. (C) Art. 57, CC. (D) Art. 56, CC. (E) Art. 53, CC. *Alternativa B.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) A propósito da veladura das fundações pelo Ministério Público, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

1230. Se uma fundação estender suas atividades por mais de um estado, independentemente de ser federal ou estadual, sua veladura caberá ao Ministério Público Federal.

RESPOSTA Art. 66, § 2º, CC. *Errada.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) A respeito das pessoas jurídicas, julgue o item abaixo (Certo ou Errado).

1231. A desconsideração da personalidade jurídica de uma sociedade é permitida nos casos em que há desvio de seu objetivo social, independentemente da verificação de abuso da personalidade jurídica, da intenção de fraudar a lei ou de causar prejuízos à própria sociedade ou a terceiros. Por isso, depois de despersonalizada a sociedade, os bens particulares dos sócios e dos administradores respondem pela dívida da pessoa jurídica.

RESPOSTA Art. 50, CC. Vale lembrar que o elemento subjetivo é dispensado na análise da desconsideração e que, por outro lado, exige-se o abuso da personalidade jurídica. *Errada.*

Domicílio

1232. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** Acerca de domicílio, segundo o direito civil, assinale a opção correta.

(A) Na hipótese de João e Pedro celebrarem contrato escrito, eles poderão especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações dele resultante.

(B) O domicílio necessário do preso é o lugar em que for preso.

(C) Se determinada pessoa for servidora pública, ela não terá domicílio necessário.

(D) Quando determinada pessoa tiver diversas residências, ela não terá domicílio.

(E) Residência é o local onde a pessoa vive com ânimo definitivo.

RESPOSTA (A) Art. 78, CC. (B) Art. 76, parágrafo único, CC. (C) Art. 76, CC. (D) De acordo com o art. 71, CC, admite-se a pluralidade de domicílios. (E) Art. 70, CC. *Alternativa A.*

Bens

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) A respeito da disciplina dos bens, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

1233. A praça, exemplo típico de bem de uso comum do povo, perderá tal característica se o poder público tornar seu uso oneroso, instituindo uma taxa de uso, por exemplo.

RESPOSTA Art. 103, CC. É possível e trata-se de pagamento de retribuição. *Errada.*

1234. O imóvel público onde esteja localizada uma Procuradoria Regional da União é considerado bem de uso especial, qualificação que impede a sua alienação.

RESPOSTA Art. 99, II, CC. *Certa.*

1235. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Ao realizar uma reforma de seu imóvel, o proprietário demoliu algumas paredes de sua casa e conservou as portas e janelas que estavam ali instaladas, pensando em revendê-las, já que eram muito antigas e bastante valiosas. Nesse caso, as referidas portas e janelas são consideradas

(A) bens móveis, porque são decorrentes de demolição.

(B) bens imóveis, porque foram apenas provisoriamente retiradas para serem empregadas em um bem da mesma natureza.

(C) pertenças, porque, de modo ideal, sempre estarão agregadas a um bem imóvel.

(D) bens imóveis por força de ficção legal, em função do seu alto valor em relação ao bem principal.

(E) bens móveis por antecipação, porque, apesar de ligadas ao imóvel, passaram a ser objeto de negócio separado.

RESPOSTA (A) Art. 84, CC. (B) Art. 81, II, CC. Passa a ser considerado bem móvel, já que não será reempregado no imóvel. (C) Art. 93, CC. (D) Art. 80, CC. (E) Ensinam Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald que móveis por antecipação são aqueles que "embora imóveis pela sua natureza, foram mobilizados pela vontade humana, em face de sua função econômica" (*Curso de direito civil*, v. 1, p. 504). *Alternativa A.*

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) Julgue os seguintes itens, que dizem respeito aos bens (Certo ou Errado).

1236. As pertenças, destinadas a conservar ou a facilitar o uso de outro bem, ou a prestar serviço, ou, ainda, a servir de adorno ao bem principal, apesar de serem bens acessórios, conservam sua individualidade e autonomia, por isso não seguem necessariamente o bem principal.

RESPOSTA Não incide o princípio da gravitação jurídica no regramento jurídico das pertenças. Art. 93, CC. *Certa.*

1237. Os bens divisíveis são os que podem ser repartidos em porções reais e distintas, formando cada uma delas um todo perfeito, sem que isso altere sua substância. A indivisibilidade do bem pode resultar da própria natureza do objeto ou da determinação da lei ou, ainda, da convenção das partes.

RESPOSTA Arts. 87 e 88, ambos do CC. *Certa.*

Teoria Geral dos Fatos Jurídicos

1238. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Pedro, percebendo que seu patrimônio seria consumido pelas dívidas que havia contraído com Marcos, decidiu doar ao seu irmão, sem qualquer encargo, seu único imóvel. Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que

(A) Marcos somente poderá promover a anulação da doação se houver ação executiva em andamento.
(B) qualquer credor de Pedro poderá promover a anulação da doação.
(C) não é necessária a demonstração da má-fé do irmão, para que Marcos anule a doação.
(D) o negócio realizado é, à luz do Código Civil, ineficaz em relação a Marcos.
(E) não é necessário, para anular a doação, que Marcos demonstre que o prejuízo por ele sofrido tenha dela decorrido.

RESPOSTA (A) Para a configuração da fraude contra credores, diferente do que ocorre na fraude à execução, não se exige que haja uma ação executiva em curso. Vale lembrar que na fraude à execução o ato de alienação é posterior à propositura da ação executiva. (B) Art. 158, CC. (C) Os elementos caracterizadores da fraude contra credores são o *eventus damni* e o *consilium fraudis,* dispensando-se a prova da má-fé do terceiro. (D) De acordo com o art. 171, II, CC, a ação pauliana gera a anulabilidade do negócio jurídico. (E) É necessário, além do *consilium fraudis,* demonstrar o *eventus damni,* ou seja, o prejuízo. *Alternativa C.*

1239. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Considerando que os vícios incidentes sobre a vontade, regulados no Código Civil sob a denominação defeitos do negócio jurídico, estão relacionados à formação ou à origem do negócio e atuam no plano da validade, assinale a opção correta.

(A) A finalidade da revisão judicial do negócio que culmine em lesão é proteger a pessoa que, ao contratar, esteja em uma situação de inferioridade em relação à outra parte e, por essa razão, se submeta a uma prestação desproporcional; presentes os requisitos legais da lesão, deve o juiz anular o negócio jurídico, e não incitar os contratantes a uma revisão judicial da avença.
(B) Por não ser considerado erro acidental, o erro de cálculo serve como fundamento para invalidar o negócio jurídico.
(C) Ainda que juridicamente relevante, a reticência não pode ser invocada para invalidar o negócio jurídico.
(D) Os vícios de consentimento prejudicam a exteriorização do negócio jurídico, atuando sobre o consentimento; já os vícios sociais se mostram quando há uma divergência entre a vontade exteriorizada e a ordem legal.
(E) A sistemática em relação aos defeitos do negócio foi alterada no novo Código Civil: além de serem incorporados ao sistema dois novos vícios, a lesão e o estado de perigo, ainda se considera a simulação como causa de anulação, e não mais de nulidade.

RESPOSTA (A) Art. 157, § 2º, CC. (B) Art. 143, CC. (C) Art. 147, CC. (D) Nos vícios do consentimento há divergência entre o desejo e a vontade declarada, enquanto nos vícios sociais, como ensinam Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald, “a vontade é exteriorizada em conformidade com a intenção do agente. No entanto há uma deliberada vontade de prejudicar terceiro ou burlar a lei (...)” (*Curso de direito civil*, v. 1, p. 631). (E) Embora a lesão e o estado de perigo, de fato, tenham sido incorporados no CC/2002, a simulação é causa de nulidade do negócio jurídico, nos termos do art. 167, CC. *Alternativa D.*

1240. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Marina comprometeu-se com Carla a entregar-lhe determinada quantia em dinheiro quando esta terminasse o curso superior. Ao perceber que Carla havia entregue a monografia de conclusão do curso, Marina entregou-lhe o valor prometido. Um mês depois, ela descobriu que Carla ainda não havia terminado o curso. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o STJ, Marina deverá comprovar que incidiu em erro ao efetuar o pagamento a Carla antes do implemento da condição.

(B) Marina terá direito à restituição do valor pago se demonstrar que Carla recebeu o dinheiro imbuída de má-fé.

(C) Marina não terá direito à restituição do indébito porque a lei equipara o pagamento antes do implemento da condição ao pagamento de obrigação natural.

(D) Para Marina fazer jus à restituição do valor pago, deverá apenas demonstrar que efetuou o pagamento antes do implemento da condição.

(E) No caso, entende-se que, ao realizar o pagamento de forma antecipada, Marina abriu mão do implemento da condição.

RESPOSTA O caso em análise traz um negócio jurídico que possui, como elemento acidental, uma condição suspensiva: a conclusão do curso superior por parte de Carla. Dessa forma, pendente a condição suspensiva, não ocorre a produção de efeitos, tampouco se adquire o direito, motivo pelo qual Marina terá direito à restituição do valor pago, sob pena de enriquecimento sem causa, desde que prove que não houve o implemento da condição. *Alternativa D.*

1241. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Pedro, ao chegar com seu filho gravemente doente em um hospital particular, concordou em pagar quantia exorbitante para submetê-lo a cirurgia, ante a alegação do médico de que o tempo necessário para levar a criança a outro hospital poderia acarretar-lhe a morte. Nessa situação hipotética, caracteriza-se, como causa de invalidação do negócio,

(A) o dolo, porque o pai foi induzido a aceitar condições que o prejudicavam.

(B) o estado de perigo, porquanto o pai se encontrava em situação de extrema necessidade.

(C) a lesão, porquanto o médico se aproveitou da situação.

(D) o erro, porque o pai assumiu a prestação com vício de vontade.

(E) a coação, porquanto foi incutido no pai o dano iminente ao filho.

RESPOSTA (A) Art. 145, CC. (B) Art. 156, CC. Vale lembrar que o CP tipificou no art. 135-A o crime de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial. (C) Art. 157, CC. (D) Art. 138, CC. (E) Art. 151, CC. *Alternativa B.*

1242. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** A respeito das condições e seus efeitos, assinale a opção correta.

(A) A incerteza é elemento caracterizador imprescindível à condição.

(B) As condições juridicamente impossíveis equiparam-se às ilícitas.

(C) É vedada cláusula que estabeleça condição suspensiva para pagamento.

(D) Nada sendo estipulado em contrário, o implemento da condição resolutiva produz efeitos *ex tunc*.

(E) São defesas as condições que estejam fora da alçada das partes.

RESPOSTA (A) Art. 121, CC. (B) Art. 123, I e II, CC. (C) Conforme se verifica no art. 122, CC, não existe essa vedação. (D) Produz efeitos *ex nunc* (art. 128, CC). (E) Art. 122, CC. *Alternativa A.*

1243. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** A respeito do abuso de direito, assinale a opção correta.

(A) O *venire contra factum proprium* não se configura ante comportamento omissivo.

(B) A *supressio* pode coexistir com os prazos legais da decadência.

(C) Na *surrectio*, o exercício continuado de uma situação jurídica implica nova fonte de direito subjetivo, desde que não contrarie o ordenamento.

(D) A configuração do abuso de direito exige o elemento subjetivo.

(E) De acordo com o STJ, a teoria dos atos próprios não se aplica ao poder público.

RESPOSTA (A) O *venire* é uma espécie de abuso de direito que surge da violação da confiança ínsita à boa-fé objetiva, podendo se configurar tanto por ação quanto por omissão. (B) *Supressio* e decadência legal não se confundem. Ensina Karl Larenz que, em relação à prescrição e à decadência, levam-se em conta o decurso do tempo e a inércia da parte, enquanto na *supressio* ganha destaque a confiança que se deposita na outra parte no sentido de que aquele direito não será exercido. (C) Pode ocorrer mesmo que contrarie o ordenamento. (D) Enunciado 37, I Jornada Direito Civil, CJF. (E) O STJ adota a teoria dos atos próprios para o Poder Público (REsp 141.879/SP). *Alternativa B.*

1244. (Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito dos defeitos dos negócios jurídicos.

(A) Todo e qualquer negócio jurídico está sujeito a anulação sob o fundamento de lesão.
(B) A sentença de anulação do negócio jurídico por coação não tem efeito retroativo, uma vez que apenas determina a cessação de possíveis efeitos jurídicos futuros.
(C) O *consilium fraudis* ou *scientia fraudis* não é requisito essencial para a anulação de negócio jurídico gratuito sob o fundamento de fraude contra credores.
(D) A simulação importa em nulidade do negócio jurídico. Por isso, torna o ato completamente sem efeito entre as partes e perante terceiros, em face dos contraentes.
(E) A lesão caracteriza-se pela superveniência, em negócio jurídico, de fato que torne manifestamente desproporcionais as prestações.

RESPOSTA (A) Art. 157, CC. (B) Art. 177, CC. (C) Conforme se depreende da interpretação do art. 158, CC, para a configuração da fraude contra credores em negócios jurídicos gratuitos, dispensa-se o elemento subjetivo (*consilium fraudis*), bastando o elemento objetivo (*eventus damni*). (D) Art. 167, § 2º, CC. (E) Art. 157, § 1º, CC. *Alternativa C.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Com relação aos vícios do negócio jurídico, julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

1245. Se cabalmente comprovada a inexperiência do contratante, configura-se a lesão, mesmo que a desproporcionalidade entre as prestações das partes seja superveniente.

RESPOSTA Conforme o disposto no art. 157, § 1º, CC, na lesão a desproporção das prestações é aferida no momento da celebração do contrato. Não confundir com a possibilidade de resolução por onerosidade excessiva contida no art. 478, CC. *Errada.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) André, em situação de risco de morte, concordou em pagar honorários excessivos a médico-cirurgião que se encontrava de plantão, sob a promessa de que o procedimento cirúrgico imediato lhe salvaria a vida. Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado)

1246. O referido negócio está viciado pela ocorrência de estado de perigo e o dolo de aproveitamento por parte do médico é essencial à sua configuração.

RESPOSTA Depreende-se da interpretação do art. 156, CC, que é necessário o dolo de aproveitamento para configuração do estado de perigo, já que exige que a possibilidade de ocorrência de grave dano seja conhecida da outra parte. *Certa.*

1247. Para anulação do referido negócio, faz-se necessária a comprovação da inexperiência de André.

RESPOSTA O requisito da inexperiência incide sobre o instituto da lesão, nos termos do art. 157, CC, e não do estado de perigo. *Errada.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) No que se refere à disciplina do abuso de direito, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

1248. A proibição de comportamento contraditório é aplicável ao direito brasileiro como modalidade do abuso de direito e pode derivar de comportamento tanto omissivo quanto comissivo.

RESPOSTA Também chamada de *venire contra factum proprium,* a proibição de comportamento contraditório é uma figura parcelar do abuso de direito, decorrente da violação da confiança que exsurge do princípio da boa-fé objetiva. Veda-se, em verdade, que a parte adote um comportamento contraditório em relação a um comportamento anterior, atingindo as legítimas expectativas de terceiros. *Certa.*

1249. A exemplo da responsabilidade civil por ato ilícito em sentido estrito, o dever de reparar decorrente do abuso de direito depende da comprovação de ter o indivíduo agido com culpa ou dolo.

RESPOSTA A responsabilidade civil decorrente do abuso de direito independe de culpa, pois se baseia no critério objetivo. Enunciado 37, I Jornada de Direito Civil, CJF. *Errada.*

1250. O pagamento realizado reiteradamente pelo devedor em local diverso do ajustado em contrato é um exemplo do que se denomina *supressio*.

RESPOSTA Art. 330, CC. É um exemplo de *supressio,* já que o pagamento realizado reiteradamente pelo devedor em local diverso do avençado faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato. Vale lembrar que a *supressio* se configura quando a inércia do exercício de um direito por uma das partes faz a outra acreditar que ele não será mais exercido. *Certa.*

1251. **(Advogado – BACEN – 2009 – CESPE)** A respeito dos elementos, dos defeitos e da validade dos atos jurídicos, assinale a opção correta.

(A) A conversão substancial do negócio jurídico é meio jurídico capaz de sanar sua invalidade absoluta.

(B) Se o adquirente de determinado bem ignorava o estado de insolvência do alienante, tal negócio não será passível de anulação por fraude contra credores.

(C) Embora haja significativas diferenças entre nulidade e anulabilidade, ambas são reconhecidas por meio de ação desconstitutiva.

(D) Se comprovada a inexperiência do contratante, a lesão restará configurada ainda que a desproporcionalidade entre as prestações que incumbem às partes seja superveniente.

(E) A consequência da inserção de termo inicial ou suspensivo no contrato é o adiamento da aquisição do direito.

RESPOSTA (A) Art. 167, CC. (B) Tratando-se de negócio jurídico oneroso, os requisitos para sua anulação por fraude contra credores são o *consilium fraudis* e o *eventus damni,* diferente dos negócios gratuitos, nos quais se exige apenas o *eventus damni.* (C) Para o reconhecimento de uma nulidade, deve ser proposta ação declaratória de nulidade, enquanto para as anulabilidades deve ser ajuizada ação anulatória. (D) Art. 157, § 1º, CC. (E) Art. 131, CC. *Alternativa B.*

(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE) Acerca dos atos e fatos jurídicos no direito civil, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

1252. Com relação à validade do negócio jurídico, considera-se que, não dispondo a lei em contrário, a escritura pública apenas é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a sessenta vezes o maior salário mínimo vigente no país.

RESPOSTA Art. 108, CC. *Errada.*

1253. Será nulo o negócio jurídico se o motivo determinante de uma das partes for ilícito.

RESPOSTA Art. 166, III, CC. *Errada.*

1254. A interrupção da prescrição, quando efetuada contra o devedor solidário, envolverá os demais, incluindo os seus herdeiros.

RESPOSTA Art. 204, § 1º, CC. *Certa.*

1255. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Paulo, proprietário de um imóvel, constituiu Henrique como seu procurador para a venda do bem. Henrique, por falta de tempo disponível para tratar com os interessados em comprar o imóvel em questão, substabeleceu seus poderes para Mônica, que passou a negociar esse imóvel. Passado um mês, Henrique foi beneficiado por uma herança e procurou Mônica para adquirir o imóvel de Paulo. Considerando a situação hipotética apresentada acima e as disposições do Código Civil acerca do assunto, é correto afirmar que a venda do imóvel a Henrique

(A) seria nula de pleno direito, por tratar-se de negócio jurídico celebrado consigo mesmo.

(B) seria plenamente válida, porque, diante do silêncio de Paulo, presume-se que este tenha permitido o autocontrato por Henrique.

(C) poderia ser anulada por Paulo, por tratar-se de negócio jurídico celebrado por Henrique consigo mesmo, por intermédio de substabelecimento.

(D) seria perfeitamente válida, porque os poderes de representação constituídos a Henrique foram substabelecidos a Mônica.

RESPOSTA Art. 117, parágrafo único, CC. A questão versa sobre o princípio da vedação ao autocontrato ou contrato consigo mesmo. Nesse sentido, mesmo que o ato tenha sido celebrado entre Mônica (substabelecida) e Henrique (representante), o negócio pode ser anulado por Paulo. *Alternativa C.*

1256. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Acerca dos fatos jurídicos, assinale a opção correta.

(A) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, por inexperiência, ou sob premente necessidade, obriga-se a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, gerando lucro exagerado ao outro contratante. Nessa situação, a pessoa pode demandar a nulidade do negócio jurídico, dispensando-se a verificação de dolo ou má-fé da parte adversa.

(B) A fraude contra a execução é um defeito do negócio jurídico, caracterizando-se como vício de consentimento e viciando, como consequência, a declaração de vontade dos partícipes do negócio jurídico.

(C) A simulação relativa é um vício social que acarreta a nulidade do negócio jurídico, que não pode subsistir, mesmo que seja válido na substância e na forma.

(D) O negócio jurídico realizado com infração a norma de ordem pública, mesmo depois de declarado nulo por sentença judicial, por se tratar de direito patrimonial e, portanto, disponível, pode ser ratificado pelas partes, convalidando-se, assim, o ato negocial.

(E) A reserva mental caracteriza-se pela não coincidência entre a vontade real e a declarada, com o propósito de enganar a outra parte. Se for desconhecida pelo destinatário, a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou.

RESPOSTA (A) Art. 157 c/c art. 171, II, CC. (B) Prevista no art. 158, CC, a fraude contra credores é um vício social e, como ensinam Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald, "a vontade é exteriorizada em conformidade com a intenção do agente. No entanto há uma deliberada vontade de prejudicar terceiro ou burlar a lei (...)" (*Curso de direito civil*, v. 1, p. 631). (C) Na simulação relativa, o negócio jurídico dissimulado poderá subsistir se for válido na substância e na forma, pelo princípio da

conservação dos negócios jurídicos. (D) Art. 169, CC. (E) Art. 110, CC. *Alternativa E.*

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) A respeito dos fatos e negócios jurídicos, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

1257. É nulo, entre outras hipóteses, o negócio jurídico no qual ambas as partes reciprocamente ajam com dolo, ainda que acidental. Nesse caso, a nenhum dos contratantes é permitido reclamar indenização, devendo cada um suportar o prejuízo experimentado pela prática do ato doloso.

RESPOSTA Art. 150, CC. *Errada.*

1258. Os negócios jurídicos podem ser firmados sob condição expressa em cláusula que, pactuada entre as partes, subordine o efeito do negócio a evento futuro e incerto; as condições impossíveis, quando resolutivas, são consideradas inexistentes, mas o negócio continua válido.

RESPOSTA Art. 121 c/c art. 124, ambos do CC. *Certa.*

1259. É nulo o negócio jurídico celebrado mediante coação, no qual um dos contratantes assume uma obrigação excessivamente onerosa e desproporcional à vantagem obtida pelo coator, em virtude do dolo de aproveitamento na conduta do coator. Assim, para que seja reconhecido o vício desse negócio, exige-se, além do prejuízo de uma das partes e do lucro exagerado da outra, o dolo de aproveitamento.

RESPOSTA O enunciado traz o conceito de lesão e se equivoca, em primeiro lugar, porque a lesão é causa de anulabilidade do negócio jurídico, conforme art. 171, II, CC. Segundo, porque menciona o dolo de aproveitamento como requisito para sua configuração (Enunciado 150, III Jornada de Direito Civil, CJF). *Errada.*

Prescrição e Decadência

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) A respeito da prescrição, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

1260. O devedor capaz que pagar dívida prescrita pode reaver o valor pago se alegar, na justiça, a ocorrência de pagamento indevido ao credor, estando o direito de reaver esse valor fundado no argumento de que o credor que receba o que lhe não seja devido enriquece às custas do devedor.

RESPOSTA Art. 882, CC. *Errada.*

1261. Considere a seguinte situação hipotética. Carla, vítima de atropelamento, pretende, passados mais de três anos do fato, ajuizar, contra o agente que a vitimou, ação de reparação pelos danos materiais e morais sofridos. Nessa situação, Carla, em razão de sua inércia, perdeu o direito de agir com o referido objetivo em face do agente.

RESPOSTA Nos termos do art. 206, § 3º, V, CC, trata-se de prazo prescricional de 3 anos. Porém, é preciso lembrar que a prescrição extingue a pretensão, enquanto a decadência extingue o direito. *Errada.*

1262. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** No que concerne a prescrição e decadência, assinale a opção correta.

(A) Não correrá a prescrição contra pessoa que se encontre ausente do país.

(B) Se o causador do ilícito civil casar-se com a vítima após o fato, a prescrição do direito à indenização começará a correr com o término do casamento.

(C) Se o prazo decadencial tiver sido fixado no contrato, é defeso ao juiz conhecê-lo de ofício.

(D) Contra o absolutamente incapaz não correm os prazos prescricionais, apenas os decadenciais.

(E) A renúncia antecipada dos efeitos da prescrição é válida exclusivamente entre as partes contratantes.

RESPOSTA (A) Art. 198, I, CC. (B) Art. 197, I, CC. Contudo, o que prescreve não é o direito, é a pretensão. (C) Art. 210, CC, segundo o qual somente a decadência legal pode ser conhecida de ofício pelo juiz. (D) Art. 198, I, c/c art. 207, ambos do CC. (E) Art. 191, CC. *Alternativa C.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Considerando a disciplina do CC e a certeza de que o decurso de tempo tem importante influência tanto na aquisição quanto na extinção de direitos, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

1263. É válida cláusula inserida em contrato de seguro na qual se estipule que a pretensão do segurado contra o segurador prescreva em dois anos, desde que haja formalização do ato por instrumento público.

RESPOSTA De acordo com o art. 192, CC, os prazos prescricionais não podem ser alterados por acordo das partes. Acrescente-se que, para o caso do enunciado, o prazo prescricional é de um ano, conforme preceitua o art. 206, § 1º, II, CC. *Errada.*

1264. A prescrição pode ser alegada, em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita, mas não poderá ser arguida em sede de recurso especial ou extraordinário se não tiver sido suscitada na instância ordinária.

RESPOSTA Conforme o disposto no art. 193, CC, a prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição pela parte a quem aproveita. Porém, em sede de recursos especial ou extraordinário, é necessário que se preencha o requisito do prequestionamento, conforme Súmula 211, STJ, e Súmula 356, STF. *Certa.*

1265. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Com relação ao instituto da prescrição no atual Código Civil, assinale a opção correta.

(A) A prescrição suspensa em favor de um dos credores solidários aproveitará aos outros, uma vez que a solidariedade impõe a todos a totalidade da prestação.

(B) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, fica interrompida a prescrição até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime.

(C) A interrupção da prescrição por um dos credores não aproveitará aos outros, ressalvando-se o caso de serem credores solidários.

(D) As partes poderão, desde que mediante mútuo acordo, diminuir os prazos prescricionais previstos no código citado, já que as normas que regulam a prescrição são consideradas dispositivas.

RESPOSTA (A) Art. 201, CC. (B) Art. 200, CC. (C) Art. 204, § 1º, CC. (D) Art. 192, CC. *Alternativa C.*

1266. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta relativamente a prescrição e decadência.

(A) Não corre o prazo de decadência contra os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

(B) A prescrição e a decadência podem ser interrompidas mais de uma vez, desde que por motivos diferentes, sendo que a prescrição intercorrente pode ser interrompida ilimitadamente.

(C) A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários sempre aproveitará aos demais. No entanto, a interrupção operada contra o devedor principal não atinge o fiador, a favor do qual continua a correr a prescrição.

(D) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, inclusive em sede de recursos extraordinário ou especial, podendo, ainda, o juiz suprir, de ofício, a alegação.

(E) O prazo da prescrição da pretensão indenizatória da vítima, decorrente de fato a ser apurado no juízo criminal, flui independentemente da respectiva sentença criminal definitiva.

RESPOSTA (A) Art. 198, I, c/c art. 208, ambos do CC. (B) Art. 202 c/c art. 207, ambos do CC. (C) Art. 201 c/c art. 204, ambos do CC. (D) Art. 210, CC. (E) Art. 200, CC. *Alternativa A.*

II. Obrigações

Modalidades das Obrigações

1267. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Quatro pessoas contraíram um empréstimo de R$ 100.000,00, tendo ficado estipulada, no contrato, a solidariedade entre elas quanto ao pagamento do débito. Contudo, a obrigação contratual não foi cumprida. A respeito dessa situação, assinale a opção correta.

(A) Aceitando o credor o recebimento parcial da dívida, presume-se a renúncia da solidariedade, mas não do restante da dívida.

(B) Se o devedor solidário demandado chamar os outros ao processo, na sentença deverá ser fixado o valor a ser pago ao credor por cada um.

(C) A lei admite que o credor exija de um ou de mais de um devedor solidário o pagamento parcial ou total da dívida comum.

(D) Caso um dos devedores faleça, qualquer herdeiro poderá ser acionado pelo credor, ficando, então, suscetível de responder por um quarto da dívida, nas forças da herança, após a partilha.

(E) Aquele que solver a dívida poderá cobrar R$ 75.000,00 de apenas um dos outros três, se os demais devedores forem insolventes.

RESPOSTA (A) Art. 275, parágrafo único, CC. (B) Art. 80, CPC. (C) Art. 275, CC. (D) Art. 276, CC. (E) Art. 283, CC. *Alternativa C.*

1268. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Em relação às obrigações, assinale a opção correta.

(A) Tratando-se de solidariedade passiva legal, admite-se a renúncia tácita da solidariedade pelo credor em relação a determinado devedor.

(B) Se, na transmissão das obrigações, o cedente, maliciosamente, realizar a cessão do mesmo crédito a diversos cessionários, a primeira cessão promovida deverá prevalecer em relação às demais.

(C) Estipulada cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, o credor poderá exigir cumulativamente do devedor a pena convencional e o adimplemento da obrigação.

(D) Nas denominadas obrigações *in solidum*, embora os liames que unem os devedores aos credores sejam independentes, a remissão da dívida feita em favor de um dos credores beneficia os outros.

(E) Se, na obrigação de restituir coisa certa, sobrevierem melhoramentos ou acréscimos à coisa restituível por acessão natural, o credor deverá pagá-los ao devedor.

RESPOSTA (A) Art. 282, CC. (B) Art. 291, CC. (C) Art. 410, CC. (D) Art. 277, CC. (E) Art. 241, CC. *Alternativa A.*

1269. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes

(A) será obrigado a pagar a dívida que corresponder ao devedor solidário falecido, se a obrigação for

divisível.

(B) será obrigado a pagar a totalidade da dívida, se a obrigação for divisível, com direito de ação regressiva contra os demais devedores.

(C) será desobrigado de qualquer pagamento, pois a responsabilidade pelo pagamento não é transmitida aos herdeiros.

(D) será obrigado a pagar apenas a cota que corresponder ao seu quinhão hereditário, se a obrigação for divisível.

(E) só será obrigado a pagar a totalidade da dívida se os demais herdeiros não tiverem recursos e a obrigação for divisível.

RESPOSTA Art. 276, CC. *Alternativa D.*

1270. (Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE) Carlos, Pedro e Gustavo, irmãos, maiores de idade, casados e com filhos, contrataram os serviços de uma empresa para o fornecimento das bebidas a serem servidas na festa de aniversário de seu pai. Pagaram metade do valor combinado no ato da contratação, ficando acertado que o restante seria pago após a prestação do serviço, convencionando-se a solidariedade dos devedores. Com base na situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

(A) A morte de um dos irmãos terá o poder de romper a solidariedade.

(B) O credor não pode exigir parte da dívida de cada um dos devedores separadamente, sob pena de configurar renúncia à solidariedade.

(C) Se Carlos pagar um terço do restante da dívida, a solidariedade continuará entre os outros dois irmãos.

(D) Caso a empresa não preste o serviço na data avençada, será caracterizada a mora.

(E) Se pagar a dívida, o pai dos devedores se sub-rogará nos direitos da empresa.

RESPOSTA (A) Art. 276, CC. (B) Art. 275, CC. (C) Art. 277, CC. (D) O não cumprimento da obrigação avençada, por ser uma festa de aniversário, não caracteriza a mora (inadimplemento parcial), mas sim inadimplemento absoluto, que é aquele em que a obrigação se torna inútil para o credor. (E) Art. 305, CC. *Alternativa C.*

1271. (Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE) Quanto ao direito das obrigações, assinale a opção correta.

(A) Por se entender a obrigação como um processo voltado à entrega da prestação ao credor com a liberação do devedor, havendo mais de um devedor, presume-se a solidariedade passiva como meio de garantir maior efetividade à obrigação.

(B) A solidariedade passiva determina que qualquer um dos devedores responde pelas perdas e pelos danos decorrentes da impossibilidade do objeto, mesmo que estes tenham sido causados por apenas um dos devedores, o que se dá em virtude de o instituto servir à proteção do credor.

(C) Se o devedor se torna herdeiro de um dos credores da obrigação solidária, persiste aos demais credores a possibilidade de cobrar a parte do crédito não atingida pela confusão, mantendo-se quanto a esta até mesmo a solidariedade.

(D) A solidariedade passiva da obrigação determina que, feito o pagamento total da dívida por um dos devedores, os demais devedores ficam solidariamente obrigados perante o pagador pela parte da dívida que não lhe couber.

(E) O falecimento de um dos codevedores solidários determina que cada um dos seus herdeiros responda pela dívida conforme a quota hereditária recebida, o que configura o encerramento da solidariedade para os demais devedores.

RESPOSTA (A) Art. 265, CC. (B) Art. 279, CC. (C) Art. 383, CC. (D) Art. 275, CC. (E) Art. 276, CC. *Alternativa C.*

1272. (Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE) Com relação às obrigações, segundo o direito civil, assinale a opção correta.

(A) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios, ainda que resulte do título ou das circunstâncias do caso.

(B) Enquanto não ocorrer a tradição, a coisa pertencerá ao devedor, mas os melhoramentos e acrescidos pertencerão ao credor.

(C) Se determinada coisa restituível se deteriorar, o credor terá direito a indenização, mesmo sem a culpa do devedor.

(D) Nas obrigações de dar coisa incerta, determinada pelo gênero e pela qualidade, a escolha pertence ao credor.

(E) Se determinada coisa se perder por culpa do devedor, este responderá pelo equivalente, mais perdas e danos.

RESPOSTA (A) Art. 233, CC. (B) Art. 237, CC. (C) Art. 240, CC. (D) Art. 244, CC. (E) Art. 234, CC. *Alternativa E.*

Adimplemento e Extinção das Obrigações: Pagamento

1273. (Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE) A respeito do adimplemento, do inadimplemento e da extinção das obrigações, assinale a opção correta.

(A) Havendo dois débitos da mesma natureza, líquidos e vencidos, o devedor pode imputar pagamento parcial de um deles, independentemente de convenção.

(B) A mitigação do *pacta sunt servanda* pelo novo Código Civil permite que o juiz imponha ao credor a dação em pagamento, conforme as circunstâncias do caso concreto.

(C) Podendo o terceiro não interessado pagar débito em nome do devedor, pode ele também compensar o débito alheio com aquilo que o credor lhe dever.

(D) Havendo recusa do credor em receber o pagamento, o depósito da coisa devida é suficiente para elidir a mora.

(E) O usufrutuário cujo direito real tenha sido registrado após a hipoteca do imóvel pode remir a hipoteca sub-rogando-se no direito do credor.

RESPOSTA (A) Art. 352, CC. (B) Art. 356, CC. (C) Art. 368, CC. (D) Art. 336, CC. (E) Art. 304, CC. O usufrutuário, no caso, é considerado terceiro interessado e, nos termos do art. 346, III, CC, sub-roga-se nos direitos de credor. *Alternativa E.*

1274. (Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta com referência à extinção da obrigação.

(A) O que diferencia o pagamento efetuado pelo terceiro interessado do efetuado pelo não interessado é a possibilidade de este promover a consignação.

(B) Se o devedor der coisa fungível que não lhe pertença ao credor e, ainda que de boa-fé, este a consumir, o pagamento não terá eficácia.

(C) Se o devedor está obrigado a realizar o pagamento por medida e o contrato nada dispõe a esse respeito, entende-se que as partes aceitaram as do lugar de celebração do contrato.

(D) Um dos requisitos essenciais do pagamento é a intenção, daquele que paga, de extinguir a obrigação assumida.

(E) A proibição de comportamento contraditório não tem o poder de alterar o local do pagamento

expressamente estabelecido no contrato.

RESPOSTA (A) Art. 305 c/c art. 346, III, ambos do CC. O que diferencia é que o terceiro interessado sub-roga-se nos direitos do credor. (B) Art. 307, parágrafo único, CC. Veda-se a alienação por quem não seja dono (*a non domino*). (C) Art. 326, CC. (D) Art. 304, CC. (E) Art. 330, CC. *Alternativa D.*

Transmissão das Obrigações

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, com relação ao direito obrigacional (Certo ou Errado).

1275. Carla cedeu a Sílvia crédito que possuía com Luíza. Na data avençada para pagamento do débito, Sílvia procurou Luíza, ocasião em que ficou sabendo da condição de insolvência da devedora. Nessa situação, Carla será obrigada a pagar a Sílvia o valor correspondente ao crédito, haja vista a regra geral de que o cedente responde pela solvência do devedor.

RESPOSTA Art. 296, CC. *Errada.*

Inadimplemento das Obrigações

1276. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação às hipóteses de inadimplemento contratual e seus efeitos.

(A) De acordo com a jurisprudência, poderá o juiz indeferir pedido liminar de busca e apreensão, ainda que cumpridos os requisitos legais, considerando o pequeno valor da dívida em relação ao do bem.

(B) O descumprimento de acordo firmado em audiência e homologado pelo juiz dará ensejo à aplicação da exceção do contrato não cumprido.

(C) Não sendo efetuado o pagamento, o credor não poderá enjeitá-lo alegando falta de interesse econômico, caso o devedor se disponha a cumprir a obrigação acrescida de perdas e danos.

(D) De acordo com o Código Civil, a cláusula resolutiva expressa é benefício exclusivo do credor.

(E) O STJ entende que, se for estipulada cláusula penal moratória, a parte que inadimplir o contrato não terá a obrigação de indenizar lucros cessantes.

RESPOSTA (A) Nesse exato sentido, REsp 469.577/SC. (B) Conforme se depreende da leitura do art. 476, CC, a exceção de contrato não cumprido é aplicada no âmbito contratual e o acordo firmado em audiência não tem natureza de contrato (art. 475-N, III, CPC). (C) Art. 395, parágrafo único, CC. (D) Art. 474, CC. (E) “A instituição de cláusula penal moratória não compensa o inadimplemento, pois se traduz em punição ao devedor que, a despeito de sua incidência, se vê obrigado ao pagamento de indenização relativa aos prejuízos dele decorrentes” (REsp 968.091/DF). *Alternativa A.*

III. Contratos

Teoria Geral dos Contratos

1277. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito do contrato preliminar.

(A) De acordo com entendimento do STF, o compromisso de compra e venda de imóveis não enseja a execução compulsória.

(B) Nos termos do Código Civil, o contrato provisório constitui avença na qual os contratantes prometem complementar o ajuste futuramente, no contrato definitivo, não se exigindo a outorga uxória de contraentes casados, pois, no contrato provisório, não se perquire a aptidão para validamente alienar.

(C) Não se exige que o *pactum de contrahendo* seja instrumentalizado com os mesmos requisitos formais do contrato definitivo a ser celebrado, ainda que se exija, para este último, a celebração por escritura pública.

(D) De acordo com a jurisprudência pretoriana, para se exigir, perante o outro contraente, pré-contrato irretratável e irrevogável, é imprescindível que este seja levado ao registro competente.

(E) Tratando-se de compra e venda de imóvel, o adquirente só poderá propor ação de adjudicação compulsória do bem registrado em nome do promitente vendedor se ocorrer o prévio registro do pacto preliminar.

RESPOSTA (A) Súmula 413, STF. (B) Art. 462, CC. (C) Art. 462, CC. (D) Trata-se de entendimento consubstanciado no art. 463, parágrafo único, CC. (E) Súmula 239, STJ. *Alternativa C.*

1278. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Considerando a hipótese de que duas pessoas tenham firmado, de forma paritária, contrato para fornecimento continuado de serviços, assinale a opção correta.

(A) Será potestativa, por se submeter a evento futuro e incerto, cláusula do contrato que estipule a aceitação de outro índice de correção monetária para o caso de desaparecer o índice vigente à época de sua celebração.

(B) A excessiva onerosidade da prestação do devedor será causa bastante para a resolução ou a revisão do contrato.

(C) O juiz poderá dar interpretação ampliativa a esse contrato.

(D) Havendo cláusula duvidosa, o juiz deverá interpretar o contrato de forma a não favorecer nenhuma das partes.

(E) Detectada ambiguidade no texto contratual, o juiz deverá dar interpretação que favoreça o devedor.

RESPOSTA (A) Trata-se de cláusula juridicamente impossível. (B) Art. 478, CC. (C) Nada impede que o juiz confira interpretação ampliativa a esse contrato, já que não se trata de negócio benéfico, tampouco de renúncia (art. 114, CC). (D) Art. 113, CC. (E) Isso ocorre nos contratos de adesão, não nos contratos paritários, conforme o disposto no art. 423, CC. *Alternativa C.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) No campo das obrigações e dos contratos, várias novas teorias têm sido delineadas pela doutrina e pela jurisprudência. A esse respeito, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

1279. A partir do princípio da função social, tem-se estudado aquilo que se convencionou chamar de efeitos externos do contrato, que constituem uma releitura da relatividade dos efeitos dos contratos.

RESPOSTA A relação obrigacional, antes vista em sua acepção estática, abrigava de forma absoluta o princípio da relatividade dos efeitos dos contratos, segundo o qual o contrato somente produz efeitos entre as partes que se obrigaram. Contudo, pela função social externa do contrato, há uma mitigação à relatividade dos contratos, possibilitando que estes produzam efeitos em relação a terceiros. Nesse sentido, Enunciado 21, I Jornada de Direito Civil, CJF. *Certa.*

1280. Segundo a doutrina contemporânea, o aforismo *turpitudinem suam allegans non auditor* não se confunde com a vedação do *venire contra factum proprium*; enquanto o primeiro objetiva reprimir a malícia e a má-fé, o segundo busca tutelar a confiança e as expectativas de quem confiou na estabilidade e na coerência alheias.

RESPOSTA A primeira expressão designa que ninguém pode alegar a própria torpeza, motivo pelo qual visa à repressão de condutas eivadas de má-fé. Por outro lado, a segunda expressão designa a proibição de comportamento contraditório, em

virtude da tutela da confiança das legítimas expectativas geradas na outra parte contratante, em decorrência do princípio da boa-fé objetiva. *Certa.*

Extinção do Contrato

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Com base nas regras relativas à extinção e à resolução dos contratos, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

1281. De acordo com o STJ, contratada a venda de safra para entrega futura com preço certo, a incidência de pragas na lavoura não dará causa à resolução por onerosidade excessiva, ficando o contratante obrigado ao cumprimento da avença.

RESPOSTA Segundo entendimento do STJ, "A teoria da imprevisão, via de regra, é inaplicável a contrato de venda antecipada de safra agrícola, porquanto ao contratarem as partes assumem riscos conhecidos e inerentes ao negócio jurídico, tais como a oscilação do preço de mercado do produto e a queda da produtividade, tendo sido tais elementos considerados no momento da fixação do preço da avença" (REsp 887.716/MG). *Certa.*

1282. Se determinado empregado de um condomínio de edifícios causar dano a uma unidade habitacional, será lícito ao condômino proprietário da unidade danificada, conforme entendimento do STJ, deixar de pagar cotas condominiais na hipótese de o condomínio não cumprir a obrigação de reparar os danos, visto que, nesse caso, terá ocorrido exceção de contrato não cumprido.

RESPOSTA No tocante ao tema, a jurisprudência do STJ é no sentido de que "não ostentando a Convenção de Condomínio natureza puramente contratual, inadmissível é ao condômino invocar a exceção de contrato não cumprido para escusar-se ao pagamento das cotas condominiais" (REsp 195.450/SP). *Errada.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Com base na disciplina relativa à extinção dos contratos, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

1283. Em virtude do princípio da autonomia de vontade, admite-se que seja inserida, no contrato de compra e venda de bem móvel, pactuado entre particulares, a cláusula *solve et repete*.

RESPOSTA A cláusula *solve et repete* equivale à expressão "primeiro pague e depois reclame" e é utilizada como espécie de renúncia à exceção de contrato não cumprido presente no art. 476, CC. Essa cláusula é vedada nos contratos de adesão, como se observa no art. 424, CC, e art. 51, I, CDC. Como a assertiva traz um pacto entre particulares, nada impede a inserção dessa cláusula. *Certa.*

1284. Para que o juiz resolva contrato entre particulares, com base na aplicação da teoria da imprevisão, basta a parte interessada provar que o acontecimento ensejador da resolução é extraordinário, imprevisível e excessivamente oneroso para ela.

RESPOSTA De acordo com o art. 478, CC, além dos requisitos acima expostos é preciso provar o benefício exacerbado para a outra parte do contrato. *Errada.*

1285. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** O supermercado Sua Casa celebrou contrato com a empresa Suco Mais por prazo indeterminado, cujo objeto consiste no fornecimento de cem caixas de um litro de suco de uva natural por semana, ao custo de R$ 1,00 cada caixa. Ficou acertado que o pagamento ocorrerá a cada dois meses. Com base na situação hipotética acima, assinale a opção correta.

(A) Caso a empresa verifique que não tem mais condições de dar cumprimento ao contrato, poderá promover a resilição unilateral, por meio de denúncia feita ao supermercado.

(B) Se a empresa tiver feito investimentos consideráveis para a execução do contrato, o supermercado

somente poderá denunciar unilateralmente o contrato após um ano.

(C) Caso a empresa deixe de entregar o suco por mais de quatro semanas, o supermercado poderá pedir a resolução do contrato ou, se preferir, exigir-lhe o cumprimento, caso em que não caberá indenização por perdas e danos.

(D) Se a empresa efetuar a denúncia unilateral do contrato, a resilição operará efeitos *ex tunc*.

(E) Qualquer das partes poderá promover a resolução do contrato com base na teoria da imprevisão, desde que estejam configurados os requisitos autorizadores da sua aplicação ao caso concreto, que consistem em um acontecimento extraordinário, imprevisível e excessivamente oneroso para uma das partes.

RESPOSTA (A) Art. 473, CC. (B) Art. 473, parágrafo único, CC. (C) Art. 475, CC. (D) A resilição operará efeitos *ex nunc*, resguardando os direitos e as obrigações assumidas, salvo se as partes estipularem o contrário. (E) De acordo com o art. 478, CC, além dos requisitos acima expostos é preciso provar o benefício exacerbado para a outra parte do contrato. *Alternativa A.*

Contratos em Espécie e Atos Unilaterais

1286. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) Ricardo, casado com Carla, pretende proceder à doação pura e simples de bem imóvel de sua propriedade a seu único filho, Rafael, de quatorze anos de idade. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A doação só será válida sem a outorga uxória se o regime de casamento for o da separação de bens.

(B) Mesmo que Ricardo não demonstre os motivos da revogação, a doação poderá ser revogada antes de Rafael completar dezoito anos de idade.

(C) Se Rafael já tiver filhos quando falecer, o bem não poderá retornar ao patrimônio de Ricardo.

(D) O nascimento de outro filho do casal não tornará a doação ineficaz.

(E) Aplica-se ao caso a aceitação tácita do donatário para aperfeiçoamento da doação.

RESPOSTA (A) A disciplina jurídica trazida nessa assertiva diz respeito à compra e venda entre ascendentes e descendentes, nos termos do art. 496, parágrafo único, CC. A doação será válida, nos termos do art. 543, CC. (B) Art. 555, CC, segundo o qual a doação somente pode ser revogada por ingratidão do donatário ou por inexecução do encargo. (C) Art. 547, CC. (D) “A doação será válida até o limite que não invada a legítima dos demais descendentes” (TEPEDINO et al., *Código Civil interpretado...*, v. II, p. 225). (E) Art. 543, CC. *Alternativa D.*

1287. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta no que se refere a doação e seus efeitos.

(A) Com o advento do Código Civil de 2002, a promessa de doação que seja ato de liberalidade passou a encerrar manifestação de vontade válida e, portanto, exigível na via judicial.

(B) A doação feita pelo pai a um dos filhos, sem a anuência dos demais descendentes, configura negócio jurídico anulável.

(C) Serão válidas as doações promovidas, na constância do casamento, por cônjuges que contraírem matrimônio pelo regime da separação legal de bens em razão da idade superior à prevista na lei civil.

(D) Não configura fraude à execução, por falta do elemento subjetivo da má-fé, a doação de imóvel penhorado aos filhos menores dos executados que os reduza à insolvência, mesmo que a penhora não seja registrada.

(E) São nulas as doações feitas por homem casado à sua companheira, após a separação de fato de sua esposa.

RESPOSTA (A) O CC/2002 não trouxe previsão específica quanto ao tema, aplicando-se as regras do contrato preliminar (art.

464, CC). (B) Trata-se de adiantamento da legítima, nos termos do art. 544, CC. (C) Art. 1.647, IV, CC. (D) Súmula 375, STJ. (E) As doações feitas por homem casado à sua companheira, após a separação de fato de sua esposa, são válidas, porque, nesse momento, o concubinato anterior dá lugar à união estável (REsp 408.296/RJ). *Alternativa C.*

1288. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Considerando a celebração de contrato para a garantia de eventuais prejuízos decorrentes de sinistro ocorrido com veículo, assinale a opção correta.

(A) Não é nula cláusula contratual que isente a responsabilidade da seguradora quando o veículo circula, habitualmente, em região distinta da declarada no contrato de seguro.

(B) Eventual atraso do segurado em pagar prêmio complementar implica suspensão automática do contrato de seguro.

(C) Caso o veículo seja segurado, ante declaração falsa do segurado, por valor maior do que valha à época do contrato, ocorrendo o sinistro, o pagamento do valor por parte da seguradora deverá ser reduzido.

(D) Caso o segurado preste declarações inexatas no questionário de risco, será autorizada a perda automática da indenização securitária.

(E) O fato de terceiro a quem o segurado entregue seu veículo o dirigir embriagado configura agravamento direto do risco por parte do segurado.

RESPOSTA (A) Essa cláusula é válida (STJ, REsp 988.044/ES). (B) “O simples atraso não implica suspensão ou cancelamento automático do contrato de seguro, sendo necessária, ao menos, a interpelação do segurado” (STJ, REsp 316.449/SP). (C) Declarações falsas do segurado terão o condão de invalidar o contrato de seguro e importarão na perda da cobertura securitária. (D) Não ocorrerá a perda automática da indenização securitária (REsp 1.210.205/RS). (E) Não representará agravamento do risco (REsp 1.097.758/MG). *Alternativa A*.

1289. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Considere que Renato, comerciante, tenha contratado Francisco, mecânico, para fazer a revisão dos automóveis de sua família e da sua empresa, a cada seis meses. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) As normas que regem o contrato entre Renato e Francisco são de ordem pública.

(B) Se Francisco despedir-se antes da conclusão do acordado, perderá o direito de receber a retribuição vencida.

(C) Nesse caso, é possível a transferência dos serviços prestados a outro profissional habilitado, mesmo sem anuência de Renato.

(D) Se Renato falecer antes de terminado o contrato, seus herdeiros somente poderão despedir Francisco se o indenizarem.

(E) Renato deve receber o trabalho conforme o combinado, não importando o resultado.

RESPOSTA (A) O contrato referido na questão é o de prestação de serviços, cujas normas estão previstas a partir do art. 593, CC. (B) Art. 602, parágrafo único, CC. (C) Art. 605, CC. (D) Art. 607, CC. (E) Trata-se de uma obrigação de meio, na qual o devedor deverá empregar todos os meios adequados na realização da atividade, não se vinculando ao resultado. *Alternativa E.*

1290. **(Advogado – IPAJM – 2010 – CESPE)** Marcos, maior e capaz, necessitando mudar de cidade em razão de novo emprego, celebrou contrato de compra e venda do seu apartamento com José, maior e capaz. O contrato foi celebrado com a cláusula de que o preço do imóvel seria fixado por arbítrio exclusivo de José. Nessa situação hipotética, o contrato é

(A) nulo por disposição legal expressa.

(B) anulável ante a ocorrência da lesão.

(C) anulável ante a verificação do estado de perigo.

(D) nulo por dolo de José.

(E) anulável ante erro de Marcos.

RESPOSTA Art. 489, CC. *Alternativa A.*

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) Acerca de arresto, julgue o item abaixo (Certo ou Errado).

1291. A transação não constitui meio adequado para a extinção do arresto.

RESPOSTA Nos termos do art. 820, III, CPC, a transação é um dos meios para a extinção do arresto. *Errada.*

1292. **(Advogado – BACEN – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta quanto aos contratos regulados no Código Civil.

(A) Não existe comodato, mas contrato atípico, na situação em que empresa distribuidora de derivados de petróleo ceda a outrem o uso de determinados equipamentos que serão utilizados na revenda de seus produtos.

(B) O contrato de mútuo é essencialmente gratuito, de modo que, mesmo se tratando de empréstimo de dinheiro, o silêncio das partes impedirá a cobrança de juros.

(C) Não desnatura o contrato de depósito o fato de o depositário ser contratado para transportar a coisa de um lugar a outro e tê-la consigo até que o depositante a reclame no prazo máximo estipulado.

(D) A fiança, como contrato acessório que é, admite ser feita em valor inferior, igual ou superior à obrigação principal garantida.

(E) Apesar de a doação ter na aceitação um ato indispensável a seu aperfeiçoamento, essa aceitação poderá ser até mesmo ficta, se o donatário for absolutamente incapaz e a doação for pura.

RESPOSTA (A) Art. 579, CC. (B) Art. 591, CC. (C) Caracterizar-se-á como contrato de transporte, nos termos do art. 730, CC. (D) Art. 823, CC. (E) Art. 543, CC. *Alternativa E.*

1293. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** De acordo com as regras concernentes ao seguro automotivo, assinale a opção correta.

(A) A indenização pelo sinistro não pode gerar nenhum proveito ao segurado.

(B) Se a esposa do segurado causar sinistro por culpa, o segurador pode sub-rogar-se, nos limites da indenização paga.

(C) O contrato celebrado não pode ser transferido a terceiro que venha a adquirir o veículo.

(D) O seguro de um bem poderá ser contratado por valor superior ao seu valor atual, mas isso implicará aumento no valor do prêmio.

(E) O atraso no pagamento de prestação do prêmio importa em desfazimento automático do contrato, de acordo com a jurisprudência do STJ.

RESPOSTA (A) Art. 778, CC. (B) Art. 786, § 1º, CC. (C) Art. 785, CC. (D) Art. 781, CC. (E) "O simples atraso não implica suspensão ou cancelamento automático do contrato de seguro, sendo necessário, ao menos, a interpelação do segurado" (STJ, REsp 316.449/SP). *Alternativa A.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Acerca dos atos unilaterais, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

1294. Constitui requisito da ação de repetição de indébito o fato de o pagamento ter sido realizado voluntariamente.

RESPOSTA Art. 877, CC. *Certa.*

1295. Considere que Ângela tenha locado imóvel de sua propriedade a Suzi e que esta não pague

os aluguéis há três meses. Nessa situação hipotética, considerando-se que a falta de pagamento gera o enriquecimento de Suzi e o empobrecimento de Ângela, não havendo causa jurídica que os justifique, a locadora poderá ingressar com ação *in rem verso* para se ressarcir dos prejuízos sofridos.

RESPOSTA Art. 885, CC. *Errada.*

1296. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito dos atos unilaterais.

(A) A gestão de negócio é a administração autorizada de negócios alheios, feita independentemente de obrigação legal ou convencional. O gestor responde pelos prejuízos resultantes de qualquer culpa na gestão, bem como pelo caso fortuito, quando fizer operação que cause risco ao negócio.

(B) Aquele que quitou dívida prescrita ou natural poderá exigir a restituição daquilo que pagou, ainda que não o tenha feito por erro ou involuntariamente. Nessa situação, o pagamento é indevido e gera, para aquele que o recebeu indevidamente, a obrigação de restituí-lo.

(C) A promessa de recompensa adquire sua eficácia vinculante no momento em que a vontade do promitente é tornada pública, independentemente de aceitação, caracterizando-se, assim, como uma obrigação pela manifestação unilateral do promitente.

(D) Se o ato contemplado na promessa de recompensa foi praticado por mais de uma pessoa, ainda que não tenha sido simultânea a execução, a recompensa será dividida em partes iguais entre aqueles que executaram a ação recompensável.

(E) Na gestão de negócio alheio, se o dono da coisa desaprovar a gestão por considerá-la contrária aos seus interesses, ele deverá resilir a avença e indenizar o gestor pelas despesas que efetuou, acrescidas de juros e correção monetária.

RESPOSTA (A) Art. 861 c/c art. 868, ambos do CC. (B) Art. 882, CC. (C) A promessa de recompensa é entendida pela doutrina como um ato unilateral que se aperfeiçoa não com a aceitação da outra parte, mas com a exteriorização da vontade pelo promitente. (D) Art. 857, CC. (E) Art. 874, CC. *Alternativa C.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Julgue os itens seguintes, acerca dos contratos regidos pelo Código Civil (Certo ou Errado).

1297. A retrovenda é condição resolutiva expressa do contrato, simplesmente potestativa, e consiste na vontade unilateral e imotivada do alienante de reaver o imóvel, desde que indenizado o comprador. O direito de retrato não é suscetível de cessão por ato entre vivos, mas é transmissível aos herdeiros por causa de morte do alienante, isto é, por sucessão hereditária.

RESPOSTA A retrovenda é um pacto adjeto ao contrato de compra e venda e, de acordo com a doutrina, possui natureza de condição resolutiva potestativa. Está disciplinada a partir do art. 505, CC. No que tange ao direito de retrato, nos termos do art. 507, CC, este é cessível e transmissível a herdeiros e legatários. *Errada.*

1298. Mesmo se o bem que fora doado já tiver sido transferido, a doação poderá ser revogada por ingratidão, o que poderá levar o doador a ser indenizado pelo valor equivalente ao bem. Por ser personalíssima, somente o doador pode se valer dessa revogação, ressalvada a hipótese de seu homicídio doloso ser imputável ao donatário. Entretanto, esse tipo de revogação não é possível nos seguintes casos: doação com encargo já cumprido, doação puramente remuneratória, doação feita para determinado casamento, doação que se fizer em cumprimento de obrigação natural.

RESPOSTA Art. 563 c/c art. 561 c/c art. 564, todos do CC. *Certa.*

1299. Se determinado bem locado for alienado na vigência de contrato de locação, o adquirente

não será obrigado a respeitar o contrato celebrado com o alienante, porque os efeitos de um contrato não podem atingir quem dele não participou, ainda que nesse contrato conste cláusula, devidamente registrada, de vigência no caso de alienação.

RESPOSTA Nos termos do art. 576, CC, caso conste do contrato de locação cláusula de vigência em caso de alienação, devidamente registrada, esta deverá ser respeitada pelo adquirente. *Errada.*

IV. Responsabilidade Civil

1300. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** No que se refere ao dano moral, assinale a opção correta.

(A) O inadimplemento contratual está fora do âmbito da indenização por danos morais.

(B) A gravidade do dano deve ser medida por padrão objetivo e em função da tutela do direito.

(C) De acordo com o STJ, o dano estético insere-se na categoria de dano moral e não é passível de indenização em separado.

(D) A capacidade econômica da vítima não pode ser utilizada como parâmetro para arbitramento do dano moral.

(E) De acordo com o STJ, a absolvição criminal por insuficiência de prova enseja indenização por danos morais.

RESPOSTA (A) Enunciado 411, V Jornada de Direito Civil, CJF (REsp 1.025.665/RJ). (B) A doutrina entende que o dano não pode ser aferido por padrões subjetivos e que deve ser grave a ponto de a indenização se justificar. (C) Súmula 387, STJ. (D) A capacidade econômica da vítima deve ser utilizada como parâmetro para arbitramento do dano moral, sob pena de ensejar enriquecimento sem causa (art. 884, CC). (E) Não há que se falar em indenização por danos morais nesse caso, já que a absolvição criminal por insuficiência de prova não elide o ilícito civil (REsp 1.021.668/RJ). *Alternativa B.*

1301. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Com relação à responsabilidade do empregador, assinale a opção correta.

(A) Para que seja indenizada pelo dano, é imprescindível que a vítima faça prova da relação de preposição.

(B) Para responsabilização do empregador, não basta que o dano tenha sido causado em razão do trabalho.

(C) O empregador é responsável pelos atos do preposto, ainda que a relação não tenha caráter oneroso.

(D) Em relações regidas pelo Código Civil, ainda que o empregado não tenha atuado com culpa, o empregador será objetivamente responsável pelo dano por ele causado.

(E) A aparente competência do preposto não se presta para acarretar a responsabilidade do comitente.

RESPOSTA (A) Arts. 932 e 933, ambos do CC. (B) Art. 932, III, CC. (C) Art. 933, CC. A doutrina clássica entende que a relação de preposição pode ter caráter gratuito. (D) Somente surgirá a responsabilidade objetiva para o empregador se o empregado tiver atuado com culpa. (E) Entende-se como suficiente a aparente competência do preposto para ensejar a responsabilidade do comitente. *Alternativa C.*

1302. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Considerando a responsabilidade civil pelo fato da coisa, assinale a opção correta.

(A) Dono de veículo emprestado somente será responsabilizado por fato culposo do comodatário se ficar provada a negligência ao confiar a coisa a terceiro, conforme entendimento do STJ.

(B) Após aceitação de obra de pequeno porte, não haverá responsabilidade solidária entre o dono do prédio e o empreiteiro na reparação de danos causados por sua ruína.

(C) Será responsável por reparar dano causado a veículo de terceiro, caso não seja encontrado o

motorista causador do dano, a pessoa em cujo nome o veículo envolvido no acidente estiver registrado no órgão competente.

(D) Conforme entendimento do STJ, em nenhuma hipótese deve-se responsabilizar o detentor de animal que cause dano a terceiro.

(E) Ainda que locado o imóvel, ao proprietário caberá a guarda jurídica da coisa.

RESPOSTA (A) Há responsabilidade solidária entre o proprietário e o terceiro a quem o veículo foi emprestado (REsp 233.111/SP). (B) Art. 937, CC. (C) Súmula 132, STJ. (D) Haverá responsabilidade se não provar culpa da vítima ou força maior (art. 936, CC). (E) Ensina Sérgio Cavalieri Filho que o proprietário é o guarda presumido da coisa. Porém, nos casos em que se transfere a um terceiro o poder de direção da coisa, como ocorre na locação, ao locador caberá a guarda jurídica da coisa (*Programa de direito do consumidor*, p. 229). *Alternativa B.*

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) No tocante à responsabilidade civil, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

1303. O mero afastamento de filho de 16 anos de idade da casa paterna não é suficiente para elidir a responsabilidade dos pais.

RESPOSTA Art. 932, I, c/c art. 1.630, ambos do CC. Vale lembrar que o CC, "ao empregar a expressão *sob sua autoridade*, parece ter procurado preservar a abrangência da responsabilidade, atingindo também os pais que, embora não detentores da guarda, têm os filhos sob sua autoridade parental" (TEPEDINO et al., *Código Civil interpretado...*, v. II, p. 832). *Certa.*

1304. Suponha que Antônio seja atropelado por José e sofra, em decorrência do acidente, danos materiais. Nessa situação, se comprovada culpa exclusiva de Antônio, não lhe será devida a indenização oriunda do seguro obrigatório (DPVAT).

RESPOSTA Art. 5º, *caput,* Lei n. 6.194/74. *Errada.*

1305. Sem o registro da transferência de veículo alienado, o antigo proprietário continua responsável por dano resultante de acidente que envolva o referido veículo.

RESPOSTA Súmula 132, STJ. *Errada.*

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) Em cada um dos itens que se seguem, relativos às pessoas e suas responsabilidades por danos causados a outrem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

1306. O carro de Rafael, que estava trancado e estacionado em frente a sua casa, foi furtado por Pedro. Nessa situação, se Pedro causar lesão a alguém na condução do veículo, Rafael também poderá ser responsabilizado por ter a guarda jurídica do bem.

RESPOSTA Ensina Sérgio Cavalieri Filho que "o proprietário perde o poder de direção ou de comando sobre a coisa em razão do furto ou do roubo, ficando, assim, privado de sua guarda, que passa para o ladrão" (*Programa de direito do consumidor,* p. 230). Assim, o proprietário somente responderia se tivesse agido com culpa grave ou dolo, o que não ocorreu no caso, já que o carro estava devidamente trancado (REsp 445.896/DF). *Errada.*

1307. Jorge, um menor com dezesseis anos de idade, emancipado por ato unilateral dos pais, causou dano injusto a Lúcia. Nessa situação, os pais de Jorge não estarão isentos de indenizar a vítima.

RESPOSTA O fato de Jorge ter sido emancipado não é apto, por si só, a elidir a responsabilidade dos pais pelos atos ilícitos praticados pelo filho (REsp 122.573/PR). No mesmo sentido, Enunciado 41, I Jornada de Direito Civil, CJF. *Certa.*

1308. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Fábio e João, assaltantes de alta periculosidade, fugiram de uma penitenciária estadual e assaltaram a residência de uma família,

causando-lhe danos materiais e morais. Demandado judicialmente, o Estado deixou de ser condenado, em primeiro grau, a indenizar a família vítima da violência, pois o dano não teria decorrido direta e imediatamente de ação/omissão estatal. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A teoria sobre o nexo causal que inspirou o julgador a isentar o Estado de responsabilidade civil foi a da interrupção do nexo causal.

(B) A teoria sobre o nexo causal que inspirou o julgador a isentar o Estado de responsabilidade civil foi a da equivalência das causas.

(C) Na hipótese de responsabilidade civil objetiva, como a descrita no enunciado, pouco importa se a vítima do ato danoso agiu culposamente e concorreu para a sua ocorrência, uma vez que não se exige, no caso, comprovação de culpa para a imposição do dever de indenizar.

(D) A responsabilidade civil do Estado, na hipótese, decorre da incidência do CDC sobre as relações entre o poder público e o administrado.

(E) Caso os assaltantes sejam condenados criminalmente pelos atos cometidos contra a família em questão, essa condenação fará coisa julgada no juízo cível e obrigará o Estado ao ressarcimento dos danos, devendo ser reformado, pelo tribunal de justiça, o entendimento inicial, do juízo singular, de que não haveria dever de indenizar por parte do Estado.

RESPOSTA (A), (B) e (E) A teoria sobre o nexo causal adotada é a da causa direta ou imediata, no sentido de que não há nexo causal entre a fuga da penitenciária e o assalto à residência, motivo pelo qual não haverá o dever de indenizar. (C) e (D) Trata-se de responsabilidade subjetiva do Estado. *Alternativa A.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) A respeito da responsabilidade contratual, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

1309. Em caso de acidente automotivo, a responsabilidade da transportadora ficará afastada se comprovado que os danos sofridos pelo passageiro decorreram de falha mecânica do veículo.

RESPOSTA Art. 734, CC. Atente para o fato de que a falha mecânica representa um fortuito interno, sem o condão de afastar a responsabilidade do transportador e que não se confunde com a força maior (fortuito externo). Apenas o fortuito externo faz cessar o dever de indenizar. *Errada.*

1310. Se o contrato celebrado for de obrigação de resultado, o inadimplemento se presumirá culposo.

RESPOSTA Como nas obrigações de resultado o devedor se obriga a alcançar determinado resultado, o seu inadimplemento presumir-se-á culposo, salvo se provar que um fator diverso impediu a concretização do resultado. No caso do contrato de transporte, conforme o disposto no art. 730 c/c art. 734, ambos do CC, o transportador somente se exonerará da responsabilidade se provar elidido o nexo causal por força maior. *Certa.*

1311. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Acerca da responsabilidade extracontratual do empregador por danos causados a terceiros, assinale a opção correta.

(A) A responsabilidade objetiva do empregador independe da atuação culposa do empregado.

(B) Para responsabilização do empregador, é necessário que a relação com o empregado possua caráter oneroso.

(C) A razoável aparência do cargo é insuficiente para acarretar a responsabilidade do empregador.

(D) Para responsabilização do patrão, basta que o ato tenha sido causado em razão do trabalho, mesmo que não guarde com suas atribuições mais do que simples relação incidental.

(E) Exclui-se a responsabilidade do patrão se o dano causado pelo empregado ocorrer com abuso de atribuições.

RESPOSTA (A) Arts. 932 e 933, ambos do CC. (B) Art. 933, CC. A doutrina entende que a relação de preposição pode ter caráter gratuito. (C) Entende-se como suficiente a aparente competência do preposto para ensejar a responsabilidade do empregador. (D) Art. 932, III, CC. (E) Ensina Sérgio Cavalieri Filho que "reputam-se legítimos, em face da teoria da aparência, todos os atos praticados na esfera de suas aparentes atribuições" (*Programa de direito do consumidor,* p. 218). A teoria da aparência se consubstancia na legítima confiança que terceiros depositam, por isso o patrão é responsável pela reparação do dano. *Alternativa D.*

1312. **(Advogado – BACEN – 2009 – CESPE)** A respeito da responsabilidade civil e da obrigação por atos ilícitos, assinale a opção correta.

(A) O desvio de atribuições por parte do empregado, por si só, não exonera o patrão do dever de indenizar.

(B) O inadimplemento contratual, dada a sua natureza, é incompatível com o dano moral.

(C) De acordo com a jurisprudência do STJ, a absolvição criminal por insuficiência de provas gera dano moral.

(D) Os pais não possuem legitimidade concorrente com o filho para pleitear indenização por danos morais quando este sobrevive ao sinistro.

(E) O dono de prédio locado possui responsabilidade subsidiária por coisas que dele caiam e causem dano a terceiros.

RESPOSTA (A) O patrão será responsável pela reparação do dano, salvo se o prejudicado tiver conhecimento do desvio de atribuições por parte do empregado, já que, pela teoria da aparência, tutela-se a legítima confiança da parte no sentido de acreditar que o ato praticado pertencia à esfera de atribuições do empregado. (B) Enunciado 411, V Jornada de Direito Civil, CJF (REsp 1.025.665/RJ). (C) Não há que se falar em indenização por danos morais nesse caso, já que a absolvição criminal por insuficiência de prova não elide o ilícito civil (REsp 1.021.668/RJ). (D) O STJ entende que, nesse caso, há legitimidade concorrente (REsp 122.573/PR). (E) Art. 938, CC. *Alternativa A.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) No que tange à responsabilidade civil, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

1313. Embora o CC somente tenha feito referência à boa-fé na conclusão e na execução do contrato, a doutrina entende haver lugar para a responsabilidade pré-contratual, a qual não se aplica aos chamados contratos preliminares, mas aos contatos anteriores à formalização do pacto contratual.

RESPOSTA O direito obrigacional, visto em sua perspectiva moderna, contempla a obrigação como processo, como leciona Clóvis do Couto e Silva. Nessa medida, tendo em vista que a perfectibilização do conteúdo obrigacional pode não se dar em momento único, os princípios atinentes aos contratos devem incidir em todas as etapas do pacto. Ensinam Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald que "nas negociações preliminares já há um contrato social entre os contratantes, de onde emergem deveres de conduta vazados na preservação de condutas leais e cuidados recíprocos no transcurso das tratativas" (*Curso de direito civil*, v. 4, p. 175). Por fim, admite-se também a pós-eficácia. *Certa.*

1314. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Raul, menor de 18 anos, foi emancipado por seus pais, uma vez que iria residir em outra cidade para estudar em escola técnica, na qual teria renda própria, ainda que insuficiente para todas as suas necessidades. Em momento subsequente, já legalmente emancipado, Raul lesionou uma pessoa ao conduzir sua bicicleta de forma descuidada durante uma competição esportiva na sua cidade natal. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Raul não pode responder pela reparação devida ao lesado, porque prevalece, na hipótese, a sua menoridade.

(B) Uma vez emancipado, Raul responde integralmente pela reparação, sem que seus pais sejam atingidos pela obrigação.

(C) Apesar de terem emancipado o filho, os pais de Raul respondem solidariamente com ele pela reparação, já que a emancipação foi voluntária.

(D) Conforme a disciplina do Código Civil vigente, os pais de Raul respondem pela reparação, mas, se não puderem fazê-lo integralmente, Raul também responderá de forma subsidiária.

(E) A emancipação voluntária não afasta de todo a responsabilidade dos pais de Raul, de modo que eles respondem de forma subsidiária, apenas se o filho não puder reparar todo o dano.

RESPOSTA (A) Raul poderá responder, visto que, de acordo com o art. 5º, parágrafo único, CC, ele foi emancipado e a emancipação, conforme entende a doutrina, antecipa os efeitos da maioridade. (B) Como se trata de emancipação voluntária, a jurisprudência entende pela manutenção da responsabilidade civil dos pais, com base no art. 932, I, CC. (C) A responsabilidade dos pais pelos atos praticados pelo filho que foi emancipado voluntariamente é solidária. (D) e (E) Enunciado 41, I Jornada de Direito Civil, CJF. *Alternativa C.*

V. Direito das Coisas

Posse

1315. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Pedro, viúvo, pai de Caio, Eduardo e Leonardo, faleceu, deixando a propriedade de uma fazenda no interior do Ceará. Caio reside na fazenda e seus dois irmãos, no Rio de Janeiro. Antes do início do inventário, durante uma semana em que Caio viajou, a fazenda foi invadida por cinco famílias. Caio, então, procurou um advogado para ajuizar ação possessória com a finalidade de ser reintegrado na posse da referida fazenda. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Caio somente poderá defender sua parte ideal do imóvel.

(B) Caio poderá ajuizar sozinho a ação, desde que com a anuência dos demais herdeiros.

(C) Caio poderá ajuizar sozinho a ação para a defesa da posse de todo o imóvel.

(D) Todos os irmãos deverão integrar o polo ativo, mas, antes, deverá ser dado início ao inventário.

(E) Há, no caso, litisconsórcio necessário.

RESPOSTA Art. 1.314, CC. *Alternativa C.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) João, motorista, enquanto aguardava seu chefe na porta de uma repartição pública, foi vítima de tentativa de furto do veículo que conduzia. Antes de consumar o delito, o criminoso fugiu, por circunstâncias alheias à sua vontade. Com relação a essa situação hipotética, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

1316. Em conformidade com os termos expressos do Código Civil, apenas o possuidor turbado, ou esbulhado – e não, o mero detentor –, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça imediatamente.

RESPOSTA Art. 1.210, § 1º, CC. *Certa.*

1317. João, no momento em que os fatos ocorreram, era mero detentor – e não, possuidor – do veículo que conduzia.

RESPOSTA Art. 1.198, CC. *Certa.*

Propriedade

1318. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Com relação à usucapião da propriedade imóvel, assinale a opção correta.

(A) Se um condômino ocupar área comum, como se sua fosse, e sem qualquer oposição, a duradoura inércia do condomínio, aliada ao prazo legal, poderá provocar a usucapião.

(B) Diferentemente do que ocorre com a usucapião ordinária, o prazo para a aquisição de propriedade por usucapião extraordinária é igual ao prazo para a posse simples e qualificada.

(C) O justo título que enseja a aquisição da propriedade por usucapião é aquele que foi levado a registro pelo possuidor.

(D) De acordo com a jurisprudência dominante, não é possível usucapião voluntária de bem de família.

(E) Se determinado condomínio for *pro indiviso* e a posse recair sobre a integralidade do imóvel, é possível que um dos condôminos usucape contra os demais comproprietários.

RESPOSTA (A) Não há que se falar em usucapião, uma vez que se trata de ato de mera tolerância, que não induz à posse e, por conseguinte, não configura usucapião (art. 1.208, CC). (B) Art. 1.238, *caput*, CC (posse simples) e art. 1.238, parágrafo único, CC (posse qualificada). (C) O registro é dispensável para configuração do justo título (REsp 171.204/GO). (D) O bem de família, sobrevindo mudança ou abandono, é suscetível de usucapião (REsp 174.108/SP). (E) O requisito essencial para essa possibilidade é a posse recair sobre a integralidade do imóvel. *Alternativa E.*

1319. **(Advogado – BACEN – 2009 – CESPE)** No direito brasileiro, quanto à alienação de bem imóvel de valor superior ao limite legal,

(A) o contrato de compra e venda firmado por instrumento público é condição bastante à transmissão da propriedade.

(B) o contrato de compra e venda do bem estabelece apenas obrigações, de modo que transmitirá a propriedade uma segunda convenção realizada pelas partes no cartório de registro de imóveis.

(C) o registro imobiliário é o ato que determina a transmissão da propriedade, sendo irrelevante a posterior nulidade do contrato que o antecedeu.

(D) firmado contrato válido de transmissão da propriedade, apenas o registro no cartório imobiliário será bastante à efetiva transmissão, pois o primeiro só estabelece obrigações.

(E) a transmissão da propriedade ocorre pela formação de contrato válido, sendo o registro uma condição de eficácia que opera efeitos retroativos à data em que foi firmada a avença.

RESPOSTA Art. 1.245 c/c art. 1.247, ambos do CC. *Alternativa D.*

1320. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** A respeito da aquisição de propriedade, assinale a opção correta.

(A) A propriedade das coisas móveis é transferida por negócios jurídicos antes da tradição.

(B) Ainda que a ocupação seja defesa em lei, se alguém se assenhorear de coisa sem dono, adquirir-lhe-á a propriedade.

(C) A tradição transfere a propriedade, ainda que tenha por título um negócio jurídico nulo.

(D) Se determinada pessoa possuir coisa móvel como sua por dois anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.

(E) Se determinada pessoa possuir coisa móvel como sua por cinco anos, produzirá usucapião, independentemente de título e boa-fé.

RESPOSTA (A) Art. 1.267, CC. (B) Art. 1.263, CC. (C) Art. 1.268, § 2º, CC. (D) Art. 1.260, CC. (E) Art. 1.261, CC. *Alternativa E.*

Direitos de Vizinhança

1321. (Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE) Norma alugou um apartamento no primeiro andar de um prédio e, dois dias após sua mudança, sentiu-se incomodada por ruído excessivo. Apurou o fato e descobriu que o ruído advinha de um assoalho de madeira instalado em apartamento do terceiro andar. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Norma deve procurar a locadora, para que esta proponha a ação cabível, já que detém apenas a posse do bem e esta é uma questão de vizinhança.

(B) A ação cabível deve versar sobre direito de vizinhança, sendo que a responsabilidade pelo distúrbio deve ser apurada sob o critério objetivo.

(C) Não existe, nessa hipótese, típica situação que envolva direito de vizinhança, até porque os andares do prédio não são confinantes.

(D) O barulho que incomoda Norma, na verdade, constitui um ato ilícito que desencadeia responsabilidade civil, independentemente da aplicação das regras do direito de vizinhança.

(E) A hipótese deve ser tratada sob o crivo do direito de vizinhança, contudo, apurado que quem construiu o assoalho foi o antigo proprietário do apartamento, este deve responder pelo caso.

RESPOSTA (A) Art. 1.210 c/c art. 1.277, ambos do CC. (B) Ao caso apresentado devem ser aplicadas as regras do direito de vizinhança, conforme art. 1.277, CC. (C) Aplicam-se as regras do direito de vizinhança, já que andares do prédio são considerados confinantes. (D) Não se aplicam as regras da responsabilidade civil aos conflitos de vizinhança. (E) Os direitos de vizinhança são obrigações *propter rem*, devendo ser responsabilizado quem estiver na sua posse. *Alternativa B.*

Condomínio

1322. (Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE) A respeito da disciplina jurídica do condomínio em geral e edilício, assinale a opção correta.

(A) Quando a coisa for indivisível, o condômino prefere ao estranho a adjudicação da coisa. Em caso de interesse de mais de um condômino, prefere aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

(B) É válida a cláusula de indivisão de condomínio firmada em testamento, excluindo dos beneficiários o direito de exigir a divisão.

(C) Determinado condômino não pode, isoladamente, defender a posse da coisa ou reivindicá-la de terceiro.

(D) A convenção do condomínio edilício é oponível a terceiros independentemente de registro no cartório de registro de imóveis.

(E) Em um condomínio, as obras ou reparações necessárias somente podem ser realizadas após autorização da maioria dos condôminos.

RESPOSTA (A) Art. 1.322, CC. (B) Art. 1.320, § 2º, CC. (C) Art. 1.317, CC. (D) Art. 1.333, parágrafo único, CC. (E) Art. 1.341, § 1º, CC. *Alternativa A.*

Direitos Reais em Coisa Alheia

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) No que diz respeito à servidão, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

1323. Ainda que contínua e aparente, a servidão não será presumida.

RESPOSTA Art. 1.379, CC. *Certa.*

Direitos Reais em Garantia

1324. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Em relação aos direitos reais de garantia, assinale a opção correta.

(A) O prazo para pagamento, se não constar no contrato de hipoteca, será determinado pelos usos do lugar hipotecado.

(B) Se o valor do bem dado em garantia por terceiro não satisfizer a dívida, o terceiro continuará obrigado pelo restante da dívida.

(C) O condômino que deseje dar em garantia sua parte ideal necessitará do consentimento dos demais condôminos.

(D) Sendo divisível o bem dado em garantia, esta será paulatinamente extinta pela amortização da dívida.

(E) É nulo o pacto comissório, mas, vencida a dívida, o devedor poderá dar a coisa em pagamento.

RESPOSTA (A) Art. 1.424, II, CC. (B) Art. 1.427, CC. (C) Art. 1.314, parágrafo único, CC. (D) Art. 1.421, CC. (E) Art. 1.428, parágrafo único, CC. *Alternativa E.*

1325. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência ao penhor.

(A) Pode o juiz autorizar a venda de um dos bens empenhados para obtenção de valores para pagamento do débito.

(B) O contrato de penhor não se reveste de forma solene, bastando a tradição da coisa para que o contrato se aperfeiçoe.

(C) É defeso ao credor pignoratício pretender ressarcimento do devedor pelo vício da coisa dada em garantia.

(D) Mesmo em contrato de consumo por adesão, não será considerada abusiva cláusula de alienação extrajudicial do bem.

(E) Ao contrário do que ocorre com a hipoteca, no contrato de penhor, é lícita a pactuação de cláusula comissória.

RESPOSTA (A) Art. 1.434, CC. (B) Art. 1.432, CC. (C) Art. 1.433, III, CC. (D) Art. 424, CC. (E) Art. 1.428, CC. Vale lembrar que a cláusula comissória é aquela que, se não fosse vedada, autorizaria que o credor tivesse direito à coisa dada em garantia, se houvesse inadimplemento. *Alternativa A.*

1326. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da hipoteca.

(A) A hipoteca pode ser transmitida por atos *inter vivos* ou por *causa mortis*.

(B) A divisibilidade da dívida contraída reflete na hipoteca, não havendo disposição contrária.

(C) A hipoteca poderá envolver bens futuros.

(D) A especialização da hipoteca não pode ser renovada.

(E) Não pode ser fixado o valor do bem dado em hipoteca.

RESPOSTA (A) Conforme interpretação conjunta dos arts. 1.439 e 1.482, ambos do CC, admite-se a transmissão da hipoteca por atos *inter vivos* ou *causa mortis*. (B) Art. 1.421, CC. (C) Não se admite hipoteca sobre bens futuros, já que os bens dados em garantia, sob pena de não terem eficácia, devem ser especificados, nos termos do art. 1.424, IV. No entanto, admite-se hipoteca sobre dívidas futuras, conforme art. 1.487, CC. (D) Art. 1.498, CC. (E) Art. 1.424, IV, CC. *Alternativa A.*

1327. **(Advogado – IPAJM – 2010 – CESPE)** Quanto aos efeitos dos direitos reais de garantia, assinale a opção correta.

(A) No direito brasileiro, vigora a regra de que o crédito real prefere ao pessoal, salvo se este gozar de privilégio.

(B) O credor de uma segunda hipoteca efetuada sobre determinado imóvel perderá a garantia do bem hipotecado.

(C) Ainda que não convencionado, o pagamento parcial de uma dívida importará a liberação de garantia na proporção do pagamento efetuado.

(D) Os herdeiros do devedor pignoratício poderão remir parcialmente o penhor, na proporção de seus quinhões.

(E) O credor tem o direito de penhorar o imóvel afetado ao pagamento da dívida de quem quer que o detenha.

RESPOSTA (A) Art. 961, CC. (B) Art. 1.477, CC. (C) Art. 1.421, CC. (D) Art. 1.429, CC. (E) Art. 1.422, CC. *Alternativa E.*

1328. **(Advogado – BACEN – 2009 – CESPE)** Com relação ao penhor, assinale a opção correta.

(A) A posse da coisa dada em penhor pelo credor pignoratício é condição essencial para a formação do contrato, considerando-se contrato atípico aquele em que a garantia não se seguir da posse direta.

(B) O direito de retenção do credor pignoratício pelas despesas de conservação que teve com a coisa pode ser exercido contra o devedor, mas não contra o terceiro que deu a coisa em garantia de dívida alheia.

(C) Perecendo a coisa dada em penhor, o credor poderá exigir a sua substituição por outra suficiente à garantia, sem que a obrigação principal seja atingida de algum modo por essa ocorrência.

(D) É vedada disposição contratual que autorize o credor pignoratício a tomar como sua a coisa dada em garantia, no entanto, não há óbice a que o devedor dê essa mesma coisa em pagamento da dívida após o vencimento.

(E) A indivisibilidade da garantia veda a liberação parcial dos bens antes do pagamento integral da dívida, ressalvando-se essa possibilidade quando isso for da natureza do negócio.

RESPOSTA (A) Art. 1.431, CC. (B) Art. 1.433, II, CC. (C) Art. 1.436, II, CC. (D) Art. 1.428, CC. (E) Art. 1.421, CC. *Alternativa D.*

1329. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação à hipoteca.

(A) Caso o credor hipotecário tenha receio de não receber seu débito, ante o comportamento do devedor, há previsão legal no sentido de que seja inserida cláusula contratual proibindo ao proprietário alienar o imóvel hipotecado.

(B) Se X hipotecar imóvel seu como garantia de dívida contraída com Y, e o imóvel hipotecado vier a perder valor em virtude de negligência de X na sua conservação, poderá ocorrer o vencimento antecipado da dívida.

(C) Será anulável a cláusula que permita ao credor hipotecário ficar com o imóvel dado em garantia, caso a dívida não seja paga no vencimento.

(D) Se um devedor der em garantia ao pagamento de dívida com alguém seu apartamento de dois quartos, em bairro nobre de Maceió – AL, e, em seguida, falecer, cada sucessor poderá remir parcialmente a hipoteca na proporção do seu quinhão.

(E) Ainda que não conste do título, caso o devedor pague parte da dívida, haverá correspondente exoneração da garantia hipotecária.

RESPOSTA (A) Art. 1.475, CC. (B) Art. 1.425, I, CC. (C) Art. 1.428, CC. (D) Art. 1.429, CC. (E) Art. 1.421, CC. *Alternativa B.*

VI. Direito das Famílias

1330. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Considerando as disposições legais e doutrinárias a respeito do direito de família, assinale a opção correta.

(A) Tanto o casamento nulo quanto o anulável requerem, para a sua invalidação, pronunciamento judicial em ação própria, visto que ao juiz é vedado declarar de ofício a invalidade.

(B) Os pais que tenham consentido, mediante ato escrito, casamento de filho menor de dezoito anos de idade poderão revogar a autorização, inclusive durante a celebração do casamento, desde que por ato escrito.

(C) É admitida a alteração de regime de bens entre os cônjuges, independentemente de autorização judicial.

(D) De acordo com o Código Civil, a relação concubinária mantida simultaneamente ao matrimônio gera, após o seu encerramento, direito a indenização e direitos hereditários.

(E) No denominado casamento religioso com efeitos civis, o registro tem natureza meramente probatória, não constituindo ato essencial para a atribuição dos efeitos civis.

RESPOSTA (A) Art. 1.549 c/c art. 1.560, ambos do CC. (B) Art. 1.518, CC. (C) Art. 1.639, § 1º, CC. (D) O concubinato, previsto no art. 1.727, CC, tem sua produção de efeitos restrita ao campo obrigacional (sociedade de fato), como forma de proteção ao regime monogâmico das relações familiares. (E) Art. 1.516, § 2º, CC. *Alternativa A.*

(Analista – TJ-CE – 2008 – CESPE) Considerando o atual estágio do direito de família brasileiro, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

1331. O Superior Tribunal de Justiça reconheceu recentemente a união estável entre pessoas do mesmo sexo, inclusive com repercussão em matéria sucessória.

RESPOSTA A questão, na época em que foi formulada, tinha como gabarito que a assertiva acima estava errada. No entanto, em 2011, o STF, ao julgar a ADI 4.277 e a ADPF 132, reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo. Apesar disso, ainda assim a assertiva permanece errada, já que esse reconhecimento ocorreu perante o STF, e não perante o STJ. *Errada.*

1332. As dívidas contraídas para comprar as coisas necessárias à economia doméstica obrigam solidariamente ambos os cônjuges.

RESPOSTA Art. 1.644, CC. *Certa.*

1333. É nulo o casamento contraído por quem não tem a idade mínima para se casar.

RESPOSTA De acordo com o art. 1.550, I, CC, trata-se de caso de anulabilidade. *Errada.*

Filiação, Reconhecimento dos Filhos, Adoção e Guarda

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada acerca da adoção (Certo ou Errado).

1334. Antônio e Joana, casados entre si, resolveram adotar uma criança. Durante o processo de adoção, iniciado o estágio de convivência, eles se separaram de fato e se divorciaram. Nessa situação, será ainda possível a adoção por esses interessados, desde que comprovado o vínculo de afinidade e afetividade com aquele que não é detentor da guarda acordada entre eles.

RESPOSTA Admite-se a adoção nesse caso, uma vez que, embora já divorciados, Antônio e Joana iniciaram o estágio de convivência na constância do casamento. Nessa esteira, há que se lembrar, ainda, da possibilidade de guarda compartilhada, nos termos do art. 1.584, CC. *Certa.*

1335. Um menor foi deixado na residência de um casal e ali conviveu por dois anos, até que se iniciasse o processo de adoção. Nessa situação, como o casal possui a guarda de fato do adotado, será dispensada a realização do estágio de convivência nesse processo.

RESPOSTA Conforme o disposto no art. 46, § 2º, ECA, a simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência. Essa é a regra legal, contudo vale lembrar que há entendimento no sentido de que o estágio de convivência poderá ser dispensado nesses casos, desde que tenha decorrido tempo razoável para avaliação do vínculo. *Errada.*

1336. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Com relação ao reconhecimento dos filhos, assinale a opção correta.

(A) Somente os filhos havidos na constância do matrimônio não precisam ser reconhecidos, haja vista a presunção legal de paternidade. Contudo, se os genitores viverem em união estável, pública, notória e duradoura, ainda que não reconhecida judicialmente, há de se admitir referida presunção legal da paternidade.

(B) Por ser o reconhecimento de filho ato personalíssimo do declarante, o registro não pode ser levado a efeito por procurador com poderes especiais.

(C) O reconhecimento voluntário de paternidade pode ser feito em qualquer das espécies de testamento. Já com o codicilo, o reconhecimento da paternidade se mostra incompatível.

(D) O ato de reconhecimento de paternidade é espontâneo, solene, público, incondicional, irrevogável e indisponível, porquanto gera o estado de filiação.

(E) A genitora casada está legalmente obrigada a registrar o filho em nome do marido.

RESPOSTA (A) Não incide a presunção de paternidade na união estável. (B) É possível se fazer representar por procurador com poderes especiais. (C) O reconhecimento de filhos poderá ser feito sob qualquer forma de testamento, não havendo tal restrição em relação ao codicilo. (D) Art. 1.609 c/c art. 1.613, ambos do CC. (E) O art. 1.597, CC, apenas traz a presunção legal de que o filho da genitora casada é do seu marido, mas não obriga o registro nesses termos. *Alternativa D.*

Poder Familiar

1337. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Quanto ao poder familiar, assinale a opção correta.

(A) A separação judicial, segundo o regime do Código Civil vigente, não altera a relação entre pais e filhos.

(B) O filho não reconhecido pelo pai fica em poder da mãe e, na falta desta, o encargo da guarda compete aos avós maternos.

(C) O poder familiar compete aos pais, sem que haja prevalência de qualquer um deles, salvo no caso de união estável, situação em que prevalece a vontade materna.

(D) Somente a falta ou o impedimento de um dos pais é capaz de alterar a sua relação com o filho, hipótese em que compete ao outro progenitor o exercício exclusivo do poder familiar.

(E) Havendo discordância entre os pais quanto ao exercício do poder familiar que a ambos compete, cabe ao juiz solucionar o desacordo.

RESPOSTA (A) Art. 1.632, CC. (B) Art. 1.633, CC. (C) Art. 1.631, CC. (D) Art. 1.631 c/c art. 1.632, ambos do CC. (E) Art. 1.631, parágrafo único, CC. *Alternativa E.*

Direito Patrimonial de Família: do Regime de Bens entre os Cônjuges

1338. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Um casal realizou pacto antenupcial sobre

regime de bens. Mais tarde, esse pacto foi declarado nulo por defeito de forma. Nesse caso,

(A) vigorará o regime obrigatório de separação de bens.
(B) vigorará o regime da comunhão parcial de bens.
(C) os noivos deverão realizar novo pacto antenupcial.
(D) vigorará o regime da comunhão universal de bens.
(E) o casamento também será nulo.

RESPOSTA Art. 1.640, CC. *Alternativa B.*

Alimentos

1339. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Quanto aos alimentos devidos em razão das relações familiares, assinale a opção correta.

(A) Uma pessoa, maior e capaz, que seja credora de alimentos, pode ceder a outrem este direito apenas se a cessão se der em razão da existência de obrigação da mesma natureza, como seria o caso de o credor ser devedor de pensão alimentícia para um filho seu.
(B) São irrenunciáveis os alimentos devidos ao incapaz, o que, entre outras consequências, impede que seu representante dispense, mesmo ocasionalmente, o recebimento da pensão, sob pena de nulidade do ato de dispensa.
(C) Por se tratar de prestação de trato sucessivo, é necessário que a pensão alimentícia seja fixada em percentual do salário do devedor ou em percentual sobre o salário mínimo, vedando-se modo diverso, ainda que acrescido de previsão de reajuste por índice oficial.
(D) Contrariando o caráter personalíssimo da obrigação alimentar, a lei civil autoriza que o credor de alimentos os cobre dos herdeiros do devedor, hipótese em que estes respondem pelo encargo no limite das forças da herança.
(E) Os alimentos são imprescritíveis, por se tratar de obrigação que atende a necessidade do momento, de modo que, uma vez fixados, é possível cobrá-los a qualquer tempo, independentemente do prazo comum.

RESPOSTA (A) Art. 1.707, CC. (B) Art. 23, Lei n. 5.478/68. (C) Podem ser utilizados outros critérios de indexação, por exemplo o IGP-M. (D) Art. 1.700, CC. (E) Há a prescrição da pretensão executória no prazo de dois anos, conforme o disposto no art. 206, § 2º, CC. *Alternativa D.*

Bem de Família

1340. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** No que se refere ao enfrentamento jurisprudencial do bem de família, assinale a opção correta.

(A) A vaga de garagem com matrícula própria no registro de imóveis constitui bem de família para efeito de penhora.
(B) O terreno não edificado não caracteriza bem de família, pois não serve à moradia familiar.
(C) É inconstitucional a penhora de bem de família do fiador em contrato de locação.
(D) Não faz jus aos benefícios da lei que regulamenta o bem de família o devedor que não resida no único imóvel que lhe pertença, só utilizando o valor obtido com a locação desse bem para complementar a renda familiar.
(E) A execução de dívida oriunda de pensão alimentícia não pode ensejar a penhorabilidade do bem de família.

RESPOSTA (A) Súmula 449, STJ. (B) Nesse sentido, STJ: REsp 1.087.727/GO. (C) O STJ, na linha do decidido pelo STF, tem entendimento firmado no sentido da legitimidade da penhora sobre bem de família pertencente a fiador de contrato de locação

(AgRg no AREsp 160.852/SP). (D) A impenhorabilidade prevista na Lei n. 8.009/90 se estende ao único imóvel do devedor, ainda que este se ache locado a terceiros, por gerar frutos que possibilitam à família constituir moradia em outro bem alugado ou utilizar o valor obtido com a locação desse bem como complemento da renda familiar (REsp 714.515/SP). (E) Art. 3º, III, Lei n. 8.009/90. *Alternativa B.*

1341. **(Advogado – BACEN – 2009 – CESPE)** Laura e Ricardo são casados sob regime de comunhão parcial de bens e possuem dois imóveis: um em São Paulo e um em Campinas. O casal passa a maior parte do tempo no imóvel de São Paulo, utilizando o de Campinas quando viaja a trabalho e no período de férias. Com base nessa situação hipotética e na disciplina do bem de família, assinale a opção incorreta.

(A) Se o casal tiver instituído um dos imóveis como bem de família, o efeito será não só a impenhorabilidade como também a restrição de sua comerciabilidade.
(B) Se o casal não tiver instituído um dos imóveis como bem de família, em um possível processo de execução movido contra eles, a penhora recairá sobre o de maior valor.
(C) Para que seja promovida a instituição de um dos imóveis como bem de família, é dispensável a outorga conjugal.
(D) Caso tenha sido instituído como bem de família um dos dois imóveis, a morte de um dos cônjuges acarretará a extinção desse bem, se o casal não tiver filhos menores.
(E) Para que o casal institua um dos bens como de família, não será necessária a comprovação de solvência de ambos os cônjuges.

RESPOSTA (A) Art. 1º, Lei n. 8.009/90. (B) Art. 5º, parágrafo único, Lei n. 8.009/90. (C) Art. 1.711, parágrafo único, CC. (D) Art. 1.722, CC. (E) Art. 1.714, CC. *Alternativa D.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Regina e Jorge são casados pelo regime da comunhão parcial de bens e possuem dois imóveis, um apartamento de dois quartos, no centro do Rio de Janeiro, no valor de R$ 200 mil, e uma casa de um quarto, na Barra da Tijuca, no valor de R$ 220 mil, onde residem alternadamente. Com base na situação hipotética apresentada, julgue os próximos itens, a respeito do bem de família (Certo ou Errado).

1342. Se Regina e Jorge não quiserem que qualquer dos imóveis seja considerado bem de família em possível processo de execução movido em face deles, eles deverão eleger um dos bens, mediante escritura pública registrada no cartório competente.

RESPOSTA Nos termos do art. 1.711, CC, tal hipótese não seria possível, uma vez que o valor de qualquer dos imóveis isoladamente considerados, por si só, já ultrapassaria um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição do bem de família. *Errada.*

1343. Caso um dos imóveis residenciais do casal estivesse situado em área rural, tal fato não seria óbice para sua instituição como bem de família.

RESPOSTA Art. 1.712, CC. *Certa.*

União Estável e Concubinato

1344. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Considere que Carlos e Regina convivam em união estável e decidam celebrar contrato de convivência. Nessa situação,

(A) o contrato somente produzirá efeitos patrimoniais.
(B) o contrato pode ser celebrado por meio de escritura particular, desde que atestado por duas testemunhas e levado a registro.

(C) se o casal já tiver filhos, o contrato não produzirá efeitos.
(D) celebrado o contrato, este não poderá ser modificado antes de cinco anos.
(E) o regime de bens escolhido no contrato terá efeitos retroativos.

RESPOSTA (A) O pacto antenupcial (ou contrato de convivência, no caso da união estável) é um negócio jurídico por meio do qual os nubentes exprimem como será a gestão patrimonial da economia familiar, afastando o regime legal de bens. Portanto, produz apenas efeitos patrimoniais. (B) Art. 1.653, CC. (C) Não existe tal restrição. (D) Não existe essa vedação. (E) O contrato de convivência possui caráter acessório e produz efeitos *ex nunc*. *Alternativa A.*

(Analista – TJ-CE – 2008 – CESPE) Com relação à união estável, julgue o item seguinte (Certo ou Errado) [adaptada].

1345. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é juridicamente possível o pedido de reconhecimento de união estável entre homossexuais.

RESPOSTA Na linha da jurisprudência predominante no STJ, não é juridicamente impossível o pedido de reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo (AgRg no REsp 805.582/MG). Vale lembrar que, em 2011, o STF, ao julgar a ADI 4.277 e a ADPF 132, reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo. *Certa.*

Tutela e Curatela

1346. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** A respeito da curatela, assinale a opção correta.

(A) Ao contrário do que ocorre no caso da notória redução da inteligência, não deve ser nomeado curador para as pessoas com pouca instrução escolar.
(B) Cabe nomeação de curador ao portador de deficiência física, independentemente da natureza da deficiência.
(C) Ainda que a pessoa portadora de lesões de nervos cerebrais possa comunicar-se com sinais convencionados, deve ser nomeado curador para ela.
(D) Deve-se nomear um curador para o usuário eventual de substância entorpecente, ainda que a incapacidade seja transitória, pois o ordenamento pátrio não reconhece os intervalos lúcidos.
(E) Com vistas a proteger a família do pródigo, deve ser nomeado um curador para ele, fato que, no entanto, não o priva de administrar o seu patrimônio.

RESPOSTA (A) Art. 1.767, CC. (B) Art. 1.780, CC. (C) Art. 1.767, CC. (D) Art. 1.767, III, CC. (E) Art. 1.782, CC. *Alternativa B.*

VII. Direito das Sucessões

Sucessão Legítima

1347. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência ao direito sucessório dos cônjuges e companheiros.

(A) O companheiro não concorre com os parentes colaterais do falecido.
(B) Havendo filhos exclusivos do(a) falecido(a), o(a) companheiro(a) herdará uma quota equivalente à que lhes for atribuída.
(C) O direito hereditário do companheiro restringe-se aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável.
(D) No regime de separação obrigatória, o cônjuge sobrevivo herda porque não tem direito à meação.
(E) O cônjuge sobrevivo tem direito real de habitação e de usufruto.

RESPOSTA (A) Art. 1.790, III, CC. (B) Art. 1.790, II, CC. (C) Art. 1.790, *caput,* CC. (D) Art. 1.829, I e III, CC. (E) Art. 1.831, CC.

Alternativa C.

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca das sucessões, julgue o seguinte item (Certo ou Errado).

1348. Se a irmã mais velha de uma família de três irmãos falecer e, após sua morte, for verificado que ela era solteira e que não deixou descendentes ou ascendentes vivos, a herança caberá a seus irmãos. Contudo, se estes forem pré-mortos, a herança caberá aos sobrinhos, se houver, e, se um destes também tiver falecido antes da tia, aos sobrinhos-netos em concorrência com seus tios, com base no direito de representação.

RESPOSTA Art. 1.853, CC. Não há que se falar em direito de representação em favor de filhos de sobrinhos, motivo pelo qual estão excluídos os sobrinhos-netos. *Errada.*

1349. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** João era casado com Maria e teve com ela três filhos. O filho mais velho faleceu e deixou dois descendentes. Abalado pelo fato, João sucumbiu ao saber da notícia, após mal súbito. Durante o sepultamento, a família teve outra notícia trágica: o filho mais novo do casal, no caminho para a cerimônia, morreu em um acidente de trânsito, deixando descendentes. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

(A) Os descendentes do filho mais velho de João herdam por direito de representação, fazendo jus a cota igual à que caberia ao seu único tio vivo.

(B) Caso João e seu filho mais novo tivessem falecido no mesmo instante, a comoriência não afastaria o direito de representação dos descendentes deste último.

(C) O direito de representação dos netos de João, entre outros efeitos, acarreta o desaparecimento da concorrência com o cônjuge sobrevivo.

(D) De igual modo que seus primos, filhos do tio mais velho, os descendentes do filho mais novo de João herdam por direito de representação.

(E) Não se daria a sucessão por direito de representação na hipótese de o filho mais velho ter-se tornado indigno, até porque não se representa pessoa viva.

RESPOSTA (A) Art. 1.829, I, c/c art. 1.852, ambos do CC. Não se pode olvidar que Maria não faleceu e, nos termos do art. 1.829, CC, também concorrerá dentro da ordem de vocação hereditária. (B) Art. 1.852, CC. (C) Art. 1.854, CC. (D) Os herdeiros do filho mais velho de João não herdam por representação, uma vez que João faleceu posteriormente, ocasião em que seu filho mais velho, por já ser falecido, não mais o sucedia. (E) Conforme o disposto no art. 1.851, CC, o erro da assertiva está em considerar que não se representa pessoa viva. *Alternativa B.*

(Analista – TJ-CE – 2008 – CESPE) Quanto ao direito sucessório, julgue o próximo item (Certo ou Errado) [adaptada].

1350. Considere a seguinte situação hipotética. Carlos morreu e deixou dois filhos vivos, João e Pedro, e dois netos, José e Moisés, descendentes de um terceiro filho, Tiago, pré-morto. Nessa situação, a herança deverá ser dividida em partes iguais para João, Pedro, José e Moisés.

RESPOSTA No caso em questão, a herança será dividida em três partes iguais: uma para João; outra para Pedro; e a terceira será dividida entre José e Moisés (art. 1.854, CC). *Errada.*

VIII. Direito Registral

1351. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Acerca dos registros públicos, assinale a opção correta.

(A) Ainda que o registro seja efetuado mediante sentença expropriatória, não se dispensa o requisito da individuação do bem.
(B) Não deve ser efetuada matrícula se a sentença declaratória de usucapião tiver sido proferida em processo no qual não tenha sido possível nomear os confrontantes do imóvel.
(C) Constando erro de escritura pública registrada, o juiz poderá corrigi-lo mediante retificação do registro imobiliário.
(D) Para registrar o título, o oficial do registro de imóveis, durante a fase do exame formal, deve, primeiramente, verificar a presença dos elementos extrínsecos e intrínsecos da escritura.
(E) A cessão de direitos reais hereditários somente terá eficácia após registro no cartório competente.

RESPOSTA (A) É necessário o cumprimento do requisito da individuação do bem (art. 176, § 1º, Lei n. 6.015/73). (B) Art. 1.241, parágrafo único, CC. (C) Art. 110, Lei n. 6.015/73. (D) Art. 156, Lei n. 6.015/73. (E) O erro está na expressão “eficácia”, que é questão afeta à validade. *Alternativa A.*

IX. Código de Defesa do Consumidor

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Ricardo adquiriu um carro há cerca de um mês e, nesse período, por três vezes, não conseguiu trancar a porta do veículo. Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

1352. Ricardo, ainda que deseje a substituição imediata do produto comprado, deverá, antes disso, conceder prazo para o fornecedor sanar o defeito.

RESPOSTA Art. 18, § 1º, CDC. *Certa.*

1353. O fato de o carro ter sido vendido com defeito assegura a Ricardo direito à indenização por perdas e danos.

RESPOSTA Pela ocorrência de vício de qualidade, o CDC assegura ao consumidor as possibilidades previstas no seu art. 18. *Errada.*

1354. O fabricante e o comerciante responderão solidariamente pelo defeito do veículo.

RESPOSTA Art. 18, *caput,* CDC. *Certa.*

X. Direito Empresarial

1355. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação à disciplina jurídica da reorganização estrutural societária.

(A) Em caso de transformação societária, a sociedade primitiva não é dissolvida.
(B) Não pode haver cisão sem extinção da sociedade cindida.
(C) Na fusão, deve haver ato constitutivo de nova sociedade, a qual deve adotar o tipo de uma das fusionadas.
(D) Na incorporação, a sociedade incorporada somente deixa de existir depois de extintas as obrigações vencidas.
(E) Não pode o credor lesado pleitear anulação dos negócios reorganizativos, já que possui mecanismos legais próprios para satisfazer seu crédito.

RESPOSTA (A) Art. 1.113, CC. (B) Art. 229, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 1.121, CC. (D) Art. 1.118, CC. (E) Art. 1.122, CC. *Alternativa A.*

1356. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Antes mesmo de celebrar e inscrever contrato que dispusesse acerca de sua sociedade, José, Bruno e Olavo resolveram unir seus esforços, incluindo disposição de bens e serviços, para exercerem juntos uma atividade econômica definida como objeto social e dividir entre si os lucros daí resultantes. Assinale a opção correta, tendo como referência essa situação hipotética.

(A) Por ato de gestão praticado por José, sem o conhecimento dos demais sócios, sempre responderão os bens sociais, até que o contrato social seja regularmente inscrito.

(B) Se, no acerto realizado entre os sócios, José for designado como o administrador da sociedade, cabendo aos demais atuar sob sua direção, estará configurada sociedade em conta de participação.

(C) Enquanto perdurar a ausência de inscrição de seus atos constitutivos, todos os sócios respondem de forma solidária e ilimitada pelas obrigações sociais, não podendo suscitar o chamado benefício de ordem em relação aos bens sociais.

(D) A sociedade descrita só poderá ser considerada empresária após a inscrição de seu ato constitutivo no registro público de empresas mercantis.

(E) Terceiros que venham a demandar contra interesses da referida sociedade podem provar a sua existência por qualquer meio admitido em direito, indiferentemente da existência ou inexistência de atos constitutivos não inscritos.

RESPOSTA (A) Art. 990, CC. (B) Art. 991, CC. (C) Art. 990, CC. (D) Art. 982, CC. (E) Art. 987, CC. *Alternativa C.*

XI. Temas Mistos

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) No que se refere aos contratos, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

1357. É inválido o contrato celebrado entre duas pessoas capazes e aptas a criar direitos e obrigações quando o objeto desse contrato for a prestação de um fato por terceiro.

RESPOSTA É possível a promessa de fato de terceiro, conforme o disposto no art. 439, CC. *Errada.*

1358. De acordo com o STJ, no contrato de compra e venda, será ilegal e abusiva cláusula de distrato que estipule a retenção integral das parcelas pagas pelo promitente comprador.

RESPOSTA Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 434.945/MG. *Certa.*

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos às obrigações (Certo ou Errado).

1359. Nas obrigações alternativas, quando a escolha couber ao credor e recair sobre prestação inexigível por culpa do devedor, o credor terá direito de exigir a prestação subsistente ou optar pelo recebimento do valor da inexigível acrescentado de perdas e danos.

RESPOSTA Art. 255, CC. *Certa.*

1360. Para o STJ, a novação, modalidade de extinção de obrigação, não impede a revisão dos negócios jurídicos antecedentes, em face da relativização do princípio do *pacta sunt servanda* no direito brasileiro.

RESPOSTA Os contratos são passíveis de revisão judicial, ainda que tenham sido objeto de novação (STJ, AgRg no REsp 1.296.812/PR). *Certa.*

1361. (Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE) Suponha que uma pessoa tenha falecido e deixado testamento válido no qual tenha disposto a propriedade da casa onde residia a sua caseira, ficando o restante dos seus bens aos herdeiros necessários. Nessa situação,

(A) tendo sido a casa alienada a terceiros, considera-se revigorado o legado se for obtida a anulação do negócio por ocorrência de simulação.

(B) ao contrário do que ocorre com os herdeiros necessários, a caseira somente adquirirá a propriedade após o encerramento da partilha.

(C) a posse direta do imóvel será conferida à caseira por consentimento dos demais herdeiros, não lhe sendo lícito obtê-la por sua própria autoridade.

(D) o imóvel, por ser bem individualizado e em razão de os legatários não concorrerem para o resgate de débitos, deverá ser entregue à caseira desde logo.

(E) se for verificado que, após o testamento, a casa foi demolida e reconstruída com algumas transformações, estará configurada a caducidade do legado.

RESPOSTA (A) Art. 1.939, II, CC. (B) Art. 1.923, CC. (C) e (D) Art. 1.923, § 1º, CC. (E) Art. 1.939, I, CC. *Alternativa C.*

1362. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) A respeito das obrigações e dos contratos, assinale a opção correta.

(A) Ainda que o contrato seja oneroso, a intensidade da culpa do devedor que se negou à prestação será considerada para fins de apuração do *quantum* de sua responsabilidade contratual.

(B) Havendo boa-fé, a faculdade do credor para a resolução contratual pode ser limitada se o devedor tiver cumprido substancial parcela do contrato.

(C) Ao adotar de forma limitada o princípio da autonomia de vontade, a legislação brasileira não admite a inserção da cláusula *solve et repete* nos contratos.

(D) Caso o credor constate defeitos na qualidade da coisa entregue pelo devedor, poderá resolver o contrato por estar configurado inadimplemento relativo.

(E) Em contratos locatícios de imóvel residencial, a purgação da mora pelo locatário, depois de ajuizada ação de despejo, poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que o pagamento seja integral.

RESPOSTA (A) Art. 927, CC. (B) Trata-se da teoria do adimplemento substancial, segundo a qual se impede a resolução do contrato pelo credor em face do inadimplemento mínimo do devedor (Enunciado 361, IV Jornada de Direito Civil, CJF). (C) Admite-se a inserção da cláusula *solve et repete* nos contratos, caso em que não será possível à parte se valer da *exceptio non adimpleti contractus* prevista no art. 476, CC. (D) Nos termos do art. 441, CC, trata-se de vício redibitório, e não de inadimplemento relativo. (E) Art. 62, II, Lei n. 8.245/91. *Alternativa B.*

1363. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) No que se refere aos direitos reais, assinale a opção correta.

(A) No caso de o beneficiário não usar o imóvel por prazo superior a um ano, restará configurada causa legal de extinção do direito de habitação.

(B) O superficiário deverá efetuar ao proprietário do solo pagamento pela transferência do direito de superfície a terceiros, salvo estipulação contratual em contrário.

(C) O direito real de servidão de trânsito exige que reste configurado o encravamento do imóvel dominante.

(D) A morte do usufrutuário casado é causa de transmissão do usufruto ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de casamento.

(E) O fato de o adimplemento contratual afigurar-se economicamente insuportável para o promitente

comprador lhe confere o direito de obter a resilição do compromisso de compra e venda.

RESPOSTA (A) Art. 1.416 c/c art. 1.410, VIII, CC; e Enunciado 252, III Jornada de Direito Civil, CJF. (B) Art. 1.372, parágrafo único, CC. (C) O direito real de servidão de trânsito, ao contrário do direito de vizinhança à passagem forçada, prescinde do encravamento do imóvel dominante. (D) Art. 1.410, I, CC. (E) Nesse sentido, REsp 838.516/RS. *Alternativa E.*

1364. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Acerca do direito das sucessões, assinale a opção correta.

(A) Testamento feito por deficiente mental se valida com a superveniência da capacidade.

(B) É vedada a retratação da renúncia à herança, ainda que essa retratação não prejudique os credores.

(C) Lei nova, se mais benéfica aos herdeiros, pode disciplinar sucessão aberta na vigência de lei anterior.

(D) Falecido o herdeiro testamentário antes da morte do testador, seus descendentes, se houver, o sucederão.

(E) Estando mortos todos os filhos do *de cujus*, os netos sucederão no direito à herança, de acordo com as quotas destinadas aos seus respectivos pais.

RESPOSTA (A) Art. 1.861, CC. (B) Art. 1.812, CC. (C) A lei nova não poderá disciplinar a sucessão aberta na vigência da lei anterior, pois seguirá a lei do tempo em que foi aberta a sucessão. (D) Art. 1.939, V, CC. (E) Art. 1.836, CC. *Alternativa B.*

1365. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** A respeito de negócio jurídico, dívida de alimentos e dívida prescrita, assinale a opção correta de acordo com o que dispõem o Código Civil e a jurisprudência do STJ.

(A) É incontroverso que o juiz possa, de ofício, decretar a prisão civil do devedor de alimentos, visto que ao magistrado cabe zelar pelo adimplemento das prestações alimentares.

(B) O pagamento parcial de uma dívida prescrita a torna exigível pelo credor quanto ao débito remanescente.

(C) A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, seja anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.

(D) É válido, porém ineficaz, o negócio jurídico praticado por ex-mandatário com terceiro de boa-fé que desconheça a extinção do mandato.

(E) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução, mas não as que vencerem no curso do processo.

RESPOSTA (A) A prisão civil não deve ser decretada de ofício (STJ, HC 128.229/SP). (B) Art. 882, CC. (C) Súmula 308, STJ. (D) Art. 689, CC. (E) Súmula 309, STJ. *Alternativa C.*

1366. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** João comprou de Carlos uma joia e pagou por ela dez mil reais, sem que fosse lavrado documento entre os dois. De posse da joia, João foi, de táxi, até um restaurante, tendo o motorista, ao final do trajeto, emitido recibo de pagamento do serviço no valor de vinte reais. No restaurante, João encontrou-se com Maria, a quem presenteou com a joia. Maria recebeu o presente e saiu do local, sem sequer agradecer o agrado. Muito triste, João voltou para casa e reuniu a família, na presença de dois amigos, para dizer que pretendia viajar por um ano e, caso algo lhe acontecesse, seus bens deveriam ser distribuídos entre seus sobrinhos. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A doação da joia a Maria é contrato inexistente por não ter ocorrido a devida formalização da aceitação do objeto.

(B) Ainda que o motorista não tivesse emitido o recibo pelo serviço prestado a João, o contrato seria

válido, porém, de prova impossível, dada a inexistência de documento.

(C) A declaração de João a seus familiares, mesmo expressa e testemunhada por duas outras pessoas, não é válida, por vício de forma.

(D) O contrato firmado por João e o motorista do táxi só pode ser considerado plenamente válido porque se formalizou com o recibo emitido.

(E) A compra e venda ocorrida entre João e Carlos é inválida, porque o valor do negócio impõe a forma escrita.

RESPOSTA (A) Art. 539, CC. (B) Art. 212, CC. (C) Art. 104, III, CC. (D) Art. 107, CC. (E) Art. 108, CC. *Alternativa C.*

1367. (Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE) A respeito das pessoas naturais e das pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

(A) O Código Civil não prevê hipótese de convalescência de defeitos relativos ao ato de constituição de pessoa jurídica de direito privado.

(B) De acordo com o que dispõe o Código Civil, se a administração da pessoa jurídica vier a faltar por ato voluntário ou involuntário do administrador, o juiz deverá nomear, de ofício, administrador provisório.

(C) Para a aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica, é imprescindível a demonstração de insolvência da pessoa jurídica.

(D) O menor relativamente incapaz pode aceitar mandato, independentemente da presença de assistente.

(E) Não se admite a invalidação de negócios jurídicos praticados pela pessoa antes de sua interdição.

RESPOSTA (A) Art. 45, parágrafo único, CC. (B) Art. 49, CC. (C) Art. 50, CC. (D) Art. 666, CC. (E) Os negócios jurídicos celebrados pelo interditado antes da sentença de interdição estão sujeitos à invalidação – serão nulos ou anuláveis de acordo com o grau da incapacidade – desde que seja comprovado que o ato é contrário aos interesses do incapaz ou no caso de a outra parte ter ciência da incapacidade. *Alternativa D.*

1368. (Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE) Com base na jurisprudência do STJ e na doutrina, assinale a opção correta acerca dos institutos da posse e dos direitos reais.

(A) A confusão não extingue a hipoteca, pois a garantia pode incidir em bem próprio.

(B) Um particular que ocupar, de boa-fé, lotes localizados em terras públicas terá direito a indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis, sob pena de retenção.

(C) O penhor convencional, que só pode decorrer de ato entre vivos, exige que as partes acordem sobre o valor e as condições de pagamento.

(D) O direito real de uso é instituído pelas mesmas modalidades do usufruto e, tal como este, pode ser cedido a título gratuito.

(E) A renúncia ao usufruto não alcança o direito real de habitação, que decorre de lei e se destina a proteger o cônjuge sobrevivente, mantendo-o no imóvel destinado à residência da família.

RESPOSTA (A) Art. 1.499, I, c/c art. 381, ambos do CC. (B) A impossibilidade de se reconhecer a posse de imóvel público afasta o direito de retenção pelas benfeitorias realizadas (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 66.538/PA). (C) O penhor convencional poderá decorrer de ato *causa mortis*. (D) Não há, como no usufruto, uso legal ou uso judicial. Portanto, em consonância com o art. 1.413, CC (“no que não for contrário a sua natureza”), o direito real de uso não é instituído pelas mesmas modalidades do usufruto. (E) A renúncia ao usufruto não alcança o direito real de habitação (REsp 565.820/PR). *Alternativa E.*

1369. (Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE) Com base no disposto no Código Civil e considerando

o entendimento do STJ no que se refere às sucessões, assinale a opção correta.

(A) O prazo de decadência para impugnar a validade do testamento é de cinco anos, contado da abertura da sucessão.

(B) Caso o bem sonegado não esteja mais em poder do sonegador, por ter sido por ele alienado, o juiz deverá, em ação de sonegados, declarar nula a alienação.

(C) O direito de exigir a colação dos bens recebidos a título de doação em vida do *de cujus* é privativo dos herdeiros necessários, visto que a finalidade do instituto é resguardar a igualdade das legítimas.

(D) O ato de aceitação da herança é revogável, e o de renúncia a ela, irrevogável.

(E) A incapacidade superveniente do testador invalida o testamento.

RESPOSTA (A) Art. 1.859, CC. (B) Art. 1.995, CC. (C) Nesse sentido: REsp 167.421/SP. (D) Art. 1.812, CC. (E) Art. 1.861, CC. *Alternativa C.*

(Advogado – CORREIOS – 2011 – CESPE) No que concerne a disciplinamento jurídico dos atos ilícitos, a teoria da imprevisão, a inadimplemento das obrigações e do condomínio, a registros públicos e alienação fiduciária em garantia e a bens, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

1370. Somente os bens móveis infungíveis e alienáveis podem ser objeto de alienação fiduciária em garantia.

RESPOSTA Art. 66-B, § 3º, Lei n. 4.728/65. *Certa.*

1371. Segundo jurisprudência dominante no STJ, a demora na busca pela reparação por dano moral é fato a ser considerado para a redução do valor da indenização.

RESPOSTA *Errada.*

1372. É possível ao condomínio estipular, em sua respectiva convenção, juros moratórios acima de 1% ao mês na hipótese de inadimplência das taxas condominiais.

RESPOSTA Art. 1.336, § 1º, CC. *Certa.*

1373. Havendo duplicidade de registro de um mesmo imóvel, terá preferência o registro anterior ou mais antigo; a anterioridade ou antiguidade será determinada pelo número de ordem do título.

RESPOSTA Segundo o STJ, o proprietário de registro mais antigo de imóvel tem preferência em caso de duplicidade (REsp 1.195.209/MG). *Certa.*

(Advogado – CORREIOS – 2011 – CESPE) Julgue os itens a seguir (Certo ou Errado), acerca de extinção das obrigações, aplicação da lei no tempo, personalidade, doação e nulidade dos negócios jurídicos, pessoas jurídicas e abuso de direito.

1374. A emancipação implica prévio alcance da maioridade civil.

RESPOSTA Conforme o disposto no art. 5º, parágrafo único, CC, a emancipação tem o condão de cessar a incapacidade, e não a menoridade. *Errada.*

1375. Há abuso de personalidade jurídica quando os atos destinados à sua representação e gestão, editados sob a aparência da legalidade da forma, exorbitam os interesses da pessoa jurídica e atingem resultados que, ao mesmo tempo em que a prejudicam, produzem, ilicitamente, benefícios ou vantagens diretas ou indiretas aos seus sócios ou administradores.

RESPOSTA Art. 50, CC. *Certa.*

1376. É lícita a cessão de crédito decorrente de obrigação de natureza personalíssima, desde que precedida de expressa anuência do devedor.

RESPOSTA Art. 286, CC. Nesse caso, a natureza da obrigação se opõe à cessão de crédito. *Errada.*

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Acerca da Lei de Introdução ao Código Civil (LICC) e da personalidade das pessoas, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

1377. De acordo com a sistemática adotada pelo Código Civil, a personalidade da pessoa natural tem início com o nascimento com vida. Por outro lado, no que tange às pessoas jurídicas de direito privado, em especial as sociedades, a personalidade tem início com a formalização de seus atos constitutivos, mediante a assinatura do contrato social pelos seus sócios ou fundadores.

RESPOSTA Art. 2º c/c art. 45, ambos do CC. *Errada.*

1378. De acordo com a LICC, a lei entra em vigor na data de sua publicação. Portanto, durante o prazo de *vacatio legis* (vacância), a lei estará plenamente em vigor.

RESPOSTA Art. 1º, LINDB. *Errada.*

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos a propriedade, obrigações e negócios jurídicos (Certo ou Errado).

1379. De acordo com o Código de Processo Civil, a consignação em pagamento pode ser judicial ou extrajudicial. Esta última hipótese, entretanto, só tem aplicação no caso de obrigação em dinheiro ou de dar coisa certa móvel.

RESPOSTA Art. 890, § 1º, CPC, c/c art. 334, CC. *Errada.*

1380. Os negócios jurídicos bilaterais são onerosos, pois ambas as partes auferem benefícios. Nesse sentido, é correto afirmar que a exceção de contrato não cumprido é aplicável a todo negócio jurídico oneroso.

RESPOSTA Nem todo negócio jurídico bilateral será oneroso. *Errada.*

1381. O crédito é um direito que pode ser cedido pelo seu titular (credor). Entretanto, a cessão de crédito, em regra, dependerá da anuência tanto do cessionário quanto do devedor.

RESPOSTA Não há necessidade de anuência do devedor, que deverá apenas ser notificado da cessão, nos termos do art. 290, CC. *Errada.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca das relações de parentesco e da união estável, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

1382. Os filhos não podem discutir a existência de união estável entre seu falecido pai e a suposta companheira dele se esse casal tiver celebrado, por escritura pública, contrato escrito de convivência, visto que o direito brasileiro prevê, expressamente, esse tipo de ajuste e atribui eficácia a esse contrato perante terceiros.

RESPOSTA Não há previsão expressa no ordenamento jurídico brasileiro. Nessa linha, o contrato de convivência é um negócio jurídico informal, que pode ser celebrado por escritura pública ou instrumento particular. *Errada.*

1383. Admitida a existência de união estável e de sua regulação por contrato escrito, é lícita a

disposição acerca do patrimônio adquirido durante uma união estável, com eficácia na futura sucessão, mas não é lícita com relação ao patrimônio anterior; para este, deve utilizar-se, se for o caso, escritura pública de doação.

RESPOSTA Art. 541 c/c art. 1.790 c/c art. 2.002, todos do CC. *Certa.*

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Acerca da dissolução do casamento e da união estável, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

1384. Ajuizada ação de separação judicial por insuportabilidade da vida em comum, ainda que o autor não faça prova do motivo alegado, o juiz poderá decretar a separação do casal.

RESPOSTA Art. 1.572, CC. Nesse sentido, REsp 783.137/SP. *Certa.*

1385. Aplica-se à união estável o regime da comunhão parcial de bens, não se exigindo dos companheiros prova do esforço comum para a aquisição dos bens.

RESPOSTA Art. 1.725, CC. *Certa.*

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) A respeito do adimplemento e inadimplemento das obrigações, bem como da extinção dos contratos, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

1386. Os contratos de execução contínua, convencionados por prazo indeterminado, são passíveis de cessação por resilição unilateral, cuja eficácia é *ex nunc* e depende de pronunciamento judicial.

RESPOSTA Art. 473, *caput,* CC. Embora a eficácia seja *ex nunc*, não depende de pronunciamento judicial. *Errada.*

1387. Em caso de rescisão do contrato de aluguel, se o locador recusar-se a receber o imóvel, poderá o locatário promover a consignação em juízo.

RESPOSTA É possível a entrega das chaves do imóvel objeto de locação em cartório judicial na hipótese em que o locador se recusa a receber o imóvel sem a realização de reforma pelo locatário, porque, além de ser um direito do locatário devolver o imóvel ao fim do prazo do contrato, a exigência do locador caracteriza condição potestativa (AgRg no Ag 1.169.227/PE). *Certa.*

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base na disciplina da comoriência e no direito das sucessões (Certo ou Errado).

1388. Pedro, solteiro e sem filhos, celebrou testamento, deixando metade dos seus bens ao seu sobrinho. Posteriormente ao testamento, Pedro, voluntariamente, registrou como seu o filho de sua empregada doméstica. Nessa hipótese, caso Pedro faleça antes do filho, não será rompido o testamento.

RESPOSTA Art. 1.973, CC. *Errada.*

1389. Marcos e Marcela, casados no regime da comunhão parcial de bens, faleceram simultaneamente, vítimas de acidente de avião. Nesse caso, eventual indenização decorrente de apólice de seguro de vida em grupo, em que ambos constem reciprocamente como beneficiários, somente será paga pela seguradora se o casal deixar descendentes.

RESPOSTA Art. 8º c/c art. 792, ambos do CC. Como no caso ambos constam reciprocamente como beneficiários, a indenização não será paga aos descendentes. *Errada.*

1390. (Advogado – CEF – 2010 – CESPE) Com relação aos atos jurídicos ilícitos, à responsabilidade civil do Estado e do particular, ao direito das obrigações e dos contratos e à responsabilidade civil por dano causado ao meio ambiente, assinale a opção correta.

(A) É indevida a transmissão do direito patrimonial de exigir a reparação do dano moral decorrente de ato ilícito já que os herdeiros não sucedem na dor, no sofrimento, na angústia e(ou) no aborrecimento suportados pelo ofendido e, além do mais, os sentimentos não constituem um bem capaz de integrar o patrimônio do *de cujus*.

(B) A embriaguez do segurado, por si só, não enseja a exclusão da responsabilidade da seguradora prevista no contrato de seguro de veículo, ficando condicionada a perda da cobertura à efetiva constatação de que o agravamento do risco foi condição determinante para a ocorrência do sinistro.

(C) Não se pode responsabilizar por dano causado ao meio ambiente o novo proprietário de área de reserva florestal legal já desbastada, pois não há nexo de causalidade entre a sua conduta e o resultado danoso.

(D) A indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa, com fins econômicos ou comerciais, depende de prova concreta do prejuízo.

(E) O artigo 940 do Código Civil, que trata da responsabilidade civil do credor por dívida já solvida ou por quantia superior à devida, é aplicável independentemente da alegação de ter agido de má-fé.

RESPOSTA (A) Art. 943, CC. (B) Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.297.187/RS. (C) A obrigação de reparação dos danos ambientais é *propter rem* (REsp 1.090.968/SP). (D) Súmula 403, STJ. (E) A jurisprudência dos tribunais superiores exige que haja má-fé na cobrança indevida. *Alternativa B.*

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) A respeito da posse e da servidão, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

1391. Se determinada família possuir servidão de passagem no terreno de João, ainda que a passagem incomode o sossego de João, este não poderá fixar horário de passagem unilateralmente.

RESPOSTA Art. 1.383, CC. *Certa.*

1392. Família que resida há mais de cinco anos em terra pública, de forma irregular, terá a posse precária dessa terra, mas poderá utilizar os interditos possessórios.

RESPOSTA Conforme precedentes do STJ, a ocupação irregular de terra pública não pode ser reconhecida como posse, mas como mera detenção, caso em que se afigura inadmissível o pleito da proteção possessória contra o órgão público (AgRg no REsp 1.200.736/DF). *Errada.*

1393. (Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE) No que concerne à disciplina jurídica da sucessão testamentária, das várias espécies de contrato e da sociedade, do direito patrimonial no direito de família, dos títulos de crédito e do negócio jurídico, assinale a opção correta tendo por base a jurisprudência do STJ.

(A) Em contrato locatício ainda em vigor, que tenha sido estipulado por prazo determinado, não é possível a exoneração da fiança prestada por sócio-fiador à sociedade afiançada, mesmo após a retirada de alguns dos sócios originais, em função dos quais se deu essa garantia, por aplicação do princípio do *pacta sunt servanda*.

(B) A responsabilidade dos avós pelo pagamento de pensão aos netos é subsidiária e complementar à dos pais, de sorte que aqueles somente respondem pelos alimentos na impossibilidade total ou parcial destes.

(C) O aval, embora seja instrumento exclusivo do direito cambiário, pode subsistir em folha anexa a este.

(D) É abusiva a promessa de compra e venda que envolva safra agrícola com fixação futura de preço. A determinação do preço em data futura representa condição potestativa, vedada pelo ordenamento jurídico civil.

(E) O testamento é um ato solene que deve submeter-se a numerosas formalidades, as quais não podem ser descuradas ou postergadas, sob pena de nulidade. Dessa forma, deve o aplicador do direito inclinar-se por não aproveitar o testamento quando nele existirem vícios formais, a despeito da essência do ato.

RESPOSTA (A) É possível a exoneração da fiança prestada à pessoa jurídica, se houver alteração na sociedade em relação à qual se ofereceu a garantia, mesmo na vigência do contrato (AgRg no REsp 1.082.678/PR). (B) Nesse sentido: STJ, REsp 576.152/ES. (C) O aval é instrumento exclusivamente de direito cambiário, não subsistindo fora do título de crédito ou, ainda, em folha anexa a este (REsp 707.979/MG). (D) Inexiste abusividade na assinatura de promessa de compra e venda envolvendo safra agrícola, com fixação futura de preço (REsp 910.537/GO). (E) O STJ entende pelo aproveitamento do testamento quando, não obstante a existência de certos vícios formais, a essência do ato se mantém íntegra (REsp 600.746/PR). *Alternativa B.*

1394. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Com relação a pessoas naturais, pessoas jurídicas, domicílio e fatos jurídicos, assinale a opção correta.

(A) O direito do indivíduo ao próprio corpo é indisponível, não sendo permitido, pois, que se pratiquem ações que afetem a integridade física do indivíduo.

(B) Os negócios jurídicos bifrontes são aqueles aos quais falta atribuição patrimonial.

(C) A teoria da ficção jurídica, definida por Rudolf Von Ihering como mentira técnica consagrada pela necessidade, configura um recurso técnico para se atribuir a uma categoria os efeitos jurídicos próprios de outra categoria.

(D) A comoriência ocorre quando duas ou mais pessoas da mesma família falecem simultaneamente e no mesmo lugar sem que seja possível precisar quem faleceu primeiro; não é possível a comoriência no caso de uma das mortes ser real e outra, presumida.

(E) A capacidade é conceito básico da ordem jurídica, o qual se estende a todos os homens, consagrado na legislação civil e nos direitos constitucionais de vida, liberdade e igualdade.

RESPOSTA (A) Art. 13, CC. (B) Negócio jurídico bifronte é aquele que, dependendo da vontade das partes, poderá ser gratuito ou oneroso. (C) Entendia Rudolf Von Ihering que a ficção jurídica seria uma espécie de mentira técnica consagrada pela necessidade. (D) Não há necessidade para a configuração da comoriência que as pessoas falecidas pertençam à mesma família (art. 8º, CC). (E) O art. 1º, CC, traz o conceito de capacidade de direito. No entanto, há também a capacidade de fato, que é a aptidão para exercer por si só os atos da vida civil (nem todas as pessoas a possuem). *Alternativa C.*

1395. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Acerca do direito das famílias, assinale a opção correta.

(A) Atualmente, somente é possível a dissolução da sociedade conjugal com o divórcio.

(B) O reconhecimento do filho havido fora do casamento pode preceder o nascimento somente na hipótese de o pai apresentar risco de morrer devido a problemas graves de saúde.

(C) Apesar do princípio da igualdade, que, entre outros aspectos, proíbe a discriminação baseada no sexo, cabe ao pai a administração dos bens dos filhos menores ou daqueles que estejam sob a sua autoridade.

(D) O bem de família, por ser o bem de residência, é isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, salvo a execução de dívidas que provierem de tributos relativos ao prédio ou de despesas de condomínio.

(E) O tutor pode se escusar da tutela, sendo que, para tanto, deve fundamentar o seu pleito. Entre as razões que justificam tal escusa, inclui-se a idade do tutor, se este tiver mais de sessenta anos de idade, ou o fato de ele ser militar em serviço.

RESPOSTA (A) Enunciado 515, V Jornada de Direito Civil, CJF. (B) Art. 1.609, parágrafo único, CC. (C) Art. 1.689, II, CC. (D) Art. 3º, Lei n. 8.009/90. (E) Art. 1.736, II e VII, CC. *Alternativa E.*

1396. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência ao direito das sucessões.

(A) O princípio do *prélèvement* encontra-se previsto na CF e inserido na LICC.
(B) O *pacta corvina*, previsto no ordenamento jurídico brasileiro, é a base do direito sucessório.
(C) A abertura da sucessão e a instauração do inventário ocorrem simultaneamente, sendo que um se refere ao direito material e o outro, ao direito processual.
(D) A sucessão legítima somente ocorrerá diante da inexistência de testamento.
(E) Somente são chamados a suceder, na sucessão testamentária, os filhos já concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, e as pessoas jurídicas.

RESPOSTA (A) Art. 10, § 1º, LINDB. O *prélèvement* objetiva o benefício do nacional em detrimento do estrangeiro. (B) Art. 426, CC. O dispositivo contempla o chamado *pacta corvina* (pacto sucessório), que é expressamente vedado, dada a imoralidade contida na possibilidade de negociar herança de pessoa viva. (C) Art. 1.796, CC. (D) Será caso de sucessão legítima também quando o testamento não contemplar todos os bens do testador. (E) Arts. 1.798 e 1.799, ambos do CC. *Alternativa A.*

1397. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Com relação ao direito das coisas, ao de família, ao das sucessões bem como à teoria da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

(A) A usucapião é modo originário de aquisição do direito de habitação.
(B) Conforme previsto no ordenamento jurídico brasileiro, tornam-se núbeis os homens de 18 anos de idade e as mulheres de 16 anos de idade.
(C) Será anulável o casamento contraído com infringência aos impedimentos dirimentes.
(D) Considerada a ordem da sucessão legítima em que estejam envolvidos apenas um neto e a mãe do falecido, o neto será afastado da ordem da vocação hereditária em benefício da mãe do *de cujus*.
(E) Para a validade e eficácia da aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica no que concerne ao abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou confusão patrimonial, é imprescindível a demonstração do estado de insolvência da pessoa jurídica.

RESPOSTA (A) A usucapião é modo de aquisição originário da propriedade e também de outros direitos reais, como a habitação. (B) Art. 1.517, CC. (C) Art. 1.548, II, CC. (D) Art. 1.829, CC. (E) Art. 50, CC; e Enunciado 281, IV Jornada de Direito Civil, CJF. *Alternativa A.*

1398. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** No que concerne a fundações, bens, obrigações, casamento, direito real e sucessório, assinale a opção correta.

(A) Pode ser criada uma fundação por meio de testamento particular mediante dotação de bens livres, determinando-se o fim a que se destina e, facultativamente, o modo de administrá-la.
(B) Deve ter domicílio necessário o preso ainda não condenado.
(C) São pertenças os pneus instalados em um automóvel.
(D) As acessões artificiais são consideradas benfeitorias realizadas no bem imóvel.
(E) As servidões não aparentes podem ser constituídas por meio da usucapião.

RESPOSTA (A) Art. 62, CC. (B) Art. 76, parágrafo único, CC. (C) Os pneus do automóvel são partes integrantes. (D) Art. 96

c/c art. 1.253, ambos do CC. (E) As servidões não aparentes são constituídas pelo registro, mas as servidões aparentes podem ser constituídas por usucapião. *Alternativa A.*

1399. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Acerca de negócios jurídicos, direitos das obrigações e separação judicial, assinale a opção incorreta.

(A) Existem direitos patrimoniais que podem ser adquiridos independentemente de ato do adquirente.
(B) A promessa de recompensa sujeita ao implemento de condição suspensiva constitui exemplo de direito futuro não deferido.
(C) Na cessão de crédito, o devedor pode opor contra o cessionário todas defesas pessoais que detinha contra o cedente à época da cessão.
(D) De acordo com o regime de participação final nos aquestos, à época da dissolução da sociedade conjugal, cabe a cada cônjuge o direito à metade dos bens adquiridos pelo casal, a título oneroso, na constância do casamento.
(E) A obrigação do alienante quanto aos vícios redibitórios da coisa qualifica-se como obrigação de meio.

RESPOSTA (A) Os direitos patrimoniais podem ser adquiridos, por exemplo, por representação. (B) O direito futuro não deferido é um direito condicional. (C) Art. 294, CC. (D) Art. 1.672, CC. (E) Trata-se de garantia, e não de obrigação de meio. *Alternativa E.*

1400. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Acerca de domicílio, residência, bens e fatos jurídicos, assinale a opção correta.

(A) O domicílio do tutelado é necessário e é do seu representante ou assistente legal.
(B) No contrato de promessa de compra e venda de bem imóvel, é licito se inserir cláusula instituidora de foro de eleição diverso daquele da situação do imóvel objeto da promessa de alienação.
(C) A coisa perdida pode ser licitamente apropriada pela primeira pessoa que a encontrar.
(D) Os bens reciprocamente considerados são classificados como públicos, privados, disponíveis e indisponíveis.
(E) Os fatos jurídicos naturais resultam da atuação humana positiva ou negativa, comissiva ou omissiva, de modo a influenciarem nas relações de direito, variando as consequências em razão da qualidade da conduta e da intensidade da vontade.

RESPOSTA (A) Art. 76, parágrafo único, CC. (B) Art. 96, CPC. (C) Art. 1.233, CC. (D) Art. 92, CC. (E) Esse é o conceito de ato jurídico. *Alternativa A.*

1401. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito do negócio jurídico, da prescrição, da decadência e da posse.

(A) Negócio jurídico é a declaração lícita da vontade humana, cujos efeitos jurídicos são gerados independentemente de serem perseguidos diretamente pelo agente, ou seja, nascem da própria lei.
(B) A simulação e a fraude constituem vícios do consentimento.
(C) O juiz não pode suprir de ofício a alegação de prescrição.
(D) A união de posses ocorre na hipótese de sucessão a título singular.
(E) Ao possuidor de má-fé não serão ressarcidas as benfeitorias necessárias.

RESPOSTA (A) Nos negócios jurídicos, os efeitos produzidos decorrem da vontade das partes. (B) São vícios sociais. (C) Art. 219, § 5º, CPC. (D) Art. 1.243, CC. (E) Art. 1.220, CC. *Alternativa D.*

1402. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** A respeito da propriedade e dos direitos reais

sobre coisa alheia, assinale a opção correta.

(A) A tradição é meio aquisitivo de direitos reais sobre coisas móveis constituídos ou transmitidos por sucessão *causa mortis*.

(B) O descobridor de coisa vaga não fica obrigado a restituí-la ao dono ou legítimo possuidor.

(C) A ocupação constitui modo de aquisição de coisa móvel ou semovente sem dono.

(D) No contrato de hipoteca, é lícita a instituição da cláusula comissória.

(E) Na vigência do contrato de penhor mercantil, os frutos produzidos pela coisa empenhada são de propriedade do credor pignoratício.

RESPOSTA (A) A tradição está restrita às transmissões de propriedade *inter vivos*. (B) Art. 1.233, CC. (C) Art. 1.263, CC. (D) Art. 1.428, CC. (E) Art. 1.435, IV, CC. *Alternativa C.*

1403. (Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE) Assinale a opção incorreta com referência às obrigações contratuais e extracontratuais.

(A) Na obrigação indivisível, subsiste a indivisibilidade ainda que a obrigação se converta em perdas e danos.

(B) No caso da solidariedade ativa, convertendo-se a prestação em perdas e danos em razão do inadimplemento desta, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.

(C) Na cessão de crédito por título oneroso, o cedente não se responsabiliza pela solvência do devedor, salvo estipulação em contrário.

(D) Purga-se a mora por parte do credor, se este oferecer-se a receber o pagamento e sujeitar-se aos efeitos da mora até a mesma data.

(E) No caso de dano causado por comportamento omissivo do agente da administração pública, a responsabilidade do Estado é subjetiva.

RESPOSTA (A) Art. 263, CC. (B) Art. 271, CC. (C) Art. 296, CC. (D) Art. 401, II, CC. (E) Ensina Sérgio Cavalieri Filho que “a responsabilidade subjetiva do Estado, por não ter sido de todo banida de nossa ordem jurídica, tem lugar nos casos de omissão genérica da Administração” (*Programa de direito do consumidor*, p. 288). *Alternativa A.*

1404. (Advogado – CEHAP – 2009 – CESPE) Julgue os itens abaixo, relativos aos fatos jurídicos e à responsabilidade civil.

I. Caso um indivíduo, a fim de arcar com os custos de cirurgia de urgência a que sua mãe, internada em UTI, vá se submeter, celebre contrato de mútuo com incidência de taxa de juros mensal muito superior à usual do mercado, o contrato será passível de ser anulado por vício de lesão.

II. Estão sujeitos à decadência os direitos potestativos e está sujeita à prescrição a responsabilidade pelo adimplemento do direito a uma prestação protegido por ação condenatória.

III. Se um indivíduo, em virtude de acidente de trânsito ocorrido em 10/6/2005, tiver sido condenado à pena privativa de liberdade, e a sentença penal tiver transitado em julgado em 1º/8/2008, a vítima do acidente poderá ajuizar ação reparatória civil por danos materiais e morais contra o citado indivíduo, pois ainda não está prescrita tal pretensão.

IV. Considerando que, em razão de um vendaval, a cerca de um aviário seja destruída, fazendo que as aves causem danos à plantação de Antônio, nessa situação, o dono das aves ficará responsabilizado a ressarcir os danos a Antônio.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.

(B) 2.

(C) 3.

(D) 4.

RESPOSTA (I) Está correta, conforme art. 157, CC. (II) Está correta, já que a prescrição está ligada a direitos subjetivos, atingindo ações condenatórias, enquanto a decadência está atrelada a direitos potestativos, atingindo ações constitutivas. (III) Está correta, conforme art. 200, CC. (IV) Está errada, já que se trata de caso fortuito ou força maior, apto a elidir a responsabilidade e o dever de indenizar. *Alternativa C.*

1405. **(Advogado – CEHAP – 2009 – CESPE)** Em relação às pessoas naturais, às pessoas jurídicas e aos bens, assinale a opção correta.

(A) Considere a seguinte situação hipotética. Sérgio, menor relativamente incapaz, foi constituído mandatário de Márcio. Por essa razão, Sérgio realizou negócio jurídico em nome de Márcio, estando desacompanhado de assistente. Nessa situação hipotética, o negócio jurídico será passível de ser anulado em face da incapacidade relativa de Sérgio.

(B) O Código Civil de 2002 perfilhou a regra já contida na sistemática constitucional brasileira de que a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público, por ato de seus agentes, causadores de danos a terceiros, é objetiva, na modalidade do risco administrativo.

(C) Somente a pessoa natural com idade acima de 18 anos completos pode exercer a atividade de empresário.

(D) No tocante à classificação dos bens, considera-se a servidão predial como bem divisível.

RESPOSTA (A) Art. 666, CC. (B) Art. 37, § 6º, CRFB. (C) Art. 5º, parágrafo único, V, CC. (D) Art. 1.386, CC. *Alternativa B.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Considerando a disciplina do direito das coisas no CC, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

1406. A passagem de uma tubulação de gás sob um terreno pertencente a outrem constitui uma servidão, porém seu caráter contínuo ou descontínuo é determinado pelo uso da estrutura, visto que somente a utilização efetiva e ininterrupta determina o caráter contínuo da servidão.

RESPOSTA A determinação do caráter contínuo ou descontínuo de uma servidão se dá pela necessidade ou não de intervenção humana para o seu exercício. *Errada.*

1407. A indivisão dos condomínios voluntários pode ser determinada por disposição do doador, do testador ou dos próprios condôminos por prazo não superior a cinco anos, o qual pode ser judicialmente desconsiderado se houver razões graves para tanto.

RESPOSTA Art. 1.320, CC. *Certa.*

1408. A presunção relativa de que pertence ao proprietário a construção ou plantação feita em seu terreno opera em seu favor no caso da utilização de materiais ou sementes alheias, embora, provada a utilização de bens alheios por tal proprietário, sejam devidos reposição patrimonial e até perdas e danos, estes condicionados à prova da má-fé do referido proprietário.

RESPOSTA Art. 1.254, CC. Trata-se de uma acessão artificial (no caso, em terreno próprio com material alheio). *Certa.*

1409. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** Acerca da disciplina jurídica da sucessão legítima e testamentária, assinale a opção correta.

(A) Podem ser nomeados legatários o concubino do testador casado, bem como o filho de ambos.

(B) Na sucessão testamentária, podem ser chamados a suceder os filhos, ainda não concebidos, de

pessoas indicadas pelo testador, desde que estas estejam vivas ao abrir-se a sucessão.

(C) A renúncia à herança pode ser tácita, tendo eficácia a partir do momento em que for exarada a declaração de vontade informal.

(D) A declaração de vacância da herança, em razão da não identificação de herdeiros, determina a incorporação da herança ao patrimônio do estado federado onde faleceu o autor da herança.

(E) No casamento, diante da ausência de descendentes ou de ascendentes, defere-se a herança ao cônjuge sobrevivente em concorrência com os colaterais.

RESPOSTA (A) Art. 1.801, III, CC. (B) Art. 1.799, I, CC. (C) Art. 1.806, CC. (D) Art. 1.822, CC. (E) Art. 1.829, CC. *Alternativa B.*

(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE) Acerca do direito de família, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

1410. É possível que seja decretado o divórcio de casal sem que haja prévia partilha de bens.

RESPOSTA Art. 1.581, CC. Vale lembrar que a EC n. 66/2010 alterou o § 6º, art. 226, CRFB, passando a prever que o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. *Certa.*

1411. A união estável, entidade familiar prevista na Carta Magna, poderá converter-se em casamento, mediante averbação de pacto antenupcial no registro civil.

RESPOSTA Art. 1.726, CC. *Errada.*

1412. Um avô, quando doa bem imóvel a um de seus netos, não precisa esclarecer que a liberalidade saiu de sua metade disponível. Um pai, porém, quando doa a um de seus filhos, necessita esclarecer a origem do bem, sob pena de o descendente ficar obrigado à colação do bem, na hipótese do superveniente falecimento do ascendente.

RESPOSTA Art. 1.846 c/c art. 2.002, ambos do CC. *Certa.*

1413. **(Procurador Natal-RN – 2008 – CESPE)** Acerca dos princípios fundamentais norteadores do Código Civil, assinale a opção correta.

(A) A regra segundo a qual os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé diz respeito à boa-fé subjetiva.

(B) O atual Código Civil, em coerência com o Código Civil anterior, manteve a prevalência da autonomia da vontade ante a preservação da função social na formação dos contratos.

(C) Um dos exemplos da operabilidade adotada como valor essencial na elaboração do Código Civil vigente é a distinção precisa dos institutos da prescrição e da decadência.

(D) No atual Código Civil, não há regra que tome em consideração a natureza social da posse ou da propriedade, tendo sido reservada à CF a referência a essa natureza de tais institutos.

RESPOSTA (A) O art. 422, CC, refere-se à boa-fé objetiva. (B) Art. 421, CC. (C) O CC/2002, em pleno abandono às concepções patrimonialista e individualista que marcaram o CC/1916, passou a tutelar a pessoa humana e a se guiar por três diretrizes: socialidade, eticidade e operabilidade, sendo esta última com foco em tornar o Código Civil eficiente na resolução de conflitos. (D) Art. 2.035, parágrafo único, CC. *Alternativa C.*

1414. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** A respeito dos direitos reais, assinale a opção correta.

(A) A servidão predial aparente pode ser constituída em prédio próprio, exigindo-se que os prédios serviente e dominante sejam contíguos, de forma a possibilitar a utilização mais cômoda do prédio

dominante.

(B) O direito ao usufruto é inalienável e intransmissível, não podendo o usufrutuário, portanto, ceder a exploração da coisa a terceiro. Quando constituído em favor de duas pessoas, com cláusula expressa de direito de acrescer, em caso de falecimento de uma delas, ocorre a desoneração da propriedade a ela correspondente que, automaticamente, retorna ao nu-proprietário.

(C) Nas dívidas garantidas por penhor, é válido que os contratantes firmem convenção acessória autorizando o credor a ficar com a coisa dada em garantia, caso a prestação não seja cumprida no vencimento.

(D) A hipoteca não pode ser constituída como meio de garantir a dívida futura ou condicionada, ainda que determinado o valor máximo do crédito a ser garantido, pois essa visa assegurar ao credor o pagamento da dívida líquida e certa.

(E) A anticrese é o direito real sobre imóvel alheio, em virtude do qual o credor obtém a posse da coisa a fim de perceber-lhe os frutos, juros e capital, e imputá-los no pagamento da dívida, sendo, porém, permitido estipular que os frutos do imóvel sejam, na sua totalidade, percebidos pelo credor à conta de juros.

RESPOSTA (A) Não há necessidade de que os prédios serviente e dominante sejam contíguos. (B) Art. 1.393, CC. (C) Art. 1.428, CC. (D) Art. 1.487, CC. (E) Art. 1.506, § 1º, CC. *Alternativa E.*

1415. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** A respeito do direito de família, assinale a opção correta.

(A) O parentesco por afinidade em linha reta ou em linha colateral permanece ainda que haja dissolução do casamento ou da união estável. O parentesco por consanguinidade ou por adoção conta-se por graus, que são as distâncias em gerações que vão de um parente a outro.

(B) Para a adoção de pessoa maior e capaz, é necessária a concordância desta, não se exigindo o consentimento dos pais biológicos ou dos representantes legais, sendo efetivada mediante escritura pública.

(C) A declaração da nulidade acarreta a invalidade do casamento a partir da data da sentença que o invalidou. No entanto, o casamento produz todos os efeitos civis perante os contraentes até o trânsito em julgado da sentença mencionada.

(D) O casamento religioso celebrado sem as formalidades da lei civil pode ser inscrito no registro civil a qualquer tempo, bastando que se faça a devida habilitação perante a autoridade competente, e os efeitos jurídicos, ainda que tardio o registro, retroagem à data da celebração do casamento religioso.

(E) O casamento e a união estável são reconhecidos como entidades formadoras da família, sendo caracterizada como união estável a sociedade de fato formada por duas pessoas de sexos diferentes, mesmo se uma ou ambas sejam casadas; nesse caso, assegura a lei aos conviventes os mesmos direitos das pessoas casadas, inclusive quanto ao regime patrimonial.

RESPOSTA (A) Arts. 1.593, 1.594 e 1.595, § 2º, CC. (B) Art. 1.619, CC. (C) A decretação da nulidade do casamento produz efeitos *ex tunc* (art. 1.563, CC). Ademais, esse casamento não produzirá os efeitos civis do matrimônio. (D) Art. 1.515, CC. (E) O erro está em considerar a possibilidade de união estável entre pessoas casadas. Ser casado constitui fato impeditivo para o reconhecimento de uma união estável (REsp 1.096.539/RS). *Alternativa D.*

1416. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** Quanto ao direito de sucessão, assinale a opção correta.

(A) O autor da herança só pode excluir de sua sucessão herdeiro colateral, por meio de testamento e

em virtude de comprovada indignidade desse herdeiro.

(B) Os herdeiros necessários, objetivando garantir o princípio da intangibilidade da legítima, têm o direito de exigir colação, só se operando a dispensa desse dever por expressa e formal manifestação do doador, que pode determinar que a doação ou ato de liberalidade recaia sobre a parcela disponível de seu patrimônio.

(C) Os bens de uma pessoa que falece e deixa avô materno e filhos do avô paterno premorto serão herdados unicamente por estes, por serem eles descendentes de parentes da mesma classe.

(D) Ocorre o direito de acrescer quando, realizada a renúncia da herança, são chamados parentes do renunciante a sucederem em todos os direitos em que ele sucederia se não houvesse renunciado à herança. Não havendo descendentes, serão chamados os herdeiros da classe seguinte, isto é, os ascendentes, o cônjuge ou companheiro sobrevivente, ou os colaterais.

(E) Na sucessão legítima, o cônjuge ocupa a condição de herdeiro necessário e, qualquer que seja o regime matrimonial de bens, concorrente com os descendentes do falecido.

RESPOSTA (A) Art. 1.850, CC. (B) Art. 2.005, CC. (C) Art. 1.836, § 2º, CC. (D) O direito de acrescer está disciplinado no art. 1.941, CC. Vale lembrar, por fim, que em relação à renúncia da herança (art. 1.811, CC) ninguém pode suceder, representando herdeiro renunciante. (E) Art. 1.829, I, CC. *Alternativa B.*

(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE) Em relação aos direitos reais, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado)

1417. Se o devedor tornar-se inadimplente com relação ao crédito da hipoteca de primeiro grau, o resgate da hipoteca pelo credor da segunda hipoteca acarreta a extinção do ônus real, ou seja, libera o imóvel onerado mediante o pagamento da quantia devida.

RESPOSTA Art. 1.478, CC. *Errada.*

1418. O direito de retenção, seja por acessões ou por benfeitorias, exige, para o seu reconhecimento, a demonstração da coexistência da posse de determinado bem imóvel e a prova da propriedade dos bens a serem indenizados.

RESPOSTA Ensina Carlos Roberto Gonçalves que são requisitos para o exercício do direito de retenção: detenção legítima de coisa que se tenha obrigação de restituir; crédito do retentor, exigível; relação de conexidade; e inexistência de exclusão convencional ou legal de seu exercício. *Errada.*

(Analista – STF – 2008 – CESPE) A respeito dos negócios jurídicos, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

1419. Quando há uma manifestação de vontade submetida a uma condição suspensiva, essa vontade só produz os seus efeitos com o implemento da condição suspensiva. Todavia, legítimos são apenas os atos que não se revelarem incompatíveis com a realização da condição suspensiva.

RESPOSTA Art. 125 c/c art. 130, ambos do CC. *Certa.*

1420. Se, no negócio jurídico, o dolo tiver sido praticado pelo representante legal de uma das partes, a responsabilidade pelas perdas e danos será solidária do representante e do representado, e o negócio será anulado independentemente de o representado ter conhecimento do dolo.

RESPOSTA Art. 149, CC. *Errada.*

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Julgue os próximos itens, que versam acerca dos contratos regidos pelo Código Civil (Certo ou Errado).

1421. Feita a proposta entre presentes, a aceitação deve dar-se dentro do prazo estabelecido e, não havendo prazo, deve ser imediata, visto que, do contrário, a proposta deixa de ser obrigatória. Nesse sentido, a aceitação por parte do destinatário da proposta formaliza o contrato, uma vez que se atinge a convergência de vontades, elemento essencial aos contratos.

RESPOSTA Art. 428, I, CC. *Certa.*

1422. Poderá ser objeto de alienação direito sucessório, ainda que esteja vivo o autor da herança, desde que a alienação se faça por escritura pública e sob condição, isto é, com cláusula que subordine os efeitos do negócio jurídico ao evento morte do titular do direito alienado.

RESPOSTA Art. 426, CC. *Errada.*

1423. Ocorrendo a evicção parcial, mas sendo considerável a perda, faculta-se ao evicto postular a resolução do contrato com a rejeição da coisa ou a restituição proporcional do preço. Tem-se, nesse caso, uma obrigação alternativa com escolha deferida ao credor.

RESPOSTA Art. 455, CC. *Certa.*

1424. O objeto da fiança convencional é determinado pela obrigação cujo cumprimento ela garante, podendo ser afiançadas dívidas atuais ou futuras, compreendendo ou não os seus acessórios, e, ainda, garantir a dívida por inteiro ou apenas parte dela, exigindo-se, no entanto, que essa dívida seja válida.

RESPOSTA Arts. 821 e 822, ambos do CC. *Certa.*

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) Acerca da Lei de Introdução do Código Civil e das pessoas naturais e jurídicas, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

1425. A derrogação de uma lei implica a repristinação da lei anterior, ainda que não haja pronunciamento expresso a esse respeito da lei revogadora.

RESPOSTA Art. 2º, § 3º, LINDB. *Errada.*

1426. Nas causas que envolvem a sucessão por morte real ou presumida, aplica-se a lei do país do domicílio do *de cujus*, mas, quanto à capacidade para suceder, aplica-se a lei do domicílio do herdeiro ou legatário.

RESPOSTA Art. 10, LINDB. *Certa.*

1427. O direito de personalidade é atributo exclusivo da pessoa natural, razão pela qual não se estende a proteção desse direito às pessoas jurídicas, notadamente, porque o seu objetivo principal é a preservação do respeito e da dignidade da pessoa humana.

RESPOSTA Art. 52, CC. *Errada.*

1428. O patrimônio social da pessoa jurídica não se confunde com os bens particulares dos sócios ou de seus administradores; por isso, ainda quando desconsiderada a personalidade jurídica, os bens dos sócios e administradores não respondem pelas obrigações assumidas pela sociedade.

RESPOSTA Art. 50, CC. *Errada.*

1429. O suprimento da incapacidade absoluta da pessoa natural é feito por meio da representação, sendo nulo o ato jurídico praticado pela pessoa absolutamente incapaz sem a participação de seu representante legal.

RESPOSTA Art. 3º, I, c/c art. 166, I, ambos do CC. *Certa.*

(Analista – STF – 2008 – CESPE) A respeito do direito de família e das sucessões, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

1430. Os parentes colaterais são herdeiros necessários até o quarto grau, mas não podem herdar por representação, pois essa só ocorre na linha reta descendente e nunca na transversal. Esses parentes descendem uns dos outros e têm um tronco comum.

RESPOSTA Art. 1.845 c/c art. 1.853, ambos do CC. *Errada.*

1431. Renunciada a herança, em caráter irrevogável, a parte do herdeiro renunciante acrescerá à dos outros herdeiros da mesma classe, uma vez que sucedem por cabeça, ou seja, quando é deferida por direito próprio, o herdeiro recebe a herança por si só. Todavia, se o renunciante for o único da sua classe de herdeiros, a herança será devolvida aos herdeiros da classe subsequente.

RESPOSTA Art. 1.812 c/c art. 1.810, ambos do CC. *Certa.*

1432. O vínculo jurídico de afinidade associa-se ao casamento e à união estável, gerando um parentesco que não se rompe com a dissolução do casamento nem do companheirismo. Assim, falecendo um dos cônjuges, ou ocorrendo o divórcio, ou, ainda, havendo o rompimento da sociedade de fato, o sobrevivente continua ligado aos ascendentes, descendentes e colaterais do outro pelo vínculo da afinidade, continuando a incidirem os efeitos de impedimento matrimonial.

RESPOSTA Art. 1.595, §§ 1º e 2º, CC. *Errada.*

(Procurador – Vitória-ES – 2007 – CESPE) Quanto aos contratos regidos pelo Código Civil, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

1433. Com o objetivo de resguardar o equilíbrio econômico entre o valor da prestação e o da contraprestação, no contrato de locação de coisas, o locador responde pelos vícios redibitórios já existentes na coisa quando da formação do contrato, ainda que desconheça tais vícios.

RESPOSTA Art. 441 c/c art. 443, ambos do CC. *Certa.*

1434. A responsabilidade pela evicção consiste na garantia instituída em favor do contratante que venha a perder a coisa adquirida por meio de contrato oneroso comutativo ou oneroso aleatório, em virtude de direito de terceiro anterior ao contrato. Essa garantia é inerente aos contratos, não sendo aplicável na aquisição de bens em hasta pública.

RESPOSTA Art. 447, CC. *Errada.*

1435. O cosseguro ocorre quando uma pluralidade de empresas seguradoras garante simultaneamente o mesmo risco. Nessa hipótese, na qual as seguradoras recorrem a um sistema de cooperação mútua, em virtude da natureza do risco ou do seu vulto, a apólice deve indicar a seguradora que assumirá a administração do contrato e representará as demais para todos os seus efeitos, inclusive em juízo.

RESPOSTA Art. 761, CC. *Certa.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) A respeito dos direitos reais, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

1436. As enfiteuses constituídas antes do Código Civil de 2002 devem adequar-se ao regime do direito de superfície, espécie de direito real criado pela codificação.

RESPOSTA Art. 2.038, CC. *Errada.*

1437. Segundo a Súmula do STJ, a hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posteriormente à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.

RESPOSTA Súmula 308, STJ. *Certa.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

1438. O postulado da função social do contrato (CC, art. 421), consectário lógico dos princípios constitucionais da solidariedade (CF, art. 3º, I) e da justiça social (CF, art. 170), constitui uma cláusula geral, a impor a revisão do princípio da relatividade dos efeitos dos contratos em relação a terceiros.

RESPOSTA A relação obrigacional, antes vista em sua acepção estática, abrigava de forma absoluta o princípio da relatividade dos efeitos dos contratos, segundo o qual o contrato somente produz efeitos entre as partes que se obrigaram. Contudo, pela função social externa do contrato, há uma mitigação à relatividade dos contratos, possibilitando que estes produzam efeitos em relação a terceiros. Nesse sentido, Enunciado 21, I Jornada de Direito Civil, CJF. *Certa.*

1439. Havendo solidariedade entre devedores, a interrupção da prescrição atinge a todos, devedor principal e fiador.

RESPOSTA Art. 204, § 1º, CC. *Certa.*

1440. A ação de petição de herança (CC, art. 1.824), a ação de sonegados (CC, arts. 1.992 a 1.996) e a ação de complementação de área (CC, art. 500) prescrevem em 10 anos, conforme dicção da regra geral do art. 205 do CC, em face de omissão legal de prazo prescricional específico para a propositura de tais ações.

RESPOSTA Art. 501, CC. *Errada.*

1441. João Victor alienou seu veículo automotor a Monalisa, sua única filha, sem o consentimento expresso de seu cônjuge. Nesse caso, a referida venda é sempre anulável, podendo, outrossim, ser validada pelo consentimento posterior do cônjuge.

RESPOSTA Art. 496, parágrafo único, CC. *Errada.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Em fevereiro de 2004, Jerônimo, de boa-fé, adquiriu da empresa Épsilon, mediante contrato de compra e venda, um veículo usado, que foi pago em seis prestações mensais. Não se tratava de nenhum veículo raro, com características especiais de interesse de colecionadores. No contrato, ficou expresso que o negócio seria desfeito, e o veículo restituído à empresa, no caso de atraso de três prestações consecutivas. Não havia, porém, cláusula referente à responsabilidade pela evicção. O certificado de registro de veículo foi emitido em nome de Jerônimo. O referido automóvel foi apreendido, em 1º/4/2004, pela autoridade policial, em uma *blitz*, por se

tratar de veículo que havia sido furtado. No momento da apreensão, o carro era dirigido por Bruno, de 17 anos de idade, filho de Jerônimo. Bruno apresentou à autoridade policial uma carteira nacional de habilitação falsa e uma escritura pública de emancipação concedida por seus pais. Verificou-se depois que a escritura pública não havia sido registrada no competente registro civil. No dia 15/4/2004, o veículo desapareceu do depósito do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), onde fora guardado. Uma sindicância interna concluiu que o servidor público responsável pela guarda e vigilância do veículo havia agido com negligência. O DETRAN daquela unidade da Federação era um órgão da administração direta do estado, tendo sido transformado em autarquia, por meio de uma lei estadual publicada em 10/4/2004. Essa lei, todavia, era omissa quanto à data de sua entrada em vigor. Considerando a situação hipotética descrita, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

1442. É cabível ação de indenização movida por Jerônimo contra a empresa Épsilon, visto que fica configurada evicção quando ocorre perda definitiva da propriedade do bem, em decorrência de mera apreensão por autoridade policial, sendo prescindível, no caso, prévia sentença judicial.

RESPOSTA Atualmente, os tribunais admitem a existência de responsabilidade por evicção nos casos de apreensão pela autoridade policial, independentemente de sentença, pois o que é necessário é que o titular tenha sido privado da coisa. *Gabarito oficial na época da questão: Errada. Gabarito sugerido: Certa.*

1443. Eventual alegação de Bruno, no sentido de que houve coação ilegal por parte dos policiais, não deve ser acolhida, visto que a solicitação, pela autoridade policial, de documentos de propriedade de veículo e comprovante de habilitação para dirigi-lo não caracteriza, por si só, ato de ilegalidade que enseje indenização por danos materiais ou morais. Ante a responsabilidade objetiva do Estado, todavia, competirá ao ente público provar na justiça que seus agentes não causaram dano a Bruno.

RESPOSTA Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, motivo pelo qual, nesse caso, o ônus da prova incumbiria a Bruno. *Errada.*

1444. O DETRAN da referida unidade da Federação, tendo, na data do desaparecimento do veículo, personalidade jurídica de direito público interno, responde perante o proprietário, independentemente de dolo ou culpa, pelo desaparecimento do veículo, sendo cabível ação regressiva contra o servidor responsável pelo dano, tendo em vista a constatação de sua culpa no episódio.

RESPOSTA Art. 41, IV, c/c art. 43, ambos do CC. *Errada.*

1445. Sendo o depositário infiel, no caso em questão, uma pessoa jurídica, é possível que, com fundamento em dispositivos da Lei n. 8.866/1994 e em decorrência do desaparecimento do bem do depósito do DETRAN, seja decretada pelo juiz a prisão civil do servidor público responsável pela gerência ou administração do depósito onde estava guardado o veículo.

RESPOSTA Súmula Vinculante 25, STF, e Súmula 419, STJ. *Errada.*

1446. A escritura pública de emancipação de Bruno, da forma como se apresenta na hipótese considerada, habilita-o, desde logo, para a prática de todos os atos da vida civil, à exceção daqueles atos jurídicos regulados em legislação especial que exige requisitos específicos de idade superior a 17 anos.

RESPOSTA Art. 5º, parágrafo único, I, CC. Atente para o fato de que a escritura de emancipação de Bruno não estava registrada, portanto não produzia os efeitos que dela se esperavam. *Errada.*

1447. O contrato de compra e venda firmado entre Jerônimo e a empresa Épsilon tem natureza de negócio jurídico bilateral, comutativo, oneroso, *inter vivos*, receptício e condicionado. Em decorrência desse contrato, até que fossem pagas todas as prestações, Jerônimo tinha apenas a propriedade resolúvel do bem adquirido.

RESPOSTA Art. 481 c/c art. 1.359, ambos do CC. *Certa.*

1448. Sob a ótica da revendedora, o veículo automotor em questão é um bem móvel, fungível e juridicamente consumível. A transferência do domínio do automóvel adquirido para Jerônimo deu-se pela simples tradição, uma vez que o registro no DETRAN é uma providência meramente administrativa que não interfere na essência do negócio jurídico.

RESPOSTA Art. 1.361, § 1º, CC. Vale lembrar que a propriedade fiduciária é a propriedade resolúvel de coisa que seja móvel e infungível. *Errada.*

FCC

I. Parte Geral

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, Hierarquia e Interpretação de Leis

1449. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia, depois de oficialmente publicada, em

(A) três meses.
(B) noventa dias.
(C) um mês.
(D) trinta dias.
(E) quarenta e cinco dias.

RESPOSTA Art. 1º, § 1º, LINDB. *Alternativa A.*

1450. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** NÃO se destinando a vigência temporária, a lei

(A) terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
(B) vigorará enquanto não cair em desuso.
(C) só poderá ser revogada pela superveniência de nova ordem constitucional.
(D) somente vigorará, até que outra lei expressamente a revogue.
(E) não poderá ser revogada.

RESPOSTA Art. 2º, LINDB. *Alternativa A.*

1451. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** No Direito brasileiro vigora a seguinte regra sobre a repristinação da lei:

(A) não se destinando a vigência temporária, a lei vigorará até que outra a modifique ou revogue.
(B) se, antes de entrar em vigor, ocorrer nova publicação da lei, destinada a correção, o prazo para entrar em vigor começará a correr da nova publicação.
(C) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
(D) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a

vigência.

(E) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

RESPOSTA (A) Art. 2º, LINDB. (B) Art. 1º, § 3º, LINDB. (C) Art. 1º, § 4º, LINDB. (D) Art. 2º, § 3º, LINDB. *Alternativa D.*

1452. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Em nossa legislação pátria

(A) a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. Entretanto, caso estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

(B) a lei começa a vigorar em todo o país, salvo disposição contrária, na data de sua publicação.

(C) a lei, sem exceção, terá vigor até que outra a modifique, revogue ou que ela caia em desuso.

(D) na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum, sendo certo que, ao interpretá-la, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

(E) se antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto destinada a correção, ainda que mantida a *vacatio legis*, o início de sua vigência ocorrerá no dia da nova publicação.

RESPOSTA (A) Art. 2º, § 1º, LINDB. (B) Art. 1º, LINDB. (C) Art. 2º, LINDB. (D) Art. 5º, LINDB. (E) Art. 1º, § 3º, LINDB. *Alternativa A.*

1453. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Considere as seguintes afirmativas:

I. No direito brasileiro, não haverá repristinação da lei, salvo disposição expressa em contrário.

II. A lei geral sempre revogará tacitamente a lei especial que tratar de matéria pertinente ao mesmo ramo do direito.

III. Somente haverá revogação tácita da lei quando a lei nova for incompatível com a lei anterior.

IV. Se a lei nova regular inteiramente a matéria de que tratava lei anterior, haverá revogação tácita desta.

V. A lei nova que estabelecer disposição especial a par de lei geral já existente não revogará a esta.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.

(B) I, IV e V.

(C) II, III e IV.

(D) II, IV e V.

(E) III, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 2º, § 3º, LINDB. (II) Art. 2º, § 2º, LINDB. (III) Art. 2º, § 1º, LINDB. (IV) Art. 2º, § 1º, LINDB. (V) Art. 2º, § 2º, LINDB. *Alternativa B.*

Pessoas Naturais

1454. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** Jânio é músico profissional e ensina aulas de iniciação à música na escola &. Uma de suas classes preferidas é a classe 2D, que possui cinco alunos. Vilma, vinte e um anos, excepcional sem desenvolvimento mental completo; Silvana, vinte e cinco anos, que em razão de um acidente, transitoriamente não pode exprimir a sua vontade; Gabriel com dezessete anos e dois meses de idade; Luciana, dezenove anos, que, por deficiência mental, possui o discernimento reduzido e José, com quinze anos de idade. De acordo com o Código Civil brasileiro,

são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer APENAS

(A) Vilma, Gabriel e Luciana.
(B) Gabriel e Luciana.
(C) Vilma, Silvana, Gabriel e Luciana.
(D) Silvana e José.
(E) Vilma e Gabriel.

RESPOSTA Art. 4º, CC. *Alternativa A.*

1455. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Cessa a incapacidade para os menores

(A) somente pelo casamento.
(B) pelo exercício de cargo público de provimento em comissão.
(C) com 14 anos completos, se tiver emprego, ainda que como aprendiz, mas desde que tenha economia própria.
(D) somente pela emancipação, concedida pelos pais e desde que homologada pelo Juiz.
(E) pela existência de relação de emprego, desde que, em função dele, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.

RESPOSTA (A) Art. 5º, parágrafo único, CC. (B) Art. 5º, parágrafo único, III, CC. (C) Art. 5º, parágrafo único, V, CC. (D) Art. 5º, parágrafo único, I, CC. (E) Art. 5º, parágrafo único, V, CC. *Alternativa E.*

1456. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Cintia, Branca e Gabi residem no mesmo prédio e são amigas inseparáveis. Todas estão cursando Direito na mesma universidade e decidiram formar um grupo de estudos todas as quartas-feiras. Na quarta-feira passada, decidiram estudar as pessoas naturais segundo o Código Civil brasileiro e concluíram que, para o referido Código,

(A) cessará, para os menores, a incapacidade, dentre outras hipóteses, pelo casamento; pelo exercício de emprego público efetivo e pela colação de grau em curso de ensino superior.
(B) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
(C) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.
(D) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.
(E) pode ser declarada a morte presumida, com a necessária decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

RESPOSTA (A) Art. 5º, parágrafo único, CC. (B) Art. 4º, III, CC. (C) Art. 3º, III, CC. (D) Art. 3º, II, CC. (E) Art. 7º, CC. *Alternativa A.*

1457. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** João Cabral de Melo Neto é autor da grandiosa obra literária Morte e Vida Severina. Analisando o nome do autor, protegido pelo Código Civil brasileiro, o seu agnome é

(A) Neto.
(B) João, apenas.
(C) Cabral, apenas.
(D) João Cabral.

(E) de Melo.

RESPOSTA De acordo com o art. 16, CC, estão compreendidos no nome o prenome e o sobrenome. O prenome é o primeiro elemento do nome, enquanto o sobrenome indica a procedência familiar (nome patronímico). E há também o agnome, como um terceiro componente possível do nome, que indica o grau de parentesco ou de geração, por exemplo Neto. *Alternativa A.*

1458. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** É correto afirmar que

(A) não existe hipótese de comoriência em nosso direito civil.
(B) os nascituros não têm direitos reconhecidos pela lei antes de seu nascimento com vida.
(C) todo ser humano pode exercer pessoalmente sua capacidade para os atos da vida civil, sem ressalvas.
(D) a morte presumida só será declarada, em nosso direito civil, com a decretação da ausência da pessoa.
(E) a existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

RESPOSTA (A) Art. 8º, CC. (B) Art. 2º, CC. (C) Arts. 3º e 4º, CC, trazem ressalvas em relação aos absolutamente e aos relativamente incapazes. (D) Art. 7º, CC. (E) Art. 6º, CC. *Alternativa E.*

1459. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** Os descendentes que, na qualidade de herdeiros, se imitirem na posse dos bens do ausente,

(A) darão garantias da restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões respectivos.
(B) estão desobrigados de prestar garantia, desde que provada a sua qualidade de herdeiros.
(C) estão desobrigados de prestar garantia, bem como de provar a qualidade de herdeiros, tratando-se de direitos presumidos legalmente.
(D) darão garantia da restituição deles, mediante caução em dinheiro feita através de depósito em estabelecimento bancário oficial equivalente aos quinhões respectivos.
(E) deverão requerer a nomeação de administrador judicial do imóvel pelo prazo mínimo de cinco anos.

RESPOSTA Art. 30, § 2º, CC. *Alternativa B.*

1460. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** João, com 50 anos de idade, viúvo e pai de um filho maior, desapareceu de seu domicílio. Após um ano da arrecadação, foi declarada a ausência, aberta a sucessão provisória e, cumpridas todas as formalidades legais, o sucessor entrou na posse dos bens e os conservou, recebendo os respectivos frutos e rendimentos. Seis anos após o trânsito em julgado da sentença que concedeu a sucessão provisória, João apareceu e regressou ao seu domicílio, tendo ficado provado que a ausência foi voluntária e injustificada. Nesse caso, João

(A) haverá os bens existentes no estado em que se acharem, mas terá direito a ser ressarcido dos frutos e rendimentos percebidos pelo sucessor.
(B) não receberá de volta seus bens, por ter se escoado prazo superior a 5 anos do trânsito em julgado da sentença que concedeu a sucessão provisória.
(C) haverá os bens existentes no estado em que se acharem, perdendo, em favor do sucessor, sua parte nos frutos e rendimentos.
(D) não receberá de volta seus bens, por ter ficado provado que a ausência foi voluntária e injustificada.

(E) receberá de volta a metade de seus bens e os respectivos frutos e rendimentos, sendo a outra metade atribuída ao sucessor, a título de prefixação das perdas e danos relativas por este sofridas.

RESPOSTA Art. 33, parágrafo único, CC. *Alternativa C.*

1461. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Declarada a ausência e aberta provisoriamente a sucessão,

(A) se o ausente aparecer, ou se lhe provar a existência, depois de estabelecida a posse provisória, não cessarão as vantagens dos sucessores nela imitidos, as quais perdurarão até a entrega dos bens a seu dono.

(B) os bens do ausente poderão ser livremente alienados, sem autorização judicial, para lhes evitar a ruína.

(C) os sucessores provisórios empossados nos bens do ausente não o representarão ativa ou passivamente e contra eles não correrão as ações pendentes e as que de futuro àquele forem movidas.

(D) os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, poderão, independentemente de garantia, entrar na posse dos bens do ausente.

(E) o descendente, ascendente ou cônjuge que for sucessor provisório do ausente deverá capitalizar, na forma de lei, metade dos frutos e rendimentos que a este couberem e prestar contas anualmente ao juiz.

RESPOSTA (A) Art. 36, CC. (B) Art. 31, CC. (C) Art. 32, CC. (D) Art. 30, § 2º, CC. (E) Art. 33, *caput*, CC. *Alternativa D.*

1462. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** Marta possui dezesseis anos de idade e reside com sua mãe, Julia, já que seu pai é falecido. Julia pretende fazer cessar a incapacidade civil de Marta. Neste caso, Julia

(A) deverá fazê-lo através de procedimento judicial adequado visando sentença proferida em juízo.

(B) poderá fazê-lo mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.

(C) poderá fazê-lo mediante instrumento público, desde que submetido à homologação judicial.

(D) não poderá fazê-lo em razão do falecimento do pai de Marta.

(E) não poderá fazê-lo uma vez que Marta possui dezesseis anos de idade.

RESPOSTA Art. 5º, parágrafo único, I, CC. *Alternativa B.*

1463. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência

(A) quando o ausente deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes.

(B) da pessoa desaparecida há mais de um ano e que não tenha deixado mandatário para representá-la nos atos da vida civil.

(C) se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até o término da guerra.

(D) se a pessoa não residir no Brasil e for apresentado atestado de óbito firmado por oficial de nação estrangeira, ainda que não traduzido.

(E) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

RESPOSTA Art. 7º, CC. *Alternativa E.*

1464. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** O envelhecimento é um direito personalíssimo e sua proteção um direito social, razão pela qual fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos, urbanos e semiurbanos, a toda pessoa com mais de

(A) 65 anos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
(B) 60 anos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
(C) 65 anos, incluindo-se os serviços seletivos e especiais, ainda que prestados paralelamente aos serviços regulares.
(D) 70 anos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
(E) 65 anos, exceto nos serviços seletivos e especiais, mesmo quando inexistirem serviços regulares.

RESPOSTA Art. 39, Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). *Alternativa A.*

1465. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** A capacidade de fato

(A) da pessoa natural inicia-se com o nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
(B) da pessoa moral inicia-se com o nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
(C) é relativa entre os dezesseis e vinte e um anos de idade e absoluta a partir de então.
(D) será absoluta a partir dos dezoito anos incompletos e não é perdida em razão do envelhecimento.
(E) não se apura exclusivamente com base no critério etário.

RESPOSTA (A) Art. 2º, CC. (B) Art. 45, CC. Importante lembrar que pessoa moral e pessoa jurídica são expressões sinônimas. (C) Arts. 3º, I, e 4º, I, ambos do CC. (D) Art. 5º, *caput,* CC. (E) Arts. 3º, II e III, e 4º, II, III e IV, ambos do CC. *Alternativa E.*

1466. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** A respeito da capacidade de direito, é correto afirmar:

(A) O menor de dezesseis anos é absolutamente incapaz, ao passo que a capacidade de direito plena ocorre somente aos dezoito anos.
(B) Em relação às pessoas físicas, ocorre a partir do nascimento com vida, mas somente se prova com o registro de nascimento.
(C) Em relação às pessoas jurídicas, ocorre a partir do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
(D) O registro civil da pessoa física possui natureza jurídica meramente declaratória, ao passo que, para as pessoas jurídicas, o registro tem efeito constitutivo.
(E) Para o maior de dezoito anos, pode ser afastada mediante ação de interdição, na qual se prove a total falta de discernimento do interditando, quer por doença, quer por mal congênito.

RESPOSTA (A) Capacidade de fato: possibilidade de praticar pessoalmente os atos da vida civil. Capacidade de direito: aptidão genérica para ser titular de direitos e obrigações (personalidade jurídica), inerente a todo ser humano. (B) Comprova-se o nascimento com vida por meio da presença de ar nos pulmões. (C) Art. 45, CC. (D) A pessoa natural tem o início da personalidade a partir do nascimento com vida e, por isso, o registro tem natureza declaratória, enquanto a pessoa jurídica somente após o registro do ato constitutivo. (E) Art. 1.767, CC. *Alternativa D.*

1467. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão

(A) do pai ou da mãe isolada ou conjuntamente, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
(B) dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, ou particular, firmado juntamente com duas testemunhas, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
(C) dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
(D) dos pais, ou de um deles, ou do tutor se o menor não estiver sob o poder familiar, dependendo, em qualquer caso, de homologação judicial, desde que o menor conte mais de dezesseis anos de idade.
(E) dos pais em conjunto e por instrumento público, ou mediante sentença do juiz, se houver discordância entre eles ou se o menor estiver sob tutela, desde que conte mais de catorze anos de idade.

RESPOSTA Art. 5º, parágrafo único, I, CC. *Alternativa C.*

1468. **(Procurador – Manaus-AM – 2006 – FCC)** Cessará para o menor a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público,

(A) após regular homologação judicial.
(B) independentemente de homologação judicial.
(C) se tiver doze anos completos.
(D) se tiver treze anos completos.
(E) somente se tiver economia própria.

RESPOSTA Art. 5º, parágrafo único, I, CC. *Alternativa B.*

Pessoas Jurídicas

1469. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** São pessoas jurídicas de direito público interno

(A) as fundações.
(B) as autarquias.
(C) somente os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.
(D) as sociedades de economia mista.
(E) as empresas públicas.

RESPOSTA Art. 41, IV, CC. *Alternativa B.*

1470. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa correta em relação às pessoas jurídicas de direito privado, seu processo de personificação e desconsideração de sua personalidade jurídica.

(A) Não se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.
(B) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, sendo exigível, em regra, autorização estatal para a sua criação e

personificação.

(C) Nos termos do Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica exige a comprovação de fraude ou abuso de direito, sendo prescindível, nesses casos, a demonstração de insolvência da pessoa jurídica, mas necessária a prova da má-fé do sócio gestor.

(D) É cabível a desconsideração da personalidade jurídica "inversa", visando a alcançar bens de sócio que se valeu da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo a terceiros.

(E) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica não alcança as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou de fins não econômicos.

RESPOSTA (A) Art. 52, CC. (B) Art. 45, CC. (C) O art. 50, CC, exige para a desconsideração apenas o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial. (D) Enunciado 283, IV Jornada de Direito Civil, CJF. (E) Enunciado 284, IV Jornada de Direito Civil. *Alternativa D.*

1471. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** É pessoa jurídica de direito público:

(A) associação pública.

(B) fundação.

(C) organização religiosa.

(D) empresa pública.

(E) partido político.

RESPOSTA (A) Art. 41, IV, CC. (B) Art. 44, III, CC. (C) Art. 44, IV, CC. (D) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado pertencentes à Administração Pública Indireta, assim como as sociedades de economia mista (art. 5º, II, DL n. 200/67). (E) Art. 44, V, CC. *Alternativa A.*

1472. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** A desconsideração da personalidade jurídica, segundo o direito positivo vigente, visa

(A) anular, por ato do Juiz, os negócios jurídicos realizados pela pessoa jurídica com desvio de finalidade ou quando houver abuso de poder por parte dos administradores.

(B) extinguir a pessoa jurídica quando agir com desvio de finalidade ou ocorrer confusão patrimonial.

(C) estender, por ato do Juiz ou de autoridade administrativa, os efeitos de certas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

(D) estender, por ato do Juiz, os efeitos de certas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

(E) estender, por ato do Juiz e somente em ação autônoma proposta pelo Ministério Público ou por qualquer interessado, os efeitos de certas relações de obrigações aos bens particulares de sócios e administradores de pessoa jurídica, nos casos de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

RESPOSTA Art. 50, CC. *Alternativa D.*

Domicílio

1473. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á seu domicílio

(A) o lugar em que a pessoa for encontrada.

(B) a residência de maior valor.

(C) qualquer daquelas residências.

(D) a residência que tiver adquirido há mais tempo.

(E) a residência que tiver adquirido há menos tempo.

RESPOSTA Art. 71, CC. O ordenamento jurídico brasileiro admite a pluralidade de domicílios. *Alternativa C.*

1474. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** A pessoa jurídica "X" que tem sede na Capital do Estado e estabelecimento em diversos municípios do interior, em um desses municípios contratou os serviços da oficina mecânica "Y" para manutenção de seus veículos mas não pagou pelos serviços prestados. Tendo "Y" de demandar a devedora no domicílio dela, é possível ajuizar a ação

(A) somente na Capital do Estado, porque nela se encontra a sede da devedora.
(B) em qualquer comarca, dentro da qual a devedora possua estabelecimento.
(C) na comarca a que pertencer o município no qual o contrato foi celebrado.
(D) apenas na comarca a que pertencer o município onde se encontrar o principal estabelecimento da devedora.
(E) em qualquer comarca do Estado, de livre escolha do credor, porque o domicílio na Capital estende seus efeitos para todo o limite territorial do Estado.

RESPOSTA Súmula 363, STF. *Alternativa C.*

1475. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** José, servidor público federal, sendo proprietário de um imóvel na cidade de São Paulo, alugou-o para Antonio. Findo o prazo contratual e tendo de mudar-se para aquela cidade em razão de transferência, onde proverá cargo efetivo, que deseja exercer durante dois anos, tempo suficiente para obter sua aposentadoria, o locador notificou o locatário, para desocupar a casa. Neste caso, a notificação do locador

(A) constitui ato jurídico e José terá apenas residência em São Paulo, mas não terá domicílio.
(B) e a fixação do domicílio constituem ato jurídico e o domicílio de José será voluntário.
(C) constitui ato jurídico, mas não é negócio jurídico e José terá domicílio necessário em São Paulo.
(D) e a fixação do domicílio constituem, respectivamente, negócio jurídico e ato jurídico, e José terá domicílio voluntário.
(E) e a fixação do domicílio constituem, respectivamente, ato jurídico e negócio jurídico e José terá domicílio voluntário em São Paulo.

RESPOSTA Art. 76, CC. Vale lembrar que a notificação do locador é ato jurídico, e não negócio jurídico, já que no ato há declaração unilateral de vontade cujos efeitos jurídicos são fixados pelas normas jurídicas, não havendo margem para escolha dos efeitos que se pretendem produzir. *Alternativa C.*

Bens

1476. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** Podem ser considerados bens imóveis para os efeitos legais,

(A) as cisternas e as energias que tenham valor econômico.
(B) os direitos pessoais de caráter patrimonial e as energias que tenham valor econômico.
(C) o direito à sucessão aberta e os direitos pessoais de caráter patrimonial.
(D) os direitos reais sobre imóveis, as máquinas de uma indústria e o direito à sucessão aberta.
(E) os direitos personalíssimos e o carvão.

RESPOSTA Segundo o art. 80, CC, são considerados bens imóveis para efeitos legais o direito à sucessão aberta e os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram. Atenção, pois em que pese o gabarito oficial contemplar as máquinas de uma indústria nessa categoria, é preciso lembrar que o Código Civil de 2002 inseriu esse tipo de bem na categoria das pertenças (art. 93, CC). *Alternativa D.*

1477. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** São benfeitorias úteis

(A) as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
(B) as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
(C) as de deleite ou recreio, embora não aumentem o uso habitual.
(D) somente aquelas que, sem aumentar o uso habitual, tornem mais agradável o bem.
(E) as indispensáveis à conservação do bem.

RESPOSTA Art. 96, § 1º, CC. *Alternativa A.*

1478. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** Um saco de cimento e um saco de arroz são bens

(A) fungível e infungível, respectivamente.
(B) infungível e fungível, respectivamente.
(C) infungíveis.
(D) fungíveis.
(E) não consumíveis.

RESPOSTA Art. 85, CC. *Alternativa D.*

1479. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Os imóveis a seguir mencionados pertencem:

Imóvel 1 − a uma pessoa jurídica de direito privado, mas de que o Estado é acionista;

Imóvel 2 – a uma autarquia, onde funciona hospital para atendimento gratuito da população;

Imóvel 3 – a um loteamento urbano aprovado e registrado, para servir de praça pública, mas cujo terreno não foi objeto de desapropriação;

Imóvel 4 – ao município que o recebeu, por ser a herança vacante, e que permanece sem destinação.

Esses imóveis são classificados, respectivamente, como bens:

(A) particular; público de uso especial; público de uso comum do povo; público dominical.
(B) público de uso especial; público de uso especial; particular por falta de desapropriação; público dominical.
(C) particular; público de uso comum do povo; público de uso comum do povo; público de uso especial.
(D) público dominical; público de uso especial; particular, por falta de desapropriação mas que se tornará público pela usucapião; público dominical.
(E) particular; público de uso especial; particular que só se tornará público por desapropriação; público dominical.

RESPOSTA Bem particular: art. 98, CC; bem público de uso especial: art. 99, II, CC; bem público de uso comum do povo: art. 99, I, CC; e bem público dominical: art. 99, III, CC. *Alternativa A.*

1480. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** A propósito das diferentes classes de bens, é correto afirmar que

(A) os considerados em si mesmos podem ser principais ou acessórios.
(B) os reciprocamente considerados podem ser móveis ou imóveis.
(C) os bens naturalmente divisíveis não podem ser considerados indivisíveis por declaração de vontade das partes, nem por testamento.
(D) os bens fungíveis são aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância.

(E) as pertenças são bens acessórios que se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

RESPOSTA Art. 93, CC. *Alternativa E.*

1481. (Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC) São imóveis por definição legal

(A) o direito à sucessão aberta e os direitos reais sobre bens imóveis.
(B) somente os direitos reais sobre bens imóveis e as ações que os asseguram.
(C) tudo quanto se incorpora natural ou artificialmente ao solo.
(D) os materiais separados de um prédio para nele ou em outro prédio serem reempregados.
(E) somente os bens móveis pertencentes à herança, enquanto não for partilhada.

RESPOSTA Art. 80, CC. O intuito dessa ficção legal é conferir a esses direitos eleitos a segurança de que gozam os bens imóveis. *Alternativa A.*

1482. (Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC) Considera-se bem imóvel para os efeitos legais

(A) o direito autoral.
(B) o direito de propriedade industrial.
(C) o direito à sucessão aberta.
(D) a energia que tenha valor econômico.
(E) o direito pessoal de caráter patrimonial.

RESPOSTA Art. 80, II, CC. *Alternativa C.*

Teoria Geral dos Fatos Jurídicos

1483. (Analista – TST – 2012 – FCC) Segundo o Código Civil,

(A) a deterioração ou a destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente, constitui ilícito.
(B) o abuso do direito é um ato ilícito, cometido por quem, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
(C) o negócio jurídico nulo pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
(D) o negócio jurídico simulado, com subsistência do ato dissimulado, se for eficaz na substância e na forma, é anulável.
(E) o vício resultante do estado de perigo gera a ineficácia do negócio jurídico.

RESPOSTA (A) Art. 188, II, CC. (B) Art. 187, CC. (C) Art. 172, CC. (D) Art. 167, CC. (E) Art. 171, II, CC. *Alternativa B.*

1484. (Analista – TRE-PR – 2012 – FCC) Considere as seguintes disposições legais:

I. A validade do negócio jurídico requer forma prescrita ou não defesa em lei.
II. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

É correto afirmar que

(A) as duas disposições se acham em vigor.
(B) nenhuma das disposições se acha em vigor.
(C) apenas a primeira disposição se acha em vigor.
(D) apenas a segunda disposição se acha em vigor.
(E) as duas disposições apenas parcialmente se acham em vigor.

RESPOSTA Arts. 104, III, e 107, ambos do CC. *Alternativa A.*

1485. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** Apesar de ser notória a sua insolvência, Paulo vendeu um terreno a Pedro por valor inferior ao preço de mercado. Nesse caso,

(A) se Pedro ainda não tiver pago o preço, para conservar o bem, poderá depositar em juízo o valor que pagou pelo terreno, com a citação de todos os interessados.
(B) o negócio será nulo de pleno direito, independentemente do pagamento do preço pelo comprador.
(C) o negócio será nulo de pleno direito, se o pagamento do preço pelo comprador ainda não tiver sido feito.
(D) se Pedro ainda não tiver pago o preço, para conservar o bem, poderá depositar em juízo o valor real do terreno, com a citação de todos os interessados.
(E) a transação não será anulável, respondendo Paulo pelas perdas e danos causadas aos credores.

RESPOSTA Art. 160, CC. Atente para o fato de que esse processo de consignação evita o ajuizamento de uma ação pauliana pelos credores. *Alternativa D.*

1486. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Na interpretação do silêncio, como manifestação da vontade, é correto afirmar que

(A) sempre que uma das partes silenciar, quando devesse manifestar, caracteriza-se o consentimento.
(B) importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
(C) vigora o adágio “quem cala consente”, em qualquer circunstância.
(D) o silêncio só importará consentimento depois de ratificação expressa.
(E) não se admite o silêncio como forma de manifestação da vontade, salvo nos casos em que a ratificação tácita é prevista em lei.

RESPOSTA Art. 111, CC. O Código Civil atribui valor jurídico ao silêncio das partes. *Alternativa B.*

1487. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos. A situação descrita refere-se a

(A) fraude à lei imperativa.
(B) fraude à execução.
(C) fraude contra credores.
(D) ato emulativo.
(E) abuso de direito.

RESPOSTA Art. 158, CC. *Alternativa C.*

1488. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Sobre os defeitos do negócio jurídico, é INCORRETO afirmar que

(A) só o erro substancial anula o negócio jurídico.
(B) o dolo acidental anula o negócio jurídico.
(C) o erro de indicação da pessoa ou coisa, a que se refere a declaração de vontade, não viciará o negócio quando se puder identificar a coisa ou a pessoa cogitada.
(D) vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro.

(E) podem anular o negócio jurídico fraudulento os credores cuja garantia se tornou insuficiente.

RESPOSTA (A) Art. 138, CC. (B) Art. 146, CC. O dolo acidental somente obriga à reparação de perdas e danos. (C) Art. 142, CC. (D) Art. 154, CC. (E) Art. 158, § 1º, CC. *Alternativa B.*

1489. (Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC) O negócio jurídico realizado por pessoa absolutamente incapaz

(A) gera nulidade absoluta, portanto sem possibilidade de convalidação.
(B) gera anulabilidade, ou nulidade relativa, podendo ser convalidado.
(C) implica a inexistência desse ato, que não terá quaisquer consequências jurídicas.
(D) implica mera irregularidade, se posteriormente ratificado por seu representante legal.
(E) gera a ineficácia perante terceiros, podendo ser sanado apenas entre seus partícipes.

RESPOSTA Art. 166, I, CC. *Alternativa A.*

1490. (Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC) A condição resolutiva subordina a

(A) eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto, enquanto o termo final subordina a eficácia a um acontecimento futuro e certo.
(B) eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto, enquanto a condição suspensiva subordina a eficácia a um evento futuro e certo.
(C) eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e certo, enquanto a condição suspensiva subordina a ineficácia a um acontecimento futuro e incerto.
(D) ineficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto, enquanto a condição suspensiva subordina a eficácia a um acontecimento futuro e incerto.
(E) ineficácia do negócio jurídico a um acontecimento futuro e certo, enquanto a condição suspensiva subordina a eficácia a um acontecimento futuro e certo.

RESPOSTA Segundo o art. 121, CC, a condição subordina os efeitos (plano da eficácia) do negócio jurídico a evento futuro e incerto. Na condição suspensiva, a produção de efeitos (eficácia) fica represada até que o acontecimento se concretize. Por outro lado, quando sobrevém a condição resolutiva, cessam os efeitos que estão sendo produzidos (ineficácia). *Alternativa D.*

1491. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) Sobre o negócio jurídico, é lícito preconizar que

(A) são nulos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
(B) pode também ser anulado por dolo de terceiro, ainda que a parte a quem aproveite dele não tivesse ou devesse ter conhecimento; de todo modo, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.
(C) o negócio anulável pode ser confirmado expressa ou tacitamente pelas partes, salvo direito de terceiro.
(D) o negócio jurídico será nulo de pleno direito se ambas as partes procederem com dolo.
(E) é anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

RESPOSTA (A) Art. 138, CC. (B) Art. 148, CC. (C) Art. 172, CC. (D) Art. 150, CC. (E) Art. 167, CC. *Alternativa C.*

1492. (Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC) São causas de anulabilidade do negócio jurídico:

(A) a simulação e a lesão.
(B) a fraude à execução e o estado de perigo.

(C) a fraude à execução e o dolo, quando este for a sua causa.
(D) o não revestimento de forma prescrita em lei.
(E) a coação e fraude contra credores.

RESPOSTA Art. 171, II, CC. *Alternativa E.*

Prescrição e Decadência

1493. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Gabriela, perita, é proprietária de um conjunto comercial na região da Av. Copacabana, no Rio de Janeiro − Capital. Seu inquilino Sandoval está injustamente sem pagar os aluguéis devidos desde Fevereiro de 2008. De acordo com o Código Civil brasileiro, Gabriela

(A) terá direito ao recebimento de todos os aluguéis devidos, tendo em vista que o prazo prescricional neste caso é de sete anos.
(B) terá direito ao recebimento de todos os aluguéis devidos, tendo em vista que o prazo prescricional neste caso é o comum de dez anos.
(C) não terá direito ao recebimento de todos os aluguéis devidos, tendo em vista que o prazo prescricional neste caso é de dois anos.
(D) terá direito ao recebimento de todos os aluguéis devidos, tendo em vista que o prazo prescricional neste caso é de cinco anos.
(E) não terá direito ao recebimento de todos os aluguéis devidos, tendo em vista que o prazo prescricional neste caso é de três anos.

RESPOSTA Art. 206, § 3º, I, CC. *Alternativa E.*

1494. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Quanto à prescrição, é correto afirmar que

(A) o prazo prescricional iniciado contra uma pessoa não corre contra o seu sucessor.
(B) sua renúncia será necessariamente expressa.
(C) seus prazos podem ser alterados por acordo das partes, se maiores e capazes.
(D) pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem beneficia.
(E) não pode ser pronunciada de ofício pelo juiz, necessitando da iniciativa da parte para tanto.

RESPOSTA (A) Art. 196, CC. (B) Art. 191, CC. (C) Art. 192, CC. (D) Art. 193, CC. (E) Art. 219, § 5º, CPC. *Alternativa D.*

1495. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, esta suspensão só aproveitará os demais se a obrigação for

(A) indivisível.
(B) alternativa.
(C) divisível.
(D) de dar coisa certa.
(E) de fazer.

RESPOSTA Art. 201, CC. *Alternativa A.*

1496. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** É correto afirmar que

(A) a prescrição e a decadência admitem renúncia.
(B) a renúncia ao prazo prescricional pode ser tácita ou expressa e deve ser feita por quem dela colher proveito.

(C) a decadência convencional deve ser conhecida de ofício pelo juiz, para o fim de estabilização dos negócios.
(D) os prazos prescricionais admitem dilatação ou diminuição conforme o interesse das partes.
(E) pode o juiz, com fundamento na equidade, abster-se do reconhecimento da decadência estabelecida por lei.

RESPOSTA (A) Art. 209, CC. (B) Art. 191, CC. (C) Art. 211, CC. (D) Art. 192, CC. (E) Art. 210, CC. *Alternativa B.*

1497. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** A renúncia da prescrição será

(A) ineficaz, se não houver anuência da outra parte.
(B) inexistente, se não tiver sido feita por escritura pública.
(C) válida, se tiver sido feita antes de consumada a prescrição.
(D) tácita, quando presumida de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
(E) válida, se feita pelo devedor insolvável ainda que prejudique os demais credores.

RESPOSTA Art. 191, CC. *Alternativa D.*

1498. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Paulo participava de um jogo de futebol quando teve uma perna fraturada em um lance casual. Levado para um hospital foi atendido pelo ortopedista Dr. José, que indicou a realização imediata de uma cirurgia, cobrando do paciente a quantia de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a título de honorários. No dia seguinte, Paulo foi operado, teve alta médica, mas não pagou os honorários médicos contratados. A pretensão de o Dr. José cobrar os seus honorários de Paulo, a partir da data da conclusão de seus serviços, prescreverá em

(A) 10 anos.
(B) 05 anos.
(C) 04 anos.
(D) 03 anos.
(E) 02 anos.

RESPOSTA Art. 206, § 5º, II, CC. *Alternativa B.*

Prova

1499. **(Analista – TRF-5 – 2012 – FCC)** A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena. De acordo com o art. 215 do Código Civil, NÃO constitui requisito necessário da escritura pública:

(A) Data e local de sua realização.
(B) Reconhecimento da identidade e capacidade das partes e de quantos hajam comparecido ao ato, por si, como representantes, intervenientes ou testemunhas.
(C) Reconhecimento da identidade e capacidade do tabelião que lavrou o ato.
(D) Nome, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio e residência das partes e demais comparecentes, com a indicação, quando necessário, do regime de bens do casamento, nome do outro cônjuge e filiação.
(E) Manifestação clara da vontade das partes e dos intervenientes.

RESPOSTA Art. 215, § 1º, CC. *Alternativa C.*

1500. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** É correto afirmar que

(A) o instrumento particular, feito e assinado por agente maior e capaz, prova as obrigações convencionais de qualquer valor, gerando efeitos imediatos em relação a terceiros.
(B) as declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários e em face de terceiros, mesmo que estranhos ao ato.
(C) a escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena.
(D) a prova do instrumento particular não se pode suprir por outras de caráter legal.
(E) a prova exclusivamente testemunhal, como regra, é admissível em qualquer negócio jurídico, independentemente de seu valor.

RESPOSTA (A) Art. 221, CC. (B) Art. 219, CC. (C) Art. 215, CC. (D) Art. 221, parágrafo único, CC. (E) Art. 227, CC. *Alternativa C.*

1501. (Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC) Para a prova dos negócios jurídicos

(A) É preciso, como regra, forma especial.
(B) a escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública e faz prova plena de seu conteúdo.
(C) o instrumento particular, celebrado por parte maior e capaz, prova as obrigações convencionais apenas até valor equivalente a sessenta salários mínimos.
(D) não podem ser admitidos como testemunhas os menores de dezoito anos.
(E) a prova testemunhal, subsidiária ou complementar da prova escrita, só é admissível até valor equivalente ao décuplo do maior salário mínimo vigente ao tempo em que celebrado o negócio jurídico.

RESPOSTA (A) Art. 107, CC. (B) Art. 215, CC. (C) Art. 221, CC. (D) Art. 228, I, CC. (E) Art. 227, parágrafo único, CC. *Alternativa B.*

II. Obrigações

Modalidades das Obrigações

1502. (Promotor – MP-CE – 2011 – FCC) É correto afirmar:

(A) A obrigação é divisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.
(B) Se para o melhoramento, ou aumento, empregou o devedor trabalho ou dispêndio, o caso se regulará pelas normas do Código Civil brasileiro atinentes às benfeitorias realizadas pelo possuidor de boa-fé, apenas.
(C) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.
(D) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda, devendo ser presumida sua ocorrência desde que não haja proibição legal ou acordo das partes em sentido diverso.
(E) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, mesmo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

RESPOSTA (A) Art. 258, CC. (B) Art. 242, CC. (C) Art. 244, CC. (D) Art. 264, CC. (E) Art. 233, CC. *Alternativa A.*

1503. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Na solidariedade ativa,

(A) mais de um credor está obrigado à divida toda.
(B) mais de um devedor pode exigir a dívida toda.
(C) convertendo-se a prestação em perdas e danos não mais subsiste a solidariedade.
(D) cada um dos credores tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
(E) se um dos credores falecer deixando herdeiros, cada um destes terá direito a receber a integralidade do crédito do finado.

RESPOSTA Art. 267, CC. *Alternativa D.*

1504. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** No que tange ao Direito das Obrigações, é correto afirmar que

(A) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, mesmo se outra coisa se estipulou.
(B) a obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.
(C) a obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos cocredores ou codevedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.
(D) nas obrigações de fazer, incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor inadimplente, exceto se recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
(E) nas obrigações de dar coisa incerta, tratando-se de coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.

RESPOSTA (A) Art. 252, CC. (B) Art. 258, CC. (C) Art. 266, CC. (D) Art. 247, CC. (E) Art. 244, CC. *Alternativa C.*

1505. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** No Direito das Obrigações,

(A) a solidariedade, de acordo com a lei, nunca será presumida, pois dependerá exclusivamente da vontade das partes.
(B) se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for divisível; mas todos reunidos serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores.
(C) enquanto o julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais, o favorável, como regra geral, aproveita-lhes.
(D) o credor não pode renunciar à solidariedade em favor de um ou de alguns dos devedores, em razão do princípio da indivisibilidade da obrigação solidária.
(E) impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, mais perdas e danos.

RESPOSTA (A) Art. 265, CC. (B) Art. 276, CC. (C) Art. 274, CC. (D) Art. 282, CC. (E) Art. 279, CC. *Alternativa C.*

1506. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Na solidariedade passiva

(A) a interrupção da prescrição efetuada contra um dos devedores envolve os demais e seus herdeiros.
(B) a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores importará renúncia da solidariedade.
(C) se um dos devedores falecer deixando herdeiros, cada um destes será obrigado pela dívida toda, mesmo que a obrigação seja divisível.

(D) impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente em dinheiro, inclusive as perdas e danos.

(E) o devedor demandado pode opor as exceções que forem pessoais de qualquer dos codevedores.

RESPOSTA (A) Art. 204, § 1º, CC. (B) Art. 275, parágrafo único, CC. (C) Art. 276, CC. (D) Art. 279, CC. (E) Art. 281, CC. *Alternativa A.*

1507. **(Procurador – Manaus-AM – 2006 – FCC)** Se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, cada qual

(A) será obrigado a pagar a parte da dívida que corresponder ao devedor solidário falecido, se a obrigação for divisível.

(B) será obrigado a pagar a totalidade da dívida, se a obrigação for divisível, com direito de ação regressiva contra os demais devedores.

(C) não será obrigado a efetuar nenhum pagamento, pois a responsabilidade pelo pagamento não se transmite aos herdeiros.

(D) será obrigado a pagar apenas a cota que corresponder ao seu quinhão hereditário, se a obrigação for divisível.

(E) só será obrigado a pagar a totalidade da dívida se os demais herdeiros não tiverem recursos e a obrigação for divisível.

RESPOSTA Art. 276, CC. Vale lembrar que, se a obrigação for indivisível, cada um dos herdeiros do devedor falecido responderá pela totalidade da dívida, nos termos do art. 259, CC. *Alternativa D.*

Adimplemento e Extinção das Obrigações: Pagamento

1508. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** Segundo o Código Civil brasileiro, só terá eficácia o pagamento que importar transmissão da propriedade, quando feito por quem possa alienar o objeto em que ele consistiu. Se for dado em pagamento coisa fungível,

(A) não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e consumiu, ainda que o solvente não tivesse o direito de aliená-la.

(B) não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e consumiu, exceto se o solvente não tivesse o direito de aliená-la.

(C) poderá requerer indenização por perdas e danos, quantificada em ação própria a ser ajuizada no prazo decadencial de seis meses contados da data do pagamento.

(D) poderá requerer indenização por perdas e danos, quantificada em ação própria a ser ajuizada no prazo decadencial de doze meses contados da data do pagamento.

(E) poderá requerer a devolução de coisa da mesma espécie, qualidade e quantidade, sob pena de responder por perdas e danos.

RESPOSTA Art. 307, parágrafo único, CC. *Alternativa A.*

1509. **(Analista – TRE-PE – 2011 – FCC)** Magda, amiga de infância de Manoel, ganhou na loteria. Para ajudá-lo, pagou dívida de seu amigo na condição de terceira não interessada que paga dívida em seu próprio nome. Neste caso, pelo Código Civil brasileiro, Magda

(A) terá direito a reembolsar-se do que pagou; mas não se sub-roga nos direitos do credor.

(B) terá direito a reembolsar-se do que pagou e se sub-roga nos direitos do credor.

(C) não terá direito a reembolsar-se do que pagou e não se sub-roga nos direitos do credor.

(D) terá direito a reembolsar-se apenas de 50% do que pagou, mas não se sub-roga nos direitos do

credor.

(E) terá direito a reembolsar-se apenas de 30% do que pagou e se sub-roga nos direitos do credor.

RESPOSTA Art. 305, CC. O terceiro não interessado que paga a dívida em nome próprio não vai ter a qualidade de credor, tampouco seus privilégios e garantias. *Alternativa A.*

1510. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** No que concerne ao adimplemento e extinção das obrigações, é correto afirmar:

(A) Em regra, a convenção de pagamento em ouro é permitida, sendo nula a convenção de pagamento em moeda estrangeira.

(B) O pagamento feito pelo devedor ao credor, intimado da penhora feita sobre o crédito, será válido também perante terceiros, não podendo ele ser constrangido a pagar novamente a dívida.

(C) Se a obrigação tiver por objeto prestação divisível, o credor pode ser obrigado a receber, e o devedor a pagar, por partes, mesmo se assim não se ajustou.

(D) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor.

(E) Havendo solidariedade passiva no débito no caso de falência de um dos devedores o credor poderá cobrar antecipadamente a dívida de todos os devedores antes de vencido o prazo estipulado em contrato ou estabelecido no Código Civil.

RESPOSTA (A) Art. 318, CC. (B) Art. 312, CC. (C) Art. 314, CC. (D) Art. 305, CC. (E) Art. 333, I, CC. *Alternativa D.*

Modalidades Especiais de Pagamento

1511. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** A sub-rogação

(A) parcial rompe integralmente os laços obrigacionais entre o credor originário e o devedor.

(B) se equipara à cessão de crédito, pois ambas são modalidades de transmissão de crédito.

(C) não transfere ao novo credor a garantia hipotecária do primitivo.

(D) parcial não coloca o credor originário em posição de preferência ao sub-rogado na cobrança do restante da dívida.

(E) não poderá ser convencional.

RESPOSTA (A) Art. 351, CC. Na sub-rogação parcial, o *solvens* não quita integralmente o débito e, por isso, o credor originário não ficará liberado. (B) Art. 348, CC. Vale lembrar, no entanto, que a sub-rogação não se confunde com a cessão de crédito. (C) Art. 349, CC. (D) O credor originário poderá exigir a parte restante ao devedor, com preferência sobre o terceiro parcialmente sub-rogado, no caso de insuficiência de patrimônio do devedor comum. (E) Art. 347, CC. *Alternativa B.*

III. Contratos

Teoria Geral dos Contratos

1512. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso. Deixa, entretanto, de ser obrigatória a proposta

(A) se, com prazo, por telefone, não foi imediatamente aceita.

(B) se, feita com prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a RESPOSTA ao conhecimento do proponente, independentemente do termo final.

(C) se o negócio for daqueles em que não seja costume a aceitação expressa e chegar a tempo a recusa.

(D) se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a confirmação do

proponente.

(E) se, feita com prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita.

RESPOSTA (A) Art. 428, I, CC. (B) Art. 428, II, CC. (C) Art. 432, CC. (D) Art. 428, IV, CC. (E) Art. 428, I, CC. *Alternativa C.*

1513. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** Os contratos atípicos

(A) são anuláveis, mesmo se os que os pretendam celebrar sejam capazes e o objeto seja lícito e possível, se a forma não estiver prescrita em lei.

(B) são nulos de pleno direito, mesmo que os pretendam celebrar sejam capazes e o objeto seja lícito e possível, porque a forma não é prescrita em lei.

(C) são válidos, desde que os agentes que os pretendam celebrar sejam capazes, o objeto seja lícito e possível e a forma não seja defesa em lei.

(D) só têm validade se os que pretendam celebrar sejam capazes, o objeto seja lícito e possível e tenha havido prévia homologação judicial.

(E) só têm validade se os que pretendam celebrar sejam capazes, o objeto seja lícito e possível e tenha havido prévia aprovação pelo Ministério Público.

RESPOSTA Art. 425 c/c art. 104, ambos do CC. *Alternativa C.*

1514. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** No momento da conclusão do contrato, pode uma das partes reservar-se a faculdade de indicar a pessoa que deve adquirir os direitos e assumir as obrigações dele decorrentes. Se a pessoa a nomear era insolvente no momento da nomeação, o contrato

(A) só produzirá efeitos quando da cessação da insolvência, devendo os contratantes originários ser intimados no prazo de trinta dias.

(B) produzirá normalmente efeitos para a pessoa nomeada, porque a insolvência não é impedimento legal.

(C) não produzirá qualquer efeito, seja para a pessoa nomeada ou para os contratantes originários.

(D) só produzirá efeitos quando da cessação da insolvência, devendo os contratantes originários ser intimados no prazo de cinco dias.

(E) produzirá seus efeitos entre os contratantes originários.

RESPOSTA Art. 471, CC. Trata-se do contrato com pessoa a declarar. Nesse caso, aquele que se reserva a faculdade de indicar a pessoa que ocupará a sua posição contratual assume o risco da insolvência do nomeado. *Alternativa E.*

1515. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** Com relação aos contratos, é INCORRETO afirmar:

(A) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

(B) Em regra, reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.

(C) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

(D) O contrato preliminar, inclusive quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.

(E) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, exceto, dentre outras hipóteses, se o proponente se houver comprometido a esperar resposta.

RESPOSTA (A) Art. 426, CC. (B) Art. 435, CC. (C) Art. 424, CC. (D) Art. 462, CC. (E) Art. 434, CC. *Alternativa D.*

Vícios Redibitórios e Evicção

1516. **(Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC)** É INCORRETO afirmar que

(A) na conclusão do contrato, bem como em sua execução, os contratantes devem guardar os princípios da probidade e da boa-fé.

(B) a oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, a não ser que o contrário resulte das circunstâncias ou dos usos.

(C) o adquirente de coisa viciada pode, em vez de rejeitá-la, redibindo o contrato, reclamar abatimento no preço.

(D) o alienante, nos contratos onerosos, responde pela evicção, salvo se a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

(E) o contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.

RESPOSTA (A) Art. 422, CC. (B) Art. 429, CC. (C) Art. 442, CC. (D) Art. 447, CC. (E) Art. 462, CC. *Alternativa D.*

Extinção do Contrato

1517. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** José vendeu um imóvel para Pedro, no valor de R$ 120.000,00, cujo pagamento se fará em doze prestações mensais, sendo a escritura pública registrada no Serviço de Registro de Imóveis. Neste caso, a

(A) resilição bilateral e a quitação necessariamente terão de dar-se por escritura pública.

(B) resilição bilateral terá de dar-se por escritura pública, mas a quitação pode ser dada por instrumento particular.

(C) resilição bilateral e a quitação poderão dar-se por instrumento particular.

(D) resilição bilateral é vedada se o contrato estiver sujeito à cláusula de irretratabilidade.

(E) quitação da última parcela firmará presunção absoluta do pagamento das anteriores.

RESPOSTA Nos termos do art. 472, CC, o distrato (resilição bilateral) faz-se pela mesma forma exigida para o contrato. Daí por que somente a resilição bilateral terá que ser por escritura pública, pois nesse caso a lei exige forma especial nos termos do art. 108, CC, enquanto a quitação pode ser feita por instrumento particular. *Alternativa B.*

Contratos em Espécie e Atos Unilaterais

1518. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** No que concerne a prestação de serviços regida pelo Código Civil brasileiro, sem aprazimento da outra parte, aquele a quem os serviços são prestados

(A) poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados, desde que haja prévia comunicação para a outra parte com antecedência mínima de 30 dias.

(B) poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados, bem como o prestador de serviços poderá dar substituto que os preste.

(C) poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados, mas não poderá o prestador de serviços dar substituto que os preste.

(D) poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados, desde que haja prévia comunicação da outra parte com antecedência mínima de 90 dias.

(E) não poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados e não poderá dar substituto que os preste.

RESPOSTA Art. 605, CC. O contrato de prestação de serviços tem natureza personalíssima. *Alternativa E.*

1519. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** A Fiança

(A) é admissível em obrigação futura ou condicional.
(B) não pode possuir valor inferior ao da obrigação principal.
(C) é uma espécie de garantia real prevista no Código Civil brasileiro.
(D) é, em regra, um contrato bilateral, oneroso e principal.
(E) não se extingue com a extinção da obrigação principal.

RESPOSTA Art. 821, CC. Vale ressaltar que a obrigação é futura, mas a vinculação do fiador é atual em virtude do pacto realizado. *Alternativa A.*

1520. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** O mandato

(A) não pode ser verbal, mas pode ser tácito ou expresso, desde que escrito.
(B) não pode se referir a todos os negócios do mandante, devendo indicar um ou alguns negócios predeterminados.
(C) é um contrato sinalagmático e *intuito personae* e pode ser oneroso ou gratuito.
(D) com cláusula "em causa própria" será extinto por meio da revogação, bem como pela morte de qualquer das partes.
(E) que contiver cláusula de irrevogabilidade não poderá, em qualquer hipótese, ser extinto pela revogação.

RESPOSTA (A) Nos termos do art. 656, CC, é possível o mandato verbal, no entanto não é admitido quando o ato deva ser celebrado por escrito (art. 657, CC). (B) Art. 660, CC. (C) Art. 658, CC. (D) Art. 685, CC. (E) Art. 683, CC. *Alternativa C.*

1521. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Minotauro, empresário milionário, celebrou contrato de doação com seu amigo de infância Aquiles. Através do referido contrato Minotauro doou para Aquiles uma pequena propriedade imóvel, onde ele pudesse organizar seu comitê eleitoral, já que pretende se candidatar nas próximas eleições municipais. O contrato de doação, em regra, é

(A) oneroso, bilateral e solene.
(B) gratuito, bilateral e de natureza real.
(C) gratuito, unilateral e de natureza real.
(D) gratuito, bilateral e de caráter pessoal.
(E) gratuito, unilateral e de caráter pessoal.

RESPOSTA Trata-se de contrato gratuito, uma vez que gera vantagem econômica apenas para o beneficiário. É unilateral, já que impõe obrigações apenas para o doador. Por fim, possui natureza pessoal, já que é da aceitação do donatário que surge a obrigação de entregar o bem. *Alternativa E.*

1522. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** João, por meio de doação gratuita, transmitiu todos os seus bens a seu filho, tornando-se insolvente. Posteriormente, celebrou contrato com José e não cumpriu, tornando-se devedor deste. Nesse caso, José

(A) poderá pleitear a anulação da doação gratuita efetivada por João por fraude contra credores porque, em razão dela, João tornou-se insolvente.
(B) não poderá pleitear a anulação da doação por fraude contra credores porque não era credor de João ao tempo em que ela foi feita.
(C) só poderá pleitear a anulação da doação gratuita efetivada por João por fraude contra credores se

for credor quirografário.

(D) só poderá pleitear a anulação da doação efetivada por João por fraude contra credores se este não tiver mencionado esse fato quando da celebração do contrato.

(E) só poderá pleitear a anulação da doação efetivada por João por fraude contra credores se o contrato com ele celebrado for escrito e estiver subscrito por duas testemunhas.

RESPOSTA De acordo com o art. 158, CC, sendo a doação negócio de transmissão gratuita, poderia ser anulada se na época João tivesse sido reduzido à insolvência ou já estivesse insolvente, mas não é o que ocorreu no caso em análise, já que a insolvência foi posterior. *Alternativa B.*

1523. (Analista – TRE-TO – 2011 – FCC) Em regra, no seguro de dano, a transferência do contrato a terceiro com a alienação ou cessão do interesse segurado é

(A) vedada pelo Código Civil brasileiro em atenção aos princípios da transparência e da boa-fé objetiva.

(B) admitida, sendo que, se o instrumento contratual é nominativo, a transferência produz efeitos em relação ao segurador imediatamente, sendo desnecessário aviso escrito.

(C) admitida, sendo que a apólice ou o bilhete à ordem se transfere por endosso em branco.

(D) admitida, sendo que a apólice ou o bilhete à ordem só se transfere por endosso em preto, datado e assinado pelo endossante e pelo endossatário.

(E) admitida, sendo que se o instrumento contratual é nominativo, a transferência produz efeitos em relação ao segurador após dez dias úteis da efetivação da transferência, sendo desnecessário aviso escrito.

RESPOSTA Art. 785, § 2º, CC. Importante lembrar que o endosso em preto é aquele que menciona o nome do endossatário. *Alternativa D.*

1524. (Analista – TRE-PE – 2011 – FCC) Alfredo, cinquenta anos de idade, solteiro, está com câncer no pulmão. Para tratamento de sua moléstia passará dois anos nos Estados Unidos. Assim, vendeu o apartamento que residia e fez duas doações verbais: para Silvia, sua empregada doméstica, doou a geladeira e fogão, e para José, o zelador do prédio, doou sua cama e uma televisão de tela plana de 14 polegadas. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, a doação verbal de Alfredo é

(A) inválida, uma vez que o Código Civil brasileiro determina que a doação de bens móveis seja feita por escritura pública.

(B) inválida, uma vez que o Código Civil brasileiro só prevê a doação verbal de produtos perecíveis de pequeno valor.

(C) válida, desde que ocorra a incontinenti tradição do objeto doado.

(D) inválida, uma vez que o Código Civil brasileiro determina que a doação de bens móveis seja feita por instrumento particular.

(E) inválida, uma vez que o Código Civil brasileiro não admite qualquer tipo de doação de forma verbal, exigindo determinadas solenidades específicas do instituto.

RESPOSTA Art. 541, parágrafo único, CC. *Alternativa C.*

1525. (Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC) Transação é

(A) contrato consensual, que tem força de coisa julgada, não permitindo ao que se sentir prejudicado o ajuizamento de ação anulatória, mas apenas se lhe faculta a ação rescisória.

(B) modo de extinção das obrigações, que substitui o pagamento, de natureza extracontratual, só

podendo ser anulada por erro de direito.

(C) contrato real que previne ou termina litígio mediante concessões mútuas, tendo, necessariamente, de ser homologada pelo Juiz.

(D) contrato pelo qual os interessados previnem ou terminam litígio mediante concessões mútuas, e só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa.

(E) modo de extinção de obrigações, pelo qual uma obrigação anterior é substituída por outra obrigação da mesma natureza, entre as mesmas partes, e é anulável em razão de qualquer vício de consentimento.

RESPOSTA Art. 840 c/c art. 849, ambos do CC. *Alternativa D.*

1526. **(Analista – TRT-22 – 2010 – FCC)** Paulo entregou a Pedro, através de doação sem encargo, dez ovelhas para reprodução. No entanto, todas elas eram estéreis. Nesse caso, Pedro

(A) poderá exigir que o doador substitua os animais doados, uma vez que eram impróprios ao uso a que se destinavam.

(B) poderá rejeitar os animais pelos defeitos ocultos que os tornavam impróprios ao uso a que se destinavam, redibindo o contrato.

(C) poderá pedir ao doador indenização pela depreciação do valor dos animais doados, uma vez que eram impróprios.

(D) poderá pedir ao doador indenização pelas crias que não conseguirá obter em razão da esterilidade das ovelhas doadas.

(E) não poderá rejeitar os animais pelos defeitos ocultos que os tornavam impróprios ao uso a que se destinavam porque os recebeu através de doação não onerosa.

RESPOSTA Art. 441, parágrafo único, CC. *Alternativa E.*

1527. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Considerando a oferta à venda de bem imóvel locado, estão corretas as assertivas abaixo, EXCETO:

(A) o locatário deverá ser notificado ou cientificado de todas as condições postas para a venda.

(B) o locatário deverá concorrer nas mesmas condições de terceiros.

(C) o proprietário locador deverá ajustar sua proposta às condições apresentadas pelo locatário de modo a viabilizar-lhe o exercício do direito de preempção.

(D) o locatário deverá ser cientificado ou notificado das modificações das condições de venda.

(E) poderá o locatário ser preterido no negócio se oferecer contraposta de preço.

RESPOSTA Art. 27, Lei n. 8.245/91. *Alternativa C.*

1528. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** É correto afirmar:

(A) O comodato, empréstimo de coisa fungível, não comporta cobrança por parte do comodatário das despesas ordinárias com o uso da coisa emprestada.

(B) Se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, ficarão subsidiariamente responsáveis para com o comodante.

(C) O comodatário que estiver em mora arcará com as consequências da deterioração ou perda da coisa emprestada e pagará o aluguel arbitrado pelo comodante até restituí-la.

(D) O comodatário que estiver em mora suportará os riscos e pagará o aluguel arbitrado pelo comodante, passando à condição de locatário.

(E) O comodatário pode recobrar do comodante as despesas feitas com o uso da coisa emprestada.

RESPOSTA (A) Art. 579, CC. (B) Art. 585, CC. (C) Art. 582, CC. (D) Art. 582, CC. A obrigação de pagamento não desnatura o contrato de comodato, sendo apenas uma espécie de cláusula penal. (E) Art. 584, CC. *Alternativa C.*

1529. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** A doação pode ser revogada

(A) por inexecução do encargo se o donatário incorrer em mora.
(B) por ingratidão se feita a título de remuneração, prejudicando os direitos adquiridos por terceiros.
(C) por ingratidão se feita para compensar serviços prestados.
(D) se o doador sobreviver ao donatário, prevalecendo eventual cláusula de reversão em favor de terceiro, a exemplo do fideicomisso.
(E) por ingratidão se onerada com encargo já cumprido e em cumprimento de obrigação natural.

RESPOSTA (A) Art. 555, CC. (B) Art. 557, CC. (C) Art. 557, CC. (D) A doação com cláusula de reversão não prevalece em favor de terceiro, nos termos do art. 547, parágrafo único, CC. (E) Art. 564, II e III, CC. *Alternativa A.*

IV. Responsabilidade Civil

1530. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** Carla é viúva e possui três filhos, Adão, Eva e Eduardo. Adão tem quinze anos; Eva tem dezessete; Eduardo tem 21 anos e é excepcional, sem desenvolvimento mental completo. Todos os filhos quando estavam jogando bola no quintal da residência quebraram duas janelas, uma mesa, cinco vasos e uma estátua muito valiosa da casa vizinha. Carla ressarciu o dano. Neste caso, Carla

(A) só poderá reaver o que pagou de Eva.
(B) poderá reaver o que pagou de todos os filhos.
(C) não poderá reaver o que pagou de nenhum dos filhos.
(D) só poderá reaver o que pagou de Eva e Eduardo.
(E) só poderá reaver o que pagou de Adão e Eduardo.

RESPOSTA Art. 934, CC. O ordenamento jurídico brasileiro não admite o direito de regresso contra o descendente incapaz. *Alternativa C.*

1531. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** De acordo com o Código Civil brasileiro, no caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações, no pagamento

(A) das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família, bem como na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.
(B) apenas das despesas com o tratamento da vítima, bem como na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.
(C) das despesas com seu funeral e o luto da família, bem como na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, pelo período máximo de dois anos.
(D) das despesas com seu funeral e o luto da família, bem como na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, pelo período máximo de cinco anos.
(E) das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família, bem como na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia pelo período máximo de dez anos.

RESPOSTA Art. 948, CC. Trata-se da responsabilidade civil por homicídio, também chamada de dano-morte, na qual o alvo da indenização não é o falecido, mas sim as pessoas atingidas pela morte da vítima. *Alternativa A.*

1532. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Platão, prefeito da cidade “Magnífica”, está sendo

demandado judicialmente pela empresa de publicidade X em R$ 50.000,00 pelos serviços prestados durante a campanha eleitoral. Ocorre que Platão já efetuou o pagamento da quantia mencionada na data aprazada pelas partes. De acordo com o Código Civil brasileiro, salvo se houver prescrição, a empresa de publicidade X, em razão da demanda de dívida já paga, ficará obrigada a pagar a Platão

(A) R$ 25.000,00.
(B) R$ 50.000,00.
(C) R$ 75.000,00.
(D) R$ 100.000,00.
(E) R$ 125.000,00.

RESPOSTA Art. 940, CC. Nesse caso, como Platão foi demandado por dívida já paga, a empresa de publicidade X deverá ressarci-lo no dobro do que houver cobrado, portanto R$ 100.000,00. *Alternativa D.*

1533. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa correta sobre atos ilícitos e responsabilidade civil.

(A) A ilicitude dos atos jurídicos surge com a violação de direito alheio e a consequente configuração de dano a terceiro, não havendo falar em configuração de ato ilícito no exercício de um direito por seu titular.
(B) No sistema brasileiro a indenização é mensurada pela extensão do dano, forte no princípio da restituição integral, não havendo possibilidade de sua fixação e/ou redução pela via da equidade.
(C) Nos termos do Código Civil, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
(D) Os pais respondem, mediante a aferição da sua culpa, pelos atos dos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia, o que também ocorre com os empregadores, no que respeita aos atos dos seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
(E) No sistema da responsabilidade civil objetiva a culpa do ofensor é despicienda, tanto para a fixação do dever de indenizar, quanto para a fixação do *quantum* indenizatório.

RESPOSTA (A) Art. 187, CC. (B) Art. 944, parágrafo único, CC. (C) Art. 931, CC. (D) Art. 932, I, CC. (E) Art. 944, parágrafo único, CC. Na responsabilidade civil objetiva, a culpa serve como critério para fixar o montante da indenização. *Alternativa C.*

1534. **(Advogado – Metrô-SP – 2010 – FCC)** Cíntia demandou por dívida já paga em parte, sem ressalvar as quantias recebidas. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, salvo se houver prescrição, Cíntia ficará obrigada a pagar ao devedor o

(A) que dele exigir multiplicado pelo valor total da dívida.
(B) equivalente do que dele exigir.
(C) dobro do que houver cobrado.
(D) que dele exigir multiplicado por um terço do valor total da dívida.
(E) equivalente ao valor total da dívida.

RESPOSTA Art. 940, CC. *Alternativa C.*

1535. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** Luiz, dirigindo sozinho um veículo de seu empregador, atropelou um pedestre, causando-lhe ferimentos graves. Nesse caso,

(A) a culpa do empregado, autor do dano, acarretará a responsabilidade objetiva do empregador.
(B) o empregador responderá pelos danos causados independentemente da existência de culpa do

empregado.

(C) o empregador só responderá pelos danos causados se ficar demonstrado que sabia que o empregado não dirigia com cautela.

(D) somente o empregado responderá pelos danos causados, pois o empregador não estava presente na ocasião do evento.

(E) o empregador só responderá pelos danos causados se ficar demonstrado que infringiu o dever de vigilância.

RESPOSTA Art. 932, III, CC. É a chamada responsabilidade indireta ou por fato de terceiro. *Alternativa A.*

1536. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** No tocante à disciplina da responsabilidade civil, é correto afirmar:

(A) Os pais são responsáveis objetivamente pela reparação civil dos danos causados por filhos menores ou, embora maiores de 18 anos, incapazes, ainda que estes não estejam sob sua autoridade e em sua companhia.

(B) Para que ocorra a responsabilidade civil subjetiva, basta a existência de um dano material ou moral e de uma ação ou omissão dolosa ou culposa.

(C) Na responsabilidade civil objetiva, a culpa exclusiva do prejudicado afasta o dever de reparação do causador do dano porque é causa de exclusão do dano.

(D) Na responsabilidade civil objetiva, a culpa exclusiva do prejudicado em nada altera a situação jurídica do causador do dano, o qual responderá independentemente de culpa.

(E) Na responsabilidade civil objetiva, não surgirá o dever de reparação do dano na hipótese de culpa exclusiva da vítima por falta de nexo de causalidade entre a ação do agente e o dano sofrido.

RESPOSTA (A) Art. 932, I, CC. (B) De acordo com o art. 186, CC, os pressupostos da responsabilidade civil subjetiva são conduta culposa, nexo causal e dano. (C) A culpa exclusiva do prejudicado não é causa de exclusão do dano, mas sim do nexo causal. (D) e (E) A culpa exclusiva da vítima rompe o nexo de causalidade. *Alternativa E.*

1537. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano

(A) mas se o ofensor for incapaz e não tendo seus responsáveis obrigação de indenizar ou não dispuserem de meios suficientes, a indenização será indevida.

(B) e, se tiver mais de um autor, o valor da indenização terá caráter de obrigação conjunta.

(C) e, se tiver mais de um autor, entre eles existirá solidariedade.

(D) mas a indenização será indevida sempre que ficar provado que o autor da ofensa agiu em estado de necessidade.

(E) mas a indenização ficará excluída sempre que o autor do dano vier a ser absolvido em ação penal pelo mesmo fato.

RESPOSTA Art. 942, CC. *Alternativa C.*

1538. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** A indenização por injúria, difamação ou calúnia, se o ofendido não puder provar prejuízo material, será fixada pelo juiz

(A) entre cinquenta e cem vezes o maior salário mínimo vigente no país.

(B) no dobro da multa no grau máximo da pena criminal correspondente.

(C) em até três vezes do valor da multa no grau máximo da pena criminal correspondente.

(D) equitativamente, na conformidade das circunstâncias do caso.

(E) entre cinco e cem vezes o maior salário mínimo vigente no país.

RESPOSTA Art. 953, CC. *Alternativa D.*

V. Direito das Coisas

Posse

1539. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** O possuidor

(A) de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, não tendo direito às despesas da produção e custeio.

(B) de má-fé responde sempre pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, mesmo provando que de igual modo se teriam dado, estando na posse do reivindicante.

(C) de boa-fé tem direito à indenização de todas as benfeitorias, sendo certo que, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, poderá levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.

(D) de má-fé terá direito ao ressarcimento das benfeitorias necessárias, lhe assistindo o direito de retenção pela importância destas, bem como o direito de levantar as benfeitorias voluptuárias.

(E) de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, ainda que der causa.

RESPOSTA Art. 1.219, CC. Vale lembrar que, ainda que de boa-fé, o possuidor não tem direito à indenização pelas benfeitorias voluptuárias, mas poderá levantá-las, desde que não ocasione danos à coisa. *Alternativa C.*

1540. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** Aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas, considera-se

(A) possuidor indireto.

(B) detentor.

(C) possuidor direto.

(D) possuidor clandestino.

(E) proprietário.

RESPOSTA Art. 1.198, CC. O detentor também é chamado de servidor ou fâmulo da posse. Importante ressaltar que a detenção exclui a noção de posse, já que o detentor é mero instrumento da posse alheia. *Alternativa B.*

1541. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** O possuidor, objetivando adquirir um imóvel pela usucapião extraordinária, para atingir o prazo exigido por lei,

(A) pode acrescentar à sua posse a dos seus antecessores, facultativamente na sucessão singular, sendo que isto se dá, de pleno direito, na sucessão universal.

(B) não pode acrescentar à sua posse a dos seus antecessores, seja a sucessão a título singular, seja universal.

(C) acrescerá de pleno direito à sua posse apenas a de seus antecessores a título universal, mas em nenhuma hipótese a de seus antecessores a título singular.

(D) pode acrescentar à sua posse apenas a de seus antecessores a título singular.

(E) pode acrescentar à sua posse a dos seus antecessores facultativamente na sucessão a título universal e de pleno direito na sucessão a título singular.

RESPOSTA Art. 1.243, CC. Trata-se da *accessio possessionis,* que possibilita que a posse de titulares diversos seja considerada única, por meio da soma, para efeitos de usucapião. *Alternativa A.*

1542. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Pela perda ou pela deterioração da coisa

I. o possuidor de boa-fé responde se tiver dado causa;

II. o possuidor de má-fé responde se tiver dado causa e se ocorreram acidentalmente;

III. quando acidentais, o possuidor de má-fé não responde se provar que ocorreriam da mesma forma na posse do reivindicante;

IV. o possuidor de má-fé não responde se acidentais, pois não agiu com culpa para tais eventos;

V. o possuidor de boa-fé não responde se for o causador, pois exerceu sobre a coisa o poder de uso e gozo.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

(A) I, II e III.

(B) I e IV.

(C) II e V.

(D) III e V.

(E) IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 1.217, CC. (II) Art. 1.218, CC. (III) Art. 1.218, CC. (IV) Art. 1.218, CC. (V) Art. 1.217, CC. *Alternativa A.*

1543. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Quando mais de uma pessoa se disser possuidora, será mantida na posse aquela que tiver justo título e estiver na detenção da coisa.

(B) É lícito o uso da força própria indispensável para a manutenção ou reintegração da posse.

(C) O possuidor tem direito à manutenção ou à reintegração da coisa, inclusive frente ao proprietário.

(D) Diante da pretensão daquele que se diz possuidor, o proprietário da coisa pode opor exceção fundada no domínio.

(E) Na disputa da posse fundada em domínio, a posse é daquele que dispõe de evidente título de propriedade.

RESPOSTA (A) Art. 1.211, CC. (B) Art. 1.210, § 1º, CC. É o chamado desforço possessório. (C) Art. 1.197, CC. (D) O CC exclui a exceção fundada no domínio do âmbito das ações possessórias, conforme art. 1.210, § 2º, CC. (E) Trata-se do teor da Súmula 487, STF. Mas atenção, pois essa súmula tornou-se inaplicável em face da redação do art. 1.210, § 2º, CC/2002, uma vez que este não trouxe a previsão legal de alegação da exceção de domínio que havia no art. 505, CC/1916. *Alternativa D.*

1544. **(Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC)** Para o direito pátrio, a posse

(A) é o exercício, de fato, dos poderes constitutivos da propriedade, de modo pleno ou não.

(B) só poderá gerar usucapião se não for viciada em sua origem.

(C) não se transfere aos herdeiros, pois é direito personalíssimo.

(D) desdobra-se em direta e indireta, somente a primeira dando direito à utilização dos interditos possessórios.

(E) confunde-se com a detenção, pois em ambas existe a apreensão física da coisa.

RESPOSTA (A) Art. 1.196, CC. Do conceito de possuidor contido no dispositivo legal, extrai-se o conceito de posse. (B) É possível a aquisição da propriedade por meio de usucapião, ainda que a posse seja de má-fé (art. 1.238, CC). (C) Art. 1.206, CC. (D) Art. 1.197, CC, c/c art. 932, CPC. (E) O detentor não se confunde com o possuidor, pois na detenção a posse é exercida em nome alheio, em virtude de uma relação de subordinação ou dependência. *Alternativa A.*

1545. **(Analista – TRF-3 – 2007 – FCC)** O caseiro de uma chácara que, achando-se em relação de dependência para com o proprietário, conserva a posse em nome deste e em cumprimento

de ordens e instruções suas, considera-se

(A) possuidor indireto.
(B) detentor.
(C) possuidor direto.
(D) possuidor de boa-fé.
(E) possuidor de má-fé.

RESPOSTA Art. 1.198, CC. *Alternativa B.*

Propriedade

1546. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** A prisão civil do inadimplente em se tratando de alienação fiduciária em garantia

(A) nunca foi admitida pelo Supremo Tribunal Federal, porquanto sempre se reconheceu a inconstitucionalidade superveniente do Decreto-Lei n. 911/69.
(B) é possível, haja vista que a Constituição Federal de forma expressa equipara o alienante fiduciário à figura do depositário infiel, conforme sedimentado pela Súmula Vinculante n. 25.
(C) não é mais admissível em razão de entendimento sumulado de forma vinculante pelo Supremo Tribunal Federal.
(D) é admitida pelo Supremo Tribunal Federal, haja vista que o Decreto-Lei n. 911/69 não pode ser oposto ao texto expresso da Constituição Federal que admite a responsabilidade corporal do depositário infiel.
(E) é possível, haja vista a recepção do disposto no Decreto-Lei n. 911/69, o qual equipara o devedor à figura do depositário infiel, conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA Súmula Vinculante 31, STF. Há também, no mesmo sentido, a Súmula 419, STJ. *Alternativa C.*

1547. **(Analista – TRE-PE – 2011 – FCC)** De acordo com o Código Civil brasileiro, o imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que não se encontrar na posse de outrem,

(A) não poderá ser arrecadado como bem vago, uma vez que não existe a figura do abandono de bem imóvel no Código Civil brasileiro.
(B) poderá ser arrecadado como bem vago e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
(C) poderá ser arrecadado como bem vago e passar, dois anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
(D) poderá ser arrecadado como bem vago e passar, cinco anos depois, à propriedade da União.
(E) poderá ser arrecadado como bem vago e passar, dez anos depois, à propriedade do Estado ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.

RESPOSTA Art. 1.276, CC. O imóvel abandonado integra a categoria das coisas sem dono (*res derelicta*), que passarão por procedimento de arrecadação pelos entes públicos. *Alternativa B.*

1548. **(Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC)** À luz do Código Civil brasileiro,

(A) o direito de propriedade será exercido de forma plena, absoluta e exclusiva por todo aquele que detiver o título, sendo inconstitucional qualquer restrição, excetuando-se as impostas pela lei.
(B) segundo Savigny, a posse, por se tratar da exteriorização do direito de propriedade, gera presunção

juris et de jure de domínio.

(C) a propriedade de bem imóvel é adquirida no momento da averbação em Cartório de Registro de Imóveis do título aquisitivo, tratando-se de ato *inter vivos*, e, no caso de sucessão *mortis causa*, a transmissão da propriedade ocorre no momento de sua abertura.

(D) a propriedade de bem imóvel transmite-se ao herdeiro do *de cujus*, pelo registro do formal de partilha no Cartório de Registro de Imóveis, sendo certo que, até esse momento, existe para o sucessor mera expectativa de direito.

(E) a propriedade de veículo automotor, por se tratar de bem legalmente equiparado a imóvel, somente se transmite com a transferência do título de propriedade por meio do registro do Detran.

RESPOSTA (A) Art. 1.228, §§ 3º e 4º, CC. (B) É Ihering, e não Savigny, que afirma a posse como exteriorização do domínio. Ademais, essa presunção é *juris tantum* (relativa). (C) Art. 1.227 c/c art. 1.784, CC. (D) Art. 1.784, CC. (E) Art. 80 c/c art. 1.226, ambos do CC. *Alternativa C.*

Direitos de Vizinhança

1549. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) As águas que correm naturalmente do prédio superior devem ser recebidas pelo dono ou possuidor do prédio inferior.

(B) O dono ou possuidor do prédio inferior deve arcar com as despesas de canalização das águas naturais.

(C) O dono ou possuidor do prédio inferior, ao invés de proceder à canalização das águas naturais, poderá exigir o desvio delas pelo dono ou possuidor do prédio superior.

(D) O dono ou possuidor do prédio com águas colhidas artificialmente que correrem para o prédio inferior deve indenizar os prejuízos que o dono deste sofrer ou, se este o exigir, proceder a obras de desvio.

(E) O dono ou possuidor do prédio inferior não pode realizar obras que obstem o fluxo de águas que correm naturalmente.

RESPOSTA (A) Art. 1.288, CC. (B) Art. 1.288, CC. (C) Art. 1.289, CC. (D) Art. 1.289, CC. (E) Art. 1.288, CC. *Alternativa C.*

1550. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Em matéria de conflitos de vizinhança aplica-se a seguinte regra:

(A) Somente o possuidor e o detentor de um prédio têm o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança ou à saúde dos que o habitam, provocadas por utilização de propriedade vizinha, mas igual direito não assiste ao proprietário que não seja possuidor.

(B) Não tem o proprietário ou possuidor de um prédio o direito de fazer cessar interferências prejudiciais a seu sossego, provocadas pela utilização de propriedade vizinha, e tampouco indenização delas decorrentes, se as interferências forem justificadas por interesse público.

(C) O proprietário tem direito a exigir do dono do prédio vizinho a demolição ou a reparação deste, quando ameace ruína, mas igual direito não tem o possuidor que só poderá exigir a prestação de caução.

(D) Quando, por sentença judicial transitada em julgado, devam ser toleradas as interferências, poderá o vizinho prejudicado exigir cabal indenização, mas não mais lhe assistirá o direito de exigir a redução das interferências, ainda que isto se torne possível.

(E) Ainda que por decisão judicial devam ser toleradas as interferências, poderá o vizinho exigir a sua redução, ou eliminação, quando estas se tornarem possíveis.

RESPOSTA (A) Art. 1.277, CC. (B) Art. 1.277, CC. (C) Art. 1.280, CC. (D) Art. 1.279, CC. (E) Art. 1.279, CC. *Alternativa E.*

Condomínio

1551. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** De acordo com a lei, o condomínio horizontal

(A) também conhecido como condomínio edilício, é aquele que se constitui em certas aglomerações urbanas ou campestres, cercadas por muros e com portaria de entrada, com sistema de segurança próprio, com cobrança de taxa condominial e com regulamentos internos, com vias públicas nele situadas.
(B) é constituído por meio de ato entre vivos ou testamento, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sendo caracterizado pela existência concomitante de áreas comuns e de uso privativo.
(C) é aquele instituído pelos herdeiros sobre os bens imóveis deixados pelo *de cujus*.
(D) somente pode ser dissolvido por ato entre vivos devidamente registrado no Cartório de Notas e Títulos com assinatura de pelo menos 4/5 de todos condôminos.
(E) é figura jurídica desconhecida no direito brasileiro, de origem italiana, com muita similitude com o condomínio em edificações.

RESPOSTA Art. 1.332, CC. O condomínio horizontal é um dos tipos de condomínio edilício, que também pode ser vertical. *Alternativa B.*

Direitos Reais em Coisa Alheia

1552. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** No que tange a aspectos do usufruto, é certo que

(A) o usufrutuário pode ceder o seu exercício por título oneroso.
(B) o usufruto só pode recair em bens imóveis.
(C) o doador está obrigado à caução se reservar o usufruto da coisa doada.
(D) o usufrutuário é obrigado a pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.
(E) os frutos civis, vencidos na data inicial do usufruto, pertencem ao usufrutuário.

RESPOSTA (A) É vedado ao usufrutuário ceder o direito real de usufruto a título gratuito ou oneroso, em decorrência da pessoalidade. Todavia, o usufrutuário pode ceder o seu exercício, recebendo os frutos civis do bem. (B) Art. 1.340, CC. (C) Art. 1.400, parágrafo único, CC. (D) Art. 1.402, CC. (E) Art. 1.398, CC. *Alternativa A.*

Direitos Reais em Garantia

1553. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** A respeito do penhor, da hipoteca e da anticrese, considere:

I. É válida a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
II. Só aquele que pode alienar poderá empenhar, hipotecar ou dar em anticrese e só os bens que se podem alienar poderão ser dados em penhor, anticrese ou hipoteca.
III. Os sucessores do devedor podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) I.
(B) II.
(C) I e II.
(D) I e III.

(E) II e III.

RESPOSTA (I) Art. 1.428, CC. (II) Art. 1.420, CC. (III) Art. 1.429, CC. *Alternativa B.*

1554. (Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC) O usufruto

(A) pode ser transferido por título oneroso, mas o seu exercício só pode ser cedido a título gratuito.
(B) pode recair em um ou mais bens do nu-proprietário, não podendo, porém, alcançar-lhe o patrimônio inteiro.
(C) não se estende, salvo disposição em contrário, aos acessórios da coisa e seus acréscimos.
(D) não se extingue pelo não uso, ou não fruição, da coisa em que recai.
(E) de coisa segurada obriga o usufrutuário a pagar, durante a sua duração, as contribuições do seguro.

RESPOSTA (A) Art. 1.393, CC. (B) Art. 1.390, CC. (C) Art. 1.392, CC. (D) Art. 1.410, VIII, CC. (E) Art. 1.407, CC. *Alternativa E.*

1555. (Advogado – Metrô-SP – 2010 – FCC) Com relação ao penhor, à anticrese e à hipoteca, é correto afirmar:

(A) Tratando-se de coisa comum a dois ou mais proprietários pode, cada um, individualmente, dar em garantia real a parte que tiver.
(B) Em regra, o pagamento de uma ou mais prestações da dívida não importa exoneração correspondente da garantia, exceto se esta compreenda vários bens.
(C) O credor anticrético tem direito a reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga; extingue-se esse direito decorridos dez anos da data de sua constituição.
(D) É válida cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
(E) Os sucessores do devedor podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões.

RESPOSTA (A) Art. 1.420, § 2º, CC. (B) Art. 1.421, CC. (C) Art. 1.423, CC. (D) Art. 1.428, CC. (E) Art. 1.429, CC. *Alternativa A.*

1556. (Procurador – ALESP – 2010 – FCC) Com relação à posse, é correto afirmar:

(A) O possuidor de boa-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.
(B) A posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.
(C) Obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.
(D) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, assistindo-lhe o direito de retenção pela importância destas.
(E) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, mas somente poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias.

RESPOSTA (A) Art. 1.217, CC. (B) Art. 1.205, II, CC. (C) Art. 1.210, § 2º, CC. (D) Art. 1.220, CC. (E) Art. 1.219, CC. *Alternativa B.*

1557. (Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC) Com referência aos direitos reais de garantia, é INCORRETO afirmar:

(A) A coisa comum a dois ou mais proprietários não pode ser dada em garantia real, na sua totalidade, sem o consentimento de todos.
(B) Os sucessores do devedor não podem remir parcialmente a hipoteca na proporção dos seus

quinhões; qualquer deles, porém, pode fazê-lo no todo.

(C) A dívida estará vencida antecipadamente se perecer o bem dado em garantia, e não for substituído, não sendo compreendidos os juros correspondentes ao tempo ainda não decorrido.

(D) É nula a cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, bem como é vedado ao devedor dar a coisa em pagamento da dívida após o vencimento.

(E) A propriedade superveniente torna eficaz, desde o registro, as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.

RESPOSTA (A) Art. 1.420, § 2º, CC. (B) Art. 1.419, CC. (C) Art. 1.425, IV, CC. (D) Art. 1.422, CC. (E) Art. 1.361, § 3º, CC. *Alternativa D.*

VI. Direito das Famílias

Direito Pessoal de Família: Casamento

1558. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** De acordo com o Código Civil, NÃO podem se casar

(A) o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.

(B) o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.

(C) os parentes afins em linha colateral.

(D) o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.

(E) o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas.

RESPOSTA (A) Art. 1.523, I, CC. (B) Art. 1.523, III, CC. (C) Art. 1.521, II, CC. (D) Art. 1.521, VII, CC. (E) Art. 1.523, IV, CC. *Alternativa D.*

1559. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** O divórcio

(A) poderá ser requerido pelos ascendentes, descendentes ou irmãos dos cônjuges, ainda que ambos sejam capazes.

(B) não poderá ser concedido sem que haja prévia partilha de bens, ainda que móveis de qualquer natureza.

(C) poderá ser requerido pelo curador, pelos ascendentes ou pelo irmão se o cônjuge for incapaz para propor a ação.

(D) resultante da conversão da separação judicial dos cônjuges será declarado por sentença, da qual deverá constar a causa que o determinou.

(E) modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos.

RESPOSTA Art. 1.582, parágrafo único, CC. Vale lembrar que a EC n. 66/2010 deu nova redação ao art. 226, § 6º, CRFB, prevendo que o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, retirando a separação como requisito necessário para tanto. *Alternativa C.*

Parentesco

1560. **(Analista – TRE-AL – 2010 – FCC)** Sobre a relação de parentesco é INCORRETO afirmar:

(A) Na linha reta, a afinidade se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.

(B) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.

(C) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal.

(D) Não basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade.

(E) Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo tal ação imprescritível.

RESPOSTA (A) Art. 1.595, § 2º, CC. (B) Art. 1.597, I, CC. (C) Art. 1.597, II, CC. (D) Art. 1.600, CC. (E) Art. 1.601, CC. *Alternativa A.*

Filiação, Reconhecimento dos Filhos, Adoção e Guarda

1561. **(Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC)** A respeito da paternidade, é correto afirmar:

(A) Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, decaindo, porém, desse direito se não o exercitar em até 4 anos após o término da relação conjugal.

(B) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável, exceto quando feito em testamento.

(C) São nulas a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento do filho.

(D) O filho reconhecido, enquanto menor, ficará sob a guarda do genitor que o reconheceu, e, se ambos o reconheceram e não houver acordo, sob a da genitora conforme pacífico entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

(E) A filiação materna ou paterna pode resultar de casamento declarado nulo, ainda mesmo sem as condições do putativo.

RESPOSTA (A) Art. 1.601, CC. (B) Art. 1.609, III, CC. (C) Art. 1.613, CC. (D) Art. 1.612, CC. (E) Art. 1.617, CC. *Alternativa E.*

Direito Patrimonial de Família: do Regime de Bens entre os Cônjuges

1562. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Sendo o casamento realizado sob o regime da comunhão parcial de bens, entram na comunhão aqueles adquiridos na constância da sociedade conjugal,

(A) apenas a título oneroso por ambos os cônjuges.

(B) considerados instrumentos de profissão pertencentes a cada um dos cônjuges.

(C) pela herança recebida por qualquer dos cônjuges, salvo cláusula testamentária impondo incomunicabilidade.

(D) por doação a qualquer dos cônjuges.

(E) por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.

RESPOSTA (A) Art. 1.660, I, CC. (B) Art. 1.659, V, CC. (C) Art. 1.659, I, CC. (D) Art. 1.660, III, CC. (E) Art. 1.660, II, CC. *Alternativa E.*

Bem de Família

1563. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Considere as seguintes afirmativas sobre o bem de

família:

I. Não havendo instituição voluntária e possuindo os cônjuges mais de um imóvel residencial, será considerado bem de família o de menor valor.

II. Poderá haver instituição voluntária, por testamento, compreendendo o imóvel de maior valor entre os que possuírem os instituidores, mas não poderá ultrapassar um terço do patrimônio líquido ao tempo da instituição.

III. Poderá consistir de prédio rústico ou urbano.

IV. Quando instituído por escritura pública compreenderá apenas um imóvel residencial, urbano ou rústico, ficando excluídos dessa proteção quaisquer bens móveis ou valores mobiliários.

V. A proteção legal não abrangerá qualquer peça do mobiliário que guarneça a moradia.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.

(B) I, II e IV.

(C) II, III e IV.

(D) II, IV e V.

(E) III, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 5º, parágrafo único, Lei n. 8.009/90. (II) Art. 1.711, CC. (III) Art. 1.712, CC. (IV) Art. 1.712, CC. (V) Art. 1º, parágrafo único, Lei n. 8.009/90. *Alternativa A.*

União Estável e Concubinato

1564. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Estão impedidos de estabelecer união estável:

(A) o companheiro sobrevivente com o condenado por homicídio culposo contra o seu consorte.

(B) os afins em linha reta.

(C) os colaterais até quarto grau, inclusive.

(D) os viúvos ou viúvas que tiverem filho de cônjuge falecido enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.

(E) pessoas divorciadas.

RESPOSTA Art. 1.723, § 1º, c/c art. 1.521, II, ambos do CC. *Alternativa B.*

1565. **(Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC)** Em relação à união estável,

(A) aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da separação legal de bens.

(B) os direitos sucessórios da companheira ou companheiro são iguais aos do cônjuge supérstite.

(C) constitucionalmente, pode caracterizar-se ainda que em relações homoafetivas.

(D) exige-se convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família, mesmo que o casal não conviva sob o mesmo teto.

(E) só se configurará entre pessoas solteiras ou de qualquer modo desimpedidas de se casar.

RESPOSTA (A) Art. 1.725, CC. (B) Art. 1.790, CC. (C) O STF, em 2011, no julgamento da ADI 4.277 e da ADPF 132, reconheceu a possibilidade de união estável entre pessoas do mesmo sexo, dando interpretação conforme a Constituição ao art. 1.723, CC, para excluir qualquer significado que impeça o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. (D) Art. 1.723, CC. (E) Art. 1.723, § 1º, CC. *Alternativa D.*

VII. Direito das Sucessões

Sucessões em Geral

1566. **(Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC)** Sobre o Direito das Sucessões, é correto afirmar:

(A) Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor de um terço da herança.

(B) Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da abertura do testamento ou do início do inventário.

(C) A companheira ou companheiro participará da sucessão do outro, quanto a todos os bens adquiridos na vigência da união estável, sendo certo que se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho.

(D) O coerdeiro poderá ceder a sua quota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se nenhum coerdeiro a quiser, tanto por tanto.

(E) O coerdeiro, a quem não se der conhecimento da cessão, poderá, depositado o preço, haver para si a quota cedida a estranho, se o requerer até cento e oitenta dias após a abertura da sucessão.

RESPOSTA (A) Art. 1.789, CC. (B) Art. 1.787, CC. (C) Art. 1.790, CC. (D) Art. 1.794, CC. (E) Art. 1.795, CC. *Alternativa D.*

Sucessão Legítima

1567. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Na sucessão legítima

(A) os filhos sucedem por cabeça e os outros descendentes apenas por estirpe.

(B) em falta de descendentes e ascendentes, será deferida a sucessão por inteiro ao cônjuge sobrevivente, apenas se casado sob o regime da comunhão universal ou parcial de bens.

(C) sendo chamados a suceder os colaterais, na falta de irmãos sucederão os tios e não os havendo os filhos dos irmãos.

(D) em falta de descendente e ascendente, será deferida a sucessão por inteiro ao cônjuge sobrevivente, mesmo que casado tiver sido sob o regime da separação obrigatória de bens.

(E) na classe dos ascendentes não há exclusão por grau, todos sendo aquinhoados em igualdade.

RESPOSTA (A) Art. 1.835, CC. (B) Art. 1.838, CC. (C) Art. 1.839, CC. (D) Art. 1.838, CC. (E) Art. 1.836, § 1º, CC. *Alternativa D.*

1568. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** Sobre a sucessão do companheiro ou companheira quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, analise as afirmações abaixo.

I. Receberá o companheiro a meação que tiver sobre esses bens e só o usufruto de metade dos bens se concorrer com descendentes ou 25% (vinte e cinco por cento) dos bens se concorrer com ascendente.

II. Prefere a todos os parentes do falecido na ordem de vocação hereditária, afastando-os do recebimento da herança, exceto aos descendentes e ascendentes, com os quais concorre.

III. Se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho.

IV. Se concorrer com descendentes só do autor da herança, receberá a metade do que couber a cada um deles.

V. Só existindo parentes colaterais de quarto grau do falecido, concorrerá com estes, recebendo um terço da herança, mas se os colaterais forem de grau mais afastado, terá direito à totalidade da herança.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II.

(B) I e V.
(C) II e III.
(D) II e IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 1.790, II e III, CC. (II) Art. 1.829, CC. (III) Art. 1.790, I, CC. (IV) Art. 1.790, III, CC. (V) Art. 1.790, III e IV, CC. *Alternativa E.*

1569. (Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC) "A" faleceu em 15 de janeiro de 2003. O inventário foi aberto em 10 de abril de 2004. Habilitaram-se à sucessão de seus bens a viúva "B", casada com o "A", sob o regime de separação convencional de bens, o filho "C", fruto do primeiro casamento do falecido com "X", e os dois filhos, "D" e "E", frutos do casamento do falecido com "B". Quem herdará os bens deixados por "A"?

(A) Os filhos "D" e "E" em concorrência com a viúva "B", garantindo-se a esta última 1/3 dos bens deixados pelo *de cujus*.
(B) O filho "C" e os filhos "D" e "E" em concorrência com a viúva "B", garantindo-se a esta última o direito ao usufruto da metade dos bens deixados pelo *de cujus*.
(C) Os filhos "C", "D" e "E" em concorrência com a viúva "B".
(D) O filho "C", os filhos "D" e "E" em concorrência com a viúva "B" e a ex-mulher "X", não habilitada, garantindo-se à viúva "B" 1/3 dos bens deixados pelo *de cujus*.
(E) Os filhos "C", "D" e "E", garantindo-se à viúva "B" o direito ao usufruto da metade dos bens deixados pelo *de cujus*.

RESPOSTA Art. 1.829, CC. *Alternativa C.*

1570. (Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC) Sobre a vocação hereditária, preceitua o Código Civil:

(A) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da morte do *de cujus*.
(B) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura do testamento cerrado.
(C) Na sucessão legítima podem ainda ser chamados a suceder os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivo este ao abrir-se a sucessão.
(D) Não podem ser nomeados herdeiros nem legatários, entre outros, a concubina do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato do cônjuge há mais de um ano.
(E) São anuláveis as disposições testamentárias em favor de pessoas não legitimadas a suceder, quando simuladas sob a forma de contrato oneroso, ou feitas mediante interposta pessoa.

RESPOSTA (A) e (B) Art. 1.798, CC. (C) Art. 1.799, I, CC. (D) Art. 1.801, III, CC. (E) Art. 1.802, CC. *Alternativa A.*

1571. (Promotor – MP-PE – 2008 – FCC) Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais,

(A) todos herdarão em partes iguais.
(B) cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.
(C) somente herdarão os irmãos unilaterais.
(D) somente herdarão os irmãos bilaterais.
(E) estes somente herdarão se habitarem imóvel do falecido.

RESPOSTA Art. 1.841, CC. *Alternativa B.*

VIII. Direito Registral

1572. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Em tema de registros públicos,

I. incondicionalmente, qualquer pessoa pode requerer verbalmente ou por escrito informações constantes do registro.

II. cabe à pessoa com interesse no ato ou fato objeto de registro, mediante apresentação do motivo e informação sobre a destinação que dará ao documento, requerer informações ou a respectiva certidão.

III. o oficial de registro poderá recusar a emissão de certidão caso repute o motivo escuso ou ilícito.

IV. têm legitimidade exclusiva para requerer a expedição de certidão as pessoas relacionadas com o ato ou fato objeto de registro, bem como seus parentes, cônjuges ou companheiros.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

(A) I.
(B) II.
(C) IV.
(D) II e III.
(E) II e IV.

RESPOSTA (I) Art. 13, II, Lei n. 6.015/73. (II) Art. 17, Lei n. 6.015/73. (III) Art. 17, Lei n. 6.015/73. A apresentação de motivo é dispensada e, por isso, não há que se falar em recusa em virtude de o motivo ser escuso ou ilícito. (IV) Art. 17, Lei n. 6.015/73. Qualquer pessoa é parte legítima. *Alternativa A.*

1573. **(Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC)** No que toca ao Direito de Registros Públicos, é correto afirmar:

(A) O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

(B) A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, dispensada, em casos excepcionais, a manifestação do Ministério Público.

(C) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública ou no dos familiares do *de cujus* e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária.

(D) O registro civil das pessoas naturais possui caráter constitutivo ao passo que o das pessoas morais possui caráter meramente declaratório.

(E) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de trinta dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de quarenta quilômetros da sede do cartório.

RESPOSTA (A) Art. 56, Lei n. 6.015/73. (B) Art. 58, parágrafo único, Lei n. 6.015/73. (C) Art. 77, § 2º, Lei n. 6.015/73. (D) O registro civil das pessoas naturais tem natureza meramente declaratória, ao passo que o das pessoas jurídicas tem natureza constitutiva. (E) Art. 50, Lei n. 6.015/73. *Alternativa A.*

IX. Direito do Consumidor

1574. (Analista – TRF-5 – 2012 – FCC) Cibelle das Flores comprou em uma loja de departamento uma máquina fotográfica, uma caixa de bombons, um pijama e uma TV de LCD de 42 polegadas. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o direito de Cibelle reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caducará, contado da efetiva entrega do produto, no prazo de

(A) trinta dias para a caixa de bombons e noventa dias para a máquina fotográfica, o pijama e a TV.
(B) trinta dias para a caixa de bombons e sessenta dias para a máquina fotográfica, o pijama e a TV.
(C) sessenta dias para a caixa de bombons e cento e vinte dias para a máquina fotográfica, o pijama e a TV.
(D) sessenta dias para a caixa de bombons, a máquina fotográfica, o pijama e a TV.
(E) trinta dias para a caixa de bombons e o pijama e cento e vinte dias para a máquina fotográfica e a TV.

RESPOSTA Art. 26, CDC. A caixa de bombons é bem não durável, enquanto a máquina fotográfica, o pijama e a TV são bens duráveis. *Alternativa A.*

X. Temas Mistos

1575. (Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC) Assinale a alternativa correta em relação ao Direito Obrigacional.

(A) Segundo o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado.
(B) No mútuo feneratício civil os juros remuneratórios são presumidos, não sendo admitida a sua capitalização anual.
(C) Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la com a utilização dos meios conducentes à exoneração do devedor, sendo que igual direito cabe ao terceiro não interessado, se o fizer em nome e à conta do devedor, independentemente da oposição deste.
(D) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa, mas quando a obrigação tenha por objeto prestação divisível, o credor poderá ser compelido a receber por partes, ainda que a prestação tenha sido ajustada de forma diversa.
(E) Havendo pluralidade de devedores na obrigação indivisível, cada um deles se obriga por toda a dívida, não havendo sub-rogação nos direitos do credor, em relação aos demais coobrigados, para o devedor que paga a totalidade do débito.

RESPOSTA (A) Súmula 296, STJ. Vale lembrar que em 2012 foi editada a Súmula 472, STJ, no sentido de que a cobrança de comissão de permanência exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual. (B) Art. 591, CC. (C) Art. 304, CC. (D) Arts. 313 e 314, CC. (E) Art. 283, CC. *Alternativa A.*

1576. (Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC) Assinale a alternativa correta em relação aos Direitos Reais.

(A) O possuidor com justo título tem por si a presunção absoluta de boa-fé.
(B) O possuidor de má-fé detém o direito de ressarcimento pelas benfeitorias necessárias e de levantamento das benfeitorias voluptuárias.
(C) Não é cabível a constituição de usufruto que recaia em bens móveis e em um patrimônio inteiro.
(D) O contrato de promessa de compra e venda, desde que escrito, confere ao seu titular direito real à aquisição do imóvel.

(E) Resolvida a propriedade pelo implemento da condição ou pelo advento do termo, entendem-se também resolvidos os direitos reais concedidos na sua pendência.

RESPOSTA (A) Art. 1.201, parágrafo único, CC. (B) Art. 1.220, CC. (C) Art. 1.390, CC. (D) Art. 1.417, CC. (E) Art. 1.359, CC. *Alternativa E.*

1577. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa correta em relação ao Direito das Sucessões.

(A) Na sucessão universal, o direito de propriedade imobiliária transmite-se quando do registro dos formais de partilha no Ofício do Registro de Imóveis.

(B) Conforme regra expressa do Código Civil, são herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes, os cônjuges e os companheiros.

(C) O testador não pode, mesmo justificando, estabelecer cláusula de impenhorabilidade sobre os bens da legítima.

(D) O direito de representação, no direito sucessório, dá-se apenas na linha reta descendente e ascendente.

(E) O prazo de decadência para anular disposição testamentária inquinada de coação é de quatro anos, contados de quando o interessado tiver conhecimento do vício.

RESPOSTA (A) Art. 1.784, CC. (B) Art. 1.845, CC. (C) Art. 1.911, CC. (D) Art. 1.852, CC. (E) Art. 1.909, parágrafo único, CC. *Alternativa E.*

1578. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa correta em relação ao Direito de Família.

(A) Quando não houver, por ocasião do divórcio, acordo entre o pai e a mãe quanto à guarda unilateral do filho menor, será ela concedida preferencialmente para a mãe.

(B) As causas impeditivas geram a anulabilidade do casamento.

(C) As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato e não união estável.

(D) O direito do marido contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua esposa prescreve em quatro anos, podendo os herdeiros prosseguirem na ação em caso de falecimento do autor.

(E) Na curatela, sendo curador o cônjuge, não separado judicialmente ou de fato, não poderá ele ser obrigado a prestar contas.

RESPOSTA (A) Art. 1.584, § 2º, CC. (B) As causas impeditivas geram a nulidade do casamento (art. 1.521, CC). (C) Art. 1.727, CC. (D) Art. 1.601, CC. (E) Art. 1.783, CC. *Alternativa C.*

1579. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa correta sobre a incidência dos Institutos da prescrição e da decadência na teoria das invalidades do negócio jurídico.

(A) Segundo o Código Civil, as nulidades, por ofenderem interesse público, podem ser arguidas pelas partes, sendo vedado ao juiz conhecê-las de ofício em processo que verse sobre a validade de determinado negócio jurídico.

(B) O negócio jurídico nulo não convalece pelo decurso do tempo, razão pela qual apenas as anulabilidades estão sujeitas a prazos prescricionais.

(C) A invalidade do instrumento contratual induz necessariamente a invalidade do negócio jurídico.

(D) A decretação judicial é necessária para o reconhecimento de nulidades e anulabilidades, pois estas espécies de vícios não têm efeito antes de julgados por sentença.

(E) Respeitada a intenção das partes, é cabível a manutenção do negócio jurídico no caso de reconhecimento de invalidade parcial, a qual não o prejudicará na parte válida se desta for separável.

RESPOSTA (A) Art. 177, CC, c/c art. 219, § 5º, CPC. (B) Art. 169, CC. (C) Art. 183, CC. (D) Art. 177, CC. (E) Art. 184, CC. *Alternativa E.*

1580. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O arrendatário inadimplente que não devolver o bem pratica esbulho e sujeita-se à reintegratória.

(B) O arrendador, no caso de inadimplência do arrendatário, pode exigir deste o valor de pagamento das prestações vencidas e vincendas.

(C) O arrendatário deve ser notificado da inadimplência.

(D) O arrendatário deve pagar as prestações vencidas até a data da efetiva retomada do bem pelo arrendador.

(E) Verificando que as prestações tornaram-se excessivamente onerosas poderá o arrendatário postular judicialmente a revisão da cláusula contratual pertinente.

RESPOSTA (A) Em contratos de arrendamento mercantil, comprovado o inadimplemento, será cabível a reintegração do credor na posse, em virtude da configuração de esbulho possessório. (B) Poderá exigir apenas as prestações vencidas. (C) A notificação pessoal de arrendatário inadimplente é requisito essencial para ação de reintegração de posse. (D) Deverá arcar com as parcelas vencidas até a data da reintegração efetiva da posse. (E) Art. 478, CC. *Alternativa B.*

I. Parte Geral

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, Hierarquia e Interpretação de Leis

1581. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Assinale a opção incorreta.

(A) A qualificação dos bens móveis ou imóveis e das relações jurídicas a eles concernentes rege-se pelo princípio da territorialidade, ou seja, pela *lex rei sitae*, sendo que a dos móveis sem localização permanente e a do penhor regula-se pela lei domiciliar de seu titular, seja ele proprietário ou possuidor.

(B) Os incapazes têm por domicílio o de seus representantes legais.

(C) A validade extrínseca do testamento rege-se pela *lex domicilii* do *de cujus* e a intrínseca pela *lex loci actus*.

(D) A forma extrínseca dos atos e negócios jurídicos segue a *locus regit actum*, exceto nos executados no território nacional, aos quais se aplica a *lex loci solutionis*, quanto aos requisitos intrínsecos, exigindo-se o respeito à forma essencial requerida pela lei brasileira.

(E) A sucessão por morte ou ausência segue a *lex domicilii* do falecido ou desaparecido, vigente ao tempo de sua morte, pouco importando a sua nacionalidade, a natureza e a situação dos bens e a lei pessoal de seus herdeiros.

RESPOSTA (A) Art. 8º, LINDB. (B) Art. 76, parágrafo único, CC. (C) A validade extrínseca do testamento rege-se pela *lex loci actus* do *de cujus* e a intrínseca pela *lex domicilii.* (D) Art. 9º, LINDB. (E) Art. 10, LINDB. *Alternativa C.*

1582. **(Analista – DPE-TO – 2012 – UFT)** Nos termos da Lei de Introdução às normas do direito brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

(B) Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.

(C) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de *vacatio legis* começará a correr da nova publicação.

(D) A lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.

RESPOSTA (A) Art. 1º, LINDB. (B) Art. 1º, § 1º, LINDB. (C) Art. 1º, § 3º, LINDB. (D) Art. 2º, § 2º, LINDB. *Alternativa D.*

1583. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Sobre a lei e da sua eficácia espacial e temporal, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Pelo princípio da obrigatoriedade das leis, a lei se aplica a todos indistintamente, valendo a escusa por desconhecimento legal.

(B) Pelo princípio da continuidade das leis, a partir da vigência de uma lei sua eficácia só poderá ser descontinuada pela revogação por outra, sendo possível a repristinação tácita.

(C) Após a vigência do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) houve derrogação de vários dispositivos de leis que contrariavam seus princípios gerais e regulamentos, tendo ocorrido o fenômeno da derrogação nos que encerravam conflito.

(D) Se um servidor aposenta-se sob a égide de uma norma vigente à época em que preenchia os requisitos e passa essa mesma lei a ter nova redação após a concessão da aposentadoria, é licito promover a revisão pelo Estado Administrador dos valores concedidos ao beneficiário após nova regulamentação legal.

(E) Não dispondo em sentido contrário, a lei vigorará em todo o país na data de sua publicação.

RESPOSTA (A) Art. 3º, LINDB. (B) Art. 2º, § 3º, LINDB. (C) Art. 2º, § 1º, LINDB. (D) Art. 6º, LINDB. (E) Art. 1º, LINDB. *Alternativa C.*

1584. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Analise as seguintes proposições à luz do Direito Civil brasileiro e, ao final, responda.

I. As leis, atos e sentenças de país estrangeiro terão eficácia no Brasil, quando não ofenderem a soberania nacional e a ordem pública, ainda que atentem contra os bons costumes.

II. A lei nova, que estabeleça disposições gerais e especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

III. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, sendo que nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada.

IV. As correções a texto de lei em vigor consideram-se lei nova.

V. A lei do país em que a pessoa nasceu determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

(A) São corretas apenas as assertivas I, II e III.

(B) São corretas apenas as assertivas I, III e IV.

(C) São corretas apenas as assertivas II e V.

(D) São corretas apenas as assertivas I, IV e V.

(E) São corretas apenas as assertivas II e IV.

RESPOSTA (I) Art. 17, LINDB. (II) Art. 2º, § 2º, LINDB. (III) Art. 1º, § 1º, LINDB. (IV) Art. 1º, § 4º, LINDB. (V) Art. 7º, LINDB. *Alternativa E.*

1585. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Marque a alternativa INCORRETA:

(A) Uma norma pode não ser válida e nem vigente, mas ter força vinculante, podendo-se falar em sua ultra-atividade.

(B) O Código Civil de 2002 derrogou o Código Comercial, exclusive a parte que trata do Comércio Marítimo.

(C) Considera-se adquirido um direito que seja consequência de um fato idôneo a produzi-lo, em virtude da lei vigente ao tempo em que se efetuou, embora a ocasião de o fazer valer não se tenha apresentado antes da atuação da lei nova, e que, sob o império da lei então vigente, integrou-se imediatamente no patrimônio do particular.

(D) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

(E) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei em que tiverem os nubentes domicílios e, se este for diverso, ao do cônjuge varão.

RESPOSTA (A) Na ultra-atividade, a norma é aplicada mesmo após a sua revogação. (B) A parte que trata do Comércio Marítimo (a partir do art. 457) permanece preservada no Código Comercial, Lei n. 556/50. (C) Art. 6º, § 2º, LINDB. (D) Art. 9º, § 2º, LINDB. (E) Art. 7º, § 4º, LINDB. *Alternativa E.*

1586. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Considerando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa

CORRETA:

I. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
II. A lei estadual sempre revoga a lei municipal quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
III. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
IV. Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

(A) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
(B) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
(C) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
(D) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 4º, LINDB. (II) Errada. Art. 2º, § 1º, LINDB. (III) Errada. Art. 2º, § 2º, LINDB. (IV) Correta. Art. 5º, LINDB. *Alternativa B.*

1587. **(Advogado – CASA – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa que discorre corretamente sobre a vigência das leis brasileiras.

(A) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.
(B) A lei posterior revogará a lei anterior somente quando assim o declare, ainda que incompatível com a lei anterior.
(C) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido vigência.
(D) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revogará ou modificará a lei anterior.
(E) As correções de texto de lei já em vigor não serão consideradas lei nova, mesmo com a nova publicação de seu texto.

RESPOSTA (A) Art. 1º, § 1º, LINDB. (B) Art. 2º, § 1º, LINDB. (C) Art. 2º, § 3º, LINDB. (D) Art. 2º, § 2º, LINDB. (E) Art. 1º, § 4º, LINDB. *Alternativa A.*

1588. **(Advogado – CORENGO – 2010 – UFG)** De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro,

(A) a lei, salvo disposição contrária, começa a vigorar em todo o País quarenta e cinco dias depois de oficialmente aprovada no Congresso Nacional.
(B) a lei revogada, salvo disposição em contrário, não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
(C) o juiz, quando a lei for omissa, decidirá o caso de acordo com a analogia, os contratos, a equidade, os costumes e os princípios gerais do direito.
(D) o juiz, na aplicação da lei, atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências individuais do autor da ação.

RESPOSTA (A) Art. 1º, LINDB. (B) Art. 2º, § 3º, LINDB. (C) Art. 4º, LINDB. (D) Art. 5º, LINDB. *Alternativa B.*

1589. **(Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO)** Considerando as disposições

da Lei de Introdução ao Código Civil, Decreto-Lei n. 4.657, de 04 de setembro de 1942, no caso da Lei n. 12.112, de 10 de dezembro de 2009, que aperfeiçoa regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano, afirma-se que

(A) a lei começa a vigorar em todo o País quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, em não havendo disposição em contrário.
(B) a lei terá vigor até que outra a revogue ou estabeleça disposições gerais a par das já existentes, não se destinando à vigência temporária.
(C) o período máximo de *vacatio legis* para as leis ordinárias é de quarenta e cinco dias.
(D) o prazo para sua vigência continua a contar da primeira publicação, se nova publicação da lei, destinada à correção de seu texto, advier antes do período de *vacatio legis*.
(E) as correções a textos de lei já em vigor não são consideradas lei nova.

RESPOSTA (A) Art. 1º, LINDB. (B) Art. 2º, LINDB. (C) A *vacatio legis* será de quarenta e cinco dias somente quando a lei não dispuser de forma contrária, podendo, inclusive, ser por maior ou menor período. (D) Art. 1º, § 3º, LINDB. (E) Art. 1º, § 4º, LINDB. *Alternativa A.*

1590. **(Advogado – CEB – 2010 – UNIVERSA)** De acordo com as disposições contidas na Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) A lei do país de domicílio da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade, os direitos de família e os direitos sobre imóveis de sua propriedade.
(B) A sentença estrangeira de divórcio litigioso proferida por juiz competente em processo que tenha tramitado regularmente, com a devida citação das partes, e que disponha sobre bem imóvel situado no Brasil poderá produzir efeitos no território nacional desde que homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
(C) Como regra geral, o ordenamento jurídico brasileiro não admite repristinação de lei.
(D) O princípio *lex loci regit actum* (lei do local do ato) estabelece que a lei aplicável é a do país em que o agente praticou o ato, desde que essa norma estrangeira não ofenda a ordem pública e a soberania nacional.
(E) Assim como a parte não pode se escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece, o juiz não pode deixar de aplicar a norma por ele desconhecida, ainda que se trate de lei estrangeira.

RESPOSTA (A) Art. 7º, LINDB. (B) Art. 7º, § 6º, LINDB. (C) Nos termos do art. 2º, § 3º, LINDB, admite-se no Brasil a repristinação, desde que expressa. (D) Art. 17, LINDB. (E) Art. 3º c/c art. 14, ambos da LINDB. *Alternativa D.*

1591. **(Advogado – CEB – 2010 – UNIVERSA)** Salvo disposição em contrário, a lei ordinária entrará em vigor

(A) na data da publicação, tanto no Brasil quanto no exterior, pois para a legislação ordinária não há *vacatio legis* (vacância da lei).
(B) 45 dias após a publicação, no Brasil, e, no exterior, três meses após a publicação.
(C) 60 dias após a publicação, tanto no Brasil quanto no exterior.
(D) 30 dias após a publicação, no Brasil, e, no exterior, três meses após a publicação.
(E) 45 dias após a publicação, tanto no Brasil quanto no exterior.

RESPOSTA Art. 1º, § 1º, LINDB. *Alternativa B.*

1592. **(Advogado – FESF – 2010 – AOCP)** Os princípios norteadores do atual Código Civil Brasileiro são

(A) Boa-fé, Eticidade e Operabilidade.
(B) Socialidade, Legalidade e Operabilidade.
(C) Socialidade, Eticidade e Operabilidade.
(D) Eticidade, Legalidade e Morabilidade.
(E) Efetividade, Adequação e Boa-fé.

RESPOSTA Os princípios norteadores do atual Código Civil brasileiro são a socialidade, a eticidade e a operabilidade. A socialidade representa a cooperação entre as partes da relação, objetivando o atendimento à função social e ao bem comum. A eticidade se perfaz mediante o uso da técnica das cláusulas gerais. A operabilidade, por fim, visa à busca da efetividade das normas pela sua concretude. *Alternativa C.*

1593. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Com relação à Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) A lei revogada automaticamente restaura seus efeitos, quando a lei revogadora perder a vigência.
(B) A Lei de Introdução ao Código Civil é de aplicação restrita aos ramos do direito privado, em especial, ao Direito Civil.
(C) A revogação de uma lei pode ser total (derrogação), pode ser parcial (ab-rogação), pode ser expressa (indicação do dispositivo legal revogado) ou tácita (incompatibilidade entre as leis antiga e nova).
(D) O texto de lei já em vigor pode ser corrigido a qualquer momento, sem que as correções sejam caracterizadas lei nova.
(E) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

RESPOSTA (A) Art. 2º, § 3º, LINDB. (B) Trata-se de norma que se aplica a todos os ramos do direito, tanto é que a Lei n. 12.376/2010 alterou seu nome para Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. (C) Ab-rogação é a revogação total da lei, enquanto derrogação é a revogação parcial da lei. (D) Art. 1º, § 4º, LINDB. (E) Art. 2º, § 2º, LINDB. *Alternativa E.*

1594. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Considere as seguintes proposições:

I. Com exceção das normas constitucionais federais, que prevalecem sobre todas as categorias de normas complementares ou ordinárias vigentes no Brasil, não existe hierarquia absoluta entre leis federais, estaduais e municipais, já que esse escalonamento objetivo só prevalece quando houver competência normativa concorrente entre os entes da federação.
II. Por analogia estende-se a um caso não previsto aquilo que o legislador previu para um caso semelhante, em igualdade de razões, preenchendo uma lacuna na lei, enquanto na interpretação extensiva supõe-se que a norma existe, sendo passível de aplicação ao caso concreto, desde que sua abrangência seja estendida além do que usualmente se faz. Quando se afirma a existência de uma lacuna legal e se nega a aplicação de norma por analogia ao caso concreto, o operador jurídico ainda pode utilizar os princípios gerais de direito para a solução do conflito.
III. A equidade é um elemento de integração da lei e pode ser utilizada para abrandamento do texto legal, amoldando a justiça à especificidade de uma situação real.
IV. Os princípios gerais de direito são enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico, quer para a sua aplicação e integração, quer para a elaboração de novas normas, abrangendo tanto o campo da pesquisa pura do Direito quanto o de sua atualização prática.
V. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e

às exigências do bem comum.
(A) todas as proposições estão corretas
(B) somente as proposições I, II, III e IV estão corretas
(C) somente as proposições II, III, IV e V estão corretas
(D) somente as proposições I, III, IV e V estão corretas
(E) somente as proposições I, II, IV e V estão corretas

RESPOSTA (I) Não há hierarquia absoluta entre leis federais, estaduais e municipais, ressalvada a Constituição Federal. (II) Não confundir analogia com interpretação extensiva. (III) A equidade não é prevista na LINDB como mecanismo de integração da norma, embora possa ser utilizada pelo juiz nos casos em que a lei permitir. (IV) Os princípios gerais do direito conectam-se à ideia de justiça, sendo instrumentos de preenchimento de lacunas sem caráter axiológico, motivo pelo qual não se confundem com os princípios fundamentais. (V) Arts. 4º e 5º, LINDB. *Alternativa A.*

1595. **(Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH)** A Lei de Introdução ao Código Civil é legislação anexa ao Código Civil, autônoma e de caráter universal, que disciplina acerca do início, vigência e da revogação da lei. Analise as assertivas abaixo e marque a RESPOSTA correta.

I. De acordo com o disposto na LIC, a lei começa a vigorar no País, 45 (quarenta e cinco) dias depois de publicada oficialmente, salvo se a lei dispuser, expressamente, que sua vigência se dará a partir da sua publicação.
II. A revogação da lei se dá por outra lei, da mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.
III. A norma especial revoga a norma geral, quando aquela disciplinar de forma diversa a mesma matéria, todavia, se a norma geral é compatível com a norma especial, há a coexistência de ambas.
IV. A LIC não permite que a lei revogada seja restaurada pela perda da vigência da lei revogadora.

Quais assertivas são corretas?
(A) I, II, III e IV;
(B) I, II e III;
(C) I, III e IV;
(D) I, II e IV;
(E) I e IV.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 1º, LINDB. (II) Errada. Art. 2º, § 1º, LINDB. (III) Correta. Art. 2º, § 2º, LINDB. (IV) Correta. Art. 2º, § 3º, LINDB. *Alternativa C.*

1596. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** No caso em que a lei X revogue a lei Y por serem incompatíveis e, posteriormente, a lei Z revogue a lei X e guarde compatibilidade com a lei Y, que volta a vigorar, se aplica o princípio da:
(A) Revogação.
(B) Repristinação.
(C) Revalidação temporal.
(D) Legalidade.
(E) Equidade.

RESPOSTA Art. 2º, § 3º, LINDB. Vale lembrar que no ordenamento jurídico brasileiro não se admite a repristinação tácita. *Alternativa B.*

1597. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** A respeito de vigência, eficácia, conflito, hermenêutica e aplicação da lei, da analogia, dos princípios gerais do direito e da equidade, assinale a alternativa correta.

(A) Leis formais são as que definem direitos e deveres, estabelecem as condições existenciais de uns e de outros, os requisitos de constituição e gozo das situações jurídicas, bem como os elementos dos *status* pessoais.
(B) A derrogação é a revogação total da lei.
(C) Quanto à origem, a interpretação da lei pode ser gramatical, lógica ou sistemática.
(D) Segundo os postulados da escola exegética, ao entendimento da norma, devem contribuir todos os fatores extrínsecos, deve-se cogitar das necessidades econômicas ou sociais, assim como podem penetrar ideias renovadoras, a inspiração da equidade e o conceito abstrato de boa-fé.
(E) Segundo as teorias objetivistas, no silêncio da lei a respeito de sua aplicação às situações geradas sob o império da lei antiga, cujos efeitos se prolongarem na constância da lei nova, é que se deve fazer apelo aos princípios diretores da solução dos conflitos de leis no tempo.

RESPOSTA (A) Esse é o conceito de lei material. (B) Derrogação é a revogação parcial da lei. (C) Essa é a classificação da interpretação quanto aos meios, e não quanto à origem. (D) A escola exegética consolidou a concepção de que a hermenêutica deve traduzir-se na explicação da lei escrita, de modo que não poderia se valer de critérios externos para a interpretação da lei. (E) Art. 6º, LINDB. *Alternativa E.*

1598. (Juiz – TRT-24 – 2008) Com base na Lei de Introdução ao Código Civil e na doutrina dominante, é INCORRETO afirmar que:
(A) Como regra geral o ordenamento jurídico pátrio não admite o efeito repristinatório das leis.
(B) No conflito entre norma anterior superior e norma posterior inferior há um caso de antinomia de segundo grau aparente, onde deve prevalecer a aplicação da norma anterior superior em observância ao critério hierárquico.
(C) No conflito entre norma anterior especial e norma posterior geral há um caso de antinomia de segundo grau aparente, onde deve prevalecer a aplicação da norma anterior especial em observância ao critério da especialidade.
(D) No conflito entre norma geral superior e norma específica posterior há um caso de antinomia real, não havendo regramento específico para sua solução. Nesse caso, o magistrado, de acordo com a sua convicção e aplicando a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, com observância dos fins sociais das normas e das exigências do bem comum, solucionará o litígio.
(E) As correções a texto de lei já em vigor não são consideradas lei nova.

RESPOSTA (A) Art. 2º, § 3º, LINDB. (B) Antinomia de segundo grau aparente é aquela em que os critérios hierárquico, cronológico e da especialidade são insuficientes para solucionar o conflito, já que são casos em que mais de um dos critérios se mesclam, nos quais prevalecerá o critério hierárquico. Pelo critério hierárquico, dá-se preferência à norma de categoria superior (*lex superior derogat legi inferiori*). (C) Pelo critério da especialidade, lei especial revoga lei geral (*lex specialis derogat legi generali*). (D) As antinomias reais são aquelas que não se resolvem pelos critérios de solução, necessitando do atuar pragmático do juiz. (E) Art. 1º, § 4º, LINDB. *Alternativa E.*

1599. (Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP) A sucessão abre-se no lugar
(A) do falecimento.
(B) do domicílio do inventariante.
(C) em que se encontrarem os bens do falecido.
(D) do domicílio dos herdeiros.
(E) do último domicílio do falecido.

RESPOSTA Art. 1.785, CC. *Alternativa E.*

1600. **(Procurador – MPT – 2007)** Complete com a opção CORRETA. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia _________ depois de oficialmente publicada.

(A) 2 meses;
(B) 3 meses;
(C) 4 meses;
(D) 5 meses;
(E) não respondida.

RESPOSTA Art. 1º, § 1º, LINDB. *Alternativa B.*

1601. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** As obrigações convencionais e as decorrentes de atos unilaterais, se interjurisdicionais, desde que efetuadas entre presentes, reger-se-ão:

(A) quanto à forma intrínseca pela *ius loci actus* e quanto à capacidade das partes pela lei da nacionalidade.
(B) quanto à forma intrínseca e extrínseca pela *lócus regit actum* e quanto à capacidade das partes pela *lex fori*.
(C) pela *lex fori*.
(D) quanto à forma *ad probationem tantum* e *ad solemnitatem* pela lei do local de sua constituição e quanto à capacidade pela lei domiciliar das partes.
(E) quanto à forma extrínseca pela *lex fori* e quanto à capacidade das partes pela *locus regit actum*.

RESPOSTA (A) Art. 7º, LINDB. (B) Art. 7º, LINDB. (C) Art. 9º, LINDB. (D) e (E) Arts. 9º e 7º, ambos da LINDB. *Alternativa D.*

1602. **(Procurador – PGE-MG – 2006)** *Vacatio Legis* é o período existente entre a publicação de uma lei e a data em que ela entra em vigor. Em 01 de novembro de 2006, foi publicada no Diário Oficial, lei dispondo sobre alteração do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado. Na referida lei nada constou sobre a data inicial de vigor da norma. A partir de que data essa lei passará a vigorar?

(A) Não havendo disposição na lei, começa a vigorar, em 31 de dezembro de 2006.
(B) Não havendo disposição na lei, começa a vigorar, em 16 de dezembro de 2006.
(C) Não havendo disposição na lei, passa a vigorar, em 16 de novembro de 2006.
(D) Não havendo disposição na lei, passa a vigorar no momento da publicação no Diário Oficial do Estado.

RESPOSTA Art. 1º, *caput,* LINDB. *Alternativa B.*

Pessoas Naturais

1603. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta com relação aos direitos da personalidade.

(A) Os direitos da personalidade são transmissíveis e renunciáveis, podendo seu exercício sofrer limitação voluntária, salvo se a lei excepcionar.
(B) Para proteção da utilização da imagem não autorizada de pessoa morta, nas hipóteses da lei civil, é parte legítima para requerer a medida judicial protetiva somente o cônjuge sobrevivo.
(C) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

(D) Terá legitimação para requerer medida judicial para que cesse lesão a direito da personalidade do morto o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente na linha reta, ou colateral até o quarto grau.

RESPOSTA (A) Art. 11, CC. (B) Art. 12, parágrafo único, CC. (C) Art. 14, CC. (D) Art. 12, parágrafo único, CC. *Alternativa D.*

1604. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) É correto afirmar que cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão

(A) dos pais, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.

(B) de apenas um dos pais, mediante instrumento particular sujeito à homologação judicial, ouvido o Ministério Público, se o menor tiver dezesseis anos completos.

(C) do tutor, mediante instrumento particular sujeito à homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos incompletos.

(D) de um dos pais, na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.

RESPOSTA Art. 5º, parágrafo único, I, CC. *Alternativa A.*

1605. (Juiz – TRT-3 – 2012) Assinale a alternativa correta, após a análise das afirmativas a seguir:

I. A Lei de Introdução ao Código Civil – LICC – estabelece que a lei posterior revoga a anterior, quando incompatível, ou quando expressamente assim o declarar, ou quando regular integralmente a matéria.

II. O fato de o nascituro ter proteção legal não deve levar a imaginar que ele tenha personalidade, tal como a concebe o ordenamento jurídico. O fato de ele ter capacidade para alguns atos não significa que o ordenamento jurídico lhe tenha atribuído personalidade.

III. São absolutamente incapazes os menores de dezesseis anos, sendo eles detentores apenas de capacidade de direito, sem capacidade de fato. Esses menores não podem praticar, por si mesmos, os atos da vida civil, senão quando representados legalmente por mãe, pai, ou tutor, conforme o caso. Os atos praticados pelos menores de dezesseis anos sozinhos são nulos. Os deficientes mentais que não têm o necessário discernimento para a prática de atos também podem ser considerados absolutamente incapazes, ou relativamente (no caso de terem o discernimento reduzido); em ambos os casos, as pessoas com deficiência devem ser sujeitas a processo de interdição.

IV. No que tange aos toxicômanos, aquele cujo discernimento é reduzido, ou tolhido por abuso de bebidas ou entorpecentes, o direito não aceita os chamados “lúcidos intervalos” e, após a interdição, estarão sujeitos à incapacidade absoluta.

V. A senilidade pode ser motivo, por si só, de incapacidade.

(A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

(B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

(C) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

(D) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 2º, § 1º, LINDB. (II) Errada. Art. 2º, CC. (III) Correta. Art. 3º c/c art. 166, I, c/c art. 1.767, todos do CC. (IV) Errada. Art. 4º, II, CC. (V) A senilidade isoladamente considerada não é apta a gerar a incapacidade. *Alternativa B.*

1606. (Procurador – MPF – 2012) Quanto ao nascituro, é correto dizer que:

I. Pode ser objeto de reconhecimento voluntário de filiação;
II. A proteção legal atinge ao próprio embrião;
III. Os pais podem efetuar doação em seu benefício;
IV. Já detém os requisitos legais da personalidade.
Das proposições acima:

(A) I e III estão corretas;
(B) II e IV estão corretas;
(C) II e III estão corretas;
(D) I e IV estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 1.609, parágrafo único, CC. (II) Errada. A proteção legal expressa não menciona o embrião, mas vale ressaltar que se deve conceder proteção jurídica ao embrião à luz da dignidade da pessoa humana. (III) Correta. Art. 542, CC. (IV) Errada. Art. 2º, CC. *Alternativa A.*

1607. (Promotor – MP-PR – 2011) Assinale a alternativa correta:

(A) a capacidade de direito não é atribuída àqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
(B) a incapacidade de exercício não afeta a capacidade de direito, que é atributo de todo aquele dotado de personalidade jurídica.
(C) a antecipação da maioridade derivada do casamento gera a atribuição de plena capacidade de direito àquele menor de 18 anos que contrai núpcias, embora nada afete a sua capacidade de fato.
(D) o reconhecimento da personalidade jurídica da pessoa natural a partir do nascimento com vida significa afirmar que, antes do nascimento, a pessoa é dotada de capacidade de fato, mas não tem capacidade de direito.
(E) a interdição derivada de incapacidade absoluta enseja a suspensão da personalidade jurídica da pessoa natural, uma vez que a capacidade é a medida da personalidade.

RESPOSTA (A) Art. 1º, CC. (B) Arts. 1º e 2º, CC. Vale lembrar a distinção entre capacidade de direito, conferida pelo ordenamento jurídico a todos os detentores de personalidade, e capacidade de fato, representada pela aptidão de praticar por si só os atos da vida civil. (C) De acordo com o art. 5º, parágrafo único, CC, o que cessa, nesse caso, não é a menoridade, mas sim a incapacidade, motivo pelo qual a emancipação produz modificações na capacidade de fato. (D) Art. 1º, CC (capacidade de direito). (E) A personalidade jurídica, ínsita a toda pessoa, não é suspensa pela interdição, mas sim a capacidade de exercício (art. 1.782, CC). *Alternativa B.*

1608. (Juiz – TRT-14 – 2011) Nos termos do atual Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

(A) A lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, mas a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida.
(B) Os menores de dezesseis anos de idade podem ser proprietários de bens móveis e imóveis.
(C) São absolutamente incapazes para o exercício pessoal de atos da vida civil os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, os pródigos e os silvícolas, que ficarão sujeitos a regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais.
(D) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente atos da vida civil.
(E) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.

RESPOSTA (A) Art. 2º, CC. (B) Embora não tenham capacidade de exercer por si sós os atos da vida civil, por serem absolutamente incapazes (art. 3º c/c art. 166, I, ambos do CC), possuem capacidade de direito (art. 1º, CC). (C) São

relativamente incapazes (art. 4º, II, CC). (D) Art. 3º, III, CC. (E) Art. 4º, III, CC. *Alternativa C.*

1609. (Juiz – TRT-14 – 2011) Quanto aos direitos de personalidade previstos no Código Civil vigente, assinale a alternativa correta.

(A) Por se tratar de direito da personalidade, o pseudônimo adotado para atividades lícitas e ilícitas goza da proteção que se dá ao nome.

(B) A disposição gratuita do corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, é válida com objetivo altruístico.

(C) É lícito o ato de disposição do próprio corpo, ainda que importe em diminuição permanente da integridade física, mesmo se não houver exigência médica vez que tal fato se constitui em direito personalíssimo.

(D) Em se tratando de pessoa reconhecidamente pública o nome desta poderá ser utilizado em propaganda comercial, ainda que sem autorização.

(E) Os direitos de personalidade destinam-se a resguardar a dignidade humana, razão pela qual, apenas em vida pode o seu titular exigir que cesse a ameaça, ou lesão, a seu direito de personalidade, bem como reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

RESPOSTA (A) Art. 19, CC. (B) Art. 14, CC. (C) Art. 13, CC. (D) Art. 18, CC. (E) Art. 12, parágrafo único, CC. *Alternativa B.*

1610. (Defensor – DPE-AM – 2011 – IC) Os direitos de personalidade ganham expressão no direito contemporâneo como consectário da afirmação histórica dos direitos humanos. Sobre esses direitos é correto afirmar:

(A) os direitos da personalidade são absolutamente indisponíveis, intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo seu exercício sofrer limitação voluntária.

(B) até mesmo o morto é titular desses direitos e, devidamente representado, tem legitimação para reclamar perdas e danos por violação dos seus direitos.

(C) somente a pessoa natural é titular desses direitos, podendo dispor do próprio corpo, vendendo órgãos ou membros dele, considerado o princípio da autonomia privada.

(D) o direito à intimidade da vida privada é inviolável, estando o juiz impedido de adotar medidas para impedir ou fazer cessar o ato de violação, resolvendo-se em perdas e danos.

(E) são atributos específicos da personalidade e seu titular não pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica.

RESPOSTA (A) Art. 11, CC. (B) Art. 12, parágrafo único, CC. (C) Art. 14, CC. (D) Art. 21, CC. (E) Art. 15, CC. *Alternativa E.*

1611. (Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA) Marque a alternativa INCORRETA:

(A) Capacidade é a medida da personalidade e a capacidade de fato é a capacidade para adquirir direitos e contrair obrigações na vida civil que todos possuem.

(B) Todo o ser humano que nasce com vida é titular por excelência da tutela dos direitos da personalidade.

(C) Antes da decretação judicial da interdição, pode um ato praticado por um amental ser considerado inválido; para tanto, deve-se provar a insanidade e o conhecimento deste estado por parte do outro contratante, caso contrário, o ato será considerado como válido.

(D) O prenome das pessoas pode ser livremente escolhido, desde que não exponha o portador ao ridículo; nesse caso, os oficiais do Registro Público poderão recusar-se a registrar a pessoa.

RESPOSTA (A) Capacidade de direito é a conferida pelo ordenamento jurídico aos detentores de personalidade, enquanto

capacidade de fato representa a aptidão de praticar por si só os atos da vida civil. (B) Art. 2º, CC. (C) Em regra, os efeitos da sentença que decreta a interdição são *ex nunc,* conforme art. 1.773, CC. No entanto, há casos em que se protege o terceiro de boa-fé que negocia com o incapaz, contanto que não tenha ciência da incapacidade e o negócio não gere prejuízo ao interditado. (D) Art. 55, parágrafo único, Lei n. 6.015/73. *Alternativa A.*

1612. **(Promotor – MP-SP – 2011)** É(são) legitimado(s) para exigir a cessação de ameaça ou lesão a direitos de personalidade de uma pessoa já falecida:

(A) apenas o cônjuge sobrevivente e descendentes em linha reta.
(B) qualquer parente colateral até o quinto grau.
(C) somente parente em linha reta até o quarto grau.
(D) todos os parentes sem limitação de grau.
(E) todos os parentes colaterais até o quarto grau.

RESPOSTA Art. 12, parágrafo único, CC. *Alternativa E.*

1613. **(Procurador – MPF – 2011)** Em relação às afirmativas abaixo:

I. O direito ao nome não decorre do fato de estar ligado ao registro da pessoa natural, mas de ser o sinal exterior que individualiza e reconhece a pessoa na sociedade;
II. O agnome, termo atualmente em desuso, designa os títulos nobiliárquicos ou honoríficos, apostos antes do prenome;
III. O pseudônimo, em qualquer circunstância, goza da mesma proteção legal conferida juridicamente ao nome;
IV. Na adoção, o filho adotivo pode conservar o sobrenome de seus pais de sangue, acrescentando porém o do adotante.

Das proposições acima:

(A) I e II estão corretas;
(B) II e III estão corretas;
(C) III e IV estão corretas;
(D) Nenhuma está correta.

RESPOSTA (I) Errada. Art. 16, CC. (II) Errada. O agnome serve de complemento, como um possível terceiro elemento do nome civil, com o fito de indicar grau de parentesco (ex.: Filho, Neto). (III) Errada. Art. 19, CC. (IV) Errada. Art. 47, § 5º, ECA. *Alternativa D.*

1614. **(Advogado – CASA – 2011 – VUNESP)** Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Tal previsão, constante do artigo 12, *caput* do Código Civil, poderia, portanto, ser aplicada para garantir direitos da personalidade, tais como de

(A) dispor do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, com objetivo científico, de forma gratuita ou onerosa.
(B) utilizar pseudônimo para atividades lícitas, gozando das proteções que são dadas ao nome.
(C) liberdade de divulgação de escritos de uma pessoa, mesmo que isso atinja a honra, boa fama ou a respeitabilidade desta.
(D) usar nome de pessoa em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, desde que não haja intenção difamatória.
(E) disposição do próprio corpo, ainda que não haja exigência médica, desde que isso não contrarie os bons costumes.

RESPOSTA (A) Art. 14, CC. (B) Art. 19, CC. (C) Art. 20, CC. (D) Art. 20, CC. (E) Art. 13, CC. *Alternativa B.*

1615. **(Advogado – IMESP – 2010 – VUNESP)** Sobre a personalidade e capacidade das pessoas, é correto afirmar que:

(A) a capacidade civil da pessoa e do nascituro começa com a concepção.
(B) são relativamente incapazes os menores de 16 anos.
(C) são absolutamente incapazes os pródigos.
(D) cessa a incapacidade dos menores pelo exercício efetivo de emprego público.
(E) a existência da pessoa natural termina com a morte, presumindo-a quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.

RESPOSTA (A) Art. 2º, CC. (B) Art. 3º, I, CC. (C) Art. 4º, IV, CC. (D) Art. 5º, parágrafo único, III, CC. (E) Art. 6º, CC. *Alternativa D.*

1616. **(Advogado – FESF – 2010 – AOCP)** Segundo o Código Civil a capacidade plena é adquirida pela emancipação. A respeito deste tema podemos afirmar que

(A) A emancipação, ainda que voluntária, será feita mediante escritura pública e dependerá de homologação judicial.
(B) Da emancipação surgem importantes efeitos patrimoniais, podendo interferir, inclusive, na obrigação de prestar alimentos.
(C) O exercício de emprego ou função pública, ainda que seja por cargo comissionado, é hipótese de emancipação legal.
(D) A lei somente autoriza a emancipação pela concessão de um só genitor quando constatar-se a morte do outro.
(E) Da emancipação decorre a antecipação da imputabilidade penal.

RESPOSTA (A) Art. 5º, parágrafo único, I, CC. (B) A emancipação faz cessar a incapacidade de exercício, motivo pelo qual a pessoa emancipada torna-se capaz para praticar por si só os atos da vida civil, podendo, inclusive, ser devedor de alimentos. (C) Art. 5º, parágrafo único, III, CC. (D) Art. 5º, parágrafo único, I, CC. (E) A emancipação faz cessar a incapacidade, e não a menoridade. *Alternativa B.*

1617. **(Promotor – MP-G0 – 2010)** Em relação a pessoa natural, assinale a alternativa correta:

(A) A pessoa que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiver o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil é capaz de ter direitos e deveres na ordem civil.
(B) A emancipação voluntária é aquela realizada por concessão dos pais ou tutores e será formalizada mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas naturais para ter eficácia.
(C) Os direitos da personalidade da pessoa natural têm como característica a indisponibilidade absoluta, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
(D) Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

RESPOSTA (A) Art. 1º, CC. Vale lembrar: não confundir capacidade de direito com capacidade de exercício. (B) Art. 5º, parágrafo único, I, CC. (C) Art. 11, CC. (D) Súmula 403, STJ. *Alternativa A.*

1618. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Sobre os direitos de personalidade, assinale a alternativa correta:

(A) não obstante o art. 11 do Código Civil brasileiro estabelecer que estes direitos são intransmissíveis, admite-se a legitimação do cônjuge sobrevivente para requerer perdas e danos sofridas em face de conduta ofensiva e lesiva ao nome do cônjuge já morto;

(B) de acordo com a lei civil, é proibida a comercialização, pela própria pessoa, dos fios do seu cabelo, considerando a indisponibilidade presente, por constituírem parte integrante da própria personalidade;

(C) mesmo após a morte da pessoa, será vedada, em qualquer caso, a utilização da sua imagem, independentemente do destino comercial do respectivo uso ou de vir a atingir a honra, a boa fama ou a respeitabilidade do falecido, salvo mediante autorização judicial;

(D) a pessoa é proibida pela lei civil, sem exceções, de dispor em vida do próprio corpo, quando importar tal ato em diminuição permanente da sua integridade física, mesmo quando haja finalidade terapêutica ou exigência médica;

(E) a utilização de pseudônimo por pessoa autora de obra jurídica, ocultando o nome verdadeiro, não lhe assegura o gozo de direitos relativos à personalidade, mas apenas os direitos autorais.

RESPOSTA (A) Art. 12, parágrafo único, CC. (B) De acordo com a interpretação que se extrai do art. 13, CC, não há tal restrição. (C) Art. 20, CC. (D) Art. 13, CC. (E) Art. 19, CC. *Alternativa A.*

1619. **(Procurador – Uberaba-MG – 2010 – FUNDEP)** De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Há comoriência quando dois ou mais indivíduos falecem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum deles precedeu aos outros, hipótese em que são presumidos simultaneamente mortos.

(B) É válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte.

(C) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente ou de fato antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

(D) Prescreve em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

RESPOSTA (A) Art. 8º, CC. (B) Art. 14, CC. (C) Art. 25, CC. (D) Art. 45, parágrafo único, CC. *Alternativa A.*

1620. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Considere as seguintes proposições:

I. Os direitos de personalidade, como tais considerados aqueles direitos próprios da pessoa, são sempre intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

II. Uma das soluções doutrinárias para os casos de violação à privacidade e à imagem permite a apropriação, pela vítima, dos proventos ilicitamente auferidos pelo autor da ofensa.

III. Pelo Código Civil brasileiro, a única solução possível para a vítima de ofensa aos direitos da personalidade é o pedido de indenização pelos danos sofridos.

IV. As pessoas que, por deficiência mental, não têm o necessário discernimento para a prática de atos da vida civil são consideradas absolutamente incapazes de exercê-los pessoalmente.

V. As pessoas sem desenvolvimento mental completo são consideradas incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.

(A) somente são corretas as proposições I, II e III

(B) somente são corretas as proposições I, IV e V

(C) somente são corretas as proposições II, IV e V

(D) somente são corretas as proposições I, II e IV

(E) todas as proposições são corretas

RESPOSTA (I) Errada. Art. 11, CC. (II) Correta. Trata-se de solução construída pela doutrina. (III) Errada. Art. 12, CC. (IV) Correta. Art. 3º, II, CC. (V) Correta. Art. 4º, III, CC. *Alternativa C.*

1621. (Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB) Sobre o instituto da ausência, previsto no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) A sucessão provisória será aberta após cinco anos da decisão de declaração de ausência.

(B) Cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva.

(C) O ausente é considerado incapaz pela lei civil.

(D) O cônjuge do ausente, desde que não separado judicialmente ou de fato por mais de dois anos antes da declaração de ausência, será, preferencialmente, o seu legítimo curador.

(E) O Ministério Público não tem legitimidade para requerer a declaração de ausência.

RESPOSTA (A) Art. 26, CC. (B) Art. 37, CC. (C) Ao contrário do CC/1916 (art. 5º, IV), o CC/2002 não prevê a ausência como hipótese de incapacidade. (D) Art. 25, CC. (E) Art. 22, CC. *Alternativa D.*

1622. (Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE) João Roberto, policial civil, ao sair do trabalho e ainda diante da delegacia onde era lotado, deparou-se, na rua, com uma discussão entre dois motoristas por causa de uma vaga de estacionamento. Um deles, mais exaltado, saca uma arma e atira, atingindo em cheio o coração de João Roberto, que vem a falecer no mesmo momento, deixando esposa e dois filhos menores. Identificado o assassino, o irmão de João Roberto move, contra ele, uma ação de indenização. Quanto ao fato, aponte a afirmativa correta.

(A) Ao regular os direitos da personalidade, o Código Civil admitiu expressamente as perdas e os danos em caso de lesão. No entanto, em se tratando de morto que tenha deixado cônjuge sobrevivente, caberá apenas a este a legitimidade para pleiteá-los.

(B) Ao regular os direitos da personalidade, o Código Civil admitiu expressamente as perdas e os danos em caso de lesão. No entanto, em se tratando de morto que tenha deixado filhos menores, apenas estes, representados pela mãe, terão legitimidade para pleiteá-los.

(C) É perfeitamente cabível tal ação, tendo em vista que, ao regular os direitos da personalidade, o Código Civil admitiu expressamente as perdas e os danos, em caso de lesão e, em se tratando de morto, terá legitimação para requerer tal medida o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

(D) Como a vida se trata de um direito da personalidade, que, por sua essência, é intransferível, compete apenas ao seu titular qualquer medida que vise proteger tal interesse. Assim, em caso de morte, ante a impossibilidade do *de cujus* de mover qualquer ação, não se pode entender que qualquer parente ou cônjuge o faça.

(E) Não se admite, no Brasil, qualquer ação para defender direitos da personalidade. Apenas os interesses patrimoniais poderão ser discutidos judicialmente.

RESPOSTA Art. 12, parágrafo único, CC. *Alternativa C.*

1623. (Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE) Analise a veracidade das afirmações sobre a pessoa natural.

(1) Não se admite a declaração de morte presumida sem anterior decretação de ausência.

(2) De acordo com o código civil, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido, são considerados relativamente incapazes.

(3) O menor poderá ser emancipado aos dezesseis anos completos, por concessão dos pais, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.

(4) A capacidade dos índios está plenamente regulada na Constituição Federal de 1988.

Estão corretas apenas:

(A) 1 e 3

(B) 2 e 4

(C) 1, 2 e 4

(D) 2 e 3

(E) 1, 2 e 3

RESPOSTA (1) Errada. Art. 7º, CC. (2) Correta. Art. 4º, II, CC. (3) Correta. Art. 5º, parágrafo único, I, CC. (4) Errada. Art. 4º, parágrafo único, CC. *Alternativa D.*

1624. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Acerca da personalidade, da capacidade e dos direitos da personalidade da pessoa natural, assinale a alternativa correta.

(A) A violação a direito da personalidade resta caracterizada por simples atentado ao bem jurídico tutelado, independentemente da intensidade da dor e do sofrimento infligidos ao titular.

(B) Os menores de dezoito e maiores de dezesseis anos de idade não gozam dos atributos da personalidade jurídica, motivo pelo qual são relativamente incapazes de exercerem pessoalmente os atos da vida civil.

(C) No caso de comoriência, sendo os comorientes herdeiro um do outro, não haverá direito sucessório entre eles.

(D) A declaração judicial de morte presumida da pessoa natural somente será admitida mediante a prévia decretação da ausência.

(E) O direito a pretensão de indenização patrimonial por violação aos direitos da personalidade da pessoa natural é imprescritível.

RESPOSTA (A) A intensidade da dor e do sofrimento do titular não são fatores cuja consideração seja dispensada. (B) Art. 2º, CC. (C) Art. 8º, CC. Isso porque, para que haja a transmissão da herança, é preciso que o herdeiro tenha sobrevivido ao falecido, o que não ocorre nos casos de comoriência. (D) Art. 7º, CC. (E) A possibilidade de exercício dos direitos da personalidade não prescreve, o que prescreve é a pretensão à reparação dos danos. *Alternativa C.*

1625. **(Procurador – MPT – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer;

(B) presume-se o término da existência do ausente nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva;

(C) pode ser declarada a morte presumida, se alguém desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra, decretando-se sua ausência;

(D) a comoriência é a morte de duas ou mais pessoas na mesma ocasião e, geralmente, em razão de um mesmo acontecimento;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 4º, III, CC. (B) Art. 6º, CC. (C) Art. 7º, II, CC. (D) Art. 8º, CC. Não há necessidade de que a morte seja em virtude do mesmo acontecimento. *Alternativa C.*

1626. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Sobre os direitos da personalidade, nos termos do Código Civil vigente, é INCORRETO afirmar que:

(A) Em se tratando de morto, terão legitimação para requerer medida que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e para reclamar perdas e danos, apenas o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta.

(B) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

(C) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes. Tal ato, contudo, será admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.

(D) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

(E) Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

RESPOSTA (A) Art. 12, parágrafo único, CC. (B) Art. 15, CC. (C) Art. 13, CC. (D) Art. 19, CC. (E) Art. 20, CC. *Alternativa A.*

1627. **(Advogado – EPTC – 2008 – FUNDATEC)** Em relação à capacidade civil, é correto afirmar que:

(A) a capacidade de fato ou de exercício é, de regra, obtida aos dezoito anos.

(B) a emancipação pode ser concedida pelos pais, mas dependerá de homologação por sentença judicial.

(C) na emancipação é indispensável a sentença judicial.

(D) a emancipação pode ser concedida por tutor, desde que este tenha sido nomeado judicialmente.

(E) a relação de emprego é forma de emancipação, desde que esteja formalizada com registro na Carteira de Trabalho do empregado.

RESPOSTA (A) Art. 5º, *caput*, CC. (B) e (C) Art. 9º, II, CC. (D) Art. 5º, parágrafo único, I, CC. (E) Art. 5º, parágrafo único, III, CC. *Alternativa A.*

1628. **(Advogado – CORREIOS-SP – 2008 – ESPP)** No que pertine à personalidade jurídica da pessoa natural podemos afirmar corretamente que:

(A) A prova da morte real se faz por meio do atestado de óbito ou pela declaração de ausência no caso de catástrofe e não encontro do corpo.

(B) Nos casos de morte de mais de uma pessoa no mesmo evento, sem possibilidade de identificação de quem faleceu primeiro, o código civil brasileiro adotou a regra da comoriência.

(C) A morte presumida será reconhecida pela declaração de ausência ou pelo procedimento de justificação, gerando seu efeitos após o trânsito em julgado das respectivas ações.

(D) A personalidade jurídica da pessoa natural é adquirida a partir da concepção, havendo ou não nascimento com vida.

RESPOSTA (A) A prova da morte real se faz por meio do atestado de óbito, da declaração da morte presumida sem a decretação de ausência (art. 7º, CC) ou da justificação do óbito (art. 88, Lei n. 6.015/73). (B) Art. 8º, CC. (C) Art. 7º, CC. (D) Art. 2º, CC. *Alternativa B.*

1629. **(Delegado – PC-PR – 2007 – UFPR)** Numere a coluna da direita, relacionando-a à da esquerda.

(1) Emancipação voluntária
(2) Emancipação legal
(3) Representação legal
(4) Representação voluntária
( ) Ato do tutor em relação aos menores de 16 anos, colocados sob tutela.
( ) Ato dos pais em relação aos filhos com 16 anos completos.
( ) Ato do mandatário praticado no interesse do mandante.
( ) Efeito do casamento válido de menor de idade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta da coluna da direita, de cima para baixo.

(A) 1 – 2 – 3 – 4.
(B) 2 – 1 – 4 – 3.
(C) 1 – 3 – 4 – 2.
(D) 3 – 2 – 4 – 1.
(E) 3 – 1 – 4 – 2.

RESPOSTA (1) Art. 5º, parágrafo único, I, CC. (2) Art. 5º, parágrafo único, II, CC.(3) Art. 120, CC. (4) Art. 653, CC. *Alternativa E.*

Pessoas Jurídicas

1630. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa incorreta, observados os termos do Código Civil:

(A) As pessoas jurídicas são de direito público externo e interno e de direito privado.
(B) As associações, as sociedades e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado.
(C) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
(D) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias, e as associações públicas são pessoas jurídicas de direito público interno.
(E) Os estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público são pessoas jurídicas de direito público externo.

RESPOSTA (A) Art. 40, CC. (B) Art. 44, CC. (C) Art. 44, V, CC. (D) Art. 41, CC. (E) Art. 42, CC. *Alternativa C.*

1631. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Quanto à possibilidade de alteração do estatuto de uma fundação de direito privado, é CORRETO afirmar que

(A) deverá ser deliberada por, no mínimo, três quintos dos competentes para gerir e representar a fundação.
(B) não poderá contrariar ou desvirtuar a finalidade para a qual foi constituída.
(C) deverá ser homologada pelo Poder Judiciário, ouvido o órgão do Ministério Público.
(D) quando não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto à homologação pelo Poder Judiciário, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em 10 (dez) dias.

RESPOSTA (A) Art. 67, I, CC. (B) Art. 67, II, CC. (C) Art. 67, III, CC. (D) Art. 68, CC. *Alternativa B.*

1632. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Acerca das fundações, assinale a alternativa correta:

(A) tratando-se de fundação instituída mediante testamento, a incumbência de elaborar os estatutos respectivos será sempre do Ministério Público, salvo se o próprio instituidor já os tiver elaborado.

(B) o veto do Ministério Público a uma alteração que tenha sido realizada no estatuto de uma fundação somente admitirá suprimento judicial se a decisão houver sido tomada pela unanimidade dos administradores da fundação.

(C) ao Ministério Público Federal cabe, com exclusividade, velar por todas as fundações que funcionarem no Distrito Federal ou em mais de um Estado-membro.

(D) constatando o desvio de finalidade por parte da fundação, deverá o Ministério Público promover sua extinção, sendo que o patrimônio da fundação extinta será sempre atribuído ao Estado-membro em que ela tiver sua sede.

(E) a fundação pode ser constituída por prazo determinado, sendo que, vencido tal prazo, terá o Ministério Público a legitimidade para lhe promover a extinção.

RESPOSTA (A) Art. 62, CC. (B) Art. 67, III, CC. (C) Art. 66, § 1º, CC. (D) Art. 69, CC. (E) Art. 69, CC. *Alternativa E.*

1633. (Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE) A respeito das pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

(A) Há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

(B) Velará pelas associações o Ministério Público do Estado onde situadas.

(C) As fundações somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, esportivos ou de educação.

(D) Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

(E) Em caso de abuso da personalidade jurídica por confusão patrimonial, pode o magistrado decidir, independentemente de requerimento da parte, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores.

RESPOSTA (A) Art. 53, parágrafo único, CC. (B) Art. 66, CC. (C) Art. 62, parágrafo único, CC. (D) Art. 55, CC. (E) Art. 50, CC. *Alternativa D.*

1634. (Advogado – FMS – 2011 – NUCEPE) Em relação à pessoa jurídica, é correto afirmar que:

(A) é pessoa jurídica de direito privado a autarquia.

(B) é pessoa jurídica de direito público o partido político.

(C) em caso de abuso da personalidade jurídica, pode o juiz decidir que os efeitos de certas obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos sócios.

(D) é inaplicável às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.

(E) se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, de ofício, nomear-lhe-á administrador provisório.

RESPOSTA (A) Art. 41, IV, CC. (B) Art. 44, V, CC. (C) Art. 50, CC. (D) Art. 52, CC. (E) Art. 49, CC. *Alternativa C.*

1635. (Advogado – CREMESP – 2011 – VUNESP) Quanto à despersonalização da pessoa jurídica, assinale a alternativa correta.

(A) Consiste em uma escolha do credor, para alcançar plenamente o patrimônio da pessoa jurídica, desde que utilizada para fins fraudulentos.

(B) É efeito da ação contra ela proposta; o credor não pode, previamente, despersonalizá-la,

endereçando a ação contra os sócios.

(C) A identificação do desvio de formalidade nas atividades da pessoa física deve partir da efetiva constatação de abuso da personalidade jurídica.

(D) Não poderá ser requerida pelo Ministério Público, ainda que lhe caiba intervir no processo em que houve o abuso de direito.

(E) A desconsideração da personalidade jurídica exige ação autônoma para que se produza, para que seja possível atingir os bens de seus sócios.

RESPOSTA (A) Art. 50, CC. O Ministério Público também é parte legítima para requerer a desconsideração. (B) Art. 50, CC. (C) O desvio de finalidade é na atividade da pessoa jurídica. (D) Art. 50, CC. (E) Dispensa-se a propositura de ação autônoma. Nesse sentido, STJ: REsp 767.021/RJ. *Alternativa B.*

1636. **(Advogado – Petrópolis-RJ – 2010 – FDC)** Os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações jurídicas, de acordo com o Código Civil:

(A) podem ser estendidos aos bens particulares dos sócios, mas não aos dos administradores da pessoa jurídica, conquanto em caso de abuso de autoridade, caracterizado pela confusão patrimonial;

(B) não podem, em qualquer hipótese, ser estendidas aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica, conquanto em caso de abuso da personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial;

(C) podem, em parte, ser estendidos aos bens particulares dos administradores, mas não aos dos sócios da pessoa jurídica, em caso de abuso de autoridade, caracterizado pelo desvio de finalidade;

(D) podem estender-se aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial;

(E) podem, em parte, ser estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica, conquanto em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade.

RESPOSTA Art. 50, CC. *Alternativa D.*

1637. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Sobre as associações, é INCORRETO afirmar que

(A) são pessoas jurídicas com fins não econômicos.

(B) seus recursos serão destinados a outras entidades de fins idênticos ou semelhantes em caso de dissolução e liquidação.

(C) somente podem ser constituídas para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

(D) não geram direitos e obrigações recíprocas entre os associados.

(E) a assembleia geral é o órgão competente para promover modificações em seu estatuto.

RESPOSTA (A) Art. 53, CC. (B) Art. 61, CC. (C) Art. 62, parágrafo único, CC. (D) Art. 53, parágrafo único, CC. (E) Art. 59, II, CC. *Alternativa C.*

1638. **(Advogado – CESP – 2009 – VUNESP)** A desconsideração da personalidade jurídica tem como pressupostos legais para caracterizar o abuso de personalidade:

(A) desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

(B) desvio de finalidade ou previsão legal específica.

(C) previsão legal específica ou confusão patrimonial.

(D) responsabilidade ilimitada da pessoa jurídica cumulada com o desvio de finalidade.
(E) responsabilidade ilimitada da pessoa jurídica cumulada com a confusão patrimonial.

RESPOSTA Art. 50, CC. *Alternativa A.*

1639. **(Procurador – MPT – 2008)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) Salvo disposição estatutária em contrário, as decisões serão tomadas pela maioria de votos dos administradores, se a pessoa jurídica tiver administração coletiva;
(B) a pessoa jurídica subsistirá, mesmo que cassada a autorização para seu funcionamento, enquanto se ultima a respectiva liquidação;
(C) o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica será promovido antes mesmo de encerrada a liquidação respectiva;
(D) a qualidade de associado de entidade associativa é intransmissível, sendo vedada disposição estatutária em contrário.
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 48, CC. (B) Art. 51, *caput,* CC. (C) Art. 51, § 3º, CC. (D) Art. 56, CC. *Alternativa B.*

1640. **(Delegado – PC-MS – 2006 – FAPEC)** O Delegado de Polícia, durante as investigações de um crime de defraudações, concluiu que um dos proprietários de uma empresa estava desviando capital e bens em proveito próprio e com isso deixando de arcar com seus compromissos para com os credores. Sobre esse assunto e de acordo o artigo 50 da lei 10.406/02 (Código Civil), a desconsideração da personalidade jurídica introduzida no direito positivo pelo Código do Consumidor implica:

(A) Na extinção de uma pessoa jurídica.
(B) Na negação do princípio de que as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros.
(C) Na fusão de duas pessoas jurídicas.
(D) Implica o fato de não ser considerada regularmente instituída pelas normas vigentes.
(E) Na dissolução de uma pessoa jurídica, deliberada entre seus membros, salvo direito da minoria e de terceiros.

RESPOSTA (A) A desconsideração não tem o condão de extinguir a pessoa jurídica. (B) Ressalta-se que, atenuando-se o rigor da assertiva, a desconsideração representa uma mitigação episódica e temporária ao princípio de a pessoa jurídica ter existência distinta da de seus membros. (C) Não há fusão na desconsideração. (D) Não existe tal relação de causa e efeito. (E) A desconsideração não gera a dissolução da pessoa jurídica. *Alternativa B.*

Domicílio

1641. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Assinale a alternativa correta, após a análise das afirmativas a seguir:

I. A pessoa natural, que tenha vários lugares onde estabelece sua residência com ânimo definitivo e onde alternadamente viva, poderá considerar seu domicílio como quaisquer destes lugares.
II. Podem ser considerados como domicílios quaisquer dos lugares onde a pessoa natural exerça a sua profissão.
III. O Código Civil de 2002 não admite pluralidade de domicílios.
IV. Com relação às pessoas jurídicas, o domicílio é: (I) da União, o Distrito Federal; (II) dos Estados e Territórios, as respectivas capitais; (III) do Município, o lugar onde funcione a administração municipal; (IV) das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e

administrações, independentemente de o estatuto ou atos constitutivos elegerem outro domicílio especial.

V. O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, só poderá ser demandado no Distrito Federal.

(A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
(B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
(C) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
(D) Somente as afirmativas IV e V estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 71, CC. (II) Correta. Art. 72, CC. (III) Errada. Art. 71, CC. (IV) Errada. Art. 75, CC. (V) Errada. Art. 77, CC. *Alternativa A.*

1642. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** Sobre domicílio civil, é INCORRETO afirmar que

(A) a pessoa natural, que não tenha residência habitual, é considerada domiciliada no lugar onde for encontrada.
(B) é vedado a qualquer pessoa jurídica de direito privado eleger domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.
(C) é permitido aos contratantes especificar, nos contratos escritos, domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
(D) a pessoa natural também é domiciliada, quanto às relações concernentes à profissão, no lugar onde esta é exercida.

RESPOSTA (A) Art. 73, CC. (B) Art. 75, IV, CC. (C) Art. 78, CC. (D) Art. 72, CC. *Alternativa B.*

1643. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** O domicílio da pessoa natural é considerado pela Lei Civil o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. No entanto, é exemplo de domicílio necessário, com EXCEÇÃO do:

(A) Domicílio do Militar que será o lugar onde estiver servindo.
(B) Artista de circo que, não tendo residência habitual, onde for encontrado.
(C) Preso onde estiver cumprindo sentença.
(D) Incapaz, que é o mesmo do seu representante legal.

RESPOSTA Art. 76, CC. *Alternativa B.*

1644. **(Analista – TRE-PA – 2011 – FGV)** Pessoa jurídica de direito privado com estabelecimento na cidade de Belém, no Pará, onde se reúne a diretoria, possuindo outros estabelecimentos em municípios de diversos Estados e em Brasília, tem por domicílio

(A) qualquer cidade do País onde tiver realizado negócios.
(B) necessária e exclusivamente a cidade de Belém, no Pará.
(C) cada uma das capitais dos Estados em cujos Municípios possuir estabelecimentos.
(D) cada um dos estabelecimentos para os atos nele praticados.
(E) Brasília, por ser a Capital Federal.

RESPOSTA Art. 75, § 1º, CC. *Alternativa D.*

1645. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) o domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente;
(B) o domicílio do marítimo é o do local onde o navio estiver matriculado;
(C) o domicílio do Oficial da Marinha é o do local onde o navio estiver ancorado;
(D) o domicílio do território é o de sua capital, mas o do município é o do local onde funcione a sua administração;
(E) as empresas privadas podem eleger seu domicílio em seus estatutos ou atos constitutivos.

RESPOSTA (A), (B) e (C) Art. 76, parágrafo único, CC. (D) Art. 75, II e III, CC. (E) Art. 75, IV, CC. *Alternativa C.*

1646. **(Procurador – MPF – 2011)** Quanto ao domicílio civil da pessoa natural, é correto afirmar que:
(A) Domicílio e residência são conceitos sinônimos, mesmo se a pessoa tiver mais de uma residência;
(B) Domicílio ocasional ou aparente é aquele local onde a pessoa alega ter residência, sem contudo residir de fato;
(C) O domicílio profissional, que é o local onde é exercida a profissão, não implica em quebra do princípio da unidade domiciliar;
(D) A residência transitória, por motivos de férias, sendo constante, pode ser considerada mudança domiciliar.

RESPOSTA (A) Art. 70, CC. (B) Domicílio ocasional ou aparente é o exposto no art. 73, CC. (C) Art. 72, CC. (D) Art. 74, CC. *Alternativa A.*

1647. **(Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH)** Acerca do domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica, marque a RESPOSTA correta.
(A) A pessoa natural tem como domicílio civil aquele local em que habita esporadicamente.
(B) A pessoa natural pode ter mais de um domicílio civil, desde que tenha mais de uma residência onde alternativamente resida.
(C) A pessoa natural que exerce atividade profissional em local diverso da sua residência com ânimo definitivo, não tem lá domicílio profissional.
(D) A pessoa jurídica de direito privado que tem filiais em lugares diferentes tem seu domicílio considerado apenas no local escolhido pelo seu estatuto ou atos constitutivos.
(E) A pessoa jurídica de direito público tem seu domicílio no lugar da residência da pessoa natural que a representa.

RESPOSTA (A) Art. 70, CC. (B) Art. 71, CC. (C) Art. 72, CC. (D) Art. 75, § 1º, CC. (E) Art. 75, CC. *Alternativa B.*

1648. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** Com relação às regras sobre o domicílio, previstas no Código Civil Brasileiro, é correto afirmar que:
(A) o domicílio da União, para fins legais, será a sede de qualquer governo estadual ou municipal.
(B) somente o incapaz e o preso têm domicílio necessário.
(C) a pessoa natural só pode ter um domicílio, não sendo admitida a sua pluralidade.
(D) o local onde a pessoa exerce as suas relações profissionais não pode ser considerado domicílio.
(E) ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

RESPOSTA (A) Art. 75, I, CC. (B) Art. 76, CC. (C) Art. 71, CC. (D) Art. 72, CC. (E) Art. 73, CC. *Alternativa E.*

1649. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Acerca do domicílio, assinale a alternativa

correta.

(A) A superveniência de domicílio necessário da pessoa natural, por si só, não afasta o seu domicílio voluntário.

(B) É necessário o domicílio da pessoa submetida à prisão cautelar.

(C) O elemento objetivo do domicílio corresponde à intenção do sujeito de direito de permanecer no lugar de residência ou moradia de forma permanente.

(D) Domicílio contratual é aquele determinado por lei, em face de alguma situação jurídica da pessoa, como atividade ou profissão que exerce.

(E) O domicílio do interditado é voluntário.

RESPOSTA (A) Art. 71, CC. (B) Art. 76, parágrafo único, CC (preso com sentença definitiva). (C) Esse é o elemento subjetivo. (D) Art. 78, CC. (E) Art. 76, CC. *Alternativa A.*

1650. **(Advogado – MGI – 2009 – FUMARC)** Assinale a alternativa INCORRETA, no que se refere ao domicílio das pessoas jurídicas:

(A) O domicílio das demais pessoas jurídicas é o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.

(B) O domicílio da União é o Distrito Federal; os dos Estados e Territórios, as respectivas capitais; o do Município, o lugar onde funcione a administração municipal.

(C) Se a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, considerado como sua matriz nacional.

(D) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

RESPOSTA (A) Art. 75, IV, CC. (B) Art. 75, I, II e III, CC. (C) Art. 75, § 2º, CC. (D) Art. 75, § 1º, CC. *Alternativa C.*

1651. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. É também domicílio da pessoal natural, quanto as relações concernentes à profissão, o lugar em que esta é exercida.

(B) Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

(C) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado apenas no Distrito Federal.

(D) Se a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, a que ela corresponder.

(E) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.

RESPOSTA (A) Arts. 70 e 72, ambos do CC. (B) Art. 78, CC. (C) Art. 77, CC. (D) Art. 75, § 2º, CC. (E) Art. 76, parágrafo único, CC. *Alternativa C.*

1652. **(Delegado – PC-MS – 2006 – FAPEC)** Delegado de Polícia que no trâmite de suas investigações policiais se vê na necessidade de intimar pessoa presa. Sobre esse assunto, o preso terá por domicílio necessário:

(A) O lugar em que cumprir a sentença.
(B) O lugar onde seus familiares possam ser encontrados.
(C) O lugar onde estabeleceu sua residência com ânimo definitivo.
(D) A sede do Juízo de Execução Penal.
(E) O lugar onde por último exerceu sua profissão, antes de ser preso.

RESPOSTA Art. 76, parágrafo único, CC. *Alternativa A.*

Bens

1653. **(Procurador – MPF – 2012)** Relativamente aos bens ou coisas, é correto afirmar que,

(A) As *Res Divini Iuris* do Direito Romano eram as coisas consagradas aos deuses superiores.
(B) O termo bem, no nosso direito atual, refere-se a uma espécie de coisa, embora, usualmente, possa designar toda e qualquer coisa.
(C) As pertenças, tanto no Código Civil de 1916 como no atual, foram definidas no capítulo que trata dos bens principais e acessórios.
(D) A denominação coisa fungível e infungível surgiu apenas na Idade Moderna.

RESPOSTA (A) As *res divini iuris* pertencem à categoria das coisas não sujeitas à apropriação. (B) A maioria da doutrina entende bem e coisa como expressões sinônimas. (C) Art. 93, CC/2002. (D) Essa denominação surgiu na Idade Média. *Alternativa B.*

1654. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Quanto aos bens e sua classificação, considerando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I. Para efeitos legais, são bens móveis, as energias que tenham valor econômico.
II. Uma roupa, enquanto estiver na loja para ser consumida, é bem consumível.
III. As pertenças conservam sua identidade, individualidade e autonomia, não sendo parte integrante de outro bem, sendo que os bens acessórios são parte do principal, existindo independentemente deles.
IV. O bem de família é isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, mas pode ser penhorado para saldar dívidas que provierem de tributos relativos ao prédio, ou de despesas de condomínio.

(A) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
(B) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
(C) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
(D) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 83, I, CC. (II) Correta. Art. 86, CC. (III) Errada. Arts. 92 e 93, CC. (IV) Correta. Art. 3º, IV, Lei n. 8.009/90. *Alternativa C.*

1655. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Sobre bens, conforme previsão contida no Código Civil, qual alternativa não está correta.

(A) É considerado bem imóvel por determinação legal o direito à sucessão aberta, ainda que a herança

somente seja formada por bens móveis ou abranja apenas direitos pessoais.

(B) São considerados bens móveis aqueles suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social; considerando-se como bem móvel por determinação legal as energias que tenham valor econômico.

(C) A fungibilidade é própria dos bens móveis, sendo o resultado da comparação entre duas coisas equivalentes, ou seja, da mesma espécie, qualidade e quantidade.

(D) O edifício sede do Governo Federal integra a categoria dos bens públicos dominicais, já que destinado, por sua natureza, ao uso coletivo ou exclusivo por parte do poder público.

(E) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

RESPOSTA (A) Art. 80, II, CC. (B) Art. 83, I, CC. (C) Art. 85, CC. (D) Art. 99, II, CC. (E) Art. 103, CC. *Alternativa D.*

1656. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Em relação aos bens, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A impenhorabilidade do bem de família legal abrange as pertenças.

(B) Não perdem o caráter de imóveis as telhas, provisoriamente separadas de um prédio, para nele se reempregarem.

(C) Consideram-se móveis para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico.

(D) São consumíveis os bens móveis cujo uso importe destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.

(E) Os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico, desde que separados do bem principal.

RESPOSTA (A) Art. 1º, parágrafo único, Lei n. 8.009/90. (B) Art. 81, II, CC. (C) Art. 83, I, CC. (D) Art. 86, CC. (E) Art. 95, CC. *Alternativa E.*

1657. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** São chamados de “pertenças” os bens que:

(A) Compõem uma universalidade de fato, como integrantes da pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.

(B) Constituem uma universalidade de direito, como um complexo de relações jurídicas de uma pessoa, constante de direitos e obrigações, dotadas de valor econômico, a que a ordem jurídica atribui caráter unitário.

(C) Não constituindo partes integrantes, se destinam, entretanto, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro bem.

(D) São destinados à permanência apenas transitória, para um melhor proveito inicial da coisa principal, sem terem com esta, entretanto, qualquer vínculo intencional, material ou ideal.

(E) Necessariamente são abrangidos nos negócios jurídicos que digam respeito ao bem principal, ainda que o contrário resulte das circunstâncias do caso.

RESPOSTA (A) Art. 90, CC. (B) Art. 91, CC. (C) Art. 93, CC. (D) Art. 93, CC. (E) Art. 94, CC. *Alternativa C.*

1658. **(Analista – TRE-PA – 2011 – FGV)** Maria foi buscar seu filho na Escola Estadual Pereira Flores, passando pela Avenida das Rosas. No caminho, passou pelo prédio do Tribunal Regional Eleitoral e pela Praça das Árvores Frondosas, que fica em frente a um terreno desocupado de propriedade do Estado do Pará. De acordo com o Código Civil, a escola, a avenida, o prédio do TRE, a praça e o terreno são bens públicos, respectivamente classificados como

(A) especial, especial, especial, de uso comum do povo, dominical.

(B) de uso comum do povo, especial, dominical, de uso comum do povo, dominical.

(C) dominical, de uso comum do povo, de uso comum do povo, especial, de uso comum do povo.
(D) de uso comum do povo, de uso comum do povo, especial, de uso comum do povo, dominical.
(E) especial, de uso comum do povo, especial, de uso comum do povo, dominical.

RESPOSTA A escola e o prédio do TRE são bens de uso especial (art. 99, II, CC). A avenida e a praça são bens de uso comum do povo (art. 99, I, CC). Por fim, o terreno é bem dominical (art. 99, III, CC). *Alternativa E.*

1659. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Analise as seguintes proposições, em relação aos bens móveis, quanto à sua classificação legal:

I. São *bens móveis* as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
II. São *bens móveis* os materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem.
III. São *bens móveis* os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.
IV. São *bens móveis* os materiais provenientes de demolição.

Responda:
(A) São corretas as assertivas I e III.
(B) São corretas as assertivas II e III.
(C) São corretas as assertivas III e IV.
(D) São corretas as assertivas II e IV.
(E) São corretas as assertivas I e IV.

RESPOSTA (I) Errada. Art. 81, I, CC. (II) Errada. Art. 81, II, CC. (III) Correta. Art. 84, CC. (IV) Correta. Art. 84, CC. *Alternativa C.*

1660. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Considerando-se a classificação jurídica dos bens, pode-se afirmar que uma garrafa de vinho raro, de cuja safra restam pouquíssimos exemplares, é um bem de natureza:
(A) Fungível, consumível e divisível.
(B) Fungível, consumível e indivisível.
(C) Fungível, inconsumível e divisível.
(D) Infungível, inconsumível e divisível.
(E) Infungível, consumível e indivisível.

RESPOSTA Infungível (art. 85, CC, *a contrario sensu*), consumível (art. 86, CC) e indivisível (art. 87, CC, *a contrario sensu*). *Alternativa E.*

1661. **(Advogado – CASA – 2011 – VUNESP)** As energias que tenham valor econômico, os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes, os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações são bens
(A) reciprocamente considerados.
(B) divisíveis.
(C) públicos.
(D) móveis.
(E) fungíveis e consumíveis.

RESPOSTA Art. 83, I, CC. *Alternativa D.*

1662. **(Advogado – UDESC – 2010 – FEPESE)** De acordo com o Código Civil brasileiro,

assinale a alternativa correta.

(A) Considera-se bem móvel para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.

(B) Consideram-se benfeitorias úteis as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

(C) São bens infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

(D) São acessórios os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso e ao serviço de outro.

(E) Salvo disposição em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

RESPOSTA (A) Art. 80, II, CC. (B) Art. 96, § 2º, CC. (C) Art. 85, CC. (D) Art. 93, CC. (E) Art. 99, III, CC. *Alternativa E.*

1663. **(Advogado – IPEM – 2010 – CEPERJ)** Em relação aos bens divisíveis por natureza, de acordo com o Código Civil, pode-se afirmar que:

(A) são bens que, divididos, sofrem considerável diminuição de valor.

(B) são bens que, fracionados, aumentam ou facilitam o seu uso.

(C) são bens que não podem, por vontade das partes, se tornar indivisíveis.

(D) são bens que podem ter sua substância alterada quando fracionados.

(E) são bens que podem se tornar indivisíveis por determinação da lei.

RESPOSTA Art. 88, CC. *Alternativa E.*

1664. **(Advogado – EBAL – 2010 – CEFETBA)** Analise as seguintes assertivas acerca dos bens na lei civil:

I. Os bens públicos dominicais podem ser objetos de alienação.

II. São bens públicos de uso especial os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

III. Os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor não são considerados melhorias.

IV. Os frutos e produtos não separados do bem principal não podem ser objeto de negócio jurídico.

V. Os direitos reais sobre objetos móveis são considerados bens móveis para os efeitos legais.

Estão corretas as assertivas:

(A) I, II e IV.

(B) I, II e V.

(C) I, III e V.

(D) II, III e IV.

(E) III, IV e V.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 101, CC. (II) Errada. Art. 99, II, CC. (III) Correta. Art. 97, CC. (IV) Errada. Art. 95, CC. (V) Correta. Art. 83, II, CC. *Alternativa C.*

1665. **(Advogado – ALERR – 2010 – CETAP)** Quanto aos bens, assinale a alternativa correta:

(A) Os direitos reais sobre imóveis são considerados bens imóveis por determinação legal. Todavia, as ações que os asseguram são consideradas bens móveis.

(B) Os materiais provisoriamente separados de uma construção, ainda que estejam destinados a nela se reempregarem, perdem a qualidade de bens imóveis.

(C) As energias que tenham valor econômico são consideradas bens móveis.
(D) O direito brasileiro somente admite a consuntibilidade física dos bens, sendo, portanto, impossível falar em consuntibilidade jurídica.
(E) As pertenças são bens imóveis por acessão intelectual.

RESPOSTA (A) Art. 83, II, CC. (B) Art. 81, II, CC. (C) Art. 83, I, CC. (D) Conforme interpretação do art. 86, CC, os bens podem ser consumíveis não apenas de modo físico, mas também jurídico, pela previsão da alienação. (E) Art. 93, CC. *Alternativa C.*

1666. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** A respeito dos bens, assinale a alternativa correta.
(A) Os bens reciprocamente considerados são classificados como singulares e coletivos.
(B) São pertenças as telhas que servem de cobertura de um imóvel residencial.
(C) Consideram-se benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
(D) Os direitos reais sobre bens imóveis e as ações que o asseguram são considerados bens imóveis.
(E) Por determinação legal, a propriedade industrial constitui exemplo de bem imóvel.

RESPOSTA (A) Art. 92, CC. (B) Art. 93, CC. As telhas são partes integrantes do imóvel. (C) Art. 97, CC. (D) Art. 83, II, CC. (E) Art. 80, CC. *Alternativa D.*

1667. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** O Código Civil Brasileiro estabelece um regime jurídico específico para tratar dos bens. Por outro lado, os tratados de direito civil, ao tratar dos bens reciprocamente considerados, classificam-nos quanto à dependência em relação a outro bem. Segundo este regime e esta orientação teórica, é CORRETO afirmar:
(A) em razão da relação de pertinencialidade, o negócio jurídico referente ao bem principal abrange obrigatoriamente a pertença.
(B) as pertenças são partes integrantes de um bem principal, seguindo a regra geral de que o acessório segue o principal.
(C) a relação de pertinencialidade surge de negócio jurídico e se estabelece entre bens e entre direitos.
(D) a relação de pertinencialidade entre os bens é econômica e submete a coisa a serviço de outra.

RESPOSTA (A) Art. 94, CC. (B) Art. 93, CC. (C) A relação de pertinência é entre bens. (D) É o princípio da gravitação jurídica: o acessório segue o principal. *Alternativa D.*

1668. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Com base no atual Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:
(A) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
(B) Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.
(C) Considera-se imóvel, para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta.
(D) São consideradas benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
(E) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

RESPOSTA (A) Art. 90, CC. (B) Art. 91, CC. (C) Art. 80, II, CC. (D) Art. 97, CC. (E) Art. 95, CC. *Alternativa D.*

1669. **(Procurador – MPT – 2007)** Consideram-se bens móveis para os efeitos legais:

(A) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem;
(B) as energias que tenham valor econômico;
(C) o direito à sucessão aberta;
(D) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local;
(E) não respondida.

RESPOSTA Art. 83, I, CC. *Alternativa B.*

1670. **(Procurador – MPT – 2007)** Assinale a alternativa correta.

(A) os bens públicos estão sujeitos a usucapião;
(B) os bens públicos dominicais não podem ser alienados, em hipótese alguma;
(C) os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial podem ser alienados em qualquer hipótese;
(D) consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, não dispondo a lei em contrário;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 102, CC. (B) Art. 101, CC. (C) Art. 100, CC. (D) Art. 99, III, CC. *Alternativa D.*

1671. **(Delegado – PC-MS – 2006 – FAPEC)** A Autoridade Policial que se vê na atribuição de tipificar uma ocorrência apresentada durante o plantão, identifica-a como sendo crime de dano, no entanto deve considerar "a priori" se trata ou não de crime contra o patrimônio público que qualifica aquele delito. Para tanto deve ter conhecimento inequívoco acerca da distinção entre os bens elencados na legislação civil. Considerando a afirmação acima e ainda a correta definição dos Bens prevista no Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

(A) Consideram-se bens móveis, os suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e aqueles considerados públicos, se danificados dolosamente tipificam aquela qualificadora.
(B) Consideram-se bens públicos de uso especial os prédios locados, que se destinam a estabelecer órgãos públicos e qualquer dano, desde que doloso, tipifica aquela qualificadora.
(C) As praças e ruas são consideradas bens públicos de uso comum do povo e qualquer dano, desde que doloso, tipifica aquela qualificadora.
(D) Os materiais empregados para a construção de uma escola municipal, enquanto não forem empregados, são considerados bens imóveis e qualquer dano, desde que doloso, tipifica aquela qualificadora.
(E) São classificados com bens públicos os dominicais que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real, de cada uma dessas entidades e qualquer dano, desde que doloso, tipifica aquela qualificadora.

RESPOSTA (A) Art. 82, CC. (B) Art. 99, II, CC. (C) Art. 99, I, CC. (D) Art. 84, CC. (E) Art. 99, III, CC. *Alternativa D.*

1672. **(Procurador – PGE-MG – 2006)** José da Silva é proprietário de uma fazenda com 1.800 hectares de terra. Toda a propriedade é formada por pasto para seu rebanho de 10.000 cabeças de gado leiteiro. Os animais juntos produzem diariamente 100.000 litros de leite, os quais são enviados

para a fábrica de pasteurização. Marque a alternativa correta quanto à classificação dos bens.

(A) A energia elétrica utilizada para ligar os aparelhos da ordenha é um bem móvel.

(B) Os animais da propriedade de José da Silva são bens imóveis e singulares.

(C) O leite tirado dos animais é bem inconsumível.

(D) A propriedade de José da Silva é um bem móvel e reciprocamente considerado.

RESPOSTA (A) Art. 83, I, CC. (B) Art. 82 c/c art. 90, ambos do CC. (C) Art. 86, CC. (D) Trata-se de bem imóvel (art. 79, CC). *Alternativa A.*

1673. **(Procurador – MPT – 2006)** São considerados bens móveis:

(A) o direito à sucessão aberta;

(B) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem;

(C) os direitos reais sobre objetos móveis;

(D) o que for incorporado artificialmente ao solo;

(E) não respondida.

RESPOSTA Art. 83, II, CC. *Alternativa C.*

Teoria Geral dos Fatos Jurídicos

1674. **(Analista – DPE-TO – 2012 – UFT)** Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA relativamente aos defeitos do negócio jurídico:

(A) Subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento; mas o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.

(B) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

(C) Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.

(D) O erro é acidental, quando concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante.

RESPOSTA (A) Art. 155, CC. (B) Art. 157, CC. (C) Art. 158, CC. (D) Art. 139, II, CC. *Alternativa D.*

1675. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Em relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a opção incorreta.

(A) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.

(B) O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante convencional, o representado responderá subsidiariamente pelas perdas e danos suportados pelo terceiro prejudicado.

(C) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens. Se disser respeito a pessoa não pertencente à família do paciente, o juiz, com base nas circunstâncias, decidirá se houve

coação.

(D) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

(E) O credor quirografário, que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.

RESPOSTA (A) Art. 142, CC. (B) Art. 149, CC. (C) Art. 151, CC. (D) Art. 157, CC. (E) Art. 162, CC. *Alternativa B.*

1676. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** Sobre a invalidade dos negócios jurídicos, é correto afirmar que

(A) é anulável o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

(B) a tradição que tiver por título um negócio jurídico nulo transfere a propriedade.

(C) é nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.

(D) a venda de ascendente a descendente é anulável, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

RESPOSTA (A) Art. 489, CC. (B) Art. 1.268, § 2º, CC. (C) Art. 119, CC. (D) Art. 496, CC. *Alternativa D.*

1677. **(Procurador – MPT – 2012)** Analise as assertivas:

I. Para a validade de todos os negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis a escritura pública é essencial.

II. Na interpretação das declarações de vontade, deve-se dar mais importância à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

III. Na representação, o representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, sob pena de, não o fazendo, serem nulos os atos que a estes excederem.

IV. Nos negócios jurídicos, o silêncio importa anuência.

Marque a alternativa CORRETA:

(A) apenas as assertivas I e III estão corretas;

(B) todas as assertivas estão corretas;

(C) apenas as assertivas III e IV estão corretas;

(D) apenas a assertiva II está correta;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Errada. Art. 108, CC. (II) Correta. Art. 112, CC. (III) Errada. Art. 118, CC. (IV) Errada. Art. 111, CC. *Alternativa D.*

1678. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Quanto aos fatos jurídicos, negócios e atos jurídicos, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A validade de um ato contratual de ajustar o pacto somente mediante instrumento público é ilícita, por não poder ir além dos limites estabelecidos em lei.

(B) As condições juridicamente impossíveis, quando suspensivas; as condições ilícitas; e as condições

incompreensíveis, são causas que podem invalidar o negócio jurídico aos quais são subordinadas.

(C) Somente a coação irresistível vicia o ato, não se levando em conta as circunstâncias, a idade, sexo, e condições pessoais do coagido, já que o vício é inerente à invalidação do ato.

(D) Devedor insolvente que pratica remissão de dívida, e isso causar prejuízos aos credores, torna o ato nulo de pleno direito, podendo ser alegado fora da ação pauliana, tendo a nulidade efeitos *ex nunc*.

(E) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo, não podendo subsistir em hipótese alguma.

RESPOSTA (A) Art. 109, CC. (B) Art. 123, CC. (C) Art. 151, CC. (D) Art. 158, CC. (E) Art. 169, CC. *Alternativa E.*

1679. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Quanto aos negócios jurídicos, assinale a alternativa incorreta.

(A) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar do pagamento.

(B) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

(C) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.

(D) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

(E) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

RESPOSTA (A) Art. 113, CC. (B) Art. 105, CC. (C) Art. 114, CC. (D) Art. 107, CC. (E) Art. 111, CC. *Alternativa A.*

1680. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Analise as assertivas seguintes em relação aos defeitos do negócio jurídico.

I. A lesão constitui-se em um vício de consentimento decorrente do abuso praticado em situação de desigualdade de um dos contratantes, por estar sob premente necessidade, ou por inexperiência. Assim, todo e qualquer negócio jurídico pode se sujeitar a anulação sob o fundamento da lesão.

II. A coação, para viciar a declaração de vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens, incluindo o simples temor reverencial, mas não havendo amparo legal à extensão do conceito à pessoa não pertencente à família do paciente.

III. O falso motivo, considerado como erro quanto ao fim colimado, sempre viciará a declaração de vontade e gerará a anulação do negócio jurídico.

IV. Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzidos à insolvência, desde que não o ignore (*scientia fraudis*), poderão ser anulados pelos credores, constituindo-se em fraude contra credores.

V. Nos negócios jurídicos, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveita dela tivesse ou devesse ter conhecimento, não subsistirá o negócio jurídico, mas o autor da coação bem como a parte a que aproveite responderão solidariamente por perdas e danos.

Responda:

(A) Apenas as assertivas I e II são corretas.

(B) Apenas as assertivas II e V são corretas.

(C) Apenas as assertivas III e IV são corretas.

(D) Apenas as assertivas IV e V são corretas.

(E) Todas as assertivas são incorretas.

RESPOSTA (I) Art. 157, § 2º, CC. (II) Art. 151, CC. (III) Art. 140, CC. (IV) Art. 158, CC. (V) Art. 155, CC. *Alternativa E.*

1681. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Em consonância com a teoria das nulidades do negócio jurídico, é CORRETO afirmar:

(A) É possível o convalescimento do negócio jurídico se o erro na indicação da pessoa ou da coisa for suprível pelo seu conteúdo e pelas circunstâncias.

(B) Presumem-se em fraude contra credores os negócios ordinários praticados pelo devedor insolvente, ainda que indispensáveis à manutenção de estabelecimento mercantil, rural, ou industrial, ou à subsistência do devedor e de sua família.

(C) O negócio jurídico simulado é anulável porque é formado a partir de uma declaração de vontade ou de uma confissão de dívida emitida para não gerar nenhum efeito jurídico, com o fito de lesar interesse de terceiro.

(D) O falso motivo vicia a declaração de vontade, em qualquer caso, tornando anulável o negócio jurídico.

(E) No estado de perigo, ao contrário do que ocorre na lesão, o contraente, por razões essencialmente econômicas, ou por sua evidente inexperiência, é levado, inevitavelmente, a contratar, prejudicando-se.

RESPOSTA (A) Art. 142, CC. (B) Art. 164, CC. (C) Art. 167, CC. (D) Art. 140, CC. (E) Art. 156, CC. *Alternativa A.*

1682. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Nos termos do Código Civil, as condições abaixo invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados, à exceção:

(A) Das condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas.

(B) Das condições física ou juridicamente impossíveis, quando resolutivas.

(C) Das condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita.

(D) Das condições incompreensíveis.

(E) Das condições contraditórias.

RESPOSTA (A) Art. 123, I, CC. (B) Art. 123, I, CC. (C) Art. 123, II, CC. (D) Art. 123, III, CC. (E) Art. 123, III, CC. *Alternativa B.*

1683. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

(B) Haverá simulação nos negócios jurídicos quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem ou transmitem, quando contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira e no caso de instrumentos particulares que forem antedatados, ou pós-datados.

(C) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes.

(D) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso do tempo.

(E) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

RESPOSTA (A) Art. 167, CC. (B) Art. 167, § 1º, I, CC. (C) Art. 168, parágrafo único, CC. (D) Art. 169, CC. (E) Art. 172, CC. *Alternativa D.*

1684. (Promotor – MP-SP – 2011) É hipótese de anulabilidade de negócio jurídico:

(A) contrato de mútuo, cujo devedor à época contava com 17 (dezessete) anos e intencionalmente omitiu idade.
(B) casamento de menor em idade núbil, não autorizado por representantes legais, tendo resultado gravidez da cônjuge mulher.
(C) contrato de locação que contém erro no cálculo do valor do aluguel, constatado pelo locatário após o pagamento dos três primeiros meses de locação.
(D) legado deixado por testamento a pessoa que ameaçou testador de ajuizar ação de despejo por falta de pagamento.
(E) escritura de hipoteca de devedor, em favor de credor, não possuindo outros bens e com notório estado de insolvência.

RESPOSTA (A) Art. 180, CC. (B) Art. 1.551, CC. (C) Art. 143, CC. (D) Art. 1.814, CC. (E) Art. 163, CC. *Alternativa E.*

1685. (Promotor – MPDFT – 2011) Considerando a invalidade do negócio jurídico, indique a única alternativa correta:

(A) A alienação fraudulenta de bens pelo devedor, realizada depois de ajuizada uma demanda com vistas à cobrança de dívida capaz de reduzi-lo à insolvência, importa em fraude a credores, provocando a anulação do negócio jurídico e o retorno dos bens alienados ao patrimônio do devedor.
(B) Quando as partes, para pagar imposto menor, lavram escritura de compra e venda por preço inferior ao real, praticam simulação que, no entanto, é relativa e acarreta apenas a anulação do ato jurídico, se proposta a ação no prazo legal.
(C) A lesão, como defeito interno de consentimento, se configura quando há desproporção entre as prestações assumidas pelas partes, verificada ao longo da execução das obrigações ajustadas, surgindo excessiva onerosidade em virtude de fatos supervenientes à celebração do contrato.
(D) Em se tratando de negócio jurídico marcado por dolo acidental imputável a representante convencional ou legal, o representado não poderá ser responsabilizado civilmente além do proveito que tiver auferido.
(E) Em matéria de coação de terceiro, a lei não autoriza a anulação do negócio jurídico, pelo coato, se o sujeito, a quem a declaração beneficia, não tinha nem podia ter conhecimento do mencionado vício.

RESPOSTA (A) Trata-se de fraude à execução (art. 593, II, CPC). (B) Art. 167, CC. (C) Art. 157, CC (lesão), c/c art. 478, CC (onerosidade excessiva). Na lesão, a desproporção tem sua ocorrência aferida no momento da celebração do pacto. (D) Art. 149, CC. (E) Art. 155, CC. *Alternativa E.*

1686. (Procurador – MPF – 2011) No que tange aos negócios jurídicos:

(A) O erro de cálculo, quando viciar o consentimento, pode gerar a anulação do negócio jurídico;
(B) O dolo positivo ocorre quando uma das partes ocultar algo que, se a outra fosse sabedora, não efetivaria o negócio;
(C) O negócio jurídico é anulável tanto em virtude de vícios sociais quanto em virtude de vícios de consentimento;
(D) O erro de direito, para gerar a anulação do negócio, tanto pode recair sobre normas cogentes quanto sobre normas dispositivas.

RESPOSTA (A) Art. 143, CC. (B) Trata-se de dolo negativo (art. 147, CC). (C) Art. 171, II, CC (prevê os vícios do consentimento e também a fraude contra credores, que é um vício social). (D) O erro de direito não pode recair sobre norma cogente. *Alternativa C.*

1687. (Promotor – MP-PR – 2011) Acerca dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

(A) subordinar a eficácia de um negócio jurídico a uma condição suspensiva significa afirmar que, enquanto esta não se realizar, não se terá adquirido o direito subjetivo a que visa o negócio.

(B) o termo sempre suspende a aquisição do direito subjetivo, de modo que, enquanto o evento futuro e certo ali previsto não se realizar, não se aperfeiçoa o direito a que visa o negócio.

(C) a regra que impõe a interpretação dos negócios jurídicos à luz da boa-fé significa que se deve perscrutar a vontade real do declarante, uma vez que a norma está a tratar da boa-fé subjetiva.

(D) a reserva mental é uma modalidade de simulação e, como tal, é hipótese de anulabilidade dos negócios jurídicos.

(E) somente os negócios jurídicos comutativos podem ser anulados por coação, não sendo viável pretender, sob esse fundamento, obter a anulação de negócios jurídicos benéficos.

RESPOSTA (A) Art. 125, CC. (B) Art. 131, CC. (C) Art. 113, CC. Trata-se de boa-fé objetiva. (D) Art. 110, CC. (E) Não existe tal restrição. *Alternativa A.*

1688. (Promotor – MP-RJ – 2011) Acerca da condição, do termo e do encargo, é correto afirmar que:

(A) termo essencial é a cláusula acessória inserida no negócio jurídico em que não se permite o seu cumprimento fora do advento do termo fixado, por não mais interessar ao credor;

(B) o negócio jurídico condicional voluntário existe quando o evento futuro e incerto, que influi na eficácia do negócio, é determinado pelo próprio legislador, visto que decorre necessariamente da natureza do direito que a acede;

(C) condição juridicamente impossível e condição ilícita são sinônimos, gerando a nulidade do negócio;

(D) condição simplesmente potestativa é aquela em que o evento futuro e incerto fica na dependência da vontade, do mero arbítrio de uma das partes do negócio jurídico, sem a influência de qualquer fator externo;

(E) no legado com encargo, se o herdeiro ou legatário descumprirem o encargo, não será possível a revogação da liberalidade, em razão da falta de previsão legal.

RESPOSTA (A) Termo essencial é a cláusula que, quando aposta no contrato, veda seu cumprimento fora do prazo. (B) Art. 121, CC. (C) Art. 123, I e II, CC. (D) Esse é o conceito de condição puramente potestativa, que é vedada. (E) Art. 1.938 c/c art. 553, ambos do CC. *Alternativa A.*

1689. (Defensor – DPE-AM – 2011 – IC) Dentre os defeitos do negócio jurídico, o direito elenca aqueles relacionados aos vícios de consentimento. Desses, é correto afirmar que o erro

(A) de direito é admitido no direito brasileiro para o não cumprimento do negócio, eximindo-se o interessado do cumprimento da lei.

(B) de direito sobre o motivo do negócio, é admitido e dá causa à sua anulação quando for seu motivo principal, não afastando o cumprimento da lei.

(C) de direito enquanto *exceptio ignorantiae juris* não afasta os efeitos da lei e do negócio em casos em que ficar demonstrada sua existência.

(D) referente à lei torna o negócio válido, mas essa lei aplicável a ele não será de cumprimento obrigatório.

(E) consubstancia *exceptio ignorantiae juris*, impedindo os efeitos da lei quando demonstrada a sua ignorância no negócio jurídico.

RESPOSTA Art. 139, III, CC. *Alternativa B.*

1690. **(Procurador – Chapecó-SC – 2011 – OBJETIVA)** A respeito dos defeitos do negócio jurídico, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta sequência CORRETA:

( ) São nulos os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face às circunstâncias do negócio.

( ) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.

( ) Quando ambas as partes procederem com dolo, qualquer uma pode alegá-lo para anular o negócio ou reclamar indenização.

( ) Ocorre lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade ou por inexperiência, obriga-se à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

(A) E – E – C – C.

(B) C – E – C – E.

(C) E – C – E – C.

(D) E – C – C – E.

RESPOSTA (E) Art. 138, CC. (C) Art. 140, CC. (E) Art. 150, CC. (C) Art. 157, CC. *Alternativa C.*

1691. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** No tocante aos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

(A) O erro acidental, ao contrário do erro essencial, não é suficiente para anular o negócio jurídico.

(B) Quando há dolo bilateral na realização do negócio jurídico, a lei pune ambas as partes com a anulação do ato.

(C) Considera-se coação passível de nulidade o temor reverencial do militar em relação a seu superior hierárquico.

(D) Lesão e estado de perigo assemelham-se na dicção da lei civil, pois se trata de hipóteses em que há perigo de vida à vítima ou alguém de sua família.

(E) Para tipificação da fraude contra credores é necessário que a prática fraudulenta seja anterior ao nascimento do direito de crédito.

RESPOSTA (A) Art. 138, CC. (B) Art. 150, CC. (C) Art. 153, CC. (D) De acordo com o art. 156, CC, é o estado de perigo que traz o requisito perigo de vida à vítima ou pessoa de sua família. (E) Art. 158, CC. *Alternativa A.*

1692. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Com fundamento nas disposições legais sobre a invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

(A) É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa relativamente incapaz.

(B) É nulo o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente.

(C) É de cinco anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico.

(D) As nulidades devem ser pronunciadas e supridas pelo juiz, independentemente de requerimento das partes.

(E) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

RESPOSTA (A) Art. 171, I, CC. (B) Art. 171, I, CC. (C) Art. 178, CC. (D) Art. 168, parágrafo único, CC. (E) Art. 169, CC. *Alternativa E.*

1693. **(Procurador – SaoLeo-RS – 2010 – CONSULPLAN)** Sobre condição, termo e encargo no Direito Civil, marque a alternativa INCORRETA:

(A) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.
(B) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
(C) Considera-se condição a cláusula que, derivando da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
(D) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.
(E) Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento.

RESPOSTA (A) Art. 131, CC. (B) Art. 125, CC. (C) Art. 121, CC. (D) Art. 130, CC. (E) Art. 132, CC. *Alternativa A.*

1694. **(Advogado – ALERR – 2010 – CETAP)** Julgue os itens seguintes em Verdadeiro (V) ou Falso (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

( ) A causa é requisito de validade dos negócios jurídicos no direito brasileiro, que adotou o modelo causal germânico.
( ) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
( ) A forma do jurídico negócio exteriorizado através de instrumento público sem que a lei tivesse exigido sequer forma escrita é *ad probationem*.
( ) A lesão, para viciar o negócio jurídico, exige, por parte do beneficiado, conhecimento do estado de premente necessidade ou inexperiência do prejudicado.

(A) F, V, V, F.
(B) V, F, F, V.
(C) V, F, V, F.
(D) F, V, F, V.
(E) F, V, V, V.

RESPOSTA (F) Art. 104, CC. (V) Art. 106, CC. (V) Nesse caso, a forma se prestará apenas para fins de prova. (F) Art. 157, CC. *Alternativa A.*

1695. **(Advogado – IMESP – 2010 – VUNESP)** Sobre os fatos jurídicos, é correto afirmar que

(A) nas declarações de vontade se atenderá mais o sentido literal da linguagem do que a intenção nelas consubstanciada.
(B) o silêncio importará em anuência quando as circunstâncias ou os usos assim autorizarem, e sempre que a declaração de vontade expressa não for necessária.
(C) é nulo o negócio jurídico concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou deveria ser de conhecimento de quem com ele tratou.
(D) o protesto cambial e qualquer ato judicial que constituam o devedor em mora são causas de suspensão de prescrição.

(E) são atos ilícitos aqueles que importem na deterioração ou destruição da coisa alheia ou a lesão à pessoa, a fim de remover o perigo iminente.

RESPOSTA (A) Art. 112, CC. (B) Art. 111, CC. (C) Art. 119, CC. (D) Art. 202, III e V, CC. (E) Art. 188, II, CC. *Alternativa B.*

1696. (Advogado – IPEM – 2010 – CEPERJ) Com base no Código Civil, é correto afirmar que o silêncio:

(A) deve ser considerado como anuência, em qualquer situação jurídica.
(B) significa expressão de desaprovação tácita, salvo disposição legal em contrário.
(C) representa sempre ausência de manifestação de vontade.
(D) produzirá efeitos jurídicos em determinadas circunstâncias.
(E) importará manifestação expressa de vontade quando a lei determinar.

RESPOSTA Art. 111, CC. *Alternativa D.*

1697. (Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO) Num contrato de compra e venda de um bem imóvel, a cláusula que sujeita o pagamento integral do preço ao registro da **baixa** da hipoteca no registro de imóveis constitui

(A) encargo, a ser cumprido pelo comprador.
(B) condição potestativa pura, permitida por lei.
(C) condição suspensiva, subordinando a eficácia do contrato a evento futuro e incerto.
(D) condição suspensiva, determinando a cessação dos efeitos da compra e venda.
(E) condição resolutiva tácita, necessária para a resolução do contrato.

RESPOSTA Art. 125, CC. *Alternativa C.*

1698. (Advogado – BNB – 2010 – ACEP) Sobre condição suspensiva e resolutiva, é correto afirmar:

(A) se for suspensiva a condição, enquanto esta não se realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se, desde a conclusão deste, o direito estabelecido.
(B) subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito ao qual visa.
(C) são lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem ou aos bons costumes. Entre as condições defesas se incluem as que privarem de efeito, no todo ou em parte, o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes.
(D) se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.
(E) reputa-se verificada a condição, quanto aos efeitos jurídicos, cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem favorecer, considerando, ao contrário, não verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem não aproveita seu implemento.

RESPOSTA (A) Art. 125, CC. (B) Art. 125, CC. (C) Art. 122, CC. (D) Art. 126, CC. (E) Art. 129, CC. *Alternativa D.*

1699. (Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB) O Código Civil Brasileiro traz vasta disciplina sobre os negócios jurídicos e suas características principais. A respeito do tema, assinale a alternativa que está de acordo com a previsão legal.

(A) A impossibilidade inicial do objeto sempre invalida o negócio jurídico, ainda quando relativa.

(B) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
(C) A validade da declaração de vontade sempre dependerá de forma especial, ainda quando a lei não a exigir.
(D) A capacidade do agente e a licitude do objeto são pressupostos de existência do negócio jurídico.
(E) Nas declarações de vontade, se atenderá mais à disposição literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciadas.

RESPOSTA (A) Art. 106, CC. (B) Art. 114, CC. (C) Art. 107, CC. (D) Art. 104, CC. (E) Art. 112, CC. *Alternativa B.*

1700. **(Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH)** Considere as assertivas abaixo, acerca do negócio jurídico e marque a RESPOSTA correta.

I. A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita e não defesa em lei.
II. Forma especial para a declaração de vontade no negócio jurídico só será exigível se a lei assim dispuser.
III. A boa-fé e os usos do lugar da celebração do negócio jurídico serão usados para sua interpretação.
IV. Por negócio jurídico entende-se a manifestação de vontade, destinada a produzir efeitos desejados pelo manifestante e que o ordenamento jurídico reconhece.

Quais assertivas são corretas?

(A) I e II;
(B) II e III;
(C) I e III;
(D) I e IV;
(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 104, CC. (II) Art. 107, CC. (III) Art. 113, CC. (IV) Nesse aspecto, diferencia-se o negócio jurídico do ato jurídico em sentido estrito, já que neste os efeitos jurídicos são os previstos na lei. *Alternativa E.*

1701. **(Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH)** Analise as assertivas abaixo quanto aos defeitos do negócio jurídico, e marque a RESPOSTA correta.

I. O estado de perigo e o estado de necessidade possuem o mesmo fundamento jurídico; a situação de necessidade, razão pela qual se igualam como vício de consentimento, anulando o negócio jurídico realizado sob seu amparo.
II. O erro e a lesão, como defeitos do negócio jurídico, não se confundem, pois no erro o agente declara a sua vontade ignorando a realidade, que, se conhecesse, o levaria a não realizar o negócio; na lesão, o agente tem a ideia da realidade, mas há a manifesta desproporção entre a sua prestação e a da outra parte no contrato, não sendo resguardado o princípio da igualdade.
III. Se ambas as partes agiram com dolo ao realizar o negócio jurídico, nenhuma delas poderá alegar o dolo em seu favor ou reclamar indenização.
IV. O negócio praticado com erro é anulado ainda que aquele a quem aproveita a manifestação da vontade viciada, oferecer-se para executar o negócio conforme a vontade real do manifestante.

Quais são as assertivas corretas?

(A) I e IV;
(B) I e II;
(C) I e III;
(D) II e III;

(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA (I) Errada. O estado de perigo é vício de consentimento (art. 156, CC), enquanto o estado de necessidade é uma excludente de ilicitude (art. 188, II, CC). (II) Correta. Art. 138 c/c art. 157, ambos do CC. (III) Correta. Art. 150, CC. (IV) Errada. Art. 144, CC. *Alternativa D.*

1702. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Ao ver que sua embarcação naufragava, Mévio, avistando Caio em outro barco, prometeu-lhe quantia vultosa para que ele o salvasse. Analisando a questão proposta, responda qual é a afirmativa correta:

(A) Trata-se do defeito do negócio jurídico denominado lesão, pois, no caso em apreço, uma pessoa, sob premente necessidade, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

(B) Trata-se do defeito do negócio jurídico denominado coação, pois, no caso em apreço, uma pessoa sob fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, emite declaração de vontade.

(C) Trata-se do defeito do negócio jurídico denominado estado de perigo, pois, no caso em apreço, alguém premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

(D) Trata-se do defeito do negócio jurídico denominado onerosidade excessiva, pois, no caso em apreço, uma pessoa assume obrigação excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra pessoa.

(E) No caso em apreço, pode-se afirmar que não estão presentes os defeitos do negócio jurídico disciplinados pelo Código Civil.

RESPOSTA Art. 156, CC. *Alternativa C.*

1703. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** No Código Civil de 2002, a simulação é considerada hipótese de nulidade, não sendo mais disciplinada entre as causas de anulação dos negócios, conforme estabelecia o Código Civil anterior. Assim, é correto afirmar que:

(A) Assim como no regime anterior, o Código Civil de 2002 prevê expressamente que a simulação inocente não gera a invalidade.

(B) Haverá simulação nos negócios jurídicos quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem, quando contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira ou, ainda, quando os instrumentos particulares forem antedatados ou pós-datados.

(C) Na simulação, bem como na reserva mental, o declarante manifesta vontade para a realização de negócio que não deseja, mas sem o conhecimento da outra parte.

(D) Para a caracterização da simulação maliciosa, exige-se a intenção de prejudicar e o efetivo prejuízo de terceiro.

(E) É nulo o negócio jurídico simulado e não subsistirá o que se dissimulou, mesmo se válido for na substância e na forma.

RESPOSTA (A) O CC/2002 não traz essa previsão. No entanto, assim prevê o Enunciado 152, III Jornada de Direito Civil, CJF. (B) Art. 167, § 1º, CC. (C) Art. 110, CC (apenas na reserva mental). (D) Para a caracterização da simulação maliciosa, dispensa-se a ocorrência de prejuízo de terceiro; basta a intenção de prejudicar. (E) Art. 167, CC. *Alternativa B.*

1704. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** A respeito do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

(A) A declaração judicial de nulidade do negócio jurídico produz efeitos *ex nunc*.
(B) O ato negocial que deixar de revestir a forma especial determinada por lei será anulável.
(C) A derrelição tipifica exemplo de negócio jurídico lícito.
(D) É causa de nulidade do negócio jurídico a impossibilidade absoluta superveniente do seu objeto.
(E) A vontade do agente tipifica a existência de elemento acidental do negócio jurídico.

RESPOSTA (A) Nesse caso, a produção de efeitos é *ex tunc*. (B) Art. 166, IV, CC. (C) Por derrelição, entende-se o ato do proprietário de abandonar o bem, sendo evidentes os sinais de que não mais pretende mantê-lo como seu patrimônio (art. 1.276, CC). Vale lembrar que a expressão provém de *res derelicta*, já que o imóvel nessas condições integrará a categoria das coisas sem dono. (D) Art. 106, CC. (E) A manifestação de vontade é entendida como elemento essencial do negócio jurídico. *Alternativa D.*

1705. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Acerca dos fatos jurídicos, assinale a alternativa correta.

(A) Os fatos jurídicos voluntários independem da vontade do homem, porém, não são a ele estranhos, uma vez que atingem as relações jurídicas, e, como é o homem o seu sujeito, a ele interessam.
(B) O ato-fato decorre da ação ou conduta humana lícita que gera consequência jurídica ainda que a pessoa não tenha vontade que o efeito se verifique.
(C) O fato ilícito, para produzir efeitos, submete-se ao plano da validade jurídica.
(D) O decurso do tempo constitui ato jurídico em sentido estrito.
(E) O dever que tem o pai de cuidar do filho que acabou de nascer configura exemplo de fato jurídico dispositivo.

RESPOSTA (A) Fato jurídico voluntário depende da vontade humana. (B) Os atos-fatos consubstanciam determinadas ações humanas que a lei entende como fato, não levando em consideração a vontade do agente na produção daquele efeito. (C) Art. 104, II, c/c art. 166, II, ambos do CC. (D) O decurso do tempo constitui um ato jurídico ordinário (interessa ao direito). (E) O dever que um pai tem de cuidar do filho não é um fato dispositivo, já que representa um dever oriundo do poder familiar (art. 1.690, CC). *Alternativa B.*

1706. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** Mateus está internado em hospital da rede particular de saúde em estado grave. João Carlos, seu pai, promete recompensa de R$ 100.000,00 à equipe médica, caso o seu filho seja curado. Operada a cura, os médicos reivindicam o pagamento da recompensa prometida. Nessa situação, a manifestação de vontade está contaminada pelo vício do(a)

(A) estado de perigo.
(B) lesão.
(C) erro.
(D) fraude.

RESPOSTA Art. 156, CC. *Alternativa A.*

1707. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** A respeito dos defeitos do ato jurídico em sentido amplo, assinale a alternativa correta.

(A) O dolo acidental, por não ser vício de consentimento nem causa do contrato, não acarretará a anulação do negócio jurídico, obrigando apenas à satisfação de perdas e danos ou a uma redução da prestação convencionada.
(B) Ressalvado o direito de terceiros, o vício resultante da coação acarreta a nulidade absoluta do ato jurídico *stricto sensu*; no entanto, será passível de ratificação pelas partes.
(C) É nulo o negócio jurídico quando viciado por estado de perigo.

(D) O erro e a coação constituem vícios sociais.

(E) A desproporção superveniente entre as prestações relativas ao negócio jurídico constitui elemento indispensável para a caracterização do vício de lesão.

RESPOSTA (A) Art. 146, CC. (B) Art. 171, II, CC. (C) Art. 171, II, CC. (D) São conhecidos como vícios sociais a simulação e a fraude contra credores. (E) Art. 157, § 1º, CC. *Alternativa A.*

1708. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** O direito civil brasileiro, em razão de seus princípios orientadores, admite a conversão do ato negocial. Tendo em vista essa assertiva, é CORRETO afirmar que a conversão

(A) converte-lhe à validade a qualificação dada pelas partes, excepcionalmente, em razão da licitude do objeto.

(B) atende ao princípio da conservação do negócio jurídico e é somente aplicável nas hipóteses em que não haja nulidade do negócio a ser convertido.

(C) atende ao princípio da conservação do negócio jurídico, mantendo a qualificação dada a ele pelas partes, convalidando-o.

(D) acarreta nova qualificação ao negócio jurídico e refere-se à hipótese de negócio nulo.

RESPOSTA Art. 170, CC. *Alternativa D.*

1709. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** No tocante à teoria do abuso do direito, na forma consagrada no Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) Exige-se o elemento culposo para a caracterização de um ato de abuso, traduzido no interesse.

(B) A ilicitude de um ato não pode ser condicionada ao seu objeto, ou seja, ao efeito material e jurídico.

(C) Caracteriza-se por uma observação objetiva da conduta que excede os limites impostos na forma da lei.

(D) Não há dano lícito, em nenhuma hipótese que se observe a prática de um ato contrário ao direito.

RESPOSTA (A), (B) e (C) Art. 187, CC, e Enunciado 37, I Jornada de Direito Civil, CJF. (D) Art. 188, CC. *Alternativa C.*

1710. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Sobre os defeitos dos negócios jurídicos, é INCORRETO afirmar que:

(A) O erro só é considerado como causa de anulabilidade do negócio jurídico se for substancial.

(B) Enquanto o dolo manifesta-se preponderantemente pelo ardil, na coação prepondera a violência.

(C) Na lesão a desproporção entre as prestações deve verificar-se no momento da celebração do contrato e não posteriormente.

(D) No estado de perigo, diferentemente do que ocorre na coação, o beneficiário não emprega violência psicológica ou ameaça para que o declarante assuma obrigação excessivamente onerosa.

(E) São considerados vícios sociais do negócio jurídico a lesão, a simulação e a fraude contra credores.

RESPOSTA (A) Art. 138, CC. (B) Art. 145 c/c art. 151, ambos do CC. (C) Art. 157, § 1º, CC. (D) Art. 156, CC. (E) São considerados vícios sociais a simulação e a fraude contra credores, já que a lesão figura no rol dos vícios do consentimento. *Alternativa E.*

1711. **(Procurador – MPF – 2008)** Considerando as seguintes assertivas:

I. O dolo do representante legal ou convencional de uma das partes só obriga o representado a

responder civilmente até a importância do proveito que teve.

II. Se o dolo de terceiro aproveitar a um dos contratantes, o ato negocial será anulado e o autor do dolo responderá por perdas e danos.

III. O dolo acidental não se constitui em vício de consentimento porque não influi diretamente na realização do ato negocial, que se teria praticado, embora de outro modo.

IV. O dolo negativo ocorrerá quando uma das partes vier a ocultar algo que a outra deveria saber e que, se sabedora, não teria efetivado o ato negocial.

Pode-se afirmar que:

(A) I e III estão corretas;

(B) II e III estão corretas;

(C) III e IV estão corretas;

(D) I e IV estão corretas.

RESPOSTA (I) Errada. Art. 149, CC. (II) Errada. Art. 148, CC. (III) Correta. Art. 146, CC. (IV) Correta. Art. 147, CC. *Alternativa C.*

1712. **(Advogado – CORREIOS-SP – 2008 – ESPP)** Analise os itens a seguir:

I. Negócio jurídico é a ação humana, fruto de uma vontade qualificada, que visa diretamente alcançar um fim permitido na lei.

II. Ato jurídico é aquele em que o efeito da manifestação de vontade humana está predeterminado na lei, não havendo qualquer dose de escolha da categoria jurídica e inexistindo vontade qualificada.

III. Negócios jurídicos unilaterais são aqueles que dependem da manifestação de vontade de uma única pessoa, mas que exigem para se aperfeiçoarem a aquiescência de terceiros.

IV. Negócios jurídicos bifrontes são aqueles em que ambos os contratantes, necessariamente, auferem vantagens e se obrigam a uma contraprestação.

Aponte a alternativa acertada:

(A) Apenas o item I está correto.

(B) Os itens I e II estão corretos.

(C) Apenas o item III está incorreto.

(D) Os itens II, III e IV estão incorretos.

RESPOSTA (I) Correta. Nos negócios jurídicos, as partes podem atribuir ao pacto os efeitos desejados, desde que reconhecidos pelo ordenamento jurídico. (II) Correta. Nos atos jurídicos, os efeitos já estão previstos na lei. (III) Errada. Independem da aquiescência de terceiros. (IV) Errada. Negócios jurídicos bifrontes são aqueles que podem ser tanto gratuitos como onerosos. *Alternativa B.*

1713. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Solange de Paula move ação anulatória em face do Hospital das Clínicas. Ocorre que, necessitando internar seu marido, não encontrou vaga no SUS, logrando êxito em conseguir a internação em hospital da rede privada, não integrante da rede SUS. O hospital exigiu o depósito de R$ 3,5 mil para a internação e mais R$ 360,00 para exames. Entregues os cheques, após o atendimento, Carmem ingressou em juízo para anular o negócio jurídico. Assinale o melhor fundamento para sua pretensão.

(A) onerosidade excessiva

(B) lesão

(C) estado de perigo

(D) enriquecimento sem causa

(E) *venire contra factum proprium*

RESPOSTA Art. 156, CC, c/c art. 135-A, CP. *Alternativa C.*

1714. (Advogado – SENADO – 2008 – FGV) Em relação à fraude, avalie as afirmativas a seguir, atribuindo V para verdadeiro e F para falso.

( ) A fraude contra credores representa a frustração do direito potestativo do credor em receber o que lhe é devido.
( ) O *animus* de prejudicar não é elemento constitutivo da fraude contra credores.
( ) Para que a fraude à execução possa ser reconhecida é indispensável haver uma lide proposta.
( ) Para o reconhecimento da fraude contra credores é necessário propor a ação pauliana.
( ) A fraude à execução tem como consequência a anulabilidade do ato fraudulento.

Assinale a sequência correta de cima para baixo.

(A) V – F – V – F – V
(B) F – F – V – V – F
(C) F – V – V – F – F
(D) F – V – F – V – F
(E) V – V – F – V – F

RESPOSTA (F) Art. 158, CC. (F) Trata-se de elemento subjetivo. (V) Art. 593, CPC. (V) Art. 161, CC. (F) Art. 171, II, CC. *Alternativa B.*

1715. (Advogado – SENADO – 2008 – FGV) Na sistemática do Novo Código Civil, se o erro é escusável, o negócio:

(A) prevalecerá.
(B) será declarado nulo.
(C) poderá ser anulado.
(D) será tido por inexistente.
(E) fica sujeito à ratificação.

RESPOSTA Art. 138, CC. *Alternativa C.*

1716. (Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF) Assinale a opção correta, levando em consideração as disposições do ordenamento jurídico brasileiro vigente, no que tange aos negócios jurídicos.

(A) Nos negócios de transmissão gratuita de bens, a caracterização da fraude contra credores não exige a presença do elemento subjetivo (*consilium fraudis*), bastando apenas a existência do elemento objetivo (*eventus damni*).
(B) Quando a lei proibir a prática de um negócio jurídico, sem cominar sanção, o prazo para pleitear-se a anulação do mesmo será de 2 (dois) anos, a contar da conclusão do ato.
(C) Tanto a simulação absoluta quanto a simulação relativa, quando presentes no negócio jurídico, eivam de nulidade absoluta o negócio jurídico como um todo, sendo impossível a subsistência de qualquer ato negocial dissimulado.
(D) Têm-se por inexistentes as condições incompreensíveis ou contraditórias, mantendo-se o negócio jurídico.
(E) Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, mesmo que se constitua em motivo determinante da liberalidade.

RESPOSTA (A) Trata-se de tema controvertido, sendo certo que também há doutrina no sentido da necessidade de

comprovação do elemento subjetivo na fraude contra credores. (B) Art. 166, VII, CC. (C) Art. 167, CC. (D) Art. 123, III, e art. 124, CC. (E) Art. 137, CC. *Alternativa A.*

1717. **(Delegado – PC-PR – 2007 – UFPR)** Os atos e negócios jurídicos podem se apresentar em três diferentes planos no ordenamento jurídico: o da existência, o da validade e o da eficácia. Quanto ao plano da validade, considere as seguintes afirmativas:

(1) O negócio jurídico simulado é nulo, porém subsiste o negócio que se dissimulou desde que seja válido na forma e na substância.

(2) É anulável por fraude material o negócio jurídico cujo instrumento particular é antedatado ou pós-datado.

(3) Se a anulabilidade do negócio jurídico resultar de falta de autorização de terceiro, não poderá ser validado posteriormente, ainda que o terceiro autorize.

(4) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, este será de quatro anos a contar da data da conclusão do ato.

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
(B) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
(C) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
(D) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
(E) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.

RESPOSTA (1) Art. 167, CC. (2) Art. 167, § 1º, III, CC. (3) Art. 176, CC. (4) Art. 179, CC. *Alternativa A.*

1718. **(Delegado – PC-PR – 2007 – UFPR)** Para evitar o atropelamento de pedestre que atravessa a rodovia fora da passarela de segurança, um motorista invade a pista contrária em manobra evasiva e acaba abalroando outro veículo que trafegava corretamente, causando danos materiais e morais ao seu condutor. Essa situação caracteriza:

(A) ato ilícito que gera a obrigação de indenizar os danos materiais e morais causados ao condutor do veículo que trafegava corretamente na outra pista.
(B) ato lícito praticado em estado de necessidade, que exclui o dever de indenizar os danos causados ao condutor do outro veículo.
(C) ato lícito praticado em estado de necessidade que obriga o motorista à reparação dos danos materiais e morais causados ao condutor do outro veículo, mas que lhe assegura ação regressiva para haver do pedestre a importância que tiver ressarcido ao lesado.
(D) ato ilícito praticado em estado de necessidade, acobertado pela excludente de responsabilidade civil.
(E) ato lícito praticado em estado de necessidade que obriga o motorista à reparação dos danos materiais e morais causados ao condutor do outro veículo, sem direito de ação regressiva em face do pedestre.

RESPOSTA Art. 188, II, CC. Nesse sentido, STJ, REsp 209.062/RJ. *Alternativa C.*

1719. **(Delegado – PC-PR – 2007 – UFPR)** Indivíduo de 17 anos completos, com total aptidão física e mental, após inquirido pela outra parte, oculta a idade, fazendo-se passar por pessoa maior e adquire um imóvel financiado pela Caixa. Esse negócio jurídico é:

(A) nulo, pela falta de representação dos pais desse indivíduo.

(B) válido.
(C) anulável, pela falta de assistência dos pais desse indivíduo.
(D) anulável, porque realizado com dolo de menor.
(E) anulável, por erro sobre a pessoa.

RESPOSTA Art. 180, CC. *Alternativa B.*

1720. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** O Código Civil de 2002, ao tratar do plano da validade, determina que:

(A) A condição fisicamente impossível não invalida o negócio jurídico.
(B) O negócio jurídico nulo não convalesce, não pode ser confirmado, não pode ser ratificado e nem, tampouco, pode ser convertido substancialmente.
(C) Quando determinada conduta negocial é vedada pelo Código Civil sem que seja expressamente indicada sanção, aplica-se a anulabilidade do negócio jurídico.
(D) A disciplina das invalidades aplica-se, apenas e tão somente, aos negócios jurídicos.
(E) Anulado o negócio jurídico, as partes serão restituídas ao estado anterior e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas.

RESPOSTA (A) Art. 123, I, CC. (B) Art. 170, CC. (C) Art. 166, VII, CC. (D) Não existe tal restrição. (E) Art. 182, CC. *Alternativa E.*

1721. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** João, ante o incessante pedido de parentes para que venha a prestar fiança ou aval, passa, para pôr fim àquele “assédio”, seus bens para Pedro, seu amigo, fazendo com que não haja em seu nome lastro patrimonial, tornando-lhe impossível a prestação de qualquer garantia real ou fidejussória. Nesse caso hipotético, configurou-se

(A) simulação relativa subjetiva.
(B) reserva mental.
(C) simulação relativa objetiva.
(D) dolo principal.
(E) simulação absoluta.

RESPOSTA Trata-se de simulação absoluta, uma vez que, na verdade, não há qualquer negócio jurídico, já que o ato praticado não tinha pretensão de produzir efeitos, mas apenas de gerar uma aparência. *Alternativa E.*

1722. **(Procurador – CMSP – 2007 – VUNESP)** No que diz respeito à eficácia dos negócios jurídicos, é possível concluir que

(A) a eficácia putativa está sujeita a perder a eficácia, afetada pela decretação da nulidade do ato que a produziu.
(B) afeta a definitividade da eficácia a cláusula contida no negócio jurídico que permita sua resolução em caso de inadimplemento.
(C) a eficácia “ex nunc” é aquela que emana desde a perfeição do ato jurídico, podendo afetar efeitos que se hajam produzido no passado.
(D) a resilição negocial opera “ad futurum”, podendo ter eficácia retroativa “stricto sensu”.
(E) a eficácia é interimística ou interina quando sua permanência no mundo jurídico é, por natureza, provisória, mas que pode se tornar definitiva.

RESPOSTA (A) Nesse caso, não há que se falar em produção de efeitos por ato nulo. (B) Admite-se no negócio jurídico a existência de cláusula resolutiva (art. 474, CC). (C) A eficácia *ex nunc* é não retroativa. (D) Art. 473, CC. (E) Trata-se de

doutrina de Pontes de Miranda e diz respeito aos efeitos dos negócios anuláveis, que produzirão efeitos até o momento em que venham a ser desconstituídos, se for o caso. *Alternativa E.*

1723. **(Advogado – ELETROBRAS – 2007 – NCE)** A simulação é causa de:

(A) nulidade do negócio jurídico;
(B) anulabilidade do negócio jurídico;
(C) inexistência do negócio jurídico;
(D) ineficácia do negócio jurídico;
(E) ratificação de validade do negócio jurídico.

RESPOSTA Art. 167, CC. *Alternativa A.*

1724. **(Advogado – IRB – 2006 – ESAF)** Assinale a opção verdadeira.

(A) A forma única é aquela que, por lei, não pode ser preterida por outra.
(B) O estado de perigo e a lesão são atos prejudiciais praticados em estado de necessidade, visto que na base do estado de perigo há risco patrimonial e na da lesão tem-se risco pessoal.
(C) O erro acidental induz anulação do negócio por incidir sobre a declaração de vontade, mesmo se for possível identificar a pessoa ou a coisa a que se refere.
(D) Exige-se, por lei, que o instrumento particular seja subscrito por duas testemunhas.
(E) O novel Código Civil não admite a conversão do ato nulo em outro de natureza diferente.

RESPOSTA (A) Art. 166, V, CC. (B) Os três institutos não se confundem: estado de perigo (art. 156, CC), lesão (art. 157, CC) e estado de necessidade (art. 188, II, CC). (C) Art. 142, CC. (D) Art. 215, § 5º, CC. (E) Art. 170, CC. *Alternativa A.*

Prescrição e Decadência

1725. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** A respeito da prescrição, analise.

I. Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
II. Não corre a prescrição pendendo condição resolutiva.
III. Não corre a prescrição não estando vencido o prazo.
IV. Não corre a prescrição em favor dos incapazes.
Está correto somente o que se afirma em

(A) II, III
(B) I
(C) III, IV
(D) I, III

RESPOSTA (I) Correta. Art. 197, I, CC. (II) Errada. Art. 199, I, CC. (III) Correta. Art. 199, II, CC. (IV) Errada. Art. 198, I, CC. *Alternativa D.*

1726. **(Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO)** Sobre os institutos da prescrição e da decadência, é um EQUÍVOCO considerar que

(A) a decadência não se interrompe nem se suspende, salvo por previsão expressa em lei.
(B) o prazo prescricional interrompido faz com que a contagem do tempo se inicie novamente.
(C) as causas de suspensão da prescrição são de natureza pessoal.
(D) as ações de reconhecimento de paternidade e referentes ao estado da pessoa humana prescrevem em 2 anos.
(E) os prazos decadenciais podem ser elegidos por contrato, via manifestação expressa de vontade e

desde que não restrinjam direito estabelecido em lei.

RESPOSTA (A) Art. 207, CC. (B) Art. 202, parágrafo único, CC. (C) Art. 197 ao art. 201, CC. (D) Súmula 149, STF. (E) Art. 211 e art. 209, CC. *Alternativa D.*

1727. **(Assessor – DPE-PR – 2012 – PUCPR)** Sobre as regras de prescrição delineadas no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Segundo dicção expressa da lei, a prescrição somente pode ser interrompida pelo devedor.

(B) Por ser norma de caráter privado, os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

(C) A interrupção da prescrição por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.

(D) A notificação extrajudicial, ainda que não importe em reconhecimento expresso da dívida pelo devedor, é causa interruptiva do prazo prescricional.

(E) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador, porquanto se trata de obrigação acessória.

RESPOSTA (A) Art. 203, CC. (B) Art. 192, CC. (C) Art. 204, § 1º, CC. (D) Art. 202, VI, CC. (E) Art. 204, § 3º, CC. *Alternativa C.*

1728. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Quanto à prescrição, é INCORRETO afirmar:

(A) Os prazos de prescrição, via de regra, podem ser alterados por acordo das partes.

(B) Pode ser alegada, em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.

(C) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

(D) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

RESPOSTA (A) Art. 192, CC. (B) Art. 193, CC. (C) Art. 196, CC. (D) Art. 200, CC. *Alternativa A.*

1729. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Assinale a alternativa correta:

(A) Os prazos de prescrição e de decadência podem ser alterados pela vontade das partes.

(B) Não corre a prescrição em face dos relativamente e absolutamente incapazes.

(C) O juiz deve conhecer de ofício a decadência legal ou convencional.

(D) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

(E) Aquele que cumpre obrigação prescrita tem direito à repetição de indébito, pois não há renúncia tácita da prescrição.

RESPOSTA (A) Art. 192, CC. (B) Art. 198, I, CC. (C) Art. 211, CC. (D) Art. 203, CC. (E) Art. 882, CC. *Alternativa D.*

1730. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** A respeito da prescrição, assinale a alternativa incorreta:

(A) não corre contra o ausente do País que se encontre a serviço público do Município;

(B) a interrupção poderá ocorrer somente uma vez;

(C) na hipótese de suspensão em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível;

(D) a interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador;

(E) não corre entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal, exceto se casados pelo regime da separação obrigatória de bens.

RESPOSTA (A) Art. 198, II, CC. (B) Art. 202, CC. (C) Art. 201, CC. (D) Art. 204, § 3º, CC. (E) Art. 197, I, CC. *Alternativa E.*

1731. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Constitui prazo decadencial:

(A) O prazo de um ano para ação de pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários;

(B) o prazo de dois anos, após a extinção do contrato de trabalho, para o empregado ingressar com ação trabalhista contra seu ex-empregador;

(C) o prazo de um ano para ajuizamento de ação envolvendo pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele;

(D) o prazo de três anos para ajuizamento de ação versando sobre a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;

(E) o prazo de dois anos para propositura de ação rescisória.

RESPOSTA (A) Art. 206, § 1º, III, CC. (B) Trata-se de prazo prescricional (art. 11, II, CLT). (C) Art. 206, § 1º, II, CC. (D) Art. 206, § 3º, I, CC. (E) Art. 495, CPC. *Alternativa E.*

1732. **(Advogado – ALERR – 2010 – CETAP)** Quanto ao tema prescrição e decadência no Código Civil, marque a alternativa correta:

(A) O juiz somente poderá reconhecer de ofício a prescrição se estiver em discussão direito de absolutamente incapaz.

(B) O despacho de citação, ainda que por juiz incompetente, é causa de suspensão da prescrição.

(C) A suspensão da prescrição obtida por um dos credores solidários aproveitará aos demais ainda que a obrigação seja divisível.

(D) Prescreve em três anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.

(E) A decadência extingue somente a pretensão.

RESPOSTA (A) Art. 219, § 5º, CPC. (B) Art. 202, I, CC. (C) Art. 201, CC. (D) Art. 206, § 3º, I, CC. (E) A decadência extingue o direito, enquanto a prescrição extingue a pretensão. *Alternativa D.*

1733. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Terêncio, brasileiro, advogado, foi contratado pela empresa Caçarola e Cuia Ltda., para prestar serviços profissionais de consultoria jurídica. O contrato foi iniciado em 2003 e teve término em 2004. Restou pendente pagamento correspondente a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo baldadas todas as tentativas de recebimento amigável. Tendo em vista suas inúmeras responsabilidades profissionais, com viagens constantes, Terêncio somente pode promover a ação de cobrança no ano de 2010. Citada a empresa, alegou a existência de prescrição da pretensão autoral. Diante de tais fatos e à luz da legislação civil em vigor, é correto afirmar que:

(A) a pretensão de Terêncio segue a regra geral de dez anos como prazo prescricional.

(B) no caso em tela, há regra especial que estabelece prazo quinquenal como sendo de prescrição.

(C) sendo a relação de trato sucessivo, a prescrição é renovada mês a mês, não se podendo, no caso, falar de prescrição.

(D) caso a ré pagasse a dívida, deveria haver reembolso diante do prazo prescricional incidente.

(E) o prazo prescricional em tela seria de três anos.

RESPOSTA Art. 206, § 5º, II, CC. *Alternativa B.*

1734. **(Procurador – Camaçari-BA – 2010 – AOCP)** A respeito da prescrição no Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) Pode ser alegada, por ambas as partes, em qualquer grau de jurisdição.
(B) A prescrição iniciada contra uma pessoa interrompe-se contra os seus sucessores.
(C) A interrupção da prescrição ocorre somente por uma vez.
(D) A interrupção da prescrição por um credor não solidário aproveita aos outros.
(E) Prescreve em três anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

RESPOSTA (A) Art. 193, CC. (B) Art. 196, CC. (C) Art. 202, CC. (D) Art. 201, CC. (E) Art. 206, § 2º, CC. *Alternativa C.*

1735. **(Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH)** Marque a RESPOSTA correta acerca da prescrição civil.

(A) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos demais, e a interrupção operada contra o codevedor prejudica aos demais coobrigados.
(B) A interrupção de um dos credores solidários não aproveita aos demais, assim como a interrupção contra um dos credores solidários também não envolve os demais.
(C) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
(D) A interrupção operada contra um dos herdeiros ao devedor solidário prejudica aos outros herdeiros, tanto nas obrigações divisíveis quanto nas obrigações indivisíveis.
(E) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

RESPOSTA (A) Art. 204, CC. (B) Art. 204, § 1º, CC. (C) Art. 203, CC. (D) Art. 204, § 2º, CC. (E) Art. 204, § 3º, CC. *Alternativa C.*

1736. **(Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH)** Marque a RESPOSTA correta acerca dos prazos da prescrição civil.

(A) Prescreve em um ano a pretensão para haver prestações alimentares;
(B) Prescreve em um ano a pretensão do segurado contra o segurador, ou deste contra aquele;
(C) Prescreve em três anos a pretensão relativa à tutela.
(D) Prescreve em cinco anos a pretensão da reparação civil.
(E) Prescreve em um ano a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

RESPOSTA (A) Art. 206, § 2º, CC. (B) Art. 206, § 1º, II, CC. (C) Art. 206, § 4º, CC. (D) Art. 206, § 3º, V, CC. (E) Art. 206, § 3º, IV, CC. *Alternativa B.*

1737. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** A prescrição corre:

(A) entre os cônjuges na constância da sociedade conjugal.
(B) contra os ausentes do país, em serviço público da União, dos Estados e do Município.
(C) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.
(D) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
(E) entre os herdeiros enquanto não se concluir o processo de inventário.

RESPOSTA (A) Art. 197, I, CC. (B) Art. 198, II, CC. (C) Art. 198, III, CC. (D) Art. 197, II, CC. (E) Nesse caso, não há nenhuma causa suspensiva da prescrição. *Alternativa E.*

1738. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Dentre as alternativas abaixo, todas são incorretas, EXCETO:

(A) Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar, bem como entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou

curadores, durante a tutela ou curatela.

(B) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.

(C) O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.

(D) A interrupção da prescrição poderá ocorrer mais de uma vez, e assim, interrompida, recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.

(E) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz não poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

RESPOSTA (A) Art. 197, CC. (B) Art. 204, CC. (C) Art. 219, § 5º, CPC. (D) Art. 202, CC. (E) Art. 232, CC. *Alternativa A.*

1739. (Procurador – PGE-PA – 2009) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Prescrita a obrigação jurídica, converte-se em obrigação natural, não podendo ser exigida coercitivamente, mas persistindo o direito de ação em si.

(B) Apesar da independência entre a jurisdição penal e a civil, no caso de cometimento de um homicídio, enquanto não houver sentença criminal definitiva, a prescrição não correrá contra os herdeiros da vítima, no que toca à reparação civil.

(C) A decadência decorrente de prazo legal pode ser pronunciada, de ofício, pelo juiz, independentemente da arguição do interessado, enquanto que a prescrição das ações patrimoniais não pode ser decretada *ex officio* pelo magistrado.

(D) Consoante súmula do STF, a prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.

RESPOSTA (A) A prescrição extingue apenas a pretensão, não o direito (art. 882, CC). (B) Art. 200, CC. (C) Art. 210, CC, c/c art. 219, § 5º, CPC. (D) Súmula 383, STF. *Alternativa C.*

1740. (Advogado – DETRAN-AC – 2009 – CESGRANRIO) Mévio propôs ação, com pedido indenizatório, em face de Pessoa e Pessoa S/A, aduzindo danos causados por ato de preposto da ré, que lhe ocasionaram danos, ocorridos no ano de 2000. Regularmente citada, a ré apresenta defesa de mérito, sem preliminares ou prejudiciais. A sentença julgou o pedido procedente, havendo recurso de apelação indicando a existência de prescrição, nos moldes do Código Civil. Diante dos fatos narrados, pode-se deduzir que

(A) ação com pretensão indenizatória não é atingida pela prescrição.

(B) prescrição e decadência são institutos sem qualquer distinção.

(C) a prescrição contra absolutamente incapazes corre segundo as regras do Código Civil.

(D) a prescrição da pretensão do autor não pode ser alegada somente em apelação.

(E) o Código Civil permite a alegação de prescrição em qualquer grau de Jurisdição.

RESPOSTA (A) A prescrição atinge a pretensão. (B) Há várias distinções. Alguns exemplos: a prescrição extingue a pretensão, enquanto a decadência extingue o direito; os prazos prescricionais são estabelecidos apenas por lei, enquanto a decadência pode ser legal ou convencional; a prescrição deve ser conhecida de ofício pelo juiz, enquanto isso na decadência somente ocorre na legal etc. (C) Art. 198, I, CC. (D) e (E) Art. 193, CC. *Alternativa E.*

1741. (Procurador – MPT – 2007) Complete com a opção CORRETA. Prescreve em ______ a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.

(A) um ano;
(B) dois anos;
(C) três anos;
(D) cinco anos;
(E) não respondida.

RESPOSTA Art. 206, § 3º, I, CC. *Alternativa C.*

Prova

1742. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Segundo o princípio da livre admissibilidade, os fatos jurídicos podem ser comprovados por qualquer meio de prova admitido em direito. Entretanto, em situações específicas, impõem-se algumas restrições. A partir dessas considerações, é CORRETO afirmar:

(A) a permissão legal de realização de prova testemunhal subsidiária obriga sua produção, impedindo o juiz de dispensá-la.
(B) a presunção *hominis* só pode ser acatada nos casos em que a lei não exclui a prova testemunhal.
(C) o Código Civil isenta de obrigação de comparecimento perante a autoridade aquele a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar segredo de fato que se investiga.
(D) o ordenamento jurídico brasileiro impõe um regime de absoluta impossibilidade de prova testemunhal ante a incapacidade de quem prestará testemunho.

RESPOSTA (A) Art. 227, parágrafo único, CC. (B) Art. 230, CC. (C) Art. 229, I, CC. (D) Art. 228, I, CC. Não há essa restrição para os relativamente incapazes. *Alternativa B.*

II. Obrigações

Modalidades das Obrigações

1743. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Não é(são) devedor(es) solidário(s), por disposição legal:

(A) testamenteiros simultâneos, com funções distintas, indicadas no testamento.
(B) comissário, com cláusula *del credere* no contrato, e pessoas com quem contratar.
(C) administradores de sociedade limitada, por ato culposo no exercício de suas funções.
(D) representante legal, que age dolosamente, e representado.
(E) sócio cedente de quotas de sociedade limitada e cessionário, perante a sociedade, e terceiros até 2 (dois) anos da averbação da modificação do contrato.

RESPOSTA (A) Art. 1.986, CC. (B) Art. 698, CC. (C) Art. 1.016 c/c art. 1.053, ambos do CC. (D) Art. 149, CC. (E) Art. 1.003, parágrafo único, CC. *Alternativa D.*

1744. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** De acordo com o instituto da solidariedade, é INCORRETO afirmar que:

(A) a interrupção da prescrição efetuada contra o devedor solidário estende-se aos demais, havendo, assim, comunicação dos efeitos interruptivos;
(B) o credor pode renunciar à solidariedade passiva em favor de todos os devedores. A legislação pátria não admitiu a chamada renúncia relativa, operada em proveito de um ou alguns devedores;
(C) é da essência da solidariedade ativa que o pagamento feito a um dos credores, por modo direto ou pelos indiretos equivalentes, produz a extinção do crédito para todos;

(D) na solidariedade ativa, extinta a obrigação, quer pelo meio direto do pagamento, quer pelos indiretos, como novação, compensação, transação e remissão, responde o credor favorecido, perante os demais, pelas quotas que lhes couberem;
(E) na solidariedade passiva, se houver o pagamento integral da dívida por um dos devedores, operar-se-á a extinção da relação obrigacional, exonerando-se todos os codevedores.

RESPOSTA (A) Art. 204, § 1º, CC. (B) Art. 282, CC. (C) Art. 269, CC. (D) Art. 272, CC. (E) Art. 283, CC. *Alternativa B.*

1745. **(Advogado – TRENSURB – 2010 – BIORIO)** Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao:
(A) credor, se outra coisa não se estipulou;
(B) devedor, se outra coisa não se estipulou;
(C) credor, sendo vedada a estipulação em contrário;
(D) devedor, sendo vedada a estipulação em contrário;
(E) mediador nomeado, se outra coisa não se estipulou.

RESPOSTA Art. 252, CC. *Alternativa B.*

1746. **(Advogado – EMDEC – 2010 – CAIP)** Segundo o artigo 234 do Código Civil, se a coisa se perder sem culpa do devedor, antes da tradição, ou tendente à condição suspensiva:
(A) fica resolvida a situação para ambas as partes.
(B) a coisa deverá ser substituída por outra.
(C) a coisa deverá ser substituída por seu valor em dinheiro.
(D) a coisa deverá ser substituída por seu valor em dinheiro mais perdas e danos.

RESPOSTA Art. 234, CC. *Alternativa A.*

1747. **(Advogado – IMESP – 2010 – VUNESP)** Sobre o direito das obrigações, é correto afirmar que
(A) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
(B) uma obrigação de fazer poderá ser convertida em perdas e danos caso o seu adimplemento só puder ser realizado pelo devedor e esse se recusar a adimpli-la.
(C) a obrigação indivisível, mesmo quando se resolver em perdas e danos, não perderá sua característica de indivisibilidade.
(D) a solidariedade das obrigações se presumirá todas as vezes que estiverem presentes mais de um devedor ou credor que concorrerem em direitos e obrigações.
(E) nas obrigações de não fazer, o credor só poderá mandar desfazer alguma obrigação se for em caráter urgente e com a concessão de autorização judicial concomitantemente.

RESPOSTA (A) Art. 252, CC. (B) Art. 247, CC. (C) Art. 263, CC. (D) Art. 265, CC. (E) Art. 251, parágrafo único, CC. *Alternativa B*

1748. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA.
(A) As obrigações indivisíveis perdem essa qualidade quando, impossível o objeto por causa superveniente, resolverem-se em perdas e danos.
(B) A conversão da obrigação em perdas e danos, havendo credores solidários, não faz desaparecer a solidariedade.

(C) Nas obrigações indivisíveis, em que houver credores solidários, a exigência da prestação do devedor pode ser exercida por apenas um dos credores.

(D) Em operação de mútuo composta por três devedores solidários, um deles declarado insolvente, é possível àquele que pagou a integralidade do débito haver do outro, solvente, não apenas a sua cota, mas também a metade da cota do insolvente.

(E) Apenas as alternativas (B), (C) e (D) estão corretas.

RESPOSTA (A) Art. 263, CC. (B) Art. 271, CC. (C) Art. 260, CC. (D) Art. 283, CC. (E) Essa assertiva está errada, já que a alternativa A está correta. *Alternativa E.*

1749. (Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE) No que é pertinente às obrigações de ‘dar’, assinale a alternativa correta.

(A) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.

(B) Quando a coisa se deteriora, antes da entrega e sem culpa do devedor, poderá o credor recebê-la no estado em que se encontra, sem direito de exigir um abatimento no preço, uma vez que, sem culpa do devedor, não há responsabilidade.

(C) A obrigação de dar coisa certa só abrange os acessórios que vierem expressamente mencionados.

(D) No caso da coisa certa se perder antes da entrega, o devedor não poderá alegar caso fortuito e força maior para excluir sua responsabilidade.

(E) A coisa certa será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.

RESPOSTA (A) Art. 237, CC. (B) Art. 235, CC. (C) Art. 233, CC. (D) Art. 393, CC. (E) Art. 243, CC. *Alternativa A.*

1750. (Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB) Sobre o direito das obrigações, é correto afirmar que:

(A) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

(B) Na solidariedade ativa, convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se a solidariedade para todos os efeitos.

(C) O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores solidários.

(D) Em regra, na cessão de créditos não estão abrangidos os seus acessórios.

(E) Na cessão de créditos, o cedente sempre responderá pela existência do crédito e pela solvência do devedor.

RESPOSTA (A) Art. 233, CC. (B) Art. 271, CC. (C) Art. 282, CC. (D) Art. 287, CC. (E) Art. 295, CC. *Alternativa C.*

1751. (Advogado – CESP – 2009 – VUNESP) Nas obrigações solidárias,

(A) o julgamento contrário a um dos credores solidários atinge os demais.

(B) a solidariedade se presume.

(C) convertendo-se a prestação em perdas e danos, não subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.

(D) o credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento responderá aos outros pela parte que lhes caiba.

(E) o credor não poderá renunciar à solidariedade em favor de um dos devedores.

RESPOSTA (A) Art. 274, CC. (B) Art. 265, CC. (C) Art. 271, CC. (D) Art. 272, CC. (E) Art. 282, CC. *Alternativa D.*

1752. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** As seguintes afirmativas concernentes às obrigações naturais e ao pagamento indevido estão corretas, EXCETO

(A) a dívida de jogo, por novação, poderá converter-se em obrigação civil.

(B) a obrigação natural não é exigível. Contudo, se o devedor pagar espontaneamente, o pagamento será válido.

(C) a obrigação natural pode ser garantida pelo próprio devedor ou por terceiros. Contudo, a garantia oferecida pelo próprio devedor não transforma a obrigação natural em civil.

(D) fica isento de restituir pagamento indevido aquele que, recebendo-o como parte de dívida verdadeira, inutilizou o título, deixou prescrever a pretensão ou abriu mão das garantias que asseguravam seu direito.

RESPOSTA (A) Art. 814, § 1º, CC. (B) Art. 882, CC. (C) Vale lembrar que se a garantia for prestada por um terceiro poderá ser executada. (D) Art. 880, CC. *Alternativa A.*

1753. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** “A” deve entregar uma joia de valor correspondente a R$ 90.000,00 a “B”, “C” e “D”, tendo “B” remitido o débito, “C” e “D” exigirão a joia, mas deverão indenizar “A”, em dinheiro (R$ 30.000,00) da parte que “B” o perdoou. Tal ocorre porque a obrigação em tela produz esse efeito por ser

(A) solidária ativa.

(B) indivisível.

(C) divisível.

(D) solidária mista.

(E) solidária passiva.

RESPOSTA Art. 262, CC. *Alternativa B.*

Adimplemento e Extinção das Obrigações: Pagamento

1754. **(Promotor – MP-MG – 2011)** É INCORRETO afirmar quanto ao objeto do pagamento e sua prova no Código Civil:

(A) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.

(B) Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou.

(C) É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.

(D) Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação.

RESPOSTA (A) Art. 313, CC. (B) Art. 314, CC. (C) Art. 316, CC. (D) Art. 317, CC. *Alternativa C.*

1755. **(Advogado – BNB – 2010 – ACEP)** Sobre pagamento nas relações obrigacionais, é correto afirmar:

(A) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar mas não se sub-roga nos direitos do credor.

(B) o pagamento feito na boa-fé ao credor putativo não é válido, ainda que provado depois que não era credor.

(C) é ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.

(D) o pagamento reiteradamente feito em outro local não faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.

(E) sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, é impossível a presunção do pagamento destes.

RESPOSTA (A) Art. 305, CC. (B) Art. 309, CC. (C) Art. 316, CC. (D) Art. 330, CC. (E) Art. 323, CC. *Alternativa A.*

1756. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Indique a alternativa correta.

(A) A invalidade do instrumento induz a do negócio jurídico, mesmo que se possa provar sua existência, por outro meio lícito.

(B) Ninguém pode reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, se não provar que reverteu em proveito dele a importância paga.

(C) Quando a lei dispuser que um ato é anulável, sem estabelecer prazo para a anulação, será de quatro anos, a contar da conclusão do ato.

(D) Além dos casos expressamente declarados em lei, é anulável o negócio jurídico por incapacidade absoluta do agente.

RESPOSTA (A) Art. 183, CC. (B) Art. 181, CC. (C) Art. 179, CC. (D) Art. 166, I, CC. *Alternativa B.*

Modalidades Especiais de Pagamento

1757. **(Procurador – MPT – 2012)** À luz do Código Civil, assinale a assertiva INCORRETA:

(A) A compensação é um modo de extinção da obrigação.

(B) O devedor que paga tem direito a quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada.

(C) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis; no entanto, em qualquer caso, as coisas fungíveis objeto das duas prestações não se compensarão, quando se verificar que diferem na qualidade.

(D) Salvo nos casos taxativamente previstos, a diferença de causa nas dívidas não impede a compensação.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 368, CC. (B) Art. 319, CC. (C) Arts. 369 e 370, CC. (D) Art. 373, CC. *Alternativa C.*

1758. **(Advogado – EPE – 2010 – CESGRANRIO)** A empresa GGO S.A. contraiu empréstimo com a sociedade LPJR Ltda., no valor de R$ 1.500.000,00, tendo adquirido, com tal valor, máquinas e equipamentos para uso nas suas atividades. Por exigência do credor, GGO S.A. realizou contrato de seguro com a seguradora TÔAÍ S.A., com cláusula de beneficiário à empresa LPJR Ltda. No curso do contrato de empréstimo, com parcelas correspondentes a R$ 500.000,00 pagas, houve sinistro, com o consequente requerimento à companhia seguradora para cobrir o valor constante da apólice. Diante da cláusula de beneficiário, o valor é pago à empresa LPJR Ltda., que, abatendo o valor restante da dívida, devolve o saldo à empresa segurada. Diante dessas circunstâncias, conclui-se que

(A) a atuação da empresa beneficiária é correta, pois compensou os valores de débitos e créditos com a empresa segurada.

(B) a compensação se revela inviável diante da ausência de negócios da mesma natureza.

(C) a compensação seria possível com a prévia anuência da devedora.

(D) a compensação é ato dependente de autorização legal específica e ato das partes.

(E) o devedor e o credor somente podem realizar compensação se o contrato expressamente autorizar.

RESPOSTA (A) Art. 368, CC. (B) Art. 369, CC. (C) Não há necessidade de anuência da parte. (D) Observados os requisitos do art. 369, CC, a compensação será automática. (E) Não há necessidade de previsão contratual para ocorrência da compensação, porém para afastá-la é necessário acordo mútuo, nos termos do art. 375, CC. *Alternativa A.*

1759. **(Advogado – EPE – 2010 – CESGRANRIO)** Mévio e Tácio, maiores e absolutamente capazes, estipulam negócio em que o primeiro se compromete a entregar um móvel cujas características foram apresentadas em desenho entregue pelo segundo, com prazo de entrega de trinta dias e preço ajustado de R$ 5.000,00. Findo o prazo, o bem não é entregue ao credor. Buscando a conciliação, as partes contratantes ajustam a extinção da relação jurídica anterior, estabelecendo que Tácio pagaria a Mévio a quantia de R$ 4.000,00, em dez parcelas mensais e de igual valor, e Mévio entregaria o móvel, objeto do desenho entregue anteriormente, e duas cadeiras de madeira de lei. Diante de tais circunstâncias, verifica-se que

(A) a descrição dos fatos indica que houve novação.
(B) não se trata de novação pela ausência de palavras sacramentais.
(C) houve apenas a confirmação da obrigação originária.
(D) o parcelamento descaracteriza a novação.
(E) a mudança da prestação é vedada pelo instituto da novação.

RESPOSTA Art. 360, I, CC. *Alternativa A.*

1760. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** A disciplina jurídica das obrigações sofre grande influência do regime econômico vigente e tem muita influência na vida econômica do país, estendendo-se às diferentes atividades humanas de natureza patrimonial. Por essa razão, o direito das obrigações deve promover o realizar da vida econômica, conferindo-lhe segurança e agilidade. Considerando o direito obrigacional pátrio, é CORRETO afirmar:

(A) a novação, por criar nova obrigação, convalida obrigação extinta.
(B) a novação impede a discussão de obrigações contraídas em contratos anteriores ao que se novou.
(C) é impossível novar em obrigação nula, tendo em vista que a novação propõe a substituição daquela dívida por outra.
(D) a novação não se presta a confirmar obrigação anulável, restando ao devedor o direito de arguir o vício sobre obrigação que novou.

RESPOSTA (A) Art. 360, I, CC. (B) Para o STJ, a novação não impede a revisão dos negócios jurídicos antecedentes (Súmula 286, STJ). (C) Art. 367, CC. (D) Art. 367, CC. *Alternativa C.*

Transmissão das Obrigações

1761. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Em relação às obrigações, marque a alternativa INCORRETA:

(A) Para ter eficácia contra terceiros, a transmissão de um crédito deve, necessariamente, celebrar-se mediante instrumento público.
(B) No caso de rateio entre os codevedores, contribuirão também os exonerados da solidariedade pelo credor, pela parte que na obrigação incumbia ao insolvente.
(C) É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava.
(D) Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e

receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.

(E) Praticado pelo devedor o ato, a cuja abstenção se obrigara, o credor pode exigir dele que o desfaça, sob pena de se desfazer à sua custa, ressarcindo o culpado perdas e danos, independentemente de autorização judicial, em caso de urgência.

RESPOSTA (A) Art. 288, CC. (B) Art. 284, CC. (C) Art. 299, CC. (D) Art. 270, CC. (E) Art. 251, CC. *Alternativa A.*

1762. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** No que concerne à transmissão das obrigações, assinale a alternativa *incorreta*, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

(A) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece, via de regra, a que se completar por último.

(B) Na assunção de dívida, o novo devedor não pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.

(C) Na cessão de crédito, o devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.

(D) O cessionário de crédito hipotecário tem o direito de fazer averbar a cessão no registro do imóvel.

(E) Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.

RESPOSTA (A) Art. 291, CC. (B) Art. 302, CC. (C) Art. 294, CC. (D) Art. 289, CC. (E) Art. 293, CC. *Alternativa A.*

1763. **(Advogado – CMB – 2009 – CESGRANRIO)** C., brasileiro, solteiro, empresário que mantém relação de amizade com R., teve ciência de que o amigo estaria com dificuldades de quitar dívida com J., no valor de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Prestimoso, C. obteve de J. e de R. a devida aquiescência para assumir o pagamento da dívida. Concomitantemente, acordou verbalmente com R. que, no prazo de um ano, o mesmo realizaria o ressarcimento dos valores que C. tivesse reembolsado. Passado o ano, C. foi surpreendido com a negativa de pagamento dos valores expendidos. Procurou o credor originário que também não concordou em retomar o vínculo antigo com o devedor R. Observada tal situação, à luz das normas do Código Civil, afirma-se que a(o)

(A) assunção de dívidas que ocorreu é ato jurídico perfeito.

(B) dívida pode ser reassumida pelo devedor originário, consentindo o credor unilateralmente.

(C) negativa de pagamento praticada pelo devedor originário permite o retorno ao estado anterior.

(D) vício da vontade está caracterizado pela amizade existente.

(E) negócio deve ser ratificado no prazo de um ano e conferido pelo devedor atual.

RESPOSTA Art. 299, CC. *Alternativa A.*

1764. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** Na cessão de crédito:

(A) O cedente, em geral, responde pela existência do crédito cedido.

(B) O cedente, em geral, responde pela solvência do devedor cedido.

(C) A responsabilidade do cedente nas hipóteses de insolvência do devedor cedido abrange o valor recebido do cessionário, os juros, bem como o dever de indenizar danos patrimoniais e extrapatrimoniais.

(D) O cessionário, antes do conhecimento da cessão pelo devedor cedido, não pode exercer os atos conservatórios de seus direitos.

(E) O crédito penhorado pode ser transferido pelo cedente conhecedor da constrição.

RESPOSTA (A) Art. 295, CC. (B) Art. 296, CC. (C) Art. 297, CC. (D) Art. 293, CC. (E) Art. 298, CC. *Alternativa A.*

Inadimplemento das Obrigações

1765. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) A cláusula penal poderá ter qualquer valor, a critério e com a expressa concordância das partes.
(B) A invalidade da obrigação principal implica a das acessórias, a destas induz a da obrigação principal.
(C) O credor para exigir a pena convencional deverá alegar prejuízo.
(D) A penalidade não poderá ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte.
(E) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

RESPOSTA (A) Art. 412, CC. (B) Art. 184, CC. (C) Art. 416, CC. (D) Art. 413, CC. *Alternativa E.*

1766. **(Advogado – CORENGO – 2010 – UFG)** Em regra, as obrigações são voluntariamente cumpridas, seja espontaneamente, por iniciativa do devedor, seja após a interpelação feita pelo credor. Nesse sentido,

(A) o inadimplemento é absoluto no caso de mora do devedor, ou seja, quando ocorre cumprimento imperfeito da obrigação, com inobservância do tempo, lugar e forma convencionada.
(B) a confirmação da mora dá-se quando a obrigação não foi cumprida no tempo, lugar e forma convencionados ou estabelecidos pela lei e que não poderá sê-lo, com proveito para o credor.
(C) a ocorrência da mora dá-se não só quando há atraso no cumprimento da obrigação, mas também quando este se dá na data estipulada, mas de modo imperfeito, ou seja, em lugar ou forma diversa da convencionada ou estabelecida na lei.
(D) o inadimplemento contratual acarreta a responsabilidade de indenizar as perdas e danos, caracterizando infração ao dever de conduta e identificando a responsabilidade aquiliana.

RESPOSTA (A) Esse é o conceito de inadimplemento relativo (art. 394, CC). (B) É no inadimplemento absoluto que há a total impossibilidade de o credor receber a prestação, resolvendo-se em perdas e danos. (C) Art. 394, CC. (D) A responsabilidade aquiliana é extracontratual. *Alternativa C.*

1767. **(Advogado – ALERR – 2010 – CETAP)** Quanto às obrigações é correto afirmar:

(A) A obrigação de dar coisa certa somente abrange os acessórios nela expressamente mencionados.
(B) Na obrigação de restituir, o devedor responde pela perda da coisa ainda que não tenha agido com culpa.
(C) Por causa do princípio *genus non perit*, na obrigação de dar coisa incerta o devedor somente se responsabiliza pela perda ou deterioração da coisa se tiver agido com culpa grave ou dolo.
(D) A tutela específica somente é possível nas obrigações de fazer ou não fazer.
(E) Solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.

RESPOSTA (A) Art. 233, CC. (B) Art. 238, CC. (C) Art. 246, CC (o gênero não perece). (D) Art. 461 e art. 461-A, ambos do CPC. (E) Art. 265, CC. *Alternativa E.*

1768. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Sobre o inadimplemento das obrigações, pode-se afirmar que:

(A) Para se exigir o cumprimento da pena convencional, o credor deverá demonstrar o prejuízo

sofrido.

(B) No inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, a mora se constitui mediante protesto judicial ou extrajudicial.

(C) Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

(D) Na sistemática adotada pelo Código Civil, apenas o devedor pode incidir em estado de mora.

(E) A cláusula penal, quando convencionada em separado e por meio de manifestação expressa, pode exceder ao valor da obrigação principal.

RESPOSTA (A) Art. 416, CC. (B) Art. 397, *caput* e parágrafo único, CC. (C) Súmula 54, STJ. (D) Art. 394, CC. (E) Art. 412, CC. *Alternativa C.*

1769. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Leia o enunciado a seguir. Pedro prometeu vender a Paulo determinado imóvel que não lhe pertencia, ficando acertado entre eles que a compra e venda definitiva seria feita em três meses, com a transmissão do bem nessa oportunidade. Paulo, que desconhecia pertencer a terceiro o imóvel, pagou metade do preço, ficando o saldo para ser pago na entrega. Houve inadimplemento, de Pedro, que, quatro meses após a data do negócio, tornou-se dono do imóvel por doação que lhe fez o proprietário. Com base nesses dados, assinale a alternativa correta.

(A) A nulidade da promessa de compra e venda decorrente do fato de que Pedro prometeu vender bem de terceiro não fica superada pela aquisição posterior.

(B) Considerando a aquisição posterior por Pedro, Paulo tem, a seu exclusivo critério, as seguintes possibilidades de escolha: pretender a anulação do negócio pelo vício da promessa da venda de bem de terceiro, ou exigir a sua consumação.

(C) O negócio é válido, e Paulo pode optar pela sua resolução, em vista do inadimplemento, ou pela exigência de que seja consumado.

(D) O negócio é inexistente, e Pedro só pode exigir a restituição do valor que adiantou, sob o fundamento do enriquecimento ilícito.

(E) Nenhuma das respostas acima é correta.

RESPOSTA O foco de análise da questão é o inadimplemento obrigacional, já que a suposta venda *a non domino* não se verificou, uma vez que posteriormente o imóvel foi doado a Pedro. Nesse cenário, sendo o negócio válido, Paulo poderá exigir a sua resolução diante do inadimplemento ou exigir que seja consumado, podendo se valer de tutela específica, nos termos do art. 461, CPC. *Alternativa C.*

1770. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Da previsão da cláusula penal compensatória, decorre que

(A) o credor pode exigir seu pagamento, desde que demonstre os danos sofridos.

(B) o credor pode exigir seu pagamento, mas não o cumprimento da prestação principal.

(C) o credor pode exigir seu pagamento e indenização suplementar, se isso tiver sido convencionado com o devedor e forem demonstrados os danos que justificam o pagamento adicional.

(D) a indenização é tarifada, sem que haja possibilidade de intervenção modificativa por parte do Poder Judiciário.

(E) a indenização é tarifada, independentemente do valor da obrigação principal.

RESPOSTA (A) Art. 416, CC. (B) Art. 411, CC. (C) Art. 416, parágrafo único, CC. (D) Art. 413, CC. (E) Art. 412, CC. *Alternativa C.*

1771. **(Advogado – CETESB – 2009 – VUNESP)** Sobre o inadimplemento das obrigações, é correto afirmar:

(A) considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou convenção estabelecer.
(B) contam-se os juros de mora desde a propositura da ação.
(C) o valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal.
(D) para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue o prejuízo.
(E) nas obrigações negativas, o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que não executou o ato de que se devia abster.

RESPOSTA (A) Art. 394, CC. (B) Art. 405, CC. (C) Art. 412, CC. (D) Art. 416, CC. (E) Art. 390, CC. *Alternativa A.*

1772. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue prejuízo;
(B) incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora;
(C) maior de dezesseis e menor de dezoito anos não emancipado não pode ser mandatário;
(D) deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei ou pelo contrato;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 416, CC. (B) Art. 408, CC. (C) Art. 666, CC. (D) Art. 210, CC. *Alternativa B.*

1773. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** De acordo com as disposições do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Na sub-rogação legal o sub-rogado não poderá exercer os direitos e as ações do credor, senão até à soma que tiver desembolsado para desobrigar o devedor.
(B) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, sub-rogando-se nos direitos do credor.
(C) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.
(D) Operada a novação entre o credor e um dos devedores solidários, somente sobre os bens do que contrair a nova obrigação subsistem as preferências e garantias do crédito novado. Os outros devedores solidários ficam por esse fato exonerados.
(E) Não se admite a compensação em prejuízo de direito de terceiro. O devedor que se torne credor do seu credor, depois de penhorado o crédito deste, não pode opor ao exequente a compensação, de que contra o próprio credor disporia.

RESPOSTA (A) Art. 350, CC. (B) Art. 305, CC. (C) Art. 362, CC. (D) Art. 365, CC. (E) Art. 380, CC. *Alternativa B.*

1774. **(Procurador – MPT – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) a obrigação de dar coisa certa abrange seus acessórios, mesmo que não mencionados, salvo se o contrário resultar das circunstâncias do caso ou do título;
(B) nas obrigações alternativas, como regra geral, a escolha cabe ao credor;
(C) quando a obrigação alternativa for de prestações periódicas, a faculdade de escolha poderá ser exercida em cada período;
(D) em caso de obrigação alternativa, se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornar inexequível, subsistirá o débito quanto à outra;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 233, CC. (B) Art. 252, CC. (C) Art. 252, § 2º, CC. (D) Art. 253, CC. *Alternativa B.*

1775. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Dentre as consequências do inadimplemento das obrigações de natureza contratual, tem-se o dever de arcar com o valor da cláusula penal, desde que estipulada. Sobre o assunto é INCORRETO afirmar que:

(A) Provado o inadimplemento culposo da obrigação, o valor da cláusula penal compensatória é devido independentemente da alegação de prejuízos.

(B) Provado o inadimplemento culposo da obrigação, a cláusula penal moratória converte-se em alternativa a benefício do credor, não podendo ser cumulada com o valor da obrigação principal.

(C) Ainda que o prejuízo exceda ao previsto na cláusula penal, pode o credor exigir indenização suplementar, desde que convencionada em contrato. Nesse caso, a pena vale como mínimo da indenização, cabendo ao credor provar o prejuízo excedente.

(D) A cláusula penal será reduzida pelo magistrado se ultrapassar o valor da obrigação principal, se houver cumprimento parcial de obrigação ou ainda se o seu valor for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.

(E) É possível a cumulação da cláusula penal com os juros legais da mora, não só pela previsão contratual, mas também pela diversidade da natureza jurídica.

RESPOSTA (A) Art. 416, CC. (B) Art. 411, CC. (C) Art. 416, parágrafo único, CC. (D) Art. 413, CC. (E) Art. 404, CC. *Alternativa B.*

1776. **(Advogado – IRB – 2006 – ESAF)** A mora *ex re*:

(A) é mora do devedor, decorrente de lei, resultando do próprio fato do descumprimento da obrigação, independendo, portanto, de provocação do credor.

(B) é mora do devedor e se não houver estipulação de termo certo para a execução da relação obrigacional será imprescindível que o credor tome certas providências para constituir o devedor em mora.

(C) é modalidade de mora do credor.

(D) é aquela a que não se aplica a regra *dies interpellat pro homoine*, ou seja, a de que o termo interpela em lugar do credor, pois a *lex* ou *dies* assumirão o papel de intimação.

(E) é a injusta recusa de aceitar o adimplemento da obrigação no tempo, lugar e forma devidos.

RESPOSTA (A) Art. 397, *caput*, CC. (B) Art. 397, parágrafo único, CC. (C) É a mora do devedor. (D) Essa seria a conceituação de mora *ex persona*. (E) Art. 394, CC. *Alternativa A.*

III. Contratos

Teoria Geral dos Contratos

1777. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Sobre a Teoria Geral dos Contratos, é correto afirmar que:

(A) nos contratos de adesão, as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente são válidas, em conformidade com o disposto no Código Civil;

(B) a aplicação do princípio da boa fé objetiva na fase pré-contratual é admitida pela doutrina pátria, não sendo cabível sua incidência após o término do contrato (boa-fé pós-contratual), salvo nas relações de consumo, em que tem aplicação em todas as fases;

(C) o dogma da função social do contrato somente tem aplicabilidade aos negócios jurídicos celebrados após a edição do Novo Código Civil, sob pena de violar o princípio da irretroatividade;

(D) contratos simplesmente consensuais são aqueles que se perfazem com a tradição efetiva ou simbólica do objeto material do contrato;
(E) na sistemática do Código Civil, a oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato.

RESPOSTA (A) Art. 424, CC. (B) Art. 422, CC. (C) Art. 421, CC. O princípio da função social do contrato aplica-se a todos os negócios jurídicos. (D) Os contratos simplesmente consensuais se perfazem com o mero consenso entre as partes. (E) Art. 429, CC. *Alternativa E.*

1778. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** O princípio da boa-fé objetiva tem importância ímpar no ordenamento jurídico pátrio, pois norteia a interpretação dos negócios jurídicos e gera direitos acessórios. Segundo a doutrina, um dos seus desdobramentos é o *venire contra factum proprium*, que significa:
(A) O exercício de um comportamento contrário aos comportamentos que uma das partes vinha tendo até aquele momento, frustrando a legítima expectativa criada na outra parte de que tais comportamentos continuariam.
(B) Redução do conteúdo obrigacional pela inatividade de uma das partes.
(C) Aumento do conteúdo obrigacional em razão da inatividade de uma das partes.
(D) Impossibilidade de exigir da outra parte um comportamento que também não cumpriu ou simplesmente negligenciou.
(E) Impossibilidade de exigir da outra parte o cumprimento de obrigação contratual, quando deixou de cumprir as suas próprias obrigações contratuais.

RESPOSTA (A) Essa é a definição do *venire contra factum proprium*. (B) Trata-se de *supressio*. (C) Trata-se de *surrectio*. (D) Trata-se do *tu quoque*. (E) Trata-se de exceção de contrato não cumprido, art. 476, CC. *Alternativa A.*

1779. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Nos contratos de execução continuada ou diferida, a onerosidade excessiva, prevista no art. 478 do Código Civil, altera essencialmente a característica contratual da:
(A) bilateralidade;
(B) comutatividade.
(C) unilaterabilidade;
(D) onerosidade;
(E) gratuidade.

RESPOSTA Na onerosidade excessiva, há uma quebra da comutatividade, ou seja, há um desequilíbrio contratual. Recomenda-se a leitura do Enunciado 176, III Jornada de Direito Civil, CJF. *Alternativa B.*

1780. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Sobre as formas de desfazimento da relação contratual, assinale a alternativa *incorreta*.
(A) A resilição é forma de desfazimento voluntário do contrato.
(B) A quitação é um direito de que paga do *solvens*.
(C) Salvo disposição em contrário, o distrato opera efeitos a partir de sua ultimação.
(D) Os efeitos da sentença que decretar a resolução do contrato correrão a partir de sua publicação.
(E) A exceção de contrato não cumprido implica, nos contratos bilaterais, a impossibilidade de exigir o implemento da obrigação alheia, antes de cumprida a obrigação própria.

RESPOSTA (A) A resilição é a extinção do contrato mediante acordo entre as partes. (B) A quitação é um direito daquele que tem o dever de pagar (art. 319, CC). (C) O distrato opera efeitos *ex nunc*. (D) Os efeitos retroagirão à data da citação. (E) Art.

476, CC. *Alternativa D.*

1781. (Juiz – TRT-9 – 2009) A respeito da boa-fé objetiva, considere as proposições a seguir:

I. Tem origem nos ideais que orientaram a boa-fé germânica e é concebida pela doutrina dominante como um padrão jurídico de conduta reta, honesta e leal, especialmente para com os demais.

II. Segundo a doutrina majoritária, a boa-fé objetiva se contrapõe à má-fé, na medida em que aquela corresponde a um estado de ignorância a respeito dos vícios que violam o direito alheio, tal qual se observa na boa-fé possessória, consagrada no Código Civil brasileiro.

III. Consoante o direito comparado – especialmente o português e o alemão – e a doutrina brasileira majoritária, o “venire contra factum proprium” é espécie de situação jurídica que denota violação à boa-fé objetiva, na medida em que se consubstancia em duas condutas do mesmo agente, que isoladamente parecem lícitas, mas que, na verdade, são contraditórias entre si – a segunda confronta a primeira –, e por tal razão violam os direitos e as expectativas criadas na contraparte.

IV. De acordo com a doutrina majoritária, a boa-fé objetiva exerce apenas duas funções distintas: age como norma criadora de deveres jurídicos e como norma limitadora do exercício de direitos subjetivos.

(A) somente as proposições I, II e IV estão corretas
(B) somente as proposições I, II e III estão corretas
(C) somente as proposições II, III e IV estão corretas
(D) somente as proposições I, III e IV estão corretas
(E) todas as proposições estão corretas

RESPOSTA (I) Certa. A boa-fé objetiva é um *standard* de conduta, pautado dentro dos parâmetros do princípio da confiança. (II) Errada. A boa-fé a que a assertiva se refere é a boa-fé subjetiva. (III) Certa. Trata-se da proibição de comportamento contraditório para preservar as legítimas expectativas criadas na outra parte. (IV) Certa. Vale lembrar que há doutrina que reconhece mais uma função da boa-fé: função interpretativa. *Alternativa D.*

1782. (Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB) No que se refere à etapa de formação dos contratos, pode-se afirmar que:

(A) a proposta de contrato sempre obriga o proponente, ainda que o contrário resulte da natureza do negócio a ser firmado ou das circunstâncias do caso.
(B) deixa de ser obrigatória a proposta feita sem prazo, por telefone ou meio de comunicação semelhante, se não foi imediatamente aceita.
(C) a aceitação fora do prazo, com adições e modificações, não importará nova proposta.
(D) considera-se válida e eficaz a aceitação, ainda que antes dela chegue ao proponente a retratação do aceitante.
(E) os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde o momento que a aceitação é expedida, mesmo nos casos em que o proponente tenha se comprometido a aguardar a resposta.

RESPOSTA (A) Art. 427, CC. (B) Art. 428, I, CC. (C) Art. 431, CC. (D) Art. 433, CC. (E) Art. 434, II, CC. *Alternativa B.*

1783. (Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL) O contrato nasce da convergência da proposta e da aceitação. Como bem disciplina a teoria geral dos contratos, a proposta obriga, sendo o proponente forçado a perdas e danos, caso não a mantenha. Sobre a matéria, é INCORRETO afirmar que

(A) a proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.

(B) a proposta deixa de ser obrigatória se, feita sem prazo, por telefone, não foi imediatamente aceita.

(C) o silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

(D) reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi aceito.

RESPOSTA (A) Art. 427, CC. (B) Art. 428, I, CC. (C) Art. 111, CC. (D) Art. 435, CC. *Alternativa D.*

1784. **(Procurador – MPT – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) nos contratos benéficos, responde por simples culpa o contratante, a quem o contrato aproveite;

(B) nos contratos onerosos, responde cada uma das partes por culpa, salvo as exceções previstas em lei;

(C) a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial quando não houver termo para a obrigação;

(D) ocorrendo caso fortuito ou força maior durante a mora do devedor, este não responderá pela impossibilidade da prestação;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 392, CC. (B) Art. 392, CC. (C) Art. 397, parágrafo único, CC. (D) Art. 399, CC. *Alternativa D.*

1785. **(Procurador – MPT – 2008)** Leia com atenção as assertivas abaixo:

I. a proposta de contrato não obriga o proponente quando o contrário resulta da própria natureza do negócio proposto;

II. como regra geral, a oferta ao público equivale à proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato;

III. ainda que o proponente tenha se comprometido a esperar resposta, tornar-se-á perfeito o contrato entre ausentes desde a expedição da aceitação.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) apenas as assertivas I e II estão corretas;

(B) apenas as assertivas II e III estão corretas;

(C) apenas as assertivas I e III estão corretas;

(D) todas as assertivas estão corretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 427, CC. (II) Correta. Art. 429, CC. (III) Errada. Art. 434, II, CC. *Alternativa A.*

1786. **(Advogado – INEA – 2008 – CESGRANRIO)** São regras aplicáveis à interpretação e aplicação dos contratos privados, previstas no direito positivo brasileiro (Código Civil), as apresentadas a seguir.

I. O distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato.

II. Quando houver, no contrato de adesão, cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

III. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

IV. Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da obrigação do outro.

Estão corretas as regras

(A) I e III, apenas.
(B) I, II e III, apenas.
(C) I, III e IV, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 472, CC. (II) Art. 423, CC. (III) Art. 424, CC. (IV) Art. 476, CC. *Alternativa E.*

1787. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** Sobre a boa-fé objetiva, é correto afirmar:

(A) Como cláusula geral, exige do magistrado uma especial atenção para a interpretação da intenção das partes no momento da celebração do contrato.
(B) Como cláusula geral, apresenta abertura normativa tanto para as hipóteses de aplicação como para as diferentes consequências decorrentes de seu descumprimento.
(C) Como cláusula geral, apresenta abertura normativa para as hipóteses de aplicação, porém tem por consequência certa a nulidade.
(D) Como cláusula geral, exige sua expressa estipulação em contrato para aplicação pelo Poder Judiciário.
(E) Como cláusula geral, somente pode ser aplicada mediante pedido expresso da parte interessada.

RESPOSTA (A) A análise da intenção está atrelada à boa-fé subjetiva. (B) A boa-fé, como cláusula geral, permite, dentro da abertura do sistema jurídico, uma aplicação das normas conforme o direito, adequada ao atendimento da tutela da pessoa humana. (C) Não há que se falar em nulidade. (D) A incidência da boa-fé e sua aplicação pelo magistrado independem de previsão contratual. (E) Sua aplicação independe de pedido das partes. *Alternativa B.*

Vícios Redibitórios e Evicção

1788. **(Advogado – CREMESP – 2011 – VUNESP)** Uma farmácia comprou 105 inaladores para revenda, sendo que seis deles apresentaram defeitos, não podendo ser utilizados para o fim a que se destinavam. Em razão desse fato, aponte a alternativa correta.

(A) Desde que as coisas não formem um todo inseparável, só as que forem defeituosas serão restituídas e o seu valor deduzido do preço.
(B) A farmácia pode rejeitar todo o lote comprado de inaladores, uma vez que parte deles apresentou vício redibitório.
(C) Vício redibitório é o mesmo que vício de consentimento, assim, a situação ocorrida autoriza ao desfazimento do negócio.
(D) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma das coisas autoriza a rejeição de todas.
(E) Considerando que os produtos se destinam à venda pela farmácia, descabe a alegação de vício oculto.

RESPOSTA (A) Art. 441, CC. (B) e (D) A farmácia apenas poderá rejeitar os produtos defeituosos. (C) Não se confundem, já que os vícios redibitórios são os vícios ocultos que tornam a coisa imprópria ao uso a que se destina ou lhe diminuam o valor. (E) Não existe tal restrição. *Alternativa A.*

1789. **(Advogado – CASA – 2011 – VUNESP)** Se a evicção for parcial, mas considerável, poderá o evicto

(A) notificar do litígio o alienante imediato ou qualquer dos anteriores, quando e como lhe determinarem as leis do processo.

(B) optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido.
(C) demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
(D) em relação às benfeitorias abonadas pelo alienante, ter seu valor cobrado também na restituição devida.
(E) requerer do alienante que responda pela evicção, salvo se esta tenha se realizado em hasta pública.

RESPOSTA (A) Art. 456, CC. (B) Art. 455, CC. (C) Art. 457, CC. (D) Art. 454, CC. (E) Art. 447, CC. *Alternativa B.*

1790. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Sobre os vícios redibitórios, observe as afirmações abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. O vício somente é caracterizado como redibitório se o alienante da coisa tiver conhecimento dele.
II. A garantia por vícios redibitórios dada pela lei ao contratante prejudicado constitui um dos efeitos diretos dos contratos comutativos.
III. A ação estimatória é o meio de que se pode servir o adquirente para enjeitar a coisa por vícios ou defeitos ocultos.
IV. Para que o vício seja redibitório, é indispensável que ele torne a coisa imprópria ao uso a que é destinada, não se admitindo a sua caracterização em outra hipótese.
V. A ação *quanti minoris*, se exercitada pelo adquirente prejudicado, não acarreta a redibição do contrato.

(A) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
(B) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
(C) As assertivas II, III e V estão corretas.
(D) As assertivas I, III e IV estão corretas.
(E) As assertivas I, II e V estão corretas.

RESPOSTA (I) Errada. Art. 443, CC. (II) Correta. Art. 441, CC. (III) Errada. A ação *quanti minoris* ou estimatória visa o abatimento do preço, e não a redibição do contrato (art. 442, CC). (IV) Errada. Art. 441, CC. (V) Correta. A ação *quanti minoris* ou estimatória visa o abatimento do preço, e não a redibição do contrato. *Alternativa B.*

1791. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

(A) Não atendendo o alienante à denunciação da lide, e sendo manifesta a procedência da evicção, pode o adquirente deixar de oferecer contestação, ou usar de recursos.
(B) Verificada a evicção, o contrato será declarado nulo de pleno direito, devendo o alienante restituir o preço integral correspondente ao desfalque sofrido pelo adquirente, acrescido de juros e correção monetária.
(C) A fim de exercer o direito que da evicção lhe resulta, o adquirente pode, apenas, denunciar a lide ao alienante imediato.
(D) A garantia contra a evicção não abrange a aquisição que se tenha realizado em hasta pública.
(E) A doação, mesmo que típica, está sujeita às disposições pertinentes aos vícios redibitórios.

RESPOSTA (A) Art. 456, parágrafo único, CC. (B) Art. 450, CC. (C) Art. 456, *caput*, CC. (D) Art. 447, CC. (E) Art. 441, parágrafo único, CC. *Alternativa A.*

Extinção do Contrato

1792. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Constitui uma característica da cláusula *rebus sic stantibus*, ou

teoria da imprevisão:

(A) a alteração radical no ambiente objetivo existente ao tempo da formação do contrato, decorrente de circunstâncias previstas ou previsíveis;

(B) a onerosidade excessiva para o devedor, porém compensada por outras vantagens auferidas anteriormente;

(C) o inadimplemento, pelo credor, de sua obrigação contratual;

(D) o enriquecimento inesperado e injusto para o credor, como consequência direta da superveniência imprevista;

(E) o enriquecimento excessivo do credor, embora esperado pelas partes no momento da celebração do contrato.

RESPOSTA (A) As circunstâncias devem ser imprevistas ou imprevisíveis (art. 317, CC). (B) Art. 478, CC. (C) Não se confunde com inadimplemento (art. 389, CC). (D) Art. 317, CC. (E) Art. 157, CC. *Alternativa D.*

Contratos em Espécie e Atos Unilaterais

1793. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz deverá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

II. O contrato de prestação de serviços não poderá ser convencionado por mais de quatro anos, embora o contrato tenha por causa o pagamento de dívida de quem o presta, ou se destine à execução de certa e determinada obra. Nesse caso, decorridos quatro anos, dar-se-á por findo o contrato, ainda que não concluída a obra.

III. Nem aquele a quem os serviços são prestados poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados, nem o prestador de serviços, sem apaziguamento da outra parte, dar substituto que os preste.

IV. Aquele que aliciar pessoas obrigadas em contrato escrito a prestar serviços a outrem pagará a este a importância que ao prestador de serviço, pelo ajuste desfeito, houvesse caber durante um ano.

V. O contrato de prestação de serviços se diferencia do contrato de empreitada, porque, neste, o empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela só com seu trabalho ou com ele e os materiais. O contrato de prestação de serviços é oneroso, sinalagmático, comutativo e consensual. Diferentemente do contrato de prestação de serviço, o de empreitada pode ser permanente, como por exemplo, a manutenção e conservação de um imóvel. No contrato de empreitada, se a execução da obra for confiada a terceiros, a responsabilidade do autor do projeto respectivo, ainda que assuma a direção ou fiscalização daquela, ficará limitada aos danos resultantes de defeitos até cinco anos pela obra.

(A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

(B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

(C) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

(D) Somente as afirmativas II e V estão corretas.

(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Errada. Art. 232, CC. (II) Correta. Art. 598, CC. (III) Correta. Art. 605, CC. (IV) Errada. Art. 608, CC. (V) Errada. Art. 622, CC. *Alternativa B.*

1794. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Em 11 de janeiro de 2010, Caio celebrou contrato de seguro de vida com a Seguradora Boa Passagem S.A. Em 2 de fevereiro de 2012, Caio,

desgostoso da vida, lança-se do alto de um edifício e vem a falecer. Sua mulher, Isabela, beneficiária do seguro, procura a Seguradora, que afirma que não pagará o seguro porque o contrato continha cláusula excluindo o pagamento em caso de suicídio. À luz da disciplina do seguro de vida no Código Civil, é correto afirmar:

(A) Isabela não tem direito ao recebimento do seguro porque prevalece, neste particular, a autonomia das partes.

(B) Isabela não tem direito ao recebimento do seguro porque o pagamento do seguro de vida não é devido em casos de morte voluntária (suicídio).

(C) Isabela não tem direito ao pagamento do seguro porque o suicídio ocorreu nos primeiros três anos de vigência do contrato.

(D) Isabela tem direito ao recebimento do seguro porque a cláusula que afasta o pagamento do seguro de vida em caso de suicídio é nula, ressalvada a hipótese de suicídio ocorrido nos primeiros dois anos de vigência inicial do contrato, ou da sua recondução depois de suspenso.

(E) Isabela tem direito ao recebimento do seguro porque a cláusula que afasta o pagamento do seguro de vida em caso de suicídio é anulável, desde que o beneficiário proponha ação anulatória até dois anos após a data do suicídio.

RESPOSTA Art. 798, parágrafo único, CC. *Alternativa D.*

1795. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Quanto ao contrato de seguro, assinale a alternativa que apresenta informação incorreta.

(A) A apólice ou o bilhete de seguro serão nominativos, à ordem ou ao portador, e mencionarão os riscos assumidos, o início e o fim de sua validade, o limite da garantia e o prêmio devido.

(B) Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento da indenização, a garantir interesse legítimo de segurado, contra riscos predeterminados.

(C) O segurador, desde que o faça nos 15 (quinze) dias seguintes ao recebimento do aviso de agravação do risco sem culpa do segurado, poderá dar-lhe ciência, por escrito, de sua decisão de resolver o contrato.

(D) Somente pode ser parte no contrato de seguro, como segurador, entidade legalmente autorizada.

RESPOSTA (A) Art. 760, CC. (B) Art. 757, CC. (C) Art. 769, § 1º, CC. (D) Art. 757, parágrafo único, CC. *Alternativa B.*

1796. (Juiz – TRT-3 – 2012) Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Poderá o empreiteiro suspender a obra: (a) por culpa do dono, ou por motivo de força maior; (b) quando, no decorrer dos serviços, se manifestarem dificuldades imprevisíveis de execução resultantes de causas geológicas ou hídricas, ou outras semelhantes, de modo que torne a empreitada excessivamente onerosa, e o dono da obra se opuser ao reajuste do preço inerente ao projeto por ele elaborado, observados os preços; (c) se as modificações exigidas pelo dono da obra, por seu vulto e natureza, forem desproporcionais ao projeto aprovado, ainda que o dono se disponha a arcar com o acréscimo de preço.

II. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo. Decairá deste direito o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

III. No mútuo, o mutuário recebe a propriedade da coisa emprestada (fungível); no comodato, o

comodatário recebe apenas a posse da coisa (não fungível), mantendo o comodante o domínio ou outro direito correlativo.

IV. Embora o comodato seja um empréstimo gratuito, ele também é admitido na forma modal, mas, mesmo assim, a aposição de modo ou encargo não se equipara à contraprestação, não transformando o comodato em contrato bilateral.

V. Considera-se retrovenda a cláusula que garante ao vendedor da coisa imóvel poder reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias. Esta cláusula só se aplica a imóveis.

(A) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
(B) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
(C) Somente as afirmativas III, IV e V estão corretas.
(D) Somente as afirmativas I, III e V estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 625, CC. (II) Art. 618, CC. (III) Art. 586 c/c art. 579, ambos do CC. (IV) Admite-se comodato modal (com encargo). (V) Art. 505, CC. *Alternativa E.*

1797. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** O contrato de comodato tem como objeto o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Diante do exposto, é INCORRETO afirmar que

(A) o comodatário constituído em mora pagará, até restituí-la, o aluguel da coisa que for arbitrado pelo comodante.
(B) os bens pertencentes ao incapaz não poderão ser dados em comodato por seu curador sem autorização especial.
(C) o comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.
(D) se, correndo risco o objeto do comodato juntamente com outros do comodatário, antepuser este a salvação dos seus bens, abandonando o do comodante, responderá pelo dano ocorrido, ainda que se possa atribuir a caso fortuito, ou força maior.

RESPOSTA (A) Art. 582, CC. (B) Art. 580, CC. (C) Art. 584, CC. (D) Art. 583, CC. *Alternativa C.*

1798. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Acerca dos contratos no Código Civil de 2002, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O contrato de execução continuada ou diferida pode ser resolvido, por decisão judicial, cujos efeitos retroagirão à data do ajuizamento da ação, no caso de a prestação de uma das partes tornar-se excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis.
(B) Não pode um condômino em coisa indivisível vender a sua parte a estranhos, se outro consorte a quiser, tanto por tanto. O condômino, a quem não se der conhecimento da venda, poderá, depositando o preço, haver para si a parte vendida a estranhos, se o requerer no prazo de cento e oitenta dias, sob pena de decadência.
(C) A retrovenda consiste na possibilidade de o vendedor de coisa imóvel reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se

efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias.

(D) Podem ser revogadas por ingratidão as doações se o donatário injuriar gravemente ou caluniar o doador, exceto se a doação se fizer em cumprimento de obrigação natural.

(E) Não se tendo convencionado expressamente, o prazo do mútuo será do espaço de tempo que declarar o mutuante, se for de qualquer coisa fungível, exceto de produtos agrícolas, assim para o consumo, como para semeadura, e de dinheiro.

RESPOSTA (A) Art. 478, CC. (B) Art. 504, CC. (C) Art. 505, CC. (D) Art. 557, III, CC. (E) Art. 592, CC. *Alternativa A.*

1799. (Promotor – MP-SP – 2011) Considere as assertivas a seguir:

I. decorridos 4 (quatro) anos, o Contrato de Prestação de Serviços é considerado findo, independentemente da conclusão dos serviços;

II. o mandato outorgado por meio de instrumento público somente admite substabelecimento por instrumento público;

III. na doação sujeita a encargo, o silêncio do donatário, no prazo fixado pelo doador, não implica aceitação da doação.

É verdadeiro o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 598, CC. (II) Errada. Art. 655, CC. (III) Correta. Art. 539, CC. *Alternativa C.*

1800. (Promotor – MP-MG – 2011) Quanto à doação, é INCORRETO afirmar que:

(A) Feita em contemplação do merecimento do donatário, não perde o caráter de liberalidade, como não o perde a doação remuneratória, ou a gravada, no excedente ao valor dos serviços remunerados ou ao encargo imposto.

(B) Feita em contemplação de casamento futuro com certa e determinada pessoa, quer pelos nubentes entre si, quer por terceiro a um deles, a ambos, ou aos filhos que, de futuro, houverem um do outro, não pode ser impugnada por falta de aceitação, e só ficará sem efeito se o casamento não se realizar.

(C) Feita ao nascituro, valerá, sendo aceita pelo seu representante legal.

(D) A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, não importa em adiantamento do que lhes cabe por herança.

RESPOSTA (A) Art. 540, CC. (B) Art. 546, CC. (C) Art. 542, CC. (D) Art. 544, CC. *Alternativa D.*

1801. (Promotor – MP-RJ – 2011) Sobre o contrato de doação, é INCORRETO afirmar que:

(A) o Código Civil admite a doação feita ao nascituro, que deverá ser aceita pelo seu representante legal;

(B) a dispensa de aceitação, na hipótese de donatário absolutamente incapaz, só é admitida na doação pura, ou seja, desprovida de encargos ou submetida à condição;

(C) na doação *mortis causa*, admitida expressamente no Novo Código Civil, o doador dispõe que seus efeitos só se produzirão após a sua morte, ressalvando o direito de revogá-la *ad nutum*;

(D) a doação verbal é considerada válida pelo Código Civil, sendo necessário o preenchimento de dois requisitos: versar sobre bens móveis de pequeno valor e lhe seguir incontinenti a tradição;

(E) a doação remuneratória é aquela que se destina a recompensar serviços prestados, aferíveis economicamente, mas que não traduzem dívidas exigíveis, impossibilitando a revogação por ingratidão.

RESPOSTA (A) Art. 542, CC. (B) Art. 543, CC. (C) Não existe essa previsão no Código Civil. (D) Art. 541, parágrafo único, CC. (E) Art. 564, I, CC. *Alternativa C.*

1802. (Advogado – COFEN – 2011 – CONSULPLAN) Sobre o tema Fiança, nas afirmativas abaixo, marque V para as verdadeiras e F para as falsas:

( ) Pelo contrato de fiança, uma pessoa garante satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não a cumpra.

( ) A fiança dar-se-á de forma verbal ou por escrito e admite interpretação extensiva.

( ) Pode-se estipular a fiança, ainda que sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade.

( ) As dívidas futuras podem ser objeto de fiança; mas o fiador, neste caso, não será demandado senão depois que se fizer certa e líquida a obrigação do principal devedor.

( ) Não sendo limitada, a fiança compreenderá todos os acessórios da dívida principal, inclusive as despesas judiciais, desde a citação do fiador.

A sequência está correta em:

(A) V, V, V, V, F
(B) V, V, V, V, V
(C) V, V, F, F, F
(D) V, F, V, F, V
(E) V, F, V, V, V

RESPOSTA (V) Art. 818, CC. (F) Art. 819, CC. (V) Art. 820, CC. (V) Art. 821, CC. (V) Art. 822, CC. *Alternativa E.*

1803. (Advogado – IMESP – 2010 – VUNESP) Analise as três situações a seguir, relacionando-as aos respectivos contratos que se ajustam para compor o interesse das partes.

I. transferência de patrimônio, bens ou vantagens de uma pessoa para outra por mera liberalidade;
II. empréstimo de coisas não fungíveis;
III. concessões mútuas para pôr fim a litígio que verse sobre direitos patrimoniais em caráter privado.

(A) doação; comodato; transação.
(B) permuta; depósito; mandato.
(C) empreitada; troca; seguro.
(D) comodato; transação; doação.
(E) doação; empreitada; prestação de serviços.

RESPOSTA Respectivamente, arts. 538, 579 e 840, todos do CC. *Alternativa A.*

1804. (Advogado – TRENSURB – 2010 – BIORIO) A exigência de declaração do valor da bagagem pelo transportador a fim de fixar o limite da indenização em caso de danos é considerada:

(A) lícita;
(B) compromissória;
(C) cláusula de não indenizar;
(D) cláusula obrigatória;
(E) cominatória.

RESPOSTA Art. 734, parágrafo único, CC. *Alternativa A.*

1805. **(Advogado – Petrópolis-RJ – 2010 – FDC)** Acerca da doação, pode-se afirmar que:

(A) é válida mesmo quando não há reserva de bens suficientes para a subsistência do doador;
(B) pela disciplina do Código Civil, é defesa a cláusula de reversão;
(C) a doação feita em contemplação de casamento futuro é válida e eficaz mesmo se não se seguir o casamento;
(D) é nula quando feita por pessoa casada em favor de cúmplice de adultério;
(E) pode ser verbal, se versar sobre bens móveis de pequeno valor, seguindo-se sua tradição.

RESPOSTA (A) Art. 548, CC. (B) Art. 547, CC. (C) Art. 546, CC. (D) Art. 550, CC. (E) Art. 541, parágrafo único, CC. *Alternativa E.*

1806. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Leônidas, brasileiro, solteiro, efetua o empréstimo de imóvel da sua titularidade situado na rua Henrique Valgas 205, Florianópolis/SC a Créscio, brasileiro, empresário, pelo prazo de dois anos, mediante ajuste verbal. No curso desse período, Leônidas é acometido de doença neurológica incapacitante, vindo a ser representado pelo seu curador Esculápio que, logo ao assumir o encargo, comunica o fato ao comodatário, verbalmente, e solicita a devolução do bem, tendo em vista que, apesar de ter requerido a continuação da avença, não obteve decisão favorável do Juiz titular da Vara Orfanológica local, inclusive com parecer nesse sentido, do membro do Ministério Público estadual. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

I. Os bens sujeitos a curatela somente podem ser cedidos em comodato, mediante autorização especial.
II. Por ser contrato típico, o comodato somente pode ser realizado mediante contrato escrito, lavrado em Cartório de Notas.
III. A formalização do comodato é da sua essência, decorrendo, dessa circunstância, a sua concretização pelo modo escrito.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
(B) se somente a afirmativa II for verdadeira.
(C) se somente a afirmativa III for verdadeira.
(D) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
(E) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 580, CC. (II) Errada. O comodato pode ser verbal. (III) Errada. Não há necessidade de que o comodato seja escrito. *Alternativa A.*

1807. **(Advogado – COPEL – 2010 – PUCPR)** Sobre os contratos no direito civil, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Será causa de vício redibitório a coisa recebida em virtude de contrato comutativo, porém tais vícios não podem tornar a coisa imprópria a que é destinada, ou lhe diminuir o valor.
(B) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até dois anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.
(C) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
(D) A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, não importa adiantamento do que lhes cabe por herança.

(E) É anulável a doação de todos os bens sem reserva de parte ou renda suficiente para a subsistência do doador.

RESPOSTA (A) Art. 441, CC. (B) Art. 550, CC. (C) Art. 496, CC. (D) Art. 544, CC. (E) Art. 548, CC. *Alternativa B.*

1808. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Assinale a alternativa correta.

(A) É anulável a compra e venda de bem imóvel de descendente a ascendente sem o consentimento expresso dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.
(B) É nula a compra e venda de bem imóvel de descendente a ascendente sem o consentimento expresso dos outros descendentes e do cônjuge alienante.
(C) A tradição é elemento constitutivo do contrato de compra e venda pura de bens móveis, sem a qual o negócio não se completa.
(D) A compra e venda de mercadorias sem a fixação de preço é válida e exigível, desde que se possa identificá-lo no preço corrente das vendas habituais do vendedor.
(E) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

RESPOSTA (A) Art. 496, CC. (B) Art. 496, CC. (C) Art. 482, CC. (D) Art. 488, CC. *Alternativa D.*

1809. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Considere as seguintes proposições:

I. A doação é classificada como contrato unilateral, gratuito, consensual e, em regra, solene.
II. É do comodante a obrigação de conservar a coisa objeto do comodato, pelo que, deve arcar com as despesas de conservação necessárias ao uso e gozo da coisa.
III. Possível é ao mandatário testar em nome do mandante.
IV. Nula é a transação a respeito do litígio decidido por sentença passada em julgado, se dela não tinha ciência algum dos transatores, ou quando, por título ulteriormente descoberto, se verificar que nenhum deles tinha direito sobre o objeto da transação.

(A) somente as proposições I e IV são corretas
(B) somente as proposições I, II e III são corretas
(C) somente as proposições II, III e IV são corretas
(D) somente as proposições II e III são corretas
(E) somente as proposições I, III e IV são corretas

RESPOSTA (I) Correta. Vale lembrar que a doação poderá ser também não solene em alguns casos. (II) Errada. Art. 582, CC. (III) Errada. Art. 1.858, CC. (IV) Correta. Art. 850, CC. *Alternativa A.*

1810. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Ao se compararem os contratos de compra e venda e de doação entre ascendentes e descendentes, celebrados sem o consentimento dos demais descendentes nem do cônjuge do alienante, que tenham por objeto bens de valor inferior à metade do patrimônio do alienante, pode-se afirmar que

(A) ambos são nulos.
(B) ambos são anuláveis.
(C) a compra e venda é nula e a doação é válida.
(D) a compra e venda é anulável e a doação é válida.
(E) a compra e venda é válida e a doação é anulável.

RESPOSTA Art. 496 c/c art. 544, ambos do CC. *Alternativa D.*

1811. **(Advogado – CESP – 2009 – VUNESP)** A venda de coisa móvel, na qual pode o

vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago, configura o instituto da

(A) preempção.
(B) venda com reserva de domínio.
(C) prelação.
(D) retrovenda.
(E) venda a contento.

RESPOSTA Art. 521, CC. *Alternativa B.*

1812. **(Advogado – BNDES – 2008 – CESGRANRIO)** Tratando-se de procurador que, sem autorização do outorgante e com base em mandato outorgado em termos gerais, celebra, em seu próprio interesse, instrumento contratual destinado à contratação de seus serviços pessoais, pode-se afirmar que este negócio jurídico é

(A) anulável, por haver sido praticado sem o consentimento do outorgante.
(B) anulável, por se tratar de ato simulado.
(C) válido e eficaz, por se tratar de ato de mera administração.
(D) nulo de pleno direito, sendo seus efeitos ineficazes contra o outorgante.
(E) nulo de pleno direito, não admitindo ratificação pelo outorgante.

RESPOSTA Art. 661, CC. Será anulável, já que, nesse caso, necessita de procuração com poderes especiais e expressos, e no presente caso o mandato é em termos gerais. *Alternativa A.*

1813. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Em nenhuma hipótese o instrumento do contrato de prestação de serviço poderá ser assinado a rogo.
(B) A obrigação de fornecer os materiais, por parte do empreiteiro de uma obra, é presumida.
(C) No contrato de depósito voluntário, o herdeiro do depositário, que de boa-fé vendeu a coisa depositada, não é obrigado a assistir o depositante na reivindicação, e nem a restituir ao comprador o preço recebido.
(D) Sempre que o mandatário estipular negócios expressamente em nome do mandante, será este o único responsável; ficará, porém, o mandatário pessoalmente obrigado, se agir no seu próprio nome, ainda que o negócio seja de conta do mandante.
(E) O comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.

RESPOSTA (A) Art. 595, CC. (B) Art. 610, § 1º, CC. (C) Art. 637, CC. (D) Art. 663, CC. (E) Art. 584, CC. *Alternativa D.*

1814. **(Procurador – MPF – 2008)** Assinale a alternativa correta:

(A) Na *locatio conductio rerum*, uma das partes se obriga a ceder à outra, por prazo determinado, o uso e gozo de coisa fungível, mediante retribuição;
(B) É nula a doação universal sem reserva de parte do patrimônio ou renda suficiente para a subsistência do doador;
(C) Se o devedor tem o título em seu poder, há presunção *juris tantum* de pagamento, já que, se o credor conseguir provar em noventa dias a falta de pagamento, ficará sem efeito a quitação;
(D) O seguro de pessoa pode ser efetuado livremente e sempre será lícito ao segurado substituir *ad*

nutum, por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, o beneficiário.

RESPOSTA (A) Art. 565, CC. (B) Art. 548, CC. (C) Art. 324, parágrafo único, CC. (D) Art. 791, CC. *Alternativa B.*

1815. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Considerando o contrato de doação, é INCORRETO afirmar que

(A) a doação com reserva de usufruto, por ser onerosa, não poderá ser revogada por ingratidão.

(B) a doação de imóvel de pessoa casada, sem autorização do outro cônjuge, exceto se o regime for o de separação de bens, poderá ser anulada no prazo de até dois anos, após o término da sociedade conjugal.

(C) a doação inoficiosa está vedada por lei, assim nula será a doação da parte excedente do que poderia dispor o doador.

(D) as doações remuneratórias, as indenizatórias, as *propter nuptias* e as que tiverem o objetivo de cumprir obrigação natural não são revogáveis por ingratidão.

RESPOSTA (A) A doação com reserva de usufruto não é onerosa. (B) Art. 550, CC. (C) Art. 549, CC. (D) Art. 564, CC. *Alternativa A.*

1816. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio se sobreviver ao donatário, prevalecendo tal estipulação em favor de terceiro.

(B) É nula a doação com estipulação de cláusula de reversão em favor do doador, se este sobreviver ao donatário, por configurar-se doação a retorno.

(C) O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio se sobreviver ao donatário, não prevalecendo tal estipulação em favor de terceiro.

(D) O doador poderá inserir cláusula estipulando que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário, hipótese em que se terá doação sob condição suspensiva.

RESPOSTA Art. 547, parágrafo único, CC. *Alternativa C.*

1817. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) O doador não pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, exceto se se tratar de todos os seus bens.

(B) É possível, no contrato de doação, cláusula de reversão em favor de terceiro, com a morte do doador.

(C) Com a cláusula de reversão, se o doador falecer antes do donatário, com a morte deste, os bens passam aos herdeiros do doador.

(D) O doador pode estipular que os bens doados voltem para seu patrimônio, se sobreviver ao donatário.

RESPOSTA (A) e (D) Art. 547, CC. (B) Art. 547, parágrafo único, CC. (C) Nesse caso, os bens passam aos herdeiros do donatário, já que a cláusula de reversão só é válida se o doador sobreviver ao donatário. *Alternativa D.*

1818. **(Advogado – ELETROBRAS – 2007 – NCE)** Eduardo, na qualidade de comprador, celebrou contrato de compra e venda de um veículo automotor com Sérgio, pactuando a entrega do bem no prazo máximo de dez dias. Pode-se afirmar que Eduardo estará adquirindo a propriedade do bem a partir:

(A) da entrega do veículo;

(B) da formalização do contrato;
(C) do acordo informal de vontades;
(D) do registro do documento de transferência no órgão administrativo competente;
(E) do término do prazo de dez dias convencionado.

RESPOSTA Art. 1.267, CC. *Alternativa A.*

1819. **(Procurador – MPT – 2007)** Complete com a opção CORRETA. Em relação à empreitada, o que se mediu presume-se verificado se, em ________ dias, a contar da medição, não forem denunciados os vícios ou defeitos pelo dono da obra ou por quem estiver incumbido da sua fiscalização.

(A) 10;
(B) 15;
(C) 20;
(D) 30;
(E) não respondida.

RESPOSTA Art. 614, § 2º, CC. *Alternativa D.*

1820. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** A propósito dos contratos, assinale a opção falsa.

(A) Nos contratos de seguro de pessoas o segurador não se sub-roga nos direitos do segurado.
(B) É válida a instituição da companheira de homem casado, separado de fato na data da contratação, como beneficiária do seguro.
(C) Pode-se estipular fiança sem o consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
(D) É nula a cláusula contratual que exclui o pagamento do capital por suicídio do segurado.
(E) No seguro de pessoa admite-se transação para pagamento inferior ao capital segurado.

RESPOSTA (A) Art. 786, CC. (B) Art. 793, CC. (C) Art. 820, CC. (D) Art. 798, parágrafo único, CC. (E) Art. 795, CC. *Alternativa E.*

1821. **(Advogado – IRB – 2006 – ESAF)** É obrigação do comodante:

(A) pagar despesas ordinárias feitas com o uso e gozo da coisa.
(B) responsabilizar-se, solidariamente, se houver mais comodatários.
(C) restituir a coisa emprestada *in natura* no momento devido.
(D) pagar não só as despesas extraordinárias e necessárias, feitas em caso de urgência, para a conservação da coisa, mas também os dispêndios não relacionados com a fruição do bem dado em comodato.
(E) responder pela mora, suportando os riscos.

RESPOSTA (A) Art. 584, CC. (B) Art. 585, CC. (C) Art. 581, CC. (D) Art. 582, CC. (E) Art. 583, CC. *Alternativa D.*

IV. Responsabilidade Civil

1822. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa que apresenta informação incorreta.

(A) Medindo-se a indenização pela extensão do dano, o juiz poderá reduzir equitativamente a indenização quando houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.

(B) Havendo usurpação ou esbulho do alheio, a indenização consistirá no reembolsar o seu equivalente ao prejudicado.
(C) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido, porém, se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização conforme as circunstâncias do caso.
(D) A indenização por ofensa à liberdade pessoal consistirá no pagamento das perdas e danos que sobrevierem ao ofendido.

RESPOSTA (A) Art. 944, parágrafo único, CC. (B) Art. 952, CC. (C) Art. 953, parágrafo único, CC. (D) Art. 954, CC. *Alternativa B.*

1823. (Juiz – TRT-16 – 2011) Sobre a responsabilidade civil extracontratual, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A teoria do risco-atividade baseia-se na ideia de que o exercício de determinadas atividades desenvolvidas, por sua natureza, e risco para os direitos de outrem, justifica a obrigação de indenizar somente por dolo.
(B) A culpa exclusiva e a concorrente da vítima são as únicas hipóteses de excludentes de ilicitude, como fato gerador do dano que elimina a causalidade e afasta o dever de indenizar.
(C) A culpa aquiliana prescinde para sua configuração apenas do ato ilícito e do dano para formar o nexo causal entre o resultado lesivo e o dever de indenizar.
(D) Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
(E) Em hipótese alguma o incapaz responde pelos prejuízos que causar.

RESPOSTA (A) Segundo essa teoria, a indenização dar-se-á independentemente da existência de culpa. (B) A culpa concorrente da vítima não exclui o dever de indenizar, mas servirá como medida para o *quantum* indenizatório. (C) A culpa aquiliana envolve, necessariamente, ato ilícito. (D) Art. 931, CC. (E) Art. 928, CC. *Alternativa D.*

1824. (Promotor – MP-PR – 2011) Assinale a alternativa correta:

(A) é subjetiva, por culpa presumida *in eligendo*, a responsabilidade civil do empregador pelos atos praticados pelo empregado no exercício de suas funções.
(B) é possível impor a um incapaz o dever, ainda que subsidiário, de indenizar pelos danos que ele causar a outrem.
(C) a responsabilidade civil do empregador e do empregado pelos danos que este último causar a outrem é solidária e, por isso mesmo, a obrigação de indenizar será indivisível.
(D) a responsabilidade objetiva somente ocorre nas hipóteses taxativamente descritas e no Código Civil e na legislação especial, em rol exauriente.
(E) a responsabilidade civil derivada do abuso de direito deverá, necessariamente, advir de conduta culposa ou dolosa.

RESPOSTA (A) Art. 933, CC. A responsabilidade por fato de terceiro é objetiva. (B) Art. 928, CC. (C) Art. 932, III, CC. (D) Art. 927, parágrafo único, CC. (E) Nesse caso, o critério adotado será o objetivo, dispensada, portanto, a análise de dolo ou culpa. Nesse sentido, Enunciado 37, I Jornada de Direito Civil, CJF. *Alternativa B.*

1825. (Defensor – DPE-AM – 2011 – IC) A respeito da responsabilidade civil, marque a alternativa correta:

(A) O incapaz não responderá pelos prejuízos que causar, pois a obrigação de indenizar recairá sobre os seus representantes legais.

(B) Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
(C) Os ascendentes podem ajuizar ação regressiva em face dos descendentes, sempre que arcarem com os prejuízos causados pelo relativamente ou absolutamente incapaz.
(D) O Código Civil de 2002, ao contrário do disposto no Código de Defesa do Consumidor, não previu a possibilidade de ressarcimento em dobro dos valores demandados em relação a dívidas já pagas.
(E) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la são personalíssimos, razão pela qual não se transmitem com a herança.

RESPOSTA (A) Art. 928, CC. (B) Art. 931, CC. (C) Art. 934, CC. (D) Art. 940, CC. (E) Art. 943, CC. *Alternativa B.*

1826. **(Advogado – FMS – 2011 – NUCEPE)** A respeito da responsabilidade civil, é correto afirmar que:

(A) o Código Civil prevê como regra geral a obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, pelos prejuízos causados.
(B) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, independentemente de qualquer condição.
(C) se a pessoa lesada ou o dono da coisa, em caso de estado de necessidade, não forem culpados do perigo, assistir-lhes-á direito à indenização do prejuízo que sofreram.
(D) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
(E) a responsabilidade civil é dependente da responsabilidade criminal, não se podendo em qualquer caso discutir a responsabilidade civil, se o autor do dano foi absolvido no juízo criminal.

RESPOSTA (A) Conforme se depreende da leitura do art. 927, *caput*, CC, como regra geral a responsabilidade civil depende da verificação de culpa. (B) Art. 928, CC. (C) Art. 929, CC. (D) Art. 943, CC. (E) Art. 935, CC. *Alternativa C.*

1827. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Fabiano Bronson, com 17 anos de idade, vítima de acidente automobilístico e devidamente assistido, propõe ação de responsabilidade civil em face dos nacionais Roberto e Geisa, pais do causador do evento, Pedro Paulo, que tem atualmente 15 anos de idade. Na peça de bloqueio, entre outros argumentos, Roberto alega que não tem o dever de reparar o dano em razão de prévia perda do poder familiar, decretada por sentença já transitada em julgado na época do acidente. Geisa, por sua vez, alega em sua defesa que não tem culpa pela conduta de seu filho que, de forma sorrateira, subtraiu seu veículo sem sua autorização, vindo a colidir com a bicicleta da vítima Fabiano Bronson. Os autos são encaminhados ao Ministério Público. O parecer ministerial deve levar em conta que:

(A) o adolescente não está mais sob a responsabilidade e autoridade do seu genitor, em razão da destituição do poder familiar; a alegação do réu Roberto deve ser acolhida;
(B) a ação de responsabilidade civil deveria ser intentada somente em face do adolescente; os pais são meros representantes legais do absolutamente incapaz, o qual deverá responder com o seu patrimônio próprio;
(C) os pais passaram a possuir responsabilidade civil subjetiva com culpa presumida, com o advento do Novo Código Civil. Diante de tal modificação, a inclusão dos pais no polo passivo da relação processual foi acertada. Em razão da culpa presumida, incumbe aos genitores comprovarem que não atuaram de forma descuidada, descumprindo o dever objetivo de cuidado;
(D) a ré Geisa, detentora do poder familiar, tinha o dever de elidir a presunção de culpa e não logrou êxito, pois não atuou de forma diligente na guarda de seu veículo; a hipótese é de responsabilidade civil subjetiva, com culpa presumida no tocante à responsabilidade de Geisa pelos atos praticados

pelo seu filho Pedro Paulo, em razão do seu dever de vigilância por ser proprietária do veículo;

(E) os pais também têm responsabilidade civil objetiva pelos atos dos seus filhos menores, Roberto e Geisa devem ser condenados a reparar o dano causado ao menor Fabiano; deve ser aplicado o parágrafo único, do artigo 927, do Código Civil. A potencialidade lesiva do trânsito enseja a responsabilização objetiva do causador.

RESPOSTA Art. 932, I, c/c art. 1.635, V, ambos do CC. *Alternativa A.*

1828. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Diante das assertivas a seguir, versando sobre a responsabilidade civil, aponte a alternativa correta:

I. quaisquer empresas ou empresários individuais que, em sua atividade regular, ponham produtos e mercadorias à venda, respondem pelos danos causados a terceiros, em decorrência de tal fato, independentemente da existência de culpa.

II. o empregador responde pelos atos praticados por seus empregados, no exercício de tarefas laborais, quando causem danos a terceiros, exigindo-se a demonstração da ocorrência de culpa da empresa;

III. transmite-se com a herança o direito de exigir reparação por danos morais e materiais, assim como a obrigação de indenizá-los;

IV. se o trabalhador tiver a sua capacidade laboral reduzida, por força de ato ilícito praticado pelo empregador, caberá indenização, que abrangerá danos materiais emergentes, lucros cessantes até o final da convalescença, pensão correspondente ao valor da depreciação sofrida, além dos danos extrapatrimoniais observados;

V. a prisão ilegal de testemunha em processo trabalhista caracteriza ato ofensivo à liberdade pessoal e enseja o direito à indenização por perdas e danos, e, em caso de não ter a vítima condições de provar o prejuízo, caberá ao juiz, de maneira equitativa, fixar o respectivo valor indenizatório, considerando as circunstâncias presentes.

(A) apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas;

(B) apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas;

(C) apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas;

(D) apenas as assertivas II, IV e V estão corretas;

(E) todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 931, CC. (II) Errada. Art. 932, III, c/c art. 933, ambos do CC. (III) Correta. Art. 943, CC. (IV) Correta. Art. 950, CC. (V) Correta. Art. 954, III, CC. *Alternativa A.*

1829. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Na fixação da indenização, em caso de responsabilidade derivada de fator de imputação pela culpa, o juiz há de ater-se, em princípio,

(A) à integralidade do dano, considerado o limite dado pelo nexo causal e, se for o caso, pela cláusula penal e pela redução por equidade.

(B) à integralidade do dano, com base no princípio da reposição integral.

(C) à gravidade da culpa da vítima.

(D) à verificação da existência, ou não, de deveres de colaboração por parte do credor.

(E) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

RESPOSTA Art. 944 c/c art. 413, ambos do CC. *Alternativa A.*

1830. **(Advogado – CODEBA – 2010 – FGV)** A respeito do Código Civil Brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

I. Adota o regime de responsabilidade subsidiária e equitativa dos incapazes.
II. Inovou, substancialmente, ao tratar da responsabilidade civil indireta.
III. Manteve a primazia da culpa como fundamento básico da responsabilidade civil.
Assinale
(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 928, CC. (II) Errada. Art. 927, CC. (III) Correta. Art. 927, *caput,* CC. A regra é a responsabilidade civil subjetiva. *Alternativa E.*

1831. **(Advogado – CEAGESP – 2010 – VUNESP)** O dono ou detentor de animal ressarcirá o dano por este causado, salvo se provar que
(A) não agiu com dolo.
(B) o fato se deu por conduta omissiva.
(C) o fato se deu por culpa da vítima ou por força maior.
(D) não tinha como impedir a conduta.
(E) tomou todas as precauções para impedir o dano.

RESPOSTA Art. 936, CC. *Alternativa C.*

1832. **(Advogado – COPEL – 2010 – PUCPR)** Com relação à responsabilidade civil, é INCORRETO afirmar que:
(A) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
(B) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
(C) Haverá obrigação de reparar o dano, desde que seja comprovada a culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
(D) Os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação, ressalvados outros casos previstos em lei especial.
(E) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

RESPOSTA (A) Art. 187, CC. (B) Art. 186, CC. (C) Art. 927, parágrafo único, CC. (D) Art. 931, CC. (E) Art. 935, CC. *Alternativa C.*

1833. **(Advogado – FESF – 2010 – AOCP)** Assinale a alternativa que NÃO corresponde a um dever de indenizar, em decorrência da responsabilidade civil.
(A) A indenização pode ser reduzida equitativamente pelo juiz se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
(B) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada levando-se em conta a gravidade de sua conduta em confronto com a do autor do dano.

(C) A indenização, em caso de homicídio, exclui o dano moral.
(D) A indenização em caso de homicídio e de lesão corporal é devida por aquele que tenha causado o dano no exercício de atividade profissional, por negligência, imprudência e imperícia.
(E) A prisão ilegal gera indenização consistente no pagamento das perdas e danos que sobrevierem ao ofendido.

RESPOSTA (A) Art. 944, parágrafo único, CC. (B) Art. 945, CC. (C) Art. 948, CC. (D) Art. 951, CC. (E) Art. 954, III, CC. *Alternativa C.*

1834. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Considere as seguintes afirmações sobre responsabilidade civil e indique a assertiva incorreta:

(A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, exceto se ficar privado do necessário, assim como as pessoas que dele dependem.
(B) São também responsáveis pela reparação civil os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
(C) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.
(D) Súmula do Superior Tribunal de Justiça adota entendimento de que não é possível a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.
(E) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

RESPOSTA (A) Art. 928, CC. (B) Art. 932, V, CC. (C) Art. 953, CC. (D) Súmula 387, STJ. (E) Art. 935, CC. *Alternativa D.*

1835. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** No que se refere à Responsabilidade Civil, assinale a alternativa correta:

(A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
(B) A responsabilidade civil pelo fato do animal dependerá da prova da culpa do detentor.
(C) A indenização calcula-se de acordo com a intensidade da culpa.
(D) O empregador só responde pelos danos causados por seu empregado, no exercício do trabalho que a ele competir, se ficar provada sua culpa *in eligendo*.
(E) A responsabilidade civil é vinculada à responsabilidade penal. Assim, só haverá obrigação de indenizar, quando coincidir com um tipo penal e houver condenação.

RESPOSTA (A) Art. 928, CC. (B) Art. 936, CC. (C) Art. 944, CC. (D) Art. 932, III, CC. (E) Art. 935, CC. *Alternativa A.*

1836. **(Procurador – PGE-PA – 2009)** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
(B) Consoante a jurisprudência do STJ, o dano reflexo enseja a responsabilidade civil do infrator, desde que seja demonstrado o prejuízo à vítima indireta.
(C) A compensação devida à vítima do dano, ainda que este resulte de dolo do devedor, deverá incluir os danos emergentes e os lucros cessantes decorrentes diretamente da conduta infracional, excluídos os danos remotos.

(D) À configuração do abuso de direito, consoante o Código Civil de 2002, é essencial a prova de que o agente tinha a intenção de prejudicar terceiro.

RESPOSTA (A) Art. 928, CC. (B) Nesse sentido, STJ, REsp 1.208.949/MG. (C) Art. 403, CC. (D) Enunciado 37, I Jornada de Direito Civil, CJF. *Alternativa D.*

1837. **(Procurador – MPT – 2009)** A propósito da responsabilidade civil subjetiva, da qual resulte a obrigação de indenizar dano moral, considere as seguintes proposições:

I. são pressupostos da responsabilidade subjetiva: conduta culposa do agente, nexo causal e dano, podendo haver ilicitude sem dano e dano sem ilicitude;

II. mesmo o exercício regular de um direito pode se transformar em ato ilícito se e quando seu titular exceder os limites estabelecidos pela lei;

III. a pessoa jurídica, detentora de honra subjetiva, pode sofrer dano moral quando ofendida em sua reputação;

IV. a culpa contra a legalidade decorre de o dever violado resultar de texto expresso de lei ou de regulamento.

De acordo com as assertivas *retro*, pode-se afirmar que:

(A) o item I é certo e o item III é errado;

(B) o item I é errado e o item II é certo;

(C) o item III é certo e o item IV é errado;

(D) os itens II e III são errados;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Correta. (II) Correta. Art. 187, CC. (III) Errada. A pessoa jurídica, detentora de honra objetiva, pode sofrer dano moral (art. 52, CC, e Súmula 227, STJ). (IV) Correta. Ensina Sérgio Cavalieri Filho que: “fala-se em culpa contra a legalidade quando o dever violado resulta de texto expresso de lei ou regulamento, como ocorre, por exemplo, com o dever de obediência aos regulamentos de trânsito de veículos motorizados, ou com o dever de obediência a certas regras técnicas no desempenho de profissões ou atividades regulamentadas” (*Programa de responsabilidade civil*, p. 43). *Alternativa A.*

1838. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes;

(B) haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem;

(C) a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal;

(D) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança, por se tratar de obrigação personalíssima;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 928, CC. (B) Art. 927, parágrafo único, CC. (C) Art. 935, CC. (D) Art. 943, CC. *Alternativa D.*

1839. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** No sistema de direito civil brasileiro, a responsabilidade civil divide-se em dois regimes: o de responsabilidade subjetiva e o de responsabilidade objetiva. Assim, é CORRETO afirmar que a responsabilidade objetiva

(A) fundada no risco configura-se nos casos em que se determine que a conduta prevista na lei

apresenta o caráter de risco.

(B) fundada no risco da atividade configura-se caso a caso, não havendo previsão legal expressa que a imponha.

(C) fundada no risco da atividade, configura-se quando a atividade desenvolvida pelo agente do dano é mais onerosa para certa pessoa que para outros integrantes da comunidade.

(D) tem caráter excepcional, configurando-se apenas nos casos em que a conduta geradora do dever de indenizar é expressamente prevista em lei.

RESPOSTA Art. 927, parágrafo único, CC. *Alternativa C.*

1840. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** O direito civil brasileiro estabelece a ilicitude e o dever de indenizar pela prática do exercício não regular de direito. Nesses casos, a responsabilidade civil é

(A) objetiva, aferível a partir da consciência que o agente tinha dos limites e da finalidade do direito na prática do ato.

(B) subjetiva porque a violação da finalidade do direito é aferível pela culpa originária da intenção do agente.

(C) objetiva, tendo em vista que não importa a consciência do excesso por parte de quem pratica o ato.

(D) subjetiva, tendo em vista que a lei não dispõe expressamente sobre a inexigência de culpa.

RESPOSTA Trata-se de responsabilidade objetiva. Art. 187, CC e Enunciado 37, I Jornada de Direito Civil, CJF. *Alternativa C.*

1841. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Com relação à responsabilidade civil, é CORRETO afirmar que:

(A) Em caso de deterioração ou destruição da coisa alheia, ou de lesão a pessoa, praticados pelo agente com a finalidade de remover perigo iminente, a pessoa lesada, ou o dono da coisa, sempre terão direito à indenização do prejuízo que sofreram.

(B) É possível a estipulação de cláusula eficaz de não responsabilização, ou de responsabilidade atenuada, ou, ainda condicionada, na esfera da responsabilidade aquiliana.

(C) A constituição do devedor em mora na responsabilidade contratual ocorre a partir da citação do devedor, enquanto que na responsabilidade extracontratual ocorre com a simples consumação do ato ilícito.

(D) Em sede contratual, o menor púbere somente poderá responder civilmente se, no ato da celebração do contrato, estiver assistido por seu responsável legal.

(E) A responsabilidade civil é personalíssima, ou seja, é pessoal e intransferível.

RESPOSTA (A) Art. 929, CC. (B) Não se admite cláusula de irresponsabilidade, já que somente a lei poderá excepcionar os casos em que o agente causador do dano não será responsabilizado. Não confundir com a cláusula de não indenizar. (C) Art. 397, *caput* e parágrafo único, CC. (D) Art. 180, CC. (E) Está errada, já que há casos de responsabilidade civil por fato de terceiro, como se observa no art. 932, CC. *Alternativa C.*

1842. **(Advogado – EPTC – 2008 – FUNDATEC)** De acordo com a sistemática da responsabilidade civil adotada pelo Código Civil:

(A) não há previsão expressa de indenização por dano moral.

(B) foi adotado o modelo da responsabilidade civil objetiva, abandonando o modelo subjetivo.

(C) em sendo excessiva a desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, o julgador pode reduzir, equitativamente, a indenização.

(D) a indenização é medida, como regra geral, pela gravidade da conduta que a gerou.

(E) nos casos de responsabilidade objetiva é dispensada a comprovação de ocorrência do dano.

RESPOSTA (A) Art. 186, CC. (B) Adota-se sistema dual de responsabilidade civil, a exemplo do que se observa no art. 927, CC, em que seu *caput* traz a regra, responsabilidade civil subjetiva, e o parágrafo único contempla a possibilidade de responsabilidade civil objetiva. (C) Art. 944, parágrafo único, CC. (D) Art. 944, *caput,* CC. (E) O dano deve ser comprovado, assim como o nexo causal; o que está dispensado de comprovação é a culpa. *Alternativa C.*

1843. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Indenizar significa reparar o dano causado à vítima, integralmente, se possível restaurar o *status quo ante*, ou seja, devolvendo-a ao estado anterior à ocorrência do dano. Sobre o dano indenizável, assinale a alternativa correta:

(A) O princípio da *restitutio in integrum*, firmado pela responsabilidade civil, significa dizer que o dano deve ser reparado integralmente, preferencialmente em dinheiro.

(B) Em caso de indenização devida por aquele que, no exercício de atividade profissional, por negligência, imprudência ou imperícia, causar a morte do paciente, agravar-lhe o mal, causar-lhe lesão, ou inabilitá-lo para o trabalho, aplica-se a indenização pelo dano moral ou material que o ofendido prove haver sofrido.

(C) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido, quando este puder provar prejuízo material, vedado o arbitramento pelo juízo competente.

(D) Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

(E) Na adoção da teoria do abuso de direito no artigo 187 do CCB, haverá sempre a responsabilidade de indenizar, independentemente da existência de dano ou prejuízo.

RESPOSTA (A) Esse princípio consagra a reparação integral do dano, para restaurar a situação da vítima ao modo como estava antes da ocorrência da lesão. (B) Art. 950, CC. (C) Art. 953, CC. (D) Art. 944, parágrafo único, CC. (E) A ocorrência do dano é pressuposto da responsabilidade e do dever de indenizar na responsabilidade civil objetiva, estando dispensada, apenas, a aferição do elemento subjetivo. *Alternativa D.*

1844. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Quanto ao conteúdo da conduta culposa, a culpa poderá ser

(A) grave, leve ou levíssima.

(B) *in committendo, in ommittendo, in eligendo, in vigilando* ou *in custodiendo*.

(C) *in abstracto* ou *in concreto*.

(D) aquiliana ou *juris et de jure*.

(E) contratual ou extracontratual.

RESPOSTA Culpa *in committendo* ou *in faciendo* é a que decorre da prática de um ato positivo. Culpa *in ommittendo* é a decorrente de uma omissão, de uma abstenção. Culpa *in eligendo* é aquela que decorre da má escolha do responsável pelo adimplemento da obrigação. Culpa *in vigilando* é aquela que decorre da falta de atenção ou fiscalização em relação a um procedimento de outrem. Por fim, culpa *in custodiendo* é aquela decorrente da falta de cautela em relação ao que está sob os cuidados do agente. *Alternativa B.*

1845. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Constituem caso de responsabilidade civil por ato de outrem, exceto

(A) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob seu poder e companhia, mesmo se comprovado que agiu de maneira incensurável quanto à vigilância e educação do menor.

(B) o tutor ou curador, pelos atos praticados pelos pupilos e curatelados, tenha ou não apurado sem culpa.

(C) o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho ou por ocasião dele.

(D) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, menos para fins de educação, pelos seus hóspedes e moradores, havendo, ou não, culpa *in vigilando* e *in eligendo*.

(E) os que houverem participado nos produtos do crime, mesmo os que não participaram do delito mas receberam o seu produto.

RESPOSTA (A) Art. 932, I, c/c art. 933, CC. (B) Art. 932, II, c/c art. 933, CC. (C) Art. 932, III, CC. (D) Art. 932, IV, CC. (E) Art. 932, V, CC. *Alternativa D.*

V. Direito das Coisas

Posse

1846. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** No tocante à posse no Código Civil, é correto afirmar:

(A) O possuidor de boa-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.

(B) O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa ou de desforço podem ir além do indispensável à manutenção ou restituição da posse.

(C) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, excluindo os dos outros compossuidores.

(D) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.

(E) Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, mesmo depois de cessar a violência ou a clandestinidade.

RESPOSTA (A) Art. 1.217, CC. (B) Art. 1.210, § 1º, CC. (C) Art. 1.199, CC. (D) Art. 1.197, CC. (E) Art. 1.208, CC. *Alternativa D.*

1847. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** O possuidor

(A) de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa, já o possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que venha provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

(B) de má-fé terá direito ao ressarcimento de benfeitorias necessárias e úteis e a levantar as voluptuárias sem, contudo, lhe assistir o direito de retenção pela importância destas.

(C) de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder, sem detrimento da coisa, não podendo exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias úteis.

(D) de má-fé não responderá pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

RESPOSTA (A) Arts. 1.217 e 1.218, CC. (B) Art. 1.210, CC. (C) Art. 1.219, CC. (D) Art. 1.218, CC. *Alternativa D.*

1848. **(Procurador – Olinda-PE – 2011 – CONUPE)** Segundo o direito das coisas e considerando as assertivas seguintes, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Posse velha é a de mais de um ano.
(B) Os bens públicos dominicais são disponíveis e alienáveis.
(C) A hipoteca é bem incorpóreo divisível.
(D) O desforço necessário consiste na defesa da posse, pela própria força do possuidor, logo após a turbação ou o esbulho.
(E) O fâmulo pode tomar posse do que detém.

RESPOSTA (A) Posse velha é a com prazo superior a um ano e um dia. (B) Art. 99, III, c/c art. 101, ambos do CC. (C) A hipoteca é direito real de garantia (art. 1.225, IX, CC). (D) Art. 1.210, § 1º, CC. (E) Art. 1.198, CC. O fâmulo da posse é o próprio detentor. *Alternativa D.*

1849. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Historicamente, a posse tem reconhecimento e tutela nos diversos ordenamentos jurídicos. Essa tutela é mais ou menos ampla e dotada de diferentes instrumentos conforme os princípios informadores da ordem jurídica em que vigem. Considerando o sistema brasileiro de defesa da posse, é CORRETO afirmar:

(A) a reintegração de posse é garantida por ação de força turbativa para corrigir as agressões à posse e eliminar a incerteza da turbação cometida.
(B) a reintegração da posse é garantida pela ação de força espoliativa que visa corrigir a agressão que faz cessar a posse.
(C) a manutenção da posse, garantida pelo interdito proibitório, não pode ser utilizada por quem tem posse viciosa.
(D) a manutenção da posse é garantida pela ação de força espoliativa que tem por fim eliminar a incerteza jurídica provocada pela turbação cometida.

RESPOSTA (A) Ação de força turbativa é o mesmo que ação de manutenção da posse, e não de reintegração de posse. (B) Ação de força espoliativa é o mesmo que ação de reintegração de posse (art. 1.210, § 1º, CC, c/c art. 926, CPC). (C) Ação de manutenção de posse não se confunde com interdito proibitório, conforme art. 932, CPC. (D) A manutenção de posse é garantida pela ação de força turbativa. *Alternativa B.*

1850. **(Advogado – ELETROBRAS – 2007 – NCE)** Determinado prédio que constitui bem público de uso especial é invadido por um grupo de manifestantes, os quais se mantêm instalados no local há quarenta e sete dias. Pode-se afirmar que os invasores são:

(A) possuidores do prédio e somente podem ser retirados por meio de ação de reintegração de posse;
(B) possuidores do prédio e somente podem ser retirados por meio de ação de manutenção de posse;
(C) possuidores do prédio e não mais podem ser retirados do local;
(D) detentores do prédio e somente podem ser retirados por meio de ação de reintegração de posse;
(E) detentores do prédio e podem ser retirados por determinação administrativa, independentemente de ação judicial.

RESPOSTA Trata-se de caso de detenção, e não de posse. Art. 1.210, CC. *Alternativa E.*

1851. **(Procurador – AGU – PFN – 2006 – ESAF)** Adquire-se a posse:

(A) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador, terceiro sem mandato e pelo constituto possessório.
(B) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador, terceiro sem mandato (dependendo de

ratificação) e pelo constituto possessório.

(C) pelo próprio interessado e pelo constituto possessório.

(D) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador (dependendo de ratificação), terceiro sem mandato e pelo constituto possessório.

(E) pelo próprio interessado, seu representante ou procurador e por terceiro sem mandato (dependendo de ratificação).

RESPOSTA Art. 1.205, CC. *Alternativa B.*

Propriedade

1852. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta quanto ao direito de propriedade.

(A) Fixadas por decisão judicial devem ser toleradas as interferências, não podendo o vizinho exigir a sua redução, ou eliminação, ainda que estas se tornem possíveis.

(B) Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade particular.

(C) Somente os ramos de árvore, que ultrapassarem a estrema do prédio, poderão ser cortados, até o plano vertical divisório, pelo proprietário do terreno invadido.

(D) A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, abrangendo as jazidas.

RESPOSTA (A) Art. 1.279, CC. (B) Art. 1.284, CC. (C) Art. 1.283, CC. (D) Art. 1.229, CC. *Alternativa B.*

1853. **(Promotor – MP-SP – 2011)** É correto afirmar que a aquisição por usucapião de imóvel urbano, por pessoa que seja proprietária de imóvel rural, se dá:

(A) após 5 (cinco) anos, independentemente de justo título e boa-fé, limitada a área a 250 m^2.

(B) após 15 (quinze) anos, independentemente de justo título e boa-fé, sem limite de tamanho da área.

(C) após 5 (cinco) anos, independentemente de justo título e boa-fé, limitada a área a 350 m^2.

(D) após 10 (dez) anos, independentemente de justo título, limitada a área a 01 alqueire.

(E) após 10 (dez) anos, independentemente de boa-fé, desde que não utilizado o imóvel para moradia.

RESPOSTA Art. 1.238, CC. *Alternativa B.*

1854. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Acerca da relação entre posse e propriedade, assinale a alternativa correta:

(A) a exceção de domínio em sede de ação possessória é admitida expressamente pelo Código Civil, ante o comando legal que prevê ser vedado atribuir a posse a quem manifestamente não for o proprietário.

(B) caso considerável número de pessoas venha a exercer posse de boa-fé sobre extensa área, por ao menos cinco anos, tendo ali realizado obras ou serviços de caráter social ou econômico relevante, adquirirão a propriedade por usucapião coletiva, sendo que, em qualquer hipótese, não haverá a necessidade de pagamento de indenização ao proprietário que for privado da área.

(C) a função social da propriedade rural é atendida plenamente quando o proprietário promove um aproveitamento racional do imóvel mediante o atendimento dos índices de produtividade definidos à luz dos parâmetros legais.

(D) reduz-se em cinco anos o prazo para aquisição de imóvel por usucapião extraordinária quando,

para além do atendimento dos requisitos caracterizadores da posse *ad usucapionem*, o possuidor residir no imóvel.

(E) na usucapião ordinária o justo título pode ser substituído pela boa-fé, de modo que se pode afirmar que são eles requisitos alternativos dessa modalidade derivada de aquisição da propriedade.

RESPOSTA Usucapião extraordinária está prevista no art. 1.238, CC, cujo prazo para aquisição é de 15 anos ininterruptos. O parágrafo único do referido artigo reduz esse prazo para 10 anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel sua moradia habitual. *Alternativa D.*

1855. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** A legislação brasileira admite a usucapião agrária, destinando-a ao pequeno produtor e tendo por objeto o imóvel rural. Na usucapião agrária, a posse há de ser

(A) ininterrupta, podendo ser exercida pessoalmente ou por preposto.

(B) ininterrupta, podendo ser exercida por pessoa natural ou jurídica.

(C) direta, comprovado o exercício de atividade agrária no imóvel.

(D) direta, ainda que o usucapiente não resida na terra.

(E) ininterrupta, ainda que exercida por pessoa jurídica com sede no local.

RESPOSTA Art. 1.239, CC. *Alternativa C.*

1856. **(Advogado – CORENGO – 2010 – UFG)** A propriedade é o mais completo dos direitos subjetivos. É a matriz dos direitos reais e o núcleo do direito das coisas. Em face do direito de propriedade,

(A) o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua e detenha.

(B) a propriedade pode ser adquirida pela usucapião, modo originário de aquisição.

(C) a propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais.

(D) a propriedade do imóvel, além de outros modos, é adquirida por aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por 15 anos.

RESPOSTA (A) Art. 1.228, CC. (B) Art. 1.241, CC. Embora haja doutrina que defenda a usucapião como modo de aquisição derivada da propriedade, o STF e o STJ entendem tratar-se de aquisição originária. (C) Art. 1.230, CC. (D) Art. 1.238, CC. *Alternativa A.*

1857. **(Advogado – FESF – 2010 – AOCP)** Os prazos da usucapião, quando o indivíduo possui o imóvel como sendo seu, sem interrupção, nem oposição independentemente de título e boa-fé e ainda quando o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo são, respectivamente, de

(A) 20 e 15 anos.

(B) 15 e 10 anos.

(C) 15 e 5 anos.

(D) 10 e 5 anos.

(E) 20 e 10 anos.

RESPOSTA Art. 1.238, *caput* e parágrafo único, CC. *Alternativa B.*

1858. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Quanto à aquisição da propriedade móvel, é correto afirmar que:

(A) quem quer que ache coisa alheia perdida, adquire-lhe a propriedade, caso transcorram 60 dias da publicação na imprensa.
(B) não será admitida a usucapião de bens móveis quando a posse não for de boa-fé.
(C) aquele que, trabalhando em matéria-prima totalmente alheia, obtiver espécie nova, a perderá para o dono do material utilizado, ainda que haja boa-fé.
(D) a propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição.
(E) não é admitido, na lei civil, o assenhoramento de coisa sem dono.

RESPOSTA (A) Art. 1.233, CC. (B) Art. 1.261, CC. (C) Art. 1.270, CC. (D) Art. 1.267, CC. (E) Art. 1.263, CC. *Alternativa D.*

1859. **(Procurador – MPF – 2008)** Tesouro é:

(A) Coisa sem dono, porque foi intencionalmente abandonada pelo seu proprietário;
(B) Coisa de ninguém, porque nunca foi apropriada, oculta, mas antiga e preciosa;
(C) Depósito de coisa preciosa, que nunca teve dono ou da qual o dono não tem memória;
(D) Depósito antigo de coisas preciosas, oculto, de cujo dono não haja memória.

RESPOSTA Art. 1.264, CC. *Alternativa D.*

1860. **(Advogado – BNDES – 2008 – CESGRANRIO)** Consiste o usucapião em uma das hipóteses de perda da propriedade, nos termos do artigo 1.275 do Código Civil (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002). Acerca de tal instituto, pode-se afirmar:

I. não se admite usucapião sobre coisas móveis;
II. não se admite usucapião de imóvel público;
III. pode o locatário que detenha a coisa de forma contínua e pacífica por 15 anos requerer a declaração, por usucapião, de sua propriedade sobre o imóvel;
IV. apenas se admite usucapião nas situações em que o possuidor da coisa a detenha a justo título.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I e IV, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA (I) Errada. Art. 1.260, CC. (II) Correta. Art. 102, CC. (III) Errada. Art. 1.238, CC. (IV) Errada. Há casos de usucapião que independem de justo título, por exemplo o caso do art. 1.238, CC. *Alternativa B.*

1861. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** A prescrição aquisitiva pela usucapião é considerada pela doutrina como modo originário da aquisição da propriedade imóvel. Considerando as diversas espécies de usucapião, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A usucapião especial urbana individual exige que o interessado tenha posse *ad usucapionem* de área urbana de até 250 metros quadrados, por cinco anos, sem oposição, nem interrupção e que a utilize para moradia própria ou de sua família. A metragem máxima abrange tanto a área do terreno, quanto a construção, vedado que uma ou outra ultrapasse o referido limite.
(B) São requisitos da usucapião ordinária posse de dez anos, exercida com ânimo de dono, de forma contínua, mansa e pacífica, além de justo título e boa-fé.
(C) O prazo da usucapião ordinária será de cinco anos se o imóvel houver sido adquirido

onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social ou econômico.

(D) São requisitos da usucapião especial rural que o possuidor não seja proprietário de imóvel rural ou urbano, que possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.

(E) São requisitos da usucapião extraordinária a posse por quinze anos, com ânimo de dono, sem interrupção, nem oposição, além de justo título e boa-fé. O prazo estabelecido pode ser reduzido para dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado serviços de caráter produtivo.

RESPOSTA (A) Art. 1.240, CC. (B) Art. 1.242, CC. (C) Art. 1.242, parágrafo único, CC. (D) Art. 1.239, CC c/c art. 191, CRFB. (E) Art. 1.238, CC. *Alternativa E.*

Direitos de Vizinhança

1862. **(Advogado – CETESB – 2009 – VUNESP)** De acordo com o direito de vizinhança, é correto afirmar:

(A) o proprietário de solo onde caem águas pluviais, satisfeitas as necessidades de consumo, pode impedir ou desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.

(B) o proprietário tem direito a cercar, murar, valar ou tapar de qualquer modo o seu prédio, urbano ou rural, e pode constranger o seu confinante a proceder com ele à demarcação entre os dois prédios, a aviventar rumos apagados e a renovar marcos destruídos ou arruinados.

(C) em se tratando de vãos, ou aberturas para luz, seja qual for a quantidade, altura e disposição, o vizinho não poderá levantar a sua edificação que lhes vede a claridade.

(D) na zona rural, será permitido levantar edificações a menos de três metros do terreno vizinho.

(E) é permitido fazer escavações ou quaisquer obras que tirem ao poço ou à nascente de outrem a água indispensável às suas necessidades normais.

RESPOSTA (A) Art. 1.290, CC. (B) Art. 1.297, CC. (C) Art. 1.302, parágrafo único, CC. (D) Art. 1.303, CC. (E) Art. 1.310, CC. *Alternativa B.*

Condomínio

1863. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Em um condomínio edilício, Antonio é proprietário e possuidor de uma unidade condominial. Ele proporciona festas em sua unidade, com frequência, além do horário permitido; não trata com urbanidade seus vizinhos e os funcionários do condomínio. Em decorrência de tais circunstâncias, recebeu convocação para Assembleia Geral a fim de deliberar sobre aplicação de multa por descumprimento de deveres perante o condomínio e comportamento antissocial. A respeito da deliberação da Assembleia em questão, é correto afirmar que deverá ser tomada:

(A) por dois terços dos condôminos restantes, aplicando-se multa de até o sêxtuplo do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais.

(B) por maioria simples dos condôminos, aplicando-se multa de até cem salários mínimos.

(C) por três quartos dos condôminos restantes, aplicando-se multa de até o quíntuplo do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais.

(D) pela unanimidade dos condôminos, limitada ao valor atribuído à contribuição para as despesas

condominiais.

(E) por maioria qualificada dos condôminos, limitada ao dobro do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais.

RESPOSTA Art. 1.337, CC. *Alternativa C.*

Direitos Reais em Coisa Alheia

1864. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** O direito real de superfície foi introduzido no Código Civil de 2002, com a finalidade de substituir a enfiteuse em desuso. Com relação ao seu conteúdo, podemos afirmar o que segue.

(1) O direito de superfície não autoriza obra no subsolo, salvo se for inerente ao objeto da concessão.

(2) O direito de superfície pode transferir-se a terceiros e, por morte do superficiário, aos seus herdeiros.

(3) Os encargos e tributos que incidirem sobre o imóvel permanecerão a cargo do proprietário.

(4) Extinta a concessão, o proprietário passará a ter a propriedade plena sobre terreno, construção ou plantação, independentemente de indenização, se as partes não houverem estipulado o contrário.

Estão corretas apenas:

(A) 1 e 2

(B) 1 e 4

(C) 1, 2 e 4

(D) 2 e 3

(E) 2, 3 e 4

RESPOSTA (1) Correta. Art. 1.369, parágrafo único, CC. (2) Correta. Art. 1.372, CC. (3) Errada. Art. 1.371, CC. (4) Correta. Art. 1.365, CC. *Alternativa C.*

1865. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** O direito brasileiro oferece ampla tutela para os direitos sobre as coisas, disciplinando, inclusive, intervenções entre prédios. Considerando-se que as servidões prediais são restrições à propriedade, constituídas em favor de um prédio sobre outro, é CORRETO afirmar:

(A) a servidão não pode ser instituída em favor de parte ideal do prédio dominante ou incidir sobre parte ideal do prédio serviente.

(B) a servidão não aparente pode ser estabelecida por meio de permissão de passagem, sendo dispensável a transcrição no registro de imóveis.

(C) a servidão é obrigação do titular do domínio do imóvel serviente à prestação de fato negativo em favor do titular do imóvel dominante.

(D) nas servidões prediais, em razão da necessária relação entre si, é essencial a contiguidade entre prédios dominante e serviente.

RESPOSTA Segundo a regra de indivisibilidade, consagrada no art. 1.386 do CC, a servidão não pode ser instituída em favor de parte ideal do prédio dominante, nem pode incidir sobre parte ideal do prédio serviente. *Alternativa A.*

1866. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Analise as seguintes afirmativas concernentes ao instituto do usufruto como direito real sobre coisa alheia e assinale a alternativa INCORRETA.

(A) A legislação civil brasileira proíbe a transferência do usufruto, mas, não, do exercício, por título gratuito ou oneroso.

(B) O Código Civil de 2002 confere ao cônjuge viúvo, se o regime de bens do casamento não era o da comunhão universal, o direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da quarta parte dos bens do cônjuge falecido.
(C) O usufruto, diferentemente da enfiteuse, será sempre temporário.
(D) O usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.

RESPOSTA O CC/2002 confere ao cônjuge sobrevivo o *direito real de habitação* relativamente ao imóvel destinado à residência da família, não mais o referido usufruto (art. 1.831, CC). *Alternativa B.*

1867. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) Quanto à servidão, é correto afirmar:

(A) Constituída para certo fim, a servidão poderá ser ampliada para usos diferentes.
(B) A servidão pode ser removida, de um local para outro, pelo dono do prédio serviente e à sua custa, se em nada diminuir as vantagens do prédio dominante, ou pelo dono deste e à sua custa, se houver considerável incremento da utilidade e não prejudicar o prédio serviente.
(C) Se as necessidades da cultura, ou da indústria, do prédio dominante impuserem à servidão maior largueza, o dono do serviente é obrigado a sofrê-la, sem direito à indenização pelo excesso.
(D) As servidões prediais têm como característica a divisibilidade, podendo ser instituídas em favor de parte ideal do prédio dominante e incidir sobre parte ideal do prédio serviente.

RESPOSTA (A) Art. 1.385, § 1º, CC. (B) Art. 1.384, CC. (C) Art. 1.385, § 3º, CC. (D) Art. 1.386, CC. *Alternativa B.*

1868. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) É direito do usufrutuário de:

(A) fazer despesas ordinárias e comuns de conservação dos bens no estado em que os recebeu.
(B) inventariar, a suas expensas, os bens móveis que receber, determinando o estado em que se acham e estimando o seu valor.
(C) não ser obrigado a pagar deteriorações da coisa advindas do exercício regular do usufruto.
(D) autorizar a mudança da destinação econômica da coisa usufruída.
(E) aceitar a sub-rogação da indenização de danos causados por terceiro ou do valor da desapropriação no ônus do usufruto.

RESPOSTA (A) Art. 1.403, I, CC. (B) Art. 1.400, CC. (C) Art. 1.402, CC. (D) O usufrutuário somente pode mudar a destinação econômica da coisa com expressa autorização do proprietário. (E) Art. 1.409, CC. *Alternativa C.*

Direitos Reais em Garantia

1869. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Os direitos reais estão divididos em direitos reais sobre a própria coisa e direitos reais sobre a coisa alheia. Nestes se incluem os institutos do penhor, da hipoteca e da anticrese, que são os direitos reais de garantia. Relativamente aos direitos reais de garantia, marque a opção incorreta.

(A) O credor hipotecário e o pignoratício têm o direito de excutir a coisa hipotecada ou empenhada, e preferir, no pagamento, a outros credores, observada, quanto à hipoteca, a prioridade no registro.
(B) O credor anticrético tem o direito a reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga; extingue-se esse direito decorridos quinze anos da data de sua constituição.
(C) O penhor de crédito não tem eficácia senão quando notificado ao devedor; por notificado tem-se o devedor que, em instrumento público ou particular, declarar-se ciente da existência do penhor.
(D) É lícito aos interessados fazer constar das escrituras o valor entre si ajustado dos imóveis hipotecados, o qual, devidamente atualizado, será a base para as arrematações, adjudicações e

remições, dispensada a avaliação.

(E) A hipoteca legal pode ser substituída por caução de títulos da dívida pública federal ou estadual, recebidos pelo valor de sua cotação média de mercado no ano corrente; ou por outra garantia, a critério do juiz, a requerimento do credor.

RESPOSTA (A) Art. 1.422, CC. (B) Art. 1.423, CC. (C) Art. 1.453, CC. (D) Art. 1.484, CC. (E) Art. 1.491, CC. *Alternativa E.*

1870. **(Advogado – FMS – 2011 – NUCEPE)** Quanto aos direitos reais de garantia, é correto afirmar que:

(A) o pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa, em regra geral, exoneração correspondente da garantia.

(B) o terceiro que presta garantia real por dívida alheia fica, em regra geral, obrigado a substituí-la, ou reforçá-la, quando, ainda que sem culpa sua, se perca, deteriore, ou desvalorize.

(C) é nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

(D) os sucessores do devedor podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões.

(E) se, excutido o penhor, ou executada a hipoteca, o produto não bastar para pagamento da dívida e despesas judiciais, o devedor ficará desonerado do pagamento do saldo.

RESPOSTA (A) Art. 1.421, CC. (B) Art. 1.427, CC. (C) Art. 1.428, CC. (D) Art. 1.429, CC. (E) Art. 1.430, CC. *Alternativa C.*

1871. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** Em relação às garantias do cumprimento de obrigações, a legislação brasileira prevê que

(A) os regimes da fiança e do aval são idênticos com relação aos efeitos e limites da garantia.

(B) o aval é uma garantia exclusivamente contratual e dos títulos de crédito.

(C) a hipoteca é uma espécie de garantia fidejussória.

(D) o único imóvel residencial do devedor não pode ser hipotecado para garantir pagamento de dívida.

(E) o instrumento do penhor comum deverá ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos.

RESPOSTA (A) A fiança e o aval possuem regimes distintos. (B) A fiança é instituto de natureza contratual. (C) A hipoteca é um direito real de garantia. (D) Art. 3º, V, Lei n. 8.009/90. (E) Art. 1.432, CC. *Alternativa E.*

1872. **(Advogado – PETROBRÁS – 2010 – CESGRANRIO)** Sobre os direitos reais de garantia previstos no ordenamento jurídico pátrio, considere as afirmativas abaixo.

I. O penhor de direito, por imposição legal, deve ser feito por instrumento público, sendo, para validade perante terceiros, impositivo ou dispensável seu registro no Cartório de Títulos e Documentos, em razão do princípio da especialização dos objetos empenhados.

II. A hipoteca, em regra, se refere a bens imóveis, todavia é admitida a hipoteca de navios e aeronaves, que, apesar de serem bens móveis, são passíveis de identificação e individuação, pois possuem registro peculiar, o que possibilita a publicidade da hipoteca.

III. O sub-hipotecário nada pode fazer para garantir a satisfação de seu crédito, se a hipoteca anterior ainda não estiver vencida, mesmo na hipótese de insolvência geral do devedor, uma vez que a preferência entre credores hipotecários é fixada pela ordem de registro de títulos no Registro Geral de Imóveis.

IV. A anticrese pode extinguir-se pelo perecimento do bem dado em garantia, sendo que o crédito continuará a existir, mas sem a garantia real e, no caso de haver seguro para esse bem, a

indenização não poderá ser retida pelo credor.

São corretas APENAS as afirmativas

(A) I e IV.
(B) II e III.
(C) II e IV.
(D) I, II e III.
(E) I, III e IV.

RESPOSTA (I) Errada. Art. 1.452, CC. (II) Correta. Art. 1.473, VI e VII, CC. (III) Errada. Art. 1.478, CC. (IV) Correta. Art. 1.425, § 1º, CC. *Alternativa C.*

1873. (Advogado – USP – 2009 – CODAGE) Sobre os direitos reais de garantia, assinale a alternativa correta:

(A) O credor pode se apropriar da coisa dada em garantia em caso de inadimplemento da dívida, se isso tiver sido pactuado com o devedor.
(B) O devedor pode extinguir a dívida vencida mediante a dação em pagamento de objeto da garantia.
(C) O pagamento parcial da dívida sempre importa a exoneração correspondente da garantia.
(D) A constituição do penhor sempre pressupõe a transferência da posse de coisa móvel suscetível de alienação do devedor para o credor.
(E) O imóvel hipotecado não é passível de alienação, se assim restar convencionado entre credor e devedor.

RESPOSTA (A) Art. 1.428, CC. (B) Art. 356, CC. (C) Art. 1.421, CC. (D) Art. 1.431, parágrafo único, CC. (E) Art. 1.475, CC. *Alternativa B.*

1874. (Promotor – MP-RS – 2009) Assinale a alternativa correta.

(A) No mútuo com garantia pignoratícia, em que houver cláusula autorizando o credor a ficar com o bem objeto da garantia em caso de inadimplemento, a este caberá ou a cobrança do débito ou a aquisição do objeto da garantia, mas nesta hipótese fica obrigado a depositar ao devedor a diferença entre o valor da dívida e o do bem empenhado.
(B) O imóvel hipotecado pode ser parcelado em loteamento, caso em que o credor pode requerer, em juízo, que o ônus hipotecário seja dividido, passando a gravar cada lote proporcionalmente.
(C) É anulável a alienação do bem hipotecado sem a anuência do credor.
(D) É nula a alienação do bem hipotecado sem a anuência do credor.
(E) Nenhuma das alternativas está correta.

RESPOSTA (A) Art. 1.428, CC. (B) Art. 1.488, CC. (C) e (D) Art. 1.475, CC. Não há necessidade de anuência do credor. *Alternativa B.*

1875. (Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS) O Código Civil considera direito real o(a)

(A) arresto.
(B) contrato de locação registrado em cartório.
(C) hipoteca.
(D) penhora.

RESPOSTA Art. 1.225, IX, CC. Trata-se de direito real de garantia. *Alternativa C.*

1876. (Advogado – Itu-SP – 2009 – MOURA MELO) O penhor constitui-se:

(A) Pela apreensão judicial, feita no processo executivo, dos bens do devedor, para garantir o pagamento da dívida.

(B) Pela transferência efetiva da posse que, em garantia do débito ao credor ou a quem o represente, faz o devedor ou alguém por ele, de uma coisa móvel, suscetível de alienação.

(C) Pelo direito de habitar gratuitamente casa alheia, o titular deste direito não pode alugar, nem emprestar, mas simplesmente ocupá-la com sua família.

(D) Pelo direito adquirido, relativo à posse de um bem móvel ou imóvel, em decorrência do uso deste bem por um determinado tempo.

RESPOSTA (A) Art. 1.431, CC. (B) Art. 1.431, CC. (C) Art. 1.414, CC. (D) Art. 1.431, CC. *Alternativa B.*

1877. (Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL) Considerando o instituto da hipoteca, é INCORRETO afirmar que

(A) a hipoteca como direito real de garantia é transmissível tanto por ato *inter vivos* quanto por *causa mortis*.

(B) o imóvel cuja propriedade é resolúvel ou está sujeito à condição suspensiva é hipotecável.

(C) o imóvel hipotecado poderá ser alienado pelo proprietário, sendo nula qualquer cláusula que proíba a venda. Contudo, pode-se convencionar que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.

(D) o pagamento de uma ou mais prestações da dívida não importa exoneração correspondente da garantia, ainda que esta compreenda vários bens, salvo disposição expressa no título ou na quitação.

RESPOSTA (A) A hipoteca transmite-se por ato *inter vivos* ou *causa mortis*. (B) Art. 1.359, CC. (C) Art. 1.475, CC. (D) Art. 1.421, CC. *Alternativa B.*

1878. (Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP) José e Maria transferiram o domínio de um terreno à Construtora X por meio de escritura pública, livre e desembaraçado de quaisquer ônus. A construtora, a fim de garantir o financiamento da construção do edifício projetado sobre o terreno, para fins não residenciais, deu o imóvel em garantia ao Banco Y, que liberaria o ônus, assim que quitado o empréstimo. Para o pagamento do terreno, José e Maria receberiam 4 unidades a serem construídas, sendo que, ao final, receberam as unidades hipotecadas, em virtude de que a construtora não quitou o débito com o banco. Diante desse fato, indique a alternativa correta.

(A) É possível a execução da hipoteca, em razão da inadimplência da construtora.

(B) A hipoteca, mesmo posterior, não tem eficácia perante a permuta havida.

(C) O ônus hipotecário abrange somente o terreno e não as unidades construídas.

(D) A hipoteca não poderá ser extinta, ainda que haja remição do devedor.

RESPOSTA (A) Art. 1.422, CC. (B) Súmula 308, STJ. (C) O ônus hipotecário abrange igualmente as unidades construídas. (D) Art. 1.499, V, CC. *Alternativa A.*

VI. Direito das Famílias

Direito Pessoal de Família: Casamento

1879. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Assinale a alternativa correta.

(A) É nulo o casamento celebrado por autoridade incompetente.

(B) É anulável o casamento contraído por enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.

(C) É anulável o casamento realizado pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevindo coabitação entre os cônjuges.

(D) A anulação do casamento dos menores de 16 (dezesseis) anos não pode ser requerida pelo próprio cônjuge menor.

RESPOSTA (A) Art. 1.550, VI, CC. (B) Art. 1.548, I, CC. (C) Art. 1.550, V, CC. (D) Art. 1.552, I, CC. *Alternativa C.*

1880. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) Assinale a alternativa correta.

(A) No pacto antenupcial, que adotar o regime de participação final nos aquestos, poder-se-á convencionar a livre disposição dos bens imóveis, desde que particulares.

(B) No pacto antenupcial, que adotar o regime de participação final nos aquestos, é vedada a convenção da livre disposição dos bens imóveis particulares, permissão concedida em se tratando de regime da separação convencional de bens.

(C) No pacto antenupcial, que adotar o regime de participação final dos aquestos, poder-se-á convencionar a livre disposição dos bens imóveis particulares, hipótese que não dispensa a outorga conjugal.

(D) No pacto antenupcial, que adotar o regime de participação final dos aquestos, é obrigatória a convenção da livre disposição dos bens imóveis particulares, hipótese que não dispensa a outorga conjugal.

RESPOSTA Art. 1.656, CC. *Alternativa A.*

1881. (Promotor – MP-SP – 2011) Quando os cônjuges decidem pôr fim à sociedade conjugal, pretendendo divorciar-se consensualmente, eles devem levar em consideração:

(A) o prazo de 2 (dois) anos a contar da separação judicial por mútuo consentimento.

(B) a possibilidade de o divórcio ser formalizado perante o Cartório de Registro Civil, inclusive com relação aos filhos menores de 16 (dezesseis) anos.

(C) a guarda compartilhada, com previsão de visita do pai em dias e horários alternados e opção de a mãe decidir sobre a educação.

(D) o fato de as novas núpcias de um dos cônjuges não lhe retirar o direito de guarda antes fixado.

(E) a prestação de alimentos aos filhos, que poderá ser compensada com a proximidade e visitação do cônjuge.

RESPOSTA (A) Art. 226, § 6º, CRFB. (B) Art. 1.124-A, CPC. (C) Art. 1.583, § 1º, CC. (D) Art. 1.588, CC. (E) Não é possível realizar essa compensação. *Alternativa D.*

1882. (Promotor – MP-GO – 2010) A respeito do processo de habilitação no casamento, marque a alternativa falsa:

(A) O controle sobre a existência de impedimentos matrimoniais na conversão da união estável em casamento é feito pelo juiz na medida em que pressupõe a existência da convivência sem esses obstáculos, salvo ser algum deles casado, mas encontrando-se separado de fato ou judicialmente.

(B) Embora no casamento nuncupativo não haja processo preliminar de habilitação, a verificação da ausência de impedimentos matrimoniais é examinada pelo juiz posteriormente.

(C) No silêncio dos nubentes quanto ao regime patrimonial a ser adotado prevalece o regime da comunhão parcial em qualquer hipótese.

(D) A eficácia da habilitação será de 90 dias, a contar da data em que foi extraído o certificado.

RESPOSTA (A) Art. 1.723, § 1º, CC. (B) Art. 1.540 c/c art. 1.541, § 1º, ambos do CC. (C) Art. 1.640, CC. (D) Art. 1.532, CC.

Alternativa C.

1883. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** O ordenamento jurídico brasileiro, buscando acolher diferentes condições de vida em comum que se apresentam na sociedade, reconhece a situação jurídica denominada posse de estado de casados. Considerando-se tal situação, é CORRETO afirmar:

(A) essa situação é meio de prova do casamento e pode ser alegada pelos filhos, se mortos ambos os cônjuges.

(B) essa situação pode ser alegada pelos cônjuges como prova do casamento e convalida o vício que invalida o casamento.

(C) como meio de prova do casamento, só pode ser alegada pelos cônjuges depois de extinta a convivência marital ou na constância dela.

(D) esta é a situação de duas pessoas que viveram como casadas e esse estado tem por elementos o *nomem*, o *tractatus* e a *representatio*.

RESPOSTA (A) Art. 1.545, CC. (B) Eventual vício existente será sanado. (C) Pode ser alegada pelos cônjuges a qualquer tempo. (D) Os elementos são *nomen, tractatus* e *reputatio*. *Alternativa A.*

Parentesco

1884. **(Procurador – MPF – 2011)** Em tema de relações de parentesco:

I. Quanto aos filhos nascidos de relações não matrimoniais, didaticamente é possível fazer a distinção entre naturais, adulterinos e incestuosos;

II. Os filhos havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo falecido o marido, presumem-se concebidos na constância do casamento, desde que previamente autorizada a fecundação;

III. A adoção *post mortem* será admitida se, falecendo o adotado no curso da adoção, já houver procedimento da adoção em andamento, com prova da pretensão de adotar;

IV. O parentesco civil entre adotante e adotado, oriundo da adoção, desliga este último de seus parentes consanguíneos, salvo para efeitos de impedimentos matrimoniais.

Das assertivas acima:

(A) I e II estão corretas;

(B) II e IV estão corretas;

(C) I e IV estão corretas;

(D) II e II estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta. De acordo com o art. 227, § 6º, CRFB, tal distinção somente se admite para fins didáticos. (II) Errada. Art. 1.597, III e V, CC. (III) O erro está ao dizer que o falecimento é do adotado, enquanto é do adotante. Art. 42, § 6º, ECA. (IV) Correta. Art. 47, § 3º, ECA, c/c art. 1.593, CC. *Alternativa C.*

Filiação, Reconhecimento dos Filhos, Adoção e Guarda

1885. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** A regulamentação da guarda dos filhos de pais separados no direito brasileiro vem sofrendo alterações desde Lei do Divórcio (Lei 6.515/77), procurando atender à orientação constitucional de prevalência do interesse e de ampla proteção à criança e ao adolescente. Assim, o ordenamento jurídico brasileiro prevê:

(A) a guarda unilateral, atribuída a um só dos genitores, não se admitindo a sua substituição por outra pessoa, na qual a responsabilização é conjunta dos pais que não vivem sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

(B) a guarda compartilhada, em que há responsabilização individual e intercalada e o exercício de

direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

(C) a guarda unilateral, atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua; e a guarda compartilhada, aquela em que há responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

(D) a guarda unilateral, atribuída a ambos os genitores, a cada um individualmente e ao seu tempo; e a guarda compartilhada, aquela cuja responsabilização é conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe, desde que vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

(E) a guarda unilateral, atribuída aos dois genitores, um em substituição ao outro, desde que a prole more com ambos simultaneamente; e a guarda compartilhada, aquela em que há responsabilização simultânea e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

RESPOSTA Art. 1.583, § 1º, CC. *Alternativa C.*

Poder Familiar

1886. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** O direito de família brasileiro funda-se na Constituição Federal, sendo informado por princípios que lhe são próprios e que promovem a proteção da unidade familiar, reconhecendo nela relevante instituição social. Dentre esses, o princípio da autonomia familiar integra o sistema normativo brasileiro, garantindo a liberdade de exercício inerente ao poder familiar. Com relação ao referido princípio, é CORRETO afirmar:

(A) integra o sistema normativo brasileiro, perpassando as normas que tratam da competência dos pais na gestão da família, sendo, portanto, absoluto.

(B) estabelece a precedência familiar na ordem dos entes responsáveis, afastando qualquer ingerência externa nas diferentes circunstâncias de exercício do poder familiar.

(C) no exercício do poder familiar, esse princípio sucumbe perante a norma constitucional de proteção familiar na pessoa de seus membros.

(D) ele é absoluto porque garante a proteção à família, nos termos constitucionais, sobrepondo-se aos preceitos infraconstitucionais.

RESPOSTA O princípio da autonomia familiar não é absoluto, mormente no que toca ao exercício do poder familiar, impondo-se o respeito aos interesses dos filhos menores e a promoção, por igual, da dignidade de todos os membros da família (arts. 1.630 e 1.638, CC). *Alternativa C.*

1887. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Indique a alternativa correta.

(A) Na inseminação heteróloga, a paternidade se presume, mesmo sem a apresentação da autorização do marido, uma vez que a paternidade corresponde à paternidade de intenção.

(B) Na inseminação heteróloga, inexistindo o consentimento do marido, com sua recusa no reconhecimento da paternidade, ensejará na impossibilidade do reconhecimento judicial.

(C) A utilização dos embriões excedentários, após a morte do marido, apenas poderá ocorrer naqueles havidos nos 300 (trezentos) dias subsequentes à referida morte.

(D) O filho concebido por meio da inseminação homóloga tem direito a conhecer sua ascendência genética de forma ampla e irrestrita, ainda sem autorização do marido.

RESPOSTA (A) e (B) Art. 1.597, V, CC. (C) Art. 1.597, IV, CC. (D) O anonimato dos doadores de material genético para inseminação heteróloga obsta o conhecimento da ascendência biológica (Resolução 1.338/92, CRM). *Alternativa B.*

1888. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** De acordo com o Código Civil, na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime:

(A) da participação final nos aquestos.
(B) da comunhão universal.
(C) da comunhão parcial de bens.
(D) da separação de bens.
(E) dotal.

RESPOSTA Art. 1.725, CC. *Alternativa C.*

1889. **(Assessor – DPE-PR – 2012 – PUCPR)** De acordo com os regimes de bens mencionados na legislação civil brasileira, leia as assertivas abaixo e assinale a CORRETA:

I. No regime de comunhão parcial excluem-se da comunhão as obrigações anteriores ao casamento.
II. Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão universal.
III. É obrigatório o regime da separação de bens no casamento das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento.
IV. No regime de participação final nos aquestos, cada cônjuge possui patrimônio próprio e lhe cabe, à época da dissolução da sociedade conjugal, direito à metade dos bens adquiridos pelo casal, a título oneroso, na constância do casamento.

(A) Apenas é verdadeira a assertiva III.
(B) Apenas são verdadeiras as assertivas I, III e IV.
(C) Apenas são verdadeiras as assertivas I e IV.
(D) Apenas são verdadeiras as assertivas I e III.
(E) Todas as assertivas são verdadeiras.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 1.659, III, CC. (II) Errada. Art. 1.640, CC. (III) Correta. Art. 1.641, I, CC. (IV) Correta. Art. 1.642, CC. *Alternativa B.*

1890. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Arnaldo e Beatriz se casaram em 12 de fevereiro de 2001, pelo regime da comunhão parcial de bens. Do casamento resultou o nascimento de gêmeos, Cesar e Denise, ambos, hoje, com sete anos de idade. Arnaldo e Beatriz decidem dissolver a sociedade e o vínculo conjugal pelo divórcio, ante a insuportabilidade da vida em comum. Por ocasião do divórcio, optam por realizar a partilha dos bens. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta:

(A) a guarda dos filhos do casal será necessariamente compartilhada se os pais não entrarem em acordo sobre o tema.
(B) caso não cheguem a um acordo sobre o divórcio, somente será possível a Arnaldo e Beatriz obterem a dissolução do vínculo conjugal se estiverem separados de fato há, pelo menos, um ano.
(C) o divórcio do casal poderá ser realizado mediante escritura pública, em que deverá constar, necessariamente, a definição sobre a guarda e a visitação dos filhos, bem como a fixação da prestação alimentar a eles devida.
(D) integrarão a comunhão e, portanto, deverão ser partilhados entre os divorciandos, os frutos advindos dos bens particulares de cada cônjuge, bem como os bens que em lugar de tais frutos

tenham se sub-rogado.

(E) supondo que seja fixada a guarda compartilhada, as crianças residirão, necessariamente, parte do tempo na residência do pai e parte do tempo na residência da mãe, não havendo necessidade, nesse caso, de fixação de verba alimentar a ser paga por qualquer dos pais.

RESPOSTA (A) Art. 1.584, § 2º, CC. (B) Art. 226, § 6º, CRFB. (C) Art. 1.124-A, CPC. (D) Art. 1.660, V, CC. (E) Art. 1.583, § 1º, CC. *Alternativa D.*

1891. **(Advogado – FMS – 2011 – NUCEPE)** Quanto ao regime de bens entre os cônjuges, é correto afirmar que:

(A) é inadmissível a alteração do regime de bens.

(B) é obrigatório o regime de separação de bens no casamento da pessoa maior de 60 (sessenta) anos.

(C) quando um dos cônjuges não puder exercer a administração dos seus bens, caberá ao outro alienar os imóveis do consorte, independentemente de autorização judicial.

(D) o pacto antenupcial pode ser feito por instrumento particular ou escritura pública, mas será ineficaz se não lhe seguir o casamento.

(E) são excluídos da comunhão universal os bens doados ou herdados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar.

RESPOSTA (A) Art. 1.639, § 2º, CC. (B) Art. 1.641, II, CC. (C) Art. 1.651, III, CC. (D) Art. 1.653, CC. (E) Art. 1.668, I, CC. *Alternativa E.*

1892. **(Advogado – CESP – 2009 – VUNESP)** Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime de

(A) comunhão universal.

(B) participação final nos aquestos.

(C) comunhão parcial.

(D) sociedade de fato.

(E) união estável.

RESPOSTA Art. 1.640, CC. *Alternativa C.*

1893. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** O Livro IV do Código Civil brasileiro, que trata do direito de família, separa em livros distintos o direito pessoal e o direito patrimonial, seguindo, na regulamentação do assunto, orientações diversas de acordo com a natureza do direito em questão. Assim, é CORRETO afirmar que, no atual sistema matrimonial brasileiro, a exigência de outorga uxória para alienação de bens é

(A) mecanismo de proteção à família que impõe restrição ao próprio casamento, em qualquer regime de bens.

(B) restrição decorrente do regime patrimonial do casamento e indispensável em todos os regimes de bens.

(C) restrição decorrente do regime patrimonial do casamento, imposta a determinados regimes de bens.

(D) restrição ao casamento, indispensável no regime legal de comunhão universal de bens.

RESPOSTA Art. 1.647, I, CC. *Alternativa C.*

1894. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Analise as seguintes afirmativas

concernentes ao regime de bens no casamento e assinale a alternativa INCORRETA.

(A) A alteração do regime de bens é admissível, mediante autorização judicial, em pedido motivado de pelo menos um dos cônjuges, ressalvados os direitos de terceiros.

(B) No regime da comunhão parcial de bens, não se comunicam os valores resultantes de créditos ou direitos nascidos de causas anteriores ao casamento, bem como os sub-rogados em seu lugar.

(C) O pacto antenupcial tem plena eficácia entre os cônjuges, independentemente de registro, mas somente terá eficácia *erga omnes* depois de registrado pelo oficial do Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges.

(D) Os cônjuges podem optar por um dos regimes de bens disciplinados no Código e combiná-los entre si, por meio de pacto antenupcial.

RESPOSTA (A) Art. 1.639, § 2º, CC. (B) Art. 1.659, I, CC. (C) Art. 1.653, CC. (D) Art. 1.639 c/c art. 1.653, ambos do CC. *Alternativa A.*

1895. (Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL) Analise as seguintes afirmativas concernentes à separação judicial e assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Na separação consensual, os cônjuges devem obrigatoriamente firmar acordo acerca da manutenção, subsistência e convivência dos filhos menores.

(B) O cônjuge declarado culpado na separação judicial não perde o direito aos alimentos, devendo o juiz fixar o valor da pensão com base no binômio possibilidade/necessidade.

(C) O juiz pode recusar a homologação e não decretar a separação judicial se apurar que a convenção não preserva suficientemente os interesses dos filhos ou de um dos cônjuges.

(D) O procedimento judicial da separação caberá somente aos cônjuges e, no caso de incapacidade, serão representados pelo curador, pelo ascendente ou pelo irmão.

RESPOSTA (A) Os cônjuges deverão estabelecer regras no que diz respeito à manutenção, subsistência e convivência com os filhos menores. (B) Art. 1.704, CC. (C) Art. 1.574, parágrafo único, CC. (D) Art. 1.576, parágrafo único, CC. *Alternativa B.*

1896. (Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP) Sobre o regime de bens no casamento, é correto afirmar que

(A) é obrigatório o regime da separação total da pessoa maior de cinquenta anos.

(B) no regime de comunhão parcial, são incomunicáveis os bens cuja aquisição tiver por título uma causa anterior ao casamento.

(C) no regime de comunhão parcial, as dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges na administração de seus bens particulares, e em benefício destes, obrigam os bens comuns.

(D) no regime de comunhão total, não são excluídos os bens doados ou herdados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar.

(E) no regime de comunhão parcial, não entram na comunhão as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.

RESPOSTA (A) Art. 1.641, II, CC. (B) Art. 1.661, CC. (C) Art. 1.677, CC. (D) Art. 1.668, I, CC. (E) Art. 1.660, IV, CC. *Alternativa B.*

Alimentos

1897. (Promotor – MP-RJ – 2011) A obrigação alimentar é um dos mais importantes temas do Direito de Família. O advento do Código Civil e de microssistemas legislativos ensejou grandes mudanças na normatização da matéria. Diante disso, é correto afirmar que:

(A) a obrigação alimentar avoenga fundamenta-se no poder familiar e necessita da presença do binômio possibilidade/necessidade. Para alguns autores, não se deve falar mais em binômio, e sim em trinômio, incluindo a proporcionalidade como novo requisito para a obrigação alimentar;

(B) segundo entendimento pacificado e sumulado do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, julgada procedente a ação de investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir da prolação da sentença;

(C) em conformidade com determinação expressa da Lei n. 11.804/08, os alimentos gravídicos serão fixados a partir da citação;

(D) a doutrina é uníssona, sob o prisma do Código Civil, em afirmar que o dever de prestar alimentos recíprocos entre pais e filhos não tem natureza solidária, porque é conjunto. Já o Estatuto do Idoso atribuiu natureza solidária à obrigação de prestar alimentos quando os credores forem idosos e, por força da sua natureza especial, o Estatuto prevalece sobre as disposições específicas do Código Civil;

(E) as parcelas fixadas e convencionadas da verba alimentar não prescrevem, sendo uma decorrência lógica da característica da imprescritibilidade do direito subjetivo relativo aos alimentos.

RESPOSTA Muito embora prevaleça o posicionamento doutrinário de que, sob o prisma do CC, o dever de prestar alimentos recíprocos entre pais e filhos não seja solidário, o Estatuto do Idoso, lei especial, que prevalece sobre a legislação geral, determina que a obrigação alimentar nele prevista é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores (art. 12, Lei n. 10.741/2003). *Alternativa D.*

1898. (Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE) Assinale a alternativa *incorreta.*

(A) A maioridade dos filhos não acarreta a exoneração automática da obrigação de prestar alimentos.

(B) Julgada procedente a investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir do ajuizamento da ação.

(C) Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção *juris tantum* de paternidade.

(D) O recurso de apelação interposto de sentença que condenar à prestação de alimentos será recebido apenas em seu efeito devolutivo.

(E) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

RESPOSTA (A) A maioridade, por si só, não é fator automático para cessar a prestação de alimentos. (B) Art. 1.616, CC. (C) Trata-se de presunção relativa. (D) Art. 520, II, CPC. (E) Art. 1.696, CC. *Alternativa B.*

1899. (Promotor – MP-G0 – 2010) Acerca dos alimentos, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

(A) Mesmo que os pais não tenham condições financeiras de prestar auxílio material aos filhos menores, os alimentos não poderão ser exigidos dos tios, pois a obrigação alimentar decorre de lei, que indica os parentes de forma taxativa, não abrangendo tios e sobrinhos.

(B) Embora os tios não possam ser obrigados a prestar alimentos a seus sobrinhos menores, por falta de previsão legal, caso o façam terão direito a repetição do indébito.

(C) Apesar de a lei indicar tios e sobrinhos, dentre os parentes que se podem exigir alimentos, a exigência somente pode incidir sobre aqueles, na falta dos demais.

(D) Após a separação dos pais, caso não tenham condições financeiras de prestar auxílio material aos filhos menores, os alimentos poderão ser exigidos dos tios.

RESPOSTA Esse é o entendimento do STJ. Nesse sentido, REsp 1.032.846/RS. *Alternativa A.*

1900. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** O Código Civil versa sobre o dever de prestar alimentos, estabelecendo que

(A) para a manutenção dos filhos, os cônjuges separados judicialmente deverão contribuir na proporção de seus recursos, ainda que a guarda de tais filhos seja atribuída unilateralmente a apenas um daqueles cônjuges.

(B) o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, mas não é extensivo aos ascendentes ou descendentes de segundo grau ou superior.

(C) se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, redução ou majoração do encargo, mas nunca a sua exoneração.

(D) podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, independentemente de a situação de necessidade alimentar ter resultado de culpa exclusiva do alimentando.

(E) com o casamento, a união estável ou o concubinato do devedor, cessa o seu dever de prestar alimentos.

RESPOSTA (A) Art. 1.703, CC. (B) Art. 1.696, CC. (C) Art. 1.699, CC. (D) Art. 1.694, CC. (E) Art. 1.708, CC. *Alternativa A.*

1901. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** A respeito dos alimentos no Código Civil em vigor, assinale a alternativa incorreta:

(A) O cônjuge declarado culpado na ação de separação judicial pode pedir alimentos ao outro.

(B) A obrigação de prestar alimentos pode ser transmitida aos herdeiros.

(C) É possível que a pessoa que necessite dos alimentos não venha a pedi-los, mas a renúncia ao direito a alimentos não é permitida.

(D) Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

(E) A pessoa obrigada a suprir alimentos poderá pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, deixando, assim, de prestar o necessário à sua educação, quando menor.

RESPOSTA (A) Art. 1.578, CC. (B) Art. 1.700, CC. (C) Art. 1.707, CC. (D) Art. 1.694, § 1º, CC. (E) Art. 1.701, CC. *Alternativa E.*

1902. **(Procurador – CMSP – 2007 – VUNESP)** Considerando a obrigação de pagar alimentos, decorrente da condenação em ação de reparação de danos, é correto afirmar que

(A) sendo possível a constituição de capital para assegurar o cumprimento da obrigação, poderá ser determinada a caução fidejussória.

(B) os alimentos fixados poderão ser revistos, desde que exista uma mudança nas condições econômicas das partes.

(C) a condenação da prestação de alimentos deve ser fixada para pagamento mensal, podendo ser determinado que o valor seja fixo e pago em uma única vez.

(D) a constituição de capital por títulos da dívida pública não é possível, uma vez que não podem ser gravados de ônus legais.

(E) não se admite a substituição da caução por desconto em folha de pagamento, ainda que notória a solvência do devedor.

RESPOSTA (A) Súmula 313, STJ. (B) Art. 1.699, CC. (C) Não há que se falar em pagamento feito de uma só vez. (D) Art. 475-Q, CPC. (E) Art. 475-Q, § 2º, CPC (REsp 416.846/SP). *Alternativa B.*

Bem de Família

1903. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** A impenhorabilidade do bem de família é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciário, trabalhista ou de qualquer outra natureza, salvo se movido:

(A) pelo portador de título de crédito;
(B) para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função de qualquer imóvel pertencente à família;
(C) em razão de crédito de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias;
(D) por obrigação decorrente de fiança bancária;
(E) em razão de crédito decorrente de ação trabalhista movida por empregados em geral.

RESPOSTA (A) Art. 3º, II, Lei n. 8.009/90. (B) Art. 3º, IV, Lei n. 8.009/90. (C) Art. 3º, I, Lei n. 8.009/90. (D) Art. 3º, VII, Lei n. 8.009/90. (E) Art. 3º, I, Lei n. 8.009/90. *Alternativa C.*

1904. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Em relação ao bem de família, considere as assertivas a seguir e assinale a RESPOSTA correta:

I. O terceiro também poderá instituir bem de família, devendo fazê-lo por testamento ou doação, sendo que a eficácia do ato dependerá da aceitação dos cônjuges ou da entidade familiar beneficiados;
II. O bem de família visa à proteção desta, e é isento de execução por dívidas de qualquer natureza posteriores à sua instituição, inclusive aquelas oriundas de despesas de condomínio. A isenção durará enquanto viver um dos cônjuges ou, na falta destes, até que os filhos completem a maioridade;
III. O bem de família não pode abranger bens móveis, e consistirá sempre em prédio residencial urbano ou rural, destinado ao domicílio familiar.
IV. A mera dissolução da sociedade conjugal não extingue o bem de família.

(A) todas as assertivas estão corretas;
(B) apenas as assertivas I e IV estão corretas;
(C) apenas as assertivas III e IV estão corretas;
(D) apenas as assertivas I, II e III estão corretas;
(E) apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 1.711, parágrafo único, CC. (II) Errada. Art. 3º, IV, Lei n. 8.009/90. (III) Errada. Art. 1.712, CC. (IV) Correta. Art. 1.721, CC. *Alternativa B.*

União Estável e Concubinato

1905. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Assinale a afirmativa CORRETA:

(A) O concubinato, assim como a união estável, pode ser convertido em casamento.
(B) A ação de reconhecimento e dissolução do concubinato é de competência das Varas Cíveis.
(C) Pessoas casadas, mas separadas de fato, não podem constituir união estável.
(D) Todos os meios de prova moralmente lícitos são hábeis à prova da união estável.

(E) A separação judicial consensual pode ocorrer em qualquer momento do casamento.

RESPOSTA (A) Art. 1.726, CC. (B) Trata-se de competência da vara de família. (C) Art. 1.723, § 1º, CC. (D) Admite-se o uso de todos os meios de prova lícitos para a comprovação da união estável. (E) O procedimento para separação consensual está previsto no CPC a partir do art. 1.120, CPC. *Alternativa D.*

1906. **(Procurador – PGE-MG – 2006)** José e Maria moram juntos há 07 anos, em uma convivência estável como se casados fossem. José é separado de fato de Carla, sendo que desta união nasceu Pedro Henrique. José e Maria, durante a união, adquiriram uma casa no valor de R$ 100.000 (cem mil reais), um automóvel no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Ambos contribuíram financeiramente para a aquisição dos bens, porém decidiram romper o convívio afetivo. Assinale a alternativa que corresponde ao caso apresentado.

(A) Houve união estável entre o casal José e Maria, e com esta caracterização aplica-se às relações patrimoniais, em regra, o regime de comunhão parcial de bens.

(B) Na medida que José era separado de fato de Carla, a relação descrita acima com Maria trata-se de concubinato e não união estável.

(C) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, o regime da separação de bens.

(D) Por José ser separado de fato de Carla não impede a existência de união estável com Maria, porém os bens não serão divididos entre ambos porque na dissolução de união estável não cabe partilha de bens.

RESPOSTA Art. 1.725, CC. *Alternativa A.*

Tutela e Curatela

1907. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Sobre curatela, é correto afirmar:

(A) É um encargo público, precedido de interdição, oriundo de provimento voluntário, conferido a alguém para reger e defender a pessoa e administrar os bens de pessoas maiores e incapazes que, por si sós, não estão em condições de fazê-lo, em razão de enfermidade ou deficiência mental.

(B) É um encargo público, de caráter assistencial, oriundo de provimento voluntário, com o escopo de substituir o poder familiar.

(C) É um encargo público conferido a um indivíduo para dirigir a pessoa e os bens de maiores incapazes, alcançando também outros casos, por sua natureza e efeitos específicos, podendo envolver pessoas capazes, menores e nascituros.

(D) É um instituto, de caráter assistencial, de provimento voluntário, tendo como pressuposto fático a incapacidade.

RESPOSTA Arts. 1.779 e 1.780, ambos do CC. *Alternativa C.*

1908. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Acerca da tutela e da curatela, assinale a alternativa correta:

(A) caso ocorram danos ao patrimônio do tutelado causados por tutor do qual não se exigiu garantia legal, haverá responsabilidade civil direta e imediata do juiz que se omitiu na exigência da garantia.

(B) a responsabilidade do tutor pelos danos causados ao tutelado é, em regra, objetiva.

(C) o Ministério Público somente terá legitimidade para propor a interdição de alguém em hipótese de doença mental grave.

(D) nos casos em que a interdição for promovida pelo Ministério Público, o juiz nomeará defensor ao

suposto incapaz; nos demais casos o Ministério Público será o defensor.

(E) a legitimidade de um cônjuge para o exercício da curatela do outro depende do regime de bens instituído entre eles.

RESPOSTA (A) e (B) Art. 1.752, CC. (C) Art. 1.769, CC. (D) Art. 1.770, CC. (E) Art. 1.775, CC. *Alternativa D.*

1909. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** A Promotoria de Justiça da Comarca de Paracambi instaura procedimento administrativo para verificar a situação do paciente Márcio Almeida, de 57 anos, que se encontra internado no Hospital Psiquiátrico desde 2004. A equipe técnica do Ministério Público, composta por psiquiatra, psicólogo e assistente social, confirma a existência de doença mental grave, elaborando laudo técnico que retira por completo do paciente o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil. Mesmo com a realização de diversas diligências no procedimento instaurado, não foi possível encontrar nenhum familiar do paciente, apesar de estarem eles devidamente identificados desde 2010. Diante desse quadro, a conduta adequada do membro do Ministério Público seria propor uma ação de:

(A) interdição do paciente, com pedido de nomeação de um tutor provisório, com fundamento no fato de o tutelado ser absolutamente incapaz. Nesse caso, o *Parquet* possui legitimidade para demandar em razão da omissão dos parentes, conforme o laudo da equipe técnica do Ministério Público;

(B) interdição em razão da situação de risco vivida pelo paciente, requerendo a nomeação de um dos parentes como seu tutor, em conformidade com o Estatuto do Idoso;

(C) alimentos, com fundamento no Estatuto do Idoso, em face dos parentes do paciente, em razão da solidariedade de todos eles na obrigação alimentar;

(D) responsabilidade civil em face dos parentes omissos do paciente, em razão da falta de cuidados e da não propositura da ação de interdição pelos legitimados;

(E) interdição do paciente, com requerimento de nomeação de um curador provisório. A incapacidade absoluta comprovada e a impossibilidade de gerir os atos da vida civil fundamentam o pleito.

RESPOSTA Art. 1.767, I, c/c art. 1.780, ambos do CC. *Alternativa E.*

VII. Direito das Sucessões

Sucessões em Geral

1910. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** O direito brasileiro disciplina as questões sucessórias, estabelecendo possibilidades de transações e garantias aos herdeiros. Assim, é correto afirmar que pode o herdeiro

(A) demandar o reconhecimento de seu direito sucessório, para obter a restituição da herança, ou parte dela, contra quem, na qualidade de herdeiro, ou mesmo sem título, a possua.

(B) ceder parte da herança e como cedente responde pela quantidade da herança transmitida e não pela sua qualidade de herdeiro, independentemente de disposição expressa sobre isso.

(C) reclamar seu direito sucessório e a ele não se transmitem obrigações em razão da sucessão, o que impede que lhe seja transmitida a obrigação alimentar do devedor/ autor da herança.

(D) obter a restituição da herança e ceder parte dela. Como cedente, responde pela perda da coisa na cessão gratuita, independentemente de disposição expressa sobre isso.

(E) obter a restituição da herança, não havendo possibilidade de ceder parte dela.

RESPOSTA (A) Art. 1.824, CC. (B) Art. 1.793, CC. (C) Art. 1.700, CC. (D) Art. 1.824, CC. (E) Art. 1.793, CC. *Alternativa A.*

1911. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** A cessão de herança é negócio jurídico aleatório; por essa razão, nela o cedente responde

(A) por sua qualidade de herdeiro e a quantidade da herança transmitida, independentemente de disposição expressa sobre isso.
(B) pela evicção, tendo em vista que se obriga pela quantidade de bens, independentemente de disposição expressa sobre isso.
(C) perante os credores do espólio, se a cessão se deu sem a ciência destes, tendo em vista disposição de lei.
(D) pela perda da coisa na cessão gratuita, independentemente de disposição expressa sobre isso.
(E) pela quantidade de bens na cessão onerosa, independentemente de disposição expressa sobre isso.

RESPOSTA Art. 1.793, CC. A cessão da herança é negócio jurídico aleatório, motivo pelo qual assume determinados riscos e por eles responderá, por exemplo, perante os credores do espólio. *Alternativa C.*

1912. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Em relação à sucessão, é correto dizer:

(A) A abertura da sucessão ocorre no momento da morte do autor da herança, assim como a abertura do inventário.
(B) Os herdeiros não têm, automaticamente, a propriedade e o direito à posse dos bens a partir do falecimento, já que dependem de ato processual específico.
(C) Mesmo havendo herdeiros necessários, o testador poderá dispor da totalidade da herança.
(D) Quanto aos sucessores do indigno, pode-se afirmar que, assim como os do renunciante, sucedem por direito próprio e partilham por cabeça.
(E) A partir do Código Civil de 2002, o cônjuge saiu da condição de herdeiro que poderia ser afastado por disposição testamentária, para ser elevado à categoria de herdeiro necessário.

RESPOSTA (A) Art. 1.784, CC (princípio da *saisine*). A abertura do inventário não se dá de forma automática (art. 1.796, CC). (B) Art. 1.784, CC. (C) Art. 1.789, CC. (D) Art. 1.811, CC. (E) Art. 1.845, CC. *Alternativa E.*

1913. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Analise as seguintes afirmativas concernentes ao Direito de Sucessão e assinale a alternativa CORRETA.

(A) A renúncia e a aceitação da herança devem constar expressamente de instrumento público ou termo judicial.
(B) Falecendo o herdeiro antes de declarar se aceita a herança, o poder de aceitar passa aos herdeiros, a menos que se trate de vocação adstrita a uma condição suspensiva, ainda não verificada.
(C) Ninguém pode suceder representando herdeiro renunciante. Se, porém, ele for o único legítimo da sua classe ou se todos os outros da mesma classe renunciarem à herança, poderão os filhos vir à sucessão por representação.
(D) Os atos de aceitação e renúncia são revogáveis até a homologação da partilha.

RESPOSTA (A) Art. 1.806, CC. (B) Art. 1.809, CC. (C) Art. 1.811, CC. (D) Art. 1.812, CC. *Alternativa B.*

Sucessão Legítima

1914. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Considerando as disposições positivadas no Código Civil, é correto afirmar sobre a sucessão dos ascendentes:

(A) Na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, participação

final nos aquestos, ou da separação obrigatória de bens se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança houver deixado bens particulares.

(B) Na falta de descendentes, são chamados a suceder os ascendentes em concorrência com o cônjuge ou companheiro sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão parcial de bens, ou da separação obrigatória, desde que haja bens particulares.

(C) Havendo igualdade em grau e diversidade em linha, os ascendentes da linha paterna herdam a metade, cabendo a outra aos da linha materna.

(D) Concorrendo com ascendente em primeiro grau, ao cônjuge tocará a metade da herança; caber-lhe-á um quarto desta se houver um só ascendente ou se maior for aquele grau.

RESPOSTA (A) e (B) Art. 1.829, I e II, CC. (C) Art. 1.836, § 2º, CC. (D) Art. 1.832, CC. *Alternativa C.*

1915. **(Assessor – DPE-PR – 2012 – PUCPR)** Acerca das normas delineadas no direito sucessório brasileiro, avaliando as assertivas abaixo, identifique e assinale a alternativa CORRETA:

I. A companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, sendo que, não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança.

II. Em qualquer hipótese, havendo ou não herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da metade da herança.

III. O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o coerdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública.

IV. A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do inventariante.

V. O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em quatro anos, contados da abertura da sucessão, em se tratando de prazo decadencial.

(A) Apenas as assertivas I, IV e V são verdadeiras.

(B) Apenas as assertivas II, III e V são verdadeiras.

(C) Apenas as assertivas I, III e V são verdadeiras.

(D) Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.

(E) Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 1.790, CC. (II) Errada. Art. 1.789, CC. (III) Correta. Art. 1.793, CC. (IV) Errada. Art. 1.785, CC. (V) Correta. Art. 1.815, parágrafo único, CC. *Alternativa C.*

1916. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Antônio foi casado com Cecília por 10 anos, sendo que do casamento adveio o nascimento de três filhos, Daniel, Elisa e Fabio. Cecília faleceu no último dia 30 de novembro de 2009. Sem ter feito o inventário dos bens da sua falecida esposa e, por conseguinte, sem ter dado partilha aos herdeiros desta, Antônio se casou com Bruna no 1º de janeiro de 2010, subordinando-se ao regime de bens daí decorrente. No dia 10 de outubro de 2010, nasce Helena, filha de Antônio com Bruna. No dia de hoje, Antônio vem a falecer. Diante dos fatos narrados, assinale a alternativa correta:

(A) a herança de Antônio será dividida, em partes iguais, apenas entre os seus quatro filhos.

(B) a quarta parte da herança de Antônio caberá a Bruna, sendo que os outros três quartos serão divididos igualmente entre os quatro filhos de Antônio.

(C) a herança de Antônio será dividida, em cinco partes iguais, ou seja, entre os seus quatro filhos e a viúva.

(D) metade da herança de Antônio caberá a Helena, e a outra metade será dividida entre os três filhos

advindos do primeiro casamento.

(E) Bruna terá direito à meação dos bens deixados por Antônio, cabendo aos quatro filhos a divisão do remanescente em partes iguais.

RESPOSTA Art. 1.523, I, c/c art. 1.641, I, c/c art. 1.829, I, todos do CC. *Alternativa A.*

1917. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** O Código Civil de 2002 trouxe para o ordenamento jurídico pátrio profundas modificações no direito sucessório decorrente do casamento e da união estável. O novo diploma legal, editado após a Constituição Federal de 1988, preconiza que o cônjuge sobrevivente:

(A) possui os mesmos direitos sucessórios que o companheiro sobrevivente, em razão da isonomia constitucional entre o casamento e a união estável. O novo código estipulou a mesma ordem de vocação hereditária para o companheiro e o cônjuge sobrevivente;

(B) concorrerá com todos os demais herdeiros, que são os descendentes, ascendentes e colaterais, aplicando-se os princípios da sucessão legítima e a forma de participação preconizada nos artigos 1829 e seguintes do citado diploma legal;

(C) não concorrerá com os ascendentes, caso o seu casamento tenha sido celebrado pelo regime da comunhão universal de bens; entretanto, será assegurado a ele o direito real de habitação previsto no artigo 1831 do Código Civil;

(D) concorrerá com os descendentes existentes, na hipótese de ser casado com o falecido pelo regime da separação convencional de bens, na forma do artigo 1829, inciso I, do Novo Código Civil, e também terá assegurado o direito real de habitação previsto no artigo 1831 do mesmo diploma;

(E) participará no regime da separação obrigatória de bens da sucessão do outro somente quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência do casamento.

RESPOSTA Art. 1.829, I, c/c art. 1.831, ambos do CC. *Alternativa D.*

1918. **(Advogado – BNB – 2010 – ACEP)** Cláudio era casado no regime da comunhão parcial de bens com Helenice, desde março de 2003, e tinha, ao falecer em dezembro de 2009, dois filhos com esta, nascidos em 2004 e 2006. No momento da abertura da sucessão, observou-se que o falecido possuía três apartamentos de igual valor, sendo dois deles adquiridos antes da constância do casamento e o outro adquirido por sucessão de seu pai na constância do matrimônio. Em conformidade com o Código Civil de 2002 e com os fatos apresentados no quesito, é correto afirmar:

(A) a cônjuge virago nada sucederá em concorrência com os descendentes.

(B) a cônjuge virago terá direito a 1/3 do acervo hereditário.

(C) a cônjuge virago terá direito a 1/3 do apartamento obtido durante a constância do casamento.

(D) os filhos terão direito a 1/2 do acervo hereditário.

(E) os filhos terão direito a 2/3 do acervo hereditário.

RESPOSTA Art. 1.659, I, CC. *Alternativa A.*

1919. **(Promotor – MP-BA – 2010)** Antônio faleceu em 10 de maio de 2008, *ab intestato*. Consta que o “de cujus” era casado pelo regime da comunhão parcial de bens, com Bruna, não deixando bens particulares, e ainda, que em razão do enlace matrimonial teve 4 (quatro) filhos: Carlos, Daniel, Elda e Fátima. Ademais, consta que Carlos faleceu em 05 de agosto de 2007, e deixou 3 (três) filhos: George, Hugo e Igor. Consta que Daniel renunciou à herança do seu genitor, sob condição resolutiva, bem assim que teve 2 (dois) filhos: Jaime e Luiz. Outrossim, consta que Elda

cedeu, a título de liberalidade, o seu quinhão hereditário a terceiro, estranho à sucessão, por instrumento público, contudo sem cientificar previamente os demais herdeiros. Por derradeiro, consta que Fátima foi excluída da sucessão por indignidade, entretanto, teve 2 (dois) filhos, a saber: Márcia e Nilson. Assinale a alternativa correta:

(A) Bruna terá direito a 50% (cinquenta por cento) da herança de Antônio.
(B) Os filhos de Daniel irão representar o pai renunciante.
(C) Os filhos de Fátima irão representar a mãe, na herança do falecido avô.
(D) A cessão da herança mencionada é ineficaz frente aos demais herdeiros.
(E) Os Filhos de Carlos receberão, em conjunto, 50% (cinquenta por cento) da herança do "de cujus".

RESPOSTA Art. 1.851, CC. *Alternativa C.*

1920. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Moisés e Luana contraíram matrimônio em 2004, com a inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento. Em 2007, Moisés faleceu deixando a esposa e, como parentes vivos, seus pais, que renunciaram à herança, seus dois avós maternos e o seu avô paterno. Assinale a alternativa que indica de forma CORRETA como deverá ser distribuída a herança deixada por Moisés.

(A) 1/3 para o avô materno; 1/3 para a avó materna; 1/3 para o avô paterno.
(B) 1/4 para Luana, por concorrência; 1/4 para o avô materno; 1/4 para a avó materna e 1/4 para o avô paterno.
(C) 50% para Luana, como meeira; 25% para os avós maternos e 25% para o avô paterno.
(D) 50% para Luana, por concorrência; 25% para os avós maternos e 25% para o avô paterno.

RESPOSTA Art. 1.829, I e II, c/c art. 1.836, § 2º, ambos do CC. *Alternativa D.*

Sucessão Testamentária

1921. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** A revogação do testamento

(A) não produzirá seus efeitos, ainda quando o testamento, que a encerra, vier a caducar por exclusão, incapacidade ou renúncia do herdeiro nele nomeado, assim como, se o testamento revogatório for anulado por omissão ou infração de solenidades essenciais ou por vícios intrínsecos.
(B) não produzirá seus efeitos, ainda quando o testamento, que a encerra, vier a caducar por exclusão, incapacidade ou renúncia do herdeiro nele nomeado; valendo, todavia, se o testamento revogatório for anulado por omissão ou infração de solenidades essenciais ou por vícios intrínsecos.
(C) produzirá seus efeitos, ainda quando o testamento, que a encerra, vier a caducar por exclusão, incapacidade ou renúncia do herdeiro nele nomeado; não valerá, se o testamento revogatório for anulado por omissão ou infração de solenidades essenciais ou por vícios intrínsecos.
(D) produzirá seus efeitos, ainda quando o testamento, que a encerra, vier a caducar por exclusão, incapacidade ou renúncia do herdeiro nele nomeado ou quando o testamento revogatório for anulado por omissão ou infração de solenidades essenciais ou por vícios intrínsecos.

RESPOSTA Art. 1.971, CC. *Alternativa C.*

1922. **(Promotor – MPDFT – 2011)** "X", casada com "Y" sob o regime da comunhão parcial de bens, faleceu em 2010, deixando quatro filhos (sendo um menor de idade), frutos de relacionamento anterior ao casamento. O patrimônio de "X" consiste em bens comuns amealhados durante a união conjugal e bens particulares adquiridos antes do casamento. A partir dos dados acima

apresentados, marque a única alternativa correta:

(A) Na partilha de bens, “Y” terá direito à metade dos bens comuns e a 25% dos bens particulares de “X”, em razão da reserva da quarta parte conferida ao cônjuge supérstite quando em concorrência com os demais herdeiros.

(B) Os depósitos derivados de FGTS, em nome de “X”, deverão ser objeto de inventário ou arrolamento de acordo com as regras sucessórias, sendo o valor pertencente ao menor mantido em caderneta de poupança até o alcance da maioridade civil.

(C) “Y” terá assegurado, por disposição legal, o usufruto do imóvel destinado à residência da família, enquanto perdurar a viuvez.

(D) Na hipótese de “X” ter deixado testamento, para a imposição de cláusula de inalienabilidade sobre os bens da legítima dos filhos, é necessário haver justa causa.

(E) Com relação aos bens comuns, “Y” terá direito, além de sua meação, à metade do que couber a cada um dos filhos de “X” em virtude do direito de concorrência.

RESPOSTA (A) Art. 1.659, I, CC. (B) Art. 1º, § 1º, Lei n. 6.858/80. (C) Art. 1.831, CC. (D) Art. 1.848, CC. (E) Art. 1.829, CC. *Alternativa D.*

1923. (Promotor – MP-BA – 2010) Bernardo, em 12 de maio de 2008, mediante testamento particular, reconheceu a paternidade de Cecília, bem assim dispôs da metade de seu patrimônio. Consta que o referido testamento foi celebrado em circunstâncias excepcionais, devidamente declaradas na cédula, contudo, sem testemunhas. Assinale a alternativa correta.

(A) O testamento é anulável.

(B) O testamento é inexistente.

(C) O testamento é ineficaz.

(D) O testamento somente será válido no que concerne à disposição do patrimônio.

(E) O testamento poderá ser confirmado, a critério do Juiz.

RESPOSTA Art. 1.878, parágrafo único, CC. *Alternativa E.*

1924. (Promotor – MP-BA – 2010) Segundo a doutrina, o testamento consiste em negócio jurídico; solene, de eficácia *mortis causa*, personalíssimo, unilateral e revogável. Portanto, em relação ao testamento, é correto afirmar:

(A) É anulável, quando celebrado pelo menor entre 16 e 18 anos.

(B) É inválido, quando celebrado pelo pródigo.

(C) Será válido, ainda que contenha exclusivamente disposições de caráter não patrimonial.

(D) Será anulável, quando contiver os defeitos de erro, dolo ou coação, no prazo de 4 (quatro) anos, a partir da data da abertura da sucessão.

(E) O testamento público posterior, inexoravelmente, revoga o testamento particular anterior.

RESPOSTA Art. 1.857, § 2º, CC. *Alternativa C.*

1925. (Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP) Na sucessão testamentária,

(A) o testamento é definitivo, não podendo ser alterado, ainda que pelo que testou.

(B) extingue-se em 2 anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data do seu registro.

(C) a incapacidade superveniente do testador invalida o testamento.

(D) podem testar os maiores de 16 anos.

(E) é permitido o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo.

RESPOSTA (A) Art. 1.858, CC. (B) Art. 1.859, CC. (C) Art. 1.861, CC. (D) Art. 1.860, parágrafo único, CC. (E) Art. 1.863, CC. *Alternativa D.*

VIII. Direito Registral

1926. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** O sistema notarial brasileiro confere publicidade aos atos, oferecendo garantias ao cidadão. O registro público regido pela lei n. 6.015/73,

(A) gera presunção relativa (*juris et de jure*) da existência da propriedade sobre o imóvel, que não admite prova em contrário.

(B) norteia-se por princípios próprios, dentre os quais o da intermitência, da generalidade e da novidade, conferindo segurança pública aos atos.

(C) gera presunção relativa (*juris tantum*) da existência da propriedade sobre o imóvel, que prevalecerá até prova em contrário.

(D) é especial, por ser facultativo e excepcional, regendo-se por princípios próprios, podendo ser requerido exclusivamente para imóveis rurais.

(E) vincula-se a finalidades específicas, como garantir autenticidade, segurança e eficácia dos assentos de atos jurídicos, excluindo-se deles os títulos e documentos.

RESPOSTA A única forma de registro que goza de presunção absoluta é o Registro Torrens (art. 277, Lei n. 6.015/73). Nesse sentido, Enunciado 503, V Jornada de Direito Civil, CJF. *Alternativa C.*

IX. Temas Mistos

1927. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) no que diz respeito à cláusula penal, a penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio;

(B) nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato;

(C) é anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido, dispensando-se o consentimento do cônjuge se o regime de bens for o da separação obrigatória;

(D) nos termos da lei civil, a doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada exclusivamente pelo outro cônjuge, até 2 (dois) anos, depois de dissolvida a sociedade conjugal;

(E) no que se refere ao contrato de depósito, este será gratuito, exceto se houver convenção em contrário, se resultante de atividade negocial ou se o depositário o praticar por profissão. Se oneroso e a retribuição do depositário não constar de lei, nem resultar de ajuste, será determinada pelos usos do lugar, e, na falta destes, por arbitramento.

RESPOSTA (A) Art. 413, CC. (B) Art. 478, CC. (C) Art. 496, CC. (D) Art. 550, CC. (E) Art. 628, parágrafo único, CC. *Alternativa D.*

1928. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. O objeto do *pactum in contrahendo* (contrato preliminar) é celebração do contrato definitivo.

II. Podemos afirmar que os efeitos dos contratos aleatórios estão vinculados a uma condição.
III. A validade da estipulação em favor de terceiro não depende da vontade do terceiro beneficiário.
IV. No caso da estipulação em favor de terceiro, a faculdade de revogar o benefício é pessoal, não passando aos herdeiros do estipulante, no caso do seu falecimento.
V. Na promessa de fato de terceiro, a assunção (anuência) da obrigação pelo terceiro libera o promitente.
(A) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
(C) Apenas as assertivas I e V estão incorretas.
(D) Todas as assertivas estão corretas.
(E) Apenas a assertiva II está incorreta.

RESPOSTA (I) Art. 463, CC. (II) Ao menos uma das partes assumirá um risco nos contratos aleatórios, seja quanto à existência de um bem futuro ou em relação ao perecimento de um objeto (arts. 458 a 461, CC). (III) O regramento da estipulação em favor de terceiro prescinde da vontade deste, firmando-se o ato entre o estipulante e o promitente (arts. 436 a 438, CC). (IV) De acordo com o art. 438 e seu parágrafo único, visto que cabe apenas ao estipulante, em vida ou por testamento, revogar o benefício atribuído ao terceiro. (V) Art. 440, CC. *Alternativa D.*

1929. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. O oblato sempre está obrigado aos termos da proposta que faz.
II. A modalidade de contrato aleatório denominada *quanti minoris* ocorre quando a álea versar sobre quantidade maior ou menor da coisa esperada, sendo devido o preço ao alienante, desde que este não tenha culpa, bastando que a coisa venha a existir em qualquer quantidade.
III. O princípio da função social da relação contratual importa em compreender as obrigações advindas do contrato em conjunto com o meio social, tomadas essas obrigações sempre de forma relativa e não absoluta entre as partes.
IV. A entrega objetiva de coisa diversa da contratada não constitui vício redibitório, mas sim dolo.
V. As arras penitenciais excluem a indenização suplementar.
(A) Todas as assertivas estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
(C) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
(D) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
(E) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.

RESPOSTA (I) A proposta de contratar obriga o proponente, não o oblato (art. 427, CC). (II) A modalidade de contrato aleatório em que se assume o risco sobre a quantidade é denominada *emptio rei speratae*, e não *quanti minoris*. (III) A função social do contrato (art. 421, CC) implica inserir a negociação sob o prisma da utilidade social, e não apenas dos interesses das partes. (IV) A entrega de coisa diversa da prometida não caracteriza dolo, mas mero inadimplemento da obrigação (art. 313 do CC). (V) As arras penitenciais, previstas pelo art. 420, CC, para o caso de arrependimento, excluem indenização suplementar. *Alternativa C.*

1930. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Analise as alternativas abaixo:

(1) A composse é um pressuposto para o condomínio.
(2) Na teoria de Savigny, o inquilino é possuidor.
(3) Os Direitos Reais, ao contrário dos Direitos Pessoais, não prescrevem.
(4) Pela cláusula *constituti*, o credor fica proibido de apoderar-se da coisa dada em garantia real caso não seja paga a dívida.

Está(ao) CORRETA(S):

(A) apenas a alternativa 1.

(B) apenas a alternativa 2.

(C) apenas a alternativa 3.

(D) apenas a alternativa 4.

(E) todas as alternativas.

RESPOSTA (1) A composse pressupõe a *posse* por dois ou mais indivíduos sobre coisa indivisa e o condomínio exige *propriedade* conjunta (arts. 1.199 e 1.314, CC). (2) A teoria de Savigny exige do possuidor ânimo de ser dono da coisa, inexistente no inquilino. (3) Os direitos reais não ficam sujeitos a prazos prescricionais, ao contrário dos direitos obrigacionais (arts. 205 e 206, CC). (4) O constituto possessório é forma de tradição (art. 1.267, CC) e a proibição para o credor apoderar-se da coisa decorre da lei (art. 1.428, CC). *Alternativa C*.

1931. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) o termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito;

(B) são nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial;

(C) se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação; se por culpa dele, responderá por perdas e danos;

(D) se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 131, CC. (B) Art. 138, CC. (C) Art. 248, CC. (D) Art. 480, CC. *Alternativa C.*

1932. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. São pessoas jurídicas de direito privado: (I) as associações; (II) as sociedades; (III) as fundações. Não é necessária a existência de patrimônio nas associações e sociedades, mas as fundações têm de ter. Assim, as fundações devem ser criadas por escritura pública ou testamento, com dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destinam, e com declaração, se houver vontade, da maneira de administrá-las. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, culturais ou de assistência.

II. Na dicção legal, as associações e sociedades podem ou não ter fins econômicos e a responsabilidade extracontratual por atos de seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros implica responsabilidade civil das associações e sociedades, ressalvado o direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

III. A desconsideração da pessoa jurídica ocorre em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizada pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial. Nestes casos, o juiz pode decidir, a requerimento da parte ou do Ministério Público, quando couber a este último intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

IV. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

V. O fato jurídico pode ser sempre provado mediante: confissão, documento, testemunha, presunção e

perícia. A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se emanar de erro ou coação. No que tange aos traslados e certidões, considerar-se-ão instrumentos públicos, se os originais se houverem produzido em juízo como prova de algum fato.

(A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
(B) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
(C) Somente as afirmativas IV e V estão corretas.
(D) Somente as afirmativas III e V estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Errada. Art. 44, CC. (II) Errada. Art. 53, CC. (III) e (IV) Corretas. Art. 50, CC. (V) Errada. Art. 212 c/c art. 217, CC. *Alternativa B.*

1933. (Procurador – MPT – 2012) Marque a alternativa CORRETA:

(A) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis e, caso a pessoa venha a óbito, mesmo assim tem legitimidade para exigir que cesse a ameaça ou a lesão a direito à personalidade, além de reclamar perdas e danos, o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau.
(B) O Ministério Público deve atuar nos casos de desconsideração da pessoa jurídica, nos quais ocorre o abuso da personalidade jurídica, configurado pelo desvio de finalidade, ou confusão patrimonial, constituindo-se modalidade de intervenção obrigatória.
(C) Nos termos do Código Civil, é nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for, na substância e na forma.
(D) A anulabilidade não opera de pleno direito; logo, não tem efeito antes de julgada por sentença, nem pode ser pronunciada de ofício, somente tendo legitimidade para sua arguição os interessados, aproveitando exclusivamente aos que a alegarem, não podendo ser estendida em casos de solidariedade ou indivisibilidade.
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 11 c/c art. 12, parágrafo único, CC. (B) Art. 50, CC. (C) Art. 167, CC. (D) Art. 177, CC. *Alternativa C.*

1934. (Analista – DPE-TO – 2012 – UFT) Sobre Direito de Família, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Subsiste o casamento celebrado por aquele que, sem possuir a competência exigida na lei, exercer publicamente as funções de juiz de casamentos e, nessa qualidade, tiver registrado o ato no Registro Civil.
(B) Para realização do divórcio extrajudicial, devem ser obedecidas as regras de competência do Código de Processo Civil.
(C) Na audiência de conciliação, o juiz informará ao pai e à mãe o significado da guarda compartilhada, a sua importância, a similitude de deveres e direitos atribuídos aos genitores e as sanções pelo descumprimento de suas cláusulas.
(D) O pai e a mãe, no exercício do poder familiar, têm direito aos frutos advindos dos bens de propriedade dos filhos.

RESPOSTA (A) Art. 1.554, CC. (B) Art. 1.124-A, CPC. (C) Art. 1.584, § 1º, CC. (D) Art. 1.689, CC. *Alternativa B.*

1935. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Em relação ao direito das obrigações, marque a opção correta.

(A) Se a coisa restituível se deteriorar sem culpa do devedor, recebê-la-á o credor, tal qual se ache, sem direito a indenização; se por culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação pelo pagamento do valor equivalente.

(B) Se um dos credores remitir a dívida, a obrigação não ficará extinta para com os outros; mas estes só a poderão exigir, descontada a quota do credor remitente, critério esse que se observará apenas nos casos de transação e compensação.

(C) Se um dos credores solidários falecer, deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, ainda que se trate de obrigação indivisível.

(D) O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente. Salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor.

(E) O terceiro não interessado, que pagar a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor, salvo se o pagamento ocorreu antes do vencimento e sem o conhecimento do devedor.

RESPOSTA (A) Art. 240, CC. (B) Art. 262, CC. (C) Art. 270, CC. (D) Art. 294, CC. (E) Art. 305, CC. *Alternativa D.*

1936. **(Procurador – MPF – 2012)** Em relação às afirmativas abaixo:

I. A *autocontratação*, no atual Código Civil, é nula e não produz efeitos jurídicos.

II. Os atos ou negócios puros são exceção no ordenamento pátrio porque não comportam condição.

III. O impedimento e a suspensão da prescrição, embora não sejam conceitos sinônimos, estão previstos nos mesmos artigos do Código Civil.

IV. O temor reverencial, que exclui a coação, é o receio de desgostar pessoas a quem se deve respeito hierárquico.

Das proposições acima:

(A) I e II estão corretas;

(B) II e III estão corretas;

(C) III e IV estão corretas;

(D) I e IV estão corretas.

RESPOSTA (I) De acordo com o art. 117, CC, é anulável. (II) Os chamados atos ou negócios puros não admitem condição. (III) Arts. 197 e ss. (IV) Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial (art. 153, CC). *Alternativa B.*

1937. **(Procurador – MPF – 2012)** É correto afirmar que:

(A) As obrigações naturais se distinguem das obrigações civis pelo fato de que são inspiradas na moral, embora detenham juridicidade.

(B) A assunção de dívida tem como peculiaridade o fato de que as garantias ditas especiais jamais subsistirão com a substituição do devedor.

(C) A *expromissão*, modalidade de novação subjetiva passiva, é forma de exclusão do devedor originário.

(D) A cláusula penal, no Código Civil de 2002, pode ser reduzida pelo julgador se seu montante for manifestamente excessivo.

RESPOSTA (A) A distinção está na exigibilidade da obrigação: não há exigibilidade nas naturais. (B) Art. 300, CC. (C) Art. 362, CC. (D) Art. 413, “deve ser reduzida”. *Alternativa C.*

1938. **(Procurador – MPF – 2012)** Em matéria de sucessões:

(A) Ao cônjuge supérstite cabe sempre, em primeiro lugar, a investidura na inventariança.
(B) Havendo testamento contemplando o primeiro filho, o Código Civil dispõe que, nascendo gêmeos, serão estes considerados de igual idade para tal fim;
(C) A declaração de vacância, quando não aparecerem herdeiros, incorpora definitivamente ao patrimônio publico;
(D) A indignidade do herdeiro é uma pena e, se ele falecer antes da sua declaração por sentença, seu direito hereditário passa aos sucessores.

RESPOSTA (A) Não cabe sempre, art. 1.797, I, CC. (B) Não há tal dispositivo, nem interpretação nesse sentido. (C) Art. 1.822, CC. (D) Art. 1.186, CC. *Alternativa D.*

1939. **(Procurador – MPF – 2012)** Relativamente à incorporação imobiliária

I. Trata-se de negócio jurídico disciplinado pelo Código Civil, ao tratar da parte relativa aos condomínios, ligado à construção civil e a empreendimentos imobiliários;
II. É negócio jurídico que tem por finalidade promover, administrar e construir edifícios, para venda total ou parcial de apartamentos e garagens;
III. A construção pode ser feita pelo sistema de empreitada, na qual cada adquirente responsabiliza-se somente pelo custeio de sua unidade e de sua parte comum;
IV. A possibilidade de criação do patrimônio de afetação constitui uma garantia maior para os adquirentes das unidades do empreendimento e para as instituições financeiras.

Das proposições acima:

(A) I e II estão corretas;
(B) II e III estão corretas;
(C) III e IV estão corretas;
(D) Todas estão corretas.

RESPOSTA (I) A Lei n. 4.591/64 dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. (II) Art. 28, parágrafo único, Lei n. 4.591/64. (III) Art. 55 e ss., Lei n. 4.591/64. (IV) Art. 31-A e ss., Lei n. 4.591/64. *Alternativa C.*

1940. **(Procurador – MPF – 2012)** Em tema de obrigações:

(A) Tratando-se de cessão de crédito, os créditos impenhoráveis, por si sós, impedem que haja a transferência;
(B) A cessão de contrato é também conhecida como novação subjetiva, porque o novo devedor – ou o novo credor – sucede o antigo;
(C) A ação de *in rem verso* visa compensar as perdas e danos sofridos em razão do enriquecimento sem causa;
(D) O pagamento de dívida prescrita constitui-se em verdadeira renúncia do favor da prescrição pelo devedor.

RESPOSTA De acordo com o art. 882, CC, não se pode repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível. Assim, não terá direito à devolução do valor pago, em verdadeira renúncia de alegar a prescrição a seu favor. *Alternativa D.*

1941. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) De acordo com o Art. 5º, inc. II da Lei n. 11.340/2006 – Lei de Violência Doméstica e Familiar,

entende-se por família, a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.

(B) De acordo com o Código Civil, podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social.

(C) Nos termos do Código Civil, as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem união estável.

(D) De acordo com o Código Civil, o domicílio do casal será escolhido por ambos os cônjuges, mas um e outro podem ausentar-se do domicílio conjugal para atender a encargos públicos, ao exercício de sua profissão, ou a interesses particulares relevantes.

(E) À luz do Código Civil, contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente.

RESPOSTA (A) Art. 5º, II, Lei n. 11.340/2006. (B) Art. 1.694, CC. (C) Art. 1.727, CC. (D) Art. 1.569, CC. (E) Art. 1.594, CC. *Alternativa C.*

1942. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) o fato jurídico pode ser provado, sem exceção, mediante: confissão, documento, testemunha, presunção e perícia;

(B) os traslados e as certidões considerar-se-ão instrumentos públicos, se os originais se houverem produzido em juízo como prova de algum ato;

(C) as presunções, que não as legais, são admitidas nos casos em que a lei exclui a prova testemunhal;

(D) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, sub-rogando-se nos direitos do credor;

(E) se o devedor pagar ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros, o pagamento não valerá contra estes, que poderão constranger o devedor a pagar de novo, vedado o regresso contra o credor.

RESPOSTA (A) Art. 212, CC. (B) Art. 217, CC. (C) Art. 230, CC. (D) Art. 305, CC. (E) Art. 312, CC. *Alternativa B.*

1943. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Considerando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I. Direitos da personalidade são subjetivos de natureza privada, inatos, vitalícios, imprescindíveis, extrapatrimoniais e inalienáveis.

II. São absolutamente incapazes, os menores de 16 anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, tiverem discernimento reduzido para a prática desses atos; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade; e os ébrios habituais.

III. O domicílio da pessoa natural somente será no local onde exerce sua profissão, independente da fixação da residência, podendo haver mais de um.

IV. O abuso da personalidade jurídica deve ser analisado sob a ótica da boa-fé objetiva, norteadoras dos negócios jurídicos, podendo ser atingidos os bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

(A) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

(B) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.

(C) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.

(D) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 11, CC. (II) Errada. Art. 3º, CC. (III) Errada. Art. 72, CC. (IV) Correta. Art. 50, CC. *Alternativa B.*

1944. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Marque a alternativa CORRETA:

(A) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória do ausente só produzirá efeito cento e vinte dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se fosse falecido.

(B) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até três anos após o término da guerra.

(C) Prescreve em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro próprio.

(D) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

(E) São livres a criação, a organização e a estruturação interna das organizações religiosas, dependendo seu funcionamento de autorização pelo poder público, com o posterior registro dos atos constitutivos.

RESPOSTA (A) Art. 28, CC. (B) Art. 7º, CC. (C) Art. 45, parágrafo único, CC. (D) Art. 64, CC. (E) Art. 44, § 1º, CC. *Alternativa D.*

1945. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) Os incapazes, em razão da idade, em casos de falecimento ou ausência dos pais, ou se estes decaírem do poder familiar, serão postos sob curatela.

(B) O domicílio do incapaz, necessariamente, é o do seu representante ou assistente.

(C) Nos contratos escritos poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes, que prevalecerá mesmo em se tratando de relação de consumo, ainda que distante daquele em que reside o consumidor.

(D) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade, sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado em qualquer parte do território nacional.

(E) Decorridos dois anos da arrecadação dos bens do ausente, ou quatro anos se tiver deixado procurador ou representante, os interessados poderão requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.

RESPOSTA (A) Art. 1.728, CC. (B) Art. 76, CC. (C) Art. 78, CC. (D) Art. 77, CC. (E) Art. 26, CC. *Alternativa B.*

1946. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa, configura-se

(A) lesão.

(B) estado de perigo.

(C) lesão especial.

(D) estado de necessidade.

RESPOSTA De acordo com o art. 156, CC, configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

E, segundo o parágrafo único, tratando-se de pessoa não pertencente à família do declarante, o juiz decidirá segundo as circunstâncias. *Alternativa B*.

1947. (Promotor – MP-SP – 2011) A respeito de direitos reais, é correto afirmar:

(A) o direito real não se adquire pela ocupação.
(B) o direito de superfície sobre imóveis rurais pode ser concedido por prazo indeterminado.
(C) o exercício do usufruto não é transferível a título oneroso.
(D) o prazo máximo do contrato de penhor de veículos é de 4 (quatro) anos.
(E) o adquirente de imóvel hipotecado não pode se exonerar da hipoteca.

RESPOSTA (A) Art. 1.263, CC. (B) Art. 1.369, CC. (C) Art. 1.393, CC. (D) Art. 1.466, CC. (E) Art. 1.479, CC. *Alternativa D.*

1948. (Promotor – MPDFT – 2011) Tendo em foco os direitos reais, indique a única alternativa correta:

(A) "A" e "B" possuem o usufruto de um mesmo imóvel. De acordo com a regra geral, falecendo "A", ao quinhão de "B" será acrescida a parte de "A", passando "B" a desfrutar do bem com exclusividade.
(B) As partes podem criar direitos reais inominados por meio de contrato, desde que sejam maiores e capazes, o objeto seja lícito e a forma seja prescrita e não defesa em lei.
(C) Em caráter excepcional e à vista de motivos graves, é permitida a divisão judicial da coisa comum, antes de escoado o prazo de indivisão convencionado pelos condôminos, determinando o Juiz, a pedido de qualquer interessado, a extinção do condomínio.
(D) Para assegurar a precedência do direito real, ao qual o título se refere, o oficial do registro deverá proceder a sua averbação no protocolo do cartório, cujos efeitos cessam em trinta dias se o interessado não cumprir as exigências legais opostas pelo oficial.
(E) Se a dívida não for paga no vencimento, é autorizado ao credor excutir o bem hipotecado, não podendo, em virtude da proibição da cláusula comissória, receber do devedor, após o vencimento da dívida, a coisa em pagamento do débito.

RESPOSTA Haverá condomínio quando duas ou mais pessoas forem concomitantemente proprietárias do mesmo bem, sendo que qualquer delas poderá requerer a divisão da coisa comum (art. 1.320, CC), sendo possível a eles configurar um pacto de indivisão, cujo prazo máximo será de 5 anos. Durante esse período, em regra, não será admitida a divisão, exceto se houver graves motivos (art. 1.320, § 2º, CC). *Alternativa C.*

1949. (Promotor – MPDFT – 2011) Acerca do Direito Pessoal de Família, há somente uma proposição correta. Indique qual:

(A) O cônjuge que se emancipa em razão do casamento, não mais retornará à condição de incapaz, mesmo diante da dissolução ou invalidação da união conjugal, em face do caráter irreversível do ato jurídico.
(B) Considerando que o reconhecimento do estado de filiação deve ser exercitado sem restrições, não impõe a lei obstáculo à perfilhação do nascituro ou do filho já falecido.
(C) A fecundação artificial homóloga ou heteróloga, prevista no Código Civil, gera presunção *juris tantum* de paternidade, o que permite, ao marido, contestar a paternidade do filho havido por sua mulher, com fundamento na inexistência de vínculo genético ou ausência de relação socioafetiva.
(D) A prévia dissolução do vínculo conjugal, por morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio, exclui a possibilidade de existir legítimo interesse que justifique a propositura de ação declaratória de nulidade do casamento.

(E) Conquanto a curatela seja deferida aos maiores, é possível a interdição do menor relativamente incapaz que, por deficiência mental, não tenha o total discernimento para a prática dos atos da vida civil.

RESPOSTA (A) Art. 5º, parágrafo único, II, CC. (B) Art. 1.609, parágrafo único, CC. (C) Art. 1.597, III, CC. (D) Ainda assim, há interesse na ação, para eventuais fins de direito sucessório. (E) Art. 1.767, I, CC. *Alternativa E.*

1950. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Acerca do Direito Patrimonial de Família, há somente uma proposição correta. Indique qual:

(A) A lei confere hipoteca legal aos filhos, sobre os imóveis do genitor que se casar novamente, antes de fazer o inventário do casamento anterior.

(B) O direito a alimentos é imprescritível, ainda que não seja exercido por longo tempo. No entanto, prescreve em dois anos o direito do menor de cobrar os alimentos já fixados em sentença e não pagos pelo genitor, a partir da data em que se vencerem.

(C) Em razão da natureza solidária da obrigação alimentar, poderá o necessitado acionar seus parentes, sem obediência à ordem preferencial de parentesco, ressalvando, ao acionado, a pretensão regressiva contra os demais coobrigados.

(D) Tratando-se de regime da comunhão parcial de bens, se um dos cônjuges, na constância do casamento, aliena ou grava de ônus real imóvel particular, sem contar com a anuência de seu consorte, não poderá este pretender a anulação do ato jurídico, tendo em vista não integrar o bem o patrimônio comum do casal.

(E) Para que a união estável seja oponível *erga omnes*, o contrato de convivência celebrado pelos companheiros deve ser formalizado por instrumento público e registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

RESPOSTA (A) Art. 1.489, II, CC. (B) Art. 206, § 2º, CC. (C) Art. 1.694, CC. (D) Art. 1.647, I, CC. (E) Art. 1.723, CC. *Alternativa A.*

1951. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Sobre posse e propriedade, julgue os enunciados a seguir e marque somente a alternativa correta:

(A) Ao sucessor universal é facultado iniciar nova posse, inutilizando o tempo vencido pelo antecessor, se houver pretensão de usucapião ordinária e a posse anterior for viciada ou de má-fé.

(B) A tradição é modalidade de aquisição derivada da posse, podendo ser real, simbólica ou ficta. Esta última se perfaz pelo constituto possessório, hipótese em que o transmitente continua na posse da coisa alienada, não mais em seu nome, mas em nome do adquirente.

(C) Para evitar o enriquecimento injusto, o possuidor, ainda que de má-fé, tem direito de ser indenizado pelas benfeitorias necessárias. Diante da recusa do proprietário em indenizar, o possuidor poderá reter a coisa para forçar o pagamento devido.

(D) A usucapião especial urbana e a chamada usucapião familiar têm os mesmos requisitos objetivos e subjetivos. A única distinção diz respeito à legitimação para usucapir, visto que, nesta última modalidade, o pretendente deve ser coproprietário do imóvel em conjunto com seu ex-cônjuge ou ex-companheiro, que abandonou o lar comum.

(E) A propriedade fiduciária constitui-se mediante negócio jurídico de disposição condicional porquanto o domínio da coisa móvel ou imóvel cessa em favor do fiduciário uma vez verificado o implemento da condição resolutiva. Segundo entendimento do STJ, em se tratando de veículo, para formalização do pacto a exigência de registro em cartório não é requisito de validade do negócio

jurídico.

RESPOSTA (A) Art. 1.207, CC. (B) Por meio do constituto possessório, ocorre a modificação na titularidade da posse (tradição ficta). (C) Art. 1.220, CC. (D) Art. 1.240-A, CC. (E) Art. 1.361, CC. Nesse sentido, EREsp 278.993/SP. *Alternativa B.*

1952. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Quanto ao Direito das Sucessões, é INCORRETO afirmar:

(A) Os herdeiros capazes, bem como os incapazes, mediante representação por instrumento público, poderão fazer partilha amigável, por escritura pública, termo nos autos do inventário, ou escrito particular, homologado pelo juiz.

(B) Os herdeiros em posse dos bens da herança, o cônjuge sobrevivente e o inventariante são obrigados a trazer ao acervo os frutos que perceberam, desde a abertura da sucessão; têm direito ao reembolso das despesas necessárias e úteis que fizeram, e respondem pelo dano a que, por dolo ou culpa, deram causa.

(C) Ficam sujeitos a sobrepartilha os bens sonegados e quaisquer outros bens da herança de que se tiver ciência após a partilha.

(D) A partilha, uma vez feita e julgada, só é anulável pelos vícios e defeitos que invalidam, em geral, os negócios jurídicos.

RESPOSTA (A) Arts. 2.015 e 2.016, CC. (B) Art. 2.020, CC. (C) Art. 2.022, CC. (D) Art. 2.027, CC. *Alternativa A.*

1953. **(Promotor – MPDFT – 2011)** A respeito dos institutos jurídicos previstos na parte geral do Código Civil, leia os enunciados abaixo:

I. A revogação do mandato e do testamento são exemplos de declarações não receptícias de vontade.

II. É prescindível a declaração de ausência para o reconhecimento judicial da morte presumida na hipótese de ser extremamente provável o falecimento de quem estava em perigo de vida.

III. Existindo três credores solidários contra um devedor comum, de obrigação indivisível, a prescrição ficará suspensa somente em relação ao credor absolutamente incapaz, por se tratar de benefício personalíssimo.

IV. As condições simplesmente potestativas são consideradas lícitas porquanto exigem também a ocorrência de fato estranho ao mero arbítrio da parte.

Estão corretos os itens:

(A) I, II e IV.

(B) I, II e III.

(C) II e IV.

(D) I, III e IV.

(E) II e III.

RESPOSTA (I) Errada. Entende-se por declaração não receptícia de vontade aquela que, para produzir efeitos, não necessita do conhecimento da parte a que se dirige. (II) Correta. Art. 7º, I, CC. (III) Errada. Art. 197, I, c/c art. 201, CC. (IV) Correta. Não confundir com as condições puramente potestativas, que são aquelas cujo implemento depende do arbítrio de uma das partes, motivo pelo qual são ilícitas (art. 122, CC). *Alternativa C.*

1954. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Sobre a Parte Geral do Código Civil, é correto afirmar que:

(A) o atual Código Civil, modificando a legislação de 1916, trata a simulação como causa de anulabilidade, sendo um dos defeitos do negócio jurídico;

(B) o direito brasileiro expressamente exclui a possibilidade de confirmação do ato nulo, sendo a ratificação do ato uma maneira de afastar apenas a sua anulabilidade;

(C) a simulação relativa, também chamada de dissimulação, ocorre quando as partes fingem um ato que é mera aparência, que na verdade não existe e, portanto, é vazio de conteúdo. Um exemplo: o devedor simula vender seus bens a pessoa de sua confiança, em data pretérita, a fim de escapar de cobranças movidas por seus credores;

(D) na coação física o sujeito é pressionado a adotar uma conduta, mas ele tem a opção de não seguir a orientação e suportar as consequências, por mais duras que sejam. A doutrina também a chama de violência relativa;

(E) o instituto da lesão está vinculado à ideia de equidade e de justiça contratual. Os efeitos da lesão podem surgir no curso do contrato ou na sua execução. A desproporção pode surgir no momento da celebração do negócio jurídico ou durante a sua execução, sendo desnecessária a sua identificação no momento da sua formação, ensejando a nulidade do negócio celebrado.

RESPOSTA (A) Art. 167, CC. (B) Arts. 169 e 170, CC. (C) Esse é o conceito de simulação absoluta. (D) Trata-se de coação moral (art. 151, CC). (E) Art. 157, § 1º, CC. *Alternativa B.*

1955. **(Procurador – MPF – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) O ato ilícito produz efeitos jurídicos, que não são desejados pelo agente, mas impostos por lei.

(B) A certidão de escritura pública tem a mesma força probante do documento original, desde que concertada por outro escrivão.

(C) A remissão do penhor, pela entrega do bem empenhado, presume que houve a extinção da dívida.

(D) Se a situação de necessidade resultar de culpa de quem pleiteia alimentos, estes não serão devidos.

RESPOSTA (A) Vale lembrar que nos atos jurídicos, diferentemente dos negócios jurídicos, não há a presença da vontade qualificada das partes na produção dos efeitos, que estão predeterminados na lei. (B) Art. 215, CC. (C) Art. 387, CC. (D) Art. 1.694, § 2º, CC. *Alternativa A.*

1956. **(Procurador – MPF – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) Nos processos de interdição promovidos pelo Ministério Público, poderá o juiz nomeá-lo como defensor do incapaz;

(B) A sucessão *ab intestato* apresentar-se-á como um testamento tácito ou presumido do *de cujus*, obedecendo-se à ordem hereditária;

(C) O que diferencia o *legado optionis* do *legado electionis* é que no primeiro o legatário tem a opção de escolha do bem;

(D) O tutor não poderá dispor dos bens do menor, mesmo a título gratuito, mas terá direito ao usufruto dos bens do pupilo.

RESPOSTA (A) Art. 1.770, CC. (B) Art. 1.829, CC. (C) Art. 1.932, CC. (D) Art. 1.749, II, CC. *Alternativa B.*

1957. **(Advogado – CEPE – 2011 – CONUPE)** Analise as assertivas que se seguem:

I. O negócio jurídico simulado é nulo, porém subsistirá o negócio dissimulado, se válido for na substância e na forma.

II. A obrigação moral é um mero dever de consciência, cumprido apenas por questão de princípios. Sua execução é uma mera liberalidade, como a obrigação de socorrer pessoas necessitadas. Entretanto, na obrigação natural, uma pessoa deve a outra determinada prestação por um dever de justiça, devido à existência anterior de um débito inexigível e não por um dever de consciência. Na

obrigação natural, o credor não tem o direito de ação para exigir judicialmente o pagamento do débito. Mas, se o devedor pagar o débito ao credor, este tem o direito de reter a prestação a título de pagamento, quitando a dívida. É o caso de dívida do jogo do bicho.

III. Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou. Assim, o devedor pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

IV. Para um contrato ser válido, deve obedecer a requisitos subjetivos, como existência de duas ou mais pessoas com capacidade genérica para praticar os atos da vida civil, com aptidão específica para contratar e que deem o seu consentimento; requisitos objetivos, como licitude do objeto do contrato e possibilidade física ou jurídica do objeto do negócio jurídico.

V. Pode-se afirmar que evicção é a perda da coisa, por decisão judicial, fundada em motivo jurídico anterior, que a confere a outro, seu verdadeiro dono, com o reconhecimento em juízo da existência de ônus sobre a mesma coisa, não denunciado oportunamente no contrato. Assim, nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, subsistindo esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

Assinale a alternativa que contém o quantitativo de assertivas CORRETAS.

(A) Três.
(B) Duas.
(C) Uma.
(D) Quatro.
(E) Cinco.

RESPOSTA (I) Art. 167, CC. (II) Art. 882, CC. (III) Errada. Art. 252, § 1º, CC. (IV) Art. 104, CC. (V) Art. 447, CC. *Alternativa D.*

1958. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) São requisitos de validade do negócio jurídico ser o agente capaz, o objeto lícito, possível, determinado ou determinável e observar forma prescrita ou não defesa em lei.

(B) Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

(C) Quando a escolha couber ao credor e uma das prestações tornar-se impossível por culpa do devedor, o credor terá direito de exigir a prestação subsistente ou o valor da outra, com perdas e danos. Se, por culpa do devedor, ambas as prestações se tornarem inexequíveis, poderá o credor reclamar o valor de qualquer das duas, além da indenização por perdas e danos.

(D) No caso da responsabilidade civil, em regra a indenização mede-se pela extensão do dano. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu. O prejudicado, se preferir, poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

(E) É defeso ao juiz reduzir o valor da indenização mesmo havendo excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, tendo em vista ser inviável a prolação de sentença de natureza diversa da pedida.

RESPOSTA (A) Art. 104, CC. (B) Art. 250, CC. (C) Art. 255, CC. (D) Art. 944 c/c art. 950, CC. (E) Art. 944, parágrafo único, CC. *Alternativa E.*

1959. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo, decaindo em três anos o direito de anular a sua constituição, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação da inscrição no respectivo registro.

(B) É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou. É de cento e oitenta dias, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo de decadência para pleitear-se a anulação de negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.

(C) É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de coação, do dia em que ela cessar; no caso de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico; e no caso de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.

(D) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, este prazo será de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

(E) O juiz não poderá, de ofício, conhecer da decadência, mesmo quando estabelecida por lei.

RESPOSTA (A) Art. 45, CC. (B) Art. 119, CC. (C) Art. 178, CC. (D) Art. 179, CC. (E) Art. 210, CC. *Alternativa E.*

1960. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. Para o menor com 16 (dezesseis) anos completos, a relação de trabalho ensejará, como consequência necessária, a maioridade plena (emancipação).

II. Desconsideração da Pessoa Jurídica é a quebra do sigilo bancário dos sócios da sociedade que, em função de desvio, má-fé ou má administração, não tiver condições patrimoniais de cumprir suas obrigações perante terceiros.

III. Os cegos, por possuírem uma redução do discernimento (a exemplo da limitação para serem admitidos como testemunhas – art. 228, Código Civil), entram na regra geral das incapacidades relativas.

IV. Uma vez concedida, a emancipação não poderá mais ser revogada.

V. A manifestação da vontade é essencial para a existência dos negócios jurídicos, por isso não podemos conceber um contrato nascido do silêncio das partes.

(A) Apenas as assertivas III e V estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

(C) As assertivas II, IV e V estão corretas.

(D) Apenas a assertiva I está correta.

(E) Apenas a assertiva IV está correta.

RESPOSTA (I) Errada. Art. 5º, parágrafo único, V, CC. (II) Errada. Art. 50, CC. (III) Errada. Art. 4º, CC. (IV) Correta. A emancipação é irrevogável. (V) Errada. A manifestação da vontade é essencial para a validade dos negócios jurídicos. *Alternativa E.*

1961. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. A sentença judicial declaratória da ausência enseja a presunção *juris tantum* da morte (ou seja,

admite prova em contrário) e não precisa ser levada para registro no Cartório de Registros Públicos.
II. A fundação pode ser instituída tanto por pessoa física como por pessoa jurídica.
III. Os surdos-mudos são considerados relativamente incapazes.
IV. Quanto ao domicílio, em nosso sistema legal, uma pessoa pode tê-lo sem ter residência.
V. Os frutos e os produtos se caracterizam pela periodicidade, pela inalterabilidade da substância e pela separabilidade da coisa principal.
(A) As assertivas II, III e V estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
(C) As assertivas I, III e V estão incorretas.
(D) Apenas a assertiva IV está incorreta.
(E) Apenas a assertiva II está incorreta.

RESPOSTA (I) Errada. Art. 9º, IV, CC. (II) Correta. A fundação pode ser instituída tanto por pessoa física como por pessoa jurídica. (III) Errada. Art. 4º, CC. (IV) Correta. Art. 73, CC. (V) Errada. Art. 95, CC. *Alternativa C.*

1962. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. Os vícios de vontade só podem ser observados nos negócios jurídicos.
II. O prazo para se pleitear a anulabilidade do ato jurídico por vício de vontade é prescricional.
III. Termo é a cláusula que subordina os efeitos do ato negocial a um acontecimento futuro e certo.
IV. A invalidade é uma sanção do ordenamento jurídico a alguma desconformidade e/ou irregularidade relativa a pressupostos e/ou requisitos de validade dos atos jurídicos *lato sensu*.
V. O ato de confirmação deverá observar, necessariamente, a mesma substância do contrato (anulável) celebrado e a vontade expressa de confirmação.
(A) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
(C) Apenas as assertivas I, III e V estão incorretas.
(D) Todas estão incorretas.
(E) Apenas as assertivas II, IV e V estão incorretas.

RESPOSTA (I) Errada. Os vícios da vontade não se restringem aos negócios jurídicos. (II) Errada. Art. 178, CC. (III) Correta. Esse é o conceito do termo. (IV) Correta. Art. 171, CC. (V) Correta. Art. 173, CC. *Alternativa A.*

1963. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

(A) A hipoteca impede a livre disposição do bem gravado.
(B) Em caso de mora ou inadimplemento, pode o proprietário fiduciário ficar com a coisa alienada em garantia.
(C) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por dez anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona urbana não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
(D) Os frutos civis reputam-se colhidos e percebidos, logo que são separados; os naturais e industriais reputam-se percebidos dia por dia.
(E) Não se fará o penhor de veículos sem que estejam previamente segurados contra furto, avaria, perecimento e danos causados a terceiros.

RESPOSTA (A) Art. 1.475, CC. (B) Art. 1.365, CC. (C) Art. 1.239, CC. (D) Art. 1.215, CC. (E) Art. 1.463, CC. *Alternativa E.*

1964. (Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC) Assinale a alternativa correta:

(A) Em nenhuma hipótese a lei pode determinar o domicílio de uma pessoa física, pois estabelecer domicílio é um ato jurídico *stricto sensu* que depende da vontade.

(B) Constatado o desaparecimento de uma pessoa física de seu domicílio, sem que se tenha notícia do seu paradeiro, o Código Civil determina que seja aberta de imediato a sucessão definitiva dos bens deixados pelo desaparecido.

(C) O direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, corresponde, concomitantemente, a um direito da personalidade tutelado pelo Código Civil e a um dever jurídico, fundado no interesse social.

(D) Às pessoas jurídicas não podem ser atribuídos direitos da personalidade, pois estes são exclusivos das pessoas físicas.

(E) Em um negócio jurídico de compra e venda de um bem determinado, as pertenças relativas a esse bem principal obrigatoriamente estarão envolvidas na transação, pois a sua relação com o bem principal é de acessoriedade.

RESPOSTA (A) Art. 76, CC. (B) Art. 22 c/c art. 37, ambos do CC. (C) Art. 16, CC. (D) Art. 52, CC. (E) Art. 94, CC. *Alternativa C.*

1965. (Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC) Assinale a alternativa correta:

(A) Os bens públicos de uso comum, de uso especial e os dominicais são sempre considerados inalienáveis,

(B) Pela utilização de bens públicos de uso comum, o poder público não pode exigir qualquer espécie de retribuição.

(C) Enquanto não ocorrer a condição resolutiva, o negócio jurídico não terá eficácia e não se terá adquirido o direito a que ele visa.

(D) Um negócio jurídico não pode ser considerado nulo somente porque não cumpriu a forma prescrita ou não defesa em lei.

(E) A *universitas facti* é uma categoria lógica e a universalidade de direito contempla um todo que emerge das unidades que a compõem.

RESPOSTA (A) Art. 100 c/c art. 101, ambos do CC. (B) Art. 103, CC. (C) Art. 125, CC. (D) Art. 104, CC. (E) Arts. 90 e 91, ambos do CC. *Alternativa E.*

1966. (Juiz – TRT-21 – 2010) De acordo com a lei civil, analise as seguintes assertivas e marque a RESPOSTA correta:

I. Considera-se domicílio qualquer das diversas residências da pessoa natural onde ela viver alternadamente;

II. Considera-se adquirido o direito que o seu titular, ou alguém por ele, possa efetivamente exercer;

III. Considera-se adquirido o direito cujo começo do exercício tenha termo prefixado, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de seu titular;

IV. A repristinação tácita é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro;

V. A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

(A) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas;

(B) apenas as assertivas II, IV e V estão corretas;
(C) apenas as assertivas I, II e V estão corretas;
(D) apenas as assertivas I, II e III estão corretas;
(E) todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 71, CC. (II) Correta. Art. 6º, § 2º, LINDB. (III) Errada. Art. 6º, § 2º, LINDB. (IV) Errada. Somente a expressa (art. 2º, § 3º, LINDB). (V) Correta. Art. 7º, LINDB. *Alternativa C.*

1967. **(Advogado – CODESP – 2010 – FGV)** Analise as afirmativas a seguir:

I. Ao tratar dos vícios redibitórios, o Código Civil de 2002 exclui a possibilidade dos donatários de qualquer espécie de reclamá-los, uma vez que a doação enseja disposição a título gratuito.
II. A inclusão de arras penitenciais no compromisso de compra e venda de bem imóvel gera o direito potestativo de arrependimento para qualquer uma das partes envolvidas na avença, se expressamente disposto no instrumento contratual.
III. Uma vez que as normas que tratam da evicção são de caráter dispositivo, é possível estabelecer cláusula de exclusão total da responsabilidade pela evicção, mesmo que o evicto não saiba do risco ou que não o tenha assumido.
IV. A cláusula penal moratória permite ao credor exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal, exceto se o inadimplemento se der por caso fortuito ou força maior, que exoneram o devedor, se expressamente estipulado entre as partes.
V. A promessa por fato de terceiro encerra duas obrigações de naturezas distintas: a obrigação do promitente devedor consubstancia obrigação de fazer, ao passo que a obrigação do terceiro devedor pode ser de fazer, de não fazer ou de dar. Em ambos os casos, estamos diante de obrigações de resultado.

Somente está correto o que se afirma em:
(A) I e II.
(B) I e V.
(C) II e III.
(D) II, III e IV.
(E) II, IV e V.

RESPOSTA (I) Errada. Art. 441, parágrafo único, CC. (II) Correta. Art. 420, CC. (III) Errada. Arts. 448 e 449, ambos do CC. (IV) Correta. Art. 411, CC. (V) Correta. Art. 439, CC. *Alternativa E.*

1968. **(Procurador – PGE-PA – 2009)** Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é INCORRETO afirmar:

(A) O condômino não pode usucapir parte ideal pertencente a outro condômino, ainda que exerça posse exclusiva sobre o imóvel.
(B) A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.
(C) No compromisso de compra e venda com cláusula de arrependimento, a devolução do sinal, por quem o deu, ou a sua restituição em dobro, por quem o recebeu, exclui indenização a maior, a título de perdas e danos, salvo os juros moratórios e os encargos do processo.
(D) Nos contratos de locação, é válida a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.

RESPOSTA (A) O condômino tem legitimidade para usucapir em nome próprio, desde que exerça a posse por si mesmo (STJ, REsp 668.131/PR). (B) Súmula 308, STJ. (C) Súmula 412, STF. (D) Súmula 335, STJ. *Alternativa A.*

1969. **(Procurador – MPT – 2009)** A propósito do domicílio e das diferentes classes de bens, considere as seguintes proposições:

I. têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso;

II. consideram-se móveis, para os efeitos legais, os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações;

III. o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, nos termos da lei;

De acordo com as assertivas, pode-se afirmar que:

(A) os itens II e III são errados;
(B) o item I é certo e o item III é errado;
(C) o item I é errado e o item II é certo;
(D) todos os itens são certos;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Art. 76, CC. (II) Art. 83, III, CC. (III) Art. 103, CC. *Alternativa D.*

1970. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Analise as assertivas abaixo:

(1) O possuidor de boa-fé tem direito aos frutos já percebidos, sem a obrigação de indenizar o legítimo possuidor ou proprietário.

(2) Por estipulação expressa, o direito real de usufruto pode ser transferido aos herdeiros.

(3) O credor pignoratício não pode apropriar-se dos frutos da coisa empenhada em seu poder.

(4) O efeito da excussão é característico de todos os direitos reais de garantia.

Está(ão) CORRETA(S):

(A) apenas a afirmativa 1.
(B) apenas a afirmativa 2.
(C) apenas a afirmativa 3.
(D) apenas a afirmativa 4.
(E) todas as afirmativas.

RESPOSTA (1) Art. 1.214, CC. (2) Art. 1.393, CC. (3) Art. 1.433, V, CC. (4) Art. 1.428, CC. *Alternativa A.*

1971. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) no direito brasileiro é admitida, por exceção, a repristinação tácita de lei, como também a revogação da lei pela consumação de seu objeto;

(B) em regra, os direitos da personalidade são intransmissíveis ou irrenunciáveis, de sorte que o cônjuge sobrevivente não tem legitimidade para requerer medida judicial com vistas a reclamar perdas e danos em caso de ofensa a direito da personalidade do cônjuge morto;

(C) a forma e a prova dos atos jurídicos são regidos pela lei do tempo de sua realização, devendo por ela ser apreciada a validade;

(D) a interrupção da prescrição poderá ocorrer mais de uma vez e retroagirá à data da propositura da ação;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Admite-se a repristinação expressa, conforme art. 2º, § 3º, LINDB. (B) Art. 11 c/c art. 12, parágrafo único, ambos do CC. (C) É o princípio do *tempus regit actum*. (D) Art. 202, *caput* e parágrafo único, CC. *Alternativa C.*

1972. **(Analista – TJ-MA – 2009 – IESES)** Assinale a alternativa correta.

(A) Um casal contraiu matrimônio sob o regime da comunhão parcial de bens em 2006. Em 2008 o cônjuge varão foi contemplado na mega sena. Com este prêmio adquiriu uma lancha. Caso o casal venha a separar-se judicialmente a lancha não deverá ser partilhada, visto que não foi adquirida com esforço comum.

(B) Parentesco por afinidade na linha reta se extingue pela dissolução do casamento.

(C) Seja qual for a causa do divórcio, é lícito aos cônjuges restabelecer a sociedade conjugal.

(D) Não corre a prescrição entre ascendente e descendente, durante o poder familiar.

RESPOSTA (A) Art. 1.658, CC. (B) Art. 1.595, § 2º, CC. (C) Art. 1.577, CC. (D) Art. 197, II, CC. *Alternativa D.*

1973. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Analise as seguintes proposições:

I. Considera-se domicílio qualquer das diversas residências da pessoa natural onde ela viver alternadamente.

II. Considera-se adquirido o direito que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer.

III. Considera-se adquirido o direito cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de seu titular.

IV. A repristinação tácita é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro.

V. A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

(A) somente as proposições I, III e IV são corretas

(B) somente as proposições II, IV e V são corretas

(C) somente as proposições I, II e V são corretas

(D) somente as proposições I, II e III são corretas

(E) todas as proposições são corretas

RESPOSTA (I) Correta. Art. 71, CC. (II) Correta. Art. 6º, § 2º, LINDB. (III) Errada. Art. 6º, § 2º, LINDB. (IV) Errada. Somente a expressa (art. 2º, § 3º, LINDB). (V) Correta. Art. 7º, LINDB. *Alternativa C.*

1974. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) Se, na celebração de um negócio jurídico, as partes fixarem um prazo decadencial, em benefício de um deles, poderá o juiz declarar a decadência, de ofício, independentemente de alegação da parte interessada.

(B) A confissão, quando considerada meio de prova de um fato jurídico, é revogável, podendo ainda ser anulada, se decorreu de erro de fato ou de coação.

(C) Pactuado um contrato de mandato, com cláusula “em causa própria” em favor do mandatário, o mesmo terá caráter irrevogável, sendo transferível aos herdeiros os poderes outorgados ao executor, se este vier a falecer.

(D) Na sociedade limitada, quando não integralizada a quota de sócio remisso, os demais sócios podem excluí-lo e tomar para si as quotas anuladas, mas não podem transferi-las a estranhos à sociedade.

(E) O Código Civil brasileiro vigente vedou expressamente, na sociedade limitada, o direito de recesso aos sócios que a compõem.

RESPOSTA (A) Art. 210, CC. (B) Art. 214, CC. (C) Art. 685, CC. (D) Art. 1.058, CC. (E) O CC não trouxe previsão expressa quanto ao tema no capítulo das sociedades limitadas, porém o fez na disciplina da sociedade simples, conforme se verifica no art. 1.029, CC, cujas disciplinas se aplicam às sociedades limitadas, conforme art. 1.053, CC. *Alternativa C.*

1975. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Considerando o ordenamento jurídico que vige as obrigações e os contratos, assinale a opção cuja assertiva é correta.

(A) Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor, podendo este optar em pleitear indenização pelas perdas e danos.

(B) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar onde a coisa negociada se encontrava, ao tempo da venda.

(C) Nos contratos de adesão, existindo cláusulas que estipulem a renúncia antecipada a direito resultante da natureza do negócio, nulo será o contrato.

(D) Quando ocorrer a mora *ex persona*, aplicar-se-á a regra *dies interpellat pro homine*, ou seja, a lei ou o dia assumirão o papel de intimação do devedor.

(E) A cláusula adjeta de "pacto de retrovenda", estipulada em um contrato de venda de um imóvel, torna a propriedade resolúvel para o alienante, por um certo lapso temporal.

RESPOSTA (A) Art. 410, CC. (B) Art. 435, CC. (C) Art. 424, CC. (D) Art. 397, *caput* e parágrafo único, CC. (E) Art. 505, CC. A propriedade é resolúvel, mas não para o alienante, e sim para terceiros adquirentes da coisa. *Alternativa A.*

1976. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Assinale a opção que representa uma afirmação correta, de acordo com ordenamento jurídico pátrio.

(A) A morte presumida da pessoa natural, quando se tratar de ausente, dar-se-á com a sentença de abertura da sucessão provisória.

(B) As decisões tomadas por órgão de administração coletiva de pessoa jurídica, quando eivadas de simulação, são casos de nulidades absolutas, não sendo suscetíveis de convalidação pelo decurso do tempo.

(C) Nas associações, a qualidade de associado é transmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.

(D) Não dispondo a lei em contrário, são imprescritíveis os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

(E) Um sócio de uma sociedade limitada não poderá ceder suas quotas a terceiro estranho à sociedade, se não houver previsão expressa no contrato de constituição da sociedade.

RESPOSTA (A) Art. 26, CC. (B) Art. 48, parágrafo único, CC. (C) Art. 56, CC. (D) Art. 102, CC (vale lembrar que usucapião é uma espécie de prescrição aquisitiva). (E) Art. 1.057, CC. *Alternativa D.*

1977. **(Procurador – MPT – 2007)** Complete com a opção CORRETA.

Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos pelo Código Civil de 2002, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais _________ do tempo estabelecido na lei revogada.

(A) da metade;

(B) de um terço;

(C) de dois terços;

(D) de três quintos;

(E) não respondida.

RESPOSTA Art. 2.028, CC. *Alternativa A.*

OAB/FGV

I. Parte Geral

1978. **(OAB 01 – 2012)** A proteção da pessoa é uma tendência marcante do atual direito privado, o que leva alguns autores a conceberem a existência de uma verdadeira cláusula geral de tutela da personalidade. Nesse sentido, uma das mudanças mais celebradas do novo Código Civil foi a introdução de um capítulo próprio sobre os chamados direitos da personalidade. Em relação à disciplina legal dos direitos da personalidade no Código Civil, é correto afirmar que

(A) havendo lesão a direito da personalidade, em se tratando de morto, não é mais possível que se reclamem perdas e danos, visto que a morte põe fim à existência da pessoa natural, e os direitos personalíssimos são intransmissíveis.

(B) como regra geral, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, mas o seu exercício poderá sofrer irrestrita limitação voluntária.

(C) é permitida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, com objetivo altruístico ou científico, para depois da morte, sendo que tal ato de disposição poderá ser revogado a qualquer tempo.

(D) em razão de sua maior visibilidade social, a proteção dos direitos da personalidade das celebridades e das chamadas pessoas públicas é mais flexível, sendo permitido utilizar o seu nome para finalidade comercial, ainda que sem prévia autorização.

RESPOSTA Art. 20, parágrafo único, CC. (B) Art. 11, CC. (C) Art. 14, CC. (D) Art. 18, CC. *Alternativa C.*

1979. **(OAB 03 – 2011)** Francis, brasileira, empresária, ao se deslocar do Rio de Janeiro para São Paulo em seu helicóptero particular, sofreu terrível acidente que culminou com a queda do aparelho em alto-mar. Após sucessivas e exaustivas buscas, feitas pelas autoridades e por empresas privadas contratadas pela família da vítima, infelizmente não foram encontrados os corpos de Francis e de Adilson, piloto da aeronave. Tendo sido esgotados os procedimentos de buscas e averiguações, de acordo com os artigos do Código Civil que regulam a situação supramencionada, é correto afirmar que o assento de óbito em registro público

(A) Independe de qualquer medida administrativa ou judicial, desde que seja constatada a notória probabilidade de morte de pessoa que estava em perigo de vida.

(B) Depende exclusivamente de procedimento administrativo quanto à morte presumida junto ao Registro Civil das Pessoas Naturais.

(C) Depende de prévia ação declaratória judicial quanto à morte presumida, sem necessidade de decretação judicial de ausência.

(D) Depende de prévia declaração judicial de ausência, por se tratar de desaparecimento de uma pessoa sem dela haver notícia.

RESPOSTA (A) Conforme o disposto no art. 9º, IV, CC, o assento de óbito em registro público no caso depende do registro da sentença declaratória de morte presumida. (B) Art. 9º, IV, CC. (C) Art. 7º, I, CC. (D) Art. 7º, I, CC. *Alternativa C.*

Pessoas Jurídicas

1980. **(OAB 03 – 2011-II)** Roberto, por meio de testamento, realiza dotação especial de bens livres para a finalidade de constituir uma fundação com a finalidade de promover assistência a idosos no Município do Rio de Janeiro. Todavia, os bens destinados foram insuficientes para constituir a fundação pretendida pelo instituidor. Em razão de Roberto nada ter disposto sobre o que fazer nessa hipótese, é correto afirmar que

(A) Os bens dotados deverão ser convertidos em títulos da dívida pública até que, aumentados com os rendimentos, consigam perfazer a finalidade pretendida.

(B) Os bens destinados à fundação serão, nesse caso, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

(C) A Defensoria Pública do Estado respectivo, responsável por velar pelas fundações, destinará os bens dotados para o fundo assistencial mantido pelo Estado para defesa dos hipossuficientes.

(D) Os bens serão arrecadados e passarão ao domínio do Município, se localizados na respectiva circunscrição.

RESPOSTA (A) Art. 63, CC. (B) Art. 63, CC. (C) Art. 66, CC. (D) Art. 63, CC. *Alternativa B.*

Bens

1981. **(OAB 02 – 2011)** De acordo com o critério da titularidade, consideram-se públicos os bens do domínio nacional pertencentes

(A) Às entidades da Administração Pública direta e indireta.

(B) Às entidades da Administração Pública direta, às autarquias e às empresas públicas.

(C) Às pessoas jurídicas de direito público interno e às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

(D) Às pessoas jurídicas de direito público interno.

RESPOSTA (A) Art. 41, CC. (B) Art. 41, CC. (C) Art. 41, V, c/c art. 44, ambos do CC. (D) Art. 98, CC. *Alternativa D.*

Teoria Geral dos Fatos Jurídicos

1982. **(OAB 02 – 2012)** Em relação aos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A emissão de vontade livre e consciente, que corresponda efetivamente ao que almeja o agente, é requisito de validade dos negócios jurídicos.

(B) O erro acidental é o que recai sobre características secundárias do objeto, não sendo passível de levar à anulação do negócio.

(C) A simulação é causa de anulação do negócio, e só poderá ocorrer se a parte prejudicada demonstrar cabalmente ter sido prejudicada por essa prática.

(D) O objetivo da ação pauliana é anular o negócio praticado em fraude contra credores

RESPOSTA (A) A declaração de vontade é elemento de existência do negócio jurídico. (B) Não é qualquer erro que torna anulável o negócio jurídico, mas apenas o erro substancial (art. 138, CC). (C) A simulação é causa de nulidade do negócio jurídico (art. 167, CC). (D) Art. 158 c/c art. 161, ambos do CC. *Alternativa C.*

1983. **(OAB 01 – 2012)** Mauro, entristecido com a fuga das cadelinhas Lila e Gopi de sua residência, às quais dedicava grande carinho e afeição, promete uma vultosa recompensa para quem eventualmente viesse a encontrá-las. Ocorre que, no mesmo dia em que coloca os avisos públicos da recompensa, ao conversar privadamente com seu vizinho João, afirma que não irá, na realidade, dar a recompensa anunciada, embora assim o tenha prometido. Por coincidência, no dia seguinte, João encontra as cadelinhas passeando tranquilamente em seu quintal e as devolve imediatamente a Mauro. Neste caso, é correto afirmar que

(A) a manifestação de vontade no sentido da recompensa subsiste em relação a João ainda que Mauro tenha feito a reserva mental de não querer o que manifestou originariamente.

(B) a manifestação de vontade no sentido da recompensa não subsiste em relação a João, pois este tomou conhecimento da alteração da vontade original de Mauro.

(C) a manifestação de vontade no sentido da recompensa não mais terá validade em relação a qualquer pessoa, pois ela foi alterada a partir do momento em que foi feita a reserva mental por parte de Mauro.

(D) a manifestação de vontade no sentido da recompensa subsiste em relação a toda e qualquer pessoa, pois a reserva mental não tem o condão de modificar a vontade originalmente tornada pública.

RESPOSTA Art. 110, CC. João tinha conhecimento da reserva mental, motivo pelo qual a manifestação de vontade não subsiste em relação a ele. *Alternativa B.*

1984. **(OAB 03 – 2011-II)** Considerando o instituto da lesão, é correto afirmar que

(A) A desproporção entre a prestação deve se configurar somente no curso do contrato.

(B) Os efeitos da lesão podem se manifestar no curso do contrato, desde que sejam provenientes de desproporção entre as prestações existentes no momento da celebração do contrato.

(C) A desproporção entre as prestações surge em razão de fato superveniente à celebração do contrato.

(D) Os efeitos da lesão decorrem de um fato imprevisto.

RESPOSTA (A) Art. 157, § 1º, CC. (B) De acordo com o art. 157, § 1º, CC, a desproporção entre as prestações deve ocorrer no momento da declaração de vontade na celebração do pacto, mesmo que seus efeitos somente se manifestem no curso do contrato. (C) Art. 157, *caput*, CC. (D) Art. 157, *caput*, CC, segundo o qual os efeitos da lesão decorrem da assunção de uma obrigação manifestamente desproporcional. *Alternativa B.*

1985. **(OAB 03 – 2011)** A condição, o termo e o encargo são considerados elementos acidentais, facultativos ou acessórios do negócio jurídico, e têm o condão de modificar as consequências naturais deles esperadas. A esse respeito, é correto afirmar que

(A) Considera-se condição a cláusula que, derivando da vontade das partes ou de terceiros, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

(B) Se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, não vigorará o negócio jurídico, não se podendo exercer desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.

(C) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito e, salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.

(D) Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que se invalida o negócio jurídico.

RESPOSTA (A) A condição deriva exclusivamente da vontade das partes (art. 121, CC). (B) Art. 127, CC, já que enquanto não realizada a condição resolutiva vigora o negócio jurídico. (C) Os prazos são computados, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento (art. 132, CC). (D) Art. 137, CC. *Alternativa D.*

Prescrição e Decadência

1986. **(OAB 02 – 2011)** O decurso do tempo exerce efeitos sobre as relações jurídicas. Com o propósito de suprir uma deficiência apontada pela doutrina em relação ao Código velho, o novo Código Civil, a exemplo do Código Civil italiano e português, define o que é prescrição e institui disciplina específica para a decadência. Tendo em vista os preceitos do Código Civil a respeito da matéria, assinale a alternativa correta.

(A) Se a decadência resultar de convenção entre as partes, o interessado poderá alegá-la, em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não poderá suprir a alegação de quem a aproveite.

(B) Se um dos credores solidários constituir judicialmente o devedor em mora, tal iniciativa não aproveitará aos demais quanto à interrupção da prescrição, nem a interrupção produzida em face do principal devedor prejudica o fiador dele.

(C) O novo Código Civil optou por conceituar o instituto da prescrição como a extinção da pretensão e estabelece que a prescrição, em razão da sua relevância, pode ser arguida, mesmo entre os cônjuges enquanto casados pelo regime de separação obrigatória de bens.

(D) Quando uma ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição até o despacho do juiz que tenha recebido ou rejeitado a denúncia ou a queixa-crime.

RESPOSTA (A) Art. 211, CC. (B) Art. 202, V, CC. (C) Art. 197, I, CC. (D) Art. 200, CC. *Alternativa A.*

II. Obrigações

Modalidades Especiais de Pagamento

1987. **(OAB 03 – 2012)** Tiago celebrou com Ronaldo contrato de compra e venda de dez máquinas de costura importadas da China. Restou acordado que o pagamento se daria em trinta e seis prestações mensais e consecutivas com reajuste a cada doze meses conforme taxa Selic, a ser efetuado no domicílio do credor. O contrato estabeleceu, ainda, a incidência de juros moratórios, no importe de 2% (dois por cento) do valor da parcela em atraso, e cláusula penal, fixada em 10% (dez por cento) do valor do contrato, em caso de inadimplência. Após o pagamento de nove parcelas, Tiago foi surpreendido com a notificação extrajudicial enviada por Ronaldo, em que se comunicava um reajuste de 30% (trinta por cento) sobre o valor da última parcela paga sob o argumento de que ocorreu elevada desvalorização no câmbio. Tiago não concordou com o reajuste e ao tentar efetuar o pagamento da décima parcela com base no valor inicialmente ajustado teve o pagamento recusado por Ronaldo. Considerando o caso acima e as regras previstas no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

(A) Caso Tiago consigne o valor da décima parcela por meio de depósito judicial, poderá levantá-lo enquanto Ronaldo não informar o aceite ou não o impugnar, desde que pague todas as despesas.

(B) Na hipótese de Tiago consignar judicialmente duas máquinas de costura com a finalidade de afastar a incidência dos encargos moratórios e da cláusula penal, este depósito será apto a liberá-lo da obrigação assumida.

(C) O depósito consignatório realizado por Tiago em seu domicílio terá o poder liberatório do vínculo obrigacional, isentando-o do pagamento dos juros moratórios e da cláusula penal.

(D) Tiago poderá depositar o valor referente à décima parcela sob o fundamento de injusta recusa, porém não poderá discutir, no âmbito da ação consignatória, a abusividade ou ilegalidade das cláusulas contratuais.

RESPOSTA Art. 338, CC. Trata-se do pagamento em consignação, no qual, enquanto o credor (Ronaldo) não declarar que aceita o depósito ou não o impugnar, poderá o devedor (Tiago) requerer o levantamento, pagando as respectivas despesas. *Alternativa A.*

1988. **(OAB 02 – 2011)** A dação em pagamento é

(A) Modalidade de obrigação facultativa, na qual o credor consente em receber objeto diverso ao da prestação originariamente pactuada.

(B) Modalidade de adimplemento direto, na qual o credor consente em receber objeto diverso ao da

prestação originariamente pactuada.

(C) Causa extintiva da obrigação, na qual o credor consente em receber objeto diverso ao da prestação originariamente pactuada.

(D) Modalidade de obrigação alternativa, na qual o credor consente em receber objeto diverso ao da prestação originariamente pactuada.

RESPOSTA Art. 356, CC. A dação em pagamento é causa extintiva da obrigação. *Alternativa C.*

III. Contratos

Teoria Geral dos Contratos

1989. **(OAB 02 – 2012)** Embora sujeito às constantes mutações e às diferenças de contexto em que é aplicado, o conceito tradicional de contrato sugere que ele representa o acordo de vontades estabelecido com a finalidade de produzir efeitos jurídicos. Tomando por base a teoria geral dos contratos, assinale a afirmativa correta.

(A) A celebração de contrato atípico, fora do rol contido na legislação, não é lícita, pois as partes não dispõem da liberdade de celebrar negócios não expressamente regulamentados por lei.

(B) A atipicidade contratual é possível, mas, de outro lado, há regra específica prevendo não ser lícita a contratação que tenha por objeto a herança de pessoa viva, seja por meio de contrato típico ou não.

(C) A liberdade de contratar é limitada pela função social do contrato e os contratantes deverão guardar, assim na conclusão, como em sua execução, os princípios da probidade e da boa-fé subjetiva, princípios esses ligados ao voluntarismo e ao individualismo que informam o nosso Código Civil.

(D) Será obrigatoriamente declarado nulo o contrato de adesão que contiver cláusulas ambíguas ou contraditórias.

RESPOSTA (A) Art. 425, CC. (B) Art. 426, CC. (C) Arts. 421 e 422, CC. (D) Art. 423, CC. *Alternativa B.*

Vícios Redibitórios e Evicção

1990. **(OAB 03 – 2012)** Em 12.09.12, Sílvio adquiriu de Maurício, por contrato particular de compra e venda, um automóvel, ano 2011, por R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais). Vinte dias após a celebração do negócio, Sílvio tomou conhecimento que o veículo apresentava avarias na suspensão dianteira, tornando seu uso impróprio pela ausência de segurança. Considerando que o vício apontado existia ao tempo da contratação, de acordo com a hipótese acima e as regras de direito civil, assinale a afirmativa correta.

(A) Sílvio terá o prazo de doze meses, após o conhecimento do defeito, para reclamar a Maurício o abatimento do preço pago ou desfazimento do negócio jurídico em virtude do vício oculto.

(B) Maurício deverá restituir o valor recebido e as despesas decorrentes do contrato se, no momento da venda, desconhecesse o defeito na suspensão dianteira do veículo.

(C) Caso Sílvio e Maurício estabeleçam no contrato cláusula de garantia pelo prazo de 90 dias, o prazo decadencial legal para reclamação do vício oculto correrá independentemente do prazo da garantia estipulada.

(D) Caso Sílvio e Maurício tenham inserido no contrato de compra e venda cláusula que exclui a responsabilidade de Maurício pelo vício oculto, persistirá a irresponsabilidade de Maurício mesmo que este tenha agido com dolo positivo.

RESPOSTA (A) Art. 445, CC. (B) Art. 443, CC. (C) Art. 446, CC. (D) É possível excluir a garantia pelo vício redibitório, porém

se Maurício soubesse da existência do defeito seria responsabilizado por dolo positivo (por ação). *Alternativa B.*

Contratos em Espécie e Atos Unilaterais

1991. **(OAB 03 – 2012)** Marcelo firmou com Augusto contrato de compra e venda de imóvel,-tendo sido instituído no contrato o pacto de preempção. Acerca do instituto da preempção, assinale a afirmativa correta.

(A) Trata-se de pacto adjeto ao contrato de compra e venda em que Marcelo se reserva ao direito de recobrar o imóvel vendido a Augusto no prazo máximo de 3 anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador.

(B) Trata-se de pacto adjeto ao contrato de compra e venda em que Marcelo impõe a Augusto a obrigação de oferecer a coisa quando vender, ou dar em pagamento, para que use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto.

(C) Trata-se de pacto adjeto ao contrato de compra e venda em que Marcelo reserva para si a propriedade do imóvel até o momento em que Augusto realize o pagamento integral do preço.

(D) Trata-se de pacto adjeto ao contrato de compra e venda em que Marcelo, enquanto constituir faculdade de exercício, poderá ceder ou transferir por ato *inter vivos*.

RESPOSTA (A) Art. 513, parágrafo único, CC. (B) Art. 513, *caput,* CC. A preempção é um tipo de pacto adjeto à compra e venda que confere ao vendedor direito de preferência, nas mesmas condições em que o bem seria ofertado a terceiros, caso o comprador resolva vendê-lo ou até mesmo dá-lo em pagamento. (C) Art. 521, CC. (D) Art. 520, CC. *Alternativa B.*

1992. **(OAB 1 – 2012)** O policial militar Marco Antônio é proprietário de uma casa de praia, localizada no balneário de Guarapari/ES. Por ocasião de seu exercício profissional na cidade de Vitória/ES, a casa de praia foi emprestada ao seu primo Fabiano, que lá reside com sua família há mais de três anos. Ocorre que, por interesse da administração pública, Marco Antônio foi removido de ofício para a cidade de Guarapari/ES. Diante de tal situação, Marco Antônio decidiu notificar extrajudicialmente o primo para que este desocupe a referida casa no prazo improrrogável de 30 dias. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) O contrato firmado verbalmente entre Marco Antônio e Fabiano é o comodato e a fixação do prazo mínimo de 30 dias para desocupação do imóvel encontra-se expressa em lei.

(B) Conforme entendimento pacífico do STJ, a notificação extrajudicial para desocupação de imóvel dado em comodato verbal por prazo indeterminado é imprescindível para a reintegração da posse.

(C) A espécie de empréstimo firmado entre Marco Antônio e Fabiano é o mútuo, pois recai sobre bem imóvel inconsumível. Nesta modalidade de contrato, a notificação extrajudicial para a restituição do bem, por si só, coloca o mutuário em mora e obriga-o a pagar aluguel da coisa até sua efetiva devolução.

(D) Tratando-se de contrato firmado verbalmente e por prazo indeterminado, Marco Antônio pode colocar fim ao contrato a qualquer momento, sem ter que apresentar motivo, em decorrência da aplicação das regras da chamada denúncia vazia.

RESPOSTA (A) Art. 581, CC. O prazo de 30 dias não é expresso em lei. (B) Embora o gabarito aponte como correta a alternativa D, esta também está correta. Isso porque, desde 2000, é pacífico tal entendimento no STJ. (C) Art. 586, CC. (D) A questão versa sobre o contrato de comodato, que se consubstancia pelo empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, nos termos do art. 579, CC. Nessa linha, conforme o art. 581, CC, tendo o comodato sido estipulado sem prazo, o bem deve ser restituído ao comodante quando este o requerer, valendo-se de denúncia vazia (art. 473, CC). *Alternativa D.*

1993. **(OAB 03 – 2011)** Marcelo, brasileiro, solteiro, advogado, sem que tenha qualquer

impedimento para doar a casa de campo de sua livre propriedade, resolve fazê-lo, sem quaisquer ônus ou encargos, em benefício de Marina, sua amiga, também absolutamente capaz. Todavia, no âmbito do contrato de doação, Marcelo estipula cláusula de reversão por meio da qual o bem doado deverá se destinar ao patrimônio de Rômulo, irmão de Marcelo, caso Rômulo sobreviva à donatária. A respeito dessa situação, é correto afirmar que

(A) Diante de expressa previsão legal, não prevalece a cláusula de reversão estipulada em favor de Rômulo.

(B) No caso, em razão de o contrato de doação, por ser gratuito, comportar interpretação extensiva, a cláusula de reversão em favor de terceiro é válida.

(C) A cláusula em exame não é válida em razão da relação de parentesco entre o doador, Marcelo, e o terceiro beneficiário, Rômulo.

(D) Diante de expressa previsão legal, a cláusula de reversão pode ser estipulada em favor do próprio doador ou de terceiro beneficiário por aquele designado, caso qualquer deles, nessa ordem, sobreviva ao donatário.

RESPOSTA (A) Segundo o art. 547, parágrafo único, CC, é possível a cláusula de reversão da doação em favor do doador, mas não prevalecerá em favor de terceiro. (B) Art. 547, parágrafo único, CC. (C) A cláusula não é válida, não em virtude da relação de parentesco, mas sim por Rômulo ser um terceiro. (D) Art. 547, parágrafo único, CC. *Alternativa A.*

1994. **(OAB 02 – 2011)** Em instrumento particular, subscrito por duas testemunhas, um menor de 16 anos, sem bens, não estabelecido com economia própria nem exercendo atividade laborativa e sendo apenas estudante do curso secundário, tomou por empréstimo a uma vizinha, sua amiga, a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para participar de uma campanha de doação de fundos para seu time de futebol, autorizando que a referida mutuante entregasse, em nome do mutuário, a referida importância diretamente ao clube esportivo, o que foi feito. Não foi fixado prazo para pagamento do mútuo, nem houve previsão de juros, exigindo, entretanto, a credora, a fiança de dois amigos do mutuário, solteiros, maiores e capazes. Recusando-se a pagar o empréstimo, foram procurados o pai e a mãe do mutuário, os quais se negaram a ratificar o empréstimo e a honrá-lo, sob o argumento de que não o haviam autorizado. Em face disso, assinale a alternativa correta.

(A) Esse mútuo não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores.

(B) Presumem-se devidos os juros pelo mutuário e por seus fiadores.

(C) Esse mútuo é uma obrigação que apenas vincula o menor e, assim, quando vencido e não restituído, poderá ser cobrado apenas do mutuário, não sendo exigível dos fiadores, perante os quais é absolutamente ineficaz.

(D) Não é válida, no caso, a negativa dos pais em honrar o empréstimo, que poderá ser cobrado deles, mas sem juros.

RESPOSTA (A) Art. 588, CC. (B) Art. 591, CC. (C) Art. 588, CC. (D) O enunciado permite concluir que o menor não era emancipado, era relativamente incapaz e não teve seu ato ratificado (art. 176, CC). *Alternativa A.*

IV. Responsabilidade Civil

1995. **(OAB 03 – 2012)** No dia 23 de junho de 2012, Alfredo, produtor rural, contratou a sociedade Simões Aviação Agrícola Ltda., com a finalidade de pulverizar, por via aérea, sua plantação de soja. Ocorre que a pulverização se deu de forma incorreta, ocasionando a perda integral da safra de abóbora pertencente a Nilson, vizinho lindeiro de Alfredo. Considerando a situação hipotética e as regras de responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.

(A) Com base no direito brasileiro, Alfredo responderá subjetivamente pelos danos causados a Nilson e a sociedade Simões Aviação Agrícola Ltda. será responsabilizada de forma subsidiária.
(B) Alfredo e a sociedade Simões Aviação Agrícola Ltda. responderão objetiva e solidariamente pelos danos causados a Nilson.
(C) Não há lugar para a responsabilidade civil solidária entre Alfredo e a sociedade Simões Aviação Agrícola Ltda. pelos danos causados a Nilson, dada a inexistência da relação de preposição.
(D) Trata-se de responsabilidade civil objetiva, em que a sociedade Simões Aviação Agrícola Ltda. é o responsável principal pela reparação dos danos, enquanto Alfredo é responsável subsidiário.

RESPOSTA Art. 932, III, c/c art. 942, parágrafo único, ambos do CC. *Alternativa B*.

1996. (OAB 02 – 2012) João dirigia seu veículo respeitando todas as normas de trânsito, com velocidade inferior à permitida para o local, quando um bêbado atravessou a rua, sem observar as condições de tráfego. João não teve condições de frear o veículo ou desviar-se dele, atingindo-o e causando-lhe graves ferimentos. A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

(A) Houve responsabilidade civil, devendo João ser considerado culpado por sua conduta.
(B) Faltou um dos elementos da responsabilidade civil, qual seja, a conduta humana, não ficando configurada a responsabilidade civil.
(C) Inexistiu um dos requisitos essenciais para caracterizar a responsabilidade civil: o dano indenizável e, por isso, não deve ser responsabilizado.
(D) Houve rompimento do nexo de causalidade, em razão da conduta da vítima, não restando configurada a responsabilidade civil.

RESPOSTA Na questão está configurada a culpa exclusiva da vítima, apta a ensejar o rompimento do nexo de causalidade. Não confundir com a culpa concorrente da vítima, contida no art. 945, CC. *Alternativa D.*

1997. (OAB 1 – 2012) Em relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

(A) A responsabilidade civil objetiva indireta é aquela decorrente de ato praticado por animais.
(B) O Código Civil prevê expressamente como excludente do dever de indenizar os danos causados por animais, a culpa exclusiva da vítima e a força maior.
(C) Empresa locadora de veículos responde, civil e subsidiariamente, com o locatário, pelos danos por este causados a terceiro, no uso do carro alugado.
(D) Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial implica em sucumbência recíproca.

RESPOSTA (A) A responsabilidade civil indireta se configura quando a lei imputa tal responsabilidade a um terceiro, que não seja o causador do dano, como nos casos do art. 932, CC. (B) Art. 936, CC. (C) Súmula 492, STF. (D) Súmula 326, STJ. *Alternativa B.*

1998. (OAB 03 – 2011-II) A sociedade de transporte de valores “Transporte Blindado Ltda.”, na noite do dia 27 de julho de 2011, teve seu veículo atingido por tiros de fuzil disparados por um franco atirador. Em virtude da ação criminosa, o motorista do carro-forte perdeu o controle da direção e atingiu frontalmente Rodrigo Cerdeira, estudante de Farmácia, que estava no abrigo do ponto de ônibus em frente à universidade onde estuda. Devido ao atropelamento, Rodrigo permaneceu por sete dias na UTI, mas não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. Com base no fato narrado, assinale a assertiva correta.

(A) Configura-se hipótese de responsabilidade civil objetiva da empresa proprietária do carro-forte

com base na teoria do risco-proveito, decorrente do risco da atividade desenvolvida.

(B) Não há na hipótese em apreço a configuração da responsabilidade civil da empresa de transporte de valores, uma vez que presente a culpa exclusiva de terceiro, qual seja, do franco-atirador.

(C) Não há hipótese de configuração da responsabilidade civil da empresa proprietária do carro-forte, uma vez que presente a ausência de culpa do motorista do carro-forte.

(D) Configura-se hipótese de responsabilidade civil objetiva da empresa proprietária do carro-forte com base na teoria do empreendimento.

RESPOSTA Art. 927, parágrafo único, CC. Trata-se de caso em que a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implica, por sua natureza, risco para os direitos de outrem, incidindo a responsabilidade civil objetiva. *Alternativa A.*

1999. **(OAB 03 – 2011)** Mirtes gosta de decorar a janela de sua sala com vasos de plantas. A síndica do prédio em que Mirtes mora já advertiu a moradora do risco de queda dos vasos e de possível dano aos transeuntes e moradores do prédio. Num dia de forte ventania, os vasos de Mirtes caíram sobre os carros estacionados na rua, causando sérios prejuízos. Nesse caso, é correto afirmar que Mirtes

(A) Poderá alegar motivo de força maior e não deverá indenizar os lesados.

(B) Está isenta de responsabilidade, pois não teve a intenção de causar prejuízo.

(C) Somente deverá indenizar os lesados se tiver agido dolosamente.

(D) Deverá indenizar os lesados, pois é responsável pelo dano causado.

RESPOSTA Art. 938, CC. Trata-se de responsabilidade civil objetiva por defenestramento (queda ou arremesso de coisas em local indevido), que se configura independente de culpa, motivo pelo qual deverá indenizar os lesados. *Alternativa D.*

2000. **(OAB 02 – 2011)** João trafegava com seu veículo com velocidade incompatível para o local e avançou o sinal vermelho. José, que atravessava normalmente na faixa de pedestre, foi atropelado por João, sofrendo vários ferimentos. Para se recuperar, José, trabalhador autônomo, teve que ficar internado por 10 dias, sem possibilidade de trabalhar, além de ter ficado com várias cicatrizes no corpo. Em virtude do ocorrido, José ajuizou ação, pleiteando danos morais, estéticos e materiais. Com base na situação acima, assinale a alternativa correta.

(A) José não poderá receber a indenização na forma pleiteada, já que o dano moral e o dano estético são inacumuláveis. Assim, terá direito apenas ao dano moral, em razão do sofrimento e das cicatrizes, e ao dano material, em razão do tempo que ficou sem trabalhar.

(B) José terá direito apenas ao dano moral, já que o tempo que ficou sem trabalhar é considerado lucros cessantes, os quais não foram expressamente requeridos, e não podem ser concedidos. Quanto ao dano estético, esse é inacumulável com o dano moral, já estando incluído neste.

(C) José terá direito a receber a indenização na forma pleiteada: o dano moral em razão das lesões e do sofrimento por ele sentido, o dano material em virtude do tempo que ficou sem trabalhar e o dano estético em razão das cicatrizes com que ficou.

(D) José terá direito apenas ao dano moral, em razão do sofrimento, e ao dano estético, em razão das cicatrizes. Quanto ao tempo em que ficou sem trabalhar, isso se traduz em lucros cessantes, que não foram pedidos, não podendo ser concedidos.

RESPOSTA Súmulas 37 e 387, ambas do STJ, segundo as quais é possível cumular indenização por danos materiais, morais e estéticos. *Alternativa C.*

V. Direito das Coisas

Posse

2001. **(OAB 1 – 2012)** Acerca do instituto da posse é correto afirmar que

(A) o Código Civil estabeleceu um rol taxativo de posses paralelas.

(B) é admissível o interdito proibitório para a proteção do direito autoral.

(C) fâmulos da posse são aqueles que exercitam atos de posse em nome próprio.

(D) a composse é uma situação que se verifica na comunhão *pro indiviso*, do qual cada possuidor conta com uma fração ideal sobre a posse.

RESPOSTA (A) Há posses paralelas quando duas ou mais pessoas exercem posse simultânea sobre um mesmo bem, como no caso do art. 1.197, CC. No entanto, o legislador não estabeleceu rol taxativo de posses paralelas. (B) Súmula 228, STJ. (C) Art. 1.198, CC. Fâmulo da posse é aquele que exercita a posse em nome alheio (detenção) como mero instrumento da vontade dos reais possuidores ou proprietários. (D) Art. 1.199, CC. *Alternativa D.*

Propriedade

2002. **(OAB 02 – 2012)** Em janeiro de 2010, Nádia, unida estavelmente com Rômulo, após dez anos de convivência e sem que houvesse entre eles contrato escrito que disciplinasse as relações entre companheiros, abandona definitivamente o lar. Nos dois anos seguintes, Rômulo, que não é proprietário de outro imóvel urbano ou rural, continuou, ininterruptamente, sem oposição de quem quer que fosse, na posse direta e exclusiva do imóvel urbano com 200 metros quadrados, cuja propriedade dividia com Nádia e que servia de moradia do casal. Em março de 2012, Rômulo – que nunca havia ajuizado ação de usucapião, de qualquer espécie, contra quem quer que fosse – ingressou com ação de usucapião, pretendendo o reconhecimento judicial para adquirir integralmente o domínio do referido imóvel. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) A pretensão de aquisição do domínio integral do imóvel por Rômulo é infundada, pois o prazo assinalado pelo Código Civil é de 10 (dez) anos.

(B) A pretensão de aquisição do domínio integral do imóvel por Rômulo é infundada, pois a hipótese de abandono do lar, embora possa caracterizar a impossibilidade da comunhão de vida, não autoriza a propositura de ação de usucapião.

(C) A pretensão de aquisição do domínio integral do imóvel por Rômulo é infundada, pois tal direito só existe para as situações em que as pessoas foram casadas sob o regime da comunhão universal de bens.

(D) A pretensão de aquisição do domínio integral do imóvel por Rômulo preenche todos os requisitos previstos no Código Civil.

RESPOSTA (A), (B) e (C) Art. 1.240-A, CC. (D) A questão trata da Usucapião Familiar, introduzida pelo art. 1.240-A, CC, por meio da Lei n. 12.424, de 17-6-2011. Um dos requisitos exigidos é a posse ininterrupta por 2 anos sobre o bem, o que leva à conclusão de que somente a partir de 17-6-2013 é que poderá ser declarada a aquisição da propriedade por essa modalidade de usucapião (Enunciado 498, V Jornada de Direito Civil, CJF). Como Rômulo ingressou com ação em 2012, não foi preenchido o requisito temporal. *Gabarito oficial: alternativa D. Gabarito sugerido: alternativa A.*

2003. **(OAB 03 – 2011)** Diogo, proprietário de um terreno urbano localizado no Município de Vila Formosa, autorizou Rafael, dono de uma transportadora, a utilizar parte desse terreno como garagem. Passados alguns meses de uso, Rafael, sem autorização de Diogo, construiu um galpão coberto com o objetivo de proteger sua frota da chuva e do sol. Com o crescimento dos negócios, Rafael ampliou o galpão e ali montou uma oficina para realizar a manutenção dos seus veículos. Verificando uma oportunidade de negócio, Rafael passou a prestar serviços mecânicos a terceiros.

Considerando a situação hipotética e as regras atinentes à acessão artificial, assinale a alternativa correta.

(A) Configurará aquisição por acessão invertida se o valor das construções realizadas por Rafael ultrapassar consideravelmente o valor do terreno.

(B) Mesmo que Rafael estivesse agindo de má-fé quando da realização da construção no terreno de Diogo, teria direito à indenização das benfeitorias úteis para evitar enriquecimento sem causa deste.

(C) A acessão decorrente de construção é forma de aquisição derivada da propriedade.

(D) As acessões artificiais podem ser equiparadas às benfeitorias úteis, sobretudo quando representarem instrumento apropriado para conservação do bem principal.

RESPOSTA (A) Trata-se do instituto da acessão invertida contido no art. 1.255, parágrafo único, CC, segundo o qual, se a construção exceder consideravelmente o valor do terreno, aquele que, de boa-fé, edificou-a adquirirá a propriedade do solo, mediante pagamento da indenização fixada judicialmente, caso não haja acordo. Ocorre que as construções foram feitas de má-fé, já que, sem autorização de Diogo, faltou o requisito da boa-fé, o que impede a aquisição. (B) Art. 1.255, parágrafo único, CC. (C) É modo originário de aquisição da propriedade. (D) Não se equiparam, embora sejam semelhantes. *Gabarito preliminar: alternativa A*. A questão foi *anulada*.

Direitos de Vizinhança

2004. **(OAB 03 – 2011-II)** Glicério construiu a casa onde reside há oito anos com duas janelas rentes à divisa do terreno. A disposição das janelas na divisa teve como objetivo a iluminação, a ventilação e a vista. Na época, seu vizinho não se opôs à construção. Ocorre que o lote vizinho foi vendido a terceiro, e este levantou um muro rente à parede em que se encontram as janelas. Considerando a situação hipotética e as regras de direitos reais, assinale a alternativa correta.

(A) Por ter transcorrido o prazo prescricional de um ano e dia da data da abertura das janelas, não poderá mais o proprietário do prédio lindeiro exigir o desfazimento da abertura irregular da janela.

(B) Não se aplica o prazo decadencial de um ano e dia para demolição e fechamento das janelas abertas irregularmente se o proprietário do prédio lindeiro se manifestou expressamente contrário à feitura da obra na época da construção.

(C) Considerando-se a hipótese de a construção ter sido realizada de maneira irregular e o proprietário do prédio lindeiro ter, no momento da construção, anuído de maneira tácita, mesmo antes de ano e dia serão aplicáveis as regras de servidão de utilidade.

(D) O terceiro adquirente do prédio vizinho poderá, a todo tempo, levantar uma edificação no seu próprio prédio; todavia, fica impossibilitado de vedar a claridade e a ventilação da casa de Glicério.

RESPOSTA (A) Conforme o art. 1.302, o proprietário lindeiro poderá exigir o desfazimento da janela no lapso de um ano e um dia após a conclusão da obra, devendo ser pleiteado dentro do prazo. (B) Não há tal restrição, motivo pelo qual entendemos estar equivocado o gabarito oficial. (C) Serão aplicáveis as regras do direito de construir. (D) Art. 1.299, CC. *Gabarito oficial: alternativa B. Gabarito sugerido: alternativa A.*

Condomínio

2005. **(OAB 03 – 2011-II)** Timóteo e Leandro, cada qual proprietário de um apartamento no Edifício Maison, procuram a síndica do condomínio, Leonor, a fim de solicitar que fossem deduzidas de suas contribuições condominiais as despesas referentes à manutenção do parque infantil situado no edifício. Argumentaram que, por serem os únicos condôminos sem crianças na família, não utilizam o aludido parque, cuja manutenção incrementa significativamente o valor da contribuição condominial, bem como que a convenção de condomínio nada dispõe a esse respeito. Na condição de advogado consultado por Leonor, assinale a avaliação correta do caso acima.

(A) Timóteo e Leandro podem ser temporariamente dispensados do pagamento das despesas referentes à manutenção do parque infantil, retomando-se imediatamente a cobrança caso venham a ter crianças em sua família.

(B) Timóteo e Leandro podem ser dispensados do pagamento das despesas referentes à manutenção do parque infantil, desde que declarem, por meio de escritura pública, que não utilizarão o parque infantil de forma permanente.

(C) Leonor deverá dispensar tratamento isonômico a todos os condôminos, devendo as despesas de manutenção do parque infantil ser cobradas, ao final de cada mês, apenas daqueles condôminos que tenham efetivamente utilizado a área naquele período.

(D) Todos os condôminos, inclusive Timóteo e Leandro, devem arcar com as despesas referentes à manutenção do parque infantil, tendo em vista ser seu dever contribuir para as despesas condominiais proporcionalmente à fração ideal de seu imóvel.

RESPOSTA De acordo com o disposto no art. 1.336, I, CC, Timóteo e Leandro, mesmo não usufruindo do parque infantil do condomínio, terão que arcar com as despesas por se tratar de um dos deveres dos condôminos, exceto se houver alguma previsão em sentido diverso na convenção do condomínio, o que não é o caso na questão. *Alternativa D.*

2006. **(OAB 02 – 2011)** Durante assembleia realizada em condomínio edilício residencial, que conta com um apartamento por andar, Giovana, nova proprietária do apartamento situado no andar térreo, solicitou explicações sobre a cobrança condominial, por ter verificado que o valor dela cobrado era superior àquele exigido dos demais condôminos. O síndico prontamente esclareceu que a cobrança a ela dirigida é realmente superior à cobrança das demais unidades, tendo em vista que o apartamento de Giovana tem acesso exclusivo, por meio de uma porta situada em sua área de serviço, a um pequeno pátio localizado nos fundos do condomínio, conforme consta nas configurações originais do edifício devidamente registradas. Desse modo, segundo afirmado pelo síndico, podendo Giovana usar o pátio com exclusividade, apesar de constituir área comum do condomínio, caberia a ela arcar com as respectivas despesas de manutenção.

Em relação à situação apresentada, assinale a alternativa correta.

(A) Não poderão ser cobradas de Giovana as despesas relativas à manutenção do pátio, tendo em vista que este consiste em área comum do condomínio, e a porta de acesso exclusivo não fora instalada por iniciativa da referida condômina.

(B) Poderão ser cobradas de Giovana as despesas relativas à manutenção do pátio, tendo em vista que ela dispõe de seu uso exclusivo, independentemente da frequência com que seja efetivamente exercido.

(C) Somente poderão ser cobradas de Giovana as despesas relativas à manutenção do pátio caso seja demonstrado que o uso por ela exercido impõe deterioração excessiva do local.

(D) Poderá ser cobrada de Giovana metade das despesas relativas à manutenção do pátio, devendo a outra metade ser repartida entre os demais condôminos, tendo em vista que a instalação da porta na área de serviço não foi de iniciativa da condômina, tampouco da atual administração do condomínio.

RESPOSTA Art. 1.340, CC. *Alternativa B.*

Direitos Reais em Garantia

2007. **(OAB 03 – 2012)** De acordo com as regras atinentes à hipoteca, assinale a afirmativa correta.

(A) O Código Civil não admite a divisibilidade da hipoteca em casos de loteamento do imóvel hipotecado.
(B) O ordenamento jurídico admite a instituição de nova hipoteca sobre imóvel hipotecado, desde que seja dada em favor do mesmo credor.
(C) Segundo o Código Civil, o adquirente de bem hipotecado não pode remir a hipoteca para que seja extinto o gravame pendente sobre o bem sem autorização expressa de todos credores hipotecários.
(D) A hipoteca pode ser constituída para garantia de dívida futura ou condicionada, desde que determinado o valor máximo do crédito a ser garantido.

RESPOSTA (A) Art. 1.488, CC. (B) Art. 1.494, CC. (C) Art. 1.481, CC. (D) Art. 1.487, CC. *Alternativa D.*

VI. Direito das Famílias

Direito Pessoal de Família: Casamento

2008. (OAB 03 – 2011) Rejane, solteira, com 16 anos de idade, órfã de mãe e devidamente autorizada por seu pai, casa-se com Jarbas, filho de sua tia materna, sendo ele solteiro e capaz, com 23 anos de idade. A respeito do casamento realizado, é correto afirmar que é

(A) Nulo, tendo em vista o parentesco existente entre Rejane e Jarbas.
(B) É anulável, tendo em vista que, por ser órfã de mãe, Rejane deveria obter autorização judicial a fim de suprir o consentimento materno.
(C) Válido.
(D) Anulável, tendo em vista o parentesco existente entre Rejane e Jarbas.

RESPOSTA O casamento realizado é plenamente válido. Primeiro, porque Rejane e Jarbas são primos (parentesco de quarto grau) e o art. 1.521, IV, proíbe o casamento até o terceiro grau. Depois, como a mãe de Rejane é falecida e, por isso, o poder familiar é exercido apenas pelo pai, sua autorização é suficiente para a validade do casamento, nos termos do art. 1.631, CC. *Alternativa C.*

Filiação, Reconhecimento dos Filhos, Adoção e Guarda

2009. (OAB 1 – 2012) A respeito da perfilhação é correto dizer que

A) constitui ato formal, de livre vontade, irretratável, incondicional e personalíssimo.
B) se torna perfeita exclusivamente por escritura pública ou instrumento particular.
C) não admite o reconhecimento de filhos já falecidos, quando estes hajam deixado descendentes.
D) em se tratando de filhos maiores, dispensa-se o consentimento destes.

RESPOSTA (A) Perfilhação é o reconhecimento voluntário dos filhos. É ato formal, irrevogável e irretratável (art. 1.609, CC); voluntário e personalíssimo (art. 1.607, CC) e incondicional (art. 1.613, CC). (B) Art. 1.609, CC. (C) Art. 1.609, parágrafo único, CC. (D) Art. 1.614, CC. *Alternativa A.*

Poder Familiar

2010. (OAB 03 – 2011-II) A respeito do poder familiar, assinale a alternativa correta.

(A) O filho que possua 16 anos de idade, ainda que tenha contraído casamento válido, permanece sujeito ao poder familiar de seus pais até que complete 18 anos de idade.
(B) Na constância do casamento entre os pais, havendo falta ou impedimento de um deles, caberá ao outro obter autorização judicial, a fim de exercer com exclusividade o poder familiar sobre os filhos comuns do casal.
(C) Exorbita os limites do exercício do poder familiar exigir que os filhos prestem quaisquer serviços

aos pais, ainda que sejam considerados próprios para a idade e condições daquele.

(D) Não é autorizado ao novo cônjuge interferir no poder familiar exercido por sua esposa sobre os filhos por ela havidos na constância do primeiro casamento, mesmo em caso de falecimento do pai das crianças.

RESPOSTA (A) Extingue-se o poder familiar pela emancipação oriunda, no caso, de casamento válido, segundo interpretação conjunta dos arts. 5º, parágrafo único, II, e 1.635, II, ambos do CC. (B) Art. 1.631, CC. (C) Art. 1.634, VII, CC. (D) Arts. 1.631 e 1.636, ambos do CC. *Alternativa D.*

Alimentos

2011. **(OAB 03 – 2012)** Henrique e Natália, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, decidiram se divorciar após 10 anos de união conjugal. Do relacionamento nasceram Gabriela e Bruno, hoje, com 8 e 6 anos, respectivamente. Enquanto esteve casada, Natália, apesar de ter curso superior completo, ser pessoa jovem e capaz para o trabalho, não exerceu atividade profissional para se dedicar integralmente aos cuidados da casa e dos filhos. Considerando a hipótese acima e as regras atinentes à prestação de alimentos, assinale a afirmativa correta.

(A) Uma vez homologado judicialmente o valor da prestação alimentícia devida por Henrique em favor de seus filhos Gabriela e Bruno, no percentual de um salário mínimo para cada um, ocorrendo a constituição de nova família por parte de Henrique, automaticamente será minorado o valor dos alimentos devido aos filhos do primeiro casamento.

(B) Henrique poderá opor a impenhorabilidade de sua única casa, por ser bem de família, na hipótese de ser acionado judicialmente para pagar débito alimentar atual aos seus filhos Gabriela e Bruno.

(C) Natália poderá pleitear alimentos transitórios e por prazo razoável, se demonstrar sua dificuldade em ingressar no mercado de trabalho em razão do longo período que permaneceu afastada do desempenho de suas atividades profissionais para se dedicar integralmente aos cuidados do lar.

(D) Caso Natália descubra, após dois meses de separação de fato, que espera um filho de Henrique, serão devidos alimentos gravídicos até o nascimento da criança, pois após este fato a obrigação alimentar somente será exigida em ação judicial própria.

RESPOSTA (A) Art. 1.709, CC. (B) Art. 3º, III, Lei n. 8.009/90. (C) Segundo o STJ, o prazo fixado para o pagamento dos alimentos deve assegurar ao cônjuge alimentando tempo hábil para sua inserção, recolocação ou progressão no mercado de trabalho, que lhe possibilite manter pelas próprias forças o *status* social similar ao período do relacionamento. Portanto, para ex-cônjuges a prestação alimentar é excepcional e temporária (STJ, REsp 1.205.408/RJ). (D)Art. 6º, parágrafo único, Lei n. 11.804/2008. *Alternativa C.*

União Estável e Concubinato

2012. **(OAB 02 – 2011)** Em relação à união estável, assinale a alternativa correta.

(A) Para que fique caracterizada a união estável, é necessário, entre outros requisitos, tempo de convivência mínima de cinco anos, desde que durante esse período a convivência tenha sido pública e duradoura.

(B) Quem estiver separado apenas de fato não pode constituir união estável, sendo necessária, antes, a dissolução do anterior vínculo conjugal; nesse caso, haverá simples concubinato.

(C) Não há presunção legal de paternidade no caso de filho nascido na constância da união estável.

(D) O contrato de união estável é solene, rigorosamente formal e sempre público.

RESPOSTA (A) O art. 1.723, CC, não estabelece prazo para a configuração da união estável. (B) Art. 1.723, § 1º, CC. (C) As hipóteses de presunção de paternidade do art. 1.597, CC, dizem respeito ao casamento, apenas. (D) A regra no CC é a informalidade, não havendo nenhuma previsão específica de forma para o contrato de união estável (art. 107, CC). *Alternativa C.*

Tutela e Curatela

2013. **(OAB 02 – 2012)** Eduardo e Mônica, casados, tinham um filho menor chamado Renato. Por orientação de um advogado, Eduardo e Mônica, em 2005, fizeram os respectivos testamentos e nomearam Lúcio, irmão mais velho de Eduardo, como tutor do menor para o caso de alguma eventualidade. Pouco antes da nomeação por testamento, Lúcio fora definitivamente condenado pelo crime de dano (art. 163 do Código Penal), mas o casal manteve a nomeação, acreditando no arrependimento de Lúcio, que, desde então, mostrou conduta socialmente adequada. Em 2010, Eduardo e Mônica morreram em um acidente aéreo. Dois anos depois do acidente, pretendendo salvaguardar os interesses do menor colocado sob sua tutela, Lúcio, prevendo manifesta vantagem negocial em virtude do aumento dos preços dos imóveis, decide alienar a terceiros um dos bens imóveis do patrimônio de Renato, depositando, imediatamente, todo o dinheiro obtido na negociação em uma conta de poupança, aberta em nome do menor. Diante do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

(A) A nomeação de Lúcio como tutor é inválida em razão de ter sido condenado criminalmente, independentemente do cumprimento da pena, mas a alienação do imóvel é lícita, pois atende ao princípio do melhor interesse do menor.

(B) A nomeação de Lúcio como tutor é válida, apesar da condenação criminal, e a alienação do imóvel é lícita, pois atende ao princípio do melhor interesse do menor.

(C) A nomeação de Lúcio como tutor é válida, apesar da condenação criminal, mas a alienação do imóvel, sem prévia avaliação e autorização judicial, é ilícita.

(D) A nomeação de Lúcio é inválida em razão de ter sido condenado criminalmente, mas a alienação do imóvel é lícita, pois somente bens móveis de alto valor necessitam de prévia avaliação e autorização judicial.

RESPOSTA A nomeação de Lúcio como tutor é válida, já que foi condenado por crime de dano e o art. 1.735, IV, não elenca esse tipo penal nos que são aptos a gerar incapacidade para o exercício da tutela. Contudo, a alienação do imóvel é ilícita, uma vez que não obteve a autorização judicial exigida pelo art. 1.748, IV, CC. *Alternativa C.*

VII. Direito das Sucessões

Sucessões em Geral

2014. **(OAB 1 – 2012)** Edgar, solteiro, maior e capaz, faleceu deixando bens, mas sem deixar testamento e contando com dois filhos maiores, capazes e também solteiros, Lúcio e Arthur. Lúcio foi regularmente excluído da sucessão de Edgar, por tê-lo acusado caluniosamente em juízo, conforme apurado na esfera criminal. Sabendo-se que Lúcio possui um filho menor, chamado Miguel, assinale a alternativa correta.

(A) O quinhão de Lúcio será acrescido à parte da herança a ser recebida por seu irmão, Arthur, tendo em vista que Lúcio é considerado como se morto fosse antes da abertura da sucessão.

(B) O quinhão de Lúcio será herdado por Miguel, seu filho, por representação, tendo em vista que Lúcio é considerado como se morto fosse antes da abertura da sucessão.

(C) O quinhão de Lúcio será acrescido à parte da herança a ser recebida por seu irmão, Arthur, tendo em vista que a exclusão do herdeiro produz os mesmos efeitos da renúncia à herança.

(D) O quinhão de Lúcio se equipara, para todos os efeitos legais, à herança jacente, ficando sob a guarda e administração de um curador, até a sua entrega ao sucessor devidamente habilitado ou à

declaração de sua vacância.

RESPOSTA De acordo com o art. 1.814, CC, Lúcio foi corretamente excluído da sucessão. Contudo, é preciso lembrar que os efeitos da exclusão são pessoais, motivo pelo qual os descendentes de Lúcio poderão herdar por representação (art. 1.816, CC). *Alternativa B.*

Sucessão Legítima

2015. **(OAB 03 – 2012)** José, viúvo, é pai de Mauro e Mário, possuindo um patrimônio de R$ 300.000,00. Casou-se com Roberta, que tinha um patrimônio de R$ 200.000,00, pelo regime da comunhão universal de bens. José e Roberta tiveram dois filhos, Bruno e Breno. Falecendo Roberta, a divisão do monte seria a seguinte:

(A) José recebe R$ 250.000,00 e Mauro, Mário, Bruno e Breno recebem cada um R$ 62.500,00.
(B) O monte, no valor total de R$ 500.000,00, deve ser dividido em cinco partes, ou seja, José, Mauro, Mário, Breno e Bruno recebem, cada um, R$ 100.000,00.
(C) José recebe R$ 250.000,00 e Bruno e Breno recebem, cada um, a importância de R$ 125.000,00.
(D) A herança deve ser dividida em três partes, cabendo a José, Bruno e Breno 1/3 do monte, ou seja, R$ 166.666,66 para cada um.

RESPOSTA Tendo em vista que o regime de bens do casamento é o da comunhão universal, com a morte de Roberta será, em primeiro lugar, apurado o valor da meação devida a José, correspondente a 50% dos bens comuns, totalizando R$ 250.000,00. A outra metade deve ser partilhada entre os filhos do casal, Bruno e Breno, os quais receberão, cada um, R$ 125.000,00. Por fim, Mauro e Mário não receberão nada, já que não são herdeiros de Roberta. *Alternativa C.*

2016. **(OAB 03 – 2011)** José, solteiro, possui três irmãos: Raul, Ralph e Randolph. Raul era pai de Mauro e Mário. Mário era pai de Augusto e Alberto. Faleceram, em virtude de acidente automobilístico, Raul e Mário, na data de 15 de abril de 2005. Posteriormente, José veio a falecer em 1º de maio de 2006. Sabendo-se que a herança de José é de R$ 90.000,00, como ficará a partilha de seus bens?

(A) Como José não possui descendente, a partilha deverá ser feita entre os irmãos. E, como não há direito de representação entre os filhos de irmão, Ralph e Randolph receberão cada um R$ 45.000,00.
(B) Ralph e Randolph devem receber R$ 30.000,00 cada. A parte que caberá a Raul deve ser repartida entre Mauro e Mário. Sendo Mário pré-morto, seus filhos Alberto e Augusto devem receber a quantia que lhe caberia. Assim, Mauro deve receber R$ 15.0000,00, e Alberto e Augusto devem receber R$ 7.500,00 cada um.
(C) Ralph e Randolph receberão R$ 30.000,00 cada um. O restante (R$ 30.000,00) será entregue a Mauro, por direito de representação de seu pai pré-morto.
(D) Ralph e Randolph receberão R$ 30.000,00 cada um. O restante, na falta de outro colateral vivo, será entregue ao Município, Distrito Federal ou União.

RESPOSTA A totalidade da herança caberá aos colaterais, nos termos do art. 1.829, CC, já que não há descendentes, ascendentes e tampouco cônjuge. Prosseguindo, pela regra do art. 1.840, CC, os colaterais mais próximos excluem os mais remotos, salvo o direito de representação conferido aos filhos de irmãos. Assim, os irmãos de José receberão cada um R$ 30.000,00 (art. 1.842, CC). Por fim, Mauro receberá por representação o quinhão de Raul, seu pai pré-morto. *Alternativa C.*

2017. **(OAB 02 – 2011)** Heitor, solteiro e pai de dois filhos também solteiros (Roberto, com 30 anos de idade, e Leonardo, com 28 anos de idade), vem a falecer, sem deixar testamento. Roberto, não tendo interesse em receber a herança deixada pelo pai, a ela renuncia formalmente por meio de

instrumento público. Leonardo, por sua vez, manifesta inequivocamente o seu interesse em receber a herança que lhe caiba. Sabendo-se que Margarida, mãe de Heitor, ainda é viva e que Roberto possui um filho, João, de 2 anos de idade, assinale a alternativa correta.

(A) Roberto não pode renunciar à herança, pois acarretará prejuízos a seu filho, João, menor de idade.

(B) Roberto pode renunciar à herança, o que ocasionará a transferência de seu quinhão para João, seu filho.

(C) Roberto pode renunciar à herança, e, com isso, o seu quinhão será acrescido à parte da herança a ser recebida por Leonardo, seu irmão.

(D) Roberto pode renunciar à herança, ocasionando a transferência de seu quinhão para Margarida, sua avó, desde que ela aceite receber a herança.

RESPOSTA Art. 1.810, CC. *Alternativa C.*

VIII. Temas Mistos

2018. **(OAB 02 – 2012)** Com relação ao direito sucessório, assinale a afirmativa correta.

(A) O cônjuge sobrevivente, mesmo se constituir nova família, continuará a ter direito real de habitação sobre o imóvel em que residiu com seu finado cônjuge.

(B) A exclusão por indignidade pode ocorrer a partir da necessidade de que o herdeiro tenha agido sempre com dolo e por uma conduta comissiva.

(C) A deserdação é forma de afastar do processo sucessório tanto o herdeiro legítimo quanto o legatário.

(D) Os efeitos da indignidade não retroagem à data da abertura da sucessão, tendo, portanto, efeito *ex nunc*.

RESPOSTA (A) Art. 1.831, CC. (B) Art. 1.815, CC. (C) Art. 1.931, CC. (D) Art. 1.817, CC. *Alternativa A.*

2019. **(OAB 02 – 2012)** Utilizando-se das regras afetas ao direito das obrigações, assinale a alternativa correta.

(A) Quando o pagamento de boa-fé for efetuado ao credor putativo, somente será inválido se, em seguida, ficar demonstrado que não era credor.

(B) Levando em consideração os elementos contidos na lei para o reconhecimento da onerosidade excessiva, é admissível assegurar que a regra se aplica às relações obrigacionais de execução diferida ou continuada.

(C) Possui a quitação determinados requisitos que devem ser obrigatoriamente observados, tais como o valor da dívida, o nome do pagador, o tempo e o lugar do adimplemento, além da assinatura da parte credora, exigindo-se também que a forma da quitação seja igual à forma do contrato.

(D) O terceiro, interessado ou não, poderá efetuar o pagamento da dívida em seu próprio nome, ficando sempre sub-rogado nos direitos da parte credora.

RESPOSTA (A) Art. 309, CC. (B) Art. 478, CC. (C) Art. 320, CC. (D) Art. 305, CC. *Alternativa B.*

Bibliografia

- AMORIM FILHO, Agnelo. Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis. *Revista de Direito Processual Civil*. São Paulo, v. 3, p. 95-132, jan./jun. 1961.
- AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Comentários ao Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 19.
- AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Negócio jurídico:* existência, validade e eficácia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico.* Tradução de Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. 7. ed. Brasília:

UnB, 1996.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de direito do consumidor*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ______. *Programa de responsabilidade civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito civil.* 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 2.
- ______. *Curso de direito civil:* contratos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 3.
- ______. *Curso de direito civil:* família – sucessões. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 5.
- COUTO E SILVA, Clóvis Veríssimo do. *A obrigação como processo*. São Paulo: José Bushatsky, 1976.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro:* teoria geral das obrigações. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 2.
- ______. *Manual das sucessões*. 2. ed. São Paulo: RT, 2011.
- ______. *Manual de direito das famílias*. 8. ed. São Paulo: RT, 2011.
- FACHIN, Luiz Edson. *Comentários ao Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 15.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil:* obrigações. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2012. v. 1.
- ______. *Curso de direito civil:* obrigações. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2012. v. 2.
- ______. *Curso de direito civil:* contratos. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2012. v. 4.
- ______. *Curso de direito civil*: reais. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2012. v. 5.
- ______. *Curso de direito civil:* famílias. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2012. v. 6.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil:* parte geral. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1.
- ______. *Novo curso de direito civil:* contratos. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 4: teoria geral, t. I.
- ______. *Novo curso de direito civil:* contratos. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 4: teoria geral, t. II.
- ______. *Novo curso de direito civil:* direito de família. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 6.
- ______. *Novo curso de direito civil:* obrigações. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 2.
- ______. *Novo curso de direito civil:* responsabilidade civil. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 3.
- GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do consumidor:* Código comentado e jurisprudência. 8. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.
- GOMES, Orlando. *Contratos*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- ______. *Direitos reais*. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- ______. *Obrigações*. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- ______. *Sucessões.* 15. ed. São Paulo: Forense, 2012.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro:* contratos e atos unilaterais. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 3.
- ______. *Direito civil brasileiro:* direito das sucessões. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 7.
- ______. *Direito civil brasileiro:* parte geral. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1.
- ______. *Direito civil brasileiro:* parte geral. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 5.
- ______. *Direito civil brasileiro:* teoria geral das obrigações. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 2.
- GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; NERY JR., Nelson. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- HIRONAKA, Giselda M. F. Novaes. *Comentários ao Código Civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 20.
- LARENZ, Karl. *Derecho de obligaciones*. Tradução espanhola de Jaime Santos Briz. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1958, p. 18. t. I.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. *Direito civil aplicado:* direito das sucessões. 2. ed. São Paulo: RT, 2012. v. 6.
- ______. *Direito civil aplicado:* direito de família. São Paulo: RT, 2005. v. 5.
- LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- LÔBO, Paulo. *Direito civil:* contratos. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ______. *Direito civil:* famílias. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- ______. *Direito civil:* obrigações. São Paulo: Saraiva, 2011.
- ______. *Direito civil:* parte geral. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Comentários ao Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 6.

- MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIM, Antônio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.
- ______; BESSA, Leonardo Roscoe; BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos. *Manual de direito do consumidor*. 4. ed. São Paulo: RT, 2012.
- MIRAGEM, Bruno. *Curso de direito do consumidor*. 3. ed. São Paulo: RT, 2012.
- MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. *Curso de direito civil:* direito das coisas. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 3.
- ______; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. *Curso de direito civil:* parte geral. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 1.
- ______; TAVARES DA SILVA, Regina Beatriz. *Curso de direito civil:* direito de família. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 2.
- ______. *Curso de direito civil:* direito das sucessões. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6.
- MORAES, Maria Celina Bodin de. *Na medida da pessoa humana.* São Paulo: Renovar, 2010.
- NADER, Paulo. *Curso de direito civil:* direito das coisas. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. 4.
- ______. *Curso de direito civil:* direito das sucessões. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. 6.
- ______. *Curso de direito civil:* parte geral. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 1.
- ______. *Curso de direito civil:* responsabilidade civil. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. 7.
- NEGREIROS, Teresa. *Teoria do contrato*: novos paradigmas. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- NORONHA, Fernando. *Direito das obrigações*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- OLIVEIRA, J. M. Leoni Lopes de. *Novo Código Civil anotado:* parte geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. v. I.
- PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil*. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. II.
- ______. *Instituições de direito civil*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. v. III.
- ______. *Instituições de direito civil*: direitos reais. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. v. IV.
- ______. *Instituições de direito civil:* direito de família. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. v. V.
- PINTO, Cristiano Vieira Sobral. *Direito civil sistematizado.* 4. ed. São Paulo: Forense, 2012.
- REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito.* 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Contratos nominados II:* contrato estimatório, doação, locação de coisas, empréstimo (comodato – mútuo). São Paulo: RT, 2005.
- SCHREIBER, Anderson. *A proibição de comportamento contraditório*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.
- ______. *Novos paradigmas da responsabilidade civil*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- TARTUCE, Flávio. *Direito civil:* direito das obrigações e responsabilidade civil. 8. ed. São Paulo: Método, 2013. v. 2.
- ______. *Manual de direito civil:* volume único. 2. ed. São Paulo: Método, 2012.
- ______; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito do consumidor:* direito material e processual – vol. único. 2. ed. São Paulo: Método, 2013.
- ______; SIMÃO, José Fernando. *Direito civil:* direito das sucessões. São Paulo: Método, 2013. v. 6.
- ______. *Direito civil:* direito de família. São Paulo: Método, 2013. v. 5.
- ______. *Direito civil:* teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 8. ed. São Paulo: Método, 2013. v. 3.
- TEPEDINO, Gustavo. *A parte geral do Novo Código Civil:* estudos na perspectiva civil-constitucional. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
- ______. *Comentários ao Código Civil:* direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 14.
- ______. *Obrigações:* estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- ______; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. v. I.
- ______. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. v. II.
- ______. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010. v. III.

DIREITO CONSTITUCIONAL

OTÁVIO PIVA

Advogado militante. Pós-Graduado em Educação a Distância. Mestre em Ciências Sociais. Doutorando pela PUCRS. Professor e Coordenador Científico do Centro de Ensino Nacional para Concursos (CENC). Professor de Direito Constitucional nas instituições: Escola Superior da Magistratura (AJURIS-RS); Escola da Magistratura Federal (ESMAFE-RS); Escola Superior de Direito Municipal de Porto Alegre (ESDM); Faculdade do Ministério Público (FMP); e Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (FESDEP). Autor de oito obras jurídicas para concursos e Exame de Ordem.

NATASHA FERREIRA

Advogada militante nas áreas Previdenciária e de Direito Público. Pós-Graduada em Direito Público pela PUCRS. Professora de Direitos Humanos e de Direito Constitucional para concursos e OAB.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	205
FCC	100
OUTRAS BANCAS	494
OAB/FGV	43

I. Teoria Geral da Constituição e Interpretação Constitucional

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue o item seguinte, a respeito do ADCT.

2020. Dada a natureza jurídica das normas prescritas no ADCT, por meio delas podem ser estabelecidas exceções às regras constantes no corpo principal da CF.

RESPOSTA Normas do ADCT têm a mesma natureza jurídica das demais normas da Constituição. Por isso, podem trazer exceções às regras colocadas no corpo da Constituição. Nesse sentido, Pedro Lenza, *Direito constitucional esquematizado*, p. 161. *Correta.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) No que se refere ao conceito e à classificação das constituições bem como das normas constitucionais, julgue o item que se segue.

2021. De acordo com o critério da função exercida pela norma constitucional, considera-se impositiva a regra que veda a imposição de sanção penal ao indivíduo no caso de inexistir lei anterior que defina como crime conduta por ele praticada

RESPOSTA De acordo com a doutrina, a norma constitucional impositiva é aquela que estabelece um dever para os poderes públicos (como os objetivos da República Federativa do Brasil, previstos no art. 3º, CF). A norma que veda a imposição de sanção sem lei anterior que defina a conduta como crime constitui exemplo, segundo o critério da função exercida pela norma constitucional, de norma que institui garantia aos cidadãos. *Errada.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) No que se refere ao conceito e à classificação das constituições bem como das normas constitucionais, julgue o item que se segue.

2022. Consoante a concepção moderna de constituição material, ou substancial, o texto constitucional trata da normatização de aspectos essenciais vinculados às conexões das pessoas com os poderes públicos, não abrangendo os fatores relacionados ao contato das pessoas e dos grupos sociais entre si.

RESPOSTA Segundo a literatura consultada, pela concepção moderna do conceito de Constituição material, a "Constituição passa a ser o local para delinear normativamente também aspectos essenciais do contato das pessoas e grupos sociais entre si, e não apenas as suas conexões com os poderes públicos" (MENDES; BRANCO, *Curso de direito constitucional*, p. 65). *Errada.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Quanto à hermenêutica constitucional, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

2023. Pelo princípio da concordância prática ou harmonização, na hipótese de eventual conflito ou concorrência entre bens jurídicos constitucionalizados, deve-se buscar a coexistência entre eles, evitando-se o sacrifício total de um princípio em relação ao outro.

RESPOSTA Segundo esse princípio, deve-se buscar no problema a ser solucionado, em face da Constituição, a confrontação de bens e valores jurídicos que ali estariam conflitando de modo a, no caso concreto, estabelecer qual ou quais dos valores em conflito deverá prevalecer, de forma a evitar o sacrifício total de uns em benefício dos outros. *Correta.*

2024. O método hermenêutico-concretizador caracteriza-se pela praticidade na busca da solução dos problemas, já que parte de um problema concreto para a norma.

RESPOSTA A leitura de um texto constitucional, assim como a de qualquer outro texto normativo, inicia-se pela *pré-compreensão* do seu sentido pelo intérprete. Assim, o método hermenêutico-concretizador parte da norma para o problema concreto. *Errada.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Devido a graves problemas na área de segurança pública, como a existência, no ciclo da persecução criminal, de dois órgãos com tarefas complementares e, algumas vezes, conflitantes; a necessidade de inclusão do município no sistema de segurança pública; a incidência cada vez maior de crimes cometidos por menores de 18 anos de idade etc., foi proposta, com o apoio de 215 deputados, uma emenda à Constituição Federal. Nos trabalhos de revisão constitucional, segundo o texto da emenda, o Congresso Nacional deliberaria em sessão unicameral, aprovando-se as alterações constitucionais pelo voto da maioria absoluta dos seus membros. A realização da revisão constitucional ocorreria após a ratificação popular do texto da emenda, por meio de referendo, a ser realizado seis meses após a sua aprovação e promulgação. Proposta de igual teor havia sido apresentada no início da sessão legislativa, mas fora rejeitada na primeira votação em plenário, na Câmara dos Deputados. Porém, com o agravamento da situação na área de segurança pública, entenderam os autores ser pertinente a sua reapresentação. Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

2025. No caso brasileiro, o poder constituinte derivado possui limitações temporais, materiais e circunstanciais, expressas no texto constitucional, e limitações implícitas, relativas à titularidade dos poderes constituintes originário e derivado.

RESPOSTA Na verdade, as limitações implícitas quanto à titularidade não dizem respeito ao Poder Constituinte Originário, mas, sim, ao Poder Constituinte Derivado. *Errada.*

2026. Nos trabalhos de revisão constitucional, como o mencionado no texto acima, é possível alterar-se o dispositivo que prevê a inimputabilidade penal do menor de 18 anos de idade, uma vez que se trata de matéria relativa à política de execução penal.

RESPOSTA Em que pese ser matéria divergente, mais de uma vez o CESPE tem se manifestado no sentido de que seria inconstitucional a redução da idade penal, por ser cláusula pétrea do art. 60, § 4º, IV, CF/88. *Errada.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca da aplicabilidade e da interpretação das normas constitucionais, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

2027. Atendendo ao princípio denominado correção funcional, o STF não pode atuar no controle concentrado de constitucionalidade como legislador positivo.

RESPOSTA STF, ADI 267-MC. *Correta.*

2028. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** De acordo com Alexandre de Moraes (Direito Constitucional, São Paulo: Atlas, 2001, p. 511), o ato que consiste no acolhimento que uma nova constituição posta em vigor dá às leis e aos atos normativos editados sob a égide da Carta anterior, desde que compatíveis consigo, é denominado

(A) repristinação.
(B) recepção.
(C) desconstitucionalização.
(D) revogação tácita.
(E) adequação.

RESPOSTA Pela recepção, diz-se que a norma foi recepcionada pela nova Constituição, ou seja, que foi acolhida e incorporada à nova ordem constitucional porque compatível formal e materialmente com os termos da nova Constituição. *Alternativa B.*

(Advogado – CORREIOS – 2011 – CESPE) No que se refere ao conceito de constituição e a sua

classificação, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

2029. Quanto a sua extensão e finalidade, a constituição sintética examina e regulamenta todos os assuntos que reputa relevantes à formação, à destinação e ao funcionamento do Estado.

RESPOSTA **Sintéticas (garantias)** são as Constituições que preveem somente os princípios e as normas gerais de regência do Estado, organizando-o e limitando seu poder por meio de estipulação de direitos e garantias fundamentais. Por sua vez, **analíticas (dirigentes)** são aquelas que examinam e regulamentam todos os assuntos que entendem relevantes à formação, destinação e funcionamento do Estado. *Errada.*

(Advogado – CORREIOS – 2011 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, referentes a poder constituinte originário e derivado (Certo ou Errado).

2030. Quando, no exercício de sua capacidade de auto-organização, o estado-membro edita sua constituição, ele age com fundamento no denominado poder constituinte derivado decorrente.

RESPOSTA **Poder Constituinte Derivado decorrente** é a possibilidade que os Estados-membros têm de se auto-organizarem por meio de suas Constituições Estaduais, obedecidos, sempre, os limites impostos pela Constituição Federal. *Correta*.

2031. O poder constituinte originário, por ser aquele que instaura uma nova ordem jurídica, exige deliberação da representação popular, razão pela qual não se admite a outorga como forma de sua expressão.

RESPOSTA Poder Constituinte Originário (de primeiro grau) é aquele que estabelece a Constituição de um Estado, organizando-o e criando os poderes destinados a reger os interesses da comunidade. São características do Poder Constituinte Originário: é inicial e anterior, juridicamente ilimitado e incondicionado, autônomo e exclusivo, permanente e inalienável. Todavia, nem sempre o Poder Constituinte Originário surge por meio de mecanismos populares, mas também da imposição de poder (outorga). *Errada*.

2032. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** A Carta outorgada em 10 de novembro de 1937 é exemplo de texto constitucional colocado a serviço do detentor do poder, para seu uso pessoal. É a máscara do poder. É uma Constituição que perde normatividade, salvo nas passagens em que confere atribuições ao titular do poder. Numerosos preceitos da Carta de 1937 permaneceram no domínio do puro nominalismo, sem qualquer aplicação e efetividade no mundo das normas jurídicas.

Raul Machado Horta. *Direito constitucional*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999, p. 54-5 (com adaptações).

Considerando a classificação ontológica das constituições, assinale a opção que apresenta a categoria que se aplica à Constituição de 1937, conforme a descrição acima.

(A) constituição semântica
(B) constituição dogmática
(C) constituição formal
(D) constituição outorgada
(E) constituição ortodoxa

RESPOSTA Quanto à correspondência com a realidade ou ontológica, Karl Loewenstein classifica as Constituições como "normativas", "nominais" ou "semânticas". **Normativas:** são aquelas cujas normas dominam o processo político, ou seja, em que o poder se adapta às normas constitucionais e se lhes submete. **Nominais:** são aquelas que não conseguem adaptar as suas normas à dinâmica do processo político, ficando sem realidade existencial. Em outras palavras: mesmo tendo a intenção de limitar o poder, não conseguem. **Semânticas:** apenas formalizam a situação do poder político existente em benefício exclusivo dos detentores de fato desse poder. *Alternativa A*.

2033. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência ao conceito e à classificação das constituições.

(A) Para a teoria da força normativa da constituição – desenvolvida, principalmente, pelo jurista alemão Konrad Hesse –, a constituição tem força ativa para alterar a realidade, sendo relevante a reflexão dos valores essenciais da comunidade política submetida.

(B) De acordo com a classificação quanto à extensão, no Brasil, a Constituição de 1988 é sintética, pois constitucionaliza aspectos além do núcleo duro das constituições, estabelecendo matérias que poderiam ser tratadas mediante legislação infraconstitucional.

(C) As constituições denominadas rígidas são aquelas que não admitem alteração e que, por isso mesmo, são consideradas permanentes.

(D) Para o jurista alemão Peter Härbele, a constituição de um país consiste na soma dos fatores reais de poder que regulamentam a vida nessa sociedade.

(E) O legado de Carl Schmitt, considerado expoente da acepção jurídica da constituição, consistiu na afirmação de que há, nesse conceito, um plano lógico-jurídico, em que estaria situada a norma hipotética fundamental, e um plano jurídico-positivo, ou seja, a norma positivada.

RESPOSTA (A) A teoria da força normativa da Constituição é de autoria de Konrad Hesse. (B) A CF/88, quanto à extensão, é classificada como analítica. (C) Poderiam ser denominadas de imutáveis aquelas que não permitem alteração de seu texto. (D) É de Ferdinand Lassalle a teoria de que a verdadeira Constituição de um país é o somatório dos fatores reais de poder que regulam aquela sociedade. (E) A acepção jurídica de Constituição é atribuída especialmente a Hans Kelsen. *Alternativa A.*

2034. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito dos conceitos de mutação constitucional, revisão constitucional e poder constituinte.

(A) Tratando-se de mutação constitucional, o texto da constituição permanece inalterado, e alteram-se apenas o significado e o sentido interpretativo de determinada norma constitucional.

(B) A revisão constitucional prevista no ADCT da CF, que foi realizada pelo voto da maioria simples dos membros do Congresso Nacional, gerou seis emendas constitucionais de revisão que detêm o status de normas constitucionais originárias.

(C) Previsto pelo constituinte originário, o poder constituinte derivado decorrente encontra limitações apenas nas cláusulas pétreas.

(D) Sendo poder de índole democrática, autônomo e juridicamente ilimitado, o poder constituinte originário tem como forma única de expressão a assembleia nacional constituinte.

(E) É expressamente previsto na CF que os Poderes Legislativos dos estados, do DF e dos municípios devem elaborar suas constituições e leis orgânicas mediante manifestação do poder constituinte derivado decorrente.

RESPOSTA Mutação constitucional é o **processo informal** de modificação do significado da Constituição sem que haja a alteração formal de seu texto, que se daria por meio de emenda constitucional. Essa possibilidade pode ocorrer, especialmente, por duas razões: a) surgimento de **novo costume** ou b) pela via **interpretativa**. *Alternativa A.*

(Delegado – PC-AL – 2012 – CESPE) Julgue os itens seguintes, acerca do poder constituinte.

2035. De acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), é possível questionar, através de mandado de segurança, proposta de emenda constitucional tendente a abolir a separação de poderes. Todavia, a legitimidade para o ajuizamento é exclusiva de parlamentar.

RESPOSTA O STF (MS 20.257/DF) aceita Mandado de Segurança para correção do processo legislativo constitucional, especialmente no caso de tramitação de projetos de emenda tendentes a abolir as cláusulas pétreas do art. 60. *Correta.*

2036. Para a doutrina constitucional majoritária, não existem limites implícitos ao poder constituinte derivado reformador. É possível, assim, adotar a teoria da dupla revisão.

RESPOSTA Ao contrário, a doutrina majoritária reconhece, além de limitações expressas ao poder de reforma, a existência de limitações implícitas. Por isso, a "dupla revisão", que seria emendar a Constituição, retirando eventual limitação expressa, para que, logo após, seja retirado da Constituição aquele conteúdo que não mais sofre proteção, é vedada no Direito brasileiro. *Errada.*

(Analista – TJ-RR – 2012 – CESPE) A respeito de constituição e da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens que se seguem.

2037. A norma constitucional que preveja a participação dos empregados nos lucros ou resultados da empresa configura exemplo de norma de eficácia limitada.

RESPOSTA O STF (RE 398.284) entendeu que há necessidade de lei para o exercício desse direito: "O exercício do direito assegurado pelo art. 7º, XI, da CF começa com a edição da lei prevista no dispositivo para regulamentá-lo, diante da imperativa necessidade de integração". *Correta.*

2038. De acordo com o denominado método da tópica, sendo a constituição a representação do sistema cultural e de valores de um povo, sujeito a flutuações, a interpretação constitucional deve ser elástica e flexível.

RESPOSTA A doutrina entende que o método da tópica torna a Constituição como um conjunto aberto de regras e princípios, dos quais o aplicador deve escolher aquele que seja mais adequado para a promoção de uma solução justa ao caso concreto que analisa. Nesse sentido, Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (*Curso de direito constitucional*). *Errada*.

2039. O poder constituinte de reforma não pode criar cláusulas pétreas, apesar de lhe ser facultado ampliar o catálogo dos direitos fundamentais criado pelo poder constituinte originário.

RESPOSTA Segundo Gilmar Ferreira Mendes e outros, "não é cabível que o poder de reforma crie cláusulas pétreas. Apenas o poder Constituinte Originário pode fazê-lo. Se o Poder Constituinte de reforma não pode criar cláusulas pétreas, o novo direito fundamental que venha a estabelecer – diverso daqueles que o constituinte originário quis eternizar – não poderá ser tido como um direito perpétuo, livre de abolição por uma emenda subsequente" (*Curso de direito constitucional*, 2009, p. 259). *Correta.*

II. Preâmbulo e Princípios Fundamentais

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Um partido político ajuizou ação direta de inconstitucionalidade devido à omissão da expressão "sob a proteção de Deus" do preâmbulo da Constituição de determinado estado da Federação. Para tanto, o partido alegou que o preâmbulo da CF é um ato normativo de supremo princípio básico com conteúdo programático e de absorção compulsória pelos estados, que o seu preâmbulo integra o texto constitucional e que suas disposições têm verdadeiro valor jurídico. A partir dessa situação hipotética, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

2040. A invocação a Deus, presente no preâmbulo da CF, reflete um sentimento religioso, o que não enfraquece o fato de o Estado brasileiro ser laico, ou seja, um Estado em que há liberdade de consciência e de crença, onde ninguém é privado de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica.

RESPOSTA Relativamente à força jurídica do preâmbulo constitucional, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 2.076/AC, (Rel. Min. Carlos Velloso), reconheceu que o preâmbulo da Constituição **não tem valor normativo**, apresentando-se desvestido de força cogente. *Correta*.

2041. O preâmbulo constitucional possui destacada relevância jurídica, situando-se no âmbito do direito e não simplesmente no domínio da política.

RESPOSTA O STF, na ADI 2.076/AC, entendeu que: a) o preâmbulo é parte integrante da Constituição, com todas as suas consequências. Dela não se distingue nem pela origem, nem pelo sentido, nem pelo instrumento em que se contém. Distingue-se (ou pode distinguir-se) apenas pela sua eficácia ou pelo papel que desempenha; b) os preâmbulos não podem assimilar-se às declarações de direitos; c) o preâmbulo não pode ser invocado enquanto tal, isoladamente, nem cria direitos ou deveres. Não há inconstitucionalidade por violação do preâmbulo como texto; só há inconstitucionalidade por violação dos princípios consignados na Constituição. *Errada*.

2042. O preâmbulo da CF é norma central de reprodução obrigatória na Constituição do referido estado-membro.

RESPOSTA O preâmbulo não é norma de reprodução obrigatória pelos Estados-membros, justamente por encontrar-se no campo da política, desvestido de força cogente. *Errada.*

III. Direitos e Garantias Fundamentais

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Quanto a direitos e garantias individuais e coletivos, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

2043. A CF assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal. Nesse sentido, não sendo atendido o pedido de certidão, por ilegalidade ou abuso de poder, o remédio cabível será o *habeas data*.

RESPOSTA A CF/88, no art. 5º, XXXIV, não prescreveu sanções no caso de não fornecimento abusivo de certidões. Todavia, por se tratar de direito líquido e certo, o remédio constitucional adequado para garantir o direito à certidão é o mandado de segurança ou, conforme o caso, a ação civil pública (nos casos em que se configure a existência de direitos ou interesses de caráter transindividual, como os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos). *Errada*.

2044. O *habeas corpus* constitui, segundo o STF, medida idônea para impugnar decisão judicial que autoriza a quebra de sigilos fiscal e bancário em procedimento criminal.

RESPOSTA O STF (HC 79.191) tem admitido o HC para fins de impugnar decisão que autoriza a quebra de sigilos bancário e fiscal, desde que o objeto do processo tenha a possibilidade de aplicação, em abstrato, de pena privativa da liberdade. *Correta*.

2045. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** Acerca da inviolabilidade do domicílio e de assuntos relacionados, assinale a opção correta.

(A) A análise da colisão entre a inviolabilidade da intimidade e do domicílio dos cidadãos e o poder-dever de punir do Estado prescinde da verificação da proporcionalidade e da aplicação do princípio da concordância prática, uma vez que o primeiro sempre prepondera sobre o segundo.

(B) O conceito normativo de casa é abrangente; assim, qualquer compartimento privado onde alguém exerce profissão ou atividade está protegido pela inviolabilidade do domicílio. Apesar disso, há a possibilidade de se instalar escuta ambiental em escritório de advocacia que seja utilizado como reduto para a prática de crimes.

(C) Nos casos de flagrante delito, desastre, ou mesmo para prestar socorro, não é permitido o ingresso no domicílio durante a noite sem o consentimento do morador.

(D) É impossível a violação de domicílio com fundamento em decisão administrativa. Contudo, é possível o ingresso de fiscal tributário em domicílio, durante o dia, sem o consentimento do

morador e sem autorização judicial.

(E) O oficial de justiça pode, mediante ordem judicial, ingressar em domicílio no período noturno, sem a autorização do morador, para lavrar auto de penhora.

RESPOSTA (A) Não há hierarquia entre direitos fundamentais, sendo imperioso o uso do princípio da proporcionalidade na hipótese de conflito entre bens constitucionalmente protegidos. (B) CF, art. 5º, XI, e STF, *Informativo* 197 (RE 251.445). (C) CF, art. 5º, XI. (D) CF, art. 5º, XI, e STF, HC 93.050. (E) CF, art. 5º, XI. *Alternativa B.*

2046. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

(A) Segundo a doutrina majoritária, a Emenda Constitucional (EC) n. 45/2004 representou um grande retrocesso no que se refere aos direitos e garantias fundamentais, visto que os tratados internacionais, nesse aspecto, conforme jurisprudência do STF, já eram recebidos como normas constitucionais, independentemente do *quorum* qualificado por ela instituído.

(B) O presidente da República, os governadores de estado e do DF e os prefeitos que concorram a outros cargos eletivos, tais como o de senador ou deputado, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

(C) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

(D) São brasileiros natos os nascidos, no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

(E) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria nas questões judiciais, mas, não, nas administrativas.

RESPOSTA (A) Na verdade, antes da EC n. 45/2004, que acrescentou o art. 5º, § 3º, à CF/88, havia severa controvérsia na doutrina e jurisprudência quanto à hierarquia de tratados internacionais de direitos humanos. (B) CF, art. 14, § 6º. (C) CF, art. 17, § 2º. (D) Questão duvidosa, pois o único "erro" aparente é que não aduz que a ação confirmativa deve ser proposta após a maioridade, nos termos do art. 12, I, *c*, CF/88. (E) CF, art. 8º, III. *Alternativa B.*

2047. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais assegurados na CF, assinale a opção correta.

(A) A garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio legal durante o período noturno pode ser afastada por determinação judicial.

(B) As associações podem ser compulsoriamente dissolvidas mediante ato normativo editado pelo Poder Legislativo.

(C) O mandado de injunção é ação constitucional de caráter civil e de procedimento especial, cuja natureza jurídico-processual, segundo entendimento do STF, permite a formação de litisconsórcio passivo, necessário ou facultativo, entre particulares e entes estatais.

(D) Segundo jurisprudência do STF, é constitucional norma legal que vede a progressão do regime de cumprimento de pena para os crimes hediondos.

(E) Segundo pronunciamento do STF, é inconstitucional, por ofender a garantia da liberdade de expressão e do direito à informação, norma legal que determine vedação de divulgação de pesquisas eleitorais quinze dias antes do pleito.

RESPOSTA (A) CF, art. 5º, XI (atenção para o precedente do STF no Inquérito 2.424-RJ). (B) CF, art. 5º, XIX. (C) CF, art. 5º, LXXI, e STF, MI 502 (somente contra entes estatais). (D) STF, HC 82.959. (E) STF, ADI 3.741. *Alternativa E.*

2048. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Com referência às ações constitucionais e aos direitos sociais previstos na CF, assinale a opção correta.

(A) *Habeas data* é o remédio constitucional adequado para o caso de recusa de fornecimento de certidões para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, próprio ou de terceiros, assim como para o caso de recusa de obtenção de informações de interesse particular, coletivo ou geral.

(B) Se o autor da ação popular dela desistir, o MP poderá, entendendo presentes os devidos requisitos, dar-lhe prosseguimento.

(C) Diferentemente das organizações sindicais, das entidades de classe e das associações, os partidos políticos não têm legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo.

(D) Os sindicatos não têm legitimidade processual para atuar na defesa de direitos individuais da categoria que representem, mas são parte legítima para defender direitos e interesses coletivos, tanto na via judicial quanto na administrativa.

(E) Os direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais indicados no texto constitucional são extensíveis, em sua totalidade, aos servidores ocupantes de cargo público.

RESPOSTA (A) CF, art. 5º, LXXII. (B) CF, art. 5º, LXXIII; e art. 9º, Lei n. 4.717/65. (C) CF, art. 5º, LXX. (D) CF, art. 5º e art. 8º, III. (E) CF, art. 39, § 3º. *Alternativa B.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) A respeito dos direitos e garantias fundamentais e dos direitos políticos, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

2049. A exigência legal de visto do advogado para o registro de atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas ofende os princípios constitucionais da isonomia e da liberdade associativa.

RESPOSTA STF, ADI 1.194. *Errada.*

2050. Conforme entendimento do STF com base no princípio da vedação do anonimato, os escritos apócrifos não podem justificar, por si sós, desde que isoladamente considerados, a imediata instauração da *persecutio criminis*, salvo quando forem produzidos pelo acusado, ou, ainda, quando constituírem eles próprios o corpo de delito.

RESPOSTA O STF (Inq. 1.957) entendeu que a inclusão de escritos anônimos não podem justificar, só por si, desde que isoladamente considerados, a imediata instauração da *persecutio criminis*, pois peças apócrifas não podem ser incorporadas, formalmente, ao processo, **salvo quando tais documentos forem produzidos pelo acusado**; ou, ainda, quando constituírem, eles próprios, o corpo de delito (como sucede com bilhetes de resgate no delito de extorsão mediante sequestro, ou como ocorre com cartas que evidenciem a prática de crimes contra a honra, ou que corporifiquem o delito de ameaça ou que materializem o *crimen falsi*, por exemplo). *Correta.*

2051. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais, e da sua proteção judicial e não judicial, assinale a opção correta.

(A) O modelo jurisdicional brasileiro prevê o direito genérico ao duplo grau de jurisdição, garantia que toda pessoa acusada de delito tem, no processo, de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior.

(B) A sentença originada da instância arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, o mesmo efeito da sentença proferida pelos órgãos judiciais, mas, em face da garantia constitucional da universalidade da jurisdição do Poder Judiciário, ela fica sujeita a recurso ou a homologação judicial.

(C) O mandado de segurança pode ser impetrado por pessoas naturais, mas não por pessoas jurídicas, em defesa de direitos individuais.

(D) Qualquer pessoa, seja física ou jurídica, nacional ou estrangeira, tem legitimidade para exercer o direito de petição, apresentando reclamações a qualquer autoridade legislativa, executiva ou jurisdicional, contra ilegalidade ou abuso de poder.

(E) O sujeito passivo do *habeas corpus* será a autoridade pública, pois somente ela tem a prerrogativa de restringir a liberdade de locomoção individual em benefício do interesse público ou social, razão pela qual não se admite sua impetração contra ato de particular.

RESPOSTA (A) O STF (RHC 79.785/RJ) considerou que o princípio do duplo grau de jurisdição não é garantia constitucional e afastou a incidência geral e indiscriminada a qualquer caso. No sentido dado pelo STF, o princípio do duplo grau tem por objetivo evitar a decisão única e final de índole monocrática, situação que não ocorre nos julgamentos originários de Tribunais, que são sempre realizados em órgão colegiado. (B) STF, SE 5.206-AgR. (C) Não há nenhum impedimento constitucional ou legal a pessoa jurídica impetrar MS. (D) STF, ADI-MC 1.247. (E) É cabível a impetração de HC contra ato de particular. *Alternativa D.*

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) Julgue o item seguinte, relativo aos direitos e garantias fundamentais (Certo ou Errado).

2052. Com fundamento no dispositivo constitucional que assegura a liberdade de manifestação de pensamento e veda o anonimato, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que os escritos anônimos não podem justificar, por si só, desde que isoladamente considerados, a imediata instauração de procedimento investigatório.

RESPOSTA O STF (Inq. 1.957) entendeu que a inclusão de escritos anônimos não podem justificar, só por si, desde que isoladamente considerados, a imediata instauração da *persecutio criminis*, pois peças apócrifas não podem ser incorporadas, formalmente, ao processo, **salvo quando tais documentos forem produzidos pelo acusado**; ou, ainda, quando constituírem, eles próprios, o corpo de delito (como sucede com bilhetes de resgate no delito de extorsão mediante sequestro, ou como ocorre com cartas que evidenciem a prática de crimes contra a honra, ou que corporifiquem o delito de ameaça ou que materializem o *crimen falsi*, por exemplo). *Correta.*

2053. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Em relação aos instrumentos de tutela dos direitos e garantias constitucionais, assinale a opção correta.

(A) A legitimidade ativa para impetrar mandado de injunção restringe-se às pessoas físicas e ao MP, não podendo, portanto, as pessoas jurídicas e as coletividades, como, por exemplo, os sindicatos e as associações, impetrá-lo.

(B) Embora não possa figurar como paciente na ação de habeas corpus, a pessoa jurídica dispõe de legitimidade para ajuizá-lo em favor de pessoa física.

(C) Entre as pessoas jurídicas, somente aquelas regidas pelo direito público podem figurar como sujeitos passivos da ação de *habeas data*.

(D) O mandado de segurança pode ser impetrado contra ilegalidade ou abuso de poder apenas no caso de esses atos serem praticados por autoridade pública no exercício de função de natureza estatal.

(E) Tanto o cidadão quanto o MP dispõem de legitimidade para ajuizar ação popular, cuja proposição está condicionada à ocorrência de lesão ao patrimônio público causada por ilegalidade ou imoralidade.

RESPOSTA (A) Pessoas jurídicas podem propor MI. (B) Relativamente à impetração de *habeas corpus* por pessoa jurídica, entende-se ser possível, desde que em favor de pessoa natural (STJ, RHC 3.716). (C) CF, art. 5º, LXXII e Lei n. 9.597/97. (D) CF, art. 5º, LXIX. (E) CF, art. 5º, LXXIII (somente cidadãos). *Alternativa B.*

2054. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** No que se refere aos direitos sociais, aos direitos de

nacionalidade e aos direitos políticos, assinale a opção correta.

(A) O presidente da República, os governadores de estado, os prefeitos e quem os suceda ou substitua no curso do mandato podem ser reeleitos para um único período subsequente, mas, para concorrerem a outros cargos, devem renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.

(B) Por ser a licença-paternidade direito constitucional fundamental, o prazo de cinco dias previsto para o benefício não pode ser objeto de alteração pela legislação infraconstitucional.

(C) Diferentemente do previsto para os trabalhadores urbanos, prescreve em dois anos o prazo para os trabalhadores rurais ajuizarem ação para o pagamento de créditos resultantes das relações de trabalho.

(D) Aos portugueses com idoneidade moral que comprovem residência no Brasil durante, pelo menos, um ano ininterrupto devem ser atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato.

(E) O brasileiro nato adquire plena capacidade eleitoral passiva aos trinta anos, idade mínima exigida de candidato a presidente e a vice-presidente da República.

RESPOSTA (A) CF, art. 14, § 6º. (B) CF, art. 7º, XIX. Ocorre que a CF/88 não fixou o prazo. Assim, não há nenhuma vedação para que a lei estabeleça outro prazo, especialmente se ele for maior ao hoje estabelecido, evitando o retrocesso social. (C) CF, art. 7º, XXIX. (D) CF, art. 12, I, *a* (condição para ser naturalizado e não nato). (E) CF, art. 14, § 3º, VI, *a* (35 anos). *Alternativa A.*

2055. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** No que se refere a direitos e garantias fundamentais, instrumentos de tutela desses direitos e inafastabilidade do controle judicial, assinale a opção correta.

(A) O MP deve acompanhar a ação popular, cabendo-lhe apressar a produção de provas e promover a responsabilidade civil ou criminal dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado.

(B) O texto constitucional determina que a lei não pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, seja ela proveniente de ação ou omissão de organizações públicas, seja originada de conflitos privados; como corolário do princípio da inafastabilidade do controle judicial, a CF garante, de modo expresso, o direito ao duplo grau de jurisdição em todos os feitos e instâncias.

(C) O direito de petição é direito fundamental de caráter universal, assegurado à generalidade das pessoas físicas, brasileiras ou estrangeiras, de modo individual ou coletivo, mas não às pessoas jurídicas, que não dispõem de legitimidade para valer-se desse instrumento de defesa de interesses próprios ou de terceiros contra atos ilegais ou praticados com abuso de poder.

(D) A jurisprudência do STF considera que o princípio do direito adquirido se impõe a leis de direito privado, mas não a leis de ordem pública, pois estas se aplicam de imediato, alcançando os efeitos futuros do ato jurídico perfeito ou da coisa julgada.

(E) O brasileiro nato, o brasileiro naturalizado e o estrangeiro não podem ser extraditados por crime político ou de opinião, mas, no que tange à prática de crime comum, a CF veda por inteiro apenas a extradição de brasileiro nato ou naturalizado, admitindo-a para o cidadão estrangeiro.

RESPOSTA (A) Art. 6º, § 4º, Lei n. 4.717/65. (B) O STF, em decisão proferida no RHC 79.785/RJ, considerou que o princípio do duplo grau de jurisdição não é garantia constitucional e afastou a incidência geral e indiscriminada a qualquer caso. (C) Pessoas jurídicas fazem jus ao direito de petição. (D) O direito adquirido prevalece sobre as leis de ordem pública (STF, ADI 493). (E) CF, art. 5º, LI e LII. *Alternativa A*.

(Analista – TJ-RR – 2012 – CESPE) No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue os itens a seguir.

2056. Embora apenas o cidadão tenha legitimidade para o ajuizamento da ação popular, o

Ministério Público pode, na hipótese de desistência da ação por parte do autor, promover o respectivo prosseguimento do feito.

RESPOSTA Somente o cidadão é parte legítima para propor a ação popular, nos termos do art. 5º, LXXIII, CF/88. Todavia, de acordo com a Lei da Ação Popular (Lei n. 4.717/65), se o autor desistir, o MP poderá prosseguir (art. 9º). *Correta*.

2057. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bastando, para se configurar essa representação, a existência de um único parlamentar na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, filiado ao partido.

RESPOSTA De acordo com o art. 5º, LXX, a legitimidade do Partido Político para propor mandado de segurança coletivo condiciona-se à existência de representação no Congresso Nacional. *Correta.*

(Delegado – PC-AL – 2012 – CESPE) Em relação aos direitos e garantias individuais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsequentes.

2058. Consoante o entendimento atual do STF, a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro é ilícita, mesmo quando destinada a fazer prova em favor de quem efetuou a gravação, pois viola o direito constitucional à intimidade.

RESPOSTA O STF (HC 75.338) entende que a gravação de conversa entre presentes, ou seja, a chamada gravação ambiental, autorizada por um dos interlocutores, vítima de concussão, sem o conhecimento dos demais, deve ser considerada prova lícita, observando o exercício de legítima defesa de quem a produziu. *Errada.*

2059. A jurisprudência do STF entende que o sigilo bancário é protegido constitucionalmente. Dessa forma, o acesso a dados bancários somente pode ser feito por determinação judicial ou requisição da autoridade policial.

RESPOSTA O sigilo bancário, em que pese protegido constitucionalmente, pode ser quebrado, entre outros legitimados, pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, conforme o art. 58, § 3º, CF/88. *Errada.*

2060. De acordo com a CF, os tratados internacionais de direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, terão *status* de norma constitucional. Tais tratados podem fundamentar tanto o controle de constitucionalidade quanto o controle de convencionalidade.

RESPOSTA Nos termos do art. 5º, § 3º, os tratados de direitos humanos que foram incorporados ao Direito interno pelo mesmo rito de aprovação das emendas constitucionais passam a ser equivalentes. Assim, passam a ser parâmetro de controle de convencionalidade. *Correta*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) A respeito de direitos e garantias fundamentais e nacionalidade, julgue os itens seguintes.

2061. O brasileiro nato nunca poderá ser extraditado, mas poderá vir a perder a nacionalidade.

RESPOSTA Nos termos do art. 5º, LI, nenhum brasileiro nato poderá ser extraditado para outro país. Todavia, se o nato, espontaneamente, se naturalizar em outro país, perderá a nacionalidade brasileira, nos termos do art. 12, § 4º, II, CF/88. *Correta*.

2062. O polo passivo do mandado de injunção jamais poderá ser ocupado por particular.

RESPOSTA O mandado de injunção pressupõe a abstenção do dever de regulamentar e/ou implementar algum dispositivo constitucional. Assim, somente entes públicos poderão ser polo passivo de mandado de injunção. *Correta*.

(Oficial – CBM-DF – 2011 – CESPE) No que se refere aos direitos e garantias fundamentais e às ações constitucionais, julgue os itens seguintes.

2063. O exercício do denominado direito de petição e do direito à obtenção de certidões independe do pagamento de taxas.

RESPOSTA Nos termos do art. 5º, XXXIV, CF/88. *Correta.*

2064. Nos termos do entendimento do Supremo Tribunal Federal, a regra constitucional que estabelece não ser cabível a impetração de *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares não abrange o exame dos pressupostos de legalidade do ato.

RESPOSTA CF, art. 142, § 2º, excetuado pela jurisprudência (STF, RE 338.840). *Correta*.

2065. A CF garante ao trabalhador a irredutibilidade salarial, o que impede que o empregador diminua, por ato unilateral ou por acordo individual, o valor do salário do trabalhador. A redução salarial só será possível se estiver prevista em convenção ou acordo coletivo.

RESPOSTA Nos termos do art. 7º, VI, CF/88. *Correta.*

IV. Nacionalidade e Direitos Políticos

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos aos direitos sociais e de nacionalidade previstos na Constituição Federal de 1988 (CF).

2066. A alimentação tem, no ordenamento jurídico nacional, o estatuto de direito fundamental, o que obriga o Estado a garantir a segurança alimentar de toda a população.

RESPOSTA Com a Emenda Constitucional n. 64/2010, a alimentação foi incluída no rol de direitos sociais fundamentais da Constituição*. Correta*.

2067. Com a Emenda Constitucional n. 36/2002, a situação jurídica de brasileiros natos e naturalizados, no que se refere à propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, foi igualada.

RESPOSTA A Emenda Constitucional n. 36/2002 não igualou natos a naturalizados, pois os naturalizados somente podem ser proprietários de empresas jornalísticas e radiodifusão sonora e de sons e imagens se naturalizados há mais de 10 anos, conforme art. 222. *Errada*.

2068. Os efeitos jurídicos de sentença transitada em julgado que trate da perda da nacionalidade brasileira não são personalíssimos, podendo-se estender, portanto, a terceiros.

RESPOSTA Como para qualquer pena em caráter geral (CF, art. 5º, XLV), não há transmissão de penas a terceiro*. Errada*.

2069. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Acerca da nacionalidade, da iniciativa popular de lei, do plebiscito e da disciplina constitucional sobre os partidos políticos, assinale a opção correta.

(A) A perda de nacionalidade, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, é procedimento administrativo cujo trâmite ocorre no Ministério da Justiça.

(B) A CF regulamenta a iniciativa popular de lei tanto no âmbito federal quanto nos âmbitos estadual e municipal, fixando as regras e os procedimentos relativos à apresentação do projeto de lei.

(C) Nas questões de relevância nacional, compete ao Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, convocar plebiscito; no caso da incorporação, subdivisão ou desmembramento de estados, a competência pertence às assembleias legislativas dos estados envolvidos.

(D) Os partidos políticos com registro no TSE têm direito a acesso gratuito ao rádio e à televisão, mas

apenas os partidos com representação no Congresso Nacional podem receber recursos do fundo partidário.

(E) A nacionalidade secundária é adquirida por meio da naturalização, que pode ser requerida tanto pelo apátrida como pelo estrangeiro. Mesmo que eles satisfaçam os requisitos para a obtenção da naturalização, o Poder Executivo dispõe de competência discricionária para concedê-la ou não.

RESPOSTA (A) CF, art. 12, § 4º, I (a "perda-sanção" depende de ação judicial). (B) CF, art. 61, § 2º. Questão duvidosa, pois se sabe que as regras de processo legislativo previstas na CF/88 são normas de reprodução obrigatória para Estados, DF e Municípios. (C) CF, art. 49, XV (convocação de plebiscito via decreto legislativo), e art. 18, § 3º (depende de lei complementar federal). (D) CF, art. 17, § 3º, e STF, ADI 1.354. (E) As naturalizações ordinárias (comuns) são discricionárias. *Alternativa E.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Nas eleições para prefeito na cidade Alfa, concorria à reeleição o atual prefeito, Acácio. Bruno, filho de Acácio, embora filiado ao mesmo partido político do pai há mais de dois anos, nunca se motivou a concorrer a nenhum cargo eletivo. Oito meses antes da eleição, Acácio, após inflamado discurso, em que sustentou que se fosse reeleito melhoraria as condições educacionais do município por meio do investimento prioritário no ensino superior, sofreu um fulminante infarto do miocárdio, morrendo antes da chegada de socorro médico. Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

2070. Bruno poderá concorrer ao cargo de prefeito da cidade Alfa, em substituição a seu pai, não se aplicando à sua candidatura o instituto da inelegibilidade reflexa.

RESPOSTA Aplicação do art. 14, § 7º, interpretado pelo STF no *Informativo* 311 do STF, pois o falecido pai tinha direito à reeleição e sua morte ocorreu há mais de seis meses do pleito. *Correta*.

2071. A proposta de investimento prioritário no ensino superior, base da campanha eleitoral de Acácio, contraria o texto constitucional brasileiro que estabelece que os municípios deverão atuar, de forma prioritária, no ensino fundamental e médio.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 211, § 2º, CF/88. Os municípios deverão, prioritariamente, atuar no ensino fundamental e na educação infantil. *Errada*.

2072. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Tendo em vista a disciplina constitucional relativa aos direitos de nacionalidade e aos direitos políticos, assinale a opção correta.

(A) A CF veda expressamente a extradição do brasileiro, seja ele nato ou naturalizado.

(B) Os estrangeiros originários de países de língua portuguesa adquirirão a nacionalidade brasileira se mantiverem residência contínua no território nacional pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização.

(C) Mesmo que já sejam detentores de mandato eletivo ou candidatos à reeleição, são absolutamente inelegíveis o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do presidente da República, do governador de estado, do prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito.

(D) O militar somente pode ser candidato a cargo eletivo se possuir mais de dez anos de serviço.

(E) Para concorrer à reeleição, os detentores de cargos eletivos no Poder Executivo não precisam renunciar ao mandato.

RESPOSTA (A) CF, art. 5º, LI. (B) CF, art. 12, I, *a*. (C) CF, art. 14, § 7º (trata-se de inelegibilidade relativa e não absoluta). (D) CF, art. 14, § 8º. (E) CF, art. 14, § 6º. *Alternativa E.*

V. Organização do Estado Brasileiro

(Oficial – CBM-DF – 2011 – CESPE) À luz da CF, julgue o item que se segue, concernente à organização e defesa do Estado e das instituições democráticas.

2073. No que se refere às competências legislativas, será inconstitucional lei distrital que disponha sobre questões específicas relacionadas a requisições civis e militares, em caso de iminente perigo, por se tratar de matéria inserida na competência privativa da União, cuja delegação é vedada pela Constituição Federal de 1988 (CF).

RESPOSTA As requisições civis e militares, efetivamente, são matéria de competência privativa da União, nos termos do art. 22, III, CF/88. Todavia, no art. 22, parágrafo único, CF/88, há possibilidade de o Distrito Federal ser autorizado a legislar sobre questões específicas do assunto. *Errada*.

(Analista – TJ-RR – 2012 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relativos à organização político-administrativa do Estado brasileiro.

2074. Os municípios dispõem de competência para suplementar a legislação estadual, no que couber, mas não a legislação federal.

RESPOSTA Nos termos do art. 30, II, CF/88, os municípios podem suplementar a lei federal e estadual, no que couber. *Errada*.

2075. Compete à União, mediante lei complementar, instituir microrregiões, com a finalidade de promover a redução das desigualdades regionais.

RESPOSTA Compete aos Estados-membros instituir microrregiões, nos termos do art. 25, § 1º. *Errada*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Julgue os próximos itens, concernentes à organização do Estado brasileiro e à organização dos poderes no Estado.

2076. Embora a comissão parlamentar de inquérito seja instituída por prazo certo, a prorrogação é admitida, se não se ultrapassar a legislatura em que foi instalada.

RESPOSTA A jurisprudência do STF não veda sucessivas prorrogações de CPI, desde que não ultrapassem o prazo da legislatura. *Correta*.

2077. No exercício da denominada competência remanescente, os estados-membros podem legislar sobre transporte intermunicipal.

RESPOSTA Nos termos do art. 25, § 1º, e da jurisprudência do STF (ADI 2.349). *Correta*.

2078. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** No que concerne à organização político-administrativa do Estado brasileiro, à intervenção federal e ao processo legislativo, assinale a opção correta.

(A) A matéria constante de projeto de lei rejeitado poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

(B) Somente por emenda constitucional admite-se a alteração da forma federativa de Estado, para que o Brasil venha, eventualmente, a assumir a condição de Estado unitário.

(C) Os denominados princípios constitucionais sensíveis, que, uma vez descumpridos, podem dar ensejo à intervenção federal, incluem os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa, o pluralismo político e a prevalência dos direitos humanos.

(D) Para efeitos administrativos, a União pode instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas

e microrregiões em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

(E) O presidente da República pode solicitar urgência para apreciação de todos os projetos de lei que julgar relevantes ao bom funcionamento da administração pública, com exceção dos projetos de iniciativa privativa dos órgãos do Poder Judiciário.

RESPOSTA (A) CF, art. 67. (B) CF, art. 60, § 4º, I (a federação é cláusula pétrea). (C) CF, art. 34, VII (princípios constitucionais sensíveis). (D) CF, art. 25, § 3º (competência dos Estados). (E) CF, art. 64, § 1º (somente nos projetos de sua iniciativa). *Alternativa A.*

2079. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** A respeito do que dispõe a CF sobre o instituto da intervenção e sobre o DF e os territórios, assinale a opção correta.

(A) Ao DF são atribuídas as competências materiais dos estados e dos municípios, assim como as competências legislativas reservadas aos estados, mas não as destinadas aos municípios.

(B) A intervenção federal somente pode ocorrer por iniciativa do presidente da República e por solicitação dos poderes estaduais, nas hipóteses expressamente previstas no texto constitucional.

(C) Antes da edição do decreto interventivo, o presidente da República deve ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, cujos pareceres vincularão o chefe do Poder Executivo apenas no que diz respeito à amplitude, ao prazo e às condições de execução do processo de intervenção.

(D) A decretação e a execução da intervenção estadual nos municípios são da competência privativa da assembleia legislativa, mediante decreto legislativo, devendo o governador do estado, na sequência, editar o ato de nomeação do interventor.

(E) Embora não existam atualmente territórios federais, a CF admite que eles possam ser criados por lei complementar federal. Como descentralizações administrativo-territoriais da União, os territórios carecem de autonomia e não são considerados entes federativos.

RESPOSTA (A) CF, art. 32, § 1º. (B) CF, art. 36, I, II e III. (C) CF, art. 90, I, c/c art. 91, § 1º, II, os quais têm função meramente opinativa. (D) CF, art. 36, § 1º (competência do Governador de Estado, mediante decreto). (E) CF, art. 18, § 2º. *Alternativa E.*

2080. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** No que se refere ao Poder Legislativo, assinale a opção correta.

(A) Apesar de não admitir o veto presidencial tácito, a CF admite o denominado veto sem motivação, resguardando ao presidente da República a prerrogativa de simplesmente vetar, sem explicar os motivos de seu ato.

(B) A partir da promulgação da CF, as medidas provisórias passaram a ser apreciadas pelo Congresso Nacional no prazo de sessenta dias, prorrogável pelo mesmo período, não se admitindo, portanto, possibilidade de vigência de medida provisória por mais de cento e vinte dias.

(C) Segundo entendimento do STF, as cortes de contas gozam de autonomia, autogoverno e iniciativa reservada para a instauração de processo legislativo que pretenda alterar a sua organização e funcionamento, razão por que é inconstitucional lei estadual de iniciativa parlamentar que altere ou revogue dispositivos da lei orgânica do tribunal de contas do estado, que estabelece preceitos concernentes à forma de atuação, competências e organização do órgão.

(D) Uma vez obtida resolução delegatória, o presidente da República fica obrigado a editar a lei objeto do pedido de delegação ao Congresso Nacional.

(E) O Poder Legislativo não detém competência para emendar projeto de lei de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo.

RESPOSTA (A) CF, art. 66, § 3º. (B) CF, art. 62, §§ 5º e 8º (com redação dada pela EC n. 32/2001). (C) STF, ADI 4.725-MC. (D) CF, art. 68, § 2º. (E) O Congresso Nacional pode emendar os projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, desde que: a) a impossibilidade de o Parlamento veicular matéria estranha à versada no projeto de lei (requisito de pertinência temática); b) a impossibilidade de as emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa do Executivo, ressalvado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 166, implicarem aumento de despesa pública (inc. I, art. 63, CF) (STF, ADI 3.288). *Alternativa C*.

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) No que diz respeito à organização do Estado, julgue o item abaixo (Certo ou Errado).

2081. O processo de formação dos estados-membros exige a participação da população interessada por meio de plebiscito, medida que configura condição prévia, essencial e prejudicial à fase seguinte. Assim, desfavorável o resultado da consulta prévia feita ao povo, não se passará à fase seguinte do processo.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 18, § 3º, CF/88. *Correta*.

2082. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** A respeito da organização do Estado, assinale a opção correta.

(A) A União é pessoa jurídica de direito público interno com autonomia política e titular de soberania.
(B) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de município devem ser feitos por lei estadual, observados os requisitos previstos na CF.
(C) De acordo com a CF, o DF é a capital federal do Brasil.
(D) Os potenciais de energia hidráulica são bens comuns da União e dos estados onde se encontrem.

RESPOSTA (A) Na verdade, a União não possui o atributo da soberania. Ela apenas a representa, pois soberania é condição do próprio Estado brasileiro. (B) CF, art. 18, § 4º. (C) CF, art. 18, § 1º. (D) CF, art. 20, VIII. *Alternativa B.*

2083. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** De acordo com a jurisprudência do STF, assinale a opção correta acerca de competências.

(A) Está no âmbito da competência estadual lei que limite o valor de quantia cobrada para uso de estacionamento de veículos em área particular.
(B) Lei estadual que obrigue as empresas de construção civil a fornecer café-da-manhã aos trabalhadores que compareçam ao trabalho com quinze minutos de antecedência não viola a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho.
(C) É de competência privativa da União legislar sobre a garantia de pagamento de meia entrada aos locais públicos de cultura, esporte e lazer.
(D) Os estados podem, por via legislativa local, criar o instituto da reclamação, sem que isso represente invasão da competência privativa da União para legislar sobre direito processual, visto que a natureza jurídica da reclamação não é de recurso, de ação ou de incidente processual.

RESPOSTA (A) STF, ADI 1.918 (competência privativa da União –CF, art. 22, I – Direito Civil). (B) STF, ADI 3.251 (competência privativa da União – CF, art. 22, I – Direito do Trabalho). (C) STF, ADI 1.950 (competência concorrente – CF, art. 24, I). (D) STF, ADI 2.212. *Alternativa D.*

2084. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** No que se refere à organização do Estado, assinale a opção correta.

(A) Os sítios arqueológicos, conforme a CF, são bens dos estados, no entanto a competência material para protegê-los é comum da União, dos estados e dos municípios.
(B) A participação do estado da Paraíba no resultado da exploração do petróleo localizado em sua

dimensão territorial ou a compensação financeira por essa exploração são consideradas receitas originárias do estado, não cabendo ao Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizar a aplicação desses recursos.

(C) A decretação de intervenção da União nos estados ou no Distrito Federal (DF), quando houver a violação aos chamados princípios sensíveis, será feita por meio da ação direta de inconstitucionalidade interventiva, cabendo, inclusive, nesse caso, pedido de liminar.

(D) Como é de competência dos estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, nada impede que seja utilizada medida provisória editada pelo governador para regulamentar esse serviço, desde que haja previsão na Constituição Estadual autorizando-o a fazê-lo.

(E) Compete privativamente à União legislar sobre produção e consumo.

RESPOSTA (A) STF, art. 20, X. (B) STF, MS 24.312. (C) Até o ano de 2012, não havia previsão legal para concessão de liminar em ADI Interventiva. Com o advento da Lei n. 12.063/2009, passou a ser possível a concessão de liminar nessa espécie de ação. (D) CF, art. 25, § 2º. (E) CF, art. 24, V (competência concorrente). *Alternativa B.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) É lamentável que o constituinte não tenha aproveitado a oportunidade para atender ao que era o grande clamor nacional no sentido de uma revitalização do nosso princípio federativo. O Estado brasileiro na nova Constituição ganhou níveis de centralização superiores à maioria dos Estados que se consideram unitários e que, pela via de uma descentralização por regiões ou por províncias, consegue um nível de transferência das competências, tanto legislativas quanto de execução, muito superior àquele alcançado pelo Estado brasileiro. Continuamos, pois, sob uma Constituição eminentemente centralizadora, e se alguma diferença existe relativamente à anterior é no sentido de que este mal (para aqueles que entendem ser um mal) agravou-se sensivelmente.

Celso Bastos. A Federação nas constituições brasileiras. In: *Revista da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo*, n. 29, jun./1988, p. 61 (com adaptações).

Tendo por referência inicial o texto acima, julgue o item a seguir, a respeito do sistema federativo brasileiro (Certo ou Errado).

2085. A intervenção federal representa elemento de estabilização da ordem normativa prevista na CF, mas representa também a própria negação, ainda que transitória, da autonomia reconhecida aos estados-membros pela CF.

RESPOSTA Intervenção é a medida excepcional, de caráter temporário, de supressão da autonomia de determinado ente federativo, visando garantir a manutenção da unidade nacional. A intervenção federal, portanto, consiste em assumir a União, por representante, de forma temporária e excepcional, o desempenho de competência pertencente a Estado-membro (ou, no caso dos Estados, assumirem competências que seriam dos Municípios). *Correto.*

(Advogado – CORREIOS – 2011 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos à repartição constitucional de competências entre os entes da Federação brasileira (Certo ou Errado).

2086. Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente e ao consumidor.

RESPOSTA A competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente e ao consumidor é **concorrente** entre União, os Estados e o Distrito Federal, nos termos do art. 24, VIII, CF/88. *Correta.*

2087. A CF atribuiu à União a competência privativa para legislar sobre serviço postal, admitindo, contudo, que os estados legislem sobre questões específicas a respeito do tema, desde que haja lei complementar autorizadora.

RESPOSTA Previsão expressa do art. 22, V, combinado com o art. 22, parágrafo único, CF/88. *Correta*.

2088. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Acerca do instituto da intervenção, assinale a opção correta.

(A) Em âmbito estadual, para garantir o livre-exercício de qualquer dos poderes nas unidades da Federação, o presidente da República poderá ser solicitado a decretar a intervenção pelo Poder Legislativo ou pelo chefe do Poder Executivo, se esses poderes se sentirem sob coação indevida, ou pelo presidente do tribunal de justiça, se a coação recair sobre o Poder Judiciário.

(B) O presidente da República é a autoridade competente para decretar a intervenção federal; no entanto, dependerá de representação para tal fim, especialmente nas situações destinadas a pôr termo a grave comprometimento da ordem pública e a reorganizar as finanças da unidade da Federação que deixar de entregar aos municípios receitas tributárias fixadas na CF, dentro dos prazos estabelecidos em lei.

(C) O procedimento destinado a viabilizar, nas hipóteses de descumprimento de ordem ou de sentença judiciais, a efetivação do ato de intervenção federal nos estados-membros reveste-se de caráter político-administrativo, muito embora instaurado perante órgão competente do Poder Judiciário, circunstância que inviabiliza, ante a ausência de causa, a utilização do recurso extraordinário.

(D) O procurador-geral da República poderá propor perante o STF ação de executoriedade de lei federal ou representação por inconstitucionalidade para fins interventivos. Essas modalidades de intervenção passam por crivo judicial; no entanto, o presidente da República não está obrigado a decretar a intervenção.

(E) No caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, a presença de voluntariedade e intencionalidade no descumprimento da decisão transitada em julgado não é pressuposto indispensável ao acolhimento do pedido de intervenção federal, bastando, para tanto, a simples inobservância da ordem da autoridade judiciária competente mesmo sem esses elementos subjetivos.

RESPOSTA (A) CF, art. 36, I. (B) CF, art. 34, III (intervenção espontânea, a qual independe de representação). (C) Súmula do STF 637. (D) As intervenções que dependem de ação do PGR têm caráter vinculativo, e não discricionário. (E) STF, IF 1917-AgR. *Alternativa C.*

2089. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação ao federalismo brasileiro.

(A) O federalismo brasileiro, quanto à sua origem, é um federalismo por agregação.

(B) Existia no Brasil um federalismo de segundo grau até a promulgação da CF, após a qual o país passou a ter um federalismo de terceiro grau.

(C) Uma das características comuns à federação e à confederação é o fato de ambas serem indissolúveis.

(D) A federação é o sistema de governo cujo objetivo é manter reunidas autonomias regionais.

(E) Os territórios federais são considerados entes federativos.

RESPOSTA (A) Nosso federalismo nasceu por segregação ou desagregação (federação centrífuga). (B) Com a inclusão dos municípios como membros da federação, em 1988, nosso federalismo passou a ser de “terceiro grau”. (C) As confederações, em regra, podem ser dissolvidas. (D) Federação não é “sistema de governo”. Na verdade, trata-se de “forma de Estado”. (E) Os territórios federais, quando existentes, integram a União (CF, art. 18, § 2º). *Alternativa B.*

2090. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Com base no que dispõe a CF acerca da União,

dos estados, do DF e dos municípios, assinale a opção correta.

(A) É competência privativa da União cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

(B) Compete à União legislar privativamente acerca dos direitos tributário e financeiro.

(C) Cabe à União explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.

(D) É vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança.

(E) A competência da União para legislar a respeito de normas gerais exclui a competência suplementar dos estados, podendo haver delegação de competência pela União.

RESPOSTA (A) CF, art. 23, II (competência comum). (B) CF, art. 24, I (competência concorrente). (C) CF, art. 25, § 2º (competência dos Estados-membros). (D) CF, art. 19, I. (E) CF, art. 24, § 2º. *Alternativa D.*

2091. (Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE) Acerca da organização do Estado em consonância com a CF, assinale a opção correta.

(A) A faixa de até 50 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

(B) O DF é entidade federativa que acumula as competências legislativas reservadas pela CF aos estados e aos municípios, sendo permitida sua divisão em municípios, desde que aprovada pela população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e pelo Congresso Nacional, mediante a edição de lei complementar.

(C) Compete privativamente à União legislar a respeito da responsabilidade por dano ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

(D) É permitida a edição de medida provisória para regulamentação dos serviços de gás canalizado, cuja exploração, diretamente ou mediante concessão, pertence aos estados, conforme competência constitucionalmente prevista.

(E) A instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, depende de lei complementar.

RESPOSTA (A) CF, art. 20, § 2º. (B) CF, art. 32, § 1º. (C) CF, art. 24, VIII. (D) CF, art. 25, § 2º. (E) CF, art. 25, § 3º. *Alternativa E*.

2092. (Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE) Acerca do sistema de repartição de competências inserido na CF e do sistema federalista adotado pelo Brasil, assinale a opção correta.

(A) A forma federativa de Estado poderá ser alterada mediante emenda constitucional.

(B) Compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro.

(C) O sistema federal adotado pelo Brasil confere autonomia administrativa e política aos estados, ao DF e aos municípios, mas não lhes confere competência para o exercício de sua atividade normativa, em razão dos diversos limites impostos pelas normas de observância obrigatória.

(D) É possível a criação de novos territórios federais, na qualidade de autarquias que integrem a União, na forma regulada por lei complementar.

(E) É da competência exclusiva da União promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

RESPOSTA (A) CF, art. 60, § 4º, I. (B) CF, art. 24, I. (C) CF, arts. 25 e 30. (D) CF, art. 18, § 2º. (E) CF, art. 23, IX. *Alternativa D.*

2093. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da intervenção federal e da disciplina constitucional sobre os estados-membros e os municípios.

(A) A CF estabelece, de forma enumerada, os poderes dos estados e municípios, dispondo sobre áreas comuns de atuação administrativa paralela entre eles; nesse sentido, pode-se dizer que as competências desses entes estão taxativamente previstas no texto constitucional.

(B) Os municípios poderão, mediante leis aprovadas por suas respectivas câmaras municipais, instituir regiões metropolitanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de oferecer soluções para problemas e carências de interesse comum.

(C) Uma das hipóteses que pode ensejar a intervenção estadual nos municípios é a falta de prestação de contas pelo prefeito municipal.

(D) A intervenção federal nos estados só pode ocorrer por iniciativa do presidente da República e nas hipóteses taxativamente previstas no texto constitucional.

(E) Visando uniformizar tema de interesse predominantemente regional, a CF confere aos estados a competência de promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

RESPOSTA (A) O rol de competências não está estabelecido de forma taxativa no texto constitucional. (B) CF, art. 25, § 3º (competência estadual). (C) CF, art. 35, II. (D) CF, art. 36, I, II e III. (E) CF, art. 30, VIII (competência municipal). *Alternativa C.*

2094. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da Federação.

(A) As matérias de competência privativa da União podem ser delegadas por meio de lei complementar que autorize os estados a legislar sobre temas específicos nela previstos.

(B) São requisitos para que os estados se incorporem, se subdividam ou se desmembrem para se anexarem a outros ou para formarem novos estados a aprovação da população diretamente interessada, mediante plebiscito, e lei complementar estadual aprovada pela maioria absoluta das casas legislativas dos estados envolvidos.

(C) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios devem preservar a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, serão feitos por lei estadual, obedecidos os requisitos de lei complementar estadual, e dependem de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

(D) Não existem, na atualidade, territórios federais no Brasil. Nada impede, entretanto, que voltem a ser criados sob a forma de distritos federais, dotados de autonomia política, mas não administrativa e financeira, constituindo entes *sui generis* do Estado Federal.

(E) Os estados podem, mediante decreto governamental, no período determinado por lei complementar federal, instituir regiões metropolitanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

RESPOSTA (A) CF, art. 22, parágrafo único. (B) CF, art. 18, § 3º. (C) CF, art. 18, § 4º. (D) CF, art. 18, § 2º. (E) CF, art. 25, § 3º. *Alternativa A.*

2095. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca das unidades da Federação, de seu poder constituinte e da relação que mantêm entre si.

(A) Princípios constitucionais sensíveis são os previstos no art. 5º da CF que dispõem sobre direitos e garantias individuais.
(B) Poder constituinte decorrente é o poder que os estados-membros da Federação têm de elaborar sua própria constituição, respeitados os princípios da CF.
(C) O Poder Legislativo estadual é exercido, de forma bicameral, pelas assembleias legislativas e pela câmara de vereadores.
(D) A União poderá intervir nos estados e municípios nos casos excepcionais previstos no art. 34 da CF, que incluem a necessidade de garantir o livre-exercício de qualquer dos poderes nas unidades da Federação.
(E) Os estados e o DF poderão ser divididos em municípios na forma de lei complementar de competência do Congresso Nacional.

RESPOSTA (A) Os princípios sensíveis estão no art. 34, VII, CF/88. (B) **Poder Constituinte Derivado Decorrente** é a possibilidade que os Estados-membros têm de se auto-organizarem por meio de suas Constituições Estaduais, obedecidos, sempre, os limites impostos pela Constituição Federal. (C) CF, arts. 27 e 29. (D) CF, art. 34. (E) CF, art. 32. *Alternativa B.*

2096. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** A respeito da organização político-administrativa do Estado federal brasileiro, assinale a opção correta.

(A) É permitido à União autorizar, por meio de lei complementar, os estados, o DF e os municípios a legislar sobre questões específicas das matérias que são de sua competência legislativa privativa.
(B) A eleição do prefeito e do vice-prefeito realiza-se no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato daqueles que estão em exercício nesses cargos, devendo haver segundo turno, nos municípios com mais de duzentos mil eleitores, no caso de nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação.
(C) Embora Brasília seja a sede político-administrativa dos poderes da República e das representações estrangeiras, a CF define que a capital da República Federativa do Brasil é, formalmente, o DF.
(D) Os estados podem, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, com o fim de integrar o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Dessas formas de organização administrativa, apenas as regiões metropolitanas, constituídas de um conjunto de municípios que se unem em torno de um município-polo, dispõem de personalidade jurídica.
(E) A CF, ao contrário do que dispõe acerca da divisão territorial dos estados-membros, veda a divisão de territórios e do DF em municípios.

RESPOSTA (A) CF, art. 22, parágrafo único (excluem-se os municípios). (B) CF, art. 29, II. (C) CF, art. 18, § 1º. (D) CF, art. 25, § 3º. (E) CF, art. 32 c/c art. 33, § 1º. *Alternativa B.*

2097. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Com base na doutrina e na jurisprudência do STF, assinale a opção correta a respeito da repartição de competências entre os entes da Federação brasileira.

(A) É inconstitucional lei estadual que fixe índices de correção monetária de créditos fiscais, ainda que o fator de correção adotado seja igual ou inferior ao utilizado pela União, visto que, em matéria financeira, não há competência legislativa concorrente entre o ente federal e o estadual.
(B) É constitucional norma estadual que estabeleça como competência do tribunal de contas do estado o exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público, por força do princípio da simetria.
(C) Lei estadual que institua a obrigatoriedade de instalação de cinto de segurança em veículo de

transporte coletivo será constitucional, visto que tratará de matéria constante do rol das competências remanescentes dos estados.

(D) Caso se edite lei estadual proibindo as empresas de telecomunicações de cobrarem taxas para a instalação de segundo ponto de acesso à Internet, tal lei deverá ser considerada inconstitucional, visto que invadirá a competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações.

(E) Se for editada lei distrital de iniciativa parlamentar instituindo gratificação específica para os policiais militares e o Corpo de Bombeiros Militar do DF, essa lei será constitucional, porquanto a competência da União para organizar e manter a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do DF não exclui a competência do ente distrital.

RESPOSTA (A) CF, art. 24, I. (B) STF, ADI 916. (C) CF, art. 22, XI. (D) CF, art. 22, IV, e STF, ADI 4.083. (E) CF, art. 21, XIV. *Alternativa D.*

2098. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Considerando a organização político-administrativa brasileira, assinale a opção correta a respeito dos entes federativos.

(A) A intervenção da União nos estados para prover a execução de lei federal depende de provimento, pelo STJ, de representação formulada pelo procurador-geral da República.

(B) É cabível intervenção estadual em município nos casos em que o tribunal de justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios expressos na constituição estadual, admitindo-se a interposição de recurso extraordinário em face do acórdão que deferir o pedido de intervenção.

(C) Nem o DF nem os territórios podem ser divididos em municípios.

(D) Segundo entendimento do STF, os municípios gozam de autonomia tributária, razão pela qual detêm competência legislativa plena para a instituição e a desoneração de tributos de sua competência, observados os limites constitucionais.

(E) Os estados federados podem instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, observada autorização prevista em lei complementar federal.

RESPOSTA (A) CF, art. 34, VI, c/c art. 36, III (STF). (B) Súmula 637, STF. (C) CF, art. 32 e art. 33, § 1º. STF, RE 672.785, Rel. Min. Cármen Lúcia, decisão monocrática, julgamento em 24-4-2012. (E) CF, art. 25 (lei complementar estadual). *Alternativa D.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) A respeito do processo legislativo e da competência legislativa da União e dos estados, julgue o próximo item.

2099. Serão constitucionais leis estaduais que disponham sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico, matérias que se inserem no âmbito da competência concorrente da União, dos estados e do DF.

RESPOSTA Nos termos do art. 24, CF/88. *Correta.*

VI. Poder Legislativo e Poder Executivo

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) No que se refere aos orçamentos e ao controle de sua execução, julgue os itens seguintes.

2100. O controle interno da execução orçamentária é exercido pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com o auxílio do tribunal de contas.

RESPOSTA O controle interno está previsto na parte final do art. 70 da Constituição Federal, em que está dito que a fiscalização é exercida “...*pelo sistema de controle interno de cada Poder*”. O controle externo, segundo o mesmo art. 70 da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas da União, como

determina o *caput* do art. 71 da Constituição Federal. *Errada*.

2101. Os cidadãos são partes legítimas para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

RESPOSTA Art. 74, § 2º, CF. *Correta*.

2102. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** A respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da administração pública federal e das competências do TCU, assinale a opção correta.

(A) Quando o TCU detectar irregularidades ou abusos na execução de contratos firmados pela administração pública federal, o Senado Federal poderá determinar-lhes a imediata sustação, além de poder imputar débito ou multa aos responsáveis.

(B) A fiscalização exercida pelo Congresso Nacional sobre a administração pública federal, no que diz respeito aos aspectos financeiros, não alcança as empresas públicas e as sociedades de economia mista, que se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas.

(C) Compete ao TCU aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

(D) É competência exclusiva do Congresso Nacional julgar as contas prestadas pelos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal.

(E) Cabe à comissão mista de deputados e senadores, com exclusividade, emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.

RESPOSTA (A) CF, art. 71, § 1º (competência do Congresso Nacional). (B) CF, art. 70, parágrafo único. (C) CF, art. 71, VIII. (D) CF, art. 71, II (competência do TCU). (E) CF, art. 166, § 1º, I. *Alternativa C.*

2103. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Quanto ao Poder Executivo, assinale a opção correta.

(A) No sistema de governo presidencialista, o chefe de governo é também o chefe de Estado.

(B) Quando o presidente da República celebra um tratado internacional, o faz como chefe de governo.

(C) O presidente da República responde por crimes comuns e de responsabilidade perante o Senado Federal, depois de autorizado o seu julgamento pela Câmara dos Deputados.

(D) Algumas competências privativas do presidente da República podem ser delegadas aos ministros de estado. Entre elas está a de presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa quando não estiver presente na sessão.

(E) O presidente da República não pratica crime de responsabilidade quando descumpre uma decisão judicial que entende ser inconstitucional ou contrária ao interesse público.

RESPOSTA (A) No presidencialismo, há unipessoalidade do Poder, pois o Presidente da República é, simultaneamente, Chefe de Estado e de Governo. (B) Na verdade, o faz como Chefe de Estado. (C) Por crime de responsabilidade, perante o Senado Federal (CF, art. 52, I); por crime comum, perante o STF (CF, art. 102, I, *b*). (D) CF, art. 84, parágrafo único. (E) CF, art. 85, VII. *Alternativa A.*

2104. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Com relação à organização dos poderes na CF, assinale a opção correta.

(A) Suplente de deputado ou senador deve ser convocado nos casos de licença do titular por período superior a sessenta dias.

(B) Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional deve deliberar somente sobre a matéria para a qual foi convocado, não podendo ser incluídas na pauta sequer as medidas provisórias em vigor na data da convocação extraordinária.

(C) O Senado Federal compõe-se de três representantes de cada estado e do DF, com mandato de oito anos, eleitos segundo o princípio proporcional, sendo os representantes renovados de quatro em quatro anos, de forma alternada, por um e dois terços.

(D) A CF prevê a reunião em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na hipótese, entre outras, de conhecer e deliberar sobre veto.

(E) É de competência do Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o presidente e o vice-presidente da República, bem como contra os ministros de Estado.

RESPOSTA (A) CF, art. 56, § 1º. (B) CF, art. 57, §§ 7º e 8º. (C) CF, 46, § 1º. (D) CF, art. 57, § 3º, IV. (E) CF, art. 51, I. *Alternativa D.*

2105. (Advogado – BACEN – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do Poder Legislativo, na organização federativa brasileira.

(A) Pela aplicação da teoria dos poderes implícitos, o STF reconhece ao TCU a competência para conceder medidas cautelares no exercício das atribuições que lhe foram fixadas na CF.

(B) Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional delibera, além da matéria para a qual foi convocado e das medidas provisórias em vigor na data da convocação, a respeito dos projetos de lei complementar em regime de urgência.

(C) A CF atribui ao presidente da República iniciativa reservada no que concerne a leis sobre matéria tributária.

(D) As matérias de competência privativa do Senado Federal não dependem de sanção presidencial e se materializam por meio de decreto legislativo.

(E) O TCU, ao apreciar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, deve assegurar ao servidor o exercício do contraditório e da ampla defesa, sob pena de nulidade do procedimento.

RESPOSTA (A) STF, MS 24.510. (B) CF, art. 57, §§ 7º e 8º. (C) CF, art. 61, § 1º, II, *b* (dos territórios). (D) CF, art. 52 (por meio de resolução). (E) STF, Súmula Vinculante 3 (que excetua os atos iniciais de concessão de aposentadoria, reforma e pensão). *Alternativa A.*

(Procurador – Boa Vista-RR – 2010 – CESPE) Acerca das diversas formas de controle sobre a administração pública, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

2106. As comissões parlamentares de inquérito constituídas por qualquer uma das casas do Congresso Nacional têm poderes próprios das autoridades judiciais, podendo ordenar, entre outros procedimentos, busca domiciliar e interceptação telefônica.

RESPOSTA O STF limita a atuação das CPIs ao denominado “Princípio da Reserva de Jurisdição”. Portanto, alguns poderes estão reservados a órgãos do Poder Judiciário, os quais exercem jurisdição. Entre esses poderes vedados às CPIs, está a busca e apreensão domiciliar e a interceptação telefônica (STF, MS 23.452). *Errada.*

2107. Compete exclusivamente à Câmara dos Deputados sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitarem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

RESPOSTA Na verdade, a competência de sustar atos normativos que exorbitem do poder regulamentar (decretos regulamentares do art. 84, IV, CF/88) ou dos limites da delegação legislativa (leis delegadas do art. 68) é do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, V, CF/88. *Errada.*

2108. (Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE) Com relação às atribuições e às responsabilidades do presidente da República, ao Conselho da República e ao Conselho de Defesa Nacional, assinale a opção correta.

(A) Na vigência de seu mandato, o presidente da República não poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, tanto na esfera penal quanto na civil, administrativa, fiscal e tributária.

(B) O presidente da República somente poderá ser processado por crime de responsabilidade após autorização do Senado Federal, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

(C) O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, sendo suas decisões vinculantes nos casos que envolvam declaração de guerra e celebração da paz.

(D) Compete ao presidente da República nomear dois membros do Conselho da República, órgão superior de consulta convocado e presidido pelo chefe do Poder Executivo.

(E) O presidente da República possui competência para dispor, mediante decreto, sobre a criação e extinção de órgãos despersonalizados, mas não de órgãos e entidades dotados de personalidade jurídica e capacidade processual.

RESPOSTA (A) CF, art. 86, § 4º (irresponsabilidade *penal* relativa). (B) CF, art. 52, I (autorização da Câmara dos Deputados). (C) CF, art. 91 (órgão consultivo de natureza opinativa). (D) CF, art. 89, VII. (E) CF, art. 84, VI, *a* (necessariamente, não necessita ser órgão despersonalizado). *Alternativa D.*

2109. (Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE) Acerca da organização e atribuições do Poder Legislativo e da fiscalização financeira e orçamentária exercida pelo Congresso Nacional, assinale a opção correta.

(A) Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade ocorrida no âmbito do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, os responsáveis pelo controle interno dela devem dar ciência à Controladoria-Geral da União, sob pena de responsabilidade solidária.

(B) As normas da CF que versam sobre o TCU aplicam-se à organização e à fiscalização dos tribunais de contas dos estados e do DF, cabendo às respectivas casas legislativas estabelecer o número de conselheiros dessas cortes de contas e a sua forma de nomeação.

(C) O Poder Legislativo é composto por deputados federais, eleitos pelo sistema proporcional, e por senadores, eleitos pela maioria absoluta do total de eleitores de cada unidade da Federação.

(D) Diferentemente das mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, a mesa do Congresso Nacional será presidida, alternadamente, pelo presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, com mandato de dois anos.

(E) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os ministros do STF e os membros do CNJ nos crimes de responsabilidade.

RESPOSTA (A) CF, art. 74, § 1º. Dar-se-á ciência ao Tribunal de Contas da União. (B) CF, art. 75, parágrafo único. (C) CF, art. 46. (D) CF, art. 57, § 5º. (E) CF, art. 52, II. *Alternativa E*.

2110. (Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE) A respeito das disposições constitucionais sobre a ordem social, assinale a opção correta.

(A) O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano, nos casos expressos em lei, ou comprovada a separação de fato por mais de dois anos.

(B) O dever do Estado com a educação efetiva-se mediante o cumprimento de várias garantias, como a

garantia à educação básica obrigatória e gratuita às crianças de zero a seis anos de idade.

(C) A CF veda toda e qualquer censura de natureza política e ideológica, mas prevê a regulação estatal de diversões e espetáculos públicos, dispondo que cabe ao poder público, entre outras atribuições, informar sobre a inadequação de que esses eventos ocorram em determinados locais e horários.

(D) Como a justiça desportiva é órgão de natureza administrativa e não integra o Poder Judiciário, a ela compete julgar, com exclusividade e em caráter terminativo, a disciplina e as competições desportivas, de maneira a esgotar, na própria instância administrativa, a apreciação das lides relacionadas ao desporto.

(E) É admitida a participação de pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística ou de radiodifusão apenas no caso de o capital da sociedade pertencer exclusiva e nominalmente a brasileiros, não podendo a participação exceder a trinta por cento do capital social.

RESPOSTA (A) CF, art. 226, § 6º. (B) CF, art. 208, I. (C) CF, art. 220, § 3º, I. (D) CF, art. 217, §§ 1º e 2º. (E) CF, art. 222, § 1º. *Alternativa C.*

2111. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Tendo em vista as competências dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assinale a opção correta.

(A) Como instrumentos de fiscalização do Poder Legislativo, as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo determinar as diligências que julgar necessárias, tomar depoimentos, ouvir indiciados e testemunhas, requisitar documentos de órgãos públicos e promover a responsabilidade civil e criminal dos infratores.

(B) Pela regra do quinto constitucional, na composição dos tribunais regionais federais, dos tribunais dos estados, do DF e territórios, e dos tribunais do trabalho, um quinto dos seus lugares será composto de membros do MP com mais de dez anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

(C) É da iniciativa privativa do presidente da República as leis que disponham acerca da organização da DPU, cabendo aos chefes dos Poderes Executivos estaduais a iniciativa de propor normas gerais para a organização das respectivas DPEs.

(D) O Conselho Nacional de Justiça é órgão de natureza administrativa, composto de membros oriundos não apenas do Poder Judiciário, mas também do MP, da advocacia e da sociedade, característica que não permite considerá-lo órgão integrante do Poder Judiciário.

(E) O Tribunal de Contas da União é órgão de orientação do Poder Legislativo, a este subordinado, apto a exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União.

RESPOSTA (A) CF, art. 58, § 3º (deve encaminhar as conclusões ao MP). (B) CF, art. 94. (C) CF, art. 134, §§ 1º e 2º. (D) CF, art. 92, I-A. (E) Em que pese o Tribunal de Contas ser órgão de auxílio do Congresso Nacional na atividade de controle externo, esta não integra a estrutura do Poder Legislativo e a ele não está subordinado. É uma **instituição constitucional autônoma**. *Alternativa B*.

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Julgue os itens seguintes, no que se refere à organização e aos poderes do Estado no ordenamento jurídico nacional (Certo ou Errado).

2112. No que diz respeito ao Poder Judiciário, a CF atribui à justiça militar, no âmbito da União, dos estados e do Distrito Federal e territórios, competência exclusivamente penal, restrita aos crimes militares definidos em lei.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 125, § 4º, CF/88. *Errada*.

2113. No que se refere à criação de municípios, o plebiscito constitui condição de

procedibilidade para o processo legislativo da lei estadual. Consequentemente, se as populações dos municípios envolvidos se manifestarem favoravelmente à criação do novo município e o legislador estadual aprovar a correspondente lei, o governador não poderá vetá-la.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 18, § 4º, CF, e STF, ADI 192 (caberia veto). *Errada*.

2114. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Carlos, deputado estadual, utilizou a tribuna da respectiva assembleia legislativa para comunicar aos seus pares um grave fato ocorrido na sua vida particular, sendo que acabou por ofender a honra de João, senador da República, ao acusá-lo de fato descrito como crime. João, que além de político é radialista, acabou por utilizar o espaço do seu programa de rádio semanal para ofender a honra de Carlos, com acusações que, igualmente, não têm relação com o mandato parlamentar. Acerca dessa situação hipotética e das imunidades parlamentares na forma da jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

(A) Não há imunidade material na conduta praticada por Carlos.
(B) Não há imunidade material na conduta praticada por João.
(C) A imunidade material para o crime não se estende para a ação de reparação civil.
(D) O regime jurídico das imunidades dos parlamentares federais não se estende aos parlamentares estaduais.
(E) Independentemente do que preveja a constituição do respectivo estado, eventual ação penal proposta contra Carlos será julgada pelo juiz criminal competente do estado onde exerce seu mandato.

RESPOSTA O enunciado da questão é muito claro ao estabelecer que a manifestação do Deputado Estadual não possuía nenhuma relação com o mandato parlamentar. Além disso, as ofensas foram proferidas **fora** dos recintos do Senado Federal. Consequentemente, na esteira do pronunciamento do STF, o deputado em questão não possui imunidade parlamentar material (STF, Inq. 655). Quanto a Carlos, por haver se pronunciado na Tribuna (dentro das dependências de sua Casa Legislativa), o entendimento do STF (sempre oscilante e duvidoso) é que, nesse caso, o nexo causal entre a manifestação e o mandato seria presumido. *Alternativa B.*

2115. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Com base no que dispõe a CF sobre a estrutura, o funcionamento e as atribuições do Poder Legislativo, assinale a opção correta.

(A) É da Câmara dos Deputados a competência para autorizar a instauração de processo contra o presidente, o vice-presidente da República e os ministros de Estado acusados de crime de responsabilidade, e ao Senado Federal se a acusação for de prática de crime comum.
(B) Cabe ao Congresso Nacional dispor, por meio de lei, sobre a fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas.
(C) A condenação do presidente da República por crime de responsabilidade depende da aprovação da medida, em votação secreta, pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.
(D) Nas sessões legislativas extraordinárias do Congresso Nacional, os parlamentares só podem deliberar sobre a matéria que motivou a convocação, sendo terminantemente vedado discutir qualquer outra matéria.
(E) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira de interesse dos diversos entes federativos, bem como resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

RESPOSTA (A) Em qualquer caso, cabe à Câmara dos Deputados a autorização para abertura de processos, conforme o art. 51, I, CF/88. (B) CF, art. 48, III. (C) CF, art. 52, parágrafo único. (D) CF, art. 57, §§ 7º e 8º. (E) CF, art. 49, I. *Alternativa B.*

2116. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** A respeito do Poder Executivo, assinale a opção correta.

(A) Nos crimes comuns, o presidente da República será processado e julgado pelo STF somente após ser declarada procedente a acusação por parte da Câmara dos Deputados, circunstância que não impede a instauração de inquérito policial e o oferecimento da denúncia.

(B) Em caso de urgência ou de interesse público relevante, o presidente da República pode convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, devendo ser efetuado o pagamento da parcela indenizatória devida em razão do caráter excepcional da convocação.

(C) O presidente da República detém competência privativa tanto para decretar o estado de defesa e o estado de sítio quanto para suspender essas medidas.

(D) A composição do Conselho da República, órgão de consulta do presidente da República, está taxativamente prevista na CF, razão por que é vedada a participação, nas reuniões desse conselho, de outras autoridades além das indicadas na CF.

(E) Nos crimes de responsabilidade, o Senado Federal, na condição de órgão judicial, exercendo jurisdição recebida da CF, julga o presidente da República, razão por que é cabível a interposição de recurso ao STF contra decisão proferida em processo de *impeachment*.

RESPOSTA (A) CF, art. 52, I, c/c art. 102, I, *b*. (B) CF, art. 57, § 7º. (C) CF, art. 49, IV. (D) CF, art. 90, § 1º. (E) O Senado Federal, no processo de *impeachment*, não se transmuta em órgão judicial e, além disso, a decisão é política e irrecorrível. *Alternativa A.*

2117. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Em relação à organização e às atribuições do Poder Legislativo, ao estatuto dos congressistas e à perda de mandato parlamentar, assinale a opção correta.

(A) É atribuição privativa do Congresso Nacional autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do DF e dos municípios.

(B) As matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional são disciplinadas por meio de decreto legislativo e dispensam a manifestação, mediante sanção ou veto, do presidente da República.

(C) O membro do Congresso Nacional perderá o mandato se deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão autorizada. A perda é decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta.

(D) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos estados e do DF, eleitos em número proporcional à população, de forma que nenhuma unidade da Federação tenha menos de oito ou mais de sessenta deputados.

(E) Os deputados e senadores, desde a posse, somente poderão ser processados e julgados pelo STF, prerrogativa de foro que vale apenas para as infrações penais, não se estendendo, portanto, aos crimes eleitorais e às contravenções penais.

RESPOSTA (A) CF, art. 52, V (competência do Senado Federal). (B) CF, art. 49. (C) CF, art. 55, III e § 3º. (D) Na Câmara dos Deputados estão os representantes do povo. Representantes dos Estados são os Senadores da República (CF, art. 45). (E) CF, art. 53, § 1º (desde a diplomação). *Alternativa B.*

(Analista – TJ-RR – 2012 – CESPE) Julgue os itens seguintes, relativo aos Poderes Legislativo e Executivo na ordem constitucional pátria.

2118. A CF conferiu às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o direito de

requerer informações aos ministros de Estado; mas os parlamentares, individualmente, não dispõem desse direito.

RESPOSTA Efetivamente, a CF/88 conferiu às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (CF, art. 50, § 2º) o direito de requerer informações aos ministros de Estado. Todavia, não há igual previsão para parlamentares, isoladamente. *Correta*.

2119. A competência para votar os projetos de lei é, em regra, dos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, mas as mesas diretoras das respectivas casas podem, mediante decreto legislativo, outorgar às comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, a prerrogativa de discutir, votar e decidir as proposições legislativas.

RESPOSTA A CF/88 determina que as comissões só podem discutir e votar projeto de lei que dispensar a competência do plenário se houver previsão no Regimento Interno das casas legislativas (art. 58, § 2º, I). É a denominada "delegação *interna corporis*". *Errada*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os itens seguintes, relativos ao Poder Executivo.

2120. Cabe ao presidente da República, na condição de comandante supremo das Forças Armadas, nomear os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e ao ministro da Defesa cabe, mediante lista de escolha apresentada pelos comandantes das três forças, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes sejam privativos.

RESPOSTA Diz o art. 84, XIII, CF/88, que compete privativamente ao presidente da República: "exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos". *Errada*.

2121. É do Senado Federal, em caráter privativo, a competência para processar e julgar os ministros de Estado nos crimes de responsabilidade, sejam eles crimes autônomos, sejam conexos com crimes da mesma natureza, praticados pelo presidente ou pelo vice-presidente da República.

RESPOSTA Os crimes de responsabilidade não conexos dos Ministros de Estado são tratados como crimes comuns. Consequentemente, nesse caso, a competência de julgamento é do STF (STF, Pet 1.656). *Errada*.

2122. A CF autoriza que o presidente da República, no exercício de seu poder regulamentar, edite, se houver lei federal que o autorize a fazê-lo, decreto que crie cargos públicos, com as respectivas denominações, competências e remunerações.

RESPOSTA Nos termos do art. 48, X, CF, a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas só pode se ocorre se edita lei em sentido formal. *Errada*.

VII. Processo Legislativo

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue o item a seguir, acerca da ordem econômica e financeira e da edição de medida provisória sobre matéria tributária.

2123. A CF admite a edição de medida provisória que institua ou majore impostos, desde que seja respeitado o princípio da anterioridade tributária.

RESPOSTA Conforme o § 2º do art. 62, CF/88. *Correta.*

2124. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** No que concerne ao processo legislativo, assinale a opção correta.

(A) O procurador-geral de justiça tem competência privativa e exclusiva para propor projeto de lei

ordinária que vise majorar os subsídios dos membros do respectivo ministério público estadual, não podendo fazê-lo o governador.

(B) A edição de medida provisória para criar tributos é autorizada pela CF, mas não será possível, por essa via legislativa, tratar de matéria relacionada a processo penal.

(C) O chefe do Poder Executivo poderá vetar determinada palavra de um artigo de projeto de lei, desde que o considere inconstitucional ou contrário ao interesse público.

(D) A matéria que for rejeitada pelo parlamento não poderá ser objeto de novo projeto de lei ordinária na mesma sessão legislativa.

(E) A emenda à CF será promulgada após a sanção do presidente da República.

RESPOSTA (A) CF, art. 61, § 1º, II, *d*, c/c art. 128, § 5º. (B) CF, art. 62, § 1º, I, *b*, e § 2º. (C) CF, art. 66, § 2º. (D) CF, art. 67. (E) CF, art. 60, § 3º. *Alternativa B.*

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Com relação à DP, julgue o item subsecutivo (Certo ou Errado).

2125. De acordo com a CF, são de iniciativa exclusiva do presidente da República as leis que disponham sobre a organização da Defensoria Pública da União bem como as normas gerais para a organização da DP dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 61, § 1º, II, *d* (menos municípios), CF/88. *Errada*.

2126. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Com relação às cláusulas pétreas e às normas constitucionais que versam sobre o processo legislativo, assinale a opção correta.

(A) O processo legislativo envolve a elaboração de várias espécies normativas, entre as quais se incluem as leis delegadas, as medidas provisórias, os decretos e os regulamentos.

(B) A forma federativa de Estado e a forma republicana de governo constituem limites materiais explícitos ao poder de reforma constitucional, na medida em que o poder constituinte originário deixou assente, de modo expresso, a impossibilidade de supressão de tais matérias da normatividade constitucional.

(C) Compete ao STF a iniciativa de proposição de lei complementar que disponha sobre o Estatuto da Magistratura.

(D) São de competência da União as leis que disponham sobre a organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do DF.

(E) Os limites materiais da CF impedem emendas que alterem o texto das cláusulas pétreas, visto que qualquer alteração nessas disposições descaracterizaria o núcleo essencial desenvolvido e explicitado pelo poder constituinte originário.

RESPOSTA (A) A CF/88 não estabelece regras de processo legislativo nos casos dos decretos e regulamentos, os quais são atos do Poder Executivo. (B) Não há vedação expressa relativamente à forma republicana de governo (CF, art. 60, § 4º, I). (C) CF, art. 93. (D) CF, art. 22, XVII. (E) Na verdade, o art. 60, § 4º, CF/88, somente impede propostas de emenda *tendentes a abolir* as cláusulas pétreas e não toda e qualquer emenda. *Alternativa C*.

2127. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** No que diz respeito ao processo legislativo, assinale a opção correta.

(A) A CF pode ser emendada por proposta de assembleia legislativa de uma ou mais unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

(B) A iniciativa das leis delegadas cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, na forma e nos casos previstos na CF.

(C) O parlamentar dispõe de legitimação ativa para suscitar, por meio de mandado de segurança, o controle incidental de constitucionalidade pertinente à observância, pelo Parlamento, dos requisitos que condicionam a válida elaboração das proposições normativas, enquanto essas se acharem em curso na casa legislativa a que pertença esse parlamentar; no entanto, se a proposta legislativa for transformada em lei, haverá a perda do objeto da ação e a perda da legitimidade ativa do parlamentar.

(D) As emendas constitucionais não podem ser objeto de declaração de inconstitucionalidade, visto que não existe, no sistema brasileiro, a possibilidade de normas constitucionais inconstitucionais.

(E) A proposta de emenda constitucional deve ser discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional em dois turnos, considerando-se aprovada, se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros. A casa na qual tenha sido concluída a votação deve enviar o projeto de emenda ao presidente da República, para que este, aquiescendo, o sancione.

RESPOSTA (A) CF, art. 60, III. (B) CF, art. 68. (C) STF, MS 22.503. (D) O poder de emendar a CF encontra limites estabelecidos pela própria Constituição. Portanto, as emendas constitucionais podem ser declaradas inconstitucionais. (E) Emendas não estão sujeitas à sanção ou veto presidencial, pois são promulgadas pelas Mesas da Câmara e do Senado (CF, art. 60, § 3º). *Alternativa C.*

2128. (Advogado – BACEN – 2009 – CESPE) A respeito de espécies normativas, assinale a opção correta.

(A) A proposta de emenda constitucional deve ser discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, e será considerada aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros e for promulgada após a respectiva sanção presidencial.

(B) Segundo posicionamento do STF, não gera inconstitucionalidade formal a emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa de tribunal de justiça estadual que importe aumento de despesa, já que apenas em proposta de iniciativa do chefe do Poder Executivo a CF veda a apresentação de emenda parlamentar que implique aumento de despesa.

(C) A medida provisória aprovada pelo Congresso Nacional com alterações é transformada em projeto de lei de conversão e deve ser promulgada pelo presidente do Senado, independentemente de sanção ou veto do presidente da República.

(D) O decreto legislativo é espécie normativa destinada a dispor acerca de matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional e deve ser, obrigatoriamente, instruído, discutido e votado em ambas as casas legislativas, no sistema bicameral.

(E) As resoluções constituem atos normativos secundários que dispõem acerca da regulação de determinadas matérias do Congresso Nacional não inseridas no âmbito de incidência dos decretos legislativos e da lei.

RESPOSTA (A) Emendas não estão sujeitas à sanção ou ao veto presidencial, pois são promulgadas pelas Mesas da Câmara e do Senado (CF, art. 60, § 3º). (B) STF, ADI-MC 4.062. (C) CF, art. 62, § 12. (D) CF, art. 49. (E) As resoluções são atos normativos primários, previstas no art. 59, VII. *Alternativa D.*

2129. (Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE) Acerca do processo legislativo na CF, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o STF, a não conversão da medida provisória tem efeito repristinatório sobre o direito com ela colidente.

(B) A CF consagrou, em seu texto, a iniciativa popular, sem restrição de matérias, para promover proposta de emenda constitucional.

(C) É vedada a edição de medidas provisórias relativas a matéria de direito civil.
(D) Projeto de lei de iniciativa do STF e dos demais tribunais superiores deverá ser iniciado, mediante o respectivo depósito junto à mesa, no Senado Federal.
(E) A ausência de sanção pelo chefe do Poder Executivo no prazo constitucional de quinze dias em projeto de lei encaminhado pelo Poder Legislativo faz caducar o projeto, por não existir forma silente de sanção.

RESPOSTA Na medida em que a MP não foi convertida em lei, a norma colidente imediatamente anterior terá automaticamente sua eficácia restaurada. (B) CF, art. 60. (C) CF, art. 62, § 1º. (D) CF, art. 64. (E) CF, art. 66, § 3º. *Alternativa A.*

(Técnico – TST – 2012 – CESPE) O presidente da República apresentou projeto de lei que amplia para 10% o percentual de vagas destinadas a pessoas portadoras de deficiência nos concursos públicos para a administração federal. Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

2130. Esse projeto é de iniciativa privativa do presidente da República, em virtude da matéria que ele regula.

RESPOSTA Nos termos do art. 61, § 1º, II, *c*. *Correta.*

2131. Se esse projeto for rejeitado pela Câmara dos Deputados, o presidente da República poderá recorrer ao Senado Federal contra essa decisão.

RESPOSTA Não há nenhuma previsão constitucional nesse sentido. *Errada*.

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) No que concerne ao processo legislativo, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

2132. Considere que o chefe do Poder Executivo tenha apresentado projeto de lei ordinária que dispõe sobre a remuneração de servidores públicos. Nesse caso, não se admite emenda parlamentar ao projeto para aumento do valor da remuneração proposto.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 63, I, CF/88. *Correta*.

2133. A autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública estadual assegura, conforme a Constituição Federal, ao defensor público-geral do estado a iniciativa de propor projeto de lei que disponha sobre a criação e a remuneração de cargos de defensor público estadual.

RESPOSTA Na verdade, o art. 134, § 2º, CF/88, assegura a iniciativa da proposta orçamentária. *Errada*.

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Considere que, por medida provisória, o presidente da República tenha criado o Ministério da Segurança Pública. Transcorrido o prazo de cento e vinte dias, contados da data de sua publicação, não foi votada a medida provisória, no Congresso Nacional, ocorrendo a sua rejeição tácita. Durante o período em que a medida provisória esteve em vigor, o ministro nomeado praticou diversos atos administrativos, de sua competência exclusiva, que, por seu conteúdo, caracterizaram crime de responsabilidade contra o livre-exercício dos direitos individuais, tipificado no art. 7º da Lei n. 1.079, de 10/4/1950, e crimes de improbidade administrativa. Quanto à situação hipotética acima, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

2134. Durante a vigência da medida provisória, para o presidente da República transferir o Departamento de Polícia Federal (DPF) do Ministério da Justiça para o Ministério da Segurança Pública, criando, nesse ato, sem aumento de despesa, alguns órgãos necessários ao funcionamento do DPF nessa nova estrutura, ele teria de aprovar uma lei ou editar uma medida provisória que dispusesse

acerca da matéria.

RESPOSTA Inicialmente, não caberia ao Presidente "aprovar uma lei", mas, sim, ao Congresso Nacional. Ademais, pelo art. 84, VI, *a*, CF/88, para a transferência do DPF para o "ministério da Segurança Pública", bastaria a edição de decreto. *Errada*.

2135. Durante a vigência da referida medida provisória, a competência para processar e julgar eventual ação contra o ministro da Segurança Pública, por crime de responsabilidade e crime de improbidade administrativa, seria do STF, depois de autorizada, pela Câmara dos Deputados, em ambos os casos, a instauração do processo, cessando essa competência no momento em que a medida provisória fosse rejeitada.

RESPOSTA A assertiva traz elementos insuficientes para resolução. Em se tratando de Ministros de Estado, a princípio, a competência seria do Senado Federal para o julgamento dos crimes de responsabilidade conexos (CF, art. 52, I). Se fosse crime de responsabilidade não conexo, caberia ao STF a competência para julgamento (CF, art. 102, I, *c*). Além disso, não se sabe se houve ou não a edição de decreto legislativo previsto no art. 62, § 3º, CF/88. *Errada.*

2136. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do processo legislativo, das competências e do funcionamento do Congresso Nacional.

(A) É competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar previamente, por voto secreto, a escolha de magistrados, nos casos estabelecidos no texto constitucional, bem como processar e julgar os ministros do STF e os membros do Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade.

(B) O presidente do STF tem competência para solicitar a convocação extraordinária do Congresso Nacional a fim de discutir matérias relativas à organização administrativa e judiciária dos órgãos do Poder Judiciário.

(C) É expressamente vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário e do MP, à carreira e à garantia de seus membros.

(D) O decreto legislativo é o instrumento normativo por meio do qual são disciplinadas as matérias de competência privativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

(E) O tratado sobre direitos humanos aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, por dois terços dos votos de seus respectivos membros equivale a emenda constitucional e dispõe de força executória a partir da edição do decreto legislativo que promulgue o seu texto.

RESPOSTA (A) CF, art. 52, II e III, *a* (competência privativa do Senado Federal). (B) CF, art. 57, § 6º. (C) CF, art. 62, § 1º, I, *c*. (D) Decreto legislativo é ato normativo primário que disciplina as matérias exclusivas do Congresso Nacional, listadas no art. 49, CF/88. (E) CF, art. 5º, § 3º (necessita aprovação de 3/5 de todos os membros para ser equivalente às emendas à Constituição. Além disso, é o decreto presidencial que promulga o texto de acordos internacionais). *Alternativa C.*

VIII. Poder Judiciário e Funções Essenciais à Justiça

(Oficial – CBM-DF – 2011 – CESPE) Julgue o item subsecutivo, referente ao Poder Judiciário.

2137. Ao dispor sobre os tribunais e juízes dos estados, a CF estabelece que lei estadual pode criar, mediante proposta do governador do estado, a justiça militar estadual.

RESPOSTA A CF/88 estabelece que a Justiça Militar estadual somente pode ser criada mediante proposta do Tribunal de Justiça. *Errada*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Acerca da AGU, julgue os itens a seguir.

2138. Incumbe à AGU, diretamente ou mediante órgão vinculado, exercer a representação judicial e extrajudicial da União, assim como as atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito federal.

RESPOSTA As atividades de consultoria e assessoramento da AGU, diferentemente das de representação judicial e extrajudicial, estão restritas ao Poder Executivo federal, nos termos expressos do art. 131, CF/88. *Errada*.

2139. A CF estabelece expressamente que a representação da União, na execução da dívida ativa de natureza tributária, cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

RESPOSTA Nos termos do art. 131, § 3º, CF/88. *Correta*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) No que se refere ao estatuto constitucional da magistratura e às competências do STF, julgue os itens subsequentes.

2140. Embora o rol de matérias de competência originária do STF seja taxativo na CF, esse tribunal reconheceu serem de sua própria competência as causas de natureza civil instauradas contra o presidente da República ou qualquer das autoridades que, em matéria penal, disponham de prerrogativa de foro perante essa Corte ou que, em sede de mandado de segurança, estejam sujeitas à jurisdição imediata desta.

RESPOSTA O STF (Pet 1.738-AgR) reconheceu o *princípio da reserva constitucional*. Nesse sentido, toda a atribuição originária do STF deve estar explicitada, taxativamente, no art. 102, I, CF/88. *Errada*.

2141. A CF veda aos juízes que se aposentarem ou forem exonerados o exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram até o decurso de três anos após o desligamento.

RESPOSTA Determina o art. 95, parágrafo único, V, CF/88: "Aos juízes é vedado: (...) V – exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração". *Correta*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Julgue o item abaixo, relativo à competência do MP.

2142. Compete privativamente ao MP promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

RESPOSTA Nos termos do art. 129, III, CF/88, a competência para promoção de inquérito civil e de ação civil pública não é privativa do MP. *Errada*.

(Técnico – TST – 2012 – CESPE) Acerca do Direito Constitucional, julgue os itens a seguir.

2143. Os ministros do TST são julgados pelo Superior Tribunal de Justiça, no caso de crimes comuns, e pelo Supremo Tribunal Federal, no caso de crimes de responsabilidade.

RESPOSTA Nos termos do art. 102, I, *c*, CF/88, os membros dos Tribunais Superiores serão julgados pelo STF, tanto nos crimes comuns quanto nos crimes de responsabilidade. *Errada.*

2144. Não existe Poder Judiciário municipal.

RESPOSTA Não há, na CF/88, qualquer previsão de Poder Judiciário nas municipalidades. *Correta*.

2145. O presidente da República, mediante decreto, pode criar um novo órgão público, mas a extinção de órgãos que integram a administração federal somente pode ser realizada por meio de lei.

RESPOSTA Nos termos do art. 48, XI, cabe ao Congresso Nacional, por meio de lei formal, a criação de órgãos da Administração Pública. *Errada.*

2146. A Defensoria Pública da União é o órgão do Ministério Público da União responsável por oferecer assistência judiciária gratuita à população.

RESPOSTA A Defensoria Pública é, nos termos do art. 134, uma das funções essenciais à atividade jurisdicional, ao lado do MP, da advocacia pública e da advocacia privada. *Errada*.

2147. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do Poder Judiciário.

(A) Compete ao STJ julgar litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União.
(B) O pedido de extradição solicitada por Estado estrangeiro será julgado pelo STJ.
(C) Ao STJ compete julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país.
(D) O julgamento dos crimes contra a organização do trabalho são de competência da justiça do trabalho.
(E) Procurador de justiça do Distrito Federal e territórios, atuando em turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, terá os crimes por ele praticados julgados pelo STJ.

RESPOSTA (A) CF, art. 102, I, *e* (STF). (B) CF, art. 102, I, *g* (STF). (C) CF, art. 102, I, *e* (STF). (D) CF, art. 109, VI (Justiça Federal comum). (E) CF, art. 105, I, *a* c/c art. 128, I, *a*. *Alternativa E.*

2148. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação ao que dispõe a CF acerca do MP.

(A) O MP, apesar de dotado de autonomia financeira, não é obrigado a elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
(B) Segundo a CF, o MP brasileiro compreende apenas o MP Federal e o MP dos estados e do DF.
(C) Entre as garantias concedidas aos membros do MP está a estabilidade após três anos de efetivo exercício.
(D) É função institucional do MP defender judicialmente os direitos e os interesses das populações carentes.
(E) Quando um membro do MP se aposenta, é vedado a ele advogar no juízo ou tribunal em que atuava, antes de que hajam transcorrido três anos da aposentadoria.

RESPOSTA (A) CF, art. 127, § 3º. (B) CF, art. 128. (C) CF, art. 128, § 5º, I, *a*. (D) CF, art. 129. (E) CF, art. 128, § 6º. *Alternativa E.*

2149. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** O Conselho Nacional do Ministério Público

(A) pode avocar processos disciplinares em curso nos MPs.
(B) não tem poderes para determinar a remoção de membro do MP.
(C) tem poderes para demitir membro do MP.
(D) é composto de quatorze membros, entre os quais cinco membros dos MPs dos estados, cada um representando uma região da Federação.
(E) deve ser presidido por seu conselheiro mais antigo.

RESPOSTA (A) CF, art. 130-A, § 2º, III. (B) CF, art. 130-A, § 2º, III. (C) CF, art. 130-A, § 2º. (D) CF, art. 130-A, III. (E) CF, art. 103-B, § 1º. *Alternativa A.*

2150. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Com relação ao CNJ, assinale a opção correta.

(A) Os membros do CNJ são julgados por crime de responsabilidade no STF.
(B) O CNJ é órgão integrante do Poder Judiciário.
(C) Compete ao CNJ exercer o controle externo da atividade policial.

(D) O CNJ poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e às administrações públicas direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder a sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

(E) Cabe ao presidente do CNJ receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, até mesmo contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo, após aprovação da maioria dos conselheiros, promover a ação penal contra os responsáveis.

RESPOSTA (A) CF, art. 52, II. (B) CF, art. 92, I-A. (C) CF, art. 129, VII. (D) CF, art. 103-A. (E) CF, art. 103-B, § 4º, III. *Alternativa B.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) No que se refere à atuação da Advocacia-Geral da União, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

2151. O Advogado-Geral da União, ministro por determinação legal, obteve da Carta da República tratamento diferenciado em relação aos demais ministros de Estado, o que se constata pelo estabelecimento de requisitos mais rigorosos para a nomeação – idade mínima de 35 anos, reputação ilibada e notório conhecimento jurídico –, bem como pela competência para o julgamento dos crimes de responsabilidade, visto que ele será sempre julgado pelo Senado Federal, ao passo que os demais ministros serão julgados perante o STF, com a ressalva dos atos conexos aos do presidente da República.

RESPOSTA CF, art. 131, § 1º, combinado com art. 52, II, e ainda art. 102, I, *c*. Quanto ao *status* de ministro, este foi conferido pela Lei n. 10.683/2003. *Correta.*

2152. Quando o STF apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, compete ao Advogado-Geral da União exercer a função de curador especial do princípio da presunção de constitucionalidade da norma, razão pela qual não poderá, em hipótese alguma, manifestar-se pela inconstitucionalidade do ato impugnado.

RESPOSTA O *munus* a que refere o imperativo constitucional (CF, art. 103, § 3º) deve ser entendido com temperamentos. O Advogado-Geral da União não está obrigado a defender tese jurídica, especialmente **se** sobre ela esta Corte já fixou entendimento pela sua inconstitucionalidade (STF, ADI 1.616-4). *Errada.*

2153. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** No que se refere às funções essenciais da justiça, assinale a opção correta.

(A) O Ministério Público Eleitoral é um componente do MP da União.

(B) Os membros do Ministério Público Militar que atuam na Justiça Militar de 1ª instância compõem a estrutura do MP estadual.

(C) A imunidade processual conferida aos advogados não abrange o delito de calúnia.

(D) Os defensores públicos estaduais podem exercer a advocacia privada, desde que fora das suas atribuições institucionais, e em horário em que não esteja no exercício do cargo de defensor público.

(E) Aos advogados públicos será assegurada a estabilidade após dois anos de efetivo exercício, certificados por avaliação de desempenho.

RESPOSTA (A) CF, art. 128, I. (B) CF, art. 128, I, *c*. (C) CF, art. 133. (D) CF, art. 134, § 1º. (E) CF, art. 132, parágrafo único.

Alternativa C.

2154. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Considerando, por hipótese, que o município de Natal ajuize ação contra Estado estrangeiro na justiça federal de primeiro grau; que, após o regular trâmite processual, o juiz profira sentença desfavorável ao município, e que este deseje recorrer da decisão, o procurador do município, tendo em vista a distribuição de competências previstas na CF, deverá interpor

(A) apelação para o TRF.
(B) recurso ordinário para o STF.
(C) recurso ordinário para o STJ.
(D) recurso especial para o STJ.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 105, II, *c*, CF/88. *Alternativa C.*

2155. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Ainda acerca do direito constitucional, assinale a opção correta.

(A) Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar as causas e os conflitos entre a União e os estados, a União e o DF, ou entre uns e outros, incluindo as respectivas entidades da administração indireta.
(B) Compete ao STF a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
(C) Compete ao STF julgar as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional de um lado e, do outro, município ou pessoa residente ou domiciliada no país.
(D) Compete ao STJ julgar o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do STF e dos órgãos da justiça militar, da justiça eleitoral, da justiça do trabalho e da justiça federal.
(E) Ao Conselho Nacional de Justiça, que funcionará junto ao STJ, cabe a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

RESPOSTA (A) CF, art. 102, I, *f* (STF). (B) CF, art. 105, I, *I* (STJ). (C) CF, art. 105, II, *c* (STJ). (D) CF, art. 105, I, *h*. (E) CF, art. 105, parágrafo único, II (Conselho da Justiça Federal). *Alternativa D.*

2156. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Acerca da organização e das competências da justiça federal, assinale a opção correta.

(A) A remoção ou permuta de juízes dos TRFs, bem como a determinação de sua jurisdição e sede, será disciplinada por resolução do Conselho da Justiça Federal.
(B) Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes praticados por índios, tanto em caso de crimes comuns quanto de crimes que envolvam disputa sobre direitos indígenas.
(C) No âmbito da justiça federal comum, cada unidade da Federação deve constituir uma seção judiciária com sede na respectiva capital; a localização das varas federais deve ser estabelecida em lei ordinária.
(D) Cabe ao Conselho da Justiça Federal, ainda que suas decisões não tenham caráter vinculante, exercer a supervisão administrativa da justiça federal de primeiro e segundo graus, com poderes correcionais.

(E) Conforme o disposto na CF, as competências da justiça federal de primeira instância são fixadas apenas em razão da matéria.

RESPOSTA (A) As funções do CJF estão no art. 105, parágrafo único, II, nas quais não se encontra a permuta de juízes. (B) CF, art. 109, XI. (C) CF, art. 110. (D) CF, art. 105, parágrafo único, II. (E) CF, art. 109, I (não só em razão da matéria). *Alternativa C.*

2157. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência ao Poder Judiciário.

(A) A permuta de juízes dos TRFs e a determinação de sua jurisdição e sede se darão por resolução do Conselho da Justiça Federal.

(B) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União e as entidades da administração indireta forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, excetuando-se as de falência, de acidentes de trabalho e as sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.

(C) A CF estabelece que as unidades federativas com elevado número de ações judiciais devem constituir seções judiciárias nas capitais, cabendo aos juízes da justiça local, nos estados em que não existirem varas federais, o exercício da jurisdição e das atribuições cometidas aos juízes federais.

(D) Afora a remoção de ofício, os magistrados podem ser removidos independentemente de sua vontade, em razão de interesse público, por decisão tomada pelo voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do CNJ, assegurada ampla defesa.

(E) Os membros da magistratura, incluídos os ministros do STF e os dos tribunais superiores, somente perderão o cargo por decisão judicial transitada em julgado.

RESPOSTA (A) As funções do CJF estão no art. 105, parágrafo único, II, nas quais não se encontra a permuta de juízes. (B) CF, art. 105, I (não se incluem as sociedades de economia mista). (C) CF, art. 109, § 3º, e art. 110. (D) CF, art. 103-B, § 4º, III, c/c art. 93, VIII. (E) CF, art. 95, I (a decisão transitada em julgado somente é exigida após a aquisição da vitaliciedade =, ou seja, após 2 anos). *Alternativa D.*

2158. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** De acordo com o disposto na CF sobre o Poder Judiciário, assinale a opção correta.

(A) Compete à justiça militar processar e julgar, singularmente, os militares das forças estaduais nos crimes militares definidos em lei, bem como julgar as ações judiciais contra atos disciplinares militares, sendo da competência dos juízes federais processar e julgar os crimes militares cometidos contra civis.

(B) O STF é o órgão competente para processar e julgar as causas fundadas nas relações internacionais e as relativas à tutela da nacionalidade.

(C) Compete aos tribunais regionais federais processar e julgar os juízes federais e os desembargadores dos tribunais de justiça estaduais da área de sua jurisdição, nos crimes comuns e de responsabilidade.

(D) Em razão da chamada quarentena, os ex-ocupantes de cargos na magistratura estão impedidos de exercer atividade advocatícia perante qualquer juízo ou tribunal até que decorram três anos do afastamento por aposentadoria ou exoneração.

(E) Causas que envolvam grave violação de direitos humanos podem ser transferidas para a justiça federal, mediante incidente de deslocamento de competência suscitado pelo procurador-geral da República, em qualquer fase do inquérito ou processo.

RESPOSTA (A) CF, art. 125, §§ 3º e 4º (juízes de direito e Conselhos de Justiça, os quais são órgãos colegiados). (B) CF, art. 109, II, III e X (Juízes federais). (C) CF, art. 105, I, *a* (STJ) e art. 108, I, *a* (TRF). (D) CF, art. 95, parágrafo único, V (somente perante o tribunal do qual se afastou). (E) CF, art. 109, § 5º. *Alternativa E.*

2159. (Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE) No referente ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a opção correta.

(A) O CNJ é órgão do Poder Judiciário com poder jurisdicional em todo o território nacional.

(B) As decisões do CNJ fazem coisa julgada formal e material.

(C) Ao CNJ cabe rever, em grau de recurso, as decisões jurisdicionais dos membros do Poder Judiciário.

(D) Os atos do CNJ estão sujeitos ao controle jurisdicional do STF.

(E) Nos crimes de responsabilidade, os membros do CNJ são julgados perante o STF.

RESPOSTA (A) CF, art. 103-B, § 4º. (B) As decisões do CNJ não têm autoridade da coisa julgada. (C) CF, art. 103-B, V. (D) CF, art. 102, I, *r*. (E) CF, art. 52, II. *Alternativa D.*

2160. (Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE) Quanto às atribuições e competências do STF, assinale a opção correta.

(A) Compete ao STF julgar ação popular ajuizada contra o presidente da República.

(B) Na ADI, a causa de pedir pode ser desconsiderada ou suprida por outra, conforme jurisprudência do STF.

(C) Segundo a jurisprudência dominante, compete ao STF julgar habeas corpus impetrado contra decisão de relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, denegue liminar.

(D) Segundo a jurisprudência dominante, compete ao STF julgar mandado de segurança contra ato de ministro de Estado no exercício de competência delegada pelo presidente da República.

(E) Segundo a jurisprudência dominante, compete ao STF julgar mandado de segurança impetrado contra ato do Tribunal Superior Eleitoral.

RESPOSTA (A) A CF/88 não conferiu prerrogativa de foro para as ações populares contra o Presidente da República (CF, art. 102, I). (B) O STF, em sede de ADI, adota o princípio da causa de pedir aberta. (C) STF, HC 112.327 (cabimento de recurso ordinário). (D) STF, MS 23.559 e Súmula 510 (competência do STJ). (E) STF, MS 26.686 e Súmula 624. *Alternativa B.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Acerca do Poder Judiciário, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

2161. O art. 95, inc. II, CF, prevê como garantia dos juízes a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público. Sendo assim, o Conselho Nacional de Justiça não tem competência para determinar remoção de magistrados como sanção administrativa.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 103-B, § 4º, III, CF/88*. Errada.*

2162. A competência recursal das causas julgadas pelos juízes federais será sempre do respectivo tribunal regional federal.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 108, I, *a*, CF/88 (excetuando-se a competência da Justiça Eleitoral). *Errada.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) A respeito da súmula vinculante, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

2163. Por não ter legitimidade para propor a edição, revisão ou cancelamento de súmula vinculante, o Defensor Público-Geral da União e, consequentemente, os defensores públicos da União

estão subordinados às súmulas vinculantes, sendo que na sua inobservância caberá reclamação primeiramente ao STJ.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 103-A, § 3º (reclamação ao STF). *Errada*.

2164. A súmula vinculante deverá especificar quais órgãos da administração pública direta e indireta estarão vinculados aos seus efeitos.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 103-A. *Errada*.

2165. Sua observância não é obrigatória para o DF e os Territórios por não haver previsão expressa no texto constitucional.

RESPOSTA Mesmo não estando previsto expressamente no art. 103-A, CF/88, o DF e eventuais territórios ficam, sim, vinculados às sumulas vinculantes emitidas pelo STF. *Errada*.

IX. Controle de Constitucionalidade

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) A respeito das disposições constitucionais transitórias, da hermenêutica constitucional e do poder constituinte, julgue o item subsequente.

2166. Pelo poder constituinte de reforma, assim como pelo poder constituinte originário, podem ser inseridas normas no ADCT, admitindo-se, em ambas as hipóteses, a incidência do controle de constitucionalidade.

RESPOSTA É admitido o controle de constitucionalidade em relação às normas inseridas no ADCT pelo Poder Constituinte de Reforma, nas hipóteses em que as emendas à Constituição o podem ser. Todavia, não há controle de normas constitucionais advindas do Poder Constituinte Originário. *Errada*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Com relação à ADI e à ADIO, julgue os itens subsecutivos.

2167. Considere a seguinte situação hipotética. Foi ajuizada ADI no STF contra lei estadual por contrariedade a dispositivo expresso na CF. Porém, antes do julgamento da ação, o parâmetro de controle foi alterado, de modo a tornar a norma impugnada consentânea com o dispositivo constitucional. Nessa situação hipotética, admite-se, de acordo com recente jurisprudência do STF, a denominada constitucionalidade superveniente, devendo, portanto, ser afastada a aplicação do princípio da contemporaneidade e julgada improcedente a ação.

RESPOSTA Recente entendimento do STF alterou jurisprudência consolidada sobre o tema, não em relação à constitucionalidade superveniente, mas em relação à prejudicialidade da ação. Até 2010, o STF entendia que a mudança substancial do parâmetro de controle constitui hipótese de prejudicialidade da ação. Contudo, na ADI 2.158, o STF passou a conhecer da ação, superando a preliminar de prejudicialidade, porém **mantendo** o posicionamento da jurisprudência no sentido da inadmissão da constitucionalidade superveniente. *Errada.*

2168. O atual posicionamento do STF admite a fungibilidade entre a ADI e a ADIO.

RESPOSTA A literatura destaca atual posicionamento do STF a respeito do tema nos seguintes termos: "O Plenário do Supremo Tribunal, acompanhando a manifestação do Relator das ADIs, Ministro Gilmar Mendes, assentou a fungibilidade entre as ações de inconstitucionalidade por ação e omissão, superando, à unanimidade, o anterior entendimento jurisprudencial da Corte" (MENDES; BRANCO, *Curso de direito constitucional*, p. 1.118). *Correta.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue o item que se segue com base na legislação de regência e na jurisprudência acerca das ações diretas no controle concentrado de constitucionalidade ajuizadas perante o STF.

2169. Assim como ocorre na ADC e na ADI, ato normativo já revogado não pode ser objeto de ADPF.

RESPOSTA O STF admitiu ADPF contra ato revogado (ADPF 84). *Errada*.

(Analista – TJ-RR – 2012 – CESPE) No que concerne ao controle de constitucionalidade no sistema constitucional brasileiro, julgue o item abaixo.

2170. O controle concentrado de constitucionalidade não é o meio adequado para se reprimir inconstitucionalidade inerente ao devido processo legislativo, razão pela qual os projetos de lei em tramitação perante o Congresso Nacional não se sujeitam ao controle abstrato.

RESPOSTA O STF (MS 20.257/DF) somente aceita Mandado de Segurança (controle concreto de constitucionalidade) para correção do processo legislativo constitucional, especialmente no caso de tramitação de projetos de emenda tendentes a abolir as cláusulas pétreas do art. 60. *Correta*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Acerca do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico nacional, julgue o item subsecutivo.

2171. No âmbito do denominado controle difuso concreto, a decisão que reconhece a inconstitucionalidade pode excepcionalmente não ter efeitos retroativos, assim como ocorre na ação direta de inconstitucionalidade, no âmbito da qual se admite, inclusive, a oposição de embargos de declaração para fins de modulação de efeitos da decisão.

RESPOSTA As técnicas de restrição dos efeitos das decisões em sede de controle abstrato e concentrado, em ADI, previstas no art. 27, Lei n. 9.868/99, têm sido utilizadas pelo STF **(RE-197.917)** no controle difuso de constitucionalidade. *Correta*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relativos ao poder constituinte e ao controle de constitucionalidade no Brasil (Certo ou Errado).

2172. De acordo com entendimento do STF, o controle jurisdicional prévio ou preventivo de constitucionalidade sobre projeto de lei ainda em trâmite somente pode ocorrer de modo incidental, na via de exceção ou defesa.

RESPOSTA O STF (MS 22.503) admite a utilização de mandado de segurança durante a tramitação de projetos de lei ou de emenda constitucional, de forma a evitar que atos normativos sejam promulgados com vícios formais. Trata-se de típico controle incidental (via de defesa ou via de exceção). *Correta*.

2173. A doutrina destaca a possibilidade de apuração de questões fáticas no controle abstrato de constitucionalidade, já que, após as manifestações do advogado-geral da União e do procurador-geral da República, pode o relator da ADI ou da ação declaratória de constitucionalidade requisitar informações adicionais ou mesmo designar perito para o esclarecimento de matéria ou circunstância de fato.

RESPOSTA Previsão expressa do art. 9º, § 1º, e art. 20, § 1º, Lei n. 9.868/99. *Correta*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Acerca do controle de constitucionalidade no Brasil, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

2174. É possível a declaração de inconstitucionalidade de norma constitucional originária incompatível com os princípios constitucionais não escritos e os postulados da justiça, considerando-se a adoção, pelo sistema constitucional brasileiro, da teoria alemã das normas constitucionais inconstitucionais.

RESPOSTA O STF (ADI 815) não admite. Corresponderia afirmar que a própria Constituição (originária de 1988), em si mesma, seria inconstitucional. *Errada*.

2175. É admissível o controle de constitucionalidade de emenda constitucional antes mesmo de ela ser votada, no caso de a proposta atentar contra cláusula pétrea, sendo o referido controle feito por meio de mandado de segurança, que deve ser impetrado exclusivamente por parlamentar federal.

RESPOSTA O STF (MS 22.503) admite a utilização de mandado de segurança durante a tramitação de projetos de lei ou de emenda constitucional, de forma a evitar que atos normativos sejam promulgados com vícios formais. Trata-se de típico controle incidental (via de defesa ou via de exceção). *Correta*.

2176. A declaração de inconstitucionalidade de uma norma pelo STF acarreta a repristinação da norma anterior que por ela havia sido revogada, efeito que pode ser afastado, total ou parcialmente, por decisão da maioria de 2/3 dos membros desse tribunal, em decorrência de razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.

RESPOSTA Previsão do art. 11, § 2º, c/c art. 27, Lei n. 9.868/99. *Correta*.

2177. De acordo com entendimento do STF (Informativo 386), a decisão declaratória de inconstitucionalidade de determinada lei ou ato normativo não produzirá efeito vinculante em relação ao Poder Legislativo, sob pena de afronta à relação de equilíbrio entre o tribunal constitucional e o legislador.

RESPOSTA Além do expresso no art. 102, § 2º, CF/88, o qual exclui do efeito vinculante o próprio STF e os órgãos do Poder Legislativo, o STF entende que a não vinculação dos Poderes Legislativos evitaria a chamada “fossilização da norma constitucional”. *Correta*.

(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE) Julgue os itens subsequentes de acordo com o entendimento do STF quanto ao controle de constitucionalidade das leis (Certo ou Errado).

2178. Não se admite o controle concentrado de normas de efeito concreto.

RESPOSTA O STF (ADI-MC 4.048), por maioria, tem admitido controle concentrado de normas de efeitos concretos. *Errada*.

2179. Está sedimentada a adoção da transcendência dos fundamentos determinantes para fins de exame de admissibilidade de reclamação.

RESPOSTA Muito ao contrário, o STF (RCL 10.604) tem negado a utilização da teoria da transcendência dos motivos determinantes, muito mais quanto à admissibilidade de reclamação. *Errada*.

(Oficial – CBM-DF – 2011 – CESPE) Acerca do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, julgue o item a seguir.

2180. A CF regula o controle concentrado *in abstrato* de constitucionalidade no âmbito estadual, exercido tanto em sede de representação de inconstitucionalidade, como em ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição estadual. Todas são ações cuja competência foi atribuída, pela CF, ao tribunal de justiça.

RESPOSTA A CF/88 não regula o processo da ação declaratória de constitucionalidade estadual até a medida em que esta não é fruto de Poder Constituinte de 1988, mas, sim, de emenda constitucional promulgada em 1993. *Errada*.

2181. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

(A) Qualquer pessoa lesada ou ameaçada por ato do poder público pode propor arguição de descumprimento de preceito fundamental.

(B) Atos de particular que descumpram preceito constitucional fundamental, em detrimento de direito subjetivo, estão sujeitos ao controle por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

(C) Não se admite a arguição de descumprimento de preceito fundamental quando a controvérsia for fundada em ato normativo anterior à Constituição Federal.

(D) Considerar-se-á procedente ou improcedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental se em um ou em outro sentido se tiverem manifestado pelo menos dois terços dos ministros.

(E) O controle da constitucionalidade, em abstrato, das leis municipais pode ser feito pelo STF por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

RESPOSTA (A) Art. 2º, I, Lei n. 9.882/99. (B) Art. 1º, Lei n. 9.882/99. (C) Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. (D) Art. 5º, Lei n. 9.882/99, c/c art. 23, Lei n. 9.868/99. (E) Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. *Alternativa E.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) No que se refere ao controle de constitucionalidade, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

2182. A legislação em vigor não admite a concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

RESPOSTA A Lei n. 9.868/99 (alterada pela Lei n. 12.063/2009) passou a admitir a concessão de medida cautelar da ADI por omissão, a qual poderá consistir na suspensão da aplicação da lei ou do ato normativo questionado, no caso de omissão parcial, bem como na suspensão de processos judiciais ou de procedimentos administrativos, ou ainda em outra providência a ser fixada pelo Tribunal (art. 12-F, § 1º). *Errada*.

2183. Considere que o art. Y da Constituição do estado X estabeleça a legitimidade de deputado estadual para propor ação de inconstitucionalidade de lei municipal ou estadual em face da Constituição estadual. Nesse caso, conforme entendimento do STF, o referido art. Y poderá ser considerado constitucional.

RESPOSTA STF, RE 261.677. *Correta*.

2184. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Com relação ao controle de constitucionalidade no direito brasileiro, assinale a opção correta.

(A) O controle de constitucionalidade concreto, também chamado controle por via de defesa, deve ser suscitado tanto pelo autor quanto pelo réu da ação, não tendo o magistrado ou o tribunal competência para isso.

(B) Diferentemente do que se verifica com o controle abstrato de normas, que tem como parâmetro de controle a CF vigente, o controle incidental realiza-se em face da constituição sob cujo império foi editada a lei ou o ato normativo.

(C) A aferição de constitucionalidade de uma EC só é possível em sentido material, não em sentido formal. De igual maneira, o STF não admite a possibilidade de se examinar a constitucionalidade de proposta de EC antes de sua promulgação.

(D) É possível a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, mas não em ação declaratória de constitucionalidade.

(E) A arguição de descumprimento de preceito fundamental é cabível para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do poder público federal ou estadual. Da mesma forma que

ocorre em relação às ações diretas de inconstitucionalidade, não cabe a arguição de descumprimento em face de lei ou ato normativo municipal.

RESPOSTA (A) Admite-se a realização de controle incidental *ex officio* pelo magistrado. (B) Admite-se o controle incidental realizado em face da constituição sob cujo império foi editada a lei ou o ato normativo. (C) Os ditames do processo legislativo constitucional (vícios formais) previstos para elaboração de EC podem ser censurados pelo STF, mesmo em sede de mandado de segurança a ser proposto durante a tramitação. (D) Art. 21, Lei n. 9.868/99. (E) Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. *Alternativa B.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Considerando a Lei n. 9.868/1999, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

2185. Qualquer pessoa juridicamente interessada na declaração de inconstitucionalidade pode ingressar como assistente na ação direta de inconstitucionalidade.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 7º, Lei n. 9.868/99, o qual não admite nenhuma modalidade de intervenção de terceiros. *Errada*.

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Acerca da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

2186. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade em ADIN e ação declaratória de constitucionalidade tem sempre efeito vinculante em relação ao Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta.

RESPOSTA Ocorre que, em verdade, nos termos do art. 102, § 2º, CF/88, não são os órgãos do Poder Judiciário que ficam vinculados às decisões do STF, mas, sim, os “demais” órgãos, pois o STF não se autovincula. *Errada*.

2187. A decisão sobre a constitucionalidade de uma lei só poderá ser tomada se estiverem presentes ao menos 6 dos 11 ministros do STF na sessão de julgamento.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 22, Lei n. 9.868/99, o qual prescreve que a decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos oito Ministros. *Errada*.

2188. Decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de norma pode ser atacada por embargos de declaração, mas não poderá ser desconstituída em ação rescisória.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 26, Lei 9.868/99, o qual determina que decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória. *Correta*.

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Considerando a jurisprudência do STF, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

2189. O STF só pode determinar a modulação dos efeitos da decisão que declara a inconstitucionalidade de norma em ação direta de inconstitucionalidade.

RESPOSTA Na verdade, o STF também pode modular os efeitos das decisões na ADPF (art. 11, Lei n. 9.882/99) e na Ação Declaratória de Constitucionalidade, no caso desta ser julgada improcedente, considerando seu caráter ambivalente (em caso de improcedência da ADC, o STF deverá julgar a inconstitucionalidade da mesma norma cuja decisão de constitucionalidade se buscava). *Errada*.

2190. A OAB não está submetida ao requisito da pertinência temática em ação direta de inconstitucionalidade.

RESPOSTA Alguns dos legitimados para a propositura da ADI necessitam demonstrar ao STF a existência de um requisito

objetivo da relação de pertinência entre a defesa do interesse específico do legitimado e o objeto da própria ação. Assim, pertinência temática (legitimidade ativa especial) é sempre exigida para os legitimados previstos nos incisos IV, V e IX do art. 103, da Constituição Federal. Os demais legitimados, portanto, possuem a denominada **legitimidade ativa universal, inclusive o CFOAB**. *Correta*.

2191. Apesar de uma norma ser considerada constitucional, admite-se que ela possa, depois, ser declarada inconstitucional.

RESPOSTA Em tese, toda lei existente é, por presunção, uma lei constitucional. Essa presunção, todavia, poderá ser quebrada com a realização de controle de constitucionalidade. *Correta*.

2192. Qualquer prejudicado poderá, por meio da reclamação, atacar decisão judicial não transitada em julgado que contrarie acórdão sobre a constitucionalidade de norma em ação declaratória de constitucionalidade.

RESPOSTA Previsão expressa da Lei n. 11.417/2006. *Correta*.

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) Acerca do direito constitucional, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

2193. A Constituição Federal atribui ao presidente da República competência para sancionar ou vetar emendas ao texto constitucional.

RESPOSTA As emendas constitucionais são promulgadas pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Portanto, não há competência presidencial para sanção ou veto de emendas à Constituição (CF, art. 60, § 3º). *Errada*.

2194. Seria incompatível com a Constituição da República lei estadual do Acre que estabelecesse que as manifestações populares que implicassem a ocupação de praças públicas dependeriam de prévia autorização das autoridades policiais e do pagamento de taxa de utilização de logradouros públicos.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, XVI, CF/88. Por sinal, o STF (ADI 1.969) considerou inconstitucional decreto expedido pelo Governador do Distrito Federal que proibiu, na área da Praça dos Três Poderes, a realização de reuniões com o uso de carros de som. *Correta*.

2195. Considere que, no curso de uma investigação criminal, um juiz de direito tenha determinado a quebra do sigilo telefônico dos investigados, e que a escuta telefônica realizada em decorrência dessa decisão tenha revelado dados que comprovam a ocorrência de atos de corrupção que envolviam servidores públicos estaduais que não estavam sendo diretamente investigados. Nessa situação, tais provas poderiam ser utilizadas para embasar processo administrativo disciplinar contra os referidos servidores.

RESPOSTA O STF (Inq. 2.424-QO) entendeu que os dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas e em escutas ambientais, judicialmente autorizadas para produção de prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, podem ser usados como "prova emprestada" em procedimento administrativo disciplinar, contra a mesma ou as mesmas pessoas em relação às quais foram colhidos, ou contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita dessa prova. *Correta*.

2196. São desprovidas de efeito vinculante e de eficácia *erga omnes* as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em sede de controle difuso de constitucionalidade de leis federais.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 102, § 2º, CF/88. Somente as decisões proferidas em sede do controle concentrado e abstrato de constitucionalidade têm efeito vinculante. *Correta*.

2197. Considere que o Ministério Público do Acre realize inquérito civil para a apuração de infrações ambientais por parte de mineradoras localizadas no estado. Nessa situação, o Ministério Público atua em descompasso com a Constituição Federal, pois a competência para realizar o inquérito civil é atribuída às polícias civis.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 129, III, CF/88. *Errada*.

2198. Seria incompatível com a Constituição da República uma lei estadual do Acre que atribuísse às guardas municipais a competência para a realização de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública nos limites territoriais do respectivo município.

RESPOSTA Às Guardas Municipais não cabe a atividade de polícia ostensiva, que é reservada às polícias militares, nos termos do art. 144, § 5º, CF/88. *Errada*.

2199. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) é um instrumento que substituiu o mandado de injunção como meio de controle da inconstitucionalidade por omissão.

RESPOSTA Não há nenhum sentido na frase. Além disso, a ADPF, por força expressa do art. 4º, § 1º, Lei n. 9.882/99, possui caráter subsidiário, não sendo de sua índole substituir nenhuma ação, mas, sim, ser utilizada nos casos em que não há outro meio eficaz de sanar a alegada lesividade. Em outras palavras: a ADPF não veio para substituir, mas para somar aos mecanismos de controle já existentes. *Errada*.

2200. Considere que seja editada uma lei federal determinando que são penalmente imputáveis os maiores de 16 anos. Essa lei seria incompatível com a Constituição Federal.

RESPOSTA Não pode lei federal alterar aquilo previsto diretamente na própria CF/88, no art. 228. *Correta*.

2201. Considere que o tribunal de justiça do estado tenha julgado procedente ação direta de inconstitucionalidade que teve por objeto lei municipal, sob o fundamento de afronta a dispositivo inserto na Constituição Estadual, o qual se limitou a reproduzir preceito da CF de observância obrigatória pelos estados. Nessa hipótese, segundo entendimento do STF, não é viável a utilização de qualquer espécie recursal contra a referida decisão para fins de submissão do tema à jurisdição da corte suprema, por tratar-se de decisão proferida no âmbito do controle abstrato de normas e por ter tido como objeto lei municipal.

RESPOSTA No caso de ter sido impetrada ADI no TJ local contra lei municipal que viola dispositivo da CE que é norma de reprodução obrigatória da CF/88, o STF admite a interposição de Recurso Extraordinário (STF, RE 393.315). *Errada*.

2202. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Considerando a doutrina e a jurisprudência do STF, assinale a opção correta acerca do controle de constitucionalidade no sistema jurídico brasileiro.

(A) Não se admite a concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão, em razão da natureza e da finalidade desse tipo de ação.

(B) A arguição de descumprimento de preceito fundamental constitui instrumento adequado a viabilizar revisão ou cancelamento de súmula vinculante.

(C) O controle prévio ou preventivo de constitucionalidade não pode ocorrer pela via jurisdicional, uma vez que ao Poder Judiciário foi reservado o controle posterior ou repressivo, realizado tanto de forma difusa quanto de forma concentrada.

(D) Nenhum órgão fracionário de tribunal dispõe de competência para declarar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos emanados do poder público, visto tratar-se de prerrogativa jurisdicional

atribuída, exclusivamente, ao plenário dos tribunais ou ao órgão especial, onde houver.

(E) A revogação de lei ou ato normativo objeto de ação direta de inconstitucionalidade não implica perda de objeto da ação.

RESPOSTA (A) Art. 12-F, Lei n. 9.868/99. (B) Para revisão ou cancelamento de súmula vinculante, há procedimento próprio previsto no art. 103-A, § 2º, CF/88. (C) O STF admite controle de constitucionalidade preventivo, exercido por meio de mandado de segurança, no caso de vícios formais durante a tramitação de projetos de lei e de emenda à Constituição. (D) CF, art. 97 (*full bench*). (E) Questão duvidosa, pois depende do caso. Por exemplo, o STF já admitiu que não há perda do objeto da ADI no caso de a revogação ter sido ocasionada de forma proposital (fraude processual) a evitar o julgamento da ação (STF, ADI 3.232). *Alternativa D.*

2203. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Considerando a disciplina constitucional a respeito do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a opção correta.

(A) A ADI admite a intervenção de terceiros, mas a ADC, não.

(B) Uma vez proposta a ADI por omissão, todos os demais legitimados podem manifestar-se, por escrito, sobre o objeto da ação e pedir a juntada de documentos reputados úteis para o exame da matéria, no prazo das informações, bem como apresentar memoriais.

(C) Sendo a ADPF espécie de controle concentrado que visa evitar ou reparar lesão às normas que, materialmente constitucionais, fazem parte da Constituição formal, e não à Constituição em seu conjunto, não cabe reclamação para o STF no caso de descumprimento da decisão.

(D) O STF, seguindo a doutrina constitucional majoritária, entende que a ADPF é cabível contra ato do poder público de natureza administrativa ou normativa, mas não contra ato judicial.

(E) A decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo STF está sujeita à manifestação, em um ou em outro sentido, de, pelo menos, oito ministros, quer se trate de ADI, quer se trate de ADC.

RESPOSTA (A) Arts. 7º e 18, Lei n. 9.868/99. (B) Art. 12-E, § 1º, Lei n. 9.868/99. (C) A ADPF pode ser utilizada para proteção de normas constitucionais não formais, ou seja, da Constituição em seu conjunto. (D) Cabe ADPF contra ato judicial, desde que não transitado em julgado. (E) Art. 23, Lei n. 9.868/99. *Alternativa B.*

2204. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** No que se refere ao controle incidental de constitucionalidade, à ação direta de inconstitucionalidade (genérica e por omissão), à ação declaratória de constitucionalidade e à arguição de descumprimento de preceito fundamental, assinale a opção correta.

(A) Uma vez admitida, pelo STF, a ação declaratória de constitucionalidade, a autoridade responsável pela criação da lei ou do ato normativo e o advogado-geral da União deverão ser citados para se pronunciarem sobre o objeto da ação.

(B) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão tem como objeto omissão administrativa que afete a efetividade da CF ou omissão legislativa de órgãos legislativos federais, mas não estaduais, em face da CF.

(C) Cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental contra lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluindo-se os anteriores à CF; nesse sentido, pode-se dizer que tal arguição é cabível mesmo contra leis pré-constitucionais.

(D) No controle incidental ou concreto, a questão de constitucionalidade somente pode ser suscitada pelas partes da relação processual.

(E) Podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, além de leis de todas as formas e conteúdos, decretos legislativos, decretos autônomos e decretos editados com força de lei pelo Poder Executivo, resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e medidas provisórias, mas não

resoluções ou deliberações administrativas de tribunais, que não são consideradas atos normativos primários.

RESPOSTA (A) Não há previsão nesse sentido na Lei n. 9.868/99. (B) Cade ADI em relação ao direito estadual. (C) Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. (D) O controle incidental e concreto também pode ser instaurado *ex officio* pelo juízo competente e pelo MP. (E) O cabimento da ADI é condicionado à existência de três requisitos, em especial: abstração, generalidade e impessoalidade. Por isso, não cabe ADI contra leis de "todas as formas e conteúdos". *Alternativa C.*

2205. (Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE) A respeito do controle de constitucionalidade na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

(A) O STF está adstrito à fundamentação jurídica (*causa petendi*) invocada na ADI, desde que o proponente a tenha trazido de forma específica, e não genérica.

(B) Não é possível a intervenção de terceiros na ADI e na ADC, em razão da natureza objetiva do controle normativo abstrato, no qual não se discutem interesses ou direitos subjetivos nem há litígio entre as partes.

(C) Quando ato normativo municipal for contestado em face de norma da constituição do estado repetida da CF, por força da reprodução obrigatória, a competência para julgar a ADI será do STF.

(D) Não é cabível o ajuizamento de ADI perante o STF para impugnar ato normativo editado pelo DF, no exercício de competência que a CF tenha reservado aos municípios.

(E) A ação civil pública pode ser manejada para se obter o controle de constitucionalidade de lei, desde que a declaração de inconstitucionalidade seja *incidenter tantum* e tenha eficácia *erga omnes*.

RESPOSTA (A) O STF adota o princípio da causa de pedir aberta no que diz respeito às ações de controle de constitucionalidade. (B) O STF tem admitido que a figura do *amicus curiae* seria modalidade excepcional de intervenção de terceiros. (C) Nesse caso, cabe, na verdade, Recurso Extraordinário contra a decisão do Tribunal de Justiça estadual. Portanto, a ADI deve ser proposta no TJ estadual e, desta decisão, cabe RE. (D) Somente caberia ADI no STF se a Lei Distrital versasse de matéria de competência estadual. (E) Somente caberia o uso da ACP se esta não se mostrasse sucedânea de ADI. *Alternativa D.*

2206. (Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta com relação ao controle de constitucionalidade em âmbito estadual e municipal.

(A) Não se admite controle de constitucionalidade de direito estadual mediante a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental, mesmo porque existe procedimento diverso para o exercício do seu controle de constitucionalidade.

(B) Segundo jurisprudência pacífica do STF, na hipótese de propositura simultânea de ação direta de inconstitucionalidade contra lei estadual perante o STF e o TJ, o processo no âmbito do STF deverá ser suspenso até a deliberação final do TJ estadual.

(C) De acordo com a CF, o monopólio do exercício do controle abstrato de normas estaduais e municipais perante as cortes estaduais é do chefe do MP estadual.

(D) A jurisprudência do STF é pacífica no sentido de que os TJs estaduais poderão exercer o controle de constitucionalidade de leis e demais atos normativos municipais em face da CF.

(E) Segundo jurisprudência majoritária do STF, a decisão proferida em sede de recurso extraordinário interposto contra decisão de mérito proferida em controle abstrato de norma estadual de reprodução obrigatória da CF possui eficácia *erga omnes*.

RESPOSTA (A) CF, art. 102, § 1º, c/c art. 4º, § 1º, Lei n. 9.882/99. (B) Ao inverso, o processo que deve ser suspenso é o estadual, perante o TJ. (C) CF, art. 125, § 2º. (D) Ao inverso: STF, ADI 347. (E) STF, RCL 383. *Alternativa E.*

(Advogado – CORREIOS – 2011 – CESPE) Acerca do controle de constitucionalidade no sistema brasileiro, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

2207. Decisão proferida pelo STF em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser objeto de ação rescisória, considerando-se as peculiaridades do instituto.

RESPOSTA Há vedação expressa de ação rescisória no art. 12, Lei n. 9.882/99. *Errada*.

2208. O controle difuso de constitucionalidade, que é exercido somente perante caso concreto, pode ocorrer por meio das ações constitucionais do habeas corpus e do mandado de segurança.

RESPOSTA Cabe a qualquer juízo ou tribunal, indistintamente apreciar a alegação de inconstitucionalidade no caso concreto, inclusive *ex officio*, no controle difuso. Trata-se de um poder-dever. Pode ser suscitado em processos de qualquer natureza, seja de conhecimento, de execução, cautelar e em qualquer rito: ordinário, sumário, ação especial ou ação constitucional etc. *Correta*.

2209. Em regra, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que defere a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade tem efeitos *ex nunc*.

RESPOSTA Previsão expressa do art. 11, § 1º, Lei n. 9.868/99: "A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa". *Correta*.

2210. **(Advogado – BACEN – 2009 – CESPE)** Acerca do controle de constitucionalidade no sistema constitucional brasileiro, assinale a opção correta.

(A) O ordenamento jurídico nacional admite o controle concentrado ou difuso de constitucionalidade de normas produzidas tanto pelo poder constituinte originário, quanto pelo derivado.

(B) É possível a declaração de inconstitucionalidade de norma editada antes da atual Constituição e que tenha desrespeitado, sob o ponto de vista formal, a Constituição em vigor na época de sua edição, ainda que referida lei seja materialmente compatível com a vigente CF.

(C) Segundo posicionamento atual do STF, não se revela viável o controle de constitucionalidade de normas orçamentárias, por serem estas normas de efeitos concretos.

(D) O STF reconhece a prefeito municipal legitimidade ativa para o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental, não obstante a ausência de sua legitimação para a ação direta de inconstitucionalidade.

(E) A decisão que concede medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade não se reveste da mesma eficácia contra todos nem de efeito vinculante que a decisão de mérito.

RESPOSTA (A) O direito brasileiro não admite a inconstitucionalidade originária, sob qualquer forma de controle. (B) O STF admite controle de constitucionalidade de norma anterior à CF/88 e que violou a Constituição que estava vigorando na época em que a norma foi editada. Em outras palavras, por exemplo, é possível declarar inconstitucional, hoje, uma lei editada em 1969 por ela haver violado a CF/69. (C) STF, ADI 4.048-MC. (D) Lei n. 9.882/99. (E) Art. 21, Lei n. 9.868/99. *Alternativa B.*

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) No que se refere ao controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico pátrio, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

2211. Os efeitos gerais da declaração de inconstitucionalidade, no âmbito da ação direta de inconstitucionalidade, pelo STF são vinculantes em relação aos órgãos do Poder Judiciário e da administração pública federal, estadual, municipal e distrital.

RESPOSTA Questão duvidosa, pois foi considerada correta pela Banca Examinadora. Ocorre que, em verdade, nos termos do art. 102, § 2º, CF/88, não são os órgãos do Poder Judiciário que ficam vinculados às decisões do STF, mas, sim, os "demais" órgãos, pois o STF não se autovincula. *Correta*.

2212. De acordo com a CF, o controle abstrato de constitucionalidade realizado no âmbito do

tribunal de justiça do estado, por intermédio de ação direta de inconstitucionalidade, somente pode ter por objeto leis ou atos normativos estaduais ou municipais confrontados perante a Constituição estadual.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 125, § 2º, CF/88. *Correta*.

2213. O STF admite, com fundamento no princípio da contemporaneidade, a aplicação da denominada teoria da inconstitucionalidade superveniente.

RESPOSTA A inconstitucionalidade superveninente seria dizer que uma lei que nasceu constitucional, com a superveniência de emenda constitucional ou de nova Constituição, tornar-se-ia inconstitucional. Na verdade, inconstitucionalidade é um vício congênito. Assim, se uma lei anterior à CF/88 for com ela incompatível, o STF (ADI 2) entende que deve ser considerada revogada (não recepcionada). *Errada*.

(Analista – STM – 2012 – CESPE) No que concerne ao controle de constitucionalidade, julgue os itens que se seguem.

2214. É cabível ação rescisória contra decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade após o trânsito em julgado da decisão.

RESPOSTA Há expressa vedação de ação rescisória em ADI no art. 26, Lei n. 9.868/99. *Errada*.

2215. É possível se formular pedido cautelar em ação direta de inconstitucionalidade.

RESPOSTA Há expressa autorização de cautelares em ADI no art. 10, Lei n. 9.868/99. *Errada*.

X. Segurança Pública

(Delegado – PC-AL – 2012 – CESPE) Em relação às normas constitucionais relativas à segurança pública, julgue os próximos itens.

2216. Os corpos de bombeiros militares e as polícias militares são forças auxiliares do Exército, não se subordinando aos governadores de estado.

RESPOSTA Nos termos do art. 144, § 6º, CF/88, os corpos de bombeiros e polícias militares são subordinados aos governadores de Estado. *Errada*.

2217. A segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, sendo exercida pela polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

RESPOSTA A assertiva está em perfeita consonância com a previsão do art. 144, CF/88. *Correta*.

2218. De acordo com a CF, a polícia civil exerce as funções de polícia judiciária e apura as infrações penais, inclusive as militares.

RESPOSTA As polícias civis não podem apurar as infrações militares. CF, art. 144, § 4º. *Errada*.

(Oficial – CBM-DF – 2011 – CESPE) À luz da CF, julgue o item que se segue, concernente à organização e defesa do Estado e das instituições democráticas.

2219. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o CBMDF, embora subordinados ao governador do DF, estão sujeitos à disciplina de lei federal no que se refere à sua organização e aos seus vencimentos e têm suas contas controladas pelo Tribunal de Contas da União.

RESPOSTA Nos termos do art. 21, XIV, e art. 22, CF/88, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o CBMDF, estão sujeitos à disciplina

de lei federal no que se refere à sua organização e aos seus vencimentos e, consequentemente, têm suas contas controladas pelo Tribunal de Contas da União. *Correta*.

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) Julgue o item subsequente, relativo à segurança pública (Certo ou Errado).

2220. Segundo o STF, não há subordinação dos organismos policiais civis, que integram a estrutura do Estado, ao chefe do Poder Executivo, razão pela qual considera constitucional lei estadual que estabeleça autonomia administrativa, funcional e financeira à polícia civil.

RESPOSTA O STF (ADI 882) entende que é inconstitucional lei estadual que assegura autonomia administrativa, funcional e financeira à polícia civil. *Errada*.

XI. Ordem Social

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) À luz da jurisprudência do STF, julgue os itens subsequentes, relativos aos denominados remédios constitucionais, ao direito à saúde na ordem constitucional e à Federação brasileira.

2221. Embora a proteção à saúde esteja inserida no rol de competências de todos os entes da Federação, os estados-membros não têm competência para criar contribuição compulsória destinada ao custeio de serviços médicos, hospitalares, farmacêuticos e odontológicos prestados aos seus servidores.

RESPOSTA O STF (AI 834.076 AgR) tem posicionamento no sentido de que os Estados não dispõem de competência para criar a contribuição compulsória para custeio de serviços médicos, hospitalares, farmacêuticos e odontológicos de seus servidores. *Correta.*

2222. De acordo com o entendimento do STF, o estado-membro não dispõe de legitimidade para propor, contra a União, mandado de segurança coletivo em defesa de supostos interesses da população residente na unidade federada.

RESPOSTA O entendimento do STF (MS 21.059) é no sentido de que estados-membros não dispõem de legitimidade para propor, contra a União, mandado de segurança coletivo em defesa de supostos interesses da população residente na unidade federada. *Correta*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue o item a seguir, acerca da ordem econômica e financeira e da edição de medida provisória sobre matéria tributária.

2223. Não ofende o princípio da livre-iniciativa edição de lei que regule a política de preços de bens e serviços em face da configuração de circunstância em que o poder econômico, com vistas ao aumento arbitrário dos lucros, atue de forma abusiva.

RESPOSTA Em julgamento, o STF (ADI 319) decidiu que "em face da atual Constituição, para conciliar o fundamento da livre-iniciativa e do princípio da livre-concorrência com os da defesa do consumidor e da redução das desigualdades sociais, em conformidade com os ditames da justiça social, pode o Estado, por via legislativa, regular a política de preços de bens e de serviços, abusivo que é o poder econômico que visa ao aumento arbitrário dos lucros". *Correta*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Com relação ao meio ambiente e aos interesses difusos e coletivos, julgue o item abaixo.

2224. Apesar de a floresta amazônica, a mata atlântica, a serra do Mar, o pantanal mato-grossense e a zona costeira serem, conforme dispõe a CF, patrimônio nacional, não há determinação constitucional que converta em bens públicos os imóveis particulares situados nessas áreas.

RESPOSTA O art. 225, § 4º, CF/88, não determina a conversão em bens públicos dos imóveis particulares nelas situados, nem veda a utilização dos recursos naturais ali existentes. Isso foi confirmado pelo STF (RE 134.297). *Correta*.

FCC

I. Teoria Geral da Constituição

2225. **(Analista – MP-CE – 2009 – FCC)** A Constituição brasileira de 1824 previa, em seus artigos 174 e 178:

"Art. 174. Se passados quatro anos, depois de jurada a Constituição do Brasil, se conhecer, que algum dos seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escrito, a qual deve ter origem na Câmara dos Deputados, e ser apoiada pela terça parte deles."

"Art. 178. É só Constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos Poderes Políticos e aos Direitos Políticos e individuais dos Cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinárias."

Depreende-se dos dispositivos acima transcritos que a Constituição brasileira do Império

(A) Impunha limites temporais, materiais e circunstanciais ao exercício regular do poder de reforma constitucional, a exemplo do que se tem na Constituição vigente.

(B) Exigia *quorum* de maioria qualificada para propositura de emendas à Constituição por membros do Legislativo, diferentemente da Constituição vigente, que admite iniciativa isolada de parlamentares para proposta de emenda.

(C) Poderia ser classificada como sintética e histórica, em oposição à Constituição vigente, que é analítica e dogmática.

(D) Era do tipo semirrígida, quanto à alterabilidade de suas normas, diferentemente da Constituição vigente, que, sob esse aspecto, é rígida.

(E) Previa hipótese especial de revisão constitucional, semelhante àquela contemplada no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição vigente, quanto a prazo e *quorum* para exercício do poder de revisão.

RESPOSTA Questão estritamente doutrinária. Constituição semirrígida seria aquela em que parte das normas poderia ser alterada por processo legislativo ordinário, sem a exigência de quórum qualificado. Outras normas, contudo, somente poderiam ser modificadas por meio de processo especial e mais difícil. *Alternativa D.*

2226. **(Advogado – Santos-SP – 2005 – FCC)** A respeito da soberania, SAMPAIO DORIA afirma que ela "*determina a si mesma os limites de sua competência*" e que "*a autonomia atua dentro de limites que a soberania lhe tenha prescrito*". Assim sendo, o Estado Federal

(A) é detentor exclusivo da autonomia e a Nação exerce a soberania.

(B) e os Estados-Membros são autônomos.

(C) e os Estados-Membros são soberanos.

(D) e os Estados-Membros são soberanos e os Municípios são autônomos.

(E) é soberano e os Estados-Membros são autônomos.

RESPOSTA Nos termos do art. 1º, CF/88, o Estado brasileiro possui o atributo da soberania. Por sua vez, Estados-membros, Distrito Federal e os municípios são apenas autônomos. Mas cuidado nas provas: a União **não** possui soberania, ela apenas a exerce, ou seja, representa a soberania que, como se disse, é característica do próprio Estado. *Alternativa E.*

2227. **(Analista – MPU – 2007 – FCC)** Conforme a doutrina dominante, a Constituição da

República Federativa do Brasil de 1988 é classificada como

(A) formal, escrita, outorgada e rígida.
(B) formal, escrita, promulgada e rígida.
(C) material, escrita, promulgada e imutável.
(D) formal, escrita, promulgada e flexível.
(E) material, escrita, outorgada e semirrígida.

RESPOSTA Espécie de questão muito repetida pela FCC nos concursos públicos que organiza. Nossa Constituição Federal é classificada como formal (quanto ao conteúdo), escrita (quanto à forma), promulgada (quanto à origem) e rígida (quanto à estabilidade). *Alternativa B.*

2228. **(Analista – TRF-4 – 2007 – FCC)** A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), pode ser classificada quanto ao seu conteúdo, seu modo de elaboração, sua origem, sua estabilidade e sua extensão, como

(A) formal, histórica ou costumeira, promulgada, flexível e sintética.
(B) material, dogmática, outorgada, rígida e sintética.
(C) formal, dogmática, promulgada, super-rígida e analítica.
(D) material, pragmática, outorgada, semirrígida e sintética.
(E) formal, histórica ou costumeira, outorgada, flexível e analítica.

RESPOSTA A Constituição Federal de 1988 é classificada como formal (quanto ao conteúdo), dogmática (quanto ao modo de elaboração), promulgada (quanto à origem), super-rígida (quanto à estabilidade) e analítica (quanto à extensão). *Alternativa C.*

2229. **(Analista – TRT-16 – 2009 – FCC)** A doutrina constitucional tem classificado a nossa atual Constituição Federal (1988) como escrita, legal

(A) formal, pragmática, outorgada, semirrígida e sintética.
(B) material, pragmática, promulgada, flexível e sintética.
(C) formal, dogmática, promulgada, rígida e analítica.
(D) substancial, pragmática, promulgada, semirrígida e analítica.
(E) material, dogmática, outorgada, rígida e sintética.

RESPOSTA A Constituição Federal de 1988 é classificada como formal (quanto ao conteúdo), dogmática (quanto ao modo de elaboração), promulgada (quanto à origem), rígida (quanto à estabilidade ou mutabilidade) e analítica (quanto à extensão). *Alternativa C.*

2230. **(Defensor – DPE-SP – 2006 – FCC)** O termo “Constituição” comporta uma série de significados e sentidos. Assinale a alternativa que associa corretamente a frase, autor e sentido.

(A) Todas as Constituições pretendem, implícita ou explicitamente, conformar globalmente o político. Há uma intenção atuante e conformadora do direito constitucional que vincula o legislador. Jorge Miranda. Sentido dirigente.
(B) Todos os países possuem, possuíram sempre, em todos os momentos da sua história uma constituição real e efetiva. Carl Schmitt. Sentido político.
(C) Constituição significa, essencialmente, decisão política fundamental, ou seja, concreta decisão de conjunto sobre o modo e a forma de existência política. Ferdinand Lassalle. Sentido Político.
(D) Constituição é a norma fundamental hipotética e lei nacional no seu mais alto grau na forma de documento solene e que somente pode ser alterada observando-se certas prescrições especiais. Jean Jacques Rousseau. Sentido lógico-jurídico.
(E) A verdadeira Constituição de um país somente tem por base os fatores reais de poder que naquele

país vigem e as constituições escritas não têm valor nem são duráveis a não ser que exprimam fielmente os fatores reais de poder que imperam na realidade. Ferdinand Lassalle. Sentido Sociológico.

RESPOSTA (A) Talvez esteja referenciando o conceito de Canotilho, mas não de Jorge Miranda. (B) Talvez seja o conceito de Ferdinand Lassalle, mas não de Carl Schmitt. (C) É a ideia de Carl Schmitt, mas não de Lassalle. (D) Os conceitos de Hans Kelsen sobre Constituição estão invertidos. Além disso, o nome do autor está errado. (E) Clássica definição de Ferdinand Lassalle sobre Constituição. *Alternativa E.*

2231. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** Considera-se de eficácia limitada a norma constitucional segundo a qual

(A) os trabalhadores urbanos e rurais têm direito à participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

(B) não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião, assim definido em lei.

(C) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

(D) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

(E) os trabalhadores urbanos e rurais têm direito à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

RESPOSTA Normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, somente agindo após normatividade ulterior que lhes desenvolva aplicabilidade. Essa categoria pode ser divida em duas: **normas de princípio institutivo** e **normas de princípio programático**. Exemplos: art. 7º, XI e XX; art. 218, § 4º; art. 22, parágrafo único; art. 37, XI; art. 109, § 3º; art. 128, § 5º. *Alternativa A.*

2232. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** Considera-se de eficácia limitada a norma constitucional segundo a qual

(A) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

(B) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

(C) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

(D) são gratuitos, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

(E) não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal

RESPOSTA Normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, somente agindo após normatividade ulterior que lhes desenvolva aplicabilidade. Essa categoria pode ser divida em duas: normas de princípio institutivo e normas de princípio programático. Exemplos: art. 7º, XI e XX; art. 218, § 4º; art. 22, parágrafo único; art. 37, XI; art. 109, § 3º; art. 128, § 5º. *Alternativa D.*

II. Princípios Fundamentais

2233. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** A invocação à proteção de Deus, constante do Preâmbulo da Constituição da República vigente,

(A) é inconstitucional.

(B) é ilícita.

(C) não tem força normativa.

(D) não foi recepcionada pelo texto constitucional.

(E) é expressão de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais.

RESPOSTA Relativamente à força jurídica do preâmbulo constitucional, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 2.076/AC, reconheceu que o preâmbulo da Constituição **não tem valor normativo, apresentando-se desvestido de força cogente**. *Alternativa C.*

2234. **(Advogado – INFRAERO – 2009 – FCC)** Sobre os princípios fundamentais na Constituição Federal brasileira de 1988, é INCORRETO afirmar:

(A) Dentre os fundamentos da República não se incluem os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa.

(B) Erradicar a pobreza constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

(C) Os princípios da cidadania e da dignidade das pessoas são princípios relativos à vida política.

(D) Construir uma sociedade livre, justa e solidária, e garantir o desenvolvimento nacional, constituem, dentre outros, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

(E) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios da prevalência dos direitos humanos e da defesa da paz.

RESPOSTA (A) CF, art. 1º, IV. (B) CF, art. 3º, III. (C) CF, art. 1º, II e III. (D) CF, art. 3º, I e II. (E) CF, art. 4º, II e VI. *Alternativa A.*

2235. **(Defensor – DPE-SP – 2009 – FCC)** Assinale a afirmativa correta:

(A) Nosso federalismo prevê a atuação do poder constituinte derivado decorrente, por meio de instituições que correspondam à ideia centralizadora de afirmação do estado que atua em bloco único.

(B) A teoria da ‘tripartição de poderes’ confirma o princípio da indelegabilidade de atribuições, por isso qualquer exceção, mesmo advinda do poder constitucional originário, deve ser considerada inconstitucional.

(C) O princípio do pluralismo político refere-se à ideologia unitária da preferência político-partidária, já que nesse terreno é imperativa a aplicação da reserva da constituição.

(D) Nas relações internacionais aplica-se o princípio constitucional da intervenção, com repúdio ao terrorismo e defesa da paz, além da solução pacífica dos conflitos.

(E) O princípio republicano, que traduz a maneira como se dá a instituição do poder na sociedade e a relação entre governantes e governados, mantém-se na ordem constitucional, mas hoje não mais protegido formalmente contra emenda constitucional.

RESPOSTA (A) A ideia de federalismo está atrelada à descentralização. (B) Há previsão de delegações, como no art. 68, CF/88. (C) O pluralismo político do art. 1º, V, traduz a ideia de pluralidade ideológica. (D) CF, art. 4º, IV. (E) CF, art. 1º, c/c art. 60, § 4º. *Alternativa E.*

2236. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** O ideal preconizado na Constituição Federal de 1988 é o de instituir um Estado Democrático de Direito, cujo ponto de equilíbrio são os direitos fundamentais, que também limitam o poder estatal. Vários de seus dispositivos indicam o cidadão como um dos maiores protagonistas na tomada de decisões relevantes para o País, por isso ela também é denominada de Constituição Cidadã. Na prática, porém, a participação popular ainda é incipiente, tanto que poucas são as leis de iniciativa popular. De acordo com tais aspectos, é correto afirmar que

(A) a Constituição Federal contempla um modelo de democracia participativa, também denominada semidireta.

(B) a participação popular é exercida através do sufrágio universal, garantido a todos, sem exceção,

bem como por meio do referendo.

(C) todo o poder emana do povo, que o exerce sempre por meio de representantes eleitos pelo voto secreto.

(D) a iniciativa popular propriamente dita consiste, no âmbito federal, na apresentação de projeto de lei ao Congresso Nacional, subscrito por 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos dez Estados Federados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

(E) a competência para autorizar referendo e convocar plebiscito é privativa do Congresso Nacional e é materializada por meio de resolução.

RESPOSTA (A) Na medida em que a CF/88 admite meios de participação direta (plebiscito, referendo e iniciativa popular) e indireta (por meio de representantes eleitos), nossa democracia pode ser chamada de semidireta. (B) Nem todos têm direito ao sufrágio, como estrangeiros e os conscritos. (C) CF, art. 1º, parágrafo único. (D) CF, art. 61, § 2º. (E) CF, art. 49, XV (por decreto legislativo). *Alternativa A.*

2237. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** É correto afirmar:

(A) As normas do ADCT não podem ser alteradas por meio de emendas constitucionais, pois são de natureza transitória.

(B) O preâmbulo da Constituição Federal, ao referir-se expressamente ao pacto federativo, está a indicar a intenção do constituinte em instituir um Estado Democrático e, por isso, deve ser considerado quando da interpretação das normas.

(C) São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos e assim descritos no artigo 3º da Constituição Federal, construir uma sociedade livre, justa e pluralista, garantir o desenvolvimento regional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e locais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(D) São fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a livre-concorrência, o voto direto e secreto e o pluralismo político.

(E) Os direitos sociais estão expressamente referidos no preâmbulo da Constituição Federal de 1988, assim como os direitos fundamentais e o pluralismo político.

RESPOSTA (A) O ADCT pode ser emendado, pois é texto constitucional como os demais dispositivos. (B) Não há expressa referência ao pacto federativo no preâmbulo. (C) CF, art. 3º. (D) CF, art. 1º. (E) Ver o texto do preâmbulo da CF/88, cuidando que neste consta, na verdade, o direito à sociedade pluralista, o que envolve a ideia de pluralismo político estabelecida na assertiva. *Alternativa E.*

III. Direitos e Garantias Fundamentais

2238. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** Em decorrência de acordo homologado judicialmente, um pai obrigou-se ao pagamento mensal de pensão alimentícia a seu filho de 15 anos, que reside com a mãe. Ocorre que, nos últimos seis meses, a despeito de gozar de boa situação financeira, o pai deixou de cumprir sua obrigação, situação que levou o filho, devidamente assistido pela mãe, a requerer em juízo que se determinasse a prisão do pai. Para o fim de localizar o pai, forneceu-se ao juízo seu endereço residencial atual. Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, a prisão do pai

(A) não poderá ser determinada pelo juízo, pois o ordenamento constitucional estabelece expressamente que não haverá prisão civil por dívida.

(B) poderá ser efetuada, independentemente de ordem judicial, por se tratar de dívida de alimentos, restringindo-se, contudo, o horário de entrada na residência ao período diurno.

(C) poderá ser determinada pelo juízo, mas não poderá ser efetuada em sua residência, em função da garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio, que somente se excepciona em virtude de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro.
(D) poderá ser determinada pelo juízo e efetuada em seu endereço residencial, a qualquer hora do dia, por se tratar de cumprimento de ordem judicial.
(E) poderá ser efetuada em seu endereço residencial, desde que mediante determinação judicial, a qual, no entanto, somente poderá ser cumprida durante o dia.

RESPOSTA No Direito Brasileiro, a prisão civil por dívida alimentar não causa perplexidade, sendo largamente admitida como forma de coerção do devedor para o cumprimento da obrigação, desde que conjugue a existência de ORDEM JUDICIAL e que o não pagamento decorra de ato VOLUNTÁRIO e INESCUSÁVEL, conforme determina o art. 5º, LXVII e nos limites preconizados na CF, art. 5º, XI (inviolabilidade domiciliar). *Alternativa E.*

2239. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Suponha que, num processo judicial, após a constatação do desaparecimento injustificado de bem que estava sob a guarda de depositário judicial, o magistrado decretou a prisão civil do depositário. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, a prisão civil foi decretada

(A) regularmente, uma vez que a essa pena está sujeito apenas o depositário judicial, e não o contratual.
(B) regularmente, uma vez que a essa pena está sujeito o depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
(C) irregularmente, uma vez que a pena somente pode ser aplicada ao depositário infiel que assuma contratualmente o ônus da guarda do bem.
(D) irregularmente, uma vez que é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
(E) irregularmente, uma vez que é inconstitucional a prisão civil por dívida, qualquer que seja seu fundamento.

RESPOSTA Em julgamento, o STF (RE 466.343/SP e 349.703/RS) reconheceu a **SUPRALEGALIDADE** do Pacto de São José da Costa Rica e firmou posição de que não é mais possível a prisão civil do depositário infiel na alienação fiduciária. Hoje, essa proibição está pacificada pela edição da Súmula Vinculante 25 do STF. *Alternativa D.*

2240. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** O princípio constitucional, relacionado aos direitos fundamentais, que embasa a “Lei Maria da Penha”, permitindo que a mulher receba um tratamento jurídico preferencial em relação ao homem nas situações de violência doméstica e familiar, é o da

(A) função social da propriedade.
(B) liberdade individual.
(C) igualdade material.
(D) inviolabilidade domiciliar.
(E) segurança jurídica.

RESPOSTA O entendimento da igualdade material preconiza tratamento uniforme de todos os seres humanos, bem como a sua equiparação no que diz respeito a possibilidades de concessão de oportunidades. Decorrentes da ideia de **igualdade material**, as “ações afirmativas”. *Alternativa C.*

2241. **(Advogado – Santos-SP – 2005 – FCC)** O mandado de injunção é conferido aos indivíduos para que eles:

(A) Se defendam de atos ilegais ou praticados com abuso do poder, cabendo contra atos

discricionários e vinculados.

(B) Possam suprir uma omissão do Poder Público, no intuito de viabilizar o exercício de um direito ou prerrogativa prevista na Constituição Federal.

(C) Tenham aceso às informações que o poder público ou entidades de caráter público possuam a seu respeito.

(D) Obtenham as garantias relacionadas à liberdade de locomoção, ainda que afetadas apenas de modo reflexo, indireto ou oblíquo.

(E) Tenham condições de dar notícia de fatos ilegais ou abusivos ao Poder Público, para que este providencie as medidas adequadas.

RESPOSTA (A) CF, art. 5º, LIX e LXX. (B) CF, art. 5º, LXXI. (C) CF, art. 5º, LXXII. (D) CF, art. 5º, LXVIII. (E) CF, art. 5º, XXXIV, *a. Alternativa B.*

2242. **(Agente – PC-MA – 2006 – FCC)** Em tema de direitos e deveres individuais e coletivos assegurados na Constituição Federal, é correto afirmar:

(A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo durante o dia, em caso de flagrante delito, ou durante a noite, por determinação judicial para cumprimento de mandado de prisão, busca pessoal ou domiciliar.

(B) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

(C) São a todos assegurados, mediante o pagamento de taxas judiciárias, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

(D) Será concedida a extradição de estrangeiro, por decisão administrativa ou judicial, sempre que praticado crime político ou de opinião.

(E) No caso de iminente perigo público comprovado, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, ficando isento o Estado de ulterior indenização, se houver dano.

RESPOSTA (A) CF, art. 5º, XI. (B) CF, art. 5º, XLV. (C) CF, art. 5º, XXXIV. (D) CF, art. 5º, LI e LII. (E) CF, art. 5º, XXV. *Alternativa B.*

2243. **(Analista – MP-CE – 2009 – FCC)** O cidadão que pretenda questionar ato considerado lesivo à moralidade administrativa, praticado pelo Prefeito do Município em que reside, pleiteando sua anulação,

(A) Deverá representar ao Ministério Público para o ajuizamento de ação civil pública, por faltar-lhe legitimidade para agir diante da ausência de prejuízo pessoal.

(B) Poderá valer-se de mandado de segurança coletivo, em defesa do interesse público subjacente à demanda, desde que munido de prova preconstituída da situação alegada em juízo.

(C) Deverá valer-se da Defensoria Pública para a promoção de representação de inconstitucionalidade do ato perante o Tribunal de Justiça estadual.

(D) Poderá ajuizar *habeas data*, assegurada a gratuidade da ação, por se tratar de ato considerado necessário ao exercício da cidadania.

(E) Tem legitimidade para propor ação popular, ficando isento de custas judiciais e ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.

RESPOSTA De acordo com o art. 5º, LXXIII, CF/88, qualquer *cidadão* é parte legítima para propor ação popular para anulação de atos lesivos ao patrimônio público. *Alternativa E.*

2244. **(Analista – TRT-23 – 2007 – FCC)** No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, nos termos preconizados pela Constituição Federal de 1988 é correto afirmar:

(A) A organização sindical, legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 6 meses poderá impetrar mandado de segurança coletivo, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
(B) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
(C) O preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, se for salutar para a manutenção da segurança.
(D) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais, mas deverá suportar em qualquer hipótese o ônus da sucumbência.
(E) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ainda que as invoque para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

RESPOSTA (A) CF, art. 5º, LXX. (B) CF, art. 5º, § 4º. (C) CF, art. 5º, LXIV. (D) CF. art. 5º, LXXIII. (E) CF, art. 5º, VIII. *Alternativa B.*

2245. **(Analista – TRT-4 – 2006 – FCC)** O Direito de Petição previsto na Constituição Federal é

(A) Exercido tão somente no âmbito do Poder Judiciário.
(B) Assegurado aos brasileiros natos, maiores de vinte e um anos.
(C) Extensivo a todos, nacionais ou estrangeiros, mediante o pagamento de taxas.
(D) Destinado ao cidadão em face dos Poderes Públicos e exercido judicialmente apenas por advogado constituído.
(E) Garantido a todos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

RESPOSTA O direito de petição, presente em todas as Constituições brasileiras, qualifica-se como importante prerrogativa de caráter democrático. Trata-se de instrumento jurídico-constitucional posto à disposição de qualquer interessado – mesmo daqueles destituídos de personalidade jurídica –, com a explícita finalidade de viabilizar a defesa, perante as instituições estatais, de direitos ou valores revestidos tanto de natureza pessoal quanto de significação coletiva (STF ADI-MC 1.247). *Alternativa E.*

2246. **(Analista – TRT-20 – 2006 – FCC)** Quanto aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, previstos na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que

(A) São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas o direito a petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
(B) É plena a liberdade de associação, inclusive de natureza paramilitar.
(C) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
(D) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
(E) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem.

RESPOSTA (A) CF, art. 5º, XXXIV. (B) CF, art. 5º, XVII. (C) CF, art. 5º, XXXIII. (D) CF, art. 5º, IX. (E) CF, art. 5º, V. *Alternativa B.*

2247. (Agente – IAPEN – 2002 – FCC) A Constituição Federal determina que:

(A) se presuma a culpa daquele que está sob investigação policial.
(B) ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, salvo nos crimes de tortura, tráfico de entorpecentes e terrorismo.
(C) é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral, salvo em casos de rebelião.
(D) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
(E) o preso não será informado sobre a identidade daqueles responsáveis por sua prisão, para assegurar a proteção à vítima.

RESPOSTA (A) CF, art. 5º, LVII. (B) CF, art. 5º, LIV. (C) CF, art. 5º, XLIX. (D) CF, art. 5º, L. (E) CF, art. 5º, LXIV. *Alternativa D.*

2248. (Analista – TRT-20 – 2011 – FCC) No tocante aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, o direito adquirido

(A) é a expectativa de direito.
(B) é a situação fática consumada independentemente de previsão na legislação.
(C) emana diretamente da lei em favor de um titular.
(D) é o direito que já se integrou ao patrimônio e que já foi exercido.
(E) é o ato jurídico *stricto sensu*.

RESPOSTA O conceito legal de **direito adquirido** está previsto no § 2º do art. 6º, LINDB, pelo qual se consideram adquiridos assim os **direitos que o seu titular**, ou alguém por ele, **possa exercer**, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo prefixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem. A banca utilizou-se do conceito clássico de José Afonso da Silva ao comparar com o *ato jurídico perfeito*. Em outras palavras, o **direito adquirido** é aquele previsto em lei e que já foi incorporado ao patrimônio do seu titular, porém ainda não exercido. *Alternativa C*.

2249. (Analista – TRT-11 – 2012 – FCC) Eriberto, cidadão que habitualmente aprecia a fachada de um prédio público antigo, que foi construído no ano de 1800, soube que, apesar de tombado por ser considerado patrimônio histórico e cultural, a autoridade pública resolveu demoli-lo ilegalmente para, no local, edificar um prédio moderno. Eriberto imediatamente procurou a autoridade pública suplicando que não o demolisse, mas seus pleitos não foram atendidos, então, para anular ato lesivo, segundo a Constituição Federal, poderá

(A) impetrar mandado de segurança individual.
(B) impetrar mandado de segurança coletivo, desde que apoiado por abaixo-assinado com, no mínimo, trezentas assinaturas.
(C) impetrar mandado de segurança coletivo, desde que apoiado por abaixo-assinado com, no mínimo, quinhentas assinaturas.
(D) impetrar mandado de segurança coletivo, desde que apoiado por abaixo-assinado com, no mínimo, setecentas assinaturas.
(E) propor ação popular.

RESPOSTA O enunciado da questão aduz que o prédio a ser demolido teria sido *tombado* pelo Poder Público. Além disso, o texto diz que se trata de um “ato lesivo” e, ainda, que Eriberto é “cidadão”. Logo, nos termos do art. 5º, LXXIII, a ação a ser impetrada é a ação popular. *Alternativa E.*

2250. (Analista – TRT-23 – 2011 – FCC) Homero obteve a cidadania brasileira, após processo de naturalização, porém seu país de origem, Jamaica, requereu ao Brasil sua extradição por crime comum. Segundo a Constituição Federal, sua extradição só será concedida no caso

(A) de crime de opinião praticado antes do processo de naturalização.
(B) de crime político praticado antes do processo de naturalização.
(C) do delito ter sido praticado antes da naturalização.
(D) de crime político praticado depois do processo de naturalização.
(E) de crime de opinião praticado depois do processo de naturalização.

RESPOSTA A resolução da questão depende da aplicação direta do art. 5º, LI, CF/88, o qual diz que "nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei". *Alternativa C.*

2251. (Analista – TRT-23 – 2011 – FCC) Cássio tomou conhecimento que a praça pública próxima à sua residência será fechada por interesses escusos, posto que no terreno, cuja propriedade foi transferida ilegalmente para o particular, será erguido um complexo de edifícios de alto padrão, que beneficiará o Prefeito Municipal com um apartamento. Segundo a Constituição Federal, visando anular o ato lesivo que teve notícia, Cássio poderá propor

(A) ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
(B) mandado de injunção.
(C) mandado de segurança.
(D) *habeas data*.
(E) ação popular.

RESPOSTA (A) CF, art. 102, parágrafo único. (B) CF, art. 5º, LXXI. (C) CF, art. 5º, LXIX e LXX. (D) CF, art. 5º, LXXII. (E) O enunciado não afirma que Cássio seria ou não "cidadão". Mesmo sem esse conhecimento que seria indispensável, eliminando respostas que indicam remédios constitucionais inaplicáveis para combater as imoralidades administrativas, chega-se facilmente ao uso da ação popular, nos termos do art. 5º, LXXIII, CF/88. *Alternativa E.*

2252. (Analista – TRF-4 – 2010 – FCC) São direitos fundamentais classificados como de segunda geração

(A) os direitos econômicos e culturais.
(B) os direitos de solidariedade e os direitos difusos.
(C) as liberdades públicas.
(D) os direitos e garantias individuais clássicos.
(E) o direito do consumidor e o direito ao meio ambiente equilibrado.

RESPOSTA De acordo com a tradicional classificação cronológica dos Direitos Fundamentais, os direitos de 1ª dimensão são os "civis e políticos"; os de 2ª dimensão são os "econômicos, sociais e culturais"; e os de 3ª dimensão, os "difusos e coletivos". *Alternativa A.*

2253. (Analista – TRF-4 – 2010 – FCC) No que diz respeito ao direito à inviolabilidade de domicílio, é correto afirmar que

(A) ninguém pode violar a casa, à noite, mesmo que munido de autorização judicial.
(B) a casa é asilo inviolável e em nenhuma hipótese se pode nela ingressar sem o consentimento do morador.
(C) o conceito de casa é restrito e abrange, apenas, a residência com ânimo definitivo.

(D) a casa, à noite, torna-se violável nas hipóteses de flagrante, desastre e prestação de socorro, porém é necessária autorização judicial.

(E) a casa é violável no caso de flagrante, desastre ou para prestar socorro.

RESPOSTA Aplicação direta do previsto no art. 5º, XI, CF/88. A casa do indivíduo é seu asilo inviolável, nela somente se podendo penetrar com o consentimento do morador, salvo: a) durante o dia: flagrante, desastre ou socorro e determinação judicial; b) durante a noite: flagrante, desastre ou socorro. *Alternativa E.*

2254. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** Um cidadão brasileiro, habitante da Região Metropolitana de São Paulo, pretende questionar a realização de gastos efetuados pela Prefeitura da capital paulista com a locomoção e hospedagem de funcionários participantes de evento sediado no Município em que reside, organizado para promover a discussão de políticas públicas de integração dos Municípios da referida região. Nessa hipótese, em tese, o interessado

(A) nada poderia fazer, por não estar legitimado a questionar gastos efetuados por órgãos integrantes da gestão de Município diverso do de sua residência.

(B) deveria representar ao Ministério Público estadual, para que este promovesse a responsabilidade civil e criminal dos agentes públicos envolvidos, por meio de ação civil pública.

(C) estaria legitimado a ajuizar ação popular, ficando isento de custas judiciais e dos ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.

(D) deveria representar ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para que este apurasse a regularidade dos gastos efetuados pela Prefeitura da capital e, se o caso, aplicasse sanções aos agentes responsáveis.

(E) nada poderia fazer, por ser legítima a realização de despesas para os fins pretendidos pela administração do Município de São Paulo.

RESPOSTA O enunciado da questão aduz claramente a ocorrência de uma imoralidade e de ato lesivo ao patrimônio Público. Além disso, o enunciado explica que a pessoa em questão é "cidadão". Logo, nos termos do art. 5º, LXXIII, a ação a ser impetrada é a ação popular. *Alternativa C.*

IV. Nacionalidade

2255. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** São brasileiros naturalizados, de acordo com a Constituição Federal,

(A) os que adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas dos originários de países de língua portuguesa residência no Brasil por, no mínimo, cinco anos, e idoneidade moral.

(B) todos que adquiram a nacionalidade brasileira, exigindo-se dos originários de países de língua portuguesa, apenas, residência por um ano ininterrupto no Brasil.

(C) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de trinta anos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

(D) os estrangeiros residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

(E) os estrangeiros residentes no Brasil há mais de dez anos e de comprovada idoneidade moral, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

RESPOSTA (A) CF, art. 12, II, *a* (um ano). (B) CF, art. 12, II, *a* (+ idoneidade moral). (C) CF, art. 12, II, *c* (+ de 15 anos ininterruptos). (D) CF, art. 12, II, *b*. (E) CF, art. 12, II, *a*. *Alternativa D.*

2256. **(Escrivão – TJ-PI – 2009 – FCC)** No tocante à nacionalidade, é correto afirmar:

(A) São brasileiros natos os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

(B) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade no caso de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.

(C) São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente da Câmara dos Deputados, de Presidente do Senado Federal, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas.

(D) São brasileiros natos os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

(E) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade no caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

RESPOSTA (A) CF, art. 12, II, *a* (naturalizados). (B) CF, art. 12, § 4º, II, *a*. (C) CF, art. 12, § 3º. (D) CF, art. 12, II, *b* (naturalizados). (E) CF, art. 12, § 4º, II, *b*. *Alternativa C.*

2257. (Analista – TJ-SE – 2009 – FCC) Joana é professora estadual em Brasília, onde residia com seu marido, Pedro. Quando ela estava grávida, Pedro, diplomata brasileiro, foi transferido para a cidade de Madri, na Espanha, a serviço do Brasil. Em Madri, nasceu João, filho do casal. Neste caso, João é

(A) Estrangeiro, podendo se naturalizar, sendo exigida apenas residência em território nacional por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

(B) Estrangeiro, podendo se naturalizar, se vier a residir no Brasil por quinze anos ininterruptos e opte pela nacionalidade brasileira.

(C) Estrangeiro, podendo se naturalizar, se optar pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo, não havendo prazo mínimo de residência em território brasileiro.

(D) Brasileiro nato por expressa disposição Constitucional neste sentido.

(E) Brasileiro nato, desde que seus pais registrem o filho no Consulado Brasileiro e João, quando completar dezoito anos de idade, opte pela nacionalidade brasileira.

RESPOSTA Situação narrada: pai brasileiro a serviço público do Brasil no exterior. Nesse caso, o filho do casal, por força do art. 12, I, *b*, CF/88, é brasileiro nato independentemente de outras condições. *Alternativa D.*

2258. (Analista – TRF-4 – 2007 – FCC) Em matéria de nacionalidade, é certo que

(A) Os cargos de Ministro e de oficial das Forças Armadas, entre outros, podem ser providos tanto por brasileiros natos como naturalizados.

(B) A naturalização tem natureza jurídica de um convênio de direito privado, classificado como unilateral, oneroso e internacional.

(C) Aos brasileiros natos e naturalizados não se aplica rigorosamente o princípio da isonomia, porque a lei ordinária pode estabelecer distinção entre ambos.

(D) A Constituição Federal vigente reconhece somente a naturalização expressa, não havendo, pois, qualquer hipótese de naturalização tácita.

(E) O brasileiro pode perder sua nacionalidade quando tiver cancelada sua naturalização por decisão judicial ou administrativa federal.

RESPOSTA (A) CF, art. 12, § 3º. (B) A ideia de nacionalidade é afeta ao direito interno de cada país e não é regida pelo direito privado. (C) CF, art. 12, § 2º. (D) A vigente CF não reconhece nenhuma modalidade tácita de naturalização (como ocorreu em 1824). (E) CF, art. 12, § 4º, I. *Alternativa D.*

2259. **(Juiz – TJ-RR – 2008 – FCC)** Nascido em dezembro de 2007, na França, filho de pai brasileiro e mãe argelina, João é registrado em repartição consular brasileira sediada naquele país. Nessa hipótese, nos termos da Constituição da República, João

(A) é considerado brasileiro nato.
(B) será considerado brasileiro nato se vier a residir no Brasil e optar, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
(C) será considerado brasileiro naturalizado, desde que venha a residir por quinze anos ininterruptos no Brasil e não sofra condenação penal.
(D) será considerado brasileiro naturalizado se, na forma da lei, vier a adquirir nacionalidade brasileira.
(E) não será considerado brasileiro.

RESPOSTA Situação narrada: em **dezembro** de 2007 (período em que já vigorava a nova redação do art. 12, I, *c*, CF/88, que entrou em vigor no dia 20-9-2007), filho de pai brasileiro e registrado em repartição consular competente. Nesse caso, o filho do casal, por força do art. 12, I, *c*, CF/88, é brasileiro nato independentemente de outras condições. *Alternativa E.*

2260. **(Analista – TRT-4 – 2000 – FCC)** Quanto à nacionalidade, pode-se afirmar, segundo o Direito Constitucional pátrio, que

I. são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
II. são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
III. são brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiriram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral, e os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
IV. são privativos de brasileiros natos os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Presidente e membros da Câmara dos Deputados, de Presidente e membros do Senado Federal, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática, de Ministro de Estado da Defesa e de oficiais das Forças Armadas.
V. será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização por ação ou sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, e do que adquirir outra nacionalidade mesmo que involuntária.

Quais afirmativas estão corretas?

(A) Apenas I, II e III
(B) Apenas I, III e V
(C) Apenas I, II, III e IV
(D) Apenas I, II, IV, e V
(E) Apenas II, III, IV e V

RESPOSTA I. CF, art. 12, I, *a*. II. CF, art. 12, II, *b*. III. CF, art. 12, II, *a* e *b*. IV. CF, art. 12, § 3º. V. CF, art. 12, § 4º, I e II. *Alternativa A.*

2261. (Analista – TRF-4 – 2001 – FCC) Virgínio, brasileiro naturalizado, teve sua extradição solicitada pela Espanha, território onde nasceu. Nesse caso, o pedido:

(A) deverá ser negado pelo Presidente da República, porque não cabe extradição de brasileiro, mesmo se naturalizado, em face do princípio da soberania.

(B) será processado e julgado, originariamente, pelo Supremo Tribunal Federal, que examinará seu eventual cabimento.

(C) será negado pelo Supremo Tribunal Federal, visto que o Brasil não concede a extradição de brasileiro, nato ou naturalizado.

(D) não poderá ser recusado, em razão da nacionalidade originária aliada ao critério da territorialidade.

(E) deve ser instruído pelo Ministério das Relações Exteriores e apreciado pelo Presidente da República, que examinará seu eventual cabimento.

RESPOSTA Extradição é o ato pelo qual o Governo de um Estado entrega uma pessoa que se encontra em seu território à Justiça de outro Estado que a reivindica, com intuito de processá-la, julgá-la ou para cumprir pena. Mesmo sendo, no Brasil, ato do Chefe do Poder Executivo, a legalidade do ato deve ser julgada originariamente pelo STF, nos termos do art. 102, I, *g*, CF/88. *Alternativa B.*

V. Direitos Políticos

2262. (Promotor – MP-CE – 2011 – FCC) Um militar integrante das Forças Armadas e em atividade desde janeiro de 2003, estando com 27 anos de idade, casado com uma Vereadora do Município em que reside, pretende candidatar-se a Prefeito desse Município no pleito de 2012. Nessa hipótese, o interessado

(A) será inelegível para o cargo pretendido, na medida em que não possuirá a idade mínima para tanto exigida constitucionalmente.

(B) será inelegível para o cargo pretendido, pois sua cônjuge é detentora de mandato eletivo na circunscrição para a qual tem a intenção de candidatar-se à chefia do Executivo.

(C) será inelegível para o cargo pretendido, pois os militares são inalistáveis.

(D) preencherá as condições de elegibilidade para o cargo pretendido, desde que seja agregado pela autoridade militar superior e, se eleito, passe para a inatividade.

(E) preencherá as condições de elegibilidade para o cargo pretendido, desde que se afaste da atividade militar.

RESPOSTA Para encontrar a resposta da questão, é necessário o emprego de vários dispositivos da CF/88 e cuidar de diversos fatores: **Idade mínima para ser eleito prefeito:** CF, art. 14, VI, *c*; **tempo de serviço do militar**, considerando a data em que a eleição seria realizada (2003 a 2012): CF, art. 14, § 8º, I. Se há ou não **inelegibilidade reflexa por motivo de parentesco:** CF, art. 12, § 7º. *Alternativa E.*

2263. (Analista – TRE-SP – 2012 – FCC) De acordo com as normas da Constituição da República, é correto afirmar que

(A) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, ou de quem o haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

(B) são inelegíveis os brasileiros natos extraditados.

(C) são alistáveis como eleitores os militares, ainda que conscritos, durante o período de serviço

militar obrigatório.

(D) é vedado ao legislador estabelecer outros casos de inelegibilidade além daqueles previstos na Constituição da República.

(E) o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos podem concorrer a outros cargos no exercício dos respectivos mandatos.

RESPOSTA (A) CF, art. 14, § 7º. (B) CF, art. 14, § 4º. (C) CF, art. 14, § 2º (D) CF, art. 14, § 9º. (E) CF, art. 14, § 6º. *Alternativa A.*

2264. **(Analista – TRT-7 – 2009 – FCC)** No tocante aos Direitos Políticos, considere as assertivas abaixo.

I. Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

II. É condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.

III. O militar alistável é elegível. Se contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

IV. A ação de impugnação de mandato tramitará independentemente de segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

É correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) III e IV.

(E) II e IV.

RESPOSTA I. CF, art. 14, § 2º. II. CF, art. 14, § 3º, VI, *b*. III. CF, art. 14, § 8º, I e II. IV. CF, art. 14, § 11. *Alternativa A.*

2265. **(Analista – TRF-5 – 2008 – FCC)** O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos, para concorrerem

(A) A outros cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

(B) Aos mesmos cargos, devem se licenciar dos respectivos mandatos até quatro meses antes do pleito.

(C) A outros cargos, devem se licenciar dos respectivos mandatos até três meses antes do registro da candidatura.

(D) Aos mesmos cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos até cinco meses antes do registro da candidatura.

(E) A outros cargos, não precisam renunciar aos respectivos mandatos desde que registrada a candidatura até dois meses antes do pleito.

RESPOSTA A questão exige dos candidatos a aplicação textual do art. 12, § 6º, CF/88. *Alternativa A.*

2266. **(Analista – TRT-16 – 2009 – FCC)** No próximo ano haverá eleição para os cargos de Presidente da República, Vice-Presidente da República, Senador, Deputado Federal, Governador de Estado, Vice-Governador de Estado e Deputado Estadual. Assim, Ahmed Abdel (brasileiro naturalizado, com 37 anos de idade); Yokama Yoshi (brasileiro naturalizado, com 30 anos de idade) e Tício Brutus (brasileiro nato, com 29 anos de idade) poderão além de outros cargos candidatar-se,

respectivamente, a

(A) Deputado Federal; Vice-Governador de Estado e Presidente da República.
(B) Governador de Estado; Senador e Governador do Distrito Federal.
(C) Presidente da República; Vice-Presidente da República e Vice-Governador.
(D) Vice-Presidente da República; Senador e Governador.
(E) Senador; Governador de Estado e Deputado Federal.

RESPOSTA Trata-se de questão que exige o conhecimento aplicado do art. 12, § 3º (cargos privativos de brasileiros natos e do art. 14, § 3º, VI (idades mínimas como condição de elegibilidade). *Alternativa E.*

VI. Organização do Estado Brasileiro

2267. (Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC) Lei estadual que disciplinasse procedimentos em matéria processual

(A) seria incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União.
(B) teria sua eficácia suspensa, pela superveniência de lei federal sobre normas gerais, naquilo que lhe fosse contrária.
(C) seria compatível com a Constituição da República, desde que houvesse lei complementar federal que autorizasse os Estados a legislarem sobre questões específicas das matérias.
(D) seria compatível com a Constituição da República, desde que houvesse lei complementar federal que fixasse normas para a cooperação entre União e Estados na matéria.
(E) deveria restringir-se ao exercício de competência legislativa suplementar, para atender às peculiaridades do Estado, na hipótese de inexistir lei federal sobre normas gerais.

RESPOSTA (A) CF, art. 24, XI. (B) CF, art. 24, XI, c/c art. 24, § 4º. (C) CF, art. 24, XI (não é competência privativa, mas, sim, concorrente). (D) CF, art. 24, XI (não é competência comum, mas, sim, concorrente). (E) CF, art. 24, § 3º. *Alternativa B.*

2268. (Analista – TRT-13 – 2005 – FCC) Compete privativamente a União legislar sobre

(A) Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
(B) Direito penitenciário, econômico, urbanístico, comercial e tributário.
(C) Condições para o exercício de profissões.
(D) Proteção à infância e à juventude.
(E) Educação, cultura, ensino, desporto, previdência social e defesa da saúde.

RESPOSTA (A) CF, art. 24, VIII. (B) CF, art. 24, I. (C) CF, art. 22, XVI. (D) CF, art. 24, XV. (E) CF, art. 24, IX e XII. *Alternativa C.*

2269. (Analista – TRT-5 – 2003 – FCC) A competência para legislar sobre direito do trabalho pertence

(A) somente aos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios
(B) concorrentemente à União Federal, aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos Municípios.
(C) privativamente aos Estados-membros e Distrito Federal, que não poderão delegá-la.
(D) privativamente aos Estados-membros, que poderão delegá-la à União Federal.
(E) privativamente à União Federal, que poderá delegá-la aos Estados-Membros.

RESPOSTA A competência para legislar sobre direito do trabalho é privativa da União, nos termos do art. 22, I, CF/88, a qual poderá ser delegada, por lei complementar, aos Estados-membros, nos termos do parágrafo único do mesmo artigo. *Alternativa*

E.

2270. **(Analista – TRE-CE – 2002 – FCC)** De acordo com a Constituição Federal, os Municípios integram a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil como unidades:

(A) subordinadas aos respectivos Estados-membros, que poderão ditar-lhes a Lei Orgânica Municipal.
(B) vinculadas à Administração do respectivo Estado-membro.
(C) autônomas, regidas por legislação própria com base nas competências que lhes forem outorgadas pelos respectivos Estados-membros.
(D) autônomas, assim como autônomos são os Estados-membros e a União Federal.
(E) autônomas, mas as leis estaduais sempre prevalecem sobre as municipais em caso de conflito entre elas.

RESPOSTA De acordo com a doutrina, os membros da Federação possuem **autonomia** política, administrativa e financeira, caracterizada pela capacidade de autogoverno, autoadministração e auto-organização. *Alternativa D.*

2271. **(Analista – TRF-5 – 2003 – FCC)** De acordo com a Constituição Federal, o Município

(A) goza de capacidade de autogoverno e de autoadministração, mas não de auto-organização, já que a validade de sua Lei Orgânica depende de aprovação da Assembleia Legislativa do Estado-membro.
(B) goza de capacidade de auto-organização e de autoadministração, mas não de autogoverno, já que não tem Poder Judiciário.
(C) goza de capacidade de auto-organização, autogoverno e de autoadministração, integrando a Federação brasileira.
(D) não integra a Federação brasileira, estando subordinado ao Estado-membro do ponto de vista legislativo e organizacional, ainda que a Constituição Federal assegure-lhe autonomia administrativa.
(E) deve seguir o regime jurídico dispensado aos territórios, ainda que goze de certa autonomia que lhe foi conferida pela Constituição Federal.

RESPOSTA De acordo com a doutrina majoritária, o ente federativo município é parte integrante da federação, possuindo a tríplice capacidade de autogoverno (eleição de prefeito, vice-prefeito e vereadores), autoadministração (exercício de competências administrativas, tributárias e legislativas) e, ainda, auto-organização (por meio da Lei Orgânica e leis municipais). *Alternativa C.*

2272. **(Analista – TRT-22 – 2003 – FCC)** Os recursos naturais da plataforma continental são bens que pertencem:

(A) à União Federal e ao Estado de cujo território é prolongamento natural.
(B) ao Estado de cujo território é prolongamento natural.
(C) ao Município de cujo território é prolongamento natural.
(D) à União Federal.
(E) ao Estado e ao Município de cujo território é prolongamento natural.

RESPOSTA A Plataforma Continental, delimitada na Lei n. 8.617/93, é considerada pela CF/88 como bem da União, nos termos do art. 20, V. *Alternativa D.*

2273. **(Analista – TRT-24 – 2006 – FCC)** No que concerne à competência legislativa concorrente é correto afirmar:

(A) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas

gerais.

(B) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, trânsito e transporte.

(C) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão exercer competência legislativa plena.

(D) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

(E) A superveniência de lei federal sobre normas gerais sempre suspende a eficácia da lei estadual.

RESPOSTA (A) CF, art. 24, § 1º. (B) CF, art. 22, XI. (C) CF, art. 24, § 3º. (D) CF, art. 24, § 2º. (E) CF, art. 24, § 4º . *Alternativa A.*

2274. (Analista – TRT-11 – 2012 – FCC) Ferdinando, dono de embarcação, tem por hábito navegar em lagos, estando submetido à legislação do regime de navegação lacustre que é de competência

(A) privativa dos Estados.

(B) privativa da União.

(C) concorrente dos Municípios e dos Estados, apenas.

(D) privativa dos Municípios.

(E) concorrente dos Municípios, dos Estados e da União.

RESPOSTA De acordo com o art. 22, X, CF/88, a matéria é considerada PRIVATIVA da União. *Alternativa B.*

2275. (Analista – TRE-SP – 2012 – FCC) Compete à União legislar privativamente, dentre outras matérias, sobre

(A) orçamento.

(B) custas e serviços forenses.

(C) procedimentos em matéria processual.

(D) direito eleitoral.

(E) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

RESPOSTA (A) CF, art. 24, II (concorrente). (B) CF, art. 24, IV (concorrente). (C) CF, art. 24, XI (concorrente). (D) CF, art. 22, I. (E) CF, art. 24, VII (concorrente). *Alternativa D.*

VII. Processo Legislativo Constitucional

2276. (Analista – TRF-1 – 2011 – FCC) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, sendo que

(A) se a medida provisória não for apreciada em até trinta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

(B) a deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias não dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

(C) é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

(D) prorrogar-se-á por duas vezes por iguais períodos a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contados de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

(E) caberá à comissão exclusiva de Deputados examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

RESPOSTA (A) CF, art. 62, § 6º (45 dias). (B) CF, art. 62, § 5º. (C) CF, art. 62, § 10. (D) CF, art. 62, § 7º. (E) CF, art. 62, § 9º. *Alternativa C.*

2277. (Analista – TRE-SP – 2012 – FCC) Suponha que um Senador da República tenha apresentado projeto de lei dispondo sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União. O projeto de lei foi aprovado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados e, na sequência, encaminhado à sanção e promulgação pelo Presidente da República, que o vetou integralmente no 11º dia útil do recebimento do projeto. Na sequência, o veto presidencial foi apreciado, sucessivamente, em cada uma das Casas legislativas, sendo rejeitado pela maioria absoluta de seus membros. Ao final, o projeto de lei foi enviado ao Presidente do Senado Federal, que o promulgou, uma vez que o Presidente da República estava ausente do País.

A situação acima descrita contém erros, do ponto de vista jurídico. A alternativa que apresenta, apropriadamente, um desses erros é:

(A) O projeto de lei somente poderia ter sido apresentado por Deputado Federal.

(B) O veto presidencial foi exercido fora do prazo constitucional.

(C) O veto presidencial deveria ter sido apreciado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em sessão conjunta.

(D) O veto presidencial poderia ter sido rejeitado por maioria simples de cada uma das Casas legislativas.

(E) O projeto de lei deveria ter sido encaminhado ao Presidente da Câmara dos Deputados para promulgação.

RESPOSTA Inicialmente, o projeto em questão não poderia ser de iniciativa parlamentar, mas, sim, privativa da Presidência da República (CF, art. 61, § 1º, II, *c*). Além disso, a apreciação do veto far-se-á em sessão conjunta, nos termos do art. 66, § 4º, CF/88. *Alternativa C.*

2278. (Analista – TRT-6 – 2006 – FCC) Quanto às emendas constitucionais, é correto afirmar:

(A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

(B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada, ou havida por prejudicada, poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que requerida a reapreciação pelo *quorum* de um terço dos membros de qualquer das comissões encarregadas da sua análise.

(C) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de defesa ou estado de sítio, salvo na situação de intervenção federal, observado o *quorum* de dois terços das Mesas das duas Casas Legislativas.

(D) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

(E) A emenda à Constituição aprovada pelo Congresso Nacional será promulgada pelo Presidente da República.

RESPOSTA (A) CF, art. 60, II. (B) CF, art. 60, § 5º. (C) CF, art. 60, § 1º. (D) CF, art. 60, § 2º. (E) CF, art. 60, § 3º. *Alternativa D.*

2279. (Analista – TRT-2 – 2008 – FCC) Quanto ao processo legislativo, o fenômeno consistente na ocorrência de uma norma revogadora de outra anterior, que tenha revogado uma mais antiga, e que recoloque esta última novamente em estado de produção de efeitos é denominado:

(A) vinculação.

(B) desconstitucionalização.

(C) descentralização.

(D) repristinação.

(E) adequação.

RESPOSTA A repristinação é o instituto jurídico pelo qual a norma revogadora de uma lei, quando revogada, traz de volta a vigência daquela revogada originariamente. Por força do art. 2º, § 3º, Decreto-lei n. 4.657/92 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a norma só voltará a valer se isso estiver explícito na outra norma. Portanto, não há repristinação automática (implícita). *Alternativa D.*

2280. (Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC) Seria INCOMPATÍVEL com a Constituição da República a medida provisória que

(A) procedesse à abertura de créditos extraordinários.

(B) dispusesse sobre conflito de competência, em matéria tributária, entre os entes da Federação.

(C) não fosse convertida em lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

(D) implicasse majoração de impostos e produzisse efeitos no exercício financeiro seguinte àquele em que fosse convertida em lei.

(E) fosse reeditada na mesma legislatura em que houvesse sido rejeitada ou tivesse perdido eficácia por decurso de prazo.

RESPOSTA (A) CF, art. 62, § 1º, I, *d*. (B) CF, art. 62, § 1º, III. (C) CF, art. 62, § 3º. (D) CF, art. 62, § 2º. (E) CF, art. 62, § 10. *Alternativa B.*

2281. (Analista – TRT-18 – 2008 – FCC) Quanto ao Processo Legislativo, é correto afirmar que o projeto de lei, após ser revisto em um só turno de discussão e votação, será enviado pela Casa do Congresso Nacional, na qual tenha sido concluída a votação, ao Presidente da República, cujo silêncio importará sanção caso decorridos

(A) quarenta e oito horas.

(B) dez dias.

(C) cinco dias.

(D) quinze dias.

(E) vinte e quatro horas.

RESPOSTA A questão exige dos candidatos o conhecimento de que o prazo para fins de veto, sob pena de ocorrer a denominada "sanção tácita" é de quinze dias úteis, nos termos expressos do art. 66, §§ 1º e 3º, CF/88. *Alternativa D.*

2282. (Analista – TRF-5 – 2008 – FCC) Em tema de processo legislativo é INCORRETO afirmar que

(A) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal.

(B) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa dos Tribunais Superiores terão início no

Senado Federal, observada a obrigatoriedade de dois turnos de votação e *quorum* qualificado.

(C) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(D) as medidas provisórias adotadas pelo Presidente da República, em caso de relevância e urgência, deverão ser submetidas de imediato ao Congresso Nacional.

(E) as leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

RESPOSTA (A) CF, art. 60, I. (B) CF, art. 64. (C) CF, art. 60, § 5º. (D) CF, art. 62. (E) CF, art. 68. *Alternativa B.*

2283. (Analista – TRF-4 – 2010 – FCC) É correto afirmar que as Leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, ou aumento de sua remuneração, são de iniciativa privativa do Presidente

(A) do Supremo Tribunal Federal.

(B) da Câmara dos Deputados.

(C) do Senado Federal.

(D) do Tribunal Superior Eleitoral.

(E) da República.

RESPOSTA Nos termos expressos do art. 61, § 1º, II, *a*, CF/88, as leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, ou aumento de sua remuneração, são de iniciativa privativa do Presidente da República. *Alternativa E.*

2284. (Analista – TRT-2 – 2008 – FCC) No que toca ao processo legislativo, é correto afirmar:

(A) É permitida a edição de medidas provisórias sobre matéria que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.

(B) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.

(C) A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias não dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

(D) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de noventa dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

(E) É permitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

RESPOSTA (A) CF, art. 62, § 1º, II. (B) CF, art. 61, § 1º, I. (C) CF, art. 62, § 5º. (D) CF, art. 62, § 7º. (E) CF, art. 62, § 10. *Alternativa B.*

2285. (Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC) Proposta de emenda à Constituição da República tendo por objeto a introdução do direito ao afeto familiar dentre os direitos individuais é apresentada por Deputado Federal, sendo aprovada por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados e três quintos do Senado Federal, em dois turnos de votação, em cada uma das Casas legislativas. A proposta assim aprovada é promulgada pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional. Referida proposta é incompatível com a Constituição, pois

(A) padece de vício de iniciativa.

(B) não se atingiu o quórum necessário para aprovação na Câmara dos Deputados.
(C) não se atingiu o quórum necessário para aprovação no Senado Federal.
(D) versa sobre matéria de direitos fundamentais, vedada à ação de reforma constitucional.
(E) a promulgação é ato de competência exclusiva do Presidente da República.

RESPOSTA Nos termos do art. 60, I, CF/88, um único parlamentar não possui legitimidade para apresentar proposta de emenda à Constituição Federal. Na verdade, exige o texto da Constituição a subscrição de 1/3 de deputados federais ou senadores da República para legitimar a apresentação de proposta de emenda constitucional. *Alternativa A.*

2286. **(Analista – TRE-AC – 2003 – FCC)** Considerando a Emenda à Constituição, deve ser atendido, como um de seus requisitos, o de que

(A) qualquer matéria objeto de emenda havida por prejudicada poderá constituir nova proposta na mesma sessão legislativa.
(B) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
(C) a proposta será discutida e votada no Congresso Nacional em dois turnos, sendo aprovada a que obtiver a maioria absoluta de votos.
(D) não poderá ser objeto de deliberação proposta de emenda tendente a abolir tributos como o imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.
(E) a emenda poderá ser proposta pela Assembleia Legislativa de um Estado-membro, desde que se manifeste pela maioria de 3/5 (três quintos) de seus membros.

RESPOSTA (A) CF, art. 60, § 5º. (B) CF, art. 60, § 5º. (C) CF, art. 60, § 2º. (D) CF, art. 60, § 4º. (E) CF, art. 60, III. *Alternativa B.*

VIII. Organização dos Poderes e Funções Essenciais à Justiça

2287. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Nas infrações penais comuns, o Presidente da República será submetido a julgamento perante o

(A) Supremo Tribunal Federal, não sendo necessária prévia autorização da Câmara dos Deputados.
(B) Supremo Tribunal Federal, desde que a Câmara dos Deputados admita a acusação contra ele, por dois terços de seus membros.
(C) Senado Federal, desde que a Câmara dos Deputados admita a acusação contra ele, por dois terços de seus membros.
(D) Senado Federal, não sendo necessária prévia autorização da Câmara dos Deputados.
(E) Senado Federal, desde que a Câmara dos Deputados admita a acusação contra ele, por três quintos de seus membros.

RESPOSTA Nos termos do art. 52, I, CF/88, cabe à Câmara dos Deputados autorizar, por 2/3 de seus membros, a instauração de processo criminal contra o Presidente da República, o Vice-Presidente e Ministros de Estado. Se for crime comum, a competência de julgamento será do STF (CF, art. 102, I, *b*). Se, por sua vez, tratar-se de crime de responsabilidade, a competência de julgamento será do Senado Federal (CF, art. 52, I). *Alternativa B.*

2288. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Cabe exclusivamente ao Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República,

(A) resolver sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.
(B) dispor sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.
(C) resolver sobre os limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da

União.

(D) dispor definitivamente sobre incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.

(E) resolver definitivamente sobre atos internacionais que acarretem compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

RESPOSTA (A) CF, art. 48, II. (B) CF, art. 48, I. (C) CF, art. 48, V. (D) CF, art. 48, VI. (E) CF, art. 49, I. *Alternativa E.*

2289. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Compete privativamente à Câmara dos Deputados

(A) eleger membros do Conselho da República, sendo que dele participam seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

(B) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Magistrados, nos casos estabelecidos na Constituição Federal, Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República, Presidente e diretores do Banco Central e Procurador-Geral da República.

(C) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

(D) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente e autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(E) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESPOSTA (A) CF, art. 51, V, c/c art. 89, VII. (B) CF, art. 52, III, *a*. (C) CF, art. 52, II. (D) CF, art. 52, IV. (E) CF, art. 52, VI e VII. *Alternativa A.*

2290. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Olimpio perdeu o mandato de Deputado Federal porque exercia cumulativamente função remunerada em pessoa jurídica de direito público, o que lhe era vedado pela Constituição Federal desde

(A) a candidatura.

(B) a posse.

(C) a expedição do diploma.

(D) seis meses antes das eleições.

(E) doze meses antes das eleições.

RESPOSTA A resolução da questão depende do conhecimento expresso do art. 54, I, *b*, CF/88. *Alternativa C.*

2291. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Airton exerce o cargo de Procurador-Geral da República, enquanto que Bernardo é Presidente da Câmara dos Deputados, Otávio é Ministro do Planejamento, Sanção é Comandante do Exército, Golias é Ministro da Justiça, Arthur é Advogado-Geral da União, Alfredo é Presidente do Senado Federal, Roberto é Presidente do Supremo Tribunal Federal, Afrânio é Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Vitor é Comandante da Marinha e Péricles é Ministro das Relações Exteriores. Conforme dispõe o artigo 91 da Constituição Federal

brasileira, do Conselho de Defesa Nacional, que é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, NÃO participam como membros natos APENAS

(A) Alfredo, Bernardo, Golias e Péricles.
(B) Bernardo e Otávio.
(C) Otávio, Sanção e Vitor.
(D) Airton, Arthur, Roberto e Afrânio.
(E) Golias, Vitor e Otávio.

RESPOSTA Nos termos do art. 91, CF/88, não participam do Conselho da República, o Procurador-Geral da República, o Advogado-Geral da União, o Presidente do STF e, finalmente, o Presidente do STJ. *Alternativa D.*

2292. (Analista – TRE-PR – 2012 – FCC) Nos termos da Constituição da República, caberá recurso das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais quando

(A) forem proferidas contra disposição expressa da Constituição, sendo irrecorríveis as que se referirem à aplicação de lei.
(B) ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.
(C) versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais, estaduais ou municipais.
(D) anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais.
(E) denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança, ou concederem *habeas data* ou mandado de injunção.

RESPOSTA (A) CF, art. 121, § 4º, I. (B) CF, art. 121, § 4º, II. (C) CF, art. 121, § 4º, III. (D) CF, art. 121, § 4º, IV. (E) CF, art. 121, § 4º, V. *Alternativa B.*

2293. (Analista – TRE-PR – 2012 – FCC) A Constituição da República estabelece igualmente para membros do Poder Judiciário e do Ministério Público que

(A) os integrantes das carreiras deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do Tribunal.
(B) a vitaliciedade será adquirida após dois anos de exercício da função, dependendo a perda do cargo, inclusive nesse período, de sentença judicial transitada em julgado.
(C) o exercício da advocacia no juízo ou Tribunal do qual se afastaram é vedado antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
(D) o exercício de atividade político-partidária é proibido, salvo exceções previstas em lei.
(E) o ato de remoção por interesse público será fundado em decisão do órgão colegiado competente, pelo voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.

RESPOSTA (A) CF, art. 93, VII, c/c art. 129, § 2º. (B) CF, art. 95, I, c/c art. 128, § 5º, I. (C) CF, art. 95, parágrafo único, V, c/c art. 128, § 6º. (D) CF, art. 95, parágrafo único, III, c/c art. 128, § 5º, II, *e*. (E) CF, art. 93, VIII, c/c art. 128, § 5º, I, *b*. *Alternativa C.*

2294. (Analista – TRF-1 – 2011 – FCC) Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo é da competência exclusiva

(A) da Advocacia-Geral da União.
(B) da Procuradoria-Geral da República.
(C) do Superior Tribunal de Justiça.

(D) do Congresso Nacional.

(E) do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 49, IX, CF/88, atividade que se realiza por meio de decreto legislativo. *Alternativa D.*

2295. (Analista – TRF-1 – 2011 – FCC) Dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos pelo

(A) Supremo Tribunal Federal.

(B) Presidente do Senado Federal.

(C) Presidente da República.

(D) Presidente do Supremo Tribunal Federal.

(E) Congresso Nacional.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 49, XIII, c/c art. 73, § 2º, II, CF/88. *Alternativa E.*

2296. (Analista – TRT-24 – 2011 – FCC) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida, mediante controle externo, pelo

(A) Ministro da Justiça.

(B) Advogado-Geral da União.

(C) Chefe da Casa Civil.

(D) Supremo Tribunal Federal.

(E) Congresso Nacional.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 70, CF/88. *Alternativa E.*

2297. (Analista – TRT-24 – 2011 – FCC) No que concerne à responsabilidade do Presidente da República, é INCORRETO afirmar:

(A) Admitida a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

(B) Admitida a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns.

(C) Nos casos de infrações penais comuns, se, decorrido o prazo de cento e vinte dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

(D) Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito à prisão.

(E) Na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

RESPOSTA (A) CF, art. 51, I, c/c art. 52, I. (B) CF, art. 52, I, c/c art. 102, I, *b*. (C) CF, art. 86, § 2º (180 dias). (D) CF, art. 86, § 3º. (E) CF, art. 86, § 4º. *Alternativa C.*

2298. (Analista – TRT-24 – 2011 – FCC) O Conselho da Justiça Federal funciona

(A) junto ao Superior Tribunal de Justiça e lhe cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central

do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

(B) junto ao Supremo Tribunal Federal e lhe cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão superior do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter discricionário.

(C) em cada Tribunal Regional Federal e lhe cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão superior do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter discricionário.

(D) em cada Tribunal Regional do Trabalho e lhe cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

(E) junto ao Tribunal Superior do Trabalho e lhe cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão superior do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter discricionário.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 105, parágrafo único, II, CF/88. *Alternativa A.*

2299. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** Tales, Ministro de Estado, e Igor, chefe de missão diplomática de caráter permanente, cometeram, respectivamente, infração penal comum e crime de responsabilidade. Nesses casos serão processados e julgados

(A) originariamente pelo Supremo Tribunal Federal.

(B) originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.

(C) por meio de recurso extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal.

(D) por meio de recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça.

(E) por meio de recurso ordinário pelo Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 102, I, *b* e *c*, CF/88. *Alternativa A.*

2300. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** Considerando que Jaime, Luís, Gustavo, Jorge e João ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente da República, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Procurador-Geral da República, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal e Presidente da Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional de Justiça será presidido por

(A) Jaime e, nas suas ausências e impedimentos, por João.

(B) Luís e, nas suas ausências e impedimentos, por Jorge.

(C) Jorge.

(D) Gustavo.

(E) Jaime.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 103-B, § 1º, CF/88. *Alternativa B.*

2301. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** A infração político-administrativa, definida em Lei, praticada pelo Presidente da República no desempenho da função que atente contra o livre-exercício dos Poderes do Estado é classificada de crime

(A) comum.

(B) de responsabilidade.

(C) ditatorial.

(D) hediondo.

(E) ordinário.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 85, II, CF/88. *Alternativa B.*

2302. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** Considera-se função atípica do Poder Executivo, sob a ótica do princípio da separação de poderes, a previsão constitucional segundo a qual compete ao Presidente da República

(A) vetar e sancionar projetos de lei.

(B) suspender a eficácia de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

(C) editar decretos e regulamentos para a execução de leis.

(D) nomear Ministros do Supremo Tribunal Federal, após arguição pelo Congresso Nacional.

(E) editar leis delegadas e medidas provisórias.

RESPOSTA A questão envolve conhecimento doutrinário e o entendimento de quais poderiam ser classificadas de funções típicas e atípicas de cada Poder, o que não possui consenso. Por essa razão, a Banca exigiu dos candidatos aquilo que ela entendeu correto, o que nos parece censurável para questões objetivas, por mais simples que possa ser a resposta. *Alternativa E.*

2303. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** A competência para julgar, mediante controle externo, as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República é do

(A) Congresso Nacional.

(B) Supremo Tribunal Federal.

(C) Tribunal de Contas da União.

(D) Senado Federal.

(E) Conselho Nacional de Justiça.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 49, IX, CF/88. *Alternativa A.*

2304. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** *O Supremo Tribunal Federal reconheceu, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, a impossibilidade de lei complementar estadual estabelecer a vinculação da Defensoria Pública a uma Secretaria de Estado.* (ADI n. 3.569, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, publ. *DJ* de 11-5-2007).

A impossibilidade em questão decorre de norma da Constituição da República segundo a qual as Defensorias Públicas Estaduais

(A) vinculam-se institucionalmente ao Poder Judiciário, em virtude de serem essenciais à função jurisdicional do Estado.

(B) atrelam-se ao Ministério Público do Estado respectivo, na medida em que lhe incumbe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.

(C) não integram a estrutura do Estado, vinculando-se os membros da carreira à Ordem dos Advogados do Brasil.

(D) possuem autonomia funcional e administrativa.

(E) vinculam-se administrativamente ao Poder Judiciário, cabendo aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais, a iniciativa de sua proposta orçamentária.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 134, § 2º, CF/88. *Alternativa D.*

IX. Controle de Constitucionalidade

2305. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Segundo a Constituição Federal, a decisão proferida

na ADC-19 produzirá

(A) eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

(B) súmula vinculante, a qual, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá aplicação obrigatória para os demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e para a administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

(C) comprovado prequestionamento, com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

(D) autêntica repercussão geral da questão, a qual avocará para o Supremo Tribunal Federal o julgamento de mérito das demais ações que versam sobre a constitucionalidade da "Lei Maria da Penha".

(E) reconhecida controvérsia judicial sobre o tema, a qual poderá ser utilizada como precedente jurisprudencial não vinculante na defesa da constitucionalidade da "Lei Maria da Penha" nos juízos de primeira instância e nos Tribunais.

RESPOSTA Toda Ação Declaratória de Constitucionalidade, como regra e como decorrência expressa do art. 102, § 2º, CF, terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. *Alternativa A.*

2306. **(Analista – TRT-9 – 2009 – FCC)** Sobre o controle de constitucionalidade, NÃO é espécie de controle concentrado a ação classificada como

(A) direta de inconstitucionalidade por omissão.

(B) direta de inconstitucionalidade genérica.

(C) direta de inconstitucionalidade interventiva.

(D) direta de constitucionalidade objetiva.

(E) declaratória de constitucionalidade

RESPOSTA A banca examinadora, de forma censurável, rejeita nomenclatura pelo simples fato desta não ser encontrada na literatura mais usual sobre a matéria ou na CF/88. Buscou-se literalidade do texto constitucional. Todavia, como se sabe, as ações de controle concentrado são processos de natureza OBJETIVA. Por isso, a *alternativa D*, em que pese não constar expressamente na CF/88 e não ter reconhecimento doutrinário, não chega a ser absurda. *Alternativa D.*

2307. **(Analista – TRT-9 – 2009 – FCC)** A decisão que julgar improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é

(A) irrecorrível, não podendo ser objeto de ação rescisória.

(B) recorrível por recurso ordinário ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, não podendo ser objeto de ação rescisória.

(C) recorrível por agravo regimental ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, não podendo ser objeto de ação rescisória.

(D) recorrível por recurso ordinário ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, podendo ser objeto de ação rescisória.

(E) recorrível por agravo interno ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, que decidirá monocraticamente, podendo ser objeto de ação rescisória.

RESPOSTA Nos termos expressos do art. 12, Lei n. 9.882/99, as decisões tomadas em sede de ADPF são irrecorríveis, não cabendo ação rescisória. *Alternativa A.*

2308. **(Analista – TRT-9 – 2009 – FCC)** No que se refere ao procedimento de aprovação de Súmulas por parte do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que, dentre outras situações,

(A) o *quorum* para a decisão da aprovação da Súmula será de maioria simples dos Ministros presentes.
(B) não cabe revisão ou cancelamento da Súmula, após ter sido editada.
(C) a aprovação da Súmula só pode ser iniciada por provocação da parte ativa ou passiva.
(D) o efeito vinculante da Súmula se limita aos demais órgãos do Poder Judiciário.
(E) o efeito vinculante da Súmula se estende também à administração pública direta e indireta na esfera municipal.

RESPOSTA (A) CF, art. 103-A. (B) CF, art. 103-A, § 2º. (C) CF, art. 103-A, § 2º. (D) CF, art. 103-A. (E) CF, art. 103-A. *Alternativa E.*

2309. **(Analista – TRT-7 – 2009 – FCC)** Na hipótese de o poder público se abster do dever de emitir um comando normativo, exigido pela Constituição Federal, é cabível a Ação Direta de inconstitucionalidade

(A) por omissão.
(B) genérica.
(C) interventiva.
(D) mandamental.
(E) obrigacional.

RESPOSTA Prevista no art. 103, § 2º, CF, quando houver falta de norma regulamentadora, cabe a impetração da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, regulamentada pela Lei n. 9.868/99. *Alternativa A*.

2310. **(Analista – TRT-19 – 2008 – FCC)** **NÃO** está presente no rol de legitimados à propositura de Ação Declaratória de Constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição Federal de 1988,

(A) a Confederação Sindical.
(B) a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
(C) a entidade de classe de âmbito nacional.
(D) o Governador do Distrito Federal.
(E) o Prefeito Municipal.

RESPOSTA A partir da Emenda Constitucional n. 45/2004, os mesmos legitimados para propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica – ADI (CF, art. 103), estão autorizados a propor a Ação Declaratória de Constitucionalidade. *Alternativa E.*

2311. **(Analista – TRT-19 – 2008 – FCC)** Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, será citado previamente e defenderá o ato ou texto impugnado

(A) o Advogado-Geral da União.
(B) o Procurador-Geral da República.
(C) o órgão que o tiver promulgado.
(D) o Presidente da República.
(E) a Defensoria Pública da União.

RESPOSTA O Advogado-Geral da União, nos termos do art. 103, § 3º, CF, é o curador da lei, defendendo o texto ou ato impugnado. Ver decisão do STF na ADI 1.616. *Alternativa A.*

2312. **(Analista – TJ-AP – 2009 – FCC)** Considerando as atribuições do Poder Judiciário, pode-se dizer que

(A) somente os Tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
(B) é vedada aos juízes a declaração de inconstitucionalidade das leis ou atos normativos municipais.
(C) cabe também aos juízes singulares o julgamento das ações declaratórias de constitucionalidade, produzindo as respectivas decisões efeito vinculante e eficácia contra todos.
(D) aos Tribunais Militares é vedada a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
(E) cabe ao Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o órgão administrativo competente supra a omissão inconstitucional.

RESPOSTA De acordo com a redação do art. 103, § 2º, CF, quando a omissão atacada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão for originada por órgão administrativo, dar-se-á prazo de 30 dias para a adoção das providências necessárias. *Alternativa E.*

2313. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** É legitimado ativo para a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental o

(A) Advogado-Geral da União.
(B) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
(C) Conselho Nacional de Justiça.
(D) Representante do Ministério Público Estadual.
(E) Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

RESPOSTA A legitimação ativa da ADPF não está prevista na Constituição Federal de 1988, mas na Lei n. 9.882/99, que reproduz o art. 103, CF/88. *Alternativa B.*

2314. **(Procurador – TCE-CE – 2006 – FCC)** Relativamente à declaração de inconstitucionalidade no âmbito dos Tribunais, dispõem os artigos 480 e 481 do Código de Processo Civil:

“**Art. 480.** Arguida a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, o relator, ouvido o Ministério Público, submeterá a questão à turma ou câmara, a que tocar o conhecimento do processo.”

“**Art. 481.** Se a alegação for rejeitada, prosseguirá o julgamento; se for acolhida, será lavrado o acórdão, a fim de ser submetida a questão ao tribunal pleno.

Parágrafo único. Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.”

A possibilidade aberta pelo parágrafo único do artigo 481 do diploma processual civil

(A) ofende a distribuição constitucional de competências entre os órgãos do Poder Judiciário, por implicar em usurpação de competência atribuída exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal.
(B) é passível de declaração de inconstitucionalidade sem redução do texto legal, incluindo-se deste a interpretação de que os órgãos fracionários têm competência para deliberar sobre a constitucionalidade de leis e atos normativos.
(C) é parcialmente inconstitucional, no que se refere à desnecessidade de submissão da arguição ao plenário ou órgão especial do Tribunal, quando já houver pronunciamento deste a esse respeito.

(D) coaduna-se com a exigência da cláusula constitucional dita de reserva de plenário, vigente em relação à declaração de inconstitucionalidade pelos Tribunais.

(E) admite interpretação conforme à constituição, desde que se restrinja às hipóteses em que os órgãos fracionários dos Tribunais entendam pela constitucionalidade da lei ou do ato normativo impugnado.

RESPOSTA Está assentada a constitucionalidade dos arts. 480 e 481 do CPC. Por sinal, na maior parte da literatura especializada em Direito Constitucional, esses artigos do CPC não são sequer objeto de controvérsia. *Alternativa D.*

2315. **(Analista – TRT-22 – 2010 – FCC)** No Brasil o controle de constitucionalidade repressivo judiciário é

(A) apenas difuso.

(B) misto

(C) concentrado dependente de complementação.

(D) apenas concentrado.

(E) difuso dependente de complementação.

RESPOSTA A única resposta possível seria indicar que o controle repressivo exercido pelo Poder Judiciário deveria ser classificado como *misto*, na medida em que há o *controle difuso* e o *controle concentrado*. *Alternativa B.*

2316. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** Estabelece a súmula vinculante n. 10 do Supremo Tribunal Federal que viola cláusula constitucional "a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte". O enunciado em questão decorre da previsão constitucional segundo a qual

(A) compete ao Supremo Tribunal Federal a guarda da Constituição, de modo que não estão os demais órgãos do Judiciário autorizados a pronunciar-se sobre a constitucionalidade de leis e atos normativos.

(B) somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

(C) compete ao Supremo Tribunal Federal propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias.

(D) nos tribunais com número superior a 25 (vinte e cinco) julgadores poderá ser constituído órgão especial para o exercício de atribuições delegadas da competência do tribunal pleno.

(E) os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 97, CF/88 cominado com os arts. 480 e seguintes do CPC. *Alternativa B.*

2317. **(Analista – TRT-22 – 2010 – FCC)** A decisão que julgar improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é

(A) recorrível ao Conselho Nacional de Justiça.

(B) passível de ação rescisória ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

(C) irrecorrível.

(D) recorrível ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

(E) passível de ação rescisória ao Conselho Nacional de Justiça.

RESPOSTA Nos termos expressos do art. 12 da Lei n. 9.882/99, as decisões tomadas em sede de ADPF são irrecorríveis, não cabendo ação rescisória. *Alternativa C.*

2318. **(Procurador – TCE-CE – 2006 – FCC)** É consagrado, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o entendimento de que, no exercício de suas atribuições, o Tribunal de Contas da União

(A) Não pode realizar, por iniciativa própria, auditorias de natureza contábil ou financeira nas unidades administrativas do Poder Judiciário.

(B) Não pode executar suas decisões de que resulte imputação de débito, sem ação judicial prévia que declare sua existência e condene no respectivo pagamento.

(C) Pode apreciar a constitucionalidade de leis e atos do Poder Público, ainda que o Tribunal de Contas não integre a estrutura do Poder Judiciário.

(D) Pode sustar a execução de contrato administrativo, independentemente de representar ao Poder Competente para sanar eventuais irregularidades.

(E) Não pode ter seus atos impugnados por meio de mandado de segurança, uma vez que exerce suas atribuições a partir de expressa previsão constitucional.

RESPOSTA Resposta de acordo com a Súmula 347 do STF: "O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público". Ver, contudo, a decisão liminar no MS n. 25.888, do STF. *Alternativa C.*

2319. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** De acordo com o texto da Constituição da República e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em matéria de controle de constitucionalidade é correto afirmar:

(A) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

(B) A cláusula de reserva de plenário não se aplica aos processos de competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral.

(C) Aos magistrados dos juizados especiais é vedado o exercício do controle incidental de constitucionalidade de leis e atos normativos.

(D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, mas não vinculam a atuação da administração pública.

(E) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar as ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 97, CF/88; dos arts. 480 e seguintes, CPC; e da Súmula Vinculante 10, STF. *Alternativa A.*

2320. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** A declaração pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado, da inconstitucionalidade de determinado diploma legal, provoca, em relação aos atos normativos anteriores que foram revogados pela lei proclamada inconstitucional, a sua

(A) recepção.

(B) repristinação.

(C) revogação.
(D) desconstitucionalização.
(E) deslegalização.

RESPOSTA Em que pese somente haver única resposta possível, seria criticável por parte da doutrina a alternativa correta. Ocorre que os doutrinadores têm, na maioria, empregado o termo "efeito repristinatório", até de forma a não haver confusão com o instituto congênere previsto na LINDB (repristinação). De qualquer forma, trata-se de previsão expressa do art. 11, § 2º, Lei 9.868/99. *Alternativa B.*

2321. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Ao disciplinar o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos, a Constituição da República estabelece que

(A) o controle de constitucionalidade não pode ser exercido por juízes em estágio probatório.
(B) os atos normativos municipais não podem ser objeto de controle abstrato e concentrado de constitucionalidade.
(C) as decisões proferidas pela maioria absoluta dos membros dos Tribunais, no exercício do controle incidental de constitucionalidade, produzem efeitos contra todos e vinculantes relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário.
(D) a pretensão deduzida em ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo prescreve em vinte anos.
(E) todos os legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade também o são, observados os demais requisitos, para promoverem a ação declaratória de constitucionalidade.

RESPOSTA (A) O controle difuso e incidental pode ser exercido por quaisquer juízes ou tribunais. (B) CF, art. 102, § 1º (ADPF), c/c Lei n. 9.882/99. (C) CF, art. 102, § 2º. (D) Não prescrevem as pretensões deduzidas em ADI. (E) CF, art. 103 (com a redação da EC n. 45/2004). *Alternativa E.*

2322. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** Nos termos da Constituição da República, é necessária a manifestação de dois terços dos membros do Tribunal para

(A) a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
(B) o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público.
(C) a aprovação de súmula de efeito vinculante, pelo Superior Tribunal de Justiça.
(D) a produção de eficácia contra todos e efeito vinculante nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade.
(E) a recusa ao prosseguimento de recurso extraordinário, por não demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso.

RESPOSTA (A) CF, art. 97. (B) CF, art. 93, VIII. (C) CF, art. 103-A (competência do STF). (D) A produção de efeito vinculante e eficácia *erga omnes*, na ADI e na ADC, independente de quórum de 2/3. (E) CF, art. 102, § 3º. *Alternativa E.*

2323. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** Foi ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal (STF) ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em que se pleiteia sejam declarados inconstitucionais dispositivos da Lei estadual paulista n. 13.121/2008, que introduz alterações na Lei n. 6.544/1989, o estatuto das licitações do Estado de São Paulo. O argumento central reside na suposta invasão, pelo Estado, de competência da União para dispor sobre normas gerais de licitações e contratos administrativos. Na hipótese de o STF vir a julgar procedente a ADI, órgãos e entidades da Administração estadual paulista

(A) deverão processar suas licitações com base na Lei estadual n. 13.121/2008, até que lei estadual posterior promova as adequações necessárias, em conformidade com a decisão do STF.

(B) poderão processar suas licitações com base na Lei estadual n. 13.121/2008, até que lei federal posterior promova as alterações necessárias, em conformidade com a decisão do STF.
(C) deverão formular consulta ao Tribunal de Contas do Estado sobre como processar suas licitações, podendo valer-se da Lei estadual n. 13.121/2008, até que sobrevenha a decisão da Corte de Contas.
(D) estarão desde logo vinculados à decisão do STF, devendo processar suas licitações em conformidade com as normas gerais de licitações contempladas na legislação federal existente.
(E) estarão vinculados à decisão do STF a partir do momento em que assim o reconhecer o Tribunal de Justiça do Estado, em sede de representação de inconstitucionalidade a ser formulada perante esta Corte pelo Governador do Estado.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 102, § 2º, CF/88. *Alternativa D.*

2324. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** Considera-se mecanismo de controle político de constitucionalidade, previsto pela Constituição da República dentro da sistemática de freios e contrapesos da separação de poderes que adota,

(A) o veto do Presidente da República a projeto de lei aprovado pelas casas do Congresso Nacional, por motivo de inconstitucionalidade.
(B) a resolução do Congresso Nacional que suspende a eficácia de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
(C) o julgamento do Presidente da República, por crime de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal.
(D) a aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão pública, da escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
(E) a sustação, pelo Senado Federal, dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

RESPOSTA O controle preventivo opera antes que a lei, ou ato normativo, se aperfeiçoe. No Brasil, o controle é exercido por: a) **Presidente da República:** por meio do veto jurídico **(art. 66, § 1º)**; b) **Comissões de Constituição e Justiça – CCJ**, da Câmara e do Senado Federal **(art. 58)** e c) **Poder Judiciário:** por intermédio de mandado de segurança, para trancar a tramitação de emendas constitucionais tendentes a abolir cláusulas pétreas ou de projetos de lei em ofensa ao devido processo legislativo constitucional. *Alternativa A.*

OUTRAS BANCAS

I. Teoria Geral da Constituição

2325. **(Auditor – TCM-PA – 2008 – FGV)** A respeito do tema da interpretação constitucional, assinale a afirmativa correta.

(A) Pelo princípio da unidade da Constituição, as normas constitucionais devem ser interpretadas em conjunto, para evitar possíveis contradições com outras normas da própria Constituição.
(B) O princípio da concordância prática estabelece que a Constituição, para manter-se atualizada, deve ser interpretada no sentido de tornar sempre atuais os seus preceptivos, os quais devem acompanhar as condições reais dominantes numa determinada situação.
(C) O princípio da força normativa da Constituição estabelece que os bens jurídicos, constitucionalmente protegidos, devem ser coordenados com vistas à resolução dos problemas concretos.
(D) O princípio do critério da correção funcional estabelece que, se a Constituição propõe criar e manter a unidade política, os pontos de vista, incumbidos de interpretar as suas normas, diante dos

problemas jurídico-constitucionais, devem promover a manutenção de tal unidade.

(E) O princípio da legalidade coincide com o da reserva legal, ambos expostos no art. 5º, XXXIX, da CRFB/88.

RESPOSTA Pelo **princípio da unidade da Constituição**, as normas constitucionais devem ser interpretadas em conjunto, para evitar possíveis contradições (antinomias) com outras normas da própria Constituição. A ideia é considerar a constituição em sua globalidade de forma a harmonizar eventuais espaços de tensão. *Alternativa A.*

2326. **(Auditor – TCM-PA – 2008 – FGV)** Acerca do poder constituinte instituído, é correto afirmar que, a partir da vigente Constituição da República, ele poderá ser exercido no âmbito:

(A) da União, exclusivamente.

(B) da União, dos Estados e do Distrito Federal, exclusivamente.

(C) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(D) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exclusivamente.

(E) dos Municípios, exclusivamente.

RE SPOSTA Poder Constituinte Derivado (ou **instituído**, constituído, reformador, de segundo grau): é aquele que está inserido na própria Constituição. É aquele que permite ao legislador realizar certas modificações no texto original da Constituição. *Alternativa C.*

2327. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Considerando os critérios de classificação das constituições quanto à sua *origem*, estabilidade e extensão, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988 é:

(A) promulgada, rígida e sintética.

(B) outorgada, semirrígida e analítica.

(C) promulgada, rígida e analítica.

(D) outorgada, semirrígida e sintética.

(E) promulgada, flexível e analítica.

RESPOSTA Quanto à origem, promulgada; quanto à estabilidade, rígida e, quanto à extensão, analítica. *Alternativa C.*

2328. **(Procurador – TCM-RJ – 2008 – FGV)** Mutação constitucional é:

(A) o mesmo que reforma da constituição.

(B) o mesmo que emenda da constituição.

(C) o processo não formal de mudança de constituição flexível.

(D) o processo não formal de mudança de constituição rígida.

(E) o processo formal de alteração do texto constitucional.

RESPOSTA Mutação constitucional é o **processo informal** de modificação do significado da Constituição sem que haja a alteração formal de seu texto, a qual se daria por meio de emenda constitucional. Essa possibilidade de alteração informal do texto da Constituição pode ocorrer, especialmente, por duas razões: a) surgimento de **novo costume** ou b) pela via **interpretativa**. *Alternativa D.*

2329. **(Inspetor – PC-RJ – 2008 – FGV)** O Poder Constituinte Originário tem por características ser:

(A) incondicionado e irrestrito.

(B) permanente e limitado.

(C) primário e condicionado.

(D) autônomo e restrito.

(E) ilimitado e transitório.

RESPOSTA **Poder Constituinte Originário (de primeiro grau):** é aquele que estabelece a Constituição de um Estado, organizando-o e criando os poderes destinados a reger os interesses da comunidade. São características do Poder Constituinte Originário: **inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado**. *Alternativa E.*

2330. **(Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV)** Assinale a afirmativa incorreta.

(A) As normas constitucionais definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

(B) As normas constitucionais podem ter eficácia plena, contida e limitada.

(C) As normas constitucionais de eficácia plena são aquelas que desde a entrada em vigor da Constituição produzem, ou podem produzir, todos os efeitos essenciais, relativos aos interesses, comportamentos e situações, que o legislador constitucional, direta e normativamente, quis regular.

(D) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que apresentam aplicação indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente sobre os interesses, após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva a aplicabilidade.

(E) As normas constitucionais programáticas são de aplicação diferida e não de aplicação ou execução imediata.

RESPOSTA Ao inverso do afirmado na assertiva D, as normas constitucionais de eficácia contida são as que têm aplicabilidade imediata, integral, plena, mas podem ter **reduzido** seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional. *Alternativa D.*

2331. **(Juiz – TJ-PA – 2007 – FGV)** A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 deve ser classificada como:

(A) material, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; histórica, quanto ao modo de elaboração; promulgada, quanto à origem; flexível, quanto à estabilidade.

(B) formal, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; dogmática, quanto ao modo de elaboração; promulgada, quanto à origem; semiflexível, quanto à estabilidade.

(C) formal, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; histórica, quanto ao modo de elaboração; outorgada, quanto à origem; rígida, quanto à estabilidade.

(D) material, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; dogmática, quanto ao modo de elaboração; outorgada, quanto à origem; semiflexível, quanto à estabilidade, haja vista as inúmeras emendas constitucionais existentes.

(E) formal, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; dogmática, quanto ao modo de elaboração; promulgada, quanto à origem; rígida, quanto à estabilidade.

RESPOSTA A CF/88 pode ser classificada como formal, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; dogmática, quanto ao modo de elaboração; promulgada, quanto à origem; rígida, quanto à estabilidade. *Alternativa E.*

2332. **(Procurador do Município – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP)** De acordo com a teoria geral do direito constitucional, o conceito de Constituição pode ser concebido em diferentes sentidos. Aponte a alternativa que corresponde aos autores clássicos que concebem a Constituição, respectivamente, nos sentidos sociológico, político e jurídico.

(A) Hans Kelsen, Ferdinand Lassalle e Norberto Bobbio.

(B) Carl Schmitt, Konrad Hesse e Ferdinand Lassalle.

(C) Karl Lowenstein, Carl Schmitt e Hans kelsen.

(D) Ferdinand Lassalle, Carl Schmitt e Hans Kelsen.

(E) Norberto Bobbio, JJ. Canotilho e Karl Lowenstein.

RESPOSTA **Sentido sociológico**, Ferdinand Lassale, em seu livro *¿Qué es una Constitución?*, defendeu que uma Constituição só seria legítima se representasse o efetivo poder social, refletindo as forças sociais que constituem o poder. **Sentido político**, pode-se afirmar, que, na visão de Carl Schmitt, em razão de ser a Constituição produto de uma certa decisão política, ela seria, nesse sentido, a decisão política do titular do Poder Constituinte. **Sentido jurídico**, Hans Kelsen é o representante desse sentido conceitual, alocando a Constituição no mundo do dever, e não no mundo do ser, caracterizando-a como fruto da vontade racional do homem, e não das leis naturais. *Alternativa D.*

2333. **(Assessor – DPE-PR – 2012 – PUCPR)** Sobre a eficácia e a aplicabilidade das normas constitucionais, seguindo a classificação de José Afonso da Silva, aponte a alternativa CORRETA:

I. As normas constitucionais de eficácia contida são consideradas aquelas que têm aplicabilidade direta e imediata, porém não integral.

II. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o artigo 192, parágrafo 3º, da Constituição, que fixava as taxas de juros reais no limite máximo de 12% ao ano, era norma constitucional de eficácia contida, dependente de lei complementar para sua aplicação prática.

III. As normas constitucionais de eficácia plena possuem aplicabilidade direta, imediata e integral, porém é possível que lei complementar posterior restrinja seu âmbito de aplicação.

IV. As normas constitucionais declaratórias de princípios programáticos são consideradas normas de eficácia limitada, porquanto veiculam programas a serem implementados pelo Estado, visando à realização de fins sociais.

(A) Apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.
(B) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.
(C) Apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
(D) Apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.
(E) Todas as assertivas são verdadeiras.

RESPOSTA I. e II. Normas de eficácia contida (restringível ou redutível) são aquelas que têm aplicabilidade imediata, integral, plena, mas podem ter reduzido seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional. III. Normas de eficácia plena são aquelas de aplicabilidade imediata, direta e integral, não dependendo de legislação ulterior para a sua inteira operatividade. IV. Normas de eficácia limitada são aquelas que apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, somente agindo após normatividade ulterior que lhes desenvolva aplicabilidade. Essa categoria pode ser dividida em duas: normas de princípio institutivo e normas de princípio programático (visam impor aos Poderes uma missão a ser cumprida, normalmente ligada à realização de fins sociais). *Alternativa C.*

2334. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Sobre o poder constituinte, é incorreto afirmar que

(A) o poder constituinte originário é inicial, ilimitado e incondicionado.
(B) o poder constituinte derivado é limitado e condicionado.
(C) o poder constituinte decorrente, típico aos Estados Nacionais unitários, é limitado, porém incondicionado.
(D) os limites do poder constituinte derivado são temporais, circunstanciais ou materiais.
(E) a soberania é atributo inerente ao poder constituinte originário.

RESPOSTA Poder Constituinte Originário (de primeiro grau): é aquele que estabelece a Constituição de um Estado, organizando-o e criando os poderes destinados a reger os interesses da comunidade. São características do Poder Constituinte Originário: inicial, incondicionado, ilimitado, permanente e autônomo. *Alternativa C.*

2335. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Sobre as classificações atribuídas às normas constitucionais, é incorreto afirmar que

(A) são classificadas como regras as normas constitucionais que descrevem condutas no modelo binário permissão-proibição.

(B) entre outras possíveis classificações, as normas constitucionais podem ser qualificadas como regras, princípios ou normas de competência.

(C) "norma de eficácia contida", ou "norma de eficácia restringível", é aquela que independe de regulação infraconstitucional para a sua plena eficácia, porém pode vir a ter a sua eficácia ou o seu alcance restringido por legislação infraconstitucional.

(D) na tradição da doutrina norte-americana, incorporada por diversos autores brasileiros, as normas não autoaplicáveis são aquelas que independem de regulação infraconstitucional para a sua plena eficácia.

(E) "norma de eficácia limitada", ou "norma de eficácia relativa", é aquela que depende de legislação infraconstitucional para a sua plena eficácia.

RESPOSTA Normas de eficácia limitada – são aquelas que apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, somente agindo após normatividade ulterior que lhes desenvolva aplicabilidade. Essa categoria pode ser divida em duas: normas de princípio institutivo e normas de princípio programático. Normas de eficácia plena – são aquelas de aplicabilidade imediata, direta e integral, não dependendo de legislação ulterior para a sua inteira operatividade. Normas de eficácia contida – são as que têm aplicabilidade imediata, integral, plena, mas podem ter reduzido seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional. *Alternativa D.*

2336. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as afirmativas a seguir.

I. As normas que definem os direitos e garantias individuais são consideradas programáticas.

II. As normas constitucionais chamadas de "eficácia limitada", de acordo com a doutrina brasileira, apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida.

III. Segundo a doutrina e jurisprudência brasileira, o direito de greve, reconhecido ao servidor público pela Constituição Federal brasileira de 1988, é de eficácia plena.

IV. As normas infraconstitucionais anteriores à promulgação de uma nova constituição, quando com esta incompatíveis ou não recepcionadas, são tidas como normas inconstitucionais.

Está correto apenas o contido em

(A) II.

(B) IV.

(C) I e III.

(D) II, III e IV.

RESPOSTA I. Art. 5º, § 1º, CF. II. Normas de eficácia limitada são aquelas que apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, somente agindo após normatividade ulterior que lhes desenvolva aplicabilidade. Essa categoria pode ser dividida em duas: normas de princípio institutivo e normas de princípio programático (visam impor aos Poderes uma missão a ser cumprida, normalmente ligada à realização de fins sociais). III. MI 712/PA, Rel. Min. Eros Grau e *Informativo* 485 do STF. IV. ADI 521/MT, Rel. Min. Paulo Brossard. *Alternativa A.*

2337. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** No art. 196 da Constituição Federal está estabelecido que a "saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". A referida norma é:

(A) programática, mas, não obstante essa característica, se algum paciente carente com patologia

crônica com indiscutível risco de morte necessitar de remédio de alto custo não fornecido pelo SUS – Sistema Único de Saúde –, será possível mover ação judicial para sua obtenção e, se houver recurso, em última instância a pretensão será acolhida.

(B) de eficácia contida, portanto, lei ordinária federal poderá restringir os casos em que o Sistema Único de Saúde fornecerá assistência farmacêutica e médico-hospitalar.

(C) de eficácia complementável, portanto, deverá ser colmatada pelo legislador infraconstitucional, sob pena de não produzir qualquer efeito jurídico.

(D) de eficácia plena, portanto, se algum paciente carente com patologia crônica com indiscutível risco de morte necessitar de remédio de alto custo não fornecido pelo SUS – Sistema Único de Saúde –, será possível mover ação judicial para sua obtenção e, se houver recurso, em última instância a pretensão será acolhida.

(E) de eficácia plena, portanto, se algum paciente carente com patologia crônica com indiscutível risco de morte necessitar de remédio de alto custo não fornecido pelo SUS – Sistema Único de Saúde –, será possível mover ação judicial para sua obtenção, mas, no entanto, se houver recurso, em última instância a pretensão não será acolhida.

RESPOSTA Normas de conteúdo programático visam impor aos Poderes uma missão a ser cumprida, normalmente ligada à realização de fins sociais. *Alternativa A.*

2338. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** A maioria da doutrina constitucionalista admite a especificidade da interpretação constitucional e lista alguns princípios a serem observados nessa tarefa. Quando o intérprete se depara com duas normas constitucionais aparentemente contraditórias e incidentes sobre a mesma situação fática, o princípio aplicável é o da:

(A) interpretação conforme a Constituição.

(B) unidade da Constituição.

(C) presunção da constitucionalidade das leis e atos do poder público.

(D) máxima efetividade.

(E) força normativa da Constituição.

RESPOSTA Unidade da constituição – As normas deverão ser vistas como preceitos integrados em um sistema unitário de regras e princípios. *Alternativa B.*

2339. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Analise as proposições a seguir:

I. As Constituições que se originam de uma Assembleia Geral Constituinte eleita pelo povo são chamadas de constituições outorgadas.

II. As Constituições costumeiras têm como característica fundamental o surgimento informal, originando-se da sociedade.

III. A Constituição histórica é aquela resultante da gradativa sedimentação jurídica de um povo, por meio de suas tradições.

IV. A Constituição Brasileira de 1988 é exemplo clássico de Constituição sintética.

(A) as proposições I e II estão corretas.

(B) as proposições II e III estão corretas.

(C) as proposições III e IV estão corretas.

(D) nenhuma proposição está correta.

(E) todas as proposições estão corretas.

RESPOSTA I. Promulgada é aquela Constituição fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo, para, em nome dele, atuar. II. Costumeira seria aquela constituição que, ao contrário da escrita não traz as regras em

um único texto solene e codificado. É formada por "textos" esparsos, reconhecidos pela sociedade como fundamentais, e baseia-se nos usos, costumes, jurisprudência, convenções. III. A CF/88 é um exemplo de constituição analítica. Sintéticas seriam aquelas enxutas, veiculadoras apenas dos princípios fundamentais e estruturais do Estado. Analíticas, por outro lado, são aquelas que abordam todos os assuntos que os representantes do povo entenderem fundamentais. *Alternativa B.*

2340. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** A respeito da classificação das constituições e dos elementos que são revelados pela estrutura normativa da Constituição (teoria da categoria dos elementos constitucionais), de acordo com a doutrina, assinale qual das alternativas abaixo contém uma afirmação FALSA:

(A) Elementos orgânicos são as normas que regulam a estrutura e organização do Estado e do Poder.
(B) Elementos de estabilização constitucional são os que se acham consubstanciados nas normas que estabelecem regras de aplicação das constituições, como o preâmbulo e as disposições constitucionais transitórias.
(C) Elementos limitativos correspondem às normas que consubstanciam o elenco dos direitos democráticos e dos direitos fundamentais do homem e respectivas garantias constitucionais.
(D) As constituições podem ser classificadas como materiais ou formais (quanto ao conteúdo), escritas ou não escritas (quanto à forma) e dogmáticas ou históricas (quanto ao modo de elaboração), dentre outras classificações mencionadas na doutrina.
(E) Elementos sócio-ideológicos consubstanciam-se nas normas que revelam o caráter de compromisso das constituições modernas entre o Estado individualista e o Estado Social intervencionista, como as normas que, na Constituição da República de 1988, regulam a ordem econômica e social.

RESPOSTA (A) Elementos orgânicos: normas que regulam a estrutura do Estado e do Poder. (B) Elementos de estabilização constitucional: consubstanciados nas normas constitucionais destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, a defesa da Constituição do Estado e das instituições democráticas. (C) Elementos limitativos: manifestam-se nas normas que compõem o elenco dos direitos e garantias fundamentais, limitando a atuação dos poderes estatais. (D) Critérios classificatórios: quanto à origem, forma, extensão, conteúdo, modo de elaboração, alterabilidade, sistemática, dogmática, correspondência com a realidade, sistema. (E) Elementos socioideológicos: revelam o compromisso da Constituição entre o Estado individualista e o Estado social, intervencionista. *Alternativa B.*

2341. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Analise as proposições abaixo:

I. Normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas destituídas de qualquer eficácia jurídica e social enquanto não sobrevier legislação integrativa infraconstitucional que lhes dê aplicabilidade.
II. Normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que têm aplicabilidade plena, produzindo efeitos imediatos desde a entrada em vigor da Constituição, podendo, contudo, ter o seu alcance reduzido por atuação do legislador infraconstitucional.
III. Poderá ser impetrado mandado de injunção para sanar omissão de norma constitucional de eficácia limitada.
IV. Normas constitucionais de princípio institutivo ou organizativo são aquelas através das quais o constituinte traça princípios para serem cumpridos pelos órgãos legislativos, executivos, jurisdicionais e administrativos, como programas das respectivas atividades, objetivando a realização dos fins sociais do Estado.

Considerando as proposições acima como Verdadeira (V) ou Falsa (F), assinale a alternativa que exprime a sequência CORRETA:

(A) F, V, V,F.
(B) V, F, F, V.

(C) F, V, V, V.
(D) V, F, V, V.
(E) F, F, F, V.

RESPOSTA I. Normas de eficácia limitada são aquelas que apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, somente agindo após normatividade ulterior que lhes desenvolva aplicabilidade. Essa categoria pode ser dividida em duas: normas de princípio institutivo e normas de princípio programático. II. Normas de eficácia contida (restringível ou redutível) são aquelas que têm aplicabilidade imediata, integral, plena, mas podem ter reduzido seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional. III. Art. 5º, LXXI, CF. IV. Normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo são aquelas que dependem de lei para os fins de organizar ou estruturar órgãos ou instituições previstas na Constituição. *Alternativa C.*

2342. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Sobre os princípios utilizados na interpretação das normas constitucionais, é CORRETO afirmar que:

(A) O princípio da interpretação conforme a Constituição estabelece que o intérprete deve realizar a combinação dos bens constitucionais em conflito ou em concorrência, de forma a evitar o sacrifício de uns em relação aos outros.
(B) O princípio da concordância prática ou da harmonização estabelece que a interpretação de normas infraconstitucionais passíveis de diversas interpretações, deve ser feita em harmonia com a Carta Magna em meio a outras interpretações que o preceito admitir.
(C) O princípio da unidade da Constituição significa que o intérprete deve dar prioridade aos pontos de vista que levem a soluções pluralisticamente integradoras.
(D) O princípio da força normativa da Constituição estabelece que o intérprete deve atribuir às normas constitucionais o sentido que lhes dê a mais ampla efetividade social.
(E) No Brasil são inexistentes normas constitucionais originárias inconstitucionais por aplicação do princípio da unidade da Constituição.

RESPOSTA (A) P. interpretação conforme – diante de normas que possuem mais de uma interpretação, deve-se preferir a exegese que mais se aproxime da Constituição. (B) P. concordância prática ou harmonização – bens jurídicos constitucionalizados deverão coexistir de forma harmônica na hipótese de eventual conflito. O fundamento da ideia de concordância decorre da inexistência de hierarquia entre princípios. (C) P. unidade da constituição – as normas deverão ser vistas como preceitos integrados em um sistema unitário de regras e princípios. (D) P. força normativa – ao solucionar conflitos, devem conferir a máxima efetividade às normas constitucionais. (E) ADI 815, Rel. Min. Moreira Alves. ADPF 33/MC, voto do Rel. Min. Gilmar Mendes. *Alternativa E.*

2343. **(Advogado – DER – 2010 – FUNCAB)** A Constituição Federal de 1988 pode ser classificada como:

(A) promulgada, escrita, analítica, formal e rígida.
(B) promulgada, instrumental, sintética, material, histórica e rígida.
(C) outorgada, escrita, analítica, formal e rígida.
(D) pactuada, instrumental, formal, analítica e semirrígida.
(E) pactuada, consuetudinária, prolixa, formal e rígida.

RESPOSTA A CF/88 pode ser classificada como promulgada, quanto à origem; escrita, quanto à forma; analítica, quanto à extensão; formal, quanto ao conteúdo; rígida, quanto à estabilidade. *Alternativa A.*

2344. **(Advogado – DER – 2010 – FUNCAB)** Na clássica classificação de José Afonso da Silva, a norma constitucional de eficácia contida pode ser definida como aquela que:

(A) não produz efeitos enquanto não for complementada por outra norma de mesmo nível constitucional, oriunda do poder constituinte originário.

(B) tem condições de produzir todos os seus efeitos quando da promulgação de uma nova Constituição, mas a norma infraconstitucional poderá reduzir a sua abrangência.
(C) pode ter seu âmbito de abrangência contido por decisão do Supremo Tribunal Federal, em controle concentrado, ao lhe ser dada interpretação conforme o restante da Constituição Federal.
(D) não é aplicável ou não pode produzir efeitos enquanto norma infraconstitucional integrativa não entrar em vigor.
(E) declara princípios institutivos que contêm esquemas gerais de estruturação de instituições, órgãos ou entidades.

RESPOSTA As normas constitucionais de eficácia contida são as que têm aplicabilidade imediata, integral, plena, mas podem ter reduzido seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional. *Alternativa B.*

2345. **(Advogado – CORREIOS-SP – 2008 – ESPP)** O Poder Constituinte Originário tem por características ser:
(A) ilimitado, transitório, inicial e incondicionado.
(B) condicionado, secundário, limitado e permanente.
(C) autônomo, ilimitado, incondicionado e secundário.
(D) inicial, incondicionado, ilimitado e permanente.

RESPOSTA Poder Constituinte Originário (de primeiro grau): é aquele que estabelece a Constituição de um Estado, organizando-o e criando os poderes destinados a reger os interesses da comunidade. São características do Poder Constituinte Originário: inicial, incondicionado, ilimitado, permanente e autônomo. *Alternativa D.*

2346. **(Promotor – MP-SP – 2011)** O livre-exercício de qualquer trabalho, o direito de greve no serviço público e a inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos no processo são, respectivamente, normas constitucionais de eficácia
(A) plena, limitada e contida.
(B) limitada, contida e plena.
(C) plena, contida e limitada.
(D) contida, limitada e plena.
(E) contida, plena e limitada.

RESPOSTA **Normas de eficácia contida** (restringível ou redutível) são aquelas que têm aplicabilidade imediata, integral, plena, mas podem ter reduzido seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional. **Normas de eficácia limitada** são aquelas que apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, somente agindo após normatividade ulterior que lhes desenvolva aplicabilidade. Essa categoria pode ser dividida em duas: normas de princípio institutivo e normas de princípio programático. **Normas de eficácia plena** são aquelas de aplicabilidade imediata, direta e integral, não dependendo de legislação ulterior para a sua inteira operatividade. *Alternativa D.*

2347. **(Advogado – EPE – 2010 – CESGRANRIO)** Dentre os princípios de interpretação constitucional, tanto a doutrina como a jurisprudência reconhecem o princípio da unidade da Constituição. Esse princípio tem relevância na medida em que
(A) atribui à Constituição o caráter de Norma Fundamental do ordenamento jurídico.
(B) impõe ao intérprete o dever de harmonização das tensões e contradições existentes, *in abstrato*, entre as normas de uma Constituição.
(C) estabelece uma hierarquia normativa entre os dispositivos da Constituição, favorecendo a declaração de inconstitucionalidade de uma norma constitucional originária.
(D) recomenda que os aplicadores da Constituição, em face de normas infraconstitucionais de

múltiplos significados, escolham o sentido que as torne constitucionais e não aquele que resulte na sua declaração de inconstitucionalidade.

(E) torna possível a declaração de inconstitucionalidade de uma emenda constitucional.

RESPOSTA Sobre o princípio da unidade da constituição Pedro Lenza (*Direito constitucional esquematizado*, p. 148) afirma o seguinte: Conforme anota Canotilho, "como 'ponto de orientação', 'guia de discussão' e factor hermenêutico de decisão', o princípio da unidade obriga o intérprete a considerar a Constituição na sua Globalidade e a procurar harmonizar os espaços de tensão (...) existentes entre as normas constitucionais a concretizar (ex.: princípio do Estado de Direito e princípio democrático, princípio unitário e princípio da autonomia regional e local)". *Alternativa B.*

2348. **(Advogado – CORENGO – 2010 – UFG)** Com o advento da nova Constituição as normas infraconstitucionais vigentes perdem suporte de validade da Constituição anterior, somente mantendo-se válidas em razão da teoria

(A) da repristinação.

(B) da recepção.

(C) da desconstitucionalização.

(D) da reordenação.

RESPOSTA Pela recepção, diz-se que a norma foi recepcionada pela nova Constituição, ou seja, que foi acolhida e incorporada à nova ordem constitucional porque compatível formal e materialmente com os termos da nova Constituição. *Alternativa B.*

2349. **(Advogado – CESP – 2009 – VUNESP)** Princípio de interpretação constitucional que desenvolve um raciocínio eminentemente crítico e global da constituição, para dela extrair a verdadeira finalidade de suas normas. Prioriza a integração política e social do Estado, reforçando, assim, sua unidade política. O texto se refere à interpretação constitucional pelo princípio da

(A) conformidade ou justeza constitucional.

(B) eficácia integradora ou do efeito integrador.

(C) concordância prática ou harmonização.

(D) razoabilidade ou proporcionalidade.

(E) ponderação de valores ou interesses.

RESPOSTA Sobre o princípio do efeito integrador, Pedro Lenza afirma o seguinte: "Muitas vezes associados ao princípio da unidade, conforme anota Canotilho, 'na resolução dos problemas jurídico-constitucionais deve dar-se primazia aos critérios ou pontos de vista que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política. Como tópico argumentativo, o princípio do efeito integrador não assenta numa concepção integracionista de Estado e da sociedade (conducente a reducionismos, autoritarismos, fundamentalismos e transpersonalismos políticos), antes arranca a conflitualidade constitucionalmente racionalizada para conduzir a soluções pluristicamente integradoras'" (*Direito constitucional esquematizado*, p. 148). *Alternativa B.*

2350. **(Advogado – ALEGO – 2006 – UEG)** A Constituição de 1988 inicia estabelecendo que se trata da "Constituição da República Federativa do Brasil". Assim fazendo, enuncia, respectivamente,

(A) a forma de governo e o sistema de governo.

(B) o sistema de governo e a forma de Estado.

(C) a forma de Estado e a forma de governo.

(D) a forma de governo e a forma de Estado.

RESPOSTA Forma de governo – república; forma de estado – federação; sistema de governo – presidencialista. *Alternativa D.*

2351. **(Advogado – IRB – 2006 – ESAF)** Sobre princípios constitucionais, princípios constitucionais do trabalho, hermenêutica constitucional, classificação das normas constitucionais e tipos de constituição, assinale a única opção correta.

(A) Segundo a doutrina, os princípios político-constitucionais são materializados sob a forma de normas-princípio, as quais, frequentemente, são desdobramentos dos denominados princípios fundamentais.

(B) Por ser um direito fundamental do trabalhador, o princípio da irredutibilidade salarial não admite exceções.

(C) Segundo a doutrina, na interpretação restritiva de uma norma constitucional, o intérprete deve restringir o domínio normativo atingido pela efetividade da norma para adequá-lo ao programa normativo.

(D) Uma norma constitucional classificada quanto à sua aplicabilidade como uma norma constitucional de eficácia contida não possui como característica a aplicabilidade imediata.

(E) Uma constituição é classificada como popular, quanto à origem, quando se origina de um órgão constituinte composto de representantes do povo.

RESPOSTA De acordo com o critério da origem, as Constituições poderão ser outorgadas, promulgadas ou, ainda, por alguns consideradas (mas pouco cobradas nos concursos) as cesaristas (ou bonapartistas) e as pactuadas (ou dualistas). Promulgada, também chamada de democrática, votada ou popular, é aquela Constituição fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo, para, em nome dele, atuar, nascendo, portanto, da deliberação da representação legítima popular. *Alternativa E.*

2352. **(Advogado – CEAGESP – 2010 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta a respeito do poder constituinte.

(A) O poder constituinte reformador não está sujeito a limites de forma ou de conteúdo.

(B) As cláusulas de imutabilidade são vedações materiais ao exercício do poder constituinte originário.

(C) O STF já decidiu ser cabível mandado de segurança, impetrado por parlamentar, contra proposta de emenda constitucional, que desrespeite cláusula pétrea.

(D) A emenda constitucional que desconsidera o princípio da imunidade tributária recíproca entre os entes da Federação não ofende as cláusulas pétreas da Constituição.

(E) O poder constituinte decorrente manifesta-se, no direito brasileiro, pela possibilidade de aprovação de emendas constitucionais pelo voto de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional e em dois turnos de votação em cada uma delas.

RESPOSTA (A) Limites enfrentados pelo poder de reforma da Constituição no art. 60, CF: circunstanciais, formais, materiais. (B) O Poder Constituinte Originário é inicial, autônomo, ilimitado juridicamente, incondicionado, soberano na tomada de suas decisões, um poder de fato e político, permanente. (C) MS 20.257/DF, Rel. Min. Moreira Alves. (D) Art. 60, § 4º, I, CF. (E) Trata-se do Poder Constituinte Reformador; art. 60, § 2º, CF. *Alternativa C.*

2353. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Analisadas, em caráter simultâneo, as Constituições da República Federativa do Brasil, de 1988, e a dos Estados Unidos da América, de 1787, é possível enquadrar as referidas normas fundamentais, respectivamente e nesta ordem, nas seguintes classificações:

(A) escrita e não escrita.

(B) sintética e analítica.

(C) outorgada e promulgada.

(D) rígida e sintética.

(E) histórica e dogmática.

RESPOSTA Rígidas são aquelas Constituições que exigem, para a sua alteração, um processo legislativo mais árduo, mais solene, mais dificultoso do que o processo de alteração das normas não constitucionais. A rigidez constitucional da CF/88 está prevista no art. 60. Sintéticas seriam aquelas enxutas, veiculadoras apenas dos princípios fundamentais e estruturais do Estado. Não descem a minúcias, motivo pelo qual são mais duradouras, na medida em que os seus princípios estruturais são interpretados e adequados aos novos anseios pela atividade da Suprema Corte. *Alternativa D.*

2354. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Diz-se que a Constituição brasileira de 1988 é rígida porque:

(A) não admite a ocorrência do fenômeno da mutação constitucional.

(B) classifica como inafiançáveis os crimes de racismo e tortura, entre outros.

(C) prevê, para sua reforma, a adoção de procedimento mais complexo, em tese, do que o adotado para a modificação das leis.

(D) estabelece penalidades severas para os crimes de responsabilidade.

(E) foi promulgada por Assembleia Nacional Constituinte convocada na forma de Emenda à Constituição anterior.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 60, CF. *Alternativa C.*

2355. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Com base na teoria geral do Poder Constituinte, podemos entender como poder institucionalizado

(A) todo poder imposto a um grupo de indivíduos sem que se possa distinguir efetivamente quem o exerce.

(B) todo poder individualizado que motiva os distintos regimes políticos.

(C) todo poder que consiste em uma operação jurídica que nasce de determinado fato ou fenômeno social.

(D) todo poder que emana do povo e em seu nome deve ser exercido.

RESPOSTA O Estado, como Poder Institucionalizado, tem seu Estatuto fundamental na Constituição. O Estado, como poder institucionalizado, resultando, conforme a teoria de Georges Burdeau (*Traité de Science Politique*, 7 vols.), de uma operação jurídica que ele denomina de Institucionalização do Poder, por meio da qual o Poder deixa de ser individualizado e de repousar na pessoa do governante, passando a ser exercido em nome de uma entidade abstrata, o Estado, cujo ordenamento fundamental é estabelecido na Constituição. A Constituição é, assim, o Estatuto do Poder. *Alternativa C.*

2356. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** A hermenêutica, como condição indispensável a que o ato de interpretação constitucional se revele em toda a sua extensão e complexidade, tem por base, respectivamente, os seguintes princípios:

(A) anterioridade, concordância prática, impessoalidade, legalidade e normatividade.

(B) proporcionalidade, razoabilidade, publicidade, eficiência e impessoalidade.

(C) supremacia da Constituição, efetividade, moralidade, legalidade e legitimidade do intérprete.

(D) unidade da Constituição, efeito integrador, máxima efetividade, conformidade funcional, concordância prática e força normativa.

RESPOSTA Princípios de interpretação constitucional: unidade da Constituição, efeito integrador, máxima efetividade, conformidade funcional, concordância prática, força normativa, conforme a constituição e proporcionalidade. *Alternativa D.*

2357. **(Procurador – AGU – PFN – 2007 – ESAF)** Levando-se em conta temas relacionados

a “Poder Constituinte”, “Reforma Constitucional”, “Cláusulas Pétreas” e “Processo Legislativo” assinale a única das opções abaixo que contém formulações, disposições, proposições ou afirmações totalmente corretas.

(A) **(1)** A emenda à Constituição, uma vez aprovada, é promulgada pela Mesa do Congresso Nacional; **(2)** “poder constituinte derivado” não significa o mesmo que “poder constituinte decorrente”; **(3)** o art. 60, § 4º, da C. F. é o dispositivo constitucional que contém a chamada “cláusula pétrea”; **(4)** quando se trata do poder de reforma de qualquer texto constitucional tem-se em consideração uma constituição rígida; **(5)** está-se diante do poder constituinte originário quando as normas constitucionais que este elabora e aprova não precisam retirar seu fundamento de validade de um poder ou estatuto jurídico que lhe seja anterior e superior, como ocorre no processo de produção e de aprovação de normas infraconstitucionais.

(B) **(1)** As limitações materiais ao poder de reforma são aquelas que estão, exclusiva e exaustivamente, elencadas no art. 60, § 4º, da C. F., que é o dispositivo que contém a “cláusula pétrea” ou de imutabilidade; **(2)** A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros; **(3)** A Constituição de 1988 pode ser classificada como, parcialmente, rígida e, parcialmente, flexível; **(4)** direitos previstos em tratados internacionais, desde que aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros são equivalentes a emendas constitucionais; **(5)** o direito adquirido é oponível à Constituição.

(C) **(1)** “Poder constituinte derivado” não significa o mesmo que “poder constituinte decorrente”; **(2)** “cláusula pétrea” significa um limite que a Constituição estabelece ao poder constituinte de reforma; **(3)** uma proposta de emenda à Constituição que objetive extinguir o direito de voto dos analfabetos não será objeto de deliberação, porque tenderá a abolir a cláusula pétrea que protege o direito ao voto direto, secreto, universal e periódico; **(4)** a proposta (de emenda à Constituição) será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros; **(5)** não há direito adquirido contra a Constituição.

(D) **(1)** Em princípio, o poder constituinte de reforma não pode criar “cláusulas pétreas”; somente o poder constituinte originário pode fazê-lo; **(2)** é inadmissível deliberação de proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa do Estado brasileiro; **(3)** os direitos e garantias individuais são imunes ao processo de mutabilidade constitucional; **(4)** é admissível haver direito adquirido contra a Constituição; **(5)** a matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(E) **(1)** Chama-se “poder constituinte derivado” ou “poder constituinte decorrente” a prerrogativa de membros do Congresso Nacional de alterar a Constituição Federal, mediante a modalidade do processo legislativo brasileiro denominada emenda à Constituição; **(2)** a Constituição Federal brasileira se enquadra, totalmente, no tipo de classificação dito “constituição rígida”; **(3)** os princípios que o constituinte originário denominou de fundamentais, previstos no Título I da C. F., podem ser considerados “cláusulas pétreas implícitas”; **(4)** não há direito adquirido oponível à Constituição; **(5)** além das emendas à Constituição, as leis complementares, as leis ordinárias, as leis delegadas e as medidas provisórias são as modalidades normativas que integram, exclusivamente, o elenco previsto no processo legislativo brasileiro, conforme o disposto no art. 59 da C. F.

RESPOSTA (1) **Poder Constituinte Derivado** – como o próprio nome sugere, o Poder Constituinte Derivado é criado e instituído pelo originário. Assim, ao contrário de seu “criador”, que é, do ponto de vista jurídico, ilimitado, incondicionado e inicial, o derivado deve obedecer às regras colocadas e impostas pelo originário, sendo, nesse sentido, limitado e condicionado aos parâmetros a ele impostos. **Poder Constituinte Decorrente** – sua missão é estruturar a Constituição dos Estados-membros. Tal competência decorre da capacidade de auto-organização estabelecida pelo Poder Constituinte Originário. (2) Art. 60, CF. (3) Art. 60, § 4º, II, CF. (4) Art. 60, § 2º, CF. (5) RE 157.538/RJ, Rel. Min. Moreira Alves. *Alternativa C.*

2358. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** No que se refere à interpretação constitucional, o processo informal de alteração da Constituição que possibilita modificar o sentido de norma constitucional originária, sem alterar o seu texto, é:

(A) interpretação constitucional elástica;
(B) interpretação constitucional flexível;
(C) interpretação conforme a Constituição;
(D) mutação constitucional;
(E) método da desconstitucionalização das normas constitucionais.

RESPOSTA Buscando a sua origem na doutrina alemã, Uadi Lammêgo Bulos denomina mutação constitucional “... o processo informal de mudança da Constituição, por meio do qual são atribuídos novos sentidos, conteúdos até então não ressaltados à letra da Constituição, que através da interpretação, em suas diversas modalidades e métodos, quer por intermédio da construção (*construction*), bem como dos usos e dos costumes constitucionais”. *Alternativa D.*

2359. **(Procurador – MPF – 2012)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) Para o neoconstitucionalismo, todas as disposições constitucionais são normas jurídicas, e a Constituição, além de estar em posição formalmente superior sobre o restante da ordem jurídica, determina a compreensão e interpretação de lodos os ramos do Direito.
(B) A visão substancialista da Constituição conduz, no controle de constitucionalidade, a uma postura mais deferente acerca das decisões dos Poderes Públicos.
(C) Para os procedimentalistas, a jurisdição constitucional tem o papel exclusivo de assegurar os pressupostos necessários ao bom funcionamento da democracia.
(D) A Constituição brasileira de 1988 enquadra-se na categoria das constituições dirigentes, porque, além de estabelecer a estrutura básica do Estado e de garantir direitos fundamentais, impõe ao Estado diretrizes e objetivos principalmente tendentes a promover a justiça social, a igualdade substantiva e a liberdade real.

RESPOSTA (A) Um dos traços fundamentais do constitucionalismo atual é a normatividade das disposições constitucionais, sua superioridade hierárquica e centralidade no sistema e, do ponto de vista material, a incorporação de valores e opções políticas, dentre as quais se destacam, em primeiro plano, aquelas relacionadas com os direitos fundamentais. (B) Procedimentalista e não substancialista. (C) Procedimentalistas concordam, por razões diversas, que os direitos fundamentais formam um consenso mínimo oponível a qualquer grupo político, seja porque constituem elementos valorativos essenciais, seja porque descrevem exigências indispensáveis para o funcionamento adequado de um procedimento de deliberação democrática. (D) Constituição dirigente ou compromissória é aquela que traça os objetivos a serem perseguidos pelo Estado. *Alternativa B.*

2360. **(Procurador – MPF – 2011)** Assinale a resposta correta:

(A) O procedimentalismo sustenta a legitimidade democrática da jurisdição constitucional, diante da constatação da incapacidade das instâncias representativas de pautarem a sua atuação pela axiologia constitucional.
(B) O positivismo jurídico nega o caráter constitutivo da interpretação do Direito.
(C) No neoconstitucionalismo preconiza-se a abertura da hermenêutica constitucional aos influxos da moralidade crítica.

(D) No paradigma pós-positivista, os princípios gerais de direito são meios de integração do ordenamento, voltados ao suprimento de lacunas, ao lado da analogia e dos costumes.

RESPOSTA Neoconstitucionalismo – dentre suas principais características, podem ser mencionadas: a) positivação e concretização de um catálogo de direitos fundamentais; b) onipresença dos princípios e das regras; c) inovações hermenêuticas; d) densificação da força normativa do Estado; e) desenvolvimento da justiça distributiva. *Alternativa C.*

2361. **(Procurador – MPF – 2011)** É correto afirmar que:

(A) A ponderação de interesses é técnica que busca equacionar as colisões entre princípios constitucionais através da demarcação dos respectivos âmbitos de proteção, de modo a evitar que normas divergentes incidam concomitantemente sobre a mesma hipótese fática.

(B) O Poder Judiciário deve interpretar os tratados internacionais de direitos humanos à luz da Constituição Federal, mas não o contrário, pois se assim não fosse, subverter-se-ia a hierarquia das fontes normativas e o princípio da supremacia da Constituição.

(C) A mutação constitucional consiste na alteração da jurisprudência do STF sobre algum tema de índole constitucional, sem que haja mudança formal no Texto Magno.

(D) São intérpretes da Constituição não apenas os órgãos do Poder Judiciário, como também os demais poderes políticos, além dos múltiplos atores presentes na sociedade civil, que, em seus debates travados na esfera pública, participam da tarefa de atribuição de sentido às normas constitucionais.

RESPOSTA (A) Segundo Barroso, a técnica da ponderação refere-se às concepções indeterminadas de “balanceamento e sopesamento de interesses, bens, valores ou normas”. (B) Art. 5º, § 3º, CF. (C) Mutação constitucional é o processo informal de mudança da Constituição, por meio do qual são atribuídos novos sentidos, conteúdos até então não ressaltados, à letra da Constituição. (D) Pedro Lenza nos diz que Harberle propõe a ideia de que a interpretação não possa ficar restrita aos órgãos estatais, mas que deve ser aberta para todos os que “vivem” a norma (a constituição), sendo, assim, esses destinatários legítimos intérpretes em um interessante processo de revisão da metodologia jurídica tradicional de interpretação. *Alternativa D.*

2362. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Analise a seguinte passagem de ementa de julgamento prolatado pelo Supremo Tribunal Federal, cotejada com as afirmações que se seguem:

“A eficácia das regras jurídicas produzidas pelo poder constituinte (redundantemente chamado de ‘originário’) não está sujeita a nenhuma limitação normativa, seja de ordem material, seja formal, porque provém do exercício de um poder de fato ou suprapositivo”. ADIMC 2356/DF. Rel. p/ ac. Min. Ayres Britto, julgamento em 25/11/2010.

I. A teoria clássica do poder constituinte (originário) absoluto, incondicionado e ilimitado foi desenvolvida nos Estados Unidos durante a “Revolução de Independência”

II. O poder constituinte (originário) material se expressa em movimentos de ruptura simbólica ou violenta em face dos poderes constituídos

III. As manifestações do poder constituinte (originário) no curso do século XX mostraram-se inteiramente de acordo com a passagem acima transcrita

IV. As heteroconstituições ou as constituições “dadas” são exemplos de manifestações constituintes (originárias) limitadas

Marque a opção correta:

(A) Os itens I, III e IV são verdadeiros

(B) Apenas III e IV são corretos

(C) Apenas II e IV estão certos

(D) Apenas IV é verdadeiro

(E) Os itens I e II são verdadeiros

RESPOSTA I. A teoria clássica do Poder Constituinte, inaugurada por Sieyès, surgiu na Revolução Francesa. II. Historicamente, o Poder Constituinte Originário representa a irrupção de fato anormal no funcionamento das instituições estatais. III. CF/88 – decretada e promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, deu forma ao regime político vigente. Manteve o governo presidencial, bem como a independência e harmonia dos poderes constituídos. IV. Heteroconstituição – ou uma Constituição que passe da comunidade pré-estatal para o Estado – tem por título, desde o instante da aquisição da soberania, já não a autoridade que a elaborou, mas, sim, a soberania do novo Estado. *Alternativa C.*

2363. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) Norma constitucional de proibição é sempre uma ordem autoaplicável, que independe da prática de ato administrativo subsequente para exigibilidade, a menos que haja remissão expressa ao legislador.

(B) Os princípios entendidos como mandado de otimização recebem a crítica de parte da doutrina por confundir a linguagem jurídica com a linguagem moral.

(C) As normas constitucionais organizatórias instituem órgãos, competências e procedimentos, normalmente, apresentando conteúdo de eficácia programática.

(D) As normas do ADCT possuem a mesma hierarquia das normas do texto permanente da Constituição.

(E) As normas constitucionais originárias possuem validade autorreferente não se submetendo ao controle de constitucionalidade.

RESPOSTA Normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo são aquelas que dependem de lei para os fins de organizar ou estruturar órgãos ou instituições previstas na Constituição. Exemplo: art. 33, CF. *Alternativa C.*

2364. **(Promotor – MP-SP – 2011)** É correto afirmar que a repristinação corresponde à

(A) restauração da vigência de lei já revogada em razão de a lei revogadora haver perdido a vigência, fenômeno que ocorre em nosso sistema jurídico, salvo expressa previsão legal, nos termos do previsto pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. A decisão de inconstitucionalidade, em sede de controle concentrado, por outro lado, ao declarar inconstitucional lei revogadora, como regra, restaura a vigência da legislação previamente existente.

(B) preservação das leis e atos normativos inferiores e anteriores à nova Constituição, fenômeno que ocorre em nosso sistema jurídico, independentemente de previsão legal, decorrendo do regime constitucional vigente. A decisão de inconstitucionalidade, em sede de controle concentrado, nesse caso, presta-se a afastar a vigência da legislação existente previamente à nova Constituição.

(C) restauração da vigência de lei já revogada em razão de a lei revogadora haver perdido a vigência, fenômeno que somente ocorre em nosso sistema jurídico mediante expressa previsão legal, nos termos do previsto pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Da mesma forma, a decisão de inconstitucionalidade, em sede de controle concentrado ao declarar inconstitucional lei revogadora, não restaura a vigência da legislação previamente existente.

(D) preservação das leis e atos normativos inferiores e anteriores à nova Constituição, fenômeno que ocorre em nosso sistema jurídico, independentemente de previsão legal, decorrendo do regime constitucional vigente. A decisão de inconstitucionalidade, em sede de controle concentrado, no caso dessas normas, somente é possível mediante arguição de descumprimento de preceito fundamental.

(E) restauração da vigência de lei já revogada em razão de a lei revogadora haver perdido a vigência, fenômeno que somente ocorre em nosso sistema jurídico mediante expressa previsão legal, nos

termos do previsto pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. A decisão de inconstitucionalidade, em sede de controle concentrado, por outro lado, ao declarar inconstitucional lei revogadora, como regra, restaura a vigência da legislação previamente existente.

RESPOSTA **Repristinação** é a restauração da vigência de uma lei anteriormente revogada em virtude de revogação da lei revogadora. Art. 2º, § 3º, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. **Efeito repristinatório** – ADI 3.148, Rel. Min. Celso de Mello. *Alternativa E.*

2365. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Assinale a alternativa correta:

(A) A aplicabilidade imediata das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais tem conteúdo extensivo, não se vinculando apenas às normas dos artigos 5º ao 17 do texto constitucional, ampliando-se, com base na concepção materialmente aberta dos direitos fundamentais, para fora do catálogo dos dispositivos constitucionais.

(B) A maximização da eficácia dos direitos fundamentais prestacionais legitima os órgãos estatais à concretização destes, não se prestando os limites da reserva do possível, bem como da colisão com outros direitos fundamentais como óbices à graduação da aplicação destes direitos.

(C) A existência de limites materiais expressamente previstos na Constituição como “cláusulas pétreas” ou “garantias de eternidade” impedem o reconhecimento de limites materiais implícitos ou limites materiais imanentes à reforma constitucional, não se podendo falar em ação erosiva do Poder Constituinte Reformador.

(D) A relevância econômica dos objetos dos direitos sociais prestacionais faz com que a discussão, previsão e aplicação de recursos públicos, atribuições estas originárias do órgãos políticos, não legitime o Poder Judiciário, diante da inércia ou deficiência de atuação dos legitimados ordinários, à concretização dos direitos, sob pena de desrespeito à separação dos Poderes.

RESPOSTA (A) Ex.: arts. 196 e 205, CF. (B) A reserva do possível, bem como a colisão com outros direitos fundamentais, pode representar óbices à graduação da aplicação destes direitos. (C) Art. 60, CF. (D) O erro está no não legitime. É uma das características do que se tem chamado de judicialização de políticas públicas. *Alternativa A.*

II. Princípios Fundamentais

2366. **(Auditor – TCM-PA – 2008 – FGV)** A Constituição da República, em seu art. 1º, determina que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, tem como fundamento(s):

(A) os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa.

(B) a garantia do desenvolvimento nacional.

(C) a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

(D) a prevalência dos direitos humanos.

(E) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo ou qualquer outra forma de discriminação.

RESPOSTA (A) CF, art. 1º, IV. (B) CF, art. 3º, II. (C) CF, art. 3º, III. (D) CF, art. 4º, II. (E) CF, art. 3º, IV. *Alternativa A.*

2367. **(Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV)** Assinale a afirmativa incorreta.

(A) São características do princípio republicano: eleições periódicas para Chefe de Estado e Chefe de Governo, cidadania, soberania, diversas esferas de distribuição de poder, observância dos direitos fundamentais implícitos e explícitos, observância dos princípios sensitivos.

(B) O princípio da indissolubilidade do vínculo federativo no Estado Federal Brasileiro tem como

finalidades básicas a unidade nacional e a necessidade descentralizadora.

(C) O princípio republicano impede que prevaleça a prerrogativa de foro, perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, mesmo que a prática delituosa tenha ocorrido durante o período de atividade funcional, se sobrevier à cessação da investidura do indiciado, denunciado ou réu, no cargo, função ou mandato, cuja titularidade se qualifica como o único fator de legitimidade constitucional apto a fazer instaurar a competência penal originária do STF.

(D) Como corolário do princípio federativo, a União, os Estados-Membros, o Distrito Federal e os Municípios, no Brasil, são autônomos e possuidores da tríplice capacidade de auto-organização e normatização própria, autogoverno e autoadministração.

(E) A garantia constitucional de imunidade recíproca entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios é corolária do princípio federativo.

RESPOSTA Não existe um conceito formal de "república", cuja ideia nasceu em franca oposição à ideia de monarquia. Consequentemente, não há como listar um rol de características do regime republicano, pois cada país possui suas particularidades. Todavia, na questão, salta aos olhos um erro: a observância de "princípios constitucionais sensitivos" (na verdade, sensíveis, nos termos do art. 34, VII, CF/88) é corolário do princípio federativo, pois a infringência de qualquer deles pelas unidades federativas gera a intervenção federal. *Alternativa A.*

2368. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos o que se encontra na única formulação correta, entre as opções abaixo.

(A) A independência nacional; a soberania; a sociedade livre, organizada e solidária; a dignidade da pessoa humana e a liberdade individual.

(B) A cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e econômicos da livre-iniciativa; o pluralismo político.

(C) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e a livre-concorrência; o pluralismo político e a defesa da paz.

(D) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa; o pluralismo político.

(E) A cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores econômicos e sociais do trabalho, da livre-iniciativa e da livre-concorrência; o pluralismo político.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 1º, I, II, III, IV, V, CF. *Alternativa D.*

2369. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Sobre os princípios fundamentais da Constituição de 1988, é correto afirmar que

(A) a República Federativa do Brasil é formada pela união dissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

(B) são entes da Federação, dentre outros, as Regiões Metropolitanas.

(C) a União é pessoa jurídica de direito público externo.

(D) constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre outros, os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa.

(E) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio de repúdio ao terrorismo e ao racismo.

RESPOSTA (A) Art. 1º, CF. (B) Art. 26, § 3º, CF. (C) Art. 18, *caput*, CF. (D) Art. 1º, IV, CF. (E) Art. 4º, VIII, CF. *Alternativa E.*

2370. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as afirmativas a seguir.

I. A repristinação é o fenômeno jurídico que ocorre quando uma norma revogadora de outra anterior, que, por sua vez, tivesse revogado uma mais antiga, recoloca esta última novamente em estado de produção de efeitos.

II. O fenômeno repristinatório existe no ordenamento jurídico brasileiro sem que haja necessidade de qualquer ressalva normativa, já que ele pode ser presumido constitucionalmente.

III. A declaração final de inconstitucionalidade, quando proferida em sede de fiscalidade normativa abstrata, não importa no efeito repristinatório de normas revogadas pelo diploma normativo julgado inconstitucional.

IV. Em virtude do exercício da competência legislativa plena dos Estados, a União não poderá suspender a eficácia de lei estadual no que lhe for contrário.

Está correto apenas o contido em

(A) I.

(B) II e IV.

(C) III e IV.

(D) I, III e IV.

RESPOSTA I. Conceito correto de repristinação. II. Art. 2º, § 3º, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. III. Art. 11, § 2º, Lei n. 9.868/99; e REsp 517.789/AL, Rel. Min. João Otávio de Noronha. IV. Art. 24, § 4º, CF. *Alternativa A.*

2371. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** O princípio constitucional sensível deve, em termos normativos:

(A) Estar enumerado, expressamente, no texto constitucional.

(B) Ser inserido, de forma implícita, na Constituição.

(C) Jamais ensejar intervenção federal ou estadual.

(D) Provocar silêncio dos poderes instituídos.

(E) Provocar silêncio da opinião pública.

RESPOSTA Estão previstos no art. 34, VII, CF, de forma expressa e taxativa. *Alternativa A.*

2372. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil situam-se, entre outros, os seguintes:

(A) Construir uma sociedade livre e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; promover os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa.

(B) Construir uma sociedade livre e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; a prevalência dos direitos humanos.

(C) Garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; a dignidade da pessoa humana.

(D) Construir uma sociedade livre e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

(E) A defesa da paz; garantir o desenvolvimento nacional; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 3º, I, II, III e IV, CF. *Alternativa D.*

2373. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Nas suas relações internacionais, a República Federativa do

Brasil rege-se, entre outros, pelos seguintes princípios:

(A) prevalência dos direitos humanos; coercitividade das decisões das Cortes Internacionais de Justiça; repúdio ao racismo e defesa da paz;
(B) concessão de asilo político; repúdio ao racismo; solução pacífica dos conflitos e intervenção motivada;
(C) autodeterminação dos povos; solução negociada dos conflitos; concessão de asilo político e intervenção motivada;
(D) igualdade entre os Estados; independência nacional; prevalência dos direitos humanos e vinculação coercitiva às decisões das Cortes Internacionais de Justiça;
(E) nenhuma das respostas está correta.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 4º, CF. *Alternativa E.*

2374. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** De acordo com a Constituição da República de 1988, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Assinale o item que NÃO corresponde a um princípio consagrado expressamente na Constituição quanto à ordem econômica:

(A) Função social da propriedade.
(B) Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
(C) Livre-associativismo e cooperativismo.
(D) Redução das desigualdades regionais e sociais.
(E) Busca do pleno emprego.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 170, I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, CF. *Alternativa C.*

2375. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** No que tange aos princípios constitucionais e à interpretação constitucional, marque a opção CORRETA à luz da doutrina constitucional contemporânea:

(A) Os princípios constitucionais têm função informadora e interpretativa, não detendo força normativa, de modo que não servem para reger situações em concreto ou investir indivíduos em posições jurídicas favoráveis, em especial quando se tratar de princípios de maior abstração e menor densificação normativa, como a dignidade da pessoa humana.
(B) De acordo com o princípio da efetividade, as normas constitucionais têm sempre eficácia jurídica, são imperativas e sua inobservância espontânea enseja aplicação coativa. A uma norma constitucional, ainda à luz do referido princípio, deve ser atribuído o sentido que maior eficácia lhe dê.
(C) A classificação das normas constitucionais em auto-executáveis e não autoexecutáveis revela-se compatível com a atual doutrina constitucionalista, eis que há normas que, na ausência de regulamentação, não poderão ser dotadas de efetividade ou eficácia, nem mesmo a eficácia de caráter meramente negativo (ou seja, obstativa da produção legislativa contrária à norma constitucional).
(D) A colisão entre princípios constitucionais acarreta a solução pela hierarquia das normas, prevalecendo aquele hierarquicamente superior em detrimento do inferior, eis que não é viável, no caso concreto, a incidência simultânea de dimensões de dois princípios conflitantes.
(E) A consagração expressa do princípio da razoabilidade na Constituição da República de 1988 contribuiu para a sua melhor aceitação pela doutrina e pela jurisprudência.

RESPOSTA (A) Por sua função normativa, os princípios atuam nas lacunas e omissões da lei. (B) Princípio da máxima efetividade: também chamado de princípio da eficiência ou da interpretação efetiva, o princípio da máxima efetividade das normas constitucionais deve ser entendido no sentido de a norma constitucional ter a mais ampla efetividade social. (C) Atualmente a classificação de José Afonso da Silva é a mais utilizada (normas de eficácia plena, contida ou limitada). (D) Não há prevalência de princípios. (E) Não tem previsão constitucional. *Alternativa B.*

2376. **(Advogado – CEB – 2010 – UNIVERSA)** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Os fundamentos dela não incluem

(A) a soberania.
(B) a defesa da paz.
(C) a dignidade da pessoa humana.
(D) os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa.
(E) o pluralismo político.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 1º, CF. *Alternativa B.*

2377. **(Advogado – CEB – 2010 – UNIVERSA)** Não se constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

(A) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
(B) garantir o desenvolvimento nacional.
(C) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
(D) garantir a independência nacional.
(E) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 3º, CF. *Alternativa D.*

2378. **(Procurador – MPF – 2011)** É incorreto afirmar que:

(A) A igualdade de gênero justifica medidas protetivas da mulher, bem como políticas de ação afirmativa em seu favor, mas não aquelas que se baseiem na cristalização jurídica de estereótipos culturalmente enraizados.
(B) A igualdade substantiva envolve não apenas o imperativo constitucional de adoção de políticas públicas que visem à redução das desigualdades socioeconômicas, como também a exigência de implementação de medidas que objetivem promover o reconhecimento e respeito das identidades étnicas, culturais e sexuais de membros de grupos estigmatizados pela cultura hegemônica.
(C) As liberdades existenciais e econômicas são protegidas com a mesma intensidade pela nossa ordem constitucional, já que esta estrutura um sistema econômico capitalista, fundado na livre-iniciativa.
(D) O principio da solidariedade pode ser invocado para limitar excessos na tendência individualista e egocêntrica que a gramática dos direitos subjetivos pode instaurar.

RESPOSTA Para Eros Roberto Grau, "o declínio do Estado Liberal impõe a renovação do futuro do capitalismo e, para tanto, atribui a função de agente ao Estado, que passa a assumir a condução do processo econômico". Art. 1º, II, III, IV, c/c art. 5º, *caput*, CF. *Alternativa C.*

2379. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Examine os tópicos seguintes:

I. o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o

desenvolvimento, a igualdade e a justiça;

II. a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa; o pluralismo político;

III. construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

IV. independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político.

No regime constitucional brasileiro, os itens elencados são, respectivamente,

(A) objetivos do Estado Democrático, do preâmbulo da Constituição Federal; objetivos fundamentais da república; fundamentos da República Federativa do Brasil; princípios das relações internacionais.

(B) fundamentos da República Federativa do Brasil; objetivos fundamentais da república; agenda político-partidária estranha à Constituição; princípios das relações internacionais.

(C) objetivos fundamentais da república; princípios das relações internacionais; objetivos do Estado Democrático, do preâmbulo da Constituição Federal; fundamentos da República Federativa do Brasil.

(D) objetivos do Estado Democrático, do preâmbulo da Constituição Federal; fundamentos da República Federativa do Brasil; objetivos fundamentais da república; princípios das relações internacionais.

(E) agenda político-partidária estranha à Constituição; princípios das relações internacionais; objetivos fundamentais da república; fundamentos da República Federativa do Brasil.

RESPOSTA Aplicação direta do preâmbulo e arts. 1º, 3º e 4º, CF. *Alternativa D.*

2380. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** De acordo com a Constituição Federal, é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

(A) a defesa da paz.

(B) conceder asilo político.

(C) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

(D) solucionar de forma pacífica os conflitos.

(E) a soberania.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 3º, I, II, III, IV, CF. *Alternativa C.*

2381. **(Promotor – MP-SC – 2011)** QUESTÃO:

I. Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil estão a soberania, a cidadania e os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa.

II. Entre os objetivos da República estão a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a livre manifestação do pensamento.

III. São gratuitos, segundo a Constituição Federal, o registro de nascimento civil, a certidão de óbito e a certidão de casamento para os reconhecidamente pobres.

IV. A soberania popular será exercida mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

V. Entre as condições de elegibilidade está a idade mínima para ser eleito e, no caso de Governador de Estado, é de trinta anos de idade e no de Vereador, é de dezoito anos de idade.

(A) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(C) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.

(D) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA I. Art. 1º, CF. II. Art. 3º, CF. III. Art. 5º, LXXVI, *a*, *b*, CF. IV. Art. 14, I, II, III, CF. V. Art. 14, § 3º, VI, *a*, *b*, *c*, *d*, CF. *Alternativa A.*

III. Direitos e Garantias Fundamentais

2382. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Considerando o direito fundamental de privacidade assegurado no art. 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

(A) A quebra de sigilo de movimentações financeiras do indivíduo pode ser decretada por ordem judicial, por deliberação das comissões parlamentares de inquérito e pelo Ministério Público, nas investigações de sua competência.

(B) A interceptação das comunicações telefônicas pode ser decretada por ordem judicial em processo de natureza penal, civil ou administrativa, na forma da lei.

(C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador. É vedado o ingresso durante a noite, salvo no cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão, na forma da lei.

(D) A Constituição só permite a interceptação das comunicações telefônicas nos casos de investigação de crimes de terrorismo, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e crimes contra a administração pública, por ordem judicial, na forma de lei complementar.

(E) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

RESPOSTA Apesar de trazer várias assertivas que alternam conhecimento da literalidade, da doutrina e da jurisprudência, (como no caso da assertiva A) a assertiva correta é a transcrição literal do art. 5º, XI, CF/88. *Alternativa E.*

2383. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** A respeito do catálogo de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir:

I. A todos é assegurado o direito de reunião, para fins pacíficos, em locais abertos ao público, independentemente de autorização e de aviso prévio à autoridade competente.

II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação de autoridade judicial ou de Presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito.

III. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

IV. A apreciação pelo Poder Judiciário de lesão ou ameaça a direito será assegurada na forma e observados os limites previstos em lei complementar.

Assinale:

(A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(C) se apenas a afirmativa I estiver correta.
(D) se apenas a afirmativa III estiver correta.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 5º, XVI. II. CF, art. 58, § 3º, e STF, MS 23.446. III. CF, art. 5º, XXXIII. IV. CF, art. 5º, XXXV. *Alternativa D.*

2384. **(Analista – SENADO – 2008 – FGV)** Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, analise as afirmativas a seguir.

I. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
II. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
III. São imprescritíveis os crimes de racismo, ação de grupos armados contra o Estado, tortura e terrorismo.
IV. Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime hediondo praticado após a naturalização.

Assinale:

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 5º, *caput.* II. CF, art. 5º, XXXIV, *a* e *b.* III. CF, art. 5º, XLII e XLIV. IV. CF, art. 5º, LI. *Alternativa A.*

2385. **(Auditor – TCM-PA – 2008 – FGV)** A Constituição da República, em seu art. 5º, dispõe acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos. Entre esses direitos, firma o texto constitucional o princípio do acesso ao Poder Judiciário, segundo o qual não se pode excluir da apreciação judicial qualquer lesão ou ameaça de direito. Acerca desse princípio, é correto afirmar que:

(A) pode ser condicionado ao prévio esgotamento da instância administrativa.
(B) assegura o direito de pleitear prestação jurisdicional sempre que algum direito for lesado ou ameaçado.
(C) pode ser limitado por lei.
(D) pode estar condicionado à impetração de recurso, com efeito suspensivo, na via administrativa.
(E) está condicionado, no próprio texto constitucional, ao pagamento de taxas judiciárias.

RESPOSTA Com o advento da CF/88 (art. 5º, XXXVV), especialmente do inciso XXXV do art. 5º, houve a instituição do princípio da inafastabilidade de jurisdição. Portanto, está proscrita a obrigatoriedade de **esgotamento da instância administrativa** para que se possa acessar o Judiciário. De outra maneira: está afastada a necessidade da chamada “jurisdição condicionada” ou da “jurisdição de curso forçado”. *Alternativa B.*

2386. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Com relação ao tema *Direitos e Garantias*

Fundamentais, analise as afirmativas a seguir.

I. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

II. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

III. Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 5º, VIII. II. CF, art. 5º, XXV. III. CF, art. 5º, LI. *Alternativa E.*

2387. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente aos *Direitos e Garantias Fundamentais*, assinale a afirmativa incorreta.

(A) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

(B) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

(C) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

(D) É livre a criação de associações e a de cooperativas, na forma da lei, sujeitas à prévia autorização estatal; sendo, porém, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

(E) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

RESPOSTA (A) CF, art. 5º, XV. (B) CF, art. 5º, XIV. (C) CF, art. 5º, IX. (D) CF, art. 5º, XVIII. (E) CF, art. 5º, XIX. *Alternativa D.*

2388. **(Auditor – SEFAZ-AP – 2010 – FGV)** Assinale a alternativa que reproduz uma garantia constitucional que pertence ao rol de *direitos e garantias individuais* constante do art. 5º da Constituição.

(A) “É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho”.

(B) “Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição”.

(C) “O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos”.

(D) “É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os preceitos previstos no art. 17, da Constituição”.

(E) “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

RESPOSTA (A) CF, art. 8º, VI. (B) CF, art. 12, § 1º. (C) CF, art. 14, § 1º, I. (D) CF, art. 17. (E) CF, art. 5º, X. *Alternativa E.*

2389. **(Fiscal – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** Em relação aos *direitos* e *garantias fundamentais* da Constituição Federal, assinale a afirmativa incorreta.

(A) Os direitos e garantias fundamentais visam, entre outros, a proteger o direito à vida, o direito à segurança, os direitos sociais, mas não o direito à propriedade.
(B) A Constituição Federal admite a pena de morte em circunstâncias excepcionais.
(C) O Brasil se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI).
(D) Os brasileiros naturalizados não têm a mesma proteção conferida aos brasileiros natos.
(E) Atribui-se à lei a regulamentação do direito à greve.

RESPOSTA (A) CF, art. 5º, *caput* e XXII. (B) CF, art. 5º, XLVII, *a*. (C) CF, art. 5º, § 4º. (D) CF, art. 5º, LI. (E) CF, art. 9º, § 1º. *Alternativa A.*

2390. **(Fiscal – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** Em relação aos *direitos* e *garantias fundamentais* expressos na Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal constituem um rol taxativo.
II. Todos os tratados e convenções internacionais de direitos humanos internalizados após a EC-45/2004 serão equivalentes às emendas constitucionais.
III. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa II estiver correta.
(B) se somente a afirmativa III estiver correta.
(C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 5º, § 2º. II. CF, art. 5º, § 2º, e *Informativo* 531 do STF. III. CF, art. 5º, § 1º. *Alternativa B.*

2391. **(Fiscal – SEFAZ-RJ – 2008 – FGV)** Conceder-se-á *habeas data*:

(A) para assegurar a integridade moral do cidadão.
(B) quando o responsável pela ilegalidade for autoridade pública.
(C) para proteger o direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus*.
(D) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
(E) quando o responsável pela ilegalidade for agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições de Poder Público.

RESPOSTA A questão apresenta algumas alternativas que, com algum esforço, poderiam ser consideradas igualmente corretas, especialmente quanto à legitimidade passiva da ação. Mesmo assim, é inegável que o examinador buscou a **literalidade** do art. 5º, LXXII, *b*, CF/88. O *habeas data* é regulado pela Lei n. 9.507, de 12 de novembro de 1997. *Alternativa D.*

2392. **(Inspetor – PC-RJ – 2008 – FGV)** A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a afirmativa correta.

(A) A Constituição Federal/88 assegura o direito à vida; admitindo, no entanto, a pena de morte em caso de guerra declarada pelo Presidente da República, devidamente autorizado pelo Senado Federal.

(B) Somente o cidadão tem legitimidade para a propositura da ação popular, podendo o autor ficar sujeito ao pagamento das custas judiciais.

(C) Nos casos de desapropriação em que o bem de produção urbano não cumpre a sua função social, a indenização poderá ser em dinheiro ou em títulos da dívida pública.

(D) A pena de banimento, vedada pela Constituição Federal/88, impede a expulsão do estrangeiro, mesmo que seu procedimento o torne nocivo à convivência e ao interesse nacional.

(E) As associações só poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

RESPOSTA CF, art. 5º, XLVII. (B) CF, art. 5º, LXXIII. (C) CF, art. 5º, XXIV c/c art. 184, § 4º, III. (D) CF, art. 5º, XLVII, *d* e art. 22, XV. (E) CF, art. 5º, XIX. *Alternativa B.*

2393. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** A respeito da ação constitucional de mandado de segurança, assinale a alternativa que não expressa a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal.

(A) Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.

(B) É constitucional lei que fixa prazo de decadência para impetração de mandado de segurança.

(C) Não cabe mandado de segurança enquanto não for apreciado pedido de reconsideração do ato feito em via administrativa.

(D) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.

(E) A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

RESPOSTA Súmula 625, STF. (B) Súmula 632, STF. (C) Súmula 630, STF. (D) Súmula 629, STF. (E) Súmula 630, STF. *Alternativa C*.

2394. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** Constituição da República Federativa do Brasil apresenta um extenso catálogo de direitos e garantias fundamentais, tanto individuais como coletivos, sendo que tais normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, por expressa previsão constitucional.

O texto constitucional também é claro ao prever que direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Por ocasião da promulgação da Emenda Constitucional de n. 45, em 2004, a Constituição passou a contar com um § 3º, em seu artigo 5º, que apresenta a seguinte redação: "*Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais*".

Logo após a promulgação da Constituição, em 1988, o Brasil ratificou diversos tratados internacionais de direitos humanos, dentre os quais se destaca a Convenção Americana de Direitos Humanos, também chamada de Pacto de San José da Costa Rica (tratado que foi internalizado no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n. 678/1992), sendo certo que sua aprovação não observou o *quorum* qualificado atualmente previsto pelo art. 5º, § 3º, da Constituição (mesmo porque tal previsão legal sequer existia).

Tendo como objeto a Convenção Americana de Direitos Humanos, segundo a recente orientação do

Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta sobre o *Status* Jurídico de suas disposições.

(A) *Status* de Lei Ordinária.

(B) *Status* de Lei Complementar.

(C) *Status* de Lei Delegada.

(D) *Status* de Norma Supralegal.

(E) *Status* de Norma Constitucional.

RESPOSTA Até o momento, inclina-se o STF, no HC 90.172-7-SP, a reconhecer o *status* **SUPRALEGAL** dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos. *Alternativa D.*

2395. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** A respeito do instituto da extradição, é correto afirmar que.

(A) o princípio da isonomia, assegurado no *caput* do art. 5º da Constituição Federal de 1988, veda que se dê tratamento distinto a brasileiros e estrangeiros residentes no país, em matéria de extradição.

(B) o reconhecimento da situação de refugiado pelo Poder Executivo não impede a extradição, se o estrangeiro estiver sendo acusado de crime comum que não tenha qualquer pertinência com os fatos considerados para a concessão do refúgio.

(C) não se admite a extradição de estrangeiro casado com brasileira ou que tenha filhos brasileiros.

(D) só é admissível a extradição de brasileiro naturalizado na hipótese de estar sendo acusado de crime praticado anteriormente à naturalização.

(E) a extradição de brasileiro nato só é possível em caso de envolvimento comprovado com a prática de terrorismo.

RESPOSTA (A) CF, art. 5º, *caput*. (B) Art. 33, Lei n. 9.474/97. (C) Súmula 421, STF. (D) CF, art. 5º, LI. (E) CF. Art. 5º, LI. *Alternativa B.*

2396. **(Juiz – TJ-PA – 2007 – FGV)** No que tange à Tutela Constitucional dos Direitos e das Liberdades, é correto afirmar que:

(A) não há a necessidade da negativa da via administrativa para justificar o ajuizamento do *habeas data*, pois o interesse de agir está sempre presente, por tratar-se de uma ação constitucional, de caráter civil, que tem por objeto a proteção do direito líquido e certo do impetrante em conhecer todas as informações e registros à sua pessoa e constantes de repartições públicas ou particulares acessíveis ao público, para eventual retificação de seus dados pessoais.

(B) cabe *habeas corpus* contra qualquer decisão condenatória, seja condenação a pena de multa ou a pena privativa de liberdade. Cabe, ainda, contra decisão relativa a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada, dada a relevância desse instituto.

(C) o pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.

(D) controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.

(E) a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor de associados depende da autorização destes.

RESPOSTA (A) STF, RHD 22/DF. (B) Súmula 693, STF. (C) Súmula 630, STF. (D) Súmula 625, STF. (E) Súmula 629, STF. *Alternativa D.*

2397. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** A respeito do catálogo de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa Correta.

(A) A Constituição assegura o direito de permanecer calado apenas ao preso, quando interrogado por autoridade policial.
(B) As provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis apenas nos processos criminais, podendo ser utilizadas sem restrições nos processos judiciais cíveis e administrativos.
(C) Por força do princípio da presunção da inocência, a prisão do réu decretada por juiz anteriormente à condenação transitada em julgado terá sempre natureza cautelar.
(D) É possível a criação de tribunal de exceção para julgar crimes de terrorismo, na forma da lei.
(E) O contraditório e a ampla defesa não são assegurados em procedimentos administrativos disciplinares se o servidor permanecer revel.

RESPOSTA (A) STF, HC 79.812-8. (B) CF, art. 5º, LVI. (C) Por força do princípio da presunção da inocência, a prisão do réu decretada por juiz anteriormente à condenação transitada em julgado terá sempre natureza cautelar. STF, HC 71.169. (D) CF, art. 5º, XXXVII. (E) CF, art. 5º, LV. *Alternativa C.*

2398. **(Advogado – CREMESP – 2011 – VUNESP)** O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado
(A) por qualquer associação ou sindicato, desde que legalmente registrado e constituído e que detenha expressa autorização dos seus membros ou associados.
(B) por qualquer partido político.
(C) por organização sindical, desde que de âmbito nacional, legalmente constituída há pelo menos um ano, em defesa dos trabalhadores de sua categoria, filiados ou não.
(D) por entidade de classe em funcionamento há pelo menos dois anos.
(E) por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, LXX, *a* e *b*, CF. *Alternativa E.*

2399. **(Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO)** De acordo com a jurisprudência sedimentada dos Tribunais Superiores, o *habeas data* é uma ação constitucional
(A) de caráter criminal.
(B) de conteúdo e rito ordinário, com ampla dilação probatória.
(C) cujo manejo é vedado à mera retificação de dados pessoais.
(D) que exige prova do prévio requerimento administrativo das informações pretendidas, evidenciando a negativa ou a omissão da Administração em atendê-lo.
(E) que pode ser manejada para postular informações pessoais de terceiros, ainda vivos, constantes de registros ou bancos de dados de entidades públicas.

RESPOSTA Segundo o STF, a prova do anterior indeferimento do pedido de informação de dados pessoais, ou da omissão em atendê-lo, constitui requisito indispensável para que se concretize o interesse de agir no *habeas data*. Sem que se configure situação prévia de pretensão resistida, há carência da ação constitucional do *habeas data*. (RHD 22, Rel. p/ o ac. Min. Celso de Mello, julgamento em 19-9-1991, Plenário, *DJ* de 1º-9-1995). No mesmo sentido: HD 87-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 25-11-2009, Plenário, *DJE* de 5-2-2010. *Alternativa D.*

2400. **(Advogado – DIOES – 2010 – IBAPRJ)** Acerca da Ação Popular, Mandado de Injunção, Mandado de Segurança, e *Habeas Corpus*, é correto afirmar que:
(A) O Mandado de Injunção pode ser utilizado para suprir omissão em Tratados Internacionais.
(B) O Mandado de Segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político, desde que constituído há pelo menos um ano, em defesa de seus membros ou associados.

(C) Não é cabível o *Habeas Corpus* quando pendente julgamento de recurso de apelação que veicule a mesma questão.

(D) Os atos de conteúdo jurisdicional, por não se revestirem de caráter administrativo, estão excluídos do âmbito de incidência da Ação Popular, por se sujeitarem a um sistema específico de contestação.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LXXI, CF. (B) Art. 5º, LXX, CF. (C) "É cabível *habeas corpus* mesmo quando pendente julgamento de recurso de apelação que veicule a mesma questão" (HC 77.858/AM, Rel. Min. Maurício Corrêa, *DJ* 12-2-1999). (D) "AJUIZAMENTO DE AÇÃO POPULAR CONTRA ATO DE CONTEÚDO JURISDICIONAL. INADMISSIBILIDADE. AÇÃO POPULAR DE QUE NÃO SE CONHECE. Os atos de conteúdo jurisdicional – precisamente por não se revestirem de caráter administrativo – estão excluídos do âmbito de incidência da ação popular, porque se acham sujeitos a um sistema específico de contestação, quer por via recursal, quer mediante utilização de ação rescisória (AO 672/DF, Rel. Min. Celso de Mello – *Informativo* 180 do STF). *Alternativa D.*

2401. **(Advogado – CASAL – 2010 – FUNDEPES)** No que concerne ao Mandado de Segurança Coletivo, assinale a opção incorreta.

(A) O mandado de segurança coletivo se presta à proteção de direitos coletivos e de direitos individuais homogêneos.

(B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

(C) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.

(D) O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

(E) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária.

RESPOSTA (A) Art. 21, parágrafo único, Lei n. 12.016/2009. (B) Art. 21, *caput*, Lei n. 12.016/2009. (C) Art. 22, Lei n. 12.016/2009. (D) Art. 22, § 1º, Lei n. 12.016/2009. (E) Art. 21, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa D.*

2402. **(Advogado – DETRAN-AC – 2009 – CESGRANRIO)** Considere as afirmativas abaixo, relativas a mandado de segurança.

I. A controvérsia sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança, pois não haveria direito líquido e certo a ser assegurado.

II. O mandado de segurança pode ser repressivo (em caso de ilegalidade ou abuso de poder cometido pela autoridade coatora) ou preventivo (apenas em caso de ilegalidade cometida pela autoridade coatora).

III. O prazo decadencial de 120 dias para se impetrar mandado de segurança não impede que, ultrapassado este prazo, o direito (subjetivo) seja amparado por qualquer outro meio ordinário de tutela jurisdicional.

Está(ão) correta(s) APENAS a(s) afirmativa(s)

(A) III.

(B) II e III.

(C) II.
(D) I e II.
(E) I.

RESPOSTA I. Súmula 625, STF. II. O MS preventivo tem por objeto uma ameaça ao direito líquido e certo do impetrante. III. Art. 23, Lei n. 12.016/2009 e STJ, REsp 652.046. *Alternativa A.*

2403. (Advogado – JUCEES – 2009 – COSEAC) Se, em mandado de segurança, o autor requer prazo para produção de provas, o magistrado:

(A) determinará a produção das provas requeridas;
(B) julgará inepta a petição inicial, por erro de procedimento do autor;
(C) encaminhará o pedido do autor para avaliação pelo Ministério Público;
(D) marcará, imediatamente, data para audiência de instrução e julgamento;
(E) julgará inepta a petição inicial por ilegitimidade ativa *ad causam*.

RESPOSTA "Mandado de Segurança. 2. Sindicato. 3. Alegado deferimento de pedido de registro sem a observância do princípio da unidade sindical e da Instrução Normativa n. 9/90, do Ministério do Trabalho. 4. Caráter controvertido dos fatos. 5. O mandado de segurança não se mostra instrumento hábil para solver questões que necessitam de dilação probatória. 6. Recurso desprovido" (RMS 22.186/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJ* 27-6-2003). *Alternativa B.*

2404. (Advogado – JUCEES – 2009 – COSEAC) Contra ato de autoridade de Junta Comercial:

(A) cabe mandado de segurança, porque o *mandamus* é impetrado contra ato de autoridade federal, aí não incluído o agente de pessoa jurídica no exercício de atribuição do poder público federal;
(B) não cabe mandado de segurança, porque o *mandamus* só pode ser impetrado contra ato de autoridade federal;
(C) cabe mandado de segurança, porque o é impetrado contra instituição federal;
(D) cabe, parcialmente, mandado de segurança, por que o *mandamus* é impetrado contra instituição delegada de competência federal;
(E) cabe mandado de segurança, porque o *mandamus*é impetrado contra ato de autoridade federal, aí incluído o agente de pessoa jurídica no exercício de atribuição do poder público federal.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, LXIX, CF. *Alternativa E.*

2405. (Advogado – USP – 2009 – CODAGE) De acordo com a atual orientação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o mandado de injunção

(A) pode ser utilizado em situações de descumprimento pelo Poder Público de norma constitucional de eficácia plena.
(B) equipara-se, quanto aos seus efeitos, a uma ação direta declaratória de inconstitucionalidade por omissão.
(C) permite que o impetrante obtenha, desde logo, o reconhecimento do direito cuja configuração fora prejudicada pela ausência de legislação integrativa.
(D) serve, inclusive, para tutelar direitos de estatura infraconstitucional, desde que o seu exercício tenha sido inviabilizado pela ausência de normas regulamentadoras.
(E) pode ser utilizado até mesmo para obter a declaração da inconstitucionalidade, em tese, de lei ofensiva de direitos e garantias fundamentais.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, LXXI, CF. *Alternativa C.*

2406. **(Advogado – IPTSP – 2011 – VUNESP)** Analise as seguintes assertivas:

I. ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal absolutória;

II. a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio definitivo para sua utilização, bem como proteção às inovações tecnológicas, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos;

III. são gratuitas as ações de *habeas corpus* e o mandado de segurança e os atos necessários ao exercício da cidadania;

IV. nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Está correto somente o que se afirma em

(A) I.
(B) II e III.
(C) III.
(D) IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA I. Art. 5º, V, CF. II. Art. 5º, XXIX, CF. III. Art. 5º, LXXVII, CF. IV. Art. 5º, XLV, CF. *Alternativa D.*

2407. **(Advogado – CREMESP – 2011 – VUNESP)** Conforme expressamente dispõe a Constituição Federal, a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando

(A) a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
(B) tratar-se de direitos políticos indisponíveis.
(C) o processo judicial tratar de direitos difusos e coletivos.
(D) a defesa do Estado e a intimidade da sociedade o exigirem.
(E) envolver interesses públicos do Estado e da sociedade.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, LX, CF. *Alternativa A.*

2408. **(Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO)** O direito de petição assegurado na Constituição Federal

(A) exige a edição de lei ordinária para ser aplicado.
(B) é garantido aos nacionais e, também, aos estrangeiros.
(C) demanda o endereçamento da petição ao órgão competente para tomada de providências.
(D) pode estar vinculado ao pagamento de taxas, para custear a atividade necessária ao seu atendimento.
(E) tem aplicação restrita aos órgãos do Poder Executivo, em todas as suas instâncias e esferas federativas.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, XXXIV, *a,* CF. *Alternativa B.*

2409. **(Advogado – CEAGESP – 2010 – VUNESP)** Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.

(A) É livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
(B) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, devendo a lei, no entanto, regulamentar e limitar o exercício dos cultos religiosos e as suas liturgias.

(C) Ninguém será punido por prática de crença religiosa, filosófica ou política, salvo se as praticar em decorrência de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa.

(D) É garantida a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que obtida a devida licença, na forma da lei.

(E) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

RESPOSTA (A) Art. 5º, IV, CF. (B) Art. 5º, VI, CF. (C) Art. 5º, VIII, CF. (D) Art. 5º, IX, CF. (E) Art. 5º, X, CF. *Alternativa E.*

2410. (Advogado – ADASA – 2009 – UNIVERSA) Acerca dos direitos e das garantias fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) Todo brasileiro pode usar a ação popular.

(B) A concessão de *habeas corpus* somente ocorrerá quando alguém sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

(C) O sigilo de correspondência é um direito fundamental absolutamente inviolável.

(D) Uma lei estrangeira pode vir a regular, no Brasil, a sucessão de bens aqui localizados.

(E) O mandado de segurança coletivo somente pode ser interposto por associação civil constituída há pelo menos um ano, na defesa de interesses de seus membros.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LXXIII, CF. (B) Art. 5º, LXVIII, CF. (C) Art. 5º, XII, CF. (D) Art. 5º, XXXI, CF. (E) Art. 5º, LXX, *b*, CF. *Alternativa D.*

2411. (Advogado – SESCPB – 2009 – IFEP-PB) A Constituição Federal garante o direito ao contraditório, bem como dá ampla defesa, através dos meios e recursos inerentes a estes direitos. São garantias aos litigantes nos processos:

(A) Judiciais e administrativos.

(B) Judiciais Cíveis e criminais.

(C) Todos de natureza criminal.

(D) Judiciais e administrativos que tenham por objeto apuração de responsabilidade de servidor.

(E) Judiciais Criminais e administrativos.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, LV, CF. *Alternativa A.*

2412. (Advogado – IRB – 2006 – ESAF) Sobre direitos e garantias fundamentais, direitos e deveres individuais, difusos e coletivos e garantias constitucionais, assinale a única opção correta.

(A) A liberdade de manifestação do pensamento, nos termos em que foi definida no texto constitucional, só sofre restrições em razão de eventual colisão com o direito à intimidade, vida privada, honra e imagem.

(B) São imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia os crimes definidos como hediondos, na forma da lei.

(C) Por ser direito personalíssimo, os indivíduos só têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular.

(D) Nos termos do texto constitucional, a todos são assegurados, como direito individual, os meios que garantam a celeridade da tramitação do processo judicial e administrativo.

(E) Com relação aos efeitos do mandado de injunção, o Supremo Tribunal Federal adota, de forma majoritária em suas decisões, a posição concretista individual intermediária.

RESPOSTA (A) Art. 5º, IV, CF. (B) Art. 5º, XLIII, CF. (C) Art. 5º, XXXIII, CF. (D) Art. 5º, LXXVIII, CF. (E) STF adota a posição

concretista geral MI 670, MI 708 e MI 712. *Alternativa D.*

2413. (Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP) Quando a falta de norma regulamentadora impedir o exercício dos direitos e liberdades constitucionais do cidadão, este poderá ajuizar

(A) o mandado de segurança.

(B) o mandado de injunção.

(C) o *habeas data*.

(D) a ação direta de inconstitucionalidade.

(E) a ação popular.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, LXXI, CF. *Alternativa B.*

2414. (Procurador – MPT – 2006) No que diz respeito às garantias constitucionais, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

(B) conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

(C) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de todos os integrantes da categoria;

(D) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LXVIII, CF. (B) Art. 5º, LXXII, *a*, *b*, CF. (C) Art. 5º, LXX, *a*, *b*, CF. (D) Art. 5º, LXXIII, CF. *Alternativa C.*

2415. (Procurador – MPT – 2009) Dentre as normas relativas a direitos e garantias fundamentais na Constituição da República de 1988, assinale a alternativa CORRETA:

(A) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

(B) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

(C) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações, desde que de seu interesse estritamente particular, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

(D) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LXXIII, CF. (B) Art. 5º, XXVI, CF. (C) Art. 5º, XXXIII, CF. (D) Art. 5º, VIII, CF. *Alternativa B.*

2416. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa incorreta dentre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal:

(A) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

(B) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

(C) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe legalmente constituída há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

(D) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

(E) Conceder-se-á "habeas data" para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XIII, CF. (B) Art. 5º, XX, CF. (C) Art. 5º, LXX, *b*, CF. (D) Art. 5º, LXXIV, CF. (E) Art. 5º, LXXII, *b*, CF. *Alternativa C.*

2417. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, é CORRETO afirmar que:

(A) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

(B) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, exceto se a exigência, ainda que contrária à lei, decorra de previsão constante de contrato privado.

(C) É direito de qualquer cidadão o exercício de qualquer ofício ou profissão, não podendo a lei que a regulamentar, restringir tal exercício.

(D) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, ainda que amparado por "habeas corpus" ou "habeas data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

(E) A Constituição Federal de 1988 não admite, em qualquer hipótese, a pena de morte.

RESPOSTA (A) Art. 5º, X, CF. (B) Art. 5º, II, CF. (C) Art. 5º, XIII, CF. (D) Art. 5º, LXIX, CF. (E) Art. 5º, XLVII, *a*, CF. *Alternativa A.*

2418. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) Os atos processuais poderão correr em segredo de justiça, desde que solicitado pela parte, podendo o juiz, em qualquer hipótese, deferir o pedido.

(B) Norma regulamentadora infraconstitucional poderá remeter à apreciação exclusiva pelo juízo arbitral lesão ou ameaça a determinados direitos.

(C) A liberdade de associação para fins lícitos é admitida amplamente, exceto a de caráter paramilitar.

(D) Decisão judicial, ainda que não transitada em julgado, poderá dissolver as associações.

(E) A atuação judicial de entidades associativas é amplamente assegurada, possuindo legitimidade para representar os seus filiados, ainda que inexistente autorização expressa dos mesmos.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LX, CF. (B) Art. 5º, XXXV, CF. (C) Art. 5º, XVII, CF. (D) Art. 5º, XIX, CF. (E) Art. 5º, XXI, CF. *Alternativa C.*

2419. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** A respeito do controle de constitucionalidade, é CORRETO afirmar que:

(A) Em controle de constitucionalidade concentrado, somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

(B) Declarada inconstitucional uma lei, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, compete privativamente à Mesa do Senado Federal suspender sua execução, no todo ou em parte.

(C) Qualquer norma editada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios pode ser objeto de controle incidental de constitucionalidade.

(D) Entidade de classe de âmbito nacional possui legitimidade ampla para propor ação direta de constitucionalidade em qualquer caso, em razão da esfera de sua atuação.

(E) É admissível a desistência após proposta a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

RESPOSTA (A) Art. 97, CF – controle difuso. (B) Art. 52, X, CF. (C) Arts. 97, e 102, III, *b,* CF. (D) Art. 103, IX, CF, e ADI-AgRg 3.153/DF, Rel. Min. Celso de Mello. (E) Art. 5º, Lei n. 9.868/99. *Alternativa C.*

2420. **(Advogado – TRENSURB – 2010 – BIORIO)** São características dos direitos e garantias fundamentais, EXCETO:

(A) historicidade;

(B) relatividade;

(C) ilimitabilidade;

(D) concorrência;

(E) cumulatividade.

RESPOSTA As principais caraterísticas dos direitos e garantias fundamentais são: historicidade, imprescritibilidade, inviolabilidade, concorrência, complementaridade, universalidade, indivisibilidade, interdependência, inter-relacionariedade, máxima efetividade, limitabilidade, inalienabilidade, irrenunciabilidade, eficácia horizontal, relatividade, cumulatividade. *Alternativa C.*

2421. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Sobre as ações previstas na Constituição Federal para defesa de direitos individuais, coletivos e/ou difusos analise as seguintes afirmações e marque a alternativa CORRETA:

I. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de toda a categoria, independentemente de filiação e/ou associação.

II. Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, bem como para a retificação de dados. Neste último caso, apenas caberá *habeas data* quando a retificação não puder ser feita por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

III. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito liquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, apenas quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.

IV. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. De modo a garantir o amplo acesso à Justiça, o autor é sempre isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo desistência da ação e

comprovada má-fé.

V. Segundo a Constituição Federal são gratuitas as ações de *habeas corpus*, mandado de segurança e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

(A) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.

(B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

(C) Somente as afirmativas II e V estão corretas.

(D) Somente a afirmativa IV está correta.

(E) Todas as afirmativas estão erradas.

RESPOSTA I. Art. 5º, LXX, *a* e *b*, CF. II. Art. 5º, LXXII, *a* e *b*, CF. III. Art. 5º, LXIX, CF. IV. Art. 5º, LXXIII, CF. V. Art. 5º, LXXVII, CF. *Alternativa E.*

2422. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Os direitos fundamentais representam importante capítulo do Direito contemporâneo, com presença crescente nas argumentações jurídicas desenvolvidas pelos juízes e tribunais de nosso país. Sobre a teoria dos direitos fundamentais, assinale a alternativa incorreta:

(A) os direitos fundamentais denominados de primeira geração traduzem postulados de abstenção do Estado, cujo catálogo privilegia aspectos da vida pessoal de cada indivíduo, como a liberdade de culto e de reunião;

(B) os direitos sociais, como o direito a greve, são denominados direitos fundamentais de segunda geração, por sua conexão com a justiça social;

(C) apesar de não haver norma expressa na ordem jurídica brasileira, reconhece-se universalmente a aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais;

(D) as violações a direitos fundamentais não ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, mas igualmente nas relações travadas entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado (fenômeno conhecido como eficácia horizontal dos direitos fundamentais);

(E) diante de um caso concreto, resolve-se a colisão de direitos fundamentais a partir de um juízo de ponderação, harmonizando-se, especialmente pelo princípio da proporcionalidade, os direitos fundamentais em conflito.

RESPOSTA (A) Direitos fundamentais da primeira geração: os direitos humanos da primeira dimensão marcam o respeito às liberdades individuais, em uma verdadeira perspectiva de absenteísmo estatal. Esses direitos dizem respeito aos direitos civis e políticos a traduzir o valor liberdade. (B) Direitos fundamentais da segunda dimensão: evidenciação dos direitos sociais, culturais e econômicos, bem como dos direitos coletivos, ou de coletividade, correspondendo aos direitos de igualdade. (C) Art. 5º, § 1º, CF. (D) Eficácia horizontal dos direitos fundamentais: o judiciário entendeu razoável a aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas: RE 160.222-8 STF. (E) Princípio da proporcionalidade: emana diretamente das ideias de justiça, equidade, bom senso, prudência, moderação, justa medida, proibição de excesso, direito justo e valores afins. *Alternativa C.*

2423. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Considerando os direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, em nenhuma hipótese será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

(B) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

(C) A lei regulará a individualização da pena e adotará apenas as seguintes: privação ou restrição da liberdade; perda de bens; multa; prestação social alternativa; suspensão ou interdição de direitos.

(D) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento, a certidão de casamento e a certidão de óbito.
(E) A lei poderá restringir a publicidade dos atos processuais, entre outras hipóteses, quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XXVI, CF. (B) Art. 5º, XLV, CF. (C) Art. 5º, XLVI, *a*, *b*, *c*, *d* e *e*, CF. (D) Art. 5º, LXXVI, *a* e *b*, CF. (E) Art. 5º, LX, CF. *Alternativa B.*

2424. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** À luz do rol dos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988, assinale a alternativa que corresponde a uma afirmação VERDADEIRA:

(A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, durante o dia em caso de flagrante delito, ou desastre, ou para prestar socorro, ou, em qualquer caso, por determinação judicial.
(B) As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de expressa autorização.
(C) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, ou seja, apenas quando a condenação fizer com que alguém fique preso além do tempo fixado na sentença.
(D) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, organização sindical, entidade de classe ou associação, exigindo-se de todos estes que estejam legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano.
(E) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XI, CF. (B) Art. 5º, XXI, CF. (C) Art. 5º, LXXV, CF. (D) Art. 5º, LXX, CF. (E) Art. 8º, VII, CF. *Alternativa E.*

2425. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** A respeito dos remédios constitucionais, marque a alternativa correta:

(A) Não é cabível o *habeas corpus* sempre que for possível ao interessado utilizar a revisão criminal.
(B) O *habeas data* é instrumento adequado para a proteção do direito de certidão, sempre que o impetrante objetivar que conste na certidão informações relevantes a seu respeito.
(C) A doutrina majoritária sempre criticou duramente a adoção, pelo STF, da teoria concretista-individual, no que tange ao mandado de injunção. Em razão disso, o Pretório Excelso, recentemente, modificou sua jurisprudência, passando a aceitar a teoria não concretista do mandado de injunção.
(D) A ação popular pode ser ajuizada por estrangeiro residente no país, pois os direitos e garantias fundamentais também se aplicam a eles, por força do *caput* do artigo 5º da Constituição Federal.
(E) Conceder-se-á *habeas data* para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LXVIII, CF. (B) Art. 5º, LXXII, *a* e *b*, CF. (C) Posição concretista – MI 712/PA, Rel. Min. Eros Grau e *Informativo* 485 do STF. (D) Art. 5º, LXXIII, CF. (E) Art. 5º, LXXII, *a* e *b*, CF. *Alternativa E.*

2426. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Em relação ao catálogo de direitos e garantias fundamentais, inserido no texto constitucional brasileiro, é CORRETO afirmar:

(A) Em busca da verdade real, são admitidos todos os meios de prova, inclusive as obtidas por meios ilícitos.
(B) Aos presos, em alguns regimes, deve ser assegurada a sua integridade física e moral.
(C) O brasileiro pode ser extraditado, sempre que restar provado o seu envolvimento em tráfico

internacional de entorpecentes.

(D) O Executivo detém a prerrogativa de determinar a privação de bens da pessoa envolvida em casos de corrupção.

(E) O Judiciário detém a prerrogativa de determinar a privação de bens da pessoa envolvida em casos de corrupção.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LVI, CF. (B) Art. 5º, XLVIII, CF. (C) Art. 5º, LI, CF. (D) Art. 5º, LIV, CF. (E) Art. 5º, LIV, CF. *Alternativa E.*

2427. (Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP) Considerando as diversas formas de expressão da liberdade individual garantida pelo texto constitucional, é correto afirmar que

(A) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, exigida apenas a prévia autorização da autoridade competente.

(B) a prática do racismo constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.

(C) não haverá penas, entre outras, de morte, de caráter perpétuo, de interdição de direitos e de banimento.

(D) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a decretação do perdimento de bens poderá ser estendida aos sucessores, até o limite do valor do patrimônio transferido.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XVI, CF. (B) Art. 5º, XLII, CF. (C) Art. 5º, XLVI, *e*, CF. (D) Art. 5º, XLV, CF. *Alternativa D.*

2428. (Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP) Assinale a alternativa que contempla corretamente um direito ou garantia constitucional.

(A) Garantia, na forma da lei, do direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas.

(B) Direito de não ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade judiciária competente, mesmo no caso de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

(C) Garantia, na forma da lei, da gratuidade ao registro civil de nascimento, à certidão de óbito e às ações de *habeas corpus* e *habeas data*, exclusivamente àqueles que forem reconhecidamente pobres.

(D) Garantia ao brasileiro, nato ou naturalizado, de que não será extraditado por crime comum.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XXVIII, *b*, CF. (B) Art. 5º, LXI, CF. (C) Art. 5º, LXXVI, *a* e *b*, CF. (D) Art. 5º, LI, CF. *Alternativa A.*

2429. (Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB) A Constituição Federal prevê remédios constitucionais como instrumento para salvaguardar os direitos e garantias fundamentais assegurados em seu texto. Acerca do tema, assinale a opção correta.

(A) É admitida a dilação probatória em sede de *habeas corpus*, diferentemente do procedimento do mandado de segurança.

(B) Não é admitida, no ordenamento jurídico brasileiro, a concessão de liminar em sede de *habeas corpus*.

(C) O *habeas corpus* pode ser ajuizado por qualquer pessoa em favor de terceiro, não sendo necessária autorização expressa nesse sentido.

(D) O mandado de segurança pode ser sempre utilizado como sucedâneo do *habeas data*.

(E) Os partidos políticos não têm legitimidade para a propositura de mandado de segurança coletivo.

RESPOSTA (A) RHC 108.560/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski. (B) Medida Cautelar no Habeas Corpus 116.556/RJ, Rel. Min. Teori Zavascki. (C) Medida Cautelar no Habeas Corpus 114.815/DF, Rel. Min. Celso de Mello. (D) MS é subsidiário ao HD ou HC art. 5º, LXIX, CF. (E) Art. 5º, LXX, *a*, CF. *Alternativa C.*

2430. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** As leis têm, em regra, efeitos para o futuro. Considerando que as leis penais seguem o princípio de que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, assinale a opção correta.

(A) A exigência de lei criando tipos penais para permitir a aplicação de sanção é garantia constitucional.

(B) É válida a descrição de conduta típica penal por medida provisória.

(C) Lei penal revogada permite apuração de fato ocorrido na sua vigência, mesmo quando a execução completa do fato tenha sido após a revogação.

(D) Lei penal que possa trazer benefício para o acusado não pode ser aplicada quando já julgado o caso.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, II e XXXIX, CF. *Alternativa A.*

2431. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** O remédio constitucional adequado para postular judicialmente a emissão de certidão de antecedentes criminais é:

(A) a ação popular.

(B) o *habeas corpus*.

(C) o mandado de injunção.

(D) o *habeas data*.

(E) o mandado de segurança.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, XXXIV, *a* e LXIX, CF. *Alternativa E.*

2432. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** A garantia constitucional que prevê a existência e o julgamento do *habeas corpus*, é um remédio judicial que pode ser aplicado em situações concretas de:

(A) violação de direito líquido e certo à permanência em sua moradia, em decorrência de ato desapropriatório ilegal.

(B) aplicação indevida de pena restritiva de direitos em processo criminal.

(C) pena pecuniária demasiada aplicada em caráter de confisco.

(D) ato do Ministério da Justiça que não permite a saída de estrangeiro do território nacional.

(E) punição disciplinar de policial militar que importe em sua prisão.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, LXVIII, CF. HC 70.648-7, Rel. Min. Moreira Alves. *Alternativa D.*

2433. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** A garantia da inafastablidade do controle jurisdicional, prevista no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988, traduz para o nosso ordenamento jurídico o direito fundamental ao acesso à justiça. Dentre as alternativas abaixo, assinale qual representa uma hipótese de violação ao referido direito constitucional fundamental.

(A) A ausência de estipulação de um valor-teto para a taxa judiciária, calculada em percentual aplicado sobre o valor da causa ou sobre o valor da condenação.

(B) A extinção de ação popular, firmada exclusivamente pela parte, por ausência de capacidade postulatória.

(C) A exigência do depósito prévio do valor da multa processual, aplicada em razão da interposição de recurso inadmissível ou infundado, como condição para a interposição de qualquer outro recurso.

(D) A instituição de juízo arbitral para a solução de controvérsias privadas, envolvendo direitos patrimoniais disponíveis, de modo a que o mérito do conflito não possa ser posteriormente submetido ao Poder Judiciário.

(E) A exigência da comprovação, pela parte necessitada, da alegada insuficiência de recursos para prover, sem prejuízo próprio ou de sua família, as despesas processuais, como requisito para concessão do benefício da justiça gratuita.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, LXXIV, CF, c/c art. 4º da Lei n. 1.060/50. *Alternativa E.*

2434. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Assinale a alternativa correta.

(A) O *habeas data* destina-se a assegurar o conhecimento de quaisquer informações relativas à pessoa do impetrante, exclusivamente constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais, bem como para retificação de dados, quando não se prefira fazê-la por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

(B) Somente o brasileiro nato é parte legítima para propor ação popular.

(C) Qualquer partido político possui legitimidade para propor mandado de segurança coletivo.

(D) O mandado de injunção será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

(E) São gratuitas as ações de *habeas data*, *habeas corpus* e mandado de segurança e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LXXII, CF. (B) Art. 5º, LXXIII, CF. (C) Art. 5º, LXX, *a*, CF. (D) Art. 5º, LXXI, CF. (E) Art. 5º, LXXVII, CF. *Alternativa D.*

2435. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** No tocante aos remédios constitucionais, garantidores dos direitos fundamentais, é correto afirmar que

(A) o mandado de segurança, no curso da lide, não admite, em regra, a alteração de pedido. No entanto, o impetrante pode modificar os fundamentos jurídicos do *writ*.

(B) na ação popular, se o autor não o fizer, qualquer outro cidadão ou entidade chamada na ação ainda que a tenha contestado, poderá executar a respectiva sentença.

(C) na ação civil pública consumerista, havendo litispendência entre a ação coletiva e as ações individuais, estas devem ser suspensas de ofício pelo juiz a fim de aguardar o julgamento daquela.

(D) o julgamento do *habeas data* contra atos da Mesa da Câmara dos Deputados compete, originariamente, ao Superior Tribunal de Justiça.

RESPOSTA (A) "1. Depois da apresentação das informações não é cabível a alteração do pedido formulado no mandado de segurança. Aplicação por analogia do artigo 264 do Código de Processo Civil. Precedentes desta Corte e do STJ". (TRF1 – Apelação em Mandado de Segurança: AMS 15.079/BA 2005.33.00.015079-6, Rel. Des. Maria Isabel Gallotti Rodrigues). (B) Art. 5º, LXXIII, CF, e art. 17, Lei n. 4.717/65. (C) TRF4 – Apelação Cível: AC 14739 RS 2002.71.04.014739-4, Rel. Ricardo Teixeira do Valle Pereira. (D) Arts. 102, I, *d*, e 105, I, *b*, CF. *Alternativa B.*

2436. **(Analista – DPE-TO – 2012 – UFT)** Nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou por

determinação judicial, durante o dia ou a noite.

(B) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

(C) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.

(D) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".

RESPOSTA (A) Art. 5º, XI, CF. (B) Art. 5º, XVIII, CF. (C) Art. 5º, XXIV, CF. (D) Art. 5º, XXXI, CF. *Alternativa A.*

2437. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Sobre a relação entre direitos expressos na Constituição de 1988 e tratados internacionais, especialmente à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é incorreto afirmar que:

(A) as normas de direitos humanos contidas em convenções internacionais pactuadas no âmbito da Organização das Nações Unidas, mesmo que a República Federativa do Brasil delas não seja parte, se incorporam ao direito pátrio de forma equivalente às emendas constitucionais.

(B) os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

(C) da disposição contida no § 2º do art. 5º da Constituição não resulta que os direitos e garantias decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte ostentem o nível hierárquico de norma constitucional.

(D) da disposição contida no § 3º do art. 5º da Constituição, decorrente da Emenda Constitucional n. 45 de 2004, resulta que as normas de direitos humanos contidas em convenções internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte, quando aprovadas pelo Congresso Nacional na forma ali disposta, sejam formalmente equivalentes àquelas decorrentes de emendas constitucionais.

(E) especialmente da disposição contida no § 2º do art. 5º da Constituição resulta que as normas de direitos humanos contidas em convenções internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte, mesmo quando não aprovadas pelo Congresso Nacional na forma disposta no § 3º do mesmo dispositivo, tenham *status* de normas jurídicas supralegais.

RESPOSTA (A) Art. 5º, § 3º, CF. (B) Art. 5º, § 2º, CF. (C) Art. 5º, § 3º, CF. (D) Art. 5º, § 3º, CF. (E) RE 349.703/RS, Rel. Min. Carlos Britto. *Alternativa A.*

2438. (Procurador – Chapecó-SC – 2011 – OBJETIVA) Sobre os direitos e garantias fundamentais assegurados pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988, assinalar a alternativa INCORRETA:

(A) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas corpus" ou "habeas data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

(B) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre-exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.

(C) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

(D) A prisão de qualquer pessoa e o local em que se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao ministério público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LXIX, CF. (B) Art. 5º, VI, CF. (C) Art. 5º, XIV, CF. (D) Art. 5º, LXII, CF. *Alternativa D.*

2439. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Em qual das seguintes hipóteses não há violação a direitos e garantias fundamentais, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal?

(A) Ingresso de policiais, sem mandado judicial, em quarto de hotel que seria de residência a cidadão suspeito de participar de organização criminosa.

(B) Apreensão de mercadorias pela administração fazendária, medida prevista em lei como forma de compelir o contribuinte ao pagamento de tributos devidos.

(C) Interceptação, pela administração de determinado estabelecimento prisional, da correspondência remetida pelos sentenciados.

(D) Exigência, em processo administrativo, de que o administrado efetue depósito recursal como condição de admissibilidade de recurso.

(E) Admissão como prova, em processo judicial, de gravação ambiental clandestina de conversa entre agentes policiais e presos, realizada com o intuito de obter confissão de crime.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XI, CF. (B) Art. 5º, LIV, CF. (C) HC 70.814/SP, Rel. Min. Celso de Mello. (D) Art. 5º, LV, CF. (E) Art. 5º, LVI, CF. *Alternativa C.*

2440. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** Qual a característica do regime dos direitos fundamentais em foco, quando se decide que um indivíduo não pode ser sumária e arbitrariamente excluído dos quadros associativos de entidade não estatal a que estava associado (STF, RE 158.215/RS; RE 201.819/RJ)?

(A) Impossibilidade de restrição.

(B) Irrenunciabilidade.

(C) Universalidade.

(D) Economicidade.

(E) Eficácia irradiante ou horizontal.

RESPOSTA *Informativo* 405 do STF – “Direitos Fundamentais e Relações Privadas. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2004; SOMBRA, Thiago. A eficácia dos direitos fundamentais nas relações jurídico-privadas: A identificação do contrato como ponto de encontro dos direitos fundamentais. Sérgio Antônio Fabris Ed. Porto Alegre: 2004; VALLE, André Rufino. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas. Sérgio Antônio Fabris Ed. Porto Alegre: 2004; KAUFMANN, Rodrigo. Dimensões e Perspectivas da **Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais**. Possibilidades e limites de aplicação no Direito Constitucional Brasileiro.” *Alternativa E.*

2441. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** No tocante aos remédios constitucionais, é correto afirmar:

(A) As pessoas jurídicas têm legitimidade para propositura de ação popular.

(B) O *habeas corpus* sempre terá natureza repressiva, a fim de salvaguardar o direito de locomoção dos indivíduos.

(C) O *habeas data* cinge-se às informações a respeito da pessoa do próprio impetrante, não se estendendo a entidades ou organizações de que ele faça parte.

(D) É cabível mandado de injunção quando há carência de norma regulamentadora, inviabilizando o exercício de direitos e liberdades constitucionais e prerrogativas concernentes à igualdade,

cidadania e propriedade.

(E) Somente tem legitimidade para a impetração de mandado de segurança coletivo a organização sindical em funcionamento há pelo menos um ano.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LXXIII, CF. (B) Art. 5º, LXVIII, CF e pode ser repressivo ou preventivo. (C) Art. 5º, LXXII, *a* e *b*, CF. (D) Art. 5º, LXXI, CF. (E) Art. 5º, LXX, *a* e *b*, CF. *Alternativa C.*

2442. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Sobre as ações constitucionais previstas no art. 5º da Constituição da República, é correto afirmar que:

(A) O *habeas corpus* passou a ter previsão constitucional na Constituição de 1891, que não limitava seu objeto à garantia da liberdade de locomoção.

(B) O *habeas data*, introduzido pela Constituição de 1988, não pode ser impetrado para assegurar o acesso a informações constantes de bancos de dados mantidos por entidades privadas.

(C) O mandado de segurança individual, criado pela Constituição de 1946, é cabível contra atos de agentes privados no exercício de funções do poder público.

(D) O mandado de segurança coletivo, introduzido pela Constituição de 1988, pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional em favor de quaisquer cidadãos.

(E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

RESPOSTA (A) Constituição 1891 – Art. 72 – A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: § 22 – Dar-se-á o *habeas corpus*, sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder. (B) Art. 5º, LXXII, a e *b*, CF. (C) Art. 141, § 24, CF/1946. (D) Art. 5º, LXX, *a* e *b*, CF. *Alternativa A.*

2443. **(Procurador – Camaçari-BA – 2010 – AOCP)** Considere as situações a seguir, as relacione com os respectivos remédios constitucionais cabíveis e assinale a alternativa correta.

(1) Anulação de ato lesivo à moralidade administrativa.

(2) Ameaça de violência à liberdade de locomoção por ato ilegal.

(3) Retificação de dados pessoais contidos em registros de entidades governamentais.

(4) Abuso de poder que represente coação à liberdade de locomoção.

(5) Proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus*, contra autoridade que se recuse a prestar informações quanto a pessoa do impetrante constante de banco de dados de caráter público.

(A) *Habeas corpus*.

(B) Mandado de segurança.

(C) *Habeas Data*.

(D) Ação Popular.

(A) 1A, 2A e 4A, 3C, 5B.

(B) 1A e 5A, 2B e 4B, 3C.

(C) 1B e 3B, 2A, 4A e 5A.

(D) 1D, 2A e 4A, 3C e 5C.

(E) 1D, 2A e 4A, 3C, 5B.

RESPOSTA Art. 5º, LXVIII; LXIX; LXXII, *a* e *b*; LXXIII, CF. *Alternativa D.*

2444. **(Procurador – Camaçari-BA – 2010 – AOCP)** De acordo com a Constituição Federal, o Mandado de Segurança Coletivo pode ser impetrado por:

(A) Partidos políticos, ainda que sem representação no Congresso Nacional.

(B) Qualquer pessoa interessada.
(C) Qualquer Juiz, prefeito ou vereador, em defesa dos próprios direitos.
(D) Prefeitos, governadores e deputados, em defesa dos próprios direitos.
(E) Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

RESPOSTA Art. 5º, LXX, *a* e *b*, CF. *Alternativa E.*

2445. **(Procurador – PGE-MG – 2006)** Dos remédios constitucionais, considera-se correta a afirmação de

(A) que o mandado de segurança sendo individual tem a finalidade de proteger direito líquido e certo, amparado também por *habeas corpus* ou *habeas data*.
(B) que o mandado de segurança individual tem natureza de ação civil, posto à disposição de titulares de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado, por ato ou omissão de autoridade pública, de partido político com representação no Congresso Nacional.
(C) que o mandado de injunção constitui um remédio ou ação constitucional posto à disposição de quem se considere titular de qualquer daqueles direitos, liberdades ou prerrogativas inviáveis por falta de norma regulamentadora exigida ou suposta pela Constituição Federal.
(D) que o *habeas data* é um remédio constitucional destinado a tutelar o direito de liberdade de ir, vir, parar e ficar, vinculado ao conceito do *due process of law*.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LXIX, CF. (B) Art. 5º, LXIX, CF. (C) Art. 5º, LXXI, CF. (D) Art. 5º, LXXII, *a* e *b*, CF. *Alternativa C.*

2446. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Assinale a opção *incorreta.*

(A) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, em qualquer caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
(B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
(C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
(D) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
(E) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XII, CF. (B) Art. 37, § 6º, CF. (C) Art. 39, § 2º, CF. (D) Art. 37, XVIII, CF. (E) Art. 7º, IV, CF. *Alternativa A.*

2447. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Os direitos e garantias fundamentais são fruto de lenta evolução histórica. Por meio de suas fases, percebe-se a construção da própria sociedade

e da figura do Estado. Acerca dos direitos e das garantias fundamentais expressos na atual Carta Política brasileira, assinale a alternativa correta.

(A) No que toca à liberdade de expressão, adotou a Constituição vigente a fórmula alemã, no que toca à previsão explícita de que aquela liberdade poderá ser restringida, em se tratando de proteção da criança e da juventude.

(B) O antissemitismo pode ser considerado como crime de racismo.

(C) A apreensão de um computador, para fins de extração de dados dele, configurará, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, violação ao sigilo dos dados e comunicações.

(D) A delimitação do instituto do direito adquirido, para o fim de se firmar competência jurisdicional, é de natureza infraconstitucional.

(E) Corroborando a evolução do controle judicial acerca dos direitos e garantias fundamentais, entende-se cabível a impetração, por parlamentares e cidadãos, de mandado de segurança contra tramitação de proposta de emenda constitucional ou projeto de lei.

RESPOSTA Habeas Corpus 82.424/RS, Rel. Min. Moreira Alves. *Alternativa B.*

2448. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Segundo Alexandre de Moraes, a Constituição de 1988 subdividiu os direitos fundamentais da seguinte forma:

(A) direitos de primeira, segunda e terceira gerações.

(B) direitos individuais e coletivos, sociais, de nacionalidade, políticos e direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos.

(C) direitos civis, políticos, coletivos e de nacionalidade.

(D) direitos individuais, coletivos, sociais e difusos.

RESPOSTA CF: TÍTULO II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais; CAPÍTULO I, DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; CAPÍTULO II, DOS DIREITOS SOCIAIS; CAPÍTULO III, DA NACIONALIDADE; CAPÍTULO IV, DOS DIREITOS POLÍTICOS; CAPÍTULO V, DOS PARTIDOS POLÍTICOS. *Alternativa B.*

2449. **(Advogado – ALERR – 2010 – CETAP)** Quanto aos direitos fundamentais, marque a alternativa INCORRETA:

(A) Aos direitos sociais é aplicável o princípio da proibição do retrocesso.

(B) Os direitos fundamentais, por serem cláusulas pétreas, não podem sofrer qualquer tipo de restrição.

(C) Uma emenda constitucional pode criar novo direito fundamental; no entanto, este novo direito não será considerado cláusula pétrea.

(D) É inconstitucional a emenda à Constituição que resulte em abolição de direito fundamental existente no texto originário da Carta.

(E) Inexiste, em tese, hierarquia entre os direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil.

RESPOSTA (A) *Informativo* 582 do STF. (B) Art. 60, § 4º, IV, CF. (C) Art. 60, § 4º, CF. (D) Art.60, § 4º, CF. (E) Inexiste hierarquia entre ambas as categorias, à vista do princípio da unidade da Constituição. *Informativo* 625 do STF. *Alternativa B.*

2450. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** Por incidência do artigo 5º, inciso XI, da Constituição da República (Inviolabilidade do domicílio), é vedado o ingresso de agentes estatais em

(A) escritório de advocacia, quando investigado o próprio advogado, e os agentes estatais portarem mandado judicial.

(B) domicílio de investigado, durante a noite, em caso de flagrante delito.
(C) escritório de contabilidade.
(D) domicílio de investigado, durante o dia, portando os agentes estatais mandado judicial.
(E) espaço aberto ao público.

RESPOSTA *Informativo* 584 do STF. *Alternativa C.*

2451. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as afirmativas a seguir.

I. Os chamados pela doutrina de “direitos fundamentais de primeira geração” estão relacionados com a igualdade e compõem alguns direitos sociais, tais como os direitos trabalhistas, previdenciários, econômicos e culturais, e outros vinculados à educação e à saúde.
II. As normas fundamentais de direitos sociais, previstas na Constituição Federal brasileira, não vinculam o legislador cuja liberdade envolve o seu juízo de discricionariedade para que haja concretização de programas e fins constitucionais.
III. O STF tem considerado incidente sobre determinadas matérias a cláusula da “reserva constitucional de jurisdição”, como no caso de busca domiciliar e de interceptação telefônica.
IV. A liberdade constitucional de locomoção encontra restrições próprias à sua manifestação ou mesmo impostas por regulamentações dos poderes públicos.

Está correto apenas o contido em

(A) II.
(B) IV.
(C) I e III.
(D) III e IV.

RESPOSTA I. Direitos fundamentais da primeira geração: os direitos humanos da primeira dimensão marcam o respeito às liberdades individuais, em uma verdadeira perspectiva de absenteísmo estatal. Esses direitos dizem respeito às liberdades públicas e aos direitos políticos, ou seja, direitos civis e políticos a traduzir o valor liberdade. II. Art. 6º da CF, o legislador está vinculado à Constituição. TRF4 – Apelação Cível: AC 637 RS 2000.71.05.000637-3, Rel. Celso Kipper. III. Voto do Min. Celso de Mello no MS 31.423/DF, Rel. Min. Rosa Weber. IV. Art. 5º, XV, da CF. *Alternativa D.*

2452. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Com relação ao princípio da igualdade previsto no texto constitucional brasileiro, assinale a alternativa que apresenta informação incorreta.

(A) Acentuam o princípio da igualdade os chamados direitos de “primeira geração”.
(B) De acordo com o STF, não ofende o princípio da igualdade a limitação de idade para a inscrição em concurso público, desde que se leve em conta a natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
(C) O princípio da isonomia reveste-se de autoaplicabilidade e não é suscetível de regulamentação ou complementação normativa.
(D) Segundo o STF, não cabe ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos, mesmo que sob o fundamento do princípio da igualdade.

RESPOSTA (A) Direitos fundamentais da segunda dimensão: evidenciação dos direitos sociais, culturais e econômicos, bem como dos direitos coletivos, ou de coletividade, correspondendo aos direitos de igualdade. (B) Súmula 683 STF. (C) MI 58, Rel. Min. Carlos Velloso. (D) RE n. 173.252/SP, Rel. Min. Ministro Moreira Alves. *Alternativa A.*

2453. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Analise as seguintes proposições e assinale a alternativa correta:

I. De acordo com o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, a competência constitucional do

Tribunal do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função, ainda que estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.

II. De acordo com o atual texto expresso da Constituição da República, são crimes inafiançáveis e imprescritíveis o racismo, o terrorismo e a tortura.

III. São direitos sociais previstos original e expressamente no art. 6º da Constituição da República, mantidos no respectivo texto até hoje, desde sua promulgação (em 1988): a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

IV. Considerando que o direito à vida deriva de um dos valores constitucionais mais caros e preservados (art. 5º, *caput*), sendo inclusive uma cláusula pétrea (art. 60, § 4º, IV), a pena de morte não encontra, hoje, após a promulgação da Constituição de República de 1988, amparo de qualquer espécie dentro do texto expresso constitucional.

V. De acordo com o atual texto expresso da Constituição da República, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador salvo: exclusivamente durante o dia, em casos de flagrante delito ou de autorização judicial; ou ainda, a qualquer hora, somente quando da ocorrência de desastre ou para prestar socorro.

Assinale a alternativa que corresponde à relação completa de proposições corretas:

(A) Somente as proposições I e II estão corretas.
(B) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
(C) Todas as proposições estão corretas.
(D) Nenhuma proposição está correta.
(E) Somente a proposição III está correta.

RESPOSTA I. Súmula 721, STF. II. Art. 5º, XLII, XLIII e XLIV, CF. III. Art. 6º, *caput*, CF. IV. Art. 5º, XLVII, *a*, CF. V. Art. 5º, XI, CF. *Alternativa E.*

2454. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA, quanto aos direitos sociais consagrados na Constituição brasileira.

(A) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
(B) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
(C) Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
(D) Os direitos sociais previstos na Constituição da República são a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 7º, XIV, CF. (B) Art. 7º, XXVIII, CF. (C) Art. 7º, XXX, CF. (D) Art. 6º, CF. *Alternativa D.*

2455. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa incorreta dentre os direitos constitucionalmente assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos:

(A) Integração à previdência social.
(B) Licença-paternidade.
(C) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

(D) Repouso semanal remunerado.
(E) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 7º, parágrafo único, da CF. *Alternativa E.*

2456. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Assinale a alternativa CORRETA em relação aos direitos dos trabalhadores:

(A) O fundo de garantia do tempo de serviço é direito garantido a qualquer trabalhador.
(B) É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa, devendo a lei ordinária estabelecer, dentre outros direitos, indenização compensatória.
(C) A contratação de seguro contra acidentes de trabalho pelo empregador, exclui a indenização a que está obrigado quando incorrer em ato doloso ou culposo de que tenha resultado o acidente.
(D) É assegurado, na Constituição Federal, ao trabalhador aposentado, o direito de votar e de ser votado nas organizações sindicais, ainda que porventura tenha se desfiliado.
(E) É garantida à trabalhadora gestante licença-maternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

RESPOSTA (A) Art. 7º, III, CF. (B) Art. 7º, I, CF. (C) Art. 7º, XXVIII, CF. (D) Art. 7º, VII, CF. (E) Art. 7º, XVIII, CF. *Alternativa E.*

2457. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** É INCORRETO afirmar que:

(A) É direito do trabalhador urbano adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei ordinária.
(B) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
(C) Somente por assembleia geral poderá ser fixada contribuição, que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente do imposto sindical previsto em lei.
(D) Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um delegado sindical, com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
(E) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

RESPOSTA (A) Art. 7º, XXIII, CF. (B) Art. 7º, VI, CF. (C) Art. 8º, IV, CF. (D) Art. 11, CF. (E) Art. 8º, I, CF. *Alternativa D.*

2458. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Em relação ao *habeas data*, analise as proposições a seguir:

I. Na previsão constitucional, duplo é o objeto do *habeas data*: assegurar o conhecimento de informações e ensejar sua retificação.
II. Ao contrário do que ocorre com o *habeas corpus*, exige-se para a impetração do *habeas data* a prévia constituição de advogado habilitado, que deverá juntar instrumento de mandato.
III. No que diz respeito à legitimação ativa, o entendimento é de que o direito de conhecer e retificar dados, bem como o de impetrar *habeas data*, é personalíssimo.
IV. O *habeas data* pode ser requerido para obtenção de informações constantes de registros ou bancos de dados, públicos ou privados que tenham caráter público.

(A) todas as proposições são corretas.
(B) somente as proposições I e III são corretas.
(C) somente as proposições II e IV são corretas.
(D) somente as proposições I e II são corretas.

(E) nenhuma proposição é correta.

RESPOSTA I. Art. 5º, LXXII, *a* e *b*, CF. II. Art. 8º, Lei n. 9.507/97. III. HD 87-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia. IV. Art. 5º, LXXII, *a* e *b*, CF. *Alternativa A.*

2459. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** A proteção ao mercado de trabalho da mulher é:

(A) inexistente, pois ela ocupa o mesmo espaço do homem no mundo moderno, sem diferenças de qualquer natureza;
(B) garantida pela Constituição, mediante disciplina por lei;
(C) prevista apenas em normas internacionais;
(D) inconstitucional, em função do princípio da igualdade;
(E) restrita às trabalhadoras adolescentes, com idade entre os 16 e 18 anos.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 7º, XX, CF. *Alternativa B.*

2460. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Tratando dos direitos sociais, a Constituição Federal de 1988:

I. Proibiu, em caráter absoluto, a prática de redução salarial.
II. Estabeleceu igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador eventual.
III. Estabeleceu a obrigatoriedade de participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
IV. Assegurou à categoria dos trabalhadores domésticos o direito ao repouso semanal remunerado aos domingos.
V. Estabeleceu proibição absoluta de qualquer trabalho aos menores de 16 (dezesseis) anos.

Considerando as proposições acima, RESPONDA:

(A) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas.
(B) Apenas a proposição III está correta.
(C) Apenas as proposições II, III e V estão corretas.
(D) Apenas as proposições II e III estão corretas.
(E) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas.

RESPOSTA I. Art. 7º, VI, CF. II. Art. 7º, XXXIV, CF. III. Art. 8º, VI, CF. IV. Art. 7º, parágrafo único, CF. V. Art. 7º, XXXIII, CF. *Alternativa C.*

2461. **(Advogado – IPTSP – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa que contempla corretamente um direito constitucional do trabalhador.

(A) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou por justa causa, nos termos de lei ordinária, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
(B) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, obrigatoriamente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
(C) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
(D) Jornada de sete horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
(E) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de qualquer renda nos termos da lei.

RESPOSTA (A) Art. 7º, I, CF. (B) Art. 7º, XI, CF. (C) Art. 7º, XVI, CF. (D) Art. 7º, XIV, CF. (E) Art. 7º, XII, CF. *Alternativa C.*

2462. **(Advogado – CEAGESP – 2010 – VUNESP)** É um direito constitucional dos

trabalhadores urbanos e rurais:

(A) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

(B) garantia de salário, nunca superior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

(C) participação nos lucros e resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

(D) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de qualquer renda, nos termos da lei.

(E) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quarenta por cento à do normal.

RESPOSTA (A) Art. 7º, VI, CF. (B) Art. 7º, VII, CF. (C) Art. 7º, XI, CF. (D) Art. 7º, XII, CF. (E) Art. 7º, XVI, CF. *Alternativa A.*

2463. (Promotor – MP-RJ – 2011) Quanto ao direito de propriedade na CRFB, analise as afirmativas a seguir:

I. A propriedade atenderá a sua função social.

II. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

III. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, sempre assegurando ao proprietário indenização ulterior.

IV. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de qualquer dívida.

Estão corretas as afirmativas:

(A) somente I, II e IV;

(B) somente I, III e IV;

(C) somente I e II;

(D) somente I e IV;

(E) todas.

RESPOSTA I. Art. 5º, XXIII, CF. II. Art. 5º, XXIV, CF. III. Art. 5º, XXV, CF. IV. Art. 5º, XXVI, CF. *Alternativa C.*

2464. (Promotor – MP-PR – 2011) Examine as afirmações abaixo e após responda:

I. Quando houver conflito entre dois ou mais direitos e garantias fundamentais, o operador do direito deve interpretá-los de forma a coordenar e combinar os bens jurídicos em dissenso, evitando o sacrifício total de uns em relação aos outros, realizando uma redução proporcional do âmbito de alcance de cada qual, de forma a conseguir uma aplicação harmônica do texto constitucional.

II. De acordo com autorizada doutrina, os interesses transindividuais se inscrevem entre os direitos denominados de primeira geração;

III. Em regra, as normas que definem os direitos fundamentais democráticos e individuais são de eficácia e aplicabilidade imediata.

IV. Embora inserido no inciso II do artigo 5º da Constituição Federal, o princípio da legalidade não se insere entre os direitos e garantias fundamentais, pois é apenas uma regra básica para aplicação das normas jurídicas.

V. A inviolabilidade do domicílio durante o período noturno poderá ser quebrada somente mediante prévia autorização judicial no caso de flagrante delito, ou independentemente dessa autorização em hipóteses de desastre ou para prestação de socorro.

(A) todas as afirmativas são corretas.

(B) apenas as afirmativas I e III são corretas.

(C) a afirmativa III é a única incorreta.
(D) as afirmativas IV e V são as únicas incorretas.
(E) todas as afirmativas são incorretas.

RESPOSTA I. Não existe hierarquia entre direitos fundamentais, havendo conflitos, deve ocorrer uma harmonização, com a finalidade de coordenar e combinar os bens em conflito, evitando o sacrifício de uns em prol de outros. II. Os direitos humanos de primeira dimensão marcam o respeito às liberdades individuais, em uma verdadeira perspectiva de absenteísmo estatal. Esses direitos dizem respeito às liberdades públicas e aos direitos políticos, ou seja, direitos civis e políticos a traduzir o valor liberdade. III. Art. 5º, §§ 1º e 2º, CF. IV. Art. 5º, II, CF. V. Art. 5º, XI, CF. *Alternativa B.*

2465. (Promotor – MP-PR – 2011) Examine as afirmações abaixo e após responda:

I. O *habeas corpus* pode ser proposto em favor de pessoa jurídica.
II. O mandado de segurança pode ser utilizado contra ato de juiz criminal, praticado em processo penal.
III. Segundo posicionamento doutrinário e jurisprudencial consolidado entende-se, em regra, que o direito líquido e certo hábil a fundamentar a concessão de mandado de segurança deve vir demonstrado por prova documental pré-constituída.
IV. São requisitos para o mandado de injunção a falta de norma regulamentadora de uma previsão constitucional, bem como a inviabilização de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
V. O *habeas data* somente pode ser impetrado contra pessoas jurídicas de direito público.
(A) todas as afirmativas são corretas.
(B) as afirmativas I, II e V são as únicas corretas.
(C) a afirmativa V é a única incorreta.
(D) as afirmativas II, III e IV são corretas.
(E) todas as afirmativas são incorretas.

RESPOSTA I. Art. 5º, LXVIII, CF. HC 9.080/PR 1999/0031779-3, Rel. Min. Felix Fischer. II. RE 85.278, Rel. Min. Xavier de Albuquerque. III. RMS 26.744/DF, Rel. Min. Marco Aurélio. IV. Art. 5º, LXXI, CF. V. Segundo Celso Bastos, excepcionalmente contra pessoas privadas, como no caso de internações particulares em clínicas psiquiátricas, em que há conflitos entre o paciente e o responsável pela internação. Art. 5º, LXVIII, CF. *Alternativa D.*

2466. (Procurador – MPF – 2011) Leia atentamente os enunciados abaixo:

I. A liberdade de expressão protege as críticas a agentes públicos e detentores de poder social, desde que não realizadas em tom desrespeitoso.
II. O princípio da laicidade do Estado impõe a neutralidade estatal em matéria religiosa, mas não é incompatível com a colaboração entre o Poder Público e representantes das igrejas e cultos religiosos que vise à promoção do interesse público.
III. O direito de resposta, além de tutelar os direitos da personalidade, também configura instrumento para a promoção do pluralismo interno dos meios de comunicação social, na medida em que confere ao público a possibilidade de acesso a posições divergentes sobre tema de interesse social.
IV. Em matéria de direito intertemporal, a Constituição brasileira, de acordo com a jurisprudência do STF, aderiu à chamada teoria objetiva, que veda a retroatividade das leis, mas não a incidência de normas de ordem pública sobre efeitos futuros de negócios jurídicos celebrados no passado.
Quais as afirmativas são corretas?
(A) I e II.
(B) III e IV.

(C) II e III.
(D) I e IV.

RESPOSTA I. Art. 5º, IX, e art. 220, *caput*, CF. II. Art. 5º, VI, e art. 19, I, CF. III. Art. 5º, V e X, CF. IV. ADI 493, Rel. Min. Moreira Alves – "Por fim, há de salientar-se que as nossas Constituições, a partir de 1934, e com exceção de 1937, adotaram desenganadamente, em matéria de direito intertemporal, a teoria subjetiva dos direitos adquiridos e não a teoria objetiva da situação jurídica, que é a teoria de ROUBIER". *Alternativa C.*

2467. (Procurador – MPF – 2011) Marque a resposta correta:

(A) O direito fundamental à saúde não permite a garantia judicial de tratamentos excepcionalmente onerosos não previstos no âmbito do Sistema Único de Saúde, em razão da incidência do princípio da reserva do possível.
(B) O princípio da proteção do retrocesso social veda qualquer restrição de políticas públicas que já tenham concretizado direitos sociais constitucionalmente positivados.
(C) A teoria da eficácia horizontal imediata dos direitos fundamentais sustenta que a vinculação dos particulares a estes direitos é equiparável à vinculação dos poderes públicos.
(D) A teoria relativa do núcleo essencial dos direitos fundamentais funde o conceito de núcleo essencial com o de respeito ao princípio da proporcionalidade nas medidas restritivas de direitos.

RESPOSTA Pode-se apontar como limites aos limites dos direitos fundamentais: a necessidade de respeito ao núcleo essencial desses direitos e a obrigatoriedade de adequação ao princípio da proporcionalidade. ADIn 3.112, voto do Ministro Gilmar Mendes – (...) a consideração dos direitos fundamentais como imperativos de tutela (Canaris) imprime ao princípio da proporcionalidade uma estrutura diferenciada. O ato não será adequado quando não proteja o direito fundamental de maneira ótima; não será necessário na hipótese de existirem medidas alternativas que favoreçam ainda mais a realização do direito fundamental; e violará o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito se o grau de satisfação do fim legislativo é inferior ao grau em que não se realiza o direito fundamental de proteção". *Alternativa D.*

2468. (Promotor – MP-MG – 2011) Considerando o que dispõe o artigo 5º da Constituição da República, que disciplina os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A prática do racismo e as ações de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático de Direito, constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis.
(B) A lei considerará crimes inafiançáveis e imprescritíveis, insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
(C) Em relação à instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, são assegurados a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida.
(D) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada, somente após o interrogatório judicial, a assistência da família e de advogado.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XLII, CF. (B) Art. 5º XLII, XLIII e XLIV, CF. (C) Art. 5º, XXXVIII, *a*, *b*, *c* e *d*, CF. (D) Art. 5º, LXIII, CF. *Alternativa A.*

2469. (Promotor – MP-SP – 2011) Considerando a disciplina constitucional brasileira, é possível afirmar que o direito à privacidade

(A) encontra limite na liberdade de imprensa, que não poderá ser restringida nem mesmo por ordem

judicial.

(B) somente pode ser afastado por ordem judicial, não se estendendo tal poder às Comissões Parlamentares de Inquérito.

(C) encontra expressão constitucional na inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

(D) pode ser extraído das vedações constitucionais à violação de domicílio e das comunicações.

(E) inibe o poder requisitório do Ministério Público, mesmo se dirigido a pessoas jurídicas.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, X, CF. *Alternativa C.*

2470. **(Advogado – LOTERJ – 2010 – FEC)** Segundo José Afonso da Silva, na sua obra Curso de Direito Constitucional Positivo: uma nova classe que se forma é a dos Direitos Fundamentais ditos de Terceira Geração, Direitos Fundamentais do homem-solidário ou Direitos Fundamentais do gênero humano. Desta forma como direitos de terceira geração de acordo com o autor mencionado podemos citar:

(A) direitos culturais e econômicos.

(B) direitos individuais e políticos.

(C) direito à paz, ao desenvolvimento e comunicação.

(D) direitos de crença e políticos.

(E) direitos de crença e direitos sociais.

RESPOSTA De acordo com a tradicional classificação cronológica dos Direitos Fundamentais, os direitos de 1ª dimensão são os “civis e políticos”; os de 2ª dimensão são os “econômicos, sociais e culturais”; e os de 3ª dimensão, os “difusos e coletivos”. *Alternativa C.*

2471. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa CORRETA, relativa às normas constitucionais que versam sobre a matéria sindical e sua atual interpretação pelo Supremo Tribunal Federal.

(A) O sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

(B) A liquidação de ação coletiva não pode ocorrer por substituição processual sindical.

(C) O preceito constitucional que reconheceu o direito de greve ao servidor público civil constitui norma de eficácia meramente limitada, razão pela qual, para atuar plenamente, depende da edição de lei exigida pela Constituição.

(D) A garantia da estabilidade provisória prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não se aplica ao suplente do cargo de direção de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA).

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 74, § 2º, CF. (B) Art. 8º, III, CF. (C) MI 708, STF – tal direito é oriundo de um Mandado de Injunção (art. 5º, LXXI, CF), que é um dos remédios-garantias constitucionais. (D) Art. 10, II, *a*, ADCT e Súmula 676, STF. *Alternativa A.*

2472. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Em relação ao mandado de segurança, assinale a proposição incorreta:

(A) A antecipação da tutela concedida na sentença é impugnável pela via do mandado de segurança.

(B) No caso da tutela antecipada ser concedida antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.

(C) A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada.

(D) A concessão de liminar ou a homologação de acordo constituem faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

(E) Exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, incabível a determinação pelo juiz de emenda da petição inicial do *mandamus*.

RESPOSTA Aplicação direta das Súmulas 414, 415 e 418, TST. *Alternativa A.*

2473. (Juiz – TRT-23 – 2011) Assinale a alternativa FALSA:

(A) A proteção ao meio ambiente deve ser assegurada em todas as suas dimensões, a despeito de a Constituição de 1988 não ter feito menção expressa ao meio ambiente do trabalho.

(B) São subprincípios do princípio da proporcionalidade a adequação, a vedação do excesso e proporcionalidade em sentido estrito, sendo relevante sua utilização na solução de conflitos aparentes entre normas constitucionais.

(C) A iniciativa popular no processo legislativo exerce-se pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles, não havendo, outrossim, previsão na Constituição a respeito da apresentação de emendas constitucionais de iniciativa popular.

(D) O Supremo Tribunal Federal, superando entendimento outrora adotado a respeito do mandado de injunção, passou a admitir, em algumas situações, a adoção de uma solução "normativa" para a decisão judicial como alternativa legítima de tornar a proteção judicial efetiva, autorizando a fruição imediata do direito fundamental, valendo-se, para tanto, de parâmetros legislativos infraconstitucionais existentes a respeito da matéria, com as conformações realizadas pela Corte Constitucional.

(E) Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas na Constituição como sendo de competência legislativa da União, como direito do trabalho.

RESPOSTA (A) Art. 7º, XXII, CF. (B) A proporcionalidade é, segundo Alexy, informada por três máximas: Adequação: a solução de uma colisão de princípios é adequada quando realiza o mandamento de pelo menos um dos princípios envolvidos. Necessidade: a solução de uma colisão de princípios é necessária quando se realiza o mandamento de um dos princípios envolvidos com o menor sacrifício possível dos outros princípios envolvidos. Proporcionalidade em sentido estrito: uma solução é proporcional quando se dá precedência ao princípio que, em vista das circunstâncias do caso concreto, tem de fato mais peso. (C) Art. 61, § 2º, e art. 60, I, II, III, CF. (D) MI 712/PA, Rel. Min. Eros Grau, e *Informativo* 485 do STF. (E) Art. 22, I, parágrafo único, CF. *Alternativa A.*

2474. (Procurador – MPT – 2008) Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) o Ministério Público, bem como qualquer cidadão, pode propor ação judicial para a proteção do patrimônio público;

(B) cabe mandado de segurança para obtenção de certidão relativa a informações conhecidas de pessoa física, negada por autoridade pública;

(C) ressalvada a hipótese do mandado de segurança coletivo, o mandado de segurança para a proteção do direito líquido e certo pode ser impetrado apenas por pessoa física;

(D) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, desde que em

defesa de seus membros ou associados;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 129, III e § 1º, CF. (B) Art. 5º, LXIX, e art. 5º, XXXIII, XXXIV, *b*, LXVIII e LXXII, CF. (C) Art. 1º, *caput*, Lei n. 12.016/2009. (D) Art. 5º, LXX, *b*, CF. *Alternativa C.*

2475. **(Procurador – MPT – 2007)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) considerando-se o direito à ampla defesa e ao contraditório, previsto na Constituição Federal, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se majoritariamente no sentido de que é nula a sentença penal condenatória fundada exclusivamente em elementos colhidos em inquéritos policiais;

(B) em caso de anulação de ato administrativo, cuja formalização haja repercutido no âmbito de interesses individuais, é necessária a oitiva daqueles cuja situação será modificada, em homenagem ao princípio da ampla defesa e do contraditório;

(C) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o conceito constitucional de domicilio se restringe à habitação do indivíduo;

(D) a Constituição assegura ao preso o direito de identificação dos responsáveis pela sua prisão e por seu interrogatório policial;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) *Informativo* 348 do STF. (B) *Informativo* 678 do STF. (C) RE 331.303-AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence. (D) Art. 5º, LXIV, CF. *Alternativa C.*

2476. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Considerando o entendimento do STF, assinale a alternativa que representa situação de inconstitucional violação a algum tipo de sigilo protegido pela Constituição Federal de 1988.

(A) Compartilhamento de informações e elementos, licitamente obtidos, constantes dos autos do inquérito de investigação criminal para subsidiar procedimento administrativo disciplinar movido contra o parlamentar na Câmara dos Deputados, a pedido da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

(B) Juntada de comprovante de consulta a órgão de proteção ao crédito em processo judicial, tornando-a pública, com o propósito de impedir, modificar e extinguir direito da parte adversa no feito.

(C) Quebra do sigilo telefônico por meio de gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, ou com sua autorização, sem ciência do outro, quando há investida criminosa deste último.

(D) Quebra de sigilo bancário de membros do Congresso Nacional, por ordem decretada por Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no âmbito do inquérito policial instaurado contra deputados federais para apuração de crime eleitoral.

RESPOSTA Rcl 511/PB, Rel. Min. Celso de Mello. *Alternativa D.*

2477. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** No que diz respeito à criança e ao adolescente, assinale a alternativa correta.

(A) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, configura-se constrangimento ilegal a determinação de permanência sob a guarda de um dos pais, sem ouvir a opinião do menor que esteja em idade de razoável compreensão dos fatos.

(B) O direito à proteção integral da criança e do adolescente abrange, entre outros aspectos, a idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, na condição exclusiva de aprendiz, e, portanto, sem a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas.

(C) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, considera-se penalmente inimputável o agente que pratica o crime no dia em que está completando dezoito anos de idade, salvo se tenha sido o ilícito cometido em horário anterior ao de seu nascimento.

(D) Considera-se criança o ser humano de até doze anos incompletos de idade; adolescente é aquele estabelecido entre doze anos completos de idade e dezesseis anos incompletos.

(E) A adoção será assistida pelo poder público, na forma da Constituição Federal, que também estabelece diretamente os casos e as condições de efetivação por parte de estrangeiros.

RESPOSTA (A) HC 69.303/MG, Rel. Min. Néri da Silveira. (B) Arts. 60 e 65, ECA, e art. 7º, XXXIII, CF. (C) REsp 90.105/GO, 5ª Turma, Rel. Min. Cid Flaquer Scartezzini. (D) Art. 2º, ECA. (E) Art. 52, ECA. *Alternativa A.*

2478. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** A Constituição Federal garante a liberdade dos cidadãos e confere ao Estado o poder de reprimir condutas consideradas ilícitas que permitem a segregação. O direito de não ser preso e o direito de repressão estatal criaram procedimentos para permitir a restrição da liberdade. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

(A) A prisão em flagrante somente pode ser efetuada por servidor público vinculado à polícia.

(B) Em caso de crime presenciado por populares, estes podem, se tiverem condições, prender em flagrante o agente.

(C) O mandado de prisão, mesmo sem a descrição dos motivos que o fundamentam, autoriza a prisão do cidadão.

(D) Uma pessoa com idade inferior a dezoito anos não pode ser detida.

RESPOSTA RHC 91.189, Rel. Min. Cezar Peluso. *Alternativa B.*

2479. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Relativamente à ação popular constitucional, é correto afirmar:

(A) Somente pode ser proposta por pessoas maiores de 18 anos.

(B) Seu objeto limita-se à anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público da União, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita ânua de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos, nos termos do artigo 1º da Lei 4.717/65.

(C) Nos casos de ação popular movida contra o Presidente da República, a competência originária para o seu julgamento é do Supremo Tribunal Federal.

(D) No caso de ação popular proposta pelo Ministério Público, é desnecessária a sua intervenção na qualidade de fiscal da lei.

(E) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 5º, LXXIII, CF. *Alternativa E.*

2480. **(Procurador – MPF – 2012)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) Somente quando expressamente autorizado pela Constituição o legislador pode restringir ou regular algum direito fundamental.

(B) No âmbito das relações especiais de sujeição, há um tratamento diferenciado com respeito ao gozo dos direitos fundamentais.

(C) De acordo com a jurisprudência do STF, a liberdade de expressão ocupa uma posição especial no sistema constitucional brasileiro, o que lhe atribui peso abstrato elevado em hipótese de colisão com outros direitos fundamentais ou interesses sociais.

(D) Viola o princípio da igualdade material qualquer prática empresarial, governamental ou semigovernamental, de natureza administrativa ou legislativa que, embora concebida de forma neutra, gere, em consequência de sua aplicação, efeitos desproporcionais sobre certas categorias de pessoas.

RESPOSTA (A) Art. 60, § 4º, CF. (B) Há situações em que os titulares dos direitos fundamentais se submetem a "relações especiais de sujeição", que podem implicar em restrições legítimas a direitos fundamentais. Como ressaltou Jane Reis Gonçalves Pereira, "em certos casos, a necessidade de viabilizar o adequado funcionamento das instituições estatais torna imperativo que sejam limitados direitos fundamentais dos indivíduos que as integram" (Interpretação Constitucional ...). (C) Med. Caut. em Reclamação 9.428/DF, Rel. Min. Cezar Peluso. (D) Joaquim Barbosa Gomes. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade*. *Alternativa A.*

2481. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) O segredo de justiça não pode ser oponível à comissão parlamentar de inquérito.

(B) É admissível o uso de prova obtida fortuitamente por meio de interceptação telefônica licitamente realizada.

(C) O presidente da comissão parlamentar de inquérito pode determinar a quebra do sigilo bancário.

(D) Os "interesses sociais e individuais indisponíveis" contemplam todos os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

(E) É inadmissível a instalação de equipamento de escuta telefônica em escritório de advocacia por autoridade policial durante a noite mesmo com ordem judicial.

RESPOSTA (A) MS 27.483-MC-REF, Rel. Min. Cezar Peluso. (B) AI 626.214/MG, Rel. Min. Joaquim Barbosa. (C) ACO 730, Rel. Min. Joaquim Barbosa. (D) Por interesses individuais e sociais indisponíveis se entendem aqueles que, por sua natureza essencial ao valor e à sobrevivência da pessoa humana ou ao bem-estar da coletividade, não poderão ser objeto de renúncia, de troca ou de cessão a terceiros – interesses difusos e coletivos. (E) *Informativo* 529 do STF. *Alternativa B.*

2482. **(Procurador – MPF – 2008)** sobre a Tutela Constitucional do sigilo, é correto afirmar que:

(A) É inaproveitável prova obtida por meio da quebra do sigilo bancário e fiscal decretada por juiz que, supervenientemente, revela-se incompetente em vista do envolvimento de pessoa detentora de prerrogativa de foro.

(B) É constitucionalmente ilegítima a decisão judicial, emanada por autoridade competente, determinando o compartilhamento de registros bancários entre diversos órgãos de investigação.

(C) A atuação fiscalizadora do Banco Central do Brasil pode, administrativamente, alcançar dados bancários de correntistas.

(D) As informações obtidas em escutas ambientais, judicialmente autorizadas para fins criminais, podem ser usadas em procedimento administrativo disciplinar.

RESPOSTA MS 27.459/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia – "Dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas e em

escutas ambientais, judicialmente autorizadas para produção de prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, podem ser usados em procedimento administrativo, contra a mesma ou as mesmas pessoas em relação as quais foram colhidos, ou contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita dessa prova" (STF, Pleno, Inq-QO-QO 2.424, Peluso). *Alternativa D.*

IV. Direito de Nacionalidade

2483. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Assinale o cargo que não é privativo de brasileiro nato.

(A) Carreira diplomática.

(B) Ministro de Estado da Defesa.

(C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

(D) Presidente da Câmara dos Deputados.

(E) Oficial das Forças Armadas.

RESPOSTA Nos termos da Constituição Federal (art. 12, § 2º), a **LEI** não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos nela mesma previstos. Assim, as eventuais diferenças entre natos e naturalizados estão **taxativamente** expressas no texto constitucional, obedecendo ao **princípio de reserva constitucional**. *Alternativa C.*

2484. **(Juiz – TJ-PA – 2007 – FGV)** A respeito do que reza a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas atualizações, assinale a alternativa correta.

(A) A Constituição enumera algumas hipóteses de aquisição de nacionalidade originária, podendo o Congresso Nacional, por meio de Lei Complementar, prever, com base no princípio da dignidade da pessoa humana, outras hipóteses de nacionalidade originária.

(B) Segundo a Constituição, são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil. A expressão "a serviço da República Federativa do Brasil" há de ser entendida não só como atividade diplomática afeta ao Poder Executivo, mas também como qualquer função associada às atividades da União e dos Estados Federados; excluindo-se, no entanto, os Municípios e suas autarquias e fundações públicas.

(C) Segundo a Constituição, são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

(D) Conforme a Constituição, são privativos de brasileiros natos os cargos de Presidente, Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Presidente de Assembleia Legislativa; Ministros dos Tribunais Superiores; da carreira diplomática; de oficial das Forças Armadas e de Ministro do Estado e da Defesa.

(E) Será declarada a perda da nacionalidade de brasileiro que adquirir outra nacionalidade, mesmo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária por lei estrangeira, pois nacionalidade é o vínculo político e pessoal que se estabelece entre o Estado e o indivíduo, e, ainda, porque a competência para legislar sobre nacionalidade brasileira é exclusiva do Estado brasileiro.

RESPOSTA (A) STF, HC 83.113-QO. (B) CF, art. 12, I, *b*. (C) CF, art. 12, I, *c* (com redação dada pela Emenda Constitucional n. 54/2007). (D) CF, art. 12, § 3º. (E) CF, art. 12, § 4º, I. *Alternativa C.*

2485. **(Analista – DPE-TO – 2012 – UFT)** NÃO é privativo de brasileiros natos o cargo de:

(A) Presidente da Câmara dos Deputados.
(B) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
(C) Procurador-Geral da União.
(D) Ministro de Estado da Defesa.

RESPOSTA Aplicação direta do Art. 12, § 3º, CF. *Alternativa C.*

2486. (Defensor – DPE-AM – 2011 – IC) Márcio Spagheti, italiano residente no Brasil há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos e sem condenação criminal, requereu a nacionalidade brasileira. Nesse caso:

(A) terá seu *status* de brasileiro naturalizado reconhecido e poderá ser Ministro do Supremo Tribunal Federal.
(B) não terá o seu *status* de brasileiro naturalizado reconhecido em função da inexistência de reciprocidade por parte do governo italiano.
(C) terá seu *status* de brasileiro naturalizado reconhecido e poderá seguir carreira diplomática e, assim, tornar-se embaixador do Brasil na Itália.
(D) não terá o seu *status* de brasileiro naturalizado reconhecido, pois, não obstante a existência de tratado de reciprocidade, no caso dos estrangeiros, o prazo de residência mínima é de 20 (vinte) anos ininterruptos.
(E) terá seu *status* de brasileiro naturalizado reconhecido e poderá ser eleito Senador da República.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 12, II, *b,* e § 3º, CF. *Alternativa E.*

2487. (Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS) Sobre nacionalidade, considere as afirmações abaixo.

I. Somente os brasileiros naturalizados perdem a nacionalidade brasileira em virtude de aquisição de outra nacionalidade.
II. Para o cancelamento de naturalização em razão de prática de ato nocivo ao interesse nacional, basta processo administrativo.
III. Oficial das Forças Armadas e Ministro do Estado da Defesa são cargos privativos de brasileiro nato.

Quais estão corretas?

(A) apenas I.
(B) apenas II.
(C) apenas III.
(D) apenas I e III.
(E) apenas II e III.

RESPOSTA I. Art. 12, § 4º, CF. II. O cancelamento é feito por sentença judicial transitada em julgado – arts. 23 e 24, Lei n. 818/49. III. Art. 12, § 3º, CF. *Alternativa C.*

2488. (Advogado – UDESC – 2010 – FEPESE) Sobre os direitos de nacionalidade, é incorreto afirmar:

(A) A Constituição brasileira consagra conjuntamente os critérios *jus soli* e *jus sanguinis* para atribuição da nacionalidade.
(B) É privativo de brasileiro nato o cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal.
(C) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais

estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

(D) Para que o brasileiro naturalizado seja proprietário de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, a Constituição brasileira exige a aquisição de nacionalidade brasileira há mais de dez anos.

(E) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

RESPOSTA (A) Art. 12, I, *a*, *b* e *c*, CF. (B) Art. 12, § 3º, IV, CF. (C) Art. 12, I, *a*, CF. (D) Art. 222, CF. (E) Art. 12, II, *b*, CF. *Alternativa E.*

2489. **(Advogado – SESCPB – 2009 – IFEP-PB)** Quanto à reaquisição e à perda da nacionalidade brasileira afirma-se:

(A) O chefe do poder executivo poderá conceder a nacionalidade brasileira.

(B) O brasileiro naturalizado após o cancelamento da naturalização só poderá readquirir a nacionalidade brasileira por meio de ação rescisória.

(C) O brasileiro nato nunca perderá a nacionalidade brasileira.

(D) Aquisição de outra nacionalidade faz o brasileiro perder a sua nacionalidade se o mesmo for cidadão nato.

(E) O Ministério das Relações Exteriores tem a função de conceder naturalização.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 12, CF. *Alternativa B.*

V. Direitos Políticos e Partidos Políticos

2490. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** A respeito do regime constitucional de organização dos partidos políticos, analise as afirmativas a seguir.

I. A norma constitucional que assegura autonomia aos partidos políticos para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, por ter sido instituída por emenda constitucional, só passou a ser aplicada decorrido um ano da data de sua vigência.

II. É assegurado aos partidos políticos o recebimento de financiamento por parte de entidades estrangeiras, desde que tais recursos sejam declarados anualmente perante o Tribunal Superior Eleitoral.

III. Os partidos políticos que não obtiverem em cada eleição para a Câmara dos Deputados no mínimo cinco por cento de votos apurados, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados, não terão direito a receber recursos do fundo partidário.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 17, § 1º e STF, ADI n. 3.685. II. CF, art. 17, II. III. CF, art. 17, § 3º, e STF, ADI 1.351 e ADI 1.354, nas quais foi julgada a inconstitucionalidade das limitações impostas na Lei n. 9.096/95. *Alternativa A.*

2491. (Auditor – TCM-PA – 2008 – FGV) No que concerne aos direitos políticos, é correto afirmar que:

(A) eles se classificam em positivos e negativos, sendo exemplo desta última classificação a elegibilidade.

(B) não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o sufrágio.

(C) são inelegíveis no território de jurisdição do titular o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

(D) o cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado é hipótese de perda dos direitos políticos.

(E) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, cabível a sua aplicação à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

RESPOSTA (A) Os direitos políticos negativos são as "inelegibilidades" e não "elegibilidades". (B) CF, art. 60, § 4º, II. (C) CF, art. 14, § 7º. (D) CF, art. 15, I. (E) CF, art. 16. *Alternativa D.*

2492. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Relativamente aos *partidos políticos*, assinale a afirmativa incorreta.

(A) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

(B) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: I – caráter nacional; II – proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; III – prestação de contas à Justiça Eleitoral; IV – funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

(C) Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

(D) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, deverão coletar assinaturas de pelo menos 3% (três por cento) dos eleitores regularmente inscritos na justiça eleitoral de, no mínimo, 7 (sete) Estados ou Territórios para que seus estatutos possam ser registrados no Tribunal Superior Eleitoral e os partidos sejam como tal reconhecidos pela lei eleitoral.

(E) É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

RESPOSTA (A) CF, art. 17, § 1º. (B) CF, art. 17, I, II e III. (C) CF, art. 17, § 3º. (D) Art. 7º, § 1º, Lei n. 9.096/95. (E) CF, art. 17, § 4º. *Alternativa D.*

2493. (Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR) Quanto à nacionalidade e aos direitos políticos, segundo o texto constitucional é correto afirmar que:

(A) Os estrangeiros e os conscritos, durante o período de serviço militar, não têm capacidade eleitoral passiva.

(B) São brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, mesmo que estes estejam a serviço de seu país.

(C) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por dez anos ininterruptos e idoneidade moral.

(D) A cassação de direitos políticos pode se dar em caso de incapacidade civil absoluta ou condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

(E) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor no ano seguinte ao da data de sua publicação.

RESPOSTA (A) Art. 14, § 2º, CF. (B) Art. 12, I, *a*, CF. (C) Art. 12, II, *a*, CF. (D) Art. 15, CF. (E) Art. 16, CF. *Alternativa A.*

2494. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** A respeito dos direitos políticos, é correto afirmar que

(A) a Constituição de 1988 determina uma série de limitações aos direitos políticos, sendo que uma delas refere-se aos analfabetos, que apesar de poderem votar, são inelegíveis.

(B) no caso de condenação por improbidade administrativa, em que tenha sido comprovado o desvio de verbas do erário público pelo réu, pode ele ter seus direitos políticos cassados.

(C) em nome do princípio da publicidade que rege os atos da administração pública, a ação de impugnação de mandato não pode tramitar em segredo de justiça, exceto nos casos previstos na Constituição.

(D) o prazo constitucional de desincompatibilização para que o Presidente da República, os Governadores de Estado e do DF, e os Prefeitos possam concorrer a outros cargos termina no final de agosto do ano eleitoral.

RESPOSTA (A) Art. 14, § 4º, CF. (B) Art. 15, CF. (C) Art. 14, § 11, CF. (D) Art. 14, § 6º, CF. *Alternativa A.*

2495. **(Advogado – IPTSP – 2011 – VUNESP)** É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão, porém, poderá ocorrer no caso de

(A) cancelamento da naturalização por decreto do Presidente da República.

(B) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

(C) incapacidade civil relativa.

(D) cometimento de crime de atentado contra o Estado Democrático de Direito.

(E) decisão proferida em processo administrativo de apuração de responsabilidade de servidor público.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 15, CF. *Alternativa B.*

2496. **(Advogado – CORREIOS-SP – 2008 – ESPP)** No que se refere à inelegibilidade assinale a alternativa correta:

(A) São absolutamente inelegíveis os cônjuges ou parentes consanguíneos de Governadores de Estado e Prefeitos Municipais no território de jurisdição do titular dos referidos cargos eletivos.

(B) Trata-se de hipótese de inelegibilidade relativa aquela que impede os estrangeiros de se alistarem para os cargos eletivos de nível federal.

(C) Uma das hipóteses de inelegibilidade absoluta ocorre no caso dos analfabetos, que dispõem apenas de capacidade eleitoral ativa.

(D) São absolutamente inelegíveis os militares da ativa, pois não podem se filiar a partidos políticos.

RESPOSTA (A) Art. 14, § 7º, CF. (B) Art. 14, § 2º e § 4º, CF. (C) Art. 14, § 4º, CF. (D) Art. 14, § 8º, CF. *Alternativa C.*

2497. (Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ) Com relação ao atual texto expresso da Constituição da República analise as seguintes proposições:

I. A iniciativa popular, expressão do exercício de soberania popular, pode ser realizada através de apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

II. Podem alistar-se como eleitores, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

III. Partidos políticos que se propõem a disputar apenas eleições estaduais devem registrar os seus estatutos perante o Tribunal Regional Eleitoral da correspondente unidade da Federação.

IV. Domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária e idade mínima são condições de elegibilidade, previstas expressamente no texto da atual Constituição da República.

V. Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem os seus efeitos, e improbidade administrativa, nos termos do art. 37 § 4º da CR, são hipóteses de incidência de suspensão dos direitos políticos.

Assinale a alternativa que corresponde à relação completa de proposições corretas:

(A) I, IV e V.
(B) I, II e V.
(C) III, IV e V.
(D) II, IV e V.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA I. Art. 14, III, c/c art. 61, § 2º, CF. II. Art. 14, § 2º, CF. III. Art. 17, § 2º, CF. IV. Art. 14, § 3º, I a VI, CF. V. Art. 15, III, V, CF. *Alternativa A.*

2498. (Advogado – USP – 2009 – CODAGE) No tocante aos instrumentos de participação direta no poder, a Constituição de 5 de outubro de 1988

(A) considerou tanto o plebiscito quanto o referendo, equiparando-os nos seus efeitos e hipóteses de utilização.
(B) assegurou a iniciativa popular, mas a circunscreveu à deflagração do processo legislativo de leis complementares e ordinárias em nível federal.
(C) revelou-se extremamente atual, consagrando, dentre outros, o instituto do *recall*, de uso restrito aos mandatos parlamentares.
(D) considerou o instituto do plebiscito, a ser convocado pelo Tribunal Superior Eleitoral, para consulta ao eleitorado sobre texto normativo aprovado pelo Congresso Nacional.
(E) admitiu a iniciativa legislativa popular, estabelecendo, para todos os níveis federativos, o percentual mínimo do eleitorado que deve subscrever o respectivo projeto de lei.

RESPOSTA (A) Arts. 14, I, II; 18, §§ 3º e 4º; 49, XV, CF. (B) Arts. 14, III; 61, § 2º, CF. (C) *Informativo* 692 do STF. (D) Art. 49, XV, CF. (E) Art. 61, § 2º, CF. *Alternativa B.*

2499. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) “Art. 91-A. No momento da votação, além da exibição do respectivo título, o eleitor deverá apresentar documento de identificação com fotografia.” (Lei n. 9.504/97 incluído pela Lei n. 12.034, de 2009). O dispositivo legal supra foi questionado perante o STF por meio de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de liminar. Como resultado do julgamento da respectiva medida cautelar, a situação atual do direito de voto no Brasil é a seguinte:

(A) o STF, ao interpretar a lei, decidiu que apenas a ausência de documento oficial de identidade com fotografia impede o exercício do direito de voto.

(B) a exigência de dois documentos, simultaneamente, para que o eleitor possa exercer seu direito de voto é inconstitucional, podendo o eleitor votar portando um dos dois documentos.

(C) no momento da votação, o eleitor deve apresentar os dois documentos exigidos por lei, a fim de permitir a sua perfeita identificação pessoal, bem como comprovar a regularidade da sua inscrição perante a Justiça Eleitoral.

(D) o STF decidiu que o eleitor tem o direito de exercer o seu direito de voto exibindo apenas o título de eleitor e, na impossibilidade de assim proceder, poderá votar por meio da apresentação de um documento oficial com sua foto.

RESPOSTA ADI 4.467/DF, Rel. Min. Ellen Gracie. *Alternativa A.*

VI. Organização do Estado, Federação e Competências dos Entes Federativos

2500. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** As alternativas a seguir apresentam características do *sistema federativo brasileiro*, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) Repartição constitucional de competências entre a União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios.

(B) Atribuição de autonomia constitucional aos Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, podendo tais entes federativos organizar seus poderes executivo, legislativo e judiciário, na forma de suas constituições regionais.

(C) Participação dos Estados-Membros na elaboração das leis federais, através da eleição de representantes para o Poder Legislativo Federal.

(D) Possibilidade constitucional excepcional e taxativa de intervenção federal nos Estados-Membros e no Distrito Federal, para manutenção do equilíbrio federativo.

(E) Indissolubilidade da federação, sendo vedada a aprovação de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa de Estado.

RESPOSTA Mesmo que a federação pressuponha a autonomia política, administrativa e financeira dos entes federativos, o Distrito Federal não tem autonomia para, por exemplo, organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Militar, os quais estão sujeitos à disciplina da União (CF, art. 21, XIII e XIV, c/c art. 22, XVII). Além disso, não existe Constituição "regional". *Alternativa B.*

2501. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Sobre a repartição constitucional de competências dos entes federativos, assinale a afirmativa incorreta.

(A) Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei.

(B) Compete privativamente à União legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

(C) Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre direito tributário, eleitoral, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

(D) Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.

(E) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

RESPOSTA (A) CF, art. 21, XI. (B) CF, art. 22, IV. (C) CF, art. 22, I. (D) CF, art. 24, IX. (E) CF, art. 23, IX. *Alternativa C.*

2502. (Auditor – TCM-RJ – 2008 – FGV) Na organização de distritos, o Município deve observar a Legislação:

(A) estadual.
(B) local.
(C) complementar.
(D) nacional.
(E) Federal.

RESPOSTA Nos termos do art. 30, IV, a criação, organização e supressão de distritos é competência dos municípios. Todavia, para essa tarefa, deve ser **observada** a legislação ESTADUAL. *Alternativa A.*

2503. (Auditor – TCM-RJ – 2008 – FGV) Nos termos da Constituição Federal, a titularidade da função de Controle Externo de um município é do(a):

(A) Tribunal de Contas de sua jurisdição.
(B) Tribunal de Contas da União.
(C) Câmara de Vereadores.
(D) Congresso Nacional.
(E) Assembleia Legislativa.

RESPOSTA Expressamente, a Constituição Federal de 1988 (art. 31, § 1º) determina que cabe à respectiva Câmara Municipal a realização do controle externo das contas municipais. Os Tribunais de Contas, portanto, são AUXILIARES de controle externo. *Alternativa C.*

2504. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Relativamente à organização do Estado, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.
(B) A autonomia federativa assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, autorizar ou proibir seu funcionamento, na forma da lei.
(C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
(D) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
(E) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

RESPOSTA (A) CF, art. 18. (B) CF, art. 19, I (B) CF, art. 19, III. (C) CF, art. 18, § 3º. (E) CF, art. 18, § 4º. *Alternativa B.*

2505. (Fiscal – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV) No que concerne à competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme o art. 24 da Constituição Federal, ante a inexistência de Lei Federal, o Estado do Rio de Janeiro, no exercício de sua competência

suplementar (CF, art. 24, § 2º), por meio de Lei Estadual "X", introduziu normas gerais de determinada matéria. Supervenientemente, a União, por meio da Lei Federal "Y", introduziu normas gerais da mesma matéria da Lei Estadual "X", o que resultou em:

(A) inconstitucionalidade da Lei Federal "Y".
(B) suspensão da eficácia da Lei Estadual "X" no que for contrária à Lei Federal "Y".
(C) ab-rogação da Lei Estadual "X".
(D) derrogação da Lei Estadual "X" no que for contrária à Lei Federal "Y".
(E) inconstitucionalidade superveniente da Lei Estadual "X".

RESPOSTA A questão exige a aplicação direta da previsão do art. 24, §§ 1º a 4º, CF/88. *Alternativa B.*

2506. **(Fiscal – SEFAZ-RJ – 2008 – FGV)** Os territórios federais integram a União e sua reintegração ao Estado de origem será regulada em lei:

(A) complementar.
(B) ordinária.
(C) delegada.
(D) complexa.
(E) mista.

RESPOSTA Nos termos do art. 18, § 2º, CF/88, a criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem de territórios federais serão reguladas em lei complementar. *Alternativa A.*

2507. **(Juiz – TJ-PA – 2007 – FGV)** Com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas atualizações, assinale a alternativa correta.

(A) Conforme mandamento constitucional, os vereadores se beneficiam de todas as imunidades formais.
(B) Conforme a Constituição Federal, aos deputados estaduais se estende a imunidade material. Esta expressa a inviolabilidade civil e penal dos deputados por suas opiniões, palavras e votos, neutralizando a responsabilidade do parlamentar nessas esferas.
(C) O suplente de deputado estadual possui as garantias constitucionais de imunidade parlamentar, bem como a ele se estende a prerrogativa de foro, pois ostenta a posição de substituto eventual do titular do mandato.
(D) Conforme a Constituição Federal, aos deputados estaduais se estende a imunidade formal. Esta expressa a inviolabilidade civil e penal dos deputados por suas opiniões, palavras e votos, neutralizando a responsabilidade do parlamentar nessas esferas.
(E) A Constituição Federal prevê imunidades materiais e formais aos deputados estaduais e aos vereadores. No que tange a estes, no entanto, a imunidade material é limitada territorialmente à circunscrição do Município.

RESPOSTA CF, art. 29, VIII. (B) CF, art. 27, c/c art. 53. (C) STF, Inq. 2.800. (D) CF, art. 27. (E) CF, art. 29, VIII. *Alternativa B.*

2508. **(Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV)** No que tange à competência constitucional dos entes da Federação, é incorreto afirmar que:

(A) é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
(B) é inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
(C) compete aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente com a União, sobre direito

tributário, financeiro, penitenciário, econômico, urbanístico, limitando-se à competência da União, nesses casos, estabelecer normas gerais.
(D) a lei federal é hierarquicamente superior à lei estadual, somente não prevalecendo se houver norma constitucional estadual no mesmo sentido. Igualmente, a lei estadual é hierarquicamente superior à lei municipal, e só não prevalece se houver norma na Lei Orgânica municipal no mesmo sentido.
(E) mediante lei complementar, pode a União Federal autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de sua competência privativa.

RESPOSTA (A) Súmula 645, STF. (B) Súmula Vinculante 2, STF. (C) CF, art. 24, I e §§ 1º a 4º. (D) Entre leis de diferentes entes federativos (distribuição horizontal de competências), em regra, não se pode falar em hierarquia, mas, sim, em competências distintas. (E) CF, art. 22, parágrafo único. *Alternativa D.*

2509. **(Juiz – TJ– MS – 2008 – FGV)** Assinale a afirmativa incorreta.

(A) Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores, a fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.
(B) Conforme a Constituição Federal, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, é assegurado que seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
(C) Conforme a jurisprudência dos Tribunais Superiores é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
(D) Conforme a Constituição Federal, o servidor público ocupante de cargo efetivo não pode ser exonerado *ad nutum*, com base em decreto que declara a desnecessidade do cargo.
(E) Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores, é possível lei estadual criar cargos em comissão que possuam atribuições meramente técnicas.

RESPOSTA (A) Súmula 679, STF. (B) CF, art. 38, IV. (C) Súmula 685, STF. (D) STF (RE 378.041). (E) STF, ADI 3.706. *Alternativa E.*

2510. **(Advogado – CASA – 2011 – VUNESP)** A Constituição Federal admite, expressamente, a acumulação dos seguintes cargos públicos:

(A) um técnico com um científico.
(B) um de professor com o de juiz.
(C) um de procurador de fundação com o de Promotor de Justiça.
(D) um de advogado de sociedade de economia mista com outro de advogado em empresa pública.
(E) dois cargos científicos, sendo um numa fundação e outro em autarquia.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 37, XVI, CF. *Alternativa B.*

2511. **(Advogado – DIOES – 2010 – IBAPRJ)** Com base no artigo 37 da Constituição Federal, e jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

(A) Funcionário em estágio probatório pode ser exonerado e demitido sem inquérito ou formalidades legais.
(B) A exigência editalícia de dois anos de formatura para provimento de determinados cargos públicos não afronta o princípio constitucional da igualdade.
(C) Há responsabilidade subjetiva do Estado na hipótese de colisão de veículo com animal em via

pública.

(D) Prescreve em três anos, contados da ocorrência do fato, a ação contra a Fazenda para haver indenizações por responsabilidade civil.

RESPOSTA (A) Súmula 21, STF. (B) TRF 5ª R. – REO 47.019/CE – 1ª T – Rel. Juiz Hugo Machado. (C) AC 17.915/MS 2007.017915-5, Rel. Des. Paulo Alfeu Puccinelli, e art. 37, § 6º, CF. (D) AC 48.383/SC 1996.004838-3, Rel. Francisco Borges. "RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL. PRESCRIÇÃO. DECRETO N. 20.910/32.Prescreve em cinco anos, contados da ocorrência do ato ou fato de que se originar, toda e qualquer ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, não podendo vingar, portanto, pleito para haver indenização por responsabilidade civil intentado contra o Município, aforado depois de cinco anos do evento causador da morte da esposa do autor." *Alternativa B.*

2512. **(Advogado – CEMIG – 2010 – FUMARC)** Assinale a alternativa correta, no que concerne à organização político-administrativa brasileira:

(A) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

(B) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

(C) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei.

(D) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 18, CF. *Alternativa A.*

2513. **(Advogado – ALERR – 2010 – CETAP)** Imagine que o Cidadão C tenha sido excluído de concurso público estadual por reprovação em exame psicotécnico. Neste caso, é CORRETO afirmar:

(A) O Cidadão C terá direito adquirido ao cargo, pois a exigência de exames psicotécnicos já foi declarada inconstitucional pelo STF.

(B) O Cidadão C não poderá reverter a situação em juízo, pois as decisões das Bancas Examinadoras de concursos públicos são insuscetíveis de apreciação pelo Poder Judiciário.

(C) Caso o Cidadão C consiga reverter a situação em juízo e seja empossado em momento posterior ao que seria caso a ilegalidade não tivesse ocorrido, o Estado não deverá indenizar por danos materiais.

(D) Caso o Cidadão C consiga reverter a situação em juízo e seja empossado em momento posterior ao que seria caso a ilegalidade não tivesse ocorrido, o Estado deverá indenizar pelos danos materiais referentes à remuneração que deixou de receber desde a data em que deveria ter sido empossado até a data da efetiva posse.

(E) Caso o Cidadão C consiga reverter a situação em juízo e seja empossado em momento posterior ao que seria caso a ilegalidade não tivesse ocorrido, o Estado não deverá indenizar pelos danos materiais referentes à remuneração que deixou de receber desde a data da homologação do concurso até a data da efetiva posse.

RESPOSTA STJ – RECURSO ESPECIAL N. 892.958 – RS (2006/0210890-5) REL. MIN. FRANCISCO FALCÃO – "INDENIZAÇAO. VENCIMENTOS. CONCURSO PÚBLICO. POSSE. NULIDADE. DECISÃO JUDICIAL. NEXO CAUSAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. CARACTERIZAÇAO. I – O ato que negou posse e exercício ao autor, ora

recorrente, foi declarado nulo pelo Judiciário nos autos de uma ação mandamental anteriormente impetrada, fato que gerou o ajuizamento da presente ação, na qual se pleiteia, a título de indenização, o pagamento dos vencimentos desde quando devida a posse". *Alternativa D.*

2514. **(Advogado – MGI – 2009 – FUMARC)** Compete à União, EXCETO:

(A) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais.
(B) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens; os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos.
(C) Estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.
(D) Explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

RESPOSTA (A), (B), (C) e (E) Aplicação direta do art. 21, CF. (D) Art. 25, § 2º, CF. *Alternativa D.*

2515. **(Advogado – CESP – 2009 – VUNESP)** Legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia é competência

(A) reservada aos Estados.
(B) comum à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal.
(C) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
(D) privativa da União.
(E) residual dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 22, XII, CF. *Alternativa D.*

2516. **(Advogado – INEA – 2008 – CESGRANRIO)** Acerca das regras de investidura em cargo ou emprego público previstas na Constituição Federal, pode-se afirmar que:

I. é vedada a investidura de estrangeiros em empregos públicos;
II. o prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período;
III. a obrigatoriedade de realização de concurso público não é extensível às empresas públicas e sociedades de economia mista;
IV. a investidura em emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação.

Estão corretas as afirmações

(A) I e II, apenas.
(B) I e IV, apenas.
(C) II e IV, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 37, *caput*, I, II e III, CF. *Alternativa C.*

2517. (Advogado – Manaus – 2008 – AOCP) Compete à União, explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão

(A) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.
(B) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos.
(C) a navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária.
(D) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território.
(E) Todas as alternativas estão corretas.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 21, XII, *a*, *b*, *c* e *d*, CF. *Alternativa E.*

2518. (Advogado – IRB – 2006 – ESAF) Sobre evolução político-constitucional, sistema de repartição de competência na organização do Estado brasileiro, Estado-membro e Intervenção no Estado e nos Municípios, assinale a única opção correta.

(A) Sob a ordem constitucional de 1824, o Poder Judiciário era composto por juízes nomeados pelo Imperador, que podiam ser suspensos mediante processo e audiência do Conselho do Estado; sob a Constituição de 1891, os juízes tinham garantia de irredutibilidade de vencimentos, mas não eram vitalícios.
(B) A constituição de 1937 rompeu com o bicameralismo, ficando a atividade legislativa a cargo, exclusivamente, da Câmara dos Deputados.
(C) Em razão do sistema de repartição de competências adotado na Constituição de 1988, regra geral, tem-se que as atribuições e competências dos municípios são definidas indicativamente.
(D) A intervenção da União no Estado, para prover a execução de decisão judicial, far-se-á, tão somente, por meio de requisição do Supremo Tribunal Federal.
(E) Como o controle político do ato de intervenção cabe ao Congresso Nacional, todo decreto de intervenção será submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo constitucionalmente estabelecido.

RESPOSTA (A) Art. 153, CF/1824; e art. 57, CF/1891. (B) Art. 38, § 1º, CF/1937. (C) Arts. 24, § 2º; 30, CF. (D) Arts. 34, VI; 36, II, CF. (E) Art. 36, § 3º, CF. *Alternativa C.*

2519. (Advogado – IRB – 2006 – ESAF) Sobre Administração Pública, assinale a única opção correta.

(A) Com a nova redação constitucional para os limites de remuneração do servidor público, os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
(B) É garantido ao servidor público, nos termos de lei específica, o direito à livre-associação sindical.
(C) Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação aos requisitos estabelecidos para os demais servidores públicos, para os professores que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério.
(D) A contribuição para custeio da previdência social não incidirá sobre os proventos de aposentadoria e de pensão, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.
(E) É possível, nos termos definidos em lei, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria para servidores públicos que sejam portadores de deficiência.

RESPOSTA (A) Art. 37, XII, CF. (B) Art. 37, VI, CF. (C) Art. 40, § 5º, CF. (D) Art. 40, § 21, CF. (E) Art. 40, § 21, CF. *Alternativa E.*

2520. **(Advogado – CMPetropolis – 2010 – FDC)** Os Vereadores:

(A) são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, qualquer que seja a circunscrição territorial;
(B) são invioláveis, em qualquer hipótese, na circunscrição do Município;
(C) não são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, conquanto no exercício do mandato e na circunscrição do Município;
(D) são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição dos Municípios;
(E) conquanto invioláveis por seus votos, não o são por suas palavras e opiniões no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 29, VIII, CF. *Alternativa D.*

2521. **(Advogado – CMPetropolis – 2010 – FDC)** Dispõe a Constituição da República que a Câmara Municipal:

(A) poderá, excepcionalmente, gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, desde que excluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores;
(B) não poderá gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores;
(C) poderá, excepcionalmente, gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído ou não o gasto com o subsídio de seus Vereadores;
(D) poderá, excepcionalmente, gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, desde que incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores;
(E) não pode gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 29-A, § 1º, CF. *Alternativa E.*

2522. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Determinada lei estadual estabelece que as pessoas nascidas no território do referido Estado terão preferência sobre as nascidas em outros Estados, em caso de empate em concurso público para provimentos de cargos da respectiva Administração. Essa lei deve ser considerada

(A) inconstitucional, pois apenas lei complementar federal pode estabelecer restrições quanto ao direito de acesso dos brasileiros em geral aos cargos públicos.
(B) constitucional, por se tratar de mero critério de desempate, respeitando-se a exigência de concurso público para o provimento de cargo ou emprego de natureza efetiva.
(C) inconstitucional, pois as entidades federativas de todos os níveis estão impedidas de criar distinções entre os brasileiros, mesmo por meio de lei.
(D) constitucional, pois a isonomia autoriza que os desiguais sejam tratados desigualmente e, no caso, os nascidos no Estado têm maior interesse no respectivo governo.
(E) inconstitucional, pois apenas lei ordinária federal pode estabelecer restrições quanto ao direito de acesso dos brasileiros em geral aos cargos públicos.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 19, III, CF. *Alternativa C.*

2523. (Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS) No que tange à organização da República Federativa do Brasil, a União

(A) tem competência privativa para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios.
(B) tem competência exclusiva para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
(C) poderá, mediante lei ordinária, autorizar os Municípios a legislar sobre assuntos de interesse local.
(D) poderá, mediante lei complementar, autorizar os Estados a legislar sobre questões gerais das matérias reputadas privativas e exclusivas.
(E) elaborará, no âmbito da legislação concorrente, normas gerais e específicas, exercendo, na omissão dos Estados, competência legislativa plena.

RESPOSTA (A) Art. 22, XX, CF. (B) Art. 24, VII, CF. (C) Art. 30, I, CF. (D) Art. 22, parágrafo único, CF. (E) Art. 24, § 1º até § 4º, CF. *Alternativa A.*

2524. (Juiz – TRT-2 – 2011) Em relação às figuras processuais no âmbito da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

(A) Conceder-se-á “habeas data” observando-se, no que couber, as normas do “habeas corpus”, enquanto não editada legislação específica.
(B) No mandado de segurança coletivo, a liminar será concedida, quando cabível, após audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.
(C) Conceder-se-á “habeas data”, observando-se, no que couber, as normas do “mandado de injunção”, enquanto não editada legislação específica.
(D) No mandado de segurança coletivo, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
(E) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos processuais.

RESPOSTA (A) *Habeas data* possui lei reguladora – Lei n. 9.507/97. (B) Art. 22, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (C) *Habeas data* possui lei reguladora – Lei n. 9.507/97. (D) Art. 22, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (E) Art. 19, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa B.*

2525. (Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP) O desmembramento de Município, conforme a Constituição Federal, far-se-á

(A) por lei federal, dentro do período determinado por lei complementar estadual e dependerá de plebiscito, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
(B) por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerá de plebiscito, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
(C) por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual e dependerá de referendo, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Estadual.
(D) por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual e dependerá de plebiscito, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Federal.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 18, § 4º, CF. *Alternativa B.*

2526. (Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP) Compete privativamente à União legislar

sobre

(A) organização da Defensoria Pública do Distrito Federal.
(B) proteção à infância e à juventude.
(C) direito penitenciário.
(D) procedimentos em matéria processual.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 21, XIII, CF. *Alternativa A.*

2527. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Tendo em vista o disposto no texto constitucional vigente, assinale a alternativa correta a respeito dos Estados Federados.

(A) Os Estados podem, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
(B) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
(C) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados, não podendo ultrapassar o total de 94 Deputados.
(D) Pertencem aos Estados vinte por cento do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados.

RESPOSTA (A) Art. 25, § 3º, CF. (B) Art. 25, § 2º, CF. (C) Art. 27, CF. (D) Art. 157, II, CF. *Alternativa B.*

2528. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Quanto à organização político-administrativa do Estado, assinale a alternativa correta.

(A) O Distrito Federal é considerado a capital federal.
(B) Os estados-membros podem incorporar-se, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou mesmo para formarem novos estados ou territórios federais. Dependem, para isso, de deliberação do Congresso Nacional, mediante lei ordinária, e aprovação em plebiscito da população interessada.
(C) Compete à União, aos estados-membros, ao Distrito Federal e aos municípios legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.
(D) É competência da União, dos estados-membros, do Distrito Federal e dos municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
(E) Ao Distrito Federal serão atribuídas as competências legislativas reservadas à União, aos estados-membros e aos municípios.

RESPOSTA (A) Art. 18, § 1º, CF. (B) Art. 18, § 3º, CF. (C) Art. 24, IX, CF. (D) Art. 23, V, CF. (E) Art. 32, § 1º, CF. *Alternativa D.*

2529. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** Acerca da competência legislativa prevista na Constituição Federal, é correto afirmar que:

(A) no âmbito da competência concorrente, compete à União legislar sobre normas gerais.
(B) no âmbito da competência concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais não altera em nenhum aspecto a vigência da norma estadual suplementar.
(C) cabe à União legislar privativamente sobre direito urbanístico.
(D) a competência da União para editar normas gerais sobrea proteção à infância e à juventude exclui a competência suplementar dos Estados.
(E) é competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre direito penal.

RESPOSTA (A) Art. 24, § 1º, CF. (B) Art. 24, § 4º, CF. (C) Art. 24, I, CF. (D) Art. 24, XV e § 2º, CF. (E) Art. 22, I, CF. *Alternativa A.*

2530. **(Delegado – PC-RO – 2009-FUNCAB)** Sobre os Estados-Federados, assinale a alternativa correta.

(A) As regras constitucionais sobre inviolabilidade e imunidades dos Deputados Federais não são aplicáveis aos Deputados Estaduais.

(B) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

(C) As normas sobre processo legislativo previstas na Constituição Estadual não são de repetição obrigatória, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

(D) É possível a edição de medida provisória para regulamentar a exploração pelos Estados-Membros do serviço local de gás canalizado.

(E) É vedada expressamente pela Constituição Federal a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

RESPOSTA (A) Art. 27, § 1º, CF. (B) Art. 25, § 3º, CF. (C) RE 505.476/SP, Rel. Min. Dias Toffoli. (D) Art. 25, § 2º, CF. (E) Art. 27, § 4º, CF. *Alternativa B.*

2531. **(Analista – DPE-TO – 2012 – UFT)** Nos termos da Constituição Federal de 1988, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(A) Procedimentos em matéria processual.

(B) Regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.

(C) Normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III da Constituição Federal.

(D) Propaganda comercial.

RESPOSTA (A) Art. 24, XI, CF. (B) Art. 22, X, CF. (C) Art. 22, XXVII, CF. (D) Art. 22, XXIX, CF. *Alternativa A.*

2532. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Com relação à competência concorrente dos Estados para legislar, assinale a alternativa correta.

(A) Não podem os Estados legislar sobre proteção ambiental.

(B) As Assembleias Legislativas estaduais têm competência suplementar para legislar sobre as custas judiciais e emolumentos.

(C) Os Estados sempre podem legislar de forma supletiva sobre critérios de identificação das causas cíveis de “menor complexidade” e dos crimes de “menor potencial ofensivo”, a serem julgados pelos juizados especiais.

(D) Jamais poderá ser autorizado aos Estados da Federação legislar sobre assuntos de competência privativa da União.

RESPOSTA (A) Art. 24, VI, CF. (B) Art. 24, IV, § 3º, CF. (C) Art. 24, X, §§ 2º e 3º; e art. 22, I, CF. (D) Art. 22, parágrafo único, CF. *Alternativa B.*

2533. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** A Assembleia Legislativa de determinado Estado-

membro da Federação, com o objetivo de proteger os seus consumidores, edita uma lei proibindo que as empresas prestadoras do serviço de energia elétrica suspendam o fornecimento desse serviço público no caso de falta de pagamento da respectiva tarifa. Considerando as disposições constitucionais e a posição do STF acerca da matéria, é correto afirmar que essa lei é

(A) constitucional, vez que os Estados possuem competência para legislar sobre a matéria.

(B) constitucional, posto que cabe aos Estados editar leis que visam proteger o consumidor e estas devem prevalecer sobre o interesse econômico das referidas empresas.

(C) inconstitucional, porque houve vício de iniciativa por parte da Assembleia ao legislar sobre matéria cuja lei é de iniciativa privativa do governador.

(D) inconstitucional, porque o Estado invadiu matéria de competência privativa da União.

RESPOSTA ADI 3.729/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes. Violação ao art. 21, XII, *b*, art. 22, IV, e art. 175, parágrafo único, I, II e III, CF. *Alternativa D.*

2534. **(Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP)** Nos termos da atual Constituição Federal, compete aos Estados Federados

(A) explorar os serviços locais de gás canalizado.

(B) suplementar a legislação federal e a municipal, no que couber.

(C) organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

(D) legislar sobre desapropriação.

(E) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os portos marítimos.

RESPOSTA (A) Art. 25, § 2º, CF. (B) Art. 30, II, CF. (C) Art. 30, V, CF. (D) Art. 22, II, CF. (E) Art. 21, XII, *f*, CF. *Alternativa A.*

2535. **(Procurador – Cuiabá-MT – 2007 – UFMT)** Em relação às competências constitucionais e legais dos Municípios, assinale a afirmativa correta.

(A) O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana poderá ser progressivo em razão da localização e do uso do imóvel, ou ter alíquotas diferenciadas em razão da capacidade contributiva do proprietário do bem.

(B) O Município organizará e prestará, sempre em regime de concessão, os serviços públicos de interesse local.

(C) O Município poderá suplementar as legislações federal e estadual, ressalvada sua competência exclusiva para dispor sobre a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de contas municipais.

(D) A lei orgânica do Município será promulgada pela Câmara Municipal, após aprovação por dois terços de seus membros.

(E) A competência do Município para editar normas gerais sobre meio ambiente não exclui a competência suplementar da União.

RESPOSTA (A) Art. 182, II, CF. (B) Art. 30, V, CF. (C) Art. 30, II e § 4º, CF. (D) Art. 29, *caput*, CF. (E) Art. 24, VI e §§ 1º e 2º, CF. *Alternativa D.*

2536. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** A alternativa que inclui em seu rol competência legislativa não privativa da União é:

(A) desapropriação; requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra; águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

(B) sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais; política de crédito, câmbio,

seguros e transferência de valores; comércio exterior e interestadual;
(C) sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular; sistemas de consórcios e sorteios e propaganda comercial;
(D) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
(E) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, tributário, financeiro, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

RESPOSTA (A) Art. 22, II, III e IV, CF. (B) Art. 22, VI, VII e VIII, CF. (C) Art. 22, XIX e XX, CF. (D) Art. 22, IV, CF. (E) Art. 22, I, CF. *Alternativa E.*

2537. (Promotor – MP-RJ – 2011) A regra constitucional que admite o desmembramento de Estados depende da aprovação da população diretamente interessada, entendida como tal a população:
(A) tanto da área desmembrada do Estado-membro como a da área remanescente, mediante referendo;
(B) da área desmembrada do Estado-membro, mediante referendo;
(C) da área desmembrada do Estado-membro, mediante referendo, bem como de lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional;
(D) tanto da área desmembrada do Estado-membro como a da área remanescente, mediante plebiscito, bem como de lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional;
(E) da área desmembrada do Estado-membro, mediante plebiscito, bem como de lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 18, § 3º, CF. *Alternativa D.*

2538. (Procurador – MPF – 2012) Dentre os enunciados abaixo, estão corretos:
I. Considerando que o pluralismo é um fato da vida social e um valor constitucional da maior relevância, a federação também deve pautar-se pelas diferenças culturais entre as regiões, sem prejuízo da unidade, quando isso for necessário.
II. No âmbito da competência legislativa concorrente, as normas gerais não se prestam a garantir completa uniformidade. As regras absolutamente uniformes só podem ocorrer no domínio da competência privativa da União.
III. A competência legislativa concorrente permite transformar os Estados-membros em verdadeiros laboratórios legislativos, possibilitando que novas e exitosas experiências sejam formuladas e eventualmente adotadas pelos demais entes federados.
IV. Constituições e leis estaduais e municipais vinculam-se apenas as normas de pré-ordenação inscritas na Constituição Federal.
(A) I e II.
(B) I, II e III.
(C) I, III e IV.
(D) I, II. III e IV.

RESPOSTA I. Pode ainda o constituinte federal modelar sua concepção federal pelo equilíbrio entre as forças contraditórias da unidade e da diversidade, do localismo e do centralismo, concebendo o federalismo de cooperação, o federalismo de equilíbrio entre a União soberana e os Estados-membros autônomos. II. Art. 24, §§ 1º, 2º e 3º, CF. III. Art. 24, §§ 2º, 3º e 4º, CF. IV. As normas de preordenação constitucional determinam que os Estados deverão observar diversas normas inseridas em diversos dispositivos constitucionais, ex. art. 18, § 4º, CF. *Alternativa B.*

2539. (Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF) É incorreto afirmar, sobre fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Municípios e das entidades da sua

administração direta e indireta, que

(A) ela será feita mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

(B) o controle externo, a cargo das Câmaras Municipais, será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou, onde houver sido criado anteriormente à Constituição Federal de 1988, dos Tribunais de Contas do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios.

(C) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da respectiva Câmara Municipal.

(D) as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

(E) os Tribunais de Contas do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houverem sido criados anteriormente à Constituição Federal de 1988, podem aplicar penalidades ao Prefeito ou sustarem a execução de ato seu causador de despesa ilegal, mas não os Tribunais de Contas dos Estados, onde a estes esteja incumbido o auxílio à Câmara Municipal para o exercício da função de controle externo.

RESPOSTA (A) Art. 31, *caput*, CF. (B) Art. 31, §§ 1º e 4º, CF. (C) Art. 31, § 2º, CF. (D) Art. 31, § 3º, CF. (E) Art. 31, § 1º, CF. *Alternativa E.*

2540. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Em conformidade com a Constituição Federal:

I. Somente por lei complementar poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

II. Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias de autarquias, de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

III. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

IV. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

V. A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

Considere as proposições acima e RESPONDA:

(A) Apenas as proposições III e V estão corretas.

(B) Apenas a proposição III está incorreta.

(C) Apenas as proposições I e II estão corretas.

(D) Apenas as proposições I e III estão incorretas.

(E) As proposições I, II e III estão incorretas.

RESPOSTA I. Art. 37, XIX, CF. II. Art. 37, XX, CF. III. Art. 37, § 4º, CF. IV. Art. 37, V, CF. V. Art. 37, § 7º, CF. *Alternativa D.*

2541. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Assinale a alternativa correta:

(A) O Poder Judiciário pode, com base no princípio da isonomia, determinar a equiparação vencimental entre servidores públicos.
(B) A falta de defesa técnica por advogado em processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
(C) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa, quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, especialmente em relação à apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
(D) Após a edição pela União Federal de lei geral sobre o sistema de consórcios e sorteios, podem os estados-membros legislar sobre a matéria, dando concretude às normas gerais.
(E) Não ofende o princípio da reserva de plenário, previsto no artigo 97 da Constituição Federal, a decisão de órgão fracionário que, não declarando expressamente a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo do poder público, afasta a sua incidência, no todo ou em parte.

RESPOSTA (A) Art. 37, XIII, CF. (B) Súmula Vinculante 5, STF. (C) Súmula Vinculante 3, STF. (D) Art. 22, XX, CF. (E) Súmula Vinculante 10, STF. *Alternativa B.*

2542. **(Analista – DPE-TO – 2012 – UFT)** Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

I. as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
II. os atos de improbidade administrativa não importarão a suspensão dos direitos políticos;
III. a administração pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
IV. é vedado ao servidor público civil à associação sindical.

(A) Apenas os itens I e II estão corretos.
(B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
(C) Apenas os itens I e III estão corretos.
(D) Apenas os itens II e IV estão corretos.

RESPOSTA I. Art. 37, V, CF. II. Art. 37, § 4º, CF. III. Art. 37, *caput*, CF. IV. Art. 37, VI, CF. *Alternativa C.*

2543. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Com relação ao princípio constitucional do “direito adquirido”, o STF já consolidou o entendimento de que

(A) é possível invocá-lo diante da mudança de regime jurídico de servidor público.
(B) há sempre “direito adquirido” aos critérios de fixação do valor da remuneração dos servidores públicos.
(C) a garantia constitucional de irredutibilidade de vencimentos dos servidores públicos é “modalidade qualificada” de “direito adquirido”.
(D) não há falar em “direito adquirido” quando a administração pública necessita revogar seus atos por motivo de conveniência ou oportunidade, visando claramente ao interesse público.

RESPOSTA RE-AgR 394.677/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence. *Alternativa C.*

2544. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Relativamente à responsabilidade civil do Estado é incorreto afirmar:

(A) Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, a responsabilidade civil do Estado em regra é objetiva.

(B) De acordo com autorizada doutrina e jurisprudência, há entendimento de que nos casos de condutas omissivas do Estado, a sua responsabilidade deve ser apurada subjetivamente.

(C) Sendo responsabilizada a administração pública, poderá promover ação regressiva contra o(s) agente(s) responsável(eis) nos casos de dolo ou culpa.

(D) A responsabilidade objetiva do Estado não pode ser afastada em nenhuma hipótese, havendo apenas possibilidade de repartir-se o valor da indenização no caso de culpa concorrente da vítima.

(E) São requisitos para configuração da responsabilidade civil do Estado a ocorrência do dano e a existência do nexo causal entre o dano e a conduta do agente estatal.

RESPOSTA (A) *Informativo* 370 do STF. (B) *Informativo* 391 do STF. (C) Art. 37, § 6º, CF. (D) ARE 687.792/MT, Rel. Min. Dias Toffoli. (E) *Informativo* 391 do STF. *Alternativa D.*

2545. **(Procurador – MPF – 2012)** Dentre os enunciados abaixo, aponte o único incorreto:

(A) Reserva do possível significa insindicabilidade jurisdicional das opções legislativas quanto a densificação legislativa das normas constitucionais reconhecedoras de direitos sociais.

(B) A proibição de retrocesso resulta, ao menos implicitamente, do sistema internacional de direitos humanos, que impõe a progressiva implementação efetiva da proteção social por parte dos Estados.

(C) Não há Estado de Direito sem a consagração dos direitos à ação e à Jurisdição, especialmente quando voltados a responsabilização civil do Estado.

(D) O caráter contramajoritário da jurisdição constitucional, segundo o entendimento dominante, possibilita ao Poder Judiciário atuar ativamente em defesa de direitos fundamentais, desde que se paute por argumentos racionais e controláveis.

RESPOSTA (A) *Informativo* 632 do STF. (B) *Informativo* 582 do STF. (C) Art. 37, § 6º, CF. (D) Rextr. n. 198.993-9/RS – Rel. Min. Néri da Silveira. *Alternativa A.*

2546. **(Procurador – MPF – 2008)** O enquadramento constitucional das comissões parlamentares de inquérito não autoriza afirmar que:

(A) Pode haver ampliação de investigações em razão do surgimento de fatos novos, desde que tenham relação com os que constituíam o seu inicial da comissão.

(B) As investigações podem incidir sobre fatos objeto de inquéritos policiais ou de processos judiciais em curso, se houver entre eles conexão.

(C) As comissões parlamentares de inquérito estaduais não podem requisitar a quebra de sigilo de dados bancários.

(D) Não caracteriza, em princípio, violação à imagem do indiciado em comissão parlamentar de inquérito, a transmissão e a gravação de sessão em que se lhe toma o depoimento.

RESPOSTA Art. 58, CF; e ACO 730, Rel. Min. Joaquim Barbosa – “Violação do equilíbrio federativo e da separação de Poderes. Poderes de CPI estadual: ainda que seja omissa a LC 105/2001, podem essas comissões estaduais requerer quebra de sigilo de dados bancários, com base no art. 58, § 3º, da Constituição.” *Alternativa C.*

2547. **(Procurador – MPF – 2008)** Não se pode afirmar que:

(A) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios não incluem as áreas de perambulação e as que

remotamente foram aldeamento indígena.

(B) As atribuições do Ministério Público não estão sujeitas à reserva de lei complementar.

(C) Os atos administrativos que envolvem a aplicação de conceitos indeterminados estão sujeitos ao exame e controle pelo Poder Judiciário.

(D) Não se declara a inconstitucionalidade parcial quando haja inversão clara do sentido da norma.

RESPOSTA (A) Arts. 20, XI; 231, §§ 1º, 2º e 4º, CF. (B) Art. 128, § 5º, CF; e *Informativo* 463 do STF. (C) *Informativo* 394 do STF. (D) ADI 1.949-MC, Rel. Min. Sepúlveda Pertence. *Alternativa A.*

2548. (Promotor – MP-SC – 2011) Questão:

I. Segundo a Constituição Federal, o vereador é inviolável por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do seu município.

II. É possível, através de iniciativa popular, a propositura de projetos de lei de interesse específico do Município, cidade ou bairros, desde que haja a manifestação, ao menos, de 5% do eleitorado, segundo a Constituição Federal.

III. Com o advento da Constituição de 1988, os Prefeitos Municipais passaram a ter foro privilegiado, respondendo perante o Tribunal de Justiça, mas só se o crime for doloso.

IV. Segundo o artigo 37 da Constituição Federal, norteiam a administração os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, somente.

V. O Conselho Nacional do Ministério Público é composto por 14 membros, sendo 8 originários do Ministério Público brasileiro, nos seus ramos Federal e Estaduais

(A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA I. Art. 29, VIII, CF. II. Art. 29, XIII, CF. III. Súmula 702, STF. IV. Art. 37, *caput*, CF. V. Art. 130-A, *caput*, CF. *Alternativa B.*

2549. (Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF) Sobre a disciplina constitucional da Administração Pública, é incorreto afirmar que

(A) é permitida, desde que no âmbito do mesmo Poder e havendo compatibilidade de funções, a vinculação ou equiparação remuneratória do pessoal do serviço público.

(B) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(C) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

(D) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

(E) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre

nomeação e exoneração.

RESPOSTA (A) Art. 37, XIII, CF. (B) Art. 37, V, CF. (C) Art. 37, IX, CF. (D) Art. 37, XII, CF. (E) Art. 37, II, CF. *Alternativa A.*

VII. Intervenção Federal

2550. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** A respeito do regime constitucional de intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará interventor, será submetido à apreciação do Senado Federal, no prazo de vinte e quatro horas.

II. Se a intervenção tiver sido decretada para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial, fica dispensada a apreciação do decreto de intervenção pelo Poder Legislativo.

III. Se a intervenção tiver sido decretada para repelir invasão estrangeira, poderá o Presidente da República deixar de submeter o decreto de intervenção ao Poder Legislativo, desde que invoque a ocorrência de grave risco iminente à preservação da integridade territorial e à soberania do Estado Brasileiro.

IV. A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a observância da aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Assinale:

(A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
(B) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
(E) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 36, § 1º. II. CF, art. 36, § 3º. III. CF, art. 34, § 3º. IV. CF, art. 34, VII, *e*. *Alternativa C.*

2551. **(Juiz – TJ-PA – 2007 – FGV)** No que tange à intervenção do Estado em seus Municípios, é correto afirmar que:

(A) só poderá intervir caso não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei, e se o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados nas Constituições Estadual e Federal, ou, ainda, para prover a execução da lei, de ordem ou de decisão judicial.

(B) sob pena de ofensa ao princípio federativo, o Estado não pode intervir em Município caso este não tenha aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento de ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, pois são assuntos de interesse local, de competência municipal.

(C) o Estado pode intervir em seu Município quando o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição Estadual e na Constituição Federal, ou para prover a execução de lei nacional e federal, de ordem ou de decisão judicial. No entanto, o decreto interventivo, nesses casos, terá que ser apreciado pela Assembleia Legislativa, sob pena de nulidade.

(D) o Estado pode intervir em seu Município quando o Tribunal de Justiça der provimento à

representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução da lei, de ordem ou de decisão judicial. Nesses casos, está dispensada a apreciação do decreto interventivo pela Assembleia Legislativa.

(E) o Estado pode intervir no seu Município quando este violar princípio indicado na Constituição Estadual; quando o Município deixar de pagar, sem motivo de força maior, por quatro anos consecutivos, ou dois alternados, a dívida fundada; e quando não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei.

RESPOSTA (A) CF, art. 35, I a IV. (B) CF, art. 35, III. (C) CF, art. 36, § 3º. (D) CF, art. 35, IV, c/c art. 36, § 3º. (E) CF, art. 35, IV; CF, art. 35, I; CF, art. 35, II. *Alternativa D.*

2552. **(Auditor – TCM-PA – 2008 – FGV)** Acerca da decretação da intervenção, assinale a afirmativa incorreta.

(A) No caso da intervenção federal para garantir o livre-exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação, a decretação dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.

(B) Ocorrerá no caso de desobediência à ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

(C) Será de provimento pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese dos princípios constitucionais sensíveis, e no caso de recusa à execução de lei federal.

(D) O decreto de intervenção, se couber, nomeará o interventor e será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado no prazo de vinte e quatro horas.

(E) A União não intervirá nos Municípios localizados em Território Federal exceto quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por três anos consecutivos, a dívida fundada.

RESPOSTA (A) CF, art. 36, I. (B) CF, art. 36, II. (C) CF, art. 36, III. (D) CF, art. 36, § 1º. (E) A União não intervirá nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por **dois anos** (e não três, como constaram) consecutivos, a dívida fundada. *Alternativa E.*

2553. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** Para a intervenção da União em Estado-Membro, em caso de recusa à execução de lei federal:

(A) É preciso que o Supremo Tribunal Federal dê provimento à representação do chefe do Ministério Público da União.

(B) É preciso que o Superior Tribunal de Justiça dê provimento à representação do chefe do Ministério Público do Estado.

(C) É preciso que o Supremo Tribunal Federal dê provimento à representação do Procurador-Geral do Estado.

(D) É preciso que o Superior Tribunal de Justiça dê provimento à representação do Procurador-Geral do Estado.

(E) É preciso que o Superior Tribunal de Justiça dê provimento à representação do Procurador-Geral da República.

RESPOSTA Art. 34, VI, e art. 36, III, CF. *Alternativa A.*

2554. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Na organização do Estado Brasileiro, está prevista a

intervenção Federal nos Estados, que, dentre outros objetivos, visa resguardar a observância dos denominados princípios constitucionais sensíveis. Assinale a alternativa que contempla dois desses princípios expressamente indicados no texto constitucional.

(A) Forma republicana e regime presidencialista.
(B) Sistema representativo e moralidade da administração pública.
(C) Direitos da pessoa humana e autonomia municipal.
(D) Prestação de contas da administração pública, direta e indireta, e separação de poderes.

RESPOSTA Aplicação do art. 34, VII, *b* e *c*, CF. *Alternativa C.*

2555. **(Delegado – PC-RJ – 2009-CEPERJ)** Qual das situações abaixo não constitui causa de intervenção da União nos Estados ou no Distrito Federal:

(A) Manter a integridade nacional.
(B) Repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outras.
(C) Garantir o livre-exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
(D) Prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial.
(E) Violar as regras do sistema financeiro nacional.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 34, I, II, III, IV, V, VI e VII, CF. *Alternativa E.*

2556. **(Procurador – MPT – 2006)** Assinale a alternativa CORRETA. A decretação de intervenção da União nos Estados dependerá:

(A) de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, na hipótese de repelir invasão de uma unidade da Federação em outra;
(B) de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, no caso de recusa à execução de lei federal;
(C) de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral ou do Tribunal Superior do Trabalho, no caso de desobediência à ordem ou decisão judicial;
(D) de requisição do Supremo Tribunal Federal, para assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: forma republicana, sistema representativo e regime democrático; direitos da pessoa humana; autonomia municipal; prestação de contas da administração pública, direta e indireta; aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 34, II, CF. (B) Art. 36, III, CF. (C) Art. 36, II, CF. (D) Art. 36, III, e art. 34, VII, CF. *Alternativa B.*

2557. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) A União poderá intervir nos Estados ou no Distrito Federal para repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra.
(B) O Estado não intervirá em seus Municípios, exceto quando: deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição

Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

(C) O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de cinco dias.

(D) Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

RESPOSTA (A) Art. 34, II, CF. (B) Art. 35, I, II, III e IV, CF. (C) Art. 36, § 1º, CF. (D) Art. 36, § 4º, CF. *Alternativa C.*

2558. (Promotor – MP-BA – 2010) Quanto à intervenção federal:

(A) A União não tem legitimidade para intervir em Município situado em Estado-membro.

(B) A União não tem legitimidade para intervir em Estado-membro.

(C) A União possui legitimidade para intervir em qualquer Município.

(D) Para intervir em um Município, a União tem que intervir no Estado-membro.

(E) Para intervir em um Município, a União depende de prévia autorização do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA (A) Art. 35, I, II, II e IV, CF. (B) Art. 34, CF. (C) Art. 35, I, II, II e IV, CF. (D) Art. 35, *caput*, CF. (E) Art. 36, CF. *Alternativa A.*

2559. (Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF) Sobre a intervenção da União nos Estados, ou no Distrito Federal, ou dos Estados nos Municípios, é correto afirmar que

(A) o asseguramento, pela União frente aos Estados e ao Distrito Federal, do princípio constitucional de prestação de contas da administração pública, direta e indireta, não constitui motivo para justificar a decretação de intervenção federal.

(B) a não prestação das contas devidas, na forma da lei, por Município, é motivo suficiente para justificar a decretação de intervenção federal.

(C) a intervenção estadual, no caso de infração, por Município, do dever legal de prestação de contas, depende de solicitação do Poder Executivo coacto ou impedido.

(D) a intervenção federal, no caso de infração, por Estado ou pelo Distrito Federal, ao princípio constitucional de prestação de contas da administração pública, direta e indireta, depende de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.

(E) a intervenção federal, no caso de infração, pelo Distrito Federal, ao princípio constitucional de prestação de contas da administração pública, direta e indireta, depende de provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do respectivo Tribunal de Contas.

RESPOSTA Art. 36, III, CF: Art. 36. A decretação da intervenção dependerá: (...) III de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. *Alternativa D.*

VIII. Organização do Poder Legislativo e Tribunal de Contas da União

2560. (Advogado – SENADO – 2008 – FGV) Assinale, dentre as matérias abaixo relacionadas, incluídas na competência legislativa do Congresso Nacional, aquelas em que não se exige a sanção do Presidente da República.

(A) Organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios.

(B) Tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao

patrimônio nacional.
(C) Matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.
(D) Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas.
(E) Concessão de anistia.

RESPOSTA (A) CF, art. 48, IX. (B) CF, art. 49, I. (C) CF, art. 48, XIII. (D) CF, art. 48, X. (E) CF, art. 48, VIII. *Alternativa B.*

2561. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** A respeito das comissões parlamentares de inquérito, assinale a afirmativa correta.

(A) As comissões parlamentares de inquérito dispõem de competência constitucional para ordenar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas sob investigação do Poder Legislativo, mas devem fundamentar adequadamente a decisão de quebra.
(B) As comissões parlamentares de inquérito podem decretar monitoramento telefônico, desde que presentes os requisitos da Lei 9.296/96. A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo, uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.
(C) As comissões parlamentares de inquérito podem decretar a indisponibilidade de ativos financeiros das pessoas investigadas, por voto da maioria absoluta de seus membros.
(D) O direito de não se autoincriminar não se aplica às comissões parlamentares de inquérito. Todas as pessoas convocadas devem prestar compromisso de dizer a verdade aos membros da comissão, antes do início do depoimento.
(E) As decisões tomadas por maioria absoluta dos membros das comissões parlamentares de inquérito não estão sujeitas a controle judicial, em razão do princípio constitucional da independência dos poderes.

RESPOSTA (A) STF, MS 25.966-MC. (B) STF, MS 23.652. (C) STF, MS 23.446. (D) STF, HC 83.622-MC. (E) STF, MS 25.617-MC. *Alternativa A.*

2562. **(Analista – SENADO – 2008 – FGV)** Em relação às Comissões Parlamentares de Inquérito, é correto afirmar que:

(A) o impedimento, mediante violência ou ameaça, do seu regular funcionamento não constitui ilícito penal, mas configura ilícito administrativo.
(B) são dispensadas de apresentar relatório de seus trabalhos à respectiva Câmara, desde que concluam pela elaboração de projeto de resolução.
(C) se lhes assegura o poder de decretar medidas assecuratórias de busca e apreensão domiciliar e de indisponibilidade de bens, atuando como órgão dotado de função jurisdicional.
(D) são dotadas de competência para decretar a prisão provisória de indivíduos que tenham cometido ato de improbidade administrativa.
(E) têm competência para quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico, desde seja fundamentada a decisão e comprovada a necessidade objetiva dessa providência.

RESPOSTA (A) Art. 4º, Lei n. 1.579/52. (B) Art. 5º, Lei n. 1.579/52. (C) STF, MS 23.444. (D) As CPIs, por não possuírem poderes judicantes ou jurisdicionais não podem decretar a prisão provisória de investigados ou terceiros em nenhuma hipótese. (E) STF, MS 23.452. *Alternativa E.*

2563. **(Auditor – TCM-PA – 2008 – FGV)** Em matéria de competência constitucional, assinale a alternativa correta.

(A) Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
(B) Cabe ao Congresso Nacional processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
(C) Compete privativamente à Câmara dos Deputados eleger membros do Conselho da República.
(D) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
(E) É da competência exclusiva do Congresso Nacional fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESPOSTA (A) CF, art. 51, II. (B) CF, art. 52, I. (C) CF, art. 51, V. (D) CF, art. 51, I. (E) CF, art. 52, VI. *Alternativa C.*

2564. **(Auditor – ANGRA-RJ – 2010 – FGV)** Da disciplina constitucional sobre o Poder Legislativo, seus membros e suas comissões, infere-se que:
(A) as comissões parlamentares de inquérito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal possuem poderes próprios das autoridades policiais e judiciais.
(B) a imunidade material do Deputado Federal é idêntica à do Vereador, com alcance em todo o território nacional.
(C) o Vereador possui imunidade parlamentar em sentido material, mas não lhe é atribuída a imunidade formal ou processual.
(D) o Vereador possui imunidade parlamentar em sentido material e também em sentido formal ou processual, desde que na circunscrição do Município.
(E) as comissões parlamentares de inquérito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal podem ser criadas por prazo indeterminado.

RESPOSTA O Vereador possui imunidade parlamentar em sentido material, mas não lhe é atribuída a imunidade formal ou processual (CF, art. 29, VIII). *Alternativa C.*

2565. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente ao Poder Legislativo, assinale a afirmativa incorreta.
(A) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal e o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
(B) As deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões, salvo disposição constitucional em contrário, serão tomadas por maioria dos votos, presente qualquer quantidade de seus membros.
(C) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas são, dentre outras coisas, da competência exclusiva do Congresso Nacional.
(D) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
(E) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas

pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

RESPOSTA (A) CF, art. 46. (B) CF, art. 47. (C) CF, art. 49, IV. (D) CF, art. 53, *caput*. (E) CF, art. 58, § 3º. *Alternativa B.*

2566. (Auditor – TCM-PA – 2008 – FGV) É correto afirmar que é competência do Tribunal de Contas da União:

(A) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe apenas de forma indireta, nos termos do tratado constitutivo.

(B) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

(C) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.

(D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, exceto as das fundações.

(E) as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.

RESPOSTA (A) CF, art. 71, V. (B) CF, art. 71, VIII. (C) CF, art. 71, I. (D) CF, art. 71, II. (E) CF, art. 71, § 3º. *Alternativa B.*

2567. (Advogado – MGI – 2009 – FUMARC) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, EXCETO:

(A) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em quarenta e cinco dias a contar de seu recebimento.

(B) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

(C) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

(D) Realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, entre outras.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 71, I, II, III e IV, CF. *Alternativa A.*

2568. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) Sobre o Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso Nacional no exercício do controle e fiscalização externos, é correto afirmar que

(A) os Ministros do TCU têm as mesmas prerrogativas, garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

(B) os Ministros do TCU são nomeados pelo Presidente da República com aprovação do Senado Federal, a partir de uma lista com cinco nomes elaborada pelo Tribunal.

(C) a Constituição determina que o TCU seja integrado por onze Ministros, tenha sede no Distrito Federal, com quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo território nacional.

(D) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, devem dar ciência ao TCU, sob pena de responsabilidade solidária.

RESPOSTA (A) Art. 73, § 3º, CF. (B) Art. 73, §§ 1º e 2º, CF. (C) Art. 73, CF. (D) Art. 74, § 1º, CF. *Alternativa D.*

2569. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Em conformidade com a Constituição Federal:

I. É da competência exclusiva do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

II. Cabe ao Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República, dispor sobre a organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal.

III. Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes comuns.

IV. Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros do Tribunal de Contas da União.

V. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, autorizar referendo e convocar plebiscito.

Considerando as proposições acima, RESPONDA:

(A) Todas as proposições estão incorretas.

(B) Todas as proposições estão corretas.

(C) Apenas as proposições I, IV e V estão corretas.

(D) Apenas a proposição V está correta.

(E) Apenas as proposições I e II estão corretas.

RESPOSTA I. Art. 49, I, CF. II. Art. 48, IX, CF. III. Art. 52, II, CF. IV. Art. 51, I, CF. V. Art. 49, XV, CF. *Alternativa A.*

2570. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** No que tange à organização constitucional do Poder Legislativo, é correto afirmar que

(A) cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

(B) compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, autorizar referendo e convocar plebiscito.

(C) compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.

(D) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta, exclusivamente, para inaugurar a sessão legislativa, receber o compromisso do Presidente da República e conhecer

do veto e sobre ele deliberar.

RESPOSTA (A) Art. 49, I, CF. (B) Art. 49, XV, CF. (C) Art. 52, III, *b*, CF. (D) Art. 57, § 3º, I, II, III e IV, CF. *Alternativa C.*

2571. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Não se enquadra entre as competências exclusivas do Congresso Nacional:

(A) aprovar o estado de defesa.
(B) resolver definitivamente sobre tratados internacionais que acarretem compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
(C) mudar temporariamente a sede do Legislativo.
(D) apreciar os atos de concessão e de renovação de emissoras de rádio.
(E) conceder indulto natalino.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 49, I, IV, VI e XII, e do art. 84, XII, CF. *Alternativa E.*

2572. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos nos Regimentos das respectivas Casas, estão previstas na Constituição da República em seu Artigo 58, parágrafo terceiro. Em relação ao tema, pode-se afirmar que:

(A) a comissão parlamentar deve ser instaurada por fato determinado, podendo ser indeterminado o prazo de sua duração.
(B) as conclusões extraídas da investigação realizada serão encaminhadas para o Ministério Público, para que promova a responsabilização civil ou criminal dos infratores.
(C) a comissão poderá determinar o ingresso no domicílio, durante o dia, ainda que sem o consentimento do morador.
(D) pode a comissão parlamentar determinar a violação do sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas.
(E) a comissão parlamentar poderá impedir que o investigado seja assistido por advogado quando de sua oitiva.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 58, § 3º, CF. *Alternativa B.*

2573. **(Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH)** É competente

(A) o Senado Federal autorizar o Presidente da República e o Vice-Presidente, a se ausentarem do País;
(B) o Senado Federal autorizar o Presidente da República e o Vice-Presidente, a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;
(C) o Congresso Nacional autorizar o Presidente da República e o Vice-Presidente, a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;
(D) o Congresso Nacional autorizar o Presidente da República e o Vice-Presidente, a se ausentarem do País, quando a ausência não exceder 15 dias;
(E) NRA.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 49, V, CF. *Alternativa C.*

2574. **(Assessor – DPE-PR – 2012 – PUCPR)** Acerca das disposições constitucionais relativas à organização do Poder Legislativo na República Federativa do Brasil e às atribuições dos

Deputados e Senadores, indique a alternativa CORRETA:

(A) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

(B) No Senado Federal, a representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada, na integralidade, de oito em oito anos, alternadamente.

(C) Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado, sendo, nesses casos, dispensada a sanção presidencial.

(D) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

(E) Os Deputados e Senadores já empossados no cargo poderão ser proprietários de empresa que tenha firmado contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada, desde que não haja prejuízo comprovado ao erário.

RESPOSTA (A) Art. 47, CF. (B) Art. 46, § 2º, CF. (C) Art. 48, II, CF. (D) Art. 51, I, CF. (E) Art. 54, II, *a*, CF. *Alternativa A.*

2575. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Dentre as atribuições e competências do Congresso Nacional brasileiro é correto:

(A) O Congresso Nacional pode dispor sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal.

(B) É de competência exclusiva do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

(C) O Senado e a Câmara podem convocar Ministros de Estado para prestar esclarecimentos e o não comparecimento destes, mesmo que justificadamente, importa em crime de responsabilidade.

(D) Compete privativamente à Câmara dos Deputados aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição.

(E) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

RESPOSTA (A) Art. 48, VII, CF. (B) Art. 49, I, CF. (C) Art. 58, § 2º, III, CF. (D) Art. 52, III, *a*, CF. (E) Art. 52, I, CF. *Alternativa A.*

2576. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as seguintes afirmações e marque a alternativa CORRETA:

I. Compete privativamente ao Presidente da República manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele.

II. A condenação do Presidente e do Vice-Presidente da República em crime de responsabilidade pelo Senado Federal somente será proferida por dois terços dos votos e limitar-se-á à perda do cargo, com inabilitação por oito anos para o exercício de função pública. Uma vez que se trata de processo e julgamento políticos, sem qualquer participação de membros do Judiciário, tal pena será aplicada sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

III. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado,

importando crime de desobediência a ausência sem justificação adequada.

IV. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de desobediência a recusa, ou o não atendimento, no prazo de quinze dias, bem como a prestação de informações falsas.

V. É da competência exclusiva do Congresso Nacional apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

(A) Somente as afirmativas I, IV e V estão corretas.

(B) Somente as afirmativas I e V estão corretas.

(C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

(D) Somente as afirmativas I, II e III estão erradas.

(E) Somente a afirmativa V está correta.

RESPOSTA I. Art. 84, VII, CF. II. Art. 52, parágrafo único, CF. III. Art. 50, CF. IV. Art. 50, § 2º, CF. V. Art. 49, XII, CF. *Alternativa E.*

2577. (Juiz – TRT-16 – 2011) Marque a única alternativa que NÃO representa uma competência privativa do Senado Federal:

(A) Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

(B) Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(C) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

(D) Avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

(E) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

RESPOSTA (A) Art. 52, V, CF. (B) Art. 52, IX, CF. (C) Art. 51, II, CF. (D) Art. 52, XV, CF. (E) Art. 52, IV, CF. *Alternativa C.*

2578. (Advogado – USP – 2009 – CODAGE) O Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, envia ao Congresso Nacional projeto de lei, criando 250 (duzentos e cinquenta) cargos no Quadro do Ministério do Meio Ambiente, solicitando urgência na apreciação da propositura. O Congresso aprova o projeto, na forma de emenda modificativa, reduzindo para 20 (vinte) o total de cargos criados, após mais de 5 (cinco) meses de discussões. A atuação congressual, no caso, deve ser considerada

(A) constitucional, pois o que não se admite é o aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva.

(B) inconstitucional, pois a aprovação se deu após o decurso dos prazos estipulados para a manifestação da Câmara e do Senado em regime de urgência.

(C) constitucional, por se tratar de propositura encaminhada ao Congresso por mero substituto do Presidente da República.

(D) inconstitucional, por não se admitir emendas a projetos de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

(E) inconstitucional, pois não é possível emendar projetos tramitando em regime de urgência.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 63, I e II, CF. *Alternativa A.*

2579. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** À luz da Constituição Federal, as decisões do Tribunal de Contas da União

(A) não podem ser revistas pelo Poder Judiciário, quando se tratar do julgamento da regularidade das contas de administradores públicos.
(B) adquirem eficácia somente depois de ratificadas pelo Poder Legislativo.
(C) examinam a legalidade dos atos geradores de despesa pública, porém não a sua mera economicidade.
(D) têm a eficácia de título executivo extrajudicial, quando delas resultar a imputação de débito ou multa.
(E) devem sempre ser tomadas pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 71, § 3º, CF. *Alternativa D.*

2580. **(Advogado – ELETROBRAS – 2007 – NCE)** Sobre o controle exercido pelo Tribunal de Contas da União, analise as afirmativas a seguir:

I. As multas aplicadas pelo Tribunal de Contas da União têm a eficácia de título executivo.
II. O Tribunal de Contas pode revogar e anular atos administrativos praticados pela Administração Pública.
III. Compete ao Tribunal de Contas analisar, para fins de registro, o ato de aposentadoria de servidor público federal.

São verdadeiras somente as afirmativas:

(A) I e II;
(B) I e III;
(C) II e III;
(D) I, II e III;
(E) nenhuma.

RESPOSTA I. Art. 71, § 3º, CF. II. Art. 71, CF. III. Art. 71, III, CF. *Alternativa B.*

2581. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Dentre os instrumentos da democracia semidireta, aquele que consiste em consulta à opinião do eleitorado sobre a manutenção ou a revogação do mandato político ou administrativo conferido a alguém, denomina-se:

(A) *Impeachment*.
(B) Plebiscito.
(C) Referendo.
(D) *Recall*.
(E) Mandato imperativo.

RESPOSTA *Informativo* 692 do STF. *Alternativa D.*

2582. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Uma Constituição pode ser calcada nos mecanismos de proteção aos direitos e às garantias fundamentais e na estruturação do Estado. No que toca à organização dos poderes, assinale a alternativa correta.

(A) As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) devem se cingir ao fato preciso determinado

expressamente consignado nos atos de sua instalação, sob pena de caracterização de seu alargamento investigativo indevido.

(B) A inviolabilidade profissional justifica a ausência de advogados para comparecerem como testemunhas ou indiciados perante as CPIs.

(C) O Tribunal de Contas da União tem competência para apresentar projeto de lei visando à sua reorganização administrativa.

(D) A abertura de crédito extraordinário é matéria que necessita de edição de medida provisória, posteriormente submetida ao exame do Poder Legislativo.

(E) A imunidade formal dos parlamentares obsta, inclusive, sua prisão decorrente de sentença judicial transitada em julgado.

RESPOSTA Arts. 73 e 96, CF. *Alternativa C.*

2583. **(Advogado – CONAB – 2006 – FJPF)** Para a aprovação de projetos de leis ordinárias, de leis complementares e de emendas constitucionais, requer-se, respectivamente, maioria:

(A) simples, maioria de três quintos dos membros das Casas do Congresso e maioria absoluta dos membros das Câmaras;

(B) maioria absoluta dos membros das Câmaras, maioria de três quintos dos membros das Casas do Congresso e maioria relativa;

(C) relativa, maioria absoluta dos membros das Câmaras e maioria de três quintos dos membros das Casas do Congresso;

(D) maioria de três quintos dos membros das Casas do Congresso, maioria simples e maioria absoluta dos membros das Câmaras;

(E) absoluta (nos dois primeiros casos) e maioria de três quintos dos membros das Casas do Congresso (na última hipótese).

RESPOSTA Arts. 47, 69 e 60, § 2º, CF. *Alternativa A.*

2584. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Analise as afirmações feitas a seguir, respondendo a alternativa correta:

I. O retorno do Senador titular às funções normais implica a perda, pelo suplente, do direito de ser investigado, processado e julgado no Supremo Tribunal Federal.

II. Os Deputados e Senadores, desde a posse, estão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

III. As restrições constitucionais ao exercício do mandato parlamentar estendem-se, desde a diplomação, ao suplente.

IV. O Supremo Tribunal Federal pode examinar o julgamento de mérito feito pela Câmara dos Deputados sobre procedimento incompatível com o decoro parlamentar.

(A) Apenas a alternativa I é verdadeira.

(B) São verdadeiras as alternativas I e IV.

(C) Apenas a alternativa II é falsa.

(D) São verdadeiras as alternativas I, III e IV.

(E) Apenas a alternativa IV é verdadeira.

RESPOSTA I. Inq 2.421-AgR, Rel. Min. Menezes Direito; Inq 3.341, Rel. Min. Celso de Mello; e AP 511, Rel. Min. Celso de Mello. II. Art. 53, § 1º, CF. III. MS 21.266/DF, Rel. Min. Célio Borja. IV. Art. 55, II, CF; e MS 21.861, Rel. Min. Néri da Silveira. *Alternativa A.*

2585. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Assinale a resposta incorreta:

(A) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

(B) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

(C) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.

(D) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA (A) Art. 52, II, CF. (B) Art. 53, § 6º, CF. (C) Art. 62, § 1º, I, *c*, CF. (D) Art. 80, CF. *Alternativa D.*

2586. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Assinale, dentre as alternativas abaixo, quais são as corretas.

I. Embora a previsão da Constituição de que o advogado seja indispensável à administração da justiça, o governador do Estado possui capacidade postulatória, não necessitando da assistência de advogado para ingressar com Ação direta de inconstitucionalidade ou declaratória de constitucionalidade.

II. Na hipótese de impeachment do Presidente da República e do seu vice, suceder-lhe-ão, pela ordem, o Presidente da Câmara dos Deputados; na hipótese da impossibilidade deste assumir o cargo, será chamado o Presidente do Senado; no impedimento deste, o Presidente do STF.

III. A Câmara dos Deputados autoriza a instauração de processo contra o Presidente da República, mas é o Senado que o julga.

IV. Senador pode propor emenda constitucional

V. O *quorum* para aprovação de uma súmula vinculante é superior ao exigido para a declaração de inconstitucionalidade de uma lei.

(A) Apenas II, III e V.

(B) Apenas I e IV.

(C) Apenas I, III e V.

(D) Apenas II.

(E) I, II, III, IV e V.

RESPOSTA I. Art. 103, V, CF. II. Art. 80, CF. III. Art. 51, I, e art. 52, I, CF. IV. Art. 103, II, CF. V. Art. 103-A, CF. *Alternativa C.*

2587. **(Procurador – TCE-GO – 2007-ESAF)** Sobre as Cortes de Contas, é incorreto afirmar

(A) que compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Tribunal de Contas da União.

(B) que incumbe ao Tribunal de Contas da União efetuar o cálculo das quotas referentes aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal e de Participação dos Municípios sobre as receitas tributárias da União.

(C) que, nos dez primeiros anos da criação de Estado, o correspondente Tribunal de Contas terá três

membros, sendo um livremente escolhido pelo Governador eleito, entre membros do Ministério Público junto ao Tribunal e um escolhido pela Assembleia Legislativa.

(D) que, ao Conselho Nacional do Ministério Público compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, inclusive zelando pela observância do art. 37, mas tal competência será exercida sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.

(E) que, ao Conselho Nacional de Justiça, compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, inclusive zelando pela observância do art. 37, mas tal competência será exercida sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

RESPOSTA (A) Art. 102, I, *d*, CF. (B) Art. 161, parágrafo único, CF. (C) Art. 235, III, CF. (D) Art. 130-A, § 2º, CF. (E) Art. 103-B, § 4º, CF. *Alternativa C.*

IX. Imunidades Parlamentares

2588. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** A imunidade parlamentar material prevista no art. 53, *caput*, da Constituição Federal assegura:

(A) que os Deputados e Senadores não sejam processados civil e criminalmente por opiniões, palavras e votos proferidos exclusivamente dentro do parlamento, desde que haja conexão entre a ofensa irrogada e o exercício do mandato.

(B) que os Deputados e Senadores não sejam processados civil e criminalmente por opiniões, palavras e votos proferidos dentro ou fora do parlamento, desde que haja conexão entre a ofensa irrogada e o exercício do mandato.

(C) que os Deputados e Senadores não sejam processados criminalmente por opiniões, palavras e votos proferidos dentro ou fora do parlamento, desde que haja conexão entre a ofensa irrogada e o exercício do mandato. A prerrogativa não impede que os parlamentares sejam civilmente processados pela vítima da ofensa.

(D) que os Deputados e Senadores sejam processados criminalmente apenas pelos crimes de injúria e difamação. A prerrogativa não impede processo criminal por calúnia, mesmo que a ofensa tenha sido irrogada dentro do parlamento e esteja relacionada com o exercício do mandato.

(E) que processos cíveis e criminais decorrentes de opiniões, palavras e votos proferidos pelos Deputados e Senadores dentro do parlamento fiquem automaticamente suspensos enquanto durar o mandato legislativo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional.

RESPOSTA A afirmativa B corretamente assegura a imunidade, civil e criminal, dentro e fora do parlamento, condicionando essa garantia à existência de conexão entre a ofensa e o mandato. Em outras palavras: a assertiva estabelece a exigência de “nexo causal” entre a manifestação e o exercício do mandato para fim de haver imunidade. *Alternativa B.*

2589. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** As alternativas a seguir constituem prerrogativas dos Deputados Estaduais do Estado do Pará, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) Não podem ser processados, civil ou penalmente, por opiniões, palavras e votos proferidos no exercício de seu mandato parlamentar.

(B) Têm direito à prerrogativa de foro perante o Tribunal de Justiça desde a expedição do diploma.

(C) Não são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.

(D) Só poderão ser presos em caso de flagrante de crime inafiançável, podendo a Assembleia Legislativa, pelo voto da maioria de seus membros, revogar a prisão.

(E) Desde a expedição do diploma serão suspensos todos os processos criminais em curso contra o

deputado, bem como o prazo prescricional, enquanto durar o mandato.

RESPOSTA (A) CF, art. 53, *caput*. (B) CF, art. 53, § 1º. (C) CF, art. 53, § 6º. (D) CF, art. 53, § 2º. (E) CF, art. 53, §§ 3º e 4º. *Alternativa E.*

2590. **(Procurador – MPT – 2007)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) cada Senador será eleito segundo o princípio majoritário com dois suplentes;

(B) é de competência exclusiva do Congresso Nacional apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

(C) compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

(D) a incorporação de Deputados e Senadores às Forças Armadas dependerá de prévia licença da Casa respectiva, ainda que em tempo de guerra, exceto os militares;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 46, *caput* e § 2º, CF. (B) Art. 49, XII, CF. (C) Art. 51, II, CF. (D) Art. 53, § 7º, CF. *Alternativa D.*

X. Processo Legislativo Constitucional

2591. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** A respeito do processo legislativo, analise as afirmativas a seguir:

I. Podem apresentar proposta de emenda à Constituição Federal: o Presidente da República; um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; e mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades de federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. A proposta de emenda à Constituição será submetida à discussão e votação em cada casa legislativa, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver três quintos de votos favoráveis dos membros de cada casa.

II. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias. O Presidente da República poderá reeditar medida provisória que não tenha sido apreciada pelo Congresso Nacional, desde que ainda estejam presentes os requisitos da relevância e urgência. Após a quinta reedição, a medida provisória não apreciada será havida como rejeitada, cabendo ao Presidente da República, por decreto, regular as relações jurídicas dela decorrentes.

III. Os projetos de lei de iniciativa do Presidente da República com pedido de urgência na tramitação devem ser apreciados, inicialmente pela Câmara dos Deputados, e depois pelo Senado Federal, no prazo sucessivo de quarenta e cinco dias. Ultrapassado tal prazo, ficam sobrestadas as demais deliberações legislativas da respectiva casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação. Os prazos de quarenta e cinco dias não correm nos períodos de recesso do Congresso nacional.

IV. O projeto de lei que tenha sido aprovado nas duas casas legislativas será encaminhado ao Presidente da República para sanção. Se o chefe do Poder Executivo considerar o projeto inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento. A Constituição proíbe o veto parcial do projeto, em razão do risco de desvirtuamento decorrente da supressão de apenas alguns artigos da lei aprovada. O veto poderá ser derrubado em sessão conjunta das casas legislativas, pelo voto secreto da maioria absoluta dos

Deputados e Senadores.

Assinale:

(A) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(E) se apenas a afirmativa I estiver correta.

RESPOSTA I. CF, art. 60, I, II, III e § 2º. II. CF, art. 62, § 3º. III. CF, art. 64, §§ 1º a 4º. IV. CF, art. 66, §§ 1º e 2º. *Alternativa D.*

2592. **(Analista – SENADO – 2008 – FGV)** Consoante os termos do art. 59 da Constituição Brasileira, as seguintes normas estão compreendidas no regular processo legislativo:

(A) resoluções e decretos.
(B) medidas provisórias e estatutos.
(C) leis programáticas e leis delegadas.
(D) decretos legislativos e resoluções.
(E) leis complementares e leis suplementares.

RESPOSTA De acordo com os **"atos normativos primários"**, listados no art. 59, CF/88. No entanto, não estão nessa lista: os decretos, os estatutos, as leis programáticas e as leis suplementares. *Alternativa D.*

2593. **(Analista – SENADO – 2008 – FGV)** Determinado parlamentar apresenta projeto de emenda constitucional, aduzindo ser necessário abolir o *habeas corpus* tendo em vista o esgarçamento social provocado pela violência urbana. Como técnico legislativo, ocorre a solicitação para apresentar breve estudo sobre a questão. Em termos constitucionais, pode-se afirmar sobre o tema em foco que:

(A) não pode ser apresentada a emenda, por ferir direitos individuais.
(B) diante da violência urbana, existe possibilidade de limitação de quaisquer direitos.
(C) a emenda poderá ser apresentada em termos, desde que seja limitada a criminosos considerados extremamente perigosos.
(D) não poderá ser apresentada a emenda, por ferir a democracia.
(E) poderá ser apresentada a emenda, por não ferir qualquer restrição constitucional quanto ao tema.

RESPOSTA Os direitos e garantias individuais, por disposição do art. 60, § 4º, IV, CF, são núcleos essenciais imodificáveis pela vontade do legislador constituinte derivado. *Alternativa A.*

2594. **(Analista – SENADO – 2008 – FGV)** O processo legislativo confere aos cidadãos poder de iniciar o processo legislativo. Trata-se da lei de iniciativa popular. Consoante o texto constitucional, tal projeto deve preencher os seguintes requisitos:

(A) subscrição de um por cento do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados e com pelo menos três décimos por cento dos eleitores em cada um deles.
(B) subscrição de, no mínimo, de um milhão de eleitores, divididos por dez estados da federação, proporcionalmente.
(C) subscrição de dez por cento do número total de eleitores do país, divididos por, no mínimo, vinte estados da federação, em proporcionalidade.
(D) subscrição de cinco por cento do eleitorado nacional, distribuído por, pelo menos, quinze estados, e cinco décimos de eleitores por estado.
(E) subscrição de vinte por cento do eleitorado nacional, distribuído por dez estados sem limite por

cada estado.

RESPOSTA A assertiva "A" traz a literalidade do art. 61, § 2º, CF/88. *Alternativa A.*

2595. (Analista – SENADO – 2008 – FGV) No sistema bicameral brasileiro, tendo iniciado projeto de lei ordinária no Senado Federal, remetido à Câmara dos Deputados e sofrido emendas, retornando à Casa iniciadora poderá o projeto:

(A) sofrer rejeição total das emendas e ser remetido para sanção presidencial.
(B) passar por novas emendas e ser devolvido à Câmara dos Deputados.
(C) ser emendado, aprovado e remetido à sanção presidencial.
(D) não sofrer emendas porque a Câmara dos Deputados é soberana em tema de lei ordinária.
(E) tramitar por procedimento sumário, sem ir a plenário.

RESPOSTA Se o projeto de lei for aprovado pela Casa Revisora com EMENDAS, haverá o retorno à Casa Legislativa inicial, para análise e votação **sobre as emendas**. Sendo as emendas aprovadas, o projeto seguirá alterado para o Presidente da República. Por sua vez, se na "volta" as emendas forem rejeitadas, o projeto seguirá original (sem as emendas feitas na Casa Revisora), diretamente ao Presidente da República (CF, art. 65). *Alternativa A.*

2596. (Analista – SENADO – 2008 – FGV) No sistema bicameral atuam ambas as Casas Legislativas no processo de formação da lei, cabendo a iniciativa a parlamentares, órgãos legislativos, cidadãos, órgãos do executivo, do Judiciário e do Ministério Público. Assim, sendo a lei de conteúdo estruturador da organização judiciária dos Territórios, tal iniciativa é conferida ao Presidente:

(A) do Supremo Tribunal Federal.
(B) da República.
(C) do Senado Federal.
(D) da Câmara dos Deputados.
(E) do Congresso Nacional.

RESPOSTA Mesmo possuindo autonomia, ao Distrito Federal foi vedado legislar sobre sua organização judiciária, pois a Constituição reservou essas competências à UNIÃO. Consequentemente, sendo a lei de conteúdo estruturador da organização judiciária dos Territórios, a iniciativa é conferida ao Presidente da República, nos termos do art. 64, § 1º, II, *d. Alternativa B.*

2597. (Analista – SENADO – 2008 – FGV) O Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais, aduzindo relevância e urgência, remeteu ao Congresso Nacional Medida Provisória para reajustar vencimentos de servidores públicos, diante da ameaça de greve, com prejuízos à continuidade da prestação do serviço público. Nos termos da Constituição, existe prazo para o Congresso realizar a votação da Medida Provisória, convertendo-a em lei. Após determinado período ocorre o denominado trancamento da pauta de votações. Nesse sentido, analise as afirmativas a seguir:

I. Após a publicação, a Medida Provisória deve ser apreciada em até quarenta e cindo dias.
II. Nenhuma das Casas pode analisar os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.
III. Não sendo votada em sessenta dias, perderá a eficácia, incabível a prorrogação do prazo.
IV. Câmara e Senado indicarão membros para compor comissão mista, responsável por examinar e dar parecer sobre Medidas Provisórias.
V. A votação ocorrerá em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Assinale:

(A) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

(C) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
(E) se apenas as afirmativas II, III e V estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 62, § 6º. II. CF, art. 62, § 5º. III. CF, art. 62, § 7º. IV. CF, art. 62, § 9º. V. CF, art. 62, § 8º. *Alternativa A.*

2598. **(Analista – SENADO – 2008 – FGV)** O processo legislativo prevê uma variedade de atos normativos que devem ser elaborados segundo os seus ditames, dentre os quais figura o Decreto Legislativo. Sobre o referido instrumento normativo, avalie as afirmativas abaixo:

I. A iniciativa é exclusiva do Senado Federal.
II. O projeto deve ser votado nas duas Casas Parlamentares e apresentado à sanção do Presidente da República.
III. Cabe ao Presidente do Senado Federal a promulgação e a publicação.
IV. O *quorum* de votação para aprovar o Decreto Legislativo é de maioria simples.
V. Inexistem limites de matéria para inclusão no corpo do Decreto Legislativo.

Estão corretas apenas as afirmativas:

(A) III e IV.
(B) I e IV.
(C) II e V.
(D) II e IV.
(E) I e III.

RESPOSTA Decretos legislativos são atos normativos primários do Congresso Nacional, promulgados pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional, após discussão e votação em sistema bicameral, aprovados por maioria simples, sobre assuntos de **competência exclusiva** do Poder Legislativo, previstos, regra geral, no **art. 49** da Constituição Federal. Nessa modalidade, **não há** participação do Presidente da República mediante sanção ou veto. *Alternativa A*.

2599. **(Auditor – Angra-RJ – 2010 – FGV)** O poder de reformar a Constituição está sujeito, conforme a Constituição Federal de 1988:

(A) a restrições temporais, sendo vedadas emendas durante o período de quatro anos de promulgação do texto constitucional.
(B) à iniciativa popular de proposta de emenda, composta de, no mínimo, dois terços do coeficiente eleitoral.
(C) ao voto favorável de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, e em dois turnos de votação em cada uma.
(D) à reapresentação, na mesma sessão legislativa, de proposta de emenda nela rejeitada ou tida por prejudicada.
(E) a restrições de ordem material que se exaurem no respeito ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito.

RESPOSTA (A) Somente existiu na Constituição Imperial de 1824. (B) CF, art. 60, I, II e III. (C) CF, art. 60, § 2º. (D) CF, art. 60, § 5º. (E) CF, art. 60, § 4º. *Alternativa C.*

2600. **(Fiscal – SEFAZ-AP – 2010 – FGV)** Com relação ao tema “Poder Constituinte e Emenda à Constituição”, analise as afirmativas a seguir.

I. A proposta de emenda constitucional exige um *quorum* qualificado para sua aprovação. A emenda constitucional será considerada aprovada após discussão e votação em dois turnos pelo Senado

Federal, devendo obter três quintos dos votos dos seus membros em cada turno de votação.

II. São temas que não podem ser objeto de proposta de emenda constitucional que os pretenda abolir: (i) a forma federativa de Estado; (ii) os direitos e garantias individuais; (iii) a separação dos Poderes; (iv) o voto direto, secreto, universal e periódico; e (v) as regras constitucionais relativas ao controle de constitucionalidade.

III. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 60, § 2º. II. CF, art. 60, § 4º, I a IV. III. CF art. 60, § 5º. *Alternativa C.*

2601. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** A respeito do regramento constitucional das medidas provisórias, assinale a afirmativa incorreta.

(A) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
(B) A edição de medida provisória para instituição de tributos só será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
(C) Apenas excepcionalmente o Poder Judiciário poderá, no controle de constitucionalidade da medida provisória, examinar a adequação dos requisitos de relevância e urgência, por força da regra de separação de poderes.
(D) A medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional podia, até a Emenda Constitucional 32/2001, ser reeditada dentro do seu prazo de eficácia de trinta dias, mantidos os efeitos de lei desde a primeira edição.
(E) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

RESPOSTA (A) CF, art. 62, § 1º, IV. (B) CF, art. 62, § 2º. (C) STF, ADI 2.213. (D) Até a Emenda Constitucional n. 32/2001, a medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional podia ser reeditada pelo Presidente da República, mantidos os efeitos de lei desde a primeira edição. (E) CF, art. 62, § 10. *Alternativa B.*

2602. **(Advogado – CEPE – 2011 – CONUPE)** Sobre temas de Direito Constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A iniciativa popular caracteriza-se como uma forma direta do exercício do poder sem o intermédio de representantes através da apresentação de projeto de lei, dando-se início ao processo legislativo de formação da lei. O projeto deve ser subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído por todos os estados brasileiros proporcionalmente.
(B) Os parlamentares passam a ter imunidade formal para a prisão a partir do momento em que são eleitos através do voto direto e secreto.
(C) O processo legislativo compreende a elaboração de espécies normativas, como: emendas à constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções. Cada espécie normativa atuará dentro de sua parcela de competência. Se

houver atuação de lei ordinária em campo reservado à lei complementar, haverá invasão de competência, surgindo, então, um vício formal, caracterizador de inconstitucionalidade.

(D) A medida provisória é adotada pelo Presidente da República através de ato monocrático e impessoal, com a participação do Legislativo, apenas na sua formação.

(E) É da competência privativa do Congresso Nacional a celebração de tratados, convenções e atos internacionais.

RESPOSTA (A) Art. 61, § 2º, CF. (B) Art. 27, § 1º, CF. (C) Art. 59, CF. (D) Art. 62, CF. (E) Art. 84, VIII, CF. *Alternativa C.*

2603. (Advogado – UDESC – 2010 – FEPESE) Acerca do processo legislativo, assinale a alternativa correta.

(A) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, intervenção estadual, de estado de defesa ou de estado de sítio.

(B) Podem os Estados-membros editar medidas provisórias em face do princípio da simetria, obedecidas as regras básicas do processo legislativo no âmbito da União.

(C) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Estados, dos Municípios e dos Territórios.

(D) Decorrido o prazo de dez dias, o silêncio do Presidente da República importará em sanção do projeto de lei encaminhado pelo Congresso Nacional.

(E) Caso não apreciada no prazo de sessenta dias, a medida provisória entra em regime de urgência, ficando sobrestadas as demais deliberações até que se ultime a sua votação.

RESPOSTA (A) Art. 60, § 1º, CF. (B) ADI 425/TO, Rel. Min. Maurício Correa. (C) Art. 61, § 1º, II, *b*, CF. (D) Art. 66, § 3º, CF. (E) Art. 62, § 6º, CF. *Alternativa B.*

2604. (Advogado – IPEM – 2010 – CEPERJ) É possível a edição de medida provisória relativa:

(A) à nacionalidade

(B) ao direito penal

(C) à matéria tributária

(D) ao direito processual civil

(E) ao direito eleitoral

RESPOSTA O art. 62, § 1º, CF, dispõe a respeito da vedação de edição de medidas provisórias sobre determinadas matérias; dentre elas, o art. 62, § 1º, I, *a*, *b*, *c* e *d*, veda as relativas a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral, direito penal, processual penal e processual civil. *Alternativa C.*

2605. (Advogado – CEEE – 2010 – FUNDATEC) Em relação às Emendas Constitucionais, não é possível afirmar que:

(A) Na Constituição Federal, não se admite a iniciativa popular para desencadear processo legislativo.

(B) O Presidente da República também tem legitimidade para apresentar um projeto de Emenda à Constituição.

(C) Em determinadas circunstâncias, mesmo as Assembleias Legislativas estão credenciadas para apresentar um projeto de Emenda à Constituição.

(D) Os Deputados e os Senadores, de maneira individual, têm competência para desencadear esse processo legislativo.

(E) Exigem quórum qualificado, seja na votação ou na aprovação.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 60, I, II e III, CF. *Alternativa D.*

2606. (Advogado – BANPARA – 2010) Quanto ao processo legislativo, é CORRETO afirmar:

(A) É vedada a edição de medida provisória que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.

(B) A iniciativa legislativa para a criação de conta única de depósitos judiciais e extrajudiciais cabe ao Chefe do Poder Executivo por ser matéria de direito financeiro.

(C) Emenda parlamentar que prevê aumento remuneratório para servidores públicos não fere a Constituição Federal, já que se trata da lógica continuação de processo legislativo iniciado por Chefe do Poder Executivo que propôs projeto de lei para reestruturar uma determinada carreira.

(D) Compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos legislativos e instruções normativas.

RESPOSTA (A) Art. 62, § 1º, II, CF. (B) ADI 3.458, Rel. Min. Eros Grau diz que "A iniciativa legislativa, no que respeita à criação de conta única de depósitos judiciais e extrajudiciais, cabe ao Poder Judiciário. A deflagração do processo legislativo pelo chefe do Poder Executivo consubstancia afronta ao texto da CB (art. 61, § 1º)". (C) afronta o art. 63, I, c/c o art. 61, § 1º, II, *c*, CF, segundo a ADI 2.791, Rel. Min. Gilmar Mendes. (D) Art. 59, CF. *Alternativa A.*

2607. (Advogado – ADASA – 2009 – UNIVERSA) No tocante ao processo legislativo, a Constituição Federal define uma sequência de atos a serem realizados pelos órgãos legislativos, visando à formação das espécies normativas previstas na própria Constituição. Acerca do assunto, assinale a alternativa incorreta.

(A) Mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a Constituição poderá ser emendada.

(B) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito penal, processual penal e processual civil.

(C) A iniciativa privativa do presidente da República para dispor sobre matéria tributária está circunscrita aos tributos dos territórios federais.

(D) A emenda à Constituição Federal será promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

(E) Com o advento de uma nova Constituição, as normas da Constituição antiga que não forem, no seu conteúdo, incompatíveis com o novo texto, continuam em vigor, mas com hierarquia de lei ordinária.

RESPOSTA (A) Art. 60, I, CF. (B) Art. 62, § 1º, I, *b*, CF. (C) Art. 61, § 1º, II, *b*, CF. (D) Art. 60, § 3º, CF. (E) Está incorreta, pois, no Brasil, não se adota a Teoria da Desconstitucionalização, assim sendo, quando a nova Constituição entra em vigor ab-roga a Constituição anterior. *Alternativa E.*

2608. (Advogado – JUCEES – 2009 – COSEAC) Acerca do processo legislativo, pode-se afirmar que:

(A) é possível a edição de medidas provisórias sobre matéria já disciplinada em projeto de lei pendente de sanção ou veto do Presidente da República, transformando-se a medida provisória em projeto substitutivo;

(B) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terão início no Senado Federal;

(C) as leis que disponham sobre normas gerais para organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, Distrito Federal e Territórios são de iniciativa privativa dos respectivos chefes dessas instituições, quais sejam, o Procurador-Geral de Justiça e o Defensor Público-Geral;
(D) o veto parcial somente abrange texto integral de artigo, de parágrafo, inciso ou de alínea;
(E) solicitada urgência para apreciação de projeto do Presidente da República, devem a Câmara dos Deputados e o Senado Federal manifestar-se sobre a proposição, conjuntamente, em até 60 dias, sob pena de sobrestamento de todas as demais deliberações legislativas, à exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.

RESPOSTA (A) Art. 62, § 1º, IV, CF. (B) Art. 64, CF. (C) Art. 61, § 1º, II, *d*, CF. (D) Art. 66, § 2º, CF. (E) Art. 64, § 2º, CF. *Alternativa D.*

2609. **(Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB)** A respeito da regulamentação constitucional acerca do processo legislativo, assinale a alternativa certa.

(A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
(B) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e obrigatório.
(C) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.
(D) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
(E) A Constituição da República prevê expressamente a iniciativa popular para projeto de emenda à Constituição.

RESPOSTA (A) Art. 60, I, II e III, CF. (B) Art. 60, § 4º, II, CF. (C) Art. 60, § 1º, CF. (D) Art. 60, § 5º, CF. (E) Art. 60, I, II e III, CF. *Alternativa C.*

2610. **(Advogado – IRB – 2006 – ESAF)** Sobre Poder Legislativo, assinale a única opção correta.

(A) Nos termos da Constituição Federal, o número total de Deputados Federais, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, deve ser ajustado por lei, proporcionalmente à população, no ano das eleições para o Congresso Nacional.
(B) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.
(C) Se um Senador, após a posse, continuar como proprietário de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ele estará sujeito à perda de mandato, a ser declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.
(D) Uma medida provisória aprovada sem alteração do seu texto original não é encaminhada à sanção e promulgação pelo Presidente da República, sendo convertida em lei e promulgada pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional.
(E) Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de

concessão de aposentadorias, reformas e pensões, bem como a legalidade dos atos de concessão de melhorias posteriores, mesmo que delas não decorra alteração no fundamento legal do ato concessório.

RESPOSTA (A) Art. 45, § 1º, CF. (B) Art. 48, XV, CF. (C) Art. 55, I e § 2º, CF. (D) Art. 62, CF/88 e Art. 12, Resolução n. 1, de 2002, CN. (E) Art. 71, III, CF. *Alternativa D.*

2611. (Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO) O voto, direito constitucionalmente assegurado,

(A) poderá ser suprimido somente por emenda constitucional, aprovada por quórum qualificado previsto na Constituição.
(B) poderá deixar de ser secreto, na forma da lei.
(C) é facultativo aos idosos, maiores de sessenta anos.
(D) é obrigatório aos analfabetos maiores de dezoito anos.
(E) constitui cláusula pétrea expressamente prevista na Constituição.

RESPOSTA (A), (B) e (E) Art. 60, § 4º, II, CF. (C) Art. 14, § 1º, II, *b*, CF. (D) Art. 14, § 1º, II, *a*, CF. *Alternativa E.*

2612. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) Assinale a afirmativa correta sobre processo legislativo.

(A) A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou tida como prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa desde que trate de matéria de relevância e urgência.
(B) A proposta de emenda deve ser discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, exigindo-se para a sua aprovação quórum de dois terços dos votos dos respectivos membros.
(C) As medidas provisórias configuram uma categoria especial de atos normativos primários, emanados do Poder Executivo, que se revestem de força, eficácia e valor de lei.
(D) As leis delegadas versando sobre direitos políticos e eleitorais são elaboradas pelo Presidente da República, que deve solicitar a delegação do Congresso Nacional.

RESPOSTA (A) Art. 60, § 5º, CF. (B) Art. 60, § 2º, CF. (C) Art. 62, CF. (D) Art. 68, § 1º, II, CF. *Alternativa C.*

2613. (Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP) As medidas provisórias

(A) são vedadas, entre outras matérias, sobre a organização do Poder Judiciário, direitos políticos e que visem à detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
(B) serão expedidas em casos de urgência e relevância, devendo ser submetidas pelo Presidente da República ao Congresso Nacional no prazo de 30 dias.
(C) perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de 30 dias, prorrogável uma vez por igual período.
(D) terão sua votação iniciada no Senado, e serão apreciadas em sessão conjunta pelo plenário do Congresso Nacional.
(E) já aprovadas pelo Legislativo, que estejam pendentes de sanção ou veto do Presidente da República, entrarão em vigor automaticamente, se o Chefe do Executivo não se manifestar no prazo de 15 dias.

RESPOSTA (A) Art. 62, § 1º, I, II e III, CF. (B) Art. 62 *caput*, CF. (C) Art. 62, § 3º, CF. (D) Art. 62, § 8º, CF. (E) Art. 62, § 12, CF. *Alternativa A.*

2614. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Sobre o processo legislativo analise as seguintes afirmações e marque a alternativa CORRETA:

I. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

II. A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República; de, no mínimo, a maioria simples dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação. Neste último caso, cada uma delas deverá se manifestar pela maioria absoluta de seus membros.

III. A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, salvo declaração expressa do Congresso Nacional sobre a matéria.

IV. A proposta de Emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros. Apenas não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, os direitos e garantias individuais e o voto direto, secreto, universal e periódico.

V. A iniciativa popular para a criação de leis pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

(A) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
(B) Somente as afirmativas I e V estão corretas.
(C) Somente as afirmativas I, III e V estão corretas.
(D) Somente as afirmativas II e III estão erradas.
(E) Somente a afirmativa I está correta.

RESPOSTA I. Art. 67, CF. II. Art. 60, I, II e III, CF. III. Art. 60, § 1º, CF. IV. Art. 60, §§ 2º e 4º, CF. V. Art. 61, § 2º, CF. *Alternativa B.*

2615. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Será objeto de deliberação legislativa a proposta de Emenda Constitucional tendente a:

(1) reformar a estrutura dos Ministérios.
(2) reformar os critérios de seleção e de provimento dos servidores públicos civis.
(3) modificar as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento público.
(4) estabelecer novas regras para o processo eleitoral e para o funcionamento dos partidos políticos, com vigência apenas para o pleito eleitoral seguinte.
(5) modificar a estrutura federativa do Estado brasileiro

Estão corretas apenas:

(A) 2, 3, 4 e 5
(B) 1, 2,3 e 4
(C) 2, 3 e 4
(D) 1, 2, 3 e 5
(E) 1 e 5

RESPOSTA Aplicação direta do art. 60, § 4º, e art. 16, CF. *Alternativa D.*

2616. (Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ) Analise as seguintes assertivas quanto ao processo legislativo previsto na Constituição Federal de 1988 e assinale a alternativa correta.

I. A iniciativa legislativa para a proposição de emenda constitucional é concorrente.

II. Em regra, o processo legislativo da emenda constitucional inicia-se na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, em homenagem ao princípio democrático.

III. Não poderá haver emendas parlamentares em projeto de lei cuja iniciativa seja exclusiva do chefe do Poder Executivo.

IV. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

(A) As opções I e IV estão erradas.

(B) As opções I e II estão corretas.

(C) As opções II e III estão corretas.

(D) As opções III e IV estão corretas.

(E) As opções I e IV estão corretas.

RESPOSTA I. Art. 60, I, II, III, CF. II. Art. 64, CF. III. ADI 2.420, Rel. Min. Ellen Gracie. IV. Art. 67, CF. *Alternativa E.*

2617. (Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB) No que se refere às normas constitucionais sobre processo legislativo, marque a opção correta.

(A) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos dez Estados da Federação.

(B) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria tributária.

(C) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(D) São de iniciativa privativa do Presidente da República leis que disponham sobre organização administrativa e judiciária dos Territórios.

(E) A proposta de emenda à Constituição será aprovada se obtiver, em dois turnos, dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.

RESPOSTA (A) Art. 61, § 2º, CF. (B) Art. 62, § 1º, CF. (C) Art. 60, § 5º, CF. (D) Art. 61, § 1º, II, *b*, CF. (E) Art. 60, § 2º, CF. *Alternativa D.*

2618. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) Assinale a alternativa correta a respeito do processo legislativo.

(A) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.

(B) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.

(C) Se, nos projetos de lei de urgência, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até sessenta dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.

(D) Nos casos de sanção tácita ou de rejeição de veto, se a lei não for promulgada dentro de quarenta e

oito horas pelo Presidente da República, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Presidente da Câmara fazê-lo.

RESPOSTA (A) Art. 64, CF. (B) Art. 62, § 1º, I, *a*, CF. (C) Art. 64, §§ 1º e 2º, CF. (D) Art. 66, § 7º, CF. *Alternativa A.*

2619. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Com relação ao processo legislativo de emenda à Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) A forma republicana de governo é considerada cláusula pétrea, e, assim, não poderá ser objeto de proposta de emenda constitucional.
(B) A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
(C) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada deverá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
(D) A proposta de emenda será discutida e votada em sessão conjunta das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros.
(E) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

RESPOSTA (A) Art. 60, § 4º, CF. (B) Art. 60, § 3º, CF. (C) Art. 60, § 5º, CF. (D) Art. 60, § 2º, CF. (E) Art. 60, III, CF. *Alternativa B.*

2620. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Em relação ao processo legislativo brasileiro, é correto afirmar:

(A) Não editado o decreto legislativo que regulamente as relações jurídicas advindas de medidas provisórias no prazo de quarenta e cinco dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.
(B) O único instrumento passível de utilização pelo Presidente da República é a medida provisória.
(C) As medidas provisórias podem veicular matérias relativas a direito eleitoral e direito penal.
(D) A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
(E) O Presidente da República pode considerar o projeto totalmente inconstitucional ou contrário ao interesse público, e vetá-lo no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento, e comunicando, dentro de vinte e quatro horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

RESPOSTA (A) Art. 62, § 11, CF. (B) Art. 61, *caput*, CF. (C) Art. 62, § 1º, I, *a*, CF. (D) Art. 60, § 2º, CF. (E) Art. 66, § 1º, CF. *Alternativa D.*

2621. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** A respeito do regime constitucional das medidas provisórias, a Constituição de 1988 traz um rol das matérias que não podem ser objeto destas. Assinale a opção que NÃO corresponde a uma matéria prevista no rol de vedações constitucionais a respeito da edição de medidas provisórias:

(A) Matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais.
(B) Matéria relativa a direito penal, processual penal e processual civil.

(C) Que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
(D) Matéria reservada a lei complementar.
(E) Matéria relativa a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 62, § 1º, I, *a*, *b*, *c*, *d*, II, III e IV, CF. *Alternativa A.*

2622. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Quanto à proposta de emenda constitucional, é INCORRETO afirmar que:

(A) será efetuada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;
(B) quando a matéria nela constante é rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura;
(C) não poderá ocorrer na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio;
(D) não será objeto de deliberação aquela tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais;
(E) será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros e será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

RESPOSTA (A) Art. 60, I, II e III, CF. (B) Art. 60, § 5º, CF. (C) Art. 60, § 1º, CF. (D) Art. 60, § 4º, I, II, III e IV, CF. (E) Art. 60, §§ 2º e 3º, CF. *Alternativa B.*

2623. **(Promotor – MP-MG – 2011)** À luz do que dispõe o artigo 60 da Constituição da República, a Constituição pode ser emendada mediante proposta:

I. do Procurador-Geral da República, após colhida a manifestação de todos os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados.
II. do Presidente da República.
III. dos cidadãos, cuja iniciativa poderá ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto subscrito por, no mínimo, dez por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por quatro Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
IV. de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

Somente está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e II.
(B) II e III.
(C) II e IV.
(D) III e IV.

RESPOSTA Aplicação do art. 60, I, II e III, CF. *Alternativa C.*

2624. **(Procurador – MPT – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O decreto legislativo é a espécie normativa que tem, como objeto, a regulamentação das matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional;
(B) Desde que caracterizada a relevância e urgência, qualquer matéria pode ser objeto de medida

provisória;

(C) A lei complementar difere da ordinária em razão da matéria e em razão do respectivo *quorum* para aprovação;

(D) A Emenda Constitucional é espécie normativa que se equipara à Constituição Federal no que se refere à sua posição hierárquica em relação às demais espécies;

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 49, CF. (B) Art. 62, § 1º, CF. (C) Arts. 47 e 69, CF. (D) Art. 60, CF, e art. 3º, ADCT. *Alternativa B.*

2625. **(Procurador – MPT – 2007)** Assinale a alternativa INCORRETA: Lei Complementar disporá sobre:

(A) as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

(B) elaboração, redação, alteração e consolidação das leis;

(C) o regime jurídico dos militares das forças armadas;

(D) o estatuto da magistratura;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 43, § 1º, I, CF. (B) Art. 59, parágrafo único, CF. (C) Art. 61, § 1º, II, *f*, CF. (D) Art. 93, *caput*, CF. *Alternativa C.*

2626. **(Procurador – MPT – 2006)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; do Presidente da República; ou de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros;

(B) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio;

(C) a proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros;

(D) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 60, I, II e III, CF. (B) Art. 60, § 1º, CF. (C) Art. 60, § 2º, CF. (D) Art. 60, § 4º, I, II, III e IV, CF. *Alternativa A.*

2627. **(Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH)** Projeto de Lei, de iniciativa do STF, tendo por Casa Iniciadora o Senado Federal, foi aprovado, sem emendas, por 2/3 dos votos totais, resultando na lei ordinário n. XXX. Ao fim do processo,

(A) será constitucional;

(B) detém inconstitucionalidade formal objetiva;

(C) detém inconstitucionalidade formal subjetiva;

(D) detém inconstitucionalidade material subjetiva;

(E) NRA.

RESPOSTA Art. 64, CF. Inconstitucionalidade formal objetiva é o descumprimento das demais formalidades legais do processo legislativo. Inconstitucionalidade formal subjetiva é um vício de iniciativa; por exemplo, quando uma pessoa sem legitimidade

ativa propõe uma emenda constitucional. *Alternativa B.*

2628. (Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR) Quanto à possibilidade de reforma da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

(A) O constituinte ordinário previu a possibilidade de reforma da Constituição, eis que a mesma não pretende ser eterna, e tais modificações podem ser feitas somente por Emendas de Revisão.

(B) As cláusulas pétreas são limitações materiais explícitas ao poder de reforma da Constituição.

(C) O poder de reforma das normas constitucionais está limitado, tão somente, pelas regras constitucionais acerca do momento em que pode ser exercido; tais regras vedam a possibilidade de reforma em caso de vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

(D) A promulgação das emendas à Constituição é feita pela Mesa da Câmara dos Deputados.

(E) A previsão de revisão da Constituição é regra que já se exauriu, eis que prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias como possibilidade de modificação das normas constitucionais pela votação de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 60, CF. *Alternativa B.*

2629. (Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF) Suponha que o Congresso Nacional aprove lei, de iniciativa de Deputado Federal, que reduz alíquota do Imposto de Renda de Pessoas Físicas. O Presidente da República sanciona o projeto. Mais tarde, percebe que a lei é ruinosa e ouve seus conselheiros jurídicos que lhe dizem:

(1) Houve vício de iniciativa na elaboração da lei.

(2) O Presidente da República não pode provocar o Supremo Tribunal Federal a exercer o controle de constitucionalidade sobre a lei, porque sancionou o projeto.

(3) O Presidente da República pode, desde que se atenha ao prazo de veto de que dispõe constitucionalmente, voltar atrás na sanção e vetar o projeto.

(4) Tendo o Presidente da República sancionado a lei, toda discussão sobre eventual invasão da sua iniciativa privativa fica prejudicada, já que, qualquer que seja o caso, a sanção supre o vício de iniciativa.

Assinale a opção correta.

(A) Todas as afirmações estão corretas.

(B) Apenas uma das afirmações está correta.

(C) Apenas duas das afirmações estão corretas.

(D) Apenas três das afirmações estão corretas.

(E) Nenhuma das afirmações está correta.

RESPOSTA 1. Art. 61, CF. 2. Art. 103, I, CF. 3. Sanção ou veto são irrenunciáveis. 4. Art. 103, I, CF. *Alternativa E.*

2630. (Promotor – MPDFT – 2011) Marque a opção verdadeira:

(A) A interpretação das chamadas “cláusulas pétreas” deve ser restritiva no tocante à sua enumeração e à definição de conteúdo e alcance de cada uma delas.

(B) Se uma das Casas do Congresso rejeitar o substitutivo a uma proposta de emenda à Constituição, não pode haver nova deliberação da proposição original na mesma sessão legislativa.

(C) Só se pode falar em iniciativa vinculada das leis, se houver, no texto da própria Constituição, dispositivo que, de modo expresso, a preveja.

(D) Não cabe a iniciativa parlamentar de projeto de lei que estabeleça isenção do pagamento de taxa

de concurso para acesso a cargo público.

(E) A concessão de benefício securitário, inclusive de planos privados de empregados de empresas públicas, exige previsão legal de fonte de custeio.

RESPOSTA (A) Art. 60, CF. (B) Art. 60, § 5º, CF. (C) MS 22.690, Rel. Min. Celso de Mello. (D) ADI 2.672, Rel. p/ o ac. Min. Ayres Britto – "O diploma normativo em causa, que estabelece isenção do pagamento de taxa de concurso público, não versa sobre matéria relativa a servidores públicos (§ 1º do art. 61, CF/1988). Dispõe, isso sim, sobre condição para se chegar à investidura em cargo público, que é um momento anterior ao da caracterização do candidato como servidor público. Inconstitucionalidade formal não configurada". (E) Art. 195, § 5º, CF. *Alternativa C.*

2631. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Assinale a opção que contém afirmação incorreta:

(A) A Lei Orgânica do Distrito Federal tem força e autoridade equivalentes às das Constituições promulgadas pelos Estados-membros.

(B) Os direitos sexuais, matrizes da união homoafetiva, têm, dentre os seus fundamentos, o direito implícito à busca da felicidade e a valorização do afeto.

(C) A lei de conversão não convalida os vícios existentes na medida provisória, a menos que haja previsão expressa na lei conversora.

(D) A adoção da teoria dos limites imanentes aos direitos fundamentais conduz a um *tatbestand* ou pressuposto fático reduzido da norma jusfundamental.

(E) O Governador pode, por meio de medida provisória, revogar medida provisória editada, mesmo que esteja sob apreciação da Assembleia Legislativa.

RESPOSTA (A) ADI 980, Rel. Min. Menezes Direito. (B) RE 477.554-AgR, Rel. Min. Celso de Mello. (C) ADI 4.048-MC, Rel. Min. Gilmar Mendes. (D) Imanentes são todas as características que estão vinculadas inseparavelmente à propriedade específica de um objeto, de tal forma que nada possa superar ou infringir os seus limites. Teoria dos limites imanentes – assenta nas hesitações caracterizadoras de noções tão básicas como sejam o *Tatbestand* de direitos fundamentais, restrições de direitos fundamentais e limites de limites de direitos fundamentais. (E) Norma só pode ser revogada por outra de mesma densidade normativa e que seja produzida pelo mesmo órgão. *Alternativa C.*

2632. **(Juiz Substituto – PA – 2009 – FGV)** A respeito do princípio da publicidade dos atos processuais e das decisões judiciais, assinale a alternativa correta.

(A) O juiz não pode restringir a publicidade das audiências, tendo em vista que o acesso à informação se insere no estatuto constitucional da liberdade de expressão.

(B) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando o sigilo for imprescindível à segurança do Estado.

(C) As decisões administrativas dos tribunais serão tomadas em sessões secretas, com o fim de preservar a autonomia do Poder Judiciário.

(D) O juiz pode vetar o ingresso do público na sala de audiências a pedido das partes, ficando garantido apenas o acesso de jornalistas cadastrados, em razão do interesse público à informação.

(E) A lei pode limitar a presença em audiências às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, nos casos em que a preservação do direito à intimidade do interessado não prejudique o interesse público à informação.

RESPOSTA (A) CF, art. 93, IX. (B) CF, art. 93, IX. (C) CF, art. 93, X. (D) Não há nenhuma previsão constitucional ou legal que autorize o juiz a vetar o ingresso do público na sala de audiências a pedido das partes, ficando garantido apenas o acesso de jornalistas cadastrados, em razão do interesse público à informação. (E) CF, art. 93, IX. *Alternativa E.*

2633. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Considerando a competência constitucional do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.
II. Qualquer cidadão pode propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, desde que demonstre interesse jurídico na solução da questão constitucional subjacente, podendo ser condenado no décuplo das custas o autor da ação considerada temerária.
III. No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa III estiver correta.
(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 102, I, *n*. II. CF, art. 103; e Lei n. 9.868/99. III. CF, art. 102, § 3º; e Lei n. 11.418/2006. *Alternativa D.*

2634. **(Analista Legislativo – SENADO – 2008 – FGV)** Assinale a afirmativa incorreta.

(A) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros, sendo um Ministro do Supremo Tribunal Federal, um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, dois desembargadores de Tribunal de Justiça, um juiz estadual, dois desembargadores de Tribunal Regional Federal, um juiz federal, um membro do Ministério Público da União, um membro do Ministério Público Estadual, dois advogados e três cidadãos.
(B) Os membros do Conselho Nacional de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
(C) Junto ao Conselho Nacional de Justiça oficiarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
(D) O Conselho será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor.
(E) Compete ao Conselho elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.

RESPOSTA (A) CF, art. 103-B. (B) CF, art. 103-B, § 2º. (C) CF, art. 103-B, § 6º. (D) CF, art. 103-B, §§ 1º e 5º. (E) CF, art. 103-B, § 4º, VI. *Alternativa A.*

2635. **(Auditor – TCMs-PA – 2008 – FGV)** É competência do Supremo Tribunal Federal:

(A) a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.
(B) processar e julgar originariamente os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.
(C) julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais de Justiça dos Estados.
(D) processar e julgar originariamente o conflito positivo de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal Superior Eleitoral.
(E) julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no

exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

RESPOSTA (A) CF, art. 98, I. (B) CF, art. 105, I, *b*. (C) CF, art. 105, III. (D) CF, art. 102, I, *o*. (E) CF, art. 108, II. *Alternativa D.*

2636. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Relativamente às vedações e garantias dos juízes, assinale a afirmativa incorreta.

(A) Os juízes gozam da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma da Constituição.

(B) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

(C) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

(D) Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade. A vitaliciedade no primeiro grau só será adquirida após dois anos de exercício.

(E) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.

RESPOSTA (A) CF, art. 93, VIII, c/c art. 95, II. (B) É a chamada "quarentena", imposta aos magistrados aposentados ou exonerados a partir do advento da Emenda Constitucional n. 45/2004. Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos (e não cinco como constou) do afastamento do cargo. (C) CF, art. 95, parágrafo único, I. (D) CF, art. 95, I. (E) CF, art. 95, parágrafo único, III. *Alternativa B.*

2637. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, não lhe cabendo processar e julgar, originariamente:

(A) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

(B) o Presidente da República, nas infrações penais comuns.

(C) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

(D) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

(E) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

RESPOSTA CF, art. 102, I, *a*. (B) CF, art. 102, I, *b*. (C) CF, art. 102, I, *e*. (D) CF, art. 102, I, *g*. (E) CF, art. 105, I, *i*. *Alternativa E*.

2638. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Com relação ao tema *Poder Judiciário* analise as afirmativas a seguir.

I. Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil.

II. A competência dos tribunais estaduais será definida na Constituição Federal, sendo apenas a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

III. O Tribunal de Justiça não poderá constituir câmaras regionais, devendo funcionar de forma centralizada, a fim de assegurar igualdade de acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 125, § 4º. II. CF, art. 125, § 1º. III. CF, art. 125, § 6º. *Alternativa A.*

XI. Poder Executivo

2639. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Assinale a afirmativa incorreta.

(A) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

(B) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

(C) O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

(D) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

(E) O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

RESPOSTA (A) CF, art. 80. (B) CF, art. 81. (C) CF, art. 82. (D) CF, art. 49, III. (E) CF, art. 78. *Alternativa A.*

2640. **(Fiscal – SEFAZ-RJ – 2008 – FGV)** A mobilização nacional pode ser decretada pelo Presidente da República em caso de:

(A) relevante interesse.

(B) ameaça institucional.

(C) calamidades.

(D) investimento público.

(E) agressão estrangeira.

RESPOSTA CF, art. 84, XIX; e art. 2º, I, Lei n. 11.631/2007. *Alternativa E.*

2641. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência:

(A) o Presidente do Congresso Nacional, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

(B) o Presidente do Congresso Nacional, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

(C) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Supremo Tribunal Federal e o do Congresso Nacional.

(D) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

(E) o Presidente do Senado Federal, o do Supremo Tribunal Federal e o da Câmara dos Deputados.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 80, CF. *Alternativa D.*

2642. **(Procurador – Camaçari-BA – 2010 – AOCP)** Em relação aos instrumentos de defesa do Estado e das Instituições Democráticas, assinale a alternativa correta.

(A) O Presidente da República não ouvirá o Conselho de Defesa Nacional antes de decretar o estado de

defesa.

(B) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar imediatamente o estado de sítio.

(C) Durante o estado de defesa algumas garantias fundamentais poderão ser restringidas, como o direito de reunião, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação telegráfica ou telefônica.

(D) Como medida coercitiva pode-se declarar a incomunicabilidade do preso durante o estado de defesa.

(E) O tempo de duração do estado de sítio não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

RESPOSTA (A) Art. 91, § 1º, II, CF. (B) Art. 136, *caput*, CF. (C) Art. 136, § 1º, I, *a*, *b* e *c*, CF. (D) Art. 136, § 3º, IV, CF. (E) Art. 138, § 1º, CF. *Alternativa C.*

2643. **(Analista – DPE-TO – 2012 – UFT)** Nos termos da Constituição Federal compete privativamente ao Presidente da República:

I. vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

II. dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

III. remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

IV. conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

(A) Apenas os itens I e II estão corretos.

(B) Apenas os itens III e IV estão corretos.

(C) Todos os itens estão corretos.

(D) Todos os itens estão incorretos.

RESPOSTA I. Art. 84, V, CF. II. Art. 84, VI, CF. III. Art. 84, XI, CF. IV. Art. 84, XII, CF. *Alternativa C.*

2644. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** No sistema presidencialista, o Presidente da República não é responsável, politicamente, por atos praticados durante seu mandato. Entretanto, ele não está isento de responsabilidade administrativa quanto

(A) à prática de crimes de responsabilidade, julgado pela Câmara dos Deputados.

(B) à prática de crimes de responsabilidade, julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

(C) às práticas de crime de responsabilidade e de crime comum, ambos julgados pelo Senado Federal.

(D) às práticas de crime de responsabilidade e de crime comum, julgados, respectivamente, pelo Senado Federal e pelo Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 86, CF. *Alternativa D.*

2645. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Indique a alternativa INCORRETA acerca do veto presidencial a projetos de lei.

(A) O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.

(B) Não é possível, em sede de veto, acrescer dispositivos ao projeto de lei vetado.

(C) O veto, devidamente fundamentado, pendente de deliberação política do Poder Legislativo – que pode, sempre, mantê-lo ou recusá-lo – é enquadrável no conceito de “ato do Poder Público”, para fins de ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

(D) O Judiciário não pode perquirir a motivação política da edição de medidas provisórias ou do veto aos projetos de lei de conversão, a não ser, excepcionalmente, em caso de patente ilegalidade ou abuso de poder.

(E) O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

RESPOSTA (A) Art. 66,§ 4º, CF. (B) Veto é sempre supressivo – art. 66, § 1º, CF. (C) ADPF-QO 1/RJ, Rel. Néri da Silveira. (D) ADPF-QO 1/RJ, Rel. Néri da Silveira, e art. 2º, CF. (E) Art. 66, § 2º, CF. *Alternativa C.*

2646. (Juiz – TRT-14 – 2011) Assinale a alternativa que não está correta.

(A) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, mediante proposta do Presidente da República, mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

(B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(C) A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e casos previstos na Constituição Federal.

(D) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Senado Federal. Se a medida provisória não for apreciada até 35 dias, contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

(E) As medidas provisórias, dentre as espécies normativas, terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

RESPOSTA (A) Art. 60, CF. (B) Art. 60, § 5º, CF. (C) Art. 61, CF. (D) Art. 62, *caput* e § 6º, CF. (E) Art. 62, § 8º, CF. *Alternativa D.*

2647. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) Sobre o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar que

(A) há previsão constitucional de afastamento do Presidente em duas circunstâncias, sendo que, se em cento e vinte dias o julgamento não for concluído, o afastamento cessará, sem prejuízo do regular seguimento do processo.

(B) negligenciar a arrecadação das rendas, impostos e taxas é considerado crime contra a lei orçamentária, nos termos da Lei n. 1.079 de 1950.

(C) a Lei n. 1.079 de 1950, que trata dos crimes de responsabilidade, prevê que a forma tentada dos crimes lá mencionados não leva à perda do cargo.

(D) qualquer cidadão pode oferecer denúncia contra o Presidente da República, perante a Câmara dos Deputados, que instaurará comissão especial para elaboração de parecer que, concluso, deve ser votado nominalmente para a procedência ou arquivamento da denúncia.

RESPOSTA (A) Art. 86, §§ 1º e 2º, CF. (B) Art. 10 e art. 11, 5, Lei n. 1.079/50. (C) Arts. 2º e 3º, Lei n. 1.079/50. (D) Arts. 14 e 19 até 23, Lei n. 1.079/50. *Alternativa D.*

2648. (Analista – TJ-MA – 2009 – IESES) O Chefe do Poder Executivo pode

(A) dispor, mediante decreto legislativo, sobre o funcionamento da Administração Direta, desde que para tanto autorizado por lei prévia.
(B) dispor, mediante lei delegada, sobre os requisitos de validade do voto de liderança, no âmbito do Poder Legislativo.
(C) dispor, mediante decreto regulamentar, sobre a criação de novos direitos pecuniários de servidores titulares de cargo efetivo, inclusive instituindo novas gratificações.
(D) dispor, mediante decreto autônomo, sobre a extinção de cargos públicos vagos, no âmbito do Poder Executivo.

RESPOSTA (A) Art. 62, § 3º, CF. (B) Art. 68, § 1º, I, II e III, CF. (C) Art. 84, VI, *a*, CF. (D) Aplicação direta do art. 84, VI, *b*, CF. *Alternativa D.*

2649. **(Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB)** No que se refere às normas constitucionais que tratam do Poder Executivo, pode-se afirmar que:
(A) caracteriza crime de responsabilidade o ato do Presidente da República que atente contra a probidade na administração.
(B) os Ministros de Estado serão escolhidos entre brasileiros natos e naturalizados maiores de trinta e cinco anos e no exercício de direitos políticos.
(C) o Presidente da República e os Governadores de Estado, na vigência de seus mandatos, não podem ser responsabilizados por atos estranhos ao exercício de suas funções.
(D) o Vice-Presidente não poderá ausentar-se do País, sem licença da Casa Civil, por período superior a 20 (vinte) dias.
(E) se, antes de realizado o segundo turno das eleições, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, deverá ser realizada nova eleição.

RESPOSTA (A) Art. 85, V, CF. (B) Art. 87, CF. (C) Art. 86, § 4º, CF. (D) Art. 83, CF. (E) Art. 77, § 4º, CF. *Alternativa A.*

2650. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Em caso de dupla vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, ocorrida no penúltimo ano do mandato presidencial, assumirá o cargo o Presidente
(A) do Senado Federal, a título de sucessão.
(B) da Câmara dos Deputados, a título de substituição, até o preenchimento de ambos os cargos, por meio de eleição pelo Congresso Nacional.
(C) do Supremo Tribunal Federal, a título de substituição, até o preenchimento dos cargos, por meio de eleição direita.
(D) da Câmara dos Deputados, a título de sucessão.
(E) do Senado Federal, a título de substituição, até o preenchimento de ambos os cargos, por meio de eleição direta.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 80, CF. *Alternativa B.*

2651. **(Advogado – IRB – 2006 – ESAF)** Sobre Poder Executivo e Defesa do Estado Democrático e das Instituições Democráticas, assinale a única opção correta.
(A) Por força de disposição constitucional, as posses do Presidente e do Vice-Presidente da República deverão ser sempre simultâneas, sob pena dos cargos serem declarados vagos.
(B) Compete ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros dos Tribunais Superiores, o presidente e os diretores do Banco Central.

(C) Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da instauração do processo por crime de responsabilidade ou do recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns.

(D) Em razão de sua condição de mero órgão de consulta, a audiência prévia do Conselho de Defesa Nacional, pelo Presidente da República, para fins de decretação do estado de defesa é facultativa, decorrendo de decisão discricionária do Presidente da República.

(E) Na vigência do estado de sítio, poderá haver restrição da liberdade de reunião, não sendo admitida a suspensão desse direito, uma vez que ele tem proteção constitucional até mesmo contra alterações pelo poder constituinte derivado.

RESPOSTA (A) Art. 78, parágrafo único, CF. (B) Art. 84, XIV, CF. (C) Art. 86, *caput*, CF. (D) Art. 91, § 1º, II, CF. (E) Art. 139, IV, CF. *Alternativa B.*

2652. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Assinale a alternativa correta acerca das regras constitucionais de sucessão no caso de vacância definitiva dos cargos de Presidente e Vice-presidente da República.

(A) Independentemente do período de mandato que tenha sido cumprido, o Congresso Nacional elegerá dentre os seus membros, no mesmo dia ou no dia imediato, o Presidente provisório, que convocará para o quadragésimo dia, a contar da sua escolha, nova eleição para os cargos vagos. O Presidente provisório exercerá a Presidência da República até a realização da nova eleição para mandato integral.

(B) Se a vacância ocorrer antes do início dos dois últimos anos de mandato presidencial, convocar-se-á eleição direta para 90 (noventa) dias depois da última vaga. Se a última vaga se der nos dois últimos anos do mandato, a eleição será indireta, em 30 (trinta) dias, pelo Congresso Nacional. Na primeira hipótese, a nova eleição será para mandato integral, de 4 (quatro) anos, na segunda, para "mandato tampão", completando o período de seus antecessores.

(C) Se a vacância ocorrer antes do início dos dois últimos anos de mandato presidencial, o Congresso Nacional elegerá, dentre os seus membros, no mesmo dia ou no dia imediato, o Presidente provisório, que convocará para o quadragésimo dia, a contar da sua escolha, nova eleição para os cargos vagos. Se a última vaga se der nos dois últimos anos do mandato, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, 30 (trinta) dias após, em sessão conjunta, com a presença da maioria dos seus membros, elegerão o Presidente substituto, por maioria absoluta de votos. Em qualquer das hipóteses, a nova eleição será para "mandato tampão", para completar o período de seus antecessores.

(D) Se a vacância ocorrer antes do início dos dois últimos anos de mandato presidencial, convocar-se-á eleição direta para 90 (noventa) dias depois da última vaga. Se a última vaga se der nos dois últimos anos do mandato, o Presidente da Câmara dos Deputados sucederá o Presidente, sem necessidade de nova eleição. Em qualquer das hipóteses, a sucessão será para "mandato tampão", para completar o período de seus antecessores.

(E) Se a vacância ocorrer antes do início dos dois últimos anos de mandato presidencial, convocar-se-á eleição direta para 90 (noventa) dias depois da última vaga. Se a última vaga se der nos dois últimos anos do mandato, a eleição será indireta, em 30 (trinta) dias, pelo Congresso Nacional. Em qualquer das hipóteses, a nova eleição será para "mandato tampão", a fim de completar o período de seus antecessores.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 81, §§ 1º e 2º, CF. *Alternativa E.*

2653. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Sobre o sistema de controle interno da União, é correto afirmar

(A) que sua função é dependente do controle externo, ao qual se subordina e em nome do qual atua.

(B) que, entre suas competências, está a de exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

(C) que, ao contrário do que ocorre com o exercício do controle externo pelo Tribunal de Contas da União, não lhe compete avaliar os resultados da execução dos programas de governo, salvo quando esta atividade estiver vinculada à avaliação das metas previstas no plano plurianual.

(D) que ele é único, para todos os Poderes, que deverão mantê-lo de forma integrada.

(E) que os seus responsáveis poderão ser solidariamente responsabilizados por irregularidade ou ilegalidade que, conhecida no exercício de suas funções, não for cientificada ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

RESPOSTA (A) Art. 74, IV, CF. (B) Art. 74, III, CF. (C) Art. 74, I, CF. (D) Art. 70, *caput*, CF. (E) Art. 74, § 1º, CF. *Alternativa B.*

XII. Poder Judiciário

2654. **(Fiscal – SEFAZ-AP – 2010 – FGV)** Relativamente ao Poder Judiciário, assinale a afirmativa incorreta.

(A) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios e do Superior Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

(B) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

(C) São órgãos do Poder Judiciário, dentre outros, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

(D) Conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados em nível federal e estadual.

(E) O número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

RESPOSTA (A) CF, art. 104, parágrafo único, II. Na verdade, esse 1/3 da composição do STJ somente é escolhido “na forma” do art. 94. (B) CF, art. 97. É o denominado “*full bench*”, que foi objeto da Súmula Vinculante 10, STF. (C) CF, art. 92. (D) CF, art. 93, V. (E) CF, art. 93, XIII. *Alternativa A.*

2655. **(Fiscal – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** Com relação às *competências* do STF, analise as afirmativas a seguir.

I. O STF processa e julga originariamente as causas e os conflitos entre Estados Federados.

II. O STF processa e julga originariamente os litígios entre Estado estrangeiro e Estado Federado.

III. O STF processa e julga originariamente os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias de

um Estado e administrativas de outro.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 102, I, *f*. II. CF, art. 102, I, *e*. III. CF, art. 105, I, *g*. *Alternativa D.*

2656. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** A respeito dos princípios constitucionais aplicáveis à carreira da magistratura, analise as afirmativas a seguir.

I. Constitui requisito para a promoção por merecimento que o juiz figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento, votada pelo respectivo tribunal em escrutínio secreto.
II. Na promoção por antiguidade, poderá ser recusada a promoção do juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços do órgão responsável pela votação, assegurada a ampla defesa.
III. Constitui etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação do juiz em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.
IV. Adquirida a vitaliciedade, o juiz só poderá perder o cargo pelo voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa III estiver correta.
(B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 93, II, *a*. II. CF, art. 93, II, *d*. III. CF, art. 93, IV. IV. CF, art. 95, I. *Alternativa B.*

2657. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** As alternativas a seguir apresentam funções institucionais do Ministério Público, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) Exercer o controle externo da atividade policial, podendo avocar a presidência de inquérito policial, quando verificado desvio de poder por parte da autoridade policial competente.
(B) Promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
(C) Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.
(D) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
(E) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

RESPOSTA (A) CF, art. 129, VII. (B) CF, art. 129, IV. (C) CF, art. 129, VI. (D) CF, art. 129, III. (E) CF, art. 129, V. *Alternativa A.*

2658. **(Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV)** Assinale a alternativa correta.

(A) O Supremo Tribunal Federal não está submetido às deliberações do Conselho Nacional de Justiça, pois o regime político-disciplinar dos seus Ministros é regido por normas especiais.

(B) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa, financeira e normativa.

(C) O Conselho Nacional de Justiça não integra o Poder Judiciário, cabendo-lhe, apenas, o controle da atuação administrativa e financeira desse poder, bem como o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

(D) Aos juízes são asseguradas algumas garantias, que se destinam a efetivar a independência da atividade judicial. A garantia da inamovibilidade é excepcionada quando presente o interesse público, e o ato de remoção do magistrado deve fundar-se em decisão por voto de maioria simples do respectivo tribunal, com revisão obrigatória do Conselho Nacional de Justiça.

(E) Conforme a Constituição Federal, são órgãos do Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, sendo obrigatório o ingresso de seus membros por meio de concurso público.

RESPOSTA (A) O STF não está submetido às deliberações do CNJ, pois o regime político-disciplinar dos seus Ministros é regido por normas especiais. (B) CF, art. 99. (C) CF, art. 92, I-A; CF, art. 103-B, § 4º, I a VII. (D) CF, art. 95; e CF, art. 93, VIII. (E) CF, art. 92; CF, art. 93, I; CF, art. 101, parágrafo único. *Alternativa A.*

2659. **(Analista – DPE-TO – 2012 – UFT)** Nos termos da Constituição Federal NÃO compete aos juízes federais processar e julgar:

(A) Os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

(B) As causas relativas a direitos humanos, decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.

(C) Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

(D) Os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

RESPOSTA (A) Art. 108, I, *a*, CF. (B) Art. 109, V, CF. (C) Art. 109, IX, CF. (D) Art. 109, IV, CF. *Alternativa A.*

2660. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) No recurso extraordinário, o recorrente deve demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, a fim de que o STF admita o recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação da maioria absoluta dos seus membros.

(B) Quando o STF apreciar a inconstitucionalidade de norma ou ato, citará previamente o Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.

(C) Compete ao STF julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

(D) O Advogado-Geral da União deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA (A) Art. 102, § 3º, CF. (B) Art. 103, § 3º, CF. (C) Art. 102, III, *d*, CF. (D) 103, § 1º, CF. *Alternativa C.*

2661. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa CORRETA, no que diz respeito às súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal.

(A) O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.
(B) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, ressalvado o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
(C) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
(D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Súmula Vinculante 15, STF. (B) Súmula Vinculante 13, STF. (C) Súmula Vinculante 11, STF. (D) Súmula Vinculante 5, STF. *Alternativa C.*

2662. (Juiz – TRT-2 – 2011) Em matéria de competência, assinale a alternativa correta:

(A) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, originária e definitivamente, mandado de segurança, quando a autoridade coatora for autoridade da Administração Pública Federal.
(B) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, a exemplo dos órgãos da Justiça do Trabalho.
(C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente, o "habeas corpus", sendo pacientes os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
(D) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, os membros dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Tribunais do Trabalho.
(E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre os Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal.

RESPOSTA (A) Art. 102, I, *d*, CF. (B) Art. 102, I, *q*, CF. (C) Art. 105, I, *c*, CF. (D) Art. 102, I, *c*, CF. (E) Art. 105, I, *d*, CF. *Alternativa C.*

2663. (Juiz – TRT-2 – 2011) Assinale a alternativa incorreta, dentre o que é constitucionalmente vedado aos Juízes:

(A) Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
(B) Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
(C) Dedicar-se à atividade político partidária.
(D) Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processos.

(E) Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 95, parágrafo único, I, II, III, IV e V, CF. *Alternativa A.*

2664. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Sobre a composição dos Tribunais e o processo de escolha de seus membros, é CORRETO afirmar:

(A) O provimento dos cargos de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, nas vagas reservadas aos advogados, depende de ato complexo, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, do Tribunal Superior do Trabalho, do Presidente da República e do Senado Federal, do mesmo modo que ocorre no provimento das vagas de advogado nos demais Tribunais Superiores, à exceção do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal.

(B) O prazo decadencial do direito à impetração de mandado de segurança para impugnar lista tríplice de candidatos a vaga Juiz do Tribunal Regional do Trabalho é contado da data da publicação do decreto do Presidente da República.

(C) Se, para fins de atendimento ao "quinto constitucional", a divisão por cinco do número de vagas existentes no Tribunal resultar em número fracionado, e a fração for inferior a meio, o arredondamento ocorrerá para baixo.

(D) Para o provimento das vagas do Superior Tribunal de Justiça reservadas aos juízes dos Tribunais de Justiça, cabe distinguir entre os Desembargadores oriundos da Magistratura e os que são originários da advocacia ou do Ministério Público.

(E) A Constituição veda ao Procurador-Geral do Trabalho a possibilidade de concorrer a vaga do Tribunal Superior do Trabalho reservada a Membro do Ministério Público.

RESPOSTA A questão trata do MS 24.414/DF, Rel. Min. Cezar Peluso. *Alternativa B.*

2665. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Em relação às disposições constitucionais atinentes à execução contra a Fazenda Pública, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, exceto quanto aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor.

(B) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público e privado, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

(C) As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor, em quaisquer casos, o sequestro da quantia necessária à satisfação do seu débito.

(D) No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vencidas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

(E) Lei complementar estadual, distrital ou municipal poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios, respectivamente, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida, forma e prazo de liquidação.

RESPOSTA (A) Art. 100, § 3º, CF. (B) Art. 100, § 5º, CF. (C) Art. 100, § 6º, CF. (D) Art. 100, § 9º, CF. (E) Art. 100, § 15, CF. *Alternativa A.*

2666. (Juiz – TRT-9 – 2009) Analise as proposições a seguir:

I. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do "exequatur" às cartas rogatórias, atribuições essas que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente.

II. O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário, composto por quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos.

III. Incumbe ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

IV. Os Tribunais Regionais do Trabalho podem funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais.

V. Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os juízes federais da área de sua jurisdição, excluídos os da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

(A) somente as proposições III e IV são corretas.
(B) somente as proposições II, IV e V são corretas.
(C) somente as proposições I, II e IV são corretas.
(D) somente as proposições I, III e IV são corretas.
(E) todas as proposições são corretas.

RESPOSTA I. Art. 105, I, *i*, CF. II. Art. 103-B, CF (Obs.: foi alterado pela EC n. 61/2009, que retirou o requisito de idade). III. Art. 111-A, § 2º, II, CF. IV. Art. 115, § 2º, CF. V. Art. 108, I, *a*, CF. *Alternativa A.*

2667. (Juiz – TRT-14 – 2011) Aponte a alternativa correta.

(A) A vitaliciedade que diz respeito à vinculação do titular ao cargo para o qual o juiz fora nomeado é conseguida a partir da posse. Tornam-se vitalícios a partir da posse, se já não o eram: os ministros do STF, os ministros do STJ, os juízes dos TRF's, os ministros e juízes togados do TST e dos TRT's, os ministros do STM, os desembargadores dos Tribunais de Justiça, os juízes dos Tribunais de Alçada e os juízes de segunda instância dos Tribunais Militares do Estado.
(B) O juiz pode ser removido por interesse público em decisão pelo voto da maioria simples dos membros do Tribunal a que estiver vinculado ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
(C) Os subsídios dos magistrados somente podem ser diminuídos em virtude de medida geral, ficando sujeitos ao teto previsto na Constituição e ao imposto de renda, como qualquer contribuinte.
(D) Tornam-se vitalícios após quatro anos de exercício os juízes togados de primeiro grau.
(E) Não pode o juiz exercer a advocacia no juízo ou Tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

RESPOSTA (A) *Informativo* 659 do STF. (B) Art. 95, II, CF. (C) Art. 95, III, CF. (D) Art. 95, I, CF. (E) Art. 95, parágrafo único, V, CF. *Alternativa A.*

2668. (Juiz – TRT-16 – 2011) Analise as seguintes afirmações e marque a alternativa CORRETA:

I. Considerando o princípio da separação dos Poderes, cabe ao Poder Judiciário verificar a regularidade dos atos normativos e de administração do Poder Público em relação às causas e aos motivos, mas não à finalidade que os ensejam.

II. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

III. As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

IV. Nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.

V. O Conselho Nacional de Justiça não tem nenhuma competência sobre o Supremo Tribunal Federal e seus ministros, sendo esse o órgão máximo do Poder Judiciário nacional, a que aquele está sujeito.

(A) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

(B) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

(C) Somente as afirmativas II, III, IV e V estão corretas.

(D) Somente as afirmativas I e III estão erradas.

(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA I. ADI 4.125, Rel. Min. Cármen Lúcia. II. Art. 93, IX, CF. III. Art. 93, X, CF. IV. Art. 93, XI, CF. V. O CNJ não tem nenhuma competência sobre o STF e seus ministros, sendo esse o órgão máximo do Poder Judiciário nacional, a que aquele está sujeito. (ADI 3.367, Rel. Min. Cezar Peluso). *Alternativa C.*

2669. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Sobre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), marque a alternativa CORRETA:

(A) Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

(B) Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes, cabendo-lhe, entre outras atribuições, rever, apenas quando provocado, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.

(C) Também compete ao CNJ elaborar anualmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.

(D) O CNJ será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Corregedor, que sempre será o Ministro do Superior Tribunal de Justiça indicado para compor o Conselho.

(E) Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes, cabendo-lhe, entre outras atribuições, receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correcional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.

RESPOSTA (A) Art. 103-B, § 2º, CF. (B) Art. 103-B, § 4º, CF. (C) Art. 103-B, § 4º, VI, CF. (D) Art. 103-B, § 1º, CF. (E) Art. 103-B, § 4º, III, CF. *Alternativa E.*

2670. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Sobre a organização e competência do Poder Judiciário, considerando ainda a jurisprudência dominante do STF, marque a alternativa CORRETA:

(A) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. Nesses casos, a competência será do respectivo Tribunal Regional Federal.

(B) Compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, ressalvadas apenas as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral.

(C) Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

(D) É da competência da Justiça Federal processar e julgar os delitos de greve e crimes contra a organização do trabalho (arts. 197 a 207 do CP), que causem prejuízo à ordem pública, econômica ou social e ao trabalho coletivo.

(E) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que já possuíam sentença de mérito em primeiro grau proferida pela Justiça Estadual quando da promulgação da Emenda Constitucional n. 45/04.

RESPOSTA (A) Art. 109, § 5º, CF. (B) Art. 109, I, CF. (C) Art. 105, II, *c*, CF. (D) RE 599.943-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia. (E) Súmula Vinculante 22, STF. *Alternativa D.*

2671. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** A composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado pela Emenda Constitucional n. 45/2004, sofreu modificações recentes, com a promulgação da Emenda Constitucional n. 61/2009. Com base, portanto, na atual disposição do texto constitucional, indique a resposta correta:

(A) a presidência do CNJ cabe a um ministro do Supremo Tribunal Federal, preferencialmente a seu presidente, uma vez que não recebe distribuição de processos no tribunal;

(B) nas ausências e impedimentos do presidente do CNJ, seu substituto será o Corregedor Nacional de Justiça, eleito dentre os membros dos tribunais superiores;

(C) os membros do CNJ serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, à exceção do presidente do CNJ;

(D) aos membros do CNJ não é mais admitida a recondução para um segundo mandato;

(E) cabe ao Supremo Tribunal Federal a indicação dos ministros dos tribunais superiores integrantes do CNJ.

RESPOSTA (A) Art. 103-B, § 1º, CF. (B) Art. 103-B, § 1º, CF. (C) Art. 103-B, §§ 1º e 2º, CF. (D) Art. 103-B, *caput*, CF. (E) Art. 103-B, II, III e § 3º, CF. *Alternativa C.*

2672. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** A Constituição Federal estabelece a arquitetura do Poder Judiciário, indicando suas estruturas principais, órgãos judicantes e seus predicamentos. Sobre esse tema, leia atentamente as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

I. O Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e as Varas do trabalho constituem os órgãos da Justiça do Trabalho;
II. A Escola Nacional de Formação de Magistrados funciona junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que também tem a função de supervisionar os órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;
III. Compete ao próprio Tribunal Regional do Trabalho prover os cargos de juiz de carreira em sua respectiva jurisdição, tanto no primeiro quanto no segundo graus, à exceção dos membros oriundos do quinto constitucional, cujo provimento depende de ato complexo, mediante o envio de uma lista tríplice, com a participação do Presidente da República;
IV. Pode o Tribunal Superior do Trabalho propor a criação de Tribunais Regionais do Trabalho, mas a sua extinção depende de proposta de lei de competência privativa do Supremo Tribunal Federal;
V. As sessões administrativas dos tribunais e do Conselho Nacional de Justiça serão públicas, salvo quando se tratar de processo disciplinar contra magistrado, hipótese em que a sessão deverá ser reservada, com a presença apenas do interessado e seu defensor.

(A) apenas as assertivas I, III e V estão corretas;
(B) apenas as assertivas II, IV e V estão corretas;
(C) apenas as assertivas IV e V estão corretas;
(D) apenas as assertivas I e III estão corretas;
(E) nenhuma das assertivas está correta.

RESPOSTA I. Art. 111, I, II e III, CF. II. Art. 111-A, § 2º, I e II, CF. III. Art. 96, I, *c*, c/c art. 94, parágrafo único, CF; e art. 115, CF. IV. Art. 96, II, *c*, CF. V. Art. 93, X, CF. *Alternativa E.*

2673. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Em relação ao Poder Judiciário, marque a alternativa que contém uma afirmação FALSA:

(A) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
(B) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
(C) O Conselho Nacional de Justiça poderá receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
(D) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos, salvo os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal, os quais serão julgados pelo Supremo Tribunal Federal.
(E) Compete ao Supremo Tribunal Federal a homologação de sentenças estrangeiras.

RESPOSTA (A) Art. 102, I, *f*, CF. (B) Art. 93, X, CF. (C) Art. 103-B, § 4º, III, CF. (D) Art. 105, I, *d*, CF. (E) Art. 105, I, *i*, CF. *Alternativa E.*

2674. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Considere as proposições abaixo:

I. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de

inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal.

II. No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

III. Compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade, os Desembargadores dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho.

IV. Aos Juízes Federais compete processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, incluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

V. Compete ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho exercer, na forma da lei, o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos Juízes do Trabalho e a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

Responda:

(A) Todas as proposições estão incorretas.

(B) Apenas as proposições I e V estão incorretas.

(C) As proposições II e III estão corretas.

(D) Todas as proposições estão corretas.

(E) Apenas a proposição IV está correta.

RESPOSTA I. Art. 102, I, *a*, CF. II. Art. 102, § 3º, CF. III. Art. 105, I, *a*, CF. IV. Art. 109, IV, CF. V. Art. 111-A, § 2º, II, CF. *Alternativa C.*

2675. **(Procurador – MPT – 2008)** Analise as assertivas abaixo acerca das súmulas aprovadas pelo STF, mediante dois terços de seus membros, relativas à matéria constitucional e precedidas de reiteradas decisões, conhecidas como “súmulas vinculantes”:

I. poderão ter sua edição proposta pelos Tribunais Superiores, pelos Tribunais de Justiça dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios, pelos Tribunais Regionais Federais, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, pelos Tribunais Regionais Eleitorais e pelos Tribunais Militares;

II. terão efeito vinculante apenas em relação aos órgãos do Poder Judiciário;

III. poderão ser canceladas a pedido do Governador do Distrito Federal;

IV. somente poderão ser revistas após prévia manifestação do Procurador-Geral da República, caso não tenha sido ele o autor do pedido de revisão.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

(A) apenas as alternativas I, II e III estão incorretas;

(B) apenas a alternativa III está incorreta;

(C) apenas a alternativa II está incorreta;

(D) todas estão corretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA I. Art. 3º, XI, Lei n. 11.417/2006. II. Art. 103-A, *caput*, CF. III. Art. 3º, X, Lei n. 11.417/2006. IV. Art. 2º, § 2º, Lei n. 11.417/2006. *Alternativa C.*

2676. **(Procurador – MPT – 2008)** Com relação aos subsídios dos membros do Poder

Judiciário, é CORRETO afirmar que:

(A) lei específica, de iniciativa dos Tribunais Superiores ou dos Tribunais de Justiça conforme o caso, fixará o valor dos subsídios dos membros e juízes respectivos, bem como as isenções tributárias pertinentes, sendo vedado qualquer tratamento privilegiado em relação aos demais contribuintes;
(B) o subsídio do juiz federal não excederá o subsídio dos Ministros do STF, ressalvada parcela de caráter indenizatório prevista em lei;
(C) é privativa do STJ a competência para a fixação do subsídio da magistratura estadual;
(D) é de iniciativa privativa do STF o projeto de lei para a fixação do subsídio de toda a magistratura nacional, incluindo a federal e a estadual;
(E) não respondida.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 93, V, CF. *Alternativa B.*

2677. **(Procurador – MPT – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) apenas o brasileiro nato pode compor o STF, mas o naturalizado pode compor tanto o STJ quanto o TST;
(B) os advogados que integram os Tribunais nas vagas destinadas a sua classe, adquirem vitaliciedade no ato da posse;
(C) é de iniciativa privativa do STJ a propositura de lei que objetive alterar o número de membros dos Tribunais de Justiça;
(D) são requisitos comuns para ingresso no STJ, TST e STF: idade mínima de 35 e máxima de 65 anos; aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal após sabatina; nomeação pelo Presidente da República;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 12, § 3º, c/c art. 104, parágrafo único, e art. 111-A, *caput*, CF. (B) Arts. 94 e 95, I, CF. (C) Art. 96, II, *a*, CF. (D) Art. 101, parágrafo único, art. 104, parágrafo único, e art. 111-A, CF. *Alternativa C.*

2678. **(Analista – TJ-MA – 2009 – IESES)** O Supremo Tribunal Federal pode,

(A) no julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade, declarar leis municipais inválidas face à Constituição Estadual, em decisão com efeitos *ex tunc*.
(B) na apreciação de recurso extraordinário, reformar acórdão de Tribunal de Justiça que declare válida lei estadual contestada em face de lei federal.
(C) no julgamento de ação interventiva ajuizada pelo Procurador-Geral da República, requisitar a intervenção federal em estado, para repelir invasão que este sofra de outra unidade da Federação.
(D) condenar por crime contra a honra senador que qualifique projeto de lei debatido na Câmara dos Deputados como “mais uma expressão da desonestidade de certos oligarcas”.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 102, CF. *Alternativa B.*

2679. **(Advogado – FMS – 2011 – NUCEPE)** Aos juízes federais compete processar e julgar:

(A) as causas em que a União, entidade autárquica, empresa pública ou sociedade de economia mista federal forem interessadas, na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes.
(B) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Estado.
(C) os crimes e as contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União.
(D) todos os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, públicos ou privados, civis ou

militares.

(E) a disputa sobre direitos indígenas.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 109, XI, CF. *Alternativa E.*

2680. (Advogado – COFEN – 2011 – CONSULPLAN) Sobre o Poder Judiciário, marque a alternativa INCORRETA:

(A) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

(B) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

(C) O Conselho Nacional de Justiça é um órgão do Poder Judiciário.

(D) Lei ordinária, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados princípios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil.

(E) O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.

RESPOSTA (A) Art. 97, CF. (B) Art. 99, CF. (C) Art. 92, I-A, CF. (D) Art. 93, CF, que fala em Lei Complementar. (E) Art. 92, § 2º, CF. *Alternativa D.*

2681. (Advogado – TRENSURB – 2010 – BIORIO) Considere as seguintes autoridades:

I. Governador de Estado.

II. Procurador-Geral da República.

III. Vice-Presidente da República.

IV. Juízes Federais.

É competência do Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originalmente, nas infrações penais comuns as autoridades indicadas, apenas, nas seguintes assertivas:

(A) II e III;

(B) I e IV;

(C) III e IV;

(D) II e IV;

(E) II, III e IV.

RESPOSTA Art. 102, I, *b*, CF. *Alternativa A.*

2682. (Advogado – LOTERJ – 2010 – FEC) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar:

(A) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

(B) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.

(C) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

(D) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

(E) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

RESPOSTA (A), (B), (C) e (E) competência do STF, art. 102, I, *e*, *n*, *r* e *b*, CF. (D) Art. 105, I, *b*, CF. *Alternativa A.*

2683. **(Advogado – CMB – 2009 – CESGRANRIO)** A súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal vincula apenas os órgãos

(A) da administração pública federal.
(B) do Poder Judiciário Federal.
(C) do Poder Judiciário Federal e da Administração Pública Federal.
(D) do Poder Judiciário e da Administração Pública, nas esferas federal, estadual e municipal.
(E) dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, nas esferas federal, estadual e municipal.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 103-A, CF. *Alternativa D.*

2684. **(Advogado – ELETROBRAS – 2007 – NCE)** A Emenda Constitucional n. 45 estabeleceu como órgão do Poder Judiciário o Conselho Nacional de Justiça. Em relação a esse órgão, é INCORRETO afirmar que:

(A) o CNJ pode regulamentar a Constituição da República quando a matéria disciplinada não estiver sujeita ao princípio da reserva legal;
(B) o CNJ, como órgão do Poder Judiciário, tem função jurisdicional;
(C) o mandato dos membros do Conselho Nacional de Justiça é de dois anos, permitindo-se uma recondução;
(D) o CNJ será presidido por Ministro do Supremo Tribunal Federal;
(E) o Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá função de Ministro-Corregedor.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 103-B, *caput*, §§ 4º e 5º. *Alternativa B.*

2685. **(Procurador – MPF – 2012)** Para o STF:

(A) Como o direito a moradia é de caráter fundamental, não é legitima a penhora do imóvel residencial do fiador.
(B) A proibição de tratamento caricatural e humorístico a candidatos a cargos eletivos, no período eleitoral, não constitui ofensa a liberdade de imprensa.
(C) No conflito entre o direito de manifestação cultural e a proibição de práticas de crueldade contra os animais, deve prevalecer esta última.
(D) É permitido aos Estados-membros criar outros órgãos encarregados de exercer a segurança pública, além daqueles previstos na Constituição Federal.

RESPOSTA "COSTUME – MANIFESTAÇÃO CULTURAL – ESTÍMULO – RAZOABILIDADE – PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA – ANIMAIS – CRUELDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância da norma do inc. VII do art. 225 da Constituição Federal, no que veda a prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Procedimento discrepante da norma constitucional denominado 'farra do boi'" (STF, RE 153.541-1-SC, rel. p/ acórdão Min. Marco Aurélio). *Alternativa C.*

2686. **(Procurador – MPF – 2012)** Para o STF:

I. Não cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental em face de sentenças transitadas em

julgado.

II. É possível modular-se os efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso.

III. A liberdade de expressão protege os discursos racistas e preconceituosos, porque o combate a tais ideias deve se dar através de um debate público esclarecedor que demonstre o equívoco que elas encerram.

IV. A norma que invoca a proteção de Deus, no preâmbulo da Constituição Federal, é de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais.

Estão corretas as assertivas:

(A) II e III.

(B) I e II.

(C) I, II e IV.

(D) I e IV.

RESPOSTA I. Art. 1º, parágrafo único, Lei n. 9.882/99. II. TJPR – Ação Rescisória: AR 4092922/PR 0409292-2, Rel. Dulce Maria Cecconi, "1. Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal é cabível a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade em controle difuso". III. HC 82.424/RS, Rel. Min. Moreira Alves. IV. "O preâmbulo não constitui norma central da Constituição, de reprodução obrigatória na Constituição do Estado-membro". (ADI 2.076, voto do Rel. Min. Carlos Velloso). *Alternativa C.*

2687. **(Promotor – MP-BA – 2010)** Sobre o Supremo Tribunal Federal, é incorreto afirmar que:

(A) Compete processar e julgar, originariamente, o mandado de segurança contra atos do Tribunal de Contas da União.

(B) Compete julgar, em recurso ordinário, o mandado de segurança decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

(C) Compete processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.

(D) Compete processar e julgar, originariamente, o mandado de segurança contra atos das Mesas da Câmara dos Deputados.

(E) Compete processar e julgar, originariamente, o mandado de segurança contra atos do Procurador-Geral da República.

RESPOSTA Aplicação direta do arts. 102 e 105, II, *b*, CF. *Alternativa C.*

2688. **(Advogado – CASAL – 2010 – FUNDEPES)** Quanto à disciplina constitucional dos precatórios, atualmente modificada pela Emenda Constitucional n. 62, de 9 de novembro de 2009, é incorreto afirmar:

(A) o regime de precatório não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor pelas Fazendas dos entes federados, que decorrem de sentença judicial transitada em julgado.

(B) no momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

(C) para o fim de definição das obrigações de pequeno valor, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas,

sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.

(D) é vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao regime de obrigações de pequeno valor.

(E) é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do respectivo exercício, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

RESPOSTA Art. 100, §§ 3º, 4º, 5º, 8º e 9º, CF. *Alternativa E.*

2689. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Por força das vedações que a Constituição impõe aos magistrados, como garantia de sua imparcialidade, não pode um Juiz de Direito, em qualquer circunstância,

(A) exercer o magistério em universidade pública.

(B) exercer a advocacia privada, mesmo depois de aposentado.

(C) candidatar-se a vereador.

(D) ser membro de associação civil de cunho esportivo.

(E) frequentar bares ou estabelecimentos congêneres.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 95, parágrafo único, CF. *Alternativa C.*

2690. **(Advogado – CONAB – 2006 – FJPF)** O processamento e julgamento de *habeas corpus* contra ato do Procurador-Geral da República é da competência:

(A) originária do Superior Tribunal de Justiça;

(B) originária do Supremo Tribunal Federal;

(C) originária do Conselho Nacional de Justiça;

(D) derivada do Superior Tribunal de Justiça;

(E) derivada do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 102, I, *d*, CF. *Alternativa B.*

2691. **(Advogado – ALEGO – 2006 – UEG)** Sobre a súmula vinculante, introduzida na Constituição Federal pela Emenda Constitucional n. 45/04, é INCORRETO afirmar:

(A) A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre os órgãos judiciários ou entre esses e a Administração Pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

(B) Do ato administrativo ou da decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

(C) A qualquer súmula atual do Supremo Tribunal Federal poderá ser atribuído efeito vinculante, desde que, para tanto, seja submetida ao procedimento e às condições previstos na atual Constituição Federal.

(D) Esta súmula terá efeito vinculante em relação ao Poder Judiciário, Poder Executivo e Poder Legislativo.

RESPOSTA (A) Art. 103-A, § 1º, CF. (B) Art. 103-A, § 3º, CF. (C) Art. 103-A, *caput*, CF. (D) Art. 103-A, CF. *Alternativa D.*

2692. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Quanto aos tribunais e servidores, assinale a alternativa incorreta:

(A) Independem de concurso as nomeações para cargos em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

(B) É garantido ao servidor público civil o direito à livre-associação sindical e o direito à greve nos limites determinados em leis específicas.

(C) O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos, bem como seus acréscimos pecuniários são irredutíveis.

(D) Nos tribunais com número superior a 25 julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de 11 e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno.

(E) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

RESPOSTA (A) Art. 37, II, CF. (B) Art. 37, VI, CF. (C) Art. 37, XV, CF. (D) Art. 93, XI, CF. (E) Art. 97, CF. *Alternativa C.*

2693. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** A Emenda n. 45/04 alterou o art. 114 da Constituição Federal no que toca à competência da Justiça do Trabalho. Com base, portanto, na atual disposição do texto constitucional, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A Justiça do Trabalho não é competente para processar e julgar ações penais, nem mesmo as que guardam conexão com a relação de trabalho.

(B) Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e à saúde dos trabalhadores.

(C) A existência de sentença de mérito é fator determinante para fixar a competência da Justiça comum ou da Justiça do Trabalho nas ações sobre representação sindical, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

(D) Compete à Justiça do Trabalho o julgamento de toda controvérsia relativa à complementação de proventos de aposentadoria, quando decorrente de contrato de trabalho.

(E) Tendo a ação civil pública, como causas de pedir, disposições trabalhistas e quaisquer questões voltadas à preservação do meio ambiente, a competência para julgá-la é da Justiça do Trabalho.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 114, CF. A alternativa (E) encontra-se equivocada por falar em preservação do meio ambiente. *Alternativa E.*

2694. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Sobre o regime de precatórios, marque a alternativa INCORRETA:

(A) As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.

(B) Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em

julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, observando-se apenas a ordem cronológica de apresentação dos precatórios com créditos da mesma natureza, sem ressalvas de qualquer espécie.

(C) No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

(D) É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precat6rios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado.

(E) A seu critério exclusivo e na forma da lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando diretamente.

RESPOSTA (A) Art. 100, § 6º, CF. (B) Art. 100, § 1º, CF. (C) Art. 100, § 9º, CF. (D) Art. 100, § 11º, CF. (E) Art. 100, § 16, CF. *Alternativa B.*

2695. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** A Emenda Constitucional n. 45/2004 buscou também dotar o Supremo Tribunal Federal (STF) de alguns mecanismos para reduzir o número de processos em tramitação na mais alta corte de justiça do país. Sobre esse tema, leia atentamente as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

I. Somente por decisão de dois terços dos seus membros, poderá o STF editar súmula vinculante;

II. A edição da súmula vinculante pressupõe a existência de controvérsia nos órgãos judiciários sobre a validade, interpretação e eficácia de normas jurídicas, máxime quando essa controvérsia implica insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos;

III. A própria Constituição prevê a possibilidade de pedido de revisão, cancelamento ou aprovação de súmula vinculante;

IV. Tem sede constitucional, e está regulamentada em lei, a exigência de demonstração, pelo recorrente, em recurso extraordinário, da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no feito;

V. Para a aprovação da repercussão geral do recurso extraordinário, a Constituição Federal exige a manifestação favorável da maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal.

(A) apenas as assertivas I, III e V estão corretas;

(B) apenas as assertivas II, IV e V estão corretas;

(C) apenas as assertivas IV e V estão corretas;

(D) apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas;

(E) nenhuma das assertivas está correta.

RESPOSTA I. Art. 103-A, CF. II. Art. 103-A, § 1º, CF. III. Art. 103-A, § 2º, CF. IV. Art. 102, § 3º, CF. V. Art. 102, § 3º, CF. *Alternativa D.*

2696. **(Procurador – MPT – 2006)** Quanto à Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) o Tribunal Superior do Trabalho poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo;

(B) funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os

cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira, e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante;

(C) os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários;

(D) a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso e apreciação de conflito de competência para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 115, § 2º, CF. (B) Art. 111-A, § 2º, I, II, CF. (C) Art. 115, § 1º, CF. (D) Arts. 112 e 114, V, CF. *Alternativa A.*

2697. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Trata-se de hipótese em que, por prerrogativa constitucional de função a ser aplicada em futura e incerta ação penal, o inquérito será presidido por Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em substituição ao Delegado de Polícia, para a apuração de indícios de delito, supostamente praticado por:

(A) Deputado Federal.

(B) Desembargador Federal.

(C) Senador.

(D) Procurador da República.

(E) Deputado Estadual.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 105, I, *a*, CF. *Alternativa B.*

2698. **(Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH)** Se em decisão monocrática (primeiro grau), for declarada inconstitucionalidade de lei municipal, em face da Constituição Estadual, a última instância será

(A) STF, via Recurso Extraordinário;

(B) STJ, via Recurso Especial;

(C) Tribunal de Justiça, via Recurso de Apelação;

(D) Tribunal de Justiça, via controle concentrado;

(E) TRF, via Agravo Regimental.

RESPOSTA Arts. 35, IV, e 125, §§ 1º e 2º, CF. *Alternativa D.*

2699. **(Assessor – DPE-PR – 2012 – PUCPR)** No tocante à composição e às atribuições do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

I. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

II. Quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar as causas decididas em única ou última instância, mediante recurso extraordinário.

III. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no máximo, trinta e três Ministros.

IV. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão conceder a segurança então pleiteada no *mandamus*.

(A) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
(B) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
(C) Apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.
(D) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.
(E) Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.

RESPOSTA I. Art. 102, I, *b*, CF. II. Art. 102, III, *b*, CF. III. Art. 104, *caput*, CF. IV. Art. 105, II, *b*, CF. *Alternativa B.*

2700. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) Somente a lei poderá dispor sobre a competência e o funcionamento de órgãos jurisdicionais.
(B) O magistrado poderá ser removido contra sua vontade, por motivo de interesse público, mediante decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do CNJ, assegurada ampla defesa.
(C) O Poder Judiciário brasileiro é constituído pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça, tribunais e juízes da justiça federal, comum e especializada, bem como de tribunais e da justiça estadual, sendo que todos os seus membros ingressam na carreira mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da OAB em todas as fases.
(D) As promoções dos magistrados sempre se darão pelo critério objetivo do merecimento, sendo obrigatória a promoção do magistrado que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.

RESPOSTA (A) Art. 96, I, *a*, CF. (B) Art. 93, VIII, CF. (C) Art. 94, CF. (D) Art. 93, II, *a*, CF. *Alternativa B.*

2701. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as afirmativas a seguir.

I. É prevista como garantia constitucional dos magistrados a possibilidade do exercício remunerado de dois cargos de magistério.
II. Constitui garantia constitucional dos magistrados a irredutibilidade de subsídios, não podendo a lei infraconstitucional estabelecer qualquer ressalva.
III. Todo magistrado, a partir de sua posse no cargo e efetivo exercício, torna-se vitalício e somente poderá perder o cargo por sentença transitada em julgado.
IV. De acordo com a Constituição Republicana de 1988, o Poder Judiciário reger-se-á pelo princípio da publicidade de seus julgamentos, sob pena de nulidade, podendo, contudo, a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes.

Está correto apenas o contido em

(A) I.
(B) III.
(C) IV.
(D) II e IV.

RESPOSTA I. Art. 95, parágrafo único, II, CF. II. Art. 95, III, CF. III. Art. 95, I, CF. IV. Art. 93, IX, CF. *Alternativa C.*

Funções Essenciais à Justiça

2702. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, expressamente nos termos da Constituição, que, no caso da norma que contém a resposta

certa a esta questão da prova, também determina a observância do seu comando ao disposto em lei:

(A) a representação da União na execução da dívida ativa de natureza tributária, no exercício de função essencial à Justiça.

(B) a representação judicial e extrajudicial da União na execução da dívida ativa de natureza tributária e não tributária, no exercício ou não de função essencial à Justiça.

(C) a representação da União na execução da dívida ativa e consolidada de natureza tributária, no exercício ou não de função essencial à Justiça.

(D) a representação judicial da União na execução da dívida interna de natureza tributária ou não tributária, no exercício de função essencial à Justiça.

(E) a representação judicial da União na execução da dívida ativa de natureza tributária e não tributária, no exercício de função essencial à Justiça.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 131, § 3º, CF. *Alternativa A.*

2703. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União judicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo.

(B) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e a assessoria jurídicas das respectivas unidades federadas.

(C) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, após arguição pública e aprovação pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

(D) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

(E) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na última fase.

RESPOSTA (A) Art. 131, *caput*, CF. (B) Art. 132, *caput*, CF. (C) Art. 131, § 1º, CF. (D) Art. 131, § 2º, CF. (E) Art. 131, § 2º, CF. *Alternativa D.*

2704. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) A Procuradoria da Fazenda Nacional tem por autoridade hierárquica máxima o Ministro de Estado da Fazenda.

(B) As Casas Legislativas da União ou dos Estados-membros têm os seus direitos e prerrogativas defendidos em juízo pela Advocacia da União e pelas Procuradorias Estaduais, respectivamente, sendo-lhes vedado criar procuradorias próprias que as represente em juízo.

(C) A Constituição de um Estado-membro não pode conferir autonomia funcional, administrativa e financeira à Procuradoria-Geral do seu Estado.

(D) Os membros da Advocacia da União, depois de adquirida a estabilidade, gozam das mesmas garantias dos membros também estáveis do Ministério Público da União.

(E) Constitui função institucional privativa do Ministério Público a propositura de ação civil pública

para a defesa do patrimônio público.

RESPOSTA (A) Art. 2º, I, *b*, LC n. 73/93 c/c art. 131, § 1º, CF. (B) Art. 131, *caput*, CF. (C) "[...] O inciso I do mencionado art. 135, ao atribuir autonomia funcional, administrativa e financeira à Procuradoria paraibana, desvirtua a configuração jurídica fixada pelo texto constitucional federal para as Procuradorias estaduais, desrespeitando o art. 132 da Carta da República" (ADI 217, Rel. Min. Ilmar Galvão). (D) Art. 132, parágrafo único, CF. (E) Art. 129, III, CF. *Alternativa C.*

2705. (Procurador – MPT – 2008) Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) o Ministério Público tem autonomia administrativa e financeira, mas poderá ter sua proposta orçamentária modificada pelo Poder Executivo caso seja apresentada fora dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

(B) o Conselho Nacional do Ministério Público, em sua atividade correcional e disciplinar, pode determinar a remoção, a disponibilidade, a aposentadoria e a perda do cargo de membro do Ministério Público;

(C) por determinação da Emenda Constitucional 45/2004, a distribuição de processos é imediata tanto no Ministério Público como no Poder Judiciário;

(D) o Conselho Nacional do Ministério Público é composto por advogados, cidadãos, membros do próprio Ministério Público e da magistratura, mas o cargo de Corregedor Nacional é privativo dos membros do Ministério Público;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 127, §§ 3º e 4º, CF. (B) Art. 41, § 1º, I, II, III e art. 103-A, § 2º, III, CF. (C) Art. 129, § 5º, CF. (D) Art. 103-A, I, II, III, IV, V, VI, e § 3º, CF. *Alternativa B.*

2706. (Procurador – MPT – 2008) Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) a Constituição Federal extinguiu as férias coletivas nos juízos e tribunais de 2º grau, mas não vedou a previsão de dias sem expediente forense normal;

(B) a vedação do exercício da advocacia no período posterior de três anos ao afastamento do cargo público, aplica-se aos juízes, aos membros do Ministério Público e da Advocacia Pública;

(C) as decisões administrativas dos Tribunais serão motivadas e deliberadas em sessões públicas, inclusive as disciplinares;

(D) o Presidente do Conselho Nacional de Justiça é o Presidente do STF mas o cargo de Ministro-Corregedor é privativo do Ministro do STJ;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 93, XII, CF. (B) Arts. 95, parágrafo único, V, e art. 128, § 6º, CF. (C) Art. 93, X, CF. (D) Art. 103-B, §§ 1º e 5º, CF. *Alternativa B.*

2707. (Advogado – CASA – 2011 – VUNESP) A respeito das funções essenciais da justiça, pode-se afirmar que

(A) os Ministérios Públicos dos Estados formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

(B) a Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos Poderes Legislativo e Executivo.

(C) o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, estando, apenas, subordinado em suas funções ao

Procurador-Geral de Justiça.

(D) os Procuradores dos Estados, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

(E) às Defensorias Públicas Estaduais e à Defensoria Pública da União são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária.

RESPOSTA (A) Art. 128, § 3º, CF. (B) Art. 131, CF. (C) Art. 133, CF. (D) Art. 132, CF. (E) Art. 134, § 2º, CF. *Alternativa D.*

2708. (Advogado – DER – 2010 – FUNCAB) Sobre as funções essenciais à Justiça, assinale a alternativa correta.

(A) Segundo a jurisprudência do STF, o advogado tem imunidade constitucional, não constituindo difamação ou desacato qualquer manifestação de sua parte no exercício de sua atividade.

(B) O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas Estadual está estruturalmente ligado ao Ministério Público Estadual.

(C) À Advocacia-Geral da União cabem as atividades de consultoria e assessoramento jurídico apenas do Poder Executivo Federal, mas a AGU representa judicial e extrajudicialmente todos os Poderes da União.

(D) A Procuradoria-Geral dos Municípios e do Distrito Federal é instituição com previsão constitucional e tem como função a representação judicial e extrajudicial dos Municípios e do Distrito Federal, sendo vedado aos seus membros o exercício de advocacia fora das funções institucionais.

(E) O Procurador-Geral do Estado de Rondônia pode ser escolhido livremente pelo Governador do Estado dentre cidadãos maiores de 35 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

RESPOSTA Arts. 131 e 128, CF. *Alternativa C.*

2709. (Advogado – IRB – 2006 – ESAF) Sobre Funções Essenciais à Justiça, assinale a única opção correta.

(A) Cabe à Advocacia-Geral da União, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, representar, judicial e extrajudicialmente, e exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos Poderes da União.

(B) Aos integrantes da carreira de defensor público da União é garantida a inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

(C) Salvo as exceções expressamente previstas em lei, é vedado ao membro do Ministério Público exercer atividade político-partidária.

(D) Em razão de sua autonomia financeira e administrativa, durante a execução orçamentária do exercício, o Ministério Público poderá, justificadamente, assumir obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, desde que já esteja em tramitação no Congresso Nacional pedido de abertura de crédito suplementar ou especial.

(E) Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, sem possibilidade de recondução.

RESPOSTA (A) Art. 131, CF. (B) Art. 134, § 1º, CF. (C) Art. 128, § 5º, II, *e*, CF. (D) Art. 127, § 6º, CF. (E) Art. 130-A, CF. *Alternativa B.*

2710. **(Advogado – ALEGO – 2006 – UEG)** A Constituição Federal estipula que são funções essenciais à Justiça o Ministério Público, a advocacia pública e privada e a Defensoria Pública. A respeito desse tópico, é INCORRETO afirmar:

(A) Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura, relativos aos membros do Ministério Público.

(B) Às Defensorias Públicas Estaduais não são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária.

(C) Os procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

(D) A Advocacia-Geral da União é instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento.

RESPOSTA (A) Art. 130, CF. (B) Art. 134, § 2º, CF. (C) Art. 132, CF. (D) Art. 131, CF. *Alternativa B.*

2711. **(Procurador – MPT – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) apesar do efeito *erga omnes* atribuído a decisões proferidas nas ações coletivas, a posição majoritária do STF é no sentido de que não há usurpação de sua própria competência se a pretensão na declaração de inconstitucionalidade de ato normativo, presente na ação coletiva, é meramente incidental;

(B) segundo entendimento jurisprudencial e doutrinário dominantes, o Chefe do Executivo pode negar-se a cumprir ato normativo que entenda flagrantemente inconstitucional;

(C) pode-se afirmar que a competência atribuída ao Congresso Nacional, para sustar atos do Poder Executivo que exorbitem os limites de delegação legislativa anteriormente concedida, na medida em que retira do ordenamento jurídico espécie normativa produzida em desconformidade com a Constituição Federal, constitui exceção à regra de que o controle repressivo de constitucionalidade pertence ao Poder Judiciário;

(D) o Procurador-Geral de qualquer um dos ramos do Ministério Público da União tem legitimidade concorrente para propor lei complementar estabelecendo alteração na organização interna do respectivo ramo do Ministério Público;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Reclamação n. 602-6/SP, Rel. Min. Ilmar Galvão; Reclamação n. 600-0/SP, Rel. Min. Néri da Silveira. (B) Art. 66, § 3º, CF. (C) Art. 49, V, art. 62, *caput*, e art. 68, § 3º, CF. (D) Art. 61, § 1º, II, *d*, art. 127, § 2º, e art. 128, § 5º, CF; e ADI n. 400/ES, voto do Min. Sepúlveda Pertence. *Alternativa D.*

2712. **(Promotor – MP-PR – 2011)** São garantias constitucionais dos membros do Ministério Público:

(A) Inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade de subsídios.

(B) Indivisibilidade, irredutibilidade de subsídios e vitaliciedade.

(C) Vitaliciedade, inviolabilidade e inamovibilidade.

(D) Irredutibilidade de subsídios, inamovibilidade e inviolabilidade.

(E) Inamovibilidade, irredutibilidade de subsídios e indivisibilidade.

RESPOSTA Aplicação do art. 128, § 5º, I, *a*, *b* e *c*, CF. *Alternativa A.*

2713. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Relativamente à possibilidade de o Ministério Público do Estado de São Paulo realizar inspeções e diligências investigatórias em entidades privadas, é correto afirmar que

(A) mesmo não estando prevista na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas Nacional e Estadual, encontra respaldo em leis especiais, como no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto do Idoso, bem como na aplicação subsidiária da Lei Orgânica do Ministério Público da União.

(B) encontra respaldo nas prerrogativas da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, bem como na aplicação subsidiária da Lei Orgânica do Ministério Público da União, além de estar prevista em leis especiais, como no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto do Idoso.

(C) está prevista na Constituição Federal e regulamentada pelas Leis Orgânicas Nacional e Estadual do Ministério Público, bem como na aplicação subsidiária da Lei Orgânica do Ministério Público da União, além de encontrar previsão em leis especiais, como no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto do Idoso.

(D) não está prevista na Constituição Federal, mas encontra respaldo na aplicação da Lei Orgânica do Ministério Público da União, além da previsão em leis especiais, como no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto do Idoso.

(E) encontra respaldo nas prerrogativas da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, e na aplicação da Lei Orgânica do Ministério Público da União, além de estar prevista em leis especiais, como no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto do Idoso.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 129, I, VI e VIII, CF; e *Informativo* 564 do STF. *Alternativa B.*

2714. **(Promotor – MP-SP – 2011)** É correto afirmar que o princípio do Promotor Natural

(A) pode ser extraído da Constituição Federal, sendo significativo da vedação à designação de “acusador de exceção”, em proteção ao acusado ou ao litigante, no sentido de garantir a atuação de integrante da instituição a partir de critérios legais e predeterminados, bem como do membro do Ministério Público, para preservar as atribuições de seu cargo, não alcançando, no entanto, a possibilidade de criação de grupos especiais de atuação de caráter geral e previamente estabelecidos por normas de organização interna.

(B) pode ser extraído da Constituição Federal, sendo significativo da vedação de designação de Promotor *ad hoc* de fora da carreira para a prática de qualquer ato ou atribuições do Ministério Público, não impedindo, no entanto, a livre designação, pelo Procurador-Geral de Justiça, de membros da instituição para atuarem em casos específicos, independentemente da prévia distribuição de atribuições ou da criação de grupos específicos.

(C) não pode ser extraído da Constituição Federal, mas encontra respaldo nas Leis Orgânicas Nacional e do Estado de São Paulo, sendo significativo da vedação à designação de “acusador de exceção”, voltando-se à proteção do membro do Ministério Público para garantia do efetivo exercício de suas funções, alcançando grupos especiais de atuação, mesmo que de caráter geral e previamente estabelecidos por normas de organização interna.

(D) pode ser extraído da Constituição Federal somente no sentido de vedação de designação de Promotor *ad hoc* de fora da carreira, dependendo sua maior abrangência de lei regulamentar, de maneira que passe a significar a vedação à designação de “acusador de exceção”, em proteção do acusado, na condição de sua garantia processual, não se aplicando, de todo modo, à esfera cível da

atuação ministerial.

(E) não pode ser extraído da Constituição Federal, mas encontra respaldo nas regras de impedimento e suspeição dos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal, sendo significativo da garantia de imparcialidade do membro do Ministério Público, precisando, no entanto, ser invocado oportunamente pela parte interessada, mediante o procedimento estabelecido em lei, não tendo influência sobre as normas internas de distribuição de atribuições.

RESPOSTA *Informativo* 511 do STF: "o princípio do promotor natural representa a impossibilidade de alguém ser processado senão pelo órgão de atuação do Ministério Público dotado de amplas garantias pessoais e institucionais, de absoluta independência e liberdade de convicção, com atribuições previamente fixadas e conhecidas. Entretanto, enfatizou-se que o STF, por maioria de votos, refutara a tese de sua existência (HC 67759/RJ, DJU de 1º.7.93) no ordenamento jurídico brasileiro, orientação essa confirmada, posteriormente, na apreciação do HC 84468/ES (DJU de 20.2.2006)". Arts. 5º, XXXVII e LIII, 127 e 129, I, CF. *Alternativa A.*

XIII. Segurança Pública e Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

2715. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Com relação ao tema *Defesa do Estado e das instituições democráticas: estado de defesa e estado de sítio* analise as afirmativas a seguir.

I. O estado de defesa poderá ser decretado para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional, declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.

II. O estado de sítio poderá ser decretado em casos de comoção grave de repercussão nacional, ou quando o país for atingido por calamidades naturais de grandes proporções.

III. Enquanto durar o estado de sítio poderão ser impostas restrições à difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, independentemente de licença da respectiva Mesa.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se somente a afirmativa III estiver correta.

(E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

RESPOSTA I. CF, art. 136 e art. 137, II. II. CF, art. 137, I e II, *e*, e art. 136. III. CF, art. 139, parágrafo único. *Alternativa E.*

2716. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Os Órgãos apresentados nas alternativas a seguir estão incluídos no art. 144 da Constituição como responsáveis pelo exercício da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, à exceção de um. Assinale-o.

(A) Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

(B) Polícia Ferroviária Federal.

(C) Polícias Civis.

(D) Forças Armadas.

(E) Polícia Federal.

RESPOSTA CF, arts. 144 e 142. *Alternativa D.*

2717. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Com relação ao tema *Segurança Pública* analise

as afirmativas a seguir.

I. Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

II. Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

III. A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 144, § 8º. II. CF, art. 144, § 4º. III. CF, art. 144, I a III. *Alternativa E.*

2718. **(Inspetor – PC-RJ – 2008 – FGV)** Não se constitui pressuposto formal do estado de defesa:

(A) a especificação das áreas abrangidas pelo decreto do Presidente da República.
(B) a existência de grave e iminente instabilidade institucional que ameace a ordem pública.
(C) a determinação, no decreto do Presidente da República, do tempo de sua duração, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.
(D) a prévia manifestação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
(E) a indicação de medidas coercitivas, dentre as discriminadas na Constituição Federal.

RESPOSTA (A) CF, art. 136, § 1º. (B) A existência de grave e iminente instabilidade institucional que ameace a ordem pública é um pressuposto **material** para decretação do estado de defesa, mas **não** é um **requisito formal**. (C) CF, art. 136, §§ 1º e 2º. (D) CF, art. 136, *caput*. (E) A formal indicação de medidas coercitivas, dentre as discriminadas na Constituição Federal, é pressuposto do decreto de estado de defesa. *Alternativa B.*

2719. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Como meio de manutenção da ordem constitucional, a Constituição da República preservou sua integridade de momentos de exacerbada tensão social, disciplinando o que pode ser chamado de legalidade excepcional. Ademais, quando tratou da defesa do Estado e das instituições democráticas, a Constituinte também tratou das Forças Armadas e da segurança pública. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

(A) Recente entendimento do Supremo Tribunal Federal, em face da manutenção regular do Estado Democrático de Direito, com respeito aos direitos e às garantias fundamentais dos cidadãos, permite a admissibilidade de requisição de bens municipais pela União, em se tratando de calamidade pública instalada na organização do município, independentemente da instalação de estado de defesa ou de sítio.
(B) É garantia dos militares, incluindo as praças prestadoras do serviço militar obrigatório, a percepção de, no mínimo, um salário mínimo mensal.
(C) O Departamento de Trânsito faz parte da segurança pública estadual.

(D) Os princípios regentes da administração pública não são interpretados extensivamente às militares, federais ou estaduais, mormente após a promulgação da Emenda Constitucional n. 18/1998, com a qual estes últimos não mais passaram a ser denominados servidores públicos militares.

(E) A Polícia Penitenciária, encarregada da vigilância dos estabelecimentos penais, não faz parte da segurança pública estadual.

RESPOSTA (A) MS 25.295/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa. (B) Súmula Vinculante 6, STF. (C) Art. 144, I, II, III, IV e V, CF. (D) ADI 603, voto do Rel. Min. Eros Grau. (E) Rcl 10.559/PR, Rel. Min. Ellen Gracie. *Alternativa E.*

2720. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** A Constituição Federal conceitua a "segurança pública" e diz que sua finalidade é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Com relação ao que prescreve a Constituição a respeito das polícias civis, assinale a opção correta.

(A) As polícias civis possuem atribuição concorrente para apurar crimes de interesse da União, suas autarquias e empresas públicas federais.

(B) As polícias civis têm atribuição exclusiva para apurar crimes descritos como condutas típicas nas leis eleitorais, podendo instaurar investigação quando tomar conhecimento do fato em primeiro lugar.

(C) Às polícias civis é atribuído o poder para apurar condutas cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme de acordo com as disposições da lei.

(D) As polícias civis que funcionam sob direção de delegados de polícia integrantes de carreira têm incumbência de apurar infrações penais.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 144, § 4º, CF. *Alternativa D.*

2721. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Levando-se em consideração as normas constitucionais que regulam a Defesa do Estado e das instituições democráticas e suas interpretações pelos julgados do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, assinale a alternativa correta.

(A) é missão típica do Judiciário o combate à criminalidade, bem como a formulação de políticas públicas neste sentido.

(B) a legislação estadual poderá estender a outros órgãos, não mencionados na Constituição Federal, a exemplo dos agentes de trânsito, atribuições de segurança pública.

(C) a gestão da segurança pública, como parte integrante da Administração Pública, é atribuição privativa do Governador de Estado.

(D) é atividade primária das Forças Armadas o policiamento ostensivo e o combate à criminalidade.

(E) a Polícia Rodoviária Federal exerce funções investigativas e judiciárias em relação aos delitos ocorridos nas rodovias federais.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 144, CF; e "O Pleno desta Corte pacificou jurisprudência no sentido de que os Estados-membros devem obediência às regras de iniciativa legislativa reservada, fixadas constitucionalmente. A gestão da segurança pública, como parte integrante da administração pública, é atribuição privativa do governador de Estado". (ADI 2.819, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em: 6-4-2005, Plenário, *DJ* 2-12-2005). *Alternativa C.*

2722. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Considerando as normas constitucionais que regulam a função e o cargo de Delegado de Polícia, assinale a alternativa incorreta.

(A) A Carta Magna especifica que a função de direção da Polícia Civil só pode ser exercida por

delegados de polícia de carreira.

(B) É inconstitucional atribuir aos suplentes de delegados de polícia funções privativas de delegados de polícia de carreira.

(C) As funções administrativas de direção da Polícia Civil são cargos em comissão, de livre nomeação, podendo ser preenchidos por pessoas de confiança do gestor público, ainda que estranhas à carreira de delegado.

(D) É inconstitucional o estabelecimento, pelas Constituições Estaduais, de prerrogativa de foro para os delegados de polícia, em virtude de incompatibilidade entre esta e a efetividade de outras regras constitucionais, principalmente, a que trata do controle externo da atividade policial exercido pelo Ministério Público.

(E) É constitucional a autorização legislativa ao Secretário Estadual de Segurança Pública para a edição de normas regulamentadoras do funcionamento da instituição, ainda que o cargo não seja ocupado por delegado de carreira.

RESPOSTA Art. 144, § 4º, CF, c/c art. 7º, Lei n. 3.780/60. *Alternativa C.*

2723. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Com relação ao atual texto expresso da Constituição da República, analise as seguintes proposições:

I. É permitida na disciplina excepcional do estado de sítio a decretação de restrições relativas à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei.

II. É exclusivamente do Presidente da República o poder de decretar os estados de defesa e de sítio, sendo que somente nesta última hipótese (decretação do estado de sítio) é que precisará de autorização prévia do Congresso Nacional.

III. Em nenhuma hipótese o estado de sítio poderá ser decretado por mais de trinta dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior.

IV. Durante a vigência do estado de defesa não se admite prisão determinada por outra autoridade que não seja a judicial.

V. Somente no estado de sítio ocorre a vedação à incomunicabilidade do preso.

Assinale a alternativa que corresponde à relação completa de proposições corretas:

(A) I e II.

(B) II e IV.

(C) II, III e IV.

(D) IV e V.

(E) II, III e V.

RESPOSTA I. Art. 139, III, CF. II. Arts. 137 e 138, CF. III. Art. 138, § 1º, CF. IV. Art. 136, § 3º, I e III, CF. V. Art. 136, § 3º, IV, CF. *Alternativa A.*

XIV. Sistema Tributário, Ordem Financeira e Econômica e Ordem Social

2724. **(Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV)** Assinale a afirmativa incorreta.

(A) O direito de propriedade é garantido pela Constituição Federal, devendo a propriedade urbana ou rural atender a sua função social, definida esta igualmente para ambas.

(B) Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calcada sem limite sobre o valor da causa.

(C) A imunidade prevista no artigo 150, VI, d, da Constituição Federal de 1988 abrange filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.

(D) Nos processos perante o Tribunal de Contas asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

(E) A garantia da irretroatividade da lei, prevista no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal de 1988, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.

RESPOSTA (A) CF, art. 182, § 2º, e art. 186. (B) CF, art. 5º, XXXV; e Súmula 667, do STF. (C) CF, art. 150, VI, *d*; e Súmula 657, STF. (D) Súmula Vinculante 3, STF. (E) CF, art. 5º, XXXVI; e Súmula 654, STF. *Alternativa A.*

2725. **(Auditor – TCM-RJ – 2008 – FGV)** O Poder Executivo publicará, após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária até:

(A) 60 dias.
(B) 120 dias.
(C) 90 dias.
(D) 30 dias.
(E) 150 dias.

RESPOSTA CF, art. 165, § 3º: "O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária". *Alternativa D.*

2726. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente à *ordem social*, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A assistência à saúde pode ser exercida pela iniciativa privada, desde que previamente autorizado seu funcionamento pelo Ministério da Saúde e submetidas às regras de concessão pública contidas na Constituição.

(B) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

(C) A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

(D) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de contribuições sociais determinadas na Constituição.

(E) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

RESPOSTA (A) CF, art. 199. (B) CF, art. 194. (C) CF, art. 193. (D) CF, art. 195. (E) CF, art. 196. *Alternativa A.*

2727. **(Fiscal – SEFAZ-AP – 2010 – FGV)** Com relação ao tema "Sistema Tributário Nacional", analise as afirmativas a seguir.

I. Compete à União instituir impostos, dentre outras hipóteses, sobre renda e proventos de qualquer natureza, grandes fortunas (nos termos de lei complementar) e propriedade territorial rural.

II. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos, dentre outras hipóteses, sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos, sendo suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

III. Compete aos Municípios instituir impostos, dentre outras hipóteses, sobre propriedade predial e territorial urbana, transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 153. II. CF, art. 155 e § 1º, IV. III. CF, art. 156, I e II. *Alternativa E.*

2728. **(Fiscal – SEFAZ-AP – 2010 – FGV)** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados determinados princípios.

Assinale a opção cujo conteúdo não corresponde aos princípios constantes do art. 170, da Constituição.

(A) Soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre-concorrência, busca do pleno emprego.

(B) Propriedade privada, livre-concorrência, defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

(C) Soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre-concorrência, vedação ao tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras que tenham sua sede e administração no país.

(D) Função social da propriedade, livre-concorrência, defesa do meio ambiente, busca do pleno emprego, redução das desigualdades regionais e sociais.

(E) Soberania nacional, livre-concorrência, defesa do consumidor.

RESPOSTA (A) CF, art. 170, I, II, III, IV e VIII. (B) CF, art. 170, I, IV e VI. (C) CF, art. 170, IX. (D) CF, art. 170, III, IV, VI, VIII e VII. (E) CF, art. 170, I, IV e V. *Alternativa C.*

2729. **(Fiscal – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** No que concerne à *competência tributária dos entes federados*, analise as afirmativas a seguir.

I. A União não poderá, em nenhuma hipótese, instituir impostos que tenham fato gerador ou base de cálculo próprios de impostos de competência estadual.

II. O Distrito Federal poderá instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

III. Os Municípios, em nenhuma hipótese, poderão instituir taxas com base de cálculo própria de impostos.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa III estiver correta.

(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

RESPOSTA I. CF, art. 154, I. II. CF, art. 149-A. III. CF, art. 145, § 2º. *Alternativa E.*

2730. **(Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV)** Assinale a afirmativa incorreta.

(A) Ofende o princípio da livre-concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

(B) Segundo jurisprudência dos Tribunais Superiores, as concessionárias de serviço de telefonia não possuem exclusividade para editar listas ou catálogos telefônicos; pois, se o tivessem, haveria violação ao princípio da livre-concorrência.

(C) A fixação de horário de funcionamento para o comércio dentro da área municipal pode ser feita por lei local, visando ao interesse do consumidor e evitando a dominação do mercado por oligopólio.

(D) Entre os princípios gerais da atividade econômica está o da defesa do meio ambiente, *lato sensu*, ou seja, abrangendo a noção de meio ambiente natural, cultural, artificial e laboral.

(E) Segundo Jurisprudência dos Tribunais Superiores, é inconstitucional lei que assegura gratuidade dos transportes públicos urbanos aos que têm mais de 65 anos, por ferir os princípios constitucionais da livre-iniciativa e livre-concorrência, princípios gerais da atividade econômica.

RESPOSTA (A) Súmula 646, STF. (B) Segundo jurisprudência do STF (RE 158.676), as concessionárias de serviço de telefonia não possuem exclusividade para editar listas ou catálogos telefônicos; pois, se o tivessem, haveria violação ao princípio da livre-concorrência. (C) O STF (RE 189.170) entende que a fixação de horário de funcionamento para o comércio dentro da área municipal pode ser feita por lei local, visando ao interesse do consumidor e evitando a dominação do mercado por oligopólio. (D) CF, art. 170, VI. (E) CF, art. 230, § 2º e *Informativo* 487 do STF. *Alternativa E.*

2731. **(Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV)** Assinale a alternativa correta.

(A) É inadmissível a requisição de hospitais municipais pela União, em situação de normalidade institucional, sem a decretação de Estado de Defesa ou Estado de Sítio.

(B) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. É possível a União, para manter a integridade nacional, intervir nos Estados-Membros, no Distrito Federal e nos Municípios.

(C) É possível Estado-Membro intervir em Município de outro Estado-Membro apenas se o território do Município em questão for limítrofe ao seu, e se esse Município formar com Municípios do Estado interventor o que se denomina “região metropolitana”.

(D) Alguns direitos e garantias podem ser suspensos quando da decretação do Estado de Defesa, como o direito de petição, o direito de acesso ao Poder Judiciário, o direito ao sigilo das correspondências e o direito de reunião.

(E) Para decretar o Estado de Defesa e o Estado de Sítio, o Presidente da República deve ouvir, com caráter vinculativo, os Conselhos da República, da Defesa Nacional e o Conselho Nacional de Justiça.

RESPOSTA (A) O STF (MS 25.295) decidiu ser inadmissível a requisição de hospitais municipais pela União, em situação de normalidade institucional, sem a decretação de Estado de Defesa ou Estado de Sítio. (B) A intervenção nos municípios é de competência dos Estados-membros (art. 35), salvo se tratar de município localizado em território federal (art. 34). (C) Não há previsão constitucional para Estado-membro intervir em Município de outro Estado-membro. (D) CF, art. 136, § 1º, I e II e § 3º. (E) CF, art. 136. *Alternativa A.*

2732. **(Inspetor – PC-RJ – 2008 – FGV)** A Constituição Federal/88 prevê que nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, observados os seguintes preceitos constitucionais, à exceção de um. Assinale-o.

(A) A liberdade de pensamento.

(B) A liberdade religiosa.
(C) A inviolabilidade à intimidade.
(D) A liberdade de ação profissional.
(E) O direito de resposta.

RESPOSTA Diz a Constituição Federal de 1988, no art. 220, § 1º, que nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. *Alternativa B.*

2733. **(Inspetor – PC-RJ – 2008 – FGV)** Constituição Federal/88 prevê expressamente a garantia de:

(A) ensino fundamental facultativo e gratuito, inclusive para todos que não tiveram acesso na idade própria.
(B) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educador.
(C) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, obrigatoriamente na rede regular de ensino.
(D) progressiva universalização do ensino médio gratuito.
(E) atendimento ao educando, na educação infantil, por meio de programas suplementares de transporte e alimentação.

RESPOSTA (A) CF, art. 208, I. (B) CF, art. 208, VI. (C) CF, art. 208, III. (D) CF, art. 208, II. (E) CF, art. 208, VII. *Alternativa D.*

2734. **(Inspetor – PC-RJ – 2008 – FGV)** A Lei Maior determina competir ao Poder Público a organização, nos termos da lei, da seguridade social, com observância obrigatória de determinados objetivos, entre os quais, não se inclui:

(A) universalidade da cobertura e do atendimento.
(B) equidade na forma de participação no custeio.
(C) caráter centralizado da gestão administrativa.
(D) seletividade na prestação dos benefícios e serviços.
(E) diversidade da base de financiamento.

RESPOSTA (A) CF, art. 194, parágrafo único, I. (B) CF, art. 194, parágrafo único, V. (C) CF, art. 194, parágrafo único, VII. (D) CF, art. 194, parágrafo único, III. (E) CF, art. 194, parágrafo único, VI. *Alternativa C.*

2735. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Sobre as limitações do poder de tributar assinale a alternativa correta:

(A) A Constituição prevê o princípio da legalidade ao estabelecer não ser possível cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
(B) A Constituição prevê o princípio da anterioridade tributária ao estabelecer que não é possível cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
(C) O princípio da anterioridade tributária não se aplica ao imposto de exportação, mas se aplica ao imposto sobre a renda.
(D) Somente os Estados-membros podem instituir tributos sobre templos de cultos, e desde que respeitem os princípios da legalidade tributária, da anterioridade e da igualdade.
(E) Os serviços vinculados às atividades essenciais de autarquia Estadual estão sujeitos à incidência de imposto sobre serviços instituído pelo Município.

RESPOSTA (A) Art. 150, III, *b*, CF, princípio da anterioridade. (B) Art. 150, III, *a*, CF, princípio da irretroatividade. (C) Art. 150, § 1º, CF. (D) Art. 150, VI, *b*, CF. (E) Art. 150, VI, *a*, CF. *Alternativa C.*

2736. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) Das formulações abaixo, assinale a que *não* se inclui entre os conteúdos normativos que a Constituição considera, relaciona e tipifica, na Seção II, do Capítulo I, do seu Título VI, como "Limitações do Poder de Tributar".

(A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
(B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
(C) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
(D) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
(E) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir isenções de tributos da competência da União, bem como da competência de uns e outros.

RESPOSTA (A) Art. 150, I, CF. (B) Art. 150, VI, *a*, CF. (C) Art. 152, CF. (D) Art. 150, § 5º, CF. (E) Art. 151, III, CF. *Alternativa E.*

2737. (Advogado – CESP – 2009 – VUNESP) Assinale a alternativa que contém três princípios específicos da ordem econômica na Constituição Federal de 1988.

(A) Cidadania; valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa; promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
(B) Soberania nacional; cidadania; e redução das desigualdades sociais e regionais.
(C) Dignidade da pessoa humana; pluralismo político; e independência nacional.
(D) Construção de uma sociedade livre, justa e solidária; defesa do consumidor; busca do pleno emprego.
(E) Função social da propriedade; soberania nacional; e redução das desigualdades regionais e sociais.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 170, CF. *Alternativa E.*

2738. (Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB) Acerca das disposições constitucionais sobre o orçamento, é correto afirmar que:

(A) somente lei de iniciativa do Poder Legislativo pode dispor sobre o plano plurianual.
(B) a lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de educação continuada.
(C) dentre a lei orçamentária anual deve estar compreendido o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
(D) somente lei ordinária poderá dispor acerca do exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
(E) é sempre permitida a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

RESPOSTA (A) Art. 165, I, CF. (B) Art. 165, § 1º, CF. (C) Art. 165, § 5º, II, CF. (D) Art. 165, § 9º, I, CF. (E) Art. 167, II, CF. *Alternativa C.*

2739. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Nos termos da Constituição em vigor, as microempresas e as empresas de pequeno porte

(A) estão impedidas de contratar com o Poder Público, por não poderem oferecer garantias hábeis ao cumprimento de suas obrigações.
(B) devem receber o mesmo tratamento das demais empresas, no tocante às obrigações tributárias.
(C) foram beneficiadas por imunidade, no tocante às suas obrigações previdenciárias.
(D) devem receber tratamento jurídico diferenciado, mediante a simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.
(E) podem ser beneficiadas por meio de lei complementar federal que lhes conceda isenção de tributos estaduais ou municipais.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 179, CF. *Alternativa D.*

2740. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA, quanto à política urbana prevista na Constituição Federal.

(A) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público federal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
(B) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
(C) Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.
(D) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 182, CF. (B) Art. 182, § 3º, CF. (C) Art. 183, § 3º, CF. (D) Art. 182, § 1º, CF. *Alternativa A.*

2741. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Sobre a Ordem Econômica e Financeira instituída pela Carta de 1988, marque a alternativa CORRETA:

(A) Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal de 1988, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando houver relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
(B) O sistema financeiro nacional será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. Ele deve ser estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, abrangendo inclusive as cooperativas de crédito.
(C) Segundo entendimento consolidado no STF, as sociedades de economia mista e as empresas públicas estão sempre sujeitas, nos termos do disposto no § 1º do art. 173 da Constituição do Brasil, ao regime jurídico próprio das empresas privadas, independente das atividades por elas exercida.
(D) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal e obrigatória para cidades com mais de dez mil habitantes.
(E) A propriedade cumpre sua função social quando atende ao menos dois dos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e

preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

RESPOSTA (A) Art. 173, CF. (B) Art. 192, CF. (C) RE 363.412-AgR, Rel. Min. Celso de Mello. (D) Art. 182, § 2º, CF. (E) Art. 186, I, II, III e IV, CF. *Alternativa B.*

2742. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Marque a opção INCORRETA:

(A) O sistema único de saúde tem como uma de suas diretrizes a participação da comunidade.

(B) As normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas de saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal do Sistema Único de Saúde serão estabelecidas mediante Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos.

(C) Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

(D) É absolutamente vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, bem como a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.

(E) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

RESPOSTA (A) Art. 198, III, CF. (B) Art. 198, § 3º, III, CF. (C) Art. 198, § 4º, CF. (D) Art. 199, §§ 2º e 3º, CF. (E) Art. 199, § 1º, CF. *Alternativa D.*

2743. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Em relação às regras constitucionais pertinentes às prerrogativas da Fazenda Pública nas execuções em seu desfavor, marque a alternativa que corresponde a uma afirmação FALSA:

(A) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para obrigações definidas como de pequeno valor, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

(B) Quanto aos valores das obrigações de pequeno valor, às quais não se aplica o regime de expedição de precatórios, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.

(C) As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.

(D) Caso tenha havido o regular contraditório na fase de execução, não há regra que determine, antes da expedição dos precatórios, oportunizar à Fazenda Pública devedora manifestar-se para informar sobre os débitos que preencham as condições estabelecidas na Constituição Federal para fins de compensação sob pena de perda de direito do abatimento, eis que já terá tido oportunidade de informar a respeito no prazo para opor embargos à execução.

(E) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao

pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

RESPOSTA (A) Art. 100, § 2º, CF. (B) Art. 100, § 4º, CF. (C) Art. 100, § 6º, CF. (D) Art. 100, § 10, CF. (E) Art. 100, § 5º, CF. *Alternativa D.*

2744. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Quanto à ordem social, assinale a alternativa correta.

(A) A ordem social trata do conjunto de preceitos constitucionais que sustentam os direitos e deveres individuais e coletivos, considerados de primeira geração.

(B) A seguridade social é um conjunto integrado de ações de iniciativa do poder público e da sociedade cujo destinatário é toda pessoa de que deste benefício necessite, independentemente de contribuição.

(C) A previdência social é responsável pelas ocorrências ao trabalhador, sejam elas por motivo de doença, invalidez, morte, idade avançada, gravidez e desemprego involuntário. Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou rendimento do trabalho terá valor inferior ao salário mínimo.

(D) A Constituição Federal prevê a possibilidade de lei instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, independentemente de correspondente fonte de custeio total.

(E) As receitas dos estados-membros, do Distrito Federal e dos municípios relativas à seguridade social são previstas como parte integrante do orçamento da União.

RESPOSTA (A) Direitos fundamentais da segunda dimensão: evidenciação dos direitos sociais, culturais e econômicos, bem como dos direitos coletivos, ou de coletividade, correspondendo aos direitos de igualdade. (B) Art. 194, CF. (C) Art. 201, § 2º, CF. (D) Art. 195, §§ 4º e 5º, CF. (E) Art. 195, § 1º, CF. *Alternativa C.*

2745. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Ao se manifestar sobre a ponderação de bens e valores, o Supremo Tribunal Federal, examinando o princípio fundamental da liberdade de iniciativa econômica previsto no artigo 170 da Constituição Federal, entendeu que tal princípio deve ser ponderado com outros existentes na ordem constitucional, como o da proteção ao consumidor e o da justiça social, que ficariam comprometidos em casos de aumentos abusivos de preços. Considerando os direitos econômicos como direito fundamental, deve o Estado,

(A) por via administrativa, por intermédio das agências reguladoras, determinar o tabelamento de preços com vistas a evitar o abuso do poder econômico.

(B) por vias legislativa e administrativa, mediante manifestação prévia do Congresso Nacional e do Presidente da República, impor regras e limites à livre-concorrência.

(C) por via judicial, mediante provocação do Procurador-Geral da República, exigir dos órgãos competentes a punição dos infratores.

(D) por via legislativa, regular a política de preços de bens e serviços, abusivo que é o poder econômico que visa o aumento arbitrário de lucros.

RESPOSTA Art. 173, § 4º, CF, e ADI 319-QO, Rel. Min. Moreira Alves. *Alternativa D.*

2746. **(Procurador – MPF – 2011)** Assinale a Alternativa correta:

(A) A garantia do direito das populações indígenas à posse e usufruto das terras tradicionalmente

ocupadas depende do seu reconhecimento, em cada caso, através de procedimento administrativo, cuja decisão final se reveste de caráter discricionário.

(B) As comunidades indígenas têm direito de viver de acordo com os seus valores e tradições, desde que estas não violem a moral e os bons costumes.

(C) A aquisição, pelas comunidades de remanescentes de quilombo, do direito de propriedade das terras por elas ocupadas, pressupõe a posse mansa e pacífica da área a ser titulada entre data da abolição da escravidão e o advento da Constituição de 88.

(D) A Constituição de 88 abre-se ao multiculturalismo, ao reconhecer direitos culturais aos povos tradicionais, dentre os quais o respeito e a valorização dos seus modos próprios de criar, fazer e viver.

RESPOSTA Aplicação do art. 231, §§ 1º, 2º e 3º, e art. 68, CF. *Alternativa D.*

2747. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Considere as seguintes afirmações acerca da função social da propriedade:

I. o respeito à integridade do patrimônio ambiental e a utilização adequada dos recursos naturais da propriedade rural integram-se à função social da propriedade, mas seu descumprimento não permite a desapropriação para fins de reforma agrária;

II. da restrição ao direito de construir, advinda da limitação administrativa, que esvaziar inteiramente a propriedade privada, resultará direito à indenização. Todavia, o direito de edificar é relativo à função social da propriedade. Assim, se restrições houver, decorrentes da limitação administrativa, preexistentes à aquisição do terreno, já do conhecimento dos adquirentes, não podem esses últimos, com base em tais restrições, pedir indenização ao Poder Público;

III. o acesso à terra, a solução dos conflitos sociais, o aproveitamento racional e adequado do imóvel rural, a utilização apropriada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente constituem elementos de realização da função social da propriedade;

IV. a função social da propriedade não justifica a criação de alíquotas progressivas de Imposto Territorial Urbano (IPTU);

V. a função social da propriedade urbana deve ser buscada em sua destinação prioritária à moradia, pouco importando, a esse propósito, seu papel na ordenação da cidade.

São corretas somente as afirmações contidas em

(A) I e II.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) II e IV.

(E) III e IV.

RESPOSTA I. Art. 186, II, e art. 184, *caput*, CF. II. STF, RE 140.436/SP, Rel. Min. Carlos Velloso. III. 186, I e II, CF. IV. Art. 182, § 4º, CF. V. Art. 182, § 2º, CF. *Alternativa C.*

2748. **(Promotor – MP-SC – 2011)** Questão:

I. A seguridade social, segundo a Constituição Federal, compreende um conjunto integrado de ações, visando assegurar os direitos exclusivos da terceira idade.

II. Entre os objetivos da assistência social estão a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, e a promoção à integração ao mercado de trabalho.

III. A Constituição Federal assegura a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação e controle de ações na área da assistência social e da infância e juventude em todos os níveis.
IV. Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República e outras autoridades, por crime comum, enquanto no exercício do mandato.
V. Os Municípios integram a organização político-administrativa do Brasil, tendo autonomia frente aos demais entes federados.
(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
(B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
(C) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
(D) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA I. Art. 194, *caput*, CF. II. Art. 203, I a V, CF. III. Art. 204, II, CF. IV. Art. 52, I, II, CF. V. Art. 18, *caput*, CF. *Alternativa D.*

XV. Controle de Constitucionalidade

2749. (Analista – SENADO – 2008 – FGV) Relativamente à arguição de descumprimento de preceito fundamental, analise as afirmativas a seguir.
I. Podem propor arguição de descumprimento de preceito fundamental os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade.
II. Não cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental para reparar lesão a preceito fundamental resultante de lei ou ato normativo anterior à promulgação da Constituição.
III. A supremacia da Constituição admite a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental quando em substituição a qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
IV. É possível a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.
Assinale:
(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. Art. 2º, I, Lei n. 9.882/99. II. Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. III. Art. 4º, § 1º, Lei n. 9.882/99. IV. Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. *Alternativa C.*

2750. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Relativamente ao *controle de constitucionalidade*, assinale a afirmativa correta.
(A) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, mas não à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
(B) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, dentre outros, o Governador de Estado, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da

Ordem dos Advogados do Brasil, dois terços dos membros do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

(C) A súmula vinculante terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

(D) A matéria constante de proposta de súmula vinculante rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta enquanto não for modificada a composição do Supremo Tribunal Federal.

(E) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal em face da Constituição Federal ou das Constituições Estaduais.

RESPOSTA (A) CF, art. 102, § 2º. (B) CF, art. 103. (C) CF, art. 103-A, § 1º. (D) Não há, na Constituição Federal, nenhuma regra que disponha que a matéria constante de proposta de súmula vinculante rejeitada, ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta enquanto não for modificada a composição do Supremo Tribunal Federal. (E) CF, art. 102, I, *a*. *Alternativa C.*

2751. **(Fiscal – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** Não possui legitimidade para propor ação direta de Inconstitucionalidade:

(A) a mesa da Câmara dos Deputados.

(B) a mesa do Senado Federal.

(C) a mesa do Congresso Nacional.

(D) a mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

(E) a confederação sindical de âmbito nacional.

RESPOSTA A legitimidade ativa na ADI foi ampliada pela CF/88, pois no regime constitucional anterior, competia tão somente ao Procurador-Geral da República a propositura da ação. Atualmente, há rol exaustivo de legitimados para propor a ADI no art. 103. *Alternativa C.*

2752. **(Fiscal – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** No controle *incidenter tantum* de constitucionalidade, os tribunais podem modular temporalmente os seus efeitos, observado o *quorum* de:

(A) três quintos.

(B) um terço.

(C) dois terços.

(D) dois quintos.

(E) quatro quintos.

RESPOSTA Nos termos da Lei n. 9.868/99 e da Lei n. 9.882/99, é permitido ao STF, pelo voto de **2/3** de seus ministros, desde que se demonstre **razões de segurança jurídica** ou **excepcional interesse social**, alterar as tradicionais eficácias *ex tunc* e *erga omnes* das decisões em sede de ADI e de ADPF. *Alternativa C.*

2753. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** A respeito da arguição de descumprimento de preceito fundamental, analise as afirmativas a seguir.

I. Recebida a petição inicial da arguição de descumprimento de preceito fundamental, o Ministro Relator deverá suspender todos os processos em curso ou os efeitos das decisões judiciais ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da arguição, salvo se decorrentes

da coisa julgada.

II. Qualquer cidadão poderá propor arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal.

III. A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ter por objeto a compatibilidade com a Constituição de 1988 de leis vigentes anteriormente à sua promulgação.

IV. Aplica-se à arguição de descumprimento de preceito fundamental o princípio da subsidiariedade, segundo o qual ela não será admitida se houver outro meio eficaz de sanar a lesividade.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa III estiver correta.

(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.

(E) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.

RESPOSTA I. Na ADIn 2.231-8/DF, o STF concedeu medida liminar suspendendo na totalidade o disposto no § 3º do art. 5º, Lei n. 9.882/99 (decisão pelo Plenário, em 5-12-2001), justamente o dispositivo que previa essa possibilidade. II. Art. 2º, I, Lei n. 9.882/99. III. Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. IV. Art. 4º, § 1º, Lei n. 9.882/99. *Alternativa D.*

2754. **(Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV)** Assinale a alternativa correta.

(A) O controle concentrado de constitucionalidade, no Brasil, é feito privativamente pelo Supremo Tribunal Federal.

(B) A cláusula de reserva de plenário, prevista na Constituição Federal, é condição de eficácia jurídica, como regra, da declaração jurisdicional de inconstitucionalidade dos atos do Poder Público, e deve ser observada por todos os Tribunais no controle difuso.

(C) No Brasil, o controle de constitucionalidade preventivo de projeto de lei é feito exclusivamente pelo Chefe do Poder Executivo, por intermédio do veto jurídico.

(D) No sistema brasileiro, o controle repressivo de constitucionalidade é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário.

(E) A resolução do Senado Federal que suspende a execução da lei ou ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, terá efeitos *erga omnes* e *ex tunc*.

RESPOSTA (A) CF, art. 125, § 2º, e Lei n. 9.869/99, art. 30. (B) CF, art. 97 (*full bench*) e Súmula Vinculante 10, STF. (C) No Brasil, o controle de constitucionalidade preventivo de projeto de lei é feito não apenas pelo Chefe do Poder Executivo, por intermédio do veto jurídico, mas também pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e, ainda, pelo Poder Judiciário quando provocado a corrigir vícios no processo legislativo, desde que via mandado de segurança. (D) CF, art. 49, V, e art. 62. (E) CF, art. 52, X (atenção: a afirmação da assertiva "E" é muito controversa quanto à eficácia temporal *ex tunc*). *Alternativa B.*

2755. **(Procurador – TCM-RJ – 2008 – FGV)** A *via de exceção* para o controle de constitucionalidade é própria:

(A) do controle difuso.

(B) do controle concentrado.

(C) do controle concentrado e difuso.

(D) do controle feito pelo Magistrado, *ex officio*.

(E) da ação popular.

RESPOSTA Merece críticas, pois poderíamos ter mais de uma resposta correta. Ocorre que controle pela "via da exceção" é comumente relacionado ao controle difuso de constitucionalidade (há controvérsia sobre a correta tipologia). Por sinal, o controle incidental é por vezes referido, também, como controle por **via de exceção ou defesa**. Portanto, o controle incidental e difuso

pode ser exercido por qualquer meio processual, inclusive pela ação popular ou mesmo de ofício pelo magistrado. *Alternativa A.*

2756. **(Inspetor – PC-RJ – 2008 – FGV)** A respeito do sistema de controle de constitucionalidade das leis previsto na Constituição de 1988, analise as afirmativas a seguir.

I. O controle incidental de constitucionalidade das leis, no Brasil, é exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário.

II. Podem propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, dentre outros legitimados, o Presidente da República, os Governadores de Estado ou do Distrito Federal, e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

III. A decisão do Supremo Tribunal Federal que declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei em sede de controle concentrado tem efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

IV. É pressuposto de admissibilidade da ação declaratória de constitucionalidade a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do dispositivo legal cuja constitucionalidade se discute.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa II estiver correta.
(B) se somente a afirmativa III estiver correta.
(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA I. O controle **incidental** ou **difuso** de constitucionalidade das leis, no Brasil, é exercido por qualquer juízo ou tribunal, por qualquer meio processual idôneo à pretensão levada a juízo. II. CF, art. 103. III. CF, art. 102, § 2º. Entende-se que a questão deveria ter sido anulada, pois a CF/88 é expressa em vincular apenas aos DEMAIS órgãos do Poder Judiciário. IV. Art. 14, III, Lei n. 9.868/99. *Alternativa D.*

2757. **(Advogado – FMS – 2011 – NUCEPE)** Em relação ao controle de constitucionalidade, é correto afirmar que:

(A) cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei federal, estadual ou municipal.
(B) no Brasil, admite-se o controle concentrado e difuso de constitucionalidade.
(C) cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar recurso extraordinário quando a decisão recorrida contrariar decreto ou lei federal.
(D) o controle concentrado de constitucionalidade é de competência exclusiva do Superior Tribunal de Justiça em caso de violação à Constituição estadual.
(E) podem propor ação direta de inconstitucionalidade todos os partidos políticos.

RESPOSTA (A) Art. 102, I, *a*, CF. (B) Arts. 97 e 102, CF. (C) Art. 102, I, *a*, CF. (D) Art. 105, CF. (E) Art. 103, CF. *Alternativa B.*

2758. **(Advogado – COCEL – 2011 – UFPR)** Em relação ao controle de constitucionalidade no Direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) O veto do Presidente da República a um projeto de lei, por motivo de inconstitucionalidade, representa uma forma de controle político repressivo de constitucionalidade.
(B) A declaração de inconstitucionalidade de leis e atos normativos em sede de controle abstrato exercido pelo Supremo Tribunal Federal produz, em regra, efeitos *ex tunc*, os quais podem ser

modulados pela Corte em caso de decisão de 3/5 (três quintos) dos seus membros.

(C) A Ação Direta de Inconstitucionalidade poderá ser proposta em face de leis ou atos normativos federais, estaduais ou municipais que contrariem algum dispositivo da Constituição Federal, objetivando uma decisão com efeitos vinculantes e *erga omnes*.

(D) Os efeitos vinculantes produzidos pelas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle abstrato de inconstitucionalidade impõem a observância obrigatória da Administração Pública, dos demais órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, que ficarão proibidos de praticar atos de qualquer natureza que contrariem o posicionamento da Corte.

(E) As leis promulgadas anteriormente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 poderão ter a sua conformidade com a atual Carta Constitucional questionada pela via da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, uma vez que a Ação Direta de Inconstitucionalidade não se presta a essa finalidade.

RESPOSTA (A) Art. 66, § 1º, CF. (B) Art. 11, § 1º, Lei n. 9.868/99. (C) e (D) STF, Efeito Vinculante: no STF, a decisão tomada em Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade ou na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental possui efeito vinculante, ou seja, deve ser aplicada a todos os casos sobre o mesmo tema. Os demais processos de competência do STF (*habeas corpus*, mandado de segurança, recurso extraordinário e outros) não possuem efeito vinculante. Assim, a decisão tomada nesses processos só tem validade entre as partes. (E) Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. *Alternativa E.*

2759. **(Advogado – EPE – 2010 – CESGRANRIO)** A ação declaratória de constitucionalidade NÃO pode

(A) ter por objeto lei estadual.

(B) ter por objeto ato normativo federal.

(C) ser ajuizada por Governador de estado.

(D) ser ajuizada somente depois de demonstrada controvérsia judicial relevante.

(E) ser ajuizada pelo Governador do Distrito Federal.

RESPOSTA Art. 102, I, *a*, e art. 103, CF. *Alternativa A.*

2760. **(Advogado – DER – 2010 – FUNCAB)** O controle constitucional difuso, pela via de exceção, compete:

(A) ao Supremo Tribunal Federal, apenas.

(B) aos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça, apenas.

(C) ao Superior Tribunal de Justiça, apenas.

(D) ao Presidente da República, ao exercer o direito de veto.

(E) a todos os componentes do Poder Judiciário.

RESPOSTA Mandado de Segurança 24.691/MG, Plenário, 4 de dezembro de 2003, redator do acórdão Ministro Sepúlveda Pertence. CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Todo e qualquer órgão investido do ofício judicante tem competência para proceder ao controle difuso de constitucionalidade. Por isso, cumpre ao Superior Tribunal de Justiça, ultrapassada a barreira de conhecimento do especial, apreciar a causa e, surgindo articulação de inconstitucionalidade de ato normativo envolvido na espécie, exercer, provocado ou não, o controle difuso de constitucionalidade. Considerações. *Alternativa E.*

2761. **(Advogado – DER – 2010 – FUNCAB)** Acórdão do TJ do estado de Rondônia em controle abstrato de lei municipal, declara inconstitucional um ato normativo municipal que viola parâmetro de reprodução obrigatória e compulsória contido na Constituição Estadual. Neste caso, é cabível:

(A) ação direta de inconstitucionalidade, dirigida ao Supremo Tribunal Federal.
(B) recurso extraordinário, dirigido ao Supremo Tribunal Federal.
(C) recurso especial, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.
(D) nenhum recurso ao Supremo Tribunal Federal, que não possui competência para controlar a constitucionalidade de lei municipal perante a Constituição Estadual.
(E) recurso especial, dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA *Informativo* 444 do STF: "EMENTA: [...] Admissão da propositura da ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, com possibilidade de recurso extraordinário se a interpretação da norma constitucional estadual, que reproduz a norma constitucional federal de observância obrigatória pelos Estados, contrariar o sentido e o alcance desta. Reclamação conhecida, mas julgada improcedente". *Alternativa B.*

2762. **(Advogado – CORENGO – 2010 – UFG)** O controle difuso de constitucionalidade é realizado no caso concreto, por qualquer juiz ou tribunal, produzindo, em regra, somente efeitos interpartes, sendo a declaração de inconstitucionalidade proferida de modo incidental. Dessa forma, somente será cabível o controle difuso em sede de ação civil pública,

(A) desde que a controvérsia constitucional qualifique-se como simples questão prejudicial, não sendo o único objeto da demanda.
(B) desde que a controvérsia constitucional qualifique-se como questão central, mas não sendo o único objeto da demanda.
(C) ainda que a controvérsia constitucional não se qualifique como questão central, mas sendo o único objeto da demanda.
(D) ainda que a controvérsia constitucional qualifique-se como questão central, apresentando-se como o único objeto da demanda.

RESPOSTA *Informativo* 571 do STF – "O Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a legitimidade da utilização da ação civil pública como instrumento idôneo de fiscalização incidental de constitucionalidade, pela via difusa, de quaisquer leis ou atos do Poder Público, mesmo quando contestados em face da Constituição da República, desde que, nesse processo coletivo, a controvérsia constitucional, longe de identificar-se como objeto único da demanda, qualifique-se como simples questão prejudicial, indispensável à resolução do litígio principal". *Alternativa A.*

2763. **(Advogado – ALERR – 2010 – CETAP)** Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA:

(A) São cabíveis embargos de declaração para modular os efeitos de decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade, desde que exista pedido formulado nesse sentido na petição inicial.
(B) A possibilidade de intervenção do *amicus curiae* independe da data da remessa dos autos à mesa para julgamento.
(C) As decisões mais recentes proferidas em mandado de injunção do STF revelam uma posição bastante conservadora da Corte, que tem se limitado a reconhecer a mora legislativa, sem viabilizar, porém, o exercício imediato do direito.
(D) O *amicus curiae* pode opor embargos de declaração da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade.
(E) A alteração da Constituição não impede o controle concentrado de constitucionalidade via ação direta de norma editada quando em vigor a redação primitiva.

RESPOSTA *Informativo* 666 do STF – "Em conclusão, o Plenário, por maioria, acolheu embargos declaratórios, opostos pelo Procurador-Geral da República, para assentar que os efeitos da declaração de inconstitucionalidade dos §§ 1º e 2º do art. 84 do CPP, inseridos pelo art. 1º da Lei 10.628/2002". *Alternativa A.*

2764. **(Advogado – ADASA – 2009 – UNIVERSA)** No que tange às ações diretas de inconstitucionalidade e constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

(A) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei ou do ato normativo em ação direta é irrecorrível, sendo possível a ação rescisória em caso de interpretação equivocada do Supremo Tribunal Federal.

(B) A repercussão geral é requisito indispensável para a propositura da ação direta de constitucionalidade.

(C) O objeto de ação declaratória de constitucionalidade abrange não somente a lei federal, mas também a estadual, e é necessário que se demonstre a controvérsia judicial sobre sua validade perante o texto constitucional federal.

(D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, exclusivamente na esfera federal.

(E) Em regra, a decisão do Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade é dotada de efeito repristinatório em relação à legislação anterior.

RESPOSTA (A) Art. 26, Lei n. 9.868/99. (B) Art. 102, § 3º, CF. (C) Art. 102, I, *a*, CF. (D) Art. 28, parágrafo único, Lei n. 9.868/99. (E) ADI 2.884, Rel. Min. Celso de Mello. *Alternativa E.*

2765. **(Advogado – CM-Maringá – 2009 – AOCP)** Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. Podem ser objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade.

I. Emendas à Constituição, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Medidas Provisórias, Decretos Legislativos e Resoluções.

II. Atos Normativos.

III. Súmulas de Jurisprudência.

IV. Súmulas Vinculantes.

(A) Apenas I e II.

(B) Apenas I, III e IV.

(C) Apenas I, II e III.

(D) Apenas I, II e IV.

(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 102, I, *a*, CF. *Alternativa A.*

2766. **(Advogado – CMB – 2009 – CESGRANRIO)** Considere a afirmação a seguir. O Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) ajuizada pelo Presidente da República contra uma lei do estado do Rio de Janeiro, em vigor desde 1977. A declaração de inconstitucionalidade produziu eficácia *erga omnes*, mesmo não tendo ocorrido manifestação do Senado Federal neste sentido. Essa afirmação está em DESACORDO com o sistema de controle de constitucionalidade vigente no Brasil porque

(A) Presidente da República não pode ajuizar ADIn contra lei estadual.

(B) lei estadual não pode ser objeto de ADIn.

(C) lei anterior à Constituição de 1988 não pode ser objeto de ADIn.

(D) eficácia *erga omnes* seria produzida se a decisão tivesse sido encaminhada ao Senado.

(E) eficácia *erga omnes* seria produzida se a decisão tivesse sido encaminhada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro.

RESPOSTA (A) Art. 103, CF. (B) Art. 102, I, *a*, CF. (C) Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. (D) Art. 102, § 2º, CF. (E) Art. 102, § 2º, CF. *Alternativa C.*

2767. **(Advogado – CESP – 2009 – VUNESP)** Leia as seguintes afirmações.

I. Existente no Brasil desde a Constituição de 1891, permite a todo e qualquer juiz ou tribunal apreciar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos, como questão prejudicial.

II. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ou dos membros do respectivo órgão especial, poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

III. Técnica decisória que permite ao Supremo Tribunal Federal, sem empreender qualquer alteração gramatical dos textos legais, aplicar uma lei em determinado sentido, preservando-lhe a constitucionalidade.

Cada uma dessas assertivas corresponde a uma característica do controle de constitucionalidade em vigor. Assinale a alternativa que corretamente associa a característica à nomenclatura:

(A) I – controle concentrado de constitucionalidade; II – declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade; III – interpretação conforme à constituição, com redução de texto.

(B) I – controle difuso de constitucionalidade; II – declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade; III – interpretação conforme à constituição, com redução de texto.

(C) I – controle concentrado de constitucionalidade; II – cláusula de reserva de plenário; III – declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto.

(D) I – controle difuso de constitucionalidade; II – cláusula de reserva de plenário; III – declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto.

(E) I – controle concentrado de constitucionalidade; II – declaração de inconstitucionalidade com pronúncia de nulidade; III – declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto.

RESPOSTA I. ADI 2.551-MC-QO, Rel. Min. Celso de Mello. II. Art. 97, CF. III. Rcl 2.143-AgR, Rel. Min. Celso de Mello. *Alternativa D.*

2768. **(Advogado – DETRAN-AC – 2009 – CESGRANRIO)** Sobre controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a afirmativa correta.

(A) A ação declaratória de constitucionalidade pode ter como objeto lei estadual, desde que seja posterior à Constituição de 1988.

(B) A ação direta de inconstitucionalidade pode ter como objeto lei federal anterior à Constituição de 1988.

(C) A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade podem ser ajuizadas a qualquer momento, desde a entrada em vigor da lei que figura como objeto da ação.

(D) A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) pode ter como objeto lei municipal.

(E) A decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade deve ser encaminhada ao Senado Federal (Art. 52, X) para que produza eficácia *erga omnes*.

RESPOSTA (A) Art. 102, I, *a*, CF. (B) Art. 102, I, *a*, CF. (C) Art. 102, I, *a*, CF, e art. 14, III, Lei n. 9.868/99. Uma ADI e uma ADC só podem ser ajuizadas enquanto em vigor uma lei. Lei revogada não pode ser objeto de ADI/ADC, mas pode ser objeto de controle difuso. (D) Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. (E) Art. 102, § 2º, CF. *Alternativa D.*

2769. **(Advogado – JUCEES – 2009 – COSEAC)** Leis estaduais que versem sobre Juntas Comerciais estão sujeitas a controle de constitucionalidade via ação:

(A) direta de inconstitucionalidade, uma vez que inexiste lei federal sobre o tema;

(B) declaratória de constitucionalidade, de competência do Supremo Tribunal Federal;

(C) direta de inconstitucionalidade, diante de superveniência de lei federal sobre normas gerais, naquilo que lhes for contrário;

(D) direta de inconstitucionalidade, quando excederem a competência suplementar prevista na Constituição;

(E) direta de inconstitucionalidade, por ser esta matéria de competência privativa da União.

RESPOSTA Aplicação direta dos arts. 24, III e 102, I, *a*, CF. *Alternativa D.*

2770. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Determinada lei estadual com vigência anterior a 5 de outubro de 1988 e restritiva da autonomia universitária é analisada pela Procuradoria-Geral da República, a pedido da Reitoria interessada, e por ela reputada incompatível com a atual Constituição Federal. A impugnação, em tese, do reportado ato legislativo é

(A) viável por meio de ação direta de inconstitucionalidade, a ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal.

(B) inviável, cabendo aos interessados questionar a sua não recepção pela via incidental.

(C) viável por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

(D) viável por meio de ação direta de inconstitucionalidade, a ser proposta perante o Tribunal de Justiça do Estado.

(E) inviável por qualquer meio de controle jurisdicional, pois este não cuida da inconstitucionalidade superveniente.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. *Alternativa C.*

2771. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** O sistema brasileiro de controle jurisdicional de constitucionalidade das leis e atos normativos NÃO admite

(A) a impugnação de leis revogadas.

(B) a arguição de inconstitucionalidade de normas constantes do Regimento Interno das Casas Legislativas.

(C) pedido de suspensão cautelar da execução do ato impugnado.

(D) o descumprimento pelo Poder Executivo de lei supostamente inconstitucional, no aguardo de decisão judicial.

(E) o controle de ofício pelo Poder Judiciário na via principal.

RESPOSTA RE 361.829-ED, Rel. Min. Ellen Gracie, e RE 348.468, voto do Rel. Min. Gilmar Mendes. *Alternativa E.*

2772. **(Advogado – IRB – 2006 – ESAF)** Sobre Controle de Constitucionalidade, assinale a única opção correta.

(A) Observadas as peculiaridades relativas às suas proposituras, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade têm caráter fungível.

(B) Segundo o novel entendimento do Supremo Tribunal Federal, é possível a aplicação, no direito brasileiro, do conceito de inconstitucionalidade de normas constitucionais originárias, defendido na obra de Otto Bachof, uma vez que a enumeração de cláusulas pétreas, no texto original da

Constituição, imporia uma hierarquia entre as normas constitucionais originárias.

(C) Nos termos da legislação que disciplina a matéria, não há, na ação direta de inconstitucionalidade, possibilidade de intervenção de terceiros ou de manifestação de outros órgãos ou entidades distintos daquele que propôs a ação.

(D) Na concessão de medida cautelar em sede de ação direta de inconstitucionalidade, seus efeitos serão, regra geral, *erga omnes* e *ex tunc*.

(E) Não cabe nenhum recurso contra a decisão que declara a constitucionalidade de uma norma em uma ação declaratória de constitucionalidade; tampouco caberá ação rescisória.

RESPOSTA (A) ADI 875; ADI 1.987; ADI 2.727, voto do Rel. Min. Gilmar Mendes. (B) Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 815 – *Diário da Justiça* 10-5-1996 A tese da hierarquia entre as normas constitucionais originárias é incompatível com o sistema de Constituição rígida. O fundamento da validade de todas as normas constitucionais originárias repousa no Poder Constituinte Originário, e não em outras normas constitucionais. (C) Art. 7º, § 2º, Lei n. 9.868/99. (D) Art. 11, § 1º, Lei n. 9.868/99. (E) Art. 26, Lei n. 9.868/99. *Alternativa A.*

2773. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** O controle de constitucionalidade das leis e de atos normativos visa manter o ordenamento jurídico pátrio íntegro. Sobre este tema, é correto afirmar que

(A) para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade são legitimados, dentre outros, o Presidente da República, a Mesa do Congresso Nacional, o Governador de Estado ou do Distrito Federal.

(B) a perda de representação do partido político no Congresso Nacional, após ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade por ele, descaracteriza a legitimidade ativa para o prosseguimento da ação.

(C) o Advogado-Geral da União funciona como uma espécie de curador da presunção de constitucionalidade dos atos emanados do Poder Público.

(D) o STF tem competência originária para processar e julgar ação direta de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

RESPOSTA (A) Art. 103, CF. (B) ADI 2.159 AgR/DF, Rel. originário Min. Carlos Velloso, rel. p/ acórdão Min. Gilmar Mendes, 12-8-2004. (C) ADI 97 QO/RO – RONDÔNIA – QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Rel. Min. Moreira Alves. (D) Art. 102, I, *a*, CF. *Alternativa C.*

2774. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Quanto ao tema controle de constitucionalidade, assinale a alternativa que corresponde a uma afirmação VERDADEIRA:

(A) O Presidente da República, o Procurador-Geral da República e a Mesa do Congresso Nacional são alguns daqueles dotados de expressa legitimação constitucional para propor ação direta de inconstitucionalidade.

(B) À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, qualquer lei federal em vigor pode ser declarada inconstitucional em ação direta de inconstitucionalidade.

(C) De acordo com a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal, o preâmbulo constitucional não pode ser considerado parâmetro para aferição da constitucionalidade de leis ou atos normativos em ação direta de inconstitucionalidade.

(D) Somente os legitimados a propor ação direta de inconstitucionalidade podem apresentar reclamação perante o Supremo Tribunal Federal por desrespeito a decisões que sejam dotadas de força vinculante.

(E) De acordo com a Constituição da República de 1988, o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade, mas não em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA (A) Art. 103, I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, CF. (B) Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. (C) ADI 2.076/AC, Rel. Min. Carlos Velloso. (D) Rcl 6.078 AgR/SC, Rel. Min. Joaquim Barbosa. (E) Art. 103, § 1º, CF. *Alternativa C.*

2775. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Com relação ao controle de constitucionalidade, é INCORRETO afirmar que:

(A) O Senado Federal tem discricionariedade para deliberar sobre a suspensão da execução de norma legal declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal em controle difuso, podendo recusá-la.

(B) A Mesa da Assembleia Legislativa ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Governador de Estado ou do Distrito Federal têm legitimidade ativa universal para propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

(C) A suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei estadual declarada inconstitucional em face da Constituição Federal, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal em controle difuso, compete privativamente ao Senado Federal.

(D) A reclamação constitucional não constitui espécie de controle concentrado de constitucionalidade.

(E) A declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto é amplamente admitida no ordenamento jurídico brasileiro, salvo quando o sentido da norma é unívoco.

RESPOSTA (A) Art. 52, X, CF. (B) Art. 103, I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, CF. (C) Art. 52, X, CF. (D) Rcl 6.612-SE, Rel. Min. Cármen Lúcia. (E) ADI 491-MC, voto do Rel. Min. Moreira Alves. *Alternativa B.*

2776. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1194-DF, o Supremo Tribunal Federal (STF) examinou a constitucionalidade do art. 21, *caput*, da Lei 8.906/94 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), que estabelece: “nas causas em que for parte o empregador, ou pessoa por este representada, os honorários de sucumbência são devidos aos advogados empregados”. Decidiu o STF, nesse caso, que os honorários, em regra, pertencem aos advogados, por isso a constitucionalidade do dispositivo legal, o que não exclui, contudo, a possibilidade de estipulação em contrário entre a empresa e o advogado empregado, por se tratar de direito disponível. Na hipótese, o STF fez uso de que instrumento de hermenêutica constitucional?

(A) princípio da força normativa da Constituição;

(B) princípio da interpretação conforme a Constituição, sem redução de texto;

(C) declaração de constitucionalidade, sem pronúncia de nulidade;

(D) princípio da máxima efetividade constitucional;

(E) princípio da correção funcional.

RESPOSTA Princípio da interpretação conforme a Constituição – diante de normas que possuem mais de uma interpretação, deve-se preferir a exegese que mais se aproxime da Constituição, daí surgirem várias dimensões a serem consideradas: prevalência da Constituição, conservação de normas, exclusão da interpretação *contra legem*, espaço de interpretação, rejeição ou não aplicação de normas inconstitucionais e intérprete não pode atuar como legislador positivo. *Alternativa B.*

2777. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Marque a alternativa que corresponde a uma afirmação VERDADEIRA:

(A) O Supremo Tribunal Federal, de acordo com sua reiterada jurisprudência, não admite a utilização da reclamação constitucional contra nova lei editada pelo Poder Legislativo, quando o fundamento

da reclamação consiste no fato de a nova lei ter conteúdo idêntico a outra declarada inconstitucional por aquela Corte em ação direta de inconstitucionalidade, eis que os efeitos vinculantes desta não se estendem, em tema de produção normativa, ao Poder Legislativo.

(B) A cautelar concedida em ação direta de inconstitucionalidade necessariamente terá efeitos *ex nunc*, não podendo ser concedidos efeitos retroativos à medida, ante a presunção de constitucionalidade de que gozam os atos normativos.

(C) Não é permitido ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

(D) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados; quanto à ação para cujo julgamento mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados, o julgamento caberá ao Tribunal Superior correspondente – por exemplo, se a origem for um Tribunal Regional do Trabalho, ao Tribunal Superior do Trabalho –, somente havendo julgamento pelo Supremo Tribunal Federal na fase recursal.

(E) A lei admite a desistência da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade após o respectivo ajuizamento, desde que fundamentada pelo autor em razões de interesse público.

RESPOSTA (A) Art. 28, parágrafo único, Lei n. 9.868/99. (B) Art. 11, § 1º, Lei n. 9.868/99. (C) Art. 52, X, CF. (D) Art. 102, I, *n*, CF. (E) Art. 5º, Lei n. 9.868/99. *Alternativa A.*

2778. **(Procurador – MPT – 2008)** Consoante legislação pátria e entendimento atual do STF, produz efeito *erga omnes* a decisão que:

I. julga arguição de descumprimento de preceito fundamental;

II. concede liminar em ação direta de inconstitucionalidade;

III. julga reclamação proposta para preservar sua competência e garantir a autoridade de suas decisões;

IV. nega liminar em ação direta de inconstitucionalidade.

Considerando as alternativas acima, assinale a opção CORRETA:

(A) todas as alternativas estão corretas;

(B) apenas as alternativas II e IV estão corretas;

(C) apenas a alternativa III está incorreta;

(D) apenas as alternativas III e IV estão incorretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA I. Art. 10, § 3º, Lei n. 9.882/99. II. Art. 11, § 1º, Lei n. 9.868/99. III. Rcl 5.735-AgR, Rel. Min. Eros Grau; Rcl 3.084, Rel Min. Ricardo Lewandowski; Rcl 9.545-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli. IV. Art. 102, I, *p,* e § 2º, CF, e art. 11, § 1º, Lei n. 9.848/99. *Alternativa D.*

2779. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Qual dos instrumentos abaixo jamais poderá ser utilizado em sede de controle concentrado de constitucionalidade, federal ou estadual:

(A) recurso extraordinário

(B) embargos de declaração

(C) ação rescisória

(D) intervenção de amicus curiae

(E) audiência pública

RESPOSTA Art. 12, Lei n. 9.882/99; e art. 26, Lei n. 9.868/99. *Alternativa C.*

2780. (Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE) Admite-se, excepcionalmente, a modulação dos efeitos da declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, nos termos do artigo 27 da Lei n. 9.868/99:

(A) para, mediante maioria simples dos membros do Supremo Tribunal Federal, atribuir eficácia *ex nunc* à decisão colegiada, em vista de razões de segurança jurídica.

(B) para, mediante maioria absoluta de três quintos dos membros do Supremo Tribunal Federal, atribuir eficácia *ex nunc* à decisão colegiada, em vista de excepcional interesse social.

(C) para, mediante maioria absoluta de três quintos dos membros do Supremo Tribunal Federal, atribuir eficácia *ex tunc* à decisão colegiada, em vista de excepcional interesse social.

(D) para, mediante maioria de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal, atribuir eficácia *ex nunc* à decisão colegiada, em vista de excepcional interesse social.

(E) para, mediante maioria de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal, atribuir eficácia *ex nunc* à decisão colegiada, em vista da viabilização de políticas públicas.

RESPOSTA Lei n. 9.868/99 – Art. 27. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. *Alternativa D.*

2781. (Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB) Com base na Lei n. 9.868 de 1999, assinale a alternativa correta.

(A) A decisão de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo somente será tomada se presentes pelo menos 11 Ministros integrantes do Supremo Tribunal Federal.

(B) Não se admite intervenção de terceiros no processo de ação declaratória de constitucionalidade.

(C) É admitida a desistência de ação direta de inconstitucionalidade já proposta.

(D) A decisão que declara a constitucionalidade de lei ou ato normativo pode ser objeto de ação rescisória.

(E) A declaração de inconstitucionalidade tem eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo, e à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

RESPOSTA (A) Art. 22, Lei n. 9.868/99. (B) Art. 18, Lei n. 9.868/99. (C) Art. 16, Lei n. 9.868/99. (D) Art. 26, Lei n. 9.868/99. (E) Art. 28, parágrafo único, Lei n. 9.868/99. *Alternativa B.*

2782. (Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ) Assinale a alternativa correta.

(A) A legitimidade do Presidente da República para propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade deve obedecer à pertinência temática.

(B) Os partidos políticos têm legitimidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação a quaisquer matérias, devendo, entretanto, obedecer ao requisito da pertinência temática.

(C) A Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional somente possui legitimidade para propor Ação Declaratória de Constitucionalidade.

(D) A legitimidade do Procurador-Geral da República para a propositura de Ação Declaratória de Constitucionalidade é universal.

(E) A Mesa da Assembleia legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal não possui legitimidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 103, I a IX, CF. *Alternativa D.*

2783. (Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH) O Supremo Tribunal Federal exercita o controle difuso, na hipótese de

(A) concessão de medida cautelar em ADIN;
(B) reclamação, quando aprecia o mérito da causa;
(C) Recurso Extraordinário e Recurso Especial;
(D) Recurso Extraordinário e Recurso Ordinário;
(E) Recurso Especial e Ordinário.

RESPOSTA RE 361.829-ED, Rel. Min. Ellen Gracie e AI 469.699-AgR, Rel. Min. Celso de Mello. *Alternativa D.*

2784. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) Considerando o sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, é correto afirmar que

(A) embora exista a possibilidade de modulação dos efeitos da decisão do STF em controle abstrato de inconstitucionalidade, não se admite a declaração de inconstitucionalidade *pro futuro*.
(B) o STF entende que a declaração de inconstitucionalidade impede o legislador de promulgar lei de conteúdo idêntico ao do texto anteriormente julgado e tido como inconstitucional.
(C) no recurso extraordinário, a decisão que entende não haver repercussão geral é irrecorrível, valendo para todos os recursos que versem sobre questão idêntica, salvo revisão de tese.
(D) a arguição de descumprimento de preceito fundamental admite a concessão de liminar em medida cautelar, mas exige a audiência obrigatória da autoridade responsável pela edição do ato antes da eventual concessão da liminar.

RESPOSTA Arts. 543-A e 543-B, CPC. *Alternativa C.*

2785. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, é correto afirmar que:

(A) compete a qualquer juiz ou tribunal, no primeiro caso desde que inexista pronunciamento sobre a matéria pelo respectivo tribunal ou por tribunal superior, decidir no curso de ação sob sua apreciação acerca de questão de constitucionalidade suscitada por qualquer das partes.
(B) nos expressos termos da Constituição de 1988, compete ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
(C) compete a qualquer turma, câmara ou seção de tribunal declarar originalmente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.
(D) compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em última ou única instância, quando a decisão recorrida contrariar ou negar vigência a lei federal.
(E) pode o Superior Tribunal de Justiça, no exercício do controle de constitucionalidade incidental ou em concreto, declarar originalmente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, desde que assim se pronuncie pelo voto favorável dos seus dez membros mais antigos.

RESPOSTA (A) O fato de haver pronunciamento de tribunal a respeito da controvérsia constitucional não impede que um juiz de primeiro grau se manifeste (art. 97, CF). (B) Art. 52, X, CF. (C) Art. 97, CF. (D) Art. 105, III, *a*, CF. (E) Art. 97, CF. *Alternativa B.*

2786. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Sobre o sistema brasileiro de controle concentrado de constitucionalidade, é incorreto afirmar que:

(A) na ação direta de inconstitucionalidade, é admissível a impugnação de decretos executivos quando estes representem atos de aplicação primária da Constituição.

(B) a ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

(C) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originalmente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

(D) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo, citará, previamente, Advogado da União ou Procurador da Fazenda Nacional, conforme a natureza da matéria, que se manifestará sobre o ato ou texto impugnado.

(E) o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá, dentre outros, efeito vinculante em relação aos demais do Poder Judiciário.

RESPOSTA (A) ADI 4.152, Rel. Min. Cezar Peluso. (B) Art. 103, IX, CF. (C) Art. 102, I, *a*, CF. (D) Art. 103, § 3º, CF. (E) Art. 103-A, *caput*, CF. *Alternativa D.*

2787. (Procurador – Olinda-PE – 2011 – CONUPE) Acórdão do STF declarou de maneira incidental a inconstitucionalidade de dispositivo de lei federal, em sede de controle concreto e difuso de constitucionalidade. Tal aresto tem eficácia *erga omnes* e efeitos *ex tunc*. Tal assertiva

(A) é incorreta, pois o STF não realiza controle difuso, mas controle concentrado de constitucionalidade.

(B) é incorreta, pois declarações de constitucionalidade em sede de controle difuso não têm eficácia *erga omnes*.

(C) é correta, pois as decisões em controle concreto têm efeitos *erga omnes*.

(D) é incorreta, pois as decisões com efeitos *ex tunc* produzem efeito vinculante e não, eficácia *erga omnes*.

(E) é correta, pois o STF, ao decidir incidentalmente, profere efeitos *erga omnes*.

RESPOSTA DIFUSO – O que esse tipo de controle visa é a declaração de inconstitucionalidade que determine, no caso concreto, o efeito de não aplicação da lei. Em relação a terceiros, a lei ou ato permanecem válidos. Decisão *inter partes*. *Informativo* 341 do STF. *Alternativa B.*

2788. (Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE) Qual dos legitimados abaixo deve comprovar pertinência temática para ajuizar ação declaratória de inconstitucionalidade?

(A) Mesa do Senado Federal.

(B) Mesa da Câmara dos Deputados.

(C) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

(D) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

(E) Partido político com representação no Congresso Nacional.

RESPOSTA "A associação de classe, de âmbito nacional, há de comprovar a pertinência temática, ou seja, o interesse considerado o respectivo estatuto e a norma que se pretenda fulminada". (ADI 1.873, Rel. Min. Marco Aurélio). "O requisito da pertinência temática – que se traduz na relação de congruência que necessariamente deve existir entre os objetivos estatutários

ou as finalidades institucionais da entidade autora e o conteúdo material da norma questionada em sede de controle abstrato – foi erigido à condição de pressuposto qualificador da própria legitimidade ativa *ad causam* para efeito de instauração do processo objetivo de fiscalização concentrada de constitucionalidade". (ADI 1.157-MC, Rel. Min. Celso de Mello). *Alternativa D.*

2789. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** A propositura concomitante de duas ações diretas de inconstitucionalidade contra determinada lei estadual, uma no Tribunal de Justiça do Estado e outra no Supremo Tribunal Federal, impugnada em face de norma constitucional federal de reprodução obrigatória pelas Constituições estaduais, conduz, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a qual das seguintes soluções?

(A) Extinção do processo perante o Supremo Tribunal Federal, considerando o princípio da subsidiariedade.

(B) Extinção do processo perante o Tribunal de Justiça estadual, considerando o princípio da hierarquia das fontes do direito.

(C) Suspensão do processo perante o Supremo Tribunal Federal até a deliberação definitiva do Tribunal de Justiça estadual.

(D) Suspensão do processo perante o Tribunal de Justiça estadual até a deliberação definitiva do Supremo Tribunal Federal.

(E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

RESPOSTA STF – SUSPENSÃO DE LIMINAR: SL 255 GO 3. Coexistência de jurisdições constitucionais estaduais e federal. Propositura simultânea de ADI contra lei estadual perante o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça. Suspensão do processo no âmbito da justiça estadual, até a deliberação definitiva desta Corte. Precedentes. *Alternativa D.*

2790. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** São mecanismos de uniformização do controle de constitucionalidade brasileiro:

(A) A reclamação e a súmula vinculante.

(B) O controle difuso e o mandado de injunção.

(C) O foro especial por conta do cargo, nas infrações penais comuns.

(D) A arguição de descumprimento de preceito fundamental e o *habeas data*.

(E) O mandado de segurança individual e o mandado de segurança coletivo.

RESPOSTA Art. 103-A, CF; e Reclamação 14.523/Ceará, Rel. Min. Dias Toffoli: "O perfil constitucional da reclamação é o que a ela confere a função de preservar a competência e garantir a autoridade das decisões deste Tribunal (art. 102, I, alínea *l*, CF/88), bem como resguardar a correta aplicação das súmulas vinculantes (art. 103-A, § 3º, CF/88)". *Alternativa A.*

2791. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) É inviável o controle de constitucionalidade de norma já revogada.

(B) É impossível que se entenda devido qualquer efeito de uma lei declarada inconstitucional.

(C) Por meio da técnica da *inconstitucionalidade por arrasto*, o Supremo Tribunal Federal, em sede de controle abstrato, estende os efeitos da inconstitucionalidade declarada de uma lei a outros diplomas legislativos de igual teor, mesmo que não tenham sido objeto explícito de impugnação na demanda.

(D) É possível o controle de constitucionalidade em abstrato, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário, de norma municipal.

(E) Os órgãos fracionários de tribunais de segundo grau não podem declarar a inconstitucionalidade de uma norma ordinária, mas podem, sem declarar explicitamente a inconstitucionalidade, afastar a incidência da norma ordinária pertinente à lide, para decidir essa mesma lide sob critérios diversos

que estimem extraídos da Constituição.

RESPOSTA "O STF exerce, por excelência, o controle difuso de constitucionalidade quando do julgamento do recurso extraordinário, tendo os seus colegiados fracionários competência regimental para fazê-lo sem ofensa ao art. 97 da CF". (RE 361.829-ED, Rel. Min. Ellen Gracie). "Em se tratando de lei municipal, o controle de constitucionalidade se faz, pelo sistema difuso – e não concentrado – ou seja, apenas no julgamento de casos concretos, com eficácia *inter partes* e não *erga omnes*, quando confrontado o ato normativo local com a CF". (ADI 209, Rel. Min. Sydney Sanches). *Alternativa D.*

2792. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Suponha que tenha havido a propositura de uma representação de inconstitucionalidade de lei de um certo Estado-membro perante o respectivo Tribunal de Justiça. Pouco mais adiante, e antes do julgamento da representação, o Procurador-Geral da República deduz uma ação direta de inconstitucionalidade contra essa mesma lei, perante o Supremo Tribunal Federal. Assinale a opção correta.

(A) Fica caracterizado, no problema, o fenômeno da litispendência, cabendo ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar ambas as ações.

(B) A representação deverá ser tida como prejudicada antes mesmo da decisão do Supremo Tribunal Federal.

(C) O Supremo Tribunal Federal somente deverá julgar a ação direta de inconstitucionalidade se o Tribunal de Justiça, antes, julgar improcedente a representação.

(D) O Tribunal de Justiça somente poderá julgar a representação depois do Supremo Tribunal Federal apenas se este não conhecer da ação direta de inconstitucionalidade.

(E) Mesmo que o Supremo Tribunal Federal julgue improcedente a ação direta de inconstitucionalidade, não será impossível ao Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade da mesma lei.

RESPOSTA *Informativo* 419 do STF – ADI 3.482/DF. "EMENTA: [...] HIPÓTESE DE SUSPENSÃO PREJUDICIAL DO PROCESSO DE CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO INSTAURADO PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA LOCAL. NECESSIDADE DE SE AGUARDAR, EM TAL CASO, A CONCLUSÃO, PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DO JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA. DOUTRINA. PRECEDENTES (STF)". *Alternativa E.*

2793. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** De modo geral, a decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a inconstitucionalidade de lei em ação direta de inconstitucionalidade começa a produzir todos os seus efeitos

(A) desde o trânsito em julgado da decisão.

(B) desde a publicação do acórdão, com a respectiva ementa, no Diário de Justiça.

(C) desde a data da publicação da ata da sessão de julgamento.

(D) desde o dia mesmo do julgamento da ação.

(E) no primeiro dia útil seguinte ao do julgamento da ação.

RESPOSTA *Informativo* 395 do STF; e *Glossário Jurídico,* STF (A decisão do Supremo Tribunal Federal passa a surtir efeitos imediatamente, salvo disposição em contrário do próprio tribunal. Quando a segurança jurídica ou excepcional interesse social estiverem em jogo, o STF poderá restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade ou decidir que ela só tenha eficácia a partir do trânsito em julgado ou um outro momento a ser fixado. Essa decisão depende da aprovação de dois terços do ministros). *Alternativa C.*

2794. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Suponha que o Supremo Tribunal Federal tenha declarado a inconstitucionalidade de uma lei federal, ao julgar um mandado de segurança. Diante disso, assinale a opção correta.

(A) Essa declaração de inconstitucionalidade, mesmo não tendo eficácia *erga omnes*, apresenta efeito

vinculante para todos os órgãos do Judiciário.

(B) Se um juiz de primeira instância julgar uma causa afirmando válida a lei, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal para preservar a autoridade da sua decisão.

(C) Caberá à Câmara dos Deputados suspender os efeitos da lei, para que, então, a decisão do Supremo Tribunal Federal ostente efeitos *erga omnes*.

(D) O órgão fracionário do tribunal de segunda instância, deparando-se com a mesma arguição de inconstitucionalidade do diploma, não deverá suscitar o incidente de inconstitucionalidade, mas deverá simplesmente aplicar a decisão de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

(E) Contra a decisão da Suprema Corte, cabe o ajuizamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, no prazo próprio da impetração de mandado de segurança.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 102, § 2º, CF. *Alternativa D.*

2795. (Juiz – TRT-24 – 2008) Relativamente ao prazo para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo federal ou estadual, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O prazo será decadencial de 120 (cento e vinte) dias.

(B) O prazo será prescricional de 02 (dois) anos.

(C) A ação poderá ser proposta a qualquer tempo.

(D) O prazo será decadencial de 05 (cinco) anos.

(E) O prazo será decadencial de 02 (dois) anos.

RESPOSTA Súmula 360, STF. ADI 2.980, Rel. p/ o ac. Min. Cezar Peluso. *Alternativa C.*

2796. (Juiz – TRT-24 – 2008) É INCORRETO afirmar que:

(A) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

(B) Concedida a medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do Diário Oficial da União a parte dispositiva da decisão, no prazo de 10 (dez) dias, devendo o Tribunal proceder ao julgamento da ação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de perda de sua eficácia.

(C) A ideia de controle de constitucionalidade está ligada à supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico, e, também à rigidez constitucional e à proteção dos direitos fundamentais.

(D) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que em sede de ação civil pública apenas é admissível o controle de constitucionalidade na via incidental.

(E) Na ação declaratória de constitucionalidade há necessidade de comprovação de pertinência temática, além de o legitimado ter que comprovar a existência de controvérsia judicial no território nacional.

RESPOSTA (A) Art. 27, Lei n. 9.868/99. (B) Art. 21, parágrafo único, Lei n. 9.868/99. (C) Alexandre de Moraes. *Direito constitucional*. (D) *Informativo* 571 do STF. (E) Art. 14, I, II e III, Lei n. 9.868/99. *Alternativa C.*

2797. (Procurador – MPT – 2007) Leia com atenção:

I. Como regra geral, o controle de constitucionalidade não se mostra adequado para obstar a

tramitação de projeto de lei ou de proposta de emenda constitucional.

II. Mesmo havendo pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, afirmando a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, em sede de controle incidental, é necessário que o Plenário de Tribunal Regional ou seu Órgão Especial se manifeste sobre arguição de inconstitucionalidade da mesma lei ou ato normativo.

III. O controle incidental de constitucionalidade pode se realizar inclusive tomando por parâmetro norma constitucional que já não está mais em vigor.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) apenas as assertivas I e III estão corretas;

(B) apenas a assertiva III está correta;

(C) todas as assertivas estão corretas;

(D) as assertivas I e II estão corretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA I. Art. 102, I, *a*, CF. II. Art. 97, CF; e art. 481, CPC. III. Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. *Alternativa A.*

2798. **(Procurador – MPT – 2007)** Não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

(A) o decreto legislativo aprovado pelo Congresso Nacional com o escopo de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

(B) a lei ou ato normativo já revogado;

(C) as medidas provisórias;

(D) as leis formais;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 49, V, CF. (B) Rp. 1.034, Rel. Min. Soares Muñoz, *RTJ*, 111(2)/546; Rp. 1.120, Rel. Min. Décio Miranda, *RTJ*, 107(3)/928-930; Rp. 1.110, Rel. Min. Néri da Silveira. (C) Art. 62, *caput*, c/c art. 84, XXVI, CF. (D) Leis de todas as formas e conteúdos (observada a especificidade dos atos de efeitos concretos), uma vez que o constituinte se vinculou à forma legal, são leis e atos normativos federais passíveis de ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade. Nesse contexto, hão de ser contempladas as leis formais e materiais. *Alternativa B.*

2799. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Considerando o Direito Brasileiro, assinale a opção correta, no que diz respeito às consequências da ação do poder constituinte originário.

(A) Uma lei federal sobre assunto que a nova Constituição entrega à competência privativa dos Municípios fica imediatamente revogada com o advento da nova Carta.

(B) Uma lei que fere o processo legislativo previsto na Constituição sob cuja regência foi editada, mas que, até o advento da nova Constituição, nunca fora objeto de controle de constitucionalidade, não é considerada recebida por esta, mesmo que com ela guarde plena compatibilidade material e esteja de acordo com o novo processo legislativo.

(C) Para que a lei anterior à Constituição seja recebida pelo novo Texto Magno, é mister que seja compatível com este, tanto do ponto de vista da forma legislativa como do conteúdo dos seus preceitos.

(D) Normas não recebidas pela nova Constituição são consideradas, ordinariamente, como sofrendo de inconstitucionalidade superveniente.

(E) A Doutrina majoritária e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal convergem para afirmar que normas da Constituição anterior ao novo diploma constitucional, que com este não sejam

materialmente incompatíveis, são recebidas como normas infraconstitucionais.

RESPOSTA Paulo Gustavo Gonet Branco, “uma vez que vigora o princípio de que, em tese, a inconstitucionalidade gera nulidade – absoluta – da lei, uma norma na situação em tela já era nula desde quando editada, pouco importando a compatibilidade material com a nova Constituição, que não revigora diplomas nulos”. Para uma lei ser recebida, ela precisa preencher os seguintes requisitos: estar em vigor no momento do advento da nova Constituição; não ter sido declarada inconstitucional durante a sua vigência no ordenamento anterior; ter compatibilidade formal e material perante a Constituição sob cuja regência ela foi editada (no ordenamento anterior); ter compatibilidade somente material, pouco importando a compatibilidade formal com a nova Constituição. *Alternativa B.*

2800. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** De acordo com a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal:

(A) o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade é precedido de exame da repercussão geral da questão constitucional de fundo.

(B) admite-se a reclamação para o controle concentrado de constitucionalidade de lei idêntica a outra já declarada inconstitucional pelo STF em ação direta de inconstitucionalidade.

(C) o Governador do Estado está dispensado da demonstração de pertinência temática para o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade.

(D) a decisão no mandado de injunção possui efeitos idênticos aos da decisão proferida em sede de ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

(E) é cabível a ação declaratória de constitucionalidade de leis estaduais, em razão do caráter dúplice da decisão em controle abstrato de constitucionalidade das leis.

RESPOSTA *Informativo* 458 do STF; Rcl 4.987 MC/PE. Rel. Min. Gilmar Mendes; e arts. 102 e 103, CF. *Alternativa B.*

2801. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Considere as seguintes assertivas sobre o controle de constitucionalidade das leis e atos normativos na Constituição da República:

I. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

II. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal; o Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político independente de representação no Congresso Nacional; confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

III. O controle concentrado de constitucionalidade no âmbito dos estados surgiu no Ordenamento Jurídico brasileiro com a Constituição Federal de 1988.

IV. Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

V. Nas ações diretas de inconstitucionalidade de lei estadual ou municipal em face da Constituição Estadual, a decisão final do Tribunal de Justiça só estará sujeita à apreciação do Supremo Tribunal Federal, via recurso extraordinário, se o preceito da Carta Estadual violado for daqueles de repetição obrigatória, decorrente da Constituição da República.

As afirmativas corretas são somente:

(A) I, II e IV;
(B) I, III e V;
(C) I, IV e V;
(D) II, III e IV;
(E) II, IV e V

RESPOSTA I. Art. 103-A, *caput*, CF. II. Art. 103, CF. III. Art. 102, I, *a*, CF. IV. Art. 103, § 2º, CF. V. Rcl 383/SP, Rel. Min. Moreira Alves. *Alternativa C.*

2802. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Relativamente à ação direta de inconstitucionalidade é incorreto afirmar:

(A) O Supremo Tribunal Federal é órgão competente para o seu julgamento;
(B) É possível a representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais diante da Constituição Estadual perante os Tribunais de Justiça dos Estados.
(C) Emenda à Constituição Federal está sujeita ao controle de constitucionalidade por essa via.
(D) Leis Municipais impugnadas em face da Constituição Federal também estão sujeitas ao controle de constitucionalidade por essa via.
(E) No desenrolar do processo perante o Supremo Tribunal Federal deve ser citado o Advogado-Geral da União para proceder a defesa do ato ou texto impugnado.

RESPOSTA (A) Art. 102, I, *a*, CF. (B) Rcl 383/SP, Rel. Min. Moreira Alves. (C) Art. 102, I, *a*, CF. (D) Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. (E) Art. 103, § 3º, CF. *Alternativa D.*

2803. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Relativamente ao controle de constitucionalidade no sistema jurídico brasileiro, pode-se corretamente afirmar que

(A) no controle concentrado ou abstrato, a decisão de inconstitucionalidade tem eficácia subjetiva *erga omnes* e eficácia temporal *ex tunc*, atingindo todos os atos praticados desde a vigência da norma declarada inconstitucional, salvo limitação desses efeitos pelo Supremo Tribunal Federal.
(B) no controle difuso ou concreto, a decisão de inconstitucionalidade tem eficácia subjetiva *erga omnes* e eficácia temporal *ex tunc*, atingindo atos anteriores à decisão, salvo limitação desses efeitos pelo Supremo Tribunal Federal.
(C) no controle concentrado ou abstrato, a decisão de inconstitucionalidade tem eficácia subjetiva *erga omnes* e eficácia temporal *ex nunc*, aplicando-se apenas aos atos posteriores à decisão, salvo a possibilidade de atribuição de efeitos retroativos pelo Supremo Tribunal Federal.
(D) no controle difuso ou concreto, a decisão de inconstitucionalidade tem eficácia subjetiva limitada às partes e eficácia temporal *ex nunc*, não se aplicando aos atos anteriores à decisão, salvo suspensão da execução da lei pelo Senado Federal.
(E) no controle concentrado ou abstrato, a decisão de inconstitucionalidade tem eficácia subjetiva limitada aos legitimados para propositura da ação e eficácia temporal *ex tunc*, atingindo todos os atos praticados desde a vigência da norma declarada inconstitucional, salvo limitação desses efeitos pelo Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA AI 769.510/SC, Rel. Min. Gilmar Mendes. 5. Declaração de inconstitucionalidade proferida pelo STF, em controle concentrado, possui eficácia *erga omnes* e vincula tanto o Poder Judiciário quanto o Poder Executivo. Efeitos *ex tunc*. Ausência de modulação de efeitos. *Alternativa A.*

2804. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** A respeito da cláusula de reserva de plenário prevista na Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

(A) Somente pelo voto de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

(B) Tem aplicação exclusiva no controle abstrato e concentrado de constitucionalidade de leis e atos normativos.

(C) Sua aplicação é afastada pela legislação processual civil nos casos em que já houver pronunciamentos anteriores do Plenário ou do Órgão Especial do respectivo Tribunal ou do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão constitucional discutida.

(D) Não é violada quando há decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

(E) É aplicável ao controle de constitucionalidade exercido pela via de ação ou pela via de exceção.

RESPOSTA (A) Art. 97, CF. (B) Controle difuso. RE 361.829-ED, Rel. Min. Ellen Gracie. (C) Súmula Vinculante 10, STF. (D) Súmula Vinculante 10, STF. (E) Controle difuso. RE 361.829-ED, Rel. Min. Ellen Gracie. *Alternativa C.*

2805. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) É incabível ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos editados antes do advento da nova Constituição.

(B) No ordenamento constitucional brasileiro, a compatibilidade que deve existir entre as normas infraconstitucionais vigentes sob a égide da Constituição anterior e a nova Constituição, para fins de incidência do fenômeno da recepção das leis, é meramente material, pouco importando a compatibilidade formal.

(C) No sistema constitucional brasileiro, a lei, para ser recepcionada pela nova ordem constitucional, deve ter compatibilidade formal e material com a Constituição sob cuja regência ela foi editada no ordenamento anterior.

(D) O fenômeno pelo qual as normas da Constituição anterior são recepcionadas pela nova Constituição com o *status* de norma infraconstitucional é conhecido como Recepção Material de Normas Constitucionais.

(E) Na sistemática constitucional do Brasil, as normas infraconstitucionais elaboradas antes da nova Constituição sujeitam-se a controle concentrado de constitucionalidade somente através de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

RESPOSTA (A) Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. (B) No fenômeno da recepção apenas se analisa a compatibilidade material perante a nova Constituição. (C) Para a lei ser recebida precisa ter compatibilidade formal e material perante a nova Constituição, podendo receber uma nova roupagem, ou seja, uma lei pode ter sido editada como ordinária e ser recebida como complementar. (D) Recepção Material de Normas Constitucionais para Jorge Miranda: "a da persistência de normas constitucionais anteriores que guardam, se bem que título secundário, a antiga qualidade de normas constitucionais" (*Manual de direito constitucional*, p. 240). Entretanto, a recepção material só será admitida se assim determinar, expressamente, a nova Constituição. (E) Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. *Alternativa D.*

2806. **(Procurador – MPT – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) ressalvadas as exceções previstas em lei, a decisão que julgar procedente ação direta de inconstitucionalidade não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

(B) em regra, a decisão que concede liminar em medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade produz efeitos *ex nunc* e a proferida na ação principal produz efeitos *ex tunc*;

(C) salvo expressa manifestação em sentido contrário, a concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade tem efeito repristinatório;

(D) a participação de outros órgãos ou entidades, na condição de *amicus curiae*, é admitida nas ações direta de inconstitucionalidade e direta de constitucionalidade e, ainda, consoante jurisprudência do STF, na arguição de descumprimento de preceito fundamental;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 27, Lei n. 9.868/99. (B) Art. 11, § 1º, Lei n. 9.868/99. (C) Art. 11, § 2º, Lei n. 9.868/99. (D) Art. 7º, § 2º, Lei n. 9.868/99; e art. 6º, § 1º, Lei n. 9.882/99. *Alternativa A.*

2807. (Procurador – MPF – 2011) Leia os enunciados abaixo:

I. O pressuposto da subsidiariedade, na arguição de descumprimento de preceito fundamental de natureza incidental, leva em consideração a existência de outro instrumento no controle abstrato de normas apto a sanar a lesão ao preceito fundamental não apenas para as partes do processo originário, mas para todos os que se encontrarem em situação similar.

II. O princípio da reserva de plenário não se aplica ao próprio STF, no julgamento de recursos extraordinários.

III. Não cabe controle abstrato de constitucionalidade de decreto expedido pelo Presidente da República.

IV. É incabível a propositura de ADI contra lei formal, dotada de efeitos concretos.

Considerando a jurisprudência atual do STF, quais as respostas corretas?

(A) I e II.

(B) I, II e III.

(C) I, II, III e IV.

(D) III e IV.

RESPOSTA I. ADPF 94, Rel. min. Cezar Peluso; e art. 4º, § 1º, Lei n. 9.882/99 II. RE 361.829-ED, Rel. Min. Ellen Gracie III. Segundo Alexandre de Moraes, “O Supremo Tribunal Federal, excepcionalmente, tem admitido ação direta de inconstitucionalidade cujo objeto seja decreto, quando este, no todo ou em parte, manifestamente não regulamenta lei, apresentando-se, assim, como decreto autônomo“ (*Direito constitucional*, p. 740). IV. *Informativo* 516 do STF – MED. CAUT. EM ADI 4.048/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes. *Alternativa A.*

2808. (Promotor – MP-MG – 2011) Assinale a alternativa CORRETA.

(A) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, entre outras, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

(B) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em noventa dias.

(C) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

(D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, apenas em relação aos demais órgãos do Poder Executivo.

RESPOSTA (A) Art. 102, I, *a*, CF. (B) Art. 103, § 2º, CF. (C) Art. 103, § 1º, CF. (D) Art. 102, § 2º, CF. *Alternativa C.*

2809. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Consoante a Lei n. 9.868/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar que

(A) a petição inicial da ação direta de inconstitucionalidade inepta, não fundamentada e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator, em decisão irrecorrível.
(B) proposta a ação direta de inconstitucionalidade, o proponente poderá, a qualquer tempo, desistir.
(C) no processo de ação direta de inconstitucionalidade, admite-se a intervenção de terceiros.
(D) a decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos oito Ministros.

RESPOSTA (A) Art. 4º, Lei n. 9.868/99. (B) Art. 5º, Lei n. 9.868/99. (C) Art. 7º, *caput*, Lei n. 9.868/99. (D) Art. 22, Lei n. 9.868/99. *Alternativa D.*

2810. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

(A) Na inconstitucionalidade por ação, ocorre a denominada inconstitucionalidade formal quando o conteúdo do ato normativo contraria preceito ou princípio da constituição.
(B) O controle jurisdicional de constitucionalidade subordina-se ao princípio de que é possível existir juízo sem autor, que é rigorosamente seguido no sistema brasileiro, como geralmente ocorre nos países que adotam o critério de controle difuso.
(C) A sentença que reconhece a inconstitucionalidade por omissão é declaratória quanto a esse reconhecimento, mas não é meramente declaratória, porque dela decorre ulterior efeito de natureza mandamental no sentido de exigir do Poder competente a adoção das providências necessárias ao suprimento da omissão.
(D) No processo da ação declaratória de constitucionalidade, por visar a preservação da presunção de constitucionalidade do ato normativo que é seu objeto, imprescindível é que o Advogado-Geral da União atue como curador dessa mesma presunção.

RESPOSTA Segundo José Afonso da Silva: "Daí provém que a sentença que reconhece a inconstitucionalidade por omissão é declaratória quanto a esse reconhecimento, mas não é meramente declaratória, porque dela decorre um efeito ulterior de natureza mandamental no sentido de exigir do Poder competente a adoção das providências necessárias ao suprimento da omissão. Esse sentido mandamental é mais acentuado em relação a órgão administrativo. Mas ele existe também no tocante à ciência ao Poder Legislativo. Não há de se limitar à mera ciência sem consequência. Se o Poder Legislativo não responder ao mandamento judicial, incidirá em omissão ainda mais grave". *Alternativa C.*

2811. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Leia as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I. Nos termos do artigo 52, X, da Constituição Federal, o Senado Federal está obrigado a suspender a execução de lei federal declarada inconstitucional.
II. Diante da declaração de inconstitucionalidade de lei municipal ou estadual pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle difuso de constitucionalidade, poderá o Senado Federal, nos termos do artigo 52, X, da Constituição Federal, suspender sua execução.
III. A teoria da transcendência dos motivos determinantes da sentença tem sido aplicada reiteradamente e de modo unânime pelos ministros do Supremo Tribunal Federal nos casos de controle difuso de constitucionalidade.
IV. A ação civil pública prestar-se-á ao controle difuso de constitucionalidade na hipótese em que a

controvérsia constitucional for simples questão prejudicial, indispensável à resolução do litígio principal.

(A) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
(B) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
(C) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
(D) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.

RESPOSTA I. Seria uma afronta ao princípio da separação dos poderes. RE 199.293, voto do Rel. Min. Marco Aurélio. II. Art. 52, X, CF. III. Luís Roberto Barroso, ao tratar especificamente da teoria da transcendência dos motivos determinantes, afirma que, "por essa linha de entendimento, tem sido reconhecida eficácia vinculante não apenas à parte dispositiva do julgado, mas também aos próprios fundamentos que embasaram a decisão". Essa teoria ainda não é aplicada pelo STF de forma reiterada. IV. RE 411.156, Rel. Min. Celso de Mello. *Alternativa D.*

2812. **(Promotor – MP-RS – 2009)** De acordo com a jurisdição constitucional praticada no Brasil, é correto afirmar que:

(A) uma lei anterior à promulgação da Constituição não pode ter sua inconstitucionalidade arguida via controle concentrado.
(B) uma decisão que rejeita Ação direta de inconstitucionalidade tem efeito de declaração de constitucionalidade.
(C) o Juiz de Direito pode declarar a inconstitucionalidade de lei, mas o órgão fracionário não pode.
(D) a inconstitucionalidade de uma lei federal não pode ser declarada por Tribunal de Justiça.
(E) de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Pacto de San José da Costa Rica tem valor de norma constitucional, razão pela qual não mais se admite prisão de depositário infiel.

RESPOSTA ADI 72/ES, Rel. Min. Sepúlveda Pertence – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO: INDECLINABILIDADE DA DEFESA DA LEI OU ATO NORMATIVO IMPUGNADO (CF, ART. 103, PAR.3.). ERIGIDO CURADOR DA PRESUNÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI, AO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, OU QUEM LHE FAÇA AS VEZES, NÃO CABE ADMITIR A INVALIDEZ DA NORMA IMPUGNADA, INCUMBINDO-LHE SIM, PARA SATISFAZER REQUISITOS DE VALIDADE DO PROCESSO DA AÇÃO DIRETA, PROMOVER-LHE A DEFESA, VEICULANDO OS ARGUMENTOS DISPONIVEIS. *Alternativa B.*

2813. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Sobre o controle de constitucionalidade nos Tribunais brasileiros, é INCORRETO afirmar que

(A) o STF pode apreciar a inconstitucionalidade de uma lei já por ele declarada constitucional anteriormente.
(B) não se admite desistência em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
(C) se passou a admitir, com a aprovação do Instituto do *Amicus Curiae*, intervenção de terceiros em ação direta de inconstitucionalidade.
(D) não existe lide no processo de ação direta de inconstitucionalidade.
(E) uma medida cautelar em sede de ação direta de inconstitucionalidade pode ter efeito *ex tunc*.

RESPOSTA Aplicação direta da Lei n. 9.868/99, arts. 5º, 7º, 11, § 1º. *Alternativa C.*

2814. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações abaixo:

( ) Se a lei Y é revogada pela lei X e esta (a lei X) for declarada inconstitucional, revigora-se a lei Y.
( ) Se a lei Y, uma vez revigorada, também for inconstitucional, perderá automaticamente a sua validade.
( ) Uma lei municipal pode ser declarada inconstitucional por intermédio da ação direta de

inconstitucionalidade interventiva.

( ) O efeito *ex nunc* em sede de ação direta de inconstitucionalidade exige *quorum* de maioria absoluta.

( ) Cabe concessão de liminar em ação declaratória de constitucional idade (ADC).

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) V – F – V – F – F.

(B) F – F – F – V – V.

(C) V – F – F – F – V.

(D) V – V – V – V – V.

(E) F – F – F – F – F.

RESPOSTA **Efeito repristinatório** – ADI 3.148, Rel. Min. Celso de Mello; e art. 21, Lei n. 9.868/99. *Alternativa C.*

2815. (Promotor – MP-RS – 2009) No tocante ao controle de constitucionalidade de leis municipais e estaduais, é INCORRETO afirmar que

(A) não cabe recurso extraordinário de declaração de inconstitucionalidade de lei municipal feita por Tribunal de Justiça de Estado Federado.

(B) o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, em sede de controle concentrado, não é competente para decidir acerca da constitucionalidade de lei municipal sempre que a violação for somente da Constituição Federal.

(C) a lei municipal incompatível com princípios da Constituição Federal, repetidos na Constituição do Estado, pode ser declarada inconstitucional pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Estado Federado.

(D) a lei estadual ao mesmo tempo incompatível com a Constituição do Estado e com a Constituição Federal pode ter arguida a sua inconstitucionalidade, em sede de controle concentrado, tanto pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Estado federado como pelo STF.

(E) Somente pelo voto da maioria absoluta dos membros do Órgão Especial de Tribunal de Justiça de Estado federado pode ser declarada inconstitucional uma lei.

RESPOSTA (A) RE 348.468, voto do Rel. Min. Gilmar Mendes. (B) Art. 1º, parágrafo único, I, Lei n. 9.882/99. (C) Art. 125, § 2º, CF. (D) Art. 103, CF. (E) Art. 97, CF. *Alternativa A.*

2816. (Procurador – MPF – 2008) Assinale a alternativa errada:

(A) É programática a norma constitucional que a todos assegura o direito à saúde mediante políticas sociais e econômicas, visando à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

(B) A comunicação social e o serviço público são exemplos de garantia institucional.

(C) É, em geral, admitida norma interposta no bloco de constitucionalidade da ação direta de inconstitucionalidade.

(D) Ao estrangeiro, residente no exterior, é assegurado o direito de impetrar mandado de segurança e *habeas corpus*.

RESPOSTA *Informativo* 499 do STF – bloco de constitucionalidade. Celso Ribeiro Bastos, embora adotasse ponto de vista diverso, registrou que: “A lei complementar foi, e ainda é por muitos doutrinadores, tida por norma interposta entre a Constituição e a lei ordinária, ou seja, como uma norma que ocupa uma posição de prevalência constitucional, ou seja, uma norma à qual a lei ordinária submete-se hierarquicamente.” *Alternativa C.*

2817. (Procurador – MPF – 2008) Assinale a opção correta:

(A) O Município não pode ajuizar reclamação perante o Supremo Tribunal Federal para garantia do julgado do Tribunal, proferido em controle abstrato, em face de decisão administrativa estadual.

(B) O Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade em face de uma lei, pode reconhecer, incidentalmente, a inconstitucionalidade de outra norma.

(C) A interpretação conforme a Constituição diferencia o enunciado linguístico da norma de seus significados normativos.

(D) O sistema jurídico brasileiro contempla a figura da constitucionalidade superveniente e da inconstitucionalidade por omissão total ou parcial.

RESPOSTA (A) Recl. em AgRg 1.880-QO/SP, Rel. Min. Maurício Corrêa. (B) ADI 437-QO, Rel. Min. Celso de Mello. (C) Em face de normas que possuem mais de uma interpretação (normas plurissignificativas ou polissêmicas), deve-se preferir a exegese que mais se aproxime da Constituição e, portanto, não seja contrária ao texto constitucional, de onde surgem várias dimensões a serem consideradas, seja pela doutrina ou jurisprudência. (D) ADI 02/DF, Rel. Min. Paulo Brossard, que "Lei anterior não pode ser inconstitucional em relação à Constituição superveniente; nem o legislador poderia infringir Constituição futura". *Alternativa C.*

2818. **(Promotor – MP-SC – 2011)** Questão:

I. A petição inicial da arguição de descumprimento de preceito fundamental, regulamentada pela Lei Federal 9.882, de 03 de dezembro de 1999, deverá conter, segundo seu artigo 3º, a indicação do preceito fundamental violado, a prova da violação e o pedido, com suas especificações, somente.

II. Entre os legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, estão o Presidente da República, o Procurador-Geral da República e o Governador de Estado. Para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o TJ/SC, não estão entre os legitimados o Presidente da República e o Governador do Estado.

III. Excetuado o recesso, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, segundo a Lei Estadual 12.069, de 27 de dezembro de 2001.

IV. Segundo a Lei 9.868, de 10 de dezembro de 1999, estão legitimados a propor a ação direta de inconstitucionalidade por omissão os legitimados à propositura de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade.

V. São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Presidentes da Câmara Federal e Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática, oficiais das Forças Armadas e o Ministro da Defesa.

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.

(C) Apenas as assertivas II e V estão corretas.

(D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA I. Lei n. 9.882/99 – art. 3º: A petição inicial deverá conter: I – a indicação do preceito fundamental que se considera violado; II – a indicação do ato questionado; III – a prova da violação do preceito fundamental; IV – o pedido, com suas especificações. II. Art. 103, CF. III. Arts. 10, 12-F e 21, Lei n. 9.868/99. IV. Art. 12-A, Lei n. 9.868/99. V. Art. 12, § 3º, CF. *Alternativa B.*

OAB/FGV

I. Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º)

2819. **(OAB 01 – 2012)** O mandado de segurança coletivo NÃO pode ser impetrado por

(A) organização sindical.
(B) partido político com representação no Congresso Nacional.
(C) entidade de classe de âmbito nacional.
(D) associações paramilitares.

RESPOSTA Atente-se que se busca a alternativa que contempla quem não pode propor o MS coletivo. As alternativas, "A", "B" e "C" encontram respaldo no art. 5º, LXX, CF/88. Por sua vez, o art. 5º, XVII, expressamente, veda as associações de caráter paramilitar. *Alternativa D.*

2820. **(OAB 03 – 2011)** A Constituição assegura, entre os direitos e garantias individuais, a inviolabilidade do domicílio, afirmando que "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador" (art. 5º, XI, da CF). A esse respeito, assinale a alternativa correta.

(A) O conceito de "casa" é abrangente e inclui quarto de hotel.
(B) O conceito de casa é abrangente, mas não inclui escritório de advocacia.
(C) A prisão em flagrante durante o dia é um limite a essa garantia, mas apenas quando houver mandado judicial.
(D) A prisão em quarto de hotel obedecendo a mandado judicial pode se dar no período noturno.

RESPOSTA (A) Correta. O STF "elasteceu" o conceito de casa, incluindo aposentos de habitação coletiva (quartos de hotéis), conforme RHC 90.376/RJ. (B) Errada. Os escritórios profissionais são considerados "casa" (STF, *Informativo* 197). (C) Errada. A frase é um paradoxo, pois se há flagrante, não há necessidade de mandado. (D) Errada. CF, art. 5º, XI. *Alternativa A*.

2821. **(OAB 02 – 2011)** O *habeas data* não pode ser impetrado em favor de terceiro PORQUE visa tutelar direito à informação relativa à pessoa do impetrante.

A respeito do enunciado acima é correto afirmar que

(A) Ambas as afirmativas são verdadeiras, e a primeira justifica a segunda.
(B) A primeira afirmativa é verdadeira, e a segunda é falsa.
(C) A primeira afirmativa é falsa, e a segunda é verdadeira.
(D) Ambas as afirmativas são falsas.

RESPOSTA As duas afirmações são verdadeiras. O *habeas data*, previsto no art. 5º, LXXII, CF/88 e disciplinado pela Lei n. 9.507/97, é remédio constitucional destinado a assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou retificação de dados, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Assim, não pode ser impetrado em favor de terceiro, tendo em vista que, nesse caso, estar-se-á diante de ilegitimidade ativa. *Alternativa A*.

2822. **(OAB 03 – 2012)** A respeito da ação de *habeas corpus*, assinale a afirmativa incorreta.

(A) Pode ser impetrado por estrangeiro residente no país.
(B) É cabível contra punição disciplinar militar imposta por autoridade incompetente.
(C) Não é meio hábil para controle concreto de constitucionalidade.
(D) A Constituição assegura a gratuidade para seu ajuizamento.

RESPOSTA (A) Correta. Não há vedação a que estrangeiros proponham HC no Brasil (CF, art. 5º, *caput*). (B) Correta. CF, art. 142, § 2º, excetuado pela jurisprudência (STF, RE 338.840). (C) Incorreta. O exercício do controle difuso e incidental de constitucionalidade poder se dar por qualquer meio processual. (D) Correta. CF, art. 5º, LXXVII. *Alternativa C.*

II. Direitos Políticos

2823. **(OAB 03 – 2012)** José da Silva, prefeito do Município "X", integrante do Estado "Y", possui familiares que pretendem concorrer a cargos elegíveis nas próximas eleições. Sobre essa situação, assinale a afirmativa correta.

(A) José da Silva Junior, filho de José da Silva, que terá 18 anos completos na época da eleição, poderá se candidatar ao cargo de deputado estadual de "Y", desde que José da Silva tenha se desincompatibilizado seis meses antes do pleito.

(B) Maria da Silva, esposa de José da Silva, vereadora do município "X", só poderá concorrer novamente ao cargo de vereadora, se José da Silva se desincompatibilizar seis meses antes do pleito.

(C) José da Silva poderá concorrer ao cargo de governador do estado "Z", não sendo necessário que renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.

(D) Pedro Costa, sobrinho de José da Silva, poderá concorrer ao cargo de Vereador do Município "X" mesmo que José da Silva não tenha se desincompatibilizado seis meses antes do pleito.

RESPOSTA (A) Errada. CF, art. 14, § 3º, VI, *c* e art. 14, § 7º. (B) Errada. CF, art. 14, § 7º. (C) Errada. CF, art. 14, § 6º. (D) Correta. CF, art. 14, § 7º (a inelegibilidade só alcança os parentes até 2º grau). *Alternativa D.*

2824. **(OAB 03 – 2011)** A respeito dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

(A) O cancelamento de naturalização por decisão do Ministério da Justiça é caso de perda de direitos políticos.

(B) A condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, é caso de cassação de direitos políticos.

(C) A improbidade administrativa é caso de suspensão de direitos políticos.

(D) A incapacidade civil relativa é caso de perda de direitos políticos.

RESPOSTA (A) Errada. O cancelamento de naturalização depende de sentença judicial, nos termos do art. 12, § 4º, I, CF/88. (B) Errada, pois é caso de suspensão, nos termos do art. 15, III, CF/88. (C) Correta. Conforme o art. 37, § 4º, CF/88, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos. (D) Errada. A incapacidade civil absoluta é caso de perda de direitos políticos, nos termos do art. 15, II, CF/88. *Alternativa C*.

III. Direitos de Nacionalidade

2825. **(OAB 01 – 2012)** A Constituição de 1988 proíbe qualquer discriminação, por lei, entre brasileiros natos e naturalizados, exceto os casos previstos pelo próprio texto constitucional. Nesse sentido, é correto afirmar que somente brasileiro nato pode exercer cargo de

(A) Ministro do STF ou do STJ.

(B) Diplomata.

(C) Ministro da Justiça.

(D) Senador.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 12, § 3º, CF/88. Para ocupar cargo na **carreira diplomática**, o pretendente deverá ser brasileiro nato (art. 12, **§ 3º**, V). Portanto, excluem-se as alternativas A, C e D. *Alternativa B*.

2826. **(OAB 03 – 2011)** João, residente no Brasil há cinco anos, é acusado em outro país de ter cometido crime político. Nesse caso, o Brasil

(A) Pode conceder a extradição se João for estrangeiro.

(B) Pode conceder a extradição se João for brasileiro naturalizado e tiver cometido o crime antes da

naturalização.

(C) Não pode conceder a extradição, independentemente da nacionalidade de João.

(D) Não pode conceder a extradição apenas se João for brasileiro nato.

RESPOSTA (A) Errada. Não há extradição por crime político, nos termos do art. 5º, LII, CF/88. (B) Errada. Mesmo nesse caso, não há extradição por crime político ou de opinião, muito menos se ele fosse naturalizado. (C) Correta. Se João for estrangeiro, conforme o art. 5º, LII, CF/88, não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião. Se fosse nato, também não poderia ser extraditado. Se fosse naturalizado, só poderia ser extraditado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins (art. 5º, LI). (D) Errada. Idem, art. 5º, LII, CF/88. *Alternativa C.*

2827. **(OAB 02 – 2011)** No que tange ao direito de nacionalidade, assinale a alternativa correta.

(A) O brasileiro nato não pode perder a nacionalidade.

(B) O filho de pais alemães que estão no Brasil a serviço de empresa privada alemã será brasileiro nato caso venha a nascer no Brasil.

(C) O brasileiro naturalizado pode ser extraditado pela prática de crime comum após a naturalização.

(D) O brasileiro nato somente poderá ser extraditado no caso de envolvimento com o tráfico de entorpecentes.

RESPOSTA (A) Errada. CF, art. 12, § 4º. (B) Correta. Conforme o art. 12, I, *a*, da Constituição Federal, são **brasileiros natos** os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país. (C) Errada, CF, art. 5º, LI. (D) Errada, CF, art. 5º, LI. *Alternativa B.*

IV. Controle de Constitucionalidade

2828. **(OAB 03 – 2012)** O Estado "X" possui Lei Ordinária, que dispõe sobre regras de trânsito e transporte. Determina essa lei a instalação de cinto de segurança em veículos de transporte coletivo de passageiros, impondo penalidades em caso de descumprimento. Inconformado com este diploma legal, o Governador do Estado deseja propor ação direta de inconstitucionalidade. Neste caso, assinale a afirmativa correta.

(A) A ação não poderá ser ajuizada pelo Governador sem prévia autorização da Assembleia Legislativa do Estado X, já que se trata de ação contra lei do próprio Estado.

(B) O Governador não poderá propor a ADI, como pretende, pois a lei não possui vício de inconstitucionalidade.

(C) A lei é inconstitucional, pois viola a competência privativa da União para legislar sobre trânsito.

(D) Não haveria vício de inconstitucionalidade, caso a lei estadual tivesse *status* de lei complementar, ao invés de lei ordinária.

RESPOSTA (A) Errada. Não há, na CF, qualquer exigência de autorização legislativa para governador propor ADI. (B) Errada. A lei é inconstitucional, pois "trânsito e transporte" são de competência privativa da União (CF, art. 22, XI). (C) Correta. CF, art. 22, XI. (D) Errada. A espécie normativa não convalidaria a inconstitucionalidade, pois há um vício orgânico, ou seja, de competência constitucional para legislar. *Alternativa C.*

2829. **(OAB 03 – 2012)** João ingressa com ação individual buscando a repetição de indébito tributário, tendo como causa de pedir a inconstitucionalidade da Lei Federal "X", que criou o tributo. Sobre a demanda, assinale a afirmativa correta.

(A) João não possui legitimidade para ingressar com a demanda, questionando a constitucionalidade da Lei Federal "X", atribuída exclusivamente às pessoas e entidades previstas no art. 103 da

Constituição.

(B) Caso a questão seja levada ao Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário, e este declarar a inconstitucionalidade da Lei Federal "X" pela maioria absoluta dos seus membros, a decisão terá eficácia contra todos e efeitos vinculantes.

(C) O órgão colegiado, em sede de apelação, não pode declarar a inconstitucionalidade da norma, devendo submeter a questão ao Pleno do Tribunal ou ao órgão especial (quando houver), salvo se já houver prévio pronunciamento deste ou do plenário do STF sobre a sua inconstitucionalidade.

(D) O juiz de primeiro grau não detém competência para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, mas somente o Tribunal de segundo grau e desde que haja prévio pronunciamento do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

RESPOSTA (A) Errada. O exercício do controle difuso e incidental é permitido a qualquer pessoa que teve direito subjetivo violado. (B) Errada. As decisões do STF, em sede de controle difuso, têm, como regra, eficácia *inter partes* e não têm efeito vinculante. (C) Correta. CF, art. 97; e Súmula Vinculante 10, STF. (D) Errada. Todo juiz e todo Tribunal possuem o poder/dever de realização de controle difuso de constitucionalidade. *Alternativa C.*

2830. **(OAB 02 – 2012)** Lei estadual de iniciativa do Deputado "X" previu a criação de 300 cargos de fiscal de rendas e determinou o seu preenchimento no mesmo ano, sem indicar a previsão da receita necessária para fazer frente a tal despesa. Realizado o concurso público e depois da posse e exercício dos 100 primeiros aprovados, o Governador ajuíza ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, arguindo a invalidade do diploma legal, por vício de iniciativa e por não indicar a fonte de receita necessária. Considerando as normas existentes a respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa que indica o correto posicionamento do STF.

(A) Não terá alternativa senão declarar a inconstitucionalidade da lei, por vício de iniciativa, com efeitos *ex tunc*, e julgar de plano inválido o concurso público, determinando a exoneração de todos os fiscais aprovados e a anulação dos atos por eles praticados.

(B) Não poderá acatar os argumentos da ação direta, uma vez que o Governador foi quem autorizou a realização do concurso e deu posse aos candidatos, de modo que a ação proposta por ele mesmo viola a segurança jurídica, denotando conduta contraditória.

(C) Deverá realizar uma ponderação de princípios e poderá, ao final, decidir pela constitucionalidade da lei e pela sua manutenção no ordenamento jurídico, apesar da afronta à Constituição, caso em que julgará improcedente a ação.

(D) Poderá, ao declarar a inconstitucionalidade, e pelo voto de dois terços dos ministros, restringir os efeitos da decisão ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado, preservando os atos já praticados pelos fiscais.

RESPOSTA (A) Errada. Nos termos do art. 27, Lei n. 9.868/99, o STF poderá julgar procedente a ADI, proclamando, por exemplo, a inconstitucionalidade com eficácia *ex nunc*, de forma a preservar os atos praticados até então. (B) Errada. Não há sentido jurídico algum na assertiva. (C) Errada. Parece, a princípio, que a lei em questão é flagrantemente inconstitucional. (D) Correta. Aplicação literal do art. 27, Lei n. 9.868/99. *Alternativa D.*

2831. **(OAB 01 – 2012)** De acordo com entendimento consolidado do STF e da doutrina, qual, dentre os órgãos e entidades listados abaixo, **NÃO** precisa demonstrar pertinência temática como condição para ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade?

(A) Mesa de Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa (DF).

(B) Conselho Federal da OAB.

(C) Entidade de Classe de âmbito nacional.

(D) Confederação Sindical.

RESPOSTA A **pertinência temática** significa que o interesse na causa deve estar relacionado com as finalidades desenvolvidas por quem ajuíza a ação. Conforme o STF (ADI 3) e doutrina, o Conselho Federal da OAB é legitimado neutro ou universal e, diferentemente dos legitimados especiais, não precisa comprovar haver "pertinência temática" ao ajuizar ADI. Consequentemente, os legitimados das assertivas A, C e D **necessitam** demonstrar o nexo de pertinência entre o ato atacado e suas finalidades institucionais. *Alternativa B*.

2832. **(OAB 03 – 2011)** NÃO pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade

(A) Decreto que promulga tratado.

(B) Decreto legislativo que aprova tratado.

(C) Resolução.

(D) Súmula vinculante.

RESPOSTA (A) Errada. Cabe ADI (STF, ADI 1.480). (B) Errada. Cabe ADI (STF, ADI 1.480). (C) Errada. Resoluções são atos normativos primários, no termos do art. 59, CF/88. Portanto, sendo dotadas de abstração e generalidade, cabe ADI. (D) Correta. O STF possui entendimento (ADI 594/DF) inadmitindo controle concentrado de constitucionalidade de súmula de jurisprudência, justamente porque não se caracteriza como lei ou ato normativo. Não seria diferente com súmulas vinculantes, as quais possuem procedimento próprio de revisão. *Alternativa D*.

2833. **(OAB 03 – 2011-II)** Contra a decisão judicial que contrariar súmula vinculante ou que indevidamente a aplicar, cabe, perante o Supremo Tribunal Federal,

(A) Ação Direta de Inconstitucionalidade.

(B) Reclamação.

(C) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

(D) Mandado de Segurança.

RESPOSTA (A) Errada. CF, art. 102, I, *a*. (B) Correta. Conforme o art. 103-A, § 3º, CF/88, do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal. (C) Errada. CF, art. 102, § 1º. (D) Errada. CF, art. 5º, LXIX e LXX. *Alternativa B*.

2834. **(OAB 03 – 2011)** Suponha que o STF, no exame de um caso concreto (controle difuso), tenha reconhecido a incompatibilidade entre uma lei em vigor desde 1987 e a Constituição de 1988. Nesse caso, é correto afirmar que

(A) Após reiteradas decisões no mesmo sentido, o STF poderá editar súmula vinculante.

(B) O STF deverá encaminhar a decisão ao Senado.

(C) Os órgãos fracionários dos tribunais, a partir de então, ficam dispensados de encaminhar a questão ao pleno.

(D) A eficácia da decisão é *erga omnes*.

RESPOSTA (A) Correta. Nos termos do art. 103-A, CF/88, o STF poderá, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante. (B) Errada. Nesse caso, não há encaminhamento ao Senado Federal (CF, art. 52, X), pois se trata de recepção (ou revogação), e não de juízo de inconstitucionalidade. (C) Errada. Nesse caso, não há reserva de Plenário (CF, art. 97), pois se trata é de recepção (ou revogação), e não de juízo de inconstitucionalidade. (D) Errada. No controle difuso, a eficácia, como regra, é *inter partes*. *Alternativa A*.

2835. **(OAB 02 – 2011)** Se Governador de Estado desejar se insurgir contra súmula vinculante que, a seu juízo, foi formulada com enunciado normativo que extrapolou os limites dos precedentes que a originaram, poderá, dentro dos instrumentos processuais constitucionais existentes,

(A) Ajuizar ADI contra a súmula vinculante.

(B) Ajuizar ADPF contra a súmula vinculante.

(C) Interpor reclamação contra a súmula vinculante.

(D) Requerer o cancelamento da súmula vinculante.

RESPOSTA (A) Errada. Não cabe ADI contra súmula vinculante. (B) Errada. Não cabe ADPF contra súmula vinculante. (C) Errada. A reclamação caberia no caso de descumprimento de súmula vinculante. (D) Correta. Governador de Estado, sendo legitimado à propositura de ação direta de inconstitucionalidade, também poderá provocar o cancelamento de súmula vinculante, nos termos do art. 103-A, § 2º, CF/88. *Alternativa D.*

V. Organização do Estado

2836. **(OAB 02 – 2012)** Sabendo-se que o Município integra a Federação, assinale a afirmativa correta, à luz das normas constitucionais.

(A) O município será regido por Lei Orgânica própria, votada pela Assembleia Estadual.

(B) A organização municipal conterá previsão de eleições para mandato de cinco anos, sem reeleição.

(C) Um projeto de lei de iniciativa popular, baseado em interesse local, depende de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.

(D) O limite máximo de dez vereadores deverá ser observado para localidades com até 15.000 (quinze mil) habitantes.

RESPOSTA (A) Errada. CF, art. 29. (B) Errada. CF, art. 29, I. (C) Correta. CF, art. 29, XIII. (D) Errada. CF, art. 29, IV, *a. Alternativa C.*

2837. **(OAB 03 – 2012)** O Estado W, governado por dirigente progressista, pretende realizar uma ampla reforma agrária no seu território para melhor dividir a terra, incluindo diversos desempregados na vida produtiva, apresentando, ainda, amplo programa de financiamento das atividades agrícolas. Com essa proposta política, resolve apresentar projeto de lei, criando formas de desapropriação e inovando nos procedimentos, dando característica sumária e permitindo o ingresso nos imóveis sem pagar indenização. Quanto ao tema em foco, legislação sobre desapropriação, nos termos da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) Trata-se de competência privativa da União

(B) Trata-se de competência da União em comum com os Estados.

(C) Trata-se de competência privativa dos Estados

(D) Trata-se de competência dos Estados em comum com os Municípios.

RESPOSTA (A) Correta. CF, art. 22, II. (B) Errada, pois não consta no rol do art. 23, CF/88. (C) Errada, pois trata-se de competência privativa da União. (D) Errada, pois não se trata de competência comum do art. 23. *Alternativa A.*

2838. **(OAB 01 – 2012)** O Governador do Estado K, preocupado com o resultado da balança comercial do seu Estado, conhecido pelo setor exportador, pretende regular a importação de bens de determinados países, apresentando, nesse sentido, projeto de lei à Assembleia Legislativa. Em termos de competência legislativa, esse tema é, nos termos da Constituição Federal,

(A) dos Estados

(B) da União.

(C) do Distrito Federal

(D) dos Municípios.

RESPOSTA A CF/88 estabelece que compete privativamente à **União** legislar sobre comércio exterior e interestadual (art. 22, VIII), o que é o caso da questão, pois a importação de bens guarda relação com o comércio exterior. *Assertiva B.*

2839. **(OAB 03 – 2011-II)** O Estado X edita norma que determina a gratuidade de pagamento em estacionamentos privados sob administração de entidades empresariais. Tal lei, à luz das normas constitucionais, está sob a égide das competências do(a)

(A) Estado.

(B) Município.

(C) Distrito Federal.

(D) União.

RESPOSTA A jurisprudência do STF indica que uma lei que estabeleça gratuidade de pagamento de estacionamento, sejam públicos ou privados, é de competência privativa da União (AgI 742.679 – AgRg/RJ). *Alternativa D*.

2840. **(OAB 03 – 2011)** Assinale a alternativa que relacione corretamente o cargo político e o sistema eleitoral adotado.

(A) Governador: sistema proporcional de dois turnos.

(B) Prefeito: sistema majoritário de maioria simples para Municípios com menos de 200 mil eleitores.

(C) Congressista: sistema proporcional.

(D) Vereador: sistema distrital.

RESPOSTA (A) Errada. Governadores são eleitos pelo sistema majoritário. (B) Correta. As eleições majoritárias são utilizadas para a escolha de Presidente da República, Governadores, Senadores e Prefeitos. No caso dos prefeitos, nos Municípios com menos de 200 mil habitantes, sua eleição se dá em primeiro turno, vencendo aquele que obtiver a maior votação. (C) Errada. Depende do "congressista". Senadores são eleitos pelo sistema majoritário e os deputados pelo sistema proporcional. (D) Errada. O Brasil não adota o sistema distrital. *Alternativa B.*

2841. **(OAB 02 – 2011)** Os Estados são autônomos e compõem a Federação com a União, os Municípios e o Distrito Federal. À luz das normas constitucionais, quanto aos Estados, é correto afirmar que

(A) Podem incorporar-se entre si mediante aprovação em referendo.

(B) A subdivisão não pode gerar a formação de novos territórios.

(C) O desmembramento deve ser precedido de autorização por lei ordinária.

(D) Requer-se lei complementar federal aprovando a criação de novos entes estaduais.

RESPOSTA (A) Errada. A votação é por meio de plebiscito (CF, art. 18, § 3º). (B) A subdivisão pode gerar a formação de novos territórios (CF, art. 18, § 3º). (C) Errada. A autorização deve ser por lei complementar (CF, art. 18, § 3º). (D) Correta. De acordo com o art. 18, § 3º, CF/88, a criação de novos Estados da Federação é possível mediante lei complementar, aprovada no Congresso Nacional. *Alternativa D*.

2842. **(OAB 02 – 2011)** Lei estadual que regulamenta o serviço de mototáxi é

(A) Constitucional porque se trata de competência legislativa reservada aos Estados.

(B) Constitucional porque se trata de competência legislativa remanescente dos Estados.

(C) Inconstitucional porque se trata de competência legislativa dos Municípios.

(D) Inconstitucional porque se trata de competência legislativa privativa da União.

RESPOSTA Conforme orientação do STF, a referida lei estadual é **inconstitucional**, tendo em vista que trata de matéria cuja competência legislativa é privativa da União (ADI 3.136/MG). *Alternativa D.*

VI. Administração Pública e Agentes Públicos na Constituição Federal

2843. **(OAB 03 – 2010)** A respeito da disciplina constitucional da Administração Pública, é

correto afirmar que

(A) As funções de confiança e os cargos em comissão se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(B) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação de direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

(C) A vinculação de espécies remuneratórias no serviço público é vedada, mas admite-se a equiparação salarial entre carreiras públicas.

(D) O direito de greve é assegurado ao servidor público civil, devendo ser exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.

RESPOSTA (A) Correta. Conforme a Constituição Federal, as **funções de confiança** serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e, juntamente com os cargos em comissão, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V). (B) CF, art. 37, § 4º. (C) Art. 37, XIII. (D) Art. 37, VII (nos termos de lei específica). *Alternativa A*.

VII. Poder Legislativo

2844. **(OAB 03 – 2012)** O Congresso Nacional aprova tratados internacionais por meio de:

(A) Decreto.

(B) Resolução.

(C) Decreto-Lei.

(D) Decreto Legislativo.

RESPOSTA (A) Errada. O Decreto, regra geral, é instrumento do Poder Executivo (CF, art. 84, IV e VI). (B) Errada. A resolução é utilizada para as competências privativas da Câmara e do Senado Federal (arts. 51 e 52). (C) Errada. Os decretos-leis são do regime constitucional de 1969. (D) Correta. Dentre as competências exclusivas, por meio de decretos legislativos, encontra-se a aprovação de tratados (CF, art. 49, I). *Alternativa D.*

2845. **(OAB 03 – 2011-II)** A imunidade formal e a imunidade material consistem em prerrogativas conferidas aos ocupantes de determinados cargos públicos.

Em relação às referidas imunidades, é correto afirmar que

(A) A imunidade formal se aplica inclusive aos Vereadores.

(B) O Governador de Estado goza de imunidade formal e de imunidade material na mesma extensão que o Presidente da República.

(C) Os Vereadores gozam de imunidade material relativa às suas opiniões, palavras e votos, nos limites territoriais do Município a que estejam vinculados.

(D) A imunidade relativa à proibição de prisão impede inclusive a prisão em flagrante por crime inafiançável.

RESPOSTA (A) Errada. Vereadores não possuem imunidade processual ou formal (relativas). (B) Errada. O art. 86, § 4º, não se estende a Governadores. (C) De acordo com a Constituição Federal, art. 29, VIII, aos vereadores é garantida a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos (imunidade material) no exercício do mandato e na circunscrição do Município. (D) Errada. CF, art. 53, § 2º. *Alternativa C.*

2846. **(OAB 03 – 2011-II)** Os órgãos legislativos possuem competências definidas no texto constitucional. Sobre o tema, à luz das normas constitucionais, é correto afirmar que

(A) É competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados de qualquer natureza.

(B) O Presidente da República pode ausentar-se do país por período indefinido sem autorização do Congresso.

(C) Cabe ao Presidente do Senado aprovar o estado de defesa e o estado de sítio.

(D) Cabe ao Congresso exclusivamente sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem de delegação legislativa.

RESPOSTA (A) Errada. Nos termos do art. 49, I, somente sobre os tratados que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. (B) Errada. CF, art. 49, III. (C) Errada. CF, art. 49, IV. (D) Correta. Compete exclusivamente ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa (art. 49, V, CF/88). *Alternativa D.*

2847. **(OAB 03 – 2011-II)** Suponha que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado tenha convocado o Ministro da Fazenda para prestar pessoalmente informações sobre assunto relativo à política econômica adotada pelo governo federal. Nesse caso,

(A) A convocação só poderia ser feita pelo Senado, e não por uma de suas comissões.

(B) A convocação é inconstitucional, pois a Comissão só poderia encaminhar pedido escrito de informações ao Ministro, mas não sua presença pessoal.

(C) A convocação é constitucional, e a ausência injustificada do Ministro importaria crime de responsabilidade.

(D) A convocação é constitucional, mas a ausência (mesmo que injustificada) do Ministro não importa crime de responsabilidade.

RESPOSTA (A) Errada, nos termos do art. 50, § 2º. (B) Errada, nos termos do art. 50, § 2º. (C) Correta. A convocação de ministros de Estado tem previsão constitucional, e sua ausência injustificada importa em crime de responsabilidade, conforme o art. 50, § 2º, CF/88. (D) Errada, nos termos do art. 50, § 2º. *Alternativa C.*

VIII. Processo Legislativo

2848. **(OAB 02 – 2012)** O Presidente da República encaminhou ao Senado Federal projeto de Lei Ordinária para provimento de cargos de servidores da União. Após os debates, o projeto foi aprovado pelo plenário do Senado Federal e, em seguida, encaminhado para a Câmara dos Deputados que, em apenas um turno de discussão e votação, o aprovou e o enviou ao Presidente da República, que o sancionou. Sobre o fato acima, assinale a afirmativa correta.

(A) A lei é inconstitucional, pois a iniciativa de projetos de lei para provimento de cargos de servidores da União é da Câmara dos Deputados.

(B) A discussão e a votação do projeto deveriam ter se iniciado na Câmara dos Deputados, havendo, por isso, vício no processo legislativo.

(C) A ocorrência de dois turnos de discussão e votação do projeto de lei ordinária, pressuposta no adequado processo legislativo, não ocorreu no caso narrado.

(D) A lei é constitucional, pois o processo legislativo foi hígido.

RESPOSTA (A) Errada. A iniciativa é mesmo do Presidente da República (CF, art. 61, § 1º, II, *a*). (B) Correta. CF, art. 64. (C) Errada. CF, art. 65. (D) Errada, pois houve vício formal na tramitação. *Alternativa B.*

2849. **(OAB 02 – 2012)** A Assembleia Legislativa do Estado “M”, verificando que o Estado jamais regulamentou a aposentadoria especial dos servidores públicos cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (art. 40, § 4º, III da Constituição da República), edita lei complementar, de iniciativa do deputado “X”, que determina a

aplicação dos mesmos critérios aplicados aos trabalhadores da iniciativa privada (previstos na Lei n. 8.213/91). O Governador do Estado sanciona a lei, que é publicada dias depois. Sobre o caso concreto apresentado, assinale a afirmativa correta.

(A) Há vício de iniciativa, devendo a regulamentação do regime dos servidores públicos ser estabelecida em lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo – no caso, o Governador do Estado.

(B) Ainda que houvesse vício de iniciativa, a sanção pelo Governador do Estado supre tal vício, uma vez que se considera que a autoridade originalmente atribuída do poder de iniciativa ratificou as disposições da lei.

(C) Não há vício de iniciativa, pois as matérias com reserva de iniciativa são somente aquelas que devem ser tratadas por meio de lei ordinária; as leis complementares, pela exigência de *quorum* qualificado, podem ser encaminhadas pelo Poder Executivo ou pelo Legislativo.

(D) Somente existe vício de iniciativa se não tiver havido tempo razoável para o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa o projeto de lei. Diante da inércia do Governador por diversos anos, pode a Assembleia suprir a mora, elaborando o projeto.

RESPOSTA (A) Correta (CF, art. 61, § 1º, II, *c*, por *simetria*). (B) Sanção presidencial a projeto de lei não supre vício de iniciativa (STF, ADI 700). (C) Não há sentido jurídico justificador da assertiva. (D) Não há sentido jurídico justificador da assertiva. *Alternativa A.*

2850. (OAB 01 – 2012) As Emendas Constitucionais possuem um peculiar sistema de iniciativa. Assim, revela-se correto afirmar que poderá surgir projeto dessa espécie normativa por proposta de:

(A) mais de dois terços das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, sendo que, em cada uma delas, deve ocorrer a unanimidade de votos.

(B) mais de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, sendo que, em cada uma delas, deve ocorrer a maioria simples de votos.

(C) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, sendo que, em cada uma delas, deve ocorrer a maioria relativa de votos.

(D) mais de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, sendo que, em cada uma delas, deve ocorrer a unanimidade de votos.

RESPOSTA (A) Errada. CF, art. 60, III. (B) Errada. CF, art. 60, III. (C) Correta. De acordo com o art. 60, II, CF/88, a **Constituição** poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. (D) Errada. CF, art. 60, III. *Alternativa C*.

2851. (OAB 03 – 2011-II) Em relação ao processo legislativo, é correto afirmar que

(A) A emenda a um projeto de lei ordinária torna necessário o retorno à casa iniciadora, ainda que se trate de correção redacional.

(B) O vício de iniciativa pode ser sanado pela sanção presidencial nos projetos de lei de iniciativa privativa do presidente.

(C) Rejeitada a medida provisória pelo Congresso Nacional, este deverá disciplinar as situações jurídicas constituídas durante a vigência da Medida Provisória por meio de decreto legislativo.

(D) A Constituição da República Federativa do Brasil veda expressamente a abertura de créditos extraordinários por meio de medida provisória.

RESPOSTA (A) Errada. Emendas meramente de natureza formal não impõem retorno à Casa iniciadora. (B) O STF assentou que a sanção presidencial não convalida vício de iniciativa (ADI 700). (C) Correta. No caso de rejeição de medida provisória pelo Congresso Nacional, a ele incumbe editar decreto legislativo para regular as situações jurídicas constituídas na vigência da

medida (art. 62, § 11, CF/88). (D) Errada. CF, art. 62, § 1º. *Alternativa C.*

2852. **(OAB 02 – 2011)** A iniciativa popular é uma das formas de exercício da soberania previstas na Constituição da República. O projeto de lei resultante de iniciativa popular deve

(A) Ser dirigido à Mesa do Congresso Nacional.

(B) Ser subscrito por, no mínimo, 2% do eleitorado nacional.

(C) Ser subscrito por eleitores de cinco Estados da Federação.

(D) Dispor sobre matéria de lei ordinária.

RESPOSTA (A) Errada. A apresentação far-se-á à Câmara dos Deputados (CF, art. 61, § 2º). (B) Errada. A subscrição é de, no mínimo, 1% do eleitorado (CF, art. 61, § 2º). (C) Correta. Aplicação direta do art. 61, § 2º, CF/88. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles. (D) Errada. Não há impedimento de iniciativa popular no campo material de outros atos normativos. *Alternativa C.*

IX. Poder Executivo

2853. **(OAB 02 – 2012)** Pode o Presidente da República editar medida provisória contrária à súmula vinculante editada pelo STF?

(A) Não, pois o STF é o guardião da Constituição.

(B) Não, pois a súmula vincula todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

(C) Sim, pois a súmula vincula a Administração Pública, mas não o chefe do Poder Executivo.

(D) Sim, pois o Presidente da República estaria, nesse caso, exercendo função legislativa.

RESPOSTA Não há impedimento constitucional expresso à edição de medida provisória contraria a súmula vinculante, especialmente por estar exercendo função legislativa e não propriamente administrativa. Além disso, lembre-se que, por ter apenas "força de lei," a MP possui vocação para ser convertida em lei, ou seja, através de regular processo legislativo empreendido pelo Congresso Nacional. Ocorre que, pelo art. 103-A, CF/88, o efeito vinculante das súmulas não atinge o Poder Legislativo. *Alternativa D.*

2854. **(OAB 01 – 2012)** Em caso de vacância dos cargos de Presidente da República e Vice-Presidente da República no penúltimo ano de mandato,

(A) o Presidente da Câmara dos Deputados assume definitivamente o cargo.

(B) o Presidente do Senado Federal assume definitivamente o cargo.

(C) far-se-á nova eleição direta.

(D) far-se-á eleição indireta, pelo Congresso Nacional.

RESPOSTA É o caso de aplicação direta do art. 81, § 1º, CF/88. Quando a **vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República** ocorrer nos dois últimos anos de mandato, será realizada eleição pelo Congresso Nacional, trinta dias após a última vacância. Portanto, as alternativas A, B e C estão erradas. *Alternativa D*.

2855. **(OAB 02 – 2011)** No processo de impedimento do Presidente da República, ocorre a necessidade de preenchimento de alguns requisitos.

Com base nas normas constitucionais, é correto afirmar que

(A) A Câmara autoriza a instauração do processo pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.

(B) O julgamento ocorre pelo Senado Federal, cuja decisão deverá ocorrer pela maioria simples.

(C) Condenado o Presidente, cumprirá sua pena privativa de liberdade em regime semiaberto.

(D) No julgamento ocorrido no Senado, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA (A) Errada. CF, art. 51, I (2/3). (B) Errada. CF, art. 52, parágrafo único (2/3). (C) Errada. Nos crimes de

responsabilidade, não há aplicação de pena privativa da liberdade (CF, art. 52, parágrafo único). (D) Correta. Compete ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, funcionando como Presidente o do STF, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções cabíveis (art. 52, parágrafo único). *Alternativa D*.

X. Poder Judiciário

2856. **(OAB 02 – 2012)** No intuito de garantir o regular exercício da prestação jurisdicional, a Constituição da República conferiu aos magistrados algumas prerrogativas. A respeito dessas prerrogativas, assinale a afirmativa correta.

(A) A inamovibilidade pode ser excepcionada no caso de relevante interesse público e desde que a remoção seja aprovada pela maioria absoluta do tribunal ou do CNJ.

(B) A irredutibilidade de subsídios consiste na impossibilidade de redução do poder aquisitivo do subsídio do magistrado e não somente do seu valor nominal.

(C) O magistrado, apesar da vitaliciedade, pode perder o cargo por decisão administrativa da maioria absoluta do tribunal ou do CNJ.

(D) A aposentadoria dos magistrados seguirá regime jurídico diverso daquele aplicável aos servidores públicos em geral.

RESPOSTA (A) Correta. CF, art. 95, II, c/c art. 93, VIII. (B) Errada. CF, art. 95, III. (C) Errada. CF, art. 95, I. (D) Errada. CF, art. 93, VI. *Alternativa A.*

2857. **(OAB 02 – 2012)** A competência para processar e julgar originariamente Governador de Estado por crime comum é do

(A) Supremo Tribunal Federal.

(B) Superior Tribunal de Justiça.

(C) Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

(D) Juízo Criminal da capital onde se situa o Tribunal de Justiça do Estado respectivo.

RESPOSTA Aplicação direta do art. 105, I, *a*, CF/88. *Alternativa B.*

2858. **(OAB 01 – 2012)** Esculápio da Silva, advogado, candidata-se à vaga destinada ao Quinto Constitucional no Tribunal de Justiça do Estado W, logrando obter aprovação, é nomeado pelo Governador do Estado. Um ano após, candidata-se à vaga surgida pela aposentadoria de Desembargador estadual no Superior Tribunal de Justiça, vindo a ser escolhido. Diante de tal enunciado, revela-se correto afirmar:

(A) No Superior Tribunal de Justiça existem vagas destinadas a Desembargador oriundo dos Tribunais de Justiça, desde que magistrados de carreira.

(B) A divisão de vagas no Superior Tribunal de Justiça permite o ingresso através de três origens: Desembargadores estaduais, Juízes dos Tribunais Regionais Federais e Advogados.

(C) O Advogado oriundo do Quinto Constitucional nos Tribunais de Justiça concorre como magistrado para ocupar vagas no Superior Tribunal de Justiça.

(D) O ocupante do Quinto Constitucional poderá concorrer à vaga existente no Superior Tribunal de Justiça na vaga destinada aos advogados.

RESPOSTA (A) Errada. CF, art. 104, parágrafo único, I. (B) Errada. CF, art. 104, parágrafo único, II (MP). (C) Correta. O ingresso no STJ se dá pelas seguintes origens: desembargadores dos TRFs e dos TJs, advogados e membros do MP federal, estadual, Distrito Federal e Territórios. Note-se que aquele advogado que ingressou no TJ ou TRF de origem pela vaga do quinto

constitucional, para ingressar no STJ, deverá concorrer nas vagas destinadas aos Desembargadores de TRF ou TJ. (D) Errada. CF, art. 104, parágrafo único, I. *Alternativa C*.

XI. Funções Essenciais à Justiça

2859. **(OAB 03 – 2011-II)** A respeito da Advocacia Pública, assinale a alternativa correta.

(A) São princípios institucionais das Procuradorias dos Estados a unidade e a indivisibilidade. Como consequência, é inconstitucional lei estadual que crie Procuradoria-Geral para consultoria, assessoramento jurídico e representação judicial da Assembleia Legislativa.

(B) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de 35 anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta do Senado Federal.

(C) Aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, que ingressarem na carreira mediante concurso público, é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação periódica de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das Corregedorias.

(D) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União não caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

RESPOSTA (A) Errada. Os princípios citados são do Ministério Público (CF, art. 127, § 1º). (B) Errada. O AGU é cargo de livre nomeação (CF, art. 131, § 1º). (C) Correta. De acordo com o art. 132, parágrafo único, CF/88, aos procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das Corregedorias. (D) Errada. Justamente ao contrário do afirmado (CF, art. 131, § 3º). *Alternativa C*.

2860. **(OAB 03 – 2011)** A respeito dos Procuradores-Gerais de Justiça nos Estados e no Distrito Federal, é INCORRETO afirmar que

(A) Podem ser destituídos pela Assembleia Legislativa (nos Estados) e pela Câmara Legislativa (no Distrito Federal).

(B) Podem ser reconduzidos somente uma vez.

(C) Devem ser integrantes da carreira e exercem o cargo por mandato de dois anos.

(D) São nomeados pelo Governador (nos Estados) e pelo Presidente da República (no Distrito Federal).

RESPOSTA (A) Incorreta. Conforme o art. 128, § 4º, CF/88, os Procuradores-Gerais de Justiça nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva. (B) Correta. CF, art. 128, § 3º. (C) Correta. CF, art. 128, § 3º. (D) Correta. CF, art. 128, § 3º. *Alternativa A*.

XII. Ordem Social

2861. **(OAB 03 – 2012)** Com relação às diretrizes e normas constitucionais referentes à prestação da saúde, assinale a afirmativa correta.

(A) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

(B) Ao sistema único de saúde compete, dentre outras atribuições, colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

(C) É admitida a participação indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no

País, independentemente de previsão legal.

(D) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito privado, vedada qualquer preferência ou distinção entre elas.

RESPOSTA (A) Errada. CF, art. 199, § 2º. (B) Correta. CF, 200, VIII. (C) Errada. CF, art. 199, § 3º. (D) CF, art. 199, § 1º. *Alternativa B.*

Bibliografia

- BARROSO, Luís Roberto. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BURDEAU, Georges. *Traité de science politique*. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, 1949. 7 vols.
- GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. *Ação afirmativa e princípio da igualdade*: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ______; ______; ______. *Curso de direito constitucional*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MIRANDA, Jorge. *Manual de direito constitucional*. Coimbra: Editora Coimbra, 1988. t. II.
- MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. *Interpretação constitucional e direitos fundamentais*: uma contribuição ao estudo das restrições aos direitos fundamentais na perspectiva da teoria dos princípios. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- PIVA, Otávio. *Comentários ao art. 5º da Constituição Federal de 1988 e teoria dos direitos fundamentais*. 3. ed. São Paulo: Método, 2009.
- SARLET, Ingo W.; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: RT, 2012.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

DIREITO DO CONSUMIDOR

TATIANA MARCELLO

Advogada. Especialista em Processo Civil pela UCB. Especialista em Direito de Família Contemporâneo e Mediação pela Esade. Professora na Pós-Graduação da Faculdade IMED. Professora nos cursos preparatórios: IDC, A Casa do Consurseiro, CENC e *Vade Mecum*. Coautora das obras *Passe na OAB 1ª Fase* – Questões Comentadas; *Manual de dicas* – 1ª Fase OAB; *Coleção Passe em Concursos Públicos* – Questões Comentadas – Advocacia Pública 1 e 2 e Defensoria Pública, Vol. Analistas de Tribunais; *Manual de dicas* – Advocacia Pública e Defensoria Pública, Vol. Delegado de Polícia, todas da Editora Saraiva, e de outros livros jurídicos.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	105
FCC	50
OUTRAS BANCAS	91
OAB/FGV	12

I. Disposições Gerais, Princípios e Direitos Básicos

2862. **(Juiz – TRF-5 – 2012 – CESPE)** À luz do CDC, assinale a opção correta.

(A) Para os efeitos do CDC, não se considera fornecedor a pessoa jurídica pública que desenvolva atividade de produção e comercialização de produtos ou prestação de serviços.

(B) Entes despersonalizados, ainda que desenvolvam atividades de produção, montagem, criação ou comercialização de produtos, não podem ser considerados fornecedores.

(C) Qualquer pessoa prejudicada por publicidade enganosa pode, em princípio, buscar indenização, mesmo não tendo contratado nenhum serviço.

(D) Pessoa jurídica que compre bens para revendê-los é considerada consumidora.

(E) Pessoa física que alugue imóvel particular, por meio de contrato, é considerada fornecedora, para efeitos legais.

RESPOSTA As *pessoas expostas às práticas comerciais* (entre elas, a publicidade enganosa) equiparam-se a consumidores, podendo buscar a reparação de dano nos termos do CDC (art. 29, CDC). *Alternativa C*.

2863. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Considerando as características do CDC, os princípios aplicáveis ao direito do consumidor bem como os integrantes da relação de consumo, assinale a opção correta.

(A) Segundo a corrente maximalista ou objetiva, consumidor é o não profissional, ou seja, aquele que adquire ou utiliza um produto para uso próprio ou de sua família.

(B) Consoante o que postula a corrente finalista ou subjetiva, o destinatário final é o destinatário fático, pouco importando a destinação econômica do bem ou a finalidade lucrativa daquele que adquire o produto ou o serviço.

(C) O STJ adota, em regra, a teoria finalista, mas, em casos em que reste evidente a vulnerabilidade do adquirente do produto ou serviço, adota a teoria maximalista, preferindo alguns autores denominá-la, nesses casos, de teoria finalista mitigada, atenuada ou aprofundada.

(D) Embora não previsto expressamente no CDC, o princípio da vulnerabilidade é considerado pela doutrina consumerista como um pilar do direito do consumidor.

(E) O direito do consumidor é sub-ramo do direito privado e, em razão da sua especificidade, todos os direitos e garantias dos consumidores estão exclusivamente previstos no CDC.

RESPOSTA STJ – REsp 1.195.642/RJ (o STJ adota a chamada *teoria finalista*, mas de forma atenuada (mitigada), considerando-se os casos em que reste evidente a vulnerabilidade do adquirente, o que acaba se aproximando mais da *teoria maximalista*). *Alternativa C.*

2864. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção que não está de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

(A) É direito do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, incluindo-se a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando ele for hipossuficiente.

(B) O consumidor tem direito à modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais, mas não à revisão delas em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

(C) É direito do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, o que inclui a especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço e a explicitação dos riscos relacionados a produtos e serviços.

(D) O consumidor tem direito à efetiva reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

RESPOSTA (A) Art. 6º, VIII, CDC. (B) Art. 6º, V, CDC (são direitos básicos tanto a *modificação* quanto a *revisão* das cláusulas). (C) Art. 6º, III, CDC. (D) Art. 6º, VI, CDC. *Alternativa B*.

2865. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** A respeito dos integrantes e do objeto da relação de consumo, assinale a opção correta.

(A) As normas consumeristas são aplicáveis à relação decorrente do serviço de fornecimento de água e esgoto, aos contratos de previdência privada e à relação estabelecida entre condomínio e condôminos.

(B) Considera-se serviço qualquer atividade – salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista – fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, o que inclui as atividades de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária.

(C) A corrente maximalista ou objetiva considera consumidor o "não profissional", ou seja, de acordo com essa corrente, consumidor é somente aquele que adquire ou utiliza um produto para uso próprio ou de sua família.

(D) Segundo a corrente finalista ou subjetiva, o destinatário final é o destinatário fático, não importando a destinação econômica dada ao bem nem se aquele que adquire o produto ou o serviço tem, ou não, finalidade de lucro.

(E) Conforme entendimento pacificado pela jurisprudência do STJ, deve-se sempre adotar, considerando-se o disposto no CDC, a teoria finalista, independentemente de restar evidenciada a vulnerabilidade do adquirente do produto ou serviço.

RESPOSTA (A) Art. 3º, § 2º, CDC (a relação *condomínio X condôminos* não é de consumo). (B) Art. 3º, § 2º, CDC. (C) e (D) Os conceitos das correntes estão trocados. (E) Atualmente, o STJ adota a chamada corrente *finalista mitigada*, ou seja, em regra o consumidor é aquele que adquire o produto ou serviço para uso próprio ou de sua família; no entanto, é possível que o adquirente intermediário seja considerado consumidor se, no caso concreto, restar evidenciada sua vulnerabilidade (STJ – REsp 1.195.642/RJ). *Alternativa B*.

2866. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** Acerca dos direitos e princípios que devem ser aplicados na defesa do consumidor, assinale a opção correta de acordo com os regramentos estabelecidos pelo CDC.

(A) Nos contratos de consumo, impõem-se, na fase de formação, mas não na de execução, a transparência e a boa-fé, a fim ser compensada a vulnerabilidade do consumidor.

(B) É direito básico unilateral do consumidor a revisão de cláusula contratual excessivamente onerosa decorrente de fatos supervenientes, o que acarreta, como regra, a resolução do contrato celebrado.

(C) Pelo princípio da *restitutio in integrum*, o contrato de consumo pode estabelecer limitações ou tarifamento para a indenização por prejuízo moral ou material, desde que razoável e proporcional.

(D) Conforme o princípio da coibição e repressão de práticas abusivas, o fornecedor, com o objetivo legítimo de aumentar suas vendas, pode valer-se de marca que se assemelhe a outra marca famosa.

(E) O princípio da vulnerabilidade estabelece que todo e qualquer consumidor é a parte mais fraca da relação de consumo, sendo tal presunção absoluta.

RESPOSTA Pelo *Princípio da Vulnerabilidade* (art. 4º, I, CDC), *todo* consumidor é presumidamente parte mais fraca na relação

de consumo, não se admitindo análise ou prova em contrário, por se tratar de presunção absoluta. *Alternativa E.*

2867. (Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE) De acordo com o previsto no CDC, constitui direito básico do consumidor

(A) a modificação de cláusulas contratuais que estabeleçam prestações excessivamente onerosas e que acarretem extrema vantagem para uma das partes no caso de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis.

(B) a garantia de responsabilidade solidária no que se refere a ofensas cometidas por mais de um autor, caso em que todos os envolvidos deverão responder pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo, de acordo com sua culpabilidade.

(C) a adequada, eficaz e contínua prestação dos serviços públicos em geral.

(D) a facilitação da defesa dos seus direitos de consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, no âmbito civil, quando o juiz julgar procedente a alegação ou quando o consumidor for considerado necessitado, de acordo com as regras ordinárias de experiência.

(E) o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

RESPOSTA Art. 6º, CDC. *Alternativa E.*

2868. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) À luz do CDC, assinale a opção correta.

(A) As normas de direito material previstas no CDC refletem em todo o sistema jurídico, incidindo, inclusive, em relações jurídicas que não sejam de consumo.

(B) A defesa do consumidor é um princípio fundamental da ordem econômica.

(C) A vulnerabilidade do consumidor, prevista no CDC, não guarda relação com a aplicação do princípio da igualdade, expresso na CF.

(D) O CDC não possui autonomia como estatuto jurídico regulador das relações de consumo, funcionando apenas como uma lei principiológica.

(E) Embora constituído por um conjunto de normas jurídicas de ordem pública e de interesse social, o CDC não prevalece sobre lei especial, ainda que prejudicial ao consumidor.

RESPOSTA Art. 170, V, CF (a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando-se, entre outros princípios, a defesa do consumidor). *Alternativa B.*

2869. (Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE) No CDC – Lei n. 8.078/1990 –, consta expressamente o conceito de consumidor e de fornecedor, os denominados elementos subjetivos da relação jurídica de consumo. Entretanto, nem sempre é possível certificar-se da existência de relação de consumo somente pela análise literal dos artigos do CDC, de modo que o julgador deve conhecer o entendimento dominante dos tribunais superiores. Segundo a jurisprudência do STJ, o CDC se aplica a

(A) contrato de cooperação técnica entre empresas de informática, contrato de franquia e envio de produto gratuito como brinde.

(B) pagamento de contribuição de melhoria, crédito educativo custeado pelo Estado ao aluno e relação travada entre condomínio e condôminos.

(C) contrato de locação, perícia judicial e contrato de trabalho.

(D) serviços notariais, contrato de serviços advocatícios e contrato de plano de saúde.

(E) serviço de fornecimento de água e esgoto, contrato bancário e contrato de previdência privada.

RESPOSTA Art. 22, CDC; Súmulas 297 e 321, STJ. *Alternativa E.*

2870. (Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE) De acordo com a jurisprudência do STJ, aplicam-se as regras do CDC a

(A) contrato de locação, perícia judicial e serviços notariais.

(B) serviço de fornecimento de água e esgoto, contrato de previdência privada e contrato de plano de saúde.

(C) crédito educativo custeado pelo Estado ao aluno, relação travada entre condomínio e condôminos e contrato de franquia.

(D) contrato de serviços advocatícios, contrato de trabalho e envio de produto gratuitamente como brinde.

(E) pagamento de contribuição de melhoria, contrato de cooperação técnica entre empresas de informática e contrato bancário.

RESPOSTA Art. 22, CDC; Súmulas 321 e 469, STJ. *Alternativa B.*

2871. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) Em relação ao consumidor e ao fornecedor, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o CDC, entes desprovidos de personalidade jurídica não podem ser considerados fornecedores.

(B) De acordo com a legislação brasileira, pessoa jurídica estrangeira que pretenda atuar como fornecedora no Brasil deve ter sede instalada no país.

(C) O CDC conceitua, de forma taxativa, o consumidor como a pessoa natural destinatária do produto ou serviço.

(D) Considera-se consumidor a pessoa que adquire o produto ou o serviço ou, ainda, a que, não o tendo adquirido, o utiliza.

(E) O CDC prevê que se considere consumidor quem adquire produto como intermediário do ciclo de produção.

RESPOSTA Art. 2º, CDC (consumidor é toda pessoa *física* ou *jurídica* que *adquire* ou *utiliza* produto ou serviço como *destinatário final*). *Alternativa D.*

2872. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) Com base nos princípios relacionados ao direito do consumidor, assinale a opção correta.

(A) A prevenção e a reparação dos danos dizem respeito apenas aos direitos dos consumidores individuais, conforme previsão legal.

(B) O CDC autoriza a intervenção direta do Estado no domínio econômico, para garantir a proteção efetiva do consumidor.

(C) Apesar de não estar expressamente previsto no CDC, o dever de informação é um princípio fundamental nas relações de consumo.

(D) Práticas abusivas que, adotadas pelo fornecedor, atinjam exclusivamente direitos subjetivos do consumidor não são consideradas ilícitas pela legislação que regula as relações de consumo.

(E) Em razão da natureza jurídica da relação de consumo, a desproporcionalidade entre as prestações enseja rescisão do contrato, não sendo possível a revisão de cláusulas contratuais.

RESPOSTA Art. 4º, II, CDC (um dos princípios básicos do direito do consumidor é o da *ação governamental no sentido de*

protegê-lo efetivamente). *Alternativa B*.

2873. (Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE) A respeito das características e princípios do CDC e da Política Nacional das Relações de Consumo, assinale a opção correta.

(A) Consoante os princípios da transparência e da informação, o fornecedor responderá tanto pela informação inverídica quanto pela falta de informação a respeito do produto ou serviço e da correta utilização do produto.

(B) Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com diversos instrumentos, entre os quais se destaca a manutenção de assistência jurídica integral e gratuita para os consumidores lesados, independentemente de sua situação econômico-financeira.

(C) O princípio da boa-fé, previsto no CDC, tem caráter subjetivo, pois expressa um comportamento caracterizado pelo erro ou pela ignorância, para o estabelecimento do equilíbrio nas relações de consumo.

(D) Os direitos previstos no CDC excluem, em razão da sua especificidade, outros decorrentes de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como os que derivem dos princípios gerais do direito, da analogia, dos costumes e da equidade.

(E) O princípio da vulnerabilidade, ou da hipossuficiência, não previsto expressamente no CDC, divide-se em quatro espécies: técnica, jurídica, fática e informacional.

RESPOSTA O *princípio da transparência e da informação*, previsto no art. 4º, IV, CDC, e indicado como direito básico do consumidor no art. 6º, III, CDC, contempla que a informação deve ser adequada e clara, tanto em relação aos diferentes produtos e serviços como sobre os riscos que apresentem, de forma que o fornecedor responderá também pela falta de informação sobre o produto ou serviço e sua correta utilização (arts. 12 e 14, *caput*, CDC). *Alternativa A*.

2874. (Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE) O CDC prevê como instrumentos para a realização da política de consumo a participação de diversos órgãos públicos e entidades privadas, bem como o incremento de vários institutos. Determina o CDC que o esforço seja nacional, com a integração dos mais diversos segmentos que têm contribuído para a evolução da defesa do consumidor no Brasil. Em face dessas informações, assinale a opção correta a respeito do SNDC e dos demais órgãos que o compõem.

(A) Compete ao DNDC, entre outras atribuições, instaurar inquérito policial ou civil para apurar crime ou lesão aos consumidores, assim como ajuizar ação cominatória contra os infratores das normas consumeristas.

(B) O Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, programa que integra em rede as ações e informações da defesa do consumidor, representa o trabalho do coordenador do SNDC e dos PROCONs integrados, formando um todo harmônico para a proteção estratégica e qualificada dos consumidores brasileiros.

(C) Os PROCONs, órgãos oficiais locais criados, na forma da lei, para exercitar as atividades previstas no CDC e no Decreto n. 2.181/1997, atuam junto à comunidade, subordinados hierarquicamente ao DNDC, prestando atendimento direto aos consumidores.

(D) Para a consecução de seus objetivos, o DNDC poderá requisitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnico-científica, configurando crime tipificado no CDC a omissão do requisitado.

(E) O SNDC é a conjugação de esforços do Estado, nas diversas unidades da Federação, para a implementação efetiva dos direitos do consumidor e para o respeito da pessoa humana na relação de consumo, sendo vedada, em face do princípio da livre concorrência, a participação de entidades

privadas no referido sistema.

RESPOSTA De acordo com a conceituação trazida pelo Ministério da Justiça (portal.mj.gov.br), o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), na linha do que determinam os arts. 105 e 106, CDC, é uma política pública que, por meio de um conjunto de soluções tecnológicas, representa um eixo fundamental de integração do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) e de fortalecimento da ação coordenada e harmônica entre seus órgãos. *Alternativa B*.

2875. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** No que se refere ao campo de aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção correta.

(A) O conceito de consumidor restringe-se às pessoas físicas que adquirem produtos como destinatárias finais da comercialização de bens no mercado de consumo.

(B) O conceito de fornecedor envolve o fabricante, o construtor, o produtor, o importador e o comerciante, os quais responderão solidariamente sempre que ocorrer dano indenizável ao consumidor.

(C) O conceito de produto é definido como o conjunto de bens corpóreos, móveis ou imóveis, que sejam oferecidos pelos fornecedores para consumo pelos adquirentes.

(D) O conceito de serviço engloba qualquer atividade oferecida no mercado de consumo, mediante remuneração, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

RESPOSTA (A) Art. 2º, CDC (pessoas *físicas* ou *jurídicas*). (B) Arts. 12 e 13, CDC (em regra, o *comerciante* não responde por dano indenizável). (C) Art. 3º, § 1º, CDC (o conceito inclui bens *corpóreos* e *incorpóreos*). (D) Art. 3º, § 2º, CDC. *Alternativa D*.

2876. **(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE)** A respeito do direito do consumidor, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

Entende-se por serviço qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, desde que disponibilizada mediante remuneração direta, incluindo-se as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, com exceção das decorrentes das relações de caráter trabalhista.

RESPOSTA A *remuneração* mencionada no conceito de serviço (art. 3º, § 2º, CDC) compreende a *direta* e a *indireta*, ou seja, aquela aparentemente gratuita, mas que está embutida no preço do serviço ou produto ou então serve para atrair clientes (ex.: serviço de frete “gratuito” na compra de um produto). *Errada*.

2877. **(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE)** Considerando que um avião comercial tenha caído em área residencial brasileira, julgue o item subsequente.

Na situação considerada, são consumidores por equiparação as pessoas físicas ou jurídicas que, mesmo sem terem sido partícipes da relação de consumo, foram atingidas em sua saúde ou segurança em virtude da queda da aeronave.

RESPOSTA No caso narrado, as pessoas são consideradas *consumidoras por equiparação*, pois, mesmo não tendo participado da relação, acabaram sendo *vítimas de um acidente de consumo* (art. 17, CDC). *Certa*.

II. Da Qualidade de Produtos e Serviços,da Prevenção e da Reparação de Danos

2878. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Com relação ao que dispõe o CDC acerca da prescrição e da decadência, e ao entendimento do STJ a esse respeito, assinale a opção correta.

(A) Inicia-se a contagem do prazo prescricional para a reclamação contra vício constatado em produto ou serviço a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

(B) Obsta a decadência a reclamação formal formulada pelo consumidor perante a autoridade

administrativa competente.

(C) O prazo prescricional para a reparação de danos causados por fato do produto aos consumidores é de cinco anos, em se tratando de produtos duráveis, e de três anos, no caso de produtos não duráveis.

(D) O prazo de decadência para a reclamação por vícios do produto não corre durante o período de garantia contratual em cujo curso o produto tenha sido reiteradamente apresentado com defeitos ao fornecedor, desde o primeiro mês da compra.

(E) O consumidor que adquirir produto durável viciado perderá o direito de reclamar pelos vícios aparentes e de fácil constatação decorridos trinta dias da data de aquisição do bem.

RESPOSTA STJ – REsp 547.794/PR, "O prazo de decadência para a reclamação de vícios do produto (art. 26 do CDC) não corre durante o período de garantia contratual, em cujo curso o veículo foi, desde o primeiro mês da compra, reiteradamente apresentado à concessionária com defeitos". *Alternativa D*.

2879. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Considerando que o aparelho celular novo adquirido por determinado consumidor, em um supermercado, pelo valor de R$ 800,00, pago à vista, tenha parado de funcionar após cinquenta dias de uso e que esse consumidor tenha, então, solicitado, nesse mesmo supermercado, a troca imediata do produto ou a devolução do valor pago, assinale a opção correta à luz das normas que regem as relações de consumo.

(A) A troca do celular ou a devolução do valor pago pelo supermercado somente pode ser exigido no prazo legal de arrependimento, que é de sete dias, contado da venda.

(B) O direito do consumidor de reclamar do defeito no aparelho caducou, pois ele não o exerceu no prazo legal de trinta dias.

(C) O consumidor tem direito à substituição imediata do celular, uma vez que, em razão da extensão do vício, houve o comprometimento das características do aparelho.

(D) Na hipótese de não sanar o defeito e não ter, em estoque, outro aparelho da mesma marca e modelo, o supermercado poderá, mediante autorização do consumidor, substituir o celular defeituoso por outro de marca ou modelo diverso, com a complementação ou restituição de eventual diferença de preço.

(E) O consumidor não poderia acionar judicialmente o supermercado, porque, nesse caso, a responsabilidade é exclusiva do fabricante.

RESPOSTA Trata-se de *vício* do produto, cuja responsabilidade dos fornecedores é *solidária*. Nesse caso (bem durável), o consumidor tem o prazo de 90 dias para reclamar (art. 26, CDC), sendo que o fornecedor terá o prazo de 30 dias para sanar o vício. Não sendo sanado o vício no prazo legal, poderá o consumidor optar, entre outras hipóteses, pela trazida na *alternativa D* (art. 18, CDC). *Alternativa D*.

2880. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Em 19/7/2011, Eduardo adquiriu, em uma concessionária, um veículo automotor novo, no valor de R$ 60.000,00, pago a vista. No momento da entrega do carro, Eduardo solicitou que fosse retirado da parte traseira da tampa do porta-malas o adesivo do nome fantasia da concessionária, que havia ali sido colado sem a sua autorização. Eduardo constatou, imediatamente após a retirada do adesivo, que, na área onde o adesivo tinha sido colado, havia um defeito na pintura. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta à luz das normas que regem as relações de consumo.

(A) Nesse caso, a culpa pelo vício é exclusiva da concessionária; por isso, Eduardo não poderá acionar judicialmente a montadora.

(B) Eduardo deve apresentar reclamação formal à concessionária e à montadora e aguardar a solução

do vício no prazo de trinta dias, sendo vedado às partes convencionar prorrogação.

(C) Caso, após conserto na pintura, a tampa do porta-malas reste com tonalidade diferente da do restante da lataria do veículo e, por essa razão, haja diminuição de seu valor de mercado, Eduardo poderá obter judicialmente a troca do carro, se comprovados os fatos.

(D) Caso decida apresentar reclamação, Eduardo deverá fazê-lo no prazo máximo de trinta dias, sob pena de decadência de seu direito.

(E) Eduardo faz jus à imediata substituição do veículo, dada a diminuição do valor do bem, em razão da extensão do vício.

RESPOSTA Trata-se de *vício* de qualidade do produto, cuja responsabilidade é *solidária* entre os fornecedores. Nesse caso, o fornecedor terá o prazo de 30 dias para sanar o vício e, se não sanado de forma satisfatória, surge ao consumidor o direito de exigir umas das alternativas do art. 18, § 1º, CDC. *Alternativa C.*

2881. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) No que se refere à responsabilidade por vício do produto e do serviço, assinale a opção correta.

(A) De acordo com a sistemática adotada pelo CDC, a existência de desacordo entre o produto e as especificações a ele relativas constantes no seu recipiente não configura vício de qualidade.

(B) Além de orientar o consumidor, o registro do prazo de validade do produto representa garantia para o fabricante, sendo do consumidor o risco do consumo do produto após esse prazo.

(C) Nem todo motivo que faça o produto tornar-se inadequado ao fim a que se destina é considerado vício.

(D) Como nem todas as pessoas que participam do ciclo de produção são consideradas responsáveis pelo vício do produto, cabe ao consumidor identificar o responsável pelo vício e acioná-lo diretamente.

(E) Os fornecedores de produtos de consumo não duráveis não respondem solidariamente por vícios de qualidade ou quantidade.

RESPOSTA Segundo o STJ (REsp 1.252.307/PR), o prazo de validade, estabelecido pelo fornecedor, é resultado de estudos a fim de possibilitar ao mercado consumidor a segurança de que, naquele prazo, o produto estará em plenas condições de consumo. Entretanto, o produto consumido após expirado o prazo de validade rompe o nexo de causalidade e, via de consequência, afasta o dever de indenizar. *Alternativa B*.

2882. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção correta acerca da responsabilidade na prestação de serviços.

(A) O fornecedor de serviço responderá pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços ou decorrentes de informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos somente se comprovada a sua culpa.

(B) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais deve ser apurada independentemente da verificação de culpa.

(C) O serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

(D) O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, ou quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste.

RESPOSTA (A) Art. 14, *caput*, CDC (responsabilidade *objetiva*, independente da existência de culpa). (B) Art. 14, § 4º, CDC (a responsabilidade pessoal do profissional liberal é *subjetiva*, mediante a verificação de culpa). (C) Art. 14, § 2º, CDC. (D) Art. 14, § 3º, CDC. *Alternativa D*.

2883. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Acerca da responsabilidade no Código de Defesa

do Consumidor, assinale a opção correta.

(A) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, mesmo se identificado claramente o produtor.

(B) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.

(C) É permitida a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenue a obrigação de indenizar.

(D) Caso o vício do produto ou do serviço não seja sanado no prazo legal, pode o consumidor exigir o abatimento proporcional do preço.

RESPOSTA (A) Art. 18, § 5º, CDC. (B) Art. 23, CDC. (C) Art. 51, I, CDC. (D) Segundo o gabarito, a *alternativa D* está correta; porém, não concordamos, já que apenas os vícios de qualidade dos *produtos* possuem prazo legal para serem sanados (art. 18, § 1º, CDC), enquanto nos vícios dos *serviços*, *de imediato*, o consumidor já pode exigir o abatimento proporcional no preço (art. 20, CDC).

2884. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Ao tentar entrar na agência do banco de que é cliente, Ademar foi retido por mais de dez minutos na porta giratória de segurança, que travou em razão do marca-passo implantado em seu coração. Com base na situação hipotética acima apresentada e no entendimento jurisprudencial do STJ acerca de dano moral, assinale a opção correta.

(A) O banco é parte ilegítima para figurar no polo passivo de eventual ação por dano moral a ser ajuizada por Ademar, porque a suposta responsabilidade é exclusiva da empresa prestadora de serviços de segurança.

(B) O dano moral poderá advir dos desdobramentos que possam suceder ao travamento da porta, assim consideradas as iniciativas que, tomadas pela instituição bancária ou por seus prepostos, possam majorar os efeitos da ocorrência, fazendo que ela assuma contornos de vergonha e humilhação, esses, sim, passíveis de reparação.

(C) No caso de fixação de danos morais pelas instâncias ordinárias, seria vedado ao STJ, em recurso especial, alterar o valor fixado, mesmo quando ínfimo ou exagerado, haja vista o impedimento para o reexame das provas dos autos.

(D) O simples travamento da porta giratória já é suficiente para lesar a imagem de Ademar, de modo que cabe ao banco indenizá-lo por danos morais.

(E) Caso pretenda ajuizar ação por dano moral contra o banco, Ademar não poderá invocar as regras do CDC, inaplicáveis em relação às instituições financeiras.

RESPOSTA STJ – AgRg no Ag 524.457/RJ, “O dano moral poderá advir, não pelo constrangimento acarretado pelo travamento da porta em si, fato que poderá não causar prejuízo a ser reparado a esse título, mas, dos desdobramentos que lhe possam suceder, assim consideradas as iniciativas que a instituição bancária ou seus prepostos venham a tomar no momento, as quais poderão minorar os efeitos da ocorrência, fazendo com que ela assuma contornos de uma mera contrariedade, ou, de outro modo, agravá-los, degenerando o que poderia ser um simples contratempo em fonte de vergonha e humilhação, passíveis, estes sim, de reparação”. *Alternativa B*.

2885. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** A respeito das relações de consumo, assinale a opção correta.

(A) A concessão do prazo de 30 dias para sanar o vício do produto é um direito assegurado ao fornecedor e que obriga o consumidor.

(B) A responsabilidade de uma fábrica pelos ferimentos sofridos por um empregado em decorrência da explosão de um produto nas suas dependências será dirimida pelas regras aplicáveis ao fornecedor de produtos.

(C) Para que determinada relação seja considerada de consumo, não é necessária a habitualidade quanto ao fornecedor do produto.

(D) Conforme entendimento do STJ, as entidades beneficentes não se enquadram no conceito de fornecimento, porquanto lhes falta a finalidade lucrativa.

(E) Por disposição legal, a responsabilidade do comerciante pelo fato do produto é solidária com a do fabricante.

RESPOSTA O prazo de 30 dias para sanar o vício de produtos (art. 18, § 1º, CDC) retrata, excepcionalmente, um "direito do fornecedor", previsto no CDC. Nesse diapasão, somente após o decurso do prazo conferido ao fornecedor é que surge ao consumidor o direito de exigir as opções do referido dispositivo. *Alternativa A*.

2886. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Acerca da desconsideração da personalidade jurídica nas relações de consumo, assinale a opção correta.

(A) O CDC admite a responsabilização de sociedades que, embora associadas a outras, conservem a respectiva autonomia patrimonial e administrativa, independentemente da demonstração da ocorrência de culpa.

(B) Nos termos do CDC, o juiz deverá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade apenas quando estiver diante de hipóteses de fraude ou abuso de direito.

(C) De acordo com a jurisprudência do STJ, a teoria menor da desconsideração, acolhida no direito do consumidor, incide com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, exigindo-se, para isso, apenas a simples demonstração de desvio de finalidade.

(D) Nas relações de consumo, as empresas consorciadas não se obrigam apenas em nome próprio, uma vez que possuem vínculo de solidariedade, expressamente previsto no CDC.

(E) Ainda que não seja comprovada a insuficiência dos bens que compõem o patrimônio de quaisquer das sociedades integrantes dos grupos societários, o consumidor lesado poderá prosseguir na cobrança contra as demais integrantes, em razão do vínculo de solidariedade expressamente previsto no CDC.

RESPOSTA Art. 28, § 3º, CDC (as *sociedades consorciadas* são *solidariamente* responsáveis pelas obrigações decorrentes do CDC). *Alternativa D*.

2887. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Ao consumidor adquirente de produto de consumo durável ou não durável que apresente vício de qualidade ou quantidade que o torne impróprio ou inadequado ao consumo a que se destina, não sendo o vício sanado no prazo de 30 dias, assegura-se

(A) a substituição imediata do produto por outro de qualquer espécie, em perfeitas condições de uso.

(B) a imediata restituição do valor pago, atualizado monetariamente, não cabendo indenização.

(C) o abatimento de até 50% do valor pago, em razão do vício apresentado e do inconveniente causado pela aquisição de produto defeituoso.

(D) convencionar com o fornecedor um prazo maior que 30 dias para que o vício seja sanado.

RESPOSTA Art. 18, § 2º, CDC (as partes poderão *convencionar* o prazo para sanar o vício, não podendo ser inferior a 7 nem superior a 180 dias). *Alternativa D*.

2888. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Acerca da responsabilidade por vícios do produto e do serviço nas relações de consumo, assinale a opção correta.

(A) A explosão de loja que comercializa, entre outros produtos, fogos de artifício e pólvora, causando lesão corporal e morte a diversas pessoas, acarreta a responsabilidade civil do comerciante

decorrente de fato do produto, se ficar demonstrada a exclusividade de sua culpa pelo evento danoso. Nesse caso, aos consumidores equiparam-se todas as pessoas que, embora não tendo participado diretamente da relação de consumo, venham a sofrer as consequências do evento danoso.

(B) A reparação por danos materiais decorrentes de vício do produto ou do serviço afasta a possibilidade de reparação por danos morais, ainda que comprovado o fato e demonstrada a ocorrência de efetivo constrangimento à esfera moral do consumidor.

(C) Quando forem fornecidos produtos potencialmente perigosos ao consumo, mesmo sem haver dano, incide cumulativamente a responsabilidade pelo fato do produto e a responsabilidade por perdas e danos, além das sanções administrativas e penais.

(D) O fornecedor pode eximir-se da responsabilidade pelos vícios do produto ou do serviço e do dever de indenizar os danos por eles causados se provar que o acidente de consumo ocorreu por caso fortuito ou força maior ou que a colocação do produto no mercado se deu por ato de um representante autônomo do fornecedor.

RESPOSTA O enunciado questiona acerca do *vício* do produto ou serviço, mas a resposta correta trata de *fato* (acidente de consumo), cuja responsabilidade do comerciante se dará apenas em algumas hipóteses, como na sua culpa exclusiva pelo evento danoso (art. 13, CDC). Ademais, equiparam-se a consumidores todas as vítimas do evento (art. 17, CDC). *Alternativa A*.

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) A respeito do direito do consumidor, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

2889. Ao tratar da desconsideração da pessoa jurídica, o CDC estabelece que as sociedades integrantes dos grupos societários, as sociedades controladas e as consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações previstas no código.

RESPOSTA As *sociedades consorciadas* são *solidariamente* responsáveis pelas obrigações previstas no CDC (art. 28, § 3º). No entanto, as *sociedades integrantes dos grupos societários* e as *sociedades controladas* respondem *subsidiariamente* (art. 28, § 2º). *Errada*.

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Com referência ao CDC, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

2890. Consoante entendimento do STJ, o caso fortuito ou de força maior não pode ser invocado em face do consumidor, visto que tal excludente da responsabilidade civil não está contemplado, de forma expressa, no CDC.

RESPOSTA Entre as hipóteses de exclusão da responsabilidade do fornecedor trazidas pelo CDC no art. 12, § 3º, não constam *caso fortuito ou força maior*. No entanto, a doutrina e a jurisprudência classificam o caso fortuito em *interno* e *externo*, sendo o primeiro aquele fato imprevisível, inevitável e ligado à atividade desenvolvida, enquanto o segundo é aquele fato imprevisível, inevitável, mas estranho à atividade, sendo que este último pode ser invocado para a exclusão da responsabilidade do fornecedor (STJ – REsp 726.371/RJ). *Errada*.

2891. A responsabilidade civil no CDC é regra geral, objetiva e solidária, salvo com relação aos profissionais liberais, que respondem pelos atos danosos cometidos de forma voluntária na prestação de seus serviços a outrem, desde que demonstrada sua conduta culposa em sentido *lato sensu*, tratando-se de responsabilidade civil subjetiva com culpa presumida.

RESPOSTA No Direito do Consumidor, a regra geral é a da responsabilidade *objetiva* (independe da análise de culpa), salvo se tratando de *profissional liberal*, cuja responsabilidade é *subjetiva*, ou seja, somente responderá se comprovada (e não presumida) a culpa (art. 14, § 4º, CDC). *Errada*.

2892. A legislação consumerista, ao tratar da responsabilidade pelo vício do produto ou serviço e da responsabilidade decorrente do fato do produto ou serviço, optou por atribuir à primeira prazos decadenciais referentes ao tempo máximo para a reclamação dos vícios ocultos e aparentes, e prazo prescricional quando se tratar de acidente de consumo.

RESPOSTA Para reclamar por *vícios* dos produtos ou serviços, os prazos são *decadenciais* de *30 dias* (não duráveis) e *90 dias* (duráveis), conforme o art. 26, CDC. Já o prazo para reclamar pelo *fato* do produto ou serviço tem prazo *prescricional* de *5 anos* (art. 27, CDC). *Certa*.

2893. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** A respeito dos direitos do consumidor, julgue os itens que se seguem.

I. O fato de um fornecedor não ter agido com dolo não afasta a sua responsabilidade.
II. O cirurgião plástico responde objetivamente pelos danos causados a seu paciente.
III. A individualização da responsabilidade do fornecedor pela colocação do produto no mercado pode afastar a responsabilidade do comerciante.
IV. De acordo com entendimento do STJ, o fortuito interno afasta a responsabilidade do fornecedor.
V. A colocação de produto mais seguro no mercado não acarreta a presunção de que os mais antigos sejam defeituosos.

Estão certos apenas os itens

(A) I, II e IV.
(B) I, III e IV.
(C) I, III e V.
(D) II, III e V.
(E) II, IV e V.

RESPOSTA (I) Em regra, a responsabilidade do fornecedor é *objetiva* (independe da verificação de culpa ou dolo). (II) Art. 14, § 4º, CDC (a responsabilidade pessoal do *profissional liberal* é *subjetiva*). (III) Art. 13, CDC (tratando-se de *fato* do produto, o comerciante somente responderá subsidiariamente). (IV) Segundo o STJ, o *fortuito externo* (fato imprevisível, inevitável e estranho ao negócio) pode excluir a responsabilidade; porém, o *fortuito interno* (fato imprevisível, inevitável, mas relacionado ao risco da atividade) não a exclui (STJ – REsp 726.371/RJ). (V) Art. 12, § 2º, CDC. *Alternativa C*.

(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE) Acerca das normas estabelecidas pelo CDC, julgue o próximo item.

2894. Se uma empresa de guarda e estacionamento de veículos tiver advertido, previamente, um usuário daquele serviço de que não se responsabilizaria pelos valores ou objetos pessoais deixados no interior do automóvel, não haverá, por parte da empresa, obrigação de indenizar o usuário.

RESPOSTA Súmula 130, STJ "A empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorrido em seu estacionamento". *Errada*.

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) Com relação ao Código de Defesa do Consumidor, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

2895. No que se refere à desconsideração da personalidade jurídica, o Código Civil adota a teoria maior e o Código de Defesa do Consumidor, a teoria menor.

RESPOSTA No que concerne ao instituto da desconsideração da personalidade jurídica, o CDC adotou a chamada *Teoria Menor*, que incide com a mera prova da insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações (art. 28, § 5º, CDC), independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial, estas previstas no CC, em consonância com a *Teoria Maior* (art. 50, CC). *Certa.*

2896. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** De acordo com a sistemática adotada no CDC em relação à responsabilidade do fornecedor, assinale a opção correta.

(A) O comerciante responde solidariamente pelo fato do produto juntamente com o fabricante, ainda que este possa ser identificado pelo consumidor.

(B) O produto será considerado defeituoso, ensejando-se a responsabilidade do fornecedor, pelo fato de produto equivalente, porém de melhor qualidade, ter sido colocado no mercado.

(C) No que concerne a vício do produto, a responsabilidade do fornecedor, em regra, não ultrapassa o limite do valor do próprio produto ou serviço, não se impondo tal limitação em caso de responsabilidade pelo fato do produto.

(D) Os profissionais liberais equiparam-se aos fornecedores para efeito de responsabilidade pelos serviços prestados.

(E) Em razão da responsabilidade objetiva, o fornecedor responde pelo dano causado pelo uso do produto, ainda que a culpa seja de terceiro.

RESPOSTA O *vício*, em regra, é um problema que afeta o produto em si, o que gera ao fornecedor a responsabilidade nesses limites. Já o *fato* caracteriza-se por um *dano* além do próprio produto, gerando ao fornecedor o dever de reparação nas proporções do referido dano. *Alternativa C.*

2897. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Proprietário de determinado terreno ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com indenização por danos materiais e morais contra a construtora Morar Bem Ltda., alegando que a empresa, tendo sido contratada para edificar a sua casa, no prazo certo e improrrogável de doze meses, deixou de cumprir o prazo e abandonou a obra. Determinada a citação da pessoa jurídica, a carta enviada pelo juízo foi devolvida pelos Correios, sob a justificativa de que, por três vezes, não havia quem a recebesse no endereço especificado. Expedido mandado de citação, o oficial de justiça certificou, nos autos, o seguinte: "o local indicado encontra-se fechado, não havendo qualquer placa com o nome da empresa e nenhuma pessoa para receber a citação, constando apenas, na porta, a informação de que a empresa foi fechada". O autor, então, juntou aos autos certidão da junta comercial atestando que o endereço da sede da empresa coincidia com o do local constante no mandado citatório e que a empresa permanecia formalmente em atividade. O autor requereu, ainda, a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, para que os sócios fossem incluídos no polo passivo da ação.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa não pode ser deferido, pois o autor não exauriu as possibilidades de citação da sociedade empresária, devendo, antes, ter requerido a citação da empresa por edital.

(B) Como o CDC, seguindo o Código Civil de 2002, adota a chamada teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, é possível o deferimento do pedido do autor.

(C) O CDC, seguindo o Código Civil de 2002, adota a chamada teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, o que torna inviável o deferimento do pedido do autor.

(D) Caso o juiz entenda que a personalidade da empresa é, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao consumidor, o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa poderá ser deferido.

(E) O pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa não pode ser deferido no processo de conhecimento, mas somente na fase de cumprimento de sentença, conforme previsto no CDC.

RESPOSTA Art. 28, § 5º, CDC (também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores). *Alternativa D.*

2898. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Considerando que, em determinada festa, a explosão de uma garrafa de refrigerante cause danos a algumas pessoas, assinale a opção correta.

(A) Para acionar judicialmente o fabricante, será necessária a demonstração da ocorrência de conduta culposa.

(B) A ausência de comprovação de defeito na fabricação do produto excluirá a responsabilidade do fabricante.

(C) Caso se trate de produto importado, o importador será considerado fornecedor presumido e responderá de forma objetiva pelos danos causados.

(D) Se for comprovado que o dano decorreu de defeito de informação, a responsabilidade do comerciante será afastada.

(E) Será solidária a responsabilidade do comerciante pelos danos causados às pessoas atingidas.

RESPOSTA (A) Art. 12, *caput*, CDC (responsabilidade *objetiva*). (B) Art. 12, § 3º, II, CDC (a *inexistência* de defeito excluirá a responsabilidade). (C) Art. 12, *caput*, CDC. (D) e (E) Art. 13, CDC (o comerciante é igualmente responsável apenas nas hipóteses do art. 13, ou seja, *subsidiariamente*). *Alternativa C*.

2899. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Conforme disposição expressa no CDC, as sociedades coligadas

(A) são subsidiariamente responsáveis por danos causados aos consumidores.

(B) só respondem por dolo, juntamente com as sociedades integrantes de grupos societários.

(C) são solidariamente responsáveis com as consorciadas.

(D) só respondem por culpa.

(E) têm responsabilidade integral e solidária.

RESPOSTA Art. 28, § 4º, CDC. *Alternativa D*.

III. Práticas Comerciais e Proteção Contratual

2900. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Acerca da disciplina jurídica da proteção contratual do consumidor, assinale a opção correta.

(A) A lei confere ao consumidor a possibilidade de desistir do contrato, no prazo máximo de quinze dias a contar do recebimento do produto, no caso de contratação de fornecimento de produtos ocorrida fora do estabelecimento empresarial.

(B) Reputam-se nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que infrinjam normas ambientais ou possibilitem a violação dessas normas.

(C) A garantia contratual exclui a garantia legal, desde que conferida mediante termo escrito que discipline, de maneira adequada, a constituição daquela garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar para o seu exercício.

(D) A lei limita a 10% do valor da prestação as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo, no caso de fornecimento de produtos que envolva concessão de financiamento ao consumidor.

RESPOSTA (A) Art. 49, CDC (o prazo para desistência do contrato é de 7 dias). (B) Art. 51, XIV, CDC. (C) Art. 50, CDC (a garantia contratual é complementar à legal). (D) Art. 52, § 1º, CDC (2%). *Alternativa B*.

2901. (Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE) No que tange ao entendimento do STJ a respeito dos contratos bancários, assinale a opção correta.

(A) Nos contratos de mútuo bancário, é vedada a capitalização mensal de juros, mesmo que expressamente pactuada, pois o anatocismo gera prestações excessivamente onerosas ao consumidor.

(B) Em contrato de empréstimo bancário, pode-se prever a cobrança cumulativa da comissão de permanência e da correção monetária.

(C) Nos contratos bancários assinados após a vigência do CDC, a multa moratória não poderá exceder a 2%.

(D) Nos contratos bancários, cabe ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas contratuais.

(E) É abusiva cláusula contratual que estipule juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, ainda que a taxa contratada esteja na média do mercado.

RESPOSTA Súmula 285, STJ, "Nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor incide a multa moratória nele prevista" (não superiores a 2%, conforme o art. 52, § 1º, CDC). *Alternativa C.*

2902. (Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE) A respeito da proteção contratual do consumidor, assinale a opção correta.

(A) Sendo o bem contratado entregue e o preço pago no ato da contratação, não cabe revisão da cláusula-preço.

(B) Considera-se nula de pleno direito cláusula que estipule a incidência de correção monetária em contrato de adesão.

(C) Consumidor que adquira produto por meio da Internet tem direito ao arrependimento, ainda que tenha acesso prévio ao detalhamento do produto.

(D) Ainda que determinada cobrança indevida tenha por base norma posteriormente considerada ilegal pela jurisprudência, cabe a restituição em dobro ao consumidor.

(E) De acordo com a jurisprudência do STJ, não se considera venda casada aquela em que o preço global dos serviços oferecidos seja inferior ao da aquisição individual.

RESPOSTA O *prazo de arrependimento* (art. 49, CDC) aplica-se a todas as contratações feitas fora do estabelecimento comercial, sem ressalvas quanto a acesso prévio ao detalhamento do produto. *Alternativa C.*

2903. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito de serviços de proteção ao crédito.

(A) É indispensável o aviso de recebimento na carta de comunicação enviada ao consumidor para informá-lo sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

(B) A retirada do nome de consumidor de cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e(ou) medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente, a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito, houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou do STJ e houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz.

(C) O consumidor cujo nome é irregularmente anotado em cadastro de proteção ao crédito tem direito a pleitear tanto indenização por dano moral quanto o cancelamento da anotação, ainda que preexista legítima inscrição.

(D) Cabe ao credor da dívida providenciar a notificação do devedor antes de proceder à inscrição de seu nome em órgão de proteção ao crédito.

(E) O serviço de proteção ao crédito pode manter a inscrição do nome do devedor até o efetivo pagamento da dívida, desde que o credor ajuize ação de execução.

RESPOSTA (A) Art. 43, § 2º, CDC, e Súmula 404, STJ (é indispensável o aviso por escrito, mas não precisa ser por AR). (B) STJ – AgRg no REsp 1.270.283/RS. (C) Súmula 385, STJ (quando preexistente legítima inscrição, *não* terá direito à indenização por danos morais). (D) Súmula 359, STJ (cabe ao *órgão mantenedor* providenciar a notificação). (E) Art. 43, § 1º, CDC, e Súmula 323, STJ (a inscrição pode ser mantida por, no máximo, 5 anos, independentemente da prescrição da execução). *Alternativa B*.

2904. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** A respeito da proteção contratual garantida nas relações jurídicas de consumo, assinale a opção correta.

(A) O CDC não fixa prazo para o exercício do direito de pleitear em juízo a nulidade de cláusulas abusivas contidas em contratos de consumo; assim, o respectivo direito de ação é perpétuo, não estando sujeito à prescrição nem à decadência.

(B) O STJ possui entendimento consolidado no sentido de serem válidas as cláusulas inseridas nos contratos de seguro-saúde que limitem o tempo de internação do segurado em unidade de terapia intensiva e que excluam da cobertura algumas moléstias, a fim de coibir a imposição de desvantagem exagerada ao fornecedor e garantir, assim, o equilíbrio nas relações de consumo.

(C) Tratando-se do direito de arrependimento em relação aos produtos adquiridos fora do estabelecimento comercial, fica o consumidor obrigado apenas a comprovar as razões alegadas para o desfazimento do negócio, sendo nula cláusula que vede ou imponha multa decorrente do exercício desse direito.

(D) Desde que haja previsão expressa e destacada no contrato, é possível a substituição da garantia legal pela contratual.

(E) As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos vinculam o fornecedor e dão ao consumidor a oportunidade de pedir a execução forçada da obrigação de fazer ou não fazer, cabendo ao juiz, como regra, a providência de converter a obrigação em perdas e danos.

RESPOSTA O CDC não prevê prazo para exercer o direito de pleitear a nulidade de cláusulas abusivas, sendo certo que a prescrição atinge a *pretensão,* e não o *direito de ação*, que é perpétuo. *Alternativa A.*

2905. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Ao solicitar um empréstimo bancário, Augusto foi informado da impossibilidade de concessão do crédito, em razão de o seu nome estar negativado em cadastro de proteção ao crédito. Após obter o extrato junto ao serviço de proteção ao crédito, Augusto verificou que nele constavam duas inscrições de dívidas não pagas. A primeira dívida, reconhecida por Augusto, refere-se ao débito não quitado de uma conta telefônica de seis anos atrás, comunicado, na época, via Correios, sem aviso de recebimento, pela empresa telefônica. A segunda, não reconhecida por Augusto, refere-se a dívida de cartão de crédito de dois anos atrás, da qual alega não ter recebido qualquer notificação. Considerando essa situação hipotética e o entendimento do STJ, assinale a opção correta.

(A) Contra a anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito cabe indenização por dano moral, ainda que preexistente legítima inscrição, e o direito ao cancelamento da inscrição.

(B) Cabe ao credor da dívida providenciar a notificação do devedor antes de proceder à inscrição em órgão de proteção ao crédito.

(C) A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de três anos, independentemente da prescrição da execução.

(D) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e(ou) medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente, a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito, houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou do STJ, e houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz.

(E) É indispensável o aviso de recebimento na carta de comunicação ao consumidor acerca da negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

RESPOSTA STJ – AgRg no REsp 1.270.283/RS, "A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: a) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; b) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; c) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz". *Alternativa D*.

2906. (Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE) A respeito dos bancos de dados e cadastros de consumidores, assinale a opção correta com base no entendimento do STJ.

(A) Cabe ao credor da dívida providenciar a notificação do devedor antes de proceder à inscrição em órgão de proteção ao crédito.

(B) É indispensável o aviso de recebimento em carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

(C) Para a abstenção da inscrição ou manutenção do nome do consumidor em cadastro de inadimplentes requerida em antecipação de tutela e(ou) em medida cautelar, basta que o consumidor demonstre que a cobrança indevida se funda em jurisprudência consolidada do STF ou do STJ e que ele não tem condições econômico-financeiras para pagar a dívida.

(D) O nome do devedor pode ser mantido nos serviços de proteção ao crédito até o prazo da prescrição da pretensão de cobrança ou, se ajuizada execução, até a satisfação do crédito.

(E) Não cabe indenização por dano moral em razão de anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, se preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.

RESPOSTA Súmula 325, STJ, "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento". *Alternativa E.*

2907. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito dos bancos de dados e cadastros de consumidores.

(A) O consumidor deverá ser informado verbalmente toda vez que ocorrer alteração de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo, relativos a seu nome, desde que não a tenha solicitado.

(B) Somente poderão constar nos bancos de dados as informações negativas sobre consumidores relativas aos últimos dois anos.

(C) Os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades que prestam serviços de caráter privado.

(D) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir imediata correção.

RESPOSTA (A) Art. 43, § 2º, CDC (deverá ser informado *por escrito*). (B) Art. 43, § 1º, CDC (5 anos). (C) Art. 43, § 4º, CDC (caráter público). (D) Art. 43, § 3º, CDC. *Alternativa D*.

2908. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** A respeito de publicidade, propaganda e das práticas abusivas nas relações de consumo, assinale a opção correta.

(A) É vedada ao fornecedor de produtos ou serviços, entre outras práticas abusivas, a execução de serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ainda que decorrentes de práticas anteriores entre as partes.

(B) Consoante entendimento do STJ, a cobrança, pela mesma mercadoria, de preços distintos de acordo com a forma de pagamento – um para o efetuado em espécie e outro para o efetuado com cartão de crédito – não constitui prática abusiva.

(C) Incluem-se entre os princípios da publicidade previstos no CDC o princípio da identificação da mensagem publicitária; o da vinculação contratual da publicidade; o da veracidade da publicidade; o do ônus da prova a cargo do fornecedor; o da transparência da fundamentação da publicidade; e o da correção do desvio publicitário.

(D) Caracteriza-se como enganosa a publicidade capaz de induzir o consumidor a erro, seja por comissão, quando nela se afirme algo que, na verdade, não existe, seja por omissão, quando nela se deixe de informar dado do produto ou serviço; considera-se abusiva a publicidade que, falsa, fira a vulnerabilidade do consumidor, mediante elementos e circunstâncias que ofendam valores básicos de toda a sociedade.

(E) Os termos publicidade e propaganda são tratados, no âmbito do direito do consumidor, como sinônimos, já que se relacionam à atividade voltada a tornar conhecido produto ou serviço a fim de aproximar consumidor e fornecedor e promover lucro na atividade comercial.

RESPOSTA Os princípios referidos na *alternativa C* encontram fundamentos nos seguintes dispositivos do CDC: Art. 36, *caput* (identificação da mensagem publicitária); art. 30, *caput* (vinculação contratual da publicidade); art. 38 (veracidade da publicidade e ônus da prova a cargo do fornecedor); art. 36, parágrafo único (transparência da fundamentação da publicidade); e art. 60 (correção do desvio publicitário). *Alternativa C.*

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) Com relação ao Código de Defesa do Consumidor, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

2909. É do credor o ônus da baixa da indicação do nome do consumidor em cadastro de proteção ao crédito, caracterizando crime a não correção imediata de informações inexatas relativas a consumidores constantes nesses bancos de dados.

RESPOSTA STJ – AgRg no Ag 1.373.920/SP, “É do credor, e não do devedor, o ônus da baixa da indicação do nome do consumidor em cadastro de proteção ao crédito, em virtude do que dispõe o art. 43, § 3º, combinado com o art. 73, ambos do CDC. A propósito, este último, pertencente às disposições penais, tipifica como crime a não correção imediata de informações inexatas acerca de consumidores constantes em bancos de dados”. *Certa.*

2910. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Acerca das práticas comerciais dispostas no Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção correta.

(A) É lícito que o fabricante de produtos duráveis condicione o fornecimento de seus produtos à prestação de determinados serviços.

(B) O consumidor tem o direito de receber o dobro do que tenha pago em excesso, acrescido de juros e correção monetária, no caso de cobrança indevida, salvo hipótese de engano justificável.

(C) Considera-se publicidade abusiva a comunicação de caráter publicitário inteiramente falsa que induza a erro.

(D) O consumidor que receber produto em sua residência, mesmo sem solicitação, e não devolvê-lo, deve efetuar o pagamento do respectivo preço.

RESPOSTA (A) Art. 39, I, CDC (é prática abusiva). (B) Art. 42, parágrafo único, CDC. (C) Art. 37, §§ 1º e 2º, CDC. (D) Art. 39, III e parágrafo único, CDC (é *prática abusiva* enviar produtos ou serviços ao consumidor sem prévia solicitação; mas, se tal prática ocorrer, esses produtos ou serviços equiparam-se a amostras grátis). *Alternativa B*.

2911. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Joana adquiriu um aparelho de telefone em loja de eletrodomésticos e, juntamente com o manual de instruções, foi-lhe entregue o termo de garantia do produto, que assegurava ao consumidor um ano de garantia, a contar da efetiva entrega do produto. Cerca de um ano e um mês após a data da compra, o aparelho de telefone apresentou comprovadamente um defeito de fabricação. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca dos direitos do consumidor.

(A) Após o prazo de um ano de garantia conferida pelo fornecedor, Joana não poderá alegar a existência de qualquer defeito de fabricação.

(B) Joana poderá reclamar eventuais defeitos de fabricação até o prazo de noventa dias após o final da garantia contratual conferida pelo fornecedor.

(C) O prazo para Joana reclamar dos vícios do produto é de apenas noventa dias, a partir da entrega efetiva do produto, independentemente de prazo de garantia.

(D) A lei garante a Joana a possibilidade de reclamar de eventuais defeitos de fabricação a qualquer tempo, desde que devidamente comprovados.

RESPOSTA Prevê o art. 50, CDC, que a garantia *contratual* é complementar à *legal* (art. 26, CDC), o que significa que serão somadas. Segundo o STJ, somente após o término da garantia contratual, inicia-se o prazo para reclamar a garantia legal (REsp 967.623/RJ). *Alternativa B*.

2912. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** No que concerne à disciplina aplicável à prescrição e à decadência nas relações de consumo, assinale a opção correta.

(A) As causas de interrupção da prescrição previstas no Código Civil não se aplicam às relações de consumo.

(B) A instauração de inquérito civil, em regra, não obsta o transcurso do prazo decadencial.

(C) Nem toda situação relacionada a dano causado ao consumidor por defeito do produto submete-se aos prazos prescricionais.

(D) Nas relações de consumo, a contagem do prazo prescricional inicia-se a partir do conhecimento do dano ou do conhecimento de sua autoria.

(E) A garantia contratual, que decorre da autonomia da vontade das partes, complementa a garantia legal, podendo, no contrato, ser estipulado prazo superior aos determinados por lei.

RESPOSTA A garantia *contratual* é complementar à *legal* (art. 50, CDC), sendo que aquela, por óbvio, poderá conter disposições conforme a vontade das partes. *Alternativa E*.

2913. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Considerando-se a relação jurídica em face da proteção contratual ordenada pelo CDC, é correto afirmar que um consumidor que tenha comprado produto mediante pagamento em 10 prestações

(A) dispõe de até 7 dias para desistir da compra realizada, desde que ela tenha sido efetuada no estabelecimento comercial do fornecedor.

(B) pode escolher, no ato da compra, se a garantia do fornecedor contra defeitos aparentes ou ocultos que ocorram no produto adquirido será ou legal ou contratual.

(C) pode liquidar antecipadamente o débito em questão, total ou parcialmente, exigindo redução proporcional dos juros cobrados.

(D) deve ser imediatamente indenizado caso o produto apresente problemas, preferencialmente mediante abatimento do valor da indenização nas prestações vincendas.

RESPOSTA (A) Art. 49, CDC (o prazo de arrependimento existe apenas para compras feitas *fora do estabelecimento comercial*). (B) Arts. 24 e 50, CDC (a garantia *legal* é obrigatória, sendo vedada sua exoneração; e, se houver também garantia *contratual*, esta será complementar àquela). (C) Art. 52, § 2º, CDC. (D) Art. 18, § 1º, CDC (tratando-se de vício de qualidade do produto, o fornecedor terá o prazo de 30 dias para saná-lo). *Alternativa C*.

2914. (Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE) No que se refere às práticas comerciais nas relações de consumo, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o CDC, os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são entidades de caráter privado, sendo, por isso, assegurados ao consumidor mecanismos para que os registros a ele relativos constantes nessas entidades não lhe sejam negados, quer quanto ao acesso, quer quanto às retificações.

(B) De acordo com o CDC, a veiculação e a precisão da informação são os dois requisitos necessários para a incidência do princípio da vinculação aplicado à oferta e à publicidade, podendo o consumidor, se houver a recusa do cumprimento da oferta, acionar o fornecedor que pagou e dirigiu a preparação e a veiculação do anúncio; conforme entendimento do STJ, em nenhuma hipótese, entretanto, poderão ser responsabilizados, no caso de recusa, o fornecedor indireto ou o veículo de comunicação.

(C) Em consonância com os princípios da transparência, da boa-fé objetiva e da confiança, o CDC estatui uma obrigação geral de informação, que, no âmbito da proteção à vida e à saúde do consumidor, conforme entendimento do STJ, é manifestação autônoma da obrigação de segurança e exige comportamento positivo do fornecedor. Esse comportamento se concretiza no dever de informar que o seu produto ou serviço pode causar malefícios, ainda que apenas a uma minoria da população.

(D) O consumidor cobrado judicialmente em quantia indevida, salvo hipótese de engano justificável, tem direito à repetição do indébito nos termos do CDC, exigindo-se a prova do erro exclusivamente em relação aos contratos bancários, conforme jurisprudência solidificada do STJ.

(E) Conforme jurisprudência do STJ, não se admite repetição de indébito de valor pago em virtude de cláusula abusiva constante de contratos de consumo.

RESPOSTA STJ – REsp 586.316/MG ressalta, ainda, que "ser diferente ou minoria, por doença ou qualquer outra razão, não é ser menos consumidor, nem menos cidadão, tampouco merecer direitos de segunda classe ou proteção apenas retórica do legislador". *Alternativa C*.

2915. (Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE) Assinale a opção correspondente à situação hipotética que retrata prática comercial aceitável, de acordo com as disposições do CDC.

(A) Em contrato de serviços de uma empresa de engenharia para a construção de imóvel residencial, embora o consumidor tivesse prazo certo para cumprir a sua prestação de pagar, a construtora fixou apenas o prazo total de seis meses para a conclusão da obra, contados a partir do término da fundação do imóvel, sem estabelecer expressamente prazo para o início ou término da execução dos serviços de fundação da referida obra.

(B) Em uma cidade acometida por uma grave enchente, o dono de um mercado local impôs, para a comercialização de água mineral, o limite quantitativo máximo de dois garrafões por consumidor, em razão da limitação de seu estoque e a fim de garantir que o maior número de consumidores pudesse ter acesso ao produto.

(C) Determinada instituição bancária enviou, sem prévia solicitação ou anuência dos clientes, cartão de crédito para a residência de determinados correntistas, escolhidos em razão de seu alto poder aquisitivo.

(D) O dono de uma loja de sapatos avisou aos outros comerciantes de sapatos do bairro que determinada consumidora, além de habitualmente reclamar da qualidade de produtos e serviços, já propôs várias ações em face de outros fornecedores.

(E) Uma instituição particular de educação infantil reajustou a mensalidade para além dos índices de inflação e deixou de apresentar, para os responsáveis legais das crianças matriculadas, a justa causa do referido aumento.

RESPOSTA Segundo o art. 39, I, CDC, é vedado condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, *sem justa causa*, a *limites quantitativos*. Na situação narrada, a grave enchente pode ser entendida como *justa causa* para a limitação, o que torna a prática aceitável. *Alternativa B*.

2916. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do direito do consumidor e da proteção contratual.

(A) O CDC determina explicitamente que a interpretação das cláusulas contratuais seja mais favorável ao consumidor, estando, por isso, em dissonância com o princípio constitucional da isonomia.

(B) A consequência direta para o inadimplemento da obrigação de fazer derivada do recibo de sinal, escritos particulares e pré-contratos é a resolução em perdas e danos, uma vez que o CDC deixou de conferir ao juiz poderes para tornar efetiva a tutela do consumidor por meio da execução específica da obrigação de fazer.

(C) O legislador, com o fim de proteger a vontade do consumidor das técnicas agressivas de vendas domiciliares, inovou o ordenamento jurídico nacional ao incluir, no CDC, um prazo de reflexão obrigatório e um direito de arrependimento, nos casos dos contratos concluídos fora do estabelecimento comercial, fazendo incidir tal norma, por exemplo, na compra e venda de imóvel celebrada no recinto do cartório de notas, na presença do oficial.

(D) Ao contrário da garantia legal, que é sempre obrigatória, a garantia contratual é mera faculdade que pode ser concedida por liberalidade do fornecedor, constituindo um anexo voluntário e podendo, por isso, ser concedida mesmo após a celebração do contrato; o CDC, entretanto, não permite que tal garantia seja dada verbalmente, sendo o termo escrito a substância do ato.

(E) De acordo com os adeptos da teoria finalista, a fim de que as normas do CDC sejam aplicadas a um número cada vez maior de relações de mercado, o estatuto consumerista deve ser aplicado a todas as pessoas jurídicas, não importando, pois, se têm ou não objetivo de lucro quando adquirem um produto ou utilizam um serviço.

RESPOSTA Enquanto a *garantia legal*, como a própria denominação sugere, é imposta pela lei (art. 24, CDC), a *garantia contratual* é liberalidade do fornecedor e será conferida mediante termo escrito (art. 50, CDC). *Alternativa D*.

2917. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Com o advento do CDC, passou-se a aceitar, no Brasil, a existência de valores jurídicos superiores ao dogma da vontade, como o equilíbrio e a boa-fé nas relações de consumo. Acerca das cláusulas abusivas nos contratos de consumo, assinale a opção correta.

(A) A sentença que reconhece a nulidade da cláusula abusiva é declaratória e tem efeito *ex nunc*.

(B) Nos termos do CDC, prescrevem em cinco anos os prazos referentes à pretensão do consumidor à reparação pelos danos causados por fato do produto ou serviço e os referentes à alegação de nulidade da cláusula abusiva.

(C) Com o objetivo de promover lealdade, transparência e equilíbrio nas relações de consumo, o CDC dedica especial atenção à proteção contratual do consumidor e, reconhecendo que a supremacia do fornecedor sobre o consumidor caracteriza-se, sobretudo, nas contratações em massa, restringe as cláusulas abusivas ao contrato de adesão.

(D) A abusividade e a consequente declaração de nulidade das cláusulas abusivas, conforme entendimento pacificado na doutrina, podem ser conhecidas por ato de ofício do juiz, independentemente de requerimento da parte ou do interessado.

(E) Nos termos da sistemática adotada pelo CDC, para a caracterização da abusividade da cláusula, é necessário que o fornecedor tenha agido de má-fé e que o consumidor não a tenha aceitado conscientemente.

RESPOSTA As *cláusulas abusivas* são *nulas* de pleno direito e, *segundo a doutrina*, devem ser declaradas *de ofício* pelo juiz, dado o caráter de ordem pública e interesse social das normas consumeristas. Mas, **cuidado**, pois o entendimento jurisprudencial não segue esse raciocínio, a exemplo da criticada Súmula 381, STJ. *Alternativa D*.

2918. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Em um contrato de consumo, não é considerada abusiva a cláusula que

(A) determina a utilização compulsória de arbitragem.

(B) estabelece a remessa do nome do consumidor inadimplente para bancos de dados ou cadastros de consumidores.

(C) transfere responsabilidades a terceiros.

(D) estabelece a inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.

RESPOSTA As alternativas *A, C* e *D* trazem hipóteses de cláusulas abusivas, previstas no art. 51, VII, III e VI, CDC, respectivamente. Já a hipótese da alternativa *B* não é cláusula abusiva. *Alternativa B*.

2919. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Acerca do direito de proteção ao consumidor, assinale a opção correta.

(A) Na execução dos contratos de consumo, o juiz pode adotar toda e qualquer medida para que seja obtido o efeito concreto pretendido pelas partes em caso de não cumprimento da oferta ou do contrato pelo fornecedor, salvo quando expressamente constar do contrato cláusula que disponha de maneira diversa.

(B) Nos contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas contratuais desproporcionais, abusivas ou ilegais podem ser objeto de revisão, desde que o contrato seja de adesão e cause lesão a direitos individuais ou coletivos.

(C) Em todo contrato de consumo consta, implicitamente, a cláusula de arrependimento, segundo a qual o consumidor pode arrepender-se do negócio e, dentro do prazo de reflexão, independentemente de qualquer justificativa, rescindir unilateralmente o acordo celebrado.

(D) Segundo o princípio da vinculação da oferta, toda informação ou publicidade sobre preços e condições de produtos ou serviços, como a marca do produto e as condições de pagamento, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

RESPOSTA O *princípio da vinculação da oferta* está fundado na previsão do art. 30, CDC, segundo o qual a informação ou publicidade suficientemente precisa *obriga* o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e *integra* o contrato que vier a ser celebrado. *Alternativa D*.

2920. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Com base no que dispõe o CDC, assinale a

opção correta com relação à disciplina normativa das práticas comerciais.

(A) Os fornecedores devem assegurar, durante um período mínimo de quinze anos, a oferta de componentes e peças de reposição quando cessadas a fabricação ou importação do produto.

(B) É vedada a publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada telefônica for onerosa ao consumidor que a originar.

(C) A responsabilidade do fornecedor, por atos de seus representantes autônomos, é subsidiária e objetiva, sendo cabível ação regressiva contra o causador direto do dano.

(D) A informação ou comunicação de caráter publicitário inteira ou parcialmente falsa é considerada publicidade abusiva.

(E) Em regra, os exageros (*puffing*), em razão do princípio da vinculação contratual da oferta, obrigam os fornecedores, mesmo que não guardem a característica da precisão.

RESPOSTA Art. 33, parágrafo único, CDC (é proibida a publicidade de bens e serviços por telefone quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina). *Alternativa B.*

(Defensor – DPU-BR – 2010 – CESPE) A respeito das cláusulas abusivas em contrato de consumo, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

2921. O direito nega qualquer efeito à cláusula de contrato tida por abusiva, visto que é considerada eivada de nulidade absoluta.

RESPOSTA Art. 51, *caput*, CDC (as *cláusulas abusivas são nulas de pleno direito*, ou seja, serão consideradas não escritas e de forma alguma poderão ser convalidadas, por se tratar de nulidade *absoluta*). *Certa*.

2922. O juiz pode utilizar-se do critério da equidade, para identificar a abusividade de cláusula contratual.

RESPOSTA Considerando que as cláusulas abusivas são elencadas de maneira ampla no CDC, bem como que o rol do art. 51 é exemplificativo, o juiz poderá utilizar-se do critério de equidade para identificá-las. *Certa*.

2923. Diante de cláusula-preço lesionária, o consumidor deve requerer a nulidade, sendo-lhe vedado requerer a modificação, visto que o juiz não poderá impor nova cláusula ao contrato.

RESPOSTA O CDC assegura ao consumidor tanto o direito de tornar *nulas* (art. 51) quanto o de *revisar* ou *modificar* (art. 6º, V) cláusulas, a fim de buscar a equidade na relação contratual. *Errada*.

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Com referência ao CDC, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

2924. A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato como um todo, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.

RESPOSTA Art. 51, § 2º, CDC (*Princípio da Conservação dos Contratos*). *Certa.*

2925. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Com relação às práticas abusivas e às cobranças de dívidas, assinale a opção correta.

(A) A execução de serviços independe de autorização expressa do consumidor ou de prévia elaboração de orçamento.

(B) Considere que o gerente de uma loja telefone a um devedor seu e lhe diga que tomará as medidas judiciais cabíveis caso ele não efetue o pagamento total da dívida. Nessa situação, a atitude do

credor não constitui ameaça ou prática abusiva visto que a legislação vigente prevê a cobrança de dívida como direito do credor em relação ao devedor.

(C) Não configura conduta abusiva a ação de cobrador que, ao telefone, se apresente ao devedor como oficial de justiça sem o ser.

(D) Não se considera prática abusiva, à luz do CDC, enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto ou fornecer qualquer serviço.

(E) Atua de acordo com os parâmetros legais o banco que exija, para a concessão de empréstimo, que o cliente adquira apólice de seguro de vida, visto que a lei faculta ao fornecedor a imposição de aquisição conjunta de bens e serviços.

RESPOSTA Segundo o art. 42, CDC, na cobrança de dívidas, o consumidor não poderá ser exposto a ridículo nem a constrangimento ou *ameaça*. Entretanto, a advertência do exercício de um direito (cobrança judicial da dívida) por parte do fornecedor não é considerada ameaça. *Alternativa B*.

2926. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Acerca das práticas abusivas nas relações de consumo, julgue os itens subsequentes.

I. A cobrança do consumidor, em seu local de trabalho, configura prática abusiva.

II. O orçamento deve ser prévio e escrito, sob pena de se configurar prática abusiva.

III. Se o pagamento não for efetuado de pronto, via de regra pode haver recusa de venda de bens ao consumidor.

IV. Se o fornecedor repassar informação de que o consumidor formulou queixa no PROCON, incide em sanção administrativa.

V. A prescrição da dívida não impede que os serviços de proteção ao crédito forneçam informação com vistas a evitar novo acesso do consumidor ao crédito.

Estão certos apenas os itens

(A) I, II e IV.

(B) I, III e V.

(C) I, IV e V.

(D) II, III e IV.

(E) II, III e V.

RESPOSTA (I) O CDC não veda a cobrança de dívidas do consumidor em seu local de trabalho, desde que não seja exposto a ridículo nem submetido a constrangimento ou ameaça (art. 42, CDC). (II) Art. 39, VI, e art. 40, CDC. (III) Art. 39, IX, CDC. (IV) Art. 39, VII (prática abusiva), combinado com o art. 56, CDC (sanção administrativa). (V) Art. 43, § 5º, CDC (a prescrição impede o fornecimento de informações). *Alternativa D*.

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) A respeito do direito do consumidor, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

2927. Consoante entendimento pacificado e atual do STJ, caso o nome do consumidor seja indevidamente inserido nos órgãos/cadastros de proteção ao crédito, existindo outras restrições devidas, terá ele direito de pleitear indenização por danos morais, todavia, com valor reduzido.

RESPOSTA Súmula 385, STJ, “Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”. *Errada*.

2928. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** De acordo com o disposto no CDC acerca da publicidade de bens e serviços de consumo, entende-se por *teaser*

(A) a publicidade comum e socialmente aceita, a despeito dos exageros nela observados e da não

observância do princípio da transparência da fundamentação em sua produção.

(B) a propaganda abusiva, que enseja a responsabilização civil e administrativa do fornecedor dos bens ou serviços.

(C) a mensagem que visa criar expectativa ou curiosidade no público, prescindindo da identificação do anunciante, do produto ou do serviço.

(D) a técnica publicitária utilizada para veicular produtos e serviços de forma camuflada e inseri-los em programas de televisão, rádio ou cinema.

(E) a publicidade enganosa por omissão.

RESPOSTA O chamado *teaser*, técnica não proibida no Brasil, mas que deve obedecer aos princípios e regras do CDC, é utilizado para aumentar a curiosidade do público por meio de mensagens enigmáticas, geralmente presentes em campanhas publicitárias de produtos a serem lançados. *Alternativa C*.

2929. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** A respeito de cláusulas abusivas, assinale a opção correta.

(A) A nulidade de uma cláusula contratual abusiva invalida o contrato quando, apesar dos esforços de integração, a sua ausência acarreta ônus excessivos para qualquer das partes.

(B) O rol de cláusulas abusivas estabelecido no art. 51 do CDC é exaustivo.

(C) É necessária a má-fé do fornecedor para a caracterização da abusividade de cláusula, de acordo com o que dispõe o CDC.

(D) Da nulidade das cláusulas abusivas ou da desproporcionalidade das prestações decorre somente sua invalidação, não sendo possível o juiz modificar o conteúdo das disposições contratuais.

(E) Conforme dispõe o CDC, são válidas as cláusulas que determinem a utilização compulsória da arbitragem.

RESPOSTA Art. 51, § 2º, CDC (a nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, *exceto* quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes). *Alternativa A*.

2930. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Acerca do modo de extinção e quitação dos contratos, assinale a opção correta.

(A) Nos contratos de trato sucessivo, a resolução por inexecução voluntária produz efeitos *ex tunc*, extinguindo o que foi executado e obrigando as restituições recíprocas.

(B) O CDC prevê hipótese excepcional de arrependimento, na qual o consumidor pode desistir do contrato, unilateralmente, em sete dias, sempre que a contratação ocorrer fora do estabelecimento comercial.

(C) Em ação de resolução de contrato, a exceção de contrato não cumprido, por ser de natureza material, não pode ser alegada pelo réu em sua defesa.

(D) À luz do que dispõe o Código Civil, tanto o distrato quanto a quitação devem ser feitos pela mesma forma exigida para o contrato.

(E) A anulabilidade de um contrato advém de uma imperfeição da vontade; por essa razão, mesmo com o vício congênito e não decretada judicialmente, a avença é eficaz, podendo ser arguida por ambas as partes e reconhecida de ofício pelo juiz.

RESPOSTA Art. 49, CDC (*prazo de arrependimento* ou *de reflexão*). *Alternativa B*.

IV. Sanções Administrativas e Infrações Penais

2931. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Rodrigo, gerente de uma loja de bicicletas, orientou

Marcelo, de quem é chefe, a não entregar aos consumidores o termo de garantia referente aos produtos por ele vendidos. Nessa situação hipotética,

(A) Marcelo e Rodrigo poderão ser considerados agentes ativos de crime previsto no CDC.

(B) somente Marcelo poderá ser agente ativo de crime previsto no CDC.

(C) somente Rodrigo poderá ser agente ativo de crime previsto no CDC.

(D) não caberá, em relação à conduta descrita, ação penal subsidiária nem assistência.

(E) o CDC não considera crime a conduta apresentada, mas infração administrativa.

RESPOSTA Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo é *crime* contra a relação de consumo (art. 71, CDC), sendo considerados agentes ativos, no caso, Marcelo e Rodrigo, nos termos do art. 75, CDC. *Alternativa A.*

2932. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta com referência às sanções administrativas e às infrações penais disciplinadas no CDC.

(A) Fazer ou promover publicidade que se sabe (ou se deveria saber) enganosa ou abusiva constitui infração meramente administrativa.

(B) Compete exclusivamente aos estados e ao DF, nas respectivas áreas de atuação administrativa, baixar normas relativas à produção, à industrialização, à distribuição e ao consumo de produtos e serviços.

(C) A aplicação cumulativa das sanções administrativas depende de prévia instauração de procedimento administrativo e reiteração da falta do fornecedor infrator.

(D) A sanção de contrapropaganda deve ser divulgada pelo infrator da mesma forma, na mesma frequência e dimensão e, necessariamente, no mesmo veículo, de modo a desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva.

(E) O crime consistente na omissão de dizeres ou sinais ostensivos a respeito da nocividade ou periculosidade de produtos em recipientes, embalagens, invólucros ou publicidade comporta as modalidades dolosa ou culposa.

RESPOSTA Art. 63, § 2º, CDC. *Alternativa E.*

2933. (Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito das normas de direito penal e de processo penal previstas no CDC.

(A) No processo penal atinente aos crimes cometidos contra as relações de consumo, é vedada ao MP a assistência, porém lhe é facultada a propositura de ação penal subsidiária, se a denúncia não for oferecida no prazo legal.

(B) Assim como ocorre no direito ambiental, a pessoa jurídica pode ser responsabilizada criminalmente se os seus representantes legais ou até mesmo empregados cometerem fatos tipicamente previstos como crimes no CDC.

(C) A conduta de impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros é expressamente prevista como crime no CDC.

(D) O sujeito passivo dos crimes contra as relações de consumo é o consumidor pessoa física, considerando-se fato atípico o crime cometido contra consumidor pessoa jurídica ou consumidor por equiparação, em observância ao princípio da vedação à responsabilidade objetiva.

(E) Considera-se circunstância agravante nos crimes tipificados no CDC o fato de o agente cometer o delito contra os consumidores de instituições financeiras, de saúde e de ensino privados.

RESPOSTA Art. 72, CDC. *Alternativa C.*

2934. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** Tendo em vista que a lei brasileira de proteção ao consumidor se destaca no cenário internacional por buscar proteger o consumidor sob os mais diversos aspectos, assinale a opção correta com relação ao direito penal do consumidor, às sanções administrativas e às infrações penais contra as relações de consumo.

(A) Considere a seguinte situação hipotética. Afrânio, comerciante, afixou lista com nome de fregueses inadimplentes na porta externa de sua padaria, causando prejuízo a Raimundo, que perdeu o crédito perante os demais fornecedores de alimentos do bairro onde mora, o que comprometeu, inclusive, a subsistência e dignidade de sua família. Nessa situação, embora tenha praticado infração administrativa, Afrânio não praticou crime contra as relações de consumo.

(B) É crime omissivo puro deixar de comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade ou periculosidade de produto cuja colocação no mercado seja anterior ao conhecimento de sua condição nociva ou perigosa, razão pela qual é necessária a caracterização do efetivo dano ao consumidor.

(C) O fato de o fornecedor encaminhar cartão de crédito para a residência do consumidor, sem prévio requerimento, constitui prática abusiva que caracteriza infração administrativa, mas não infração penal.

(D) Na medida em que um fornecedor infringe normas de proteção do consumidor, a autoridade administrativa pode aplicar-lhe, cumulativamente, as sanções de multa e de suspensão de fornecimento de produto, as quais possuem, respectivamente, natureza pecuniária e subjetiva.

(E) O direito penal do consumidor cumpre função eminentemente preventiva; nesse sentido, faz distinção entre os crimes de dano e de perigo, havendo necessidade, nos crimes de perigo abstrato, de demonstração de que o bem jurídico esteja exposto a situação de risco como consequência da conduta do agente.

RESPOSTA Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço é prática abusiva (art. 39, III, CDC), o que caracteriza infração administrativa (art. 56, CDC), mas não infração penal. *Alternativa C.*

2935. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** No CDC, são previstos diversos direitos que devem ser respeitados, na relação de consumo, sendo alguns deles, em razão da importância do bem jurídico tutelado, protegidos também na esfera criminal. A respeito das normas de direito penal e processual penal previstas no CDC, assinale a opção correta.

(A) São circunstâncias agravantes dos crimes tipificados no CDC o fato de o delito ser cometido em época de deflação ou de guerra declarada, o de colocar em risco direito individual ou individual homogêneo e o de impingir coerção irresistível à vítima.

(B) De acordo com o CDC, a pena privativa de liberdade e a de multa podem ser impostas cumulativamente com a interdição temporária de direitos, a publicação, em órgãos de comunicação de grande circulação ou audiência, às expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a prestação de serviços à comunidade, sendo vedado alterná-las.

(C) No processo penal atinente aos crimes cometidos contra as relações de consumo, são vedadas a assistência ao MP e a propositura de ação penal subsidiária.

(D) Os crimes contra as relações de consumo, dado o seu caráter especial, estão previstos exclusivamente no CDC, sendo necessária, para a inclusão de novo tipo penal, a alteração de seu texto mediante processo legislativo próprio.

(E) Quem, de qualquer forma, concorrer para os crimes referidos no CDC está sujeito às penas a estes cominadas na medida de sua culpabilidade, bem como o diretor, administrador ou gerente da pessoa

jurídica que promover, permitir ou por qualquer modo aprovar o fornecimento, oferta, exposição à venda ou manutenção de produtos em depósito ou a oferta e prestação de serviços nas condições por ele proibidas.

RESPOSTA (A) Art. 76, CDC. (B) Art. 78, CDC. (C) Art. 80, CDC. (D) Art. 61, CDC. (E) Art. 75, CDC. *Alternativa E*.

2936. (Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE) A propósito das normas de direito penal e processual penal previstas no CDC, assinale a opção correta.

(A) O CDC prevê, expressamente, como crime a conduta de não entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo.

(B) Assim como ocorre no direito ambiental, é prevista, no direito do consumidor, a responsabilização criminal da pessoa jurídica cujos representantes legais ou empregados cometam fatos tipicamente previstos na legislação específica como crimes.

(C) O CDC não prevê infração penal na modalidade culposa, de modo que, no âmbito do direito do consumidor, o infrator somente responderá criminalmente se agir dolosamente.

(D) O sujeito passivo dos crimes contra as relações de consumo é o consumidor pessoa física, considerando-se atípico o crime cometido contra consumidor pessoa jurídica ou consumidor por equiparação, em face do princípio da vedação à responsabilidade objetiva.

(E) Constitui crime contra as relações de consumo fazer ou promover publicidade manifestamente fantasiosa.

RESPOSTA Art. 74, CDC (Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo: Pena Detenção de 1 a 6 meses ou multa). *Alternativa A*.

2937. (Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE) Conforme o CDC, é garantido ao consumidor o acesso às informações sobre ele existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados, bem como as referentes às suas respectivas fontes. Considerando essa informação, assinale a opção correta no que se refere aos bancos de dados e cadastros de consumidores.

(A) Impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros constitui infração penal.

(B) O mandado de segurança é o instrumento jurídico adequado para assegurar o conhecimento de informações relativas ao consumidor constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

(C) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres devem ser instituídos e mantidos por entidades públicas.

(D) É imprescindível o aviso de recebimento na carta de comunicação enviada ao consumidor que o avise sobre a inclusão de seu nome em bancos de dados e cadastros de maus pagadores.

(E) Segundo a jurisprudência sumulada do STJ, compete ao fornecedor notificar o devedor antes de proceder à inscrição de seu nome no cadastro de proteção ao crédito.

RESPOSTA Art. 72, CDC (constitui *crime* contra as relações de consumo impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros). *Alternativa A.*

2938. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) A respeito das normas de direito penal e processo penal previstas no CDC, assinale a opção correta.

(A) A pessoa jurídica pode ser responsabilizada criminalmente se os seus representantes legais ou até

mesmo empregados cometerem crimes previstos no CDC.

(B) O sujeito passivo dos crimes contra as relações de consumo é o consumidor pessoa física, sendo considerado o crime fato atípico se cometido contra consumidor pessoa jurídica ou consumidor por equiparação, em observância ao princípio da vedação à responsabilidade objetiva.

(C) Observa-se a ocorrência de agravantes quando os crimes tipificados no CDC são cometidos em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade ou quando causam grave dano individual ou coletivo.

(D) O CDC tipifica como crime a conduta de empregar peças ou componentes de reposição usados na reparação de produtos, mesmo com autorização do consumidor.

(E) Todos os legitimados para a defesa coletiva do consumidor podem prestar assistência ao MP e propor ação penal subsidiária.

RESPOSTA Art. 76, CDC (são circunstâncias *agravantes* dos crimes tipificados no CDC, dentre outras, quando cometidos em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade, ou ainda, quando ocasionarem grave dano individual ou coletivo). *Alternativa C*.

V. Da Defesa do Consumidor em Juízo

2939. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da disciplina normativa da defesa, em juízo, do consumidor.

(A) É lícita às associações legalmente constituídas há mais de um ano a propositura de ação coletiva para a defesa dos direitos de seus associados, desde que haja prévia autorização em assembleia.

(B) Na hipótese de ação coletiva para a defesa de interesses individuais homogêneos, é exclusivamente competente para a execução coletiva o juízo da liquidação da sentença ou o da ação condenatória.

(C) Tratando-se de ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, no caso de procedência ou improcedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas.

(D) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, as ações coletivas para a defesa de interesses ou de direitos coletivos não induzem litispendência para as ações individuais.

RESPOSTA (A) Art. 82, IV, CDC (dispensa-se autorização assemblear). (B) Art. 98, § 2º, CDC. (C) Art. 103, III, CDC (apenas em caso de *procedência*, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores). (D) Art. 104, CDC. *Alternativa D*.

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) A respeito do direito do consumidor, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

2940. A demanda coletiva ajuizada em face da publicidade de um medicamento emagrecedor milagroso visa tutelar os interesses difusos, também denominados transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e indetermináveis, ligadas por circunstâncias fáticas, não cabendo mencionar relação jurídica anterior entre os titulares desse tipo de direito.

RESPOSTA Trata-se de defesa *coletiva* a ser exercida nos termos do art. 81, parágrafo único, I, CDC, por se tratar de *interesses* ou *direitos difusos*, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato. *Certa*.

2941. Conforme previsão expressa do CDC, entre outros legitimados concorrentemente, a DP é parte legitimada para propor ACP na defesa coletiva dos direitos dos consumidores.

RESPOSTA A Defensoria Pública é legítima para propor Ação Civil Pública em defesa coletiva dos consumidores. Porém, *não*

consta no rol dos legitimados do CDC (art. 82), e sim no art. 5º, II, Lei n. 7.347/85 (Lei da ACP, cujo artigo foi alterado pela Lei n. 11.448/2007). *Errada*.

2942. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Supondo a ocorrência de acidente aéreo no qual morram duzentos e oitenta passageiros, assinale a opção correta com base na disciplina legal acerca da defesa, em juízo, do consumidor.

(A) A legitimidade de associação criada para a defesa dos interesses do consumidor, com vistas à propositura de ação coletiva para a defesa dos interesses e direitos dos sucessores das vítimas do acidente, dependerá de autorização de assembleia.

(B) Só estará legitimada a propor ação coletiva em defesa dos interesses dos sucessores das vítimas do acidente entidade associativa cujo fim institucional seja exclusivamente a defesa dos interesses e direitos do consumidor.

(C) Por terem natureza difusa, os direitos e interesses decorrentes desse acidente poderão ser defendidos coletivamente em juízo.

(D) Serão legitimados para a propositura de ação coletiva em favor dos sucessores das vítimas as entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta, destinados especificamente à defesa dos interesses e direitos do consumidor, desde que dotados de personalidade jurídica.

(E) Evidenciada a dimensão do dano, o juiz da causa poderá dispensar, para a propositura de ação coletiva em defesa dos interesses dos sucessores das vítimas, o requisito de pelo menos um ano de constituição de associação que tenha sido criada para o fim.

RESPOSTA Trata-se de *direitos individuais homogêneos* (art. 81, parágrafo único, III, CDC), cuja defesa poderá ser exercida *coletivamente*, estando legitimados os sujeitos do art. 82, CDC, entre eles as *associações* legalmente constituídas há pelo menos 1 ano e que incluam *entre* seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos do consumidor, *dispensada a autorização assemblear*; sendo que o requisito da pré-constituição pode ser dispensado pelo juiz quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido. *Alternativa E*.

2943. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Considerando as normas de defesa do consumidor em juízo e o entendimento do STJ a respeito do tema, assinale a opção correta.

(A) O MP não possui legitimidade para promover ACP na defesa de direitos dos consumidores de energia elétrica, dada a vedação expressamente prevista na lei que dispõe sobre a ACP.

(B) É competente, sem exceção, a justiça local do foro do lugar onde ocorra ou tenha ocorrido o dano, quando de âmbito local, e do foro da capital do estado ou no do DF, para os danos de âmbito nacional ou regional.

(C) Aplica-se o prazo prescricional quinquenal previsto na Lei da Ação Popular à ACP decorrente de direitos individuais homogêneos.

(D) A defensoria pública não detém legitimidade para ajuizar ACP em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.

(E) É vedado ao juiz dispensar o requisito da pré-constituição da associação de defesa dos interesses e direitos dos consumidores para o ajuizamento de ação coletiva, mesmo quando haja manifesto interesse social.

RESPOSTA STJ – AgRg no AREsp 245.847/MS, “O prazo quinquenal de que trata a Lei n. 4.717/65 (Lei da Ação Popular) aplica-se à ação civil pública e também à respectiva execução”. *Alternativa C.*

2944. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Com referência às convenções coletivas de

consumo, assinale a opção correta.

(A) As convenções coletivas de consumo tornar-se-ão obrigatórias a partir de sua homologação perante o Departamento Nacional de Defesa do Consumidor.

(B) As convenções coletivas de consumo obrigam todos os fornecedores que pertençam à mesma categoria econômica tratada no instrumento, independentemente de estarem, ou não, filiadas a qualquer entidade signatária.

(C) As convenções coletivas de consumo devem ser propostas pelo MP às associações de fornecedores e aos órgãos de defesa do consumidor.

(D) As convenções coletivas de consumo podem ser celebradas entre entidades civis de consumidores e sindicatos de categoria econômica, para estabelecer condições relativas ao preço de produtos e serviços.

(E) As convenções coletivas de consumo não poderão ter por objeto o estabelecimento de condições relativas à composição do conflito de consumo.

RESPOSTA Art. 107, CDC (as entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo). *Alternativa D.*

2945. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta com base no que dispõe a legislação que rege as ações de responsabilidade civil propostas contra fornecedor de produtos e serviços.

(A) A proibição de divulgação e venda de produtos por intermédio de ação de prevenção de dano deve ficar restrita aos limites territoriais de competência do órgão julgador.

(B) O foro das ações de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços deve ser o do domicílio do fornecedor, ressalvada a hipótese de comprovação da hipossuficiência do consumidor, caso em que o autor poderá propor a ação no juízo de seu domicílio.

(C) Tendo sido decretada a falência do fornecedor e havendo contrato de seguro de responsabilidade civil, o ajuizamento da ação pertinente poderá ser feito diretamente contra o segurador.

(D) No caso de haver o réu contratado seguro de responsabilidade, o Instituto de Resseguros do Brasil deverá integrar a lide como litisconsorte obrigatório.

(E) Compete exclusivamente ao MP a propositura de ação contra o poder público para compeli-lo a proibir a produção, divulgação e venda de produtos e serviços que se mostrem incompatíveis com o sistema de defesa do consumidor.

RESPOSTA (A) Art. 102, CDC (em todo o território nacional). (B) Art. 101, I, CDC (foro do domicílio do autor/consumidor, independentemente de comprovação de hipossuficiência). (C) Art. 101, II, segunda parte, CDC. (D) Art. 101, II, CDC (*vedada* a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil). (E) Art. 102, CDC (compete a todos os legitimados do CDC). *Alternativa C*.

2946. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** O Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, vinculado à Secretaria Nacional de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, ou órgão federal que venha a substituí-lo, é organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe

(A) assessorar o MP e a defensoria pública, para fins de adoção de medidas processuais no âmbito da defesa dos direitos do consumidor.

(B) atuar como assistente litisconsorcial nas ações civis públicas ajuizadas por associações de defesa

dos direitos do consumidor.

(C) incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a formação de entidades de defesa do consumidor pela população e pelos órgãos públicos estaduais e municipais.

(D) ajuizar ações individuais e coletivas perante a justiça federal do DF, quando o interesse lesado for de âmbito nacional.

(E) lavrar auto de infração administrativa e cobrar, judicialmente, as multas aplicadas no âmbito da defesa dos direitos do consumidor.

RESPOSTA Art. 106, CDC. *Alternativa C.*

2947. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** No que se refere à defesa, em juízo, do consumidor, assinale a opção correta.

(A) São legitimados para atuar em juízo na defesa coletiva do consumidor o MP, a DP, a União, os estados, os municípios e o DF e qualquer associação legalmente constituída há pelo menos um ano, dispensada, nesse caso, a autorização de assembleia.

(B) Nas ações coletivas de que trata o CDC, ainda que não ocorra adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, a associação autora, no caso de improcedência, deve ser condenada ao pagamento de honorários de advogados, custas e despesas processuais.

(C) No caso de ação para cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, a conversão da obrigação em perdas e danos somente pode ocorrer se o autor assim tiver optado ou se for impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente ao do adimplemento.

(D) Os interesses ou direitos difusos são transindividuais, de natureza indivisível, e seus titulares, pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; por outro lado, os interesses ou direitos individuais homogêneos, também indivisíveis, decorrem de origem jurídica comum.

(E) Para a defesa dos direitos e interesses do consumidor, são admissíveis apenas as espécies de ações previstas no CDC.

RESPOSTA Art. 84, § 1º, CDC. *Alternativa C.*

2948. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta com base no que dispõe o CDC acerca da legitimidade ativa para a propositura de ação coletiva.

(A) As associações civis estão excluídas do rol de entes legitimados a ajuizar ação coletiva em defesa dos interesses de seus associados.

(B) O autor deve determinar, de maneira discriminada e individualizada, os titulares dos direitos difusos demandados em juízo, a fim de que esses direitos possam ser tutelados.

(C) O fato de algumas entidades possuírem legitimidade subsidiária para propor ações coletivas para a proteção de interesses difusos e coletivos caracteriza o litisconsórcio necessário.

(D) Há entidades que, embora sem personalidade jurídica, possuem legitimidade ativa para o ajuizamento de ação coletiva.

(E) Não sendo o MP o autor da ação coletiva, a sua atuação no processo, de acordo com a sistemática adotada pelo CDC, é, em regra, dispensável.

RESPOSTA Segundo o art. 82, III, CDC, são legitimados para a defesa coletiva dos consumidores as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, *ainda que sem personalidade jurídica*, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC. *Alternativa D.*

2949. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Determinado defensor público, lotado em comarca do interior, atendeu diversos cidadãos hipossuficientes que se queixavam do fato de que determinada loja local de venda de eletrodomésticos se negava a prestar assistência pós-venda aos consumidores, sob a alegação de que somente os fabricantes dos produtos são responsáveis pelo conserto ou troca dos aparelhos. Após consultar, via ofício, a loja, o defensor público confirmou a veracidade dos fatos, tendo constatado que ela atuava dessa forma com todos os seus clientes. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta com base nas normas referentes à defesa do consumidor em juízo.

(A) O defensor público deverá remeter ao MP local cópias das ações individuais que ajuizar, para que o promotor de justiça, então, avalie a conveniência de ajuizar a ação coletiva.

(B) Como se trata de interesse difuso, que, por isso, abrange direitos de hipossuficientes e de pessoas abastadas, não cabe à defensoria pública atuar no caso.

(C) O defensor público, na petição inicial, poderá requerer ao juiz a concessão da tutela específica da obrigação ou a determinação de providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

(D) O defensor público deve, antes de ajuizar qualquer demanda, instaurar inquérito civil público, a fim de investigar os fatos.

(E) O defensor público só poderá agir, por meio do ajuizamento de ação individual, em nome dos consumidores que se queixaram à defensoria pública.

RESPOSTA Trata-se de *direitos individuais homogêneos*, cuja defesa poderá ser exercida individual ou coletivamente (art. 81, parágrafo único, III, CDC), estando legitimados, para tanto, entre outros, as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC (art. 82, III, CDC), podendo haver pedido de tutela específica (art. 84, CDC). *Alternativa C*.

2950. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** A associação estadual de defesa do consumidor (AEDC) de determinado estado da Federação ajuizou ação civil pública contra a única distribuidora de combustíveis do estado, sob a alegação de que o fato de ela ser a única empresa do tipo no mercado constitui monopólio e cartel, o que causa lesão a vários direitos básicos dos consumidores. Na ação, requereu que a empresa fosse condenada a adequar os seus preços à média nacional e a pagar danos morais coletivos. O magistrado competente, ao analisar a inicial, constatou que a associação, cujo estatuto prevê, entre os seus fins institucionais, a defesa ampla dos consumidores, tinha sido legalmente constituída havia seis meses e que não tinha sido juntada autorização assemblear para a propositura da ação. De acordo com as normas do CDC, o juiz, nessa situação, deve

(A) extinguir o processo sem exame do mérito, por não ter sido a autorização assemblear juntada aos autos, sem condenar a autora ao pagamento das custas processuais.

(B) abrir prazo para que a autora emende a exordial, a fim de retirar o pedido de danos morais coletivos, visto que somente o MP tem legitimidade para fazer esse pedido.

(C) receber a inicial, intimar o MP para atuar como fiscal da lei e intimar a defensoria pública para ajuizar as ações individuais pertinentes.

(D) extinguir o processo sem resolução do mérito, já que a AEDC foi constituída há menos de um ano, e condenar a autora ao pagamento das custas processuais.

(E) fundamentar, ao receber a exordial, a legitimidade ativa da associação, tendo em vista que, embora constituída há menos de um ano, a extensão dos danos aos consumidores justifica sua atuação na ação coletiva.

RESPOSTA A referida associação *tem legitimidade* ativa, já que, além de dispensada a autorização assemblear, o requisito da pré-constituição também pode ser dispensado pelo juiz quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido (art. 82, III e parágrafo único, CDC). *Alternativa E*.

2951. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** A respeito do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), do Departamento Nacional de Defesa do Consumidor (DNDC) e da convenção coletiva de consumo, assinale a opção correta.

(A) Compete ao DNDC ajuizar ação coletiva contra os infratores das normas consumeristas, a fim de impor-lhes condenações ao pagamento de multas.

(B) As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo. As regras constantes nessas convenções passam a ser obrigatórias a partir do registro do instrumento no cartório de títulos e documentos, mesmo para o fornecedor que, posteriormente, se desligue da entidade de classe.

(C) Os PROCON's, órgãos oficiais locais subordinados hierarquicamente ao DNDC e criados, na forma da lei, para exercer as atividades contidas no CDC, atuam junto às comunidades prestando atendimento direto aos consumidores.

(D) Para a consecução de seus objetivos, o DNDC poderá requisitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnico-científica. Se se omitir, o requisitado cometerá crime tipificado no CDC.

(E) O SNDC resulta da conjugação de esforços do Estado, nas diversas unidades da Federação, para a implementação efetiva dos direitos do consumidor e para o respeito da pessoa humana na relação de consumo. Para impedir a manipulação ao livre mercado, é vedada a participação de entidades privadas no SNDC.

RESPOSTA Art. 107, CDC. *Alternativa B*.

2952. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Em consonância com os preceitos decorrentes das ações de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, assinale a opção correta.

(A) A ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços deve ser proposta, obrigatoriamente, no domicílio do autor.

(B) O fornecedor demandado poderá denunciar à lide o seu segurador, o qual passará a assumir a condição de codevedor perante o consumidor.

(C) Declarado falido o fornecedor e confirmada, pelo síndico, a existência do seguro de responsabilidade, poderá o consumidor ajuizar ação de indenização diretamente contra o segurador.

(D) Por disposição de lei, é vedada a denunciação da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil, sendo necessária, entretanto, a sua convocação para a ação, na condição de litisconsorte necessário.

(E) Conforme entendimento do STJ e da doutrina, a expressão responsabilidade civil, mencionada no art. 101 do CDC, refere-se, apenas, à responsabilidade extracontratual, não se aplicando, portanto, às ações de responsabilidade contratual.

RESPOSTA Art. 101, II, CDC (se o réu houver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, vedada a denunciação da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este). *Alternativa C*.

2953. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta, levando em conta a defesa coletiva, em juízo, dos consumidores.

(A) É cabível a propositura de ação civil pública em matéria tributária ou previdenciária para defender direitos individuais.
(B) É admissível a propositura de ação civil pública em que haja declaração incidental de inconstitucionalidade, em face de fundamento ou questão prejudicial constitucional.
(C) São caracterizados como coletivos os interesses ou direitos transindividuais, de natureza indivisível, cujos titulares sejam pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
(D) O MP não tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.
(E) Caracterizam-se como difusos os interesses ou direitos transindividuais, de natureza indivisível, cujo titular seja grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por relação jurídica base.

RESPOSTA STF – Rcl 597/SP, "(...) sendo, pois, admissível no julgamento da ACP a decisão incidente acerca da constitucionalidade da lei, que constitua questão prejudicial do pedido condenatório". *Alternativa B*.

VI. Assuntos Diversos

2954. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** No tocante às relações de consumo, é correto afirmar que
(A) a pessoa jurídica não sofre dano moral indenizável.
(B) é isento de responsabilidade o fornecedor que não tenha conhecimento dos vícios de qualidade por inadequação de produtos e serviços de consumo.
(C) a reparação do dano moral coletivo está prevista no Código de Defesa do Consumidor.
(D) a interpretação das cláusulas contratuais deve ocorrer de forma a não favorecer nem prejudicar o consumidor.

RESPOSTA (A) Súmula 227, STJ, "A pessoa jurídica pode sofrer dano moral". (B) Art. 23, CDC (a ignorância do fornecedor não exime sua responsabilidade). (C) Art. 6º, VI, CDC. (D) Art. 47, CDC (as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao *consumidor*). *Alternativa C*.

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Acerca dos princípios básicos que regem o direito do consumidor, da teoria da imprevisão e da responsabilidade de fato sobre o produto e o serviço, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

2955. A inversão do ônus da prova, direito básico, mas não absoluto, do consumidor, só será a este concedido quando o juiz verificar, de forma cumulativa, a sua hipossuficiência e a verossimilhança de suas alegações.

RESPOSTA A *inversão do ônus da prova*, direito básico do consumidor, previsto no art. 6º, VIII, CDC, será concedida quando, a critério do juiz, for *verossímil* a alegação *ou* quando for ele *hipossuficiente*, segundo as regras ordinárias de experiências. *Errada*.

2956. De acordo com a teoria da onerosidade excessiva, também conhecida como teoria da imprevisão, é possível a revisão contratual, desde que, em virtude de acontecimentos extraordinários, supervenientes e imprevisíveis, fique configurado o desequilíbrio entre as partes contratantes, com extrema vantagem para uma das partes e onerosidade excessiva para a outra.

RESPOSTA Nos termos do art. 6º, V, CDC, tratando-se de relação de consumo, para que ocorra a revisão, não há necessidade de o fato superveniente ser *imprevisível*, bastando que, após a celebração do contrato, surja fato que torne suas cláusulas excessivamente onerosas ao consumidor. *Errada*.

2957. O *recall*, expressamente previsto no CDC, constitui instrumento por meio do qual o fornecedor busca impedir, ainda que tardiamente, que o consumidor sofra algum dano ou perda em decorrência de vício que o produto ou o serviço tenha apresentado após a sua comercialização.

RESPOSTA Muito embora haja previsão no CDC de que o fornecedor deve fazer essa comunicação aos consumidores mediante anúncios publicitários (art. 10, § 1º), não existe a expressão *recall* no Código, o que, segundo a Banca, torna a afirmativa *errada*.

2958. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Acerca de relações de consumo, locação, direitos autorais e títulos de crédito, assinale a opção correta.

(A) Tratando-se de conta corrente conjunta em que cada cotitular a movimente livremente, caso haja emissão de cheque sem provisão de fundos, tanto o nome do correntista emissor quanto o do outro estranho ao título poderão ser negativados no cadastro de proteção ao crédito.

(B) As concessionárias de serviços rodoviários, nas suas relações com os usuários, estão subordinadas à legislação consumerista, podendo ser qualificadas como fornecedoras.

(C) O CDC não é aplicável às instituições bancárias.

(D) Nos contratos de locação, é inválida a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.

(E) Consoante pacífica jurisprudência do STJ, é admissível o interdito proibitório para a proteção do direito autoral.

RESPOSTA Art. 3º, CDC (fornecedor pode ser pessoa pública da administração direta ou indireta). *Alternativa B*.

2959. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** A respeito dos serviços públicos e das relações de consumo, assinale a opção correta.

(A) Aplicam-se as disposições do CDC às hipóteses de aumento abusivo dos valores cobrados como contraprestação de serviço público, independentemente da natureza da cobrança – se por taxa ou por preço público.

(B) Configura hipótese de litisconsórcio passivo necessário da Agência Nacional de Telecomunicações a demanda movida pelo usuário contra concessionária, sobre a legitimidade da cobrança de tarifa por serviço de telefonia.

(C) Constitui caso fortuito, excludente de responsabilidade da empresa transportadora, assalto a mão armada, dentro de veículo coletivo, contra consumidor-usuário.

(D) Não configura erro justificável a cobrança de tarifa de esgoto por serviço que não tenha sido prestado pela concessionária de serviço público, não devendo, portanto, os valores indevidamente cobrados do usuário ser restituídos em dobro.

(E) Conforme a jurisprudência do STJ, as disposições do CDC não se aplicam à atividade notarial de titulares de serventias de registros públicos.

RESPOSTA STJ – Rcl 4.518/RJ, “A jurisprudência consolidada neste Tribunal Superior, há tempos, é no sentido de que o assalto à mão armada dentro de coletivo constitui fortuito a afastar a responsabilidade da empresa transportadora pelo evento danoso daí decorrente para o passageiro”. *Alternativa C*.

2960. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com base no entendimento sumulado pelo STJ a respeito da aplicação do CDC no que se refere a fornecedor e práticas abusivas.

(A) O CDC não é aplicável à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes.

(B) O CDC não se aplica aos contratos de plano de saúde.
(C) Nos contratos bancários, é possível ao julgador conhecer de ofício a abusividade das cláusulas.
(D) Nos contratos bancários posteriores ao CDC, incide a multa moratória nele prevista.
(E) Não é abusiva cláusula contratual de plano de saúde que limite no tempo a internação hospitalar do segurado.

RESPOSTA (A) Súmula 297, STJ. (B) Súmula 469, STJ. (C) Súmula 381, STJ. (D) Súmula 285, STJ. (E) Súmula 302, STJ. *Alternativa D.*

2961. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STJ no que tange ao direito do consumidor.

(A) Por força de vedação prevista em lei, o MP não possui legitimidade para promover ação civil pública na defesa de direitos dos consumidores de energia elétrica.
(B) O critério a ser adotado para determinar a relação de consumo é o maximalista; desse modo, para se caracterizar como consumidora, a parte deve ser destinatária econômica final do bem ou do serviço adquirido.
(C) No contrato de fornecimento de energia elétrica, a concessionária não pode repassar às faturas a serem pagas pelo consumidor o valor da contribuição ao Programa de Integração Social e o da contribuição para financiamento da seguridade social por ela devidos.
(D) À cobrança de indenização securitária não se aplica a responsabilidade solidária decorrente de danos ao consumidor, pois a pretensão diz respeito à exigência do próprio serviço, e não, a responsabilidade por fato do serviço.
(E) Considere que uma sociedade empresária efetue a compra de uma retroescavadeira usada para ser empregada em suas atividades negociais. Nessa situação, são aplicáveis as regras do CDC.

RESPOSTA STJ – REsp 1.190.772/RJ, "À cobrança de indenização securitária – vale dizer, cobrança de uma prestação contratual – não se aplicam os arts. 14, *caput*, 7º, parágrafo único, e 25, § 1º, no que concerne à responsabilidade solidária decorrente de causação de danos ao consumidor, pois a pretensão deduzida em juízo diz respeito à exigência do próprio serviço, e não de responsabilidade por fato do serviço". *Alternativa D.*

2962. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Considerando a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta acerca de fornecedor, proteção contratual e responsabilidade.

(A) Empresa jornalística não pode ser responsabilizada pelos produtos ou serviços oferecidos por seus anunciantes, sobretudo quando não se infira ilicitude dos anúncios.
(B) A composição civil judicial entre consumidor e fornecedor e(ou) prestador de serviços afasta a imposição de multa aplicada por órgão de proteção e defesa do consumidor.
(C) Em contrato de arrendamento, considera-se abusiva cláusula contratual que obrigue o arrendatário a contratar seguro em nome do arrendante, cabendo àquele o dever de conservar o bem e, portanto, de arcar com os riscos e encargos inerentes.
(D) Se uma revendedora de máquinas e equipamentos firmar contrato com transportadora para o transporte de um gerador de energia, restará configurada relação de consumo.
(E) Em caso de rescisão de promessa de compra e venda de imóvel ainda em construção, é legítima cláusula contratual que determine a restituição das parcelas somente ao término da obra.

RESPOSTA STJ – REsp 1.046.241/SC, "Assim, a empresa jornalística não pode ser responsabilizada pelos produtos ou serviços oferecidos pelos seus anunciantes, sobretudo quando dos anúncios publicados não se infere qualquer ilicitude". *Alternativa A.*

2963. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito das relações de consumo e dos integrantes dessas relações, da qualidade de produtos e serviços e da prevenção e reparação de danos deles advindos, bem como de aspectos diversos associados às práticas comerciais.

(A) É pacífico no âmbito do STJ que o CDC seja aplicável nas atividades notariais e registrais.

(B) Segundo o direito consumerista brasileiro, o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que lhe tiver sido cobrado em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

(C) Não há uniformidade doutrinária quanto à existência de distinção de significado entre os termos publicidade e propaganda: há os que defendem essa existência e os que argumentam em favor da existência de sinonímia entre referidos termos.

(D) Para o STJ, as instituições financeiras respondem subjetivamente pelos danos gerados por fortuito relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

(E) Para o CDC e para o STJ, somente há danos à saúde do consumidor a partir do momento em que este consome o bem viciado em sua qualidade.

RESPOSTA A doutrina diverge quanto à distinção ou não acerca dos termos *publicidade* e *propaganda*. Enquanto alguns sustentam que se trata de sinônimos, outros argumentam que *publicidade* estaria vinculada ao objetivo de lucro (ex.: venda de um produto), enquanto a *propaganda* teria mais um caráter informativo (ex.: propaganda da campanha de combate à dengue). *Alternativa C.*

2964. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) A respeito da responsabilidade por vício do produto e do serviço, das implicações administrativas e penais associadas às relações de consumo e das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos ligados às citadas relações, assinale a opção correta.

(A) Cometerá crime de consumo configurado no crime de *recall* o fornecedor que não comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade ou periculosidade de produtos cujo conhecimento seja posterior à sua colocação no mercado e não retirá-lo imediatamente de circulação, quando determinado pela autoridade competente. Nesse sentido, a ordem da autoridade competente para a retirada do citado bem do mercado de consumo deve ser pessoal ao fornecedor responsável, para fins de configuração do crime.

(B) A tipificação penal protetiva do consumidor, em regra e por conta da presunção de perigo que traz consigo, não exige, para a sua consumação, a realização de dano físico, mental ou econômico ao indivíduo-consumidor, sendo certo que o direito penal econômico protege primeiramente não o consumidor em si, mas a relação jurídica de consumo, pois esta é um bem jurídico autônomo, supraindividual e imaterial.

(C) A sentença civil não fará coisa julgada *erga omnes* nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que apenas o MP poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

(D) No direito do consumidor, vício e defeito dos bens possuem o mesmo sentido: relacionam-se com o fato de o bem gerar a responsabilidade civil do fornecedor por defeito ou por insegurança.

(E) A lei é a única forma de expressão juridicamente correta para se criar órgão de defesa do consumidor no âmbito do Poder Executivo.

RESPOSTA Os crimes tipificados no CDC não se restringem às condutas praticadas contra um consumidor individual, a observar-se pela própria redação do art. 61, que traz a tipificação dos crimes *contra as relações de consumo*. *Alternativa B.*

2965. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Com referência às características e princípios do CDC, às relações de consumo, à defesa do consumidor em juízo e ao registro de informações em bancos e cadastros de consumidores, assinale a opção correta.

(A) Não se confunde, como faz o CDC, contrato de adesão e condições gerais dos contratos, pois o problema é de continente e de conteúdo, respectivamente, já que o contrato de adesão é instrumento que concretiza os efeitos das condições gerais, embora ele não contenha somente condições gerais.

(B) A exceção de contrato não cumprido é instituto diverso da *exceptio doli*, mas também se aplica às relações de consumo, por exemplo, nos casos de vício no bem e no serviço.

(C) Não é possível a incidência do CDC nos contratos de multipropriedade imobiliária e(ou) de *time-sharing*.

(D) O CDC trata da execução individual da sentença fundada em direito individual homogêneo, mas não contempla a execução por *fluid recovery*.

(E) Uma das hipóteses de *habeas data* trazidas pela CF consiste em assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Todavia, o consumidor não poderá socorrer-se de tal medida para obter informações mantidas em banco de dados de pessoas jurídicas de direito privado, como é o caso da SERASA.

RESPOSTA As *condições gerais dos contratos* estão inseridas no *contrato de adesão*, sendo que este pode conter, além das condições gerais, demais disposições, de forma que são expressões distintas. *Alternativa A.*

2966. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos direitos do consumidor.

(A) De acordo com o CDC, o devedor poderá pedir a resolução do contrato de execução continuada se a prestação de uma das partes tornar-se, em virtude de acontecimento extraordinário, excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra.

(B) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, que desenvolve atividade de produção, montagem, criação, distribuição ou comercialização de produtos, excetuando-se o camelô, que não tem personalidade jurídica.

(C) Segundo a jurisprudência do STJ, a responsabilidade civil das companhias aéreas por má prestação de serviços subordina-se ao CDC, e não à Convenção de Varsóvia.

(D) Segundo a teoria finalista, embasada no conceito jurídico de consumidor, o destinatário final é somente o destinatário fático do produto, não importando a destinação econômica do bem.

(E) O reconhecimento da hipossuficiência do consumidor no mercado de consumo, a racionalização e a melhoria dos serviços públicos constituem princípios expressos da Política Nacional das Relações de Consumo.

RESPOSTA STJ – AgRg no AREsp 141.630/RN, "O Superior Tribunal de Justiça entende que a responsabilidade civil das companhias aéreas em decorrência da má prestação de serviços, após a entrada em vigor da Lei 8.078/90, não é mais regulada pela Convenção de Varsóvia e suas posteriores modificações (Convenção de Haia e Convenção de Montreal), ou pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, subordinando-se, portanto, ao Código Consumerista". *Alternativa C.*

FCC

I. Disposições Gerais, Princípios e Direitos Básicos

2967. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** No Brasil, a defesa do consumidor

(A) é matéria reservada ao legislador federal, o qual, segundo a Lei Maior, somente o protegerá nas hipóteses de comprovada hipossuficiência econômica.

(B) é cláusula pétrea.

(C) encontra-se regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, a qual fundamenta-se no princípio da responsabilidade objetiva do profissional liberal em razão do risco da atividade.

(D) encontra-se regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, a qual se aplica a todos os ramos de atividades, exceto a exercida pelas instituições financeiras, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

(E) prevista pelo Código de Defesa do Consumidor não se aplica à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes, haja vista a não caracterização de relação de consumo.

RESPOSTA Diversos artigos da CF/88 demonstram a preocupação do legislador com a defesa do consumidor (art. 24, VII, art. 150, § 5º, art. 170, V, etc.). No entanto, o art. 5º, XXXII, é que traz a defesa do consumidor como garantia individual e coletiva, constituindo-se, portanto, em *cláusula pétrea* (art. 60, § 4º, IV, CF). *Alternativa B*.

2968. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** No sistema protetivo do consumidor

(A) os serviços públicos são excluídos, já que objeto de leis próprias.

(B) o acesso ao Poder Judiciário é sempre gratuito aos consumidores, para facilitação da defesa de seus interesses.

(C) haverá, sempre, a inversão do ônus probatório em benefício do consumidor, em face de sua presumida hipossuficiência, que é absoluta.

(D) as cláusulas de eleição de foro são tidas por inexistentes em qualquer hipótese, não gerando efeitos jurídicos.

(E) é garantido o direito de modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

RESPOSTA (A) Art. 4º, VII, art. 6º, X, e art. 22, CDC. (B) Art. 5º, I, CDC (apenas para os carentes). (C) Art. 6º, VIII, CDC (*inversão do ônus da prova* é direito básico do consumidor, mas ocorrerá excepcionalmente, quando presentes os requisitos de verossimilhança ou hipossuficiência, a serem analisados no caso concreto). (D) Art. 51, § 1º, CDC (o acesso ao Judiciário é direito assegurado pelo CDC ao consumidor, sendo abusiva a cláusula de eleição de foro se efetivamente dificultar ao consumidor a defesa de seus direitos). (E) Art. 6º, V, CDC. *Alternativa E*.

2969. **(Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC)** De acordo com o que dispõe de forma expressa o art. 5º do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90), para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com os seguintes instrumentos, EXCETO:

(A) Concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor.

(B) Instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público.

(C) Criação de Delegacias de Polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo.

(D) Criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo.

(E) Criação de Defensorias Públicas de Defesa do Consumidor, provendo assistência jurídica, integral e gratuita, em favor do consumidor necessitado.

RESPOSTA Art. 5º, CDC (a criação de Defensorias Públicas de Defesa do Consumidor não é instrumento previsto no referido dispositivo). *Alternativa E.*

2970. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** De acordo com a nova realidade contratual prevista no Código de Defesa do Consumidor,

(A) não se exige a imprevisibilidade do fato superveniente para a revisão de cláusulas contratuais.
(B) o *pacta sunt servanda* tem preponderância sobre os outros princípios.
(C) as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de forma extensiva.
(D) as cláusulas contratuais gerais têm controle administrativo abstrato e preventivo.
(E) a forma de redação dos instrumentos contratuais assume relevância relativa.

RESPOSTA De acordo com a própria redação do art. 6º, V, CDC, o consumidor tem direito à revisão das cláusulas contratuais *em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas*, não se exigindo a imprevisibilidade desses fatos. *Alternativa A.*

2971. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Dentre os direitos básicos assegurados pela Teoria Geral do Direito abaixo discriminados NÃO se aplica às relações de consumo a regra

(A) do *pacta sunt servanda.*
(B) da inversão do ônus da prova.
(C) da continuidade dos serviços essenciais prestados pelo Poder Público.
(D) da verossimilhança das alegações do consumidor.
(E) da desconsideração da personalidade jurídica.

RESPOSTA O princípio do *pacta sunt servanda* (o contrato faz lei entre as partes) não se aplica às relações de consumo, cujas normas são de ordem pública e interesse social, primando pela defesa do consumidor. Exemplo disso é a possibilidade de modificação/revisão de cláusulas contratuais (art. 6º, V, CDC), bem como da previsão de cláusulas abusivas nulas de pleno direito (art. 51, CDC). *Alternativa A.*

2972. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** O Código de Defesa do Consumidor:

(A) estabelece normas de defesa e de proteção dos consumidores e fornecedores de produtos e serviços, de ordem pública e de interesse social.
(B) estabelece normas de defesa e de proteção do consumidor, de ordem pública e de interesse social, regulamentando normas constitucionais a respeito.
(C) prevê normas de interesse geral, dispositivas e de regulamentação constitucional.
(D) prevê normas de defesa e de proteção ao consumidor, dispositivas e de interesse individual, sem vinculação constitucional.
(E) estabelece normas de interesse coletivo geral, de ordem pública e interesse social, sem vinculação com normas constitucionais.

RESPOSTA Segundo o art. 1º, o CDC estabelece normas de proteção e defesa do *consumidor*, de *ordem pública* e *interesse social*, nos termos do art. 5º, XXXII, 170, V, da *Constituição Federal*, e art. 48, de suas Disposições Transitórias. *Alternativa B.*

2973. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** O boletim Brasil-Transgênicos, n. 477, de 12.02.2010, da AS-PTA (Associação pela Agricultura Familiar e Agroecologia) e o portal *www.fetecsp.org.br*, em 11.02.2010, publicaram a seguinte nota: *“O Ministro Sérgio Rezende referendou o nome de Edilson Paiva para presidir a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança − CTNBio durante os próximos dois anos. Paiva é tão defensor dos alimentos transgênicos que tempos atrás disse aos jornais que uma das vantagens da soja da Monsanto é que as pessoas podem até beber o veneno nela aplicado que não irão morrer. Ele também é contra a rotulagem de transgênicos nas embalagens dos produtos e considera que o princípio da prevenção é na verdade um princípio da*

obstrução.” No âmbito do sistema tutelar do consumidor, as declarações do novo presidente da CTNBio ferem qual direito básico dos consumidores?

(A) Presunção de vulnerabilidade do consumidor.

(B) Proteção contra os riscos e informações claras sobre os produtos.

(C) Direito de acesso aos órgãos administrativos e judiciários.

(D) Proteção contra publicidade enganosa.

(E) Direito à segurança e ampla defesa.

RESPOSTA Conforme prevê o art. 6º, I e III, CDC, são *direitos básicos* do consumidor, entre outros, (I) *a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos*; (III) *a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem*. *Alternativa B*.

2974. (Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC) Uma grande plantação de soja transgênica é pulverizada, sistematicamente, com herbicida, à base de glifosato, através de aviões pulverizadores. Dispersos no ar, os elementos químicos do agrotóxico atingem fonte d’água que abastece um vilarejo rural, localizado a 5 km, contaminando inúmeras pessoas que ali residem, causando vômitos, convulsões, desmaios, perda de visão, incapacidade laborativa, mortandade de plantas e animais, dentre outros eventos. A Defensoria Pública ajuíza, em prol dos moradores pobres do lugar, ação civil pública, visando indenização pelos danos resultantes, sustentando a demanda em dispositivos encontrados no sistema tutelar dos direitos dos consumidores. O juiz, para o qual a ação fora distribuída, indefere a inicial, alegando a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor por não caracterização das vítimas como consumidores. Essa decisão está

(A) correta, posto que a responsabilidade, no caso, é regida pelo sistema de proteção ambiental.

(B) correta, posto que a responsabilidade, no caso, é regida pelos dispositivos civilistas que regem a culpa subjetiva.

(C) incorreta, pois sejam quais forem os sistemas, a responsabilidade, no caso, é sempre subjetiva.

(D) incorreta, pois há caracterização das vítimas como consumidores por interferência direta na relação de consumo.

(E) incorreta, pois há caracterização das vítimas como consumidores por equiparação.

RESPOSTA São “consumidores por equiparação”: a *coletividade de consumidores* (art. 2º, parágrafo único, CDC); as *pessoas expostas às práticas comerciais e contratuais* (art. 29, CDC); *e todas as vítimas de acidente de consumo* (art. 17, CDC). No caso narrado, as pessoas (*coletividade*) foram *vítimas de um acidente de consumo*, sendo consideradas *consumidoras por equiparação*. *Alternativa E*.

2975. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) Assinale a alternativa que representa os ditames do Direito consumerista em vigor.

(A) A massa falida, por ser ente despersonalizado, não se enquadra no conceito legal de fornecedor.

(B) Uma grande e próspera multinacional, ao adquirir produtos e serviços, não pode ser considerada consumidora, ainda que a aquisição seja na condição de destinatário final, porquanto lhe falta o requisito da hipossuficiência econômica.

(C) Produto é qualquer bem imóvel ou móvel, desde que corpóreo.

(D) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, desde que determináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

(E) Os entes despersonalizados que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou

prestação de serviços também são considerados fornecedores.

RESPOSTA (A) Art. 3º, *caput*, CDC. (B) Art. 2º, CDC (a *pessoa jurídica* será considerada consumidora desde que adquira produtos ou serviços como destinatária final). (C) Art. 3º, § 1º, CDC (pode ser *corpóreo* ou *incorpóreo*). (D) Art. 2º, parágrafo único, CDC (mesmo que indetermináveis). (E) Art. 3º, *caput*, CDC. *Alternativa E*.

II. Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação de Danos

2976. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** De acordo com o direito consumerista, o direito de reclamar pelos vícios

(A) aparentes ou de fácil constatação caduca em oitenta dias contados a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

(B) aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias contados a partir do momento em que o consumidor notar o defeito, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

(C) aparentes ou de fácil constatação caduca em vinte dias contados a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

(D) ocultos caduca em sete dias contados a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

(E) ocultos caduca em noventa dias contados a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

RESPOSTA Art. 26, CDC. *Alternativa E*.

2977. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Obsta a decadência nas relações de consumo:

(A) a reclamação formalizada perante os órgãos ou entidades com atribuições de defesa do consumidor, pelo prazo de cento e vinte dias.

(B) a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e de serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.

(C) a instauração de inquérito penal, até seu encerramento com formulação de denúncia pelo órgão ministerial.

(D) a reclamação formulada pelo consumidor, a partir do reconhecimento do vício ou defeito pelo fornecedor de produtos e serviços.

(E) somente fato que o Código Civil também repute obstativo.

RESPOSTA Art. 26, § 2º, I, CDC. *Alternativa B*.

2978. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Na hipótese de dano causado ao consumidor por defeito de fabricação de veículo importado, a responsabilidade pela sua reparação

(A) depende da existência de culpa.

(B) é do comerciante, em primeira intenção.

(C) é exclusiva do importador do veículo.

(D) é do fabricante estrangeiro e do importador nacional em caráter solidário.

(E) é exclusiva do fabricante estrangeiro.

RESPOSTA Trata-se de *fato* do produto, cuja responsabilidade é *objetiva* e *solidária* entre o fabricante e o importador (art. 12,

caput, CDC). *Alternativa D.*

2979. (Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC) Constatado vício no funcionamento de produto durável (geladeira), sessenta dias após sua aquisição, o consumidor

(A) não poderá exigir o saneamento do vício.
(B) poderá exigir saneamento do vício, no prazo máximo de trinta dias.
(C) poderá exigir, imediatamente, a substituição do produto por outro da mesma espécie.
(D) poderá exigir, imediatamente, a substituição do produto por outro, ainda que de espécie, marca ou modelo diversos.
(E) poderá exigir, imediatamente, a substituição do produto, a restituição da quantia paga ou o abatimento do preço.

RESPOSTA Art. 18, § 1º, CDC (questão duvidosa, pois uma *geladeira* poderia ser considerada um *produto essencial*, o que daria ao consumidor o direito de fazer uso *imediato* das alternativas do § 1º). *Alternativa B.*

2980. (Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC) Em junho de 2011, Renata adquiriu, para uso pessoal, um aparelho de som, com garantia contratual de 12 meses. Seis meses após a compra, o aparelho esquentou muito e queimou. Levado à assistência técnica, após 27 dias, foi apresentado laudo que o produto não tinha conserto, considerando a extensão do vício ocasionado e que não havia nada a ser feito. Nesse caso, tendo em vista o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor,

(A) não tem relevância se existe ou não vínculo contratual em casos de responsabilidade por vício do produto.
(B) o direito de reclamar judicialmente se iniciou no momento em que ficou evidenciado o vício e o prazo decadencial é de trinta dias.
(C) a consumidora tem direito a restituição imediata da quantia paga, independentemente do prazo que o fornecedor ficou com o produto.
(D) inexiste solidariedade entre o fabricante e o comerciante em questões relativas a vício do produto, segundo o Código de Defesa do Consumidor.
(E) a consumidora não tem direito a substituição do produto por outro da mesma espécie, considerando que o prazo máximo que dispõe o fornecedor para sanar o vício não foi atingido.

RESPOSTA Art. 18, §§ 1º e 3º, CDC (o consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1º sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial). *Alternativa C.*

2981. (Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC) Em se tratando de responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto e do serviço, a pretensão à reparação do consumidor pelos danos causados prescreve em

(A) 30 dias.
(B) 90 dias.
(C) 180 dias.
(D) 3 anos.
(E) 5 anos.

RESPOSTA Art. 27, CDC. *Alternativa E.*

2982. (Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC) A prescrição da pretensão relativa à reparação dos danos

causados pelo fato do produto ou do serviço

(A) consuma-se no prazo de noventa dias contados do respectivo fornecimento.

(B) consuma-se no prazo de cinco anos contados do conhecimento do dano.

(C) consuma-se no prazo de cinco anos contados do momento em que ficar evidenciado o defeito.

(D) não ocorre.

(E) depende de prévia reclamação formulada pelo consumidor.

RESPOSTA Art. 27, CDC. *Alternativa B.*

2983. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** No fornecimento de serviços, a responsabilidade pela reparação dos danos causados aos usuários, depende da demonstração de culpa dos

(A) prestadores de serviços em geral.

(B) caminhoneiros em autoestrada.

(C) profissionais liberais.

(D) prepostos de pessoas jurídicas de direito privado.

(E) servidores públicos.

RESPOSTA Art. 14, § 4º, CDC (responsabilidade *subjetiva*). *Alternativa C.*

2984. **(Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC)** Uma sociedade empresária vendedora de motocicletas 0 Km, oferece à venda veículos que ostentam mau funcionamento do sistema de freios decorrentes de falha, então desconhecida, de projeto do fabricante. Um destinatário final adquire uma destas motocicletas, sofre acidente diretamente relacionado à impropriedade dos freios e experimenta prejuízos de ordem material e moral. A inadequação do produto só veio à tona após o acidente, o que levou o fabricante, empresa nacional com sede em São Bernardo do Campo, a realizar *recall*. Neste caso,

(A) o fabricante responde pelo acidente de consumo, e a ação de reparação de danos prescreve em 5 anos, contados do conhecimento do dano e sua autoria.

(B) empresário e fabricante respondem solidariamente pelo fato do produto, e a ação de reparação de danos prescreve em 5 anos, contados do conhecimento do dano e sua autoria.

(C) empresário e fabricante respondem solidariamente pelo fato do produto, e o direito à reparação de danos deve ser exercido no prazo decadencial de 5 anos, contados da divulgação da campanha de *recall*.

(D) empresário e fabricante respondem solidariamente pelo vício do produto, e a ação prescreve em 5 anos a contar do conhecimento do dano e sua autoria.

(E) por ter inserido o veículo no mercado de consumo, o empresário responde subsidiariamente no prazo decadencial de 5 anos a contar do conhecimento do dano e de sua autoria.

RESPOSTA Tratando-se de *fato* (acidente de consumo), o *fabricante* responde pelos danos (art. 12, *caput*, e art. 13, CDC), cujo prazo para a pretensão de reparação é prescricional de 5 anos (art. 27, CDC). *Alternativa A.*

2985. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Na superveniência de vício de qualidade do produto, o consumidor poderá fazer uso imediato dos seus direitos reparatórios sempre que

(A) tiver adquirido o produto mediante pagamento à vista.

(B) o fornecedor abrir mão do direito e proceder ao saneamento do vício.

(C) o produto, por ser essencial, não comportar saneamento.

(D) não tiver decorrido o prazo máximo de trinta dias.

(E) não tiver decorrido o prazo máximo de noventa dias.

RESPOSTA Art. 18, § 3º, CDC (o consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1º sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de *produto essencial*). *Alternativa C.*

2986. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** A responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço nas relações de consumo

(A) é subjetiva, como regra.

(B) é objetiva, como regra, na modalidade de risco integral.

(C) é subjetiva, invertido o ônus probatório, que cabe ao fornecedor e não ao consumidor.

(D) é objetiva, como regra, na teoria do risco integral, salvo a dos profissionais liberais, que é objetiva atenuada, por admitir as excludentes do fato de terceiro e o caso fortuito ou força maior.

(E) é objetiva, como regra, com base na teoria do risco da atividade, exceto em relação aos profissionais liberais, cuja responsabilidade será apurada mediante a verificação de culpa.

RESPOSTA Em regra, a responsabilidade é *objetiva*, já que o fornecedor responde pelo *risco da atividade*; entretanto, o próprio CDC traz a exceção em relação ao *profissional liberal* (art. 14, § 4º, CDC), que responde mediante a verificação de culpa (subjetiva). *Alternativa E*.

2987. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** A desconsideração da personalidade jurídica no CDC

(A) é instituto meramente doutrinário, inexistente em norma jurídica expressa.

(B) caracterizar-se-á quando o juiz verificar, em detrimento do fornecedor, abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

(C) não ocorrerá em hipóteses de falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica.

(D) poderá ocorrer sempre que a personalidade da pessoa jurídica for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

(E) não atinge, em nenhuma hipótese, sociedades coligadas, controladas ou consorciadas.

RESPOSTA Art. 28, CDC. *Alternativa D*.

2988. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Se comparada com a regra geral prevista no Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica, tal como prevista na Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), ocorre em hipóteses mais

(A) amplas, porque o Código Civil permite a desconsideração apenas em caso de falência ou insolvência do devedor.

(B) amplas, porque o Código de Defesa do Consumidor permite a desconsideração sempre que a personalidade for obstáculo ao ressarcimento dos consumidores.

(C) amplas, porque o Código Civil não contempla a previsão de desconsideração em caso de confusão patrimonial.

(D) restritas, porque o Código de Defesa do Consumidor permite a desconsideração apenas em caso de confusão patrimonial.

(E) restritas, porque o Código de Defesa do Consumidor permite a desconsideração apenas em caso de desvio de finalidade.

RESPOSTA Segundo o art. 28, § 5º, CDC, também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, o que demonstra a maior amplitude das hipóteses em relação ao Código Civil. *Alternativa B.*

2989. **(Procurador – PGE-MT – 2011 – FCC)** De acordo com o direito consumerista, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em

(A) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
(B) trinta dias, a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução de qualquer serviço.
(C) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
(D) noventa dias, a partir da entrega do produto ou do término da execução de qualquer serviço.
(E) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis.

RESPOSTA Art. 26, CDC. *Alternativa C.*

2990. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Segundo o Código de Defesa do Consumidor:

(A) o prazo prescricional para o exercício da pretensão de reparação por danos resultantes de fato do produto ou serviço é de 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do dano, independente do conhecimento da autoria.
(B) a contagem do prazo para reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação se inicia com o conhecimento do dano pelo consumidor e não com a efetiva entrega do produto ou término da execução dos serviços.
(C) os prazos de 30 (trinta) e 90 (noventa) dias para reclamar de vícios aparentes e de fácil constatação em produtos e serviços, duráveis e não duráveis, têm natureza decadencial.
(D) tratando-se de vício oculto, o prazo para reclamar por vício do produto ou serviço inicia-se com a entrega da mercadoria, independente da data em que o defeito se exteriorizar e ficar evidenciado.
(E) apenas a instauração de inquérito civil obsta o decurso da decadência para reclamar vícios aparentes em produtos e serviços.

RESPOSTA Arts. 26 e 27, CDC. *Alternativa C.*

2991. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Nas ações judiciais que tenham por objeto controvérsia regida pelo Código de Defesa do Consumidor,

(A) as sociedades integrantes do mesmo grupo societário e as sociedades controladas pelo fornecedor respondem, subsidiariamente, em relação ao fornecedor.
(B) as sociedades consorciadas respondem solidariamente com o fornecedor, pois, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas assumem obrigações apenas em nome próprio.
(C) a desconsideração da personalidade jurídica pode ser determinada pelo juiz apenas a pedido do Ministério Público.
(D) a desconsideração da personalidade jurídica de sociedade falida, se decretada, não poderá atingir os administradores da sociedade fornecedora.
(E) a desconsideração da personalidade jurídica exige, em todos os casos, a prova da ocorrência de fraude e abuso de poder de controle.

RESPOSTA Art. 28, CDC. *Alternativa A.*

2992. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor no que se refere à qualidade dos produtos e serviços, bem como à preservação da saúde e segurança do consumidor, é correto afirmar que

(A) observadas as normas administrativas correspondentes, é permitida a venda de produtos e serviços

potencialmente nocivos ou perigosos à saúde dos consumidores, desde que a potencial nocividade ou periculosidade seja clara e adequadamente informada pelo fornecedor.

(B) se o conhecimento da periculosidade de um produto for descoberta apenas após sua introdução no mercado de consumo, cabe à União, aos Estados e Municípios, e não ao fornecedor do produto, a veiculação de anúncios publicitários informando sobre a periculosidade.

(C) o lançamento de um produto tecnologicamente mais avançado e mais seguro implica a obrigação de recolhimento do produto similar anteriormente colocado no mercado e que não tenha o mesmo grau de segurança.

(D) a comercialização de produtos industriais que envolvam riscos normais e previsíveis à saúde e segurança dos consumidores depende de autorização da autoridade sanitária estadual.

(E) as regras de proteção da saúde e segurança são aplicáveis apenas aos consumidores adquirentes dos produtos ou serviços nocivos.

RESPOSTA Art. 9º, CDC (o fornecedor de produtos e serviços *potencialmente nocivos* ou *perigosos à saúde ou segurança* deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto). *Alternativa A.*

2993. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Sobre a responsabilidade por fato e por vício dos produtos e serviços prevista no Código de Defesa do Consumidor, é INCORRETO afirmar que

(A) para fins de responsabilidade decorrente de fato do produto, equiparam-se a consumidores todas as vítimas do evento danoso, ainda que não integrantes da relação contratual de consumo.

(B) o comerciante é igualmente responsável pelo fato do produto quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados.

(C) a ignorância do fornecedor não o exime de responsabilidade por vício de qualidade por inadequação do produto vendido.

(D) constatado pelo consumidor vício de qualidade do produto, o fornecedor terá um prazo máximo de 45 dias para saná-lo.

(E) não sendo sanado o vício de qualidade no prazo legal, o consumidor pode exigir do fornecedor, a substituição do produto, a restituição da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço.

RESPOSTA Art. 18, § 1º, CDC (o prazo máximo para sanar o vício é de 30 dias). *Alternativa D.*

2994. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Analise as seguintes proposições:

I. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de dolo ou culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

II. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

III. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada independentemente da verificação de culpa.

IV. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária,

respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

V. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

A proposição

(A) I está incorreta, porquanto a responsabilidade do fabricante, do produtor, do construtor, nacional ou estrangeiro, e do importador depende da existência de dolo ou culpa.

(B) II está correta, porquanto a responsabilidade do fornecedor de serviços será apurada mediante a verificação da culpa.

(C) III está correta, porquanto a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é objetiva e, portanto, independe da verificação de culpa.

(D) IV está incorreta, porquanto a lei consumerista somente confere ao consumidor o direito de exigir a substituição integral do produto viciado e não a substituição das partes viciadas.

(E) V está correta e de acordo com o sistema preconizado pelo Direito consumerista, na medida em que os órgãos públicos ou as empresas ali mencionadas também se enquadram no conceito legal de fornecedor.

RESPOSTA (A) Art. 12, CDC (a afirmativa I está correta). (B) Art. 14, CDC (a afirmativa II está correta, mas a justificativa da *alternativa B* está errada, pois a responsabilidade, no caso, independe da verificação de culpa). (C) Art. 14, § 4º, CDC (a afirmativa III está correta, mas a justificativa da *alternativa C* está errada, já que a responsabilidade do *profissional liberal* é subjetiva, ou seja, depende da verificação de culpa). (D) Art. 18, CDC (a afirmativa IV está correta). (E) Art. 22, CDC (a afirmativa V está correta, conforme o fundamento trazido pela *alternativa E*). *Alternativa E.*

III. Práticas Comerciais e Proteção Contratual

2995. **(Advogado – METRÔ-SP – 2010 – FCC)** O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar do ato do recebimento do produto cujo fornecimento foi contratado por telefone. Nesse caso, os valores pagos durante o prazo de reflexão

(A) serão devolvidos pela metade, para compor as perdas e danos.

(B) não serão devolvidos, a título de prefixação das perdas e danos.

(C) serão devolvidos monetariamente atualizados no prazo de até trinta dias.

(D) serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.

(E) serão devolvidos, sem atualização monetária, em até 15 dias.

RESPOSTA Art. 49, parágrafo único, CDC (os valores eventualmente pagos, a qualquer título, *serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados*). *Alternativa D.*

2996. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** As cláusulas abusivas nas relações de consumo

(A) são tidas por inexistentes.

(B) dependem de provocação do consumidor para serem reconhecidas, pois são anuláveis.

(C) podem ser declaradas, em regra, de ofício pelo juiz, pois são nulas de pleno direito.

(D) dependem de provocação do Ministério Público, já que a declaração de sua ocorrência interessa à coletividade.

(E) integram um rol taxativo, fechado em suas hipóteses.

RESPOSTA As *cláusulas abusivas*, cujo rol exemplificativo está previsto no art. 51, CDC, são *nulas de pleno direito* e, em regra (já que há entendimento sumulado trazendo exceção), podem ser declaradas de ofício pelo juiz. *Alternativa C.*

2997. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Uma mensagem publicitária considera-se abusiva quando

(A) tiver finalidade ideológica ou política.
(B) induzir em erro o consumidor.
(C) deixar de informar o consumidor sobre dado essencial do produto ou serviço.
(D) for patrocinada pelo Poder Público.
(E) desrespeitar valores ambientais.

RESPOSTA Art. 37, CDC. *Alternativa E.*

2998. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço e pleitear a devolução dos valores pagos, quando

(A) se tratar de produtos duráveis.
(B) se tratar de produtos industrializados.
(C) tiver efetivado o pagamento à vista.
(D) tiver notificado previamente o respectivo fornecedor.
(E) o respectivo contrato tiver sido celebrado fora do estabelecimento fornecedor, especialmente pela internet.

RESPOSTA Art. 49, CDC (o CDC é de 1990 e não prevê expressamente a hipótese de contratação pela *internet*, que, atualmente, é um dos principais exemplos de contratação feita *fora do estabelecimento comercial*). *Alternativa E.*

2999. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** De acordo com o Código de Defesa do Consumidor,

(A) a inscrição de inadimplente pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito por, no máximo, três anos.
(B) é desnecessária a comunicação ao consumidor da abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo.
(C) os bancos de dados e cadastros relativos aos consumidores e os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter privado.
(D) cabe ao fornecedor a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.
(E) da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição.

RESPOSTA Art. 43, CDC, e Súmula 385, STJ. *Alternativa E.*

3000. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** Sobre oferta e publicidade é correto afirmar que

(A) no caso de outorga de crédito, como nas hipóteses de financiamento ou parcelamento, é necessária apenas a discriminação do número, periodicidade e valor das prestações.
(B) o ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe à agência de publicidade.
(C) é enganosa a publicidade que desrespeita valores da sociedade e que é capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial à sua saúde.
(D) configura infração ao direito básico do consumidor à informação apenas informar os preços em parcelas, obrigando-o ao cálculo total.
(E) da inexecução de uma oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor não pode aceitar a

entrega de outro produto ou prestação de serviço equivalente.

RESPOSTA Art. 6º, IV, CDC. *Alternativa D.*

3001. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Com base nas disposições contidas no CDC, é correto afirmar:

(A) É permitida aos fornecedores a manutenção de banco de dados e cadastros de inadimplentes, sem necessidade de informação prévia do consumidor.

(B) As informações negativas a respeito do consumidor podem permanecer no banco de dados por um período de até 10 anos.

(C) Os órgãos públicos de defesa do consumidor, na divulgação anual das reclamações realizadas contra fornecedores, são proibidos de divulgar aquelas formuladas por consumidores que se encontrem inadimplentes.

(D) O fornecedor, ainda que demonstre ausência de culpa ou erro escusável, fica obrigado a indenizar o consumidor pelo valor correspondente ao dobro daquele que lhe tenha sido cobrado indevidamente.

(E) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, incluindo os serviços de proteção ao crédito, são considerados entidades de caráter público.

RESPOSTA Art. 43, § 4º, CDC. *Alternativa E.*

3002. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, NÃO são considerados abusivos os contratos de consumo que

(A) transferem a responsabilidade do fornecedor à companhia seguradora.

(B) preveem perda total das prestações pagas, na hipótese de inadimplemento por culpa exclusiva do consumidor.

(C) atribuam ao consumidor a obrigação de ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor.

(D) preveem multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da prestação na hipótese de fornecimento que envolva a outorga de crédito.

(E) estabeleçam prazo máximo de 5 dias para a troca de produto não defeituoso adquirido no estabelecimento comercial do fornecedor.

RESPOSTA Como a troca de produto não defeituoso adquirido no estabelecimento comercial é uma liberalidade do fornecedor (já que não há obrigação legal), não há abusividade em prever o prazo máximo de 5 dias. *Alternativa E.*

3003. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Patricinha adquiriu um vestido, na loja "Young Fashion", após tê-lo experimentado. Arrepende-se um dia após, ao descobrir que a cor do modelo estava fora de moda, e procura a loja para devolvê-lo, alegando estar no prazo de reflexão previsto no Código de Defesa do Consumidor. O dono da loja, Manelão, não aceita o argumento. Nesse caso,

(A) Patricinha está certa, pois o CDC prevê sete dias a contar da aquisição do produto, em qualquer situação, para exercer o direito de arrependimento.

(B) Manelão está certo, por não existir a figura do direito de arrependimento se o produto não é defeituoso ou não apresenta vício de qualidade.

(C) Patricinha está certa, pois o prazo de garantia do vestido é de pelo menos 90 dias, por sua natureza de bem durável.

(D) Manelão está certo, pois o consumidor só pode exercer seu direito de arrependimento, em sete

dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto, se a aquisição ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou em domicílio.
(E) Patricinha está certa, por estar no prazo de reflexão, mas Manelão pode impor multa compensatória em razão da devolução imotivada.

RESPOSTA Art. 49, CDC. *Alternativa D*.

3004. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa que contém a afirmação correta em relação ao equilíbrio dos contratos de consumo.

(A) Uma cláusula contratual considerada abusiva em um contrato de consumo, o será necessariamente também em um contrato civil, desde que redigida em termos idênticos.
(B) A cláusula abusiva será nula quando afetar o equilíbrio das prestações do contrato, porém pode ser convalidada quando se trate de vício de informação, desde que haja concordância das partes com a redução do proveito do fornecedor.
(C) A revisão dos contratos de consumo pode se dar em face da alteração de circunstâncias, com a finalidade de proteção do consumidor, não se exigindo que tal situação seja necessariamente desconhecida das partes.
(D) Cláusula abusiva celebrada em contrato individual de consumo não pode ter sua nulidade pronunciada em ação coletiva, sem a anuência do consumidor que é parte da contratação.
(E) Não se reconhece a existência de cláusula surpresa se o consumidor leu, no momento da contratação, os termos do instrumento contratual.

RESPOSTA A própria redação do art. 6º, V, CDC, bem como a doutrina e a jurisprudência entendem que, para a revisão, tratando-se de relação de consumo, não há necessidade de o fato superveniente ser *imprevisível*, bastando que torne suas cláusulas excessivamente onerosas ao consumidor. *Alternativa C*.

3005. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa que contém a afirmação correta em relação ao contrato de consumo.

(A) O descumprimento dos termos da proposta, após sua aceitação, é hipótese típica de responsabilidade pré-contratual do fornecedor.
(B) A publicidade quando veicule informações inverídicas dá causa à sanção de contrapropaganda, mas não gera eficácia vinculativa em relação ao consumidor.
(C) A publicidade feita por intermédio de ligação telefônica é permitida, mesmo quando onerosa, porém admite o exercício do direito de arrependimento pelo consumidor.
(D) A recusa do fornecedor a dar cumprimento à oferta pode dar causa ao abatimento do preço.
(E) Segundo entendimento majoritário, o responsável pela indenização decorrente da promoção de publicidade ilícita é o fornecedor que a faz veicular.

RESPOSTA Nas palavras do STJ: "A responsabilidade pela qualidade do produto ou serviço anunciado ao consumidor é do fornecedor respectivo, assim conceituado nos termos do art. 3º da Lei n. 8.078/1990, não se estendendo à empresa de comunicação que veicula a propaganda por meio de apresentador durante programa de televisão, denominada publicidade de palco" (REsp 1.157.228/RS). *Alternativa E*.

3006. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** No Direito consumerista, os contratos de

(A) adesão são aqueles cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas pelo fornecedor de produtos ou serviços após ter discutido com o consumidor substancialmente a respeito de seu conteúdo.
(B) adesão serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da

fonte não será superior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.

(C) adesão relacionados ao sistema de consórcio de produtos duráveis podem prever cláusula resolutória, desde que alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, sendo obrigatória a devolução de parcelas pagas, e vedada a compensação dos prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo.

(D) compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, somente poderão ser expressos em moeda corrente nacional.

(E) compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações poderão prever cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado, desde que redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.

RESPOSTA (A), (B) e (C) Art. 54, CDC. (D) e (E) Art. 53, CDC. *Alternativa D*.

3007. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) São válidas as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que

(A) estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.

(B) imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor.

(C) determinem a utilização facultativa de arbitragem.

(D) permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço, ainda que de maneira unilateral.

(E) possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

RESPOSTA Entre as afirmativas acima, somente são *válidas* as cláusulas que "determinem a utilização *facultativa* de arbitragem", uma vez que *abusiva* é a cláusula que estabeleça a utilização *compulsória* de arbitragem (art. 51, VII, CDC). *Alternativa C*.

3008. (Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC) De acordo com o direito consumerista, são válidas cláusulas que

(A) possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias, desde que o consumidor seja devidamente esclarecido sobre as consequências jurídicas de sua decisão.

(B) determinem a utilização compulsória de arbitragem.

(C) obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, se igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor.

(D) deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor.

(E) autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração.

RESPOSTA Das afirmativas acima, apenas a trazida na *alternativa C* é válida, já que seria *abusiva* a cláusula que obrigasse o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, *sem* que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor (art. 51, XII, CDC). *Alternativa C*.

3009. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) No que concerne à proteção contratual nas relações de consumo,

(A) a garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.

(B) as cláusulas contratuais serão interpretadas de modo igualitário quanto aos direitos e obrigações dos consumidores e fornecedores de produtos e serviços.

(C) as declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos, relativos às relações de consumo, vinculam o fornecedor somente se passarem a integrar expressamente o contrato definitivo a ser celebrado.

(D) o consumidor pode desistir do contrato, no prazo de trinta dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento ocorrer fora do estabelecimento comercial.

(E) as cláusulas contratuais abusivas são anuláveis, dependendo seu reconhecimento sempre da iniciativa do consumidor prejudicado.

RESPOSTA (A) Art. 50, CDC. (B) Art. 47, CDC. (C) Art. 48, CDC. (D) Art. 49, CDC. (E) Art. 51, *caput*, CDC. *Alternativa A*.

IV. Sanções Administrativas e Infrações Penais

3010. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** É correto afirmar:

(A) Não há sanções administrativas autônomas no CDC, estando todas as medidas possíveis inseridas nos âmbitos civil e penal.

(B) Se aplicadas sanções administrativas por infrações ao CDC, ficarão prejudicadas as sanções de natureza civil e penal, pela maior amplitude daquelas.

(C) Os órgãos oficiais poderão notificar os fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, ainda que digam respeito a segredos industriais, pela prevalência do interesse social.

(D) As sanções administrativas no CDC são multa, apreensão e inutilização do produto e proibição de sua fabricação, somente.

(E) As sanções administrativas previstas no CDC serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser cumulativas, inclusive por medida cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

RESPOSTA Art. 56, parágrafo único, CDC. *Alternativa E*.

V. Da Defesa do Consumidor em Juízo

3011. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Examine as afirmações abaixo.

I. Nas ações de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador, vedada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

II. Os legitimados a agir na forma do Código de Defesa do Consumidor poderão propor ação visando a compelir o Poder Público competente a proibir, em todo o território nacional, a produção, divulgação, distribuição ou venda, ou a determinar alteração na composição, estrutura, fórmula ou acondicionamento de produto, cujo uso ou consumo regular se revele nocivo ou perigoso à saúde pública e à incolumidade pessoal.

Assinale a alternativa correta.

(A) I e II são verdadeiras, integralmente.

(B) Apenas II é verdadeira.

(C) Apenas I é verdadeira.

(D) Ambas são falsas.

(E) Não existem ações de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços no CDC, mas apenas no âmbito do Código de Processo Civil e em outras leis extravagantes.

RESPOSTA (I) Art. 101, II, CDC. (II) Art. 102, CDC. *Alternativa A*.

3012. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Nas ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços

(A) não é permitido ao réu requerer o chamamento ao processo de sua seguradora, cabendo a este apenas a posterior ação de regresso no juízo cível visto não tratar-se de relação de consumo sujeita às regras do CDC.

(B) o foro do local do dano é o único competente para o conhecimento da ação.

(C) a inversão do ônus da prova depende da demonstração cabal da hipossuficiência do consumidor no caso concreto, não podendo o juiz fundamentar a sua decisão em regras ordinárias de experiência.

(D) se o réu for declarado falido e o síndico confirmar a existência de seguro de responsabilidade, é facultado aos consumidores o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, cuja responsabilidade ficará limitada ao valor do seguro contratado.

(E) o valor da causa deve ser limitado a 40 (quarenta) salários mínimos.

RESPOSTA Art. 101, II, CDC (Se o réu houver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, a qual ficará limitada ao valor do seguro). *Alternativa D.*

3013. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa que contém a afirmação correta em relação à Ação Coletiva.

(A) A ação coletiva que pretenda indenização por danos de consumidores vítimas do descumprimento de contrato de prestação de assistência à saúde tem por objeto espécie de direito coletivo *stricto sensu*.

(B) A indenização por lesão a direitos individuais não reverterá, em nenhuma hipótese, a fundo estatal de reparação de bens lesados.

(C) A isenção de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, para ingresso das ações coletivas de consumo não abrange as interpostas por órgãos estatais que atuem como representantes ou substitutos processuais dos consumidores.

(D) A improcedência de ação coletiva que tenha por objeto a tutela de direito individual homogêneo, não afeta a possibilidade de interposição de nova ação individual pelo consumidor substituído na primeira demanda, desde que não tenha nela atuado como litisconsorte.

(E) A Defensoria Pública não tem legitimidade para a tutela coletiva de direitos que envolvam relações de consumo.

RESPOSTA Segundo o art. 103, § 2º, CDC, em caso de improcedência de ação coletiva para defesa de direitos individuais homogêneos (art. 81, III, CDC), os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual. *Alternativa D*.

3014. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Sobre a defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas, prevista nos artigos 81 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Nas ações coletivas para defesa de interesses individuais homogêneos, ainda que o Ministério Público não promova o ajuizamento da ação, poderá sempre atuar como fiscal da lei.

(B) A defesa coletiva será exercida quando houver interesses difusos ou coletivos envolvidos, mas não poderá ser exercida para defesa de direitos individuais, ainda que relativos a danos sofridos por um determinado grupo de pessoas e decorrentes de origem comum.

(C) Nas ações coletivas previstas no CDC, se constatada litigância de má-fé pela associação autora da ação, é possível a condenação solidária de seus diretores ao pagamento de honorários advocatícios e ao décuplo das custas.

(D) É competente para julgar a causa o foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando este for de âmbito local e não for competente a Justiça Federal.

(E) Para a defesa dos direitos e interesses dos consumidores são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

RESPOSTA Art. 81, parágrafo único, CDC (A defesa *coletiva* será exercida quando se tratar de *interesses ou direitos difusos*, *interesses ou direitos coletivos*, *interesses ou direitos individuais homogêneos*). *Alternativa B.*

VI. Assuntos Diversos

3015. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa que contém a afirmação correta em relação ao Código de Defesa do Consumidor.

(A) A violação do princípio da identificação dá causa à publicidade abusiva.

(B) Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor adotou a denominada teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica.

(C) A proibição da prática de condicionar, em qualquer caso, o fornecimento de produtos a limites quantitativos configura proteção legal do consumidor em relação à denominada venda casada.

(D) O credor, que no exercício do seu direito expõe o consumidor a constrangimento ou humilhação, deve devolver em dobro os valores que venham a ser pagos.

(E) A abertura de ficha em cadastro de consumidores só pode ser feita quando autorizada previamente pelo interessado.

RESPOSTA Diversamente da Teoria *Maior* (regra no sistema brasileiro), a Teoria *Menor* (acolhida excepcionalmente no Direito do Consumidor e no Ambiental) incide com a mera prova da insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações (art. 28, § 5º, CDC), independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial (STJ – REsp 279.273/SP). *Alternativa B*.

3016. **(Analista – MP-AP – 2012 – FCC)** Sobre a Lei n. 8.137/90 analise as assertivas abaixo.

I. Constitui crime contra as relações de consumo formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando à fixação artificial de preços ou quantidades vendidas ou produzidas.

II. Nos crimes previstos nesta Lei, cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe que através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de um a dois terços.

III. Constitui crime contra as relações de consumo misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros, não se punindo, neste caso, a modalidade culposa.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) I e II.

(C) II.

(D) II e III.

(E) I e III.

RESPOSTA (I) Art. 4º, II, *a*, Lei n. 8.137/90 (constitui *crime contra a ordem econômica*). (II) Art. 16, parágrafo único, Lei n. 8.137/90. (III) Art. 7º, III, parágrafo único, Lei n. 8.137/90 (pune-se a modalidade culposa). *Alternativa C.*

I. Disposições Gerais, Princípios e Direitos Básicos

3017. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Sobre o conceito de consumidor, marque a alternativa CORRETA:

(A) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, as pessoas expostas às práticas comerciais abusivas equiparam-se a consumidores, ainda que indetermináveis.

(B) As pessoas vítimas de produto defeituoso podem ser equiparadas a consumidor, todavia não receberão o tratamento do Código de Defesa do Consumidor, que possibilita, entre outras coisas, a inversão do ônus da prova.

(C) O conceito de consumidor, consoante a Lei 8.078/90, engloba exclusivamente a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

(D) Equipara-se o consumidor a qualquer pessoa que, não sendo destinatário final, tenha adquirido produto com vício de qualidade.

(E) A coletividade de pessoas que intervenha na relação de consumo, não é, para os efeitos da Lei 8.078/90, considerada consumidora.

RESPOSTA Além do conceito-padrão de consumidor trazido pelo art. 2º, *caput*, CDC, o legislador previu a figura do *consumidor por equiparação*, trazida pelo art. 2º, parágrafo único, CDC (coletividade), art. 17, CDC (todas as vítimas de acidente de consumo) e art. 29, CDC (pessoas expostas às práticas comerciais e contratuais). *Alternativa A*.

3018. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** A Lei 8.078/1990 define os elementos que compõem a relação jurídica de consumo, em seus artigos 2º e 3º, elementos subjetivos, consumidor e fornecedor; elementos objetivos, produtos e serviços. Dado esse contexto, avalie as proposições a seguir

I. Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou produtos ou prestação de serviços.

II. Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

III. Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

IV. Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

Está(ão) CORRETA(S):

(A) Apenas as proposições I, III e IV.

(B) Apenas as proposições II e III.

(C) Todas as proposições.

(D) Apenas a proposição I.

(E) Apenas a proposição III.

RESPOSTA (I) Art. 3º, *caput*, CDC. (II) Art. 3º, § 2º, CDC (*exceto* as decorrentes das relações trabalhistas). (III) Art. 2º, CDC. (IV) Art. 3º, § 1º, CDC. *Alternativa A*.

3019. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** Em relação à inversão do ônus da prova, o Código de Defesa do Consumidor

(A) considera que é regra exclusivamente material dirigida ao juiz e aplicável a todas as ações em que o consumidor for parte.

(B) prevê que o juiz poderá determinar que o réu (fornecedor) suporte os custos da perícia que o autor (consumidor) requereu e foi deferida na audiência preliminar.

(C) estabelece que é regra geral nas ações envolvendo consumidor.

(D) autoriza o juiz a utilizar das regras ordinárias de experiência para verificar os pressupostos legais de sua incidência.

(E) determina que, mesmo presentes os requisitos legais, o juiz não poderá inverter de ofício o ônus da prova.

RESPOSTA De acordo com o art. 6º, VIII, CDC, é *direito básico* do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com *a inversão do ônus da prova*, a seu favor, no processo civil, quando, *a critério do juiz*, for *verossímil* a alegação ou quando for ele *hipossuficiente*, segundo as *regras ordinárias de experiências*. *Alternativa D*.

3020. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** Em relação à prestação de serviços públicos de consumo,

(A) é vedada a suspensão do fornecimento de energia elétrica em caso de inadimplemento do consumidor.

(B) os serviços prestados a título universal, custeados mediante arrecadação tributária, não se submetem ao regime do Código de Defesa do Consumidor.

(C) os serviços prestados a título singular, cuja remuneração é mensurada de acordo com a respectiva utilização, não se submetem ao regime do Código de Defesa do Consumidor.

(D) há solidariedade entre o Estado e a pessoa jurídica de direito privado concessionária do serviço público de consumo.

(E) não podem ser prestados diretamente pelo Estado, mas apenas por pessoas jurídicas de direito privado delegatárias (concessionárias e permissionárias).

RESPOSTA A aplicação do CDC aos serviços públicos (prestados por pessoas públicas) passa pela distinção entre serviços públicos *uti singuli* e *uti universi*. Aos primeiros, cuja remuneração é mensurada e feita individualmente pelo consumidor, aplica-se o CDC (ex.: serviço de energia elétrica, telefonia, transporte público etc.), enquanto os segundos, custeados por impostos, não são considerados relação de consumo, não se aplicando a eles, portanto, o CDC (ex.: escola pública, segurança pública etc.). *Alternativa B*.

3021. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** O Código de Defesa do Consumidor estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal, e art. 48 de suas Disposições Transitórias. São direitos básicos do consumidor previstos no artigo 6º da Lei 8.078/1990.

(A) A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, exclusivamente direitos individuais e coletivos.

(B) Os serviços públicos em geral não se enquadram na proteção do consumidor.

(C) O consumidor terá direito à revisão contratual somente em caso de constarem em contrato cláusulas abusivas.

(D) A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele

hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

(E) A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais não são considerados direitos do consumidor, recebendo a tutela do Código Civil Brasileiro.

RESPOSTA (A) Art. 6º, I, CDC (individuais, coletivos e *difusos*). (B) Art. 6º, X, CDC. (C) Art. 6º, V, CDC. (D) Art. 6º, VIII, CDC. (E) Art. 6º, IV, CDC. *Alternativa D*.

3022. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Assinale a afirmativa CORRETA quanto aos direitos básicos dos consumidores:

(A) O consumidor tem direito à modificação das cláusulas contratuais abusivas e nulas de pleno direito.

(B) O consumidor tem direito à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço; contudo, não há qualquer direito a conhecimento a respeito dos riscos que os produtos ou serviços apresentem.

(C) O consumidor não tem direito à proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

(D) O consumidor tem direito à facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação e quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

(E) O consumidor tem direito à revisão das cláusulas contratuais que se tornaram excessivamente onerosas em razão de fatos supervenientes à contratação.

RESPOSTA (A) e (E) Art. 6º, V, CDC (o consumidor tem direito à *revisão* ou *modificação* de cláusulas contratuais, mas as *abusivas* são nulas de pleno direito, não se convalidando). (B) Art. 6º, I, CDC (tem direito à informação sobre os riscos). (C) Art. 6º, IV, CDC. (D) Art. 6º, VIII, CDC (a inversão do ônus da prova se dará quando houver verossimilhança *ou* hipossuficiência). *Alternativa E*.

3023. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Acerca dos conceitos de fornecedor e de consumidor, assinale a alternativa correta.

(A) As sociedades de fato e as irregulares não são consideradas fornecedoras de acordo com o diploma consumerista por serem desprovidas de personalidade jurídica.

(B) O Código de Defesa do Consumidor é composto pelo conceito de consumidor em sentido estrito e pelo conceito de consumidor por equiparação. Em relação ao primeiro, há a exclusão das pessoas jurídicas.

(C) A definição do artigo 2º (segundo) do Código de Defesa do Consumidor prescinde a análise do sujeito considerado destinatário fático e econômico do bem ou do serviço.

(D) A teoria finalista aprofundada se concentra em investigar no caso concreto a noção de consumidor final imediato e a de vulnerabilidade.

RESPOSTA STJ – REsp 1.027.165/ES, "A jurisprudência desta Corte, no tocante à matéria relativa ao consumidor, tem mitigado os rigores da teoria finalista para autorizar a incidência do Código de Defesa do Consumidor nas hipóteses em que a parte (pessoa física ou jurídica), embora não seja tecnicamente a destinatária final do produto ou serviço, se apresenta em situação de vulnerabilidade". *Alternativa D.*

3024. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

(A) É considerado consumidor o microempresário que se utiliza do produto ou serviço como insumo para o exercício de sua atividade.

(B) Nas ações judiciais que envolvam a relação jurídica consumerista, será obrigatória a inversão do ônus da prova em benefício do consumidor.

(C) Quando a ofensa aos direitos do consumidor tiver mais de um autor, cada um deles responderá pela reparação, considerados os danos que causou.

(D) É direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como riscos que apresentem.

RESPOSTA (A) Art. 2º, CDC (em regra, consumidor deve ser o *destinatário final* do produto ou serviço). (B) Art. 6º, VIII, CDC (*inversão do ônus da prova* é medida *excepcional*, conferida mediante a presença dos requisitos de verossimilhança ou hipossuficiência). (C) Art. 7º, parágrafo único, CDC (tendo mais de um autor, todos responderão *solidariamente*). *Alternativa D*.

II. Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação de Danos

3025. **(Advogado – CASAL-AL – 2010 – FUNDEPES)** Isabela adquiriu uma blusa sem a testar previamente. Quando chegou a casa, descobriu que a blusa encontrava-se rasgada na frente. Retornou à loja no mesmo dia e foi informada de que deveria ter examinado o produto antes de comprá-lo e, como não o fez, a comerciante não realizaria a troca do produto. Com base nessas informações e analisando as assertivas abaixo,

I. O comerciante encontra-se amparado pelo CDC, pois o vício aparente não é considerado vício do produto, consequentemente, ele não possui a obrigação de trocá-lo.

II. O comerciante não se encontra amparado pelo CDC, pois o vício aparente é considerado vício do produto, consequentemente, ele possui a obrigação de trocá-lo.

III. Caso a situação fosse diversa e a blusa adquirida não estivesse rasgada, porém, ao chegar a casa, descobrisse que adquiriu a blusa com a numeração menor do que deveria. Nesse caso, a situação encontra-se expressamente prevista pelo CDC e o comerciante possui a obrigação de trocá-la, já que não havia ultrapassado o prazo de sete dias.

IV. Caso a situação fosse diversa e, ao tentar vestir a blusa, Isabela tivesse o rosto cortado por um alfinete que fora esquecido quando da costura da blusa. Nesse caso, de acordo com o CDC, há obrigação de o comerciante reparar os danos causados à Isabela.

V. Caso a situação fosse diversa e, ao tentar vestir a blusa, Isabela tivesse o rosto cortado por um alfinete que fora esquecido quando da costura da blusa. Nesse caso, de acordo com o CDC, não há obrigação de o comerciante reparar os danos causados à Isabela.

Verifica-se que estão corretas

(A) I e III.

(B) III e V.

(C) I e IV.

(D) II e V.

(E) II e IV.

RESPOSTA (I) e (II) O *vício aparente*, assim como o *oculto*, é considerando vício, pelo qual o fornecedor responde (art. 18, CDC). (III) A escolha de tamanho diverso não é considerada vício, não obrigando o fornecedor a trocá-la; ademais, o prazo de 7 dias para arrependimento é apenas para compras feitas *fora do estabelecimento comercial* (art. 49, CDC). (IV) e (V) A nova situação é de *fato* (acidente de consumo), e não mais de *vício*; nesse caso, a responsabilidade do *comerciante* é *subsidiária*, respondendo apenas em casos excepcionais (art. 13, CDC). *Alternativa D.*

3026. (Defensor – DPE-AM – 2011 – IC) Com relação à responsabilidade civil do fornecedor, assinale a alternativa correta:

(A) o produto defeituoso é pressuposto do vício de qualidade;

(B) o fabricante e o comerciante sempre respondem solidariamente pelo fato do produto;

(C) a insuficiência ou inadequação de informação sobre a utilização e riscos dos produtos enseja a responsabilidade civil do fabricante pelo acidente de consumo;

(D) a responsabilidade civil do fornecedor pelo vício do produto ou serviço demanda comprovação de culpa;

(E) não há responsabilidade solidária entre os fornecedores pelos danos sofridos pelos consumidores.

RESPOSTA Art. 12, CDC (a responsabilidade pelo acidente de consumo se dá em razão de *defeitos* decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, *bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos*). *Alternativa C*.

3027. (Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR) Sobre a proteção à saúde e à segurança do consumidor, assinale a afirmativa CORRETA:

(A) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou à segurança dos consumidores, exceto os considerados anormais e imprevisíveis em decorrência de sua natureza e fruição, isentando-se, nesses casos, os fornecedores a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito, quando interpelados pela autoridade competente.

(B) O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou à segurança deverá informar a respeito da sua nocividade ou periculosidade de maneira a não prejudicar nem os anúncios publicitários nem a imagem do fornecedor.

(C) O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.

(D) O fornecedor poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou à segurança.

(E) Sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou à segurança dos consumidores, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informá-los sobre a referida periculosidade somente depois de transitada em julgado qualquer decisão a respeito.

RESPOSTA Art. 10, CDC (trata-se do chamado *recall*). *Alternativa C*.

3028. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Assinale a alternativa correta.

(A) Os riscos à saúde ou segurança não precisam ser necessariamente informados ao consumidor, quando considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição.

(B) Em virtude da teoria da responsabilidade objetiva nas relações de consumo, o fabricante será responsabilizado por danos causados aos consumidores pelos seus produtos, mesmo se provar culpa exclusiva de terceiro.

(C) Um produto jamais será considerado defeituoso se outro de melhor qualidade for colocado no mercado.

(D) A responsabilização pessoal dos profissionais liberais, na prestação de serviços aos consumidores, será sempre objetiva.

RESPOSTA (A) Art. 8º, CDC. (B) Art. 12, § 3º, III, CDC (culpa exclusiva de terceiro exclui a responsabilidade). (C) Art. 12, § 2º, CDC (apesar da redação duvidosa da alternativa, a norma preconiza que um produto não será considerado defeituoso pelo simples fato de outro de melhor qualidade ser colocado no mercado). (D) Art. 14, § 4º, CDC (subjetiva). *Alternativa C*.

3029. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** Em relação à prescrição e decadência no direito do consumidor,

(A) a reclamação do consumidor perante o Procon obsta a decadência.
(B) em caso de vício aparente ou de fácil constatação, o prazo decadencial inicia-se da data de compra do produto ou da contratação do serviço.
(C) em caso de fato do produto ou serviço, o prazo prescricional inicia-se a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
(D) o prazo para reclamar perante o fornecedor é prescricional, em caso de vício do produto ou serviço.
(E) o prazo prescricional é de três anos, tratando-se de acidente de consumo.

RESPOSTA (A) Art. 26, § 2º, I, CDC (a reclamação perante o *fornecedor* obsta a decadência). (B) Art. 26, § 1º, CDC (inicia-se da data da entrega do produto ou do fim da execução do serviço). (C) Art. 27, CDC. (D) Arts. 26 e 27, CDC (em caso de *vício*, é *decadencial*; em caso de *fato*, é *prescricional*). (E) Art. 27, CDC (5 anos). *Alternativa C*.

3030. **(Advogado – CASAL-AL – 2010 – FUNDEPES)** Sobre o defeito de produtos e serviços, assinale a opção correta.

(A) O fabricante, o construtor, o produtor ou importador será responsabilizado mesmo quando provar que o defeito inexiste, já que o dano foi causado e precisa ser reparado, pelo princípio da vulnerabilidade do consumidor.
(B) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, como sua apresentação, o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi colocado em circulação.
(C) O fornecedor do produto defeituoso responde por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos, mas o mesmo não acontece com o fornecedor dos serviços, já que sua responsabilidade é subjetiva.
(D) O produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
(E) O fornecedor responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

RESPOSTA (A) Art. 12, § 3º, II, CDC (se inexiste o defeito, não haverá responsabilização). (B) Art. 12, § 1º, CDC. (C) Arts. 12 e 14, CDC (há responsabilização tanto para produtos quanto para serviços). (D) Art. 12, § 2º, CDC (*não* será considerado defeituoso). (E) Arts. 12 e 13, CDC (cuidado com a expressão genérica “fornecedor”, já que nem todos respondem pelo *fato* do produto). *Alternativa B*.

3031. **(Advogado – USP-SP – 2009 – CODAGE)** A responsabilidade dos profissionais liberais, junto aos clientes que são os destinatários finais de seus serviços, é

(A) subjetiva, nos termos do Código Civil.
(B) subjetiva, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.
(C) objetiva, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

(D) subjetiva, pois suas obrigações são sempre de meio.
(E) objetiva, pois suas obrigações são sempre de resultado.

RESPOSTA Art. 14, § 4º, CDC (a responsabilidade dos *profissionais liberais* é *subjetiva*, ou seja, será apurada mediante a verificação de *culpa*). *Alternativa B*.

3032. (Advogado – SENADO-DF – 2008 – FGV) A exclusão de responsabilidade do fornecedor não pode ser alegada com fundamento na:

(A) inexistência de nexo causal.
(B) superveniência de caso fortuito ou força maior.
(C) culpa exclusiva do consumidor.
(D) culpa exclusiva de terceiros.
(E) inexistência de defeito na prestação de serviço.

RESPOSTA Segundo art. 14, § 3º, CDC, que trata da responsabilidade sobre o fornecimento de serviço, o fornecedor *só* não será responsabilizado quando provar que, *tendo prestado o serviço, o defeito inexiste* ou pela *culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro* (excludentes do *nexo de causalidade*). Essas excludentes, segundo a doutrina majoritária, são taxativas. *Alternativa B*.

3033. (Advogado – CEEE-RS – 2010 – FUNDATEC) O prazo para determinado consumidor reclamar judicialmente uma indenização decorrente de fato do serviço será:

(A) Prescricional de três anos, a contar da ciência do dano e de sua autoria.
(B) Prescricional de cinco anos, a contar da ciência do dano e de sua autoria.
(C) Decadencial de 180 dias.
(D) Decadencial de 30 dias, se for serviço não durável.
(E) Decadencial de 90 dias, se for serviço durável.

RESPOSTA Art. 27, CDC (**cuidado:** o CC prevê o prazo prescricional de 3 anos para buscar reparação civil, mas tratando-se de *relação de consumo,* o prazo para o consumidor é de 5 anos). *Alternativa B*.

3034. (Advogado – IPEM-RJ – 2010 – CEPERJ) Um consumidor vai pessoalmente a uma loja e adquire um computador, em dinheiro, e, após a adequada instalação, verifica, de imediato, um vício no disco rígido. No dia seguinte, o consumidor busca obter uma solução para o problema junto ao vendedor do produto. Nesse caso, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a loja:

(A) estará obrigada a substituir o produto por outro imediatamente.
(B) estará obrigada a substituir o produto por outro, se não sanar o vício no prazo de 7 (sete) dias.
(C) estará obrigada a substituir o produto por outro, se apresentado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da compra, subsistindo a garantia do produtor por mais 3 (três) meses.
(D) responsabiliza-se somente se o produto não houver sido vistoriado, uma vez que a garantia, neste caso, é devida ao produtor, que saneará o vício do produto no prazo de até 30 (trinta) dias.
(E) terá até 30 (trinta) dias para sanar o vício apresentado pelo produto e, só então, o consumidor terá a opção de substituir o produto por outro.

RESPOSTA Art. 18, § 1º, CDC (tratando-se de *vício de qualidade do produto*, o fornecedor tem até 30 dias para saná-lo). *Alternativa E*.

3035. (Advogado – CASAL-AL – 2010 – FUNDEPES) Em relação à qualidade de produtos e serviços nas relações de consumo, assinale a opção correta.

(A) No que tange aos produtos ou serviços que apresentem alto grau de nocividade ou periculosidade, não há permissão de comercialização pela lei consumerista, que veta totalmente a colocação no mercado de produtos com essas atribuições.

(B) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição. Porém, os fornecedores não estão obrigados, em algumas hipóteses, a dar informações a seu respeito.

(C) O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade. Não há necessidade de adotar nenhuma outra medida.

(D) O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, precisa comunicar o fato apenas aos consumidores.

(E) Tratando-se de produto industrial, cabe ao fornecedor prestar as informações adequadas por meio de impressos apropriados que devam acompanhar o produto.

RESPOSTA (A) Art. 10, CDC (o fornecedor *não* poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe, ou deveria saber, que apresenta *alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança*). (B) Art. 8º, CDC. (C) Art. 9º, CDC. (D) Art. 10, § 1º, CDC. (E) Art. 8º, parágrafo único, CDC. *Alternativa A*.

3036. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa **incorreta:**

(A) O contrato de franquia deve ser sempre escrito e assinado na presença de 2 (duas) testemunhas e terá validade independentemente de ser levado a registro perante cartório ou órgão público.

(B) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social amparado no Código de Defesa do Consumidor – CDC.

(C) À luz do Código de Defesa do Consumidor – CDC, haverá desconsideração da pessoa jurídica quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

(D) À luz do Código de Defesa do Consumidor – CDC, ainda que a personalidade da pessoa jurídica constitua obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados, a desconsideração da personalidade jurídica pelo juiz, sempre exigirá a verificação prévia de desvio de finalidade da pessoa jurídica, confusão patrimonial e abuso de direito.

(E) O juiz poderá desconsiderar a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, nos termos do Código de Defesa do Consumidor – CDC.

RESPOSTA No que concerne ao instituto da desconsideração da personalidade jurídica, o Direito do Consumidor adotou a chamada *Teoria Menor*, que incide com a mera prova da insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações (art. 28, § 5º, CDC), independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial. *Alternativa D*.

3037. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** O art. 28 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) prevê a desconsideração da personalidade jurídica:

(A) na hipótese de encerramento da pessoa jurídica, quando provocado por má administração;

(B) como dever do juiz, restringindo-se a concessão aos casos de abuso de direito, excesso de poder e infração da lei;

(C) atribuindo responsabilidade solidária às sociedades integrantes dos grupos societários e às

sociedades controladas;

(D) atribuindo responsabilidade às sociedades coligadas apenas em caso de dolo;

(E) como faculdade do juiz, aplicável quando houver estado de insolvência, encerramento ou inatividade de pessoa jurídica, sendo dispensável, nestes casos, a ocorrência da má administração.

RESPOSTA Segundo o art. 28, segunda parte, CDC, a desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica *provocados por má administração. Alternativa A*.

3038. (Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR) No que concerne à responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto, marque a alternativa CORRETA:

(A) O produto não pode ser considerado defeituoso por não oferecer, simplesmente, a segurança que dele legitimamente se espera.

(B) O produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

(C) O fabricante do produto defeituoso irá responder pelos danos causados ao consumidor ainda que prove que tenha não colocado o produto no mercado de consumo.

(D) O comerciante é igualmente responsável ao fornecedor pelo fato do produto caso o fabricante não puder ser identificado.

(E) A culpa exclusiva do consumidor não isenta o fornecedor de reparar o dano pelo seu produto.

RESPOSTA A responsabilidade do *comerciante* pelo *fato* do produto é *subsidiária*, ou seja, responderá apenas nas hipóteses do art. 13, CDC, entre elas quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados. *Alternativa D*.

3039. (Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP) Conforme o CDC, o direito de reclamar pelos vícios aparentes caduca em:

(A) trinta dias, tratando-se de produto durável.

(B) sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço durável.

(C) sessenta dias, tratando-se de produto durável.

(D) noventa dias, tratando-se de produto durável.

(E) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço não durável.

RESPOSTA Art. 26, II, CDC. *Alternativa D*.

3040. (Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR) De acordo com o regime jurídico de responsabilidade e deveres estabelecido no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

(A) Na hipótese de responsabilidade por vício do produto e do serviço, caso ocorra dano causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, são responsáveis solidários seu fabricante, construtor ou importador e o que realizou a incorporação.

(B) Obsta a prescrição a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.

(C) A garantia legal de adequação do produto ou serviço depende de termo expresso, sendo possível estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenue a obrigação de indenizar.

(D) Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por vício do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

RESPOSTA (A) Art. 25, § 2º, CDC. (B) Art. 26, § 2º, I, CDC (obsta a *decadência*). (C) Art. 24, CDC (a garantia legal *independe*

de termo expresso, sendo *vedada* a exoneração contratual). (D) Art. 27, CDC (danos causados por *fato* do produto ou serviço). *Alternativa A*.

3041. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Sobre as hipóteses de Desconsideração da Personalidade Jurídica contempladas no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
(B) As sociedades consorciadas só responderão por culpa.
(C) Poderá haver desconsideração sempre que a personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
(D) Dentre as hipóteses de desconsideração previstas no Código de Defesa do Consumidor, encontram-se a ocorrência de falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

RESPOSTA Responsabilidade das sociedades pelas obrigações decorrentes do CDC: I) *sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas* – responsabilidade subsidiária; II) *sociedades consorciadas* – responsabilidade solidária; III) *sociedades coligadas* – só responderão por culpa (art. 28, CDC). *Alternativa B*.

3042. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. Dado esse contexto, avalie as alternativas.

I. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, em se tratando de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
II. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias, se tratando de fornecimento de serviço e produtos duráveis.
III. Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da compra do produto ou do início da execução dos serviços.
IV. Obsta a decadência, entre outras situações, a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.
V. Em se tratando de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

(A) Somente as assertivas I, II, IV e V são verdadeiras.
(B) Somente as assertivas II, III e V são verdadeiras.
(C) Somente as assertivas I, II, III e V são falsas.
(D) Somente as assertivas I, IV e V são falsas.
(E) Somente a assertiva III é verdadeira.

RESPOSTA (I) e (II) Art. 26, I e II, CDC. (III) Art. 26, § 1º, CDC (inicia-se a partir da entrega do produto ou do fim da execução do serviço). (IV) Art. 26, § 2º, I, CDC. (V) Art. 26, § 3º, CDC. *Alternativa A*.

3043. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa (responsabilidade

civil objetiva) pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos. Dado esse contexto, assinale a única alternativa CORRETA.

(A) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais a sua apresentação; o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi colocado em circulação.

(B) O produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

(C) O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será, cada um, responsabilizado quando provar que não colocou o produto no mercado ou por culpa exclusiva do consumidor, não havendo outras hipóteses de excludentes de responsabilidade.

(D) O comerciante não será responsabilizado em hipótese alguma, ainda que o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados, ou mesmo quando o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador.

(E) O comerciante somente será responsabilizado por danos causados aos consumidores quando não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

RESPOSTA (A) Art. 12, § 1º, CDC. (B) Art. 12, § 2º, CDC. (C) Art. 12, § 3º, CDC. (D) e (E) Art. 13, CDC. *Alternativa A*.

3044. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Acerca da responsabilidade por vícios e fato do produto e do serviço nas relações de consumo, assinale a opção CORRETA.

(A) A reparação por danos materiais decorrentes de vício do produto ou do serviço afasta a possibilidade de reparação por danos morais, ainda que comprovado o fato e demonstrada a ocorrência de efetivo constrangimento à esfera moral do consumidor.

(B) A explosão de loja que comercializa, entre outros produtos, fogos de artifício e pólvora, causando lesão corporal e morte a diversas pessoas que no momento do acidente estavam em frente à loja, acarreta a responsabilidade civil do fornecedor por fato do produto.

(C) Quando forem fornecidos produtos potencialmente perigosos ao consumo, mesmo sem haver dano, incide cumulativamente a responsabilidade pelo fato do produto e a responsabilidade por perdas e danos, além das sanções administrativas e penais.

(D) O fornecedor pode eximir-se da responsabilidade pelos vícios do produto ou do serviço e do dever de indenizar os danos por eles causados se provar que o acidente de consumo ocorreu por caso fortuito ou força maior ou que a colocação do produto no mercado se deu por ato de um representante autônomo seu.

(E) Sempre será objetiva a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais.

RESPOSTA Tratando-se de responsabilidade do fornecedor pelo *fato* de produtos ou serviços (acidente de consumo), *equiparam-se a consumidores* todas as vítimas do evento (art. 17, CDC). *Alternativa B*.

3045. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Em caso de vício do produto, o consumidor poderá exigir sua substituição por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, se o fornecedor não resolver o problema em

(A) 15 dias.

(B) 30 dias.

(C) 5 anos.

(D) 10 anos.

RESPOSTA Art. 18, § 1º, CDC. *Alternativa B*.

3046. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) A ignorância do comerciante sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos o exime de responsabilidade.

(B) A garantia contratual de adequação do serviço depende de termo expresso e deverá ter em destaque cláusula limitativa da garantia legal.

(C) O abuso de direito praticado em detrimento do consumidor é fundamento para que o juiz desconsidere a personalidade jurídica do fornecedor.

(D) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição pelo período de cinco anos contados da data de fabricação do produto.

RESPOSTA (A) Art. 23, CDC. (B) Art. 50, CDC (garantia *legal* não pode ser limitada). (C) Art. 28, CDC. (D) Art. 32, CDC (deverão assegurar a oferta *enquanto não cessar a fabricação ou importação*). *Alternativa C*.

3047. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Em matéria de responsabilidade civil,

(A) é solidária entre os fornecedores nos casos de vício de qualidade.

(B) é subjetiva em caso de vício de qualidade.

(C) é do fabricante se o vício for de quantidade.

(D) é objetiva em caso de profissional liberal.

RESPOSTA Em caso de *vício* de qualidade, a responsabilidade é *objetiva* e *solidária* entre os fornecedores (art. 18, CDC). *Alternativa A*.

3048. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Tício adquiriu, em 20 de fevereiro de 2012, uma churrasqueira a gás em uma loja de eletrodomésticos. Ao tentar usar a churrasqueira pela primeira vez, Tício percebeu um forte cheiro de gás e apertou imediatamente o botão de desligar. A churrasqueira explodiu. Tício contrata um advogado, que propõe, em 20 de maio de 2012, uma ação judicial para reparação dos danos patrimoniais sofridos. O juiz julga improcedente o pedido de reparação por decadência. Assinale a alternativa correta.

(A) A sentença está correta, pois o prazo para reclamar de vício do produto é de 30 (trinta) dias.

(B) A sentença deve ser reformada, pois o prazo para reclamar de vício de produto durável, como é o caso da churrasqueira elétrica, é de 90 (noventa) dias.

(C) A sentença deve ser reformada, pois a pretensão de reparação de danos causados ao consumidor, reconhecidamente vulnerável, é imprescritível.

(D) A sentença deve ser reformada, pois prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de reparação de danos decorrentes de fato do produto.

(E) A sentença deve ser reformada, pois se aplica ao caso o prazo geral de 20 (vinte) anos do Código Civil.

RESPOSTA Por se tratar de *fato* do produto (art. 12, CDC), a pretensão de buscar a reparação prescreve em 5 anos (art. 27, CDC). *Alternativa D.*

3049. **(Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO)** Em caso de assalto ocorrido no interior de agência bancária, cuja vítima não é cliente do banco,

(A) não há responsabilidade civil, porque o dano foi gerado por fato de terceiro, excludente de

responsabilidade por rompimento do nexo causal.

(B) não há responsabilidade da instituição bancária, mas da empresa de segurança do banco exclusivamente.

(C) subsiste a responsabilidade civil subjetiva do banco, com base no art. 932, III, do Código Civil.

(D) haverá responsabilidade civil objetiva do Estado por omissão no dever de segurança.

(E) haverá obrigação do banco de indenizar a vítima com base no Código de Defesa do Consumidor, arts. 14 e 17, sob fundamento da teoria do risco do empreendimento.

RESPOSTA A vítima não cliente, no caso, é considerada *consumidora por equiparação*, por ter sido vítima de um *fato* (acidente de consumo), pelo qual o fornecedor responde de forma objetiva, com base no risco do empreendimento. *Alternativa E.*

3050. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** Indique abaixo o nexo de imputação mais adequado à responsabilidade pelo fato do produto com espeque no art. 12 do CDC:

(A) risco integral.

(B) risco criado.

(C) risco proveito.

(D) risco mitigado.

RESPOSTA Muito embora a responsabilidade do fornecedor seja *objetiva*, está fundada no *risco da atividade*, e não no *risco integral.* Destarte, o próprio CDC traz hipóteses de exclusão da responsabilidade (art. 12, § 3º, CDC). *Alternativa D.*

3051. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Quanto ao vício do produto e do serviço, nos termos da Lei Federal n. 8.078/90, assinale a alternativa incorreta.

(A) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor prejudicado exigir, de imediato, independentemente da natureza e extensão do vício ou da essencialidade do produto, o desfazimento do negócio e restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

(B) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto, considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.

(C) A Lei Federal n. 8.078/90 também se aplica aos serviços públicos, sejam eles prestados diretamente por órgãos públicos, ou por meio de empresas públicas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, devendo tais serviços serem prestados de forma adequada, eficiente, segura e, quanto aos essenciais, contínua.

(D) São vedadas disposições contratuais que: (I) excluam a garantia legal de adequação do produto ou serviço, ou (II) impossibilitem, exonerem ou atenuem a obrigação de indenizar o consumidor pelo vício do produto ou serviço.

RESPOSTA Art. 18, § 1º, CDC (a restituição não será de *imediato*, pois o fornecedor terá o direito de sanar o vício no prazo de 30 dias e, somente se não sanado, é que o consumidor terá direito às opções referidas no dispositivo). *Alternativa A.*

3052. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** Dadas as assertivas abaixo, assinale a única

CORRETA.

(A) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
(B) As sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
(C) As sociedades coligadas só responderão por dolo.
(D) É vedado expressamente desconsiderar a personalidade da pessoa jurídica nos casos em que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
(E) Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

RESPOSTA Art. 28, CDC. *Alternativa E*.

III. Práticas Comerciais e Proteção Contratual

3053. **(Advogado – BANPARA-PA – 2010 – BANPARA)** Consoante o Código do Consumidor, não é considerada cláusula abusiva:

(A) A que transmita a responsabilidade a terceiros.
(B) A que autorize o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, conferindo igual direito ao consumidor.
(C) A que possibilite a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.
(D) A que infrinja ou possibilite a violação de normas ambientais.

RESPOSTA Art. 51, XI, CDC (são abusivas as cláusulas que autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, *sem que igual direito seja conferido ao consumidor*). *Alternativa B.*

3054. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Em um contrato de consumo é considerada abusiva a cláusula que:

(A) Estabelece a remessa do nome do consumidor inadimplente para bancos de dados ou cadastros de consumidores.
(B) Impossibilite a violação de norma ambiental.
(C) Estabelece a inversão do ônus da prova em desfavor do fornecedor.
(D) Transfere responsabilidades a terceiros.
(E) Não permite ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral.

RESPOSTA Art. 51, CDC. *Alternativa D*.

3055. **(Advogado – UDESC-SC – 2010 – FEPESE)** De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, na hipótese de fornecimento de produtos ou serviços que envolvam a outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor não está obrigado a informar previamente:

(A) o valor da taxa média de mercado.
(B) os acréscimos legalmente previstos.
(C) o número e a periodicidade das prestações.
(D) o montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros.
(E) o preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional.

RESPOSTA Trata-se de hipóteses previstas no art. 52, CDC, sendo que, das afirmativas acima, apenas *o valor da taxa média*

de mercado não consta nesse rol. *Alternativa A*.

3056. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** O fornecedor, ao cobrar supostos débitos do consumidor, o faz mediante a cobrança via telefone ao trabalho do consumidor, exigindo que este pague por uma dívida vencida e paga, que vem sendo cobrada reiteradamente por dois meses consecutivos. Sobre a cobrança de dívidas, assinale a única alternativa CORRETA.

(A) Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ – do fornecedor do produto ou serviço correspondente.

(B) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, ainda que o fornecedor demonstre o engano justificável.

(C) Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente poderá ser cobrado em qualquer situação, inclusive em seu local de trabalho, horário de descanso ou lazer.

(D) É permitido ao fornecedor utilizar, na cobrança de dívida, qualquer procedimento inclusive de correspondências eletrônicas e telefonemas dirigidos ao empregador do consumidor, por meio do departamento de recursos humanos.

(E) Os apontamentos negativos nos cadastros e bancos de dados referentes ao inadimplemento do consumidor são permitidos até o período de três anos.

RESPOSTA Arts. 42 e 42-A, CDC. *Alternativa A*.

3057. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** O artigo 30 do Código de Defesa do Consumidor define oferta como toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado. Dado esse contexto, assinale a única alternativa CORRETA.

(A) É permitida a publicidade de bens e serviços por telefone, mesmo quando a chamada seja onerosa ao consumidor que a origina.

(B) As informações nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor serão gravadas de forma indelével.

(C) Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor não poderá exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade.

(D) O consumidor não poderá rescindir o contrato, em caso de o fornecedor de produtos ou serviços se recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade.

(E) Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor terá direito somente à rescisão contratual, com direito à restituição de valores eventualmente pagos, devidamente atualizados, sem direito a perdas e danos.

RESPOSTA (A) Art. 33, parágrafo único, CDC (é *proibida* quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina). (B) Art. 31, parágrafo único, CDC. (C), (D) e (E) Art. 35, CDC. *Alternativa B*.

3058. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha:

(A) rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada,

monetariamente atualizada, e a perdas e danos;

(B) aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente;

(C) exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade;

(D) todas alternativas anteriores (a, b, c) são corretas.

RESPOSTA Art. 35, CDC. *Alternativa D.*

3059. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Tício, consumidor, percebendo inexatidão nos seus dados em Banco de Dados de Proteção ao Crédito, exige sua imediata correção. Apurado pela entidade de proteção ao crédito que Tício tem razão e procedida a correção dos dados, o prazo que o arquivista tem para comunicar a alteração aos terceiros que tenham recebido as informações incorretas é de:

(A) 3 (três) dias úteis;

(B) 5 (cinco) dias úteis;

(C) 10 (dez) dias;

(D) 30 (trinta) dias.

RESPOSTA Art. 43, § 3º, CDC. *Alternativa B.*

3060. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** As cláusulas gerais do contrato de adesão, regulado pelo Código de Defesa do Consumidor – Lei n. 8.078/90, têm as seguintes características apresentadas nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) Rigidez.

(B) Concretude.

(C) Preestabelecimento.

(D) Uniformidade.

(E) Unilateralidade.

RESPOSTA Art. 54, CDC (a única característica que não se faz presente no contrato de adesão é a *concretude*, pois não se levam em conta peculiaridades do consumidor no caso *concreto*). *Alternativa B*.

3061. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** Mévio, brasileiro, solteiro, advogado, residente à Rua da Matriz n. 55, Belém/PA, efetua a abertura de uma conta corrente em instituição financeira regularmente estabelecida, denominada Cifra S/A. Após longo tempo de duração do contrato, é surpreendido pelo saque de vultosa quantia de sua conta, ocorrido em final de semana prolongado, estando o mesmo em viagem de lazer no interior do Estado. Comunica o fato à instituição financeira, que após trinta dias, afirma que os saques foram realizados pelo próprio correntista, visto que eles não poderiam ocorrer sem a utilização de senha pessoal. Surpreso e angustiado, Mévio consulta advogado que, prontamente, inicia negociações com o estabelecimento financeiro aduzindo que a cláusula de não indenizar constante do contrato seria abusiva, bem como indicando que o foro contratual ali escolhido, como sendo a cidade de São Paulo, também o seria. Comunica que, do mesmo modo, a arbitragem não pode ser imposta em contrato de adesão. Quanto aos saques, solicitou cópias das gravações realizadas pelo Banco nas agências onde os saques ocorreram, não tendo sua solicitação atendida. Diante desse contexto, analise as afirmativas a seguir.

I. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, consideram-se cláusulas abusivas todas aquelas que impedem ou exonerem o fornecedor de sua responsabilidade decorrentes de vícios constatados em produtos ou serviços.

II. A imposição de arbitragem, estabelecida contratualmente, não pode ser considerada cláusula

abusiva, tendo em vista que possibilita às partes uma solução mais ágil para o seu conflito de interesses.

III. Aplicam-se ao contrato bancário as regras do Código de Defesa do Consumidor.

IV. A cláusula de eleição de foro é adequada para os contratos de adesão, mesmo que dificulte o acesso do consumidor à Justiça.

V. A negativa do envio das gravações pela instituição financeira acarretará a presunção de que os fatos narrados pelo consumidor são verdadeiros.

Assinale:

(A) Se somente a afirmativa IV estiver correta.
(B) Se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
(C) Se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
(D) Se somente as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
(E) Se somente as afirmativas II, III e V estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 51, I, CDC. (II) Art. 51, VII, CDC. (III) Art. 3º, § 2º, CDC, e Súmula 297, STJ. (IV) Art. 51, CDC, e STJ – REsp 1.089.993/SP. (V) Pela possibilidade de inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII), incumbindo ao estabelecimento bancário a produção da prova e, não sendo atendido, implica presunção de veracidade dos fatos relativos àquela prova (art. 359, CPC). *Alternativa D*.

3062. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Em face do que disciplina a Lei n. 8.078/1990, por seu artigo 30 (“Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado”), é certo que:

(A) o *puffing*, normalmente, tem força vinculante;
(B) em relação ao preço, a utilização do *puffing* não impõe, de regra, vinculação;
(C) haverá vinculação, mesmo se não houver exposição da informação ou publicidade;
(D) nenhuma das alternativas anteriores (a, b, c) é correta.

RESPOSTA *Puffing* é uma modalidade de publicidade que se vale do exagero para convencer o cliente. Por se tratar de critérios subjetivos, em regra, não há vinculação. *Alternativa D.*

3063. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Orange Produtos de Informática Ltda. envia a Petronius, consumidor, sem solicitação prévia deste, um roteador wireless no valor de R$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais). Petronius recebe o produto em sua residência, firmando recibo, e fica com o roteador, silenciando. Diante disso:

(A) Orange Produtos de Informática Ltda., após decorrido o prazo de 7 (sete) dias do ato de recebimento do produto, prazo de reflexão, sem manifestação de Petronius, pode deste cobrar o valor do roteador;
(B) Orange Produtos de Informática Ltda., após decorrido o prazo de 10 (dez) dias do ato de recebimento do produto, prazo de reflexão, sem manifestação de Petronius, pode deste cobrar o valor do roteador;
(C) Orange Produtos de Informática Ltda. nada pode cobrar, porque, no caso, o produto remetido equipara-se à amostra grátis;
(D) nenhuma das alternativas anteriores (a, b, c) é correta.

RESPOSTA Art. 39, III e parágrafo único, CDC. *Alternativa C.*

3064. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Em matéria de publicidade, é correto afirmar que é

(A) abusiva aquela parcialmente falsa, que induz o consumidor em erro em relação à qualidade do produto.
(B) enganosa aquela que se aproveita da deficiência de julgamento da criança.
(C) abusiva aquela que por omissão deixa de destacar elemento essencial à decisão de compra do consumidor.
(D) enganosa a que induz o consumidor em erro a respeito da sua segurança no consumo.

RESPOSTA Art. 37, CDC. *Alternativa D*.

3065. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta, acerca da oferta, de acordo com o CDC.

(A) Se o fornecedor de serviços recusar cumprimento à oferta, o consumidor poderá rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, além de perdas e danos.
(B) Em caso de venda pelo telefone, é dispensável o nome do fabricante na embalagem.
(C) O fornecedor de produtos não responde pelos atos de seus representantes autônomos.
(D) Se o fornecedor de produtos não puder cumprir a oferta, poderá exigir que o consumidor aceite outro produto equivalente.
(E) A oferta não precisa ser mantida se cessar a produção do produto.

RESPOSTA Art. 30, CDC. *Alternativa A*.

3066. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** No caso de compra de produto pelo telefone:

(A) cabe ao consumidor desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar da data da compra.
(B) cabe ao consumidor desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar da data do recebimento do produto.
(C) cabe ao fornecedor desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar da data da compra.
(D) cabe ao fornecedor desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar da data do recebimento do produto.
(E) nenhuma das partes pode desistir do contrato, se o produto for produzido apenas sob encomenda.

RESPOSTA Art. 49, CDC. *Alternativa B*.

3067. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** A garantia contratual dada pelo fornecedor de produto:

(A) é obrigatória.
(B) substitui a garantia legal.
(C) é complementar à garantia legal.
(D) pode ser verbal.
(E) será interpretada em favor do fornecedor.

RESPOSTA Art. 50, CDC. *Alternativa C*.

3068. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** O Código de Defesa do Consumidor (8.078/90) expressa que os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance. A respeito de contratos de consumo assinale a única alternativa CORRETA.

(A) São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam inversão do ônus da prova a favor do consumidor.

(B) Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se válidas as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.

(C) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou em domicílio.

(D) Nos contratos de adesão admite resolutória, desde que alternativa, cabendo a escolha ao fornecedor.

(E) Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas não sofrerá qualquer desconto, sendo restituído o valor integral devidamente corrigido e atualizado.

RESPOSTA Art. 49, CDC. *Alternativa C*.

3069. **(Advogado – SENADO-DF – 2008 – FGV)** De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a cobrança indevida acarreta o direito de o consumidor:

(A) obter indenização correspondente ao dobro do valor cobrado indevidamente, independente do efetivo pagamento.

(B) ser restituído do valor pago em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, na hipótese de engano justificável do credor.

(C) receber pagamento em dobro do valor demandado, salvo a hipótese de justificável engano do credor.

(D) pleitear indenização por perdas e danos materiais e morais, fixada pela lei no valor igual ao dobro do que foi indevidamente cobrado.

(E) ser indenizado por perdas e danos materiais e morais somente nos casos em que o consumidor prove o efetivo pagamento do valor indevido.

RESPOSTA O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à *repetição do indébito*, por valor igual ao *dobro* do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável. Portanto, havendo *engano justificável*, terá direito à repetição, mas será *simples* (art. 42, parágrafo único, CDC). *Alternativa B*.

3070. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** A respeito dos bancos de dados e cadastros dos consumidores, é CORRETO afirmar:

(A) Os cadastros e dados de consumidores deverão ser claros e verdadeiros e não poderão conter informações negativas referentes a período superior a 6 (seis) anos.

(B) O consumidor possui o direito de ter acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele; contudo, não pode saber sobre as respectivas fontes.

(C) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

(D) A abertura do cadastro não deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

(E) O consumidor que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros não poderá exigir sua imediata

correção.

RESPOSTA Art. 43, CDC. *Alternativa C*.

3071. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Sobre a oferta de produtos e serviços no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

(A) Em se tratando de produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, estes deverão ser gravados de forma efêmera.

(B) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as veicula.

(C) O fornecedor de produtos ou serviços é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

(D) Em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal, deve constar o nome do fabricante e endereço na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial.

RESPOSTA (A) Art. 31, parágrafo único, CDC (deverão ser gravados de forma *indelével*). (B) Art. 38, CDC (o ônus da prova cabe a quem *patrocina*). (C) Art. 34, CDC (*solidariamente* responsável). (D) Art. 33, CDC. *Alternativa D*.

3072. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Acerca das práticas abusivas no âmbito do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

(A) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor não pode limitar a quantidade de produtos que podem ser adquiridos por consumidor, sob pena de incorrer em prática abusiva.

(B) Consideram-se amostras grátis os produtos ou serviços enviados ou entregues ao consumidor sem solicitação prévia, inexistindo nesse caso obrigação de pagamento.

(C) Por se tratar de direito básico do consumidor, o valor constante em orçamento terá validade pelo prazo de dez dias, contado de seu recebimento pelo consumidor, não podendo haver estipulação diversa.

(D) No caso de fornecimento de produtos ou de serviços sujeitos ao regime de controle ou de tabelamento de preços, os fornecedores deverão respeitar os limites oficiais, sob pena de, não o fazendo, responderem pela restituição da quantia recebida em excesso, monetariamente atualizada, não podendo o consumidor exigir à sua escolha o desfazimento do negócio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

RESPOSTA (A) Art. 39, I, CDC (se houver justa causa, será permitido o limite quantitativo). (B) Art. 39, parágrafo único, CDC. (C) Art. 40, § 1º, CDC (o prazo é de 10 dias, *salvo estipulação em contrário*). (D) Art. 41, CDC (*podendo* o consumidor exigir o desfazimento). *Alternativa B*.

3073. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Tendo em vista a disciplina dos bancos de dados e das cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

(A) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, bem como os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

(B) O Código de Defesa do Consumidor, inspirado na Lei de Locações (n. 8.245/1991), estabelece que, salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias serão indenizáveis.

(C) Nos contratos bancários, é dever do julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.

(D) São consideradas cláusulas abusivas as que infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais, devendo ocorrer a sua anulabilidade.

RESPOSTA (A) Art. 43, § 4º, CDC. (B) Art. 51, XVI, CDC (é *abusiva* qualquer cláusula que possibilite a renúncia de

indenização por benfeitorias necessárias). (C) Súmula 381, STJ, “Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas”. (D) Art. 51, XIV, CDC (são *nulas* de pleno direito). *Alternativa A*.

3074. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Sobre as práticas comerciais, marque a alternativa CORRETA:

(A) A publicidade não pode ser considerada enganosa por conter informação de caráter parcialmente falso.
(B) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação cabe ao consumidor.
(C) O Código de Defesa do Consumidor é omisso no que concerne à publicidade enganosa; a regulação da publicidade encontra-se em legislação específica.
(D) Os fabricantes e os importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou a importação do produto.
(E) A oferta disciplinada pela Lei 8.078/90 não possui caráter vinculante.

RESPOSTA (A) e (C) Art. 37, § 1º, CDC. (B) Art. 38, CDC (cabe a quem as patrocina). (D) Art. 32, CDC. (E) Art. 30, CDC (a oferta *obriga* o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e *integra* o contrato que vier a ser celebrado). *Alternativa D*.

3075. **(Advogado – SENADO-DF – 2008 – FGV)** A elevação sem justa causa do preço de produtos ou serviços constitui uma prática comercial abusiva:

(A) caso o fornecedor anuncie anteriormente oferta pública do preço com prazo não determinado.
(B) quando não houver cláusula contratual estabelecendo regra que permita ao fornecedor, direta ou indiretamente, aumentar o preço de maneira unilateral.
(C) quando o regime de preços do fornecimento estiver sujeito a controle ou a tabelamento.
(D) após a contratação ou após a aceitação da oferta tendente à contratação.
(E) em todos os casos, uma vez que a regra estabelecida no Código de Defesa do Consumidor não faz qualquer ressalva.

RESPOSTA *Elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços* é prática abusiva (art. 39, X, CDC). Essa regra se aplica tanto *após a contratação*, já que é nula a cláusula que permita ao fornecedor a variação do preço unilateralmente (art. 51, X), quanto *após a aceitação da oferta*, uma vez que esta vincula o fornecedor e integra o contrato que vier a ser celebrado (art. 30). *Alternativa D*.

3076. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Com relação às cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990), assinale a alternativa correta:

(A) é lícita a cláusula contratual que limita a indenização, em situações justificadas, entre fornecedor e consumidor-pessoa jurídica;
(B) é lícita a cláusula contratual que imponha a arbitragem compulsória nas relações de consumo;
(C) é lícita a cláusula contratual que faculta unilateralmente ao fornecedor a conclusão do contrato;
(D) é lícita a cláusula contratual que faculta unilateralmente ao fornecedor a escolha do índice de reajuste da obrigação;
(E) é lícita a cláusula contratual que reduz a garantia legal do produto durável para dez (10) dias.

RESPOSTA A hipótese da alternativa *A* é lícita (art. 51, I, segunda parte, CDC). As demais são cláusulas abusivas, conforme art. 51, VII, IX, XIII e I, CDC. *Alternativa A*.

3077. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as proposições seguintes.

I. Pode existir publicidade enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

II. Não depende de declaração do juiz antes da fase instrutória sobre quem deve recair o ônus da veracidade e correção da informação e comunicação publicitária.
III. A lei considera prática abusiva enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, bem como condicionar o fornecimento de produto ao fornecimento de outro produto.
IV. O consumidor cobrado em quantia indevida tem o direito à repetição do indébito, sempre por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais.
V. A lei consumerista considera entidade de caráter privado os serviços de proteção ao crédito.
Estão corretas apenas as proposições
(A) I, II e III.
(B) I, III e IV.
(C) II, III e IV.
(D) II, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 37, § 3º, CDC. (II) Art. 38, CDC (a inversão do ônus da prova, nesse caso, independe de declaração do juiz, pois se dá por força legal). (III) Art. 39, III e I, CDC. (IV) Art. 42, parágrafo único, CDC (se houver engano justificável, a repetição será simples). (V) Art. 43, § 4º, CDC (público). *Alternativa A*.

3078. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** Em relação às cláusulas abusivas, o Código de Defesa do Consumidor
(A) estabelece a sanção de nulidade relativa às cláusulas abusivas constantes em contratos celebrados entre fornecedor e consumidor.
(B) considera válida a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do consumidor.
(C) veda a contratação de cláusula limitativa de responsabilidade entre o fornecedor e o consumidor pessoa-jurídica.
(D) reconhece como válida a cláusula que determina a utilização compulsória da arbitragem.
(E) prevê que a declaração de nulidade de cláusula não invalida, necessariamente, o respectivo contrato de consumo.

RESPOSTA (A) Art. 51, *caput*, CDC (cláusulas abusivas são nulas de pleno direito, ou seja, nulidade *absoluta*). (B) Súmula 302, STJ (abusiva). (C) Art. 51, I, segunda parte, CDC (permitida cláusula limitativa em relação a consumidor pessoa-jurídica). (D) Art. 51, VII, CDC (abusiva). (E) Art. 51, § 2º, CDC. *Alternativa E*.

3079. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa cuja afirmação expressa uma ideia verdadeira.
(A) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a três anos.
(B) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de quinze dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
(C) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.
(D) No decurso do prazo prescricional relativo à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

RESPOSTA (A) Art. 43, § 1º, CDC (5 anos). (B) Art. 43, § 3º, CDC (5 dias). (C) Art. 43, § 4º, CDC. (D) Art. 43, § 5º, CDC

(*consumada* a prescrição, não poderão ser fornecidas quaisquer informações). *Alternativa C*.

3080. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Com relação à Lei Consumerista – Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 –, é correto afirmar, EXCETO:

(A) No Contrato de Adesão Consumerista, a inserção de cláusula no formulário não desnatura a natureza de adesão do contrato.

(B) No Contrato de Adesão Consumerista, para a sua imediata compreensão, as cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, na forma exigida por lei.

(C) No Contrato de Adesão Consumerista, é possível constar a transferência da responsabilidade, em caso de dano do fabricante ou prestador de serviço para a seguradora.

(D) No contrato de Adesão Consumerista, é permitida a inversão do ônus da prova, em benefício do consumidor e em desfavor do fabricante ou prestador de serviços.

(E) No contrato de Adesão Consumerista, é configurada cláusula abusiva aquela que determina a utilização compulsória da arbitragem – Lei n. 9.307/96.

RESPOSTA Segundo art. 51, III, CDC, é *cláusula abusiva* a que transfere responsabilidade a terceiros, mormente se tratando de contrato de adesão (art. 54, CDC). *Alternativa C*.

IV. Sanções Administrativas e Infrações Penais

3081. **(Advogado – BANPARA-PA – 2010 – BANPARA)** Consoante o Código do Consumidor, assinale a alternativa que NÃO CORRESPONDE a crime contra as relações de consumo:

(A) deixar de organizar dados fáticos, técnicos e científicos que dão base à publicidade.

(B) impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, bancos de dados, fichas e registros.

(C) deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara do seu conteúdo.

(D) colocar no mercado, fornecer ou expor para fornecimento produtos ou serviços impróprios.

RESPOSTA As *alternativas A*, *B* e *C* constituem crimes previstos nos arts. 69, 72 e 74, CDC, respectivamente. Já a *alternativa D* não está tipificada no CDC, tampouco no CP ou em leis especiais. Os fornecedores de produtos ou serviços *impróprios* ao consumo (*vícios*) respondem apenas no campo da responsabilidade civil (arts. 18 e 20, CDC). *Alternativa D.*

3082. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** No tocante às infrações penais e administrativas elencadas no CDC, é correto afirmar que

(A) dentre as circunstâncias agravantes aos crimes tipificados no Código, temos aquela cometida por pessoa cuja condição econômico-social seja manifestamente superior à da vítima.

(B) pendendo ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, haverá hipótese de reincidência até o trânsito em julgado da sentença, salvo medida judicial que afaste o fornecedor dessa situação.

(C) se assim recomendar a situação econômica do indiciado ou réu, o valor previsto para pagamento de fiança poderá ser aumentado em até 1.000 vezes.

(D) as sanções administrativas previstas no CDC serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, exceto, por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

RESPOSTA Art. 76, IV, *a*, CDC (são circunstâncias *agravantes* dos crimes previstos no CDC, entre outras aquelas cometidas

por servidor público, ou por *pessoa cuja condição econômico-social seja manifestamente superior à da vítima*). *Alternativa A*.

3083. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Em matéria de sanções administrativas, assinale a alternativa incorreta.

(A) A pena de apreensão de produto será aplicada pela administração, quando forem constatados vícios de quantidade do produto.

(B) A pena de suspensão do fornecimento do serviço será aplicada em caso de vício de qualidade por inadequação.

(C) A pena de interdição será aplicada pela administração, sempre que forem constatados vícios de qualidade por inadequação de serviço.

(D) A pena de inutilização do produto será aplicada mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa, se constatado vício de quantidade do produto.

RESPOSTA Art. 59, CDC (a pena de *interdição* será aplicada mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas no CDC e na legislação de consumo). *Alternativa C*.

V. Da Defesa do Consumidor em Juízo

3084. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Leia as proposições seguintes.

I. Dentre as situações elencadas pela legislação consumerista para a defesa coletiva de consumidores, têmse aquelas atinentes a interesses ou direitos difusos e coletivos, assim entendidos, para efeitos do CDC, como os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

II. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo, individualmente, ou a título coletivo.

III. A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

IV. Nas ações coletivas de que trata o CDC, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogados, custas e despesas processuais.

É correto afirmar que

(A) a proposição II está incorreta.

(B) as proposições I e IV estão corretas.

(C) a proposição I está incorreta.

(D) as proposições III e IV estão incorretas.

RESPOSTA (I) Art. 81, parágrafo único, II, CDC (*de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base*). (II) Art. 81, *caput*, CDC. (III) Art. 84, § 1º, CDC. (IV) Art. 87, *caput*, CDC. *Alternativa C*.

3085. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, é INCORRETO afirmar:

(A) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

(B) Para a defesa dos direitos e interesses protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

(C) Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

(D) Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e demais despesas.

RESPOSTA Art. 87, CDC (não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas). *Alternativa D.*

3086. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa que apresenta informação incorreta.

(A) O Ministério Público poderá propor, em nome próprio e no interesse das vítimas ou seus sucessores, ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos.

(B) Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

(C) O Ministério Público, nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, se não ajuizar a ação, atuará sempre como *custus legis*.

(D) Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, a sentença sempre fará coisa julgada *erga omnes*.

RESPOSTA Art. 103, CDC. *Alternativa D*.

3087. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** Tratando-se da defesa do consumidor em juízo, é correto afirmar:

(A) Admite-se o transporte, *in utilibus*, dos efeitos da coisa julgada produzida em ação coletiva para as ações individuais de reparação de danos.

(B) Os legitimados ativos para a propositura da ação coletiva são obrigados ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, em caso de sucumbência.

(C) A improcedência do pedido por insuficiência de prova na ação coletiva que tutela direito difuso impede a propositura de nova ação coletiva, mesmo que colacionada nova prova.

(D) A coisa julgada na ação coletiva, que tutela direitos coletivos em sentido estrito, terá eficácia *erga omnes* entre as partes litigantes e o grupo, categoria ou classe.

(E) O Ministério Público é parte ilegítima para a propositura da ação coletiva que tutela interesses individuais homogêneos.

RESPOSTA Art. 103, § 3º, CDC (o transporte *in utilibus* dos efeitos da coisa julgada produzida em ações coletivas consiste na utilização do resultado da sentença procedente dessa demanda em ações individuais). *Alternativa A*.

3088. **(Advogado – CEMIG-MG – 2010 – FUMARC)** Com base no Código do Consumidor (Lei Federal n. 8.078/90), assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. A defesa coletiva será exercida, entre outras hipóteses quando se tratar de interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

(B) Para a defesa coletiva são legitimados concorrentemente o Ministério Público, a União, os

Estados, os Municípios e o Distrito Federal; as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este código; as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear.

(C) Caso seja relevante o fundamento da demanda e haja justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu. O juiz poderá, nessa hipótese, ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

(D) Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou o juiz, bem como se for impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

RESPOSTA (A) Art. 81, parágrafo único, I, CDC. (B) Art. 82, CDC. (C) Art. 84, §§ 3º e 4º, CDC. (D) Art. 84, § 1º, CDC (a conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o *autor* ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente). *Alternativa D*.

VI. Assuntos Diversos

3089. **(Advogado – COSEL-PR – 2011 – UFPR)** Assinale a alternativa correta.

(A) Beltrano adquire um veículo, cujos pneus apresentam defeito de fabricação e acabam causando acidente de trânsito em que se vitima Cicrano. Nesse caso, é lícito supor que Cicrano pode vir a ter tratamento jurídico de consumidor.

(B) A teoria da imprevisão, ou teoria da onerosidade excessiva, aplica-se aos contratos de execução continuada ou diferida que venham a se tornar excessivamente onerosos em razão de evento que prejudique a base econômica do negócio.

(C) No direito brasileiro, quanto à alienação de bem móvel, a transmissão da propriedade ocorre pela formação de contrato válido.

(D) Depois de perfeito o contrato de doação e transmitido o domínio dos bens ao donatário, os bens objeto da doação poderão retornar ao patrimônio do doador, vez que se trata de negócio jurídico gratuito.

(E) A força maior pode ser reputada como uma excludente tanto da responsabilidade objetiva como da responsabilidade subjetiva, por representar a ausência de culpa do agente do dano.

RESPOSTA Conforme previsão do art. 17 do CDC, *equiparam-se* a consumidores *todas as vítimas do evento* (fato), de forma que Cicrano será considerado *consumidor por equiparação*, recebendo o tratamento jurídico respectivo. *Alternativa A*.

3090. **(Advogado – CODEBA-BA – 2010 – FGV)** Assinale a alternativa que NÃO está de acordo com o Código de Defesa do Consumidor a respeito do direito do consumidor.

(A) É direito do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, o que inclui a especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço e a explicitação dos riscos relacionados a produtos e serviços.

(B) O consumidor tem direito à efetiva reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

(C) É direito do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, incluindo-se a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando ele for hipossuficiente.

(D) O consumidor tem direito à modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais, mas não à revisão delas em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

(E) Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

RESPOSTA (A) Art. 6º, III, CDC. (B) Art. 6º, VI, CDC. (C) Art. 6º, VIII, CDC. (D) Art. 6º, V, CDC (são direitos básicos tanto a *modificação* quanto a *revisão* das cláusulas). (E) Art. 42, parágrafo único, CDC. *Alternativa D*.

3091. **(Advogado – COPEL-PR – 2010 – PUCR)** De acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa CORRETA:

(A) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

(B) Para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, entende-se por interesses ou direitos difusos os transindividuais de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

(C) A responsabilidade das sociedades coligadas é objetiva.

(D) As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

(E) É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, independentemente da verossimilhança da alegação ou de seu estado de hipossuficiência.

RESPOSTA (A) Art. 28, § 2º, CDC (são *subsidiariamente* responsáveis). (B) Art. 82, parágrafo único, I, CDC (de que sejam titulares *pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato*). (C) Art. 28, § 4º, CDC (só responderão por culpa, ou seja, responsabilidade *subjetiva*). (D) Art. 28, § 3º, CDC. (E) Art. 6º, VIII, CDC (tanto a *verossimilhança* quanto a *hipossuficiência* são requisitos para a inversão do ônus da prova). *Alternativa D*.

3092. **(Advogado – BANPARA-PA – 2010 – BANPAR A)** Consoante a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. Se o fornecedor de produtos recusar-se a cumprir oferta feita, o consumidor deve exigir o seu cumprimento forçado e, se não for possível, rescindir o contrato, caso em que terá direito à restituição da quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada e acrescida de perdas e danos.

II. Os documentos de cobrança de dívidas apresentados ao consumidor deverão conter o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no de Pessoas Jurídicas do fornecedor do produto ou do serviço correspondente.

III. O fornecedor de produtos responde pelos vícios de qualidade que lhes diminuam o valor, salvo se provar que os desconhecia, caso em que a responsabilidade recairá sobre o produtor.

IV. Na reparação de produtos, considera-se implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais, adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.

(A) I e III estão corretas.
(B) II e IV estão corretas.
(C) I e II estão corretas.
(D) III e IV estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 35, CDC (em recusa de cumprimento da oferta, o consumidor poderá, à sua livre escolha, optar por *exigir o cumprimento*, *aceitar outro* produto ou serviço ou *rescindir o contrato*). (II) Art. 42-A, CDC. (III) Arts. 18 e 23, CDC (a responsabilidade por vícios é *solidária*, bem como a ignorância do fornecedor não o exime da responsabilização). (IV) Art. 21, CDC. *Alternativa B.*

3093. **(Advogado – BANPARA-PA – 2010 – BANPARA)** Considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Há inversão do ônus da prova em favor do consumidor quando, examinando as condições de fato, com a ajuda de máximas de experiência, o juiz considerar produzida a prova que lhe incumbia.
(B) Sempre que haja indeterminabilidade de titulares e inexistência entre eles de relação jurídica base, no aspecto subjetivo, bem como indivisibilidade do bem jurídico, no aspecto objetivo, estar-se-á diante de interesses ou direitos difusos.
(C) Nas ações coletivas, a sentença fará coisa julgada *ultra partes* nos casos de defesa dos interesses ou direitos difusos, exceto se o pedido for julgado improcedente por deficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
(D) Os órgãos públicos legitimados à defesa dos interesses e direitos dos consumidores, ainda que sem personalidade jurídica, poderão firmar com os interessados compromisso de ajustamento de conduta, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

RESPOSTA (A) Art. 6º, VIII, CDC. (B) Art. 81, parágrafo único, I, CDC. (C) Art. 103, I, e art. 81, parágrafo único, I, CDC (a sentença fará coisa julgada *erga omnes*). (D) Art. 113 e art. 82, III, CDC. *Alternativa C.*

3094. **(Advogado – BANPARA-PA – 2010 – BANPARA)** Consoante a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. É facultado ao consumidor desistir do contrato, no prazo de 7 (sete) dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento no estabelecimento comercial do fornecedor.
II. Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar a sua compreensão pelo consumidor.
III. A penalidade de imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, devendo, obrigatoriamente, ser divulgada pelo responsável da mesma forma e no mesmo veículo, local, espaço e horário.
IV. As autoridades administrativas poderão aplicar sanções cumulativas por infrações às normas de defesa do consumidor, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

(A) I e III estão corretas.
(B) II e IV estão corretas.
(C) III e IV estão corretas.
(D) I e II estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 49, CDC (o direito de desistir do contrato é aplicável apenas para contratação feita *fora do estabelecimento comercial*). (II) Art. 54, § 3º, CDC. (III) Art. 60, § 1º, CDC (a contrapropaganda tem que ser *preferencialmente* divulgada na

mesma forma). (IV) Art. 56, parágrafo único, CDC. *Alternativa B.*

3095. (Juiz – TRT-16 – 2011) Sobre o Código de Defesa do Consumidor, e considerando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I. O microssistema do CDC se fundamenta nos princípios da boa-fé, da proteção ampla ao consumidor em face do fornecedor e da inversão do ônus da prova como forma de facilitação da defesa em favor do hipossuficiente.

II. O instituto da desconsideração da personalidade jurídica visa tornar ineficaz, no caso concreto, atos praticados pela sociedade que sirvam para encobrir atos ilícitos, abusos de direito, excesso de poder ou violação dos estatutos sociais, quando lesam os interesses do consumidor.

III. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o Juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.

IV. Nos contratos de adesão, são nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos.

(A) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
(B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
(C) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
(D) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 4º e art. 6º, VIII, CDC. (II) Art. 28, CDC. (III) Art. 84, § 5º, CDC. (IV) Art. 51, I, CDC. *Alternativa E.*

3096. (Juiz – TRT-9 – 2009) Considere as proposições a seguir, segundo o Código de Defesa do Consumidor:

I. Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

II. São princípios de regência da Política Nacional das Relações de Consumo, dentre outros: a racionalização e melhoria dos serviços públicos e o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, exceto se o fornecedor estiver enquadrado como micro ou pequeno empresário.

III. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

IV. O Ministério Público e as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor são legitimados concorrentemente para a defesa em juízo dos interesses ou direitos difusos e interesses ou direitos coletivos, mas não para defesa de interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

V. Para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, interesses ou direitos coletivos, são os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

(A) somente as proposições I, II, III e IV são corretas.

(B) somente as proposições II, III, IV e V são corretas.

(C) somente as proposições II, III e IV são corretas.

(D) somente as proposições I, III e V são corretas.

(E) todas as proposições são corretas.

RESPOSTA (I) Art. 3º, § 2º, CDC. (II) Apesar de os princípios estarem certos (art. 4º, I e VII, CDC), não há qualquer exceção para micro ou pequeno empresário. (III) Art. 29, *caput*, CDC. (IV) Arts. 81 e 82, CDC (interesses individuais homogêneos também poderão ser defendidos em juízo por esses legitimados). (V) Art. 91, parágrafo único, II, CDC. *Alternativa D*.

3097. (Juiz – TRT-24 – 2008) De acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa CORRETA:

(A) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

(B) Para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, entende-se por interesses ou direitos difusos os transindividuais de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

(C) A responsabilidade das sociedades coligadas é objetiva.

(D) As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

(E) É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, independentemente da verossimilhança da alegação ou de seu estado de hipossuficiência.

RESPOSTA Art. 28, CDC: As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são *subsidiariamente* responsáveis pelas obrigações decorrentes do CDC (§ 2º); as sociedades consorciadas são *solidariamente* responsáveis (§ 3º); e as sociedades coligadas só responderão por *culpa* (§ 4º). *Alternativa D*.

3098. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Assinale a alternativa correta sobre o corolário da aplicação do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras (conforme enunciado da Súmula n. 297 do Superior Tribunal de Justiça).

(A) As instituições financeiras ficam submetidas às restrições sobre cobrança de juros acima dos limites da Lei de Usura e do Código Civil de 2002.

(B) As instituições financeiras ficam impedidas de inscrever o nome de consumidores em cadastro de devedores inadimplentes.

(C) As instituições financeiras devem se precaver contra as ações de estelionatários que possam causar prejuízos contra consumidores e terceiros.

(D) As instituições financeiras ficam obrigadas a flexibilizar condições e dispensar garantias fidejussórias em contratos de mútuo, nos quais haja comprovada função social.

RESPOSTA Pela Súmula 297, STJ, o CDC é aplicável às instituições financeiras. Nesse diapasão, a novel Súmula 479, STJ, prevê que “As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias”. *Alternativa C.*

3099. (Juiz – TRT-23 – 2012) Com base nas disposições da Lei n 8.078/1990 (Código de

Defesa do Consumidor) analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta,

I. A Política Nacional das Relações de Consumo tem por princípio, dentre outros, o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo e a ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor, inclusive, pela presença do Estado no mercado de consumo.

II. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

III. Ainda que em benefício do consumidor é vedada, expressamente, contudo, a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade pelo Juiz após ter sido decretada a sua falência, diante da necessidade de formação do concurso universal junto ao Juízo Falimentar para tratamento isonômico de todos os credores da sociedade de acordo com a preferência de seus créditos.

IV. Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da sociedade toda vez que sua manutenção for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

V. A defesa coletiva dos consumidores será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; interesses ou direitos coletivos, assim entendidos os transindividuais, de natureza divisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base e interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os que decorrentes de origem comum.

(A) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas e as demais estão incorretas.
(B) Apenas as proposições II e IV estão corretas e as demais estão incorretas.
(C) Apenas as proposições II e III estão corretas e as demais estão incorretas.
(D) Apenas as proposições I e IV estão corretas e as demais estão incorretas.
(E) Apenas a proposição V está incorreta e as demais estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 4º, I e II, CDC. (II) Art. 28, *caput*, primeira parte, CDC. (III) Art. 28, *caput*, segunda parte, CDC. (IV) Art. 28, § 5º, CDC. (V) Art. 81, CDC (os *interesses ou direitos coletivos* também são de natureza *indivisível*). *Alternativa A*.

3100. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Acerca dos fundamentos constitucionais do Direito do Consumidor e da oferta e publicidade no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

(A) O legislador constituinte determinou no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que dentro do prazo de dois anos deveria ser elaborado um Código de Defesa do Consumidor.
(B) Conforme determina a Constituição Federal de 1988, a competência para legislar sobre direito do consumidor é comum à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
(C) É dever do fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manter em seu poder os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.
(D) Considera-se enganosa a publicidade que explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

RESPOSTA (A) Art. 48, ADCT (dentro de *120 dias* da promulgação da CF). (B) Art. 24, VII, CF (competência *concorrente*). (C) Art. 36, parágrafo único, CDC. (D) Art. 37, CDC (*abusiva*). *Alternativa C*.

3101. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Acerca do direito de proteção ao consumidor, assinale a opção CORRETA.

(A) Na execução dos contratos de consumo, o juiz pode adotar toda e qualquer medida para que seja

obtido o efeito concreto pretendido pelas partes em caso de não cumprimento da oferta ou do contrato pelo fornecedor, salvo quando expressamente constar do contrato cláusula que disponha de maneira diversa.

(B) Segundo o princípio da vinculação da oferta, toda informação ou publicidade sobre preços e condições de produtos ou serviços, como a marca do produto e as condições de pagamento, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

(C) Nos contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas contratuais desproporcionais, abusivas ou ilegais podem ser objeto de revisão, desde que o contrato seja de adesão e cause lesão a direitos individuais ou coletivos.

(D) Em todo contrato de consumo consta, implicitamente, a cláusula de arrependimento, segundo a qual o consumidor pode arrepender-se do negócio e, dentro do prazo de reflexão, independentemente de qualquer justificativa, rescindir unilateralmente o acordo celebrado.

(E) O consumidor não tem direito à garantia legal.

RESPOSTA Segundo o art. 30, CDC, toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, *obriga* o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e *integra* o contrato que vier a ser celebrado. *Alternativa B*.

3102. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Analise as proposições seguintes.

I. Os contratos nas relações jurídicas consumeristas não obrigam os consumidores se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

II. O prazo decadencial para a reclamação por vícios em produtos ou serviços prestados ao consumidor é aplicável à ação de prestação de contas ajuizada pelo correntista com o escopo de obter esclarecimentos acerca da cobrança de taxas, tarifas e/ou encargos bancários.

III. As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados aos consumidores por fraudes ou delitos praticados por terceiros – como, por exemplo, abertura de conta corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos –, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno.

IV. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

V. De acordo com o sistema consumerista, a nulidade de uma cláusula contratual abusiva sempre invalida o contrato.

São incorretas apenas as proposições

(A) II e V.

(B) III e V.

(C) I, II e IV.

(D) II, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 46, CDC. (II) Súmula 477, STJ (o prazo decadencial do CDC não se aplica à prestação de contas para esses fins). (III) Súmula 479, STJ. (IV) Art. 28, CDC. (V) Art. 51, § 2º, CDC (em regra, a nulidade de uma cláusula não invalida o contrato). *Alternativa A*.

3103. (Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP) Assinale a alternativa correta, de acordo com o

Código de Defesa do Consumidor.

(A) Nas demandas que versem sobre relação de consumo, é obrigatória a inversão do ônus da prova a favor do consumidor.

(B) Tendo mais de um autor a ofensa aos direitos do consumidor, cada um responderá pela reparação dos danos que causou.

(C) Os riscos à saúde ou segurança, que sejam considerados normais e previsíveis em decorrência da natureza do produto, não precisam ser informados ao consumidor.

(D) Um produto pode ser considerado defeituoso se outro de melhor qualidade for colocado no mercado.

(E) Havendo prova de culpa exclusiva de terceiro, o fabricante não será responsabilizado por dano causado ao consumidor.

RESPOSTA (A) Art. 6º, VIII, CDC (deve ser verificada no caso concreto, mediante a presença dos requisitos). (B) Art. 7º, parágrafo único, CDC. (C) Art. 8º, CDC. (D) Art. 12, § 2º, CDC. (E) Art. 18, § 3º, III, CDC. *Alternativa E*.

3104. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) Deverá o juiz ouvir o Ministério Público sobre a vulnerabilidade do consumidor, antes de decidir sobre a inversão do ônus da prova.

(B) A cláusula contratual de eleição de foro é abusiva com fundamento no CDC.

(C) O juiz tem poder discricionário para avaliar a vulnerabilidade do consumidor em relação à sua suscetibilidade contratual.

(D) O termo de garantia contratual é objeto de crime de consumo, quando não preenchido adequadamente e com especificação clara de seu conteúdo.

RESPOSTA (A) e (C) *Vulnerabilidade* é *presunção legal* conferida a todo consumidor (art. 4º, I, CDC), independentemente de manifestação do juiz. (B) Cláusula de eleição de foro somente será abusiva se dificultar o acesso do consumidor à defesa de seus direitos (art. 51, IV e § 1º, CDC). (D) Art. 74, CDC. *Alternativa D.*

3105. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** O adimplemento das obrigações pelos consumidores nas relações jurídicas de consumo está umbilicalmente ligado ao plano da eficácia (e efetividade) dos contratos massificados. O cumprimento da 'palavra dada' ganha *status* de informação em destaque na sociedade atual, desfrutando de relevante valor econômico, pois permite ao fornecedor proceder à segura análise de risco no mercado de consumo nas diversas operações de crédito do dia a dia. Para tanto, regulamentando o acesso e registro dessas informações, houve estratégia normativa no sentido de criar cadastros restritivos e cadastros positivos. Quanto aos últimos versados na Lei Federal n. 12.414/2011, é INCORRETO dizer:

(A) o consulente (pessoa natural ou jurídica que conceda crédito ou realize venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que lhe impliquem risco financeiro) recolhe os dados da fonte (pessoa jurídica responsável pela administração de banco de dados, bem como pela coleta, armazenamento, análise e acesso de terceiros aos dados armazenados) sobre a vida econômica e creditícia do cadastrado (pessoa natural ou jurídica que tenha autorizado inclusão de suas informações no banco de dados).

(B) são informações excessivas aquelas que não estiverem vinculadas à análise de risco de crédito ao consumidor.

(C) são informações sensíveis aquelas pertinentes à origem social e étnica, à saúde, à informação genética, à orientação sexual e às convicções políticas, religiosas e filosóficas.

(D) dentre os direitos do cadastrado, encontram-se: a obtenção do cancelamento do cadastro quando

solicitado; acesso gratuito às informações sobre ele existentes no banco de dados, inclusive o seu histórico; solicitação de impugnação de qualquer informação sobre ele erroneamente anotada em banco de dados e ter, em até 7 (sete) dias, sua correção ou cancelamento e comunicação aos bancos de dados com os quais ele compartilhou a informação; conhecimento dos principais elementos e critérios considerados para a análise de risco, resguardado o segredo empresarial; ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados.

RESPOSTA Art. 2º, Lei n. 12.414/2011 (chamada Lei do *cadastro positivo*). *Alternativa A.*

3106. **(Juiz – TRF-4 – 2010)** Assinale a alternativa correta.

(A) A pessoa jurídica de direito público não pode ser considerada fornecedor.
(B) A pessoa jurídica de direito público não pode ser considerada consumidor final.
(C) A ignorância do fornecedor sobre os vícios que venham a ter os produtos o exime da responsabilidade de indenizar.
(D) O direito de reclamar pelos vícios aparentes caduca em 30 dias, sejam os bens duráveis ou não.
(E) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

RESPOSTA (A) Art. 2º, CDC. (B) Art. 3º, CDC. (C) Art. 23, CDC. (D) Art. 26, CDC. *Alternativa E.*

3107. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa incorreta.

(A) O Estado pode intervir diretamente para proteger de forma efetiva o consumidor em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana e da isonomia.
(B) As sociedades integrantes dos grupos societários são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
(C) O fornecedor está obrigado a informar sobre seus produtos e serviços oferecidos e colocados no mercado.
(D) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, provocados por má administração.
(E) A hipossuficiência do consumidor é a única condição que vincula o juiz a decidir pela inversão do ônus da prova.

RESPOSTA Segundo o inciso VIII, art. 6º, CDC, a *inversão do ônus da prova* ocorrerá a critério do juiz, quando for *verossímil* a alegação ou quando o consumidor for *hipossuficiente*, segundo as regras ordinárias de experiências. *Alternativa E.*

OAB/FGV

I. Disposições Gerais, Princípios e Direitos Básicos

3108. **(OAB 03 – 2011 – II)** O ônus da prova incumbe a quem alega a existência do fato constitutivo do seu direito e impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele que demanda. O Código de Defesa e Proteção do Consumidor, entretanto, prevê a possibilidade de inversão do *onus probandi* e, a respeito de tal tema, é correto afirmar que

(A) Ocorrerá em casos excepcionais em que o juiz verifique ser verossímil a alegação do consumidor ou quando for ele hipossuficiente.
(B) É regra e basta ao consumidor alegar os fatos, pois caberá ao réu produzir provas que os desconstituam, já que o autor é hipossuficiente nas relações de consumo.
(C) Será deferido em casos excepcionais, exceto se a inversão em prejuízo do consumidor houver sido

previamente ajustada por meio de cláusula contratual.

(D) Ocorrerá em todo processo civil que tenha por objeto as relações consumeristas, não se admitindo exceções, sendo declarada abusiva qualquer cláusula que disponha de modo contrário.

RESPOSTA Para que ocorra a *inversão do ônus da prova* – que pode ser *de ofício* e somente em favor do consumidor –, é necessário que o juiz verifique a presença de *verossimilhança ou hipossuficiência*, ou seja, não é regra; ocorrerá excepcionalmente quando presentes esses requisitos (art. 6º, VIII, CDC). *Alternativa A*.

3109. **(OAB 03 – 2012)** A sociedade empresária XYZ Ltda. oferta e celebra, com vários estudantes universitários, contratos individuais de fornecimento de material didático, nos quais garante a entrega, com 25% de desconto sobre o valor indicado pela editora, dos livros didáticos escolhidos pelos contratantes (de lista de editoras de antemão definidas). Os contratos têm duração de 24 meses, e cada estudante compromete-se a pagar valor mensal, que fica como crédito, a ser abatido do valor dos livros escolhidos. Posteriormente, a capacidade de entrega da sociedade diminuiu, devido a dívidas e problemas judiciais. Em razão disso, ela pretende rever judicialmente os contratos, para obter aumento do valor mensal, ou então liberar-se do vínculo. Acerca dessa situação, assinale a afirmativa correta.

(A) A empresa não pode se valer do Código de Defesa do Consumidor e não há base, à luz do indicado, para rever os contratos.

(B) Aplica-se o CDC, já que os estudantes são destinatários finais do serviço, mas o aumento só será concedido se provada a dificuldade financeira e que, ademais, ainda assim o contrato seja proveitoso para os compradores.

(C) Aplica-se o CDC, mas a pretendida revisão da cláusula contratual só poderá ser efetuada se provado que os problemas citados têm natureza imprevisível, característica indispensável, no sistema do consumidor, para autorizar a revisão.

(D) A revisão é cabível, assentada na teoria da imprevisão, pois existe o contrato de execução diferida, a superveniência de onerosidade excessiva da prestação, a extrema vantagem para a outra parte, e a ocorrência de acontecimento extraordinário e imprevisível.

RESPOSTA No caso, apesar de se tratar de uma relação de consumo, na qual incidem os dispositivos do CDC, há de atentar para o fato de que a sociedade que pretende a revisão é *fornecedora,* e não *consumidora*, ou seja, a revisão/modificação das cláusulas nos termos do CDC (art. 6º, V) é um direito do *consumidor,* apenas. Ademais, a *oferta* feita aos alunos *obriga* o fornecedor e *integra o contrato* que foi celebrado (art. 30, CDC), devendo ser cumprida. *Alternativa A.*

II. Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação de Danos

3110. **(OAB 02 – 2012)** Determinado consumidor, ao mastigar uma fatia de pão com geleia, encontrou um elemento rígido, o que lhe causou intenso desconforto e a quebra parcial de um dos dentes. Em razão do fato, ingressou com medida judicial em face do mercado que vendeu a geleia, a fim de ser reparado. No curso do processo, a perícia constatou que o elemento encontrado era uma pequena porção de açúcar cristalizado, não oferecendo risco à saúde do autor. Diante desta narrativa, assinale a afirmativa correta.

(A) O fabricante e o fornecedor do serviço devem ser excluídos de responsabilidade, visto que o material não ofereceu qualquer risco à integridade física do consumidor, não merecendo reparação.

(B) O elemento rígido não característico do produto, ainda que não o tornasse impróprio para o consumo, violou padrões de segurança, já que houve dano comprovado pelo consumidor.

(C) A responsabilidade do fornecedor depende de apuração de culpa e, portanto, não tendo o comerciante agido de modo a causar voluntariamente o evento, não deve responder pelo resultado.

(D) O comerciante não deve ser condenado e sequer caberia qualquer medida contra o fabricante, posto que não há fato ou vício do produto, motivo pelo qual não deve ser responsabilizado pelo alegado defeito.

RESPOSTA Trata-se de *fato* do produto (*acidente de consumo*), o qual causou dano ao consumidor e deve ser reparado, independentemente da existência de culpa, por se tratar de responsabilidade objetiva (art. 12, CDC). *Alternativa B.*

3111. **(OAB 03 – 2011)** Franco adquiriu um veículo zero-quilômetro em novembro de 2010. Ao sair com o automóvel da concessionária, percebeu um ruído todas as vezes em que acionava a embreagem para a troca de marcha. Retornou à loja, e os funcionários disseram que tal barulho era natural ao veículo, cujo motor era novo. Oito meses depois, ao retornar para fazer a revisão de dez mil quilômetros, o consumidor se queixou que o ruído persistia, mas foi novamente informado de que se tratava de característica do modelo. Cerca de uma semana depois, o veículo parou de funcionar e foi rebocado até a concessionária, lá permanecendo por mais de sessenta dias. Franco acionou o Poder Judiciário alegando vício oculto e pleiteando ressarcimento pelos danos materiais e indenização por danos morais. Considerando o que dispõe o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a respeito do narrado acima, é correto afirmar que, por se tratar de vício oculto,

(A) O prazo decadencial para reclamar se iniciou com a retirada do veículo da concessionária, devendo o processo ser extinto.

(B) O direito de reclamar judicialmente se iniciou no momento em que ficou evidenciado o defeito, e o prazo decadencial é de noventa dias.

(C) O prazo decadencial é de trinta dias contados do momento em que o veículo parou de funcionar, tornando-se imprestável para o uso.

(D) O consumidor Franco tinha o prazo de sete dias para desistir do contrato e, tendo deixado de exercê-lo, operou-se a decadência.

RESPOSTA Conforme prevê o art. 26, § 3º, CDC, o prazo *decadencial* para reclamar por vícios de produto *durável é de 90 dias*. Tratando-se de *vício oculto*, a contagem do prazo inicia-se no momento em que este ficar evidenciado. *Alternativa B.*

3112. **(OAB 02 – 2011)** Ao instalar um novo aparelho de televisão no quarto de seu filho, o consumidor verifica que a tecla de volume do controle remoto não está funcionando bem. Em contato com a loja onde adquiriu o produto, é encaminhado à autorizada.

O que esse consumidor pode exigir com base na lei, nesse momento, do comerciante?

(A) A imediata substituição do produto por outro novo.

(B) O dinheiro de volta.

(C) O conserto do produto no prazo máximo de 30 dias.

(D) Um produto idêntico emprestado enquanto durar o conserto.

RESPOSTA Tratando-se de *vício de qualidade do produto*, nesse momento, o consumidor pode exigir apenas o conserto no prazo máximo de 30 dias (art. 18, CDC). *Alternativa C.*

III. Práticas Comerciais e Proteção Contratual

3113. **(OAB 01 – 2012)** A telespectadora Maria, após assistir ao anúncio de certa máquina fotográfica, ligou e comprou o produto via telefone. No dia 19 de março, a câmera chegou ao seu endereço. Acerca dessa situação, assinale a alternativa correta.

(A) A contar do recebimento do produto, a consumidora pode exercer o direito de arrependimento no prazo prescricional de quinze dias.

(B) Mesmo que o produto não tenha defeito, se Maria se arrepender da aquisição e desistir do contrato no dia 25 de março do mesmo ano, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, deverão ser devolvidos, monetariamente atualizados.

(C) Se, no dia 26 de março do mesmo ano, a consumidora pretender desistir do contrato, não poderá fazê-lo, pois, além de o prazo decadencial já ter fluído, os contratos são regidos pelo brocardo *pacta sunt servanda*.

(D) Após o prazo de desistência, que é decadencial, Maria não poderá reclamar de vícios do produto ou de desconformidades entre a oferta apresentada e as características do bem adquirido, a não ser que exista garantia contratual.

RESPOSTA Art. 49, CDC (sempre que a contratação for feita *fora do estabelecimento comercial*, o consumidor pode *desistir* do contrato no prazo de 7 dias, independentemente da existência de vícios ou defeitos, pois sequer precisa motivar; e os valores pagos deverão ser devolvidos de imediato e monetariamente atualizados). *Alternativa B*.

3114. **(OAB 03 – 2011-II)** Josefa celebrou contrato de prestação de serviço com a Transportadora X, cujo teor do documento assinado seguia o formato "de adesão". Considerando tal instrumento de negócio jurídico nas relações de consumo, é correto afirmar que

(A) Tal modalidade contratual, por ter sido deliberada de forma unilateral, é considerada prática abusiva, devendo ser imposta pena pecuniária ao fornecedor do serviço.

(B) Josefa poderá inserir cláusulas no formulário apresentado pela transportadora X, o que desfigurará a natureza de adesão do referido contrato.

(C) O contrato de adesão é permitido nos termos da norma consumerista, mas desde que não disponha de cláusula resolutória, expressamente inadmitida.

(D) Serão redigidos com caracteres ostensivos, cujo tamanho da fonte não seja inferior ao corpo doze, e as cláusulas que limitem direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque.

RESPOSTA Art. 54, CDC. *Alternativa D*.

3115. **(OAB 03 – 2011)** A empresa Cristal Ltda., atendendo à solicitação da cliente Ruth, realizou orçamento para prestação de serviço, discriminando material, equipamentos, mão de obra, condições de pagamento e datas para início e término do serviço de instalação de oito janelas e quatro portas em alumínio na residência da consumidora.

Com base no narrado acima, é correto afirmar que

(A) O orçamento terá validade de trinta dias, independentemente da data do recebimento e aprovação pela consumidora Ruth.

(B) Ruth não responderá por eventuais acréscimos não previstos no orçamento prévio, exceto se decorrente da contratação de serviço de terceiro.

(C) O valor orçado terá validade de dez dias, contados do recebimento pela consumidora; aprovado, obriga os contraentes, que poderão alterá-lo mediante livre negociação.

(D) Uma vez aprovado, o orçamento obriga os contraentes e não poderá ser alterado ou negociado pelas partes, que, buscando mudar os termos, deverão fazer novo orçamento.

RESPOSTA Art. 40, CDC. *Alternativa C*.

3116. **(OAB 02 – 2011)** Quando a contratação ocorre por site da Internet, o consumidor pode

desistir da compra?

(A) Sim. Quando a compra é feita pela Internet, o consumidor pode desistir da compra em até 30 dias depois que recebe o produto.

(B) Não. Quando a compra é feita pela Internet, o consumidor é obrigado a ficar com o produto, a menos que ele apresente vício. Só nessa hipótese o consumidor pode desistir.

(C) Não. O direito de arrependimento só existe para as compras feitas na própria loja e não pela Internet.

(D) Sim. Quando a compra é feita fora do estabelecimento comercial, o consumidor pode desistir do contrato no prazo de sete dias, mesmo sem apresentar seus motivos para a desistência.

RESPOSTA Art. 49, CDC (*prazo de arrependimento* da contratação feita fora de estabelecimento comercial). *Alternativa D.*

3117. **(OAB 03 – 2012)** Academia de ginástica veicula anúncio assinalando que os seus alunos, quando viajam ao exterior, podem se utilizar de rede mundial credenciada, presente em 60 países e 230 cidades, sem custo adicional. Um ano após continuamente fazer tal divulgação, vários alunos reclamam que, em quase todos os países, é exigida tarifa de uso da unidade conveniada. A academia responde que a referência ao “sem custo adicional” refere-se à inexistência de acréscimo cobrado por ela, e não de eventual cobrança, no exterior, de terceiro. Acerca dessa situação, assinale a afirmativa correta.

(A) A loja veicula publicidade enganosa, que se caracteriza como a que induz o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança.

(B) A loja promove publicidade abusiva, pois anuncia informação parcialmente falsa, a respeito do preço e qualidade do serviço.

(C) Não há irregularidade, e as informações complementares podem ser facilmente buscadas na recepção ou com as atendentes, sendo inviável que o ordenamento exija que detalhes sejam prestados, todos, no anúncio.

(D) A loja faz publicidade enganosa, que se configura, basicamente, pela falsidade, total ou parcial, da informação veiculada.

RESPOSTA Art. 37, § 1º, CDC (trata-se de publicidade *enganosa*, cuja informação é total ou parcialmente falsa). *Alternativa D.*

IV. Da Defesa do Consumidor em Juízo

3118. **(OAB 02 – 2012)** João celebrou contrato de seguro de vida e invalidez, aderindo a plano oferecido por conhecida rede particular. O contrato de adesão, válido por cinco anos, prevê a possibilidade de cancelamento, em favor da seguradora, antes de ocorrer o sinistro, por alegação de desequilíbrio econômico-financeiro. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

(A) Os contratos de seguro ofertados no mercado de consumo, apesar de serem de adesão, são regidos pelo Código Civil, e a eles se aplica o Código de Defesa do Consumidor apenas subsidiariamente e em casos estritos.

(B) A cláusula prevista, que estipula a possibilidade de cancelamento unilateral do contrato em caso de desequilíbrio econômico, seria viável desde que exercida na primeira metade do contrato.

(C) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar demanda contra a seguradora, buscando ser declarada a nulidade da cláusula contratual celebrada com os consumidores, e que seja proibido à seguradora continuar a ofertá-la no mercado de consumo.

(D) A cláusula prevista no contrato celebrado por João não é abusiva, pois o seguro deve atentar para a

equação financeira atuarial, necessária ao equilíbrio econômico da avença e à própria higidez e continuidade do contrato.

RESPOSTA Nos termos do art. 51, § 4º, CDC, é facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao MP que ajuíze a competente ação para ser declarada a *nulidade* de cláusula contratual que contrarie o disposto no CDC ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes. *Alternativa C*.

V. Assuntos Diversos

3119. **(OAB 01 – 2012)** Martins celebrou negócio jurídico com a empresa Zoop Z para o fornecimento de dez volumes de determinada mercadoria para entretenimento infantil. No contrato restava estabelecido que Martins vistoriara toda mercadoria antes da aquisição e que o consumidor retiraria os produtos no depósito da empresa. Considerando tal situação fictícia, assinale a alternativa correta à luz do disposto na Lei n. 8.078/90, de acordo com cada hipótese abaixo apresentada:

(A) A garantia legal do produto independe de termo expresso no contrato, bem como é lícito ao fornecedor estipular que se exime de responsabilidade na hipótese de vício de qualidade por inadequação do produto, desde que fundada em ignorância sobre o vício.

(B) É nula de pleno direito a cláusula contratual que exonere a contratada de qualquer obrigação de indenizar por vício do produto em razão de ter sido a mercadoria vistoriada previamente pelo consumidor.

(C) O contrato poderia prever a impossibilidade de reembolso da quantia por Martins, bem como ter transferido previamente a responsabilidade por eventual vício do produto, com exclusividade, ao fabricante.

(D) A Zoop Z tem liberdade para estabelecer compulsoriamente a utilização de arbitragem, bem como exigir o ressarcimento dos custos de cobrança da obrigação de Martins, sem que o mesmo seja conferido contra o fornecedor.

RESPOSTA (A) e (B) Art. 25 e art. 51, I, CDC. (C) Art. 51, III, CDC. (D) Art. 51, VII e XII, CDC. *Alternativa B*.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Batista. *Manual de direito do consumidor*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FIGUEIREDO, Fábio Vieira; FIGUEIREDO, Simone Diogo Carvalho; ALEXANDRIDIS, Georgios. *Mini Código de Defesa do Consumidor anotado*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MIRAGEM, Bruno. *Curso de direito do consumidor*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- NUNES, Rizzatto. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- ______. *Curso de direito do consumidor*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- THEODORO JUNIOR, Humberto. *Direitos do consumidor*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

DIREITO ELEITORAL

DIOGO RAIS

Doutorando em Direito Constitucional pela PUCSP com Bolsa do Projeto “CNJ Acadêmico” da CAPES em parceria com o Conselho Nacional de Justiça e em convênio com a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Direito Constitucional pela PUCSP com cursos de extensão em Justiça Constitucional na Université Paul Cézanne. Membro do Comitê Editorial da *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*. Autor dos livros: *A sociedade e o Supremo Tribunal Federal* – o caso das audiências públicas (Fórum, 2012); e *Coleção para Concursos Públicos Nível Médio* & *Superior* – Direito eleitoral (Saraiva, 2012).

BANCA	QUESTÕES
CESPE	109
FCC	116
OUTRAS BANCAS	97

Siglas e Abreviaturas

Ac. – Acórdão
ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AgR-AI – Agravo Regimental ao Agravo de Instrumento
AgR-REspe – Agravo Regimental ao Recurso Especial Eleitoral
AIME – Ação de Impugnação de Mandato Eletivo
c/c – cumulado com
CE – Código Eleitoral
Cta. – Consulta
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
HC – *habeas corpus*
i.e. – *id est* (isto é)
julg. – julgado
LC – Lei Complementar
LE – Lei das Eleições
LI – Lei das Inelegibilidades. Lei Complementar n. 64/90
LMS – Lei do Mandado de Segurança. Lei n. 12.016/2009
LOPP – Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Lei n. 9.096/95
Min. – Ministro
p.ex. – por exemplo
RE – Recurso Extraordinário
REspe – Recurso Especial Eleitoral
Res. – Resolução
RO – Recurso Ordinário
STF – Supremo Tribunal Federal
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

I. Justiça Eleitoral (Organização, Composição, Funcionamento e Competências)

3120. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** O Brasil adota, com pioneirismo, o sistema eletrônico de votação. A respeito da disciplina legal de exercício do sufrágio e suas circunstâncias, assinale a opção correta.

(A) A urna eletrônica apresenta ao eleitor, para o primeiro voto, os painéis relativos às eleições majoritárias.

(B) O voto em trânsito é admitido, desde que justificada sua necessidade.

(C) Parente de candidato não pode ser indicado como fiscal de partido político.

(D) Servidores de uma mesma repartição pública são proibidos de integrar uma mesa receptora como presidente e mesário.

(E) Cada fiscal partidário somente pode atuar perante uma única seção eleitoral.

RESPOSTA (A) Art. 59, § 3º, LE. (B) Art. 2º, Res. TSE n. 23.215/2010 [Res. Voto em trânsito]. (C) Art. 131, § 2º, CE. (D) Art. 64, LE. (E) Art. 65, § 1º, LE. *Alternativa D.*

3121. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Acerca das mesas receptoras de votos, assinale a opção correta.

(A) Qualquer partido político pode reclamar da nomeação da mesa receptora de votos ou de justificativas ao juiz eleitoral, no prazo de dois dias a contar da audiência, devendo a decisão do juiz ser proferida em até cinco dias.

(B) O partido político que não reclamar contra a composição da mesa receptora de votos não poderá arguir, sob nenhum fundamento, a nulidade da seção respectiva.

(C) Membro de mesa receptora de votos ou de justificativas que não comparecer ao local em dia e hora determinados para a realização das eleições terá quinze dias, contados a partir da data da eleição, para apresentar justa causa ao juiz eleitoral acerca de sua ausência, para efeito de afastamento de multa.

(D) Se o mesário faltoso for servidor público ou autárquico, a pena decorrente da falta será de suspensão de até dez dias.

(E) Cabe recurso de decisão de juiz eleitoral sobre reclamação de nomeação de mesa receptora para o TRE, sendo o prazo para sua interposição de três dias, igual ao prazo para sua resolução.

RESPOSTA (A) Art. 63, LE. (B) Art. 63, LE. (C) Art. 124, CE. (D) Art. 124, § 2º, CE. (E) Art. 63, § 1º, LE. *Alternativa E.*

3122. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da organização, da composição e das competências da justiça eleitoral.

(A) É vedado ao corregedor geral eleitoral praticar, em correição em zona eleitoral, atos atribuídos pelas instruções pertinentes aos corregedores regionais.

(B) É competência dos TREs a divisão das zonas em seções eleitorais.

(C) Compõem o TSE dois juízes nomeados pelo presidente da República, escolhidos entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral indicados pelo próprio tribunal.

(D) Compõem o TRE/PI dois juízes nomeados pelo presidente da República, escolhidos entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral indicados pelo próprio tribunal.

(E) As decisões a respeito de recurso que importe a perda de diploma só podem ser tomadas pelo TSE com a presença de todos os membros; caso ocorra impedimento de algum, deverá ser convocado o substituto ou o respectivo suplente.

RESPOSTA (A) Art. 6º, Res. TSE n. 21.372/2003 [é permitido: resolução sobre a rotina para realização de correições nas zonas eleitorais do país]. (B) Art. 35, X, CE [do juiz]. (C) Art. 119, CF. (D) Art. 120, CF. (E) Art. 19, parágrafo único, CE. *Alternativa E.*

3123. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Acerca da estrutura e composição da justiça eleitoral, assinale a opção correta com base no que dispõem a CF e a legislação específica.

(A) É legítima a indicação de vereador para ministro do TSE na vaga reservada à categoria, desde que, além de deter reputação ilibada e notório saber, esse vereador não seja filiado a partido político.

(B) O ministro-corregedor do TSE deve ser sempre oriundo do STJ.

(C) Não há impedimento legal à indicação para o cargo de ministro do TSE de servidor comissionado que atue como assessor de ministro do STF, desde que o servidor seja advogado com notório saber e reputação ilibada.

(D) É vedada a acumulação do cargo de ministro do TSE com o de ministro do STF, em razão do princípio da especialização.

(E) Um dos integrantes do TSE é indicado pelo MPU, em respeito ao princípio do quinto constitucional.

RESPOSTA (A) Art. 119, CF. (B) Art. 119, parágrafo único, CF. (C) Art. 16, § 2º, CE. (D) Art. 119, CF. (E) Art. 119, CF. *Alternativa B.*

3124. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito do Ministério Público Eleitoral.

(A) Incumbe ao procurador-geral eleitoral dirimir conflitos de atribuições.

(B) O vice-procurador-geral eleitoral é designado pelo Colégio de Procuradores da República.

(C) Compete privativamente ao procurador regional eleitoral designar, por necessidade de serviço, outros membros do Ministério Público Federal para oficiar, sob sua coordenação, perante os TREs.

(D) O promotor eleitoral incumbido do serviço eleitoral de cada zona deve ser membro do MP local indicado pelo procurador regional eleitoral.

(E) Compete ao Colégio de Procuradores da República aprovar a destituição do procurador regional eleitoral.

RESPOSTA (A) Art. 75, III, LC n. 75/93. (B) Art. 74, parágrafo único, LC n. 75/93. (C) Art. 77, parágrafo único, LC n. 75/93. (D) Art. 79, LC n. 75/93. (E) Art. 76, § 2º, LC n. 75/93. *Alternativa A.*

3125. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da organização e das competências da justiça eleitoral.

(A) Não podem ser nomeados membros das juntas eleitorais os que pertencerem ao serviço eleitoral.

(B) Cabe ao juiz eleitoral resolver as impugnações e os demais incidentes verificados durante os trabalhos de contagem e apuração de votos.

(C) Compete aos TREs a divisão de zona em seções eleitorais.

(D) A designação dos locais das seções é de competência dos TREs.

(E) Compete ao juiz eleitoral nomear cidadãos de notória idoneidade para comporem a junta eleitoral por ele presidida.

RESPOSTA (A) Art. 36, § 3º, IV, CE. (B) Art. 40, II, CE [compete à Junta]. (C) Art. 35, X, CE [compete ao juiz]. (D) Art. 35, XIII, CE. (E) Art. 36, § 1º, CE. *Alternativa A.*

3126. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Assinale a opção em que é apresentada disposição do Código Eleitoral em consonância com a CF.

(A) Compete, privativamente, ao TSE organizar a sua secretaria e a corregedoria-geral e propor ao Congresso Nacional a criação e a extinção dos cargos administrativos e a fixação dos respectivos vencimentos, provendo-os na forma da lei.

(B) Os militares são alistáveis, desde que sejam oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

(C) O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral no prazo estabelecido por lei incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral e calculada sobre o valor do salário mínimo.

(D) O presidente e o vice-presidente do TSE são escolhidos, por eleição, entre os ministros do STF, e o corregedor-geral da justiça eleitoral, indicado, pelo presidente, entre os membros do próprio TSE.

(E) Compete ao TSE processar e julgar originariamente os crimes eleitorais e os crimes comuns que, sendo-lhes conexos, sejam cometidos por seus próprios juízes e pelos juízes dos TREs.

RESPOSTA (A) Art. 23, II, CE, c/c art. 96, I, *b,* CF. (B) Art. 5º, parágrafo único, CE, c/c art. 14, § 2º, CF. (C) Art. 7º, CE, c/c art. 7º, IV, CF. (D) Art. 17, CE, c/c art. 119, parágrafo único, CF. (E) Art. 29, *d,* CE, c/c art. 96, III, CF. *Alternativa A.*

3127. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Considerando o que dispõe o Código Eleitoral, assinale a opção correta.

(A) Compete aos juízes eleitorais autorizar a contagem dos votos pelas mesas receptoras nos estados em que essa providência for solicitada pelo TRE.

(B) Compete diretamente aos TREs requisitar força federal necessária ao cumprimento das próprias decisões.

(C) A locomoção do corregedor regional para as zonas eleitorais, no desempenho de suas atribuições, ocorrerá: por determinação do TSE ou do TRE; a pedido dos juízes eleitorais; a requerimento de partido político, quando deferido pelo TRE; e sempre que entender necessário.

(D) Não compete originalmente aos TREs o julgamento do *habeas corpus* em matéria eleitoral, antes que o juiz legalmente competente possa prover sobre a impetração, mesmo quando houver perigo de se consumar a violência, para que não ocorra supressão da instância.

(E) São da competência dos juízes eleitorais a constituição de juntas eleitorais e a designação da respectiva sede.

RESPOSTA (A) Art. 30, VI, CE. (B) Art. 30, XII, CE. (C) Art. 17, § 2º, CE. (D) Art. 29, I, *e,* CE. (E) Art. 30, V, CE. *Alternativa C.*

3128. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** À luz das resoluções aplicáveis do TSE, assinale a opção correta acerca do processo penal eleitoral, na seara das apurações criminais e da polícia criminal em matéria eleitoral.

(A) Se o inquérito for arquivado por falta de embasamento para o oferecimento de denúncia, a autoridade policial poderá proceder a nova investigação se de outras provas tiver notícia, independentemente de nova requisição.

(B) A Polícia Federal exerce, com prioridade sobre suas atribuições regulares, a função de polícia judiciária em matéria eleitoral e, se, no local da infração, não existirem órgãos a ela pertencentes, a

referida função deverá ser assumida pela polícia estadual.

(C) Autoridade policial que tomar conhecimento de prática da infração penal eleitoral deverá informá-la imediatamente ao membro do MP competente.

(D) As autoridades policiais e seus agentes devem comunicar ao juiz eleitoral competente, em até vinte e quatro horas do fato, a prisão de indivíduos encontrados em flagrante delito pela prática de infração eleitoral.

(E) O inquérito policial eleitoral é instaurado somente mediante requisição do MP, salvo em hipótese de prisão em flagrante, quando a instauração ocorre independentemente de requisição.

RESPOSTA Art. 7º, Res. TSE n. 23.222/2010 [resolução sobre a apuração de crimes eleitorais]. *Alternativa D.*

3129. (Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE) Em relação ao MP eleitoral, assinale a opção correta.

(A) Inexistindo membro do MP que oficie perante a zona eleitoral, ou estando este impedido ou, ainda, recusando-se ele, justificadamente, a oficiar, o juiz eleitoral local deverá indicar ao procurador regional eleitoral o substituto a ser designado membro do MP estadual ou do DF.

(B) O procurador regional eleitoral age por delegação do procurador-geral eleitoral e é designado entre os procuradores regionais da República no estado e no DF, ou, onde não houver procuradores regionais, entre os procuradores da República vitalícios.

(C) O procurador regional eleitoral poderá ser destituído, antes do término do mandato de dois anos, por iniciativa do procurador-geral eleitoral, com anuência da maioria absoluta do TSE.

(D) Compete ao procurador regional eleitoral exercer as funções do MP nas causas de competência do TRE respectivo, além de dirigir, no estado, as atividades do setor, subordinado ao procurador-geral eleitoral.

(E) As funções eleitorais do MPF perante os juízes e as juntas eleitorais serão exercidas pelo promotor eleitoral, função que cabe a procurador da República que oficie junto ao juízo incumbido do serviço eleitoral de cada zona.

RESPOSTA (A) Art. 79, parágrafo único, LC n. 75/93. (B) Art. 76, LC n. 75/93. (C) Art. 76, § 2º, LC n. 75/93. (D) Art. 77, LC n. 75/93. (E) Art. 79, LC n. 75/93. *Alternativa D.*

3130. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) À luz da legislação de regência, assinale a opção correta acerca do MP Eleitoral.

(A) A não observância por membro do MP da prioridade dos feitos eleitorais no período compreendido entre o registro das candidaturas e cinco dias após a realização do segundo turno, ressalvados os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança, e o não cumprimento de qualquer prazo fixado pela norma geral das eleições constituem crime de responsabilidade.

(B) A não apresentação de denúncia no prazo legal ou a não promoção da execução de sentença condenatória pelo órgão do MP constituem crime, cuja prática é punida exclusivamente com multa.

(C) O prazo concedido ao MP para impugnar registro de candidato é quatro vezes maior que o prazo concedido a partidos, coligações e candidatos, para a mesma finalidade.

(D) No caso de as contas de candidato serem rejeitadas em decorrência de os gastos eleitorais terem sido pagos com recursos não provenientes de conta específica para tal fim, ou no caso de restar comprovado abuso de poder econômico, a justiça eleitoral remeterá cópia de todo o processo ao MP Eleitoral, para interposição de recurso contra a diplomação do candidato.

(E) Vence no dia da eleição o prazo legal para que o MP ofereça representação contra a execução, em ano eleitoral, de programas sociais por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por este

mantida.

RESPOSTA Art. 2º, Lei n. 4.410/64 [lei de prioridade dos feitos eleitorais]. *Alternativa A.*

3131. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito de fiscalização das eleições, material e lugares destinados à eleição, início da votação e apuração nas juntas eleitorais, nos tribunais regionais eleitorais e no Tribunal Superior Eleitoral.

(A) A propriedade particular será obrigatória e gratuitamente cedida para o fim de funcionamento das mesas receptoras, sendo expressamente vedado o uso, para esse fim, de propriedade pertencente a autoridade policial.

(B) Às sete horas do dia da eleição, supridas as possíveis deficiências, deve o presidente declarar iniciados os trabalhos, procedendo-se em seguida à votação, começando-se pelos candidatos e eleitores presentes.

(C) Compete às juntas eleitorais dos locais de votação apurar os votos relativos aos candidatos a deputado estadual.

(D) Um fiscal não pode ser nomeado para fiscalizar mais de uma seção eleitoral no mesmo local de votação.

(E) Tratando-se de seções de zonas eleitorais em que o alistamento se fizer pelo processamento eletrônico de dados, os juízes eleitorais devem enviar ao presidente de cada mesa receptora, pelo menos setenta e duas horas antes da eleição, as folhas individuais de votação dos eleitores da seção, devidamente acondicionadas.

RESPOSTA (A) Art. 135, § 3º, CE. (B) Art. 143, CE [às 8 horas]. (C) Art. 158, CE [TREs. *Vide* Lei n. 6.996/82, art. 13]. (D) Art. 65, § 1º, LE. (E) Art. 133, CE, c/c art. 12, Lei n. 6.996/82 [substituiu as folhas por lista emitidas por computador]. *Alternativa A.*

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) Os tribunais regionais eleitorais (TREs) são órgãos da justiça federal presentes nos estados e no Distrito Federal. Acerca da competência desses tribunais, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

3132. A competência do TRE para julgamento de recurso interposto contra decisão proferida por juiz eleitoral do respectivo estado em mandado de segurança restringe-se à hipótese de denegação da ordem.

RESPOSTA Art. 29, II, CE. *Errado.*

3133. Compete privativamente aos TREs a elaboração de seus próprios regimentos internos.

RESPOSTA Art. 30, I, CE, c/c art. 96, I, *a*, CF. *Certo.*

3134. Compete ao TRE processar e julgar, originariamente, conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais do respectivo estado.

RESPOSTA Art. 29, I, *b*, CE. *Certo.*

II. Direitos Políticos (Elegibilidade, Inelegibilidade, Alistamento e Transferência Eleitoral)

3135. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** A CF e as leis eleitorais brasileiras estabelecem a disciplina da nacionalidade do candidato, que pode ter particularidades conforme o cargo pretendido. A esse respeito, assinale a opção correta.

(A) Um cidadão português que goze do estatuto da reciprocidade pode ser candidato a presidente da República.

(B) Em qualquer caso, a dupla nacionalidade de um cidadão brasileiro impõe a inelegibilidade.

(C) Brasileiro que se naturalizar alemão em virtude de imposição legal da Alemanha perde a capacidade eleitoral passiva.

(D) Estrangeiro nacionalizado brasileiro somente pode ser candidato a cargos legislativos.

(E) Cidadão brasileiro nascido no exterior e registrado no consulado do Brasil pode ser candidato a presidente da República.

RESPOSTA Art. 14, § 3º, I, c/c art. 12, I, *c*, ambos da CF [atente-se também para o art. 12, § 3º, CF]. *Alternativa E.*

3136. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Pedro, com nove anos de serviço, é militar alistável e teve o seu nome aprovado em convenção partidária para ser candidato a deputado estadual. Nessa situação hipotética, Pedro

(A) deve ser afastado do serviço militar.

(B) deve ser agregado, podendo retornar ao serviço militar após a eleição.

(C) perderá o cargo apenas se for eleito e empossado.

(D) deve ser afastado temporariamente, podendo retornar ao cargo após o fim do mandato.

(E) pode permanecer no serviço militar com todos os direitos.

RESPOSTA Art. 14, § 8º, I, CF. *Alternativa A.*

3137. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** No Brasil, o alistamento e o voto são obrigatórios nos termos constitucionais. No que se refere a esse assunto, assinale a opção correta.

(A) O eleitor que não votar em duas eleições consecutivas terá cancelada a sua inscrição.

(B) O óbito do eleitor deve ser comunicado à justiça eleitoral pelos herdeiros necessários.

(C) A pluralidade de inscrições eleitorais é resolvida mediante o cancelamento de ofício das inscrições mais antigas.

(D) Qualquer eleitor tem legitimidade para requerer da justiça eleitoral a exclusão de eleitor que tiver suspensos os direitos políticos.

(E) Eleitor objeto de processo por alistamento fraudulento tem a sua inscrição suspensa cautelarmente.

RESPOSTA Art. 71, II, c/c o seu § 1º, CE. *Alternativa D.*

(Analista – TRE-BA – 2010 – CESPE) Considerando que um cidadão brasileiro tenha dupla cidadania e candidate-se a deputado federal, julgue os próximos itens com base nas leis eleitorais e partidárias e nas disposições constitucionais sobre cidadania (Certo ou Errado).

3138. A justiça eleitoral deverá indeferir essa candidatura, pois a CF veda que pessoa detentora de cidadania estrangeira seja candidata a esse cargo eletivo, ainda que se trate de caso de dupla cidadania.

RESPOSTA Art. 14, § 3º, I, c/c art. 12, II, ambos da CF. *Errada.*

3139. A justiça eleitoral deverá deferir a candidatura apenas se o candidato em apreço renunciar expressamente à cidadania de outro país.

RESPOSTA Art. 14, § 3º, I, c/c art. 12, II, ambos da CF. *Errada.*

3140. A candidatura considerada poderá ser deferida, mas, se o candidato for eleito, ele não poderá ocupar a presidência da Câmara dos Deputados.

RESPOSTA Art. 14, § 3º, I, c/c art. 12, II, somado ao art. 12, § 3º, II, todos da CF. *Certa.*

3141. A candidatura em questão poderá ser deferida, mas, se o candidato for eleito, ele não poderá ocupar nenhum cargo da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

RESPOSTA Art. 14, § 3º, I, c/c art. 12, II, somado ao art. 12, § 3º, II, todos da CF. *Errada.*

3142. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do alistamento eleitoral e de procedimentos a ele correlatos.

(A) No caso de transferência de domicílio eleitoral, será alterado o número de inscrição originário do eleitor.

(B) Os partidos políticos podem requerer, por seus delegados, a exclusão de qualquer eleitor inscrito ilegalmente, sendo-lhes, contudo, vedada, por inexistência de interesse jurídico, a defesa de eleitor cuja exclusão seja promovida.

(C) Para o acompanhamento e exame dos procedimentos de alistamento, transferência, revisão e segunda via de título eleitoral, os partidos políticos podem manter, em cada zona eleitoral, até dois delegados, que poderão atuar simultaneamente.

(D) As revisões de eleitorado deverão ser presididas pelo corregedor regional eleitoral.

(E) Para efeito do processamento eletrônico do alistamento eleitoral, deverá ser consignada OPERAÇÃO 1 – ALISTAMENTO quando o alistando requerer inscrição e, em seu nome, for localizada uma única inscrição cancelada por determinação de autoridade judiciária (Fase 450).

RESPOSTA (A) Art. 5º, § 1º, Res. TSE n. 21.538/2003. (B) Art. 27, II, Res. TSE n. 21.538/2003. (C) Art. 28, Res. TSE n. 21.538/2003. (D) Art. 62, Res. TSE n. 21.538/2003. (E) Art. 4º, Res. TSE n. 21.538/2003. *Alternativa E.*

3143. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Com relação às inelegibilidades, assinale a opção correta.

(A) O candidato condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da justiça eleitoral, por conduta vedada a agente público em campanha eleitoral somente será considerado inelegível se a conduta implicar a cassação do registro ou do diploma.

(B) O prefeito que perder o mandato por infringência a dispositivo da lei orgânica municipal ficará inelegível, para qualquer cargo, nas eleições a serem realizadas no período remanescente do mandato para o qual tenha sido eleito e nos três anos subsequentes ao término do mandato, reavendo a sua elegibilidade imediatamente após esse período.

(C) O prazo da inelegibilidade do indivíduo condenado por crime contra o meio ambiente por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado perdura enquanto durarem os efeitos da condenação.

(D) A inelegibilidade não se aplica a membro de assembleia legislativa que renunciar ao mandato após o oferecimento de representação capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da constituição estadual.

(E) O indivíduo excluído do exercício da profissão por decisão sancionatória do órgão profissional competente em decorrência de infração ético-profissional ficará inelegível, para qualquer cargo, pelo prazo de quatro anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário.

RESPOSTA (A) Art. 1º, I, *j*, LI. (B) Art. 1º, I, *c*, LI. (C) Art. 1º, I, *e*, 3, LI. (D) Art. 1º, I, *k*, LI. (E) Art. 1º, I, *m*, LI. *Alternativa A.*

3144. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Olavo, médico com vinte e cinco anos de idade, em cumprimento do serviço militar obrigatório no Comando Aéreo Regional de Belém – PA, pretendendo votar nas eleições de 2012, requereu, no prazo fixado para requerimento, inscrição como eleitor. Nessa situação, de acordo com as disposições contidas na CF e na legislação aplicável, o juiz eleitoral deve

(A) deferir o pedido, desde que o requerente apresente documento assinado pelo comandante do referido comando aéreo, referendando o pedido de alistamento eleitoral do oficial médico.

(B) deferir o pedido caso o requerente comprove, em documento oficial do comando aéreo, o licenciamento do contingente de médicos até um mês antes da data da eleição.

(C) indeferir o pedido, decisão da qual cabe recurso, em razão de o conscrito não poder alistar-se como eleitor durante o período do serviço militar obrigatório.

(D) indeferir o pedido caso o requerente, não tendo pleiteado a inscrição até o final do ano subsequente ao ano em que completou dezoito anos de idade, não apresente prova do pagamento da multa pelo atraso do alistamento eleitoral.

(E) deferir o pedido, com base no fato de ser a inscrição eleitoral dever legalmente imposto a todo brasileiro com mais de dezoito anos de idade e direito líquido e certo a ele garantido.

RESPOSTA Art. 14, § 2º, CF. *Alternativa C.*

3145. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca das condições de elegibilidade e inelegibilidade, à luz da CF e da legislação pertinente.

(A) Deve ser indeferido o pedido de registro de candidatura para o cargo de prefeito de município, nas eleições de 2012, de magistrado que tenha se aposentado voluntariamente em 2003 na pendência de processo administrativo disciplinar.

(B) Deve ser indeferido o pedido de registro de candidatura, nas eleições municipais de 2012, de vereador contra o qual haja representação julgada procedente, em 2012, pela justiça eleitoral, em decisão de primeira instância, pendente de recurso, relativa a processo de apuração de abuso do poder político.

(C) Deve-se indeferir o pedido de registro de candidatura para o cargo de prefeito de município, nas eleições de 2012, de conselheiro tutelar condenado à suspensão dos direitos políticos por ato doloso de improbidade administrativa que tenha importado lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, com pena cumprida até 2003.

(D) Considere que um senador da República que tenha renunciado ao mandato, em 2003, após ter sido protocolada contra ele petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da CF, formalize pedido de registro de candidatura a prefeito de município nas eleições de 2012. Nessa situação, o referido pedido deve ser indeferido.

(E) Deve-se indeferir a solicitação de registro de candidatura a vereador de município, nas eleições de 2012, de assistente social que tenha sido excluído, em 2009, do exercício da profissão por decisão sancionatória, posteriormente suspensa pelo Poder Judiciário, do respectivo conselho regional de serviço social, em decorrência de infração ético-profissional.

RESPOSTA Art. 1º, I, *k*, LI. *Alternativa D.*

3146. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta em relação às eleições.

(A) A substituição de candidato que seja considerado inelegível, renuncie ou faleça após o término do

prazo do registro ou, ainda, do candidato cujo registro seja indeferido ou cancelado deverá ser requerida em até 15 dias após o fato ou após a notificação do partido da decisão judicial que tenha dado origem à substituição.

(B) O candidato cujo registro esteja *sub judice* não pode utilizar o horário eleitoral gratuito no rádio ou na televisão, mas seu nome pode ser mantido na urna eletrônica, estando a validade dos votos eventualmente a ele atribuídos condicionada ao deferimento de seu registro por instância superior.

(C) Nas eleições de 2010, aos então detentores de mandato de deputado federal, estadual ou distrital, bem como aos que exerciam esses cargos em qualquer período da legislatura em curso, foi assegurado o registro de candidatura para o mesmo cargo, pelo partido a que estavam filiados.

(D) As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento da formalização do pedido de registro da candidatura, ressalvadas as alterações fáticas ou jurídicas supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade.

(E) O juiz eleitoral deve indeferir pedido de variação de nome de candidato a vereador coincidente com nome de candidato a eleição a prefeito, ainda que o candidato esteja exercendo mandato eletivo ou que, nos quatro anos anteriores ao pleito, tenha concorrido em eleição com o nome coincidente.

RESPOSTA (A) Art. 13, LE. (B) Art. 16-A. (C) Art. 8º, § 1º, LE [teve sua eficácia suspensa pelo STF, em 24-4-2002, por intermédio da ADI-MC n. 2.530]. (D) Art. 11, § 10, LE. (E) Art. 12, § 1º, II, LE. *Alternativa D.*

3147. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere a alistamento eleitoral, segunda via, transferência, delegados partidários perante o alistamento, cancelamento e exclusão de eleitor, revisão e correição eleitorais.

(A) A suspensão de direitos políticos não acarreta cancelamento da inscrição de eleitor, enquanto a perda de tais direitos gera o cancelamento de sua inscrição.

(B) A revisão do eleitorado é ordenada por tribunal regional eleitoral quando, realizada correição em determinada zona ou município por ele determinada, fica provada a fraude em proporção comprometedora.

(C) Em caso de transferência de domicílio eleitoral para unidade da Federação diversa da originária, o número de inscrição do eleitor será alterado.

(D) Nenhum requerimento de inscrição eleitoral, transferência ou segunda via deve ser recebido dentro do prazo de cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.

(E) Os partidos têm legitimidade para requerer, por seus delegados, a exclusão de qualquer eleitor, não detendo legitimidade, entretanto, para assumir a defesa de eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida.

RESPOSTA (A) Art. 71, II, CE. (B) Art. 71, § 4º, CE. (C) Art. 5º, § 1º, Res. TSE n. 21.538/2003. (D) Art. 91, LE. (E) Art. 27, II, Res. TSE n. 21.538/2003. *Alternativa B.*

3148. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Considerando as normas legais brasileiras concernentes à possibilidade de reeleição ao cargo de prefeito municipal, assinale a opção correta.

(A) O TSE admite a reeleição em cada município, em respeito ao princípio da soberania popular, sem restrições de mandatos.

(B) Considere que Jonas, que cumpre o segundo mandato de prefeito municipal, pretenda candidatar-se a prefeito da cidade vizinha. Nessa situação, a candidatura é permitida pelo TSE, pelo fato de se tratar de circunscrição diversa.

(C) O prefeito de uma cidade no exercício do primeiro mandato pode candidatar-se à prefeitura de outra, desde que transfira o seu domicílio eleitoral em tempo hábil.

(D) O impedimento legal a um terceiro mandato consecutivo restringe-se à circunscrição na qual o prefeito exerce o seu mandato.

(E) O TSE admite uma terceira candidatura na hipótese de o prefeito renunciar ao cargo seis meses antes da data das eleições.

RESPOSTA Art. 14, § 5º, CF [as alternativas *B e D* se referem ao denominado Prefeito Itinerante ou Prefeito Profissional, figura vedada segundo entendimento do TSE e do STF, aplicável a partir das eleições de 2012]. *Alternativa C.*

3149. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Com relação às disposições constitucionais e legais acerca das condições de elegibilidade, cuja aplicação é disciplinada pela justiça eleitoral, assinale a opção correta.

(A) O candidato a senador da República deve ser aprovado em convenção partidária e contar com mais de trinta e cinco anos de idade na data das eleições.

(B) Candidato a presidente da República deve contar com mais de trinta anos de idade na data da inscrição da candidatura.

(C) Candidato a prefeito deve contar com vinte e um anos de idade na data das eleições.

(D) Candidato a vereador deve ter domicílio eleitoral no município e, pelo menos, dezoito anos de idade na data da convenção partidária.

(E) Candidato a governador de estado deve ser filiado a partido político e ter, na data da posse, trinta anos de idade.

RESPOSTA Art. 14, § 3º, V, e art. 14, § 3º, VI, *b,* ambos da CF. *Alternativa E.*

3150. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Com relação à inelegibilidade, assinale a opção correta.

(A) O prazo de inelegibilidade de prefeito que tiver as contas relativas ao exercício do cargo rejeitadas, por decisão irrecorrível do órgão competente, em razão de irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, se a decisão não tiver sido suspensa nem anulada pelo Poder Judiciário, deverá ser contado do término do mandato para o qual o prefeito tenha sido eleito.

(B) Para candidato que já exerça mandato eletivo, conta-se do término do mandato para o qual tenha sido eleito o prazo de inelegibilidade caso ele venha a ser condenado, por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da justiça eleitoral, em decorrência de gastos ilícitos de campanha, com a consequente cassação do diploma.

(C) Consideram-se inelegíveis para qualquer cargo a pessoa física e(ou) o dirigente de pessoa jurídica responsáveis por doação eleitoral tida por ilegal, se reconhecida contra si inelegibilidade, por prazo contado da decisão que reconheça a ilegalidade.

(D) O prazo de inelegibilidade de indivíduo condenado por qualquer crime eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, perdura por prazo superior aos efeitos da condenação.

(E) Enquanto persistirem os efeitos da condenação, perdura o prazo de inelegibilidade de indivíduo condenado por crime contra o patrimônio privado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado.

RESPOSTA (A) Art. 1º, I, *g*, LI [contado da decisão]. (B) Art. 1º, I, *j*, LI [a contar da eleição]. (C) Art. 1º, I, *p*, LI. (D) Art. 1º, I, *e*, 4, LI [(...) pena privativa de liberdade]. (E) Art. 1º, I, *e*, 1, LI [desde a condenação até o prazo de 8 anos (...)]. *Alternativa C.*

3151. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** À luz da jurisprudência do STF, assinale a opção correta a respeito de direitos políticos e partidos políticos.

(A) O reconhecimento da justa causa para transferência de partido político afasta a perda do mandato eletivo por infidelidade partidária e transfere ao novo partido do detentor do mandato o direito de sucessão à vaga.

(B) É válida a dispensa, por lei estadual que discipline os procedimentos necessários à realização das eleições para implementação da justiça de paz, de filiação partidária para os candidatos a juiz de paz.

(C) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal no curso do mandato de determinado prefeito afasta a inelegibilidade prevista na CF para o cônjuge de prefeito.

(D) O domicílio eleitoral na respectiva circunscrição e a filiação partidária constituem condições de elegibilidade que podem ser disciplinadas por lei ordinária.

(E) Para a aplicação das condições de elegibilidade referentes à eleição indireta para governador e vice-governador de estado – realizada pela assembleia legislativa em caso de dupla vacância desses cargos executivos no último biênio do período de governo – previstas no art. 14 da CF, faz-se necessária expressa previsão em lei estadual.

RESPOSTA Art. 15, § 3º, IV e V, CF: “são condições de elegibilidade (...) passíveis de válida disciplinação mediante simples lei ordinária (...) não se confundem, no plano jurídico-conceitual, com as hipóteses de inelegibilidade” (STF, ADI-MC 1.063). *Alternativa D.*

3152. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Acerca de alistamento eleitoral, transferência, delegados partidários perante o alistamento, cancelamento e exclusão de eleitor, revisão e correição eleitorais, assinale a opção correta.

(A) Sempre que tiver conhecimento de alguma das causas do cancelamento da inscrição, o juiz eleitoral determinará de ofício a exclusão do eleitor, dispensando-se instauração de processo específico.

(B) Para que o TSE determine de ofício a revisão ou correição das zonas eleitorais, basta que o total de transferências de eleitores ocorridas no ano em curso seja 10% superior ao do ano anterior; ou que o eleitorado seja superior ao dobro da população entre dez e quinze anos, somada à de idade superior a setenta anos, do território do município; ou, ainda, que o eleitorado seja superior a 55% da população projetada para aquele ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o município.

(C) Para a transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência, não se exigem o transcurso de um ano do alistamento ou da última transferência nem a residência mínima de três meses no novo domicílio.

(D) Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos cento e oitenta dias anteriores à data da eleição, período considerado de suspensão do alistamento.

(E) Aos delegados dos partidos políticos perante o alistamento é facultado promover a exclusão de qualquer eleitor inscrito ilegalmente, mas não lhes é permitido assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida.

RESPOSTA (A) Art. 74, CE. (B) Art. 92, LE [*vide* Res. TSE ns. 20.472/99 e 21.490/2003]. (C) Art. 55, § 2º, CE. (D) Art. 91, LE. (E) Art. 27, II, Res. TSE n. 21.538/2003 [Res. sobre alistamento e outros]. *Alternativa C.*

3153. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Considerando a disciplina constitucional e

complementar de elegibilidade e inelegibilidades, assinale a opção correta.

(A) O condenado por calúnia e difamação permanece inelegível pelo prazo de oito anos.

(B) Advogado excluído, pela OAB, do exercício da profissão, por infração ético-profissional, é inelegível pelo prazo de oito anos.

(C) A Lei da Ficha Limpa admite a candidatura de pessoa condenada por crime contra a administração pública, desde que o acórdão respectivo penda de recurso.

(D) É elegível o militar conscrito, desde que ele se afaste da atividade.

(E) Ocupante do cargo de prefeito pode ser candidato a deputado estadual sem se afastar do exercício do cargo.

RESPOSTA (A) Art. 1º, I, *e*, LI. (B) Art. 1º, I, *m*, LI. (C) Art. 1º, I, *e*, LI. (D) Art. 14, § 2º, CF. (E) Art. 14, § 6º, CF. *Alternativa B.*

3154. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos princípios constitucionais e legais relativos aos direitos políticos, à nacionalidade, à elegibilidade e à inelegibilidade.

(A) Desde que haja reciprocidade, a lei brasileira atribui a pessoas originárias de países de língua portuguesa com residência permanente no Brasil, independentemente de naturalização, os direitos inerentes ao brasileiro, inclusive o gozo dos direitos políticos, salvo a ocupação de cargo privativo de brasileiro nato.

(B) Diferentemente do prefeito, que, para concorrer a outro cargo sem incidir em inelegibilidade, deve renunciar ao mandato no prazo legal, o vice-prefeito que, nos últimos doze meses anteriores ao pleito, não tenha substituído nem sucedido o titular poderá candidatar-se a outro cargo, preservando o mandato.

(C) A cassação dos direitos políticos do brasileiro que adquirir outra nacionalidade por reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira só ocorrerá após a declaração da perda da nacionalidade brasileira por sentença judicial transitada em julgado.

(D) No caso de cometimento de ato de improbidade administrativa, a suspensão dos direitos políticos ocorre automaticamente na forma e gradação previstas em lei, não havendo necessidade de ser expressamente declarada na sentença condenatória.

(E) Considere que tenha sido declarada a dissolução do vínculo conjugal de João com Márcia, prefeita de um município brasileiro, no curso do mandato da prefeita. Nesse caso, João não seria inelegível para o cargo de vereador em município criado por desmembramento do município em que Márcia é prefeita.

RESPOSTA (A) Art. 12, II, *a*, CF [um ano (...)]. (B) Art. 1º, § 2º, LI. (C) Art. 15, CF [vedada a cassação]. (D) Art. 15, V, c/c art. 37, § 4º, ambos da CF, c/c art. 20, Lei n. 8.429/92 [lei de improbidade]. (E) STF, Súmula Vinculante n. 18. *Alternativa B.*

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) Com base no disposto no Código Eleitoral (Lei n. 4.737/1965) acerca do cancelamento e da exclusão do alistamento eleitoral, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

3155. No processo de exclusão de alistamento eleitoral, a defesa pode ser realizada pelo próprio interessado, por outro eleitor ou, ainda, por delegado de partido.

RESPOSTA Art. 73, CE. *Certo.*

3156. Ressalvada a hipótese de falecimento, a partir da instauração do processo de exclusão, o eleitor, preventivamente, já não poderá votar. Busca-se, com isso, evitar que seja computado como

válido voto passível de ser anulado posteriormente no caso de sentença final que determine a exclusão do referido eleitor.

RESPOSTA Art. 72, CE. *Errado.*

III. Propaganda Política (Institucional, Eleitoral, Partidária e Intrapartidária)

3157. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** A legislação eleitoral brasileira permite a propaganda eleitoral a partir de determinada data e proíbe a propaganda eleitoral antecipada. Conforme tais normas, constitui propaganda antecipada, ainda que não exista pedido formal de voto,

(A) a participação do pré-candidato em entrevistas e debates no rádio e na televisão para expor seu projeto político.

(B) a realização, pelo partido político, de seminário em local fechado para tratar de plano de governo.

(C) a divulgação das prévias partidárias pelos instrumentos de comunicação do partido.

(D) a divulgação de debate legislativo de que tome parte um pré-candidato.

(E) a divulgação do nome de pessoa vinculado a cargo em disputa.

RESPOSTA (A) Art. 36-A, I, LE. (B) Art. 36-A, II, LE. (C) Art. 36-A, III, LE. (D) Art. 36-A, IV, LE. *Alternativa E.*

(Analista – TRE-BA – 2010 – CESPE) A Internet tem sido um meio de comunicação social cada vez mais importante no Brasil e no mundo. A respeito do uso da Internet no processo eleitoral, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

3158. A recente mudança na lei eleitoral permitiu a propaganda paga na Internet, restrita aos sítios e blogs pessoais, mas vedou-a nos grandes sítios de notícias.

RESPOSTA Art. 57-C, LE, é vedada qualquer propaganda paga na Internet. *Errada.*

3159. A propaganda na Internet é permitida por meio de redes sociais, mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos, partidos ou coligações ou por iniciativa de qualquer pessoa natural.

RESPOSTA Art. 57-B, IV, LE. *Certa.*

3160. Em nenhuma hipótese será permitida a censura à Internet, razão por que é vedado à justiça eleitoral, independentemente do fundamento ou motivo, suspender o acesso ao conteúdo informativo de um sítio que descumpra as regras legais respectivas.

RESPOSTA Art. 57-F, LE. *Errada.*

3161. É vedada pela lei a veiculação de propaganda na Internet em sítios de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos.

RESPOSTA Art. 57-E c/c art. 24, ambos da LE. *Certa.*

3162. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Com relação à propaganda eleitoral e às pesquisas e testes pré-eleitorais, assinale a opção correta.

(A) Não é permitida a veiculação de propaganda prevista na lei orgânica dos partidos políticos, tampouco permitido qualquer tipo de propaganda política paga, no rádio e na televisão, no segundo semestre de ano eleitoral.

(B) O registro de pesquisa eleitoral somente pode ser realizado no horário de funcionamento do

cartório eleitoral.

(C) Não se consideram propaganda eleitoral antecipada a realização de prévias partidárias e a respectiva divulgação, através dos partidos, pelos meios de comunicação.

(D) É vedada, desde quarenta e oito horas antes até vinte e quatro horas depois da eleição, qualquer propaganda política veiculada gratuitamente na Internet, em sítio eleitoral, blog, sítio interativo ou social.

(E) Na hipótese de uma pesquisa eleitoral abranger municípios vizinhos, pode ser feito somente um registro das informações pertinentes perante a justiça eleitoral.

RESPOSTA (A) Art. 45, LOPP, c/c art. 36, § 2º, CE. (B) Art. 1º, § 2º, Res. TSE n. 23.364/2011. (C) Art. 36-A, III [comunicação intrapartidária]. (D) Art. 7º, Lei n. 12.034/2009. (E) Art. 33, LE. *Alternativa A.*

3163. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da propaganda eleitoral.

(A) A comprovação do cumprimento das determinações da justiça eleitoral relacionadas a propaganda de candidato a prefeito realizada em desconformidade com o disposto na norma geral das eleições somente pode ser apresentada à comissão designada pelo TRE da respectiva circunscrição.

(B) Quando o material impresso veicular propaganda conjunta de diversos candidatos, os gastos relativos a cada um deles deverão constar na respectiva prestação de contas, ou apenas naquela do candidato que houver arcado com os custos.

(C) A realização de comícios e a utilização de aparelhagem de sonorização fixa somente são permitidas no horário compreendido entre as oito e as vinte e duas horas.

(D) A veiculação da propaganda partidária gratuita prevista em lei somente é permitida após o dia cinco de julho do ano da eleição.

(E) É facultativa a inserção dos dados dos candidatos a vice nas propagandas dos candidatos a cargo majoritário.

RESPOSTA (A) Art. 35, § 5º, LE. (B) Art. 38, § 2º, LE. (C) Art. 38, § 4º, LE [(...) entre as 8 e as 24 horas]. (D) Art. 36, § 2º, LE. (E) Art. 36, § 4º, LE. *Alternativa B.*

3164. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com base na disciplina legal do direito de resposta durante o processo eleitoral.

(A) O direito de resposta vincula-se a eventuais ofensas proferidas no horário eleitoral gratuito.

(B) Em caso de ofensa veiculada por trinta segundos, em rádio ou TV, a resposta terá de durar um minuto, no mínimo.

(C) Em caso de ofensa à honra de partido ou coligação, o prazo para peticionar direito de resposta é de cinco dias.

(D) O tempo usado para o exercício do direito de resposta será acrescido ao tempo geral da propaganda.

(E) O direito de resposta restringe-se ao caso de a afirmação caluniosa ser veiculada por adversário eleitoral.

RESPOSTA Art. 58, § 3º, II, *c*, LE. *Alternativa B.*

3165. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere a pesquisas, testes pré-eleitorais, propaganda eleitoral em geral e direito de resposta.

(A) O fato de um pré-candidato, no período pré-eleitoral, expor, em entrevistas aos veículos de

comunicação, plataformas e projetos políticos caracteriza propaganda eleitoral antecipada, ainda que ele não peça votos.

(B) Somente a partir do registro de candidaturas, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.

(C) Constitui crime a divulgação, para o público em geral, de pesquisa sem o prévio registro de informações exigido pela norma geral das eleições.

(D) É proibida a veiculação, no segundo semestre de ano eleitoral, de propaganda partidária gratuita ou de qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão.

(E) A veiculação de propaganda eleitoral somente é permitida a partir do dia cinco de julho do ano da eleição.

RESPOSTA (A) Art. 36-A, I, LE. (B) Art. 58, LE [a partir da escolha dos candidatos]. (C) Art. 33, § 3º, LE. (D) Art. 36, § 2º, LE. (E) Art. 36, LE [após o dia 5 de julho]. *Alternativa D.*

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) Julgue os itens seguintes, acerca de propaganda eleitoral na Internet (Certo ou Errado).

3166. É autorizada a veiculação, na Internet, de propaganda eleitoral paga.

RESPOSTA Art. 57-C, LE [é vedada]. *Errado.*

3167. É vedado à entidade de classe ou sindical ceder seu cadastro de endereços eletrônicos a candidatos, partidos ou coligações.

RESPOSTA Art. 57-E c/c art. 24, VI, ambos da LE. *Certo.*

3168. Será suspenso, indefinidamente, o acesso ao conteúdo informativo do sítio eletrônico que veicular propaganda eleitoral em ofensa às regras definidas pela legislação eleitoral, independentemente de requerimento ou da observância de qualquer rito específico.

RESPOSTA Art. 57-I c/c art. 96, ambos da LE [exige requerimento e o rito do art. 96, LE]. *Errado.*

3169. Somente será permitida a propaganda eleitoral por meio de rede social da Internet se o seu conteúdo tiver sido gerado pelo próprio candidato.

RESPOSTA Art. 57-B, LE. *Errado.*

3170. Observadas as disposições da lei, é lícita a propaganda eleitoral veiculada pela Internet nas quarenta e oito horas que antecederem as eleições.

RESPOSTA Art. 7º, Lei n. 12.034/2009, c/c art. 240, CE. *Certo.*

(Analista – TRE-BA – 2010 – CESPE) Uma das mazelas do processo eleitoral brasileiro é o alto custo das campanhas eleitorais, elevado mesmo quando comparado ao de países com maior desenvolvimento econômico. Para mitigar essa situação, foi promulgada a chamada Lei da Minirreforma Eleitoral. A respeito desse assunto, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

3171. Nas eleições brasileiras, é vedada a propaganda eleitoral em *outdoors*.

RESPOSTA Art. 39, § 8º, LE. *Certa.*

3172. Admite-se a realização de showmícios, desde que os artistas não sejam remunerados.

RESPOSTA Art. 39, § 7º, LE. *Errada.*

3173. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Considerando a realização de pesquisas e testes pré-eleitorais, a propaganda eleitoral, o direito de resposta e as condutas vedadas em campanhas eleitorais, assinale a opção correta.

(A) Pesquisas realizadas em data anterior ao dia das eleições não podem ser divulgadas nessa data.

(B) A representação contra conduta vedada em campanha eleitoral pode ser ajuizada somente até a data da eleição.

(C) Deve ser examinado pela justiça comum o pedido de resposta formulado por terceiro, partido ou coligação em relação ao que tenha sido veiculado no horário eleitoral gratuito.

(D) A propaganda intrapartidária veiculada antes do dia seis de julho do ano eleitoral deve ser imediatamente retirada após a realização da convenção partidária.

(E) Não se incluem entre os dados a serem registrados na justiça eleitoral, para cada pesquisa a ser divulgada, o nome do estatístico responsável pelo trabalho e o número de seu registro no competente conselho regional.

RESPOSTA (A) Art. 35-A, LE, declarado inconstitucional pelo STF em 6-9-2006 na ADI n. 3.741. (B) Art. 73, § 12, LE. (C) Art. 58, § 1º, LE. (D) Art. 36, § 1º, LE. (E) Art. 1º, IX, Res. TSE n. 23.364/2011. *Alternativa D.*

3174. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Ainda a respeito das normas legais que regulamentam as eleições, assinale a opção correta.

(A) É permitida a veiculação de propaganda eleitoral, como, por exemplo, inscrição a tinta e fixação de placas, em bens de uso comum, como postes de iluminação pública e sinalização de tráfego e paradas de ônibus.

(B) No dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos, é permitida, mas a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como os instrumentos de propaganda referidos anteriormente, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos, é proibida, até o término do horário de votação.

(C) As despesas com transporte ou deslocamento de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas bem como o pagamento de cachê de artistas ou animadores de eventos relacionados a campanha eleitoral são considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados na Lei das Eleições.

(D) Partidos políticos, coligações e candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela Internet, em sítio especificamente criado pela justiça eleitoral, relatório discriminado dos recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral, com indicação dos nomes dos doadores e dos respectivos valores doados, e dos gastos que realizarem.

(E) É vedada a divulgação de pesquisas eleitorais, por qualquer meio de comunicação, no período compreendido entre o décimo quinto dia anterior ao dia das eleições e as dezoito horas do dia do pleito.

RESPOSTA (A) Art. 37, LE [é vedada (...)]. (B) Art. 39-A, LE. (C) Art. 39, § 7º [é proibido (...)]. (D) Art. 28, § 4º, LE. (E) Art. 35-A, LE, declarado inconstitucional pelo STF em 2006, na ADI n. 3.741. *Alternativa B.*

3175. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** A respeito dos crimes eleitorais e do processo penal eleitoral, assinale a opção correta.

(A) Os recursos especiais relativos aos processos criminais eleitorais de competência originária dos TREs devem ser interpostos no prazo de três dias perante o presidente do tribunal recorrido.

(B) Para efeitos penais, o cidadão que integra temporariamente órgãos da justiça eleitoral e o cidadão nomeado para compor as mesas receptoras ou juntas apuradoras não são considerados membros nem funcionários da justiça eleitoral.

(C) Na instrução dos processos criminais eleitorais, poderão ser inquiridas até cinco testemunhas arroladas pela acusação e cinco arroladas pela defesa, independentemente de o crime ser apenado com multa, detenção ou reclusão.

(D) O fato de o órgão do MP não apresentar, no prazo legal, denúncia de crime eleitoral configura crime apenado com detenção de até um mês e multa.

(E) Tratando-se de crimes eleitorais, cabe apelação, no prazo de cinco dias, das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular, sendo de oito dias o prazo para oferecimento das razões.

RESPOSTA (A) Art. 276, § 1º, CE, c/c art. 278, § 1º, CE. (B) Art. 283, § 1º, CE. (C) Falsa. (D) Art. 342, CE. (E) Art. 362, CE. *Alternativa A.*

3176. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Com relação aos recursos apresentados em processos eleitorais contra decisões da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

(A) Os recursos são, em regra, preclusivos.

(B) O conhecimento do recurso pelo tribunal tem efeito suspensivo.

(C) Em caso de inelegibilidade, não deve ser conhecido recurso contra expedição de diploma.

(D) Recurso somente é submetido ao plenário do tribunal após manifestação escrita do MP, sob pena de nulidade da decisão.

(E) Recurso contra decisão que denega *habeas corpus* é de competência exclusiva do STF.

RESPOSTA (A) Art. 259, CE [“(...) salvo quando discutir matéria constitucional”]. (B) Art. 257, CE. (C) Art. 262, I, CE. (D) Art. 24, IV, CE. (E) Art. 29, I, *e*, CE. *Alternativa A.*

3177. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** No que se refere a recursos eleitorais, assinale a opção correta.

(A) Recurso contra a expedição de diploma pendente de análise pelo TSE não tem efeito suspensivo.

(B) É vedada a juntada de novos documentos a recurso interposto contra decisão de juiz eleitoral.

(C) Das decisões das juntas sobre impugnações na apuração dos votos cabe recurso imediato, interposto verbalmente ou por escrito, que deve ser fundamentado no prazo de quarenta e oito horas para que tenha seguimento.

(D) O prazo recursal contra decisões sobre reclamações ou representações relativas a descumprimento da lei geral das eleições é de três dias.

(E) Em regra, os recursos eleitorais têm efeito suspensivo.

RESPOSTA (A) Art. 216, CE. (B) Art. 266, CE. (C) Art. 169, § 1º, CE. (D) Art. 96, LE. (E) Art. 257, CE. *Alternativa C.*

3178. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da impugnação de

registro de candidatura.

(A) Qualquer candidato, partido político ou coligação, bem como o MP possuem legitimidade ativa para impugnar solicitação de registro de candidatura, até cinco dias depois da publicação do pedido.

(B) É do juiz eleitoral a competência originária para o julgamento da arguição de inelegibilidade de candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito, vereador, conselheiro tutelar e juiz de paz.

(C) Decorrido o prazo para a contestação, as testemunhas, independentemente de notificação judicial, devem comparecer para inquirição, por iniciativa das partes que as tiverem arrolado.

(D) O prazo para que partido político ou coligação ofereça contestação é de quatro dias, contados a partir do primeiro dia após a impugnação da candidatura.

(E) É do tribunal regional eleitoral a competência originária para o julgamento da arguição de inelegibilidade de candidatos aos cargos de presidente da República, senador da República, governador de estado e do DF, deputado federal, deputado estadual e deputado distrital.

RESPOSTA (A) Art. 3º, LI. (B) Art. 24, LI. (C) Art. 5º, LI [(...) com notificação (...)]. (D) Art. 4º, LI. (E) Art. 2º, I, LI. *Alternativa A.*

3179. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** No que concerne à representação por captação ilícita de sufrágio, aos crimes eleitorais e ao processo penal eleitoral, assinale a opção correta.

(A) As infrações penais definidas no Código Eleitoral são, em regra, de ação pública, com exceção dos denominados crimes eleitorais contra a honra de candidatos, partidos ou coligações, aos quais se aplica subsidiariamente o Código Penal.

(B) Admite-se, para o crime consistente na difamação de alguém durante a propaganda eleitoral, por meio da imputação de fato ofensivo à reputação da pessoa, exceção da verdade, se o ofendido for funcionário público e a ofensa não for relativa ao exercício de suas funções.

(C) Tratando-se do crime de escrever, assinalar ou fazer pinturas em muros, fachadas ou qualquer bem de uso comum do povo, para fins de propaganda eleitoral, empregando-se qualquer tipo de tinta, piche, cal ou produto semelhante, o juiz poderá reduzir a pena do agente que repare o dano antes da sentença final.

(D) Se o juiz se convencer de que o diretório local de determinado partido tenha concorrido para a prática do crime de inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado, ou que o partido tenha se beneficiado conscientemente da referida propaganda, ao diretório será imposta pena de multa.

(E) Em decorrência da liberdade de escolha do eleitor, na representação pela captação ilícita de sufrágio prevista na Lei n. 9.504/1997, não se afere a potencialidade lesiva da conduta, bastando a prova da captação, ainda que envolva apenas um eleitor.

RESPOSTA (A) Art. 355, CE. (B) Art. 325, parágrafo único, CE. (C) Art. 37, § 5º, LE. (D) Art. 248, CE. (E) Art. 41-A, LE [TSE, RO 2.373]. *Alternativa E.*

3180. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Com relação ao registro de candidatura e sua impugnação, assinale a opção correta.

(A) Qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos poderá impugnar registro de candidatura.

(B) Em caso de oferecimento anterior de impugnação de registro de candidatura por parte de coligação partidária, cabe ao MP, se tiver interesse em também impugnar o registro, ingressar no feito como assistente.

(C) Tratando-se de processo de impugnação de registro de candidatura, as alegações finais devem ser oferecidas primeiramente pelo impugnante e, na sequência, pelo impugnado.

(D) O registro de candidatura de competência originária de tribunal regional eleitoral é julgado desde que observada a devida publicação em pauta.

(E) A partir da data em que é protocolizada a petição de recurso relativo a decisão sobre pedido de registro de candidatura, passa a correr o prazo para apresentação de contrarrazões recursais, notificado o recorrido em cartório.

RESPOSTA (A) Art. 3º, LI. (B) Art. 3º, § 1º, LI. (C) Art. 6º, LI. (D) Art. 13, LI. (E) Art. 8º, § 1º, LI. *Alternativa E.*

3181. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** No que se refere a registro de candidatura e sua impugnação, assinale a opção correta.

(A) O juiz eleitoral deve apresentar em cartório, em até dez dias após a conclusão dos autos, a sentença relativa a pedidos de registro de candidatos a eleições municipais.

(B) O pedido de registro do candidato e sua impugnação são processados nos próprios autos dos processos dos candidatos e são julgados em uma só decisão.

(C) O candidato cujo registro esteja *sub judice* poderá efetuar todos os atos relativos à campanha eleitoral, e seu nome será mantido na urna eletrônica enquanto ele estiver sob essa condição, desde que seu recurso seja recebido no efeito suspensivo.

(D) As impugnações do pedido de registro de candidatura e as questões referentes a homonímias e notícias de inelegibilidade devem ser processadas em autos apartados.

(E) Encerrado o prazo da dilação probatória para a impugnação de registro de candidatura, as partes, inclusive o MP, poderão apresentar alegações em prazo sucessivo, a começar pelo impugnante.

RESPOSTA (A) Art. 8º, LI. (B) Art. 13, LE, c/c art. 48, Res. TSE n. 23.373/2011. (C) Art. 16-A, LE. (D) Art. 48, Res. TSE n. 23.373/2011. (E) Art. 6º, LI. *Alternativa B.*

3182. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Acerca dos recursos eleitorais, assinale a opção correta.

(A) O recurso contra a expedição de diploma somente é cabível nos casos de inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato, errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional e erro de direito ou de fato na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação sob determinada legenda.

(B) É incabível a interposição, ao TRE, de recurso contra os despachos dos juízes ou juntas eleitorais.

(C) Os recursos parciais, incluídos os que tratem do registro de candidatos, interpostos nos TREs, nas eleições municipais ou estaduais, e no TSE, nas eleições federais, devem ser julgados conforme a ordem de entrada nas secretarias.

(D) São preclusivos os prazos para a interposição de recurso eleitoral, salvo quando nele se discutir matéria constitucional, e, embora não possa ser interposto fora do prazo, o recurso pode ser apresentado em outra fase processual.

(E) Caso os recursos de um mesmo município ou estado sejam apresentados em datas diversas e julgados separadamente, o juiz eleitoral ou o presidente do TRE sempre aguardará a comunicação de todas as decisões para cumpri-las.

RESPOSTA (A) Art. 262, IV, CE. (B) Art. 265, CE. (C) Falsa. (D) Art. 259, CE. (E) Art. 261, § 3º, CE. *Alternativa D.*

3183. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Ainda no que concerne aos recursos eleitorais, assinale a opção correta.

(A) Os recursos contra atos das juntas eleitorais independem de termo e devem ser interpostos por petição devidamente fundamentada, acompanhada, se assim entender o recorrente, de novos documentos.

(B) O prazo para a oposição dos embargos de declaração em matéria eleitoral é de cinco dias.

(C) O prazo para a interposição de agravo de instrumento contra decisão de presidente de TRE que denegue o seguimento de recurso especial é de cinco dias.

(D) Recebido o recurso, o juiz eleitoral pode reconsiderar sua decisão, garantida, de ofício, a subida do recurso pela parte recorrida, como se por ela tivesse sido interposto.

(E) Em matéria recursal, poderá ser oferecido ao TRE, por qualquer das partes, todo documento ou alegação escrita que se referira a fato superveniente ou justo impedimento para a sua não apresentação no momento devido.

RESPOSTA (A) Art. 266, CE. (B) Art. 275, § 1º, CE [três dias]. (C) Art. 279, CE [três dias]. (D) Art. 267, § 6º, CE. (E) Art. 268 c/c art. 270, ambos do CE. *Alternativa A.*

3184. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** No que se refere a impugnação de registro de candidatura, competência para julgamento, procedimentos, prazos e efeitos recursais no âmbito da Lei Complementar n. 64/1990 e alterações posteriores, assinale a opção correta.

(A) Terminado o prazo para impugnação, depois da devida notificação, o candidato, o partido político ou a coligação dispõe do prazo de dez dias para contestá-la, podendo juntar documentos, indicar rol de testemunhas e requerer a produção de provas, inclusive documentais, que se encontrarem em poder de terceiros, de repartições públicas ou em procedimentos judiciais ou administrativos.

(B) Na impugnação dos pedidos de registro de candidatos a eleições municipais, o juiz eleitoral formará sua convicção pela livre apreciação da prova – atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, e mencionando na decisão os que motivaram seu convencimento – e apresentará a sentença em cartório três dias após a conclusão dos autos; a partir desse momento, passa a correr o prazo de três dias para a interposição de recurso para o TRE.

(C) Tratando-se de registro a ser julgado originariamente por TRE, o pedido de registro, com ou sem impugnação, será julgado em três dias após a publicação da pauta; na sessão do julgamento, que poderá se realizar em até duas reuniões seguidas, feito o relatório, facultada a palavra às partes e ouvido o procurador regional, o relator proferirá o seu voto e serão tomados os dos demais juízes.

(D) Transitada em julgado ou publicada a decisão proferida por juiz que declarar a inelegibilidade de candidato, será negado registro a esse candidato, ou o registro será cancelado, se já feito, ou o diploma será declarado nulo, se já expedido; não sendo apresentado recurso, a decisão deverá ser comunicada, de imediato, ao MP eleitoral e ao órgão da justiça eleitoral competente para o registro de candidatura e expedição de diploma do réu.

(E) O registro do candidato pode ser impugnado em petição fundamentada, no prazo de cinco dias contados da publicação do seu pedido, por qualquer cidadão, ou, ainda, por partido político, coligação ou pelo MP.

RESPOSTA (A) Art. 4º, LI. (B) Art. 7º, parágrafo único, c/c art. 8º, ambos da LI. (C) Art. 10, § 1º, LI. (D) Art. 15, LI. (E) Art. 3º, LI. *Alternativa B.*

3185. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Acerca da impugnação do mandado eletivo após a proclamação dos resultados e a respeito dos recursos eleitorais, assinale a opção correta.

(A) Das decisões dos juízes eleitorais cabe recurso à junta eleitoral.
(B) Proclamado o resultado pela justiça eleitoral, o candidato tem direito subjetivo à posse, e a sua eleição não mais pode ser impugnada.
(C) O recurso apresentado contra a diplomação do candidato eleito tem efeito suspensivo.
(D) Admite-se recurso interposto fora do prazo apenas em relação a matéria constitucional.
(E) Cabe recurso contra a expedição do diploma no caso de erro de fato quanto à determinação do quociente eleitoral.

RESPOSTA (A) Falsa. (B) Falsa: *vide*, p. ex., art. 14, § 10, CF. (C) Art. 257, CE. (D) Falsa. (E) Art. 267, III, CE. *Alternativa E.*

V. Crimes Eleitorais

3186. (Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE) Com relação ao papel do Ministério Público Eleitoral nos processos relativos a crimes eleitorais, assinale a opção correta.

(A) Ocorrendo infração penal, o MP deve agir de acordo com o delito, e sua ação depende de representação do ofendido.
(B) Não são admitidas denúncias verbais, devendo a comunicação do delito ser subscrita por eleitor da mesma circunscrição em que ocorre a eleição.
(C) As infrações penais tipificadas no Código Eleitoral são de ação pública.
(D) Verificada infração penal, o MP conduz investigação reservada e propõe a ação caso o candidato acusado seja eleito.
(E) A inação do MP, quando provocado, é punida com o imediato afastamento do promotor responsável das lides eleitorais.

RESPOSTA Art. 355, CE. *Alternativa C.*

3187. (Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE) Com relação às disposições legais inscritas no Código Eleitoral e aos crimes eleitorais, assinale a opção correta.

(A) Juiz de direito, ainda que não seja juiz eleitoral, pode ser considerado, para efeitos penais, membro da justiça eleitoral, caso colabore com as eleições.
(B) A liberdade de expressão assegurada aos candidatos exclui os crimes contra a honra do processo eleitoral.
(C) Cidadãos estrangeiros podem participar do processo eleitoral brasileiro, desde que autorizados por partido político regularmente registrado.
(D) O abandono do serviço eleitoral por mesário implica a prática de mera infração administrativa.
(E) É admitida a prova da verdade na hipótese de crime de calúnia contra chefe de Estado estrangeiro.

RESPOSTA (A) Art. 283, I, CE. (B) Art. 53, § 2º, LE. (C) Art. 14, § 2º, LE. (D) Art. 344, CE. (E) Art. 324, § 2º, II, CE. *Alternativa A.*

3188. (Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta acerca dos crimes eleitorais previstos no Código Eleitoral, na Lei Complementar n. 64/1990, na Lei n. 9.504/1997 e na Lei n. 12.034/2009.

(A) Causar, propositadamente, dano físico ao equipamento utilizado na votação ou na totalização de votos ou a suas partes constitui crime punível com detenção.
(B) Constitui crime eleitoral punível com reclusão a arguição de inelegibilidade de candidato feita por interferência do poder econômico, deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé.

(C) A não observância da ordem em que os eleitores devem ser chamados a votar configura crime eleitoral punível com multa.

(D) A não expedição, imediatamente após o encerramento da votação, do boletim de urna pelo juiz de junta eleitoral configura crime, salvo se constatado defeito da urna ou se dispensada a expedição pelos fiscais, delegados e candidatos presentes.

(E) De acordo com a Lei n. 12.034/2009, constitui crime a divulgação, no dia da eleição, de qualquer espécie de propaganda de candidato, bem como a manifestação individual e silenciosa do eleitor, mediante o uso de bandeiras, broches ou adesivos, a favor de candidato ou partido político.

RESPOSTA (A) Art. 72, III, LE [(...) reclusão (...)]. (B) Art. 25, LI [(...) detenção (...)]. (C) Art. 306, CE. (D) Art. 313, CE. (E) Art. 39-A, LE [acrescido pela Lei n. 12.034/2009]. *Alternativa C.*

3189. (Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE) A respeito dos crimes previstos na Lei n. 9.504/1997, que dispõe sobre as eleições, assinale a opção correta.

(A) Inexiste, na norma geral das eleições, previsão de responsabilização penal de representantes legais de empresas ou entidades de pesquisa e de órgão veiculador de pesquisa fraudulenta.

(B) O uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista constitui crime apenado com detenção e multa, vedada a alternativa de prestação de serviços à comunidade.

(C) Qualquer ato que vise retardar, impedir ou dificultar a ação fiscalizadora dos partidos no tocante às pesquisas eleitorais constitui crime punível com detenção, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade.

(D) Respondem por crime eleitoral os integrantes de mesa receptora que deixarem de entregar, por omissão, cópia de boletim aos partidos e coligações concorrentes ao pleito caso seus representantes a requeiram até uma hora após a expedição.

(E) A divulgação de pesquisa fraudulenta constitui crime punível com reclusão e multa.

RESPOSTA (A) Art. 90, § 1º, LE. (B) Art. 40, LE. (C) Art. 34, § 2º, LE. (D) Art. 68, §§ 1º e 2º, LE. (E) Art. 33, § 4º, LE. *Alternativa C.*

3190. (Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE) No que diz respeito aos crimes e ao processo penal eleitoral, assinale a opção correta.

(A) Incide em crime o candidato que recusa obediência a determinação judicial de observância às regras de propaganda eleitoral, ainda que dirigida exclusivamente a partidos e coligações.

(B) No âmbito da justiça eleitoral, cabe ação penal privada subsidiária, mas é inadmissível ação penal pública condicionada à representação do ofendido, em razão do interesse público ínsito à matéria eleitoral.

(C) O não comparecimento de mesário no dia da votação configura o crime, previsto no Código Eleitoral, de recusar ou abandonar o serviço eleitoral sem justa causa.

(D) Aquele que apenas auxilia terceiro a se alistar fraudulentamente, ainda que se aproveitando da ingenuidade ou da ignorância deste, não comete o crime, previsto no Código Eleitoral, de induzir alguém a se inscrever como eleitor.

(E) Para a tipificação do crime de divulgar, na propaganda eleitoral, fatos sabidamente inverídicos em relação a candidato e capazes de influenciar o eleitorado, não há necessidade de os textos imputados como inverídicos serem frutos de matéria paga.

RESPOSTA (A) Art. 347, CE [TSE, HC 574: impossibilidade]. (B) Art. 355, CE, c/c art. 5º, LIX, CF. (C) Art. 344 c/c art. 124, ambos do CE [TSE, HC 638]. (D) Art. 290, CE. (E) Art. 323, CE [TSE, AgR-REspe 35.977]. *Alternativa B.*

3191. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta quanto à disciplina legal dos partidos políticos.

(A) Como entidade de direito privado, para participar das eleições, o partido político deve registrar seus estatutos no registro civil de pessoas jurídicas de qualquer cidade brasileira.

(B) O partido adquire personalidade jurídica na forma da lei civil e registra seus estatutos no TSE.

(C) Admite-se o registro de partido que comprove o apoiamento do número bastante de eleitores, desde que distribuído em pelo menos cinco unidades da Federação.

(D) O partido político tem direito à propaganda partidária após participar de, pelo menos, uma eleição.

(E) A exclusão de filiado das listas partidárias depende de autorização judicial específica.

RESPOSTA (A) Art. 8º, LOPP [ao Cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Capital Federal]. (B) Art. 7º, LOPP. (C) Art. 7º, § 1º, LOPP [1/3 ou mais Estados]. (D) Art. 7º, § 2º, LOPP. (E) Art. 22, LOPP. *Alternativa B.*

3192. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito de partidos políticos.

(A) O exame da prestação de contas dos órgãos partidários tem caráter jurisdicional.

(B) Do total do fundo partidário, 1% é destinado, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral e 99% são distribuídos aos partidos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

(C) A responsabilidade, incluindo a civil e a trabalhista, entre qualquer órgão partidário municipal, estadual ou nacional, é solidária ante o caráter nacional dos partidos políticos.

(D) Os recursos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei, são créditos penhoráveis para pagamento de débitos de natureza trabalhista.

(E) A sanção de suspensão do repasse de novas quotas do fundo partidário, devido à desaprovação total ou parcial da prestação de contas de partido, deve ser aplicada necessariamente pelo período de doze meses. Caso a prestação de contas não seja julgada, pelo juízo ou tribunal competente, após cinco anos de sua apresentação, a sanção de suspensão não poderá ser aplicada.

RESPOSTA (A) Art. 37, § 6º, LOPP. (B) Art. 41-A [5% e 95%]. (C) Art. 15-A, LOPP [exclusivamente ao órgão partidário]. (D) Art. 649, XI, CPC. (E) Art. 37, § 3º, LOPP. *Alternativa A.*

3193. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Os partidos políticos, no sistema constitucional brasileiro e nos termos da Lei dos Partidos Políticos (Lei n. 9.096/1995) e da Lei Eleitoral (Lei n. 9.504/1997), constituem pessoa jurídica de direito privado e são elementos fundamentais da democracia brasileira. Com relação à disciplina do funcionamento dessas organizações, assinale a opção correta.

(A) Conforme imposição da Lei dos Partidos, o diretório nacional de partido político é composto por 101 pessoas.

(B) Não se permitem coligações partidárias na eleição majoritária para senador.

(C) Na mesma eleição, pode um partido fazer coligações distintas para governador e para deputado estadual.

(D) A verticalização é imposta pela lei partidária e se aplica, no que couber, às eleições municipais.

(E) Compete aos partidos políticos organizar estrutura paramilitar para a proteção de seus candidatos.

RESPOSTA (A) Falsa, sem previsão legal, mas *vide* art. 8º, LOPP. (B) Art. 6º, LE. (C) Art. 6º, LE. (D) Art. 17, § 1º, CF. (E) Art.

17, § 4º, CF. *Alternativa C.*

3194. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Acerca das finanças e da contabilidade dos partidos políticos, assinale a opção correta.

(A) O partido pode receber recursos de governos estrangeiros, desde que o Brasil mantenha relações diplomáticas regulares com os países de origem desses recursos.

(B) As entidades sindicais somente podem auxiliar partidos políticos mediante publicidade partidária em seus meios de comunicação institucionais.

(C) O diretório nacional é solidariamente responsável pelas obrigações assumidas pelos diretórios estaduais.

(D) O exame da prestação de contas dos órgãos partidários tem caráter jurisdicional.

(E) O recurso do partido contra decisão sobre prestação de contas tem apenas efeito devolutivo.

RESPOSTA (A) Art. 31, I, LOPP. (B) Art. 31, IV, LOPP. (C) Art. 15-A, LOPP. (D) Art. 37, § 6º, LOPP. (E) Art. 37, § 4º, LOPP. *Alternativa D.*

(Analista – TRE-BA – 2010 – CESPE) Considerando as disposições constitucionais acerca de partidos políticos e o papel dessas instituições para o regime democrático nos termos da Lei dos Partidos e da legislação brasileira, conforme a interpreta a justiça eleitoral, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

3195. É vedada a mudança de partido, impondo-se a perda do mandato, conforme o entendimento do TSE, por configurar infidelidade partidária, ainda quando o mandatário pretenda fundar novo ente partidário.

RESPOSTA Art. 1º, § 1º, II, Res. TSE n. 22.610/2007. *Errada.*

3196. É permitida a mudança de partido, sem perda de mandato, para quem demonstre a justa causa da mudança, como a perseguição por motivos políticos.

RESPOSTA Art. 1º, § 1º, IV, Res. TSE n. 22.610/2007. *Certa.*

3197. A perda de mandato por infidelidade partidária decorre de interpretação da justiça eleitoral, promovida pelo TSE, pois a Lei dos Partidos não é específica quanto a essa questão.

RESPOSTA Res. TSE n. 22.610/2007. *Certa.*

3198. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** A respeito dos partidos políticos, assinale a opção correta.

(A) Os órgãos de direção nacional dos partidos políticos têm pleno acesso às informações que, constantes do cadastro eleitoral, digam respeito a seus afiliados.

(B) Terá direito a funcionamento parlamentar, em todas as casas legislativas para as quais tenha elegido representante, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtiver o apoio de, no mínimo, 5% dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados, com um mínimo de 2% do total de cada um deles.

(C) De acordo com a lei que dispõe sobre partidos políticos, a responsabilidade civil e trabalhista é solidária entre o órgão partidário municipal, o estadual e o nacional, ante o caráter nacional das agremiações partidárias.

(D) Resolução do TSE considera justa causa, para efeito de desfiliação partidária, afastamento e

decretação da perda de cargo eletivo, a mudança substancial ou o desvio do estatuto partidário.

(E) Somente o registro do estatuto do partido político no registro civil das pessoas jurídicas da capital federal assegura a exclusividade da denominação, da sigla e dos símbolos da agremiação, sendo vedada a utilização, por outros partidos, de variações que possam suscitar erro ou confusão.

RESPOSTA (A) Art. 19, § 3º, LE. (B) Art. 53, LOPP. (C) Art. 15-A, LOPP. (D) Art. 1º, § 1º, III, Res. TSE n. 22.610/2007. (E) Art. 7º, § 3º, LOPP. *Alternativa A.*

3199. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) No que se refere aos partidos políticos, assinale a opção correta.

(A) O direito ao funcionamento parlamentar é vinculado à obtenção do apoio de, no mínimo, 3% dos votos apurados para a Câmara dos Deputados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados, com um mínimo de 1% do total dos votos de cada um deles.

(B) Observado o disposto na CF e na legislação de regência, o partido é livre para fixar, em seu programa, seus objetivos políticos e para estabelecer, em seu estatuto, sua estrutura interna, organização e funcionamento.

(C) O partido político funciona, nas casas legislativas, por intermédio de diretoria, que deve indicar suas lideranças de acordo com o estatuto do partido, as disposições regimentais das respectivas Casas e as normas da legislação pertinente.

(D) O requerimento do registro dirigido ao cartório competente do registro civil das pessoas jurídicas, da capital federal, deve ser subscrito pelos fundadores do partido político, em número nunca inferior a 81, os quais devem ter domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos estados federados.

(E) A responsabilidade civil cabe ao órgão partidário municipal, estadual ou nacional que tiver dado causa a qualquer ato ilícito, havendo solidariedade dos órgãos de direção partidária estadual e nacional, em relação, respectivamente, ao órgão municipal e ao estadual.

RESPOSTA (A) Art. 56, I, LOPP. (B) Art. 17, CF. (C) Art. 12, LOPP. (D) Art. 8º, LOPP. (E) Art. 15-A, LOPP. *Alternativa B.*

3200. (Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE) A respeito dos partidos políticos, assinale a opção correta.

(A) O recurso contra a decisão que desaprovar total ou parcialmente a prestação de contas dos órgãos partidários somente poderá ser recebido no efeito devolutivo.

(B) As prestações de contas desaprovadas pelos tribunais regionais e pelo tribunal superior somente poderão ser revistas para fins de aplicação proporcional da sanção aplicada, mediante interposição de recurso.

(C) Os recursos oriundos do fundo partidário estão sujeitos ao regime da chamada Lei de Licitações.

(D) Ante o caráter nacional de que se revestem os partidos políticos, a responsabilidade civil entre os órgãos partidários de nível nacional, estadual e municipal é legalmente solidária.

(E) A pena de suspensão do repasse de cotas do fundo partidário por desaprovação total da prestação de contas do partido não pode ser aplicada caso a prestação de contas não seja julgada, pelo juízo ou tribunal competente, após cinco anos de sua apresentação.

RESPOSTA (A) Art. 37, § 4º, LOPP [suspensivo]. (B) Art. 37, § 5º, LOPP [mediante requerimento]. (C) Art. 44, § 3º, LOPP. (D) Art. 15-A, LOPP. (E) Art. 37, § 3º, LOPP. *Alternativa E.*

3201. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) A respeito da fidelidade partidária, assinale a opção

correta.

(A) O mandato legislativo pertence ao partido político, diferentemente dos relacionados aos cargos do Poder Executivo, cujos detentores não se sujeitam à fidelidade partidária.

(B) Dada a polêmica gerada, no âmbito do TSE, a respeito da natureza jurídica do vínculo entre o mandatário e o seu mandato, a matéria encontra-se *sub judice*.

(C) O mandato do parlamentar pertence ao próprio detentor do cargo caso os votos a ele conferidos sejam suficientes para alcançar o quociente eleitoral, independentemente dos votos de seus companheiros de legenda.

(D) Embora o mandato legislativo pertença ao partido político, não perderá o mandato o parlamentar que justificar sua saída do partido para fundar um novo.

(E) Os eleitores, aos quais pertence o mandato do parlamentar, podem cassá-lo mediante procedimento denominado *recall*.

RESPOSTA (A) Art. 1º c/c art. 13, ambos da Res. TSE n. 22.610/2007. (B) Falsa. (C) Falsa. (D) Art. 1º, § 1º, I, Res. TSE n. 22.610/2007. (E) Falsa. *Alternativa D.*

3202. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da fidelidade partidária.

(A) Incumbe às partes acionadas o ônus da prova de fato extintivo, impeditivo ou modificativo da eficácia do pedido.

(B) Inexiste litisconsórcio passivo necessário no procedimento de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária.

(C) A mudança ou o desvio reiterado do estatuto do partido configuram situações de justa causa para desfiliação partidária.

(D) O juiz eleitoral é competente para processar e julgar pedido relativo a mandato de vereador.

(E) Até cinco testemunhas podem ser arroladas por cada parte no procedimento de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária.

RESPOSTA Art. 8º, Res. TSE n. 22.610/2007. *Alternativa A.*

3203. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência às normas legais que regulamentam as eleições.

(A) Durante o período compreendido entre a data da convenção e o termo final do prazo para a impugnação do registro de candidatos, o partido político coligado não possui legitimidade para atuar, de forma isolada, em processo eleitoral que questione a validade da própria coligação.

(B) Para concorrer às eleições, o candidato deve possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo período de, no mínimo, dois anos anteriores ao pleito e deve ter tido sua filiação deferida pelo partido pelo menos um ano antes do pleito.

(C) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada em referência à data limite para o registro da candidatura, ou seja, até o dia cinco de julho do ano em que se realizarem as eleições.

(D) As eleições para prefeito, vice-prefeito, vereador e conselheiro tutelar serão simultâneas e ocorrerão, em todo o país, no primeiro domingo de outubro do ano respectivo.

(E) Poderá participar das eleições o partido que, até um ano antes do pleito, houver registrado seu estatuto no TSE, conforme o disposto em lei, e que tenha, até a data da convenção, órgão de direção constituído na circunscrição, de acordo com o respectivo estatuto.

RESPOSTA (A) Art. 6º, § 4º, LE. (B) Art. 9º, LE [ambas em um ano]. (C) Art. 11, § 2º, LE. (D) Art. 29, II, CF. (E) Art. 4º, LE. *Alternativa E.*

3204. (Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE) A respeito da disciplina constitucional e legal das coligações partidárias, assinale a opção correta.

(A) Partidos coligados nas eleições proporcionais podem apoiar formalmente candidatos diferentes para a chefia do Poder Executivo.
(B) Nas eleições gerais, uma coligação partidária para a eleição do presidente da República impõe coerência nas coligações para a eleição de governador de estado.
(C) São vedadas coligações diferenciadas para prefeito e para vereador.
(D) Partido que lança candidato a prefeito deve repetir a mesma coligação para vereador.
(E) Um partido que lança candidato a prefeito não pode coligar-se, para a eleição de vereador, com outro partido que tenha candidato majoritário nessa eleição.

RESPOSTA (A) Art. 6º, LE. (B) Art. 17, § 1º. (C) Art. 6º, LE. (D) Art. 6º, LE. (E) Art. 6º, LE. *Alternativa E.*

3205. (Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE) Com relação às disposições constitucionais e legais acerca dos partidos políticos, assinale a opção correta.

(A) Organização da sociedade civil constituída como pessoa jurídica de direito público, o partido político destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais.
(B) A prestação de contas dos partidos políticos à justiça eleitoral é feita por meio do envio do balanço contábil do exercício findo até 30 de abril do ano seguinte, e, em anos eleitorais, por meio do envio de balancetes mensais durante os quatro meses anteriores e os dois meses posteriores ao pleito.
(C) No Brasil, é livre a criação, a fusão, a incorporação e a extinção de partidos políticos, desde que resguardados os objetivos fundamentais do país e observados preceitos como caráter nacional e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
(D) O caráter nacional dos partidos políticos é garantido com a vinculação das candidaturas, em âmbito estadual, distrital ou municipal, às escolhas e ao regime das coligações eleitorais estabelecidas pela direção partidária nacional.
(E) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no TSE, possuem autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento na forma da lei civil.

RESPOSTA (A) Art. 1º, LOPP [direito privado]. (B) Art. 32, LOPP. (C) Art. 17, CF. (D) Art. 17, § 1º, CF. (E) Art. 3º c/c art. 7º, ambos da LOPP. *Alternativa B.*

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) A respeito dos partidos políticos, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

3206. A desaprovação parcial das contas prestadas pelo partido político não acarreta a suspensão de recebimento de novas cotas do fundo partidário.

RESPOSTA Art. 37, LOPP [total ou parcial]. *Errado.*

3207. Somente depois de adquirirem personalidade jurídica na forma da lei civil e de registrarem seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, os partidos políticos poderão participar do

processo eleitoral, receber recursos do fundo partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, nos termos da lei.

RESPOSTA Art. 7º, § 2º, LOPP. *Certo.*

3208. O Tribunal Superior Eleitoral determinará, após decisão judicial transitada em julgado, o cancelamento do registro civil e do estatuto de partido político que, comprovadamente, não houver prestado, nos termos da lei, as devidas contas à justiça eleitoral.

RESPOSTA Art. 28, III, LOPP. *Certo.*

3209. Propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, poderá ser veiculada a qualquer hora do dia ou da noite.

RESPOSTA Art. 45, LOPP [entre as 19 horas e 30 minutos e as 22 horas]. *Errado.*

3210. Na casa legislativa, o integrante de bancada partidária atua livremente, não estando subordinado às diretrizes estabelecidas em estatuto pelos órgãos de direção do partido político a que ele estiver filiado.

RESPOSTA Art. 24, LOPP. *Errado.*

VII. Temas Mistos

3211. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Para conter o uso da máquina pública nas eleições, a legislação eleitoral institui as chamadas condutas vedadas aos agentes públicos, servidores ou não. Condutas vedadas são aquelas que tendem a afetar a igualdade de oportunidades entre os candidatos nos pleitos eleitorais. Conforme a Lei n. 9.504/1997, constitui conduta vedada

(A) o parlamentar divulgar o mandato usando recursos da Casa Legislativa, seguindo a disciplina do respectivo regimento interno.

(B) o governador ceder servidor público licenciado para trabalhar em comitê eleitoral de candidato ou partido.

(C) o ministro determinar a exoneração de servidor ocupante de função comissionada.

(D) o prefeito fazer pronunciamento, nos três meses anteriores à eleição, em cadeia de rádio e televisão para esclarecimento dos eleitores quanto ao pleito.

(E) o servidor ceder imóvel público para a realização de convenção partidária destinada a escolher os candidatos e a coligação.

RESPOSTA (A) Art. 73, II, LE. (B) Art. 73, III, LE. (C) Art. 73, V, *a,* LE. (D) Art. 73, VI, *b,* LE. (E) Art. 73, I, LE. *Alternativa D.*

3212. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Com base na Lei n. 9.504/1997, assinale a opção correta.

(A) Até trinta dias antes da data das eleições, todos os pedidos de registro de candidatos, inclusive os impugnados e os respectivos recursos, devem estar julgados em todas as instâncias, assim como devem estar publicadas as decisões a eles relativas.

(B) O candidato cujo registro esteja *sub judice* poderá efetuar todos os atos relativos à campanha eleitoral, exceto utilizar o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão.

(C) Eventuais débitos de campanha não quitados até a data de apresentação da prestação de contas não podem ser assumidos pelo partido político.

(D) É vedado a partido e a candidato receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidades esportivas.

(E) Para fins de expedição da certidão de quitação eleitoral, serão considerados quites aqueles que, condenados ao pagamento de multa, tenham, até a data de prazo assinalado pelo juízo responsável pelo registro de sua candidatura, efetuado o respectivo pagamento.

RESPOSTA (A) Art. 16, § 1º, LE [até 45 dias antes das eleições]. (B) Art. 16-A. (C) Art. 29, § 3º, LE. (D) Art. 24, IX, LE. (E) Art. 11, § 8º, I, LE [(...) ou o parcelamento da dívida regularmente cumprido]. *Alternativa D.*

3213. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Com relação ao quociente eleitoral, ao quociente partidário e à distribuição dos restos, assinale a opção correta.

(A) Os partidos e as coligações que não tiverem obtido quociente eleitoral podem concorrer somente à distribuição das sobras dos lugares a preencher.

(B) O quociente eleitoral é determinado dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo número de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezando-se sempre a fração.

(C) O quociente partidário, para cada partido ou coligação, é determinado dividindo-se o número de votos válidos, dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, pelo quociente eleitoral, desprezada a fração, se igual ou inferior a meio, ou considerada um, se superior.

(D) Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários devem ser distribuídos por meio da divisão do número de votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação de partido pelo número de lugares por ele obtido, mais um, cabendo um dos lugares a preencher ao partido ou à coligação que apresentar a maior média. Tal operação deve ser repetida para a distribuição de cada um dos lugares existentes.

(E) Caso haja empate na média entre dois ou mais partidos ou coligações, o candidato mais idoso deve ser considerado eleito.

RESPOSTA Art. 109, I, CE. *Alternativa D.*

3214. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Um processo eleitoral marcado pela alta ocorrência de votos nulos ou anulados pode ser objeto de questionamento judicial. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

(A) Eleição para prefeito em que 30% dos votos sejam anulados por fraude e 21% dos eleitores votem nulo será considerada nula.

(B) Eleição para prefeito da qual se abstenham mais da metade dos eleitores é nula.

(C) Eleição para prefeito deve ser repetida caso mais da metade dos votos seja declarada nula pela justiça eleitoral.

(D) Caso 25% dos eleitores votem nulo e 26% se abstenham de votar, a eleição será considerada nula pela justiça eleitoral.

(E) Somente a anulação da maioria dos votos por abuso de poder econômico importa nova eleição.

RESPOSTA Art. 224, CE. *Alternativa C.*

3215. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** O sistema eleitoral brasileiro, proporcional de listas abertas, contempla o quociente eleitoral e o partidário. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

(A) O quociente partidário é definido pela divisão do número total de votos válidos pelo número de

lugares a preencher.

(B) Somente partido ou coligação que alcançar o quociente eleitoral participa do rateio das sobras, se houver.

(C) São realizadas novas eleições caso nenhum partido ou coligação alcance o quociente eleitoral.

(D) Os votos de legenda conferidos aos partidos são contados apenas para o cálculo do quociente partidário, mas descartados para o cálculo do quociente eleitoral.

(E) Não há distinção entre quociente eleitoral e quociente partidário, em termos práticos.

RESPOSTA (A) Art. 107, CE. (B) Art. 109, § 2º, CE. (C) Art. 111, CE. (D) Art. 5º, LE. (E) Art. 106 c/c art. 107, ambos do CE. *Alternativa B.*

3216. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** A legislação eleitoral brasileira regula o transporte e a alimentação dos eleitores residentes nas áreas rurais, visando coibir o abuso do poder econômico ou administrativo no dia da eleição. A esse respeito, assinale a opção correta quanto à disciplina legal da matéria.

(A) Veículos e embarcações militares devem ser usados com prioridade no transporte gratuito dos eleitores das áreas rurais.

(B) A cessão de veículo de particulares à justiça eleitoral é relevante serviço público, sem necessidade de ressarcimento.

(C) Os partidos políticos devem fornecer refeições aos eleitores, como entes privados em colaboração com a justiça eleitoral.

(D) As deficiências do transporte coletivo constituem justificativa bastante para o não comparecimento do eleitor à seção eleitoral.

(E) O transporte dos eleitores deve ser feito no âmbito do território do município.

RESPOSTA (A) Art. 1º, Lei n. 6.091/74 [excluídos os militares]. (B) Art. 2º, parágrafo único, Lei n. 6.091/74 [(...) serão pagos]. (C) Art. 8º, Lei n. 6.091/74 [(...) somente a Justiça Eleitoral]. (D) Art. 6º, Lei n. 6.091/74. (E) Art. 4º, § 1º, Lei n. 6.091/74. *Alternativa E.*

(Analista – TRE-BA – 2010 – CESPE) O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estuda um meio de barrar as doações ocultas na campanha eleitoral deste ano. De acordo com uma resolução em estudo pelo tribunal, os partidos deverão especificar a origem dos recursos repassados aos candidatos. Nas eleições anteriores, os doadores repassavam valores aos partidos, e não eram identificados os candidatos que seriam beneficiados. E os partidos distribuíam o dinheiro sem divulgar a fonte.

Agência Estado, 15-1-2010 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

3217. A doação oculta ocorre quando o partido não informa à justiça eleitoral, na prestação de contas relativas às eleições, o nome da empresa ou da pessoa natural que fez a doação.

3218. A lei eleitoral permite a doação oculta, que ocorre sobretudo quanto a recursos repassados a candidatos a cargos proporcionais.

RESPOSTA Algumas pessoas doam diretamente aos partidos, que, por sua vez, doam aos seus candidatos, aparecendo na prestação do candidato a doação do partido, e não a dos doadores iniciais (denominada doação oculta). *Errado e Certo, respectivamente.*

3219. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Relativamente à arrecadação e à aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, assinale a opção correta.

(A) As taxas cobradas pelas credenciadoras de cartão de crédito, embora devam ser lançadas na prestação de contas de candidatos, de partidos políticos e de comitês financeiros, não são consideradas despesas de campanha eleitoral.
(B) Registrado na justiça eleitoral, o limite de gastos dos candidatos não poderá ser alterado.
(C) Salvo os recursos próprios aplicados em campanha, todas as demais doações a candidato, a comitê financeiro ou a partido político devem ser realizadas mediante recibo eleitoral.
(D) Os candidatos a vice e a suplentes não podem ser responsabilizados no caso de extrapolação do limite máximo de gastos fixados para os respectivos titulares.
(E) Doações mediante cartão de crédito somente podem ser realizadas por pessoa física, vedados o parcelamento e o uso de cartões emitidos no exterior, corporativos ou empresariais.

RESPOSTA Arts. 2º e 3º, Res. TSE n. 23.216/2010 [dispõe sobre a arrecadação de recursos financeiros de campanha eleitoral por cartões de crédito]. *Alternativa E.*

3220. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Com relação à arrecadação e à aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, às vedações inerentes e às sanções, bem como à propaganda eleitoral em geral, assinale a opção correta.

(A) É proibida a colocação de cavaletes, bonecos, cartazes, mesas para distribuição de material de campanha e bandeiras ao longo das vias públicas, ainda que móveis e não dificultem ou impeçam o trânsito de pessoas e veículos.
(B) O candidato a cargo eletivo deve, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, administrar a parte financeira de sua campanha, sendo ele, entretanto, o único responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis relativas à campanha.
(C) É vedado a partido e a candidato receber, direta ou indiretamente, doação de dinheiro procedente de cooperativas, ainda que os cooperados não sejam concessionários ou permissionários de serviços públicos ou as cooperativas não sejam beneficiadas com recursos públicos.
(D) No caso de descumprimento das normas referentes à arrecadação e aplicação de recursos fixadas na legislação, o partido perderá o direito ao recebimento da quota do fundo partidário do ano seguinte, e, se for o caso, os candidatos beneficiados responderão por abuso do poder econômico.
(E) É permitida a fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, utilizados para a veiculação de propaganda eleitoral, em árvores e jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, desde que não lhes cause dano.

RESPOSTA (A) Art. 37, § 6º, LE. (B) Art. 28, LE. (C) Art. 24, parágrafo único, LE. (D) Art. 25, LE. (E) Art. 37, § 5º, LE. *Alternativa D.*

3221. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da arrecadação, da aplicação de recursos e da prestação de contas de campanha.

(A) As doações de recursos financeiros somente podem ser efetuadas em conta específica por meio de cheques cruzados e nominais.
(B) É vedado a candidato o recebimento de doação em dinheiro procedente de quaisquer cooperativas.
(C) As prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias são feitas pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato.
(D) Tratando-se de coligação, os partidos que a compõem deverão fixar valor máximo único de gastos com as campanhas de seus candidatos, observados os limites legais.
(E) Candidatos são obrigados a se inscrever no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

RESPOSTA (A) Art. 23, § 4º, LE [além desses, (...) pelo site admitindo cartão de crédito (...)]. (B) Art. 24, parágrafo único, LE. (C) Art. 28, § 1º, LE. (D) Art. 18 c/c art. 17-A, ambos da LE [até as eleições de 2012, não foi editada lei limitadora]. (E) Art. 22-A, LE. *Alternativa E.*

3222. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca das condutas vedadas em campanhas, como captação de sufrágio, e das representações delas decorrentes, a exemplo das investigações judiciais eleitorais.

(A) Para a caracterização da conduta ilícita de captação de sufrágio, é necessário o pedido explícito de votos.

(B) A representação que requeira abertura de investigação judicial para apurar condutas irregulares relativas à arrecadação e gastos de recursos pode ser ajuizada até a data da diplomação.

(C) As representações que visem à aplicação de sanções por doação de pessoas jurídicas além dos limites legais podem ser ajuizadas no prazo de até cento e oitenta dias a contar da diplomação.

(D) Nas eleições de 2012, o corregedor regional eleitoral será competente para conhecer e processar as representações previstas na Lei Complementar n. 64/1990.

(E) De acordo com a norma geral das eleições, a representação contra a captação de sufrágio pode ser ajuizada até o dia do pleito eleitoral.

RESPOSTA Art. 32, LE [TSE, de 6-5-2010, REspe 36.552: o prazo para ajuizamento das representações por doação de recursos para campanha eleitoral acima do limite estabelecido em lei é de 180 dias contados da diplomação]. *Alternativa C.*

3223. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** A respeito do fornecimento gratuito de transporte e refeições, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, assinale a opção correta.

(A) A indisponibilidade, em dia de eleição, do transporte de eleitores, a cargo da justiça eleitoral, exime o eleitor de zona rural do dever de votar.

(B) A justiça eleitoral pode, em alguns casos, fornecer refeições a eleitores de zonas rurais, correndo as despesas, nessa hipótese, por conta do fundo partidário.

(C) Os veículos e embarcações de uso militar ficam à disposição da justiça eleitoral, em dias de eleição, para o transporte gratuito de eleitores das zonas rurais.

(D) Se a utilização de veículos pertencentes à União, estados e municípios não for suficiente, cabe à justiça eleitoral custear, com seus próprios recursos, os serviços requisitados de particulares.

(E) O transporte de eleitores em dia de eleição, a cargo da justiça eleitoral, pode ser feito entre municípios vizinhos de uma mesma unidade da Federação.

RESPOSTA Art. 8º, Lei n. 6.091/74 [dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências]. *Alternativa B.*

3224. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Considerando as características peculiares do sistema eleitoral brasileiro, assinale a opção correta.

(A) O candidato a presidente da República será eleito em primeiro turno se obtiver maioria relativa dos votos dos eleitores que efetivamente comparecerem às urnas, excluídos os votos nulos.

(B) A eleição dos vereadores é feita pelo sistema majoritário, pelo qual são eleitos, por maioria simples, os mais votados.

(C) A eleição para vereador, assim como as demais eleições para cargos legislativos, é realizada pelo sistema proporcional.

(D) Nas eleições para prefeito, haverá segundo turno quando um candidato não obtiver a maioria relativa dos votos.

(E) Governador e senador são eleitos pelo sistema majoritário; deputado distrital e federal, pelo sistema proporcional.

RESPOSTA (A) Art. 77, § 2º, CF. (B) Art. 84, CE. (C) Art. 83, CE. (D) Art. 29, II, CF. (E) Art. 28 c/c art. 77; art. 46; art. 32, §§ 2º e 3º, c/c arts. 27 e 45, todos da CF. Art. 84, CE. *Alternativa E.*

3225. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) Com relação ao que dispõe o Código Eleitoral acerca das possibilidades de anulação do pleito eleitoral e de convocação de novas eleições, assinale a opção correta.

(A) Para uma eleição ser anulada, de modo a ensejar novo pleito, exige-se a anulação, pela justiça eleitoral, de mais da metade dos votos.
(B) A convocação de nova eleição pela justiça eleitoral restringe-se ao caso de ser impossível definir um vencedor para o pleito.
(C) Não é permitida a anulação de eleição municipal na qual tenha comparecido mais da metade dos eleitores da circunscrição.
(D) Deve ser anulada a eleição em que os votos invalidados por fraude ou compra de votos, somados aos votos nulos dos eleitores, superar a metade do número de votantes.
(E) Apenas os eleitores podem anular um processo eleitoral, mediante o voto em branco ou nulo, quando estes votos, somados, alcançarem mais da metade do número de eleitores que compareceram ao pleito.

RESPOSTA Art. 224, CE. *Alternativa A.*

3226. (Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE) Constitui conduta vedada aos agentes públicos durante campanhas eleitorais

(A) ceder imóvel público para a realização de convenção partidária.
(B) ceder servidor público para comitê de campanha eleitoral.
(C) exonerar ocupante de cargo de livre provimento.
(D) nomear assessor de órgãos da Presidência da República.
(E) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, ainda que em caso de necessidade pública.

RESPOSTA (A) Art. 73, I, LE. (B) Art. 73, III, LE. (C) Art. 73, V, *a,* LE. (D) Art. 73, V, *b,* LE. (E) Art. 73, VI, *c,* LE. *Alternativa B.*

3227. (Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE) O presidente do TRE do Piauí autorizou a cessão de urnas eletrônicas e determinou o fornecimento de listagem impressa com os nomes de todos os cidadãos com domicílio eleitoral na capital – Teresina – divididos por seção eleitoral (folhas de votação), para utilização nas eleições dos conselheiros tutelares do município. Com referência à situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

(A) Segundo resolução específica do TSE, para o conselheiro tutelar se candidatar a outro cargo eletivo, ele deverá desincompatibilizar-se no prazo mínimo de seis meses da realização das eleições.
(B) Conforme o disposto no Código Eleitoral, são considerados de relevância os serviços prestados pelos mesários e componentes das juntas apuradoras nas eleições para conselheiros tutelares.
(C) A fiscalização das referidas eleições não é exclusiva do promotor com atribuições para infância e juventude ainda que não haja previsão legal nesse sentido.
(D) Apesar de não serem oficiais, as referidas eleições regulam-se por resolução específica aprovada pelo TSE para participação obrigatória da justiça eleitoral.

(E) De acordo com o Código Eleitoral, as citadas eleições serão realizadas sob a presidência de juiz eleitoral e fiscalização do MP.

RESPOSTA Art. 139, ECA. *Alternativa C.*

3228. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Acerca de eleições, assinale a opção correta.

(A) É permitida a veiculação gratuita de propaganda eleitoral na Internet, em sítios de pessoas jurídicas sem fins lucrativos.

(B) O não julgamento das prestações de contas dos candidatos no prazo de até oito dias antes da diplomação não acarreta aprovação tácita das contas.

(C) É proibida a divulgação de pesquisas eleitorais por qualquer meio de comunicação, a partir do décimo quinto dia anterior ao pleito até as dezoito horas do dia do pleito.

(D) Não se considera propaganda eleitoral antecipada a divulgação de prévias partidárias por meio de página na Internet.

(E) É permitida a veiculação de propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas em bens de propriedade privada, tais como lojas e centros comerciais.

RESPOSTA (A) Art. 57-C, § 1º, I, LE. (B) Art. 30, § 1º, LE [TSE, Ag. 4.523]. (C) Art. 35-A, LE [declarado inconstitucional pelo STF na ADI n. 3.741]. (D) Art. 36-A, III, LE [Res. TSE n. 23.086/2009]. (E) Art. 37, § 4º, LE. *Alternativa B.*

FCC

I. Justiça Eleitoral (Organização, Composição, Funcionamento e Competências)

3229. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Os dados pessoais do eleitor José da Silva (filiação, data de nascimento, profissão, estado civil, escolaridade, telefone e endereço) poderão ser fornecidos

(A) a qualquer pessoa que justifique adequadamente o pedido.

(B) ao seu credor, desde que justifique o pedido com demonstração da dívida e a inércia do devedor.

(C) a entidades autorizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, desde que exista reciprocidade de interesses.

(D) aos jornalistas em geral, desde que desenvolvam matéria relacionada à sua profissão.

(E) aos parentes do eleitor, quando estiverem buscando o seu paradeiro.

RESPOSTA Art. 29, § 1º, *c*, Res. TSE n. 21.538/2003. *Alternativa C.*

3230. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** Maria é advogada. Ana é professora. Luiz é investigador de polícia. Pedro pertence ao serviço eleitoral. No que concerne às Mesas Receptoras, somente poderão ser nomeados mesários

(A) Maria e Ana.

(B) Luiz e Pedro.

(C) Maria e Pedro.

(D) Ana e Pedro.

(E) Maria e Luiz.

RESPOSTA Art. 120, § 1º, III e IV, CE. *Alternativa A.*

3231. (Analista – TRE-MS – 2007 – FCC) João é Delegado de Polícia. José pertence ao Serviço eleitoral. Pedro é serventuário da Justiça do Trabalho. Paulo é professor. Mário é diplomado em escola superior. Dentre eles, a nomeação para Presidente de Mesa Receptora de votos SOMENTE poderá recair em

(A) Pedro, Paulo e Mário.
(B) José, Paulo e Mário.
(C) João, José e Pedro.
(D) João, José e Mário.
(E) José e Pedro.

RESPOSTA Art. 120, § 1º, CE. *Alternativa A.*

3232. (Analista – TRE-RN – 2011 – FCC) Cabe à Justiça Eleitoral o conhecimento de qualquer vício no processo eleitoral. Caso um partido político alegue que teve negado ou restringido o seu direito de fiscalizar, o que ofende norma expressa do Código Eleitoral, cabe à Justiça Eleitoral:

(A) anular a votação, ainda que não comprovada a existência de prejuízo, uma vez que se trata de vício causador de nulidade absoluta.
(B) instaurar procedimento de apuração para punição dos responsáveis, sem anular a votação, uma vez que o vício narrado não é capaz de gerar tal consequência.
(C) a qualquer tempo anular a votação, pois, ante a natureza absoluta do vício, não incide na espécie qualquer modalidade de preclusão.
(D) ainda que o requerimento tenha sido realizado por quem deu causa ao prejuízo, declarar a nulidade da votação ante a natureza absoluta do vício.
(E) anular a votação, desde que a anulação tenha sido requerida na primeira oportunidade possível e tenha sido comprovado efetivo prejuízo, uma vez que não se trata de vício causador de nulidade absoluta que pudesse ficar a salvo da preclusão.

RESPOSTA Art. 221, II, CE. *Alternativa E.*

3233. (Analista – TRE-TO – 2011 – FCC) Na fiscalização das eleições,

(A) as credenciais de fiscais e delegados deverão ser expedidas exclusivamente pela Justiça Eleitoral.
(B) a escolha dos fiscais ou delegados de partido ou coligação poderá recair em quem, por nomeação do Juiz Eleitoral, já faça parte da Mesa Receptora.
(C) a escolha dos fiscais ou delegados de partido ou coligação poderá recair em pessoa com 16 anos.
(D) o fiscal poderá ser nomeado para fiscalizar mais de uma Seção Eleitoral no mesmo local de votação.
(E) o presidente do partido ou representante da Coligação não precisa registrar na Justiça Eleitoral o nome das pessoas autorizadas a expedir as credenciais dos fiscais e delegados.

RESPOSTA Art. 65, § 1º, LE. *Alternativa D.*

3234. (Procurador – ALESP – 2010 – FCC) O registro e o cancelamento do registro de candidatos a membros das Assembleias Legislativas compete

(A) aos Juízes Eleitorais.
(B) ao Tribunal Superior Eleitoral.
(C) aos Tribunais Regionais Eleitorais.

(D) ao Corregedor-Geral Eleitoral.
(E) às Juntas Eleitorais.

RESPOSTA Art. 89, II, CE. *Alternativa C.*

3235. (Promotor – MP-PE – 2008 – FCC) Integram os Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outros,

(A) dois Desembargadores do Tribunal de Justiça do respectivo Estado, nomeados pelo Presidente de Direito, escolhidos, mediante eleição, pelo voto secreto, pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
(C) um representante da República.
(B) dois Juízes do Ministério Público Eleitoral, indicado pelo Procurador-Geral Eleitoral.
(D) um Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado ou do Distrito Federal, nomeado pelo Presidente da República.
(E) um Juiz Federal nomeado pelo Presidente da República.

RESPOSTA Art. 120, § 1º, CF. *Alternativa B.*

3236. (Analista – TRE-PB – 2007 – FCC) A respeito do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que

(A) elegerá o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça que o compõem.
(B) compor-se-á no mínimo de 6 membros escolhidos dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
(C) escolherá o seu Presidente e o Vice-Presidente mediante eleição e pelo voto secreto, dentre quaisquer de seus integrantes.
(D) compor-se-á de 6 membros, todos escolhidos e nomeados pelo Presidente da República.
(E) não tem caráter permanente, posto que funciona somente durante o período eleitoral até o julgamento do último recurso.

RESPOSTA (A) Art. 119, parágrafo único, CF. (B) Art. 119, CF [7 membros]. (C) Art. 119, parágrafo único. (D) Art. 119, CF. (E) Tem caráter permanente. *Alternativa A.*

3237. (Analista – TRE-MS – 2007 – FCC) Joaquim é Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado; José é Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado; e Paulo é Membro do Ministério Público Federal. Preenchidos os demais requisitos legais, é totalmente correto afirmar que Joaquim

(A) pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral e José o Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que exerce as suas funções.
(B) e José podem vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que exercem as suas funções.
(C) e Paulo podem vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral e José o Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que exerce as suas funções.
(D) e Paulo podem vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral ou Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que exercem as suas funções.
(E) e José podem vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que exercem as suas funções e Paulo o Tribunal Superior Eleitoral.

RESPOSTA Art. 120, § 1º, I, *a*, e II, CF. *Alternativa B.*

3238. (Analista – TRE-CE – 2012 – FCC) A nomeação dos membros das Juntas Eleitorais e a designação das respectivas sedes compete ao

(A) Corregedor Regional Eleitoral e ao Juiz Eleitoral, respectivamente.
(B) Juiz Eleitoral da Zona Eleitoral correspondente, após aprovação do Ministério Público.
(C) Tribunal Regional Eleitoral e ao Juiz Eleitoral, respectivamente.
(D) Superior Tribunal Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral, respectivamente.
(E) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, após a aprovação desse órgão.

RESPOSTA Art. 30, V, CE. *Alternativa E.*

3239. (Analista – TRE-PE – 2011 – FCC) O Tribunal Superior Eleitoral

(A) será presidido pelo juiz mais antigo, independentemente da forma de investidura.
(B) elegerá o Corregedor Geral Eleitoral entre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça que integram a sua composição.
(C) contará na sua composição com três advogados eleitos pelo Supremo Tribunal Federal.
(D) deliberará sempre por maioria de votos, com a presença de todos os seus membros.
(E) compõe-se de sete juízes, todos vitalícios, os quais só deixam o cargo por aposentadoria ou sentença transitada em julgado.

RESPOSTA (A) Art. 119, CF. (B) Art. 119, parágrafo único, CF. (C) Art. 119, CF. (D) Art. 19, parágrafo único, CE. (E) Art. 121, § 1º, CF. *Alternativa B.*

3240. (Analista – TRE-RN – 2011 – FCC) Embora integrante do Poder Judiciário, a Justiça Eleitoral possui algumas peculiaridades quando comparada com os demais ramos do Judiciário. Em tal sentido, são peculiaridades da Justiça Eleitoral:

(A) Existência de procedimentos específicos; quadro próprio e permanente de juízes; exercício de função consultiva.
(B) Princípio da temporalidade em relação ao quadro de juízes; exercício de função essencialmente administrativa e eventualmente jurisdicional; exigência de contraditório.
(C) Existência de procedimentos específicos; capacidade interpretativa mediante Resoluções; função jurisdicional.
(D) Exercício de função consultiva; princípio da temporalidade em relação ao quadro de juízes; capacidade interpretativa mediante Resoluções.
(E) Exercício de função essencialmente administrativa e eventualmente jurisdicional; exigência de contraditório; quadro próprio e permanente de juízes.

RESPOSTA Art. 23, XII, e art. 30, VIII, CE [função consultiva]; art. 14, CE [temporalidade]; art. 23, IX, CE [resoluções]. *Alternativa D.*

3241. (Analista – TRE-TO – 2011 – FCC) De acordo com a Constituição Federal, podem vir a integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral, como o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins,

(A) Advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral militantes no Estado de Tocantins.
(B) Ministros do Supremo Tribunal Federal.
(C) Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

(D) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins.
(E) Juízes de Direito da Justiça Estadual do Estado de Tocantins.

RESPOSTA Art. 119, II, e art. 120, III, ambos da CF. *Alternativa A.*

3242. **(Analista – TRE-RS – 2010 – FCC)** O juiz oriundo da classe dos advogados com notável saber jurídico e idoneidade moral integrante de Tribunal Regional Eleitoral

(A) não poderá ser eleito para os cargos de Presidente ou Vice-Presidente desse Tribunal.
(B) servirá, salvo motivo justificado, no mínimo por dois anos, não podendo ser reconduzido ao cargo no biênio seguinte.
(C) não poderá ser eleito para o cargo de Presidente desse Tribunal, apenas para o de Vice-Presidente.
(D) não gozará, no exercício de suas funções, de plenas garantias, nem será inamovível.
(E) poderá ser eleito para o cargo de Vice-Presidente desse Tribunal, mas não para o cargo de Presidente.

RESPOSTA Art. 120, § 2º, CF. *Alternativa A.*

3243. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** A Justiça Eleitoral brasileira

(A) compreende apenas três espécies de órgãos: o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os juízes eleitorais.
(B) não comporta a redução ou a elevação do número de juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais.
(C) tem como Corregedor-Geral Eleitoral um Ministro do Supremo Tribunal Federal.
(D) faz parte do Poder Judiciário da União.
(E) tem a sua organização e a sua competência confiadas à lei ordinária.

RESPOSTA (A) Art. 119, CF. (B) Art. 13, CE [mas vale atenção e confronto com o art. 120, CF]. (C) Art. 119, parágrafo único, CF [Min. do STJ]. (D) Verdadeira. (E) Art. 121, CF [lei complementar (...)]. *Alternativa D.*

II. Direitos Políticos (Elegibilidade, Inelegibilidade, Alistamento e Transferência Eleitoral)

3244. **(Analista – TRE-PB – 2007 – FCC)** É de 4 meses o prazo de desincompatibilização, para candidatarem-se ao Senado Federal, dentre outros, dos que estiverem exercendo cargo de

(A) direção em entidade representativa de classe mantida parcialmente por contribuições impostas pelo poder público.
(B) Secretário de Estado, Prefeito Municipal e Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.
(C) Diretor de Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundações Públicas.
(D) Chefe de órgão de assessoramento direto, civil e militar da Presidência da República.
(E) Advogado-Geral da União, Chefe do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

RESPOSTA Art. 1º, II, *g,* c/c art. 1º, V, ambos da LI. *Alternativa A.*

3245. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** O registro dos candidatos a vereador

(A) deve ser feito junto ao Tribunal Regional Eleitoral da unidade da Federação respectiva até 4 (quatro) meses antes da eleição.
(B) deve ser feito perante qualquer juízo eleitoral onde o partido ao qual estiver filiado o candidato possua diretório devidamente registrado.
(C) far-se-á sempre em chapa única e indivisível, ainda que resulte a indicação de aliança de partidos.

(D) deve ser feito no juízo eleitoral até 6 (seis) meses antes da eleição, desde que filiado a partido político na circunscrição em que concorrer.
(E) deve ser dirigido ao Tribunal Regional Eleitoral nos casos em que o partido político não possuir diretório devidamente registrado na circunscrição em que se realizar a eleição.

RESPOSTA O gabarito indica a alternativa D como correta, entretanto nenhuma alternativa está correta, pois, embora a D esteja de acordo com o art. 87, parágrafo único, CE, este foi revogado tacitamente pelos arts. 8º e 11, LE.

3246. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** José é brasileiro nato e tem 21 anos de idade. Preenchidos os demais requisitos legais, José pode candidatar-se, dentre outros, ao cargo de

(A) Senador.
(B) Governador de Estado.
(C) Presidente da República
(D) Deputado Federal.
(E) Vice-Governador de Estado.

RESPOSTA Art. 14, § 3º, VI, *c*, CF. *Alternativa D.*

3247. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** Segundo a Constituição Federal o alistamento eleitoral e o voto são:

(A) obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
(B) facultativos para os estrangeiros residentes no país há mais de três anos.
(C) facultativos para os analfabetos e os conscritos durante o serviço militar obrigatório.
(D) obrigatório o alistamento e facultativo o voto dos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
(E) facultativos para os maiores de setenta anos.

RESPOSTA Art. 14, § 1º, II, *b*, CF. *Alternativa E.*

3248. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** São condições de elegibilidade para o cargo de Vice-Governador de Estado:

(A) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária e idade mínima de trinta anos.
(B) naturalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária e idade mínima de trinta anos.
(C) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral no território nacional, filiação partidária e idade mínima de trinta e cinco anos.
(D) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição e idade mínima de vinte e cinco anos.
(E) naturalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, filiação partidária e idade mínima de trinta e cinco anos.

RESPOSTA Art. 14, § 3º, I, II, III, IV, V e VI, *b*, CF. *Alternativa A.*

3249. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** A respeito da inelegibilidade, considere:

I. É de 6 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos que tenham ocupado cargo ou função de direção em entidades representativas de classe, mantidas parcialmente por contribuições impostas pelo poder público.

II. É de 6 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos membros do Tribunal de Contas da União.
III. É de 4 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos que tenham exercido em qualquer dos poderes da União, cargo ou função de nomeação do Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado Federal.
IV. É de 3 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) I e III.
(B) I e IV.
(C) II e IV.
(D) I, II e III.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA (I) Falso. (II) Art. 1º, II, *a,* 14, LI. (III) Falso. (IV) Art. 1º, II, *l,* LI. *Alternativa C.*

3250. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** Paulo é servidor público federal e foi removido para cidade de outro Estado da Federação. A transferência do domicílio eleitoral no prazo estabelecido pela legislação vigente só será admitida se Paulo

(A) demonstrar o transcurso de, pelo menos, seis meses do alistamento ou da última transferência.
(B) estiver quite com a Justiça Eleitoral.
(C) declarar, sob as penas da lei, residência mínima de três meses no novo domicílio.
(D) demonstrar o transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.
(E) provar residência mínima de seis meses no novo domicílio.

RESPOSTA Art. 55, § 2º, CE. *Alternativa B.*

3251. **(Analista – TRE-PB – 2007 – FCC)** A respeito do alistamento eleitoral é INCORRETO afirmar que

(A) as certidões de nascimento ou casamento, quando destinadas ao alistamento eleitoral, serão fornecidas gratuitamente, segundo a ordem dos pedidos apresentados em cartório pelos alistandos ou delegados de partido.
(B) o alistamento de cegos somente poderá ser feito na presença do Juiz Eleitoral, que verificará se o eleitor é cego e se conhece o “Sistema Braille”, sendo que atestará que a folha individual de votação e vias do título foram subscritas pelo próprio.
(C) o empregado, mediante comunicação de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário e por tempo não excedente a 2 (dois) dias, afim de alistar-se eleitor ou requerer transferência.
(D) os cegos alfabetizados pelo “Sistema Braille” que reunirem as demais condições de alistamento, podem qualificar-se mediante o preenchimento da fórmula impressa e a aposição do nome com as letras do referido alfabeto.
(E) se, no alistamento realizado através do “Sistema Braille”, o número de eleitores não alcançar o mínimo exigido, este se completará com a inclusão de outros, ainda que não sejam cegos.

RESPOSTA (A) Art. 47, CE, *vide* também Lei n. 9.534/97. (B) Art. 50, CE. (C) Art. 48, CE, art. 473, V, CLT e art. 97, II, Lei n. 8.112/90. (D) Art. 49, CE. (E) Art. 50, § 2º, CE. *Alternativa B.*

3252. **(Analista – TRE-PB – 2007 – FCC)** O Tribunal Regional Eleitoral, tomando conhecimento da inscrição do mesmo eleitor em mais de uma Zona sob sua jurisdição, comunicará o fato ao Juiz competente para cancelamento do título de eleitor. Tal cancelamento deverá recair preferencialmente na inscrição

(A) mais antiga.
(B) mais recente.
(C) cujo título não tenha sido entregue ao eleitor.
(D) que não corresponda ao domicílio eleitoral.
(E) cujo título não tenha sido utilizado para o exercício do voto na última eleição.

RESPOSTA Art. 40, II, Res. TSE n. 21.538/2003. *Alternativa D.*

3253. **(Analista – TRE-MS – 2007 – FCC)** Antonio é Prefeito Municipal de uma cidade do interior do Estado. Seu filho adotivo, Jonas não é titular de mandato eletivo, mas pretende candidatar-se ao cargo de Vereador. Nesse caso, Jonas

(A) não pode em nenhuma situação ser candidato a Vereador, ainda que Antonio renuncie o mandato de Prefeito.
(B) pode ser candidato a Vereador, porque se trata de outra eleição, diferente daquela em que Antonio se elegeu Prefeito Municipal.
(C) pode ser candidato a Vereador, porque o impedimento legal não alcança os filhos adotivos do Prefeito Municipal.
(D) só pode ser candidato a Vereador se Antonio renunciar o mandato de Prefeito Municipal até 6 meses antes do pleito.
(E) pode ser candidato a Vereador, posto que o impedimento decorrente da condição de descendente não se aplica às eleições municipais.

RESPOSTA Art. 14, § 7º, CF, *vide* julgamento do RE 344.882/BA, STF, em 7-4-2003. *Alternativa D.*

3254. **(Analista – TRE-MS – 2007 – FCC)** Numa determinada eleição e antes de realizado o segundo turno, ocorreu a morte do candidato a Presidente da República. Nesse caso,

(A) abrir-se-á o prazo de vinte dias para o alistamento de candidatos ao cargo, para nova eleição em turno único.
(B) será declarado eleito, na mesma fase da eleição, o candidato remanescente.
(C) far-se-á nova eleição em até trinta dias da data prevista para o segundo turno, com todos os candidatos remanescentes.
(D) convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.
(E) inexistindo candidato remanescente será convocado o Presidente do Senado Federal e no seu impedimento o Presidente da Câmara dos Deputados, para concorrer ao segundo turno.

RESPOSTA Art. 77, § 4º, CF. *Alternativa D.*

3255. **(Analista – TRE-MS – 2007 – FCC)** João completou vinte e três anos de idade e pretende concorrer a cargo no Legislativo ou no Executivo. Nesse caso, poderá ele ser eleito somente para

(A) Governador.
(B) Prefeito.

(C) Vice-Governador de Estado.
(D) Senador.
(E) Vice-Presidente da República.

RESPOSTA Art. 14, § 3º, VI, *c*, CF. *Alternativa B.*

3256. (Analista – TRE-CE – 2012 – FCC) Pedro tem 32 anos de idade. Mesmo preenchidos os demais requisitos legais, NÃO poderá, em razão da sua idade, candidatar-se, dentre outros, ao cargo de

(A) Prefeito Municipal.
(B) Governador de Estado.
(C) Deputado Federal.
(D) Deputado Estadual.
(E) Senador.

RESPOSTA Art. 14, § 3º, VI, *a*, CF. Alternativa E.

3257. (Analista – TRE-CE – 2012 – FCC) NÃO é requisito para a transferência do eleitor,

(A) o transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.
(B) o recebimento do pedido no cartório eleitoral do novo domicílio no prazo estabelecido pela legislação vigente.
(C) o parecer favorável do Ministério Público Eleitoral.
(D) a residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.
(E) a prova de quitação com a Justiça Eleitoral.

RESPOSTA (A) Art. 55, § 1º, II, CE, e art. 18, II, Res. TSE n. 21.538/2003. (B) Art. 55, § 1º, I, CE, e art. 18, I, Res. TSE n. 21.538/2003. (C) Não há essa exigência. (D) Art. 55, § 1º, III, CE, e art. 18, III, Res. TSE n. 21.538/2003. (E) Art. 18, IV, Res. TSE n. 21.538/2003. *Alternativa C.*

3258. (Analista – TRE-PE – 2011 – FCC) De acordo com a Resolução TSE n. 21.538/2003, considera-se batimento

(A) o confronto dos resultados dos votos contabilizados pelas urnas eletrônicas com o nome dos eleitores que estiverem constando das respectivas listas de votação.
(B) o cruzamento de informações constantes do cadastro eleitoral com o objetivo de expurgar possíveis duplicidades ou pluralidade de inscrições eleitorais e identificar situações que exijam averiguação.
(C) o cruzamento dos votos contabilizados pelas juntas eleitorais e totalizados pelos Tribunais Regionais Eleitorais com os votos contabilizados pelas urnas eletrônicas.
(D) o confronto dos resultados finais apurados pelos Tribunais Regionais Eleitorais com a recontagem decorrente de pedido nesse sentido formulado junto ao Tribunal Superior Eleitoral.
(E) a coincidência entre os resultados finais de apuração de pleito eleitoral e os resultados finais decorrentes de recontagem ordenada por Tribunal Regional Eleitoral ou pelo Superior Tribunal Eleitoral.

RESPOSTA Art. 33, Res. TSE n. 21.538/2003. *Alternativa B.*

3259. (Analista – TRE-PE – 2011 – FCC) Augustus, candidato registrado pelo partido "Y"

para concorrer ao cargo de Deputado Estadual, renunciou à sua candidatura. O respectivo partido poderá requerer o registro de substituto, escolhido na forma estabelecida no estatuto do partido, até

(A) trinta dias da data da renúncia e até trinta dias da data do pleito.
(B) quinze dias contados da data da renúncia e até a data do pleito.
(C) trinta dias antes da data do pleito, independentemente da data da renúncia.
(D) dez dias contados da data da renúncia e até sessenta dias antes do pleito.
(E) sessenta dias antes do pleito, independentemente da data da renúncia.

RESPOSTA Art. 13, §§ 1º e 3º, LE. *Alternativa D.*

3260. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** Registro eleitoral é o procedimento voltado à verificação, pela Justiça Eleitoral, do cumprimento pelos candidatos das condições necessárias à candidatura. Dentre tais condições, há que se destacar o fato de

(A) o candidato ter sido escolhido em Convenção Partidária realizada no lapso temporal de 10 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições, não sendo admissível a delegação de tal escolha à Comissão Executiva ou a outro órgão partidário.
(B) o candidato não poder se registrar para mais de um cargo na mesma circunscrição, embora seja possível o registro para o mesmo cargo em circunscrições diferentes.
(C) se exigir o prazo mínimo de filiação partidária de um ano para concorrer às eleições, sendo que no caso de eleições proporcionais o estatuto do partido poderá exigir prazo de filiação superior.
(D) serem registrados no Tribunal Superior Eleitoral os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, Senador e Deputado Federal; nos Tribunais Regionais Eleitorais os candidatos a Governador e Vice-Governador e Deputado Estadual; e nos Juízos Eleitorais os candidatos a Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito e Juiz de Paz.
(E) o partido que possua diretório nacional poder inscrever candidatos em qualquer Estado-membro, ainda que não possua diretório devidamente registrado na circunscrição eleitoral respectiva.

RESPOSTA (A) Art. 8º, LE [REspe 26.763: faculdade de a convenção delegar ao órgão de direção partidária a deliberação]. (B) Art. 88, CE. (C) Art. 20, LOPP. (D) Art. 89, CE. (E) Art. 90, CE. *Alternativa C.*

3261. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** De acordo com a Resolução do TSE n. 21.538/2003, no título de eleitor, os dois últimos algarismos correspondem

(A) à unidade da federação de origem da inscrição.
(B) à cidade a que pertence o título eleitoral.
(C) ao código da residência do titular.
(D) aos dígitos verificadores.
(E) ao código do Tribunal que autorizou a expedição.

RESPOSTA Art. 12, parágrafo único, *c*, Res. TSE n. 21.538/2003. *Alternativa D.*

3262. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** De acordo com a Lei Complementar n. 64/1990 (Lei de Inexigibilidade), considere:

I. Os que tiverem competência ou interesse direto, indireto ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades.
II. Os que tenham ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo poder

público.

III. Os que tenham ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, com recursos repassados pela Previdência Social.

Para candidatarem-se ao cargo de Presidente ou Vice-Presidente da República, devem observar o prazo de desincompatibilização de 6 meses o que consta SOMENTE em

(A) I.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II e III.
(E) III.

RESPOSTA (I) Art. 1º, II, *d*, LI. (II) Art. 1º, II, *g*, LI [prazo de 4 meses]. (III) Art. 1º, II, *g*, LI [prazo de 4 meses]. *Alternativa A.*

3263. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** Numa eleição para Governador do Estado, concorreram vários candidatos. João foi o mais votado, mas não alcançou maioria absoluta de votos, não computados os em branco e nulos, na primeira votação. José, Luiz e Mário empataram em segundo lugar, sendo José o mais idoso, Mário o mais jovem e Luiz o que concorria pelo maior número de partidos coligados. Nesse caso, o segundo turno será disputado entre

(A) João, José e Luiz.
(B) João, José, Luiz e Mário.
(C) João e Luiz.
(D) João e Mário.
(E) João e José.

RESPOSTA Art. 110, CE. *Alternativa E.*

3264. **(Analista – TRE-RS – 2010 – FCC)** A respeito do alistamento e do título eleitoral, considere:

I. A certidão de nascimento ou casamento extraída do Registro Civil não é documento hábil para fins de alistamento.

II. O título eleitoral prova, a qualquer tempo, a quitação do eleitor para com a Justiça Eleitoral.

III. Nas hipóteses de alistamento, transferência, revisão e segunda via, a data de emissão do título será a de preenchimento do requerimento.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) III.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II e III.
(E) II.

RESPOSTA (I) Art. 13, *c*, Res. TSE n. 21.538/2003. (II) Art. 26, Res. TSE n. 21.538/2003 [prova a quitação eleitoral apenas até a data da emissão]. (III) Art. 23, § 2º, Res. TSE n. 21.538/2003. *Alternativa A.*

3265. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** O alistamento eleitoral NÃO é

(A) facultativo para os naturalizados.
(B) facultativo para os analfabetos.

(C) facultativo para os maiores de setenta anos.
(D) facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
(E) obrigatório para os maiores de dezoito anos.

RESPOSTA Art. 12, II, § 2º, CF, c/c art. 14, § 1º, CF. *Alternativa A.*

3266. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Sobre o registro de candidatos, segundo o Código Eleitoral, assinale a afirmação INCORRETA.

(A) Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos.
(B) Nenhum registro será admitido antes do período de cento e oitenta dias antes da eleição.
(C) Não é permitido registro de candidato embora para cargos diferentes, por mais de uma circunscrição ou para mais de um cargo na mesma circunscrição.
(D) Nas eleições realizadas pelo sistema proporcional o candidato deverá ser filiado ao partido, na circunscrição em que concorrer, pelo tempo que for fixado nos respectivos estatutos.
(E) Somente poderão inscrever candidatos os partidos que possuam diretório devidamente registrado na circunscrição em que se realizar a eleição.

RESPOSTA (A) Art. 87, CE. (B) Art. 11, LE. (C) Art. 88, CE. (D) Art. 88, parágrafo único, CE. (E) Art. 90, CE. *Alternativa B.*

3267. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC – adaptada)** É correto afirmar que são inelegíveis

(A) o Governador e o Vice-Governador que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos quatro anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos.
(B) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos quatro anos seguintes.
(C) os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de quatro anos, após o cumprimento da pena.
(D) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de oito anos.
(E) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos quatro anos seguintes, contados a partir da data da decisão.

RESPOSTA (A) Art. 1º, I, *c*, LI [(...) nos 8 anos (...)]. (B) Art. 1º, I, *d*, LI [(...) nos 8 anos (...)]. (C) Art. 1º, I, *e*, LI [(...) nos 8 anos (...)]. (D) Art. 1º, I, *f*, LI. (E) Art. 1º, I, *g*, LI [(...) nos 8 anos (...)]. *Alternativa D.*

3268. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** A revisão do eleitorado

(A) não poderá ser presidida pelo juiz eleitoral da zona submetida à revisão, devendo ser designado pelo Tribunal Regional Eleitoral outro juiz para exercer essas funções.
(B) poderá ser ordenada de ofício pelo Tribunal Superior Eleitoral quando o total de transferências de eleitores ocorridas no ano em curso seja dez por cento superior ao do ano anterior.
(C) poderá ser ordenada de ofício pelo Tribunal Regional Eleitoral quando o eleitorado for superior a

sessenta e cinco por cento da população projetada para aquele ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística − IBGE.
(D) poderá ser realizada em ano eleitoral, independentemente de autorização do Tribunal Superior Eleitoral, quando houver representação nesse sentido do Corregedor Regional Eleitoral.
(E) poderá ser ordenada de ofício pelo Tribunal Regional Eleitoral quando o eleitorado for superior ao dobro da população entre dez e quinze anos, somada à de idade superior a setenta anos no território daquele município.

RESPOSTA Art. 58, § 1º, I, Res. TSE n. 21.538/2003. *Alternativa B.*

III. Propaganda Política (Institucional, Eleitoral, Partidária e Intrapartidária)

3269. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** A partir de 1º de julho do ano da eleição, NÃO é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário,
(A) divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção.
(B) transmitir, em forma de entrevista jornalística, imagens da realização de pesquisa, em que seja possível identificar o entrevistado.
(C) difundir opinião contrária a representante de partido político.
(D) veicular programa jornalístico com alusão a candidato ou partido político.
(E) veicular novelas ou minisséries com crítica dissimulada a partido político.

RESPOSTA (A) Art. 45, VI, LE. (B) Art. 45, I, LE. (C) Art. 45, III, LE. (D) Art. 45, V, LE. (E) Art. 45, V, LE. *Alternativa D.*

3270. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Pedro é radialista e titular de um programa numa emissora da cidade. Tendo sido escolhido candidato a Prefeito Municipal pela convenção de seu partido, adotou variação nominal coincidente com o nome do seu programa. Em tal situação, a partir de 1º de julho do ano da eleição, a emissora de rádio, em sua programação normal,
(A) poderá divulgar o nome do programa, porque não é o mesmo que o do candidato.
(B) poderá divulgar o nome do programa, porque já existia antes da convenção partidária.
(C) poderá divulgar o nome do programa, desde que não difunda opinião favorável ao candidato.
(D) só poderá divulgar o nome do programa se não for apresentado ou comentado pelo candidato.
(E) não poderá divulgar o nome do programa, por expressa vedação legal.

RESPOSTA Art. 45, VI, LE. *Alternativa E.*

3271. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Antes do dia 5 de julho do ano da eleição, os Deputados Federais abaixo indicados praticaram as seguintes condutas:
I. Paulus participou de congressos, em ambiente fechado e às expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais.
II. Petrus divulgou debates legislativos, sem mencionar possível candidatura e sem formular pedido de votos ou de apoio eleitoral.
III. Cicerus divulgou atos parlamentares, mencionando possível candidatura e formulando pedido de apoio eleitoral.
IV. Lucius participou de entrevista realizada pela Rádio da Cidade, com exposição de plataforma eleitoral e projetos políticos, formulando pedido de votos.
Serão consideradas propaganda eleitoral antecipada SOMENTE as condutas de
(A) Cicerus e Lucius.

(B) Paulus e Petrus.
(C) Paulus e Lucius.
(D) Petrus e Cicerus.
(E) Paulus e Cicerus.

RESPOSTA (I) Art. 36-A, II, LE. (II) Art. 36-A, IV, LE. (III) Art. 36-A, IV, LE. (IV) Art. 36-A, I, LE. *Alternativa A.*

3272. **(Analista – TRE-AL – 2010 – FCC)** A partir de 1º de julho do ano da eleição é permitido às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário,

(A) veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes.
(B) divulgar debates políticos entre candidatos.
(C) dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação.
(D) divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome do candidato ou com a variação nominal por ele adotada.
(E) usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou de vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação.

RESPOSTA (A) Art. 45, III, LE. (B) Art. 46, LE. (C) Art. 45, IV, LE. (D) Art. 45, VI, LE. (E) Art. 45, II, LE [ATENÇÃO: o STF, em 2-9-2010, na ADI n. 4.451, suspendeu liminarmente este inciso; atualmente, a questão deveria ser anulada]. *Alternativa B.*

3273. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** A respeito da propaganda partidária, considere:

I. A propaganda partidária paga no rádio e na televisão só é permitida no ano em que não se realizarem eleições.
II. A divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos só pode ser feita durante a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão até o dia 5 de julho do ano da eleição.
III. A propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão será feita através de transmissões em bloco, em cadeia nacional ou estadual, ou em inserções de trinta segundos e um minuto, no intervalo da programação normal das emissoras.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II e III.
(E) II.

RESPOSTA (I) Art. 45, § 4º, LOPP. (II) Art. 36, § 2º, LE. (III) Art. 46, § 1º, LOPP. *Alternativa A.*

3274. **(Analista – TRE-PE – 2011 – FCC)** No que concerne à propaganda no horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, é correto afirmar que

(A) a Justiça Eleitoral fará corte instantâneo de programa eleitoral gratuito ofensivo à honra de candidato, à moral e aos bons costumes.
(B) é permitida a utilização da propaganda de candidaturas proporcionais como propaganda de candidaturas majoritárias e vice-versa.
(C) é permitida, no segundo turno das eleições, nos programas eleitorais de cada partido, a participação de filiados a partidos que tenham formalizado apoio a outros candidatos.

(D) é permitido ao partido político utilizar, na propaganda eleitoral de seus candidatos, em âmbito regional, a imagem e a voz de candidato ou militante de partido político que integre a sua coligação em âmbito nacional.

(E) a utilização de comercial ou propaganda realizada com a intenção de promover marca ou produto dependerá do prévio recolhimento aos cofres públicos de taxa fixada pela Justiça Eleitoral.

RESPOSTA Art. 45, § 6º, LE. *Alternativa D.*

3275. (Analista – TRE-PE – 2011 – FCC) Observados os demais requisitos legais, até a antevéspera das eleições, é permitida a propaganda paga

(A) na imprensa escrita.

(B) no rádio.

(C) na televisão aberta.

(D) em canais de televisão por assinatura

(E) através de *outdoors*.

RESPOSTA Art. 43, LE. *Alternativa A.*

3276. (Analista – TRE-PE – 2011 – FCC) A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social. O ofendido, ou seu representante legal, quando se tratar do horário eleitoral gratuito, da programação normal das emissoras de rádio e televisão, e de órgão da imprensa escrita, poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral nos prazos de, contados da veiculação da ofensa, respectivamente,

(A) quarenta e oito horas, setenta e duas horas e vinte e quatro horas.

(B) setenta e duas horas, quarenta e oito horas e vinte e quatro horas.

(C) quarenta e oito horas, vinte e quatro horas e setenta e duas horas.

(D) vinte e quatro horas, setenta e duas horas e quarenta e oito horas.

(E) vinte e quatro horas, quarenta e oito horas e setenta e duas horas.

RESPOSTA Art. 58, § 1º, I, II e III, LE. *Alternativa E.*

3277. (Analista – TRE-RN – 2011 – FCC) A propaganda eleitoral difere da propaganda partidária, sendo ambas espécies do gênero propaganda política. As coincidências e/ou distinções entre as duas espécies de propaganda são:

(A) A propaganda partidária e a eleitoral coincidem em relação aos objetivos, uma vez que ambas visam à promoção pessoal de filiados aos partidos, no intuito de alcançar o maior número possível de votos no pleito eleitoral. A propaganda eleitoral se realiza em momentos pré-eleitorais, enquanto a partidária tem constância permanente. São regulamentadas por instrumentos normativos diversos.

(B) A propaganda eleitoral tem como objetivo primordial o alcance do maior número de votos no pleito, enquanto a partidária visa à cooptação de militantes e simpatizantes para o partido político. A propaganda eleitoral e partidária tem período de veiculação concomitante, em períodos predeterminados pela lei. Ambas são regulamentadas de forma preponderante pela Lei n. 9504/97 (Lei Eleitoral).

(C) A propaganda partidária e a eleitoral coincidem em relação aos objetivos, uma vez que ambas visam à promoção pessoal de filiados aos partidos, no intuito de alcançar o maior número possível

de votos no pleito eleitoral. A propaganda eleitoral e partidária tem período de veiculação concomitante, em períodos predeterminados pela lei. São regulamentadas por instrumentos normativos diversos.

(D) A propaganda eleitoral tem como objetivo primordial o alcance do maior número de votos no pleito, enquanto a partidária visa à cooptação de militantes e simpatizantes para o partido político. A propaganda eleitoral se realiza em momentos pré-eleitorais, enquanto a partidária tem constância permanente. São regulamentadas de forma preponderante pela Lei n. 9504/97.

(E) A propaganda eleitoral tem como objetivo primordial o alcance do maior número de votos no pleito, enquanto a partidária visa à cooptação de militantes e simpatizantes para o partido político. A propaganda eleitoral se realiza em momentos pré-eleitorais, enquanto a partidária tem constância permanente. São regulamentadas por instrumentos normativos diversos.

RESPOSTA Arts. 36 e segs., LE, tratam da propaganda eleitoral; arts. 45 e segs., LOPP, tratam da propaganda partidária. *Alternativa E.*

3278. (Analista – TRE-RN – 2011 – FCC) A lei eleitoral prevê que a partir da escolha de candidatos em convenção é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingido, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social. Em relação ao pedido de resposta, vale destacar que no caso de ofensa

(A) em programação normal das emissoras de rádio e de televisão, caso deferido o pedido, a resposta será dada em até quarenta e oito horas após a decisão, em tempo igual ao da ofensa, porém nunca inferior a um minuto.

(B) veiculada por órgão da imprensa escrita, caso deferido o pedido, a divulgação da resposta dar-se-á no mesmo veículo, espaço, local, página, tamanho, caracteres e outros elementos de realce no prazo de quarenta e oito horas, obrigatoriamente, quando o veículo tiver circulação diária, o que não pode ser alterado por solicitação do ofendido.

(C) veiculada pela Internet, a divulgação da resposta dar-se-á no mesmo veículo e, à livre escolha do ofendido, em órgão da imprensa escrita ou na programação normal das emissoras de rádio e televisão, correndo os custos por conta do responsável pela propaganda original.

(D) no horário eleitoral gratuito, a resposta será veiculada no horário destinado ao partido ou coligação responsável pela ofensa, cujo conteúdo será de livre disponibilidade do ofendido.

(E) no horário eleitoral gratuito, o ofendido usará, para a resposta, tempo igual ao da ofensa, nunca inferior, porém, a um minuto. Entretanto, se o tempo reservado ao partido ou coligação responsável pela ofensa for inferior a um minuto, a resposta será limitada ao tempo disponível para o ofensor.

RESPOSTA (A) Art. 58, § 3º, II, *c*, LE. (B) Art. 58, § 1º, I, LE. (C) Art. 58, IV, *a*, LE. (D) Art. 58, § 3º, III, *f*, LE. (E) Art. 58, § 3º, III, *c*, LE. *Alternativa A.*

3279. (Analista – TRE-TO – 2011 – FCC) A propaganda eleitoral

(A) através da utilização de trios elétricos é vedada para a sonorização de comícios.

(B) através da distribuição de material gráfico, caminhada, carreata, passeata ou carro de som que transite pela cidade divulgando *jingles* ou mensagens de candidatos é permitida até às 22 horas do dia que antecede a eleição.

(C) é absolutamente vedada no dia da eleição, não podendo o eleitor utilizar broches e adesivos.

(D) através de *outdoors* submete-se a prévio sorteio de local a ser feito pela Justiça Eleitoral.

(E) através da realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidato, bem

como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião eleitoral é permitida até às 22 horas do dia que antecede a eleição.

RESPOSTA Art. 39, § 9º, LE. *Alternativa B.*

3280. **(Analista – TRE-RS – 2010 – FCC)** A partir de 1º de julho do ano da eleição, é permitido às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário,

(A) difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes.

(B) transmitir imagens de realização de pesquisa em que haja manipulação de dados.

(C) veicular filmes, novelas ou minisséries com crítica a candidato ou partido, mesmo que dissimuladamente.

(D) transmitir imagens de realização de pesquisa em que seja possível identificar o entrevistado.

(E) veicular programas jornalísticos com alusão a candidato ou partido político.

RESPOSTA (A) Art. 45, III, LE [em 2-9-2010, o STF, na ADI n. 4.451, referendou liminar que suspendeu esta parte do inciso; atualmente, a questão seria anulável]. (B) Art. 45, III, LE. (C) Art. 45, V, LE. (D) Art. 45, I, LE. (E) Art. 45, V, LE. *Alternativa E.*

3281. **(Analista – TRE-RS – 2010 – FCC)** No caso de direito de resposta relativo a ofensa veiculada em propaganda eleitoral na internet, deferido o pedido, a divulgação da resposta dar-se-á no mesmo veículo, espaço, local, horário, página eletrônica, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa, em até

(A) 24 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo igual ao que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.

(B) 48 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo não inferior ao dobro em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.

(C) 72 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo não inferior ao dobro em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.

(D) 48 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo igual ao que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.

(E) 72 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo igual ao que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.

RESPOSTA Art. 58, § 3º, IV, *a,* LE. *Alternativa B.*

3282. **(Analista – TRE-RS – 2010 – FCC)** É permitida na campanha eleitoral

(A) o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata no dia da eleição.

(B) a distribuição de cestas básicas a eleitores, por comitê, candidato, ou com a sua autorização.

(C) a propaganda eleitoral por meio de *outdoors*, com local e espaço dividido entre os partidos políticos.

(D) a realização de showmício para a promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada

ou não, de artistas com a finalidade de animar comício.

(E) a realização de carreata até as vinte e duas horas do dia que antecede a eleição.

RESPOSTA (A) Art. 39, § 5º, I, LE. (B) Art. 39, § 6º, LE. (C) Art. 39, § 8º, LE. (D) Art. 39, § 7º, LE. (E) Art. 39, § 9º, LE. *Alternativa E.*

3283. (Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC) A propaganda

(A) de candidatos a cargos eletivos somente é permitida após o registro da respectiva candidatura junto à Justiça Eleitoral.

(B) política mediante radiodifusão, televisão, comícios ou reuniões públicas, qualquer que seja, é vedada desde setenta e duas horas antes até vinte e quatro horas depois da eleição.

(C) de instigação à desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública é permitida.

(D) partidária ou eleitoral, em recinto aberto, depende de licença da polícia.

(E) partidária que implique oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza não será tolerada.

RESPOSTA (A) Art. 36, LE. (B) Art. 240, parágrafo único, CE [(...) 48 horas (...)]. Vale lembrar que propaganda política é gênero do qual são espécies a eleitoral, partidária e intrapartidária. (C) Art. 243, IV, CE. (D) Art. 39, LE. (E) Art. 243, V, CE. *Alternativa E.*

3284. (Promotor – MP-AP – 2012 – FCC) A respeito da propaganda eleitoral em geral, é correto afirmar:

(A) Quando for contratada a realização de showmício ou evento assemelhado, com a apresentação remunerada de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião eleitoral, os gastos respectivos deverão constar da prestação de contas do partido responsável pelo evento.

(B) Na propaganda dos candidatos ao cargo de Senador, é dispensável a menção ao nome dos suplentes, mas, quando os nomes destes forem mencionados não poderão ser superiores a dez por cento do tamanho do nome do titular.

(C) A veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares, através de faixas ou cartazes de até cinco metros quadrados não depende de autorização da Justiça Eleitoral, mas apenas da obtenção de licença municipal.

(D) No segundo semestre do ano da eleição, a propaganda partidária gratuita será feita de acordo com o plano de mídia estabelecido pelos partidos políticos e a representação das emissoras de rádio e de televisão.

(E) Consideram-se bens de uso comum, para fins eleitorais, além dos assim definidos pelo Código Civil, também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios e estádios, ainda que de propriedade privada.

RESPOSTA (A) Art. 39, § 7º, LE [proibido showmício]. (B) Art. 36, § 4º, LE [é indispensável]. (C) Art. 37, § 2º, LE [4 m²]. (D) Art. 36, § 2º, LE [não será veiculada (...)]. (E) Art. 37, § 4º, LE. *Alternativa E.*

3285. (Promotor – MP-AP – 2012 – FCC) No que concerne ao direito de resposta em razão de imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos em qualquer veículo de comunicação social, é correto afirmar:

(A) Em programa eleitoral na internet, a resposta ficará disponível para acesso pelos usuários por tempo não superior ao tempo em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.

(B) No horário eleitoral gratuito, a resposta será veiculada imediatamente após o tempo destinado ao

candidato atingido, com duração de até o dobro do tempo utilizado pelo responsável pela ofensa.

(C) Quando se tratar da programação normal das emissoras de rádio e televisão, o direito de resposta poderá ser requerido à Justiça Eleitoral, pelo ofendido ou seu representante legal, no prazo de quarenta e oito horas, contado a partir da veiculação da ofensa.

(D) A resposta não poderá ser veiculada, em nenhuma hipótese, nas quarenta e oito horas que antecedem o pleito, situação em que a pessoa atingida deve procurar a reparação na Justiça Comum.

(E) O direito de resposta é privativo de candidato ou outra pessoa física atingida, não podendo ser exercido por partido político, por ser pessoa jurídica, nem por coligação de partidos.

RESPOSTA (A) Art. 58, § 3º, IV, *b,* LE. (B) Art. 58, § 3º, III, *b,* LE. (C) Art. 58, § 1º, II, LE. (D) Art. 58, § 4º, LE. (E) Art. 58, LE. *Alternativa C.*

IV. Direito Processual Eleitoral

3286. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Considere as seguintes afirmações sobre impugnações perante as Juntas Eleitorais e assinale a INCORRETA.

(A) À medida que os votos são apurados, os fiscais e delegados de partido, assim como os candidatos, podem apresentar impugnações que serão decididas de plano pela Junta.

(B) As Juntas decidem por maioria de votos as impugnações.

(C) Não é admitido recurso contra a apuração quando não tiver havido impugnação perante a Junta, no ato da apuração, contra as nulidades arguidas.

(D) Das decisões da Junta cabe recurso imediato, interposto verbalmente ou por escrito, que deve ser fundamentado no prazo de vinte e quatro horas para que tenha seguimento.

(E) Resolvidas as impugnações, a Junta passa a apurar os votos.

RESPOSTA (A) Art. 169, CE. (B) Art. 160, parágrafo único, CE. (C) Art. 171, CE. (D) Art. 169, § 2º, CE [(...) no prazo de 48 horas (...)]. (E) Art. 173, CE. *Alternativa D.*

3287. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** Cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais que

(A) decretarem a perda do tempo relativo ao horário eleitoral gratuito.

(B) confirmarem imposição de multa por infração de norma relativa à propaganda eleitoral.

(C) denegarem o direito de resposta no horário eleitoral gratuito.

(D) aplicarem sanção a partido político por infração de normas relativas à propaganda partidária.

(E) denegarem mandado de segurança.

RESPOSTA Art. 276, II, *b,* CE. *Alternativa E.*

3288. **(Analista – TRE-AL – 2010 – FCC)** A respeito da impugnação do registro de candidatura é correto afirmar:

(A) A impugnação por parte de partido político ou coligação impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.

(B) A impugnação do pedido de registro do candidato poderá ser feita, em petição fundamentada, por partido político ou coligação, não podendo ser formulada por outro candidato.

(C) O prazo para impugnação é de 5 dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato.

(D) O impugnante especificará, desde logo, os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, sendo vedada a produção de prova testemunhal.

(E) Quando se tratar de candidato a Deputado Federal, a arguição de inelegibilidade será feita perante o Tribunal Superior Eleitoral.

RESPOSTA (A) Art. 3º, § 1º, LI [não impede]. (B) Art. 3º, LI [pode também ser formulada por outro candidato]. (C) Art. 3º, LI. (D) Art. 3º, § 3º, LI [permite o arrolamento de até 6 testemunhas]. (E) Art. 2º, II, LI [compete ao TRE]. *Alternativa C.*

3289. **(Analista – TRE-AL – 2010 – FCC)** A respeito da investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político é INCORRETO afirmar:

(A) Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional.

(B) O Corregedor-Geral ou Regional, que terá as mesmas atribuições do Relator em processos judiciais, indeferirá desde logo a inicial, quando não for o caso de representação ou lhe faltar algum requisito legal.

(C) No caso do Corregedor-Geral ou Regional indeferir a representação, ou retardar-lhe a solução, poderá o interessado renová-la perante o Tribunal competente, que resolverá dentro de vinte e quatro horas.

(D) Findo o prazo para defesa, serão ouvidas as testemunhas arroladas pelo representante e pelo representado até o máximo de seis para cada um, as quais comparecerão independentemente de intimação.

(E) Terminado o prazo para as alegações finais, os autos serão conclusos ao Corregedor, que julgará a representação, declarando, no caso de procedência, a inelegibilidade do representado e quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes as sanções previstas em lei.

RESPOSTA (A) Art. 22, LI. (B) Art. 22, I, *c*, LI. (C) Art. 22, II, LI. (D) Art. 22, V, LI. (E) Art. 22, XI, LI [(...) para apresentação de relatório conclusivo sobre o que houver sido apurado, e não para julgamento como consta na alternativa]. *Alternativa E.*

3290. **(Analista – TRE-PB – 2007 – FCC)** No processo das infrações penais eleitorais, observar-se-ão os prazos de

(A) 8 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 5 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 10 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.

(B) 15 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 3 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 8 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.

(C) 5 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 5 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 10 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.

(D) 3 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 3 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 3 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.

(E) 10 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 10 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 5 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.

RESPOSTA Art. 357, art. 359, parágrafo único, e art. 360, CE. *Alternativa E.*

3291. (Analista – TRE-PB – 2007 – FCC) Dentre outros casos, cabe recurso especial das decisões dos Tribunais Regionais quando

(A) versarem sobre expedição de diplomas nas eleições federais.
(B) forem proferidas contra expressa disposição de lei.
(C) denegarem *habeas corpus*.
(D) versarem sobre expedição de diplomas nas eleições estaduais.
(E) denegarem mandado de segurança.

RESPOSTA Art. 276, I, *a*, CE. *Alternativa B.*

3292. (Analista – TRE-MS – 2007 – FCC) Cabe recurso ordinário das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, entre outras das que

(A) versarem sobre a expedição de diplomas nas eleições municipais.
(B) concederem *habeas corpus*.
(C) denegarem mandado de segurança.
(D) forem proferidas contra expressa disposição de lei.
(E) divergirem de outro Tribunal Eleitoral na interpretação de lei.

RESPOSTA Art. 276, II, *b*, CE. *Alternativa C.*

3293. (Analista – TRE-CE – 2012 – FCC) A ação de impugnação de mandato eletivo

(A) pode ser ajuizada contra candidato eleito, até a diplomação.
(B) contra deputados federais deve ser ajuizada perante o Tribunal Superior Eleitoral.
(C) só pode ser ajuizada por partido político ou coligação.
(D) deve tramitar em segredo de justiça.
(E) comporta recurso somente quando for julgada improcedente.

RESPOSTA (A) Art. 14, § 10, CF. (B) Art. 2º, II, LI. (C) Art. 3º, LI. (D) Art. 14, § 11, CF [na ação de impugnação de mandato eletivo, o rito a ser observado (AgRgREspe 25.443)]. (E) Art. 276, I, CE c/c art. 121, § 4º, III, CF. *Alternativa D.*

3294. (Analista – TRE-CE – 2012 – FCC) Das decisões que versarem sobre a expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais e das decisões que denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança,

(A) cabe recurso especial e ordinário, respectivamente.
(B) cabe somente recurso especial.
(C) cabe recurso ordinário e especial, respectivamente.
(D) cabe recurso ordinário.
(E) não cabe recurso.

RESPOSTA Art. 276, II, *a* e *b,* CE. *Alternativa D.*

3295. (Analista – TRE-PE – 2011 – FCC) No processo de impugnação de registro de candidatura,

(A) o prazo para impugnação é de 5 dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato.
(B) a impugnação poderá ser feita por qualquer eleitor, desde que esteja em dia com a Justiça Eleitoral.

(C) o fato em que se funda a impugnação deverá ser provado de plano, através de documentos, vedada a coleta de prova testemunhal.
(D) o prazo para impugnação será de quinze dias, quando o impugnante for o Ministério Público Eleitoral.
(E) o prazo para impugnação será contado em dobro quando o impugnante for coligação.

RESPOSTA Art. 3º, LI. *Alternativa A.*

3296. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** As demandas e litígios no âmbito do direito eleitoral possuem como característica a especial necessidade de celeridade, uma vez que devem ser ultimados para que o eleito tome posse no ano seguinte ao pleito. O dispositivo específico da lei eleitoral que representa tal característica é:

(A) o período compreendido entre o registro das candidaturas até cinco dias após a realização do segundo turno das eleições, têm prioridade para despacho do Ministério Público e dos juízes eleitorais os feitos eleitorais, inclusive sobre os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança.
(B) os prazos não se interrompem, nem mesmo em dias feriados ou finais de semana, em relação ao pedido de impugnação de registro de candidato.
(C) embora exigida a prioridade aos feitos eleitorais, sua inobservância pelo juiz não gera responsabilização pessoal do magistrado.
(D) o não cumprimento dos prazos previstos na lei eleitoral somente é admissível no caso de comprovado acúmulo de serviço, em razão do exercício das funções regulares.
(E) não obstante os prazos processuais exíguos, a notificação dos advogados dos candidatos ou dos partidos e coligações, para os feitos previstos na lei eleitoral, observará antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

RESPOSTA (A) Art. 1º, Lei n. 4.410/64 [lei de prioridade dos feitos eleitorais]. (B) Art. 3º c/c art. 16, ambos da LI. (C) Art. 2º, Lei n. 4.410/64. (D) Falsa. (E) Falsa. *Alternativa B.*

3297. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** O instrumento processual que tem como objetivo impedir que o cidadão possa disputar o pleito eleitoral, obstando sua passagem da condição de pré-candidato à de candidato, é:

(A) Ação de impugnação de registro de candidato.
(B) Ação de impugnação ao mandato eletivo.
(C) Recurso contra a expedição de diploma.
(D) Ação de investigação judicial eleitoral.
(E) Ação de prestação de contas.

RESPOSTA O registro da candidatura transforma o pré-candidato em candidato; por isso, a ação de impugnação de registro de candidato é o instrumento processual adequado para impedir essa passagem. *Alternativa A.*

3298. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** Os recursos eleitorais, em razão da especial necessidade de celeridade no direito processual eleitoral, possuem algumas especificidades quando comparados com o processo civil ordinário. Acerca de tais especificidades, está correto:

(A) as decisões do Tribunal Superior Eleitoral são irrecorríveis, salvo as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança, das quais caberá recurso ao Superior Tribunal de Justiça.
(B) o prazo para interposição de recurso extraordinário contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral é

de quinze dias.

(C) o juiz eleitoral exerce juízo de admissibilidade dos recursos eleitorais, cabendo-lhe negar prosseguimento caso verifique a ausência de algum de seus pressupostos.

(D) o juiz eleitoral possui a prerrogativa de realizar o juízo de retratação nos recursos eleitorais.

(E) em regra, os recursos eleitorais são recebidos nos efeitos devolutivo e suspensivo.

RESPOSTA (A) Art. 121, § 3º, CF, e art. 281, CE [recurso ao STF]. (B) [Três dias] art. 281, CE. (C) Art. 267, CE. (D) Art. 267, § 7º, CE. *Alternativa D.*

3299. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** Das decisões do Tribunal Superior Eleitoral que declararem a invalidade de ato contrário à Constituição Federal e que denegarem *habeas corpus*, caberá recurso

(A) ordinário e recurso extraordinário, respectivamente.

(B) extraordinário e recurso ordinário, respectivamente.

(C) ordinário.

(D) extraordinário.

(E) especial.

RESPOSTA O gabarito inicialmente *indicava a alternativa C* em consonância ao disposto no art. 281, CE; entretanto, a questão foi tratada na CF, art. 102, II, *a*, e III, *a*, e a resposta *correta é a alternativa B*, tendo o TRE-TO corrigido o gabarito: http://www.concursosfcc.com.br/concursos/treto110/edital_resultado.pdf. *Alternativa B.*

3300. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** É correto afirmar sobre recursos eleitorais:

(A) sempre têm efeito suspensivo.

(B) deverão ser interpostos em cinco dias da publicação do ato, resolução ou despacho sempre que a lei não fixar prazo especial.

(C) possuem prazos preclusivos para interposição, inclusive quando neles se discute matéria constitucional.

(D) a distribuição do primeiro recurso que chegar ao Tribunal Regional ou Tribunal Superior previne a competência do relator para todos os demais casos do mesmo município ou Estado.

(E) para os Tribunais Regionais e para o Tribunal Superior cabe, dentro de cinco dias, recurso dos atos, resoluções ou despachos dos respectivos presidentes.

RESPOSTA (A) Art. 257, CE. (B) Art. 258, CE [três dias]. (C) Art. 259, CE. (D) Art. 260, CE. (E) Art. 264, CE [três dias]. *Alternativa D.*

3301. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Na literalidade da Constituição brasileira de 1988, das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais caberá recurso quando

(A) forem proferidas contra disposição expressa da Constituição, mas não de lei.

(B) ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.

(C) versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições estaduais ou municipais, mas não federais.

(D) anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos estaduais ou municipais, mas não federais.

(E) concederem ou denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, mas não mandado de injunção.

RESPOSTA Art. 121, § 4º, CF. *Alternativa B.*

3302. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** No processo de impugnação de registro de candidaturas, é de sete dias o prazo para

(A) interposição de recurso para o Tribunal Superior Eleitoral.
(B) interposição de recurso para o Tribunal Regional Eleitoral nas eleições municipais.
(C) as partes, inclusive o Ministério Público, encerrado o prazo para dilação probatória, apresentarem alegações.
(D) o candidato, partido político ou coligação contestarem a impugnação.
(E) impugnação de registro de candidato em petição fundamentada.

RESPOSTA (A) Art. 11, § 2º, LI. (B) Art. 8º, LI. (C) Art. 6º, LI. (D) Art. 4º, LI. (E) Art. 3º, LI. *Alternativa D.*

3303. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** No que concerne ao processo penal eleitoral, é INCORRETO afirmar que

(A) das decisões finais de condenação ou absolvição cabe recurso para o Tribunal Regional competente, a ser interposto no prazo de cinco dias.
(B) as infrações penais eleitorais são de ação pública, mas admite-se a ação penal privada subsidiária caso o representante do Ministério Público não tenha oferecido denúncia, requerido diligências ou solicitado o arquivamento de inquérito policial no prazo legal.
(C) o réu, ou seu defensor, terá o prazo de dez dias para oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas.
(D) ouvidas as testemunhas de acusação e da defesa e praticadas as diligências requeridas pelo Ministério Público e deferidas ou ordenadas pelo Juiz, abrir-se-á o prazo de cinco dias a cada uma das partes – acusação e defesa − para alegações finais.
(E) se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal, representará contra ele a autoridade judiciária, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal.

RESPOSTA (A) Art. 362, CE [10 dias]. (B) Art. 5º, LIX, CF, c/c art. 355, CE. (C) Art. 359, parágrafo único, CE. (D) Art. 360, CE. (E) Art. 357, § 3º, CE. *Alternativa A.*

V. Crimes Eleitorais

3304. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** A respeito dos crimes eleitorais, considere:

I. Abandonar o serviço eleitoral, mesmo por justa causa.
II. Oferecer dinheiro para conseguir abstenção, ainda que a oferta não seja aceita.
III. Usar de grave ameaça para coagir alguém a votar em determinado partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos.
IV. Intervir o Juiz Eleitoral no funcionamento da Mesa Receptora.

Constituem crimes eleitorais as condutas descritas APENAS em

(A) I e IV.
(B) II e III.
(C) II e IV.
(D) III e IV.
(E) I, II e III.

RESPOSTA (I) Art. 344, CE ((...) sem justa causa). (II) Art. 299, CE. (III) Art. 301, CE. (IV) Art. 35, XV e XVI, CE (compete aos juízes (...)). *Alternativa B.*

3305. **(Analista – TRE-MS – 2007 – FCC)** Constitui crime a promoção de comício ou carreata

(A) no dia da eleição, mesmo após o horário previsto para encerramento da votação.
(B) no dia da eleição, até o horário previsto para encerramento da votação.
(C) na véspera do dia das eleições, entre vinte e vinte e duas horas.
(D) na véspera do dia das eleições, entre vinte e duas e vinte e quatro horas.
(E) nos cinco dias anteriores ao dia marcado para as eleições.

RESPOSTA Art. 39, § 5º, I, LE [o dispositivo menciona "no dia da eleição", não fazendo ressalva quanto ao horário de votação]. *Alternativa A.*

3306. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** No intuito de se alistar em domicílio diverso do verdadeiro, o eleitor alterou documento particular verdadeiro e o apresentou à Justiça Eleitoral. Considerando que tal fato seja descoberto posteriormente, sem que tenha ocorrido um dano efetivo ao processo eleitoral, em qualquer uma de suas fases, é correto dizer que

(A) não há fato típico eleitoral, uma vez que o crime previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral) só se consuma caso ocorra efetivo dano ao processo eleitoral.
(B) está configurado o tipo previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral), uma vez que todos seus elementos, quais sejam alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante, potencialidade de dano, finalidade eleitoral e dolo estão presentes.
(C) não há fato típico eleitoral, uma vez que somente se configura o crime previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral) quando reste constatada a finalidade eleitoral, a qual não se configura com a tentativa de fraude no ato de alistamento.
(D) está configurado o tipo previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral), uma vez que todos seus elementos, quais sejam alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante, imitação da verdade, potencialidade de dano e dolo estão presentes, não sendo a finalidade eleitoral elemento do tipo, mas mera circunstância.
(E) não há fato típico eleitoral, uma vez que somente se configura o crime previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral) quando o agente for candidato concorrente no pleito eleitoral, não se aplicando ao eleitor.

RESPOSTA Art. 349, CE. *Alternativa B.*

3307. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** É crime eleitoral apenado com reclusão

(A) induzir alguém a se inscrever eleitor com infração de qualquer dispositivo do Código Eleitoral.
(B) reter título eleitoral contra a vontade do eleitor.
(C) promover desordem que prejudique os trabalhos eleitorais.
(D) impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio.
(E) valer-se o servidor público da sua autoridade para coagir alguém a votar ou não votar em determinado candidato ou partido.

RESPOSTA (A) Art. 290, CE. (B) Art. 265, CE [detenção]. (C) Art. 296, CE [detenção]. (D) Art. 297, CE [detenção]. (E) Art. 300, CE [detenção]. *Alternativa A.*

3308. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Considere as afirmações abaixo.

I. Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem.

II. Violar ou tentar violar o sigilo do voto.

III. Deixar o juiz de representar contra o órgão do Ministério Público que não oferecer a denúncia no prazo legal, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal.

IV. Violar a proibição de utilizar o serviço de qualquer repartição, federal, estadual, municipal, autarquia, fundação do Estado, sociedade de economia mista, entidade mantida ou subvencionada pelo poder público, ou que realiza contrato com este, inclusive o respectivo prédio e suas dependências, para beneficiar partido ou organização de caráter político.

São crimes eleitorais aqueles constantes das afirmações

(A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) II e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 309, CE. (II) Art. 312, CE. (III) Art. 357, § 3º. (IV) Art. 377, CE. *Alternativa E.*

3309. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** A respeito dos crimes eleitorais, considere as afirmações abaixo.

I. Constitui crime eleitoral oferecer dinheiro a eleitor para abster-se de votar, mesmo que a oferta não seja aceita.

II. O crime de injúria na propaganda eleitoral admite a exceção da verdade se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

III. Constitui crime eleitoral fazer propaganda pela imprensa escrita em língua estrangeira.

IV. Constitui crime eleitoral, deixar o órgão do Ministério Público de promover a execução de sentença condenatória.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II.
(B) I e II.
(C) III e IV.
(D) I, II e III.
(E) I, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 299, CE. (II) Art. 326, CE. (III) Art. 243, IX, §§ 1º ao 3º, CE. (IV) Art. 342, CE. *Alternativa E.*

VI. Partidos Políticos

3310. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** No caso das convenções partidárias não indicarem o número máximo de candidatos previstos em lei,

(A) o preenchimento das vagas remanescentes dependerá da realização de nova convenção.
(B) os partidos concorrerão apenas com os candidatos indicados na convenção.
(C) os órgãos de direção dos partidos respectivos poderão preencher as vagas remanescentes até sessenta dias antes do pleito.
(D) os filiados aos partidos políticos poderão livremente inscrever-se até atingir o número máximo permitido.
(E) o preenchimento das vagas remanescentes será feito através da votação da maioria dos candidatos indicados na convenção.

RESPOSTA Art. 10, § 5º, LE. *Alternativa C.*

3311. (Procurador – ALESP – 2010 – FCC) A respeito dos partidos políticos, é correto afirmar:

(A) Os partidos políticos podem receber contribuição ou auxílio pecuniário de entidade de classe ou sindical.

(B) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica somente com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

(C) A suspensão de novas cotas do Fundo Partidário é uma das consequências da desaprovação parcial das contas de um partido político.

(D) O recebimento de recursos financeiros de procedência estrangeira depende de adequação do respectivo estatuto com o da entidade que efetivar a doação.

(E) Dois ou mais partidos políticos não poderão, por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação, fundir-se num só ou incorporar-se um ao outro.

RESPOSTA (A) Art. 31, IV, LOPP. (B) Art. 7º, LOPP. (C) Art. 37, LOPP. (D) Art. 31, I, LOPP. (E) Art. 29, LOPP. *Alternativa C.*

3312. (Promotor – MP-CE – 2011 – FCC) A Constituição Federal assegura que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana. No plano de sua estrutura interna é correto afirmar:

(A) As coligações eleitorais poderão dispor sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos e adotar os critérios de escolha de candidaturas, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(B) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regi-me de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

(C) Os partidos políticos e as coligações partidárias são livres para definir sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha de candidaturas avulsas, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

(D) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir as condições de alistamento e elegibilidade, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

(E) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha de filiados e o regime de suas coligações eleitorais, bem como obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, vedado aos seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

RESPOSTA Art. 17, § 1º, CF. *Alternativa B.*

3313. (Analista – TRE-SP – 2012 – FCC) Num determinado município, a convenção partidária realizada no último dia do prazo legal deliberou a respeito da formação de coligação,

deliberação esta contrária às diretrizes legitimamente estabelecidas pelo órgão de direção nacional, que, por isso, anulou a deliberação e todos os atos dela decorrentes. Em vista disso, houve necessidade de escolha de candidatos. Nesse caso, observadas as demais exigências legais,

(A) deverá ser realizada nova convenção partidária para esse fim nos quinze dias posteriores à anulação.

(B) deverá ser realizada nova convenção partidária para esse fim nos trinta dias posteriores à anulação da deliberação.

(C) o partido ficará sem candidatos para esse pleito eleitoral, por já ter esgotado o prazo legal para realização das convenções.

(D) o pedido de registro de novos candidatos deverá ser apresentado à Justiça Eleitoral nos dez dias seguintes à deliberação relativa à anulação.

(E) o pedido de registro de candidatos só poderá ser feito por estes pessoalmente, diretamente à Justiça Eleitoral, nos quinze dias seguintes ao ato de anulação.

RESPOSTA Art. 13, § 1º, LE. *Alternativa D.*

3314. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** O comitê financeiro do partido Alpha, tendo cumprido as exigências eleitorais e recebido seu número de registro de CNPJ, iniciou a arrecadação de recursos financeiros à campanha eleitoral. Pretendem fazer doações:

I. cooperativa não beneficiada com recursos públicos, composta por cooperados que não são concessionários ou permissionários de serviço público.

II. entidade esportiva privada, sem participação em campeonatos das divisões principais.

III. sindicato representativo de categoria profissional patronal de âmbito estadual.

IV. pessoa jurídica sem fins lucrativos que não recebe recurso do exterior.

Dentre os pretendentes, o comitê financeiro do partido Alpha NÃO poderá receber doações das entidades indicadas em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) I e IV.

(D) II e III.

(E) II e IV.

RESPOSTA (I) Art. 24, parágrafo único, LE. (II) Art. 24, IX, LE. (III) Art. 24, VI, LE. (IV) Art. 24, VII, LE. *Alternativa D.*

3315. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** O eleitor Pedro encaminhou à Justiça Eleitoral documento comprobatório de que determinado partido político está recebendo recursos financeiros de procedência estrangeira. Nesse caso, o processo de cancelamento do registro e do estatuto do partido

(A) dependerá de representação fundamentada do Ministério de Relações Exteriores.

(B) poderá ser determinado de ofício, sem qualquer defesa do partido.

(C) dependerá de representação formulada por outro partido político.

(D) dependerá de representação formulada pelo Ministério Público Eleitoral.

(E) poderá ser iniciado pelo Tribunal Superior Eleitoral com base na denúncia formulada por Pedro.

RESPOSTA Art. 28, II, LOPP, c/c art. 28, § 2º, LOPP. *Alternativa E.*

3316. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** Em exame da prestação de contas anual do partido Gama, foi constatado o recebimento de recursos de origem não esclarecida. Nesse caso,

(A) o partido será punido com multa igual ao valor dos recursos e terá suas atividades suspensas até que o esclarecimento seja feito.
(B) o partido será punido com multa igual ao dobro do valor dos recursos de origem não esclarecida.
(C) ficará suspenso o recebimento pelo partido das quotas do Fundo Partidário por um ano.
(D) ficará suspenso o recebimento pelo partido das quotas do Fundo Partidário até que o esclarecimento seja aceito pela Justiça Eleitoral.
(E) ficará suspenso o recebimento das quotas do Fundo Partidário por dois anos e o partido será punido com multa de dez salários mínimos.

RESPOSTA Art. 36, I, LOPP. *Alternativa D.*

3317. **(Analista – TRE-PB – 2007 – FCC)** O partido político que receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie procedente de entidade de classe ou sindical, ficará sujeito à suspensão da participação no Fundo Partidário

(A) definitiva e permanente.
(B) por dois anos.
(C) por um ano.
(D) por cinco anos.
(E) até o próximo pleito.

RESPOSTA Art. 31, IV, c/c art. 36, II, ambos da LOPP. *Alternativa C.*

3318. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** Os partidos políticos

(A) podem desenvolver campanhas publicitárias pagas por entidades estrangeiras.
(B) são obrigados a conservar os documentos comprobatórios de suas prestações de contas por, pelo menos, cinco anos.
(C) não podem impugnar as prestações de contas de outros partidos, função que cabe exclusivamente à Justiça Eleitoral.
(D) podem ser mantidos por entidade de classe ou sindical, desde que os respectivos diretores sejam diferentes.
(E) não estão obrigados, no ano em que ocorrem eleições, a enviar à Justiça Eleitoral nem balanço anual, nem balancetes mensais.

RESPOSTA Art. 34, IV, LOPP. *Alternativa B.*

3319. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** Na convenção do Partido Alpha, Tício foi escolhido candidato a Governador do Estado, Paulus foi escolhido candidato a Vice-Governador do Estado, Lucius foi, dentre outros, escolhido candidato a Deputado Federal e Ângelus foi, dentre outros, escolhido candidato a Deputado Estadual. Todos tiveram o registro de suas candidaturas deferido. Quarenta e cinco dias antes do pleito, quando viajavam juntos em campanha eleitoral, o veículo em que se encontravam sofreu colisão e os quatro vieram a falecer. Nesse caso, o partido

(A) não poderá substituir nenhum dos candidatos falecidos, posto que os óbitos ocorreram a menos de sessenta dias do pleito.
(B) poderá substituir os candidatos a Deputado Federal e Deputado Estadual, apenas, desde que o registro do substituto seja feito dentro de dez dias contados da data dos óbitos.
(C) poderá substituir os candidatos a Governador e Vice-Governador, apenas, desde que o registro do

substituto seja feito dentro de dez dias contados da data dos óbitos.

(D) poderá substituir o candidato a Deputado Federal, apenas, desde que o registro do substituto seja feito dentro de dez dias contados da data do óbito.

(E) poderá substituir o candidato a Deputado Estadual, apenas, desde que o registro do substituto seja feito dentro de dez dias contados da data do óbito.

RESPOSTA Art. 13, §§ 1º e 3º, LE. *Alternativa C.*

3320. **(Analista – TRE-PE – 2011 – FCC)** NÃO é documento necessário para instruir o requerimento de registro do estatuto do partido político junto ao Tribunal Superior Eleitoral:

(A) exemplar autenticado do inteiro teor do estatuto partidário, inscrito no Registro Civil.

(B) exemplar autenticado do inteiro teor do programa do partido, inscrito no Registro Civil.

(C) nome e qualificação dos delegados credenciados para representarem o partido perante o Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais e Juízes Eleitorais.

(D) certidão do registro civil do partido político como pessoa jurídica no cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal.

(E) certidões dos cartórios eleitorais que comprovem ter o partido obtido o apoiamento mínimo de eleitores exigido por lei.

RESPOSTA (A) Art. 9º, I, LOPP. (B) Art. 9º, I, LOPP. (C) Não tem. (D) Art. 9º, II, LOPP. (E) Art. 9º, III, LOPP. *Alternativa C.*

3321. **(Analista – TRE-PE – 2011 – FCC)** No ano em que ocorrerem eleições, os Partidos Políticos deverão enviar à Justiça Eleitoral balancetes

(A) semestrais.

(B) bimestrais.

(C) trimestrais.

(D) mensais, durante os quatro meses anteriores e os dois meses posteriores ao pleito.

(E) mensais, durante todo o exercício.

RESPOSTA Art. 32, § 3º, LOPP. *Alternativa D.*

3322. **(Analista – TRE-PE – 2011 – FCC)** A respeito das coligações, considere:

I. O partido político coligado somente possui legitimidade para atuar de forma isolada no processo eleitoral quando questionar a validade da própria coligação, durante o período compreendido entre a data da convenção e o termo final do prazo para a impugnação do registro de candidatos.

II. Dentro da mesma circunscrição, é facultado aos partidos políticos formar mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

III. A denominação da coligação poderá fazer referência a nome de candidato ou conter pedido de voto para partido político.

Está correto o que consta SOMENTE em

(A) III.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) II.

(E) I e II.

RESPOSTA (I) Art. 6º, § 4º, LE. (II) Art. 6º, LE. (III) Art. 6º, § 1º-A, LE. *Alternativa E.*

3323. (Analista – TRE-TO – 2011 – FCC) De acordo com a Lei n. 9.096/95, os partidos políticos

(A) poderão, depois de autorização diplomática, subordinarem-se a entidade estrangeira.
(B) poderão incorporar-se um ao outro por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação.
(C) poderão manter organização paramilitar.
(D) poderão receber recursos financeiros de procedência estrangeira.
(E) não poderão promover alterações programáticas ou estatutárias após o registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

RESPOSTA (A) Art. 17, CF. (B) Art. 29, LOPP. (C) Art. 17, § 4º, CF. (D) Art. 17, II, CF. (E) Art. 10, LOPP. *Alternativa B.*

3324. (Analista – TRE-RS – 2010 – FCC) A respeito da fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos, é INCORRETO afirmar:

(A) No caso de incorporação, observada a lei civil, caberá ao partido incorporando deliberar por maioria absoluta de votos, em seu órgão nacional de deliberação, sobre a adoção do estatuto e do programa de outra agremiação.
(B) Na hipótese de fusão, a existência legal do novo partido tem início com o registro do estatuto e do programa no Tribunal Superior Eleitoral, através de requerimento acompanhado das atas das decisões dos órgãos competentes.
(C) No caso de incorporação, adotados o estatuto e o programa do partido incorporador, realizar-se-á, em reunião conjunta dos órgãos nacionais de deliberação, a eleição do novo órgão de direção nacional.
(D) Os órgãos nacionais de deliberação dos partidos em processo de fusão votarão em reunião conjunta, por maioria absoluta, os projetos, e elegerão o órgão de direção nacional que promoverá o registro do novo partido.
(E) No caso de fusão de dois ou mais partidos políticos, os órgãos de direção dos partidos em processo de fusão elaborarão projetos comuns de estatuto e programa.

RESPOSTA (A) Art. 29, §§ 2º e 4º, LOPP [com o registro no Ofício Civil, e não no TSE, como consta na alternativa]. (B) Art. 29, § 4º, LOPP. (C) Art. 29, § 3º, LOPP. (D) Art. 29, § 1º, II, LOPP. (E) Art. 29, § 1º, I, LOPP. *Alternativa B.*

3325. (Analista – TRE-RS – 2010 – FCC) No que concerne às finanças e à contabilidade dos partidos políticos, quanto à prestação de contas, é certo que:

(A) Em razão do sigilo, a Justiça Eleitoral não poderá determinar diligências necessárias à complementação de informações relativas às contas dos órgãos de direção partidária ou de candidatos.
(B) A falta de prestação de contas não implica em suspensão de novas cotas do Fundo Partidário.
(C) Os partidos políticos são obrigados a conservar a documentação comprobatória de suas prestações de contas por prazo não inferior a cinco anos.
(D) Um partido político não pode examinar, nem impugnar, na Justiça Eleitoral, as prestações de contas mensais ou anuais de outros partidos.
(E) Os balanços não precisarão, por tratar-se de questão interna, indicar a origem e o valor das contribuições e doações.

RESPOSTA (A) Art. 37, § 1º, LOPP. (B) Art. 37, LOPP. (C) Art. 34, IV, LOPP. (D) Art. 35, parágrafo único, LOPP. (E) Art. 33, II, LOPP. *Alternativa C.*

3326. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Segundo a legislação brasileira, partido político

(A) é pessoa jurídica de direito público, destinada a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição.
(B) deve ter caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoiamento de eleitores correspondentes a, pelo menos, um por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados.
(C) pode adotar uniforme para seus membros.
(D) deve registrar seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral antes de adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil.
(E) é de livre criação, fusão, incorporação e extinção, desde que o respectivo programa respeite a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.

RESPOSTA (A) Art. 1º, LOPP. (B) Art. 7º, § 1º, LOPP [(...) meio por cento (...)]. (C) Art. 6º, LOPP [vedado]. (D) Art. 7º, LOPP [trata-se do contrário: primeiro, registro civil, depois, no TSE]. (E) Art. 2º, LOPP. *Alternativa E.*

VII. Temas Mistos

3327. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** O candidato a prefeito eleito, assim como o seu vice, receberá diploma assinado pela autoridade judiciária competente. Sobre a expedição do diploma é correto afirmar:

(A) Para os prefeitos das capitais será expedido pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.
(B) Enquanto o Tribunal Superior não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, poderá o diplomado exercer o mandato em toda a sua plenitude.
(C) Para os prefeitos das capitais será expedido pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, não havendo previsão de recurso contra sua expedição.
(D) Admite recurso com efeito suspensivo se demonstrado abuso de poder econômico no curso da campanha ou em prestação de contas.
(E) Pode ter sua expedição suspensa pela propositura de ação penal por crime doloso cometido anteriormente ao registro da candidatura.

RESPOSTA (A) Art. 40, IV, CE. (B) Art. 216, CE. (C) Art. 40, IV, CE. (D) Art. 257, CE. (E) Falsa. *Alternativa B.*

3328. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de

(A) entidade ou governo estrangeiro; concessionário ou permissionário de serviço público; entidade de utilidade pública; entidades beneficentes e religiosas; entidades esportivas.
(B) organizações da sociedade civil de interesse público; pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior; indústria de material bélico; universidades privadas de qualquer natureza.
(C) organizações não governamentais que recebam recursos públicos; concessionário ou permissionário de serviço público; consórcio de empresas administradora de bens de capital; instituições bancárias e financeiras.

(D) cooperativas cujos cooperados não sejam concessionários ou permissionários de serviços públicos; pessoa física inscrita em dívida ativa do poder público; entidade ou classe sindical.

(E) órgão da Administração Pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público; instituições bancárias, financeiras ou administradora de valores; entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal.

RESPOSTA Art. 24, I, III, V, VIII e IX, LE. *Alternativa A.*

3329. (Analista – TRE-SP – 2012 – FCC) Paulo é proprietário de uma van de aluguel com a qual faz transporte de alunos para uma escola particular. No dia da eleição, transportou todos os onze membros de sua família, da zona rural para os locais de votação. A conduta de Paulo

(A) foi ilícita, por se tratar de veículo de aluguel.

(B) foi ilícita, por se tratar de transporte de eleitores da zona rural.

(C) foi lícita, porque se limitou a transportar os membros de sua família.

(D) foi ilícita, por se tratar de utilitário e não de automóvel de passeio.

(E) só poderá ser considerada lícita se tiver obtido prévia autorização da Justiça Eleitoral.

RESPOSTA Art. 5º, III, Lei n. 6.091/74 [dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte em dias de eleição a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências]. *Alternativa C.*

3330. (Analista – TRE-PR – 2012 – FCC) Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de

(A) eleitores pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.

(B) votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas pelo número de candidatos pelas mesmas registrados.

(C) votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.

(D) votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação de partidos pelo número de lugares a preencher, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.

(E) eleitores pelo número de votos válidos em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.

RESPOSTA Art. 106, CE. *Alternativa C.*

3331. (Analista – TRE-PR – 2012 – FCC) João é esportista e candidatou-se por seu partido ao cargo de Deputado Estadual. Dois meses antes das eleições, foi convidado para a inauguração de obra pública relevante para a sua atividade profissional. Consultou o advogado de seu partido que lhe respondeu que o comparecimento à inauguração de obras públicas nos três meses que antecedem as eleições é vedado

(A) somente a candidatos a eleições municipais.

(B) apenas a candidatos a cargos do Poder Executivo.

(C) somente a candidatos a cargos do Poder Legislativo.

(D) apenas a agentes públicos em campanha eleitoral para qualquer cargo eletivo.

(E) a qualquer candidato.

RESPOSTA Art. 77, LE. *Alternativa E.*

3332. **(Analista – TRE-AL – 2010 – FCC)** A respeito das prestações de contas referentes à arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, considere:

I. As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato.

II. A indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores deverá obrigatoriamente ser divulgada, pela rede mundial de computadores (internet), nos relatórios dos dias 6 de agosto e 6 de setembro do ano das eleições.

III. A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas não impede a diplomação dos candidatos, enquanto perdurar.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II e III.
(E) II

RESPOSTA (I) Art. 28, § 2º, LE. (II) Art. 28, § 4º, LE [exigindo-se a indicação dos nomes e respectivos valores doados somente na prestação de contas final]. (III) Art. 29, § 2º, LE [impede a diplomação]. *Alternativa A.*

3333. **(Analista – TRE-PB – 2007 – FCC)** Um funcionário de autarquia federal encontra-se no exercício de mandato eletivo de Prefeito. Nesse caso,

(A) o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
(B) deverá ser exonerado do cargo de origem a partir da sua posse.
(C) para efeito de benefício previdenciário, se houver afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
(D) será afastado do cargo de origem permanecendo com a remuneração anterior.
(E) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

RESPOSTA Art. 94, § 1º, c/c art. 103, V, ambos da Lei n. 8.112/90. *Alternativa C.*

3334. **(Analista – TRE-PB – 2007 – FCC)** Considere as eleições para:

I. Presidente da República.
II. Vice-Presidente da República
III. Senador.
IV. Deputado Federal
V. Governador.
VI. Vice-Governador.
VII. Deputado Estadual
VIII. Prefeito Municipal.
IX. Vice-Prefeito Municipal.
X. Vereador.

Obedecerão ao princípio da eleição proporcional SOMENTE

(A) I, II, V, VI, VIII e IX.

(B) III, IV, VII e X.
(C) IV, VII e X.
(D) I, II, III e IV.
(E) V, VI, VII, VIII, IX e X.

RESPOSTA Art. 29, II, art. 32, § 2º, art. 45, art. 46 e art. 77, § 2º, todos da CF. *Alternativa C.*

3335. **(Analista – TRE-MS – 2007 – FCC)** Dentre outros, NÃO se incluem os gastos eleitorais sujeitos a registro e aos limites fixados na Lei n. 9.504 de 30/9/97:

(A) Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita.
(B) Propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação, destinada a conquistar votos.
(C) Realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura.
(D) Multas aplicadas aos partidos ou candidatos por infração do disposto na legislação eleitoral ainda que estejam sendo questionadas judicialmente.
(E) Produção de *jingles*, vinhetas e *slogans* para propaganda eleitoral.

RESPOSTA (A) Art. 26, X, LE. (B) Art. 26, II, LE. (C) Art. 26, IX. (D) Art. 26, XVI, LE. (E) Art. 26, XVII, LE. *Alternativa D.*

3336. **(Analista – TRE-MS – 2007 – FCC)** A respeito das doações de pessoa física ou jurídica, é certo que

(A) podem ser efetuadas em dinheiro, entregue diretamente, em espécie, aos órgãos de direção de partido político.
(B) podem ser efetuadas por intermédio de depósito bancário diretamente na conta do Fundo Partidário.
(C) quando não forem feitas em dinheiro, não precisam ser lançadas na contabilidade do partido.
(D) quando originários de entidade de classe ou sindicato, devem ser aprovadas pela respectiva Assembleia Geral.
(E) quando provenientes de entidade ou governo estrangeiro, devem ser previamente aprovadas pelo Senado Federal.

RESPOSTA (A) Art. 23, § 4º, LE. (B) Art. 38, III, LOPP. (C) Art. 28, § 4º, LE. (D) Art. 24, VI, LE. (E) Art. 24, I, LE. *Alternativa B.*

3337. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** A utilização da máquina pública em campanhas eleitorais pode ser fator de desequilíbrio do pleito, ofendendo o princípio da igualdade de oportunidades. No intuito de coibir tais condutas, a legislação eleitoral estipula algumas vedações ao agente público que participe do pleito, dentre as quais, destaca-se a

(A) utilização de transporte oficial pelo Presidente da República, durante a campanha.
(B) nomeação de aprovados em concursos públicos, homologados nos três meses que antecedem o pleito até a posse dos eleitos.
(C) utilização da residência oficial, pelos candidatos à reeleição de Governador e de Vice-Governador de Estado e Distrito Federal, para a realização de contato, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter público.
(D) nomeação ou exoneração, nos três meses que antecedem a eleição até a posse dos eleitos, de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança, na circunscrição do pleito.
(E) nomeação, nos três meses anteriores ao pleito, para cargos afetos ao Poder Judiciário.

RESPOSTA (A) Art. 73, § 2º, LE. (B) Art. 73, V, *c*, LE. (C) Art. 73, § 2º, LE. (D) Art. 73, V, *a*, LE. (E) Art. 73, V, *b*, LE. *Alternativa*

B.

3338. (Analista – TRE-RN – 2011 – FCC) Constitui captação ilícita de sufrágio o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal ou de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, no prazo desde o registro de candidatura até o dia da eleição, sujeitando-se o infrator a pena de multa e cassação do registro ou do diploma (artigo 41-A da Lei no. 9504/97). Considerando a jurisprudência dominante do Tribunal Superior Eleitoral em relação a tal ilícito, pode-se dizer que

(A) os gastos eleitorais disciplinados em lei podem configurar a captação ilícita de sufrágio.
(B) é necessário, para a configuração do delito, a demonstração de que o eleitor efetivamente votou, sendo despiciendo, contudo, saber se votou a favor do agente ou não.
(C) o candidato a cargo eletivo pode ser responsabilizado pela captação ilícita em decorrência de uma conduta de terceiro não candidato, desde que lhe tenha anuído explicitamente.
(D) é desnecessário que o sujeito passivo da conduta descrita como captação ilegal de sufrágio seja eleitor.
(E) a configuração do delito depende do pedido formal de voto pelo candidato, não bastando que tal objetivo esteja implícito ou dissimulado em sua conduta.

RESPOSTA Art. 41-A, LE: Ac.-TSE ns. 19.566/2001 e 787/2005 [sendo suficiente que o candidato haja participado ou com ele consentido]. *Alternativa C.*

Atenção: As questões a seguir referem-se à Lei n. 9.504/97 (Lei das Eleições):

3339. (Analista – TRE-TO – 2011 – FCC) As propostas defendidas pelo candidato

(A) devem instruir o pedido de registro de candidatura a Vereador.
(B) não se incluem dentre os documentos que devem instruir o registro de qualquer candidatura.
(C) devem instruir o pedido de registro de candidatura a Deputado Federal e Senador.
(D) devem instruir o pedido de registro de candidatura a Deputado Estadual.
(E) devem instruir o pedido de registro de candidatura a Prefeito, Governador de Estado e Presidente da República.

RESPOSTA Art. 11, § 1º, IX, LE. *Alternativa E.*

3340. (Analista – TRE-TO – 2011 – FCC) De acordo com a Lei n. 6.091/74, utilizar em campanha eleitoral, no decurso dos noventa dias que antecedem o pleito, veículos e embarcações pertencentes à União, Estados, Municípios e respectivas autarquias e sociedades de economia mista, acarreta

(A) o cancelamento do registro do candidato ou de seu diploma, se já houver sido proclamado eleito.
(B) a imposição de multa de 100 a 150 dias-multa.
(C) a aplicação de pena de detenção de 3 a 6 meses, somente.
(D) a aplicação de pena de detenção de 15 dias a 6 meses e de 200 a 300 dias-multa.
(E) a aplicação de advertência verbal e pública pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

RESPOSTA Art. 11, V, Lei n. 6.091/74. *Alternativa A.*

3341. (Analista – TRE-RS – 2010 – FCC) A respeito do Sistema Eletrônico e da Totalização

dos Votos, considere:

I. A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias.

II. A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto, bem como a identificação do eleitor da urna em que foi registrado.

III. A urna eletrônica, ao final da eleição, procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com aplicação do registro de horário e do arquivo do boletim de urna, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) I e III.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) II.
(E) III.

RESPOSTA (I) Art. 59, § 3º, LE. (II) Art. 59, § 4º, LE [resguardado o anonimato do eleitor]. (III) Art. 59, § 6º, LE. *Alternativa A.*

3342. **(Analista – TRE-RS – 2010 – FCC)** Inclui-se dentre as condutas proibidas aos agentes públicos

(A) efetuar, nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos, nomeação para cargos do Poder Judiciário e do Ministério Público.

(B) usar os serviços de servidor público para comitês de campanha eleitoral de candidato, mesmo se o servidor estiver licenciado.

(C) usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.

(D) efetuar, nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos, a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo.

(E) ceder bens imóveis pertencentes à administração direta do Município para a realização de convenção partidária.

RESPOSTA (A) Art. 73, V, *b,* LE. (B) Art. 73, III, LE. (C) Art. 73, II, LE. (D) Art. 73, V, *c,* LE. (E) Art. 73, I, LE. *Alternativa C.*

3343. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Sobre o sistema eleitoral brasileiro, no que se refere à representação proporcional, é correto afirmar:

(A) A deliberação sobre coligação caberá à Convenção Nacional de cada Partido, quando se tratar de eleição para a Câmara dos Deputados.

(B) Só poderão concorrer à distribuição dos lugares os Partidos e coligações que tiverem obtido quociente eleitoral, inclusive quando do preenchimento dos lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários, salvo quando nenhum Partido ou coligação alcançar o quociente eleitoral, hipótese em que serão considerados eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.

(C) Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados (aí incluídos os votos em branco) pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral.

(D) Na ocorrência de vaga, não havendo suplente para preenchê-la, far-se-á eleição, salvo se faltarem menos de doze meses para findar o período de mandato.

(E) Em caso de empate, haver-se-á por eleito o candidato mais jovem.

RESPOSTA (A) Falsa. (B) Art. 108 c/c art. 111, ambos do CE. (C) Art. 106, CE. (D) Art. 113, CE, c/c art. 56, § 2º, e art. 81, todos da CF. (E) Art. 112, II, CE. *Alternativa B.*

3344. (Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC) NÃO é nula a votação quando

(A) a maioria dos eleitores opta pelo voto nulo.
(B) efetuada em folhas de votação falsas.
(C) realizada em dia, hora, ou local diferentes do designado ou encerrada antes das 17 horas.
(D) preterida formalidade essencial do sigilo dos sufrágios.
(E) feita perante mesa não nomeada pelo juiz eleitoral, ou constituída com ofensa à letra da lei.

RESPOSTA (A) [Computam-se apenas os votos válidos, já excluídos os nulos e os em branco] art. 77, §§ 2º e 3º, art. 28 e art. 29, II, todos da CF, c/c arts. 106 a 111, CE. (B) Art. 220, II, CE. (C) Art. 220, III, CE. (D) Art. 220, IV, CE. (E) Art. 220, I, CE. *Alternativa A.*

OUTRAS BANCAS

I. Justiça Eleitoral (Organização, Composição, Funcionamento e Competências)

3345. (Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA) Sobre a Justiça Eleitoral, é CORRETO afirmar que:

(A) Exerce exclusivamente função jurisdicional.
(B) A atividade consultiva é peculiar e própria da Justiça Eleitoral, respondendo a consultas sobre casos concretos e prevenindo conflitos.
(C) A resposta à consulta, por ter caráter normativo, sujeita-se à Ação Direta de Inconstitucionalidade.
(D) O Procurador-Geral Eleitoral, que possui atribuição para o exercício das funções eleitorais nas causas de competência do TSE, é o Procurador-Geral da República.

RESPOSTA (A) e (B) Art. 23, XII, e art. 30, VIII, CE. (C) STF, ADI-MC 1.805/DF: "5. Não conhecimento (...) respostas a consultas, porque não possuem a natureza de atos normativos, nem caráter vinculativo", Min. Néri da Silveira. (D) Art. 18, CE. *Alternativa D.*

3346. (Analista – TRE-PA – 2011 – FGV) Quanto aos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que

(A) cabe a jurisdição de cada uma das Zonas Eleitorais a um Juiz de Direito em efetivo exercício e, na falta deste, ao seu substituto legal, que, igualmente, deve ter adquirido a vitaliciedade para exercer as funções de juiz eleitoral.
(B) são irrecorríveis as decisões do TSE salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrário à Constituição Federal e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança, das quais caberá recurso ordinário para o STF, interposto no prazo de 3 (três) dias.
(C) candidato a cargo eletivo, seu cônjuge e parente consanguíneo até segundo grau ou afim até o terceiro grau não podem servir como Escrivão Eleitoral.
(D) compete, privativamente, aos Tribunais Regionais Eleitorais, na falta de determinação legal ou constitucional, determinar a data das eleições a Governador e Vice-Governador, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.
(E) no exercício de suas atribuições, o Corregedor Regional da Justiça Eleitoral somente se locomoverá para as Zonas Eleitorais por determinação do TSE ou do TRE, ou a pedido dos Juízes

Eleitorais.

RESPOSTA (A) Art. 121, §§ 1º e 2º, CF. (B) Art. 121, § 3º, CF. (C) Art. 33, § 1º, CE [até 2º grau, mas é função privativa do Chefe de Cartório Eleitoral, Lei n. 10.842/2004, art. 4º]. (D) Art. 23, VII, CE, e art. 28, CF. (E) Art. 26, § 2º, CE. *Alternativa B.*

3347. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** É correto afirmar que a criação da Justiça Eleitoral ocorreu

(A) após a instauração do Regime Militar de 1964, pois os militares, ao assumirem o poder, tinham como meta moralizar as práticas políticas no país.
(B) ao tempo do Império, por iniciativa de D. Pedro II, copiando o modelo português, de inspiração francesa.
(C) após a Revolução de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas.
(D) em 1946, após a restauração democrática, quando os militares, egressos da Força Expedicionária Brasileira, inspiraram-se na reação aos regimes nazifascistas corrente na Europa do pós-Guerra.

RESPOSTA A Justiça Eleitoral foi criada com o Código Eleitoral de 1932. *Alternativa C.*

3348. **(Procurador – MPF – 2008)** A justiça eleitoral:

(A) É organismo judiciário especializado em direito eleitoral, havendo reserva de jurisdição em matéria eleitoral típica, cabendo-lhe julgar e processar os litígios entre candidatos e os crimes de natureza eleitoral, respeitando-se a competência por prerrogativa de função, fixada na Constituição Federal.
(B) Tem competência para administrar as eleições, desde o alistamento (inscrição, exclusão e transferência de eleitores) até a apuração eletrônica de votos, podendo requisitar servidores e responder consultas sobre casos concretos, através do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais.
(C) Processa e julga o recurso contra a expedição de diploma, através do TSE, nas eleições para Presidente e Vice da República; dos Tribunais Regionais Eleitorais, para Governador e dos juízes eleitorais, para Prefeito.
(D) Se organiza em zonas eleitorais, as quais correspondem a cada município integrante da Federação, e seções eleitorais com atribuições administrativas.

RESPOSTA (A) É a síntese sobre a Justiça Eleitoral extraída dos arts. 102, *b*; 105, I, *a*, *c*, *h*; 108, I, *a*; 109, I, IV; e 118, todos da CF. (B) (...) consultas sobre hipóteses, *i.e.*, em abstrato, e não em concreto. (C) Art. 276, II, *a,* CE. (D) Art. 23, VII, e art. 30, IX, ambos do CE [um município pode ter mais de uma zona eleitoral, assim como uma zona eleitoral pode abranger mais de um município]. *Alternativa A.*

3349. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Havendo conexão entre crime comum e outro eleitoral, a competência é do(a):

(A) Justiça Comum.
(B) Justiça Federal.
(C) Justiça Militar.
(D) Justiça Eleitoral.
(E) Superior Tribunal de Justiça.

RESPOSTA Art. 22, I, *d*; art. 35, II; e art. 364, todos do CE. *Alternativa D.*

3350. **(Procurador – MPF – 2011)** Sobre o Ministério Público Eleitoral, é correto afirmar que:

I. a função de Promotor Eleitoral em primeiro grau perante os Juízes e Juntas Eleitorais será exercida por Promotor de Justiça, membro do Ministério Público Estadual ou do Ministério Público do Distrito Federal, exceto nas cidades onde tiver sede a Procuradoria da República, hipótese em que a referida função será exercida por Procurador da República, membro do Ministério Público Federal em primeiro grau;

II. a vaga de Juiz relativa ao quinto constitucional do Ministério Público no Tribunal Superior Eleitoral e nos Tribunais Regionais Eleitorais será ocupada por membro vitalício do Ministério Público Federal indicado pelo Procurador-Geral Eleitoral e nomeado pelo Presidente da República, para uma mandato de dois anos, admitida uma recondução;

III. a atuação do Ministério Público Eleitoral em primeiro grau, perante os Juízes e Juntas Eleitorais, em matéria não criminal, ocorre somente no período eleitoral, ou seja, no ano das eleições, do início do prazo para a realização das convenções partidárias de escolha dos candidatos até a diplomação dos eleitos.

Das proposições acima:

(A) apenas a alternativa I está correta;
(B) apenas a alternativa II está correta;
(C) apenas a alternativa III está correta;
(D) todas as alternativas estão erradas.

RESPOSTA (I) Art. 79, LC n. 75/93. (II) Art. 119, CF. (III) Art. 79, LC 75/93. *Alternativa D.*

3351. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Marque a alternativa correta:

(A) Julgada procedente a investigação judicial, antes da proclamação dos eleitos, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado, cominando-lhe sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 03 (três) anos subsequentes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder de autoridade, determinando, em consequência, a remessa de cópia dos autos a Polícia Federal, para instauração de inquérito, se for o caso, ordenando quaisquer outras providências que a espécie comportar.
(B) Conquanto investido do poder de polícia, tem plena legitimidade o juiz eleitoral, para, de ofício, instaurar procedimento judicial com a finalidade de impor multa e demais penalidades cabíveis pela veiculação de propaganda eleitoral em desacordo com a Lei n. 9504/1997.
(C) Ao presidente da mesa receptora e ao juiz eleitoral cabe a polícia dos trabalhos eleitorais, sendo que a força armada conservar-se-á a 100 (cem) metros da seção eleitoral e não poderá aproximar-se do lugar da votação, ou nele penetrar, sem ordem dos mesmos.
(D) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de 10 (dez) dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, tramitando a mesma de forma pública, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

RESPOSTA Art. 141, CE. *Alternativa C.*

II. Direitos Políticos (Elegibilidade, Inelegibilidade, Alistamento e Transferência Eleitoral)

3352. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** O conceito de domicílio eleitoral é

(A) igual ao conceito de domicílio do direito civil.
(B) idêntico ao conceito de residência do direito civil.
(C) o local onde o eleitor exerce sua profissão.
(D) o lugar onde o eleitor possui moradia ou residência.

RESPOSTA Ac. TSE n. 4.769: "Para o Código Eleitoral, domicílio é o lugar em que a pessoa mantém vínculos políticos, sociais e econômicos. A residência é a materialização desses atributos [...]". *Alternativa D.*

3353. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** José requer ao Juiz Eleitoral a transferência de seu título, conforme disposição do artigo 55 e seguintes do Código Eleitoral. A petição não foi instruída com o título anterior, pois José informou no arrazoado o extravio do referido título. Na hipótese de José não ter informado de forma veraz as informações em sua petição, com o fim específico de afetar o processo eleitoral, é correto afirmar que José

(A) cometeu o crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 350 do Código Eleitoral.
(B) cometeu o crime de falsificação de documento público para fins eleitorais, previsto no artigo 348 do Código Eleitoral.
(C) cometeu o crime de inscrição fraudulenta de eleitor, previsto no artigo 389 do Código Eleitoral.
(D) não cometeu crime.

RESPOSTA Art. 350, CE: "[...] fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais". Obs.: sinônimo de veraz: verdadeiro. *Alternativa A.*

3354. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** No desenrolar do processo eleitoral para a Prefeitura de Arvoredo, o candidato a prefeito teve o registro indeferido, tendo sido deferido o registro do candidato a vice-prefeito. O partido Delta, do qual fazem parte, quer que o candidato a vice-prefeito assuma a candidatura para prefeito. Neste caso,

(A) é possível que tal ocorra, desde que o candidato a vice-prefeito renuncie expressamente à sua candidatura a vice.
(B) é impossível admitir esta hipótese, visto que prefeito e vice compõem a mesma chapa.
(C) é impossível que isto ocorra, uma vez que o registro para vice-prefeito já foi analisado pelo Tribunal Eleitoral.
(D) é possível admitir esta substituição, desde que realizada outra convenção partidária.

RESPOSTA O art. 88, CE, proíbe a candidatura para mais de um cargo na mesma circunscrição (município, p. ex.), ao passo que o art. 13, LE, faculta a substituição de candidato que tiver seu registro indeferido ou cancelado. *Alternativa A.*

3355. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** É CORRETO afirmar que:

(A) A filiação partidária é o mecanismo que possibilita ao cidadão o exercício da capacidade eleitoral passiva.
(B) A filiação a partido político prescinde do pleno gozo dos direitos políticos.
(C) O ato de filiação é *interna corporis* do partido político, havendo ingerência da Justiça Eleitoral exclusivamente nos casos de inobservância do procedimento formal.
(D) O candidato deve estar filiado a partido político 1 (um) ano antes da eleição.

RESPOSTA Art. 9º, LE. *Alternativa D.*

3356. (Analista – TRE-PA – 2011 – FGV) A respeito das inelegibilidades, analise as afirmativas a seguir:

I. Os analfabetos são inelegíveis para qualquer cargo e, além disso, estão impedidos de votar por determinação legal.

II. É condição de elegibilidade a idade mínima de 35 (trinta e cinco) anos para os candidatos à Presidência da República e de 30 (trinta) anos para aqueles que pleiteiam a chefia do Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal.

III. Aqueles que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes de lavagem de dinheiro e tráfico de drogas, entre outros, são inelegíveis para qualquer cargo.

IV. As arguições de inelegibilidade são conhecidas pelo TSE quando se tratar de candidato a Presidente ou Vice-Presidente da República e Senador, e pelos Tribunais Regionais Eleitorais no caso dos Governadores ou Vice-Governadores dos Estados e do Distrito Federal.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.

(B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

(C) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.

(D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 14, §§ 4º e 1º, II, *a,* CF [são inelegíveis, mas alistáveis]. (II) Art. 14, § 1º, VI, *a* e *b,* CF. (III) Art. 1º, I, *e,* 6, LI. (IV) Art. 2º, I e II, LI [senadores competem aos TREs]. *Alternativa D.*

3357. (Analista – TRE-PA – 2011 – FGV) Analise as três situações hipotéticas a seguir:

Situação 1: Durante o primeiro turno das eleições de 20XX, Maria, eleitora em dia com suas obrigações eleitorais, encontrava-se na China a turismo, tendo retornado ao Brasil no dia 12 de novembro do mesmo ano.

Situação 2: Durante o primeiro turno das eleições de 20XX, Maria, eleitora em dia com suas obrigações eleitorais, encontrava-se na China a trabalho, tendo retornado ao Brasil no dia 12 de novembro do mesmo ano.

Situação 3: Durante o primeiro turno das eleições de 20XX, Maria, eleitora em dia com suas obrigações eleitorais e com domicílio eleitoral em Belém do Pará, encontrava-se em Santa Catarina, tendo retornado a Belém no dia 12 de novembro do mesmo ano.

A respeito das situações acima, é correto afirmar que

(A) na situação 1, Maria tem 30 dias contados de seu retorno ao país para justificar sua falta por meio de requerimento dirigido ao Juiz Eleitoral de sua zona de inscrição, ao passo que, na situação 2, ela tem o prazo dilatado para 60 dias por estar ausente devido ao seu trabalho.

(B) nas situações 1 e 2, Maria possui o prazo de 60 dias contados de seu retorno ao Brasil para justificar sua falta, uma vez que se encontrava no exterior, impossibilitada de cumprir com suas obrigações eleitorais.

(C) na situação 3, por encontrar-se no país, Maria tem o prazo de 30 dias da data da eleição para justificar sua falta. Esse pedido pode ser formulado na zona eleitoral em que se encontrar o eleitor, a qual providenciará sua remessa ao juízo competente.

(D) nas situações 1 e 2, o prazo para justificar sua falta é de 30 dias contados do seu retorno ao país. Já na situação 3, o prazo é de 60 dias após a realização da eleição, sendo que, no último caso, o pedido pode ser formulado na zona eleitoral em que se encontrar o eleitor, a qual providenciará sua remessa ao juízo competente.

(E) nas três situações, Maria tem o prazo de 30 dias para justificar sua falta, sendo que, em relação à viagem à China, o prazo é contado da data de seu retorno ao país.

RESPOSTA (A) Art. 80, § 1º, Res. TSE n. 21.538/2003 [30 dias do retorno nas duas situações]. (B) Idem. (C) Art. 80, Res. TSE n. 21.538/2003 [60 dias]. (D) Art. 80 c/c art. 80, § 1º, Res. TSE n. 21.538/2003. (E) Idem. *Alternativa D.*

3358. **(Analista – TRE-PA – 2011 – FGV)** João da Silva, eleitor devidamente registrado, teve seus direitos políticos suspensos em virtude de improbidade administrativa e cumpriu integralmente a pena determinada pelo Poder Judiciário. Nos casos de perda ou suspensão dos direitos políticos, é correto afirmar que

(A) quando da suspensão, a autoridade judiciária responsável determina a inclusão de dados no sistema mediante comando de FASE. Entretanto, não se tratando de eleitor de sua zona eleitoral, o juiz eleitoral comunicará o fato diretamente à zona eleitoral a que pertencer a inscrição.

(B) cessadas as causas da suspensão, a pessoa com restrições pode pleitear a regularização da sua situação eleitoral, preenchendo requerimento e instruindo o pedido com a Declaração de Situação de Direitos Políticos e documentação comprobatória de sua alegação, que, no caso descrito, pode ser a sentença judicial, certidão do juízo competente ou outro documento.

(C) a legislação eleitoral determina que a outorga a brasileiros do gozo dos direitos políticos em Portugal, devidamente comunicada ao Tribunal Superior Eleitoral, não importará suspensão desses mesmos direitos no Brasil.

(D) os direitos políticos podem ser cassados no caso de cancelamento da naturalização por sentença judicial transitada em julgado, incapacidade civil absoluta, condenação criminal transitada em julgado e recusa em cumprir obrigação a todos imposta.

(E) quando se tratar de pessoa com inscrição cancelada no cadastro, o registro será feito diretamente na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos pelo juiz eleitoral da zona onde originalmente a pessoa estava cadastrada.

RESPOSTA Art. 52, § 2º, Res. TSE n. 21.538/2003. *Alternativa B.*

3359. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Em matéria das inelegibilidades, indique a assertiva correta.

(A) A competência para apreciar o reconhecimento de inelegibilidade em eleição municipal é do Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, que poderá designar Juízes Eleitorais para auxiliar no processamento dos feitos.

(B) Segundo a atual redação do artigo 1º, I, “l” da Lei Complementar n. 64/90, o prazo de oito anos da inelegibilidade decorrente da prática de improbidade administrativa dolosa, causadora de lesão ao erário e enriquecimento ilícito, conta-se do início do cumprimento da pena de suspensão dos direitos políticos, cominada na esfera cível.

(C) No processo de pedido de registro do candidato, o órgão jurisdicional poderá indeferi-lo, sob fundamento da incidência de causa legal de inelegibilidade, ainda que não tenha havido impugnação do Ministério Público ou dos demais legitimados.

(D) A inelegibilidade não pode ter como causa decisão sancionatória de cunho meramente

administrativo.

RESPOSTA (A) Art. 2º, III, LI. (B) Art. 1º, I, *l*, LI [desde a condenação por colegiado ou o trânsito em julgado]. (C) Art. 11, LE [(...) solicitarão à Justiça Eleitoral (...)]. (D) Falsa, p. ex., art. 1º, I, *o* e *q*, LI. *Alternativa C.*

3360. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** Marco Túlio da Silva, vice-prefeito da cidade de Campo das Flores, que até hoje sempre se manteve nesta função, pretende se candidatar a vereador nas próximas eleições. Para garantir plenas condições para participar do pleito, é correto afirmar que Marco Túlio da Silva

(A) deverá renunciar ao cargo até seis meses antes da disputa eleitoral.
(B) mesmo se tiver substituído o titular nos últimos seis meses antes do pleito, poderá se candidatar.
(C) se não tiver substituído o titular nos últimos seis meses antes do pleito, não necessitará renunciar.
(D) se não tiver substituído o titular nos últimos seis meses antes do pleito, deverá se licenciar 30 dias antes do pleito.

RESPOSTA O art. 1º, § 2º, LI, não exige desincompatibilização para outros cargos desde que os vices (Presidente, Governador ou Prefeito) não tenham substituído o titular nos últimos seis meses. *Alternativa C.*

3361. **(Procurador – MPF – 2008)** As condições de elegibilidade:

(A) confundem-se com as hipóteses de inelegibilidade, envolvendo as mesmas situações jurídicas. As condições de elegibilidade podem ser examinadas em recurso contra a expedição de diploma e em ação de investigação judicial eleitoral.
(B) são fixadas na Constituição Federal e tratam da filiação partidária apesar da natureza jurídica dos partidos políticos no Brasil. A filiação como condição de elegibilidade obedece a prazo definido e o procedimento de filiação é feito segundo as regras estabelecidas no partido.
(C) são fixadas na Constituição Federal e abordam a idade mínima, prevista no texto constitucional, tendo como referência, segundo a lei, a data da eleição, sendo de 18 anos para vereador, 21 anos para Prefeito, 30 anos para Governador e 35 para Senador.
(D) são aferidas pela Justiça eleitoral quando do pedido de registro de candidatos. A suspensão dos direitos políticos, por condenação criminal com trânsito em julgado, é efeito da sentença penal, com repercussão eleitoral, dependendo de pronunciamento expresso do juiz criminal.

RESPOSTA Art. 14, § 3º, CF [condições de elegibilidade]. *Alternativa B.*

3362. **(Procurador – MPF – 2012)** Assinale a alternativa correta:

(A) ao contrário do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos, que para concorrerem a outros cargos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito, o Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão se candidatar a outros cargos, preservando seus mandatos respectivos, desde que, nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, não tenham sucedido ou substituído o titular;
(B) o sobrinho do prefeito é inelegível para o cargo de vereador no mesmo município, salvo se for candidato à reeleição ou se o prefeito se afastar definitivamente do seu cargo até seis meses antes da eleição;
(C) aos originários de países de língua portuguesa com residência permanente no país, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros no respectivo país de origem, poderá ser atribuído pela lei, independentemente de naturalização, os direitos inerentes ao brasileiro, inclusive o gozo dos direitos políticos, respeitados os cargos reservados pela Constituição aos brasileiros natos;

(D) será declarada a perda da nacionalidade, e a consequente perda dos direitos políticos, do brasileiro que adquirir outra nacionalidade em face de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.

RESPOSTA (A) Art. 14, § 5º, CF. (B) Art. 14, § 7º, CF. (C) Art. 14, § 3º, I, CF. (D) Art. 12, § 4º, II, *a,* CF. *Alternativa A.*

3363. **(Procurador – MPF – 2008)** Os direitos políticos no sistema constitucional-eleitoral do Brasil:

(A) Compreendem o alistamento não obrigatório e o voto obrigatório, porém o eleitor deve se vincular a uma circunscrição eleitoral havendo relação com o seu domicílio, o qual não se confunde com o domicílio civil.

(B) São exercidos apenas pelos brasileiros natos, desde que presentes os requisitos de domicílio eleitoral, alistamento, idade mínima, ausência de condenação criminal, condições de elegibilidade e ausência de hipóteses de inelegibilidade.

(C) Estão entre os direitos fundamentais e se manifestam, além das eleições para os cargos públicos, através do plebiscito e referendo e a necessidade de prévia consulta á população para a elaboração das resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.

(D) Envolve a cidadania ativa e passiva, sendo um dos pilares do Estado democrático de direito, inexistindo possibilidade de cassação.

RESPOSTA Arts. 14 e 15, CF. *Alternativa D.*

3364. **(Advogado – CORREIOS-BA – 2009 – CONESUL)** Considera-se com condição de elegibilidade, a assertiva pela qual encontra-se incorreta:

(A) a filiação partidária.

(B) o alistamento eleitoral.

(C) o pleno exercício dos direitos políticos.

(D) a idade mínima de trinta e cinco anos para governador e vice-governador de Estado.

RESPOSTA (A) Art. 14, § 3º, V, CF. (B) Art. 14, § 3º, III, CF. (C) Art. 14, § 3º, II, CF. (D) Art. 14, § 3º, VI, *b,* CF. *Alternativa D.*

3365. **(Procurador – CMSP – 2007 – VUNESP)** O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os

(A) maiores de 60 anos.

(B) militares.

(C) condenados criminalmente.

(D) maiores de 16 e menores de 18 anos.

(E) absolutamente incapazes.

RESPOSTA (A) Art. 14, § 1º, II, *b,* CF. (B) Art. 14, § 1º, II, CF. (C) Art. 14, § 1º, II, CF. (D) Art. 14, § 1º, II, *c,* CF. (E) Art. 14, § 1º, II, CF. *Alternativa D.*

3366. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Determinado aspirante a vereador, com condenação criminal transitada em julgado, porém com pedido de revisão criminal em curso, é:

(A) elegível, ante a pendência da decisão na revisão criminal que visa à nulidade do julgamento.

(B) inelegível, pois há sentença condenatória que transitou em julgado.

(C) inalistável, visto que teve seus direitos políticos cassados com a condenação criminal.

(D) alistável e elegível, até que a revisão criminal transite em julgado.
(E) inalistável, porém elegível em função da propositura da revisão criminal.

RESPOSTA Art. 15, III, CF [enquanto perdurarem os efeitos da condenação criminal transitada em julgado]. *Alternativa B.*

3367. (Procurador – MPF – 2012) A suspensão dos direitos políticos em virtude de condenação criminal transitada em julgado:

(A) só ocorre quando a sentença condenatória expressamente a declarar, não constituindo seu efeito automático;
(B) para cessar depende do cumprimento da pena, da declaração da reabilitação do condenado e, quando for o caso, da comprovação da reparação dos danos causados à vítima;
(C) não ocorre quando a sentença condenatória aplicar exclusivamente pena de multa;
(D) perdura durante o período de prova da suspensão condicional da pena.

RESPOSTA Art. 15, III, CF. *Alternativa D.*

3368. (Promotor – MP-RJ – 2011) No tocante às condições de elegibilidade e às causas de inelegibilidade, analise as seguintes proposições:

I. Enquanto as condições de elegibilidade podem estar previstas na Constituição Federal e em leis ordinárias, as causas de inelegibilidade devem estar contempladas na Constituição Federal e em leis complementares.
II. Nos termos da Constituição Federal, são sempre inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
III. O alistamento eleitoral é pressuposto para o exercício do direito de votar, não sendo exigido, contudo, para que o cidadão possa se eleger, bastando para esta última hipótese sua prévia filiação partidária.
IV. Nos termos da legislação vigente, são inelegíveis para qualquer cargo aqueles que forem condenados por crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena, impondo-se, todavia, prévio trânsito em julgado da condenação criminal para configuração da inelegibilidade, em respeito ao princípio constitucional do estado de inocência.
V. Constitui crime eleitoral a arguição de inelegibilidade deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé.

Estão corretas somente as proposições:

(A) I, II e III;
(B) I, II e V;
(C) II, III e IV;
(D) II, IV e V;
(E) III, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 14, § 9º, CF. (II) Art. 14, § 4º, CF. (III) Art. 14, § 4º, CF. (IV) Art. 1º, I, *e*, 4, LI [(...) ou proferida por órgão colegiado (...)]. (V) Art. 25, LI. *Alternativa B.*

3369. (Promotor – MP-SP – 2011) Com relação à inelegibilidade, analise os seguintes itens:

I. os conscritos, durante o serviço militar obrigatório, são inelegíveis;
II. o membro do Ministério Público, que tenha pedido exoneração, é inelegível, para qualquer cargo, pelo prazo de 8 (oito) anos;
III. o condenado por assédio sexual, em decisão transitada em julgado, é inelegível, para qualquer

cargo, até 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

IV. a declaração de inelegibilidade do candidato a Prefeito não atingirá o candidato a Vice-Prefeito;

V. o cônjuge do Vice-Prefeito é inelegível no território da circunscrição deste.

Está correto apenas o que se afirma em

(A) I e II.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) III e V.

(E) IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 14, § 2º, CF. (II) Art. 1º, I, *q,* LI. (III) Art. 1º, I, *e*, e art. 9º, LI, c/c art. 216-A, CP, c/c art. 1º, § 4º, LI, c/c art. 61, Lei n. 9.099/95 [é crime de menor potencial ofensivo; exceção do art. 1º, § 4º, LI]. (IV) Art. 18, LI. (V) Art. 14, § 7º, CF. *Alternativa B.*

3370. **(Promotor – MP-PB – 2011)** Sobre a Inelegibilidade, julgue as seguintes assertivas:

I. A aplicação da pena de multa, a suspensão condicional do processo e a Incapacidade civil absoluta acarretam suspensão dos direitos políticos.

II. A comutação de pena e o indulto incidente são exemplos de situações onde não mais subsistem os efeitos da suspensão dos direitos políticos.

III. A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou extinção da pena e com a prova da reparação do dano, se for o caso.

(A) I, II e III estão corretas.

(B) I, II e III estão erradas.

(C) Apenas I está correta.

(D) Apenas I está errada.

(E) Abstenção de resposta.

RESPOSTA (I) Art. 15, CF. (II) e (III) Art. 15, III, CF. *Alternativa B.*

3371. **(Procurador – MPF – 2011)** Com base nas disposições constitucionais sobre eleições, nacionalidade e direitos políticos, assinale a alternativa correta:

(A) a lei que alterar o processo eleitoral publicada no dia 10 (dez) de dezembro somente entrará em vigor no primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação, podendo ser aplicada à eleição que ocorrer em outubro deste mesmo ano;

(B) o Presidente e o Vice-Presidente da República são eleitos segundo o sistema majoritário (princípio majoritário), enquanto os membros do Congresso Nacional são eleitos pelo sistema proporcional;

(C) a lei complementar que dispuser sobre casos de inelegibilidade não poderá estabelecer distinções entre brasileiros natos e naturalizados além das previstas na Constituição;

(D) a eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito se dará pelo sistema majoritário (princípio majoritário), e nos municípios com mais de duzentos mil habitantes ficará sujeita a dois turnos de votação entre os dois candidatos mais votados, se no primeiro turno nenhum dos candidatos alcançar maioria absoluta de votos.

RESPOSTA (A) Art. 16, CF. (B) Art. 46, CF [senadores, pelo sistema majoritário]. (C) Art. 12, § 2º, CF. (D) Art. 29, II, CF [apenas nos municípios com mais de duzentos mil eleitores, e não habitantes, como consta na alternativa]. *Alternativa C.*

III. Propaganda Política (Institucional, Eleitoral, Partidária e Intrapartidária)

3372. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** Ernesto Matias, cantor de música sertaneja, é candidato ao cargo de vereador no pleito municipal. Entretanto, em função do art. 39, § 7º da Lei n. 9.504/97, que veda especificamente a realização de showmício de candidatos com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral, o candidato poderá continuar se apresentando

(A) desde que de forma gratuita.
(B) sem efetuar menção à candidatura ou eleição.
(C) apenas em eventos de caráter privado.
(D) apenas em shows fechados.

RESPOSTA TSE, Cta 1.709: pode exercer em período eleitoral, desde que não tenha como finalidade a animação de comício ou reunião eleitoral e que não haja nenhuma alusão à candidatura ou à campanha eleitoral, ainda que em caráter subliminar. *Alternativa B.*

3373. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) É vedado todo o tipo de propaganda eleitoral paga no rádio e na televisão no segundo semestre do ano das eleições.
(B) A propaganda eleitoral, em qualquer veículo, deverá ser realizada em língua portuguesa.
(C) É irrestrito o uso de adesivos em veículos.
(D) É plenamente permitida a manifestação individual e silenciosa, inclusive com o uso de bandeiras, no dia das eleições.

RESPOSTA (A) Art. 44, LE. (B) Art. 242, CE. (C) Art. 37, § 2º, LE, entre outras restrições. (D) Art. 39-A, LE. *Alternativa C.*

3374. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** O Direito de Resposta é meio de defesa assegurado por lei a ser exercido nas seguintes situações e condições:

I. Haverá direito de resposta a partir da data da escolha dos candidatos.
II. É garantia constitucional prevista no artigo 5º, inciso V, da Constituição Federal.
III. São legitimados para o exercício do direito de resposta o candidato, o partido político, a coligação partidária e o Ministério Público.
IV. O exercício do direito de resposta deverá ser exercido em 72 horas quando a ofensa for irrogada em órgão da imprensa escrita.

Está(ão) CORRETO(S):

(A) Apenas o item III.
(B) Apenas os itens III e IV.
(C) Apenas os itens I, II e IV.
(D) Todos os itens.

RESPOSTA (I) Art. 58, LE. (II) Art. 5º, V, CF. (III) Art. 58, § 1º, LE [(...) o ofendido ou seu representante legal (...)]. (IV) Art. 58, § 1º, III, LE. *Alternativa C.*

3375. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Em relação à propaganda eleitoral, assinale a alternativa correta.

(A) É permitido ao candidato utilizar os cadastros eletrônicos cedidos gratuitamente por entidade de classe, desde que haja mecanismo que permita seu descadastramento pelo destinatário da mensagem (associado).
(B) O candidato cujo registro esteja *sub judice* pode efetuar todos os atos relativos à sua campanha

eleitoral, inclusive na Internet, na imprensa, e no horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, independentemente da obtenção de provimento jurisdicional antecipatório ou liminar.

(C) É permitida em estádio de futebol pertencente à pessoa jurídica de direito privado e cujo acesso ao público em geral se dá mediante o pagamento de ingresso, desde que respeitado o tamanho máximo de quatro metros quadrados das faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições.

(D) O prazo para ajuizamento da representação que visa ao direito de resposta é de 24 horas, independentemente da mídia em que foi perpetrada a ofensa, contado a partir do conhecimento do ofendido.

RESPOSTA (A) Art. 57-E c/c art. 24, VI, ambos da LE. (B) Art. 16-A, LE. (C) Art. 37, § 4º, LE. (D) Art. 58, § 1º, LE. *Alternativa B.*

3376. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** A propaganda eleitoral poderá ser iniciada a partir da(o)

(A) escolha do candidato pela convenção partidária (artigo 240 do Código Eleitoral).

(B) escolha do candidato pela convenção partidária, desde que sejam modalidades de propaganda previstas pelo Código Eleitoral (artigo 240 do Código Eleitoral).

(C) dia 5 de julho do ano da eleição, desde que sejam modalidades de propaganda previstas pela Lei das Eleições (artigo 36, *caput*, da Lei n. 9.504/97).

(D) dia 5 de julho do ano da eleição (artigo 36, *caput*, da Lei n. 9.504/97 – Lei das Eleições).

RESPOSTA Art. 36, LE [trata-se da Lei, não fazendo a ressalva constante na alternativa C. Vige o princípio da liberdade da propaganda política (gênero da qual a propaganda eleitoral é espécie), *i.e.*, ela pode ser usada como quiser desde que nos limites legais]. *Alternativa D.*

3377. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** É correto afirmar que a propaganda eleitoral pela internet

(A) será sempre gratuita, se feita por meio de sites dos candidatos e partidos políticos.

(B) será admitida somente se for propaganda paga e se feita por meio de sites de pessoas jurídicas de direito privado, blogs e congêneres.

(C) poderá ser feita de forma gratuita, desde que assegurada igualdade de tratamento a candidatos, partidos e coligações, em sites oficiais e da Administração Pública indireta, em todos os níveis federativos.

(D) será sempre gratuita.

RESPOSTA Art. 57-C. *Alternativa D.*

3378. **(Procurador – MPF – 2008)** No Estado Democrático de direito há necessidade de tutela jurídica da propaganda eleitoral com o estabelecimento de prerrogativas e limitações. No regime jurídico da propaganda eleitoral:

(A) É permitida a propaganda em todo o ano das eleições para os partidos políticos, os quais podem usar do espaço partidário no rádio e televisão para divulgar seus pré-candidatos, porém, os candidatos só podem fazer propaganda após aprovação em convenção partidária.

(B) Não é possível a utilização de camisetas com divulgação de candidatos, *outdoors* (cartazes explorados comercialmente) e amplificadores de som.

(C) Além da atividade jurisdicional a Justiça Eleitoral exerce o poder de policia, sendo vedada a censura e desnecessária a prévia autorização para o ato de propaganda.

(D) Apenas o candidato pode sofrer sanção eleitoral por propaganda ilícita, desde que haja prévio conhecimento mediante a devida intimação para providenciar a sua retirada.

RESPOSTA (A) Art. 36, LE. (B) Art. 39, § 3º, LE [amplificadores de som]. (C) Art. 38 e art. 37, § 2º, ambos da LE. (D) Art. 36, § 3º, LE. *Alternativa C.*

3379. **(Procurador – MPF – 2011)** A veiculação de propaganda eleitoral em lojas e estabelecimentos comerciais, nas quais a população em geral tem acesso:

(A) é permitida, na medida que em bens particulares a propaganda eleitoral independe de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral;

(B) é permitida, por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não excedam a quatro metros quadrados;

(C) é permitida, desde que espontânea e gratuita, sendo vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para esta finalidade;

(D) é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza nesses estabelecimentos.

RESPOSTA Art. 37 c/c art. 37, § 4º, LE. *Alternativa D.*

3380. **(Procurador – MPF – 2012)** Assinale a alternativa correta (propaganda):

(A) a propaganda eleitoral somente é permitida após 5 (cinco) de julho do ano da eleição e apenas pode ser veiculada pelos candidatos que já tenham obtido da justiça eleitoral o deferimento do registro de suas candidaturas;

(B) a veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares deve ser espontânea e gratuita, sendo vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para esta finalidade;

(C) a realização de comícios eleitorais em locais públicos depende de licença do poder público municipal, a fim de que este garanta o direito contra quem tencione usar o local no mesmo dia e horário, bem como para que sejam tomadas as providências necessárias à garantia da realização do ato e ao funcionamento do tráfego e dos serviços públicos que o evento possa afetar;

(D) a partir de 1º de julho do ano da eleição é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção, exceto se o programa for preexistente.

RESPOSTA (A) Art. 36, LE [a Lei não exige o deferimento do registro]. (B) Art. 37, § 8º, LE. (C) Art. 39, LE. (D) Art. 45, VI, LE. *Alternativa B.*

3381. **(Procurador – MPF – 2012)** Relativamente à propaganda eleitoral na internet, é correto afirmar que:

(A) é permitida a divulgação paga de propaganda eleitoral em jornais, ficando entretanto vedada a reprodução na internet da edição do jornal impresso que conter essas propagandas;

(B) é permitida por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujos conteúdo seja gerado ou editado por candidatos, partidos ou coligações ou de iniciativa de qualquer pessoa natural;

(C) é permitida a sua veiculação, desde que gratuitamente, em sítios de pessoas jurídicas sem fim lucrativos;

(D) a lei eleitoral não prevê direito de resposta relativamente à propaganda eleitoral divulgada na internet, devendo os interessados ingressar na Justiça comum para coibir eventuais excessos de liberdade de opinião.

RESPOSTA (A) Art. 43, LE. (B) Art. 57-B, IV, LE. (C) Art. 57-C, § 1º, I, LE. (D) Art. 58, § 3º, IV, LE. *Alternativa B.*

3382. **(Promotor – MP-SC – 2011)** Conforme dispõe a Lei n. 9504/1997 e suas alterações, que estabelece normas para as eleições, não será considerada propaganda eleitoral antecipada:

I. a realização de prévias partidárias e suas divulgações pelos instrumentos de comunicação intrapartidárias;

II. a participação e pedido de voto de filiados a partidos políticos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na Internet, desde que não sejam pré-candidatos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico.

III. a realização de encontros, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais.

IV. a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se mencione a possível candidatura, ou se faça pedido de votos ou de apoio eleitoral.

V. a realização de seminários e congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar de plano de governo ou alianças partidárias visando às eleições.

(A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

(B) Apenas as assertivas III e V estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.

(D) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 36-A, III, LE. (II) Art. 36-A, I, LE [desde que não haja pedido de votos]. (III) e (V) Art. 36-A, II, LE. (IV) Art. 36-A, IV, LE. *Alternativa C.*

3383. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Analise as seguintes assertivas com relação ao direito de resposta assegurado pela legislação eleitoral a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social:

I. o direito de resposta é assegurado a partir do dia 5 de julho do ano eleitoral;

II. quando se tratar da programação normal das emissoras de rádio e televisão, o prazo para pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral é de 24 horas;

III. o candidato ofendido que usar o tempo concedido sem responder aos fatos veiculados na ofensa terá subtraído tempo idêntico do seu programa eleitoral;

IV. no caso de ofensa veiculada em órgão da imprensa escrita, a resposta deverá ser divulgada no mesmo dia da semana em que ocorreu a ofensa;

V. no horário eleitoral gratuito, o ofendido usará, para a resposta, tempo nunca inferior a um minuto.

Está correto apenas o que se afirma em

(A) I e II.

(B) I e IV.

(C) II e V.

(D) III e IV.

(E) III e V.

RESPOSTA (I) Art. 58, LE [a partir da escolha de candidatos em Convenção (...)]. (II) Art. 58, § 1º, II, LE. (III) Art. 58, § 3º, III, *f*, LE. (IV) Art. 58, § 1º, III, LE. (V) Art. 58, § 3º, III, *a*, LE. *Alternativa E.*

3384. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Analise as seguintes assertivas a respeito da propaganda eleitoral.

I. É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.

II. É permitida na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

III. É permitida a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião eleitoral.

IV. Serão permitidos, até às vinte e duas horas do dia que antecede a eleição, a distribuição de material gráfico, caminhada, carreata, passeata ou carro de som que transite pela cidade divulgando *jingles* ou mensagens de candidatos.

Pode-se concluir que somente estão CORRETAS as assertivas

(A) I e II.

(B) II e III.

(C) III e IV.

(D) I e IV.

RESPOSTA (I) Art. 39-A, LE. (II) Art. 39, § 6º, LE [é vedada (...)]. (III) Art. 39, § 7º, LE [é vedada (...)]. (IV) Art. 39, § 9º, LE. *Alternativa D.*

IV. Direito Processual Eleitoral

3385. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** Em matéria de recursos, é INCORRETO afirmar que:

(A) Vige o princípio da *ne reformatio in pejus.*

(B) O recurso inominado é interponível contra ato, resolução ou despacho do Presidente do TRE, no prazo de três dias, quando não cabível outro recurso específico.

(C) O recurso ordinário eleitoral tem efeito suspensivo.

(D) O agravo de instrumento eleitoral deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias.

RESPOSTA (A) REspe 25.935 "[...] 7. Não configuração (...) de violação aos arts. 128, 460, 512 e 515 do CPC (...) *Reformatio in pejus* não presente no aresto atacado. [...]", Min. José Delgado. (B) Art. 265, CE. (C) Art. 257, CE. (D) Art. 279, CE. *Alternativa C.*

3386. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Com relação ao recurso contra a expedição de diploma, previsto pelo artigo 262 do Código Eleitoral, é correto afirmar, à luz de doutrina predominante e jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (notadamente o Mandado de Segurança n. 3.100/MA, *DJ* 07.02.2003), que tem natureza de

(A) recurso, quando interposto perante os Tribunais Regionais Eleitorais ou o Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições submetidas às respectivas competências, porque, nesses casos, haverá efetivo duplo grau de jurisdição. Nas eleições municipais, tem natureza de ação constitutiva negativa do ato de diplomação, não caracterizado o duplo grau de jurisdição.

(B) recurso, quando interposto perante os Tribunais Regionais Eleitorais ou o Tribunal Superior

Eleitoral, nas eleições submetidas às respectivas competências, porque, nesses casos, adota-se critério "orgânico", segundo o qual basta haver a denominação "tribunal" para o ato possuir natureza recursal. Nas eleições municipais, tem natureza de ação constitutiva negativa do ato de diplomação, porque não se aplica o referido critério "orgânico".

(C) recurso em todas as hipóteses, haja vista a intenção do legislador em atribuir tal natureza independentemente do órgão da Justiça Eleitoral perante o qual é interposto.

(D) ação constitutiva negativa do ato de diplomação, levando-se em conta a natureza administrativa do ato da diplomação.

RESPOSTA Art. 262, CE. TSE, MS n. 3.100, Rel. Min. Sepúlveda Pertence. *Alternativa D.*

3387. (Procurador – MPF – 2008) Na ação de impugnação de mandato eletivo:

(A) Adota-se o procedimento ordinário do CPC e pode ter como causa de pedir a ausência de condição de elegibilidade.

(B) Observa-se o procedimento da ação de investigação judicial eleitoral, objetivando assegurar a normalidade e legitimidade das eleições.

(C) É possível, ao contrário da ação de investigação judicial eleitoral, a propositura até 15 dias depois da diplomação e o ministério público tem legitimidade ativa.

(D) Atinge-se o registro e consequentemente o mandato eletivo, diante dos postulados de legitimidade e igualdade das eleições, havendo litisconsórcio passivo necessário do candidato a vice-prefeito.

RESPOSTA Art. 14, § 10, CF, c/c art. 22, LI [prazo da investigação construído jurisprudencialmente pelo TSE, que fixou até a data da diplomação justamente por haver a possibilidade da AIME, p. ex., TSE, AgR-AI n. 12.028]. *Alternativa C.*

3388. (Procurador – MPF – 2008) A ação de investigação judicial eleitoral:

(A) Tem o mesmo procedimento da ação de impugnação ao pedido de registro de candidatura e pode ser proposta pelo Ministério Público eleitoral, por candidato ou por partido político.

(B) O abuso de poder político leva à inelegibilidade por três anos e à remessa de peças ao Ministério Público Eleitoral para propositura da ação de impugnação de mandato eletivo ou recurso contra a diplomação. Já o abuso de poder econômico, leva à cassação imediata do registro ou do diploma, além da inelegibilidade.

(C) Visa assegurar a legitimidade e normalidade das eleições, impedindo os efeitos nocivos do abuso de poder. Para aplicação da sanção de inelegibilidade há necessidade de potencialidade do ato ilícito para distorcer a vontade do eleitor e alterar o resultado do pleito.

(D) Tem o escopo de assegurar a igualdade de oportunidades no pleito eleitoral, sendo utilizada pelo Ministério Público como valioso instrumento de atuação e gera a inelegibilidade do responsável pelo ato ilícito e do candidato beneficiado, por três anos, a contar do trânsito em julgado do processo.

RESPOSTA O gabarito indica a *alternativa C* como a correta com base na jurisprudência do TSE e no art. 30-A, LE, c/c art. 22, LI, mas a LC n. 135/2010 (lei da ficha limpa) incluiu inciso XVI no art. 22, LI, que dispensa a potencialidade exigindo a gravidade das circunstâncias.

3389. (Procurador – MPF – 2008) A captação ilícita de sufrágio (art. 41 da Lei 9504/97):

(A) É a corrupção do eleitor mediante a doação ou promessa de bens para obtenção do voto e leva a aplicação de multa e a cassação do registro ou diploma, caso haja potencialidade para alterar o resultado das eleições.

(B) É examinada por ação com procedimento da investigação judicial eleitoral, atingindo o candidato, mesmo não sendo ele o responsável pelo ato de corrupção, bastando a mera anuência, e leva à perda do diploma, sem necessidade de aferição de potencialidade.

(C) Sanciona o candidato (corrupção ativa) e o eleitor (corrupção passiva), havendo litisconsórcio necessário.

(D) É a corrupção do eleitor mediante a doação ou promessa de bens para obtenção do voto e leva a aplicação de multa e a cassação do registro ou diploma, além da inelegibilidade.

RESPOSTA Art. 41-A, LE, c/c art. 22, LI. *Alternativa B.*

3390. **(Procurador – MPF – 2011)** Relativamente à ação de impugnação de registro de candidatura, assinale a alternativa errada:

(A) uma de suas hipóteses de cabimento é atacar a incidência de causa de inelegibilidade de candidato;

(B) a competência para processar e julgar impugnação contra registro de candidatura ao Senado Federal pertence ao Tribunal Regional Eleitoral onde foi requerida o referido registro;

(C) a impugnação, por parte do candidato, partido político ou coligação, não impede a ação do Ministério Público Eleitoral no mesmo sentido;

(D) pode ser ajuizada desde a publicação do registro da candidatura do candidato até o dia da eleição.

RESPOSTA (A) P. ex., art. 97, § 3º, CE, mas o prazo é de 5 dias e o eleitor não tem mais legitimidade (art. 3º, LI). (B) Art. 2º, II, LI. (C) Art. 3º, § 1º, LI. (D) Art. 3º, LI [desde a publicação do registro até o prazo de 5 dias]. *Alternativa D.*

3391. **(Procurador – MPF – 2011)** A representação por captação de sufrágio, com base no ilícito previsto no artigo 41-A da lei das eleições (Lei n. 9.5041/97), que objetive cassar nas eleições gerais o registro ou o diploma de candidato à reeleição ao governo do estado, deve ser ajuizada perante:

(A) o Juiz Eleitoral do município onde ocorreram os fatos, haja vista que nesse caso não há prerrogativa de foro;

(B) o Tribunal Regional Eleitoral;

(C) o Tribunal Superior Eleitoral;

(D) o Superior Tribunal de Justiça, haja vista a prerrogativa de foro dos Governadores prevista na Constituição.

RESPOSTA Art. 29, I, *a*, CE, e art. 22, LI, c/c art. 24, LI. *Alternativa B.*

3392. **(Procurador – CMSP – 2007 – VUNESP)** O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de

(A) 5 dias.

(B) 6 dias.

(C) 8 dias.

(D) 10 dias.

(E) 15 dias.

RESPOSTA Art. 14, § 10, CF. *Alternativa E.*

3393. **(Procurador – CMSP – 2007 – VUNESP)** É correto afirmar que

(A) a ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça.

(B) apenas os maiores de 21 anos poderão concorrer ao cargo de vereador.
(C) o militar alistável é inelegível.
(D) a incapacidade civil absoluta não justifica a cassação de direitos políticos.
(E) os partidos políticos não têm direito a recursos do fundo partidário.

RESPOSTA (A) Art. 14, § 11, CF. (B) Art. 14, § 3º, VI, *d*, CF. (C) Art. 14, § 2º, CF. (D) Art. 15, CF. (E) Art. 17, § 3º, CF. *Alternativa A.*

3394. **(Procurador – MPF – 2012)** Assinale a alternativa correta:

(A) as Instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral regulamentadoras da lei eleitoral só poderão ser aplicadas à eleição que ocorra após um ano da data da publicação da Resolução que as veicular;
(B) a resposta dada pelo Tribunal Superior Eleitoral à Consulta formulada por órgão nacional de partido político relativamente a caso concreto vincula as decisões de todas as instâncias da justiça eleitoral;
(C) nos processos judiciais eleitorais não são cobradas custas judiciais e é incabível a condenação em honorários de sucumbência;
(D) no processo judicial eleitoral o princípio Dispositivo é atenuado em virtude do poder de polícia atribuído aos juízes eleitorais, pelo qual lhes é facultado instaurar de oficio determinadas ações, tais como a ação de investigação judicial eleitoral e a ação por captação ilícita de sufrágio, cabendo ao Ministério Público Eleitoral assumir o polo ativo desses feitos.

RESPOSTA (A) Art. 16, CF, c/c art. 105, LE. (B) e (C) Não há previsão legal para essas cobranças. (D) Ac. TSE n. 23.404/2004: não vincula. *Alternativa C.*

3395. **(Procurador – MPF – 2012)** Assinale a ação eleitoral que pode ser ajuizada após a data da diplomação dos eleitos:

(A) ação de investigação judicial eleitoral por uso indevido dos meios de comunicação;
(B) ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais;
(C) ação por captação ilícita de sufrágio;
(D) ação por conduta vedada a agentes públicos.

RESPOSTA Art. 30-A, LE. *Alternativa B.*

3396. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Com relação às ações, aos recursos e outras medidas judiciais eleitorais, analise as seguintes afirmações:

I. A ação de impugnação de pedido de registro de candidatura se fundamenta na ausência de condições de elegibilidade com relação àquele que pretende o registro, ou na presença de causas que o tornem inelegível.
II. A prática de atos que configurem abuso de poder econômico em benefício de candidato pode ensejar o ajuizamento de investigação judicial eleitoral, bem como de ação de impugnação de mandato eletivo, cada qual em seu momento oportuno.
III. As causas de inelegibilidade não suscitadas em sede de ação de impugnação de pedido de registro de candidatura sujeitam-se, como regra, à preclusão, ressalvadas aquelas que versem sobre matéria de ordem constitucional, as quais ainda podem ser suscitadas, juntamente com as causas de inelegibilidade supervenientes, em sede de recurso contra a diplomação.
IV. As ações de impugnação de pedido de registro de candidatura e de investigação judicial eleitoral

podem ser propostas por quaisquer candidatos, eleitores, partidos políticos ou coligações, bem como pelo Ministério Público Eleitoral.

V. Ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais Regionais Eleitorais compete o processo e julgamento de ação rescisória de seus próprios julgados, nos casos de inelegibilidade, desde que intentada no prazo de cento e vinte dias da decisão irrecorrível.

Estão corretas somente as afirmações:

(A) I, II e III;
(B) I, II e IV;
(C) I, III e IV;
(D) II, III e V;
(E) III, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 3º, LI. (II) Art. 22, LI, e art. 14, § 10, CF. (III) Art. 262, I, c/c art. 259, ambos do CE [TSE, AgR-REspe 35.845]. (IV) Art. 3º, LI [eleitores não têm legitimidade]. (V) Art. 22, I, *j*, CE [o TRE não é competente para julgar essa ação]. *Alternativa A.*

V. Crimes Eleitorais

3397. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** O crime de corrupção eleitoral está previsto no artigo 299 do Código Eleitoral, com a seguinte redação: “Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita”. Acerca do crime supramencionado é correto afirmar que

(A) trata-se de crime material, em que se exige a ocorrência do resultado para a consumação do delito.
(B) para a caracterização do crime de corrupção eleitoral há a necessidade do agente ter o dolo específico (consciência e vontade) de obter ou dar voto e/ou de conseguir ou prometer abstenção.
(C) para a configuração do delito de corrupção eleitoral não se exige que o benefício seja concreto, individualizado, direcionado a uma ou mais pessoas determinadas.
(D) o artigo 41-A da Lei n. 9.504/97, que prevê a conduta de captação de sufrágio, alterou a disciplina penal pertinente ao crime de corrupção eleitoral.

RESPOSTA (A) TSE, Ag n. 8.905 (crime formal). (B) TSE, Ag n. 6.014 e REspe 25.388. (C) TSE, AgR-AI n. 58.648 (para não se confundir com objeto de campanha). (D) TSE n. 81/2005 (não alterou o crime de corrupção eleitoral). *Alternativa B.*

3398. **(Promotor – MP-SC – 2011)**

I. Constitui crime, no dia das eleições, o uso de alto-falantes e amplificadores de som, promoção de comício ou carreata ou a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos.

II. O poder de polícia sobre a propaganda eleitoral será exercido pelos juízes eleitorais e pelos juízes designados pelos Tribunais Regionais Eleitorais.

III. É vedada a presença de um mesmo candidato a eleição proporcional em mais de um debate da mesma emissora de rádio ou televisão.

IV. É vedada a manifestação da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, pelo uso de bandeiras, no dia das eleições.

V. É permitida, durante todo o ano da eleição, a propaganda eleitoral na Internet, realizada em sítio do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou

indiretamente, em provedor de serviço de Internet estabelecido no País.

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

(C) Apenas a(s) assertivas I, II, III e V estão corretas.

(D) Apenas a(s) assertivas III e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 39, § 5º, I, LE. (II) Art. 41, § 1º, LE. (III) Art. 46, § 2º, LE. (IV) Art. 39-A, LE [é permitida (...)]. (V) Art. 57-A, LE [após 5 de julho (...)]. *Alternativa B.*

3399. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Sobre crimes eleitorais, assinale a alternativa incorreta:

(A) os crimes previstos na Lei 4.737/65 (Código Eleitoral) e na Lei 9.504/97 (Lei das Eleições) são todos de ação penal pública incondicionada;

(B) a transação penal e a suspensão condicional do processo, como institutos despenalizadores previstos na Lei 9.099/95, possuem restrições para sua aplicação relativamente aos crimes eleitorais;

(C) a Lei 4.737/65 (Código Eleitoral) prevê figura típica criminal que pode ser praticada exclusivamente por membros do Ministério Público;

(D) as penas privativas de liberdade cominadas aos crimes previstos na Lei 4.737/65 (Código Eleitoral) e na Lei 9.504/97 (Lei das Eleições), aparecem, em cada um dos diplomas legais, sob as formas de detenção e reclusão;

(E) a divulgação de pesquisa pré-eleitoral sem o prévio registro perante a Justiça Eleitoral constitui infração eleitoral punível com multa, e a divulgação de pesquisa pré-eleitoral fraudulenta constitui crime punível com pena privativa de liberdade e multa.

RESPOSTA (A) Art. 355, CE. (B) A Lei n. 9.099/95 não traz restrições aos crimes eleitorais. (C) Art. 342, CE. (D) P. ex., arts. 312 e 315, CE; art. 87, § 4º; e art. 72, LE. (E) Art. 33, §§ 3º e 4º, LE. *Alternativa B.*

3400. **(Procurador – MPF – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) verificada a conexão entre crime comum e crime eleitoral, a competência para processar e julgar ambos os delitos é da Justiça Comum;

(B) os crimes previstos no Código Eleitoral admitem, em regra, tanto a forma dolosa quanto a culposa;

(C) como a legislação eleitoral não prevê delitos específicos contra a honra, os crimes de calúnia, difamação, e injúria praticados na propaganda eleitoral devem ser denunciados com base nos tipos e penas respectivamente previstos no Código Penal para aquelas condutas (artigos 138, 139 e 140 do Código Penal), agindo nesse caso o Ministério Público mediante representação do ofendido e sendo competente a Justiça Comum;

(D) os crimes eleitorais são de ação penal pública incondicionada.

RESPOSTA (A) Art. 78, IV, CPP [entretanto, o STJ no conflito de competência n. 114.311 destinou parte à Justiça Eleitoral e parte à Federal, por conflito constitucional]. (B) Não há crime eleitoral culposo. (C) Arts. 324 a 326, CE. (E) Art. 355, CE. *Alternativa D.*

3401. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** O eleitor José, que já havia votado em sua seção, compareceu em outra seção para tentar votar novamente. José não conseguiu votar, pois foi impedido pelo mesário João, que verificou que ele não constava na lista de eleitores daquela Zona Eleitoral. Nessa situação, é correto afirmar que José

(A) não cometeu crime.
(B) cometeu o crime de votar em seção eleitoral onde não está inscrito ou autorizado a votar – artigo 311 do Código Eleitoral.
(C) cometeu o crime de votação múltipla ou realizada em lugar de outrem – artigo 309 do Código Eleitoral.
(D) cometeu o crime de práticas irregulares que determinem a anulação da votação – artigo 310 do Código Eleitoral.

RESPOSTA Art. 309, CE: votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem. *Alternativa C.*

3402. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** Dos crimes eleitorais relacionados, identifique aquele que NÃO pode ser classificado como crime próprio:
(A) Artigo 68 da Lei n. 9.504/97 – omissão de entrega de boletim de urna.
(B) Artigo 313 do Código Eleitoral – omissão na expedição do boletim de apuração.
(C) Artigo 310 do Código Eleitoral – práticas irregulares que determinem a anulação da votação.
(D) Artigo 309 do Código Eleitoral – votação múltipla ou realizada em lugar de outrem.

RESPOSTA (A) O Presidente da Mesa Receptora é obrigado a entregar [...]. (B) Deixar o Juiz e os membros da Junta de expedir o boletim [...]. (C) Praticar ou permitir o membro da Mesa Receptora que sejam praticadas [...]. (D) Não especifica quem. *Alternativa D.*

3403. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** Quando o Código Eleitoral não indicar o grau mínimo de pena para os crimes nele tipificados:
(A) Será caso obrigatório de aplicação de penas substitutivas das privativas de liberdade.
(B) Para as penas de detenção será de 15 (quinze) dias e para as penas de reclusão será de 1 (um) ano.
(C) Será caso de despenalização da conduta.
(D) Para as penas de detenção será de 6 (seis) meses e para as penas de reclusão será de 2 (dois) anos.

RESPOSTA Art. 284, CE. *Alternativa B.*

3404. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Sobre os crimes eleitorais, assinale a alternativa correta.
(A) Se o Juiz Eleitoral considerar improcedentes as razões invocadas pelo Promotor Eleitoral para promoção de arquivamento de investigação criminal eleitoral, fará remessa dos autos ao Procurador Geral de Justiça, por analogia à regra do artigo 28 do Código de Processo Penal.
(B) A ação penal por crime de injúria eleitoral é de iniciativa pública incondicionada.
(C) Em virtude da imunidade penal eleitoral, nenhuma prisão a qualquer eleitor poderá ser feita no período entre 5 (cinco) dias antes e 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento do pleito.
(D) Nos crimes em que não há cominação de pena mínima, o Juiz Eleitoral, respeitado o balizamento máximo, poderá arbitrá-la livremente, segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

RESPOSTA Art. 355, CE. *Alternativa B.*

VI. Partidos Políticos

3405. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** Marque a alternativa em que a segunda afirmativa vincula-se, em relação de pertinência lógica à primeira, estando ambas corretas.
(A) A Constituição brasileira adota a plena liberdade de criação de partidos políticos. O partido

político é autônomo para decidir sobre normas relacionadas à sua estrutura interna e sobre fidelidade entre o parlamentar que o compõe e o parlamento.

(B) A Constituição brasileira permite que os partidos políticos tenham âmbito regional, desde que obedecida a soberania nacional. Em função da abrangência do partido político, ele poderá ou não receber recursos do Fundo Partidário.

(C) Os partidos políticos, dentro da autonomia que possuem, podem estabelecer normas de fidelidade partidária. A disciplina estatutária relativa à fidelidade partidária é a que regula as relações entre o partido e o afiliado.

(D) Os partidos políticos devem registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral. O registro dos estatutos dos partidos políticos é requisito para que adquiram personalidade jurídica.

RESPOSTA (A) Fidelidade partidária (relação entre partido e filiado). (B) Art. 17, I, CF. (C) Art. 17, § 1º. (D) Art. 7º, LOPP (adquire personalidade jurídica na forma da lei civil). *Alternativa C.*

3406. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** De acordo com Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 9096/95), assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Os recursos do Fundo Partidário deverão ser empregados nas hipóteses previstas na lei, sendo vedada a partido político a livre disposição desses recursos.

(B) É vedada a fusão ou a incorporação de partidos.

(C) O partido político poderá requerer perante a Justiça Eleitoral a decretação de perda do cargo eletivo em virtude de desfiliação partidária sem justa causa.

(D) Considera-se justa causa para desfiliação a grave discriminação pessoal.

RESPOSTA (A) Art. 44, LOPP. (B) Art. 2º, LOPP. (C) Art. 1º, Res. TSE n. 22.610/2007. (D) Art. 1º, § 1º, IV, Res. TSE n. 22.610/2007. *Alternativa B.*

3407. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** Sobre as coligações, é INCORRETO afirmar que:

(A) A verticalização obriga, no sistema partidário atual, que os partidos políticos celebrem coligações idênticas no âmbito federal, estadual e municipal.

(B) É permitido formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

(C) Na chapa da coligação podem inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante.

(D) Na propaganda para eleição majoritária, a coligação deverá utilizar sob sua denominação as legendas de todas as agremiações que a integram.

RESPOSTA (A) Art. 17, § 1º, CF. (B) Art. 6º, LE. (C) Art. 6º, § 3º, I, LE. (D) Art. 6º, § 2º, LE. *Alternativa A.*

3408. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** Sobre a convenção e a escolha dos candidatos, é CORRETO afirmar que:

(A) É possível a substituição de candidato falecido, seja para o pleito proporcional ou majoritário, a qualquer tempo antes da eleição.

(B) O pedido de registro de candidatos escolhidos na convenção partidária deverá ser formulado até as 19 horas do dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.

(C) Para concorrer às eleições o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição eleitoral pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito, independentemente da

filiação partidária.

(D) É indispensável a presença do Ministério Público Eleitoral nas convenções partidárias.

RESPOSTA (A) Art. 13, §§ 1º e 3º, LE. (B) Art. 11, LE. (C) Art. 14, § 3º, IV e V, CF, e art. 9º, LE. (D) Art. 7º, LE. *Alternativa B.*

3409. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) A inobservância do dever de fidelidade partidária não tem aptidão para perda do mandato.

(B) Na hipótese de procedência da ação por captação ilícita de sufrágio, em eleição majoritária vencida pelo réu, haverá anulação dos votos conferidos ao infrator e marcada nova eleição, independentemente do percentual de votos atingidos pela invalidade.

(C) Os presos provisórios estão impedidos de votar porque são inalistáveis.

(D) A quota eleitoral de gênero estabelece que nas eleições proporcionais cada partido ou coligação deverá preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

RESPOSTA (A) Art. 1º, Res. TSE n. 22.610/2007. (B) Art. 224, CE [mais da metade]. (C) Falsa, *vide* Res. TSE n. 23.219/2010: instalação de seções eleitorais especiais em estabelecimentos penais e em unidades de internação de adolescentes. (D) Art. 10, § 3º, LE. *Alternativa D.*

3410. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** O artigo 1º, *caput*, da Resolução n. 22.610/07, do Tribunal Superior Eleitoral, estabelece que “o partido político interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa”. É correto afirmar que a competência para decretar a perda do mandato de vereador, por infidelidade partidária, será do

(A) juiz da zona eleitoral em que se situa o município no qual o vereador exerce o mandato.

(B) Tribunal Regional Eleitoral do estado em que se situa o município no qual o vereador exerce o mandato.

(C) juiz de direito da comarca em que se situa o município no qual o vereador exerce o mandato, *ad referendum* do respectivo Tribunal de Justiça.

(D) juiz da zona eleitoral em que se situa o município no qual o vereador exerce o mandato, *ad referendum* do respectivo Tribunal Regional Eleitoral.

RESPOSTA Art. 2º, Res. TSE n. 22.610/2007. *Alternativa B.*

3411. **(Procurador – MPF – 2008)** Os partidos políticos no ordenamento jurídico brasileiro:

(A) Recebem tratamento constitucional, sendo pessoa jurídica de direito privado, mas recebem recursos públicos, através do fundo partidário, pois exercem função de relevância pública.

(B) São pessoas jurídicas de direito privado e assim não sofrem controle jurisdicional, a não ser quando em campanha eleitoral.

(C) Podem estatuir normas de fidelidade partidária, inclusive decretando a inelegibilidade de seus ex-integrantes por infidelidade.

(D) São pessoas jurídicas de direito público, regidas pela Constituição Federal e por lei específica, embora possuam estatutos próprios.

RESPOSTA (A) Art. 17, CF, c/c arts. 1º e 41-A, LOPP. (B) Art. 1º, LOPP. (C) Falsa. (D) Art. 1º, LOPP. *Alternativa A.*

3412. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** Na Convenção do partido político “X”, o Deputado Justo Veríssimo, infeliz por seu assessor parlamentar não ter sido escolhido como principal candidato a vereador para as próximas eleições, imbuído com o dolo de causar desordem aos trabalhos

eleitorais que estavam sendo realizados, começa a gritar e tumultuar a votação partidária, causando efetivo transtorno ao desenvolvimento das atividades ali realizadas. Nessa hipótese, é correto afirmar que o Deputado Justo Veríssimo

(A) cometeu o crime de impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio, previsto no artigo 297 do Código Eleitoral.

(B) cometeu o delito previsto no artigo 296 do Código Eleitoral, que prevê a conduta de promoção de desordem nos trabalhos eleitorais.

(C) cometeu o crime descrito no artigo 301 do Código Eleitoral, pois usou de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato ou partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos.

(D) não cometeu crime eleitoral.

RESPOSTA O episódio hipotético narrado na questão ocorreu na Convenção Partidária, e não no exercício do sufrágio ou dos trabalhos eleitorais. *Alternativa D*.

3413. (Procurador – MPF – 2011) Relativamente aos partidos políticos, assinale a alternativa correta:

I. possuem personalidade jurídica de direito privado;

II. mesmo sendo-lhes assegurada autonomia para definirem sua estrutura interna, organização e funcionamento, o ordenamento jurídico lhes impõe, entre outros comandos, que seus estatutos estabeleçam normas de disciplina e fidelidade partidária;

III. devem ter caráter nacional, sendo-lhes vedado o caráter regional, mesmo que suas ações se direcionem a um terço, ou mais, dos Estados.

Das proposições acima

(A) apenas as alternativas I e II estão corretas;

(B) apenas as alternativas I e III estão corretas;

(C) apenas as alternativas II e III estão corretas;

(D) todas as alternativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 1º, LOPP. (II) Art. 17, § 1º, CF. (III) Art. 17, I, CF, c/c art. 7º, § 1º, LOPP. *Alternativa D.*

3414. (Promotor – MP-GO – 2010) Marque a alternativa correta:

(A) Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito, sendo que decorridos 02 (dois) dias da data da entrega da comunicação, o vínculo torna-se extinto, para todos os efeitos.

(B) O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) é constituído exclusivamente por multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas e, ainda, por dotações orçamentárias da União.

(C) Da decisão que desaprovar totalmente a prestação de contas dos órgãos partidários caberá recurso para os Tribunais Regionais Eleitorais ou para o Tribunal Superior Eleitoral, conforme o caso, o qual deverá ser recebido com efeito devolutivo.

(D) Sempre que o Código Eleitoral não indicar o grau mínimo, entende-se que será ele de 30 (trinta) dias para a pena de detenção e de 1 (um) ano para a de reclusão, considerando, ainda, que quando a lei determina a agravação ou atenuação da mesma sem mencionar o *quantum*, deve o juiz fixá-lo entre 1/6 (um sexto) e 1/3 (um terço), guardados os limites da pena cominada ao crime.

RESPOSTA (A) Art. 21, LOPP. (B) Art. 38, III, LOPP [doações]. (C) Art. 37, § 4º, LOPP [suspensivo]. (D) Art. 284, CE [15 dias

para detenção]. *Alternativa A.*

3415. **(Procurador – CMSP – 2007 – VUNESP)** Os partidos políticos são

(A) associações civis.
(B) pessoas jurídicas de direito público interno.
(C) pessoas jurídicas de direito privado.
(D) entes despersonalizados.
(E) constituídos juridicamente na forma de sociedades de fins específicos.

RESPOSTA Art. 1º, LOPP. *Alternativa C.*

3416. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Determinado postulante a uma função eletiva desfiliou-se de antigo partido e ingressou em outro partido. A comunicação foi feita exclusivamente ao partido político. O registro de sua candidatura é:

(A) possível, bastando que regularize sua situação e, concomitantemente, faça a comunicação de sua anterior desfiliação ao Juízo Eleitoral.
(B) sujeito à condição suspensiva, pois pende a questão da desfiliação na Justiça Eleitoral.
(C) inviável, ante a duplicidade de filiação partidária, pela ausência de comunicação à Justiça Eleitoral.
(D) sujeito à condição resolutiva, por ter o candidato comunicado ao novo partido sua anterior filiação.
(E) inviável, ante o prazo peremptório de 10 dias para fazer a comunicação da desfiliação à Justiça Eleitoral.

RESPOSTA Art. 22, parágrafo único, LOPP [é chamada de dupla filiação, sendo ambas consideradas nulas para todos os efeitos]. *Alternativa C.*

3417. **(Procurador – MPF – 2012)** Quanto aos partidos políticos é correto afirmar que:

(A) apenas tem direito a cotas do fundo partidário e a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão o partido que em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles;
(B) não sendo os partidos pessoas Jurídicas de direito público, não cabe mandado de segurança contra os atos de seus representantes ou de seus órgãos;
(C) na propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão os partidos poderão difundir seus programas partidários, divulgar a sua posição em relação a temas político-comunitários, bem como divulgar a propaganda de seus candidatos a cargos eletivos;
(D) poderão estabelecer em seus estatutos, com vista a candidatura a cargos eletivos, prazos de filiação partidária superiores aos previstos na lei.

RESPOSTA (A) Art. 7º, § 2º, LOPP. (B) Art. 1º, § 1º, LMS. (C) Art. 45, § 1º, II, LOPP. (D) Art. 20, LOPP. *Alternativa D.*

VII. Temas Mistos

3418. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** É correto afirmar que o candidato com pedido de registro *sub judice*

(A) poderá prosseguir a campanha eleitoral.
(B) poderá prosseguir a campanha eleitoral, exceto a participação na propaganda pelo rádio e TV (horário gratuito), conforme recente interpretação jurisprudencial do Tribunal Superior Eleitoral.
(C) poderá prosseguir a campanha eleitoral, exceto a divulgação da propaganda pela internet, conforme recente interpretação jurisprudencial do Tribunal Superior Eleitoral.
(D) não poderá prosseguir a campanha eleitoral.

RESPOSTA Art. 16-A. *Alternativa A.*

3419. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** José foi empossado como Juiz da Justiça Eleitoral do Estado "Y". Durante seu mandato, José se envolveu em uma discussão de trânsito que culminou na agressão ao cidadão João. Da agressão advieram lesões corporais de natureza grave à vítima. Nessa situação, o órgão competente para julgamento de José será

(A) Justiça de 1º grau.
(B) Tribunal – 2º grau.
(C) Tribunal Regional Eleitoral.
(D) Conselho Nacional de Justiça.

RESPOSTA Art. 96, III, CF, cabe ao TJ julgar os seus juízes exceto competência da Justiça Eleitoral, mas aqui se trata de crime comum. Embora possa haver conflito com o art. 109, IV, CF, prevalece o art. 96, III, *vide* STF, AI 809.602/MG, Min. Toffoli. *Alternativa B.*

3420. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** Fulgêncio Baptista fez doação à campanha eleitoral de Ernesto Insurgente mediante transferência bancária, via Internet, sem assinar recibo. Neste caso,

(A) haverá vício insanável, eis que a lei obriga a assinatura do recibo.
(B) Fulgêncio poderá regularizar a situação, assinando o recibo.
(C) em qualquer hipótese, a transferência eletrônica de recursos dispensa o recibo.
(D) a transferência eletrônica, identificado o doador, dispensa a assinatura do recibo.

RESPOSTA Art. 23, § 2º, LE. *Alternativa D.*

3421. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** Conforme Lei n. 4737/1965, que institui o Código Eleitoral, é nula a votação quando

I. for usada folha de votação falsa.
II. o direito de fiscalização dos partidos for limitado.
III. não for resguardado o sigilo do voto.
IV. votar eleitor com falsa identidade.

Estão corretas apenas as alternativas

(A) I, II.
(B) I, III.
(C) II, III.
(D) II, IV.

RESPOSTA (I) Art. 220, II, CE. (II) É anulável, e não nulo (art. 221, II, CE). (III) Art. 220, IV, CE. (IV) Art. 222, CE. *Alternativa B.*

3422. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** Sobre o direito e a legislação eleitoral, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) São disposições próprias do Código Eleitoral para fins eleitorais o conceito de funcionário da justiça eleitoral e de funcionário público.

(B) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até 1 (um) ano da data de sua vigência.

(C) As hipóteses de inelegibilidades devem ser tratadas por Lei Complementar.

(D) É competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios legislar sobre direito eleitoral.

RESPOSTA (A) Art. 283, CE. (B) Art. 16, CF. (C) Art. 14, § 9º, CF. (D) Compete privativamente à União, art. 22, I, CF. *Alternativa D.*

3423. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** Sobre a conduta dos agentes públicos e candidatos em campanha eleitoral, é INCORRETO afirmar que:

(A) É vedado ceder ou usar, em benefício de candidato, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta.

(B) A desincompatibilização tem por objetivo impedir que o candidato se utilize do cargo público que ocupa para obter proveito eleitoral.

(C) Para que seja tipificada a conduta de captação vedada de sufrágio, é necessário que o próprio candidato, diretamente, efetue a compra de votos, não se configurando o ilícito quando praticado por outra pessoa, ainda que com o consentimento e o assentimento do candidato.

(D) Constitui captação ilegal de sufrágio doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública.

RESPOSTA (A) Art. 73, I, LE. (B) Art. 14, § 6º, CF. (C) Art. 41-A, LE: Ac. TSE ns. 19.566/2001 e 787/2005 [sendo suficiente que o candidato haja participado ou com ele consentido]. (D) Art. 41-A, LE. *Alternativa C.*

3424. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** NÃO está de acordo com a disciplina legal acerca do registro de candidatura, a seguinte alternativa:

(A) Compete aos juízes eleitorais o deferimento do registro de candidatos a Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores.

(B) Nas eleições proporcionais, o partido não coligado poderá registrar até 150% do número de vagas a preencher.

(C) Para o registro de candidaturas às eleições proporcionais, a lei exige que cada candidato indique seu nome completo e até três variações nominais com as quais deseja ser identificado.

(D) A Candidatura nata, que consiste na garantia de o candidato detentor de mandato de Deputado Federal, Distrital, Estadual ou Vereador, e aos que tenham exercido esses cargos em qualquer período da legislatura que estiver em curso, é assegurado o registro de candidatura para o mesmo cargo pelo partido a que esteja filiado, é situação jurídica em vigor no sistema eleitoral pátrio.

RESPOSTA (A) Art. 35, XII, CE. (B) Art. 10, LE. (C) Art. 12, LE. (D) Art. 8º, § 1º, LE, cuja eficácia foi suspensa pelo STF, em 24-4-2002, ADI-MC n. 2.530. *Alternativa D.*

3425. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** O Supremo Tribunal Federal decidiu em julgamento recente sobre a Lei “Ficha Limpa”:

(A) A sua inconstitucionalidade por afronta ao primado constitucional do Estado de Inocência.

(B) Que a sua aplicação deve respeitar o princípio da anterioridade/anualidade previsto no artigo 16, da CF.

(C) Que a lei que torna mais gravosa a situação dos candidatos só pode viger para fatos ocorridos após a sua publicação.

(D) Que as causas de inelegibilidade geram efeitos um ano após o trânsito em julgado da condenação.

RESPOSTA (B) STF, RE n. 633.703, julg. em 23-3-2011, com 6 votos a 5: incidência do princípio da anualidade previsto no art. 16, CF; STF, ADC 29 e 30; ADI 4.578, julg. em 16-2-2012, por maioria de votos, que é constitucional. *Alternativa B.*

3426. **(Analista – TRE-PA – 2011 – FGV)** A fim de arrecadar recursos e aplicá-los nas campanhas eleitorais, são constituídos comitês financeiros para cada uma das eleições para as quais o partido apresente candidato próprio. A respeito desses comitês e da prestação de contas, é correto afirmar que

(A) na eleição presidencial, é obrigatória a criação de comitê nacional e facultativa a de comitês nos Estados e no Distrito Federal.

(B) os comitês financeiros serão registrados, até 10 (dez) dias após sua constituição, nos órgãos da Justiça Eleitoral aos quais compete fazer o registro dos candidatos.

(C) nas eleições presidenciais, é obrigatório para os partidos e opcional para os candidatos abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha.

(D) as prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais serão sempre feitas pelos comitês financeiros.

(E) a inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas não impede a diplomação dos eleitos, que têm 60 (sessenta) dias para apresentá-las a partir da data da diplomação.

RESPOSTA (A) Art. 19, § 2º, LE. (B) Art. 19, LE [dias úteis (...)]. (C) Art. 22, LE. (D) Art. 28, § 2º [nas proporcionais, pelo comitê ou pelo candidato]. (E) Art. 29, § 2º, LE. *Alternativa A.*

3427. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Falecido um vereador, dois meses após tomar posse no cargo, dois suplentes reivindicam o direito de assumir a cadeira à Câmara Municipal. A questão terá de ser resolvida pela(o):

(A) Justiça Eleitoral, porque se trata de matéria pertinente ao desdobramento do processo eleitoral.

(B) Justiça Comum Estadual, por ser matéria alheia à competência da Justiça Eleitoral.

(C) Poder Legislativo, por se tratar de matéria *interna corporis*.

(D) Justiça Federal, porque compete à União legislar sobre Direito Eleitoral.

RESPOSTA STJ, Conflito de Competências/SP 108.023, Rel. Min. Teori Zavascki: “Com exceção da ação de impugnação de mandato prevista no § 10 do art. 14 da CF/88, a competência da Justiça Eleitoral finda-se com a diplomação dos eleitos”. *Alternativa B.*

3428. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Um erro de apuração fez com que candidato a vereador não eleito tomasse posse na vaga de outro candidato verdadeiramente eleito. O prejudicado, após pedir judicialmente a recontagem de votos, foi diplomado e assumiu o mandato somente dois anos após o início da legislatura. Reclamou indenização por perdas e danos, inclusive danos morais. É competente para julgar a ação a(o)

(A) Justiça Federal.

(B) Justiça Comum Estadual.

(C) Justiça Eleitoral de primeira instância.

(D) respectivo Tribunal Regional Eleitoral.

RESPOSTA Art. 109, I, CF. *Alternativa A.*

3429. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** É correto afirmar que a prestação de contas de campanha integra o conceito de "quitação eleitoral", para fins de registro de candidatura, nas seguintes condições, à luz da mais recente jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (p. ex., Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral n. 339.082):

(A) não basta que o candidato tenha apresentado a prestação de contas de campanha eleitoral anterior, sendo exigida a sua aprovação pela Justiça Eleitoral.

(B) nem mesmo a aprovação das contas pela Justiça Eleitoral, com ressalvas, permite a obtenção do registro da candidatura.

(C) basta que o candidato tenha apresentado a prestação de contas de campanha eleitoral anterior, independentemente de sua aprovação pela Justiça Eleitoral.

(D) não basta que o candidato tenha apresentado a prestação de contas de campanha eleitoral anterior, sendo exigida a sua aprovação pela Justiça Eleitoral, mas o indeferimento fica condicionado à impugnação ao pedido do registro, a ser formulada por quem de direito.

RESPOSTA Art. 11, § 7º, LE. TSE, Ag.Reg. Respe 10.893 e 11.197, respectivamente, Rel. Min. Arnaldo Versiani e Rel. Min. Nancy Andrighi [O TSE divergiu muito nessa questão em 2012, mas encerrou com esse entendimento]. *Alternativa C.*

3430. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Na apuração de vereadores eleitos, é correto afirmar que, pela aplicação do sistema proporcional, o quociente partidário é obtido dividindo-se pelo

(A) quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.

(B) quociente eleitoral, somado com o número de bairros que compõem o município respectivo, o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.

(C) quociente eleitoral, somado com o número de distritos que compõem o município respectivo, o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.

(D) quociente eleitoral, somado com o número de bairros e distritos, que compõem o município respectivo, o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.

RESPOSTA Art. 107, CE. *Alternativa A.*

3431. **(Procurador – MPF – 2008)** Com o advento da reeleição, o ordenamento jurídico brasileiro passou a tipificar algumas condutas e estabelecer sua proibição. São as chamadas condutas vedadas aos agentes públicos em campanha. No seu regime jurídico:

(A) O candidato pode usar bens imóveis pertencentes à administração direta desde que haja ressarcimento aos cofres públicos e seja autorizada pelo Poder Legislativo.

(B) Servidor Público não pode participar de campanha eleitoral, mesmo estando de licença ou férias.

(C) Durante os três meses que antecedem o pleito não pode haver inauguração de obras públicas e publicidade institucional de órgãos públicos, salvo quando autorizadas pela Justiça Eleitoral.

(D) A prática das condutas ilícita acarreta multa e/ou cassação do registro ou diploma.

RESPOSTA (A) Art. 73, I, LE. (B) Art. 73, III, LE. (C) Art. 77, LE. (D) Art. 73, § 4º, c/c art. 74, ambos da LE. *Alternativa D.*

3432. **(Procurador – MPF – 2011)** Dirigente de órgão público municipal, atendendo a pedido de candidato à vereança, faz com que os servidores a ele subordinados, no mês que antecede às eleições e durante o horário de trabalho, usem as linhas telefônicas do órgão para fazer ligações

telefônicas a inúmeros eleitores, pedindo o voto para o referido candidato. Com esses elementos, assinale qual das medidas judiciais abaixo deverá o Ministério Público Eleitoral ajuizar para buscar tanto a cassação do registro ou do diploma do candidato como a aplicação de pena de multa ao agente público responsável:

(A) representação por captação ilícita de sufrágio, de que trata o artigo 41-A da Lei das Eleições (Lei n. 9.504/97);
(B) representação por arrecadação ou gastos ilícitos de campanha, de que trata o artigo 30-A, § 2º, da Lei das Eleições (Lei n. 9.504/97);
(C) representação por conduta vedada, de que trata o artigo 73 da Lei das Eleições (lei n. 9.504/97);
(D) ação de investigação judicial eleitoral para apurar o uso indevido de meio de comunicação social, de que trata o artigo 22 da lei complementar n. 64/90.

RESPOSTA Art. 73, II, LE. *Alternativa C.*

3433. **(Procurador – MPF – 2011)** Conforme a legislação atual sobre arrecadação e aplicação dos recursos nas campanhas eleitorais, assinale a alternativa correta:

(A) é vedado a candidato receber doação para a campanha de entidade esportiva, independentemente dela receber ou não recursos públicos;
(B) é vedado a candidato receber doação para a campanha de empresa comercial pelo simples fato desta estar recebendo pagamentos da administração pública em decorrência do cumprimento de regular contrato de fornecimento de bens e serviços firmado após licitação, mesmo ela não sendo concessionária ou permissionária de serviço público e não incidindo em outra hipótese de vedação legal;
(C) as despesas com transporte ou deslocamento de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas não são considerados gastos eleitorais, não estão sujeitos a registro e não precisam ser declarados na prestação de contas do candidato;
(D) para registrar o movimento financeiro de sua campanha o candidato deverá exclusivamente utilizar suas contas bancárias pessoais, registradas com o seu CPF (Cadastro de Pessoa Física), ou a conta bancária do respectivo partido político.

RESPOSTA (A) Art. 24, IX, LE. (B) Falsa. (C) Art. 26, IV, LE. (D) Art. 22, LE. *Alternativa A.*

3434. **(Procurador – MPF – 2012)** Assinale a alternativa correta:

(A) o partido político que em eleição municipal integre coligação para a eleição majoritária não poderá, na mesma eleição e município, celebrar coligação na eleição proporcional com partido que não integre a referida coligação majoritária;
(B) cabe ao Procurador-Geral de Justiça designar os promotores de justiça que atuarão como promotores eleitorais, bem como dirigir as atividades do Ministério Público Eleitoral no Estado, ficando no entanto reservada ao Ministério Público Federal a representação perante o respectivo Tribunal Regional Eleitoral.
(C) nos processos eleitorais aplica-se a regra do Código de Processo Civil que duplica o prazo para o Ministério Público recorrer;
(D) na data em que requerer o registro de sua candidatura o candidato já deverá ter completado a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade, sob pena de indeferimento.

RESPOSTA (A) Art. 6º, LE. (B) Art. 79, LC n. 75/93. (C) Não se aplica. (D) Art. 11, § 2º, LE. *Alternativa A.*

3435. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Sargento Silva, com mais de 10 anos de atividade na carreira, requereu afastamento a fim de candidatar-se ao cargo de deputado estadual. A licença lhe foi concedida com prejuízo do soldo, sendo-lhe subtraída a verba descrita como gratificação de tropa, que sempre lhe foi paga e que corresponde a 80% do valor percebido. Essa decisão:

(A) fere direito líquido e certo do sargento em receber o soldo integral.
(B) encontra respaldo no texto constitucional, visto que se trata de militar.
(C) é legal, visto que o militar agregado é considerado como licenciado para fins particulares.
(D) é ilegal, visto que o militar agregado tem os mesmos direitos que os civis, quando concorre em processo eleitoral.
(E) é válida, visto que a gratificação de tropa só deve ser paga para os militares na ativa.

RESPOSTA Art. 14, § 8º, II, CF. *Alternativa A.*

3436. **(Procurador – CMSP – 2007 – VUNESP)** A lei que alterar o processo eleitoral

(A) entrará em vigor 45 dias após a sua publicação.
(B) não se aplicará à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
(C) será aplicada imediatamente às eleições que venham a se realizar logo após a sua publicação.
(D) regulará as situações litigiosas referentes a eleições pendentes.
(E) entrará em vigor no ano seguinte a sua publicação.

RESPOSTA Art. 16, CF [é denominado princípio da anualidade]. *Alternativa B.*

3437. **(Promotor – MP-PR – 2011)** A Lei 9.504/97 estabelece normas para as eleições. Sobre o tema, assinale a alternativa **incorreta:**

(A) a doação de valores em dinheiro para candidatos e partidos políticos em campanhas eleitorais é vedada a entidades de utilidade pública e a organizações não governamentais que recebam recursos públicos, mas é permitida a entidades esportivas e religiosas;
(B) é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, em ginásios e estádios, por exemplo, ainda que sejam de propriedade privada;
(C) até as vinte e duas horas do dia que antecede a eleição, serão permitidos distribuição de material gráfico, caminhada, carreata, passeata ou carro de som que transite pela cidade divulgando *jingles* ou mensagens de candidatos;
(D) é proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas;
(E) a nomeação para cargos de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público não sofre restrições em quaisquer períodos do processo eleitoral.

RESPOSTA (A) Art. 24, VIII, IX, LE [vedação quanto a entidades esportivas e religiosas]. (B) Art. 37, § 4º, LE. (C) Art. 39, § 9º, LE. (D) Art. 77, LE. (E) Art. 73, V, *b,* LE. *Alternativa A.*

3438. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Constituem garantias eleitorais:

I. a prioridade postal aos partidos políticos nos 60 (sessenta) dias anteriores à realização das eleições;
II. o exercício do sufrágio;
III. o salvo-conduto em favor do eleitor;

IV. a presença de força pública no edifício em que funcionar mesa receptora;
V. a proibição da prisão em flagrante de candidatos nos 15 (quinze) dias que antecedem a eleição.
Está correto apenas o que se afirma em
(A) I, II e III.
(B) I, IV e V.
(C) II, III e IV.
(D) II, IV e V.
(E) III, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 239, CE. (II) Art. 234, CE. (III) Art. 235, CE. (IV) Art. 238, CE [a garantia é a proibição – como regra – da força pública nesses edifícios e imediações]. (V) Art. 236, § 1º, CE [flagrante é uma exceção]. *Alternativa A.*

3439. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Assinale a alternativa INCORRETA.
(A) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
(B) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
(C) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
(D) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

RESPOSTA (A) Art. 14, § 6º, CF. (B) Art. 14, § 10, CF [prazo de 15 dias]. (C) Art. 14, § 7º, CF. (D) Art. 14, § 11, CF. *Alternativa B.*

3440. **(Promotor – MP-PB – 2011)** Pelo princípio da antinomia ou anualidade eleitoral, é correto afirmar:
(A) Toda lei que alterar o processo eleitoral tem vigência imediata à data de sua publicação.
(B) Aplica-se a *vacatio legis* à norma que disciplinar o processo eleitoral.
(C) Aplica-se em relação às resoluções normativas sobre o registro de candidatos.
(D) Aplica-se, apenas, às resoluções normativas referentes a propaganda eleitoral.
(E) Abstenção de resposta.

RESPOSTA Art. 16, CF [entra em vigor na data de sua publicação, mas não se aplica à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência]. *Alternativa A.*

3441. **(Procurador – MPF – 2011)** Candidato a prefeito municipal em município com aproximadamente dois mil eleitores, que não ocupa cargo público e se utilizando de recursos privados, em data anterior ao pedido de registro de sua candidatura, distribui dinheiro durante o ano eleitoral à metade do referido eleitorado, mediante pedido expresso de voto. Com esses elementos de prova e confirmada a candidatura, em qual dos ilícitos abaixo sua conduta deverá ser enquadrada com o objetivo de ser processado e cassado o registro de sua candidatura:
(A) conduta vedada, de que trata o artigo 73 da Lei das Eleições (Lei n. 9.504/97);
(B) captação ilícita de sufrágio, de que trata o artigo 41-A da Lei das Eleições (Lei n. 9.504/97);

(C) abuso de poder econômico, de que tratam o artigo 14, § 10, da Constituição Federal, e os artigos 19 e 22 da Lei Complementar n. 64/90;

(D) em nenhum dos ilícitos eleitorais acima, pois a cassação do registro de candidato só poderá ocorrer em face de ilícitos eleitorais praticados após o requerimento de registro da respectiva candidatura ser protocolado perante a Justiça Eleitoral.

RESPOSTA Art. 14, § 10, CF, c/c arts. 19 e 22, LI [não incide o art. 41-A, porque se aplica desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive]. *Alternativa C.*

Bibliografia

- GOMES, José Jairo. *Direito eleitoral*. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.
- LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo; TAVARES, André Ramos. *Vade-Mecum eleitoral*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- RAIS, Diogo. Direito eleitoral. In: GOMES, Luiz Flávio; BOLZAN, Fabrício (Coord.). *Coleção Concursos Públicos Nível Médio e Superior*. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIREITO EMPRESARIAL E COMERCIAL

GIOVANI MAGALHÃES

Mestre em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Especialista em Direito e Processo Tributário pela Fundação Escola Superior de Advocacia do Ceará (FESAC), em convênio com a UVA, e especialista em Direito Empresarial pela FESAC, em convênio com a UECE. Bacharel em Direito pela UNIFOR. Professor da UNIFOR nas Disciplinas de Direito Empresarial, na Graduação e Pós-Graduação. Professor de Direito Empresarial da FESAC, em cursos de extensão e na Pós-Graduação em Direito Empresarial. Experiência na preparação para Exames da OAB e para concursos públicos, tanto na área jurídica quanto na área fiscal. Coautor das obras: *Passe na 2ª Fase da OAB:* Teoria & Modelos – Empresarial; e *Manual de dicas* – Defensoria Pública, publicadas pela Editora Saraiva. Advogado.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	276
FCC	66
OUTRAS BANCAS	217
OAB/FGV	35

I. Introdução ao Direito Empresarial

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com base em assuntos relacionados ao direito empresarial, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

3442. Consoante a doutrina predominante, por constituírem fonte subsidiária, os usos e costumes somente se aplicam aos casos em que se verifique lacuna na lei mercantil. Os usos e costumes *contra legem*, portanto, não são considerados como fonte e carecem de qualquer eficácia.

RESPOSTA Os usos e costumes são considerados fontes secundárias do direito empresarial e, desse modo, poderão ter como funções, apenas: a) suprir a lacuna legal (usos *praeter legem*); e/ou b) facilitar a aplicação da lei (*secundum legem*). *Correta.*

3443. De acordo com a legislação pertinente, as microempresas ou empresas de pequeno porte que não optarem pelo SIMPLES Nacional poderão integrar e realizar negócios de compra e venda de bens, para os mercados nacionais e internacionais, por meio de sociedade de propósito específico, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo federal.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 56, Lei Complementar n. 123/2006, faz-se necessário que as microempresas ou empresas de pequeno porte sejam optantes pelo Simples Nacional. *Errada.*

3444. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Considerando o atual estágio do direito comercial (ou empresarial) brasileiro, assinale a opção correta.

(A) O Código Civil de 2002 revogou totalmente o Código Comercial de 1850.

(B) A Constituição da República estabelece a competência privativa da União para legislar sobre direito comercial (ou empresarial).

(C) O Código Civil de 2002, assim como o Código Comercial de 1850, adotou a teoria da empresa.

(D) O Código Civil de 2002 não revogou a antiga legislação sobre sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

RESPOSTA (A) O Código Civil revogou parcialmente o Código Comercial (art. 2.045, CC). (B) Art. 22, I, CF. (C) O Código Comercial adotava a teoria dos atos de comércio. (D) Houve a revogação da antiga legislação sobre sociedade limitada. *Alternativa B*.

3445. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Com relação ao empresário, assinale a opção correta.

(A) É considerado empresário individual o comerciante que leve, ele mesmo, a mercadoria comercializada até a residência dos potenciais consumidores.

(B) Não é considerada empresária a pessoa que organiza episodicamente a produção de certa mercadoria, ainda que destinada à venda no mercado.

(C) Por força de lei, aplicam-se aos sócios da sociedade empresária as regras próprias do empresário individual.

(D) O menor com dezesseis anos de idade que não seja emancipado somente poderá dar início a empresa mediante autorização de juiz.

(E) É considerada empresária a pessoa que, exercendo profissão intelectual de natureza artística, contrate empregados para auxiliá-la no trabalho.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 966 e 974, CC. A CESPE adota aqui posicionamento da doutrina minoritária, que entende ser necessária a contratação de empregados para a atividade econômica gozar de organização, sendo considerada

empresária. O entendimento predominante, porém, é o de que o objeto de organização são os fatores de produção próprios e/ou alheios, pelo que a alternativa A deveria, também, ser considerada correta. *Alternativa B*.

3446. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** No referente ao direito de empresa, assinale a opção correta.

(A) O crédito pessoal de qualquer espécie tem preferência sobre o crédito real.

(B) Aquele que exerce profissão intelectual de natureza científica, mediante organização e investimento de capital visando auferir lucro, com o concurso de colaboradores ou auxiliares é considerado empresário.

(C) Um magistrado não pode ser sócio de sociedades simples ou empresárias.

(D) O(A) empresário(a) casado(a), qualquer que seja o regime de bens, não poderá, sem a outorga conjugal, alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

RESPOSTA (A) Art. 961, CC. (B) Art. 966, parágrafo único, CC. (C) Não há tal impedimento; o impedimento é para ser administrador. (D) Art. 978, CC. Mais uma vez, a CESPE adota entendimento minoritário para a definição jurídica do empresário. *Alternativa B*.

3447. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** A respeito da disciplina aplicável ao empresário individual, assinale a opção correta.

(A) O empresário individual que venha a se tornar civilmente incapaz poderá obter autorização judicial para continuação de sua atividade; tal autorização, entretanto, deverá ser averbada na junta comercial e servirá para atos singulares, não podendo ser genérica.

(B) O servidor público pode ser empresário individual, desde que a atividade empresarial seja compatível com o cargo público que ele exerça.

(C) Ao empresário individual é permitida a alienação, sem a outorga de seu cônjuge, de bens imóveis destinados à sua atividade empresarial.

(D) O empresário individual assume os riscos da empresa até o limite do capital que houver destinado à atividade, não respondendo com seus bens pessoais por dívidas da empresa.

(E) Em atenção ao princípio da continuidade da empresa, os bens destinados pelo empresário individual à exploração de sua atividade não respondem por suas dívidas pessoais.

RESPOSTA (A) A autorização pode ser genérica (art. 974, CC). (B) Art. 973, CC, c/c art. 117, X, Lei n. 8.112/90. (C) Art. 978, CC. (D) A responsabilidade do empresário individual é ilimitada. (E) A responsabilidade do empresário individual é ilimitada. *Alternativa C*.

3448. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Afrânio, empresário individual, foi submetido a exame por junta médica que atestou ser ele portador de grave esquizofrenia, qualificando-o como permanentemente incapaz de gerir os próprios negócios. Por essa razão, o pai do empresário ajuizou pedido de interdição, com o pleito de ser nomeado seu curador e gerir seus negócios da vida civil. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

(A) O pai de Afrânio, se curador nomeado judicialmente, poderá exercer atividade empresária em nome do filho interditado.

(B) Caso o pai de Afrânio, já como seu curador, esteja impedido, por lei, de exercer atividade empresarial, também não poderá proceder com a indicação de gerentes ao juízo para o exercício desse mister, com o que extinguirá a empresa.

(C) A interdição de empresário individual determina necessariamente a extinção da empresa, sendo inviável a sua continuidade por qualquer meio, portanto o pai de Afrânio não poderá substituí-lo nos

negócios.

(D) Eventuais clientes que tenham comprado de Afrânio produtos mediante pagamento à vista, mas que ainda não tenham recebido as mercadorias, na hipótese de continuidade da atividade empresária, estarão impedidos de reclamar o prejuízo em razão da patologia do empresário individual.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 975, CC. *Alternativa A.*

3449. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** No que concerne à teoria da empresa e ao direito do empresário, assinale a opção correta.

(A) O empresário casado pode alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real, independentemente da outorga do cônjuge, qualquer que seja o regime de bens.

(B) Define-se empresa como qualquer organização cuja finalidade seja o exercício profissional de atividade econômica, incluindo-se trabalhos de natureza intelectual, científica, literária ou artística.

(C) A tripartição das atividades empresariais em industriais, comerciais e agrícolas amplia o conceito de empresa, e a falta de homogeneidade das diferentes atividades não impede a comparação entre elas.

(D) As associações, diferentemente das sociedades, são embasadas exclusivamente no exercício profissional.

(E) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário pode regularizar a sua situação perante a junta comercial.

RESPOSTA (A) Art. 978, CC. (B) Art. 966 c/c art. 1.142, CC. (C) Os agrícolas só serão considerados empresários a partir do registro (art. 971, CC). (D) Art. 53, CC. (E) Arts. 972 e 973, CC. *Alternativa A.*

3450. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Dispõe o art. 972 do Código Civil, que podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos. Assinale a opção correta, quanto à disciplina dos requisitos para o exercício da atividade empresarial.

(A) O menor, com dezesseis anos completos, somente poderá exercer atividade empresarial após a emancipação, sendo imprescindível a homologação desta por sentença.

(B) Os atos praticados por empresário falido impedido de exercer atividade empresarial terão plena validade em relação a terceiros de boa-fé.

(C) A atividade econômica de exploração de recursos minerais pode ser levada a efeito por empresas nacionais ou estrangeiras, desde que haja prévia autorização ou concessão da União.

(D) Ao servidor público federal é vedada a condição de acionista ou cotista de sociedade empresária.

RESPOSTA (A) Art. 974, CC. (B) Art. 973, CC. (C) Art. 176, § 1º, CF. (D) Art. 117, X, Lei n. 8.112/90. *Alternativa B.*

3451. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Segundo a doutrina, o direito comercial não se formou em uma única época nem no meio de um só povo. A cooperação de todos os povos em tempos sucessivos, firmada fundamentalmente nas bases econômicas, é que o constituíram e lhe imprimiram o caráter autônomo. Com relação ao direito comercial e ao empresário, assinale a opção correta.

(A) Os funcionários públicos estão proibidos de exercer atividade empresarial, de acordo com a CF e normas específicas; contudo, a proibição diz respeito ao efetivo exercício da atividade empresarial, não existindo restrição quanto ao fato de o funcionário público ser simplesmente acionista ou quotista de sociedade empresária.

(B) Nos termos do Código Civil, somente podem exercer a atividade empresarial os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos, não havendo possibilidade de menor de dezoito anos exercer a atividade empresarial.

(C) O cosmopolitismo, a onerosidade, a informalidade e a fragmentação são as principais características do direito comercial. Com relação às espécies de autonomia no direito comercial, a doutrina destaca a autonomia substancial, que é identificada pela existência de um corpo legislativo codificado.

(D) Empresário é definido na lei como o profissional que exerce atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços. Para a doutrina, também será empresário aquele que organizar episodicamente a produção de certa mercadoria, mesmo destinando-a à venda no mercado.

(E) Somente será considerado empresário o exercente profissional de atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços, inscrito no registro de empresas do órgão próprio.

RESPOSTA (A) Art. 117, X, Lei n. 8.112/90. (B) Arts. 972 e 974, CC. (C) Autonomia substancial não se confunde com autonomia legislativa. (D) Atividade episódica não é atividade profissional. (E) Não se faz necessário o registro para ser considerado empresário. *Alternativa A*.

3452. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação ao registro de empresa e às obrigações jurídicas que o empresário deve cumprir para o exercício regular de sua atividade econômica.

(A) O arquivamento dos atos relativos à transformação, incorporação, fusão e cisão de empresas mercantis é objeto de decisão singular do presidente da junta comercial.

(B) O empresário que se tornar incapaz poderá continuar a empresa, por meio de representante ou devidamente assistido, cabendo ao registro público de empresas mercantis a cargo das juntas comerciais registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz.

(C) Para dar início à atividade econômica, mercantil ou rural, o empresário deve formalizar a sua inscrição junto ao registro público de empresas mercantis.

(D) As modificações contratuais e ou estatutárias da empresa devem ser efetivadas exclusivamente por escritura pública, independentemente da forma adotada no ato constitutivo.

(E) O Departamento Nacional de Registro do Comércio, órgão central do Sistema Nacional de Registro Mercantil, desempenha funções de execução e administração dos serviços de registro.

RESPOSTA (A) Art. 41, I, *b*, Lei n. 8.934/94. (B) Art. 974, CC. (C) É possível exercer atividade empresarial sem registro (art. 966, CC). (D) Art. 53, Lei n. 8.934/94. (E) Art. 3º, I, Lei n. 8.934/94. *Alternativa B*.

3453. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do direito de empresa e seus institutos.

(A) A principal finalidade do nome empresarial é identificar o local no qual é exercida a atividade do empresário e onde tem contato com o público.

(B) É dispensável que constem, no requerimento de inscrição da sociedade empresária, no registro público competente, informações relativas ao capital social e à sede da empresa.

(C) Nas sociedades em comum, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

(D) A inscrição do contrato social da sociedade em conta de participação na junta comercial respectiva não confere personalidade jurídica à sociedade.

(E) Nas sociedades anônimas, as ações averbadas em conformidade com acordo de acionistas deverão ser negociadas em bolsa de valores ou no mercado de balcão.

RESPOSTA (A) Art. 1.155, CC. (B) Art. 968, CC. (C) Art. 990, CC. (D) Art. 993, CC. (E) Art. 118, § 4º, Lei n. 6.404/76. *Alternativa D*.

3454. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito de empresa, empresário, estabelecimento e locação empresarial.

(A) De acordo com a lei civil, é obrigatória a inscrição, no registro público de empresas mercantis, do empresário que desenvolva atividade rural.

(B) O adquirente do estabelecimento responde pelos débitos anteriores à transferência, estejam, ou não, tais débitos contabilizados na escrituração.

(C) A natureza jurídica do estabelecimento empresarial é de universalidade de direito.

(D) Em relação ao empresário individual, é possível a desconsideração da personalidade jurídica.

(E) Por meio de representação ou assistência, o menor não emancipado pode continuar a atividade empresarial exercida por seus pais.

RESPOSTA (A) Não é obrigatório, porém só será considerado empresário com o registro (art. 971, CC). (B) Art. 1.146, CC (Responde pelos débitos anteriores, desde que regularmente contabilizados). (C) Universalidade de fato, conforme doutrina dominante (arts. 1.142 e 90, CC). (D) Art. 50 (Desconsideração da personalidade jurídica só é possível em face de pessoa jurídica). (E) Art. 974, CC. *Alternativa E*.

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Quanto ao instituto dos títulos de crédito, do direito de empresa e do direito falimentar, em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

3455. Alberto, Bruno e Carlos eram sócios de determinada sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Carlos faleceu, deixando um único herdeiro e sucessor de apenas 15 anos de idade e que deseja compor a sociedade no lugar de seu falecido pai. Nessa situação, o herdeiro de Carlos não poderá continuar a empresa, por ser absolutamente incapaz.

RESPOSTA O art. 974 determina a possibilidade de continuidade da empresa por incapaz, seja em razão de incapacidade superveniente, seja em razão de falecimento de seus pais ou do autor da herança. *Errada.*

3456. Em uma situação em que João, empresário, tenha decidido casar-se e tenha celebrado, com sua futura mulher, pacto pré-nupcial, este deverá ser arquivado e averbado no Registro Público de Empresas Mercantis.

RESPOSTA Em conformidade com o que determina o art. 979, CC. *Correta.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Em cada um dos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada no que se refere a direito comercial (Certo ou Errado).

3457. Sérgio, administrador da pessoa jurídica Gama Ltda., celebrou contrato em nome dessa pessoa jurídica com a pessoa jurídica Delta Ltda. e, no respectivo instrumento, apôs a firma de Gama, omitindo tanto a palavra limitada como a sua abreviatura. Nessa situação, a omissão deve ser considerada mero erro material e não ensejará nenhuma repercussão jurídica.

RESPOSTA A omissão do termo limitada do nome empresarial determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assinarem pela sociedade, conforme informa o art. 1.158, § 3º, CC. *Errada.*

3458. Marcos exerce atividade rural como sua principal profissão. Nessa situação, Marcos poderá requerer, observadas as formalidades legais, sua inscrição perante o Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, equiparando-se, após a sua inscrição, ao empresário sujeito a registro.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 971, CC. *Correta.*

3459. Marcelo e Antônio decidiram constituir sociedade simples adotando a forma de sociedade limitada. Nessa situação, o registro de seus atos deverá ser feito no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das juntas comerciais.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.150, CC. *Errada.*

(Defensor – DPE-CE – 2008 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos ao direito de empresa (Certo ou Errado).

3460. Se um autor de obra literária que ganhou o prêmio de melhor livro de poesia do ano decidir produzir novos livros e comercializá-los, com o auxílio de um colaborador, ele será considerado um empresário individual.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 966, parágrafo único, CC. *Errada.*

3461. Integram o estabelecimento empresarial os débitos da sociedade empresária.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.142, CC, o estabelecimento é o conjunto de bens que o empresário organiza para o exercício da empresa. *Errada.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos ao empresário, ao estabelecimento, ao nome empresarial e ao registro de empresas (Certo ou Errado).

3462. Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, é inadmissível o exercício da atividade empresarial sem a devida inscrição da sociedade empresária na junta comercial.

RESPOSTA O art. 967, CC, ao determinar a necessidade de registro antes do início da atividade, apenas, cria uma obrigação geral para o empresário, para fins de regularidade. *Errada.*

3463. Suponha que a pessoa jurídica Alfa Alimentos Ltda. adquira o estabelecimento empresarial da Beta Indústria Alimentícia Ltda. Nessa situação, a adquirente responderá pelo pagamento de todos os débitos anteriores à transferência, incluindo-se os trabalhistas e tributários, desde que regularmente contabilizados.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 10 e 448, CLT, e com o art. 133, CTN. *Errada.*

3464. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Considere que determinada empresa, constituída no estado de São Paulo e em fase de franca expansão, decida abrir estabelecimento em município do estado do Paraná. Nessa situação, a instituição da filial no Paraná, no que se refere à formalização no registro público de empresas mercantis, deve ser

(A) registrada necessariamente em ambos os estados.
(B) registrada em São Paulo ou no Paraná, a critério da empresa.
(C) apenas averbada em São Paulo.
(D) apenas registrada no estado do Paraná.

(E) registrada no Paraná e averbada em São Paulo.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 969, CC. *Alternativa E*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Acerca da disciplina jurídica do estabelecimento empresarial, julgue o seguinte item (Certo ou Errado).

3465. O estabelecimento empresarial, definido como todo complexo de bens materiais ou imateriais organizado por empresário ou por sociedade empresária, para o exercício da empresa, classifica-se como uma universalidade de direito.

RESPOSTA Apesar de a definição de estabelecimento estar em conformidade com o que determina o art. 1.142, CC, sua natureza jurídica é a de universalidade de fato. *Errada*.

3466. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** A respeito do estabelecimento comercial e do empresário, assinale a opção correta.

(A) Apenas o empresário inscrito na junta comercial sujeita-se às normas do Código Civil.

(B) O contrato de alienação do estabelecimento comercial produzirá efeitos entre as partes somente após seu arquivamento na junta comercial.

(C) Os bens do empresário individual respondem pelas dívidas comerciais que esse empresário contrair no exercício de suas atividades.

(D) O estabelecimento comercial, na condição de universalidade de direito *sui generis*, não pode ser objeto de arresto.

(E) O menor com dezesseis anos de idade completos poderá iniciar atividade empresarial, desde que seja autorizado judicialmente para tal e assistido pelo seu responsável legal até completar a maioridade.

RESPOSTA (A) O empresário não inscrito também submete-se ao regime jurídico empresarial. (B) Art. 1.144, CC (o arquivamento na junta comercial é para produzir efeitos perante terceiros). (C) O empresário individual tem responsabilidade ilimitada. (D) O estabelecimento é uma universalidade de fato. (E) Art. 974, CC (o menor poderá continuar a empresa). *Alternativa C*.

3467. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Alienado o estabelecimento empresarial, é correto afirmar, quanto às obrigações ligadas à sua exploração, que

(A) o adquirente sub-rogar-se-á legalmente em todos os contratos estipulados pelo alienante.

(B) o adquirente não poderá fazer concorrência ao alienante pelo prazo de cinco anos.

(C) o adquirente receberá por cessão todos os créditos do alienante, invalidando-se qualquer pagamento posterior feito pelo devedor ao cedente.

(D) o adquirente obrigar-se-á solidariamente por créditos regularmente contabilizados, vencidos e vincendos, existentes na data do trespasse, agora por ele devidos.

RESPOSTA (A) Art. 1.148, CC. (B) Art. 1.147, CC. (C) Art. 1.149, CC. (D) Art. 1.146, CC. *Alternativa C*.

3468. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Se a atividade empresarial é exercida pelo empresário, sua representação patrimonial denomina-se estabelecimento, que é a reunião de todos os bens necessários para a realização da atividade empresarial, também chamada, sob a influência dos franceses, fundo de comércio, ou, sob a dos italianos, azienda. Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale a opção correta.

(A) Com a edição do atual Código Civil, consagrou-se o entendimento de que o estabelecimento é uma

universalidade de bens que passa a ser uma universalidade de fato, e não, de direito, como era considerado anteriormente.

(B) O aviamento, por ser considerado bem, está sujeito a proteção direta, assim como o patrimônio material ou imaterial da empresa.

(C) Tratando-se de ação renovatória, para que o empresário possa pleitear a renovação compulsória da locação, independentemente da vontade do locador, exige-se que o contrato a renovar seja celebrado por escrito e por prazo indeterminado.

(D) Com o trespasse, presume-se sub-rogado o adquirente nos contratos que, até então firmados pelo alienante, sejam de tratos sucessivos estipulados para a exploração do estabelecimento e tenham caráter pessoal, não se transferindo automaticamente nesse caso.

(E) Com a venda do estabelecimento, altera-se a figura de seu titular, que passa a ser o comprador; com a venda da sociedade empresária, entretanto, não existe alteração do titular do estabelecimento, que permanece o mesmo.

RESPOSTA (A) No direito brasileiro, o estabelecimento nunca foi considerado universalidade de direito. (B) O aviamento não é um bem, mas sim um atributo da empresa. (C) Art. 51, Lei n. 8.245/91 (contrato escrito e com prazo determinado, mínimo, de 5 anos). (D) Art. 1.148, CC. (E) Não se pode confundir contrato de trespasse com cessão de quotas ou com alienação do controle societário. *Alternativa E*.

(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE) Acerca do direito de empresa, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

3469. Se um estabelecimento for alienado, o adquirente assumirá a responsabilidade, perante os credores da empresa, pelas dívidas devidamente contabilizadas na data da alienação, e o alienante ficará solidariamente responsável com o adquirente pelas dívidas vencidas e vincendas contabilizadas na data da alienação, pelo prazo de um ano.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.146, CC. *Correta.*

3470. A empresa é uma atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços, e, se legalmente constituída, adquire capacidade jurídica, tornando-se, portanto, investida de direitos e obrigações.

RESPOSTA O rol de pessoas jurídicas de direito privado se encontra taxativamente previsto no art. 44, CC. *Errada.*

3471. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** A respeito do estabelecimento empresarial, assinale a opção correta.

(A) Caso o empresário individual se separe de seu cônjuge, o estabelecimento será considerado pelo valor do somatório do preço dos bens que o compõem, para fins de divisão do patrimônio do casal.

(B) Ainda que o empresário tenha, em seu patrimônio, bens suficientes para solver o passivo, a anuência dos credores é pressuposto de eficácia da alienação do estabelecimento.

(C) Será garantido o direito de inerência no ponto se o locatário for empresário, e o contrato, superior a cinco anos.

(D) Não havendo pactuação de cláusula de não restabelecimento, o alienante do estabelecimento poderá, três anos após a transferência, restabelecer-se em idêntico ramo de atividade empresarial.

(E) As mercadorias que se encontrem estocadas constituem um dos elementos materiais do estabelecimento.

RESPOSTA (A) Depende do regime de bens do casamento. (B) Art. 1.145, CC. (C) Art. 51, Lei n. 8.245/91 (há outros requisitos). (D) Art. 1.147, CC. (E) Opinião unânime da doutrina. *Alternativa E*.

3472. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Paulo e Vinícius, únicos sócios da Ômega Comércio de Roupas Ltda., decidiram ceder integralmente suas cotas sociais e, também, alienar o estabelecimento empresarial da sociedade para Roberto e Ana. Ômega Comércio de Roupas Ltda. havia celebrado contrato de franquia com conhecida empresa fabricante de roupas e artigos esportivos. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

(A) A eficácia da alienação do estabelecimento empresarial dependerá sempre do consentimento expresso de todos os credores.

(B) O adquirente não responderá por qualquer débito anterior à transferência do estabelecimento empresarial.

(C) O franqueador não poderá rescindir o contrato de franquia com a Ômega Comércio de Roupas Ltda. com base na transferência do estabelecimento.

(D) Os alienantes do estabelecimento empresarial da Ômega Comércio de Roupas Ltda. não poderão fazer concorrência aos adquirentes nos cinco anos subsequentes à transferência, salvo se houver autorização expressa para tanto.

RESPOSTA (A) Art. 1.145, CC. (B) Art. 1.146, CC. (C) Art. 1.148, CC. (D) Art. 1.147, CC. *Alternativa D*.

3473. (Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta com relação a estabelecimento comercial.

(A) Caso o locatário, no momento da propositura da ação renovatória, apresente valor locativo compatível com o valor de mercado, o locador deverá renovar a locação, ainda que ele receba proposta mais vantajosa de terceiro.

(B) A locação empresarial submete-se ao regime jurídico da renovação compulsória, de acordo com o qual a locação deve ser contratada por tempo determinado de, no mínimo, cinco anos, admitida a soma dos prazos de contratos escritos, sucessivamente renovados, podendo esse cálculo ser feito pelo sucessor ou cessionário do locatário.

(C) Não havendo previsão contratual, o adquirente de estabelecimento pode usar o nome do alienante, precedido do seu próprio, com qualificação de sucessor, por ato entre vivos.

(D) A cessão de créditos referentes a estabelecimento transferido não produz efeitos em relação aos devedores.

(E) O estabelecimento comercial compõe o patrimônio do empresário, que possui livre disponibilidade para aliená-lo, sem a necessidade de concordância dos credores.

RESPOSTA (A) Art. 72, III, Lei n. 8.245/91. (B) Art. 51, *caput* e § 1º, Lei n. 8.245/91. (C) Art. 1.164, parágrafo único, CC. (D) Art. 1.149, CC. (E) Art. 1.145, CC. *Alternativa B*.

3474. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Quanto ao que prescreve o Código Civil a respeito do contrato de alienação de estabelecimento empresarial, assinale a opção correta.

(A) O contrato que tenha por objeto a alienação do estabelecimento só produzirá efeitos perante terceiros depois de averbado na junta comercial.

(B) O alienante do estabelecimento pode fazer concorrência ao adquirente, salvo cláusula expressa em sentido contrário.

(C) O adquirente do estabelecimento responde por todo e qualquer débito anterior ao negócio.

(D) Salvo autorização expressa de terceiros contratantes, o adquirente do estabelecimento não se sub-roga nos contratos anteriores ao negócio firmados pelo alienante.

RESPOSTA (A) Art. 1.144, CC. (B) Art. 1.147, CC. (C) Art. 1.146, CC. (D) Art. 1.148, CC. *Alternativa A*.

3475. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Não se concebe a existência de empresário, seja ele pessoa física ou moral, sem o estabelecimento empresarial. Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale opção correta.

(A) A doutrina distingue duas formas de aviamento: o objetivo e o subjetivo, estando o objetivo associado à pessoa que esteja à frente da empresa e que empresta a esta todo o seu prestígio.

(B) Os contratos de trespasse, usufruto ou arrendamento do estabelecimento empresarial produzem efeitos perante terceiros, independentemente de publicação na imprensa oficial e de averbação no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

(C) De acordo com a teoria da personalidade jurídica do estabelecimento, aceita no ordenamento jurídico brasileiro, o estabelecimento é considerado sujeito de direito distinto e autônomo em relação ao empresário.

(D) Consoante o entendimento doutrinário dominante, o estabelecimento é concebido como uma universalidade de bens que passa a ser uma universalidade de fato na medida em que seus vários elementos são reunidos em um objetivo econômico comum.

(E) O patrimônio empresarial não se resume necessariamente ao seu estabelecimento, sendo possível que o empresário adquira bens que não tenham relação direta com sua atividade.

RESPOSTA (A) O aviamento subjetivo está ligado a uma circunstância pessoal do empresário. (B) Art. 1.144, CC. (C) Para o direito brasileiro, o estabelecimento não tem personalidade jurídica; o rol de pessoas jurídicas de direito privado é taxativo e previsto no art. 44, CC. (D) Universalidade de fato é uma pluralidade de bens singulares que tenham destinação unitária (art. 90, CC). (E) Patrimônio é o conjunto de bens e de direitos, e estabelecimento é o conjunto de bens que o empresário organiza para o exercício da empresa (art. 1.142, CC). *Alternativa E*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) No que diz respeito aos livros empresariais e aos contratos empresariais, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

3476. No curso do processo judicial, a eficácia probatória dos livros empresariais contra a sociedade empresária opera-se independentemente de eles estarem corretamente escriturados.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 226, CC. *Correta.*

3477. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Uma das características do mundo globalizado é a adoção de normas internacionais em diversos setores da sociedade. Na área da contabilidade, por exemplo, houve, nos últimos anos, alterações significativas introduzidas pela Lei das Sociedades por Ações. No que se refere à classificação dos componentes patrimoniais, assinale a opção correta com base nas normas legais atualmente aplicáveis.

(A) Os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte devem ser classificados no grupo “realizável a longo prazo”.

(B) O que antes era contabilizado no grupo “investimentos” passou a sê-lo no grupo “imobilizado”.

(C) O grupo “ativo imobilizado” manteve-se como parte do grupo “investimentos”.

(D) As despesas pré-operacionais devem ser registradas como parte do grupo “diferido”.

(E) Todos os ativos que não devam ser contabilizados no “ativo circulante” devem sê-lo no “ativo não circulante”.

RESPOSTA (A) Art. 179, II, Lei n. 6.404/76. (B) Não se confundem “ativo imobilizado” e “investimentos” (art. 179, III e IV, Lei n. 6.404/76). (C) São distintos o “ativo imobilizado” e os “investimentos” (art. 179, III e IV, Lei n. 6.404/76). (D) O ativo diferido foi revogado pela Lei n. 11.941/2009. (E) Art. 178, § 1º, Lei n. 6.404/76. A alternativa A também está correta. Entretanto, o gabarito

oficial é: *Alternativa E*.

3478. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** Acerca da escrituração das sociedades empresárias, assinale a opção *incorreta*.

(A) Atualmente, o diário é o único livro empresarial comum obrigatório. Assim, os livros razão, caixa e estoque são facultativos.

(B) Se o administrador de determinada sociedade empresária, por esquecimento, se abstiver de efetuar a autenticação dos livros empresariais dessa sociedade, tal omissão resultará em impedimento legal para eventual pedido de concordata por parte da sociedade.

(C) À exceção das hipóteses expressamente previstas em lei, é vedado a juiz de direito ordenar diligência para constatar se determinada sociedade empresária observa a correta escrituração de seus livros empresariais.

(D) Em conformidade com as disposições do atual Código Civil, as microempresas e as empresas de pequeno porte estão dispensadas de manter escrituração fiscal e empresarial.

RESPOSTA (A) Art. 1.180, CC. (B) Após 9-6-2005, há recuperação judicial, porém o item continua verdadeiro (art. 51, II, Lei n. 11.101/2005). (C) Art. 1.190, CC. (D) Art. 1.179, § 2º, CC, c/c art. 68, LC n. 123/2006. *Alternativa D*.

3479. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Acerca da escrituração e do estabelecimento empresarial, assinale a opção correta.

(A) Ocorrendo o extravio de livros ou fichas já autenticados pela junta comercial, impõe-se ao empresário, em razão do extravio, o pagamento de multa em favor da junta comercial.

(B) A moderna teoria do direito empresarial equipara o estabelecimento empresarial à sociedade empresária, ambos considerados sujeitos de direito.

(C) A empresa, mas não o estabelecimento empresarial, pode ser alienada, onerada, arrestada ou penhorada.

(D) Define-se estabelecimento empresarial como o conjunto de bens considerados indispensáveis ou úteis ao desenvolvimento da empresa.

(E) De acordo com a sistemática adotada pelo direito empresarial brasileiro, considera-se regular o livro mercantil cuja escrituração seja feita em língua estrangeira, dada a prioridade conferida à técnica utilizada na sua elaboração.

RESPOSTA (A) Art. 10, Decreto-lei n. 486/69. (B) Somente a sociedade é sujeito de direito (art. 44, CC). (C) É o estabelecimento que pode ser alienado, onerado, arrestado ou penhorado; a empresa é, somente, a atividade que o empresário desempenha no estabelecimento. (D) Art. 1.142, CC. (E) Art. 1.183, CC. *Alternativa D*.

3480. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** O nome comercial ou de empresa, ou, ainda, o nome empresarial, compreende, como expressão genérica, três espécies de designação: a firma de empresário (a antiga firma individual), a firma social e a denominação.

Rubens Requião. *Curso de direito comercial*. 1º vol., 27ª ed., S. Paulo: Saraiva, 2007, p. 231 (com adaptações).

Considerando a doutrina relativa às espécies de nomes comerciais, assinale a opção correta.

(A) O direito brasileiro se filia ao sistema legislativo da veracidade ou da autenticidade. Assim, a firma individual deve ser constituída sob o patronímico do empresário individual.

(B) A omissão do termo “limitada” na denominação social não implica necessariamente a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores da firma.

(C) A utilização da expressão “sociedade anônima” pode indicar a firma de sociedade simples ou empresária.

(D) O registro do nome comercial na junta comercial de um estado garante à sociedade constituída a exclusividade da utilização internacional da denominação registrada.

RESPOSTA (A) Art. 34, Lei n. 8.934/94, c/c art. 1.156, CC. (B) Art. 1.158, § 3º, CC. (C) Art. 1.160 c/c art. 982, parágrafo único, CC. (D) Art. 1.166, CC. *Alternativa A*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Com relação ao nome empresarial, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

3481. Considere que Lena seja sócia comanditada de certa sociedade em comandita simples, e João, sócio comanditário. Nessa hipótese, a razão social deve ser composta apenas com o nome de Lena, que possui responsabilidade solidária e ilimitada pelas obrigações sociais.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.157, CC. *Correta.*

3482. Segundo a doutrina majoritária nacional, o direito ao nome empresarial é um direito personalíssimo.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.164, CC. *Correta.*

3483. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** Como regulado pelo Código Civil, o nome empresarial

(A) obedece ao princípio da novidade, que determina a impossibilidade legal de coexistirem dois nomes empresariais idênticos no território nacional.

(B) é elemento do estabelecimento comercial, podendo ser alienado com ou sem trespasse.

(C) refere-se à sociedade empresária, devendo o empresário limitar-se a usar o seu nome civil.

(D) será necessariamente firma, tratando-se de sociedade em conta de participação.

(E) formar-se-á necessariamente sob denominação, se o quadro societário da sociedade limitada a ser nomeada envolver apenas pessoas jurídicas.

RESPOSTA (A) Art. 1.163, CC. (B) Art. 1.164, CC. (C) Arts. 1.155 e 1.156, CC. (D) Art. 1.162, CC. (E) Art. 1.158, CC. *Alternativa E*.

3484. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Com relação ao nome empresarial, assinale a opção correta.

(A) Em princípio, o nome empresarial, após ser registrado, goza de proteção em todo território nacional.

(B) O empresário individual opera sob denominação.

(C) O nome empresarial não pode ser objeto de alienação.

(D) As companhias podem adotar firma ou denominação social.

RESPOSTA (A) Art. 1.166, CC. (B) Art. 1.156, CC. (C) Art. 1.164, CC. (D) Art. 1.160, CC. *Alternativa C*.

3485. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Assinale opção correta acerca do nome empresarial.

(A) Por expressa disposição legal, a sociedade em conta de participação deve operar sob firma ou denominação.

(B) É vedado ao adquirente de estabelecimento usar o nome do alienante precedido do seu próprio, com a qualificação de sucessor, mediante ato entre vivos e autorização contratual, visto que o nome empresarial não pode ser objeto de alienação.

(C) O Código Civil determina que se aplique às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos

direitos da personalidade, sendo entendimento pacífico da doutrina brasileira que o nome empresarial deve ser compreendido como direito da personalidade do empresário.

(D) A firma deve ser composta com o nome de um ou mais sócios, desde que sejam pessoas físicas, de modo indicativo da relação social, podendo ser adotada nas sociedades limitadas, nas sociedades em comandita por ações e nas sociedades anônimas.

(E) A inscrição do nome empresarial deve ser cancelada, a requerimento de qualquer interessado, quando cessar o exercício da atividade para a qual tenha sido adotado o nome, ou quando se ultimar a liquidação da sociedade que o tenha inscrito.

RESPOSTA (A) Art. 1.162, CC. (B) Art. 1.164, parágrafo único, CC. (C) Não se trata de entendimento pacífico na doutrina, existindo corrente doutrinária que avalia o nome empresarial segundo um critério objetivo. (D) Arts. 1.158, 1.160, e 1.161, CC. (E) Art. 1.168, CC. *Alternativa E*.

3486. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Carlos andava pelos corredores de um centro comercial quando observou uma grande loja de materiais esportivos, com um letreiro luminoso, acima da porta, no qual se lia *X Esportes*. Aproximou-se da vitrine e viu uma chuteira dourada com uma etiqueta bordada com o nome *X Chute*. Ao entrar na loja, reencontrou um antigo companheiro, que se identificou como gerente da *X Esportes Ltda*. Ele fez uma rápida pesquisa de preços e, ao se retirar, foi informado pelo velho amigo de que, para consultar os preços da loja, ele poderia acessar o sítio *www.xesportes.com.br*.

No texto acima, as expressões sublinhadas referem-se, respectivamente, a

(A) título de estabelecimento, marca, denominação social e nome de domínio.

(B) nome empresarial, marca, título de estabelecimento e nome de domínio.

(C) título de estabelecimento, patente, nome empresarial e nome de domínio.

(D) nome empresarial, marca, denominação social e endereço de e-mail.

RESPOSTA Título do estabelecimento ou nome fantasia é a expressão que identifica o ponto empresarial. Marca é a expressão que serve para identificar produtos (art. 123, I, Lei n. 9.279/96). Denominação é espécie de nome empresarial (art. 1.155, CC) que pode ser utilizada por sociedade limitada (art. 1.158, CC). Nome de domínio é expressão que identifica um site na internet. *Alternativa A*.

3487. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Com base nos fundamentos do direito empresarial, assinale a opção correta.

(A) O local em que o empresário se estabelece denomina-se propriedade comercial ou ponto, e a proteção jurídica do ponto decorre da sua importância para o sucesso da empresa.

(B) A expressão inglesa *goodwill of a trade* refere-se à escrituração da microempresa e da empresa de pequeno porte.

(C) Veda-se, com o objetivo de evitar a configuração de confusão patrimonial, que uma sociedade empresária seja titular de mais de um estabelecimento.

(D) O estabelecimento empresarial é sujeito de direito, dada a personalização desse complexo de bens.

(E) O direito considera a clientela elemento do estabelecimento empresarial, pois deriva da tutela jurídica a necessária natureza do bem tutelado.

RESPOSTA (A) O ponto é o principal elemento do estabelecimento e, por isso, recebe proteção jurídica, especialmente quando o empresário se estabelece via contrato de locação (art. 51, Lei n. 8.245/91). (B) *Goodwill of a trade* é o mesmo que aviamento e significa o sobrevalor ou potencial de lucratividade de um negócio. (C) É possível uma sociedade ter mais de um estabelecimento. (D) O estabelecimento é objeto de direito, pois não tem personalidade jurídica (art. 44, CC). (E) A clientela é um atributo da empresa, e não um elemento do estabelecimento. *Alternativa A*.

3488. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito do registro de empresas.

(A) Incumbe às juntas comerciais solucionar dúvidas decorrentes da interpretação de leis, regulamentos e demais normas relacionadas com o registro de empresas, expedindo instruções para esse fim.

(B) O registro compreende o arquivamento dos atos concernentes a empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, sendo facultativo o comprovante de pagamento dos serviços correspondentes, a fim de instruir o citado pedido de arquivamento.

(C) Os recursos previstos na legislação dos registros de empresa devem ser interpostos no prazo de dez dias úteis, podendo ter efeitos suspensivos mediante despacho fundamentado da autoridade competente.

(D) Não podem ser arquivados os documentos de constituição ou alteração de empresas mercantis de qualquer espécie ou modalidade em que figure como titular ou administrador pessoa condenada pela prática de contravenção penal com pena que vede o acesso à atividade mercantil.

(E) Das decisões do plenário das juntas comerciais cabe, como última instância administrativa, recurso ao ministro competente, cuja capacidade decisória pode ser delegada, no todo ou em parte.

RESPOSTA (A) Art. 4º, III, Lei n. 8.934/94. (B) Art. 32, II, *c*, c/c art. 37, IV, Lei n. 8.934/84. (C) Arts. 49 e 50, Lei n. 8.934/94. (D) Art. 35, II, Lei n. 8.934/94. (E) Art. 47, Lei n. 8.934/94. *Alternativa E*.

3489. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** No que tange à disciplina aplicável ao registro de empresas e ao empresário irregular, assinale a opção correta.

(A) Conforme a peculiaridade do objeto de exploração da empresa, a sociedade pode ter os seus atos constitutivos depositados no Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).

(B) O leiloeiro deve, obrigatoriamente, matricular-se na junta comercial, sob pena de ser acusado do exercício irregular da atividade.

(C) Em decorrência dos princípios norteadores do registro de empresas, a junta comercial não pode conceder prazo para a correção de vícios nos documentos que lhe são apresentados, ainda que se trate de vícios formais e sanáveis.

(D) Um empresário irregular pode exercer livremente todos os atos da vida civil – como, por exemplo, contrair empréstimo bancário – e, além disso, não estar impedido de praticar atos jurídicos.

(E) As sociedades empresárias devem ser registradas no registro civil de pessoas jurídicas e, caso correspondam a escritórios que prestem serviços de advocacia, devem ter seus atos constitutivos levados à OAB.

RESPOSTA (A) Art. 8º, I, Lei n. 8.934/94. (B) Art. 32, I, Lei n. 8.934/94. (C) Art. 40, Lei n. 8.934/94. (D) Arts. 48 e 97, § 1º, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 1.150, CC. *Alternativa B*.

3490. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Considerando o sistema de registro público do empresário, assinale a opção correta à luz da legislação pertinente.

(A) Não incumbe às juntas comerciais expedir carteiras de exercício profissional de pessoas legalmente inscritas no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

(B) Os recursos de que trata a lei do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins têm efeito suspensivo, sendo indeferidos liminarmente pelo presidente da junta os interpostos fora do prazo ou antes da decisão definitiva, os quais devem ser, em qualquer caso, anexados ao processo.

(C) O Departamento Nacional de Registro do Comércio é um dos órgãos do Sistema Nacional de

Registro de Empresas Mercantis, com funções executoras e administradoras no plano técnico, e supletiva, no plano administrativo.

(D) A junta comercial não está autorizada a dar andamento a qualquer documento de alteração de firmas individuais ou sociedades sem que dos respectivos requerimentos e instrumentos conste o número de identificação de registro de empresas.

(E) O registro público do empresário compreende a matrícula (e respectivo cancelamento) dos atos concernentes às empresas mercantis estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil.

RESPOSTA (A) Art. 8º, V, Lei n. 8.934/94. (B) Arts. 48 e 49, Lei n. 8.934/94. (C) Art. 3º, Lei n. 8.934/94. (D) Art. 35, parágrafo único, Lei n. 8.934/94. (E) Art. 32, Lei n. 8.934/94. *Alternativa D*.

3491. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** A respeito do registro público de empresas, assinale a opção correta.

(A) As juntas comerciais estão subordinadas, relativamente a matérias administrativas, ao Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).

(B) O registro a cargo das juntas comerciais compreende a matrícula dos atos constitutivos das sociedades empresárias.

(C) De acordo com a legislação, deve haver uma junta comercial em cada unidade federativa, com sede na capital e jurisdição na área da circunscrição territorial respectiva.

(D) Compete às juntas comerciais a matrícula de declarações de microempresas.

(E) A secretaria-geral, órgão de representação, integra a estrutura básica das juntas comerciais.

RESPOSTA (A) Art. 6º, Lei n. 8.934/94. (B) Art. 32, Lei n. 8.934/94. (C) Art. 5º, Lei n. 8.934/94. (D) Art. 32, II, *d*, Lei n. 8.934/94. (E) Art. 9º, IV, Lei n. 8.934/94. *Alternativa C*.

3492. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere à lei que disciplina o registro público de empresas mercantis e atividades afins.

(A) O registro compreende exclusivamente a matrícula (e a possibilidade de seu cancelamento) dos instrumentos de escrituração das empresas mercantis registradas e dos agentes auxiliares do comércio, na forma de lei própria.

(B) Os pedidos de arquivamento devem ser instruídos com cópia do instrumento de constituição da sociedade empresária assinado pelos sócios, bem como pela declaração do administrador de não estar impedido de exercer atividade empresarial.

(C) Sujeita-se ao regime de decisão singular das juntas comerciais o arquivamento dos atos referentes a transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades empresárias, bem como das atas de assembleias gerais das sociedades anônimas.

(D) Serão arquivados os documentos que desobedecerem às prescrições legais ou regulamentares e os que colidirem com o respectivo estatuto ou contrato não modificado anteriormente.

(E) É vedado o arquivamento dos documentos de constituição ou alteração de sociedades empresárias de qualquer espécie ou modalidade em que figure como titular ou administrador pessoa condenada por crime para o qual esteja prevista pena que vede o acesso à atividade empresarial.

RESPOSTA (A) Art. 32, I, Lei n. 8.934/94. (B) Art. 37, Lei n. 8.934/94. (C) Art. 41, I, *b*, Lei n. 8.934/94. (D) Art. 35, I, Lei n. 8.934/94. (E) Art. 35, II, Lei n. 8.934/94. *Alternativa E*.

3493. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** No que se refere às sociedades empresárias e ao empresário, assinale a opção correta.

(A) A sociedade que continuar a funcionar após a decretação de sua inatividade voltará ao *status* jurídico anterior, ou seja, de sociedade empresária regular.

(B) Uma sociedade empresária irregular tem legitimidade ativa para pedir falência de outro comerciante.

(C) A falta do registro na junta comercial importa a aplicação de sanções de natureza fiscal e administrativa, mas não impede a matrícula do empresário no INSS.

(D) Tanto o microempresário quanto o empresário de pequeno porte devem cumprir a obrigação geral de registro na junta comercial.

(E) A junta comercial, após o cancelamento do registro de sociedade empresária, deve comunicar o fato às autoridades arrecadadoras.

RESPOSTA (A) Art. 60, Lei n. 8.934/94 (a sociedade que continuar será considerada irregular). (B) Art. 97, § 1º, Lei n. 11.101/2005. (C) Empresário irregular não consegue realizar sua matrícula perante o INSS. (D) Art. 3º, LC n. 123/2006, c/c art. 1.150, CC (Se forem sociedades simples, registram-se no cartório de pessoas jurídicas). (E) Art. 60, § 3º, Lei n. 8.934/94. *Alternativa E*.

3494. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Com base no que dispõe o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, assinale a opção correta.

(A) Compete às entidades de âmbito municipal envolvidas na abertura e fechamento de empresas a exigência de documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde será instalada a sede, filial ou outro estabelecimento, e de comprovação de regularidade de prepostos dos empresários ou pessoas jurídicas com seus órgãos de classe, como requisito para deferimento de ato de inscrição de empresa.

(B) É considerada microempresa a sociedade empresária que, devidamente inscrita no registro de empresas mercantis, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 240.000,00 e igual ou inferior a R$ 2.400.000,00.

(C) A microempresa que, no decurso do ano-calendário de início de atividade, ultrapassar o limite de R$ 50.000,00 multiplicados pelo número de meses de funcionamento estará excluída do regime do estatuto das microempresas, com efeitos a partir do ano seguinte.

(D) A alteração dos atos constitutivos referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão envolvido no registro empresarial e na abertura da empresa somente ocorrerá mediante a regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário ou da sociedade empresária.

(E) A pessoa jurídica que exerça atividade de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar não poderá beneficiar-se do tratamento jurídico previsto no estatuto em apreço.

RESPOSTA (A) Art. 10, II e III, LC n. 123/2006. (B) Art. 3º, LC n. 123/2006. (C) Art. 3º, § 7º, LC n. 123/2006. (D) Art. 9º, LC n. 123/2006. (E) Art. 3º, § 4º, VII, LC n. 123/2006. *Alternativa E*.

3495. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** De acordo com as legislações que instituíram o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, assinale a opção correta.

(A) As microempresas e as empresas de pequeno porte que optarem pelo SIMPLES Nacional farão jus à apropriação e à transferência dos créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo SIMPLES Nacional.

(B) Para os efeitos legais, nenhuma pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativa pode beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto no estatuto em epígrafe.

(C) A certidão dos atos de constituição e de alteração de sociedades mercantis emitida pelas juntas comerciais em que foram arquivados constitui o documento hábil para a transferência, por transcrição no registro público competente, dos bens com que o subscritor tenha contribuído para a formação ou aumento do capital social.

(D) A lei impede que o município conceda alvará de funcionamento provisório para o microempreendedor individual, para microempresas e para empresas de pequeno porte, nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, ou, ainda, estejam os estabelecimentos instalados em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária.

(E) Podem ser arquivados os atos constitutivos de empresas mercantis que não designem o respectivo capital ou a declaração precisa de seu objeto, cuja indicação, no nome empresarial, é facultativa.

RESPOSTA (A) Art. 23, LC n. 123/2006. (B) Art. 3º, § 4º, VI, LC n. 123/2006. (C) Art. 64, Lei n. 8.934/94. (D) Art. 7º, LC n. 123/2006. (E) Art. 35, III, Lei n. 8.934/94. *Alternativa C*.

3496. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Com base na Lei Complementar n. 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, assinale a opção correta.

(A) O cadastro fiscal estadual ou municipal do microempreendedor individual poderá ser simplificado ou sua exigência poderá ser postergada, sem prejuízo da possibilidade de emissão de documentos fiscais de compra, venda ou prestação de serviços, vedada a imposição de custos pela autorização para emissão, com exceção da modalidade avulsa.

(B) Considerando-se o tratamento privilegiado dado à microempresa ou à empresa de pequeno porte em matéria de licitações públicas, essas empresas poderão emitir um tipo especial de título de crédito quando a administração pública não pagar, em até trinta dias contados da data de liquidação, valores referentes a empenhos liquidados de titularidade.

(C) Incumbe ao comitê gestor do SIMPLES Nacional dispor sobre a exigência da certificação digital para o cumprimento de obrigações principais e acessórias por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo SIMPLES Nacional, não se incluindo o microempreendedor individual.

(D) Os créditos apurados no SIMPLES Nacional não poderão ser utilizados para extinção de outros débitos com as fazendas públicas, mesmo após a exclusão da empresa do SIMPLES Nacional.

(E) No caso de existência de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, o microempreendedor individual que se encontre sem movimento há mais de doze meses poderá solicitar a baixa nos registros, independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas.

RESPOSTA (A) Art. 4º, § 1º, II, LC n. 123/2006. (B) Art. 46, LC n. 123/2006. (C) Art. 26, § 7º, LC n. 123/2006. (D) Art. 21, § 10, LC n. 123/2006. (E) Art. 9º, § 3º, LC n. 123/2006. *Alternativa B*.

3497. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Quanto aos prepostos, segundo o que preceitua o Código Civil, assinale a opção *incorreta*.

(A) O preposto pode, mesmo sem autorização escrita, fazer-se substituir no desempenho da preposição.

(B) Considera-se gerente o preposto permanente no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência.

(C) O gerente, pelas obrigações resultantes do exercício da sua função, pode figurar em juízo em nome do preponente.

(D) Se o preposto, encarregado pelo preponente, recebe sem protesto, salvo nos casos em que haja prazo para reclamação, papéis, bens ou valores, essa entrega é considerada perfeita.

RESPOSTA (A) Art. 1.169, CC. (B) Art. 1.172, CC. (C) Art. 1.176, CC. (D) Art. 1.171, CC. *Alternativa A*.

3498. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do direito de empresa e seus institutos.

(A) A principal finalidade do nome empresarial é identificar o local no qual é exercida a atividade do empresário e onde tem contato com o público.

(B) É dispensável que constem, no requerimento de inscrição da sociedade empresária, no registro público competente, informações relativas ao capital social e à sede da empresa.

(C) Nas sociedades em comum, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

(D) A inscrição do contrato social da sociedade em conta de participação na junta comercial respectiva não confere personalidade jurídica à sociedade.

(E) Nas sociedades anônimas, as ações averbadas em conformidade com acordo de acionistas deverão ser negociadas em bolsa de valores ou no mercado de balcão.

RESPOSTA (A) O nome empresarial é o nome do empresário, e não do estabelecimento, art. 1.155, CC. (B) Devem constar, dentre outras informações, a sede e o capital social, na inscrição da sociedade, art. 997, CC. (C) Na sociedade em comum, a responsabilidade é solidária e ilimitada, art. 990, CC. (D) Art. 993, CC. (E) Ações do acordo de acionistas não podem ser negociadas, art. 118, § 4º, Lei n. 6.404/76. *Alternativa D*.

II. Teoria Geral de Direito Societário

3499. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Acerca do exercício da empresa em sociedade, assinale a opção correta.

(A) A constituição de sociedade para a realização de apenas um negócio determinado é incompatível com a atividade empresarial, pois impede a habitualidade de seu exercício.

(B) O conceito de sociedade implica o exercício de atividade econômica, embora nem toda sociedade que realize atividade econômica seja necessariamente considerada empresarial.

(C) A qualificação de uma sociedade como empresarial só ocorre quando ela exerce atividade própria de empresário sujeito a registro.

(D) A sociedade que precipuamente exercer atividade de empresário rural só poderá adotar tipo reservado às sociedades empresárias.

RESPOSTA (A) Art. 981, parágrafo único, CC. (B) Arts. 981 e 982, CC. (C) Art. 982, parágrafo único, CC. (D) Art. 984, CC. *Alternativa B*.

3500. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correspondente a exemplo de sociedade simples.

(A) empresa limitada destinada ao comércio de alimentos aos consumidores.

(B) sociedade destinada ao exercício de profissão intelectual na forma de sociedade por ações.

(C) sociedade limitada destinada ao comércio de miudezas aos consumidores.

(D) sociedade cooperativa de produtores rurais.

(E) sociedade por ações destinada a atividades artísticas.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 982, parágrafo único, CC. *Alternativa D*.

3501. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Considerando os vários tipos de sociedades descritos no Código Civil e com base na teoria geral do direito empresarial, assinale a opção correta.

(A) As cooperativas, independentemente do objeto social, são sempre sociedades simples.

(B) A sociedade anônima pode adotar a forma simples, desde que o seu objeto social compreenda atividades tipicamente civis.

(C) A sociedade simples não possui personalidade jurídica, sendo desnecessária a inscrição de seu contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.

(D) Na sociedade em comum, todos os sócios respondem limitadamente pelas obrigações da sociedade; assim, todos os sócios podem valer-se do benefício de ordem a que os sócios da sociedade simples fazem jus.

RESPOSTA (A) Art. 982, parágrafo único, CC. (B) Art. 982, parágrafo único, CC. (C) Art. 998, CC. (D) Art. 990, CC. *Alternativa A*.

3502. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Acerca da sociedade em comum, assinale a opção correta.

(A) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.

(B) O regime da sociedade em comum aplica-se também às sociedades por ações em organização.

(C) A sociedade em comum é uma espécie societária personificada.

(D) Os bens e as dívidas da sociedade em comum constituem patrimônio especial, administrado e titularizado pelo sócio administrador.

RESPOSTA (A) Art. 990, CC. (B) Art. 986, CC. (C) Arts. 985 e 986, CC. (D) Art. 988, CC. *Alternativa A*.

3503. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Armando e Arnaldo, advogados, resolveram celebrar contrato de sociedade para realizar, por prazo indeterminado, a fabricação regular de peças para automóveis. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O instrumento do contrato deverá ser inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em razão de os sócios serem advogados.

(B) Sendo ambos os sócios advogados, a sociedade será necessariamente simples.

(C) A sociedade só existirá se o instrumento do contrato for submetido a registro.

(D) O instrumento do contrato deverá ser inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, por ser empresarial o objeto da atividade.

RESPOSTA (A) Art. 1.150, CC. (B) Art. 982, CC. (C) Art. 981, CC. (D) Art. 982 c/c art. 1.150, CC. *Alternativa D*.

3504. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Considerando a disciplina aplicável às sociedades empresárias, assinale a opção correta.

(A) À luz do Código Civil brasileiro, a sociedade de capital e indústria é um tipo de sociedade empresária.

(B) A sociedade em nome coletivo é sociedade de capital, pois a contribuição material é mais importante que as características subjetivas dos sócios.

(C) Na sociedade empresária, o sócio não pode, em nenhuma circunstância, desligar-se por declaração unilateral imotivada, estando condicionado à estabilidade do vínculo societário.

(D) A personalidade jurídica da sociedade empresária termina com o procedimento dissolutório, que compreende obrigatoriamente a dissolução, a liquidação e a partilha.

(E) O princípio da autonomia patrimonial tem aplicação ilimitada, devendo o juiz observá-lo estritamente.

RESPOSTA (A) A sociedade de capital e indústria foi revogada com o atual Código Civil brasileiro. (B) A sociedade em nome coletivo é um dos exemplos de sociedade de pessoa. (C) O direito de retirada dos sócios se encontra regulamentado no art. 1.029, CC. (D) Art. 51, CC. (E) Em determinados casos, a autonomia patrimonial deve ser desconsiderada (art. 50, CC). *Alternativa D*.

3505. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** A sociedade simples difere, essencialmente, da sociedade empresária porque

(A) aquela não exerce atividade própria de empresário sujeito a registro, ao contrário do que ocorre nesta.

(B) aquela não exerce atividade econômica nem visa ao lucro, ao contrário desta.

(C) naquela, a responsabilidade dos sócios é sempre subsidiária, enquanto nesta, é sempre limitada.

(D) aquela deve constituir-se apenas sob as normas que lhe são próprias, enquanto esta pode constituir-se utilizando-se de diversos tipos.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 982, CC. *Alternativa A*.

3506. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Três pessoas uniram-se e passaram a desenvolver atividade econômica informal – venda de camisetas com pinturas exclusivas. Uma passou a cuidar das compras e administração (o administrador), outra, das pinturas (o artista) e a outra, das vendas (o vendedor). O negócio cresceu e, após o vendedor dar expressamente sua aceitação a determinada encomenda, não foi possível cumprir os prazos estipulados para a entrega. O comprador, então, decidiu ajuizar ação para reaver os prejuízos. Com base nessa situação, é correto afirmar que a responsabilidade cabe

(A) aos três, pois são solidários no negócio.

(B) ao administrador e ao vendedor, em razão das funções que cada um exerce no negócio.

(C) à pessoa jurídica que representar a sociedade.

(D) ao vendedor, pois foi ele quem assinou a aceitação da encomenda.

(E) ao administrador, pois ele é o gestor do negócio.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 990, CC, em face de a atividade econômica informal denotar que se está diante de uma sociedade em comum. *Alternativa A*.

3507. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** Acerca do direito de empresa, assinale a opção correta.

(A) Considere que, em 5/4/2004, Alessandra e Cristine decidiram formar determinada sociedade, cujos atos constitutivos só foram inscritos no registro próprio em 6/7/2004. Nesse caso, durante o período compreendido entre 5/4/2004 e 6/7/2004, a sociedade não possuiu personalidade jurídica.

(B) Considere que Joana e Márcia sejam sócias da sociedade empresária Elite Segurança Ltda. Nessa situação, Joana e Márcia são consideradas empresárias, conforme disposições do Código Civil.

(C) Não há impedimento legal à contratação de sociedade empresária entre cônjuges casados sob o regime de comunhão universal de bens.

(D) A sociedade que, no exercício de atividade de natureza científica, produza bens e serviços de

consumo é considerada empresária, em conformidade com o atual ordenamento civil.

RESPOSTA (A) Art. 1.151, §§ 2º e 3º, CC. (B) Sócio não pode ser considerado empresário. Só existem três espécies de empresários para o Código Civil: o empresário individual, a sociedade empresária e a EIRELI (art. 966, CC). (C) Art. 977, CC. (D) Art. 982, CC. *Alternativa A*.

3508. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** A respeito das sociedades reguladas pelo Código Civil, assinale a opção correta.

(A) O reconhecimento de pessoa jurídica como sociedade empresária impõe que ela tenha como objeto o exercício de atividade própria de empresário.

(B) Os sócios podem responder subsidiariamente pelas obrigações sociais, sendo sua responsabilidade, em casos tipificados, limitada.

(C) A sociedade simples pode ter como principal objeto o exercício de atividade não econômica.

(D) Por decorrer de contrato, a existência de qualquer sociedade exige a presença ininterrupta de, pelo menos, duas pessoas em seu quadro societário.

(E) O valor do capital social da sociedade quantifica o valor de seu patrimônio líquido, como expresso na escrituração contábil da empresa.

RESPOSTA (A) A sociedade anônima é empresária, independentemente do objeto social (art. 982, parágrafo único, CC). (B) Art. 1.024, CC. (C) Art. 981, CC (o conceito de sociedade implica o de atividade econômica). (D) Art. 1.033, IV, CC. (E) Capital social é o somatório das contribuições individuais prometidas por cada sócio; patrimônio líquido é o resultado da subtração do valor do ativo pelo do passivo. *Alternativa B*.

3509. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** No que se refere a sociedades, assinale a opção correta.

(A) Segundo a jurisprudência, caso o administrador de uma sociedade simples aliene bens dessa sociedade, exorbitando, ao praticar esse ato, de seu mandato, o ato será anulado e o adquirente terá o direito de exigir perdas e danos desse administrador, mas não da sociedade.

(B) Se, em determinada sociedade simples, um dos sócios associar estranho ao seu quinhão social sem o concurso dos demais sócios, restará configurada subsociedade, o que é vedado pelo ordenamento jurídico nacional.

(C) O ato de renúncia do administrador de sociedade limitada torna-se eficaz em relação à sociedade e a terceiros a partir de sua averbação e publicação.

(D) Se, diante de omissão do contrato social, sócio de sociedade limitada ceder sua quota a outro sócio sem a autorização dos demais, esse ato de cessão será nulo, visto que a subscrição dos demais sócios é condição de validade e eficácia da cessão, mesmo na hipótese de omissão do contrato.

(E) A pretensão de cooperativa de ser sócia de determinado tipo societário não encontra amparo na ordem jurídica nacional, já que a natureza de sociedade simples da cooperativa a impede de ser sócia de qualquer tipo societário.

RESPOSTA (A) Art. 1.015, parágrafo único, CC. (B) Art. 1.003, CC. (C) Art. 1.063, § 3º, CC. (D) Art. 1.057, CC. (E) Art. 88, Lei n. 5.674/71. *Alternativa A*.

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) Acerca do direito de empresa, julgue os itens a seguir.

3510. A sociedade simples é a que exerce atividade econômica não comercial ou não empresarial, como as de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, salvo se referida atividade constituir-se em elemento de empresa.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 982, em interpretação conjunta com o parágrafo único do art. 966, CC. *Correta*.

3511. Marido e mulher casados sob o regime da comunhão universal não podem contratar a formação de sociedade empresária.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 977, CC. *Errada.*

3512. Na sociedade em conta de participação, o sócio oculto participa com capital e responde integralmente perante terceiros, pois assume todo o negócio em seu nome individual.

RESPOSTA Sócio oculto é o mesmo que sócio participante. Em conformidade com o art. 991, parágrafo único, CC. *Errada.*

3513. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Com base nas disposições do Código Civil relativas à sociedade em conta de participação, é correto afirmar que

(A) somente sócios que sejam pessoas físicas podem constituí-la.
(B) apenas os sócios ostensivos podem exercer a atividade constitutiva do objeto social.
(C) o ato constitutivo da sociedade deve ser, obrigatoriamente, inscrito na junta comercial.
(D) todos os sócios devem responder ilimitadamente pelas obrigações sociais devidas a terceiros.

RESPOSTA (A) É possível que os sócios sejam pessoas jurídicas, dada a inexistência de restrição pelo legislador. (B) Art. 991, CC. (C) Art. 993, CC (é sociedade sem personalidade jurídica e, por isso, não necessita de registro). (D) Art. 991, parágrafo único, CC. *Alternativa B.*

3514. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com base no direito societário.

(A) A responsabilidade dos administradores, atribuída às sociedades simples, não é aplicável às sociedades limitadas em cujo contrato social esteja prevista a aplicação supletiva das normas das sociedades anônimas.
(B) Não desfigura a sociedade simples o fato de o contrato social prever distribuição de lucros, rateio de despesas e concurso de auxiliares, considerando-se da essência do contrato de sociedade a partilha do risco entre os sócios.
(C) A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, o qual, além de cláusulas estipuladas pelas partes, deve conter denominação, objeto, sede e prazo da sociedade, com rol exaustivo, não havendo outras exigências para fins de registro.
(D) Para ocorrer uma transformação societária, é necessária a existência de sociedade empresária, sendo possível transformar uma associação civil, uma cooperativa, uma fundação ou mesmo um empresário individual em sociedade empresária.
(E) Admite-se o acordo de sócios nas sociedades simples, por aplicação analógica das normas relativas às sociedades por ações pertinentes ao acordo de acionistas.

RESPOSTA (A) Art. 1.053, CC. (B) Art. 981, CC. (C) Art. 997, CC (o rol é exemplificativo). (D) A transformação só pode ocorrer: a) entre sociedades; b) entre sociedade e empresário individual; e c) entre sociedade e EIRELI (art. 1.033, parágrafo único, CC). (E) Há norma própria para o acordo de sócios na sociedade simples (art. 997, parágrafo único, CC). *Alternativa B.*

3515. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** De acordo com a classificação das sociedades empresárias, do regime jurídico dos sócios, da sociedade limitada, da sociedade em comandita por ações e da sociedade subsidiária integral, assinale a opção correta.

(A) A sociedade em comandita por ações, ao contrário das sociedades anônimas, não conta com conselho de administração, não pode ter capital autorizado, por meio de autorização estatutária, para aumento do capital social, e não pode emitir bônus de subscrição.

(B) A sociedade subsidiária integral representa exceção à regra segundo a qual as sociedades deverão contar com pelo menos dois sócios, pois se caracteriza como sociedade unipessoal, não sendo obrigatório que a sua constituição seja sob a forma de sociedade anônima.

(C) Admite-se a possibilidade de o contrato social da sociedade limitada contemplar a existência de um conselho fiscal, o que a doutrina denomina direito de recesso, devendo os membros do conselho fiscal, segundo a legislação, exercer a função de fiscalização dos atos da administração da sociedade de forma isenta e imparcial.

(D) De acordo com posicionamento pacífico dos tribunais, o menor somente pode ingressar na sociedade limitada se não lhe forem atribuídos quaisquer poderes de gerência ou administração, não sendo necessário que o capital da sociedade esteja totalmente integralizado.

(E) Entre as várias classificações das sociedades empresárias, incluem-se as contratuais e de responsabilidade mista, sendo contratuais a sociedade em nome coletivo, a em comandita simples e a limitada, e de responsabilidade mista apenas a sociedade simples e a em comandita simples.

RESPOSTA (A) Art. 284, Lei n. 6.404/76. (B) Art. 251, Lei n. 6.404/76. (C) Arts. 1.029 (direito de recesso) e 1.060 (conselho fiscal), CC. (D) Art. 974, § 3º, CC. (E) Sociedade simples e em comandita simples, também, operam mediante contrato social; a classificação correta poderia ser: sociedade contratual e sociedade estatutária. *Alternativa A*.

3516. (Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE) Suponha que uma sociedade simples abandone o seu objeto social e passe a exercer como principal atividade a compra de bens móveis e sua posterior revenda no mercado, auferindo, após um ano, lucro de um milhão de reais. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta consoante o Código Civil.

(A) A sociedade, por ser simples, pode ser transformada em sociedade empresarial mediante aprovação da maioria dos sócios, em assembleia convocada para tal fim.

(B) A sociedade simples e os seus administradores serão qualificados como empresários irregulares.

(C) A sociedade, por ser simples, não pode ter acionistas, uma vez que somente sócios-quotistas poderão compor o seu quadro societário.

(D) Por não cumprir o seu objeto social, à referida sociedade aplicam-se as disposições que regulam a sociedade em comum.

(E) Caso os sócios queiram extinguir a sociedade, poderão fazê-lo por meio de fusão com uma sociedade empresarial que já exerça a atividade citada.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.119, CC. *Alternativa E*.

3517. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) Com relação ao empresário e às sociedades empresárias, assinale a opção correta.

(A) O contrato social, instrumento assinado pelos sócios para ajustamento de seus interesses recíprocos, é o ato celebrado entre os sócios da sociedade limitada.

(B) Na sociedade anônima, a participação do sócio, uma contrapartida à contribuição que ele dá ao capital social, é denominada cota.

(C) Como a participação societária integra o patrimônio de cada sócio, este não pode aliená-la ou onerá-la livremente e sem qualquer restrição.

(D) Para ser administrador de sociedade limitada ou anônima, é necessário ser sócio.

(E) Sendo a empresa explorada por pessoa jurídica uma sociedade empresária, é correto denominar empresário o sócio da sociedade empresária.

RESPOSTA (A) Art. 1.054, CC. (B) Art. 1.088, CC. (C) A alienação da participação societária depende do tipo societário e da existência de previsão no ato constitutivo, sendo livre, por exemplo, na sociedade anônima. (D) Art. 1.060, CC, e art. 146, Lei n.

6.404/76. (E) Sócio não se confunde com empresário. Só existem três espécies de empresários para o Código Civil: o empresário individual, a sociedade empresária e a EIRELI (art. 966, CC). *Alternativa A*.

3518. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta no que concerne às sociedades.

(A) A sociedade em comandita simples é composta por sócios comanditários e comanditados, estes, necessariamente, pessoas físicas com responsabilidade solidária e ilimitada pelas obrigações sociais.

(B) Na sociedade em comandita por ações, o acionista exercerá a função de diretor ou administrador, se assim o desejar; caso contrário, a função poderá ser exercida por qualquer pessoa estranha à sociedade.

(C) Na conta de participação, o empreendedor associa-se a investidores para explorar atividade filantrópica; por isso, o sócio participante não se torna solidariamente responsável pelas obrigações contraídas.

(D) Podem fazer parte da sociedade em nome coletivo tanto a pessoa física quanto a pessoa jurídica.

(E) Não sendo empresárias as sociedades simples, suas normas não se aplicam aos tipos societários menores, como, por exemplo, às sociedades em nome coletivo.

RESPOSTA (A) Art. 1.045, CC. (B) Art. 1.091, CC. (C) Conta de participação é uma modalidade de sociedade (art. 991, CC), exercendo atividade econômica (art. 981, CC). (D) Art. 1.039, CC. (E) A sociedade simples tem a função de servir, regra geral, como norma supletiva para os demais tipos, aplicando-se, por exemplo, às sociedades em nome coletivo (art. 1.040, CC). *Alternativa A*.

3519. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** A respeito dos diversos tipos societários, assinale a opção correta.

(A) A sociedade simples é tipo societário não personificado, mesmo que os seus atos constitutivos sejam devidamente registrados.

(B) Na sociedade em conta de participação, o sócio ostensivo responde de maneira ilimitada pelas dívidas sociais.

(C) Aplicam-se à sociedade anônima em fase de organização as regras atinentes à sociedade em comum enquanto não ultimados os atos de registro.

(D) A sociedade em nome coletivo é tipo societário personificado cujos sócios podem ser pessoas físicas ou jurídicas.

(E) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, inclusive a responsabilidade pela integralização do capital social.

RESPOSTA (A) Art. 997, CC. (B) Art. 991, parágrafo único, CC. (C) Art. 986, CC. (D) Art. 1.039, CC. (E) Art. 1.052, CC. *Alternativa B*.

3520. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** A respeito da classificação das sociedades em simples e empresárias, bem como da relação prevista em lei entre os tipos societários pertencentes a cada um desses grupos, é correto afirmar que as regras legais relativas à sociedade simples

(A) são subsidiárias às da sociedade cooperativa, e as regras relativas à sociedade limitada são subsidiárias às demais sociedades empresárias, especialmente a sociedade anônima.

(B) são subsidiárias a todos os tipos societários.

(C) aplicar-se-ão à sociedade limitada se o respectivo contrato social não estabelecer a regência supletiva das normas sobre sociedade anônima.

(D) são subsidiárias apenas à sociedade em nome coletivo e à sociedade em comandita simples.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 986, 996, 1.040, 1.046, 1.053, 1.090 e 1.096, CC. *Alternativa C*.

3521. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Os diversos tipos societários contemplados no ordenamento jurídico são configurados com base, entre outros critérios, na natureza da responsabilidade das pessoas dos sócios. Considerando essa responsabilidade em relação às obrigações da sociedade, assinale a opção correta.

(A) Nas sociedades limitadas e nas em comandita por ações, todos os sócios, incluindo-se o que exerça a função de diretor, respondem somente pelo valor das respectivas quotas ou ações.
(B) Nas sociedades simples, a responsabilidade dos sócios é sempre solidária.
(C) Nas sociedades despersonificadas e nas em nome coletivo, a responsabilidade dos sócios é solidária.
(D) Nas sociedades em nome coletivo e nas em comandita simples, todos os sócios respondem solidariamente pelas obrigações sociais.
(E) No que tange à responsabilidade dos acionistas, o tratamento dispensado pelo direito às sociedades anônimas e às em comandita por ações é exatamente o mesmo.

RESPOSTA (A) Arts. 1.052 e 1.091, CC. (B) Art. 1.024, CC. (C) O sócio participante, na sociedade em conta de participação, que é despersonificada, tem responsabilidade limitada (art. 991, parágrafo único, CC). (D) O sócio comanditário, na sociedade em comandita simples, tem responsabilidade limitada (art. 1.045, CC). (E) Arts. 1.088 e 1.091, CC. *Alternativa C*.

3522. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Quanto ao regime de responsabilidade dos sócios por dívidas da sociedade, de acordo com o Código Civil, assinale a opção *incorreta*.

(A) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
(B) Na sociedade em comum, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.
(C) Na sociedade em nome coletivo, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
(D) Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditários, pessoas físicas, são responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

RESPOSTA (A) Art. 1.052, CC. (B) Art. 990, CC. (C) Art. 1.039, CC. (D) Art. 1.045, CC. *Alternativa D*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Com relação à responsabilidade dos sócios e administradores, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

3523. O administrador de sociedade empresária não responde pessoalmente pelas obrigações que contrair em nome da sociedade por atos regulares de gestão, estando, contudo, obrigado pessoalmente e solidariamente a reparar o dano, por ato ilícito se, no âmbito de suas atribuições e poderes, agir de forma culposa.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 47 e 1.016, CC. *Correta.*

3524. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Considerando que três primos, Mauro Vaz, Paulo Torres e Saulo Silva, constituam uma sociedade em nome coletivo para atuar no ramo de venda de livros, denominada Vaz, Torres & Cia., assinale a opção correta, com base nas normas que regem as sociedades em nome coletivo.

(A) Por expressa determinação legal, apenas Mauro, Paulo e Saulo podem ser administradores da Vaz, Torres & Cia., por serem seus sócios.
(B) O nome empresarial Vaz, Torres & Cia. é exemplo de denominação social, próprio das sociedades em nome coletivo.
(C) A responsabilidade dos sócios da Vaz, Torres & Cia. pelas obrigações sociais é limitada ao valor de suas quotas.
(D) Os credores da Vaz, Torres & Cia. têm a faculdade de executar diretamente os bens dos sócios antes de procederem à execução dos bens sociais da sociedade.

RESPOSTA (A) Art. 1.042, CC. (B) Art. 1.157, CC. (C) Art. 1.039, CC. (D) Art. 1.024, CC. *Alternativa A.*

3525. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Uma sociedade voltada à consecução de atividade econômica em que todos os sócios sejam pessoas físicas, empresárias ou não, que respondam, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais, é regulada pelo Código Civil como uma sociedade

(A) em comandita por ações.
(B) em nome coletivo.
(C) em comandita simples.
(D) limitada.
(E) anônima.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.039, CC. *Alternativa B.*

3526. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Nas sociedades em nome coletivo,

(A) os sócios podem ser pessoas físicas ou jurídicas.
(B) o falecimento de sócio implica a liquidação das quotas do falecido, caso o contrato social seja omisso a tal respeito.
(C) a administração pode competir a sócio ou a terceiro designado pelos sócios.
(D) os sócios respondem, de forma subsidiária e limitada à integralização de suas quotas, pelas obrigações sociais.

RESPOSTA (A) Art. 1.039, CC. (B) Art. 1.028, CC. (C) Art. 1.042, CC. (D) Art. 1.039, CC. *Alternativa B.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) É apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca do direito societário brasileiro (Certo ou Errado).

3527. Os sócios de certa sociedade em conta de participação lavraram o seu ato constitutivo em janeiro de 2007, mas o referido instrumento foi levado a registro apenas após cerca de seis meses. Nessa situação, a sociedade somente passou a ter personalidade jurídica no momento da inscrição de seu contrato social no registro público de empresas mercantis.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 993, CC. *Errada.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Acerca das sociedades empresárias, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

3528. O número de ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições no exercício desse direito não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas pela sociedade anônima.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 15, § 2º, Lei n. 6.404/76. *Correta.*

3529. É lícita a aplicação subsidiária da disciplina normativa da sociedade anônima à sociedade em conta de participação, cuja liquidação é regida pelas normas relacionadas à prestação de contas, de acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 996, CC. *Errada.*

3530. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Assinale a opção correta, com relação ao direito societário moderno.

(A) Na sociedade em comum, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas.

(B) Constitui hipótese de dissolução e liquidação da sociedade empresária a unipessoalidade, caso a pluralidade de sócios não tenha sido recomposta no prazo de 180 dias.

(C) O *quorum* de deliberação para nomeação de administrador não sócio, em sociedade limitada cujo capital social ainda não esteja integralizado, será de dois terços do respectivo capital social.

(D) A formação do capital social da sociedade anônima deve se dar necessariamente com contribuição pecuniária.

RESPOSTA (A) Art. 990, CC. (B) Art. 1.033, IV, CC. (C) Art. 1.061, CC. (D) Art. 7º, Lei n. 6.404/76. *Alternativa B.*

3531. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta, relativamente ao direito de empresa.

(A) Em caso de insolvência da sociedade limitada com capital social integralizado, os sócios respondem solidariamente, entre si, pelas dívidas da sociedade.

(B) As sociedades em comum têm personalidade jurídica, são titulares dos bens e das dívidas sociais, e os sócios respondem solidária e ilimitadamente, entre si e perante terceiros, pelas obrigações sociais, excluindo-se do benefício de ordem o sócio-gerente.

(C) A empresa constitui atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços, visando à obtenção de lucros e, desde que legalmente constituída, adquire personalidade jurídica, tornando-se, portanto, titular de direitos e obrigações.

(D) Na sociedade limitada, o sócio pode ceder suas cotas, total ou parcialmente, a outro sócio ou a terceiro, sem a necessidade de autorização expressa no contrato social ou dos outros sócios.

(E) Ocorre a dissolução parcial da sociedade pela morte, retirada ou exclusão de sócios; no entanto, o sócio que se retira da sociedade ou os herdeiros do que venha a falecer responderão pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; igualmente, nos dois primeiros casos, pelas posteriores obrigações sociais e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

RESPOSTA (A) Art. 1.052, CC. (B) Art. 988, CC. (C) Art. 44, CC (rol exemplificativo das pessoas jurídicas de direito privado). (D) Art. 1.057, CC. (E) Art. 1.032, CC. *Alternativa E.*

(Defensor – DPE-CE – 2008 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos ao direito de empresa (Certo ou Errado).

3532. Considere que José e João sejam os únicos sócios da empresa MT Produtos e Serviços de Informática Ltda. e que, em razão da quebra da *affectio societatis*, José tenha decidido se retirar da sociedade. Nesse caso, a falta de pluralidade de sócios, se não for reconstituída no prazo de 180 dias, acarretará a dissolução da MT Produtos e Serviços de Informática Ltda.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.033, IV, CC. *Correta.*

3533. Sociedade simples ou de fato é aquela em que o contrato social, embora regularmente formalizado, ainda não foi arquivado na junta comercial competente.

RESPOSTA Não se confunde a sociedade em comum (arts. 986 a 990, CC) com a sociedade simples (arts. 997 a 1.038, CC). A sociedade em comum ou de fato não tem personalidade jurídica, e a sociedade simples se registra no cartório de pessoa jurídica (art. 1.150, CC). *Errada.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Julgue os itens seguintes, que se referem à sociedade empresária (Certo ou Errado).

3534. É lícito que um menor incapaz seja acionista de sociedade anônima, desde que suas ações estejam totalmente integralizadas e ele não exerça cargo de administração na referida sociedade.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 974, § 3º, CC. *Correta.*

3535. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica é sempre aplicável aos casos em que os sócios ou administradores extrapolam seus poderes, violando a lei ou o contrato social, e a norma jurídica lhes impõe a responsabilidade por tais atos.

RESPOSTA A teoria da desconsideração da personalidade jurídica está positivada no art. 50, CC, e não se confunde com a teoria dos atos *ultra vires*, prevista no art. 1.015, parágrafo único, CC. *Errada.*

(Defensor – DPE-CE – 2008 – CESPE) Carlos é servidor público federal em exercício no Ministério da Defesa e sócio comanditado de certa sociedade em comandita simples. No exercício da atividade empresarial, Carlos lançou mão de meios ruinosos para realizar pagamentos, emitindo várias duplicatas simuladas. Com base na situação hipotética apresentada e nas normas de direito de empresa, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

3536. A lei veda o exercício das atribuições de sócio comanditado de sociedade empresária por servidor público federal.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 117, X, Lei n. 8.112/90. *Correta.*

3537. A sociedade em comandita simples não está sujeita a falência, pelo fato de que os atos praticados por Carlos são nulos de pleno direito.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 973 e 982, CC, em interpretação conjunta com o art. 1º, Lei n. 11.101/2005. *Errada.*

3538. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Com relação à disciplina aplicável à formação e à personalidade jurídica da sociedade empresária, assinale a opção correta.

(A) A personalidade jurídica da sociedade empresária tem início com a formalização do contrato entre os sócios, independentemente da integralização do capital social.

(B) O sócio que for admitido em sociedade já constituída não responderá pelas dívidas anteriores à data de sua admissão, independentemente do tipo de sociedade.

(C) Em atenção ao princípio da continuidade da empresa, a sociedade empresarial, uma vez regularmente constituída, não se dissolve pela superveniência da falta de pluralidade de sócios e pode continuar operando por prazo indeterminado.

(D) A sociedade por ações é considerada sociedade empresária, independentemente do objeto.

(E) A desconsideração da personalidade jurídica implica o rompimento do vínculo contratual entre os sócios, desconstituindo a pessoa jurídica.

RESPOSTA (A) Arts. 45 e 985, CC. (B) Art. 1.025, CC, e art. 108, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 1.033, IV, CC. (D) Art. 982, parágrafo único, CC. (E) Art. 50, CC (desconsideração da personalidade jurídica não significa desconstituição da pessoa jurídica). *Alternativa D*.

3539. (Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE) Por vezes, a autonomia patrimonial da pessoa jurídica pode dar azo à realização de fraudes, o que pode ensejar a sua desconsideração. Com base nessa teoria, assinale a opção correta.

(A) Se o juiz decidir pela desconsideração da pessoa jurídica, a consequência mediata será a invalidade do seu ato constitutivo.
(B) Para que o juiz decida pela desconsideração da pessoa jurídica, é necessário que haja abuso da personalidade jurídica, o que se caracteriza pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
(C) Diante dos princípios que norteiam as relações contratuais, como a boa-fé objetiva e a lealdade, mostra-se suficiente à desconsideração da pessoa jurídica a insolvência do respectivo ente coletivo que, a toda evidência, traga prejuízo aos credores.
(D) A teoria da desconsideração tem sido alvo de críticas por impedir a preservação da empresa.
(E) Embora tenha sido fruto de construção jurisprudencial, hoje a teoria da desconsideração da personalidade jurídica tem respaldo legal e passou a ser aplicada como regra.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 50, CC. *Alternativa B*.

3540. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Os sócios da Frente e Verso Tecidos Ltda. praticaram atos desvirtuados da função da pessoa jurídica, constatando-se fraude relativa à sua autonomia patrimonial. Os credores propuseram a ação judicial competente e o juízo *a quo* decretou a desconsideração da personalidade jurídica da referida sociedade. Considerando a situação hipotética apresentada e a disciplina normativa da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

(A) A decisão judicial importará na extinção da Frente e Verso Tecidos Ltda., com a posterior liquidação de seus bens materiais e imateriais.
(B) A desconsideração da personalidade jurídica importará na retirada momentânea da autonomia patrimonial da Frente e Verso Tecidos Ltda., para estender os efeitos de suas obrigações aos bens particulares de seus sócios.
(C) O juízo *a quo* não tem competência para decretar a desconsideração da personalidade jurídica da Frente e Verso Tecidos Ltda., mas apenas para decidir por sua dissolução, total ou parcial, nos casos de fraude relativa à autonomia patrimonial.
(D) A decretação da desconsideração da personalidade jurídica da Frente e Verso Tecidos Ltda. acarreta sua liquidação.

RESPOSTA (A) A desconsideração da personalidade jurídica não extingue a sociedade. (B) Em conformidade com o art. 50, CC. (C) É ato do juiz o de declarar a desconsideração da personalidade jurídica. (D) A desconsideração da personalidade jurídica não acarreta a liquidação da sociedade. *Alternativa B*.

3541. (Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE) A respeito da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

(A) Pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos não são atingidas pela referida teoria.
(B) É possível que a própria pessoa jurídica invoque em seu favor a teoria da desconsideração.
(C) O encerramento irregular da pessoa jurídica basta para caracterizar o abuso da personalidade jurídica.

(D) Para a aplicação dessa teoria, é crucial que se comprove a insolvência da pessoa jurídica.
(E) Por ser necessariamente interpretada de forma estrita, essa teoria não é admitida na forma inversa.

RESPOSTA (A) Aplica-se a qualquer pessoa jurídica. (B) Não há empecilho legal para que tal aconteça. (C) Fazem-se necessários outros requisitos. (D) Para a chamada teoria maior, não há necessidade de se comprovar a insolvência da pessoa jurídica. (E) Admite-se a desconsideração inversa da personalidade jurídica (Enunciado 283, CJF). Em conformidade com o art. 50, CC. *Alternativa B*.

3542. (Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE) A respeito do direito de empresa e sociedade, assinale a opção correta.

(A) Na sociedade limitada com capital social integralizado, os sócios respondem solidariamente entre si pelas obrigações sociais. Nessas sociedades, o patrimônio pessoal dos sócios responderá subsidiária e limitadamente, e, entre si, os sócios respondem ilimitadamente por todas as obrigações assumidas pela sociedade.
(B) A transformação de uma sociedade empresária em coligada acarreta a sua liquidação e a constituição de um novo tipo societário, mas, para ocorrer, depende da autorização dos credores e da aquiescência da controladora das sociedades coligadas. A sociedade transformada será absorvida por outra sociedade que lhe sucede em todos os direitos e obrigações, ficando extinta a sociedade transformada.
(C) A sociedade em conta de participação é uma sociedade empresária personificada e de capital, constituída mediante contrato social devidamente registrado. Nessas sociedades, vige o princípio da livre participação societária, e a morte de um dos sócios não autoriza a dissolução parcial, seja a pedido dos sobreviventes, seja dos sucessores.
(D) A empresa é uma atividade legalmente constituída para a produção ou circulação de bens ou serviços, investida de direitos e obrigações. Caracteriza-se como empresário, como regra, a pessoa natural plenamente capaz que desenvolve o exercício de qualquer atividade ou profissão econômica produtiva, de natureza comercial ou intelectual.
(E) Na sociedade simples, permite-se que um ou alguns dos sócios não contribuam para a formação de seu capital com dinheiro ou bens, mas apenas com participação em serviços. Tal sócio, em regra, deve dedicar-se exclusivamente à sociedade que compõe, não podendo exercer qualquer ofício ou profissão estranhos ao objeto social.

RESPOSTA (A) Art. 1.052, CC. (B) Arts. 1.097, 1.113 e 1.116, CC. (C) Arts. 993 e 1.028, CC. (D) Art. 966, CC. (E) Art. 1.006, CC. *Alternativa E*.

3543. (Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE) A respeito do direito de empresa, assinale a opção correta.

(A) A transformação de uma sociedade empresária em coligada acarreta a sua liquidação e a constituição de um novo tipo societário. A sociedade transformada será extinta e absorvida por outra sociedade que lhe sucede em todos os direitos e obrigações.
(B) A fusão consiste na reunião do patrimônio de duas sociedades que se extinguem, para o surgimento de uma nova, que as sucederá em todos os direitos e obrigações.
(C) A atividade de empresário só pode ser exercida por aqueles que estiverem em pleno gozo da capacidade civil, desde que não estejam legalmente impedidos. Por isso, o incapaz que eventualmente tenha iniciado atividade empresarial enquanto ainda era considerado capaz não poderá dar continuidade à empresa.
(D) Há relação de coligação entre duas sociedades quando uma possui pelo menos 10% do capital da

outra. Nessa relação, a sociedade coligada é controlada por aquela que detém a maioria de votos na assembleia geral.

(E) As sociedades simples têm por objeto social a exploração e o desenvolvimento de atividade econômica, com organização profissional voltada à produção ou circulação de bens ou serviços.

RESPOSTA (A) Arts. 1.097, 1.113 e 1.116, CC. (B) Art. 1.119, CC. (C) Art. 974, CC. (D) Art. 1.099, CC. (E) Art. 982, CC. *Alternativa B*.

3544. (Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE) Considere que Cursos e Cursinhos Ltda., sociedade empresária com doze sócios, almeje ser incorporada pela Faculdades Unidas S.A. No que se refere a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A compra das quotas dos sócios da sociedade incorporada pela sociedade incorporadora é indispensável para se perfazer a incorporação.

(B) É necessária prévia aprovação por, pelo menos, mais da metade do capital social votante da sociedade incorporada para que ocorra a incorporação.

(C) A manifestação dos sócios da sociedade incorporada deverá ocorrer, necessariamente, em assembleia previamente designada para essa finalidade.

(D) No caso de incorporação, os sócios que dissentirem dessa decisão não poderão exercer direito de recesso.

(E) Da incorporação resultará uma nova pessoa jurídica, extinguindo-se as que participaram do negócio.

RESPOSTA (A) Não há necessidade de compra de quotas. (B) O quórum é de três quartos (art. 1.076, I, CC). (C) Art. 1.072, § 1º, CC. (D) Art. 1.077, CC. (E) Art. 1.116, CC. *Alternativa C*.

3545. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Com relação às operações societárias, segundo a Lei n. 6.404/1976, assinale a opção correta.

(A) Na transformação da sociedade ABC Ltda. em ABC S.A., os credores poderão haver desta apenas as obrigações veiculadas no protocolo da operação, e desde que contra isso tenham se oposto oportunamente.

(B) A operação em que ABC Ltda. se une a ABC S.A. e, ao final do procedimento, subsiste a sociedade ABC S.A. é uma incorporação.

(C) A transformação de sociedades somente é possível de S.A. para Ltda. e vice-versa.

(D) A fusão de sociedades somente pode ocorrer entre pessoas jurídicas organizadas sob a mesma forma societária.

RESPOSTA (A) Art. 222, Lei n. 6.404/76. (B) Art. 227, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 220, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 228, Lei n. 6.404/76. *Alternativa B*.

3546. (Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE) Com referência à transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades, assinale a opção correta.

(A) A transformação determina a extinção das sociedades que se unem para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

(B) Na cisão com extinção da companhia cindida, as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da referida companhia responderão subsidiariamente pelas obrigações da companhia extinta.

(C) Nas sociedades anônimas, a assembleia geral possui competência privativa para deliberar sobre

transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes assim como para julgar-lhes as contas.

(D) A fusão não depende do consentimento de todos os sócios, salvo se prevista na ata da assembleia, caso em que o dissidente poderá retirar-se da sociedade.

(E) A sociedade que houver de ser incorporada tomará conhecimento desse ato, e, se o aprovar, autorizará os administradores a praticar o necessário à incorporação, não podendo haver a subscrição de bens.

RESPOSTA (A) Art. 220, Lei n. 6.404/76. (B) Art. 233, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 122, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 228, Lei n. 6.404/76. (E) Art. 227, § 2º, Lei n. 6.404/76. *Alternativa C*.

3547. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta no que concerne às operações societárias.

(A) Se a sociedade anônima emitiu debêntures, a operação de fusão que envolva essa sociedade dependerá, em qualquer hipótese, da prévia aprovação dos debenturistas.

(B) Quando a sociedade incorporadora possuir ativo inferior ao passivo, o credor da incorporada que tiver a garantia patrimonial de seu crédito reduzida, ainda que se sinta prejudicado, não terá legitimidade para pedir a anulação da operação.

(C) Conforme entendimento do STJ, o decreto de falência da sucedida, ré no processo de execução, não tem o atributo de alterar a condição ou a responsabilidade direta da sociedade empresária sucessora, decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

(D) Na transformação, os direitos dos credores não são afetados, permanecendo com as mesmas garantias oferecidas pelo tipo societário anterior, salvo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária ou solidária dos sócios.

(E) Na cisão com extinção da companhia cindida, as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão subsidiariamente pelas obrigações da companhia extinta.

RESPOSTA (A) Art. 231, § 1º, Lei n. 6.404/76. (B) Art. 232, Lei n. 6.404/76. (C) Reclamação 2.227/STJ. (D) Art. 1.115, CC. (E) Art. 233, Lei n. 6.404/76. *Alternativa C*.

3548. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** À luz do atual Código Civil, assinale a opção correta acerca das características das sociedades cooperativas.

(A) As quotas do capital são amplamente transferíveis a terceiros estranhos à sociedade.

(B) Os sócios têm direito de voto na proporção de sua participação no capital da cooperativa.

(C) A dispensa ou a variabilidade do capital social é admitida.

(D) O valor da soma de quotas de cada sócio é ilimitado.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.094, CC. *Alternativa C*.

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Julgue o item abaixo, relativo às espécies de sociedade (Certo ou Errado).

3549. As sociedades cooperativas são formadas a partir da união de, no mínimo, vinte pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com dinheiro, bens ou créditos, com o capital social da sociedade, e o pagamento realizado pelos sócios determina o seu capital social na empresa.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.094, CC, são características, dentre outras, a variabilidade ou dispensa do capital social e o concurso de sócios em número mínimo para compor a administração. *Errada.*

3550. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Acerca das sociedades cooperativas, assinale a opção correta.

(A) As cooperativas constituem sociedades de pessoas que se obrigam reciprocamente para o exercício de uma atividade econômica, sempre com o objetivo de lucro.

(B) A lei determina que as sociedades cooperativas singulares sejam constituídas com o número mínimo de três pessoas físicas.

(C) É ilícita a transferência das quotas do capital social das sociedades cooperativas a não cooperado, ainda que seja por herança.

(D) Nas sociedades cooperativas em que o cooperado possua mais de 50% do capital social, é a ele conferido o direito de mais de um voto nas deliberações da sociedade.

RESPOSTA (A) Art. 3º, Lei n. 5.764/71. (B) Art. 6º, I, Lei n. 5.764/71. (C) Art. 1.094, IV, CC. (D) Art. 24, § 1º, Lei n. 5.764/71. *Alternativa C*.

III. Sociedade Limitada

3551. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Os irmãos João Silva e Carlos Silva constituíram sociedade limitada com Alberto Souza, sob a firma social Silva & Souza Comércio de Bebidas Limitada. Após algum tempo, Alberto resolveu alienar suas quotas a Carlos, e sair da sociedade. O contrato social é omisso sobre essa hipótese. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Após a alienação das quotas de Alberto, a sociedade poderá continuar suas atividades sob sua firma original.

(B) De acordo com o Código Civil, Alberto só poderá ceder suas quotas a Carlos se João não se opuser.

(C) A cessão das quotas de Alberto opera efeitos perante terceiros desde o momento em que for aperfeiçoada, independentemente de averbação no respectivo órgão de registro.

(D) Caso Alberto tivesse optado por ceder suas quotas a terceiro estranho à sociedade, de acordo com o Código Civil, poderia fazê-lo, desde que não houvesse oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.

RESPOSTA (A) Art. 1.165, CC. (B) Art. 1.057, CC. (C) Art. 1.057, parágrafo único, CC. (D) Art. 1.057, CC. *Alternativa D*.

3552. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) Acerca da sociedade limitada, assinale a opção correta.

(A) Em se tratando de sociedade cujo contrato social estabeleça a intransferibilidade das quotas sem o consentimento dos demais sócios, não cabem caução ou penhora, sendo obrigatória à sociedade a admissão do credor como sócio.

(B) A diminuição do capital social somente ocorrerá se, depois de integralizado, for considerado excessivo para a realização do objeto social ou se houver perdas irreparáveis, e, nesse caso, cabe a diminuição proporcional das quotas sociais por deliberação dos sócios em assembleia, não se exigindo que a ata seja arquivada no registro público de empresas mercantis.

(C) A destituição de administrador sócio deve ser deliberada pela metade dos titulares do capital social, caso não seja estipulado quórum diferente em contrato social, enquanto a destituição de administrador não sócio nomeado em contrato social deve ser deliberada por sócios que detenham dois terços do capital social; em ato apartado, a destituição deve ser deliberada pela maioria dos

presentes.

(D) Cabe ao conselho fiscal acompanhar e fiscalizar a administração da sociedade, verificando a sua atuação e opinando sobre os procedimentos e práticas adotados, conforme determinado no contrato social; como forma de proteção dos interesses da minoria, é, ainda, assegurado ao grupo de sócios que detenha no mínimo um quinto do capital social eleger, em separado, um dos membros do conselho fiscal e seu respectivo suplente.

(E) Segundo a teoria *ultra vires*, vigente no ordenamento jurídico brasileiro mesmo antes do advento do atual Código Civil, a sociedade somente se vincula aos atos praticados por seus administradores caso tenham pertinência com o seu objeto social, ou seja, se o ato praticado extrapolar os limites contratuais, a sociedade não será obrigada a observá-lo.

RESPOSTA (A) Não é obrigatória a admissão do credor como sócio. (B) Arts. 1.082 e 1.083, CC. (C) Art. 1.076, I, c/c art. 1.063, § 1º, CC. (D) Art. 1.066, § 2º, CC. (E) Art. 1.015, parágrafo único, CC. *Alternativa D*.

3553. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** Quanto às sociedades limitadas, assinale a opção *incorreta*.

(A) Considere que Antônio e Francisco sejam sócios de determinada sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Nessa sociedade, o capital social é de R$ 400.000,00 e cada sócio subscreveu uma cota de R$ 200.000,00. Antônio integralizou sua cota, mas Francisco tornou-se inadimplente e não dispõe de recursos pecuniários para solver sua dívida com a sociedade. Em face dessa situação, Antônio deverá arcar com a integralização da cota subscrita por Francisco.

(B) O capital social de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada pode ser dividido em quotas iguais ou desiguais.

(C) Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, o capital social pode ser majorado após a integralização das quotas, sendo desnecessária qualquer alteração no ato constitutivo da sociedade.

(D) Considere a seguinte situação hipotética. Felipe, Ricardo e Pablo são sócios de determinada sociedade por quotas de responsabilidade limitada e, mesmo na ausência de disposição em contrato social nesse sentido, Felipe deseja ceder a totalidade de suas quotas a Pablo. Nessa situação, o ato de cessão entre Felipe e Pablo independerá da audiência de Ricardo.

RESPOSTA (A) Art. 1.052, CC. (B) Art. 1.055, CC. (C) Art. 1.081, CC. (D) Art. 1.057, CC. *Alternativa C*.

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com base em assuntos relacionados ao direito empresarial, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

3554. Uma sociedade limitada pode ser regida pela Lei das Sociedades por Ações, desde que seu contrato social assim preveja; nesse caso, a Lei será aplicada quando houver necessidade de suprir lacuna deixada pelo regime do Código Civil.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.053, parágrafo único, CC. *Correta.*

3555. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** A respeito da disciplina aplicável às sociedades limitadas, assinale a opção correta.

(A) Em razão da natureza jurídica da sociedade limitada, não é permitida a nomeação de administradores estranhos ao quadro social.

(B) A quebra da *affectio societatis* não é razão suficiente para excluir o sócio da sociedade limitada, haja vista a natureza desse tipo de sociedade.

(C) A penhora de quotas da sociedade limitada não é permitida pelo ordenamento jurídico, pois isso

implicaria admitir, sem autorização dos sócios, o ingresso de pessoas estranhas na sociedade.

(D) Em razão do caráter *intuitu personae* da sociedade limitada, as quotas não podem ser cedidas, salvo se houver previsão contratual e autorização de todos os sócios.

(E) Na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios pela integralização do capital é solidária.

RESPOSTA (A) Art. 1.061, CC. (B) Art. 5º, XX, CF c/c art. 1.085, CC. (C) Art. 655, VI, CPC (desde que a sociedade limitada tenha perfil capitalista, é possível a penhora). (D) Art. 1.057, CC. (E) Art. 1.052, CC. *Alternativa E*.

3556. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Com relação às regras que disciplinam a situação do sócio-quotista da sociedade limitada, assinale a opção correta.

(A) As quotas representam a necessária divisão do capital social em partes iguais, sendo as deliberações consideradas de acordo com o número de quotas de cada sócio.

(B) As quotas podem ser integralizadas pelos sócios por valores representados em dinheiro, bens ou prestação de serviços, respondendo solidariamente todos os sócios pela exata estimação dessas contribuições.

(C) As quotas são bens de livre disposição do sócio, que poderá vendê-las a outro sócio ou a terceiro, independentemente da anuência dos demais sócios.

(D) A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem pela integralização do capital social.

RESPOSTA (A) Art. 1.055, CC. (B) Art. 1.055, § 2º, CC. (C) Art. 1.057, CC. (D) Art. 1.052, CC. *Alternativa D*.

3557. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** Marcos, Pedro e Rodrigo constituíram sociedade limitada para explorar o comércio de compra e venda de produtos hospitalares. No contrato social, consta que o capital social representa R$ 30 mil, sendo dividido em 120 quotas de R$ 250 cada. Os sócios subscreveram e integralizaram cada um 40 quotas. Ficou constando do contrato, também, que poderá ser designado administrador não sócio e que a sociedade será regida pelas normas do Código Civil. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Caso adote deliberação contrária ao contrato social, Marcos responderá solidariamente pelas obrigações sociais relacionadas à deliberação ilícita.

(B) Como o contrato social permite a designação de administrador não sócio, não se faz necessária a aprovação do designado pelos sócios.

(C) Pedro somente poderá ceder parte das suas quotas a Rodrigo com a prévia audiência de Marcos, haja vista tratar-se de sociedade limitada.

(D) Haja vista as regras de regência da sociedade constituída, não há lugar para a aplicação da teoria *ultra vires*.

(E) Se, após inscrição do contrato social no órgão competente, Jorge tiver sido nomeado administrador da sociedade, ele será pessoal e solidariamente responsável com a sociedade pelos atos praticados antes de requerer a averbação do instrumento de nomeação à margem da inscrição da sociedade.

RESPOSTA (A) Art. 1.080, CC. (B) Art. 1.061, CC. (C) Art. 1.057, CC. (D) Art. 1.053 c/c art. 1.015, parágrafo único, CC. (E) Art. 1.012 c/c art. 1.053, CC. *Alternativa E*.

(Defensor – DPE-CE – 2008 – CESPE) Marcos Oliveira, Antônio Silva e Paulo Perez constituíram sociedade designada Oliveira, Silva & Perez Serviços Gerais Ltda., para atuar no ramo de prestação de serviços de limpeza e conservação a outras pessoas jurídicas, sendo Paulo Perez o sócio majoritário. Tendo Paulo Perez sido executado pessoalmente, o credor requereu a penhora de suas

quotas, a fim de garantir a execução. Acerca da situação hipotética acima e das normas relativas às sociedades limitadas, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

3558. É lícita a utilização do nome Oliveira, Silva & Perez Serviços Gerais Ltda., pois as sociedades limitadas podem utilizar tanto denominação como razão social.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.158, CC. *Correta.*

3559. Em razão das características das sociedades limitadas, as quotas sociais de Paulo Perez não podem ser penhoradas.

RESPOSTA Desde que a sociedade limitada tenha perfil capitalista, é possível haver a penhora de quotas. Em conformidade com o art. 655, VI, CPC. *Errada.*

3560. Os sócios da Oliveira, Silva & Perez Serviços Gerais Ltda. respondem solidariamente pela exata estimação dos bens conferidos ao capital social até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.055, § 1º, CC. *Correta.*

3561. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Supondo que três indivíduos pretendam constituir sociedade limitada para prestação de serviços médicos. Segundo norma do Código Civil, quanto à administração dessa sociedade, é correto afirmar que,

(A) se esses três indivíduos pretenderem que a sociedade seja administrada por não sócio, eles deverão designar o administrador no contrato social, pois a designação em ato separado é exclusiva para sócio.

(B) se os três estipularem que a sociedade terá mais de um administrador, um deles deverá ser necessariamente um sócio.

(C) no caso de o contrato permitir administradores não sócios, a designação destes dependerá sempre da aprovação unânime dos sócios.

(D) se a administração for atribuída, no contrato, a todos os sócios, não se estenderá de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

RESPOSTA (A) Não sócio também pode ser nomeado em ato separado. (B) Não há tal imposição. É possível a sociedade limitada ser administrada, exclusivamente, por não sócio. (C) Art. 1.061, CC. (D) Art. 1.060, parágrafo único, CC. *Alternativa D.*

3562. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Os dez sócios que detêm o capital social de determinada empresa limitada pretendem promover fusão com outra empresa. Nessa situação, em conformidade com o Código Civil,

(A) não há necessidade de reunião ou assembleia para a tomada de decisão, se todos os sócios decidirem por escrito.

(B) a decisão deve ser tomada em assembleia.

(C) a assembleia ou a reunião destinada à discussão do assunto só pode ser instalada com a presença de todos detentores do capital social.

(D) a assembleia ou a reunião destinada à deliberação sobre a matéria vincula os sócios que não estiverem presentes.

(E) a matéria pode ser deliberada pela diretoria, desde que com a presença de algum dos sócios.

RESPOSTA (A) Art. 1.072, § 3º, CC. (B) Art. 1.072, § 1º, CC. (C) Art. 1.074, CC. (D) Art. 1.072, § 5º, CC (só vincula se estiver

em conformidade com a lei e com o contrato). (E) Art. 1.071, VI, CC. *Alternativa A*.

3563. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** João e José são administradores da Fábrica de Laticínios Ltda. Sem prévia comunicação aos sócios, eles celebraram, em nome da sociedade empresária, promessa de compra e venda de imóvel dessa sociedade empresária pelo valor de R$ 50.000,00. Entretanto, consoante averbado no Registro Público de Empresas Mercantis, encontra-se vedado a tais administradores alienar, sem prévia autorização do corpo societário, imóveis da pessoa jurídica em comento. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta segundo o que dispõe o Código Civil.

(A) Aplica-se ao caso a teoria da aparência, segundo a qual o contrato vinculará a sociedade limitada.

(B) O contrato será considerado nulo, por defeito na representação da sociedade limitada.

(C) O contrato será considerado anulável, por erro quanto aos poderes do representante.

(D) A pessoa jurídica poderá se recusar a cumprir o contrato, opondo ao comprador o excesso cometido pelos administradores.

(E) Em face da situação de preposição, o contrato obrigará regularmente a pessoa jurídica, que poderá exercer direito de regresso contra os administradores.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.015, parágrafo único, CC, aplicável às sociedades limitadas, por força do art. 1.053, CC. *Alternativa D*.

3564. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Renato e Flávio eram sócios da pessoa jurídica X Comércio de Alimentos Ltda. Flávio era casado sob o regime de comunhão universal de bens e Renato era viúvo. Em julho de 2007, Renato faleceu em virtude de acidente automobilístico, deixando como único herdeiro seu filho de quatorze anos, o qual ficou sob a tutela de seu tio João. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O filho de Renato, representado por João, com a concordância do sócio remanescente, poderá continuar a empresa, sendo desnecessária autorização judicial se essa hipótese de sucessão estiver prevista no contrato social.

(B) Os bens particulares, estranhos ao acervo da empresa, que o filho de Renato já possuía ao tempo da sucessão não responderão por dívidas da sociedade.

(C) Se, durante a fase de liquidação, Flávio optar pela dissolução da sociedade, na alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio da empresa, será necessária a outorga de sua esposa.

(D) Se João não puder exercer atividade de empresário, para que o filho de Renato possa continuar a empresa, deve-se nomear, com a aprovação judicial, um ou mais gerentes, ficando João isento da responsabilidade pelos atos do gerente nomeado.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 974, 975 e 978, CC. *Alternativa B*.

3565. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta no que tange à sociedade limitada.

(A) Quando a sociedade limitada estiver sujeita à regência supletiva do regime das anônimas, responderá por todos os atos praticados em seu nome e poderá ressarcir-se dos prejuízos em regresso contra o administrador que haja excedido seus poderes; quando sujeita à regência supletiva do regime das sociedades simples, responderá somente pelos atos que, praticados em seu nome, forem evidentemente estranhos ao objeto social ou aos negócios que costume estabelecer.

(B) Assembleia e reunião distinguem-se pelo procedimento: aquela segue rito mais solene, ditando o

código suas regras; esta tem rito simplificado, cabendo aos sócios, no contrato social, estabelecer os detalhes do procedimento. Tanto a reunião quanto a assembleia podem ser dispensadas e substituídas por documento escrito, desde que esse documento trate da mesma matéria e seja aprovado pela maioria dos sócios.

(C) A administração da sociedade limitada pode ser exercida por qualquer pessoa, seja ela sócia ou não. É possível que a sociedade seja gerida por administradores não sócios, desde que sua designação ocorra pela aprovação de dois terços dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado. O administrador não nomeado em contrato social será destituído do cargo por sócios que representem três quartos do capital social.

(D) Com o objetivo de evitar lesão aos credores da sociedade cujo capital seja reduzido por excesso, determina o legislador que, se houver impugnação por parte do credor quirografário, portador de título líquido anterior à deliberação, no prazo de noventa dias a contar da data de publicação da ata da assembleia que a aprovar, a redução somente poderá realizar-se se provado o pagamento ao referido credor ou o depósito do valor em juízo.

(E) Para determinadas matérias, em razão de maior importância para a sociedade e repercussão nos direitos dos sócios e de terceiros, tais como a expulsão de sócio minoritário, a lei prevê algumas formalidades, como a de publicação, na imprensa oficial e em jornal de grande circulação, de anúncio convocando assembleia de sócios, devendo mediar, entre a primeira inserção e a realização da assembleia, o prazo máximo de cinco dias, para a primeira convocação.

RESPOSTA (A) O padrão de responsabilidade para os administradores é o mesmo. (B) Precisaria ser por todos os sócios (art. 1.072, § 3º, CC). (C) Art. 1.061 c/c art. 1.076, II, CC. (D) Art. 1.084, § 1º, CC. (E) Art. 1.152, § 3º, CC. *Alternativa D*.

3566. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Se todas as cotas de uma sociedade limitada forem adquiridas por um único sócio, essa sociedade

(A) dissolve-se imediatamente.

(B) extingue-se de pleno direito, pois a legislação brasileira não admite a figura da sociedade unipessoal.

(C) pode subsistir sem a pluralidade de sócios por até 180 dias.

(D) automaticamente transforma-se em firma individual.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.033, IV, CC. *Alternativa C*.

IV. Sociedade Anônima

3567. (Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE) Embora os estudiosos divirjam a respeito da origem da sociedade anônima, todos fazem menção ao surgimento de dois empreendimentos precursores: o Banco de São Jorge, criado em Gênova no ano de 1407, e a Companhia Holandesa das Índias Orientais, criada em 1604. Considerando esse tipo de sociedade, assinale a opção correta.

(A) A constituição de companhia por subscrição pública depende de prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários, sendo a subscrição facultativamente efetuada com a intermediação de instituição financeira, que receberá comissão pelo serviço prestado, contrato denominado *underwriting*, típica operação financeira, cuja função especial é servir como elemento de aproximação entre a empresa que emite publicamente os valores imobiliários e o público investidor.

(B) Com relação aos direitos outorgados aos seus titulares, as ações podem ser ordinárias ou comuns, preferenciais e de fruição; esta última decorrente da substituição de ações integralmente

amortizadas, podendo ser a amortização total ou parcial e abranger todas as classes de ações ou só uma delas e, se a amortização não abranger a totalidade das ações de uma mesma classe, a operação deve ser realizada mediante sorteio.

(C) Além das ações, existe a possibilidade de a companhia criar outras espécies de valores mobiliários, entre os quais se incluem as partes beneficiárias, títulos emitidos pelas companhias abertas e fechadas, sem valor nominal e estranho ao capital social, que garantem a seu titular direito de crédito eventual, consistente nos lucros anuais; aos titulares de partes beneficiárias não pode ser atribuído qualquer direito privativo de acionista, salvo o de fiscalizar a administração da companhia.

(D) Consoante a legislação, o capital de uma sociedade anônima pode ser aumentado ou diminuído: o aumento pode efetuar-se mediante a capitalização dos lucros ou de reservas e pela subscrição pública ou privada de novas ações, que somente poderá ser feita depois de realizados três quartos, no mínimo, do capital social; a diminuição do capital social somente poderá ocorrer pela caducidade das ações do acionista remisso.

(E) As sociedades anônimas de economia mista formam uma espécie de sociedade na qual se aliam recursos formados pelo capital privado e recursos advindos do poder público. Na hipótese de a aquisição do controle de sociedade anônima ocorrer por desapropriação, os acionistas terão direito de pedir, no prazo de sessenta dias, o reembolso de suas ações, independentemente do fato de a companhia ter estado sob controle, direto ou indireto, de outra pessoa jurídica de direito público.

RESPOSTA (A) Art. 82, Lei n. 6.404/76. (B) Art. 15 c/c art. 44, §§ 4º e 5º, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 47, parágrafo único, Lei n. 6.404/76. (D) Arts. 169, 170 e 173, Lei n. 6.404/76. (E) Art. 236, parágrafo único, Lei n. 6.404/76. *Alternativa B*.

3568. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Com base na disciplina jurídica das sociedades anônimas, julgue os seguintes itens.

I. As sociedades por ações podem ser classificadas em abertas ou fechadas, considerando-se a participação do Estado em seu capital social.

II. A Comissão de Valores Mobiliários, entidade autárquica em regime especial vinculada ao Ministério da Fazenda, é responsável pela emissão de ações em mercado primário.

III. Ações preferenciais são aquelas que conferem ao seu titular uma vantagem na distribuição dos lucros sociais entre os acionistas e podem, exatamente por isso, ter limitado ou suprimido o direito de voto.

IV. As ações, as debêntures, os bônus de subscrição e as partes beneficiárias, entre outras, são espécies de valores mobiliários emitidos pelas companhias para a captação de recursos.

V. O valor nominal da ação é alcançado com a sua venda no ambiente de bolsa de valores.

Estão certos apenas os itens

(A) I e V.

(B) II e III.

(C) III e IV.

(D) I, II, IV e V.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 4º, Lei n. 6.404/76. O item II está incorreto, de acordo com o art. 8º, Lei n. 6.385/76. O item III está correto, de acordo com o art. 111, Lei n. 6.404/76. O item IV está incorreto, de acordo com a redação atual do art. 2º, I, Lei n. 6.385/76, dada pela Lei n. 10.303/2001. O item V está incorreto, pois o valor de venda no ambiente de bolsa de valores é denominado valor de mercado ou de cotação, e o valor nominal, o previsto no título. A *alternativa C* foi a dada como correta, porém tal questão deveria ter sido definida como nula, haja vista a ausência de alternativa certa.

3569. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** De acordo com o que dispõe a Lei das Sociedades por Ações, as ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confiram a seus titulares, podem ser ordinárias, preferenciais ou de fruição. As ações de fruição

(A) constituem títulos que podem ser atribuídos aos acionistas após suas ações serem integralmente amortizadas.
(B) conferem aos titulares apenas os direitos comuns de acionista sem quaisquer privilégios ou vantagens.
(C) conferem ao titular algum privilégio ou vantagem de ordem patrimonial, sem que, entretanto, o acionista tenha direito de participação nos lucros reais.
(D) são tipicamente usadas por acionistas especuladores, ou por aqueles que não têm interesse na gestão da sociedade.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 44, § 5º, Lei n. 6.404/76. *Alternativa A*.

3570. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** As sociedades anônimas

(A) podem ser simples ou empresárias, conforme o objeto social.
(B) estão proibidas por lei de receberem nome de pessoa física em sua denominação.
(C) são sociedades de capitais, sendo irrelevantes as características pessoais de seus acionistas.
(D) devem ser constituídas por, no mínimo, sete acionistas.

RESPOSTA (A) Art. 982, parágrafo único, CC. (B) Art. 1.160, CC. (C) Conforme opinião unânime da doutrina. (D) Art. 80, I, Lei n. 6.404/76. *Alternativa C*.

3571. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Relativamente às companhias, assinale a opção que não apresenta direito essencial do acionista.

(A) direito de voto
(B) direito de retirada
(C) participação nos lucros da sociedade
(D) participação no acervo da companhia em caso de liquidação

RESPOSTA Em conformidade com o art. 109, Lei n. 6.404/76. *Alternativa A*.

3572. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** A lei que dispõe sobre as sociedades por ações reconhece como essencial o direito de o acionista

(A) participar do acervo da companhia em caso de liquidação e fiscalizar as deliberações da assembleia geral.
(B) fiscalizar a gestão dos negócios sociais e retirar-se da sociedade nos casos previstos em lei.
(C) fiscalizar a gestão dos diretores e participar do acervo da companhia, em caso de liquidação.
(D) participar dos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e fiscalizar a observância da convenção do grupo.
(E) participar das decisões da política financeira ou operacional da investida e dos lucros sociais.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 109, Lei n. 6.404/76. *Alternativa B*.

3573. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Com base na Lei 6.406/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, assinale a opção correta acerca das características jurídicas desse tipo de sociedade empresarial.

(A) As ações, quanto à forma, podem ser classificadas em ordinárias e preferenciais.
(B) Nessas sociedades, apenas acionistas poderão ser simultaneamente titulares de ações e debêntures.
(C) Os bônus de subscrição conferem direito de crédito contra a companhia, podendo conter garantia real ou flutuante.
(D) As partes beneficiárias compõem o capital social desse tipo de sociedade, sendo permitida a participação nos lucros anuais.

RESPOSTA (A) Art. 15, Lei n. 6.404/76. (B) Art. 57, § 1º, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 75, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 46, Lei n. 6.404/76. *Alternativa B*. Obs.: o erro de digitação do número da lei no comando da questão não é bastante para a anulação desta.

3574. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Acerca de sociedades anônimas, assinale a opção correta.

(A) A sociedade anônima que tem por objeto social atividades eminentemente rurais deve ser constituída na forma societária simples.
(B) Bônus de subscrição são valores mobiliários que conferem ao seu titular, nas condições constantes do certificado, direito de subscrever, em momento futuro, ações do capital social da companhia emissora.
(C) As companhias brasileiras não dependem de autorização do BACEN para a emissão de debêntures no exterior com garantia real ou flutuante de bens situados no país.
(D) Por ser titular de direitos de sócio que lhe asseguram, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, o acionista controlador não pode ser responsabilizado por danos que causar à companhia por abuso de poder, uma vez que seus interesses e os da companhia são necessariamente convergentes.
(E) Nas companhias abertas, as atribuições do conselho de administração, que é órgão social de constituição facultativa, podem ser conferidas ao conselho fiscal.

RESPOSTA (A) Art. 982, parágrafo único, CC. (B) Art. 75, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 73, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 117, Lei n. 6.404/76. (E) Arts. 138, § 2º, e 139, Lei n. 6.404/76. *Alternativa B*.

3575. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** A sociedade anônima ou companhia é pessoa jurídica de direito privado, de natureza eminentemente mercantil, em que o capital se divide em ações de igual valor nominal, quando assim emitidas, ou sem valor nominal, ações essas de livre negociabilidade, limitando-se a responsabilidade dos subscritores e dos acionistas que nela posteriormente ingressarem ao preço de emissão das ações por eles subscritas ou adquiridas.

Modesto Carvalhosa. *Comentários ao Código Civil. Parte especial:* do direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2003, v. XIII, p. 365-6 (com adaptações).

Tomando o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta quanto às sociedades anônimas.

(A) A razão social é a forma de designar a sociedade anônima e deve ser acompanhada da expressão “companhia” ou “sociedade anônima”.
(B) Se os sócios de determinada sociedade anônima convocarem assembleia geral da qual resultem deliberações contrárias ao estatuto social da companhia, a ação para a anulação dessas deliberações prescreverá em 2 anos, contados da data da assembleia.
(C) Considere a seguinte situação hipotética. Daniel foi nomeado administrador de uma sociedade anônima que, durante sua gestão, sofreu prejuízos de ordem patrimonial. Nessa situação, Daniel será pessoalmente responsável pelos prejuízos causados à sociedade anônima, mesmo que tenha

agido nos limites da lei e do estatuto social.

(D) As ações da sociedade anônima são classificadas em nominativas, endossáveis, ao portador ou escriturais.

RESPOSTA (A) Art. 1.160, CC. (B) Art. 286, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 158, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 20, Lei n. 6.404/76. *Alternativa B*.

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Quanto ao instituto dos títulos de crédito, do direito de empresa e do direito falimentar, no item que se segue, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

3576. Adolfo é sócio de determinada sociedade anônima e devedor inadimplente de Amauri, que contra ele promoveu execução forçada para que fosse satisfeito seu crédito. Nessa situação, não poderão ser penhorados bens de André relativos à sociedade anônima, uma vez que as ações da sociedade são impenhoráveis.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 655, VI, CPC. *Errada.*

3577. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** A respeito da disciplina aplicável às sociedades anônimas de capital aberto, assinale a opção correta.

(A) Os administradores de sociedade anônima devem compor a diretoria ou o conselho de administração, não se exigindo, em nenhum desses casos, que os membros sejam acionistas da sociedade.

(B) Mediante a emissão de debêntures, meio utilizado para a captação de recursos no mercado, os prestadores de capital tornam-se sócios da companhia.

(C) Permite-se o fechamento do capital da sociedade anônima desde que precedido de oferta pública para a aquisição de todas as ações em circulação por preço justo.

(D) Além dos valores mobiliários expressamente previstos em lei, outros poderão ser criados pelo Conselho Monetário Nacional, nos limites de sua esfera de competência.

(E) Em sociedades abertas, os titulares de ações preferenciais podem ter direito a voto nas assembleias, ao passo que os titulares de ações ordinárias, em regra, não têm direito a voto.

RESPOSTA (A) **Com a nova redação dada ao art. 146, Lei n. 6.404/76, tal item passou a ser, também, verdadeiro.** (B) Art. 52, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 4º, § 4º, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 2º, § 3º, Lei n. 6.385/76. (E) Art. 111, Lei n. 6.404/76. *Alternativa C*.

3578. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Com relação ao capital das companhias, assinale a opção correta.

(A) Pode ser formado com contribuições em dinheiro, em serviços ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.

(B) Quando a entrada consistir em crédito, o subscritor ou o acionista responderá pela solvência do devedor.

(C) Em regra, apenas os acionistas titulares de ações ordinárias têm direito de preferência na hipótese de aumento do capital.

(D) O valor do capital social, expresso em moeda nacional ou estrangeira, é fixado pelo estatuto da companhia.

RESPOSTA (A) Art. 7º, Lei n. 6.404/76. (B) Art. 10, parágrafo único, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 171, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 5º, Lei n. 6.404/76. *Alternativa B*.

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com base em assuntos relacionados ao direito empresarial,

julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

3579. Os responsáveis por empresa criada por decisão de assembleia geral ou mediante escritura pública devem arquivar no registro do comércio um exemplar do estatuto social assinado por todos os subscritores e a relação completa dos subscritores autenticada pelos fundadores, entre outros documentos.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 94 e 95, Lei n. 6.404/76. *Errada.*

3580. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito das sociedades anônimas.

(A) O valor de emissão da ação não pode coincidir com o valor do capital dividido pelo número de ações, e não há impedimento, em se tratando de ações com ou sem valor nominal, a que lhes seja aplicado deságio ou acrescido ágio.

(B) Conversão é a operação pela qual as ações de determinada classe ou espécie são transformadas em ações de outra classe ou espécie mediante previsão estatutária, podendo as ações preferenciais ser transformadas em ações ordinárias, assim como as ordinárias em preferenciais, desde que se obedeça à limitação legal de três quartos das ações emitidas.

(C) O capital social da companhia é intangível, ou seja, os acionistas não podem receber, a título de restituição ou dividendos, os recursos aportados à sociedade sob a rubrica de capitalização, não prevendo a Lei das Sociedades por Ações capital social mínimo para a constituição da sociedade anônima, fato que a torna compatível com os pequenos negócios.

(D) As debêntures subordinadas gozam de garantia e contêm cláusula de subordinação aos credores da companhia, o que implica, no caso de liquidação da companhia, preferência dos debenturistas em relação aos demais credores para o ressarcimento do valor aplicado.

(E) Pode ser objeto da sociedade anônima qualquer empresa de fim lucrativo não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes; contudo, caso venha a explorar atividade tipicamente de natureza civil, como é o caso da comercialização de bens imóveis, não será a sociedade anônima considerada sociedade empresarial.

RESPOSTA (A) Art. 13, Lei n. 6.404/76. (B) Arts. 15, § 2º, e 19, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 201 c/c arts. 5º e 80, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 58, *caput* e § 4º, Lei n. 6.404/76. (E) Art. 982, parágrafo único, CC. *Alternativa C*.

3581. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** O modelo da sociedade anônima foi concebido originalmente para viabilizar grandes empreendimentos, constituindo instrumento próprio para a captação de recursos perante número expressivo de investidores. Com relação a esse tipo de sociedade, assinale a opção correta.

(A) Nas companhias abertas, caso o pagamento do preço da ação não tenha sido feito integralmente no momento da subscrição, sua venda somente pode efetivar-se depois de realizados pelo menos 20% do preço de emissão, sob pena de nulidade. Nesse caso, o alienante continuará responsável, solidariamente com o adquirente, pelo pagamento das prestações que faltarem para a integralização das ações transferidas, responsabilidade que perdurará pelo prazo de dois anos a contar da transferência das ações.

(B) Inspirado na figura do *trustee* do direito anglo-saxão, o legislador criou a figura do agente fiduciário dos debenturistas, cuja incumbência é justamente fiscalizar a companhia e preservar os interesses dos credores debenturísticos. Tanto na emissão pública de debêntures como na emissão

privada, destinada a um número de pessoas determinadas e conhecidas, é obrigatória a nomeação do agente fiduciário. Cabe à companhia, quando da emissão de debêntures, a escolha desse agente, que pode ser pessoa física, desde que satisfaça os requisitos do cargo.

(C) A companhia fechada de pequeno porte, mesmo que faça parte de um grupo de sociedades, como controladora ou filiada, está isenta de diversas obrigações comuns às demais sociedades. Contudo, não está dispensada de publicar os documentos da administração, tais como o relatório sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, ainda que tais documentos sejam arquivados no registro do comércio.

(D) No que se refere à forma de transferência ou circulação, as ações podem ser classificadas em nominativas escriturais e nominativas registradas: as nominativas escriturais são mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, em instituição financeira designada pela companhia e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários; as nominativas registradas são aquelas cujo título de propriedade se comprova mediante contrato de compra e venda, recibo ou declaração.

(E) O *commercial paper*, por constituir título de curto prazo, deve ser emitido com vencimento mínimo de trinta dias contados da emissão do título. Em se tratando de companhia fechada, o prazo máximo será de cento e oitenta dias; tratando-se de companhia aberta, o prazo poderá chegar a trezentos e sessenta dias. Existe a possibilidade de resgate antecipado do referido título, desde que com anuência do titular; se o resgate for parcial, deverá ser realizado sorteio ou leilão entre os titulares.

RESPOSTA (A) Art. 29, Lei n. 6.404/76. (B) Art. 66, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 294, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 31, Lei n. 6.404/76. (E) Instrução Normativa 134/CVM. *Alternativa E*.

3582. (Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE) De acordo com a legislação das sociedades anônimas, assinale a opção correta acerca da administração e dos administradores da companhia.

(A) De acordo com a jurisprudência do STJ, o acionista minoritário tem legitimidade para propor ação indenizatória contra administradores da sociedade, por danos advindos de desvio de receitas.

(B) Em regra, os administradores da companhia são pessoalmente responsáveis pelas obrigações contraídas em nome da sociedade.

(C) A propositura de ação de responsabilidade civil contra administrador cujas contas sejam aprovadas sem reservas pela assembleia geral depende de prévia ação de anulação da decisão da assembleia de aprovação de contas da sociedade no prazo bienal.

(D) O juiz deverá reconhecer a exclusão da responsabilidade do administrador que pratique ato de liberalidade em detrimento dos interesses da companhia.

(E) O administrador da sociedade anônima responde objetivamente pelos prejuízos associados a suas atribuições ou poderes.

RESPOSTA (A) Não há legitimidade para o acionista minoritário, se o dano não lhe foi diretamente causado (REsp 1.014.496/SC, dentre outros). (B) Art. 158, *caput*, Lei n. 6.404/76. (C) Arts. 134, § 3º, 159 e 286, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 154, § 2º, *a*, Lei n. 6.404/76. (E) Art. 158, I, Lei n. 6.404/76. *Alternativa C*.

3583. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) Relativamente à disciplina jurídica da sociedade anônima, assinale a opção correta.

(A) Nos certificados das ações devem constar a denominação da companhia, sua sede e prazo de duração, e a omissão dessas declarações confere ao acionista direito a indenização por perdas e danos contra a companhia e contra os diretores na gestão dos quais os certificados hajam sido

emitidos.

(B) Para a constituição da sociedade anônima, são necessárias a subscrição, por pelo menos três pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social e a realização, como entrada, de 30%, no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.

(C) O capital social das sociedades anônimas pode ser formado por dinheiro ou bens imóveis, e estes últimos serão avaliados por dois peritos nomeados em assembleia geral dos subscritores, convocada por meio da imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem dois terços do capital social.

(D) Compete à sociedade anônima emitir partes beneficiárias que confiram aos titulares direito de crédito determinado contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e, se houver, do certificado.

(E) A garantia flutuante conferida à debênture assegura privilégio geral sobre o ativo da companhia e impede a negociação dos bens que compõem esse ativo, diversamente do que ocorre com a garantia real.

RESPOSTA (A) Art. 24, Lei n. 6.404/76. (B) Art. 80, Lei n. 6.404/76. (C) Arts. 7º e 8º, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 46, *caput* e § 1º, Lei n. 6.404/76. (E) Art. 58, § 1º, Lei n. 6.404/76. *Alternativa A*.

3584. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Com relação à emissão de debêntures nas sociedades anônimas, assinale a opção correta.

(A) A emissão de debêntures é mecanismo de autofinanciamento feito pela sociedade, no qual, em vez de contrair empréstimos em instituição financeira, a sociedade emite títulos que conferem, a quem os adquirir, direito de crédito contra ela, com a vantagem de tais títulos serem negociáveis no mercado.

(B) Uma das desvantagens da emissão de debêntures é que sua prática em excesso interfere no controle acionário da companhia e representa certa diluição dos direitos de quem já é acionista.

(C) É vedado às companhias adquirir debêntures de sua própria emissão, ainda que por valor inferior ao nominal.

(D) As debêntures com garantia flutuante possuem privilégio geral sobre o ativo da companhia, impedindo, até, a negociação dos bens que o compõem, enquanto não saldadas.

(E) As debêntures são títulos emitidos pelas sociedades anônimas, com prazos curtos de resgate e cuja conversibilidade em ações não é admitida pelo direito brasileiro a fim de não prejudicar os que já são sócios.

RESPOSTA (A) Art. 52, Lei n. 6.404/76, c/c art. 2º, I, Lei n. 6.385/76. (B) Debêntures não se confundem com ações. (C) **Com a nova redação atribuída ao art. 55, § 3º, Lei n. 6.404/76, tal item passou a ser, também, verdadeiro.** (D) Art. 58, § 1º, Lei n. 6.404/76. (E) Art. 57, Lei n. 6.404/76. *Alternativa A*.

V. Títulos de Crédito

3585. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Considerando a aplicabilidade, no direito cambiário, dos princípios da cartularidade, literalidade e autonomia, bem como de outros deles decorrentes, assinale a opção correta.

(A) O princípio da literalidade é relativizado pelo direito brasileiro, de sorte que o aval tanto pode ser prestado mediante assinatura do avalista no próprio título quanto em documento apartado.

(B) Consoante o princípio da inoponibilidade, o devedor de dívida representada por título de crédito só pode opor ao terceiro de boa-fé as exceções que tiver contra este e as fundadas nos aspectos formais

do título.

(C) De acordo com o princípio da literalidade, o título de crédito deve satisfazer seus requisitos formais no momento da emissão, sendo, em regra, nulo o título que, emitido em branco ou incompleto, venha depois a ser preenchido ou complementado pelo beneficiário.

(D) De acordo com o princípio da abstração, o emitente de título cambial não pode opor ao beneficiário as exceções fundadas no negócio jurídico subjacente, ainda que o título não tenha entrado em circulação.

(E) Em razão do princípio da cartularidade, a duplicata mercantil só pode ser protestada se o credor estiver na posse do título.

RESPOSTA (A) Art. 898, CC. (B) Art. 915, CC. (C) Art. 891, CC, c/c Súmula 387, STF. (D) Na relação direta entre credor e devedor, é possível opor exceções fundadas no negócio jurídico subjacente (art. 17, LUG). (E) Admite-se o protesto por indicações na duplicata (art. 13, § 1º, Lei n. 5.474/68). *Alternativa B*.

3586. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta, acerca da disciplina normativa dos títulos de crédito.

(A) A duplicata mercantil é uma ordem de pagamento à vista ou a prazo, sacada por um credor contra o seu devedor, em favor de alguém.

(B) À exceção do regime de casamento da separação absoluta de bens, os cônjuges não podem, sem autorização do outro, prestar fiança ou aval.

(C) Os títulos de crédito causais são aqueles dissociados da relação jurídica que lhes deu origem, tais como a nota promissória.

(D) Consideram-se sucessivos os avais superpostos e prestados sem a indicação da pessoa avalizada.

RESPOSTA (A) A duplicata tem vencimento à vista ou a dia certo e o beneficiário é o credor emitente. (B) Art. 1.647, III, CC. (C) Títulos causais só podem ser emitidos em razão de determinados negócios jurídicos, definidos em lei. (D) Súmula 187, STF. *Alternativa B*.

3587. (Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE) A respeito dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

(A) Por expressa disposição legal, os devedores de um título de crédito são solidários, sendo cada um deles obrigado pelo montante integral da dívida.

(B) Os títulos nominativos não à ordem identificam o titular do crédito e se transferem por endosso.

(C) Às matérias relativas aos títulos de crédito aplica-se o Código Civil, mesmo quando este contiver comando diverso do que dispõe a lei especial.

(D) Quanto ao conteúdo da obrigação que representa, o título de crédito não se distingue dos demais documentos representativos de direitos e obrigações, sendo possível, portanto, documentar, em um título de crédito, obrigações de dar, fazer ou não fazer.

(E) De acordo com a doutrina, o princípio da literalidade tem consequências favoráveis e contrárias tanto para o credor quanto para o devedor, o qual não será obrigado a mais do que estiver mencionado no documento.

RESPOSTA (A) Não há disposição legal nesse sentido. (B) Art. 11, 2ª alínea, LUG. (C) Art. 903, CC. (D) Título de crédito documenta obrigação de pagar determinada quantia. (E) O título de crédito se limita positiva e negativamente pelo que nele houver sido escrito. *Alternativa E*.

3588. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Os títulos de crédito são tradicionalmente concebidos como documentos que apresentam requisitos formais de existência e validade, de acordo

com o regulado para cada espécie. Quanto aos seus requisitos essenciais, a nota promissória

(A) poderá ser firmada por assinatura a rogo, se o sacador não puder ou não souber assiná-la.
(B) conterá mandato puro e simples de pagar quantia determinada.
(C) poderá não indicar o nome do sacado, permitindo-se, nesse caso, saque ao portador.
(D) precisa ser denominada, com sua espécie identificada no texto do título.

RESPOSTA (A) Não cabe assinatura a rogo em títulos de crédito (art. 8º, LUG). (B) Art. 75, 2, LUG. (C) Não existe sacado em nota promissória, sendo nulo o saque ao portador (Art. 907, CC). (D) Art. 75, 1, LUG. *Alternativa D*.

3589. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) De acordo com o Código Civil, o título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preenchidos os requisitos legais. Com base nessa informação e na teoria geral dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

(A) De acordo com a teoria da emissão, embasada nos estudos de Kuntze, os títulos de crédito representam obrigações abstratas, porquanto a causa não é essencial à formação do título.
(B) Reputam-se abstratos ou perfeitos os chamados títulos representativos, cuja circulação importa a transferência da mercadoria a que se referem, como o conhecimento de transporte ferroviário ou marítimo e a duplicata.
(C) Consoante o princípio da autonomia, o título de crédito desvincula-se do negócio jurídico que lhe deu origem, ou seja, questões relativas a esse negócio jurídico subjacente não afetam o cumprimento da obrigação do título.
(D) Enquanto estiver em circulação, só o título de crédito poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não separadamente os direitos ou mercadorias que ele represente.
(E) O conceito mais clássico de título de crédito, praticamente reproduzido no artigo 887 do Código Civil, foi elaborado por Tullio Ascarelli.

RESPOSTA (A) A causa é essencial nos títulos causais. (B) A duplicata é título causal. (C) O item conceitua, na verdade, o princípio da abstração; vê-se o princípio da autonomia, por exemplo, nos arts. 7º e 32, LUG. (D) Art. 895, CC. (E) O conceito clássico de título de crédito foi elaborado por Cesare Vivante. *Alternativa D*.

3590. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Quanto aos títulos de crédito, assinale a opção *incorreta*.

(A) No caso do título de crédito à ordem, a cessão dos direitos nele incorporados realiza-se mediante endosso ou por tradição, quando se tratar de título ao portador.
(B) O título de crédito abstrato é aquele cuja causa da emissão é determinada e a obrigação é vinculada a essa causa que gerou o negócio.
(C) O princípio da cartularidade no direito cambial significa que todos os atos, declarações e assinaturas referentes ao título de crédito devem constar da própria cártula.
(D) A circulação do título à ordem realiza-se por meio de uma série de endossos, que são representados pelas assinaturas dos endossantes com a designação em favor de quem está sendo transferido o título, no caso do endosso em preto.

RESPOSTA (A) Arts. 904 e 910, CC. (B) O item define, na verdade, título de crédito causal. (C) É o que se retira, por exemplo, do art. 2º, LUG. (D) A diferença do endosso em preto para o endosso em branco é que naquele se identifica o endossatário e neste, não. *Alternativa B*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) No que se refere aos títulos de crédito, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

3591. Considere que Ana emita letra de câmbio cuja ordem seja destinada a Bento e cujo beneficiário seja Caio. Nessa situação hipotética, se Bento aceitar parcialmente a letra de câmbio, ocorrerá o vencimento antecipado do título, sendo admissível, então, a Caio cobrar a totalidade do crédito da sacadora.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 26, LUG, no aceite limitativo não há o vencimento antecipado do título, por não equivaler à recusa de aceite. É possível Caio cobrar da sacadora a totalidade do crédito, porém na data de vencimento prevista no título. *Errada.*

3592. O título que for emitido em favor de pessoa cujo nome conste no registro do emitente e que for transferido mediante termo assinado pelo proprietário e pelo adquirente constituirá título à ordem.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 921 e 922, CC, o presente item define, na verdade, título nominativo. *Errada.*

3593. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Uma letra de câmbio foi sacada por Z contra X para um beneficiário Y e foi aceita. Posteriormente, foi endossada sucessivamente para A, B, C e D. Nessa situação hipotética,

I. Z é o sacado, X é o endossante, Y é o tomador.

II. aposto o aceite na letra, X torna-se o obrigado principal.

III. se, na data do vencimento, o aceitante se recusar a pagar a letra, o portador não precisará encaminhar o título ao protesto para garantir o seu direito de ação cambial ou de execução contra os coobrigados indiretos.

IV. se A promover o pagamento ao portador D, os endossantes B e C estarão desonerados da obrigação.

Estão certos apenas os itens

(A) I e III.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) II e IV.

RESPOSTA O item I está incorreto, porque Z é o sacador e X é o sacado. O item II está correto, de acordo com o art. 28, LUG. O item III está incorreto, de acordo com o art. 53, LUG. O item IV está correto, de acordo com o art. 50, 2ª alínea, LUG. *Alternativa D*.

3594. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Com referência a letra de câmbio e direito cambiário, assinale a opção correta.

(A) Para que a letra de câmbio produza os efeitos pretendidos, basta a identificação do sacador, do sacado e do tomador, não havendo requisito de natureza formal.

(B) Entre os requisitos, estabelecidos em lei, essenciais à produção de efeitos da letra de câmbio inclui-se a obrigatória identificação do tipo de título de crédito que se pretende gerar.

(C) Tratando-se de letra de câmbio, são inadmissíveis cláusula de correção monetária ou, em letra de câmbio a vista, fluência de juros entre as datas do saque e da apresentação.

(D) Não é necessário que a letra de câmbio mencione o lugar do pagamento e o lugar do saque.

(E) Para a emissão de letra de câmbio, que corresponde a ordem de pagamento, não é permitido que a mesma pessoa ocupe simultaneamente mais de uma situação.

RESPOSTA (A) Art. 1º, LUG. (B) Art. 1º, 1, LUG. (C) Art. 5º, LUG. (D) Art. 2º, 3ª e 4ª alíneas, LUG. (E) Art. 3º, LUG. Apesar do

gabarito oficial, a opção D também está correta. *Alternativa B*.

3595. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) De vez em quando, um amigo que mal me cumprimenta, ou um colega de trabalho que nunca me ajudou, me pede que seja seu avalista. Provavelmente, ele raciocina que perguntar não ofende, só depende da cara de pau de cada um. Por que os bancos insistem em obter um aval de um amigo do cliente? No fundo, o que os bancos querem é reduzir o risco da operação de crédito, arrolando também os bens pessoais do avalista como garantia. Mas que interesse tem o avalista em colocar seus bens em risco sem nada receber em troca? O avalista entra gratuitamente nesse contrato, como um voluntário, um altruísta, sem receber uma remuneração pelo serviço que presta ao banco. O avalista só entra com obrigações e não tem nenhum benefício, só chateação. O banco ficará obviamente feliz com o empréstimo que você viabilizou. Uma técnica que eu uso nessas ocasiões, e que aprendi com um verdadeiro amigo, é ficar indignado com os juros exorbitantes cobrados pelo banco e oferecer o mesmo empréstimo, sem cobrar juros. Seu amigo ou parente vai pular de alegria, e você coloca uma única e singela imposição: que o gerente ou o presidente do banco avalize a operação. Não é um pedido exorbitante, e nenhum gerente de banco poderá recusar, porque é exatamente o mesmo pedido que eles estão fazendo. Seria hipocrisia recusar (...).

Stephen Kanitiz. Procuro um avalista. *Veja*, 12/5/2004, p. 23 (com adaptações).

Considerando o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta relativamente ao aval no âmbito do Código Civil vigente.

(A) O avalista não pode, assim como sucede com o fiador de contrato de locação imobiliária urbana, invocar a proteção ao seu bem de família.

(B) Da mesma forma que o penhor, o aval constitui uma garantia real, instituída, entretanto, em título de crédito.

(C) Semelhantemente ao que ocorre na fiança, nenhum dos cônjuges, sem autorização do outro, pode prestar aval, exceto no regime da separação absoluta.

(D) O aval, no Código Civil, garante, em regra, o benefício de ordem ao avalista.

RESPOSTA (A) Art. 1.715, CC. (B) O aval é modalidade de garantia pessoal, fidejussória. (C) Art. 1.647, III, CC. (D) Não há benefício de ordem entre avalista e avalizado. *Alternativa C*.

3596. (Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE) Quanto aos títulos de crédito, assinale a opção correta.

(A) As relações cambiais são regidas pelos princípios da autonomia e da inoponibilidade das exceções pessoais ao terceiro de boa-fé, entre outros. Assim, quando o devedor for demandado pelo legítimo portador do título, não poderá alegar possíveis exceções pessoais que possui contra o credor originário.

(B) O título de crédito causal representa obrigações desvinculadas do negócio jurídico que deu origem à cártula, permitindo-se considerar, quando o título é posto em circulação, apenas a existência da obrigação cambial, representada por uma cártula e seu conteúdo. Por isso, para que seu titular exerça o direito de crédito dele emergente, basta a apresentação do título.

(C) Em decorrência do princípio da literalidade, o título de crédito em branco ou incompleto é ineficaz cambialmente; por isso, o seu posterior preenchimento, mesmo quando houver acordo prévio, poderá constituir motivo para que sejam opostas ao portador as exceções que caberiam contra o primitivo credor. Assim, ainda que tenha havido a circulação desse título, será negado pagamento e o negócio jurídico que lhe deu origem será anulável.

(D) O meio próprio de transferência do título de crédito à ordem é o endosso seguido de sua tradição. O endosso não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificado; o endossante é responsável não só pelo aceite, mas também pelo pagamento do crédito nele mencionado, isto é, ele se responsabiliza pela solvência do crédito.

(E) O aval é autônomo em relação à obrigação do devedor principal e se constitui no vencimento do título de crédito. Assim, a morte do avalista ocorrida antes do vencimento do título extingue a obrigação, não se transmitindo aos herdeiros, por não possuir caráter personalíssimo.

RESPOSTA (A) Arts. 915 e 916, CC, e art. 17, LUG. (B) É nos títulos abstratos que se percebem obrigações desvinculadas do negócio jurídico que deu origem à cártula. (C) Art. 891, CC, e Súmula 387, STF. (D) Não se exige a notificação do devedor para a eficácia do endosso. (E) A morte repassa as obrigações aos herdeiros, de maneira anômala (REsp 260.004). *Alternativa A*.

3597. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Acerca de títulos de crédito, assinale a opção *incorreta*.

(A) A letra de câmbio é considerada título de crédito causal, visto que se vincula à relação jurídica que lhe deu origem.

(B) A emissão de cheque com valor superior a cem reais deve ser obrigatoriamente nominal.

(C) Prescreverá em três anos a pretensão à execução de duplicata contra o sacado e seus avalistas, contados da data do vencimento do título de crédito.

(D) A nota promissória pode ser vinculada a contrato, mas dependerá de indicação, no próprio título de crédito, da celebração do referido negócio jurídico.

RESPOSTA (A) A letra de câmbio é um título abstrato. (B) Art. 69, Lei n. 9.096/95. (C) Art. 18, Lei n. 5.474/68. (D) Aplicação do princípio da literalidade (*vide* Súmula 258, STJ). *Alternativa A*.

3598. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** A respeito dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

(A) A morte do responsável cambiário constitui modalidade de transferência anômala da obrigação, que, por não possuir caráter personalíssimo, é repassada aos herdeiros, mesmo que o óbito tenha ocorrido antes do vencimento do título.

(B) O documento é suficiente para atestar a existência de crédito, não havendo nos títulos de crédito solidariedade entre os vários obrigados, mas uma unidade de prestação.

(C) Cabe ação executiva contra o emitente e seus avalistas, ainda que não apresentado o cheque ao sacado no prazo legal, ou prescrita a ação cambiária.

(D) Na prestação de serviços, a duplicata não aceita, mas protestada, é título hábil para instruir o pedido de falência, não sendo necessária a comprovação dos serviços.

(E) O estabelecimento bancário não é responsável pelo pagamento de cheque falso, ressalvadas as hipóteses de culpa exclusiva ou concorrente do correntista.

RESPOSTA (A) REsp 260.004. (B) Art. 47, LUG. (C) Art. 47, § 3º, Lei n. 7.357/85. (D) Súmula 248, STJ. (E) Súmula 28, STF. *Alternativa A*.

3599. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** De acordo com a legislação em vigor relativa a títulos de crédito, não é passível de aceite a

(A) duplicata.

(B) duplicata rural.

(C) letra de câmbio.

(D) nota promissória.

RESPOSTA A nota promissória representa uma promessa de pagamento. A duplicata e a letra de câmbio representam uma ordem de pagamento dada a alguém, denominado sacado, que ao manifestar o aceite se torna o devedor direto do título. *Alternativa D*.

3600. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) Considerando que determinado título de crédito à ordem tenha sido endossado de acordo com o que estabelece o Código Civil, assinale a opção correta.

(A) Sem a tradição do título, não se completará a transferência por endosso.

(B) É nula cláusula que desonere o endossante do cumprimento da prestação constante do título.

(C) O endosso que tiver sido dado no anverso do título será considerado não escrito.

(D) O pagador do título deverá verificar a autenticidade das assinaturas dele constantes.

(E) Se o endosso for em branco, será nula a alteração para endosso em preto pelo endossatário.

RESPOSTA (A) Art. 910, § 2º, CC. (B) Art. 914, CC. (C) Art. 910, *caput*, CC. (D) Art. 911, parágrafo único, CC. (E) Art. 913, CC. *Alternativa A*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Acerca dos títulos de crédito, julgue o item subsequente.

3601. Para a validade do endosso dado no anverso do título de crédito, é suficiente a assinatura do endossante, imediatamente após a qual ocorre a transferência do referido título.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 13, 2ª alínea, LUG. *Errada.*

3602. (Advogado – OAB – 2004 – CESPE) Acerca do instituto dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

(A) Considerando situação hipotética em que Armando e Batista tenham firmado contrato de compra e venda, no qual Batista, comprador, tenha emitido cártula de cheque para pagamento da dívida contraída, o título de crédito emitido representa a própria obrigação contraída e com ela se confunde.

(B) Considere a seguinte situação hipotética. João solicitou a José, colega de trabalho, empréstimo de R$ 8.500,00 e, para garantir o pagamento da dívida, entregou a este um cheque representativo do valor emprestado. Passado o período estipulado para o pagamento, José procurou João para receber a importância devida e, nesse momento, comunicou ao colega que havia perdido o cheque, do qual possuía cópia. Diante desse fato, João recusou-se a efetuar o pagamento e manifestou-se no sentido de que não pretendia pagar, mesmo que José possuísse o referido título. Nessa situação, José poderá ajuizar ação de execução contra João, utilizando-se da cópia do cheque emitido para saldar a dívida.

(C) Em conformidade com o atual ordenamento civil, os títulos de crédito podem ser emitidos em computador.

(D) Considere a seguinte situação hipotética. Pedro pretende transferir a outrem, por endosso, a propriedade de uma nota promissória representativa da importância de R$ 15.000,00. Nessa situação, Pedro poderá efetuar a transferência do título por meio de contrato escrito, devidamente registrado em cartório.

RESPOSTA (A) Os títulos de crédito não geram novação, não se confundindo com o negócio jurídico subjacente. (B) O princípio da cartularidade determina a apresentação do título no original. (C) Art. 889, § 3º, CC. (D) Art. 13, LUG. *Alternativa C*.

(Analista – TJ-RR – 2012 – CESPE) Com relação aos títulos de crédito, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

3603. No título ao portador, o devedor não pode opor ao portador exceção fundada em direito pessoal.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 906, CC. *Errada.*

3604. Enquanto o título de crédito estiver em circulação, apenas ele poderá ser dado em garantia, e não, separadamente, os direitos ou mercadorias que representa.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 895, CC. *Correta.*

3605. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** Cada uma das opções a seguir, referentes ao cheque e à nota promissória, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja *incorreta*.

(A) Uma compradora, no ato de pagamento de mercadorias que selecionara em loja de roupas femininas, preencheu cártula de cheque e a entregou ao caixa da loja. Contudo, o caixa recusou-se a receber o título de crédito, por desconhecer o banco sacado. Nessa situação, o caixa da loja não praticou ilícito.

(B) Mauro efetuou contrato de compra e venda com Marcelo e, para o pagamento previsto no contrato, emitiu cártula de cheque no valor de R$ 550,00. Nessa situação, deve constar do título de crédito, por determinação legal, o nome do respectivo beneficiário, ou seja, Marcelo.

(C) Por força de contrato firmado entre particulares, foram emitidas várias notas promissórias. Considerando que o portador dos referidos títulos decidiu transferir a titularidade destes por endosso, após endossados, estes passam a representar dívidas autônomas.

(D) Ana firmou contrato de abertura de crédito com determinada instituição bancária e, para garantir o cumprimento das obrigações contraídas, emitiu uma nota promissória. Nessa situação, a nota promissória é considerada título de crédito, com todas as características inerentes a quaisquer títulos dessa natureza, ou seja, literalidade, cartularidade e autonomia.

RESPOSTA (A) É possível se recusar a receber cheque; o banco sacado é quem pagará o título (arts. 3º e 4º, Lei n. 7.357/85). (B) Art. 69, Lei n. 9.069/95, c/c art. 907, CC. (C) Art. 8º, LUG. (D) Súmula 258, STJ. *Alternativa D*.

3606. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Acerca dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

(A) Os títulos ao portador ostentam o nome do credor, ou seja, circulam por mera tradição.

(B) Aos títulos de crédito aplica-se o Código Civil, mesmo havendo dispositivo com comando diverso em lei especial que lhe seja anterior.

(C) Em razão do princípio da abstração, o título de crédito, qualquer que seja a sua natureza, quando posto em circulação, continua vinculado à relação fundamental que lhe deu origem.

(D) O sacador e o aceitante não são solidariamente responsáveis pelo pagamento da letra de câmbio, contudo o endossante ou avalista o serão.

(E) A duplicata é um título de crédito vinculado ao modelo, ou seja, somente produz efeitos cambiais se observado o padrão exigido para a constituição do título.

RESPOSTA (A) Nos títulos ao portador, o credor não é identificado. (B) Art. 903, CC. (C) O princípio da abstração determina a desvinculação entre o título e a relação fundamental. (D) Art. 47, LUG. (E) Art. 27, Lei n. 5.474/68. *Alternativa E*.

3607. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** A respeito do regime do cheque no Brasil, assinale a opção correta.

(A) O cheque pré-datado encontra-se previsto expressamente na legislação brasileira.
(B) O cheque veicula obrigação portável.
(C) O cheque contém promessa incondicional de pagamento de quantia determinada.
(D) O emitente deve ter fundos disponíveis em poder do sacado e estar autorizado a emitir cheque sobre eles, em virtude de contrato expresso ou tácito.

RESPOSTA (A) Art. 32, Lei n. 7.357/85. (B) O cheque veicula obrigação quesível. (C) Art. 1º, II, Lei n. 7.357/85. (D) Art. 4º, Lei n. 7.357/85. *Alternativa D*.

3608. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Com referência aos títulos de crédito, assinale a opção correta.

(A) Em virtude de ser lícito o aval em cheque, é possível a proposição de ação monitória contra avalista de cheque prescrito.
(B) Nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta, prestar fiança ou aval.
(C) A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito goza de autonomia em razão da liquidez do título que a originou.
(D) Em razão da existência de dispositivo legal que não admite cheque “a data certa” ou “a certo termo de vista”, a jurisprudência não acolhe pedido de dano moral em virtude de apresentação antecipada de cheque pré-datado.
(E) A simples devolução indevida do cheque não caracteriza dano moral, pois, para tanto, se exige prova de que o ato tenha causado angústia e aborrecimento sério ao prejudicado pela conduta.

RESPOSTA (A) Art. 60, Lei n. 7.357/85 (há ilegitimidade passiva, em razão da perda de eficácia do aval – REsp 1.022.068/SP). (B) Art. 1.647, III, CC. (C) Súmula 258, STJ. (D) Súmula 370, STJ. (E) Súmula 388, STJ. *Alternativa B*.

3609. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta quanto aos títulos de crédito.

(A) Endosso pode ser corretamente definido como a transferência total ou parcial do crédito correspondente a um título feita pelo credor ou endossante ao endossatário.
(B) O aval, espécie de obrigação cambial, é autônomo em relação à obrigação do devedor principal e se constitui no momento da aposição da assinatura do avalista no título de crédito.
(C) O devedor que paga integralmente o título de crédito se desonera da obrigação nele representada, não se admitindo o pagamento parcial do título de crédito por desnaturar a literalidade do título; ademais, a quitação da obrigação deve constar expressamente do título que deverá ser entregue ao devedor, por isso, a vedação do pagamento parcial.
(D) Os títulos nominativos, emitidos em favor de pessoa indeterminada, podem ser transferíveis por endosso em branco ou em preto.

RESPOSTA (A) Art. 12, 2ª alínea, LUG. (B) Art. 898, CC, e art. 32, LUG. (C) Arts. 901 e 902, CC. (D) Arts. 921 e 923, CC. *Alternativa B*.

3610. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação aos títulos de crédito.

(A) Dispensa-se o aceite desde a emissão da nota promissória, não se aplicando a esse título a modalidade de vencimento a certo termo da vista, na medida em que, nessa modalidade, a data para pagamento é estabelecida a partir do momento do aceite.

(B) Ordinariamente, a letra de câmbio propicia ao sacador a opção de, em vez de efetuar o pagamento de determinada dívida diretamente ao tomador, em vista de ter crédito perante o sacado, emitir uma letra de câmbio, por meio da qual será satisfeito o seu crédito perante o sacado, bem como o crédito do tomador perante o próprio sacador.

(C) A perda ou extravio da duplicata são as únicas hipóteses que, de acordo com a lei, obrigam o vendedor a extrair a triplicata, cujos efeitos são os mesmos daquela.

(D) A letra de câmbio e a duplicata são exemplos de títulos livres, cujo formato não segue um rigor absoluto, podendo ser confeccionados da maneira que melhor atenda aos interesses das partes.

(E) O aval somente pode ser dado após a constituição formal da obrigação assumida pelo avalizado, determinando o Código Civil brasileiro que o vencimento do aval póstumo produz os mesmos efeitos do anteriormente dado.

RESPOSTA (A) Art. 78, LUG. (B) Art. 3º, LUG. (C) Art. 21, § 3º, Lei n. 9.492/97. (D) Art. 27, Lei n. 5.474/68. (E) Permite-se o aval antecipado, na figura do sacado de uma letra de câmbio, por exemplo (art. 32, 1ª e 2ª alíneas, LUG). *Alternativa B.*

(Defensor – DPE-CE – 2008 – CESPE) Acerca dos títulos de crédito, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

3611. Presume-se em favor do sacador o aval em branco prestado em letra de câmbio.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 31, 3ª alínea, LUG. *Correta.*

3612. Considere que, ao celebrar contrato de abertura de crédito com certa instituição bancária, Raul tenha emitido notas promissórias vinculadas ao referido contrato. Nessa situação, as notas promissórias estão desprovidas de autonomia.

RESPOSTA Em conformidade com a Súmula 258, STJ. *Correta.*

3613. É lícita a emissão de duplicata de prestação de serviços de engenharia com vencimento a certo termo da vista.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 2º, § 1º, III, Lei n. 5.474/68. *Errada.*

3614. Considere que, ao efetuar o pagamento de um automóvel recentemente adquirido, Lucas tenha emitido cheque em que, no verso, havia sido lançada declaração do banco indicando a existência de provisão de fundos para a sua liquidação, durante o prazo de apresentação do título de crédito. Nessa situação, o cheque utilizado por Lucas é considerado um cheque administrativo ou bancário.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 7º, Lei n. 7.357/85. Não se pode confundir cheque visado com cheque administrativo. *Errada.*

3615. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)**

Marcos, empresário individual, emitiu uma duplicata contra Lucas, no valor de R$ 5.000,00, com praça de pagamento em Brasília – DF. Após isso, Marcos colocou o título em circulação, endossando-o a Mateus, que, por sua vez, também por endosso, transferiu-o a João. A par do endosso, Mateus fez vir à duplicata, em seu favor, aval de Josué, cônjuge de Maria.

Acerca do protesto da duplicata mencionada na situação hipotética acima, assinale a opção *incorreta*.

(A) Para que João possa cobrar de Mateus, é imprescindível o protesto do título.

(B) O protesto deve ser tirado na praça de pagamento constante da duplicata, ou seja, em Brasília –

DF.

(C) Caso não seja exercida a faculdade de protestar o título por falta de aceite, não se elide a possibilidade de protesto por falta de pagamento.

(D) De acordo com a legislação em vigor, a duplicata só pode ser protestada por falta de aceite ou de pagamento.

RESPOSTA (A) Art. 53, LUG, c/c art. 25, Lei n. 5.474/68. (B) Art. 13, § 3º, Lei n. 5.474/68. (C) Art. 13, § 2º, Lei n. 5.474/68. (D) Art. 13, *caput*, Lei n. 5.474/68. *Alternativa D*.

3616. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Com relação à duplicata descrita no texto, assinale a opção correta.

(A) A denominação duplicata não precisa estar expressa no título para que este valha como tal.

(B) Para que o aval de Josué seja eficaz, não é necessária autorização de Maria.

(C) Conforme a jurisprudência do STJ, mesmo sem aceite e desprovida de prova de entrega da mercadoria ou da prestação do serviço, a duplicata pode ser executada contra o sacador-endossante e seus garantes.

(D) A validade da obrigação de Josué, como avalista, depende da existência e da validade das obrigações de Mateus, Marcos e Lucas.

RESPOSTA (A) Art. 2º, § 1º, I, Lei n. 5.474/68. (B) Art. 1.647, III, CC. (C) Dentre outros, o REsp 823.151/GO. (D) Art. 32, LUG, c/c art. 25, Lei n. 5.474/68. *Alternativa C*.

3617. (Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE) Em relação a nota promissória e cheque, assinale a opção correta.

(A) Cheque é ordem de pagamento a vista; em razão disso, não se considera essencial constar a palavra cheque escrita no texto do título, para a sua identificação como tal.

(B) Como regra geral, a cláusula não à ordem, implícita em todo cheque, significa que esse tipo de título se transmite, normalmente, mediante endosso.

(C) Quem concorda em se obrigar por uma nota promissória aceita a circulação do crédito correspondente, uma vez que a nota promissória corresponde a promessa de pagamento.

(D) A nota promissória pode ser transferida e cobrada sob o regime do direito cambiário mesmo que não esteja revestida das formalidades legais.

(E) A nota promissória e a letra de câmbio, diversas quanto à constituição e exigibilidade do crédito, são disciplinadas por regimes jurídicos diversos.

RESPOSTA (A) Art. 1º, I, Lei n. 7.357/85. (B) Art. 17, Lei n. 7.357/85. (C) Art. 75, LUG. (D) Art. 77, LUG. (E) Submetem-se ao mesmo regime jurídico, à LUG. *Alternativa C*.

3618. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Acerca da disciplina normativa do cheque, assinale a opção correta.

(A) A lei admite a emissão de cheque contra banco, instituição financeira ou cooperativa de crédito.

(B) Assim como os demais títulos de crédito, o cheque deve ser apresentado para aceite.

(C) A lei veda ao banco sacado a prestação de aval para garantir o pagamento do cheque.

(D) Admite-se, excepcionalmente, a estipulação de cláusula de juros inserida no cheque.

RESPOSTA (A) Art. 3º, Lei n. 7.357/85. (B) Art. 6º, Lei n. 7.357/85. (C) Art. 29, Lei n. 7.357/85. (D) Art. 10, Lei n. 7.357/85. *Alternativa C*.

3619. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Determinado documento foi apresentado, como cheque, ao caixa de instituição financeira localizada no Brasil para recebimento, em espécie, do valor registrado. O caixa da instituição, todavia, devolveu o papel ao apresentante informando-o de que, legalmente, aquele documento não valia como cheque. Tendo como referência essa situação, assinale a opção correspondente a hipótese prevista para a devolução do referido documento.

(A) A instituição financeira em que trabalha o caixa não é, de fato, banco, mas, apenas, a ele equiparada.
(B) No documento está escrito a palavra *check*, em lugar da palavra cheque, por pertencer aos Estados Unidos da América o banco de origem do documento.
(C) A assinatura do emitente foi aposta por meio de chancela mecânica.
(D) Não há indicação, no documento, do lugar de pagamento.
(E) Não há indicação, no documento, do lugar de emissão.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 1º a 3º, Lei n. 7.357/85. *Alternativa B*.

3620. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Considerando-se que Paula tenha endossado a Luana um cheque de terceiro no valor de R$ 500,00, é correto afirmar que

(A) Paula, por ter endossado o cheque, responde pela solvência do devedor principal, no valor de R$ 500,00.
(B) o endosso produz os mesmos efeitos jurídicos de uma cessão civil de créditos.
(C) o endosso transfere a Luana a posse, não a propriedade do título de crédito.
(D) o endosso de Paula será nulo de pleno direito se a obrigação consubstanciada no cheque já estiver vencida.

RESPOSTA (A) Art. 21, Lei n. 7.357/85. (B) Art. 17, § 1º, Lei n. 7.357/85. (C) Art. 20, Lei n. 7.357/85. (D) Art. 27, Lei n. 7.357/85. *Alternativa A*.

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Quanto ao instituto dos títulos de crédito, do direito de empresa e do direito falimentar, no item que se segue, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

3621. Ana e Carolina celebraram contrato de compra e venda de automóvel, no valor de R$ 48.000,00. Para garantir a efetividade da avença, Carolina emitiu cheque pré-datado correspondente ao valor do automóvel. Por solicitação de Ana, o referido título de crédito foi avalizado por José, garantindo apenas o montante de R$ 10.000,00. Nessa situação, o aval prestado por José para garantir parte da dívida é perfeitamente válido.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 29, Lei n. 7.357/85, não se aplicando ao caso o art. 897, parágrafo único, CC, em razão do art. 903 do mesmo código. *Correta.*

3622. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Os cheques pré-datados são amplamente utilizados no comércio para a realização de pagamentos, mormente operações de compra e venda mercantis. A respeito desse costume, assinale a opção correta.

(A) Apesar de os costumes serem considerados fontes indiretas do direito empresarial, a utilização dos cheques pré-datados não é admitida pelo ordenamento jurídico ou pelos tribunais brasileiros, pois, segundo a Lei n. 7.357/1985, o cheque é ordem de pagamento à vista.
(B) É entendimento sumulado do STJ que a apresentação antecipada do cheque pré-datado causa dano

moral por quebra do acordo entre partes e ofensa à boa-fé objetiva.

(C) Durante o prazo de apresentação do cheque, o emitente pode fazer sustar o seu pagamento, manifestando ao sacado (instituição financeira), por escrito, oposição fundada em relevante razão de direito, devendo a instituição julgar como cabível, ou não, a relevância das razões invocadas como motivo da sustação ou oposição.

(D) O banco sacado que paga cheque à ordem é obrigado a verificar a regularidade da série de endossos, mas não a autenticidade das assinaturas dos endossantes. Por isso, não responde pelo pagamento do cheque falso, falsificado ou alterado.

(E) Prescrito o cheque, o que ocorre após seis meses da expiração do prazo de apresentação, não cabe mais ação cambial e resta como única alternativa a ação de enriquecimento contra o emitente ou outros obrigados, que se locupletaram injustamente com o não pagamento do cheque.

RESPOSTA (A) A jurisprudência admite a utilização dos cheques pré-datados. (B) Súmula 370, STJ. (C) Art. 36, *caput* e § 2º, Lei n. 7.357/85. (D) Art. 39, Lei n. 7.357/85. (E) Súmula 299, STJ. *Alternativa B*.

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com base em assuntos relacionados ao direito empresarial, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

3623. Considere a seguinte situação hipotética. A empresa X, que é uma sociedade de arrendamento mercantil, emitiu letras de arrendamento mercantil no valor de dez mil reais cada uma. Uma dessas letras foi recebida por Salomão, comerciante na cidade da sede da empresa, que endossou o título em questão e o passou para Matias como pagamento de dívidas. A empresa X, no momento da apresentação da letra, negou-se a fazer o pagamento alegando problemas financeiros. Nessa situação, Matias não pode exigir que Salomão faça o pagamento do montante total estipulado na letra, a não ser que haja estipulação em contrário.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 2º, § 2º, Lei n. 11.882/2008. *Correta.*

3624. O tabelião de protesto de títulos tem competência privativa e ampla quanto a títulos e outros documentos de dívidas emitidos em território nacional. Essa competência, porém, não se estende a títulos de dívida em moeda estrangeira, que não podem ser protestados se emitidos no exterior, ainda que haja tradução feita por tradutor público juramentado.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 10, Lei n. 9.492/97. *Errada.*

3625. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Desde o seu surgimento até os dias de hoje, o protesto tem como função a prova necessária da recusa do pagamento ou aceite de uma letra, o que possibilita que o credor venha a insurgir-se contra os obrigados de regresso. A respeito do protesto de títulos e outros documentos de dívidas, assinale a opção correta.

(A) Conforme estabelece a legislação pertinente, todos os títulos e documentos de dívida protocolizados devem ser examinados em seus caracteres formais e ter curso se não apresentarem vícios, cabendo ao tabelião de protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade.

(B) O protesto facultativo ocorrerá somente quando o título não tiver coobrigados, mas apenas devedor principal, como, por exemplo, ocorre com a nota promissória sem endosso e sem aval.

(C) Quando o sacador retiver a letra de câmbio ou a duplicata enviada para aceite e não proceder à devolução dentro do prazo legal, o protesto poderá ser baseado na segunda via da letra de câmbio ou nas indicações da duplicata.

(D) O protesto por falta de aceite deve ser providenciado antes do vencimento da obrigação e após o

decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução.

(E) De acordo com a lei substantiva civil, o protesto cambiário tem por objeto título de crédito, não correspondendo a ato judicial, e, por isso, não interrompe o prazo prescricional da ação cambiária.

RESPOSTA (A) Art. 9º, Lei n. 9.492/97. (B) O protesto será facultativo para a cobrança do devedor principal, independente de ter ou não havido, no título, aval ou endosso. (C) Art. 21, § 3º, Lei n. 9.492/97. (D) Art. 21, § 1º, Lei n. 9.492/97. (E) Art. 202, III, CC. Nessa questão, como se percebe, há duas opções corretas: as alternativas C e D. *Alternativa D*.

3626. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Em relação ao protesto, ato formal e solene por meio do qual se provam a inadimplência e o descumprimento da obrigação, assinale a opção correta.

(A) O tabelião de protesto de títulos exerce competência exclusiva para a protocolização, a intimação, o acolhimento da devolução ou do aceite e o recibo de pagamento do título de outros documentos de dívida, na tutela dos interesses públicos e privados.

(B) Em caso de risco de prejuízo de difícil reparação para o credor, o juiz deve condicionar obrigatoriamente o deferimento da sustação ou cancelamento cautelar do protesto à prestação de caução.

(C) O título do documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente só poderá ser pago, protestado ou retirado mediante autorização judicial.

(D) Sendo o devedor microempresário ou empresa de pequeno porte, o cancelamento do registro de protesto, em decorrência do pagamento do título, dependerá de declaração de anuência do credor.

(E) Dispensa-se a exigência de identificação da pessoa que tenha recebido a notificação do protesto para requerer a falência do devedor.

RESPOSTA (A) Arts. 14 e 15, Lei n. 9.492/97. (B) Não há previsão legal nesse sentido. (C) Art. 17, § 1º, Lei n. 9.492/97. (D) Art. 73, III, Lei Complementar n. 123/2006. (E) Súmula 361, STJ. *Alternativa C*.

3627. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação às ações cambiárias e os títulos de créditos.

(A) Se um dos coemitentes pagar a soma cambiária, ele só poderá acionar o outro emitente para haver a sua cota, tendo essa ação natureza cambiária.

(B) As pessoas acionadas em virtude de uma letra de câmbio não podem, em nenhuma circunstância, opor ao portador exceções fundadas sobre as relações pessoais delas com o sacador ou com os portadores anteriores.

(C) O ingresso da ação cambiária do portador contra os aceitantes e emitentes de uma letra prescreve em um ano a contar da data do protesto; havendo cláusula sem protesto, a prescrição ocorre a partir da data do vencimento do título.

(D) O que diferencia os títulos de crédito dos demais títulos executivos extrajudiciais é a limitação quanto às matérias que possam ser apresentadas em embargos à execução.

(E) O portador de uma letra de câmbio deve obedecer à ordem de preferência para a propositura da ação de execução contra os legitimados passivos.

RESPOSTA (A) Tal ação não tem natureza cambiária, constituindo-se em mera ação regressiva civil, em razão da solidariedade passiva. (B) Art. 17, LUG. (C) Art. 70, LUG. (D) Efeito jurídico decorrente do princípio da inoponibilidade de exceções pessoais. (E) Art. 47, 2ª alínea, LUG. *Alternativa D*.

3628. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Com relação ao título de crédito, considerado, na doutrina, o documento necessário para o exercício do direito, literal e autônomo, nele mencionado, assinale a opção correta.

(A) Cheque administrativo ou bancário é aquele em que o emitente se confunde com o sacado, ou seja, é emitido pela própria instituição financeira. Estabelece a lei que regulamenta os cheques que o cheque pode ser emitido contra o próprio banco sacado, desde que ao portador.

(B) A nota promissória não produzirá efeito quando faltarem a indicação de vencimento e a indicação do lugar em que se deva efetuar o pagamento.

(C) A lei que regulamenta a duplicata estabelece que a emissão da fatura é obrigatória em todos os contratos, sejam eles de compra e venda mercantil ou de prestação de serviços.

(D) O cheque devolvido ao seu portador por falta de provisão de fundos pode ser apresentado somente mais uma vez, e sua execução contra os endossantes e avalistas depende de protesto.

(E) Estabelece a lei uniforme relativa às letras de câmbio e às notas promissórias que o sacador de letra de câmbio pagável à vista ou a certo termo de vista pode fazer constar a incidência de juros sobre o valor a ser pago.

RESPOSTA (A) Art. 9º, III, Lei n. 7.357/85. (B) Art. 75, 2ª e 3ª alíneas, LUG. (C) Art. 1º, Lei n. 5.474/68. (D) Art. 47, § 1º, Lei n. 7.357/85. (E) Art. 5º, LUG. *Alternativa E*.

3629. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Com relação ao protesto de títulos e outros documentos de dívida, assinale a opção correta.

(A) O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado depois do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução.

(B) Revogada a ordem de sustação de protesto, será necessário proceder a nova intimação do devedor, sendo a lavratura e o registro do protesto efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da revogação.

(C) O protesto de nota promissória deve ser tirado no lugar onde deva ser efetuado o pagamento do título e, na ausência de indicação de local para pagamento, considera-se o lugar do domicílio do sacado.

(D) A averbação de retificação de erros materiais pelo serviço poderá ser efetuada de ofício ou a requerimento do interessado, sendo devidos os emolumentos pela citada averbação.

(E) Cláusula sem protesto inserida no título pelo sacador produz efeitos em relação a todos os obrigados pela letra; inserida pelo endossante ou avalista somente produzirá efeitos em relação a esse endossante ou avalista.

RESPOSTA (A) Art. 21, § 1º, Lei n. 9.492/97. (B) Art. 17, § 2º, Lei n. 9.492/97. (C) Não há sacado na nota promissória. (D) Art. 25, § 2º, Lei n. 9.492/97. (E) Art. 46, 3ª alínea, LUG. *Alternativa E*.

3630. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** De acordo com o que dispõe a legislação que regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida, assinale a opção correta.

(A) Havendo ou não prazo assinado, a data do registro do protesto é o termo inicial da incidência de juros, taxas e atualizações monetárias sobre o valor da obrigação contida no título ou documento de dívida.

(B) É de cinco anos o prazo estipulado para o arquivamento de livros de protocolo e de dez anos para o arquivamento dos livros de registros de protesto e respectivos títulos.

(C) Os cartórios devem fornecer às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos retirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação

reservada, da qual somente se poderá dar publicidade, pela imprensa, de forma parcial.

(D) Os tabeliães de protesto de títulos serão civilmente responsáveis pelos prejuízos que causarem a terceiros somente quando houver dolo, sendo também responsáveis pelos prejuízos causados pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

(E) Revogada a ordem de sustação, não se exige nova intimação do devedor, devendo a lavratura e o registro do protesto ser efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da revogação, salvo se a materialização do ato depender de consulta a ser formulada ao apresentante, caso em que o mesmo prazo deverá ser contado da data da resposta dada.

RESPOSTA (A) Art. 40, Lei n. 9.492/97. (B) Art. 36, Lei n. 9.492/97. (C) Art. 29, Lei n. 9.492/97. (D) Art. 38, Lei n. 9.492/97. (E) Art. 17, § 2º, Lei n. 9.492/97. *Alternativa E*.

3631. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere a títulos de crédito, títulos de financiamento da atividade econômica e títulos societários.

(A) O ordenamento jurídico pátrio veda o uso comercial da duplicata virtual em substituição à duplicata em papel, mas os cartórios extrajudiciais devem aceitar as indicações contidas no meio magnético a fim de levar a efeito eventual protesto.

(B) Nas hipóteses de cédulas de crédito rural, industrial e comercial, não se admite a incidência de comissão de permanência, após a inadimplência, sendo permitidas, apenas, a elevação dos juros remuneratórios em 1% ao ano, a correção monetária e a multa contratual.

(C) A lei veda que a constituição da garantia, real ou fidejussória, seja feita em documento separado da cédula de crédito bancário.

(D) O conhecimento de depósito e o *warrant* são títulos de crédito representativos de mercadorias custodiadas em armazéns gerais, e a circulação desses títulos, por endosso, deve ocorrer conjuntamente.

(E) Cabe às sociedades anônimas criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, denominados debêntures, os quais garantem aos seus titulares direito de crédito eventual contra a companhia.

RESPOSTA (A) Inexiste tal vedação. (B) Arts. 5º, parágrafo único, e 10, Decreto-lei n. 167/67. (C) Art. 32, Lei n. 10.931/2004. (D) A circulação do conhecimento de depósito e do *warrant* pode ocorrer em separado. (E) Art. 54, Lei n. 6.404/76 (as debêntures têm valor nominal). *Alternativa B*.

3632. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Com o desenvolvimento dos títulos de crédito, o mundo moderno mobiliza suas próprias riquezas, vencendo o tempo e o espaço. Acerca desses títulos, assinale a opção correta.

(A) A legislação que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, letra de crédito imobiliário, cédula de crédito imobiliário e cédula de crédito bancário, criou a letra de crédito hipotecário emitido por instituição financeira, como promessa de pagamento, com lastro em crédito imobiliário decorrente de hipoteca ou alienação fiduciária.

(B) De acordo com a lei que dispõe sobre títulos de crédito comercial, a não identificação dos bens objeto da alienação fiduciária cedular retira a eficácia da garantia, que deve incidir sobre outros de mesmo gênero, quantidade e qualidade.

(C) A cédula de crédito industrial, conforme estabelece a legislação que a regulamenta, pode ser aditada, ratificada e retificada, por meio de menções adicionais e de aditivos, datados e assinados pelo emitente e pelo credor, lavrados em folha à parte do mesmo formato e que devem passar a fazer parte integrante do documento cedular.

(D) São títulos de crédito à exportação a nota de crédito à exportação e a cédula de crédito à exportação, ambos títulos casuais que constituem promessa de pagamento, ostentando a nota de crédito à exportação garantia real, incorporada à própria cártula, diferentemente da cédula de crédito à exportação, que não possui essa garantia.

(E) A cédula de produto rural é título de crédito de natureza causal, emitido por produtor ou cooperativa rural, como promessa de entrega de produtos rurais, disciplinada na lei que a institui, segundo a qual o emitente da cédula de produto rural não responde pela evicção, podendo, ainda, invocar, em seu benefício, o caso fortuito ou força maior.

RESPOSTA (A) A letra de crédito hipotecário é regulamentada pela Lei n. 7.684/88, e não pela Lei n. 10.931/2004. (B) Art. 4º, Lei n. 6.840/80. (C) Art. 12, Decreto-lei n. 413/69. (D) A diferença existente entre a cédula de crédito e a nota de crédito é que aquela tem garantia e esta, não. (E) Arts. 1º, 2º e 11, Lei n. 8.929/94. *Alternativa C*.

3633. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Com relação aos títulos de crédito comercial, industrial, à exportação, rural e imobiliário, assinale a opção correta.

(A) A cédula e a nota de crédito à exportação são títulos causais resultantes de financiamento à exportação ou à produção de bens destinados à exportação, não constitutivos de meras promessas de pagamento, em razão do caráter especialíssimo de tais cártulas.

(B) A nota promissória e a duplicata rural são títulos de crédito rural fundados em operações de compra e venda de natureza rural, contratadas a prazo, constitutivas de financiamentos no âmbito do crédito rural.

(C) A letra de crédito imobiliário é título causal emitido por instituição financeira como promessa de pagamento, com lastro em crédito imobiliário decorrente de hipoteca ou alienação fiduciária.

(D) A nota de crédito comercial é um título causal resultante do financiamento obtido por empresas no mercado financeiro, com promessa de pagamento e garantia real, incorporada à própria cártula.

(E) A cédula de crédito industrial é um título causal resultante de financiamento obtido por empresas nas bolsas de valores, com promessa de pagamento, mas sem garantia real.

RESPOSTA (A) A cédula e a nota de crédito à exportação representam promessa de pagamento. (B) Art. 42, parágrafo único, Decreto-lei n. 167/67. (C) Art. 12, Lei n. 10.931/2004. (D) Nota de crédito não tem garantia real. (E) Cédula de crédito tem garantia real. Tal financiamento é obtido por pessoa que se dedique à atividade industrial. *Alternativa C*.

VI. Contratos Empresariais

3634. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** Cada uma das opções abaixo, referentes a contratos empresariais, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja *incorreta*.

(A) Marta firmou contrato de alienação fiduciária em garantia com determinada instituição financeira. Nessa situação, caso Marta se torne inadimplente, a instituição financeira está obrigada a promover ação de cobrança e a requerer a venda do bem alienado em leilão.

(B) Laura e Bernardo decidiram firmar contrato de representação comercial. Nessa situação, tal contrato deverá conter, obrigatoriamente, a indicação do local em que será exercida a representação.

(C) Joaquim firmou contrato de franquia com determinada sociedade empresária. Nessa situação, esse contrato terá validade independentemente de registro em cartório de registros públicos.

(D) Adalberto celebrou com Bento contrato de comissão. Bento, no exercício regular de suas atribuições de comissário, firmou contrato com Célio, o qual se tornou inadimplente. Nessa situação, Bento não responderá pela inadimplência de Célio.

RESPOSTA (A) É possível promover, ainda, a busca e apreensão do bem, nos termos do art. 3º, Decreto-lei n. 911/69. (B) Art. 27, *d*, Lei n. 4.886/65. (C) Art. 6º, Lei n. 8.955/94. (D) Art. 697, CC. *Alternativa D*.

3635. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Em relação aos contratos mercantis, assinale a opção correta.

(A) O contrato de faturização é consensual, não sendo necessária nenhuma formalidade para ser firmado, senão a própria manifestação das partes; ele pode, inclusive, ser verbal.

(B) Se do contrato de comissão constar a cláusula *del credere*, o comissionário não responderá solidariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente.

(C) O contrato-tipo, como o de seguro, é instrumento utilizado por fornecedores de serviços ou produtos destinados a um grande número de pessoas.

(D) O contrato de compra e venda mercantil é comutativo, conhecendo os contratantes, desde o início, exatamente o preço e o bem a ser recebido, razão pela qual não se vislumbra a existência de contrato de compra e venda mercantil aleatório.

(E) As circunstâncias que constituem, de acordo com a lei, motivos justos para a rescisão do contrato de representação comercial são meramente exemplificativas, razão por que as partes podem contratualmente estipular novas cláusulas rescisórias.

RESPOSTA (A) Conforme opinião unânime na doutrina. (B) Art. 698, CC. (C) Não se pode confundir contrato-tipo e contrato de adesão. (D) Para Vera Helena de Mello Franco (*Contratos:* direito civil e empresarial, p. 31) é, "em princípio comutativo dado que possa ser, eventualmente, aleatório". (E) Arts. 35 e 36, Lei n. 4.886/65. *Alternativa A*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) A respeito dos contratos de empresas, julgue o item seguinte.

3636. Caracteriza-se *leasing* operacional quando uma sociedade empresária aliena um bem de sua propriedade à companhia de *leasing*, que o arrenda à mesma pessoa jurídica que o vendeu.

RESPOSTA Em conformidade com Vera Helena de Mello Franco (*Contratos:* direito civil e empresarial, p. 31), é na modalidade conhecida por *leasing back* que "o futuro arrendatário cede o bem à instituição de *leasing*, a qual, após a sua aquisição, arrenda-o ao vendedor original". *Errada.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) No que diz respeito aos livros empresariais e aos contratos empresariais, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

3637. Na modalidade operacional do arrendamento mercantil, as contraprestações e os demais pagamentos previstos no contrato e devidos pela arrendatária são normalmente suficientes para que a arrendadora recupere o custo do bem arrendado durante o prazo contratual da operação e, adicionalmente, obtenha retorno sobre os recursos investidos.

RESPOSTA Segundo André Luiz Santa Cruz Ramos (*Direito empresarial esquematizado*, p. 572), no *leasing* financeiro, "como a arrendadora tem alto custo inicial, em razão da necessidade de adquirir o bem indicado pelo arrendatário, as prestações referentes ao aluguel devem ser suficientes para a recuperação desse custo". *Errada.*

3638. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere às diversas espécies de contratos mercantis.

(A) Arrendamento mercantil é o negócio jurídico realizado entre pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para uso próprio desta.

(B) No contrato de faturização (*factoring*), determinada pessoa cede a outra o direito de uso de marca

ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semiexclusiva de produtos ou serviços e, eventualmente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pela empresa faturizada, mediante remuneração direta ou indireta, sem que, no entanto, fique caracterizado vínculo empregatício.

(C) É possível a alienação fiduciária de bens imóveis em que o devedor, com o escopo de ofertar garantia, contrata a transferência ao credor da propriedade resolúvel de coisa imóvel, transmitindo ao fiduciário a posse indireta do bem.

(D) O devedor fica automaticamente constituído em mora (mora *ex re*) em caso de inadimplemento do contrato com alienação fiduciária em garantia, sendo desnecessária sua notificação para caracterização do atraso.

(E) A concessão mercantil é o contrato pelo qual pessoa física ou jurídica, sem relação de emprego, desempenha, em caráter não eventual, a mediação para realizar negócios mercantis, agenciando propostas ou pedidos, para transmiti-los ao concedente, praticando ou não atos relacionados com a execução dos negócios.

RESPOSTA (A) Art. 1º, Lei n. 6.099/74 (a arrendadora deve ser pessoa jurídica). (B) Art. 2º, Lei n. 8.955/94 (trata o item do contrato de franquia, e não de faturização). (C) Arts. 22 e 23, Lei n. 9.514/97. (D) Súmula 72, STJ. (E) Art. 693, CC, c/c art. 1º, Lei n. 4.886/65. *Alternativa C*.

3639. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** O contrato por meio do qual alguém entrega quantia de dinheiro ao banco para que este dela disponha livremente, com a obrigação de restituí-la ao depositante ou de entregá-la, em uma única vez ou em partes, à pessoa que este indicar, caracteriza-se como

(A) conta corrente bancária.

(B) mútuo bancário.

(C) crédito documentado bancário.

(D) abertura de crédito bancário.

(E) depósito bancário.

RESPOSTA Para Vera Helena de Mello Franco (*Contratos:* direito civil e empresarial, p. 176), considera-se depósito bancário o "contrato pelo qual um sujeito deposita uma soma em dinheiro perante um banco, o qual lhe adquire a propriedade e é obrigado à restituição, após certo termo ou a pedido do depositante". *Alternativa E.*

3640. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** O crédito documentário é uma operação bancária consistente em uma técnica que assegura o cumprimento recíproco das obrigações na compra e venda internacional, eliminando os riscos do pagamento e da entrega da mercadoria.

Nelson Abrão. Direito bancário. In: *Revista dos Tribunais*, p. 133 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência temática, assinale a opção correta.

(A) Incumbe ao ordenante notificar ao beneficiário a existência da disponibilidade creditícia em seu favor.

(B) Cabe ao beneficiário fornecer ao banco a provisão necessária para que ele efetue o pagamento no exterior.

(C) A extinção das obrigações entre o banco emissor e o cliente ordenante ocorre no momento em que é pago o valor da compra.

(D) Por ordem do comprador importador, o crédito originariamente aberto pelo banco emissor em favor do exportador beneficiário não pode ser transferido ao fornecedor.

(E) A realização de crédito documentado propriamente dito ocorre no momento em que o banco

emissor, ou o intermediário, em troca dos documentos descritos no contrato, e devidamente verificados, paga ou aceita a letra de câmbio contra ele sacada, ou desconta a sacada contra o comprador.

RESPOSTA (A) Segundo Vera Helena de Mello Franco (*Contratos:* direito civil e empresarial, p. 81), o ordenante "dá a ordem para abrir um crédito a favor do beneficiário". (B) Segundo Nelson Abrão (*Direito bancário*, p. 179), tal obrigação incumbe ao ordenante. (C) De acordo com Nelson Abrão (*Direito bancário*, p. 180), a extinção das obrigações entre o banco emissor e o cliente ordenante ocorre "quando aquele entregar os documentos relativos à mercadoria a este". (D) É possível haver a transferência do crédito documentário do exportador beneficiário ao fornecedor, segundo informa Nelson Abrão (*Direito bancário*, p. 181). (E) Vera Helena de Mello Franco (*Contratos:* direito civil e empresarial, p. 84) denomina tal contrato como crédito documentário realizável por aceitação ou crédito documentário em sentido estrito. *Alternativa E*.

3641. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** A respeito das transações realizadas com cartão de crédito, assinale a opção correta.

(A) O banco não tem legitimidade para figurar no polo passivo em ação de prestação de contas em que o titular de cartão de crédito pleiteie rever cláusulas de contrato firmado com a administradora do cartão em face da cobrança de encargos excessivos, ainda que evidenciada a existência de conglomerado de empresas.

(B) As empresas administradoras de cartão de crédito são consideradas instituições financeiras e, por essa razão, os juros remuneratórios que cobram são limitados pela Lei de Usura.

(C) Aplica-se a Lei de Usura às operações efetuadas pelos componentes do sistema financeiro nacional.

(D) Caso o titular de cartão de crédito receba mensalmente as respectivas faturas, a lei considera improcedente o ajuizamento de ação com a finalidade de cobrar da administradora do cartão a prestação de contas dos encargos cobrados.

(E) Será infrutífera a ação de cobrança que vise ao recebimento de despesas efetuadas com cartão de crédito, caso o devedor comprove ter o débito se originado de fato fraudulento que, perpetrado por terceiro, caracterize a existência de fato impeditivo ao direito do credor.

RESPOSTA (A) AgRg no Agravo de Instrumento 700.558/RS. (B) Súmula 283, STJ. (C) Súmula 596, STF. (D) REsp 457.055/RS. (E) REsp 326.163/RJ. *Alternativa E*.

3642. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** A respeito dos contratos que os empresários individuais e as sociedades empresárias celebram no exercício diário de suas atividades econômicas, assinale a opção correta.

(A) A Resolução n. 2.039 do BACEN prevê duas espécies de *leasing*: o financeiro e o operacional, e a doutrina registra, ainda, a modalidade específica *denominada lease back* ou *leasing back*, que se caracteriza pelo fato de o bem já ser da arrendadora, que apenas o aluga ao arrendatário, sem o custo inicial da aquisição.

(B) A Lei n. 6.729/1979, com as alterações introduzidas pela Lei n. 8.132/1990, disciplina a concessão comercial que tenha por objeto o comércio de mercadorias, sendo, contudo, atípico o contrato quando a concessão comercial referir-se a veículos automotores.

(C) Embora o Código Civil determine que o objeto da propriedade fiduciária seja necessariamente coisa móvel infungível, existe a possibilidade de contrato de alienação fiduciária no mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de crédito fiscal e previdenciário.

(D) No contrato de compra e venda, a cláusula de reserva de domínio somente surtirá efeitos perante terceiro quando estiver expressamente prevista, sendo possível a aplicação da referida cláusula especial nos contratos cujo objeto seja bem móvel ou imóvel.

(E) O contrato de comissão pode ostentar a cláusula *del credere*, segundo a qual os riscos do negócio cabem ao comitente, já que o comissário, embora atue em nome próprio, o faz no interesse do comitente e à conta dele, de acordo, inclusive, com suas instruções.

RESPOSTA (A) A Resolução do Bacen que regulamenta o *leasing* é a de n. 2.309/96. Para Vera Helena de Mello Franco (*Contratos:* direito civil e empresarial, p. 127), no *lease back* “o futuro arrendatário cede o bem à instituição de *leasing*, a qual, após a aquisição, arrenda-o ao vendedor original”. (B) A Lei n. 6.729/79 regulamenta na verdade o contrato de concessão de veículos automotores. O contrato de concessão comercial é que se considera atípico. (C) Art. 66-B, Lei n. 4.728/65. (D) Arts. 521 e 522, CC. (E) Art. 698, CC. *Alternativa C*.

3643. (Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE) A respeito dos contratos comerciais, assinale a opção correta.

(A) Corretagem consiste em contrato no qual o corretor, operando por prestação de serviços ou por mandato, obriga-se a obter, para o seu cliente, um ou mais negócios, conforme as instruções dele recebidas.

(B) Mediante contrato de consignação, o consignante entrega bens móveis ou imóveis para o consignatário vender em próprio nome e à sua conta.

(C) Caracteriza-se a distribuição no contrato de agência especialmente porque o agente tem ao seu dispor a coisa negociada.

(D) Denomina-se comissão o contrato por meio do qual o comitente adquire ou vende bens em seu próprio nome, à conta do comissário.

(E) Franquia é o contrato em que ocorre uma cessão de marca necessariamente associada à prestação de serviços.

RESPOSTA (A) Art. 722, CC. (B) Art. 534, CC. (C) Art. 710, CC. (D) Art. 693, CC. (E) Art. 2º, Lei n. 8.955/94. *Alternativa C*.

3644. (Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE) Com relação aos contratos mercantis, assinale a opção correta.

(A) Tratando-se de alienação fiduciária de bem imóvel, uma vez consolidada a propriedade em nome do credor-fiduciário, assim como ocorre com a alienação fiduciária de bem móvel, pode o credor permanecer no domínio do bem alienado, sendo facultativa a venda do imóvel mediante leilão público.

(B) A representação comercial é um contrato de mandato, pois o representante é contratado pelo representado para agenciar negócios de interesse deste, encaminhando pedidos de compras de mercadorias feitas pelos clientes do representado.

(C) No estudo do contrato de seguro, a existência do resseguro, segundo a doutrina, equivale à contratação, por parte do segurado, de vários seguros parciais em relação a um mesmo interesse, sendo a soma das indenizações limitada ao valor total do bem.

(D) Um dos aspectos relacionados à natureza autoral do direito do criador do logiciário é a licitude da chamada engenharia às avessas, ou seja, não é lesiva aos direitos do criador a desmontagem magnética do logiciário por terceiro interessado em descobrir a estrutura interna do programa, com vistas ao aperfeiçoamento de seus conhecimentos.

(E) A licença de uso de direito industrial é instrumento de efetiva transição de conhecimento de um para outro contratante, não sendo necessária a sua averbação junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, para a produção de todos os efeitos tributários, cambiais e perante terceiros.

RESPOSTA (A) Art. 27, Lei n. 9.514/97. (B) Representação comercial autônoma (agência) e mandato são contratos distintos. (C) Resseguro é operação praticada pela seguradora referente à transferência de riscos para outro segurador. (D) É o que diz Fabio Ulhoa Coelho (*Manual de direito comercial:* direito de empresa, p. 537). (E) Art. 140, Lei n. 9.279/96. *Alternativa D*.

3645. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** A Lei n. 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, aplica-se a

(A) empresa pública exploradora de atividade econômica.
(B) instituição financeira privada.
(C) sociedade de capitalização.
(D) sociedades simples.
(E) pessoas jurídicas irregulares.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 1º, 2º e 105, IV, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa E*.

3646. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Não tem legitimidade ativa para requerer a falência do devedor

(A) o herdeiro do devedor.
(B) o próprio devedor.
(C) o empresário irregular.
(D) o credor com garantia real.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 97, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

(Defensor – DPE-CE – 2008 – CESPE) Acerca da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial, bem como da falência do empresário e da sociedade empresária, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

3647. Não se sujeitam ao processo falimentar as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as sociedades cooperativas.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 2º, Lei n. 11.101/2005, em interpretação conjunta com o art. 982, parágrafo único, CC. *Correta.*

3648. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Quanto à falência, no regime da Lei n. 11.101/2005, assinale a opção correta.

(A) As empresas públicas estão sujeitas aos termos da referida lei.
(B) É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local da sede do empresário ou da sociedade empresária, ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.
(C) São exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as obrigações a título gratuito.
(D) Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as despesas que os credores fizerem para nelas tomar parte, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.

RESPOSTA (A) Art. 2º, I, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 3º, Lei n. 11.101/2005 (o principal estabelecimento para fins falimentares não se confunde com a sede contratual ou estatutária). (C) Art. 5º, I, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 5º, II, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3649. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Com base na teoria geral do processo falimentar, assinale a opção correta.

(A) O empresário excluído absoluta ou relativamente do processo falimentar pode submeter-se à insolvência civil.

(B) As companhias de seguro e as instituições financeiras submetem-se à disciplina do direito falimentar.

(C) A impontualidade injustificada e a execução frustrada, por si sós, não são essenciais para a decretação da falência de uma sociedade empresária.

(D) Deve ser feita por meio da falência a execução concursal do devedor que explore atividade econômica, mesmo sem empresarialidade, e que se encontre desprovido de recursos para pagar as dívidas.

(E) Para que se instaure o processo de execução concursal denominado falência, é imprescindível a sentença declaratória de falência.

RESPOSTA (A) A insolvência civil cabe ao não empresário. O empresário excluído parcialmente se submete, regra geral, à liquidação extrajudicial. (B) Art. 2º, II, Lei n. 11.101/2005. (C) Basta a prática de um dos atos descritos no art. 94, Lei n. 11.101/2005. (D) O devedor não empresário se submete à insolvência civil, e não à falência. (E) Art. 99, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa E*.

3650. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Suponha que Maria tenha ajuizado ação de cobrança contra a pessoa jurídica Y, a qual, no curso da referida ação de conhecimento, teve sua falência decretada pelo juízo competente. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta com base na legislação de regência.

(A) A decretação da falência de Y não pode suspender o curso da ação proposta por Maria.

(B) Caso a sede de Y esteja localizada fora do país, o juízo competente para a decretação da falência será o do local de sua filial no Brasil.

(C) O juízo competente para processar a ação proposta por Maria poderá determinar, de imediato, a reserva da importância que estimar devida na falência.

(D) Se a habilitação do crédito de Maria ocorrer após a homologação do quadro geral de credores e for recebida como retardatária, Maria perderá o direito aos rateios eventualmente realizados, mas o valor de seu crédito será acrescido de juros e atualizado monetariamente até a data de sua integral satisfação.

RESPOSTA (A) Art. 6º, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 3º, Lei n. 11.101/2005. (C) A ação de Maria estará suspensa por ocasião da decretação da falência, tornando-se inviável a determinação de reserva pelo juízo de origem (art. 6º, § 3º, Lei n. 11.101/2005). (D) Art. 10, § 3º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B*.

3651. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** No que se refere ao direito falimentar, assinale a opção correta.

(A) A aplicação da técnica da desconsideração da personalidade jurídica com a finalidade de atingir o patrimônio de todos os envolvidos é permitida somente nas hipóteses de fraude cometida com o objetivo de desviar patrimônio de sociedade falida, em prejuízo da massa de credores, por meio de complexas formas societárias e de simulação de solvência da sociedade.

(B) Não será decretada a falência de sociedade anônima depois de liquidado e partilhado seu ativo nem do espólio após um ano da morte do devedor.

(C) A comprovação, por documento hábil do registro público de empresas, de que as atividades empresariais tenham cessado mais de dois anos antes do pedido de falência não impede a sua decretação, prevalecendo contraprova de exercício posterior ao ato registrado.

(D) Em processo falimentar, a desconsideração da personalidade jurídica atinge somente as

obrigações contraídas pela sociedade antes da saída dos sócios, ainda que os atos fraudulentos tenham sido a causa do estado de insolvência e esvaziamento patrimonial da falida.

(E) É imprescindível a inscrição do distrato social no registro público de empresas mercantis, ainda que a inatividade da empresa pelo período de um ano, contado do requerimento da falência, seja comprovada por outros meios.

RESPOSTA (A) É possível a desconsideração em face de fraude, abuso do direito ou confusão patrimonial. (B) Art. 96, § 1º, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 96, VIII, Lei n. 11.101/2005. (D) Inexiste previsão legal nesse sentido. (E) A inatividade da empresa para evitar a falência deve ser por 2 anos (art. 96, VIII, Lei n. 11.101/2005). *Alternativa B*.

3652. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** A respeito de falência e processo falimentar, assinale a opção correta.

(A) Para a instauração do processo de execução concursal denominado falência, prescinde-se de sentença declaratória de falência.

(B) O empresário excluído do processo falimentar pode submeter-se à insolvência civil.

(C) As companhias de seguro estão relativamente excluídas do direito falimentar.

(D) O protesto de título por falta de pagamento não é considerado, por si só, prova de impontualidade.

(E) Ao empresário sem meios de honrar a totalidade de suas obrigações a lei destina um processo diferente de execução concursal: o da insolvência civil.

RESPOSTA (A) A sentença declaratória de falência é necessária. (B) Insolvência civil é processo concursal para não empresário. (C) Art. 2º, II, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 94, I e § 3º, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 1º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) No que tange à recuperação judicial e à falência, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

3653. O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas na lei de regência, caso o falido figure como autor ou litisconsorte ativo.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 76, Lei n. 11.101/2005. *Correta.*

3654. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com base na Lei n. 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

(A) Têm direito de voto na assembleia-geral de credores todos os que sejam arrolados no quadro geral, tais como o proprietário fiduciário de bens e o arrendador mercantil; a relação de credores com direito a voto pode ser alterada no decorrer da recuperação judicial ou falência, estabelecendo a lei que as deliberações não serão, em princípio, invalidadas em razão de posterior decisão judicial modificadora da condição de credor.

(B) Como todas as demais decisões, a sentença de falência deve conter o histórico dos fatos invocados pelas partes, a fundamentação e a conclusão, podendo, de plano, fixar o termo legal da falência, que, juridicamente, só passa a existir com a decretação da sentença, sendo a apelação o recurso cabível contra a sentença que julgar improcedente o pedido de falência ou que a decreta.

(C) A ação revocatória, que se encerra com sentença declaratória do vício, produz efeito desde o momento em que se iniciou e, julgado procedente o pedido, os bens devem ser restituídos à massa em espécie, inclusive com seus acessórios, ou pelo valor de mercado, sendo declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão dos créditos que tenham passado por operações de securitização.

(D) De acordo com essa lei, os débitos tributários não estão sujeitos à recuperação judicial, ou seja, independentemente do que ficar estabelecido no plano de recuperação, os tributos devidos pelo empresário devem sempre ser quitados de acordo com as normas tributárias, cabendo ao devedor apresentar as certidões negativas de débito tributário.

(E) A referida lei criou colegiado composto por credores, denominado comitê de credores, de existência e funcionamento obrigatórios e cujo objetivo é conduzir o processo de falência e de recuperação judicial, basicamente desempenhando as funções de fiscalização e consultoria.

RESPOSTA (A) Art. 39, §§ 1º e 2º, Lei n. 11.101/2005. (B) Arts. 99 e 100, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 135 c/c art. 136, § 1º, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 57, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 27, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3655. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Consoante a regulamentação processual da falência, prevista na Lei 11.101/2005, compete necessariamente ao juízo falimentar

(A) a ação em que o falido figurar como autor e que seja oferecida após a decretação da falência.

(B) o pedido de restituição de bem alheio sob posse do devedor quando da decretação da falência.

(C) a reclamação trabalhista oferecida contra o falido após a decretação da falência.

(D) a execução fiscal em curso contra o devedor falido quando da decretação da falência.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 76, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B*.

3656. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** A empresa Alfa Ltda. teve sua falência declarada pelo juiz competente em 15/4/2009. No mesmo ato processual, determinou-se o afastamento imediato dos administradores e a lacração da empresa. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A sentença falimentar tem natureza meramente declaratória do estado de insolvência jurídica do falido. Para que possa produzir efeitos, é necessário levar cópia autenticada do provimento jurisdicional à Junta Comercial, a fim de efetuar o protesto para fins falimentares.

(B) O chamado termo legal da falência consiste no prazo fixado pelo juiz ou por lei, em que os atos praticados pelo falido ficam sujeitos à declaração de ineficácia em relação à massa falida e aos seus credores. A data da prolação da sentença falimentar é importante porque o termo legal não pode retrotrair a mais do que 90 dias contados desse momento.

(C) A decretação da falência pelo juízo competente ocasiona o vencimento antecipado de todas as dívidas do devedor e dos sócios limitada ou ilimitadamente responsáveis, com o abatimento proporcional dos juros, e converte, ainda, todos os créditos em moeda estrangeira para a moeda do país, pelo câmbio do dia da decisão judicial.

(D) A decretação da falência suspende o curso da prescrição e das ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário. No entanto, terão prosseguimento, nos juízos nos quais estiverem se processando, as ações que demandarem quantia ilíquida.

(E) A empresa cuja falência haja sido decretada tem 15 dias de prazo para apelar da sentença de falência, iniciando-se a contagem desse prazo a partir do primeiro dia útil seguinte ao de sua publicação.

RESPOSTA (A) A sentença falimentar tem, também, natureza constitutiva. (B) Art. 99, II, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 77, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 6º, *caput* e § 1º, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 100, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3657. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Com respeito à ação revocatória prevista na

legislação falimentar, assinale a opção *incorreta*.

(A) A ação revocatória correrá perante o juízo da falência e obedecerá ao rito ordinário previsto no Código de Processo Civil.

(B) A ação revocatória pode ser promovida contra todos os que figuraram no ato ou que por efeito dele foram garantidos ou beneficiados.

(C) Entre os legitimados ao ajuizamento da ação revocatória, encontra-se o Ministério Público.

(D) Na sistemática da revocatória, consideram-se inexistentes os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, desde que se prove o conluio fraudulento entre o devedor (falido) e o terceiro que com ele contratar.

RESPOSTA (A) Art. 134, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 133, I, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 123, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 130, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue o próximo item, relativo às normas de falência e de recuperação de empresas (Certo ou Errado).

3658. No curso do processo falimentar, é cabível ação revocatória a ser proposta pelo administrador judicial, pelo sócio cotista, por terceiro interessado ou pelo MP, no prazo de cinco anos, contado da decretação da falência, conforme expressa disposição legal.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 132, Lei n. 11.101/2005. *Errada.*

3659. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Uma sociedade limitada, alienante, celebrou contrato de trespasse com uma sociedade anônima, adquirente, e, decorridos três meses, a alienante requereu a própria falência, que lhe foi deferida. Com relação a essa situação hipotética e ao contrato de trespasse como regulado pelo Código Civil, assinale a opção correta.

(A) Mediante contrato de trespasse, transfere-se ao adquirente uma universalidade de direitos, ou seja, todo o patrimônio da alienante.

(B) Como o trespasse ocorreu dentro do termo legal da falência, o negócio jurídico deve ser revertido, devolvendo-se o que foi adquirido à massa falida.

(C) Os débitos contabilizados pela sociedade limitada que sejam anteriores ao trespasse devem ser cobrados na falência, não sendo oponíveis à sociedade anônima adquirente.

(D) A sociedade anônima pode extinguir sua responsabilidade pelos débitos da falida se depositar no juízo da falência os bens adquiridos e notificar os credores para receber o que lhes for devido por rateio.

(E) Os credores da sociedade falida à época não poderão requerer a ineficácia do trespasse se, demonstrado que foram devidamente intimados da alienação, não tiverem manifestado oposição no prazo de trinta dias.

RESPOSTA (A) O estabelecimento tem natureza jurídica de universalidade de fato (arts. 1.142 e 90, CC). (B) O trespasse, se for irregular, poderá ser revertido (art. 129, VI, Lei n. 11.101/2005). (C) Os débitos regularmente contabilizados passam a ser de responsabilidade do adquirente (art. 1.146, CC). (D) Inexiste previsão legal nesse sentido. (E) Art. 129, VI, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3660. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta relativamente à falência, levando em consideração o entendimento do STJ sobre a matéria.

(A) Quem exerce o comércio em prédio locado pela falida não possui legitimidade para opor embargos de terceiro contra o ato de arrecadação do imóvel.

(B) Não será decretada a falência do devedor que, sem relevante razão de direito, não pagar, no

vencimento, a obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a quarenta salários mínimos na data do pedido de falência, se demonstrar a cessação das atividades empresariais um ano antes do pedido de falência, comprovada por documento hábil do registro público de empresas, o qual não prevalecerá contra a prova de exercício posterior ao ato registrado.

(C) A decretação da falência não interfere no exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação.

(D) As transações realizadas pelo falido continuam tendo eficácia enquanto não forem declaradas ineficazes, o que somente pode ser obtido por meio da propositura da competente ação revocatória.

(E) Para a cobrança em juízo dos créditos tributários e equiparados, o ente de direito público tem a prerrogativa de optar entre o ajuizamento de execução fiscal ou a habilitação de crédito na falência, mas, escolhida uma via judicial, ocorre a renúncia com relação à outra.

RESPOSTA (A) Existe legitimidade para o locatário propor embargos de terceiro (REsp 579.490/MA). (B) Art. 96, VIII, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 116, I, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 129, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005. (E) AgRg no Ag 713.217/RS. *Alternativa E*.

3661. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** Considerando os aspectos jurídicos atinentes à falência de sociedades empresárias e à recuperação judicial de empresas, assinale a opção correta.

(A) Os créditos tributários da fazenda pública estadual sujeitam-se aos efeitos da recuperação judicial de empresas.

(B) O recebimento do crédito tributário em falência de sociedade empresária é deferido, em caso de concurso entre as entidades fazendárias, sucessivamente, aos municípios, aos estados federados e, por último, à União.

(C) Os créditos trabalhistas de qualquer valor preferem os créditos das fazendas públicas.

(D) Na hipótese de o plano de recuperação judicial de determinada sociedade empresária prever a venda de bens imóveis, o adquirente, dado o caráter *propter rem* da obrigação tributária, responderá pelos débitos incidentes sobre o imóvel.

(E) Os débitos tributários cujos fatos geradores ocorreram após a declaração da falência são classificados como créditos extraconcursais.

RESPOSTA (A) Art. 6º, § 7º, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 187, parágrafo único, CTN. (C) Art. 83, I, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 60, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 84, V, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa E*.

3662. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta no que concerne a recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária.

(A) No rol das ações excluídas do juízo universal da falência, estão aquelas não reguladas na lei falimentar em que o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo.

(B) As ações de execução fiscal serão suspensas em razão do deferimento da recuperação judicial da sociedade empresária devedora.

(C) No processamento de recuperação judicial, os titulares de créditos retardatários derivados da relação de trabalho não têm direito a voto nas deliberações da assembleia-geral de credores.

(D) O administrador judicial deve ser, necessariamente, uma pessoa física que atue no ramo do direito, administração de empresas ou economia.

(E) A lei admite que a sociedade empresária devedora requeira sua recuperação judicial desde que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de um ano.

RESPOSTA (A) Art. 76, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 6º, § 7º, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 10, § 1º, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 21, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 48, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Julgue o item que se segue, quanto a falência e a recuperação judicial e extrajudicial (Certo ou Errado).

3663. Em assembleia geral de credores, no curso de processo falimentar, o titular de crédito derivado da legislação do trabalho votará com o total de seu crédito, qualquer que seja o seu valor.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 41, § 1º, Lei n. 11.101/2005. *Correta.*

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com base em assuntos relacionados ao direito empresarial, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

3664. Em um processo de falência, uma vez constituído o comitê de credores, será obrigatória a criação do livro de registro de atas das reuniões desse comitê; no caso de recuperação judicial, a criação do livro será facultativa.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 27, § 1º, Lei n. 11.101/2005, o livro de registro de atas é obrigatório tanto na falência quanto na recuperação judicial. *Errada.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Quanto ao instituto dos títulos de crédito, do direito de empresa e do direito falimentar, em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

3665. Após trâmite processual regular, foi declarada a falência de Pedro. Nessa situação, se Pedro se abstiver de cumprir quaisquer das obrigações impostas pela lei de falências, a ele poderá ser decretada prisão, que não poderá exceder de sessenta dias, a requerimento de qualquer credor.

RESPOSTA No âmbito do Decreto-lei n. 7.661/45, o falido poderia ser preso tanto de ofício quanto a requerimento do credor, do Ministério Público ou do síndico. Não há norma semelhante na atual Lei de Falências, a Lei n. 11.101/2005. *Errada.*

3666. No curso de determinado processo de falência, houve indícios da ocorrência de crime falimentar, razão por que foi instaurado inquérito judicial. Nessa situação, o referido inquérito possui caráter meramente investigatório, não havendo, por isso, necessidade de intimação pessoal do devedor falido.

RESPOSTA Nos termos do art. 106, Decreto-lei n. 7.661/45, o falido poderia se manifestar no inquérito judicial, contestando-o. A Lei n. 11.101/2005, entretanto, extinguiu a figura do inquérito judicial para apuração de crime falimentar. *Errada.*

VIII. Recuperação de Empresas

3667. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Nos termos da nova Lei de Falências, entre as entidades a que se aplicam a recuperação judicial e a extrajudicial, incluem-se

(A) as empresas públicas.
(B) as sociedades de economia mista.
(C) as empresas que explorem serviços aéreos.
(D) as instituições financeiras.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 2º, 198 e 199, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue o próximo item, relativo às normas de falência e de recuperação de empresas (Certo ou Errado).

3668. De acordo com a legislação de regência, o deferimento do processamento da recuperação judicial de sociedade empresária suspende o curso de todas as ações e execuções que tramitem contra o devedor; contudo, em hipótese nenhuma, a suspensão pode exceder o prazo improrrogável de cento e oitenta dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 6º, *caput* e § 4º, Lei n. 11.101/2005. *Correta.*

3669. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência à recuperação judicial.

(A) Cumpridas as exigências legais, prossegue-se no procedimento de recuperação, e, caso não seja apresentada objeção, o juiz concederá a recuperação judicial.

(B) Em sede de recuperação judicial, o juiz deverá deferir o parcelamento dos créditos das fazendas públicas e do INSS, determinando ao registro público de empresas a anotação da recuperação judicial.

(C) As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar plano especial de recuperação judicial abrangendo os créditos quirografários e fiscais e o arrendador mercantil.

(D) O credor que se oponha a plano de recuperação judicial de uma empresa deve, antes de manifestar ao juiz sua objeção, sujeitar sua proposta à aprovação da assembleia geral de credores.

(E) A decisão que conceder a recuperação judicial ao devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor constituirá título executivo extrajudicial.

RESPOSTA (A) Art. 58, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 6º, § 7º, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 71, I, Lei n. 11.101/2005. (D) Arts. 55 e 56, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 59, § 1º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3670. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Os sócios da MN Serviços Ltda., pessoa jurídica que atua no ramo de prestação de serviços de limpeza e conservação, visando superar situação de crise econômico-financeira, deliberaram pela recuperação judicial da referida pessoa jurídica. Considerando a situação apresentada e as normas relativas à recuperação judicial das sociedades empresárias, assinale a opção correta.

(A) Para que a MN Serviços Ltda. possa requerer a recuperação judicial, é necessário que ela, no momento do pedido, esteja exercendo regularmente suas atividades há mais de cinco anos.

(B) Apenas os créditos vencidos do devedor, existentes na data do pedido, estarão sujeitos à recuperação judicial.

(C) A petição inicial da MN Serviços Ltda. deve ser instruída com as demonstrações contábeis relativas aos cinco últimos exercícios sociais.

(D) No ato em que for deferido o processamento da recuperação judicial da MN Serviços Ltda., deve ser nomeado administrador judicial, que pode ser pessoa física ou jurídica.

RESPOSTA (A) Art. 48, *caput*, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 49, *caput*, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 51, II, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 52, I, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3671. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** No que diz respeito à recuperação judicial, assinale a opção correta.

(A) Somente os credores têm legitimidade para convocar a assembleia dos credores, sempre que

considerarem conveniente fazê-lo.

(B) Por disposição legal, a assembleia dos credores não é competente para aprovar o plano de recuperação apresentado pela devedora.

(C) Em razão da função social que desempenha, qualquer empresa pode beneficiar-se do processo de recuperação.

(D) Prevê a legislação que a dilação do prazo ou a revisão das condições de pagamento são meios de recuperação da atividade econômica.

(E) A renegociação das obrigações ou do passivo trabalhista, por contrato coletivo do trabalho, em nenhuma hipótese pode resultar em redução de salários dos empregados da sociedade empresária em crise.

RESPOSTA (A) Art. 36, *caput* e § 2º, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 35, I, *a*, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 48, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 50, I, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 50, VIII, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3672. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da disciplina da recuperação judicial, extrajudicial e da falência do empresário e da sociedade empresária.

(A) Para que seja deferido pedido de recuperação judicial formulado por sociedade cooperativa, será necessária a juntada dos documentos obrigatórios discriminados em legislação específica, além da demonstração do exercício da atividade econômica há mais de dois anos.

(B) O plano de recuperação judicial da microempresa e da empresa de pequeno porte abrange apenas créditos derivados da legislação do trabalho, créditos com garantia real e créditos tributários.

(C) O administrador judicial, auxiliar do juízo que participa da administração da empresa em recuperação judicial, deve ser necessariamente advogado, economista, administrador de empresas ou contador.

(D) A decisão que concede a recuperação judicial desafia o recurso de agravo de instrumento, que pode ser interposto por qualquer credor ou pelo Ministério Público.

RESPOSTA (A) Art. 1º, Lei n. 11.101/2005, c/c art. 982, parágrafo único, CC. (B) Art. 70, I, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 21, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 59, § 2º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3673. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da recuperação judicial, da recuperação extrajudicial, da falência do empresário e da sociedade empresária.

(A) O juízo competente convocará a assembleia geral de credores por edital publicado no órgão oficial e em jornais de grande circulação nas localidades da sede e filiais, com antecedência mínima de quinze dias.

(B) Cabe ao devedor ou à massa falida custear a remuneração dos membros do comitê de credores e do administrador judicial, atendendo às disponibilidades de caixa.

(C) Para requerer a recuperação judicial, o devedor deve exercer atividades há mais de dois anos, não ser falido e não ter obtido a concessão de recuperação judicial há menos de oito anos.

(D) A Lei de Falências não se aplica a empresas financeiras públicas, sociedades cooperativas, sociedades limitadas, sociedades em comum, consórcios, entidades de previdência complementar nem a sociedades seguradoras.

(E) O deferimento do processamento da recuperação judicial interrompe o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, salvo aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

RESPOSTA (A) Art. 36, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 29, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 48, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 2º, II, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 6º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3674. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Caso seja concedida, pelo juiz, a recuperação judicial de sociedade empresária, conforme a Lei n. 11.101/2005, só então ocorrerá, necessariamente, a

(A) novação dos créditos envolvidos pelo plano de recuperação, sem prejuízo das garantias oferecidas por fiadores e obrigados de regresso.
(B) formação de assembleia geral de credores para acompanhar a recuperação judicial até o seu término regular ou a sua convolação em falência.
(C) suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.
(D) substituição dos antigos administradores da empresa devedora por administrador judicial, a quem competirá fazer cumprir o plano de recuperação aprovado em assembleia de credores.
(E) formação, a cargo do administrador judicial, do quadro-geral de credores, que deve ser submetido à homologação do juiz em até quarenta e cinco dias.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 59, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Acerca da recuperação judicial de empresas, julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

3675. Caso certa empresa de aviação comercial efetue pedido de recuperação judicial perante o juízo competente, o deferimento do pedido de recuperação judicial suspenderá eventuais ações de execução fiscal em curso contra a referida empresa.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 6º, § 7º, Lei n. 11.101/2005. *Errada.*

3676. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** Tendo em vista o instituto da recuperação judicial da empresa, assinale a opção correta.

(A) O despacho que determina o processamento da recuperação judicial suspende as ações e execuções dos credores a ela submetidos pelo prazo mínimo de cento e oitenta dias.
(B) O administrador judicial é nomeado pelo despacho que concede a recuperação judicial.
(C) Não é possível a desistência do pedido de recuperação judicial pelo devedor-requerente antes da publicação do despacho que defere o seu processamento sem a autorização da assembleia geral de credores.
(D) O peso do voto nas deliberações da classe de credores trabalhistas para aprovação do plano de recuperação será apurado pelo valor proporcional dos créditos.
(E) Contra a decisão que concede a recuperação judicial é possível a interposição de agravo de instrumento.

RESPOSTA (A) Art. 6º, § 4º, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 52, I, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 52, § 4º, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 45, § 2º, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 59, § 2º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa E*.

(Defensor – DPE-CE – 2008 – CESPE) Acerca da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial, bem como da falência do empresário e da sociedade empresária, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

3677. Na recuperação judicial, o administrador judicial tem competência para requerer a falência do devedor no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 22, II, *b*, Lei n. 11.101/2005. *Correta.*

3678. Considere que determinada sociedade empresária, em situação de crise econômico-financeira, tenha requerido sua recuperação judicial e que o juízo competente, tendo verificado o cumprimento dos requisitos legais, tenha deferido o processamento da referida recuperação. Nesse caso, a sociedade empresária somente poderá desistir do pedido de recuperação judicial se obtiver a aprovação da desistência na assembleia-geral de credores.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 52, § 4º, Lei n. 11.101/2005. *Correta.*

3679. O plano de recuperação judicial para empresas de pequeno porte sujeita a sociedade devedora a prévia autorização do juiz, após ouvido o administrador judicial e o comitê de credores, para contratar empregados.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 71, IV, Lei n. 11.101/2005. *Correta.*

3680. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência à recuperação judicial especial das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como à classificação dessas empresas.

(A) O plano especial de recuperação pode prever o parcelamento da dívida em até 48 parcelas iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas do percentual de 12% ao ano, com carência de duzentos dias, contados da distribuição do pedido de recuperação judicial.

(B) O devedor empresário pode requerer a recuperação especial apenas em face dos credores quirografários, excluindo-se os decorrentes do repasse de verbas oficiais e os credores titulares da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil.

(C) No que tange ao procedimento de recuperação, o juiz decretará a falência automaticamente se houver objeção de credores que representem mais de 40% dos créditos quirografários, fundamentados na falta de requisitos legais ou em razões que demonstrem que a crise é insuperável.

(D) São consideradas microempresas as sociedades que exerçam atividades de banco comercial, de investimentos ou de desenvolvimento, ou de seguros privados cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a R$ 240.000; as empresas cujo faturamento seja superior a R$ 240.000 até o limite de R$ 2.400.000 são consideradas de pequeno porte.

(E) O pedido de recuperação judicial com base em plano especial acarreta a suspensão do curso da decadência e das ações e execuções por créditos não abrangidos pelo plano.

RESPOSTA (A) Art. 71, II e III, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 71, I, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 72, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 3º, *caput* e § 4º, Lei Complementar n. 123/2006, c/c art. 70, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 71, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B.*

3681. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** De acordo com a Lei n. 11.101/2005, que instituiu a recuperação judicial e extrajudicial da empresa e promoveu alterações na legislação falimentar, assinale a opção correta.

(A) A lei estabelece a venda parcial de bens da empresa recuperanda como uma das formas de recuperação judicial. Isso não impede que o adquirente desses bens seja sucessor, quanto às dívidas trabalhistas, da empresa em recuperação.

(B) Dada a indisponibilidade dos direitos de natureza trabalhista, o plano de recuperação da empresa não poderá propor a redução salarial e da jornada de trabalho como formas de recuperação, ainda que mediante acordo ou convenção coletiva.

(C) A execução trabalhista com penhora de bens anterior à declaração da falência determina a

competência do juízo trabalhista, em detrimento do juízo universal, para o prosseguimento da execução.

(D) Nas deliberações tomadas na assembleia geral de credores, os votos dos pertencentes à classe dos credores trabalhistas têm peso proporcional ao valor do crédito.

(E) No processo de recuperação judicial, os titulares de créditos trabalhistas retardatários, assim entendidos aqueles habilitados fora do prazo estipulado, têm normalmente assegurado o direito de voto na assembleia geral de credores.

RESPOSTA (A) Art. 50, XI, c/c art. 60, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 50, VIII, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 140, I, Lei n. 11.101/2005, c/c art. 6º, § 5º, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 38 c/c art. 41, I, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 10, § 1º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa E*.

3682. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** Acerca do pedido de recuperação judicial, assinale a opção correta.

(A) Ele poderá ser homologado no foro de qualquer cidade onde houver estabelecimento permanente do requerente.

(B) A petição inicial deverá estar acompanhada do plano de recuperação, sob pena de indeferimento.

(C) Os credores relacionados na petição devem ser intimados por edital, para contestar a ação, no prazo de 10 dias.

(D) O deferimento do processamento da recuperação judicial não suspenderá o trâmite das execuções fiscais em curso contra o requerente.

(E) A recuperação judicial só poderá ser concedida após a devida aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores.

RESPOSTA (A) Art. 3º, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 51 c/c art. 53, Lei n. 11.101/2005. (C) Não há intimação para contestar a ação de recuperação judicial (art. 52, § 1º, II, Lei n. 11.101/2005). (D) Art. 6º, § 4º, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 58, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3683. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** A respeito da convolação da recuperação judicial em falência, assinale a opção correta.

(A) A convolação em falência poderá ocorrer por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação.

(B) Na convolação, os atos de administração, endividamento, oneração ou alienação praticados durante a recuperação judicial presumem-se inválidos.

(C) Caso o devedor não apresente o plano de recuperação no prazo legal, será intimado a fazê-lo e, somente após, caso não seja apresentado o plano, haverá a convolação em falência.

(D) Se a recuperação tiver sido deferida no curso da falência, é inadmissível a convolação.

RESPOSTA (A) Art. 73, IV, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 74, Lei n. 11.101/2005. (C) Não há necessidade de intimação para a apresentação do plano (art. 53, Lei n. 11.101/2005). (D) Art. 73 c/c art. 95, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3684. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** De acordo com a legislação que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, assinale a opção correta.

(A) São estendidos os efeitos da recuperação judicial a todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, assim como os do proprietário com contrato de compra e venda com reserva de domínio, para que os bens permaneçam na posse e uso do empresário, a fim de se propiciar a continuidade da atividade empresarial.

(B) Os contratos bilaterais se resolvem pela falência, devendo ser cumpridos pelo administrador

judicial para evitar redução ou aumento do passivo da massa falida, ou caso seja necessário à manutenção e à preservação de seus ativos.

(C) Os efeitos do plano de recuperação extrajudicial podem ser estendidos a todos os credores, além dos signatários, desde que seja firmado por mais de três quintos de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.

(D) Na hipótese da recuperação judicial, exaurido o prazo de cento e oitenta dias, contado da protocolização da ação, os prazos prescricionais são retomados, assim como a possibilidade de prosseguimento ou ajuizamento de medidas individuais por parte dos credores não atingidos pelo plano de recuperação, inclusive com a possibilidade de pleitearem a decretação de falência do empresário.

(E) É admitida a participação na assembleia de credores, para créditos trabalhistas, dos sindicatos de trabalhadores, que deverão apresentar, até quinze dias antes da assembleia, a relação dos associados que pretende representar, devendo o trabalhador que esteja cadastrado em mais de um sindicato esclarecer, com vinte e quatro horas de antecedência, o sindicato que irá representá-lo.

RESPOSTA (A) Art. 49, § 3º, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 117, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 163, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 6º, § 4º, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 37, § 6º, I, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

3685. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) O plano de recuperação judicial para microempresas e para empresas de pequeno porte

(A) prevê parcelamento das dívidas em até 72 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 6% a.a.

(B) abrange toda e qualquer sorte de crédito.

(C) estabelece a necessidade de autorização do juiz, após ouvidos o administrador judicial e o comitê de credores, para o devedor aumentar despesas ou contratar empregados.

(D) prevê o pagamento da primeira parcela das dívidas no prazo máximo de 30 dias, contados da distribuição do pedido de recuperação judicial.

RESPOSTA (A) Art. 71, II, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 71, I, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 71, IV, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 71, III, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

3686. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) A Lei 11.101/2005 prevê a possibilidade de o empresário renegociar seus débitos mediante os institutos da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial. Acerca das semelhanças e diferenças entre ambos os institutos, assinale a opção correta.

(A) Diferentemente do previsto para a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial limita-se a procedimento negocial entre o devedor e os respectivos credores, excluída a participação do Poder Judiciário em qualquer uma de suas fases.

(B) Ambos os procedimentos envolvem a negociação de todos os créditos oponíveis ao devedor, sendo a recuperação extrajudicial reservada apenas às microempresas e empresas de pequeno porte.

(C) Ambos os procedimentos exigem que o devedor apresente plano de recuperação, o qual somente vinculará os envolvidos se devidamente aprovado em assembleia-geral de credores.

(D) Diferentemente do previsto para a recuperação extrajudicial, o pedido de recuperação judicial poderá acarretar a suspensão de ações e execuções contra o devedor antes que o plano de recuperação do empresário seja apresentado aos credores.

RESPOSTA (A) Arts. 162 e 163, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 49, §§ 3º e 4º, c/c art. 161, § 1º, Lei n. 11.101/2005. (C) Não há assembleia de credores na recuperação extrajudicial. (D) Art. 6º, § 4º, c/c art. 161, § 4º. *Alternativa D*.

3687. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** De acordo com as leis brasileiras, considera-se criação passível de ser objeto de direito de patente

(A) a pintura em que se retrata a imagem de um grupo de pessoas.
(B) o livro científico em que se descrevem aplicações de medicamentos.
(C) o método cirúrgico de transplante de coração em animais.
(D) um processo de fabricação de tinta.

RESPOSTA (A) Art. 10, IV, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 10, I, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 10, VIII, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 8º, Lei n. 9.279/96. *Alternativa D*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) No item abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada no que se refere a direito comercial (Certo ou Errado) [adaptada].

3688. Determinada sociedade estrangeira, com objetivo de patentear invenção de sua titularidade, realizou o depósito de seu pedido de patente em país que mantém acordo relativo à propriedade intelectual com o Brasil, em abril de 2009. Nessa situação, dentro do prazo previsto no aludido acordo internacional, será assegurado o direito de prioridade à referida sociedade, não sendo o depósito invalidado ou prejudicado por fatos ocorridos durante esse prazo.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 16, Lei n. 9.279/96. *Correta.*

3689. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** André, Bruno e César realizaram uma mesma invenção, respectivamente, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2011. As invenções foram depositadas para registro de patente nos meses de abril, maio e junho de 2011, respectivamente, por Bruno, César e André, tendo sido informada, em cada registro, a data de conclusão da invenção. Os processos administrativos iniciados com o depósito foram concluídos em julho, agosto e setembro de 2011, correspondentemente, para César, André e Bruno. Nessa situação hipotética, a patente deve ser concedida

(A) a César, cujo processo foi concluído primeiramente.
(B) a André, por ser o primeiro inventor, e a Bruno, por ter sido o primeiro a fazer o depósito.
(C) aos três inventores, porque todos eles depositaram no mesmo ano.
(D) a André, por ter sido o primeiro a inventar.
(E) a Bruno, por ter sido o primeiro a depositar.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 7º, Lei n. 9.279/96. *Alternativa E*.

3690. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Arnaldo, editor gráfico, percebeu um aumento expressivo no mercado de jogos de mesa infantis. Entusiasmado, criou um conjunto de regras inéditas para jogo de tabuleiro com enorme potencial de sucesso. Precavido, resolveu requerer a patente dessa invenção ao INPI. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Se comprovado que a invenção de Arnaldo é nova, dotada de atividade inventiva e aplicabilidade industrial, a patente deverá ser concedida obrigatoriamente pelo INPI, por se tratar de atividade administrativa vinculada.
(B) Durante o período anterior ao deferimento ou indeferimento do privilégio temporário pelo INPI, Arnaldo poderá ceder a terceiros o pedido da patente em questão.

(C) Por se tratar de pretensão a patente válida apenas no território nacional, para a sua concessão basta que seja provado o ineditismo do objeto no Brasil, sendo irrelevante se ele foi divulgado em países estrangeiros anos antes da data do pedido.

(D) Uma vez deferido, o direito de patente será temporário, vigorando por até 20 anos, contados da data de sua concessão pelo INPI.

(E) Revelando-se que o direito de patente foi concedido com nulidade, o INPI poderá, de ofício, promover sua anulação no prazo de duração do privilégio, em decorrência do poder de autotutela da administração.

RESPOSTA (A) Art. 10, VII, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 58, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 11, § 1º, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 40, Lei n. 9.279/96. (E) Art. 51, Lei n. 9.279/96. *Alternativa B*.

3691. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Ainda no que se refere a propriedade industrial e intelectual, assinale a opção correta.

(A) A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial de autor de desenho industrial é efetuada pela concessão de patente, a ser requerida ao INPI.

(B) Se duas pessoas realizarem o mesmo modelo de utilidade, de forma independente, o direito de obter patente será daquela que provar a criação mais antiga, independentemente da data de requerimento de concessão da patente.

(C) Requerida a concessão de registro de desenho industrial, o pedido será mantido em sigilo pelo prazo de 18 meses, contados a partir da data do depósito, após o que será publicado e concedido o registro.

(D) O foro da justiça federal é o foro competente para conhecer de ação de nulidade de patente e o INPI, quando não for autor, intervirá no feito.

(E) A lei admite que seja instaurado de ofício processo administrativo de nulidade de patente, o qual será arquivado no caso de extinção da patente.

RESPOSTA (A) Art. 2º, II, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 7º, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 102 c/c art. 30, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 57, Lei n. 9.279/96. (E) Art. 51, parágrafo único, Lei n. 9.279/96. *Alternativa D*.

3692. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Com referência aos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, assinale a opção correta.

(A) O prazo de vigência da patente de invenção é de dezoito anos, e o relativo à patente de modelo de utilidade, doze anos, sendo admissível prorrogação de ambos os prazos, mediante requerimento do interessado e decisão fundamentada do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

(B) Caso duas pessoas realizem o mesmo modelo de utilidade de forma independente, o direito de obter a patente será assegurado àquela que provar o depósito do pedido mais antigo, independentemente da data da criação.

(C) Denomina-se invenção o objeto de uso prático, suscetível de aplicação industrial e que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo e que ainda resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.

(D) A divulgação de invenção promovida pelo inventor será considerada como estado da técnica, caso ocorra durante os doze meses que precederem a data de depósito ou a da prioridade do pedido de patente.

(E) O pedido de patente deve ser mantido em sigilo durante trinta e seis meses, contados da data de depósito ou da prioridade mais antiga, quando houver, antes de ser publicado na imprensa oficial.

RESPOSTA (A) Art. 40, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 7º, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 9º, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 12, I, Lei n. 9.279/96. (E) Art. 30, Lei n. 9.279/96. *Alternativa B*.

3693. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Acerca da propriedade industrial, assinale a opção *incorreta*.

(A) São bens integrantes da propriedade industrial a invenção, o modelo de utilidade, o desenho industrial e a marca.

(B) Novas técnicas cirúrgicas não são consideradas invenções e, por isso, não poderão ser patenteadas.

(C) Os pedidos de patente e de registro de desenho industrial devem atender às condições estabelecidas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), sendo mantidos em sigilo durante 18 meses, contados da data de depósito.

(D) Deve ser extinta a patente de pessoa jurídica domiciliada no exterior que se abstiver de constituir procurador qualificado e domiciliado no Brasil, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citação.

RESPOSTA (A) Art. 2º, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 10, VIII, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 30, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 78, V, Lei n. 9.279/96. *Alternativa C*.

3694. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Com relação ao registro de invenções no INPI, assinale a opção correta.

(A) A extensão da proteção da patente é determinada com base no relatório descritivo do pedido, que pode ser modificado pelo autor até a publicação do resumo em revista oficial.

(B) Os litígios judiciais sobre a validade ou a defesa de direitos protegidos por patentes têm como foro necessário a justiça federal, em razão da natureza jurídica do INPI.

(C) O INPI pode iniciar procedimento administrativo para a anulação de patente no prazo de até cinco anos contados da concessão do registro, ocorrendo, após esse prazo, a decadência do poder da administração para invalidar o registro.

(D) Durante o processo administrativo de registro da patente no INPI, qualquer pessoa que demonstrar interesse poderá apresentar documentos no período entre a publicação do pedido e o final do exame.

(E) O registro de patente somente pode ser requerido pelo autor da invenção, que pode, a qualquer momento, dispor dos direitos patrimoniais protegidos pela patente por meio de acordo em separado.

RESPOSTA (A) Art. 41, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 57, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 51, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 31, Lei n. 9.279/96. (E) Art. 6º, § 2º, Lei n. 9.279/96. *Alternativa D*.

3695. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Cristiano, *designer* de uma fábrica de móveis, criou uma mesa inovadora, de forma oval e que se sustenta em apenas três pés. Desejando registrar o objeto como desenho industrial, Cristiano dirigiu-se ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), onde fez o depósito do respectivo pedido. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção *incorreta*.

(A) Caso seja solicitado por Cristiano o registro na ocasião do referido depósito, o seu pedido poderá ser mantido em sigilo por determinado prazo legal, após o qual será processado.

(B) Caso o pedido de Cristiano seja aprovado, o registro vigorará pelo prazo improrrogável de 5 anos.

(C) Caso o desenho industrial referente à mesa de Cristiano seja contrário à moral ou aos bons costumes ou ofenda a honra ou a imagem de pessoas, esse desenho não é registrável.

(D) A propriedade do desenho industrial referente à mesa de Cristiano adquire-se pelo registro

validamente concedido.

RESPOSTA (A) Art. 106, § 1º, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 108, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 100, I, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 109, Lei n. 9.279/96. *Alternativa B*.

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com base em assuntos relacionados ao direito empresarial, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

3696. Uma das espécies de marca consideradas pela legislação que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial define marca coletiva como aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa, ocorrendo, por exemplo, com os selos de procedência que ligam o produto a determinado lugar ou região geográfica.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 123, III, Lei n. 9.279/96. *Errada.*

3697. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Acerca da propriedade industrial e intelectual, assinale a opção correta.

(A) É lícito que um sinal empregado apenas como meio de propaganda seja registrado como marca.
(B) A marca goza de proteção nacional, com o registro na junta comercial, e de proteção internacional, após o registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).
(C) São suscetíveis de registro as marcas visual e sonoramente perceptíveis.
(D) A proteção à marca de alto renome restringe-se ao seu ramo de atividade econômica.
(E) É lícito ao INPI indeferir de ofício o pedido de registro de marca que imite, em parte, marca notoriamente conhecida.

RESPOSTA (A) Art. 124, VII, Lei n. 9.279/96. (B) A marca goza de proteção nacional, com o registro no INPI, e de proteção internacional, em conformidade com tratados internacionais. (C) Art. 122, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 125, Lei n. 9.279/96. (E) Art. 126, § 2º, Lei n. 9.279/96. *Alternativa E*.

3698. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** A respeito do registro de marca no INPI, nos termos da Lei n. 9.279/1996, assinale a opção correta.

(A) A proteção da marca não se limita à função de marcar produtos e serviços, podendo envolver também o uso da marca em papéis, impressos, propaganda e documentos relativos à atividade do titular da marca.
(B) Pessoa física pode requerer registro de marca desde que comprove ser empresária e demonstre estar o sinal visual relacionado à atividade que efetivamente exerce.
(C) O uso de marca de alto renome confere proteção ao seu titular em todos os ramos de atividade, independentemente de registro prévio no INPI.
(D) Para ser registrado como marca, o sinal visual deve reunir as seguintes características: novidade, atividade inventiva e aplicabilidade comercial ou industrial.
(E) Cabe aos empresários do respectivo setor requerer marca de certificação de produto, demonstrando que sua fabricação decorre de atividade exercida efetiva e licitamente.

RESPOSTA (A) Art. 131, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 128, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 125, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 8º, Lei n. 9.279/96. (E) Art. 128, § 3º, Lei n. 9.279/96. *Alternativa A*.

3699. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** No Brasil, há conhecido debate a respeito da natureza jurídica do regime de proteção às marcas de indústria e comércio. Nesse âmbito, pergunta-se se a propriedade das marcas, como prevista na CF, iguala-se à propriedade regulada pelo Código Civil,

assim permitindo a utilização de figuras como a aquisição por ocupação e a usucapião. Um ponto central nesse debate decorre do fato de que, de acordo com as leis em vigor,

(A) a propriedade de marca é adquirida pelo efetivo uso, independentemente de registro no INPI. Nessa hipótese, o posterior deferimento do pedido pela autarquia ocasionará apenas os efeitos declaratório e probatório da titularidade antes adquirida.

(B) no caso de duas pessoas disputarem marcas idênticas ou semelhantes, para identificar produtos idênticos ou semelhantes, terá precedência ao registro o usuário de boa-fé que provar uso prévio da marca por, no mínimo, seis meses anteriores à data do depósito da marca disputada.

(C) se ficar provado que a marca não está sendo usada há pelo menos dois anos pelo titular do registro do INPI, outra pessoa poderá registrá-la para si, desde que prove que a utiliza regularmente e sem oposição.

(D) a característica central da propriedade da marca é a presença de absoluto direito *erga omnes*, o qual ordinariamente confere ao respectivo titular o poder de impedir terceiros de utilizá-la para identificar outros produtos e serviços de quaisquer ramos de atividade.

(E) em face de a disciplina do direito de marcas se organizar por meio de registro público, equivalente ao registro de imóveis, tal direito é considerado, para todos os efeitos legais, bem imóvel.

RESPOSTA (A) Art. 129, *caput*, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 129, § 1º, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 143, Lei n. 9.279/96. (D) A marca tem proteção específica, limitada à classe de produtos ou de serviços registrada. (E) Art. 5º, Lei n. 9.279/96. *Alternativa B*.

3700. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) De acordo com a Lei da Propriedade Industrial, poderá ser registrado como marca

(A) símbolo ou sinal específico formado por cores e denominações que estejam dispostas ou combinadas de modo peculiar e distintivo.

(B) reprodução ou imitação de título, de moeda ou cédula de curso forçado da União, dos estados, do DF, dos territórios e dos municípios.

(C) termo técnico que, usado na indústria, na ciência e na arte, tenha relação com o produto ou serviço a distinguir.

(D) sinal de caráter genérico comum, necessário ou simplesmente descritivo, quando tiver relação com o produto ou serviço a distinguir, vedada a utilização de forma distintiva.

RESPOSTA (A) Art. 124, VIII, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 124, XIV, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 124, XVIII, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 124, VI, Lei n. 9.279/96. *Alternativa A*.

3701. (Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE) A empresa A ajuizou, contra a empresa B, ação ordinária indenizatória por perdas e danos, com o propósito de abstenção do uso da marca comercial Y, alegando ocorrência de prática de concorrência desleal. Com relação à situação hipotética acima apresentada e ao uso da marca em geral, assinale a opção correta.

(A) Nos termos da interpretação jurisprudencial, a ação para reparação de danos causados pelo uso indevido de marca prescreve em vinte anos.

(B) A declaração de nulidade da marca tem efeitos *ex nunc* no caso de registro deferido em desacordo com a lei.

(C) A reprodução da marca registrada sem autorização do titular é crime de concorrência desleal, podendo o prejudicado ajuizar ação civil indenizatória somente após a decisão criminal condenatória.

(D) De acordo com a jurisprudência, caracteriza-se violação à marca quando a imitação reflete na

formação cognitiva do consumidor, que é induzido, por erro, a perceber identidade em dois produtos de fabricações diferentes, presumindo-se sempre prejudicial a quem a lei confere a titularidade o uso indevido de marca alheia.

(E) Em termos legais, o juiz deve determinar a sustação da violação de todas as mercadorias que contenham imitação flagrante da marca registrada.

RESPOSTA (A) Art. 225, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 167, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 195 c/c art. 207, Lei n. 9.279/96. (D) REsp 510.885/GO. (E) Art. 209, § 2º, Lei n. 9.279/96. *Alternativa D*.

3702. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Segundo o art. 122 da Lei 9.279/1996, são suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais. Com base no regime jurídico das marcas, previsto nessa lei, assinale a opção correta.

(A) À marca de alto renome será concedida proteção em seu ramo de atividade, independentemente de estar registrada no Brasil.

(B) À marca coletiva, se devidamente registrada no Brasil, será concedida proteção para ser utilizada por todos os que atuarem no correspondente ramo de atividade.

(C) À marca de produto ou serviço será concedida proteção para distinguir produto ou serviço de outro, idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa.

(D) À marca notoriamente conhecida, desde que registrada no Brasil, será concedida proteção em todos os ramos de atividade.

RESPOSTA (A) Art. 125, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 123, III, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 123, I, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 126, Lei n. 9.279/96. *Alternativa C*.

3703. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** A respeito da propriedade industrial e suas peculiaridades, assinale a opção correta.

(A) Se um indivíduo provar, por meio de documentos confiáveis, ter sido ele o primeiro inventor do produto, ele poderá impedir que o titular da patente exerça o direito de exclusividade.

(B) Ao desenho industrial é concedida a patente – documentada pela carta patente –, que corresponde ao direito de exploração com exclusividade.

(C) Modelo de utilidade constitui espécie de aperfeiçoamento da invenção, suscetível de aplicação industrial.

(D) No Brasil, os sinais sonoros originais e exclusivos, por individualizarem produtos e serviços, são, conforme a legislação vigente, suscetíveis de registro como marca.

(E) A publicação da invenção pelo órgão oficial do Instituto Nacional da Propriedade Industrial não constitui condição necessária para a concessão da patente.

RESPOSTA (A) Art. 45 c/c art. 7º, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 94, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 9º, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 122, Lei n. 9.279/96. (E) Art. 38, § 3º, Lei n. 9.279/96. *Alternativa C*.

3704. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** De acordo com o direito à propriedade industrial ou à propriedade empresarial imaterial, expressão preferida por alguns doutrinadores, assinale a opção correta.

(A) Para que o desenho industrial possa ser registrado e ter seu criador direito de exclusividade sobre ele, devem estar presentes dois requisitos: novidade e originalidade; o registro diz respeito ao desenho industrial e ao modelo de utilidade, enquanto a patente se refere à invenção e à marca.

(B) No direito industrial, diferem a licença e a cessão; a primeira não transfere a propriedade do direito industrial, que continua titulado por quem licencia, sendo esse modelo de contrato, por sua especificidade, disciplinado exclusivamente pelas normas da lei da propriedade industrial.

(C) As licenças compulsórias de patente concedem exclusividade ao licenciado, mas não comportam sublicenciamento, devendo seu pedido ser formulado mediante indicação das condições oferecidas ao titular da patente.

(D) Marca de alto renome é aquela que somente ganha proteção em seu próprio ramo de atividade, ou seja, sua proteção ocorre somente em relação aos produtos ou serviços idênticos ou similares, independentemente de ser previamente depositada ou registrada no Brasil.

(E) A cessão de patente rege-se pelas normas atinentes à cessão de direitos, observadas as disposições específicas da legislação sobre a propriedade industrial; nesse sentido, o cedente responde, perante o cessionário, pela existência do direito industrial à data da cessão.

RESPOSTA (A) Art. 2º, Lei n. 9.279/96. (B) Aplica-se, também, a teoria geral dos contratos, e não apenas as normas da Lei de Propriedade Industrial. (C) Art. 72, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 125, Lei n. 9.279/96. (E) Art. 58, Lei n. 9.279/96. *Alternativa E*.

3705. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Acerca da propriedade industrial, assinale a opção correta.

(A) Os recursos decididos pelo presidente do INPI, considerados finais e irrecorríveis na esfera administrativa, encerram essa instância e serão recebidos, após despacho fundamentado, apenas no efeito devolutivo.

(B) O processo de nulidade da patente pode ser instaurado de ofício ou mediante requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse, no prazo de seis meses contados da concessão da patente, e prosseguirá ainda que extinta a patente.

(C) Somente configura crime contra a patente o fato de a violação atingir todas as reivindicações da patente ou se restringir à utilização de meios equivalentes ao objeto da patente.

(D) Cabe recurso ao presidente do INPI contra decisão que determine o arquivamento definitivo de pedido de patente ou de registro, bem como contra a que defira pedido de patente, de certificado de adição ou de registro de marca.

(E) Todos os atos do INPI nos processos administrativos referentes à propriedade industrial produzem efeitos a partir da sua publicação no respectivo órgão oficial.

RESPOSTA (A) Art. 212, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 51, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 186, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 212, § 2º, Lei n. 9.279/96. (E) Art. 226, Lei n. 9.279/96. *Alternativa B*.

3706. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Acerca da propriedade industrial, assinale a opção correta.

(A) O ato de concessão da patente, documentado pela carta-patente, concede o direito de exploração da invenção.

(B) Ainda que não seja aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo, o conjunto ornamental de linhas e cores é considerado desenho industrial.

(C) O direito brasileiro considera suscetíveis de registro como marca quaisquer sinais sonoros originais e exclusivos.

(D) Como a publicação da invenção não é condição para a concessão da patente, existem produtos patenteados em sigilo.

(E) O modelo de utilidade, denominado pequena invenção, não é bem integrante da propriedade

industrial.

RESPOSTA (A) Art. 38, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 95, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 122, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 38, § 3º, Lei n. 9.279/96. (E) Art. 2º, Lei n. 9.279/96. *Alternativa A*.

3707. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Com relação ao direito à propriedade industrial, assinale a opção correta.

(A) O registro do desenho industrial e o pedido de patente somente correrão em sigilo caso seja requerido pelo depositante, e somente pelo prazo de cento e oitenta dias contados da data do depósito.

(B) É considerado nulo o registro concedido em desacordo com os ditames da lei que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, produzindo a sua declaração, seja no âmbito administrativo, seja no judicial, efeitos *ex tunc*, ou seja, a partir da data do depósito.

(C) De acordo com a lei que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, somente a pessoa com legítimo interesse está apta a propor ação judicial de nulidade do registro da marca perante o foro da justiça federal, podendo, neste caso, ser determinada liminarmente a suspensão dos efeitos do registro e do uso da marca.

(D) Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região, ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

(E) O registro de marca tem duração de dez anos a partir da concessão, sendo prorrogável, da mesma forma como ocorre com o prazo da patente, por períodos iguais e sucessivos, devendo o interessado pleitear a prorrogação sempre no último ano de vigência do registro.

RESPOSTA (A) Art. 30 c/c art. 106, § 1º, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 112, § 1º, c/c arts. 165 e 167, Lei n. 9.279/96. (C) Arts. 173 e 175, Lei n. 9.279/96. (D) Arts. 177 e 178, Lei n. 9.279/96. (E) A patente é improrrogável (art. 40 c/c art. 78, I, Lei n. 9.279/96). *Alternativa A*.

3708. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** De acordo com a CF, a lei assegura aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização bem como para a proteção das criações industriais, da propriedade das marcas, dos nomes de empresas e de outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Com relação à proteção da propriedade industrial, considerados o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país, assinale a opção correta.

(A) O titular da marca pode impedir que comerciantes ou distribuidores utilizem sinais distintivos que lhes sejam próprios, juntamente com a marca do produto, para a sua promoção e comercialização.

(B) O titular fica sujeito a ter a patente licenciada compulsoriamente se exercer os direitos dela decorrentes de forma abusiva, ou por meio dela praticar abuso de poder econômico, comprovado nos termos da lei, por decisão administrativa ou judicial.

(C) A patente de modelo de utilidade que envolva descoberta abrange as teorias científicas e métodos matemáticos, vigorando pelo prazo de vinte anos, contados da data de depósito.

(D) A ação de nulidade poderá ser ajuizada a qualquer tempo da vigência da patente, perante a justiça estadual, pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ou por qualquer pessoa com legítimo interesse.

(E) A patente de invenção deve atender aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial e vigorará pelo prazo de quinze anos, contados da data de depósito.

RESPOSTA (A) Art. 132, I, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 68, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 10, I, c/c art. 40, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 56, Lei

n. 9.279/96. (E) Art. 8º c/c art. 40, Lei n. 9.279/96. *Alternativa B*.

3709. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) Segundo a doutrina, os primeiros casos de proteção de direitos datam da segunda metade do século XV, época em que surgiram os processos mecânicos de impressão. Com relação ao direito de propriedade industrial, assinale a opção correta.

(A) Para que o desenho industrial possa ser registrado e para que o seu criador, por consequência, faça jus à exclusividade sobre ele, deve estar presente, entre outros requisitos, a novidade, caracterizada como a configuração visual distintiva em relação a outros objetos.

(B) Modelo de utilidade é o instrumento, utensílio ou objeto destinado ao aperfeiçoamento ou melhoria de invenção preexistente; há certa semelhança entre a invenção propriamente dita e o modelo de utilidade, sendo este dependente daquela, ou seja, o modelo de utilidade tem, como ponto de partida, um objeto já inventado.

(C) No início da discussão a respeito da natureza jurídica da propriedade industrial, alguns doutrinadores qualificaram os direitos do autor e do inventor como simples privilégio concedido pelas leis ao criador da obra ou da invenção; hoje, entretanto, predomina a corrente doutrinária segundo a qual a natureza jurídica é um direito obrigacional, que cria vínculo entre a sociedade e o autor ou inventor.

(D) O registro de uma marca decorre da obediência ao princípio da especialidade, através da proteção do uso em produtos ou serviços similares; quanto à apresentação ou forma da marca, define-se como tridimensional aquela apresentada através de um desenho, colorido ou não, ou até mesmo através de letras ou números, desde que escritos de maneira diferenciada e original.

(E) Compreende-se no estado de técnica a divulgação da invenção, seja pelo inventor, pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial ou por terceiros mediante informações obtidas do inventor, se isso ocorrer nos seis meses que antecederem a data do depósito, denominado, pela doutrina, de período de graça.

RESPOSTA (A) Art. 96, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 9º, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 5º, XXIX, CF. (D) Art. 124, XXI, Lei n. 9.279/96 (em sentido contrário). (E) Art. 12, Lei n. 9.279/96. *Alternativa B*.

X. Outros Temas

3710. (Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE) Com base na Lei n. 6.024/1974, assinale a opção correta a respeito da liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

(A) A decretação da liquidação não suspende as execuções de sentença já em curso contra a instituição financeira sob intervenção, o que só ocorrerá se for declarada a sua falência.

(B) Administradores, membros do conselho fiscal e até terceiros à instituição financeira em liquidação podem ficar com bens indisponíveis, sendo impedidos de aliená-los até se apurar sua responsabilidade.

(C) A liquidação dos bens de instituição financeira deve obedecer às disposições sobre realização do ativo previstas na legislação falimentar em vigor.

(D) As sociedades que podem ser submetidas a liquidação extrajudicial são essencialmente empresariais e devem estar organizadas como sociedades anônimas com capital aberto ou fechado.

(E) A liquidação extrajudicial pode ser iniciada por decisão administrativa ou, na ausência injustificada desta, por decisão judicial, garantidos, nesse caso, o contraditório e a ampla defesa à sociedade empresarial.

RESPOSTA (A) Art. 18, *a*, Lei n. 6.024/74. (B) Art. 36, Lei n. 6.024/74. (C) Art. 34, Lei n. 6.024/74 (apenas naquilo que não

conflitar com a lei). (D) Art. 1º, Lei n. 6.024/74 (cooperativas de crédito se submetem, mas não têm natureza empresarial – art. 982, parágrafo único, CC). (E) Art. 15, Lei n. 6.024/74. *Alternativa B*.

3711. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta, no que se refere ao regime jurídico da intervenção e da liquidação extrajudicial.

(A) O período de intervenção extrajudicial, que nunca poderá ser superior a dois anos, pode ser prorrogado uma única vez.

(B) É vedado ao Banco Central do Brasil decretar de ofício a liquidação extrajudicial de instituição financeira privada.

(C) A intervenção produzirá imediatamente o vencimento antecipado de todas as obrigações da instituição devedora.

(D) As sociedades seguradoras e as operadoras de plano de saúde, assim como as sociedades de capitalização, estão sujeitas aos regimes de intervenção e liquidação extrajudicial.

RESPOSTA (A) Art. 4º, Lei n. 6.024/74. (B) Art. 15, Lei n. 6.024/74. (C) Art. 6º c/c art. 18, Lei n. 6.024/74. (D) Art. 3º, Lei n. 10.190/2001, c/c art. 24-D, Lei n. 9.656/98, c/c art. 4º, Decreto-lei n. 261/67. *Alternativa D*.

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) No que concerne ao Sistema Financeiro Nacional e ao mercado de capitais, julgue o próximo item (Certo ou Errado).

3712. De acordo com o entendimento do STJ, há nexo de causalidade entre o prejuízo sofrido por investidores em decorrência de quebra de instituição financeira e a suposta ausência ou falha na fiscalização realizada pelo Banco Central no mercado de capitais.

RESPOSTA Em conformidade com o REsp 1.023.937/RS. *Errada.*

3713. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Considerando a Lei n. 4.595/1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o CMN, assinale a opção correta.

(A) A emissão de moeda-papel brasileira é competência privativa da autarquia federal Casa da Moeda do Brasil, conforme os limites previamente fixados pelo CMN.

(B) O SFN é integralmente constituído pelas instituições financeiras públicas e privadas que operam no território nacional.

(C) O CMN é órgão federal com a atribuição precípua de supervisionar os integrantes do SFN.

(D) O ministro da Fazenda e o do Planejamento têm assento permanente no CMN.

(E) Compete privativamente ao BACEN, ente autárquico federal, exercer o controle do crédito sob todas as suas formas.

RESPOSTA (A) Art. 4º, I, c/c art. 10, I, Lei n. 4.595/64. (B) Art. 1º, Lei n. 4.595/64. (C) Art. 4º, Lei n. 4.595/64. (D) Art. 6º, Lei n. 4.595/64. (E) Art. 10, VI, Lei n. 4.595/64. *Alternativa E*.

3714. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Caso pretenda expandir seus negócios, determinado banco comercial que já opera no Brasil poderá agir, sem necessitar de autorização do BACEN, para

(A) abrir agência no Brasil, se for banco de origem estrangeira.

(B) alterar seus estatutos.

(C) realizar operações de recebimento de depósitos à vista.

(D) realizar operações de câmbio.

(E) abrir agência no exterior, se for banco de origem brasileira.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 10, X, Lei n. 4.595/64. *Alternativa C*.

3715. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta no que se refere ao direito de empresa.

(A) Os cônjuges podem contratar sociedade entre si ou com terceiros, sem anuência do outro, desde que o regime de casamento seja o de separação total de bens, pois ambos os cônjuges contribuem com seus bens particulares para a formação do patrimônio social.

(B) Em caso de dissolução de sociedade por cota de responsabilidade limitada, com capital integralizado, o sócio gerente responde solidária e ilimitadamente com seus bens particulares pelas dívidas da sociedade.

(C) A sociedade de advogados é empresária, visto que os seus sócios desenvolvem atividade intelectual visando à obtenção de lucros e constituem o capital social com o seu trabalho.

(D) Denomina-se trespasse a alienação de estabelecimento de um empresário ou de uma sociedade empresária a outra sociedade empresária ou empresário. Regularizado o trespasse, o alienante fica obrigado, pelo prazo de cinco anos, a não fazer concorrência ao adquirente, salvo disposição expressa no contrato.

RESPOSTA (A) Art. 977, CC. (B) Art. 1.052, CC. (C) Art. 982, CC, c/c art. 16, Lei n. 8.906/94. (D) Art. 1.144 c/c art. 1.147, CC. *Alternativa D*.

3716. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) De acordo com o direito de empresa, assinale a opção correta.

(A) Somente a pessoa maior e capaz e em pleno exercício de todos os seus direitos tem atribuição para exercer a atividade de empresário na condição de titular de firma individual. No caso de superveniente incapacidade do empresário e sua consequente impossibilidade de continuar a empresa antes exercida, ocorrerá a extinção e dissolução da empresa, pois o incapaz não pode exercer a atividade de empresário, ainda que assistido por seu representante legal.

(B) O empresário é a pessoa que exerce, no campo de direito privado, qualquer atividade econômica, comercial ou científica com finalidade lucrativa. É obrigatória a inscrição do empresário no cartório civil das pessoas jurídicas da respectiva sede.

(C) Na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios é restrita, ou seja, cada sócio responde pela parcela do capital que integralizar. Entretanto, enquanto o capital social não for totalmente integralizado, os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.

(D) A sociedade tem por nome comercial uma razão social ou uma denominação social. Caberá ao empresário a livre escolha do nome da sociedade, podendo ele usar tanto denominação como razão social, independentemente do tipo da sociedade empresarial. Pode ele, ainda, optar pelo uso de um nome fantasia ou por um nome retirado do seu objeto social.

RESPOSTA (A) Art. 974, CC. (B) Art. 966, CC. (C) Art. 1.052, CC. (D) Arts. 1.156 a 1.162, CC (a depender do tipo jurídico, poderá usar uma das espécies de nome empresarial, não havendo, por assim dizer, livre escolha). *Alternativa C*.

3717. (Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE) As empresas Alfa S.A. e Delta Ltda. possuem relações comerciais de trato sucessivo em que a primeira fornece à segunda produtos derivados do leite e cortes de carnes nobres para venda ao consumidor final. Os produtos são entregues semanalmente no estabelecimento da compradora, sob comprovante de recebimento da mercadoria na quantidade e qualidade indicadas na nota fiscal-fatura. Ao fim de cada mês, sacam-se duplicatas mercantis para

cada fatura, que, após o aceite, são devolvidas ao sacador, sendo os títulos liquidados no prazo de dez dias, contados da data do aceite. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Em caso de não pagamento do título já aceito na data aprazada, o sacador somente poderá ajuizar a execução se promover protesto por falta de pagamento da cártula.

(B) Em razão da incidência do Código de Defesa do Consumidor na relação entre as empresas, o sacado não estará obrigado ao pagamento do título já aceito na hipótese de verificar-se que os produtos foram fornecidos em quantidade e qualidade inferior à descrição da fatura.

(C) Em caso de falência da Delta Ltda., o fornecedor poderá requerer a restituição das mercadorias ainda não alienadas, vendidas a crédito e entregues nos quinze dias anteriores ao requerimento da falência, antes mesmo do pagamento dos credores trabalhistas.

(D) A Alfa S.A. não poderá ser responsabilizada por vícios nos produtos que os tornem impróprios ao consumo pelos consumidores finais, uma vez que não possui, com os consumidores, relação jurídica.

(E) Na hipótese de ser prestado aval em favor do aceitante, a exigência da obrigação do avalista somente poderá ser exigida subsidiária e sucessivamente à do avalizado.

RESPOSTA (A) Art. 15, I, Lei n. 5.474/68. (B) O aceite torna o sacado o devedor direto, o obrigado principal. (C) Art. 85, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 12, § 3º, Lei n. 5.474/68. (E) Art. 47, LUG. *Alternativa C*.

FCC

I. Introdução ao Direito Empresarial

3718. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** É correto afirmar:

(A) O impedimento legal quanto à capacidade civil não obsta o exercício pessoal da atividade empresarial.

(B) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, mesmo que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, a não ser que o exercício da profissão constitua elemento de empresa.

(C) É facultativa a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

(D) Não haverá tratamento legal favorecido ou diferenciado a qualquer empresário em face de sua envergadura ou pela natureza de suas atividades.

(E) É considerado empresário quem exerce profissionalmente atividade, econômica ou não, organizada para a produção, criação ou circulação de bens ou de serviços.

RESPOSTA (A) Art. 972, CC. (B) Art. 966, parágrafo único, CC. (C) Art. 967, CC. (D) Art. 971, CC. (E) Art. 966, *caput*, CC. *Alternativa B*.

3719. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Quanto à atividade empresarial, é correto afirmar:

(A) Antes do início de sua atividade, faculta-se ao empresário sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

(B) Desde que com auxílio de colaboradores, considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, constituindo esse exercício elemento de empresa ou não.

(C) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação, tanto de bens como de serviços.

(D) A lei assegurará tratamento igualitário ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos dela decorrentes.
(E) Não responderá pelas obrigações contraídas a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário.

RESPOSTA (A) Art. 967, CC. (B) Art. 966, parágrafo único, CC. (C) Art. 966, *caput*, CC. (D) Art. 971, CC. (E) Art. 973. *Alternativa C*.

3720. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Determinada pessoa física exercia atividade empresarial e, em determinado momento, torna-se incapaz para os atos da vida civil. Nesse caso, a continuidade do exercício da empresa

(A) pode ser efetuada por mandatário do empresário.
(B) é ilegal.
(C) depende de autorização judicial.
(D) pode ser efetuada por curador, independentemente de autorização judicial.
(E) é possível por intermédio dos sócios do empresário.

RESPOSTA O art. 974 do Código Civil determina a possibilidade da continuidade da empresa por incapaz, ressaltando o § 1º do mesmo dispositivo que a continuidade do exercício da empresa depende de autorização judicial. *Alternativa C*.

3721. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Quanto ao estabelecimento, atente às três postulações seguintes:

I. O adquirente do estabelecimento não responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, contabilizados ou não, exceção feita aos débitos fiscais.
II. Seu conceito é o de tratar-se de todo complexo de bens organizado para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
III. Salvo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.

É correto afirmar que SOMENTE

(A) o item I é verdadeiro.
(B) o item III é verdadeiro.
(C) os itens I e II são verdadeiros.
(D) os itens I e III são verdadeiros.
(E) os itens II e III são verdadeiros.

RESPOSTA O item I está falso, pois o art. 1.146, CC, determina que o adquirente responde pelos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados. O item II apresenta o conceito de estabelecimento que se encontra no art. 1.142, CC. O item III apresenta o art. 1.147, CC, em seu inteiro teor. *Alternativa E*.

3722. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Sobre a alienação de estabelecimento comercial, é correto afirmar que

(A) a sua validade está sujeita a prévia e expressa concordância de todos os credores do vendedor.
(B) o adquirente responde por todas as dívidas do alienante, relativas ao estabelecimento, ainda que não contabilizadas.
(C) se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento dependerá do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.

(D) se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a alienação do estabelecimento é passível de anulação por qualquer credor interessado.
(E) o alienante fica legalmente coobrigado ao pagamento de todas as dívidas assumidas pelo adquirente nos dois primeiros anos seguintes à celebração do contrato.

RESPOSTA (A) A validade está sujeita à concordância dos credores ou à prova da existência de bens suficientes para o pagamento deles, segundo o art. 1.145, CC. (B) A sucessão empresarial depende de as dívidas estarem regularmente contabilizadas, no art. 1.146, CC. (C) Art. 1.145, CC. (D) Art. 1.145, CC. (E) Art. 1.146, CC. *Alternativa C*.

3723. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** Em relação ao estabelecimento empresarial,
(A) se não tiver caráter pessoal, sua transferência importa sempre a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para sua exploração.
(B) seu adquirente não responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, contabilizados ou não.
(C) se não houver autorização expressa, o alienante não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.
(D) o contrato que tenha por objeto sua alienação, seu usufruto ou seu arrendamento, produz efeitos imediatos, a partir de sua celebração.
(E) uma vez transferido, a cessão dos créditos não produzirá qualquer efeito em relação aos devedores respectivos.

RESPOSTA (A) É possível haver disposição em contrário, conforme o art. 1.148, CC. (B) O adquirente responde pelos débitos anteriores, se estiverem regularmente contabilizados, conforme o art. 1.146, CC. (C) Art. 1.147, CC. (D) Só produz efeitos depois de averbado ao registro da empresa e publicado na imprensa oficial. (E) Art. 1.149, CC. *Alternativa C*.

3724. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende
(A) somente do consentimento expresso dos credores trabalhistas e tributários.
(B) do consentimento expresso ou tácito de todos os credores, em 60 (sessenta) dias de sua notificação.
(C) do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em 30 (trinta) dias a partir de sua notificação.
(D) apenas do pagamento de todos os credores trabalhistas e tributários.
(E) exclusivamente do consentimento expresso dos credores com garantia real.

RESPOSTA O art. 1.145, CC, determina que, se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação. *Alternativa C*.

3725. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** Os livros e fichas dos empresários e sociedades
(A) somente fazem prova contra as pessoas a que pertencerem.
(B) nada provam contra as pessoas a que pertencem, mas provam em seu favor, quando, escriturados sem vícios extrínsecos ou intrínsecos, forem confirmados por outros subsídios.
(C) provam contra as pessoas a que pertencem, e, em seu favor, quando, escriturados sem vício extrínseco ou intrínseco, forem confirmados por outros subsídios.
(D) constituem meio de prova bastante, quando escriturados sem vício extrínseco ou intrínseco, mesmo nos casos em que a lei exige escritura pública.
(E) só constituem meio de prova nos litígios entre empresários.

RESPOSTA O art. 226, CC, determina que os livros e fichas dos empresários e sociedades provam contra as pessoas a que pertencem, e, em seu favor, quando, escriturados sem vício extrínseco ou intrínseco, forem confirmados por outros subsídios. *Alternativa C*.

3726. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** É correto afirmar que

(A) a lei assegurará tratamento isonômico ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição empresarial e aos efeitos dela decorrentes.
(B) o empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
(C) é facultativa a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da sede respectiva, antes do início de sua atividade.
(D) quem estiver legalmente impedido de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações que contrair.
(E) é vedado aos cônjuges contratar sociedade entre si ou com terceiros, qualquer que seja o regime de bens escolhido.

RESPOSTA (A) Art. 971, CC. (B) Art. 978, CC. (C) Art. 967, CC. (D) Art. 973, CC. (E) Art. 977, CC. *Alternativa B*.

II. Teoria Geral de Direito Societário

3727. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** Na sociedade personificada,

(A) a constituição é feita por meio de contrato, verbal ou escrito, particular ou público, a ser oportunamente inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
(B) o sócio pode ser livremente substituído no exercício de suas funções.
(C) as obrigações dos sócios, como regra, começam com a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
(D) o sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção e pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.
(E) o sócio, cuja contribuição consista em serviços, pode empregar-se livremente em atividades estranhas à sociedade de que faça parte.

RESPOSTA (A) O contrato deve ser escrito. (B) Art. 1.002, CC. (C) As obrigações começam imediatamente com o contrato. (D) Art. 1.005, CC. (E) Art. 1.006, CC. *Alternativa D*.

3728. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Classificam-se como sociedades não personificadas a sociedade

(A) limitada e a em comandita por ações.
(B) cooperativa e a anônima.
(C) em nome coletivo e a em comandita simples.
(D) em comum e a em conta de participação.
(E) simples e a limitada.

RESPOSTA A sociedade em comum está regulamentada entre os arts. 986 e 990 e a sociedade em conta de participação, entre os arts. 991 e 996; todos do Código Civil. *Alternativa D*.

3729. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** A desconsideração da pessoa jurídica

(A) será configurada apenas com a insolvência do ente coletivo, sem outras considerações.
(B) não ocorre no direito brasileiro, dada a separação patrimonial entre pessoas físicas e jurídicas.

(C) restringe-se às relações consumeristas.

(D) implicará responsabilização pessoal, direta, do sócio por obrigação original da empresa, em caso de fraude ou abuso, caracterizando desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

(E) prescinde de fraude para sua caracterização, bastando a impossibilidade de a pessoa jurídica adimplir as obrigações assumidas.

RESPOSTA O art. 50, CC, informa que: Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica. *Alternativa D*.

3730. **(Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC)** Jorge, José e Pedro constituem, com pacto expresso limitativo de poderes, pequena empresa para prestação de serviços de marcenaria, sem levar seus atos constitutivos ao competente registro. Pedro, em nome da sociedade, celebra contrato com Maria para fornecimento e montagem de uma cozinha planejada, recebendo adiantado os valores correspondentes aos serviços e produtos contratados. Maria desconhece a existência de tal pacto limitativo. Inadimplido o contrato, Maria poderá ter seu crédito satisfeito com a excussão dos bens

(A) sociais, considerando a existência de pacto limitativo de poderes, sem possibilidade de invasão dos bens particulares dos sócios.

(B) particulares dos sócios, já que estes respondem solidária e ilimitadamente pelas dívidas contraídas em nome da sociedade, sem possibilidade de excussão dos bens da sociedade, por se tratar de sociedade em comum, com pacto limitativo de poderes.

(C) particulares de Pedro, por desconhecer a existência de pacto limitativo de poderes e considerando ter ele celebrado o contrato em nome da sociedade em comum, sem possibilidade de excussão dos bens sociais ou dos demais sócios.

(D) sociais e particulares dos sócios, devendo exaurir os bens sociais para invasão do patrimônio dos sócios, exceto para Pedro, cujos bens particulares poderão ser executados concomitantemente com os bens sociais.

(E) sociais e particulares de Pedro, sem possibilidade de acionar os demais sócios, já que estes não participaram da avença, prevalecendo o pacto limitativo de poderes.

RESPOSTA O caso retrata uma sociedade em comum, em vista de que não houve o registro dos atos constitutivos no órgão competente. Nessa ótica, o art. 990, CC, determina que todos os sócios têm responsabilidade subsidiária, solidária e ilimitada, excluído do benefício de ordem aquele que contratou em nome da sociedade. *Alternativa D*.

3731. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** O credor de uma sociedade empresária

(A) só pode cobrar seus créditos diretamente da pessoa jurídica, pois esta não se confunde com seus sócios.

(B) pode cobrar seus créditos tanto da pessoa jurídica como dos sócios, diretamente e como regra, já que solidária a responsabilidade.

(C) somente em caso de extinção da pessoa jurídica poderá cobrar seus créditos dos sócios, já que nesse caso desaparece o patrimônio da sociedade.

(D) deverá cobrar seus créditos da pessoa jurídica e, subsidiariamente, poderá pedir a desconsideração de sua personalidade jurídica nos casos previstos em lei, para requerer a responsabilidade pessoal dos sócios.

(E) apenas quando se tratar de sociedade em nome coletivo poderá cobrar seus créditos diretamente dos sócios, solidariamente com a sociedade.

RESPOSTA O art. 1.023, CC, determina que: Se os bens da sociedade não lhe cobrirem as dívidas, respondem os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo cláusula de responsabilidade solidária. Por sua vez, o art. 1.024, CC, informa que os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais. *Alternativa D*.

3732. (Procurador – ALESP – 2010 – FCC) Nas sociedades simples, quando, por lei ou pelo contrato social, competir aos sócios decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor das quotas de cada um. Prevalece a decisão sufragada por maior número de sócios em caso de empate e, se este persistir,

(A) prevalecerá o voto do sócio mais antigo.
(B) decidirá o juiz.
(C) prevalecerá o voto do sócio mais recente.
(D) a decisão ocorrerá por sorteio.
(E) prevalecerá o voto do sócio que votou por último.

RESPOSTA A sociedade simples está regulamentada entre os arts. 997 e 1.038, CC. O art. 1.010, § 2º, CC, determina que: Se os bens da sociedade não lhe cobrirem as dívidas, respondem os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo cláusula de responsabilidade solidária. *Alternativa B*.

3733. (Analista – TRT-18 – 2008 – FCC) A respeito da sociedade simples, considere:

I. A sociedade de prazo indeterminado dissolve-se por deliberação da maioria absoluta dos sócios.
II. Na sociedade simples, é válida a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e perdas.
III. O sócio admitido em sociedade já constituída se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
IV. A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete conjuntamente a todos os sócios.

Está correto o que consta SOMENTE em

(A) I.
(B) II e IV.
(C) I e III.
(D) IV.
(E) I, II e IV.

RESPOSTA O item I está correto, segundo o art. 1.033, III, CC. O item II está falso, porque pelo art. 1.008, CC, é nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros ou das perdas. O item III está falso; segundo o art. 1.025, CC, o sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão. O item IV está falso; o art. 1.013 determina que, no silêncio do contrato, a administração compete separadamente a cada um dos sócios. *Alternativa A*.

3734. (Advogado – METRÔ – 2010 – FCC) A respeito da dissolução da sociedade simples, considere:

I. A sociedade por prazo indeterminado pode ser dissolvida por deliberação dos sócios, por maioria absoluta.
II. Dissolvida de pleno direito a sociedade, pode o sócio requerer, desde logo, a liquidação judicial.
III. Além das hipóteses previstas em lei, o contrato não pode prever outras causas de dissolução.

Está correto o que consta SOMENTE em

(A) I e III.

(B) I e II.
(C) II e III.
(D) I.
(E) III.

RESPOSTA O item I apresenta o art. 1.033, III, CC. O item II retrata o art. 1.036, parágrafo único, CC. O item III está falso, porque, segundo o art. 1.035, CC, é possível o contrato prever outras causas de dissolução. *Alternativa B*.

3735. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** A falta de pluralidade de sócios é causa de dissolução da sociedade, se não for reconstituída,

(A) no prazo de 6 (seis) meses, todavia, o sócio remanescente, inclusive na hipótese de concentração de todas as cotas da sociedade sob sua titularidade, poderá requerer, no Registro Público de Empresas Mercantis, a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para empresa individual de responsabilidade limitada.
(B) no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todavia, o sócio remanescente, inclusive na hipótese de concentração de todas as cotas da sociedade sob sua titularidade, poderá requerer, no Registro Público de Empresas Mercantis, a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para empresa individual de responsabilidade limitada.
(C) no prazo de 120 (cento e vinte) dias, não havendo possibilidade alguma de o sócio remanescente concentrar todas as cotas da sociedade sob sua titularidade.
(D) contudo, o sócio remanescente poderá tornar-se sócio da própria sociedade, que ainda não perdeu sua personalidade jurídica, por um prazo de até 5 (cinco) anos, após o qual ela deverá entrar em liquidação.
(E) entretanto, o sócio remanescente poderá alienar as cotas dos antigos sócios, no prazo de 3 (três) meses, findo o qual a sociedade entrará em liquidação automaticamente.

RESPOSTA O art. 1.033, IV, CC, determina que a falta de pluralidade de sócios por 180 dias é hipótese de dissolução de pleno direito da sociedade, a não ser que, em conformidade com o parágrafo único do mesmo artigo, o sócio remanescente requeira a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para empresa individual de responsabilidade limitada. *Alternativa B*.

3736. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** Com relação aos procedimentos de reorganização societária, é correto afirmar que

(A) em uma operação de cisão parcial, é possível prever que não haverá responsabilidade solidária entre a companhia cindida e a pessoa jurídica que receber parcela do seu patrimônio.
(B) a cisão total é a operação pela qual uma sociedade empresária transfere para outra sociedade já existente a totalidade dos seus ativos, permanecendo apenas com o seu passivo.
(C) o credor da pessoa jurídica incorporada pode exercer o seu direito de crédito diretamente contra a incorporadora; entretanto, caso se sinta prejudicado pela operação, o credor poderá, a qualquer tempo, pleitear a anulação da operação.
(D) na operação de fusão de sociedades, as sociedades pré-existentes só podem transferir para a nova sociedade resultante da fusão os seus passivos de natureza comercial.
(E) em qualquer hipótese de cisão, as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio de sociedade cindida responderão por todas as obrigações preexistentes, observado como limite o valor total dos ativos que lhes foram transferidos.

RESPOSTA (A) Art. 233, parágrafo único, Lei n. 6.404/76. (B) A cisão total é a operação pela qual a companhia transfere parcelas de seu patrimônio para uma ou mais sociedades, extinguindo-se a companhia cindida. (C) O art. 1.122, CC, determina

que o credor tem o prazo de 90 dias para promover a anulação da incorporação. (D) Na fusão, a sociedade nova sucederá as sociedades extintas nos direitos e obrigações, segundo o art. 1.120, CC. (E) O ato de cisão parcial pode estipular a ausência de solidariedade, segundo o art. 233, parágrafo único, Lei n. 6.404/76. *Alternativa A*.

3737. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Na cisão, com a extinção da companhia cindida, as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão

(A) individualmente apenas na proporção dos patrimônios líquidos transferidos, nas obrigações não relacionadas.
(B) solidariamente pelas obrigações que foram constituídas após a cisão.
(C) em regra, individualmente apenas pelas obrigações expressamente relacionadas no ato da cisão.
(D) solidariamente pelas obrigações da companhia extinta.
(E) subsidiariamente pelas obrigações da companhia extinta.

RESPOSTA O art. 233, Lei n. 6.404/76, determina que, na cisão com extinção da companhia cindida, as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da companhia extinta. *Alternativa D*.

3738. **(Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC)** A variabilidade ou dispensa do capital social, a intransferibilidade, ainda que por herança, das quotas de participação a terceiros estranhos, e a limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar são características da sociedade

(A) em comandita simples.
(B) cooperativa.
(C) em comandita por ações.
(D) em conta de participação.
(E) limitada.

RESPOSTA (A) Art. 1.045, CC. (B) O art. 1.094, CC, apresenta as características da sociedade cooperativa. (C) Art. 1.090, CC. (D) Art. 991, CC. (E) Art. 1.052, CC. *Alternativa B*.

III. Sociedade Limitada

3739. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** Com relação à responsabilidade de sócios e administradores perante credores da sociedade limitada, é lícito afirmar que os

(A) sócios detentores da maioria do capital social respondem subsidiariamente por todas as dívidas da sociedade.
(B) administradores não sócios não respondem por dívidas sociais, nem em caso de desconsideração de personalidade jurídica.
(C) sócios minoritários respondem solidariamente entre si e subsidiariamente em relação à sociedade até o montante que faltar para a integralização do capital social.
(D) sócios e administradores respondem pelas dívidas sociais sempre que a personalidade jurídica representar um obstáculo para a satisfação dos credores, seja qual for a natureza do crédito reclamado.
(E) administradores respondem subsidiariamente por todas as dívidas da sociedade.

RESPOSTA O art. 1.052, CC, informa que, na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. *Alternativa C*.

3740. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Em relação à sociedade limitada,

(A) a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
(B) sua administração se dá necessariamente pelo sócio com maior número de quotas sociais.
(C) é vedada a administração por meio de não sócios, dada sua natureza pessoal.
(D) o uso da firma ou denominação social é extensivo a todos os sócios que a integram.
(E) semestralmente, procede-se à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

RESPOSTA (A) Art. 1.052, CC. (B) Segundo o art. 1.060, CC, sua administração deve ser feita por pessoa, sócia ou não. (C) O art. 1.060, CC, determina a possibilidade de não sócios administrarem sociedade limitada. (D) O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores, de acordo com o art. 1.064, CC. (E) Os levantamentos devem ser feitos anualmente, de acordo com o art. 1.065, CC. *Alternativa A*.

3741. (Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC) Em relação às sociedades limitadas, analise as afirmativas abaixo.

I. As alterações do contrato social dependem de deliberação dos sócios, tomada em reunião ou assembleia, pelos votos correspondentes a, no mínimo, 3/4 do seu capital social.
II. Nas sociedades limitadas todos os sócios devem contribuir para a formação da sociedade, sendo vedada a contribuição que consista unicamente em prestação de serviço.
III. Na omissão do contrato social, o sócio poderá ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos demais sócios, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) I, II e III.
(E) II, apenas.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 1.076, I, CC. O item II está correto, de acordo com o art. 1.055, § 2º, CC. O item III está correto, de acordo com o art. 1.057, CC. *Alternativa D*.

3742. (Advogado – METRÔ – 2010 – FCC) Na sociedade limitada, compete ao Conselho Fiscal

(A) denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, sugerindo providências úteis à sociedade.
(B) aprovar as contas da administração.
(C) destituir os administradores.
(D) formular pedido de concordata.
(E) modificar o contrato social.

RESPOSTA As atribuições do conselho fiscal estão descritas no art. 1.069, CC. Os itens (B), (C), (D) e (E) apresentam assuntos que dependem de deliberações de sócios, nos termos do art. 1.071, CC. *Alternativa A*.

3743. (Analista – TRT-19 – 2008 – FCC) Numa assembleia de sociedade limitada com mais de dez sócios, será tomada pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, dentre outras, a deliberação referente

(A) à aprovação das contas da administração.
(B) ao julgamento das contas dos liquidantes.

(C) à modificação do contrato social.
(D) ao pedido de concordata.
(E) à nomeação dos liquidantes.

RESPOSTA O art. 1.076, I, CC, determina que a aprovação de modificação do contrato social depende de, no mínimo, três quartos do capital social. Os itens (A), (B) e (E) são aprovados por maioria simples, de acordo com o art. 1.076, III, CC. O item (D) é aprovado por maioria absoluta, de acordo com o art. 1.076, II, CC. *Alternativa C*.

IV. Sociedade Anônima

3744. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** São características da sociedade anônima:

(A) limitação da responsabilidade pessoal dos acionistas, igualdade de tratamento entre os acionistas, e gestão profissional.
(B) capital dividido em ações circuláveis, limitação da responsabilidade pessoal dos acionistas, e pagamento de dividendo mínimo por conta dos lucros apurados no exercício social.
(C) impossibilidade de integralização do capital em bens ou serviços, dissociação entre propriedade acionária e gestão, e possibilidade de emissão de debêntures.
(D) arquivamento dos atos constitutivos no Registro Público de Empresas, exigência de capital mínimo, e existência obrigatória do conselho de administração com poderes para eleger e destituir os diretores.
(E) direito de voto na assembleia geral proporcional à participação no capital social, publicação das demonstrações financeiras na imprensa oficial, e garantia de participação dos acionistas minoritários na gestão da companhia.

RESPOSTA O item (A) está falso em vista de que não há necessidade de igual tratamento entre os acionistas. O item (C) está falso em vista de que é possível integralização do capital em bens. O item (D) está falso em vista de que não há exigência de capital mínimo e o conselho de administração é, regra geral, facultativo. O item (E) está falso em vista de que o direito de voto não é um direito essencial do acionista. *Alternativa B*.

3745. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Nas sociedades por ações,

(A) a cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da assembleia geral e o estatuto não poderá deixar de conferir às ações preferenciais nenhum dos direitos reconhecidos às ações ordinárias, exceto a exclusão do direito de voto.
(B) o estatuto fixará o número das ações, que sempre terão valor nominal, o qual poderá não ser o mesmo para todas as ações.
(C) a constituição da companhia se dará mediante a subscrição, por ao menos 7 (sete) pessoas, de todas as ações em que se divide o capital, e, no caso de constituição por subscrição pública, dependerá do prévio registro da emissão na Comissão de Valores Mobiliários e será efetuada necessariamente com a intermediação de instituição financeira.
(D) a incorporação de imóveis de qualquer valor para formação do capital social exige escritura pública.
(E) o estatuto poderá prever vantagens políticas, assegurando a uma ou mais classes de ações preferenciais o direito de eleger, por votação em separado, um ou mais membros dos órgãos de administração.

RESPOSTA (A) Segundo o art. 111, Lei n. 6.404/76, o estatuto poderá deixar de conferir às ações preferenciais qualquer direito reconhecido às ações ordinárias, desde que não seja direito essencial. (B) Para o art. 11, Lei n. 6.404/76, as ações podem, ou não, ter valor nominal. (C) De acordo com o art. 80, Lei n. 6.404/76, a sociedade anônima se constitui com, no mínimo, dois acionistas. (D) A incorporação de bens exige avaliação por três peritos ou empresa especializada, cujo valor é aprovado em

assembleia, segundo o art. 8º, Lei n. 6.404/76. (E) Art. 18, Lei n. 6.404/76. *Alternativa E*.

3746. (Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC) O administrador de uma companhia

(A) sempre responde subsidiariamente pelas obrigações que contraiu em nome da sociedade em virtude de atos de gestão, independentemente de culpa ou dolo.
(B) somente será responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade, em virtude de ato regular de gestão, se agiu com violação de lei ou do estatuto.
(C) responde civilmente pelo prejuízos que causar, quando proceder, dentro de suas atribuições ou poderes, com dolo, mas não responderá se obrar apenas com culpa.
(D) é solidariamente responsável pelos atos ilícitos cometidos por outros administradores, mesmo que dissidente, eximindo-se, apenas, se convocar assembleia geral para dar ciência do que souber.
(E) não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão.

RESPOSTA O art. 158, Lei n. 6.404/76, determina que o administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder: I – dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo; II – com violação da lei ou do estatuto. Já o § 1º, do mesmo artigo, informa que o administrador se exime de responsabilidade, também, se comunicar a um órgão de administração ou ao conselho fiscal. *Alternativa E*.

3747. (Analista – TCE-PR – 2011 – FCC) As companhias de economia mista

(A) terão personalidade de direito público ou de direito privado, consoante a lei que as instituir.
(B) não necessitam de Conselho Fiscal permanente, uma vez que se encontram sob fiscalização dos Tribunais de Contas.
(C) não se sujeitam a quaisquer normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
(D) terão obrigatoriamente Conselho de Administração, assegurado à minoria o direito de eleger pelo menos um dos conselheiros.
(E) não precisam ter Conselho de Administração, mas é obrigatório o Conselho Fiscal.

RESPOSTA (A) Têm personalidade jurídica de direito privado. (B) O conselho fiscal tem funcionamento permanente, segundo o art. 240, Lei n. 6.404/76. (C) Sujeitam-se à CVM se forem companhia aberta, de acordo com o art. 235, § 1º, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 239, Lei n. 6.404/76. (E) Tanto o conselho de administração quanto o conselho fiscal são órgãos obrigatórios para a companhia de economia mista. *Alternativa D*.

V. Títulos de Crédito

3748. (Advogado – PBGAS – 2007 – FCC) A respeito dos títulos de crédito é INCORRETO afirmar:

(A) Enquanto o título de crédito estiver em circulação, só ele poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não, separadamente, os direitos e mercadorias que representa.
(B) O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval parcial.
(C) O título de crédito não pode ser reivindicado do portador que o adquiriu de boa-fé e na conformidade das normas que disciplinam a sua circulação.
(D) Aquele que, sem ter poderes, ou excedendo os que tem, lança a sua assinatura em título de crédito, como mandatário ou representante de outrem, fica pessoalmente obrigado.
(E) A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

RESPOSTA (A) Art. 895, CC. (B) O art. 897, parágrafo único, CC, determina que é vedado o aval parcial. (C) Art. 896, CC. (D) Art. 892, CC. (E) Art. 888, CC. *Alternativa B*.

3749. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) No tocante ao título de crédito, é correto afirmar que

(A) quando não indicado, considera-se lugar de sua emissão e de pagamento o domicílio do credor.
(B) sua transferência não implica a de todos os direitos que lhe são inerentes.
(C) pode-se reivindicá-lo do portador que o adquiriu de boa-fé e na conformidade das normas que disciplinam sua circulação.
(D) não tendo ele indicação de vencimento, entende-se que o prazo de pagamento é o de sessenta dias.
(E) enquanto estiver em circulação, só ele poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não, separadamente, os direitos ou mercadorias que representa.

RESPOSTA (A) Art. 889, § 2º, CC (domicílio do emitente). (B) A transferência implica a de todos os direitos, segundo o art. 893, CC. (C) Não pode reivindicá-lo do portador de boa-fé, de acordo com o art. 896, CC. (D) Não indicando vencimento, o título é pagável à vista, conforme o art. 889, § 1º, CC. (E) Art. 895, CC. *Alternativa E*.

3750. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) Em relação ao título de crédito, examine as asserções seguintes:

I. Trata-se de documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, só produzindo efeito quando preenchidos os requisitos legais.
II. A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
III. O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval, ainda que parcial.

Delas se extrai que

(A) o item I é verdadeiro, bem como o item III, sendo falso o item II, pois o negócio jurídico será válido, mesmo despido de sua validade como título de crédito.
(B) o item I é verdadeiro, bem como o item II, sendo falso o item III, por ser vedada a concessão de aval parcial.
(C) o item I é verdadeiro, sendo falsos os itens II e III, pois o negócio jurídico será válido, mesmo despido de sua validade como título de crédito e, quanto à garantia do pagamento do título de crédito, é vedada a concessão de aval parcial.
(D) o item I é falso, pois o exercício do direito é literal mas sempre vinculado a causas subjacentes, sendo verdadeiros os itens II e III.
(E) os itens I, II e III são falsos.

RESPOSTA De acordo com os arts. 887 (item I – verdadeiro), 888 (item II – falso) e 897 (item III – falso), do Código Civil. *Alternativa C*.

3751. (Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC) A respeito do regime jurídico das Notas Promissórias e Letras de Câmbio, é correto afirmar:

(A) O emitente de uma letra de câmbio tem a mesma responsabilidade pelo pagamento do título que o emitente de uma nota promissória.
(B) A cláusula “à ordem”, expressa no título, define a responsabilidade solidária de todos os garantidores do direito de crédito nele mencionado.
(C) Para a validade do endosso é indispensável a prévia anuência do devedor original, a ser dada no próprio título ou em documento em separado.

(D) O aval dado em uma nota promissória tem os mesmos efeitos da fiança prestada sem benefício de exoneração.

(E) A cobrança judicial do crédito mencionado em nota promissória contra o devedor principal independe do prévio protesto do título.

RESPOSTA (A) O aceitante na letra de câmbio tem a mesma responsabilidade do sacador na nota promissória. (B) A cláusula “à ordem” determina que o título é transmissível via endosso. (C) Para a validade do endosso basta a simples assinatura do endossante no verso da folha. (D) O aval tem efeitos distintos dos da fiança. (E) O protesto é cambialmente facultativo para a cobrança do devedor principal. *Alternativa E*.

3752. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Sendo o pagamento de uma letra de câmbio garantida por aval,

(A) a obrigação do avalista se mantém, mesmo no caso de a obrigação que ele garantir ser nula por qualquer razão que não seja um vício de forma.

(B) a obrigação do avalista não se mantém se a obrigação por ele garantida for nula ou anulável.

(C) a obrigação do avalista é acessória e ele pode opor ao credor as defesas pessoais, privativas do sacado e as que forem comuns a ele e ao sacado.

(D) a obrigação do avalista é subsidiária, podendo invocar o benefício de ordem, salvo se a ele houver renunciado ou se tiver se obrigado solidariamente com o sacado.

(E) se o avalista pagar a letra, fica sub-rogado nos direitos emergentes da letra contra a pessoa a favor de quem foi dado o aval, mas não contra os obrigados para com esta em virtude da letra.

RESPOSTA Art. 32, LUG. *Alternativa A*.

3753. **(Juiz – TRT-11 – 2012 – FCC)** Em relação aos títulos de crédito, é correto afirmar que

(A) a duplicata é título autônomo e abstrato, sendo irrelevante perquirir-se o negócio subjacente que lhe deu origem.

(B) a letra de câmbio pode ser objeto de aceite e de endosso, mas não de aval, que é restrito ao cheque.

(C) o credor é obrigado a receber o pagamento antes do vencimento do título, se o devedor quiser pagá-lo, ficando este responsável pela validade correspondente.

(D) a omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

(E) o emitente do cheque garante seu pagamento, salvo se declarar-se isento dessa garantia no próprio título.

RESPOSTA (A) A duplicata é título causal, só podendo ser emitido em razão de compra e venda mercantil ou de prestação de serviços. (B) A LUG regulamenta o aval para a letra de câmbio nos arts. 30 a 32. (C) O credor não é obrigado a receber o pagamento antes do vencimento. (D) Art. 888, CC. (E) O emitente do cheque sempre garante o pagamento, de acordo com o art. 15, Lei n. 7.357/85. *Alternativa D*.

3754. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Por ser o cheque uma ordem de pagamento a vista,

(A) é ilegal a emissão de cheque pós-datado, que não gera qualquer efeito jurídico ao emitente ou ao beneficiário.

(B) embora a pós-datação não produza efeito cambial, pode gerar efeitos reparatórios civis se a data futura não foi obedecida pelo beneficiário, por lesão à boa-fé objetiva.

(C) como a pós-datação não produz efeito cambial, também não pode gerar efeitos reparatórios civis se a data futura não for obedecida pelo beneficiário.

(D) a pós-datação gera efeitos cambiais, por isso sendo obstada a apresentação do título a pagamento antes da data futura aposta.

(E) o postulado da questão é parcialmente verdadeiro, pois a natureza do cheque permite que seja tanto uma ordem de pagamento a vista como um título de crédito a prazo.

RESPOSTA O art. 32, Lei n. 7.357/85, considera não escrita qualquer menção em contrário ao fato de o cheque ser pagável à vista. A Súmula 370, STJ, informa que caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado. *Alternativa B*.

3755. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Em relação aos seguintes títulos de crédito é correto afirmar:

(A) Se o cheque pós-datado for apresentado em data anterior à indicada para pagamento, não poderá ser pago de imediato, pois se terá descaracterizado como ordem de pagamento à vista.

(B) Como regra, o sacado de um cheque não tem qualquer obrigação cambial; assim, o credor do cheque não pode responsabilizar o banco sacado pela inexistência ou insuficiência de fundos disponíveis.

(C) As notas promissórias admitem aceite e, por isso, a recusa deste acarreta o vencimento antecipado do título.

(D) A duplicata mercantil é protestável somente por falta de pagamento e não admite ser garantida por aval, uma vez que se trata de título causal.

(E) A duplicata não permite reforma ou prorrogação de seu prazo de vencimento, que é imutável.

RESPOSTA (A) O cheque, mesmo pós-datado, é pagável no dia da apresentação, de acordo com o art. 32, Lei n. 7.357/85. (B) Art. 6º, Lei n. 7.357/85. (C) Não se admite aceite em nota promissória, conforme o art. 77, LUG. (D) A duplicata é protestável por falta de aceite, de devolução ou de pagamento, segundo o art. 13, Lei n. 5.474/68. (E) Pelo art. 11, Lei n. 5.474/68, admite-se reforma ou prorrogação de vencimento na duplicata. *Alternativa B*.

3756. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** A duplicata é um título de crédito

(A) que pode ser extraído para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador, e ser levado a protesto por falta de aceite, de devolução ou de pagamento.

(B) formal, que só admite protesto por falta de pagamento.

(C) causal, que só pode ser emitido para documentar a prestação de serviços por empresários individuais ou sociedades empresárias.

(D) causal, que só pode ser emitido para documentar a venda e compra mercantil.

(E) que consubstancia promessa de pagamento à vista, admite endosso e pode ser levado a protesto por falta de aceite ou por falta de pagamento.

RESPOSTA A duplicata é título causal, podendo ser emitido em razão de compra e venda mercantil ou de prestação de serviços, configurando uma ordem de pagamento, e pode ser protestada por falta de aceite, de devolução ou de pagamento. De acordo com os arts. 1º, 2º, 13 e 20, Lei n. 5.474/68. *Alternativa A*.

3757. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** A duplicata é título de crédito

(A) causal e pode ser emitida em razão da prestação de serviços, por empresas individuais, devendo a fatura discriminar a natureza dos serviços prestados.

(B) causal ou formal, segundo a natureza da dívida que representa, dispensando-se a emissão de fatura, quando não corresponder à venda de mercadorias.

(C) formal e só pode ser emitida como representativa da obrigação de entrega de coisa fungível, cujo valor deve ser declarado, para o caso de sua liquidação financeira.

(D) causal e apenas pode ser emitida em razão da venda de mercadorias por empresas de natureza

mercantil, sendo necessária a emissão de fatura correspondente.

(E) formal e pode ser emitida como representativa de qualquer dívida de dinheiro.

RESPOSTA De acordo com o art. 20, Lei n. 5.474/68. *Alternativa A*.

3758. (Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC) No que tange à duplicata:

(A) o comprador poderá deixar de aceitá-la por vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias, exclusivamente.

(B) é lícito ao comprador resgatá-la antes do aceite, mas não antes do vencimento.

(C) trata-se de título causal, que por isso não admite reforma ou prorrogação do prazo de vencimento.

(D) é título protestável por falta de aceite, de devolução ou de pagamento, podendo o protesto ser tirado mediante apresentação da duplicata, da triplicata, ou ainda por simples indicações do portador, na falta de devolução do título.

(E) em nenhum caso poderá o sacado reter a duplicata em seu poder até a data do vencimento, devendo comunicar eventuais divergências à apresentante com a devolução do título.

RESPOSTA (A) Todas as hipóteses de recusa do aceite estão descritas no art. 8º, Lei n. 5.474/68. (B) É lícito resgatar a duplicata, seja antes do aceite, seja antes do vencimento, segundo o art. 9º, Lei n. 5.474/68. (C) O art. 11, Lei n. 5.474/68, determina que a duplicata admite reforma ou prorrogação de vencimento. (D) Art. 13, § 1º, Lei n. 5.474/68. (E) O art. 7º, § 1º, Lei n. 5.474/68, determina a possibilidade de retenção da duplicata. *Alternativa D*.

3759. (Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC) Com relação à duplicata, é correto afirmar que

(A) a sua exigibilidade em relação ao devedor principal (sacado) depende do prévio registro no cartório de protesto de títulos competente.

(B) só pode ser emitida, se o crédito por ela representado for oriundo de relação de compra e venda de mercadorias ou prestação de serviços.

(C) pode ser sacada para representar créditos relativos a contrato de mútuo.

(D) a sua exigibilidade em relação ao endossante depende do esgotamento das tentativas de cobrança do crédito em relação ao devedor principal, na via judicial.

(E) constitui título executivo, independentemente de qualquer outra formalidade, mesmo quando não aceita pelo sacado.

RESPOSTA (A) O protesto é facultativo para a cobrança do devedor principal. (B) Arts. 1º e 20, Lei n. 5.474/68. (C) Só pode ser sacada em razão de compra e venda mercantil ou de prestação de serviços. (D) Para a cobrança do endossante, é necessário o protesto. (E) O art. 15, II, Lei n. 5.474/68, determina que, para a duplicata não aceita, faz-se necessário: o protesto do título; o comprovante de entrega e recebimento de mercadoria; não haver motivo para a recusa do aceite. *Alternativa B*.

3760. (Promotor – MP-PE – 2008 – FCC) A duplicata mercantil, enquanto título causal,

(A) está sujeita a regime jurídico diverso do cambial.

(B) sujeita-se ao regime jurídico cambial e, portanto, aos princípios da cartularidade, da literalidade e da autonomia das obrigações.

(C) pode ser sacada em qualquer hipótese, segundo a vontade das partes interessadas.

(D) não se vincula especificamente a nenhum negócio jurídico.

(E) não pode ser tida como um título de crédito abstrato, se examinada sua origem.

RESPOSTA Os títulos de crédito se classificam em causal (quando a sua emissão só pode ocorrer em razão de determinado negócio jurídico) ou abstrato (quando a sua emissão pode ocorrer em razão de qualquer negócio jurídico). A duplicata é um título cambiariforme e se submete aos princípios cambiários. A alternativa E, também, está correta. Gabarito oficial: *Alternativa B*.

3761. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** O protesto cambial é medida necessária para

(A) constituição do devedor principal em mora, no caso de dívida líquida com vencimento em dia certo e expresso no título.

(B) interrupção da prescrição da ação de cobrança do crédito mencionado no título.

(C) ajuizamento de ação de execução de cheque contra o seu emitente.

(D) assegurar o direito de cobrança contra o endossante de nota promissória com cláusula sem despesa.

(E) cobrança de juros moratórios previstos no título.

RESPOSTA A cláusula sem despesa dispensa a necessidade de protesto, conforme o art. 46, LUG. O protesto é cambialmente facultativo para a cobrança do devedor principal. Considera-se não escrita a cláusula de juros, conforme o art. 890, CC. A interrupção da prescrição pode ocorrer pelo protesto cambial, de acordo com o art. 202, III, CC. *Alternativa B*.

3762. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Em relação ao protesto de títulos, é correto afirmar:

(A) O protesto será tirado por falta de pagamento, de aceite ou de devolução, só podendo ser efetuado o protesto por falta de aceite antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução.

(B) Em nenhum caso serão protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil.

(C) Todos os títulos serão examinados pelo tabelião de protesto em seus caracteres formais, inclusive quanto à ocorrência de prescrição ou caducidade, só tendo curso se não apresentarem vícios.

(D) Quando a intimação do devedor for efetivada excepcionalmente no último dia do prazo ou além dele, por motivo de força maior, o protesto será tirado antecipadamente.

(E) O protesto é ato personalíssimo, devendo sua intimação ocorrer sempre na figura do devedor e defesa a intimação por edital.

RESPOSTA (A) Art. 21, *caput* e § 1º, Lei n. 9.492/97. (B) O art. 10, Lei n. 9.492/97, apresenta os requisitos para ser protestado título em moeda estrangeira. (C) Não cabe ao tabelião verificar prescrição ou caducidade, segundo o art. 9º, Lei n. 9.492/97. (D) Art. 13, Lei n. 9.492/97 (o protesto será tirado no primeiro dia útil subsequente). (E) O art. 15, Lei n. 9.492/97, prevê as possibilidades de intimação do protesto por edital. *Alternativa A*.

VI. Contratos Empresariais

3763. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Em relação aos contratos bancários, é correto afirmar:

(A) O objeto do contrato de alienação fiduciária em garantia será sempre bem móvel, pertencente ou não ao devedor.

(B) O mútuo bancário é o contrato consensual de empréstimo de coisa infungível ao cliente.

(C) Como regra geral, as instituições financeiras estão limitadas, na cobrança dos juros remuneratórios, à taxa de 12% ao ano.

(D) Pelo contrato de abertura de crédito, o banco disponibiliza ao cliente certa quantia de dinheiro, a ser por ele necessariamente utilizada.

(E) O depósito bancário é o contrato pelo qual uma pessoa, denominada depositante, entrega valores monetários a um banco, que se obriga a restituí-los quando solicitados.

RESPOSTA (A) A alienação fiduciária em garantia pode ser de bem móvel, imóvel ou título de crédito (art. 1.361, CC; art. 22, Lei n. 8.514/97; e art. 66-B, Lei n. 4.728/65). (B) O objeto do mútuo bancário é quantia em dinheiro, coisa fungível (art. 586, CC). (C) As instituições financeiras não se submetem à Lei de Usura (Súmula 596, STF). (D) Não há necessidade de o cliente utilizar.

(E) O depósito bancário é uma modalidade de depósito de coisas fungíveis (art. 645, CC). *Alternativa E*.

3764. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** Os contratos empresariais

(A) de prestação de serviço não admitem convencionar por mais de quatro anos, embora tenham por causa o pagamento de dívida do prestador ou se destinem à execução de certa e determinada obra.
(B) não estão vinculados à função social do contrato.
(C) válidos são os contratos típicos, vedada a celebração de contratos atípicos.
(D) são mero protocolo de intenções, como regra, não obrigando efetivamente o proponente.
(E) de compra e venda entre empresas só podem ter como objeto coisa atual, defeso que se contrate sobre coisa futura.

RESPOSTA (A) Art. 598, CC. (B) Art. 421, CC. (C) Art. 425, CC. (D) Art. 427, CC. (E) Art. 483, CC. *Alternativa A*.

3765. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Por meio do contrato de alienação fiduciária em garantia, o proprietário de um bem móvel:

(A) Aliena-o a outra pessoa, em garantia de uma dívida com esta contraída, mas permanece com a posse direta do bem;
(B) Aliena-o a outra pessoa, em garantia de uma dívida com esta contraída, e lhe transfere a propriedade plena do bem, recuperando-a após o pagamento da dívida;
(C) Oferece-o em penhor ao credor do financiamento obtido para a aquisição do próprio bem;
(D) Transfere a sua posse direta a outra pessoa, em garantia de uma dívida com esta contraída, mas permanece com a propriedade plena do bem;
(E) Transfere a sua posse indireta a outra pessoa, em garantia de uma dívida com esta contraída, mas permanece com a propriedade plena do bem.

RESPOSTA O art. 1.361, CC, determina que se considera fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel fungível que o devedor, com o escopo de garantia, transfere ao credor. Por sua vez, o § 2º, do mesmo artigo, informa que, com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o devedor possuidor direto da coisa. *Alternativa A*.

3766. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** Se o bem móvel alienado fiduciariamente a um banco não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, poderá o credor fiduciário

(A) apenas alterar o pedido formulado na ação de busca e apreensão para o de execução por quantia certa.
(B) requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de depósito, e o devedor ficará sujeito a prisão civil, se não restituir o bem ou seu equivalente em dinheiro.
(C) se o fiduciante estiver em mora, somente executar o fiador, que se sub-rogará, de pleno direito, no crédito e na garantia constituída pela alienação fiduciária.
(D) recorrer apenas à execução contra o devedor, penhorando-lhe outros bens suficientes para assegurar a execução.
(E) requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de depósito, mas o devedor não ficará sujeito a prisão civil.

RESPOSTA É o que determina o art. 4º, Decreto-lei n. 911/69. A Súmula Vinculante 25, STF, determina ser ilícita a prisão do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. *Alternativa E*.

3767. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** A alienação fiduciária em garantia de bem móvel faculta ao credor, vencida a dívida e não paga,

(A) promover a busca e apreensão judicial do bem, a qual será convertida em ação de depósito, se o bem não for encontrado e, por isso, ficando o devedor sujeito a prisão civil como depositário infiel.

(B) ficar com a coisa alienada, a título de pagamento de seu crédito, pelo valor de mercado, restituindo ao devedor a diferença que houver entre aquele valor e a dívida não paga.

(C) somente cobrá-la do devedor ou de seus garantidores, preferindo o bem alienado na penhora, sobre qualquer outro.

(D) vender, judicial ou extrajudicialmente, a coisa a terceiro e aplicar o preço no pagamento de seu crédito, entregando o saldo, se houver, ao devedor.

(E) ficar com a coisa alienada, a título de dação em pagamento, independente da vontade do devedor, e sem a necessidade de qualquer restituição em dinheiro, salvo se já houver sido pago mais de 40% (quarenta por cento) do débito.

RESPOSTA É o que determina o art. 2º, Decreto-lei n. 911/69. *Alternativa D*.

3768. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Alberto era representante comercial da ABC Ltda., tendo exercido essa função por dez anos. Ao longo desse período, por imposição da empresa representada, as partes celebravam contratos por prazo determinado de um ano, ao fim do qual procedia-se a sua imediata renovação. Ao final do 10º ano, a ABC Ltda. notificou Alberto a respeito da não renovação de seu contrato e extinção do vínculo negocial. Alberto agora pleiteia o recebimento de indenização equivalente a 1/12 (um doze avos) das comissões auferidas durante todo o período de representação, em razão da extinção imotivada do contrato por iniciativa da representada. Essa indenização

(A) é devida, pois é aplicável a todos os contratos de representação comercial.

(B) é devida, apenas com relação ao último período anual de contrato.

(C) é devida, pois é aplicável a contratos com mais de cinco anos de vigência.

(D) é devida, pois o contrato celebrado com Alberto deve ser considerado a prazo indeterminado.

(E) não é devida.

RESPOSTA A indenização narrada está descrita no art. 27, *j*, Lei n. 4.886/65. Já o § 2º, do art. 27, da mesma lei, informa que o contrato por prazo determinado, uma vez prorrogado o prazo inicial, tácita ou expressamente, torna-se a prazo indeterminado. *Alternativa D*.

3769. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Nos contratos de crédito bancário,

(A) são livres os juros remuneratórios, limitada a taxa de comissão de permanência, em caso de inadimplência, aos juros contratados, e a multa moratória a 2% mensais nas relações consumeristas.

(B) são livres os juros remuneratórios, bem como a taxa de comissão de permanência, limitada a multa a 10% mensais, em qualquer caso.

(C) os juros remuneratórios obedecem ao limite de uma taxa diária do Banco Central, bem como a comissão de permanência; a multa moratória não pode ultrapassar 2% mensais, nas relações de consumo.

(D) os juros remuneratórios são limitados a 1% ao mês, bem como a comissão de permanência, com multa moratória de 2% mensais nas relações de consumo.

(E) os juros remuneratórios são livres, é potestativa a comissão de permanência, que não pode ser cobrada, e a multa moratória limita-se em qualquer caso a 2% mensais.

RESPOSTA Súmulas 297 e 596, STF. *Alternativa A*.

3770. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** Descumprida a obrigação pecuniária pelo arrendatário, no contrato de *leasing* financeiro,

(A) o arrendante apenas pode cobrar a dívida, mas não pleitear a rescisão do contrato ou a sua reintegração na posse, dada a existência de opção de compra.

(B) não se admite em nenhuma hipótese a ação de reintegração de posse, se nas parcelas tiver sido incluído o denominado Valor Residual Garantido (VRG), de acordo com a jurisprudência mais recente consolidada em súmula do Superior Tribunal de Justiça.

(C) admite-se a reintegração do arrendante na posse, caso haja no contrato cláusula resolutória expressa e tenha sido o arrendatário devidamente notificado de sua mora.

(D) perde o arrendatário o direito de usar o bem enquanto não purgar a mora, independentemente de notificação do arrendante, mas não fica sujeito à retomada do bem antes do trânsito em julgado da sentença que rescindir o contrato.

(E) a reintegração na posse pelo arrendante prescinde de cláusula resolutória expressa e de notificação prévia do arrendatário, vencendo-se a dívida por inteiro, e será o bem vendido para seu pagamento e o arrendatário ficará pessoalmente responsável pelo saldo devedor se o valor obtido com a venda for insuficiente.

RESPOSTA A Súmula 369, STJ, responde à presente questão. *Alternativa C*.

VII. Falências

3771. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** A habilitação dos créditos em falência

(A) é providência que compete ao credor, que apresentará os documentos correspondentes diretamente ao administrador judicial.

(B) é providência que compete ao falido, mediante apresentação dos documentos correspondentes ao administrador judicial, sob pena de crime falimentar.

(C) decorre da automática conversão da lista nominativa de credores em quadro geral de credores, dispensando qualquer providência pelo credor.

(D) é providência que compete ao credor, em petição dirigida ao juiz da causa.

(E) é efetuada sob a responsabilidade do síndico, a quem compete a expedição de edital de convocação dos credores para essa finalidade.

RESPOSTA Em conformidade com o que dispõe o § 1º, do art. 7º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3772. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** A ação rescisória especial prevista para o processo de falência ou recuperação judicial que objetiva excluir ou retificar crédito derivado da relação de trabalho julgado pela Justiça do Trabalho, nos casos de descoberta de falsidade, dolo, simulação, fraude, erro essencial ou documento ignorados na época do julgamento do crédito, é da competência

(A) do Juízo do Trabalho que tenha originalmente reconhecido o crédito.

(B) do Juízo do Trabalho do foro onde se processa a falência ou a recuperação judicial.

(C) do Juízo universal da falência ou Juízo da recuperação judicial.

(D) originária do respectivo Tribunal de Justiça.

(E) originária do respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

RESPOSTA Em conformidade com o que dispõe o § 1º, do art. 19, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3773. (Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC) Podem ser objeto de pedido de restituição, nos termos da legislação falimentar,

(A) os valores adiantados em razão de adiantamento de contrato de câmbio; o bem empenhado pelo falido; e o bem em posse do falido que seja objeto de arrendamento mercantil.

(B) o bem alienado fiduciariamente que esteja em posse do falido; a safra empenhada pelo falido, ainda não colhida; e o bem objeto de arrendamento mercantil em posse do falido.

(C) a safra empenhada pelo falido, ainda não colhida; o bem objeto de arrendamento mercantil em posse do falido; e os valores adiantados em razão de adiantamento de contrato de câmbio.

(D) o bem alienado fiduciariamente que esteja em posse do falido; o bem objeto de arrendamento mercantil em posse do falido; e os valores adiantados em razão de adiantamento de contrato de câmbio.

(E) o bem alienado fiduciariamente que esteja em posse do falido; o bem empenhado pelo falido; e o bem objeto de arrendamento mercantil em posse do falido.

RESPOSTA Os arts. 85 e 86, II, Lei n. 11.101/2005 respondem à questão. *Alternativa D*.

VIII. Recuperação de Empresas

3774. (Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC) Estão excluídos do procedimento de recuperação judicial os seguintes credores:

(A) o proprietário em contrato de venda com reserva de domínio; o cessionário fiduciário de direitos creditórios; e o credor de valores referentes a contrato de adiantamento de câmbio.

(B) o proprietário fiduciário; o credor pignoratício; e o credor proprietário em contrato de venda com reserva de domínio.

(C) o credor garantido por penhor sobre títulos de crédito; o cessionário de direitos creditórios; credor de valores referentes a contrato de adiantamento de câmbio.

(D) o locador de imóvel da sede da empresa em recuperação; o cessionário de direitos creditórios; credor de valores referentes a contrato de adiantamento de câmbio.

(E) o proprietário fiduciário; o credor hipotecário cuja hipoteca não tenha sido levada a registro; e o credor proprietário em contrato de venda com reserva de domínio.

RESPOSTA É o que se tem nos §§ 3º e 4º, do art. 49, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3775. (Juiz – TRT-11 – 2012 – FCC) No tocante à recuperação judicial ou à falência, é correto afirmar:

(A) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, desde que vencidos.

(B) Os credores do devedor em recuperação judicial, enquanto esta durar, perdem seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados em direito regressivo.

(C) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

(D) Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há pelo menos cinco anos e não tenha, há menos de dois anos, obtido concessão de anterior recuperação judicial.

(E) A recuperação judicial é personalíssima do devedor, não podendo pois ser requerida por seus herdeiros ou pelo cônjuge supérstite.

RESPOSTA (A) Art. 49, Lei n. 11.101/2005 (ainda que não vencidos). (B) Art. 49, § 1º, Lei n. 11.101/2005 (os credores conservam seus direitos). (C) Art. 6º, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 48, *caput* e II, Lei n. 11.101/2005 (exerça regularmente... há menos de dois anos; há menos de cinco anos, obtido concessão de anterior recuperação judicial). (E) Art. 48, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005 (pode ser requerida também pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente). *Alternativa C*.

3776. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Deferido o processamento da recuperação judicial,

(A) serão suspensas as execuções de natureza fiscal, mas não as de natureza trabalhista com penhora efetivada.

(B) serão atraídas pelo Juízo que o deferiu todas as demandas por quantias ilíquidas.

(C) suspende-se o curso da prescrição em face do devedor, não se dando, todavia, essa suspensão quando o pedido de recuperação judicial se fizer com base em plano especial apresentado por microempresas ou empresas de pequeno porte, no tocante aos créditos por ele não abrangidos.

(D) o Juiz nomeará administrador judicial, que não poderá, em nenhuma hipótese, ser pessoa jurídica e, preferencialmente, a nomeação recairá em advogado ou contador de notória idoneidade e experiência profissional comprovada.

(E) ficará o devedor dispensado da apresentação de certidões negativas para contratação com o Poder Público, mas, no respectivo contrato, deverá ser acrescida, após o nome comercial, a expressão “em Recuperação Judicial”.

RESPOSTA (A) Art. 6º, § 7º, Lei n. 11.101/2005 (as execuções fiscais não se suspendem). (B) Art. 6º, § 1º, Lei n. 11.101/2005 (demandas por quantias ilíquidas permanecem no juízo de origem). (C) Art. 71, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005. (D) O art. 21, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005, determina a possibilidade de o administrador judicial ser pessoa jurídica. (E) Art. 52, II, Lei n. 11.101/2005 (necessária certidão negativa para contratar com o poder público). *Alternativa C*.

3777. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Em relação à recuperação judicial ou falência,

(A) a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

(B) em seu curso, não são exigíveis do devedor as obrigações a título oneroso, nem custas judiciais.

(C) estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, desde que vencidos.

(D) no curso da recuperação judicial, os credores do devedor perdem seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.

(E) o juízo da falência é competente para conhecer de toda e qualquer ação sobre bens, interesses e negócios do falido, inclusive as demandas trabalhistas e fiscais.

RESPOSTA (A) Art. 6º, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 5º, I (não são exigíveis obrigações a título gratuito) e II (são exigíveis custas judiciais decorrentes de litígios com o devedor), Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 49, Lei n. 11.101/2005 (ainda que não vencidos). (D) Art. 49, § 1º (credores conservam seus direitos). (E) Art. 76, Lei n. 11.101/2005 (demandas trabalhistas e fiscais são exceções ao juízo universal da falência). *Alternativa A*.

3778. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** Em relação à recuperação judicial de empresa, é correto afirmar:

(A) O Ministério Público tem sua atuação restrita à verificação da prática de crimes falimentares ou no curso da recuperação judicial.

(B) Os crimes previstos na lei respectiva são de ação penal pública condicionada à representação dos credores.
(C) A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial é condição objetiva de punibilidade das infrações penais respectivas.
(D) Na omissão do Ministério Público ao oferecimento de denúncia por crime falimentar, qualquer credor habilitado ou o administrador judicial poderá oferecer ação penal privada subsidiária da pública, observado o prazo decadencial de três meses.
(E) A inabilitação para o exercício de atividade empresarial é efeito automático da condenação por crime falimentar.

RESPOSTA (A) Lei n. 11.101/2005 prevê outras possibilidades de atuação do MP. (B) Art. 184, Lei n. 11.101/2005 (ação penal pública incondicionada). (C) Art. 180, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 184, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005 (o prazo decadencial é de seis meses). (E) Art. 181, § 1º, Lei n. 11.101/2005 (os efeitos não são automáticos). *Alternativa C*.

3779. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** NÃO são abrangidos pelos efeitos da recuperação extrajudicial os créditos
(A) com privilégio especial e geral.
(B) derivados da legislação do trabalho e tributários.
(C) com garantia real, até o limite do bem gravado.
(D) em moeda estrangeira.
(E) quirografários e subordinados.

RESPOSTA Art. 161, § 1º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B*.

IX. Propriedade Industrial (Marcas & Patentes)

3780. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Assegura-se ao autor o direito de obter a patente, que lhe garante a propriedade,
(A) somente de invenção que atenda aos requisitos de novidade e atividade inventiva, ainda que não tenha aplicação industrial.
(B) como modelo de utilidade, de objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.
(C) como descoberta, de teorias científicas e de métodos matemáticos.
(D) como invenção, de técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal.
(E) como descoberta, de todo ou de parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais.

RESPOSTA (A) Art. 8º, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 9º, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 10, I, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 10, VIII, Lei n. 9.279/96. (E) Art. 10, IX, Lei n. 9.279/96. *Alternativa B*.

X. Outros Temas

3781. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** A decretação de intervenção ou de liquidação de uma instituição financeira tem em comum o seguinte efeito:
(A) a perda do mandato dos administradores e membros do Conselho Fiscal.

(B) a indisponibilidade dos bens dos seus administradores até a apuração e liquidação final de suas responsabilidades.
(C) o vencimento antecipado e exigibilidade imediata de todas as dívidas da instituição financeira.
(D) resolução de todos os contratos bilaterais que importam obrigações a serem cumpridas pela instituição financeira após a decretação da liquidação ou intervenção.
(E) a prevenção do juízo que decretou intervenção ou liquidação a pedido do Banco Central, para todas as ações em que a instituição financeira for ré.

RESPOSTA Art. 36, Lei n. 6.024/74. *Alternativa B*.

XI. Temas Mistos

3782. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** É INCORRETO afirmar:

(A) A responsabilidade civil da empresa se dá, em regra, independentemente de culpa.
(B) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
(C) Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.
(D) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, mesmo que tenha o auxílio de colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
(E) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

RESPOSTA (A) A responsabilidade civil é, regra geral, subjetiva (art. 927, CC). (B) Art. 987, CC. (C) Art. 988, CC. (D) Art. 966, parágrafo único, CC. (E) Art. 967, CC. *Alternativa A*.

3783. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** É correto afirmar:

(A) A desconsideração da personalidade jurídica da sociedade só poderá ocorrer se a empresa encontrar-se em atividade e sem decretação do estado falencial.
(B) A responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida será apurada no juízo da falência, desde que após realizado o ativo e provada sua insuficiência para cobrir o passivo.
(C) Os administradores nas sociedades anônimas são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia, ainda que estatutariamente tais deveres não caibam a todos eles.
(D) Cada sócio na sociedade limitada tem responsabilidade restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social.
(E) Os bens sociais nas sociedades não personificadas respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, sem ressalva ou limitação possível.

RESPOSTA (A) A desconsideração da personalidade jurídica ocorre nos termos do art. 50, CC. (B) O art. 82, Lei n. 11.101/2005, diz que não precisa esperar a realização do ativo ou prova da insuficiência do passivo para apurar responsabilidade dos sócios da falida. (C) Art. 158, § 2º, Lei n. 6.404/76. (D) Na sociedade limitada, todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, segundo o art. 1.052, CC. (E) O art. 989, CC, determina que pode haver pacto limitativo de poderes. *Alternativa C.*

I. Introdução ao Direito Empresarial

3784. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Com a vigência do Novo Código Civil, à luz do artigo 966, é correto afirmar que o Direito brasileiro concluiu a transição para a

(A) "teoria da empresa", de matriz francesa.
(B) "teoria da empresa", de matriz italiana.
(C) "teoria dos atos de comércio", de matriz francesa.
(D) "teoria dos atos de comércio", de matriz italiana.

RESPOSTA A doutrina registra a presença de dois sistemas de direito empresarial: o sistema italiano, baseado na teoria da empresa, que tem, como marco legislativo, o Código Civil italiano de 1942; e o sistema francês, baseado na teoria dos atos de comércio, que tem, como marco legislativo, o Código Comercial francês de 1808. *Alternativa B*.

3785. (Juiz – TRF-4 – 2010) Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta quanto à empresa, ao empresário e às sociedades simples e empresárias.

I. A empresa é uma atividade exercida pelo empresário, não pressupondo a existência de uma sociedade, podendo ser desenvolvida pelo empresário individual.
II. A sociedade simples distingue-se da sociedade empresária, pois naquela inexiste uma organização de bens materiais e imateriais (intelectuais) e recursos humanos voltados para a produção sistemática da riqueza, sendo a sociedade cooperativa um de seus exemplos.
III. Podem ser empresários os menores de 18 anos.
IV. Há identidade entre os conceitos de empresário e sócio da sociedade.

(A) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
(B) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
(C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
(D) Estão corretas todas as assertivas.
(E) Nenhuma assertiva está correta.

RESPOSTA O item IV está falso, porque não se pode confundir empresário com sócio de sociedade. Empresário é um dos sujeitos de direito do Direito Empresarial; por sua vez, sócio não pode ser considerado empresário, mas apenas um investidor. *Alternativa C*.

3786. (Procurador – MPT – 2009) Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Empresário é definido na lei como o profissional exercente de atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens e serviços.
(B) Empresa é a atividade, cuja marca essencial é a obtenção de lucros com o oferecimento ao mercado de bens ou serviços, gerados estes mediante a organização dos fatores de produção (força de trabalho, matéria-prima, capital e tecnologia).
(C) As cooperativas não estão sujeitas à falência e não podem pleitear a recuperação judicial.
(D) O empresário pode ser pessoa física ou jurídica e, em ambas as hipóteses, denominam-se de sociedade empresária.
(E) não respondida.

RESPOSTA O empresário pessoa física se chama empresário judicial e existem duas espécies de empresário pessoa jurídica: a sociedade empresária e a EIRELI. *Alternativa D*.

3787. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** Dadas as assertivas abaixo assinale a única CORRETA:

(A) Segundo a Lei (Código Civil), é considerado empresário todo aquele que exerce, de forma profissional, atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bem ou de serviços.

(B) Quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, também é sempre considerado empresário, sem exceção.

(C) A atividade empresária não pode ser exercida por pessoas jurídicas.

(D) O menor de 18 anos e maior de 16 anos, ainda que tenha economias próprias, jamais pode se estabelecer como empresário, pois não atingiu a maioridade e, portanto, é incapaz para a prática de atos.

(E) O estabelecimento empresarial é composto unicamente de bens móveis e imóveis, que são reunidos pelo empresário ou sociedade empresária para o exercício da atividade empresarial.

RESPOSTA (A) Art. 966, CC. (B) Art. 966, parágrafo único, CC (não se considera empresário...). (C) Art. 981, CC (sociedade exerce atividade econômica). (D) Art. 5º, parágrafo único, V, CC. (E) Art. 1.142, CC (o estabelecimento é composto de bens corpóreos ou incorpóreos). *Alternativa A*.

3788. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Assinale a opção correta, após a análise das afirmativas abaixo:

I. Segundo o Código Civil de 2002, podem exercer atividade de empresário os que tiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos, assim estão excluídos da possibilidade de ser empresário os absolutamente incapazes e os relativamente incapazes. É, todavia, possível que, antes de dezoito anos, a pessoa possa exercer atividade de empresário, sem qualquer restrição, desde que seja menor com mais de quatorze anos e que seja emancipado pelos pais. A emancipação também pode ocorrer pelo casamento, ou pelo exercício de emprego público ou pela colação de grau em curso de ensino superior ou tratando-se de menor com dezesseis anos completos, por ter economia própria, pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego.

II. O instrumento de emancipação dos menores deve ser arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis, também conhecido como Junta Comercial, que é o órgão competente para o registro de todos os atos concernentes à atividade empresária.

III. São proibidos de efetivo exercício de atividade empresarial os funcionários públicos, a não ser como acionistas ou quotistas de sociedade empresária. Também estão proibidos de exercer o comércio os militares, a não ser que tenham sido reformados, os leiloeiros, corretores e despachantes aduaneiros e, por fim, também o falido, cuja inabilitação se dá a partir da decretação da falência e até a sentença que extingue suas obrigações, ocasião em que ele fica autorizado novamente a exercer ofício empresarial, exceto se condenado por crime falimentar.

IV. Aquele que é proibido de exercer e, mesmo assim, exerce atividade empresarial estará desenvolvendo uma atividade irregular e sujeito a uma série de penalidades estabelecidas em leis próprias: sendo funcionário público que participe de gerência ou administração de empresa privada, pode haver a perda do cargo (penalidade administrativa), mas não há penalidade descrita na Lei de Contravenções Penais.

V. A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, e a exercer, responderá pelas obrigações contraídas. Os atos praticados pelo proibido de comerciar terão plena validade em relação a terceiros.

(A) Somente as afirmativas I, II e V estão corretas.

(B) Somente as afirmativas II, III e V estão corretas.
(C) Somente as afirmativas I, III e V estão corretas.
(D) Somente as afirmativas I, IV e V estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA O item I está equivocado, pois, apesar do que preveem os arts. 5º e 972, CC, a idade mínima para a emancipação é de 16, e não de 14 anos. O item II está correto, de acordo com o art. 976, CC. O item III apresenta os principais exemplos de proibidos de empresariar definidos pela doutrina. O item IV está equivocado, em vista de que a Lei de Contravenções Penais, no seu art. 47, estabelece penalidade para quem exerce atividade econômica sem preencher as condições previstas em lei. O item V está correto, de acordo com o art. 972, CC. *Alternativa B*.

3789. (Auditor – MTE – 2010 – ESAF) Sobre a disciplina dos prepostos no Livro do Direito de Empresa do Código Civil, assinale a opção incorreta.

(A) Considera-se o gerente autorizado a praticar todos os atos necessários ao exercício dos poderes que lhe foram outorgados, mesmo quando a lei exigir poderes especiais.
(B) Em regra, considera-se perfeita a entrega de papéis, bens ou valores ao preposto, encarregado pelo preponente, se os recebeu sem protesto.
(C) O preposto não pode, sem autorização escrita, fazer-se substituir no desempenho da preposição, sob pena de responder, pessoalmente, pelos atos do substituto e pelas obrigações por ele contraídas.
(D) O gerente pode estar em juízo em nome do preponente, pelas obrigações resultantes do exercício da sua função.
(E) Na falta de estipulação diversa, consideram-se solidários os poderes conferidos a dois ou mais gerentes.

RESPOSTA (A) Art. 1.173, CC (o gerente é autorizado a praticar todos os atos, desde que a lei não exija poderes especiais). (B) Art. 1.171, CC. (C) Art. 1.169, CC. (D) Art. 1.176, CC. (E) Art. 1.173, parágrafo único, CC. *Alternativa A*.

3790. (Juiz – TRT-2 – 2011) Assinale a alternativa incorreta:

(A) Por ser a relação entre o preponente e o preposto uma relação “intuitu personae” que impede, em regra, a delegação dos poderes conferidos a dado preposto, a subcontratação ou a iniciativa da substituição só pode ocorrer mediante autorização escrita do preponente.
(B) Caso o preposto, sem autorização escrita, venha a se fazer substituir no desempenho da preposição, responderá pessoalmente pelos atos do substituto e pelas obrigações por ele contraídas.
(C) Em regra, os livros e papéis de escrituração contábeis são protegidos pelo sigilo, mas em caráter de excepcionalidade, o juiz poderá autorizar a sua exibição integral, quando necessária para resolver questões relativas à sucessão, comunhão ou sociedade, administração ou gestão à conta de outrem, ou em caso de falência.
(D) O empresário casado não pode, sem outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
(E) Na sociedade limitada, não se admite a contribuição de um sócio, nem mesmo parcialmente, na prestação de seus serviços, pois de todos os contratantes exige-se contribuição exclusivamente material para a formação do capital social.

RESPOSTA (A) Art. 1.169, CC. (B) Art. 1.169, CC. (C) Art. 1.191, CC. (D) Art. 978, CC (o empresário não precisa de outorga conjugal). (E) Art. 1.055, § 2º, CC. *Alternativa D*.

3791. (Procurador – MPT – 2012) Assinale a afirmativa INCORRETA:

(A) A sociedade simples deve ser registrada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua

sede ou no de alguma de suas filiais.

(B) A sociedade simples que instituir sucursal, filial ou agência na circunscrição de outro Registro Civil das Pessoas Jurídicas, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.

(C) A sociedade em conta de participação não adquire personalidade jurídica pela inscrição do instrumento de seu contrato social em registro.

(D) O empresário casado pode, sem outorga conjugal, no regime de comunhão universal de bens, alienar o imóvel que integre o patrimônio da empresa ou gravá-lo com hipoteca.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 998, CC (a inscrição deve ser feita no Registro Civil de Pessoa Jurídica da sede). (B) Art. 1.000, CC. (C) Art. 993, CC. (D) Art. 978, CC. *Alternativa A*.

3792. **(Advogado – IPT – 2011 – VUNESP)** De acordo com a Lei n. 8.934/94, o registro público de empresas mercantis compreende os seguintes atos:

(A) a matrícula e seu cancelamento dos agentes auxiliares do comércio e o arquivamento dos instrumentos de escrituração das empresas mercantis.

(B) a autenticação dos instrumentos de escrituração das empresas mercantis registradas e a matrícula e seu cancelamento das declarações de microempresas.

(C) a matrícula e seu cancelamento, o arquivamento e a autenticação dos instrumentos de escrituração das empresas mercantis.

(D) a matrícula e seu cancelamento, e a autenticação dos documentos relativos à constituição das empresas mercantis.

(E) o arquivamento dos agentes auxiliares do comércio, a autenticação e a matrícula e seu cancelamento.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 32, Lei n. 8.934/94. *Alternativa C*.

3793. **(Advogado – IPT – 2011 – VUNESP)** A aquisição da personalidade jurídica da sociedade empresária traz múltiplas consequências. Dessa forma, uma vez personificada, a sociedade

(A) não poderá modificar sua estrutura jurídica, adotando outro tipo societário.

(B) se insolvente, incidirá em crime falimentar.

(C) terá legitimação ativa para requerer a falência de outro empresário, não podendo, todavia, desfrutar do favor legal das recuperações.

(D) será sujeito capaz de direitos e obrigações, não se confundindo com a pessoa natural dos sócios que a constituem.

(E) terá titularidade jurídica processual e patrimonial, mas não negocial.

RESPOSTA O art. 1º, CC, determina que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. *Alternativa D*.

3794. **(Advogado – BANPARA – 2010)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A inscrição do empresário rural no Registro Público de Empresas Mercantis tem natureza constitutiva, submetendo-o ao regime jurídico próprio do empresário comercial.

(B) Marido e mulher podem constituir sociedade empresária entre si e com terceiros se forem casados pelo regime de separação absoluta ou de comunhão parcial de bens.

(C) Em consequência da aplicação da teoria da aparência, considera-se detentor de poderes de administração qualquer dos sócios que pratique atos de gestão de sociedade, salvo a existência de pacto expresso limitativo de poderes, que terá, sempre e de pleno direito, eficácia contra terceiros.

(D) A sociedade em conta de participação não tem personalidade jurídica, nem capital social, existindo, exclusivamente, entre os sócios.

RE SPOSTA (A) Art. 971, CC. (B) Art. 977, CC. (C) Art. 989 (o terceiro precisa conhecer ou dever conhecer o pacto limitativo para este ter validade). (D) Art. 993, CC. *Alternativa C*.

3795. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Sobre empresário, assinale a alternativa CORRETA:

(A) É considerado empresário todo aquele que exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, quando em concurso de auxiliares ou colaboradores.

(B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Civil de Pessoas Naturais do seu domicílio, antes do início de sua atividade.

(C) É vedado ao empresário instituir filial, sendo obrigado a registrar-se originariamente em cada jurisdição que exercerá atividade mercantil.

(D) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

(E) O empresário casado não pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

RESPOSTA (A) Art. 966, CC. (B) Art. 967, CC. (C) Art. 969, CC. (D) Art. 974, CC. (E) Art. 978, CC. *Alternativa D*.

3796. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** No que diz respeito ao empresário individual, assinale a alternativa correta.

(A) Não é pessoa jurídica e pode ingressar em juízo em nome próprio.

(B) É pessoa jurídica e não pode ingressar em juízo em nome próprio.

(C) Não é pessoa jurídica e pode ingressar em juízo em nome próprio, mas, para tanto, exige-se que tenha CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) e não CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas).

(D) É pessoa híbrida e, para que ingresse em juízo, é necessário que outorgue duas procurações, uma em nome da pessoa física e outra em nome da empresa.

RESPOSTA As pessoas jurídicas de direito privado estão descritas taxativamente no art. 44, CC. *Alternativa A*.

3797. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Quanto ao empresário individual, assinale a opção incorreta.

(A) O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.

(B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

(C) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.

(D) Desde a decretação da falência ou do sequestro, o empresário falido perde o direito de administrar os seus bens ou deles dispor até a sentença que extingue suas obrigações.

(E) O empresário falido poderá fiscalizar a administração da falência, requerer as providências necessárias para a conservação de seus direitos ou dos bens arrecadados e intervir nos processos em que a massa falida seja parte ou interessada, requerendo o que for de direito e interpondo os recursos cabíveis.

RESPOSTA (A) Art. 1.156, CC. (B) Art. 967, CC. (C) Art. 971, CC. (D) Art. 103, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 103, parágrafo

único, CC. *Alternativa D*.

3798. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Considere as afirmativas a respeito da figura da EIRELI:

I. A figura da EIRELI significa "empresa individual de responsabilidade limitada". A pessoa natural que constituir uma empresa individual de responsabilidade limitada, em nenhuma hipótese, poderá figurar em outra empresa dessa modalidade.

II. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 120 (cento e vinte) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

III. O Sr. João da Silva Pacheco constituiu uma EIRELI e utilizou o nome empresarial "JOÃO DA SILVA PACHECO EIRELI"; nesse caso, pode-se afirmar que o nome empresarial utilizado pelo empresário é uma firma.

IV. Empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram essa concentração.

Está(ão) CORRETA(S):

(A) Apenas as afirmativas II, III e IV.
(B) Apenas a afirmativa II.
(C) Apenas as afirmativas I, II e IV.
(D) Todas as afirmativas estão corretas.
(E) Apenas as afirmativas I, III e IV.

RESPOSTA O item II está equivocado, porque, em conformidade com o art. 908-A, CC, para a constituição da EIRELI é necessário que o capital seja de, no máximo, 100 salários mínimos. *Alternativa E*.

3799. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Sobre empresas, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Quando há alienação do estabelecimento junto com sua exploração, o adquirente responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
(B) Em caso de litígios sobre sucessão, comunhão ou sociedade, o juiz da causa não poderá ordenar *ex officio* que os livros de qualquer das partes, ou de ambas sejam examinados na presença do empresário ou da sociedade empresária a que pertencerem, ou de pessoas por estes nomeadas, para deles se extrair o que interessar à questão.
(C) O empresário adotará na identificação do negócio seu nome pessoal, completo ou abreviado, facultando ao empresário acrescentar, em seguida a seu nome pessoal, a indicação do ramo ou gênero de atividade que exerce.
(D) As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
(E) Salvo disposição em contrário, a transferência de estabelecimento importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se não tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.

RESPOSTA (A) Art. 1.146, CC. (B) Art. 1.191, CC. (C) Art. 1.156, CC. (D) Art. 1.001, CC. (E) Art. 1.148, CC. *Alternativa B*.

3800. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** A respeito da capacidade para exercer atividade de empresário e das sociedades que envolvam sócio incapaz, assinale a alternativa CORRETA:

(A) a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responde pelas obrigações contraídas, pois a ausência de capacidade acarreta a nulidade dos atos praticados;

(B) a incapacidade superveniente de pessoa que antes exercia normalmente atividade própria de empresário acarreta a extinção da empresa;

(C) o Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais não poderá registrar o contrato ou alterações contratuais das sociedades que envolvam sócio incapaz se, ainda que presentes todos os demais pressupostos legais, o capital social não estiver totalmente integralizado;

(D) o sócio incapaz pode exercer a administração da sociedade;

(E) o empresário casado não pode, sem outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

RESPOSTA (A) Art. 973, CC. (B) Art. 974, CC. (C) Art. 974, § 3º, II, CC. (D) Art. 974, § 3º, I, CC. (E) Art. 977, CC. *Alternativa C*.

3801. **(Advogado – CASAL – 2010 – FUNDEPES)** Assinale a opção incorreta quanto ao empresário individual.

(A) Trata-se de pessoa natural, desprovida de personalidade jurídica, que exerce atividade de empresa sem a presença de qualquer modelo societário.

(B) Responde, pessoal e ilimitadamente, por todas as obrigações que contrair no exercício da atividade empresarial.

(C) É obrigatória sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis de sua sede antes do início da exploração de sua atividade, mediante o arquivamento de seu contrato social.

(D) Somente pode ser empresário aquele que estiver no pleno gozo de sua capacidade civil e não estiver legalmente impedido.

(E) Seu nome empresarial deve ser da espécie firma, abreviado ou por extenso, podendo ser-lhe aditado designação mais precisa do gênero de sua atividade.

RESPOSTA Empresário individual não tem contrato social. *Alternativa C*.

3802. **(Advogado – CASAL – 2010 – FUNDEPES)** Assinale a opção correta quanto às sociedades empresárias.

(A) os cônjuges podem contratar sociedade entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens ou no da separação obrigatória.

(B) O capital social das sociedades anônimas de capital aberto é dividido em quotas, que podem ser livremente negociadas em mercado de valores mobiliários.

(C) A sociedade em nome coletivo pode ser formada por pessoas físicas e jurídicas, respondendo limitadamente, todos, pelas obrigações sociais.

(D) Na sociedade em conta de participação, tanto o sócio ostensivo quanto os sócios ocultos podem exercer a atividade constitutiva do objeto social.

(E) Na sociedade limitada, somente as pessoas naturais que estejam no pleno gozo de sua capacidade civil podem figurar como sócias.

RESPOSTA (A) Art. 977, CC. (B) Capital social da S/A é dividido em ações. (C) Sociedade em nome coletivo só tem pessoa

física. (D) Somente o ostensivo exerce a atividade constitutiva do objeto social. (E) A sociedade limitada admite sócios pessoa física ou jurídica. *Alternativa A*.

3803. (Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF) Com base no que dispõe o Código Civil Brasileiro, julgue os itens a seguir, assinalando, ao final, a opção com a resposta correta.

I. ( ) As obrigações contraídas pela pessoa impedida legalmente de exercer atividade própria de empresário são nulas.

II. ( ) Poderá o representante ou assistente legal do incapaz continuar a empresa antes exercida por ele, enquanto capaz, mediante autorização judicial.

III. ( ) Ocorrendo emancipação do menor, a inscrição no Registro Civil é suficiente para dar publicidade a esta condição para o exercício da atividade de empresário até então exercida pelo assistente legal.

IV. ( ) O empresário casado pode alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens.

V. ( ) Não podem contratar sociedade, entre si ou com terceiros, os cônjuges casados no regime de separação de bens convencional ou comunhão universal de bens.

(A) V, F, V, F, V
(B) F, V, V, V, F
(C) F, V, F, V, F
(D) F, F, F, V, V
(E) V, V, V, F, F

RESPOSTA Item I: Art. 973, CC. Item II: Art. 974, CC. Item III: Art. 976, CC. Item IV: Art. 978, CC. Item V: Art. 977, CC. *Alternativa C*.

3804. (Juiz – TRT-21 – 2012) A respeito do estabelecimento empresarial, assinale a afirmação incorreta:

(A) o adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir da publicação, quanto aos créditos vencidos, e da data do vencimento, quanto aos outros;

(B) a inscrição do empresário, ou dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou as respectivas averbações, no registro próprio, asseguram o uso exclusivo do nome nos limites do respectivo Estado;

(C) as publicações das sociedades estrangeiras serão feitas nos órgãos oficiais da União e do Estado onde tiverem sucursais, filiais ou agências;

(D) o preposto, salvo autorização expressa, não pode negociar por conta própria ou de terceiro, nem participar, embora indiretamente, de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida, sob pena de responder por perdas e danos e de serem retidos pelo preponente os lucros da operação;

(E) o empresário e a sociedade empresária, salvo aquela com sede em país estrangeiro, são obrigados a conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e papéis concernentes à sua atividade, enquanto não ocorrer prescrição ou decadência no tocante aos atos neles consignados.

RESPOSTA (A) Art. 1.146, CC. (B) Art. 1.166, CC. (C) Art. 1.152, § 2º, CC. (D) Art. 1.170, CC. (E) Arts. 1.194 e 1.195, CC (a sociedade estrangeira também assume a obrigação de conservar escrituração, correspondência e papéis, enquanto não ocorrer prescrição ou decadência). *Alternativa E*.

3805. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** O estabelecimento, como universalidade de fato, constitui

(A) um conjunto de bens materiais que não pode ser desmembrado.

(B) um conjunto de bens materiais e imateriais que serve ao exercício de atividades econômicas.

(C) complexo de relações jurídicas ativas e passivas derivadas do exercício da empresa.

(D) uma criação do direito para promover a organização da empresa.

(E) um mecanismo instrumental necessário para o desenvolvimento da empresa.

RESPOSTA O art. 1.142, CC, determina que o estabelecimento é o complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário ou sociedade empresária. *Alternativa B*.

3806. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Na transferência do estabelecimento empresarial, é correto afirmar que

(A) desde que determinado no contrato, as partes poderão acordar que a transferência não importará a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para a exploração do estabelecimento.

(B) o adquirente do estabelecimento não responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, ainda que contabilizados.

(C) no caso de arrendamento do estabelecimento, é possível, independentemente de autorização expressa, que o arrendador concorra com o arrendatário.

(D) a cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da realização do contrato.

RESPOSTA (A) Art. 1.148, CC. (B) Art. 1.146, CC (o adquirente responde pelos débitos anteriores, desde que regularmente contabilizados). (C) Art. 1.147, CC (inexistindo autorização expressa, não pode concorrer por 5 anos). (D) Art. 1.149, CC (a cessão de crédito produzirá efeitos desde o momento da publicação da transferência). *Alternativa A*.

3807. **(Advogado – TRENSURB – 2010 – BIORIO)** A sociedade que, independente de seu objeto, será sempre considerada como sociedade simples é a sociedade:

(A) em conta de participação;

(B) limitada;

(C) cooperativa;

(D) em nome coletivo;

(E) em comum.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 982, parágrafo único, Código Civil. *Alternativa C*.

3808. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** O direito do empresário, individual ou coletivo, ao nome empresarial (firma ou denominação) e à exclusividade do seu uso, é adquirido e consolidado por um ato:

(A) De registro no INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, com validade em todo o território nacional, estando a inscrição do empresário individual, ou o registro dos atos constitutivos da pessoa jurídica, regularmente efetivados no Registro próprio do seu Estado.

(B) De registro, especial e específico, realizado perante a Junta Comercial, seja ele de inscrição, no momento inicial, seja de averbação, quando operada qualquer alteração, o que garante o uso exclusivo do nome em todo território nacional.

(C) De registro, cuja extensão do uso exclusivo do nome, por todo o território nacional, não possui

previsão legal.

(D) De inscrição do empresário individual, ou do registro dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou das suas respectivas averbações, no registro próprio, o que assegura o uso exclusivo do nome, nos limites do respectivo Estado.

(E) De mero registro, da empresa ou do empresário, no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ), com alcance protetivo da exclusividade do uso do nome empresarial em todo o território nacional.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.166, Código Civil. *Alternativa D*.

3809. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Quanto ao nome empresarial, analise as proposições abaixo e responda a alternativa correta.

I. A sociedade em conta de participação está proibida de adotar nome empresarial que denuncie a sua existência.

II. A sociedade empresária de qualquer tipo que tenha ingressado em juízo com medida de recuperação judicial deve acrescer ao seu nome em todos os atos, contratos e documentos a expressão “em Recuperação Judicial”.

III. Se houver óbito, exclusão ou retirada de sócio cujo nome civil constava da firma social, esta não precisará ser alterada.

IV. De acordo com o “princípio da veracidade” é defeso ao empresário valer-se na composição de seu nome empresarial de eventos estranhos ao nome civil de que seja titular como pessoa física ou que sejam titulares os seus sócios, se pessoa jurídica.

V. O “princípio da veracidade” se aplica integralmente à denominação da sociedade anônima.

(A) Estão corretas as alternativas I, II e III.

(B) Estão corretas as alternativas II, IV e V.

(C) Estão corretas as alternativas I, II e IV.

(D) Estão corretas as alternativas III, IV e V.

(E) Estão corretas as alternativas I, III e V.

RESPOSTA O item I está correto, em conformidade com o art. 1.162, CC. O item II está correto, em conformidade com o art. 69, Lei n. 11.101/2005. O item III está errado, em conformidade com o art. 1.165, CC. O item IV está correto, em conformidade com o art. 1.156, CC. O item V está errado, em conformidade com o art. 1.160, CC (a sociedade anônima adota denominação, não precisando alterar o nome caso o sócio venha a falecer, seja excluído ou se retire). *Alternativa C*.

3810. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Quanto ao nome empresarial, assinale a alternativa correta.

(A) Nas sociedades limitadas, os administradores que omitirem a palavra “limitada” no uso da firma ou denominação social serão responsáveis solidariamente, desde que ajam com dolo comprovado e assumam obrigações com valor superior a 10 salários mínimos vigentes no país.

(B) A inscrição do empresário, ou dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou as respectivas averbações, no registro próprio, asseguram o uso exclusivo do nome nos limites do território nacional, independentemente de registro na forma da lei especial.

(C) É de 4 (quatro) anos o prazo para o prejudicado intentar ação para anular a inscrição do nome empresarial feita com violação da lei ou do contrato.

(D) Equipara-se ao nome empresarial, para efeitos de proteção legal, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.

RESPOSTA (A) Art. 1.158, CC. (B) Art. 1.166, CC. (C) Art. 1.167, CC. (D) Art. 1.155, CC. *Alternativa D*.

3811. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Em relação ao nome empresarial, marque a opção correta.

(A) O nome empresarial não pode ser objeto de alienação.
(B) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra inicial ou final "limitada" ou a sua abreviatura.
(C) A sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação.
(D) A sociedade cooperativa funciona sob firma integrada pelo vocábulo "cooperativa".
(E) O nome de sócio que vier a falecer, for excluído ou se retirar, pode ser conservado na firma social.

RESPOSTA (A) Art. 1.164, CC. (B) Art. 1.158, CC. (C) Art. 1.162, CC. (D) Art. 1.159, CC. (E) Art. 1.165, CC. *Alternativa A*.

3812. (Auditor – MTE – 2010 – ESAF) Assinale, a seguir, a sociedade que só pode adotar denominação social.

(A) Companhia.
(B) Sociedade em nome coletivo.
(C) Sociedade Limitada.
(D) Sociedade em conta de participação.
(E) Sociedade em comum.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.160, CC. *Alternativa A*.

3813. (Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL) A expressão "Padaria Aurora":

(A) Indica o título de estabelecimento de um comerciante, pessoa natural ou jurídica, que atua no aludido ramo de atividade.
(B) É denominação social de uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada.
(C) É nome comercial de uma sociedade em nome coletivo, capital e indústria ou comandita simples.
(D) É firma social de uma sociedade civil.
(E) É firma ou razão individual de um comerciante que, em tal condição, atua no aludido ramo.

RESPOSTA Título de estabelecimento é a expressão pela qual o empresário se torna conhecido no mercado, não se confundindo com o nome empresarial. *Alternativa A*.

3814. (Advogado – JUCEES – 2009 – COSEAC) Em "Sapatos Fulana", "Fábrica de Sapatos Fulana" e "Fulana Beltrana & Cia. Ltda", têm-se, respectivamente:

(A) título de estabelecimento, marca e firma;
(B) firma, título de estabelecimento e marca;
(C) firma, marca e título de estabelecimento;
(D) marca, firma e título de estabelecimento;
(E) marca, título de estabelecimento e firma.

RESPOSTA Marca serve para identificar e distinguir produtos e/ou serviços (art. 122, Lei n. 9.279/96). Título de estabelecimento é a expressão pela qual o empresário se torna conhecido no mercado, não se confundindo com o nome empresarial. Firma é nome empresarial escrito a partir do nome civil de sócios, podendo ser adotado por sociedade limitada. *Alternativa E*.

3815. (Advogado – USP – 2009 – CODAGE) Sobre a distinção entre sociedades empresárias e não empresárias, é INCORRETO afirmar que

(A) a sociedade anônima pode ser empresária ou não empresária, conforme seu objeto social.
(B) em regra, a sociedade que tem por objeto o exercício de profissões intelectuais qualifica-se como não empresária.
(C) a sociedade empresária pode constituir-se sob os seguintes tipos: sociedade em comandita simples e sociedade em nome coletivo, entre outros.
(D) o exercício profissional de atividade econômica organizada, voltada para a produção de bens e serviços, constitui requisito para a qualificação de uma sociedade como empresária.
(E) a sociedade empresária deve ser registrada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

RESPOSTA (A) Art. 982, parágrafo único, CC (a sociedade anônima será empresária, independente do objeto social). (B) Art. 982, *caput*, CC. (C) Art. 983, CC. (D) Art. 982, *caput*, CC. (E) Art. 1.150, CC. *Alternativa A*.

3816. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Sobre o registro público de empresas mercantis, é INCORRETO afirmar que

(A) o contrato de trespasse de estabelecimento empresarial deve ser averbado à margem da inscrição do empresário para produzir efeitos perante terceiros.
(B) o pacto antenupcial do empresário individual deve ser averbado no registro público de empresas mercantis.
(C) o registro de atos perante o Registro Público de Empresas Mercantis só pode ser requerido pela pessoa obrigada em lei, sendo vedado a qualquer interessado requerê-lo em caso de omissão ou demora.
(D) a exclusividade no uso do nome empresarial decorre da inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis.
(E) antes do início da atividade, o empresário e a sociedade empresária devem inscrever-se no Registro Público de Empresas Mercantis.

RESPOSTA (A) Art. 1.144, CC. (B) Art. 979, CC. (C) Art. 1.151, CC (sócio ou interessado podem requerer em caso de omissão ou demora). (D) Art. 1.166, CC. (E) Art. 967, CC. *Alternativa C.*

3817. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Considere as afirmativas a respeito do registro público de empresas mercantis e dos atos levados a registro:

I. Para que uma pessoa possa consultar os assentamentos dos registros empresariais na(s) Junta(s) Comercial(is), é preciso que seja apresentado requerimento formal com o motivo que justifica a consulta requerida.
II. Os documentos que forem levados a arquivamento na(s) Junta(s) Comercial(is) deverão ser apresentados a arquivamento no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura, a cuja data retroagirão os efeitos do arquivamento. Fora desse prazo, o arquivamento só terá eficácia a partir do despacho que o conceder.
III. É possível a nomeação de administrador para sociedade limitada por meio de alteração de contrato social ou por ato apartado, sendo que, no caso de nomeação por ato apartado, o administrador investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração.
IV. A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de maioria simples, no mínimo, após a integralização do capital.

Está(ão) CORRETA(S):

(A) As afirmativas I, III e IV.
(B) Apenas a afirmativa III.
(C) As afirmativas II e III.
(D) As afirmativas I, II e IV.
(E) As afirmativas I, II, III e IV.

RESPOSTA O item I está errado, em conformidade com o art. 29, Lei n. 8.934/94. O item II está correto, em conformidade com o art. 36, Lei n. 8.934/94, e com o art. 1.151, CC. O item III está correto, em conformidade com o art. 1.062, CC. O item IV está errado, em conformidade com o art. 1.061, CC. *Alternativa C*.

3818. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** A respeito de Registro de Empresas Mercantis, analise as afirmativas a seguir.

I. O registro dos atos de comércio é constitutivo de direitos.
II. Os atos das sociedades mercantis serão arquivados no Registro Público das Empresas Mercantis independente de seu objeto, salvo as exceções previstas em lei.
III. As Juntas Comerciais são órgãos integrantes da administração estadual que desempenham uma função de natureza federal.
IV. Será cancelado administrativamente o registro de empresa mercantil que não comunicar à Junta Comercial que está em funcionamento, caso não tenha procedido a qualquer arquivamento no período de 15 anos consecutivos.

Assinale:

(A) Se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(B) Se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(C) Se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
(D) Se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
(E) Se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA O item I está errado, pois, em conformidade com o art. 36, Lei n. 8.934/94, o registro dos atos de comércio pode ser declaratório quando ocorre dentro de 30 dias contados da assinatura. O item II está correto, em conformidade com o art. 2º, Lei n. 8.934/94. O item III está correto, em conformidade com o art. 3º, Lei n. 8.934/94. O item IV está errado, em conformidade com o art. 60, Lei n. 8.934/94. *Alternativa B*.

3819. **(Auditor – RFB – 2012 – ESAF)** Sobre a disciplina escrituração empresarial prevista no Código Civil, assinale a opção incorreta.

(A) O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.
(B) A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens, sendo permitido o uso de código de números ou de abreviaturas, que constem de livro próprio, regularmente autenticado.
(C) O empresário ou sociedade empresária que adotar o sistema de fichas de lançamentos poderá substituir o livro Diário pelo livro Balancetes Diários e Balanços, observadas as mesmas formalidades extrínsecas exigidas para aquele.
(D) O empresário e a sociedade empresária são obrigados a conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e mais papéis concernentes à sua atividade, enquanto não ocorrer

prescrição ou decadência no tocante aos atos neles consignados.

(E) O juiz ou tribunal pode autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração empresarial quando necessária para resolver qualquer questão de caráter patrimonial.

RESPOSTA (A) Art. 1.179, CC. (B) Art. 1.183, CC. (C) Art. 1.185, CC. (D) Art. 1.194, CC. (E) Art. 1.191, CC (as hipóteses de exibição integral representam um rol taxativo). *Alternativa E.*

3820. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** A respeito de fiscalização de microempresas e empresas de pequeno porte, marque a assertiva correta.

(A) Será observado o critério da dupla visita da fiscalização trabalhista, para lavratura de autos de infração, inclusive quando for constatada infração por falta de registro de empregado.

(B) A fiscalização, no que se refere ao aspecto metrológico, deverá ter natureza prioritariamente punitiva.

(C) A fiscalização, no que se refere aos aspectos sanitário, ambiental e de segurança, deverá ser prioritariamente orientadora, mesmo quanto a atividades e situações cujo grau de risco seja considerado alto.

(D) No caso de fraude, resistência ou embaraço à fiscalização trabalhista será também observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração.

(E) A fiscalização trabalhista deverá ter natureza prioritariamente orientadora.

RESPOSTA (A) Art. 55, § 1º, LC n. 123/2006. (B) Art. 55, *caput*, LC n. 123/2006. (C) Art. 55, § 3º, LC n. 123/2006. (D) Art. 55, § 1º, LC n. 123/2006. (E) Art. 55, *caput*, LC n. 123/2006. *Alternativa E*.

3821. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Constitui requisito para o empresário locatário ter direito à renovação compulsória do contrato de locação empresarial:

(A) que esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três (3) anos;

(B) que o contrato a renovar tenha sido firmado por escrito e com prazo indeterminado;

(C) que a duração mínima do contrato a renovar, admitida a *acessio temporis*, seja de três (3) anos;

(D) todas as alternativas acima (a, b, c) são corretas.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 51, Lei n. 8.245/91. *Alternativa A.*

3822. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Sobre as locações de espaço em “Shopping Centers”, indique a alternativa correta.

(A) O locador não poderá recusar a renovação do contrato, com fundamento no uso por ele próprio do imóvel.

(B) O locador poderá cobrar do lojista, havendo previsão contratual, o custo rateado da pintura das fachadas.

(C) O locador poderá recusar a renovação do contrato, com fundamento na transferência de fundo de comércio existente há mais de um ano, sendo detentor da maioria do capital o locador, seu cônjuge, ascendente ou descendente.

(D) O locatário terá direito à renovação do contrato, por igual prazo, desde que, cumulativamente, o contrato a renovar tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado, o prazo mínimo do contrato a renovar ou a soma dos prazos ininterruptos dos contratos escritos seja de cinco anos e o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de dois anos.

(E) Do direito à renovação decai aquele que não propuser a ação no interregno de dois anos, no máximo, até um ano, no mínimo, anteriores à data da finalização do prazo do contrato em vigor.

RESPOSTA (A) Art. 52, § 2º, Lei n. 8.245/91. (B) Art. 54, § 1º, Lei n. 8.245/91. (C) Art. 52, § 2º, Lei n. 8.245/91. (D) Art. 51, Lei n. 8.245/91. (E) Art. 51, § 5º, Lei n. 8.245/91. *Alternativa A*.

3823. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Direito de inerência:

(A) é o que o franqueado tem, no contrato de *franchising* ou franquia, à padronização da comercialização do produto (preço, promoções, *layout* da loja etc.);
(B) é o que o faturizador tem, no contrato de *factoring* ou faturização, de exercer o regresso contra o faturizado, havendo inadimplemento de crédito cedido;
(C) é o que o arrendatário tem, no contrato de arrendamento mercantil ou *leasing*, de adquirir o bem arrendado findo o contrato, mediante o preço residual previamente fixado;
(D) é o que o locatário empresário tem, no contrato de locação empresarial, de renovação compulsória, atendidas as exigências legais.

RESPOSTA Direito de inerência é apontado pela doutrina como o nome do direito do locatário à renovação compulsória da locação. *Alternativa D.*

II. Teoria Geral do Direito Societário

3824. **(Auditor – RFB – 2012 – ESAF)** São elementos do conceito de sociedade, exceto

(A) pluralidade de partes.
(B) exercício de atividade econômica.
(C) personalidade jurídica.
(D) *affectio societatis*.
(E) coparticipação dos sócios nos resultados.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 981, CC. As sociedades em comum e em conta de participação não têm personalidade jurídica. *Alternativa C.*

3825. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Assinale a alternativa correta:

(A) Toda sociedade é uma pessoa jurídica.
(B) Toda pessoa jurídica é uma sociedade.
(C) Toda sociedade, constituída na forma da lei, adquire personalidade jurídica.
(D) Nem toda sociedade, constituída na forma da lei, adquire personalidade jurídica.
(E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

RESPOSTA O art. 44, CC, indica as pessoas jurídicas de direito privado. As sociedades em comum e em conta de participação não têm personalidade jurídica. *Alternativa D.*

3826. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Temos como afirmar que é obrigação necessária de qualquer sócio de sociedade limitada:

(A) Contribuir para a formação do patrimônio social.
(B) Prestar serviços à sociedade.
(C) Exercer o direito de voto nas deliberações sociais.
(D) Examinar os livros e documentos e o estado da caixa e da carteira da sociedade.

(E) Convocar os demais sócios para as assembleias e deliberações.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.004, CC. *Alternativa A*.

3827. (Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL) Sobre o regime jurídico das sociedades no Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta:

I. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo se o contrato dispuser diferentemente, se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade ou se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.

II. Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de sessenta dias; se de prazo determinado, provando judicialmente justa causa.

III. Pode o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente.

IV. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

V. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer, dentre outras hipóteses, a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias, permitindo-se que o sócio remanescente requeira no Registro Público de Empresas Mercantis a transformação do registro da sociedade para empresário individual, observado, no que couber, o regime jurídico de transformação das sociedades estabelecido pelo Código Civil.

Alternativas:

(A) somente as alternativas I, II e III estão corretas;
(B) somente as alternativas II, III e IV estão corretas;
(C) somente as alternativas I, II e V estão corretas;
(D) somente as alternativas II, IV e V estão corretas;
(E) todas as alternativas estão corretas.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 1.028, CC. O item II está correto, de acordo com o art. 1.029, CC. O item III está correto, de acordo com o art. 1.030, CC. O item IV está correto, de acordo com o art. 1.032, CC. O item V está correto, de acordo com o art. 1.033, parágrafo único, CC. *Alternativa E*.

3828. (Auditor – TCE-RS – 2011 – FMP) Considere as assertivas I a IV e assinale a alternativa correta (A, B, C, D ou E).

I. As sociedades chamadas em comum são sociedades não personificadas porque não tiveram seus atos sociais levados ao registro público competente, motivo pelo qual não têm personalidade jurídica.

II. A sociedade em conta de participação tem personalidade jurídica mediante registro dos atos sociais.

III. Existem dois subtipos de sociedade por cotas de responsabilidade limitada: 1. as sujeitas ao regime da regência supletiva da sociedade simples; 2. as sujeitas ao regime supletivo das sociedades anônimas.

IV. Independentemente do objeto social, a sociedade por ações é sempre considerada sociedade empresária.

(A) Todas as assertivas estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
(D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
(E) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 986, CC. O item II está errado, de acordo com o art. 993, CC. O item III está correto, de acordo com o art. 1.053, CC. O item IV está correto, de acordo com o art. 982, parágrafo único, CC. *Alternativa C*.

3829. **(Juiz – TJDFT – 2011)** A respeito das sociedades, considere as proposições abaixo e assinale a correta:

(A) A quebra do *affectio societatis* não se erige como causa para a exclusão do sócio minoritário, mas apenas para dissolução (parcial) da sociedade;
(B) As sociedades intituladas em comum, igualmente içadas à conceituação de sociedades irregulares, ostentam natureza de sociedade, muito embora, nelas, não se avulte aquilo que se denomina de *affectio societatis*;
(C) Afigura-se como elemento proeminente da sociedade em conta de participação a circunstância de o sócio ostensivo assumir todo o negócio em seu nome individual, muito embora a ele não seja dado se obrigar, sozinho, perante terceiros, porquanto, neste caso, exige-se a presença do sócio oculto, especialmente porque este último participa com o capital;
(D) Segundo a jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça, a desconsideração da personalidade jurídica das empresas é admissível em situações especiais, quando evidenciado o abuso da personificação jurídica, materializado em excesso de mandato, desvio de finalidade da empresa, confusão patrimonial entre a sociedade ou os sócios ou, ainda, nas hipóteses de dissolução irregular da empresa, sem a devida baixa na Junta Comercial. Ainda de acordo com a jurisprudência daquele Corte Superior, exatamente por força de tais particularidades é que a desconsideração, em última análise, importa na própria dissolução da pessoa jurídica.

RESPOSTA (A) A dissolução (parcial) da sociedade passa a se denominar como resolução da sociedade em relação a um sócio, sendo a exclusão de sócio uma das suas hipóteses (arts. 1.030 e 1.085, CC). (B) A *affectio societatis* é um dos elementos componentes do conceito de sociedade (art. 981, CC). (C) Art. 993, parágrafo único, CC. (D) A desconsideração da personalidade jurídica não importa em dissolução da pessoa jurídica (REsp 1.169.175/DF). *Alternativa A* (gabarito oficial; porém, questão passível de nulidade, em vista de inexistir item correto).

3830. **(Advogado – TRENSURB – 2010 – BIORIO)** A personalidade jurídica da sociedade empresária começa:

(A) com a inscrição de seu ato constitutivo na Junta Comercial;
(B) com a inscrição de seu ato constitutivo no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
(C) no momento em que inicia as suas atividades, através de seus representantes, de atos empresariais;
(D) na data da assinatura, pelos sócios, do ato constitutivo da sociedade;
(E) na data que estiver estipulada no contrato social da sociedade.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 985 e 1.150, CC. *Alternativa A*.

3831. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** A associação diferencia-se da sociedade porque

(A) tem a natureza de contrato bilateral, ao passo que a sociedade tem natureza de contrato plurilateral.
(B) não pode dedicar-se, em nenhuma hipótese, a atividades que envolvam produção ou

comercialização de bens e serviços, ainda que o resultado correspondente seja empregado para a consecução de seus fins institucionais.

(C) não tem personalidade jurídica.

(D) deve perseguir exclusivamente suas finalidades institucionais, para as quais devem ser vertidos todos os resultados positivos eventualmente advindos de sua atividade, ao passo que a sociedade tem por finalidade a partilha dos lucros entre os sócios.

(E) é pessoa jurídica de direito público e a sociedade é pessoa jurídica de direito privado.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 53 e 981, CC. *Alternativa D*.

3832. **(Procurador – MPT – 2007)** São sociedades não personificadas:

(A) simples e cooperativa;

(B) comandita simples e em conta de participação;

(C) em comum e em conta de participação;

(D) capital e indústria e cooperativa;

(E) não respondida.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 986 a 996, CC. *Alternativa C*.

3833. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** São sociedades empresárias, independentemente do objeto, exceto

(A) sociedades em comandita por ações.

(B) companhias de economia mista.

(C) subsidiárias integrais.

(D) sociedades anônimas.

(E) sociedades limitadas.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 982, parágrafo único, CC. *Alternativa D*.

3834. **(Auditor – RFB – 2012 – ESAF)** A propósito da sociedade em conta de participação, assinale a opção incorreta.

(A) O contrato da sociedade em conta de participação produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.

(B) A contribuição do sócio participante constitui, com a do sócio ostensivo, patrimônio especial, objeto da conta de participação relativa aos negócios sociais.

(C) A falência do sócio ostensivo acarreta a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.

(D) Salvo estipulação em contrário, o sócio ostensivo não pode admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais.

(E) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade em conta de participação, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.

RESPOSTA (A) Art. 993, CC. (B) Art. 994, *caput*, CC. (C) Art. 994, § 2º, CC. (D) Art. 995, CC. (E) Art. 992, CC (pode provar-se por todos os meios de direito). *Alternativa E*.

3835. **(Promotor – MP-PB – 2011)** “Sociedade eminentemente de capital, de risco limitado, empresarial em sua forma e acentuadamente hierarquizada”. Tais características referem-se à seguinte

espécie de sociedade empresarial:

(A) Em conta de participação.
(B) Anônima.
(C) Limitada.
(D) Cooperativa.
(E) *Abstenção de resposta.*

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 1.088 e 982, parágrafo único, CC. *Alternativa B*.

3836. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** A respeito da sociedade em comum assinale a alternativa CORRETA:

(A) a existência da sociedade em comum pode ser provada apenas por escrito;
(B) os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum;
(C) os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, ainda que exista pacto expresso limitativo de poderes;
(D) os sócios respondem pelas obrigações sociais de forma limitada à sua participação societária;
(E) a responsabilidade de um sócio será subsidiária em relação àquele que tenha praticado ato lesivo a direitos de terceiros.

RESPOSTA (A) Art. 987, CC. (B) Art. 988, CC. (C) Art. 989, CC. (D) Art. 990, CC. (E) Art. 990, CC. *Alternativa B*.

3837. **(Procurador – MPT – 2007)** A sociedade em nome coletivo é uma sociedade de:

(A) capital;
(B) pessoas e de capital;
(C) de pessoas;
(D) mista;
(E) não respondida.

RESPOSTA Em conformidade com a doutrina unânime. *Alternativa C*.

3838. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Assinale a alternativa correta.

(A) Com a entrada em vigor da Lei n. 10.406/2002, a sociedade empresária cujo capital social se divida em quotas de responsabilidade limitada passou a ser regida pelo disposto no Código Civil. Em caso de omissão, a esse tipo societário aplicam-se as regras concernentes às sociedades simples. Com base nesse raciocínio, é lícito supor que o legislador afastou, peremptoriamente, a aplicação da Lei n. 6.404/1976 a esse tipo societário.
(B) É direito do sócio de sociedade limitada, no silêncio do contrato social, ceder sua participação social a outro sócio independentemente de autorização dos demais. Também poderá ceder sua participação societária a terceiro, estranho à sociedade, desde que não haja oposição de mais de um quarto do capital social.
(C) O voto é considerado, no Direito societário brasileiro, como relevante direito do acionista. Em razão disso, a completa exclusão do direito a voto se aplica a casos legais específicos, como, por exemplo, para aqueles que detenham ações preferenciais sem direito a voto.
(D) A empresa individual de pequeno porte, como sociedade empresarial, somente pode ser exercida para exploração de atividades empresariais.

RESPOSTA (A) Art. 1.053, CC (é possível aplicação supletiva da Lei n. 6.404/76). (B) Art. 1.057, CC. (C) Art. 109, Lei n.

6.404/76 (o direito de voto não é um direito essencial do acionista). (D) Art. 3º, LC n. 123/2006 (empresa de pequeno porte pode exercer atividade empresária ou não). *Alternativa B*.

3839. **(Advogado – CMB – 2009 – CESGRANRIO)** Com relação às sociedades empresárias, pode-se afirmar que:

I. nas sociedades anônimas e na sociedade limitada, os sócios respondem de forma limitada pelas obrigações sociais;

II. as sociedades em nome coletivo, em comandita simples e limitada são constituídas por contrato social;

III. a sociedade limitada é disciplinada em capítulo próprio do Código Civil em vigor, podendo ser a ela aplicadas outras disposições e outros diplomas legais a este tipo societário.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmação(ões)

(A) I, apenas.
(B) III, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com os arts. 1.052 e 1.088, CC. O item II está correto, de acordo com os arts. 1.041, 1.046 e 1.054, CC. O item III está correto, de acordo com o art. 1.053, CC. *Alternativa E*.

3840. **(Promotor – MP-SP – 2011)** A respeito de sociedades, a única alternativa correta é:

(A) as sociedades comuns e em comandita simples são personificadas, sendo ilimitada a responsabilidade dos sócios.

(B) nas sociedades em conta de participação, respondem perante terceiros o sócio ostensivo e o participante, e sua personalidade jurídica tem início com o registro do contrato social.

(C) a dissolução judicial da sociedade simples somente pode ser requerida pelo sócio ou sócios majoritários, sendo que a apuração dos haveres depende de balanço especial.

(D) na sociedade limitada, as deliberações para alteração do contrato social são tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social.

(E) nas sociedades cooperativas, a responsabilidade dos sócios é limitada, sendo que as matérias atinentes ao capital social somente podem ser votadas por votos correspondentes a dois terços do capital social.

RESPOSTA (A) A sociedade em comum é não personificada (art. 986, CC). (B) Perante terceiros responde exclusivamente o sócio ostensivo (art. 991, parágrafo único, CC); o registro não confere personalidade à sociedade (art. 993, CC). (C) A dissolução judicial pode ser requerida por qualquer dos sócios (art. 1.034, CC). (D) Art. 1.076, I, CC. (E) A responsabilidade pode ser limitada ou ilimitada (art. 1.095, CC). *Alternativa D*.

3841. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Considere as afirmativas a respeito das sociedades no Direito Brasileiro:

I. Nas sociedades limitadas o capital social pode ser aumentado, esteja totalmente integralizado ou não, com a correspondente alteração de contrato social formalizando o aumento do capital social.

II. Uma companhia deve adotar a denominação como modalidade de nome empresarial.

III. As sociedades anônimas poderão emitir debêntures, as quais poderão assegurar ao seu titular juros (fixos ou variáveis), participação no lucro da companhia, bem como a participação nos resultados da sociedade.

IV. Nas sociedades em nome coletivo todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, considerando-se que somente pessoas físicas podem participar desta modalidade societária.

Está(ão) CORRETA(S):

(A) Apenas as afirmativas I, III e IV.
(B) Apenas a afirmativa III.
(C) Apenas as afirmativas II, III e IV.
(D) Apenas as afirmativas I, II e IV.
(E) Apenas as afirmativas I, II, III e IV.

RESPOSTA O item I está errado, de acordo com o art. 1.081, CC. O item II está correto, de acordo com o art. 1.160, CC. O item III está correto, de acordo com o art. 56, Lei n. 6.404/76. O item IV está correto, de acordo com o art. 1.039, CC. *Alternativa C*.

3842. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Considere as proposições formuladas abaixo e assinale a incorreta:

(A) Na sociedade em comandita por ações, somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade;
(B) A falência da sociedade transformada somente produzirá efeitos em relação aos sócios que, no tipo anterior, a eles estariam sujeitos, se o pedirem os titulares de créditos anteriores à transformação e somente a estes beneficiará;
(C) Em se tratando de sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao montante de suas quotas. Por consectário lógico, não se lhes exige a responsabilização solidária pela integralização do capital social;
(D) Na liquidação da sociedade, incumbe ao liquidante representar a sociedade e praticar todos os atos necessários a tal propósito, inclusive alienar bens móveis ou imóveis, transigir, receber e dar quitação.

RESPOSTA (A) Art. 1.091, CC. (B) Art. 1.115, parágrafo único, CC. (C) Art. 1.052, CC (todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social). (D) Art. 1.105, CC. *Alternativa C*.

3843. **(Auditor – RFB – 2012 – ESAF)** Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro. Essa espécie de sociedade, por sua vez, pode assumir as formas abaixo. Assinale a opção cujo conceito está correto.

(A) Na SOCIEDADE EM NOME COLETIVO, somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
(B) Na SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.
(C) Na SOCIEDADE LIMITADA, o capital é dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas à sociedade anônima, e opera sob firma ou denominação.
(D) Na SOCIEDADE ANÔNIMA OU COMPANHIA, tomam parte sócios de duas categorias: pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os obrigados somente pelo valor de sua quota.
(E) Na SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

RESPOSTA (A) Art. 1.039, CC. (B) Art. 1.045, CC. (C) Art. 1.052, CC. (D) Art. 1.088, CC. (E) Art. 1.090, CC. *Alternativa A*.

3844. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Quanto à sociedade em comandita simples pode afirmar-se:

(A) Os sócios comanditados, pessoas físicas, são responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais;

(B) Os sócios comanditários ficam obrigados tanto pelo valor de suas respectivas cotas quanto pelo valor integral do capital social da sociedade;

(C) O sócio comanditário não pode ser constituído procurador da sociedade, para negócio determinado e com poderes especiais;

(D) O contrato social deve discriminar apenas os sócios comanditados.

RESPOSTA (A) Art. 1.045, CC. (B) Art. 1.045, CC. (C) Art. 1.047, parágrafo único, CC. (D) Art. 1.045, parágrafo único, CC. *Alternativa A.*

3845. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** A seguinte afirmação, sobre o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, está INCORRETA.

(A) A desconsideração da personalidade jurídica tem natureza casuística, ou seja, é aplicada pelos juízes no julgamento de casos concretos.

(B) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada de forma mais ou menos ampla, a depender do ramo do direito e da regulação específica (*v.g.*, Código Civil, Código de Defesa do Consumidor, lei trabalhista, lei tributária).

(C) Ao desconsiderar a personalidade jurídica, o juiz pode imputar certas e determinadas relações de obrigações aos bens particulares dos sócios ou administradores da pessoa jurídica.

(D) A desconsideração da personalidade jurídica é aplicada de forma mais frequente em relação às sociedades de responsabilidade ilimitada.

(E) A desconsideração da personalidade jurídica, embora tenha origem pretoriana (ou seja, nas decisões dos tribunais), está atualmente regulada pelo direito positivo brasileiro.

RESPOSTA A desconsideração da personalidade jurídica é aplicada, como regra, em sociedades limitada e anônima, encontrando-se, na sua versão geral, no art. 50, CC. *Alternativa D.*

3846. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica, positivada pela primeira vez no direito brasileiro pelo Código Civil de 2002, permite que, preenchidos os requisitos legais, os efeitos de certas e determinadas obrigações sociais sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

(B) A decisão pela desconsideração da personalidade jurídica é faculdade do juiz nos termos do Código Civil, e mediante requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir, não sendo possível a concessão de ofício.

(C) De acordo com o entendimento dominante no Superior Tribunal de Justiça, é necessária ação judicial autônoma para a desconsideração da pessoa jurídica.

(D) Consoante entendimento dominante na jurisprudência pátria, havendo dívida líquida não paga pela pessoa jurídica, é possível ao credor ajuizar execução diretamente contra os sócios da pessoa jurídica, requerendo a desconsideração da pessoa jurídica, presumindo-se o abuso da personalidade jurídica.

(E) O entendimento predominante na jurisprudência pátria é no sentido de que, sendo deferida a

desconsideração da personalidade jurídica, a execução pode atingir a todos os sócios indistintamente, tenham ou não participado da gestão da sociedade.

RESPOSTA (A) Já houve positivação da desconsideração anteriormente, como no caso do CDC, por exemplo. (B) Art. 50, CC. (C) De acordo com o STJ, a desconsideração pode ser determinada em sede de execução. (D) De acordo com o STJ, a execução deve ser contra a pessoa jurídica, determinando a desconsideração para alcançar os sócios, caso provados os requisitos. (E) De acordo com o STJ, a desconsideração atinge a quem foi efetivamente beneficiado com o abuso da personalidade jurídica. *Alternativa B*.

3847. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** De acordo com o Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica consiste em:

(A) não considerar os efeitos da personificação para atingir a responsabilidade dos sócios;
(B) declarar nula, de pleno direito, a personificação;
(C) tornar a personalidade jurídica ineficaz para todos os atos praticados pela sociedade;
(D) na extinção da personalidade jurídica por via judicial;
(E) todas as alternativas estão incorretas.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 50, CC. *Alternativa A*.

3848. **(Promotor – MP-SP – 2011)** A teoria da desconsideração da personalidade jurídica vem sendo, nos últimos anos, disciplinada por diversos textos legais. Todavia, é incorreto afirmar que:

(A) a falência é hipótese de incidência da desconsideração da personalidade jurídica, conforme o Código de Defesa do Consumidor.
(B) a desconsideração da personalidade jurídica, nas hipóteses de infração à ordem econômica, é prevista para os casos de abuso de direito.
(C) na disciplina legal da responsabilidade por lesões ao meio ambiente, há expressa previsão de desconsideração da personalidade jurídica para as hipóteses de fraude, erro substancial e violação a estatuto e contrato social.
(D) o desvio de finalidade e a confusão patrimonial são os únicos caracterizadores do abuso da personalidade jurídica, nos termos do art. 50 do Código Civil.
(E) a legitimação do Ministério Público para as hipóteses de abuso da personalidade jurídica está expressamente estabelecida em nossa Lei Civil.

RESPOSTA (A) Art. 28, Lei n. 8.078/90. (B) Art. 34, Lei n. 12.529/2011. (C) Art. 4º, Lei n. 9.605/98. (D) É o que se percebe da leitura do art. 50, CC. (E) É o que se percebe da leitura do art. 50, CC. *Alternativa C*.

3849. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** A responsabilidade dos sócios é:

(A) limitada e subsidiária, em relação aos sócios comanditados, na sociedade em comandita simples;
(B) solidária e ilimitada em relação às pessoas jurídicas que integrarem as sociedades em nome coletivo;
(C) limitada ao preço de emissão das ações subscritas, nas sociedades anônimas;
(D) limitada ao valor do capital social nas sociedades em nome coletivo;
(E) todas as alternativas estão incorretas.

RESPOSTA (A) Art. 1.045, CC. (B) Art. 1.039, CC. (C) Art. 1.088, CC. (D) Art. 1.039, CC. *Alternativa C*.

3850. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Quanto à responsabilidade pessoal dos administradores, é correto afirmar que

(A) são responsáveis pelas dívidas tributárias e previdenciárias da empresa falida, independentemente de culpa.
(B) os administradores, contanto que desempenhem suas funções dentro dos poderes que lhes foram conferidos pelo Estatuto ou Contrato Social, sem atentar contra disposição de lei, não se obrigam pessoalmente com relação às dívidas da sociedade.
(C) a responsabilidade pessoal dos administradores de sociedades anônimas difere da dos administradores de sociedades limitadas, sendo nesta última mais fácil de ser comprovada, em função de uma maior *affectio societatis*.
(D) não são responsáveis, em hipótese alguma, pois, como doutrina Pontes de Miranda, apenas presentam a sociedade.
(E) respondem solidariamente no caso dos membros do Conselho de Administração, por tratar-se de órgão colegiado.

RESPOSTA (A) A responsabilidade pela empresa falida é subjetiva (art. 82, Lei n. 11.101/2005). (B) Art. 47, CC. (C) A responsabilidade pessoal do administrador, nas sociedades limitada e anônima, tem o mesmo padrão (arts. 1.016, CC, e 158, Lei n. 6.404/76). (D) Respondem pelos ilícitos praticados (arts. 1.016, CC, e 158, Lei n. 6.404/76). (E) Só existe responsabilidade solidária se for conivente (art. 158, § 1º, Lei n. 6.404/76). *Alternativa B*.

3851. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Os sócios gerentes das sociedades por quotas de responsabilidade limitada:

(A) não respondem pessoalmente pelas dívidas contraídas em nome da sociedade em nenhuma hipótese;
(B) respondem solidária e ilimitadamente pelas dívidas contraídas em nome da sociedade quando resultantes de atos praticados com violação da lei e do contrato social;
(C) respondem pelas dívidas contraídas em nome da sociedade se esta for insolvável e até o montante do capital social integralizado;
(D) respondem pelas dívidas contraídas em nome da sociedade até o montante das quotas de capital que integralizaram;
(E) todas as alternativas estão incorretas.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.016, CC, ou com o art. 158, Lei n. 6.404/76, em interpretação conjunta com o art. 1.053, CC. *Alternativa B*.

3852. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Acerca da sociedade simples, assinale a alternativa correta:

(A) o Ministério Público pode postular a dissolução da sociedade no caso de cessação de sua autorização de funcionamento;
(B) cabe ao Ministério Público a fiscalização das atividades da sociedade, participando de suas deliberações;
(C) o Ministério Público tem o dever de postular a extinção da sociedade nos casos de não haver pluralidade de sócios;
(D) caberá ao Ministério Público postular em juízo a dissolução da sociedade nos casos de desacordo entre os sócios que ponha em risco a sua continuidade;
(E) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.037, CC. *Alternativa A*.

3853. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Nas sociedades simples, é correto afirmar que

(A) todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem – referente à execução em primeiro lugar dos bens sociais – aquele que contratou pela sociedade.
(B) o sócio sempre participa dos lucros e das perdas na proporção das respectivas quotas.
(C) os poderes do sócio investido na administração por cláusula do contrato social podem ser revogados, a qualquer tempo, por meio de ato separado, desde que subscrito pela maioria dos sócios.
(D) a administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete separadamente a cada um dos sócios.
(E) é anulável a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.

RESPOSTA (A) O item apresentou a responsabilidade de sócios na sociedade em comum (art. 990, CC). (B) O contrato social pode definir o montante de participação nos lucros e nas perdas (art. 997, VII, CC). (C) Os poderes são irrevogáveis, salvo justa causa, reconhecida judicialmente (art. 1.019, CC). (D) Art. 1.013, CC. (E) É nula, e não anulável, tal estipulação contratual (art. 1.008, CC). *Alternativa D*.

3854. **(Promotor – MP-RS – 2009)** A respeito das sociedades em geral, assinale a alternativa correta.
(A) É competência da assembleia geral definir a exclusão do direito de o acionista participar do acervo da companhia em caso de sua liquidação.
(B) O capital de sociedade anônima não pode ser formado exclusivamente com bens.
(C) Poderá ser indicada como forma de integralização do capital a sua realização com lucros futuros que o sócio venha a auferir na sociedade.
(D) O conselho fiscal é órgão privativo das sociedades anônimas, podendo a sociedade limitada, porém, instituir conselho de administração.
(E) Tratando-se de sociedade em conta de participação, a falência do sócio ostensivo acarreta a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.

RESPOSTA (A) Participar do acervo em caso de liquidação é um direito essencial do acionista, não podendo ser excluído (art. 109, Lei n. 6.404/76). (B) O capital pode ser formado em bens ou dinheiro (art. 7º, Lei n. 6.404/76). (C) O capital social pode ser integralizado, regra geral, com dinheiro, créditos, bens e serviços. (D) Pode haver conselho fiscal, também, nas sociedades limitada e cooperativa. (E) Art. 994, § 2º, CC. *Alternativa E*.

3855. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Quanto ao capital social de sociedades limitadas e anônimas, pode-se afirmar o quanto segue:
(A) O capital de qualquer sociedade anônima será sempre maior do que o de uma sociedade limitada, uma vez que a sociedade anônima se constitui em tipo societário destinado a congregar grande quantidade de sócios, mediante a captação de significativa soma de recursos.
(B) O capital de uma sociedade anônima encontra-se dividido em ações, sempre ordinárias e nominativas, ao passo que o de uma sociedade limitada fraciona-se em quotas.
(C) Não há, via de regra, capital social mínimo nem máximo exigido para a constituição de sociedades anônimas ou limitadas.
(D) O capital social de uma sociedade anônima terá de ser subscrito e totalmente integralizado no mesmo ato, assegurando a sua integridade.
(E) O capital social somente poderá ser integralizado mediante a transferência de bens imóveis se os mesmos estiverem livres e desonerados.

RESPOSTA (A) Tal presunção não encontra amparo legal. (B) As ações podem ser ordinárias, preferenciais ou de fruição (art. 15, Lei n. 6.404/76). (C) Capital social mínimo só se exige para a EIRELI, e não para sociedades (art. 980-A, CC). (D) Há necessidade de integralização mínima de 10% do preço de emissão (art. 80, II, Lei n. 6.404/76). (E) Tal previsão não encontra amparo legal. *Alternativa C*.

3856. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** A respeito das sociedades limitadas e anônimas, assinale a opção incorreta.

(A) O capital da sociedade limitada divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

(B) O valor nominal das ações de companhia aberta poderá ser inferior ao mínimo fixado pela Comissão de Valores Mobiliários.

(C) É vedada a contribuição que consista em prestação de serviços, para efeito de integralização de cotas ou ações.

(D) O valor nominal será o mesmo para todas as ações da companhia.

(E) Pela exata estimação de bens conferidos ao capital da sociedade limitada, respondem solidariamente todos os sócios.

RESPOSTA (A) Art. 1.055, CC. (B) O valor nominal não poderá ser inferior (art. 11, § 3º, Lei n. 6.404/76). (C) Art. 1.055, § 2º, CC. (D) Art. 11, § 2º, Lei n. 6.404/76. (E) Art. 1.055, § 1º, CC. *Alternativa B*.

3857. **(Advogado – BANPARA – 2010)** Em relação à transformação, à incorporação, à fusão e à cisão de sociedades empresárias, assinale a alternativa CORRETA:

I. São aspectos comuns à fusão e à incorporação de sociedades, dentre outros: a união de duas ou mais sociedades, daí resultando uma só, a sucessão universal em direitos e obrigações e a participação dos sócios de todas elas na sociedade resultante, salvo ajuste em contrário.

II. O credor que não exercer a ação anulatória da incorporação, fusão ou cisão no prazo de até 60 (sessenta) dias da publicação do ato constitutivo, decai desse direito.

III. Se, após a transformação, sobrevier a falência da sociedade que deixou de possuir categoria de sócios de responsabilidade solidária e ilimitada existente no tipo anterior, os credores por créditos anteriores ou imediatamente posteriores à transformação, podem pleitear que se estendam os efeitos falimentares àqueles sócios.

IV. Pode o contrato ou estatuto da sociedade prever a possibilidade de sua transformação futura, em outro tipo societário, fixando um *quorum* específico para a deliberação que, neste caso, poderá ser tomada por maioria, simples ou qualificada.

(A) I e III estão corretas.

(B) I e IV estão corretas.

(C) II e III estão corretas.

(D) III e IV estão corretas.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com os arts. 1.116 e 1.119, CC. O item II está errado, de acordo com o art. 1.122, CC (o prazo é de 90 dias). O item III está errado, de acordo com o art. 1.115, parágrafo único, CC (somente os titulares de créditos anteriores são beneficiados). O item IV está correto, de acordo com os arts. 221, Lei n. 6.404/76, e 1.114, CC. *Alternativa B*.

3858. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** A sociedade anônima pode, por deliberação dos acionistas, sofrer modificações na sua estrutura e configuração societária, transformando o tipo de sociedade, transferindo patrimônio e alterando o corpo acionário. As mudanças trazem características próprias.

Observando a ordem das assertivas abaixo, indique a alternativa que aponta os institutos jurídicos mencionados.

I. operação pela qual a companhia transfere parcelas de seu patrimônio para uma ou mais sociedades, extinguindo-se a companhia, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão;

II. operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro;

III. operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações;

IV. operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

(A) transformação, cisão, fusão e incorporação;
(B) fusão, cisão, incorporação e transformação;
(C) cisão, incorporação, transformação e fusão;
(D) cisão, transformação, incorporação e fusão;
(E) todas as alternativas estão incorretas.

RESPOSTA O item I define a cisão, de acordo com o art. 229, Lei n. 6.404/76. O item II define a transformação, de acordo com o art. 220, Lei n. 6.404/76. O item III define a incorporação, de acordo com o art. 227, Lei n. 6.404/76. O item IV define a fusão, de acordo com o art. 228, Lei n. 6.404/76. *Alternativa D*.

3859. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Com relação aos procedimentos de reorganização societária de uma sociedade limitada, é correto afirmar que:

(A) a transformação é a operação pela qual a sociedade muda seu tipo societário, independentemente, porém, de sua dissolução e liquidação, e dependerá da aprovação de no mínimo 4/5 (quatro quintos) dos sócios cotistas;
(B) a fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações, sendo reservado ao sócio dissidente o direito de recesso;
(C) a cisão inadmite via de regra e por força de lei, em qualquer de suas modalidades, transferência total do patrimônio da empresa cindida, posto que sua concretização importa na extinção da sociedade;
(D) os procedimentos de reorganização societária das sociedades limitadas têm como requisito legal o decurso de um ano do registro das sociedades envolvidas no registro do comércio e após a integralização do capital social;
(E) a incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, surgindo daí nova sociedade com personalidade jurídica distinta da incorporadora e incorporada(s).

RESPOSTA (A) A transformação é aprovada pela unanimidade (art. 1.114, CC). (B) Art. 1.119, CC. (C) A cisão pode ser total ou parcial (art. 229, Lei n. 6.404/76). (D) Tal previsão não encontra amparo legal. (E) Na incorporação, a sociedade incorporadora permanece (art. 1.116, CC). *Alternativa B*.

3860. **(Advogado – ELETROBRAS – 2007 – NCE)** As sociedades anônimas podem constituir consórcios para executar determinados empreendimentos. Esses consórcios:

(A) têm personalidade jurídica e as consorciadas se obrigam solidariamente;
(B) impõem a extensão da falência de uma consorciada a todas as demais;
(C) podem ser autorizados pelo Conselho de Administração, mesmo que não haja competência

estabelecida para tal nos estatutos das sociedades consorciadas, por se tratar de estratégia de negócio;

(D) serão constituídos mediante contrato aprovado pelos órgãos competentes das companhias consorciadas, conforme estabelecido nos seus estatutos, e arquivado na Junta Comercial do lugar de suas sedes;

(E) não podem ser formados por sociedades que não tenham o mesmo controle, pois seria impossível a administração conjunta.

RESPOSTA (A) O consórcio não tem personalidade jurídica (art. 278, § 1º, Lei n. 6.404/76). (B) A falência de uma consorciada não se estende às demais (art. 278, § 2º, Lei n. 6.404/76). (C) Deve ser aprovado pelo órgão competente para autorizar a alienação de bens do ativo não circulante (art. 279, Lei n. 6.404/76). (D) Art. 279, *caput* e parágrafo único, Lei n. 6.404/76. (E) Tal previsão não encontra amparo legal. *Alternativa D*.

3861. (Juiz – TRT-14 – 2011) Assinale a alternativa incorreta.

(A) O acionista diretor nas sociedades em comandita por ações tem responsabilidade subsidiária e ilimitada pelas obrigações da sociedade.

(B) A sociedade anônima é pessoa jurídica de direito privado, de natureza empresarial, cujo capital está dividido em ações de igual valor nominal, quando assim emitidas, ou sem valor nominal e a responsabilidade dos subscritores e dos acionistas que nela ingressarem posteriormente, cinge-se ao preço das ações por ele subscritas ou adquiridas.

(C) Na maioria das sociedades contratuais, de prazo indeterminado, o sócio pode retirar-se sem necessidade de motivação. Deverá o sócio retirante notificar os demais sócios, os quais devem, em 50 dias, providenciar a alteração contratual correspondente.

(D) O sócio de uma sociedade contratual deve cumprir, na forma e prazo previstos, as contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora.

(E) No caso de falecimento do sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo se o contrato dispuser diferentemente, se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade, ou se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.

RESPOSTA (A) Art. 1.091, CC. (B) Art. 1.088, CC. (C) Art. 1.029, CC (o prazo é de 60 dias). (D) Art. 1.004, CC. (E) Art. 1.028, CC. *Alternativa C*.

3862. (Procurador – MPT – 2012) Leia e analise os itens abaixo:

I. Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ao valor das suas quotas e pelo prejuízo nas operações sociais guardada a proporção de sua participação nas mesmas operações; ou ilimitada, em que o sócio responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

II. O ato de transformação independe de dissolução ou liquidação da sociedade e não modifica nem prejudica os direitos dos credores.

III. Tanto na fusão quanto na incorporação, ocorre extinção de sociedades e sucessão nos direitos e obrigações, seja na nova empresa, na fusão, seja na incorporadora, na incorporação.

Marque a alternativa CORRETA:

(A) todas as assertivas estão corretas;

(B) apenas as assertivas I e II estão corretas;

(C) apenas as assertivas I e III estão corretas;

(D) apenas as assertivas II e III estão corretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 1.095, CC. O item II está correto, de acordo com os arts. 1.113 e 1.115, CC. O item III está correto, de acordo com os arts. 1.116 e 1.119, CC. *Alternativa A*.

3863. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Sobre a responsabilidade dos sócios nas cooperativas, e considerando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I. A responsabilidade dos sócios nas sociedades cooperativas é limitada quando os cooperados respondem somente pelo valor de suas quotas e pelo prejuízo verificado nas operações sociais.

II. A responsabilidade é ilimitada, quando os sócios respondem, além das obrigações que assumiram quando do pagamento de suas quotas, de forma solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

III. Quando a responsabilidade é ilimitada, ela é proporcional ao volume da participação do sócio nas operações, sendo solidariamente responsáveis os cooperados.

IV. É característica da sociedade cooperativa o concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo.

(A) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

(B) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.

(C) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.

(D) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 1.095, § 1º, CC. O item II está correto, de acordo com o art. 1.095, § 2º, CC. O item III está errado, de acordo com o art. 1.095, CC. O item IV está correto, de acordo com o art. 1.094, II, CC. *Alternativa C*.

3864. **(Promotor – MP-PB – 2011)** Acerca da sociedade cooperativa, é correto afirmar:

(A) As quotas do capital da sociedade cooperativa são intransferíveis a terceiros estranhos à sociedade, salvo em virtude de herança.

(B) A responsabilidade dos sócios, em tal modalidade social, não pode ser ilimitada.

(C) A distribuição dos resultados é proporcional ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, sendo vedada a atribuição de juros fixos ao capital realizado.

(D) O fundo de reserva é indivisível entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

(E) *Abstenção de resposta.*

RESPOSTA (A) Art. 1.094, IV, CC (não se transferem nem em virtude de herança). (B) Art. 1.095, CC (a responsabilidade pode ser limitada ou ilimitada). (C) Art. 1.094, VII, CC (é possível atribuição de juros fixos). (D) Art. 1.094, VIII, CC. *Alternativa D*.

III. Sociedade Limitada

3865. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** No tocante à sociedade limitada, é correto afirmar que

(A) nas omissões do respectivo capítulo do Código Civil que a regulamenta e do seu contrato social, rege-se pelas normas atinentes à sociedade anônima.

(B) a deliberação em assembleia será obrigatória se o número dos sócios for superior a dez, mas a reunião ou a assembleia torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

(C) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se, de pleno direito, aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

(D) o capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio, permitida contribuição que consista em prestação de serviços.
(E) estabelecido um Conselho Fiscal, seus membros não poderão ser remunerados.

RESPOSTA (A) A regência supletiva é, regra geral, pelas normas da sociedade simples (art. 1.053, CC). (B) Art. 1.072, §§ 1º e 3º, CC. (C) A administração não se estende, de pleno direito, aos sócios posteriores (art. 1.060, parágrafo único, CC). (D) Não cabe prestação de serviços na sociedade limitada (art. 1.055, § 2º, CC). (E) Os membros do conselho fiscal são remunerados (art. 1.068, CC). *Alternativa B*.

3866. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Sobre as quotas da sociedade limitada, assinale a opção correta.
(A) Os sócios podem realizar suas quotas mediante prestação de serviços.
(B) Não integralizada a quota do sócio remisso, os outros sócios podem tomá-la para si ou transferi-la a terceiros, nos termos da lei.
(C) O capital pode ser dividido somente em quotas iguais.
(D) As quotas são consideradas divisíveis em relação à sociedade.
(E) Pela exata estimação dos bens dados em realização das quotas responde apenas o respectivo sócio.

RESPOSTA (A) Art. 1.055, § 2º, CC. (B) Art. 1.058, CC. (C) Art. 1.055, *caput*, CC. (D) Art. 1.056, CC. (E) Art. 1.055, § 1º, CC. *Alternativa B*.

3867. **(Advogado – BANPARA – 2010)** Em relação às sociedades limitadas, é CORRETO afirmar:
(A) O administrador não sócio, nomeado no contrato social, será eleito por deliberação unânime de todos os sócios, caso o capital não se encontre totalmente integralizado.
(B) O sócio individual pode convocar a assembleia geral se os administradores retardarem a convocação por mais de 30 (trinta) dias.
(C) A exclusão de sócio que estiver pondo em risco a continuidade da empresa pode ser decidida por sócios que representem, no mínimo, 2/3 do capital social.
(D) É possível a contribuição ao capital social consistente em indústria ou prestação de serviços.

RESPOSTA (A) Art. 1.061, CC. (B) Art. 1.073, I, CC (por mais de 60 dias). (C) Art. 1.085, CC (maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social). (D) Art. 1.055, § 2º, CC (é vedada contribuição em serviços). *Alternativa A*.

3868. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Com relação à sociedade limitada, assinale a alternativa correta.
(A) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas e cada um responde individualmente pela integralização do capital social.
(B) A sociedade limitada rege-se, nas omissões das disposições específicas do Código Civil, pelas normas da sociedade simples. Todavia, o contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade em comandita simples.
(C) Pode o contrato instituir conselho fiscal composto de três ou mais membros e respectivos suplentes, sócios ou não, residentes no País e eleitos pela assembleia anual. Nesse caso, haverá restrição a alguns dos poderes da assembleia dos sócios.
(D) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.

RESPOSTA (A) Art. 1.052, CC (todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social). (B) Art. 1.053,

parágrafo único, CC (é possível alterar a regência supletiva para as normas da sociedade anônima). (C) Art. 1.066, CC (os membros do conselho fiscal devem residir no país). (D) Art. 1.057, CC. *Alternativa D*.

3869. **(Advogado – CAIXA – 2010 – AOCP)** Acerca da Sociedade Limitada, analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a(s) INCORRETA(S).

I. Numa sociedade limitada, a responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos os sócios respondem de forma solidária pelo que faltar para a integralização do capital social.

II. Por deliberações que violam a lei ou o contrato social, todos os sócios respondem ilimitadamente.

III. Tratando-se de sócio nomeado administrador no contrato, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes, no mínimo, a dois terços do capital social, salvo disposição contratual diversa.

IV. Os sócios responderão pessoalmente pelas dívidas da sociedade, caso tenha havido a desconsideração da personalidade jurídica.

(A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas I.
(C) Apenas II e IV.
(D) Apenas II.
(E) Apenas III e IV.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 1.052, CC. O item II está incorreto, de acordo com o art. 1.080, CC. O item III está correto, de acordo com o art. 1.063, § 1º, CC. O item IV está correto, de acordo com o art. 50, CC. *Alternativa D*.

3870. **(Juiz – TJ-RS – 2009)** Considere as assertivas abaixo sobre sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

I. O sócio-gerente poder ser destituído da gerência, desde que haja aprovação pela assembleia geral representando a maioria do capital social.

II. O sócio remisso pode ser excluído da sociedade, sendo que os demais podem tomar suas quotas para si ou transferi-las para terceiros.

III. O sócio-gerente deve exercitar suas funções dentro dos objetivos sociais da sociedade com lealdade e zelo, porém não cabe ação de perdas e danos, nem de responsabilidade penal nos atos *ultra vires* por ele praticados.

Quais são corretas?

(A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas I e II
(E) I, II e III

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 1.076, II, CC. O item II está correto, de acordo com o art. 1.058, CC. O item III está incorreto, de acordo com o art. 1.016, CC. *Alternativa D*.

3871. **(Advogado – CEEE – 2010 – FUNDATEC)** Em relação às sociedades limitadas, é correto afirmar que

(A) não admite sócio de indústria.
(B) na omissão da legislação específica e do contrato regem-se subsidiariamente pelas regras da sociedade anônima.

(C) é nula a cláusula do contrato social que proíbe a alienação de quotas sociais.
(D) só admite administrador sócio.
(E) as quotas devem ter o mesmo valor.

RESPOSTA (A) Art. 1.055, § 2º, CC. (B) Art. 1.053, CC (Na omissão, rege-se pelas normas da sociedade simples). (C) Tal previsão não encontra amparo legal. (D) Art. 1.060, CC (A sociedade é administrada por pessoa, sócia ou não). (E) Art. 1.055, CC (As quotas podem ter valor igual ou desigual). *Alternativa A*.

3872. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Marcos, Pedro, Marcela e Letícia constituíram uma sociedade empresária de informática e engenharia, sob a forma de sociedade limitada, para prestação de serviços na área de engenharia elétrica e de computação. No contrato constitutivo consta que o capital social monta em R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), dividido em 1.200 (mil e duzentas) quotas de R$ 200,00 (duzentos reais) cada, integralizadas no ato constitutivo, divididas as quotas entre os sócios na seguinte proporção: ao sócio Marcos 22%, à sócia Marcela 22%, à sócia Letícia 32% e ao sócio Pedro 24%. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que:

(A) sendo omisso o contrato social quanto à matéria, Letícia não poderá ceder suas quotas a terceiro estranho ao corpo societário, mesmo com a anuência de Marcos e Marcela, caso haja discordância de Pedro;
(B) em razão do caráter *intuitu personae* da sociedade limitada, as quotas não podem ser cedidas, salvo se houver expressa previsão contratual e autorização de todos os sócios;
(C) uma vez integralizado o capital social, os sócios Marcos, Pedro, Marcela e Letícia nada mais devem cada qual individualmente à sociedade, nem solidariamente aos credores da pessoa jurídica;
(D) não permite o novo Código Civil a nomeação de administrador da sociedade não sócio, posto que implicaria a quebra da *affectio societatis*;
(E) caso não estivesse integralizado o capital social, poderia o sócio Marcos contribuir para sua formação com bens móveis ou imóveis, dinheiro ou prestação de serviços.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.052, CC. Os itens (A) e (B) estão incorretos, de acordo com o art. 1.057, CC. O item (D) está incorreto, de acordo com o art. 1.060, CC. O item (E) está incorreto, de acordo com o art. 1.055, § 2º, CC. *Alternativa C*.

3873. **(Advogado – INEA – 2008 – CESGRANRIO)** Nos termos da legislação vigente, a deliberação dos sócios de uma sociedade limitada que implique modificação de seu contrato social dependerá de votos representativos de, no mínimo,

(A) 2/3 (dois terços) dos votos dos sócios presentes à reunião ou assembleia.
(B) 1/2 (metade) do capital social.
(C) 1/2 (metade) dos votos dos sócios presentes à reunião ou assembleia.
(D) 3/4 (três quartos) do capital social.
(E) 3/4 (três quartos) dos votos dos sócios presentes à reunião ou assembleia.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.076, I, CC. *Alternativa E*.

3874. **(Procurador – MPT – 2008)** Em relação ao capital social das sociedades limitadas assinale a alternativa ERRADA:

(A) o ato inicial para a contribuição do capital social é chamado pela doutrina de subscrição, a qual representa a manifestação de vontade de ingressar na sociedade;
(B) o aumento do capital social assegura aos sócios o direito de preferência para subscrição de novas

quotas que deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, sem necessidade de assembleia ou reunião para aprovar a alteração contratual;

(C) os sócios respondem solidariamente pela integralização total do capital. Assim, o sócio que integralizou o capital social pode responder pelo sócio subscritor que ainda não integralizou, em ação de integralização proposta pela massa;

(D) a eficácia da redução do capital social exige publicidade da ata de assembleia que aprovar a redução, a ausência de impugnação de credor quirografário ou a prova do pagamento da dívida ou o depósito judicial do respectivo valor;

(E) não respondida.

RESPOSTA A modificação do capital social, na sociedade limitada, encontra-se regulamentada entre os arts. 1.081 e 1.084, CC. De acordo com o art. 1.081, § 3º, CC, há necessidade de assembleia ou reunião para aprovar a modificação do contrato. *Alternativa B*.

IV. Sociedade Anônima

3875. **(Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL)** Sobre o regime jurídico das sociedades anônimas, assinale a alternativa correta:

I. As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo; ou em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele; ou ainda, na acumulação de ambas as preferências e vantagens.

II. Nas companhias objeto de desestatização poderá ser criada ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva do ente desestatizante, à qual o estatuto social poderá conferir os poderes que especificar, inclusive o poder de veto às deliberações da assembleia-geral nas matérias que especificar.

III. O estatuto pode assegurar a uma ou mais classes de ações preferenciais o direito de eleger, em votação em separado, um ou mais membros dos órgãos de administração, sendo que o estatuto pode subordinar as alterações estatutárias que especificar à aprovação, em assembleia especial, dos titulares de uma ou mais classes de ações preferenciais.

IV. A debênture terá valor nominal expresso em moeda nacional, salvo nos casos de obrigação que, nos termos da legislação em vigor, possa ter o pagamento estipulado em moeda estrangeira.

V. A debênture poderá assegurar ao seu titular juros, fixos ou variáveis, participação no lucro da companhia e prêmio de reembolso.

Alternativas:

(A) somente as alternativas I, II e III estão corretas;

(B) somente as alternativas I, II e IV estão corretas;

(C) somente as alternativas II, III e V estão corretas;

(D) somente as alternativas II, IV e V estão corretas;

(E) todas as alternativas estão corretas.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 17, Lei n. 6.404/76. O item II está correto, de acordo com o § 7º, do art. 17, Lei n. 6.404/76. O item III está correto, de acordo com o art. 18, Lei n. 6.404/76. O item IV está correto, de acordo com o art. 54, Lei n. 6.404/76. O item V está correto, de acordo com o art. 56, Lei n. 6.404/76. *Alternativa E*.

3876. **(Advogado – IPT – 2011 – VUNESP)** No tocante à disciplina jurídica das ações de uma sociedade anônima, aponte a assertiva correta.

(A) As ações ordinárias, também chamadas comuns, podem suprimir o direito de voto do acionista.

(B) As ações, quanto aos direitos que conferem, classificam-se em ordinárias e preferenciais.
(C) O número de ações preferenciais sem direito a voto não pode ultrapassar 40% do total de ações emitidas pela companhia.
(D) O estatuto da companhia fechada não poderá impor limitações à circulação das ações nominativas.
(E) Nas companhias abertas e fechadas, é vedada a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.

RESPOSTA (A) A supressão do direito de voto pode ocorrer nas ações preferenciais (art. 111, Lei n. 6.404/76). (B) As ações se classificam em ordinárias, preferenciais ou de fruição (art. 15, Lei n. 6.404/76). (C) O número máximo de ações é de 50% do capital social (art. 15, § 2º, Lei n. 6.404/76). (D) O estatuto pode impor limitações à circulação das ações (art. 36, Lei n. 6.404/76). (E) Art. 13, Lei n. 6.404/76. *Alternativa E*.

3877. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** A sociedade anônima, no que se refere à subscrição do capital social, poderá ser constituída:
(A) por subscrição particular, apenas.
(B) por subscrição pública, apenas.
(C) por subscrição mobiliária, apenas.
(D) por subscrição mobiliária ou por subscrição pública.
(E) por subscrição pública ou por subscrição particular.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 82 e 88, Lei n. 6.404/76. *Alternativa E*.

3878. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** O Conselho de Administração nas sociedades anônimas, de acordo com a Lei 6.404/76, poderá ser:
(A) facultativo nas sociedades de economia mista e nas sociedades de capital aberto.
(B) facultativo nas sociedades de economia mista e obrigatório nas sociedades de capital aberto.
(C) obrigatório nas sociedades de economia mista e facultativo nas sociedades de capital fechado.
(D) obrigatório somente nas sociedades de economia mista.
(E) facultativo somente nas sociedades de capital autorizado.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 138, § 2º, e 239, Lei n. 6.404/76. *Alternativa C*.

3879. **(Juiz – TJ-RS – 2009)** No caso de eleição do conselho de administração de uma sociedade anônima em que haja utilização do processo de voto múltiplo solicitada pelo representante de um grupo de acionistas minoritário com mais de 10% do capital social votante, considere as assertivas abaixo.
I. Se forem cinco conselheiros, dois serão nomeados pelo grupo majoritário e dois pelo grupo minoritário e o último será nomeado pelo presidente da assembleia geral.
II. O grupo minoritário deve solicitar a instalação do processo de voto múltiplo em, pelo menos, 48 horas antes da assembleia geral.
III. Para obter-se a quantidade de votos de cada grupo na eleição para o conselho de administração, deve-se multiplicar o número de ações de cada grupo pelo número de vagas no conselho.
Quais são corretas?
(A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas II e III

(E) I, II e III

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 140, Lei n. 6.404/76. O item II está correto, de acordo com o art. 141, § 1º, Lei n. 6.404/76. O item III está correto, de acordo com o art. 141, *caput*, Lei n. 6.404/76. *Alternativa D*.

3880. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** As alternativas a seguir apresentam espécies de debêntures, em função das garantias oferecidas pela sociedade emissora, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) as com garantia real.
(B) as com garantia flutuante.
(C) as com garantia pessoal.
(D) quirografárias.
(E) subquirografárias.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 58, Lei n. 6.404/76. *Alternativa C*.

3881. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Considere as proposições formuladas abaixo e assinale a correta:

(A) A falência da sociedade estende-se, no sistema atual, aos sócios ilimitadamente responsáveis pelas obrigações sociais, daí que seus bens igualmente serão arrecadados e vendidos, para pagamento das dívidas da sociedade, sendo certo que os credores particulares dos sócios da sociedade devedora também habilitarão seus créditos, serão relacionados pelo administrador judicial, mas não se lhes reserva a oportunidade de oferecer habilitação retardatária;
(B) Nas sociedades por ações, a assembleia geral ordinária e a assembleia geral extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, bem assim instrumentadas em ata única;
(C) Na sociedade anônima, o estatuto da companhia estabelecerá o número das ações em que se divide o capital social e concluirá se as ações terão ou não valor nominal, sendo que, em se tratando de companhia com ações sem valor nominal, não é dado ao regramento estatuário engendrar uma ou mais classes de ações preferenciais com valor nominal;
(D) É facultado ao acionista, na sociedade por ações, realizar, nas condições previstas no estatuto ou no boletim de subscrição, a prestação correspondente às ações subscritas ou adquiridas.

RESPOSTA (A) Art. 81, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 131, parágrafo único, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 11, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 106, Lei n. 6.404/76. *Alternativa B*.

3882. **(Advogado – CEEE – 2010 – FUNDATEC)** Em relação às sociedades anônimas, assinale a alternativa correta.

(A) A realização de assembleia de constituição é obrigatória em todos os tipos de sociedades anônimas.
(B) Toda sociedade anônima deve ter conselho de administração, composto por representantes dos acionistas.
(C) O conselho fiscal poderá ser composto por acionistas ou terceiros, estranhos à sociedade.
(D) Poderá ter seu registro realizado no registro público de empresas mercantis a cargo das juntas comerciais ou no cartório de registro civil de pessoas jurídicas, de acordo com o seu objeto.
(E) Poderá adotar razão social ou denominação.

RESPOSTA (A) Assembleia de constituição é obrigatória para subscrição pública (art. 87, Lei n. 6.404/76). (B) Conselho de administração é obrigatório para companhia aberta, de capital autorizado ou sociedade de economia mista (arts. 138, § 2º, e 239,

Lei n. 6.404/76). (C) Art. 161, § 1º, Lei n. 6.404/76. (D) O registro será feito, sempre, pela junta comercial (art. 1.150, CC). (E) Sempre adotará denominação (art. 1.160, CC). *Alternativa C*.

3883. (Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO) O direito de voto de ações de emissão de Companhia gravadas com usufruto, não estando regulado no ato de constituição do gravame, será exercido

(A) exclusivamente pelo usufrutuário das ações.
(B) exclusivamente pelo proprietário das ações.
(C) mediante acordo entre o proprietário das ações e o usufrutuário.
(D) prioritariamente pelo usufrutuário das ações, exceto nas matérias de interesse exclusivo do proprietário, hipótese em que a este caberá o direito de voto.
(E) prioritariamente pelo proprietário das ações, exceto nas matérias de interesse exclusivo do usufrutuário, hipótese em que a este caberá o direito de voto.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 114, Lei n. 6.404/76. *Alternativa C*.

3884. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) Analise as assertivas seguintes sobre acordo de acionistas.

I. As obrigações ou ônus decorrentes desses acordos somente serão oponíveis a terceiros, depois de averbados nos livros de registro e nos certificados das ações, se emitidos.
II. Esses acordos não poderão ser invocados para eximir o acionista de responsabilidade no exercício do direito de voto ou do poder de controle.
III. O acordo de acionistas cujo prazo for fixado em função de termo ou condição resolutiva somente pode ser denunciado segundo suas estipulações.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) I, II e III.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 118, § 1º, Lei n. 6.404/76. O item II está correto, de acordo com o art. 118, § 2º, Lei n. 6.404/76. O item III está correto, de acordo com o art. 118, § 6º, Lei n. 6.404/76. *Alternativa D*.

3885. (Advogado – REFAP – 2007 – CESGRANRIO) Nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, assinale a opção que NÃO apresenta matéria cuja deliberação é de competência privativa da assembleia geral de acionistas.

(A) Reforma do estatuto social.
(B) Suspensão do exercício dos direitos de acionista.
(C) Fixação da orientação geral dos negócios da companhia.
(D) Transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia.
(E) Aprovação das demonstrações financeiras apresentadas pelos administradores da companhia.

RESPOSTA As matérias de competência privativa da assembleia geral de acionistas estão previstas no art. 122, Lei n. 6.404/76. Cabe, porém, ao conselho de administração fixar a orientação geral dos negócios da companhia (art. 142, I, Lei n. 6.404/76). *Alternativa C*.

3886. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) É correto afirmar que compete à assembleia geral

da sociedade anônima

(A) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

(B) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia.

(C) suspender o exercício dos direitos do acionista.

(D) deliberar sobre o plano de recuperação judicial da companhia, em caso de grave crise financeira.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 122, V, Lei n. 6.404/76. Os itens (A) e (B) são de competência do conselho fiscal, nos termos do art. 163, Lei n. 6.404/76. A deliberação sobre o plano de recuperação judicial (D) cabe à assembleia de credores, nos termos do art. 35, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

V. Títulos de Crédito

3887. **(Juiz – TRF-4 – 2010)** Os títulos de crédito são documentos que representam obrigação pecuniária. Um dos mais conhecidos é a nota promissória, que constitui uma promessa de pagamento que uma pessoa faz a outra. Dadas as assertivas abaixo sobre nota promissória, assinale a alternativa correta.

I. A nota promissória em que não se indique a época do pagamento será considerada pagável no prazo de trinta dias contados da data da emissão.

II. Na falta de indicação especial, o lugar onde a nota promissória foi passada considera-se como sendo o lugar do pagamento.

III. Não são aplicáveis às notas promissórias as disposições da Lei Uniforme de Genebra atinentes às letras de câmbio.

IV. Conquanto a nota promissória de regra tenha autonomia, quando vinculada a contrato de abertura de crédito ela perde esse atributo, em razão da iliquidez do título que a originou.

V. O avalista de nota promissória vinculada a contrato de mútuo, quando figurar no contrato como devedor solidário, também responde pelas obrigações pactuadas.

(A) Estão corretas apenas as assertivas I, IV e V.

(B) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

(C) Estão corretas apenas as assertivas II, IV e V.

(D) Estão corretas apenas as assertivas I, II, IV e V.

(E) Estão corretas todas as assertivas.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 76, 2ª alínea, LUG. O item II está correto, de acordo com o art. 76, 3ª alínea, LUG. O item III está incorreto, de acordo com o art. 77, LUG. O item IV está correto, de acordo com a Súmula 258, STJ. O item V está correto, de acordo com a Súmula 26, STJ. *Alternativa C.*

3888. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Considere as seguintes assertivas, relacionadas com Títulos de Crédito:

I. o aval dado, na duplicata, após o vencimento produz o mesmo efeito daquele prestado anteriormente ao vencimento;

II. a ação de execução do cheque prescreve em 6 (seis) meses da data do vencimento da cártula;

III. na Nota Promissória, o seu subscritor não responde da mesma forma que o aceitante da Letra de Câmbio;

IV. a Cédula de Produto Rural (CPR) é Título de Crédito próprio, sendo exigível o protesto para assegurar o direito de regresso contra avalistas.

Pode-se afirmar que está correto apenas o contido em

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) II e III.

(E) III e IV.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 12, parágrafo único, Lei n. 5.474/68. O item II está incorreto, de acordo com o art. 59, Lei n. 7.357/85. O item III está incorreto, de acordo com o art. 78, 1ª alínea, LUG. O item IV está incorreto, de acordo com o art. 10, III, Lei n. 8.929/94. *Alternativa A*.

3889. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Preceitua o atual Código Civil que "o título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preencha os requisitos da lei". A respeito do tema exposto, considere as proposições abaixo e assinale a incorreta:

(A) O portador de título representativo de mercadoria tem o direito de transferi-lo, de conformidade com as normas que regulam a sua circulação, ou de receber aquela independentemente de quaisquer formalidades, além da entrega do título devidamente quitado;

(B) Enquanto o título de crédito estiver em circulação, só ele poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não, separadamente, os direitos ou mercadorias que representa;

(C) A transferência do título de crédito implica a de todos os direitos que lhe são inerentes;

(D) O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval, podendo este ser parcial ou para garantir o total da dívida.

RESPOSTA (A) Art. 894, CC. (B) Art. 895, CC. (C) Art. 893, CC. (D) Art. 897, *caput* e parágrafo único, CC. Apesar de, para o Código Civil, ser vedado o aval parcial, tal norma não se aplica aos títulos de crédito típicos. *Alternativa D*.

3890. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Com relação aos títulos de créditos, assinale a afirmativa correta.

(A) O aceite na duplicata mercantil é sempre facultativo, já que é título causal.

(B) O devedor cambial pode ter a sua obrigação garantida por mais de um avalista.

(C) No caso de avais simultâneos, o avalista que paga o cheque tem ação cambiária em relação aos demais coavalistas porque são obrigados ao mesmo grau.

(D) A letra de câmbio, com o endosso em preto, se torna um título ao portador.

(E) A nota promissória não pode ser transmitida por endosso.

RESPOSTA (A) O aceite, na duplicata, varia de obrigatório (art. 8º, Lei n. 5.474/68) a presumido (art. 15, II, Lei n. 5.474/68). (B) A depender do caso concreto, os avais podem ser sucessivos ou simultâneos (Súmula 187, STF). (C) A ação cambiária é contra o avalizado e contra os obrigados para com este (art. 31, parágrafo único, Lei n. 7.357/85). (D) É o endosso em branco que torna o título ao portador (art. 14, LUG). (E) A nota promissória é transmissível via endosso (art. 77, LUG). *Alternativa B*.

3891. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** Quanto aos títulos de crédito, é INCORRETO afirmar que:

(A) consideram-se não escritas no título a cláusula de juros, a proibitiva de endosso, a excludente de responsabilidade pelo pagamento ou por despesas, a que dispense a observância de termos e formalidade prescritas, e a que, além dos limites fixados em lei, exclua ou restrinja direitos e obrigações.

(B) aquele que, sem ter poderes, ou excedendo os que tem, lança a sua assinatura em título de crédito,

como mandatário ou representante de outrem, fica pessoalmente obrigado, e, pagando o título, tem ele os mesmos direitos que teria o suposto mandante ou representado.

(C) o pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, não pode ser garantido por aval.

(D) enquanto o título estiver em circulação, só ele poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não, separadamente, os direitos ou mercadorias que representa.

RESPOSTA (A) Art. 890, CC. (B) Art. 892, CC. (C) Art. 897, CC. (D) Art. 895, CC. *Alternativa C*.

3892. **(Defensor – DPE-RO – 2007 – FJPF)** O protesto por falta de aceite de uma letra de câmbio NÃO produz efeitos em face do:

(A) sacado

(B) sacador

(C) tomador

(D) portador

(E) coobrigado

RESPOSTA O sacado, por ser meramente a pessoa indicada para pagamento do título, realmente não está obrigado, em vista de não tê-lo assinado. *Alternativa A*.

3893. **(Promotor – MP-PB – 2011)** Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que corresponde a um título de crédito causal:

(A) Duplicata.

(B) Letra de câmbio.

(C) Nota promissória.

(D) Cheque.

(E) *Abstenção de resposta*.

RESPOSTA A Lei n. 5.474/68, nos seus arts. 1º e 20, determina que a duplicata só pode ser emitida em face de compra e venda mercantil ou de prestação de serviços, o que denota a sua característica de título causal. *Alternativa A*.

3894. **(Defensor – DPE-RO – 2007 – FJPF)** O título de crédito que admite o instituto do aceite presumido é:

(A) cheque

(B) duplicata

(C) *warrant*

(D) letra de câmbio

(E) nota promissória

RESPOSTA Em conformidade com o art. 15, II, Lei n. 5.474/68. *Alternativa B*.

3895. **(Juiz – TJDFT – 2011)** A letra de câmbio, por expressa disposição legal:

(A) é transferível por endosso, somente se contiver explícita a cláusula à ordem;

(B) é transferível por endosso, mesmo não contendo explícita a cláusula à ordem;

(C) não admite a cláusula “não à ordem”;

(D) nenhuma das alternativas acima (a, b, c) é correta.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 11, LUG. *Alternativa B*.

3896. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Quanto à sua estrutura, constitui ordem de pagamento:

(A) o cheque;
(B) a duplicata;
(C) a letra de câmbio;
(D) todas as alternativas acima (a, b, c) são corretas.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1º, LUG, o art. 25, Lei n. 5.474/68, e o art. 1º, II, Lei n. 7.357/85. *Alternativa D*.

3897. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Todos os títulos de crédito abaixo têm força executória, exceto:

(A) a duplicata de serviços aceita.
(B) o cheque administrativo.
(C) a nota promissória protestada.
(D) a duplicata mercantil, não aceita e sem protesto.
(E) o cheque cruzado.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 15, II, Lei n. 5.474/68. *Alternativa D*.

3898. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Leia as afirmativas sobre as Duplicatas.

I. Poderão ser extraídas da fatura no ato de sua emissão para circulação como efeito comercial, não sendo admitida qualquer outra espécie de título de crédito para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador.
II. O foro competente para a cobrança judicial da duplicata ou da triplicata é o da praça de pagamento constante do título, ou outra de domicílio do comprador e, no caso de ação regressiva, a dos sacadores, dos endossantes e respectivos avalistas.
III. Quando o comprador tiver direito a qualquer rebate, a duplicata indicará exclusivamente o valor líquido que o comprador deverá reconhecer como obrigação de pagar.
IV. As empresas, individuais ou coletivas, fundações ou sociedades civis, que se dediquem à prestação de serviços, poderão, também, na forma da lei, emitir fatura e duplicata.

É correto apenas o que se afirma em

(A) I.
(B) I, II e III.
(C) I, II e IV.
(D) II.
(E) I e III.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 2º, Lei n. 5.474/68. O item II está correto, de acordo com o art. 17, Lei n. 5.474/68. O item III está incorreto, de acordo com o art. 3º, Lei n. 5.474/68. O item IV está correto, de acordo com o art. 20, Lei n. 5.474/68. *Alternativa C*.

3899. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Sobre os títulos de crédito, é *incorreto* afirmar:

(A) O aval é modo de transferência da cambiária.
(B) O título não é exigível antes do vencimento, nem o credor obrigado a receber o pagamento.
(C) Não contendo indicação de expresso vencimento, considera-se à vista o título de crédito.
(D) Constituem requisitos essenciais dos títulos de crédito a data da emissão, a indicação precisa dos

direitos que confere e a assinatura do emitente.

(E) Não há impedimento para que o título de crédito seja emitido com espaços em branco, mas é fundamental para sua exigibilidade que esteja completo no momento da cobrança.

RESPOSTA (A) Aval é modo de garantia cambiária (art. 897, CC). (B) Art. 902, CC. (C) Art. 889, § 1º, CC. (D) Art. 889, *caput*, CC. (E) Art. 891, CC, e Súmula 387, STF. *Alternativa A*.

3900. (Juiz – TRT-23 – 2011) Sobre a letra de câmbio é CORRETO afirmar que:

(A) deve ser emitida em modelo padronizado, sendo nula se emitida em qualquer papel, ainda que preenchidos os requisitos legais;

(B) é inadmissível sua emissão em moeda estrangeira;

(C) apresentada a letra ao sacado, este pode pedir nova apresentação no prazo de 10 (dez) dias, a fim de refletir sobre o lançamento ou não do aceite, o qual se denomina “prazo de respiro”;

(D) prescreve em 10 (dez) anos a pretensão de haver o seu pagamento, nesta condição;

(E) se for emitida ou aceita com omissões, ou em branco, pode ser completada pelo credor de boa-fé antes da cobrança ou do protesto.

RESPOSTA (A) Não há modelo padronizado para a Letra de Câmbio. (B) Pode haver emissão em moeda estrangeira (art. 41, LUG). (C) A nova apresentação deve ocorrer no dia seguinte ao da primeira apresentação (art. 24, LUG). (D) Prescreve em 3 anos (art. 70, LUG). (E) Súmula 387, STF. *Alternativa E*.

3901. (Juiz – TJ-RS – 2009) Considere as assertivas abaixo relativas à prescrição da ação cambial.

I. Prescreve em um ano a ação dos endossantes uns contra os outros ou contra o sacador, a contar do dia em que o endossante pagou a letra ou em que ele próprio foi acionado.

II. Prescreve em um ano a contar da data do protesto feito em tempo útil ou da data do vencimento, quando se tratar de letra que contenha cláusula sem despesas, a ação cambial do portador contra os endossantes e contra o sacador e seus avalistas.

III. Prescreve em cinco anos, a contar do vencimento do título, a ação cambial contra o aceitante e seus avalistas.

Quais são corretas?

(A) Apenas I

(B) Apenas II

(C) Apenas III

(D) Apenas I e III

(E) I, II e III

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 70, 3ª alínea, LUG. O item II está correto, de acordo com o art. 70, 2ª alínea, LUG. O item III está incorreto, de acordo com o art. 70, 1ª alínea, LUG. *Alternativa B*.

3902. (Juiz – TJDFT – 2011) A pretensão à execução da duplicata prescreve:

(A) em três (3) anos, contados da data do vencimento do título, contra o sacado e respectivos avalistas;

(B) em um (1) ano, contado da data do protesto, contra o endossante e seus avalistas;

(C) em um (1) ano, contado da data em que haja sido efetuado o pagamento do título, de qualquer dos coobrigados contra os demais;

(D) todas as alternativas acima (a, b, c) são corretas.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 18, Lei n. 5.474/68. *Alternativa D*.

3903. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) Um dos efeitos do título à ordem é

(A) a obtenção de novo título pelo adquirente, em seu nome, se o título original contiver o nome do primitivo proprietário.
(B) a obrigação do subscritor de cumprir a prestação somente se o título lhe for apresentado.
(C) o direito do endossatário de obter a averbação do registro do emitente, desde que se comprove a autenticidade das assinaturas de todos os endossantes.
(D) a subsistência da obrigação do emissor, ainda que o título tenha entrado em circulação contra a sua vontade, pois o título, por si só, já encerra a obrigação do subscritor ou emissor.
(E) a possibilidade de endosso-pignoratício, que contém a cláusula "valor em penhor" e por meio do qual o endossante transfere tão somente a posse do título cambial ao endossatário, que assume o dever de não deixar perecer o direito nele contido.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 918, CC. *Alternativa E.*

3904. (Advogado – TRENSURB – 2010 – BIORIO) No que tange aos títulos de crédito é correto afirma que:

(A) os juros, em relação à duplicata mercantil, incidem a partir do protesto do título;
(B) na letra de câmbio o aceite é obrigatório na hipótese de o sacado ser devedor do sacador ou tomador;
(C) a oposição é uma forma de sustação do cheque efetivada exclusivamente pelo emitente;
(D) a nota promissória não admite a modalidade "*a certo termo da vista*", por falta de previsão legal;
(E) a execução da letra de câmbio deve ser ajuizada contra o devedor principal e seu avalista em 5 anos, a contar do vencimento.

RESPOSTA (A) Art. 40, Lei n. 9.492/97. (B) O aceite é facultativo na Letra de Câmbio. (C) A oposição é ato do emitente e do portador (art. 36, Lei n. 7.357/85). (D) É possível a emissão da nota promissória a certo termo da vista (art. 78, LUG). (E) O prazo de prescrição contra o devedor principal e seu avalista é de 3 anos (art. 70, LUG). *Alternativa A*.

3905. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) Com relação aos avais simultâneos,

(A) o pagamento do título por um dos avalistas libera os demais avalistas de um possível direito de regresso em favor do que pagou.
(B) assim como nos avais sucessivos, dependem da ordem cronológica para a atribuição da responsabilidade do avalista.
(C) um avalista se torna avalista dos outros.
(D) o pagamento do título por um dos avalistas não libera o devedor principal do direito de regresso em favor do que pagou.

RESPOSTA Ensina André Luiz Santa Cruz Ramos que: "(...) nos avais simultâneos os avalistas são considerados uma só pessoa, razão pela qual assumem responsabilidade solidária regida pelas regras do direito civil. Em suma: eles dividem a dívida, razão pela qual se um deles pagá-la integralmente ao credor, terá direito de regresso contra o devedor principal relativo ao total da dívida, mas terá direito de regresso contra o outro avalista apenas em relação à sua parte" (*Direito empresarial esquematizado*, p. 486). *Alternativa D*.

3906. (Advogado – IRB – 2006 – ESAF) O Código Civil – Lei n. 10.406/2002 – ao incluir disposições sobre matéria cambiária, trouxe importante modificação doutrinária que consiste em

(A) positivar a definição de Vivante.
(B) ampliar os tipos de documentos cambiários.

(C) gerar incerteza relativamente à circulação de direitos cambiários.
(D) aproximar direitos cambiários dos cambiariformes.
(E) facultar, no exercício da autonomia privada, a criação de documentos constitutivos.

RESPOSTA A partir do Código Civil, passou-se a admitir a emissão de títulos de crédito atípicos. *Alternativa E*.

3907. (Advogado – CMB – 2009 – CESGRANRIO) Qual conceito/uso abaixo NÃO se aplica a cheque como título de crédito?

(A) O cheque é papel de curso forçado, ou seja, todos os empresários e todas as sociedades empresárias estão obrigados a aceitar o referido título de crédito, conforme determina a Lei n. 9.069/95 (Lei do Plano Real).
(B) O cheque deve ser apresentado a pagamento, no prazo de 30 dias da emissão, se for cheque da mesma praça e, em 60 dias da emissão, se for cheque de praças distintas.
(C) O cheque é uma ordem de pagamento à vista sacada contra um banco e com base em suficiente provisão de fundos depositados pelo sacador em mãos do sacado ou decorrente de contrato de abertura de crédito entre ambos.
(D) O cheque é título de crédito de modelo vinculado cuja emissão somente pode ser feita em documento padronizado, fornecido em talões pelo banco sacado ao correntista.
(E) O cheque pode ser emitido contra o próprio banco sacador, desde que não ao portador.

RESPOSTA (A) Não há previsão nesse sentido. (B) Art. 33, Lei n. 7.357/85. (C) Art. 4º, Lei n. 7.357/85. (D) De acordo com André Luiz Santa Cruz Ramos, o cheque deve seguir "os padrões fixados pelo Banco Central" (*Direito empresarial esquematizado*, p. 452). (E) Art. 9º, III, Lei n. 7.357/85. *Alternativa A*.

3908. (Juiz – TRF-4 – 2010) Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

I. O portador de um cheque emitido na mesma praça, mesmo tendo apresentado o título ao sacado, perderá o direito de executá-lo, caso não tome a iniciativa de promover a execução, se decorridos mais de 180 dias da data de sua emissão.
II. Em se tratando o cheque de um documento formal, valerá apenas como princípio de prova de dívida no caso de ser apresentado sem constar o local de sua emissão.
III. Ocorrendo a prescrição da via executiva, terá o portador o prazo de 2 (dois) anos a contar da data da emissão do cheque para promover a ação de enriquecimento ilícito contra o emitente.
IV. O cheque pós-datado não poderá ser apresentado ao sacador se ocorrer a morte do emitente em data anterior à ajustada para a sua apresentação.

(A) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
(B) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
(C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
(D) Estão corretas todas as assertivas.
(E) Nenhuma assertiva está correta.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 47, § 3º, c/c art. 33, Lei n. 7.357/85. O item II está incorreto, de acordo com o art. 2º, II, Lei n. 7.357/85. O item III está incorreto, de acordo com o art. 61, Lei n. 7.357/85. O item IV está incorreto, de acordo com o art. 32, Lei n. 7.357/85. *Alternativa E*.

3909. (Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF) Com base no que dispõe o Código Civil Brasileiro sobre Títulos de Crédito, julgue os itens a seguir, assinalando, ao final, a opção com a resposta correta.

I. ( ) A omissão de algum requisito legal que tire do documento sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
II. ( ) Invalida o título de crédito a cláusula que exclua ou restrinja direitos e obrigações além dos limites fixados em lei.
III. ( ) O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval, total ou parcial.
IV. ( ) O aval posterior ao vencimento do título de crédito não produz efeitos.
V. ( ) O pagamento parcial do título não pode ser recusado pelo credor, se no seu vencimento.
(A) V, F, F, F, F
(B) V, F, V, V, V
(C) F, V, F, V, V
(D) V, F, F, F, V
(E) V, V, V, F, F

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 888, CC. O item II está incorreto, de acordo com o art. 890, CC. O item III está incorreto, de acordo com o art. 897, *caput* e parágrafo único, CC. O item IV está incorreto, de acordo com o art. 900, CC. O item V está correto, de acordo com o art. 902, § 1º, CC. *Alternativa D*.

3910. **(Advogado – REFAP – 2007 – CESGRANRIO)** Constituem três componentes obrigatórios da duplicata mercantil, título de crédito representativo de uma operação de compra e venda mercantil:
(A) denominação “duplicata”, número da fatura e assinatura do emitente.
(B) denominação “duplicata”, número da fatura e data de emissão da fatura.
(C) denominação “duplicata”, assinatura do emitente e data de emissão da fatura.
(D) número da fatura, assinatura do emitente e informação sobre encargos aplicáveis em caso de atraso no pagamento.
(E) nome e domicílio do vendedor, assinatura do emitente e informação sobre encargos aplicáveis em caso de atraso no pagamento.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 2º, § 1º, Lei n. 5.474/68. *Alternativa A*.

3911. **(Auditor – RFB – 2012 – ESAF)** A respeito da nota promissória, do cheque e da duplicata, assinale a opção correta.
(A) O cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação.
(B) Enquanto o cheque é uma ordem de pagamento à vista, a duplicata e a nota promissória não podem ser emitidas à vista.
(C) A nota promissória, o cheque e a duplicata são títulos causais.
(D) Não é lícito ao comprador resgatar a duplicata antes de aceitá-la ou antes da data do vencimento.
(E) Para ser admitido o endosso de uma nota promissória, é necessária a previsão expressa da cláusula “à ordem”.

RESPOSTA (A) Art. 32, Lei n. 7.357/85. (B) A duplicata e a nota promissória admitem vencimento à vista. (C) Somente a duplicata é título causal. (D) Art. 9º, Lei n. 5.474/68. (E) Art. 77 c/c art. 11, LUG. *Alternativa A*.

3912. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Emitida cédula de crédito comercial representativa de uma dívida:

I. sua inadimplência poderá redundar, caso mencionada a circunstância no documento, na aplicação de juros capitalizados mensalmente;
II. a cédula de crédito comercial é promessa de pagamento em dinheiro, com garantia real, cedularmente constituída;
III. a cédula de crédito comercial não poderá ser redescontada;
IV. importa em vencimento antecipado da dívida resultante da cédula, independentemente de aviso ou de interpelação judicial, a inadimplência de qualquer obrigação do emitente do título ou, sendo o caso, do terceiro prestante da garantia real.

Está correto apenas o contido em

(A) II e IV.
(B) II e III.
(C) II, III e IV.
(D) II.
(E) I, II e IV.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 11, § 2º, Decreto-lei n. 413/69, c/c o art. 5º, Lei n. 6.840/80. O item II está correto, de acordo com o art. 9º, Decreto-lei n. 413/69, c/c o art. 5º, Lei n. 6.840/80. O item III está incorreto, de acordo com o art. 36, Decreto-lei n. 413/69, c/c o art. 5º, Lei n. 6.840/80. O item IV está correto, de acordo com o art. 11, *caput*, Decreto-lei n. 413/69, c/c o art. 5º, Lei n. 6.840/80. *Alternativa E*.

3913. **(Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO)** Em relação às normas aplicáveis aos títulos de crédito industrial, considere as afirmativas que se seguem.

I. A cédula de crédito industrial representa promessa de pagamento em dinheiro, com garantia real, cedularmente constituída.
II. A nota de crédito industrial representa ordem de pagamento em dinheiro, sem garantia real.
III. A cédula de crédito industrial pode ser garantida por penhor cedular, alienação fiduciária e hipoteca cedular.
IV. A cédula e a nota de crédito industrial são documentos que representam mercadorias ou bens e permitem sua livre disponibilidade, a exemplo do *warrant* e conhecimento de depósito.

Está correto APENAS o que se afirma em

(A) I e III
(B) I e IV
(C) II e III
(D) II e IV
(E) III e IV

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 9º, Decreto-lei n. 413/69. O item II está incorreto, de acordo com o art. 15, Decreto-lei n. 413/69. O item III está correto, de acordo com o art. 19, Decreto-lei n. 413/69. O item IV está incorreto, de acordo com os arts. 9º e 15, Decreto-lei n. 413/69. *Alternativa A*.

3914. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Quanto à Cédula de Produto Rural (CPR), assinale a alternativa incorreta.

(A) A garantia cedular da obrigação poderá consistir em hipoteca, penhor ou alienação fiduciária.
(B) A CPR pode ser emitida apenas pelo produtor rural.
(C) A CPR é título líquido e certo, exigível pela quantidade e qualidade de produto nela previsto.
(D) A CPR deverá conter, dentre outros requisitos: data de entrega, promessa pura e simples de entregar o produto, sua indicação e as especificações de qualidade e quantidade, local e condições

de entrega, assinatura do emitente.

RESPOSTA (A) Art. 5º, Lei n. 8.929/94. (B) Art. 2º, Lei n. 8.929/94. (C) Art. 4º, Lei n. 8.929/94. (D) Art. 3º, Lei n. 8.929/94. *Alternativa B*.

3915. (Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO) Em relação à natureza jurídica da cédula de crédito bancário, o referido título de crédito representa

(A) promessa de pagamento em dinheiro emitida por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira ou a esta equiparada, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.
(B) promessa de pagamento em dinheiro emitida por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira ou a esta equiparada, decorrente de operação de compra e venda mercantil.
(C) ordem de pagamento em dinheiro emitida por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira ou a esta equiparada, decorrente de operação de compra e venda mercantil.
(D) ordem de pagamento em dinheiro emitida por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira ou a esta equiparada, decorrente de prestação de serviços.
(E) ordem de pagamento em dinheiro emitida por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira ou a esta equiparada, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 26, Lei n. 10.931/2004. *Alternativa A*.

3916. (Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO) No complexo sistema de crédito adotado no Brasil, existem vários títulos que podem circular no mercado. Um deles é a Letra de Crédito Imobiliário. Nos termos da legislação especial, NÃO é item obrigatório para constar no referido título o(a)

(A) nome da instituição emitente
(B) nome do titular
(C) valor nominal
(D) número de ordem
(E) cláusula não à ordem, se endossável

RESPOSTA Em conformidade com o art. 12, § 1º, Lei n. 10.931/2004. *Alternativa E*.

3917. (Juiz – TJ-RS – 2009) Sobre protesto, considere as assertivas abaixo.

I. A legislação vigente exime o tabelião de protesto da responsabilidade de investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade do título ou documento de dívida, responsabilizando-o apenas pela observância dos seus caracteres formais que obstam o registro do protesto.
II. Segundo o *caput* do art. 21 da Lei n. 9.492/1997, o protesto será tirado por falta de pagamento, de aceite ou de devolução. No caso de duplicata ou triplicata encaminhada a protesto, aceita ou não, depois de vencida, o protesto será necessariamente por falta de pagamento.
III. Para o cancelamento do registro do protesto, na hipótese de protesto em que tenha figurado apresentante por endosso-mandato, será necessária, além da declaração de anuência passada pelo credor-endossante, a do apresentante-mandatário.

Quais são corretas?

(A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas I e II

(E) I, II e III

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 9º, Lei n. 9.492/97. O item II está correto, de acordo com o § 2º, do art. 21, Lei n. 9.492/97. O item III está incorreto, de acordo com o art. 26, § 2º, Lei n. 9.492/97. *Alternativa D*.

3918. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** É correto afirmar que o cancelamento do protesto, após quitação do débito,

(A) é ônus do credor.
(B) é ônus do devedor.
(C) é ônus do tabelião de protestos, que deverá proceder de ofício.
(D) dependerá sempre de intervenção do Poder Judiciário, mediante alvará ou mandado, conforme seja jurisdição voluntária ou contenciosa.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 26, Lei n. 9.492/97. *Alternativa B.*

VI. Contratos Empresariais

3919. **(Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL)** Sobre o regime jurídico dos contratos empresariais, assinale a alternativa correta:

I. A alienação fiduciária em garantia transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem, tornando-se o alienante ou devedor em possuidor direto e depositário com todas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem de acordo com a lei civil e penal.
II. Considera-se arrendamento mercantil, o negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para uso próprio desta, existindo a opção de compra ou renovação de contrato, como faculdade do arrendatário.
III. No contrato de agência, salvo ajuste diverso por escrito, o proponente pode constituir, ao mesmo tempo, mais de um agente, na mesma zona, com idêntica incumbência.
IV. No contrato de agência, salvo estipulação diversa, todas as despesas com a agência ou distribuição correm a cargo do proponente.
V. No contrato de representação, prevendo o contrato a exclusividade de zona ou zonas, ou quando este for omisso, fará jus o representante à comissão pelos negócios aí realizados, ainda que diretamente pelo representado ou por intermédio de terceiros.

Alternativas:

(A) somente as alternativas I, II e III estão corretas;
(B) somente as alternativas II, III e IV estão corretas;
(C) somente as alternativas I, II e V estão corretas;
(D) somente as alternativas II, IV e V estão corretas;
(E) todas as alternativas estão corretas.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 1.361, CC. O item II está correto, de acordo com o art. 1º, parágrafo único, c/c art. 5º, *a*, ambos da Lei n. 6.099/74. O item III está incorreto, de acordo com o art. 711, CC. O item IV está incorreto, de acordo com o art. 713, CC. O item V está correto, de acordo com o art. 714, CC. *Alternativa C*.

3920. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Relativamente à compra e venda, aponte a alternativa correta.

(A) Anulável será o contrato quando se deixar ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
(B) É lícito aos contratantes estipular o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação, ou sujeitá-lo à taxa de mercado ou de bolsa, em certo e determinado dia e lugar, ou ainda ao arbítrio de terceiro que prometerem designar.
(C) A venda feita a contento do comprador entende-se realizada sob condição resolutiva, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue, e não se reputará perfeita, enquanto o adquirente não manifestar seu agrado.
(D) É ilícita a compra e venda entre cônjuges.
(E) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.

RESPOSTA (A) Art. 489, CC. (B) Arts. 486 e 487, CC. (C) Art. 509, CC. (D) Art. 499, CC. (E) Art. 503, CC. *Alternativa B*.

3921. **(Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO)** Caso um importador, na qualidade de pessoa jurídica, venha a adquirir produtos do fabricante sediado no exterior, de forma habitual e com intuito de lucro, para fins de revenda a estabelecimentos comerciais atacadistas, tem-se, nesse caso, contrato de

(A) mútuo
(B) franquia
(C) *leasing* financeiro
(D) *leasing* operacional
(E) compra e venda mercantil

RESPOSTA (A) Art. 586, CC. (B) Art. 2º, Lei n. 8.955/94. (C) Art. 5º, Resolução 2.309/96-BACEN. (D) Art. 6º, Resolução 2.309/96-BACEN. (E) Art. 481, CC. *Alternativa E.*

3922. **(Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO)** Suponha que uma empresa asiática, pretendendo ingressar no ramo de exploração de petróleo em águas profundas, tenha contratado a Petrobras para transmissão de tecnologia e comercialização de técnica de construção de plataformas de petróleo *offshore*. Por força do contrato, a Petrobras se comprometeria a executar a construção e a treinar pessoal do contratante capaz de operar a plataforma, além de prestar suporte técnico a essa empresa. De acordo com os contratos em espécie, trata-se de contrato de

(A) *know-how*.
(B) empreitada.
(C) *franchising*.
(D) *engineering*.
(E) assistência técnica.

RESPOSTA De acordo com Vera Helena de Mello Franco, no contrato de *engineering*, “os serviços podem variar desde a mera consulta até um projeto de reestruturação financeira ou incluir a administração e a manutenção da coordenação financeira ou, ainda, acompanhar o desenvolvimento das diversas etapas da implantação de um complexo industrial” (*Contratos:* direito civil e empresarial, p. 383). *Alternativa D*.

3923. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** É correto afirmar, à luz da jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, que constitui título executivo extrajudicial

(A) o contrato de abertura de crédito, desde que acompanhado de extrato da conta corrente.
(B) nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito.

(C) o contrato de cheque especial.

(D) o instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito.

RESPOSTA (A) Súmula 233, STJ. (B) Súmula 258, STJ. (C) Súmula 247, STJ. (D) Súmula 300, STJ. *Alternativa D.*

3924. **(Juiz – TRF-4 – 2010)** O contrato de conta corrente é um dos mais usuais na área bancária, estabelecendo-se relação na qual o banco se compromete a receber os valores remetidos pelo cliente ou por terceiros, bem assim a cumprir as ordens de pagamentos emitidas até o limite do valor depositado ou, firmado também pacto de abertura de crédito, até o limite estabelecido. Muitas vezes ocorrem problemas na execução desses contratos, dando causa a inúmeras ações que tramitam no judiciário brasileiro. Dadas as assertivas abaixo sobre os contratos de conta corrente e de abertura de crédito, assinale a alternativa correta.

I. O contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato da conta corrente, não é título executivo, mas, instruído com demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória.

II. O instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.

III. Nos contratos bancários é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.

IV. A renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores.

V. Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato.

(A) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

(B) Estão corretas apenas as assertivas I, IV e V.

(C) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.

(D) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e IV.

(E) Estão corretas todas as assertivas.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com as Súmulas 233 e 247, STJ. O item II está correto, de acordo com a Súmula 300, STJ. O item III está correto, de acordo com a Súmula 381, STJ. O item IV está correto, de acordo com a Súmula 286, STJ. O item V está correto, de acordo com a Súmula 294, STJ. *Alternativa E.*

3925. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Sobre o contrato de seguro, é INCORRETO afirmar que

(A) a principal obrigação da seguradora, em todo contrato de seguro, é a de pagar a indenização, na hipótese de ocorrer o sinistro. Assim, desde que não haja sinistro, a seguradora não tem nenhuma obrigação a cumprir perante o segurado.

(B) é fundamental para a caracterização do contrato de seguro a existência de riscos predeterminados, ou seja, anteriores à celebração do contrato, residindo aí uma das diferenças entre seguro, jogo e aposta.

(C) não é possível celebrar mais de um contrato de seguro de dano em relação ao mesmo objeto (exemplo: contratos de seguro do mesmo automóvel por duas seguradoras diferentes).

(D) admite-se a celebração de mais de um contrato de seguro em relação à vida de uma pessoa (exemplo: dois contratos de seguro de vida em relação à mesma pessoa).

(E) o capital estipulado no seguro de vida não é considerado herança.

RESPOSTA (A) Arts. 761, 765, 767, 772 e 775, CC. (B) Art. 757, CC. (C) Arts. 778 e 782, CC. (D) Art. 789, CC. (E) Art. 794, CC. *Alternativa A.*

3926. **(Juiz – TJDFT – 2011)** No contrato de *leasing* que contenha cláusula resolutiva expressa, tornando-se a empresa arrendatária inadimplente, a empresa arrendadora:

(A) pode ajuizar diretamente ação de reintegração de posse, sendo desnecessária a notificação prévia da empresa arrendatária para constituí-la em mora;

(B) pode ajuizar ação de reintegração de posse, uma vez notificada previamente a empresa arrendatária, sem que tenha devolvido o bem arrendado;

(C) pode buscar e apreender extrajudicialmente o bem arrendado, porque o contrato considera-se resolvido com o inadimplemento, em face da cláusula resolutiva expressa;

(D) nenhuma das alternativas acima (a, b e c) é correta.

RESPOSTA A Súmula 369, STJ, informa que "no contrato de arrendamento mercantil (*leasing*), ainda que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora". A jurisprudência predominante do STJ indica a ação de reintegração de posse, enquanto medida judicial a favor do arrendador, em face da inadimplência da arrendatária. *Alternativa B*.

3927. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta com relação ao contrato de arrendamento mercantil (*leasing*).

(A) Deve o comprador suportar os prejuízos do furto do veículo, se não providenciou a contratação de seguro para garantir o bem arrendado.

(B) No contrato de arrendamento mercantil (*leasing*), é dispensável a notificação prévia do arrendatário, para constituí-lo em mora, quando houver cláusula resolutiva expressa.

(C) A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, ressalvada a hipótese em que o arrendatário se compromete, por expresso, a pagar o seguro DPVAT quando obteve financiamento para aquisição de veículo.

(D) Por força da Lei n. 8.880/94, não é permitida a utilização da variação da cotação de moeda estrangeira (como o dólar) a título de correção monetária de contrato.

RESPOSTA (A) Art. 7º, IX, *b*, Resolução 2.309/96-BACEN. (B) Súmula 369, STJ. (C) Súmula 293, STJ. (D) Art. 6º, Lei n. 8.880/94. *Alternativa A*.

3928. **(Juiz – TJDFT – 2011)** A espécie de *leasing* em que o bem arrendado já pertence à empresa arrendadora é:

(A) *leasing* financeiro;

(B) *leasing* de retorno;

(C) *leasing* operacional;

(D) nenhuma das alternativas acima (a, b, c) é correta.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 6º, Resolução 2.309/96-BACEN. *Alternativa C*.

VII. Falências

3929. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) É competente a Justiça Federal para decretar falência ou deferir processamento da recuperação judicial de sociedade de economia mista cuja acionista majoritária seja a União.

(B) É competente a Justiça Estadual para decretar falência ou deferir processamento da recuperação judicial de sociedade de economia mista cuja acionista majoritária seja a União.

(C) É competente o juízo do foro eleito pela assembleia geral, ao aprovar o respectivo estatuto, para

decretar falência ou deferir processamento da recuperação judicial de sociedade operadora de plano de assistência à saúde.

(D) É competente o juízo do local da filial para decretar falência ou deferir processamento da recuperação judicial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 3º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3930. (Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR) Considere as afirmativas a respeito das manifestações processuais nos processos de falência e de recuperação judicial de empresas, nos termos da Lei 11.101/05:

I. O prazo de apresentação de contestação pelo devedor em um pedido de falência é de 15 (quinze) dias.

II. O recurso cabível em face da sentença que decretar a falência do devedor é o Recurso de Apelação.

III. O prazo para que o devedor apresente o plano de recuperação judicial é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial.

IV. A ação revocatória é o procedimento trazido pelo legislador falimentar para tornar nulos os atos do empresário praticados durante o termo legal fixado na sentença declaratória de falência, com a intenção de prejudicar credores.

Está(ão) CORRETA(S):

(A) Apenas as afirmativas I, III e IV.

(B) Apenas a afirmativa III.

(C) Apenas as afirmativas II, III e IV.

(D) Apenas as afirmativas I, II e IV.

(E) As afirmativas I, II, III e IV.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 98, Lei n. 11.101/2005. O item II está incorreto, de acordo com o art. 100, Lei n. 11.101/2005. O item III está correto, de acordo com o art. 53, Lei n. 11.101/2005. O item IV está incorreto, de acordo com os arts. 129 e 130, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B*.

3931. (Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB) No que tange à falência, prevista na Lei n. 11.101/2005, é correto afirmar:

(A) O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, inclusive as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas pela Lei n. 11.101/2005, em que o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo.

(B) Promove o afastamento do devedor de suas atividades, visando a preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa.

(C) A decretação da falência não determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios ilimitada e solidariamente responsáveis.

(D) A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis não acarreta a falência destes.

(E) O proprietário de bem arrecadado no processo de falência ou que se encontre em poder do devedor na data da decretação da falência não poderá pedir a sua restituição.

RESPOSTA (A) Art. 76, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 75, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 77, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 81, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 85, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B*.

3932. (Procurador – SaoLeo-RS – 2010 – CONSULPLAN) De acordo com a Lei de

Falência e Recuperação Judicial (Lei n. 11101, de 09 de fevereiro de 2005), marque a alternativa INCORRETA:

(A) O devedor não pode pedir a sua própria falência.

(B) O administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

(C) Caberá ao devedor ou à massa falida arcar com as despesas relativas à remuneração do administrador judicial e das pessoas eventualmente contratadas para auxiliá-lo.

(D) Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz, depois de ouvido o Comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial.

(E) Da decisão que decreta a falência cabe agravo, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe apelação.

RESPOSTA (A) Art. 97, I, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 21, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 25, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 66, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 100, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3933. **(Defensor – DPE-RO – 2007 – FJPF)** O recurso cabível da sentença que decreta a falência do devedor empresário é:

(A) embargo

(B) apelação

(C) *ex-officio*

(D) mandado de segurança

(E) agravo de instrumento

RESPOSTA Em conformidade com o art. 100, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa E*.

3934. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Acerca da atuação do Ministério Público e a Lei de Recuperação Judicial de Empresas e Falências, assinale a alternativa correta:

(A) o Ministério Público deve participar em todas as fases do processo sob pena de nulidade dos atos praticados;

(B) o Ministério Público nunca atua em qualquer fase dos processos de recuperação judicial ou falências;

(C) o Ministério Público deve ser intimado pessoalmente para opinar sobre a indicação do administrador judicial;

(D) o Ministério Público pode impugnar o quadro geral de credores e promover a ação revocatória dos atos praticados com a intenção de prejudicar credores;

(E) o Ministério Público deve emitir parecer sobre a fixação de remuneração do administrador judicial.

RESPOSTA O Ministério Público só atuará diante de expressa previsão da Lei de Falências e Recuperação de Empresas. Em conformidade com os arts. 8º e 132, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3935. **(Defensor – DPE-RO – 2007 – FJPF)** O requerimento de falência pode ser formulado exclusivamente por:

(A) credor quirográfico

(B) credor empresário

(C) credor hipotecário

(D) qualquer credor
(E) credor civil

RESPOSTA Em conformidade com o art. 97, IV, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3936. **(Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO)** A Lei n. 11.101/2005, Lei de Falências, aplica-se à

(A) sociedade seguradora
(B) entidade de previdência complementar
(C) instituição financeira pública ou privada
(D) sociedade empresária e ao empresário
(E) empresa pública e à sociedade de economia mista

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3937. **(Auditor – RFB – 2012 – ESAF)** Assinale a opção em que todas as categorias mencionadas sujeitam-se à falência.

(A) Sociedade anônima, empresário, sociedade limitada registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
(B) Sociedade cooperativa e sociedade limitada registrada na junta comercial.
(C) Sociedade limitada registrada na junta comercial, empresário e sociedade simples.
(D) Sociedade anônima, sociedade limitada registrada na junta comercial e empresário que exerce atividade rural e está registrado na junta comercial.
(E) Companhia e sociedade cooperativa de trabalho.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3938. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Na falência, pode-se afirmar que a *vis attractiva*

(A) é absoluta, atraindo todos os processos para o juízo falimentar.
(B) não é absoluta, mas atrai para o juízo falimentar as ações em que se demanda quantia ilíquida.
(C) é relativa, uma vez que as causas fiscais podem prosseguir no juízo de origem.
(D) é relativa somente em relação às causas fiscais, sendo absoluta em relação a todas as demais.
(E) é relativa, porquanto depende, na sistemática da nova lei (Lei n. 11.101/2005), da opção feita pelo administrador judicial no melhor interesse da massa.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 76, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

3939. **(Auditor – RFB – 2012 – ESAF)** Sobre a Lei n. 11.101/2005, assinale a opção incorreta.

(A) É dever do falido depositar em cartório, no ato de assinatura do termo de comparecimento, os seus livros obrigatórios, a fim de serem entregues ao administrador judicial, depois de encerrados por termos assinados pelo juiz.
(B) Na falência, os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas, têm prioridade sobre os créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.
(C) Constitui crime falimentar deixar de elaborar, escriturar ou autenticar, antes ou depois da sentença

que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar o plano de recuperação extrajudicial, os documentos de escrituração contábil obrigatórios.

(D) No caso de crime falimentar de fraude a credores, a pena é aumentada se o devedor manteve ou movimentou recursos ou valores paralelamente à contabilidade exigida pela legislação.

(E) Os Registros Públicos de Empresas manterão banco de dados público e gratuito, disponível na rede mundial de computadores, contendo a relação de todos os devedores falidos ou em recuperação judicial.

RESPOSTA (A) Art. 104, II, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 83, II e III, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 178, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 168, § 2º, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 196, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B*.

3940. **(Juiz – TRT-21 – 2012)** A respeito da recuperação judicial e da falência, é incorreto afirmar:

(A) constituem meios de recuperação judicial, observada a legislação pertinente a cada caso, dentre outros: a cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente; o aumento de capital social; o trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados; e a redução salarial, compensação de horários e redução da jornada dos empregados, mediante acordo ou convenção coletiva;

(B) na falência e na recuperação extrajudicial de sociedades, os seus sócios, diretores, gerentes, administradores e conselheiros, de fato ou de direito, bem como o administrador judicial, equiparam-se ao devedor ou falido para todos os efeitos penais decorrentes desta Lei, na medida de sua culpabilidade;

(C) a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e das ações e execuções movidas em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário, não podendo esta suspensão ultrapassar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação;

(D) por se tratar de crédito privilegiado, as execuções de natureza trabalhista e fiscal não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica;

(E) as disposições contidas na Lei 11.101/2005 não são aplicáveis à empresa pública, sociedade de economia mista, instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.

RESPOSTA (A) Art. 50, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 179, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 6º, *caput* e § 4º, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 6º, §§ 5º e 7º, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 2º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3941. **(Promotor – MP-PB – 2011)** Assinale a alternativa errada:

(A) No juízo concursal referente à falência, o Ministério Público não atua como parte, mas como interveniente, fiscalizando o cumprimento da lei, bem como o interesse público.

(B) Na recuperação judicial ou na falência, não são exigíveis do devedor as obrigações a título gratuito.

(C) A decretação de falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

(D) As despesas judiciais e extrajudiciais que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, inclusive as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor, não são exigíveis do empresário ou sociedade empresária.

(E) *Abstenção de resposta.*

RESPOSTA O art. 5º, II, Lei n. 11.101/2005, determina que não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígios com o devedor. *Alternativa D*.

3942. (Juiz – TRT-14 – 2011) Assinale a alternativa correta, quanto aos efeitos da falência em relação aos contratos do falido.

(A) O vendedor pode obstar a entrega das coisas expedidas ao devedor e ainda em trânsito, se o comprador, antes do requerimento da falência, as tiver revendido, em fraude, à vista das faturas e conhecimentos de transporte, entregues ou remetidos pelo vendedor.

(B) Se o devedor vendeu coisas compostas e o administrador judicial resolver não continuar a execução do contrato, poderá o comprador pôr à disposição da massa falida as coisas já recebidas, pedindo perdas e danos.

(C) Não tendo o devedor entregue coisa móvel ou prestado serviço que vendera ou contratara a prestações, e resolvendo o administrador judicial executar o contrato, o crédito relativo ao valor pago será habilitado na classe própria.

(D) O administrador judicial, ouvido o comitê, restituirá a coisa móvel comprada pelo devedor sem reserva de domínio do vendedor se resolver não continuar a execução do contrato, exigindo a devolução, nos termos do contrato, dos valores pagos.

(E) As contas correntes com o credor consideram-se encerradas no momento da declaração da falência, verificando-se o respectivo saldo.

RESPOSTA (A) Art. 119, I, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 119, II, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 119, III, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 119, IV, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 121, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B*.

3943. (Juiz – TJ-RS – 2009) Sobre a Lei n. 11.101/2005 (Lei de Falência e Recuperação de Empresas), assinale a assertiva incorreta.

(A) O Comitê é um órgão consultivo e de fiscalização da recuperação judicial e pode ser constituído por qualquer classe de credores da sociedade.

(B) A convolação em falência se dará, entre outras hipóteses, no caso de a sociedade empresária não cumprir o plano homologado ou aprovado pelo juiz.

(C) A homologação obrigatória, na recuperação extrajudicial, se dará quando o devedor conseguir obter a adesão de parte significativa dos seus credores ao plano de recuperação.

(D) À semelhança da sociedade empresária, o empresário individual está sujeito à falência e pode pleitear recuperação judicial, atendidos os respectivos pressupostos.

(E) Tem legitimidade para convocar a assembleia de credores, além do juiz, qualquer credor legalmente admitido, independentemente do valor de seu crédito.

RESPOSTA (A) Art. 26, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 73, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 163, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 1º, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 36, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa E*.

3944. (Advogado – BADESC – 2010 – FGV) Com relação ao tema Efeitos da Decretação da Falência, considere as afirmativas a seguir.

I. Os contratos bilaterais se resolvem *ex lege* pela decretação da falência, podendo ser cumpridos somente para a manutenção e preservação da massa falida, mediante autorização do administrador judicial.
II. O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, cessará seus efeitos com a decretação da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão.
III. A decretação da falência preserva o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação, os quais poderão permanecer na posse dos credores até o encerramento do processo falimentar.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
(B) se somente a afirmativa II for verdadeira.
(C) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
(D) se somente as afirmativas I e III forem corretas.
(E) se todas as afirmativas forem corretas.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 117, Lei n. 11.101/2005. O item II está correto, de acordo com o art. 120, Lei n. 11.101/2005. O item III está incorreto, de acordo com o art. 116, I, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B*.

3945. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Nos termos da Lei 11.101/05, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, no que tange ao Pedido de Restituição, assinale a afirmativa correta.

(A) A restituição de coisa vendida a crédito e entregue ao devedor, nos 15 (quinze) dias anteriores ao requerimento de sua falência, poderá ser pedida se ainda não alienada.
(B) A sentença que reconhecer o direito do requerente determinará a entrega da coisa no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
(C) A apelação com efeito suspensivo da sentença que julgar o pedido de restituição, é cabível.
(D) O autor do pedido de restituição, que pretender receber o bem ou a quantia reclamada antes do trânsito em julgado da sentença, não precisará prestar caução.
(E) O pedido de restituição não suspende a disponibilidade da coisa até o trânsito em julgado.

RESPOSTA (A) Art. 85, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 88, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 90, *caput*, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 90, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 91, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3946. **(Juiz – TRT-23 – 2012)** Com base nas disposições da Lei n. 11.101/2005, que regula a recuperação Judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta.

I. Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as obrigações a título gratuito e as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, inclusive, as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.
II. É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.
III. É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença.

IV. As disposições da Lei n. 11.101/2005 aplicam-se também às empresas públicas e às sociedades de economia mista visto que possuem natureza de pessoa jurídica de direito privado.
V. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da proscrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, o que não se aplica, contudo, aos credores particulares dos sócios, sejam solidários ou não à sociedade, em vista da distinção dentre as pessoas dos sócios e da sociedade bem como de seus respectivos patrimônios.
(A) Apenas as proposições I, II e III estão corretas e as demais estão incorretas.
(B) Apenas as proposições II e III estão corretas e as demais estão incorretas.
(C) Apenas as proposições II, III e V estão corretas e as domais estão incorretas.
(D) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas e as demais estão incorretas.
(E) Todas as proposições estão incorretas.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 5º, Lei n. 11.101/2005. O item II está correto, de acordo com o art. 3º, Lei n. 11.101/2005. O item III está correto, de acordo com o art. 6º, § 2º, Lei n. 11.101/2005. O item IV está incorreto, de acordo com o art. 2º, I, Lei n. 11.101/2005. O item V está incorreto, de acordo com o art. 6º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B*.

3947. (Procurador – MPT – 2009) Analise as proposições seguintes sobre a Lei de Falências e de Recuperação de Empresas e assinale a alternativa INCORRETA:
(A) A simples apresentação de plano de recuperação, no prazo da contestação, impede a decretação da falência com base na impontualidade injustificada;
(B) O pedido de falência perde, em parte, a característica de medida coercitiva utilizável na cobrança de dívida. Exemplo de mencionada afirmação é que, só é cabível o pedido de falência se o valor da dívida em atraso for superior a 40 salários mínimos.
(C) O Ministério Público, na falência, é obrigado a intervir em todos os processos em que seja parte, ou interessada a massa falida.
(D) As vítimas de acidente de trabalho passam a concorrer com os empregados titulares de direitos trabalhistas, estes limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor.
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 96, VII, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 94, I, Lei n. 11.101/2005. (C) Tal previsão não encontra amparo legal. (D) Art. 83, I, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

3948. (Juiz – TJDFT – 2011) Referindo-se aos personagens, instituições e órgãos que participam do processo falimentar, considere as preposições abaixo formuladas e assinale a incorreta:
(A) O órgão do *Parquet* está presente na falência e na recuperação judicial, com o fim precípuo de impedir que tais se transformem num meio de exploração lucrativo, que possa redundar em notórios e graves prejuízos à economia e, em consequência, à sociedade;
(B) O comitê de credores é facultativo, porquanto depende para a sua constituição da complexidade da falência ou da recuperação judicial, recaindo sobre si a fiscalização das atividades do administrador judicial;
(C) Pesa sobre o administrador judicial a administração e representação dos interesses dos credores e do falido, agindo como órgão ou agente auxiliar da justiça, sendo-lhe lícito, inclusive, desde que comprovadas a sua boa-fé e lisura na condução do seu encargo, e por ordem expressa do Juiz, adquirir bens da massa falida ou de devedor em recuperação judicial;
(D) Inserem-se como atribuições da assembleia-geral de credores aprovar, rejeitar ou modificar o plano de recuperação judicial, a constituição do comitê de credores, bem assim a adoção de modalidades de realização de ativo.

RESPOSTA A aquisição de bens da massa falida ou do devedor em recuperação judicial constitui crime, previsto no art. 177, Lei n. 11.101/2005, não sendo lícito, de nenhum modo, ao administrador judicial fazê-lo. *Alternativa C*.

3949. (Advogado – BADESC – 2010 – FGV) Constitui fundamento do pedido de falência, a hipótese de o devedor, no prazo estabelecido, deixar de cumprir:

(A) a obrigação assumida perante o Comitê de Credores.
(B) a obrigação assumida por meio de títulos de créditos, líquidos e certos.
(C) a obrigação assumida no plano de recuperação judicial.
(D) a obrigação assumida no processo de execução fiscal.
(E) a obrigação assumida no processo de execução extrajudicial.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 94, III, *g*, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

3950. (Juiz – TRT-16 – 2011) Sobre a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, considerando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I. Quanto a empresa que tenha sede no Brasil, é competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local de qualquer filial que primeiro despachar, tornando-se prevento.
II. As despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência serão cobradas, à exceção das custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.
III. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.
IV. O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, inclusive as causas trabalhistas.

(A) Somente a afirmativa III está correta.
(B) Somente a afirmativa I está correta.
(C) Somente a afirmativa IV está correta.
(D) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 3º, Lei n. 11.101/2005. O item II está incorreto, de acordo com art. 5º, II, Lei n. 11.101/2005. O item III está correto, de acordo com o art. 6º, Lei n. 11.101/2005. O item IV está incorreto, de acordo com o art. 76, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3951. (Advogado – CASAL – 2010 – FUNDEPES) Segundo a nova Lei das Falências (Lei n. 11.101/05), assinale a opção correta.

(A) Os créditos fiscais têm preferência sobre os créditos com garantia real, haja vista a predominância que deve existir do interesse público sobre o privado.
(B) A iniciativa do devedor empresário em reunir-se com seus credores, a fim de negociar situação mais vantajosa para o cumprimento de suas obrigações, caracteriza ato de falência.
(C) A sociedade em comum não tem legitimidade ativa para postular a falência, mas poderá ter a sua própria falência declarada, ocasião em que todos os sócios responderão ilimitadamente pelas obrigações sociais.
(D) Da sentença que julgar procedente o pedido de falência do devedor empresário caberá recurso de

apelação para a instância superior.

(E) A falência do devedor empresário poderá ser declarada quando houver inadimplemento no pagamento de título de crédito, independentemente de seu valor.

RESPOSTA (A) Art. 83, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 94, III, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 105 c/c art. 81, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 100, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 94, I, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

3952. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Sobre a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, de acordo com a Lei n. 11.101/2005, é CORRETO afirmar que:

(A) A lei n. 11.101/2005 é aplicável às sociedades de economia mista.

(B) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial não suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

(C) Na falência, o administrador judicial não poderá, sem autorização judicial, após ouvidos o Comitê e o devedor no prazo comum de 2 (dois) dias, transigir sobre obrigações e direitos da massa falida e conceder abatimento de dívidas, ainda que sejam consideradas de difícil recebimento.

(D) Na recuperação judicial, os titulares de créditos retardatários, inclusive os titulares de créditos derivados da relação de trabalho, não terão direito a voto nas deliberações da assembleia-geral de credores.

(E) Após a homologação do quadro-geral de credores, aqueles que não habilitaram seu crédito não poderão requerer ao juízo da falência ou da recuperação judicial a retificação do quadro-geral para inclusão do respectivo crédito.

RESPOSTA (A) Art. 2º, I, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 6º, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 22, § 3º, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 10, § 1º, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 10, § 6º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

3953. **(Juiz – TRT-23 – 2012)** Com base nas disposições da Lei n. 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário ou da sociedade empresária, assinale a alternativa correta.

(A) O plano de recuperação judicial não poderá propor prazo superior a 6 (seis) meses para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

(B) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 10 (dez) salários mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 6 (seis) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

(C) Na falência, quanto à classificação dos créditos, os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição e excetuadas as multas tributárias, preferem aos créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado, ante a prevalência do interesse público sobre o privado, no particular.

(D) Na falência, quanto à classificação dos créditos objeto de concurso, aqueles saldos dos créditos derivados da legislação do trabalho que excederem o limite de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor não ocupam o ápice da posição preferencial, mas são considerados, contudo, ainda assim, créditos com privilégio geral e preferenciais, portanto, aos créditos meramente quirografários.

(E) Na falência, as remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares e os créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência são considerados extraconcursais e serão pagos com

procedência, inclusive, aos demais créditos trabalhistas e decorrentes de acidentes de trabalho.

RESPOSTA (A) Art. 54, *caput*, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 54, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 83, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 83, I, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 84, I, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa E*.

3954. **(Advogado – CEEE – 2010 – FUNDATEC)** Não se sujeitam à falência:

(A) As sociedades anônimas de capital aberto.
(B) As sociedades de economia mista.
(C) As sociedades em comum.
(D) Os empresários individuais.
(E) As sociedades em nome coletivo.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 2º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B*.

3955. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Em matéria de execução concursal, assinale a alternativa incorreta.

(A) Estão excluídas do regime falimentar as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
(B) Estão excluídas do regime falimentar as sociedades arrendadoras, que tenham por objeto exclusivo a exploração de "leasing", sujeitas ao mesmo regime de liquidação extrajudicial previsto para as instituições financeiras.
(C) Estão excluídas do regime falimentar as sociedades que se dediquem a administração de consórcios, fundos mútuos e outras atividades assemelhadas.
(D) Estão excluídas do regime falimentar as entidades abertas de previdência complementar e as de capitalização nas mesmas lições que as seguradoras.
(E) Estão excluídas do regime falimentar as operadoras de planos privados de assistência à saúde, que se submetam ao regime de liquidação extrajudicial pela ANS – Agência Nacional de Saúde.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 2º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B*.

3956. **(Advogado – COFEN – 2011 – CONSULPLAN)** A sentença que decreta a falência, de acordo com entendimento majoritário na doutrina, tem natureza:

(A) Declaratória.
(B) Constitutiva.
(C) Declaratório-constitutiva.
(D) Constitutivo-declaratória.
(E) Negativa.

RESPOSTA O entendimento é o de que a sentença falimentar tem natureza constitutiva por alterar a situação jurídica do empresário. *Alternativa B*.

3957. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta. Decretada a falência de comerciante,

(A) fica suspenso o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.
(B) resolvem-se os contratos bilaterais.
(C) extinguir-se-á desde logo o mandato por ele conferido, antes da falência, objetivando a sua representação judicial.
(D) o vendedor pode obstar a entrega das coisas expedidas ao devedor e ainda em trânsito, mesmo se o

comprador, antes do requerimento da falência, as tiver revendido, sem fraude, à vista das faturas e conhecimentos de transporte, entregues ou remetidos pelo vendedor.

(E) quando ele for o locador, resolve-se o contrato de locação, e, quando locatário, o administrador judicial não poderá denunciá-lo.

RESPOSTA (A) Art. 116, II, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 117, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 120, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 119, I, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 119, VII, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3958. **(Juiz – TJDFT – 2011)** A norma de regência preconiza que "será decretada a falência do devedor que, sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados, cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos na data do pedido de falência". À luz da inteligência *supra*, considere as proposições formuladas abaixo e assinale a incorreta:

(A) Há pespego à formação de litisconsórcio de credores para que, acudindo ao comando legal, se reúnam de molde a formatar o valor exigido, superior a 40 (quarenta) salários mínimos, na perspectiva do requerimento falimentar;

(B) Com a expressão "sem razão relevante", objetiva-se evidenciar a falta de motivo, fundamento ou causa capaz de justificar o estado moroso, fazendo-se presumir o absoluto inadimplemento, sendo certo que, se sobrevier fato modificativo ou extintivo, deverá ser suscitado na oportunidade de defesa;

(C) O valor superior a 40 (quarenta) salários mínimos, na data do ajuizamento, reporta-se ao importe original da obrigação, sem a perspectiva de atualização monetária e incidência de juros;

(D) A situação determina a condição necessária de empresarialidade e o importe mínimo de obrigação líquida e certa, no teto de 40 (quarenta) salários mínimos vigentes, no propósito de se impedirem somas irrisórias que pudessem tisnar a relação custo/benefício do procedimento.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 94, I e § 1º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3959. **(Advogado – COFEN – 2011 – CONSULPLAN)** "Otabol Ltda. teve sua falência decretada." Em tal caso, os sócios:

(A) Também terão sua falência decretada.

(B) Não serão afetados pela falência.

(C) Sua responsabilidade será apurada no próprio juízo da falência, independentemente da realização do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo, observado o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil.

(D) Perderão a livre disponibilidade de seus bens.

(E) Perderão a livre administração de seus bens.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 82, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

3960. **(Advogado – BNDES – 2008 – CESGRANRIO)** Nos termos da Lei n. 11.101 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência), de 9 de fevereiro de 2005, e da Lei n. 10.406 (Código Civil), de 10 de janeiro de 2002, integram a classe de credores titulares de créditos com garantia real aqueles cujos créditos estão garantidos por

(A) usufruto, aval e penhor.

(B) aval, penhor e anticrese.

(C) fiança, hipoteca e penhor.

(D) anticrese, penhor e hipoteca.
(E) hipoteca, anticrese e fiança.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 1.419, CC, e com o art. 83, II, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3961. (Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL) Sobre o regime jurídico falimentar, assinale a alternativa correta:

I. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem: i) os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; iii) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, incluindo-se as multas; iv) créditos com privilégio especial; v) créditos com privilégio geral; vi) créditos quirografários; vii) créditos subordinados.
II. Os créditos trabalhistas cedidos a terceiros serão considerados quirografários.
III. Serão considerados créditos extraconcursais e serão pagos com precedência sobre os concursais, os créditos relativos a obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados após a decretação da falência, e tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência, respeitada a mesma ordem estabelecida para os créditos concursais.
IV. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
V. Quanto ao pagamento dos créditos devidos às pessoas jurídicas de direito público, o concurso de preferência se verifica na seguinte ordem: i) Municípios, conjuntamente e pró rata; ii) Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pró rata; e, por fim, iii) União.

Alternativas:

(A) somente as alternativas I, II e III estão corretas;
(B) somente as alternativas II, III e IV estão corretas;
(C) somente as alternativas I, IV e V estão corretas;
(D) somente as alternativas II, III e V estão corretas;
(E) todas as alternativas estão corretas.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 83, Lei n. 11.101/2005. O item II está correto, de acordo com o art. 83, § 4º, Lei n. 11.101/2005. O item III está correto, de acordo com o art. 84, V, Lei n. 11.101/2005. O item IV está correto, de acordo com o art. 187, *caput*, CTN. O item V está incorreto, de acordo com o art. 187, parágrafo único, CTN. *Alternativa B*.

3962. (Advogado – BNDES – 2008 – CESGRANRIO) Considerando a ordem de classificação dos créditos na falência, qual dos créditos abaixo listados será pago com preferência sobre os demais aqui indicados?

(A) Tributário.
(B) Trabalhista cedido a terceiro.
(C) Comercial com privilégio geral.
(D) Comercial com privilégio especial.
(E) Decorrente da remuneração devida ao administrador judicial.

RESPOSTA (A) Arts. 84, V, e 83, III, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 83, § 4º, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 83, V, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 83, IV, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 84, I, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa E.*

3963. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Sobre o estabelecimento, a falência e a

recuperação de empresas, assinale a opção incorreta.

(A) Na realização do ativo na falência, dar-se-á maior preferência à alienação da empresa, com a venda de seus estabelecimentos em bloco.

(B) Constitui meio de recuperação judicial o trespasse ou o arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados.

(C) O estabelecimento alienado na falência estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, salvo quanto às derivadas da legislação do trabalho.

(D) É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

(E) É ineficaz perante a massa falida a venda do estabelecimento feita sem o consentimento expresso ou pagamento de todos os credores, a esse tempo existentes, não tendo restado ao devedor bens suficientes para solver o passivo.

RESPOSTA (A) Art. 140, I, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 50, VII, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 141, II, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 3º, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 129, VI, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

3964. **(Procurador – MPT – 2008)** Extinguem-se as obrigações do falido com:

I. o pagamento de todos os créditos;

II. o pagamento, depois de realizado todo o ativo, de mais de 50% do passivo quirografário, sendo facultado depósito para atingir esta porcentagem;

III. o decurso do prazo de cinco anos, contado do encerramento da falência, se o falido não tiver sido condenado por prática de crime falimentar;

IV. o decurso do prazo de dez anos, contado do encerramento da falência se o falido tiver sido condenado por prática de crime falimentar.

De acordo com as assertivas acima pode-se afirmar que:

(A) todas as alternativas são incorretas;

(B) apenas as alternativas I e II são corretas;

(C) apenas as alternativas III e IV são incorretas;

(D) Todas as alternativas são corretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 158, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D.*

VIII. Recuperação de Empresas

3965. **(Promotor – MPDFT – 2011)** A respeito da Recuperação de Empresas, prevista na Lei n. 11.101/05, analise os enunciados:

I. Para legitimar-se ao pedido de recuperação judicial é suficiente que o empresário comprove o exercício de atividade econômica exposta ao risco de falência.

II. Também se sujeita aos efeitos da recuperação da empresa, o credor cuja obrigação constituiu-se após a impetração do benefício, podendo seu crédito ser alterado ou novado pelo Plano de Recuperação Judicial.

III. As sociedades de economia mista e as empresas públicas não podem pleitear a recuperação judicial.

IV. O Ministério Público pode impugnar a relação de credores, requerer a substituição do administrador judicial e recorrer da concessão da recuperação judicial.

São corretas as proposições:

(A) III e IV.
(B) II e IV.
(C) II e III.
(D) II, III e IV.
(E) I, III e IV.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 48, Lei n. 11.101/2005. O item II está incorreto, de acordo com o art. 49, Lei n. 11.101/2005. O item III está correto, de acordo com o art. 2º, I, Lei n. 11.101/2005. O item IV está correto, de acordo com os arts. 8º e 59, § 2º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3966. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** É correto afirmar que pode requerer recuperação judicial o devedor que

(A) não tenha, há menos de cinco anos, obtido concessão de recuperação judicial.
(B) exerça regularmente suas atividades há mais de cinco anos.
(C) não tenha, há menos de cinco anos, obtido parcelamento de débitos inscritos na dívida ativa da União, Estados ou Municípios.
(D) não tenha, há menos de cinco anos, seu nome inscrito em cadastros de devedores inadimplentes.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 48, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3967. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** A recuperação judicial das sociedades empresárias tem por finalidade

(A) facilitar a reorganização da atividade empresarial.
(B) facilitar a continuidade da empresa.
(C) dar maior segurança aos trabalhadores com a preservação de postos de trabalho.
(D) substituir a concordata preventiva.
(E) manter a atividade econômica quando detectada crise estrutural da empresa.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 47 e com o entendimento da doutrina. *Alternativa A*.

3968. **(Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO)** À luz da Lei n. 11.101/05, estão compreendidas no rol de pessoas autorizadas a requerer recuperação judicial as

(A) empresas públicas.
(B) instituições financeiras.
(C) sociedades seguradoras.
(D) sociedades de economia mista.
(E) concessionárias de serviço público.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 195, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa E*.

3969. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** No que diz respeito à recuperação de empresas, assinale a alternativa correta.

(A) Apesar da importância da assembleia geral de credores no procedimento recuperatório, não pode o juiz deferir cautelares para sua suspensão, a pedido de eventuais credores, em razão de discussão judicial sobre a validade ou existência de seus respectivos créditos.
(B) Para que uma determinada sociedade empresária, constituída após a entrada em vigor da Lei de Recuperação de empresas, possa pretender recuperação judicial, precisará demonstrar,

cumulativamente: não ser falida; não ter, há menos de cinco anos, obtido concessão de recuperação judicial; não ter, há menos de oito anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial; e não ter como administrador ou sócio controlador pessoa condenada por qualquer dos crimes falimentares.

(C) A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, de modo a preservar-lhe a atividade econômica, promover a função social da empresa e o estímulo à atividade econômica. Em razão disso, o procedimento de recuperação se aplica a todos os tipos de sociedades anônimas, consideradas empresariais por excelência.

(D) A Lei de Recuperação de empresas estende os efeitos da recuperação judicial a todos os créditos existentes e válidos na data do pedido, mesmo que não vencidos.

RESPOSTA (A) Art. 40, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 48, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 47 c/c art. 2º, I, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 49, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3970. **(Promotor – MP-PB – 2011)** Em relação à recuperação judicial, é correto afirmar:

(A) Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.

(B) Poderá ser requerida por devedor que, no momento do pedido, exerça regular ou irregularmente suas atividades há mais de 3 (três) anos.

(C) Pode ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente, exigindo-se, no caso deste último, que seja o administrador da empresa.

(D) A ela estão sujeitos todos os créditos existentes na data do pedido, desde que já estejam vencidos.

(E) *Abstenção de resposta.*

RESPOSTA (A) Art. 49, § 1º, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 48, *caput*, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 48, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 49, *caput*, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3971. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Leia as afirmativas sobre o Plano de Recuperação Judicial.

I. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convolação em falência.

II. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 2 (dois) anos para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho, vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

III. Quanto aos créditos de natureza estritamente salarial, vencidos nos 4 (quatro) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, o plano não poderá prever prazo superior a 90 (noventa) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador.

IV. O plano de recuperação judicial deverá conter: (I) discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; (II) demonstração de sua viabilidade econômica; e (III) laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou por empresa especializada.

Está correto, apenas, o que se afirma em

(A) I, III e IV.

(B) I e III.

(C) I e IV.

(D) II e III.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 53, Lei n. 11.101/2005. O item II está incorreto, de acordo com o art. 54, *caput*, Lei n. 11.101/2005. O item III está incorreto, de acordo com o art. 54, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005. O item IV está correto, de acordo com os incisos I, II e III, do art. 53, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

3972. **(Advogado – BNDES – 2008 – CESGRANRIO)** Em relação ao Plano de Recuperação Judicial previsto na Lei n. 11.101 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência), de 9 de fevereiro de 2005, é INCORRETO afirmar que este

(A) deverá ser apresentado pelo devedor no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial.
(B) deverá conter laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.
(C) deverá conter demonstração de sua viabilidade econômica.
(D) poderá sofrer objeções por parte dos credores a ele sujeitos.
(E) não poderá sofrer alterações, após sua apresentação em juízo, ainda que aprovadas pelos credores.

RESPOSTA (A) Art. 53, *caput*, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 53, III, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 53, II, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 55, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 56, § 3º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa E*.

3973. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Considere as proposições formuladas abaixo e assinale a correta:

(A) Deferido o processamento da recuperação judicial, ou decretada a falência do devedor, todas as ações e execuções individuais sofrem a força atrativa do Juízo da execução coletiva ou do procedimento coletivo de recuperação judicial, que as suspende por tempo indeterminado, até que a ele compareçam os credores para habilitar os seus créditos;
(B) Posto que a Lei de Falências preconize que podem contestar a impugnação os credores cujos créditos foram impugnados, o moderno entendimento se direciona no sentido de que qualquer interessado, provando essa sua condição, pode contestar a impugnação no prazo de cinco dias, carreando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputar necessárias;
(C) Segundo a legislação de regência, a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição. Nesse contexto, a nota promissória, ainda que prescrita, constitui título hábil a instruir requerimento de falência;
(D) O deferimento do processamento da recuperação judicial pode, a critério do Juiz, redundar na suspensão de execução de natureza fiscal, sendo certo que, na falência, os créditos fiscais e previdenciários deverão ser comunicados ao Juízo falimentar, a fim de que sejam liquidados na ordem estabelecida pela lei.

RESPOSTA (A) Na recuperação judicial, a suspensão é por 180 dias (art. 6º, § 4º, Lei n. 11.101/2005). (B) Art. 11, Lei n. 11.101/2005. (C) Título de crédito prescrito não serve para instruir requerimento de falência (art. 96, II, Lei n. 11.101/2005). (D) A execução fiscal não se suspende com o deferimento da recuperação judicial (art. 6º, § 7º, Lei n. 11.101/2005). *Alternativa B*.

3974. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Analise as proposições abaixo com base na Lei 11.101, de 9-2-2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária:

I. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, exceto aquelas dos credores particulares do sócio solidário e as execuções de natureza fiscal.
II. Na recuperação judicial, a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções em

face do devedor, em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

III. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes do trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial e não poderá prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

IV. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convolação em falência.

V. A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida, sendo, todavia, desnecessária a citação destes para apresentar contestação, se assim o desejarem, ante a presunção de conhecimento da ação de falência já dirigida à sociedade empresária.

(A) somente as proposições I, II e V são corretas.

(B) somente as proposições III, IV e V são corretas.

(C) somente as proposições II, III e IV são corretas.

(D) somente as proposições I, II e III são corretas.

(E) todas as proposições são corretas.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 6º, Lei n. 11.101/2005. O item II está correto, de acordo com o art. 6º, § 4º, Lei n. 11.101/2005. O item III está correto, de acordo com o art. 54, Lei n. 11.101/2005. O item IV está correto, de acordo com o art. 53, Lei n. 11.101/2005. O item V está incorreto, de acordo com o art. 81, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa C*.

3975. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** De acordo com a Lei n. 11.101/05, que dispõe sobre a recuperação judicial e falência de empresas, o prazo para o pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho, a ser observado no respectivo plano de recuperação:

(A) não poderá ser superior a um ano;

(B) não poderá ser maior que seis meses;

(C) não poderá ser superior a dezoito meses;

(D) não poderá ser superior a noventa dias, em relação aos créditos de natureza estritamente salarial;

(E) não poderá ser superior a sessenta dias, em relação aos créditos de natureza estritamente salarial e aqueles decorrentes de acidente de trabalho.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 53, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3976. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial:

I. quando houver sido rejeitado o plano de recuperação;

II. por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação;

III. pela não apresentação, pelo devedor, do plano de recuperação no prazo improrrogável de trinta dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial;

IV. se o devedor, sem previsão no plano de recuperação judicial, procede à liquidação precipitada de

seus ativos.

É correto apenas o que se afirma em

(A) I, II e IV.
(B) I, II e III.
(C) I e II.
(D) II.
(E) IV.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 73, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3977. **(Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL)** Sobre o regime jurídico de Falência e Recuperação, assinale a alternativa correta:

I. O devedor que preencher os requisitos para o pedido de recuperação judicial poderá propor e negociar com credores plano de recuperação extrajudicial, porém não se sujeitam à recuperação extrajudicial, além daqueles credores que não se sujeitam a recuperação judicial, os titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho.
II. O plano de recuperação extrajudicial poderá contemplar o pagamento antecipado de dívidas.
III. O devedor não poderá requerer a homologação de plano extrajudicial, se estiver pendente pedido de recuperação judicial ou se houver obtido recuperação judicial ou homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de dois anos.
IV. Após a distribuição do pedido de homologação, os credores não poderão desistir da adesão ao plano, salvo com a anuência expressa dos demais signatários.
V. O devedor poderá, também, requerer a homologação de plano de recuperação extrajudicial que obriga a todos os credores por ele abrangidos, desde que assinado por credores que representem mais de metade de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.

Alternativas:

(A) somente as alternativas I, II e III estão corretas;
(B) somente as alternativas II, III e IV estão corretas;
(C) somente as alternativas I, IV e V estão corretas;
(D) somente as alternativas I, III e IV estão corretas;
(E) todas as alternativas estão corretas.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 161, Lei n. 11.101/2005. O item II está incorreto, de acordo com o art. 161, § 2º, Lei n. 11.101/2005. O item III está correto, de acordo com o art. 161, § 3º, Lei n. 11.101/2005. O item IV está correto, de acordo com o art. 161, § 4º, Lei n. 11.101/2005. O item V está incorreto, de acordo com o art. 163, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3978. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Sobre a recuperação extrajudicial, assinale a alternativa CORRETA:

(A) o devedor não poderá requerer a homologação de plano extrajudicial, se estiver pendente pedido de recuperação judicial ou se houver obtido recuperação judicial ou homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de 2 (dois) anos;
(B) constitui um procedimento exclusivamente extrajudicial, não sujeito à apreciação ou homologação judicial;
(C) o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial acarreta suspensão de direitos, ações ou execuções;

(D) após a distribuição do pedido de homologação, os credores poderão desistir da adesão ao plano, independentemente da anuência expressa dos demais signatários;
(E) o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial acarreta na impossibilidade do pedido de decretação de falência pelos credores não sujeitos ao plano de recuperação extrajudicial.

RESPOSTA (A) Art. 161, § 3º, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 162, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 161, § 4º, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 161, § 5º, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 161, § 4º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3979. (Procurador – MPT – 2008) A respeito da recuperação extrajudicial assinale a alternativa CORRETA:

(A) os credores trabalhistas, tributários, titulares de posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóveis cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, e de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio e o credor decorrente de adiantamento de contrato de câmbio para exportação, não serão atingidos pelo plano de recuperação extrajudicial;
(B) para simplesmente procurar seus credores e tentar encontrar, junto com eles, uma saída negociada para a crise, o empresário ou sociedade empresária precisará atender aos requisitos da Lei para a recuperação extrajudicial;
(C) não haverá qualquer requisito a ser preenchido pelo empresário e a sociedade empresária para requerer a homologação do acordo de recuperação extrajudicial;
(D) a desistência da adesão ao plano por parte do credor poderá ocorrer a qualquer momento, independentemente da distribuição do pedido de homologação;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 161, § 1º, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 161, *caput*, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 161 c/c art. 48, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 161, § 5º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

3980. (Promotor – MP-GO – 2010) No pertinente à recuperação extrajudicial pode-se afirmar o seguinte:

(A) O devedor não poderá requerer a homologação de plano extrajudicial, se estiver pendente pedido de recuperação judicial ou se houver obtido recuperação judicial ou homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de 5 (cinco) anos;
(B) Após a distribuição do pedido de homologação, os credores não poderão desistir da adesão ao plano, salvo com a anuência expressa dos demais signatários;
(C) Os credores terão o prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da publicação do edital, para impugnarem o plano, juntando a prova de seu crédito;
(D) O plano de recuperação extrajudicial também se aplica a titulares de créditos derivados da legislação do trabalho.

RESPOSTA (A) Art. 161, § 3º, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 161, § 5º, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 164, § 2º, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 161, § 1º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B*.

IX. Propriedade Industrial (Marcas & Patentes)

3981. (Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR) Sobre patentes, assinale a alternativa correta.

(A) Para vir a ser patenteada, uma invenção precisaria atender aos requisitos da novidade, uso prático e aplicação industrial.
(B) Se um determinado inventor obtém a patente de sua invenção, é lícito supor que poderá exercer o

direito de impedir terceiros, sem seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar o produto objeto da patente pelo prazo de 20 anos a contar da data da concessão da patente.

(C) A proibição de patenteabilidade de material biológico, no todo ou em parte, não abrange as plantas geneticamente modificadas que possam vir a ter aplicação industrial.

(D) Embora a falta do pagamento da retribuição anual devida ao INPI seja hipótese de extinção da patente, é possível, contudo, restaurá-la mediante solicitação e pagamentos específicos.

RESPOSTA (A) Art. 8º, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 40, parágrafo único, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 18, parágrafo único, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 87, Lei n. 9.279/96. *Alternativa D*.

3982. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** São patenteáveis:

I. descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos;

II. o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação;

III. técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos para aplicação no corpo humano;

IV. a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

Está correto apenas o contido em

(A) I, II e IV.

(B) I, II e III.

(C) II, III e IV.

(D) II e IV.

(E) IV.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 10, I, Lei n. 9.279/96. O item II está correto, de acordo com o art. 9º, Lei n. 9.279/96. O item III está incorreto, de acordo com o art. 10, VIII, Lei n. 9.279/96. O item IV está correto, de acordo com o art. 8º, Lei n. 9.279/96. *Alternativa D*.

3983. **(Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO)** Considere as afirmativas elencadas abaixo, com base no Código de Propriedade Industrial (Lei n. 9.279/1996).

I. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos, e a de modelo de utilidade pelo prazo de 15 (quinze) anos contados da data de depósito.

II. O registro do desenho industrial vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data do depósito, prorrogável por 3 (três) períodos sucessivos de 5 (cinco) anos cada.

III. São considerados como invenção e modelo de utilidade as obras literárias, arquitetônicas e científicas.

IV. Não se considera desenho industrial qualquer obra de caráter puramente artístico.

Está correto APENAS o que se afirma em

(A) I e II

(B) I e IV

(C) II e III

(D) II e IV

(E) III e IV

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 40, Lei n. 9.279/96. O item II está incorreto, de acordo com o art. 108, Lei n. 9.279/96. O item III está incorreto, de acordo com o art. 10, IV, Lei n. 9.279/96. O item IV está correto, de acordo com o art. 98, Lei n. 9.279/96. *Alternativa B*.

3984. (Advogado – IPT – 2011 – VUNESP) Aponte a afirmativa correta com relação às patentes.

(A) O prazo de vigência da patente de invenção não será inferior a 15 anos, a contar da data de concessão.

(B) É assegurado ao titular da patente o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, desde a data de publicação do pedido.

(C) A patente de modelo de utilidade vigorará pelo prazo de 20 anos, contados da data de depósito.

(D) A invenção poderá ser patenteada desde que esteja compreendida no estado da técnica.

(E) Considera-se invenção patenteável a técnica cirúrgica para aplicação no corpo animal.

RESPOSTA (A) Art. 40, parágrafo único, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 44, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 40, *caput*, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 8º c/c art. 11, Lei n. 9.279/96. (E) Art. 10, VIII, Lei n. 9.279/96. *Alternativa B*.

3985. (Advogado – CESP – 2009 – VUNESP) Pode(m) ser objeto de concessão de patente:

(A) métodos matemáticos.

(B) micro-organismos transgênicos.

(C) regras de jogo.

(D) apresentação de informações.

(E) materiais biológicos encontrados na natureza.

RESPOSTA Em conformidade com os arts. 10 e 18, Lei n. 9.279/96. *Alternativa B*.

3986. (Juiz – TJ-RS – 2009) A respeito da Lei n. 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial), assinale a assertiva correta.

(A) O pedido de patente de invenção terá de se referir a uma única invenção ou a um grupo de invenções inter-relacionadas de maneira a compreenderem um único conceito inventivo.

(B) São patenteáveis invenções mesmo que contrárias à moral, aos bons costumes e à segurança.

(C) O pedido de patente retirado ou abandonado não necessita ser publicado.

(D) A patente de invenção vigorará pelo prazo de dez anos, e a de modelo de utilidade, pelo prazo de cinco anos contados da data do depósito.

(E) Prescreve em três anos a ação para reparação de dano causado ao direito de propriedade industrial.

RESPOSTA (A) Art. 22, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 18, I, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 29, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 40, Lei n. 9.279/96. (E) Art. 225, Lei n. 9.279/96. *Alternativa A*.

3987. (Promotor – MP-RS – 2009) Considere as afirmações abaixo, relativas à propriedade industrial:

I. Para os fins e efeitos da Lei n. 9.279, de 14/05/1996, que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, programas de computador em si são considerados invenções ou modelos de utilidade, conforme a sua utilidade funcional.

II. É patenteável como modelo de utilidade a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial.

III. O fato de o inventor, 15 (quinze) meses antes da data do depósito do pedido de patente, ter detalhado o seu objeto, em palestra proferida em evento científico, não exclui seu direito de obter a respectiva patente, dado que a divulgação, nesse caso, foi procedida pelo próprio inventor.

Quais estão INCORRETAS?

(A) Apenas I.
(B) Apenas II.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas III.
(E) I, II e III.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 10, V, Lei n. 9.279/96. O item II está incorreto, de acordo com o art. 9º, Lei n. 9.279/96. O item III está incorreto, de acordo com o art. 12, I, Lei n. 9.279/96. *Alternativa E*.

3988. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Assinale a alternativa correta.

(A) O desenho industrial se refere a resultado visual novo e original que tenha aplicação industrial e permita uma melhor fruição do produto.
(B) O pedido de registro de desenho industrial pode ser feito de modo a incluir ilimitadas variações sobre o resultado visual, desde que se destinem ao mesmo propósito e contenham a mesma característica preponderante.
(C) A marca de produto se destina a distinguir um produto de outro idêntico ou semelhante, podendo, para tanto, utilizar-se de cores, indicações geográficas ou letras.
(D) O detentor de marca notória em seu ramo de atividade pode pretender que seja indeferido pedido, de terceiro, de registro de sua marca, mesmo não tendo registrado ou depositado sua marca no Brasil.

RESPOSTA (A) Art. 95, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 104, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 123, I, c/c art. 181, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 126, Lei n. 9.279/96. *Alternativa D*.

3989. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** A proteção jurídica do desenho industrial

(A) não poderá ser garantida a qualquer obra de caráter puramente artístico.
(B) depende da obtenção de patente.
(C) ocorre independentemente do registro, por se tratar de direito de autor.
(D) depende do registro, que não poderá ser prorrogado, como no caso das marcas.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 98, Lei n. 9.279/96. *Alternativa A*.

3990. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** A ação de perdas e danos pelo uso de marca comercial prescreve em:

(A) 2 anos.
(B) 3 anos.
(C) 5 anos.
(D) 10 anos.
(E) 20 anos.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 225, Lei n. 9.279/96. *Alternativa C*.

X. Outros Temas

3991. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** A decretação da liquidação extrajudicial da instituição financeira não se dará *ex officio:*

(A) em razão de ocorrências que comprometam sua situação econômica ou financeira e, especialmente

quando deixar de satisfazer, com pontualidade, seus compromissos ou quando se caracterizar qualquer dos motivos que autorizem a declaração de falência.

(B) quando a administração violar gravemente as normas legais e estatutárias que disciplinam a atividade da instituição, bem como as determinações do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições legais.

(C) quando, cassada a autorização para funcionar, a instituição não iniciar, nos 90 (noventa) dias seguintes, sua liquidação ordinária, ou quando, iniciada esta, o Banco Central do Brasil verificar que a morosidade de sua administração pode acarretar prejuízo para os credores.

(D) quando por proposta do interventor, forem expostos circunstanciadamente os motivos justificadores da medida.

(E) quando a instituição sofrer prejuízo que sujeite a risco anormal seus credores quirografários.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 15, Lei n. 6.024/74. *Alternativa D*.

3992. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Sobre a tutela da concorrência, é correto afirmar que

(A) a estrutura de mercado em oligopólio caracteriza per se um ato de deslealdade competitiva que deve ser punido após processo administrativo no CADE.

(B) a concorrência é apenas um dos marcadores de eficiência no mercado, de modo que uma estrutura de mercado em monopólio pode ser considerada lícita.

(C) as práticas de concorrência desleal dependem de algum ato de abuso de poder econômico para ocorrer.

(D) o poder de mercado é um fenômeno que deve ser coibido pelas legislações antitrustes, devido a sua potencialidade de ilicitude.

RESPOSTA Em conformidade com o art. 36, Lei n. 12.529/2011. *Alternativa B.*

3993. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Quanto ao vício do produto e do serviço, nos termos da Lei Federal n. 8.078/90, assinale a alternativa incorreta.

(A) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor prejudicado exigir, de imediato, independentemente da natureza e extensão do vício ou da essencialidade do produto, o desfazimento do negócio e restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

(B) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto, considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.

(C) A Lei Federal n. 8.078/90 também se aplica aos serviços públicos, sejam eles prestados diretamente por órgãos públicos, ou por meio de empresas públicas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, devendo tais serviços ser prestados de forma adequada, eficiente, segura e, quanto aos essenciais, contínua.

(D) São vedadas disposições contratuais que: (I) excluam a garantia legal de adequação do produto ou serviço, ou (II) impossibilitem, exonerem ou atenuem a obrigação de indenizar o consumidor pelo

vício do produto ou serviço.

RESPOSTA (A) Art. 18, Lei n. 8.078/90. (B) Art. 21, Lei n. 8.078/90. (C) Art. 6º, X, Lei n. 8.078/90. (D) Arts. 24 e 25, Lei n. 8.078/90. *Alternativa A.*

XI. Temas Mistos

3994. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Analise os itens abaixo e responda em seguida:

I. Como o aval e a fiança são garantias acessórias, o vício que atinge a obrigação principal se transmite à obrigação do garante.

II. Segundo o Código Civil, na sociedade em comum, todos os sócios assumem responsabilidade sem limite pelas obrigações sociais, sendo direta a responsabilidade do sócio que contratou pela sociedade e subsidiária a dos demais sócios.

III. Exaurido o patrimônio da sociedade limitada, cujo capital social não foi totalmente integralizado, pode o credor executar qualquer dos sócios quotistas, mesmo aquele que já integralizou a sua quota social.

IV. A duplicata mercantil é título de crédito causal, enquanto o cheque e a nota promissória são títulos de crédito abstratos.

(A) São corretos os itens I e II.
(B) São corretos os itens I e III.
(C) São corretos os itens I, II e IV.
(D) São corretos os itens II, III e IV.
(E) São corretos os itens I, III e IV.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 32, 2ª alínea, LUG. O item II está correto, de acordo com o art. 990, CC. O item III está correto, de acordo com o art. 1.052, CC. O item IV está correto, porque a duplicata mercantil só pode ser emitida em razão de compra e venda mercantil, enquanto cheque e nota promissória poderão ser emitidos em razão de qualquer negócio jurídico. *Alternativa D*.

3995. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O liquidante da sociedade empresária, que não seja seu administrador, investir-se-á nas funções com a averbação de sua nomeação no registro próprio.

(B) O sócio minoritário de uma sociedade limitada poderá ser excluído da sociedade, por decisão da maioria dos sócios, representativa de, no mínimo, metade do capital social, se estes entenderem que está pondo em risco a continuidade da empresa, desde que prevista no contrato social a exclusão por justa causa.

(C) O acionista que alienar ações de uma sociedade anônima ficará solidariamente responsável com o adquirente, pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da transferência das ações, pelo pagamento das prestações que faltarem para integralizar as ações transferidas.

(D) A decretação da falência ou o deferimento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas de credores particulares do sócio solidário, exceto as ações em que forem demandadas quantias ilíquidas.

(E) O contrato de franquia deve ser sempre escrito e assinado na presença de 2 (duas) testemunhas, tendo validade independentemente de ser levado a registro perante cartório ou órgão público.

RESPOSTA (A) Art. 1.102, parágrafo único, CC. (B) Art. 1.085, CC. (C) Art. 108, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 6º, *caput* e § 1º, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 6º, Lei n. 8.955/94. *Alternativa B*.

3996. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa correta:

(A) Sociedade entre cônjuges é permitida desde que estejam casados sob o regime de separação de bens obrigatória, separação convencional de bens ou comunhão universal de bens.
(B) O menor de 18 anos e maior de 16 anos responderá com todos os seus bens pessoais, inclusive aqueles que possuía antes da sucessão, no caso de vir a ser autorizada a continuidade da empresa, que recebeu por herança.
(C) Na sociedade em comum, os sócios respondem pelas dívidas sociais até o montante de sua participação no capital.
(D) O Ministério Público não participa da fase postulatória da recuperação judicial, será intimado apenas se o Juiz determinar o processamento do pedido ou decretar a falência do requerente.
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 977, CC. (B) Art. 974, § 2º, CC. (C) Art. 990, CC. (D) Art. 52, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa D*.

3997. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. Nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada, o capital deve ser totalmente integralizado no ato da constituição.
II. É admissível, em caso de dissolução parcial, a unipessoalidade temporária nas sociedades limitadas.
III. As notas promissórias admitem endosso parcial.
IV. As notas promissórias necessitam de causa e do protesto para a execução do devedor principal.
V. O aval pode ser prestado por mais de uma pessoa, sendo sempre considerado uma garantia autônoma.

(A) Todas as assertivas estão incorretas.
(B) Apenas as assertivas I, III e IV estão incorretas.
(C) Apenas as assertivas II, IV e V estão incorretas.
(D) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
(E) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

RESPOSTA O item I está incorreto, de acordo com o art. 1.052, CC. O item II está correto, de acordo com o art. 1.033, IV, CC. O item III está incorreto, de acordo com o art. 12, 2ª alínea, c/c art. 77, LUG. O item IV está incorreto, porque a nota promissória não é título causal. O item V está correto, de acordo com o art. 13, Lei n. 7.357/85. *Alternativa B*.

3998. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. O contrato de representação comercial não admite as cláusulas *del credere*.
II. Nas sociedades anônimas, as ações representam a divisão do total do capital integralizado.
III. Nas sociedades anônimas, as ações, quando preferenciais, podem ter o direito de voto limitado ou suprimido pelo estatuto.
IV. No contrato de *factoring*, se as faturas cedidas forem liquidadas pelo faturizador antes do vencimento, ter-se-á um contrato de comissão.
V. Segundo a legislação brasileira, a prescrição do direito de execução do cheque se dá em 6 (seis) meses, contados da data de emissão do cheque.

(A) Todas as assertivas estão incorretas.
(B) Apenas as assertivas I, III e IV estão incorretas.

(C) Apenas as assertivas II, IV e V estão incorretas.
(D) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
(E) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 43, Lei n. 4.886/65. O item II está incorreto, de acordo com o art. 11, Lei n. 6.404/76. O item III está correto, de acordo com o art. 111, Lei n. 6.404/76. O item IV está incorreto, porque se trata da modalidade de *factoring* tradicional. O item V está incorreto, de acordo com o art. 59, Lei n. 7.357/85. *Alternativa C*.

3999. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. A duplicata mercantil não aceita pelo sacado, sem que motivo algum tenha sido dado, e por ele inadimplida, pode embasar seu requerimento de falência se protestada e acompanhada do comprovante de entrega das mercadorias.
II. Pessoa física com menos de 16 (dezesseis) anos de idade pode ser titular de estabelecimento comercial se o explorar com seus recursos próprios.
III. A transmissão dos direitos emergentes de um título de crédito é feita mediante o instituto do trespasse.
IV. No caso de omissão do contrato social, a cessão de quotas entre sócios de uma sociedade limitada depende da aprovação de metade do capital social.
V. Por meio do contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor torna-se proprietário do bem alienado e seu possuidor indireto.

(A) Todas as assertivas estão incorretas.
(B) Apenas as assertivas II, III e IV estão incorretas.
(C) Apenas as assertivas II, IV e V estão incorretas.
(D) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
(E) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

RESPOSTA O item I está correto, de acordo com o art. 15, II, Lei n. 5.474/68. O item II está incorreto, de acordo com o art. 5º, parágrafo único, V, CC. O item III está incorreto, de acordo com o art. 11, LUG. O item IV está incorreto, de acordo com o art. 1.057, CC. O item V está correto, de acordo com o art. 1.361, CC. *Alternativa B*.

4000. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
(B) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial, nem prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.
(C) O devedor, que preencha os requisitos autorizadores do pedido de recuperação judicial, poderá propor e negociar com credores plano de recuperação extrajudicial, salvo quanto a titulares de créditos de natureza tributária, derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, assim como outros.
(D) A facilitação da defesa dos direitos do consumidor e a inversão do ônus da prova, inclusive, a seu favor, no processo civil, não estão subordinadas a critério do juiz, nem requerem seja verossímil a alegação formulada pelo consumidor, nem que seja este hipossuficiente.
(E) Quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei,

fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social, falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade.

RESPOSTA (A) Art. 49, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 54, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 161, *caput* e § 1º, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 6º, VII, Lei n. 8.078/90. (E) Art. 28, Lei n. 8.078/90. *Alternativa D*.

OAB/FGV

I. Introdução ao Direito Empresarial

4001. **(OAB/FGV – 2011-2)** Em relação à incapacidade e proibição para o exercício da empresa, assinale a alternativa correta.

(A) Caso a pessoa proibida de exercer atividade de empresário praticar tal atividade, deverá responder pelas obrigações contraídas, podendo até ser declarada falida.

(B) Aquele que tenha impedimento legal para ser empresário está impedido de ser sócio ou acionista de uma sociedade empresária.

(C) Entre as pessoas impedidas de exercer a empresa, está o incapaz, que não poderá exercer tal atividade.

(D) Por se tratar de matéria de ordem pública e considerando que a continuação da empresa interessa a toda a sociedade, quer em razão da arrecadação de impostos, quer em razão da geração de empregos, caso a pessoa proibida de exercer a atividade empresarial o faça, poderá requerer a recuperação judicial.

RESPOSTA (A) Art. 972, CC. (B) O impedido legalmente de ser empresário pode ser sócio, desde que não seja administrador e tenha responsabilidade limitada. (C) A incapacidade não se confunde com impedimento; o incapaz pode continuar o exercício da atividade, nos termos do art. 974, *caput* e §§ 1º e 2º, CC. (D) O impedido não consegue se registrar, requisito essencial para requerer a recuperação judicial, segundo o art. 48, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa A*.

4002. **(OAB/FGV – 2011-3)** A respeito do nome empresarial, é correto afirmar que

(A) o nome empresarial pode ser objeto de contrato de compra e venda.

(B) a sociedade em conta de participação, por possuir personalidade jurídica, pode adotar firma ou denominação.

(C) a sociedade anônima será designada somente por meio de denominação.

(D) a sociedade limitada será designada somente por meio de firma.

RESPOSTA (A) Nos termos do art. 1.164, CC, o nome empresarial não pode ser objeto de alienação. (B) O art. 1.162, CC, determina que a sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação, sendo sociedade não personificada. (C) Art. 1.160, CC. (D) Segundo o art. 1.158, CC, a sociedade limitada pode adotar firma ou denominação. *Alternativa C*.

4003. **(OAB/FGV – 2012-2)** José decidiu constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) para atuar no município “X” e consultou um advogado para obter esclarecimentos sobre a administração da EIRELI.

Assinale a alternativa que apresenta a informação correta dada pelo advogado.

(A) A designação de administrador não sócio depende do voto favorável de 2/3 (dois terços) do capital social, se este não estiver integralizado.

(B) A administração atribuída pelo contrato a qualquer dos sócios da EIRELI não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

(C) O administrador da EIRELI, seja o próprio instituidor ou terceiro, responde por culpa no desempenho de suas atribuições perante terceiros prejudicados.

(D) O titular da EIRELI poderá usar a firma ou denominação, sendo vedado seu uso pelo terceiro, ainda que seja designado administrador.

RESPOSTA O art. 980-A, § 6º, CC, determina a aplicação supletiva das normas da sociedade limitada para a EIRELI. O art. 1.053, CC, determina a aplicação supletiva das normas da sociedade simples para a sociedade limitada. O art. 1.016, CC, determina a responsabilidade dos administradores perante os terceiros prejudicados. *Alternativa C*.

II. Teoria Geral do Direito Societário

4004. **(OAB/FGV – 2012-3)** Leia o trecho a seguir.

Companhia cuja totalidade das ações em que se divide o capital pertence a uma sociedade brasileira.

Essa definição refere-se à

(A) subsidiária integral.

(B) sociedade em conta de participação.

(C) sociedade limitada.

(D) sociedade de propósito específico.

RESPOSTA (A) Art. 251, Lei n. 6.404/76. (B) Art. 991, CC. (C) Art. 1.052, CC. (D) Art. 981, parágrafo único, CC (sociedade cuja atividade se restringe à realização de um negócio determinado). *Alternativa A*.

4005. **(OAB/FGV – 2011-2)** A respeito da sociedade em comum, é correto afirmar que

(A) os sócios respondem individual e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

(B) são regidas pelas disposições das sociedades simples.

(C) na relação com terceiros, os sócios podem comprovar a existência da sociedade de qualquer modo.

(D) os sócios são titulares em comum das dívidas sociais.

RESPOSTA (A) O art. 990, CC, determina que todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais. (B) Regida pelos arts. 986 a 990, CC. (C) Segundo o art. 987, CC, somente por escrito os sócios podem provar a existência da sociedade. (D) Art. 988, CC. *Alternativa D*.

4006. **(OAB/FGV – 2012-1)** Em relação à Sociedade em Conta de Participação NÃO é correto afirmar que

(A) é uma sociedade empresária personificada e de pessoas.

(B) a atividade constitutiva do objeto social deve ser exercida unicamente pelo sócio ostensivo.

(C) o contrato social produz efeito somente entre os sócios.

(D) as contribuições dos sócios participante e ostensivo constituem patrimônio especial.

RESPOSTA (A) A sociedade em conta de participação é uma sociedade não personificada. (B) Art. 991, CC. (C) Art. 993, CC. (D) Art. 994, CC. *Alternativa A*.

4007. **(OAB/FGV – 2012-2)** A respeito do sócio ostensivo da sociedade em conta de participação, assinale a afirmativa correta.

(A) É também chamado de sócio oculto.

(B) É o único responsável pela atividade constitutiva do objeto social.

(C) É o novo sócio admitido, mesmo que sem o consentimento dos demais, quando a sociedade necessitar de um aporte de capital.

(D) É o único sócio ostensivo da sociedade, vedada a pluralidade de sócios dessa natureza.

RESPOSTA O art. 991, CC, determina que, na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo. *Alternativa B*.

4008. **(OAB/FGV – 2011-3)** A respeito da definição de responsabilidade dos sócios nos diferentes tipos societários, é correto afirmar que

(A) nas sociedades anônimas, os sócios podem ser responsabilizados no limite do capital social, não estando sua responsabilidade limitada ao preço de emissão das ações que subscreveram ou adquiriram.

(B) nas sociedades em comandita simples, os sócios comanditários são responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

(C) nas sociedades limitadas, a responsabilidade de cada quotista é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

(D) nas sociedades em comum, os sócios respondem ilimitadamente pelas obrigações da sociedade, mas não haverá solidariedade entre eles.

RESPOSTA (A) Art. 1.088, CC. (B) Art. 1.045, CC. (C) Art. 1.052, CC. (D) Art. 990, CC. *Alternativa C*.

III. Sociedade Limitada

4009. **(OAB/FGV – 2011-3)** A respeito das sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

(A) A sociedade limitada, nas omissões das normas estabelecidas pelo Código Civil, será regida pela Lei 6.404/1976.

(B) A cessão de quotas de um quotista de uma sociedade limitada para outro quotista da mesma sociedade dependerá de prévia autorização estatutária.

(C) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado.

(D) Não dependerá de deliberação dos quotistas a nomeação ou a destituição dos administradores.

RESPOSTA (A) A regência supletiva da sociedade limitada são, regra geral, as normas da sociedade simples. (B) A cessão de quotas para sócio independe da audiência dos outros. (C) Art. 1.060, CC. (D) Art. 1.071, CC. *Alternativa C*.

4010. **(OAB/FGV – 2011-2)** A respeito da deliberação dos sócios na Sociedade Limitada, é correto afirmar que

(A) a assembleia somente pode ser convocada pelos administradores eleitos no contrato social.

(B) as formalidades legais de convocação são dispensadas quando todos os sócios se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

(C) a deliberação em assembleia será obrigatória se o número de sócios for superior a cinco.

(D) as deliberações tomadas de conformidade com a lei e o contrato vinculam os sócios ausentes, mas não os dissidentes.

RESPOSTA (A) Segundo o art. 1.073, CC, a assembleia também pode ser convocada por sócios ou pelo conselho fiscal. (B) Art. 1.072, § 2º, CC. (C) Assembleia será obrigatória se o número de sócios for superior a dez. (D) As deliberações em conformidade com a lei vinculam a todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes (art. 1.072, § 5º, CC). *Alternativa B*.

4011. **(OAB/FGV – 2012-3)** A sociedade limitada encontra-se regulada nos artigos 1052 a 1087 do Código Civil. Para que ela possa atingir sua finalidade, necessita de patrimônio, já que sua personalidade é diversa da personalidade dos sócios. Em relação ao capital e ao patrimônio social desse tipo societário, assinale a afirmativa incorreta.

(A) No momento em que a sociedade limitada é constituída e inicia a atividade que constitui o objeto social, o patrimônio é igual ao capital social.

(B) Na constituição da sociedade há possibilidade do ingresso de sócio cuja contribuição consista exclusivamente em prestação de serviços.

(C) A distribuição dolosa de lucros ilícitos acarreta a responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberem.

(D) O sócio remisso é aquele que não integraliza sua quota na forma e prazo previstos, podendo, por esse fato, ser excluído da sociedade.

RESPOSTA O art. 1.055, § 2º, CC, determina que é vedada a contribuição que consista em prestação de serviços, na sociedade limitada. *Alternativa B*.

4012. **(OAB/FGV – 2011-1)** Em relação à modificação do capital social das sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

(A) Há direito de preferência do sócio no caso de aumento do capital social, exercendo, primeiro, esse direito o sócio majoritário, que poderá adquirir todas as quotas ou quantas lhe interessarem. Após exercido esse direito, caso restem quotas a serem adquiridas, terá preferência sobre os demais quem tiver maior número de quotas, e assim sucessivamente.

(B) Uma das hipóteses para que haja diminuição do capital social é que a sociedade tenha tido prejuízos que não serão mais recuperados, devendo-se, nesse caso, haver diminuição proporcional do valor das quotas, tornando-se efetiva essa diminuição a partir do momento em que for feita a averbação no cartório competente da ata da assembleia que a aprovou.

(C) A diminuição do capital social é direito da sociedade, não podendo haver objeção por parte dos credores.

(D) Para que haja aumento do capital social, não há necessidade de os sócios terem integralizado totalmente suas quotas.

RESPOSTA (A) Terão os sócios preferência para participar do aumento, na proporção das quotas de que sejam titulares, nos termos do art. 1.081, CC. (B) Art. 1.083, CC. (C) É possível haver objeção de credores quando a redução for motivada por capital social excessivo, segundo o art. 1.084, CC. (D) Nos termos do art. 1.081, CC, o capital poderá ser aumentado somente depois da integralização. *Alternativa B*.

IV. Sociedade Anônima

4013. **(OAB/FGV – 2012-1)** Sobre os direitos dos acionistas, é correto afirmar que

(A) o direito de voto é garantido a todo acionista, independente da espécie ou classe de ações de que seja titular.

(B) os acionistas deverão receber dividendos obrigatórios em todos os exercícios sociais.

(C) o acionista terá direito de se retirar da companhia caso cláusula compromissória venha a ser introduzida no estatuto social.

(D) o acionista tem o direito de fiscalizar as atividades sociais e sendo titular de mais de 5% do capital poderá requerer judicialmente a exibição dos livros da companhia, caso haja suspeita de irregularidades dos administradores.

RESPOSTA (A) O direito de voto não é um direito essencial do acionista. (B) Não haverá recebimento de dividendo obrigatório quando for incompatível com a situação financeira da companhia, nos termos do art. 202, § 4º, Lei n. 6.404/76. (C) Os arts. 136 e 137, Lei n. 6.404/76, não asseguram direito de retirada ao acionista nessa hipótese. (D) Arts. 105 e 109, III, Lei n. 6.404/76. *Alternativa D*.

4014. **(OAB/FGV – 2011-3)** A respeito do direito de retirada no âmbito de uma companhia aberta, é correto afirmar que

(A) o direito de retirada poderá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da ata da assembleia geral, ainda que o titular das ações tenha se abstido de votar contra a deliberação ou não tenha comparecido à assembleia.

(B) qualquer acionista da companhia que dissentir da deliberação que aprovar a alteração das vantagens conferidas a uma determinada classe de ações preferenciais poderá exercer o direito de recesso.

(C) a deliberação que aprovar a fusão da companhia com outra sociedade gera, em qualquer hipótese, direito de retirada para os acionistas dissentes da deliberação.

(D) o prazo para exercício do direito de retirada é prescricional.

RESPOSTA (A) Art. 137, § 2º, Lei n. 6.404/76. (B) O art. 137, I, Lei n. 6.404/76 determina que somente terá direito de recesso o titular de ações de espécie ou classe prejudicadas. (C) Para o art. 137, II, Lei n. 6.404/76, só haverá direito de retirada se houver falta de liquidez e dispersão. (D) Segundo o art. 137, § 4º, Lei n. 6.404/76, o prazo é decadencial. *Alternativa A*.

4015. **(OAB/FGV – 2011-2)** Conforme o art. 4º, da Lei n. 6.404/76, as companhias podem ser classificadas em abertas ou fechadas, dependendo se seus valores mobiliários podem ou não ser negociados no Mercado de Valores Mobiliários. Em relação ao valores mobiliários das companhias abertas ou fechadas, assinale a alternativa correta.

(A) Valores mobiliários são títulos que concedem a seu titular certos direitos em relação à companhia. São exemplos de valores mobiliários as ações, as debêntures, os bônus de subscrição e o certificado de valores mobiliários.

(B) O Mercado de Valores Mobiliários (MVM) compreende as bolsas de valores, o mercado de balcão e o mercado de balcão organizado. Para a companhia poder negociar no MVM, deverá preencher certos requisitos e obter autorização do Comissão de Valores Mobiliários e da Junta Comercial.

(C) As companhias abertas, caso queiram negociar suas ações, devem sempre fazê-lo por meio do mercado de valores mobiliários, ou seja, suas negociações serão sempre por oferta ao público em geral.

(D) Partes beneficiárias são títulos emitidos tanto pela companhia aberta quanto pela fechada que dão a seu titular direito a percentual no lucro da companhia.

RESPOSTA (A) Art. 2º, Lei n. 6.385/76. (B) Basta autorização da CVM, nos termos do art. 4º, § 1º, Lei n. 6.404/76. (C) Não existe obrigatoriedade legal de as ações de companhias abertas serem negociadas sempre por meio de oferta ao público. (D) O art. 47, parágrafo único, Lei n. 6.404/76, veda às companhias abertas emitirem partes beneficiárias. *Alternativa A*.

4016. **(OAB/FGV – 2011-3)** A respeito das debêntures, é correto afirmar que

(A) as debêntures da mesma série terão igual valor nominal e conferirão a seus titulares os mesmos direitos.

(B) o pagamento das debêntures sempre será estipulado em moeda nacional.

(C) a debênture não constitui valor mobiliário, sendo classificada tão somente como título de crédito.

(D) a companhia é obrigada a realizar a amortização das debêntures por meio de um único pagamento a seus titulares.

RESPOSTA (A) Art. 53, parágrafo único, Lei n. 6.404/76. (B) O art. 54, Lei n. 6.404/76, prevê possibilidade de emissão em moeda estrangeira. (C) O art. 2º, I, Lei n. 6.385/76, elenca a debênture, dentre outros títulos, como valor mobiliário. (D) O art. 55, Lei n. 6.404/76, determina a possibilidade de amortizações parciais de debêntures. *Alternativa A*.

4017. **(OAB/FGV – 2012-2)** A Assembleia Geral de S.A. Empreendimentos Turísticos, companhia aberta sediada em "X", delegou ao Conselho de Administração a deliberação sobre a oportunidade de emissão, época e condições de vencimento de debêntures conversíveis em ações. Petrossian Participações Ltda., acionista minoritário, consultou seu advogado sobre a legalidade da deliberação.

Com relação ao fato acima, assinale a alternativa que apresenta a resposta correta à consulta.

(A) A deliberação é válida, porque a deliberação sobre a oportunidade de emissão, a época e as condições de vencimento de debêntures conversíveis em ações pode ser delegada ao Conselho de Administração.

(B) A deliberação é anulável, porque a deliberação sobre a oportunidade de emissão, a época e as condições de vencimento de debêntures conversíveis em ações é privativa da assembleia geral nas companhias abertas.

(C) A deliberação é nula, porque a emissão de debêntures conversíveis em ações depende da autorização prévia dos titulares de ações preferenciais reunidos em assembleia especial convocada para esse fim.

(D) A deliberação é ineficaz em relação aos acionistas minoritários, pois a emissão de debêntures conversíveis em ações acarretará aumento de capital com diluição injustificada de participação desses acionistas.

RESPOSTA O art. 59, § 4º, Lei n. 6.404/76, determina a possibilidade de a assembleia delegar ao conselho de administração a deliberação sobre a oportunidade de emissão, época e condições de vencimento de debêntures. *Alternativa A*.

4018. **(OAB/FGV – 2011-3)** A respeito das diferenças entre a assembleia geral ordinária e a assembleia geral extraordinária de uma sociedade anônima, é correto afirmar que

(A) a assembleia geral extraordinária poderá ser realizada a qualquer momento, sendo que a assembleia geral ordinária deverá ser realizada nos 5 (cinco) primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

(B) é competência privativa da assembleia geral ordinária deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

(C) a assembleia geral ordinária jamais terá competência para eleger os administradores da companhia.

(D) a assembleia geral extraordinária não tem competência para deliberar sobre reforma do estatuto social.

RESPOSTA (A) Nos termos do art. 132, Lei n. 6.404/76, a AGO deve ser realizada nos quatro meses seguintes ao término do exercício social. (B) Art. 132, II, Lei n. 6.404/76. (C) Art. 132, III, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 135, Lei n. 6.404/76. *Alternativa B*.

V. Títulos de Crédito

4019. **(OAB/FGV – 2011-1)** Em relação ao Direito Cambiário, é correto afirmar que

(A) o protesto é necessário para garantir o direito de regresso contra o(s) endossante(s) e o(s) avalista(s) do aceitante de uma letra de câmbio.

(B) o aval dado em uma nota promissória pode ser parcial, ainda que sucessivo.

(C) a duplicata, quando de prestação de serviços, pode ser emitida a tempo certo da vista.

(D) o aceite no cheque é dado pelo banco ou instituição financeira a ele equivalente, devendo ser firmado no verso do título.

RESPOSTA (A) É facultativo o protesto para a cobrança do avalista do aceitante. (B) Art. 30, LUG. (C) A duplicata só admite vencimento à vista e a dia certo, nos termos do art. 2º, § 1º, III, Lei n. 5.474/68. (D) O cheque não admite aceite, segundo o art. 6º, Lei n. 6.404/76. *Alternativa B*.

4020. **(OAB/FGV – 2012-3)** Com relação aos títulos de crédito, assinale a afirmativa correta.

(A) No endosso de letra de câmbio após o protesto por falta de pagamento, o portador tem ação cambiária contra o seu endossante.

(B) A cláusula não à ordem inserida no cheque impede sua circulação tanto por endosso quanto por cessão de crédito.

(C) O endosso de cheque poderá ser realizado pelo sacado ou por mandatário deste com poderes especiais.

(D) A duplicata pode ser apresentada para aceite do sacado pelo próprio sacador ou por instituição financeira.

RESPOSTA (A) O art. 20, LUG, determina que o endosso após o protesto produz efeitos de cessão ordinária. (B) O art. 11, alínea 2ª, LUG, determina que a cláusula não à ordem impede a circulação por via de endosso. (C) O art. 18, § 1º, Lei n. 7.357/85, determina que é nulo o endosso do sacado. (D) Art. 6º, Lei n. 5.474/68. *Alternativa D*.

4021. **(OAB/FGV – 2011-3)** Com relação ao instituto do aceite de títulos de crédito, assinale a alternativa correta.

(A) A duplicata pode não ser aceita, sem qualquer fundamentação pelo sacado; neste caso, ele não será responsável pelo pagamento do título.

(B) Para a cobrança de uma duplicata não aceita, é necessária apenas a realização de seu protesto.

(C) O aceite de cheque é condição essencial para que o beneficiário possa executar o sacado.

(D) O aceite de uma letra de câmbio torna o sacado devedor direto do título.

RESPOSTA (A) Na duplicata, o aceite é obrigatório. O sacado só pode deixar de aceitar a duplicata nos termos do art. 8º, Lei n. 5.474/68. (B) Art. 15, II, Lei n. 5.474/68. (C) O cheque não admite aceite, segundo o art. 6º, Lei n. 6.404/76. (D) Art. 28, LUG. *Alternativa D*.

4022. **(OAB/FGV – 2012-1)** Com relação ao instituto do aval, é correto afirmar que

(A) é necessário o protesto para a cobrança dos avalistas do emitente e dos endossantes de notas promissórias.

(B) o avalista, quando executado, pode exigir que o credor execute primeiro o avalizado.

(C) o aval pode ser lançado em documento separado do título de crédito.

(D) a obrigação do avalista se mantém, mesmo no caso de a obrigação que ele garantiu ser nula, exceto se essa nulidade for decorrente de vício de forma.

RESPOSTA (A) O protesto para a cobrança dos avalistas do emitente de notas promissórias é facultativo. (B) Não há benefício de ordem entre o avalista e o avalizado. (C) Nos termos do art. 31, LUG, o aval pode ser escrito na própria letra ou numa folha anexa. (D) Art. 32, alínea 2ª, LUG. *Alternativa D*.

4023. **(OAB/FGV – 2012-2)** Com relação ao instituto do cheque, assinale a afirmativa correta.

(A) O cheque pode ser sacado contra pessoa jurídica, instituições financeiras e instituições equiparadas.

(B) O portador não pode recusar o pagamento parcial do cheque.

(C) O cheque pode consubstanciar ordem de pagamento à vista ou a prazo.

(D) A ação de execução do cheque contra o sacador prescreve em 1 (um) ano contado do prazo final

para sua apresentação.

RESPOSTA (A) O cheque não pode ser sacado contra pessoa jurídica. (B) Art. 38, parágrafo único, Lei n. 7.357/85. (C) Segundo o art. 32, Lei n. 7.357/85, o cheque é pagável à vista. (D) O cheque prescreve em seis meses, contados do fim do prazo de apresentação, nos termos do art. 59, Lei n. 7.357/85. *Alternativa B*.

VI. Contratos Empresariais

4024. **(OAB/FGV – 2011-1)** Contrato oneroso, em que alguém assume, em caráter profissional e sem vínculo de dependência, a obrigação de promover, em nome de outrem, mediante retribuição, a efetivação de certos negócios, em determinado território ou zona de mercado.

A definição acima corresponde a que tipo de contrato empresarial?

(A) Agência

(B) Comissão mercantil

(C) Corretagem

(D) Mandato

RESPOSTA (A) Art. 710, CC. (B) Art. 693, CC. (C) Art. 722, CC. (D) Art. 653, CC. *Alternativa A*.

4025. **(OAB/FGV – 2011-1)** É uma cláusula acessória ao contrato de comissão, no qual o comissário assume o gravame de responder solidariamente pela insolvência das pessoas com quem contratar em nome do comitente.

Essa cláusula é denominada

(A) venda com reserva de domínio

(B) pacto comissório

(C) *hedge*

(D) *del credere*

RESPOSTA O art. 698, CC, determina que, se do contrato de comissão constar a cláusula *del credere*, responderá o comissário solidariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente. *Alternativa D*.

4026. **(OAB/FGV – 2012-3)** Primavera do Leste Arrendamento Mercantil S.A. ajuizou ação de reintegração de posse de bem arrendado à sociedade empresária Vila Bela Distribuidora de Jornais e Revistas Ltda., em face do não pagamento das prestações nos vencimentos. O contrato de arrendamento mercantil prevê resolução de pleno direito em caso de qualquer inadimplemento da arrendatária.

O juiz extinguiu o processo sem resolução de mérito porque

(A) no contrato de arrendamento mercantil, ainda que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora.

(B) nos contratos de arrendamento mercantil celebrados entre a arrendadora e as sociedades empresárias é vedada a aposição de cláusula resolutiva expressa.

(C) a ação cabível para a retomada do bem em poder do arrendatário pela arrendadora é a ação de depósito, com pedido de liminar de reintegração de posse.

(D) como no contrato de arrendamento mercantil há opção de compra pela arrendatária, a propriedade da arrendadora é resolúvel, sendo incabível ação possessória.

RESPOSTA (A) Súmula 369, STJ. (B) Não existe a vedação prevista no item. (C) e (D) Estão falsos em vista de que a jurisprudência não sumulada do STJ indica a ação de reintegração de posse como ação viável. *Alternativa A*.

4027. **(OAB/FGV – 2011-1)** A sociedade empresária XYZ Computação Gráfica SA teve sua falência decretada. Na correspondente sentença, foi autorizada a continuação provisória das atividades da falida com o administrador judicial, fato esse que perdurou por um período de 10 (dez) meses.

Como são juridicamente qualificados os titulares dos créditos trabalhistas relativos a serviços prestados durante esse interregno posterior à decretação da falência?

(A) Credores extraconcursais

(B) Credores concursais

(C) Credores concorrentes prioritários

(D) Credores reivindicantes

RESPOSTA O art. 84, I, Lei n. 11.101/2005, determina que créditos trabalhistas relativos a serviços prestados após a decretação da falência serão considerados créditos extraconcursais. *Alternativa A*.

4028. **(OAB/FGV – 2011-3)** A respeito da classificação dos créditos na falência, é correto afirmar que

(A) os créditos com privilégio geral têm preferência sobre os créditos tributários.

(B) os créditos quirografários têm preferência sobre os créditos com privilégio especial.

(C) os créditos com privilégio especial têm preferência sobre os créditos tributários.

(D) os créditos quirografários têm preferência sobre os créditos subordinados.

RESPOSTA Para entender a classificação dos créditos na falência é primordial a leitura do art. 83, Lei n. 11.101/2005. Tributos preferem ao privilégio geral. Privilégio especial prefere ao quirografário. Tributos preferem ao privilégio especial. Subordinados são a última classe de créditos. *Alternativa D*.

4029. **(OAB/FGV – 2012-1)** Dentre as alternativas abaixo, indique aquela que corresponde a um crédito que deve ser classificado como extraconcursal:

(A) Multas por infração do Código de Postura Municipal.

(B) Custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa tenha sido vencida.

(C) Créditos quirografários sujeitos à recuperação judicial pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuaram a provê-lo normalmente após o pedido de recuperação judicial.

(D) Os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento.

RESPOSTA (A) Art. 83, VII, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 84, IV, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 83, V, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 83, VI, Lei n. 11.101/2005. Os créditos extraconcursais estão previstos no art. 84, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa B*.

4030. **(OAB/FGV – 2012-3)** A respeito do processo de falência, assinale a afirmativa correta.

(A) As restituições em dinheiro determinadas por sentença judicial poderão ser realizadas antes do pagamento de qualquer crédito.

(B) Os créditos ao serem classificados, os créditos com garantia real terão preferência sobre os créditos tributários, independentemente do valor do bem dado em garantia.

(C) Os créditos decorrentes das remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares serão pagos com preferência em relação aos credores concursais.

(D) Os credores remanescentes da recuperação deverão habilitar seus créditos na falência, em qualquer hipótese, quando da convolação da recuperação judicial em falência.

RESPOSTA (A) O art. 86, parágrafo único, Lei n. 11.101/2005, determina que as restituições em dinheiro somente serão efetuadas após o pagamento da antecipação dos créditos trabalhistas. (B) Art. 83, II, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 84, I, Lei n. 11.101/2005. (D) O art. 80, Lei n. 11.101/2005, determina que os credores remanescentes da recuperação judicial se consideram habilitados na falência. *Alternativa C*.

VIII. Recuperação de Empresas

4031. **(OAB/FGV – 2011-2)** A respeito do Administrador Judicial, no âmbito da recuperação judicial, é correto afirmar que

(A) somente pode ser destituído pelo juízo da Falência na hipótese de, após intimado, não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, suas contas ou os relatórios previstos na Lei n. 11.101/2005.

(B) o Administrador Judicial, pessoa física, pode ser formado em Engenharia

(C) será escolhido pela Assembleia Geral de Credores.

(D) perceberá remuneração fixada pelo Comitê de Credores.

RESPOSTA (A) O art. 31, Lei n. 11.101/2005, determina as hipóteses de destituição do administrador judicial. (B) O art. 21, Lei n. 11.101/2005, determina quem o juiz deve preferencialmente, e não de maneira obrigatória, como administrador judicial. (C) Cabe ao juiz nomear o administrador judicial. (D) O juiz fixará a remuneração do administrador judicial. *Alternativa B*.

4032. **(OAB/FGV – 2011-3)** ABC Indústria S.A. é uma companhia em crise econômico-financeira, sendo devedora de salários em atraso a seus empregados, tributos ao governo federal e créditos a diversos fornecedores decorrentes do fornecimento de matéria-prima. A ABC obteve o deferimento do processamento do seu pedido de recuperação judicial, e, na decisão, o juiz determinou a suspensão de todas as ações e execuções contra a ABC, na forma do artigo 6º da Lei 11.101/2005. Não obstante, diversas reclamações trabalhistas, ainda em fase de conhecimento em curso perante a Justiça do Trabalho, e duas execuções fiscais, em curso perante a Justiça Federal, das quais a ABC era ré, prosseguiram normalmente após o referido deferimento do processamento de sua recuperação judicial.

A respeito da situação da recuperação judicial da ABC, é correto afirmar que

(A) o juízo da recuperação deverá oficiar aos juízos em que estão sendo processadas as reclamações trabalhistas e as execuções fiscais para determinar a suspensão imediata de tais feitos.

(B) não há qualquer irregularidade no prosseguimento das reclamações trabalhistas e execuções fiscais mencionadas no enunciado, pois tais ações não são suspensas pelo deferimento do processamento da recuperação judicial.

(C) apenas as execuções fiscais deverão ser suspensas; as reclamações trabalhistas em fase de conhecimento poderão prosseguir até a sentença que tornar líquido o crédito do trabalhador reclamante.

(D) apenas as reclamações trabalhistas em fase de conhecimento deverão ser suspensas; as execuções fiscais deverão prosseguir normalmente.

RESPOSTA O art. 52, III, Lei n. 11.101/2005, prevê que o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial, ordenando a suspensão de todas as ações e execução contra o devedor, à exceção, dentre outras, das reclamações trabalhistas e das execuções fiscais. *Alternativa B*.

4033. **(OAB/FGV – 2012-2)** A respeito da recuperação judicial, assinale a afirmativa correta.

(A) O juiz somente poderá conceder a recuperação judicial do devedor cujo plano de recuperação tenha sido aprovado pela assembleia geral de credores.

(B) O devedor poderá desistir do pedido de recuperação judicial a qualquer tempo, desde que antes da concessão da recuperação judicial pelo juiz, bastando, para tanto, comunicar sua desistência ao juízo da recuperação.

(C) O juiz decretará falência, caso o devedor não apresente o plano de recuperação no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação.

(D) O plano de recuperação apresentado pelo devedor, em hipótese alguma, poderá sofrer alterações.

RESPOSTA (A) O art. 58, § 1º, Lei n. 11.101/2005, descreve hipótese em que o juiz concederá plano que não obteve aprovação em assembleia. (B) O devedor pode desistir a qualquer tempo antes do deferimento e não da concessão da recuperação judicial. (C) Art. 53, Lei n. 11.101/2005. (D) O art. 56, § 3º, determina que o plano de recuperação poderá sofrer alterações. *Alternativa C*.

IX. Propriedade Industrial (Marcas & Patentes)

4034. **(OAB/FGV – 2011-3)** A respeito das invenções ou modelos de utilidade, é correto afirmar que

(A) podem incluir os programas de computador em si.

(B) podem consistir em técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos.

(C) bastam atender aos requisitos de novidade e atividade inventiva para serem patenteáveis.

(D) são considerados novos quando não compreendidos no estado da técnica.

RESPOSTA (A) Art. 10, V, Lei n. 9.279/96. (B) Art. 10, VIII, Lei n. 9.279/96. (C) Art. 8º, Lei n. 9.279/96. (D) Art. 11, Lei n. 9.279/96. *Alternativa D*.

4035. **(OAB/FGV – 2012-1)** Sobre as marcas, é correto afirmar que

(A) a marca de alto renome é sinônimo de marca notoriamente conhecida.

(B) a vigência do registro da marca é de 5 (cinco) anos, sendo prorrogável por períodos iguais e sucessivos.

(C) é permitida a cessão do pedido de registro de marca, caso o cessionário atenda aos requisitos legais.

(D) a marca de produto ou serviço é aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade.

RESPOSTA (A) O art. 125, Lei n. 9.279/96, conceitua a marca de alto renome e o art. 126, a marca notoriamente conhecida. (B) Segundo o art. 133, Lei n. 9.279/96, o prazo de vigência é de 10 anos. (C) Art. 134, Lei n. 9.279/96. (D) De acordo com o art. 123, I, Lei n. 9.279/96, marca de produto ou serviço é aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa. *Alternativa C*.

Bibliografia

- ABRÃO, Nelson. *Direito bancário*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de direito comercial:* direito de empresa. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FAZZIO JUNIOR, Waldo. *Manual de direito comercial*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- FRANCO, Vera Helena de Mello. *Contratos:* direito civil e empresarial. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- MAMEDE, Gladston. *Direito empresarial brasileiro:* títulos de crédito. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. v. 3.
- ______. *Direito empresarial brasileiro:* falência e recuperação de empresas. São Paulo: Atlas, 2006. v. 4.
- PEDRO, Paulo Roberto Bastos. *Curso de direito empresarial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- RAMOS, André Luiz Santa Cruz. *Direito empresarial esquematizado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2012.
- REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 1.
- ______. *Curso de direito comercial*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 2.
- ROCHA, Marcelo Hugo da. *Coleção Passe na OAB 2ª fase:* empresarial. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

• TOMAZETTE, Marlon. *Curso de direito empresarial:* teoria geral e direito societário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 1.
• ______. *Curso de direito empresarial:* títulos de crédito. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 2.
• VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. *Curso de direito comercial*. 2. ed. São Paulo: Método, 2008. v. 1.

DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO

MARCELO HUGO DA ROCHA

Advogado. Palestrante. Professor do curso A Casa do Concurseiro.Pós-Graduado em Direito Empresarial pela PUCRS. Autor das obras *Guia Passe na OAB e Passe na OAB 2ª fase* – direito empresarial. Coautor e coordenador das coleções *Passe na OAB 1ª e 2ª fases e Passe em Concursos Públicos*, todas pela Editora Saraiva. Coautor de outras obras jurídicas. Editor do *blog* Passe em Concursos Públicos.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	86
FCC	38
OUTRAS BANCAS	59

I. Direito Financeiro

Orçamento Público

4036. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Acerca da disciplina constitucional aplicável a finanças públicas e orçamentos, assinale a opção correta.

(A) O PPA e os orçamentos anuais serão estabelecidos por leis de iniciativa do Poder Executivo; as diretrizes orçamentárias, por sua vez, podem ser determinadas por decreto do Poder Executivo, atendidos os critérios definidos na lei que estabelece o PPA.
(B) As disponibilidades de caixa da União, assim como as dos estados, do DF e dos municípios, serão obrigatoriamente depositadas no Banco Central do Brasil.
(C) Antes de ser apreciado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, o projeto de lei relativo ao orçamento anual, entre outros projetos, será objeto de exame por uma comissão mista permanente de senadores e deputados, à qual caberá a emissão de parecer.
(D) A CF admite emendas ao projeto de lei orçamentária anual ou aos projetos que o modifiquem, desde que provenientes da anulação de despesas relacionadas ao serviço da dívida e às transferências tributárias para os estados, o DF e os municípios, mas não da anulação de despesas que incidam sobre dotações para pessoal e respectivos encargos.
(E) Lei ordinária de abrangência nacional disporá sobre as finanças públicas e a dívida pública externa de todas as esferas de poder, aí incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público, cabendo à União, aos estados, ao DF e aos municípios dispor, por meio de leis próprias, sobre sua dívida interna e as operações de câmbio realizadas por seus órgãos e entidades.

RESPOSTA De acordo com o art. 166, § 1º, I, CF. *Alternativa C.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) No que se refere aos orçamentos e ao controle de sua execução, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

4037. O controle interno da execução orçamentária é exercido pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com o auxílio do tribunal de contas.

RESPOSTA De acordo com o art. 70, CF, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será **exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo** [com o auxílio do Tribunal de Contas da União, art. 71], e pelo **sistema de controle interno de cada Poder**. *Errada*.

4038. Os cidadãos são partes legítimas para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

RESPOSTA De acordo com o § 2º do art. 74, CF, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União. *Certa*.

4039. O PPA, que define o planejamento das atividades governamentais e estabelece as diretrizes e as metas públicas, abrange as despesas de capital e as delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

RESPOSTA De acordo com o inciso I e § 1º do art. 165, CF. *Certa*.

4040. A lei de diretrizes orçamentárias destina-se, entre outros objetivos, a orientar a elaboração

da lei orçamentária anual, nada dispondo, todavia, a respeito do equilíbrio entre receitas e despesas.

RESPOSTA De acordo com o art. 4º, LC n. 101/2000, a lei de diretrizes orçamentárias atenderá ao disposto no § 2º do art. 165, Constituição, e disporá também sobre o equilíbrio entre receitas e despesas (inc. I, *a*). *Errada*.

4041. Após o envio dos projetos de lei relativos ao PPA, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual ao Congresso Nacional, o presidente da República não poderá apresentar proposta de modificação desses projetos.

RESPOSTA O Presidente da República, de acordo com o § 5º do art. 166, CF, poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere esse artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta. *Errada*.

4042. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Considerando as disposições constitucionais acerca de finanças públicas e orçamentos, assinale a opção correta.

(A) É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, salvo mediante prévia autorização legislativa.

(B) A lei que compreende o orçamento fiscal (receitas e despesas) dos três poderes da União, o orçamento de investimento das empresas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social da administração direta e indireta é a lei de diretrizes orçamentárias.

(C) Sendo a União, como regra, avalista nas operações de crédito externo obtidas pelos estados, pelo DF e pelos municípios em instituições multilaterais, é competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar operações externas de interesse desses entes federativos.

(D) A CF veda, de forma absoluta, qualquer vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesas.

(E) O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual devem ser aprovados mediante projetos de lei, e os créditos adicionais, objeto de decreto do chefe do Poder Executivo, conforme disposto na lei orçamentária.

RESPOSTA De acordo com o STF, são "permitidos a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, desde que mediante prévia autorização legislativa" (ADI 3.652/RR). *Alternativa A*.

4043. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Considerando as especificidades dos orçamentos previstos na Lei Orçamentária Anual da União, consoante a CF, assinale a opção correta.

(A) O orçamento monetário destina-se às despesas e receitas do BACEN.

(B) O orçamento previdenciário contém as dotações destinadas à saúde e à previdência.

(C) O orçamento federal de investimento das estatais abrange todas as empresas públicas e sociedades de economia mista públicas, incluindo-se as dos estados e dos municípios.

(D) O orçamento fiscal compreende parte da administração direta e parte da administração indireta da União.

(E) O orçamento plurianual cria dotações orçamentárias para quatro anos.

RESPOSTA De acordo com § 5º do art. 165, CF, a lei orçamentária anual compreenderá, entre outros, o **orçamento fiscal** referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público (inc. I). *Alternativa D*.

4044. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** A respeito do que dispõe a CF sobre finanças públicas, assinale a opção correta.

(A) O orçamento da seguridade social, que abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, está compreendido na lei orçamentária anual.
(B) Cabe a lei ordinária federal dispor sobre a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta, bem como sobre operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos estados, do DF e dos municípios.
(C) São vedadas ao BACEN a compra e a venda de títulos de emissão do Tesouro Nacional.
(D) Relatório resumido da execução orçamentária deve ser publicado pelo Poder Executivo federal no prazo máximo de sessenta dias após o encerramento de cada trimestre.
(E) O exame e a emissão de parecer sobre projeto de lei relativo às diretrizes orçamentárias competem a uma comissão permanente de senadores da República.

RESPOSTA De acordo com o § 5º do art. 165, CF, a lei orçamentária anual compreenderá, entre outros, o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (inc. III). *Alternativa A*.

4045. (Advogado – CEHAP – 2009 – CESPE) Dispõe a CF que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito. Esse dispositivo encerra o princípio orçamentário da

(A) unidade.
(B) exclusividade.
(C) universalidade.
(D) anualidade.

RESPOSTA O § 8º do art. 165, CF, reproduzido no enunciado da questão, trata do princípio da **exclusividade**, que em outras palavras veda o que a doutrina denomina *caudas orçamentárias*, ou seja, que sejam incluídos dispositivos que não tratem de receita ou autorização de despesa. *Alternativa B*.

4046. (Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta quanto às normas vigentes relativas aos orçamentos públicos.

(A) Para fins de estimativa e de registro na LOA, prevalece a noção de receita corrente líquida, conforme definida na LRF.
(B) O presidente do TJPE tem legitimidade para enviar à Assembleia Legislativa projeto de lei autorizando a abertura de crédito especial, para atender a despesas do Poder Judiciário estadual, que ainda não tenham dotação orçamentária específica.
(C) Se o estado de Pernambuco apresentou receitas correntes de R$ 11,6 bilhões e despesas correntes de R$ 10 bilhões, em 2008, então a diferença deve ser considerada receita de capital, mas não integra o rol das chamadas receitas orçamentárias.
(D) Não há, na CF, vedação aos chamados orçamentos rabilongos.
(E) O estado de Pernambuco pode constituir, por decreto do governador, o fundo especial da pobreza, para destinar recursos a programas de atendimento a pessoas desempregadas ou de baixa renda.

RESPOSTA São Receitas de Capital, segundo o § 2º do art. 11, Lei n. 4.320/64, entre outras, o superávit do Orçamento Corrente. E o superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das **receitas** e **despesas correntes** não constituirá item de *receita orçamentária* (§ 3º). *Alternativa C*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Ainda acerca dos orçamentos, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

4047. O princípio da universalidade estabelece que todas as receitas e despesas devem estar previstas na LOA.

RESPOSTA Todas as receitas e despesas devem estar contabilizadas na lei orçamentária, segundo se entende do **princípio da universalidade**, pois não deverá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, como exige o § 8º do art. 165, CF. Os arts. 3º e 4º, Lei n. 4.320/64, não deixam dúvidas também ao exigir que a lei de orçamentos compreenderá todas as receitas e despesas respectivamente. *Certa*.

4048. O princípio da não afetação refere-se à impossibilidade de vinculação da receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, com exceção de alguns casos previstos na norma constitucional.

RESPOSTA Segundo o inciso IV do art. 167, CF, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvados os casos ali previstos. Essa regra é denominada pela doutrina **princípio da não afetação**. *Certa*.

4049. O orçamento é um ato administrativo da administração pública.

RESPOSTA Segundo lição de Eduardo Jardim, é tormentosa a controvérsia doutrinária da natureza jurídica do orçamento, mas que abraça o entendimento "com aqueles que reconhecem no orçamento uma lei em todos os sentidos" (*Manual*, p. 110), ou seja, na forma e no conteúdo. *Errada*.

4050. O controle externo do cumprimento orçamentário é feito, ordinariamente, pelo Poder Judiciário.

RESPOSTA Segundo os arts. 70 e 71, CF, a fiscalização orçamentária, entre outras, da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com auxílio do TCU, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. *Errada*.

4051. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** A respeito das finanças públicas, assinale a opção correta.

(A) A lei que instituir o PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

(B) A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas correntes para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da LOA, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências reguladoras.

(C) A abertura de crédito suplementar ou especial dispensa a autorização legislativa, mas não prescinde da indicação dos recursos correspondentes.

(D) Segundo o princípio da anualidade, a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

(E) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de LOA, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados pela administração, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, independentemente de autorização legislativa.

RESPOSTA Segundo o § 1º do art. 165, CF, a lei que instituir o **plano plurianual** (PPA) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. *Alternativa A.*

4052. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** As vedações constitucionais em matéria orçamentária não incluem

(A) o início de programas não incluídos na LOA.
(B) a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
(C) a vinculação de receita de impostos para a realização de atividades da administração tributária.
(D) a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legislativa.
(E) a concessão de créditos ilimitados.

RESPOSTA Entre as vedações em matéria orçamentária, previstas no art. 167, CF, está a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa (IV), regra denominada pela doutrina **princípio da não afetação**. No entanto, a própria CF faz algumas ressalvas e uma delas é quanto à realização de atividades da administração tributária, portanto correta a *alternativa C*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) De acordo com o que estabelece a CF acerca das finanças públicas, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

4053. É possível a transposição de recursos de uma categoria de programação para outra, com a prévia autorização legislativa.

RESPOSTA Segundo o inciso VI do art. 167, CF, são vedados a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, *sem prévia autorização legislativa*. Portanto, se tiver a prévia autorização a que se refere a assertiva, é possível a transposição. *Certa*.

4054. Emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas, desde que sejam compatíveis com o plano plurianual.

RESPOSTA Segundo o § 4º do art. 166, CF, as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual. Em outras palavras, é o que corresponde à assertiva acima. *Certa.*

4055. Não é possível a transferência voluntária de recursos, pelo governo federal, aos estados para o pagamento de despesas de pessoal ativo, inativo e pensionista.

RESPOSTA Segundo o inciso X do art. 167, CF, são vedadas a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. *Certa*.

4056. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias

(A) disciplinar as transferências financeiras entre entidades privadas.
(B) estabelecer limitações à expansão de receitas governamentais.
(C) dispor sobre o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados pela iniciativa privada.
(D) quantificar o resultado primário a ser obtido com vistas à redução do montante da dívida e das despesas com juros.
(E) dispor sobre o equilíbrio entre custos e despesas.

RESPOSTA Segundo a LRF (LC n. 101/2000), que trouxe novas e importantes funções para a **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO**, atendido o § 2º do art. 165, CF, deverá dispor dos itens previstos no art. 4º e será integrado ao projeto da LDO o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes (§ 1º). Está correta a função apontada na *alternativa D*.

4057. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Na elaboração da Lei Orçamentária Anual

(LOA), foi incluída a contratação de operações de crédito por antecipação de receita. A partir dessa informação, assinale a opção correta.

(A) A Constituição Federal prevê que só podem constar da LOA dispositivos acerca da previsão da receita e da fixação da despesa, sem exceção.
(B) A proibição de que a LOA contenha dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa recai, inclusive, sobre os créditos suplementares.
(C) A contratação de operações de crédito, desde que não seja por antecipação de receita, pode constar da LOA.
(D) Os créditos suplementares e as operações de crédito, inclusive aquelas provenientes de antecipação de receita, não estão incluídos na proibição de que a LOA cuide apenas da previsão da receita e da fixação da despesa.
(E) A LOA é peça de ficção jurídica e, como tal, aceita qualquer dispositivo.

RESPOSTA Segundo o § 8º do art. 165, CF, a LOA *não* conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, **não se incluindo na proibição** a autorização para abertura de *créditos suplementares* e *contratação de operações de crédito*, ainda que *por antecipação de receita*, nos termos da lei. *Alternativa D.*

4058. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Se uma autarquia receber, mediante determinação da lei orçamentária, dotação insuficiente para determinado projeto,

(A) terá de reduzir o valor do projeto para adequá-lo à dotação.
(B) deve requerer a abertura de crédito suplementar pelo valor que falte, caso necessite acrescer o valor.
(C) deve requerer a abertura de crédito especial pelo valor que falte, caso necessite acrescer o valor.
(D) deve requerer a abertura de crédito extraordinário pelo valor que falte, caso necessite acrescer o valor.
(E) pode gastar acima do valor da dotação, até o limite permitido na lei orçamentária.

RESPOSTA De acordo com o inciso I do art. 41, Lei n. 4.320/64, são créditos adicionais os suplementares, destinados a *reforço* de dotação orçamentária. *Alternativa B*.

Finanças Públicas: Receitas e Despesas

4059. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Nos meses de junho e julho de 2011, verificou-se no parlamento estadunidense disputa política pela aprovação de norma que elevasse o nível de endividamento daquela União federal. Acerca das normas constitucionais brasileiras relativamente a essa matéria, assinale a opção correta.

(A) O limite da dívida mobiliária dos estados e dos municípios é matéria de lei federal, enquanto o limite da dívida mobiliária da União é matéria de resolução do Senado Federal.
(B) O limite da dívida mobiliária da União, dos estados e dos municípios é matéria de resolução do Senado Federal.
(C) O limite da dívida mobiliária da União, dos estados e dos municípios é matéria de lei federal.
(D) O limite da dívida mobiliária da União é matéria de lei federal, e o limite da dívida mobiliária dos estados e dos municípios é matéria de resolução do Senado Federal.
(E) O limite da dívida mobiliária da União e dos estados é matéria de lei federal, e o limite da dívida mobiliária dos municípios é matéria de resolução do Senado Federal.

RESPOSTA De acordo com o art. 48, XIV, e art. 52, IX, ambos da CF; *vide*, respectivamente, Decreto-lei n. 2.376/87 e Resolução n. 43/2001 do Senado Federal. *Alternativa D*.

4060. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Acerca da classificação da receita pública, cujos parâmetros independem de sua natureza jurídica, assinale a opção correta.

(A) As contribuições sociais classificam-se como receitas tributárias, assim como as multas tributárias.

(B) A obtenção de recursos financeiros decorrentes de operações de crédito classifica-se como receita de capital, e as multas tributárias não são classificadas como receitas tributárias.

(C) A obtenção de recursos financeiros decorrentes de operações de crédito classifica-se como receita de capital, e as contribuições sociais, como receitas tributárias.

(D) A obtenção de recursos financeiros decorrentes de operações de crédito classifica-se como receita corrente, assim como o recebimento de amortização da dívida.

(E) O recebimento de amortização da dívida classifica-se como receita de capital, e as multas tributárias, como receitas tributárias.

RESPOSTA São Receitas de Capital, de acordo com o § 2º do art. 11, Lei n. 4.320/64, as provenientes da realização de **recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas**; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender a despesas classificáveis em Despesas de Capital; e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente. E, quanto às Receitas Tributárias, as multas tributárias não estão incluídas, tão somente os tributos; *vide* o conceito do art. 3º, CTN ("que não constitua sanção de ato ilícito"). *Alternativa B*.

4061. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** Receita pública proveniente de normal arrecadação tributária da unidade da Federação, no exercício da sua competência tributária, denomina-se

(A) receita extraordinária, sob o ângulo da periodicidade.

(B) receita derivada, sob a ótica da origem da receita.

(C) receita ordinária, em relação à origem da receita pública.

(D) receita transferida, uma vez que provém do patrimônio do particular.

(E) receita derivada, sob a ótica da periodicidade.

RESPOSTA Segundo lição de Ricardo Torres, a "classificação mais utilizada é a que separa as receitas derivadas das originárias. *Derivadas* são as provenientes da economia privada, representadas pelo tributo, pelos ingressos parafiscais e pelas multas. *Originárias* são as que decorrem da exploração do patrimônio do Estado, compreendendo os preços públicos, as compensações financeiras e os ingressos comerciais" (*Curso*, p. 186). *Alternativa B*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Com relação a despesas e receitas públicas, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

4062. O princípio da legalidade em matéria de despesa pública significa que se exige a inclusão da despesa em lei orçamentária para que ela possa ser realizada, com exceção dos casos de restituição de valores ou pagamento de importância recebida a título de caução, depósitos, fiança, consignações, ou seja, advindos de receitas extraorçamentárias que, apesar de não estarem fixados na lei orçamentária, sejam objeto de cumprimento de outras normas jurídicas.

RESPOSTA Em outras palavras, "a realização da despesa pública se condiciona à sua inclusão na lei orçamentária (...) e, como corolário lógico, a despesa pública se subordina ao princípio da legalidade, sendo que a inobservância do aludido postulado rende margem à configuração de crime de responsabilidade por parte dos agentes políticos" (JARDIM, *Manual*, p. 84-85). *Certa*.

4063. A cobrança de tarifas ou preço público corresponde a uma receita originária.

RESPOSTA Importante observar que o ingresso dos valores de **tributos** corresponde às receitas *derivadas*, e o das **tarifas**

(ou preço público), às receitas *originárias*. *Certa*.

4064. A caução exigida e arrecadada de um licitante corresponde a ingresso de valores aos cofres públicos e, portanto, é receita pública.

RESPOSTA A caução referida na assertiva tem previsão na Lei n. 8.666/93 (art. 56, § 1º, I); como toda *garantia*, será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (§ 4º). No entanto, o conceito de **receita pública** vai além do simples ingresso de dinheiro aos cofres públicos, ou seja, considera-se tal somente se não tiver reservas ou condições, o que não é o caso de *caução*. *Errada*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Com relação a empréstimos públicos, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

4065. Compete à União estabelecer a política a respeito dos empréstimos públicos e fiscalizar as operações de crédito realizadas.

RESPOSTA De acordo com o inciso VIII do art. 21, CF. *Certa*.

4066. Em determinadas situações previstas em lei, o governo federal poderá conceder empréstimos para pagamento de despesas com pessoal dos estados, do DF e dos municípios.

RESPOSTA Observado o inciso X do art. 167, CF, são vedados esses empréstimos. *Errada*.

4067. **(Juiz – TRF-2 – 2009 – CESPE)** Com relação às normas de finanças públicas previstas na CF e ao direito financeiro, assinale a opção correta.

(A) O direito financeiro cuida do crédito público e da dívida pública.
(B) Cabe à lei complementar instituir o plano plurianual.
(C) À lei ordinária cabe dispor acerca do exercício financeiro da lei orçamentária anual.
(D) A despesa, a receita, o orçamento e o crédito públicos são objeto de estudo do direito financeiro.
(E) A compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e as condições operacionais plenas daquelas voltadas ao desenvolvimento regional, não é matéria de norma geral a ser reservada à lei complementar.

RESPOSTA De acordo com a CF (a partir do art. 163) e com a Lei n. 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos. *Alternativa D*.

Lei de Responsabilidade Fiscal

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Com relação a empréstimos públicos, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

4068. Tratando-se de empréstimo a estado ou município, a União poderá conceder garantia, mediante o oferecimento de contragarantia consistente na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais.

RESPOSTA De acordo com o inciso II do § 1º do art. 40, LC n. 101/2000. *Certa.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Com relação a despesas e receitas públicas, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

4069. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, de medida provisória ou de ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

RESPOSTA Observado o art. 17, LRF (LC n. 101/2000), a assertiva acima reproduz literalmente o texto legal, portanto *certa*.

4070. De acordo com a LRF, a contratação de serviços, por meio de licitação, que acarrete aumento de despesa deve vir precedida de demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro apenas do exercício em que deva entrar em vigor a referida despesa, bem como da declaração de responsabilidade do ordenador de despesa.

RESPOSTA Segundo o inciso I do art. 16, LRF, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro deve ser no exercício em que deva entrar em vigor o aumento de despesa e nos *dois subsequentes*. *Errada*.

4071. Caso a despesa total com pessoal exceda a 95% do limite imposto na LRF, é vedado ao poder público o provimento de cargo público, com exceção da reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidor público.

RESPOSTA Segundo a LRF (art. 22, parágrafo único, IV), se houver o excesso informado na assertiva, fica vedado, entre outras hipóteses, o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, *ressalvada* a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento **de servidores das áreas de educação, saúde e segurança**. *Errada*.

4072. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Relativamente à LRF, assinale a opção correta.

(A) Caso determinado município brasileiro, objetivando criar um polo industrial, constitua benefícios de natureza fiscal, que resultem na redução da arrecadação de tributo específico, nesse caso, com base na LRF, para a legalidade da concessão do benefício, o município deverá elaborar estimativa de impacto orçamentário-financeiro referente ao exercício em que deva iniciar a vigência do benefício e ao exercício seguinte.

(B) Se determinado estado da Federação implementar ação governamental que acarrete aumento de despesa, em desobediência às diretrizes da LRF, o referido estado será impedido de realizar licitações para a aquisição de bens e serviços.

(C) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

(D) Os municípios brasileiros não poderão ter despesa total com pessoal, em cada período de apuração, superior a 40% da receita líquida corrente.

RESPOSTA Segundo o § 7º do art. 17, LRF, considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado. *Alternativa C*.

4073. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Acerca das Leis Complementares ns. 101/2000 e 105/2001, que tratam, respectivamente, das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e do sigilo das operações de instituições financeiras, assinale a opção correta.

(A) Ao final de um bimestre, se verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário, todos os poderes e o Ministério Público promoverão, nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO), sendo certo, na hipótese de descumprimento de tal prazo por parte dos demais poderes, que o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela LDO.

(B) Só se considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada exclusivamente de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício.

(C) O servidor público que utilizar ou viabilizar a utilização de qualquer informação obtida em decorrência da quebra de sigilo fiscal responde pessoal e diretamente pelos danos decorrentes, sem

prejuízo da responsabilidade objetiva da entidade pública, que resta caracterizada independentemente de o servidor ter agido de acordo com orientação oficial.

(D) Independem de prévia autorização do Poder Judiciário a prestação de informações e o fornecimento de documentos sigilosos solicitados por comissão de inquérito administrativo destinada a apurar responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições.

(E) Os membros do Ministério Público, no uso de suas prerrogativas institucionais, não estão autorizados a requisitar documentos fiscais e bancários sigilosos diretamente ao fisco e às instituições financeiras, sob pena de violação aos direitos e garantias constitucionais da intimidade da vida privada dos cidadãos.

RESPOSTA Segundo entendimento do STJ, "as prerrogativas institucionais dos membros do Ministério Público, no exercício de suas funções, não compreendem a possibilidade de requisição de documentos fiscais sigilosos diretamente junto ao Fisco" (RHC 20.329/PR). *Alternativa E*.

4074. (Advogado – CEHAP – 2009 – CESPE) A Lei Complementar n. 101/2000 dispõe que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe

(A) ação planejada e transparente, em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

(B) mecanismos para controle das finanças públicas apenas em anos de eleição para presidente da República.

(C) limites para as despesas públicas, mas sem estabelecer normas específicas para gastos com pessoal.

(D) o sigilo de todos os atos da gestão fiscal e a obediência a limites e condições no que tange à obtenção de receita.

RESPOSTA Segundo o § 1º do art. 1º, LC n. 101/2000, a **responsabilidade na gestão fiscal** pressupõe a *ação planejada* e *transparente* em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. *Alternativa A*.

Sistema Financeiro

4075. (Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE) A respeito do SFN, assinale a opção correta.

(A) Não são consideradas instituições financeiras as pessoas jurídicas que tenham como atividade acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

(B) Compete à Comissão de Valores Mobiliários definir a política a ser observada na organização e no funcionamento do mercado de valores mobiliários.

(C) Por estar sujeito ao regime próprio das empresas privadas, de acordo com o art. 173, § 1º, II, da CF, o Banco do Brasil S.A. não tem competência para executar política creditícia e financeira do governo federal no SFN.

(D) São membros do Conselho Monetário Nacional, órgão executor do SFN, os ministros da Fazenda e do Planejamento, e o presidente do BACEN.

(E) Entre as atribuições do BACEN, estão a de emitir papel-moeda, a de receber depósitos compulsórios das instituições financeiras e bancárias e a de estabelecer as condições para exercícios de cargos de direção nas instituições financeiras.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 4.595/64. As atribuições do BACEN estão previstas no art. 10; dentre elas, aquelas

indicadas na *alternativa E*.

4076. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Caso pretenda expandir seus negócios, determinado banco comercial que já opera no Brasil poderá agir, sem necessitar de autorização do BACEN, para

(A) abrir agência no Brasil, se for banco de origem estrangeira.

(B) alterar seus estatutos.

(C) realizar operações de recebimento de depósitos à vista.

(D) realizar operações de câmbio.

(E) abrir agência no exterior, se for banco de origem brasileira.

RESPOSTA O recebimento de depósitos à vista é uma concessão do BACEN aos bancos comerciais, observado o inciso X do art. 10, Lei n. 4.320/64. *Alternativa C*.

4077. **(Juiz – TRF-5 – 2009 – CESPE)** Acerca do sistema financeiro nacional, assinale a opção incorreta.

(A) O sistema financeiro nacional é constituído pelas seguintes instituições: Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e demais instituições financeiras públicas e privadas.

(B) Compete ao Conselho Monetário Nacional a emissão de papel-moeda.

(C) As instituições financeiras estrangeiras só podem funcionar no Brasil mediante decreto do Poder Executivo.

(D) Toda instituição financeira privada, com exceção das cooperativas de crédito, constitui-se sob a forma de sociedade anônima.

(E) É da competência do Banco Central do Brasil regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis.

RESPOSTA De acordo com o *caput* do art. 164, CF, a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central. *Alternativa B*.

Precatórios

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os próximos itens, relativos aos precatórios (Certo ou Errado).

4078. O credor preterido do seu direito de precedência referente à ordem cronológica de apresentação dos ofícios precatórios poderá requerer ao presidente do tribunal de origem da decisão exequenda a determinação do sequestro da quantia necessária à satisfação do seu crédito.

RESPOSTA De acordo com o art. 100, § 6º, CF. *Certa*.

4079. Incorrerá em crime de responsabilidade e responderá perante o Conselho Nacional de Justiça o presidente do tribunal competente que retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios.

RESPOSTA De acordo com o § 7º do art. 100, CF. *Certa*.

4080. Créditos em precatórios não poderão ser cedidos, ainda que parcialmente, a terceiros.

RESPOSTA De acordo com o § 13 do art. 100, CF, o credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º. *Errada.*

4081. Para efeito dos pagamentos devidos por pessoas políticas em virtude de sentença judicial,

a ordem cronológica de apresentação dos precatórios deve ser rigorosamente respeitada, independentemente da natureza dos débitos.

RESPOSTA De acordo com os §§ 1º e 2º do art. 100, CF, serão pagos com preferência os débitos de natureza alimentícia. *Errada*.

II. Direito Econômico

Direito Econômico e Ordem Econômica

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Com relação à intervenção do Estado no domínio econômico, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

4082. A CF prevê áreas em que a exploração direta de atividade econômica pela União é feita por meio de monopólio.

RESPOSTA De acordo com o art. 177, CF. *Certa*.

4083. A atuação do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica compreende, entre outras funções, a de planejamento, que é determinante tanto para o setor público quanto para o setor privado.

RESPOSTA De acordo com o art. 174, CF, como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este **determinante para o setor público e indicativo para o setor privado**. *Errada*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Com base na ordem constitucional econômica, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

4084. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, dadas as suas especificidades, beneficiam-se de determinados privilégios fiscais não atribuídos às empresas privadas.

RESPOSTA De acordo com o § 2º do art. 173, CF, as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado. *Errada*.

4085. Com exceção dos casos especificados em lei, toda pessoa dispõe de liberdade para exercer qualquer atividade econômica, independentemente de autorização concedida por órgãos públicos.

RESPOSTA De acordo com os arts. 5º, XIII, e 170, parágrafo único, CF. *Certa*.

4086. Como forma de estímulo à atração de investimentos de capital estrangeiro, a CF veda a regulação da remessa de lucros.

RESPOSTA Segundo o art. 172, CF, a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros. *Errada.*

4087. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Acerca da intervenção direta do Estado brasileiro na ordem econômica, assinale a opção correta.

(A) Conforme pacífica jurisprudência do STJ, a contribuição especial de intervenção no domínio econômico para financiar os programas e projetos vinculados à reforma agrária e suas atividades complementares não pode ser cobrada de empresas urbanas.

(B) De acordo com previsão constitucional, as empresas públicas prestadoras de serviços públicos não podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas que operem no setor privado, sob pena de violação do princípio da livre concorrência.

(C) A existência ou o desenvolvimento de atividade econômica em regime de monopólio sem que a propriedade do bem empregado no processo produtivo ou comercial seja concomitantemente detida pelo agente daquela atividade ofende o texto constitucional.

(D) É constitucional a instituição, por lei ordinária, da contribuição de intervenção no domínio econômico, sendo desnecessária a vinculação direta entre os benefícios dela decorrentes e o contribuinte.

(E) O Estado brasileiro não pode assumir a iniciativa de exploração da atividade econômica, devendo avocá-la, em caráter excepcional, nos casos de necessidade para a segurança nacional ou de relevância para o interesse da coletividade, conforme critérios a serem estabelecidos em lei complementar.

RESPOSTA Já decidiu o STF que "DIREITO TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO. EDIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR E VINCULAÇÃO À ATIVIDADE ECONÔMICA: DESNECESSIDADE. ARTS. 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, DA CF/88: OFENSA INDIRETA" (RE 492.353-AgR). *Alternativa D*.

4088. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** No que se refere à intervenção do Estado no domínio econômico, assinale a opção correta.

(A) A jurisprudência dos tribunais superiores pacificou-se no sentido de que o serviço postal – conjunto de atividades que torna possível o envio de correspondência ou objeto postal de um remetente para endereço final e determinado – consubstancia atividade econômica em sentido estrito, de forma que o monopólio postal do Estado, previsto expressamente na CF, não pode ser relativizado.

(B) Verifica-se, na CF, a opção por sistema econômico voltado primordialmente para a livre-iniciativa, o que legitima a assertiva de que o Estado só deve intervir na economia em situações excepcionais, quando necessário aos imperativos da segurança nacional ou de relevante interesse coletivo.

(C) A proteção à segurança nacional autoriza o Estado a deter o controle de determinadas atividades econômicas para a garantia da soberania e da independência da Nação, tais como o da exploração de minérios portadores de energia atômica e o de combustíveis fósseis, sendo o conceito de segurança nacional eminentemente jurídico e determinado em lei de forma taxativa.

(D) O poder constituinte derivado reformador alterou o texto original da CF, no que se refere à disciplina dos monopólios estatais em relação aos combustíveis fósseis derivados, e permitiu a contratação, por parte da União, de empresas estatais ou privadas para as atividades relacionadas ao abastecimento de petróleo.

(E) A Emenda Constitucional n. 49/2006 exclui do monopólio da União a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a produção, a comercialização e a utilização de minérios e minerais nucleares e seus derivados, como, por exemplo, os radioisótopos de meia-vida curta, para usos médicos, agrícolas e industriais.

RESPOSTA De acordo com a EC n. 9/95, que alterou o § 1º do art. 177, CF, a União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV desse artigo, observadas as condições estabelecidas em lei. *Alternativa D*.

4089. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** A respeito de institutos de direito econômico, assinale a opção correta.

(A) O princípio econômico da defesa do consumidor não é violado por resolução de autoridade estadual que, no livre exercício do poder de polícia, discipline horário de funcionamento de

estabelecimentos comerciais e matérias específicas de consumo do interesse da unidade da Federação.

(B) Segundo a jurisprudência do STF, o estado-membro está autorizado a alterar relações jurídico-contratuais entre o poder concedente municipal e as empresas concessionárias, desde que mediante lei específica e existência de substrato fático embasado no interesse público coletivo de natureza econômica.

(C) No plano econômico, a concepção de Estado liberal é fruto direto das doutrinas de Adam Smith, para quem a harmonia social seria alcançada por meio da liberdade de mercado, aliando-se a persecução do interesse privado dos agentes econômicos a ambiente concorrencialmente equilibrado.

(D) A ordem econômica em sentido estrito é a parcela da ordem de fato, inerente ao mundo do ser, ou seja, o tratamento jurídico dispensado para disciplinar as relações jurídicas decorrentes do exercício de atividades econômicas.

(E) O conceito de Estado intervencionista econômico surgiu como reação contrária aos postulados do Estado liberal, com o fito de garantir o exercício racional das liberdades individuais, afastando a doutrina liberalista por completo no âmbito econômico para materializar os princípios da defesa do mercado e da concorrência.

RESPOSTA Nas palavras de Leonardo Vizeu Figueiredo, "no plano econômico, o Estado Liberal é fruto direto das doutrinas do filósofo escocês Adam Smith, que defendia que a harmonia social seria alcançada por meio da liberdade de mercado, aliando-se a persecução do interesse privado dos agentes econômicos a um ambiente concorrencialmente equilibrado" (*Direito econômico para concursos*, p. 30). *Alternativa C*.

4090. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** A respeito da ordem constitucional econômica, assinale a opção correta.

(A) A intervenção estatal na economia faz-se com respeito aos princípios da ordem econômica, não representando a fixação de preços em valores abaixo da realidade e em desconformidade com a legislação aplicável desrespeito ao princípio da livre-iniciativa, mas ao da defesa do consumidor.

(B) O direito de edificar é relativo, dado que condicionado à função social da propriedade, e, ainda que as restrições decorrentes da limitação administrativa preexistam à aquisição do terreno e sejam do conhecimento dos adquirentes, têm estes, com base nelas, direito à indenização do poder público.

(C) A empresa de pequeno porte optante do regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições é dispensada do pagamento das contribuições instituídas pela União para as entidades privadas de serviço social, não se estendendo tal isenção às contribuições às entidades de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

(D) É inconstitucional, por infringir o princípio da razoabilidade e inibir a iniciativa privada, norma de lei ordinária que imponha aos sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada a responsabilidade solidária, mediante seus bens pessoais, pelos débitos da pessoa jurídica para com a seguridade social.

(E) Por constituir risco presumido à ordem econômica, à livre-iniciativa e à concorrência, é vedada a concessão de imunidade tributária nas operações de importação de bens realizadas por município quando houver identidade entre o contribuinte de direito e o de fato.

RESPOSTA Decidiu o STF, ao reconhecer a inconstitucionalidade do art. 13, Lei n. 8.620/93, na parte em que determinou que os sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada responderiam solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à Seguridade Social, que "não é dado ao legislador estabelecer confusão entre os patrimônios das pessoas física e jurídica, o que, além de impor desconsideração *ex lege* e objetiva da personalidade jurídica, descaracterizando as sociedades limitadas, implica irrazoabilidade e inibe a iniciativa privada, afrontando os arts. 5º, XIII, e 170, parágrafo único, da Constituição"

(RE 562.276/PR). *Alternativa D*.

4091. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** O STF, na ADI n. 1.950/SP, analisou a constitucionalidade da medida que concedeu o direito a pagamento de meia entrada para o ingresso em estabelecimentos de entretenimento e assemelhados em favor dos estudantes matriculados regularmente nos estabelecimentos de ensino de São Paulo. Acerca do princípio da livre-iniciativa, discutido no caso, assinale a opção correta.

(A) A liberdade de comércio e de indústria representa um dos corolários do princípio da livre-iniciativa, marco no decreto d'Allarde.

(B) De acordo com a posição vencedora, o Estado só intervirá na economia em circunstâncias restritas, devendo estar os outros princípios da ordem econômica e constitucional subordinados à livre-iniciativa.

(C) A livre-iniciativa não tem vínculos com o princípio da legalidade e significa, em verdade, um limite para a ação pública, em termos de estado de direito.

(D) A livre-iniciativa é implicitamente fundamento da República e um dos desdobramentos do princípio da liberdade.

(E) A interferência do Estado na decisão de formação de preços deve estar embasada no princípio da livre-iniciativa, prescindindo-se de outros princípios de índole social.

RESPOSTA O Decreto d'Allarde, instrumento editado em 1791, após a Revolução Francesa, preconizava a liberdade de comércio e indústria, independentemente de ligação com corporação de ofício, suprimindo-a de vez, permitindo a liberdade de trabalho. *Alternativa A*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) A respeito do direito econômico, julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

4092. É legal a contratação pela União de empresa estatal ou privada para realizar atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural em território nacional.

RESPOSTA De acordo com o § 1º, art. 177, CF. *Certa*.

4093. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Em relação aos princípios da constituição econômica, assinale a opção correta.

(A) Ao prever o princípio do pleno emprego na CF, o legislador pretendeu defender a absorção da força de trabalho a qualquer custo, sem se preocupar com a dignidade da pessoa humana.

(B) A defesa do consumidor não se insere entre os princípios da chamada constituição econômica formal.

(C) A livre concorrência inclui-se entre os princípios gerais da atividade econômica denominados integração.

(D) Ao prever, na CF, a livre-iniciativa, o legislador buscou proteger a liberdade de desenvolvimento da empresa, com o objetivo de garantir ao empresário a sua realização pessoal e a obtenção de lucro.

(E) Os princípios gerais da atividade econômica denominados integração objetivam resolver os problemas da marginalização regional e(ou) social.

RESPOSTA De acordo com a doutrina, os princípios econômicos denominados de "integração" são aqueles dirigidos a resolver os problemas da marginalização regional e/ou social. Na CF, *vide* art. 170, representam os princípios de defesa do consumidor (V), defesa do meio ambiente (VI), redução das desigualdades sociais e regionais (VII) e busca do pleno emprego (VIII). *Alternativa E*.

4094. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** No que se refere à ordem jurídico-econômica, assinale a opção correta.

(A) O modelo político adotado pelo Estado brasileiro, conforme previsto na CF, é imposto pela ordem econômica vigente no mercado.
(B) As normas econômicas dispostas na CF são de natureza essencialmente estatutária, e não, diretiva.
(C) Regime político e ordem econômica equivalem-se do ponto de vista conceitual.
(D) Na CF, a ordem jurídico-econômica estabelece limites ao exercício da atividade econômica e define, de maneira exclusiva, a estrutura do sistema econômico a ser adotado pelo Estado brasileiro.
(E) A mudança dos paradigmas liberais na atividade econômica, com a inclusão da obrigatória observância de princípios como o da dignidade da pessoa humana, deveu-se à atuação do próprio Estado, que passou a intervir no mercado em busca do bem coletivo.

RESPOSTA Conforme o *caput* do art. 170, CF, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, tem por fim assegurar a todos **existência digna**, conforme os ditames da justiça social e os princípios que são ali indicados. E junto com os fundamentos da República Federativa do Brasil, ciência do art. 1º, CF, estão tanto a **dignidade humana** como os valores sociais do trabalho e da **livre-iniciativa**. *Alternativa E*.

4095. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** A respeito da intervenção do Estado na economia, assinale a opção correta.

(A) A atividade normativa e reguladora do Estado exercida por meio da intervenção na atividade econômica compreende as funções de fiscalização, participação e incentivo.
(B) O monopólio estatal na refinação do petróleo nacional impede a contratação, pela União, de empresa privada para a realização dessa atividade.
(C) A participação em atividades econômicas e a administração dessas atividades são as duas possíveis formas de ingerência do Estado na economia.
(D) Sempre que entender cabível, e independentemente de previsão na CF, o Estado pode intervir na economia, utilizando-se do monopólio de exploração direta da atividade econômica.
(E) O planejamento da atividade econômica pelo Estado, na nova ordem constitucional econômica, é sempre indicativo para o setor privado, em harmonia com o princípio da livre-iniciativa.

RESPOSTA De acordo com o texto constitucional, como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e **indicativo para o setor privado** (art. 174). A **livre-iniciativa** está pautada seja como *fundamento* do Estado democrático de Direito (art. 1º, IV), seja como *fundamento* da ordem econômica (art. 170). *Alternativa E*.

4096. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** No que se refere a liberalismo e intervencionismo, assinale a opção correta.

(A) A atuação do Estado, seja por meio do condicionamento da atividade econômica, seja por meio da exploração direta de determinada atividade econômica, anula, por inteiro, a forma econômica capitalista prevista na CF.
(B) O intervencionismo valoriza o indivíduo como agente econômico e ente responsável pela condução das regras de mercado.
(C) Com o liberalismo, buscou-se atingir a justiça social por meio da imposição de regras estatais na condução da atividade econômica, sem se considerar o lucro.
(D) O objetivo do liberalismo foi o de livrar o indivíduo da usurpação e dos abusos do poder estatal na condução da atividade econômica.

(E) O intervencionismo visava proteger o Estado dos abusos advindos do liberalismo, como foi o caso da concorrência desleal entre os indivíduos e o Estado.

RESPOSTA De acordo com a lição de Leonardo Vizeu Figueiredo, "o modelo de Estado Liberal nasce da necessidade de proteção da esfera de domínio privado dos indivíduos face ao avanço predatório que o modelo estatal absolutista exercia sobre o cidadão comum" (*Direito econômico para concursos*, p. 29-30). *Alternativa D*.

4097. **(Juiz – TRF-5 – 2009 – CESPE)** Acerca do direito econômico, assinale a opção correta.

(A) Sistema econômico é a forma por meio da qual o Estado estrutura sua política e organiza suas relações sociais de produção, isto é, a forma adotada pelo Estado no que se refere à distribuição do produto do trabalho e à propriedade dos fatores de produção. Atualmente, existem apenas dois sistemas econômicos bem distintos e delineados no mundo: o capitalismo e o socialismo.

(B) A ordem econômica, consoante o tratamento dado pelo legislador constituinte de 1988, admite duas vertentes conceituais. Para uma delas, a vertente ampla, a ordem econômica constitui uma parcela da ordem de direito, inerente ao mundo do dever-ser, ou seja, é o tratamento jurídico dispensado para disciplinar o comportamento dos agentes econômicos no mercado.

(C) O modelo do Estado intervencionista econômico é fortemente influenciado pelas doutrinas de John Maynard Keynes, que sustentou que os níveis de emprego e de desenvolvimento socioeconômico devem-se muito mais às políticas públicas implementadas pelo governo e a certos fatores gerais macroeconômicos, e não meramente ao somatório dos comportamentos microeconômicos individuais dos empresários.

(D) O Estado intervencionista socialista atua com o fito de garantir o exercício racional das liberdades individuais, e sua política intervencionista não visa ferir os postulados liberais, mas, apenas, coibir o exercício abusivo e pernicioso do liberalismo.

(E) No que tange à atuação do Estado no domínio econômico, a intervenção regulatória ocorre quando o Estado, nos casos expressos e devidamente autorizados no ordenamento jurídico, atua, em regime de igualdade com o particular, na exploração de atividade econômica.

RESPOSTA De acordo com a lição de Leonardo Vizeu Figueiredo, o "modelo intervencionista é fortemente influenciado pelas doutrinas de John Maynard Keynes, que em sua obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, expôs suas teses sobre economia política, demonstrando que o nível de emprego e, por corolário, do desenvolvimento socioeconômico, se deve muito mais às políticas públicas implementadas pelo governo, assim como a certos fatores gerais macroeconômicos, e não meramente ao somatório dos comportamentos individuais, microeconômicos dos empresários" (*Direito econômico para concursos*, p. 31-32). *Alternativa C.*

Direito Econômico Internacional

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos ao MERCOSUL (Certo ou Errado).

4098. O MERCOSUL não é uma organização supranacional, razão pela qual as normas emanadas dos seus órgãos não têm caráter obrigatório nem aplicação direta; para ter eficácia, elas devem ser incorporadas formalmente no ordenamento jurídico dos Estados-membros.

RESPOSTA A compreensão do MERCOSUL como personalidade jurídica de direito internacional está de acordo com o art. 34 do Protocolo de Ouro Preto (1994); no entanto, não tem característica de ser uma organização supranacional, visto que as suas normas não têm aplicação direta em seus países-membros (arts. 38 a 40). *Certa*.

4099. Visando à solução de controvérsias no âmbito do MERCOSUL, os particulares podem peticionar diretamente ao Tribunal Arbitral *Ad Hoc* e ao Tribunal Permanente de Revisão.

RESPOSTA Somente os Estados-partes, de acordo com o Protocolo de Olivos (Decreto n. 4.982/2004). *Errada*.

4100. Cabe ao Conselho do MERCOSUL, órgão superior composto pelos ministros das Relações Exteriores e os da Economia dos Estados-partes, conduzir a política do processo de integração e tomar decisões destinadas a assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do MERCOSUL.

RESPOSTA De acordo com os arts. 3º e 4º, Decreto n. 1.901/96 (Protocolo de Ouro Preto). *Certa*.

4101. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** No que se refere ao comércio internacional e suas instituições, assinale a opção correta.

(A) O GATT não reconhece acordos regionais, sob o fundamento de que eles são utilizados para impor barreiras ao restante das partes contratantes.

(B) A atuação da OMC estende-se a mercadorias, serviços e direitos de propriedade intelectual, com o objetivo de reduzir barreiras comerciais e tratamentos discriminatórios.

(C) No MERCOSUL, há direito comunitário, sendo as normas oriundas de órgãos comuns e dispensada a internalização, conforme as regras de direito internacional.

(D) O GATT e a OMC foram concebidos em 1948 para expandir o comércio internacional.

(E) Por constituir tratado multilateral, cujas partes atuam em posição de igualdade, o GATT não apresenta condições especiais para os países em desenvolvimento.

RESPOSTA A estrutura da OMC prevê um Conselho do Comércio de Mercadorias, um Conselho do Comércio de Serviços e um Conselho dos Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (art. IV, Acordo de Marrakesh), trazendo como princípios orientadores o da não discriminação (reciprocidade) e o do desarmamento alfandegário (visa a reduzir barreiras comerciais). *Alternativa B*.

4102. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos princípios gerais da atividade econômica, do GATT e da OMC.

(A) A OMC, criada na quarta rodada de negociação do GATT, em Genebra, em 1955, é organização internacional que negocia e normatiza regras sobre o comércio entre as nações; seus membros transacionam e celebram acordos que são internalizados pelos poderes constituídos de seus signatários e passam, desse modo, a regular o comércio internacional de cada nação.

(B) São vinculantes e caracterizados pela abrangência, automaticidade e exequibilidade os efeitos das decisões proferidas pelo sistema de solução de controvérsias da OMC, instituído para substituir antigo procedimento similar adotado pelo GATT, podendo qualquer nação acioná-lo na qualidade de terceiro interessado, independentemente de ser parte da organização.

(C) O conceito de soberania foi desenvolvido pelo filósofo francês Jean Bodin, e, segundo a atual doutrina, o princípio da soberania nacional somente se efetiva quando a nação alcança patamares de desenvolvimento econômico e social que lhe garantam a plena independência das decisões políticas, sem a necessidade de auxílios internacionais, de forma que somente existirá Estado soberano onde houver independência econômica.

(D) Segundo a jurisprudência do STF, não ofende o princípio da livre concorrência lei federal, estadual ou municipal que impeça a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, uma vez que o Estado é o responsável pela condução das políticas públicas destinadas a organizar a distribuição equitativa das atividades da economia nacional.

(E) A primeira rodada de negociação do GATT, realizada em Tóquio, em 1947, versou sobre tarifas, agricultura, serviços, propriedade intelectual e medidas de investimento, tendo sido estabelecida, na ocasião, a chamada cláusula da nação mais favorecida, que prevê a gradual supressão de

determinados benefícios à medida que os países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento incrementam suas economias.

RESPOSTA É sabido que Jean Bodin (1530-1596) foi o principal responsável pela formulação do conceito de soberania, como o "poder perpétuo e absoluto de uma República". Destaca-se que hoje a soberania só prevalece quando se alcança o desenvolvimento econômico e social. Em outras palavras, sem independência econômica não se tem soberania política. *Alternativa C*.

4103. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Em relação à prática denominada *dumping* e às medidas de salvaguarda, assinale a opção correta.

(A) Para a determinação do dano pela prática de *dumping*, não é necessária a demonstração de nexo causal entre as importações objeto de *dumping* e o dano à indústria doméstica.

(B) As medidas de salvaguarda visam à defesa da indústria e da produção doméstica em face do avanço de exportações de mercadorias em patamar de valores inferiores aos do produtor nacional, não sendo necessária a investigação prévia para a aplicação de tais medidas.

(C) Em determinadas circunstâncias críticas, é possível a aplicação de medida de salvaguarda provisória, com duração máxima de duzentos dias, podendo ser suspensa por decisão interministerial antes do prazo final estabelecido.

(D) Considera-se prática de *dumping* a introdução de um bem no mercado doméstico, exceto sob as modalidades de *drawback*, a preço de exportação inferior ao valor normal praticado no mercado de origem.

(E) Para se aferir a prática de *dumping*, o preço de exportação será o efetivamente pago pelo produto exportado ao Brasil, incluindo-se impostos e considerando descontos efetivamente concedidos.

RESPOSTA (A) Art. 15, Decreto n. 1.602/95 (é necessária a demonstração de nexo causal). (B) Art. 1º, Decreto n. 1.488/95 (poderão ser aplicadas medidas de salvaguarda). (C) Art. 4º, § 1º, Decreto n. 1.488/95. (D) Art. 4º, Decreto n. 1.602/95 (inclusive *drawback*). (E) Art. 8º, Decreto n. 1.602/95 (livre de impostos). *Alternativa C*.

4104. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** A respeito do MERCOSUL e dos sujeitos econômicos, assinale a opção correta.

(A) As denominadas empresas transnacionais são entidades autônomas, de personalidade jurídica de direito privado, que estabelecem sua gestão negocial e organizam sua produção em bases internacionais, com vínculo direto e compromisso com as fronteiras ou com os interesses políticos de determinada nação.

(B) A previsão da CF quanto à busca, pela República Federativa do Brasil, da integração econômica dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, representa o ideal de Simon Bolívar, que inicialmente defendeu a integração puramente econômica das Américas.

(C) Compõe a estrutura do sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL o Tribunal Permanente de Revisão, ao qual poderá ser encaminhado pelos Estados interessados recurso de revisão contra laudo emitido pelo Tribunal Arbitral *Ad Hoc*.

(D) À Comissão de Comércio, órgão superior do MERCOSUL, incumbem a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para a garantia do cumprimento dos objetivos estabelecidos pelos Estados-partes e para lograr a constituição final do mercado comum.

(E) No plano internacional, os sujeitos econômicos não se limitam às entidades com personalidade jurídica, que atuam na formação e concretização das normas de direito internacional, razão pela qual qualquer empresa que atue no comércio exterior é classificada como sujeito econômico

internacional.

RESPOSTA De acordo com o art. 17, item 1, do Protocolo de Olivos, qualquer das partes na controvérsia poderá apresentar um recurso de revisão do laudo do Tribunal Arbitral *Ad Hoc* ao Tribunal Permanente de Revisão, em prazo não superior a 15 (quinze) dias a partir da notificação dele. *Alternativa C*.

4105. **(Juiz – TRF-5 – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta, acerca do MERCOSUL.

(A) O MERCOSUL, criado pelo Protocolo de Recife como ente dotado de personalidade jurídica de direito público, apresenta estrutura orgânica intergovernamental, sendo suas decisões tomadas por votação, respeitando-se a maioria dos votos.

(B) Ao Conselho do Mercado Comum, órgão superior do MERCOSUL, cabem a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção, devendo esse conselho reunir-se, pelo menos, uma vez por bimestre, com a participação dos presidentes dos Estados-partes.

(C) Constituem órgãos do MERCOSUL, de capacidade decisória e natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do MERCOSUL, bem como o Tribunal Permanente de Revisão e o Parlamento do MERCOSUL.

(D) São funções e atribuições do Grupo Mercado Comum a propositura de projetos de decisões ao Conselho do Mercado Comum e o exercício da titularidade da personalidade jurídica do MERCOSUL.

(E) Quaisquer controvérsias entre os Estados-partes a respeito da interpretação, da aplicação ou do descumprimento das disposições contidas no Tratado de Assunção e dos acordos celebrados no âmbito desse tratado devem ser submetidas exclusivamente aos procedimentos de solução estabelecidos no Protocolo de Ouro Preto.

RESPOSTA De acordo com o art. 2º, Decreto n. 1.901/96 (que promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção) são órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul. O Tribunal Permanente de Revisão veio a partir do Protocolo de Olivos (Decreto n. 4.982/2004), e o Parlamento do Mercosul, a partir de protocolo próprio constitutivo em 2005, que veio substituir a Comissão Parlamentar Conjunta. *Alternativa C*.

4106. **(Juiz – TRF-5 – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta no que concerne ao GATT e à OMC.

(A) O GATT foi promulgado em 1970 com a finalidade de expandir o comércio internacional e reduzir os direitos alfandegários, por intermédio de contingenciamentos, acordos preferenciais e barreiras pecuniárias.

(B) A cláusula de habilitação, um dos princípios do GATT, estabelece que todo e qualquer favorecimento alfandegário oferecido a uma nação deve ser extensível às demais.

(C) A OMC, fórum permanente de negociação para a solução de controvérsias quanto às práticas desleais e de combate a medidas arbitrárias de comércio exterior, foi criado pelo Acordo de Tóquio, de 1985, e está vinculado ao Fundo Monetário Internacional.

(D) O Conselho Geral é o órgão da OMC incumbido da resolução de disputas e mecanismos de revisão de política comercial. Dotado de função análoga à judiciária, esse conselho vale-se, via de regra, de mecanismos de composição extrajudicial, como a arbitragem.

(E) O sistema de solução de controvérsias da OMC conta com apenas três fases: formulação de consultas pelos Estados envolvidos, constituição de grupo especial e prolação de decisão.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. IV do Acordo Constitutivo da OMC. *Alternativa D*.

4107. **(Juiz – TRF-5 – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da disciplina jurídica da concorrência empresarial.

(A) Se os indícios de infração à ordem econômica não forem suficientes para a instauração de processo administrativo, a SDE deve promover, de ofício ou à vista de representação escrita e fundamentada de qualquer interessado, averiguações preliminares, as quais são dispensáveis quando se tratar de representação de comissão do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas.

(B) Instaurado processo administrativo, em prazo não superior a trinta dias, contado do conhecimento do fato, da representação ou do encerramento das averiguações preliminares, o representado deve ser notificado para apresentar defesa no prazo de 10 dias.

(C) No curso de processo administrativo, o secretário da SDE tem competência para autorizar, mediante despacho fundamentado, a realização de inspeção na sede social, estabelecimento, escritório, filial ou sucursal de empresa investigada, podendo ser inspecionados estoques, objetos, papéis de qualquer natureza, assim como livros comerciais, computadores e arquivos magnéticos, sendo vedada a extração de cópias de quaisquer documentos ou dados eletrônicos.

(D) A União pode celebrar acordo de leniência, com a extinção da ação punitiva da administração pública, com pessoas jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica, para tanto sendo suficiente, apenas, que estas colaborem efetivamente com as investigações e com o processo administrativo, independentemente do resultado dessa colaboração.

(E) A celebração de acordo de leniência sempre se sujeita à aprovação do CADE, competindo a esse conselho decretar a extinção da ação punitiva da administração pública em favor do infrator, nas hipóteses em que a proposta de acordo seja apresentada à SDE sem que esta tenha conhecimento prévio da infração noticiada.

RESPOSTA Na antiga Lei n. 8.884/94, a resposta estaria prevista no art. 30. O gabarito seria *alternativa A*. De acordo com a nova lei, o inquérito administrativo, procedimento investigatório de natureza inquisitorial, será **instaurado pela Superintendência-Geral** [um dos órgãos do CADE] para apuração de infrações à ordem econômica, de ofício ou em face de representação fundamentada de qualquer interessado, ou em decorrência de peças de informação, quando os indícios de infração à ordem econômica não forem suficientes para a instauração de processo administrativo (art. 66 e § 1º, Lei n. 12.529/2011). Sob a nova lei, *não há resposta correta*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue o item a seguir, acerca da ordem econômica e financeira (Certo ou Errado) [adaptada].

4108. Não ofende o princípio da livre-iniciativa edição de lei que regule a política de preços de bens e serviços em face da configuração de circunstância em que o poder econômico, com vistas ao aumento arbitrário dos lucros, atue de forma abusiva.

RESPOSTA De acordo com o STF, "em face da atual Constituição, para conciliar o fundamento da livre-iniciativa e do princípio da livre concorrência com os da defesa do consumidor e da redução das desigualdades sociais, em conformidade com os ditames da justiça social, pode o Estado, por via legislativa, regular a política de preços de bens e de serviços, abusivo que é o poder econômico que visa ao aumento arbitrário dos lucros" (ADI 319 QO/DF). *Certa.*

4109. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Em relação ao abuso do poder econômico e à Lei Antitruste, assinale a opção correta.

(A) A perda de mandato dos conselheiros do CADE só pode ocorrer em virtude de decisão do presidente da República, por provocação de qualquer cidadão, ou em razão de condenação penal

irrecorrível por crime doloso.

(B) As diversas formas de infração da ordem econômica implicam a responsabilidade da empresa e a individual de seus dirigentes ou administradores, solidariamente.

(C) Ao presidente e aos conselheiros do CADE é vedado emitir parecer sobre matéria de sua especialização, ainda que em tese, podendo eles, no entanto, atuar como consultores de empresa privada.

(D) Para ser caracterizada como infração da ordem econômica, a ação de limitar, falsear ou prejudicar, de qualquer forma, a livre concorrência ou a livre-iniciativa depende da comprovação de dolo ou culpa.

(E) Conforme a jurisprudência do STJ, a simples oferta de desconto nas vendas feitas com dinheiro ou cheque, em relação às efetuadas por meio de cartão de crédito, caracteriza abuso de poder econômico.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 12.529/2011, as diversas formas de infração da ordem econômica implicam a responsabilidade da empresa e a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, solidariamente (art. 32). *Alternativa B*.

4110. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Com referência à Lei Antitruste, assinale a opção correta.

(A) Os prejudicados têm ação para, em defesa de interesses individuais ou individuais homogêneos, obter a cessação de práticas que constituam infração da ordem econômica e para o recebimento de indenização por perdas e danos, após a conclusão do processo administrativo respectivo, que será suspenso em virtude do ajuizamento.

(B) Constitui título executivo extrajudicial decisão do plenário do CADE que comine multa ou obrigação de fazer. Tratando-se de obrigação de pagar ou de fazer, para que se possam mitigar liminarmente os efeitos inerentes a esse título, com a suspensão de sua eficácia, cabe ao juiz fixar o valor de caução idônea a garantir o cumprimento da decisão final, considerada incabível a exigência de depósito do valor de eventual multa.

(C) As disposições da lei atinentes às infrações contra a ordem econômica aplicam-se às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, e a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, exceto se exercerem atividade sob regime de monopólio legal.

(D) A personalidade jurídica do responsável por infração contra a ordem econômica poderá ser desconsiderada caso se comprove abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social, não sendo, entretanto, efetivada a desconsideração quando ocorrer encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

(E) Ocorre posição dominante quando uma empresa ou grupo de empresas controla parcela substancial de mercado relevante, como fornecedor, intermediário, adquirente ou financiador de um produto, serviço ou tecnologia a ele relativa, sendo presumida a posição dominante quando a empresa ou grupo de empresas controle 20% de mercado relevante, podendo esse percentual ser alterado pelo CADE para setores específicos da economia.

RESPOSTA De acordo com o § 2º do art. 36, Lei n. 12.529/2011, presume-se posição dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% ou mais do mercado relevante, podendo esse percentual ser alterado pelo CADE para setores específicos da economia. *Alternativa E*.

4111. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Considere que uma empresa de laticínios, detentora de 15% do mercado de processamento e pasteurização de leite tipo C em determinado estado da Federação, venda o produto abaixo do preço de custo. Nesse caso, é correto afirmar que, para se decidir pela existência, ou não, de infração ao direito de concorrência, deve-se analisar, necessariamente,

(A) a delimitação da dimensão material do mercado relevante, que consiste em definir os bens e serviços que têm elasticidade em sua substituição, sob a perspectiva dos produtores.

(B) possível justificativa para a conduta, como, por exemplo, o fato de o produto ser perecível, estando iminente a expiração de sua validade para consumo.

(C) o alcance, em razão do ato praticado, de pelo menos um dos seguintes efeitos/resultados: prejuízo à livre concorrência ou à livre-iniciativa; dominação do mercado relevante de bens ou serviços, aumento arbitrário dos lucros; exercício de forma abusiva, de posição dominante.

(D) a suspeita de a empresa ter posição dominante correspondente a mais de 20% do mercado relevante, o que, de acordo com o art. 20, § 3º, da Lei n. 8.884/1994, é suficiente para excluí-la da prática de infração, já que a empresa em questão tem apenas 15% do mercado.

(E) a delimitação da dimensão geográfica do mercado relevante, entendido como o território onde a empresa está sediada.

RESPOSTA Constituem **infração da ordem econômica**, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: vender mercadoria ou prestar serviços **injustificadamente** abaixo do preço de custo (art. 36, § 3º, XV, Lei n. 12.529/2011). Assim, justificada a venda abaixo do preço de custo, as autoridades poderão deixar de aplicar a referida infração. *Alternativa B*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) A respeito do direito econômico, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

4112. O CADE pode autorizar atos que, sob qualquer forma manifestados, possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou, ainda, resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços.

RESPOSTA Ao tempo da questão, dizia o § 1º do art. 54, Lei n. 8.884/94, que o CADE poderia autorizar os atos sob qualquer forma manifestados, que pudessem limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços; portanto, a assetiva estava *certa*. Ocorre que, sob vigência da Lei n. 12.529/2011, não há tal equiparação, pelo contrário, é rígida ao constituir como infração de ordem econômica tais atos ainda de forma culposa e sem que os efeitos tenham sido alcançados (art. 36, I), observado o § 1º do art. 59, em que autoriza o Conselheiro-Relator do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do CADE, conforme o caso, precária e liminarmente, à realização do ato de concentração econômica, impondo as condições que visem à preservação da reversibilidade da operação, quando assim recomendarem as condições do caso concreto. Hoje tal assertiva estaria *errada*.

4113. A posição dominante no mercado é presumida pela Lei Antitruste quando a empresa ou grupo de empresas controla 20% de mercado relevante, podendo esse percentual ser alterado pelo CADE para setores específicos da economia.

RESPOSTA Segundo o § 2º do art. 36, Lei n. 12.529/2011, a **posição dominante** *é presumida* quando a empresa ou grupo de empresas controla 20% (vinte por cento) de mercado relevante, podendo esse percentual ser alterado pelo CADE para setores específicos da economia. *Certa*.

4114. A livre concorrência, princípio geral da atividade econômica, defende que o próprio mercado deve estabelecer quais são os agentes aptos a se perpetuarem, deixando aos agentes econômicos o estabelecimento das regras de competição.

RESPOSTA A **livre concorrência** é um dos princípios da ordem econômica (art. 170, IV, CF), o que garante a *proteção estatal* por meio de *repressão* ao abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à **eliminação da concorrência** e ao aumento arbitrário dos lucros (art. 173, § 4º). A interferência estatal por meio da Lei n. 12.529/2011 é um dos exemplos; *vide* a previsão como infração da ordem econômica "limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa" (art. 36, I). *Errada*.

4115. O aumento dos lucros e o poder econômico, por si sós, são manifestações da dilapidação da livre concorrência.

RESPOSTA Constitui *infração da ordem econômica*, segundo a Lei n. 12.529/2011, nas hipóteses do art. 36, e dentre elas, aumentar **arbitrariamente** os lucros (III). Por isso, o simples "aumento dos lucros" não é fato para tipificá-lo como *infração*. E, referente ao *poder econômico*, somente quando houver **abuso** dessa condição (IV). *Errada*.

4116. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** A respeito do direito concorrencial, assinale a opção correta.

(A) A posição dominante de uma empresa ou grupo no mercado, ou seja, a sua participação significativa, é causa, por si só, de intervenção das autoridades antitruste.

(B) Mercado relevante material refere-se à área geográfica, ou seja, ao local que se deseja analisar em termos de concorrência.

(C) O conceito de mercado relevante relaciona-se à definição, para análise concorrencial, do espaço geográfico dos agentes econômicos e de todos os produtos e serviços substituíveis entre si, nesse mercado.

(D) Os conceitos de poder econômico e de posição dominante são equivalentes.

(E) Na análise concorrencial, considera-se poder econômico a participação de determinada empresa ou grupo em um mercado.

RESPOSTA De acordo com a Resolução CADE 20/99 (Anexo II), o **mercado relevante** constitui o espaço – em suas dimensões produto ou geográfica – no qual é razoável supor a possibilidade de abuso de posição dominante. Mediante o "teste do monopolista hipotético", o mercado relevante é definido como o menor grupo de produtos (ou a menor área geográfica) no qual um suposto monopolista poderia manter seu preço acima do nível competitivo por um período significativo de tempo. *Alternativa C*.

Temas Combinados

4117. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Em relação às finanças públicas e aos princípios gerais da atividade econômica, assinale a opção correta de acordo com a CF.

(A) A empresa brasileira de capital nacional goza de vantagens não extensivas às empresas estrangeiras, como, por exemplo, a preferência no fornecimento de bens e serviços ao poder público.

(B) Como regra, é vedada a formação de monopólios e oligopólios, restringindo-se a admissão de monopólios públicos e privados às hipóteses taxativamente previstas no texto constitucional.

(C) As matérias relacionadas às finanças públicas devem ser regulamentadas por lei complementar.

(D) A pesquisa e a lavra de recursos minerais somente podem ser efetuadas mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou por empresa brasileira de capital nacional.

(E) Os potenciais de energia hidráulica, que constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração, pertencem à União ou aos estados, conforme o ente federativo em que se localizem os rios e as correntes de água a serem aproveitados.

RESPOSTA De acordo com o art. 163, CF, a lei complementar disporá também sobre finanças públicas (inc. I). *Alternativa C*.

4118. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Considerando as disposições constitucionais sobre finanças públicas, orçamentos e princípios gerais da atividade econômica, assinale a opção correta.

(A) A administração pública está impedida de realizar investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, salvo mediante o remanejamento de recursos oriundos da anulação de despesa.

(B) Estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, quanto aos direitos e obrigações trabalhistas e tributários, as empresas públicas e as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens, mas não as que prestam serviços.

(C) A CF estabelece o monopólio da União na pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural, permitindo, entretanto, a contratação de empresas estatais e privadas para a realização dessas atividades, observadas as condições estabelecidas em lei.

(D) Cabe a uma comissão mista de deputados e senadores emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, sendo competência da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, bem como emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo presidente da República.

(E) O BACEN pode comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional e dos estados e pode conceder-lhes empréstimos, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

RESPOSTA De acordo com a CF, constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos (art. 177, I). Mas, de acordo com o texto constitucional, a União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV do art. 177 – entre elas, a referida acima –, observadas as condições estabelecidas em lei (art. 177, § 1º). *Alternativa C*.

4119. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação às normas da CF sobre as finanças públicas, os orçamentos e os princípios gerais da atividade econômica.

(A) Cabe à lei orçamentária anual estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e para os custos relacionados aos programas de duração continuada.

(B) As disponibilidades de caixa da União devem ser depositadas no Banco do Brasil S.A.; as dos estados, do DF, dos municípios e dos órgãos ou entidades do poder público e das empresas por ele controladas, nas instituições financeiras oficiais que a legislação indicar.

(C) É vedado ao BACEN conceder, direta ou indiretamente, empréstimos a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira, bem como comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.

(D) Pertence ao Poder Executivo a iniciativa das leis que estabeleçam o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

(E) O Estado é o agente normativo e regulador da atividade econômica, cabendo-lhe exercer, de forma determinante, as funções de incentivo e planejamento para os setores público e privado.

RESPOSTA De acordo com o art. 165, CF, as leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I – o plano plurianual; II – as diretrizes orçamentárias; III – os orçamentos anuais. *Alternativa D*.

4120. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** A respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da administração pública federal e das competências do TCU, assinale a opção correta.

(A) Quando o TCU detectar irregularidades ou abusos na execução de contratos firmados pela administração pública federal, o Senado Federal poderá determinar-lhes a imediata sustação, além

de poder imputar débito ou multa aos responsáveis.

(B) A fiscalização exercida pelo Congresso Nacional sobre a administração pública federal, no que diz respeito aos aspectos financeiros, não alcança as empresas públicas e as sociedades de economia mista, que se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas.

(C) Compete ao TCU aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

(D) É competência exclusiva do Congresso Nacional julgar as contas prestadas pelos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal.

(E) Cabe à comissão mista de deputados e senadores, com exclusividade, emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.

RESPOSTA De acordo com o STF, "a competência do Tribunal de Contas da União para julgar contas abrange todos quantos derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, devendo ser aplicadas aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, lei que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado aos cofres públicos (art. 71, II, da CB/1988 e art. 5º, II e VIII, da Lei n. 8.443/1992)" (MS 25.880/DF). *Alternativa C*.

4121. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito do tratamento dado pela CF à ordem econômica e financeira.

(A) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, mediante autorização dos órgãos públicos.

(B) O Estado deve exercer as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado.

(C) Entre os princípios gerais da atividade econômica previstos na CF inclui-se o da defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

(D) Os princípios gerais da atividade econômica previstos na CF incluem o da exploração direta de atividade econômica pelo Estado.

(E) É vedado o tratamento favorecido às empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

RESPOSTA De acordo com os princípios previstos no art. 170, CF, *vide* inciso VI. *Alternativa C*.

FCC

I. Direito Financeiro

Orçamento Público

4122. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** Sobre os princípios orçamentários, considere:

I. A peça orçamentária deve ser única, contendo todos os gastos e receitas.

II. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação da despesa.

III. Todas as receitas e todas as despesas devem estar previstas na lei orçamentária.

Correspondem aos princípios da universalidade, unidade e exclusividade, respectivamente, os itens

(A) I, II e III.

(B) II, I e III.
(C) I, III e II.
(D) III, I e II.
(E) II, III e I.

RESPOSTA Ensina Tathiane Piscitelli que o "princípio da universalidade estabelece a necessidade de todas as receitas e despesas estarem previstas na LOA" (*Direito financeiro esquematizado*, p. 35). O princípio da unidade refere-se à necessidade de um único orçamento, incluindo todas as receitas e despesas. E o princípio da exclusividade, por sua vez, está previsto no § 8º do art. 165, CF. *Alternativa D*.

4123. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** O orçamento anual deverá ser em peça única e conter o orçamento de todas as entidades que possuam ou recebam dinheiro público. Compõem o orçamento anual da União:

(A) os créditos suplementares, o orçamento fiscal e as metas de investimento.
(B) os orçamentos da seguridade social e fiscal e os objetivos e metas da administração para despesas de capital.
(C) os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que a União detenha maioria do capital social com direito de voto.
(D) o orçamento fiscal e as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital.
(E) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais, os créditos adicionais e o anexo de metas fiscais e de riscos fiscais.

RESPOSTA De acordo com o § 5º do art. 165, CF, a lei orçamentária anual compreenderá: 1 – o orçamento fiscal; 2 – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e 3 – o orçamento da seguridade social. *Alternativa C*.

4124. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** Em matéria orçamentária, a Constituição da República veda a

(A) realização de quaisquer operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.
(B) vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, exceto nos casos de destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para a manutenção e desenvolvimento do ensino.
(C) realização de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, sob pena de crime de responsabilidade.
(D) inclusão na lei anual de dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não estando compreendida na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
(E) edição de medida provisória para a abertura de crédito extraordinário, que somente será admitida mediante autorização legislativa, para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

RESPOSTA De acordo com o § 8º do art. 165, CF. *Alternativa D*.

4125. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** A Constituição Federal traz várias vedações em matéria orçamentária. NÃO há vedação constitucional para

(A) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
(B) a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.

(C) a abertura de crédito suplementar ou especial com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes.

(D) a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

(E) a transferência voluntária de recursos pelo Governo Estadual e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal dos Municípios.

RESPOSTA De acordo com o inciso V do art. 167, CF. *Alternativa C*.

4126. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** Quanto aos créditos adicionais previstos nas normas gerais de Direito Financeiro (Lei n. 4.320/64), é correto afirmar:

(A) Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

(B) Os créditos e débitos suplementares e especiais serão autorizados por decreto do Poder Executivo e abertos por escrituração contábil e fiscal.

(C) São créditos adicionais ou extraordinários as autorizações de crédito computadas ou suficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

(D) Os créditos especiais terão vigência não adstrita ao exercício financeiro e orçamentário em que forem abertos, inclusive quanto aos suplementares e extraordinários.

(E) A abertura dos créditos suplementares e especiais independe da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, não sendo sequer precedida de exposição justificativa.

RESPOSTA De acordo com o art. 44, Lei n. 4.320/64. *Alternativa A*.

4127. **(Advogado – PBGAS – 2007 – FCC)** Com relação aos princípios que informam o orçamento público, é INCORRETO afirmar que, pelo Princípio da

(A) Universalidade, recomenda-se que todas as receitas e todas as despesas governamentais devem ser incluídas no orçamento, com a eliminação de qualquer vinculação entre umas e outras.

(B) Unidade, é, em qualquer caso, proibida a vinculação de receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria a órgão, fundo ou despesa.

(C) Especialização, a discriminação das receitas e das despesas deve ser feita por unidade administrativa, de modo a se poder saber quanto poderá render ou despender cada unidade.

(D) Exclusividade, o orçamento não poderá conter dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita.

(E) Anualidade, a fixação do orçamento com periodicidade anual objetiva proporcionar a possibilidade de alterações do seu conteúdo, em vista das oscilações econômicas que envolvem a receita e a despesa.

RESPOSTA Pelo princípio da **unidade** do orçamento, tem-se a integração entre os mais diversos orçamentos, como prevê o § 5º do art. 165, CF, ao estabelecer a existência de uma única lei orçamentária para três orçamentos, a saber, o *fiscal*, de *investimento* e da *seguridade social*. *Alternativa B*.

4128. **(Advogado – PBGAS – 2007 – FCC)** Nos termos da Constituição Federal, o Poder Executivo publicará o relatório resumido da execução orçamentária em até

(A) dez dias após o encerramento de cada mês.

(B) quinze dias após o encerramento de cada trimestre.

(C) sessenta dias após o encerramento de cada mês.

(D) noventa dias após o encerramento de cada quadrimestre.

(E) trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

RESPOSTA Segundo o § 3º do art. 165, CF, o Poder Executivo publicará, até *trinta dias* após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária. *Alternativa E*.

4129. **(Advogado – PBGAS – 2007 – FCC)** É INCORRETO afirmar que orçamento

(A) desempenho é aquele que estima e autoriza as despesas pelos produtos finais a obter ou tarefas a realizar.
(B) funcional é aquele que estima e autoriza as despesas por funções face às atividades exercidas pelo Estado.
(C) plurianual não é programático, sendo meramente operativo, porque é executável.
(D) corrente corresponde às operações relativas à manutenção e funcionamento de serviços já existentes.
(E) programa é a espécie orçamentária em que os recursos se relacionam a objetivos, metas e projetos de um plano de governo.

RESPOSTA O **plano plurianual** é *programático*, pois é aprovado por lei quadrienal, estabelecendo medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pela Administração Pública Federal ao longo do período de quatro anos. *Alternativa C*.

4130. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** O Plano Plurianual tem por objetivo

(A) definir projetos de investimento e ações governamentais de duração continuada.
(B) antecipar alterações na legislação tributária para aumento de receitas.
(C) identificar passivos contingentes que possam afetar o equilíbrio das contas públicas.
(D) estimar a receita e fixar a despesa para o período de quatro anos.
(E) planejar as políticas fiscal e monetária, incluindo a fixação de metas de inflação e superávit primário.

RESPOSTA Segundo define o Senado Federal, “o plano **plurianual** (PPA) estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública para um período de quatro anos” (Portal Orçamento – www12.senado.gov.br/orcamento/ppa). *Alternativa A.*

4131. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** A respeito do orçamento público, a Constituição Federal consagra o princípio da não vinculação de receitas de impostos a órgãos, fundos ou despesas com várias ressalvas onde admite-se vinculação de receita. Dentre tais ressalvas constitucionais cita-se a

(A) repartição do produto da arrecadação dos impostos sobre importação e sobre exportação de produtos.
(B) destinação de recursos para as ações e serviços públicos relacionados com a segurança pública.
(C) destinação de recursos para realização de atividades relacionadas com a segurança nacional.
(D) destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária.
(E) prestação de garantias às operações de crédito em geral, exceto por antecipação de receita.

RESPOSTA As ressalvas para o **princípio da não vinculação** (ou *não afetação*) estão no inciso IV do art. 167, CF, e, entre elas, está a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária. *Alternativa D.*

4132. **(Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC)** A espécie de operação de crédito que deve estar prevista na Lei Orçamentária Anual, e que não é proibida de ser contratada mesmo quando

atingido o limite de endividamento do ente federativo, desde que liquidada no mesmo exercício em que for contratada é a

(A) securitização da dívida.
(B) emissão de títulos da dívida pública.
(C) antecipação de recebíveis.
(D) antecipação de receitas orçamentárias.
(E) antecipação de receitas tributárias.

RESPOSTA De acordo com art. 165, § 5º, CF, c/c art. 7º, II, Lei n. 4.320/64. *Alternativa D*.

4133. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** Segundo a Constituição Federal, Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Na realização desta obrigação, se agente incompetente efetuar uma despesa em nome do Poder Público, o ordenador da despesa, observando inexistência de dotação orçamentária específica, caracterizando total ilegalidade no empenho, quando da realização da liquidação, deverá, sob pena de responsabilidade solidária pelo pagamento,

(A) dar ciência ao Tribunal de Contas respectivo.
(B) ressalvar a ilegalidade na ordem de pagamento.
(C) anular de imediato a despesa.
(D) revogar de imediato a nota de empenho.
(E) oficiar à autoridade competente, para que seja aberto crédito.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 74, CF, e seu § 1º. *Alternativa A.*

4134. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** Sobre o controle externo das contas municipais e o Tribunal de Contas, é correto afirmar:

(A) O Município tem autonomia para criar seu próprio Tribunal de Contas, órgão integrante do Poder Legislativo Municipal.
(B) As contas municipais são fiscalizadas pela Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas da União, desde que no Município não exista Tribunal de Contas próprio.
(C) A criação, pelos Estados, de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais é vedada.
(D) Os Tribunais de Contas municipais existentes foram extintos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, passando as respectivas atribuições para os Tribunais de Contas dos Estados.
(E) A fiscalização das contas públicas municipais é competência da Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas dos Estados ou do Conselho ou Tribunal de Contas do Município, onde houver.

RESPOSTA De acordo com o § 1º do art. 31, CF. *Alternativa E*.

Finanças Públicas: Receitas e Despesas

4135. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** A Constituição Federal veda expressamente a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, mas traz como ressalva a vinculação na hipótese de

(A) abertura de crédito extraordinário.
(B) prestação de garantia ou contragarantia à União.
(C) ações e serviços de habitação.

(D) ações governamentais na área de assistência social.

(E) despesas de custeio.

RESPOSTA De acordo com a previsão do § 4º do art. 167, CF. *Alternativa B*.

4136. (Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC) Considerando a repartição constitucional de receitas tributárias, é correto afirmar que

(A) o município fica com cem por certo do produto arrecadado, quando fiscaliza e arrecada o ITR − Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, imposto de competência da União.

(B) compete ao Município de origem da ocorrência do fato gerador 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas ao ICMS − Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

(C) pertence aos Municípios 50% do produto da arrecadação do IR − Imposto de Renda, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem.

(D) a União entregará ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal 27,5% do produto da arrecadação do IR − Imposto de Renda incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem.

(E) a União entregará aos Estados e Distrito Federal 10% do produto da arrecadação do IPI − Imposto sobre Produtos Industrializados, pelos fatos geradores ocorridos em seus territórios.

RESPOSTA De acordo com o inciso II do art. 158, CF. *Alternativa A*.

4137. (Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC) (...) juros da dívida pública, as pensões, aposentadorias, subvenções sem encargos e outros pagamentos dos cofres públicos, aos quais não corresponde uma prestação de serviços ou de coisas da parte dos beneficiários. (Aliomar Baleeiro. Uma introdução à ciência das finanças. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 115)

O conceito acima descrito refere-se à despesa denominada

(A) extraordinária.

(B) inversão financeira.

(C) de investimento.

(D) de custeio.

(E) transferência corrente.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 4.320/64, classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado (art. 12, § 2º). *Alternativa E*.

4138. (Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC) A doutrina classifica as receitas públicas em originárias e derivadas. São exemplos de receita derivada e receita originária, respectivamente,

(A) empréstimo compulsório e contribuição de intervenção no domínio econômico.

(B) taxa de lixo urbano e imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

(C) imposto sobre a renda e contribuição de intervenção no domínio econômico.

(D) contribuição de melhoria e contribuição social.

(E) taxa de lixo domiciliar e pagamento pelo consumo de energia elétrica.

RESPOSTA Os ingressos *tributários* (impostos, taxas etc.), entre outros (multas, penalidades e confisco), referem-se às

receitas *derivadas*. Por sua vez, os ingressos *não tributários*, como as tarifas e preço público, são receitas *originárias*. Atente-se a que o "pagamento pelo consumo de energia elétrica" é *preço público*, e não *taxa*. *Alternativa E*.

4139. (Procurador – ALESP – 2010 – FCC) Em relação às Finanças Públicas, segundo a Constituição Federal, é INCORRETO afirmar:

(A) A lei orçamentária anual compreenderá, dentre outras hipóteses, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

(B) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

(C) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

(D) O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

(E) O Banco Central não poderá comprar ou vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros, salvo para emissão e resgate de títulos da dívida pública.

RESPOSTA Segundo o § 2º do art. 164, CF, o Banco Central *poderá* comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros. *Alternativa E*.

4140. (Procurador – PBGAS – 2007 – FCC) Dentre outras atribuições constitucionais, compete privativamente ao Senado Federal, em matéria de dívida pública,

(A) estabelecer, mediante proposta de um terço dos seus membros, os limites globais e parciais para o montante da dívida consolidada e mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, salvo da União.

(B) estabelecer, por sua própria iniciativa e pela maioria simples de seus membros e em duas votações, limites parciais para o montante da dívida mobiliária da União, dos Estados e dos Municípios.

(C) fixar, por proposta da Câmara dos Deputados, limites parciais para o montante da dívida mobiliária da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

(D) dispor, por proposta do Congresso Nacional, sobre limites globais para o montante da dívida consolidada e mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, salvo da União.

(E) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESPOSTA Segundo o inciso VI do art. 52 da Constituição Federal é competência do Senado Federal a atribuição reproduzida na *alternativa E*.

4141. (Procurador – PBGAS – 2007 – FCC) No que diz respeito às receitas públicas, considere:

I. Receita pública é todo ingresso ou entrada de dinheiro público ou privado nos cofres públicos.

II. Receita extraordinária é a arrecadada regularmente em cada período financeiro, para fazer frente à emissão de moeda ou tributos exigidos coercitivamente.

III. Receitas de capital são provenientes, dentre outras situações, de operações de crédito, amortização

de empréstimos concedidos e alienação de bens móveis.

IV. Receitas originárias são as produzidas pelos bens e empresas de propriedade pública.

É correto o que consta APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) I, II e IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA (I) A **receita pública** não é todo e qualquer *ingresso* de dinheiro, mas somente daquele dinheiro que não será restituído e que servirá para realizar os gastos públicos. (II) Ser *extraordinária* significa ser arrecadada excepcionalmente. (III) De acordo com o § 2º do art. 11, Lei n. 4.320/64. (IV) As **receitas originárias** são provenientes da exploração dos *bens* e *empresas* do Estado. *Alternativa E*.

4142. (Procurador – PBGAS – 2007 – FCC) O processo de execução da despesa pública deve obedecer, cronologicamente, aos estágios de:

(A) ordenação, precatório, pagamento, liquidação e empenho.
(B) empenho, liquidação, ordenação, pagamento e precatório.
(C) precatório, ordenação, empenho, liquidação e pagamento.
(D) ordenação, pagamento, liquidação, empenho e precatório.
(E) liquidação, pagamento, ordenação, precatório e empenho.

RESPOSTA Os estágios ou fases da realização da **despesa pública** estão previstos na Lei n. 4.320/64 e são *empenho* (art. 58), *liquidação* (art. 63) e *pagamento* (art. 64). Mas o pagamento da despesa só será efetuado quando *ordenado* após sua regular *liquidação* (art. 62) e finalizado por meio da ordem de *precatórios* (art. 730, CPC). *Alternativa B*.

4143. (Procurador – PBGAS – 2007 – FCC) Dentre outras, são receitas correntes as de

(A) transferências de capital.
(B) operações de crédito.
(C) alienação de bens.
(D) contribuições agropecuária e industrial.
(E) amortização de empréstimos.

RESPOSTA Segundo o § 1º do art. 11, Lei n. 4.320/64, são **Receitas Correntes** as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, *agropecuária*, *industrial*, de serviços e outras, e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender a despesas classificáveis em Despesas Correntes. *Alternativa D*.

4144. (Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC) Em relação aos *royalties* recebidos pelos Estados em decorrência da exploração do petróleo, é correto afirmar:

(A) classificam-se como receitas originárias dos Estados Federados e decorrem da exploração de patrimônio público da União.
(B) classificam-se como receitas tributárias derivadas das compensações financeiras devidas aos Estados pela exploração dos recursos minerais de seus territórios.
(C) a competência para fiscalizar sua arrecadação junto às concessionárias é exclusiva da Agência Nacional de Petróleo − ANP, que outorga as concessões.
(D) caracterizam-se como transferências voluntárias da União, pagas como compensação aos danos causados em seus territórios na extração do petróleo.

(E) têm a aplicação dos recursos sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas da União, por se tratar de receitas originariamente federais.

RESPOSTA "Segundo a concepção que prevalece entre os doutrinadores, é assim considerada a receita oriunda da exploração econômica de bens de qualquer natureza pertencentes ao próprio patrimônio público (ou mesmo pela sua disposição), obtida segundo regras de direito privado" (RAMOS FILHO, *Curso de direito financeiro*, p. 149). Por exemplo, § 1º do art. 20, CF. *Alternativa A*.

4145. **(Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC)** A Receita Corrente Líquida NÃO é utilizada como base de cálculo na

(A) definição da reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante será estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(B) fixação dos limites globais das dívidas consolidadas da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

(C) apuração do valor de destinação obrigatória pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

(D) apuração do limite das despesas de caráter continuado na contratação de parcerias público-privadas.

(E) apuração dos limites das despesas com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

RESPOSTA De acordo com o § 1º do art. 11, Lei n. 4.320/64, c/c inciso IV do art. 2º, LC n. 101/2000. Não é utilizada sobre a manutenção e desenvolvimento do ensino; *vide* ainda art. 212, CF. *Alternativa C*.

Lei de Responsabilidade Fiscal

4146. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** Sobre a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público, é correto afirmar que

(A) a consolidação é feita, simultaneamente, por todos os entes da Federação e publicada no Diário Oficial da União, por expressa determinação legal, que comina pena de vedação de contratação de qualquer tipo de operação de crédito enquanto não se regularizar a situação.

(B) a consolidação é promovida pelo Tribunal de Contas da União, até o dia 30 de junho, devendo os Estados, Distrito Federal e Municípios encaminhar suas contas até 31 de maio, sob pena de intervenção.

(C) os Estados e o Distrito Federal devem encaminhar suas contas para implementação, ao Poder Executivo da União, até 30 de abril, sob pena de intervenção federal.

(D) o Município ficará impedido, até que a situação seja regularizada, de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito, se suas contas não forem encaminhadas ao Poder Executivo da União até 30 de abril.

(E) a União, através do Poder Legislativo, tem competência para receber as informações sobre as contas dos demais entes até 30 de junho, respondendo por crime de responsabilidade fiscal os titulares dos entes que não enviarem suas contas.

RESPOSTA De acordo com o art. 51, LC n. 101/2000, o Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público. Para tanto, os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos, segundo o § 1º: I – **Municípios**, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, **até trinta de abril**; II – Estados, até trinta e um de maio. *Alternativa D*.

4147. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** Quando da realização da despesa existem alguns limites legais. Há vedação

(A) de abertura de crédito suplementar no último exercício do mandato de titular de Poder.

(B) de realização de despesas das quais possam surgir obrigações de despesa sem que haja suficiente disponibilidade de caixa que possibilite o integral cumprimento no exercício de origem nos dois últimos quadrimestres do mandato de titular de Poder.

(C) absoluta de contrair obrigação no último quadrimestre do mandato de titular de Poder, se esta não puder ser cumprida e integralmente paga até o último dia do exercício em que foi contratada, ainda quando haja disponibilidade de caixa.

(D) de abertura de créditos adicionais no último quadrimestre do mandato de titular de Poder sem que haja dotação orçamentária específica e possibilidade de integral cumprimento da obrigação no exercício de origem.

(E) absoluta de pagamento de despesa de exercício encerrado, ainda que no orçamento respectivo haja consignação de crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-la, que não se tenha processado na época própria.

RESPOSTA De acordo com o art. 42, LC n. 101/2000. *Alternativa B*.

4148. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** Estabelece a Lei Complementar n. 101/2000, quanto à responsabilidade fiscal, dentre outras hipóteses, que

(A) os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo improrrogável de noventa dias do recebimento, vedado o estabelecimento de prazo diverso nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.

(B) a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas independerá de lei específica, bastando atender às condições estabelecidas em seus créditos suplementares, desde que inferior a 1% da receita corrente no exercício.

(C) os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

(D) os títulos da dívida pública fiscal, ainda que escriturados por liquidação, débito, crédito e custódia, não poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos, ou em outras transações.

(E) a reestimativa de receita ou despesa para o mesmo exercício por parte dos Poderes Legislativo e Executivo não será admitida, ainda que comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, sendo que o montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

RESPOSTA Segundo o § 1º do art. 52, LC n. 101/2000, os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida. *Alternativa C*.

4149. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** A verificação do cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, bem assim a efetivação do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantindo o acesso público às informações, é de competência

(A) do Congresso Nacional.

(B) da Câmara dos Deputados.
(C) do Ministério da Fazenda.
(D) do Ministério da Justiça.
(E) do Banco Central do Brasil.

RESPOSTA De acordo com o art. 32, LC n. 101/2000. *Alternativa C*.

4150. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** Se o Estado-membro tiver sua dívida consolidada ultrapassando o respectivo limite ao final de um quadrimestre deverá, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, promover sua recondução aos limites. Nesta situação, enquanto perdurar o excesso, o Estado-membro

(A) não poderá fazer o refinanciamento do principal atualizado da dívida pública mobiliária.
(B) poderá realizar operação de crédito interna ou externa.
(C) poderá realizar operação de crédito por antecipação de receita.
(D) não obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, devendo promover a limitação de empenho.
(E) não ficará impedido de receber transferências constitucionais da União, que sejam fruto de repartição de receitas tributativas.

RESPOSTA De acordo com o § 3º do art. 23, LC n. 101/2000. *Alternativa E*.

4151. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** Em operação de crédito público com instituição financeira privada, regularmente realizada nos termos constitucionais e legais, exige-se do Estado-membro a concessão de garantia. Essa garantia

(A) dispensa a emissão de contragarantia por estar devidamente amparada em lei.
(B) está condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, bem assim a outras condições legais.
(C) dispensa observância de limites fixados por Resolução do Senado Federal por se tratar de operação de crédito realizada pelo Estado-membro.
(D) poderá ser concedida como garantia à vinculação de receita tributária proveniente de transferências voluntárias.
(E) pode ser oferecida por entidade da administração indireta, desde que com recurso de fundos.

RESPOSTA De acordo com o § 1º do art. 40, LC n. 101/2000. *Alternativa B*.

4152. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** Em âmbito estadual, na ocorrência de calamidade pública reconhecida pela Assembleia Legislativa, enquanto perdurar a situação, será adotada, dentre várias, a seguinte medida:

(A) limitação de empenhos, como forma de realocar recursos para custear despesas extraordinárias.
(B) recondução aos limites da despesa total com pessoal, reduzindo-se o prazo para atingimento da meta a um quadrimestre, obrigatoriamente.
(C) recondução aos limites da dívida consolidada no prazo reduzido de um quadrimestre, obrigatoriamente.
(D) instituição de empréstimo público compulsório para fazer frente à despesa extraordinária.
(E) dispensa do atingimento dos resultados fiscais.

RESPOSTA De acordo com o inciso II do art. 65, LC n. 101/2000. *Alternativa E*.

4153. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, haverá dispensa das exigências legais para renúncia de receita na hipótese de concessão de

(A) anistia decorrente de calamidade pública.

(B) moratória decorrente de calamidade pública.

(C) redução de alíquota de ICMS, em plano de desenvolvimento socioeconômico de determinada região.

(D) remissão de crédito tributário de montante inferior ao custo de cobrança.

(E) isenção em caráter específico.

RESPOSTA De acordo com o § 1º, art. 14, LC n. 101/2000. *Alternativa D*.

Sistema Financeiro

4154. **(Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC)** Em relação às agências de fomento, considere:

I. São consideradas instituições financeiras integrantes do sistema financeiro nacional, devendo ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e seu controle acionário deve pertencer a uma unidade da Federação.

II. Constituem-se em instrumento de atuação do Estado na economia, visando suprir falhas de mercado mediante atuação como agente indutor de desenvolvimento, propiciando externalidades sociais positivas que não são valoradas pelo setor financeiro privado.

III. A sua política de aplicação de recursos oficiais deve estar estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias e as subvenções econômicas a ela destinadas devem estar previstas na Lei Orçamentária Anual.

IV. Constituem-se em instrumento de atuação do Estado como indutor do desenvolvimento econômico, servindo de canal de financiamento de projetos de infraestrutura executados pela Administração Pública.

Está correto APENAS o que se afirma em

(A) I e III.

(B) II e IV.

(C) III e IV.

(D) I, II e IV.

(E) I e II.

RESPOSTA De acordo com a Resolução 2.828/2001 do CMN, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento, as afirmativas I e II estão corretas, respectivamente, art. 1º, § 2º, e art. 3º. *Alternativa E*.

Precatórios

4155. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** Sobre o regime constitucional dos precatórios, considere os itens a seguir:

I. Os débitos de natureza alimentícia dispensam o regime de precatórios se forem classificados por lei como decorrentes de obrigação de pequeno valor.

II. Admite-se o fracionamento do precatório cujo titular seja maior de 60 anos de idade ao tempo de sua expedição, para que parcela equivalente ao triplo do valor definido em lei como crédito de pequeno valor seja paga com preferência sobre todos os demais créditos.

III. A única hipótese que autoriza o sequestro de quantia respectiva é o preterimento do direito de precedência na ordem de pagamento dos precatórios.

IV. Havendo necessidade, será aberto crédito adicional com o fim específico de promover recursos para o pagamento de precatórios, sendo exigido, neste caso, a designação das pessoas que serão beneficiadas.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) II e IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 100, § 3º, CF. (II) Art. 100, § 2º, CF. (III) Art. 100, § 6º, CF. (IV) Art. 100, CF. *Alternativa A*.

4156. **(Procurador – PGE-SP – 2012 – FCC)** A Emenda Constitucional n. 62/09 trouxe inovações em relação à sistemática de pagamento de precatórios prevista na Constituição Federal. Uma das alterações foi a

(A) vinculação, para efeito de atualização dos valores requisitados, dos juros compensatórios aos juros incidentes sobre a caderneta de poupança.
(B) possibilidade, independentemente da concordância do devedor, da cessão total ou parcial do precatório, que mantém a sua natureza para efeito de ordem de preferência de pagamento.
(C) possibilidade da União, a seu critério exclusivo e na forma de lei, assumir e refinanciar os débitos oriundos de precatórios dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
(D) criação de um regime especial para pagamento de crédito de precatórios, mediante depósito em conta especial de valor calculado sobre as receitas tributárias arrecadadas pelo Estado.
(E) escolha do critério da idade do credor como preferência ao pagamento quando houver dúvida sobre a precedência cronológica das ordens de pagamento por natureza do crédito, idade e saúde.

RESPOSTA De acordo com o § 16 do art. 100, CF. *Alternativa C*.

II. Direito Econômico

Direito Econômico e Ordem Econômica

4157. **(Procurador – PGE-MT – 2011 – FCC)** De acordo com a Constituição Federal, a atuação do Estado no domínio econômico

(A) restringe-se à atividade regulatória, vedada, em qualquer hipótese, a exploração direta de atividade econômica em regime de competição com o privado.
(B) engloba a atividade regulatória, fiscalizadora e de fomento, vedada a exploração direta de atividade comercial ou industrial.
(C) é exercida em caráter excepcional, restringindo-se às atividades que envolvam a segurança nacional.
(D) restringe-se à função normativa, reguladora e fiscalizadora e, apenas nos casos de relevante interesse coletivo, à atividade de incentivo e planejamento.
(E) contempla, também, a exploração direta de atividade econômica, quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

RESPOSTA De acordo com o art. 173, CF. *Alternativa E*.

Temas Combinados

4158. **(Procurador – PGE-MT – 2011 – FCC)** Em matéria de finanças públicas, a Constituição da República veda

(A) ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

(B) a inclusão na lei orçamentária anual de dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, compreendida na proibição a autorização para contratação de operações de crédito.

(C) a instituição de fundos de qualquer natureza.

(D) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

(E) a abertura de crédito suplementar ou especial sem indicação dos recursos correspondentes, salvo na hipótese de haver prévia autorização legislativa.

RESPOSTA De acordo com o § 1º do art. 164, CF. *Alternativa A*.

4159. **(PBGAS – PB – 2007 – FCC)** Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos da seguinte maneira:

(A) dois terços pelo Senado Federal, com aprovação da Câmara dos Deputados, sendo dois necessariamente dentre auditores junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Chefe da Controladoria-Geral da União, segundo os critérios de merecimento e dois terços pelo Congresso Nacional.

(B) dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, sendo três alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista sêxtupla pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e um terço pelo Senado Federal.

(C) um terço pelo Congresso Nacional, sendo três alternadamente dentre auditores e membros da Controladoria-Geral da União, segundo os critérios de antiguidade e merecimento indicados em lista sêxtupla pelo Senado Federal, e dois terços pelo Congresso Nacional.

(D) um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e dois terços pelo Congresso Nacional.

(E) um terço pela Câmara dos Deputados, com aprovação do Senado Federal, sendo dois os membros do Ministério Público Federal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e dois terços pelo Presidente da República.

RESPOSTA Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos, segundo § 2º do art. 73, CF, pelas regras dos seus dois incisos, reproduzidos na *alternativa D*.

OUTRAS BANCAS

I. Direito Financeiro

Orçamento Público

4160. **(Auditor – TCE-MT – 2011 – FMP)** A técnica orçamentária que considera os objetivos governamentais em determinado período, servindo de instrumento de planejamento, através de projetos e atividades, é a de

(A) orçamento de base zero.
(B) orçamento de responsabilidade fiscal.
(C) orçamento-programa.
(D) orçamento tradicional.
(E) orçamento impositivo.

RESPOSTA De acordo com o art. 16, Decreto-lei n. 200/67, em cada ano será elaborado um orçamento-programa, que **pormenorizará** a etapa do programa plurianual a ser realizada no *exercício seguinte* e que **servirá de roteiro** à execução coordenada do programa anual. *Alternativa C*.

4161. **(Auditor – TCE-MT – 2011 – FMP)** Acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assinale a afirmativa correta.

(A) Orienta a elaboração do Plano Plurianual.
(B) Orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, exceto quanto à compensação a renúncias de receita.
(C) Conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
(D) Conterá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.
(E) Não disporá sobre critérios e forma de limitação de empenho.

RESPOSTA De acordo com § 3º do art. 4º, LC n. 101/2000. *Alternativa C*.

4162. **(Auditor – TCE-RS – 2011 – FMP)** Examine as proposições abaixo e escolha a alternativa correta.

I. O princípio da especialidade determina que os orçamentos devam discriminar e especificar os créditos, os órgãos a que tocam e o tempo em que se deve realizar a despesa.
II. O orçamento não poderá conter dispositivo estranho à previsão de receita ou à fixação de despesa, salvo aqueles que dispuserem sobre fiscalização e arrecadação de tributos.
III. O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(A) Somente a afirmativa I está correta.
(B) Somente a afirmativa III está correta.
(C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
(D) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) De acordo com o § 6º do art. 165, CF. (II) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, **não se incluindo na proibição** a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei (art. 165, § 8º, CF). (III) Art. 165, § 6º, CF. *Alternativa C*.

4163. **(Auditor – TCE-RS – 2011 – FMP)** Examine as proposições abaixo e escolha a alternativa correta.

I. O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de lei relativos ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias, mas não poderá fazê-lo em relação ao projeto de lei orçamentária anual.

II. Cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
III. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, cabendo a uma comissão mista formada por deputados e senadores emitir parecer sobre os mesmos.
(A) Somente a afirmativa I está correta.
(B) Somente a afirmativa III está correta.
(C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
(D) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 166, § 5º, CF (pode fazer em relação à LOA). (II) Art. 165, § 9º, I, CF. (III) Art. 166, § 1º, I, CF. *Alternativa D*.

4164. **(Analista – CGU – 2012 – ESAF)** O título IV da Constituição dispõe sobre a Tributação e o Orçamento do país. Sobre o tema, é correto afirmar que
(A) as emendas aos projetos de lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual serão apresentadas na Comissão mista e serão apreciadas pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.
(B) o imposto de caráter real ou objetivo deve ser definido levando-se em conta as características reais e particulares dos contribuintes, adequando-se a sua capacidade econômica.
(C) na conceituação de tributo, pode ser verificado o caráter punitivo, pois expressamente prevê as sanções por ato ilícito. Por essa razão devemos considerar que as multas têm natureza tributária.
(D) sobre as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, o texto constitucional determina que incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.
(E) a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, exceto as despesas de capital, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

RESPOSTA De acordo com o § 2º do art. 166, CF. *Alternativa A.*

4165. **(Auditor – TCE-MT – 2011 – FMP)** O princípio que estabelece que a “lei de meios” não conterá “cauda orçamentária” é o da
(A) não afetação.
(B) não cumulatividade.
(C) não confisco.
(D) exclusividade.
(E) universalidade.

RESPOSTA De acordo com o § 8º do art. 165, CF, a lei orçamentária anual **não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa** [“caudas orçamentárias”], não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. *Alternativa D*.

4166. **(Advogado – CORENGO – 2010 – UFG)** O orçamento público deve atender a certos princípios que fundamentam a sua execução. É incompatível com os princípios orçamentários dizer:
(A) o princípio da universalidade orienta que todas as rendas e despesas dos Poderes, órgãos, fundos e entidades da Administração Pública direta e indireta devem estar incluídas no orçamento anual

geral.

(B) o princípio da exclusividade não está previsto na atual Constituição brasileira, uma vez que tal regramento permite a abertura de créditos suplementares.

(C) o princípio da unidade do orçamento tem previsão na atual Constituição e deve ser entendido não como unidade documental, mas como programas a serem implementados dentro de um sistema.

(D) o princípio da programação orienta que todo orçamento deve ter conteúdo e forma de programação e mesmo os programas de governo de duração continuada devem constar de plano plurianual.

RESPOSTA O princípio da **universalidade**, compreendido nos três incisos do § 5º do art. 165, CF, não é tão amplo como está descrito na *alternativa A*, portanto incorreta, visto que a CF aborda somente a União como entidade da Administração Pública direta a ser referida no orçamento anual. *Alternativa A*.

4167. **(Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB)** Acerca das disposições constitucionais sobre o orçamento, é correto afirmar que:

(A) somente lei de iniciativa do Poder Legislativo pode dispor sobre o plano plurianual.

(B) a lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de educação continuada.

(C) dentre a lei orçamentária anual deve estar compreendido o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

(D) somente lei ordinária poderá dispor acerca do exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

(E) é sempre permitida a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

RESPOSTA De acordo com o inciso II do § 5º do art. 165, CF. *Alternativa C*.

4168. **(Procurador – CMSP – 2007 – VUNESP)** Segundo a disciplina constitucional, no tocante à matéria orçamentária, é permitida a

(A) inicialização de programa e projetos não incluídos na lei orçamentária anual, desde que constem da lei do plano plurianual.

(B) realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

(C) realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, ainda que aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

(D) vinculação de receita proveniente de impostos em razão da repartição do produto da arrecadação, conforme estabelecida constitucionalmente, à saúde e ao ensino.

(E) concessão ou utilização de créditos ilimitados.

RESPOSTA É vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, mas ressalva o inciso IV do art. 167, CF, que é possível, quando da repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária. *Alternativa D*.

4169. **(Procurador – CMSP – 2007 – VUNESP)** Sobre os orçamentos, é correto afirmar que

(A) as leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
(B) o Poder Executivo publicará, até 60 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
(C) a lei orçamentária anual não compreenderá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para créditos suplementares.
(D) os projetos de lei relativos ao plano plurianual apreciados, exclusivamente, por uma comissão técnica de senadores e os relativos às diretrizes orçamentárias, de igual modo, por uma comissão técnica de deputados.
(E) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, não será compreendido pela lei orçamentária anual, posto tratar-se de orçamento independente e cujos recursos não serão destinados aos cofres da União.

RESPOSTA Segundo o § 8º do art. 165, CF, a **lei orçamentária anual** *não conterá* dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. *Alternativa C*.

4170. **(Procurador – ALEGO – 2006 – UEG)** Considerando as regras da fiscalização contábil, financeira e orçamentária previstas na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar:

(A) Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos.
(B) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
(C) Compete ao Tribunal de Contas da União aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em seu regulamento.
(D) As decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

RESPOSTA Entre as hipóteses de competência do TCU apontadas no art. 71, CF, está a aplicação aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, das sanções previstas **em lei**, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário (VIII). *Alternativa C*.

4171. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** A Constituição Federal de 1988 define princípios básicos que devem ser seguidos para elaboração e controle do orçamento público. Dentre eles, o texto constitucional preconiza que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, impedindo as distorções denominadas de “caudas orçamentárias”. Trata-se do princípio:

(A) Da unidade.
(B) Da programação.
(C) Da exclusividade.
(D) Da universalidade.
(E) Do equilíbrio orçamentário.

RESPOSTA O § 8º do art. 165, CF, trata do princípio da **exclusividade**, que, em outras palavras, veda o que a doutrina denomina *caudas orçamentárias*, ou seja, que sejam incluídos dispositivos que não tratem de receita ou autorização de despesa. *Alternativa C.*

4172. **(Procurador – Olinda-PE – 2011 – CONUPE)** Assinale a alternativa CORRETA quanto aos princípios orçamentários.

(A) De acordo com a unicidade, todas as receitas e despesas orçamentárias de determinado ente federativo devem estar insertas na lei orçamentária.
(B) O princípio da exclusividade dispõe que a lei orçamentária deverá discriminar as receitas e despesas, demonstrando a origem e a aplicação dos recursos.
(C) O princípio do equilíbrio relaciona que as despesas realizadas não serão superiores àquelas fixadas.
(D) Pelo princípio da unidade, a lei orçamentária de cada ente federativo deve ser una, ou seja, deve haver um só orçamento para um exercício financeiro.
(E) Não há exceções ao princípio da não afetação das receitas.

RESPOSTA Segundo lição de Eduardo Jardim, o **princípio da unidade** denota a “existência de um orçamento básico, em torno do qual se agregam orçamentos miniaturais, que, ao cabo de contas, se incorporam e se integralizam ao aludido orçamento-base, compondo um todo indivisível. Essa é a visão atual do postulado da unidade” (*Manual de direito financeiro e tributário*, p. 71). *Alternativa D.*

4173. **(Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP)** *A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa* (...). Esta disposição que está contida no § 8º do art. 165 da Constituição Federal é denominada de

(A) Princípio da Programação.
(B) Princípio da Previsão Orçamentária.
(C) Princípio da Exclusividade.
(D) Princípio da Unidade.
(E) Princípio do Equilíbrio Orçamentário.

RESPOSTA O § 8º do art. 165, CF, trata do **princípio da exclusividade**, e, nas palavras de Ricardo Lobo, “vedam-se, pois, as caudas orçamentárias (...), isto é, quaisquer dispositivos de lei material que não impliquem em previsão de receita ou autorização de despesa e que foram comuns na antiga prática constitucional no Brasil e no estrangeiro” (*Curso de direito financeiro e tributário*, p. 119). *Alternativa C.*

4174. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** A respeito das finanças públicas, assinale a opção correta.

(A) As disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.
(B) Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de direito financeiro, podendo a Lei complementar autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas, para atender a suas peculiaridades.
(C) Pelo princípio da unidade orçamentária, todas as receitas e despesas devem ser previstas em documento único, ressalvados os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social, que serão previstos em documentos autônomos.
(D) A competência da União para estabelecer limites à emissão de moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.
(E) O princípio da exclusividade da matéria orçamentária não impede que a lei orçamentária anual contenha autorização para contratação de operações de crédito.

RESPOSTA É **proibida**, segundo o texto constitucional, a inclusão na LOA de dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Este é o **princípio da exclusividade** (art. 165, § 8º). No entanto, **não se inclui** nesta proibição, entre outros, a autorização para *contratação de operações de crédito*. *Alternativa E.*

4175. **(Auditor – TCE-MT – 2011 – FMP)** Acerca do ciclo orçamentário, assinale a afirmativa correta.

(A) O Plano Plurianual é instituído por decreto no primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

(B) Compreende o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, sendo o primeiro com vigência de quatro anos e os demais editados anualmente.

(C) A Lei Orçamentária Anual resulta de projeto de lei encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo, a quem cabe consolidar e alterar as propostas dos demais Poderes.

(D) A Lei de Diretrizes Orçamentárias é de iniciativa da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

(E) Eventuais alterações na norma que institui o Plano Plurianual são procedidas pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

RESPOSTA O ciclo orçamentário compreende o PPA (art. 165, § 1º, CF), a LDO (art. 165, § 2º, CF) e a LOA (art. 165, § 5º, CF). O primeiro tem a vigência de quatro anos (art. 35, § 2º, I, ADCT) e os demais são editados anualmente. *Alternativa B*.

4176. **(Juiz – TRF-4 – 2010)** Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta, em matéria de Finanças Públicas.

I. As disposições legislativas relativas às Finanças Públicas deverão ser feitas mediante lei complementar.

II. A União somente pode emitir moeda pelo Banco Central.

III. É vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções expressas na Constituição.

IV. O orçamento estabelecerá o necessário equilíbrio entre receitas e despesas, havendo, portanto, uma vinculação entre a obtenção das receitas de impostos e as despesas previstas.

V. É vedada a utilização de recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, *a* e II, para realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201, todos da Constituição Federal.

(A) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

(B) Estão corretas apenas as assertivas I, II e V.

(C) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.

(D) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e V.

(E) Estão corretas todas as assertivas.

RESPOSTA (I) Art. 163, I, CF. (II) Art. 164, CF. (III) Art. 167, § 4º, CF. (IV) Tal equilíbrio pode ser entendido tanto pelas regras orçamentárias do art. 165 como pelas vedações do art. 167. (V) Art. 167, XI, CF. *Alternativa E*.

Finanças Públicas: Receitas e Despesas

4177. **(Auditor – TCE-MT – 2011 – FMP)** É inconstitucional a instituição de imposto cuja arrecadação se destine a atender exclusivamente despesas com ações e serviços públicos de saúde, em face do princípio orçamentário da

(A) exclusividade.

(B) universalidade.

(C) não afetação.
(D) não cumulatividade.
(E) especialidade.

RESPOSTA De acordo com o inciso IV do art. 167, CF, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, entre outros. O § 2º do art. 198, CF, regula a arrecadação de impostos para a saúde, portanto é uma exceção ao princípio da *não afetação*. Por outro lado, poderíamos interpretar que "atender exclusivamente" contraria o art. 16, CTN, visto que os impostos são da espécie de *tributos não vinculados*. Entendemos que a *alternativa C*, gabarito oficial, seja discutível. A questão não foi anulada.

4178. **(Auditor – TCE-RS – 2011 – FMP)** Examine as proposições abaixo e escolha a alternativa correta.

I. Os créditos adicionais suplementares dependem de autorização legislativa, enquanto os créditos adicionais especiais e extraordinários não.
II. Nos termos do art. 11 da Lei n. 4.320/64, as operações de crédito e as amortizações de empréstimos são despesas correntes.
III. A execução orçamentária é composta de três fases: empenho, liquidação e pagamento.

(A) Somente a afirmativa I está correta.
(B) Somente a afirmativa II está correta.
(C) Somente a afirmativa III está correta.
(D) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
(E) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

RESPOSTA (I) Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo; art. 42, Lei n. 4.320/64. (II) São receitas de capital. (III) Basicamente, são três fases: empenho (art. 58), liquidação (art. 63) e pagamento (art. 65). *Alternativa C*.

4179. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** A dívida ativa da União de natureza não tributária

(A) deve ser escriturada como receita do exercício em que for inscrita, sob o regime de competência, nas respectivas rubricas orçamentárias.
(B) é exigível pelo transcurso do prazo para pagamento, cuja ação para a cobrança prescreve em cinco anos, no termos do CTN, contados da data da inscrição definitiva.
(C) compreende os créditos correspondentes aos honorários de sucumbência arbitrados em favor da União, quando não executados nos próprios autos judiciais.
(D) não se sujeita às preferências aplicáveis ao crédito tributário previstas no CTN.
(E) terá o curso da sua execução suspenso, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, podendo o juiz, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato, se decorrido o prazo de cinco anos da suspensão da execução.

RESPOSTA De acordo com o § 2º do art. 39, Lei n. 4.320/64, c/c Lei n. 6.830/80 (cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública), observada a Portaria PGFN n. 809/2009, no sentido da obrigatoriedade de inscrição em dívida ativa de verbas honorárias quando inviável sua execução nos próprios autos. *Alternativa C*.

4180. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Suponha-se que a União pretenda adquirir o imóvel onde atualmente está instalada, mediante contrato de aluguel, a sede da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Nesse caso, a despesa pública será classificada como

(A) despesa corrente, por destinada à manutenção de serviço anteriormente criado.

(B) transferência corrente, por destinada à manutenção de entidade de direito público.
(C) investimento, por acarretar aumento patrimonial.
(D) inversão financeira, por destinada à aquisição de imóvel.
(E) transferência de capital, por implicar diminuição da dívida pública.

RESPOSTA De acordo com o § 5º do art. 12, Lei n. 4.320/64, classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: I – **aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização**; II – aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; III – constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros. *Alternativa D*.

4181. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) As despesas públicas são classificadas pela Lei n. 4.320/64 sob duas categorias econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital. As Despesas Correntes são aquelas que não proporcionam aumento direto do patrimônio público e as Despesas de Capital são os gastos que, em regra, incrementam em valor equivalente o patrimônio da entidade que realizou a despesa. Sobre o tema, assinale a opção *incorreta*.

(A) Os juros e encargos da Dívida Pública são classificados como despesas correntes.
(B) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida discriminados na Lei de Responsabilidade Fiscal, caso a lei de diretrizes orçamentárias não disponha de modo diverso.
(C) São consideradas Despesas de Capital as transferências para investimentos ou inversões financeiras a serem realizados por outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços em favor da entidade que transferir os recursos.
(D) A participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais ou agrícolas é considerada investimento, enquanto que a participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras é considerada inversão financeira.
(E) É vedada a realização de operação de crédito entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes.

RESPOSTA Segundo a LRF, para os fins do disposto no *caput* do art. 169, CF, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, discriminados no seu art. 19. Não há a ressalva final da *alternativa B*, portanto incorreta. *Alternativa B.*

4182. (Auditor – TCE-MT – 2011 – FMP) De acordo com a categoria econômica, a receita pública pode ser classificada em:

(A) corrente e de capital.
(B) originária e derivada.
(C) prevista e realizada.
(D) orçamentária e extraorçamentária.
(E) ordinária e extraordinária.

RESPOSTA A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital (art. 11, Lei n. 4.320/64). *Alternativa A*.

4183. (Auditor – TCE-MT – 2011 – FMP) Acerca dos créditos extraorçamentários, assinale a afirmativa correta.

(A) Os créditos suplementares, abertos por decreto com prévia autorização legislativa, destinam-se a

atender despesas cuja dotação foi insuficiente durante a execução orçamentária.

(B) Também denominados créditos adicionais, serão especiais, quando referentes a dotações já constantes do orçamento, ou extraordinários, caso introduzam nova rubrica na lei orçamentária em execução.

(C) Também denominados de créditos especiais, serão adicionais, quando referentes a dotações já constantes do orçamento, ou extraordinários, caso introduzam nova rubrica na lei orçamentária em execução.

(D) Os créditos extraordinários não podem ser abertos por medida provisória, em face da necessária observância do princípio orçamentário da legalidade estrita.

(E) São inconstitucionais, por ofenderem o princípio orçamentário da universalidade.

RESPOSTA São créditos adicionais (extraorçamentários) as autorizações de despesa **não computadas** ou **insuficientemente** dotadas na Lei de Orçamento, classificando-os em suplementares, especiais e extraordinários. De acordo com o art. 42, Lei n. 4.320/64, os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo. *Alternativa A*.

4184. (Auditor – TCE-MT – 2011 – FMP) Acerca da despesa pública, assinale a afirmativa correta.

(A) Suas fases são a do (1) empenho, da (2) liquidação e do (3) pagamento, nas quais, respectivamente, (1) atesta-se a execução do serviço ou a entrega do bem, (2) fixa-se o montante devido e (3) se efetua o adimplemento da obrigação.

(B) Suas fases são a do (1) empenho, da (2) liquidação e do (3) pagamento, nas quais, respectivamente, (1)cria-se a obrigação de pagamento, (2) atesta-se a execução ou a entrega do bem e se fixa o montante devido e (3) se efetua o adimplemento da obrigação.

(C) O empenho deve ser procedido sem a existência de dotação orçamentária.

(D) A liquidação deve ser procedida sem o prévio empenho.

(E) O pagamento deve ser procedido sem a prévia liquidação.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 4.320/64. Empenho (art. 58). Liquidação (art. 63). Pagamento (art. 65). *Alternativa B*.

4185. (Auditor – TCE-MT – 2011 – FMP) Acerca das receitas públicas, assinale a afirmativa correta.

(A) As receitas obtidas em decorrência do Poder de Império estatal são denominadas de originárias.

(B) As receitas obtidas em decorrência da exploração do patrimônio público são denominadas de derivadas.

(C) As receitas correntes alteram a situação patrimonial permanente do ente público.

(D) As receitas de capital se exaurem no exercício em que arrecadadas, não se incorporando ao patrimônio público.

(E) São originárias as receitas do arrendamento de imóveis públicos, e derivadas as decorrentes de arrecadação de tributos.

RESPOSTA Receitas originárias são aquelas oriundas de regras de direito privado, pela exploração econômica de bens do patrimônio público. E as receitas derivadas são oriundas de patrimônio alheio, como tributos, por meio do *jus imperii*. *Alternativa E*.

4186. (Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC) A União promove a venda de ações que possui em empresa estatal e, em decorrência, pode-se afirmar que

(A) o produto da venda constitui receita tributária.

(B) a receita obtida é classificada como corrente.
(C) se trata de receita de capital.
(D) o valor da venda das ações tem a mesma classificação das receitas auferidas pelo poder de polícia administrativa.
(E) a venda de ações das empresas estatais da União resulta em receitas equivalentes ao produto da arrecadação de receitas correntes patrimoniais.

RESPOSTA Segundo o § 2º do art. 11, Lei n. 4.320/64, são **Receitas de Capital**, entre outras, as provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos e dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender a despesas classificáveis em *Despesas de Capital*. Assim, a venda de ações de estatais é **receita de capital**. *Alternativa C.*

4187. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Assinale a alternativa correta:

(A) Empenho é o ato administrativo emanado da autoridade administrativa competente que efetiva a entrega de valores monetários ao credor do Estado.
(B) A liquidação da despesa pública é o ato administrativo emanado de autoridade administrativa competente que verifica o direito adquirido pelo credor para receber valores devidos, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
(C) O empenho de uma despesa pública é o ato final de um processo administrativo, antecedido dos atos de liquidação e de pagamento, no qual o Estado julgará a legalidade do crédito.
(D) Não impede o pagamento da despesa pública a ocorrência de nulidade nas fases antecedentes do respectivo procedimento administrativo.
(E) As fases da despesa pública competem somente ao Poder Executivo, porque são atos administrativos.

RESPOSTA Segundo o art. 63, Lei n. 4.320/64, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. É tida como um *ato administrativo*, como também é o *empenho* de despesa (art. 58). *Alternativa B.*

4188. **(Advogado – CORENGO – 2010 – UFG)** A atividade financeira do Estado compreende um conjunto de atuações com o fim de obter, gerir e aplicar recursos públicos. No que se refere à aplicação dos recursos públicos,

(A) as receitas públicas têm vedada a vinculação a despesa específica, qualquer que seja sua natureza ou destinação.
(B) os gastos dos Conselhos de Fiscalização Profissionais estão desobrigados da observância aos limites previstos na lei orçamentária anual.
(C) os recursos gastos pelo Estado na realização de obras públicas classificam-se como despesas correntes.
(D) a despesa pública pode ser realizada se observadas as seguintes fases: empenho, liquidação e pagamento.

RESPOSTA Os estágios ou fases da **despesa pública** previstos na Lei n. 4.320/64 são *empenho* (art. 58), *liquidação* (art. 63) e *pagamento* (art. 64). *Alternativa D*.

4189. **(Advogado – CESP – 2009 – VUNESP)** Analise as seguintes assertivas.

I. A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: receita de custeio e transferências correntes.
II. São receitas de capital, entre outras, as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

III. São subvenções econômicas as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

São verdadeiras

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III.

(E) I, apenas.

RESPOSTA A receita, segundo o art. 11, Lei n. 4.320/64, classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: *Receitas Correntes* e *Receitas de Capital*. Sendo assim, a afirmativa I está incorreta. A afirmativa II está de acordo com o § 2º do artigo supracitado, portanto correta. E a afirmativa III segue o texto do inciso II do § 3º do art. 12, correta, então. *Alternativa C*.

Lei de Responsabilidade Fiscal

4190. **(Auditor – TCE-RS – 2011 – FMP)** Examine as proposições abaixo e escolha a alternativa correta.

I. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

II. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores e encontra limites na Lei de Responsabilidade Fiscal.

III. A despesa total com pessoal dos Estados e do Distrito Federal não poderá exceder a 50% de sua receita corrente líquida.

(A) Somente a afirmativa I está correta.

(B) Somente a afirmativa II está correta.

(C) Somente a alternativa III está correta.

(D) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

(E) Somente as alternativas I e III estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 17, LC n. 101/2000. (II) Art. 18, § 2º, LC n. 101/2000. (III) Art. 19, II, LC n. 101/2000 (60%). *Alternativa D*.

4191. **(Auditor – TCE-RS – 2011 – FMP)** Examine as proposições abaixo e escolha a alternativa correta.

I. O relatório resumido da execução orçamentária deverá ser publicado até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre.

II. A transparência na gestão fiscal é princípio que norteia a Lei de Responsabilidade Fiscal e fundamenta a exigência de que as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo fiquem disponíveis durante todo o exercício financeiro no respectivo Poder Legislativo.

III. Exceto em relação ao pagamento de despesas com pessoal, é vedada a aplicação decorrente da alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.

(A) Somente a afirmativa I está correta.

(B) Somente a afirmativa II está correta.

(C) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

(D) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 165, § 3º, CF (até 30 dias). (II) Art. 49, LC n. 101/2000. (III) Art. 44, LC n. 101/2000. *Alternativa B*.

4192. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Caso as despesas de pessoal de um ente da Federação excedam, em determinado período de apuração, os percentuais da receita corrente líquida discriminados na Lei de Responsabilidade Fiscal − LRF,

(A) o percentual excedente terá de ser eliminado nos três quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

(B) a recondução da despesa ao limite legal poderá ser alcançada tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

(C) não poderá ocorrer redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

(D) o ente não poderá contratar operações de crédito destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária.

(E) o ente fica imediatamente impedido de receber transferências voluntárias, mesmo aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social, se não alcançada a redução nos três quadrimestres seguintes, e enquanto perdurar o excesso.

RESPOSTA (A) Art. 23, *caput.* (B) Art. 23, § 1º, c/c ADIn 2.238-5, STF. (C) Art. 23, § 2º, c/c ADIn 2.238-5, STF. (D) Art. 23, § 3º, III. (E) Art. 25, § 3º. *Alternativa C*.

4193. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** O art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece: "Art. 9º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias". Nesse caso,

(A) o restabelecimento da receita prevista ensejará a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, de forma proporcional às reduções efetivadas, salvo se o restabelecimento for parcial.

(B) poderão ser objeto de limitação temporária as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

(C) na eventualidade de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, o Poder Executivo poderá limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

(D) até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão mista permanente de Senadores e Deputados referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

(E) a Secretaria do Tesouro Nacional apresentará, no prazo legal, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

RESPOSTA De acordo com o § 4º do art. 9º, LC n. 101/2000. *Alternativa D*.

4194. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** O respeito às contas públicas

(receitas e despesas) ganhou destaque no final do início do século XXI como medida de eficiência e de democrática repartição do tesouro federativo para as multifárias ações do Estado. Enquanto as leis tributárias cuidam em arrecadar, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem o especial obséquio de distribuir os valores arrecadados, vinculando o administrador neste propósito. A propósito da Lei Complementar 101/00, é INCORRETO afirmar:

(A) a lei de diretrizes orçamentárias dos entes federados deverá conter demonstrativo de compatibilidade da programação dos orçamentos com objetivos e metas fixados no plano plurianual e lei orçamentária anual.

(B) a lei de diretrizes orçamentárias conterá anexo de riscos fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

(C) deve integrar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

(D) o projeto de lei orçamentária anual deve conter reserva de contingência, cuja forma e o montante, definido com base na receita líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

RESPOSTA De acordo com o inciso I do art. 5º, LC n. 101/2000, trata-se, na verdade, da lei orçamentária anual. *Alternativa A*.

4195. (Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC) Assinale a alternativa correta:

(A) Compete ao Tribunal de Contas, no exercício de sua competência fiscalizatória da gestão fiscal, verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão referidos no artigo 20 da Lei Complementar n. 101/2000.

(B) A fiscalização do cumprimento das normas relativas à gestão fiscal incumbe, exclusivamente, ao Tribunal de Contas, por ser a instituição de Estado fiscalizadora da atividade financeira, conforme determinação constitucional.

(C) É de responsabilidade do Poder ou órgão o pagamento da multa fixada pelo Poder Legislativo por infração administrativa contra as leis de finanças públicas, conforme determina a Lei n. 10.028/2000.

(D) Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas a titularidade da cobrança judicial das multas impostas pelo Tribunal de Contas em decorrência de infração administrativa às leis de finanças públicas.

(E) A fiscalização da gestão fiscal compete exclusivamente ao Poder Legislativo, como Poder ao qual está atribuído constitucionalmente o controle externo da administração pública.

RESPOSTA Segundo o art. 56, LRF, as contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas. *Alternativa A*.

4196. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) Ainda sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, assinale a opção *incorreta*.

(A) Compete ao Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

(B) Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o

disposto na LRF e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.

(C) As sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes da LRF não se aplicam a ações de educação, saúde e assistência social.

(D) A captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador já tenha ocorrido é equiparada a operação de crédito.

(E) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

RESPOSTA Segundo o art. 37, LRF, equiparam-se a operações de crédito e estão vedados, entre outros, a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo *fato gerador ainda não tenha ocorrido*, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150, CF (inc. I). *Alternativa D.*

4197. **(Auditor – TCE-MT – 2011 – FMP)** Acerca da Lei Complementar Federal n. 101/2000, conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa correta.

(A) Sendo lei federal, não obriga os Estados e os Municípios.

(B) Dispõe sobre normas do ciclo orçamentário, visando ao equilíbrio entre receitas e despesas.

(C) Não dispõe sobre operações com o Banco Central do Brasil.

(D) Não dispõe sobre competências dos tribunais de contas.

(E) Dispõe sobre a composição e a forma de funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, regulamentando-o.

RESPOSTA A LC n. 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a **responsabilidade na gestão fiscal**, traduzida pelos objetivos previstos no § 1º do art. 1º, as quais tratam do planejamento do ciclo orçamentário. *Alternativa B*.

4198. **(Auditor – TCE-MT – 2011 – FMP)** Acerca da transparência na gestão fiscal estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente com as alterações da Lei Complementar Federal n. 131/2009, assinale a afirmativa correta.

(A) A execução orçamentária e financeira deve ser disponibilizada, em tempo real, em meios eletrônicos de acesso público.

(B) Os dados da receita a serem disponibilizados não incluem os referentes a recursos extraordinários.

(C) Os dados da despesa a serem disponibilizados se resumem aos agregados por rubricas.

(D) O desatendimento das normas de transparência nos prazos estabelecidos não impede o recebimento de transferências voluntárias.

(E) A participação popular na elaboração e na discussão das leis orçamentárias prescinde de audiências públicas.

RESPOSTA De acordo com a previsão do inciso II do art. 48, LC n. 101/2000, incluído pela LC n. 131/2009. *Alternativa A.*

4199. **(Advogado – IPT – 2011 – VUNESP)** A Lei complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ao dispor sobre despesa total com pessoal, impõe alguns limites ao ente da federação. Assinale a alternativa correta.

(A) Os valores decorrentes dos contratos de terceirização de mão de obra, referentes à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como outras despesas de pessoal, não devendo, assim, obedecer ao limite de despesas total com pessoal, à vista dos percentuais de receita corrente líquida: 50% para a União e 60% para os Estados e Municípios.

(B) Os valores decorrentes dos contratos de terceirização de mão de obra, referentes à substituição de

servidores ou empregados públicos, não serão contabilizados como outras despesas de pessoal, não devendo, assim, obedecer ao limite de despesas total com pessoal, à vista dos percentuais de receita corrente líquida: 60% para a União e 50% para os Estados e Municípios.

(C) Os valores decorrentes dos contratos de terceirização de mão de obra, referentes à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como outras despesas de pessoal, não devendo, assim, obedecer ao limite de despesas total com pessoal, à vista dos percentuais de receita corrente líquida: 60% para a União e 50% para os Estados e Municípios.

(D) Os valores decorrentes dos contratos de terceirização de mão de obra, referentes à substituição de servidores ou empregados públicos, não serão contabilizados como outras despesas de pessoal, não devendo, assim, obedecer ao limite de despesas total com pessoal, à vista dos percentuais de receita corrente líquida: 50% para a União e 60% para os Estados e Municípios.

(E) Os valores decorrentes dos contratos de terceirização de mão de obra, referentes à substituição de servidores ou empregados públicos, não obedecem a qualquer limite imposto pela lei quando a contratação é realizada pela necessidade do serviço.

RESPOSTA Prevê o § 1º do art. 18, LC n. 101/2000, que os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como *"Outras Despesas de Pessoal"*. *Alternativa A*.

4200. (Advogado – CASAL – 2010 – FUNDEPES) Segundo a Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, a empresa estatal dependente é conceituada como

(A) sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença indiretamente a ente federado e que receba recursos financeiros de ente da federação para pagamentos de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital em geral.

(B) sociedade cuja minoria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da federação.

(C) sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

(D) empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

(E) empresa que receba recursos financeiros de ente da federação para pagamentos de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital.

RESPOSTA Para os efeitos da lei complementar supracitada, o conceito de **empresa controlada** corresponde ao inciso II do art. 2º. *Alternativa D*.

4201. (Procurador – ALEGO – 2006 – UEG) A transparência da gestão fiscal é uma imposição da Lei Complementar n. 101/00. Indique o instrumento de direito participativo que a referida lei prevê para assegurar essa transparência:

(A) Audiências públicas

(B) Consultas públicas

(C) Plebiscito

(D) Debates públicos

RESPOSTA A transparência da gestão fiscal será assegurada, entre outras ações, segundo o parágrafo único do art. 48 da lei referida, por meio de *audiências públicas*. *Alternativa A*.

4202. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade,

(A) deve ser regulado por lei complementar global, que disponha, inclusive, sobre autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização.

(B) é regulado pela Lei n. 4.595, de 1964, criada sob a forma de lei ordinária, mas recebida pela Constituição de 1988 como lei complementar.

(C) não abrange as cooperativas de crédito.

(D) é dirigido pelo Banco Central do Brasil.

(E) é constituído por instituições financeiras públicas e privadas, que somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do Ministério da Fazenda.

RESPOSTA De acordo com o art. 192, CF. A Lei n. 4.595/64 foi recepcionada com *status* de Lei Complementar, cuja natureza é pacífica na doutrina e na jurisprudência. *Alternativa B*.

4203. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** O Governo Federal pretende instituir linha especial de crédito para os agricultores familiares, enquadrados no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). É competente para disciplinar o crédito rural do País o

(A) Conselho Monetário Nacional.

(B) Ministério da Agricultura.

(C) Ministério da Fazenda.

(D) Ministério do Desenvolvimento Agrário.

(E) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

RESPOSTA De acordo com a ampla competência do Conselho Monetário Nacional prevista nas Leis n. 4.595/64 (em especial, art. 4º, VI) e n. 4.829/65, e pelo Parecer PGFN/CAF/N. 1018/2012. *Alternativa A*.

II. Direito Econômico

Direito Econômico e Ordem Econômica

4204. **(Juiz – TRF-4 – 2010)** Assinale a alternativa correta. No que se refere à expressão *dumping*, podemos afirmar que a sua prática:

(A) Diz respeito ao fomento à indústria local de um ou mais países.

(B) Significa simplesmente vender um determinado produto por preço inferior ao seu custo.

(C) Situa-se na prática da legítima e livre concorrência.

(D) Também é considerada como truste, sendo sinônimas.

(E) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

RESPOSTA De acordo com o art. 4º, Decreto n. 1.602/95, considera-se prática de *dumping* a introdução de um bem no mercado doméstico, inclusive sob as modalidades de *drawback*, a preço de exportação inferior ao valor normal. “A prática de **dumping** caracteriza-se pela entrada no mercado nacional de bem exportado por um preço inferior ao praticado nas operações internas do mercado do país exportador (valor normal)” (STJ, REsp 1.105.993/PR), “provocando dano ou ameaça de dano à indústria doméstica” (STJ, MS 14.691/DF). *Alternativa E*.

4205. **(Analista – CGU – 2012 – ESAF)** A respeito da Ordem Econômica e Financeira, é correto afirmar que:

(A) embora capitalista, não é possível afirmar que a ordem econômica prioriza os valores do trabalho humano sobre todos os demais valores da economia de mercado.

(B) exceto sob o regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a 10 horas.

(C) além da remessa de lucro, que inclui a transferência de rendimento e de juros para o estrangeiro, também tem sua importância a transferência de capital. Só esta está prevista na Constituição, mas aquela tem sua importância porque implica retirada de recursos da economia nacional, quer quando se dá o retorno de capital das empresas, quer pelas amortizações de empréstimos e pagamento de juros da dívida externa.

(D) o Supremo Tribunal Federal, a respeito do usucapião constitucional, já decidiu que, na contagem dos 5 anos, será considerado o tempo de posse anterior à promulgação da Constituição da República de 1988.

(E) a Constituição condena o capitalismo monopolista, não como um dos princípios da ordem econômica, mas como um fator de intervenção do Estado na economia, em favor da economia de livre mercado.

RESPOSTA Por meio do princípio da soberania nacional, integrante da atividade econômica (art. 170, I, CF), o poder estatal utiliza-se do monopólio em determinados mercados (art. 177, CF), para garantir os demais princípios, como da livre concorrência e iniciativa – como agente normativo e regulador da atividade econômica (art. 174). Por outros instrumentos (*vide* as infrações da Lei n. 12.529/2011), também ataca o monopólio capitalista privado. Apesar do texto mal redigido da *alternativa E*, é referida como correta no gabarito oficial. *Alternativa E.*

4206. **(Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS)** Sobre os princípios gerais da atividade econômica, considere as afirmações abaixo.

I. Como agente normativo e regulador, o Estado exercerá exploração direta de atividade econômica se necessária aos imperativos de segurança nacional e aos relevantes interesses coletivos, conforme definidos em lei complementar.

II. O aumento dos lucros, em qualquer hipótese, constitui abuso de poder econômico, fato que justifica repressão legal.

III. A defesa do meio ambiente, na ordem econômica pátria, permite o tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.

(B) Apenas II.

(C) Apenas III.

(D) Apenas I e III.

(E) Apenas II e III.

RESPOSTA (I) Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos **em lei**, art. 173, CF, ou seja, por *lei ordinária*. (II) Que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros, art. 173, § 4º, CF. (III) Art. 170, VI, CF. *Alternativa C*.

4207. **(Auditor – TCE-RS – 2011 – FMP)** Sobre a ordem econômica e financeira na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

(A) Por estarem submetidas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, as sociedades de

economia mista não estão vinculadas aos princípios constitucionais da administração pública.

(B) Somente nos casos de segurança nacional ou de relevante interesse coletivo as empresas públicas poderão gozar de privilégios fiscais não extensíveis às empresas do setor privado.

(C) Somente no âmbito da tributação os entes federativos poderão conceder tratamento favorecido às empresas de pequeno porte, constituídas com base nas leis brasileiras e com sede e administração no País.

(D) No que toca a sua atuação indireta na atividade econômica, as políticas e as decisões normativas do Estado no exercício de sua função de planejamento são vinculantes para o setor público, mas não para o setor privado.

(E) A refinação do petróleo nacional bem como a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo somente poderão ser contratadas com empresas estatais.

RESPOSTA De acordo com o § 1º do art. 173, CF, a sociedade de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços estarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários (inc. II). *Alternativa A*.

4208. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) O art. 5º da Lei n. 12.276/2010 (Lei do Pré-Sal) regula a forma de distribuição de *royalties* incidente sobre o produto da lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal. Referida lei passou pelo exame de juridicidade da Procuradoria-Geral da Fazenda e envolve a regulamentação de dispositivo constitucional situado topologicamente no capítulo referente aos Princípios Gerais da Atividade Econômica. Considerada a pertinência temática, é correto afirmar que

(A) a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos constituem monopólio da União, mas a Constituição de 1988 assegura aos entes federados produtores a participação mínima de 10% (dez por cento) no resultado da exploração de petróleo e recursos minerais em seus territórios.

(B) a participação mínima de 10% (dez por cento) no resultado da exploração de petróleo e recursos minerais, assegurada constitucionalmente aos entes produtores, dá-se a título de “compensação financeira pela exploração de recursos minerais”.

(C) a importância cobrada das concessionárias que exploram recursos minerais é classificada como receita pública derivada, por se tratar de prestação pecuniária compulsória instituída por lei.

(D) é incompatível com a Constituição a cobrança de fator percentual sobre o faturamento da empresa que explora recursos minerais, por não se amoldar ao modelo constitucional de compensação financeira.

(E) nada impede que a lei atribua o resultado da propriedade das lavras das jazidas de produtos minerais a terceiros, desde que assegurada a participação ou compensação financeira ao ente produtor sobre o resultado decorrente da extração, ainda que em percentual inferior a 10% (dez por cento) da produção.

RESPOSTA De acordo com os §§ 1º e 2º do art. 5º, Lei n. 12.276/2010 (Lei do Pré-Sal). *Alternativa E*.

4209. (Procurador – ALEGO – 2006 – UEG) Sobre a ordem econômica e financeira a Constituição Federal dispõe, EXCETO:

(A) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da defesa do consumidor, da função social da propriedade e da livre concorrência.

(B) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de

autorização de órgãos públicos, salvo os casos previstos em lei.

(C) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

(D) A refinação do petróleo nacional ou estrangeiro não constitui monopólio da União.

RESPOSTA Dentre os monopólios da União previstos no art. 177, CF, estão a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro (inc. II), portanto correta a *Alternativa D*.

4210. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** De acordo com os postulados constitucionais acerca da ordem econômica, é correto afirmar:

(A) É vedada a exploração direta de atividade econômica pelo Estado.

(B) A prestação de serviços pelo Poder Público, sob regime de concessão, independe de licitação.

(C) Cabe à lei complementar regulamentar as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.

(D) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, exceto nos casos previstos em lei.

(E) O estatuto jurídico da empresa pública que explora atividade econômica de produção ou comercialização de bens disporá sobre política tarifária.

RESPOSTA Segundo o parágrafo único do art. 170, CF, é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. *Alternativa D.*

4211. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** São princípios da ordem econômica na Constituição Federal de 1988:

(A) a defesa do meio ambiente e a busca do pleno emprego.

(B) a defesa do consumidor e o tratamento favorecido às empresas de capital nacional.

(C) a função social da propriedade e a aposentadoria integral para os servidores públicos.

(D) a livre concorrência e a proteção da propriedade comunitária.

(E) a redução das desigualdades regionais e a intervenção do Estado nas atividades de transporte.

RESPOSTA Os **princípios da ordem econômica** na CF estão elencados no art. 170 e entre eles estão a defesa do meio ambiente (VI) e a busca do pleno emprego (VIII). *Alternativa A.*

4212. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Leia as alternativas abaixo e assinale a única CORRETA:

(A) O Estado pode interferir na ordem econômica de modo direto, quando ele próprio atua na economia, seja em regime de monopólio, seja em regime de participação com empresas do setor privado; ou de modo indireto, cuidando para que se observe o princípio da livre concorrência e para que se evitem abusos do poder econômico.

(B) Em relação à existência de monopólio constitucional para entrega de correspondências, o Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de se manifestar e definir que é constitucional o monopólio dos Correios para correspondências pessoais, entrega de encomendas e impressos.

(C) No Brasil, o regime constitucional permite, tão somente, a responsabilização da pessoa jurídica pelos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

(D) A desapropriação de imóvel urbano é feita mediante prévia e justa indenização; todavia, há possibilidade de o Poder Público municipal impor desapropriação, denominada de desapropriação-

sanção, quando o imóvel urbano não cumpre sua função social, e, neste caso, não haverá pagamento por conta do caráter sancionatório da medida.

(E) Cabe ao Banco Central a emissão da moeda, assim como a concessão de empréstimos ao Tesouro Nacional desde que seja editada lei complementar prevista na Constituição para dispor sobre finanças públicas.

RESPOSTA De acordo com a CF, a ordem econômica é baseada nos princípios do seu art. 170, entre eles o da livre concorrência. Por outro lado, o princípio da soberania nacional serve como fundamento da interferência estatal na ordem econômica para garantir que todos os outros princípios sejam aplicados. E, para tanto, há ferramentas de controle, que podem ser de forma *direta*, como o monopólio (*vide* art. 177, CF), ou *indireta* (*vide* a Lei n. 12.529/2011 – Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência). *Alternativa A*.

4213. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Algumas decisões judiciais têm exercido o controle jurisdicional de políticas públicas, dentre as quais as relativas à saúde e à educação. A par da sua natureza jurisdicional, tais decisões, por vezes, acabam por interferir na programação e execução orçamentária em curso, o que exige sua submissão ao Direito Financeiro. Acerca do tema, assinale a opção correta.

(A) Descabe a intervenção do judiciário nas políticas públicas, por atentar contra a separação dos Poderes.

(B) A jurisdicionalização da política exige complexas avaliações técnicas – de ordem pedagógica, médica, administrativa, orçamentária e financeira –, o que inviabiliza o seu exercício ou a produção dos seus efeitos sem a prévia inclusão das despesas no orçamento do ano subsequente.

(C) As decisões judiciais que interfiram na formulação e execução das políticas públicas devem ter caráter excepcional, mas podem ser obstadas pela invocação abstrata do princípio da reserva do possível.

(D) É viável o controle judicial das políticas públicas relativas à educação e à saúde, mas não se poderá exigir a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política quando comprovada, objetivamente, a incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal.

(E) O direito à saúde e à educação não são absolutos, razão pela qual a validade da decisão judicial dependerá das consequências macroeconômicas do pedido, de forma a preservar o regular planejamento orçamentário e o não comprometimento de outros programas sociais tão ou mais importantes para a população em geral.

RESPOSTA De acordo com decisão do STF, "a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais – além de caracterizar-se pela gradualidade de seu processo de concretização – depende, em grande medida, de um inescapável vínculo financeiro subordinado às possibilidades orçamentárias do Estado, de tal modo que, comprovada, objetivamente, a incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal, desta não se poderá razoavelmente exigir, considerada a limitação material referida, a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política" (ADPF 45 MC/DF). *Alternativa D*.

4214. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** De acordo com o § 4º do art. 177 da Constituição, a lei pode instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível. Do regime constitucional pertinente, é **incorreto** afirmar que

(A) a alíquota da contribuição pode ser reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, vedada sua cobrança no mesmo exercício financeiro em que haja sido instituída ou aumentada.

(B) a lei que instituir ou aumentar a CIDE-combustível deve observar a anterioridade nonagesimal prevista no art. 150, II, *c*, da Constituição.

(C) os recursos arrecadados serão destinados ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de

álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; e ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

(D) do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, a União entregará 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal.

(E) sujeita-se a controle concentrado de constitucionalidade eventual Lei Orçamentária que autorize abertura de crédito suplementar sob rubrica com destinação diversa da prevista no § 4º do art. 177 da Constituição.

RESPOSTA De acordo com a previsão constitucional do art. 177, § 4º, I, *b*. *Alternativa A.*

Direito Econômico Internacional

4215. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** O Brasil é signatário do Tratado de Assunção, cujo objetivo é a formação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Sobre as regras de direito econômico regional do MERCOSUL, marque a opção correta.

(A) O MERCOSUL não tem personalidade jurídica própria, mas somente os seus Estados-membros.

(B) As decisões dos órgãos do MERCOSUL são tomadas por maioria e com a presença de todos os Estados partes.

(C) O MERCOSUL é formado pelo Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

(D) A constituição do MERCOSUL implica no estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC), que incide sobre os produtos comercializados entre os países integrantes do bloco.

(E) As normas emanadas do MERCOSUL têm caráter obrigatório.

RESPOSTA De acordo com o art. 42 do Protocolo de Ouro Preto, de 1994 (promulgado pelo Decreto n. 1.901/96). *Alternativa E*.

Direito Concorrencial

4216. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** De acordo com a Lei n. 8.884/94, constituem infração da ordem econômica, exceto:

(A) limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre-iniciativa.

(B) exercer de forma abusiva posição dominante.

(C) aumentar arbitrariamente os lucros.

(D) estipular preços em estrutura de monopólio natural.

(E) dominar mercado relevante de bens ou serviços.

RESPOSTA A Lei n. 8.884/94 foi revogada pela Lei n. 12.529/2011; no entanto, as **infrações da ordem econômica**, antes previstas no art. 20, permaneceram, agora no art. 36 da nova lei. E entre elas continua a não existir a hipótese da *alternativa D*, portanto correta. *Alternativa D*.

4217. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Sobre o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), assinale a alternativa correta.

(A) Fundação vinculada ao Ministério da Justiça, é órgão judicante com jurisdição em todo o território nacional, com sede e foro no Distrito Federal.

(B) É composto por um Presidente e seis Conselheiros com mandato de três anos, permitida uma recondução.

(C) Verificada infração à ordem econômica, poderá aplicar à empresa responsável multa de um a trinta por cento do valor do faturamento bruto no seu último exercício, excluídos os impostos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando quantificável.

(D) Tem por atribuição examinar os atos, sob qualquer forma manifestados, que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços, nestes incluídos aqueles que visem a qualquer forma de concentração econômica, seja através de fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, que implique participação de empresa ou grupo de empresas resultante em quinze por cento de um mercado relevante, ou em que qualquer dos participantes tenha registrado faturamento bruto anual no último balanço equivalente a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

(E) A execução judicial das decisões proferidas pelo CADE incluirá, caso necessária, a intervenção na empresa, cabendo todavia ao Ministro da Justiça, sob prévia aprovação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, a nomeação do interventor.

RESPOSTA Ao tempo da questão, estava em vigência a Lei n. 8.884/94 e, segundo o inciso I do art. 23, a *alternativa C* estava correta. No entanto, com a Lei n. 12.524/2011, não há mais essa pena. As penas de prática de infração da ordem econômica estão previstas no art. 37. Atualmente, a multa varia de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do faturamento bruto da empresa (inc. I). *Não há alternativa correta*.

4218. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** Os princípios gerais da atividade econômica inseridos na Carta de 1988, no parágrafo 4º do artigo 173 asseveram que: “a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação do mercado, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”. Tal dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei n. 8.884, de 11 de julho de 1994, denominada “Lei Antitruste”, a qual tem por escopo prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica. Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Se aplica às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, mesmo que exerçam atividade sob regime de monopólio legal.

(B) As diversas formas de infração da ordem econômica implicarão responsabilidade da empresa e responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, de modo solidário.

(C) A responsabilidade das empresas ou entidades integrantes de grupo econômico, de fato ou de direito, que praticarem infração da ordem econômica, não se opera solidariamente.

(D) A personalidade jurídica do responsável por infração da ordem econômica poderá ser desconsiderada quando houver da parte deste abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

RESPOSTA Ao tempo da questão, estava em vigência a Lei n. 8.884/94, que foi superada pela Lei n. 12.524/2011. No entanto, a mesma regra foi mantida, qual seja, que serão solidariamente responsáveis as empresas ou entidades integrantes de grupo econômico, de fato ou de direito, quando pelo menos uma delas praticar infração à ordem econômica (art. 33). *Alternativa C*.

Bibliografia

- CARNEIRO, Claudio. *Curso de direito tributário e financeiro*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. *Direito econômico para concursos*. Bahia: Juspodivm, 2011.
- JARDIM, Eduardo. *Manual de direito financeiro e tributário*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- LOBO, Ricardo. *Curso de direito financeiro e tributário.* 18. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.
- PISCITELLI, Tathiane. *Direito financeiro esquematizado*. São Paulo: Método, 2011.
- RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. *Curso de direito financeiro*. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO

KONRAD SARAIVA MOTA

Graduado em Direito. Pós-Graduado e Mestre em Direito. Juiz do Trabalho junto ao TRT 7ª Região (1º Lugar – 2006). Ex-Juiz do Trabalho junto ao TRT da 14ª Região (4º Lugar – 2004). Conselheiro da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região desde 2010. Professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) desde 2007.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	153
FCC	197
OUTRAS BANCAS	234
OAB/FGV	57

I. Teoria Geral do Direito do Trabalho

4219. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta no que concerne a definição e fontes do direito do trabalho.

(A) A CF, os acordos coletivos de trabalho e a CLT são fontes autônomas do direito do trabalho.
(B) Convenções internacionais, decretos e convenções coletivas de trabalho são fontes heterônomas do direito do trabalho.
(C) Decretos, portarias e acordos coletivos de trabalho são fontes autônomas do direito do trabalho.
(D) Sentenças normativas, convenções coletivas de trabalho e jurisprudência são fontes heterônomas do direito do trabalho.
(E) Portarias, sentenças normativas e convenções internacionais são fontes heterônomas do direito do trabalho.

RESPOSTA (A) Errada, pois CF e CLT são heterônomas. (B) Errada, pois as convenções coletivas são fontes autônomas. (C) Errada, pois decretos e portarias são fontes heterônomas. (D) Errada, pois as convenções coletivas são fontes autônomas. (E) Correta, pois todas as fontes são autônomas, já que não decorrem da atividade normativa do Estado (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 14). *Alternativa E.*

4220. **(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE)** Os contratos por prazo determinado, bem como o contrato de trabalho temporário, são exceções ao princípio da continuidade da relação de emprego.

RESPOSTA O princípio da continuidade do contrato de trabalho, que faz presunção favorável ao trabalhador (Súmula 212, TST), pressupõe que o vínculo empregatício se estabeleça, como regra, por prazo indeterminado (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 209). Assim, os contratos a termo, bem como os contratos temporários (Lei n. 6.019/74), configuram exceções a tal princípio. *Correta.*

II. Formação do Contrato de Trabalho

4221. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Acerca do contrato individual de trabalho, seus conceitos, requisitos, classificação, sujeitos e responsáveis, assinale a opção correta.

(A) Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego, que envolve não eventualidade, pessoalidade, onerosidade e subordinação entre o empregado, que presta os serviços contratados, e o empregador, que o aproveita, dirige e remunera.
(B) O contrato individual de trabalho deve observar forma escrita e fixação de prazo de vigência, quando determinado, sob pena de ser considerado firmado por prazo indeterminado.
(C) O contrato de trabalho por prazo determinado não pode ser estipulado por mais de 90 dias, sendo admitida uma prorrogação, sob pena de ele passar a vigorar por prazo indeterminado.
(D) As empresas integrantes de mesmo grupo econômico são, entre si, subsidiariamente responsáveis.
(E) A mudança jurídica na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos empregados posteriormente admitidos.

RESPOSTA (A) Correta, arts. 2º, 3º e 442, CLT. (B) Errada, art. 443, CLT. (C) Errada, art. 445, CLT. (D) Errada, art. 2º, § 2º, CLT. (E) Errada, pois também não afetará o contrato dos empregados anteriormente admitidos (arts. 10 e 448, CLT). *Alternativa A.*

4222. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** Considerando que um trabalhador tenha sua contratação efetivada por determinada pessoa jurídica e desenvolva suas atividades laborais na própria

residência, assinale a opção correta.

(A) O desenvolvimento das atividades laborais na própria residência não configura relação de emprego.

(B) Há distinção entre o trabalho realizado no estabelecimento do contratante e o executado no domicílio do empregado, segundo prescrição consolidada.

(C) Por efetivar seu labor em residência, o trabalhador em questão é considerado doméstico.

(D) Dito trabalhador não poderá receber menos que o salário mínimo, mas estará fora do regime celetista.

(E) No caso em apreço, estando presente a subordinação e a pessoalidade, caracteriza-se relação de emprego.

RESPOSTA (A) Errada, art. 6º, CLT. (B) Errada, art. 6º, CLT. (C) Errada, pois deve preencher os demais requisitos do art. 1º, Lei n. 5.859/72. (D) Errada, art. 6º, CLT. (E) Correta, art. 6º, CLT. *Alternativa E.*

4223. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** Determinado trabalhador manteve relação de emprego com certa empresa por mais de dez anos, sem o devido registro em sua CTPS. Com referência a essa situação, assinale a opção correta.

(A) Poderá o trabalhador ingressar em juízo para pleitear os recolhimentos previdenciários, diretamente, sem a declaração de vínculo.

(B) Não tendo havido recolhimento fundiário, o crédito deste, se discutido em eventual demanda, estará limitado aos últimos cinco anos, contados do ajuizamento da ação.

(C) Havendo demanda pleiteando o vínculo e o respectivo registro na CTPS obreira, mas ajuizada após dois anos do término contratual, estará a pretensão atacada pela prescrição, que impedirá o intento.

(D) Caso o trabalhador tenha laborado em determinado período como menor, somente essa parte do contrato de trabalho será imprescrita.

(E) Na aplicação dos efeitos da prescrição, nos termos consolidados, somente quanto ao reconhecimento de vínculo, não haverá distinção entre trabalhador menor ou maior de 18 anos de idade, para ambos os sexos.

RESPOSTA (A) Errada, art. 12, I, *a*, e art. 20, Lei n. 8.212/91, c/c art. 114, VIII, CF. (B) Errada, pois a prescrição do FGTS é trintenária, art. 23, § 5º, Lei n. 8.036/90, c/c Súmula 362, TST. (C) Errada, pois pretensão declaratória é imprescritível (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 658). (D) Errada, pois, apesar de a prescrição não correr para o menor (art. 440, CLT), correrá no período de maioridade. (E) Correta, pois, independentemente da idade, a pretensão declaratória é imprescritível (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 658). *Alternativa E.*

4224. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** As cooperativas de trabalhadores, quando regulares, não estabelecem com os respectivos associados relação de emprego, nem assim entre estes e os tomadores dos serviços contratados da cooperativa.

RESPOSTA Art. 442, parágrafo único, CLT, c/c art. 90, Lei n. 5.764/71. *Correta.*

4225. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** A lei considera empregado a pessoa física que, em caráter não eventual e mediante relação de subordinação e contraprestação salarial, presta serviços a outrem, denominado empregador.

RESPOSTA Arts. 2º e 3º, CLT. *Correta.*

4226. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** O contrato individual deve necessariamente ser

escrito, não se admitindo forma tácita de contratação.

RESPOSTA Arts. 442 e 443, CLT. *Errada.*

4227. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** A respeito dos contratos individuais de trabalho, julgue os itens a seguir.

I. Os contratos de trabalho podem ser verbais.
II. É vedada a prorrogação de contratos de experiência.
III. A CLT fixa o prazo máximo de dois anos para os contratos a prazo determinado em geral.
IV. As garantias constitucionais de estabilidade especial no emprego alcançam os contratos a prazo determinado.

Estão certos apenas os itens
(A) I e II.
(B) I e III.
(C) III e IV.
(D) I, II e IV.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA I. Correto, art. 443, CLT. II. Errado, art. 451, CLT, e Súmula 188, TST. III. Correto, art. 445, *caput*, CLT. IV. Errado, pois somente as estabilidades da gestante (Súmula 244, III, TST) e do acidentado (Súmula 378, III, TST) alcançam os contratos a prazo. *Alternativa B.*

4228. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** O artigo 3º da CLT dispõe que empregado é toda pessoa física que preste serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. Com referência a esse dispositivo, julgue os itens seguintes.

I. É obrigatório que o empregado preste os serviços no estabelecimento do empregador.
II. A exclusividade na prestação do serviço é requisito essencial para a definição de empregado.
III. O elemento fundamental que distingue o empregado do trabalhador autônomo é a subordinação.
IV. O estagiário também é considerado empregado.

Assinale a opção correta.
(A) Apenas o item I está certo.
(B) Apenas o item III está certo.
(C) Apenas os itens I e IV estão certos.
(D) Apenas os itens II e III estão certos.
(E) Apenas os itens II e IV estão certos.

RESPOSTA I. Errado, art. 6º, CLT. II. Errado, art. 3º, CLT. III. Correto, art. 12, V, *h*, Lei n. 8.212/91, sendo a ausência de subordinação o elemento diferenciador em relação ao empregado (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 282). IV. Errado, art. 3º, CLT, c/c art. 1º, Lei n. 11.788/2008. *Alternativa B.*

4229. **(Advogado – CORREIOS – 2011 – CESPE)** A duração máxima do contrato por prazo determinado, destinado a serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, é de noventa dias.

RESPOSTA Art. 445, *caput*, CLT. *Errada.*

4230. **(Analista – TST – 2008 – CESPE)** Ao contratar empregado em localidade onde é emitida a CTPS, o empregador deve, obrigatoriamente, anotar no respectivo documento, no prazo de

48 horas, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver.

RESPOSTA Art. 29, CLT. *Correta.*

4231. **(Analista – TST – 2008 – CESPE)** A CTPS é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, excetuados os de caráter temporário.

RESPOSTA Art. 12, § 1º, Lei n. 6.019/74. *Errada.*

4232. **(Analista – TST – 2008 – CESPE)** Esgotando-se o espaço destinado a registros e anotações, o interessado deve obter outra CTPS, hipótese na qual se conserva a série da anterior, alterando-se apenas o número respectivo.

RESPOSTA Art. 21, CLT. *Errada.*

4233. **(Analista – TST – 2008 – CESPE)** É autorizado ao empregador efetuar anotações desabonadoras ao empregado em sua CTPS.

RESPOSTA Art. 29, § 4º, CLT. *Errada.*

4234. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Em cada uma das opções que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada quanto às modalidades de contrato de trabalho e às formas de invalidade desses contratos. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

(A) João, nascido em 10/9/1997, foi contratado em 28/3/2010 como empacotador por um supermercado. Nessa situação, o trabalho de João é ilícito.

(B) Jair trabalha como apontador do jogo do bicho, recebe um salário mínimo mensal e cumpre regime de trabalho de oito horas diárias e quarenta quatro horas semanais. Nessa situação, Jair tem os direitos trabalhistas previstos na legislação.

(C) Jorge foi contratado por uma entidade de ensino para ministrar aulas de português. Ele aceitou a previsão contratual de oito horas/aula de uma hora cada de labor diário e quatro horas/aula, também de uma hora cada, aos sábados, sem percepção de hora extra. Nessa situação, o contrato de trabalho de Jorge é relativamente nulo.

(D) Lúcio, analista de sistemas, firmou contrato de trabalho com uma empresa de consultoria em 6/3/2009, com vigência até o dia 17/9/2009. A cláusula pertinente do contrato previa a possibilidade de qualquer das partes rescindi-lo antes do termo fixado. Em 22/4/2009, a empresa entendeu por bem extinguir o contrato. Nessa situação, por constituir contrato por prazo determinado, Lúcio não tem direito ao aviso prévio.

(E) Regina foi contratada em 10/1/2010 para prestar serviço como costureira em uma empresa de confecção de bandeiras, a qual recebeu grande encomenda, devido à proximidade da realização da copa do mundo de futebol. A previsão de término do contrato era o dia 14/6/2010, sem previsão contratual da possibilidade de qualquer das partes terminar o contrato antes do prazo. Em 23/3/2010, a empresa resolveu extinguir o referido contrato. Nessa situação, Regina tem direito ao saque do fundo de garantia por tempo de serviço e à indenização de 40% sobre o seu saldo.

RESPOSTA (A) Errada. O trabalho será proibido, já que João era menor. (B) Errada, OJ-SDI1 199, TST. (C) Correta, art. 318, CLT. (D) Errada, art. 481, CLT. (E) Errada, art. 479, CLT, c/c art. 18, Lei n. 8.036/90*.

* Possibilidade de questionar a incorreção da assertiva “E”, haja vista o disposto no art. 14, Decreto n. 99.684/90. *Alternativa C.*

III. Empregador e Institutos Relacionados

4235. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** Considere que, em determinada empresa, ocorra sucessão de empregadores causada por falecimento dos donos. Nessa situação, o contrato de trabalho dos empregados dessa empresa pode ser mantido, rescindido ou alterado, devendo os trabalhadores, no caso de rescisão, receber notificação prévia acerca do final de seus contratos.

RESPOSTA Arts. 10 e 448, CLT. *Correta.*

4236. **(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE)** Para a doutrina, a configuração de um grupo econômico não tem o condão de impor a todas as empresas a responsabilidade solidária quanto às obrigações trabalhistas, posto que cada uma delas possui personalidade jurídica própria, de modo que a responsabilidade será subsidiária, obrigando, primeiramente, o empregador direto e, se este não o fizer, serão as demais empresas condenadas a responder pelos débitos que houver.

RESPOSTA Art. 2º, § 2º, CLT. *Errada.*

IV. Empregado Doméstico

4237. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** Ao empregado em domicílio, entendido como aquele que presta serviços na residência do empregador, são assegurados os mesmos benefícios definidos em lei para o empregado doméstico.

RESPOSTA Art. 1º, Lei n. 5.859/72, c/c art. 6º, CLT, e art. 7º, parágrafo único, CF. *Errada.*

4238. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** Algumas peculiaridades da sociedade brasileira resultam no tratamento diferenciado, nos termos da legislação atual, entre as empregadas domésticas urbanas e as rurais, tanto no tocante ao usufruto da licença-gestante quanto no tocante ao valor da remuneração.

RESPOSTA Art. 7º, IV, XVIII e parágrafo único, CF. *Errada.*

4239. **(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE)** O empregado doméstico tem direito ao pagamento das horas extraordinárias trabalhadas.

RESPOSTA Art. 7º, XIII e parágrafo único, CF. *Errada.*

V. Trabalhador Avulso e Portuário

4240. **(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE)** É considerado trabalhador avulso aquele que presta serviços de forma autônoma, com profissionalismo e habitualidade, sem dependência ou subordinação para com o tomador do serviço, atuando por conta própria e assumindo os riscos da atividade por ele desenvolvida.

RESPOS TA Art. 12, VI, Lei n. 8.212/91. *Errada.*

4241. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Para ser configurada a relação de emprego, faz-se necessário o preenchimento simultâneo dos requisitos: pessoa física, subordinação, não eventualidade, onerosidade e pessoalidade. A respeito desse tema, assinale a opção correta.

(A) O trabalhador em domicílio equipara-se ao autônomo, uma vez que deixa de preencher o requisito subordinação, pertencente à configuração do vínculo empregatício.

(B) O autônomo e o eventual não são considerados empregados para o direito do trabalho, uma vez que, apesar de prestarem serviços de natureza contínua, não possuem a pessoalidade como caracterizadora do vínculo de emprego.

(C) O trabalhador avulso, aquele contratado com intervenção obrigatória do sindicato ou do órgão gestor de mão de obra, equipara-se ao trabalhador com vínculo empregatício, configurando exceção, pois possui todos os direitos trabalhistas inerentes à relação de emprego.

(D) O terceirizado é o trabalhador que presta serviço a uma empresa denominada cliente, possuindo subordinação direta na prestação do serviço, estando ausente, no entanto, a pessoalidade.

(E) O trabalhador voluntário presta serviço de natureza contínua, mas deixa de preencher o requisito pessoalidade, pois poderá ser substituído a qualquer momento por outra pessoa, sem rescisão.

RESPOSTA (A) Errada, art. 6º, CLT. (B) Errada, pois, apesar de não serem considerados empregados, o eventual não trabalha de forma contínua. (C) Correta, art. 12, VI, Lei n. 8.212/91, c/c art. 7º, XXXIV, CF. (D) Errada, Súmula 331, III, TST. (E) Errada, pois o trabalhador voluntário deixa de preencher o requisito da onerosidade. *Alternativa C.*

VI. Trabalhadores e Contratos Especiais

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) No que se refere ao contrato de aprendizagem, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

4242. Não são aplicadas ao trabalhador portador de necessidades especiais as restrições típicas do contrato de aprendizagem inerentes à idade máxima de vinte e quatro anos, tampouco a limitação de prazo contratual de dois anos.

RESPOSTA Art. 428, § 5º, e art. 432, § 1º, CLT. *Correta.*

4243. Ao menor aprendiz que trabalha em jornada de seis horas é garantido o salário mínimo mensal.

RESPOSTA Art. 428, § 2º, CLT. *Errada.*

4244. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** Com base na CF, na CLT e na jurisprudência sumulada e consolidada do STF e do TST, assinale a opção correta quanto dos empregados públicos.

(A) A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, ainda quando admitidos por concurso público, independe de ato motivado para a sua validade, excetuada a exigência de motivação como condição para a despedida quando gozar a empresa do mesmo tratamento destinado à Fazenda Pública em relação à imunidade tributária e à execução por precatório, além das prerrogativas de foro, prazos e custas processuais.

(B) O ingresso como empregado público prescinde de prévia aprovação em concurso público, exigência restrita ao ingresso como servidor público estatutário.

(C) Ao empregado público de empresa pública ou de sociedade de economia mista admitido após aprovação em concurso público é garantida a estabilidade no emprego.

(D) A contratação de empregado público, após a Constituição de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, resulta na nulidade do contrato e no direito do trabalhador a receber as verbas rescisórias decorrentes e o FGTS.

(E) A contratação irregular do trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego

com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional que se hajam beneficiado dos respectivos serviços.

RESPOSTA (A) Correta, OJ-SDI1 247. (B) Errada, art. 37, II, CF. (C) Errada, Súmula 390, II, TST. (D) Errada, Súmula 363, TST. (E) Errada, Súmula 331, II, TST. *Alternativa A.*

4245. **(Procurador – AGU – 2007 – CESPE)** É da competência da justiça do trabalho o processamento e o julgamento das causas que envolvam pedido de condenação de ente público ao pagamento de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho sofrido por servidor público estatutário.

RESPOSTA Súmula Vinculante 22, STF, c/c ADI 3.395-6/2005. *Errada.*

VII. Terceirização

4246. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** Considere que a empresa de trabalho temporário Alfa é contratada pela empresa Beta para determinada prestação de serviço. Nessa situação, cabe à empresa Alfa a contratação e remuneração dos trabalhadores que prestarão os serviços.

RESPOSTA Arts. 10 e 12, *a*, Lei n. 6.019/74. *Correta.*

(Procurador – Maracaju-SE – 2008 – CESPE) A jurisprudência trabalhista tem orientado as responsabilidades em caso de terceirização de mão de obra, sobretudo quando envolvido, na condição de tomador dos serviços, o poder público. Também passou o Tribunal Superior do Trabalho (TST) a orientar, por súmula, os casos de contratos nulos de emprego no âmbito do poder público, assim como seus efeitos. Acerca desse tema, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado)

4247. Por conta da exigência constitucional de prévio concurso público, no âmbito da administração pública não é possível considerar qualquer vínculo de emprego com o trabalhador que lhe haja prestado serviços por empresa interposta.

RESPOSTA Súmula 331, II, TST. *Correta.*

4248. No âmbito das relações privadas, é ilegal a terceirização de mão de obra, exceto se for o caso de trabalho temporário, serviços de vigilância e de conservação e limpeza ou serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador dos serviços, desde que não configurada a pessoalidade e a subordinação direta entre este e o trabalhador.

RESPOSTA Súmula 331, I e III, TST. *Correta.*

4249. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilização subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, exceto quando o tomador for órgão da administração pública direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, quando, por conta da nulidade na contratação irregular à falta de prévio concurso público, nesse caso, apenas será responsabilizado com o pagamento dos salários inadimplidos e o FGTS do período trabalhado.

RESPOSTA Súmula 331, V, TST, c/c OJ-SDI1 383. *Errada.*

4250. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da terceirização e da responsabilidade subsidiária por débitos trabalhistas.

(A) A contratação irregular de trabalhador mediante a utilização de empresa interposta gera vínculo com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional.

(B) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância, de conservação e limpeza, assim como serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistentes a pessoalidade e a subordinação direta.

(C) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é legal e não forma vínculo diretamente com o tomador dos serviços.

(D) A administração pública direta, as autarquias e as fundações públicas estão isentas de qualquer tipo de responsabilidade pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte de empresas prestadoras de serviços.

(E) Se for reconhecida, na sentença, a responsabilidade subsidiária entre a empresa tomadora e a prestadora dos serviços, o trabalhador poderá acionar qualquer delas para obter seu crédito.

RESPOSTA (A) Errada, Súmula 331, II, TST. (B) Correta, Súmula 331, III, TST. (C) Errada, Súmula 331, I, TST. (D) Errada, Súmula 331, V, TST. (E) Errada, Súmula 331, IV, TST. *Alternativa B.*

VIII. Remuneração e Salário

4251. O transporte fornecido pelo empregador para o deslocamento do empregado até o trabalho e o seu retorno para casa não é considerado salário *in natura*, independentemente do fato de o percurso feito pelo empregado para chegar ao trabalho ser ou não servido por transporte público.

RESPOSTA Art. 458, § 2º, III, CLT. *Correta.*

(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE) Considere que um indivíduo tenha sido contratado para trabalhar em uma empresa pelo salário de R$ 600,00 e com gratificação bimestral de R$ 200,00. Considere, ainda, que o empregador financiava, para esse empregado, curso de pós-graduação em instituição de ensino privada, fora do horário de expediente, no valor mensal de R$ 250,00. Com base nessa situação, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

4252. Nessa situação, o pagamento da gratificação de dois em dois meses é legalmente válido e tem natureza salarial, produzindo reflexos no cálculo, por exemplo, do 13º salário.

RESPOSTA Art. 457, § 1º, CLT, c/c art. 1º, § 1º, Lei n. 4.090/62. *Correta.*

4253. No período de férias desse empregado, é necessário considerar o cômputo do terço constitucional sobre o valor de R$ 250,00 correspondente ao curso de pós-graduação, pois, segundo a legislação, trata-se de salário *in natura*.

RESPOSTA Art. 142 e art. 458, § 2º, II, CLT. *Errada.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os itens a seguir, acerca de remuneração e salário (Certo ou Errado).

4254. Integram o salário não apenas o valor fixo estipulado pela prestação laboral, mas também as comissões, os percentuais, as gratificações, os abonos, as diárias de viagem e as ajudas de custo.

RESPOSTA Art. 457, § 2º, CLT. *Errada.*

4255. A remuneração do trabalhador compreende, além do salário, também as gorjetas que perceber entre os valores cobrados pela empresa de seus clientes, como adicional nas contas e a destinada à distribuição entre os empregados, não integrando a remuneração, entretanto, as gorjetas

dadas espontaneamente pelos clientes ao empregado.

RESPOSTA Art. 457, CLT, c/c Súmula 354, TST. *Errada.*

4256. O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do contrato de emprego, não deve ser estipulado por período superior a um mês, salvo no que concerne à apuração de comissões, percentagens e gratificações, observada a garantia mínima correspondente ao valor do salário mínimo mensal para os que percebam valores variáveis.

RESPOSTA Art. 459, CLT, c/c art. 7º, VII, CF. *Correta.*

4257. O salário mínimo é fixado por lei federal, em caráter nacional, de modo a garantir as necessidades vitais do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, vestuário, higiene, transporte e previdência social, devendo os valores ser reajustados periodicamente para preservar o seu poder aquisitivo, vedada sua vinculação como indexador financeiro ou outro qualquer fim, podendo o valor ser declarado por decreto do presidente da República, se assim autorizado pela lei que fixar o modo de reajuste ou aumento.

RESPOSTA Art. 7º, IV, CF. *Correta.*

4258. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** O salário mínimo regional é adotado no Brasil por força das grandes diferenças regionais existentes no país, admitindo-se até, em algumas situações, o seu pagamento em forma de víveres.

RESPOSTA Art. 7º, IV, CF. *Errada.*

(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE) A respeito de salário e remuneração, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

4259. A parcela paga ao bancário sob a denominação de quebra de caixa possui natureza indenizatória, pelo que não integra o salário do prestador dos serviços.

RESPOSTA Súmula 247, TST. *Errada.*

4260. Para configurar o pagamento em salário *in natura* como parte integrante do salário, as utilidades devem ser fornecidas com habitualidade e gratuidade.

RESPOSTA O fato de o empregador cobrar pela utilidade não é relevante para a determinação de sua natureza salarial ou não salarial. *Errada.*

4261. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Salário é o valor econômico pago diretamente pelo empregador ao empregado em função de prestação de serviços, enquanto remuneração é o conjunto de pagamentos provenientes do empregador ou de terceiros, recebidos em decorrência da prestação de serviços subordinados. Acerca do assunto, assinale a opção correta.

(A) A participação nos lucros é verba de natureza salarial.

(B) A CLT permite que a totalidade do salário seja paga em utilidades, desde que seja benéfico para o empregado.

(C) O vale-transporte possui natureza salarial.

(D) Mora contumaz é o atraso ou sonegação de salários devidos ao empregado por período igual ou superior a três meses, sem motivo grave ou relevante.

(E) Os adicionais, acréscimos salariais decorrentes de trabalho em condições mais gravosas, não

podem ser percebidos cumulativamente.

RESPOSTA (A) Errada, art. 7º, XI, CF, c/c art. 3º, Lei n. 10.101/2000. (B) Errada, art. 82, parágrafo único, e art. 458, CLT. (C) Errada, art. 458, § 2º, III, CLT. (D) Correta, art. 2º, § 1º, Decreto-lei n. 368/68. (E) Errada, Súmula 264, TST. *Alternativa D.*

(Advogado – CORREIOS – 2011 – CESPE) Com relação a salário e remuneração, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

4262. Se o empregador fornecer ao empregado educação em ensino superior, pagando matrícula, mensalidades e material didático, os valores relativos a tais pagamentos serão considerados integrantes do salário do empregado beneficiado.

RESPOSTA Art. 458, § 2º, II, CLT. *Errada.*

4263. A gorjeta integra a remuneração do empregado, mas não o seu salário.

RESPOSTA Art. 457, *caput* e § 1º, CLT. *Correta.*

4264. **(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE)** Entende-se como salário o conjunto de pagamentos provenientes do empregador ou de terceiros, recebidos em decorrência da prestação de serviços subordinados.

RESPOSTA Art. 457, CLT, c/c Súmula 354, TST. *Errada.*

4265. **(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE)** O vale-transporte tem natureza salarial.

RESPOSTA Art. 458, § 2º, III, CLT, c/c art. 2º, *a*, Lei n. 7.418/85. *Errada.*

4266. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Julgue os itens a seguir quanto ao contrato individual do trabalho, ao salário e à remuneração.

I. O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.

II. A habitação, a energia elétrica e o veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.

III. Os percentuais fixados em lei relativos ao salário in natura referem-se apenas às hipóteses em que o empregado percebe salário mínimo, apurando-se, nas demais, o real valor da utilidade.

IV. Havendo contratação para cumprimento de jornada reduzida, inferior à previsão constitucional de oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, é lícito o pagamento do piso salarial ou do salário mínimo proporcional ao tempo trabalhado.

V. Devido à sua nocividade à saúde, o cigarro não é considerado salário-utilidade.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.

(B) 2.

(C) 3.

(D) 4.

(E) 5.

RESPOSTA I. Correto, Súmula 241, TST. II. Correto, Súmula 367, I, TST. III. Correto, Súmula 258, TST. IV. Correto, OJ-SDI1 358. V. Correto, Súmula 367, II, TST. *Alternativa E.*

4267. (Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta, acerca de salário, remuneração e indenizações trabalhistas.

(A) De acordo com a CLT, não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam 50% do salário percebido pelo empregado. Para o TST, essa norma significa que integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que ultrapassem 50% do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens.

(B) Caso ocorra a rescisão contratual no período de 30 dias que antecede à data-base, o pagamento das verbas rescisórias com o salário já corrigido afasta o direito à indenização adicional.

(C) Gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

(D) Durante as horas de sobreaviso, mesmo que o empregado não se encontre em condições de risco, é cabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas.

(E) O tempo do aviso prévio indenizado não conta para efeito da indenização adicional.

RESPOSTA (A) Correta, art. 457, § 2º, CLT, c/c Súmula 101, TST. (B) Errada, Súmula 314, TST. (C) Errada, Súmula 354, TST. (D) Errada, Súmula 132, II, TST. (E) Errada, Súmula 182, TST. *Alternativa A.*

4268. (Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito de salário e remuneração.

(A) O proprietário de uma empresa de porte médio com vinte e cinco empregados deve, segundo a legislação, pagar a todos eles, no mês de novembro de cada ano, o adiantamento do décimo terceiro salário.

(B) Se, em um restaurante de grande movimento, não se cobra na nota apresentada aos clientes percentual inerente à gorjeta, então as gorjetas recebidas pelos garçons diretamente dos clientes não integrarão sua remuneração.

(C) Considere a seguinte situação hipotética. Carlos, arquiteto de uma grande construtora, contratado em 19/3/2006, desde o início do pacto laboral até o dia 26/2/2009 viajou todos os meses e, para isso, recebeu, mensalmente, diárias que correspondiam, em média, a 65% do seu salário, sendo desnecessária a prestação de contas dos gastos efetuados nessas viagens. A partir de março de 2009, as viagens passaram a ser de responsabilidade de Aldo, novo arquiteto contratado pela construtora. Nessa situação hipotética, o valor das diárias deveria integrar o salário de Carlos, para todos os efeitos legais, só até o mês de fevereiro de 2009.

(D) A gratificação por tempo de serviço tem caráter indenizatório e, por essa razão, não integra o salário.

(E) Considere a seguinte situação hipotética. Aldair, vendedor comissionado em loja que comercializa roupas femininas e infantis, de janeiro a outubro de 2009, recebeu também salário fixo, de R$ 1.200,00, e, a partir de novembro de 2009, esse salário foi majorado para R$ 1.500,00. Adicionalmente, o empregador de Aldair projetou o pagamento do adiantamento do décimo terceiro salário para novembro de 2009. Nessa situação hipotética, o valor do adiantamento para Aldair deveria corresponder à média das comissões por ele recebidas até novembro de 2009, acrescido de R$ 750,00, correspondentes ao percentual do salário fixo.

RESPOSTA (A) Errada, art. 2º, § 1º, Lei n. 4.749/65. (B) Errada, art. 457, CLT, c/c Súmula 354, TST. (C) Correta, art. 457, § 2º, CLT, c/c Súmula 101, TST. (D) Errada, art. 457, § 1º, CLT. (E) Errada, art. 2º, *caput*, Lei n. 4.749/65, c/c art. 3º, § 1º, Decreto n. 57.155/65. *Alternativa C.*

IX. Equiparação Salarial

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Julgue os seguintes itens, relativos a equiparação salarial (Certo ou Errado).

4269. Dois trabalhadores que exercem funções idênticas, trabalho de igual valor, e prestam serviços ao mesmo empregador, em municípios distintos, mas integrantes de uma mesma região metropolitana, não fazem jus à equiparação salarial, pois não laboram na mesma localidade.

RESPOSTA Art. 461, CLT, c/c Súmula 6, X, TST. *Errada.*

4270. Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função, e não no emprego.

RESPOSTA Súmula 6, II, TST. *Correta.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Julgue os itens seguintes no que diz respeito à equiparação salarial (Certo ou Errado).

4271. A cessão de empregados a órgão governamental estranho ao órgão cedente, ainda que este responda pelos salários do paradigma e do reclamante, exclui o direito à equiparação salarial.

RESPOSTA Súmula 6, V, TST. *Errada.*

4272. São vedadas a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, excetuando-se a dos empregados públicos, por serem estes regidos pela CLT.

RESPOSTA Art. 37, XIII, CF, c/c OJ-SDI1-297. *Errada.*

X. Adicionais

4273. **(Advogado – AGU – 2009 – CESPE)** O empregado que trabalhe em contato direto com inflamáveis tem direito à percepção do adicional de periculosidade, correspondente ao percentual de 30% calculado sobre o salário acrescido das parcelas de natureza salarial.

RESPOSTA Art. 193, § 1º, CLT, c/c Súmula 191, TST. *Errada.*

4274. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Com relação aos adicionais, julgue os itens seguintes.

I. O adicional de horas extras poderá ser instituído na empresa independentemente da participação do sindicato. No entanto, para ser suprimido, o empregador estará sujeito ao pagamento de indenização, desde que o empregado esteja prestando serviço em sobrejornada com habitualidade a, pelo menos, um ano.

II. O adicional noturno será devido quando o empregado urbano prestar serviço das 22 h às 5 h, tendo direito ao pagamento de, pelo menos, 20% a mais sobre a hora diurna. Em se tratando de empregado rural que presta serviço na lavoura, sua hora noturna começa a contar a partir das 20 h de um dia até as 4 h do dia subsequente, quando fará jus ao percentual de, pelo menos, 25% sobre a hora diurna.

III. O adicional de periculosidade será devido quando o empregado estiver sujeito ao risco de morte de forma contínua, sem interrupções, tendo direito ao acréscimo de 30% sobre seu salário-base.

IV. O adicional de transferência será devido ao empregado quando seu deslocamento for oriundo de

comprovação da real necessidade do serviço.
V. O adicional de insalubridade poderá ser pago de forma intermitente e será configurado de acordo com o grau de exposição a que o empregado se sujeita.

Estão certos apenas os itens

(A) I, II e IV.
(B) I, III e V.
(C) I, IV e V.
(D) II, III e IV.
(E) II, III e V.

RESPOSTA I. Correto, art. 59, CLT, c/c Súmula 291, TST. II. Errado, art. 7º, Lei n. 5.889/73. III. Errado, art. 193, CLT. IV. Correto, Súmula 43, TST*. V. Correto, art. 192, CLT, c/c Súmula 47, TST.

* Possibilidade de questionar a correção do item "IV", haja vista o disposto na OJ-SDI1 113, sendo devido o adicional apenas se a transferência for provisória. *Alternativa C.*

4275. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética referente aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

(A) Róger foi contratado por uma empresa de eletricidade em 18/5/2007. Em 1.º/10/2009, o sindicato de sua categoria profissional firmou acordo coletivo de trabalho, fixando o adicional de periculosidade em 20% sobre os salários, considerando-se que a exposição dos empregados ao risco ocorre em períodos curtos durante cada mês. Nessa situação, era juridicamente possível ao sindicato estabelecer percentual inferior a 30% do salário.
(B) Na empresa em que trabalha, Renato fica em contato com explosivos de forma intermitente. Nessa situação, Renato não faz jus ao adicional de periculosidade.
(C) Antônio, zelador de um bloco residencial que possui vinte andares, com quatro apartamentos por andar, é responsável pela coleta do lixo deixado pelos moradores em um pequeno compartimento em cada andar do edifício. Nessa situação, Antônio tem direito ao adicional de insalubridade.
(D) Lílian, desde sua admissão, em 19/7/2005, trabalhava com substância química considerada nociva à saúde, conforme classificação contida em norma regulamentadora expedida pelo MTE, e, por isso, recebia adicional de insalubridade em grau mínimo. A partir de 1.º/3/2009, Lílian continuou a manusear a referida substância química, que, entretanto, deixou de ser considerada nociva e foi retirada da norma regulamentadora. Nessa situação, considerando-se que o adicional de insalubridade integra o contrato de trabalho para todos os efeitos legais, Lílian tem direito adquirido à sua percepção, mesmo depois de a substância química ter deixado de ser considerada nociva.
(E) Cabral é eletricitário e tem direito ao adicional de periculosidade. Nesse caso, o adicional de periculosidade a ser pago a Cabral deve incidir apenas sobre o salário básico e não sobre o salário acrescido de outros adicionais.

RESPOSTA (A) Errada, Súmulas 361 e 364, TST*. (B) Errada, Súmula 364, TST. (C) Errada, OJ-SDI 4, II. (D) Errada, Súmula 248, TST. (E) Errada.

* No gabarito oficial, a resposta correta é a "A", haja vista que, na época, a Súmula 364, II, TST permitia o pagamento proporcional do adicional de periculosidade, mediante ajuste em norma coletiva. Em maio de 2011, o TST cancelou o citado inciso II.

XI. 13º Salário

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Julgue os itens a seguir, que versam sobre gratificação

natalina (Certo ou Errado).

4276. Inexiste previsão legal expressa no ordenamento jurídico brasileiro acerca de penalidade administrativa por eventual infração patronal à legislação inerente à gratificação natalina.

RESPOSTA Art. 3º, I, Lei n. 7.855/89. *Errada.*

4277. As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho são consideradas para os efeitos de cálculo da gratificação natalina.

RESPOSTA Súmula 46, TST. *Errada.*

(Advogado – CORREIOS – 2011 – CESPE) A respeito de décimo terceiro salário, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

4278. O empregador que tem vinte empregados deve, segundo a legislação, proceder ao pagamento do adiantamento do décimo terceiro salário de seus empregados sempre ao ensejo de suas férias.

RESPOSTA Art. 2º, §§ 1º e 2º, Lei n. 4.749/65. *Errada.*

4279. O empregado comissionado puro deve receber o décimo terceiro salário até o dia vinte de dezembro de cada ano, calculado na base de um onze avos da soma das importâncias variáveis devidas nos meses trabalhados até novembro de cada ano. Até o dia dez de janeiro do ano seguinte, o valor do décimo terceiro salário deve ser revisto, de forma a ser computada a parcela do mês de dezembro. No momento da revisão, o cálculo da gratificação deve considerar um doze avos do total devido no ano anterior, processando-se a correção do valor da respectiva gratificação com o pagamento ou compensação das possíveis diferenças.

RESPOSTA Art. 2º, Decreto n. 57.155/65. *Correta.*

4280. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Julgue os itens a seguir acerca do direito do trabalho.

I. O empregado demitido por justa causa perde o direito a receber 13º salário proporcional.
II. As horas extras trabalhadas de forma habitual integram a base de cálculo do 13º salário.
III. Em caso de encerramento do contrato de trabalho por culpa recíproca, deve-se pagar ao trabalhador metade do 13º salário devido.
IV. O 13º salário não sofre a incidência do FGTS.

Estão certos apenas os itens

(A) I e IV.
(B) II e III.
(C) II e IV.
(D) I, II e III.
(E) I, III e IV.

RESPOSTA I. Correto, art. 3º, Lei n. 4.090/62, c/c art. 7º, Decreto n. 57.155/65. II. Correto, Súmula 376, II, TST. III. Correto, Súmula 14, TST. IV. Errado, art. 15, Lei n. 8.036/90. *Alternativa D.*

XII. Jornada de Trabalho e Horas Extras

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Acerca de duração do trabalho, jornada de trabalho e

intervalos, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

4281. É vedada ao empregado contratado sob o regime de tempo parcial a prestação de horas extras.

RESPOSTA Art. 59, § 4º, CLT. *Correta.*

4282. Um empregado cujos horários de início e término da jornada sejam incompatíveis com os horários do transporte público regular tem o direito às horas *in itinere*.

RESPOSTA Súmula 90, II, TST. *Correta.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Antônio cumpre jornada de trabalho de sete horas corridas, das 16 h às 23 h, de segunda a sexta, e não está submetido à jornada especial prevista em lei. Com base na situação descrita, julgue o item seguinte de acordo com a CLT e a jurisprudência do TST (Certo ou Errado).

4283. Como seu horário de trabalho é misto, Antônio terá direito ao acréscimo de 20% sobre o valor da hora diurna referente ao período de trabalho que ultrapassar o horário de 22 h, computando-se, a partir daí, a hora de trabalho como de 52 minutos e 30 segundos.

RESPOSTA Art. 73, §§ 1º, 2º e 4º, CLT. *Correta.*

4284. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Quanto à prova das horas extraordinárias de trabalho na reclamação trabalhista, assinale a opção correta.

(A) Os cartões de ponto, apresentados pelo empregador e que demonstrem horários uniformes de entrada e saída do empregado, são válidos como meio de prova de que este não trabalhou além do horário normal, cabendo ao reclamante demonstrar as horas extras que alega ter prestado.

(B) O ônus da prova, quanto às horas extras de trabalho, será sempre do empregado.

(C) Os cartões de ponto, apresentados pelo empregador, que demonstrem horários uniformes de entrada e saída do empregado, não servem como meio de prova para demonstrar as horas extras prestadas por este, de modo que se inverte o ônus da prova, que passa a ser do reclamado.

(D) Os cartões de ponto, apresentados pelo empregador, que demonstrem horários uniformes de entrada e saída do empregado, não são válidos como meio de prova de que este não trabalhou além do horário normal, mas não eximem o reclamante de demonstrar que prestou horas extras.

RESPOSTA (A) Errada, Súmula 338, III, TST. (B) Errada, Súmula 338, I e III, TST. (C) Correta, Súmula 338, III, TST. (D) Errada, Súmula 338, III, TST. *Alternativa C.*

(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE) Acerca do trabalho extraordinário, dos intervalos interjornadas e das alterações no contrato de trabalho, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

4285. Computa-se como jornada extraordinária qualquer variação de horário constante do registro de ponto, de modo que o empregador deve pagar ao empregado tudo o que exceda sua jornada normal de trabalho.

RESPOSTA Art. 58, § 1º, CLT, c/c Súmula 366, TST. *Errada.*

4286. Quando o empregador não respeitar o intervalo mínimo de descanso interjornadas, deverá pagar as horas subtraídas do trabalhador como horas extras.

RESPOSTA Deverá pagar com acréscimo de 50%, mas não serão consideradas horas extras (art. 71, § 4º, CLT, c/c Súmula

437, I, parte final, TST). *Errada.*

4287. O TST entende que, se o servidor público tiver sua jornada de trabalho reduzida, poderá o empregador determinar seu retorno à jornada anterior, inicialmente contratada, sem que essa alteração no contrato de trabalho seja considerada ilícita.

RESPOSTA OJ-SDI1 308. *Correta.*

4288. **(Advogado – CEHAP – 2009 – CESPE)** Com relação à duração do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Considere que um empregado tenha jornada regular das 8 horas às 18 horas de segunda a sexta-feira, com duas horas de intervalo, e aos sábados das 8 horas às 12 horas. Nesse caso, se, em determinado dia, esse empregado começar a prestar serviço às 7 h 55 min e parar de trabalhar às 18 h 5 min, ele terá direito a 10 minutos extras relativamente ao dia em questão.
(B) O acordo de compensação de jornada poderá ser individual, verbal ou tácito.
(C) Caso um empregado que tenha jornada regular das 8 horas às 18 horas de segunda a sexta-feira, com duas horas de intervalo, e aos sábados das 8 horas às 12 horas comece, em determinado dia, a prestar serviço às 7 h 54 min e pare de trabalhar às 18 h 8 min, ele terá direito a 14 minutos extras relativamente ao dia em questão.
(D) O engenheiro tem jornada especial de seis horas; portanto, caso trabalhe 7 horas em um dia, terá direito à percepção de 1 hora extra.

RESPOSTA (A) Errada, art. 58, § 1º, CLT, c/c Súmula 366, TST. (B) Errada, Súmula 85, I, TST. (C) Correta, art. 58, § 1º, CLT, c/c Súmula 366, TST. (D) Errada, Súmula 370, TST. *Alternativa C.*

4289. **(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE)** Quando o empregador cobra importância pelo transporte fornecido pela empresa, para local de difícil acesso, afasta do empregado o direito à percepção do pagamento das horas *in itinere*.

RESPOSTA Súmula 320, TST. *Errada*

4290. **(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE)** Empregadores que possuam mais de dez empregados arcam com o ônus da prova da jornada de trabalho, mediante a apresentação dos controles de frequência.

RESPOSTA Súmula 338, I, TST. *Correta.*

4291. **(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE)** É vedada a realização de horas extras fundamentadas na celebração de acordo de prorrogação de horas no caso de atividades perigosas.

RESPOSTA Não existe previsão legal vedando a prorrogação de jornada em atividade perigosa. *Errada.*

XIII. Compensação de Jornada

4292. Instrumento coletivo silente quanto à compensação de jornada possibilita a entabulação de acordo individual escrito para compensação de horas.

RESPOSTA Súmula 85, I, TST. *Correta.*

XIV. Intervalos para Descanso

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Antônio cumpre jornada de trabalho de sete horas corridas, das 16 h às 23 h, de segunda a sexta, e não está submetido à jornada especial prevista em lei. Com base na situação descrita, julgue o item seguinte de acordo com a CLT e a jurisprudência do TST (Certo ou Errado).

4293. Considerando-se que a duração do trabalho de Antônio é inferior a 8 horas diárias e a 44 horas semanais, a concessão de intervalo para descanso e alimentação de, no mínimo, uma hora, previsto em lei, pode ser dispensada por negociação coletiva, sem o pagamento do período correspondente acrescido do adicional de 50%.

RESPOSTA Súmula 437, II, TST. *Errada.*

4294. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** Entre os direitos constitucionais assegurados ao trabalhador, inclui-se o intervalo intrajornada, de remuneração obrigatória.

RESPOSTA O direito ao intervalo intrajornada não está previsto na CF, mas no art. 71, CLT. *Errada.*

4295. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Quanto aos repousos do trabalhador, assinale a opção correta.

(A) Caso um empregado tenha sido contratado para prestar serviço como auxiliar de escritório, recebendo salário mensal no valor de R$ 824,00, o empregador não terá a obrigação de pagar-lhe de forma discriminada o repouso semanal remunerado.

(B) O empregado que trabalhe em regime de turno ininterrupto de revezamento, tiver seu repouso semanal remunerado regular e que, oito horas após o encerramento do repouso, assumir nova escala de seis horas de duração não terá direito a horas extras.

(C) Os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, apesar de representarem tempo à disposição da empresa, não são remunerados como serviço extraordinário se acrescidos ao final da jornada.

(D) O intervalo a ser concedido ao digitador que cumpra jornada de sete horas deve restringir-se ao intervalo intrajornada correspondente a uma ou duas horas.

(E) Considere que um empregado que trabalha das 8 às 17 horas, e goza, regularmente, de uma hora de intervalo, tenha tido, entre os dias 24 e 28 de maio de 2010, intervalo correspondente a trinta minutos, devido a volume de trabalho excepcional naquela semana. Nesse caso, como o intervalo computado na jornada de trabalho não tem natureza indenizatória, restou incabível o pagamento de adicional sobre o tempo de intervalo.

RESPOSTA (A) Correta, art. 7º, § 2º, Lei n. 605/49. (B) Errada, Súmula 110, TST. (C) Errada, Súmula 118, TST. (D) Errada, art. 72, CLT, c/c Súmula 346, TST. (E) Errada, art. 71, § 4º, CLT, c/c Súmula 437, I, TST. *Alternativa A.*

XV. Férias

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca do que dispõem a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a jurisprudência a respeito das férias, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

4296. O cálculo da remuneração das férias do tarefeiro deve ser realizado com base na média da produção do período aquisitivo, garantida a observância do valor da remuneração da tarefa na data da concessão.

RESPOSTA Art. 142, § 2º, CLT, c/c Súmula 149, TST. *Correta.*

4297. A indenização por férias não concedidas em tempo oportuno deve ser calculada com base na remuneração devida ao empregado na época de eventual reclamação ou, se for o caso, quando da extinção do contrato.

RESPOSTA Súmula 7, TST. *Correta.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) João, que havia sido contratado em 20/3/2003, por prazo indeterminado, com base na CLT, comunicou ao empregador o seu pedido de demissão em 25/4/2007, tendo então o seu contrato de trabalho dissolvido após cumprir aviso prévio de trinta dias. Durante seu contrato de trabalho, João gozou apenas um período de trinta dias de férias, em janeiro de 2006, uma vez que não houve ausências injustificadas no período aquisitivo 2004/2005. Na ocasião dessas férias, João recebeu a remuneração correspondente acrescida de um terço de seu valor. Com relação à situação hipotética descrita acima, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

4298. Em razão de não ter sido observado o período concessivo previsto na legislação em relação ao primeiro período aquisitivo de férias de João, o valor da remuneração correspondente a essas férias deverá ser pago em dobro.

RESPOSTA Arts. 134 e 137, CLT. *Correta.*

4299. O pagamento das verbas rescisórias poderá ser efetuado até o décimo dia útil subsequente à data da dissolução do referido contrato de trabalho, sem pagamento de multa.

RESPOSTA Art. 477, § 6º, *b*, CLT. *Errada.*

4300. O ajuizamento por João de reclamação trabalhista para receber os valores correspondentes ao primeiro período aquisitivo de férias (2003/2004), em 20/4/2009, afasta a possibilidade de ser pronunciada a prescrição em relação a essa pretensão.

RESPOSTA Art. 149, CLT. *Correta.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Se cometer falta grave devidamente apurada nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, o trabalhador perde esse direito. A respeito de férias, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

4301. É assegurada ao empregado, para efeito da aquisição do direito a férias, a contagem do tempo de trabalho anterior à sua apresentação para serviço militar obrigatório no período aquisitivo, desde que ele compareça ao estabelecimento, no máximo, trinta dias após a data em que se verificar a respectiva baixa.

RESPOSTA Art. 132, CLT. *Errada.*

4302. É facultado ao empregado sob o regime parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

RESPOSTA Art. 143, § 3º, CLT. *Errada.*

4303. **(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE)** O empregado pode vender o período integral de férias e receber o valor correspondente.

RESPOSTA Art. 143, CLT. *Errada.*

4304. **(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE)** O empregado não pode prestar serviços com registro na carteira de trabalho a outro empregador durante o período de gozo das férias.

RESPOSTA Art. 138, CLT. *Errada.*

4305. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta, a respeito de férias, contrato individual de trabalho e trabalho noturno.

(A) A transferência para o período diurno de trabalho não implica a perda do direito ao adicional noturno.

(B) Após cada período de 12 meses de vigência de contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias de 12 dias consecutivos, quando houver tido de 15 a 23 faltas.

(C) A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.

(D) Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% do valor do aviso prévio e do décimo terceiro salário, não lhe sendo devidas férias proporcionais.

(E) As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.

RESPOSTA (A) Errada, Súmula 265, TST. (B) Errada, art. 130, III, CLT. (C) Correta, Súmula 7, TST. (D) Errada, Súmula 14, TST. (E) Errada, Súmula 46, TST. *Alternativa C.*

XVI. Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Julgue os próximos itens, a respeito dos institutos da interrupção e da suspensão do contrato de trabalho (Certo ou Errado).

4306. No caso de recuperação da capacidade de trabalho e cancelamento de aposentadoria de empregado afastado por invalidez, pode o empregador rescindir o contrato com empregado admitido para substituir o empregado aposentado, sem incorrer em indenização rescisória, se, no momento da celebração do contrato, tiver restado inequívoca a ciência da interinidade.

RESPOSTA Art. 475, § 2º, CLT. *Correta.*

4307. O empregado afastado em virtude das exigências do serviço militar deve notificar seu empregador acerca do retorno às atividades no prazo máximo de dez dias contados da data em que se verificar a respectiva baixa.

RESPOSTA Art. 472, § 1º, CLT. *Errada.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Julgue o item que se segue de acordo com as normas trabalhistas e a jurisprudência dos tribunais (Certo ou Errado).

4308. Ao empregado afastado do emprego em razão de suspensão do contrato de trabalho não se asseguram, por ocasião de sua volta, as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.

RESPOSTA Art. 471, CLT. *Errada.*

4309. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** A suspensão do contrato de trabalho importará na rescisão indireta do contrato de trabalho apenas se for decretada por período superior a sessenta dias.

RESPOSTA Art. 474, CLT. *Errada.*

4310. **(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE)** A interrupção do contrato de trabalho ocorre quando o empregado deixa de prestar os serviços para o qual foi contratado, pelo que deixa de receber a remuneração a ele referente, assim como faz que o empregador se desobrigue quanto aos deveres pertinentes ao vínculo empregatício.

RESPOSTA Na interrupção, o contrato permanece vigente, sem que haja trabalho, porém com pagamento de remuneração e contagem de tempo de serviço (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 294). *Errada.*

(Advogado – CORREIOS – 2011 – CESPE) Acerca da suspensão e interrupção do contrato de trabalho, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

4311. Considere a seguinte situação hipotética. Márcia concordou formalmente com a suspensão de seu contrato de trabalho, por período de quatro meses, para participar de um curso de qualificação profissional oferecido pelo seu empregador. O instrumento coletivo de trabalho que rege a categoria profissional de Márcia autoriza o afastamento de empregados para tal fim. Nessa situação hipotética, o empregador não terá a obrigação de pagar, durante todo o tempo de duração do curso, os salários de Márcia.

RESPOSTA Art. 476-A, CLT. *Correta.*

4312. **(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE)** A interrupção do contrato de trabalho ocorre nas hipóteses em que o empregado, embora sem prestar serviço, deva ser remunerado normalmente, sendo contado o tempo de serviço como se houvesse sido efetivamente prestado. Uma hipótese de interrupção é o repouso semanal remunerado.

RESPOSTA Na interrupção, o contrato permanece vigente, sem que haja trabalho, porém com pagamento de remuneração e contagem de tempo de serviço (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 294). O repouso semanal remunerado, como o próprio nome sugere, é período de interrupção, posto que, mesmo não havendo trabalho, os dias de repouso são pagos pelo empregador. *Correta.*

4313. **(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE)** Ocorre a suspensão do contrato de trabalho quando o empregado fica afastado e não recebe o salário, normalmente sem que seja contado o período de afastamento como tempo de serviço. Um exemplo de suspensão do contrato de trabalho é a licença-paternidade.

RESPOSTA O conceito de suspensão está correto (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 294). Contudo, a licença-paternidade não é exemplo de suspensão, mas, sim, de interrupção (art. 473, III, CLT, c/c art. 7º, XIX, CF, e art. 10, § 1º, ADCT). *Errada.*

4314. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Diante do posicionamento da Organização Mundial da Saúde (OMS), que catalogou o alcoolismo como doença no Código Internacional de Doenças (CID), sob o título de síndrome de dependência do álcool (referência F-10.2), impõe-se a revisão do disciplinamento contido no art. 482, letra f, da CLT, de modo a impedir a dispensa por justa causa do trabalhador alcoólatra (embriaguez habitual), aplicando-se, tão somente, a suspensão de seu

contrato de trabalho, para que ele possa ser submetido a tratamento médico ou mesmo possa se aposentar por invalidez.

Com base no entendimento expresso no texto, assinale a opção correta.

(A) Quanto aos seus efeitos, a situação apresentada se assemelha à suspensão.

(B) Quanto aos seus efeitos, a situação descrita se assemelha ao afastamento devido a acidente de trabalho.

(C) O empregado afastado para tratamento de embriaguez habitual não presta serviços, mas recebe salários e tem o período de afastamento contado como tempo de serviço.

(D) Na situação apresentada, o empregado afastado não presta serviços, não recebe salários, mas o período de afastamento é computado como tempo de serviço.

(E) A suspensão tem início desde o primeiro dia do afastamento para tratamento do alcoolismo.

RESPOSTA (A) Correta, arts. 475 e 476, CLT, c/c art. 60, Lei n. 8.213/91*. (B) Errada, não se insere no conceito de acidente de trabalho (arts. 19, 20 e 21, Lei n. 8.213/91). (C) Errada, pois não é caso de interrupção, e sim de suspensão. (D) Errada, pois nos casos de suspensão não se conta o tempo de serviço. (E) Errada, a suspensão só terá início no 16º dia de afastamento (art. 60, Lei n. 8.213/91). *Alternativa A.*

* Possibilidade de se questionar a integral correção da assertiva "A", haja vista dispor o art. 60, § 3º, Lei n. 8.213/91, ser do empregador o ônus de pagar o salário nos 15 primeiros dias de afastamento do empregado, sendo caso de interrupção em tal período.

4315. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da figura do empregado e das figuras afins.

(A) A mãe social responsável por uma casa lar onde são abrigadas, no máximo, cinco crianças, deve residir juntamente com os menores que lhe forem confiados e propiciar-lhes condições próprias de uma família.

(B) Entre os direitos trabalhistas das mães sociais, inclui-se o direito a férias, as quais, em decorrência da peculiaridade da atividade por elas exercida, devem ser gozadas em companhia das crianças sob sua responsabilidade na casa lar.

(C) A mãe social deve ter, no mínimo, dezoito anos de idade.

(D) Desde a promulgação da CF, os empregados domésticos têm assegurado o gozo de folga nos feriados.

(E) Considere que um arquiteto tenha sido contratado, em 1995, para trabalhar em uma grande empresa e que, no dia 15/5/2009, ele tenha sido eleito diretor, razão pela qual, durante o exercício do cargo, não esteve sujeito a subordinação jurídica. Nesse caso, é correto afirmar que o seu contrato de trabalho como arquiteto esteve suspenso enquanto exerceu o cargo de diretor e que o tempo de serviço relativo a esse período não foi computado para os fins desse contrato.

RESPOSTA (A) Errada, art. 3º, Lei n. 7.644/87. (B) Errada, não há imposição de que o gozo de férias se dê na companhia das crianças (art. 5º, V, Lei n. 7.644/87). (C) Errada, art. 9º, *a*, Lei n. 7.644/87. (D) Errada, somente com a publicação da Lei n. 11.324/2006, que revogou a alínea *a* do art. 5º, Lei n. 605/49. (E) Correta, Súmula 269, TST. *Alternativa E.*

4316. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Em cada uma das opções que se seguem, é apresentada uma situação hipotética referente à interrupção e suspensão do contrato de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

(A) Renata, empregada de uma empresa pública, teve seu contrato suspenso de 1.º/3/2008 a 31/3/2010, período em que ficou afastada para concluir curso de mestrado no exterior. Em 1.º/6/2009, foi implantado novo plano de cargos e salários na empresa, o que resultou em aumento de salário de todos os empregados. Nessa situação, como o seu contrato estava suspenso na época da implantação

do novo plano, Renata não tem direito ao enquadramento – mesmo que retorne às atividades regulares na empresa – nem à majoração salarial.

(B) César teve de afastar-se do emprego no dia 1.º/4/2010 para cumprir as exigências do serviço militar. O período de afastamento deve durar, no mínimo, nove meses. Nessa situação, o empregador de César poderá considerar rescindido o contrato de trabalho.

(C) Rubens firmou acordo individual de trabalho que previa a suspensão do contrato, por quatro meses, para que pudesse participar de curso de qualificação profissional oferecido pelo empregador, cuja duração equivale à suspensão pactuada. Nessa situação, é válido o acordo firmado entre Rubens e seu empregador.

(D) Míriam teve seu contrato suspenso de 5/1/2009 a 5/4/2009 para participar de curso de qualificação e aperfeiçoamento ofertado pelo empregador. Em 1º/3/2010, surgiu nova oportunidade para Míriam participar de outro curso de qualificação e aperfeiçoamento, também ofertado pelo empregador. Nessa situação, Míriam poderá ter seu contrato suspenso para participação no novo curso.

(E) Um dos empregados de Elias terá seu contrato de trabalho suspenso para participar de curso de qualificação e aperfeiçoamento por ele ofertado. Nessa situação, Elias não estará obrigado a pagar o salário mensal do empregado durante todo o período de afastamento.

RESPOSTA (A) Errada, art. 471, CLT. (B) Errada, art. 472, CLT. (C) Errada, art. 476-A, CLT. (D) Errada, art. 476-A, § 2º, CLT. (E) Correta, art. 476-A, CLT, visto se tratar de suspensão do contrato, na qual não há pagamento de salário. *Alternativa E.*

XVII. Alteração do Contrato de Trabalho

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) No que concerne a alteração do contrato de trabalho, julgue o item abaixo (Certo ou Errado).

4317. Presume-se abusiva a transferência de empregado que exerça cargo de confiança, sem a devida comprovação da necessidade do serviço.

RESPOSTA Súmula 43, TST. *Correta.*

4318. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** Nos contratos individuais de trabalho, apenas é lícita a alteração empreendida por mútuo consentimento, ainda que possa resultar prejuízo ao trabalhador, considerada a caracterização de renúncia recíproca, em que o prejuízo se compensa com promessa futura de melhoria na condição salarial ou de trabalho.

RESPOSTA Art. 468, CLT. *Errada.*

4319. **(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE)** A mudança de horário de trabalho de um empregado pode ser justificada pelo princípio do *jus variandi*.

RESPOSTA A mudança de horário de trabalho, inclusive de turno, insere-se no poder diretivo do empregador, decorrendo do que se denomina *jus variandi* ordinário ou direito de alterar (v.g. Súmula 265, TST). *Correta.*

XVIII. Aviso Prévio

4320. **(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE)** Durante o aviso prévio, se a rescisão do contrato de trabalho tiver sido promovida pelo empregador, será assegurada ao empregado a redução de duas horas diárias em sua jornada de trabalho, sem prejuízo ao recebimento do salário integral.

RESPOSTA Art. 488, CLT. *Correta.*

4321. **(Procurador – AGU – 2007 – CESPE)** Para procurar novo emprego, o empregado, durante o período de aviso prévio, terá direito à redução de sua jornada em duas horas ou em sete dias corridos.

RESPOSTA A redução de jornada somente ocorre se a rescisão do contrato de trabalho tiver sido promovida por iniciativa do empregador (art. 488, CLT). *Errada.*

4322. **(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE)** A existência de cláusula assecuratória nos contratos por prazo determinado assegura às partes a aplicação das regras do contrato sem determinação de prazo, até mesmo no que tange ao aviso prévio.

RESPOSTA Art. 481, CLT. Em tais casos, o aviso existirá até mesmo em contratos de experiência (Súmula 163, TST). *Correta.*

4323. **(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE)** A redução da jornada em duas horas, no curso do aviso prévio, enquadra-se em uma das hipóteses de interrupção do contrato de trabalho.

RESPOSTA A redução da jornada ocorrerá sem prejuízo do pagamento de salário, configurando interrupção do contrato (art. 488, CLT). *Correta.*

XIX. Extinção do Contrato de Trabalho

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Quanto à indenização rescisória, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

4324. A indenização adicional devida em razão de rescisão contratual imotivada no trintídio que antecede a data-base corresponde ao salário mensal, no valor devido na data da comunicação do despedimento, integrado pelos adicionais legais ou convencionados, ligados à unidade de tempo mês, não sendo computável a gratificação natalina.

RESPOSTA Súmula 242, TST. *Correta.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Um empregado foi admitido em uma empresa em 20/5/2004 e submetido a uma jornada de oito horas, perfazendo quarenta horas semanais. Por ter resolvido deixar o emprego, esse empregado concedeu aviso prévio para o empregador em 17/7/2006, prestando serviços até 16/8/2006. Durante o período em que esteve na empresa, o empregado gozou trinta dias de férias, em setembro de 2005. Com relação à situação descrita acima, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

4325. O empregado, em razão da modalidade de rescisão, poderá levantar os depósitos do fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS), mas sem qualquer indenização.

RESPOSTA Pedido de demissão não permite o levantamento do FGTS (art. 20, Lei n. 8.036/90). *Errada.*

4326. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** A jurisprudência do TST tem orientação firme no sentido de que, excetuados os empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por ser esta equiparada à fazenda pública, os demais empregados públicos de empresas públicas e de sociedades de economia mista, ainda que concursados, podem ter seus contratos de trabalho rescindidos por demissão sem justa causa, por não haver necessidade de motivação do ato de demissão.

RESPOSTA OJ-SDI1-247. *Correta.*

4327. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Considere que um empregado tenha faltado, sem apresentar justificativa, 12 dias consecutivos ao seu trabalho e que, após a ausência, tenha se reapresentado normalmente para dar continuidade ao trabalho. Nessa situação, justifica-se a rescisão por justa causa, em decorrência de

(A) abandono de emprego.
(B) incontinência de conduta.
(C) insubordinação.
(D) ato de improbidade.
(E) desídia no desempenho de suas funções.

RESPOSTA Considera-se desidioso o trabalhador relapso, que não tem comprometimento com as obrigações contratuais, incorrendo em faltas injustificadas, atrasos reiterados, afastamento desmotivado do posto de trabalho, etc. (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 1.067). *Alternativa E.*

(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE) A cessação do contrato de trabalho é a terminação do vínculo de emprego, com a extinção das obrigações para os contratantes. No que se refere à cessação do contrato de trabalho, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

4328. No caso de as partes pactuarem, mediante acordo, a cessação do contrato de trabalho, o levantamento do fundo de garantia de tempo de serviço (FGTS) não será autorizado, mas os salários e as férias vencidas podem ser transacionados, assim como as demais verbas.

RESPOSTA Não se admite transação em relação a salários, férias vencidas e demais verbas trabalhistas, haja vista se inserirem no rol de direitos indisponíveis (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 1.005-1.006). *Errada.*

4329. O pedido de demissão do empregado ao empregador e a dispensa do empregado pelo empregador são atos bilaterais.

RESPOSTA Trata-se de atos unilaterais, que independem da anuência da parte contrária (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 1.007 e 1.013). *Errada.*

4330. **(Analista – TST – 2008 – CESPE)** É de responsabilidade do empregador o pagamento da indenização devida em face de paralisação temporária ou definitiva do trabalho motivada diretamente pela promulgação de lei que impossibilite a continuação da atividade.

RESPOSTA Art. 486, CLT. *Errada.*

XX. FGTS

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Julgue os itens a seguir, acerca do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (Certo ou Errado).

4331. A estabilidade decenal, a estabilidade contratual e a derivada de regulamento de empresa são incompatíveis com o regime do FGTS.

RESPOSTA Art. 14, Lei n. 8.036/90. *Errada.*

4332. Os reflexos de horas extras sobre os depósitos fundiários que venham a ser postulados por empregado perante a justiça do trabalho são alcançados pela prescrição quinquenal.

RESPOSTA Súmula 206, TST. *Correta.*

4333. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** No caso de demissão por justa causa ou aposentadoria, o empregado pode movimentar livremente o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Já em situações de falecimento do trabalhador ou de extinção da pessoa jurídica que o empregava, o acesso ao FGTS requer ordem judicial.

RESPOSTA A conta não pode ser movimentada nos casos de demissão por justa causa (art. 20, Lei n. 8.036/90). *Errada.*

4334. **(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE)** É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos para a propositura da ação.

RESPOSTA Súmula 362, TST. *Correta.*

4335. **(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE)** Os valores mensais correspondentes ao FGTS não podem ser pagos diretamente ao empregado.

RESPOSTA Os valores deverão ser depositados em conta bancária vinculada (art. 15, Lei n. 8.036/90). *Correta.*

4336. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** A respeito de um empregado optante pelo FGTS, assinale a opção correta.

(A) Para os fins previstos na lei do FGTS, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 12% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador.

(B) Na rescisão com base em força maior, o empregado pode sacar de sua conta vinculada os valores referentes a contratos anteriores.

(C) O empregado que se aposenta voluntariamente tem o contrato de trabalho automaticamente rescindido, fazendo jus ao saldo de salários, décimo terceiro salário proporcional, férias vencidas e(ou) proporcionais e depósitos do FGTS, não tendo direito, no entanto, à multa de 40% sobre o FGTS.

(D) No caso do falecimento de um trabalhador, o saldo será pago aos dependentes habilitados para esse fim perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores, previstos na lei civil e indicados em alvará judicial expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento.

(E) A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas situações de culpa recíproca, de força maior e de despedida sem justa causa, inclusive a indireta. Essas situações ensejam o depósito de percentual sobre o FGTS por parte do empregador nas proporções de 40%, em caso de despedida sem justa causa e 20% no caso de culpa recíproca. Não há previsão de depósito no caso de despedida por força maior.

RESPOSTA (A) Errada, art. 15, Lei n. 8.036/90. (B) Errada, pois inexiste previsão legal autorizando o movimento da conta relativa a depósitos de contratos anteriores (art. 20, I, Lei n. 8.036/90). (C) Errada, a aposentadoria espontânea não extingue o contrato de trabalho (OJ-SDI1 361). (D) Correta. (E) Errada, art. 20, Lei n. 8.036/90. *Alternativa D.*

XXI. Estabilidades Provisórias

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca do trabalho da mulher e da estabilidade provisória da gestante, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

4337. Considerando-se que a estabilidade constitui garantia de emprego, a estabilidade provisória da gestante garante unicamente a reintegração da trabalhadora, sendo cabível a conversão em indenização tão somente quando o juiz entender que a reintegração é desaconselhável, por existir elevado grau de animosidade entre as partes.

RESPOSTA Súmula 244, II, TST. *Errada.*

4338. Segundo a jurisprudência, a confirmação da gravidez, para fins de estabilidade gestante, é de caráter subjetivo, de modo que o direito à estabilidade depende da comunicação da gravidez ao empregador.

RESPOSTA Súmula 244, I, TST. *Errada.*

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Acerca das relações de trabalho, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

4339. Os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) de uma empresa que forem indicados ou eleitos pelos empregados dessa empresa têm assegurada sua estabilidade no emprego, estando tal garantia limitada ao período em que exercerem efetivamente o cargo na CIPA.

RESPOSTA A estabilidade somente alcança os membros eleitos, titulares e suplentes (art. 10, II, *a*, ADCT, c/c Súmula 339, I, TST). *Errada.*

4340. É facultado ao empregador dispensar empregado membro da comissão de conciliação prévia.

RESPOSTA Art. 625-B, § 1º, CLT. *Errada.*

XXII. Prescrição e Decadência

4341. **(Analista – TST – 2008 – CESPE)** O trabalhador urbano tem direito de reclamar crédito oriundo da relação de trabalho até cinco anos do fato, observado o biênio a partir do término do contrato de trabalho, enquanto ao trabalhador rural se aplica o prazo bienal para reclamar direitos trabalhistas.

RESPOSTA Trabalhadores urbanos e rurais possuem o mesmo prazo prescricional (art. 7º, XXIX, CF). *Errada.*

4342. **(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE)** A jurisprudência considera ser prescricional o prazo de 30 dias para a instauração de inquérito judicial para apuração de falta grave de empregado estável, prazo este que se conta a partir da suspensão do trabalhador.

RESPOSTA O prazo em questão é decadencial (Súmula 403, STF). *Errada.*

XXIII. Direito Coletivo do Trabalho

4343. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Quanto às convenções e aos acordos coletivos de trabalho, assinale a opção correta.

(A) Os acordos coletivos são pactos firmados entre uma ou mais empresas e o sindicato representativo da respectiva categoria profissional.

(B) A convenção coletiva é modalidade de acordo de caráter normativo, firmado pelos sindicatos de

empregados entre si.

(C) Os sindicatos não precisam participar das negociações coletivas de trabalho.

(D) O dissídio coletivo de natureza econômica poderá ser ajuizado por qualquer das partes, sem a prévia concordância da outra, quando uma delas se recusar à negociação coletiva ou arbitragem.

RESPOSTA (A) Correta, art. 611, § 1º, CLT. (B) Errada, art. 611, *caput*, CLT. (C) Errada, art. 8º, VI, CF. (D) Errada, art. 114, § 2º, CF. *Alternativa A.*

4344. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** O exercício do direito de greve é uma garantia prevista na CF, e, no âmbito da iniciativa privada, esse direito é regulamentado pela Lei n. 7.783/1999, que estabelece algumas formalidades para o seu exercício. Essas formalidades não incluem o(a)

(A) comunicação prévia da data de início da paralisação.

(B) aferição de *quorum* previsto no estatuto do sindicato nas assembleias que deliberam pela paralisação.

(C) concessão de livre-acesso aos trabalhadores que não aderirem ao movimento grevista às dependências da empresa.

(D) manutenção dos serviços essenciais.

(E) ajuizamento prévio de dissídio coletivo na justiça do trabalho.

RESPOSTA (A) Errada, art. 3º, parágrafo único, Lei n. 7.783/89. (B) Errada, art. 4º, § 1º, Lei n. 7.783/89. (C) Errada, art. 6º, § 3º, Lei n. 7.783/89. (D) Errada, art. 9º, Lei n. 7.783/89. (E) Correta, pois o dissídio coletivo não é pressuposto para a realização de greve (art. 3º, *caput*, Lei n. 7.783/89). *Alternativa E.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) A respeito do direito sindical e do direito coletivo do trabalho, julgue os itens subsequentes.

4345. A participação dos sindicatos é obrigatória na negociação coletiva pertinente à obtenção de convenções coletivas de trabalho, mas facultativa quando envolve acordo coletivo de trabalho, já que, nesse caso, a repercussão é limitada à empresa contratante.

RESPOSTA O sindicato obreiro participará obrigatoriamente da celebração de convenções e acordos coletivos de trabalho (art. 8º, VI, CF). *Errada.*

4346. O direito de greve é assegurado aos trabalhadores em geral, exceto àqueles envolvidos com atividade considerada essencial, em que o interesse da sociedade prevalece sobre o interesse dos trabalhadores, sendo a paralisação dos serviços, nesse caso, considerada sempre abusiva.

RESPOSTA Permite-se greve em atividade essencial, desde que mantida a prestação dos serviços considerados indispensáveis (art. 11, Lei n. 7.783/89). *Errada.*

4347. A criação de entidade sindical incumbe aos integrantes da categoria profissional ou da categoria econômica, vedadas a interferência e a intervenção do Estado na organização sindical, sem prejuízo da exigência do registro perante o órgão competente e a observância à unicidade sindical na mesma base territorial, definida esta, no mínimo, pela correspondência à área de um município.

RESPOSTA Art. 8º, I e II, CF. *Correta.*

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) O direito coletivo do trabalho regula a atuação das entidades que defendem as diferentes categorias profissionais. Acerca desse tema, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

4348. É vedada ao sindicato profissional a atuação como substituto processual em casos de convenções e acordos coletivos, que são matéria de competência exclusiva da justiça do trabalho.

RESPOSTA Art. 8º, III, CF. *Errada.*

4349. Por ser direito fundamental, a sindicalização é considerada obrigatória pela legislação brasileira, que também protege os trabalhadores com a determinação de que toda categoria profissional tenha seu sindicato.

RESPOSTA Art. 8º, V, CF. *Errada.*

4350. A CF estabelece o direito de greve ao trabalhador em caráter exclusivo, sendo vedada ao empregador a ação conhecida como *lockout*, que consiste na greve do empregador.

RESPOSTA Art. 17, Lei n. 7.783/89. *Correta.*

(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE) Quanto ao direito de greve e ao direito coletivo do trabalho, julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

4351. Durante o período em que o trabalhador estiver em greve, seu contrato de trabalho será, em regra, suspenso, hipótese em que caberá ao acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão judicial da justiça do trabalho decidir sobre as relações obrigacionais do período em que houver a paralisação.

RESPOSTA Art. 7º, Lei n. 7.783/89. *Correta.*

(Advogado – CORREIOS – 2011 – CESPE) No que se refere a convenções e acordos coletivos de trabalho, julgue o item abaixo (Certo ou Errado).

4352. Se, em obediência a negociação em acordo coletivo de trabalho, determinado empregador fornecer cesta básica aos seus empregados, ao término da vigência desse instrumento coletivo, não será possível cancelar o fornecimento do citado benefício, que passará a integrar os contratos de trabalho.

RESPOSTA As convenções e acordos coletivos de trabalho têm vigência máxima de 2 anos e suas cláusulas somente são exigíveis enquanto os instrumentos estiverem em vigor (arts. 613, II, e 614, § 3º, CLT). *Errada.*

4353. **(Analista – TST – 2008 – CESPE)** Convenção coletiva de trabalho é o acordo de caráter normativo firmado por uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica e pelo sindicato representativo da categoria profissional, em que são estipuladas condições de trabalho aplicáveis no âmbito da empresa ou das empresas convenentes às respectivas relações individuais do trabalho.

RESPOSTA A hipótese é de acordo coletivo (art. 611, *caput* e § 1º, CLT). *Errada.*

4354. **(Analista – TST – 2008 – CESPE)** As convenções coletivas de trabalho devem conter obrigatoriamente a designação dos sindicatos convenentes; o prazo de vigência; as categorias ou classes de trabalhadores abrangidos pelos respectivos dispositivos; as condições ajustadas para reger as relações individuais de trabalho durante sua vigência; as normas para a conciliação das divergências surgidas entre convenentes por motivos da aplicação de seus dispositivos; as disposições sobre o processo de sua prorrogação e de revisão total ou parcial de seus dispositivos; os direitos e deveres dos empregados e empresas; as penalidades para os sindicatos convenentes, os empregados e

as empresas em caso de violação de seus dispositivos.

RESPOSTA Art. 613, CLT. *Correta.*

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Acerca da organização sindical, sua natureza, criação, administração, atribuições e dissolução, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

4355. Conquanto caiba aos trabalhadores organizarem-se em sindicatos, o princípio da unicidade sindical revela que o Ministério do Trabalho e Emprego pode intervir nas entidades sindicais criadas em desacordo com a legislação ou que passem a funcionar fora da base territorial determinada, nesse caso podendo interferir para que haja o desmembramento do sindicato em desacordo ou mesmo sua extinção.

RESPOSTA Art. 8º, I, CF. *Errada.*

4356. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

RESPOSTA Art. 8º, III, CF. *Correta.*

4357. A estrutura sindical observa a seguinte ordem: sindicatos, federações e confederações sindicais.

RESPOSTA Arts. 533, 534 e 535, CLT. *Correta.*

4358. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Quanto às entidades sindicais, aos sistemas sindicais e às modalidades e critérios de estruturação sindical, assinale a opção correta.

(A) O Brasil é signatário da Convenção n. 87 da Organização Internacional do Trabalho, que trata da liberdade sindical.

(B) Para que uma central sindical possa participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores, ela deve ter, no mínimo, cem sindicatos a ela filiados, os quais devem estar distribuídos nas cinco regiões do Brasil.

(C) Os sindicatos somente podem atuar como substitutos processuais dos integrantes da categoria indicados no rol que acompanhe a petição inicial.

(D) O valor equivalente a 25% da importância da arrecadação da contribuição sindical é destinado às federações.

(E) Considerando-se que o Estado não pode interferir na criação, nem no funcionamento dos sindicatos, não cabe limitação do número de dirigentes sindicais em cada entidade sindical.

RESPOSTA (A) Errada. O Brasil não é signatário de tal convenção, haja vista sua incompatibilidade com o art. 8º, II, CF. (B) Correta. Arts. 1º e 2º, Lei n. 11.648/2008. (C) Errada. Com o cancelamento da Súmula 310, TST, não há mais exigência da apresentação de rol de substituídos. (D) Errada. Art. 589, I, *b*, e II, *c*, CLT. (E) Errada. Art. 522, CLT, c/c Súmula 369, II, TST. *Alternativa B.*

4359. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** No que se refere a liberdade sindical, categoria profissional diferenciada e dissociação de categorias, assinale a opção correta.

(A) Telefonista de entidade bancária de grande porte beneficia-se do regime legal inerente aos bancários.

(B) Engenheiro empregado de grande construtora e que atue, ainda, como professor de matemática em

entidade de ensino superior na cidade de São Paulo, sendo eleito dirigente sindical no Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, passa a ser detentor de estabilidade tanto na construtora quanto na entidade de ensino.

(C) São asseguradas as condições previstas em convenção coletiva de trabalho da categoria dos aeronautas a piloto profissional que trabalhe para rede de supermercados, cumprindo ordens diretas e atendendo a diretoria da empresa em viagens pelas várias cidades onde haja filiais da rede.

(D) No Brasil, pode haver dissolução de sindicato voluntária ou forçada pelo Estado. Esta última não será lícita se se tratar de dissolução administrativa.

(E) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, a qual será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, desde que não seja inferior à área de um estado da Federação.

RESPOSTA (A) Errada. Ao telefonista é aplicado o art. 227, CLT, e não o art. 224, CLT (Súmula 178, TST). (B) Errada. Súmula 369, III, TST. (C) Errada. Súmula 374, TST. (D) Correta. Art. 556, CLT, c/c art. 5º, XIX, CF. (E) Errada. Art. 8º, II, CF. *Alternativa D.*

XXIV. Trabalho da Mulher

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca do trabalho da mulher e da estabilidade provisória da gestante, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

4360. Ao empregador é vedado empregar mulheres em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 quilos, ainda que o trabalho seja ocasional, não estando compreendida, em tal vedação, a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou por quaisquer aparelhos mecânicos.

RESPOSTA São 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional (art. 390, CLT). *Errada.*

(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE) Julgue o próximo item, a respeito do direito do trabalho (Certo ou Errado).

4361. Na hipótese de trabalho da mulher aos domingos, é obrigatória uma escala de revezamento quinzenal que favoreça o repouso dominical, garantindo à mulher pelo menos uma folga aos domingos a cada 15 dias.

RESPOSTA Art. 386, CLT. *Correta.*

XXV. Trabalho do Menor

4362. **(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE)** Um empregado com 17 anos de idade pode desenvolver sua jornada de trabalho no período noturno, desde que não exista prejuízo para suas atividades escolares.

RESPOSTA Art. 7º, XXXIII, CF. *Errada.*

XXVI. Temas Diversos

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Julgue o item a seguir, relativo a segurança e medicina do trabalho (Certo ou Errado).

4363. Pode ser considerado praticante de ato ensejador de justa causa o empregado que não observa as instruções dadas pela empresa quanto ao uso do equipamento de proteção individual ou se recusa a utilizá-lo sem justificativa. No que se refere à CLT, embora tal previsão não tenha sido inserida de forma expressa no rol dos fatos que ensejam a justa causa no capítulo dedicado à rescisão do contrato de trabalho, ela está incluída no capítulo que trata da segurança e medicina do trabalho.

RESPOSTA Art. 158, CLT. *Correta.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca do salário-família, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

4364. O termo inicial do direito ao salário-família, quando provado em juízo, corresponde à data de ajuizamento do pedido, salvo quando comprovado que o empregador se tenha recusado a receber, anteriormente, a certidão de nascimento de filho do empregado.

RESPOSTA Súmula 254, TST. *Correta.*

4365. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** Com base na CF, julgue os itens seguintes, acerca dos direitos dos trabalhadores.

I. O trabalhador tem direito ao seguro-desemprego no caso de desemprego voluntário.

II. O salário mínimo, fixado em lei complementar, deve ser capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e às de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

III. O salário pode ser reduzido por convenção ou acordo coletivo de trabalho.

IV. O repouso semanal remunerado deve ser concedido, necessariamente, aos domingos.

V. As férias anuais devem ser remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) III e V.

(E) IV e V.

RESPOSTA I. Errado. Art. 2º, I, e art. 3º, Lei n. 7.998/90. II. Errado. Não se exige Lei Complementar (art. 7º, IV, CF). III. Correto. Art. 7º, VI, CF. IV. Errado. Art. 7º, XV, CF. V. Correto. Art. 7º, XVII, CF. *Alternativa D.*

4366. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** Determinada empresa internacional instalou-se no Brasil com quadro de dezoito trabalhadores, dos quais onze eram brasileiros, e o restante, estrangeiros à luz do prescrito na CLT, assinale a opção correta a respeito da situação hipotética acima descrita.

(A) A proporcionalidade adotada está correta.

(B) Se, entre os estrangeiros, houver um residente no Brasil há mais de dez anos e com cônjuge brasileiro, a proporção estará incorreta.

(C) Há prescrição na CLT determinando distinção entre o trabalhador nacional ou não quanto à função.

(D) No caso em apreço, mediante ato do Poder Executivo e após apuração do Departamento Nacional

do Trabalho, poderá ser admitida proporcionalidade aquém da legalmente prescrita.

(E) Por ato do Poder Executivo e após apuração da secretaria regional do trabalho e emprego, poderá ser admitida proporcionalidade aquém da legalmente prescrita.

RESPOSTA (A) Errada. A proporção será de 2/3 de empregados brasileiros (art. 354, CLT). (B) Errada. Art. 353, CLT. (C) Errada. Não existe tal previsão na CLT. (D) Correta. Art. 354, CLT. (E) Errada. Art. 354, CLT. *Alternativa D.*

4367. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** O empregador é o responsável pela definição e execução de política de segurança, higiene e saúde para todos os seus trabalhadores, inclusive os menores aprendizes.

RESPOSTA Arts. 157, 162 e 425, CLT. *Correta.*

4368. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** As microempresas estão dispensadas da obrigatoriedade de realização de exames médicos; no entanto, devem estar preparadas e equipadas com material necessário à prestação de primeiros socorros.

RESPOSTA Não existe qualquer ressalva para as microempresas no tocante à obrigatoriedade de exames médicos (art. 168, CLT). *Errada.*

4369. **(Analista – TST – 2008 – CESPE)** Salvo quando houver sido instaurado procedimento especial para a ação fiscal com o objetivo de orientação sobre o cumprimento das leis de proteção ao trabalho e para a prevenção e o saneamento de infrações à legislação mediante termo de compromisso, toda verificação em que a autoridade administrativa competente para a fiscalização do trabalho concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder a lavratura de auto de infração, sob pena de responsabilidade administrativa.

RESPOSTA Arts. 627 e 628, CLT. *Errada.*

4370. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Ainda com relação ao direito do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Viola a CF o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para os praças prestadores de serviço militar inicial.

(B) Os intervalos fixados para descanso e alimentação durante a jornada de seis horas descaracterizam o sistema de turnos ininterruptos de revezamento para o efeito da CF.

(C) Salvo os casos previstos na CF, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

(D) No julgamento de Agravo de Instrumento, ao afastar o óbice apontado pelo TRT para o processamento do recurso de revista, pode o juízo ad quem prosseguir no exame dos demais pressupostos extrínsecos e intrínsecos do recurso de revista, desde que apreciados pelo TRT.

(E) Devem ser julgados em sentenças distintas os embargos e as impugnações à liquidação apresentados pelos credores trabalhista e previdenciário.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 142, § 3º, VIII, CF. (B) Errada. Súmula 360, TST. (C) Correta. Súmula Vinculante 4, STF. (D) Errada. OJ-SDI1 282. (E) Errada. Art. 884, § 4º, CLT. *Alternativa C.*

4371. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** No que diz respeito às comissões de conciliação prévia, assinale a opção correta.

(A) A comissão de conciliação prévia pode ser criada no âmbito empresarial se tiver, no mínimo,

quatro membros e, no máximo, doze.

(B) Todos os membros das comissões são detentores de estabilidade provisória.

(C) Os integrantes das comissões que representarem os empregados ficam afastados das suas atividades na empresa e devem ser remunerados, durante o período em que exercerem atividades nessas comissões, pela comissão que integrem.

(D) Estão legitimados para constituir as comissões uma ou mais empresas e um ou mais sindicatos.

(E) O prazo prescricional será interrompido a partir da provocação da comissão e recomeçará a fluir a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo de dez dias da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 625-B, CLT. (B) Errada. Art. 625-B, § 1º, CLT. (C) Errada. Art. 625-B, § 2º, CLT. (D) Correta. Art. 625-A, CLT. (E) Errada. Art. 625-G, CLT. *Alternativa D*.

FCC

I. Teoria Geral do Direito do Trabalho

4372. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Em relação aos princípios do Direito do Trabalho, é INCORRETO afirmar:

(A) O princípio da aplicação da norma mais favorável aplica-se da seguinte forma: havendo normas válidas incidentes sobre a relação de emprego, deve-se aplicar aquela mais benéfica ao trabalhador.

(B) O princípio da continuidade da relação de emprego tem como finalidade a preservação do contrato de trabalho, de modo que haja presunção de que este seja por prazo indeterminado, permitindo-se a contratação por prazo certo apenas como exceção.

(C) O princípio da primazia da realidade indica que os fatos reais devem prevalecer sobre os documentos assinados pelo empregado.

(D) O princípio da irrenunciabilidade significa a não admissão, em tese, que o empregado abra mão de seus direitos trabalhistas, em grande parte imantados de indisponibilidade absoluta.

(E) O princípio protetor é representado pela tríplice vertente: *in dubio pro societate*, a aplicação da norma mais favorável e a condição mais benéfica.

RESPOSTA A tríplice vertente que representa o princípio protetor é: *in dubio pro operario,* aplicação da norma mais favorável e a condição mais benéfica (RODRIGUEZ, *Princípios do direito do trabalho*, p. 107). *Alternativa E.*

4373. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** No que atine às fontes do direito do trabalho,

(A) a lei ordinária é fonte material.

(B) a sentença normativa é fonte formal autônoma.

(C) a convenção coletiva de trabalho é fonte formal heterônoma.

(D) o acordo coletivo de trabalho é fonte formal autônoma.

(E) o decreto executivo é fonte formal autônoma.

RESPOSTA (A) Errada. Lei ordinária é fonte formal heterônoma. (B) Errada. Sentença normativa é fonte formal heterônoma. (C) Errada. Convenção coletiva de trabalho é fonte formal autônoma. (D) Correta, conforme enunciado da assertiva. (E) Errada. Decreto é fonte formal heterônoma (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 14). *Alternativa D.*

4374. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** A descaracterização de uma pactuada relação civil de prestação de serviços, desde que no cumprimento do contrato se verifiquem os elementos fáticos e jurídicos da relação de emprego, é autorizada pelo princípio do Direito do Trabalho denominado

(A) inalterabilidade contratual.
(B) primazia da realidade sobre a forma.
(C) continuidade da relação de emprego.
(D) intangibilidade salarial.
(E) boa-fé contratual.

RESPOSTA (A) Errada. Tal princípio diz que o contrato de trabalho só pode ser alterado de forma bilateral e desde que não traga prejuízo ao empregado. (B) Correta. Conforme enunciado da assertiva. (C) Errada. Tal princípio diz que a relação de emprego é presumidamente contínua e celebrada por prazo indeterminado. (D) Errada. Tal princípio diz que o salário é protegido contra débitos do empregador e do próprio empregado, não podendo ser reduzido, senão nos termos da lei. (E) Errada. Tal princípio pressupõe que o contrato de trabalho deve ser pautado pela lealdade recíproca (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 203, 206, 208, 211 e 215). *Alternativa B.*

4375. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Quanto ao princípio da igualdade salarial, é devido o pagamento do mesmo salário ao empregado estrangeiro que, para o mesmo empregador, na mesma localidade,

(A) exercer atividades semelhantes às de outro empregado brasileiro.
(B) exercer atividades equivalentes às de outro empregado brasileiro.
(C) exercer atividades idênticas às de outro empregado estrangeiro.
(D) exercer atividades análogas às de outro empregado estrangeiro.
(E) ocupar, em definitivo, o cargo vago que anteriormente foi ocupado por outro empregado brasileiro, seu antecessor.

RESPOSTA (A) Errada. São atividades idênticas e não semelhantes (art. 461, CLT). (B) Errada. São atividades idênticas e não equivalentes (art. 461, CLT). (C) Correta, conforme enunciado da assertiva. (D) Errada. São atividades idênticas e não análogas (art. 461, CLT). (E) Errada. Súmula 159, II, TST. *Alternativa C.*

4376. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** Maria, estudante de direito, está discutindo com o seu colega de classe, Denis, a respeito das Fontes do Direito do Trabalho. Para sanar a discussão, indagaram ao professor da turma sobre as fontes autônomas e heterônomas. O professor respondeu que as Convenções Coletivas de Trabalho, as Sentenças Normativas e os Acordos Coletivos são fontes

(A) autônomas.
(B) heterônomas, autônomas e heterônomas, respectivamente.
(C) autônomas, autônomas e heterônomas, respectivamente.
(D) autônomas, heterônomas e autônomas, respectivamente.
(E) heterônomas.

RESPOSTA As convenções coletivas e os acordos coletivos de trabalho são fontes autônomas, isso porque são produzidas diretamente pelos próprios destinatários, no uso da sua autonomia coletiva. A sentença normativa, porém, é fonte heterônoma, porque fruto da atividade normativa do Estado, por meio do Poder Judiciário (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 14). *Alternativa D.*

4377. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** O princípio que possui como propósito tentar corrigir desigualdades, criando uma superioridade jurídica em favor do empregado diante da sua condição de hipossuficiente é especificamente o princípio da

(A) dignidade da pessoa humana.
(B) condição mais benéfica.
(C) primazia da realidade.
(D) proteção.

(E) boa-fé.

RESPOSTA (A) Errada. Trata-se de princípio geral que consagra o ser humano como sujeito de direitos básicos, capazes de lhe assegurar uma condição mínima de civilidade (art. 1º, III, CF). (B) Errada. Tal princípio aduz que, quando duas cláusulas contratuais puderem ser utilizadas, deve-se optar pela mais benéfica ao trabalhador. (C) Errada. Tal princípio consagra a ideia de que a realidade contratual se sobrepõe aos elementos formais do contrato. (D) Correta. Conforme enunciado da assertiva. (E) Errada. Tal princípio pressupõe que o contrato de trabalho deve ser pautado pela lealdade recíproca (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 197, 202, 208 e 215). *Alternativa D.*

II. Formação do Contrato de Trabalho

4378. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** O contrato de experiência se transforma automaticamente em contrato por prazo indeterminado quando

(A) é anotado na Carteira Profissional do empregado.
(B) tem por objeto a consecução da atividade fim da empresa.
(C) é prorrogado uma única vez.
(D) é celebrado por prazo superior a 30 dias.
(E) o seu término coincide com domingo ou feriado e a rescisão ocorre no primeiro dia útil posterior a ele.

RESPOSTA (A) Errada. O contrato de experiência deve ser anotado na CTPS do empregado (art. 29, CLT). (B) Errada. Inexiste restrição legal a que o contrato de experiência envolva atividade-fim do empregador. (C) Errada. Art. 451, CLT. (D) Errada. Art. 445, parágrafo único, CLT. (E) Correta. Se ultrapassado o marco final, independente de coincidir com dia não útil, o contrato a prazo se transforma em contrato sem prazo (arts. 445 e 451, CLT). *Alternativa E.*

4379. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho, são requisitos legais para configuração da relação de emprego:

(A) subordinação jurídica, pessoalidade na prestação dos serviços e exclusividade na contratação.
(B) onerosidade, eventualidade dos serviços e subordinação jurídica.
(C) pessoalidade na prestação dos serviços, autonomia na prestação laboral e remuneração.
(D) subordinação jurídica, continuidade e pessoalidade na prestação dos serviços.
(E) obtenção de resultado na prestação de serviços, onerosidade e não eventualidade dos serviços.

RESPOSTA (A) Errada. Exclusividade não é requisito do vínculo. (B) Errada. Eventualidade não é requisito do vínculo. (C) Errada. Autonomia não é requisito do vínculo. (D) Correta. Arts. 2º e 3º, CLT. (E) Errada. Obtenção de resultado não é requisito do vínculo. *Alternativa D.*

4380. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Considere as assertivas seguintes sobre o contrato individual de trabalho:

I. O contrato individual de trabalho somente poderá ser acordado de forma expressa e por escrito.
II. A lei prevê como regra a indeterminação do prazo e como exceção a prefixação de prazo para os contratos individuais de trabalho.
III. O contrato por prazo determinado de experiência não poderá ser feito por prazo superior a 90 dias.
IV. O contrato de trabalho por prazo determinado que for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.
V. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 meses, a outro contrato por prazo determinado, em qualquer situação.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.

(B) I, III e IV.
(C) II, IV e V.
(D) III, IV e V.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA I. Errado. Art. 443, CLT. II. Correto. Art. 443, §§ 1º e 2º, CLT. III. Correto. Art. 445, parágrafo único, CLT. IV. Correto. Art. 451, CLT. V. Errado. Salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos (art. 452, CLT). *Alternativa E.*

4381. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Relação de Trabalho e Relação de Emprego. Segundo a jurisprudência dominante, pode ser considerada como típica relação de trabalho, mesmo quando não preenchidos os requisitos para o reconhecimento do vínculo empregatício, a relação jurídica que envolve

(A) a corretagem de imóveis, acertada diretamente entre o corretor e o proprietário do imóvel.
(B) o presidiário e a penitenciária através de processo socioeducativo e produtivo, para que o primeiro possa ser reintegrado à sociedade.
(C) policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial.
(D) o parceiro e o proprietário do imóvel rural.
(E) o paciente e o médico.

RESPOSTA (A) Errada. Ausentes os requisitos de existência do contrato de trabalho (arts. 2º e 3º, CLT). (B) Errada. Art. 28, § 2º, Lei n. 7.210/84. (C) Correta. Súmula 386, TST. (D) Errada. Ausentes os requisitos de existência do contrato de trabalho (arts. 2º e 3º, CLT). (E) Errada. Ausentes os requisitos de existência do contrato de trabalho (arts. 2º e 3º, CLT). *Alternativa C.*

4382. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Quanto à existência de vínculo empregatício, é correto afirmar que

(A) a relação de parentesco entre as partes não impede o reconhecimento do vínculo empregatício, quando presentes os demais requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT.
(B) o garçom que trabalha num restaurante apenas aos sábados e domingos não pode ser considerado empregado, mesmo quando presentes os demais requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT.
(C) a substituição eventual do empregado por outro, autorizada pelo empregador, afasta o reconhecimento do vínculo empregatício, mesmo quando presentes os demais requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT.
(D) a anotação do registro na Carteira de Trabalho do empregado é requisito essencial para o seu reconhecimento.
(E) a ausência de apenas um dos requisitos previstos nos artigos 2º e 3º da CLT não impede o reconhecimento do vínculo empregatício.

RESPOSTA (A) Correta. Arts. 2º e 3º, CLT. (B) Errada. Trata-se de trabalho não eventual, ainda que descontínuo (arts. 2º e 3º, CLT). (C) Errada. Tal substituição não elimina a pessoalidade. (D) Errada. A anotação da CTPS, apesar de obrigatória, é formalidade que não se insere nos requisitos de existência do contrato de trabalho. (E) Errada. O vínculo de emprego somente irá existir se presentes todos os requisitos dos arts. 2º e 3º, CLT. *Alternativa A.*

4383. **(Analista – TRT-16 – 2009 – FCC)** A empresa X contratou Mirtes para a função de secretária executiva. Inicialmente foi elaborado um contrato de experiência de 30 dias. Após o término do contrato a empresa X o prorrogou por mais 60 dias. Neste caso, a prorrogação é

(A) válida, mas a sua validade depende da anuência dos sindicatos da categoria ou de suprimento

judicial.

(B) inválida, uma vez que o contrato de experiência não poderá ser prorrogado, por expressa vedação legal.

(C) inválida, uma vez que o prazo máximo previsto em lei para o contrato de experiência são 60 dias.

(D) válida, uma vez que a empresa X obedeceu as determinações legais existentes.

(E) inválida, uma vez que o contrato de experiência só pode ser prorrogado por 30 dias e não sessenta dias.

RESPOSTA (A) Errada. Respeitado o prazo máximo de vigência, a prorrogação independe de anuência sindical (art. 451, CLT, c/c Súmula 188, TST). (B) Errada. Art. 451, CLT. (C) Errada. Art. 445, parágrafo único, CLT. (D) Correta. Art. 445, parágrafo único, e art. 451, CLT, c/c Súmula 188, TST. (E) Errada. Art. 451, CLT. *Alternativa D.*

4384. **(Analista – TRT-19 – 2008 – FCC)** O Hotel Fazenda Água da Chuva celebrou contrato de trabalho por tempo determinado com Denise pelo prazo de 2 meses (Dezembro e Janeiro), tendo em vista a necessidade de um número maior de empregados em razão das férias escolares, Natal e Ano Novo. No Carnaval seguinte, também em razão da necessidade temporária de maior número de empregados, o hotel celebrou outro contrato de trabalho com prazo determinado com Denise pelo prazo de 1 mês (Março). De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), neste caso, a sucessão de contratos de trabalho com prazo determinado é

(A) inválida tendo em vista que os dois contratos de trabalho ultrapassaram o prazo máximo de 60 dias permitidos pela legislação.

(B) inválida tendo em vista que entre a celebração dos contratos não tinha decorrido mais de 6 meses do término do primeiro contrato, prazo legal previsto na legislação.

(C) inválida em razão da celebração de dois contratos com prazo determinado com o mesmo empregado dentro do período de um ano.

(D) válida tendo em vista que a contratação ocorreu em razão da realização de certos acontecimentos.

(E) inválida tendo em vista que é vedada a celebração de mais de um contrato de trabalho com prazo determinado com a mesma pessoa.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 445, CLT. (B) Errada. Art. 452, parte final, CLT. (C) Errada. Inexiste vedação legal nesse sentido. (D) Correta. Art. 452, parte final, CLT. (E) Errada. Inexiste vedação legal nesse sentido. *Alternativa D.*

4385. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** Em regra, o Contrato Individual de Trabalho por prazo determinado

(A) pode ser prorrogado quantas vezes for necessário, desde que respeite o limite máximo de um ano.

(B) não pode ser fixado por mais de dois anos, vedada qualquer prorrogação.

(C) não pode ser fixado por mais de três anos, permitida uma única prorrogação dentro deste período.

(D) pode ser prorrogado quantas vezes for necessário, desde que respeite o limite máximo de dois anos.

(E) não pode ser fixado por mais de dois anos, permitida uma única prorrogação dentro deste período.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 451, CLT. (B) Errada. Art. 451, CLT. (C) Errada. Art. 445, CLT. (D) Errada. Art. 451, CLT. (E) Correta. Arts. 445 e 451, CLT. *Alternativa E.*

4386. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** Relação de trabalho é

(A) espécie, da qual relação de emprego é o gênero.

(B) gênero, do qual relação de emprego é espécie.

(C) espécie de prestação de serviços que não se regula pela Consolidação das Leis do Trabalho, nem

pelo estatuto dos servidores públicos ou pelo Código Civil.
(D) gênero, que se equipara à prestação de serviços subordinada.
(E) exclusivamente contrato de emprego, porque a carteira em que se registram os contratos é de "trabalho e previdência social", não de "emprego e previdência social".

RESPOSTA (A) Errada. Relação de trabalho é gênero e de emprego é espécie (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 285-286). (B) Correta. Conforme enunciado da assertiva. (C) Errada. A relação de trabalho é regulada pelo Código Civil. (D) Errada. A prestação de serviços subordinada é espécie de relação de trabalho e não equiparada a ela. (E) Errada. A nomenclatura utilizada pela CLT não interfere na natureza dos institutos relação de trabalho e relação de emprego. *Alternativa B.*

4387. (Analista – TRT-11 – 2012 – FCC) Em relação à duração do contrato individual de trabalho, é correto afirmar que o contrato por prazo determinado

(A) será lícito, seja qual for a sua finalidade.
(B) quando for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.
(C) não prevê o pagamento de indenização caso seja rescindido sem justa causa de forma antecipada.
(D) poderá ser estipulado por prazo superior a dois anos, desde que o seu objeto dependa da realização de determinados acontecimentos.
(E) sob a forma de contrato de experiência não poderá ultrapassar noventa dias, podendo ser estipulado por três períodos de trinta dias cada um.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 443, § 2º, CLT. (B) Correta. Art. 451, CLT. (C) Errada. Arts. 479 e 480, CLT. (D) Errada. Art. 445, CLT. (E) Errada. Arts. 445, parágrafo único, e 451, CLT. *Alternativa B.*

4388. (Analista – TRT-6 – 2012 – FCC) Quanto à relação de emprego e às relações de trabalho "lato sensu", é INCORRETO afirmar:

(A) Trabalho autônomo é aquele em que o trabalhador exerce as suas atividades por conta e risco próprios, sem subordinação com o seu contratante.
(B) Trabalho eventual é aquele prestado ocasionalmente, para realização de determinado evento, em que o trabalhador, em regra, desenvolve atividades não coincidentes com os fins normais da empresa contratante, não se fixando a uma fonte de trabalho.
(C) Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, por prazo curto, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou o acréscimo extraordinário de serviços, com intermediação de empresa de trabalho temporário.
(D) Trabalho avulso é aquele em que o trabalhador presta serviços de curta duração para distintos beneficiários, com intermediação de terceira entidade com quem mantém vínculo de emprego nos termos da CLT, mas não se igualando em direitos com os trabalhadores com vínculo empregatício permanente.
(E) Relação de emprego é aquela em que pessoa física presta serviços de natureza não eventual e de forma pessoal a empregador, sob a dependência e subordinação deste, mediante salário.

RESPOSTA Art. 12, VI, Lei n. 8.212/91. *Alternativa D.*

4389. (Analista – TRT-6 – 2012 – FCC) A Consolidação das Leis do Trabalho estipula que o contrato de trabalho poderá ser ajustado por prazo determinado ou indeterminado. Conforme previsão legal, em relação à duração é INCORRETO afirmar:

(A) Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento

suscetível de previsão aproximada.

(B) O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando: de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; de atividades empresariais de caráter transitório; de contrato de experiência.

(C) O contrato de experiência não poderá exceder de 90 (noventa) dias e poderá ser prorrogado por até três vezes, de 30 (trinta) dias cada uma, sem que passe a vigorar sem determinação de prazo, por respeitar-se o limite máximo previsto anteriormente.

(D) Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 (seis) meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

(E) O contrato por prazo determinado nas modalidades de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo e de atividades empresariais de caráter transitório não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 443, § 1º, CLT. (B) Correta. Art. 443, § 1º, CLT. (C) Errada. Art. 445, parágrafo único, e art. 451, CLT. (D) Correta. Art. 452, CLT. (E) Correta. 445, CLT. *Alternativa C.*

III. Empregador e Institutos Relacionados

4390. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Durante três anos Thor foi empregado da empresa Ajax Manutenção Industrial, que faz parte do grupo econômico Ajax, constituído por quatro empresas. Em razão de problemas financeiros, Thor foi dispensado sem justa causa. Não houve pagamento de verbas rescisórias. Nesta situação, caberia algum tipo de responsabilidade para as demais empresas do grupo Ajax?

(A) Sim, sendo qualquer uma das empresas do grupo responsável subsidiária pelas dívidas trabalhistas da outra empresa.

(B) Não, porque cada empresa do grupo possui personalidade jurídica própria e responde apenas por dívidas com seus próprios empregados.

(C) Sim, porque havendo a constituição de grupo econômico serão, para efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis as empresas do grupo.

(D) Não, porque não há previsão legal para responsabilidade patrimonial de empresas que pertençam ao mesmo grupo econômico, sendo que entre os sócios haverá responsabilidade subsidiária.

(E) Depende da existência de contrato firmado entre as empresas do grupo prevendo a responsabilidade solidária, visto que Thor não prestou serviços para todas as empresas do grupo.

RESPOSTA (A) Errada. A responsabilidade é solidária (art. 2º, § 2º, CLT). (B) Errada. Art. 2º, § 2º, CLT. (C) Correta. Art. 2º, § 2º, CLT. (D) Errada. Existe a previsão legal contida no art. 2º, § 2º, CLT. (E) Errada. A responsabilidade solidária das empresas que compõem o grupo independe do empregado ter ou não prestado serviço a todas elas. *Alternativa C.*

4391. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Sobre a sucessão trabalhista, é correto afirmar:

(A) Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos na empresa sucedida.

(B) O sucessor não é responsável pelos créditos trabalhistas dos empregados da sucedida, mesmo que estes continuem lhe prestando serviços.

(C) Há na lei, expressamente, a declaração da responsabilidade solidária entre sucedida e sucessora.

(D) Deve-se formalizar a realização de novos contratos de trabalho com os empregados que continuem prestando serviços à sucessora, podendo haver redução de direitos.

(E) A alteração na propriedade da empresa não está referida na lei para efeito do tratam.

RESPOSTA (A) Correta. Arts. 10 e 448, CLT. (B) Errada. Se os empregados continuam prestando serviços à empresa sucedida, ela será responsabilizada. (C) Errada. Inexiste tal previsão legal. (D) Errada. O contrato é o mesmo, não necessitando de nova formalização, sendo vedada a redução de direitos (art. 468, CLT). (E) Errada. Arts. 10 e 448, CLT. *Alternativa A.*

4392. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** A empresa Gama foi sucedida pela empresa Delta, ocupando o mesmo local, utilizando as mesmas instalações e fundo de comércio, assim como mantendo as mesmas atividades e empregados. Em relação aos contratos de trabalho dos empregados da empresa sucedida é correto afirmar que

(A) serão automaticamente extintos, fazendo surgir novas relações contratuais.

(B) as obrigações anteriores recairão sobre a empresa sucedida, e as posteriores sobre a sucessora.

(C) as cláusulas e condições estabelecidas no contrato de trabalho serão obrigatoriamente repactuadas entre os empregados e o novo empregador individual.

(D) a transferência de obrigações trabalhistas dependerá das condições em que a sucessão foi pactuada.

(E) os contratos se manterão inalterados e seguirão seu curso normal.

RESPOSTA (A) Errada. Não é causa de extinção (arts. 10 e 448, CLT). (B) Errada. A responsabilidade será da sucessora (arts. 10 e 448, CLT, c/c Súmula OJ-SDI1 261). (C) Errada. Não ocorre alteração nos contratos de trabalho. (D) Errada. A transferência de obrigações independe das condições em que fora pactuada a sucessão. (E) Correta. Arts. 10 e 448, CLT. *Alternativa E.*

4393. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Por razões de interesse econômico, os proprietários da empresa Tetra Serviços Ltda. transferiram o negócio para terceiros. Houve alteração da razão social, mas não ocorreu alteração de endereço, do ramo de atividades, nem de equipamentos. Manteve-se o mesmo quadro de empregados. Tal situação caracterizou a sucessão de empregadores. Neste caso, quanto aos contratos de trabalho dos empregados da empresa sucedida,

(A) a transferência de obrigações depende das condições em que a sucessão foi pactuada.

(B) as obrigações anteriores recairão sobre a empresa sucedida, e as posteriores sobre a sucessora.

(C) todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato de trabalho deverão ser repactuadas entre os empregados e o novo empregador.

(D) serão automaticamente extintos, fazendo surgir novas relações contratuais.

(E) os contratos de trabalho se manterão inalterados e seguirão seu curso normal.

RESPOSTA (A) Errada. A transferência de obrigações independe das condições em que fora pactuada a sucessão. (B) Errada. A responsabilidade será da sucessora (arts. 10 e 448, CLT, c/c Súmula OJ-SDI1 261). (C) Errada. Não ocorre alteração nos contratos de trabalho. (D) Errada. Não é causa de extinção (arts. 10 e 448, CLT). (E) Correta. Arts. 10 e 448, CLT. *Alternativa E.*

4394. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** Considere as seguintes assertivas a respeito do Grupo Econômico:

I. O Grupo econômico, para fins trabalhistas, necessita de prova cabal de sua formal institucionalização cartorial, tal como holdings, consórcios, pools etc.

II. As associações, entidades beneficentes e sindicatos podem ser considerados como grupo de empresas, se presentes os requisitos legais.

III. Cada empresa do grupo é autônoma em relação às demais, mas o empregador real é o próprio grupo.

IV. Nada impede que a admissão do empregado seja feita em nome de uma empresa do grupo e a

baixa em nome de outra.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) II, III e IV.
(D) I e IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA I. Errado. Independe de constituição formal, podendo ser identificado no plano material (art. 9º, CLT). II. Errado. Segundo a CLT, o grupo necessariamente deverá explorar atividade econômica, comercial ou industrial (art. 2º, § 2º, CLT). III. Correto. Art. 2º, § 2º, CLT, c/c Súmula 129, TST. IV. Correto. O grupo é empregador único (art. 2º, § 2º, CLT, c/c Súmula 129, TST). *Alternativa E.*

IV. Empregado Doméstico

4395. **(Analista – TRT-3 – 2009 – FCC)** À trabalhadora doméstica asseguram-se os direitos de

(A) garantia no emprego, por integrar o Conselho Gestor do FGTS, e férias anuais de 20 dias úteis.
(B) férias anuais de 20 dias úteis e gratificação de Natal.
(C) garantia no emprego, desde a confirmação da gestação até o quinto mês após o parto, e férias anuais remuneradas.
(D) adicional noturno e auxílio-acidente pago pela Previdência Social.
(E) descanso semanal remunerado e férias anuais de 30 dias úteis.

RESPOSTA (A) Errada. O FGTS é facultativo e as férias serão de 30 dias corridos (arts. 3º e 3º-A, Lei n. 5.859/72). (B) Errada. Férias de 30 dias (art. 3º, Lei n. 5.859/72). (C) Correta. Arts. 3º e 4º-A, Lei n. 5.859/72. (D) Errada. Tais direitos não são assegurados ao doméstico. (E) Errada. Férias de 30 dias corridos (art. 3º, Lei n. 5.859/72). *Alternativa C.*

4396. **(Analista – TRT-18 – 2008 – FCC)** Maria trabalha na residência consular do Cônsul da África do Sul, desempenhando serviços domésticos no âmbito familiar e está grávida de dois meses. Neste caso, Maria

(A) é considerada empregada doméstica, mas não há qualquer espécie de estabilidade de empregado garantida aos empregados domésticos.
(B) não é considerada empregada doméstica por se tratar de residência consular, não havendo qualquer estabilidade de emprego.
(C) não é considerada empregada doméstica, mas será vedada a sua dispensa sem justa causa, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
(D) é considerada empregada doméstica e será vedada a sua dispensa sem justa causa, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
(E) não é considerada empregada doméstica, mas será vedada a sua dispensa sem justa causa, desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.

RESPOSTA (A) Errada. Maria possui estabilidade (art. 4º-A, Lei n. 5.859/72). (B) Errada. Maria é doméstica, pois trabalha em âmbito residencial, para entidade familiar (art. 1º, Lei n. 5.859/72). (C) Errada. Maria é doméstica (art. 1º, Lei n. 5.859/72). (D) Correta. Arts. 1º e 4º-A, Lei n. 5.859/72. (E) Errada. Maria é doméstica (art. 1º, Lei n. 5.859/72) e sua estabilidade se estende por até cinco meses após o parto (art. 4º-A, Lei n. 5.859/72). *Alternativa D.*

4397. **(Analista – TRT-2 – 2008 – FCC)** Quanto ao empregado doméstico, considere:

I. É permitido ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado doméstico por

fornecimento de vestuário.

II. Em nenhuma hipótese poderá o empregador doméstico efetuar desconto no salário do empregado doméstico por fornecimento de moradia.

III. As despesas pelo fornecimento de alimentação e higiene não têm natureza salarial nem se incorporam à remuneração do empregado para quaisquer efeitos.

IV. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.

Está correto o que consta APENAS em

(A) II e III.
(B) I, II e III.
(C) III e IV.
(D) I e IV.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA I. Errado. Art. 2º-A, Lei n. 5.859/72. II. Errado. Art. 2º-A, § 1º, Lei n. 5.859/72. III. Correto. Art. 2º-A, § 2º, Lei n. 5.859/72. IV. Correto. Art. 4º-A, Lei n. 5.859/72. *Alternativa C.*

4398. **(Analista – TRT-22 – 2010 – FCC)** Aos empregados domésticos são assegurados:

(A) Férias de trinta dias corridos e adicional noturno.
(B) Estabilidade provisória da empregada gestante e vale-transporte.
(C) Férias de vinte dias úteis e vale-transporte.
(D) Aviso prévio e intervalo intrajornada.
(E) FGTS e férias de vinte dias úteis.

RESPOSTA (A) Errada. Doméstico não possui adicional noturno (art. 7º, *a*, CLT). (B) Correta. Art. 4º-A, Lei n. 5.859/72, e art. 1º, II, Decreto n. 95.247/87. (C) Errada. Férias de 30 dias corridos (art. 3º, Lei n. 5.859/72). (D) Errada. Doméstico não tem direito a intervalo intrajornada (art. 7º, *a*, CLT). (E) Errada. O FGTS é facultativo e as férias serão de 30 dias corridos (arts. 3º e 3º-A, Lei n. 5.859/72). *Alternativa B.*

V. Empregado Rural

4399. **(Analista – TRT-19 – 2008 – FCC)** Joana é empregada rural e trabalha na pecuária. João é empregado urbano. André é empregado rural e trabalha na lavoura. Em regra, a jornada de trabalho noturno será das 21:00 às 5:00 para

(A) André, apenas.
(B) Joana, apenas.
(C) João, apenas.
(D) João e Joana.
(E) André e Joana.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 7º, Lei n. 5.889/73. (B) Errada. Art. 7º, Lei n. 5.889/73. (C) Errada. Art. 73, CLT. (D) Errada. Art. 73, CLT, c/c art. 7º, Lei n. 5.889/73. (E) Errada. Art. 7º, Lei n. 5.889/73. *Alternativa A.*

VI. Trabalhador Avulso e Portuário

4400. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** O órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário avulso

(A) tem competência para arrecadar e repassar, aos respectivos beneficiários, contribuições destinadas

a incentivar o cancelamento do registro e a aposentadoria voluntária.

(B) responde solidariamente pelos prejuízos causados pelos trabalhadores portuários avulsos aos tomadores dos seus serviços ou a terceiros.

(C) responde subsidiariamente aos operadores portuários, pela remuneração devida ao trabalhador portuário avulso.

(D) pode exigir o pagamento prévio dos operadores portuários, para atender a requisição de trabalhadores portuários avulsos.

(E) não pode ceder trabalhador portuário avulso, em caráter permanente, ao operador portuário.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 29, III, MP 595/2012. (B) Errada. Responde solidariamente apenas pela remuneração do trabalhador portuário avulso (art. 29, § 2º, MP 595/2012). (C) Errada. A responsabilidade será solidária (art. 29, § 2º, MP 595/2012). (D) Errada. Pode exigir uma garantia prévia e não o pagamento prévio (art. 29, § 3º, MP 595/2012). (E) Errada. A cessão é permitida (art. 31, MP 595/2012). *Alternativa A.*

VII. Trabalhadores e Contratos Especiais

4401. **(Analista – TRT-3 – 2009 – FCC)** O empregado diferencia-se do trabalhador autônomo porque

(A) a relação do autônomo com o tomador não é caracterizada pela subordinação.

(B) o trabalho autônomo não pode ser gratuito.

(C) o trabalho do empregado não deve ser oneroso.

(D) a alteridade está presente apenas nas relações entre o autônomo e seu contratante.

(E) o trabalho do empregado deve ser eventual, o do autônomo, constante.

RESPOSTA (A) Correta. No trabalho autônomo não existe subordinação (MARTINEZ, *Curso de direito do trabalho*, p. 108). (B) Errada. O trabalho autônomo pode ser gratuito ou oneroso. (C) Errada. Idem ao item anterior. (D) Errada. A alteridade, assim entendida como a assunção de riscos por parte do tomador do trabalho, também existe no contrato de emprego (art. 2º, *caput*, CLT). (E) Errada. O contrato de emprego é não eventual (art. 3º, CLT). *Alternativa A.*

4402. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** O trabalho autônomo

(A) é vedado para os serviços de consultoria e de contabilidade, por expressa vedação legal.

(B) se realiza, em regra, necessariamente com subordinação, porém, sem os demais requisitos da relação de emprego previstos na Convenção Coletiva de Trabalho.

(C) não pode ser pactuado com cláusula rígida de pessoalidade, em razão da autonomia inerente ao próprio contrato.

(D) se realiza, em regra, necessariamente com pessoalidade, porém, sem os demais requisitos da relação de emprego previstos na Convenção Coletiva de Trabalho.

(E) pode ser contratado sem infungibilidade quanto ao prestador, mesmo em se tratando de serviço pactuado com pessoa física.

RESPOSTA (A) Errada. Inexiste vedação legal nesse sentido. (B) Errada. No trabalho autônomo não existe subordinação (MARTINEZ, *Curso de direito do trabalho*, p. 108). (C) Errada. O trabalho autônomo pode ser pessoal ou impessoal. (D) Errada. Idem ao item anterior. (E) Correta. A impessoalidade (infungibilidade) quanto ao prestador não descaracteriza o trabalho autônomo. *Alternativa E.*

4403. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** Determinado órgão da administração pública fundacional do Município de Campinas, Estado de São Paulo, ofereceu estágio em área operacional específica. Neste caso, este órgão:

(A) não estará obrigado a contratar, em favor do estagiário, seguro contra acidentes pessoais em razão

da natureza de pessoa jurídica de direito público.

(B) não poderá oferecer estágio, uma vez que se trata de um órgão público e não privado.

(C) poderá deixar de celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando em razão da sua natureza de pessoa jurídica de direito público.

(D) indicará funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até quinze estagiários simultaneamente.

(E) deverá enviar à instituição de ensino responsável, com periodicidade mínima de seis meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 9º, IV, Lei n. 11.788/2008. (B) Errada. Art. 9º, *caput*, Lei n. 11.788/2008. (C) Errada. Arts. 3º, II, e 8º, parágrafo único, Lei n. 11.788/2008. (D) Errada. Até 10 estagiários simultaneamente (art. 9º, III, Lei n. 11.788/2008). (E) Correta. Art. 9º, VII, Lei n. 11.788/2008. *Alternativa E.*

VIII. Terceirização

4404. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** A Prefeitura Municipal contrata regularmente serviço de vigilância de empresa prestadora de serviços. Na hipótese de um empregado desta empresa terceirizada ingressar com reclamação trabalhista contra a empregadora e contra a Municipalidade, é correto afirmar quanto às obrigações trabalhistas do reclamante:

(A) são ambas responsáveis solidárias.

(B) apenas a empregadora é responsável, por expresso dispositivo legal da Constituição Federal.

(C) a Prefeitura Municipal é responsável principal e a empregadora é responsável subsidiária.

(D) a empregadora é responsável principal e a Prefeitura Municipal é responsável subsidiária.

(E) apenas a Prefeitura Municipal é responsável, por expresso dispositivo legal da Constituição Federal.

RESPOSTA Súmula 331, IV e V, TST*. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento.

* A correção da assertiva pode ser questionada, pois, nos termos do inciso V, da Súmula 331, TST, a Administração Pública contratante somente será responsabilizada se agir com culpa na fiscalização de cumprimento das obrigações contratadas. *Alternativa D.*

4405. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** Firmado contrato de prestação de serviços entre a Administração Pública direta e empresa de vigilância, sendo ajuizada reclamatória pelo empregado contra o empregador e Fazenda do Estado de São Paulo, segundo entendimento sumulado no âmbito laboral, embora o tema seja ainda debatido nas Varas do Trabalho, Tribunais Regionais e Superior do Trabalho, como, igualmente, no Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a Fazenda do Estado de São Paulo

(A) não poderá integrar o polo passivo, pois não se forma vínculo de emprego entre o Estado e o empregado.

(B) não poderá integrar o polo passivo, pois a relação contratual foi firmada com a empresa de vigilância.

(C) poderá integrar o polo passivo, pois há vínculo de emprego entre o Estado e o empregado.

(D) poderá integrar o polo passivo, pois embora não se forme vínculo de emprego, há responsabilidade solidária do Estado quanto às obrigações trabalhistas.

(E) poderá integrar o polo passivo, pois embora não se forme vínculo de emprego, há responsabilidade subsidiária do Estado quanto às obrigações trabalhistas.

RESPOSTA (A) Errada. A terceirização é lícita e o tomador poderá responder subsidiariamente, não havendo vínculo com o

mesmo (Súmula 331, III, IV e V, TST). (B) Errada. Idem ao item anterior. (C) Errada. Idem ao item anterior. (D) Errada. A responsabilidade, se existir, será subsidiária (Súmula 331, IV e V, TST). (E) Correta. Súmula 331, III, IV e V, TST*.

* A correção da assertiva pode ser questionada, pois, nos termos do inciso V, da Súmula 331, TST, a Administração Pública contratante somente será responsabilizada se agir com culpa na fiscalização de cumprimento das obrigações contratadas. *Alternativa E.*

4406. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Segundo a Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, é correto afirmar:

(A) Compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica, urbana ou rural, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores, devidamente qualificados, por elas remunerados e assistidos.

(B) É válida a cláusula de reserva, proibindo a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente ao fim do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição pela empresa de trabalho temporário.

(C) O contrato de trabalho celebrado entre empresa de trabalho temporário e cada um dos assalariados colocados à disposição de uma empresa tomadora ou cliente pode ser tácito, verbal ou escrito.

(D) É assegurado ao trabalhador temporário o pagamento de remuneração 20% superior à percebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora ou cliente.

(E) A Fiscalização do Trabalho poderá exigir da empresa tomadora ou cliente a apresentação do contrato firmado com a empresa de trabalho temporário, e, desta última o contrato firmado com o trabalhador, bem como a comprovação do respectivo recolhimento das contribuições previdenciárias.

RESPOSTA (A) Errada. Não existe trabalho temporário rural (art. 4º, Lei n. 6.019/74). (B) Errada. Art. 11, parágrafo único, Lei n. 6.019/74. (C) Errada. O contrato será obrigatoriamente expresso e escrito (art. 9º, Lei n. 6.019/74). (D) Errada. Será assegurada remuneração equivalente (art. 12, *a*, Lei n. 6.019/74). (E) Correta. Art. 15, Lei n. 6.019/74. *Alternativa E.*

4407. **(Analista – TRT-16 – 2009 – FCC)** Considere as assertivas abaixo a respeito do trabalho temporário.

I. Em regra, o contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de cento e vinte dias.

II. É devido ao trabalhador temporário, dentre outras verbas, adicional noturno, horas extras e aviso prévio.

III. O trabalhador temporário poderá ser dispensado com justa causa, como também poderá requerer a rescisão indireta.

IV. O estrangeiro portador de visto provisório ou definitivo poderá ser contratado como trabalhador temporário.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.

(B) III e IV.

(C) III.

(D) I e II.

(E) II.

RESPOSTA I. Errado. Não poderá exceder 3 meses (art. 10, Lei n. 6.019/74). II. Errado. Por se tratar de contrato a termo, não será devido aviso prévio (art. 12, Lei n. 6.019/74). III. Correto. Art. 13, Lei n. 6.019/74. IV. Errado. Somente o portador de visto definitivo (art. 17, Lei n. 6.019/74). *Alternativa C.*

4408. (Analista – TRT-2 – 2008 – FCC) Hipoteticamente, considere que a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Prefeitura de São Paulo, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) contrataram de forma irregular, por meio de empresa interposta, trabalhador terceirizado. Neste caso, tal contratação

(A) gerará vínculo de emprego apenas com o IBGE.
(B) gerará vínculo de emprego com o IBGE, a Prefeitura de São Paulo, a ECT e o CNPq.
(C) gerará vínculo de emprego apenas com o IBGE e o CNPq.
(D) gerará vínculo de emprego apenas com o ECT e o CNPq.
(E) não gerará vínculo de emprego com o IBGE, a Prefeitura de São Paulo, a ECT e o CNPq.

RESPOSTA Súmula 331, II, TST, c/c art. 37, II e § 2º, CF. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4409. (Advogado – METRÔ-SP – 2010 – FCC) Com relação à terceirização, é INCORRETO afirmar:

(A) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.
(B) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta.
(C) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública indireta.
(D) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública fundacional.
(E) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, independentemente da existência ou não de pessoalidade e de subordinação direta.

RESPOSTA Somente não formará vínculo se inexistente a pessoalidade e a subordinação direta (Súmula 331, III, TST). *Alternativa E.*

4410. (Analista – TRT-11 – 2012 – FCC) O supermercado Delta terceirizou, de forma regular por meio de contrato, os serviços de vigilância junto à empresa Ajax Serviços. Houve inadimplência das obrigações trabalhistas em relação aos vigilantes. Nesta hipótese, o supermercado Delta

(A) poderá responder de forma solidária pelos débitos trabalhistas da empresa Ajax.
(B) não terá qualquer responsabilidade trabalhista visto que firmou contrato regular de terceirização com a prestadora Ajax.
(C) poderá responder de forma subsidiária ou solidária pelos débitos trabalhistas da empresa Ajax.
(D) poderá responder de forma subsidiária pelos débitos trabalhistas da empresa Ajax.
(E) poderá responder de forma solidária pelos débitos trabalhistas apenas em caso de falência da empresa Ajax.

RESPOSTA A responsabilidade do tomador será subsidiária (Súmula 331, IV, TST). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4411. **(Analista – TRT-4 – 2011 – FCC)** No contrato de trabalho temporário, o contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, NÃO:

(A) possui prazo mínimo, mas não poderá exceder seis meses, em qualquer hipótese, convertendo-se automaticamente em contrato individual de trabalho por prazo indeterminado.
(B) possui prazo mínimo e nem máximo para ser celebrado devendo observar a demanda que gerou a contratação extraordinária.
(C) poderá exceder de três meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
(D) poderá exceder de sessenta dias, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
(E) possui prazo mínimo, mas não poderá exceder trinta dias, em qualquer hipótese, convertendo-se automaticamente em contrato individual de trabalho por prazo indeterminado.

RESPOSTA O contrato não poderá exceder três meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho (art. 10, Lei n. 6.019/74). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

IX. Remuneração e Salário

4412. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Quanto ao salário *in natura* e utilidades não salariais, é correto afirmar:

(A) A habitação, a energia elétrica e o veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando dispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que, no caso do veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
(B) Os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço têm caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.
(C) O transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público, ao contrário do vale-transporte, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.
(D) O vale-transporte e o vale-refeição, fornecidos por força do contrato de trabalho, não têm natureza salarial e devem ser sempre subsidiados parcialmente pelo empregador.
(E) A assistência médica, hospitalar e odontológica prestadas diretamente pelo empregador ou mediante seguro-saúde, não têm natureza salarial, ainda que sejam subsidiadas parcialmente pelo empregado.

RESPOSTA (A) Errada. Não serão salário apenas quando indispensáveis (Súmula 367, I, TST). (B) Errada. Art. 458, § 2º, I, CLT. (C) Errada. Art. 458, § 2º, III, CLT. (D). Errada. Vale-refeição tem natureza salarial (Súmula 241, TST). (E) Correta. Art. 458, § 2º, IV, CLT. *Alternativa E.*

4413. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Quanto ao cargo de confiança, é correto afirmar:

(A) O empregado que percebe gratificação de função por mais de 3 anos consecutivos, tem o direito de continuar recebendo a gratificação de função no retorno ao exercício de seu cargo efetivo, em razão do princípio da estabilidade financeira.
(B) O bancário que exerce cargo de confiança e recebe gratificação inferior a um terço de seu salário já tem remuneradas as duas horas extraordinárias excedentes de seis.

(C) O fato de o empregado exercer cargo de confiança no contrato de trabalho exclui o direito ao adicional de transferência.

(D) Salvo no caso de prática de falta grave, é assegurada ao empregado garantido pela estabilidade que deixar de exercer cargo de confiança, a reversão ao cargo efetivo que haja anteriormente ocupado.

(E) O empregador poderá reduzir o valor da gratificação de função paga ao trabalhador quando se tratar de exercício de função comissionada.

RESPOSTA (A) Errada. Somente se percebida a gratificação por 10 ou mais anos (Súmula 372, I, TST). (B) Errada. Somente se a gratificação não for inferior a 1/3 (Súmula 102, II, TST). (C) Errada. O que determina o direito ao adicional é a provisoriedade da transferência (OJ-SDI1 113). (D) Correta. Art. 468, parágrafo único, CLT, c/c Súmula 372, I, TST. (E) Errada. Súmula 372, II, TST. *Alternativa D.*

4414. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** A alimentação fornecida pelo empregador inscrito no Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)

(A) pode ser concedida apenas aos trabalhadores empregados que recebem até dez salários mínimos mensais.

(B) pode ser concedida aos trabalhadores de renda mais elevada, desde que todos os trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos mensais também recebam.

(C) deve ser concedida a todos os trabalhadores empregados, sem exceção, independentemente da duração da jornada de trabalho ou do valor do salário.

(D) pode ser concedida a determinados trabalhadores empregados em razão da duração da jornada de trabalho.

(E) só pode ser concedida aos trabalhadores empregados que recebem até cinco salários mínimos mensais.

RESPOSTA Art. 2º, Decreto n. 5/91, com redação dada pelo Decreto n. 349/91. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4415. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Nenhuma empresa, ainda que não sujeita às regras de proporcionalidade de empregados brasileiros e estrangeiros, poderá pagar a brasileiro salário inferior ao do estrangeiro, a seu serviço,

(A) quando a remuneração resultar de maior produção, para os que trabalham por comissão ou por tarefa.

(B) quando houver quadro organizado em carreira, devidamente aprovado, em que seja garantido o acesso por antiguidade.

(C) nos estabelecimentos que não tenham quadros de empregados organizados em carreira e o brasileiro contar menos de 2 (dois) anos de serviço, e o estrangeiro mais de 2 (dois) anos.

(D) quando o brasileiro exercer função análoga à do estrangeiro.

(E) quando o brasileiro for aprendiz, ajudante ou servente, e não o for o estrangeiro.

RESPOSTA Art. 358, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4416. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** A gratificação semestral repercute pelo seu duodécimo

(A) na gratificação natalina.

(B) no cálculo das horas extras.

(C) nas férias gozadas.

(D) no aviso prévio.

(E) nas férias indenizadas.

RESPOSTA Súmula 253, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4417. **(Analista – TRT-16 – 2009 – FCC)** Joana é frentista do Posto Amarelo e ao receber um cheque de Douglas, deixou de observar as recomendações previstas em instrumento normativo. Considerando que o cheque foi devolvido sem provisão de fundos, neste caso, sua empregadora

(A) poderá descontar até 30% do valor do cheque porque os outros 70% fazem parte dos riscos do empreendimento.

(B) poderá descontar o valor do cheque, havendo orientação jurisprudencial do TST neste sentido.

(C) não poderá descontar o cheque do empregado.

(D) só poderá descontar o cheque se Joana concordar expressamente mediante termo escrito e assinado por uma testemunha.

(E) só poderá descontar 50% do valor do cheque porque os outros 50% fazem parte dos riscos do empreendimento.

RESPOSTA OJ-SDI1 251. Todas as outras assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4418. **(Analista – TRT-15 – 2009 – FCC)** A empresa X pretende fornecer alimentação para seus empregados como salário-utilidade. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a empregadora

(A) poderá fornecer a alimentação como salário-utilidade, mas esta não poderá exceder 20% do salário contratual.

(B) poderá fornecer a alimentação como salário-utilidade, mas esta não poderá exceder 25% do salário contratual.

(C) não poderá fornecer a alimentação como salário-utilidade havendo expressa vedação legal neste sentido.

(D) só poderá fornecer a alimentação como salário-utilidade se houver previsão em norma coletiva, mas esta não poderá exceder 25% do salário contratual.

(E) poderá fornecer a alimentação como salário-utilidade, mas esta não poderá exceder 30% do salário contratual.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 458, § 1º, CLT. (B) Errada. O percentual será de até 20% (art. 458, § 1º, CLT). (C) Errada. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação (art. 458, CLT). (D) Errada. O fornecimento de alimentação como salário independe de norma coletiva e fica limitado ao percentual de 20% (art. 458, § 1º, CLT). (E) Errada. O percentual será de até 20% (art. 458, § 1º, CLT). *Alternativa A.*

4419. **(Analista – TRT-7 – 2009 – FCC)** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de:

(A) ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

(B) famílias, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de três famílias.

(C) ocupantes, vedada, somente para os casos de unidade habitacional de um dormitório, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

(D) famílias, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de duas famílias.
(E) ocupantes, vedada, somente para os casos de unidade habitacional de até dois dormitórios, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

RESPOSTA Art. 458, § 4º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4420. **(Analista – TRT-2 – 2008 – FCC)** Raimunda é garçonete no restaurante do TIO TITO e recebe, além do seu salário mensal, gorjetas fornecidas espontaneamente pelos clientes. Neste caso, as gorjetas

(A) integram a remuneração de Raimunda, não servindo de base de cálculo apenas para as parcelas de aviso prévio.
(B) não integram a remuneração de Raimunda, uma vez que não são cobradas pelo empregador na nota de serviço, mas fornecidas espontaneamente pelos clientes.
(C) integram a remuneração da Raimunda e servem de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
(D) integram a remuneração de Raimunda, não servindo de base de cálculo apenas para o repouso semanal remunerado.
(E) integram a remuneração de Raimunda, mas não servem de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

RESPOSTA Súmula 354, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4421. **(Analista – TRT-19 – 2008 – FCC)** Considera-se salário *in natura* (salário-utilidade)

(A) seguros de vida e de acidentes pessoais, bem como a previdência privada.
(B) a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada mediante seguro-saúde.
(C) a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente pelo empregador.
(D) a educação, em estabelecimento de ensino de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.
(E) o veículo fornecido pelo empregador e utilizado pelo empregado também em finais de semana e em férias.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 458, § 2º, V e VI, CLT. (B) Errada. Art. 458, § 2º, IV, CLT. (C) Errada. Idem ao item anterior. (D) Errada. Art. 458, § 2º, II, CLT. (E) Correta. Súmula 367, I, TST. *Alternativa E.*

4422. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Um empregado recebe salário mensal de R$ 1.000,00 (mil reais). Em um determinado mês, esse empregado recebeu, também, R$ 501,00 (quinhentos e um reais) a título de diárias para viagens, R$ 600,00 (seiscentos reais) a título de ajuda de custo, em virtude da morte de um parente (auxílio-funeral), e R$ 200,00 (duzentos reais) a título de horas extras. Nesse mês, portanto, o salário desse empregado foi

(A) R$ 1.200,00
(B) R$ 1.501,00
(C) R$ 1.701,00
(D) R$ 2.301,00
(E) R$ 1.201,00

RESPOSTA Terão natureza salarial as diárias que excedam 50% do salário, pelo seu valor total (art. 457, § 2º, CLT, c/c Súmula 101, TST). A ajuda de custo não tem natureza salarial (art. 457, § 2º, CLT). As horas extras habituais integram o salário (Súmula

376, II, TST). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4423. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** A respeito do salário, é correto afirmar:

(A) A participação nos lucros, segundo prevê, expressamente, a Constituição Federal, "não tem natureza salarial".

(B) O salário mínimo, nos termos expressos da Constituição Federal, não está garantido para quem trabalha em contrato por tempo parcial.

(C) O trabalhador a quem for pago salário inferior ao mínimo terá direito, exceto por disposição contratual ou convenção em contrário, a reclamar do empregador o complemento de seu salário mínimo estabelecido na região, zona ou subzona, em que tiver de ser cumprido.

(D) Não há previsão constitucional estabelecendo que a retenção dolosa do salário constitui crime.

(E) Segundo a Constituição Federal, o trabalhador tem direito a décimo terceiro salário com base na remuneração integral.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 7º, XI, CF. (B) Errada. Art. 7º, IV, CF. (C) Errada. Art. 118, CLT. (D) Errada. Art. 7º, X, CF. *Alternativa A.*

4424. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Em relação ao salário e remuneração do empregado, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho é INCORRETO afirmar:

(A) O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.

(B) Para efeitos de cálculo de remuneração, considera-se gorjeta somente aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados, não sendo considerada a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado.

(C) Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

(D) Os uniformes utilizados pelos vendedores de lojas de departamento para facilitar a sua identificação pelo cliente se constituem em utilidades concedidas pelo empregador sem natureza salarial.

(E) O transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público é considerada utilidade sem natureza salarial.

RESPOSTA Art. 457, § 3º, CLT, c/c Súmula 354, TST. *Alternativa B.*

4425. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** Davi trabalha na empresa X como analista de sistema, suporte e internet. Além de seu salário mensal, recebe as seguintes utilidades: curso de informática avançada, seguro de vida e previdência privada. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho,

(A) apenas o curso de informática é considerado salário-utilidade.

(B) nenhum dos itens mencionados é considerado salários-utilidade.

(C) apenas o seguro de vida é considerado salário-utilidade.

(D) apenas o curso de informática e a previdência privada são considerados salários-utilidade.

(E) apenas o seguro de vida e a previdência privada são considerados salários-utilidade.

RESPOSTA Art. 458, § 2º, II, V e VI, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4426. (Analista – TRT-8 – 2010 – FCC) Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, não é considerada como salário a educação em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a

(A) matrícula, livros e material didático, apenas.
(B) matrícula, mensalidade e anuidade, apenas.
(C) matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.
(D) mensalidade, anuidade, livros e material didático, apenas.
(E) mensalidade e anuidade, apenas.

RESPOSTA Art. 458, § 2º, II, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4427. (Analista – TRT-4 – 2011 – FCC) Habitação, energia elétrica e veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho,

(A) têm natureza salarial havendo súmula do Tribunal Superior do Trabalho neste sentido.
(B) têm natureza salarial, havendo dispositivo expresso na Constituição Federal.
(C) não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
(D) não têm natureza salarial, exceto se, no caso de veículo, ele seja utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
(E) têm natureza salarial, havendo súmula do Supremo Tribunal Federal neste sentido.

RESPOSTA Súmula 367, I, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4428. (Analista – TRT-22 – 2010 – FCC) Simone é empregada da empresa COPAS e recebe gratificação semestral; Janina é empregada da empresa OURO e recebe adicional de periculosidade; e Nair é empregada do restaurante ESPADAS e recebe gorjeta cobrada diretamente na nota de serviço. Nestes casos, incorporam-se ao cálculo das férias as verbas recebidas por

(A) Simone, Janina e Nair.
(B) Simone e Janina, apenas.
(C) Janina e Nair, apenas.
(D) Janina, apenas.
(E) Nair, apenas.

RESPOSTA Gratificação semestral não repercute no cálculo das férias (Súmula 253, TST). Adicional de periculosidade repercute no cálculo das férias (art. 142, § 5º, CLT), assim como as gorjetas (art. 142, *caput*, CLT, c/c Súmula 354, TST). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

X. Equiparação Salarial

4429. (Analista – TRT-12 – 2010 – FCC) Para efeitos de equiparação salarial, o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional, aprovado por ato administrativo da autoridade competente,

(A) deverá ser registrado no Ministério Público do Trabalho.
(B) dispensa a homologação pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
(C) deverá ser registrado no Ministério do Trabalho e Emprego.
(D) deverá ser homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

(E) deverá ser convalidado pelo Prefeito, Governador ou Presidente da República, conforme o caso.

RESPOSTA Súmula 6, I, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4430. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** Joana, 25 anos, trabalha na empresa X desde janeiro de 2008, tendo sido promovida para a função de secretária em Dezembro de 2010 com salário mensal de R$ 1.000,00. Maria, 26 anos, trabalha na empresa desde Janeiro de 1999 e ocupa também a função de secretária desde Janeiro de 2010, porém recebe salário mensal de R$ 1.500,00. Mônica, 55 anos, trabalha na empresa desde Janeiro de 2007, também exercendo a função de secretária desde Julho de 2010, mediante salário de R$ 1.500,00. Tendo em vista que todas exercem a mesma função, para o mesmo empregador, na mesma localidade, Joana

(A) não poderá requerer a equiparação salarial tendo em vista que Maria trabalha na empresa desde Janeiro de 1999 e Mônica desde Janeiro de 2007.

(B) poderá requerer a equiparação salarial tendo como paradigmas Maria e Mônica.

(C) só poderá requer a equiparação salarial tendo como paradigma apenas Mônica, tendo em vista que Maria trabalha na empresa há mais de dez anos.

(D) poderá requerer a equiparação salarial tendo como paradigma apenas Maria, tendo em vista que Mônica possui mais de cinquenta anos de idade.

(E) poderá requerer a equiparação salarial tendo como paradigma apenas Mônica, desde que notifique necessariamente a empresa para que supra a irregularidade no prazo máximo de 48 horas e informe o ocorrido ao Sindicato da categoria.

RESPOSTA A equiparação de Joana com Maria e Mônica está assegurada, pois, para tal fim, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego (Súmula 6, II, TST). Tendo menos de dois anos de diferença de tempo na função (art. 461, § 1º, CLT), haverá equiparação, sendo irrelevante a idade dos empregados envolvidos. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4431. **(Analista – TRT-22 – 2010 – FCC)** Deferida a equiparação salarial, eventual desligamento do paradigma

(A) impede que o empregado continue recebendo o salário equitativo imediatamente, sob pena de infringência ao princípio da primazia da realidade.

(B) impede que o empregado continue recebendo o salário equitativo imediatamente, em razão da extinção do fato gerador da equiparação salarial.

(C) impede que o empregado continue recebendo o salário equitativo, respeitando o prazo de seis meses previsto na CLT.

(D) não impede que o empregado continue recebendo o salário equitativo, sob pena de infringência ao princípio da irredutibilidade salarial.

(E) impede que o empregado continue recebendo o salário equitativo, respeitando o prazo de doze meses previsto na CLT.

RESPOSTA Reconhecida a equiparação, as mudanças futuras não interferirão no direito já adquirido pelo equiparando. Tanto é verdade que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, é desnecessário que reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita (Súmula 6, IV, TST). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

XI. Adicionais

4432. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** O entendimento pacificado pelo Tribunal Superior do

Trabalho quanto ao Adicional de Periculosidade é de que

(A) o empregado exposto de forma intermitente a condições de risco não tem direito à percepção do adicional de periculosidade.
(B) os empregados que operam em bomba de gasolina terão direito ao pagamento do adicional somente quando constatada a periculosidade em laudo pericial.
(C) o adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras.
(D) é devida a integração do adicional de periculosidade sobre as horas de sobreaviso do empregado.
(E) o empregado exposto de forma eventual a condições de risco tem o direito à percepção do adicional de periculosidade de forma proporcional ao tempo despendido nesta situação.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 364, TST. (B) Errada. Súmula 39, TST. (C) Correta. Súmula 132, I, TST. (D) Errada. Súmula 132, II, TST. (E) Errada. Súmula 364, TST. *Alternativa C.*

4433. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** Considere as seguintes assertivas a respeito das atividades insalubres:

I. A fixação do adicional de periculosidade, em percentual inferior ao legal e proporcional ao tempo de exposição ao risco, é ilegal e não deve ser respeitada, inclusive se pactuada em acordos ou convenções coletivas.
II. Para efeito do adicional de insalubridade, a perícia judicial, em reclamação trabalhista, não dispensa o enquadramento da atividade entre as insalubres.
III. O trabalho executado em condições insalubres em caráter intermitente não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.
IV. O adicional de insalubridade, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é devido de acordo com os graus de insalubridade máximo, médio ou mínimo, nas porcentagens de 30%, 20% e 10%, respectivamente.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I, II e III.
(B) II e III.
(C) II, III e IV.
(D) I e IV.
(E) I e II.

RESPOSTA I. Correto. Após cancelamento do item II, da Súmula 364, TST. II. Correto. OJ-SDI1 4, I. III. Correto. Súmula 364, TST. IV. Errado. Graus máximo, médio e mínimo em 40%, 20% e 10%, respectivamente (art. 192, CLT). *Alternativa A.*

4434. **(Analista – TRT-7 – 2009 – FCC)** Considere as assertivas abaixo a respeito do adicional de transferência.

I. Em regra, o adicional de transferência será de, no mínimo, 25% sobre o salário que o empregado percebia na localidade.
II. O fato do empregado exercer cargo de confiança ou a existência de previsão de transferência no contrato de trabalho não exclui o direito ao adicional, quando a transferência for provisória.
III. Tem o adicional de transferência natureza salarial e não indenizatória, tanto assim que é considerado para o cálculo de outras verbas.
IV. O adicional de transferência é devido tanto na transferência provisória como na transferência definitiva.

É correto o que se afirma APENAS em
(A) II e III.
(B) I e II.
(C) I, II e III.
(D) I, II e IV.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA I. Correto. Art. 469, § 3º, CLT. II. Correto. OJ-SDI1 113. III. Correto. Todo adicional possui natureza salarial (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 816). IV. Errado. Apenas na provisória (OJ-SDI1 113). *Alternativa C.*

4435. **(Analista – TRT-3 – 2009 – FCC)** O enquadramento de determinada atividade como insalubre ou penosa, para pagamento dos respectivos adicionais, depende, respectivamente, de
(A) emenda constitucional e de lei complementar.
(B) previsão nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e de lei ordinária.
(C) decreto regulamentador e de emenda constitucional.
(D) perícia médica e de perícia por engenheiro do trabalho.
(E) previsão em leis extravagantes e de lei complementar.

RESPOSTA Art. 7º, XXIII, CF, c/c, art. 190, CLT, e OJ-SDI 4, I. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4436. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Marcus trabalhou por dois anos na empresa Metalúrgica Beta, exercendo as funções de reparador de máquinas. Durante o contrato nunca utilizou Equipamentos de Proteção Individual − EPI´s. Em seu ambiente de trabalho, Marcus esteve submetido a agentes físicos (ruídos acima dos limites de tolerância estabelecidos pelas normas próprias) e químicos (manuseio de graxas e óleos minerais sem a devida proteção) nocivos à saúde. Nesta situação, conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, Marcus poderá pleitear em Juízo, após a realização de prova pericial técnica, o pagamento de adicional de
(A) penosidade no percentual de 30% do salário contratual.
(B) insalubridade no percentual de 10%, 30% ou 40% do salário contratual.
(C) periculosidade no percentual de 30% sobre o salário contratual.
(D) insalubridade no percentual de 10%, 20% ou 40% do salário mínimo.
(E) periculosidade no percentual 10%, 20% ou 40% do salário mínimo.

RESPOSTA Arts. 189 e 192, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4437. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** Considere as assertivas abaixo a respeito do adicional noturno.
I. O adicional de periculosidade não deve compor a base de cálculo do adicional noturno em razão da vedação da dupla incidência de adicionais.
II. O adicional noturno integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.
III. Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, não será devido o adicional quanto às horas prorrogadas.
Está correto o que se afirma APENAS em
(A) I.
(B) II.
(C) I e II.

(D) II e III.
(E) I e III.

RESPOSTA I. Errado. OJ-SDI1-259. II. Correto. OJ-SDI1-97. III. Errado. Súmula 60, II, TST. *Alternativa B.*

4438. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** Considere os seguintes adicionais:

I. noturno.
II. de insalubridade.
III. de periculosidade.
IV. por trabalho extraordinário.
No salário que servirá de base de cálculo da remuneração das férias

(A) não será computado nenhum dos adicionais indicados.
(B) serão computados todos os adicionais indicados.
(C) serão computados apenas os adicionais indicados nos itens II e III.
(D) serão computados apenas os adicionais indicados nos itens II, III e IV.
(E) serão computados apenas os adicionais indicados nos itens I e IV.

RESPOSTA Art. 142, § 5º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4439. **(Analista – TRT-22 – 2010 – FCC)** Magnólia é empregada da empresa MY e recebe adicional de insalubridade, tendo em vista que a atividade que desenvolve está enquadrada entre as atividade insalubres. Neste caso,

(A) apenas a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, ressalvando-se que para a redução salarial, deverá ser observado o prazo de três meses previsto na CLT.
(B) apenas a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.
(C) apenas a reclassificação da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.
(D) a reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, não repercute na satisfação do respectivo adicional.
(E) a reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.

RESPOSTA (A) Errada. O fornecimento e efetivo uso de EPI pode descaracterizar a insalubridade (Súmulas 80 e 289, TST), assim como a reclassificação ou a descaracterização, não havendo violação a irredutibilidade salarial (Súmula 248, TST). (B) Errada. Idem ao item anterior. (C) Errada. Idem ao item anterior. (D) Errada. Súmula 248, TST. (E) Correta. Súmula 248, TST. *Alternativa E.*

XII. Jornada de Trabalho e Horas Extras

4440. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** O horário noturno do empregado urbano é das

(A) 20:00 às 4:00 horas.
(B) 20:00 às 5:00 horas.
(C) 20:00 às 6:00 horas.

(D) 21:00 às 5:00 horas.
(E) 22:00 às 5:00 horas.

RESPOSTA Art. 73, § 2º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4441. (Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC) Segundo a lei e a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, quanto às horas *in itinere*, é correto afirmar:

(A) Se o empregador cobrar, na sua totalidade ou não, a importância gasta com o transporte fornecido ao empregado para local de difícil acesso ou não servido por transporte regular, este não terá o direito à percepção das horas *in itinere*.
(B) A insuficiência de transporte público em parte do trajeto percorrido pelo empregado para chegar até a empresa garante o pagamento das horas *in itinere*.
(C) O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno não é computável na jornada de trabalho.
(D) As microempresas e empresas de pequeno ou médio porte poderão fixar, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.
(E) Se as horas *in itinere* extrapolarem a jornada legal, o período gasto será considerado extraordinário e sobre ele deverá incidir o adicional respectivo.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 320, TST. (B) Errada. Súmula 90, III, TST. (C) Errada. Art. 58, § 2º, CLT, c/c Súmula 90, I, TST. (D) Errada. As empresas de médio porte não poderão realizar tal fixação (art. 58, § 3º, CLT). (E) Correta. Súmula 90, V, TST. *Alternativa E.*

4442. (Analista – TRT-20 – 2011 – FCC) No tocante às horas *in itinere*, considere:

I. Afasta o direito às horas *in itinere* o fato do empregador não cobrar pelo fornecimento do transporte para local de difícil acesso.
II. A mera insuficiência de transporte público enseja o pagamento das horas *in itinere*.
III. A Consolidação das Leis do Trabalho, permite o desconto de 10% dos gastos com transporte do empregado quando do pagamento das horas *in itinere*.
IV. Se o transporte regular existir, mas em horário incompatível com a jornada de trabalho do obreiro, este terá direito ao pagamento das horas *in itinere*.

Está correto o que se afirma APENAS em
(A) I.
(B) I e IV.
(C) II.
(D) II e III.
(E) IV.

RESPOSTA I. Errado. Súmula 320, TST. II. Errado. Súmula 90, III, TST. III. Errado. Não há previsão na CLT nesse sentido. IV. Correto. Súmula 90, II, TST. *Alternativa E.*

4443. (Analista – TRT-9 – 2010 – FCC) Adailson é empregado da empresa Brasil e trabalha regularmente em regime de tempo parcial. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a

(A) vinte e duas horas semanais, podendo o empregado sob este regime prestar horas extras.
(B) vinte e cinco horas semanais, podendo o empregado sob este regime prestar horas extras.
(C) quinze horas semanais, devendo o salário de Adailson ser proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.
(D) quinze horas semanais, sendo vedado ao empregado sob este regime prestar horas extras.
(E) vinte e cinco horas semanais, devendo o salário de Adailson ser proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

RESPOSTA Art. 58-A, *caput* e § 1º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4444. (Analista – TRT-9 – 2010 – FCC) João trabalha na empresa X das 22:00 às 5:00 horas, sendo que, às vezes, estende a sua jornada de trabalho até às 8 horas; não possui qualquer acordo de compensação de horas laboradas. Tendo em vista que João cumpre jornada de trabalho noturna, tem diversos direitos trabalhistas, dentre eles

(A) o pagamento de adicional noturno não inferior a 20% sobre a hora diurna, sendo que este adicional integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.
(B) a hora do trabalho noturno reduzida e computada como de 50 minutos e 30 segundos.
(C) o pagamento de adicional noturno não inferior a 30% sobre a hora diurna, sendo que este adicional integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.
(D) a hora do trabalho noturno reduzida e computada como de 55 minutos e 15 segundos.
(E) o pagamento de adicional noturno não inferior a 30% sobre a hora diurna, sendo que este adicional não integrará a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 73, *caput* e § 5º, CLT, c/c Súmula 60, II, TST. (B) Errada. Será de 52min e 30seg (art. 73, § 1º, CLT). (C) Errada. Art. 73, *caput*, CLT. (D) Errada. Será de 52min e 30seg (art. 73, § 1º, CLT). (E) Errada. Art. 73, *caput* e § 5º, CLT, c/c Súmula 60, II, TST. *Alternativa A.*

4445. (Analista – TRT-12 – 2010 – FCC) Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, quando ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de duas horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que NÃO EXCEDA de

(A) doze horas diárias, em período não superior a cento e vinte dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.
(B) dez horas diárias, em período não superior a sessenta dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.
(C) dez horas diárias, em período não superior a quarenta e cinco dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.
(D) dez horas diárias, em período não superior a cento e vinte dias por ano, independentemente de prévia autorização da autoridade competente.
(E) doze horas diárias, em período não superior a noventa dias por ano, independentemente de prévia autorização da autoridade competente.

RESPOSTA Art. 61, § 3º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4446. (Analista – TRT-12 – 2010 – FCC) Mirna é gerente da empresa M e Gustavo é chefe de departamento da empresa G. Considerando que ambos excedem o horário normal de trabalho e que

o salário do cargo de Mirna, compreendendo a gratificação de função, é inferior ao valor do respectivo salário acrescido de 30%, e que o salário do cargo de Gustavo, também compreendendo a gratificação de função, é superior ao valor do respectivo salário acrescido de 40%,

(A) somente Mirna terá direito ao pagamento das horas extras prestadas.
(B) somente Gustavo terá direito ao pagamento das horas extras prestadas.
(C) ambos terão direito às horas extras prestadas.
(D) nenhum dos empregados terá direito às horas extras prestadas.
(E) somente Gustavo terá direito às horas extras prestadas, desde que comprove a efetiva realização através de prova documental inefutável.

RESPOSTA Gustavo não terá direito a horas extras, posto que inserido na excludente de jornada trazida pelo art. 62, II e parágrafo único, CLT. Mirna não se insere na excludente, visto que seu acréscimo salarial é inferior a 40%. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4447. (Analista – TRT-15 – 2009 – FCC) Joana labora para a empresa X e presta habitualmente horas extras há um ano e oito meses. A empresa X pretende suprimir tais horas. Neste caso, a empregadora

(A) poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas, mas deverá pagar a Joana o valor de um mês das horas extras supridas multiplicado por doze.
(B) poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas, mas deverá pagar a Joana o valor de um mês das horas extras.
(C) poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas e não há qualquer valor a título de indenização.
(D) não poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas, uma vez que é vedada a redução unilateral de salário.
(E) poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas, mas deverá pagar a Joana o valor de um mês das horas extras supridas multiplicado por dois.

RESPOSTA Multiplica-se por 2, visto que a indenização corresponderá a um mês de horas extras por cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de trabalho em sobrejornada (Súmula 291, TST). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4448. (Analista – TRT-4 – 2011 – FCC) Gabrielle labora para a empresa H desde o ano de 2006. Em Janeiro de 2007 começou a realizar horas extras habituais, consubstanciada em uma hora extra por dia. Em Janeiro de 2010 a empresa H suprimiu as horas extras que Gabrielle prestava habitualmente. Neste caso, a empregada:

(A) não tem direito a indenização tendo em vista que estas horas extras já estão incorporadas na sua remuneração.
(B) tem direito a uma indenização correspondente a um mês de horas extras suprimidas multiplicada por 3.
(C) tem direito a uma indenização correspondente a um mês de horas extras suprimidas multiplicada por 12.
(D) tem direito a uma indenização correspondente a doze meses de horas extras suprimidas multiplicada por 3.
(E) tem direito a uma indenização correspondente a doze meses de horas extras suprimidas multiplicada por 4.

RESPOSTA Multiplica-se por 3, visto que a indenização corresponderá a um mês de horas extras por cada ano ou fração igual

ou superior a seis meses de trabalho em sobrejornada (Súmula 291, TST). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4449. (Analista – TRT-7 – 2009 – FCC) Com relação a jornada de trabalho, se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa,

(A) as horas *in itinere* remuneradas abrangem a totalidade do trajeto percorrido pelo empregado, mas serão pagas com acréscimo de 25% sobre a hora normal de trabalho.
(B) as horas *in itinere* remuneradas abrangem a totalidade do trajeto percorrido pelo empregado.
(C) não é devido qualquer valor a título de horas *in itinere*, tendo em vista o fornecimento da condução pelo empregador.
(D) não é devido qualquer valor a título de horas *in itinere*, tendo em vista a existência de transporte público regular em parte do trajeto percorrido pelo empregado.
(E) as horas *in itinere* remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.

RESPOSTA Súmula 90, IV, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4450. (Analista – TRT-3 – 2009 – FCC) Turnos ininterruptos de revezamento, que, nos termos da Constituição da República, não podem exceder a seis horas diárias, conceituam-se

(A) pela ausência de intervalo de refeição.
(B) pela inexistência de folgas semanais coincidentes com o domingo.
(C) pelo funcionamento da empresa por, no máximo, dois turnos de trabalho de 12 horas cada.
(D) pela constante alternância de horários de trabalho, por ciclos regulares, em pelo menos dois dos três turnos possíveis: manhã, tarde e noite.
(E) pela inexistência, cumulativa, de intervalo de refeição e de folgas semanais.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 360, TST. (B) Errada. Súmula 360, TST. (C) Errada. OJ-SDI1-360. (D) Correta. OJ-SDI1-360. (E) Errada. Súmula 360, TST. *Alternativa D.*

4451. (Analista – TRT-18 – 2008 – FCC) No que diz respeito à jornada de trabalho, analise:

I. A jornada de trabalho de oito horas diárias prevista na Consolidação das Leis do Trabalho é observada apenas para as atividades privadas, não sendo aplicada às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
II. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
III. Em regra, o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho.
IV. Os gerentes, os diretores e chefes de departamento ou filial não possuem duração máxima de jornada de trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) II, III e IV.
(D) II e IV.
(E) I e III.

RESPOSTA I. Errado. Art. 173, § 1º, II, CF. II. Correto. Art. 58, § 1º, CLT, c/c Súmula 366, TST. III. Correto. Art. 58, § 2º, CLT. IV. Correto. Art. 62, II, CLT*.

* A correção do item IV pode ser questionada, pois a excludente de jornada somente se aplica quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for igual ou superior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (art. 62, parágrafo único, CLT). *Alternativa C*.

4452. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** A respeito da Duração do Trabalho, considere:

I. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda vinte e cinco horas semanais.

II. O empregado que labora cinco horas contínuas terá obrigatoriamente um intervalo intrajornada de 15 minutos, não sendo este intervalo computado na duração do trabalho.

III. Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.

IV. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de doze horas consecutivas para descanso.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.
(B) I, II e III.
(C) I, III e IV.
(D) II e III.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA I. Correto. Art. 58-A, CLT. II. Correto. Art. 71, §§ 1º e 2º, CLT. III. Correto. Art. 59, § 4º, CLT. IV. Errado. Art. 66, CLT. *Alternativa B.*

4453. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** Ana, Bruna, Camila e Doralice são empregadas da empresa Meninas. Hoje, a variação diária de horário no registro de ponto das empregadas foi a seguinte: Ana: 7 minutos; Bruna: 16 minutos; Camila: 5 minutos e Doralice: 4 minutos. Nestes casos, não serão descontadas e nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto APENAS de

(A) Ana e Bruna.
(B) Bruna.
(C) Camila e Doralice.
(D) Doralice.
(E) Ana, Camila e Doralice.

RESPOSTA Art. 58, § 1º, CLT, c/c Súmula 366, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4454. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** Solange é empregada da empresa Amor Perfeito, trabalhando como ajudante na elaboração de cestas de café da manhã. Solange é considerada empregada em regime de tempo parcial. Neste caso, a duração da sua jornada de trabalho

(A) poderá ser livremente pactuada entre as partes, desde que não ultrapasse vinte e oito horas semanais, sendo vedada a prestação de horas extras.
(B) não poderá exceder a vinte horas semanais, sendo vedada a prestação de horas extras.
(C) deverá ser obrigatoriamente de vinte e quatro horas semanais.
(D) poderá ser livremente pactuada entre as partes, desde que não ultrapasse dezoito horas semanais, bem como oito horas extras mensais.
(E) não poderá exceder a vinte e cinco horas semanais, sendo vedada a prestação de horas extras.

RESPOSTA Arts. 58-A e 58, § 4º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

XIII. Compensação de Jornada

4455. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** Joana e sua empregadora, empresa Z, possuem um acordo de compensação de horas respaldado em cláusula de Convenção Coletiva de Trabalho. De acordo com a Consolidação das Leis de Trabalho, o excesso de horas em um dia pode ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda à soma das jornadas semanais de trabalho previstas no período máximo de

(A) um ano.
(B) dois anos.
(C) três anos.
(D) cinco anos.
(E) noventa dias.

RESPOSTA Art. 59, § 2º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4456. **(Analista – TRT-15 – 2009 – FCC)** Considere as seguintes assertivas a respeito da jornada de trabalho:

I. É lícito o ajuste individual escrito de compensação da jornada de trabalho, não sendo obrigatório o ajuste através de norma coletiva.
II. A compensação de jornada de trabalho poderá ser ajustada pelo período máximo de dois anos.
III. O regime de compensação de horas poderá ser usado por empresas que têm acréscimo de produção sazonal ou para ciclos conjunturais.
IV. Se o contrato de trabalho for rescindido antes da compensação de jornada de trabalho, fará jus o trabalhador ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) I e II.
(B) I, III e IV.
(C) III e IV.
(D) I e III.
(E) I, II e III.

RESPOSTA I. Correto. Súmula 85, I, TST. II. Errado. Art. 59, § 2º, CLT. III. Correto (MARTINS, *Comentários à CLT*, p. 111). IV. Correto. Art. 59, § 3º, CLT. *Alternativa B.*

XIV. Intervalos para Descanso

4457. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Quanto ao intervalo para repouso ou alimentação, segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho,

(A) em qualquer trabalho contínuo, cuja duração ultrapassar 4 (quatro) horas e não exceder 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo de 15 (quinze) minutos, que será computado na duração do trabalho.
(B) em qualquer trabalho contínuo, cuja duração ultrapassar 4 (quatro) horas e não exceder 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo de 30 (trinta) minutos, que não será computado na duração do trabalho.
(C) não se computa, na jornada do bancário sujeito a 6 (seis) horas diárias de trabalho, o intervalo de

quinze minutos para lanche ou descanso.

(D) a concessão parcial do período de descanso obrigará o empregador a remunerar o período não concedido com um acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

(E) quando não concedido ou reduzido pelo empregador, o intervalo possui natureza indenizatória, sem repercussão no cálculo de outras parcelas salariais.

RESPOSTA (A) Errada. O intervalo não será computado na duração do trabalho (art. 71, § 2º, CLT). (B) Errada. O intervalo será de 15min (art. 71, § 1º, CLT). (C) Correta. Art. 71, § 2º, CLT. (D) Errada. A concessão parcial obrigará o empregador a remunerar o período total do intervalo não concedido, com acréscimo de 50% (Súmula 437, I, TST, c/c art. 71, § 4º, CLT). (E) Errada. Possui natureza salarial (Súmula 437, III, TST). *Alternativa C.*

4458. (Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC) Nos termos da CLT e da jurisprudência sumulada do TST, é obrigatória a concessão de intervalo intrajornada de

(A) 20 minutos a 3 horas de trabalho contínuo, computados na jornada, aos empregados que executam atividades penosas.

(B) 20 minutos a cada 1 hora e 40 minutos de trabalho contínuo, computados na jornada, aos empregados que trabalham no interior de câmaras frigoríficas.

(C) 10 minutos a cada 50 minutos de trabalho consecutivo, computados na jornada, aos empregados que atuam nos serviços de digitação.

(D) 10 minutos a cada 90 minutos de trabalho consecutivo, não computados na jornada, aos empregados que atuam nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo).

(E) 15 minutos a cada 3 horas de trabalho consecutivo, não computados na jornada, aos empregados que trabalham em minas de subsolos.

RESPOSTA (A) Errada. Inexiste súmula do TST nesse sentido. (B) Correta. Art. 253, CLT, c/c Súmula 438, TST. (C) Errada. 10min a cada 90min de trabalho (art. 72, CLT, c/c Súmula 346, TST). (D) Errada. Tais intervalos são computados na jornada (art. 72, CLT). (E) Errada. Tais intervalos são computados na jornada (art. 298, CLT). *Alternativa B.*

4459. (Analista – TRT-12 – 2010 – FCC) Joana labora em serviço permanente de mecanografia. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a cada período de

(A) sessenta minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de quinze minutos deduzidos da duração normal de trabalho.

(B) noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos deduzidos da duração normal de trabalho.

(C) sessenta minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de quinze minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

(D) noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

(E) noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de cinco minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

RESPOSTA Art. 72, CLT, c/c Súmula 346, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4460. (Analista – TRT-18 – 2008 – FCC) Maria, Joana e Diana são empregadas da empresa ÁGUA, atuando as três na função de auxiliar administrativo. Maria possui jornada de trabalho diária de seis horas; Joana possui a jornada de trabalho diária de cinco horas e Diana possui jornada de

trabalho diária de quatro horas. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, será obrigatório um intervalo intrajornada de quinze minutos para

(A) Diana, apenas.
(B) Maria, Joana e Diana, igualmente.
(C) Joana e Diana.
(D) Maria, apenas.
(E) Maria e Joana.

RESPOSTA Maria e Joana terão intervalo de 15 min. Já Diana não terá intervalo (art. 71, § 1º, CLT). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4461. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** Considere as seguintes assertivas a respeito dos períodos de descanso:

I. Nos serviços que exijam trabalho aos domingos será estabelecida escala de revezamento, semestralmente organizada e constando de quadro sujeito a fiscalização sindical.
II. No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.
III. Os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.
IV. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 15 horas consecutivas para descanso.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I, II e IV.
(C) I e III.
(D) II e III.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA I. Errado. Como regra, inexiste escala de revezamento, tampouco fiscalização sindical, havendo apenas preferência de repouso dominical (art. 7º, XV, CF). II. Correto. Súmula 110, TST. III. Correto. Súmula 118, TST. IV. Errado. Art. 66, CLT. *Alternativa D.*

4462. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** Conforme previsão legal e jurisprudência sumulada do TST, em relação aos períodos de repousos e suas consequências, é INCORRETO afirmar que

(A) poderão ser concedidas férias coletivas a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa que poderão ser gozadas em dois períodos anuais desde que nenhum deles seja inferior a dez dias corridos.
(B) não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido dentro de sessenta dias subsequentes à sua saída ou se afastar do serviço, com percepção de auxílio-doença por mais de seis meses, embora descontínuos.
(C) é ilegal o fracionamento de férias do empregado menor de 18 anos ou maior de 50 anos.
(D) o limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministério do Trabalho, ainda que os empregados estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.
(E) entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para

descanso.

RESPOSTA O limite mínimo de intervalo não poderá ser reduzido se os empregados estiverem sob regime de horas suplementares (art. 71, § 3º, CLT). *Alternativa D.*

4463. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** Os digitadores

(A) equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 10 minutos a cada 90 minutos de trabalho consecutivo.

(B) não se equiparam aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), tratando-se de categorias distintas com direitos distintos, não havendo qualquer analogia relacionada aos períodos de descanso.

(C) equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 5 minutos a cada 90 minutos de trabalho consecutivo.

(D) equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 15 minutos a cada 120 minutos de trabalho consecutivo.

(E) equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 15 minutos a cada 90 minutos de trabalho consecutivo.

RESPOSTA Súmula 346, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

XV. Férias

4464. **(Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC)** Maria, antes de completar o período aquisitivo de doze meses de suas férias, teve seu contrato individual de trabalho rescindido sem justa causa pela empresa empregadora. Neste caso, Maria

(A) terá direito ao pagamento de 1/3 da remuneração das férias proporcionais ao período trabalhado.

(B) não terá direito ao pagamento da remuneração das férias proporcionais.

(C) terá direito ao pagamento de 50% da remuneração das férias proporcionais ao período trabalhado.

(D) terá direito ao pagamento da remuneração das férias proporcionais.

(E) terá direito ao pagamento de 2/3 da remuneração das férias proporcionais ao período trabalhado.

RESPOSTA Arts. 146, parágrafo único, e 147, CLT, c/c Súmula 171, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4465. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Mário, Daniel e Douglas são empregados da empresa "X". Mário, após cinco meses de sua contratação, pediu demissão por ter recebido proposta de trabalho mais vantajosa; Daniel, após dois anos e quatro meses de sua contratação, foi dispensado sem justa causa e Douglas, após um ano e três meses de sua contratação foi dispensado com justa causa em razão de ter cometido falta grave tipificada pela Consolidação das Leis do Trabalho. Quanto às férias proporcionais,

(A) apenas Mário e Daniel terão direito.

(B) Mário, Daniel e Douglas terão direito.

(C) apenas Daniel terá direito.

(D) apenas Mário terá direito.

(E) apenas Daniel e Douglas terão direito.

RESPOSTA Mário terá direito a férias proporcionais (arts. 146, parágrafo único, e 147, CLT), assim como Daniel (Súmula 261, TST). Já Douglas, por ter sido despedido por justa causa, perderá o direito às férias proporcionais (Súmula 171, TST), embora conserve o recebimento das férias simples (art. 146, *caput*, CLT). *Alternativa A.*

4466. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Segundo a lei e a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, quanto às férias é correto afirmar:

(A) Na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito à remuneração relativa ao período incompleto das férias, na proporção de 1/12 por mês de serviço ou fração superior a 14 dias, acrescida da gratificação constitucional, desde que não tenha sido dispensado por justa causa, antes de completar seis meses de trabalho.

(B) As férias coletivas poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a quinze dias corridos.

(C) Os dias feriados, oficiais ou costumeiros não serão computados como parte do período mínimo de férias anuais remuneradas.

(D) A época de concessão das férias será determinada pelo empregador, levando-se em conta as necessidades do trabalho e as possibilidades de repouso e diversão dos empregados, após consulta ao empregado interessado ou ao seu sindicato.

(E) A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.

RESPOSTA (A) Errada. Fração igual ou superior a 15 dias, desde que não tenha sido dispensado por justa causa, independentemente da vigência contratual (art. 146, parágrafo único, e art. 147, CLT, c/c Súmula 171, TST). (B) Errada. Art. 139, § 1º, CLT. (C) Errada. As férias são computadas em dias corridos. (D) Errada. Não há imposição legal de consulta ao emprego ou ao sindicato (art. 136, CLT). (E) Correta. Súmula 7, TST. *Alternativa E.*

4467. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** Marta e Mário são empregados da empresa Z e trabalham no mesmo setor. Considerando que Marta e Mário são casados, eles

(A) não terão direito a gozar férias no mesmo período, uma vez que a época de concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.

(B) terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem, independentemente de resultar ou não prejuízo para o serviço em razão do direito que lhes é resguardado pela Constituição Federal brasileira.

(C) terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

(D) terão direito a gozar férias no mesmo período somente se requererem com antecedência mínima de noventa dias antes de expirado o período aquisitivo de férias, bem como se houver previsão contratual neste sentido.

(E) terão direito a gozar férias no mesmo período somente se requererem dentro de cento e vinte dias contados da expiração do período aquisitivo de férias, bem como se houver previsão contratual neste sentido.

RESPOSTA Art. 136, § 1º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4468. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** A respeito do abono de férias, analise:

I. Deverá ser requerido até quinze dias antes do término do período aquisitivo.

II. Tratando-se de férias coletivas, a concessão do abono de férias depende de requerimento individual, independentemente de acordo coletivo entre o empregador e o sindicato representativo da respectiva categoria profissional.

III. As disposições previstas na Consolidação das Leis do Trabalho referentes ao abono de férias aplicam-se aos empregados sob o regime de tempo parcial.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que consta APENAS em

(A) I e III.
(B) II.
(C) I e II.
(D) II e III.
(E) I.

RESPOSTA I. Correto. Art. 143, § 1º, CLT. II. Errado. Art. 143, § 2º, CLT. III. Errado. Art. 143, § 3º, CLT. *Alternativa E.*

4469. **(Analista – TRT-16 – 2009 – FCC)** Com relação as férias é INCORRETO afirmar que:

(A) As férias coletivas poderão ser fracionadas em dois períodos por ano, sendo que cada um deles não poderá ser inferior a quinze dias corridos.
(B) A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.
(C) O empregador não precisa consultar os empregados sobre a data em que as férias coletivas serão concedidas.
(D) O empregador terá que comunicar ao órgão local do Ministério do Trabalho, com antecedência mínima de quinze dias, as datas de início e fim das férias coletivas.
(E) Os trabalhadores menores de dezoito anos e maiores de cinquenta têm direito de gozar as férias de uma só vez.

RESPOSTA Cada um deles não poderá ser inferior a 10 dias corridos (art. 139, § 1º, CLT). *Alternativa A.*

4470. **(Analista – TRT-15 – 2009 – FCC)** Com relação às férias é correto afirmar:

(A) São computadas como tempo de serviço do obreiro as férias gozadas e indenizadas.
(B) Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, sendo que um dos quais não poderá ser inferior a quinze dias.
(C) Terá direito a férias o empregado que no curso do período aquisitivo deixar o emprego e for readmitido noventa dias após a sua saída.
(D) O empregado que faltar dez vezes ao serviço injustificadamente dentro de um período de doze meses terá direito a 24 (vinte e quatro) dias corridos de férias.
(E) Aos maiores de cinquenta anos as férias poderão ser fracionadas em dois períodos, uma vez que a lei prevê essa possibilidade.

RESPOSTA (A) Errada. As férias indenizadas não são computadas como tempo de serviço. (B) Errada. Art. 134, § 1º, CLT. (C) Errada. Art. 133, I, CLT. (D) Correta. Art. 130, II, CLT. (E) Errada. Art. 134, § 2º, CLT. *Alternativa D.*

4471. **(Analista – TRT-7 – 2009 – FCC)** Com relação às férias é INCORRETO afirmar:

(A) Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a dez dias corridos.

(B) Quando o salário for pago por tarefa tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo do direito a férias, aplicando-se o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias.
(C) Em regra, se o empregado recebe utilidades, devem estas fazer parte da remuneração das férias.
(D) Após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a vinte e quatro dias corridos de férias, quando houver tido de seis a catorze faltas injustificadas.
(E) As gratificações anuais, semestrais, ou trimestrais integram o cálculo da remuneração das férias.

RESPOSTA A gratificação semestral não repercute no cálculo das férias (Súmula 253, TST). *Alternativa E.*

4472. (Analista – TRT-3 – 2009 – FCC) Não terá direito ao gozo das férias anuais remuneradas, segundo o regramento da Consolidação das Leis do Trabalho, o

(A) empregado que faltar ao serviço, no período aquisitivo, sem justificativa, por 12 dias.
(B) trabalhador autônomo.
(C) empregado que gozar de benefício previdenciário por mais de 5 meses, ainda que descontínuos.
(D) empregado que, no período concessivo, faltar sem justificativa mais do que 32 dias.
(E) trabalhador que cometer falta grave no período aquisitivo, ainda que não venha a ser demitido no período concessivo.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 130, II, CLT. (B) Correta. A legislação não assegura férias ao autônomo, visto que não é regido pela CLT. (C) Errada. Art. 133, IV, CLT. (D) Errada. Art. 130, IV, CLT. (E) Errada. Art. 146, CLT. *Alternativa B.*

4473. (Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC) Zuleica foi contratada pela empresa Y para exercer a função X mediante salário de R$ 1.000,00. No final do ano passado foi dispensada sem justa causa quando recebia R$ 2.000,00 como remuneração. Considerando que a empresa não forneceu férias à Zuleica na época oportuna quando a sua remuneração era R$ 1.500,00, a indenização pelo não deferimento das férias será calculada com base na remuneração de

(A) R$ 1.000,00, sendo que a empresa pagará o valor relativo às férias acrescido de 50%.
(B) R$ 1.500,00, sendo que a empresa pagará o valor relativo às férias acrescido de 50%.
(C) R$ 1.500,00, sendo que a empresa pagará o valor relativo às férias em dobro.
(D) R$ 2.000.00, sendo que a empresa pagará o valor relativo às férias acrescido de 50%.
(E) R$ 2.000.00, sendo que a empresa pagará o valor relativo às férias em dobro.

RESPOSTA Súmula 7, TST, c/c art. 137, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4474. (Analista – TRT-24 – 2011 – FCC) Junior labora em regime de trabalho em tempo parcial. Durante o período aquisitivo de suas férias, Junior teve mais de sete faltas injustificadas. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, ele

(A) terá o seu período de férias reduzido pela metade.
(B) não terá direito ao gozo de férias.
(C) terá direito ao gozo de suas férias regularmente, sem redução.
(D) terá o seu período de férias reduzido em 1/3.
(E) terá redução de três dias do seu período de férias.

RESPOSTA Art. 130-A, parágrafo único, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4475. (Analista – TRT-20 – 2011 – FCC) Suzy, Eliana e Raquel são amigas e empregadas da empresa Amor-Perfeito. Elas pretendem fazer uma viagem juntas de 20 dias pela Europa para

comemorar o aniversário de 60 anos de Raquel. Considerando que Susy possui 49 anos e Eliana 51 anos, é certo que a empresa Amor-Perfeito

(A) está obrigada a conceder férias para todas as empregadas ao mesmo tempo, tendo em vista que a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado, vedado o fracionamento apenas das férias de Raquel.
(B) não está obrigada a conceder férias para todas as empregadas ao mesmo tempo, tendo em vista que a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador, vedado o fracionamento das férias de Suzy, somente.
(C) está obrigada a conceder férias para todas as empregadas ao mesmo tempo, tendo em vista que a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado, sendo permitido o fracionamento das férias em qualquer hipótese.
(D) não está obrigada a conceder férias para todas as empregadas ao mesmo tempo, tendo em vista que a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador, vedado o fracionamento das férias de Eliana e Raquel.
(E) está obrigada a conceder férias para todas as empregadas ao mesmo tempo, tendo em vista que a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado, sendo vedado o fracionamento das férias em qualquer hipótese.

RESPOSTA A época da concessão será a que melhor consulte os interesses do empregador (art. 136, *caput*, CLT), sendo permitido o fracionamento (art. 134, § 1º, CLT), salvo para Eliana e Raquel, posto que são maiores de 50 anos (art. 134, § 2º, CLT). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4476. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Ana, Bárbara, Carmem e Débora são empregadas da empresa Trevo. Ana tem 17 anos de idade; Bárbara tem 51 anos de idade; Carmem tem 61 anos de idade e Débora tem 71 anos de idade. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as férias serão concedidas de uma só vez para

(A) Bárbara, apenas.
(B) Carmem e Débora, apenas.
(C) Ana e Débora, apenas.
(D) Ana, Carmem e Débora, apenas.
(E) todas as empregadas.

RESPOSTA Art. 134, § 2º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4477. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** A empresa A pretende conceder férias coletivas no mês de fevereiro para um determinado setor específico. Neste caso, a empresa A

(A) não poderá concedê-las, tendo em vista que é vedada a concessão de férias coletivas apenas para um setor da empresa.
(B) poderá concedê-las, desde que não seja por período inferior a dez dias corridos.
(C) não poderá concedê-las, tendo em vista que é vedada a concessão de férias coletivas no mês de fevereiro.
(D) poderá concedê-las, desde que seja obrigatoriamente por período de trinta dias corridos.
(E) poderá concedê-las, desde que não seja por período inferior a quinze dias corridos.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 139, *caput*, CLT. (B) Correta. Art. 139, § 1º, CLT. (C) Errada. Não existe vedação nesse sentido. (D) Errada. Art. 139, § 1º, CLT. (E) Errada. Idem ao item anterior. *Alternativa B.*

4478. (Analista – TRT-22 – 2010 – FCC) Milena, Angelina, Bartolomeu e Caio eram empregados da empresa BOM DIA. Em virtude de corte de verbas, os quatro funcionários foram dispensados sem justa causa. Quando da dispensa, Milena laborava para a empresa há cinco meses; Angelina há dez meses; Bartolomeu há cinco anos e oito meses; e Caio há sete anos e dois meses. Nestes casos, com a extinção do contrato de trabalho, fará jus ao pagamento da remuneração das férias proporcionais

(A) Milena, Angelina, Bartolomeu e Caio.
(B) Angelina, Bartolomeu e Caio, apenas.
(C) Bartolomeu e Caio, apenas.
(D) Caio, apenas.
(E) Bartolomeu, apenas.

RESPOSTA Todos farão jus em relação ao período aquisitivo inferior a 12 meses, na proporção de 1/12 por cada mês ou fração superior a 14 dias de vigência contratual (arts. 146, parágrafo único, e 147, CLT c/c Súmula 171, TST). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

XVI. Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho

4479. (Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC) Mário tomou posse como diretor da empresa em que trabalha, não permanecendo a subordinação jurídica inerente a relação de emprego. Maria foi afastada de seu emprego para qualificar-se profissionalmente, conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho de sua categoria. Diana sofreu um aborto e está afastada de seu serviço por duas semanas. Douglas se afastou do seu emprego por três dias em virtude de seu casamento. Nessas hipóteses, os contratos de trabalho de Mário, Maria, Diana e Douglas sofreram, respectivamente,

(A) suspensão, suspensão, interrupção e interrupção.
(B) suspensão, interrupção, interrupção e suspensão.
(C) suspensão, suspensão, suspensão e interrupção.
(D) interrupção, suspensão, interrupção e suspensão.
(E) interrupção, interrupção, suspensão e suspensão.

RESPOSTA Suspensão (Súmula 269, TST), suspensão (art. 476-A, CLT), interrupção (art. 395, CLT) e interrupção (art. 473, II, CLT). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4480. (Analista – TRT-9 – 2010 – FCC) Joana está gozando regularmente de suas férias. João não está trabalhando neste domingo tendo em vista que laborou regularmente nos demais dias da semana. Vitório está ausente de seus serviços em razão do nascimento de seu filho. Moisés foi eleito para o cargo de diretor não permanecendo a subordinação jurídica inerente à relação de emprego e Jair está afastado de seu emprego para exercer cargo público não obrigatório. Nestes casos, consideram-se suspensos APENAS os contratos de trabalho de

(A) Joana, Moisés e Jair.
(B) Joana, João e Vitório.
(C) Joana e Moisés.
(D) Moisés e Jair.
(E) Vitório e Jair.

RESPOSTA Férias é interrupção. Licença-paternidade é interrupção. Eleição para diretor é suspensão (Súmula 269, TST). Exercício de cargo público é suspensão (art. 472, CLT). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento.

Alternativa D.

4481. **(Analista – TRT-18 – 2008 – FCC)** Considere:

I. Empregado urbano que deixa seu trabalho duas horas mais cedo para procurar novo emprego durante o período do aviso prévio.
II. Empregado que falta dois dias em razão do falecimento de ascendente.
III. Empregado que falta um dia em cada doze meses de trabalho para doação de sangue.
IV. Empregado eleito para o cargo de diretoria, não permanecendo a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.

São consideradas hipóteses de interrupção do contrato de trabalho as situações indicadas APENAS em

(A) I, II e III.
(B) II, III e IV.
(C) III e IV.
(D) I e II.
(E) I e IV.

RESPOSTA I. Interrupção. II. Interrupção (art. 473, I, CLT). III. Interrupção (art. 473, IV, CLT). IV. Suspensão (Súmula 269, TST). *Alternativa A.*

4482. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** O empregado que, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro, terá o seu contrato de trabalho

(A) interrompido pelo tempo em que a reunião se realizar, não compreendendo a viagem de ida até o local onde será realizada a reunião e a de volta.
(B) suspenso pelo tempo que se fizer necessário, compreendendo a viagem de ida até o local onde será realizada a reunião e a de volta.
(C) interrompido pelo tempo que se fizer necessário, compreendendo a viagem de ida até o local onde será realizada a reunião e a de volta.
(D) suspenso pelo tempo em que a reunião se realizar, não compreendendo a viagem de ida até o local onde será realizada a reunião e a de volta.
(E) suspenso pelo prazo máximo de quinze dias, compreendendo a viagem de ida até o local onde será realizada a reunião, e a de volta, desde que não ultrapasse este prazo legal.

RESPOSTA Art. 473, IX, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4483. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** Lorival, empregado da empresa X, foi convocado para participar de júri criminal na qualidade de jurado e terá que se ausentar de seu serviço. Bernadete, empregada da empresa Y, ausentar-se-á de seu serviço por dois dias consecutivos para acompanhar o funeral de sua bisavó no interior do Estado. Nestes casos, os contratos de trabalhos serão

(A) suspensos.
(B) interrompido e suspenso, respectivamente.
(C) suspenso e interrompido, respectivamente.
(D) extinto e interrompido, respectivamente.
(E) interrompidos.

RESPOSTA Art. 441, CPP, e art. 473, I, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4484. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** Vivi e Duda são irmãs e empregadas da empresa X. Hoje, faleceu o marido de Vivi. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho,

(A) apenas Vivi poderá deixar de comparecer ao serviço por até dois dias consecutivos, tratando-se de caso de interrupção do contrato de trabalho.
(B) Vivi e Duda poderão deixar de comparecer ao serviço por até dois dias consecutivos, tratando-se de caso de suspensão do contrato de trabalho.
(C) apenas Vivi poderá deixar de comparecer ao serviço por até três dias consecutivos, tratando-se de caso de interrupção do contrato de trabalho.
(D) Vivi e Duda poderão deixar de comparecer ao serviço por até três dias consecutivos, tratando-se de caso de interrupção do contrato de trabalho.
(E) apenas Vivi poderá deixar de comparecer ao serviço por até cinco dias consecutivos, tratando-se de caso de suspensão do contrato de trabalho.

RESPOSTA Apenas Vivi, pela morte do cônjuge (art. 473, I, CLT), inexistindo previsão legal de afastamento no caso de falecimento de cunhado. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4485. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** A Consolidação das Leis do Trabalho prevê hipóteses de interrupção do contrato de trabalho, autorizando o empregado a não comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até três dias consecutivos em caso de

(A) se alistar como eleitor.
(B) doação voluntária de sangue.
(C) falecimento de ascendente.
(D) falecimento de irmão.
(E) casamento.

RESPOSTA Art. 473, II, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa* E.

4486. **(Analista – TRT-4 – 2011 – FCC)** Trata-se de hipótese de interrupção do contrato de trabalho:

(A) o período de afastamento para desempenho de encargo público como, por exemplo, cargo público eletivo.
(B) o período de suspensão disciplinar não relevada pelo empregador ou cancelada pela Justiça do Trabalho.
(C) a participação em greve, sem recebimento de salário.
(D) a ausência ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador do Fundo de Garantia por tempo de serviço, decorrentes de atividades desse órgão.
(E) a ausência por motivo de licença sem remuneração concedida pelo empregador tendo em vista a existência de motivo plausível.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 472, CLT. (B) Errada. Art. 474, CLT. (C) Errada. Art. 7º, Lei n. 7.783/89. (D) Correta. Art. 3º, § 7º, Lei n. 8.036/90. (E) Errada. Licença não remunerada é hipótese de suspensão. *Alternativa D.*

XVII. Alteração do Contrato de Trabalho

4487. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Considere as seguintes assertivas a respeito da alteração do contrato de trabalho:

I. É alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
II. É lícita a transferência dos empregados cujos contratos tenham como condição, implícita ou explícita, a transferência, quando esta decorra de real necessidade de serviço.
III. O adicional de transferência de 20% sobre o salário contratual será devido quando ocorrer a transferência definitiva ou provisória de empregado.
IV. Empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, tem direito a suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.

Está correto o que se afirma SOMENTE em
(A) I e III.
(B) II e IV.
(C) III e IV.
(D) I, II e III.
(E) I, II e IV.

RESPOSTA I. Errado. Art. 468, parágrafo único, CLT. II. Correto. Art. 469, § 1º, CLT, c/c Súmula 43, TST. III. Errado. O adicional será de 25% dos salários (art. 469, § 3º, CLT) e somente será devido nos casos de transferência provisória (OJ-SDI1 113). IV. Correto. Súmula 29, TST. *Alternativa B.*

4488. (Analista – TST – 2012 – FCC) Conforme previsão legal e orientação sumulada do TST, em relação à alteração contratual é INCORRETO afirmar:
(A) As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento.
(B) Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.
(C) Ao empregado chamado a ocupar, em comissão, interinamente, ou em substituição eventual ou temporária, cargo diverso do que exercer na empresa, será garantida a contagem do tempo naquele serviço, mas não o retorno ao cargo anterior.
(D) É lícita a transferência do empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, quando ocorrer extinção do estabelecimento em que ele trabalhava.
(E) Em caso de necessidade de serviço, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, ficando obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.

RESPOSTA Será garantido o retorno ao cargo anterior (art. 450, CLT). *Alternativa C.*

4489. (Analista – TRT-11 – 2012 – FCC) Após alguns anos de serviço prestado a empresa Seguradora Beta S/A o empregado Pedro passou a exercer função de confiança em razão da licença-maternidade da empregada Joana. Seis meses após, Joana voltou ao trabalho e Pedro foi revertido ao cargo efetivo anteriormente ocupado, deixando o exercício da função de confiança. Tal situação
(A) não será considerada alteração unilateral.
(B) implica em pagamento suplementar, nunca inferior a 25% do salário do empregado Pedro.
(C) só será regular se houver anuência do empregado Pedro.
(D) só será possível se não resultar em prejuízo ao empregado Pedro.
(E) só será possível se resultar de real necessidade de serviço.

RESPOSTA Arts. 450 e 468, parágrafo único, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4490. (Analista – TRT-6 – 2012 – FCC) Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, em se tratando de alteração, suspensão e da interrupção do contrato de trabalho, é correto afirmar:

(A) Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

(B) Nos contratos individuais de trabalho é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, ainda que resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, diante do caráter bilateral do pacto.

(C) Em caso de necessidade de serviço, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, ficando obrigado a pagamento suplementar nunca inferior a 30% (trinta por cento) dos salários que recebia, enquanto durar esta situação.

(D) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por 1 (um) dia, em cada 6 (seis) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

(E) O empregado que for aposentado por invalidez terá interrompido o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 468, parágrafo único, CLT. (B) Errada. Art. 468, *caput*, CLT. (C) Errada. Art. 469, § 3º, CLT. (D) Errada. Art. 473, IV, CLT. (E) Errada. Art. 475, CLT. *Alternativa A.*

4491. (Analista – TRT-14 – 2011 – FCC) A Consolidação das Leis do Trabalho permite a transferência de empregado para localidade diversa da que resultar do contrato em caso de necessidade de serviço. Nesse caso, o empregador

(A) ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 30% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.

(B) está desobrigado ao pagamento de qualquer verba suplementar, tendo em vista que a transferência ocorreu em caso de necessidade de serviço e não será por tempo indeterminado.

(C) só ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 35% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, se a transferência ultrapassar sessenta dias, sendo devido enquanto durar essa situação.

(D) ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.

(E) só ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 30% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, se a transferência ultrapassar noventa dias, sendo devido enquanto durar essa situação.

RESPOSTA Art. 469, § 3º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4492. (Analista – TRT-4 – 2011 – FCC) José, empregado da empresa X, há onze anos atrás, passou a exercer o cargo B, recebendo gratificação pela função exercida. Sem justo motivo, sua empregadora pretende revertê-lo para o seu cargo efetivo. Neste caso, a empresa X:

(A) poderá retirar-lhe a gratificação devendo indenizar José no valor da gratificação suprimida multiplicada por seis.

(B) poderá retirar-lhe a gratificação, tendo em vista que José não exercerá mais a função pela qual

recebe a gratificação.

(C) só poderá retirar-lhe a gratificação se autorizado pelo sindicato da categoria, bem como indenizar José em um salário mínimo por ano de exercício da função.

(D) poderá retirar-lhe a gratificação devendo indenizar José no valor da gratificação suprimida multiplicada por onze.

(E) não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.

RESPOSTA Súmula 372, I, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

XVIII. Aviso Prévio

4493. **(Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC)** Joana estava cumprindo aviso prévio quando cometeu falta grave passível de acarretar a rescisão do contrato de trabalho por justa causa. Neste caso, considerando que Joana não abandonou o emprego, ela

(A) não terá direito a qualquer verba rescisória de natureza indenizatória.

(B) terá direito normalmente às verbas rescisórias de natureza indenizatória, uma vez que já se encontrava em aviso prévio.

(C) terá direito a 1/3 das verbas rescisórias de natureza indenizatória em razão da falta ter ocorrido no período de cumprimento do aviso prévio.

(D) terá direito apenas às multas normativas previstas em Convenção Coletiva de Trabalho.

(E) terá direito a 50% das verbas rescisórias de natureza indenizatória em razão da falta ter ocorrido no período de cumprimento do aviso prévio.

RESPOSTA Súmula 73, TST. As demais assertivas também estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4494. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Maria foi dispensada imotivadamente pela empresa em que laborava. Durante o período de seu aviso prévio a empresa ao invés de reduzir o seu horário de trabalho em duas horas diárias, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, optou em pagar essas horas como horas extras. Neste caso, a substituição

(A) é válida, desde que a empresa remunere as duas horas extras diárias com acréscimo de no mínimo 70%.

(B) não é válida e a empresa deverá pagar novo aviso prévio acrescido de 50% de seu valor.

(C) é válida, desde que a empresa remunere as duas horas extras diárias com acréscimo de 100%.

(D) é válida, desde que a empresa remunere as duas horas extras diárias com acréscimo de no mínimo 50%.

(E) não é válida e a empresa deverá pagar novo aviso prévio.

RESPOSTA Súmula 230, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4495. **(Analista – TRT-16 – 2009 – FCC)** O pagamento relativo ao período de aviso prévio

(A) apenas indenizado está sujeito à contribuição para o FGTS acrescido de 50%.

(B) apenas trabalhado está sujeito à contribuição para o FGTS.

(C) trabalhado ou indenizado está sujeito à contribuição para o FGTS.

(D) apenas indenizado está sujeito à contribuição para o FGTS.

(E) trabalhado ou indenizado não está sujeito à contribuição para o FGTS.

RESPOSTA Súmula 305, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4496. **(Analista – TRT-18 – 2008 – FCC)** Com relação ao aviso prévio, é certo que

(A) a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir contrato individual de trabalho, deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de dez dias, se o pagamento for efetuado semanalmente.

(B) o aviso prévio, nos contratos de trabalho com prazo determinado, será de dez dias corridos, contados a partir do último dia contratual prefixado.

(C) a cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, não exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.

(D) não é devido o aviso prévio, na despedida indireta, por expressa disposição legal.

(E) o empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer falta considerada pela lei como justa para a rescisão, não perde o direito ao restante do respectivo prazo.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 7º, XXI, CF, c/c art. 1º, Lei n. 12.506/2011. (B) Errada. Em regra, não há aviso prévio em contratos a termo. Quando ocorre (art. 481, CLT), será de, no mínimo, 30 dias (art. 7º, XXI, CF, c/c art. 1º, Lei n. 12.506/2011). (C) Correta. Súmula 44, TST. (D) Errada. Art. 487, § 4º, CLT. (E) Errada. Súmula 73, TST. *Alternativa C.*

4497. **(Analista – TRT-19 – 2008 – FCC)** Considere as assertivas abaixo a respeito do aviso prévio.

I. O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa do seu cumprimento não exime o empregador de pagar o valor respectivo, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.

II. Em regra, o valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado.

III. É válida a substituição, pelo empregador, das duas horas legais de redução diária da jornada, durante o prazo do aviso prévio trabalhado pelo correspondente pagamento de duas horas extras.

IV. Eventual reajuste normativo concedido no período de fluência do aviso prévio não se incorpora no patrimônio trabalhista do empregado.

É correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) II e III.

(C) I, II e III.

(D) I e IV.

(E) III e IV.

RESPOSTA I. Correto. Súmula 276, TST. II. Correto. Art. 487, § 5º, CLT. III. Errado. Súmula 230, TST. IV. Errado. Art. 487, § 6º, CLT. *Alternativa A.*

4498. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** Joana, empregada da empresa X, recebeu no dia 1º de Março de 2011 (terça-feira) aviso prévio da rescisão de seu contrato de trabalho sem justa causa. Joana está laborando no período do aviso, por não ser este indenizado, mas ficou com dúvidas a respeito da data da rescisão de seu contrato que constará em sua carteira de trabalho e consultou sua advogada. Esta respondeu que o prazo do aviso prévio

(A) conta-se, incluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

(B) conta-se, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.

(C) não é computado no tempo de serviço e consequentemente não estende a anotação em sua carteira de trabalho, que constará dia 1º de Março de 2011.

(D) conta-se, excluindo-se o dia do começo e incluindo o do vencimento.

(E) não é computado no tempo de serviço e consequentemente não estende a anotação em sua carteira de trabalho, porém constará o dia 2 de Março de 2011, pois o dia do recebimento do aviso é considerado dia trabalhado.

RESPOSTA Súmula 380, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4499. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** Viviane e Carolina receberam aviso prévio de sua empregadora, a empresa Z, relacionado à rescisão de seus contratos de trabalho por prazo indeterminado. O aviso prévio de Viviane é indenizado e o de Carolina não. Assim, o pagamento relativo ao período de

(A) ambos os avisos estão sujeitos à contribuição para o FGTS.

(B) apenas o aviso prévio de Viviane está sujeito à contribuição para o FGTS.

(C) apenas o aviso prévio de Carolina está sujeito à contribuição para o FGTS.

(D) ambos os avisos estão sujeitos à contribuição para o FGTS, mas a contribuição do aviso de Viviane é pela metade.

(E) ambos os avisos estão sujeitos à contribuição para o FGTS, mas a contribuição do aviso de Carolina é pela metade.

RESPOSTA Súmula 305, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4500. **(Analista – TRT-22 – 2010 – FCC)** Jaqueline e Fátima eram empregadas da empresa TARDE quando foram dispensadas sem justa causa. Jaqueline teve o seu aviso prévio indenizado e Fátima trabalhou durante o seu aviso. Neste caso, o pagamento

(A) apenas do aviso de Fátima está sujeito à contribuição para o FGTS.

(B) de ambos os avisos não está sujeito à contribuição para o FGTS.

(C) apenas do aviso de Jaqueline está sujeito à contribuição para o FGTS.

(D) de ambos os avisos está sujeito à contribuição para o FGTS.

(E) apenas do aviso de Fátima está sujeito à contribuição para o FGTS, mas em proporção reduzida.

RESPOSTA Súmula 305, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4501. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Após treze meses de contrato de trabalho, Bruna recebeu aviso prévio de sua empregadora comunicando que o seu contrato seria extinto sem justa causa. Ao receber o aviso, Bruna ficou com dúvidas a respeito de seu horário de trabalho durante este período. Assim, dirigiu-se ao departamento de recursos humanos de sua empregadora, que respondeu que ela

(A) poderia optar em ter seu horário de trabalho reduzido em duas horas diárias ou faltar ao serviço um dia por semana trabalhada.

(B) deveria cumprir normalmente seu horário de trabalho, sem qualquer redução de sua carga horária.

(C) poderia optar em ter seu horário de trabalho reduzido em duas horas diárias ou faltar ao serviço por sete dias corridos.

(D) teria obrigatoriamente seu horário de trabalho reduzido em uma hora diária.

(E) teria obrigatoriamente seu horário de trabalho reduzido em duas horas diárias.

RESPOSTA Art. 488, *caput* e parágrafo único, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4502. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** O aviso prévio

(A) é computado no tempo de serviço do empregado, incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento, observando-se as regras do Código Civil brasileiro.

(B) é devido na sua integralidade na dissolução do contrato de trabalho por culpa recíproca.

(C) indenizado não integra o tempo de serviço do empregado, havendo dispositivo na Carta Magna neste sentido.

(D) não sofre incidência de gorjetas e das gratificações semestrais.

(E) poderá ser concedido ao empregado no curso de estabilidade provisória exatamente por não possuir a estabilidade em caráter definitivo.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 380, TST. (B) Errada. Súmula 14, TST. (C) Errada. Art. 487, § 1º, CLT. (D) Correta. Súmulas 253 e 354, TST. (E) Errada. Súmula 348, TST. *Alternativa D.*

XIX. Extinção do Contrato de Trabalho

4503. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Uma empresa encerrou suas atividades em razão de ato de desapropriação do Poder Público e por consequência os contratos de trabalho foram rescindidos, por

(A) força maior, sendo indevida qualquer indenização aos empregados.

(B) culpa recíproca, ficando o empregador responsável pelo pagamento da metade da indenização devida aos empregados.

(C) rescisão sem justa causa, incumbindo ao órgão expropriante e ao empregador, em partes iguais, o pagamento de indenização devida aos empregados.

(D) *factum principis*, incumbindo ao órgão expropriante o pagamento da indenização devida aos empregados.

(E) rescisão indireta, ficando o empregador responsável pelo pagamento da indenização devida aos empregados.

RESPOSTA Art. 486, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4504. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Nos contratos de trabalho a termo, em regra, a extinção contratual em face da dispensa antecipada e imotivada pelo empregador gerará ao empregado o direito de receber

(A) apenas indenização no valor dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato acrescidos da metade.

(B) apenas indenização no importe da metade dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato.

(C) apenas 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de 1/3 e indenização no importe da metade dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato.

(D) 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de 1/3, liberação do FGTS acrescido de 40%, indenização no valor dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato acrescidos da metade.

(E) 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de 1/3, liberação do FGTS acrescido de 40%, indenização no importe da metade dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato.

RESPOSTA 13º salário proporcional (art. 1º, § 3º, I, Lei n. 4.090/62), férias proporcionais acrescidas de 1/3 (art. 147, CLT), liberação do FGTS (art. 20, IX, Lei n. 8.036/90), acréscimo de 40% sobre o saldo (art. 14, Decreto n. 99.684/90) e indenização

no importe da metade dos salários que seriam devidos até o término no contrato (art. 479, CLT). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4505. (Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC) Descumprir ordens gerais do empregador,

(A) configura ato de insubordinação do empregado e constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.

(B) configura ato de indisciplina do empregado e constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.

(C) não constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, não havendo tipificação específica na Consolidação das Leis do Trabalho.

(D) configura ato de desídia do empregado e constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.

(E) configura ato de incontinência de conduta do empregado e constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.

RESPOSTA (A) Errada. Insubordinação é o descumprimento de ordens diretas, pessoais e específicas (art. 482, *h*, CLT). (B) Correta. Indisciplina é o descumprimento de ordens gerais e impessoais (art. 482, *h*, CLT). (C) Errada. Art. 482, *h*, CLT. (D) Errada. Desídia é o desleixo, a preguiça, a falta de comprometimento do empregado (art. 482, *e*, CLT). (E) Errada. Incontinência de conduta é a postura do empregado que atenta contra a moralidade sexual no ambiente de trabalho. (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 1.191-1.202). *Alternativa B.*

4506. (Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC) Inobstante vedações inseridas nas legislações infraconstitucional e constitucional, aplicáveis à Administração Pública, em relação à recentíssima Orientação Jurisprudencial laboral, é correto afirmar que a aposentadoria espontânea

(A) é causa de extinção do contrato de trabalho, mesmo que o empregado permaneça prestando serviços ao empregador após a jubilação, não se desobrigando o empregador do pagamento da multa de 40% do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados.

(B) é causa de extinção do contrato de trabalho, mesmo que o empregado permaneça prestando serviços ao empregador após a jubilação, não se desobrigando o empregador do pagamento da multa do FGTS sobre os depósitos efetuados no período anterior a concessão do benefício previdenciário.

(C) é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação, não se desobrigando o empregador do pagamento da multa de 40% do FGTS sobre os depósitos efetuados no período posterior a concessão do benefício previdenciário.

(D) não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação, não se desobrigando o empregador do pagamento da multa de 40% do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados.

(E) não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação, não se desobrigando o empregador do pagamento da multa de 40% do FGTS sobre os depósitos efetuados no período anterior a concessão do benefício previdenciário.

RESPOSTA OJ-SDI1 361. As demais assertivas também estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4507. (Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC) Na hipótese de rescisão antecipada do contrato de trabalho por tempo determinado,

(A) o empregado que se desligar do contrato será obrigado a pagar ao empregador, a título de indenização, a metade da remuneração que teria direito até o termo do contrato, quando não prevista cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada.

(B) o empregado que se desligar do contrato será obrigado a pagar ao empregador, a título de indenização, o dobro da remuneração que teria direito até o termo do contrato, quando não prevista cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada.
(C) o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato, quando prevista cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada.
(D) o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, o dobro da remuneração a que teria direito até o termo do contrato, quando prevista cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada.
(E) o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe as verbas rescisórias devidas na rescisão dos contratos de trabalho por prazo indeterminado, quando prevista cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada.

RESPOSTA (A) Errada. Será obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem, cujo valor não será superior àquele a que teria direito o empregado em idênticas condições (art. 480, *caput* e § 1º, CLT). (B) Errada. Art. 480, *caput* e § 1º, CLT. (C) Errada. Art. 481, CLT. (D) Errada. Art. 481, CLT. (E) Correta. Art. 481, CLT. *Alternativa E.*

4508. (Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC) Na dispensa indireta do contrato de trabalho, demonstrada a prática de falta grave, são devidas aos empregados apenas as seguintes verbas rescisórias:

(A) saldo salarial, aviso prévio de no mínimo 30 dias, 13º salário, férias vencidas e/ou proporcionais acrescidas de 1/3 constitucional, saque dos depósitos fundiários e indenização de 40% sobre os depósitos de FGTS.
(B) saldo salarial, 13º salário e férias vencidas e/ou proporcionais acrescidas de 1/3 constitucional.
(C) saldo salarial e férias vencidas acrescidas de 1/3 constitucional.
(D) saldo salarial, 50% dos valores a título de aviso prévio, 13º salário e férias acrescidas de 1/3 constitucional, além de indenização de 20% sobre os depósitos fundiários.
(E) saldo salarial e férias vencidas acrescidas de 1/3 constitucional, além de sua reintegração ao trabalho.

RESPOSTA Saldo salarial (devido independentemente da modalidade de extinção), aviso prévio (art. 7º, XXI, CF, c/c art. 487, § 4º, CLT), 13º salário (art. 7º, Decreto n. 57.155/65), férias vencidas e/ou proporcionais acrescidas de 1/3 (arts. 146 e 147, CLT), saque do FGTS (art. 20, I, Lei n. 8.036/90) e acréscimo de 40% sobre o saldo (art. 9º, § 1º, Decreto n. 99.684/90). As demais assertivas também estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4509. (Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC) Conforme a lei e a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, em caso de rescisão do contrato de trabalho por

(A) morte do empregado, é devido aos herdeiros o pagamento do saldo salarial, aviso prévio, levantamento dos depósitos do FGTS, 13º salário e férias vencidas e proporcionais acrescidas de adicional constitucional, dentre outros direitos.
(B) justa causa, é devido ao empregado o pagamento do saldo salarial e das férias vencidas e proporcionais, acrescidas do adicional constitucional, não sendo possível o saque dos depósitos do FGTS, dentre outros direitos.
(C) por morte do empregador em caso de encerramento das atividades da empresa, é devido ao empregado o pagamento do saldo salarial, aviso prévio, 13º salário, férias vencidas e proporcionais acrescidas do adicional constitucional, dentre outros direitos.
(D) culpa recíproca, é devido ao empregado o pagamento do período de aviso prévio integral, além de

50% do 13º salário e das férias vencidas e proporcionais, acrescidas de adicional constitucional, dentre outros direitos.

(E) dispensa indireta, é devido ao empregado o pagamento do saldo salarial, aviso prévio, férias vencidas e proporcionais, acrescidas do adicional constitucional, 13º salário, não sendo possível o saque dos depósitos do FGTS, dentre outros direitos.

RESPOSTA (A) Errada. Não é devido aviso prévio (art. 487, CLT). (B) Errada. Não são devidas férias proporcionais (art. 147, CLT, c/c Súmula 171, TST). (C) Correta. O encerramento das atividades é equiparado a uma dispensa injusta, sendo devidas todas as verbas delas decorrentes. (D) Errada. Será devido 50% do aviso prévio (Súmula 14, TST). (E) Errada. É possível o saque do FGTS (art. 20, I, Lei n. 8.036/90). *Alternativa C.*

4510. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** João celebrou contrato de experiência de 60 dias com a empresa SOL sem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão. Durante o referido contrato, João, insatisfeito com suas tarefas diárias, requereu a rescisão antecipada deste contrato. Neste caso, considerando que não há justa causa presente na rescisão, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, João

(A) será obrigado a indenizar a empresa SOL dos prejuízos decorrentes desta rescisão, limitados a 80% da remuneração que João teria direito até o termino do contrato.

(B) será obrigado a indenizar a empresa SOL dos prejuízos decorrentes desta rescisão, limitados à remuneração total a que João teria direito até o término do contrato.

(C) não terá que indenizar a empresa SOL, tendo em vista que a rescisão antecipada a requerimento do empregado é permitida pela legislação competente.

(D) será obrigado a indenizar a empresa SOL no montante fixo e estipulado pela Consolidação das Leis do Trabalho de três salários mínimos vigentes na data da rescisão.

(E) será obrigado a indenizar a empresa SOL dos prejuízos decorrentes desta rescisão, limitados à metade da remuneração a que João teria direito até o término do contrato.

RESPOSTA Art. 480, *caput* e § 1º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4511. **(Analista – TRT-2 – 2008 – FCC)** A empresa privada Amarílis cessou suas atividades pagando indenização simples para seus funcionários. A empresa privada Violeta cessou suas atividades pagando indenização em dobro para seus funcionários. Nestes casos, o pagamento da indenização

(A) não exclui, por si só, apenas aos empregados da empresa Amarílis, o direito ao aviso prévio.

(B) não exclui, por si só, apenas aos empregados da empresa Violeta, o direito ao aviso prévio.

(C) exclui, por si só, o direito dos empregados de ambas as empresas ao aviso prévio.

(D) não exclui, por si só, o direito dos empregados de ambas as empresas ao aviso prévio.

(E) só excluirá o direito dos empregados de ambas as empresas ao aviso prévio se o pagamento da indenização ocorrer até o quinto dia útil do mês seguinte à cessação das atividades.

RESPOSTA Súmula 44, TST. As demais assertivas também estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4512. **(Analista – TRT-19 – 2008 – FCC)** A Justiça do Trabalho reconheceu culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho de Maria. Neste caso, o empregador

(A) pagará multa de 40% do valor dos depósitos e o empregado sacará a conta vinculada.

(B) pagará multa de 30% do valor dos depósitos e o empregado sacará a conta vinculada.

(C) pagará multa de 20% do valor dos depósitos e o empregado sacará a conta vinculada.

(D) não pagará multa sobre o valor dos depósitos, mas o empregado poderá sacar a conta vinculada.

(E) não pagará multa sobre o valor dos depósitos e o empregado também não poderá sacar a conta vinculada.

RESPOSTA Art. 18, § 2º, e art. 20, I, Lei n. 8.036/90. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4513. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Quanto à cessação do contrato de trabalho, é correto afirmar:

(A) Segundo posição do STF, a aposentadoria por tempo de serviço extingue o contrato de trabalho.

(B) À empregada doméstica, gestante, não se aplica a proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

(C) O pagamento da parte incontroversa das verbas rescisórias deve ser efetuado pelo empregador na data de seu comparecimento à Justiça do Trabalho, em razão de ação proposta pelo empregado, sob pena de acréscimo de 50% nas parcelas de natureza salarial.

(D) Havendo banco de horas, na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma da lei, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

(E) A CLT, no § 8º, do art. 477, não prevê índice de correção para a multa (por atraso no pagamento das verbas rescisórias) à qual se refere.

RESPOSTA (A) Errada. OJ-SDI 361, editada conforme entendimento do STF. (B) Errada. Art. 4º-A, Lei n. 5.859/72. (C) Errada. Acréscimo de 50% sobre as verbas rescisórias, salariais ou não (art. 467, CLT). (D) Correta. Art. 59, § 3º, CLT. (E) Errada. Devidamente corrigido pelo índice de variação do BTN (art. 477, § 8º, CLT). *Alternativa D.*

4514. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Venus trabalha há quatro meses na Clínica Médica Celta, exercendo as funções de secretária-recepcionista. Durante esse período, a empregada faltou por 25 dias alternados, sem apresentar justificativa legal para estas ausências. Nos dias em que compareceu ao trabalho, Venus frequentemente chegou com alguns minutos de atraso, bem como se esqueceu de agendar duas consultas, sofrendo advertências verbais e por escrito, além de duas suspensões. Nesta situação, a atitude da empregada enseja a rescisão do contrato por justa causa por

(A) abandono de emprego.

(B) ato de insubordinação.

(C) ato de indisciplina.

(D) ato de improbidade.

(E) desídia no desempenho das funções.

RESPOSTA (A) Errada. Abandono pressupõe afastamento por dias contínuos e vontade de não mais voltar a trabalhar. (B) Errada. Insubordinação é o descumprimento de ordens diretas, pessoais e específicas (art. 482, *h*, CLT). (C) Errada. Indisciplina é o descumprimento de ordens gerais e impessoais (art. 482, *h*, CLT). (D) Errada. Improbidade é a conduta do empregado que causa um prejuízo econômico ao empregador, trazendo para si ou para terceiro um correspondente benefício econômico. (E) Correta. Desídia é o desleixo, a preguiça, a falta de comprometimento do empregado (art. 482, *e*, CLT) (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 1.191-1.202). *Alternativa E.*

4515. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** Maria, empregada da empresa X, estava gozando de licença-maternidade. Porém, faz 45 dias que terminou o seu benefício maternidade e ela, sem justificativa, não retornou ao serviço. Neste caso,

(A) não há presunção de abandono de emprego, porque não transcorreram 60 dias do término do seu benefício maternidade.

(B) presume-se que Maria abandonou o emprego, podendo o seu contrato de trabalho ser rescindido com justa causa.

(C) não há presunção de abandono de emprego, porque não transcorreram 90 dias do término do seu benefício maternidade.

(D) não há presunção de abandono de emprego, porque caráter de abandonar em sentido estrito.

(E) não há presunção de abandono de emprego, porque o período para caracterização de abandono de emprego é de 120 dias.

RESPOSTA Súmula 32, TST, c/c art. 482, *i*, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4516. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** Carmelita, empregada da empresa Doce Amor, desrespeitou norma geral de sua empregadora quando reutilizou o mesmo uniforme durante toda a semana. Neste caso, Carmelita

(A) não está sujeita a dispensa por justa causa uma vez que não praticou qualquer ato configurador deste tipo de dispensa segundo a Consolidação das Leis do Trabalho.

(B) está sujeita a dispensa por justa causa em razão da prática de ato de insubordinação.

(C) está sujeita a dispensa por justa causa em razão da prática de ato de indisciplina.

(D) está sujeita a dispensa por justa causa em razão da prática de ato de desídia.

(E) está sujeita a dispensa por justa causa em razão da prática de ato de incontinência de conduta.

RESPOSTA (A) Errada. Carmelita incorreu em ato de indisciplina (art. 482, *h*, CLT). (B) Errada. Insubordinação é o descumprimento de ordens diretas, pessoais e específicas (art. 482, *h*, CLT). (C) Correta. Indisciplina é o descumprimento de ordens gerais e impessoais (art. 482, *h*, CLT). (D) Errada. Desídia é o desleixo, a preguiça, a falta de comprometimento do empregado (art. 482, *e*, CLT). (E) Errada. Incontinência de conduta é a postura do empregado que atenta contra a moralidade sexual no ambiente de trabalho (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, pp. 1.191-1.202). *Alternativa C.*

4517. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Considere as seguintes verbas:

I. Férias vencidas acrescidas de 1/3.

II. Saldo de salário.

III. 13º salário proporcional.

IV. Férias proporcionais.

Na rescisão do contrato de trabalho, tendo em vista a dispensa de empregado contratado há mais de um ano, com justa causa, serão devidas as verbas indicadas APENAS em

(A) I e II.

(B) I, II e IV.

(C) I, II, III e IV.

(D) II e III.

(E) II, III e IV.

RESPOSTA I. Correto. Art. 146, CLT. II. Correto. Saldo salarial é devido independentemente da modalidade de extinção. III. Errado. Art. 7º, Decreto n. 57.155/64. IV. Errado. Art. 147, CLT, c/c Súmula 171, TST. *Alternativa A.*

4518. **(Analista – TRT-4 – 2011 – FCC)** Zacarias, empregado do Esporte Clube Bola Branca, subornou Mário e Diego, empregados jogadores do time de futebol do Esporte Clube Lago Azul, para que os mesmos apresentassem um péssimo desempenho e o time Bola Branca vencesse a partida. A Diretoria do Lago Azul descobriu o ocorrido e pretende dispensar seus empregados com justa causa,

tendo em vista a prática de:

(A) desídia.

(B) incontinência de conduta.

(C) insubordinação.

(D) ato de improbidade.

(E) indisciplina.

RESPOSTA (A) Errada. Desídia é o desleixo, a preguiça, a falta de comprometimento do empregado (art. 482, *e*, CLT). (B) Errada. Incontinência de conduta é a postura do empregado que atenta contra a moralidade sexual no ambiente de trabalho. (C) Errada. Insubordinação é o descumprimento de ordens diretas, pessoais e específicas (art. 482, *h*, CLT). (D) Correta. Improbidade é a conduta do empregado que causa um prejuízo econômico ao empregador, trazendo para si ou para terceiro um correspondente benefício econômico (art. 482, *a*, CLT). (E) Errada. Indisciplina é o descumprimento de ordens gerais e impessoais (art. 482, *h*, CLT) (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 1.191-1.202). *Alternativa D.*

XX. FGTS

4519. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada, dentre outras hipóteses,

(A) na despedida sem justa causa, inclusive a indireta, e na por justa causa, culpa recíproca e por força maior.

(B) na extinção da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou, ainda, falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão do contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado.

(C) quando permanecer três anos ininterruptos ou não, sem crédito de depósitos.

(D) na suspensão do trabalho avulso por período igual ou superior a sessenta dias.

(E) na liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento automotivo concedido pela CEF, desde que haja interstício mínimo de dois anos para cada movimentação, sem prejuízo de outras condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

RESPOSTA (A) Errada. Não pode ser movimentada na hipótese de justa causa (art. 20, Lei n. 8.036/90). (B) Correta. Art. 20, II, Lei n. 8.036/90. (C) Errada. Três anos ininterruptos (art. 20, VIII, Lei n. 8.036/90). (D) Errada. 90 dias (art. 20, X, Lei n. 8.036/90). (E) Errada. Financiamento imobiliário (art. 20, VI, Lei n. 8.036/90). *Alternativa B.*

4520. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** À Caixa Econômica Federal caberá, na qualidade de agente operador, dentre outras obrigações,

(A) elaborar as análises jurídica e econômico-financeira dos projetos de habitação popular, infraestrutura urbana e saneamento básico, a serem financiados com recursos do FGTS.

(B) praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do FGTS, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador.

(C) submeter à apreciação do Conselho Curador as contas do FGTS.

(D) subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.

(E) expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos para implementação dos programas aprovados pelo Conselho Curador.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 7º, IV, Lei n. 8.036/90. (B) Errada. Art. 6º, I, Lei n. 8.036/90. (C) Errada. Art. 6º, V, Lei n. 8.036/90. (D) Errada. Art. 6º, VI, Lei n. 8.036/90. (E) Errada. Art. 6º, II, Lei n. 8.036/90. *Alternativa A.*

4521. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** O FGTS será regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador. As decisões deste Conselho serão tomadas com a presença

(A) da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente e o Vice-Presidente votos de qualidade.
(B) da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.
(C) da maioria simples de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.
(D) de um terço de seus membros, tendo o Presidente voto de desempate.
(E) de um terço de seus membros, tendo o Presidente e o Vice-Presidente votos de desempate.

RESPOSTA Art. 3º, § 5º, e art. 6º, V, Lei n. 8.036/90. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4522. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** Segundo a Lei n. 8.036/1990, com relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados

(A) pela Receita Federal, por meio do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), sem a capitalização de juros.
(B) para atualização dos saldos dos depósitos de poupança, com capitalização de juros de doze por cento ao ano.
(C) pela Receita Federal, por meio da taxa SELIC.
(D) para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização de juros de três por cento ao ano.
(E) para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização de juros de seis por cento ao ano.

RESPOSTA Art. 13, Lei n. 8.036/90. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4523. **(Analista – TRT-4 – 2011 – FCC)** Considere as seguintes assertivas a respeito do Conselho Curador do FGTS:

I. A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante da Caixa Econômica Federal.
II. Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social.
III. Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.
IV. O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

(A) II, III e IV.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) II e IV.
(E) I, II e IV.

RESPOSTA I. Errado. Pelo representante do Ministério do Trabalho e da Previdência Social (art. 3º, § 1º, Lei n. 8.036/90). II. Correto. Art. 3º, § 3º, Lei n. 8.036/90. III. Correto. Art. 3º, § 3º, Lei n. 8.036/90. IV. Correto. Art. 3º, § 4º, Lei n. 8.036/90. *Alternativa A.*

XXI. Estabilidades Provisórias

4524. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** NÃO se trata de situação de estabilidade especial:

(A) empregado eleito como dirigente de organização sindical, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final do seu mandato.

(B) empregado eleito para cargo de direção de comissão interna de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final do seu mandato.

(C) empregado da Administração Pública direta, das autarquias e fundações de direito público, em exercício na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, há pelo menos 5 anos continuados, sem o devido concurso público.

(D) empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

(E) empregado que sofreu acidente do trabalho, pelo prazo mínimo de doze meses, após a cessação do respectivo auxílio-doença.

RESPOSTA Tal estabilidade não é especial ou provisória, mas definitiva (art. 19, ADCT). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4525. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Em relação à estabilidade, garantias provisórias de emprego e aviso prévio, nos termos da legislação e da jurisprudência sumulada do TST, é correto afirmar:

(A) Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até 2 anos após o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente.

(B) O pedido de demissão do empregado estável, desde que formulado por escrito, será válido, ainda quando feito sem a assistência do respectivo Sindicato ou da autoridade local competente do Ministério do Trabalho.

(C) É válida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego, por não haver incompatibilidade entre os dois institutos.

(D) O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, lhe assegura a estabilidade, prevista no § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.

(E) O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 8º, VIII, CF, c/c art. 543, § 3º, CLT. (B) Errada. Se o contrato tiver mais de 1 ano de vigência, o pedido de demissão só será válido se realizado com a assistência do respectivo Sindicato ou da autoridade local competente do Ministério do Trabalho (art. 477, § 1º, CLT). (C) Errada. Súmula 348, TST. (D) Errada. Súmula 369, V, TST. (E) Correta. Súmula 379, TST. *Alternativa E.*

4526. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** Considere as seguintes assertivas a respeito da estabilidade provisória do dirigente sindical:

I. O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

II. Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, a estabilidade do respectivo dirigente sindical subsistirá em razão da proteção garantida pela

legislação.
III. O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade.
IV. Em regra, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do momento de sua candidatura a cargo de direção até um ano após o final de seu mandato, se eleito, inclusive, como suplente.
Está correto o que consta APENAS em
(A) II, III e IV.
(B) I e II.
(C) I, III e IV.
(D) I e IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA I. Correto. Súmula 369, III, TST. II. Errado. Súmula 369, IV, TST. III. Correto. Súmula 369, V, TST. IV. Correto. Art. 8º, VIII, CF, c/c art. 543, § 3º, CLT. *Alternativa C.*

4527. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** A respeito da estabilidade da empregada gestante, considere:
I. A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade.
II. De acordo com o Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal brasileira, é vedada a dispensa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.
III. Em regra, há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que há uma relação de emprego legalmente constituída.
IV. O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
Está correto o que consta APENAS em
(A) I, II e III.
(B) I e IV.
(C) III e IV.
(D) I, III e IV.
(E) I e III.

RESPOSTA I. Correto. Súmula 244, II, TST. II. Errado. Art. 10, II, *b*, ADCT. III. Correto. Súmula 244, III, TST. IV. Correto. Súmula 244, I, TST. *Alternativa D.*

4528. **(Analista – TRT-16 – 2009 – FCC)** Considere as afirmativas abaixo a respeito da estabilidade da gestante.
I. É vedada a dispensa da empregada doméstica grávida desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.
II. O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
III. A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.
IV. Não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência.
Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III e IV.
(B) I, III e IV.
(C) I, II e III.
(D) II e IV.
(E) I e III.

RESPOSTA I. Correto. Art. 4º-A, Lei n. 5.859/72. II. Errado. Súmula 244, I, TST. III. Correto. Súmula 244, II, TST. IV. Errado. Súmula 244, III, TST. *Alternativa E.*

4529. **(Analista – TRT-15 – 2009 – FCC)** Salvo se cometer falta grave, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir

(A) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical até um ano após o final de seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.
(B) da data da posse em cargo de direção ou representação de entidade sindical até um ano após o final de seu mandato, inclusive se eleito como suplente.
(C) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical até um ano após o final de seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente.
(D) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical até seis meses após o final de seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.
(E) da data da posse em cargo de direção ou representação de entidade sindical até um ano após o final de seu mandato, exceto se eleito como suplente.

RESPOSTA Art. 8º, VIII, CF, c/c art. 543, § 3º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4530. **(Analista – TRT-7 – 2009 – FCC)** Marta é empregada doméstica e trabalha na residência de Joana há quinze meses. Joana é empregada na empresa X há dezesseis meses, exercendo a função de secretária executiva. Marta e Joana estão grávidas de dois meses. Em regra, com relação à Joana e Marta, é correto afirmar que é vedada a dispensa sem justa causa

(A) apenas de Joana, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, e Joana possui o direito de gozar trinta dias corridos de férias e Marta 20 dias úteis.
(B) apenas de Joana, desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto, mas ambas possuem o direito de gozar trinta dias corridos de férias.
(C) de ambas as empregadas, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, mas Joana possui o direito de gozar trinta dias corridos de férias e Marta 20 dias úteis.
(D) de ambas as empregadas, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, bem como que elas possuem o direito de gozar trinta dias corridos de férias.
(E) de ambas as empregadas, desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto, bem como que elas possuem o direito de gozar trinta dias corridos de férias.

RESPOSTA Art. 10, II, *b*, ADCT, c/c art. 4º-A, Lei n. 5.859/72. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4531. **(Analista – TRT-2 – 2008 – FCC)** No que se refere à estabilidade, analise:

I. A estabilidade provisória do cipeiro constitui, além de uma vantagem pessoal, uma garantia para as atividades dos membros da CIPA.
II. O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer

na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

III. Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não subsiste a estabilidade do dirigente sindical.

IV. O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade.

De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, está correto o que consta APENAS em

(A) II, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) II e IV.
(D) I, II e IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA I. Errado. Súmula 339, II, TST. II. Correto. Súmula 369, III, TST. III. Correto. Súmula 369, IV, TST. IV. Correto. Súmula 369, V, TST. *Alternativa A.*

XXII. Prescrição e Decadência

4532. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Quanto ao instituto da prescrição no Direito do Trabalho, conforme previsão legal e jurisprudência sumulada do TST, é correto afirmar:

(A) Não se aplica o prazo prescricional previsto na CLT para as ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.
(B) O direito de ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho é de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho para o trabalhador rural.
(C) A ação trabalhista, quando arquivada, não interrompe a prescrição em relação aos pedidos idênticos.
(D) Contra os menores de 21 anos e as mulheres acima de 50 anos não corre nenhum prazo de prescrição.
(E) É quinquenal a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos após o término do contrato de trabalho.

RESPOSTA (A) Correta. Pretensão declaratória é imprescritível (GARCIA, *Manual do direito do trabalho*, p. 658). (B) Errada. Art. 7º, XXIX, CF. (C) Errada. Súmula 268, TST. (D) Errada. Art. 440, CLT. (E) Errada. Súmula 362, TST. *Alternativa A.*

XXIII. Direito Coletivo do Trabalho

4533. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** No que se refere ao sistema de organização sindical previsto na Constituição Federal, é correto afirmar que

(A) o sistema é o da unicidade sindical e impossibilita a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial, não inferior à área de um Estado.
(B) o sistema é o da unicidade sindical e impossibilita a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial, não inferior a área de um Município.
(C) a unicidade sindical não impossibilita a livre criação de associações sindicais representativas da mesma categoria econômica ou profissional em idêntica base territorial.
(D) o sistema é o da pluralidade sindical.
(E) o sistema é misto, sendo facultada a unicidade ou a pluralidade.

RESPOSTA Art. 8º, II, CF. As demais assertivas também estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4534. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Sobre as organizações sindicais, é correto afirmar que

(A) a lei poderá exigir autorização do Estado para fundação do sindicato.

(B) para os integrantes da categoria diferenciada, a filiação ao sindicato representativo da categoria é compulsória.

(C) cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

(D) é garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre-associação sindical.

(E) é faculdade a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 8º, I, CF. (B) Errada. Art. 8º, V, CF. (C) Correta. Art. 8º, III, CF. (D) Errada. Art. 142, § 3º, IV, CF. (E) Errada. Art. 8º, VI, CF. *Alternativa C.*

4535. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** As convenções coletivas de trabalho

(A) podem ser celebradas verbalmente ou por escrito, sem emendas nem rasuras, em tantas vias quantos forem os Sindicatos convenentes ou as empresas acordantes, sem necessidade de serem levadas a registro, não sendo permitido estipular duração superior a 2 (dois) anos.

(B) serão celebradas por escrito, sem emendas nem rasuras, em tantas vias quantos forem os Sindicatos convenentes ou as empresas acordantes, além de uma destinada a registro, não sendo permitido estipular duração superior a 2 (dois) anos.

(C) serão celebradas por escrito, sem emendas nem rasuras, em tantas vias quantos forem os Sindicatos convenentes ou as empresas acordantes, além de uma destinada a registro, não sendo permitido estipular duração superior a 3 (três) anos.

(D) podem ser prorrogadas, revistas, denunciadas ou revogadas total ou parcialmente mediante a aprovação da Diretoria dos Sindicatos convenentes ou partes acordantes.

(E) não podem ser prorrogadas, revistas, denunciadas ou revogadas total ou parcialmente.

RESPOSTA Art. 613, parágrafo único, e art. 614, § 3º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4536. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** São deveres dos Sindicatos de empregados e empregadores, dentre outros,

(A) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social e promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito.

(B) manter serviços de assistência judiciária para os associados e fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais.

(C) celebrar convenções coletivas de trabalho e eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal.

(D) promover a conciliação nos dissídios de trabalho e sempre que possível, e de acordo com as suas possibilidades, manter no seu Quadro de Pessoal, em convênio com entidades assistenciais ou por conta própria, um assistente social com as atribuições específicas de promover a cooperação operacional na empresa e a integração profissional na Classe.

(E) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal e impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 514, parágrafo único, *a*, CLT. (B) Errada. Inexiste o dever de manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais (art. 514, CLT). (C) Errada. Inexiste o dever de eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal (art. 514, CLT). (D) Correta. Art. 514, *c* e *d*, CLT. (E) Errada. Inexistem tais deveres (art. 514, CLT). *Alternativa D.*

4537. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** NÃO são considerados serviços ou atividades essenciais para o exercício do direito de greve:

(A) o tratamento e abastecimento de água e a produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis.
(B) o transporte coletivo e a hotelaria, a hospitalidade e os serviços similares.
(C) o transporte coletivo e o controle de tráfego aéreo.
(D) a assistência médica e hospitalar e os serviços funerários.
(E) a distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos.

RESPOSTA Art. 10, Lei n. 7.783/89. *Alternativa B.*

4538. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Quanto às eleições sindicais, é correto afirmar:

(A) Nas eleições para cargos de Diretoria e do Conselho Fiscal serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria simples dos eleitores associados presentes na primeira assembleia eleitoral.
(B) Poderão ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, ou permanecer no exercício desses cargos os que estiverem, desde 2 (dois) anos antes, pelo menos, no exercício efetivo da atividade ou da profissão dentro ou fora da base territorial do Sindicato, ou no desempenho de representação econômica ou profissional.
(C) As eleições para a renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal deverão ser procedidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 (trinta) dias, após o término do mandato dos dirigentes em exercício.
(D) Não havendo protesto na ata da Assembleia Eleitoral ou recurso interposto por algum dos candidatos, dentro de 15 (quinze) dias, a contar da data das eleições, a posse da Diretoria eleita independerá da aprovação das eleições pelo Ministério do Trabalho.
(E) Os associados não são obrigados a votar nas eleições sindicais.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 531, CLT. (B) Errada. Art. 530, III, CLT. (C) Errada. Art. 532, CLT. (D) Correta. Art. 532, § 1º, CLT. (E) Errada. Art. 529, parágrafo único, CLT. *Alternativa D.*

4539. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** A administração das federações e confederações será exercida

(A) apenas pelo Conselho de Representantes que será formado pelas delegações dos Sindicatos ou das Federações filiadas, constituída cada delegação de 2 membros, com mandato de 3 anos, cabendo 1 voto a cada delegação.
(B) apenas pela Diretoria e pelo Conselho de Representantes e poderão escolher seu presidente dentre os seus membros ou não.
(C) pela Diretoria, pelo Conselho de Representantes e pelo Conselho Fiscal e terá seu presidente escolhido pelo Conselho de Representantes e pelo Conselho Fiscal, dentre os seus membros.
(D) apenas pela Diretoria, constituída no mínimo de 3 membros, os quais serão eleitos pelo Conselho de Representantes com mandato de 3 anos.

(E) pela Diretoria, pelo Conselho de Representantes e pelo Conselho Fiscal, sendo que a competência deste último limita-se à fiscalização da gestão financeira.

RESPOSTA Art. 538, *a*, *b*, *c* e § 5º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4540. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Os sindicatos poderão celebrar Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho,

(A) independentemente de aprovação em Assembleia Geral, quando houver autorização expressa de sua diretoria.
(B) na falta das federações ou confederações representativas das categorias econômicas ou profissionais.
(C) independentemente de aprovação em Assembleia Geral.
(D) por deliberação de Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, que será válida com o comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 (dois terços) dos associados da entidade, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo e, em segunda convocação, de 1/3 (um terço) dos membros.
(E) por deliberação de Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, que será válida com o comparecimento e votação, em única convocação, de 1/8 (um oitavo) dos membros associados ou não.

RESPOSTA Art. 612, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4541. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** São prerrogativas dos Sindicatos de empregados e empregadores, dentre outras,

(A) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal.
(B) manter serviços de assistência judiciária para os associados.
(C) fundar e manter agências de colocação.
(D) fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais.
(E) promover a conciliação nos dissídios de trabalho.

RESPOSTA Art. 513, *c*, CLT. As demais assertivas estão erradas porque não se enquadram em nenhuma das hipóteses do art. 513, CLT. *Alternativa A.*

4542. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** O orçamento das entidades sindicais

(A) é aprovado em escrutínio secreto, pelas respectivas Assembleias Gerais ou Conselho de Representantes, até 30 (trinta) dias antes do início do exercício financeiro a que se refere.
(B) é aprovado em Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, até 60 (sessenta) dias antes do início do exercício financeiro a que se refere.
(C) independe de aprovação, desde que seja publicado no prazo de 60 (sessenta) dias antes do início do exercício financeiro a que se refere.
(D) é aprovado pelo Presidente e sua Diretoria, independentemente de Assembleia Geral, e deverá ser público e evidenciado pelos registros contábeis, executados sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado.
(E) é aprovado pelo Conselho Fiscal, desde que autorizado pelo Presidente.

RESPOSTA Art. 550, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4543. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** Determinado acordo coletivo previu multa

normativa para o descumprimento de obrigação prevista em lei, tratando-se de mera repetição e texto legal. Neste caso, a multa normativa

(A) não é aplicável, tendo em vista que está prevista em acordo coletivo e não em convenção coletiva.
(B) não é aplicável, tendo em vista a vedação legal existente.
(C) é aplicável.
(D) não é aplicável, tendo em vista a aplicação do princípio da norma mais favorável.
(E) não é aplicável, tendo em vista a aplicação do Princípio da Proteção.

RESPOSTA Súmula 384, II, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4544. **(Analista – TRT-15 – 2009 – FCC)** Em regra, os sindicatos poderão ser

(A) distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais.
(B) municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais.
(C) municipais, intermunicipais, estaduais, interestaduais e nacionais.
(D) somente municipais e intermunicipais.
(E) somente municipais, intermunicipais e estaduais.

RESPOSTA Art. 8º, II, CF. As demais assertivas também estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4545. **(Analista – TRT-7 – 2009 – FCC)** Mário labora em empresa de telecomunicações e Joana labora em empresa de transporte de valores. Para que a categoria de Mário e Joana exerçam o direito de greve, deverá o sindicato patronal ou o empregador ser comunicado com antecedência mínima de

(A) 48 horas e 24 horas, respectivamente.
(B) 72 horas e 48 horas, respectivamente.
(C) 72 horas.
(D) 48 horas.
(E) 24 horas.

RESPOSTA Telecomunicações é atividade essencial (art. 10, VII, Lei n. 7.783/89), exigindo aviso em 72h (art. 13, Lei n. 7.783/89). Transporte de valores não é atividade essencial, exigindo o aviso em 48h (art. 3º, parágrafo único, Lei n. 7.783/89). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4546. **(Analista – TRT-3 – 2009 – FCC)** O sistema sindical brasileiro, a partir da Constituição da República de 1.988, identifica-se pelos princípios da

(A) unicidade, da simplicidade e da liberdade.
(B) unicidade, da liberdade e da livre associação.
(C) livre associação, da pluralidade e da unicidade.
(D) liberdade, da livre associação e da pluralidade.
(E) unicidade, da livre associação e da pluralidade.

RESPOSTA Art. 8º, *caput*, II e V, CF. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4547. **(Analista – TRT-18 – 2008 – FCC)** Convenção Coletiva de Trabalho de determinada categoria aumentou o adicional noturno para 50% sobre a hora diurna. Neste caso, esse aumento é

(A) inválido, uma vez que o limite legal máximo para o adicional noturno é de 20% sobre a hora diurna, sendo vedada qualquer estipulação em contrário.
(B) válido, mas dispensa o empregador de considerar a hora noturna reduzida de 52’ e 30’’.

(C) válido, não dispensando o empregador de considerar a hora noturna reduzida de 52’ e 30’’.

(D) inválido, uma vez que Convenção Coletiva de Trabalho não é instrumento hábil para aumentar adicional noturno.

(E) inválido, uma vez que o limite legal máximo para o adicional noturno é de 30% sobre a hora diurna, sendo vedada qualquer estipulação em contrário.

RESPOSTA No tocante aos seus limites e possibilidades, a norma coletiva poderá implementar um padrão de direitos superior àquele previsto em lei (como aumentar o adicional noturno), mas não poderá alterar direito absolutamente indisponível (como alterar a hora noturna reduzida) (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*. p. 1.399). *Alternativa C.*

4548. **(Analista – TRT-18 – 2008 – FCC)** Quanto às Convenções Coletivas de Trabalho, analise:

I. Os Sindicatos poderão celebrar Convenções Coletivas de Trabalho independentemente de deliberação em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

II. O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial de Convenção Coletiva de Trabalho ficará subordinado, em qualquer caso, à aprovação de Assembleia Geral dos Sindicatos convenentes.

III. As Convenções Coletivas de Trabalho deverão conter obrigatoriamente normas para a conciliação das divergências sugeridas entre os convenentes por motivos da aplicação de seus dispositivos.

IV. As Convenções Coletivas de Trabalho serão celebradas por escrito, sem emendas nem rasuras, em tantas vias quantos forem os Sindicatos convenentes ou as empresas acordantes, além de uma destinada a registro.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que consta APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) I, II e III.

(C) I e III.

(D) I e IV.

(E) II e IV.

RESPOSTA I. Errado. Art. 612, CLT. II. Correto. Art. 615, CLT. III. Correto. Art. 613, V, CLT. IV. Correto. Art. 613, parágrafo único, CLT. *Alternativa A.*

4549. **(Analista – TRT-2 – 2008 – FCC)** Com relação às Convenções Coletivas de Trabalho e aos Acordos Coletivos de Trabalho, é INCORRETO afirmar:

(A) Não prorrogada a Convenção Coletiva de Trabalho, os seus efeitos não se estenderão aos contratos individuais firmados após seu termo.

(B) As Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos de Trabalho são instrumentos formais e solenes, devendo ser necessariamente lançados por escrito e submetidos à divulgação pública.

(C) Não é permitida a estipulação de Convenções Coletivas de Trabalho e Acordos Coletivos de Trabalho com duração superior a dois anos.

(D) Os reajustes salariais previstos em norma coletiva de trabalho não prevalecem frente à legislação superveniente de política salarial.

(E) No acordo coletivo de trabalho é necessária a presença do sindicato no polo empresarial de contratação, obedecendo-se o princípio da legalidade e da isonomia.

RESPOSTA Art. 611, § 1º, CLT. *Alternativa E.*

4550. **(Analista – TRT-19 – 2008 – FCC)** Com relação às Convenções Coletivas de Trabalho, é correto afirmar:

(A) Não é permitido estipular duração de Convenção Coletiva de Trabalho superior a três anos.

(B) O quorum de comparecimento e votação na Assembleia Geral convocada para celebrar Convenção Coletiva de Trabalho é, em regra, de 2/3 dos associados da entidade em primeira convocação e 1/3 em segunda.

(C) As Convenções Coletivas de Trabalho poderão conter de forma facultativa penalidades para os Sindicatos convenentes em caso de violação de seus dispositivos.

(D) Qualquer uma das partes poderá denunciar Convenção Coletiva de trabalho, bastando a comunicação escrita direcionada a todas as categorias de empregados e empregadores abrangidas pelo respectivo instrumento.

(E) As Convenções Coletivas de Trabalho poderão conter de forma facultativa disposições sobre o processo de revisão total ou parcial de seus dispositivos.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 614, § 3º, CLT. (B) Correta. Art. 612, CLT. (C) Errada. Art. 613, VIII, CLT. (D) Errada. Art. 615, CLT. (E) Errada. Art. 613, VI, CLT. *Alternativa B.*

4551. **(Advogado – METRÔ-SP – 2010 – FCC)** No que concerne ao Direito de Greve, analise:

I. Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais obrigadas a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 horas da paralisação.

II. É lícita a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados.

III. A entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de 24 horas, da paralisação.

IV. Em regra, é direito dos grevistas a proteção contra a contratação de substitutos pelo empregador.

É correto o que consta APENAS em

(A) I e IV.

(B) I, II e III.

(C) III e IV.

(D) I, III e IV.

(E) II e IV.

RESPOSTA I. Correto. Art. 13, Lei n. 7.783/89. II. Errado. Art. 17, Lei n. 7.783/89. III. Errado. Art. 3º, parágrafo único, Lei n. 7.783/89. IV. Correto. Art. 7º, parágrafo único, Lei n. 7.783/89. *Alternativa A.*

4552. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** A categoria S não possui ainda sindicato representativo. Na criação deste sindicato, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a sua administração seria exercida por uma diretoria constituída

(A) no máximo de sete e no mínimo de três membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros.

(B) no máximo de dez e no mínimo de cinco membros e de um Conselho Fiscal composto de cinco membros.

(C) de quinze membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros.

(D) de dez membros e de um Conselho Fiscal composto de no mínimo dois membros.

(E) de sete membros e de um Conselho Fiscal composto de cinco membros.

RESPOSTA Art. 522, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4553. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** Com relação aos direitos sociais previstos na Constituição Federal é correto afirmar:

(A) O aposentado filiado tem direito a votar nas organizações sindicais, possuindo, inclusive, o direito de ser votado.

(B) Nas empresas com mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

(C) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, mas é permitido ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

(D) É vedada a dispensa imotivada do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, exceto se suplente, até seis meses após o final do mandato.

(E) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional na mesma base territorial, que não pode ser inferior à área de dois Municípios.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 8º, VII, CF. (B) Errada. Art. 11, CF. (C) Errada. Art. 8º, I, CF. (D) Errada. Art. 8º, VIII, CF, c/c art. 543, § 3º, CLT. (E) Errada. Art. 8º, II, CF. *Alternativa A.*

XXIV. Trabalho da Mulher

4554. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Em caso de prorrogação do horário normal e trabalho aos domingos exercido por empregada mulher, será obrigatório um descanso de

(A) quinze minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário de trabalho e a organização de uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso dominical.

(B) quinze minutos no mínimo, durante o período extraordinário de trabalho e a organização de uma escala de revezamento mensal, que garanta o descanso em pelo menos um domingo por mês.

(C) cinco minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário de trabalho e a organização de uma escala de revezamento mensal, que garanta o descanso em pelo menos um domingo por mês.

(D) dez minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário de trabalho e a organização de uma escala de revezamento mensal, que garanta o descanso em pelo menos um domingo por mês.

(E) dez minutos no mínimo, durante o período extraordinário de trabalho e a organização de uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso dominical.

RESPOSTA Arts. 384 e 385, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4555. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Em relação às disposições legais trabalhistas sobre o trabalho da mulher é INCORRETO afirmar:

(A) Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um.

(B) As empresas com mais de cem empregados, de ambos os sexos, deverão manter programas especiais de incentivos e aperfeiçoamento profissional de mão de obra.

(C) Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que

ocupava antes de seu afastamento.

(D) Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 25 (vinte e cinco) quilos, para o trabalho contínuo, ou 20 (vinte) quilos, para o trabalho ocasional.

(E) A pessoa jurídica poderá associar-se a entidade de formação profissional, sociedades civis, sociedades cooperativas, órgãos e entidades públicas ou entidades sindicais, bem como firmar convênios para o desenvolvimento de ações conjuntas, visando à execução de projetos relativos de incentivo ao trabalho da mulher.

RESPOSTA Art. 390, CLT. *Alternativa D.*

4556. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** Ao término de sua licença-maternidade, Joana retornou ao seu emprego. Considerando que seu filho tem cinco meses de idade e que está sendo amamentado, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em regra, Joana terá direito, durante a jornada de trabalho, a

(A) dois descansos especiais, de quarenta e cinco minutos cada um, até que seu filho complete seis meses de idade.

(B) um descanso especial, de quarenta e cinco minutos, até que seu filho complete seis meses de idade.

(C) dois descansos especiais, de meia hora cada um, até que seu filho complete doze meses de idade.

(D) um descanso especial, de quarenta e cinco minutos, até que seu filho complete doze meses de idade.

(E) dois descansos especiais, de meia hora cada um, até que seu filho complete seis meses de idade.

RESPOSTA Art. 396, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4557. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** Considerando as normas especiais de proteção ao trabalho da mulher, é INCORRETO afirmar que

(A) é vedado publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade, pública e notoriamente, assim o exigir.

(B) é vedado exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego.

(C) ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a vinte quilos de trabalho contínuo, ou vinte e cinco quilos para o trabalho ocasional, salvo se exercida a atividade com aparelhos mecânicos.

(D) a empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade condicionada à apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

(E) em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de quatro semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes do afastamento.

RESPOSTA Art. 395, CLT. *Alternativa E.*

4558. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** No tocante a proteção ao trabalho da mulher, em especial a proteção à maternidade, é certo que

(A) os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de duas semanas cada

um, mediante atestado médico.

(B) em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de, no máximo, uma semana, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

(C) para amamentar o próprio filho, em regra, até que este complete seis meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a um descanso especial, de noventa minutos.

(D) os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período da amamentação deverão possuir, no mínimo, um berçário, duas saletas de amamentação e duas instalações sanitárias.

(E) em caso de parto antecipado, a mulher terá direito a licença-maternidade reduzida e proporcional ao tempo de antecipação comparado com a gestação a termo.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 392, § 2º, CLT. (B) Errada. Art. 395, CLT. (C) Errada. Art. 396, CLT. (D) Errada. Art. 400, CLT. (E) Errada. Art. 392, § 3º, CLT. *Alternativa A.*

XXV. Trabalho do Menor

4559. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Em relação ao trabalho do menor é INCORRETO afirmar:

(A) Se a autoridade competente verificar que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou à sua moralidade, poderá ela obrigá-lo a abandonar o serviço, devendo a respectiva empresa, quando for o caso, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de funções.

(B) Ao responsável legal do menor é facultado pleitear a extinção do contrato de trabalho, desde que o serviço possa acarretar para ele prejuízo de ordem física ou moral.

(C) O empregador, cuja empresa ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas.

(D) Ao menor de 18 anos é vedado o trabalho noturno, considerado, na área urbana ou rural, o que for executado no período compreendido entre as 20 (vinte) e as 5 (cinco) horas.

(E) Os estabelecimentos situados em lugar onde a escola estiver a maior distância que dois quilômetros e que ocuparem, permanentemente, mais de trinta menores analfabetos, serão obrigados a manter local apropriado em que lhes seja ministrada a instrução primária.

RESPOSTA Jornada noturna urbana: das 22h às 5h (art. 73, § 2º, CLT) e rural: na lavoura, das 21h às 5h e na pecuária, das 20h às 4h (art. 7º, Lei n. 5.889/73). Tais horários prevalecem para o menor. *Alternativa D.*

4560. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Com relação à proteção ao trabalho do menor, a Consolidação das Leis do Trabalho prevê o contrato de aprendizagem. Este contrato é um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Este contrato pode ser celebrado com pessoa maior de 14 anos e menor de

(A) 26 anos.

(B) 24 anos.

(C) 22 anos.

(D) 21 anos.

(E) 18 anos.

RESPOSTA Art. 428, *caput*, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4561. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** A primeira Convenção da OIT − Organização Internacional do Trabalho, que recebeu o nº 1, e que foi devidamente ratificada pelo Brasil, teve por objeto

(A) a limitação da jornada de trabalho.
(B) o trabalho noturno das mulheres.
(C) a proteção à maternidade.
(D) o desemprego.
(E) a duração do trabalho na indústria.

RESPOSTA Decreto n. 423, de 12 de novembro de 1935. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4562. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Nos termos da Constituição Federal, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

(A) o décimo terceiro salário com base na remuneração proporcional ou no valor da aposentadoria.
(B) o seguro-desemprego, em caso de pedido de demissão.
(C) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
(D) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e cinquenta dias.
(E) o adicional de penosidade, se a atividade exercida pelo empregado suscitar esforços físicos acima dos padrões médios tolerados, com adicional de 30% sobre o salário contratual.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 7º, VIII. (B) Errada. Art. 7º, II, CF. (C) Correta. Art. 7º, XXVIII, CF. (D) Errada. Art. 7º, XVIII, CF. (E) Errada. Art. 7º, XXIII, CF. *Alternativa C.*

4563. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** São direitos constitucionais dos trabalhadores previstos no artigo 7º da Constituição Federal:

(A) licença-paternidade, garantia ao direito adquirido e irredutibilidade salarial.
(B) participação nos lucros e resultados, salário-família e direito de petição aos órgãos públicos.
(C) seguro-desemprego, proteção em face da automação e proteção do mercado de trabalho da mulher.
(D) adicional de penosidade, função social da propriedade e piso salarial.
(E) licença à gestante, adicional de insalubridade, contraditório e ampla defesa.

RESPOSTA (A) Errada. Direito adquirido não está no rol do art. 7º, CF. (B) Errada. Direito de petição não está no rol do art. 7º, CF. (C) Correta. Art. 7º, II, XX e XXVII, CF. (D) Errada. Função social da propriedade não está no rol do art. 7º, CF. (E) Errada. Contraditório e ampla defesa não estão no rol do art. 7º, CF. *Alternativa C.*

4564. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Empregado integrante de categoria profissional diferenciada

(A) tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo desde que a empresa para a qual trabalha tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.
(B) eleito dirigente sindical goza de estabilidade na empresa independentemente do exercício de atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
(C) é reconhecido como tal por decisão judicial quando houver similitude de condições de vida

oriunda da profissão ou trabalho em comum.

(D) pode ser reconhecido como tal por dissídio coletivo, quando o Sindicato pretender a interpretação de norma relativa ao enquadramento sindical.

(E) beneficia-se do regime legal relativo aos bancários quando trabalhar para um estabelecimento de crédito.

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 374, TST. (B) Errada. Súmula 369, III, TST. (C) Errada. Art. 511, § 3º, CLT, c/c OJ-SDC-36. (D) Errada. OJ-SDC-9. (E) Errada. Súmula 117, TST. *Alternativa A.*

4565. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** A Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo

(A) doze membros, sendo que a metade de seus membros será indicada pelo empregador e a outra metade eleita pelos empregados, em escrutínio secreto, fiscalizado pelo sindicato da categoria profissional.

(B) doze membros, sendo que o mandato dos seus membros, titulares e suplentes, é de um ano, permitida uma recondução.

(C) dez membros, sendo que haverá na Comissão dois suplentes para cada um dos representantes titulares.

(D) dez membros, sendo que o representante dos empregados desenvolverá seu trabalho normal na empresa, afastando-se de suas atividades apenas quando convocado para atuar como conciliador, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade.

(E) dez membros, sendo vedada a dispensa dos representantes dos empregados, titulares e suplentes, até um ano após o início do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 625-B, *caput*, CLT. (B) Errada. Art. 625-B, *caput*, CLT. (C) Errada. Art. 625-B, II, CLT. (D) Correta. Art. 625-B, *caput* e § 2º, CLT. (E) Errada. Art. 625-B, *caput* e § 1º, CLT. *Alternativa D.*

4566. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as Comissões de Conciliação Prévia

(A) instituídas no âmbito da empresa terão 1/3 de seus membros indicados pelo empregador, em escrutínio, secreto, fiscalizado pelo sindicato da categoria profissional.

(B) instituídas no âmbito da empresa serão compostas de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

(C) têm prazo de quinze dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação, a partir da provocação do interessado.

(D) devem possuir caráter intersindical, sendo vedada a constituição por grupos de empresas.

(E) são órgãos administrativos cujo objetivo é a tentativa de conciliação entre empregados e empregadores, sendo que o seu termo de conciliação não possui caráter de título executivo extrajudicial.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 625-B, *caput* e I, CLT. (B) Correta. Art. 625-B, *caput* e III, CLT. (C) Errada. Art. 625-F, CLT. (D) Errada. Art. 625-A, *caput* e parágrafo único, CLT. (E) Errada. Art. 625-E, parágrafo único, CLT. *Alternativa B.*

4567. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** Na CIPA − Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, os representantes dos empregados, titulares e suplentes serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem

(A) empregados obrigatoriamente com filiação sindical, que, se eleitos, terão mandato de dois anos,

vedada a reeleição.

(B) empregados obrigatoriamente com filiação sindical, que, se eleitos, terão mandato de um ano, permitida uma reeleição.

(C) exclusivamente os empregados interessados, independentemente de filiação sindical, que, se eleitos, terão mandato de dois anos, vedada a reeleição.

(D) exclusivamente os empregados interessados, independentemente de filiação sindical, que, se eleitos, terão mandato de um ano, permitida uma reeleição.

(E) empregados obrigatoriamente com filiação sindical, que, se eleitos, terão mandato de um ano, vedada a reeleição.

RESPOSTA Art. 164, §§ 2º e 3º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4568. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Com relação à CIPA, considere:

I. Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.

II. Em regra, o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de dois anos, permitida uma reeleição.

III. O empregador designará, anualmente, dentre os seus representantes, o Presidente da CIPA e os empregados elegerão, dentre eles, o Vice-Presidente.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II e III.

(E) III.

RESPOSTA I. Correto. Art. 164, § 2º, CLT. II. Errado. Art. 164, § 3º, CLT. III. Correto. Art. 164, § 5º, CLT. *Alternativa C.*

I. Teoria Geral do Direito do Trabalho

4569. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Qual o princípio de Direito do Trabalho que busca proporcionar uma forma de compensar a superioridade econômica do empregador em relação ao empregado, dando a este último uma superioridade jurídica?

(A) princípio da proteção
(B) princípio da isonomia
(C) princípio da continuidade
(D) princípio da primazia da realidade
(E) princípio da irrenunciabilidade de direitos

RESPOSTA (A) Correta. O Direito do Trabalho reconhece no plano normativo o desnível material entre empregado e empregador e, por meio de normas, busca o equilíbrio, protegendo o trabalhador (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 35). (B) Errada. O princípio da isonomia tem aplicação mais ampla, não se restringindo às relações de trabalho. (C) Errada. Preconiza que o contrato de trabalho seja contínuo. (D) Errada. Preconiza que, na relação de trabalho, prevalece o que ocorre na realidade, em detrimento daquilo que é formalizado. (E) Errado. Veda a renúncia ou despojamento unilateral por parte do empregado de direitos trabalhistas. *Alternativa A.*

4570. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Assinale a alternativa que indique o princípio do Direito do Trabalho que prevê a proteção dos salários contra descontos não previstos em lei.

(A) Princípio da unidade salarial.
(B) Princípio da primazia da realidade.
(C) Princípio da materialidade salarial.
(D) Princípio da legalidade.
(E) Princípio da intangibilidade

RESPOSTA (A) Errada. Reconhece que todas as parcelas contraprestativas de natureza não indenizatória compõem uma unidade salarial. (B) Errada. Preconiza que, na relação de trabalho, prevalece o que ocorre na realidade, em detrimento daquilo que é formalizado. (C) Errada. Estabelece que o salário deve ser materialmente aferível pelo empregado, já que destinado ao atendimento de suas necessidades vitais básicas. (D) Errada. Preconiza o respeito à lei. (E) Correta. Preconiza a "proteção dos salários contra descontos não previstos em lei" (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 195). *Alternativa E.*

4571. **(Advogado – CEB – 2010 – UNIVERSA)** Acerca do princípio da adequação setorial negociada, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) É juridicamente válida a redução da duração do trabalho, com respectiva redução salarial, desde que coletivamente negociada, correspondendo a uma transação.
(B) É juridicamente inválida a redução meramente contratual das horas de labor com redução salarial.
(C) É juridicamente inválida a pura e simples extensão da duração do trabalho para além do montante de horas que decorre da previsão constitucional.
(D) É juridicamente válida a ampliação da jornada especial de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, desde que a transação ampliativa se faça por negociação coletiva.
(E) É juridicamente válida a redução da duração do trabalho, com respectiva redução salarial, desde que coletivamente negociada, correspondendo a uma renúncia.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 7º, VI, CF. (B) Correta. Art. 7º, VI, CF. (C) Errada. A prorrogação deve ocorrer de modo excepcional, e não como regra, sempre mediante pagamento do respectivo adicional (art. 7º, XIII e XVI, CF, e art. 59, CLT). (D) Correta. Art. 7º, XIV, CF, e Súmula 423, TST. (E) Errada. Não é juridicamente válida tal redução, visto que o princípio da adequação setorial negociada veda ato de mera renúncia (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 1.319-1.321). *Alternativas*

*C e E**.
* A questão possui duas alternativas incorretas, sendo passível de anulação.

4572. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Na observância da classificação das fontes formais do direito do trabalho, da hierarquia normativo-trabalhista, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A hierarquia normativa é rígida e inflexível, de modo que, a partir da Constituição da República, a norma jurídica tem seu fundamento de validade na norma hierarquicamente superior e assim, por exemplo, não se concebe que um regulamento normativo possa agredir o conteúdo de uma lei.

(B) Um acordo coletivo de trabalho, na consideração de que, celebrado entre um sindicato profissional e uma determinada empresa, não pode prevalecer sobre uma convenção coletiva porquanto esta, a abranger categorias profissional e econômica, contém normas de maior extensão e intensidade normativa.

(C) A título de fonte subsidiária, na ausência de previsão legal ou contratual, a nota característica do direito do trabalho, em consonância com o texto celetizado, é a referência à analogia e aos princípios gerais de direito.

(D) Traço marcante de originalidade do direito do trabalho, sob o prisma da hierarquia das suas normas jurídicas, vem a ser o princípio da norma mais favorável ao trabalhador.

(E) Pelo princípio da norma mais favorável, não haverá como se fazer prevalecer dispositivo de lei, ainda que de interesse público, sobre cláusula de convenção coletiva de trabalho que seja mais benéfica ao hipossuficiente.

RESPOSTA (A) Errada. No Direito do Trabalho, a hierarquia normativa não é rígida e inflexível, prevalecendo a norma mais favorável ao trabalhador no conflito de fontes normativas (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 177-183). (B) Errada. Art. 620, CLT. (C) Errada. Art. 8º, CLT. (D) Correta (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 177-183). (E) Errada. As cláusulas convencionais possuem limites em normas de ordem pública, que criam direitos de absoluta indisponibilidade (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 183-186). *Alternativa D.*

4573. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Considere as seguintes proposições e responda.

I. O princípio da razoabilidade permite ao Juiz do Trabalho privilegiar a situação de fato, devidamente comprovada, em detrimento dos documentos ou do rótulo conferido à relação de direito material.

II. A regra da CLT que prevê que nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes interessadas, não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação é considerado exemplo raro de regra dispositiva do Direito do Trabalho, uma vez que as regras justrabalhistas são essencialmente imperativas.

III. A indisponibilidade relativa de direitos trabalhistas justifica a situação em que pode ocorrer alteração lícita da modalidade salarial (salário fixo *versus* salário variável) desde que não produza prejuízo efetivo ao trabalhador.

IV. A Consolidação das Leis do Trabalho não trata especificamente da integração jurídica, cabendo apenas à doutrina a análise do instituto.

V. No Direito do Trabalho são exemplos de fontes heterônomas: Constituição Federal, Leis Federais e Sentença Normativa e são exemplos de fontes autônomas: Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho.

(A) Apenas as proposições I, II e V são corretas.

(B) Apenas as proposições II e III são corretas.

(C) Apenas as proposições I e IV não são corretas.

(D) Apenas as preposições IV e V são corretas.

(E) Nenhuma proposição está correta.

RESPOSTA (I) Errado. Trata-se do princípio da primazia da realidade sobre a forma. (II) Correto. Conforme texto da assertiva. (III) Correto. A forma de composição e cálculo do salário pode ser estabelecida livremente pelos contratantes, desde que não acarrete em redução salarial (art. 7º, VI, CF). (IV) Errado. As fontes de integração estão expressamente previstas no art. 8º, CLT. (V) Correto (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 13-23). *Alternativa C.*

4574. **(Procurador – MPT – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) dentre os mais importantes princípios especiais do Direito Individual do Trabalho indicados pela doutrina, incluem-se o princípio da proteção, o princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas e o princípio da norma mais favorável;

(B) o princípio da primazia da realidade sobre a forma autoriza a descaracterização de um contrato de prestação civil de serviços, desde que despontem, ao longo de sua execução, todos os elementos fático-jurídicos da relação de emprego;

(C) de acordo com a jurisprudência consolidada do TST, o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado;

(D) o princípio da razoabilidade segundo o qual as condutas humanas devem ser avaliadas de acordo com um critério associativo de verossimilhança, sensatez e ponderação, não tem aplicação no Direito Coletivo do Trabalho;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Correta. Tais princípios formam o núcleo básico da principiologia do Direito do Trabalho. (B) Correta. Tal princípio preconiza que, nas relações de trabalho, deve prevalecer a efetiva realidade fática e não a forma constituída em desacordo com a verdade (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 37). (C) Correta. Súmula 212, TST. (D) Errada. Também denominado de Princípio da Lealdade e Boa-fé, com plena aplicação no Direito Coletivo do Trabalho (MARTINEZ, *Curso de direito do trabalho*, p. 606). (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa D.*

4575. **(Procurador – MPT – 2006)** Em relação aos princípios do Direito do Trabalho, é INCORRETO afirmar que:

(A) o princípio da irrenunciabilidade vem sendo afetado pela tese da flexibilização;

(B) o princípio da norma mais favorável significa aplicar, em cada caso, a norma jurídica mais favorável ao trabalhador, independentemente de sua colocação na escala hierárquica das fontes do direito;

(C) o princípio da continuidade da relação de emprego confere suporte teórico ao instituto da sucessão de empregadores;

(D) a adoção de medidas tendentes a facilitar o acesso ao mercado de trabalho dos negros constitui violação ao princípio da não discriminação, que proíbe diferença de critério de admissão por motivo de raça;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Correta (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 42-44). (B) Correta (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 199-201). (C) Correta. A sucessão pressupõe que o contrato de trabalho é contínuo, de modo que as alterações na estrutura jurídica do empregador não irão afetá-lo (arts. 10 e 448, CLT). (D) Errada. Trata-se de ação afirmativa que objetiva a redução das desigualdades relacionadas às oportunidades de trabalho, não importando em discriminação. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa D.*

4576. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Sobre a evolução histórica do Direito do Trabalho, de 1500 até a Constituição da República de 1988, considere as seguintes proposições:

I. Até a Proclamação da República não houve qualquer norma no quadro legislativo referente ao trabalho, o que é compatível com o panorama social escravocrata, só abolido no ano anterior.
II. No período que vai da Proclamação da República até a data imediatamente anterior à Revolução de 1930, o Brasil não contou com qualquer norma que remetesse ao Direito do Trabalho, posto que a época era de turbulenta transição político-social do país e, por todo o mundo, surgiam os mais variados processos ditatoriais.
III. Em 1930, cria-se o Ministério do Trabalho, apresentado pela doutrina como marco do aparecimento do Direito do Trabalho no Brasil.
IV. Em 1943, surge o diploma mais importante para a disciplina, que é a Consolidação das Leis do Trabalho.
V. A Constituição do Império, de 1824, limita-se a assegurar a liberdade de trabalho, ao passo que a Constituição de 1891 assegura a liberdade de associação. Responda:

(A) Apenas as assertivas I, II e III são corretas.
(B) Apenas as assertivas I, II e IV são corretas.
(C) Apenas as assertivas I, III e IV são corretas.
(D) Apenas as assertivas III, IV e V são corretas.
(E) Todas as assertivas são erradas.

RESPOSTA (I) Errado. Havia normas relacionadas ao trabalho, como: a Constituição do Império de 1824, que assegurava a liberdade para o trabalho (art. 179, XXV) e o Código Comercial de 1850, que assegurava aviso prévio e indenização rescisória ao armador e tripulantes (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 16). (II) Errado. Houve várias leis em matéria trabalhista, como: a Constituição de 1891, que garantiu o livre-acesso a qualquer profissão (art. 72, § 24); o Decreto n. 1.313/1891, que proibiu o trabalho do menor de 12 anos em fábricas; o Decreto n. 1.637/2007, que garantiu a organização sindical dos urbanos etc. (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 17). (III) Correto. Conforme texto da assertiva. (IV) Correto. Decreto-lei n. 5.452, de 1-5-1943. (V) Correto. Art. 179, XXV, Constituição de 1824 e art. 72, § 8º, Constituição de 1891. *Alternativa D.*

4577. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Assinale a opção INCORRETA:

(A) Para que uma disciplina jurídica adquira efetiva autonomia são necessárias três condições: domínio suficientemente vasto (ou campo temático vasto e específico), doutrinas homogêneas (ou teorias próprias ao mesmo ramo jurídico investigado) e método próprio (metodologia própria de construção e reprodução da estrutura e dinâmica do ramo jurídico enfocado). O Direito do Trabalho possui autonomia doutrinária, legislativa, didática e jurisdicional.
(B) Acerca da natureza jurídica do Direito do Trabalho, prepondera atualmente a sua classificação no segmento do Direito Privado.
(C) Segundo a doutrina, em sentido amplo, a área jurídica trabalhista pode ser dividida em: direito material do trabalho e direito público do trabalho. O direito material do trabalho compreende dois segmentos: o direito individual do trabalho e o direito coletivo do trabalho, enquanto o direito público do trabalho abrange: direito processual do trabalho; direito administrativo do trabalho e direito previdenciário e acidentário do trabalho. É controvertida a inclusão do direito penal do trabalho como segmento do direito público do trabalho.
(D) Destacam-se três tipologias de interpretação do Direito: segundo o critério da origem da interpretação efetuada; segundo o critério dos resultados do processo interpretativo e segundo o critério dos meios ou métodos utilizados no processo de interpretação jurídica. A tipologia segundo o critério da origem da interpretação aponta três tipos de interpretação: autêntica, jurisprudencial e doutrinária. Exemplo de interpretação autêntica é o decreto regulamentador de lei, com aptidão, inclusive, para suprimir direito adquirido.
(E) Nos sistemas jurídicos romano-germânico, principalmente nas vertentes de tradição latina, como é

o caso brasileiro, há resistência teórica a se conferir teor jurígeno (criador de Direito) ao papel interpretativo desempenhado pelos Tribunais. Entretanto, a despeito disso é insustentável negar-se a dimensão criadora do direito inserida em inúmeras Súmulas de jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros, como, por exemplo, a Súmula 268 do TST, que trata da interrupção da prescrição da ação trabalhista arquivada ("A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos").

RESPOSTA (A) Correta. Autonomia traduz a ideia de que o ramo jurídico possui princípios, regras, teorias e condutas metodológicas próprias (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 66), o que resulta em campo temático específico, teorias homogêneas e método próprio. (B) Correta. Das correntes existentes, prevalece aquela que considera a natureza de Direito Privado (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 9-11). (C) Correta (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 8-9). (D) Errada. Interpretação autêntica é aquela dada pelo próprio legislador, não tendo aptidão para suprimir direito adquirido (art. 5º, XXXVI, CF). (E) Correta. A jurisprudência é fonte do Direito do Trabalho, havendo expressa previsão legal de seu uso, sobretudo como critério de integração (art. 8º, CLT). *Alternativa D*.

4578. (Juiz – TRT-21 – 2010) Leia as assertivas abaixo e assinale, em seguida, a alternativa correta:

I. "O Direito do Trabalho nasceu no final do século XIX como forma de absorver os conflitos sociais que ora se instauravam em face das tensões provocadas pela (primeira) revolução industrial [...]" (DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Novos contornos da relação de emprego diante dos avanços tecnológicos. *Revista LTR Legislação do Trabalho*. Ano 67, n. 05. São Paulo: LTr, maio de 2003). O surgimento do direito do trabalho se deu, portanto, numa época de flexibilidade das relações entre trabalhador e empregador, que se apoiavam numa linha de produção conforme a demanda;

II. a criação do Direito, inclusive do Direito do Trabalho, advém de dois processos: o heterônomo e o autônomo, que, por sinal, correspondem, respectivamente, a dois seguimentos diversos, o do chamado Direito necessário, e o do Direito voluntário. Na heteronomia, as normas pertencem ao Direito voluntário e se situam numa esfera de liberdade na qual os que querem obrigar-se com reciprocidade podem fazê-lo livremente. O segundo processo estabelece um conjunto de preceitos obrigatórios, impostos pela vontade do Estado, independentemente de qualquer emissão volitiva dos contratantes, e se aplica indistintamente a todos os que se encontrarem na situação fática prevista em lei;

III. Em razão dos avanços tecnológicos e da revolução da automação, novas figuras, tendo como objeto a prestação de serviço subordinado, advêm no cenário nacional e internacional, como job-sharing (ou partilha de emprego). Verificado, sobretudo, nos EUA, Canadá e Reino Unido, o job-sharing consiste na repartição de um posto de trabalho a tempo completo e de um só salário por dois ou mais trabalhadores, que, assim, dividem tarefas, responsabilidades e benefícios sociais, segundo um cálculo proporcional. O job-sharing está, de certo modo, presente no Direito do Trabalho brasileiro, pois dele se aproxima o instituto do trabalho a tempo parcial (*part time*), previsto no art. 58-A, da Consolidação das Leis do Trabalho;

IV. O atual perfil do modelo de produção, em progressiva escala global de padronização, apresenta um série de inovações que também repercute na forma de ser do trabalho. Outrora, quanto maior a empresa, melhor (*the big is beautiful*). A produção inspirada no método japonês volta-se exclusivamente para a demanda, mostrando-se variada, diversificada e pronta para suprir as necessidades do consumidor, que determina o que será produzido, o que implica na existência de um estoque mínimo. O *just in time* garante o melhor aproveitamento possível do tempo de produção, incluindo-se o transporte, o controle de qualidade e o estoque, assim como o método chamado de 'kanban' demonstra a necessidade de reposição de peças e produtos. Nesse modelo, o

trabalho também se transforma, exigindo-se do trabalhador habilidades para desenvolver múltiplas funções.

(A) apenas as assertivas I e II estão corretas;
(B) apenas as assertivas II e III estão corretas;
(C) apenas as assertivas III e IV estão corretas;
(D) apenas as assertivas I e IV estão corretas;
(E) apenas as assertivas II e IV estão corretas.

RESPOSTA (I) Errado. O Direito do Trabalho nasce como reação a um cenário de crescente e desmesurada exploração do trabalho humano, pós-Revolução Industrial (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 11). A flexibilidade apoiada numa produção conforme a demanda é uma característica do toyotismo, após os anos 1950 (PINTO, *A organização do trabalho no século 20*, p. 77-80). (II) Errado. É exatamente o contrário. As fontes heterônomas são fruto da intervenção do Estado, e as autônomas não (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 14). (III) Correto. O trabalho em tempo parcial é exemplo de reflexo do *job-sharing* no Direito do Trabalho. (IV) Correto. A multifuncionalidade dos operários, o sistema *kanban* e o estoque zero (*just in time*) são características do toyotismo, modo de produção que influenciou fortemente o modelo de trabalho moderno (PINTO, *A organização do trabalho no século 20*, p. 73-85). *Alternativa C.*

4579. (Procurador – MPT – 2008) Analise as assertivas abaixo:

I. entre as várias formas de interpretação da norma de Direito do Trabalho, incluem-se a teleológica ou finalística segundo a qual a interpretação será dada ao dispositivo legal de acordo com o fim visado pelo legislador;
II. a Consolidação das Leis do Trabalho trata da integração jurídica da norma, pois autoriza o juiz, na falta de expressa disposição legal ou convencional, a utilizar a analogia ou a equidade;
III. de acordo com a Constituição Federal, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais de expressão não têm aplicação imediata;
IV. em relação à eficácia no espaço da norma trabalhista, a jurisprudência consolidada do TST adota o critério da territorialidade (ou da *Lex loci executionis*), segundo o qual a relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação do serviço e não por aquelas do local da contratação.

De acordo com as assertivas acima, é CORRETO afirmar que:

(A) todas as assertivas estão corretas;
(B) todas as assertivas estão incorretas;
(C) apenas as assertivas II e IV estão corretas;
(D) apenas a assertiva III está incorreta;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Correta. Trata-se da técnica segundo a qual a norma é interpretada de acordo com sua finalidade (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 127). (II) Correta. Art. 8º, CLT. (III) Errada. Art. 5º, § 1º, CF. (IV) Correta. Art. 198, Decreto n. 18.871/20 – Código de Bustamante*. *Alternativa D.*

* A integral correção da assertiva pode ser questionada, visto que o TST cancelou a Súmula 207, que tratava sobre aplicação da lei no espaço, haja vista a previsão contida no art. 3º, II, Lei n. 7.064/82.

II. Renúncia e Transação de Direitos Trabalhistas

4580. (Procurador – MPT – 2008) Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) o Direito do Trabalho não admite a renúncia, pelo trabalhador, antes, durante e após o rompimento do contrato de trabalho;
(B) somente será passível de transação lícita parcela juridicamente não acobertada por indisponibilidade absoluta, independentemente do respeito aos demais requisitos jurídico-formais

do ato;

(C) de acordo com o entendimento uniforme do TST, o direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego;

(D) de acordo com orientação jurisprudencial do TST, a transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho ante a adesão do empregado a plano de demissão voluntária implica quitação exclusivamente das parcelas e valores constantes do recibo;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Errada. Apesar de excepcional, a renúncia é admitida em algumas situações (ex.: Súmula 51, I, TST e Súmula 276, parte final, TST). (B) Correta. Os direitos absolutamente indisponíveis não podem ser transacionados. (C) Correta. Súmula 276, TST. (D) Correta. OJ-SDI1 270. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa A.*

4581. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Sobre a renúncia e transação de direitos trabalhistas é INCORRETO afirmar que:

(A) Os principais elementos da renúncia são a manifestação unilateral e consciente da vontade e a certeza do direito sobre o qual incide.

(B) O pedido de demissão formulado por empregado portador de estabilidade acidentária traduz hipótese de renúncia a direito trabalhista.

(C) Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do trabalhador por um deles implica renúncia ao outro.

(D) A transação de direitos trabalhistas é passível de nulidade, inclusive quando feita com interveniência sindical.

(E) Rompido o contrato de empregado com mais de um ano de serviço, em hipótese alguma a transação extrajudicial terá validade sem assistência sindical ou do Ministério do Trabalho.

RESPOSTA (A) Correta (MARTINEZ, *Curso de direito do trabalho*, p. 84). (B) Correta. Visto que a estabilidade acidentária protege o trabalhador contra a extinção injusta do contrato durante os 12 meses posteriores à cessação do auxílio-doença acidentário (art. 118, Lei n. 8.213/91). (C) Correta. Súmula 51, II, TST. (D) Correta. A nulidade da transação pode decorrer de fator diverso da ausência de intervenção sindical, como nos casos em que, mesmo com anuência da entidade, as partes transacionam sobre direitos de indisponibilidade absoluta. (E) Errada. Os Programas de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV são modalidades de transação que ocorrem sem intervenção do sindicato e independentemente da vigência contratual (OJ-SDI1 270). *Alternativa E.*

4582. **(Advogado – CORREIOS-SP – 2008 – ESPP)** Em relação à renúncia de direitos trabalhistas podemos afirmar corretamente que:

(A) A renúncia no momento da celebração do contrato de trabalho é nula de pleno direito, salvo se a própria lei a admitir.

(B) Durante a relação de emprego prevalece a regra de que o empregado pode renunciar aos direitos que lhe correspondem ou aos que advirão.

(C) A vedação à renúncia afasta até mesmo a possibilidade de transação entre empregado e empregador, pois transigir corresponde a renunciar parcialmente direitos trabalhistas.

(D) Excepcionalmente a renúncia a direitos trabalhistas pode gerar validade, mesmo que traga prejuízo ao trabalhador decorrente de sua hipossuficiência.

RESPOSTA (A) Correta. Não se tratando de direitos indisponíveis decorrentes de normas cogentes, pode ocorrer a renúncia, como, por exemplo, no caso de um empregado renunciar à adesão a plano de saúde corporativo ofertado pelo empregador. (B) Errada. No curso do contrato, a renúncia somente é admita como exceção, como no caso preconizado pela Súmula 51, II, TST. (C) Errada. Existem algumas possibilidades de transação, como ocorre, por exemplo, nos Programas de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV (OJ-SDI1 270). (D) Errada. Arts. 444 e 468, CLT. *Alternativa A.*

4583. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Sobre a renúncia e a transação no direito do trabalho, assinale a opção INCORRETA.

(A) São irrenunciáveis os direitos trabalhistas atribuídos aos empregados por normas protetivas de ordem pública, sendo nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na CLT.

(B) São renunciáveis os direitos trabalhistas livremente pactuados pelas partes no contrato de trabalho, desde que demonstrado o livre consentimento.

(C) São transacionáveis os direitos trabalhistas previstos tanto em normas dispositivas quanto nas cogentes, desde que configurada a *res dubia* e, em relação aos direitos trabalhistas atribuídos aos empregados por normas protetivas de ordem pública, o caráter patrimonial.

(D) A transação extrajudicial celebrada perante as Comissões de Conciliação Prévia tem, nos termos da lei, eficácia liberatória geral dos direitos decorrentes do contrato de trabalho, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, valendo o termo de conciliação como título executivo.

(E) A transação judicial tem eficácia liberatória nos limites da homologação, valendo o termo de conciliação como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social, quanto às contribuições que lhe forem devidas.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 9º, CLT. (B) Errada. Mesmo os direitos livremente pactuados (art. 444, CLT) se atrelam ao contrato, não podendo haver alteração bilateral se houver prejuízo ao empregado (art. 468, CLT). (C) Correta (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 222 e 234*). (D) Correta. Art. 625-E, CLT. (E) Correta. Art. 831, parágrafo único, CLT. *Alternativa B.*

* A correção da assertiva pode ser questionada, pois não há convergência doutrinária nesse sentido, sobretudo no tocante a direitos de caráter patrimonial previstos em normas protetivas.

III. Formação do Contrato de Trabalho

4584. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Assinale a alternativa correta, de acordo com a consolidação das leis do trabalho.

(A) O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 3 (três) anos.

(B) O contrato individual de trabalho somente poderá ser acordado de forma expressa e por escrito.

(C) Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.

(D) O contrato de experiência não poderá ser estipulado por mais de 45 (quarenta e cinco dias) dias, podendo ser prorrogado uma única vez, de forma a não exceder total de 90 (noventa) dias.

(E) O vínculo empregatício que existe entre a sociedade cooperativa e seus associados, entre estes e os tomadores de serviços daquela, independe do ramo de atividade explorado.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 445, CLT. (B) Errada. Art. 443, CLT. (C) Correta. Art. 442-A, CLT. (D) Errada. Art. 445, parágrafo único, CLT. (E) Errada. Art. 442, parágrafo único, CLT. *Alternativa C.*

4585. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Julgue os itens abaixo marcando V a afirmativa verdadeira e F a afirmativa falsa e, em seguida, assinale a opção correta.

( ) Entre as características do contrato individual de trabalho pode-se afirmar que é um acordo de direito privado, sinalagmático, de trato sucessivo, oneroso, consensual e celebrado *intuito personae* tanto em relação ao empregado quanto ao empregador.

( ) Desnatura a característica de onerosidade do contrato de trabalho a circunstância de, eventualmente, a remuneração ser paga, ainda que parcialmente, por terceiros ou *in natura*.

( ) A regra prevista em contrato individual de trabalho, mesmo contrariando norma inserta em acordo

coletivo de trabalho, terá prevalência pois a lei privilegia o ajuste direto entre empregado e empregador.

( ) O contrato de trabalho do artista profissional, ainda que celebrado em desacordo com as formalidades previstas na legislação produzirá efeitos no âmbito trabalhista, pois a lei não suprime por inteiro dita eficácia.

(A) V, V, F, V.
(B) F, F, V, F.
(C) F, F, F, V.
(D) V, F, V, V.
(E) F, F, F, F.

RESPOSTA Falsa. O contrato de trabalho não é *intuito personae* (personalíssimo) em relação ao empregador, mas, sim, em relação ao empregado (art. 2º, CLT). Falsa. Arts. 457, § 3º, e 458, CLT. Falsa. Art. 611, CLT. Verdeira. Art. 35, Lei n. 6.533/78. *Alternativa C.*

4586. (Auditor – MTE – 2010 – ESAF) Marque a opção correta.

(A) Em face da cláusula constitucional da não discriminação, a possibilidade de ajuste tácito, consensual e não solene para a formação do contrato de emprego, e respectiva projeção dos seus efeitos, estende-se a todos os ofícios e profissões.

(B) O contrato de trabalho tem natureza jurídica essencialmente privada, salvo quando o Estado é um dos sujeitos pactuantes, em face das prerrogativas processuais que lhe confere a legislação brasileira.

(C) O menor de 18 anos, conforme previsto na Constituição, não pode, em razão da sua incapacidade, prestar serviços, nem receber por eles, em período noturno ou em circunstâncias perigosas ou insalubres.

(D) É possível reconhecer-se a condição de empregado, com cômputo do tempo de serviço, ao eleito para ocupar cargo de diretor quando, a despeito da nova posição ocupada na estrutura hierárquica da empresa, ainda se fizerem presentes os traços característicos da subordinação jurídica.

(E) Para a configuração do grupo econômico, ou do chamado “empregador único”, que atrai a hipótese de responsabilidade solidária pelos créditos trabalhistas, é necessária a prova do nexo relacional entre as empresas, nos formatos previstos pelo Direito Comercial e pelo Direito Empresarial, como no caso dos consórcios, *holdings* e *pool* de empresas.

RESPOSTA (A) Errada. Existem contratos de trabalho obrigatoriamente solenes e por escrito (v.g.: trabalho temporário – Lei n. 6.019/74; contrato provisório – Lei n. 9.601/98; contrato de aprendizagem – arts. 428 e ss., CLT etc.). (B) Errada. O contrato de trabalho continuará tendo regime jurídico de direito privado, mesmo quando celebrado com ente da administração pública (art. 173, § 1º, II, CF). (C) Errada. Art. 7º, XXXIII, CF. (D) Correta. Súmula 269, TST. (E) Errada. Art. 2º, § 2º, CLT, c/c Súmula 129, TST. *Alternativa D.*

4587. (Auditor – MTE – 2010 – ESAF) Marque a opção correta.

(A) Após o advento da Constituição de 1988, foi superada, no Direito do Trabalho, a regra geral baseada no critério da dispensa imotivada, motivo pelo qual, nos casos de contratos de duração indeterminada, com ruptura de iniciativa do empregador, há necessidade, para a sua validação, da indicação dos motivos que a ensejaram.

(B) Nos contratos a prazo determinado sem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão, ocorrendo a chamada extinção anormal, isto é, quando há antecipação por vontade do empregador ou do empregado, não há direito ao levantamento do FGTS.

(C) Nos contratos a prazo indeterminado, havendo pedido de demissão do empregado, devem ser pagos o décimo terceiro salário proporcional e as férias proporcionais, acrescidas do 1/3 constitucional, mas o trabalhador perde a proteção, de que eventualmente fosse destinatário, das garantias de emprego, e ainda deve conceder aviso prévio de 30 (trinta) dias ao empregador.

(D) Nos contratos a prazo determinado, com cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão, quando há pedido de demissão do contratado, embora sejam devidas férias proporcionais, acrescidas do 1/3 constitucional, e décimo terceiro também proporcional ao período, o trabalhador indenizará o empregador dos prejuízos decorrentes do rompimento.

(E) Nos contratos a prazo determinado, na hipótese de antecipação empresarial em razão de justa causa do trabalhador, não são devidas parcelas trabalhistas remanescentes do período.

RESPOSTA (A) Errada. Embora o art. 7º, I, CF, proteja o trabalhador contra a dispensa arbitrária (injusta e desmotivada), tal dispositivo é de eficácia limitada, permanecendo na dependência da edição de uma Lei Complementar que ainda não foi editada. (B) Errada. Art. 20, IX, Lei n. 8.036/90. (C) Correta. Súmula 157, TST (13º salário proporcional); art. 146, parágrafo único, CLT, c/c Súmula 261, TST (férias proporcionais); as estabilidades provisórias protegem o trabalhador contra a dispensa injusta (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 414) e art. 487, *caput* e § 2º, CLT. (D) Errada. Art. 481, CLT. (E) Errada. As parcelas vencidas são devidas independentemente da modalidade de rescisão. *Alternativa C*.

4588. (Advogado – CASA – 2011 – VUNESP) Assinale a alternativa que apresenta o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho quanto à hipótese de servidor público contratado pela Administração Pública, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público.

(A) O contrato não surte efeitos, pois pelos princípios da legalidade e da moralidade administrativa, o ato nulo não surtirá efeitos.

(B) Com base na regra da responsabilidade objetiva do Estado, o contrato surtirá todos os efeitos, como o contrato de trabalho previsto na CLT e aplicadas as punições administrativas, cíveis e criminais cabíveis ao administrador.

(C) O contrato de trabalho surtirá efeitos parciais, sendo devido somente o pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo.

(D) O contrato não surte efeitos, sendo devidos tão somente os depósitos de FGTS.

(E) Referido contrato confere direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

RESPOSTA (E) Correta. Súmula 363, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4589. (Advogado – CASA – 2011 – VUNESP) Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho e no que tange ao contrato de trabalho, é correto afirmar que

(A) o contrato de experiência terá duração máxima de noventa dias, admitindo uma única prorrogação, por mais noventa dias.

(B) considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

(C) no tempo de serviço do empregado, quando readmitido, sempre serão computados os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa.

(D) para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de

experiência prévia por tempo superior a três meses no mesmo tipo de atividade.

(E) não se admite a celebração de contrato de trabalho por prazo determinado quando sua vigência depender da execução de serviços especificados.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 445, parágrafo único, CLT, c/c Súmula 188, TST. (B) Correta. Art. 452, CLT. (C) Errada. Art. 453, CLT. (D) Errada. Art. 442-A, CLT. (E) Errada. Art. 443, § 1º, CLT. *Alternativa B.*

4590. **(Advogado – COFEN – 2011 – CONSULPLAN)** Sobre o contrato de trabalho, marque a alternativa INCORRETA:

(A) Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho, cuja vigência dependa de termo prefixado ou de execução de serviços especificados, ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.

(B) O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando de serviço, cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; de atividades empresariais de caráter transitório; ou de contrato de experiência.

(C) O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de dois anos.

(D) O contrato de experiência não poderá exceder de sessenta dias.

(E) O contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado por mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 443, § 1º, CLT. (B) Correta. Art. 443, § 2º, CLT. (C) Correta. Art. 445, *caput*, CLT. (D) Errada. O prazo máximo do contrato de experiência é de 90 dias (art. 445, parágrafo único, CLT). (E) Correta. Art. 451, CLT. *Alternativa D.*

4591. **(Advogado – DER-RO – 2010 – FUNCAB)** Quanto aos sujeitos do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) As instituições religiosas e as de beneficência não podem ser empregadores porque a atividade econômica pressupõe, necessariamente, a ideia de lucro.

(B) O fato de ser uma mesma pessoa diretora de mais de uma sociedade revela, por si só, a existência de grupo econômico.

(C) Os filhos podem contratar os pais como seus empregados, porém os pais não podem contratar os filhos, por conta da vedação de venda de ascendente a descendente.

(D) O trabalhador em domicílio não pode ser empregado, ainda que haja subordinação à empresa, porque, neste caso, estará ausente a habitualidade.

(E) O empregado, eleito diretor da sociedade anônima para a qual trabalha, perde a condição de empregado no período em que exerce a função de direção.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 2º, § 1º, CLT. (B) Errada. Art. 2º, § 2º, CLT. (C) Errada. Inexiste vedação legal nesse sentido. (D) Errada. Art. 6º, CLT. (E) Correta. Súmula 269, TST. *Alternativa E.*

4592. **(Advogado – BANPARÁ – 2010)** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Os contratos de trabalho celebrados entre as sociedades cooperativas de mão de obra e seus membros, equiparam-se aos formalizados com empresas de trabalho temporário.

II. Se não houver prova ou acordo sobre condição essencial do contrato de trabalho presume-se a sua existência, conforme preceitos jurídicos adequados à sua legitimidade.

III. Os equipamentos e acessórios fornecidos ao empregado para utilização no local de trabalho, visando a prestação de serviços serão considerados como salário, nos termos do art. 458, da CLT.

IV. O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de sete (7) faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo, terá seu período de férias reduzido à metade.

(A) Estão corretas as proposições I e IV.

(B) Estão corretas as proposições II e IV.

(C) Estão corretas as proposições I e III.

(D) Estão corretas as proposições II e III.

RESPOSTA (I) Errado. Art. 442, parágrafo único, CLT. (II) Correto. Art. 447, CLT. (III) Errado. Art. 458, § 2º, I, CLT. (IV) Correto. Art. 130-A, parágrafo único, CLT. *Alternativa B.*

4593. (Advogado – CEEE – 2010 – FUNDATEC) Assinale a alternativa correta em relação ao contrato de trabalho.

(A) É defeso às partes acordar, tacitamente, um contrato individual de trabalho.

(B) Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

(C) A prova do contrato individual de trabalho será feita pelas anotações constantes da CTPS ou por instrumento escrito e suprida por todos os meios permitidos em direito. É importante destacar que as anotações constantes na CTPS do trabalhador geram presunção absoluta de veracidade.

(D) Nos contratos de subempreitada, responderá o subempreiteiro pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregados, o direito de reclamação contra o empreiteiro principal e o dono da obra, em qualquer caso, pelo inadimplemento daquelas obrigações por parte do primeiro.

(E) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 443, CLT. (B) Correta. Art. 452, CLT. (C) Errada. Arts. 9º e 443, CLT, c/c Súmula 12, TST. (D) Errada. OJ-SDI1 191. (E) Errada. Arts. 10 e 448, CLT. *Alternativa B.*

4594. (Advogado – COFEN – 2011 – CONSULPLAN) Analise as afirmativas:

I. Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

II. Considera-se de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição expressamente consignada.

III. O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo que não for incompatível com os princípios fundamentais deste.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

(A) I.

(B) I, II.

(C) I, II, III.

(D) I, III.

(E) II, III.

RESPOSTA (I) Correto. Art. 3º, CLT. (II) Correto. Art. 4º, CLT. (III) Correto. Art. 8º, CLT. *Alternativa C.*

4595. (Advogado – CODASP – 2010 – ZAMBINI) Basicamente, são 5 as condições que caracterizam a relação de emprego, ou seja, a existência de um contrato de emprego, seja ele, num dos

extremos, expresso e escrito ou, no outro extremo, tácito e verbal. Veja o seguinte texto: "não se questiona, atualmente, que a ____________ que deriva da relação de emprego é de caráter jurídico. A _______________ apta à configuração da relação de emprego diz respeito ao estado do empregado, de estar sujeito às ordens e à direção geral do empregador na execução de serviços. Trata-se, portanto, da _____________ jurídica, sendo irrelevante para a configuração da relação de emprego a dependência meramente técnica ou mesmo econômica do trabalhador ao tomador de serviços. Indique a alternativa que contém a palavra que se encaixa adequadamente nas lacunas

(A) alteridade.
(B) subordinação.
(C) habitualidade.
(D) pessoalidade.
(E) salário.

RESPOSTA (A) Errada. Alteridade é a assunção de riscos pelo empregador (art. 2º, CLT). (B) Correta. Conforme texto da questão. (C) Errada. Habitualidade é a prestação de serviços de modo não eventual (art. 3º, CLT). (D) Errada. Pessoalidade diz respeito às características pessoais do empregado contratado, não podendo se fazer substituir por terceiro a seu critério (art. 2º, CLT). (E) Errada. Salário é a importância paga pelo empregador como obrigação decorrente do contrato de trabalho. *Alternativa B.*

4596. **(Procurador – MPT – 2008)** Analise as assertivas abaixo:

I. a relação empregatícia e a figura do empregado surgem como resultado da combinação de elementos fático-jurídicos que são: a) prestação de trabalho por pessoa física a um tomador qualquer; b) prestação efetuada com pessoalidade pelo trabalhador; c) prestação efetuada com não eventualidade; d) efetuada sob subordinação ao tomador dos serviços; e) prestação de trabalho efetuada com onerosidade;
II. não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual;
III. não há distinção entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que estejam presentes os elementos caracterizadores da relação de emprego;
IV. dentre as condições legais para admissão como mãe social, inclui-se a idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

Assinale a alternativa correta:

(A) todas as assertivas estão corretas;
(B) apenas as assertivas I e II estão corretas;
(C) apenas as assertivas II e III estão corretas;
(D) apenas a assertiva IV está incorreta;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Correto. Arts. 2º e 3º, CLT. (II) Correto. Art. 3º, parágrafo único, CLT. (III) Correto. Art. 6º, CLT. (IV) Errado. Art. 9º, *a*, Lei n. 7.644/87. *Alternativa D.*

4597. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Sobre as expressões "relação de trabalho" e "relação de emprego", assinale a alternativa correta.

(A) A relação de trabalho é gênero do qual a relação de emprego é espécie. Além da relação de emprego, são também formas de relação de trabalho o trabalho autônomo, o eventual, o avulso, o estágio, entre outros.

(B) Relação de trabalho sempre foi utilizada como sinônimo de relação de emprego, presumindo a ocorrência de trabalho pessoal, subordinado, sob dependência econômica e habitual.

(C) Pode haver relação de trabalho entre pessoas jurídicas, embora jamais seja possível uma relação de emprego entre pessoas jurídicas, dada a imprescindibilidade de existência de pessoalidade na relação de emprego.

(D) A relação de emprego não admite sazonalidade, pois pressupõe continuidade, característica que se eleva, inclusive, à condição de princípio do Direito do Trabalho.

RESPOSTA (A) Correta. Conforme texto da assertiva. (B) Errada. Relação de trabalho é o gênero, da qual a relação de emprego é apenas uma espécie. (C) Errada. A relação de trabalho pressupõe a prestação de serviços por um trabalhador pessoa natural. (D) Errada. A relação de emp rego pressupõe não eventualidade, admitindo-se a prestação de serviços descontínuos, desde que habituais (art. 3º, CLT). *Alternativa A*.

4598. (Juiz – TRT-9 – 2009) Os elementos fático-jurídicos componentes da relação de emprego são cinco, apontados em dois preceitos combinados na CLT. Acerca desse assunto, aponte a proposição correta:

(A) Apenas o empregador é que, indistintamente, pode ser pessoa física ou jurídica, jamais o empregado.

(B) Tornando-se inviável a prestação pessoal do trabalho, no curso do contrato, por certo período, o empregado poderá se fazer substituir por outro trabalhador.

(C) À luz da Consolidação, um trabalhador que preste serviço ao tomador, mesmo que por diversos meses seguidos, mas apenas em domingos ou fins de semana, configura-se como trabalhador eventual.

(D) No caso do trabalhador intelectual a subordinação está relacionada ao poder de direção do empregador, mantendo o empregado a autonomia de sua vontade sobre a atividade desempenhada.

(E) Considerando que nem todo trabalho é passível de mensuração econômica, não se pode estabelecer que a onerosidade constitua elemento fático-jurídico da relação de emprego.

RESPOSTA (A) Correta. A relação de trabalho pressupõe a prestação de serviços por um trabalhador pessoa natural, o que não ocorre com o empregador. (B) Errada. O vínculo empregatício exige prestação pessoal de serviços, não podendo o empregado se fazer substituir por terceiro a seu critério (art. 2º, CLT). (C) Errada. A relação de emprego pressupõe não eventualidade, admitindo-se a prestação de serviços descontínuos, desde que habituais (art. 3º, CLT). (D) Errada. Art. 3º, parágrafo único, CLT. (E) Errada. Art. 3º, *caput*, CLT. *Alternativa A.*

4599. (Juiz – TRT-14 – 2011) Conforme prevê a CLT, em se tratando da figura dos sujeitos do contrato de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) As instituições sem finalidade lucrativa e os profissionais liberais que admitirem trabalhadores como empregados equiparam-se ao empregador.

(B) Será considerado empregado aquele que presta serviços de forma pessoal e natureza não eventual, mediante retribuição pecuniária e sob a dependência do empregador.

(C) O trabalho realizado no estabelecimento do empregador e aquele executado no domicílio do empregado não se distinguem, desde que esteja caracterizada a relação de emprego.

(D) Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, exceto quanto ao trabalho intelectual, técnico e manual, em razão das suas peculiaridades.

(E) O tempo em que o empregado esteja à disposição do empregador, ainda que apenas aguardando ordens de serviço, considera-se como de serviço efetivo, salvo disposição especial expressamente consignada.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 2º, § 1º, CLT. (B) Correta. Art. 3º, CLT. (C) Correta. Art. 6º, CLT. (D) Errada. Art. 3º, parágrafo único, CLT. (E) Correta. Art. 4º, CLT. *Alternativa D.*

4600. (Juiz – TRT-21 – 2010) José foi admitido como empregado do Banco Macau S/A para exercer a função de auxiliar administrativo, sendo posteriormente promovido a gerente de relacionamento, ocupando-se, na maior parte de sua jornada, da venda de produtos financeiros (seguros, título de capitalização, leasing, etc.). Nessa nova fase, José trabalhou também com produtos de outras empresas do Grupo Macau, recebendo comissionamento pelas respectivas vendas, dentro dos limites da jornada legal. Considerando essa situação, é correto afirmar:

(A) José terá apenas um vínculo, mas a sua remuneração, para fins, por exemplo, de férias, 13º salário, contribuição social e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, será composta pela soma de todas as parcelas recebidas, inclusive das comissões pagas pelas empresas do Grupo;
(B) José terá obrigatoriamente tanto vínculos de emprego quantas forem as empresas do Grupo Macau, ainda que cumpra apenas uma jornada, pois a legislação não exige exclusividade como pressuposto da relação de trabalho;
(C) José, em nenhuma hipótese, terá vínculo de emprego com as demais empresas do Grupo Macau;
(D) José terá vínculo de emprego apenas com o Banco Macau, visto que, em relação às demais empresas do Grupo Macau, seu trabalho era eventual;
(E) José terá vínculo de emprego apenas com o Banco Macau, visto que em relação às demais, para fins da relação de emprego, seria considerado como trabalhador autônomo.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 2º, § 2º, CLT, c/c Súmulas 93 e 129, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4601. (Juiz – TRT-23 – 2011) Pedro Antônio, policial militar, buscando melhorar o padrão de vida da família, passou a trabalhar nas folgas como segurança de um condomínio residencial. Além dele, ali prestavam serviços outros cinco policiais militares, de maneira que havia segurança 24 horas todos os dias da semana. Analisando o caso concreto é CORRETO dizer que:

(A) Não há vínculo de emprego, pois é proibido ao policial militar prestar serviços de segurança privada.
(B) Há vínculo de emprego, mas este é nulo de pleno direito, haja vista que o policial militar não poderia fazer segurança particular.
(C) É possível reconhecer o vínculo de emprego, desde que não haja penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.
(D) Há vínculo e emprego legítimo entre Pedro Antônio e o condomínio.
(E) Não há vínculo de emprego devido à ausência de pessoalidade na prestação de serviços.

RESPOSTA D) Correta. Súmula 386, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4602. (Juiz – TRT-9 – 2009) Assinale a proposição correta:

(A) O trabalho ilícito e o trabalho proibido acarretam as mesmas consequências para a relação de emprego.
(B) Conforme orientação jurisprudencial do TST, a relação de trabalho entre o apontador do jogo do bicho e o dono da banca deve ser preservada para os efeitos trabalhistas.
(C) É exemplo de trabalho proibido por lei aquele prestado por estrangeiro com visto de turista.
(D) É ilícito o trabalho prestado por menor de 18 anos em atividades insalubres.

(E) A relação de emprego entre marido e mulher é proibida.

RESPOSTA (A) Errada. O trabalho ilícito afasta por completo a produção de efeitos do contrato; já o trabalho proibido, embora gere a nulidade, não afasta por completo a produção de efeitos do contrato (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 508-511). (B) Errada. OJ-SDI1 199. (C) Correta. Conforme texto da assertiva. (D) Errada. Trata-se de trabalho proibido (art. 7º, XXXIII, CF). (E) Errada. Inexiste qualquer proibição legal nesse sentido. *Alternativa C.*

4603. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

(A) O cooperado apresenta dupla condição em relação à cooperativa de mão de obra, porque além de prestar serviços, deverá ser beneficiário dos serviços prestados pela entidade.

(B) Em se tratando de grupo econômico, o trabalho prestado pelo empregado a mais de uma das empresas pertencentes ao grupo não gera duplo contrato, desde que não haja uma empresa líder, detendo o poder de comando sobre as demais, hipótese em que o vínculo empregatício deverá formar-se diretamente com a empresa líder.

(C) Configura-se a sucessão de empregadores quando a concessão de serviços públicos é adquirida por novo concessionário em hasta pública, desde que transferidos os bens e as atribuições da antiga concessionária.

(D) Configura-se contrato de equipe quando o líder do grupo de músicos organiza uma orquestra e oferece seus serviços a terceiro, mas trabalha com os demais mediante subordinação jurídica, sem assumir riscos. No entanto, o vínculo empregatício se formará entre os membros da equipe de músicos e o seu líder quando este receber o pagamento de terceiros e distribuir retribuições globais entre os integrantes do grupo.

(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 4º, Lei n. 5.754/71. (B) Errada. Súmula 129, TST. (C) Errada. A venda em hasta pública importa aquisição originária da propriedade, não configurando sucessão trabalhista. (D) Errada. O fato de o líder receber o pagamento e distribuir perante os membros da equipe não faz dele empregador (arts. 2º e 3º, CLT). (E) Errada. Dada a correção da alternativa “A”. *Alternativa A.*

4604. **(Procurador – MPT – 2007)** Assinale a alternativa CORRETA:

I. O Direito do Trabalho estende sua esfera normativa ao empregado a domicílio, não fazendo distinção entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que presentes os elementos caracterizadores da relação de emprego.

II. O fato de o empregador ter permitido que o empregado execute as atividades em seu domicílio significa que renunciou ao poder diretivo.

III. A situação jurídica da mãe social está disciplinada por lei que estabelece os direitos trabalhistas a que faz jus, dentre eles, anotação na CTPS, repouso semanal remunerado de 24 horas consecutivas, férias anuais de 30 dias, 13º salário e FGTS.

IV. São assegurados aos aeronautas férias anuais em dois períodos de 20 dias.

(A) apenas uma das assertivas está incorreta;

(B) apenas duas das assertivas estão incorretas;

(C) apenas três das assertivas estão incorretas;

(D) todas as assertivas estão incorretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Correta. Art. 6º, CLT. (II) Errada. Art. 6º, *caput* e parágrafo único, CLT. (III) Correta. Art. 5º, I, III, V e VIII, Lei n. 7.644/87. (IV) Errada. Art. 47, Lei n. 7.183/84. *Alternativa B.*

4605. **(Procurador – MPT – 2006)** Em relação ao contrato de trabalho, é CORRETO afirmar que:

(A) a subordinação do empregado, que constituiu a nota característica do contrato laboral, é sempre econômica;
(B) ao direito do empregador de dirigir e comandar a atuação concreta do empregado corresponde o dever de obediência por parte deste, que cessa por completo nos períodos de suspensão ou interrupção do contrato;
(C) da continuidade específica do contrato de trabalho, de trato sucessivo, deriva a consequência de que a indeterminação do prazo se presume, cabendo a quem alega em contrário, fazer a prova de que o contrato foi celebrado a termo;
(D) segundo entendimento jurisprudencial dominante, é possível o reconhecimento do vínculo empregatício de "apontador" de jogo do bicho, já que não se trata de objeto ilícito, mas de vício gerador de nulidade relativa;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Errada. A subordinação é jurídica (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 253). (B) Errada. A subordinação não deixa de existir nos períodos de suspensão e interrupção do contrato, vez que ele ainda permanecesse em vigor. (C) Correta. Súmula 212, TST. (D) Errada. OJ-SDI1 199. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa C.*

4606. **(Procurador – MPT – 2006)** Nas relações de trabalho no âmbito da Administração Pública, é INCORRETO afirmar que:

(A) a contratação de trabalhador subordinado, após 05/10/88, por cooperativa de mão de obra interposta, para realização de funções típicas do ente público, não constitui vínculo de emprego com a administração pública direta, indireta ou fundacional;
(B) segundo entendimento sumulado do TST, é possível o reconhecimento da responsabilidade subsidiária dos entes da administração pública em relação às parcelas trabalhistas inadimplidas pelo empregador, desde que hajam participado da relação processual e constem do título judicial;
(C) todos os conflitos decorrentes da relação mantida entre servidor público e Administração, devem ser processados e julgados na Justiça do Trabalho;
(D) a contratação de servidores sem a aprovação em concurso público pode sujeitar o agente público, dentre outras, às sanções de ressarcimento integral do dano, se houver, e perda da função pública;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 331, II, TST. (B) Correta. Súmula 331, IV e V, TST*. (C) Errada. ADIn 3.395-6/2005. (D) Correta. Arts. 11, V, e 12, III, Lei n. 8.429/92. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa C.*

* A correção da assertiva pode ser questionada, haja vista a atual redação da Súmula 331, V, TST, que exige que o ente contratante tenha agido com negligência na fiscalização do contrato de terceirização.

4607. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Sobre as hipóteses de contrato de trabalho a termo, é legítimo asseverar:

(A) Os contratos a termo, inclusive o de experiência, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, com duração máxima de 90 (noventa) dias, permite prorrogações em casos de serviços inadiáveis ou de força maior.
(B) São modalidades de contrato a termo: contrato de experiência, contrato de safra, contrato rural por pequeno prazo, contrato por obra certa, contrato por temporada e contrato provisório (Lei n. 9.601/98).

(C) Os contratos a termo têm a finalidade única de aferir a adequação do empregado ao serviço.
(D) A Lei n. 9.601/98 não impôs qualquer limitação em relação ao número de trabalhadores que podem ser contratados por prazo determinado.
(E) A contratação de empregados por prazo certo tem como requisito essencial a assistência sindical nos casos de prestação de serviço em território estrangeiro.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 451, CLT. (B) Correta. Conforme texto da assertiva. (C) Errada. Tal afirmação somente se aplica ao contrato de experiência, não contemplando os demais. (D) Errada. Art. 3º, Lei n. 9.601/98. (E) Errada. Inexiste tal exigência. *Alternativa B.*

4608. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Assinale a alternativa que não está correta em relação à duração do contrato de trabalho.

(A) Em razão do contrato de trabalho ser considerado “contrato sucessivo” a CLT permite o contrato a termo apenas nas hipóteses de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; atividades empresariais de caráter transitório e contrato de experiência.
(B) O contrato de trabalho por prazo determinado previsto na CLT poderá ser prorrogado por mais de uma vez, sem perder sua característica de contrato por prazo certo, desde que não ultrapassados os prazos previstos no Art. 445 da CLT: a) 90 (noventa) dias para contrato de experiência; b) 02 (dois) anos para as demais hipóteses.
C) Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 06 (seis) meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração destes depender da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.
(D) Se o empregado for despedido por falta grave ou recebido indenização legal, não serão computados no tempo de serviço os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa, quando readmitido.
(E) A lei do trabalho temporário (Lei 6.019/74) prevê modalidade de contrato a termo desde que ocorra necessidade episódica resultante da necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou do acréscimo extraordinário de serviços da empresa tomadora e, via de regra, o prazo não ultrapasse três meses de trabalho para o mesmo tomador.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 443, § 2º, CLT. (B) Errada. Art. 451, CLT. (C) Correta. Art. 452, CLT. (D) Correta. Art. 453, CLT. (E) Correta. Arts. 2º e 10, Lei n. 6.019/74. *Alternativa B.*

4609. **(Procurador – MPT – 2007)** Assinale a alternativa CORRETA:

I. As cooperativas não se igualam às demais empresas em relação aos seus empregados para fins de legislação trabalhista e previdenciária.
II. O contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa constituída pelo ex-empregado da tomadora como condição para permanecer laborando e a sua “ex-empregadora”, para o Direito do Trabalho é anulável, mesmo que presentes os requisitos caracterizadores da relação de emprego.
III. A empresa de trabalho temporário é necessariamente urbana, consequentemente, é vedada a contratação de rurícola nessas condições.
IV. O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviço ou cliente deverá ser obrigatoriamente escrito e dele deverá constar expressamente o motivo justificador da demanda de trabalho temporário, assim como a modalidade de remuneração da prestação de serviço.

(A) somente as assertivas I, II e III estão corretas;
(B) somente as assertivas I, III e IV estão corretas;

(C) somente as assertivas I, II, e IV estão corretas;
(D) somente as assertivas III e IV estão corretas;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Errada. Art. 91, Lei n. 5.764/71. (II) Errada. Presentes os requisitos do vínculo, o contrato existirá (arts. 2º e 3º, CLT). (III) Correta. Art. 4º, Lei n. 6.019/74. (IV) Correta. Art. 9º, Lei n. 6.019/74. *Alternativa D.*

IV. Empregador e Institutos Relacionados

4610. **(Advogado – IPT – 2011 – VUNESP)** Analise os itens a seguir.

I. Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
II. Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis, a empresa principal e cada uma das subordinadas.
III. Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, salvo se se tratar de discriminação decorrente do trabalho intelectual, técnico ou manual.
IV. Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja executando o serviço, não podendo ser considerado como tal, o tempo que estiver à disposição do empregador, aguardando ordens.

Marque a única opção que indica a relação correta de V (Verdadeiro) ou F (Falso) com cada item, pela ordem, segundo as regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho:

(A) V – V – V – V.
(B) V – V – F – F.
(C) V – V –V – F.
(D) V – F – F – F.
(E) V – V – F – V.

RESPOSTA (I) Verdadeiro. Art. 2º, § 1º, CLT. (II) Verdadeiro. Art. 2º, § 2º, CLT. (III) Falso. Art. 3º, parágrafo único, CLT. (IV) Falso. Art. 4º, CLT. *Alternativa B.*

4611. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** A empresa Alfa foi sucedida pela empresa Beta, ocupando o mesmo local, as mesmas instalações e fundo de comércio, bem como mantendo as mesmas atividades e empregados. Em relação aos contratos de trabalho dos empregados da empresa sucedida, assinale a alternativa correta.

(A) As obrigações anteriores recairão sobre a empresa sucedida, e as posteriores sobre a sucessora.
(B) Serão automaticamente extintos, fazendo surgir novas relações contratuais.
(C) As cláusulas e condições estabelecidas no contrato de trabalho serão obrigatoriamente repactuadas entre os empregados e o novo empregador individual.
(D) Os contratos se manterão inalterados e seguirão seu curso normal.
(E) A transferência de *obrigações* depende das condições em que a sucessão foi pactuada.

RESPOSTA (D) Correta. Arts. 10 e 448, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4612. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Sobre os efeitos do contrato de emprego e os poderes do

empregador, é CORRETO afirmar que:

(A) Dentre as correntes doutrinárias que traçam os fundamentos do poder diretivo do empregador, a que apresenta maior consistência, chegando mesmo a ser considerada hegemônica, é a que faz residir esse poder na concepção institucional da empresa, dotada de um caráter prevalentemente político e social.

(B) A indenização por dano moral que, a partir da Constituição Federal de 1988, ganhou plausibilidade jurídica não mais restrita a leis específicas, de modo a ser hoje intensamente postulada nas relações trabalhistas, classifica-se como efeito contratual próprio, pois, decorrente da natureza do contrato de emprego, do próprio objeto do contrato e do conjunto das cláusulas contratuais.

(C) Com relação ao empregador, as obrigações de dar, isto é, obrigações de pagamento, como o pertinente às verbas salariais e outras, como vale-transporte e as obrigações de fazer, como a assinatura da CTPS, constituem o complexo de efeitos conexos ao contrato de emprego, decorrentes da natureza do contrato, de seu objeto e do contexto de suas cláusulas próprias.

(D) Direitos intelectuais, dentre eles o direito do autor, consagrado na própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, art. 27.2 ("Todo homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor"), podem constituir parcelas devidas pelo empregador ao obreiro ao contexto do contrato de emprego, revestindo-se de natureza salarial.

(E) O Poder de controle, também chamado de poder fiscalizatório, como uma das divisões do poder empregatício, tem, como manifestações habituais em um estabelecimento empresarial, a adoção de medidas como o controle de portaria, as revistas dos empregados, o controle de horário e de frequência, bem como a utilização de circuito interno de televisão.

RESPOSTA (A) Errada. Tal corrente não é majoritária (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 640-641). (B) Errada. Trata-se de efeito conexo (indireto) do contrato de trabalho. (C) Errada. Não constituem efeitos conexos (indiretos), mas obrigações inerentes (diretas) ao próprio contrato. (D) Errada. Não possuem natureza salarial (art. 457, CLT, c/c arts. 88 a 93, Lei n. 9.279/96). (E) Correta. Conforme texto da assertiva. *Alternativa E.*

V. Empregado Doméstico

4613. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** O texto constitucional em seu art. 7º e incisos assegura direitos à categoria dos trabalhadores domésticos, exceto:

(A) Décimo terceiro salário com base na remuneração.

(B) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

(C) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

(D) Proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

(E) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.

RESPOSTA (D) Correta. Art. 7º, I e parágrafo único, CF. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4614. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Assinale a afirmação correta.

(A) Os trabalhadores domésticos não sofrem prescrição de suas pretensões, pois o inciso XXIX do art. 7.º da Constituição Federal não está listado entre os incisos aplicáveis aos domésticos e o artigo 11 a eles não se aplica, diante do artigo 7º, "a", da CLT.

(B) Empregados domésticos não têm direito à limitação da jornada de trabalho, não recebem adicional

noturno, não estão abrangidos pelo regime da CLT e foram contemplados apenas com nove incisos do rol dos direitos constitucionais dos trabalhadores.

(C) Motoristas não podem ser considerados trabalhadores domésticos, pois não trabalham para o âmbito do lar e essa é a condição essencial para a configuração do trabalho doméstico, segundo as disposições da Lei n. 5.859/1972.

(D) O exercício de alguma atividade econômica na residência do empregador desnatura a condição de trabalho doméstico, pois é imprescindível que o empregador não exerça atividade econômica com ânimo de lucro, mas se houver prejuízo mantém-se a condição de doméstico.

RESPOSTA (A) Errada. Apesar da omissão constitucional, aplica-se por analogia o prazo prescricional ao empregado doméstico. (B) Ao tempo da questão e antes da EC n. 72/2013, essa alternativa estava correta. No entanto, hoje não mais, *vide* parágrafo único do art. 7º, CF sob redação da nova EC. (C) Errada. A exigência legal é no sentido de que o trabalho seja realizado em âmbito residencial, ou seja, em função da residência e não necessariamente dentro dela (art. 1º, Lei n. 5.859/72). (D) Errada. Nada impede que o empregador desenvolva atividade econômica, desde que não se utilize do trabalho do doméstico para tanto (art. 1º, Lei n. 5.859/72). *Alternativa B.*

4615. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** São direitos assegurados aos empregados domésticos, EXCETO:

(A) Descanso remunerado em feriados.

(B) Férias anuais remuneradas, com duração de 30 (trinta) dias, após 12 (doze) meses de trabalho prestado a mesma pessoa ou família, para os períodos aquisitivos iniciados após 20.07.2006.

(C) Licença-paternidade.

(D) Salário-Família.

(E) Garantia de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa da gestante desde a confirmação da gravidez até 05 (cinco) meses após o parto.

RESPOSTA Ao tempo da questão, portanto, antes da EC n. 72/2013, a alternativa D estava correta sob fundamento do art. 7º, XII, parágrafo único, CF. Hoje todas as afirmativas trazem direitos assegurados aos empregados domésticos.

VI. Empregado Rural

4616. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) É equiparada ao empregador rural, a pessoa física ou jurídica que, de forma habitual, em caráter profissional, e por conta de terceiros, execute serviços de natureza agrária, mediante utilização do trabalho de outrem.

(B) A legislação trabalhista estabelece expressamente a possibilidade de distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador e entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

(C) De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, é ilícito o desconto salarial do trabalhador frentista, referente à devolução de cheques sem fundos, ainda quando deixa de observar as recomendações previstas em instrumento coletivo, tendo em vista que o desconto descaracterizaria a alteridade própria da figura do empregador.

(D) De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.

(E) Não se equipara ao empregador rural a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que explore atividade industrial em estabelecimento agrário não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 3º, Lei n. 5.889/73. (B) Errada. Art. 3º, parágrafo único, CLT. (C) Errada. OJ-SDI1-251. (D) Errada.

Súmula 129, TST. (E) Errada. Art. 3º, § 1º, Lei n. 5.889/73. *Alternativa A.*

4617. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Marque a opção INCORRETA.

(A) Havia exclusão dos trabalhadores rurais do tratamento geral da CLT, mas no sistema constitucional atual há plena paridade jurídica entre os trabalhadores urbanos e os rurais, embora algumas especificidades ainda remanesçam.

(B) No caso dos trabalhadores rurais, é devido adicional noturno definido em 25%, nos casos em que houver labor no horário compreendido entre 21h e 5h, na agricultura, e 20h e 4h, na pecuária.

(C) Em se considerando as empresas de reflorestamento, os trabalhadores serão considerados rurais, inclusive para eventual contagem diferenciada do prazo prescricional, quando se ativarem no campo, exercendo tarefas próprias aos rurícolas.

(D) Também aos trabalhadores rurais é obrigatória a concessão de um intervalo mínimo de 1 (uma) hora para repouso e alimentação, em caso de trabalho contínuo de duração superior a 6 (seis) horas, observados os usos e costumes da região.

(E) No caso dos trabalhadores domésticos, o FGTS e o seguro-desemprego estão previstos em norma de caráter dispositivo, motivo pelo qual dependem de ato voluntário do empregador.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 7º, *b*, CLT, c/c art. 7º, *caput*, CF. (B) Correta. Art. 7º, Lei n. 5.889/73. (C) Correta. OJ-SDI1-38*. (D) Errada. Art. 5º, Lei n. 5.889/73. (E) Correta. Arts. 3º-A e 6º-A, Lei n. 5.859/72. *Alternativa D.*

* A correção da assertiva pode ser questionada, pois atualmente inexiste distinção entre urbanos e rurais no tocante ao prazo prescricional.

4618. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Quanto ao trabalhador rural, é INCORRETO afirmar:

(A) Sempre que mais de um empregado residir na mesma morada, o desconto de 20% (vinte por cento) do salário mínimo, afeto à ocupação da morada, será dividido proporcionalmente ao número de empregados, ficando vedada, em qualquer hipótese, a moradia coletiva de famílias.

(B) Embora devendo integrar o resultado anual a que tiver direito o empregado rural, a plantação intercalar, mesmo quando autorizada e objeto de contrato em separado, não poderá compor a parte correspondente ao salário mínimo na remuneração geral do empregado, durante o ano agrícola.

(C) Considera-se trabalho noturno o executado entre as 21 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, na lavoura.

(D) A contratação de trabalhador rural por pequeno prazo que, dentro do período de seis meses, superar dois meses fica convertida em contrato de trabalho por prazo indeterminado, observando-se os termos da legislação aplicável.

(E) Considera-se trabalho noturno o executado entre as 20 horas de um dia e as 4 horas do dia seguinte, na pecuária.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 9º, *a* e § 2º, Lei n. 5.889/73. (B) Correta. Art. 12, parágrafo único, Lei n. 5.889/73. (C) Correta. Art. 7º, Lei n. 5.889/73. (D) Errada. 14-A, § 1º, Lei n. 5.889/73. (E) Correta. Art. 7º, Lei n. 5.889/73. *Alternativa D.*

4619. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

(A) É empregado e não parceiro agrícola o trabalhador que preste serviços pessoalmente, ou com o auxílio de seus familiares, quando não possui idoneidade financeira para estabelecer-se ou responder pelo empreendimento e depende inteiramente do suposto parceiro, que por via direta ou transversa, comanda o negócio e aufere maior parte da renda líquida.

(B) Não há subordinação jurídica no contrato de empreitada entre o empreiteiro e o dono da obra.

(C) Estão presentes no contrato do representante comercial o caráter da não eventualidade e da

onerosidade, devendo ser analisado, dentre outros fatores, o conteúdo da subordinação jurídica, que nesta espécie de contrato é minimizada, mas não excluída.

(D) Os trabalhadores que prestam serviços a produtor rural apenas nas épocas de plantio e colheita não podem ser considerados eventuais, e sim, safristas, porque suas atividades estão inseridas no objetivo empresarial, sendo estes eventos sazonais, porém previsíveis, inclusive quanto a sua duração aproximada.

(E) Todas as afirmativas anteriores estão corretas.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 2º, Lei n. 5.889/73. (B) Correta. Existe entre eles um contrato civil. (C) Correta. Arts. 1º e 28, Lei n. 4.886/65. (D) Correta. Art. 14, parágrafo único, Lei n. 5.889/73. (E) Correta. Conforme texto da assertiva. *Alternativa E.*

VII. Trabalhador Avulso e Portuário

4620. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Assinale a alternativa correta.

(A) Trabalhador doméstico é o que presta serviços eventuais no âmbito residencial.

(B) Trabalhador avulso é aquele que presta serviços em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego, mediante a intermediação de sindicato ou entidade gestora de mão de obra.

(C) Trabalhador autônomo é aquele que presta serviços de forma não contínua a um mesmo empregador.

(D) Trabalhador rural é a pessoa física ou jurídica, que em propriedade rural, presta serviços de natureza eventual a empregador rural.

(E) Trabalhador eventual é aquele que labora por conta própria, em ocasiões eventuais, dirigindo os rumos da própria atividade.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 1º, Lei n. 5.859/72. (B) Correta. Art. 11, VI, Lei n. 8.213/91. (C) Errada. Inexiste exigência legal de continuidade e/ou exclusividade para o trabalho autônomo. (D) Errada. Art. 2º, Lei n. 5.889/73. (E) Errada. O trabalhador eventual pode trabalhar por conta alheia e ser dependente do tomador de trabalho. *Alternativa B.*

4621. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) O operador portuário é o responsável principal pelo pagamento dos encargos trabalhistas, das contribuições previdenciárias e demais obrigações devidas ao trabalhador portuário, enquanto o órgão gestor de mão de obra detém responsabilidade subsidiária por tais encargos.

(B) O caráter educativo do trabalho desenvolvido pelo adolescente, no curso de programa social sob responsabilidade de entidade governamental ou não governamental sem fins lucrativos, é descaracterizado quando há participação na venda dos produtos da atividade exercida.

(C) Cabe ao operador portuário efetuar o pagamento da remuneração pelos serviços executados e das parcelas referentes a décimo terceiro salário e férias, diretamente ao trabalhador portuário avulso.

(D) É proibido qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos de idade, salvo na condição de aprendiz, hipótese em que serão assegurados ao adolescente apenas os direitos trabalhistas.

(E) Salvo em situações excepcionais, constantes de acordo ou convenção coletiva de trabalho, na escalação diária do trabalhador portuário avulso deverá sempre ser observado um intervalo mínimo de onze horas consecutivas entre duas jornadas.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 2º, I, II e § 4º, Lei n. 9.719/98. (B) Errada. Art. 68, § 2º, Lei n. 8.069/90. (C) Errada. Art. 2º, II, Lei n. 9.719/98. (D) Errada. Art. 7º, XXXIII, CF. (E) Correta. Art. 8º, Lei n. 9.719/98. *Alternativa E.*

VIII. Trabalhadores e Contratos Especiais

4622. **(Procurador – MPT – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;

(B) a inobservância dos requisitos legais necessários à configuração do estágio ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os efeitos da legislação trabalhista e previdenciária;

(C) em nenhuma hipótese, a duração do estágio na mesma parte concedente, e do contrato de aprendizagem, poderá ultrapassar 2 (dois) anos;

(D) é assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 428, § 1º, CLT. (B) Correta. Art. 3º, § 2º, Lei n. 11.788/2008. (C) Errada. Art. 428, § 3º, CLT. (D) Correta. Art. 13, Lei n. 11.788/2008. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa C.*

4623. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** A respeito do contrato de representação comercial, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A prática de atos que importem descrédito comercial do representado não é um motivo justo para o representado rescindir o contrato.

(B) As comissões serão devidas pela mediação comercial, independentemente da conclusão do negócio ou à proporção de sua efetuação pelo interessado.

(C) A desídia do representante é um motivo justo para o representado rescindir o contrato, porém permanecerá o direito de o primeiro receber a parcela do aviso prévio, no momento da rescisão.

(D) A verba indenizatória está fixada em montante não inferior a 1/12 (um doze avo) do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação, além do aviso prévio de 60 (sessenta) dias, se o contrato for superior a 90 (noventa) dias.

(E) A força maior pode ser usada pelo representante, ou pelo representado, para rescindir o contrato por motivo justo.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 35, *b*, Lei n. 4.886/65. (B) Errada. Art. 32, Lei n. 4.886/65. (C) Errada. Art. 34, Lei n. 4.886/65. (D) Errada. Art. 27, *j*, e art. 34, Lei n. 4.886/65. (E) Correta. Art. 35, *e*, Lei n. 4.886/65. *Alternativa E.*

4624. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Assinale a alternativa correta em relação às denominadas "profissões regulamentadas".

(A) O vendedor pracista ou viajante tem direito a acréscimo salarial quando realiza serviços estranhos às vendas, isto é, serviços suplementares à de simples intermediação para mercancia como, por exemplo, serviço de inspeção e fiscalização.

(B) A duração normal do trabalho dos músicos não poderá exceder de 5 (cinco) horas, excetuados os casos previstos nesta lei, sendo que o tempo destinado aos ensaios dos músicos não é computado como de serviço efetivo.

(C) Para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de 20 (vinte) minutos de repouso, não se computando esse intervalo como de trabalho efetivo.

(D) Ao aeronauta é assegurado em lei o direito à conversão de parte de suas férias em abono pecuniário durante a vigência do pacto laboral e não apenas em caso de rescisão do contrato.

(E) O advogado empregado tem sua jornada de trabalho limitada a 4 (quatro) horas contínuas ou 6 (seis) horas alternadas, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 8º, Lei n. 3.207/57. (B) Errada. Art. 232, CLT. (C) Errada. Art. 253, CLT. (D) Errada. Art. 50, Lei n. 7.183/84. (E) Errada. Art. 20, Lei n. 8.906/94. *Alternativa A.*

IX. Terceirização

4625. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) Tendo em vista os benefícios trazidos ao trabalhador, a empresa de trabalho temporário pode cobrar importância a título de mediação, desde que o valor seja proporcional à remuneração paga.

(B) Em caso de falência da empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora ou cliente é responsável subsidiária pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, no tocante ao tempo em que o trabalhador esteve sob suas ordens.

(C) Uma vez reconhecido em juízo o vínculo empregatício, diante da fraude na contratação por interposta pessoa, fora das hipóteses legais, o trabalhador tem direito à multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias.

(D) É válido o pagamento parcelado das verbas rescisórias desde que haja previsão nesse sentido em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou anuência da entidade sindical representativa da categoria profissional.

(E) É nula de pleno direito a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente ao fim do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição pela empresa de trabalho temporário.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 18, Lei n. 6.019/74. (B) Errada. Art. 16, Lei n. 6.019/74. (C) Correta. Art. 477, §§ 6º e 8º. (D) Errada. Art. 477, § 4º, CLT. (E) Errada. Art. 11, parágrafo único, Lei n. 6.019/74. *Alternativa C.*

4626. **(Advogado – EMDEC – 2010 – CAIP)** A terceirização só será válida em se tratando de:

(A) trabalho temporário, serviços de vigilância, conservação e limpeza e os ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e subordinação direta.

(B) trabalho temporário, serviços de vigilância, conservação e limpeza e os ligados à atividade-meio do tomador, desde que existente a pessoalidade e subordinação direta.

(C) trabalho temporário, serviços de vigilância, conservação e limpeza e os ligados à atividade-meio do tomador, desde que existente a pessoalidade e inexistente a subordinação direta.

(D) trabalho temporário, serviços de vigilância, conservação e limpeza e os ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e existente a subordinação direta.

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 331, I e III, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4627. **(Advogado – DIOES – 2010 – IBAPRJ)** Segundo Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, é INCORRETO afirmar que:

(A) É ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços, inclusive ente público, em relação ao período anterior à vigência da Constituição Federal de 1988, salvo os casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância.

(B) Ainda que desvirtuada a finalidade do contrato de estágio celebrado na vigência da Constituição Federal de 1988, é inviável o reconhecimento do vínculo empregatício com ente da Administração Pública direta ou indireta.

(C) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial.

(D) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções.

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 331, I e II, TST. (B) Correta. Art. 37, II, CF. (C) Errada. Súmula 331, IV e V, TST. (D) Correta. Súmula 331, II, TST c/c OJ-SDI1 383. *Alternativa C.*

4628. (Juiz – TRT-8 – 2011) Ante o fenômeno da terceirização nas relações econômico-produtivas, é CORRETO afirmar que:

(A) A ordem jurídico-trabalhista, no acompanhamento de tal fenômeno, pacificamente admite que a empresa celebre contrato de prestação de serviços com uma terceira empresa, tendo por objeto qualquer atividade lícita, contanto que a contratada tenha idoneidade econômico-financeira, de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações perante seus empregados.

(B) Torna-se plenamente admissível, por conseguinte, revestida de licitude, a terceirização da atividade laboral, desde que, restrita à hipótese do trabalho temporário (Lei n. 6.019, de 1974) e ao trabalho de vigilância bancária (Lei n. 7.102, de 1983).

(C) A empresa prestadora de serviços especializados, na condição de terceirizada, haverá de disponibilizar seus empregados que, na vigência do contrato celebrado com a tomadora, subordinados estarão a esta última sem cuja autorização não poderão ser substituídos, sob pena de infração contratual.

(D) A jurisprudência pacificada do TST, direcionada a garantir a realização do crédito do trabalhador, via de regra, de natureza alimentar, atribui responsabilidade subsidiária à empresa beneficiária do labor despendido através da intermediação ilícita e fraudulenta.

(E) Consoante a jurisprudência pacificada do TST, embora a contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gere vínculo empregatício com ente da administração pública, pelo princípio da isonomia, impõe-se o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas, legais e normativas, asseguradas aos empregados do tomador dos serviços, desde que haja igualdade de funções.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 331, I, TST. (B) Errada. Súmula 331, I e III, TST. (C) Errada. Súmula 331, III, TST. (D) Errada. Súmula 331, I, TST. (E) Correta. Súmula 331, II, TST, c/c OJ-SDI1 383. *Alternativa E.*

4629. (Juiz – TRT-9 – 2009) Considere as seguintes proposições:

I. A terceirização da atividade-fim da empresa, como ocorre na indústria automobilística, é possível desde que não ocorra fraude.

II. O auxílio financeiro concedido ao prestador de serviço voluntário acarreta a configuração da relação de emprego.

III. O contrato de trabalho é bilateral, consensual, oneroso, comutativo e de trato sucessivo.

IV. A regra do parágrafo único do Art. 442 da CLT (qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela) caracteriza-se como uma excludente legal absoluta da relação de emprego.

(A) as proposições I, II e IV estão corretas

(B) as proposições I e II estão corretas

(C) as proposições I e III estão corretas

(D) todas as proposições estão corretas

(E) nenhuma proposição está correta

RESPOSTA (I) Correto. A terceirização em atividade-fim é possível nas hipóteses do art. 2º, Lei n. 6.019/74. (II) Errado. A formação do vínculo empregatício pressupões a presença de todos os requisitos dos arts. 2º e 3º, CLT. (III) Correto. Conforme texto da assertiva (GARCIA, 2011, p. 66). (IV) Errado. Não é uma excludente absoluta, visto que, havendo fraude, o vínculo será formado (art. 9º, CLT). *Alternativa C.*

4630. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Em relação ao fenômeno da ‘’terceirização’’ no Direito do Trabalho, conforme entendimento sumulado do TST assinale a alternativa correta.

(A) A contratação indireta de mão de obra por empresa interposta é considerada irregular, formando-se o vínculo de emprego diretamente com o tomador dos serviços, ainda que este seja um órgão da administração pública direta, indireta ou fundacional.

(B) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços especializados ligados a atividade-meio do tomador, independente da existência da pessoalidade e a subordinação direta.

(C) No caso de trabalho temporário (Lei n. 6.019, de 03.01.1974) a contratação de trabalhadores por empresa interposta é regular, não se formando o vínculo com o tomador dos serviços.

(D) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial.

(E) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, exceto quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 331, II, TST. (B) Errada. Súmula 331, III, TST. (C) Correta. Súmula 331, I, TST. (D) Errada. Súmula 331, IV e V, TST. (E) Errada. Súmula 331, IV e V, TST. *Alternativa C.*

4631. **(Procurador – MPT – 2006)** Em relação ao fenômeno da terceirização no Direito do Trabalho, é INCORRETO afirmar que:

(A) o segmento privado da economia, ao longo dos últimos trinta anos, passou a incorporar, de maneira crescente, práticas de terceirização da força de trabalho, independentemente da existência de lei que autorize tal contratação, que constitui exceção ao modelo empregatício clássico;

(B) segundo a jurisprudência sumulada do TST, não constitui vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância, conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, mesmo que existente a pessoalidade e a subordinação direta;

(C) configurada a terceirização ilícita (*marchandage*), o vínculo de emprego se forma diretamente com o tomador de serviços;

(D) a cooperativa de mão de obra é a pessoa jurídica cuja função é colocar a força de trabalho subordinado de seus cooperados, especializada ou não, a serviço de outras empresas;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Correta. Conforme texto da assertiva. (B) Errada. Súmula 331, III, TST. (C) Correta. Súmula 331, I, TST. (D) Correta. Art. 4º, Lei n. 5.764/71. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa B.*

4632. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** O prazo máximo fixado para o trabalho temporário (Lei 6.019/74) para a utilização pela empresa tomadora dos serviços, salvo no caso de autorização de prorrogação conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego, é de:

(A) um mês

(B) dois meses

(C) três meses

(D) seis meses

(E) um ano

RESPOSTA (C) Correta. Art. 10, Lei n. 6.019/74. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

X. Remuneração e Salário

4633. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Considere as afirmações a seguir:

I. Entre outras utilidades, não é considerado salário *in natura*, nos termos da legislação trabalhista, o transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público, bem como a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.

II. Segundo entendimento consagrado pelo Tribunal Superior do Trabalho, as gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, entretanto não servem de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

III. Conforme entendimento consagrado pelo Tribunal Superior do Trabalho, existindo, ao mesmo tempo, gratificação por tempo de serviço outorgada pelo empregador e outra da mesma natureza prevista em acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa, o empregado tem direito a receber, exclusivamente, a que lhe seja mais benéfica.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.

(B) I, II e III.

(C) Apenas II e III.

(D) Apenas I e III.

(E) Apenas III.

RESPOSTA (I) Correto. Art. 458, § 2º, III e IV, CLT. (II) Correto. Súmula 354, TST. (III) Correto. Súmula 202, TST. *Alternativa B.*

4634. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** De acordo com o disposto das Leis do Trabalho e na Lei n. 4090/62, a respeito de salário e remuneração é correto afirmar:

(A) São consideradas parcelas de natureza salarial o transporte destinado ao deslocamento para o

trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público e as gorjetas.

(B) A gratificação de natal será proporcional e será devida na extinção dos contratos a prazo, entre estes incluídos os de safra, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro.

(C) São consideradas parcelas de natureza salarial as diárias de viagem que não excedam de cinquenta por cento do salário percebido pelo empregado e o vestuário fornecido pelo empregador e concedidos para a prestação do serviço.

(D) A habitação fornecida como salário-utilidade não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do salário contratual e, se coletiva, não poderá ser utilizada a mesma unidade residencial por mais de uma família.

(E) O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo de aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo trabalhador, será reduzido de duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral.

RESPOSTA (A) Errado. Art. 457, § 3º, e art. 458, § 2º, III, CLT. (B) Correto. Art. 1º, § 3º, I, Lei n. 4.090/62. (C) Errado. Art. 457, § 2º, e art. 458, § 2º, I, CLT. (D) Errado. Art. 458, § 3º, CLT. (E) Errado. Art. 488, CLT. *Alternativa B.*

4635. (Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais,

(A) a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações “in natura” que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.

(B) vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço.

(C) educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.

(D) transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público.

(E) assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 458, *caput*, CLT. (B) Errada. Art. 458, § 2º, I, CLT. (C) Errada. Art. 458, § 2º, II, CLT. (D) Errada. Art. 458, § 2º, III, CLT. (E) Errada. Art. 458, § 2º, IV, CLT. *Alternativa A.*

4636. (Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP) A gorjeta cobrada pelo empregador na nota de serviço

(A) integra o salário do empregado para todos os efeitos legais.

(B) integra a remuneração para efeito de férias e 13º salário.

(C) não integra a remuneração do empregado.

(D) integra a remuneração somente para efeito de férias e repouso semanal remunerado.

(E) é ilegal e, por isso, não pode ser considerada para efeitos trabalhistas.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 354, TST. (B) Correta. Art. 142, CLT, c/c art. 1º, § 1º, Lei n. 4.090/62. (C) Errada. Art. 457, *caput*, CLT. (D) Errada. Súmula 354, TST. (E) Errada. Art. 457, *caput*, CLT. *Alternativa B.*

4637. (Procurador – PGE-MG – 2006) Marizete trabalha para a empresa Casa Rosada desde 2001. Devido à grave crise financeira da empresa, o patrão notificou a todos os funcionários de que a partir de julho de 2006, o pagamento dos salários ocorreria a cada 35 dias. Sobre a decisão da empresa é possível afirmar que

(A) é correta, pois as partes podem estipular livremente o pagamento dos salários.

(B) é correta pois o pagamento dos salários pode ser estipulado de forma bimestral.

(C) é incorreta pois o pagamento dos salários não pode ser estipulado por período superior a um mês.
(D) é incorreta porque não estipulou o período do adiantamento salarial.

RESPOSTA (C) Correta. Art. 459, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4638. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Assinale a opção em que todas as verbas arroladas têm natureza remuneratória.

(A) Comissões; adicional noturno; participação nos lucros e resultados; férias.
(B) Diárias para viagem; adicional de periculosidade; 13º salário; complementação de aposentadoria.
(C) Gratificações; adicional de insalubridade; aviso prévio; transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno.
(D) Abonos; adicional de transferência; ajuda de custo; prêmios.
(E) Gorjetas; adicional de horas extras; descansos semanais remunerados; vale-refeição.

RESPOSTA (A) Errada. Participação dos lucros e resultados não têm natureza remuneratória (art. 7º, XI, CF). (B) Errada. Diárias para viagem (art. 457, § 2º, CLT) e complementação de aposentadoria (art. 458, § 2º, VI, c/c art. 202, § 2º, CF) não têm natureza remuneratória. (C) Errada. Transporte não tem natureza remuneratória (art. 458, § 2º, III, CLT). (D) Errada. Ajuda de custo não tem natureza remuneratória (art. 457, § 2º, CLT). (E) Correta (Art. 457, § 1º, e art. 458, CLT, c/c Súmula 241, TST). *Alternativa E.*

4639. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) Para o cálculo das férias, deve ser considerada a média dos salários fixos apurada durante o período aquisitivo, com integração, também, pela média duodecimal, de outras parcelas de caráter salarial recebidas habitualmente.
(B) Pode-se considerar "salário normativo" tanto o menor parâmetro (valor) definido para certa categoria profissional, por meio de sentença normativa ou de convenção ou de acordo coletivo de trabalho, como a equivalência de remuneração entre o trabalhador temporário e os empregados da mesma categoria da empresa tomadora dos serviços temporários.
(C) São características do salário o caráter alimentar e forfetário, a disponibilidade relativa, a irrenunciabilidade, a periodicidade, a intermitência, a tendência à determinação autônoma e a pós-numeração.
(D) Tanto no cálculo das férias como da gratificação natalina, deve ser considerada a integração, pela média, das gorjetas, porquanto, embora pagas por terceiros, compõem a remuneração do trabalhador.
(E) O décimo terceiro salário é direito de todo empregado, incluindo os trabalhadores domésticos e os rurícolas, mas não é devido no caso dos safristas informalmente contratados e na hipótese de rescisão contratual por culpa recíproca.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 142, CLT. (B) Errada. A equivalência salarial entre o trabalhador temporário e os empregados da mesma categoria é denominada salário isonômico (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 944). (C) Errada. A intermitência não é característica do salário. (D) Correta. Arts. Art. 142 e 457, CLT, c/c art. 1º, § 1º, Lei n. 4.090/62. (E) Errada. Art. 1º, § 3º, I, Lei n. 4.090/62, c/c Súmula 14, TST. *Alternativa D.*

4640. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Considerando a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a opção correta.

(A) O adiantamento da gratificação natalina deve ser pago no mesmo mês para todos os empregados da empresa, sob pena de desrespeito ao princípio da isonomia salarial.
(B) Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários, sendo, porém, lícito o desconto

em caso de dano causado pelo empregado, desde que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo ou culpa do empregado.

(C) Impede o reconhecimento do direito à equiparação salarial a existência de quadro de pessoal organizado em carreira, que será válido apenas quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se dessa exigência as entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(D) O pagamento do salário deverá ser efetuado contra recibo, assinado pelo empregado, tendo força de recibo o comprovante de depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, com o consentimento deste, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho.

(E) O salário deve ser pago no lugar da contratação do trabalhador, ainda que a prestação de serviços ocorra em outra localidade.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 2º, § 1º, Lei n. 4.749/65. (B) Errada. Art. 462, § 1º, CLT. (C) Errada. Art. 461, § 2º, CLT, c/c Súmula 6, I, TST. (D) Correta. Art. 464, *caput* e parágrafo único, CLT. (E) Errada. Art. 465, CLT. *Alternativa D.*

4641. (Procurador – CMSP – 2007 – VUNESP) De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa que contém os títulos que integram o salário.

(A) As diárias de viagem e a previdência privada.

(B) O seguro de vida e de acidentes pessoais.

(C) As gorjetas e a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.

(D) Os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação de serviço.

(E) As percentagens e as gratificações ajustadas.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 457, § 2º, e art. 458, § 2º, VI, CLT. (B) Errada. Art. 458, § 2º, V, CLT. (C) Errada. Arts. 457 e 458, § 2º, IV, CLT. (D) Errada. Art. 458, § 2º, I, CLT. (E) Correta. Art. 457, § 1º, CLT. *Alternativa E.*

4642. (Advogado – CEAGESP – 2010 – VUNESP) Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Compreendem-se na remuneração do empregado, segundo a CLT, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, as gorjetas que receber.

(B) O prêmio pago ocasionalmente e sem prévio ajuste, que não se repete, não se integra ao salário.

(C) As comissões, gratificações e percentagens devem ser pagas em intervalos não superiores a um mês, sem exceção, justificando-se a exigência legal em função das necessidades do trabalhador em geral.

(D) Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.

(E) Podem ser descontados do empregado os valores relativos a danos causados ao empregador por dolo ou, desde que haja concordância prévia, os causados por atos de imprudência, imperícia ou negligência.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 457, CLT. (B) Correta (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 810). (C) Errada. Art. 459, CLT. (D) Correta. Art. 460, CLT. (E) Correta. Art. 462, § 1º, CLT. *Alternativa C.*

4643. (Advogado – CEASAMINAS – 2009 – REIS) Com base na CLT, assinale a alternativa

INCORRETA:

(A) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

(B) Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador.

(C) Incluem também nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.

(D) Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada a distribuição aos empregados.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 457, CLT. (B) Correta. Art. 457, § 1º, CLT. (C) Errada. Art. 457, § 2º, CLT. (D) Correta. Art. 457, § 3º, CLT. *Alternativa C.*

4644. **(Advogado – CODEBA – 2010 – FGV)** A respeito de salário e remuneração, analise as afirmativas a seguir:

I. Remuneração é todo provento legal e habitualmente auferido pelo empregado em virtude do contrato de trabalho, seja pago pelo empregador, seja pago por terceiro.

II. Salário é contraprestação direta devida pelo empregador ao empregado em virtude do serviço prestado em face do contrato de trabalho, podendo ser ele fixo ou variável.

III. O salário fixo deve ser pago simplesmente em dinheiro ou de forma composta, em dinheiro e utilidades, de acordo com o art. 458 da CLT.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

(C) se todas as afirmativas estiverem corretas.

(D) se nenhuma afirmativa estiver correta.

(E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Correto. Art. 457, *caput* e § 3º, CLT. (II) Correto. Art. 457, *caput* e § 1º, CLT. (III) Correto. Art. 458, CLT. *Alternativa C.*

4645. **(Advogado – DETRAN-AC – 2009 – CESGRANRIO)** Antero, empregado regularmente contratado da Empresa Baldes e Bacias Ltda., percebe, como remuneração, o valor de R$ 1.200,00, mensais, como assistente administrativo. Necessitando sua empregadora que Antero fizesse uma viagem a serviço, efetuou um pagamento correspondente a R$ 200,00, a título de ajuda de custo, valor integralmente utilizado para a finalidade à qual foi destinado. Segundo as regras da Consolidação das Leis do Trabalho, tal valor integra a remuneração?

(A) Integraria caso a remuneração correspondesse ao salário mínimo.

(B) Integraria somente se superasse vinte por cento da remuneração.

(C) Sim, somente para aposentadoria.

(D) Sim, para todos os fins.

(E) Não integra a remuneração.

RESPOSTA (E) Correta. Art. 457, § 2º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4646. **(Advogado – EPE – 2010 – CESGRANRIO)** São caracteres concomitantes do salário-utilidade:

(A) que seja concedido sob a forma de utilidade; que a utilidade seja benéfica ao trabalhador; que seja concedido de forma graciosa, habitual e pelos serviços; que não haja lei retirando a natureza salarial da parcela.

(B) que seja concedido sob a forma de utilidade; que a utilidade seja benéfica ao trabalhador; que seja concedido de forma onerosa, habitual e pelos serviços; que não haja lei retirando a natureza salarial da parcela.

(C) que seja concedido sob a forma de utilidade; que a utilidade seja benéfica ao trabalhador; que seja concedido de forma graciosa, não habitual e pelos serviços; que não haja lei retirando a natureza salarial da parcela.

(D) que seja concedido sob a forma de utilidade; que a utilidade seja benéfica ao trabalhador; que seja concedido de forma graciosa, habitual e pelos serviços; que haja lei retirando a natureza salarial da parcela.

(E) que seja concedido sob a forma de benesse; que a utilidade seja não nociva ao trabalhador; que seja concedido de forma graciosa, habitual e pelos serviços; que não haja lei retirando a natureza salarial da parcela.

RESPOSTA (A) Correta (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 771). (B) Errada. A utilidade não pode ser onerosa. (C) Errada. A utilidade deve ser habitual. (D) Errada. Não pode haver lei retirando a natureza salarial da utilidade. (E) Errada. A utilidade salarial não é benesse, mas, sim, contraprestação. *Alternativa A.*

4647. **(Advogado – CEEE – 2010 – FUNDATEC)** Sobre a remuneração e o salário, é INCORRETO afirmar que:

(A) Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam a cinquenta por cento do salário percebido pelo empregado.

(B) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, a habitação, o vestuário ou outras prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

(C) É considerada como salário a educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos à matrícula, à mensalidade, à anuidade, aos livros e ao material didático, concedida pelo empregador.

(D) A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% e 20% do salário contratual.

(E) Na falta de estipulação do salário, ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito de perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou ao que for habitualmente pago pelo serviço semelhante.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 457, § 2º, CLT. (B) Correta. Art. 458, CLT. (C) Errada. Art. 458, § 2º, II, CLT. (D) Correta. Art. 458, § 3º, CLT. (E) Correta. Art. 460, CLT. *Alternativa C.*

4648. **(Advogado – CODASP – 2010 – ZAMBINI)** Considerando expressamente o que determina a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sem considerar norma mais benéfica ao empregado, seja ela qual for, o salário mínimo a ser pago em dinheiro não será menor do que ____ do salário mínimo para a região.

(A) 30%
(B) 40%
(C) 50%
(D) 60%
(E) 70%

RESPOSTA (A) Correta. Art. 82, parágrafo único, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4649. (Procurador – MPT – 2012) Considerando a legislação e a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho em relação à remuneração e salário, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados.
(B) O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.
(C) O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.
(D) Integram o salário, pelo seu valor total e sem efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens.
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 457, § 3º, CLT. (B) Correta. Súmula 241, TST. (C) Correta. Art. 461, § 4º, CLT. (D) Errada. Súmula 101, TST. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa D.*

4650. (Juiz – TRT-2 – 2011) A legislação, tanto constitucional como infraconstitucional, adota diversas medidas de proteção ao salário contra abusos do empregador. Abaixo seguem algumas proposições. Aponte a única INCORRETA dentre elas:

(A) A Lei 3.207, de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou pracistas, assegura a irredutibilidade da remuneração ainda que a zona de trabalho do empregado vendedor seja ampliada ou restringida de acordo com a necessidade da empresa.
(B) É lícita a redução geral dos salários dos empregados da empresa em caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados, conforme art. 503 da CLT, sendo certo que a Constituição da República restringiu essa norma, apenas assegurando a garantia ao salário mínimo legal.
(C) Integra o rol das medidas de proteção ao salário do empregado, previstas na CLT, a proibição do *truck-system*.
(D) Tanto a lei como a jurisprudência sumulada pelo TST consideram lícitos determinados descontos, tais como, respectivamente, os decorrentes de dano causado pelo empregado, desde que este tenha agido com dolo ou esta possibilidade tenha sido acordada, e os referentes aos planos de assistência odontológica, desde que livre e previamente autorizados pelo empregado, por escrito.
(E) Os descontos a título de contribuição sindical não só estão reconhecidos pela CLT, como também pela própria Constituição da República em vigor.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 2º, § 1º, Lei n. 3.207/57. (B) Errada. O art. 7º, VI, CF, somente permite redução de salário por acordo ou convenção coletiva de trabalho. (C) Correta. Entende-se por *truck system* a coação ou o induzimento por parte do empregador no sentido de que o empregado adquira produtos ou serviços da empresa, sendo vedado pelo art. 462, § 2º, CLT. (D) Correta. Art. 462, § 1º, CLT, c/c Súmula 342, TST. (E) Correta. Art. 582, CLT, c/c art. 8º, IV, CF. *Alternativa B.*

4651. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Segundo entendimento sumulado do TST, analise as proposições a seguir:

I. As gorjetas recebidas pelo empregado são compreendidas na sua remuneração para todos os efeitos legais, especialmente cálculo do FGTS, do 13º salário, do aviso prévio, do adicional noturno, das horas extras e do descanso semanal remunerado.

II. O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.

III. O tempo de serviço não superior a dois anos para fins de equiparação salarial é contado no emprego.

IV. As diárias de viagem que excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado integram a sua remuneração, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, enquanto perdurarem as viagens.

V. A parcela denominada "quebra de caixa", recebida pelos bancários, possui natureza salarial e integra o salário do empregado para todos os efeitos legais.

(A) todas as proposições são corretas
(B) somente as proposições I, III e IV são corretas
(C) somente as proposições II, IV e V são corretas
(D) somente as proposições II, III e IV são corretas
(E) todas as proposições são incorretas

RESPOSTA (I) Errado. Súmula 354, TST. (II) Correto. Súmula 241, TST. (III) Errado. Súmula 6, II, TST. (IV) Correto. Súmula 101, TST. (V) Correto. Súmula 247, TST. *Alternativa C.*

4652. **(Procurador – MPT – 2008)** Analise as proposições abaixo:

I. a remuneração consiste no somatório da contraprestação paga diretamente pelo empregador, seja em pecúnia, seja em utilidades, com a quantia recebida pelo obreiro de terceiros, a título de gorjeta;

II. uma das características do salário é a possibilidade de sua natureza composta, ou seja, a possibilidade de parte da contraprestação ser paga em dinheiro e parte *in natura*;

III. para configuração da equiparação salarial é necessário o preenchimento dos seguintes requisitos: identidade de funções, trabalho de igual valor, mesmo empregador, mesma localidade, simultaneidade na prestação de serviços, desde que existente quadro de carreira organizado;

IV. a jurisprudência consolidada do TST admite o desconto do salário do empregado desde que haja prévia autorização, sem requisito formal, e seja fruto do livre consentimento do obreiro.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) todas as assertivas são incorretas;
(B) apenas as assertivas III e IV são incorretas;
(C) apenas as assertivas II e IV são corretas;
(D) apenas a assertiva I é correta;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Correto. Art. 457, CLT. (II) Correto. Art. 458, CLT. (III) Errado. Art. 461, *caput* e § 2º, CLT. (IV) Errado. Exige-se autorização escrita (Súmula 342, TST). *Alternativa B.*

XI. Equiparação Salarial

4653. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Assinale a alternativa correta.

(A) Na equiparação de salário, em caso de trabalho igual, toma-se em conta o tempo de serviço na função, e não no emprego.

(B) O empregado readaptado em nova função, por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social, poderá ser utilizado como paradigma para fins de equiparação salarial.

(C) Para fins de equiparação salarial, considera-se trabalho de igual valor aquele feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a quatro anos.

(D) As regras de equiparação salariais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho prevalecerão sobre quaisquer outros instrumentos normativos, mesmo quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira.

(E) Não é possível em hipótese alguma a equiparação de salários entre empregados.

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 6, II, TST. (B) Errada. Art. 461, § 4º, CLT. (C) Errada. Art. 461, § 1º, CLT. (D) Errada. Art. 461, § 2º, CLT. (E) Errada. Art. 461, CLT. *Alternativa A.*

4654. **(Advogado – CORREIOS-SP – 2008 – ESPP)** Será deferida a equiparação salarial quando:

(A) o trabalho for desenvolvido em favor do mesmo empregador, mesmo que em localidades distintas.

(B) for desempenhada a mesma função, para o mesmo empregador, na mesma localidade e com a mesma produtividade e perfeição técnica, além de que a diferença de tempo de serviço na função não pode exceder a dois anos.

(C) simplesmente houver identidade de funções e de empregador.

(D) ocorrer a identidade de funções, perfeição técnica e produtiva, mesmo que prestado o serviço a empregadores diversos.

RESPOSTA (B) Correta. Art. 461, *caput* e § 1º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4655. **(Advogado – CREMESP – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta no que se refere à equiparação salarial.

(A) Para os fins previstos na CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, independentemente da aprovação por ato administrativo.

(B) Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.

(C) A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando ou não as mesmas tarefas, importando a denominação conferida aos cargos, que deve ser a mesma.

(D) É necessário que, ao tempo da ação trabalhista sobre equiparação salarial, autor (reclamante) e paradigma estejam a serviço do estabelecimento.

(E) Não é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 6, I, TST. (B) Correta. Súmula 6, II, TST. (C) Errada. Súmula 6, III, TST. (D) Errada. Súmula 6, IV, TST. (E) Errada. Súmula 6, VII, TST. *Alternativa B.*

4656. **(Advogado – ELETROBRAS – 2007 – NCE)** De acordo com as regras para equiparação salarial, previstas no artigo 461 da CLT, analise as afirmativas a seguir:

I. É desnecessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que se relacione com situações pretéritas.

II. Na equiparação salarial, a prescrição é total e alcança as diferenças não pleiteadas no biênio, se extinto o contrato de trabalho, ou no quinquênio, se na vigência do contrato de trabalho.

III. O trabalhador readaptado em nova função, por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente de Previdência Social, não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.

IV. A regra da equiparação salarial não prevalecerá quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira, com previsão de promoções por merecimento e antiguidade, devidamente homologado no órgão competente.

V. A equiparação salarial só é possível se o empregado e paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, sempre ocupando cargos com a mesma denominação.

Estão corretas somente as afirmativas:

(A) I e II;
(B) II e V;
(C) III e V;
(D) I, III e IV;
(E) II, III e V.

RESPOSTA (I) Correta. Súmula 6, IV, TST. (II) Errada. Súmula 6, IX, TST. (III) Correta. Art. 461, § 4º, CLT. (IV) Correta. Art. 461, 2º, CLT, c/c Súmula 6, I, TST. (V) Errada. Súmula 6, III, TST. *Alternativa D.*

4657. **(Advogado – IRB – 2006 – ESAF)** Para evitar pleitos de equiparação salarial, a empresa que possuir quadro organizado em carreiras deverá realizar promoções

(A) sucessivas pelos critérios de produtividade e antiguidade.
(B) alternadas pelos critérios de merecimento e antiguidade.
(C) alternadas pelos critérios de assiduidade e mérito.
(D) alternadas pelos critérios de antiguidade e de provas e títulos.
(E) sucessivas pelos critérios de produtividade e merecimento.

RESPOSTA (B) Correta. Art. 461, § 3º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4658. **(Advogado – BANPARÁ – 2010)** Marque a única alternativa INCORRETA:

(A) É regra no Direito do Trabalho, a inalterabilidade das condições ajustadas no contrato, admitindo-se, no entanto, a alteração do pacto, caso uma norma coletiva estabeleça cláusula mais benéfica ao empregado.
(B) A greve legítima suspende o contrato de trabalho, da mesma forma que o afastamento para exercício de mandato sindical.
(C) Trabalho de igual valor para fins de equiparação salarial é o feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica entre pessoas cujo tempo de serviço não seja superior a um ano.
(D) Em caso de dano causado pelo empregado à empresa, o desconto do valor correspondente é lícito, desde que tenha sido ajustado no contrato de trabalho.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 468, CLT. (B) Correta. Art. 7º, Lei n. 7.783/89, c/c art. 543, § 2º, CLT. (C) Errada. Art. 461, § 1º,

CLT. (D) Correta. Art. 462, § 1º, CLT. *Alternativa C.*

4659. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** A respeito do tema da equiparação salarial, assim se posiciona a jurisprudência predominante do TST:

I. Nas hipóteses de equiparação salarial em caso de trabalho igual, conta-se o tempo no serviço e não na função.

II. É admissível a equiparação de trabalho intelectual.

III. O ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial é do empregador.

IV. O conceito de mesma localidade a que se refere o Art. 461 da CLT não abrange municípios distintos que pertençam à mesma região metropolitana.

V. É necessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.

Agora responda:

(A) a assertiva I está correta;

(B) a assertiva IV está correta;

(C) as assertivas I, II, IV e V estão incorretas;

(D) as assertivas I, II, III e IV estão corretas;

(E) as assertivas II e III estão corretas.

RESPOSTA (I) Errado. Súmula 6, II, TST. (II) Correto. Súmula 6, VII, TST. (III) Correto. Súmula 6, VIII, TST. (IV) Errado. Súmula 6, X, TST. (V) Errado. Súmula 6, IV, TST. *Alternativa E.*

4660. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Marcelo foi contratado pela Construtora Sol Ltda., em 20.04.1995, para exercer as atribuições de auxiliar de serviços gerais. Em 13.08.2000, após adquirir qualificação profissional, Marcelo passou a exercer a função de vendedor, recebendo o salário de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais). Paulo, por sua vez, foi admitido em 01.04.2003, como vendedor, recebendo salário de R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais). Marcelo buscou judicialmente o direito à equiparação salarial em relação a Paulo, em 01.02.2010, dias após Paulo ter deixado de trabalhar na empresa. Analisando a situação, é correto afirmar que:

(A) não há direito à equiparação salarial, posto que a diferença de tempo de serviço é superior a 02 anos;

(B) a equiparação salarial é devida, independentemente do paradigma não mais trabalhar na empresa no momento da propositura da ação;

(C) não há direito à equiparação salarial em razão da incidência da prescrição;

(D) há direito à equiparação salarial, com efeitos financeiros a partir do ajuizamento da ação;

(E) há direito à equiparação salarial, com efeitos financeiros até a data da cessação do contrato de trabalho do paradigma.

RESPOSTA (A) Errado. A diferença de tempo na função superior a 2 anos autoriza um salário maior de quem tem mais tempo, e não o contrário. (B) Correto. Súmula 6, IV, TST. (C) Errado. Súmula 6, IX, TST. (D) Errado. Os efeitos financeiros, observado o prazo prescricional, vão desde a configuração dos requisitos da equiparação até o término do contrato de trabalho do equiparando. (E) Errado. Idem ao item anterior. *Alternativa B.*

4661. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** De acordo com o entendimento sumulado do Colendo Tribunal Superior do Trabalho sobre a equiparação salarial, é CORRETO afirmar que:

(A) Na ação de equiparação salarial, a prescrição é total e só alcança as diferenças salariais vencidas

no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento.

(B) Presentes os pressupostos do art. 461 da CLT, sempre é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma.

(C) A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, desde que os cargos tenham a mesma denominação.

(D) A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma ou do reclamante.

(E) É desnecessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 6, IX, TST. (B) Errada. Súmula 6, VI, TST. (C) Errada. Súmula 6, III, TST. (D) Errada. Súmula 6, V, TST. (E) Correta. Súmula 6, IV, TST. *Alternativa E.*

XII. Adicionais

4662. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Tendo em vista a orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta:

(A) O adicional noturno integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.

(B) A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo podem ser consideradas atividades insalubres, desde que constatadas por laudo pericial.

(C) No valor da hora extra não deve ser computado o adicional de insalubridade percebido pelo empregado, tendo em vista as distintas bases de cálculo legalmente previstas, quais sejam, a remuneração do empregado, no primeiro caso, e o salário mínimo ou piso salarial convencionado, no segundo.

(D) Nas situações de transferência, a circunstância de o empregado exercer cargo de confiança com percepção de gratificação superior a 40% exclui o direito ao adicional de 25% previsto em lei.

(E) É devido o adicional de insalubridade ao trabalhador em atividade a céu aberto.

RESPOSTA (A) Correta. OJ-SDI1 97. (B) Errada. OJ-SDI 4, II. (C) Errada. Súmula 139, TST. (D) Errada. OJ-SDI1 113. (E) Errada. OJ-SDI1173, I. *Alternativa A.*

4663. **(Advogado – CASA – 2011 – VUNESP)** Empregado alega alteração contratual ilegal, pois a empresa na qual exerce a função de auxiliar de departamento o transferiu, unilateralmente, do horário noturno para o diurno, com supressão do pagamento do adicional noturno. Conforme entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que

(A) é possível a transferência do horário noturno para o diurno com a supressão do pagamento do adicional noturno.

(B) não é possível suprimir o pagamento do adicional noturno pago com habitualidade, entendida esta quando o serviço perdurar por mais de um ano.

(C) o adicional noturno pago com habitualidade pode ser suprimido, desde que o empregador pague ao empregado indenização proporcional ao tempo de serviço prestado no horário noturno.

(D) não é possível a transferência do horário noturno para o diurno com supressão do pagamento do respectivo adicional, ainda que seja pago sem habitualidade, pois fica incorporado ao patrimônio do empregado.

(E) a transferência do horário noturno para o diurno, com supressão no pagamento do adicional noturno, só será possível se houver prévia negociação coletiva autorizando.

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 265, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4664. **(Advogado – CREMESP – 2011 – VUNESP)** Com relação à insalubridade, assinale a alternativa correta.

(A) Basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo desnecessária a classificação por ato do Ministério do Trabalho e Emprego.

(B) A limpeza em residências pode ser considerada atividade insalubre, desde que constatada por laudo pericial, ainda que não se encontre entre as classificadas na Portaria do Ministério do Trabalho.

(C) A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, não pode repercutir na satisfação do respectivo adicional, pois o ato ofenderia o direito adquirido e o princípio da irredutibilidade salarial. Já a eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo exclui a percepção do respectivo adicional.

(D) O fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador o exime do pagamento do adicional de insalubridade.

(E) Atualmente, a exposição do empregado à radiação ionizante ou à substância radioativa enseja a percepção do adicional de periculosidade.

RESPOSTA (A) Errada. OJ-SDI1 4, I. (B) Errada. OJ-SDI1 4, II. (C) Errada. Súmula 248, TST. (D) Errada. Súmula 289, TST. (E) Correta. OJ-SDI1-345. *Alternativa E.*

4665. **(Procurador – MPT – 2009)** Na esteira da jurisprudência do C. TST, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Faz jus ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

(B) A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo não podem ser consideradas atividades insalubres, exceto se constatadas por laudo pericial.

(C) A validade de acordo coletivo ou convenção coletiva de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre não prescinde da inspeção prévia da autoridade competente em matéria de higiene e segurança do trabalho.

(D) O tacógrafo é instrumento hábil para controlar a jornada de trabalho de empregado motorista que exerce atividade externa.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 364, TST. (B) Errada. OJ-SDI1 4, II. (C) Errada. Segundo texto da Súmula 349, TST*. (D) Errada. OJ-SDI1 332. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa A.*

* A correção da assertiva pode ser questionada diante do cancelamento da Súmula 349, em 31-5-2011.

4666. **(Procurador – MPT – 2009)** Na esteira da jurisprudência do C. TST, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O salário profissional dos médicos e dentistas guarda proporcionalidade com as horas efetivamente trabalhadas, respeitado o mínimo de 50 (cinquenta) horas.

(B) É assegurado ao vigia noturno o direito ao respectivo adicional.

(C) A transferência para o período diurno de trabalho não implica a perda do direito ao adicional

noturno, sob pena de ocorrer redução salarial.

(D) O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço desse período, salvo se permanecer a subordinação inerente à relação de emprego.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 143, TST. (B) Correta. Súmula 140, TST. (C) Errada. Súmula 265, TST. (D) Correta. Súmula 269, TST. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa C.*

4667. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Para o recebimento do adicional de transferência previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, devem estar preenchidos os seguintes requisitos:

(A) A transferência deve ser definitiva e o empregado deve autorizá-la.

(B) A transferência deve ser definitiva e imposta pelo empregador por ato discricionário.

(C) A transferência deve ser definitiva e deve implicar a mudança de domicílio do empregado.

(D) A transferência deve ser provisória e não deve implicar a mudança de domicílio do empregado.

(E) A transferência deve ser provisória e implicar a mudança de domicílio do empregado.

RESPOSTA (E) Correta. Art. 469, CLT, c/c OJ-SDI1 113. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4668. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Assinale a resposta INCORRETA:

(A) Durante as horas de sobreaviso, o empregado não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas.

(B) A fixação do adicional de periculosidade, em percentual inferior ao legal e proporcional ao tempo de exposição ao risco, deve ser respeitada, desde que pactuada em acordos ou convenções coletivos.

(C) Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

(D) A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.

(E) O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade. Cabe-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 132, II, TST. (B) Errada. Diante do cancelamento do inciso II da Súmula 364, TST. (C) Correta. Súmula 364, TST. (D) Correta. Súmula 248, TST. (E) Correta. Súmula 289, TST. *Alternativa B.*

4669. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Carlos e Roberto foram admitidos em 20.04.2008 para trabalhar, respectivamente, como advogado e engenheiro na Empresa das Águas S/A. Carlos cumpre jornada laboral das 17 às 21 horas, de segunda à sexta-feira. Roberto trabalha das 22 às 04 horas, igualmente de segunda a sexta-feira. Entre outras garantias fixadas em lei, é correto afirmar que:

(A) Carlos faz jus ao adicional noturno no percentual mínimo de 25% e Roberto de 20%;

(B) Carlos não faz jus ao adicional noturno, ao passo que Roberto faz jus ao adicional mínimo de 20%;

(C) Carlos não faz jus ao adicional noturno, contudo, Roberto faz jus ao adicional mínimo de 25%;

(D) Carlos e Roberto fazem jus ao adicional noturno no percentual mínimo de 25%;
(E) Carlos e Roberto fazem jus ao adicional noturno no percentual mínimo de 20%;

RESPOSTA (D) Correta. Art. 20, § 3º, Lei n. 8.906/94, c/c art. 7º, Lei n. 4.950-A/66. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4670. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** A construtora Nortão Adentro está construindo um edifício de 20 andares na cidade de Colider. No térreo e no décimo andar há tanques com líquido inflamável em quantidade elevada. Diante dessa situação assinale a alternativa CORRETA.

(A) Nenhum trabalhador tem direito ao adicional de periculosidade, pois o armazenamento em tanques afasta o agente considerado perigoso;
(B) Todos os trabalhadores do térreo e do décimo andar têm direito ao adicional de periculosidade.
(C) Somente os trabalhadores do térreo e do décimo andar que de alguma forma manipulam o inflamável é que têm direito ao adicional de periculosidade;
(D) Todos os trabalhadores da área interna do edifício têm direito ao adicional de periculosidade.
(E) Todos os trabalhadores da área interna e externa do edifício têm direito ao adicional de periculosidade.

RESPOSTA (D) Correta. Súmula 364, TST, c/c anexo II, quadro 3, "b", NR 16, MTE. As demais alternativas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4671. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Acerca dos adicionais de insalubridade e periculosidade, leia as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta, de acordo com a lei e a jurisprudência cristalizada do TST:

I. O trabalho exercido em condições perigosas, embora de forma intermitente, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade de forma integral.
II. O trabalho exercido em condições perigosas habituais, embora por tempo extremamente reduzido, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade de forma integral.
III. O trabalho exercido em condições perigosas eventuais, assim consideradas as fortuitas, não dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade de forma integral, mas somente de forma proporcional ao risco.
IV. É assegurado o adicional de periculosidade apenas aos empregados que trabalham em sistema elétrico de potência em condições de risco, ou que o façam com equipamentos e instalações elétricas similares, que ofereçam risco equivalente, ainda que em unidade consumidora de energia elétrica.
V. O adicional de periculosidade dos eletricitários deverá ser calculado sobre o conjunto de parcelas de natureza salarial e não apenas sobre o salário-base.

(A) Somente as afirmativas III e V estão corretas.
(B) Somente as afirmativas I, II, III e IV estão corretas
(C) Somente as afirmativas I, IV e V estão corretas
(D) Somente as afirmativas I, II, IV e V estão corretas
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Correto. Súmula 364, TST. (II) Errado. Súmula 364, TST. (III) Errado. Súmula 364, TST. (IV) Correto. OJ-SDI1 324. (V) Correto. Súmula 191, TST. *Alternativa C.*

XIII. 13º Salário

4672. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Considerando-se a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre a gratificação natalina, leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.

II. A remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina prevista na Lei n. 4.090/62.

III. A indenização adicional, prevista no Art. 9º da Lei n. 6.708/79 e no Art. 9º da Lei n. 7.238/84, corresponde ao salário mensal, no valor devido na data da comunicação do despedimento, integrado pelos adicionais legais ou convencionais, ligados à unidade de tempo mês, computando-se a gratificação natalina.

IV. A gratificação semestral não repercute na gratificação natalina.

V. Na rescisão contratual por culpa recíproca, o empregado faz jus à gratificação natalina de forma integral.

(A) Apenas a assertiva I está correta.
(B) Apenas a assertiva II está correta.
(C) Todas as assertivas estão corretas.
(D) Todas as assertivas estão incorretas.
(E) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

RESPOSTA (I) Correto. Súmula 46, TST. (II) Correto. Súmula 45, TST. (III) Errado. Súmula 242, TST. (IV) Errado. Súmula 253, TST. (V) Errado. Súmula 14, TST. *Alternativa E.*

XIV. Jornada de Trabalho e Horas Extras

4673. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** No que pertine à jornada de trabalho, indique a opção correta.

(A) A legislação trabalhista pontua que a jornada de trabalho que não suporta controle e fiscalização por parte do empregador não rende ensejo ao pagamento das horas extras eventualmente laboradas.
(B) Na jornada contínua e excedente a seis horas diárias, a concessão de intervalo para repouso ou alimentação é obrigatória, a qual será de no mínimo duas horas e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de três horas.
(C) Serão descontadas e computadas como jornada extraordinária as variações de horário consignadas em registro de ponto que não excedam a cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
(D) Na jornada de trabalho cuja duração ultrapasse a quatro e não exceda a seis horas diárias, o intervalo intrajornada não será obrigatório considerando-se a curta duração do labor.
(E) Nas atividades legalmente consideradas insalubres a prorrogação da jornada de trabalho, desde que ultimada via acordo escrito, poderá ser livremente ajustada, sendo despicienda licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 62, I, CLT. (B) Errada. Art. 71, CLT. (C) Errada. Art. 58, § 1º, CLT. (D) Errada. Art. 71, § 1º, CLT. (E) Errada. Art. 60, CLT. *Alternativa A.*

4674. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Marque a opção correta.

(A) Acaso o trabalhador, durante a semana, não observe os requisitos da frequência, faltando

injustificadamente ao serviço, e da pontualidade, por iniciar ou terminar o expediente fora do horário estabelecido, perderá o direito ao descanso semanal e à sua respectiva remuneração.

(B) Na hipótese de empregados com jornada de seis horas, em razão de cumprirem turnos ininterruptos de revezamento, iniciado o expediente às 23h e encerrado às 7h30min, o direito ao adicional noturno se circunscreve ao período compreendido entre 22h e 5h, e, quanto às horas extras, deverão ser computadas a partir de 5 horas.

(C) Quando o empregado exerce a função de vigilante, na condição de "folguista", não tem direito à jornada reduzida de 6 (seis) horas, mesmo que trabalhe em vários turnos durante a semana, isso porque a natureza do seu serviço não equivale ao conceito de turno ininterrupto de revezamento, motivo pelo qual as horas extras só poderão ser computadas a partir da 8ª (oitava diária) e 44ª (quadragésima quarta) semanal.

(D) O motorista de caminhão que cumpre jornada predominantemente externa não é destinatário das regras pertinentes à limitação da jornada de trabalho, ainda que sofra rígido controle de horário pelo empregador, porque, nesse caso, há apenas a adoção de postura discricionária por parte do contratante dos serviços.

(E) Observando a alteração legislativa promovida em 1994 (Lei n. 8.966), versando sobre os empregados que não estão abrangidos pelas normas de limitação da jornada de trabalho (art. 62 da CLT), não mais se considera requisito essencial à configuração do exercício de gerência a prova do encargo de gestão, com investidura por meio de mandato legal.

RESPOSTA (A) Errada. Somente não será devida a remuneração do repouso (art. 6º, Lei n. 605/49). (B) Errada. A hora extra deve ser computada a partir da 6ª hora consecutiva de trabalho (art. 7º, XIV, CF), considerando a hora noturna reduzida (OJ-SDI1395). (C) Errada. OJ-SDI1 360. (D) Errada. Só haverá ausência de horas extras se a atividade externa for incompatível com o controle de jornada (art. 62, I, CLT). (E) Correta. Art. 62, II, CLT. *Alternativa E.*

4675. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas, mediante acordo escrito ou tácito entre empregador e empregado, ou por contrato coletivo de trabalho.

(B) Os empregados sob o regime de tempo parcial poderão prestar horas extras desde que haja prévia autorização do Ministério do Trabalho.

(C) Os estabelecimentos com mais de dez trabalhadores terão obrigatoriamente sistema de anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, devendo haver diariamente assinalação do período de repouso, a cargo do trabalhador.

(D) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

(E) De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a concessão do intervalo para repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para descanso semanal, descaracteriza o sistema de turnos ininterruptos de revezamento previsto na Constituição.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 59, CLT. (B) Errada. Art. 59, § 4º, CLT. (C) Errada. Art. 74, § 2º, CLT. (D) Correta. Art. 58, § 1º, CLT. (E) Errada. Súmula 360, TST. *Alternativa D.*

4676. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) A legislação considera trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte horas semanais.

(B) De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, inexistindo instrumento coletivo fixando jornada diferente, o empregado horista submetido a turno ininterrupto de revezamento tem jus ao pagamento apenas do adicional das horas extraordinárias trabalhadas além da 6ª diária.

(C) O adicional noturno, inclusive quando pago com habitualidade, detém natureza indenizatória, tendo em vista que tem por objetivo compensar o desgaste do trabalhador que se ativa em horário biologicamente destinado a descanso.

(D) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução. Para esse fim, considera-se de difícil acesso o local de trabalho quando há mera insuficiência de transporte público.

(E) Para os empregados que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, a remuneração do repouso semanal corresponderá à de um dia de serviço, computadas as horas extraordinárias habitualmente prestadas.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 58-A, CLT. (B) Errada. OJ-SDI1 275. (C) Errada. Súmula 60, I, TST. (D) Errada. Súmula 90, III, TST. (E) Correta. Art. 7º, *a*, Lei n. 605/49. *Alternativa E.*

4677. **(Advogado – IRB – 2006 – ESAF)** Assinale a afirmação INCORRETA.

(A) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 25 (vinte e cinco) horas semanais.

(B) Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

(C) Os intervalos de descanso intrajornada não serão computados na jornada de trabalho.

(D) Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.

(E) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 10 (dez) minutos, observado o limite máximo de 20 (vinte) minutos diários.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 58-A, CLT. (B) Correta. Art. 66, CLT. (C) Correta. Art. 71, § 2º, CLT. (D) Correta. Art. 59, § 4º, CLT. (E) Errada. Art. 58, § 1º, CLT. *Alternativa E.*

4678. **(Advogado – CASAL – 2010 – FUNDEPES)** Sobre a duração do trabalho, é correto assinalar:

(A) serão descontadas e computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

(B) o salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial não será menor do que a dos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

(C) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

(D) considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta e cinco horas semanais.

(E) a duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, mesmo quando seja fixado expressamente outro limite.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 58, § 1º, CLT. (B) Errada. Art. 58-A, § 1º, CLT. (C) Correta. Art. 58, § 2º, CLT. (D) Errada. Art. 58-A, CLT. (E) Errada. Apesar de em regra a jornada ser limitada a 8 horas por dia (art. 7º, XIII, CF), existem leis específicas que, por conta da especificidade da atividade, estabelecem jornada superior (v.g. aeronautas – Art. 21, Lei n. 7.183/84). *Alternativa C.*

4679. **(Advogado – CETESB – 2009 – VUNESP)** Quanto à jornada de trabalho, considere os itens:

I. o salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional a sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral;

II. o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução;

III. não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária, as variações de horário no registro de ponto não excedentes a dez minutos, observado o limite máximo de vinte minutos diários;

IV. em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 15 (quinze) minutos e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder 1 (uma) hora.

Está correto apenas o contido em

(A) I e IV.

(B) I, II e IV.

(C) I e II.

(D) III e IV.

(E) I e III.

RESPOSTA (I) Correto. Art. 58-A, § 1º, CLT. (II) Correto. Art. 58, § 2º, CLT. (III) Errado. Art. 58, § 1º, CLT. (IV) Errado. Art. 71, CLT. *Alternativa C.*

4680. **(Advogado – BNB – 2010 – ACEP)** Em relação às denominadas horas *in itinere*, assinale a alternativa correta, em consonância com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

(A) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, em regra, será computado na jornada de trabalho.

(B) Mesmo que haja transporte público regular apenas em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas *in itinere* remuneradas não se limitam ao trecho não alcançado pelo transporte público.

(C) A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que gera o direito às horas *in itinere*.

(D) A insuficiência de transporte público enseja o pagamento de horas *in itinere*.

(E) O fato de o empregador cobrar, mesmo que parcialmente, importância pelo transporte fornecido, para local de difícil acesso ou não servido por transporte regular, afasta o direito à percepção das horas *in itinere*.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 58, § 2º, CLT, c/c Súmula 90, I, TST. (B) Errada. Súmula 90, IV, TST. (C) Correta. Súmula 90, II, TST. (D) Errada. Súmula 90, III, TST. (E) Errada. Súmula 320, TST. *Alternativa C.*

4681. **(Procurador – MPT – 2012)** Acerca da duração do trabalho, considerando a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a legislação trabalhista, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão não se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

(B) Aplica-se o divisor 220 (duzentos e vinte) para o cálculo do valor do salário-hora do empregado sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

(C) O uso de aparelho de intercomunicação, a exemplo de BIP, "pager" ou aparelho celular, pelo empregado, caracteriza o regime de sobreaviso, uma vez que o empregado pode ser, a qualquer momento, convocado para o serviço.

(D) Considera-se à disposição do empregador o tempo necessário ao deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que supere o limite de 10 (dez) minutos diários.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 6º, parágrafo único, CLT. (B) Errada. Súmula 431, TST. (C) Errada. Súmula 428, I, TST. (D) Correta. Súmula 429, TST. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa D.*

4682. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para seu retorno, por qualquer meio de transporte, será computado na jornada de trabalho, exceto se o empregador fornecer a condução;

(B) as enfermidades do trabalhador que se relacionarem com a atividade profissional compõem o gênero doenças ocupacionais e assim serão consideradas acidente do trabalho para fins previdenciários e indenizatórios;

(C) acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a recuperação, equipara-se também ao acidente de trabalho;

(D) poderão ser fixados, para as microempresas por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração;

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 58, § 2º, CLT, c/c Súmula 90, I, TST. (B) Correta. Art. 20, Lei n. 8.213/91. (C) Correta. Art. 21, I, Lei n. 8.213/91. (D) Correta. Art. 58, § 3º, CLT. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa A.*

4683. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Tomando como referência a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre horas *in itinere*, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho.

(B) A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas *in itinere*.

(C) A insuficiência de transporte público também enseja o pagamento de horas *in itinere*.

(D) Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas *in itinere* remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.

(E) Considerando que as horas *in itinere* são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que

extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 58, § 2º, CLT, c/c Súmula 90, I, TST. (B) Correta. Súmula 90, II, TST. (C) Errada. Súmula 90, III, TST. (D) Correta. Súmula 90, IV, TST. (E) Correta. Súmula 90, V, TST. *Alternativa C.*

4684. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Considerando-se a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre a jornada dos bancários, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O advogado empregado de banco exerce cargo de confiança, enquadrando-se, portanto, na hipótese do § 2º do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho.

(B) A configuração, ou não, do exercício da função de confiança a que se refere o Art. 224, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho dependente da prova das reais atribuições do empregado, é insuscetível de exame mediante recurso de revista ou embargos.

(C) O bancário que exerce a função a que se refere o § 2º do Art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho e recebe gratificação não inferior a 1/3 (um terço) de seu salário já tem remuneradas as duas horas extraordinárias excedentes de seis.

(D) Ao bancário exercente de cargo de confiança previsto no Art. 224, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho são devidas as 7ª e 8ª horas como extras no período em que se verificar o pagamento a menor da gratificação de 1/3 (um terço).

(E) O bancário sujeito à regra do art. 224, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho cumpre jornada de trabalho de oito horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da oitava.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 102, IV, TST. (B) Correta. Súmula 102, I, TST. (C) Correta. Súmula 102, II, TST. (D) Correta. Súmula 102, III, TST. (E) Correta. Súmula 102, IV, TST. *Alternativa A.*

4685. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** A propósito das normas trabalhistas que disciplinam a duração do trabalho, é CORRETO afirmar que:

(A) O limite mínimo de uma hora de intervalo intrajornada, destinado para repouso ou refeição, poderá ser reduzido por ato do Ministério do Trabalho, quando, ouvida a Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concorrentes à organização dos refeitórios, sendo que, para os empregados sob regime de trabalho em horas suplementares, a autorização haverá de impor a observância do intervalo mínimo de duas horas.

(B) O empregado bancário, exercente de função comissionada, desde que, por tal função, receba gratificação correspondente a dois terços do salário, não se beneficia da jornada especial de sua categoria profissional.

(C) A incompatibilidade do exercício da atividade externa com a fixação de horário de trabalho, reside, eminentemente, em circunstâncias fáticas que efetivamente impedem o empregador de fiscalizar e controlar a jornada desenvolvida pelo empregado, que, assim, fica excluído das regras que limitam a duração do labor.

(D) O empregado com função gerencial, uma vez detentor de cargo de gestão e de poderes de representação, não submetido a registro de ponto, imune ao controle e fiscalização da jornada de trabalho, reúne os pressupostos necessários a isentar o empregador do pagamento de horas extraordinárias.

(E) O gerente de um estabelecimento comercial, com poderes diretivos, em tal condição, detentor de confiança especial do empregador, desobrigado do registro de ponto, independentemente da percepção de salário diferenciado, está excluído das normas que limitam a jornada de trabalho.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 71, § 3º, CLT. (B) Errada. Art. 224, § 2º, CLT. (C) Correta. Art. 62, I, CLT. (D) Errada. Art. 62, II e parágrafo único, CLT. (E) Errada. Idem ao item anterior. *Alternativa C.*

4686. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Com relação às horas "in itinere", é CORRETO dizer que:

(A) A remuneração do tempo dispendido pelo empregado nos deslocamentos para o local de trabalho e retorno à residência vem a ser exemplo marcante da construção jurisprudencial que, sedimentada em Súmula do TST, constitui o fundamento único para o deferimento judicial desse direito.

(B) O direito às horas "in itinere" não pode ser suprimido pela circunstância de o empregador, ao fornecer o transporte, cobrar o preço da passagem, consoante jurisprudência pacificada do TST.

(C) Conforme jurisprudência pacificada do TST, a insuficiência do transporte público oferecido para o deslocamento do trabalhador constitui um dos requisitos para a configuração do direito às horas de percurso, pois, em tal hipótese, inevitavelmente, haverá incompatibilidade entre os horários do transporte e aqueles correspondentes à jornada de trabalho.

(D) Ainda que o percurso residência-trabalho-residência seja, em parte, servido por transporte público considerado regular, as horas "in itinere" deverão ser remuneradas como horas extraordinárias correspondentes à integralidade do percurso.

(E) As horas "in itinere", por seu caráter extraordinário, haverão de ser remuneradas na forma prevista no art. 7º, inc. XVI, da Constituição da República, salvo convenção ou acordo coletivo de trabalho que disponham sobre compensação de horário.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 58, § 2º, CLT, c/c Súmula 90, I, TST. (B) Correta. Súmula 320, TST. (C) Errada. Súmula 90, III, TST. (D) Errada. Súmula 90, IV, TST. (E) Errada. As horas *in itinere* somente serão remuneradas como extras se ultrapassado o limite previsto no art. 7º, XIII, CF (Súmula 90, V, TST). *Alternativa B.*

4687. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Considerando a lei e o entendimento sumulado do TST, assinale a alternativa correta.

(A) O trabalho noturno dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação do petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados, por meio de dutos, é regulado pela Lei n. 5.811, de 11.10.1972, sendo-lhe aplicada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos prevista no art. 73, § 2º, da CLT.

(B) A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas previsto no art. 7º, XIV, da CF/1988.

(C) O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras, inclusive das horas de sobreaviso.

(D) O professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 a título de repouso semanal remunerado, considerando-se para esse fim o mês de quatro semanas.

(E) O sábado do bancário é dia útil não trabalhado, não dia de repouso remunerado, razão pela qual, cabe a repercussão do pagamento de horas extras habituais em sua remuneração.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 112, TST. (B) Correta. Súmula 360, TST. (C) Errada. Súmula 132, II, TST. (D) Errada. Súmula 351, TST. (E) Errada. Súmula 113, TST. *Alternativa B.*

4688. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Quanto às normas gerais de tutela do trabalho, conforme previsão legal e da jurisprudência sumulada do TST, indique a alternativa correta.

(A) Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o

adicional noturno quanto às horas prorrogadas.

(B) O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, afasta o direito à percepção do respectivo adicional, vez que a lei prevê que as atividades insalubres são fixadas em razão da intensidade do agente.

(C) No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 (vinte e quatro) horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre jornadas, não serão remuneradas como extraordinárias visto que ocorreu mera infração de caráter administrativo.

(D) Não serão abrangidos pelo regime da duração do trabalho (capítulo II do título II da CLT) os empregados que exerçam atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, não havendo necessidade da anotação de tal condição a CTPS e no registro de empregados.

(E) Independente do porte da empresa, não poderá ser fixado por acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 71, § 5º, CLT, c/c Súmula 60, II, TST. (B) Errada. Súmula 47, TST. (C) Errada. Súmula 110, TST. (D) Errada. Art. 62, I, CLT. (E) Errada. Art. 58, § 3º, CLT. *Alternativa A.*

4689. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as alternativas e assinale a resposta CORRETA:

I. A jornada reduzida de que trata o art. 227 da CL T não é aplicável, por analogia, ao operador de televendas, que não exerce suas atividades exclusivamente como telefonista, pois, naquela função, não opera mesa de transmissão, fazendo uso apenas dos telefones comuns para atender e fazer as ligações exigidas no exercício da função.

II. Os empregados que trabalham em minas de subsolo têm direito a intervalo intrajornada de quinze minutos a cada período de quatro horas consecutivas trabalhadas.

III. Os empregados de empresas corretoras e distribuidoras de valores mobiliários realizam atividades de mera intermediação, e por este motivo não são equiparados a bancários para fim de gozo de jornada especial.

IV. Segundo a Jurisprudência consolidada do TST, a redução da carga horária do professor, cujo salário é fixado por número de horas-aulas não implica em alteração contratual incita.

(A) Estão corretas apenas as alternativas I, II e III.

(B) Estão corretas apenas as alternativas I e IV.

(C) Estão corretas apenas as alternativas III e IV.

(D) Estão corretas apenas as alternativas II e IV.

(E) Todas estão corretas.

RESPOSTA (I) Errado. Após o cancelamento da OJ-SDI1 273. (II) Errado. Art. 298, CLT. (III) Correto. Súmula 119, TST. (IV) Correto. OJ-SDI1 244. *Alternativa C.*

4690. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as alternativas e assinale a resposta CORRETA:

(A) O empregado estudante terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

(B) O empregado demitido por justa causa ou que se demite antes de complementar 12 (doze) meses de serviço não tem direito a férias proporcionais.

(C) As empresas legalmente autorizadas a funcionar aos domingos são obrigadas a organizar escalas de revezamento, a fim de que, cada empregado usufrua de pelo menos dois domingos de folga no mês, sendo as restantes em outros dias da semana.

(D) O trabalho prestado em domingos e feriados sem folga compensatória, deve ser pago em dobro, independente do salário fixo mensal e das sanções de ordem administrativa.

(E) Todas as anteriores estão incorretas.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 136, § 2º, CLT. (B) Errada. Súmulas 171 e 261, TST. (C) Errada. Art. 7º, XV, CF. (D) Correta. Art. 9º, Lei n. 605/49, c/c Súmula 146, TST. (E) Errada. *Alternativa D.*

4691. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Miguel foi admitido pelo Banco Só Dinheiro S/A para exercer a função de caixa. Passados 04 anos, em face de seu desempenho, Miguel passou a desempenhar a função de caixa executivo, atendendo apenas aos clientes especiais. Diante da nova função, passou a perceber uma gratificação no valor equivalente a 50% de seu salário. Tendo em vista que, após assumir a função de caixa executivo, Miguel passou a trabalhar em jornada diária de 09 horas, é correto afirmar:

(A) não faz jus à hora extra por exercer função de confiança remunerada com gratificação superior a 40% do seu salário;

(B) faz jus a 1 (uma) hora extra diária, posto que exerce função de confiança e percebe gratificação superior a 1/3 do salário, sujeitando-se à jornada de 8 (oito) horas;

(C) faz jus a 3 (três) horas extras diárias, uma vez que não exerce função de confiança, estando sujeito à jornada de 6 (seis) horas;

(D) faz jus a 1 (uma) hora extra diária, pois não exerce função de confiança e percebe gratificação superior a 1/3 do salário, sujeitando-se a jornada de 8 horas;

(E) faz jus a 1 (uma) hora extra diária, por exercer função de confiança remunerada com gratificação superior a 40% do seu salário.

RESPOSTA (C) Correta. Súmula 102, VI, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4692. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Maria trabalha para a empresa Casa das Vendas Ltda., na cidade de Natal/RN. Maria foi contratada para uma jornada de 44 horas semanais e com intervalo intrajornada de 02 horas, laborando de segunda a sábado. Por ser Chefe do Setor de Pessoal, inicia habitualmente seu labor em média 5 (cinco) minutos antes da hora designada para o início de sua jornada, uma vez que é seu encargo ativar o sistema de ponto eletrônico. Maria também costuma encerrar suas atividades por volta de 17 (dezessete) minutos após o horário previsto para o término da jornada de trabalho na empresa, pois só pode desativar o sistema de controle de ponto após o último empregado registrar a sua saída. Considerando essa situação, é correto afirmar:

(A) Maria terá computados, na sua jornada diária, os minutos excedentes e, como tal, recebê-los com acréscimo de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento);

(B) Maria não terá computadas, como labor extraordinário, as frações de hora que antecedem e extrapolam a sua jornada diária;

(C) somente o período que ultrapassa o limite de 10 (dez) minutos, antes ou depois de sua jornada, é considerado para efeito de aferição de jornada suplementar;

(D) os períodos laborados antes e depois da jornada somente são nela computados se previstos em cláusula de acordo ou convenção coletiva;

(E) Maria terá direito a computar apenas 17 (dezessete) minutos na sua jornada de trabalho.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 58, § 1º, CLT c/c Súmula 366, TST. As demais alternativas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4693. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) A duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes não excederá de seis horas diárias consecutivas em cabina, durante o funcionamento cinematográfico.
(B) Nos serviços efetuados pelos ferroviários de categoria "C" (equipagens de trens em geral), será considerado como de trabalho efetivo o tempo gasto em viagens do local ou para o local de terminação e início dos mesmos serviços.
(C) Em conformidade com o entendimento sumulado do TST, o professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 a título de repouso semanal remunerado, considerando-se para esse fim o mês de quatro semanas.
(D) De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, aos ferroviários que trabalham em estação do interior, assim classificada por autoridade competente, não são devidas horas extras.
(E) Segundo a jurisprudência sumulada do TST, a permanência do tripulante a bordo do navio, no período de repouso, além da jornada, importa presunção de que esteja à disposição do empregador ou em regime de prorrogação de horário, devendo o empregador provar o contrário, dada a natureza do serviço.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 234, CLT. (B) Errada. Art. 238, § 1º, CLT. (C) Errada. Súmula 351, TST. (D) Correta. Súmula 61, TST. (E) Errada. Súmula 96, TST. *Alternativa D.*

4694. **(Procurador – MPT – 2007)** O horário noturno do advogado é das:

(A) 20 às 4 horas;
(B) 20 às 5 horas;
(C) 21 às 5 horas;
(D) 22 às 5 horas;
(E) não respondida.

RESPOSTA (B) Correta. Art. 20, § 3º, Lei n. 8.906/94. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4695. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** A respeito da duração do trabalho, leia as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência cristalizada do TST:

I. Em se tratando de horas extras pré-contratadas de bancário, opera-se a prescrição total se a ação não for ajuizada no prazo de cinco anos, a partir da data em que foram suprimidas.
II. A contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula, mas não é nula se pactuada após a admissão do empregado.
III. Para o cálculo do valor do salário-hora do bancário mensalista sujeito à jornada de 6 horas, o divisor a ser adotado é 180 (cento e oitenta).
IV. O bancário sujeito à jornada de 8 (oito) horas tem salário-hora calculado com base no divisor 220 (duzentos e vinte).
V. Não se computa, na jornada do bancário sujeito a seis horas diárias de trabalho, o intervalo de quinze minutos para lanche ou descanso.

(A) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
(B) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
(C) Somente as afirmativas I, II, III e V estão corretas.
(D) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.

(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Correto. Súmula 199, II, TST. (II) Correto. Súmula 199, I, TST. (III) Correto. Súmula 124, II, *a*, TST. (IV) Correto. Súmula 124, II, *b*, TST. (V) Correto. OJ-SDI1 178. *Alternativa E.*

4696. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Sobre as situações que envolvem o cargo de confiança bancário, leia as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta, segundo a jurisprudência do TST:

I. De acordo com a jurisprudência sumulada, o bancário no exercício da função de chefia, subchefia, subgerência ou tesouraria, que recebe gratificação não inferior a 1/3 do salário do cargo efetivo, está inserido na exceção do § 2º do art. 224 da CLT, não fazendo jus ao pagamento das sétima e oitava horas como extras.

II. O bancário sujeito à regra do art. 224, § 2º, da CLT cumpre jornada de trabalho de 8 (oito) horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da oitava.

III. A jornada de trabalho do empregado de banco gerente de agência é regida pelo art. 224, § 2º, da CLT, não havendo que se falar em pagamento da 7ª e 8ª horas como extraordinárias. Quanto ao gerente-geral de agência bancária, presume-se o exercício de encargo de gestão, aplicando-se-lhe o art. 62 da CLT, que o exclui das regras gerais relativas à jornada de trabalho, não lhe sendo devidas horas extras, ainda que posteriores à oitava diária.

IV. O bancário não enquadrado no § 2º do art. 224 da CLT, que receba gratificação de função, não pode ter o salário relativo a horas extraordinárias compensado com o valor daquela vantagem.

V. O advogado empregado de banco, pelo simples exercício da advocacia, exerce cargo de confiança, enquadrando-se, portanto, na hipótese do § 2º do art. 224 da CLT e fazendo jus a receber, como extras, as horas trabalhadas além da oitava diária.

(A) Somente as afirmativas I e III estão incorretas

(B) Somente as afirmativas III e V estão incorretas

(C) Somente as afirmativas II e IV estão incorretas

(D) Somente as afirmativas I e V estão incorretas

(E) Somente a afirmativa V está incorreta.

RESPOSTA (I) Errado. Tesoureiro, subgerente e subchefe não se inserem na excludente do art. 224, § 2º, CLT. (II) Correto. Súmula 102, IV, TST. (III) Correto. Art. 224, § 2º, CLT, c/c Súmulas 102, II, e 287, TST. (IV) Correto. Súmula 109, TST. (V) Errado. Súmula 102, V, TST. *Alternativa D.*

4697. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Sobre as horas extras “in itinere”, leia as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta, de acordo com a lei e a jurisprudência cristalizada do TST:

I. O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

II. Poderão ser fixados, para as empresas de grande porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.

III. A insuficiência de transporte público é circunstância que também gera o direito às horas “in itinere”, mas a mera incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular não enseja o pagamento de horas “in itinere”.

IV. O fato de o empregador cobrar importância não simbólica pelo transporte fornecido, para local de

difícil acesso ou não servido por transporte regular, afasta o direito à percepção das horas "in itinere".

V. Se não houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas "in itinere" remuneradas abarcarão a totalidade do trajeto, considerando-se que são computáveis na jornada de trabalho. Assim, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.

(A) Somente a afirmativa I está correta.

(B) Somente as afirmativa I e II estão corretas.

(C) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

(D) Somente as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

(E) Somente as afirmativas II, III e V estão corretas.

RESPOSTA (I) Correto. Art. 58, § 2º, CLT. (II) Errado. Art. 58, § 3º, CLT. (III) Errado. Súmula 90, III, TST. (IV) Errado. Súmula 320, TST. (V) Errado. Súmula 90, IV, TST. *Alternativa A.*

XV. Compensação de Jornada

4698. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Analise as afirmativas abaixo acerca da compensação de jornada:

1. A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.
2. O acordo individual para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.
3. A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

(A) É correta apenas a afirmativa 1.

(B) É correta apenas a afirmativa 2.

(C) É correta apenas a afirmativa 3.

(D) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.

(E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

RESPOSTA (1). Correto. Súmula 85, I, TST*. (2). Correto. Súmula 85, II, TST. (3). Correto. Súmula 85, IV, TST. *Alternativa E.*

* Salvo em relação ao banco de horas, que somente pode ser instituído por negociação coletiva (Súmula 85, V, TST).

4699. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Certo empregado celebrou, com o respectivo empregador, acordo escrito de compensação de jornada. Entretanto, após a pactuação, o acordo foi reiteradamente descumprido, diante da prestação habitual de horas extras, inclusive acima do limite previsto no acordo, sem que houvesse qualquer compensação de horário. Considerando as normas relativas à jornada de trabalho, a situação hipotética descrita e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a opção correta.

(A) O acordo de compensação de jornada poderia ter sido firmado tacitamente entre empregado e empregador, o que não afetaria sua validade.

(B) A prestação habitual de horas extras descaracteriza o acordo de compensação de horário, tendo o empregado direito ao pagamento como horas extraordinárias das que ultrapassarem a duração semanal normal.

(C) É requisito de validade do acordo de compensação de jornada a previsão de que, em caso de não compensação das horas excedentes, o empregado terá direito a percebê-las com o adicional de no

mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do valor da hora normal de trabalho.

(D) O acordo individual de compensação de horário é inválido, exigindo a legislação pertinente a celebração via convenção ou acordo coletivo de trabalho.

(E) Em caso de força maior para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis, poderá o empregador exigir horas extras do empregado, além do limite legal, contratual ou convencional, desde que haja previsão nesse sentido em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 85, I, TST. (B) Correta. Súmula 85, IV, TST. (C) Errada. Súmula 85, III e IV, TST. (D) Errada. Súmula 85, I, TST*. (E) Errada. Art. 61, *caput* e § 1º, CLT. *Alternativa B.*

* Salvo em relação ao banco de horas, que somente pode ser instituído por negociação coletiva (Súmula 85, V, TST).

4700. **(Procurador – MPT – 2007)** Complete com a opção CORRETA. Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor _______ na data da rescisão.

(A) da hora normal;

(B) do salário;

(C) da remuneração;

(D) da globalidade salarial:

(E) não respondida.

RESPOSTA (C) Correta. Art. 59, § 3º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

XVI. Repouso Semanal Remunerado

4701. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Petronio trabalhava como guarda noturno para a pessoa jurídica Mato Quebrado. Recebia salário mínimo. Sua jornada era das 22h às 05h, sem intervalo. Tirava quatro folgas consecutivas somente depois de 24 dias trabalhados. Diante desta situação assinale a alternativa CORRETA.

(A) O direito ao descanso semanal remunerado era respeitado, pois na média Petronio tinha uma folga por semana, e não faz jus a qualquer pagamento a este título.

(B) O direito ao descanso semanal foi totalmente violado e o trabalhador tem direito ao pagamento em dobro da remuneração equivalente a quatro dias.

(C) Pelo desrespeito ao descanso semanal Petronio tem direito a receber a remuneração de quatro dias de forma simples.

(D) O direito ao descanso semanal foi desrespeitado em relação as três primeiras semanas, mas está correto em relação a última.

(E) Petronio tem direito ao adicional noturno, mas este não influi na apuração do descanso semanal remunerado.

RESPOSTA (A) Errada. OJ-SDI1 410. (B) Correta. Art. 7º, XV, CF; art. 67, CLT; art. 9º, Lei n. 605/49; e OJ-SDI1 410. (C) Errada. Art. 9º, Lei n. 605/49, c/c OJ-SDI1 410. (D) Errada. OJ-SDI1 410, TST. (E) Errada. Súmula 60, I, TST. *Alternativa B.*

XVII. Intervalos para Descanso

4702. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

(A) Não excedendo de seis horas o trabalho, será facultado um intervalo de quinze minutos quando a

duração ultrapassar quatro horas.

(B) É assegurado a todo empregado um descanso semanal de vinte e quatro horas consecutivas.

(C) Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.

(D) Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.

(E) Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 71, § 1º, CLT. (B) Correta. Art. 7º, XV, CF, c/c art. 67, CLT. (C) Correta. Art. 71, § 2º, CLT. (D) Correta. Art. 66, CLT. (E) Correta. Art. 67, parágrafo único, CLT*. *Alternativa A.*

* A correção da assertiva pode ser questionada frente ao disposto no art. 7º, XV, CF, impondo que o repouso seja PREFERENCIALMENTE aos domingos, inexistindo exigência de escala de revezamento.

4703. **(Advogado – CEAGESP – 2010 – VUNESP)** Nos termos da CLT, para os empregados que trabalham no interior de câmaras frias será assegurado

(A) um intervalo de dez minutos a cada noventa minutos trabalhados.

(B) um período de vinte minutos de repouso depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo, computando-se esse intervalo como de trabalho efetivo.

(C) um período de vinte minutos de repouso depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo, não se computando esse intervalo como de trabalho efetivo.

(D) um intervalo de quinze minutos a cada uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo.

(E) apenas o intervalo intrajornada previsto para os demais empregados que não trabalham no interior de câmaras.

RESPOSTA (C) Correta. Art. 253, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4704. **(Advogado – COPEL – 2010 – PUCPR)** Em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é garantido intervalo para descanso entre duas jornadas de trabalho. Esse intervalo normal é também denominado de intervalos interjornadas, e deve ser, no mínimo, de:

(A) 09 (nove) horas consecutivas.

(B) 10 (dez) horas consecutivas.

(C) 11 (onze) horas consecutivas.

(D) 08 (oito) horas consecutivas.

(E) 12 (doze) horas consecutivas

RESPOSTA (C) Correta. Art. 66, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4705. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** A respeito do intervalo intrajornada, assinale a alternativa INCORRETA à luz da CLT:

(A) para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas, depois de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo será assegurado um período de 20 (vinte) minutos de repouso, não computado esse intervalo como de trabalho efetivo;

(B) no trabalho em minas de subsolo, em cada período de 3 (três) horas consecutivas de trabalho, será obrigatória uma pausa de 15 (quinze) minutos para repouso, que será computada na duração normal de trabalho efetivo;

(C) no caso dos ferroviários, a regra geral é que o tempo concedido para refeição não será computado como de trabalho efetivo;

(D) para os bancários que laboram em jornadas de seis horas, será assegurado um intervalo para refeição de 15 (quinze) minutos, não computado na jornada de trabalho;

(E) nos serviços permanentes de mecanografia, a cada período de 90 (noventa) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 (dez) minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 253, CLT. (B) Correta. Art. 298, CLT. (C) Correta. Art. 238, § 5º, CLT. (D) Correta. Art. 224, § 1º, CLT, c/c OJ-SDI1 178. (E) Correta. Art. 72, CLT. *Alternativa A.*

4706. **(Procurador – MPT – 2007)** Complete com a opção CORRETA. Em relação ao trabalho em minas no subsolo, em cada período de _______ consecutivas de trabalho, será obrigatória uma pausa de ______ minutos para repouso, a qual será computada na duração normal de trabalho efetivo.

(A) 1 hora e 40 minutos; 20;

(B) 2 horas; 20;

(C) 3 horas; 15;

(D) 3 horas; 20;

(E) não respondida.

RESPOSTA (C) Correta. Art. 298, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

XVIII. Férias

4707. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Em relação às férias assinale a opção correta.

(A) Dado o seu caráter imperativo, a aquisição das férias, pelo trabalhador, durante o pacto laboral bem assim a fixação de sua duração não se assenta na assiduidade do empregado apurada durante o período aquisitivo.

(B) As parcelas que têm feição salarial, como por exemplo, as gratificações anuais, semestrais ou trimestrais integram a remuneração para efeito de cálculo das férias.

(C) A alimentação fornecida habitualmente ao trabalhador pelo empregador não integra o cálculo da remuneração das férias mesmo quando o trabalhador deixe de percebê-la durante o período de gozo das mesmas.

(D) O empregado que, no curso do período aquisitivo, pede demissão ou se aposenta espontaneamente e, não sendo readmitido em 60 (sessenta) dias de sua saída, não fará jus às férias.

(E) O vale-transporte apesar de não ter natureza salarial mas considerando o caráter social da parcela se incorpora à remuneração para efeito de cálculo das férias.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 130, CLT. (B) Errada. Súmula 253, TST. (C) Errada. Art. 142, § 4º, CLT. (D) Correta. Art. 133, I, CLT*. (E) Errada. Art. 458, § 2º, III, CLT, c/c art. 2º, *a*, Lei n. 7.418/85. *Alternativa D.*

* A correção da assertiva pode ser questionada, pois, segundo o próprio TST, a aposentadoria espontânea não extingue o contrato de trabalho (OJ-SDI1 361, TST).

4708. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Acerca do instituto das férias, é correto afirmar:

(A) a depender da livre conveniência do empregador e da necessidade do trabalho, serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.

(B) o abono de férias concedido na forma da lei, bem como o decorrente de cláusula do contrato de trabalho, do regulamento empresarial, de convenção ou acordo coletivo de trabalho integrarão a

remuneração do empregado, independentemente do valor e para todos os fins.

(C) independentemente do tempo de serviço, havendo cessação do contrato de trabalho, qualquer que seja sua causa, será devido ao empregado a remuneração em dobro correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido.

(D) a concessão das férias suspende o contrato de trabalho, de forma que o período respectivo não é computado como tempo de serviço.

(E) poderão ser concedidas férias coletivas a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores, e os empregados contratados há menos de 12 (doze) meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.

RESPOSTA (A) Errada. Somente em casos excepcionais (art. 134, § 1º, CLT). (B) Errada. Art. 144, CLT. (C) Errada. Somente se ultrapassado o período concessivo (art. 137, CLT). (D) Errada. As férias são remuneradas (art. 142, CLT), por isso consideradas causa de interrupção do contrato de trabalho. (E) Correta. Arts. 139 e 140, CLT. *Alternativa E.*

4709. **(Advogado – CASAL – 2010 – FUNDEPES)** Sobre o tratamento das férias pela CLT, é INCORRETO afirmar:

(A) após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias proporcionais.

(B) é vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.

(C) o empregado tem direito a 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes.

(D) todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração, podendo descontar as faltas ocorridas ao longo do ano.

(E) o empregado tem direito a 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 130, CLT*. (B) Correta. Art. 130, § 1º, CLT. (C) Correta. Art. 130, I, CLT. (D) Errada. Art. 130, § 1º, CLT. (E) Correta. Art. 130, II, CLT. *Alternativa D.*

* A integral correção da assertiva pode ser questionada, pois, após o período aquisitivo de 12 meses, as férias serão integrais e não proporcionais. Contudo, o *caput* do art. 130, CLT, fala que as férias serão concedidas “na seguinte proporção”, o que acaba tornando a assertiva parcialmente correta, sobretudo se a proporção mencionada estiver levando em conta o número de faltas, e não o tempo de vigência contratual.

4710. **(Advogado – CESP – 2009 – VUNESP)** Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, nos termos da Constituição Federal e da CLT. Segundo entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST),

(A) a remuneração das férias do tarefeiro deve ser calculada com base na média da produção do último período concessivo.

(B) os dias de férias gozados após o período legal de concessão deverão ser remunerados em dobro, salvo negociação coletiva.

(C) enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

(D) a extinção do contrato de trabalho, seja qual for o motivo, sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses, sendo abusiva qualquer previsão em contrário.

(E) o empregado que se demite antes de complementar 12 (doze) meses de serviço perde o direito a férias proporcionais.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 140, § 2º, CLT, c/c Súmula 149, TST. (B) Errada. Art. 137, CLT, c/c Súmula 81, TST. (C) Correta.

Súmula 159, I, TST. (D) Errada. Art. 146, parágrafo único, CLT, c/c Súmula 171, TST. (E) Errada. Súmula 261, TST. *Alternativa C.*

4711. **(Advogado – CORREIOS-BA – 2007 – CONESUL)** Quanto ao Direito de Férias, assinale a resposta INCORRETA.

(A) Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes.

(B) Não será considerada falta ao serviço, para os efeitos do artigo anterior, a ausência do empregado durante a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo ou de prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido.

(C) A época de concessão de férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.

(D) O empregado poderá entrar em gozo das férias sem que apresente ao empregador sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, para que nela seja anotada a respectiva concessão.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 130, I, CLT. (B) Correta. Art. 131, V, CLT. (C) Correta. Art. 136, CLT. (D) Errada. Art. 135, § 1º, CLT. *Alternativa D.*

4712. **(Advogado – BNB – 2010 – ACEP)** Acerca das férias, em conformidade com o que preceitua a Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) A época de concessão das férias será, em qualquer caso, a que melhor consulte aos interesses do empregador.

(B) Vencido o prazo concessivo de férias, sem que o empregador as tenha concedido, o empregado poderá ajuizar reclamação pedindo a fixação por sentença do período de seu gozo.

(C) Durante as férias, o empregado, sempre que quiser, poderá prestar serviços a outro empregador.

(D) Somente em casos excepcionais, serão as férias individuais concedidas em 2 períodos, nenhum dos quais não poderá ser inferior a 10 dias corridos.

(E) Aos menores de 18 e aos maiores de 60 anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 136, §§ 1º e 2º, CLT. (B) Correta. Art. 137, § 1º, CLT. (C) Errada. Art. 138, CLT. (D) Errada. Art. 134, § 1º, CLT. (E) Errada. Art. 134, § 2º, CLT. *Alternativa B.*

4713. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Acerca das férias, assinale a alternativa correta.

(A) Quando o empregador não respeita o período concessivo de férias e impede a fruição no prazo regular, fica obrigado a concedê-las em dobro, ampliando o período de descanso do trabalhador.

(B) As férias dos trabalhadores de idade superior a 50 (cinquenta) anos de idade sujeitam-se a um regime especial, no qual há um acréscimo remuneratório superior ao dos trabalhadores mais jovens.

(C) Com a promulgação, vigência e eficácia da Convenção 132 da Organização Internacional do Trabalho, houve modificações quanto à contagem dos dias e fracionamento das férias.

(D) Considerando que dizem respeito à saúde do trabalhador, as férias constituem um direito que não se sujeita a prescrição, admitindo a cobrança a qualquer tempo.

RESPOSTA (A) Errada. O tempo de férias fica mantido, pois somente a remuneração do período é paga em dobro (art. 137, CLT). (B) Errada. Inexiste tal previsão, somente se vedando o fracionamento aos maiores de 50 anos (art. 134, § 2º, CLT). (C) Correta. Arts. 5º, 2, e 8º, 1, Convenção 132, OIT (Decreto n. 3.197/99). (D) Errada. Art. 7º, XXIX, CF, c/c art. 149, CLT. *Alternativa C.*

4714. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** A respeito das férias, marque a resposta em DESACORDO com a Consolidação das Leis do Trabalho:

(A) As seguintes faltas ao serviço não prejudicarão o direito às férias anuais: dois dias consecutivos pelo falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou irmã ou pessoa que viva sob a dependência econômica do empregado, desde que declarada em sua Carteira de Trabalho.

(B) O trabalhador de idade inferior a 18 (dezoito) anos ou superior a 50 (cinquenta) anos, terá sempre suas férias concedidas de uma só vez.

(C) A empresa poderá conceder férias coletivas aos seus empregados lotados em um determinado setor, desde que, para tal finalidade, comunique ao órgão local do Ministério do Trabalho, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, as datas de início e de fim das férias, precisando o setor abrangido, com exceção dos empregados que, contratados há menos de doze meses, ainda não tenham adquirido tal direito.

(D) Na hipótese em que o trabalhador for pago por tarefa, apurar-se-á a média de produção no período aquisitivo do direito a férias, tomando-se por base o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias.

(E) Perde o direito às férias o empregado que, no curso do período aquisitivo: deixar de trabalhar, com percepção de salário, por mais de 30 (trinta) dias em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa; permanecer em gozo de licença, com percepção de salário, por mais de 30 (trinta) dias; deixar o emprego e não for readmitido dentro dos 60 (sessenta) dias subsequentes à sua saída; tiver percebido prestações previdenciárias de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 131, I, e art. 473, I, CLT. (B) Correta. Art. 134, § 2º, CLT. (C) Errada. Art. 139, § 1º, e art. 140, CLT. (D) Correta. Art. 142, § 2º, CLT, c/c Súmula 149, TST. (E) Correta. Art. 133, CLT. *Alternativa C.*

4715. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Assinale a alternativa INCORRETA em relação às férias anuais remuneradas, à luz das normas que regulam o tema e posicionamento jurisprudencial sumulado do TST.

(A) As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.

(B) Somam-se dois períodos descontínuos de trabalho, desde que o interregno entre eles não seja superior a sessenta dias, para aquisição de direito de férias, ainda que um deles se origine de contrato a prazo.

(C) Salvo nas hipóteses de dispensa do empregado por justa causa ou quando ele se demite, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de doze meses.

(D) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de seis meses, embora descontínuos. Nesta situação, iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o empregado retornar ao serviço.

(E) O tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para serviço militar obrigatório será computado no período aquisitivo, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de noventa dias da data em que se verificar a respectiva baixa.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 131, III, CLT. (B) Correta. Art. 133, I, CLT. (C) Errada. Súmulas 171 e 261, TST. (D) Correta. Art. 133, IV, CLT. (E) Correta. Art. 132, CLT. *Alternativa C.*

4716. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Chico Bento foi admitido como empregado pela pessoa jurídica Turma da Mônica Gastronomia Ltda em 03.03.2005. Sofreu acidente de trabalho em 10.07.2005 e em decorrência deste infortúnio ficou afastado do serviço, em gozo de auxílio-doença acidentário, no período de 26.07.2005 a 25.11.2005. Retornou ao trabalho em 26.11.2005, porém, não se sentindo apto para trabalhar, requereu novo afastamento em 02.12.2005. Constatada pelo órgão previdenciário a permanência da inaptidão para o trabalho, em decorrência do acidente, foi restabelecido o benefício previdenciário no período de 02.12.2005 a 05.03.2007. Cessada a inaptidão, o empregado retornou ao trabalho em 06.03.2007 e em 14.08.2007 entrou em gozo de auxílio-doença previdenciário, sem relação com a causa de afastamento anterior, retornando ao trabalho em 10.03.2008. Foi despedido sem justa causa em 29.04.2008, dispensado do cumprimento de aviso prévio. Após a formalização da homologação da rescisão contratual, não tendo recebido pagamentos a título de férias e terço constitucional, o empregado ingressou com ação trabalhista pleiteando as férias integrais e proporcionais de todo o período de vigência do vínculo empregatício.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) Tem direito ao recebimento das férias integrais 2005/2006 e 2006/2007, ambas em dobro, 2007/2008, de forma simples e das férias proporcionais 2008/2009, à razão de 2/12, todas acrescidas do terço constitucional.

(B) Tem direito ao recebimento das férias proporcionais dos períodos aquisitivos 2005/2006 à razão de 05/12, 2007/2008 à razão de 05/12 e 2008/2009, à razão de 03/12, todas acrescidas do terço constitucional.

(C) Tem direito apenas ao recebimento das férias integrais do período aquisitivo 2005/2006 e 2006/2007 e das férias proporcionais 2008/2009, à razão de 03/12, todas com acréscimo do adicional de 1/3, pois a ausência do empregado ao serviço por motivo de acidente de trabalho não prejudica a aquisição do direito de férias.

(D) Tem direito apenas ao recebimento de férias proporcionais 2008/2009, à razão de 03/12, com acréscimo do adicional de 1/3.

(E) Tem direito ao recebimento das férias integrais do período aquisitivo 2007/2008, de forma simples, e das férias proporcionais 2008/2009, à razão de 02/12, todas acrescidas do adicional de 1/3.

RESPOSTA (D) As férias 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008 foram perdidas, haja vista o disposto no art. 133, IV, CLT. Os 3/12 levam em conta o período de 10-3-2008 a 29-4-2008, acrescido de 1/12 relativo à projeção do aviso prévio (art. 146, parágrafo único, e art. 487, § 1º, CLT). *Alternativa D.*

XIX. Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho

4717. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) Constituem requisitos para a caracterização da relação de emprego a pessoalidade e a exclusividade na prestação dos serviços.

(B) O afastamento do empregado nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior ou quando tiver que comparecer em juízo gera a interrupção do contrato de trabalho.

(C) A partir do afastamento do serviço para tratamento de saúde, em face de doença ou de acidente, independentemente de guardar relação de causalidade com os serviços prestados, o empregado tem o respectivo contrato de trabalho suspenso.

(D) A subordinação que define e caracteriza a existência da relação de emprego é a econômica, fundada no reconhecimento jurídico-institucional da hipossuficiência material do trabalhador.

(E) A suspensão do empregado por prazo superior a 30 dias consecutivos, fundamentada em punição disciplinar, não prejudica a fluência do contrato de trabalho.

RESPOSTA (A) Errada. A exclusividade não é requisito para a caracterização da relação de emprego (arts. 2º e 3º, CLT). (B) Correta. Art. 473, VII, CLT. (C) Errada. Nos 15 primeiros dias de afastamento, o contrato de trabalho estará interrompido (art. 60, *caput* e § 3º, Lei n. 8.213/91). (D) Errada. Trata-se de subordinação jurídica e não econômica (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 64). (E) Errada. Art. 474, CLT. *Alternativa B.*

4718. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a única opção que enseja a interrupção do contrato de trabalho.

(A) Licença-maternidade da empregada gestante.

(B) Eleição para cargo de direção sindical.

(C) Aposentadoria provisória, sendo o trabalhador considerado incapaz para trabalhar.

(D) Atendimento a encargo público, na hipótese de cumprimento de mandato político eletivo.

(E) Prisão provisória do empregado.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 7º, XVIII, CF, c/c art. 473, III, CLT. (B) Errada. Art. 543, § 2º, CLT. (C) Errada. Art. 475, CLT. (D) Errada. Art. 472, CLT. (E) Errada. Pois inexiste previsão de pagamento de salário em tal período (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 326). *Alternativa A.*

4719. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** No Direito do Trabalho, o período de sustação das cláusulas do contrato de trabalho, sem que haja pagamento total ou parcial dos salários, é chamado de:

(A) suspensão.

(B) interrupção.

(C) paralisação.

(D) descontinuidade.

(E) inatividade.

RESPOSTA (A) Correta. Conforme Garcia (*Manual de direito do trabalho*, p. 294). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4720. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** A respeito do tema Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho, assinale a afirmativa correta.

(A) A participação de empregado em movimento grevista implica suspensão do contrato de trabalho, ficando o empregador, portanto, autorizado a não efetuar o pagamento dos salários nos dias de paralisação, observada a Lei 7.783/89.

(B) Durante a suspensão do contrato o empregador não pode despedir os empregados que aderiram ao movimento grevista, podendo, no entanto, contratar, em qualquer caso, trabalhadores substitutos.

(C) O afastamento da mulher vítima de violência por até 6 meses é caso de interrupção do contrato de trabalho, estando garantido o pagamento dos salários do período.

(D) Quando dirigente sindical tiver que se ausentar por motivo de viagem internacional representando o sindicato, o tempo de ausência caracteriza-se como licença não remunerada, hipótese de suspensão do contrato.

(E) A partir do 15º dia do acidente de trabalho, o contrato é suspenso, mas o empregador continua obrigado ao depósito do FGTS e o tempo de serviço é computado para todos os efeitos.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 7º, Lei n. 7.783/89. (B) Errada. Art. 7º, parágrafo único, Lei n. 7.783/89. (C) Errada. Art. 9º, § 2º, II, Lei n. 11.340/2006. (D) Errada. Art. 473, IX, CLT. (E) Errada. Art. 60, *caput* e § 3º, Lei n. 8.213/91. *Alternativa A.*

4721. (Advogado – CEEE – 2010 – FUNDATEC) Constitui hipótese de suspensão do contrato de trabalho:

(A) O empregado que deixar de comparecer, por até dois dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge.
(B) O empregado que deixar de comparecer, por até três dias consecutivos, em virtude de casamento.
(C) O empregado que tiver de comparecer em juízo pelo tempo que se fizer necessário.
(D) O empregado que participar de cursos ou de programas de qualificação profissional oferecidos pelo empregador por um período de dois a cinco meses.
(E) O empregado que deixar de comparecer, por um dia, em virtude do nascimento de filho no decorrer da primeira semana.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 473, I, CLT. (B) Errada. Art. 473, II, CLT. (C) Errada. Art. 473, VIII, CLT. (D) Correta. Art. 476-A, CLT. (E) Errada. Art. 473, III, CLT*. *Alternativa D.*

* Destaque-se que o art. 7º, XVIII e XIX, CF, c/c art. 10, § 1º, ADCT, estabeleceram os períodos de 120 e 5 dias para a licença-maternidade e a licença-paternidade, respectivamente.

4722. (Juiz – TRT-15 – 2011) A respeito da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho e considerando os termos da legislação, assinale a alternativa correta:

(A) nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes, será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação;
(B) a suspensão do empregado por mais de 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, importará rescisão injusta do contrato de trabalho;
(C) o contrato de trabalho poderá ser suspenso por um período de 2 (dois) a 5 (cinco) meses para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, sem necessidade de aquiescência formal do empregado;
(D) o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até 2 (dois) dias, desde que consecutivos, para o fim de se alistar eleitor;
(E) o empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante todo o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 472, § 2º, CLT. (B) Errada. Art. 474, CLT. (C) Errada. Art. 476-A, CLT. (D) Errada. Art. 473, V, CLT. (E) Correta. Art. 475, CLT. *Alternativa E.*

4723. (Juiz – TRT-3 – 2012) A respeito da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho, leia as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I. A concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio não impede a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo.
II. Se as faltas já são justificadas pela lei, consideram-se como ausências legais e não serão descontadas para o cálculo do período de férias.
III. As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.
IV. Os efeitos financeiros da anistia concedida pela Lei n. 8.878/94 somente serão devidos a partir do efetivo retorno à atividade, vedada a remuneração em caráter retroativo.

V. Embora a suspensão do contrato implique na descontinuidade das cláusulas contratuais, algumas obrigações subsistem, como é o caso das regras que impõem obrigações de lealdade e fidelidade contratuais.

(A) Todas as afirmativas estão corretas.
(B) Somente as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.
(C) Somente as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
(D) Somente as afirmativas II, III e V estão corretas.
(E) Somente as afirmativas II, III, IV e V estão corretas.

RESPOSTA (I) Errado. Súmula 371, TST. (II) Correto. Súmula 89, TST. (III) Correto. Art. 131, III, CLT. (IV) Correto. OJ-SDI1T 56. (V). Correto. Conforme texto da assertiva. *Alternativa E.*

XX. Alteração do Contrato de Trabalho

4724. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção INCORRETA.

(A) O trabalhador transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, tem direito a suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.
(B) Observado o princípio protetivo, na hipótese de coexistência de dois regulamentos da empresa, cujas cláusulas revoguem ou alterem vantagens deferidas, o empregado poderá optar, com efeitos *ex nunc*, por um deles, mas sua desistência será retratável, acaso se comprove que a escolha ocorreu sobre normas menos favoráveis.
(C) As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias, salvo se o trabalhador tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente do trabalho ou de auxílio doença por mais de seis meses, embora descontínuos.
(D) A remuneração percebida pelo empregado à época da propositura da ação na Justiça do Trabalho serve de base de cálculo para as férias não concedidas no tempo oportuno.
(E) A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, inclusive adicionais eventuais.

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 29, TST. (B) Errada. Súmula 51, I e II, TST. (C) Correta. Art. 131, III, CLT. (D) Correta. Súmula 7, TST. (E) Correta. Art. 15, Lei n. 8.036/90. *Alternativa B.*

4725. **(Advogado – ELETROBRAS – 2007 – NCE)** Em se tratando de alteração contratual, marque a alternativa correta:

(A) nos contratos individuais de trabalho, só é lícita a alteração das respectivas condições, por mútuo consentimento, e ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado;
(B) considera-se alteração unilateral a determinação do empregador para que o empregado retorne ao cargo efetivo ao deixar o cargo de confiança;
(C) ao empregador é permitido transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, por força do poder de direção da atividade econômica;
(D) é ilícita a transferência quando ocorrer a extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado;
(E) as despesas resultantes da transferência serão rateadas entre empregado e empregador.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 468, CLT. (B) Errada. Art. 468, parágrafo único, CLT. (C) Errada. Art. 469, CLT. (D) Errada. Art. 469, § 2º, CLT. (E) Errada. Art. 470, CLT. *Alternativa A.*

4726. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Acerca da alteração do contrato de trabalho, leia as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência cristalizada do TST:

I. As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento, salvo se mais benéficas aos demais empregados.

II. Havendo a coexistência de dois ou mais regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro, salvo se lhe forem mais prejudiciais.

III. A redução da carga horária do professor, em virtude da diminuição do número de alunos, constitui alteração contratual, uma vez que implica redução do valor da remuneração mensal.

IV. O retorno do servidor público celetista (administração direta, autárquica e fundacional) à jornada inicialmente contratada não é lícito, sendo a sua jornada definida em lei e no contrato de trabalho firmado entre as partes.

V. A transferência para o período diurno de trabalho implica a perda do direito ao adicional noturno.

(A) Somente as afirmativas III e V estão corretas.

(B) Somente as afirmativas I, II e V estão corretas.

(C) Somente as afirmativas I, III e V estão corretas.

(D) Somente as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

(E) Somente a afirmativa V está correta.

RESPOSTA (I) Errado. Súmula 51, I, TST. (II) Errado. Súmula 51, II, TST. (III) Errado. OJ-SDI1 244. (IV) Errado. OJ-SDI1 308. (V). Correto. Súmula 265, TST. *Alternativa E.*

XXI. Aviso Prévio

4727. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Levando-se em conta a jurisprudência sumulada e as Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA relativamente ao instituto do aviso prévio:

(A) Os efeitos da dispensa só se concretizam depois de expirado o benefício do auxílio-doença concedido no curso do aviso prévio.

(B) Em caso de aviso prévio cumprido em casa, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é até o décimo dia da notificação de despedida.

(C) A "baixa" da Carteira de Trabalho e Previdência Social deve corresponder à data de efetivo afastamento do empregado, mesmo que o aviso prévio tenha sido concedido de forma indenizada.

(D) A prescrição começa a fluir da data do término do aviso prévio.

(E) A proporcionalidade do aviso prévio, com base no tempo de serviço, depende da legislação regulamentadora, visto que o art. 7º, XXI da Constituição Federal de 1988 não é autoaplicável.

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 371, TST. (B) Correta. OJ-SDI1 14. (C) Errada. OJ-SDI1 82. (D) Correta. OJ-SDI1 83. (E) Correta. Súmula 441, TST. *Alternativa C.*

4728. **(Advogado – BNB – 2010 – ACEP)** É devido o pagamento do aviso prévio de forma integral

(A) na despedida sem justa causa e na despedida indireta.

(B) na despedida por justa causa.

(C) somente na despedida sem justa causa.
(D) na despedida por culpa recíproca.
(E) somente na despedida indireta.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 487, *caput* e § 4º, CLT. (B) Errada. Art. 487, *caput*, CLT. (C) Errada. Art. 487, § 4º, CLT. (D) Errada. Súmula 14, TST. (E) Errada. Art. 487, *caput*, CLT. *Alternativa A.*

4729. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Quanto ao instituto do aviso prévio, nos termos da lei e da jurisprudência sumulada do TST, assinale a alternativa que não está correta.

(A) É possível substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.
(B) O tempo do aviso prévio, mesmo indenizado, conta-se para efeito da indenização adicional prevista no art. 9º da Lei n. 6.708, de 30.10.1979.
(C) É inválida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego, ante a incompatibilidade dos dois institutos.
(D) O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.
(E) É devido o aviso prévio na despedida indireta.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 230, TST. (B) Correta. Súmula 182, TST. (C) Correta. Súmula 348, TST. (D) Correta. Súmula 276, TST. (E) Correta. Art. 487, § 4º, CLT. *Alternativa A.*

4730. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Helena Sale iniciou a prestação de serviços como empregada em 05/10/2009, exercendo a função de balconista em empresa do setor de comércio varejista. Solicitou demissão em 05/08/2010. Observadas tais premissas, assinale a alternativa correta:

(A) não fará jus às férias proporcionais acrescidas de 1/3, considerando que a extinção do contrato deu-se por sua iniciativa e antes de completado o primeiro período aquisitivo de férias;
(B) o empregador poderá efetuar o desconto do período de aviso prévio caso não seja pré-avisado da rescisão com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
(C) no curso do aviso prévio, a empregada poderá arrepender-se de seu ato e, nessa hipótese, o empregador deverá reconsiderar a comunicação, em razão do princípio da continuidade, afeto às relações laborais;
(D) o direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregador, salvo na hipótese de existir, na mesma empresa, empregado que possa exercer a função;
(E) não fará jus à gratificação natalina, considerando que a extinção do contrato deu-se por iniciativa da empregada e antes de completado o primeiro ano de experiência.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 261, TST. (B) Correta. Art. 487, § 2º, CLT. (C) Errada. Art. 489, CLT. (D) Errada. Súmula 276, TST. (E) Errada. Art. 7º, Decreto n. 57.155/65. *Alternativa B.*

4731. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** No dia 30.06.2008, Paulo, após o expediente, foi atropelado no ponto de ônibus em frente à loja em que trabalha e habitualmente espera a condução para retorno a sua casa. Por isso, ficou afastado do serviço, recebendo o benefício previdenciário do tipo auxílio-doença acidentário, retornando ao trabalho em 30.12.2008. Em 15.12.2009, no entanto, recebeu aviso prévio para dispensa sem justa causa. Diante dessas informações, é correto afirmar:

(A) a rescisão do contrato somente poderá se efetivar após o transcurso integral dos 30 dias do aviso

prévio;
(B) o aviso prévio não produzirá seus efeitos, diante da incompatibilidade desse instituto com a estabilidade acidentária;
(C) o aviso prévio produzirá os efeitos legais, visto que a rescisão se formalizará após o transcurso do período de estabilidade;
(D) o aviso prévio produzirá efeitos, desde que haja a dispensa do seu cumprimento, por liberalidade do empregador;
(E) o aviso prévio produzirá efeitos, desde que o sindicato participe da homologação e não haja ressalva no respectivo termo de rescisão.

RESPOSTA (B) Correta. Súmula 348, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

XXII. Extinção do Contrato de Trabalho

4732. **(Procurador – PGE-MG – 2006)** Joceleide Oliveira trabalhou para Maria da Penha no período de 13.03.2005 até 20.07.2005 (termo final do aviso prévio). Ao ser demitida sem justa causa recebeu

(A) 5/12 de décimo terceiro salário e 4/12 de férias proporcionais.
(B) 6/12 de décimo terceiro salário e 4/12 de férias proporcionais.
(C) 5/12 de décimo terceiro salário e 5/12 de férias proporcionais.
(D) 5/12 de décimo terceiro salário e 6/12 de férias proporcionais.

RESPOSTA (C) Correta. Art. 3º, Lei n. 4.090/62, c/c art. 146, parágrafo único, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4733. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Os direitos trabalhistas devidos ao empregado por força da extinção do contrato de trabalho variam conforme a modalidade da extinção. A esse respeito, assinale a opção INCORRETA.

(A) No pedido de demissão, são devidos ao empregado saldo de salários, aviso prévio, 13º salário e férias.
(B) Na dispensa com justa causa, são devidos ao empregado saldo de salários e férias.
(C) Na dispensa indireta, são devidos ao empregado os mesmos direitos decorrentes da dispensa sem justa causa, inclusive a indenização correspondente a 40% (quarenta por cento) dos depósitos na conta vinculada do FGTS.
(D) Na culpa recíproca, a indenização devida ao empregado corresponde a 20% (vinte por cento) dos depósitos na conta vinculada do FGTS.
(E) Na extinção da empresa por força maior, a indenização devida ao empregado corresponde a 20% (vinte por cento) dos depósitos na conta vinculada do FGTS.

RESPOSTA (A) Errada. Aviso prévio não é devido no pedido de demissão. Art. 487, *caput* e § 4º, CLT. (B) Correta. As férias adquiridas (art. 146, CLT) e o saldo de salário serão sempre devidos. (C) Correta. Art. 9º, § 1º, Decreto n. 99.684/90. (D) Correta. Art. 18, § 2º, Lei n. 8.036/90. (E) Correta. Art. 18, § 2º, Lei n. 8.036/90. *Alternativa A.*

4734. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção INCORRETA.

(A) O instrumento de rescisão do contrato de trabalho ou recibo de quitação deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação apenas relativamente aos valores indicados.
(B) Qualquer compensação no pagamento a que tiver direito o empregado no ato da homologação da

rescisão do contrato de trabalho não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração.

(C) Caso o empregador não cumpra as suas obrigações contratuais, poderá o empregado pleitear em juízo a rescisão do contrato de trabalho e o pagamento das verbas respectivas, permanecendo ou não no serviço até decisão final do processo.

(D) Quando o aviso prévio for indenizado pelo empregador, as parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação devem ser pagas até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão.

(E) O ato da assistência pelo sindicato respectivo na rescisão contratual deve ocorrer sem ônus para o trabalhador e empregador.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 477, § 2º, CLT, c/c Súmula 330, TST. (B) Correta. Art. 477, § 5º, CLT. (C) Correta. Art. 483, *d*, CLT. (D) Correta. Art. 477, § 6º, *b*, CLT. (E) Correta. Art. 477, § 7º, CLT. *Alternativa A.*

4735. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) Em caso de aposentadoria concedida pela Previdência Social, o trabalhador não terá direito a levantar os valores depositados em sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), devendo aguardar o prazo de três anos a partir da cessação da última relação de emprego.

(B) A extinção normal do contrato a termo autoriza o levantamento dos valores depositados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, salvo se se tratar de trabalhador temporário contratado na forma da Lei n. 6.019/1974.

(C) De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o empregado poderá ter direito à indenização em caso de não fornecimento pelo empregador da guia necessária para o recebimento do seguro-desemprego.

(D) O trabalhador cujo contrato de trabalho foi extinto por culpa recíproca tem direito à percepção do seguro-desemprego.

(E) De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação em concurso público (art. 37, § 20, da Constituição) não tem direito ao depósito do FGTS na conta vinculada, ainda que preservado o direito ao salário.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 20, III, Lei n. 8.036/90. (B) Errada. Art. 20, IX, Lei n. 8.036/90. (C) Correta. Súmula 389, II, TST. (D) Errada. Art. 2º, I, Lei n. 7.998/90. (E) Errada. Súmula 363, TST. *Alternativa C.*

4736. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** O atraso no pagamento dos salários dará direito ao empregado:

(A) de exigir recibo expresso do não pagamento dos valores.

(B) de receber multa de 30% sobre os valores devidos.

(C) de cobrar o salário em dobro após três meses de mora.

(D) de reduzir a carga horária de trabalho.

(E) de aplicar justa causa ao empregador.

RESPOSTA (E) Correta. Art. 483, *d*, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4737. **(Advogado – FMS – 2011 – NUCEPE)** João, empregado havia 12 anos da empresa TNT, decidiu não mais prestar os seus serviços para seu empregador. Adotou essa atitude sem fazer qualquer comunicação e, tão logo tomou conhecimento de que a empresa TNB procurava empregado para contratar, depositou o seu currículo e logrou obter um emprego na nova empresa. Diante deste

caso, pode-se afirmar ser o ato de João a hipótese de:

(A) distrato.
(B) rescisão.
(C) resolução.
(D) dispensa sem justa causa do empregado.
(E) resilição.

RESPOSTA (A) Errada. Distrato pressupõe ato bilateral dos contratantes (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 1.004). (B) Errada. Rescisão é a ruptura contratual em face de uma nulidade (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 339-340). (C) Correta. Resolução é a extinção decorrente de ato faltoso. No caso, o empregado incorreu em abandono (art. 482, *i*, CLT). (D) Errada. Houve ato faltoso do empregado, sendo caso de resolução. (E) Errada. A resilição pode ser bilateral (distrato) ou unilateral (extinção injusta), desde que não haja ato faltoso de qualquer dos contratantes. Na espécie, houve ato faltoso do empregado. *Alternativa C.*

4738. (Advogado – JUCEES – 2009 – COSEAC) A justa causa por parte do empregado; a rescisão indireta do contrato laboral:

(A) aquela é hipótese de rescisão do contrato; esta, de resolução;
(B) esta é hipótese de rescisão do contrato; aquela, de resolução;
(C) ambas são hipóteses de rescisão do contrato;
(D) ambas são hipóteses de resolução do contrato;
(E) aquela é hipótese de resilição do contrato; esta, de cessação.

RESPOSTA (A) Errada. Rescisão é a extinção do contrato por nulidade. Resolução é a extinção por ato faltoso de um dos contratantes (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 1.122-1.123). (B) Errada. Idem ao item anterior. (C) Errada. Rescisão é a extinção do contrato por nulidade, o que não ocorreu no caso. (D) Correta. Resolução é a extinção do contrato por ato faltoso dos contratantes (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 1.122-1.123). Na justa causa, a falta é do empregado e, na rescisão indireta, do empregador, sendo ambas casos de resolução. (E) Errada. A resilição pode ser bilateral (distrato) ou unilateral (extinção injusta), desde que não haja ato faltoso de qualquer dos contratantes. Já a cessão é termo genérico, usado como sinônimo de extinção do contrato. *Alternativa D.*

4739. (Advogado – BANPARÁ – 2010) Marque a alternativa correta:

(A) No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, a lei considera o contrato automaticamente rescindido.
(B) O empregador que assedia moralmente seu empregado, pratica a justa causa prevista na alínea *b*, do art. 482, da CLT – incontinência de conduta ou mau procedimento.
(C) Considera-se abandono de emprego o ato do empregado que deixa de comparecer ao serviço, sem justificativas e manifesta sua intenção de sair. Porém, se não demonstrada essa intenção, pode ser ela presumida após a ausência do empregado por mais de 20 dias, injustificadamente.
(D) O empregado que no curso do aviso prévio cometer qualquer das faltas previstas na CLT para a rescisão por justa causa, perde o direito ao restante do respectivo prazo.

RESPOSTA (A) Errada. Trata-se de faculdade do empregado, podendo ocorrer a sucessão *causa mortis* (art. 483, § 2º, CLT). (B) Errada. O art. 482, CLT, elenca as faltas do empregado, e não do empregador. (C) Errada. A presunção se dá após 30 dias (Súmula 32, TST). (D) Correta. Art. 491, CLT. *Alternativa D.*

4740. (Advogado – CODASP – 2010 – ZAMBINI) A rescisão indireta é uma das formas de término do contrato de emprego, e se refere à hipótese em que o empregado ingressa na justiça pleiteando a rescisão dessa relação contratual pela ocorrência das hipóteses abaixo, EXCETO

(A) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo.

(B) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato.
(C) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.
(D) ter sua jornada de trabalho excedida além do limite legal por motivo de força maior.
(E) correr perigo manifesto de mal considerável.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 483, *b*, CLT. (B) Errada. Art. 483, *a*, CLT. (C) Errada. Art. 483, *f*, CLT. (D) Correta. Trata-se de conduta lícita, autorizada pelo art. 61, § 2º, CLT. (E) Errada. Art. 483, *c*, CLT. *Alternativa D.*

4741. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** A respeito da rescisão indireta do contrato de trabalho, indique a alternativa INCORRETA:

(A) pode ser caracterizada quando o empregador, ou seus prepostos, praticar ato lesivo à honra e boa fama do trabalhador ou de pessoa de sua família;
(B) o pagamento dos salários atrasados em primeira audiência ilide a mora capaz de configurá-la;
(C) pode ser caracterizada pela redução considerável do trabalho do empregado remunerado por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente o valor do salário;
(D) a mora contumaz é conceito previsto em legislação vigente e pressupõe atraso ou sonegação de salários devidos aos empregados por período igual ou superior a três meses, sem motivo grave ou relevante, excluídas as causas pertinentes ao risco do empreendimento;
(E) pode ser caracterizada quando o empregador, ou seus prepostos, praticar ofensas físicas contra o empregado, salvo em caso de legítima defesa própria ou de terceiros.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 483, *e*, CLT. (B) Errada. Súmula 13, TST. (C) Correta. Art. 483, *g*, CLT. (D) Correta. Art. 2º, § 1º, Decreto-lei n. 368/68. (E) Correta. Art. 483, *f*, CLT. *Alternativa B.*

4742. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Em 24.10.2010 o empregador dispensa, sem justa causa, o empregado admitido em 14.06.2008. Determina que, a partir da comunicação da dispensa, cumpra o período de aviso prévio em casa. Assinale a alternativa INCORRETA**:**

(A) o prazo para pagamento das verbas rescisórias é até o décimo dia da comunicação da dispensa;
(B) o empregado terá direito a 11/12 de décimo terceiro salário proporcional;
(C) o empregado, que jamais teve férias, terá direito a férias em dobro, vencidas e proporcionais, estas últimas de 05/12, todas acrescidas de um terço;
(D) caso sejam pagos os valores devidos um dia após o término do aviso prévio concedido, o empregado fará jus à multa prevista no art. 477, da CLT;
(E) o FGTS relativo ao mês imediatamente anterior ao da rescisão do contrato não observa, quanto à data limite de depósito, o prazo previsto no art. 477 da CLT.

RESPOSTA (A) Correta. OJ-SDI1 14. (B) Correta. Relativamente ao ano de 2010, considerando a projeção do aviso prévio (art. 3º, Lei n. 4.090/62, c/c art. 487, § 1º, CLT). (C) Correta. Considerando que as férias são computadas levando em conta o(s) período(s) aquisitivo(s), cujo marco inicial de contagem é sempre a data de contratação (arts. 130, 137 e 146, CLT). (D) Correta. Art. 477, § 8º, CLT. (E) Errada. Art. 18, § 3º, e art. 23, I, Lei n. 8.036/90. *Alternativa E.*

4743. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Antônio foi admitido em 10.04.2000 para exercer a função de vendedor na empresa Casa dos Tecidos Ltda. Pediu demissão do emprego em 13.09.2009, uma vez que conseguiu um outro emprego, que teve início no mesmo dia do pedido de demissão. Considerando-se esses fatos, é correto afirmar:

(A) Antônio faz jus a 08/12 de 13º salário proporcional e a 05/12 de férias proporcionais;

(B) Antônio faz jus a 09/12 de 13º salário proporcional e a 06/12 de férias proporcionais;
(C) Antônio faz jus a 09/12 de 13º salário proporcional e a 07/12 de férias proporcionais;
(D) Antônio faz jus a 08/12 de 13º salário proporcional e a 06/12 de férias proporcionais;
(E) Antônio faz jus a 09/12 de 13º salário proporcional e a 05/12 de férias proporcionais.

RESPOSTA (A) Correta. 08/12 de 13º salário proporcional de 2009, não sendo computado o mês de setembro, visto que trabalhados menos de 15 dias (art. 1º, §§ 1º e 2º, Lei n. 4.090/62); 05/12 de férias proporcionais, levando em conta que cada período aquisitivo do trabalhador é computado a partir do dia 10 de abril (data de contratação). Com efeito, o interstício de 10-4-2009 (início do último período aquisitivo) até 13-9-2009 (data de término do contrato) resultará em 05/12 de férias (abril, maio, junho, julho e agosto), conforme art. 146, parágrafo único, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4744. (Procurador – MPT – 2007) Trabalhadores foram atraídos por falsas promessas para laborarem em outro estado da federação. Durante o período (alguns por 5 meses, outros por 14 meses) em que permaneceram no local da prestação de serviços, cerceados da liberdade de ir e vir, os trabalhadores operaram em condições degradantes, sem pagamento dos salários. Diante desses fatos, podemos afirmar que:

I. trata-se de hipótese de rescisão indireta e, por essa razão, o empregado resgatado com mais de um ano de serviço deverá receber, a título de verbas rescisórias: salários de todo período; aviso prévio; gratificações natalinas; férias vencidas e proporcionais, acrescidas do terço constitucional; FGTS de todo o período, acrescido da indenização de 40%;
II. por caracterizar justa causa cometida pelo empregador, o empregado libertado com menos de um ano de serviço terá direito apenas a receber a título de verbas rescisórias: salários de todo período; aviso prévio; 13º salário proporcional; FGTS de todo o período, acrescido da indenização de 40%;
III. alguns trabalhadores afirmaram que, no ato da contratação, consentiram com o deslocamento até o local da prestação de serviços. Para esses, não estão presentes os elementos caracterizadores do trabalho em condição análoga à de escravo;
IV. o trabalhador identificado como submetido a regime de trabalho em condições análogas às de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do grupo móvel, será dessa situação resgatado e terá direito a seis parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) apenas uma das assertivas está correta;
(B) apenas duas das assertivas estão corretas;
(C) apenas três das assertivas estão corretas;
(D) todas as assertivas estão corretas;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Correto. Trata-se de rescisão indireta (art. 483, *a*, *b* e *d*, CLT), gerando o pagamento de todas as verbas citadas no referido item. (II) Errado. As férias proporcionais são devidas em tais casos (art. 146, parágrafo único, CLT). (III) Errado. O mero consentimento quanto ao deslocamento não retira as características de trabalho em condições análogas às de escravo, visto que presentes a restrição de liberdade e o trabalho degradante. (IV) Errado. Art. 2º, Lei n. 7.998/90. *Alternativa A.*

XXIII. FGTS

4745. (Auditor – MTE – 2010 – ESAF) Constituem situações que autorizam o levantamento, pelo trabalhador, dos depósitos efetuados na respectiva conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, exceto:

(A) quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta anos.

(B) rescisão contratual decorrente de força maior ou culpa recíproca.
(C) quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave, segundo previsão em regulamento.
(D) suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias, comprovada por declaração do respectivo sindicato profissional.
(E) despedida voluntária quando o trabalhador tiver tempo de serviço igual ou superior a um ano.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 20, XV, Lei n. 8.036/90. (B) Errada. Art. 20, I, Lei n. 8.036/90. (C) Errada. Art. 20, XIV, Lei n. 8.036/90. (D) Errada. Art. 20, X, Lei n. 8.036/90. (E) Correta. Art. 20, I, Lei n. 8.036/90. *Alternativa E.*

4746. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Com relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O pagamento do aviso prévio, trabalhado ou não, submete-se à incidência do FGTS.
(B) A equivalência entre os regimes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o da estabilidade prevista na CLT é tão somente jurídica e não também econômica, de modo a não serem devidos valores a título de diferença entre um e outro regime.
(C) Não há incidência de FGTS sobre férias indenizadas.
(D) Considerando que é trintenária a prescrição das contribuições para o FGTS, a prescrição da pretensão às parcelas remuneratórias devidas não alcança o respectivo recolhimento dessas contribuições.
(E) Mesmo na ocorrência de saques na conta do FGTS durante o contrato de trabalho, é devida a multa sobre os valores sacados, corrigidos monetariamente.

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 305, TST. (B) Correta. Súmula 98, I, TST. (C) Correta. OJ-SDI1195. (D) Errada. Súmula 206, TST. (E) Correta. OJ-SDI1 42, I. *Alternativa D.*

4747. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** A alíquota do depósito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) devida ao empregado aprendiz é de:

(A) 8% da remuneração.
(B) 6% da remuneração.
(C) 4% da remuneração.
(D) 3% da remuneração.
(E) 2% da remuneração.

RESPOSTA (E) Correta. Art. 15, § 7º, Lei n. 8.036/90. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

XXIV. Estabilidades Provisórias

4748. **(Advogado – CORENGO – 2010 – UFG)** M.A. foi contratada no dia 15 de setembro de 2010, para trabalhar como recepcionista em um hospital. O contrato foi a título de experiência e tinha um prazo prefixado de 30 dias. Antes de se encerrarem os 30 dias o empregador lhe informou que faria sua rescisão, por não ter interesse na continuidade do trabalho. A empregada comunicou ao empregador, antes da rescisão, que estava grávida. Nesse caso, o empregador

(A) não pode dispensar a empregada, pois ela tem garantia de emprego, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
(B) não pode dispensar a empregada, pois esta tem garantia de emprego pelo período de 120 dias.
(C) deve garantir o emprego, pois foi expressamente avisado da gravidez antes do término do

contrato.

(D) pode dispensar a empregada, pois esta não tem garantia de emprego, uma vez que foi realizado ajuste prévio determinando o término do contrato.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 10, II, *b*, ADCT c/c Súmula 244, III, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4749. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Sobre o tema estabilidade, indique a alternativa correta.

(A) Desde a Constituição Federal, não vigora mais o regime de estabilidade no emprego no Brasil, substituído, definitivamente, pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Por lei, há diversas estabilidades provisórias.

(B) Temos diversas espécies de estabilidades, provisórias e definitivas, contratuais e legais, normativas e judiciais, sempre permitida a dispensa, desde que devidamente indenizada.

(C) O empregado estável pode ser dispensado, mas o pagamento das verbas rescisórias deverá ser dobrado, como indenização pelo descumprimento da cláusula de estabilidade.

(D) É impossível a dispensa arbitrária do empregado pelo empregador, e se assegura à gestante e ao titular de representação de empregados na CIPA, além do dirigente sindical, uma estabilidade provisória absoluta.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 7º, III, CF. (B) Errada. A estabilidade, ainda que provisória, veda a dispensa injusta, garantindo a vigência do contrato. (C) Errada. Não há previsão nesse sentido em se tratando de estabilidades provisórias. (D) Errada. A estabilidade provisória não é absoluta, já que permite a dispensa nos casos de falta grave cometida pelo trabalhador. *Alternativa A.*

4750. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Sobre a estabilidade e as garantias provisórias de emprego, assinale a única alternativa correta:

(A) Decorre de lei que o empregador que deixar de cumprir decisão passada em julgado sobre a readmissão ou reintegração de empregado, além do pagamento dos salários deste, incorrerá em multa, até que seja cumprida a decisão.

(B) Por ter o art. 2º, § 1º, da CL T equiparado os profissionais liberais ao empregador, não se aplica o art. 507 da CLT aos seus empregados, que, portanto, não gozam de qualquer espécie de garantia de emprego.

(C) O empregado estável não recebe indenização pela rescisão do contrato a prazo indeterminado, no caso de extinção da empresa, fechamento do estabelecimento ou supressão de atividade, havidos sem motivo de força maior, conforme prevêem os arts. 497 e 498 da CLT.

(D) Diante da previsão constitucional que protege a relação de emprego contra a despedida arbitrária, a dispensa do empregado não é um direito potestativo do empregador.

(E) Os titulares e suplentes representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia não gozam de vedação à dispensa durante o período de mandato.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 729, CLT. (B) Errada. O art. 507 exclui a aplicação do capítulo VII, CLT, que trata de estabilidade decenal (definitiva), não alcançando as estabilidades provisórias ou garantias de emprego. (C) Errada. Arts. 497 e 498, CLT. (D) Errada. O art. 7º, I, CF é norma de eficácia limitada, dependendo de lei complementar para produzir efeitos, a qual ainda não fora editada. (E) Errada. Art. 625-B, § 1º, CLT. *Alternativa A.*

4751. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** À luz da legislação pertinente e da jurisprudência consolidada do TST, assinale a alternativa INCORRETA a respeito da estabilidade sindical:

(A) É vedada, em qualquer hipótese, a dispensa do dirigente sindical, desde o registro da candidatura ao cargo e, se eleito, até um ano após o término do mandato.
(B) Para fins de aquisição da estabilidade sindical, é indispensável a comunicação ao empregador pelo sindicato, por escrito, dentro de 24 horas, do dia e da hora do registro da candidatura do seu empregado e, em igual prazo, sua eleição e posse, fornecendo, igualmente, a este comprovante no mesmo sentido.
(C) Não há que se falar em estabilidade provisória quando o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical ocorrer no curso do aviso prévio, ainda que indenizado.
(D) O conselho fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da gestão financeira da entidade sindical, cabendo-lhe o controle dos atos administrativos da entidade sindical, mas não propriamente a direção desta; por este motivo, os membros do conselho fiscal não têm direito à estabilidade prevista na Constituição Federal.
(E) Os delegados sindicais são os agentes incumbidos de representar a diretoria e de dar apoio remoto aos integrantes da categoria, entretanto, não são beneficiários da estabilidade provisória, que, por sua vez, somente é dirigida àqueles que exercem ou ocupam cargos de direção nos sindicatos, submetidos a processo eletivo.

RESPOSTA (A) Errada. Salvo se cometer falta grave (art. 8º, VIII, CF, c/c art. 543, § 3º, CLT). (B) Errada. Súmula 369, I, TST*. (C) Correta. Súmula 369, V, TST. (D) Correta. OJ-SDI1 365. (E) Correta. OJ-SDI1 369. *Alternativas A e B.*

* A Súmula 369, I, TST, foi alterada em setembro de 2012, passando a não mais exigir a observância do prazo do art. 543, § 5º, CLT, desde que a ciência do empregador ocorra por qualquer outro meio na vigência do contrato.

4752. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Considere as proposições abaixo:

I. São detentores de estabilidade no emprego os servidores públicos civis, ainda que não admitidos mediante concurso público, desde que em exercício na data da promulgação da Constituição Federal (05.10.1988).
II. De acordo com a jurisprudência majoritária, inclusive Súmula do TST, não são detentores de estabilidade os empregados de entidades estatais não integrantes da administração direta, autárquica ou fundacional.
III. O registro da candidatura do empregado ao cargo de dirigente sindical, ainda que ocorra no período do aviso prévio, lhe garante a estabilidade.
IV. São detentores de garantia no emprego os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas.

(A) todas as proposições são incorretas
(B) somente são corretas as proposições II e IV
(C) somente são corretas as proposições I, II e III
(D) somente são corretas as proposições I e IV
(E) somente são corretas as proposições II, III e IV

RESPOSTA (I) Errado. Art. 19, ADCT. (II) Correto. Súmula 390, II, TST. (III) Errado. Súmula 369, V, TST. (IV) Correto. Art. 55, Lei n. 5.764/71. *Alternativa B.*

4753. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Carlos Manforte, auxiliar de manutenção de sociedade de economia mista, admitido por concurso, integra o conselho fiscal de seu sindicato de classe, na diretoria eleita para o biênio 2009/2011. Com a transferência de colega de trabalho para outra localidade, em junho de 2010, foi guindado à condição de delegado sindical. Pré-avisado de sua dispensa em dezembro de 2010, pretende evitá-la. Entende ser portador de garantia de emprego.

Aponte a alternativa correta com relação à situação do trabalhador, observada a jurisprudência sedimentada no TST:

(A) sua estabilidade foi adquirida em face do concurso público prestado há mais de cinco anos;
(B) só pode ser demitido ao final do período da estabilidade conferida aos dirigentes, tendo em vista sua atuação no conselho fiscal da entidade sindical;
(C) só pode ser demitido ao final do período da estabilidade conferida aos dirigentes, tendo em vista sua condição de delegado sindical;
(D) não há nenhum obstáculo à sua dispensa;
(E) nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA (A) Errado. Súmula 390, II, TST. (B) Errado. OJ-SDI1 365. (C) Errado. OJ-SDI1 369. (D) Correto. Súmula 390, II, TST, OJ-SDI1 365 e OJ-SDI1 369. (E) Errado. *Alternativa D.*

4754. **(Procurador – MPT – 2008)** Analise as seguintes proposições:

I. o empregado estável que deixar de exercer cargo de confiança tem direito a reversão ao cargo efetivo que haja anteriormente ocupado, salvo no caso de falta grave;
II. segundo prevê a jurisprudência dominante do TST, eventual pleito de reintegração no emprego de obreiro estável somente será atendido se concedido judicialmente dentro do período estabilitário;
III. na forma da lei, o pedido de demissão do empregado estável só será válido quando devidamente assistido por sindicato representativo e, se não o houver, perante autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego ou da Justiça do Trabalho.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) todas as assertivas são corretas;
(B) apenas as assertivas I e II são corretas;
(C) todas as assertivas são incorretas;
(D) apenas a assertiva III é correta;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Correto. Art. 468, parágrafo único, CLT, c/c Súmula 372, I, TST. (II) Correto. Súmula 396, I, TST. (III) Correto. Art. 500, CLT. *Alternativa A.*

4755. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Sobre a estabilidade e a garantia de emprego, leia as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta, de acordo com a lei e a jurisprudência cristalizada do TST:

I. O dirigente sindical somente poderá ser dispensado mediante a apuração em inquérito judicial, a não ser que cometa justa causa, caso em que sua dispensa poderá ser imediata.
II. Subsistente a empresa, embora extinto o estabelecimento, é arbitrária a despedida do cipeiro, sendo cabível sua reintegração ou devida a indenização do período estabilitário.
III. A garantia do emprego do cipeiro estende-se ao suplente da CIPA.
IV. O desconhecimento do registro da candidatura do empregado a dirigente sindical pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
V. O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, lhe assegura a estabilidade, visto que o aviso prévio integra o tempo de serviço para todos os efeitos legais.

(A) Somente a afirmativa I está correta.
(B) Somente a afirmativa III está correta

(C) Somente as afirmativas I e III estão corretas
(D) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas
(E) Somente as afirmativas II, III e V estão corretas

RESPOSTA (I) Errado. Súmula 379, TST. (II) Errado. Súmula 339, II, TST. (III) Correto. Súmula 339, I, TST. (IV) Errado. Súmula 369, I, TST (V). Errado. Súmula 369, V, TST. *Alternativa B.*

XXV. Prescrição e Decadência

4756. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Marque a opção correta, considerando os temas da prescrição e da decadência no Direito do Trabalho.

(A) A prescrição, no Direito do Trabalho, que equivale à perda de uma faculdade processual, tem seus prazos definidos tanto em fonte heterônoma como autônoma.
(B) De acordo com a previsão legal que rege o tema, na hipótese de incapacidade civil originária, em razão da faixa etária, os prazos prescricionais trabalhistas ficam suspensos, e nos casos de incapacidade civil superveniente eles são interrompidos.
(C) O juiz pode conhecer de ofício da decadência tanto quando estabelecida por lei como na hipótese de previsão contida em norma de produção autônoma.
(D) Como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), embora direito trabalhista em sentido estrito, também guarda as características de típico fundo social, a prescrição do direito de reclamar as diferenças reflexas geradas pelo não pagamento de horas extras é de trinta anos, mas desde que observado o de dois anos após o término do contrato de trabalho ou o advento da aposentadoria.
(E) Considera-se de decadência o prazo de 180 dias estabelecido por determinada empresa para a adesão ao seu Plano de Demissão Incentivada, que prevê acréscimos financeiros específicos e vantajosos para o desligamento dos empregados.

RESPOSTA (A) Errada. Prescrição não pode ser definida por fonte autônoma (contrato, regulamento de empresa, convenção ou acordo coletivo de trabalho, etc.). (B) Errada. A menoridade é fato obstativo da prescrição e não suspensivo (art. 440, CLT). (C) Errada. Arts. 210 e 211, CC. (D) Errada. Súmula 206, TST. (E) Correta. Trata-se de prazo decadencial, posto que estatuído por fonte autônoma, dada ausência de previsão legal ou constitucional nesse sentido. *Alternativa E.*

4757. **(Procurador – MPT – 2012)** Quanto à prescrição, considerando a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA:**

(A) Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (anos) anos que precedeu o ajuizamento. Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data da implantação do plano de cargos e salários.
(B) A pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretenso direito decorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação.
(C) O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas da data de seu julgamento pelo tribunal do trabalho.
(D) A pretensão à complementação de aposentadoria prescreve em 2 (dois) anos contados da cessação do contrato de trabalho.
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 275, II, TST. (B) Correta. Súmulas 326 e 327, TST. (C) Errada. Súmula 350, TST. (D) Errada. Súmulas 326 e 327, TST. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa B.*

4758. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Sobre a prescrição expressamente prevista na CLT ou de interpretação já pacificada pela jurisprudência sumulada pelo TST, aponte a única alternativa INCORRETA:

(A) Como o congelamento do valor das gratificações não traduz ato único, mas sim negativo, as diferenças correspondentes estão sujeitas à prescrição parcial.

(B) O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas da data de seu trânsito em julgado.

(C) Na ação que objetive corrigir desvio funcional e em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é parcial e só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento.

(D) Não flui a prescrição da pretensão cujo objeto seja a anotação de CTPS para fins de prova

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 373, TST. (B) Correta. Súmula 350, TST. (C) Errada. Súmula 275, II, TST. (D) Correta. Pretensão declaratória é imprescritível (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 658). *Alternativa C.*

4759. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Assinale a resposta INCORRETA:

(A) A prescrição para reclamar contra anotação de carteira profissional ou omissão desta flui da data de cessação do contrato de trabalho.

(B) Da extinção do último contrato começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação em que se objetiva a soma de períodos descontínuos de trabalho.

(C) Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento.

(D) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão, de mérito ou não, proferida na causa.

(E) Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado.

RESPOSTA (A) Errada. Pretensão declaratória é imprescritível (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 658). (B) Correta. Súmula 156, TST. (C) Correta. Súmula 275, I, TST. (D) Correta. Súmula 100, I, TST. (E) Correta. Súmula 275, II, TST. *Alternativa A.*

XXVI. Direito Coletivo do Trabalho

4760. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Com relação à organização sindical, a Consolidação das Leis Trabalhistas dispõe:

(A) Os sindicatos possuem natureza de pessoa jurídica de direito público.

(B) Os sindicatos, pelas atividades representativas que exercem, são classificados como entidades sindicais de grau superior.

(C) As federações organizar-se-ão com o mínimo de 3 (três) sindicatos e terão sede na Capital da República.

(D) Categoria profissional diferenciada é aquela cujos interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constituem o vínculo social básico.

(E) É facultado aos sindicatos, quando em número não inferior a 5 (cinco), desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação.

RESPOSTA (A) Errada. Os sindicatos são entidades associativas de natureza privada. (B) Errada. Art. 533, CLT. (C) Errada.

Art. 534, CLT. (D) Errada. Art. 511, § 3º, CLT. (E) Correta. Art. 534, CLT. *Alternativa E.*

4761. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** No Direito do Trabalho, o *acordo coletivo* é classificado como uma fonte:

(A) jurisprudencial.
(B) material heterônoma.
(C) material autônoma.
(D) costumeira.
(E) formal.

RESPOSTA (A) Errada. A fonte jurisprudencial decorre de decisões reiteradas dos Tribunais sobre uma determinada matéria. (B) Errada. Fontes materiais referem-se a fatores sociais, políticos, econômicos e históricos que deram origem ao Direito (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 13). (C) Errada. Idem ao item anterior. (D) Errada. Fontes costumeiras são práticas sociais reiteradas que acabam se tornando exigíveis. (E) Correta. Acordo coletivo é fonte formal autônoma (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 14). *Alternativa E.*

4762. **(Advogado – CASA – 2011 – VUNESP)** É correto afirmar que

(A) a Constituição Federal garante a liberdade sindical e, desse modo, não há obrigatoriedade em observar a unicidade sindical.
(B) é vedada a criação de mais de um sindicato representativo de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado. Tal regra não se aplica às Federações.
(C) a liberdade sindical não está prevista na Constituição Federal, mas tão somente na Consolidação das Leis do Trabalho, portanto, em nível infraconstitucional.
(D) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
(E) a liberdade sindical não está prevista no ordenamento jurídico brasileiro, embora a matéria já tenha sido tratada nas Constituições anteriores a de 1988.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 8º, II, CF. (B) Errada. Art. 8º, II, CF. (C) Errada. Art. 8º, *caput*, CLT. (D) Correta. Art. 8º, II, CF. (E) Errada. Art. 8º, *caput*, CLT. *Alternativa D.*

4763. **(Advogado – CODESP – 2010 – FGV)** Analise as assertivas abaixo:

As convenções coletivas de trabalho são instrumentos coletivos pactuados entre entidades sindicais representativas de categorias profissionais e de categorias econômicas, PORQUE A Constituição estabeleceu a obrigatoriedade de participação dos sindicatos nas negociações coletivas.

Assinale a alternativa correta.

(A) As duas afirmações são falsas.
(B) As duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
(C) As duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
(D) A primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
(E) A primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.

RESPOSTA (C) Correta. Art. 611, *caput*, CLT c/c art. 8º, VI, CF. A segunda alternativa não justifica a primeira, visto que a previsão constitucional é posterior a previsão da CLT. *Alternativa C.*

4764. **(Advogado – CORREIOS-BA – 2007 – CONESUL)** Assinale a alternativa correta.

(A) Convenção coletiva de trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual um Sindicato representativo de categoria dos trabalhadores estipula condições de trabalho com um empregador, aplicáveis às relações individuais de trabalho.

(B) Acordo coletivo de trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis às relações individuais de trabalho.

(C) Convenção coletiva de trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis às relações individuais de trabalho.

(D) Acordo coletivo de trabalho é o acordo que o Sindicato representativo de uma categoria econômica faz com alguns trabalhadores, estipulando condições de trabalho aplicáveis no âmbito da empresa.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 611, *caput*, CLT. (B) Errada. Art. 611, § 1º, CLT. (C) Correta. Art. 611, *caput*, CLT. (D) Errada. Art. 611, § 1º, CLT. *Alternativa C.*

4765. (Advogado – USP – 2009 – CODAGE) Analise as frases e indique a alternativa correta.

I. Convenções e acordos coletivos de trabalho são fontes do Direito do Trabalho, decorrentes da autonomia coletiva dos particulares.

II. Os dissídios coletivos são contratos ajustados entre os sindicatos de trabalhadores e os de empresários.

III. As Orientações Jurisprudenciais da SDI do TST são fontes estatais do direito do trabalho, pois são dotadas da mesma eficácia da lei.

(A) Somente a frase I é verdadeira.

(B) Somente a frase II é verdadeira.

(C) Todas as frases são verdadeiras.

(D) Todas as frases são falsas.

(E) Somente a frase III é falsa.

RESPOSTA (I) Correta (GARCIA, *Manual de direito do trabalho*, p. 14). (II) Errada. Dissídio coletivo é procedimento judicial instaurado quando frustrada a negociação (art. 114, § 2º, CF, c/c art. 616, § 2º, CLT). (III) Errada. As orientações jurisprudenciais não possuem força de lei, sendo apenas uma interativa e notória jurisprudência do TST. *Alternativa A.*

4766. (Advogado – IPT – 2011 – VUNESP) A Convenção Coletiva de Trabalho decorre da negociação entre

(A) empregados e empregador.

(B) centrais sindicais.

(C) sindicato profissional e empregador.

(D) centrais sindicais e superintendência regional do trabalho.

(E) sindicato profissional e sindicato econômico.

RESPOSTA (E) Correta. Art. 611, *caput*, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4767. (Procurador – MPT – 2009) Leia com atenção as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. O Brasil, como país democrático que é, adota o regime da liberdade sindical plena, nos moldes

preconizados pela Organização Internacional do Trabalho.

II. No Brasil adotamos a liberdade sindical com controle das associações sindicais pelo Estado.

III. No Brasil adotamos um modelo sindical que tem por principal característica a supressão da luta de classes.

(A) apenas as alternativas I e II são falsas;

(B) apenas as alternativas II e III são falsas;

(C) todas as alternativas são falsas;

(D) apenas as alternativas I e II são verdadeiras;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Errada. A liberdade sindical plena, preconizada na Convenção 87 da OIT, pressupõe ausência de unicidade sindical, o que não ocorre no Brasil (art. 8º, II, CF). (II) Errada. Art. 8º, I, CF. (III) Errada. Inexiste tal supressão, sendo expressamente reconhecidas as convenções e acordos coletivos de trabalho (art. 7º, XXVI, CF). *Alternativa C.*

4768. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) a possibilidade de o trabalhador se retirar ou ingressar dos quadros associativos da entidade sindical é conhecida como liberdade sindical negativa;

(B) o Brasil adota a liberdade sindical com autorização do Estado para a criação de entidade sindical;

(C) a liberdade sindical compreende a liberdade de administração, que compreende, entre outros aspectos, a democracia interna;

(D) no Brasil, em razão da contribuição sindical compulsória, a sindicalização é obrigatória;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Errada. Tal possibilidade é conhecida como liberdade de filiação e desfiliação (art. 8º, V, CF). (B) Errada. Art. 8º, I, CF. (C) Correta. Art. 8º, I, CF. (D) Errada. Art. 8º, V, CF. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa C.*

4769. **(Procurador – MPT – 2009)** Leia as assertivas abaixo:

I. a liberdade sindical coletiva compreende, dentre outros aspectos, a liberdade de exercício das funções e a liberdade de organização;

II. no modelo sindical brasileiro a base territorial do sindicato é definida pelo Estado;

III. nos termos da jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal, a contribuição assistencial só é exigível dos filiados ao respectivo sindicato;

IV. conforme a legislação vigente o exercício de atividade econômica pelo sindicato está vedado, salvo se ocorrer de forma indireta.

De acordo com os itens acima, pode-se afirmar que:

(A) todas as assertivas são falsas;

(B) as assertivas III e IV são falsas;

(C) as assertivas I e II são falsas;

(D) apenas as assertivas II e IV são falsas;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Correto. Conforme texto do item. (II) Correto. Art. 8º, II, CF. (III) Errado. Inexiste súmula do TST nesse sentido, mas apenas o Precedente Normativo 119. (IV) Errado. Inexiste vedação legal nesse sentido. *Alternativa B.*

4770. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa INCORRETA, dentre aquelas abaixo, levando em conta que é livre a associação profissional ou sindical, mas ao empregado sindicalizado é assegurada, em igualdade de condições, preferência:

(A) Para ingresso em funções públicas ou assemelhadas, em caso de cessação coletiva de trabalho, por

motivo de fechamento de estabelecimento.

(B) Na concessão de empréstimos simples concedidos pelas agências financeiras do Governo ou a ele vinculadas.

(C) Na concessão de bolsas de estudo para si ou para seus filhos, obedecida a legislação que regule a matéria.

(D) Para a admissão nos trabalhos de empresa que explore serviços públicos ou mantenha contrato com os poderes públicos.

(E) Para a aquisição de instrumentos relativos ao exercício da profissão, exceto automóveis e outros veículos, quando financiados pelas autarquias, sociedades de economia mista ou agências financeiras do Governo.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 544, II, CLT. (B) Correta. Art. 544, VI, CLT. (C) Correta. Art. 544, IX, CLT. (D) Correta. Art. 544, I, CLT. (E) Errada. Art. 544, VII, CLT. *Alternativa E.*

4771. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Com relação à organização sindical, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) As regras aplicáveis à organização sindical datam do período do primeiro governo de Getúlio Vargas, permanecendo inalteradas até os dias atuais, com exceção das Centrais Sindicais que, a partir da Constituição Federal de 1988, passaram a desempenhar o papel das Confederações Sindicais nas negociações coletivas.

(B) O novo ordenamento jurídico pátrio, inaugurado com a Constituição Federal de 1988, manteve inalterado o modelo de financiamento sindical baseado na contribuição compulsória, outrora conhecida como imposto sindical.

(C) Diferentemente da maioria dos países ocidentais de capitalismo avançado, o Brasil não adota o modelo de liberdade sindical consagrado na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho.

(D) Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões e funções diferenciadas por força do estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.

(E) O município é o limite territorial de representação sindical.

RESPOSTA (A) Errada. As centrais sindicais não passaram a fazer o papel das confederações, tendo suas atribuições limitadas àquelas previstas no art. 1º, Lei n. 11.648/2008. (B) Correta. O art. 8º, CF, não alterou o art. 578, CLT. (C) Correta. A convenção 87 da OIT preconiza a liberdade sindical plena, que é incompatível com o sistema de unicidade sindical trazido pelo art. 8º, II, CF. (D) Correta. Art. 511, § 3º, CLT. (E) Correta. Art. 8º, II, CF. *Alternativa A.*

4772. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** A Convenção n. 87 da OIT, por tratar de direitos fundamentais, só pode ser aprovada no todo, mesmo porque não consagra o direito de reservas. Embora não ratificada pelo Brasil, tudo que nela contém é permitido pelo nosso ordenamento jurídico, exceto:

(A) Liberdade de elaboração de estatuto e regulamentos, bem assim dos programas administrativos e de ação.

(B) Possibilidade de fundar múltiplas associações para um mesmo grupo em idêntica região geográfica.

(C) Liberdade de filiação, condicionada, unicamente, à aceitação das normas estatutária.

(D) Liberdade de constituição de associações, independentemente de prévia autorização.

(E) Liberdade de tais organizações constituírem federações e confederações e de filiarem-se a elas, e ainda, de essas entidades, por sua vez, filiarem-se a organizações internacionais.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 8º, I, CF. (B) Correta. Art. 8º, II, CLT. (C) Errada. Art. 8º, V, CF. (D) Errada. Art. 8º, I, CF. (E) Errada. Arts. 533, 534 e 535, CLT. *Alternativa B.*

4773. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** O art. 513 da CLT dispõe sobre as prerrogativas do sindicato, dentre as quais não se inclui:

(A) Impor contribuições a todos que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.

(B) Celebrar convenções coletivas de trabalho.

(C) Colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal.

(D) Eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal constituída, no máximo, de sete e, no mínimo, de três membros, eleitos pela assembleia geral.

(E) Representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 513, *e*, CLT. (B) Errada. Art. 513, *b*, CLT. (C) Errada. Art. 513, *d*, CLT. (D) Correta. Art. 513, *c*, CLT. (E) Errada. Art. 513, *a*, CLT. *Alternativa D.*

4774. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Em relação às formas de sustentação financeira dos sindicatos é correto afirmar que:

(A) Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT.

(B) A Constituição Federal, à vista do art. 8º, IV, in fine, recebeu o instituto da contribuição sindical compulsória, exigível daqueles integrantes da categoria, desde que associados ao sindicato.

(C) A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.

(D) Em face do caráter tributário da contribuição confederativa, ela é compulsória para os empregados sindicalizados.

(E) As contribuições estabelecidas nos estatutos dos sindicatos ferem o princípio da liberdade de associação consagrado no inciso V do art. 8º da Carta Magna, uma vez que o sindicato representa a categoria e não somente os associados.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 114, III, CF. (B) Errada. A contribuição compulsória é devida independentemente de filiação (art. 578, CLT). (C) Correta. Precedente Normativo 119, TST. (D) Errada. Tal contribuição não tem caráter tributário, sendo definida pela assembleia geral do sindicato (art. 8º, IV, CF). (E) Errada. Somente a contribuição compulsória é devida pela categoria, independentemente de filiação (art. 578, CLT). As demais somente são devidas pelos filiados (Precedente Normativo 119, TST). *Alternativa C.*

4775. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Sobre o Direito Coletivo do Trabalho, indique a alternativa INCORRETA.

(A) A Constituição Federal de 1988 afastou a possibilidade jurídica de intervenção e interferência político administrativa do Estado, via Ministério do Trabalho e Emprego, no sindicalismo.

(B) Não são todas as disposições do Art. 8º da Constituição Federal (associação profissional ou sindical) que se aplicam à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

(C) A base territorial mínima dos sindicatos no Brasil é o Município, sendo possível base territorial

mais ampla, inclusive até mesmo o próprio território nacional.

(D) As federações resultam da conjugação de, pelo menos, cinco sindicatos da mesma categoria profissional, diferenciada ou econômica, enquanto que as confederações resultam da conjugação de, pelo menos, três federações, respeitadas as respectivas categorias e terão sede em Brasília.

(E) Considera-se de licença não remunerada, salvo assentimento da empresa ou cláusula contratual, o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho no desempenho das funções de representação sindical.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 8º, I, CF. (B) Errada. Inexistem restrições de aplicação do art. 8º, CF, em relação aos sindicatos rurais e de colônias de pescadores. (C) Correta. Art. 8º, II, CF. (D) Correta. Arts. 534 e 535, CLT. (E) Correta. Art. 543, § 2º, CLT. *Alternativa B.*

4776. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) para o fim de deliberar sobre o acordo coletivo de trabalho, a entidade sindical convocará assembleia geral dos diretamente interessados, desde que associados;

(B) são deveres dos sindicatos das categorias profissionais e econômicas manter serviço de assistência judiciária aos seus associados e promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito;

(C) os sindicatos poderão ser distritais, municipal, intermunicipais, estaduais e interestaduais;

(D) dentre as prerrogativas dos sindicatos está a sua colaboração com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;

(E) não é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 612, CLT. (B) Errada. Art. 514, CLT. (C) Errada. Art. 8º, II, CF. (D) Correta. Art. 513, *d*, CLT. (E) Errada. Art. 10, CF. *Alternativa D.*

4777. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Considerado o sistema sindical brasileiro, e a respectiva situação jurídica das centrais, é INCORRETO afirmar:

(A) são entidades de representação geral dos trabalhadores, constituídas exclusivamente em âmbito nacional, não sendo possível a sua instituição em âmbito regional;

(B) são entidades associativas de direito privado, sujeitando-se, porém, à fiscalização do Tribunal de Contas da União, por serem beneficiárias de parcela da contribuição sindical obrigatória, prevista constitucionalmente;

(C) os recursos a elas destinados não poderão ser utilizados em atividades alheias àquelas pertinentes à representação geral dos trabalhadores, e que são decorrentes das respectivas atribuições fixadas em lei;

(D) não têm legitimidade para celebrar convenção coletiva de trabalho, no âmbito de categorias profissionais inorganizadas, em substituição a sindicatos de trabalhadores;

(E) não são beneficiárias da contribuição confederativa prevista na Constituição Federal, nem podem instituir contribuições assistenciais, por meio de normas coletivas, a serem descontadas dos trabalhadores, no período da data-base da categoria.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 1º, Lei n. 11.648/2008. (B) Errada. Trata-se de instituições privadas (art. 1º, parágrafo único, Lei n. 11.648/2008) não sujeitas ao controle do Tribunal de Contas da União, embora destinatárias de parcela da contribuição compulsória (art. 589, II, *b*, CLT). (C) Correta. Art. 593, parágrafo único, CLT. (D) Correta. Art. 611, *caput* e § 2º, CLT. (E) Correta. Apenas se beneficiam da contribuição compulsória (art. 589, II, *b*, CLT). *Alternativa B.*

4778. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Convocada a Assembleia Geral de uma determinada entidade sindical com 6.300 (seis mil e trezentos) associados, para fins específicos de deliberação sobre a celebração de Convenção Coletiva de Trabalho, é CORRETO afirmar, de acordo com a CLT, que a referida assembleia somente será válida se houver o comparecimento de:

(A) 2/3 dos associados em primeira convocação e 1/3 dos associados em segunda convocação.
(B) 1/3 dos associados em primeira convocação e 1/5 dos associados em segunda convocação.
(C) 2/3 dos associados em primeira convocação e 1/4 dos associados em segunda convocação.
(D) 2/3 dos associados em primeira convocação e 1/8 dos associados em segunda convocação.
(E) 1/3 dos associados em primeira convocação e 1/6 dos associados em segunda convocação.

RESPOSTA (D) Correta. Art. 612, *caput* e parágrafo único, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4779. **(Procurador – MPT – 2008)** Segundo a Constituição da Republica, assinale a alternativa CORRETA:

(A) ao sindicato cabe a defesa dos direitos individuais dos associados, exclusivamente em questões judiciais;
(B) ao sindicato, e na sua ausência, à federação ou à confederação, cabe a defesa dos interesses da categoria, em ações judiciais, competindo aos sócios dessas entidades a intervenção assistencial;
(C) o sindicato, a federação e a confederação têm legitimidade concorrente para defender os direitos da categoria, em ações judiciais;
(D) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria em questões administrativas;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 8º, III, CF. (B) Errada. Inexiste previsão constitucional nesse sentido. (C) Errada. A defesa judicial dos interesses da categoria é atribuição exclusiva da entidade sindical (art. 8º, III, CF). (D) Correta. Art. 8º, III, CF. (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa D.*

4780. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Quanto às convenções e acordos coletivos, aponte a alternativa correta:

(A) Os sindicatos convenentes ou as empresas acordantes devem promover, conjuntamente, dentro de sete dias da assinatura da convenção ou acordo, o depósito do correspondente instrumento para fins de registro e arquivo no órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego.
(B) Feito o depósito do instrumento da convenção ou acordo, este entrará em vigor cinco dias depois, sendo que dentro de três dias, da mesma data do depósito, cópias autenticadas dos referidos atos deverão ser afixadas, de modo visível, nas sedes dos sindicatos e dos estabelecimentos empresariais.
(C) Havendo convenção, acordo ou sentença normativa em vigor, o dissídio coletivo deverá ser instaurado dentro dos 60 dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo.
(D) Interesse coletivo é o fundado em um bem indivisível e diz respeito a sujeitos indeterminados, ligadas por meio de uma relação jurídica básica.
(E) Interesse ou direito difuso é o transindividual, de natureza divisível, cujos titulares são pessoas indeterminadas, ligadas por uma relação jurídica básica.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 614, CLT. (B) Errada. Art. 614, § 1º, CLT. (C) Correta. Art. 616, § 3º, CLT. (D) Errada. Art. 81,

parágrafo único, II, Lei n. 8.078/90. (E) Errada. Art. 81, parágrafo único, I, Lei n. 8.078/90. *Alternativa C.*

4781. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Em matéria de prorrogação, revisão, denúncia, revogação e extensão dos diplomas negociais coletivos, assinale a alternativa correta:

(A) O procedimento respectivo de tais figuras necessita de aprovação da Assembleia Geral dos Sindicatos convenentes ou das partes acordantes pelo "quorum" de 2/3 dos associados, em primeira convocação, para convenções; de 1/3 dos associados, em primeira convocação, para os acordos; e em segunda convocação, para ambos os casos, com qualquer número.

(B) O procedimento para a aprovação exige mera ratificação do diploma básico, pelos representantes dos Sindicatos envolvidos e ou do Sindicato e da empresa, sem necessidade de comunicação assemblear.

(C) O procedimento nesses casos, leva em conta o comparecimento à Assembleia Geral dos Sindicatos, de metade mais um dos associados, em primeira convocação; e de 2/3, em segunda convocação.

(D) O procedimento para a aprovação fica dependente de uma troca de cartas protocolada na sede dos Sindicatos e/ou do Sindicato e da empresa, assinada pela Diretoria e/ou representantes das partes envolvidas.

(E) O procedimento respectivo necessita de aprovação da Assembleia Geral dos respectivos Sindicatos convenentes ou das partes acordantes, em primeira convocação, com o "quorum" de 2/3 dos associados, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo; e, em segunda convocação, de 1/3 dos membros.

RESPOSTA (E) Correta. Arts. 612 e 615, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa E.*

4782. **(Procurador – MPT – 2007)** Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) a negociação coletiva pode ter por finalidade fixar condições individuais de trabalho e estabelecer as condições para o relacionamento entre aqueles que se engajam nas relações coletivas de trabalho;

(B) a negociação coletiva não se confunde com a convenção e o acordo coletivo de trabalho;

(C) os princípios da razoabilidade, do dever de informação e do respeito à finalidade da negociação são princípios da negociação coletiva;

(D) segundo a jurisprudência do TST, não é possível a realização de acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho sem a participação do sindicato;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 611, CLT. (B) Correta. Art. 611, *caput* e § 1º, CLT. (C) Correta (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 1.214-1.220). (D) Errada. Existem sindicatos de empregados e de empregadores. A imposição, inclusive constitucional, de participação dos sindicatos (art. 8º, VI, CF), diz respeito aos sindicatos de empregados, visto que o acordo coletivo pode ser celebrado diretamente com a empresa ou grupo de empresas (art. 611, § 1º, CLT). (E) Assertiva prejudicada. *Alternativa D.*

4783. **(Procurador – MPT – 2006)** A respeito das convenções e acordos coletivos de trabalho, NÃO é cláusula obrigatória:

(A) designação dos sindicatos convenentes ou dos sindicatos e empresas acordantes;

(B) prazo de vigência;

(C) categorias de trabalhadores abrangidas pelos respectivos dispositivos;

(D) reajuste concedido aos empregados;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 613, I, CLT. (B) Errada. Art. 613, II, CLT. (C) Errada. Art. 613, III, CLT. (D) Correta. Art. 613, CLT.

(E) Assertiva prejudicada. *Alternativa D.*

4784. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Sobre o exercício do direito de greve, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Consoante jurisprudência consolidada do TST, é incompatível com a declaração de abusividade de movimento grevista o estabelecimento de quaisquer vantagens ou garantias a seus partícipes, que assumiram os riscos inerentes à utilização do instrumento de pressão máximo.

(B) A regra geral é de que a greve suspende os contratos de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante seu período, ser regidas por acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão judicial. Ademais, veda-se a rescisão contratual e a contratação de trabalhadores substitutos dos grevistas nesse período, o que é excepcionado, apenas, nas hipóteses em que seja necessário assegurar a manutenção de serviços cuja paralisação acarrete prejuízo irreparável.

(C) Na hipótese de ser deflagrada greve em empresas que desenvolvam atividades que, uma vez paralisadas, impliquem perigo iminente à sobrevivência, saúde ou segurança da comunidade, as entidades sindicais deverão manter em funcionamento, no mínimo, 40% dos serviços indispensáveis à população, bem como comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários, com antecedência mínima de 72 horas da paralisação.

(D) Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa, somente não constitui abuso do exercício do direito de greve, a paralisação motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

(E) Quanto ao direito de greve dos servidores públicos civis, garantido pelo texto constitucional, vem sendo posição dominante do Supremo Tribunal Federal a autorização de aplicação irrestrita da Lei n. 7.783/89 (Lei de Greve) às greves dos servidores públicos civis, até que o Poder Legislativo supra a lacuna com uma lei específica.

RESPOSTA (A) Correta. OJ-SDC 10. (B) Errada. Arts. 7º, 9º e 14, Lei n. 7.783/89. (C) Errada. Inexiste imposição legal de manutenção no funcionamento de, no mínimo, 40% da atividade, sendo tal percentual variável, de acordo com a natureza da atividade. (D) Errada. Art. 14, parágrafo único, Lei n. 7.783/89. (E) Errada. Mandado de Injunção (MI) n. 670/2002-STF. *Alternativa A.*

4785. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** À luz do conjunto normativo que rege o Direito de Greve no Brasil, assinale a alternativa que não está correta.

(A) O *lockout* consiste na paralisação provisória das atividades empresariais por determinação do empregador com intuito de frustrar negociação coletiva ou dificultar o atendimento das reivindicações obreiras, cuja prática é vedada por lei e assegura aos trabalhadores o direito à percepção dos salários durante o período de paralisação.

(B) Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição; bem como seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

(C) Durante a greve é vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.

(D) Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da paralisação.

(E) A lei de greve considera serviços ou atividades essenciais: transporte coletivo; captação e

tratamento de esgoto e lixo; telecomunicações; compensação bancária; serviços funerários.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 17, Lei n. 7.783/89. (B) Correta. Art. 14, Lei n. 7.783/89. (C) Correta. Art. 6º, § 2º, Lei n. 7.783/89. (D) Errada. Art. 13, Lei n. 7.783/89. (E) Correta. Art. 10, IV, V, VI, VII e XI, Lei n. 7.783/89. *Alternativa D.*

4786. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as alternativas e assinale a resposta CORRETA:

I. Consiste em abuso do direito de greve o fato de o Sindicato descumprir ordem judicial determinando a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento de necessidades inadiáveis da comunidade, ainda que da decisão penda análise de recurso.

II. São direitos dos empregados grevistas a utilização de meios pacíficos tendentes a persuadir a aderirem à greve, proteção à dispensa por parte do empregador, a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento e obstar de forma pacifica o acesso ao trabalho daqueles empregados que optarem não aderir ao movimento. É vedado ao empregador paralisar suas atividades com o objetivo de frustrar a negociação ou dificultar o atendimento das reivindicações.

III. De acordo com a legislação brasileira que rege a espécie, os trabalhadores e as entidades patronais, sem distinção de qualquer espécie, têm o direito de constituírem organizações da sua escolha, assim como o de se filiarem nessas organizações, com a única condição de se conformarem com os estatutos destas últimas, devendo as autoridades públicas se absterem de qualquer intervenção suscetível de limitar esse direito ou de entravar o seu exercício legal, não estando tais entidades sujeitas à dissolução ou à suspensão por via administrativa.

IV. No âmbito das relações justrabalhistas, são tuteláveis em sede de ação civil pública direitos difusos, tais como greves em atividades essenciais, com o não atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade; contratação sem concurso público; discriminação de trabalhadores em razão de sexo; idade, raça, deficiência, etc.; exigência pela empresa, aos candidatos a emprego, de certidão negativa de ações propostas na Justiça do Trabalho; os coletivos: ofensa à liberdade sindical, com a prática de condutas antissindicais ou dispensa arbitrária de dirigentes sindicais; agressão ao meio ambiente de trabalho, com a não adoção das medidas de medicina e higiene previstas na lei vigente; dispensa coletiva de trabalhadores durante uma greve, como forma de retaliação ao movimento paredista; e os individuais homogêneos: empregador que não paga as verbas rescisórias dos seus empregados; não pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade aos empregados; não concessão de férias aos obreiros; não concessão de intervalo inter e intrajornada aos empregados.

(A) Estão corretas apenas as alternativas I, III e IV.
(B) Estão corretas apenas as alternativas I e IV.
(C) Estão corretas apenas as alternativas II, III e IV.
(D) Estão corretas apenas as alternativas I, II e IV.
(E) Todas estão corretas.

RESPOSTA (I) Correto. OJ-SDC 38 e Súmula 246, TST. (II) Errado. Art. 6º, Lei n. 7.783/89. (III) Errado. Arts. 5º, XIX, e 8º, II, CF. (IV) Correto. Conforme texto da própria assertiva. *Alternativa B.*

XXVII. Trabalho da Mulher

4787. **(Advogado – CEMIG – 2010 – FUMARC)** A Consolidação das Leis Trabalhistas (Dec. Lei n. 5.452/43) estabelece vedações nos seguintes termos, EXCETO:

(A) Publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente,

assim o exigir.

(B) Considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional, salvo quando a natureza da atividade importe desempenho diferenciado e seja, por isso, notória e publicamente incompatível com a igualdade salarial dos gêneros.

(C) Recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível.

(D) Exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 373-A, I, CLT. (B) Correta. Art. 373-A, III, CLT. (C) Errada. Art. 373-A, II, CLT. (D) Errada. Art. 373-A, IV, CLT. *Alternativa B.*

4788. **(Advogado – BNDES – 2008 – CESGRANRIO)** Quanto à proteção ao trabalho da mulher e à maternidade, pode-se afirmar que o empregador

I. pode exigir, no momento da admissão, comprovação de laqueadura;

II. pode realizar, de forma randômica, revista íntima;

III. está obrigado a conceder, durante a jornada de trabalho, dois descansos especiais, de 30 minutos cada um, para que a empregada amamente o próprio filho, até que este complete seis meses de idade;

IV. está obrigado a dispensar a empregada do horário de trabalho, durante a gestação, pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares;

V. está proibido de empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

(A) III e IV.

(B) IV e V.

(C) I, II e III.

(D) II, III e IV.

(E) III, IV e V.

RESPOSTA (I) Errado. Art. 373-A, IV, CLT. (II) Errado. Art. 373-A, VI, CLT. (III) Correto. Art. 396, CLT. (IV) Correto. Art. 392, § 4º, II, CLT. (V) Correto. Art. 390, CLT. *Alternativa E.*

4789. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** A mãe social tem direito a:

(A) Anotação em CTPS, remuneração em valor não inferior a metade do salário mínimo, DSR de vinte e quatro horas consecutivas, férias de trinta dias, natalinas e FGTS.

(B) Anotação em CTPS, remuneração em valor não inferior a metade do salário mínimo, férias de trinta dias, natalinas e FGTS, mas não tem direito a DSR.

(C) Anotação em CTPS, remuneração em valor não inferior ao salário mínimo, DSR de vinte e quatro horas consecutivas, férias de trinta dias e natalinas, mas não tem direito ao FGTS.

(D) Anotação em CTPS, remuneração em valor não inferior ao salário mínimo, DSR de vinte e quatro horas consecutivas, férias de trinta dias, natalinas e FGTS.

(E) Anotação em CTPS, remuneração em valor não inferior ao salário mínimo, DSR de vinte e quatro horas consecutivas e FGTS, mas não tem direito nem às férias, nem tampouco às natalinas.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 5º, II, Lei n. 7.644/87. (B) Errada. Art. 5º, II e III, Lei n. 7.644/87. (C) Errada. Art. 5º, VIII, Lei n. 7.644/87. (D) Correta. Art. 5º, Lei n. 7.644/87. (E) Errada. Art. 5º, V e VII, Lei n. 7.644/87. *Alternativa D.*

XXVIII. Trabalho do Menor

4790. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** De acordo com as regras atuais sobre o contrato de trabalho do menor assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O menor de 18 anos pode firmar contrato de trabalho, bem como tomar ciência do aviso prévio concedido pelo empregador, sem assistência dos responsáveis.
(B) Não corre nenhuma prescrição contra o trabalhador menor, inclusive para os sucessores se o menor falecer antes dos 18 anos.
(C) É válida a rescisão do contrato de trabalho efetuada pelo pai, sem a anuência do menor.
(D) Se o serviço executado pelo menor causar prejuízo físico ou moral, poderão os pais pleitear a extinção do contrato.
(E) O contrato de aprendizagem pode ser firmado com pessoas entre 14 e 24 anos.

RESPOSTA (A) Correta. A vedação fica restrita à hipótese do art. 439, CLT. (B) Correta. Art. 440, CLT. (C) Errada. O responsável não representa o menor na rescisão, mas apenas o assiste (art. 439, CLT). (D) Correta. Art. 408, CLT. (E) Correta. Art. 428, CLT. *Alternativa C.*

XXIX. Temas Diversos

4791. **(Procurador – Cuiabá-MT – 2007 – UFMT)** A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estatui normas que regulam as relações individuais e coletivas do trabalho. Em relação à CLT, assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) Quando não for determinado expressamente em contrário, não se aplicam os preceitos da CLT aos empregados domésticos que prestam serviço de natureza econômica e aos trabalhadores rurais que não exercem atividades industriais ou comerciais.
(B) Salvo quando for expressamente determinado em contrário, não se aplicam os preceitos da CLT aos funcionários públicos dos Municípios e aos extranumerários em serviço nas repartições.
(C) Salvo quando for expressamente determinado em contrário, não se aplicam os preceitos da CLT aos servidores de autarquias paraestatais sujeitos a regime próprio de proteção análoga à dos servidores públicos.
(D) Independentemente de disposição contratual, não se distingue o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que presente a relação de emprego.
(E) Na falta de disposição legal ou contratual, as autoridades administrativas decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade, e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do trabalho.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 7º, *a*, CLT. (B) Correta. Art. 7º, *c*, CLT. (C) Correta. Art. 7º, *d*, CLT. (D) Errada. Art. 6º, CLT. (E) Correta. Art. 8º, CLT. *Alternativa D.*

4792. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Assinale a alternativa correta, de acordo com a consolidação das leis do trabalho.

(A) Considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

(B) Não se computará, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar.
(C) A alteração na estrutura jurídica da empresa afetará diretamente os direitos adquiridos por seus empregados.
(D) Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego.
(E) A prestação de trabalho intelectual, técnico e manual enseja distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 3º, CLT. (B) Errada. Art. 4º, parágrafo único, CLT. (C) Errada. Arts. 10 e 448, CLT. (D) Correta. Art. 6º, CLT. (E) Errada. Art. 3º, parágrafo único, CLT. *Alternativa D.*

4793. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Marque a opção que **não** está de acordo com as orientações jurisprudenciais e súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.
(A) Diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora.
(B) Não são convalidados os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, continua a existir após ulterior privatização do ente.
(C) Preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.
(D) A responsabilidade subsidiária dos entes da Administração Pública direta e indireta em contratos de prestação de serviços não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
(E) Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação, tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.

RESPOSTA (A) Errada. OJ-SDI1 191. (B) Correta. Súmula 430, TST. (C) Errada. Súmula 386, TST. (D) Errada. Súmula 331, V, TST. (E) Errada. Súmula 372, I, TST. *Alternativa B.*

4794. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Acerca do contrato de trabalho e considerando a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a opção correta.
(A) A sucessão de empregador é hipótese de alteração objetiva do contrato de trabalho.
(B) Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo ao cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação, tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.
(C) O fato de o empregado exercer cargo de confiança, ou a existência de previsão de transferência no contrato de trabalho, afasta seu direito à percepção do adicional correspondente em caso de alteração do local da prestação de serviços.
(D) A supressão, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos seis meses, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas extras suprimidas para cada seis meses de prestação de serviço acima da jornada

normal.

(E) A transferência do empregado para o período diurno de trabalho não implica a perda do direito ao adicional noturno, tendo em vista o princípio da inalterabilidade contratual lesiva.

RESPOSTA (A) Errada. Trata-se de alteração subjetiva, pois diz respeito a um dos sujeitos do contrato. (B) Correta. Súmula 372, I, TST. (C) Errada. OJ-SDI1 113. (D) Errada. Súmula 291, TST. (E) Errada. Súmula 265, TST. *Alternativa B*.

4795. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção correta, em relação ao seguro-desemprego.

(A) O direito ao seguro-desemprego não é compatível com a percepção simultânea de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada.

(B) A prova dos valores percebidos durante o período que a lei define como aquisitivo do seguro-desemprego é que serve de parâmetro para a definição do valor do benefício, mas que nunca poderá ser inferior ao salário mínimo.

(C) Não impede a percepção do benefício do seguro-desemprego a existência de renda própria de que seja destinatário o trabalhador, desde que de origem privada.

(D) A legislação define como período aquisitivo do benefício do seguro-desemprego o de 6 (seis) meses imediatamente anteriores à dispensa, e que se considera devidamente provado com a percepção de salários de pessoa física ou jurídica.

(E) A morte do segurado é causa de cancelamento do benefício do seguro-desemprego.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 3º, III, Lei n. 7.998/90. (B) Errada. Art. 5º, §§ 1º e 2º, Lei n. 7.998/90. (C) Errada. Art. 3º, V, Lei n. 7.998/90. (D) Errada. Art. 4º, Lei n. 7.998/90. (E) Correta. Art. 8º, IV, Lei n. 7.998/90. *Alternativa E.*

4796. **(Advogado – UDESC – 2010 – FAPESE)** Assinale a alternativa correta.

(A) Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador, inclusive utilidades concedidas pelo empregador como seguro de vida e de acidentes pessoais e previdência privada.

(B) A quitação passada pelo empregado, mesmo sem a assistência de entidade sindical de sua categoria, ao empregador, com observância dos requisitos exigidos nos parágrafos do art. 477 da CLT, tem eficácia liberatória em relação às parcelas expressamente consignadas no recibo, salvo se oposta ressalva expressa sem a necessidade de especificar o valor dado à parcela ou parcelas impugnadas.

(C) A contratação de servidor público, após a Constituição de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no seu art. 37, II, e § 2º, sendo inclusive indevido o direito ao pagamento de qualquer valor pelo trabalho prestado ante a ilicitude da contratação.

(D) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia seja em acordo individual ou por meio de norma coletiva.

(E) Segundo a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, mas pode gerar com os órgãos da administração pública indireta e fundacional.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 457, § 2º, e art. 458, § 2º, V, CLT. (B) Errada. Súmula 330, TST. (C) Errada. Súmula 363, TST. (D) Correta. Art. 468, CLT. (E) Errada. Súmula 331, II, TST. *Alternativa D.*

4797. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Analise as frases e indique a alternativa correta.

I. O trabalhador que presta serviços contínuos e subordinados ao condomínio, exclusivamente residencial, é um empregado doméstico.

II. O caseiro de chácara de lazer, localizada em área rural, é um empregado rural.

III. A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa terceirizada, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.

(A) Somente a frase I é verdadeira.
(B) Somente a frase III é verdadeira.
(C) Todas as frases são verdadeiras.
(D) Todas as frases são falsas.
(E) Somente a frase I é falsa.

RESPOSTA (I) Errado. Visto que, necessariamente, não estará trabalhando para pessoa ou entidade familiar, mas, sim, para uma entidade formal não constituída como pessoa natural, não observando, com isso, todos os requisitos do art. 1º, Lei n. 5.859/72. (II) Errado. Visto que não trabalha para empregador que explora atividade agroeconômica ou agroindustrial (arts. 2º e 3º, Lei n. 5.889/73). (III) Correto. Súmula 331, II, TST. *Alternativa B.*

4798. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Analise as frases e indique a alternativa correta.

I. O trabalhador eventual presta serviços de curta duração, mas tem garantido o direito ao FGTS proporcional.

II. O trabalhador temporário é aquele que presta os seus serviços de forma avulsa, mediante a intermediação de seu sindicato.

III. O valor do benefício previdenciário do salário-maternidade deve ser idêntico ao do salário normal da empregada.

(A) Todas as frases são falsas.
(B) Somente a frase III é verdadeira.
(C) Todas as frases são verdadeiras.
(D) Somente a frase I é verdadeira.
(E) Somente a frase II é falsa.

RESPOSTA (I) Errado. Não é assegurado o FGTS ao trabalhador eventual (art. 15, Lei n. 8.036/90). (II) Errado. Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços (art. 2º, Lei n. 6.019/74). (III) Correto. Art. 7º, XVIII, CF. *Alternativa B.*

4799. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) A saúde e segurança do trabalho podem ser objeto de regulamentação por portarias ministeriais do Ministro do Trabalho e tais normas adquirem imediata obrigatoriedade para todos os empregadores.
(B) É obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) em todas as empresas com mais de dez trabalhadores empregados, segundo instruções do Ministério do Trabalho e Emprego.
(C) Os titulares e suplentes de representação da CIPA são sempre titulares de estabilidade no emprego, não podendo ser dispensados senão pela prática de ato que configure justa causa para despedimento.

(D) Por sua natureza, as normas de segurança, saúde e higiene do trabalho não admitem flexibilização, negociação coletiva, disponibilidade, obrigando o cumprimento a todas as empresas, independentemente do porte ou da atividade.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 200, CLT. (B) Errada. Art. 163, CLT. (C) Errada. A estabilidade somente alcança os membros eleitos, titulares e suplentes (art. 10, II, *a*, ADCT e Súmula 339, I, TST). Não alcança os membros indicados pelo empregador. (D) Errada. Existem mínimas possibilidades de flexibilização de normas de segurança, saúde e higiene no trabalho, desde que por meio de negociação coletiva e não trazendo risco iminente ao trabalhador*. *Alternativa A.*

*A correção da assertiva pode ser questionada, pois não existe convergência doutrinária nesse sentido.

4800. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Bill Sagaz Jobs, escriturário contratado por instituição bancária para realizar o atendimento ao público, criou programa de computador que produziu avanço inegável para o empregador e foi utilizado em todo o território nacional, com geração de lucros. Assinale a alternativa correta:

(A) comprovada a autoria, a novidade, bem como a utilização lucrativa do invento, está assegurada ao empregado justa remuneração;

(B) não há direito a diferenças salariais, porque o programa foi desenvolvido no tempo destinado ao trabalho, já quitado pelo salário contratado;

(C) só haverá direito a diferenças salariais se o empregado provar que atuou nas mesmas condições daqueles alocados na área de tecnologia da informação, melhores remunerados;

(D) o empregado, quando dispensado, tem direito a retirar o programa dos computadores e negociá-lo com outros possíveis usuários;

(E) é garantido ao empregado o direito exclusivo de licença de exploração no curso do contrato.

RESPOSTA (A) Correta. Considerando que o invento foi realizado pelo empregado não contratado para atividade inventiva, mas com uso de recursos do empregador, a propriedade do invento será comum, garantindo ao empregador o direito exclusivo de licença de exploração e assegurada ao empregado a justa remuneração (art. 91, *caput* e § 2º, Lei n. 9.279/96). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4801. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

I. Os empregados em empresas de florestamento e reflorestamento são considerados rurais, embora tais empresas sejam enquadradas como empresas urbanas.

II. Não se configura irregular a reversão do empregado ocupante de cargo de confiança ao antigo posto ocupado, desde que seja preservada a sua estabilidade financeira.

III. Não é lícito ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia, exceto se o local de moradia for diverso da residência onde ocorra a prestação do serviço, desde que expressamente pactuado.

IV. São garantidos à mãe social os seguintes direitos: anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social; remuneração, em valor não inferior ao salário mínimo; repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas; jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 08 (oito) horas diárias; apoio técnico, administrativo e financeiro no desempenho de suas funções; 30 (trinta) dias de férias anuais remuneradas; benefícios e serviços previdenciários, inclusive, em caso de acidente do trabalho, na qualidade de segurada obrigatória; 13º salário e depósitos de Fundos de Garantia do Tempo de Serviço.

(A) Estão corretas apenas as afirmativas I e III.

(B) Estão corretas apenas as afirmativas I e II.

(C) Estão corretas apenas as afirmativas II, III e IV.

(D) Estão corretas apenas as afirmativas III e IV.

(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta. OJ-SDI1 38. (II) Errada. A estabilidade financeira somente é mantida se o empregado perceber a gratificação de função por dez ou mais anos (Súmula 372, I, TST). (III) Correta. Art. 2º-A, *caput* e § 1º, Lei n. 5.859/72. (IV) Errada. Art. 5º, Lei n. 7.644/87. *Alternativa A.*

4802. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

(A) Os atos de renúncia e de transação são repelidos pela normatividade justrabalhista imperativa.

(B) A indisponibilidade dos direitos trabalhistas em seu aspecto individual será absoluta ainda quando o direito enfocado estiver protegido por norma de interesse abstrato da respectiva categoria passível de flexibilização.

(C) Existindo na localidade da prestação de serviços do trabalhador Comissão de Conciliação Prévia no âmbito da empresa ou do Sindicato da categoria, salvo motivo relevante devidamente comprovado, todas as demandas trabalhistas serão submetidas a esta comissão, exceto aquelas que objetivam o cumprimento de obrigações de fazer relacionadas a Segurança e Medicina do Trabalho.

(D) Audrey H. foi contratada pela Agência Lamour para ser recepcionista, atender ligações telefônicas e agendar encontros de garotas de programa com clientes da empresa. Porque o núcleo funcional da atividade por ela desenvolvido não é ilícito, apenas proibido, não há nulidade contratual, sendo-lhe devidas todas as verbas trabalhistas.

(E) David B., nascido em 01/05/1996, firmou contrato de trabalho de atleta profissional com o Pé Esquerdo F.C., na modalidade contrato de aprendizagem, devidamente assistido por seus pais. Não há que se falar em nulidade do seu contrato de trabalho por proibição do seu objeto porque a Constituição Federal permite que o trabalhador maior de 14 anos e menor de 16 seja admitido como aprendiz.

RESPOSTA (A) Errada. Apesar de excepcionais, o Direito do Trabalho admite, em certos casos, tanto a renúncia (ex.: Súmula 51, II, TST), como a transação (OJ-SDI1 270). (B) Correta. A indisponibilidade dos direitos individuais trabalhistas pode ser absoluta ou relativa (CASSAR, *Direito do trabalho*, p. 210-220). (C) Errada. Art. 625-D, CLT*. (D) Errada. Trata-se de trabalho ilícito, visto que consubstanciado em atividade criminosa (rufianismo – art. 230, CP), não produzindo efeitos contratuais. (E) Errada. Art. 44, III, Lei n. 9.615/98.

* O STF já sedimentou entendimento no sentido de que a passagem pelas Comissões de Conciliação Prévia é facultativa (ADIs 2.160, 2.139 e 2.237).

OAB/FGV

I. Formação do Contrato de Trabalho

4803. **(OAB 03 – 2011-II)** A idade mínima para que alguém seja contratado como empregada doméstica, aprendiz e no trabalho em subsolo é de, respectivamente,

(A) 16 anos, 14 anos e 25 anos.

(B) 21 anos, 16 anos e 18 anos.

(C) 14 anos, 16 anos e 30 anos.

(D) 18 anos, 14 anos e 21 anos.

RESPOSTA Doméstico – 18 anos (art. 1º, Decreto n. 6.481/2008), aprendiz – 14 anos (art. 7º, XXXIII, CF e art. 428, CLT), subsolo – 21 anos (arts. 293 a 301, CLT). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D*.

4804. **(OAB 03 – 2011-II)** Com relação ao contrato de emprego, assinale a alternativa correta.

(A) Quando da contratação por prazo determinado, somente é possível nova contratação entre as

mesmas partes num prazo nunca inferior a três meses.

(B) São as formas autorizadas por lei para a celebração de qualquer contrato de trabalho por prazo determinado: transitoriedade do serviço do empregado, transitoriedade da atividade do empregador e quantidade extraordinária de serviço que justifique essa modalidade de contratação.

(C) Em nenhuma hipótese o contrato por prazo determinado poderá suceder, dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado.

(D) O contrato de emprego por prazo indeterminado é aquele em que as partes, ao celebrá-lo, não estipulam a sua duração nem prefixam o seu termo extintivo, podendo versar sobre qualquer obrigação de prestar qualquer tipo de serviço, manual ou intelectual.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 452, CLT. (B) Errada. Art. 443, § 2º, CLT. (C) Errada. Art. 452, parte final, CLT. (D) Correta. Art. 443, *caput*, CLT. *Alternativa D.*

4805. (OAB 02 – 2011) Uma empresa põe anúncio em jornal oferecendo emprego para função de vendedor, exigindo que o candidato tenha experiência anterior de onze meses nessa função. Diante disso, assinale a alternativa correta.

(A) A exigência é legal, pois a experiência até um ano pode ser exigida do candidato a qualquer emprego, estando inserida no poder diretivo do futuro empregador.

(B) A exigência não traduz discriminação no emprego, de modo que poderia ser exigido qualquer período de experiência anterior.

(C) A exigência é ilegal, pois o máximo que o futuro empregador poderia exigir seriam três meses de experiência.

(D) A exigência é ilegal, pois o máximo que o futuro empregador poderia exigir seriam seis meses de experiência.

RESPOSTA Art. 442-A, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4806. (OAB 03 – 2012) Buscando profissionais experientes para manusear equipamentos de alta tecnologia e custo extremamente elevado, uma empresa anuncia a existência de vagas para candidatos que possuam dois anos de experiência prévia em determinada atividade. A partir da hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) A manifestação é inválida porque o máximo de experiência que pode ser exigida é de seis meses.

(B) A manifestação é inválida, pois o empregador não tem o direito de exigir experiência pretérita do candidato a emprego.

(C) A manifestação é inválida porque o máximo de experiência que pode ser exigida é de um ano.

(D) A manifestação é valida, em razão do valor do equipamento, visando à proteção do patrimônio do empregador.

RESPOSTA Art. 442-A, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4807. (OAB – 2010.2) No contexto da teoria das nulidades do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) Configurado o trabalho ilícito, é devido ao empregado somente o pagamento da contraprestação salarial pactuada.

(B) Os trabalhos noturno, perigoso e insalubre do menor de 18 (dezoito) anos de idade são modalidades de trabalho proibido ou irregular.

(C) O trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos de idade, que não seja aprendiz, é modalidade de

trabalho ilícito, não gerando qualquer efeito.

(D) A falta de anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado invalida o contrato de trabalho.

RESPOSTA (A) Errada. O trabalho ilícito, assim considerado aquele cujo objeto configura um ilícito penal, não gera qualquer efeito. (B) Correta. Trata-se de trabalho proibido, sendo vedado pelo ordenamento (art. 7º, XXXIII, CF), porém passível de produzir efeitos. (C) Errada. Não se trata de trabalho ilícito, pois não configura crime ou contravenção penal. (D) Errada. A falta de anotação da Carteira de Trabalho não invalida o contrato, sendo uma mera irregularidade que não afeta a produção de efeitos do vínculo empregatício. *Alternativa B.*

II. Empregador e Institutos Relacionados

4808. **(OAB – 2010.3)** João da Silva decidiu ampliar o seu consultório médico e, para isso, contratou o serviço do empreiteiro Vivaldo Fortuna. Ambos ajustaram o valor de R$ 5.000,00, cujo pagamento seria feito da seguinte maneira: metade de imediato e a outra metade quando do encerramento do serviço. Logo no início dos trabalhos, Vivaldo contratou os serventes Reginaldo Nonato e Simplício de Deus, prometendo-lhes o pagamento de um salário mínimo mensal. Ocorre que, passados três meses, Reginaldo e Simplício nada receberam. Tentaram entrar em contato com Vivaldo, mas este tinha desaparecido. Por conta disso, abandonaram a obra e ajuizaram uma ação trabalhista em face de João da Silva, pleiteando os três meses de salários atrasados, além das verbas resilitórias decorrentes da rescisão indireta provocada por Vivaldo. Diante desse caso concreto, é correto afirmar que João da Silva:

(A) deve ser condenado a pagar os salários atrasados e as verbas resilitórias decorrentes da rescisão indireta, uma vez que é o sucessor trabalhista de Vivaldo Fortuna.

(B) deve ser condenado a pagar apenas os salários atrasados, mas não as verbas resilitórias, uma vez que não foi ele quem deu causa à rescisão indireta.

(C) não deve ser condenado a pagar os salários atrasados e as verbas resilitórias decorrentes da rescisão indireta, uma vez que a obra não foi devidamente encerrada.

(D) não deve ser condenado a pagar os salários atrasados e as verbas resilitórias decorrentes da rescisão indireta, uma vez que é o dono da obra e não desenvolve atividade de construção ou incorporação.

RESPOSTA (A) Errada. João da Silva é dono da obra e não sucessor de Vivaldo Fortuna. (B) Errada. João da Silva não deve ser condenado por ser dono da obra, independentemente de ter ou não dado causa à rescisão indireta. (C) Errada. A ausência de responsabilidade de João da Silva não decorre do fato de a obra ter sido ou não encerrada, e sim em razão de ser dono da obra. (D) Correta. OJ-SDI1 191. *Alternativa D.*

III. Empregado Doméstico

4809. **(OAB 02 – 2011)** Maria da Silva foi contratada para trabalhar como cozinheira na residência de Márcio dos Santos, percebendo um salário mínimo. Passados dois anos, Márcio ficou desempregado e decidiu iniciar um negócio próprio de venda de doces e salgados. Para atingir seu objetivo, aproveitou-se dos serviços de Maria, oferecendo-lhe um acréscimo de R$ 100,00 na remuneração. Assim, além de preparar as refeições da família de Márcio, a empregada Maria também dedicava parte de seu tempo preparando os doces e salgados que seriam vendidos por ele posteriormente. Durante três anos, Márcio desenvolveu essa atividade comercial com base em sua residência. Contudo, em virtude de uma proposta de emprego, Márcio encerrou a venda de quitutes e retirou o acréscimo de R$ 100,00 da remuneração de Maria. Inconformada, Maria reclamou ao longo

de seis meses com o seu empregador, a fim de ver restabelecida a gratificação. Entretanto, depois de tanta insistência, Márcio decidiu dispensá-la sem justa causa. Dois meses depois, Maria ajuizou ação trabalhista, pleiteando o pagamento de aviso prévio, 13º salário, férias e terço constitucional, FGTS e indenização de 40%, além de seis meses de diferença salarial, tudo com base na sua remuneração total (salário mínimo acrescido de R$ 100,00). Com base na situação acima descrita, assinale a alternativa correta.

(A) Maria não faz jus à permanência do acréscimo remuneratório, uma vez que, por se tratar de salário-condição vinculado à confecção de doces e salgados, seu empregador poderia suprimi-lo quando a situação especial deixasse de existir.

(B) Maria faz jus ao pagamento de FGTS, mas sem indenização de 40%, uma vez que voltou a ser empregada doméstica.

(C) Maria faz jus à permanência do acréscimo remuneratório, uma vez que, por se tratar de parcela de natureza salarial, não poderia ser reduzida unilateralmente pelo empregador.

(D) Maria não faz jus ao pagamento de FGTS e indenização de 40%, uma vez que era empregada doméstica.

RESPOSTA (A) Errada. A supressão unilateral do acréscimo remuneratório viola o art. 7º, VI, CF. (B) Errada. FGTS é facultativo ao doméstico (art. 3º-A, Lei n. 5.859/72). (C) Correta. Art. 7º, VI e parágrafo único, CF. (D) Errada. Maria iniciou o seu contrato como doméstica, mas, a partir do momento que seu empregador passou a utilizar seu trabalho com finalidade lucrativa, Maria se transformou em empregada urbana, inserindo-se no regime do FGTS (art. 7º, III, CF). *Alternativa C.*

4810. **(OAB – 2010.2)** Joana foi contratada para trabalhar de segunda a sábado na residência do Sr. Demétrius, de 70 anos, como sua acompanhante, recebendo salário mensal. Ao exato término do terceiro mês de prestação de serviços, o Sr. Demétrius descobre que a Sra. Joana está grávida, rescindindo a prestação de serviços. Joana, inconformada, ajuíza ação trabalhista para que lhe seja reconhecida a condição de empregada doméstica e garantido o seu emprego mediante reconhecimento da estabilidade provisória pela gestação. Levando-se em consideração a situação de Joana, assinale a alternativa correta.

(A) A função de acompanhante é incompatível com o reconhecimento de vínculo de emprego doméstico.

(B) Joana faz jus ao reconhecimento de vínculo de emprego como empregada doméstica.

(C) Joana não fará jus à estabilidade gestacional, pois este não é um direito garantido à categoria dos empregados domésticos.

(D) Joana não fará jus à estabilidade gestacional, pois o contrato de três meses é automaticamente considerado de experiência para o Direito do Trabalho e pode ser rescindido ao atingir o seu termo final.

RESPOSTA (A) Errada. A caracterização do vínculo doméstico independe das atribuições exercidas pelo empregado, bastando apenas que estejam preenchidos os requisitos trazidos pelo art. 1º, Lei n. 5.859/72. (B) Correta. Art. 1º, Lei n. 5.859/72. (C) Errada. Art. 4º-A, Lei n. 5.859/72. (D) Errada. Além de a doméstica possuir estabilidade (Art. 4º-A, Lei n. 5.859/72), o contrato de experiência é excepcional, devendo ser ajustado expressamente. E, mesmo que fosse um contrato a termo, a estabilidade estaria garantida (Súmula 244, III, TST). *Alternativa B*.

IV. Empregado Rural

4811. **(OAB – 2010.3)** Paulo possuía uma casa de campo, situada em região rural da cidade de Muzambinho – MG, onde costumava passar todos os finais de semana e as férias com a sua família. Contratou Francisco para cuidar de algumas cabeças de gado destinadas à venda de carne e de leite ao

mercado local. Francisco trabalhava com pessoalidade e subordinação, de segunda a sábado, das 11h às 21h, recebendo um salário mínimo mensal. Dispensado sem justa causa, ajuizou reclamação trabalhista em face de Paulo, postulando o pagamento de horas extraordinárias, de adicional noturno e dos respectivos reflexos nas verbas decorrentes da execução e da ruptura do contrato de trabalho. Aduziu, ainda, que não era observada pelo empregador a redução da hora noturna. Diante dessa situação hipotética e considerando que as verbas postuladas não foram efetivamente pagas pelo empregador, assinale a alternativa correta.

(A) Francisco tem direito ao pagamento de horas extraordinárias e de adicional noturno, não lhe assistindo o direito à redução da hora noturna.

(B) Francisco tem direito ao pagamento de horas extraordinárias, mas não lhe assiste o direito ao pagamento de adicional noturno, já que não houve prestação de serviços entre as 22h de um dia e as 5h do dia seguinte.

(C) Francisco não tem direito ao pagamento de horas extraordinárias e de adicional noturno, por se tratar de empregado doméstico.

(D) A redução da hora noturna deveria ter sido observada pelo empregador.

RESPOSTA (A) Correta. Francisco é considerado empregado rural (art. 2º, Lei n. 5.889/73), tendo direito a horas extras (art. 7º, XVI, CF) e adicional noturno (art. 7º, Lei n. 5.889/73), porém sem hora noturna reduzida (art. 73, § 1º, CLT, c/c art. 7º, *b*, CLT). (B) Errada. Art. 7º, Lei n. 5.889/73. (C) Errada. Francisco não é empregado doméstico, visto que desempenha função destinada à produção de lucro do empregador, não atendendo aos requisitos do art. 1º, Lei n. 5.859/72. (D) Errada. Art. 73, § 1º, CLT, c/c art. 7º, *b*, CLT. *Alternativa A.*

V. Trabalhador Avulso e Portuário

4812. **(OAB 02 – 2012)** Segundo expressa previsão em nossa ordem jurídica, assinale a afirmativa que indica o trabalhador que possui igualdade de direitos com os que têm vínculo empregatício permanente.

(A) Trabalhador doméstico.

(B) Trabalhador voluntário.

(C) Trabalhador avulso.

(D) Trabalhador eventual.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 7º, parágrafo único, CF. (B) Errada. A ausência de onerosidade afasta o vínculo de emprego do trabalhador voluntário, não possuindo os mesmos direitos do empregado urbano (art. 3º, CLT). (C) Correta. Art. 7º, XXXIV, CF. (D) Errada. A ausência de não eventualidade afasta o vínculo de emprego do trabalhador eventual, não possuindo os mesmos direitos do empregado urbano (art. 3º, CLT). *Alternativa C.*

VI. Trabalhadores e Contratos Especiais

4813. **(OAB – 2011.1)** Com relação ao contrato de aprendizagem, assinale a alternativa correta.

(A) É um contrato especial de trabalho que pode ser ajustado de forma expressa ou tácita.

(B) É um contrato por prazo determinado cuja duração jamais poderá ser superior a dois anos.

(C) Salvo condição mais favorável, ao menor aprendiz deve ser assegurado o salário mínimo hora.

(D) A duração do trabalho do aprendiz não pode exceder de quatro horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação de jornada.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 428, CLT. (B) Errada. Art. 428, § 3º, CLT. (C) Correta. Art. 428, § 2º, CLT. (D) Errada. Art. 432, CLT. *Alternativa C.*

VII. Terceirização

4814. **(OAB 03 – 2012)** Assinale a alternativa em que há, incontroversamente, responsabilidade solidária no âmbito trabalhista.

(A) No contrato de empreitada, em relação ao dono da obra, quanto aos créditos dos empregados do empreiteiro.

(B) No contrato de terceirização lícita, em relação ao tomador dos serviços, quanto aos créditos dos empregados da prestadora dos serviços.

(C) Das partes vencidas nos dissídios coletivos, pelo valor das custas.

(D) No contrato temporário, em relação ao tomador ou cliente, caso a empresa de trabalho temporário tenha a recuperação judicial deferida.

RESPOSTA (A) Errada. OJ-SDI1 191. (B) Errada. Súmula 331, IV, TST. (C) Correta. Art. 789, § 4º, CLT. (D) Art. 16, Lei n. 6.019/74. *Alternativa C.*

4815. **(OAB – 2011.1)** Paulo, empregado da empresa Alegria Ltda., trabalha para a empresa Boa Sorte Ltda., em decorrência de contrato de prestação de serviços celebrado entre as respectivas empresas. As atribuições por ele exercidas inserem-se na atividade-meio da tomadora, a qual efetua o controle de sua jornada de trabalho e dirige a prestação pessoal dos serviços, emitindo ordens diretas ao trabalhador no desempenho de suas tarefas. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) A terceirização é ilícita, acarretando a nulidade do vínculo de emprego com a empresa prestadora e o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com a empresa tomadora.

(B) A terceirização é ilícita, acarretando a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora.

(C) A terceirização é lícita, acarretando a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora.

(D) A terceirização é lícita, não acarretando a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora.

RESPOSTA Súmula 331, I e III, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

VIII. Remuneração e Salário

4816. **(OAB 03 – 2011)** No direito brasileiro, a redução do salário é

(A) Impossível.

(B) Possível, em caso de acordo entre empregado e empregador, desde que tenha por finalidade evitar a dispensa do empregado sem justa causa.

(C) Possível mediante autorização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

(D) Possível mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho.

RESPOSTA Art. 7º, VI, CF. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

4817. **(OAB 01 – 2012)** Um frentista de posto de gasolina sofreu desconto no seu salário referente à devolução de cheque sem provisão de fundos, em razão de não ter observado recomendação prevista em acordo coletivo de trabalho no tocante à verificação da situação cadastral do cliente no ato da venda do combustível. Diante dessa situação hipotética, e considerando que a norma coletiva autoriza o desconto salarial no caso de negligência do empregado, assinale a

alternativa correta.

(A) O empregador não podia ter efetuado o desconto no salário do empregado, em razão do princípio da intangibilidade salarial, sendo inválida a norma coletiva autorizadora.
(B) O desconto foi lícito, em face da não observância das recomendações previstas em norma coletiva.
(C) O desconto somente pode ser considerado lícito se comprovado o dolo do empregado.
(D) O desconto é ilícito, pois o empregador não pode transferir ao empregado os riscos da atividade econômica, sendo inválida a norma coletiva que o autoriza.

RESPOSTA (A) Errada. O desconto salarial é possível nos casos de imposição legal, ordem judicial, consentimento expresso do empregado e danos causados pelo empregado. (B) Correta. Art. 462, CLT, c/c OJ-SDI1 251. (C) Errada. Art. 462, CLT. (D) Errada. Não se trata de transferência de riscos, mas de desconto por danos. *Alternativa B.*

4818. **(OAB – 2010.3)** Em se tratando de salário e remuneração, é correto afirmar que

(A) o salário-maternidade tem natureza salarial.
(B) as gorjetas integram a base de cálculo do aviso prévio, das horas extraordinárias, do adicional noturno e do repouso semanal remunerado.
(C) o plano de saúde fornecido pelo empregador ao empregado, em razão de seu caráter contraprestativo, consiste em salário *in natura*.
(D) a parcela de participação nos lucros ou resultados, habitualmente paga, não integra a remuneração do empregado.

RESPOSTA (A) Errada. Trata-se de benefício previdenciário. (B) Errada. Súmula 354, TST. (C) Errada. Art. 458, § 2º, IV, CLT. (D) Correta. Art. 7º, XI, CF. *Alternativa D.*

IX. Equiparação Salarial

4819. **(OAB 02 – 2011)** Para equiparação salarial é necessário que

(A) Haja identidade de funções, trabalho de igual valor para o mesmo empregador, na mesma localidade, com contemporaneidade na prestação dos serviços na mesma função e a qualquer tempo, inexistindo quadro de carreira organizado.
(B) Haja identidade de funções, trabalho com a mesma produtividade e perfeição técnica, para o mesmo empregador, na mesma região metropolitana, com contemporaneidade na prestação de serviços na mesma função e a qualquer tempo, e quadro de carreira homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
(C) Haja identidade de funções, trabalho de igual valor para o mesmo empregador, na mesma região metropolitana, sendo a prestação de serviços entre o empregado e o modelo contemporânea na mesma função, mas com diferença não superior a 2 anos, inexistindo quadro de carreira organizado.
(D) Os empregados comparados tenham a mesma função, pois todo trabalho deve ser igualmente remunerado de acordo com o princípio da isonomia consagrado constitucionalmente.

RESPOSTA (A) Errada. A contemporaneidade na função não é a qualquer tempo (art. 461, § 1º, CLT). (B) Errada. A contemporaneidade na função não é a qualquer tempo (art. 461, § 1º, CLT) e o trabalho pode ser prestado no mesmo município (Súmula 6, X, TST). (C) Correta. Art. 461, §§ 1º e 2º, CLT. (D) Errada. Art. 461, CLT. *Alternativa C.*

4820. **(OAB 01 – 2012)** Carlos Manoel Pereira Nunes foi chamado pelo seu chefe Renato de Almeida para substituí-lo durante as suas férias. Satisfeito, Carlos aceitou o convite e, para sua surpresa, recebeu, ao final do mês de substituição, o salário no valor equivalente ao do seu chefe, no importe de R$ 20.000,00. Pouco tempo depois, Renato teve que se ausentar do país por dois meses, a

fim de representar a empresa numa feira de negócios. Nessa oportunidade, convidou Carlos mais uma vez para substituí-lo, o que foi prontamente aceito. Findo os dois meses, Carlos retornou à sua função habitual, mas o seu chefe Renato não mais retornou. No dia seguinte, o presidente da empresa chamou Carlos ao seu escritório e o convidou para assumir definitivamente a função de chefe, uma vez que Renato havia pedido demissão. Carlos imediatamente aceitou a oferta e já naquele instante iniciou sua nova atividade. Entretanto, ao final do mês, Carlos se viu surpreendido com o salário de R$ 10.000,00, metade do que era pago ao chefe anterior. Inconformado, foi ao presidente reclamar, mas não foi atendido. Sentindo-se lesado no seu direito, Carlos decidiu ajuizar ação trabalhista, postulando equiparação salarial com o chefe anterior, a fim de que passasse a receber salário igual ao que Renato percebia. Com base na situação acima descrita, é correto afirmar que Carlos

(A) faz jus à equiparação salarial com Renato, uma vez que passou a exercer as mesmas tarefas e na mesma função de chefia que o seu antecessor.

(B) faz jus à equiparação salarial, uma vez que, quando substituiu Renato nas suas férias e durante sua viagem a trabalho, recebeu salário igual ao seu, devendo a mesma regra ser observada na hipótese de substituição definitiva.

(C) não faz jus à equiparação salarial com Renato, uma vez que a substituição definitiva não gera direito a salário igual ao do antecessor, além de ser impossível a equiparação salarial que não se relacione a situação pretérita.

(D) não faz jus à equiparação, uma vez que substituiu Renato apenas eventualmente, não se caracterizando a substituição definitiva geradora do direito ao igual salário para igual tarefa.

RESPOSTA Súmulas 159, II, e 6, IV, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

X. Adicionais

4821. **(OAB 01 – 2012)** Determinado empregado, durante quatro anos consecutivos, percebeu pagamento de adicional de insalubridade, já que desenvolvia seu mister exposto a agentes nocivos à saúde. A empregadora, após sofrer fiscalização do Ministério do Trabalho, houve por bem fornecer a todos os seus empregados equipamento de proteção individual (EPI) aprovado pelo órgão competente do Poder Executivo, eliminando, definitivamente, os riscos à higidez física dos trabalhadores. Diante do relatado, assinale a opção INCORRETA:

(A) Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais.

(B) Tendo o empregado recebido adicional de insalubridade com habitualidade, a rubrica não pode ser suprimida, ainda que o empregador promova a eliminação dos riscos à integridade física do empregado.

(C) O trabalhador somente faz jus ao pagamento do adicional de insalubridade enquanto permanecer exposto a agentes de risco à sua saúde, independentemente do tempo em que percebeu o aludido adicional.

(D) A eliminação ou neutralização da insalubridade ocorrerá com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância ou com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

RESPOSTA (A) Correta. Súmula 139, TST. (B) Errada. Súmula 80, TST. (C) Correta. Súmulas 80 e 248, TST. (D) Correta. Súmula 80, TST. *Alternativa B.*

4822. **(OAB – 2011.1)** José Antônio de Souza, integrante da categoria profissional dos eletricitários, é empregado de uma empresa do setor elétrico, expondo-se, de forma intermitente, a condições de risco acentuado. Diante dessa situação hipotética, e considerando que não há norma coletiva disciplinando as condições de trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) José Antônio não tem direito ao pagamento de adicional de periculosidade, em razão da intermitência da exposição às condições de risco.
(B) José Antônio tem direito ao pagamento de adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) sobre o seu salário básico.
(C) José Antônio tem direito ao pagamento de adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) sobre a totalidade das parcelas salariais.
(D) José Antônio tem direito ao pagamento de adicional de periculosidade de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 361, TST. (B) Errada. Súmula 191, TST. (C) Correta. Súmula 191, TST, c/c OJ-SDI1 279. (D) Errada. Súmula 361, TST. *Alternativa C.*

XI. Jornada de Trabalho e Horas Extras

4823. **(OAB 03 – 2011)** Determinada empresa encontra-se instalada em local de difícil acesso, não servida por transporte público regular. Em razão disso, fornece condução para o deslocamento dos seus empregados, da residência ao trabalho e vice-versa, mas cobra deles 50% do valor do custo do transporte. Na hipótese, é correto afirmar que

(A) O tempo de deslocamento será considerado hora *in itinere*.
(B) O tempo de deslocamento não será considerado hora *in itinere* porque é custeado pelo empregado, ainda que parcialmente.
(C) O empregado tem direito ao recebimento do vale-transporte.
(D) Metade do tempo de deslocamento será considerada hora *in itinere* porque é a proporção da gratuidade do transporte oferecido.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 58, § 2º, CLT, c/c Súmulas 90 e 320, TST. (B) Errada. Súmula 320, TST. (C) Errada. Art. 8º, Lei n. 7.418/85. (D) Errada. Súmula 320, TST. *Alternativa A.*

4824. **(OAB – 2011.2)** João da Silva, empregado da empresa Alfa Ltda., exerce suas atribuições funcionais em dois turnos de trabalho alternados de oito horas cada, que compreendem o horário diurno e o noturno. Considerando que a atividade de seu empregador não se desenvolve de forma ininterrupta e que não existe norma coletiva disciplinando a jornada de trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) João não tem direito ao pagamento de horas extras e à redução da hora noturna.
(B) João tem direito ao pagamento de horas extras, mas não tem direito à redução da hora noturna.
(C) João não tem direito ao pagamento de horas extras, mas tem direito à redução da hora noturna.
(D) João tem direito ao pagamento de horas extras e à redução da hora noturna.

RESPOSTA (A) Errada. João terá direito à hora noturna no período noturno (art. 73, § 4º, CLT), bem como às horas extras, se ultrapassado o limite constitucional (art. 7º, XIII e XVI, CF). (B) Errada. Art. 73, § 1º, CLT. (C) Errada. Com a redução da hora noturna, João acaba trabalhando mais de 8 horas no período noturno, o que lhe confere direito às horas extras (art. 73, § 5º, CLT, c/c Súmula 60, II, TST). (D) Correta. Art. 73, §§ 1º e 5º, CLT, c/c Súmula 60, II, TST. *Alternativa D.*

XII. Compensação de Jornada

4825. **(OAB – 2010.2)** A respeito do regime de compensação de jornada do banco de horas, assinale a alternativa correta.

(A) Pode ser instituído mediante acordo, verbal ou por escrito, entre empresa e empregado, facultando-se a participação dos sindicatos representantes das categorias.

(B) Não admite compensação de jornada que ultrapassar o limite máximo de 10 horas diárias.

(C) Pode ser compensado após a rescisão do contrato de trabalho, se houver crédito em favor do trabalhador, respeitado o limite de validade do acordo.

(D) O excesso de jornada a ser compensada não pode exceder, no prazo legal máximo de um semestre, a soma das jornadas semanais previstas para o período.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 59, § 2º, CLT, c/c Súmula 85, V, TST. (B) Correta. Art. 59, § 2º, CLT. (C) Errada. Art. 59, § 3º, CLT. (D) Errada. Art. 59, § 2º, CLT. *Alternativa B.*

XIII. Intervalos para Descanso

4826. **(OAB 03 – 2011-II)** Assinale a alternativa que contém categorias ou profissões que, de acordo com a lei, possuem intervalo interjornada diferenciado.

(A) Professores, médicos e rodoviários.

(B) Ferroviários, jornalistas e operadores cinematográficos.

(C) Advogados, mineiros de subsolo e securitários.

(D) Bancários, comerciários e domésticos.

RESPOSTA (A) Errada. Todos possuem intervalos regulares (arts. 66 e 71, CLT). (B) Correta. Ferroviários (art. 239, § 1º, CLT), jornalistas (art. 308, CLT) e operadores cinematográficos (art. 235, § 2º, CLT). (C) Errada. Os securitários não possuem intervalos especiais. (D) Errada. Bancários e comerciários possuem intervalos regulares e o doméstico não possui direito expresso aos intervalos. *Alternativa B*.

4827. **(OAB 03 – 2011)** Uma empresa que atua no ramo gráfico, com jornada de trabalho de 8 horas diárias, pretende reduzir o intervalo para refeição de seus empregados para 30 minutos diários. De acordo com a lei e o entendimento do TST, a pretensão

(A) Não poderá ser atendida porque a norma é de ordem pública, tratando da higiene, salubridade e conforto, não passível de negociação.

(B) Poderá ser efetivada, mas dependerá da realização de acordo ou convenção coletiva nesse sentido.

(C) Poderá ser efetivada se autorizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que verificará se o local tem refeitório adequado e se o empregador não exige realização de horas extras.

(D) Poderá ser efetivada se houver autorização judicial.

RESPOSTA Art. 71, § 3º, CLT, c/c Súmula 437, II, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4828. **(OAB 03 – 2011)** Com relação às normas de duração do trabalho, assinale a alternativa correta:

(A) A concessão de intervalos para repouso e alimentação durante a jornada de seis horas descaracteriza o regime de turno ininterrupto de revezamento.

(B) Considera-se de "prontidão" o empregado que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço, com escala de, no máximo, vinte e quatro horas, sendo contadas as respectivas horas à razão de 1/3 (um terço) do salário normal.

(C) A compensação de jornada de trabalho pode ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.
(D) A mera insuficiência de transporte público regular enseja o pagamento de horas *in itinere*.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 360, TST. (B) Errada. Art. 244, §§ 2º e 3º, CLT. (C) Correta. Súmula 85, I, TST. (D) Errada. Súmula 90, III, TST. *Alternativa C.*

4829. **(OAB 03 – 2012)** Maria foi contratada pela empresa Bolos S.A. para exercer a função de copeira, cumprindo jornada de trabalho de segunda a sexta-feira das 13:00 h às 17:00 h, sem intervalo alimentar. Decorridos dois anos do início do pacto contratual, foi a empregada dispensada, recebendo as parcelas da ruptura. Contudo, inconformada porque jamais lhe foi permitido usufruir de intervalo para descanso e alimentação, Maria ajuíza reclamação trabalhista postulando o pagamento do período correspondente ao intervalo alimentar não concedido. Diante da hipótese relatada, assinale a afirmativa correta.

(A) A ex-empregada faz jus ao pagamento de uma hora extraordinária diária, haja vista a supressão do intervalo intrajornada, na forma do Art. 71, § 4º, da CLT.
(B) A ex-empregada faz jus ao pagamento de apenas 15 minutos diários a título de horas extraordinárias, haja vista a supressão do intervalo intrajornada, na forma do Art. 71, § 4º, da CLT.
(C) A ex-empregada não faz jus ao pagamento de horas extraordinárias, porquanto diante da carga horária cumprida, não lhe era assegurada a fruição de intervalo intrajornada.
(D) A ex-empregada faz jus ao pagamento de indenização correspondente ao valor de uma hora extraordinária diária, haja vista a supressão do intervalo intrajornada.

RESPOSTA A jornada de Maria era de 4 horas por dia. Em tais casos, não há intervalo intrajornada (art. 71, § 1º, CLT). As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

XIV. Férias

4830. **(OAB – 2010.2)** Com relação ao regime de férias, é correto afirmar que:

(A) as férias devem ser pagas ao empregado com adicional de 1/3 até 30 dias antes do início do seu gozo.
(B) salvo para as gestantes e os menores de 18 anos, as férias podem ser gozadas em dois períodos.
(C) o empregado que pede demissão antes de completado seu primeiro período aquisitivo faz jus a férias proporcionais.
(D) as férias podem ser convertidas integralmente em abono pecuniário, por opção do empregado.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 145, CLT. (B) Errada. Art. 134, § 2º, CLT. (C) Correta. Súmulas 161 e 171, TST. (D) Errada. Art. 143, CLT. *Alternativa C.*

XV. Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho

4831. **(OAB 03 – 2011-II)** Marcos Paiva ficou afastado do seu trabalho, em gozo de benefício previdenciário, em razão de enfermidade não relacionada ao exercício de suas atribuições funcionais, pelo prazo de 7 (sete) meses. Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que

(A) Marcos tem direito ao recolhimento dos depósitos do FGTS durante esse período de afastamento do trabalho.
(B) Esse tempo de afastamento previdenciário deve ser considerado no cômputo do período aquisitivo das férias.

(C) Durante esse afastamento previdenciário o contrato de trabalho esteve interrompido.

(D) Marcos deve retornar ao trabalho no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da cessação do benefício previdenciário, sob pena de se presumir o abandono de emprego caso não justifique o motivo do não retorno.

RESPOSTA (A) Errada. Apenas teria direito ao recolhimento fundiário se o afastamento em questão ocorresse em razão de acidente de trabalho (art. 15, § 5º, Lei n. 8.036/90). (B) Errada. Art. 133, IV, CLT. (C) Errada. Esteve interrompido nos 15 primeiros dias e suspenso a partir do 16º dia em diante (art. 60, *caput* e § 3º, Lei n. 8.213/91). (D) Correta. Súmula 32, TST. *Alternativa D.*

4832. **(OAB 03 – 2012)** Após sofrer um acidente automobilístico de gravíssimas proporções enquanto viajava a lazer, o empregado Pedro foi aposentado por invalidez pelo INSS. Assinale a alternativa que indica o efeito desse fato no seu contrato de trabalho.

(A) O contrato de Pedro será interrompido.

(B) O contrato de Pedro será suspenso.

(C) O contrato de Pedro será extinto.

(D) O contrato de Pedro continuará em vigor e ele terá todos os direitos trabalhistas assegurados.

RESPOSTA Art. 475, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4833. **(OAB – 2010.2)** Paulo, empregado de uma empresa siderúrgica, sofreu acidente do trabalho, entrando em gozo de auxílio-doença acidentário, a partir do décimo sexto dia de seu afastamento. Durante este período de percepção do benefício previdenciário, ele foi dispensado sem justa causa por seu empregador. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

(A) Paulo tem direito a ser reintegrado, com fundamento na garantia provisória de emprego assegurada ao empregado acidentado.

(B) Paulo tem direito a ser readmitido, com fundamento na garantia provisória de emprego assegurada ao empregado acidentado.

(C) Paulo tem direito a ser readmitido, em razão da interrupção do contrato de trabalho que se operou a partir do décimo sexto dia de afastamento.

(D) Paulo tem direito a ser reintegrado, em razão da suspensão do contrato de trabalho que se operou a partir do décimo sexto dia de afastamento.

RESPOSTA (A) Errada. A garantia de emprego somente começa a partir da cessação do benefício de auxílio-doença acidentário (art. 118, Lei n. 8.213/91, c/c Súmula 378, II, CLT). (B) Errada. A readmissão assegura efeitos financeiros somente a partir do retorno ao trabalho. No caso, Paulo tem direito de ser reintegrado, com o pagamento dos salários do período de afastamento. (C) Errada. Além de não ser caso de readmissão, o contrato ficou suspenso a partir do 16º dia de afastamento (art. 60, *caput* e § 3º, Lei n. 8.213/91). (D) Correta. Durante a suspensão do contrato, o empregado não pode ser despedido injustamente. *Alternativa D.*

XVI. Alteração do Contrato de Trabalho

4834. **(OAB 03 – 2011-II)** A respeito das alterações no contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) Nos contratos individuais de trabalho, só é lícita a alteração com a interveniência do sindicato da categoria dos empregados, nos termos da CRFB, que autoriza a flexibilização, desde que por acordo ou convenção coletiva.

(B) Desde que por mútuo consentimento, as alterações dos contratos serão lícitas, pois se prestigia a livre manifestação de vontade das partes.

(C) Nos contratos individuais de trabalho, a alteração só será lícita se de comum acordo entre as partes e desde que não resulte qualquer tipo de prejuízo ao empregado.

(D) A alteração do turno diurno de trabalho para o noturno será lícita, mediante a concordância do empregado, pois é mais benéfica a ele, já que a hora noturna é menor que a diurna e há pagamento de adicional de 20%.

RESPOSTA (A) Errada. A alteração pode ser feita de forma individual, respeitados os limites impostos pela Lei (arts. 444 e 468, CLT). (B) Errada. Somente serão lícitas se não trouxerem prejuízos ao empregado (art. 468, CLT). (C) Correta. Art. 468, CLT. (D) Errada. Não há necessidade de anuência do empregado, inserindo-se no poder diretivo do empregador. *Alternativa C.*

4835. **(OAB 02 – 2012)** Um determinado empregador paga os salários dos seus empregados no primeiro dia útil do mês seguinte ao vencido. Encontrando-se em situação financeira delicada, pretende passar a honrar esta obrigação no 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, como normalmente fazem os seus concorrentes. A partir da hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) A alteração contratual, por ser lesiva à classe trabalhadora, é inválida diante do princípio da proteção.

(B) A alteração é válida, pois a nova data pretendida encontra-se no limite legal.

(C) A alteração somente pode ser realizada se houver previsão em acordo coletivo.

(D) A alteração de data somente prevalecerá para os admitidos posteriormente à mudança pretendida.

RESPOSTA Art. 459, § 1º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4836. **(OAB – 2010.2)** Marcos foi contratado para o cargo de escriturário de um banco privado. Iniciada sua atividade, Marcos percebeu que o gerente lhe estava repassando tarefas alheias à sua função. A rigor, conforme constava do quadro de carreira da empresa devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, as atribuições que lhe estavam sendo exigidas deveriam ser destinadas ao cargo de tesoureiro, cujo nível e cuja remuneração eram bem superiores. Esta situação perdurou por dois anos, ao fim dos quais Marcos decidiu ajuizar uma ação trabalhista em face do seu empregador. Nela, postulou uma obrigação de fazer – o seu reenquadramento para a função de tesoureiro – e o pagamento das diferenças salariais do período. Diante desta situação jurídica, é correto afirmar que:

(A) o pedido está inepto, uma vez que este é um caso típico de equiparação salarial e não houve indicação de paradigma.

(B) o pedido deve ser julgado improcedente, uma vez que a determinação das atividades, para as quais o empregado está obrigado, encontra-se dentro do *jus variandi* do empregador.

(C) o pedido deve ser julgado procedente, se for demonstrado, pelo empregado, que as suas atividades correspondiam, de fato, àquelas previstas abstratamente na norma interna da empresa para o cargo de tesoureiro.

(D) o pedido deve ser julgado procedente em parte, uma vez que só a partir da decisão judicial que determine o reenquadramento é que o empregado fará jus ao aumento salarial.

RESPOSTA (A) Errada. Não é caso de equiparação salarial, mas de desvio funcional. (B) Errada. O *jus variandi* do empregador não autoriza submeter o empregado a desvio funcional. (C) Correta. OJ-SDI1 125. (D) Errada. O empregado não tem direito ao reenquadramento (OJ-SDI1 125). *Alternativa C.*

4837. **(OAB – 2010.3)** Relativamente à alteração do contrato de trabalho, é correto afirmar que

(A) é considerada alteração unilateral vedada em lei a determinação ao empregador para que o empregado com mais de dez anos na função reverta ao cargo efetivo.
(B) o empregador pode, sem a anuência do empregado exercente de cargo de confiança, transferi-lo, com mudança de domicílio, para localidade diversa da que resultar do contrato, independentemente de real necessidade do serviço.
(C) o empregador pode, sem a anuência do empregado cujo contrato tenha como condição, implícita ou explícita, transferi-lo, com mudança de domicílio, para localidade diversa da que resultar do contrato, no caso de real necessidade do serviço.
(D) o adicional de 25% é devido nas transferências provisórias e definitivas.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 468, parágrafo único, CLT. (B) Errada. Súmula 43, TST. (C) Correta. Art. 469, § 1º, CLT, c/c Súmula 43, TST. (D) Errada. OJ-SDI1 113. *Alternativa C.*

XVII. Aviso Prévio

4838. **(OAB 03 – 2011)** Após 23 anos de trabalho numa empresa, Renato é dispensado sem justa causa, no dia 31 de janeiro de 2012. Na hipótese, ele fará jus ao aviso prévio de

(A) 90 dias.
(B) 30 dias.
(C) 96 dias.
(D) 99 dias.

RESPOSTA Art. 1º, Lei n. 12.506/2011. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4839. **(OAB 03 – 2011)** A empresa X pagou em 10 de junho de 2011 as parcelas do rompimento do contrato do empregado Tício, após dação de aviso prévio, datado de 30 de maio de 2011, de cujo cumprimento o trabalhador foi dispensado. À época da dispensa, o trabalhador, que tinha 11 (onze) anos de tempo de serviço, recebia salário de R$ 700,00 mensais, com forma de pagamento semanal. Com base no exposto, é correto afirmar que o empregado

(A) Não faz jus a uma indenização no valor do salário, porque o empregador teria até o dia seguinte ao prazo de 30 (trinta) dias do aviso prévio do qual foi dispensado para fazer o pagamento das verbas resilitórias.
(B) Faz jus a uma indenização no valor do salário, por ter superado o prazo de 10 (dez) dias previstos em lei para o pagamento.
(C) Faz jus a uma indenização no valor do salário, por ter superado o prazo de 8 (oito) dias para o pagamento de quem recebe por semana.
(D) Faz jus a aviso prévio em dobro, porque contava com mais de 10 (dez) anos de tempo de serviço à época da dispensa e a uma indenização no valor do salário, porque superado o prazo para o pagamento das parcelas decorrentes do rompimento do contrato.

RESPOSTA Art. 477, § 6º, *b*, e § 8º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4840. **(OAB 02 – 2012)** João, após completar 21 anos e dois meses de vínculo jurídico de emprego com a empresa EGEST ENGENHARIA, foi injustificadamente dispensado em 11/11/2011. No mesmo dia, seu colega de trabalho José, que contava com 25 anos completos de vínculo de emprego na mesma empresa, também foi surpreendido com a dispensa sem justo motivo, sendo certo que o ex-empregador nada pagou a título de parcelas resilitórias a ambos. Um mês após a rescisão

contratual, João e José ajuízam reclamação trabalhista, postulando, dentre outras rubricas, o pagamento de aviso prévio. À luz da Lei n. 12.506/2011, introduzida no ordenamento jurídico em 11/10/2011, que regula o pagamento do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, assinale a afirmativa correta.

(A) João é credor do pagamento de aviso prévio na razão de 93 dias, enquanto que José fará jus ao pagamento de aviso prévio de 105 dias.

(B) Tanto João quanto José farão jus ao pagamento de aviso prévio na razão de 90 dias.

(C) Uma vez que ambos foram admitidos em data anterior à publicação da Lei n. 12.506/2011, ambos farão jus tão somente ao pagamento de aviso prévio de 30 dias.

(D) João é credor do pagamento de aviso prévio na razão de 63 dias, enquanto José fará jus ao pagamento de aviso prévio de 75 dias, uma vez que o aviso prévio é calculado proporcionalmente ao tempo de serviço.

RESPOSTA Art. 1º, Lei n. 12.506/2011. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4841. **(OAB – 2010.3)** O empregado Vicente de Morais foi dispensado sem justa causa. Sete dias depois, requereu a liberação do cumprimento do aviso prévio, pois já havia obtido um novo emprego. O antigo empregador concordou com o seu pedido, exigindo apenas que ele fosse feito por escrito, junto com a cópia da sua CTPS registrada pelo novo empregador, o que foi realizado por Vicente. Diante dessa situação, o antigo empregador deverá

(A) integrar o aviso prévio ao pagamento de todas as verbas rescisórias por ele devidas, uma vez que o aviso prévio é irrenunciável.

(B) deduzir o aviso prévio do pagamento de parte das verbas rescisórias devidas, uma vez que o empregado renunciou livremente a esse direito, mas o aviso prévio continuará incidindo sobre as parcelas de natureza salarial.

(C) deduzir o aviso prévio do pagamento de parte das verbas rescisórias devidas, uma vez que o empregado renunciou livremente a esse direito, mas o aviso prévio continuará incidindo sobre as parcelas de natureza indenizatória.

(D) pagar as verbas rescisórias, excluindo o valor equivalente ao dos dias remanescentes do aviso prévio.

RESPOSTA (A) Errada. O aviso é irrenunciável, salvo na hipótese de o empregado conseguir novo emprego (Súmula 276, TST). (B) Errada. Não haverá dedução do período de aviso prévio, já que o empregado comprovou haver conseguido novo emprego. (C) Errada. Não haverá incidência do aviso prévio, visto que este foi objeto de renúncia pelo empregado. (D) Correta. Súmula 276, TST. *Alternativa D.*

XVIII. Extinção do Contrato de Trabalho

4842. **(OAB 02 – 2011)** A respeito do pagamento das verbas rescisórias, assinale a alternativa correta.

(A) No caso de pedido de demissão em contrato por prazo indeterminado, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é de 10 dias contados da data da notificação da demissão, quando dispensado o empregado do cumprimento do aviso prévio pelo empregador.

(B) O empregador que descumpre o prazo de pagamento das verbas rescisórias deverá pagá-las posteriormente acrescidas de 50% de multa, nos termos do art. 467 da CLT.

(C) O pagamento das verbas rescisórias ocorrerá no primeiro dia útil imediato ao término do contrato de trabalho quando o empregador indenizar o aviso prévio.

(D) As verbas rescisórias devidas após decurso normal de prazo do contrato a termo deverão ser pagas até o décimo dia contado do término, em face da inexistência do aviso prévio.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 477, § 6º, *b*, CLT. (B) Errada. Art. 477, § 8º, CLT. (C) Errada. Art. 477, § 6º, *b*, CLT. (D) Errada. Art. 477, § 6º, CLT. *Alternativa A.*

4843. **(OAB 03 – 2012)** Partindo-se da premissa legal de que o pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de um ano de serviço, somente será válido quando realizado perante a autoridade competente, assinale a afirmativa correta.

(A) A assistência na rescisão contratual firmada por empregado com mais de (1) um ano de serviço somente poderá ser realizada pelo sindicato representativo da categoria do empregado.

(B) Não havendo na localidade sindicato representativo da categoria, a assistência será prestada pela Justiça do Trabalho.

(C) Não havendo na localidade sindicato representativo da categoria ou autoridade do Ministério do Trabalho, a assistência será prestada por representante do Ministério Público ou, onde houver, defensor público e, na falta ou impedimento destes, pelo Juiz de Paz.

(D) A assistência na rescisão contratual firmada por empregado com mais de (1) um ano de serviço somente poderá ser realizada pelo sindicato representativo da categoria do empregado ou, na ausência deste, pela Justiça do Trabalho.

RESPOSTA Art. 477, §§ 2º e 3º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4844. **(OAB 03 – 2012)** De acordo com o entendimento consolidado da jurisprudência, a mudança de regime jurídico do empregado celetista para estatutário

(A) não gera alteração no contrato de trabalho, que permanece intacto.

(B) gera a suspensão do contrato de trabalho pelo período de três anos, prazo necessário para que o servidor público adquira estabilidade.

(C) gera extinção do contrato de trabalho, iniciando-se o prazo prescricional da alteração.

(D) não gera alteração no contrato de trabalho, mesmo porque o empregado não é obrigado a aceitar a alteração de regime jurídico.

RESPOSTA Súmula 382, TST. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa C.*

4845. **(OAB 01 – 2012)** Em razão de forte enchente que trouxe sérios prejuízos à localidade, houve o encerramento das atividades da empresa Boa Vida Ltda., que teve seu estabelecimento totalmente destruído pela força das águas. Diante dessa situação hipotética, com relação aos contratos de trabalho de seus empregados, assinale a alternativa correta.

(A) O encerramento da atividade empresarial implicará a resilição unilateral por vontade do empregador dos contratos de trabalho de seus empregados.

(B) Os empregados têm direito à indenização compensatória de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS.

(C) Os empregados não podem movimentar a conta vinculada do FGTS.

(D) O empregado detentor de estabilidade provisória por ter sido eleito representante dos empregados na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA tem direito ao pagamento dos salários do período compreendido entre a data da ruptura do contrato de trabalho e o final do período da garantia de emprego.

RESPOSTA (A) Errada. A extinção se deu por motivo de força maior (art. 501, CLT). (B) Correta. Art. 18, § 2º, Lei n. 8.036/90. (C) Errada. Art. 20, II, Lei n. 8.036/90. (D) Errada. Súmula 339, II, TST. *Alternativa B.*

4846. **(OAB 01 – 2012)** O trabalhador José foi dispensado, sem justa causa, em 01/06/2011, quando percebia o salário mensal de R$ 800,00 (oitocentos reais). Quando da homologação de sua rescisão, o sindicato de sua categoria profissional determinou à empresa o refazimento do termo de quitação, sob o fundamento de que o empregador compensou a maior, no pagamento que pretendia efetuar, a quantia de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), correspondente a um empréstimo concedido pela empresa ao trabalhador no mês anterior. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

(A) O sindicato agiu corretamente. A compensação não pode ser feita no valor fixado, devendo se limitar ao valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), o que importa na necessidade de refazimento do termo de quitação, para o ajuste.

(B) O sindicato agiu corretamente. A compensação não pode ser feita no valor fixado, devendo se limitar ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) de um mês de remuneração do empregado, devendo o termo ser refeito para o ajuste.

(C) O sindicato agiu incorretamente. A compensação pode ser feita no valor fixado.

(D) O sindicato agiu incorretamente. A compensação pode ser feita em qualquer valor, inexistindo limite legalmente fixado.

RESPOSTA Art. 477, § 5º, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4847. **(OAB – 2010.2)** O empregado João foi contratado para trabalhar como caixa de um supermercado. No ato de admissão, foi-lhe entregue o regulamento da empresa, onde constava a obrigatoriedade do uso do uniforme para o exercício do trabalho. Entretanto, cerca de cinco meses após a contratação, João compareceu para trabalhar sem o uniforme e, por isso, foi advertido. Um mês depois, o fato se repetiu e João foi suspenso por 3 dias. Passados mais 2 meses, João compareceu novamente sem uniforme, tendo sido suspenso por 30 dias. Ao retornar da suspensão foi encaminhado ao departamento de pessoal, onde tomou ciência da sua dispensa por justa causa (indisciplina – art. 482, h da CLT). Diante deste caso concreto:

(A) está correta a aplicação da justa causa, uma vez que João descumpriu reiteradamente as ordens genéricas do empregador contidas no regulamento geral.

(B) está incorreta a aplicação da justa causa, uma vez que João cometeu ato de insubordinação e não de indisciplina.

(C) está incorreta a aplicação da justa causa, uma vez que João cometeu mau procedimento.

(D) está incorreta a aplicação da justa causa, uma vez que o empregador praticou *bis in idem*, ao punir João duas vezes pelo mesmo fato.

RESPOSTA (A) Errada. A dispensa está incorreta, pois o empregador violou o requisito da singularidade punitiva, incorrendo em *bis in idem*. (B) Errada. Não houve cometimento de insubordinação, visto que esta decorre do descumprimento de ordens diretas e pessoais (DELGADO, *Curso de direito do trabalho*, p. 1.191-1.202). (C) Errada. João cometeu ato de indisciplina. (D) Correta. O empregador incorreu em *bis in idem*, punindo João duas vezes pelo mesmo fato. *Alternativa D.*

4848. **(OAB – 2010.3)** Uma Fundação Municipal de Direito Público decidiu implementar uma reestruturação administrativa, a fim de produzir melhores resultados, com proveito para a sociedade como um todo, prestigiando a sua função social e o princípio da eficiência. Para tanto, desenvolveu um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), por meio do qual o empregado que aderisse

receberia as verbas resilitórias, acrescidas de um bônus de 80% sobre o seu valor. Ao ler atentamente os termos do PIDV, o empregado Josué de Souza constatou a existência de uma cláusula em que se previa a expressa e geral quitação das obrigações oriundas do contrato de trabalho, nada mais havendo a reclamar depois de efetuado o ajuste. Após refletir cuidadosamente sobre a questão, Josué resolveu aderir ao PIDV. Ocorre que, tão logo recebeu as verbas resilitórias e o bônus de 80%, Josué ajuizou uma ação trabalhista em face da Fundação, pleiteando o pagamento de horas extraordinárias e os reflexos delas decorrentes, sob o argumento de que essas parcelas não foram englobadas expressamente pelo PIDV. Em defesa, o antigo empregador reconheceu a existência de trabalho extraordinário, mas afirmou que as querelas oriundas do contrato de emprego já haviam sido definitivamente solucionadas pelo PIDV. Diante dessa situação concreta, é correto afirmar que o pedido de pagamento de horas extraordinárias e reflexos deve ser julgado

(A) procedente, uma vez que o PIDV efetua a quitação exclusivamente das parcelas e valores dele constantes.

(B) improcedente, haja vista a cláusula de quitação geral prevista no PIDV.

(C) improcedente, haja vista a natureza jurídica de renúncia do PIDV.

(D) procedente, uma vez que Josué de Souza possui prazo de cinco anos após o término do contrato para pleitear tudo o que entender cabível.

RESPOSTA OJ-SDI1 270. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa A.*

4849. (OAB – 2011.1) João da Silva ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Alfa Empreendimentos Ltda., alegando ter sido dispensado sem justa causa. Postulou a condenação da reclamada no pagamento de aviso prévio, décimo terceiro salário, férias proporcionais acrescidas do terço constitucional e indenização compensatória de 40% (quarenta por cento) sobre os depósitos do FGTS, bem como na obrigação de fornecimento das guias para levantamento dos depósitos do FGTS e obtenção do benefício do seguro-desemprego. Na peça de defesa, a empresa afirma que o reclamante foi dispensado motivadamente, por desídia no desempenho de suas funções (artigo 482, alínea "e", da CLT), e que, por essa razão, não efetuou o pagamento das verbas postuladas e não forneceu as guias para a movimentação dos depósitos do FGTS e percepção do seguro-desemprego. Considerando que, após a instrução processual, o juiz se convenceu da configuração de culpa recíproca, assinale a alternativa correta.

(A) A culpa recíproca é modalidade de resilição unilateral do contrato de trabalho.

(B) O reclamante tem direito a 50% do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.

(C) O reclamante não poderá movimentar a conta vinculada do FGTS.

(D) O reclamante não tem direito ao pagamento de indenização compensatória sobre os depósitos do FGTS.

RESPOSTA (A) Errada. A culpa recíproca pressupõe o cometimento de infração contratual por ambos os contratantes, não sendo modalidade de resilição unilateral. (B) Correta. Súmula 14, TST. (C) Errada. Art. 20, I, Lei n. 8.036/90. (D) Errada. Art. 18, § 2º, Lei n. 8.036/90. *Alternativa B.*

XIX. FGTS

4850. (OAB 02 – 2012) Acerca do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assinale a afirmativa correta.

(A) A movimentação de conta vinculada do FGTS não poderá ocorrer nos casos de aposentadoria

espontânea concedida pela Previdência Social em que o empregado titular da conta continua com o contrato de trabalho em vigor.

(B) O empregado doméstico passou a ser beneficiário obrigatório do FGTS.

(C) Os diretores não empregados de empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista não poderão estar sujeitos ao regime do FGTS, em razão da ausência de vínculo empregatício.

(D) Nos termos da lei específica que regulamenta o FGTS, os empregadores deverão depositar nas contas vinculadas dos empregados o valor correspondente a 8% da remuneração de cada empregado do mês anterior, incluídas na remuneração as comissões, gorjetas e prestações *in natura* e, ainda, o 13º salário.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 20, III, Lei n. 8.036/90. (B) Errada. Art. 3º-A, Lei n. 5.859/72. (C) Errada. Art. 16, Lei n. 8.036/90. (D) Correta. Art. 15, Lei n. 8.036/90. *Alternativa D.*

4851. **(OAB – 2011.1)** Assinale a alternativa correta em relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

(A) Durante a prestação do serviço militar obrigatório pelo empregado, ainda que se trate de período de suspensão do contrato de trabalho, é devido o depósito em sua conta vinculada do FGTS.

(B) Na hipótese de falecimento do empregado, o saldo de sua conta vinculada do FGTS deve ser pago ao representante legal do espólio, a fim de que proceda à partilha entre todos os sucessores do trabalhador falecido.

(C) Não é devido o pagamento de indenização compensatória sobre os depósitos do FGTS quando o contrato de trabalho se extingue por força maior reconhecida pela Justiça do Trabalho.

(D) A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias não alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS, posto ser trintenária a prescrição para a cobrança deste último.

RESPOSTA (A) Correta. Art. 15, § 5º, Lei n. 8.036/90. (B) Errada. Art. 20, IV, Lei n. 8.036/90. (C) Errada. Art. 18, § 2º, Lei n. 8.036/90. (D) Errada. Súmula 206, TST. *Alternativa A.*

XX. Estabilidades Provisórias

4852. **(OAB 02 – 2012)** A respeito da estabilidade, assinale a afirmativa correta.

(A) A estabilidade da gestante dura de 28 dias antes até 92 dias após o parto.

(B) A estabilidade do membro da CIPA dura da eleição até 1 ano após o término do mandato, servindo para os representantes dos empregados, inclusive suplentes.

(C) A estabilidade do dirigente sindical dura do registro da candidatura até 1 ano após o término do mandato, servindo para os representantes dos empregados eleitos e seus suplentes, estando limitada ao número de 7 dirigentes sindicais.

(D) De acordo com o entendimento uniformizado do Tribunal Superior do Trabalho, o empregado poderá adquirir a estabilidade no curso do aviso prévio, pois este integra o contrato de trabalho para todos os efeitos, inclusive pecuniários.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 10, II, *b*, ADCT. (B) Errada. Art. 10, II, *a*, ADCT. (C) Correta. Art. 8º, VIII, CF, c/c art. 543, § 3º, CLT*. (D) Errada. Súmula 371, TST. *Alternativa C.*

* A integral correção da assertiva pode ser questionada, posto que a estabilidade alcança 7 titulares e igual número de suplentes (Súmula 369, II, TST).

4853. **(OAB – 2010.3)** Com relação às estabilidades e às garantias provisórias de emprego, é

correto afirmar que:

(A) o servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional não é beneficiário da estabilidade prevista na Constituição da República de 1988, que se restringe ao ocupante de cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

(B) a empregada gestante tem direito à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, uma vez que se visa à proteção do instituto da maternidade.

(C) os membros do Conselho Curador do FGTS representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, têm direito à estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser dispensados por motivo de falta grave, regularmente comprovada por processo sindical.

(D) o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio não obsta a estabilidade sindical, porque ainda vigente o contrato de trabalho.

RESPOSTA (A) Errada. Súmula 390, I, TST. (B) Correta. Súmula 244, III, TST*. (C) Correta. Art. 3º, § 9º, Lei n. 8.036/90. (D) Errada. Súmula 369, V, TST. *Alternativas B e C.*

* Tal assertiva passou a ser correta, diante da mudança jurisprudencial do TST ocorrida em outubro de 2012 (Súmula 244, III, TST).

XXI. Direito Coletivo do Trabalho

4854. **(OAB 02 – 2011)** O sindicato dos empregados de empresa de transporte e o sindicato das empresas e transporte firmaram convenção coletiva, na qual foi estipulado aviso prévio de 60 dias por tempo de serviço, no caso de dispensa sem justa causa. Dois meses depois de esse instrumento normativo estar em vigor, o motorista Sílvio de Albuquerque foi despedido imotivadamente pela Transportadora Carga Pesada Ltda. Em virtude de não ter a CTPS assinada e de não terem sido pagas suas verbas rescisórias, Sílvio ajuizou ação trabalhista, pleiteando o reconhecimento do vínculo de emprego, assim como o pagamento das verbas rescisórias, observando-se o aviso prévio de 60 dias, bem como a projeção de 2/12 nas suas férias proporcionais, 13º proporcional e FGTS, além da contagem desse período no registro do termo final do contrato em sua CTPS. Em contestação, a transportadora impugnou a pretensão de Sílvio, sob o argumento de que ele era autônomo e, ainda que não o fosse, o instituto do aviso prévio, tal como previsto no art. 7º, XXI, da CRFB, é de trinta dias, inexistindo lei que o regulamente. Argumentou, ainda, que convenção coletiva não é lei em sentido formal e que, portanto, seria inválida a regulamentação da Constituição por meio de autonomia coletiva sindical. Com base na situação acima descrita, é correto afirmar que Sílvio

(A) Não faz jus ao aviso prévio de 60 dias, uma vez que o art. 7º, XXI, da CRFB é norma de eficácia limitada, inexistindo lei que a regulamente.

(B) Faz jus ao aviso prévio e 60 dias, uma vez que o art. 7º, XXI, da CRFB não é empecilho para a ampliação do período de 30 dias por meio de norma coletiva.

(C) Não faz jus ao aviso prévio de 60 dias, uma vez que não teve a CTPS assinada.

(D) Faz jus ao aviso prévio de 60 dias, uma vez que era trabalhador autônomo.

RESPOSTA (A) Errada. Existe a Lei n. 12.506/2011, que regulamenta o aviso prévio proporcional. (B) Correta. Art. 620, CLT, c/c OJ-SDI1 367. (C) Errada. A ausência de assinatura da CTPS é mera irregularidade que não afasta qualquer direito do trabalhador. (D) Errada. Não se trata de trabalhador autônomo, visto que observados os requisitos do vínculo de emprego (arts. 2º e 3º, CLT). *Alternativa B.*

4855. **(OAB – 2010.2)** Com relação ao Direito Coletivo do Trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) Acordo coletivo do trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.
(B) Na greve em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação.
(C) As centrais sindicais, por força de lei, podem celebrar acordos e convenções coletivos de trabalho.
(D) O recolhimento da contribuição sindical obrigatória ("imposto sindical") somente é exigido dos empregados sindicalizados, em face do princípio da liberdade sindical.

RESPOSTA (A) Errada. Art. 611, *caput* e § 1º, CLT. (B) Correta. Art. 13, Lei n. 7.783/89. (C) Errada. Art. 611, § 2º, CLT. (D) Errada. Art. 579, CLT. *Alternativa B.*

4856. **(OAB – 2011.1)** Foi celebrada convenção coletiva que fixa jornada em sete horas diárias. Posteriormente, na mesma vigência dessa convenção, foi celebrado acordo coletivo prevendo redução da referida jornada em 30 minutos. Assim, os empregados das empresas que subscrevem o acordo coletivo e a convenção coletiva deverão trabalhar, por dia:
(A) 8 horas, pois a CRFB prevê jornada de 8 horas por dia e 44 horas semanais, não podendo ser derrogada por norma hierarquicamente inferior.
(B) 7 horas e 30 minutos, porque o acordo coletivo, por ser mais específico, prevalece sobre a convenção coletiva, sendo aplicada a redução de 30 minutos sobre a jornada de 8 horas por dia prevista na CRFB.
(C) 7 horas, pois as condições estabelecidas na convenção coletiva, por serem mais abrangentes, prevalecem sobre as estipuladas no acordo coletivo.
(D) 6 horas e 30 minutos, pela aplicação do princípio da prevalência da norma mais favorável ao trabalhador.

RESPOSTA Art. 620, CLT. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa D.*

XXII. Temas Diversos

4857. **(OAB 03 – 2011-II)** Consideram-se acidentes do trabalho
(A) Os acidentes típicos, a doença profissional, a doença do trabalho e as hipóteses definidas em lei a ele equiparadas.
(B) A doença degenerativa, a inerente a grupo etário e a doença endêmica.
(C) Para fins de responsabilidade civil do empregador, somente os acidentes típicos e a doença profissional.
(D) Apenas os acidentes típicos, a doença ocupacional e os acidentes *in itinere*.

RESPOSTA (A) Correta. Arts. 19, 20 e 21, Lei n. 8.213/91. (B) Errada. Art. 20, § 1º, *a*, *b* e *d*, Lei n. 8.213/91. (C) Errada. Art. 7º, XXVIII, CF. (D) Errada. Arts. 19, 20 e 21, Lei n. 8.213/91. *Alternativa A.*

4858. **(OAB 02 – 2012)** Um cientista é contratado como empregado para trabalhar no setor de pesquisa de uma empresa, visando desenvolver atividade inventiva. Após três anos, com uso de equipamentos e insumos da empresa, o trabalhador inventa um novo maquinário, cuja patente é requerida e, em breve, introduzida no processo de produção, com previsão de alto lucro. Na hipótese, caso nada tenha sido disposto a respeito, assinale a afirmativa correta.

(A) A invenção pertence exclusivamente ao empregado, mas os lucros deverão ser divididos.
(B) A invenção pertence exclusivamente ao empregador, dada a atividade para a qual foi contratado o empregado.
(C) A invenção pertence ao empregado e ao empregador, que dividirão os lucros.
(D) A invenção pertence ao empregador, mas é dado ao empregado pedir indenização por dano material, a ser arbitrado pela justiça.

RESPOSTA Art. 88, Lei n. 9.279/96. As demais assertivas estão erradas pelo mesmo fundamento. *Alternativa B.*

4859. (OAB 01 – 2012) É correto afirmar que a CLT prevê, expressamente,

(A) a advertência verbal, a censura escrita e a suspensão como medidas disciplinares que o empregador pode adotar em relação ao descumprimento das obrigações contratuais do empregado.
(B) somente a suspensão do contrato e a dispensa, por justa causa, como medidas disciplinares que o empregador pode adotar em relação ao descumprimento das obrigações contratuais do empregado.
(C) a advertência, verbal ou escrita, a suspensão e a dispensa, por justa causa, como medidas disciplinares que o empregador pode adotar em relação ao descumprimento das obrigações contratuais do empregado.
(D) a censura escrita, a suspensão e a dispensa, por justa causa, como medidas disciplinares que o empregador pode adotar em relação ao descumprimento das obrigações contratuais do empregado.

RESPOSTA (A) Errada. A CLT não prevê advertência verbal ou censura escrita. (B) Correta. Arts. 474 e 482, CLT. (C) Errada. A CLT não prevê advertência, verbal ou escrita. (D) Errada. A CLT não prevê a censura escrita. *Alternativa B.*

Bibliografia

- CASSAR, Vólia Bomfim. *Direito do trabalho*. 4. ed. Niterói: Impetus, 2010.
- DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 5. ed. São Paulo: LTr, 2006.
- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Manual de direito do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Método, 2011.
- MARTINEZ, Luciano. *Curso de direito do trabalho:* relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MARTINS, Sérgio Pinto. *Comentários à CLT*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20*: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- RODRIGUEZ, Américo Plá. *Princípios do direito do trabalho*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2000.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO E DIREITO COMUNITÁRIO

MARCELO HUGO DA ROCHA

Advogado. Palestrante. Professor do curso A Casa do Concurseiro. Pós-Graduado em Direito Empresarial pela PUCRS. Autor das obras *Guia Passe na OAB e Passe na OAB 2ª fase* – direito empresarial. Coautor e coordenador das coleções *Passe na OAB 1ª e 2ª fases e Passe em Concursos Públicos*, todas pela Editora Saraiva. Coautor de outras obras jurídicas. Editor do *blog* Passe em Concursos Públicos.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	107
FCC	25
OUTRAS BANCAS	49
OAB/FGV	12

I. Direito Internacional Público: Teoria Geral, Soberania e Domínio Público

4860. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** No âmbito do direito internacional, a soberania, importante característica do palco internacional, significa a possibilidade de

(A) celebração de tratados sobre direitos humanos com o consentimento do Tribunal Penal Permanente.

(B) igualdade entre os países, independentemente de sua dimensão ou importância econômica mundial.

(C) um Estado impor-se sobre outro.

(D) a Organização das Nações Unidas dominar a legislação dos Estados participantes.

RESPOSTA Nas palavras de Marcelo Pupe Braga, "soberania consiste no poder que o Estado tem de impor a ordem no plano interno, no limite do seu território, assim como na capacidade que ele tem de manter relações internacionais, em pé de igualdade, com os demais membros da sociedade internacional" (*Direito internacional público e privado*, p. 88). *Alternativa B*.

4861. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Comparando-se as instituições do direito internacional público com as típicas do direito interno de determinado país, percebe-se que, no direito internacional,

(A) há uma norma suprema como no direito interno.

(B) há órgão central legislativo para todo o planeta.

(C) há cortes judiciais com jurisdição transnacional.

(D) há um governo central, que possui soberania sobre todas as nações.

RESPOSTA Há órgãos judiciais que tratam de relações entre países, por exemplo quando se submetem à arbitragem de uma Corte ou à decisão do Tribunal Penal Internacional – TPI. *Alternativa C*.

4862. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Considerando o sentido jurídico de território, tanto em direito internacional público quanto em direito constitucional, assinale a opção *incorreta*.

(A) Em sentido jurídico, o território nacional é mais amplo que o território considerado pela geografia política, pois abrange áreas físicas que vão além dos limites e das fronteiras ditadas por esta.

(B) O território nacional, em sentido jurídico, pode incluir navios e aeronaves militares, independentemente dos locais em que estejam, desde que em espaço internacional e sob a condição de que não se trate de espaço jurisdicional de outro país.

(C) O território nacional, em sentido jurídico, pode possuir contornos inexatos, conforme ocorre na delimitação da projeção vertical do espaço aéreo.

(D) O território, em sentido jurídico, pode ser mais ou menos abrangente, a depender de manifestações unilaterais dos Estados soberanos.

RESPOSTA Os navios e as aeronaves **militares** gozam de **total imunidade** de jurisdição quer em alto-mar ou mesmo no mar territorial ou espaço aéreo de um Estado estrangeiro, permanecendo nessas situações sob jurisdição do Estado de sua nacionalidade. *Alternativa B*.

4863. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** A respeito do direito internacional do mar e sua recepção no direito brasileiro, assinale a opção *incorreta*.

(A) A zona contígua brasileira compreende uma faixa que se estende de 12 a 24 milhas marítimas,

contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

(B) Em sua zona econômica exclusiva, o Brasil tem o direito exclusivo de regular a investigação científica marinha.

(C) É reconhecido aos navios de todas as nacionalidades o direito de passagem inocente no mar territorial brasileiro.

(D) O mar territorial brasileiro compreende uma faixa de duzentas milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de base.

RESPOSTA De acordo com a **Lei n. 8.617/93**. (A) Art. 4º. (B) Art. 8º. (C) Art. 3º. (D) O mar territorial brasileiro compreende uma faixa de **doze milhas** marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil (art. 1º). *Alternativa D*.

J. F. Rezek. *Direito internacional público*: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 301.

4864. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** Considerando a figura acima, que ilustra limites do mar territorial de parte da costa brasileira, assinale a opção correta.

(A) O Estado brasileiro exerce soberania ilimitada sobre as águas interiores, inclusive sobre os navios de guerra que nelas se encontrem.

(B) As ilhas artificiais e as plataformas, assim como os baixios a descoberto, têm mar territorial próprio.

(C) O Estado brasileiro reconhece o direito de passagem inocente de navios, mercantes ou de guerra, de todas as nacionalidades, em seu mar territorial.

(D) O mar territorial brasileiro compreende uma faixa de cerca de 370 km de largura, medida a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular.

RESPOSTA De acordo com o art. 3º, Lei n. 8.617/93, é reconhecido aos navios de todas as nacionalidades o direito de passagem inocente no mar territorial brasileiro. *Alternativa C*.

4865. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Em razão de sua natureza descentralizada, o direito internacional público desenvolveu-se no sentido de admitir fontes de direito diferentes daquelas admitidas no direito interno. Que fonte, entre as listadas a seguir, **não** pode ser considerada fonte de direito internacional?

(A) Tratado.

(B) Decisões de tribunais constitucionais dos estados.
(C) Costume.
(D) Princípios gerais de direito.

RESPOSTA O rol das fontes do direito internacional – e que não é *numerus clausus* – está previsto no **art. 38** do **Estatuto da Corte Internacional de Justiça**, o principal órgão judiciário das Nações Unidas. Ausente desse rol está a *alternativa B.*

4866. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** O domínio público internacional refere-se a espaços de interesse geral pertencentes a todas as nações. A respeito desse assunto, assinale a opção correta com base nos tratados e convenções pertinentes.

(A) O espaço aéreo não é considerado domínio público internacional.
(B) A Antártica é considerada domínio público internacional cujo uso deve destinar-se a fins científicos e militares.
(C) Os espaços territoriais de domínio público internacional não se sujeitam à soberania de nenhum país.
(D) É juridicamente possível o domínio privado dos corpos celestes.
(E) Os rios internacionais, como, por exemplo, o Danúbio, na Europa, podem ser considerados de domínio público internacional.

RESPOSTA De acordo com a lição de Francisco Rezek e a respeito das alternativas, somente os rios internacionais podem ser considerados de domínio público internacional, em especial o rio Danúbio, cujos "Estados ribeirinhos, e somente eles, respondem pela administração do rio, cuja navegação, no entanto, é livre" (*Direito internacional público*, 2011, p. 371). *Alternativa E.*

4867. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** A colocação de satélites no espaço sideral e a chegada do homem à Lua na década de 60 do século passado ensejaram a criação de normas internacionais sobre o espaço extra-atmosférico. Entre tais normas, destaca-se o tratado sobre os princípios aplicáveis à exploração e uso do espaço extra-atmosférico, assinado em 1967 e, posteriormente, a convenção sobre a responsabilidade internacional por danos causados por objetos espaciais, em 1972. Com base nessas normas e nos princípios internacionais, assinale a opção correta.

(A) Se um satélite alemão adentrar a atmosfera e atingir avião da companhia Air France, haverá responsabilização internacional.
(B) Há identidade entre as normas internacionais sobre o espaço aéreo e o extra-atmosférico.
(C) É permitida a colocação em órbita de objeto portador de armas nucleares, desde que autorizada pela ONU.
(D) Permite-se a instalação de base lunar militar para a proteção do planeta Terra.
(E) Se um satélite americano cair sobre uma casa brasileira, haverá causa excludente de ilicitude, o que impede a indenização.

RESPOSTA De acordo com o Decreto Legislativo n. 77, de 1972, que aprovou o texto da Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais. Conforme seu art. 2º, um Estado lançador será responsável absoluto pelo pagamento de indenização por danos causados por seus objetos espaciais na superfície da Terra ou a aeronaves em voo. *Alternativa A.*

4868. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** No que se refere ao domínio público marítimo internacional, assinale a opção correta.

(A) Nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os Estados sem litoral devem ter direito reconhecido de participar do aproveitamento do excedente dos recursos vivos das

zonas econômicas exclusivas dos Estados costeiros da mesma região, independentemente de acordos.

(B) O Estado costeiro tem o direito de aplicar as suas leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração e sanitários na zona econômica exclusiva.

(C) Conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a soberania do Estado costeiro sobre o mar territorial estende-se ao espaço aéreo sobrejacente a este, bem como ao leito e ao subsolo desse mar.

(D) Os Estados exercem soberania sobre suas águas interiores, ainda que estejam obrigados a assegurar o direito de passagem inocente em favor dos navios mercantes, mas não dos navios de guerra.

(E) Na plataforma continental, os Estados possuem direitos de soberania no tocante à exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais, mas a falta de utilização e exploração desses direitos em qualquer de suas formas autoriza outros Estados ao seu exercício, ainda que sem consentimento expresso.

RESPOSTA De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a soberania do Estado costeiro estende-se além do seu território e das suas águas interiores e, no caso de Estado arquipélago, das suas águas arquipelágicas, a uma zona de mar adjacente designada pelo nome de mar territorial, e essa soberania estende-se ao espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial, bem como ao leito e ao subsolo desse mar (art. 2º). *Alternativa C*.

II. Direito dos Tratados

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Ao longo da história, empregaram-se diversas denominações para designar o Direito Internacional. Os romanos utilizavam a expressão *ius gentium* (direito das gentes ou direito dos povos). Entretanto, pode-se afirmar que foi na Europa Ocidental do século XVI que o Direito Internacional surgiu nas suas bases modernas. A Paz de Vestfália (1648) é considerada o marco do início do Direito Internacional, ao viabilizar a independência de diversos estados europeus. O Direito Internacional Público surgiu com o Estado Moderno. Quando da formação da Corte Internacional de Justiça, após a II Guerra Mundial, indagou-se quais seriam as normas que poderiam instrumentalizar o exercício da jurisdição internacional (fontes do Direito Internacional Público). Assim, o Estatuto da Corte Internacional de Haia, no art. 38, arrolou as fontes das normas internacionais. Com relação ao Direito Internacional, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

4869. Os tratados internacionais constituem importante fonte escrita do Direito Internacional, a qual vale para toda a comunidade internacional, tenha havido ou não a participação de todos os países nesses tratados.

RESPOSTA Diferentemente do que está na assertiva, os **tratados internacionais** desencadeiam efeitos às partes *signatárias* deles entre obrigações e prerrogativas. Produzem, ensina Rezek, "sobre toda a comunidade internacional o mero efeito da exortação ao reconhecimento (...), repercutem sobre terceiros não como normas jurídicas, mas como fatos" (*Direito internacional público*, p. 109). *Errada*.

4870. O elemento objetivo que caracteriza o costume internacional é a prática reiterada, não havendo necessidade de que o respeito a ela seja uma prática necessária (*opinio juris necessitatis*).

RESPOSTA Segundo Rezek, o costume tem dois elementos, o **material**, "qual seja a prática – a repetição, ao longo do tempo, de certo modo de proceder ante determinado quadro de fato –, e de elemento **subjetivo**, qual seja a convicção de que assim se procede não sem motivo, mas por ser necessário, justo, e consequentemente jurídico" (*Direito internacional público*, p. 148). Assim, no *subjetivo* há a *opinio juris*. *Errada*.

4871. Não existe hierarquia entre os princípios gerais do direito e os costumes internacionais.

RESPOSTA Observado o Estatuto da Corte de Haia de 1920 (*ou* do Tribunal Internacional de Justiça), especificamente seu art. 38, "segundo o rol apresentado, o *tratado internacional*, o *costume internacional* e os *princípios de Direito* são fontes do Direito Internacional. Entre eles não há hierarquia formal" (BRAGA, *Direito internacional público e privado*, p. 24). *Certa*.

4872. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Com relação aos tratados internacionais, assinale a opção correta.

(A) Para que tenham validade no âmbito do direito internacional, os tratados internacionais devem ser sempre aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

(B) No direito internacional público, a coação de um Estado pela ameaça ou emprego da força pode dar causa à nulidade absoluta de um tratado internacional.

(C) A entrada em vigor de um tratado internacional com mais de duas partes apenas se dá a partir do momento em que todas as partes tenham concluído o processo de ratificação, não surtindo efeito para nenhuma delas antes que todas tenham concluído esse processo.

(D) Apesar de não ter ratificado a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969, o Brasil observa seu conteúdo como costume internacional e, portanto, como fonte de direito internacional público.

(E) Quando assinado pelo presidente da República, o tratado internacional cria obrigações jurídicas para o Brasil a partir do momento da assinatura, sendo dispensada, apenas neste caso, a ratificação.

RESPOSTA Segundo o art. 52, Decreto n. 7.030/2009, que promulgou a **Convenção de Viena sobre Tratados** (1969), quanto à coação de um Estado pela ameaça ou emprego da força é nulo um tratado cuja conclusão foi obtida pela ameaça ou o emprego da força em violação dos princípios de Direito Internacional incorporados na Carta das Nações Unidas. *Alternativa B*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) No que concerne às fontes de direito internacional, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

4873. Em 2008, a Comissão de Direito Internacional da ONU finalizou seu projeto de artigos sobre reservas a tratados.

RESPOSTA Segundo o site da *International Law Comission* da ONU <http://www.un.org/law/ilc/>, o projeto de artigos sobre reservas a tratados ainda não foi finalizado, portanto *errada* a assertiva.

4874. O princípio do objetor persistente refere-se à não vinculação de um Estado para com determinado costume internacional.

RESPOSTA O que se quer dizer com *objetor persistente* é quando um Estado se opõe ou cria *objeção* a determinado costume ou regra consuetudinária, pois, como afirma Rezek, "não se formam costumes internacionais – assim como não se celebram tratados internacionais – por vontade unilateral. Impõe-se o consentimento" (*Direito internacional público*, p. 151). *Certa*.

4875. Costumes podem revogar tratados e tratados podem revogar costumes.

RESPOSTA Segundo lição de Rezek, "não há desnível hierárquico entre normas costumeiras e normas convencionais. Um tratado é idôneo para derrogar, entre as partes celebrantes, certa norma costumeira. De igual modo, pode o costume derrogar a norma expressa em tratado" (*Direito internacional público*, p. 154). *Certa*.

4876. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Com relação aos tratados internacionais, assinale a opção correta à luz da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969.

(A) Ainda que a existência de relações diplomáticas ou consulares seja indispensável à aplicação de um tratado, o rompimento dessas relações, em um mesmo tratado, não afetará as relações jurídicas estabelecidas entre as partes.

(B) Uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento

de um tratado.

(C) Reserva constitui uma declaração bilateral feita pelos Estados ao assinarem um tratado.

(D) Apenas o chefe de Estado pode celebrar tratado internacional.

RESPOSTA De acordo com a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados – CVDT de 1969, art. 27 (Decreto n. 7.030/2009). *Alternativa B*.

4877. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Tratados são, por excelência, normas de direito internacional público. No modelo jurídico brasileiro, como nas demais democracias modernas, tratados passam a integrar o direito interno estatal, após a verificação de seu ***iter*** de incorporação. A respeito dessa temática, assinale a opção correta, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro.

(A) Uma vez ratificados pelo Congresso Nacional, os tratados passam, de imediato, a compor o direito brasileiro.

(B) Aprovados por decreto legislativo no Congresso Nacional, os tratados podem ser promulgados pelo presidente da República.

(C) Uma vez firmados, os tratados relativos ao MERCOSUL, ainda que criem compromissos gravosos à União, são automaticamente incorporados visto que são aprovados por parlamento comunitário.

(D) Após firmados, os tratados passam a gerar obrigações imediatas, não podendo os Estados se eximir de suas responsabilidades por razões de direito interno.

RESPOSTA Ciência do art. 49, I, c/c art. 84, VIII, todos da CF. *Alternativa B*.

4878. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta quanto ao direito dos tratados.

(A) Os tratados, segundo a Convenção de Viena sobre direito dos tratados, podem ser escritos ou orais.

(B) A aplicação provisória de tratados, embora alguns Estados a pratiquem, não está prevista na Convenção de Viena sobre direito dos tratados.

(C) De acordo com a Convenção de Viena sobre direito dos tratados, um tratado pode proibir expressamente a formulação de reservas.

(D) O recurso aos trabalhos preparatórios inclui-se na Regra Geral de Interpretação disposta na Convenção de Viena sobre direito dos tratados.

RESPOSTA De acordo com a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969, art. 19, *a* (Decreto n. 7.030/2009). *Alternativa C*.

4879. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Com relação a tratados, acordos e convenções no âmbito do direito internacional, assinale a opção correta.

(A) Tratado é todo acordo internacional concluído apenas entre Estados e regulado pelo direito internacional.

(B) A extinção de um tratado por ab-rogação ocorre sempre que a intenção terminativa emana de uma das partes por ele obrigadas.

(C) A Convenção de Viena de 1969 destina-se a regular toda a legislação relacionada com as organizações internacionais.

(D) O Brasil submete-se à jurisdição de tribunal penal internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

RESPOSTA (A) A CVDT de 1969 definiu **tratado** como um acordo internacional concluído por escrito *entre Estados* e regido pelo Direito Internacional. Em 1986 foi assinada em Viena uma convenção para complementar a primeira, incluindo o *tratado*

entre Estados e Organizações Internacionais ou *entre Organizações Internacionais*. (B) Não está prevista na CVDT de 1969 a *ab-rogação* (revogação total) por "intenção terminativa" emanada de *uma das partes*. *Vide* seu art. 59-1. (C) A CVDT de 1969 codificou o direito dos tratados, sendo complementada, posteriormente, pela Convenção de Viena de 1986. (D) Art. 5º, § 4º, CF. *Alternativa D*.

4880. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** No texto da Convenção de Viena de 1969, tratado internacional é definido como

(A) acordo de vontades entre particulares de diferentes nacionalidades.
(B) negócio jurídico lícito, tal como previsto no Código Civil brasileiro.
(C) acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo direito internacional.
(D) sentença prolatada por tribunal internacional.
(E) ato unilateral de imposição de uma norma de um país a outro.

RESPOSTA De acordo com o conceito legal previsto no art. 2º, item 1, *a*, da Convenção de Viena de 1969 (Decreto n. 7.030/2009). *Alternativa C*.

4881. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** A aplicação provisória de tratados

(A) somente termina com a anuência de todos os Estados-partes.
(B) é disciplinada por artigo da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, o qual é objeto de reserva por parte do Brasil.
(C) é possível, em alguns casos, consoante a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, após a entrada em vigor do tratado.
(D) somente é permitida em relação a todo o texto do tratado.
(E) deve ser expressamente prevista no tratado.

RESPOSTA De acordo com Decreto n. 7.030/2009 (Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados). (A) Art. 25, 2. (B) Art. 1º. (C) Art. 25, 1. (D) Art. 25, 1. (E) Art. 25, 1, *b*. *Alternativa B*.

4882. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** O Estado regulamenta a convivência social em seu território por meio de legislação nacional, e a comunidade internacional também cria regras, que podem conflitar com as nacionais. A respeito das correntes doutrinárias que procuram proporcionar solução para o conflito entre as normas internas e as internacionais, assinale a opção correta.

(A) A corrente monista e a dualista apresentam as mesmas respostas para o conflito entre as normas internas e as internacionais.
(B) Nenhum país adota a corrente doutrinária monista.
(C) Consoante a corrente monista, o ato de ratificação de tratado gera efeitos no âmbito nacional.
(D) De acordo com a corrente dualista, o direito interno e o direito internacional convivem em uma única ordem jurídica.
(E) De acordo com a corrente monista, a norma interna sempre prevalece sobre a internacional.

RESPOSTA A corrente monista exige um ato de ratificação para o Estado expressar seu consentimento em relação a determinado acordo internacional, gerando, imediatamente, direitos e obrigações em âmbito nacional. No entanto, para a corrente dualista, além da ratificação, é imprescindível outra formalidade prevista em seu ordenamento interno. *Alternativa C*.

4883. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Considerando aspectos relacionados à ratificação, registro, efeitos, vigência e promulgação dos tratados, assinale a opção correta.

(A) Os tratados que, concluídos pelos membros da ONU, não tenham sido devidamente registrados e publicados no secretariado desse organismo internacional não podem ser invocados, pelas partes,

perante qualquer órgão da organização.

(B) Por criarem ou modificarem situações jurídicas objetivas, os tratados somente produzem efeitos entre as partes.

(C) Considera-se vigência diferida o método segundo o qual os tratados entram em vigor simultaneamente ao término da negociação e ao consentimento definitivo das partes envolvidas.

(D) No Brasil, os tratados entram em vigor após a promulgação dos decretos legislativos mediante os quais o Congresso Nacional se manifesta favoravelmente à sua aprovação.

(E) A ratificação de um tratado, como expressão definitiva do consentimento das partes, é etapa imprescindível, somente consumada mediante a entrega mútua do instrumento escrito por ocasião de sua assinatura formal.

RESPOSTA De acordo com o § 2º do art. 102 da Carta da ONU, **nenhuma parte** em qualquer tratado ou acordo internacional que não tenha sido registrado de conformidade com as disposições do § 1º deste artigo poderá invocar tal tratado ou acordo perante qualquer órgão das Nações Unidas. *Alternativa A*.

III. Nacionalidade e Estrangeiros

4884. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Considerando o conceito de nacionalidade e o Estatuto da igualdade entre portugueses e brasileiros, assinale a opção correta.

(A) A CF considera brasileiros natos, independentemente de formalidades, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil.

(B) Além das condições previstas no texto constitucional, somente lei complementar pode estabelecer novos casos em que se exija a condição de brasileiro nato para a ocupação de cargos, empregos e funções públicas.

(C) A exemplo dos países que se formaram a partir de grande contingente de imigrantes, o Brasil adota predominantemente o critério do *jus sanguinis* para definição da nacionalidade, admitindo, porém, em situações específicas, a aplicação do *jus soli*.

(D) A situação do cidadão português que, no Brasil, seja admitido no regime de igualdade plena previsto na Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, é idêntica à do brasileiro naturalizado.

(E) O brasileiro nato e o brasileiro naturalizado que exerçam atividade contrária ao interesse nacional estão sujeitos à perda da nacionalidade, mediante processo judicial, assegurada ao réu ampla defesa.

RESPOSTA São brasileiros natos, de acordo com a CF, entre outras hipóteses previstas no art. 12, os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país (inciso I, alínea *a*). *Alternativa A*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Em relação à condição jurídica do estrangeiro e aos direitos de nacionalidade, julgue os itens que se seguem (certo ou errado).

4885. É privativo de brasileiro nato o cargo de governador de estado.

RESPOSTA De acordo com o § 3º do art. 12, CF, são privativos de brasileiro nato os cargos: I – de Presidente e Vice-Presidente da República; II – de Presidente da Câmara dos Deputados; III – de Presidente do Senado Federal; IV – de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V – da carreira diplomática; VI – de oficial das Forças Armadas; VII – de Ministro de Estado da Defesa. *Errada*.

4886. A reciprocidade é pré-condição para que aos portugueses com residência permanente no país sejam atribuídos direitos inerentes ao brasileiro.

RESPOSTA De acordo com o § 1º do art. 12, CF, aos portugueses com residência permanente no País, se houver

reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição. *Certa*.

4887. O visto consular, concedido a autoridades consulares a serviço de Estado estrangeiro no Brasil e a seus familiares, é expressamente previsto no Estatuto do Estrangeiro.

RESPOSTA De acordo com o art. 4º, Lei n. 6.815/80 – Estatuto do Estrangeiro –, as espécies de vistos previstas são: I – de trânsito; II – de turista; III – temporário; IV – permanente; V – de cortesia; VI – oficial; e VII – diplomático. *Errado*.

4888. O direito brasileiro veda a deportação de estrangeiro acusado da prática de crime político.

RESPOSTA De acordo com a previsão da Lei n. 6.815/80, art. 63, c/c art. 77, VII. *Certa*.

4889. É expressamente proibida pela CF a extradição ou entrega de brasileiro nato a autoridades estrangeiras.

RESPOSTA De acordo com o inciso LI do art. 5º, CF, nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. O Estatuto do Estrangeiro reitera as condições da extradição no seu art. 77 e a respeito da *entrega* nos arts. 90 e 91. *Errado*.

4890. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Acerca da condição jurídica dos estrangeiros e dos nacionais no direito brasileiro, assinale a opção correta.

(A) A CF dispõe expressamente sobre a possibilidade de expulsão do estrangeiro que praticar atividade nociva à ordem pública e ao interesse nacional, salvo se estiverem presentes, simultaneamente, os seguintes requisitos: cônjuge brasileiro e filho brasileiro dependente da economia paterna.

(B) O Brasil, por ter ratificado integralmente o Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, tem o compromisso de entregar ao tribunal os indivíduos contra os quais tenham sido expedidos pedidos de detenção e entrega, mesmo que eles possuam, originariamente, nacionalidade brasileira.

(C) Os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos são automaticamente considerados brasileiros naturalizados, independentemente de qualquer outra condição ou exigência.

(D) É vedada a extradição de nacionais, salvo em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, em terrorismo ou em crimes definidos, em lei, como hediondos.

RESPOSTA De acordo com a CF (art. 5º, § 4º) e Estatuto de Roma (Decreto n. 4.388/2002), art. 89. *Alternativa B*.

4891. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** No que concerne à perda e à reaquisição da nacionalidade brasileira, assinale a opção correta.

(A) Eventual pedido de reaquisição de nacionalidade feito por brasileiro naturalizado será processado no Ministério das Relações Exteriores.

(B) A reaquisição de nacionalidade brasileira é conferida por lei de iniciativa do presidente da República.

(C) Em nenhuma hipótese, brasileiro nato perde a nacionalidade brasileira.

(D) Brasileiro naturalizado que, em virtude de atividade nociva ao Estado, tiver sua naturalização cancelada por sentença judicial só poderá readquiri-la mediante ação rescisória.

RESPOSTA (A) A participação do Ministério das Relações Exteriores é apenas facultativa, segundo o art. 37, Lei n. 818/49. O

pedido será processado no Ministério da Justiça (art. 36, § 1º, Lei n. 818/49). (B) A reaquisição é conferida por decreto. (C) O brasileiro nato pode perder a nacionalidade brasileira, *vide* § 4º do art. 12, CF. (D) Art. 12, § 4º, I, CF, c/c art. 485, CPC. *Alternativa D*.

4892. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** De acordo com a Constituição Federal, ocorrerá a perda da nacionalidade brasileira quando

(A) o brasileiro residente no exterior adquirir outra nacionalidade, por naturalização voluntária.

(B) a brasileira residente no exterior contrair matrimônio com estrangeiro.

(C) a brasileira naturalizada residente no Brasil divorciar-se do cônjuge brasileiro.

(D) o brasileiro tiver reconhecida outra nacionalidade originária por Estado estrangeiro que adota o critério do *jus sanguinis*.

RESPOSTA As situações de perda da nacionalidade brasileira estão previstas no § 4º do art. 12, CF, entre elas, adquirir outra nacionalidade, observadas as exceções (inciso II). *Alternativa A*.

4893. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** Raul, de nacionalidade italiana, foi condenado, pelo Juízo da 1ª Vara Federal do Estado do Espírito Santo, à pena de quatro anos de reclusão, como incurso nas sanções do art. 304 (uso de documento falso) combinado com o art. 71 (crime continuado) do Código Penal (CP), cuja sentença resultou confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela defesa. Tendo por base tal condenação, o Ministério da Justiça instaurou processo administrativo, culminando na expedição do decreto de expulsão datado de 29/7/1994 e publicado no Diário Oficial da União em 30/7/1994, na conformidade do art. 65 da Lei n. 6.815, de 19/8/1980. Por sentença prolatada em 5/9/1994, o juiz da 1ª Vara Federal do Estado do Espírito Santo, acolhendo manifestação do Ministério Público, houve por bem declarar extinta a punibilidade de Raul, conforme o art. 107, IV, do CP. Como é sabido, a expulsão de estrangeiro é ato de soberania, discricionário e político-administrativo de defesa do Estado, da competência privativa do presidente da República, a quem incumbe o juízo de conveniência e oportunidade da decretação do ato expulsório ou de sua revogação. Em face da situação hipotética e dos esclarecimentos apresentados, os efeitos do decreto de expulsão seriam obstruídos por meio da impetração, perante o STF, de

(A) mandado de segurança contra ato do presidente da República, alegando-se a ilegalidade do ato expulsório por ter o expulsando filha brasileira sob sua guarda e dependência econômica, cujo reconhecimento se operou em 28/7/1994.

(B) *habeas corpus*, sendo coator o presidente da República, para impugnar o decreto expulsório em virtude de o expulsando possuir residência e emprego fixos no Brasil há mais de dez anos.

(C) mandado de segurança contra ato do presidente da República, por haver sido decretada judicialmente a extinção da punibilidade do crime que ensejou o processo administrativo de expulsão.

(D) *habeas corpus*, sendo coator o presidente da República, para impugnar o decreto expulsório por comprovado cerceamento de defesa do expulsando no curso do processo administrativo de expulsão.

RESPOSTA De acordo com a previsão da CF (art. 102, I, *i*). *Alternativa D*.

4894. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** Caso seja requerida ao governo da República Federativa do Brasil a extradição de um indivíduo por um Estado soberano, esse pedido não será concedido se o extraditando for

I. brasileiro nato.
II. brasileiro naturalizado e houver praticado crime comum após a naturalização.
III. brasileiro naturalizado e tiver participação comprovada em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei, após a naturalização.
IV. português amparado pelo Estatuto da Igualdade, desde que a extradição tenha sido requerida pelo governo português, pela prática de crime comum.
V. estrangeiro casado com brasileiro há mais de cinco anos ou com prole brasileira sob sua guarda ou dependência econômica.

Estão certos apenas os itens
(A) I, II e III.
(B) I, II e IV.
(C) II, III e V.
(D) III, IV e V.

RESPOSTA De acordo com os incisos LI e LII do art. 5º, CF, **nenhum brasileiro será extraditado**, *salvo o naturalizado*, em caso de crime comum, praticado *antes* da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei; não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião. *Vide* Súmula 421, STF e § 1º do art. 12, CF. *Alternativa B*.

4895. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Em referência aos institutos da extradição, expulsão e deportação, assinale a opção correta.

(A) Conforme a jurisprudência do STF, o decreto de expulsão, de cumprimento subordinado à prévia execução da pena imposta pelo ordenamento jurídico brasileiro, não constitui empecilho ao livramento condicional de estrangeiro condenado. A análise dos requisitos para a concessão do livramento condicional não ultrapassa os limites do procedimento sumário e documental do *habeas corpus*.
(B) O estrangeiro, enquanto não se efetivar a deportação, poderá ser recolhido à prisão por ordem do ministro da justiça, pelo prazo improrrogável de sessenta dias, sendo vedado dispensá-lo de penalidades relativas à entrada ou estada irregular no território brasileiro ou de qualquer outra formalidade, ainda que isso possa dificultar a deportação.
(C) Tratando-se de cooperação internacional para a repressão a atos de criminalidade comum, a existência de vínculos conjugais ou familiares do extraditando com pessoas de nacionalidade brasileira qualifica-se como causa obstativa da extradição.
(D) A prisão do súdito estrangeiro não constitui pressuposto indispensável ao regular processamento da ação de extradição passiva, sendo-lhe aplicáveis, para a sua válida decretação, os pressupostos e os fundamentos referidos no Código de Processo Penal para a prisão preventiva.
(E) O sistema de contenciosidade limitada não permite, ordinariamente, indagação probatória pertinente ao ilícito criminal cuja persecução, no exterior, justifica a demanda extradicional perante o STF, salvo em caso de pedido de extradição de brasileiro naturalizado por tráfico de entorpecentes e drogas afins, praticado antes ou depois da naturalização.

RESPOSTA De acordo com a posição do STF, “o sistema de contenciosidade limitada, que caracteriza o regime jurídico da extradição passiva no direito positivo brasileiro, não permite, ordinariamente, qualquer indagação probatória pertinente ao ilícito criminal cuja persecução, no exterior, justifica o ajuizamento da demanda extradicional perante o Supremo Tribunal Federal, ressalvada a hipótese prevista no inciso LI do art. 5º da Constituição da República (‘(...) salvo o naturalizado, em caso (...) de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei’)” (Ext 1.121/Estados Unidos da América). *Alternativa E*.

4896. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da condição jurídica dos estrangeiros.

(A) O Brasil admite a concessão tanto do asilo diplomático quanto do asilo territorial.

(B) Somente é passível de expulsão do território brasileiro o estrangeiro que sofra condenação por crimes que atentem contra a segurança nacional ou a ordem política ou social.

(C) Segundo o direito internacional costumeiro, nenhum Estado tem o direito de negar visto para o ingresso de estrangeiro em seu território, seja em definitivo, seja a título temporário.

(D) A deportação, como forma de exclusão do estrangeiro do território brasileiro, somente se efetiva mediante ato que, exarado pelo ministro de Estado da Justiça, impeça o retorno do deportado ao país.

(E) A CF dispõe que o brasileiro naturalizado somente pode ser extraditado em caso de crime comum ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, desde que, em ambos os casos, os crimes tenham sido praticados antes da naturalização.

RESPOSTA De acordo com o inciso X do art. 4º, CF, o Brasil admite a concessão de **asilo político** e que seria um estágio provisório para o **asilo territorial**, que é o acolhimento pelo Estado de estrangeiro em seu território. O Brasil também admite o **asilo diplomático**, regra costumeira e regulado por tratados regionais. É quando uma embaixada brasileira instalada no exterior aceita estrangeiro perseguido, também denominado asilo extraterritorial. *Alternativa A*.

4897. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Acerca do direito internacional atinente a nacionalidade e a extradição, assinale a opção correta.

(A) Nacionalidade é o vínculo entre o indivíduo e a nação.

(B) Considere que, durante uma viagem de navio, um casal de argentinos, que deixara seu país rumo a um passeio pelo Caribe, tenha uma criança no momento em que o navio transite no mar territorial brasileiro. Nessa situação, a criança terá nacionalidade brasileira.

(C) A perda da nacionalidade brasileira somente poderá ocorrer caso haja aquisição de outra nacionalidade por naturalização voluntária.

(D) A extradição é um ato estatal que obriga o estrangeiro a sair do território nacional, ao qual não poderá mais retornar.

RESPOSTA (A) De acordo com a doutrina, **nacionalidade** é o vínculo jurídico-político do indivíduo com o Estado. (B) Art. 12, I, *a*, CF. (C) Art. 12, § 4º, CF. (D) A hipótese da assertiva é de **expulsão**. *Alternativa B*.

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Em outubro de 1998, o general Augusto Pinochet, ex-presidente do Chile, foi preso em Londres por autoridades britânicas após a decisão de um magistrado espanhol. Em outubro do mesmo ano, uma corte inglesa decidiu sobre a prisão de Pinochet analisando a questão da imunidade de chefe de Estado, os crimes de tortura e genocídio por ele perpetrados quando presidente do Chile e os tratados internacionais dos quais a Inglaterra é signatária.

Ainda de acordo com a doutrina e a legislação pertinente, e com base no texto acima, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

4898. Em tese, teria sido possível a prisão de Pinochet no Brasil, em decorrência de o país aceitar, atendidos determinados requisitos, o princípio da justiça universal, expressão do princípio da extraterritorialidade na persecução penal.

RESPOSTA O **princípio da justiça universal**, previsto na alínea *a* do inciso II do art. 7º do Código Penal brasileiro preconiza o poder de cada Estado soberano de punir qualquer crime, seja qual for a nacionalidade do delinquente e da vítima, ou o local da sua prática. Interpreta-se como uma exceção ao *princípio da territorialidade* da lei penal, ou seja, expressão do **princípio da extraterritorialidade**. *Certa*.

4899. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** As missões diplomáticas e as chancelarias são importantes órgãos das relações entre os Estados soberanos. Acerca de agentes diplomáticos, é correto afirmar que

(A) são designados pelo Estado de envio ou Estado acreditado.
(B) possuem imunidades perante a jurisdição local, já que podem ser retirados a qualquer tempo por ato unilateral do Estado acreditado.
(C) não podem figurar em processos criminais como réus nas jurisdições locais, embora sejam obrigados a fazê-lo como testemunha.
(D) os Estados acreditados têm poder discricionário quanto à aceitação de chefes de missão diplomática, podendo deixar de conceder o *agreement*.
(E) núncios apostólicos são agentes diplomáticos atípicos, pois, como sacerdotes, não possuem imunidades previstas na Convenção de Viena de 1961 sobre relações diplomáticas.

RESPOSTA Segundo o art. 4º da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961), o Estado acreditante deverá certificar-se de que a pessoa que pretende nomear como Chefe da Missão perante o Estado acreditado obteve o *agreement* do referido Estado. E o Estado acreditado não está obrigado a dar ao Estado acreditante as reações da negação do *agreement*. *Alternativa D*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Um diplomata brasileiro, servindo em um Estado estrangeiro, contraiu empréstimo em um banco oficial desse Estado, a fim de quitar dívidas escolares de seu filho, que com ele reside e dele depende financeiramente, mas não pagou a dívida. A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

4900. Em virtude do não pagamento da dívida, o diplomata brasileiro pode ser declarado *persona non grata* pelo Estado estrangeiro, desde que seja previamente submetido ao devido processo legal.

RESPOSTA Segundo o art. 9º da Convenção de Viena de Relações Diplomáticas (Decreto n. 56.435/65), "o Estado acreditado poderá a qualquer momento, e sem ser obrigado a justificar a sua decisão, notificar ao Estado acreditante que o Chefe da Missão ou qualquer membro do pessoal diplomático da Missão é *persona non grata*"; não há a exigência, assim, do *devido processo legal*, por ser ato discricionário. *Errada*.

4901. O Estado brasileiro pode ser responsabilizado internacionalmente, em tribunal internacional, em virtude do não pagamento da dívida pelo diplomata.

RESPOSTA Como personificam a representatividade de um Estado, é possível sim que este seja responsabilizado, internacionalmente, em tribunal internacional, pelos atos de seus diplomatas. *Certa*.

4902. Se o filho em questão tiver nascido no referido Estado estrangeiro, ele será brasileiro nato, desde que venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

RESPOSTA Segundo a alínea *c* do inciso I do art. 12, CF, **são brasileiros** os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, **depois de atingida a maioridade**, pela nacionalidade brasileira. Este último requisito não se faz presente na assertiva, portanto *errada.*

4903. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** A respeito de imunidade de jurisdição e execução do Estado estrangeiro no Brasil, assinale a opção correta.

(A) A execução de bens de Estados estrangeiros somente é possível no caso de expressa renúncia por parte do executado.

(B) O Brasil é parte na Convenção sobre Imunidade de Jurisdição entre países do MERCOSUL.

(C) Estados diretamente envolvidos com atividade terrorista comprovada por decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas não gozam de imunidade de jurisdição.

(D) As regras costumeiras sobre imunidade dos Estados reconhecidas pelo Brasil aplicam-se também às organizações internacionais.

(E) A imunidade de jurisdição é absoluta no Brasil para casos que envolvam reclamações trabalhistas.

RESPOSTA Já decidiu o STF que pela aplicação da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, nos termos que dizem respeito a imunidade de jurisdição atribuída a seus agentes diplomáticos, por exemplo, para afastar-se a imunidade de jurisdição relativa a ação ou a execução (entendida esta em sentido amplo), é necessário renúncia expressa por parte do Estado estrangeiro (ACI 9.705/SP). *Alternativa A*.

V. Tribunais Internacionais e Arbitragem

4904. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** A arbitragem constitui-se em método previsto no direito internacional e no direito brasileiro para a resolução de controvérsias. A legislação brasileira que trata da arbitragem foi elaborada tendo como parâmetro o modelo de arbitragem internacional das Nações Unidas. Assinale a opção correta, tendo como parâmetro a lei que regula, no Brasil, a arbitragem (Lei n. 9.307/1996).

(A) A escolha dos árbitros é feita pelo magistrado da causa.

(B) A sentença arbitral não está sujeita à homologação do Poder Judiciário para surtir efeitos entre as partes.

(C) Qualquer matéria está sujeita à arbitragem no Brasil.

(D) O árbitro é escolhido entre os magistrados de carreira da comarca onde a contenda surgir.

(E) A arbitragem pode ser compulsória, nos casos previstos em lei.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 9.307/96. (A) Art. 13, § 1º. (B) Art. 18. (C) Art. 1º. (D) Art. 13. (E) Art. 1º c/c art. 3º. *Alternativa B*.

4905. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da atuação das cortes internacionais e dos sistemas de solução de controvérsias entre Estados.

(A) A Corte Internacional de Justiça de Haia, como verdadeira corte mundial, é dotada de jurisdição obrigatória, de modo que todos os membros da ONU, se acionados em um caso concreto por outro membro, não se podem furtar ao julgamento daquela entidade.

(B) Devido ao princípio constitucional de não intervenção, o Brasil não reconhece a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, que prevê a entrega de nacionais para julgamento perante essa corte.

(C) O Órgão de Apelação da OMC foi estabelecido na década passada pelo Acordo de Marraqueche, que criou aquela organização. O sistema de solução de controvérsias do antigo GATT possuía apenas uma etapa de painéis, de cujas decisões não cabia recurso.

(D) Como órgão de instância regional, o Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL está subordinado ao Órgão de Apelação da OMC, como pôde ser verificado na disputa “Argentina – Medidas antidumping às importações de frangos do Brasil”.

(E) Indivíduos e empresas podem acionar diretamente os tribunais arbitrais *ad hoc* do MERCOSUL, mas não o seu Tribunal Permanente de Revisão.

RESPOSTA O Órgão de Solução de Controvérsias (também conhecido como de Apelação) da OMC (Organização Mundial do

Comércio) foi criado pelo Tratado de Marraqueche, adotando-se um sistema de solução de conflitos mais claro e organizado do que o que existia antes no GATT. *Alternativa C*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) No Direito Internacional, há necessidade de previsões normativas para os períodos pacíficos e para os períodos turbulentos de conflitos e litígios. A Carta das Nações Unidas e outras convenções internacionais procuram tratar dos mecanismos de resolução de conflitos, bem como disciplinam a ética dos conflitos bélicos e a efetiva proteção dos direitos humanos em ocasiões de conflitos externos ou internos. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir, relativos à jurisdição internacional, aos conflitos internacionais e ao direito penal internacional.

4906. Na Carta das Nações Unidas (Carta de São Francisco), admite-se que qualquer litígio seja resolvido por meio de conflitos armados, desde que autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU.

RESPOSTA Dentre os fins da Carta da ONU (Carta de *São Francisco*, 1945, pós-Segunda Guerra Mundial) está, justamente, "que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum", uma das ideias centrais desse documento. Assim, não será qualquer litígio que será resolvido por meio de conflitos armados, tão somente a exceção. *Errada*.

4907. No Direito Internacional, há muito tempo, existem as cortes que atuam para a solução de conflitos entre os Estados, como é o caso da Corte Internacional de Justiça. Entretanto, há fato inédito, no Direito Internacional, quanto à criminalização supranacional de determinadas condutas, com a criação do TPI, tribunal *ad hoc* destinado à punição de pessoas que pratiquem, em período de paz ou de guerra, qualquer crime contra indivíduos.

RESPOSTA O Tribunal Penal Internacional – TPI, criado pelo Estatuto de Roma de 1998, é um **tribunal permanente**, portanto não é *ad hoc*, ou seja, convocado unicamente para apreciar questões que motivaram determinada disputa. *Errada*.

4908. A ONU deve exercer papel relevante na resolução de conflitos, podendo, inclusive, praticar ação coercitiva para a busca da paz.

RESPOSTA O Capítulo VII da Carta da ONU (1945) trata de ações em caso de ameaça à paz, e, se as medidas tomadas sem envolver o emprego de forças armadas se demonstrarem inadequadas, será possível, então, o seu uso. *Certa*.

4909. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Acerca de tribunais internacionais e de sua repercussão, assinale a opção correta.

(A) O Estatuto de Roma não permite reservas nem a retirada dos Estados-membros do tratado.

(B) O Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, estabelece uma diferença entre entrega e extradição, operando a primeira entre um Estado e o mencionado tribunal e a segunda, entre Estados.

(C) O Tribunal Penal Internacional prevê a possibilidade de aplicação da pena de morte, ao passo que a Constituição brasileira proíbe tal aplicação.

(D) O § 4º do art. 5º da Constituição Federal prevê a submissão do Brasil à jurisdição de tribunais penais internacionais e tribunais de direitos humanos.

RESPOSTA De acordo com o Estatuto de Roma (Decreto n. 4.388/2002). (A) Art. 120 c/c art. 127 (prevê a retirada do Estatuto de qualquer Estado-parte). (B) Art. 89. (C) Art. 77 (as penas previstas são a prisão – perpétua ou até 30 anos –, multa e a perda de bens provenientes do crime). (D) Art. 5º, § 4º, CF (o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão). *Alternativa B*.

4910. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** O Tribunal Penal Internacional, que revolucionou a proteção dos direitos fundamentais e o conceito de soberania, tem competência para julgar crimes contra a humanidade e crimes de guerra, de genocídio e de agressão. De acordo com o Tratado de

Roma, qualquer ato praticado, com consciência, como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra população civil é considerado crime contra a humanidade. Nesse contexto, constitui ato qualificado como crime contra a humanidade

(A) a deportação ou transferência forçada de populações.
(B) a morte ou o ferimento de adversários que se tenham rendido.
(C) a adoção de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo.
(D) a organização de tribunais de exceção.
(E) o recrutamento de crianças com menos de quinze anos de idade.

RESPOSTA De acordo com o art. 7º do Estatuto de Roma (Decreto n. 4.388/2002), entende-se por **crime contra a humanidade** qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque, a deportação ou transferência forçada de uma população (alínea *d*). *Alternativa A*.

4911. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correspondente a entidade à qual cabe solicitar pareceres consultivos à Corte Internacional de Justiça, desde que autorizado pela Assembleia Geral da ONU.

(A) Organização Mundial da Saúde.
(B) tribunal constitucional de Estados.
(C) parlamento de Estados.
(D) tribunal internacional especializado.
(E) Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

RESPOSTA De acordo com o art. 96 da Carta das Nações Unidas, itens 1 e 2, a Assembleia Geral ou o Conselho de Segurança poderá solicitar parecer consultivo da **Corte Internacional de Justiça** sobre qualquer questão de ordem jurídica. Outros órgãos das Nações Unidas e entidades especializadas, que forem em qualquer época devidamente autorizados pela Assembleia Geral, poderão também solicitar pareceres consultivos da Corte sobre questões jurídicas surgidas dentro da esfera de suas atividades. *Alternativa A*.

4912. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** No que se refere ao Tribunal Penal Internacional, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o Estatuto de Roma, esse tribunal tem competência expressa para julgar o terrorismo como crime contra a humanidade.
(B) As línguas de trabalho, nesse tribunal, são o inglês e o francês.
(C) Trata-se de organismo especializado da ONU.
(D) De acordo com o que prevê o Estatuto de Roma, esse tribunal pode decidir pela pena de morte em casos graves.
(E) Essa corte começou a funcionar em 1998, com a conclusão do Estatuto de Roma.

RESPOSTA De acordo com o art. 50, 2 (Decreto n. 4.388/2002), as línguas francesa e inglesa serão as línguas de trabalho do Tribunal. O Regulamento Processual definirá os casos em que outras línguas oficiais poderão ser usadas como línguas de trabalho. *Alternativa B*.

4913. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** No que tange ao espaço aéreo internacional, à nacionalidade das aeronaves e ao TPI, assinale a opção correta.

(A) O TPI poderá impor à pessoa condenada pelos crimes que afetem a humanidade no seu conjunto a pena de prisão perpétua, se o elevado grau de ilicitude e as condições pessoais do condenado o justificarem. Entretanto, esse tribunal poderá reexaminar a pena com vistas à sua redução quando o

condenado já tiver cumprido vinte e cinco anos de prisão.

(B) O Estado exerce, sobre os ares situados acima de seu território e de seu mar territorial, soberania, que só não é absoluta porque sofre restrição ditada por velha norma internacional: o direito, reconhecido em favor dos aviões civis, de passagem inocente, que deve ser contínua e rápida, proibindo-se tudo quanto não seja estritamente relacionado com o ato de passar pelo espaço aéreo.

(C) Segundo as regras internacionais, todo avião utilizado em tráfego internacional deve possuir pelo menos uma nacionalidade, determinada por seu registro ou matrícula. A aeronave poderá ter mais de uma matrícula – as de complacência –, mas, no caso de a companhia aérea ser controlada pelo Estado, e não por particulares, cada avião deverá possuir uma nacionalidade singular.

(D) O TPI, instituição permanente, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade e funções complementares às jurisdições penais nacionais, constitui corte internacional vinculada à ONU, não dispondo de personalidade jurídica própria.

(E) Nos termos do Estatuto de Roma, o TPI só poderá exercer os seus poderes e funções no território de qualquer Estado-parte, sendo-lhe defeso agir em relação a atos praticados no território dos Estados que não tenham subscrito o Estatuto.

RESPOSTA De acordo com o Estatuto de Roma, o TPI pode impor à pessoa condenada por um dos crimes previstos no presente Estatuto, entre outras penas, pena de prisão perpétua, se o elevado grau de ilicitude do fato e as condições pessoais do condenado o justificarem (art. 77, 1, *b*). No entanto, o TPI poderá reexaminar a pena, p. ex., quando a pessoa já tiver cumprido dois terços da pena, ou 25 anos de prisão em caso de pena de prisão perpétua (art. 110, 3). *Alternativa A.*

4914. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Considere que o Japão denuncie ao procurador do TPI crime contra a humanidade cometido pelo governo da China contra população do Tibet. Com base nessa situação hipotética e no Decreto n. 4.388/2002, que aprovou o Tratado de Roma, por meio do qual foi instituído o TPI, assinale a opção correta.

(A) O TPI é obrigado a aceitar denúncia oferecida pelo procurador.

(B) O Japão não poderia agir da forma descrita, pois só o Conselho da ONU pode apresentar denúncia ao procurador do TPI.

(C) Só a própria população do Tibet poderia formular representação ao procurador do TPI.

(D) O procurador apreciará a seriedade da informação, podendo recolher informações suplementares.

(E) O procurador é obrigado a denunciar o governo chinês.

RESPOSTA De acordo com o art. 15, item 2, Decreto n. 4.388/2002, o Procurador apreciará a seriedade da informação recebida. Para tal, poderá recolher informações suplementares junto aos Estados, aos órgãos da Organização das Nações Unidas, às Organizações Intergovernamentais ou Não Governamentais ou outras fontes fidedignas que considere apropriadas, bem como recolher depoimentos escritos ou orais na sede do Tribunal. *Alternativa D*.

4915. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Carlos, argentino, residente no Brasil, obteve laudo arbitral proferido pelo Uruguai, condenando Mendes, paraguaio residente no Brasil, ao pagamento de R$ 10.000,00. Com relação a essa situação hipotética e considerando os princípios básicos da cooperação e assistência jurisdicional que regem o MERCOSUL, organização internacional com personalidade jurídica própria e objetivos específicos, bem como o que dispõe o Protocolo de Las Leñas, documento básico de cooperação e assistência jurisdicional entre os países integrantes do MERCOSUL, assinale a opção correta.

(A) O litígio em questão deve ser resolvido entre o Uruguai e o Paraguai, não podendo ser trazido para o Brasil.

(B) Laudo arbitral homologado é título não executável no Brasil, óbice que não existiria caso se

tratasse de sentença homologada.

(C) Após a homologação do referido laudo, Carlos poderá cobrar a dívida no Brasil.

(D) O Protocolo de Las Leñas não prevê situações como a descrita na hipótese.

(E) Sem a devida homologação pelo STF, o citado laudo arbitral não tem valor jurídico no Brasil.

RESPOSTA De acordo com o Protocolo de las Leñas (Decreto n. 6.891/2009), as sentenças e os laudos arbitrais pronunciados nas jurisdições dos Estados-parte do MERCOSUL em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa terão eficácia extraterritorial nos Estados-parte quando reunirem as condições do art. 20 (art. 18 c/c art. 19). *Vide* art. 105, I, *i*, CF. *Alternativa C*.

VI. Sujeitos e Organizações Internacionais

4916. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** No protocolo constitutivo do parlamento do MERCOSUL, está expressamente estabelecido o princípio de

(A) promoção do acesso a medicamentos.

(B) trato especial e diferenciado a países de economias menores.

(C) promoção da diversidade linguística.

(D) repúdio ao terrorismo.

(E) cooperação dos povos para o progresso da humanidade.

RESPOSTA O art. 3º do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, promulgado pelo Decreto n. 6.105/2007, traz os **princípios** do Parlamento e dentre eles está aquele apontado pela alternativa B, portanto correta (item 7). *Alternativa B*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) A respeito do MERCOSUL e OMC, julgue os itens que se seguem (certo ou errado).

4917. O Órgão de Apelação da OMC é composto de juízes eleitos por tempo determinado.

RESPOSTA Segundo ensina Petina Gappah, o **Órgão de Apelação** foi instituído como um tribunal internacional permanente para examinar as apelações dos relatórios dos painéis da OMC. O art. 17.1 do DSU (*Understanding on Rules and Procedures Governing the Settlement of Disputes* – Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias) determina que o órgão deverá ser composto por sete pessoas, geralmente conhecidas como “Membros do Órgão de Apelação”, nomeadas por consenso entre todos os membros da OMC pelo período de quatro anos, renovável uma única vez (Solução de Controvérsias, 2003, p. 7-8). Inclusive, a ex-ministra do STF Ellen Gracie candidatou-se à vaga, mas não foi eleita. Portanto, a assertiva estaria *certa*. Porém, a banca julgou *errada* e não foi anulada.

4918. O Protocolo de Olivos dispõe sobre a solução de controvérsias no âmbito do MERCOSUL.

RESPOSTA O Protocolo de Olivos tem o seu nome completo como “Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no Mercosul”, aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo n. 712, de 14-10-2003, cujo texto fora concluído na cidade de Olivos, Argentina, em 18-2-2002. *Certa*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Pode-se fazer um paralelo entre a União Europeia e o MERCOSUL. Ambas as comunidades originam-se de processos de integração e buscam normatizar as suas relações por meio de um direito de integração. Entretanto, há enormes diferenças entre o direito regional do MERCOSUL e o direito comunitário europeu. Acerca desse tema, julgue os itens subsequentes, relativos ao direito de integração e ao MERCOSUL.

4919. O MERCOSUL garante, de forma semelhante à União Europeia, uma união econômica, monetária e política entre países.

RESPOSTA Diversamente da **União Europeia**, o MERCOSUL não é um *bloco econômico*, no sentido de *união monetária*, por exemplo. Enquanto os países integrantes da União Europeia têm a mesma moeda, o EURO, aqui cada país mantém a sua. O MERCOSUL trata mais de uma *união aduaneira*, *vide* o art. 1º do Tratado de Assunção. *Errada*.

4920. A adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados é um dos objetivos da criação do MERCOSUL.

RESPOSTA É o que estabelece o art. 1º do Tratado de Assunção: "este mercado comum implica: a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente". *Certa*.

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) É o direito internacional público uma espécie de direito? Essa natureza do direito internacional público tem sido desafiada por dois argumentos. O primeiro afirma que não há um poder central mundial com atividades típicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O segundo destaca a inexistência de uma sociedade internacional que compartilhe efetivamente valores de forma ampla e consensual. Apesar desses argumentos, verifica-se que os Estados nacionais não vivem de forma isolada, eles interagem com a comunidade internacional por meio de tratados, da globalização das atividades laborais e econômicas, bem como criam entes de direito supranacional, que buscam, como no MERCOSUL, a integração e a proteção de determinados valores compartilhados mundialmente.

Considerando o texto acima como referência inicial, cada um dos itens subsequentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com a doutrina e a legislação pertinente (Certo ou Errado).

4921. As forças da Polícia Militar de Minas Gerais, com o objetivo de ampliar o território mineiro, invadiram parte do estado do Rio de Janeiro, entrando em choque com a polícia militar fluminense. Nessa situação, como o conflito se dá entre dois estados brasileiros, deve-se aplicar o direito internacional, mais especificamente as normas previstas na Convenção de Genebra de 1949, por ser o Brasil dela signatário.

RESPOSTA Segundo a Carta Magna, a organização político-administrativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, indissolúveis quanto à formação do país brasileiro, mas sem *soberania* (art. 1º, I, c/c art. 18). Ocorre que o fundamento do **direito internacional**, segundo Rezek, é um "sistema jurídico autônomo, onde se ordenam as relações entre Estados *soberanos*" (*Direito internacional público*, p. 27). No caso em comento, o direito interno seria aplicável. *Errada*.

4922. O estado do Rio Grande do Sul, almejando ser reconhecido internacionalmente como um Estado soberano, pleiteou uma cadeira na Organização das Nações Unidas (ONU), alegando que possui um território, uma população e um governo permanente. Nessa situação, os requisitos apresentados não são suficientes para que o Rio Grande do Sul seja aceito na Assembleia Geral da ONU.

RESPOSTA É atributo fundamental do Estado a **soberania**, mas o "fato de encontrar-se sobre certo território bem delimitado uma população estável e sujeita à autoridade de um governo não basta para identificar o Estado enquanto pessoa jurídica das gentes" (REZEK, *Direito internacional público,* p. 259). A noção de soberania está na identificação de um Estado cujo governo não se subordina a qualquer autoridade que lhe seja superior, o que não é o caso do RS, ente federativo subordinado à república brasileira. *Certa*.

4923. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Constitui objetivo da Organização Mundial do Comércio

(A) fornecer recursos monetários para incentivar o desenvolvimento econômico.
(B) permitir a criação de zonas francas de comércio.
(C) facilitar o empréstimo monetário internacional.

(D) solucionar controvérsias sobre tarifas do comércio internacional.

RESPOSTA (A) Cabe ao FMI – Fundo Monetário Internacional. (B) A criação de *zonas francas* cabe a cada país, como há em Manaus (art. 40, ADCT). (C) Cabe ao FMI – Fundo Monetário Internacional. (D) A **OMC**, cuja sede fica em Genebra, é o principal fórum para o comércio internacional, consagrado pela solução de controvérsias nas relações comerciais. *Alternativa D*.

4924. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** No que diz respeito ao MERCOSUL, assinale a opção correta.

(A) Os idiomas oficiais do MERCOSUL são o espanhol e o português, com prevalência do espanhol em caso de dúvida sobre a aplicação ou interpretação dos tratados constitutivos.

(B) O MERCOSUL ainda não possui um tratado sobre defesa da concorrência, não obstante os esforços brasileiros para a criação de um instrumento sobre tal matéria.

(C) O MERCOSUL possui personalidade jurídica de direito internacional.

(D) É vedado ao MERCOSUL celebrar acordos de sede.

RESPOSTA (A) Além do *espanhol* e do *português* (art. 46 do Protocolo de Ouro Preto, 1994), também o *guarani*, segundo a Decisão 36/2006 do Conselho do Mercado Comum – CMC, e não há previsão da "prevalência" do *espanhol* em caso de "dúvida". (B) O MERCOSUL possui um *tratado* sobre *defesa da concorrência*, o **Protocolo de Defesa da Concorrência**, assinado em 17-12-1996 (em Fortaleza, Brasil). (C) Art. 34 do Protocolo de Ouro Preto (17-12-1994). (D) O Mercosul celebrará acordos de sede (art. 36, Protocolo de Ouro Preto). *Alternativa C*.

4925. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Os blocos econômicos têm desenvolvido políticas de proteção social, com limites determinados pela ingerência das legislações nacionais e pelas divergências de ordenamentos jurídicos remanescentes. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

(A) A Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia de 2000 é apenas documento retórico, sem qualquer tutela nos tratados comunitários, especialmente no Tratado de Lisboa.

(B) Na União Europeia, o Tratado de Lisboa incorporou formalmente a cláusula da solidariedade, definindo como ela se expressa na vida comunitária.

(C) No NAFTA, a livre circulação de pessoas não é admitida apenas em relação ao México, ocorrendo plenamente entre os Estados Unidos da América e o Canadá.

(D) Cabe ao Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, sediado em Assunção, Paraguai, julgar conflitos trabalhistas transfronteiriços.

(E) No MERCOSUL, a livre circulação de pessoas sofre restrições apenas em relação a países que não são membros plenos.

RESPOSTA O Tratado de Lisboa inseriu o art. 1º-A, prevendo que a União Europeia funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Esses valores são comuns aos Estados-membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a **solidariedade** e a igualdade entre homens e mulheres. *Alternativa B*.

4926. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Acerca da personalidade jurídica internacional, essencial para o exercício de direitos e deveres no âmbito do direito internacional público, assinale a opção correta.

(A) Órgãos internacionais, como a Anistia Internacional e o Greenpeace, são sujeitos de direito público externo, sem o que não poderiam exercer suas finalidades.

(B) O MERCOSUL, ao contrário da União Europeia, não possui personalidade jurídica de direito internacional.

(C) A OIT não possui personalidade jurídica, pois é filiada à Organização das Nações Unidas e por ela representada.

(D) O Vaticano, embora seja estado anômalo, por não possuir território, possui representantes diplomáticos, os quais se denominam núncios apostólicos.

(E) O reconhecimento da personalidade jurídica das organizações internacionais não decorre de tratados, mas da jurisprudência internacional, mais especificamente do Caso Bernadotte, julgado pela Corte Internacional de Justiça.

RESPOSTA O gabarito oficial aponta para a *alternativa E* como correta, no entanto sua redação é confusa, parte correta, parte errada. A *parte correta* diz respeito ao Caso Bernadotte, julgado pela CIJ e que reconheceu a personalidade jurídica da ONU em parecer (1949) que tomou a indenização pela morte de seu mediador no Oriente Médio entre palestinos e israelenses. A *parte errada* afirma que o "reconhecimento da personalidade jurídica das organizações internacionais não decorre de tratados", no tempo verbal do presente. Ocorre que, a partir do parecer citado e do Tratado de Viena sobre Direito dos Tratados (1966), "é o tratado constitutivo que, explícita ou implicitamente, direta ou indiretamente, confere à organização personalidade jurídica própria" (BRAGA, *Direito internacional público e privado*, p. 112). Assim, nenhuma *alternativa* estaria correta. Esta questão não foi anulada.

4927. (Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE) Acerca da utilização da moeda comum na União Europeia, assinale a opção correta.

(A) A participação na zona do euro conforma obrigação comunitária irrenunciável, à exceção dos recém-admitidos países do leste europeu, que deverão passar por período de convergência macroeconômica.

(B) A adesão ao euro não implica renúncia a bancos centrais nacionais nem a possibilidade da prática de política monetária e de utilização do direito tributário como ferramenta de política econômica.

(C) As iniciativas políticas unilaterais dos países comunitários da zona do euro são limitadas.

(D) A zona do euro inclui todos os seis países fundadores das comunidades europeias, embrião da atual União Europeia, e outros países posteriormente aderentes, como Irlanda e Grã-Bretanha.

(E) A utilização de moeda comum possibilita a litigância em bloco no sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio.

RESPOSTA Hildebrando Accioly, citado por Marcelo Pupe Braga, ensina que a União Europeia, a partir dos principais tratados que resolveram a respeito, trouxe "contornos de progressiva união econômica e monetária, com elementos federativos e de alcance político, ao agregar às estruturas preexistentes programas de uniformização das políticas externa e de defesa, além da criação de diretrizes econômicas comuns e da moeda única, o Euro" (*Direito internacional público e privado*, p. 119). Assim, observado ainda que a sua principal característica é de ser uma organização supranacional com uma estrutura supraestatal, por exemplo o Parlamento Europeu, resta que os países integrantes têm iniciativa política limitada. *Alternativa C*.

4928. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Com relação à ONU, assinale a opção correta.

(A) Poderão ser admitidos como membros da ONU todos os Estados que o desejarem, independentemente de condições de natureza política ou de qualquer outro teor.

(B) Principal órgão da ONU, a Assembleia Geral é composta de todos os membros da organização, tendo cada Estado-membro direito a apenas um representante e um voto.

(C) O secretário-geral da ONU, eleito pelo Conselho de Segurança mediante recomendação dos seus membros permanentes, tem o dever de atuar em todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e do Conselho de Tutela, além de desempenhar outras funções que lhe forem atribuídas por esses órgãos.

(D) O Conselho de Segurança da ONU compõe-se de cinco membros permanentes e de dez membros não permanentes, todos indicados pelo próprio Conselho, devendo estes últimos cumprir mandato de dois anos.

RESPOSTA De acordo com a Carta da ONU, arts. 97 e 98. *Alternativa C*.

4929. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Não compõe a estrutura da Organização das Nações Unidas (ONU) o (a)

(A) Anistia Internacional.
(B) Assembleia Geral.
(C) Comissão de Direito Internacional.
(D) Conselho de Direitos Humanos.

RESPOSTA A ONU é composta por seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. *Alternativa A.*

4930. (Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE) No que se refere aos órgãos que compõem a ONU, a OIT e a OMC, assinale a opção correta.

(A) A Assembleia Geral é órgão da OIT.
(B) O Conselho de Administração compõe a ONU.
(C) O Comitê de Comércio e Desenvolvimento integra a OMC.
(D) A Conferência Ministerial compõe a OIT.
(E) O Conselho de Tutela integra a OMC.

RESPOSTA De acordo com o art. IV, item 7, do Acordo Constitutivo da OMC, sua estrutura prevê o Comitê de Comércio e Desenvolvimento, que examinará periodicamente as disposições especiais dos acordos comerciais multilaterais a favor dos países menos desenvolvidos Membros e apresentará relatórios ao Conselho Geral para que este tome as medidas que considerar adequadas. *Alternativa C*.

4931. (Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE) Com relação ao disposto no Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL, assinale a opção correta.

(A) Esse tratado acrescenta dispositivos ao Protocolo de Brasília, em conformidade com o qual deve ser interpretado.
(B) O Tribunal Permanente de Revisão, previsto nesse acordo, é composto por dez árbitros, devendo cada um dos Estados-parte escolher dois deles e dois ser nomeados de comum acordo.
(C) Segundo esse tratado, aos Estados-parte é permitido recorrer, de comum acordo, diretamente ao Tribunal Permanente de Revisão, sem a necessidade de recurso prévio a tribunal arbitral *ad hoc*.
(D) Nesse protocolo, é vedado, assim como na Corte Internacional de Justiça, o uso por particulares do mecanismo de solução de controvérsias.
(E) Nesse acordo, é expressamente proibida a possibilidade de denúncia.

RESPOSTA De acordo com o Decreto n. 4.982/2004 (que promulga o referido Protocolo). (A) Art. 55, 1. (B) Art. 18, 1 (cinco árbitros). (C) Art. 1º, 2. (D) Art. 39. (E) Art. 54. *Alternativa C*.

4932. (Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE) Com relação à estrutura, ao funcionamento e aos princípios da ONU, estabelecidos na Carta das Nações Unidas, assinale a opção correta.

(A) Os membros da ONU, em regra, podem utilizar força militar para a resolução dos conflitos internacionais.
(B) Não há dever de solidariedade entre os membros da ONU.
(C) O princípio da não intervenção não prejudica a aplicação de medidas coercitivas nos casos previstos na Carta.

(D) Os Estados que não são membros da ONU não têm obrigações na promoção da paz e da segurança internacionais.

(E) A ONU é embasada no princípio da igualdade orçamentária dos seus membros, de modo que todos devem custeá-la na mesma proporção.

RESPOSTA De acordo com a Carta das Nações Unidas. (A) Art. 2º, 3 (meios pacíficos). (B) Art. 2º, 5 (assistência em qualquer ação a que elas recorrerem). (C) Art. 2º, 7. (D) Art. 2º, 6 (Estados que não são membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses Princípios). (E) Art. 2º, 1 (não é pressuposto). *Alternativa C*.

4933. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito dos objetivos e da estrutura da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada pela Conferência de Paz (Tratado de Versalhes, Parte XII), nos termos da Declaração de Filadélfia (Constituição da OIT).

(A) Há, na estrutura institucional dessa organização, de forma semelhante à da ONU, uma assembleia geral.

(B) A organização é dirigida pela Repartição Internacional do Trabalho.

(C) Essa organização é secretariada pela Conferência Internacional do Trabalho.

(D) Os objetivos dessa organização incluem o incentivo à existência de sindicatos únicos.

(E) É objetivo dessa organização favorecer a proteção da eficiência econômica e da equidade social por meio de órgãos colegiados com estrutura tripartite.

RESPOSTA A OIT age com uma estrutura tripartite da qual participam, em situação de igualdade, representantes de governos, de empregadores e de trabalhadores nas atividades de seus mais diversos órgãos em busca de objetivos e que se destacam na *alternativa E*.

4934. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Relativamente às organizações internacionais, à nacionalidade da pessoa jurídica e ao MERCOSUL, assinale a opção correta.

(A) A ONU e a Organização dos Estados Americanos são consideradas, quanto à estrutura jurídica, organizações supranacionais, na medida em que assumem atribuições específicas dos Estados, restringindo parte de seu poder soberano.

(B) Considera-se empresa brasileira de capital nacional a organização cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país, ou de entidades de direito público interno.

(C) As chamadas agências especializadas da ONU, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e a Organização para a Alimentação e a Agricultura, embora tenham alcance universal, não são dotadas de personalidade jurídica própria no âmbito do direito das gentes.

(D) Nos termos do Protocolo de Ouro Preto, o MERCOSUL é uma organização internacional dotada de personalidade jurídica própria, que se apoia em um sistema deliberativo fundado na via de consenso dos Estados-parte.

(E) No âmbito do direito das gentes, denomina-se originária a personalidade jurídica das organizações, e derivada, a dos Estados.

RESPOSTA De acordo com os arts. 34 e 37 do Protocolo de Ouro Preto (Decreto n. 1.901/96), o MERCOSUL terá personalidade jurídica de Direito Internacional e as decisões de seus órgãos serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados-parte. *Alternativa D*.

VII. Direitos Humanos

4935. **(PGEAL – AL – 2009 – CESPE)** O Pacto de San José da Costa Rica estabelece de início, em seu preâmbulo, uma proteção aos direitos humanos fundamentais. Explicita que os direitos essenciais da pessoa humana devem ser observados unicamente com fundamento na própria atribuição de ser humano. Repudia qualquer discriminação em que pese a nacionalidade da pessoa, para que se confiram os direitos essenciais a ela inerentes. O pacto promove a todos o mesmo tratamento de proteção internacional que é estabelecido por parte dos Estados americanos. Reitera que o escopo pela busca da liberdade pessoal e da justiça social está esculpido na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Em sua primeira parte, em que são tratados os deveres dos Estados e direitos dos protegidos, os vinte e cinco artigos retratam o panorama equivalente aos quatorze primeiros artigos da nossa Carta Maior. A discussão maior, após a recepção desse tratado, está no conflito entre o art. 5º da CF, cujo inciso LXVII prevê que não haverá prisão civil por dívida, salvo o devedor de pensão alimentícia e o depositário infiel, e o art. 7º, § 7º, do pacto, o qual estabelece que "ninguém deve ser detido por dívidas".

Disponível em: <http://www.parana-online.com.br> (com adaptações).

A partir do texto acima e com relação aos direitos e garantias fundamentais e à disciplina constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos, assinale a opção correta.

(A) Sabendo que o § 2º do art. 5º da CF dispõe que os direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, então, é correto afirmar que, na análise desse dispositivo constitucional, tanto a doutrina quanto o STF sempre foram unânimes ao afirmar que os tratados internacionais ratificados pelo Brasil referentes aos direitos fundamentais possuem *status* de norma constitucional.

(B) A EC n. 45/2004 inseriu na CF um dispositivo definindo que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados no Congresso Nacional com *quorum* e procedimento idênticos aos de aprovação de lei complementar serão equivalentes às emendas constitucionais.

(C) Ao analisar a constitucionalidade da legislação brasileira acerca da prisão do depositário que não adimpliu obrigação contratual, o STF, recentemente, concluiu no sentido da derrogação das normas estritamente legais definidoras da custódia do depositário infiel, prevalecendo, dessa forma, a tese do *status* de supralegalidade do Pacto de San José da Costa Rica.

(D) O STF ainda entende como possível a prisão do depositário judicial quando descumprida a obrigação civil.

(E) Caso o Brasil celebre um tratado internacional limitando substancialmente o direito à propriedade, após serem cumpridas todas as formalidades para sua ratificação e integração ao ordenamento pátrio, o Congresso Nacional poderá adotar o procedimento especial para fazer com que esse tratado seja recebido com *status* de emenda constitucional.

RESPOSTA Observado o entendimento do STF, o **Pacto de San José da Costa Rica**, "passando a ter como fundamento de validade o § 2º do art. 5º da CF/88, prevalece como norma supralegal em nossa ordem jurídica interna e, assim, proíbe a prisão civil por dívida. Não é norma constitucional – à falta do rito exigido pelo § 3º do art. 5º –, mas a sua hierarquia intermediária de norma supralegal autoriza afastar regra ordinária brasileira que possibilite a prisão civil por dívida" (HC 94.013/SP). *Alternativa C.*

4936. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Não se inclui entre as quatro Convenções de Genebra de 1949 sobre Direito Internacional Humanitário a convenção relativa

(A) à melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos exércitos em campanha.
(B) ao tratamento dos prisioneiros de guerra.
(C) à proteção de bens culturais em caso de conflito armado.
(D) à proteção das pessoas civis em tempo de guerra.

RESPOSTA As quatro Convenções de Genebra de 1949 são: (1) para melhorar a situação dos feridos e doentes das forças armadas em campanha, (2) para melhorar a situação dos feridos, doentes e náufragos das forças armadas no mar, (3) a relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra e (4) a relativa à proteção das pessoas civis em tempo de guerra. *Alternativa C*.

4937. (Advogado – OAB – 2004 – CESPE) Para a apresentação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos de petição individual contendo denúncias ou queixas de violação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos por um Estado-parte, devem-se cumprir pressupostos processuais e de admissibilidade. Considerando esses pressupostos, a parte peticionária

(A) pode ser qualquer pessoa ou grupo de pessoas ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização dos Estados Americanos.
(B) deve constituir advogado.
(C) deve demonstrar a sua condição de vítima ou comprovar a autorização expressa da vítima ou dos familiares desta.
(D) deve comprovar, em qualquer caso, que interpôs e esgotou, previamente, todos os recursos de jurisdição interna.

RESPOSTA De acordo com o art. 44 da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) de 1969. *Alternativa A*.

4938. (Advogado – OAB – 2004 – CESPE) Julgue os itens seguintes, relativos ao regime jurídico dos tratados internacionais sobre direitos humanos no direito brasileiro, segundo os argumentos expostos nas teses majoritárias da jurisprudência do STF.

I. As normas de proteção de direitos humanos constantes dos tratados internacionais devidamente ratificados pelo Estado brasileiro possuem hierarquia constitucional.
II. Havendo conflito entre uma norma constitucional e uma norma de proteção dos direitos humanos enunciada em tratado internacional devidamente ratificado pelo Estado brasileiro, deverá prevalecer a norma mais favorável à suposta vítima.
III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro por meio de processo legislativo semelhante ao da lei ordinária federal, pois não se admite tratado internacional com força de emenda constitucional.
IV. As normas constantes de tratados internacionais de proteção de direitos humanos possuem aplicabilidade imediata no ordenamento jurídico brasileiro, assim que ratificadas pelo governo brasileiro, dispensando-se a edição de decreto de execução.
V. A parte final do parágrafo 2º do art. 5º da Constituição Federal, segundo a qual os direitos e garantias expressos não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, não se aplica aos tratados internacionais sobre direitos e garantias fundamentais que ingressaram no ordenamento jurídico brasileiro após a promulgação do texto constitucional vigente.

Estão certos apenas os itens

(A) I e III.
(B) I e V.
(C) II e IV.

(D) III e V.

RESPOSTA A questão foi aplicada antes da EC n. 45/2004, que incluiu o § 3º do art. 5º da CF: “Os **tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos** que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”. O gabarito indicava *alternativa D*, no entanto ela não se sustenta mais.

4939. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** A Declaração Universal dos Direitos Humanos

(A) não trata de direitos econômicos.
(B) trata dos direitos de liberdade e igualdade.
(C) trata o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos.
(D) não faz referência a direitos políticos.
(E) não faz referência a direitos culturais e à bioética.

RESPOSTA De acordo com a previsão expressa no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. *Alternativa B*.

4940. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta relativamente aos mecanismos de implementação dos direitos humanos no plano internacional.

(A) A Corte Europeia de Direitos Humanos julga exclusivamente demandas de indivíduos contra Estados.
(B) Na atualidade, existem apenas duas cortes regionais em funcionamento: a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Europeia de Direitos.
(C) A comissão Europeia de Direitos Humanos é um órgão de conciliação e mediação do sistema europeu de proteção.
(D) A Corte Europeia de Direitos Humanos dispõe de competência consultiva.
(E) Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos são passíveis de recurso à Corte Internacional de Justiça.

RESPOSTA A Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH) tem competência consultiva de acordo com o art. 48 da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. *Alternativa D*.

4941. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Conforme a jurisprudência do STF, tratados de direitos humanos anteriores à Emenda Constitucional n. 45/2003 possuem, no direito brasileiro, *status* hierárquico

(A) supraconstitucional.
(B) constitucional originário.
(C) constitucional derivado.
(D) supralegal.
(E) legal.

RESPOSTA Por exemplo, o Pacto de San José da Costa Rica (ratificado pelo Brasil – Decreto n. 678/92). Entendeu o STF que “o Pacto de San José da Costa Rica, passando a ter como fundamento de validade o § 2º do art. 5º da CF/88, prevalece como norma supralegal em nossa ordem jurídica interna e, assim, proíbe a prisão civil por dívida. Não é norma constitucional – à falta do rito exigido pelo § 3º do art. 5º –, mas a sua hierarquia intermediária de norma supralegal autoriza afastar regra ordinária brasileira que possibilite a prisão civil por dívida” (HC 94.013/SP). *Alternativa D*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) No que concerne aos direitos humanos no âmbito do direito internacional, julgue os itens que se seguem (certo ou errado).

4942. De acordo com a Corte Internacional de Justiça, as disposições da Declaração Universal

dos Direitos Humanos, de caráter costumeiro, estabelecem obrigações *erga omnes*.

RESPOSTA De acordo com a doutrina de Marcelo Pupe Braga, “embora não haja elementos suficientes para afirmarmos que há unanimidade no assunto, parece haver uma ampla maioria, se não um relativo consenso, no sentido de que as disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos, por serem regras consuetudinárias universalmente aceitas e reconhecidas, fazem parte do *jus cogens* e têm caráter *erga omnes*” (*Direito internacional público e privado*, p. 283). No entanto, não há casos em que Corte Internacional de Justiça afirmou expressamente que as disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelecem obrigações *erga omnes*. *Errada*.

4943. Na sentença do caso Gomes Lund *versus* Brasil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos estabeleceu que o dever de investigar e punir os responsáveis pela prática de desaparecimentos forçados possui caráter de *jus cogens*.

RESPOSTA De acordo com a sentença sobre o caso Gomes Lund *versus* Brasil, também conhecido como a guerrilha do Araguaia, no seu item 137, “a obrigação de investigar e, se for o caso, julgar e punir, adquire particular importância ante a gravidade dos crimes cometidos e a natureza dos direitos ofendidos, especialmente em vista de que a proibição do desaparecimento forçado de pessoas e o correspondente dever de investigar e punir aos responsáveis há muito alcançaram o caráter de *jus cogens”.* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. *Certa*.

4944. Em casos que envolvam a prática de tortura sistemática, a Convenção Americana de Direitos Humanos permite o acesso direto do indivíduo à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

RESPOSTA De acordo com o art. 61, item 1, da Convenção Americana de Direitos Humanos, somente os Estados-parte e a Comissão têm direito de submeter um caso à decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Errada*.

4945. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Os tratados internacionais sobre direitos humanos firmados pela República Federativa do Brasil serão equivalentes às emendas constitucionais, se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional,

(A) em único turno, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
(B) em único turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
(C) em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
(D) em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

RESPOSTA De acordo com a previsão do § 3º do art. 5º, CF. *Alternativa C*.

VIII. Direito Internacional Privado

4946. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** Por intermédio de carta rogatória proveniente do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, objetivou-se proceder à citação de empresa domiciliada no Brasil, para que esta compusesse o polo passivo de uma ação cível contra si movida pela empresa Gama perante a justiça inglesa. Com referência à situação hipotética acima, assinale a opção correta.

(A) A diligência requerida não poderá ser efetivada por violar a soberania nacional e a ordem pública, já que a justiça inglesa carece de competência para processar e julgar ação contra empresa domiciliada no Brasil.
(B) No momento da efetivação do ato citatório, é facultado à empresa domiciliada no Brasil manifestar sua recusa em se submeter à justiça inglesa, dependendo a eficácia dessa manifestação do disposto no ordenamento jurídico da justiça rogante.
(C) Da concessão ou denegação do *exequatur* não cabe recurso.
(D) Cumprida, a rogatória será devolvida ao STF, no prazo de dez dias, e por este remetida, em igual

prazo, por via diplomática, ao governo inglês.

RESPOSTA Diz o art. 12, LINDB, que é competente a **autoridade judiciária brasileira**, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação. *Vide* o art. 210, CPC, a respeito das cartas rogatórias. *Alternativa B*.

4947. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** Carlos, de nacionalidade uruguaia e com permanência legal no Brasil, requereu ao STF a homologação da sentença prolatada por juiz da República Oriental do Uruguai, por meio da qual se declarou a dissolução da sociedade conjugal, por divórcio, havida com Maria de los Angeles Solano, também de nacionalidade uruguaia. Citada, a requerida apresentou contestação. Considerando a situação hipotética apresentada, constitui matéria que extrapola os limites impostos à contestação em processo de homologação de sentença estrangeira

(A) a autenticidade dos documentos juntados aos autos.
(B) a competência do juiz prolator da sentença homologada.
(C) os bens comuns existentes no Brasil, omitidos na sentença estrangeira homologada.
(D) o trânsito em julgado e o preenchimento das formalidades necessárias à execução no local em que a sentença homologada foi prolatada.

RESPOSTA A questão foi aplicada antes da EC n. 45/2004, quando o STF respondia pela homologação de sentenças estrangeiras e pela concessão de *exequatur* às cartas rogatórias. Hoje cabe ao STJ (art. 105, I, *i*, CF), que já decidiu que "viola a soberania nacional a sentença estrangeira que dispõe sobre bens imóveis localizados no Brasil, excluindo-os da meação da ré, matéria da competência absoluta da Justiça brasileira" (SEC 2.547/US). *Alternativa C*.

4948. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Mohamed, filho concebido fora do matrimônio, requereu, na justiça brasileira, pensão alimentícia do pai, Said, residente e domiciliado no Brasil. Said negou o requerido e não reconheceu Mohamed como filho, alegando que, perante a Tunísia, país no qual ambos nasceram, somente são reconhecidos como filhos os concebidos no curso do matrimônio. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da legislação brasileira de direito internacional privado.

(A) A reserva da ordem pública não está expressa na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
(B) O juiz, ao julgar a referida relação jurídica, deve obedecer à lei da Tunísia.
(C) Nesse caso, não se aplicam normas de ordem pública, pois se trata de relação jurídica de direito internacional privado, e não, de direito internacional público.
(D) O juiz não deverá aplicar, nessa situação, o direito estrangeiro.
(E) A lei brasileira assemelha-se à da Tunísia, razão pela qual esta deverá ser aplicada.

RESPOSTA De acordo com o art. 17, LINDB, as leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes. *Alternativa D*.

4949. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Em contratos internacionais, inter-relacionam-se vários sistemas jurídicos; por isso, tais contratos são caracterizados por meio de cláusulas típicas e de uma linguagem comum estabelecida pela Câmara Internacional do Comércio, sendo uma das formas de padronização desses contratos denominada INCOTERMS 1990 (*International Rules for Interpretation of Trade Terms*). Com base nessa padronização, assinale a opção correta acerca dos contratos de compra e venda internacional.

(A) FOB (*free on board*) é o contrato que prevê que o vendedor cumpra a obrigação de entregar as mercadorias quando estas estiverem a caminho, ou seja, no momento do embarque no navio no

porto de origem.

(B) No contrato CFR (*cost and freight*), prevê-se que o comprador pague os custos e o frete necessários para trazer as mercadorias ao porto de destino.

(C) No contrato do tipo CIF (*cost, insurance and freight*), prevê-se que o comprador pague os custos, o frete e o seguro necessários para o transporte das mercadorias ao porto de destino.

(D) Em contratos EXW (*ex works*), está previsto que o vendedor cumpra a obrigação de entregar as mercadorias quando estas estiverem prontas e disponíveis para o comprador no estabelecimento do vendedor.

(E) O contrato FCA (*free carrier*) prevê que o vendedor cumpra a obrigação de entregar as mercadorias antes da liberação para exportação, cujos custos devem ser assumidos pelo comprador.

RESPOSTA Esses conceitos estão previstos na **Convenção das Nações Unidas sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias** (CISG). (A) No FOB, o vendedor cessa a responsabilidade quando embarcada a mercadoria com a emissão do conhecimento de embarque. (B) No CFR, é do vendedor a responsabilidade dos custos do frete. (C) No CIF, o vendedor é que tem todos aqueles encargos da assertiva. (D) A mercadoria será colocada pelo vendedor à disposição no local designado. O comprador arca com todos os custos e riscos envolvidos em retirar a mercadoria do estabelecimento do vendedor. (E) No FCA, o vendedor completa as suas obrigações quando entrega a mercadoria, pronta para a exportação, aos cuidados do transportador indicado pelo comprador. *Alternativa D*.

4950. (Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE) Com base na jurisprudência do STJ sobre a homologação de sentenças estrangeiras no Brasil, assinale a opção correta.

(A) A pendência de julgamento, no Brasil, de apelação contra sentença proferida em ação na qual se discutam alimentos dos filhos dos ex-cônjuges impede a homologação de sentença estrangeira com o mesmo objeto.

(B) Ainda quando encaminhada por via diplomática, a sentença estrangeira deve ser autenticada pela autoridade consular brasileira.

(C) O ajuizamento de ação de revisão de alimentos no Brasil inviabiliza o processamento do pedido de homologação de sentença estrangeira relativa ao tema.

(D) É autorizada a homologação de sentença estrangeira que, ao decretar o divórcio, convalida acordo celebrado pelos ex-cônjuges quanto à partilha de bens situados no Brasil.

(E) O inadimplemento de obrigações decorrentes da sentença estrangeira impede sua homologação no Brasil.

RESPOSTA De acordo com a posição do STJ, "**sentença estrangeira** que não viola a soberania nacional, os bons costumes e a ordem pública e que preenche as condições legais deve ser homologada. A jurisprudência do STJ e do STF autoriza a homologação de sentença estrangeira que, decretando o divórcio, **convalida** acordo celebrado pelos ex-cônjuges quanto à partilha de bens" (SEC 3.269/EX). *Alternativa D*.

4951. (Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a capacidade para suceder é regulada pela lei

(A) de nacionalidade do herdeiro ou legatário.

(B) de domicílio do herdeiro ou legatário.

(C) em que se encontra o herdeiro ou legatário.

(D) de nacionalidade do *de cujus*.

(E) do último domicílio do *de cujus*.

RESPOSTA De acordo com a previsão na LINDB (Decreto n. 4.657/42) e seu art. 10, § 2º. *Alternativa B*.

4952. (Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE) Os elementos de conexão brasileiros constituem parte

da norma do direito internacional privado que determina o ordenamento jurídico a ser aplicado a determinada causa. Assinale a opção correspondente à correta correlação entre fato(s) jurídico(s) e elemento de conexão na Lei de Introdução do Código Civil.

(A) situação do regime de bens – nacionalidade dos cônjuges.
(B) qualificação e regulação das obrigações – domicílio dos contratantes.
(C) formalidades de celebração e impedimentos do casamento – nacionalidade dos nubentes.
(D) personalidade e capacidade – domicílio da pessoa.
(E) penhor – local do bem.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 7º, LINDB, a lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família. *Alternativa D*.

4953. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Situação I: Bernardo, juiz federal, recebeu carta rogatória da França para ouvir o depoimento de testemunha brasileira de roubo ocorrido em Paris.

Situação II: Michelle, juíza francesa, recebeu carta rogatória do Brasil para citar Manoel, brasileiro residente em Paris, em processo de divórcio em curso no Brasil. Sabendo que o magistrado nacional pode aplicar direito estrangeiro quando executar sentença estrangeira ou quando cumprir carta rogatória, assinale a opção correta acerca das situações hipotéticas apresentadas acima.

(A) Na primeira situação, perante a justiça brasileira, a hipótese é de carta rogatória ativa.
(B) Em ambas as situações, perante a justiça brasileira, a hipótese é de carta rogatória passiva.
(C) Na segunda situação, perante a justiça brasileira, a hipótese é de carta rogatória passiva.
(D) Na primeira situação, perante a justiça francesa, a hipótese é de carta rogatória ativa.
(E) Na segunda situação, perante a justiça francesa, a hipótese é de carta rogatória ativa.

RESPOSTA (A) Carta rogatória passiva. (B) Passiva e ativa. (C) Ativa. (D) Correta. (E) Passiva. Entende-se como **carta rogatória ativa** aquela expedida por autoridade judiciária nacional para a realização de diligência em outros países (arts. 201 e 210, CPC). **Passiva**, a seu turno, é proveniente de juízes e tribunais estrangeiros e tem por objeto a prática de ato processual no Brasil (art. 211, CPC). *Alternativa D*.

4954. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** No que diz respeito às fontes do direito internacional privado, ao conflito de leis, ao reenvio e à interpretação do direito estrangeiro, assinale a opção correta.

(A) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo, porém, os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.
(B) As partes têm liberdade para escolher a lei de regência em contratos internacionais em razão da regra geral da autonomia da vontade, em matéria contratual. Nesse sentido, as leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, terão plena eficácia no Brasil, independentemente de qualquer condição ou ressalva.
(C) Entre as fontes do direito internacional privado incluem-se as convenções internacionais, o costume internacional e os princípios gerais do direito, mas não as decisões judiciais e a doutrina dos juristas, estas, somente obrigatórias para as partes litigantes e a respeito dos casos em questão.
(D) Embora entenda o STF que haja paridade entre o tratado e a lei nacional, esse tribunal firmou a tese de que, no conflito entre tratado de qualquer natureza e lei posterior, esta há sempre de prevalecer, pois a CF não garante privilégio hierárquico do tratado sobre a lei, sendo inevitável que se garanta a autoridade da norma mais recente.
(E) Para resolver os conflitos de lei no espaço, o Brasil adota a prática do reenvio, mediante a qual se

substitui a lei nacional pela estrangeira, desprezando-se o elemento de conexão apontado pela ordenação nacional, para dar preferência à indicada pelo ordenamento jurídico alienígena.

RESPOSTA De acordo com o art. 13, LINDB, a prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça. *Alternativa A*.

4955. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Considerando a legislação brasileira relativa à competência jurisdicional nas relações jurídicas com elemento estrangeiro, as cartas rogatórias e a homologação de sentenças estrangeiras, assinale a opção correta.

(A) Tanto a autoridade judiciária brasileira quanto a autoridade do país de origem do autor da herança, se este for estrangeiro, têm competência para proceder a inventário e partilha de bens situados no Brasil.

(B) A homologação de sentença estrangeira no Brasil, cuja natureza é jurisdicional, pode ser concedida a sentença de qualquer natureza, com exceção das que sejam meramente declaratórias do estado das pessoas.

(C) A carta rogatória obedecerá, quanto à admissibilidade e ao modo de cumprimento, ao disposto na legislação brasileira, devendo necessariamente ser remetida aos juízes ou tribunais estrangeiros por contato direto entre as autoridades judiciárias dos Estados envolvidos.

(D) Não conhecendo a lei estrangeira, o juiz brasileiro não pode exigir da parte que a invoque o fornecimento de prova do seu texto e vigência, mas, sim, solicitar às autoridades de outro Estado os elementos de prova ou informação sobre o texto, sentido e alcance legal de seu direito.

(E) A competência jurisdicional brasileira é territorial-relativa e incide sobre o estrangeiro domiciliado no país, sendo competente também o juiz brasileiro quando a obrigação tiver de ser cumprida no Brasil e quando a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no território nacional.

RESPOSTA De acordo com a LINDB, é competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação (art. 12). E, conforme o § 1º, só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil. *Vide* a competência do art. 88, CPC. *Alternativa E*.

IX. Temas Combinados

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) No que se refere à história dos conflitos de leis, a elementos de conexão e a reenvio, julgue os itens seguintes.

4956. O reenvio é proibido pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

RESPOSTA Tal proibição é expressa de acordo com o art. 16, LINDB, quando, nos termos dos artigos precedentes, se houver de aplicar a lei estrangeira, ter-se-á em vista a disposição desta, sem considerar-se qualquer remissão por ela feita a outra lei. *Certa*.

4957. A aquisição e a exploração comercial de navios e aeronaves regem-se pela lei do local onde tenha sido efetuado o registro dos direitos de propriedade sobre a coisa.

RESPOSTA Emprega-se a regra da *lex rei sitae*, ou seja, aplica-se a lei do lugar onde está situada a coisa, *vide caput* do art. 8º, LINDB. *Certa*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) No que se refere à responsabilidade internacional dos Estados e às fontes do direito internacional e sua relação com o direito interno brasileiro, julgue os itens a seguir (certo ou errado).

4958. Na Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, o dispositivo que versa sobre a aplicação provisória de tratados foi objeto de reserva por parte do Estado brasileiro.

RESPOSTA De acordo com Decreto n. 7.030/2009 (Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados), segundo seu art. 1º. *Certa*.

4959. Por decisão do STF, os costumes e tratados de direitos humanos adotados pelo Brasil antes da edição da Emenda Constitucional n. 45/2003 adquiriram, no direito brasileiro, estatuto de normas supralegais.

RESPOSTA De acordo com o § 2º do art. 5º, CF, os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos **tratados internacionais** [e não os costumes] em que o Brasil seja parte. E de acordo com o STF, passando a ter como fundamento de validade o § 2º do art. 5º, CF, prevalece como norma supralegal em nossa ordem jurídica interna, ou seja, está numa hierarquia intermediária e autorizada a afastar regra ordinária brasileira. Não é norma constitucional à falta do rito exigido pelo § 3º do art. 5º (HC 94.523/SP). *Errada*.

4960. O texto final do projeto sobre responsabilidade internacional dos Estados, aprovado pela Comissão de Direito Internacional da ONU, prevê um sistema agravado de responsabilidade, por violação de normas peremptórias de direito internacional geral.

RESPOSTA O art. 40 do Projeto sobre Responsabilidade dos Estados, de 2001, prevê um *regime de responsabilidade agravado* e que se aplicará à responsabilidade internacional ensejada pela violação grave por um Estado de uma obrigação decorrente de uma norma imperativa de direito internacional geral. A violação de tal obrigação é grave quando se trata de uma falha grave ou sistemática por parte do Estado responsável pelo cumprimento da obrigação. *Certa*.

4961. De acordo com o projeto da Comissão de Direito Internacional da ONU sobre responsabilidade internacional dos Estados, as garantias de não repetição são consequências possíveis de um ilícito internacional.

RESPOSTA Segundo o art. 30 do projeto da Comissão de Direito Internacional da ONU sobre responsabilidade internacional dos Estados, da cessação ou não repetição, o Estado responsável pelo ato internacionalmente ilícito tem a obrigação de: a) cessar aquele ato, se ele continua; b) oferecer segurança e garantias apropriadas de não repetição, se as circunstâncias o exigirem. *Certa.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os itens seguintes, referentes a solução pacífica de controvérsias, direito internacional do mar, segurança internacional coletiva e manutenção da paz (certo ou errado).

4962. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, baixios a descoberto que se encontrem, parcialmente, a uma distância do continente que não exceda a largura do mar territorial podem ser utilizados como parâmetro para medir a largura do mar territorial.

RESPOSTA De acordo com o art. 13 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, um ‘baixio a descoberto’ é uma extensão natural de terra rodeada de água, que, na baixa-mar, fica acima do nível do mar, mas que submerge na preia-mar. Quando um ‘baixio a descoberto’ se encontre, total ou parcialmente, a uma distância do continente ou de uma ilha que não exceda à largura do mar territorial, **a linha de baixa-mar desse baixio pode ser utilizada como linha de base para medir a largura do mar territorial**. *Certa*.

4963. Em 2011, o órgão de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio estabeleceu a ação de reenvio prejudicial, de modo que a Corte Internacional de Justiça pudesse decidir sobre a competência do órgão para julgamento de questões de direitos humanos relacionadas ao comércio internacional.

RESPOSTA Não há essa possibilidade junto ao Órgão de Solução de Controvérsias (também conhecido como de Apelação) da OMC e à Corte Internacional de Justiça, pois inexiste hierarquia entre eles, visto que o reenvio prejudicial permite que uma jurisdição nacional alcance uma internacional, por exemplo. *Errada*.

4964. O Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares estabelece a prevalência de seus dispositivos sobre quaisquer tratados regionais, de forma a assegurar a ausência total de armas nucleares nos territórios dos Estados signatários.

RESPOSTA De acordo com o Decreto n. 2.864/98, que promulga o **Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares**, segundo o art. VII, nenhuma cláusula deste Tratado afeta o direito de qualquer grupo de Estados de concluir tratados regionais para assegurar a ausência total de armas nucleares em seus respectivos territórios. *Errada*.

4965. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Acerca dos contratos internacionais, da arbitragem como método de solução alternativa de controvérsias e dos procedimentos previstos na Convenção de Nova Iorque sobre a prestação de alimentos no estrangeiro, assinale a opção correta.

(A) Denomina-se imperativa a disposição que impede as partes de, ao celebrarem contrato em um país, para nele ser cumprido, incluir regras contratuais que confrontem as leis desse país.

(B) É competente para receber e julgar as ações de cobrança de alimentos no estrangeiro o juízo federal da capital da unidade federativa em que reside o credor, sendo considerada autoridade remetente e instituição intermediária a AGU.

(C) Na execução das cartas rogatórias para a cobrança de alimentos no estrangeiro, admite-se, de acordo com a Convenção de Nova Iorque, o reembolso de taxas ou despesas, além da cobrança dos demandantes estrangeiros ou não residentes de caução ou de qualquer outro pagamento ou depósito para garantir a cobertura das despesas.

(D) O que define a natureza do contrato (nacional ou internacional) é a nacionalidade das partes celebrantes; assim, considera-se internacional o contrato em que as partes têm nacionalidades diversas, fenômeno denominado estraneidade.

(E) Para ser executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita a prévia homologação do STF.

RESPOSTA O STJ já decidiu, quanto à questão de firmar contratos exequíveis no Brasil com pagamento em dólar, que é de nulidade de pleno direito essa cláusula que é ofensiva à norma imperativa e de ordem pública, tendo em vista o Decreto-lei n. 857/69 (REsp 23.707/MG). Em outras palavras, é decorrência do princípio da soberania dos Estados. *Alternativa A*.

4966. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Considerando que, na CF, o direito internacional possui importantes referências e que uma série de assuntos de natureza internacional recebe tratamento específico no texto constitucional, assinale a opção correta.

(A) As convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovadas em dois turnos, nas duas casas do Congresso Nacional, por dois quintos dos votos dos presentes, serão equiparadas a emendas constitucionais.

(B) Em nenhuma hipótese será concedida extradição de brasileiro naturalizado devido à prática de crime comum, de opinião ou político.

(C) Na tutela dos direitos humanos e das garantias fundamentais, a CF não pode excluir tratados e convenções dos quais o Brasil não faça parte, ainda que não contenham princípios e regimes adotados constitucionalmente.

(D) As duas casas do Congresso Nacional devem aprovar a indicação dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

(E) Compete à justiça do trabalho processar e julgar ações oriundas das relações de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo, que são os Estados estrangeiros e as organizações internacionais governamentais.

RESPOSTA Segundo o art. 114, CF, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, entre outros, as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (inciso I). *Alternativa E*.

FCC

I. Direito dos Tratados

4967. **(Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC)** Dos tratados internacionais abaixo, qual o Brasil ainda NÃO ratificou?

(A) Convenção sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias.
(B) Convenção sobre os Direitos da Criança.
(C) Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
(D) Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
(E) Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

RESPOSTA De acordo com a MSC 696/2010 – Mensagem de Acordos, convênios, tratados e atos internacionais –, que submete ao Congresso Nacional texto da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, adotada em 18 de dezembro de 1990, em Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a situação atual é "aguardando constituição de Comissão Temporária na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados", <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=489652>. *Alternativa A*.

4968. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Com base na Convenção de Viena, de 1969, é INCORRETO afirmar:

(A) Um Estado não pode invocar o fato de que seu consentimento em obrigar-se por um tratado foi expresso em violação de uma disposição de seu direito interno sobre competência para concluir tratados, a não ser que essa violação fosse manifesta e dissesse respeito a uma norma de seu direito interno de importância fundamental.
(B) "Reserva" significa uma declaração bilateral, qualquer que seja a sua redação ou denominação, feita pelos Estados ao ratificarem, assinarem, aceitarem ou aprovarem um tratado, ou a ele aderirem, com o fito de excluir o efeito jurídico de certas disposições do acordo.
(C) O consentimento de um Estado em obrigar-se por um tratado que tenha sido obtido pela coação de seu representante, por meio de atos ou ameaças dirigidas contra ele, não produzirá qualquer efeito jurídico.
(D) Um tratado não cria obrigações nem direitos para um terceiro Estado sem o seu consentimento.
(E) "Organização Internacional" significa uma organização intergovernamental.

RESPOSTA De acordo com a Convenção de Viena de 1969. (A) Art. 46, 1. (B) Art. 2º, 1, *d*. "Reserva" significa uma declaração unilateral, qualquer que seja a sua redação ou denominação, feita por um Estado ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, ou a ele aderir, com o objetivo de excluir ou modificar o efeito jurídico de certas disposições do tratado em sua aplicação a esse Estado. (C) Art. 51. (D) Art. 34. (E) Art. 2º, 1, *i*. *Alternativa B*.

4969. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Analise as proposições abaixo.

I. Os Estados-parte do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações

Unidas reconhecem o direito de toda pessoa de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis.

II. Conforme os termos da Convenção sobre os Direitos da Criança, das Nações Unidas, a criança deve ser registrada dentro das primeiras 48 horas, após seu nascimento.

III. Pela Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, o Estado-Parte não poderá adotar idade mínima de capacidade para infringir as leis penais, inferior a 10 anos.

IV. Pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o estabelecimento de limites de idade sob os quais fique proibido e punido por lei o emprego assalariado da mão de obra infantil, não pode ser inferior a 12 anos.

V. Pela Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, os Estados-Partes se comprometem a apresentar ao Comitê, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas adotadas para tornar efetivos os direitos reconhecidos, num prazo de dois anos a partir da data que entrou em vigor para cada Estado a respectiva Convenção.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e V.
(B) II e V.
(C) I e II.
(D) III e IV.
(E) II e IV.

RESPOSTA (I) Art. 7º, Decreto n. 591/92. (II) Art. 7º, 1, Decreto n. 99.710/90; a criança será **registrada imediatamente** após seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e a ser cuidada por eles. (III) Art. 40, 3, *a*, Decreto n. 99.710/90; os Estados-parte buscarão promover o estabelecimento de leis, procedimentos, autoridades e instituições específicas para as crianças de quem se alegue ter infringido as leis penais ou que sejam acusadas ou declaradas culpadas de tê-las infringido, e em particular: a) o estabelecimento de uma **idade mínima** antes da qual se presumirá que a criança não tem capacidade para infringir as leis penais. (IV) De acordo com o art. 10, 3, Decreto n. 591/92, os **Estados devem também estabelecer limites de idade** sob os quais fique proibido e punido por lei o emprego assalariado da mão de obra infantil. (V) Art. 44, 1, *a*, Decreto n. 99.710/90. *Alternativa A*.

4970. **(Juiz – TRT-11 – 2012 – FCC)** Em matéria de vigência de um tratado internacional, e com base na Constituição Federal, considere:

I. É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que não acarretem compromissos gravosos no patrimônio nacional.

II. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

III. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados pela maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos membros do Congresso, serão equivalentes às Emendas Constitucionais.

IV. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Emendas Constitucionais.

V. É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III, IV e V.
(B) II, IV e V.
(C) I, II e V.
(D) II, III e IV.

(E) I, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 49, I, CF, observado que é da competência exclusiva do Congresso Nacional, entre outros, resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais **que acarretem** encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. (II) Art. 47, CF. (III) Art. 5º, § 3º, CF; os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, **em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros**, serão equivalentes às emendas constitucionais. (IV) Art. 5º, § 3º, CF. (V) Art. 49, I, CF. *Alternativa B*.

4971. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Com base no ordenamento jurídico interno, os tratados internacionais negociados e assinados pelo Brasil entram em vigor no território nacional

(A) após a carta de ratificação.

(B) com o Decreto-Legislativo.

(C) após o Decreto-Legislativo e o Decreto de Promulgação com a publicidade no Diário Oficial.

(D) após a ratificação interna e a ratificação externa.

(E) após a aprovação em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, em cada Casa do Congresso.

RESPOSTA Conforme ensina Marcelo Pupe Braga, "uma vez aprovado o Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional, caberá ao Presidente do Senado Federal providenciar a sua publicação no *Diário Oficial da União*. Tendo sido satisfeita a exigência do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, o Presidente da República poderá, então, ratificar o tratado, mediante promulgação do Decreto Presidencial" (*Direito internacional público e privado*, p. 49). *Alternativa C*.

4972. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Os tratados internacionais sobre matéria ambiental

(A) são fontes de direito ambiental interno, desde que aprovados pelo Congresso Nacional em dois turnos, por 3/5 dos membros de cada uma de suas casas.

(B) desde o momento em que assinados, são fontes de direito ambiental interno e internacional.

(C) apenas serão fonte de direito internacional ambiental se aprovados e ratificados por todos os Estados que os assinaram.

(D) são fontes escritas de direito internacional ambiental, ao lado de outras normas oriundas de organizações internacionais.

(E) são fontes de direito ambiental interno e, se aprovados pelo Congresso Nacional, sobrepõem-se às leis.

RESPOSTA No Direito Ambiental há diversas convenções e organizações internacionais (p. ex., Comissão de Desenvolvimento Sustentável – CDS e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA), consideradas como fonte formal para a disciplina. Ensina Marcelo Pupe Braga que o "Direito Internacional Ambiental reconhece as fontes clássicas do Direito Internacional Público, mas não há como negar que os tratados internacionais são, de fato, as suas principais fontes" (*Direito internacional público e privado*, p. 321). Por outro lado, eles são "normas *soft law*", ou seja, que representam mais uma diretiva de comportamento do que norma de coerção. *Alternativa D*.

4973. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** De acordo com o texto vigente da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os tratados internacionais, é correto afirmar que

(A) todos os tratados internacionais firmados pelo Brasil ingressam no ordenamento jurídico brasileiro como normas de hierarquia constitucional.

(B) todos os tratados internacionais firmados pelo Brasil ingressam no ordenamento jurídico brasileiro como normas infraconstitucionais.

(C) os tratados internacionais firmados pelo Brasil sobre direitos humanos podem ingressar no ordenamento jurídico brasileiro com hierarquia de emendas constitucionais.

(D) o procedimento de aprovação, pelas Casas do Congresso Nacional, dos tratados internacionais sobre direitos humanos é irrelevante para caracterizar sua hierarquia normativa.
(E) os tratados internacionais firmados pelo Brasil não podem versar sobre normas materialmente constitucionais.

RESPOSTA Segundo o § 3º do art. 5º, CF, os tratados e convenções internacionais sobre **direitos humanos** que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, *serão equivalentes* às **emendas constitucionais**. *Alternativa C.*

4974. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Relativamente aos tratados internacionais em matéria de direitos fundamentais, estabelece a Constituição da República que

(A) poderá o Procurador-Geral da República suscitar incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, perante o Supremo Tribunal Federal, nos casos de grave violação de direitos resguardados em tratados internacionais.
(B) a República Federativa do Brasil não se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, ainda que tenha manifestado adesão à sua criação.
(C) os direitos e garantias expressos no texto constitucional não excluem outros decorrentes de tratados internacionais, desde que celebrados posteriormente à promulgação da Constituição.
(D) serão equivalentes às emendas constitucionais os tratados internacionais aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
(E) os tratados internacionais que versem sobre direitos fundamentais não se submetem aos limites materiais aplicáveis a emendas à Constituição.

RESPOSTA Prevê a CF que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às **emendas constitucionais** (art. 5º, § 3º). *Alternativa D.*

II. Nacionalidade e Estrangeiros

4975. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** No caso de Estado estrangeiro requerer à República Federativa do Brasil a extradição de brasileiro nato que se encontre no território nacional, o pedido em questão

(A) será admitido apenas na hipótese de cancelamento de sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
(B) será admitido somente na hipótese de a lei do Estado solicitante reconhecer igualmente nacionalidade originária ao extraditando.
(C) não poderá ser atendido, uma vez que a Constituição da República não admite a extradição de brasileiro nato, quaisquer que sejam as circunstâncias ou a natureza do delito.
(D) poderá ser admitido na hipótese de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
(E) poderá ser admitido, salvo na hipótese de condenação em virtude de crime político ou de opinião.

RESPOSTA De acordo com o inciso LI do art. 5º, CF, nenhum brasileiro será extraditado, **salvo o naturalizado**, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. *Alternativa C.*

III. Relações Diplomáticas

4976. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Nos termos da Convenção de Viena, de 1963,

(A) "Membro do Pessoal Privado" é a pessoa empregada exclusivamente no serviço técnico-administrativo da repartição consular.
(B) "Membro do Pessoal de Serviço" é toda pessoa empregada exclusivamente no serviço particular de um membro da repartição consular.
(C) "Funcionário Consular" é toda pessoa, excluindo o chefe da repartição consular, encarregada nesta qualidade do exercício das funções consulares.
(D) "Empregado Consular" é toda pessoa empregada nos serviços administrativos ou técnicos de uma repartição consular.
(E) "Chefe da Repartição Consular" é o funcionário consular, empregado e membro do pessoal de serviço.

RESPOSTA De acordo com o Decreto n. 61.078/67, que promulgou a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, 1963, cujas definições da questão estão previstas no seu art. 1º. (A) A pessoa empregada exclusivamente no serviço particular de um membro da repartição consular. (B) Toda pessoa empregada no serviço doméstico de uma repartição consular. (C) Toda pessoa, inclusive o chefe da repartição consular, encarregada nessa qualidade do exercício de funções consulares. (D) Art. 1º, 1, *d*. (E) A pessoa encarregada de agir nessa qualidade. *Alternativa D*.

4977. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Em relação às relações diplomáticas, nos termos da Convenção de Viena, de 1961, é correto afirmar:

(A) "Membro do Pessoal Diplomático" é toda e qualquer pessoa que trabalha na Missão Diplomática.
(B) "Chefe de Missão" é a pessoa encarregada pelo Estado acreditado de agir nessa qualidade.
(C) Só pode ser considerado agente diplomático o Chefe da Missão Diplomática.
(D) "Membro do Pessoal de Serviço" são os empregados no serviço administrativo e técnico da Missão.
(E) "Criado Particular" é a pessoa do serviço doméstico de um Membro da Missão que não seja empregado do Estado acreditante.

RESPOSTA De acordo com o Decreto n. 56.435/65, que promulgou a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, 1961, cujas definições da questão estão previstas no seu art. 1º. (A) Membros do pessoal da Missão que tiverem a qualidade de diplomata. (B) Chefe da Missão e os membros do pessoal da Missão. (C) Chefe da Missão ou um membro do pessoal diplomático da Missão. (D) Membros do pessoal da Missão empregados no serviço doméstico da Missão. (E) Art. 1º, *h*. *Alternativa E*.

IV. Sujeitos e Organizações Internacionais

4978. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Proteção internacional do trabalho:

(A) A Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho garante a livre associação e negociação coletiva das condições de trabalho.
(B) As normas internacionais admitem que, em circunstâncias especiais, a proibição da discriminação em função do sexo seja temporariamente afastada pelo Estado.
(C) Em função da organização das importantes forças políticas representadas, a Declaração da OIT de 1998 não conseguiu incluir qualquer item condenando o trabalho forçado.
(D) A Convenção n. 182, da OIT, estabeleceu as condições para o trabalho da mulher.
(E) A Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho foi adotada em 1998, depois de votada pela Comissão de Peritos.

RESPOSTA Segundo a Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, devem ser respeitados a **liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva**; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a abolição efetiva do trabalho infantil; e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação. *Alternativa A*.

4979. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Mercosul – Mercado Comum do Sul:

(A) O Protocolo de Buenos Aires criou um Tribunal Permanente supranacional com sede em Montevidéu.

(B) O Mercosul não tem entre seus propósitos o de regular as relações trabalhistas e previdenciárias.

(C) O Acordo Multilateral de Montevidéu regulamentou a seguridade social entre os países-membros.

(D) O Protocolo de Olivos regulamentou a cooperação jurisdicional entre os países-membros em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa.

(E) A arbitragem, dentro do atual quadro institucional, perdeu seu espaço para as soluções judiciais.

RESPOSTA O Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul foi celebrado em dezembro de 1997 na capital do Uruguai, Montevidéu, bem como seu regulamento administrativo, ambos promulgados no Brasil pelo Decreto n. 5.722/2006. *Alternativa C*.

4980. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** OMC – Organização Mundial do Comércio:

(A) Surgiu em 1947 como desdobramento da OMC − Organização Mundial do Comércio, criada em Havana em 1919.

(B) Entre seus propósitos estão o de ser um centro de resolução de litígios entre Estados em matéria comercial.

(C) A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Emprego resultou na criação da OIT e da OMC.

(D) O GATS − Acordo Geral sobre Serviços silencia sobre a livre circulação de trabalhadores.

(E) Ao consagrar a necessidade de regras comerciais livres e transparentes, a OMC não contribui para o fortalecimento do papel dos trabalhadores.

RESPOSTA Segundo ensina Marcelo Pupe Braga, a OMC "regula o comércio, incentivando os Estados a firmar acordos específicos, e fiscaliza e supervisiona o cumprimento desses acordos. Consagra um sistema de solução de controvérsias em matéria de comércio internacional, o que lhe é peculiar" (*Direito internacional público e privado*, p. 141). *Alternativa B*.

4981. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Organizações internacionais:

(A) A OMC foi criada com o propósito de garantir a manutenção dos mecanismos de concentração econômica anteriormente existentes.

(B) A Assembleia Geral da ONU tem por função assessorar o Secretário Geral.

(C) O Conselho de Segurança da ONU pode fazer recomendações em matéria de aquisição de autodeterminação.

(D) Todos os Estados soberanos atualmente existentes são membros da ONU.

(E) As resoluções do Conselho de Segurança criam obrigações para os Estados-membros.

RESPOSTA O **Conselho de Segurança**, um dos órgãos principais da ONU, tem a responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais, e os membros das Nações Unidas concordam em aceitar e aplicar as suas decisões (art. 25, Carta da ONU). *Alternativa E*.

4982. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Em matéria de Organização Internacional do Trabalho, é correto afirmar:

(A) Os delegados representantes dos Estados-membros não poderão designar substitutos para atuar nas deliberações e votações.

(B) Os Estados-membros comprometem-se a designar os delegados consultores técnicos não governamentais de acordo com as organizações profissionais mais representativas, tanto dos empregadores como dos empregados, se essas organizações existirem.

(C) A Conferência Geral dos Representantes dos Estados-membros realizará sessões sempre que for necessário, e, pelo menos, duas vezes por ano.

(D) Cada delegado poderá ser acompanhado por consultores técnicos, cujo número será de no máximo três, para cada uma das matérias inscritas na ordem do dia da sessão.

(E) As sessões da Conferência realizar-se-ão em Genebra ou no lugar determinado pela Repartição Internacional do Trabalho, respeitadas quaisquer decisões que possam haver sido tomadas pela Conferência no decurso de uma sessão anterior.

RESPOSTA De acordo com a Constituição da OIT. (A) Art. 3º, item 7 (poderão designar). (B) Art. 3º, 5. (C) Art. 3º, 1 (uma vez por ano). (D) Art. 3º, 2 (no máximo dois). (E) Art. 5º (realizar-se-ão no lugar determinado pelo Conselho de Administração). *Alternativa B*.

4983. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Com base no Estatuto da OIT − Organização Internacional do Trabalho, é correto afirmar:

(A) A Organização permanente compreende uma Conferência Geral, um Conselho de Administração e uma Secretaria Administrativa.

(B) A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho tem poderes para conferir a qualidade de Membro da Organização, por maioria de um terço do conjunto dos votos presentes, se a mesma maioria prevalecer entre os votos dos delegados governamentais.

(C) A Repartição Internacional do Trabalho terá um Diretor-Geral designado pela Conferência Internacional, responsável pelo bom funcionamento da Repartição e pela realização de todos os trabalhos que lhe forem confiados.

(D) Para que uma Convenção ou uma Recomendação seja aceita em votação final pela Conferência, são necessários dois terços dos votos dos Membros da Organização.

(E) Cada delegado, representante do Estado-Membro, terá o direito de votar individualmente em todas as questões submetidas às deliberações da Conferência.

RESPOSTA De acordo com o art. 6º do Estatuto da OIT, cada delegado terá o direito de votar individualmente em todas as questões submetidas às deliberações da Conferência. *Alternativa E*.

V. Direitos Humanos

4984. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** É INCORRETO afirmar que a Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU)

(A) foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas sob a forma de Resolução.

(B) é um tratado internacional que contém a obrigação legal de respeito aos princípios básicos de direitos humanos.

(C) elenca direitos cujos respeito e observância universal devem ser promovidos pelos Estados membros das Nações Unidas.

(D) elenca tanto direitos civis e políticos, como direitos sociais, econômicos e culturais.

(E) fixa a ideia de que os direitos humanos são universais e não relativos às peculiaridades sociais e culturais de determinada sociedade.

RESPOSTA A **Declaração Universal dos Direitos do Homem** (1948) não foi formulada como *tratado*, mas como um documento que gerou o Tratado Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Tratado Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A sua natureza jurídica é de *resolução* da ONU. *Alternativa B*.

4985. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** Considere:

I. O primeiro reconhecimento normativo da igualdade essencial da condição humana remonta a 1776 e 1789, com a proclamação das liberdades individuais e da igualdade perante a lei, nos Estados Unidos e na França revolucionária.

II. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) marca outra fase de regulamentação dos direitos do homem, seguindo os moldes liberais clássicos de não intervenção.

III. A Declaração de Viena (1993) consagra dois aspectos que caracterizam a concepção contemporânea de direitos humanos: o alcance universal desses direitos e a unidade indivisível e interdependente que assumem.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) I, II e III.
(C) I e III, apenas.
(D) II, apenas.
(E) II e III, apenas.

RESPOSTA (I) A primeira geração de direitos humanos foi regulada e representada predominantemente pela *liberdade* e em defesa dos direitos individuais. (II) Ocorreu ao contrário, visto que após a Segunda Guerra Mundial, em que os direitos fundamentais foram afrontados pela ineficiência da sua defesa pela **Liga das Nações** (cujos objetivos eram impedir guerras e assegurar a paz), não poderia mais ser admitido nos moldes liberais clássicos de não intervenção. Sendo assim, criou-se a ONU e logo se adotou a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. (III) Conforme a própria **Declaração de Viena** prevê: “todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados” (art. 5º). *Alternativa C*.

4986. **(Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC)** Sobre os direitos humanos, analise as afirmações abaixo:

I. O Brasil submete-se à jurisdição do Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

II. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

III. O incidente de deslocamento da competência de crime praticado com grave violação de direitos humanos deve ser suscitado exclusivamente pelo Superior Tribunal de Justiça com o fim de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos.

É correto SOMENTE o que se afirma em

(A) I.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II e III.
(E) I, II e III.

RESPOSTA (I) De acordo com o § 4º do art. 5º, CF. (II) Art. 5º, § 3º, CF. (III) O incidente de deslocamento de competência pode ser para a Justiça Federal (art. 109, § 5º). *Alternativa B.*

4987. **(Juiz – TRT – 2012 – FCC)** Em matéria de Tratados e Convenções sobre direitos humanos é correto afirmar:

(A) Os Tratados e Convenções de Direitos Humanos só se incorporarão ao Direito Interno com o *status* de norma constitucional material e formal, se votados em ambas as Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, com aprovação por três quintos dos votos de seus membros.

(B) Basta a Carta de Ratificação do Presidente da República, ainda que não passe pela aprovação do Congresso Nacional, desde que sejam promulgados por intermédio do Decreto Legislativo.
(C) Os Tratados e Convenções só se incorporarão ao Direito Interno com o *status* de norma constitucional formal, independente de outros atos, pelos Decretos Legislativos aprovados com as mesmas exigências estabelecidas para as Emendas Constitucionais pelo Congresso Nacional.
(D) Os Tratados e Convenções só se incorporarão ao Direito Interno com o *status* de norma constitucional material, independente de outros atos, pelos Decretos Legislativos aprovados com as mesmas exigências estabelecidas para as Emendas Constitucionais pelo Congresso Nacional.
(E) Basta a assinatura do representante brasileiro na negociação que aprova o Tratado ou Convenção para incorporar formalmente no Direito Interno.

RESPOSTA De acordo com o § 3º do art. 5º, CF. *Alternativa A.*

VI. Direito Internacional Privado

4988. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** É correto afirmar:

(A) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, no que tange aos contratos de trabalho internacionais, determina a aplicação da lei do local da execução.
(B) O Código de Bustamante, Convenção de Havana de 1928, estabelece a legislação territorial sobre acidentes do trabalho e proteção social do trabalhador.
(C) O Tribunal Superior do Trabalho, tendo em vista a sua jurisprudência sumulada, busca aplicar, nos conflitos de interesses que chegam à sua jurisdição, a lei do local da execução.
(D) A Convenção n. 95, da Organização Internacional do Trabalho, admite o pagamento de salários no território nacional em moeda estrangeira, transformada no câmbio da moeda da época do pagamento, para proteção do poder aquisitivo do empregado.
(E) A capacidade das partes para obrigar-se em um contrato de trabalho é a da nacionalidade das mesmas.

RESPOSTA De acordo com o art. 198 do Código de Bustamante, também é territorial a legislação sobre acidentes do trabalho e proteção social do trabalhador. *Alternativa B.*

4989. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** Como consequência do regime constitucional adotado, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros,

(A) não podem ser objeto de controle de constitucionalidade concentrado, mas apenas de controle difuso, na medida em que, se afrontarem a Constituição, suscitarão questões relacionadas à sua recepção e não propriamente à sua constitucionalidade.
(B) ingressam no ordenamento jurídico brasileiro com natureza de cláusulas pétreas e, por isso, não poderão ser objeto de controle de constitucionalidade.
(C) equiparam-se à manifestação do Poder Constituinte Derivado Reformador, razão pela qual só poderão ser questionados quanto à sua constitucionalidade por meio de um poder discricionário de natureza política do Executivo ou do Legislativo.
(D) estão sujeitos a um prazo, contido no próprio texto do tratado ou da convenção, para que possam ser objeto de ações de controle de constitucionalidade. Findo esse prazo, não mais poderão ser questionados pela via judicial.
(E) adquirem *status* de emenda constitucional e podem ser objeto de controle de constitucionalidade

tanto pela via difusa quanto pela via concentrada.

RESPOSTA De acordo com o § 3º do art. 5º, CF, observados os trâmites do enunciado, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais e, assim, poderão ser objeto do controle de constitucionalidade. *Alternativa E*.

VII. Direito Comunitário

4990. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Em relação aos princípios e respectivos conceitos do Direito Comunitário, é correto afirmar:

(A) Pelo princípio da coesão, as relações entre as pessoas jurídicas de Direito Público e de Direito Privado e entre umas e outras devem pactuar-se pela igualdade.

(B) Pelo princípio da preservação do acervo comunitário, as decisões na Comunidade são tomadas com abertura e divulgação, para que os cidadãos europeus possam delas ter consciência.

(C) Pelo princípio da subsidiariedade, a Comunidade só deve exercer suas funções nos limites e atribuições instituídos pelos Tratados.

(D) Pelo princípio da lealdade, concretiza-se o primado do Direito Comunitário sobre o Direito Interno.

(E) Pelo princípio da proporcionalidade, a Comunidade não deve ultrapassar os meios necessários para alcançar o seu objetivo.

RESPOSTA De acordo com a doutrina, com o princípio da proporcionalidade busca-se saber se as medidas a serem tomadas pela Comunidade serão adequadas, necessárias e menos inconvenientes do que o resultado pretendido. Segundo o art. 5º, 3, do tratado que instituiu a Comunidade Europeia, a ação da Comunidade não deve exceder o necessário para atingir os objetivos do presente Tratado. *Alternativa E*.

VIII. Direito Internacional do Trabalho

4991. **(Juiz – TRT-11 – 2012 – FCC)** Com base na Convenção 132, da Organização Internacional do Trabalho − OIT, é correto afirmar:

(A) A duração das férias não deverá, em caso algum, ser inferior a três semanas de trabalho, por um ano de serviço.

(B) O trabalhador terá direito ao descanso correspondente às férias por período completo ou proporcionais somente após completar um ano de serviço, correspondente ao período aquisitivo.

(C) Aplica-se a todas pessoas empregadas com exceção dos aeronautas.

(D) Os dias feriados oficiais ou costumeiros que se situem dentro do período de férias anuais serão computados como parte do período mínimo de férias anuais remuneradas.

(E) O fracionamento do período de férias não pode ser permitido, porque prejudica o descanso mínimo necessário para o trabalhador recuperar suas forças.

RESPOSTA De acordo com o Decreto n. 3.197/99, que promulga a Convenção n. 132 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. (A) Art. 3º, 3. (B) Art. 4º, 1. Inclusive quem tenha completado, no curso de 1 (um) ano determinado, um período de serviço de duração **inferior** ao período necessário à obtenção de direito à totalidade das férias também terá direito, nesse ano, a férias de duração proporcionalmente reduzida. (C) Art. 2º, 1. A exceção é quanto aos aeronautas. (D) Art. 6º, 1 (que se situem ou não). (E) Art. 8º, 1 (pode ser autorizado). *Alternativa A*.

OUTRAS BANCAS

I. Direito dos Tratados

4992. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Sobre os tratados internacionais, assinale a alternativa correta.

(A) Podem ser celebrados pelo Presidente da República ou pelo Presidente do Senado.

(B) Celebrados pela autoridade competente, precisam ser referendados pelo Congresso Nacional.

(C) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

(D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria simples dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(E) Compete exclusivamente ao Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

RESPOSTA De acordo com o art. 84, CF, compete, privativamente, ao Presidente da República, entre outras atribuições, celebrar tratados, convenções e atos internacionais, **sujeitos a referendo do Congresso Nacional** (inciso VIII). *Alternativa B*.

4993. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Quanto à análise entre leis, tratados internacionais e constituição federal, é correto dizer que:

(A) como regra geral, o tratado internacional, posterior, regularmente incorporado ao sistema jurídico nacional, não revoga lei ordinária anterior. A exceção é prevista no art. 98 do Código Tributário Nacional.

(B) o Pacto de São José da Costa Rica, Decreto n. 678/1992, apresenta hierarquia de lei complementar no sistema jurídico nacional.

(C) é inconstitucional tratado internacional que estabeleça mecanismo de homologação de sentença estrangeira por meio de carta rogatória por serem instrumentos de cooperação jurídica internacional, previstos na Constituição da República Federativa do Brasil.

(D) a competência constitucional para conceder *exequatur* às cartas rogatórias é privativa do Supremo Tribunal Federal, não podendo lei ordinária ou tratado internacional excepcionar esta regra.

(E) tratado internacional sobre direitos humanos somente apresentará hierarquia de norma constitucional se aprovado pelo Congresso Nacional em cada Casa em dois turnos por três quintos dos seus membros.

RESPOSTA De acordo com o § 3º do art. 5º, CF, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. *Alternativa E*.

4994. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Em matéria de vigência dos tratados internacionais, no Brasil, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

I. É competência privativa do Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos ao referendo do Congresso Nacional.

II. Compete exclusivamente ao Congresso nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

III. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos devem passar pelo crivo de cada Casa do Congresso e de suas Comissões, tomadas as deliberações por maioria dos votos, presentes a

maioria absoluta de seus membros.

IV. Os tratados internacionais só terão vigência no Brasil, após a aprovação pelo Congresso Nacional, por via da Resolução, após a ratificação externa do Presidente da República e sua publicação no *Diário Oficial da União*.

V. Compete ao STJ julgar, em recurso ordinário, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais e estaduais, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal.

(A) Estão corretas as alternativas I e III.

(B) Estão corretas as alternativas II e IV.

(C) Estão corretas as alternativas III e V.

(D) Estão corretas as alternativas IV e V.

(E) Estão corretas as alternativas I e II.

RESPOSTA (I) De acordo com o inciso VIII do art. 84, CF. (II) Art. 49, I, CF. (III) Segundo o art. 47, CF, **salvo disposição constitucional em contrário**, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por *maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros*. Ocorre que o § 3º do art. 5º, CF, prevê que os **tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos** que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, **em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros**, serão equivalentes às emendas constitucionais. (IV) Não se trata de "resolução", mas de *decreto legislativo* (art. 49, I, CF). (V) Cabe ao STJ julgar, em *recurso especial* (e não *ordinário*), conforme a CF (art. 105, III, *a*). *Alternativa E*.

4995. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Assinale a alternativa correta, de acordo com as Convenções Internacionais de que o Brasil faz parte e de acordo com a sua legislação infraconstitucional.

(A) Todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser cumprido por elas de boa-fé, salvo se contrariarem o direito interno.

(B) A medida cautelar poderá ser solicitada pelo Brasil, de acordo com o Protocolo de Medidas Cautelares assinado em Ouro Preto, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, em 16.12.1994, nos processos ordinários, de execução, especiais ou extraordinários, de natureza civil, comercial, trabalhista e em processos penais, quanto à reparação civil, observando-se que não é possível, em qualquer hipótese, a recusa de cumprimento do Estado requerido.

(C) O Tratado de Assunção, que instituiu o MERCOSUL, tem por finalidade a constituição de um bloco regional restrito, com o objetivo de formar uma União Aduaneira completa.

(D) São limites para o atendimento do pedido de extradição, de conformidade com o Acordo de Extradição entre os Estados Partes do MERCOSUL, concluído e assinado no Rio de Janeiro, em 1998, a pena de morte e a pena perpétua privativa de liberdade.

(E) A nacionalidade da pessoa reclamada, quando houver pedido de extradição, poderá ser invocada para denegar a extradição, independentemente de disposição constitucional em contrário.

RESPOSTA Segundo o Acordo de Extradição entre os Estados-parte do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, o Estado-parte requerente **não aplicará ao extraditado**, em nenhum caso, a *pena de morte* ou de *pena perpétua privativa de liberdade* (art. 13, § 1º). *Alternativa D*.

4996. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** A respeito dos tratados internacionais, indique a alternativa incorreta:

(A) após a Emenda Constitucional 45/2004, os tratados e convenções internacionais que versem sobre direitos humanos e forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos e por três quintos dos votos de seus respectivos membros serão equivalentes às emendas constitucionais;

(B) a Constituição Federal assegura aos Estados federados a possibilidade de celebrar tratados

internacionais;

(C) a denúncia consiste em ato formal por meio do qual o Estado manifesta a sua vontade de deixar de participar de um tratado internacional;

(D) é competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados internacionais;

(E) compete ao Juiz Federal processar e julgar as causas neles fundadas.

RESPOSTA Segundo o inciso I do art. 21, CF, compete à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais, bem como compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional (art. 84, VIII, CF). *Alternativa B*.

4997. (Procurador – MPT – 2008) Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) de acordo com o Protocolo de Ouro Preto o MERCOSUL não poderá, no uso de suas atribuições, praticar atos necessários à realização de seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências;

(B) o Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares, as decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção, os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos são fontes jurídicas do MERCOSUL;

(C) a personalidade jurídica do MERCOSUL, de acordo com o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção – Protocolo de Ouro Preto – é de direito internacional;

(D) o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) foi criado pelo Tratado de Assunção de 26 de março de 1991, pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mas encontra-se aberto à adesão de outros países;

(E) não respondida.

RESPOSTA Segundo o art. 35 do **Protocolo de Ouro Preto**, o Mercosul poderá, no uso de suas atribuições, praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências. *Alternativa A*.

4998. (Advogado – CAIXA-RS – 2010 – AOCP) Sobre o ingresso dos Tratados Internacionais no direito brasileiro, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

( ) Se o tratado versar sobre direitos humanos e for aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação e por 3/5 de seus membros, terá *status* constitucional.

( ) Segundo o STF, se o tratado versar sobre direitos humanos e não for aprovado com *quorum* de Emenda Constitucional, ingressará no Brasil com *status* infraconstitucional e supralegal.

( ) Devem ser observadas três fases para a incorporação de um tratado internacional no ordenamento jurídico brasileiro: 1ª: Celebração pelo Presidente da República; 2ª: Referendo do Congresso Nacional e 3ª: Edição de decreto do Presidente da República, promulgando o ato ou tratado devidamente ratificado pelo Congresso Nacional.

(A) F – F – F.

(B) V – V – V.

(C) F – V – V.

(D) V – F – V.

(E) V – F – F.

RESPOSTA (V) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do

Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais (art. 5º, § 3º, CF). (V) Tem-se como exemplo o **Pacto de San José da Costa Rica**, "passando a ter como fundamento de validade o § 2º do art. 5º da CF/88, prevalece como norma supralegal em nossa ordem jurídica interna e, assim, proíbe a prisão civil por dívida. Não é norma constitucional – à falta do rito exigido pelo § 3º do art. 5º –, mas a sua hierarquia intermediária de norma supralegal autoriza afastar regra ordinária brasileira que possibilite a prisão civil por dívida" (STF, HC 94.013/SP). (V) De acordo com os arts. 84, VIII, e 49, I, ambos da CF. *Alternativa B*.

4999. **(Procurador – MPT – 2008)** Analise as assertivas abaixo:

I. as convenções da Organização Internacional do Trabalho são tratados internacionais abertos para a ratificação dos Estados membros;

II. as recomendações não necessitam de ratificação, visando, apenas, a orientar as políticas, legislações e práticas nacionais;

III. as convenções internacionais são consideradas fontes normativas heterônomas do direito, desde que seja realizada a ratificação pelo Estado membro da Organização Internacional do Trabalho;

IV. a recomendação é considerada fonte jurídica material, uma vez que cumpre o importante papel político e cultural de induzir os Estados a aperfeiçoar sua legislação interna na direção traçada por esse documento programático internacional.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

(A) somente as assertivas I e II estão corretas;
(B) somente as assertivas III e IV estão corretas;
(C) todas as assertivas estão corretas;
(D) todas as assertivas estão incorretas;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) As **convenções da OIT** são tratados que podem ser ratificados por um número ilimitado de Estados (desde que seja membro da OIT) a qualquer tempo, por isso são considerados pela doutrina como multilaterais abertos (*vide* art. 19, § 5º, da Constituição da OIT). (II) As **recomendações** são, na verdade, sugestões ou indicações para orientar a determinados temas sem a exigência de ratificação. (III) Segundo ensina Maurício Godinho Delgado, "as convenções internacionais são consideradas fontes normativas heterônomas do direito, desde que seja realizada a ratificação pelo estado-membro da OIT, ao passo que a recomendação é considerada fonte jurídica material" (*Curso de direito do trabalho*, 2006, p. 155). (IV) Está correta, pois pela precariedade da efetividade das *recomendações*, sem criar direitos nem obrigações, elas são consideradas meras fontes jurídicas materiais. *Alternativa C*.

II. Nacionalidade e Estrangeiros

5000. **(Juiz – TRF-4 – 2010)** Assinale a alternativa correta.

(A) Prestar assistência religiosa a estabelecimento de internação coletiva sujeita o estrangeiro a pena de multa e deportação.
(B) Prestar assistência religiosa a estabelecimento de internação coletiva sujeita o estrangeiro a pena de detenção e deportação.
(C) Prestar assistência religiosa a estabelecimento de internação coletiva sujeita o estrangeiro a pena de multa e expulsão.
(D) Prestar assistência religiosa a estabelecimento de internação coletiva sujeita o estrangeiro a pena de detenção e expulsão.
(E) Não está prevista na legislação brasileira nenhuma sanção, mesmo para o estrangeiro, pois a prestação de assistência religiosa não é infração punível.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro), é vedado ao estrangeiro, dentre outros, prestar assistência religiosa às Forças Armadas e auxiliares, e também aos estabelecimentos de internação coletiva (art. 106, X). A

pena reflete em detenção e expulsão, *vide* art. 125, XI. *Alternativa D*.

5001. (Procurador – MPT – 2009) Assinale a alternativa INCORRETA acerca das disposições constitucionais quanto ao estrangeiro no Brasil:

(A) É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
(B) A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.
(C) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros residentes no país.
(D) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
(E) Não respondida.

RESPOSTA Segundo o § 2º do art. 14, CF, não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos. *Alternativa C*.

III. Relações Diplomáticas

5002. (Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO) O Brasil acaba de firmar relações diplomáticas com um país que comprou uma casa no Lago Sul, em Brasília, para servir de residência oficial para seu Embaixador. A casa estava precisando de reparos. Como as obras eram urgentes, o embaixador tomou R$ 10 mil emprestados em um Banco comercial de Brasília para fazer face às despesas iniciais da obra. O empréstimo não é pago, e o Banco pretende cobrar judicialmente a dívida. Nesse caso, o Banco

(A) não poderá executar o contrato, porque o país estrangeiro goza de imunidade de jurisdição e de execução.
(B) não poderá cobrar a dívida, por falta de competência da justiça brasileira quando o réu é pessoa jurídica de direito público externo ou seu representante oficial.
(C) poderá cobrar em juízo a dívida, porque não há imunidade de jurisdição para atos *ius gestionis*.
(D) poderá penhorar a casa, porque não há imunidade de jurisdição para atos *ius gestionis*.
(E) precisará cobrar diretamente do Embaixador, porque os bens da Embaixada são invioláveis e impenhoráveis.

RESPOSTA Conforme ensina Francisco Rezek, “a ideia de imunidade absoluta do Estado estrangeiro à jurisdição local começou a desgastar-se já pela segunda metade do século XX” (*Direito internacional público*, p. 207), complementando, com sua participação como ministro, em decisão do STF que negou imunidade de jurisdição para o Estado estrangeiro em causa de natureza trabalhista (ACi 9.696/SP). Alerta ainda, o ex-ministro, quanto à distinção entre os atos estatais *ius imperii* e *ius gestionis*, visto que esse segundo seriam atos negociais ou laborais e, portanto, de nenhuma imunidade de jurisdição. *Alternativa C*.

5003. (Juiz – TRT-21 – 2010) Tratando-se de trabalhador brasileiro que ingressa com ação na Justiça do Trabalho contra Estado estrangeiro, com o qual manteve relação laboral, prestando serviços em sua representação diplomática situada em Brasília, Distrito Federal, é correto afirmar:

(A) em razão de o Estado estrangeiro gozar de imunidade de execução, a Justiça do Trabalho não pode conhecer a ação, se o pedido implicar em condenação ao pagamento de valores;
(B) o Estado estrangeiro pode renunciar à imunidade de jurisdição, mas não pode renunciar à imunidade de execução, se o pedido formulado corresponder a condenação ao pagamento de valores;

(C) não há imunidade de jurisdição, sendo possível, também, que haja execução da sentença, quando forem encontrados bens de propriedade do Estado estrangeiro que não estejam cobertos pela afetação diplomática;

(D) considerando ser relativa a imunidade de execução do Estado estrangeiro, a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar a ação, mas os atos executórios são da competência do Supremo Tribunal Federal;

(E) por ser relativa a imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro, o Supremo Tribunal Federal, na fase de execução, poderá expedir mandado de penhora, por meio de Carta Rogatória, para bloqueio de dinheiro encontrado em conta bancária mantida em instituição brasileira.

RESPOSTA Segundo ensina Francisco Rezek, “no Brasil uma decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada à unanimidade em maio de 1989, assentou que o Estado estrangeiro não tem imunidade em causa de natureza trabalhista (Apelação Cível 9.696, *RTJ* 133/159)” (2011, p. 210). Aduz ainda o autor que a “execução forçada da eventual sentença condenatória, entretanto, só é possível na medida em que o Estado estrangeiro tenha, no âmbito espacial de nossa jurisdição, bens estranhos à sua própria representação diplomática ou consular” (*Direito internacional público*, p. 210). *Alternativa C*.

5004. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** É INCORRETO afirmar que:

(A) Apesar de o Brasil ter unificado as carreiras de diplomatas e cônsules, as imunidades concedidas a essas funções pelo Direito Internacional são diferentes, merecendo maiores privilégios os diplomatas por representarem o Estado de origem junto à soberania local, a fim de cuidar de assuntos de Estado.

(B) Regra geral, o estrangeiro não tem direitos políticos, mesmo quando instalado definitivamente no território e entregue à plenitude de suas potencialidades civis, no trabalho e no comércio.

(C) Em matéria penal, civil e tributária os privilégios dos agentes diplomáticos e consulares estendem-se aos membros das respectivas famílias, desde que vivam sob sua dependência.

(D) A regra geral estabelece que somente o Estado acreditante pode renunciar, se entender conveniente, as imunidades de índole penal que gozam seus representantes diplomáticos e consulares.

(E) A admissão de estrangeiros por um Estado soberano em seu território é, sempre, discricionária.

RESPOSTA Segundo ensina Francisco Rezek, “em matéria penal, civil e tributária, os privilégios dos agentes dessas duas categorias [diplomática e consular] estendem-se aos membros das respectivas *famílias*, desde que vivam sob sua dependência **e tenham, por isto, sido incluídos na lista diplomática**” (*Direito internacional público*, p. 202, grifou-se). *Alternativa C*.

IV. Tribunais Internacionais e Arbitragem

5005. **(Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO)** Uma controvérsia entre Brasil e Argentina teve início por conta de restrições impostas pelo governo brasileiro à entrada de certos produtos argentinos no mercado nacional. Concluída a etapa de negociação sem que se chegasse a um acordo, o governo argentino iniciou o procedimento arbitral *ad hoc* e teve ganho de causa. Se o Brasil pretender recorrer da decisão, deverá ajuizar o recurso perante a (o)

(A) Corte Internacional de Justiça

(B) Corte Permanente de Justiça Internacional

(C) Organização Mundial do Comércio (OMC)

(D) Centro de Solução de Disputas (ICSID) do Banco Mundial

(E) Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (TPR)

RESPOSTA De acordo com o Decreto n. 4.982/2004, que promulga o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, qualquer das partes na controvérsia poderá apresentar um recurso de revisão do laudo do Tribunal Arbitral *Ad Hoc* ao

Tribunal Permanente de Revisão, em prazo não superior a 15 (quinze) dias a partir da sua notificação. *Alternativa E*.

5006. **(Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO)** De acordo com a Lei n. 9.307/96, que dispõe sobre a arbitragem, será denegada a homologação para o reconhecimento ou execução da sentença arbitral estrangeira, se constatado que

(A) a decisão ofende a ordem pública nacional.

(B) a sentença arbitral foi proferida fora do território nacional.

(C) os efeitos da decisão recairão sobre os sucessores das partes.

(D) houve prévia denegação da homologação por vícios formais.

(E) há voto em separado de árbitro divergente do da maioria.

RESPOSTA Dentre outros casos em que será denegada a homologação para o reconhecimento ou execução da sentença arbitral estrangeira, se o STF constatar que a decisão ofende a ordem pública nacional (art. 39, II, Lei n. 9.307/96). *Alternativa A.*

5007. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** A competência da Corte Internacional de Justiça é conferida:

(A) pelo art. 94 da Carta das Nações Unidas quando obriga seus membros a se comprometerem com suas decisões.

(B) pelas partes de sua jurisdição, quando a aceitam a qualquer tempo, mediante cláusula compromissória, segundo o art. 36, parágrafo 2º, de seu estatuto.

(C) por qualquer Tratado que trate sobre a matéria desde que assinado pelas partes litigantes, respeitado o princípio da reciprocidade.

(D) pela própria Corte Internacional de Justiça, atendidos os pressupostos do art. 36, parágrafo 2º, letras *a*, *b*, *c* e *d*.

(E) pela existência de condição material, ou seja, de controvérsia entre os litigantes sobre matéria constante de tratado internacional.

RESPOSTA A Corte ou Tribunal Internacional de Justiça foi instituída pelo art. 92 da Carta das Nações Unidas de 1945, que trouxe o seu Estatuto incluído, cujos pressupostos da competência da Corte estão de acordo com a *alternativa D*.

5008. **(AGU-PFN – BR – 2007 – ESAF)** Indique V para os itens verdadeiros e F para os falsos. Em seguida, assinale a sequência correta.

( ) O Brasil ratificou o tratado internacional que constitui o Tribunal Penal Internacional.

( ) O Tribunal Penal Internacional, ademais de poder julgar Estados, exerce jurisdição sobre indivíduos acusados dos crimes previstos em seu Estatuto.

( ) Entre as penas previstas pelo Estatuto de Roma, que cria o Tribunal Penal Internacional, estão a prisão perpétua e a pena de morte.

( ) Entre os crimes da competência do Tribunal Penal Internacional estão os crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

( ) O Estado condenado pelo Tribunal Penal Internacional está sujeito a sanções econômicas.

(A) V, V, F, V, V

(B) V, V, F, V, F

(C) V, V, V, V, V

(D) V, F, F, V, F

(E) F, F, F, F, V

RESPOSTA (V) Corresponde ao § 4º do art. 5º, CF. (F) O TPI tem competência para julgar as *pessoas físicas* responsáveis pelos crimes previstos no Estatuto de Roma. (F) A *pena de morte* não está prevista. (V) Conforme o § 1º do art. 5º do Estatuto

de Roma. (F) Não há essa previsão. *Alternativa D*.

V. Sujeitos e Organizações Internacionais

5009. **(Juiz – TRT-21 – 2012)** A Organização Internacional do Trabalho, para desempenhar o seu importante papel de formulação e acompanhamento da aplicação das normas internacionais do trabalho, possui uma estrutura administrativa composta por órgãos e comissões, e regras sobre a forma de provocação do sistema de controle do cumprimento das normas internacionais pelos países membros. Após a leitura das assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I. São órgãos da Organização Internacional do Trabalho: uma Conferência Geral, constituída pelos representantes dos Estados-membros; um Conselho de Administração, composto de representantes dos governos dos Estados-membros, empregados e empregadores; uma Repartição Internacional do Trabalho.

II. Os Estados-membros devem apresentar à Repartição Internacional do Trabalho um relatório a cada dois anos sobre as medidas por eles adotadas para execução das convenções a que aderiram.

III. Os Estados-membros podem apresentar queixas contra outros Estados-membros por não cumprimento de Convenções da OIT. Uma queixa será analisada ainda que o Estado denunciado não tenha ratificado a Convenção da OIT a respeito da qual se denunciou o descumprimento.

IV. O Comitê de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho analisa as reclamações formuladas contra Estados-membros por organizações de empregados ou empregadores, ainda que a matéria não tenha sido suscitada perante os órgãos judiciais do Estado-membro reclamado.

(A) somente as assertivas I, II e III estão corretas;

(B) somente as assertivas I e II estão corretas;

(C) somente as assertivas III e IV estão corretas;

(D) somente as assertivas II e III estão corretas;

(E) somente as assertivas I, III e IV estão corretas.

RESPOSTA De acordo com a Constituição da OIT. (I) Art. 2º. (II) Art. 22 (relatório anual). (III) Art. 26, 1. (IV) A OIT tem um procedimento especial a partir do princípio da liberdade sindical referente a queixas apresentadas por governos ou pelas organizações de empregadores ou de trabalhadores contra um país-membro, mesmo que não tenham ratificado. Atuam dois órgãos para tal fim; além da Comissão de Investigação e de Conciliação, há o Comitê da Liberdade Sindical, que examina processos relativos a vários aspectos da liberdade sindical. *Alternativa E*.

5010. **(Juiz – TRT-23 – 2012)** A respeito da OIT – Organização Internacional do Trabalho – assinale a alternativa que contém proposição **incorreta:**

(A) A OIT foi instituída pelo Tratado de Versalhes de 1919 (mil novecentos e dezenove), sendo posteriormente complementada pela Declaração de Filadélfia, de 1944 (mil novecentos o quarenta e quatro).

(B) Enquanto órgãos da OIT (Organização Internacional do Trabalho) Incumbe: à Repartição Internacional do Trabalho exercer as funções ditas de secretaria realizando, por exemplo, os serviços de documentação e divulgação das atividades da Organização e publicação das Convenções e Recomendações desta; à Conferência ou Assembleia Geral atuar como órgão deliberativo constituído pelos Estados Membros da Organização que encaminham delegações que os representam e que são formadas por membros representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores; ao Conselho de Administração exercer funções executivas e administrativas da OIT, sendo composto por representantes de trabalhadores, empregadores e do governo dos Estados

Membros.

(C) A denúncia de uma Convenção da OIT refere-se ao processo pelo qual uma organização profissional ou de empregadores informa e comprova, junto ao Conselho de Administração do órgão, o não cumprimento de uma ou mais das Convenções da OIT por determinado Estado Membro.

(D) As Convenções da OIT possuem natureza jurídica de tratados internacionais multilaterais que estabelecem normas e que, portanto, são obrigatórias àqueles Estados Membros que as ratificarem. As Recomendações da OIT, no entanto, possuem como função principal a de servir como sugestão, inspiração ou indicação aos Estados quanto à produção normativa interna para aperfeiçoamento de suas respectivas legislações trabalhistas.

(E) O controle da OIT quanto à aplicação das Convenções ratificadas pelos seus Estados membros é feito através da Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações que é um órgão técnico composto de membros independentes que se reúnem anualmente tendo suas observações submetidas à Comissão de Conferência.

RESPOSTA Nas palavras de Francisco Rezek, "a exemplo da ratificação e da adesão, a **denúncia** é um *ato unilateral*, de efeito jurídico inverso ao que produzem aquelas duas figuras: pela denúncia, manifesta o Estado sua vontade de deixar de ser parte no acordo internacional" (*Direito internacional público*, p. 137-138). Aplica-se o termo às convenções da OIT. *Alternativa C*.

5011. (Advogado – SENADO – 2008 – FGV) Os sujeitos de Direito Internacional são:

(A) Estados, Organizações Governamentais Internacionais, Organizações Não Governamentais, blocos regionais.

(B) Estados, Organizações Governamentais Internacionais, Organizações Não Governamentais, pessoas jurídicas e indivíduos.

(C) Estados, Organizações Governamentais Internacionais, Organizações Não Governamentais, pessoas jurídicas, indivíduos e blocos regionais.

(D) Estados, Organizações Governamentais Internacionais, Organizações Não Governamentais, pessoas jurídicas e blocos regionais.

(E) Estados, Organizações Governamentais Internacionais, pessoas jurídicas, indivíduos e blocos regionais.

RESPOSTA Conforme a melhor doutrina, são sujeitos de Direito Internacional os Estados, as Organizações Internacionais, governamentais ou não, as empresas transnacionais, o indivíduo, as coletividades não estatais e blocos regionais como o Mercosul, por exemplo. *Alternativa C*.

5012. (Juiz – TRT-6 – 2010) Analise as assertivas abaixo e depois assinale a alternativa CORRETA:

I. A Conferência Internacional do Trabalho é o órgão deliberativo da Organização Internacional do Trabalho e corresponde à sessão plenária de seus Estados-membros presentes por intermédio de suas respectivas delegações tripartites compostas de um representante governamental, um representante dos trabalhadores e um representante dos empregadores.

II. A Conferência Internacional do Trabalho é o órgão deliberativo da Organização Internacional do Trabalho e corresponde à sessão plenária de seus Estados-membros presentes por intermédio de suas respectivas delegações compostas de técnicos indicados pelos respectivos governos conforme os pontos que então estejam na sua ordem do dia.

III. Além da função normativa de elaboração de Convenções, Recomendações ou Resoluções, a Conferência Internacional do Trabalho também possui a atribuição de definir a execução das

políticas e programas da Organização Internacional do Trabalho, sendo responsável pela eleição do Diretor-Geral e pela elaboração de uma proposta de programa e orçamento bienal.

IV. Na Conferência Internacional do Trabalho, cada delegado poderá contar com a assistência de consultores técnicos e possui direito a um voto individual e independente dos demais componentes de sua delegação.

(A) As assertivas I e IV estão corretas.

(B) As assertivas I e III estão corretas.

(C) Apenas a assertiva II está errada.

(D) Apenas a assertiva IV está correta.

(E) Todas as assertivas estão erradas.

RESPOSTA (I) A Conferência Internacional do Trabalho, o órgão supremo da OIT, é composta por **quatro representantes** de cada um dos Estados-membros, ou seja, dois delegados do governo, um delegado representante dos trabalhadores e um delegado representante do empregador. (II) Nem só de técnicos as delegações estão compostas. (III) O Diretor-Geral será designado pelo Conselho de Administração (art. 8º da Constituição da OIT). (IV) De acordo com o art. 4º da Constituição da OIT. *Alternativa D*.

5013. (Juiz – TRT-2 – 2011) No que concerne à Organização Internacional do Trabalho, assinale a alternativa **incorreta:**

(A) A Organização Internacional do Trabalho compreende, na sua estrutura básica, uma Conferência Geral constituída pelos Representantes dos Estados-membros; um Conselho de Administração, composto por representantes dos Governos, dos empregadores e dos empregados; e, uma Repartição Internacional do Trabalho, que terá um Diretor-Geral, designado pelo Conselho de Administração.

(B) Quando houver uma proposta de Convenção Internacional será dado aos Estados-membros conhecimento do teor da Convenção para fins de ratificação, os quais se comprometem a submeter, dentro do prazo de 18 meses, sem nunca exceder a 24 meses, após o encerramento da Conferência, à autoridade interna competente.

(C) Os Estados-membros da Organização Internacional do Trabalho comprometem-se a apresentar à Repartição Internacional do Trabalho um relatório anual sobre as medidas por ele tomadas para a execução das convenções a que aderiram.

(D) As questões ou dificuldades relativas à interpretação da Constituição (Estatuto) da Organização Internacional do Trabalho e das convenções ulteriores concluídas pelos Estados-membros, em virtude da mesma, serão submetidas à apreciação da Corte Internacional de Justiça.

(E) No caso de um Estado federado, o Diretor-Geral da Repartição Internacional deve ser informado sobre a legislação dos Estados-membros e também deve ser informado até que ponto deu-se ou se pretende dar aplicação a dispositivos da convenção internacional, ainda que não ratificada.

RESPOSTA Conforme o § 5º do art. 19 da Constituição da OIT, tratando-se de uma convenção, será dado a todos os Estados-membros conhecimento da convenção para fins de ratificação; cada um dos Estados-membros compromete-se a submeter, **dentro do prazo de um ano**, a partir do encerramento da sessão da Conferência (**ou, quando, em razão de circunstâncias excepcionais, tal não for possível, logo que o seja, sem nunca exceder o prazo de 18 meses** após o referido encerramento), a convenção à autoridade ou autoridades em cuja competência entre a matéria, a fim de que estas a transformem em lei ou tomem medidas de outra natureza. *Alternativa B*.

5014. (Juiz – TRT-3 – 2012) São órgãos da Organização Internacional do Trabalho, exceto:

(A) a Conferência geral constituída pelos Representantes dos Estados-membros.

(B) o Conselho de Administração.

(C) a Repartição Internacional do Trabalho sob a direção do Conselho de Administração.

(D) as Conferências Regionais.

(E) o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

RESPOSTA Segundo o art. 2º da Constituição da OIT, a Organização permanente compreenderá: uma **Conferência geral** constituída pelos Representantes dos Estados-membros; um **Conselho de Administração** composto como indicado no art. 7º; uma **Repartição Internacional do Trabalho** sob a direção de um Conselho de Administração. Conforme o art. 38, a OIT poderá convocar **conferências regionais** e criar instituições do mesmo caráter, quando julgar que umas e outras serão úteis aos seus fins e objetivos. *Alternativa E*.

5015. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Sobre a Organização Internacional do Trabalho, é correto afirmar:

(A) foi criada em consequência da segunda grande guerra mundial, passando a integrar, como pessoa jurídica de direito internacional, a Liga das Nações;

(B) são seus órgãos o Conselho de Administração, a Conferência Internacional do Trabalho, a Corte Internacional do Trabalho e a Repartição Internacional do Trabalho;

(C) possui composição tripartite, com representantes dos governos, das organizações de direitos humanos e das associações sindicais;

(D) a sua atividade normativa ocorre por meio de convenções internacionais, de recomendações e de pareceres normativos;

(E) nenhuma das alternativas está correta.

RESPOSTA (A) A OIT foi criada após a Primeira Guerra Mundial. (B) A Corte Internacional não está prevista no art. 2º da Constituição da OIT. (C) Os Estados-membros terão direito a **quatro representantes**, sendo dois delegados do governo, um delegado representante dos trabalhadores e um delegado representante do empregador (art. 3º). (D) Os “pareceres normativos” não estão previstos na Constituição da OIT (*vide* art. 19). (E) Todas erradas. *Alternativa E*.

VI. Direitos Humanos

5016. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** A Constituição da República Federativa do Brasil apresenta um extenso catálogo de direitos e garantias fundamentais, tanto individuais como coletivos, sendo que tais normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, por expressa previsão constitucional. O texto constitucional também é claro ao prever que direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Por ocasião da promulgação da Emenda Constitucional n. 45, em 2004, a Constituição passou a contar com um § 3º, em seu art. 5º, que apresenta a seguinte redação: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”. Logo após a promulgação da Constituição, em 1988, o Brasil ratificou diversos tratados internacionais de direitos humanos, dentre os quais se destaca a Convenção Americana de Direitos Humanos, também chamada de Pacto de San José da Costa Rica (tratado que foi internalizado no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n. 678/1992), sendo certo que sua aprovação não observou o *quorum* qualificado atualmente previsto pelo art. 5º, § 3º, da Constituição (mesmo porque tal previsão legal sequer existia). Tendo como objeto a Convenção Americana de Direitos Humanos, segundo a recente orientação do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta sobre o *status* jurídico de suas disposições.

(A) *Status* de Lei Ordinária.

(B) *Status* de Lei Complementar.

(C) *Status* de Lei Delegada.
(D) *Status* de Norma Supralegal.
(E) *Status* de Norma Constitucional.

RESPOSTA Observada a jurisprudência do STF (RE 466.343/SP), se o tratado internacional for de Direitos Humanos e for discutido, votado e aprovado com *quorum* de lei ordinária, terá *status* de norma supralegal, ou seja, aquela que fica entre a Constituição e a lei. E o Pacto de San José da Costa Rica, para sua aprovação, não observou o *quorum* qualificado previsto no art. 5º, § 3º, CF. *Alternativa D.*

5017. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA quanto à Convenção sobre os Direitos da Criança:

(A) Os Estados-Parte devem adotar as medidas necessárias para impedir a exploração de crianças em espetáculos ou materiais pornográficos.
(B) Os Estados-Parte reconhecem o direito da criança de estar protegida contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.
(C) Fica limitada a jornada de trabalho ao mínimo de oito horas diárias, com uma hora de intervalo, salvo legislação nacional mais benéfica.
(D) Considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.
(E) Não respondida.

RESPOSTA Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança, os Estados-parte devem, nomeadamente, fixar uma idade mínima ou idades mínimas para a admissão a um emprego (art. 32, § 2º, *a*) e adotar regulamentos próprios relativos à duração e às condições de trabalho (*b*). Portanto, a Convenção não estipulou de forma determinada a jornada de trabalho, mas deixou aos Estados-parte essa tarefa, respeitadas as condições mínimas impostas. *Alternativa C*.

5018. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Sobre a "Proteção aos Direitos Humanos", analise as afirmativas a seguir:

I. Os Direitos Internacionais de Proteção à pessoa humana vêm a resguardar o homem quando o Estado que o tutela falha ao fazê-lo.
II. As regras de Direito Humanitário, constantes das Convenções de Genebra, por se constituírem em *jus cogens* são *erga omnes*.
III. O Tribunal Penal Internacional é jurisdição não recepcionada pela Constituição Brasileira conforme seu art. 5º, inciso XXXVIII, que não admite juízo ou tribunal de exceção.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa II estiver correta.
(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) *Vide* a preocupação do constituinte originário quando incluiu o § 2º no capítulo dos direitos e deveres individuais coletivos na CF/88, visto que estes não excluem aqueles previstos em tratados internacionais. Tem por objetivo reconhecer e assegurar também os direitos dos indivíduos perante seus próprios Estados. (II) As regras de direito humanitário são inderrogáveis, a não ser que sejam modificadas por outra da mesma natureza, e produzem efeitos em toda e qualquer sociedade internacional. (III) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão (art. 5º, § 4º, CF). *Alternativa B*.

5019. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** A respeito de um tratado internacional sobre direitos humanos aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, pode-se dizer que:

(A) Esse tratado prevalece em caso de conflito com lei ordinária.
(B) A Constituição deferiu competência exclusiva ao Congresso Nacional e esse tratado não pode ser celebrado pelo Presidente da República.
(C) Esse tratado é automaticamente incorporado ao Direito interno, independentemente de celebração.
(D) Esse tratado cede em caso de conflito com lei complementar.
(E) O Presidente da República deverá denunciá-lo.

RESPOSTA Segundo o § 3º do art. 5º, CF, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, *serão equivalentes* às **emendas constitucionais**. *Alternativa A.*

VII. Direito Internacional Privado

5020. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** No Brasil, os instrumentos de cooperação jurídica internacional

(A) são a carta rogatória e a homologação de sentença estrangeira (conforme previsto na Constituição da República Federativa do Brasil).
(B) são a homologação de sentença estrangeira, a carta rogatória e a extradição (conforme previsto na Constituição da República Federativa do Brasil).
(C) são o auxílio direto, a homologação de sentença estrangeira, a carta rogatória e a extradição (mesmo que estes não estejam todos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil).
(D) eram a carta rogatória e a homologação de sentença estrangeira. Atualmente é apenas a rogatória, uma vez que após o Protocolo de Las Lenãs do Mercosul a homologação de sentença estrangeira, no Brasil, se dá por meio da carta rogatória.
(E) resumem-se hoje ao auxílio direto, que substitui todos os outros.

RESPOSTA De acordo com a CF, competem ao STJ a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias (art. 105, I, *i*), e ao STF, a extradição solicitada por Estado estrangeiro (art. 102, I, *g*). Apesar de o auxílio direto não estar previsto na CF, a Resolução 9/2005 do STJ que trata da sua competência quanto ao art. 105, I, *i*, CF prevê que os pedidos de **cooperação jurídica internacional** que tiverem por objeto atos que não ensejem juízo de delibação pelo Superior Tribunal de Justiça, ainda que denominados como carta rogatória, serão encaminhados ou devolvidos ao Ministério da Justiça para as providências necessárias ao cumprimento por auxílio direto (art. 7º, parágrafo único). *Alternativa C.*

5021. **(Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO)** Um contrato de financiamento, entre uma empresa brasileira e um Banco comercial holandês com filial em Londres, acaba de ser assinado pelos representantes legais das partes em Londres. Como garantia, a empresa brasileira deu em hipoteca dois imóveis situados no Brasil. O contrato nada dispõe sobre a lei aplicável ao mesmo, limitando-se a indicar Londres como foro competente para as disputas que vierem a surgir entre as partes. Segundo o disposto na legislação brasileira, a lei aplicável a esse contrato é a

(A) de Londres, em razão da cláusula de foro.
(B) de Londres, por ser o local em que o contrato foi concluído.
(C) da Holanda, por ser a sede do proponente.
(D) brasileira, porque as garantias contratuais estão no Brasil.
(E) brasileira, por ser o domicílio do devedor.

RESPOSTA De acordo com o art. 9º, LINDB, para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem, no caso, Inglaterra (Londres). *Alternativa B*.

VIII. Temas Combinados

5022. **(Juiz – TRF-4 – 2010)** Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

I. No Brasil não é possível a homologação parcial de sentença estrangeira, mas é admissível a concessão de tutela de urgência no seu procedimento.

II. O juiz brasileiro, tratando-se de crime de "lavagem de dinheiro" (Lei 9.613, de 03/03/98) praticado por estrangeiro em outro país, pode, mediante solicitação da autoridade competente, determinar a apreensão ou o sequestro de bens e direitos, independentemente da existência de tratado ou convenção, desde que o governo do país da autoridade solicitante prometa reciprocidade ao Brasil.

III. Quando os tratados versarem sobre direitos humanos, serão sempre internalizados com força de lei complementar.

IV. Somente os Estados independentes têm capacidade para firmar tratado internacional.

V. Os tratados-contratos ou tratados especiais se extinguem, dentre outros modos, quando ocorrer a sua execução integral, pela impossibilidade de execução, pela renúncia unilateral por parte do Estado exclusivamente beneficiado, pela denúncia unilateral, pela guerra e pela inexecução do tratado por um dos Estados contratantes.

(A) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
(B) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
(C) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
(D) Estão corretas apenas as assertivas II e V.
(E) Estão corretas apenas as assertivas III e V.

RESPOSTA (I) Art. 4º, § 2º, Resolução 9/2005, STJ (as decisões estrangeiras podem ser homologadas parcialmente). (II) Art. 8º, § 1º, Lei n. 9.613/98. (III) Se observarem a regra do § 3º do art. 5º, CF, serão equivalentes às emendas constitucionais, caso contrário, caráter supralegal (CF, art. 5º, § 2º, c/c STF, HC 94.013/SP). (IV) Não só os Estados, mas também é reconhecido às organizações internacionais, Santa Sé e aos beligerantes. (V) Art. 54 e ss., Decreto n. 7.030/2009 (Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados). *Alternativa D*.

5023. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Analise as seguintes proposições:

I. Diplomatas e cônsules são órgãos de representação externa do Estado, e, portanto, são funções exercidas por brasileiros natos, nos termos da Constituição Federal.

II. Em virtude da regra que considera os Estados soberanos como iguais ("par in parem nom habet imperium"), o Estado estrangeiro não pode comparecer perante o Judiciário brasileiro, havendo imunidade absoluta de jurisdição.

III. O Brasil é uma federação e seus Estados-membros não têm soberania, e sim autonomia interna. A soberania externa é exercida pelo Governo Federal, por intermédio do Presidente da República, ao qual compete manter relações com os Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.

IV. O Presidente da República pode declarar a guerra, no caso de agressão estrangeira, ou celebrar a paz, mas sempre, previamente autorizado pelo Congresso Nacional, tendo em vista o mecanismo democrático de separação dos poderes.

V. O MERCOSUL é um bloco regional, fechado, que está na fase da zona de livre comércio, de natureza supranacional, cujo objetivo maior é alcançar a União Econômica e Monetária. Responda:

(A) Estão incorretas as assertivas I, II e III.
(B) Estão incorretas as assertivas I, III, IV e V.
(C) Estão incorretas as assertivas I, II, IV e V.
(D) Estão incorretas as assertivas I, II e III.
(E) Estão incorretas as assertivas I, III e V.

RESPOSTA (I) Segundo o § 3º do art. 12, CF, são privativos de brasileiro nato os cargos, entre outros, da **carreira diplomática** [e não para *cônsules*] (inciso V). (II) Segundo ensina Francisco Rezek, "no Brasil uma decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada à unanimidade em maio de 1989, assentou que o Estado estrangeiro não tem imunidade em causa de natureza trabalhista (Apelação Cível 9.696, *RTJ* 133/159)" (*Direito internacional público*, p. 210). (III) De acordo com a doutrina (a distinção entre **soberania** e **autonomia** que Rezek define (*Direito internacional público*, p. 271)) e a própria CF, *vide*, por exemplo, inciso I do art. 1º (a soberania da República Federativa do Brasil como fundamento) e o art. 18 (autonomia dos entes federativos). (IV) Em ambas as situações o Presidente da República pode ser *autorizado* ou *referendado* pelo Congresso Nacional (art. 84, XIX e XX, CF). (V) Segundo ensinam Wendpap e Kolotelo, não cabe falar em *supranacionalidade* quando "não há nenhum órgão do Mercosul com poder sobre os Estados-membros" (*Direito internacional*, p. 179). *Alternativa C*.

5024. (Juiz – TRT-9 – 2009) Considere as proposições a seguir:

I. De acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, a renúncia à imunidade de jurisdição no tocante às ações cíveis ou administrativas implica em renúncia tácita à imunidade quanto às medidas de execução da sentença.
II. No Brasil, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
III. Compete privativamente ao Presidente da República do Brasil celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
IV. A delimitação das competências da União Europeia rege-se pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, enquanto o exercício de suas competências rege-se pelo princípio da atribuição.
V. O Tribunal de Justiça da União Europeia, uma das instituições da União Europeia, inclui o Tribunal de Justiça, o Tribunal Geral e Tribunais Especializados.

(A) apenas as proposições II e III são corretas.
(B) apenas as proposições I, II e III são corretas.
(C) apenas as proposições II, III e V são corretas.
(D) apenas as proposições I e IV são corretas.
(E) todas as proposições são corretas.

RESPOSTA (I) A renúncia à imunidade de jurisdição no tocante às ações cíveis ou administrativas **não implica** renúncia à imunidade quanto às medidas de execução da sentença, para as quais nova renúncia é necessária (art. 32, § 4º, da Convenção de Viena). (II) De acordo com o § 3º do art. 5º, CF. (III) Conforme o inciso VIII do art. 84, CF. (IV) O Tratado Constitucional da União Europeia prevê no artigo I-11º o **princípio básico da atribuição de competências**, que estipula que a União só atua nos limites das competências que lhe *tenham sido atribuídas* para atingir os objetivos fixados na Constituição. Atente-se a que o exercício das competências da União rege-se não só pelo princípio de atribuição, mas também pelos *princípios da subsidiariedade* e da *proporcionalidade*. (V) O Tribunal de Justiça da União Europeia é composto por três jurisdições: o Tribunal de Justiça, o Tribunal Geral (1988) e o Tribunal da Função Pública (2004), que é uma seção jurisdicional especializada. *Alternativa C*.

5025. (Juiz – TRT-9 – 2009) Analise as proposições:

I. Diante da ausência de precedentes do STF em sentido contrário, entende-se que a imunidade de

jurisdição de Estados soberanos é absoluta, mesmo quando se trate de atos de gestão por estes praticados, como ocorre nas relações de direito do trabalho.

II. São órgãos da OIT a Conferência Internacional do Trabalho, o Conselho de Administração e o *Bureau* Internacional do Trabalho.

III. A Corte Internacional de Justiça é um dos órgãos especiais da Organização das Nações Unidas, ao lado da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social, do Conselho de tutela e do Secretariado.

IV. Na forma do artigo 14 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, os Chefes de Missão dividem-se em duas classes: a) Embaixadores ou Núncios; b) Enviados, Ministros ou Internúncios.

V. Os Chefes da repartição consular se dividem em quatro categorias (cônsules-gerais, cônsules, vice-cônsules e agentes consulares), e são admitidos no exercício de suas funções por uma autorização do Estado receptor denominada “exequatur”, qualquer que seja a forma dessa autorização.

(A) somente as proposições I, IV e V são corretas.

(B) somente as proposições I e IV são corretas.

(C) somente as proposições II e III são corretas.

(D) somente as proposições II, III e V são corretas.

(E) todas as proposições são corretas.

RESPOSTA (I) Segundo ensina Francisco Rezek, “no Brasil uma decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada à unanimidade em maio de 1989, assentou que o Estado estrangeiro não tem imunidade em causa de natureza trabalhista (Apelação Cível 9.696, *RTJ* 133/159)” (*Direito internacional público*, p. 210). (II) De acordo com o art. 2º da Constituição da OIT. Atente-se a que *bureau* é sinônimo de *repartição*. (III) De acordo com o art. 7º da Carta da ONU. (IV) Os Chefes de Missão dividem-se em três classes: a) **Embaixadores ou Núncios** acreditados perante Chefes de Estado, e outros Chefes de Missão de categoria equivalente; b) **Enviados, Ministros ou Internúncios**, acreditados perante Chefes de Estado; c) **Encarregados de Negócios**, acreditados perante Ministro das Relações Exteriores. (V) De acordo com os arts. 9º e 12 da Convenção de Viena de 1963 (sobre Relações Consulares). *Alternativa D*.

IX. Direito Internacional do Trabalho

5026. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Em matéria de contrato internacional do trabalho, analise as seguintes proposições:

I. Pela Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, a autonomia da vontade não prevalece sobre a “Lex loci contractus”, uma vez que as obrigações se regem e se qualificam no país em que se constituírem.

II. Segundo entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, é aplicável a lei do local da contratação aos contratos de trabalho dos empregados contratados no Brasil, para o trabalho no exterior.

III. Para os efeitos da legislação nacional, considera-se transferido, o empregado removido para o exterior, cujo contrato estava sendo executado no Brasil; ou cedido à empresa sediada no estrangeiro, para trabalhar no exterior, ainda que não mantido vínculo trabalhista com empregador brasileiro; e, o contratado por empresa brasileira, com filial no exterior.

IV. As normas brasileiras, que dispõem sobre a situação de trabalhadores contratados no Brasil e transferidos para prestar serviços no exterior, abrangem somente as empresas prestadoras de serviços de engenharia, incluindo consultoria, projetos e obras, montagens, gerenciamento e congêneres.

V. O Código de Bustamante (Convenção de Havana, 1928), que foi internalizado no Brasil, pelo Decreto 5.647, em 8.1.1929, e promulgado pelo Decreto 18.871, de 13.8.1929, determina a

aplicação da lei territorial sobre acidente do trabalho e proteção social do trabalhador. Responda:

(A) Estão corretas as assertivas I e III.
(B) Estão corretas as assertivas II e IV.
(C) Estão corretas as assertivas II e III.
(D) Estão corretas as assertivas I e V.
(E) Estão corretas as assertivas IV e V.

R ESPOSTA (I) Art. 9º, LINDB. (II) Superada a Súmula 207, TST, que determinava que "a relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação" (*Lex Loci Executionis*), pois deverá ser aplicada a legislação mais favorável ao trabalhador. (III) Conforme o art. 2º, Lei n. 7.064/82, considera-se transferido: o empregado removido para o exterior, cujo contrato estava sendo executado no território brasileiro; o empregado cedido à empresa sediada no estrangeiro, para trabalhar no exterior, **desde que mantido o vínculo trabalhista com o empregador brasileiro**; o empregado contratado por empresa sediada no Brasil para trabalhar a seu serviço no exterior. (IV) A Lei n. 11.962/2009 estendeu a aplicação da Lei n. 7.064/82 a todos os trabalhadores contratados no Brasil ou transferidos por seus empregadores para prestar serviço no exterior (art. 1º). (V) De acordo com o art. 198 do Código de Bustamante. *Alternativa D*.

5027. (Juiz – TRT-9 – 2009) Analise as seguintes proposições:

I. De acordo com entendimento sumulado do TST, aplica-se às relações jurídicas de trabalho o princípio "lex loci executionis".
II. Aplicando-se o entendimento sumulado do TST, o empregado brasileiro, contratado no Brasil, para prestar serviço em França, terá seu contrato de trabalho regido pelos dispositivos mais benéficos ao empregado que forem encontrados tanto na lei francesa como na lei brasileira.
III. Tratado de Maastricht manteve na União Europeia o direito à livre circulação dos trabalhadores com o propósito de abolir toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade, entre os trabalhadores dos Estados-membros, no que diz respeito ao emprego, à remuneração e demais condições de trabalho.
IV. Pelo Tratado da União Europeia, os Estados-membros devem assegurar a aplicação do princípio da igualdade de remuneração entre trabalhadores masculinos e femininos, por trabalho igual ou de valor igual.
V. As Diretivas Comunitárias têm eficácia direta e horizontal nas relações entre particulares, não necessitando qualquer transposição para o direito interno dos Estados-membros.

(A) somente as proposições III e IV são corretas.
(B) somente as proposições I e III são corretas.
(C) somente as proposições I, III e IV são corretas.
(D) somente as proposições II e V são corretas.
(E) todas as proposições são corretas.

RESPOSTA (I) De acordo com a **Súmula 207, TST**. No entanto, o Pleno do TST aprovou, no dia 16-4-2012, alterações em Súmulas e Orientações Jurisprudenciais e o cancelamento da Súmula 207. (II) A posição da afirmativa não está consolidada em enunciado do TST. (III) Conforme o § 2º do art. 39 do Tratado. (IV) Conforme o § 1º do art. 141 do Tratado. (V) Além de as **diretivas** não terem, em princípio, alcance geral, visto que atendem somente aos Estados-membros, também não são diretamente aplicáveis dentro do ordenamento jurídico nacional, pois dependem de medida de transposição interna. O gabarito original trazia a *alternativa C*, porém a afirmativa I não está mais correta. Assim, a *alternativa A* seria atualizada.

5028. (Procurador – MPT – 2012) Em relação à Organização Internacional do Trabalho (OIT), suas normas e princípios, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Após a elaboração de uma convenção pela Conferência Internacional do Trabalho, será dado a todos os Estados-membros conhecimento daquela para fins de ratificação, sendo que o não assentimento a uma convenção pela autoridade ou autoridades competentes do Estado-Membro o

isenta das respectivas obrigações, salvo a de informar ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, nas épocas que o Conselho de Administração julgar convenientes, sobre a sua legislação e prática observada relativamente ao assunto de que trata a convenção.

(B) São princípios e direitos fundamentais do trabalho previstos na Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1998, a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; a proteção ao meio ambiente do trabalho para a preservação da segurança e da saúde dos trabalhadores; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a abolição efetiva do trabalho infantil; a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

(C) A convenção não ratificada por um Estado-Membro não o obriga à tomada das medidas necessárias para efetivar as disposições da referida convenção; no entanto, em virtude da fundamentalidade de determinados direitos, como a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório e a abolição efetiva do trabalho infantil, todos os Membros, independentemente de ratificação, devem respeitá-los, promovê-los e torná-los realidade, pelo simples fato de pertencer à Organização Internacional do Trabalho (OIT).

(D) a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) inclui entre as piores formas de trabalho infantil o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças.

(E) não respondida.

RESPOSTA Segundo a **Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**, são eles (*item 2*): a) a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; b) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; c) a abolição efetiva do trabalho infantil; e d) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação. Portanto, não é princípio "a proteção ao meio ambiente do trabalho para a preservação da segurança e da saúde dos trabalhadores". *Alternativa B*.

5029. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** A Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho estabelece o seguinte, exceto:

(A) todos os Membros têm um compromisso derivado do fato de pertencer à Organização de respeitar, promover e tornar realidade, de boa-fé e de conformidade com a Constituição da OIT, os princípios relativos aos direitos fundamentais que são objeto de convenções que foram reconhecidas como fundamentais dentro e fora da Organização, ainda que não tenham ratificado as convenções aludidas.

(B) são direitos fundamentais: a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a abolição efetiva do trabalho infantil; a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação; a proteção à saúde e à segurança no trabalho.

(C) no momento de se incorporarem livremente à OIT, todos os Membros aceitaram os princípios e direitos enunciados em sua Constituição e na Declaração de Filadélfia, e se comprometeram a se esforçarem por alcançar os objetivos gerais da Organização na medida de suas possibilidades e atendendo a suas condições específicas.

(D) as normas do trabalho não deveriam ser utilizadas com fins comerciais protecionistas.

(E) constitui obrigação da Organização a ajuda a seus Membros, em resposta às necessidades que tenham sido estabelecidas e expressadas, para alcançar os objetivos propostos.

RESPOSTA Segundo a **Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**, são eles (*item 2*): a) a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; b) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; c) a abolição efetiva do trabalho infantil; e d) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e

ocupação. Assim, não é **direito fundamental** a "proteção à saúde e à segurança no trabalho". *Alternativa B*.

5030. (Juiz – TRT-8 – 2011) É CORRETO afirmar que:

(A) Nos termos da Convenção n. 29 da Organização Internacional do Trabalho, a expressão "trabalho forçado ou obrigatório" designará todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade, exceto se o trabalhador tiver se oferecido espontaneamente.

(B) Nos termos da Lei n. 7.064, de 1982, que disciplina a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior, aplica-se a legislação do país do local da prestação do serviços apenas se esta for mais favorável, observando-se, prioritariamente, a legislação brasileira, em qualquer caso.

(C) A Convenção n. 138 da Organização Internacional do Trabalho, que trata da idade mínima para admissão no emprego, permite, no seu art. 8º, o trabalho de crianças e adolescentes de qualquer idade em representações artísticas, desde que autorizado pela autoridade competente, por meio de licença concedida para cada menor individualmente, devendo, ainda, especificar o número de horas de duração da atividade e as condições do exercício da tarefa.

(D) A Convenção n. 100 da Organização Internacional do Trabalho, que versa sobre o princípio da não discriminação, admite expressamente que se possa estabelecer diferenças remuneratórias, independentemente da avaliação do trabalho, desde que se faça em razão de gênero e para garantir remuneração superior à mão de obra feminina, considerando a desigualdade de oportunidade de emprego ou profissão em relação às trabalhadoras.

(E) O Estado estrangeiro goza sempre de imunidade de jurisdição, não podendo ser processado e tampouco julgado pelo Poder Judiciário brasileiro, senão por atos de império.

RESPOSTA Segundo o art. 8º da Convenção n. 138 da OIT, a autoridade competente, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se houver, poderá, mediante licenças concedidas em casos individuais, **permitir exceções** para a proibição de emprego ou trabalho provinda desta Convenção sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego, para finalidades como a participação em **representações artísticas**. Essas licenças limitarão o número de horas de duração do emprego ou trabalho e estabelecerão as condições em que é permitido. *Alternativa C*.

5031. (Procurador – MPT – 2009) A respeito da Organização Internacional do Trabalho, examine as seguintes afirmações:

I. A Constituição da OIT contém normas e princípios aos quais os Estados-membros aderem com obrigatoriedade de observância, mesmo que não tenham ratificado convenções específicas.

II. As convenções são aprovadas por maioria de dois terços dos integrantes da Conferência Internacional do Trabalho, composta por representantes de trabalhadores e empregadores de todos os Estados-membros.

III. O subprincípio da norma mais favorável, integrante do princípio da proteção, está previsto no texto da Constituição da OIT.

IV. A Convenção relativa à proteção do direito de organização e aos processos de fixação das condições de trabalho da função pública preconiza que as organizações de trabalhadores da função pública devem beneficiar-se de uma proteção adequada contra todos os atos de ingerência das autoridades públicas na sua formação, funcionamento e administração.

Agora responda, de acordo com o conteúdo das proposições:

(A) apenas as proposições I, II e IV estão corretas;

(B) todas as proposições estão corretas;

(C) apenas as proposições II e III estão erradas;

(D) apenas a proposição II está errada;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) De acordo com os objetivos estabelecidos pela Conferência Geral da OIT (Filadélfia/EUA, 1944) por meio de sua Declaração, resultado desse evento, bem como para a promulgação da Constituição da OIT. (II) Para que uma convenção ou uma recomendação seja aceita em votação final pela Conferência, são necessários dois terços dos **votos presentes** (art. 19, § 2º, Constituição da OIT) dos representantes de trabalhadores e empregadores, também de delegados do governo de Estado-membro que esteja na sessão. (III) **Em caso algum**, a adoção, pela Conferência, de uma convenção ou recomendação, ou a ratificação, por um Estado-membro, de uma convenção, deverão ser consideradas como afetando qualquer lei, sentença, costumes ou acordos que assegurem aos trabalhadores interessados condições mais favoráveis que as previstas pela convenção ou recomendação (art. 19, § 8º). (IV) Conforme a previsão da Convenção n. 151 da OIT (art. 5º, § 2º). *Alternativa D*.

5032. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA, de acordo com Convenção 182 da OIT:

I. Todo Estado-membro, após consulta com organizações de empregadores ou de trabalhadores, estabelecerá ou designará mecanismos apropriados para monitorar a aplicação das disposições que dão cumprimento à presente Convenção.

II. Para os fins desta Convenção, a expressão as piores formas de trabalho infantil não compreende recrutamento obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados.

III. Esta Convenção obrigará unicamente os Estados-membros da Organização Internacional do Trabalho cujas ratificações tiverem sido registradas pelo Diretor-Geral da Secretaria Internacional do Trabalho.

(A) Todas estão corretas.

(B) Todas estão erradas.

(C) Apenas as afirmativas II e III estão erradas.

(D) Apenas as afirmativas I e II estão erradas.

(E) Apenas a afirmativa II está errada.

RESPOSTA (I) O art. 5º da Convenção prevê que todo Estado-membro, após consulta às organizações de **empregadores** e de **trabalhadores**, deverá estabelecer ou designar mecanismos apropriados para monitorar a aplicação dos dispositivos que colocam em vigor a presente Convenção. (II) Para efeitos da Convenção, art. 3º, a expressão “as piores formas de trabalho infantil” abrange, entre outras, todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório, **inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados**. (III) De acordo com o art. 10 da Convenção. *Alternativa D*.

5033. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Aponte a alternativa **incorreta:**

(A) *dumping* social é expressão relacionada com a prática de concorrência desleal, onde se busca vantagens comerciais por meio da adoção de condições desumanas de trabalho;

(B) cláusulas sociais são medidas antidumping relacionadas ao trabalho e aos direitos humanos, sendo utilizadas em negociações comerciais para vetar a compra de produtos produzidos por países que não respeitam os direitos trabalhistas;

(C) Selo Social é etiqueta colocada nos produtos destinados à exportação noticiando que o país que o produziu respeita as normas internacionais de trabalho;

(D) a expressão “o trabalho não é uma mercadoria” encontra-se expressamente consignada na Declaração da Filadélfia, adotada pela Organização Internacional do Trabalho;

(E) a Declaração da Filadélfia não tem como princípio fundamental a participação paritária de representação de empregados e empregadores em decisões governamentais que digam respeito ao bem comum.

RESPOSTA Entre os princípios fundamentais sobre os quais se funda a OIT, cuja **Declaração da Filadélfia** reafirma: está a luta contra a necessidade deve ser conduzida com uma energia inesgotável por cada nação e por meio de um esforço internacional contínuo e organizado pelos quais os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, colaborando **em pé de igualdade** com os dos governos, participem em discussões livres e em decisões de caráter democrático tendo em vista promover o bem comum (ponto I). *Alternativa E*.

5034. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** De acordo com a Convenção n. 182 da OIT, indique qual das seguintes alternativas NÃO está abrangida na expressão "piores formas de trabalho infantil", dentre as já definidas como tais por aquela Convenção:

(A) todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como venda ou tráfico, cativeiro ou sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou obrigatório;

(B) a utilização, demanda, oferta, tráfico ou aliciamento para fins de exploração sexual comercial, produção de pornografia ou atuações pornográficas;

(C) a utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas;

(D) o recrutamento forçado ou compulsório de adolescente para ser utilizado em conflitos armados.

(E) a utilização do trabalho da criança ou adolescente na construção civil e na metalurgia.

RESPOSTA Para efeitos da presente Convenção, segundo o seu art. 3º, a expressão **"as piores formas de trabalho infantil"** abrange: I) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; II) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas; III) a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais como definidos nos tratados internacionais pertinentes; e, IV) o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças. *Alternativa E*.

5035. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** À luz da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um direito fundamental previsto como tal na referida declaração:

(A) a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva.

(B) a eliminação das fraudes na formalização das relações de trabalho.

(C) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório.

(D) a efetiva abolição do trabalho infantil.

(E) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

RESPOSTA Os **princípios relativos aos direitos fundamentais** que são objeto dessas convenções, à luz da Declaração da OIT, a saber: a) a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; b) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; c) a abolição efetiva do trabalho infantil; d) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e de profissão. *Alternativa B*.

5036. **(Procurador – MPT – 2008)** No que concerne à Convenção n. 182 da OIT, que trata das piores formas de trabalho infantil, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Dentre as piores formas de trabalho infantil, a Convenção enumera trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

(B) Os Estados-membros deverão, tendo em vista a importância da educação para a eliminação do trabalho infantil, adotar medidas efetivas para, num determinado prazo, levar em consideração a situação especial das meninas.

(C) A instituição de sanções penais depende de prévia consulta a organizações de trabalhadores e empregadores, em cada Estado-membro.

(D) Para os efeitos da Convenção n. 182 da OIT, o termo criança aplica-se a toda pessoa menor de 18 (dezoito) anos.

(E) Não respondida.

RESPOSTA Prevê a Convenção n. 182 da OIT que todo Estado-membro deverá adotar todas as medidas necessárias para garantir a aplicação efetiva e o cumprimento dos dispositivos que colocam em vigor a presente Convenção, inclusive o estabelecimento e a **aplicação de sanções penais** ou outras sanções, conforme o caso (art. 7º, § 2º). Não há qualquer norma que exija prévia consulta para instituição de sanções penais. *Alternativa C*.

5037. **(Juiz – TRT-23 – 2012)** Nos termos da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, são princípios relativos aos direitos fundamentais que são objeto de suas convenções, os indicados abaixo, exceto:

(A) a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva.

(B) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório.

(C) a abolição efetiva do trabalho infantil.

(D) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação,

(E) saúde e segurança do trabalhador.

RESPOSTA De acordo com a Declaração da OIT que trata a questão, § 2º, são princípios relativos aos direitos fundamentais, objeto dessas convenções às quais todos os membros, ainda que não as tenham ratificado, têm um compromisso derivado do fato de pertencer à Organização de respeitar, promover e tornar realidade, de boa-fé e de conformidade com a Constituição. Todas as afirmativas estão previstas, exceto aquela da *alternativa E*.

5038. **(Juiz – TRT-21 – 2012)** A proteção ao meio ambiente do trabalho está prevista em diversas normas de direito internacional, sendo correto afirmar:

I. A Declaração Sociolaboral do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL e a Convenção n. 155 da Organização Internacional do Trabalho são normas que preveem a adoção de uma política nacional de saúde e segurança do trabalho pelos Estados signatários.

II. A Convenção n. 155, ao ser ratificada pelo Brasil, passou a integrar o ordenamento jurídico brasileiro, com *status* de lei complementar, de modo que a sua disposição de que o empregado pode negar-se a prestar serviços, quando, no meio ambiente de trabalho houver risco iminente para sua segurança e saúde, derroga a norma celetista que dispõe sobre abandono de emprego.

III. A Declaração Sociolaboral do MERCOSUL dispõe que o trabalhador migrante tem direito a ajuda, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho reconhecidos aos nacionais do país em que estiverem exercendo suas atividades, em conformidade com a legislação do país.

IV. A circulação de trabalhadores em área de fronteira é permitida, mas depende de regulamentação específica, que varia conforme a legislação interna de cada país, nos termos de acordos de trânsito fronteiriço firmados.

(A) somente as assertivas I, III e IV estão corretas;

(B) somente as assertivas II e IV estão corretas;

(C) somente as assertivas III e IV estão corretas;

(D) somente as assertivas I e II estão corretas;

(E) somente as assertivas I, II e III estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 17, 1, Declaração Sociolaboral e art. 4º, Convenção n. 155, OIT. (II) A regra de incorporação de tratado ou convenção é na hierarquia de lei ordinária, exceto quando tratar de direitos humanos (*supralegal*) ou de emenda constitucional (art. 5º, § 3º, CF). (III) Art. 4º, 1, Declaração Sociolaboral. (IV) Art. 4º, 2, Declaração Sociolaboral. *Alternativa A*.

5039. **(Juiz – TRT-21 – 2012)** Sobre o trabalho de estrangeiros oriundos de países do MERCOSUL, no Brasil, é incorreto afirmar:

(A) Os trabalhadores estrangeiros devem portar uma autorização de residência no Brasil, obtida segundo as regras do Acordo para Residência para Nacionais do Mercosul, que lhes permita trabalhar.

(B) O empregador flagrado com trabalhador estrangeiro, em situação irregular no país, laborando em seu estabelecimento, pode ser multado pela Polícia Federal, sem prejuízo da autuação e demais sanções impostas pela fiscalização do trabalho.

(C) Os serviços de migração dos países signatários da Convenção 97, da Organização Internacional do Trabalho, devem estabelecer cooperação recíproca entre os serviços correspondentes de migração, sendo permitida a cobrança de taxas e emolumentos para a inserção dos imigrantes em agências estatais de busca de emprego.

(D) Os trabalhadores estrangeiros que adoecerem no Brasil, e se virem impossibilitados de exercer sua profissão, não poderão ser reenviados ao país de origem, salvo se assim o desejarem ou se a isso estiver obrigado, por acordos internacionais, o país membro interessado.

(E) Os países signatários da Convenção 97, da Organização Internacional do Trabalho, devem ter, à disposição dos trabalhadores migrantes, serviços médicos que verifiquem, tanto na entrada, quanto na saída do país, o real estado de saúde do trabalhador migrante e de seus familiares que o acompanhem.

RESPOSTA De acordo com a Convenção n. 97 da OIT, no seu art. 7º, 2, todo Membro para o qual se ache em vigor a presente convenção se obriga a garantir que as operações efetuadas por seu serviço público de emprego **não acarretem despesa alguma** para os trabalhadores migrantes. *Alternativa C*.

5040. **(Juiz – TRT-21 – 2012)** Sobre a aplicação da lei trabalhista estrangeira, é correto afirmar:

(A) os empregados estrangeiros que habitualmente trabalhem no Brasil, e que tenham pactuado seu contrato de trabalho em outro país, têm regulado seus direitos e obrigações pela lei do país onde o contrato foi firmado, em razão da aplicação do princípio *locus regit actum;*

(B) as relações empregatícias marítimas se submetem a regramento próprio, regendo-se pela lei do pavilhão do navio, segundo a qual, os empregados de navios são regidos pela lei do local onde o navio está ancorado, ainda que seja outro o local da contratação ou da matrícula do navio;

(C) se o trabalhador for contratado no Brasil, por empresa que tenha sede no país, para prestar serviços no exterior, é-lhe assegurado a aplicação da legislação brasileira de proteção ao trabalho, sempre que esta for mais favorável que a lei do local onde o contrato está sendo executado;

(D) os técnicos estrangeiros domiciliados ou residentes no exterior, contratados para execução, no Brasil, de serviços especializados, em caráter provisório, com estipulação de salários em moeda estrangeira estão sujeitos à aplicação de todos os dispositivos da CLT;

(E) segundo o princípio *lex loci executionis*, consagrado de forma absoluta pelo legislador brasileiro, aplica-se à relação de trabalho a norma do local da prestação de serviço, inclusive no que diz respeito ao trabalho prestado de forma esporádica no Brasil.

RESPOSTA De acordo com a Súmula 207, TST, aplicava-se às relações jurídicas de trabalho o princípio *lex loci executionis*, ou seja, a relação jurídica trabalhista fica regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviço, e não por aquelas do local da contratação, pois deverá ser aplicada a legislação mais favorável ao trabalhador. Ocorre que o Pleno do TST aprovou em abril de 2012 o cancelamento do referido enunciado, em vista de aplicar a legislação brasileira trabalhista sempre que esta for mais favorável que a lei do local onde o contrato está sendo executado. *Alternativa C*.

I. Direito Internacional Público: Teoria Geral, Soberania e Domínio Público

5041. **(OAB 01 – 2012 – FGV)** Após assaltar uma embarcação turística a 5 milhas náuticas da costa do Maranhão, um bando de piratas consegue fugir com joias e dinheiro em duas embarcações leves motorizadas. Comunicadas rapidamente do ocorrido, duas lanchas da Marinha que patrulhavam a área perseguiram e alcançaram uma das embarcações a 10 milhas náuticas das linhas de base a partir das quais se mede o mar territorial. A segunda embarcação, no entanto, só foi alcançada a 14 milhas náuticas das linhas de base. Ao final, todos os assaltantes foram presos e, já em terra, entregues à Polícia Federal. Com base no caso hipotético acima, é correto afirmar que

(A) a prisão da primeira embarcação é legal, mas não a da segunda, pois a jurisdição brasileira se esgota nos limites de seu mar territorial, que é de 12 milhas náuticas contadas das linhas de base.

(B) as duas prisões são ilegais, pois a competência para reprimir crimes em águas jurisdicionais brasileiras pertence exclusivamente à Divisão de Polícia Aérea, Marítima e de Fronteira do Departamento de Polícia Federal.

(C) as duas prisões são legais, pois a primeira embarcação foi interceptada dentro dos limites do mar territorial e a segunda dentro dos limites da zona contígua, onde os Estados podem tomar medidas para reprimir as infrações às leis de seu território.

(D) a primeira prisão é ilegal, pois ocorreu em mar territorial, área de competência exclusiva da Polícia Federal, e a segunda prisão é legal, pois ocorreu em zona contígua, onde a competência para reprimir qualquer ato que afete a segurança nacional passa a ser da Marinha.

RESPOSTA O **mar territorial brasileiro** compreende uma faixa de **doze milhas marítimas de largura**, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil (art. 1º, Lei n. 8.617/93), à qual se estende a soberania do Brasil (art. 2º). A **zona contígua brasileira** compreende uma faixa que se estende **das doze às vinte e quatro milhas marítimas**, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial (art. 4º), sendo que o Brasil poderá tomar as medidas de fiscalização necessárias para reprimir as infrações às leis (art. 5º, II). *Alternativa C*.

II. Nacionalidade e Estrangeiros

5042. **(OAB 02 – 2012 – FGV)** A respeito da autorização de trabalho a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil, assinale a afirmativa correta.

(A) Trata-se de ato administrativo de competência do Ministério do Trabalho, para efeito de requerimento de visto permanente e/ou temporário, a estrangeiros que desejem trabalhar no Brasil.

(B) O empregador deve se comprometer com o treinamento profissional, mas não é necessário haver correlação entre a atividade que o estrangeiro exercerá e sua qualificação/experiência anterior.

(C) O empregador que pretender importar mão de obra deverá manter pelo menos metade das vagas da empresa ocupadas por brasileiros, que também devem responder por, pelo menos, metade da folha de salários.

(D) Trata-se de ato administrativo de competência do Ministério da Educação, que dispensa a autorização para o estrangeiro que haja concluído curso de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil ou tiver seu diploma estrangeiro revalidado.

RESPOSTA De acordo com o art. 15 do Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/80), o Ministério do Trabalho tem competência para a concessão de autorização de trabalho para estrangeiros. É um ato administrativo, dentro de sua competência, para a concessão de vistos permanente e/ou temporário por parte de estrangeiros que desejem trabalhar no Brasil. Aprovado o pedido,

a autorização será publicada no *DOU*, e, a partir disso, o respectivo consulado será notificado para que o estrangeiro requeira concessão do visto. *Alternativa A*.

5043. **(OAB 02 – 2012 – FGV)** Jean Pierre, cidadão estrangeiro, foi preso em flagrante em razão de suposta prática de crime de falsificação de passaporte com o objetivo de viabilizar sua permanência no Brasil. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) A fraude para obter a entrada e permanência no território brasileiro constitui motivo suficiente para a expulsão do estrangeiro, cabendo, exclusivamente, ao Presidente da República, de forma discricionária, resolver sobre a conveniência e oportunidade da sua retirada compulsória do País.

(B) O ilícito deverá ser apurado no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, tornando desnecessária a instauração de processo administrativo ou inquérito para fins de apuração dos fatos que ensejam a expulsão.

(C) O mérito do ato de expulsão é analisado mediante juízo de conveniência e oportunidade (discricionariedade), sendo descabido o ajuizamento de ação judicial para impugnar suposta lesão ou ameaça de lesão a direito, devendo, nesse caso, o juiz rejeitar a petição inicial por impossibilidade jurídica do pedido.

(D) A fraude para obter entrada e permanência no território brasileiro não é motivo para fundamentar ato de expulsão de estrangeiro.

RESPOSTA De acordo com o art. 65 do Estatuto do Estrangeiro, é passível de **expulsão** o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais. Ademais, segundo seu parágrafo único, é passível, também, de expulsão o estrangeiro que, entre outros, praticar fraude a fim de obter a sua entrada ou permanência no Brasil. Assim, caberá exclusivamente ao Presidente da República resolver sobre a conveniência e a oportunidade da expulsão ou de sua revogação (art. 66). *Alternativa A*.

III. Relações Diplomáticas

5044. **(OAB 02 – 2011 – FGV)** A Embaixada de um Estado estrangeiro localizada no Brasil contratou um empregado brasileiro para os serviços gerais. No final do ano, não pagou o 13º salário, por entender que, em seu país, este não era devido. O empregado, insatisfeito, recorreu à Justiça do Trabalho. A ação foi julgada procedente, mas a Embaixada não cumpriu a sentença. Por isso, o reclamante solicitou a penhora de um carro da Embaixada. Com base no relatado acima, o Juiz do Trabalho decidiu

(A) Deferir a penhora, pois a Constituição atribui competência à Justiça brasileira para ações de execução contra Estados estrangeiros.

(B) Indeferir a penhora, pois o Estado estrangeiro, no que diz respeito à execução, possui imunidade, e seus bens são invioláveis.

(C) Extinguir o feito sem julgamento do mérito, por entender que o Estado estrangeiro tem imunidade de jurisdição.

(D) Deferir a penhora, pois o Estado estrangeiro não goza de nenhuma imunidade quando se tratar de ações trabalhistas.

RESPOSTA Segundo ensina Francisco Rezek (*Direito internacional público*, p. 202), “são fisicamente invioláveis os locais da *missão diplomática* com todos os bens ali situados, assim como os locais *residenciais* utilizados pelo quadro diplomático e pelo quadro administrativo e técnico. Esses imóveis, e os valores mobiliários neles encontráveis, não podem ser objeto de busca, requisição, penhora ou medida qualquer de execução”. Tal assertiva está prevista na Convenção de Viena de 1961, que trata das relações **diplomáticas** (a de 1963, **consulares**): “Os locais da Missão, seu mobiliário e demais bens neles situados, assim como os meios de transporte da Missão, não poderão ser objeto de busca, requisição, embargo ou medida de execução” (art.

22, item 3). *Alternativa B*.

IV. Sujeitos e Organizações Internacionais

5045. **(OAB 03 – 2012 – FGV)** Com base da Carta das Nações Unidas, assinale a afirmativa correta.

(A) A Assembleia Geral pode expulsar um Estado membro que tenha persistentemente violado os princípios da Carta das Nações Unidas, ouvido o Conselho de Segurança.

(B) Os principais órgãos das Nações Unidas são a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, a Organização Mundial do Comércio e a Corte Internacional de Justiça.

(C) As principais atribuições do Conselho de Segurança são a manutenção da paz internacional e a liberalização dos fluxos internacionais de comércio.

(D) Um Estado não pode se tornar membro da Corte Internacional de Justiça sem antes se tornar membro nas Nações Unidas.

RESPOSTA De acordo com a Carta da ONU de São Francisco, o membro das Nações Unidas que houver violado persistentemente os princípios contidos na presente Carta poderá ser expulso da Organização pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança (art. 6º). *Alternativa A*.

V. Direito Internacional Privado

5046. **(OAB 03 – 2012 – FGV)** José, de nacionalidade brasileira, era casado com Maria, de nacionalidade sueca, encontrando-se o casal domiciliado no Brasil. Durante a viagem de “lua de mel”, na França, Maria, após o jantar, veio a falecer, em razão de uma intoxicação alimentar. Maria, quando ainda era noiva de José, havia realizado testamento em Londres, dispondo sobre os seus bens, entre eles dois imóveis situados no Rio de Janeiro. À luz das regras de Direito Internacional Privado, assinale a afirmativa correta.

(A) Se houver discussão acerca da validade do testamento, no que diz respeito à observância das formalidades, deverá ser aplicada a legislação brasileira, pois Maria encontrava-se domiciliada no Brasil.

(B) Se houver discussão acerca da validade do testamento, no que diz respeito à observância das formalidades, deverá ser aplicada a legislação inglesa, local em que foi realizado o ato de disposição de última vontade de Maria.

(C) A autoridade judiciária brasileira não é competente para proceder ao inventário e à partilha de bens, porquanto Maria faleceu na França, e não no Brasil.

(D) Se houver discussão acerca do regime sucessório, deverá ser aplicada a legislação sueca, em razão da nacionalidade do *de cujus*.

RESPOSTA De acordo com o art. 9º, LINDB, para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem (Inglaterra, Londres). *Alternativa B*.

5047. **(OAB 01 – 2012 – FGV)** Um jato privado, pertencente a uma empresa norte-americana, se envolve em um incidente que resulta na queda de uma aeronave comercial brasileira em território brasileiro, provocando dezenas de mortes. A família de uma das vítimas brasileiras inicia uma ação no Brasil contra a empresa norte-americana, pedindo danos materiais e morais. A empresa norte-americana alega que a competência para julgar o caso é da justiça americana. Segundo o direito brasileiro, o juiz brasileiro

(A) tem competência concorrente porque o acidente ocorreu em território brasileiro.
(B) não tem competência concorrente porque o réu é empresa estrangeira que não opera no Brasil.
(C) não tem competência, absoluta ou relativa, e deverá remeter o caso, por carta rogatória, à justiça americana.
(D) tem competência concorrente porque a vítima tinha nacionalidade brasileira.

RESPOSTA Segundo as regras de competência previstas no art. 88, CPC, a autoridade judiciária brasileira é competente quando a ação se originar de **fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil** (inciso III). Haverá *competência internacional concorrente*, quando tanto o Judiciário brasileiro como o estrangeiro poderá receber o litígio para julgamento, como é o caso em questão. *Alternativa A*.

5048. **(OAB 03 – 2011-II – FGV)** Uma sociedade brasileira, sediada no Rio de Janeiro, resolveu contratar uma sociedade americana, sediada em Nova York, para realizar um estudo que lhe permitisse expandir suas atividades no exterior, para poder vender seus produtos no mercado americano. Depois de várias negociações, o representante da sociedade americana veio ao Brasil, e o contrato de prestação de serviços foi assinado no Rio de Janeiro. Não há no contrato uma cláusula de lei aplicável, mas alguns princípios do UNIDROIT foram incorporados ao texto final. Por esse contrato, o estudo deveria ser entregue em seis meses. No entanto, apesar da intensa troca de informações, passados 10 meses, o contrato não foi cumprido. A sociedade brasileira ajuizou uma ação no Brasil, invocando a cláusula penal do contrato, que previa um desconto de 10% no preço total do serviço por mês de atraso. A sociedade americana, na sua contestação, alegou que a cláusula era inválida segundo o direito americano. Conforme a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, qual é a lei material que o juiz deverá aplicar para solucionar a causa?
(A) A lei brasileira, pois o contrato foi firmado no Brasil.
(B) A lei americana, pois o réu é domiciliado nos Estados Unidos.
(C) Os princípios do UNIDROIT, porque muitas cláusulas foram inspiradas nessa legislação.
(D) A *Lex Mercatoria*, porque o que rege o contrato internacional é a prática internacional.

RESPOSTA Segue a regra de que os contratos regem-se pela **lei do local de sua assinatura**, segundo a previsão do § 2º, art. 9º, LINDB: a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o *proponente*, no caso em tela, no Rio de Janeiro. Atente-se que o UNIDROIT, Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado, criado em 1926, é uma organização intergovernamental independente, com sede em Roma, e que tem como objetivo estabelecer uma legislação de direito privado uniforme entre os Estados, em especial, os contratos internacionais de comércio. *Alternativa A*.

5049. **(OAB 03 – 2011-II – FGV)** Tício, espanhol, era casado com Tácita, brasileira. Os cônjuges eram domiciliados no Brasil. Tício possuía uma filha adotiva espanhola, cujo nome é Mévia, e que residia com o pai. Em razão de um grave acidente na Argentina, Tício faleceu. O *de cujus* era proprietário de dois bens imóveis em Barcelona e um bem imóvel no Rio de Janeiro. Diante da situação exposta, à luz das regras de Direito Internacional Privado veiculadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e do Código de Processo Civil brasileiro (CPC), assinale a assertiva correta.
(A) Ainda que a lei espanhola não conceda direitos sucessórios à filha adotiva, poderá ela habilitar-se na ação de inventário ajuizada pelo cônjuge supérstite, no Brasil, regendo-se a sucessão pela lei brasileira, que não faz qualquer distinção entre filhos naturais e adotivos.
(B) A capacidade de suceder da filha é regulada pela legislação espanhola.
(C) A ação de inventário e partilha de todos os bens é de competência exclusiva do Poder Judiciário brasileiro, já que o *de cujus* era domiciliado no Brasil.
(D) Se o *de cujus* houvesse deixado bens imóveis somente na Espanha, a sucessão seria regida pela lei

espanhola.

RESPOSTA Segundo o art. 7º, LINDB, a **lei do país** em que **domiciliada** a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família. O art. 10 prevê que a **sucessão** por morte ou por ausência obedece à **lei do país em que domiciliado o defunto** ou o desaparecido, *qualquer* que seja a natureza e a situação dos bens. E a sucessão de **bens de estrangeiros, situados no País**, será regulada pela **lei brasileira** em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus* (§ 1º). Veja ainda o inciso XXXI do art. 5º, CF. *Alternativa A*.

5050. **(OAB 03 – 2011– FGV)** A sociedade empresária do ramo de comunicações A Notícia Brasileira, com sede no Brasil, celebrou contrato internacional de prestação de serviços de informática com a sociedade empresária Santiago Info, com sede em Santiago. O contrato foi celebrado em Buenos Aires, capital argentina, tendo sido estabelecido como foro de eleição pelas partes Santiago, se porventura houver a necessidade de resolução de litígio entre as partes. Diante da situação exposta, à luz das regras de Direito Internacional Privado veiculadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e no estatuto processual civil pátrio (Código de Processo Civil – CPC), assinale a alternativa correta.

(A) No tocante à regência das obrigações previstas no contrato, aplica-se a legislação chilena, já que Santiago foi eleito o foro competente para se dirimir eventual controvérsia.

(B) Nos contratos internacionais, a lei que rege a capacidade das partes pode ser diversa da que rege o contrato. É o que se verifica no caso exposto acima.

(C) Como a execução da obrigação avençada entre as partes se dará no Brasil, aplica-se, obrigatoriamente, no tocante ao cumprimento do contrato, a legislação brasileira.

(D) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro veda expressamente o foro de eleição, razão pela qual é nula *ipso jure* a cláusula estabelecida pelas partes nesse sentido.

RESPOSTA Segundo o art. 7º, LINDB, a **lei do país** em que *domiciliada* a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a **capacidade** e os direitos de família. Ocorre que, para qualificar e reger as **obrigações**, aplicar-se-á a *lei do país* em que se **constituírem**, como prevê o art. 9º, observada, em especial, a regra do § 2º, em que a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente. *Alternativa B*.

5051. **(OAB 03 – 2011– FGV)** Arnaldo Butti, cidadão brasileiro, falece em Roma, Itália, local onde residia e tinha domicílio. Em seu testamento, firmado em sua residência poucos dias antes de sua morte, Butti, que não tinha herdeiros naturais, deixou um imóvel localizado na Avenida Atlântica, na cidade do Rio de Janeiro, para Júlia, neta de sua enfermeira, que vive no Brasil. Inconformada com a partilha, Fernanda, brasileira, sobrinha-neta do falecido, que há dois anos vivia de favor no referido imóvel, questiona no Judiciário brasileiro a validade do testamento. Alega, em síntese, que, embora obedecesse a todas as formalidades previstas na lei italiana, o ato não seguiu todas as formalidades preconizadas pela lei brasileira. Com base na hipótese acima aventada, assinale a alternativa correta.

(A) Fernanda tem razão em seu questionamento, pois a sucessão testamentária de imóvel localizado no Brasil rege-se, inclusive quanto à forma, pela lei do local onde a coisa se situa (*lex rei sitae*).

(B) Fernanda tem razão em questionar a validade do testamento, pois a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro veda a partilha de bens imóveis situados no Brasil por ato testamentário firmado no exterior.

(C) Fernanda não tem razão em questionar a validade do testamento, pois o ato testamentário se rege, quanto à forma, pela lei do local onde foi celebrado (*locus regit actum*).

(D) O questionamento de Fernanda não será apreciado, pois a Justiça brasileira não possui competência para conhecer e julgar o mérito de ações que versem sobre atos testamentários

realizados no exterior.

RESPOSTA Segundo o art. 9º, LINDB, para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem. Assim, o testamento rege-se, quanto à forma, pela lei do local onde foi celebrado, ou seja, na Itália, na situação hipotética, mesmo que os bens estejam em outro país (Brasil). Acrescenta-se o *caput* do art. 10, que determina que a sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que **domiciliado** o defunto ou o desaparecido, *qualquer que seja a natureza e a situação dos bens*. *Alternativa C.*

5052. **(OAB 02 – 2011– FGV)** Em janeiro de 2003, Martin e Clarisse Green, cidadãos britânicos domiciliados no Rio de Janeiro, casam-se no Consulado Geral britânico, localizado na Praia do Flamengo. Em meados de 2010, decidem se divorciar. Na ausência de um pacto antenupcial, Clarisse requer, em petição à Vara de Família do Rio de Janeiro, metade dos bens adquiridos pelo casal desde a celebração do matrimônio, alegando que o regime legal vigente no Brasil é o da comunhão parcial de bens. Martin, no entanto, contesta a pretensão de Clarisse, argumentando que o casamento foi realizado no Consulado britânico e que, portanto, deve ser aplicado o regime legal de bens vigente no Reino Unido, que lhe é mais favorável. Com base no caso hipotético acima e nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) O juiz brasileiro não poderá conhecer e julgar a lide, pois o casamento não foi realizado perante a autoridade competente.

(B) Clarisse tem razão em sua demanda, pois o regime de bens é regido pela *lex domicilli* dos nubentes e, ao tempo do casamento, ambos eram domiciliados no Brasil.

(C) Martin tem razão em sua contestação, pois o regime de bens se rege pela lei do local da celebração (*lex loci celebrationis*), e o casamento foi celebrado no Consulado britânico.

(D) O regime de bens obedecerá à *lex domicilli* dos cônjuges quanto aos bens móveis e à *lex rei sitae* (ou seja, a lei do lugar onde estão) quanto aos bens imóveis, se houver.

RESPOSTA Segundo o § 4º do art. 7º, LINDB, o regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes **domicílio**, e, se este for diverso, à do primeiro domicílio conjugal. *Alternativa B.*

Bibliografia

• BRAGA, Marcelo Pupe. *Direito internacional público e privado*. São Paulo: Método, 2009.

• DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 5. ed. São Paulo: LTr, 2006.

• REZEK, Francisco. *Direito internacional público* – curso elementar. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

• WENDPAP, Friedmann; KOLOTELO, Rosane. *Direito internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

DIREITO PENAL

LEONARDO GALARDO DE MORAES RIBEIRO

Advogado. Doutorando pela Universidade Buenos Aires, da Argentina. Pós-Graduado em Segurança Pública e Cidadania pelo Centro de Estudos em Segurança e Cidadania, em parceria com o Governo Federal, pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp/Pronasci). Pós-Graduado em Direito e Processo Penal pela Universidade Candido Mendes (IAVM). Bacharel em Direito pela UFRJ. Fluente em alemão e inglês. Professor de cursos preparatórios para concurso público: Portal EducaON, Curso Ênfase; Curso Damásio, CEJ 11 de Agosto; Curso *Lexus*; Curso *Iuris*; Curso Fraga; Curso Aprimore; Curso MAXX; Curso Ícone; Curso FOCO; entre outros. Ex-Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

BANCA	QUESTÕES
CESPE	265
FCC	161
OUTRAS BANCAS	351
OAB/FGV	36

CESPE

I. Dos Princípios e Teorias

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) Considerando os princípios constitucionais penais e o disposto no direito penal brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

5053. Quanto ao concurso de pessoas, o direito penal brasileiro acolhe a teoria monista, segundo a qual todos os indivíduos que colaboraram para a prática delitiva devem, como regra geral, responder pelo mesmo crime. Tal situação pode ser, todavia, afastada, por aplicação do princípio da intranscendência das penas, para a hipótese legal em que um dos colaboradores tenha desejado participar de delito menos grave, caso em que deverá ser aplicada a pena deste.

RESPOSTA Tal princípio está previsto no art. 5º, XLV, CF, que declara: “nenhuma pena passará da pessoa do condenado,

podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;". Trata-se do Princípio da Intranscendência, que preconiza a impossibilidade de se propor ou estender os efeitos da pena para terceiros que não tenham participado do crime. *Errada.*

5054. Segundo a jurisprudência do STF, é possível a aplicação do princípio da insignificância para crimes de descaminho, devendo-se considerar, como parâmetro, o valor consolidado igual ou inferior a R$ 7.500,00.

RESPOSTA Ayres Britto explicou que a aplicação do princípio da insignificância – ou bagatela – deve levar em conta o art. 20, da Lei n. 10.522/2002, que diz que devem ser arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior a R$ 10.000,00. Contudo, a partir de março de 2012, houve uma alteração no teto para R$ 20.000,00, o que significa que o princípio da insignificância deve acompanhar tal limite, estando bem distante dos R$ 7.500,00 apontados na questão. *Errada.*

5055. Por incidência do princípio da continuidade normativo-típica, é correto afirmar que, no âmbito dos delitos contra a dignidade sexual, as condutas anteriormente definidas como crime de ato libidinoso continuam a ser punidas pelo direito penal brasileiro, com a ressalva de que, segundo a atual legislação, a denominação adequada para tal conduta é a de crime de estupro.

RESPOSTA No que diz respeito ao crime de estupro, vale ressaltar que a nova lei fundiu, sob essa rubrica, os delitos previstos anteriormente nos arts. 213 (estupro) e 214 (atentado violento ao pudor) do Código Penal, não havendo que se falar em *abolitio criminis* com relação a este último, em virtude da aplicação do princípio da continuidade normativo-típica, uma vez que os elementos que integravam a figura do atentado violento ao pudor migraram para o art. 213 do Código Penal, que diz respeito ao fato de ter o agente constrangido alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal, ou a praticar ou com ele permitir que se pratique outro ato libidinoso. *Certa.*

5056. **(Delegado – PC-RN – 2009 – CESPE)** Cabe ao legislador, na sua propícia função, proteger os mais diferentes tipos de bens jurídicos, cominando as respectivas sanções, de acordo com a importância para a sociedade. Assim, haverá o ilícito administrativo, o civil, o penal etc. Este último é o que interessa ao direito penal, justamente por proteger os bens jurídicos mais importantes (vida, liberdade, patrimônio, liberdade sexual, administração pública etc.). O direito penal

(A) tem natureza fragmentária, ou seja, somente protege os bens jurídicos mais importantes, pois os demais são protegidos pelos outros ramos do direito.
(B) tem natureza minimalista, pois se ocupa, inclusive, dos bens jurídicos de valor irrisório.
(C) tem natureza burguesa, pois se volta, exclusivamente, para a proteção daqueles que gerenciam o poder produtivo e a economia estatal.
(D) é ramo do direito público e privado, pois protege bens que pertencem ao Estado, assim como aqueles de propriedade individualizada.
(E) admite a perquirição estatal por crimes não previstos estritamente em lei, assim como a retroação da *lex gravior*.

RESPOSTA (A) O caráter fragmentário do Direito Penal significa, em síntese, que, uma vez escolhidos aqueles bens fundamentais, comprovadas a lesividade e a inadequação das condutas que os ofendem, esses bens passarão a fazer parte de uma pequena parcela que é protegida pelo Direito Penal, originando-se, assim, sua natureza fragmentária. Não é tudo que o Direito Penal vai tutelar, mas somente uma parte (fragmento) do que é mais importante à sociedade. (B) O Direito Penal Mínimo exclui a tipicidade das condutas que se encaixam no tipo penal, mas que não violam o ordenamento jurídico pela irrelevância e insignificância da conduta praticada frente ao bem jurídico. (C) O direito penal trata dos bens jurídicos mais importantes para a vida em sociedade. (D) Direito Penal é o ramo do Direito Público dedicado às normas emanadas pelo Poder Legislativo para reprimir os Delitos cominando Penas com a finalidade de preservar a sociedade. (E) Tal conduta é inadmissível em virtude do princípio da legalidade. *Alternativa A.*

5057. (Promotor – MPE-TO – 2012 – CESPE) A respeito de aspectos diversos dos crimes bem como dos princípios aplicáveis ao direito penal, assinale a opção correta de acordo com as disposições do CP e da doutrina penal.

(A) Caracteriza situação de arrependimento eficaz o caso do agente que, durante a ação, diz para si "posso prosseguir, mas não quero" e encerra sua empreitada criminosa.

(B) Chama-se de dolo direto de segundo grau aquele que se dirige em relação ao fim proposto e aos meios escolhidos.

(C) Norma penal em branco homogênea, ou em sentido amplo, é aquela cujo complemento é oriundo da mesma fonte legislativa que editou a norma que necessita desse complemento.

(D) Negligente é o agente que pratica um ato perigoso sem os cuidados que o caso requer.

(E) No erro de tipo essencial incriminador, o erro recai sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação, isto é, excludente de ilicitude, que se encontra em tipos penais permissivos.

RESPOSTA (A) Art. 15, CP. (B) É aquele que decorre do meio escolhido para a prática do delito, em outras palavras, diz respeito a um efeito colateral típico decorrente do meio escolhido e admitido, pelo autor, como certo ou necessário. (C) Quando o seu complemento é oriundo da mesma fonte legislativa que editou a norma que necessita desse complemento. (D) Negligência significa uma falta de cuidado, descuido, desatenção, displicência, e pode ser relacionada a uma situação específica, a uma pessoa, a um objeto. (E) O equívoco incide sobre uma realidade que está descrita como elementar de um tipo incriminador. *Alternativa C.*

5058. (Analista – MPE-PI – 2012 – CESPE) O princípio da consunção, consoante posicionamento doutrinário e jurisprudencial, resolve o conflito aparente de normas penais quando um crime menos grave é meio necessário, fase de preparação ou de execução de outro mais nocivo, respondendo o agente somente pelo último. Há incidência desse princípio no caso de porte de arma utilizada unicamente para a prática do homicídio.

RESPOSTA Princípio da consunção, conhecido também como Princípio da Absorção, é um princípio aplicável nos casos em que há uma sucessão de condutas com existência de um nexo de dependência. De acordo com tal princípio, o crime-fim absorve o crime-meio. Exemplo: o indivíduo que falsifica identidade para praticar estelionato. Ele só responderá pelo crime de estelionato, e não pelo crime de falsificação de documento. *Certa*.

5059. (CIJ – TJ-ES – 2011 – CESPE) Uma das funções do princípio da legalidade refere-se à proibição de se realizar incriminações vagas e indeterminadas, visto que, no preceito primário do tipo penal incriminador, é obrigatória a existência de definição precisa da conduta proibida ou imposta, sendo vedada, com base em tal princípio, a criação de tipos que contenham conceitos vagos e imprecisos (Certo ou Errado).

RESPOSTA O Princípio da Legalidade está previsto no art. 5º, XXXIX, CRFB/88 e no art. 1º, CP. De acordo com tal princípio, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. O Princípio da Legalidade se desdobra em outros 3 (três) princípios: Anterioridade, Taxatividade e Reserva Legal. De acordo com a Taxatividade, a lei penal deve ser certa e taxativa, não podendo realizar incriminações com conceitos vagos e imprecisos. Sendo assim, seus conceitos devem ser bem delimitados e não podem ficar sujeitos ao arbítrio do intérprete. *Certa*.

5060. (Analista – STF – 2008 – CESPE) Segundo a máxima *in claris cessat interpretatio*, pacificamente aceita pela doutrina penalista, quando o texto for suficientemente claro, não cabe ao aplicador da lei interpretá-lo (Certo ou Errado).

RESPOSTA A máxima *in claris cessat interpretatio* foi defendida durante muito tempo pela doutrina penalista e dizia que, quando o texto fosse suficientemente claro, não caberia ao aplicador da lei interpretá-lo. Contudo, a experiência acabou demonstrando que não existe norma suficientemente clara que prescinda de um exercício de interpretação para se compreender

o seu objetivo fundamental. Ademais, podemos perceber que a conclusão pela clareza de um determinado texto é, por si só, resultado de um processo interpretativo, sobretudo se levarmos em consideração que muitas normas têm contornos imprecisos. Portanto, a doutrina entende que todas as normas dependem de interpretação, seja em maior ou menor grau. *Errada*.

5061. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** A respeito dos princípios constitucionais penais, assinale a opção correta.

(A) Fere o princípio da legalidade, também conhecido por princípio da reserva legal, a criação de crimes e penas por meio de medida provisória.
(B) A lei penal mais favorável ao réu tem efeito extra-ativo relativo, pois, apesar de ser aplicada a crimes ocorridos antes de sua vigência, não se aplica a crimes ocorridos durante a sua vigência caso seja posteriormente revogada.
(C) A responsabilidade pela indenização do prejuízo que foi causado pelo condenado ao cometer o crime não pode ser estendida aos seus herdeiros, sem que, com isso, seja violado o princípio da personalidade da pena.
(D) Em razão do princípio da presunção de inocência, não é possível haver prisão antes da sentença condenatória transitada em julgado.
(E) No Brasil vige, de forma absoluta, o princípio da vedação à pena de morte, inexistindo exceções.

RESPOSTA (A) Nada obstante não ser a Medida Provisória lei no sentido estrito da palavra, e, portanto, afastando qualquer possibilidade de criar normas penais, bem como prescrever sanções, à luz de entendimentos de renomados doutrinadores do direito penal, caso versasse sobre a matéria, a norma penal nasceria com vício insanável na fonte, ou seja, na sua origem, no seu nascedouro. (B) Pode ser aplicada durante o período de vigência, desde que favorável ao réu. (C) Art. 5º, XXVII, CF. (D) Art. 5º, LVII, CF. (E) Art. 5º, XLVII, *a*, CF. *Alternativa A.*

5062. **(Advogado – AGU – 2009 – CESPE)** O princípio da legalidade, que é desdobrado nos princípios da reserva legal e da anterioridade, não se aplica às medidas de segurança, que não possuem natureza de pena, pois a parte geral do Código Penal apenas se refere aos crimes e contravenções penais.

RESPOSTA A medida de segurança se submete ao princípio da legalidade – art. 5º, XXXIX, CF, referente ao cumprimento da pena. *Errada*.

5063. **(Advogado – AGU – 2009 – CESPE)** A lei processual penal não se submete ao princípio da retroatividade *in mellius*, devendo ter incidência imediata sobre todos os processos em andamento, independentemente de o crime haver sido cometido antes ou depois de sua vigência ou de a inovação ser mais benéfica ou prejudicial.

RESPOSTA Art. 2º, CPP. *Certa*.

5064. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** A respeito dos princípios do direito processual penal, assinale a opção correta.

(A) Não fere o direito ao contraditório o fato de uma só das partes ser informada acerca de novo documento juntado aos autos.
(B) A legislação brasileira alberga o princípio da verdade real de forma relativa, tanto que não é permitida a rescisão de uma absolvição já transitada em julgado quando surjam provas concludentes contra o agente.
(C) Mesmo em face do princípio da obrigatoriedade, vigente no ordenamento processual penal, a autoridade policial não tem o dever de instaurar inquérito policial quando é informada da

ocorrência de crime que se apure mediante ação penal pública.

(D) Não obstante o princípio da indisponibilidade do processo, que vigora até mesmo na fase do inquérito policial, uma vez ajuizada a ação penal pública incondicionada, o MP tem livre-arbítrio para dela desistir.

(E) A CF assegura o sistema inquisitivo misto no processo penal.

RESPOSTA (A) Fere constitucionalmente os princípios do contraditório e ampla defesa. (B) Verdade real deve ser lida como uma verdade subtraída das influências da acusação e da defesa. Também não se trata de uma verdade "absoluta" ou "ontológica", mas "há de ser antes de tudo uma verdade judicial, prática e, sobretudo, não uma verdade obtida a todo preço, mas processualmente válida". (C) Art. 5º, I, CPP. (D) Art. 42, CPP. (E) Sistema Acusatório. *Alternativa B.*

(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE) Com relação ao direito penal e ao direito processual penal, cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

5065. Em abril de 1994, Alfredo, penalmente imputável, foi denunciado pela prática do delito de lesão corporal leve, tendo como vítima José, seu antigo desafeto. Logo em seguida, adveio nova legislação, e os crimes de lesões corporais leves e lesões culposas passaram a ser de ação pública condicionada à representação do ofendido ou de seu representante legal. Nessa situação, o novo dispositivo legal não é aplicável aos fatos ocorridos antes de sua vigência, aproveitando-se todos os atos e procedimentos já praticados.

RESPOSTA Retroage em favor do réu. Art. 2º, CP. *Errada*.

5066. Joaquim, indiciado em inquérito policial, em seu interrogatório na esfera policial, foi constrangido ilegalmente a indicar uma testemunha presencial do crime de que era acusado. A testemunha foi regularmente ouvida e em seu depoimento apontou Joaquim como autor do delito. Nessa situação, o depoimento da testemunha, apesar de lícito em si mesmo, é considerado ilícito por derivação, uma vez que foi produzido a partir de uma prova ilícita.

RESPOSTA Prova Ilícita por Derivação ocorre quando uma prova, colhida de forma ilícita, fornece informações suficientes para que outra prova seja colhida de forma lícita. Portanto, não sendo admitida no ordenamento jurídico. *Certa*.

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Acerca da parte geral do direito penal, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

5067. Segundo a teoria da causalidade adequada, adotada pelo Código Penal, o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

RESPOSTA Art. 13, CP. Teoria da causalidade adequada é a teoria segundo a qual, para que um fato seja considerado como causador, no sentido de responsável de outro, é mister não só que realmente haja sido o motivo da verificação do segundo, como que normalmente assim suceda. *Errada*.

5068. **(Defensor – DPU – 2010 – CESPE)** Segundo a teoria normativa pura, a fim de tipificar uma conduta, ingressa-se na análise do dolo ou da culpa, que se encontram, pois, na tipicidade, e não, na culpabilidade. A culpabilidade, dessa forma, é um juízo de reprovação social, incidente sobre o fato típico e antijurídico e sobre seu autor.

RESPOSTA O dolo normativo (exigência de uma consciência atual da ilicitude, pelo agente, nas circunstâncias em que se encontrava quando praticou o fato) logo revelou-se inapropriado para a caracterização da culpabilidade dos indivíduos desde a mais terna infância criados à margem da lei. Percebendo essa e outras incongruências, Hans Welzel veio a operar uma profunda transformação na teoria Geral do Crime, superando o Sistema Causalista vigente até então, "fulminando a Teoria

Psicológico-Normativa". *Certa.*

5069. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Em relação à aplicação do princípio da insignificância no direito penal, assinale a opção correta.

(A) Segundo entendimento do STF, tal princípio qualifica-se como fator de descaracterização material da tipicidade penal. Segundo entendimento do STJ, é possível a aplicação de tal princípio às condutas regidas pelo ECA.

(B) Não se aplica tal princípio quando o prejuízo financeiro provocado pela conduta delituosa tiver valor considerável, como, por exemplo, a quantia de R$ 10.000,00, qualquer que seja o crime.

(C) Para se aferir a insignificância de uma conduta, em tese delituosa, a análise do fato limita-se ao aspecto patrimonial, sendo vedado ao aplicador do direito a consideração de outros elementos.

(D) Tratando-se da conduta de posse de substância entorpecente, ainda que em pequena quantidade, não se admite aplicação desse princípio, segundo a jurisprudência do STF.

(E) O agente que rouba uma nota de dois reais deve-se beneficiar da aplicação de tal princípio.

RESPOSTA (A) "EMENTA: *HABEAS CORPUS* IMPETRADO POR MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR DE PRIMEIRA INSTÂNCIA – PORTE DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE – CRIME MILITAR (CPM, ART. 290) – PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES CUJA PRESENÇA LEGITIMA O RECONHECIMENTO DESSE POSTULADO DE POLÍTICA CRIMINAL – CONSEQUENTE DESCARACTERIZAÇÃO DA TIPICIDADE PENAL EM SEU ASPECTO MATERIAL – DELITO DE POSSE DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE – QUANTIDADE ÍNFIMA, PARA USO PRÓPRIO – DELITO PERPETRADO DENTRO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR – CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – DOUTRINA – PRECEDENTES – PEDIDO DEFERIDO. Possível o reconhecimento do princípio da insignificância nas condutas regidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com esse entendimento, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não conheceu do recurso especial em favor do menor M.C., mas concedeu de ofício (reconheceu o direito) o *habeas corpus* para aplicar a tese e extinguir o processo por crime de furto contra o jovem acusado de levar três barras de chocolate de um supermercado, avaliadas em R$ 12,00". (B) 10.000 é um valor financeiro bastante considerável para muitos crimes tipificados no CP e em legislações extravagantes. (C) Não só o valor patrimonial é importante, como também os aspectos sociais, por exemplo. (D) Ementa transcrita na alternativa A. (E) Não se aplica o Princípio da Insignificância em delitos com violência ou grave ameaça. *Alternativa A.*

5070. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Quanto aos institutos de direito penal, assinale a opção correta.

(A) Segundo entendimento do STJ, caso determinado agente seja contratado para assistir um trabalhador em reclamação trabalhista e se aproprie dos valores a que for condenada a parte reclamada, não se deve extinguir a punibilidade pela prática do delito de apropriação indébita, ainda que haja devolução da coisa apropriada antes de oferecida a denúncia.

(B) Ao fixar a pena-base acima do mínimo legal, o magistrado deve fundamentar a sua decisão para não violar o princípio da individualização da pena. Dessa forma, no delito de tráfico de drogas, o simples fato de ter ocorrido a apreensão de elevada quantidade de droga não constitui fundamentação idônea para a fixação da pena-base acima do mínimo previsto em lei.

(C) Recentemente, a jurisprudência do STF e do STJ pacificou-se no sentido de que não constitui crime o porte de arma desmuniciada por faltar-lhe potencial lesivo nessas condições.

(D) Admite-se a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício, uma vez que não se pode compreender a responsabilização do ente moral dissociada da atuação de uma pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio.

(E) A inabilitação para dirigir veículo, quando este for utilizado como meio para a prática de crime doloso, constitui efeito automático da sentença penal condenatória.

RESPOSTA (A) Segundo entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, "No delito de apropriação indébita, a devolução da quantia apropriada antes do recebimento da denúncia não enseja a extinção da punibilidade, podendo incidir, apenas, como causa de diminuição de pena – na modalidade de arrependimento posterior – ou circunstância atenuante. Precedentes STJ e STF.(...)" (HC 33.608/SP, 5ª T., Rel. Min. Gilson Dipp, *DJU* 2-8-2004). (B) "Revisão criminal – tráfico de drogas – redução da pena-base – viabilidade – circunstâncias do crime – referência à reiteração delitiva – situação prevista como fundamento para a reincidência – *bis in idem* caracterizado – razoável quantidade de droga de elevado potencial de disseminação (52 g) – elemento suficiente para fixar a pena-base em *quantum* proporcional, mas acima do mínimo legal – revisão parcialmente procedente". (RVCR 27014 MS 2011.027014-4). (C) Recentemente a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, reformulando antigo posicionamento, passou a se pronunciar no sentido de que, para o perfazimento do crime de porte de arma de fogo (arts. 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento), não importa se o artefato está ou não municiado ou, ainda, se apresenta regular funcionamento (STF, 1ª T., HC 96.922/RS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 17-3-2009, *DJe* 17-4-2009. STF, 1ª T., RHC 90.197/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 9-6-2009. STF, 1ª T., HC 95.018/RS, Rel. Min. Carlos Britto, j. 9-6-2009, *DJe* de 7-8-2009. STF, 1ª T., HC 96.072/RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 16-3-2010, *DJe* de 9-4-2010). (D) Egrégio Superior Tribunal de Justiça, publicado no *DJ* de 13-6-2005: criminal. Crime ambiental praticado por pessoa jurídica. Responsabilização penal do ente coletivo. Possibilidade. Previsão constitucional regulamentada por lei federal. Opção política do legislador. Forma de prevenção de danos ao meio ambiente. Capacidade de ação. Existência jurídica. Atuação dos administradores em nome e proveito da pessoa jurídica. Culpabilidade como responsabilidade social. Corresponsabilidade. Penas adaptadas à natureza jurídica do ente coletivo. Recurso provido. (E) Art. 92, III, parágrafo único, CP. *Alternativa D.*

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Com base no direito penal, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

5071. A inexigibilidade de outra conduta afasta elemento que integra a culpabilidade normativa pura.

RESPOSTA O Código Penal adotou a Teoria Finalista da Ação, correspondente à Teoria Normativa Pura da culpabilidade. São elementos normativos da culpabilidade: imputabilidade, consciência potencial da ilicitude e inexigibilidade de conduta diversa. *Certa.*

5072. O delito habitual é caracterizado por comportamentos idênticos e repetidos, que só se perfazem em decorrência de uma ação reiterada.

RESPOSTA Crime habitual é constituído de uma reiteração de atos penalmente indiferentes por si que constituem um todo, traduzindo geralmente um modo ou estilo de vida. Nesses casos, a prática de um ato apenas não seria típica; o conjunto de vários, praticados com habitualidade, é que configura o crime. Exemplos são curandeirismo e exercício ilegal da medicina. *Certa.*

5073. **(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE)** O CP adotou o conceito restritivo de autor, assim considerado aquele que realiza o núcleo do tipo. O referido código ainda previu circunstância agravante da pena, no concurso de pessoas, em relação ao agente que executa o crime, ou dele participa, mediante paga ou promessa de recompensa.

RESPOSTA A teoria restritiva de autor (objetivo-formal) foi adotada pelo CP com a Reforma de 1984. Essa teoria distingue "autor" e "partícipe" por meio da prática de elementos previstos no tipo penal. Sendo assim, o autor é aquele que concorre para a realização do crime, praticando elementos do tipo penal. Já o partícipe é aquele que concorre para a realização do crime, praticando condutas acessórias, tais como o INDUZIMENTO (criar a ideia criminosa), a INSTIGAÇÃO (reforçar uma ideia criminosa já existente), o AUXÍLIO MATERIAL (fornecer algum objeto para a prática do crime) ou o AUXÍLIO MORAL (fornecer informações importantes para a execução do crime, tais como os horários da vítima, a senha de um cofre, entre outras). *Certa.*

5074. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Com relação ao direito penal, assinale a opção correta.

(A) Os crimes resultantes de preconceito de raça são inafiançáveis e imprescritíveis, sujeitando o autor à pena de reclusão. São considerados delitos assemelhados aos crimes hediondos, observando-se o lapso temporal de dois quintos da pena, se o réu for primário, e de três quintos, se reincidente,

para fins de progressão de regime prisional.

(B) Para a doutrina, os comportamentos pós-delito positivo, cujos traços fundamentais são posterioridade, voluntariedade e conteúdo positivo, são aqueles valorados pelo legislador em razão de sua utilidade para a vítima ou para a administração da justiça. A incidência desses comportamentos não acarreta a isenção de pena.

(C) O CP disciplina expressamente o concurso de crimes e, da mesma forma, possui dispositivos legais para solucionar os conflitos aparentes de normas penais.

(D) Para a concessão do perdão, no que se refere à Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas e a acusados colaboradores, impõe a lei, de forma expressa, a observância concomitante de todos os requisitos objetivos e subjetivos para a concessão do benefício legal. Ausente um dos requisitos, poderá o juiz aplicar ao caso concreto a causa de redução de pena.

(E) No tocante aos delitos de intenção, assim conceituados por parte da doutrina, há as intenções especiais, que dão lugar aos atos denominados delitos de resultado cortado, tais como o crime de extorsão mediante sequestro, e os atos denominados delitos mutilados de dois atos, tais como o crime de moeda falsa.

RESPOSTA (A) O crime de preconceito racial não se encontra no rol da lei de crimes hediondos. (B) O comportamento pós-delitivo sucede a execução do fato delitivo, ainda que o delito não tenha alcançado a consumação. São exemplos: a desistência voluntária e o arrependimento eficaz (art. 15, CP). Deverá ser valorado pelo juiz da condenação no momento da aplicação de pena. (C) Não há dispositivos legais para solucionar o conflito aparente de normas. Esses conflitos serão solucionados por princípios doutrinários, como o da consunção, o da subsidiariedade. (D) Não há previsão de causa de redução de pena se ausente um dos requisitos objetivos ou subjetivos. (E) Os delitos de *resultado cortado* são aqueles em que o agente deseja que um resultado externo ao tipo se produza, porém sem sua intervenção direta. Os delitos *mutilados de dois atos* (ou *vários atos*) são aqueles nos quais o autor quer alcançar, após ter realizado o tipo, o resultado que fica fora dele e que depende de um ato próprio. *Alternativa E.*

5075. (Promotor – MPE-RO – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta com relação às teorias do direito penal.

(A) De acordo com a tipicidade conglobante, devem-se analisar outros elementos além daqueles previstos no tipo penal para que o fato seja considerado típico. Essa abordagem tem por fundamento o modelo clássico do finalismo, que, se afastando da teoria indiciária, adota o modelo da teoria dos elementos negativos do tipo.

(B) De acordo com a teoria constitucionalista do delito, crime é fato típico, antijurídico e punível. A culpabilidade, fundamento para a aplicação da pena, não é requisito do crime.

(C) De acordo com a teoria do funcionalismo moderado, o crime é composto por três requisitos: tipicidade, antijuridicidade e punibilidade, e este último requisito compreende culpabilidade e necessidade concreta da pena.

(D) Segundo a teoria finalista, a culpabilidade é puro juízo de reprovação do crime, ou seja, nem puramente psicológica, como na teoria neokantista, nem psicológica e normativa, como na teoria causalista.

(E) Segundo a teoria do funcionalismo moderado, caso um lutador de boxe mate o adversário no ringue, o fato deverá ser considerado atípico, uma vez que o agente somente comete fato materialmente típico se criar riscos proibidos pelo direito; tal posicionamento contraria a doutrina tradicional, que caracteriza o fato como exercício regular de direito.

RESPOSTA (A) A tipicidade exige para a ocorrência do fato típico: (a) a correspondência formal entre o que está escrito no tipo e o que foi praticado pelo agente no caso concreto (tipicidade legal ou formal) + (b) que a conduta seja anormal, ou seja, violadora da norma, entendida essa como o ordenamento jurídico como um todo, ou seja, o civil, o administrativo, o trabalhista etc. (tipicidade conglobante). (B) A culpabilidade é elemento constitutivo da teoria tripartida do crime, adotada pelo código penal.

(C) A culpabilidade é elemento da teoria do crime. Uma vez percebidos esses três elementos, o sujeito é punível. (D) A culpabilidade é um juízo de reprovação do indivíduo. (E) Art. 23, III, CP. *Alternativa E.*

5076. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Acerca das teorias que regem o direito penal e os seus institutos, assinale a opção correta.

(A) A teoria final da ação foi elaborada por Von Liszt no final do século XIX, tendo sido desenvolvida também por Beling e Radbruch, resultando na estrutura mundialmente conhecida como sistema Liszt-Beling-Radbruch.

(B) A teoria causal da ação teve por mérito superar a taxativa separação dos aspectos objetivos e subjetivos da ação e do próprio injusto, transformando, assim, o injusto naturalístico em injusto pessoal.

(C) Para a teoria constitucional do direito penal, a verificação da ocorrência do fato típico doloso não se resume ao aspecto formal-objetivo, dependendo, ainda, da ocorrência de outros elementos de índole material-normativa e subjetiva.

(D) Para a teoria social da ação, um fato considerado normal, correto, justo e adequado pela coletividade, ainda que formalmente enquadrável em um tipo incriminador, pode ser considerado típico pelo ordenamento jurídico, devendo, no entanto, ser excluída a culpabilidade do agente.

(E) A teoria funcional da conduta está estruturada em duas vertentes: para a primeira, que tem Claus Roxin como principal defensor, a função da norma é a reafirmação da autoridade do direito; a segunda, cujo principal representante é Günther Jakobs, sustenta que um moderno direito penal deve estar estruturado teleologicamente, isto é, atendendo a finalidades valorativas.

RESPOSTA (A) A teoria final da ação foi desenvolvida por Welzel. (B) A teoria causalista analisa o dolo e a culpa no elemento da culpabilidade, terceiro elemento da teoria tripartida. (C) A assertiva é o conceito da teoria constitucional do Direito Penal. (D) Pela teoria social da ação, além da adequação típica, a conduta do agente deve ser socialmente desvaliosa. (E) A primeira vertente é a chamada Teoria dos Riscos e a segunda vertente, Teoria dos Papéis. *Alternativa C.*

5077. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** À luz das teorias das penas, julgue os seguintes itens.

I. Kant, que era adepto da teoria absoluta da pena, asseverava que, ainda que a sociedade civil acordasse em se dissolver, o último assassino que estivesse no cárcere deveria ser executado, a fim de que cada um sofresse o que efetivamente merecia por seus feitos.

II. Para Hegel, a justiça da pena concreta decorre de um processo dialético, pelo qual se levam em conta as características da lesão concreta assim como as circunstâncias da sociedade civil.

III. Segundo Roxin, a ideia de retribuição compensadora somente é plausível mediante um ato de fé, pois não há como se compreender, de forma racional, como apagar um mal cometido pelo sujeito ativo do crime com um outro mal, isto é, o sofrimento da pena.

IV. Para Binding, a finalidade da pena é mostrar ao delinquente sua impotência diante da lei, submetendo-lhe, assim, à força vitoriosa do direito.

V. De acordo com as teorias relativas da pena, esta se justifica para a prevenção geral e especial do delito, partindo-se de uma concepção utilitarista da pena.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.

(E) 5.

RESPOSTA Historicamente, tivemos duas teorias antagônicas tratando das penas (teoria absoluta e teoria relativa). Enquanto a teoria absoluta era voltada para a reprovação e possuía um aspecto de retribuição pelo delito praticado, a teoria relativa se preocupava com a prevenção. Cabe ressaltar, ainda, que a prevenção se dividia em geral (negativa e positiva) e especial (negativa e positiva). A ideia da teoria retributiva era intimidar, conscientizar, neutralizar e ressocializar. Enquanto Kant e Binding possuíam uma visão mais voltada para a retribuição moral (teoria absoluta), Hegel e Roxin apresentavam um entendimento mais voltado para a seara jurídica em si. *Alternativa E.*

5078. **(Analista – STM – 2011 – CESPE)** O direito penal brasileiro adotou expressamente a teoria absoluta de territorialidade quanto à aplicação da lei penal, adotando a exclusividade da lei brasileira e não reconhecendo a validez da lei penal de outro Estado.

RESPOSTA O CP determina a aplicação da lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional. O Brasil não adotou uma teoria absoluta da territorialidade, mas sim uma teoria conhecida como temperada, haja vista que o Estado, mesmo sendo soberano, em determinadas situações, pode abrir mão da aplicação de sua legislação, em virtude de convenções, tratados e regras de direito internacional. *Errada.*

II. Da Aplicação da Lei Penal

(Delegado – PC-ES – 2011 – CESPE) Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética a respeito da aplicação do direito penal, seguida de uma assertiva a ser julgada. Nesse sentido, considere que a sigla STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

5079. Plínio, imediatamente após a comemoração de seu aniversário de dezessete anos de idade, ingeriu considerável quantidade de bebida alcoólica e, sem autorização, ou sequer ciência de seus pais, conduziu, em velocidade correspondente a mais de três vezes a velocidade da via, veículo automotor. Após perder o controle do veículo, Plínio colidiu frontalmente com um poste de iluminação pública, e esse incidente resultou na morte de sua namorada, Cida, de dezenove anos de idade, que estava sentada no banco de passageiros. Nessa situação, segundo a atual jurisprudência do STJ, caso Plínio fosse maior de dezoito anos, Plínio seria imputável e até mesmo punível, em tese, a título de homicídio por dolo eventual.

RESPOSTA Art. 27, CP. Segundo o STJ: “A direção de motorista alcoolizado pode caracterizar o homicídio por dolo eventual, mesmo sem buscar o resultado morte, pois assume o risco de produzi-lo”. O entendimento foi dado pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). *Certa.*

5080. Lúcio, cidadão não reincidente em crime doloso, foi condenado a nove meses de prisão pela prática do crime de ameaça, em razão de conduta ocorrida em 1º de janeiro de 2010, durante as festividades de ano-novo, na cidade do Rio de Janeiro. Nessa situação, considerando as normas penais aplicáveis, a prescrição da pretensão executória será de dois anos e não poderá, sob hipótese alguma, ter por termo inicial data anterior à da denúncia.

RESPOSTA Trata-se da aplicação do art. 110 c/c art. 109, VI, ambos do CP, isto é, prescrevendo em 3 anos, sendo o termo inicial de contagem a data da sentença transitada em julgado. *Errada.*

5081. Em 2009, Lauro, mediante grave ameaça e com o intuito de obter para si indevida vantagem econômica, constrangeu César ao pagamento de importância correspondente a R$ 5.000,00. César, diante dessa situação de constrangimento, houve por bem denunciar a conduta de Lauro antes mesmo de efetuar o pagamento da quantia exigida. Em sede de recurso especial, a defesa de Lauro argumentou que, segundo o entendimento sumulado do STJ, a legislação penal aplicável subordina a consumação do delito em questão à efetiva consecução do proveito econômico. Nessa situação, a tese

da defesa de Lauro está em consonância com a jurisprudência da mencionada Corte Superior.

RESPOSTA O tipo do art. 158 é crime formal e consuma-se independentemente da obtenção da indevida vantagem econômica. A extorsão é delito de mera atividade, em razão da presença do especial fim de agir expresso pela fórmula *com o fim de*, daí resultando que o tipo não exige o resultado para sua consumação. Desse modo, o delito consuma-se com o emprego da violência ou grave ameaça. *Errada.*

5082. **(Delegado – PC-RN – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação à lei penal no tempo e no espaço, à interpretação da lei penal e à imputabilidade penal.

(A) Caso uma empresa do ramo de madeireiras, após cometer toda ordem de crimes ambientais, tenha IP aberto contra si, a perquirição estatal deverá voltar-se contra crimes ambientais em tese praticados por pessoa jurídica, não podendo alcançar qualquer sócio ou diretor, pois não há, na legislação pátria, suporte jurídico para a chamada teoria da dupla imputação.

(B) Considere a seguinte situação hipotética. Gilberto, atualmente processado por crime não violento contra a liberdade sexual praticado, em tese, antes da Lei n. 11.106/2005, que revogou o inciso VII do art. 107 do CP (rol das causas extintivas da punibilidade), requereu que fosse reconhecida a causa extintiva, haja vista que casara com a dita vítima. Nessa situação, conforme o entendimento mais recente do STF, o juiz deverá indeferir o pedido de Gilberto, já que o aludido inciso só poderia ser aplicado se já não estivesse, atualmente, revogado pela Lei n. 11.106/2005.

(C) Considere a seguinte situação hipotética. Bira, auxiliado por Giovane, sequestrou sua própria vizinha. Ocorreu que, em virtude de a família da vítima se negar a pagar o resgate, passaram-se mais de 15 dias desde o início do cativeiro. Nesse termo, ou seja, durante o período em que a vítima esteve sob a custódia dos réus, foi publicada lei nova (com vigência e eficácia imediata), aumentando a pena do crime em questão. Nessa situação, de acordo com a posição sumulada do STF, não será aplicada a lei nova em virtude da obrigatória aplicação da lei mais benéfica.

(D) Caso um cidadão alemão, dentro de uma embarcação da Marinha Mercante Brasileira, ancorada em porto holandês (local onde, em tese, não se pune o aborto), contribua para que sua esposa, francesa, pratique o abortamento, o território brasileiro não será considerado local de ocorrência da conduta, pois o navio estava ancorado em águas estrangeiras.

(E) No sistema jurídico brasileiro, a lei é a expressão máxima do positivismo, não sendo possível outras formas de expressão do direito.

RESPOSTA (A) Art. 3º, parágrafo único, Lei n. 9.605/98 – Nossos tribunais superiores (STF e STJ) admitem a teoria da dupla imputação subjetiva nos crimes ambientais. Ou seja, nesses crimes é possível haver a responsabilidade penal da pessoa jurídica desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício, uma vez que não se pode compreender a responsabilização do ente moral dissociada da atuação de uma pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio. (B) A pessoa que praticou a causa de extinção de punibilidade prevista no inciso VII do art. 107, CP, qual seja, o casamento com a vítima, ANTES do advento da Lei n. 11.106/2005, PODE ser beneficiado por tal causa de extinção de punibilidade. A razão dessa conclusão se dá pelo fato de a referida lei ser mais gravosa para o réu, já que extinguiu a mencionada causa de extinção de punibilidade, NÃO podendo retroagir para prejudicar o réu em face do princípio da irretroatividade de lei penal mais gravosa. (C) De acordo com a Súmula 711, STF, a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência. Cabe ressaltar que o crime de extorsão mediante sequestro é permanente e que a nova lei (mais gravosa) entrou em vigor antes da cessação da permanência, tendo em vista que a vítima ainda estava no cativeiro. Dessa forma, deverá ser aplicada ao caso concreto. (D) O território brasileiro realmente NÃO será considerado local da ocorrência da conduta, tendo em vista que, como o navio era da Marinha mercante, com natureza privada, ele NÃO será considerado extensão do território brasileiro (interpretação a *contrario sensu* do art. 5º, § 1º, CP – segunda parte), devendo ser aplicada a lei do país estrangeiro. (E) No sistema jurídico brasileiro, NÃO só a lei é considerada forma de expressão do direito, mas também são consideradas outras formas de expressão do direito, como a analogia, os princípios gerais de direito, a doutrina e a jurisprudência. *Alternativa D.*

5083. **(Delegado – PF – 2004 – CESPE)** No dia 1º/3/1984, Jorge foi preso em flagrante por ter vendido lança-perfume (cloreto de etila), substância considerada entorpecente por portaria do Ministério da Saúde de 27/1/1983. Todavia, no dia 4/4/1984, houve publicação de nova portaria daquele Ministério excluindo o cloreto de etila do rol de substâncias entorpecentes. Posteriormente, em 13/3/1985, foi publicada outra portaria do Ministério da Saúde, incluindo novamente a referida substância naquela lista. Nessa situação, de acordo com o entendimento do STF, ocorreu a chamada *abolitio criminis*, e Jorge, em 4/4/1984, deveria ter sido posto em liberdade, não havendo retroação da portaria de 13/3/1985, em face do princípio da irretroatividade da lei penal mais severa.

RESPOSTA Portaria incluindo o entorpecente em 1983; delito ocorrido em março de 1984. Portaria excluindo o entorpecente de abril de 1984. Ou seja, um mês após a prisão em flagrante, a substância passou a ser desconsiderada pela Anvisa, tratando-se d e *abolitio criminis*, quando ocorre uma nova lei penal que descriminaliza determinado fato assim enquadrado por uma lei anterior, isto é, quando a lei que tipifica criminalmente o fato é revogada. Neste momento, ele deveria ter sido posto em liberdade. Portaria incluindo novamente o entorpecente em 1985; nesse caso, não há como aplicar novamente a lei ao caso concreto, devido ao Princípio da irretroatividade da lei penal mais severa. *Certa.*

5084. **(Delegado – PF – 2004 – CESPE)** Laura, funcionária pública a serviço do Brasil na Inglaterra, cometeu, naquele país, crime de peculato. Nessa situação, o crime praticado por Laura ficará sujeito à lei brasileira, em face do princípio da extraterritorialidade.

RESPOSTA Conforme preceituado pelo art. 7º, I, *b*, CP. *Certa.*

5085. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** No que se refere à aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

(A) Em relação ao lugar do crime, o legislador adotou, no CP, a teoria do resultado, considerando praticado o crime no lugar onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

(B) Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia, mas, nas de multa, não se desconsideram as frações da moeda.

(C) A *abolitio criminis*, que possui natureza jurídica de causa de extinção da punibilidade, conduz à extinção dos efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.

(D) Desde que em benefício do réu, a jurisprudência dos tribunais superiores admite a combinação de leis penais, a fim de atender aos princípios da ultra-atividade e da retroatividade *in mellius*.

(E) Em relação ao tempo do crime, o legislador adotou, no CP, a teoria da atividade, considerando-o praticado no momento da ação ou omissão.

RESPOSTA (A) Art. 6º, CP – Teoria da Ubiquidade ou Mista. (B) Art. 11, CP. (C) Quando a hipótese de *abolitio criminis* é assumida, de acordo com as normas do Código Penal brasileiro, extingue-se a punibilidade do agente e é aplicada a retroatividade da norma que retira a tipicidade de qualquer fato, durante qualquer fase do processo judicial ou mesmo da execução penal. Mas não de efeitos extrapenais. (D) Conforme Celso Delmanto et al., "a doutrina majoritária não admite a combinação de normas para favorecer o agente, acreditando que dessa integração resultaria uma terceira lei" (*Código Penal comentado*, p. 85). A jurisprudência dominante também nega essa possibilidade, como se infere do acórdão proferido pela 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, nos Embargos de Divergência em Recurso Especial 1.094.499/MG, que menciona precedentes do Supremo Tribunal Federal (Rel. Min. Félix Fisher – Acórdão de 12 de maio de 2010, publicado em 18 de agosto de 2010). (E) A teoria adotada pelo Código Penal Brasileiro foi a da atividade, conforme art. 4º, CP, "Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado". *Alternativa E.*

5086. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Em relação à analogia, assinale a opção correta.

(A) A analogia só ocorre na hipótese de aplicação de lei, sendo vedada a utilização de entendimento firmado em súmula de tribunal superior analogicamente a outra situação semelhante.

(B) A analogia em direito penal, em regra, só pode ser utilizada em razão da ausência de norma regulamentadora, da presença de lacuna na lei ou da existência de lei desproporcional.

(C) A analogia, forma de autointegração da lei, não constitui fonte mediata do direito, podendo ser utilizada em relação a normas permissivas e incriminadoras.

(D) A jurisprudência do STJ admite, no âmbito do direito penal, a aplicação de analogia de normas de direito civil ou processual civil, ainda que resulte na condenação do réu.

(E) O uso do instituto da analogia pressupõe, necessariamente, uma lacuna involuntária da norma em vigor.

RESPOSTA ANALOGIA: Consiste em aplicar a uma hipótese não prevista em lei a disposição relativa a um caso semelhante. É forma de integração, e não de interpretação do Direito Penal. *Alternativa E.*

5087. (Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Considere que um indivíduo pratique dois crimes, em continuidade delitiva, sob a vigência de uma lei, e, após a entrada em vigor de outra lei, que passe a considerá-los hediondos, ele pratique mais três crimes em continuidade delitiva. Nessa situação, de acordo com o CP, aplicar-se-á a toda a sequência de crimes a lei anterior, por ser mais benéfica ao agente (Certo ou Errado).

RESPOSTA A Súmula 711, STF, dispõe que a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou a crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência. Sendo assim, muito embora a regra geral prevista no art. 5º, XL, CRFB/88, seja no sentido de que a lei penal mais grave não pode retroagir, devemos atentar para o fato de que, no crime continuado, a conduta do agente é que passa a ser praticada após a entrada em vigor da nova lei mais gravosa. Portanto, todo o seu comportamento passará a ser regido pela nova lei, sem que isso seja considerado inconstitucional. *Errada*.

5088. (Analista – STF – 2008 – CESPE) Com relação ao tempo do crime, o CP adotou a teoria da atividade, pela qual se considera praticado o crime no momento da ação ou da omissão, exceto se outro for o momento do resultado (Certo ou Errado).

RESPOSTA O art. 4º, CP, adotou a teoria da atividade para definir o tempo do crime. Sendo assim, considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão (conduta), ainda que outro seja o momento do resultado. Dessa forma, podemos perceber que o momento do resultado será sempre irrelevante. *Errada*.

5089. (Analista – STF – 2008 – CESPE) A exposição de motivos do CP é típico exemplo de interpretação autêntica contextual (Certo ou Errado).

RESPOSTA A interpretação de uma lei pode ser classificada como autêntica, doutrinária ou judicial (dependendo do sujeito que a realiza). A interpretação autêntica é aquela realizada pelo próprio texto legal e pode ser subdividida em contextual ou posterior. Será chamada de contextual quando realizada no mesmo momento da edição da lei. Será chamada de posterior quando realizada posteriormente à edição da lei. Contudo, cabe ressaltar que a exposição de motivos do CP não pode ser considerada interpretação autêntica, tendo em vista que não foi votada pelo Congresso Nacional nem sancionada pelo Presidente da República. Sendo assim, a exposição de motivos não representa, obrigatoriamente, o entendimento daqueles que elaboraram o referido diploma legal. Nesse sentido, devemos considerar a exposição de motivos uma espécie de interpretação doutrinária, que é aquela realizada pelos estudiosos do direito. *Errada*.

5090. (Analista – STF – 2008 – CESPE) Se o presidente do STF, em palestra proferida em seminário para magistrados de todo o Brasil, interpreta uma lei penal recém-publicada, essa interpretação é considerada interpretação judicial (Certo ou Errado).

RESPOSTA A diferença entre a interpretação doutrinária e a interpretação judicial reside no fato de que a doutrinária configura o entendimento pessoal dos estudiosos do direito (*communis opinio doctorum*) e a judicial decorre do entendimento dos juízes. Contudo, cabe ressaltar que a interpretação somente será considerada judicial quando for realizada pelo magistrado intra-autos, no decorrer de um processo judicial, representando efetiva aplicação da lei ao caso concreto. Dessa forma, se um magistrado

proferir uma interpretação extra-autos, como no caso de uma palestra ou seminário, estaremos diante de uma interpretação doutrinária, pois o julgador estará emitindo a sua opinião pessoal sobre aquele diploma. *Errada*.

5091. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Com base nos preceitos do direito penal, assinale a opção correta.

(A) No que diz respeito à lei penal no tempo e no espaço, é correto afirmar que a vigência de norma penal posterior atenderá ao princípio da imediatidade, não incidindo, em nenhum caso, sobre fatos praticados na forma da lei penal anterior. No tocante à lei penal no espaço, o Código Penal (CP) adota o princípio da territorialidade como regra geral.

(B) Se um servidor público tiver sido condenado a cinco anos de reclusão por apropriar-se de dinheiro e outros bens móveis de que tinha posse em razão do cargo, e a sentença penal condenatória tiver transitado em julgado, então, se for julgado procedente pedido de reabilitação e o condenado vier a ressarcir integralmente o dano causado pelo crime, o servidor poderá retornar ao exercício do cargo público que havia perdido em razão da sentença condenatória.

(C) Não constitui crime a ocupação de estabelecimento bancário, em momento de greve, com a finalidade de impedir o desenvolvimento normal da atividade bancária, ainda que da ocupação haja danificação do patrimônio com o escopo de embaraçar a execução dos trabalhos e impedir o labor dos empregados que não aderiram à greve. Somente haverá crime caso haja lesões, físicas e(ou) morais, aos trabalhadores que permaneceram em atividade, e o crime terá como sujeito ativo apenas os empregados da empresa onde ocorreram os fatos.

(D) Considere a seguinte situação hipotética. Uma empresa de crédito, por intermédio de seus sócios, tendo obtido empréstimos consignados mediante fraude, utilizando-se de dados de terceiros obtidos de forma fraudulenta, levou e manteve em erro instituição financeira oficial. Nessa situação hipotética, o procedimento descrito configura operação financeira e subsume-se à figura típica descrita na lei dos crimes contra o sistema financeiro nacional.

(E) Em relação ao crime de lavagem de dinheiro, o entendimento doutrinário e jurisprudencial firmado é que o mero proveito econômico do produto do crime antecedente não configuraria lavagem de dinheiro, exigindo-se a prática de condutas de ocultar ou dissimular, entre outras, como práticas autônomas, de modo a caracterizar a infração penal em tela. Sem essas, ocorrerá um simples pós-fato impunível. Não se subordina persecução penal em juízo ao encerramento do processo administrativo fiscal.

RESPOSTA (A) Art. 2º, parágrafo único, CP. (B) Art. 93, CP. (C) Art. 202, CP. (D) A doutrina afirma que só há o crime do art. 19, Lei n. 7.492/86, se estiver expressa a destinação específica dos recursos. Caso contrário, teremos estelionato. *Alternativa E*.

5092. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** A respeito da aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

(A) Quanto ao momento em que o crime é considerado praticado, a lei penal brasileira adotou expressamente a teoria da ubiquidade, desprezando a teoria da atividade.

(B) Com relação ao lugar em que o crime é considerado praticado, a lei penal brasileira adotou expressamente a teoria da atividade, desprezando a teoria da ubiquidade.

(C) Aplica-se a lei penal brasileira a crimes praticados contra a vida ou a liberdade do presidente da República, mesmo que o crime tenha ocorrido em outro país.

(D) Os agentes diplomáticos são imunes à lei civil do Brasil, mas não à lei penal.

(E) Os parlamentares não podem ser processados civilmente pelas opiniões que emitem no exercício

de seus mandatos, mas estão sujeitos à sanção penal no caso de incorrerem em crime contra a honra.

RESPOSTA (A) CP adotou a teoria da atividade. (B) CP adotou a teoria da ubiquidade. (C) Art. 7º, I, *a*, CP. (D) Da imunidade de jurisdição decorre que os atos da Missão e os de seus diplomatas não podem ser apreciados em juízo pelos tribunais do Estado acreditado. Além de imunidade de jurisdição civil e administrativa, os agentes diplomáticos também gozam de imunidade de jurisdição penal. A imunidade de execução é absoluta – eventuais decisões judiciais ou administrativas desfavoráveis à Missão ou aos diplomatas não podem ser cumpridas à força pelas autoridades do Estado acreditado. (E) Imunidade Material – Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. *Alternativa C.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) A respeito da aplicação da lei penal, dos princípios da legalidade e da anterioridade e acerca da lei penal no tempo e no espaço, julgue o seguinte item (Certo ou Errado).

5093. Ocorrendo a hipótese de *novatio legis in mellius* em relação a determinado crime praticado por uma pessoa definitivamente condenada pelo fato, caberá ao juízo da execução, e não ao juízo da condenação, a aplicação da lei mais benigna.

RESPOSTA Art. 2º, CP, c/c art. 66, LEP. *Certa*.

(Procurador – PMV – 2007 – CESPE) Julgue o próximo item, acerca da aplicação da lei penal no tempo e no espaço (Certo ou Errado) [adaptada].

5094. Considere que um promotor de justiça tenha oferecido denúncia contra determinado réu, imputando-lhe um fato que, em lei posterior à sua ocorrência, viesse a ser definido como crime. Nessa hipótese, a denúncia fere o princípio da anterioridade, que define como lícita qualquer conduta que não se encontre prevista em lei penal incriminadora.

RESPOSTA Princípio da anterioridade compõe, com o princípio da legalidade, os chamados "princípios da reserva legal": *Nullum crimen, nulla poena sine praevia lege* – "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal". *Certa*.

5095. **(Procurador – MP-SE – 2010 – CESPE)** De acordo com a lei penal brasileira, o território nacional estende-se a

(A) embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.

(B) embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública, desde que se encontrem no espaço aéreo brasileiro ou em alto-mar.

(C) aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, onde quer que se encontrem.

(D) embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública, desde que se encontrem a serviço do governo brasileiro.

(E) aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, desde que estejam a serviço do governo do Brasil e se encontrem no espaço aéreo brasileiro ou em alto-mar.

RESPOSTA Art. 5º, § 1º, CP. *Alternativa A.*

III. Teoria do Crime

5096. **(Procurador – MP-RO – 2010 – CESPE)** A respeito da teoria do crime adotada pelo CP, assinale a opção correta.

(A) A ausência de previsão é requisito da culpa inconsciente, pois, se o agente consegue prever o

delito, trata-se de conduta dolosa e não culposa.

(B) O CP limitou-se a adotar a teoria do assentimento em relação ao dolo ao dispor que age dolosamente o agente que aceita o resultado, embora não o tenha visado como fim específico.

(C) A conduta do agente que, após iniciar a execução de crime por iniciativa própria, impede a produção do resultado caracteriza arrependimento posterior e tem a mesma consequência jurídica da desistência voluntária.

(D) Na desistência voluntária, o agente poderá responder pelos atos já praticados, pelo resultado ocorrido até o momento da desistência ou pela tentativa do crime inicialmente pretendido.

(E) A previsibilidade subjetiva é um dos elementos da culpa e consiste na possibilidade de ser antevisto o resultado nas circunstâncias específicas em que o agente se encontrava no momento da infração penal.

RESPOSTA (A) São requisitos dos crimes culposos: previsibilidade, conduta lícita, resultado ilícito e falta de diligência devida. (B) O resultado ilícito deve compreender o elemento volitivo do dolo. (C) Art. 16, CP. (D) Art. 16, CP. Na tentativa, deverá haver dolo com relação ao crime todo. (E) A previsibilidade verificada nas circunstâncias específicas refere-se à previsibilidade objetiva. *Alternativa A.*

5097. (Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE) Julgue os seguintes itens, considerando o excesso nas ações acobertadas por causas de exclusão da ilicitude.

I. O agente sempre responde pelo excesso, na modalidade dolo ou culpa.

II. Diz-se intensivo o excesso quando ainda estão presentes os pressupostos fáticos da causa de justificação.

III. Se o réu alegar em sua defesa a tese da legítima defesa em crime de homicídio, o juiz não é obrigado a formular quesito sobre eventual existência de excesso doloso ou culposo.

IV. Tanto no excesso culposo como no excesso exculpante, o agente responde por crime culposo.

V. Diz-se impróprio o excesso quando não se encontram presentes os pressupostos fáticos da causa de justificação.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.

(B) 2.

(C) 3.

(D) 4.

(E) 5.

RESPOSTA (I) Art. 23, parágrafo único, CP. (II) O excesso se dá quando não estão mais presentes as hipóteses de justificação. (III) Caberá ao MP provar o excesso. (IV) No excesso exculpante, o agente não responderá por crime culposo. (V) A assertiva traz o conceito. *Alternativa B.*

5098. (Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE) Admite-se tentativa nos crimes

(A) de mera conduta.

(B) culposos puros.

(C) unissubsistentes.

(D) habituais.

(E) omissivos próprios.

RESPOSTA (A) Consuma-se com o início da execução. (B) Crimes culposos não admitem tentativa porque requerem resultado ilícito. (C) O delito é praticado em ação única. (D) A consumação se potrai no tempo. (E) Os omissivos próprios não admitem porque são delitos formais. *Alternativa A.*

5099. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Com referência ao dolo e à culpa, assinale a opção correta.

(A) Em relação ao dolo, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da representação, segundo a qual a conduta dolosa é o comportamento de quem tem consciência do fato e de seu significado, e, ao mesmo tempo, a vontade de realizá-lo.

(B) A teoria naturalista ou causal da conduta adotava a espécie de dolo denominada natural, que, em vez de constituir elemento da conduta, era considerado requisito da culpabilidade, com três elementos: consciência, vontade e consciência da ilicitude (*dolus malus*).

(C) Considere a seguinte situação hipotética. Um jovem desferiu, com intenção homicida, golpes de faca em seu vizinho, que caiu desacordado. Acreditando ter atingido seu objetivo, enterrou o que supunha ser o cadáver no meio da mata. A perícia constatou, posteriormente, que o homem falecera em razão de asfixia decorrente da ausência de ar no local em que foi enterrado. Nessa situação, ocorreu o que a doutrina denomina de *aberratio causae*, devendo o agente responder pelo delito de homicídio simples consumado, por ter agido com dolo geral.

(D) Considere a seguinte situação hipotética. Paulo, chefe de família, percebeu que alguém entrou pelos fundos, à noite, em sua residência, em local com altos índices de violência. Pensando tratar-se de assalto, posicionou-se, com a luz apagada, de forma dissimulada, e desferiu golpes de faca no suposto meliante, com intenção de matá-lo, certo de praticar ação perfeitamente lícita, amparada pela legítima defesa. Verificou-se, posteriormente, que Paulo ceifou a vida de seu filho de doze anos de idade. Nessa situação, Paulo agiu com culpa inconsciente, devendo responder por homicídio culposo.

(E) No ordenamento jurídico brasileiro, de acordo com a doutrina majoritária, a ausência de previsibilidade subjetiva – a possibilidade de o agente, dadas suas condições peculiares, prever o resultado – exclui a culpa, uma vez que é seu elemento.

RESPOSTA (A) O dolo é formado pela vontade e consciência do agente para realizar a conduta penalmente tipificada, conforme dispõe o art. 18, I, Código Penal. Dessa forma, percebe-se que o Código adotou as teorias da vontade (segundo a qual o dolo é a vontade livre e consciente de praticar a conduta penalmente tipificada) e do assentimento (quando o agente antevê o possível resultado lesivo de sua conduta, mesmo não o querendo de forma direta). Portanto, está equivocada a alternativa que diz que o CP adotou a teoria da representação, que prevê tão somente a possível produção do resultado, sem se importar se o agente havia assumido o risco ou não, isto é, essa teoria não distingue o dolo eventual e a culpa consciente. (B) A conduta é o primeiro elemento integrante do fato típico. A teoria clássica, teoria naturalista ou causal da conduta, adotava a espécie de dolo denominada normativo, que, em vez de constituir elemento da conduta, era considerado requisito da culpabilidade e possuía três elementos: a consciência, a vontade e a consciência da ilicitude (*dolus malus*). Nesse sentido: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte geral, p. 202. (C) A questão narra a conduta cujo resultado inicialmente pretendido pelo agente adveio por uma causa que ele não havia cogitado, tratando-se de *aberratio causae*, uma das hipóteses de crimes aberrantes. Dessa forma, ocorre o chamado dolo geral, em que o agente, após julgar ter atingido o resultado desejado, pratica uma ação com propósito diverso, e nesse caso é que o resultado se produz. Na questão, o agente deverá responder por seu dolo inicial, de acordo com o que dispõe a teoria finalista. Assim, como não era a intenção do agressor cometer homicídio qualificado pela asfixia (CP, art. 121, § 2º, III), deve responder apenas por homicídio simples, uma vez que o emprego de arma branca não qualifica tal crime. Quanto à ocultação de cadáver (CP, art. 211), trata-se de crime impossível por impropriedade absoluta do objeto (CP, art. 17), na medida em que o jovem não enterrou nenhum cadáver. Nesse sentido: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte geral, p. 205-206. (D) A questão narra a hipótese de culpa imprópria por extensão (também conhecida por equiparação ou por assimilação), pois que, por erro de tipo inescusável, supôs estar diante de um caso de exclusão da ilicitude, por ter agido em legítima defesa, afastando, assim, o dolo e a culpa, elementos de natureza subjetiva, tratando-se de fato atípico. Portanto, a questão está errada, pois Paulo não agiu com culpa inconsciente e não responderá por homicídio culposo. (E) A ausência de previsibilidade subjetiva não exclui a culpa, posto que não é seu elemento. A consequência será a exclusão da culpabilidade, mas nunca da culpa. Dessa forma, o fato será típico, pois houve conduta culposa, mas o agente não será punido pelo crime cometido ante a falta de culpabilidade. Nesse sentido: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte geral, p. 209. *Alternativa C.*

5100. (Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE) No que se refere ao tipo, à tipicidade penal e às excludentes de ilicitude, assinale a opção correta.

(A) A diretriz dominante do Código Penal alinha-se à chamada fase do caráter indiciário da ilicitude, segundo a qual a prática de ato formalmente típico pressupõe indício de ilicitude. Assim, o juiz, inicialmente, verifica se o fato humano (doloso ou culposo) enquadra-se em algum modelo incriminador; em caso afirmativo, esse fato provavelmente será ilícito. Em seguida, passa ao exame dos tipos permissivos, que são as causas de exclusão da ilicitude, que, se presentes, afastam a ideia (indício) inicial de ilicitude, e o fato não deve ser considerado criminoso.

(B) Considere que Luiz, com intenção homicida, tenha disparado cinco tiros de fuzil contra Hélio, que, no entanto, sobreviveu por motivos alheios à vontade de Luiz. Nesse caso, para se concluir qual foi a conduta criminosa praticada por Luiz, faz-se adequação típica de subordinação imediata, concluindo-se pela prática do delito de homicídio doloso tentado, podendo ou não ser qualificado, a depender das circunstâncias e dos motivos que levaram Luiz a efetuar os disparos.

(C) Segundo a teoria da tipicidade conglobante, o exercício regular do direito, o estrito cumprimento do dever legal, a legítima defesa e o estado de necessidade deixam de ser excludentes de ilicitude e passam a ser excludentes de tipicidade, pois, se o fato é direito ou dever legal, legitimamente protegido pela norma, não pode estar descrito também, paradoxalmente, como infração penal.

(D) Em relação ao estado de necessidade, o Código Penal brasileiro adotou a teoria diferenciadora ou da diferenciação, que determina a ponderação entre os valores dos bens e deveres em conflito, de maneira que o estado de necessidade somente exclua a ilicitude quando o bem sacrificado for reputado de menor valor; caso contrário, o estado de necessidade será causa de exclusão da culpabilidade.

(E) Considere que, para defender-se de agressão injusta de Célio, Rui dispare tiros em direção ao agressor, mas, por erro, atinja de forma letal Lúcia, que esteja passando próximo ao local. Nesse caso, Rui responderá pelo delito de homicídio culposo, uma vez que não tinha a intenção de matar Lúcia, mas quebrou o dever de cuidado objetivo a todos imposto.

RESPOSTA (A) De acordo com o conceito analítico ou estratificado de infração penal, precisamos de um fato típico + antijurídico/ilícito + culpável. Nesse diapasão, cada elemento é um pressuposto lógico do anterior, o que significa que um fato típico muito provavelmente será antijurídico/ilícito (mas pode não ser) e um fato antijurídico/ilícito muito provavelmente será culpável (mas pode não ser). Por todo o exposto, podemos perceber que a existência de um fato típico pressupõe sua antijuridicidade/ilicitude (caráter indiciário da ilicitude), o que só será afastado se localizarmos alguma excludente de antijuridicidade/ilicitude. O juiz, inicialmente, verifica se o fato humano (doloso ou culposo) enquadra-se em algum modelo incriminador; em caso afirmativo, esse fato provavelmente será ilícito (antijurídico). Em seguida, passa ao exame dos tipos permissivos, que são as causas de exclusão da ilicitude, que, se presentes, afastam a ideia (indício) inicial de ilicitude, e o fato não é considerado criminoso. É a diretriz dominante do Código Penal Brasileiro. Nesse sentido: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte geral, p. 190 e 192. (B) A adequação típica de subordinação imediata ocorre quando há uma correspondência integral, direta e perfeita entre a conduta e o tipo legal. Ex.: A atira em B, matando-o. Há uma perfeita correspondência entre o fato descrito e a norma do art. 121, Código Penal. Já a adequação típica de subordinação mediata ocorre quando, comparando-se a conduta e o tipo, não há, de imediato (diretamente), uma perfeita correspondência, sendo necessário o recurso a uma outra norma que promova a extensão do tipo até alcançar a conduta. Ex.: tentativa (CP, art. 14, II) e participação (CP, art. 29). Nesse sentido: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte geral, p. 193. Assim, a conclusão pela prática do delito de homicídio tentado decorre da adequação típica de subordinação mediata. (C) Para a teoria da tipicidade conglobante, o exercício regular do direito e o estrito cumprimento do dever legal deixam de ser excludentes de ilicitude e passam a ser excludentes de tipicidade, pois, se o fato é um direito ou um dever legal, não pode estar descrito também como infração penal. Por outro lado, a legítima defesa e o estado de necessidade continuam funcionando como excludentes de ilicitude, pois, nessas duas hipóteses, o fato não é prévia e expressamente autorizado pela norma. Para a tipicidade conglobante, a conduta expressa e previamente consagrada como um direito ou um dever será atípica, pouco importando a subsunção formal do fato à norma incriminadora. Nesse sentido: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte geral, p. 197-198. (D) A Teoria Diferenciadora ou da diferenciação

determina que seja feita uma ponderação entre os valores dos bens e deveres em conflito, de maneira que o estado de necessidade só excluirá a ilicitude quando o bem sacrificado for reputado de menor valor; caso contrário, o estado de necessidade será causa de exclusão da culpabilidade (é o chamado estado de necessidade exculpante). Tal teoria predomina no direito alemão, no entanto não foi adotada pelo Código Penal Brasileiro. Nesse sentido: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte geral, p. 275. (E) No caso, houve *aberratio ictus* (ocorrência de erro) na reação defensiva. No entanto, a legítima defesa permanece intocável, pois Rui responderá pelo fato como se tivesse atingido o agressor Célio, ou seja, a pessoa visada, e não a efetivamente atingida (CP, art. 73). Nesse sentido, ainda: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte geral, p. 290. *Alternativa A.*

5101. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Acerca dos crimes consumado e tentado, assinale a opção correta.

(A) A tentativa abandonada pressupõe resultado que o agente pretendia produzir dolosamente, mas de que, posteriormente, desistiu ou se arrependeu, evitando-o; tal instituto é incompatível com os crimes culposos.

(B) Se um indivíduo desferir cinco tiros em direção a seu desafeto, com intenção apenas de o lesionar, e, no entanto, por má pontaria, nenhum projétil atingir a vítima, ocorrerá a denominada tentativa cruenta.

(C) Em relação à definição do início da execução de uma conduta criminosa, o critério que o ordenamento jurídico brasileiro adotou foi o subjetivo, cujo enfoque não é a descrição da conduta típica, mas o momento interno do autor.

(D) Em relação à punição da modalidade tentada de crime, a teoria que o Código Penal adotou foi a subjetiva, segundo a qual a tentativa deve ser punida da mesma forma que o crime consumado, com redução da pena.

(E) Considere a seguinte situação hipotética. Silas, com intenção homicida, desferiu cinco tiros de pistola contra Matias, que ficou gravemente ferido. Por sugestão de Laura, Silas arrependeu-se e levou Matias a um hospital, sendo certo que essa atitude foi decisiva para salvar-lhe a vida. Nessa situação, como a desistência não foi espontânea, pois decorreu de sugestão de terceiro, não há que se falar em desistência voluntária.

RESPOSTA (A) Assertiva correta, pois o instituto da tentativa abandonada (desistência voluntária e arrependimento eficaz) é incompatível com os crimes culposos, pois, como se trata de uma tentativa que foi abandonada, pressupõe um resultado que o agente pretendia produzir dolosamente, mas, posteriormente, desistiu ou se arrependeu, evitando-o. Nesse sentido, ainda: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte geral, p. 248. (B) Ocorre tentativa cruenta quando o bem jurídico penalmente tutelado é atingido, mas o fim almejado pelo agente não ocorre. No caso, houve tentativa branca ou incruenta, que é aquela que ocorre quando o objeto material do delito não é atingido. Por objeto material, devemos entender a pessoa ou coisa sobre a qual recai a conduta do criminoso. Note que a vítima (pessoa que o agente queria atingir) não foi atingida, caracterizando a tentativa como branca ou incruenta. Se a vítima tivesse sido atingida, a tentativa seria caracterizada como vermelha ou cruenta. Nesse sentido: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte geral, p. 246. (C) O ordenamento jurídico brasileiro, em relação à definição do início da execução de uma conduta criminosa, adotou o critério lógico-formal, segundo o qual o ato executivo é aquele que realiza uma parte da ação típica. O critério subjetivo, cujo enfoque não é a descrição da conduta típica, mas o momento interno do autor, é extremamente criticado pela doutrina, pois o agente é apontado cedo demais como delinquente, correndo-se o risco de dilatar ao infinito o esquema de incriminação, de forma que ponha em perigo o próprio princípio da legalidade. Nesse sentido: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte geral, p. 244. (D) Em relação à punição da modalidade tentada de crime, o Código Penal Brasileiro adotou a teoria objetiva ou realística, segundo a qual a tentativa deve ser punida de forma mais branda que o crime consumado, pois, objetivamente, produziu um mal menor (CP, art. 14, parágrafo único). Segundo a teoria subjetiva, a tentativa deve ser punida da mesma forma que o crime consumado sem qualquer redução de pena, pois o que importa é a intenção do agente. Nesse sentido: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte geral, p. 247. (E) A desistência voluntária não precisa ser espontânea, bastando que seja voluntária. Assim, se o agente desiste por sugestão de terceiros, o ato continua sendo juridicamente válido. É indiferente a razão interna da mudança de propósito, seja por motivos nobres (piedade, remorso etc.), éticos (repugnância pelo crime etc.) ou egoísticos (covardia, medo de ser punido etc.); basta que seja voluntária. Nesse sentido: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte geral, p. 250. *Alternativa A.*

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca do tratamento do erro no direito penal (Certo ou Errado).

5102. Plínio, com a intenção de cometer crime de dano, atirou uma pedra em direção à janela de vidro da casa de Roberta. No entanto, por erro de pontaria, acertou Gilda, que sofreu lesões corporais leves. Nessa situação, Plínio responderá por lesão corporal leve, na modalidade culposa, cuja ação penal, por ser pública condicionada, dependerá de representação da ofendida Gilda.

RESPOSTA Art. 74, CP. Os crimes de lesão corporal leve ou culposa, pela regra do art. 88, Lei n. 9.099/95 (Juizados Especiais), procedem mediante representação: Ação Penal Pública Condicionada à Representação do Ofendido (Representação é condição de procedibilidade para que o Ministério Público ofereça a denúncia). Prazo decadencial de 6 meses do conhecimento de quem é o autor do crime pelo ofendido ou pela pessoa que o represente. *Certa.*

5103. Leandro, com a intenção de matar Getúlio, ministrou veneno a este. Presumindo que a vítima já falecera, Leandro a enterrou no quintal de sua casa, vindo posteriormente a ser apurado que a quantidade de veneno ministrada à vítima não fora suficiente para a sua morte, de forma que ela morreu em face da asfixia, após ser enterrada. Nessa situação, o correu erro sobre o nexo causal, de modo que Leandro responderá apenas por tentativa de homicídio.

RESPOSTA Trata-se de dolo geral, erro sucessivo ou *aberratio causae*. Ocorre quando o agente erra na causalidade, ou seja, após realizar a conduta, supondo já ter alcançado o resultado, o agente pratica o que entende ser o exaurimento do crime e nesse momento atinge a consumação. Para a maioria da doutrina, tal erro é irrelevante para o direito penal, pois o dolo é geral e abrange toda a situação até a consumação. *Errada.*

(Delegado – PC-ES – 2011 – CESPE) Considerando os princípios constitucionais penais e o disposto no direito penal brasileiro, julgue o item subsecutivo (Certo ou Errado).

5104. A citação válida, por constituir garantia decorrente do devido processo legal, é causa interruptiva da prescrição penal.

RESPOSTA As causas interruptivas da prescrição estão taxativamente elencadas no art. 117, CP. *Errada.*

5105. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Não leva à extinção da punibilidade do agente

(A) a retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
(B) a prescrição, a decadência ou a perempção.
(C) a renúncia do direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação privada.
(D) o casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
(E) a retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.

RESPOSTA (A) Art. 107, III, CP. (B) Art. 107, IV, CP. (C) Art. 107, V, CP. (D) Sem previsão legal no rol taxativo do art. 107, CP. (E) Art. 107, VI, CP. *Alternativa D.*

5106. **(Delegado – PC-RN – 2009 – CESPE)** A legítima defesa putativa exclui a

(A) punibilidade em abstrato.
(B) ilicitude.
(C) culpabilidade.
(D) tipicidade.
(E) punibilidade em concreto.

RESPOSTA Na legítima defesa putativa, o indivíduo imagina estar em legítima defesa, reagindo contra uma agressão

inexistente. Trata-se de discriminante putativa: há erro quanto à existência de uma justificante. É o que a doutrina chama de erro de permissão ou erro de proibição indireto, de acordo com os adeptos da teoria limitada da culpabilidade. Fala-se em legítima defesa subjetiva na hipótese de excesso exculpante, que se caracteriza quando há erro invencível, posto que, qualquer pessoa, na mesma situação, e, diante das mesmas circunstâncias, agiria em excesso. Trata-se de causa supralegal de inexigibilidade de conduta diversa, que exclui, portanto, a culpabilidade. *Alternativa C.*

5107. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação à interpretação da lei penal, dos crimes contra a pessoa e a paz pública.

(A) Na legislação brasileira, não se mostra possível a existência de um homicídio qualificado-privilegiado, uma vez que as causas qualificadoras, por serem de caráter subjetivo, tornam-se incompatíveis com o privilégio. Além disso, a própria posição topográfica da circunstância privilegiadora parece indicar que ela não se aplicaria aos homicídios qualificados.

(B) Considere a seguinte situação hipotética. Diego e Márcio, adultos, resolveram testar suas respectivas sortes, instigando, um ao outro, a participar de roleta russa. Em hora e local combinados, diante de um revólver municiado com apenas um projétil, cada qual começou a puxar o gatilho contra sua própria cabeça, até que Márcio findou por se suicidar. Nessa situação, Diego não responderá por nada, pois não se pune a autoeliminação da vida.

(C) A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.

(D) A reincidência, prevista no CP como agravante genérica, influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

(E) O crime de quadrilha ou bando é formal e autônomo, mas sua consumação depende da realização dos crimes ulteriores visados.

RESPOSTA (A) É possível, no entanto é indispensável que as qualificadoras sejam de natureza OBJETIVA. Vale lembrar que as privilegiadoras são todas subjetivas, posto que se relacionam com o motivo do crime ou com o estado anímico do agente. No entanto, as qualificadoras podem ser subjetivas ou objetivas. Para que se possa falar em homicídio qualificado privilegiado, como se vê, é necessário que a qualificadora seja objetiva, para, assim, haver compatibilidade com a privilegiadora subjetiva. (B) Diego responderá pelo delito do art. 122, CP. (C) *Informativo* 375 do STJ. (D) Prazo da prescrição é regulado pela pena máxima antes da sentença final e pela pena cominada depois de transitar em julgado a sentença. (E) Consuma-se no instante em que a associação criminosa (no mínimo quatro pessoas) é formada independentemente da prática de qualquer delito, pois é nesse momento que se apresenta o perigo concreto para a paz pública: crime formal (STF, HC 70.920-2/RJ). *Alternativa C.*

5108. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta no que concerne às descriminantes.

(A) O agente que, em legítima defesa, disparar contra seu agressor, mas, por erro, alvejar um terceiro inocente, não responderá por qualquer consequência penal ou civil.

(B) A atuação em estado de necessidade só é possível se ocorrer na defesa de direito próprio, não se admitindo tamanha excludente se a atuação destinar-se a proteger direito alheio.

(C) Na legítima defesa, toda vez que o agente se utilizar de um meio desnecessário, este será também imoderado.

(D) Não é possível a legítima defesa contra estado de necessidade.

(E) Não é possível legítima defesa real contra quem está em legítima defesa putativa.

RESPOSTA (A) Art. 23, parágrafo único, CP – responderá na modalidade culposa. (B) Art. 24, CP – admite direito próprio ou alheio. (C) Necessário para a legítima defesa usar os meios moderadamente. (D) A legítima defesa pressupõe uma agressão injusta e o estado de necessidade representa uma conduta amparada pelo ordenamento jurídico (mesmo na hipótese de ofensa a bens jurídicos alheios protegidos pela lei). Dessa forma, podemos ter estado de necessidade contra estado de necessidade, porém jamais será possível uma atuação em legítima defesa contra um estado de necessidade. O mestre continua, ainda tratando do mesmo tema: “Embora não se possa cogitar em situação na qual um dos agentes atue em estado de necessidade

autêntico e o outro em legítima defesa autêntica, existe a possibilidade de um confronto entre estado de necessidade real e legítima defesa putativa. (...)" Não só Rogério Greco afirma a inexistência dessa possibilidade, bem como a doutrina majoritária. (E) Atua em legítima defesa autêntica ou real aquele que repele injusta agressão que realmente está acontecendo no mundo concreto. Já a legítima defesa putativa ou imaginária é o caso clássico das discriminantes putativas do § 1º, do art. 20, Código Penal. A causa de justificação só acontece na mente do agente. *Alternativa D.*

5109. (Delegado – PF – 2004 – CESPE) O médico Caio, por negligência que consistiu em não perguntar ou pesquisar sobre eventual gravidez de paciente nessa condição, receita-lhe um medicamento que provocou o aborto. Nessa situação, Caio agiu em erro de tipo vencível, em que se exclui o dolo, ficando isento de pena, por não existir aborto culposo.

RESPOSTA Erro de tipo vencível é o erro que poderia ter sido evitado. Regra do art. 20, CP. Já que não há previsão da modalidade culposa para o crime de aborto, ficará o agente isento de pena. *Certa.*

(Promotor – MPE-TO – 2010 – CESPE) Acerca das disposições constitucionais e legais aplicáveis ao processo penal, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

5110. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; e, se evitável, poderá diminuí-la, de um sexto a um terço. Tal modalidade de erro, segundo a doutrina penal brasileira, pode ser classificada adequadamente como erro de tipo e pode, em circunstâncias excepcionais, excluir a culpabilidade pela prática da conduta.

RESPOSTA Tal modalidade de erro, segundo a doutrina penal brasileira, pode ser classificada adequadamente como erro de proibição, na forma do art. 21, CP. O erro de tipo configura outro instituto e está previsto no art. 20, CP. *Errada.*

5111. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito da ilicitude e das suas causas de exclusão.

(A) Considere que Antônio seja agredido por Lucas, de forma injustificável, embora lhe fosse igualmente possível fugir ou permanecer e defender-se. Nessa situação, como o direito é instrumento de salvaguarda da paz social, caso Antônio enfrentasse e ferisse gravemente Lucas, ele deveria ser acusado de agir com excesso doloso.

(B) Se a excludente do estrito cumprimento do dever legal for reconhecida em relação a um agente, necessariamente será reconhecida em relação aos demais coautores, ou partícipes do fato, que tenham conhecimento da situação justificadora.

(C) Considere que, para proteger sua propriedade, Abel tenha instalado uma cerca elétrica oculta no muro de sua residência e que duas crianças tenham sido eletrocutadas ao tentar pulá-la. Nesse caso, caracteriza-se exercício regular do direito de forma excessiva, devendo Abel responder por homicídio culposo.

(D) Em relação ao estado de necessidade, adota-se no CP a teoria diferenciadora, segundo a qual a excludente de ilicitude poderá ser reconhecida como justificativa para a prática do fato típico, quando o bem jurídico sacrificado for de valor menor ou igual ao do bem ameaçado.

(E) No que se refere ao terceiro que sofre a ofensa, o estado de necessidade classifica-se em agressivo, quando a ação é dirigida contra o provocador dos fatos, e defensivo, quando o agente destrói bem de terceiro inocente.

RESPOSTA (A) O excesso pode ser doloso ou culposo, art. 23, parágrafo único, CP. (B) Qualquer pessoa, inclusive particulares, desde que atue em conjunto com um funcionário público, que seja reconhecida a excludente para este e que tenha consciência de que também está agindo sob o albergue da causa de justificação – o fato não pode ser objetivamente lícito para uns e ilícito para outros. (C) A cerca elétrica tem que ter capacidade para impedir a invasão, e não para matar. Assim o homicídio será doloso. (D) Para a teoria diferenciadora, na hipótese de o bem jurídico protegido ser de valor igual ou menor que o

sacrificado, o estado de necessidade excluirá a culpabilidade. Somente excluirá a ilicitude quando o bem jurídico protegido for de valor maior que o bem sacrificado. (E) Ocorre estado de necessidade agressivo quando o agente, visando a salvar-se ou a terceiro, atinge um bem jurídico de pessoa que perigo nenhum provocou, ou que nada teve a ver com a situação de perigo causada. No estado de necessidade defensivo, o agente atinge o bem ou interesses de quem efetivamente causou ou concorreu para a ocorrência da circunstância de perigo. *Alternativa B.*

5112. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** A respeito da classificação dos crimes, assinale a opção correta.

(A) Classifica-se como bipróprio o crime cujo agente é simultaneamente sujeito ativo e passivo em relação ao mesmo fato.

(B) A denunciação caluniosa e a extorsão mediante sequestro são consideradas crimes complexos em sentido estrito.

(C) A conduta de alguém que induza ou instigue outrem a suicidar-se ou preste auxílio para que o faça configura crime multitudinário ou de ação múltipla.

(D) O aborto com consentimento da gestante e a violação de sepultura são exemplos de crime vago.

(E) A injúria e a ameaça verbais são exemplos de crimes não transeuntes.

RESPOSTA (A) É o crime que exige uma especial qualidade tanto do sujeito ativo como do passivo: o exemplo está no infanticídio (mãe que mata o próprio filho). (B) A denunciação caluniosa não seria um crime complexo em sentido estrito (apenas em sentido amplo). Extorsão mediante sequestro é crime complexo em sentido estrito. (C) Crime multitudinário é aquele praticado por multidões inflamadas pelo ódio, pela cólera, pelo desespero. (D) Crime vago é aquele em que o sujeito passivo é uma coletividade sem personalidade jurídica, ou seja, uma comunidade inteira, e não apenas uma pessoa. É o que ocorre no caso da poluição de um rio, por exemplo. Cabe ressaltar que essa assertiva é polêmica, tendo em vista que o aborto não se encaixa pacificamente no conceito de crime vago. De toda sorte, a banca entendeu que o feto não é titular de bem jurídico ofendido, muito embora tenha os seus direitos de natureza civil resguardados pela lei. Sendo assim, o sujeito passivo passa a ser o Estado ou a comunidade nacional. (E) Crimes não transeuntes são aqueles que deixam vestígios. *Alternativa D.*

5113. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere aos crimes em espécie.

(A) É atípica, no ordenamento jurídico brasileiro, a conduta daquele que, não sendo casado, contraia casamento com pessoa casada, ainda que esteja ciente dessa circunstância.

(B) O comerciante que, tendo recebido, de boa-fé, uma nota falsa de R$ 100,00, resolva, após constatar a falsidade da moeda, restituí-la à circulação comete crime de moeda falsa, punido com a mesma pena aplicável àquele que tiver falsificado a nota.

(C) No caso de crime de peculato culposo, a reparação do dano, desde que anterior à denúncia, extingue a punibilidade.

(D) O agente que dá causa à instauração de investigação policial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente, comete o crime de comunicação falsa de crime.

(E) O agente que exerce atividade para cujo exercício está impedido por decisão administrativa pratica crime contra a organização do trabalho.

RESPOSTA (A) Art. 235, CP. (B) Art. 289, § 2º, CP. (C) Art. 312, § 3º, CP. (D) Art. 339, CP. (E) Art. 205, CP. *Alternativa E.*

5114. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Com base no direito penal, assinale a opção correta.

(A) Conforme o CP, a desistência voluntária é compatível com a tentativa acabada e incompatível com a tentativa inacabada ou imperfeita.

(B) Em se tratando de crimes omissivos impróprios, admite-se a tentativa.

(C) Caso a consumação do crime seja impedida por impropriedade relativa do objeto, a tentativa será

impunível.

(D) De acordo com a teoria unitária, adotada no CP, admite-se, excepcionalmente, o concurso de agentes após a consumação do delito, ainda que não haja vínculo subjetivo entre os agentes.

(E) Tanto o arrependimento eficaz quanto o arrependimento posterior constituem causa de diminuição de pena.

RESPOSTA (A) Tentativa acabada é a modalidade em que o agente esgota todos os recursos para a execução do crime, mas não se opera a consumação. *Vide* crime falho e arrependimento eficaz. (B) Crimes omissivos impróprios (ou comissivos por omissão) são aqueles em que o sujeito, mediante uma omissão, permite a produção de um resultado posterior, que os condiciona. (C) Impropriedade absoluta do objeto, art. 17, CP. (D) A teoria unitária proclama que há único crime para autor e partícipe, ou seja, todos respondem pelo mesmo crime. O liame subjetivo opera-se antes da ocorrência do delito. (E) No arrependimento eficaz, só se responde pelos atos já praticados. O arrependimento posterior constitui causa de diminuição de pena. *Alternativa B.*

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Em relação ao conflito aparente de normas penais, ao crime impossível e às causas extintivas da punibilidade, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

5115. A jurisprudência dos tribunais superiores consolidou-se no sentido de reconhecer no delito de furto a hipótese de crime impossível, por ineficácia absoluta do meio, quando o agente estiver sendo vigiado por fiscal do estabelecimento comercial ou existir sistema eletrônico de vigilância.

RESPOSTA A jurisprudência do STJ, no entanto, é pacífica no sentido de que o sistema de vigilância instalado no interior de estabelecimentos comerciais não afasta totalmente a possibilidade de consumação de crimes de furto. Precedente da Quinta Turma do STJ: "No que toca à tese de crime impossível, diante do sistema de vigilância instalado no estabelecimento comercial, mostra-se firme o entendimento desta Corte Superior em sentido contrário à pretensão deduzida na inicial" (HC 97.352/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, j. em 29-10-2009). *Errada.*

5116. A sentença que concede o perdão judicial e a aceitação do perdão do ofendido, nos crimes de ação penal privada, constituem causas extintivas da punibilidade.

RESPOSTA Art. 107, V, CP. *Certa.*

(Analista – STM – 2011 – CESPE) A respeito da tipicidade, ilicitude e culpabilidade, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

5117. Por expressa disposição legal, não há crime quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito ou em estrito cumprimento de dever legal.

RESPOSTA Art. 23, III, CP. *Certa.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue o item subsecutivo, a respeito dos efeitos da condenação criminal e de crimes contra a administração pública (Certo ou Errado).

5118. Considera-se efeito genérico e automático da condenação a restrição ao exercício de cargo público.

RESPOSTA Art. 92, parágrafo único, CP. Efeito não é automático. *Errada.*

5119. **(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Considere que, no âmbito penal, um agente, julgando ter obtido o resultado intentado, pratique uma segunda ação, com diverso propósito, e, só a partir desta ação, produza-se, efetivamente, o resultado pretendido. Nessa situação, configura-se o dolo geral, também denominado *aberratio causae* (Certo ou Errado).

RESPOSTA O dolo geral ou *dolus generalis* é uma hipótese de erro sucessivo, que ocorre quando o agente pratica uma conduta, com o objetivo de atingir um determinado resultado, mas não consegue realizar o seu intento, muito embora tenha a

falsa ideia de que conseguiu atingir o objetivo pretendido. Em seguida, o agente pratica uma segunda conduta, com objetivo diverso, porém somente naquele momento ele consegue efetivamente atingir o objetivo inicial. Podemos citar o exemplo do agente que tinha o dolo de matar a vítima e contra ela efetuou disparos de arma de fogo. Supondo que a vítima havia morrido em decorrência dos disparos, o agente decidiu jogar o seu corpo em um rio, para ocultar a prática do homicídio. Ocorre que a vítima ainda não estava morta e veio a falecer por afogamento. Vale ressaltar que o agente possuía um dolo geral, que o acompanhou por toda a empreitada criminosa, devendo responder (majoritariamente) por uma única infração penal no caso concreto, mesmo que o resultado morte tenha ocorrido por outro meio não desejado pelo agente *(aberratio causae)*. *Certa*.

5120. **(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Na tentativa perfeita, também denominada quase crime, o agente realiza todos os atos executórios, mas não atinge a consumação por circunstâncias alheias à sua vontade (Certo ou Errado).

RESPOSTA A tentativa perfeita ou acabada ou crime falho está prevista no art. 14, II, CP, e ocorre quando o agente esgota os meios de execução, porém não atinge a consumação, em razão de circunstâncias alheias à sua vontade. Já o crime impossível ou quase crime, crime oco, tentativa inadequada ou tentativa inidônea está previsto no art. 17, CP, e configura uma tentativa que não será punida pelo fato de a ineficácia absoluta do meio ou a impropriedade absoluta do objeto material tornarem impossível a consumação do delito. Trata-se de questão que exige do candidato o conhecimento dos diversos nomes doutrinários atribuídos a cada instituto. *Errada*.

5121. **(Analista – STF – 2008 – CESPE)** Ocorre tentativa incruenta quando o agente dispara seis tiros em direção à vítima sem, no entanto, causar qualquer lesão na vítima ou em qualquer outra pessoa, por erro na execução (Certo ou Errado).

RESPOSTA O art. 14, II, CP, afirma que a tentativa ocorre quando o agente dá início à execução do crime, porém não consegue atingir a consumação, em virtude de circunstâncias alheias à sua vontade. Cabe ressaltar que as tentativas podem ser classificadas quanto ao atingimento do objeto material como branca ou incruenta OU vermelha ou cruenta. A tentativa branca ou incruenta ocorre quando o objeto material do delito não é atingido; e a tentativa vermelha ou cruenta ocorre quando o objeto material do delito é atingido. Por objeto material, devemos entender a PESSOA ou COISA sobre a qual recai a conduta do agente. No exemplo, o agente efetuou vários disparos em direção à vítima, porém não conseguiu atingi-la. *Certa*.

5122. **(Analista – STF – 2008 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Lúcio manteve relação sexual com Márcia, após conhecê-la em uma boate, cujo acesso era proibido para menores de 18 anos, tendo ela afirmado a Lúcio ter 19 anos de idade, plenamente compatível com sua compleição física. Nessa situação, constatado posteriormente que Márcia era menor de 14 anos, Lúcio não será punido por crime de estupro, tendo em vista que a jurisprudência do STF reconhece, no caso, o erro de proibição, que afasta a culpabilidade do agente (Certo ou Errado).

RESPOSTA Trata-se de questão que envolve a distinção entre o erro de tipo e o erro de proibição. No erro de tipo, o agente não sabe o que está fazendo no caso concreto, muito embora tenha ciência daquilo que é certo e daquilo que é errado no mundo teórico. No erro de proibição, o agente sabe o que está fazendo no caso concreto, porém não tem ciência que a sua conduta é proibida pela norma penal. Na questão apresentada, Lúcio agiu em erro de tipo, tendo em vista que não sabia que estava mantendo relação sexual com uma pessoa menor de 14 anos (ele errou sobre a situação fática). Caso o erro de tipo seja inevitável, invencível ou escusável, o agente não responderá por dolo e não responderá por culpa, sendo o fato atípico. Por outro lado, caso o erro de tipo seja evitável, vencível ou inescusável, o agente também não responderá por dolo, mas poderá responder por culpa (se houver previsão culposa para o crime praticado). Note, ainda, que somente poderíamos considerar erro de proibição no caso concreto, se a questão informasse que o agente sabia da idade da vítima, porém acreditava que ter relações sexuais com menor de 14 anos era permitido pela legislação naquele caso. *Errada*.

5123. **(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE)** O perdão judicial, uma das possíveis causas extintivas da punibilidade, consiste na manifestação de vontade, expressa ou tácita, do ofendido ou de seu representante legal, acerca de sua desistência da ação penal privada já iniciada (Certo ou Errado).

RESPOSTA A questão tentou confundir o candidato no tocante aos conceitos de “perdão judicial” e “perdão do ofendido”. O

perdão judicial é uma causa extintiva da punibilidade prevista no art. 107, IX, CP, que pode ser aplicada pelo magistrado, nos casos expressamente previstos em lei. Apenas a título de exemplo, podemos citar o art. 121, § 5º, CP, que dispõe que o juiz poderá deixar de aplicar a pena nas hipóteses de homicídio culposo, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. Por outro lado, o perdão do ofendido é uma causa extintiva da punibilidade prevista no art. 107, V, CP, e no art. 51, CPP, que encerra uma ação penal privada e decorre do Princípio da Disponibilidade (só pode ocorrer depois da instauração da ação penal). Tal instituto possui algumas características específicas, como o fato de ser bilateral (depende da aceitação do ofendido) e extensível (o pedido de perdão se estende aos coautores). Além disso, o perdão do ofendido ainda poderá ser expresso ou tácito e processual ou extraprocessual. *Errada*.

5124. **(Advogado – BACEN – 2009 – CESPE)** A respeito de crimes culposo e impossível, da obediência hierárquica, do erro de proibição e do arrependimento posterior, assinale a opção correta.

(A) Caso um renomado e habilidoso médico, especializado em cirurgias abdominais, ao realizar uma intervenção, esqueça uma pinça no abdome do paciente, nesse caso, tal conduta representará culpa por imperícia, pois é relativa ao exercício da profissão.

(B) Se, em um supermercado dotado de sistema eletrônico de vigilância, um cliente colocar diversos objetos do estabelecimento dentro de sua bolsa, com intenção de subtraí-los para si, a simples presença do sistema eletrônico de vigilância no supermercado tornará o crime impossível.

(C) Caso o fato seja cometido em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, não serão puníveis o agente que obedeceu nem o autor da coação ou da ordem.

(D) O desconhecimento da lei é inescusável. Desse modo, o erro sobre a ilicitude do fato, evitável ou inevitável, não elidirá a pena, podendo apenas atenuá-la.

(E) Em crimes cometidos sem violência ou grave ameaça a pessoa, a pena será reduzida de um a dois terços se, por ato voluntário do agente, for reparado o dano ou restituída a coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa.

RESPOSTA (A) Depende se o esquecimento foi doloso ou culposo. (B) Crime impossível: art. 17, CP. (C) Nesse caso, será punível o autor da coação ou da ordem (art. 22, CP). (D) Erro de proibição, se inevitável, trata de inexigibilidade de conduta diversa, portanto exclui a culpabilidade do agente. Se evitável, atenua a pena (art. 21, CP). (E) Art. 16, CP. *Alternativa E.*

5125. **(Procurador – AGU – 2007 – CESPE)** Em caso de *abolitio criminis*, a reincidência subsiste, como efeito secundário da infração penal.

RESPOSTA Quando a hipótese de *abolitio criminis* é assumida, de acordo com as normas do Código Penal brasileiro, extingue-se a punibilidade do agente e é aplicada a retroatividade da norma que retira a tipicidade de qualquer fato, durante qualquer fase do processo judicial ou mesmo da execução penal. *Errada*.

5126. **(Procurador – AGU – 2007 – CESPE)** Crime próprio impuro é aquele que, se for cometido por outro sujeito ativo que não aquele indicado pelo tipo penal, transforma-se em figura típica diversa.

RESPOSTA Crime próprio impuro é aquele que quando não praticado pelo agente com qualidades especiais passa a configurar outro tipo de delito. *Certa*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) No que se refere à parte geral do Código Penal, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

5127. A proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública pode ter caráter temporário, com natureza de pena de interdição temporária de direitos, mas pode também ter caráter permanente, se for efeito da condenação.

RESPOSTA Art. 47, I, c/c art. 92, I, ambos do CP. *Certa*.

5128. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

RESPOSTA Art. 108, CP. *Errada*.

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca das causas excludentes da ilicitude, julgue o próximo item (Certo ou Errado).

5129. A responsabilidade penal do agente nos casos de excesso doloso ou culposo aplica-se às hipóteses de estado de necessidade e legítima defesa, mas o legislador, expressamente, exclui tal responsabilidade em casos de excesso decorrente do estrito cumprimento de dever legal ou do exercício regular de direito.

RESPOSTA Art. 23, parágrafo único, CP. *Errada.*

5130. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da relação de causalidade, do crime impossível e da desistência voluntária.

(A) Segundo a teoria da causa eficiente, causa é a condição da qual depende a qualidade do resultado. Essa teoria diferencia condições estáticas e dinâmicas, sendo certo que somente estas últimas seriam causa eficiente para o efeito.

(B) A jurisprudência do STJ pacificou-se no sentido de que a presença de sistema eletrônico de vigilância no estabelecimento comercial torna o agente completamente incapaz de consumar o furto, a ponto de reconhecer configurado o crime impossível, pela absoluta ineficácia dos meios empregados.

(C) Em relação à punição do fato que caracteriza crime impossível, o CP adotou a teoria subjetiva.

(D) O instituto da desistência voluntária comunica-se entre autores e partícipes, de forma que, se apenas um deles desistir voluntariamente de prosseguir na prática delituosa, todos são beneficiados da causa geral de redução de pena.

(E) Se o agente desiste de continuar a prática de um delito por conselho de terceira pessoa, resta descaracterizada a desistência voluntária.

RESPOSTA (A) Teoria da causalidade eficiente, em que a causa seria a que tivesse “intrínseco poder de produção do resultado”. (B) “A vigilância eficiente do estabelecimento comercial por quaisquer meios apenas dificulta a consumação da empreitada criminosa, não havendo que se falar em absoluta ineficácia do meio e, via de consequência, em hipótese de crime impossível. 2 – Na esteira da iterativa jurisprudência do Superior TRIBUNAL de Justiça e do Supremo TRIBUNAL Federal se mostra inconciliável a figura privilegiadora prevista no § 2º do art. 155 do Código Penal com a hipótese de furto qualificado. 3 – A incidência das circunstâncias atenuantes não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal, conforme Súmula 231 do STJ.” (C) A lei penal adotou em prol do crime impossível a teoria objetiva temperada ou intermediária, em que só a idoneidade absoluta do meio ou do objeto é que permite o seu reconhecimento, não se podendo falar em crime impossível se, em virtude de se mostrarem relativas a ineficácia do meio ou a impropriedade do objeto, surgir concreta possibilidade, ainda que mínima, de o agente obter a consumação do delito. (D) A comunicação entre autores e partícipes só é possível no instituto do arrependimento posterior, previsto no art. 16, CP. (E) Não. O conselho é plenamente possível, mas a desistência tem que ser voluntária. *Alternativa A.*

5131. **(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE)** No que diz respeito ao erro de proibição indireto, ou erro de permissão, o agente atua com a convicção de que a ação que pratica não está proibida pela ordem normativa, seja por desconhecer a norma penal, seja por interpretá-la mal, supondo ser permitida a conduta.

O erro de proibição indireto se dá quando o agente supõe que sua ação, ainda que típica, é amparada

por alguma excludente de ilicitude. Pode ocorrer em duas situações.

RESPOSTA Segundo Eduardo Viana Portela Neves, o erro de proibição direto recai sobre o comportamento. O agente acredita sinceramente que sua conduta é lícita. É o caso de turista que trazia consigo maconha para consumo próprio, pois em seu país era permitido tal uso. O erro de proibição indireto se dá quando o agente supõe que sua ação, ainda que típica, é amparada por alguma excludente de ilicitude. Pode ocorrer em duas situações. A primeira situação é de erro em relação aos limites da causa excludente de ilicitude. O agente pratica o fato, porém desconhece seus limites. Por exemplo, João ameaça José, que por sua vez vai à sua casa, pega a arma e mata João. José enganou-se, pois pensou que a legítima defesa poderia se dar em relação a mal futuro. Desconhecia José que a referida excludente de ilicitude se refere a agressão atual e iminente. *Errada.*

5132. **(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE)** Na tentativa perfeita, ou tentativa propriamente dita, o agente não consegue praticar todos os atos executórios necessários à consumação do crime, sendo o processo executório interrompido por interferências externas, alheias à vontade do agente.

RESPO STA Quando o processo executório é interrompido por circunstâncias alheias à vontade do agente, fala-se em tentativa imperfeita ou tentativa propriamente dita; quando a fase de execução é integralmente realizada pelo agente, mas o resultado não se verifica por circunstâncias alheias à sua vontade, diz-se que há tentativa perfeita ou crime falho. *Errada.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Com relação ao direito penal, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

5133. No caso de *aberratio ictus* com unidade complexa, aplica-se a regra do concurso formal de crimes, isto é, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade da pena.

RESPOSTA A *aberratio ictus* no direito penal consiste no erro na execução por parte do agente conforme preconizado pelo art. 73, Código Penal. Nesse, o agente, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, atinge pessoa diversa da pretendida quando da idealização do delito. Como consequência jurídica, tem-se que não se exclui dolo ou culpa, nem se isenta de pena o agente, devendo este responder pelo crime, considerando-se a vítima virtual para fins de imposição de pena (art. 20, § 3º, CP). *Certa.*

5134. **(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE)** A tentativa incruenta não é punível, pois considera-se que o agente não iniciou a fase executória do *iter criminis*.

RESPOSTA Tentativa incruenta ocorre se a vítima não é atingida. Entretanto, na tentativa há o início da fase executória, conforme art. 14, II, Código Penal: "Art. 14 – Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei n. 7.209, de 11-7-1984). Crime consumado (Incluído pela Lei n. 7.209, de 11-7-1984) I – consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal; (Incluído pela Lei n. 7.209, de 11-7-1984) Tentativa (Incluído pela Lei n. 7.209, de 11-7-1984) II – tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. (Incluído pela Lei n. 7.209, de 11-7-1984)". *Errada.*

IV. Da Imputabilidade Penal e Culpabilidade

5135. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Acerca das excludentes de culpabilidade, da imputabilidade e do concurso de pessoas, assinale a opção correta.

(A) Exclui a culpabilidade do crime, por inexigibilidade de conduta diversa, a coação física irresistível ou *vis absoluta*.

(B) Na prática de crime em obediência hierárquica, se a ordem não for manifestamente ilegal, o subordinado e o superior hierárquico não respondem por crime algum.

(C) Dividem-se os crimes em monossubjetivo e plurissubjetivo, sendo que somente neste último pode ocorrer concurso de pessoas.

(D) A participação de menor importância configura exceção à teoria monista, adotada pelo CP quanto

ao concurso de pessoas.

(E) Ocorrendo coação moral resistível, não se afasta a culpabilidade, havendo simplesmente reconhecimento de atenuante genérica.

RESPOSTA (A) A coação física irresistível é excludente de conduta. (B) Art. 22, CP. (C) Crimes monossubjetivos, ao contrário, são os que podem ser cometidos por uma só pessoa. Exemplos: roubo, furto, homicídio, falsificação documental, evasão de divisas etc. Os crimes plurissubjetivos configuram crimes de concurso necessário (de pessoas). O crime de quadrilha ou bando, como vimos, é um crime plurissubjetivo. É um exemplo de concurso necessário de pessoas (exige no mínimo quatro). (D) Não se trata de exceção, porque aquele que participa da menor importância de um crime, responde pelo mesmo crime, apenas com a diminuição de pena. (E) Art. 65, III, *c*, CP. *Alternativa E.*

5136. (Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE) Acerca da sujeição ativa e passiva da infração penal, assinale a opção correta.

(A) Doentes mentais, desde que maiores de dezoito anos de idade, têm capacidade penal ativa.

(B) É possível que os mortos figurem como sujeito passivo em determinados crimes, como, por exemplo, no delito de vilipêndio a cadáver.

(C) No estelionato com fraude para recebimento de seguro, em que o agente se autolesiona no afã de receber prêmio, é possível se concluir que se reúnem, na mesma pessoa, as sujeições ativa e passiva da infração.

(D) No crime de autoaborto, a gestante é, ao mesmo tempo e em razão da mesma conduta, autora do crime e sujeito passivo.

(E) O Estado costuma figurar, constantemente, na sujeição passiva dos crimes, salvo, porém, quando se tratar de delito perquirido por iniciativa exclusiva da vítima, em que não há nenhum interesse estatal, apenas do ofendido.

RESPOSTA (A) Doentes mentais têm capacidade penal ativa, só ficam isentos de pena. (B) O cadáver, pessoa que faleceu, não pode ser vítima do crime porque não tem mais a capacidade de sentir o aviltamento, a ofensa física, a profanação, enfim nenhuma ação dirigida contra ele (cadáver) pelo agente, pois o falecido não possui mais a honra objetiva. Daí podermos concluir que o bem jurídico lesado é o sentimento de boa lembrança, de respeito e veneração que se guarda em relação ao morto, seja por parte da coletividade, dos conhecidos e admiradores, seja por parte dos amigos mais próximos e dos familiares. As pessoas, em grupo ou individualmente, que guardam esses sentimentos de respeito, lembrança, saudades, veneração, é que são considerados sujeitos passivos do crime. (C) Sujeito ativo é o agente fraudador e o sujeito passivo é a seguradora. (D) Sujeito ativo é a gestante e o sujeito passivo é o feto. (E) O Estado SEMPRE figurará como sujeito passivo de todos os tipos penais, em alguns será de forma imediata, em outros será de forma mediata. *Alternativa A.*

5137. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) A respeito da culpabilidade, assinale a opção correta.

(A) Para haver exclusão ou diminuição da culpabilidade, a perda ou redução da capacidade de entendimento do caráter ilícito do fato causada pelo uso de entorpecente não deve decorrer necessariamente de caso fortuito ou força maior, visto que a dependência química, por si só, afasta ou reduz a responsabilização penal.

(B) Segundo a jurisprudência do STJ, no delito de omissão de recolhimento de contribuição previdenciária, a impossibilidade de repasse das contribuições previdenciárias em decorrência de crise financeira da empresa não constitui, nem sequer em tese, causa supralegal de exclusão da culpabilidade (inexigibilidade de conduta diversa).

(C) Conforme a teoria normativa pura, a culpabilidade não se exaure na relação de desconformidade substancial entre ação e ordenamento jurídico, mas fundamenta a reprovação pessoal contra o autor, no sentido de este não ter omitido a ação antijurídica quando ainda podia.

(D) De acordo com a teoria limitada da culpabilidade, não se faz distinção entre erro de tipo (o que recai sobre a situação de fato) e erro de proibição (o que recai sobre os limites autorizadores da

norma), sendo todas essas situações consideradas erro de proibição.

(E) Nas correntes preventivas da culpabilidade, a teoria da motivação normativa tem como característica básica fundar a culpabilidade na liberdade de autodeterminação, excluída a capacidade de motivação normativa do sujeito.

RESPOSTA (A) Art. 28, § 2º, CP. A dependência química não afasta ou reduz a responsabilização penal, sempre irá depender da capacidade de entendimento do caráter ilícito do fato. (B) Após alguma divergência, o Superior Tribunal de Justiça, a partir do julgamento do EDResp 338.473/SE (em 9-6-2004, Rel. Min. Gilson Dipp), consolidou o entendimento de que o crime de omissão de recolhimento de contribuições previdenciárias é omissivo próprio ou puro, consumando-se com a simples conduta de deixar de recolher as contribuições descontadas dos empregados e independentemente do fato de o agente (empregador) vir a se beneficiar com os valores arrecadados de seus empregados, sendo desnecessário para a sua configuração o *animus rem sibi habendi*, característico da apropriação indébita (art. 168, Código Penal). (C) A teoria normativa pura da culpabilidade parte do pressuposto de que o fim da conduta, elemento intencional da ação, é inseparável da própria ação. (D) A teoria limitada procurou evitar as lacunas de punibilidade que esta possibilitava, exigindo no dolo apenas a potencialidade do conhecimento do injusto, e não a real e atual consciência da ilicitude. (E) Não cabe castigo ao inculpável porque não pode atuar de outro modo – e perigosamente –, como dá a entender a teoria da motivação normativa. *Alternativa C.*

5138. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** À luz das disposições do CP e da doutrina penal, assinale a opção correta com referência ao agravamento do crime pelo resultado, ao erro sobre elementos do tipo, à imputabilidade penal, ao concurso de pessoas e a aspectos associados às penas.

(A) Será isento de pena o agente que, por embriaguez completa voluntária, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com tal entendimento.

(B) Pelo resultado que agrave especialmente a pena, só responderá o agente que o houver causado ao menos dolosamente.

(C) O erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, isenta o agente de pena. Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

(D) Na medida de segurança, a desinternação, ou a liberação, será sempre condicional, devendo ser restabelecida a situação anterior se o agente, antes do decurso de um ano, praticar fato indicativo de persistência de sua periculosidade.

(E) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elas sejam elementares do crime.

RESPOSTA (A) Art. 28, II, § 1º, CP. (B) Art. 19, CP. (C) Art. 21, CP. (D) Art. 97, § 1º, CP. (E) Art. 30, CP. *Alternativa D.*

(Analista – STM – 2011 – CESPE) A respeito da tipicidade, ilicitude e culpabilidade, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

5139. As causas legais de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa incluem a estrita obediência a ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico. Caso o agente cumpra ordem ilegal ou extrapole os limites que lhe foram determinados, a conduta é culpável.

RESPOSTA O Código Penal brasileiro prevê as seguintes dirimentes da culpabilidade: erro de proibição (art. 21, *caput*); coação moral irresistível (art. 22, 1ª parte); obediência hierárquica (art. 22, 2ª parte); inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado (art. 26, *caput*); inimputabilidade por menoridade penal (art. 27, *caput*); inimputabilidade por embriaguez completa, proveniente do caso fortuito ou força maior (art. 28, § 1º). *Certa.*

5140. **(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE)** No direito penal, o critério adotado para aferir a inimputabilidade do agente, como regra, é o biopsicológico (Certo ou Errado).

RESPOSTA Dentre os elementos da culpabilidade, podemos citar a imputabilidade do agente, que está prevista nos arts. 26, 27

e 28, CP. Cabe ressaltar que o critério adotado como regra possui uma natureza biopsicológica, uma vez que cumula critérios biológicos e psicológicos. O art. 26, *caput*, CP possui um critério biológico (doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado) e psicológico (o agente era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento). O art. 26, parágrafo único, CP, possui um critério biológico (perturbação da saúde mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado) e psicológico (o agente não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento). O art. 27 é o único que adota um critério puramente biológico, a sabermos, a idade do agente. O menor de 18 anos é inimputável e o maior de 18 anos é imputável. Por sua vez, o art. 28 já retoma o sistema biopsicológico, ao apresentar um critério biológico e outro psicológico. Fora do CP, temos outros diplomas que tratam de imputabilidade e utilizam o sistema biopsicológico, como a dependência ou intoxicação involuntária, decorrente do consumo de drogas ilícitas, prevista nos arts. 45 e 46, Lei n. 11.343/2006. Dessa forma, podemos concluir que a regra geral, na análise da imputabilidade no direito penal brasileiro, assume um critério biopsicológico. *Certa*.

5141. **(Analista – STF – 2008 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Durante processo movido contra Vítor por tentativa de homicídio, o MP requereu a instauração de incidente de insanidade mental, pedido que foi deferido pelo juiz. No laudo final, foi atestada a sanidade mental de Vítor à época dos fatos. Anteriormente à juntada do laudo aos autos, entretanto, a defesa comprovou que Vítor havia sido interditado, o que acarretou, inclusive, sua aposentadoria no serviço público. Nessa situação, Vítor será considerado plenamente imputável, pois a existência de laudo específico de sanidade mental sobrepõe-se à interdição (Certo ou Errado).

RESPOSTA O art. 26, *caput*, CP, dispõe que é isento de pena o agente que, em razão de doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado era, ao tempo da ação ou omissão (teoria da atividade), inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Sendo assim, sempre que surgir dúvida acerca da sanidade mental do acusado, deverá ser instaurado o referido incidente, com a finalidade de verificar se o agente era imputável (possuía capacidade plena de culpabilidade no momento da conduta), semi-imputável (possuía capacidade relativa de culpabilidade no momento da conduta) ou inimputável (não possuía nenhuma capacidade de culpabilidade no momento da conduta). De acordo com a questão, o laudo do exame pericial atestou a sanidade mental de Vítor à época dos fatos, o que significa que ele podia ser considerado imputável no momento da conduta. Por esse motivo, será irrelevante saber que o agente era interditado, uma vez que o laudo criminal específico (analisa o momento da conduta) prevalece sobre a interdição civil (analisa o agente de uma forma geral), de acordo com a jurisprudência do STF. Podemos citar o HC 89.572/RJ, de Relatoria do Ministro Marco Aurélio, julgado em 5-2-2007, que dispõe que "(...) a existência de laudo específico de sanidade mental sobrepõe-se ao fato de, anteriormente, o agente haver sido interditado, logrando aposentadoria no serviço público (...)". *Certa*.

5142. **(Defensor – DPU – 2010 – CESPE)** Segundo a teoria psicológica da culpabilidade, o dolo e a culpa fazem parte da análise da culpabilidade, e a imputabilidade penal é pressuposto desta.

RESPOSTA Dolo e culpa são vislumbrados como espécies ou tipos desse aspecto subjetivo do delito, em que a vontade é elemento essencial. Estamos diante da chamada Teoria Psicológica da Culpabilidade. Por esse prisma, a culpabilidade encontra-se, na cabeça do delinquente, considerando sua subjetividade, seu querer. O conceito é de cunho naturalístico, desprovido de valor, esgotado em dolo e culpa *stricto sensu* (FRAGOSO, *Lições de direito penal*, p. 195). *Certa.*

5143. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Em relação às excludentes de antijuridicidade e culpabilidade, assinale a opção correta.

(A) Segundo o CP, o agente que repele injusta agressão de um menor ou de um louco não age em legítima defesa, pois essa excludente de antijuridicidade só está presente se a agressão for, além de injusta, ilícita.

(B) No CP, o estado de necessidade é excludente da antijuridicidade fundada no balanceamento de bens, na comparação entre os bens em jogo, não podendo o bem sacrificado ser mais valioso que o salvo.

(C) Só é possível a ocorrência da excludente de culpabilidade denominada obediência hierárquica nas estruturas de direito público, pois o tipo não se refere à subordinação existente nas relações

privadas entre patrão e empregado.

(D) A dependência patológica de substância psicotrópica, como drogas, não configura doença mental, ainda que retire a capacidade de entender ou de querer do agente, sendo certo que deve incidir, nessas hipóteses, apenas uma causa especial de redução de pena.

(E) O erro de proibição, escusável ou inescusável, exclui a culpabilidade do agente, isentando-o de pena.

RESPOSTA (A) Art. 25, CP. Menores, loucos etc. praticam crimes, mas são isentos de pena. Assim a agressão pode ser injusta. (B) Art. 24, CP. Só haverá estado de necessidade, que exclui a ilicitude do fato, justificando-o, quando o agente tiver se comportado com consciência da realidade fática e com vontade de atuar conforme o direito, sacrificando um bem com o único fim de salvar outro. (C) A obediência hierárquica referida na lei é aquela decorrente de relações de direito público, ou seja, a obediência de um funcionário público à ordem proferida por outro funcionário, que, na hierarquia administrativa, lhe é superior. (D) Drogas podem, sim, estar relacionadas a doença mental, desde que retire a capacidade de entendimento do agente. (E) O erro de proibição invencível deve ser, sempre, desculpável. Trata do assunto o art. 21, CP: "O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta a pena". Erro de proibição inescusável, o agente também desconhece o injusto do fato, porém possui por completo a condição de chegar à consciência da ilicitude do fato por conta própria. Aqui o agente responde pelo crime doloso e há somente a possibilidade de atenuação da pena, conforme o art. 21, 3ª parte, CP: "(...) se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço". *Alternativa C.*

5144. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Lizandro e Célio, este com 16 anos de idade e aquele plenamente imputável, em comunhão de desígnios e divisão de tarefas, subtraíram, para ambos, um telefone celular usado, avaliado posteriormente pelo valor de R$ 150,00, de propriedade de Magda. Rivaldo, que viu toda a cena, sem perder de vista os agentes, chamou um policial que passava pelas redondezas, o qual, após breve perseguição, encaminhou os envolvidos à delegacia, onde o bem foi restituído à vítima. Tendo como referência a situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta.

(A) Não há que se falar em prática de crime de corrupção de menores, se Célio já tiver praticado anteriormente outro ato infracional.

(B) De acordo com o entendimento mais recente dos tribunais superiores, o crime de furto não se consumou.

(C) Na esteira do entendimento do STJ, Lizandro poderá ser beneficiado pela aplicação do princípio da insignificância, pois o valor da *res* é inferior a um salário mínimo.

(D) Lizandro não poderia ter sido preso em flagrante.

(E) Não poderá Lizandro ser beneficiado com a causa de redução de pena relativa ao arrependimento posterior.

RESPOSTA Lizandro não poderá reparar o dano ou restituir a coisa subtraída, porque essa restituição se deu por terceiros, e não espontaneamente por ele. *Alternativa E.*

V. Do Concurso de Pessoas

5145. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** A respeito de tipicidade, ilicitude e culpabilidade, assinale a opção correta.

(A) A participação, no concurso de pessoas, é considerada hipótese de tipicidade mediata ou indireta.

(B) Elemento subjetivo especial é aquele que depende de uma interpretação jurídica, como ocorria em relação ao conceito de mulher honesta, atualmente não mais previsto na legislação penal.

(C) No caso de legítima defesa de direito de terceiro, é necessária a prévia autorização deste para que a conduta do agente não seja ilícita.

(D) O Código Penal (CP) adota a teoria psicológico-normativa da culpabilidade, para a qual a

culpabilidade não é requisito do crime, mas, sim, pressuposto de aplicação da pena.

(E) Se o bem jurídico tutelado pela norma penal for disponível, independentemente da capacidade da vítima, o consentimento do ofendido constitui causa supralegal de exclusão da ilicitude.

RESPOSTA (A) Na participação, o agente não pratica uma conduta típica, e sim induz, instiga, auxilia materialmente ou auxilia moralmente. Sendo assim, é necessário utilizar uma norma de extensão do art. 29, CP, para trazer o comportamento do agente para o tipo penal. Portanto, a tipicidade será indireta ou mediata. (B) Trata-se de elemento objetivo. O elemento subjetivo é aquele que denota a vontade do agente. (C) A legítima defesa pressupõe uma agressão injusta. Logo, pode ser praticada para proteger direito próprio ou alheio, sendo que neste último caso (terceiro) não exige qualquer autorização prévia. (D) Na década de 1990, havia um conceito dissidente de alguns autores, tais como Damásio de Jesus e Fernando Capez, que consideravam infração penal todos os fatos típicos e antijurídicos, no sentido de que a culpabilidade seria mero pressuposto para a aplicação da pena. Contudo, esse entendimento foi superado, e o conceito analítico de infração penal (adotado atualmente) exige um fato típico, antijurídico e culpável. (E) O consentimento do ofendido exige três requisitos cumulativos: capacidade para consentir, bem jurídico disponível e consentimento anterior ou simultâneo à prática da conduta. *Alternativa A.*

5146. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Manoel, penalmente responsável, instigou Joaquim à prática de suicídio, emprestando-lhe, ainda, um revólver municiado, com o qual Joaquim disparou contra o próprio peito. Por circunstâncias alheias à vontade de ambos, o armamento apresentou falhas e a munição não foi deflagrada, não tendo resultado qualquer dano à integridade física de Joaquim. Nessa situação, a conduta de Joaquim, por si só, não constitui ilícito penal, mas Manoel responderá por tentativa de participação em suicídio.

RESPOSTA Segundo posição majoritária, não é admitida tentativa, visto que: induzimento com resultado morte, aplica-se art. 122, forma consumada (2-6 anos); induzimento com resultado lesão corporal grave, aplica-se art. 122, forma consumada (1-3 anos); induzimento sem produção de resultados (fato atípico). *Errada.*

5147. **(Analista – STM – 2011 – CESPE)** Caso o indivíduo X, servidor público, aceite dinheiro oferecido pelo indivíduo Y para retardar o andamento de processo que tramita na vara onde X exerce suas funções, os dois deverão responder por corrupção passiva, em concurso de pessoas.

RESPOSTA Art. 319, CP. Crime de prevaricação. *Errada.*

5148. **(Analista – STF – 2008 – CESPE)** Em caso de concurso de pessoas para a prática de crime, se algum dos concorrentes participar apenas do crime menos grave, será aplicada a ele a pena relativa a esse crime, mesmo que seja previsível o resultado mais grave (Certo ou Errado).

RESPOSTA O art. 29, § 2º, CP, trata da participação em crime menos grave, também chamada desvio subjetivo de condutas. De acordo com o diploma penal brasileiro, se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste. Contudo, essa pena será aumentada até a metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave. *Errada*.

5149. **(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Considere que os indivíduos João e José – ambos com *animus necandi*, mas um desconhecendo a conduta do outro – atirem contra Francisco, e que a perícia, na análise dos atos, identifique que José seja o responsável pela morte de Francisco. Nessa situação hipotética, José responderá por homicídio consumado e João, por tentativa de homicídio (Certo ou Errado).

RESPOSTA Trata-se de hipótese de autoria colateral, que ocorre quando dois agentes possuem a intenção de praticar um determinado crime e, coincidentemente, convergem as suas condutas para a realização do objetivo pretendido. Contudo, o elemento principal da autoria colateral é o fato de que os agentes não estão unidos pelo liame subjetivo ou vínculo psicológico (um dos requisitos cumulativos do concurso de pessoas), o que significa que nenhum dos envolvidos sabe da presença e da participação do outro, fazendo com que a convergência de condutas seja obra do mero acaso. Nessa situação, caso a perícia consiga determinar a origem do disparo fatal, o responsável pela morte da vítima responderá por homicídio consumado e o outro

agente responderá por tentativa de homicídio. Por outro lado, se a perícia não conseguir determinar a origem do disparo fatal, ambos os agentes responderão por tentativa de homicídio, muito embora a vítima tenha falecido. Ademais, a questão ainda exige que o candidato tenha conhecimento da expressão *animus necandi*, que significa dolo de matar. *Certa*.

5150. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Em relação ao concurso de pessoas e ao crime continuado, assinale a opção correta.

(A) A jurisprudência do STJ e do STF é firme quanto à impossibilidade de se admitir a participação do advogado que ilicitamente instrui a testemunha no crime de falso testemunho, por se tratar de delito de mão própria, devendo a punição do causídico limitar-se à esfera administrativa junto ao Conselho Seccional da OAB.

(B) Em face do art. 29, *caput*, segundo o qual, quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade, é correto afirmar que o CP, em relação à natureza jurídica do concurso de pessoas, adotou, em regra, a teoria dualista.

(C) Se algum dos agentes quis participar de crime menos grave, deve ser-lhe aplicada a pena deste, exceto na hipótese de ter sido previsível o crime mais grave, situação em que todos os agentes respondem por este delito.

(D) Em relação à unidade de desígnios para o reconhecimento da figura do crime continuado, o CP, adotando a teoria subjetiva, exige que o agente tenha atuado com a intenção de praticar todos os delitos em continuidade.

(E) O crime continuado é uma ficção jurídica, pois há uma pluralidade de delitos, mas o legislador presume que eles constituem um só crime, apenas para efeito de sanção penal.

RESPOSTA (A) É possível a participação no delito de falso testemunho (Precedentes desta Corte e do Pretório Excelso). (B) Adotada pelo CP foi a Teoria Unitária. (C) Art. 29, §§ 1º e 2º, CP. (D) O Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão no sentido de que, para caracterizar a continuidade delitiva, é necessária a demonstração da unidade de desígnios, ou seja, o liame volitivo que liga uma conduta a outra, não bastando, portanto, o preenchimento dos requisitos objetivos (mesmas condições de tempo, espaço e *modus operandi*). 2. No caso, observa-se que o Tribunal *a quo*, ao aplicar a regra do art. 71, Código Penal, adotou a teoria puramente objetiva, deixando de valorar os aspectos subjetivos. (E) Art. 71, CP. *Alternativa E.*

5151. **(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE)** A teoria do domínio do fato, que rege o concurso de pessoas, não se aplica aos delitos omissivos, sejam estes próprios ou impróprios, e deve ser substituída pelo critério da infringência do dever de agir.

RESPOSTA Segundo a teoria do domínio do fato, "aquele que realiza a conduta descrita no núcleo do tipo penal tem o poder de decidir se irá até o fim com o plano criminoso, ou, em virtude de seu domínio sobre o fato, isto é, em razão de ser o senhor de sua conduta, pode deixar de lado a empreitada criminosa. Para aqueles que adotam um conceito restritivo de autor, não haveria dúvida em reconhecer como autor aquele que viesse a executar a conduta descrita no tipo" (Rogério Greco, *Curso de direito penal*, 11. ed., p. 434-435). *Certa.*

5152. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** A respeito do concurso de pessoas, assinale a opção incorreta.

(A) É possível haver participação de participação.

(B) Não há participação dolosa em crime culposo.

(C) É possível haver participação culposa em crime doloso.

(D) É possível haver participação sucessiva.

(E) Admite-se coautoria em crime culposo.

RESPOSTA O agente deve ter dolo com relação à participação, caso contrário não concorrerá para prática de crime. *Alternativa C.*

5153. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** Em relação ao concurso de crimes e à extinção de punibilidade, julgue os itens subsequentes.

I. Ocorre o concurso material quando o agente, mediante mais de uma conduta, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, situação em que as penas são cumuladas.

II. A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinada pelo CP, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.

III. Havendo um concurso formal de crimes, quanto à pena de multa, aplica-se o sistema de cumulação material, ou seja, são elas impostas distinta e integralmente, sem que se fale no sistema da exasperação, que é voltado apenas para as penas privativas de liberdade.

IV. Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

V. No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

VI. No concurso de infrações, executar-se-á primeiramente a pena mais grave. Porém, no que se refere à prescrição, as penas mais leves prescrevem com as mais graves.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 2.
(B) 3.
(C) 4.
(D) 5.
(E) 6.

RESPOSTA (I) Art. 69, CP. (II) Art. 75, § 2º, CP. (III) Art. 70, CP. (IV) Art. 110, CP. (V) Art. 119, CP. (VI) Art. 118, CP. *Alternativa E.*

5154. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta com base no entendimento dos tribunais superiores acerca de cominações legais.

(A) Aplica-se ao crime continuado a lei penal mais grave caso a sua vigência seja anterior à cessação da continuidade.

(B) Aplica-se ao furto qualificado, em razão do concurso de agentes, a majorante do roubo.

(C) Fixada a pena-base no mínimo legal em face do reconhecimento das circunstâncias judiciais favoráveis ao réu, é possível infligir-lhe regime prisional mais gravoso considerando-se isoladamente a gravidade genérica do delito.

(D) A pena do crime de roubo circunstanciado, na terceira fase de aplicação, será exasperada em razão do número de causas de aumento.

(E) Aplica-se a continuidade delitiva aos crimes de estelionato, de receptação e de adulteração de sinal identificador de veículo automotor, infrações penais da mesma espécie.

RESPOSTA (A) Art. 71, CP, a vigência da lei mais grave está intimamente relacionada ao Princípio da Irretroatividade Penal. (B) Art. 129, § 4º, IV, CP. (C) Art. 33, CP, tem-se que respeitar o limite da pena para cada regime prisional, independentemente do tipo de crime. (D) Causa de aumento de pena não se confunde com exasperação de pena. (E) Não são considerados crimes da mesma espécie. *Alternativa A.*

(Delegado – PC-TO – 2008 – CESPE) No que se refere aos temas de direito processual penal e

direito penal, julgue o item (Certo ou Errado).

5155. Considere que um indivíduo penalmente responsável pratique três homicídios dolosos em concurso material. Nesse caso, a materialização de mais de um resultado típico implicará punição por todos os delitos, somando-se as penas previamente individualizadas.

RESPOSTA Art. 69, CP. *Certa.*

5156. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Acerca dos diversos institutos do direito penal, assinale a opção correta.

(A) Caracteriza-se o concurso formal quando praticados crimes de roubo mediante uma só ação, exceto se as vítimas forem distintas.

(B) A reiteração criminosa indicadora de delinquência habitual ou profissional é suficiente para descaracterizar o crime continuado.

(C) A obtenção fraudulenta de financiamento em instituição financeira oficial e o estelionato cometido em detrimento de entidade de direito público são considerados crimes de mão própria.

(D) Segundo a jurisprudência do STJ, o delito de redução do trabalhador à condição análoga à de escravo insere-se nos crimes contra a liberdade pessoal, razão pela qual o ilícito suprime o bem jurídico apenas em perspectiva individual.

(E) Para a caracterização da transnacionalidade do crime de tráfico de drogas, não basta que a operação vise à difusão da droga no exterior; assim, a apreensão da droga ainda no aeroporto, antes do efetivo embarque, não serve de prova do crime de tráfico internacional de drogas.

RESPOSTA (A) Trata-se de concurso formal, mesmo se as vítimas forem distintas. Art. 70, parágrafo único, CP. (B) Art. 71, parágrafo único, CP. (C) Crime de mão própria é o crime que exige uma qualidade especial do agente, indispensável para o tipo de delito em questão, podendo ser qualquer pessoa a praticar o delito de estelionato ou fraude. (D) Insere-se nos crimes contra a organização do trabalho. (E) Para que o crime de tráfico seja considerado internacional, não é necessária a efetiva transposição de fronteiras. Essa é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), aplicada pela Sexta Turma no julgamento de um *habeas corpus*. O Ministro Og Fernandes, relator do processo, observou que, mesmo não conseguindo transportar a droga para outro país, essa era sua intenção. “Para a configuração da transnacionalidade do delito não é necessária a efetiva transposição de fronteiras, como defende o impetrante. As circunstâncias que ladearam o delito indicam a intenção de transportar a droga para a Holanda, sendo de rigor a exasperação da reprimida”. *Alternativa B.*

5157. **(Advogado – BACEN – 2009 – CESPE)** Com relação a concurso de crimes, efeitos da condenação e extinção da punibilidade, assinale a opção correta.

(A) No concurso formal imperfeito, as penas aplicam-se cumulativamente por resultarem os crimes de desígnios autônomos. Nesse caso, não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do concurso material.

(B) Em todas as modalidades de concurso de crimes, a aplicação da pena de multa segue a regra da aplicação da pena privativa de liberdade.

(C) A perda de cargo, como efeito da condenação, ocorrerá apenas quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos, ainda que se trate de crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública.

(D) As penas restritivas de direito prescrevem em dois anos, independentemente do prazo previsto para a respectiva pena privativa de liberdade.

(E) Interrompe-se o curso da prescrição com o oferecimento da denúncia.

RESPOSTA (A) Art. 70, CP. (B) Art. 72, CP. (C) Art. 92, I, *a* e *b*, CP. (D) Art. 109, parágrafo único. (E) Art. 117, I, CP. *Alternativa A.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) No que concerne ao concurso de crimes e às penas, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

5158. Segundo precedentes do STJ, o percentual de aumento decorrente do concurso formal de crimes deve ser aferido em razão do número de delitos praticados, e não à luz das circunstâncias judiciais analisadas na primeira fase da dosimetria da pena.

RESPOSTA "PENAL. *HABEAS CORPUS.* ART. 157, *CAPUT*, DO CÓDIGO PENAL. DOSIMETRIA DA PENA. CONCURSO FORMAL. PERCENTUAL DE AUMENTO. NÚMERO DE DELITOS. O percentual de aumento decorrente do concurso formal de crimes (art. 70 do CP) deve ser aferido em razão do número de delitos praticados, e não à luz do art. 59 do CP (Precedentes). No caso, sendo duas as vítimas, o percentual deve ser fixado no mínimo legal (1/6). Ordem concedida". *Certa.*

5159. **(Defensor – DPU – 2010 – CESPE)** Em caso de concurso formal de crimes, a pena privativa de liberdade não pode exceder a que seria cabível pela regra do concurso material.

RESPOSTA Art. 70, parágrafo único, CP. *Certa.*

5160. **(Defensor – DPU – 2007 – CESPE)** Marcelo, simulando portar arma de fogo, subtraiu para si dois aparelhos celulares, pertencentes a pessoas diversas, amedrontando as vítimas. Nessa situação, Marcelo deve responder por crime de roubo, em concurso formal.

RESPOSTA A figura do roubo pode ser própria ou imprópria, conforme o momento em que a subtração se dá, isto é, se antes ou depois da grave ameaça ou violência empregada contra a pessoa proprietária da coisa subtraída, ou ainda outro meio que tenha reduzido ou impossibilitado a resistência da agressão ou ameaça. Na questão em comento, fica claro que não houve emprego de arma de fato com a finalidade de atemorizar a vítima, mas sim simulação de porte. Em que pesem todas as discussões em direito quanto ao emprego de arma para qualificar ou não o roubo, restringimo-nos aos termos da questão que deixa claro que houve roubo, porque a simulação do porte de arma foi o suficiente para atemorizar as vítimas, consubstanciando a grave ameaça, elementar do tipo "roubo", muito embora no entendimento majoritário da doutrina e jurisprudência, não se permita sejam aplicadas as causas de aumento de pena. *Certa.*

VII. Das Penas

5161. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da reincidência e das circunstâncias agravantes e atenuantes.

(A) A reincidência, circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o delito, ocorre quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no Brasil ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, sendo certo que, apesar de interromper a prescrição, não é impedimento para a suspensão condicional da pena, ainda que se tenha verificado na prática de crime doloso.

(B) A doutrina e a jurisprudência do STJ são unânimes em afirmar que a ausência de motivo para a prática delitiva equivale à circunstância agravante do motivo fútil, pois quem pratica o delito sem motivo evidencia futilidade.

(C) A jurisprudência do STJ fixou o entendimento de que há incompatibilidade na coexistência de circunstâncias que qualificam o homicídio e as que o tornam privilegiado, ainda que as qualificadoras sejam de natureza objetiva.

(D) É perfeitamente possível a coexistência entre o crime de formação de quadrilha ou bando e o de extorsão mediante sequestro pelo concurso de agentes, porquanto os bens jurídicos tutelados são distintos, e os crimes, autônomos, não ocorrendo, assim, *bis in idem.*

(E) Não é juridicamente possível que um réu, violentado sexualmente quando criança e respondendo

pela prática de delito contra a liberdade sexual, possa beneficiar-se da atenuação de pena em razão da trágica experiência vivida na infância, uma vez que não há circunstância atenuante de clemência no ordenamento jurídico brasileiro.

RESPOSTA (A) Conforme o art. 61, I, Código Penal, a reincidência é uma agravante sempre que não constitui ou qualifica o crime, ocorrendo nas hipóteses descritas no art. 63. Assim, é certo que a reincidência interrompe a prescrição (cf. o art. 117, VI), entretanto é impedimento para concessão do direito à suspensão condicional da pena, quando se tratar de crime doloso, conforme dispõe o art. 77, I, mesmo códex. (B) Não há unanimidade na doutrina e na jurisprudência sobre a equiparação da ausência de motivo ao motivo fútil. Segundo Guilherme de Souza Nucci: "(...) Sustentam alguns autores que praticar o delito sem qualquer motivo evidencia futilidade, com o que não podemos concordar. O crime sempre tem motivação, de modo que desconhecer a razão que levou o agente a cometê-lo jamais deveria ser considerado motivo fútil" (*Código Penal comentado*, p. 405). (C) O STJ tem julgados que reconhecem a coexistência entre circunstâncias que qualificam o homicídio e o torne privilegiado, desde que as qualificadoras sejam de natureza objetiva. Nesse sentido: REsp 89.593/RS, Rel. Min. Edson Vidigal, 5ª T., julgado em 3-9-1996, *DJ* 7-10-1996, p. 37656. (D) É possível a coexistência entre o crime de formação de quadrilha ou bando e o de extorsão mediante sequestro pelo concurso de agentes, porquanto os bens jurídicos tutelados são distintos e os crimes, autônomos. Não se trata de caso de *bis in idem* porque, enquanto a formação de quadrilha ou bando (tipificado em sua forma simples) constitui crime de perigo abstrato, o delito de extorsão configura perigo concreto. Nesse sentido: HC 120.454/RJ, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª T., julgado em 23-2-2010, *DJe* 22-3-2010. (E) Não considera o art. 66, Código Penal, conhecido como circunstância atenuante inominada, posto que não delimita as circunstâncias que podem ser consideradas pelo magistrado, quando da dosimetria da pena. Segundo Guilherme de Souza Nucci: "(...) Alguns a chamam de atenuante de clemência, pois o magistrado pode, especialmente o juiz leigo no Tribunal do Júri, levar em consideração a indulgência para acolhê-la" (*Código Penal comentado*, p. 426). *Alternativa D.*

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) A respeito de suspensão condicional da pena e livramento condicional, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

5162. No chamado *sursis* etário, há a suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, pelo período de quatro a seis anos, para o condenado que tenha mais de setenta anos de idade.

RESPOSTA Art. 77, § 2º, CP. *Certa.*

5163. Haverá revogação obrigatória do livramento condicional se o liberado for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, qualquer que seja a pena cominada.

RESPOSTA Trata-se de revogação facultativa. Art. 87, CP. *Errada.*

5164. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Considerando os institutos aplicáveis ao direito penal, assinale a opção correta.

(A) Nos termos do CP, o desconhecimento da lei, embora inescusável, é circunstância que atenua a pena.

(B) Suponha que Vicente, estudante de vinte e quatro anos de idade, com *animus necandi*, portando arma de fogo municiada com seis projéteis, alveje Pereira com dois disparos e, ao tentar efetuar outros disparos, fuja do local ante a falha da arma. Nessa situação hipotética, aplica-se a Vicente, consoante determinação do CP, o instituto da desistência voluntária.

(C) A legislação vigente acerca da execução da sentença penal condenatória a ser cumprida em regime inicial fechado determina que, sobrevindo novas condenações no curso da execução, deve ser formado novo processo de execução penal para cada uma delas.

(D) Segundo o entendimento dos tribunais superiores, não se reconhece a continuidade delitiva quando o intervalo de tempo entre os crimes for superior a quinze dias.

(E) Na *aberratio ictus* com unidade complexa, de acordo como disposto no CP e o entendimento dos tribunais superiores, o agente, agindo com dolo eventual em relação a terceiros, deve responder por

concurso formal próprio.

RESPOSTA (A) Art. 21, CP. (B) Crime de porte ilegal de arma. (C) Art. 110, parágrafo único, LEP. (D) Superior a 30 dias. (E) Art. 73, CP. *Alternativa A.*

5165. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Considerando o disposto no CP e na LEP, assinale a opção correta.

(A) O membro do MP em atuação no juízo das execuções penais não tem a obrigação de visitar os estabelecimentos penais, visto que, de acordo com o que dispõe a LEP, tal obrigação é do juiz da execução.

(B) O agente que, por circunstâncias alheias à sua vontade, não consegue prosseguir na execução só responde pelos atos já praticados.

(C) Sendo o criminoso primário e a coisa furtada, de pequeno valor, o juiz poderá deixar de aplicar a pena se julgá-la desnecessária em face da pequena gravidade da infração.

(D) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, exceto se outro seja o momento do resultado.

(E) Considera-se praticado o crime no lugar em que tenha ocorrido a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde produzido ou deveria produzir-se o resultado.

RESPOSTA (A) Art. 68, parágrafo único. (B) Art. 15, CP. (C) Art. 155, § 2º, CP. (D) Art. 4º, CP. (E) Art. 6º, CP. *Alternativa E.*

5166. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Ainda considerando as disposições contidas no CP e na LEP, assinale a opção correta.

(A) Tratando-se de crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, a pena será duplicada se a vítima for menor de quatorze anos ou incapaz, por qualquer causa, de impor resistência ao agente.

(B) A saída temporária é destinada aos presos em regime semiaberto, e a ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado quando assim determinar o juiz da execução.

(C) Tratando-se de crimes para os quais a lei exija a representação do ofendido, esta será retratável depois de recebida a denúncia.

(D) Não se comunicam as circunstâncias e condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.

(E) Em caso de prática de crimes sem violência ou sem grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa até o oferecimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

RESPOSTA (A) Art. 122, I e II, CP. (B) Art. 122, parágrafo único, LEP. (C) Retratação somente antes da denúncia, art. 102, CP. (D) Art. 30, CP. (E) Art. 16, CP. *Alternativa B.*

5167. **(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE)** Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é inidônea a utilização do critério do número de infrações penais praticadas para calcular o percentual de aumento da pena fundado no crime continuado.

RESPOSTA Art. 71, CP. *Errada.*

5168. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Antenor e Braz, ambos com dezenove anos de idade, planejaram, em comum acordo, furtar bens dos pais de Antenor, quando estes estivessem trabalhando. Na data combinada, os agentes subtraíram joias e dinheiro, no valor total de R$ 5.000,00, da

residência do casal, local onde reside Antenor. Os pais de Antenor contam, cada um, cinquenta e cinco anos de idade. Com base nessa situação hipotética e no que dispõe o CP, assinale a opção correta.

(A) Antenor e Braz estariam isentos de pena caso os valores subtraídos não ultrapassassem o de um salário mínimo.

(B) Caso Braz seja primário, o juiz pode diminuir a pena de um a dois terços, ou aplicar-lhe somente multa.

(C) Independentemente da quantia e da utilidade dos bens subtraídos, Antenor está isento de pena.

(D) A ação penal, no caso, será pública condicionada à representação das vítimas da ação delituosa.

(E) Por expressa disposição do CP, não há tipicidade material na ação de Antenor e Braz.

RESPOSTA Art. 181, II, CP. Escusas absolutórias. *Alternativa C.*

5169. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Com relação aos princípios aplicáveis ao direito penal, à distinção entre os crimes tentado e consumado, ao erro sobre elementos do tipo e a aspectos diversos sobre as penas, assinale a opção correta à luz das disposições do CP e da doutrina pertinente.

(A) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, serão punidos a título de crime tentado.

(B) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena o agente. No entanto, se consideram, nesse caso, as condições ou qualidades da vítima e não as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

(C) A lei, como fonte de cognição imediata, pode ser definida como uma regra de conduta praticada de modo geral, constante e uniforme, com a consciência de sua obrigatoriedade.

(D) As penas restritivas de direito são autônomas e substituem as privativas de liberdade seja qual for a pena aplicada, se o crime for culposo e estiverem presentes os demais requisitos.

(E) Revogado o livramento condicional por crime anterior, não poderá o livramento ser novamente concedido e não se descontará na pena o tempo em que o condenado esteve solto.

RESPOSTA (A) Art. 31, CP. (B) Art. 20, § 3º, CP. (C) A lei não necessariamente necessita ser constante e uniforme, em razão das jurisprudências, costumes e súmulas, por exemplo. (D) Art. 44 do CP. (E) Art. 88, CP. *Alternativa D.*

5170. **(Analista – STJ – 2012 – CESPE)** Se um indivíduo, reincidente, for condenado, por roubo praticado com três majorantes, a doze anos de reclusão e ao pagamento de duzentos dias/multa, à razão de um trinta avos do salário mínimo vigente à época do fato, a pena privativa de liberdade, nos termos do CP, poderá ser aumentada até o triplo (Certo ou Errado).

RESPOSTA As três majorantes existentes no caso concreto não guardam qualquer relação com o aumento da pena até o triplo, pelo fato de não existir previsão legal nesse sentido. O máximo que existe é a possibilidade prevista no art. 157, § 2º, CP, que autoriza o aumento da pena de 1/3 até a metade, quando ocorrer qualquer das hipóteses elencadas no referido dispositivo. *Errada.*

5171. **(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE)** A pena de prestação pecuniária consiste no pagamento – em dinheiro, à vista ou em parcelas, à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social – de importância fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo, nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos (Certo ou Errado).

RESPOSTA De acordo com o art. 45, § 1º, CP, a prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância a ser fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos. Cabe ressaltar que o valor pago será deduzido do

montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários. Ademais, muito embora o CP não faça menção ao pagamento parcelado, a jurisprudência tem admitido o fracionamento do pagamento, em analogia ao art. 50, CP – que trata do parcelamento da pena de multa, com o objetivo de atender às dificuldades econômicas do condenado e viabilizar o pagamento da prestação pecuniária. *Certa*.

5172. **(Analista – STJ – 2012 – CESPE)** Considere que um indivíduo em livramento condicional seja condenado por sentença irrecorrível, por, em data anterior à vigência do livramento, ter quebrado intencionalmente os vidros das janelas da casa de seu vizinho. Nessa situação, poderá ocorrer a revogação do livrado condicional (Certo ou Errado).

RESPOSTA O CP traz hipóteses de revogação obrigatória do livramento condicional (art. 86, CP) e revogação facultativa (art. 87, CP). Cabe ressaltar que a questão apresentada traz uma hipótese de revogação facultativa do benefício, tendo em vista que o art. 87, CP, dispõe que o juiz poderá revogar o livramento, se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença ou for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena que não seja privativa de liberdade. Note que o indivíduo foi condenado por sentença irrecorrível pelo crime de dano. Nesse sentido, o juiz poderá revogar o benefício, porém não será obrigado a fazê-lo, dependendo das condições do caso concreto. Cabe ressaltar que o crime de dano pode ser punido com pena de detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa. *Certa*.

5173. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos efeitos da condenação e da reabilitação.

(A) É efeito da condenação a perda, em favor da União, independentemente do direito de terceiro de boa-fé, de qualquer valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.

(B) É efeito automático da condenação a perda do cargo público, quando for aplicada a servidor público pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos.

(C) De acordo com o CP, constitui efeito não automático da condenação, devendo ser motivadamente declarada na sentença, a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

(D) A reabilitação alcança a pena privativa de liberdade e a restritiva de direitos aplicadas em sentença definitiva, e não cabe tal pedido em caso de condenação a pena exclusivamente de multa.

(E) A reabilitação não atinge os efeitos da condenação.

RESPOSTA (A) Art. 91, II, *b*, CP. (B) Art. 92, I, *b*, CP. (C) Art. 92, parágrafo único, CP. (D) Art. 93, CP. (E) Art. 93, parágrafo único, CP. *Alternativa C.*

5174. **(Advogado – AGU – 2009 – CESPE)** Não interfere na pena aplicada ao agente o fato de ser ele ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública ou em outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo poder público.

RESPOSTA Art. 327, § 2º, CP. *Errada.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) No que se refere ao livramento condicional e à suspensão condicional da pena, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

5175. Não se admite a concessão de livramento condicional ao condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.

RESPOSTA Art. 83, parágrafo único, CP. *Errada.*

5176. **(Defensor – DPU – 2010 – CESPE)** A sentença que concede a suspensão condicional

da pena pode especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, além das legalmente previstas, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do condenado.

RESPOSTA Art. 79, CP. *Certa.*

5177. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** O art. 748 do CPP assegura ao reabilitado o sigilo das condenações criminais anteriores na folha de antecedentes, salvo consulta restrita pelos agentes públicos. Desse modo, ao se aplicar por analogia esse artigo, devem ser mantidos, nos registros criminais sigilosos, com o devido cuidado de preservar a intimidade do cidadão, os dados relativos a inquéritos arquivados e processos em que haja sentença de absolvição transitada em julgado. Caso o agente público permita que essas informações circulem, ele deve responder pelo crime de

(A) prevaricação.
(B) violação de sigilo funcional, se o fato não constituir crime mais grave.
(C) desobediência simples.
(D) fraude processual.
(E) desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.

RESPOSTA Art. 325, CP. *Alternativa B.*

5178. **(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE)** Aplica-se a suspensão condicional da pena, levando-se em consideração a sanção penal abstratamente prevista para crime para o qual esteja prevista pena privativa de liberdade cujo patamar máximo seja de dois anos, suspendendo-se a execução, por dois a quatro anos, desde que o réu não seja reincidente e as circunstâncias legais e judiciais sejam favoráveis ao apenado, e não seja indicada substituição por pena restritiva de direitos.

RESPOSTA Art. 77, *caput*, CP. *Errada.*

5179. **(Defensor – DPU – 2007 – CESPE)** Os condenados por crime decorrente de organização criminosa iniciarão o cumprimento da pena em regime fechado.

RESPOSTA Art. 10, Lei n. 9.034/95. *Certa.*

(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE) Julgue os próximos itens, acerca das penas e dos efeitos da condenação (Certo ou Errado).

5180. Cabe substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, se forem preenchidos os demais requisitos legais, mesmo que o condenado seja reincidente, desde que, em face da condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não tenha sido motivada pela prática do mesmo crime.

RESPOSTA Art. 44, I, II, III e § 3º, CP. *Certa.*

5181. **(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE)** A condenação tem como efeito genérico tornar certa a obrigação de reparar o dano. Esse efeito é automático, não precisa ser expressamente pronunciado pelo juiz na sentença condenatória e destina-se a formar título executivo judicial para a propositura de ação civil *ex delicto.*

RESPOSTA Arts. 91, I, e 92, parágrafo único, ambos do CP. Segundo Edilson Mougenot Bonfim, ação civil *ex delicto* é aquela "proposta no juízo cível pelo ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros para obter a reparação do dano provocado pela infração penal. Abrange tanto o ressarcimento do dano patrimonial (dano emergente e lucro cessante) como a reparação do

dano moral". Consta do art. 475-N, II e parágrafo único, Código de Processo Civil. *Certa.*

5182. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** Levando em conta as disposições do CP e a interpretação do STF, assinale a opção correta.

(A) Mostra-se pacífico nos tribunais, sobretudo no STF, que é possível, no roubo, a aplicação da causa de aumento de pena do emprego de arma, quando esta não for apreendida nem periciada.

(B) É possível a substituição de pena de réu reincidente (reincidência genérica) que for condenado por crime não violento com pena igual ou inferior a quatro anos, desde que a aludida reincidência não seja oriunda da prática do mesmo crime e a medida seja socialmente recomendável.

(C) Na hipótese chamada de roubo frustrado em que o agente subtraia coisa da vítima, mas seja, logo após, perseguido e preso em flagrante por terceira pessoa, com integral recuperação da *res*, ocorre crime na modalidade tentada.

(D) Nos crimes contra a administração pública, o CP não prevê nenhum requisito para a progressão de regime vinculado à reparação do dano ou à devolução do produto do ilícito praticado.

(E) Apenas bens públicos são objeto material do crime de peculato, não sendo possível, jamais, que esse crime atinja bens particulares.

RESPOSTA (A) "EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. RHC. ROUBO MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA. APREENSÃO E PERÍCIA PARA A COMPROVAÇÃO DE SEU POTENCIAL OFENSIVO. DESNECESSIDADE. CIRCUNSTÂNCIA QUE PODE SER EVIDENCIADA POR OUTROS MEIOS DE PROVA. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO. I – Não se mostra necessária a apreensão e perícia da arma empregada no roubo para comprovar o seu potencial lesivo, visto que essa qualidade integra a própria natureza do artefato. II – Lesividade do instrumento que se encontra *in re ipsa*. III – A majorante do art. 157, § 2º, I, do Código Penal, pode ser evidenciada por qualquer meio de prova, em especial pela palavra da vítima – reduzida à impossibilidade de resistência pelo agente – ou pelo depoimento de testemunha presencial. IV – Recurso desprovido." (B) *Informativo* 531 do STF. (C) "Ementa: *HABEAS CORPUS*. PENAL. PROCESSUAL PENAL. ROUBO FRUSTRADO. CONSUMAÇÃO INDEPENDENTEMENTE DA POSSE MANSA E PACÍFICA DA COISA. *HABEAS CORPUS* DENEGADO. I A jurisprudência desta Corte tem entendido que a consumação do roubo ocorre no momento da subtração, com a inversão *res furtiva*, independentemente, portanto, da posse pacífica e desvigiada da coisa pelo agente. II *Habeas Corpus* denegado." (D) Art. 33, § 4º, CP. (E) Trata-se de peculato quando o funcionário público se apropria do dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular de que tem o agente a posse em razão do cargo. *Alternativa B.*

VIII. Medida de Segurança

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Com base no direito penal, julgue o item subsecutivo (Certo ou Errado).

5183. Tratando-se de medida de segurança, o início de cumprimento da sanção interrompe o lapso prescricional da medida, extinguindo-se a punibilidade com o decurso do lapso temporal máximo de pena prevista para o delito ou o máximo de tempo de cumprimento de pena, nos termos do Código Penal. No cômputo da prescrição, considera-se a atenuante da menoridade relativa, o que reduz pela metade os prazos prescricionais.

RESPOSTA Arts. 96, parágrafo único, e 115, ambos do CP. *Certa.*

IX. Dos Crimes contra a Pessoa

5184. **(Procurador – MP-SE – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do homicídio privilegiado.

(A) A natureza jurídica do instituto é de circunstância atenuante especial.

(B) Estando o agente em uma das situações que ensejem o reconhecimento do homicídio privilegiado,

o juiz é obrigado a reduzir a pena, mas a lei não determina o patamar de redução.
(C) O relevante valor social não enseja o reconhecimento do homicídio privilegiado.
(D) A presença de qualificadoras impede o reconhecimento do homicídio privilegiado.
(E) A violenta emoção, para ensejar o privilégio, deve ser dominante da conduta do agente e ocorrer logo após injusta provocação da vítima.

RESPOSTA (A) A natureza jurídica é de causa de diminuição de pena ou minorante. (B) Nas minorantes, há determinação do *quantum* de diminuição. (C) O agente deverá ser impelido por relevante valor moral. (D) As duas circunstâncias podem coexistir. (E) Art. 121, § 1º, CP. *Alternativa E.*

5185. **(Procurador – MP-SE – 2010 – CESPE)** Getúlio, a fim de auferir o seguro de vida do qual era beneficiário, induziu Maria a cometer suicídio, e, ainda, emprestou-lhe um revólver para que consumasse o crime. Maria efetuou um disparo, com a arma de fogo emprestada, na região abdominal, mas não faleceu, tendo sofrido lesão corporal de natureza grave. Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Como o suicídio não se consumou, a conduta praticada por Getúlio é considerada atípica.
(B) Apesar de a conduta praticada por Getúlio ser típica, pois configura induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, ele é isento de pena, porque Maria não faleceu.
(C) Getúlio deve responder por crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, por uma única vez, com pena duplicada pela prática do crime por motivo egoístico.
(D) Getúlio deve responder por crime de lesão corporal grave.
(E) Por ter induzido e auxiliado Maria a praticar suicídio, Getúlio deve responder por crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, por duas vezes em continuidade delitiva, com pena duplicada pela prática do crime por motivo egoístico.

RESPOSTA (A) Art. 122, CP, a conduta punível é induzir, instigar ou auxiliar, portanto, independe do resultado morte. (B) Art. 122, o crime desse tipo se consuma com o mero induzimento, instigação ou auxílio. A morte ou lesão corporal grave são qualificadoras (art. 122, CP). (C) Art. 122, CP. (D) Getúlio não praticou lesão corporal. (E) Configuraria, nesse caso, o *bis in idem. Alternativa C.*

5186. **(Procurador – MP-RO – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos crimes contra a vida e contra o patrimônio.

(A) O pai que dolosamente matar o filho recém-nascido, após instigação da mãe, que está em estado puerperal, responderá por homicídio e a mãe, partícipe, por infanticídio.
(B) A conduta da gestante que, no intuito de provocar aborto, ingere substância que acredita ser abortiva, mas que não tem esse efeito, caracteriza crime impossível por absoluta impropriedade do objeto.
(C) A conduta do agente que, após subtrair os pertences da vítima, dispare contra a mesma, para assegurar a posse dos bens, e fuja caracterizará roubo qualificado se a morte, em decorrência do pronto atendimento médico, não ocorrer.
(D) Na hipótese de o agente, após subtrair os pertences da vítima mediante arma apontada para sua cabeça, deixá-la presa em casa abandonada, caracteriza-se crime de extorsão qualificado pela restrição da liberdade, também conhecido como sequestro-relâmpago.
(E) A conduta do agente que, sob o domínio de violenta emoção, mata a esposa após flagrá-la traindo-o caracteriza homicídio qualificado por motivo fútil.

RESPOSTA (A) O estado puerperal é estado personalíssimo, portanto, não se comunica ao partícipe ou coautor. (B) Crime impossível por impropriedade absoluta do meio, art. 17, CP. (C) É o caso de superveniência de concausa relativamente independente que por si só produz o resultado (art. 13, CP). (D) Art. 159, CP. (E) Constitui homicídio privilegiado, art. 121, § 1º,

CP. *Alternativa A.*

5187. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Acerca dos delitos previstos na parte especial do CP, assinale a opção correta.

(A) Considere a seguinte situação hipotética. Abel, com intenção apenas de lesionar, desferiu golpes de foice contra Bruno, decepando-lhe o braço esquerdo. Nessa situação, Abel cometeu o delito de lesão corporal gravíssima qualificada pela perda de membro.

(B) A figura do homicídio privilegiado compatibiliza-se com as qualificadoras de cunho objetivo, ocasião em que deve ser considerada crime hediondo.

(C) No homicídio, a incidência da qualificadora pelo fato de o delito ter sido praticado mediante paga ou promessa de recompensa é circunstância de caráter objetivo e, portanto, comunicável aos partícipes.

(D) No delito de homicídio, a discussão anterior entre autor e vítima, por si só, não implica o afastamento da qualificadora referente ao motivo fútil, notadamente quando não restar incontroverso o verdadeiro motivo da animosidade.

(E) O agente que praticar aborto ilícito consentido em mulher grávida de gêmeos responderá pelo delito de aborto em concurso formal homogêneo, ainda que desconheça que se trate de gravidez gemelar.

RESPOSTA (A) 129, § 2º, III, CP. (B) O homicídio privilegiado é uma causa de diminuição de pena (art. 121, § 1º, CP) e não consta na lei de crimes hediondos. (C) Art. 30, CP. Apenas circunstâncias elementares do tipo penal se comunicam aos partícipes e coautores. (D) O motivo fútil é o motivo desproporcional, desarrazoado. (E) Aborto (art. 124, CP) é delito único, por mais que se trate de gêmeos. *Alternativa D.*

5188. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** O agente que induz ou instiga dolosamente a prática de esterilização cirúrgica pratica crime

(A) contra a organização do trabalho, previsto no CP.

(B) contra o planejamento familiar.

(C) definido na lei de transplantes.

(D) contra a saúde pública, previsto no CP.

(E) contra os costumes, previsto no CP.

RESPOSTA Trata-se do crime previsto no art. 17, Lei n. 9.263/96. *Alternativa B.*

5189. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Abel pretendia tirar a vida do seu desafeto Bruno, que se encontrava caminhando em um parque ao lado da namorada. Mesmo ciente de que também poderia acertar a garota, Abel continuou sua empreitada criminosa, efetuou um único disparo e acertou letalmente Bruno, ferindo levemente sua namorada. A partir dessa situação hipotética e em relação ao instituto do erro, assinale a opção correta.

(A) Na situação de delito putativo por erro de tipo, o agente não sabe que está cometendo um crime, mas acaba por praticá-lo.

(B) O erro de tipo essencial escusável exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.

(C) O caso hipotético acima caracteriza o que a doutrina denomina de *aberratio ictus*, devendo Abel responder apenas pelo homicídio.

(D) Abel deve responder pelos delitos de homicídio e lesão corporal leve em concurso formal

imperfeito.

(E) Abel deve responder pelos delitos de homicídio e lesão corporal leve em concurso ideal.

RESPOSTA (A) O conceito está correto, mas não se adéqua à questão. (B) O erro de tipo essencial exclui também a culpa. (C) *Aberratio ictus* é o mesmo que erro na execução, que não constitui o caso em tela. (D) Deverá ser em concurso formal imperfeito, porque há desígnios autônomos ou dolo em relação a cada um dos crimes cometidos. (E) *Vide* item anterior. *Alternativa D.*

5190. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação ao crime de homicídio.

(A) No homicídio qualificado pela paga ou promessa de recompensa, o STJ entende atualmente que a qualificadora não se comunica ao mandante do crime.

(B) Com relação ao motivo torpe, a vingança pode ou não configurar a qualificadora, a depender da causa que a originou.

(C) A ausência de motivo configura motivo fútil, apto a qualificar o crime de homicídio.

(D) Para a configuração da qualificadora relativa ao emprego de veneno, é indiferente o fato de a vítima ingerir a substância à força ou sem saber que o está ingerindo.

(E) A qualificadora relativa ao emprego de tortura foi tacitamente revogada pela lei específica que previu o crime de tortura com resultado morte.

RESPOSTA (A) Há decisões do STJ esposando o entendimento de que, no homicídio qualificado pela paga ou promessa de recompensa (art. 121, § 2º, I, CP), respondem pela qualificadora tanto o executor quanto o mandante. Nesse sentido, o HC 99.144/RJ, julgado em 4-11-2008. (B) Ensina Cezar Roberto Bitencourt (*Tratado de direito penal*,v. 2, p. 79) que: "Nem sempre a vingança é caracterizadora de motivo torpe, pois a torpeza do motivo está exatamente na causa da sua existência". Com efeito, os fundamentos que alimentam o sentimento de vingança, que não é protegido pelo direito, podem ser nobres, relevante, éticos e morais; embora não justifiquem o crime, podem privilegiá-lo, quando, por exemplo, configurem relevante valor social ou moral. (C) Já decidiu o STJ que: "[...] Não se pode confundir, como se pretende, ausência de motivo com futilidade. Assim, se o sujeito pratica o fato sem razão alguma, não incide essa qualificadora, à luz do princípio da reserva legal" (STJ, REsp 769.651/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª T., *DJ* 15-5-2006, p. 281). (D) Deve ser dito que, para a qualificadora de emprego de veneno se aperfeiçoar, o veneno deve ser ministrado de forma dissimulada. Nesse sentido leciona Luiz Regis Prado (*Curso de direito penal brasileiro*, v. 2, p. 74): "Insta ressaltar, porém, que o homicídio somente será qualificado pelo envenenamento quando o recurso a esse meio não for do conhecimento da vítima, ou seja, quando ocorrer o emprego insidioso da substância. Se o agente ministra o veneno de forma violenta, não se perfaz a qualificadora, embora possível, em tese, a caracterização do meio cruel". (E) Convivem perfeitamente as disposições da Lei de Tortura com a qualificadora de emprego de tortura no homicídio, prevista no CP. Nesse aspecto, vale transcrever os seguintes ensinamentos de Rogério Greco (2010, v. II, p. 159): Qual a diferença, portanto, entre a tortura prevista como qualificadora do delito de homicídio e a tortura com resultado morte prevista pela Lei n. 9.455/97? A diferença reside no fato de que a tortura, no art. 121, é tão somente um *meio* para o cometimento do homicídio. É um meio cruel de que se utiliza o agente, com o fim de causar a morte da vítima. Já na Lei n. 9.455/97, *a tortura é um fim em si mesmo.* Se vier a ocorrer o resultado morte, este somente poderá qualificar a tortura a título de culpa. Isso significa que a tortura qualificada pelo resultado morte é um delito eminentemente *preterdoloso*. O agente não pode, dessa forma, para que se aplique a lei de tortura, pretender a morte do agente, pois, caso contrário, responderá pelo crime de homicídio tipificado pelo Código Penal. Concluindo o raciocínio, no art. 121, a tortura é um meio cruel, utilizado pelo agente na prática do homicídio; na Lei n. 9.455/97, ela é um *fim em si mesmo* e, caso ocorra a morte da vítima, terá o condão de qualificar o delito, que possui o *status* de crime preterdoloso. *Alternativa B.*

5191. **(Delegado – PC-TO – 2008 – CESPE)** O Código Penal brasileiro permite três formas de abortamento legal: o denominado aborto terapêutico, empregado para salvar a vida da gestante; o aborto eugênico, permitido para impedir a continuação da gravidez de fetos ou embriões com graves anomalias; e o aborto humanitário, empregado no caso de estupro.

RESPOSTA O art. 128, Código Penal, elenca duas hipóteses em que "não se pune" (eis as palavras da lei) o aborto: se não há outro meio – que não o aborto – para salvar a vida da gestante; e se a gravidez resulta de estupro. *Errada.*

5192. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** No que se refere ao delito de lesões corporais, assinale a opção correta.

(A) Constitui circunstância agravante o fato de o delito ser praticado contra cônjuge ou companheiro, ou, ainda, de prevalecer-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.

(B) Se do delito em questão resultar perigo de vida e caso se constate ter sido incompleto o primeiro exame pericial, realizar-se-á, necessariamente, exame complementar por determinação da autoridade judiciária.

(C) Na hipótese de lesão corporal culposa, o juiz poderá deixar de aplicar a pena se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

(D) A lesão corporal será considerada de natureza gravíssima se do fato resultar incapacidade da vítima, por mais de trinta dias, para as suas ocupações habituais.

(E) Para o referido delito, é irrelevante o fato de o agente cometer o crime impelido por motivo de considerável valor social ou moral.

RESPOSTA (A) Art. 129, § 9º, CP. (B) Art. 168, CPP. (C) Art. 129, § 8º, CP. (D) Art. 129, § 1º, I, CP. (E) Art. 129, § 4º, CP. *Alternativa C.*

5193. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Denis desferiu cinco facadas em Henrique com intenção de matar. Socorrido imediatamente e encaminhado ao hospital mais próximo, Henrique foi submetido a cirurgia de emergência, em razão da qual contraiu infecção e, finalmente, faleceu. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, com base no entendimento do STF.

(A) Trata-se de causa absolutamente independente superveniente, que rompeu o nexo causal, devendo Denis responder por tentativa de homicídio.

(B) Trata-se de causa relativamente independente e superveniente que rompeu o nexo causal, devendo Denis responder por tentativa de homicídio.

(C) Não houve rompimento do nexo de causalidade, devendo Denis responder por homicídio doloso consumado.

(D) Trata-se de causa relativamente independente e superveniente que rompeu o nexo causal, devendo Denis responder por lesão corporal seguida de morte.

(E) Não houve rompimento do nexo causal, mas Denis deve responder apenas por tentativa de homicídio.

RESPOSTA Art. 13 do CP. *Alternativa C.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) No que se refere aos crimes contra a vida, às lesões corporais, aos crimes contra a honra e àqueles contra a liberdade individual, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

5194. Em se tratando de homicídio, é incompatível o domínio de violenta emoção com o dolo eventual.

RESPOSTA Antes de qualquer coisa, lembre-se de que a assertiva está se referindo a uma causa de diminuição de pena existente no homicídio que é: "praticar o fato sob domínio de violenta emoção, logo após a injusta provocação da vítima" (art. 121, § 1º, CPB). Realmente, é difícil pensar nessa causa de diminuição com dolo eventual. Mas, pense na situação do sujeito que tem seu inimigo em frente a seu carro, impedindo a passagem e, ao mesmo tempo, xingando a vítima de "corno" na presença dos filhos deste. O motorista acelera o carro, dominado por violenta emoção provocada por ato injusto da vítima, assumindo o risco de matá-la. Ao praticar tal conduta, acaba por matá-la. *Errada.*

5195. **(Defensor – DPU – 2010 – CESPE)** Para a configuração da agravante da lesão corporal de natureza grave em face da incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, não é necessário que a ocupação habitual seja laborativa, podendo ser assim compreendida qualquer atividade regularmente desempenhada pela vítima.

RESPOSTA Assim, não se restringe a interpretação da locução caracterizadora do inciso I a um conceito meramente econômico, mas sim se utiliza de uma ótica funcional, no que se refere à lesão sofrida pela vítima. “Entenda-se como atividade corporal, física ou intelectual, razão pela qual pode ser sujeito passivo tanto o ancião, como a criança ou o adolescente incapacitado de continuar sua preparação funcional” (DA COSTA, *Direito penal,* p. 227). Nessa senda, para a configuração do crime de lesão corporal grave, com incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, não é necessária a demonstração de prática de atividade laboral exercida pela vítima, visto que o tipo penal refere-se a atividades exercidas com frequência, não necessariamente remuneradas ou profissionais. *Certa.*

5196. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Quanto aos crimes contra a pessoa, assinale a opção correta.

(A) São compatíveis, em princípio, o dolo eventual e as qualificadoras do homicídio. É penalmente aceitável que, por motivo torpe, fútil etc., assuma-se o risco de produzir o resultado.

(B) É inadmissível a ocorrência de homicídio privilegiado-qualificado, ainda que a qualificadora seja de natureza objetiva.

(C) No delito de infanticídio incide a agravante prevista na parte geral do CP consistente no fato de a vítima ser descendente da parturiente.

(D) No delito de aborto, quando a gestante recebe auxílio de terceiros, não se admite exceção à teoria monista, aplicável ao concurso de pessoas.

(E) Por ausência de previsão legal, não se admite a aplicação do instituto do perdão judicial ao delito de lesão corporal, ainda que culposa.

RESPOSTA (A) São compatíveis, em princípio, o dolo eventual e as qualificadoras do homicídio. É penalmente aceitável que, por motivo torpe, fútil, etc., assuma-se o risco de produzir o resultado. A valoração dos motivos é feita objetivamente; de igual sorte, os meios e os modos. Portanto, estão motivos, meios e modos cobertos também pelo dolo eventual. A princípio, não há de antinomia entre o dolo eventual e as qualificadoras do motivo torpe e de recurso que dificultou a defesa das vítimas (STJ, HC 58.423/DF, *DJ* 25-6-2007, p. 304). (B) A jurisprudência desta Corte e do Supremo Tribunal Federal tem reiterado entendimento no sentido de que há compatibilidade entre as qualificadoras de ordem objetiva e as causas de diminuição de pena do § 1º do art. 121 do Código Penal, que, por sua vez, têm natureza subjetiva. (C) Sem previsão legal. (D) É uma exceção à Teoria Monista. Ambos respondem por crimes diversos. (E) Art. 129, § 8º, CP. *Alternativa A.*

(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE) Com relação a direito penal, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

5197. Considere a seguinte situação hipotética. Alberto, pretendendo matar Bruno, desferiu contra este um disparo de arma de fogo, atingindo-o em região letal. Bruno foi imediatamente socorrido e levado ao hospital. No segundo dia de internação, Bruno morreu queimado em decorrência de um incêndio que assolou o nosocômio. Nessa situação, ocorreu uma causa relativamente independente, de forma que Alberto deve responder somente pelos atos praticados antes do desastre ocorrido, ou seja, lesão corporal.

RESPOSTA Trata-se, aqui, da ocorrência de causa superveniente relativamente independente, a qual faz com que Alberto, no caso, responda apenas pela tentativa de homicídio (pois apresentava, no momento da conduta, *animus necandi*, ou seja, intenção de matar). Note, que a nova causa (incêndio), por si só, é capaz de produzir o resultado, excluindo a imputação. Os fatos anteriores, entretanto, serão imputados a quem os praticou, na forma do art. 13, § 1º, CP. *Errada.*

X. Dos Crimes contra o Patrimônio

5198. **(Procurador – MP-RO – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito dos crimes contra o patrimônio.

(A) Não há delito de roubo quando a *res* sobre a qual recai a conduta delituosa do agente constitui objeto ou substância proibida pelo ordenamento jurídico brasileiro, como, por exemplo, substâncias entorpecentes.

(B) O entendimento firmado na jurisprudência dos tribunais superiores e na doutrina em relação ao crime de roubo majorado por uso de arma é que o termo arma deve ser concebido em seu sentido próprio. Dessa forma, o roubo praticado com arma desmuniciada não autoriza a incidência da majorante, por ausência da potencialidade lesiva.

(C) O roubo majorado pelo concurso de pessoas impõe que os agentes sejam capazes, não se computando os inimputáveis.

(D) A distinção entre roubo próprio e roubo impróprio, segundo a doutrina e a jurisprudência, refere-se ao uso de violência no primeiro e, no segundo, a utilização da grave ameaça contra a pessoa.

(E) O delito de roubo majorado por uso de arma absorve o delito de porte de arma.

RESPOSTA (A) O Direito Penal protege bens jurídicos e esses devem estar em consonância com a ordem jurídica. (B) A Seção, ao prosseguir o julgamento, entendeu, por maioria, conhecer dos REsp, apesar de o acórdão colacionado como paradigma advir do julgamento de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário. No mérito, firmou, também por maioria, que a aplicação da majorante constante do art. 157, § 2º, I, CP, não necessita da apreensão e da perícia da arma utilizada na prática do roubo se outros meios de prova evidenciarem seu emprego, por exemplo, os depoimentos dos condutores, da vítima e das testemunhas, ou mesmo quaisquer meios de captação de imagem. Anotou que essa exigência de apreensão e perícia da arma não decorre da lei, que recentes precedentes do STF têm a arma, por si só, como instrumento capaz de qualificar o roubo desde que demonstrada sua utilização por qualquer modo (potencial lesivo *in re ipsa*) e que, por isso, cabe ao imputado demonstrar a falta de seu potencial lesivo, tal como nas hipóteses de arma de brinquedo, defeituosa ou incapaz de produzir lesão (art. 156 do CPP). Precedentes citados do STF: HC 96.099-RS, *DJe* 5-6-2009, e HC 104.984-RS, *DJe* 30-11-2010. **EREsp 961.863-RS, Rel. originário Min. Celso Limongi (Desembargador convocado do TJ-SP), Rel. para acórdão Min. Gilson Dipp, julgados em 13-12-2010.** (C) Computam-se, para fins de majoração do roubo por concurso de pessoas, os inimputáveis, seja por sanidade, menoridade, coação moral irresistível, entre outras. (D) Roubo próprio refere-se à prática de violência ou grave ameaça para subtrair coisa alheia móvel. Enquanto o roubo impróprio refere-se à prática de violência ou grave ameaça para assegurar a subtração já efetuada. (E) Caso contrário, configuraria *bis in idem. Alternativa E.*

5199. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito dos crimes contra o patrimônio.

(A) No furto, a causa especial de aumento de pena decorrente do fato de o crime ter sido praticado durante o repouso noturno incide sobre as formas qualificadas.

(B) Conforme iterativa jurisprudência do STJ, o fato de se tratar de furto qualificado constitui motivação suficiente para impedir a aplicação do princípio da insignificância.

(C) No roubo, caso o agente seja primário e tenha sido de pequeno valor a coisa subtraída, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços ou aplicar somente a pena de multa.

(D) Consoante a jurisprudência do STJ, é possível o reconhecimento de continuidade delitiva entre os crimes de latrocínio e roubo, porque são da mesma espécie, dado que previstos no mesmo tipo incriminador.

(E) No estelionato, a reparação espontânea do dano após o recebimento da denúncia e antes do julgamento de primeiro grau não extingue a punibilidade, mas constitui circunstância atenuante genérica.

RESPOSTA (A) Conforme pacífica jurisprudência do STJ, a causa especial de aumento da pena decorrente da realização do furto durante o repouso noturno é aplicável somente às hipóteses de furto simples, sendo incabível no caso do delito qualificado.

Nesse sentido: REsp 940.245/RS, Rel. Min. Felix Fischer, 5ª T., julgado em 13-12-2007, *Dje* 10-3-2008. (B) Conforme iterativa jurisprudência do STJ, o fato de se tratar de furto qualificado não constitui motivação suficiente para impedir a aplicação do princípio da insignificância. Nesse sentido: HC 151.577/MG, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª T., julgado em 18-3-2010, *Dje* 12-4-2010. (C) No delito de furto (e não roubo), se o agente é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa (CP, art. 155, § 2º). Por outro lado, segundo entendimento do STF, a figura do privilégio tem sua aplicação restrita ao crime de furto, não se estendendo ao delito de roubo. Nesse sentido: AI 735.112, Rel. Min. Ellen Gracie, julgado em 3-12-2009, publicado em *DJe*-018, Divulg. 29-1-2010, Public. 1º-2-2010. (D) Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, impossível o reconhecimento da continuidade delitiva entre os crimes de latrocínio e roubo porque, apesar de serem crimes do mesmo gênero, são de espécies diferentes. Nesse sentido: REsp 1.084.296/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 5ª T., julgado em 10-9-2009, *Dje* 13-10-2009. (E) Trata-se da aplicação da regra do art. 65, III, *b*, CP. *Alternativa E.*

5200. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Considera-se famulato o furto

(A) praticado em estado de extrema miserabilidade, para evitar perigo maior decorrente da ausência de alimentação, situação em que há estado de necessidade, não se incluindo no conceito, entretanto, o furto de bens supérfluos.

(B) de gados pertencentes a terceira pessoa, espalhados por currais, com ânimo de assenhoramento definitivo pelo autor do crime.

(C) praticado pelo empregado, aproveitando-se de tal situação, de bens pertencentes ao empregador.

(D) de energia elétrica.

(E) de bens de uso comum do povo, que possam ter algum valor econômico.

RESPOSTA É o furto praticado por empregado doméstico. *Alternativa C.*

5201. **(Delegado – PF – 2004 – CESPE)** Rômulo sequestrou Lúcio, exigindo de sua família o pagamento de R$ 100.000,00 como resgate. Nessa situação, o crime de extorsão mediante sequestro praticado por Rômulo é considerado crime habitual.

RESPOSTA Trata-se de crime permanente, persistindo a consumação enquanto houver a privação da liberdade do refém, que depende da ação do agente. É crime formal. Já crime habitual é aquele em que estamos diante de um crime profissional, que é a reiteração ou habitualidade da mesma conduta reprovável, ilícita, de forma a constituir um estilo ou hábito de vida, é o caso do crime de curandeirismo, quando o agente pratica as ações com intenção de lucro. A habitualidade aqui é em face do próprio autor da conduta, e não do crime, pois, se fosse deste, seria crime continuado. *Errada.*

5202. **(Delegado – PC-TO – 2008 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Francisco, imputável, realizou uma compra de produtos alimentícios em um supermercado e, desprovido de fundos suficientes no momento da compra, efetuou o pagamento com um cheque de sua titularidade para apresentação futura, quando imaginou poder cobrir o déficit. Apresentado o título ao banco na data acordada, não houve compensação por insuficiente provisão de fundos. Nessa situação, o entendimento doutrinário e a jurisprudência dominantes é no sentido de que, não tendo havido fraude do emitente, não se configura o crime de emissão de cheques sem fundos (estelionato).

RESPOSTA Súmula 246, STF. *Certa.*

5203. **(Delegado – PC-TO – 2008 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Fernando, Cláudio e Maria, penalmente imputáveis, associaram-se com Geraldo, de 17 anos de idade, com o fim de cometer estelionato. Alugaram um apartamento e adquiriram os equipamentos necessários à prática delituosa, chegando, em conluio, à concretização de um único crime. Nessa situação, o grupo, com exceção do adolescente, responderá apenas pelo crime de estelionato, não se caracterizando o delito de quadrilha ou bando, em face da necessidade de associação de, no mínimo,

quatro pessoas para a tipificação desse delito, todas penalmente imputáveis.

RESPOSTA Muito embora um menor de idade não possa ser considerado sujeito ativo de crime, mas apenas de ato infracional, a jurisprudência considera que sua participação no delito em questão é computada para que os demais integrantes do bando (caso maiores) respondam pelo delito mencionado. *Errada.*

(Delegado – PC-TO – 2008 – CESPE) No que tange à parte especial do Código Penal, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

5204. Considere a seguinte situação hipotética. João entregou a Manoel certa quantia em dinheiro para que, em prazo determinado, a entregasse a uma terceira pessoa. Ao fim do prazo, Manoel se apossou do montante, tendo se utilizado do dinheiro para gastos pessoais. Nessa situação, a conduta de Manoel caracteriza o crime de apropriação indébita.

RESPOSTA É a posse legítima de coisa alheia móvel, porém vindo o agente a se comportar como dono da coisa. Essa inversão pode ser: pela retenção: o agente demonstra o ânimo de não devolver; pela disposição da coisa: por meio do consumo próprio indevido. *Certa.*

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) A respeito de institutos diversos de direito penal, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

5205. Nos casos de delitos contra o patrimônio praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa, a aplicação do princípio da insignificância é admitida pelo Superior Tribunal de Justiça, mesmo que existam condições pessoais desfavoráveis, tais como maus antecedentes, reincidência ou ações penais em curso.

RESPOSTA A jurisprudência de nossos tribunais superiores é pacífica em admitir a aplicação do Princípio da Insignificância aos crimes que não são praticados mediante violência ou grave ameaça contra a pessoa humana, esse entendimento pretoriano recebe amparo e fundamento na doutrina dominante, conforme menciona BITTENCOURT (*Manual de direito penal,* p. 45) "...Principio da Insignificância...tipicidade penal exige uma ofensa de alguma gravidade aos bens jurídicos protegidos, pois nem sempre qualquer ofensa a esses bens ou interesses é suficiente para configurar o injusto típico...". *Certa.*

5206. A venda de cópias não autorizadas de CDs e DVDs – cópias piratas – por vendedores ambulantes que não possuam outra renda além da advinda dessa atividade, apesar de ser conduta tipificada, não possui, segundo a jurisprudência do STJ, tipicidade material, aplicando-se ao caso o princípio da adequação social

RESPOSTA CRIMINAL. *HABEAS CORPUS.* VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. COMPRA E VENDA DE CD'S E DVD'S "PIRATAS". ALEGADA ATIPICIDADE DA CONDUTA. PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL. INAPLICABILIDADE. INCIDÊNCIA DA NORMA PENAL PREVISTA NO ART. 184, § 2º, DO CÓDIGO PENAL. ORDEM DENEGADA. HC 150.901/MG 2009/0203910-2. *Errada.*

5207. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Em relação às disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STF.

(A) O fato de o réu ser viciado em drogas constitui, por si só, critério idôneo para que se lhe eleve a pena-base acima do mínimo, em caso de condenação, porquanto o vício pode ser valorado como conduta social negativa.

(B) Por configurar crime de falsa identidade, a utilização de documento falso para ocultar a condição de foragido descaracteriza o delito de uso de documento falso.

(C) O conceito de chave falsa abrange, no que se refere ao delito de furto qualificado, a chave mixa e todo e qualquer instrumento ou dispositivo empregado para abertura de fechaduras.

(D) Segundo a jurisprudência pacífica da Suprema Corte, o instituto da continuidade delitiva deve ser

a um ano.

reconhecido ainda que, entre as várias ações criminosas, tenha transcorrido lapso temporal superior a um ano.

(E) Tratando-se do delito de homicídio culposo, é admissível a imputação da causa de aumento de pena por inobservância de regra técnica de profissão ainda que não fundada na descrição de fato diverso do que constitui o núcleo da ação culposa.

RESPOSTA (A) "O fato de o réu ser viciado em drogas não constitui critério idôneo para que se lhe eleve a pena-base acima do mínimo, porquanto o vício não pode ser valorado como conduta social negativa." (HC 98.456, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 29-9-2009, 2ª T., *DJE* de 6-11-2009). (B) Segundo o STF, o princípio da autodefesa tem sido aplicado nos casos de crime de falsa identidade, em que o indiciado se identifica como outra pessoa perante a autoridade policial para ocultar sua condição de condenado ou foragido. No entanto, o foragido responde pelo crime de uso de documento falso. (C) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que o conceito de chave falsa abrange a chave "mixa" e todo e qualquer instrumento ou dispositivo empregado para abertura de fechaduras. (D) "O Tribunal de origem afastou a incidência do art. 71 do Código Penal, considerando o decurso de lapso temporal superior a 90 noventa dias entre os delitos praticados pelo paciente. 2. Embora a lei não estabeleça marco regulatório para o reconhecimento da unidade temporal entre as condutas, este Superior Tribunal firmou entendimento no sentido da impossibilidade de aplicação da continuidade delitiva se os delitos foram praticados com lapso superior a 30 (trinta) dias. 3. Ordem denegada." (E) O relator do processo, ministro Felix Fischer, citando precedente do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que "não há como confundir a imperícia, elemento subjetivo do homicídio culposo, com a inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício descrita no § 4º do art. 121 do Código Penal, pois, naquela, o agente não (necessariamente) detém conhecimentos técnicos, ao passo que nesta o agente (necessariamente) os possui, mas deixa de empregá-los". *Alternativa C.*

5208. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Com relação aos delitos de dano e receptação, assinale a opção correta.

(A) Na hipótese de o crime de receptação ser cometido no exercício de atividade comercial, aumenta-se a pena de um sexto até a metade.

(B) A receptação é punível, ainda que desconhecido o autor do crime de que proveio a coisa; no entanto, se esse autor for isento de pena, não se pune a prática da receptação.

(C) Na hipótese de o crime de dano ser cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, aumenta-se a pena de um sexto até a metade.

(D) Folhas de cheque em branco e cartões bancários não podem ser objetos materiais do crime de receptação, raciocínio que não se aplica ao crime de furto.

(E) A introdução de animais em propriedade alheia, sem o consentimento de quem de direito, caracteriza o delito de dano, caso o fato resulte em prejuízo.

RESPOSTA (A) Art. 180, § 1º, CP. (B) Art. 180, § 4º, CP. (C) Art. 163, parágrafo único, I, CP. (D) Podem ser aplicados ao crime de furto. (E) Art. 164, CP. *Alternativa E.*

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Com base no direito penal, julgue o item subsecutivo (Certo ou Errado).

5209. O roubo perpetrado com violação de patrimônios de diferentes vítimas da mesma família, em um único evento delituoso, configura concurso formal de crimes.

RESPOSTA Art. 70, CP. *Certa.*

5210. **(Advogado – BACEN – 2009 – CESPE)** Roberto, com 23 anos de idade, subtraiu para si um aparelho celular avaliado economicamente em R$ 900,00, pertencente ao seu pai, Alberto, de 63 anos de idade, e em seguida, vendeu-o por R$ 200,00 para Felipe, o qual sabia que o aparelho não custava tão barato. Considerando a situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta no referente aos crimes contra o patrimônio.

(A) Roberto é isento de pena, por ter praticado o crime contra ascendente, ocorrendo, assim, uma escusa absolutória legalmente prevista.

(B) Felipe praticou crime de receptação culposa, mas será isento de pena em face da extensão da escusa absolutória aplicável a Roberto.

(C) Roberto praticou, em tese, crime de furto, e Felipe, receptação culposa, porque, pela desproporção entre o valor e o preço do aparelho celular, deveria presumir ter sido obtido por meio criminoso.

(D) Se Felipe revender o aparelho celular para Frederico, este não responderá por crime algum, pois não se pune a receptação de coisa já receptada.

(E) Roberto não responderá por crime algum, em face da aplicação do princípio da insignificância, já consolidado na jurisprudência dos tribunais superiores como aplicável aos bens avaliados em até R$ 1.000,00.

RESPOSTA (A) Art. 181, II, trata-se de isenção de pena. (B) As condições pessoais não se comunicam aos agentes, art. 30, CP. (C) Arts. 155 e 180, § 3º, ambos do CP. (D) Art. 180, § 1º, CP. (E) Isso deverá ser analisado no caso concreto. *Alternativa C.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Julgue o item abaixo, acerca de crime contra o patrimônio (Certo ou Errado).

5211. A presença de sistema eletrônico de vigilância em estabelecimento comercial torna crime impossível a tentativa de furto de um produto desse estabelecimento, por absoluta ineficácia do meio, conforme entendimento consolidado do STJ.

RESPOSTA A presença de sistema eletrônico de vigilância em estabelecimento comercial NÃO torna crime impossível a tentativa de furto de um produto desse estabelecimento, por absoluta ineficácia do meio, conforme entendimento consolidado do STJ. *Errada.*

5212. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Em relação aos crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta.

(A) Segundo a teoria da *contrectatio*, o momento consumativo do delito de furto ocorre quando o agente consegue levar o objeto ao lugar a que era destinado.

(B) Segundo o STJ, não incide a majorante do repouso noturno quando o furto é praticado em estabelecimentos comerciais.

(C) A majorante do repouso noturno incide sobre delito de furto praticado em sua forma qualificada.

(D) Caracteriza *bis in idem* a condenação dos mesmos agentes pelo crime de quadrilha armada e roubo qualificado pelo uso de armas e concurso de pessoas.

(E) O crime de defraudação de penhor configura-se com a obtenção de vantagem indevida, oriunda da alienação, de qualquer modo, de bem dado em penhor, seja ele fungível ou infungível.

RESPOSTA (A) Entendimento de que o delito contra o patrimônio consumava-se no simples contato do agente com a *res* objeto de subtração. Adotava-se a teoria da "contrectatio". Contudo, tal entendimento não pode prevalecer mais nos dias de hoje, haja vista que o delito em apreço é de cunho material e não formal, requisitando, portanto, a modificação no mundo exterior. (B) Existe uma corrente que entende que pode ser aplicado o repouso noturno em estabelecimentos comerciais (inclusive súmula do STJ). Mas a corrente majoritária diz o contrário. (C) Não incide. (D) É perfeitamente possível a coexistência entre o crime de formação de quadrilha ou bando e o de roubo qualificado pelo uso de arma e pelo concurso de agentes, porquanto os bens jurídicos tutelados são distintos e os crimes, autônomos. Quadrilha armada e roubo com majoração de pena pelo emprego de armas e pela prática em concurso de agentes são crimes compatíveis, ou seja, não ocorre absorção do crime de quadrilha armada com o roubo qualificado e vice-versa. Portanto, as penas se aplicam cumulativamente. (E) Art. 171, III, CP. *Alternativa E.*

5213. **(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE)** Celso, com vinte anos de idade, capaz, residia,

durante o período de estudos na faculdade, no imóvel de seu tio Paulo, juntamente com este e com dois primos. Para pagar diversas dívidas contraídas em jogos de azar, consumo de bebidas alcoólicas e drogas, furtou ao tio um notebook avaliado em R$ 1.500,00. Ao ser descoberto e interpelado pelos primos, Celso, irritado com a situação, destruiu, de forma dolosa, um microscópio eletrônico de um dos primos, aparelho que, avaliado em R$ 900,00, foi lançado ao chão. Nessa situação, em relação ao prejuízo causado ao tio, o agente é isento de pena, dada a relação de coabitação, e o ato praticado contra o primo é de ação penal privada.

RESPOSTA O título referido nesses dispositivos é o de nome "Crimes contra o patrimônio", que engloba inclusive os crimes de furto e de dano. Tendo sido o furto cometido contra o tio com quem Celso coabita, somente se procede mediante representação. Em relação ao crime de dano cometido contra um dos primos, a ação penal é privada, de acordo com os arts. 163, parágrafo único, IV, e 167, Código Penal. "Art. 167 – Nos casos do art. 163, do inciso IV do seu parágrafo e do art. 164, somente se procede mediante queixa." *Errada.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Acerca dos crimes contra o patrimônio, cada um dos itens subsequentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

5214. Cláudio, com intenção de furtar, entrou no carro de Vagner, cuja porta estava destravada, e acionou o motor por meio de uma chave falsa na ignição do veículo, assim logrando êxito em subtrair o veículo. Nessa situação, e de acordo com a jurisprudência do STJ, Cláudio responde por crime de furto simples.

RESPOSTA A utilização de chave falsa diretamente na ignição do veículo para fazer acionar o motor não configura a qualificadora do emprego de chave falsa (CP, art. 155, § 4º, III). A qualificadora só se verifica quando a chave falsa é utilizada externamente a *res furtiva*, vencendo o agente o obstáculo propositadamente colocado para protegê-la. RECURSO PROVIDO (STJ, REsp 43.047/SP, Rel. Min. Edson Vidigal, julgado em 10-12-1996). *Errada.*

5215. **(Procurador – MP-SE – 2010 – CESPE)** Marcelo, Rubens e Flávia planejaram praticar um crime de roubo. Marcelo forneceu a arma e Rubens ficou responsável por transportar em seu veículo os corréus ao local do crime e dar-lhes fuga. A Flávia coube a tarefa de atrair e conduzir a vítima ao local ermo onde foi praticado o crime. Nessa situação hipotética, conforme entendimento do STJ, Rubens

(A) foi partícipe e não coautor do crime de roubo, considerando que não executou o núcleo do tipo.
(B) foi coautor do crime, mas sua atuação foi de menos importância, donde fazer jus às benesses legais respectivas.
(C) não responderá pelo crime de roubo, mas somente por favorecimento pessoal.
(D) foi partícipe do crime, pois não possuía o controle da conduta, conforme a teoria do domínio do fato, adotada pelo CP.
(E) foi coautor funcional ou parcial do crime, não sendo a sua participação de somenos importância.

RESPOSTA (A) Rubens tem o Domínio do Fato, portanto, poderá ser considerado autor intelectual. (B) A menor importância só é considerada na participação (art. 29, § 1º, CP). (C) Art. 29, CP, Teoria Monista Temperada. (D) É autor intelectual do crime, uma vez que faz o ajuste com os demais de como será o *modus operandi.* (E) É coautor porque tem domínio das fases delitivas, nos termos da Teoria do Domínio do Fato. *Alternativa E.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca da parte especial do direito penal, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

5216. Com a utilização de uma arma de brinquedo, João subtraiu de uma pessoa o relógio e a

carteira contendo documentos pessoais, cartões de crédito e R$ 300,00 em espécie. Nessa situação, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João responderá por crime de roubo qualificado pelo emprego de arma.

RESPOSTA Esta questão deve ser analisada com cuidado, pelo fato de ser do ano de 2004. Nesse sentido, a Súmula 174, STJ (23-10-1996), afirmava que “no crime de roubo, a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento de pena”. Contudo, a referida súmula foi cancelada por ocasião do REsp 213.054/SP (24-10-2001). Portanto, atualmente, não é possível aumentar a pena se a arma utilizada pelo agente for de brinquedo (não há potencialidade lesiva). Nesse sentido, podemos destacar o HC 87.630/SP (14-12-2009): “Com o cancelamento da Súmula n. 174 do Superior Tribunal de Justiça, ficou assentado o entendimento, segundo o qual, a simples atemorização da vítima pelo emprego da arma (de brinquedo) não mais se mostra suficiente para configurar a majorante, dada a ausência de incremento no risco ao bem jurídico, servindo, apenas, a caracterizar a grave ameaça, já inerente ao crime de roubo”. *Certa.*

5217. **(Defensor – DPU – 2010 – CESPE)** Na doutrina, distinguem-se as figuras sequestro e cárcere privado, afirmando-se que o primeiro é o gênero do qual o segundo é espécie. A figura cárcere privado caracteriza-se pela manutenção de alguém em recinto fechado, sem amplitude de locomoção, definição esta mais restrita que a de sequestro.

RESPOSTA Quando a lei penal usa o termo sequestro e a expressão cárcere privado, à primeira vista temos a impressão de que se trata de situações diferentes. No entanto, majoritariamente, entende-se que sequestro e cárcere privado significam a mesma coisa. A única diferença que se pode apontar entre eles, para que se possa aproveitar todas as letras da lei, é no sentido de que, quando se cuida de sequestro, existe maior liberdade ambulatorial; ao contrário, quando a liberdade ambulatorial é menor, ou seja, o espaço para que a vítima possa se locomover é pequeno, reduzido, trata-se de cárcere privado. *Certa.*

XI. Dos Crimes contra a Honra

5218. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** No que concerne aos crimes contra a honra, assinale a opção correta.

(A) A calúnia consiste em imputar falsamente a alguém fato definido como crime ou contravenção penal.

(B) Segundo o Código Penal, a chamada exceção da verdade é admitida apenas nas hipóteses de calúnia.

(C) Aquele que difama a memória dos mortos responde pelo crime de difamação, previsto no Código Penal.

(D) O objeto jurídico da injúria é a honra objetiva da vítima, sendo certo que o delito se consuma ainda que o agente tenha agido com simples *animus jocandi*.

(E) As penas cominadas aos delitos contra a honra aplicam-se em dobro, caso o crime tenha sido cometido mediante promessa de recompensa.

RESPOSTA (A) Calúnia consiste em imputar falsamente a outrem fato definido como crime apenas, e não como contravenção penal, conforme dispõe o art. 138, *caput*, Código Penal. (B) A exceção da verdade é cabível nas hipóteses de calúnia e difamação, conforme preveem os arts. 138, § 3º, e 139, parágrafo único, ambos do Código Penal, devendo-se observar, inclusive, a Súmula 396, STF. (C) De acordo com o § 2º do art. 138, Código Penal, é punível a calúnia contra os mortos. Logo, o Código Penal não admite as demais modalidades de crime contra a honra, isto é, a difamação e a injúria. (D) O bem juridicamente protegido pelo tipo penal da injúria é a honra subjetiva da vítima. Além disso, se o agente não agir com *animus injuriandi*, estar-se-á diante de um fato atípico, pois o elemento subjetivo da injúria é o dolo, seja direto, seja eventual. (E) Parágrafo único do art. 141, Código Penal. *Alternativa E.*

5219. **(Delegado – PC-TO – 2008 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Francisco, imputável, acercou-se de uma mulher e a constrangeu, mediante violência, à prática de conjunção carnal, deflorando-a. Em razão do emprego da violência, a mulher experimentou, ainda,

lesões leves, devidamente constatadas em laudo pericial. Nessa situação, Francisco irá responder pelo crime de estupro em concurso formal com o delito de lesões corporais.

RESPOSTA Nessa espécie de delito, a lesão corporal leve é integrante da violência real, não se constituindo em crime autônomo, quando decorrente da violência empregada para a consumação do estupro. Não se pode desdobrar o elemento caracterizador do tipo em dois crimes. No crime de estupro praticado com uso de violência, a Ação Penal deve ser instaurada pelo Ministério Público, mesmo que as lesões causadas à vítima sejam de natureza leve. Esse é o entendimento da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal. *Errada.*

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) A respeito dos delitos resultantes de preconceito (Lei n. 7.716/1989) e das disposições da parte especial do Código Penal, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

5220. Aquele que imputar a outrem termos pejorativos referentes à sua raça, com o nítido intuito de lesão à sua honra, deverá responder pelo crime de racismo.

RESPOSTA Crime de injúria racial. *Errada.*

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Com base no direito penal, julgue o item subsecutivo (Certo ou Errado).

5221. Nos crimes contra a dignidade sexual, consoante entendimento dos tribunais superiores, caso o agente pratique mais de uma das condutas previstas no crime de estupro, o juiz está autorizado a condená-lo por concurso material, ainda que praticado contra a mesma vítima, vedada a aplicação da continuidade delitiva.

RESPOSTA Quem pratica coito vaginal e coito anal, ambos descritos no mesmo tipo penal (art. 213, CP), no mesmo contexto fático, contra a mesma vítima, afetando o mesmo bem jurídico, pratica crime único (não uma pluralidade de crimes). Segundo o STF: Assim, sua aplicação, em consonância com o princípio constitucional da retroatividade da lei penal mais favorável, há de alcançar os delitos cometidos antes da Lei n. 12.015/2009, e, via de consequência, o apenamento referente ao atentado violento ao pudor não há de subsistir. Todavia, registrou-se também que a prática de outro ato libidinoso não restará impune, mesmo que praticado nas mesmas circunstâncias e contra a mesma pessoa, uma vez que caberá ao julgador distinguir, quando da análise das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP para fixação da pena-base, uma situação da outra, punindo mais severamente aquele que pratique mais de uma ação integrante do tipo, pois haverá maior reprovabilidade da conduta (juízo da culpabilidade) quando o agente constranger a vítima à conjugação carnal e, também, ao coito anal ou qualquer outro ato reputado libidinoso. *Errada.*

5222. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Acerca do crime contra a dignidade sexual e da Lei das Contravenções Penais, assinale a opção correta.

(A) Considere a seguinte situação hipotética. Antônio convidou Bruna, 25 anos de idade, para ir a uma festa. De forma dissimulada, Antônio colocou determinada substância na bebida de Bruna, que, após alguns minutos, ficou totalmente alucinada. Aproveitando-se do estado momentâneo de Bruna, que não poderia oferecer resistência, Antônio levou-a para o estacionamento da festa, onde com ela manteve conjunção carnal. Passado o efeito da substância, Bruna de nada se lembrava. Nessa situação, Antônio praticou o delito de estupro comum, e não o de estupro de vulnerável.

(B) Aquele que mendiga, por ociosidade ou cupidez, pratica contravenção penal, ficando sujeito à pena de prisão simples.

(C) Aquele que pratica tentativa de contravenção penal deve ser punido, no entanto fará jus à causa de redução de pena prevista no CP em seu limite máximo.

(D) A mulher pode ser coautora do delito de estupro.

(E) A lei brasileira é aplicável a contravenção penal praticada fora do território nacional.

RESPOSTA (A) Violação sexual mediante fraude (art. 215, CP). (B) Art. 60, Decreto-lei n. 3.688/41 – revogado. (C) Art. 4º, CP.

Não é punível a tentativa nas contravenções. (D) Sim. Qualquer pessoa. (E) Art. 2º, Decreto-lei n. 3.688/41. *Alternativa D.*

XII. Dos Crimes contra a Organização do Trabalho

5223. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta quanto ao direito penal do trabalho.

(A) O agente que alicia trabalhadores, transportando-os de um local a outro do território nacional e, após certo tempo, os proíbe de desligarem-se do serviço em virtude de dívidas contraídas pela compra dirigida de mercadorias em estabelecimento comercial do próprio contratante, retendo suas carteiras de trabalho, comete uma única figura delitiva prevista no Código Penal.

(B) Conforme entendimento jurisprudencial majoritário no Superior Tribunal de Justiça, para a caracterização do crime de omissão de recolhimento de contribuição previdenciária deduzida de empregado, é necessária a comprovação do fim especial de agir, ou dolo específico, consistente na vontade livre e consciente de ter a coisa para si (*animus rem sibi habendi*).

(C) O delito de sonegação de contribuição previdenciária consuma-se com a supressão ou redução da contribuição previdenciária e acessórios, sendo o direito social do trabalhador, e não a seguridade social, o objeto jurídico tutelado.

(D) O empregador que não realiza as devidas anotações nas carteiras de trabalho e previdência social de seus empregados estará incurso nas sanções do crime de falsificação de documento público.

(E) Considere a seguinte situação hipotética. Saulo teve seu estabelecimento comercial fechado e lacrado por decisão do MTE. No dia seguinte, ele rompeu o lacre e começou a trabalhar normalmente, tendo sido preso em flagrante logo em seguida. Nessa situação, ainda que tenha desrespeitado a decisão administrativa uma única vez, Saulo cometeu o crime de exercício de atividade com infração de decisão administrativa.

RESPOSTA (A) A comunicação entre autores e partícipes só é possível no instituto do arrependimento posterior, previsto no art. 16, CP. Há mais de uma figura típica na situação hipotética narrada na assertiva. O agente que alicia trabalhadores, transportando-os, de forma precária, de um local a outro do território nacional, pratica o crime do art. 207, CP. No tocante à proibição de desligamento do serviço em virtude das dívidas contraídas pela compra dirigida de mercadorias em estabelecimento comercial da própria contratante, bem como pela retenção de suas carteiras de trabalho, temos as figuras do art. 203, § 1º, I e II, do mesmo código. (B) Conforme a jurisprudência dominante do STJ, o delito de apropriação indébita previdenciária tem sido entendido como crime omissivo próprio (ou omissivo puro), isto é, aquele em que não se exige necessariamente nenhum resultado naturalístico, esgotando-se o tipo subjetivo apenas na transgressão da norma incriminadora, no dolo genérico, sem necessidade de comprovação do fim especial de agir, ou dolo específico, consistente na vontade livre e consciente de ter a coisa para si (*animus rem sibi habendi*). Nesse sentido: REsp 1.113.735/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 5ª T., julgado em 2-3-2010, *DJe* 29-3-2010. (C) O delito previsto no art. 337-A, Código Penal (sonegação de contribuição previdenciária), consuma-se com a supressão ou redução da contribuição previdenciária e acessórios, sendo o objeto jurídico tutelado a Seguridade Social. Nesse sentido: CC 105.637/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Terceira Seção, julgado em 10-3-2010, *DJe* 29-3-2010. (D) Trata-se da previsão do art. 297, § 4º, CP: Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços. Trata-se, ainda, de entendimento do STJ – CC 58.443/MG, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 27-2-2008. (E) Eis a redação do art. 205, CP: Exercer atividade, de que está impedido por decisão administrativa: Pena – detenção, de três meses a dois anos, ou multa. No crime em questão o núcleo "exercer" significa praticar, desempenhar ou cumprir com certa habitualidade. Segundo Guilherme de Souza Nucci: "(...) Não se costuma dizer que alguém exerce determinada atividade se o fez de uma só vez. O exercício fornece a nítida ideia de regularidade" (*Código Penal comentado*, p. 847). Assim, o crime se consuma com o desempenho contínuo, habitual da atividade. Não basta a prática de um ato somente, pois se trata de crime habitual. Nesse sentido, ainda: Fernando Capez, *Curso de direito penal:* parte especial, p. 604-605. *Alternativa D.*

XIII. Dos Crimes contra a Administração Pública

5224. Mário, delegado de polícia, com o intuito de proteger um amigo, recusa-se a instaurar

inquérito policial requisitado por promotor de justiça contra o referido amigo. Nessa hipótese, Mário praticou crime de desobediência.

RESPOSTA Crime do art. 319, CP – prevaricação. *Errada.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Célio, arrolado como testemunha em processo criminal em que se imputava ao réu crime de homicídio culposo, é instigado pelo advogado de defesa a fazer afirmações falsas acerca dos fatos, a fim de inocentar o réu, o que efetivamente vem a fazer. Com base na situação hipotética acima apresentada, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

5225. Célio praticou crime de falso testemunho qualificado, pois foi cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal.

RESPOSTA Crime do art. 342, CP – falso testemunho. *Certa.*

5226. De acordo com o entendimento dominante do Supremo Tribunal Federal (STF), como o delito praticado é de mão própria, não se admite coautoria ou participação, sendo atípica a conduta do advogado de defesa.

RESPOSTA O crime de falso testemunho deve ser estudado com cautela, tendo em vista que há diversas correntes acerca do tema, e o candidato deve ficar atento ao enunciado para decidir pela melhor resposta na prova. A doutrina brasileira e o STJ afirmam em peso que o referido crime é de mão própria. Sendo assim, não se admite a coautoria, porém é passível de participação. Já o STF afirma que o falso testemunho admite a coautoria em caráter excepcional, em virtude da teoria do domínio final do fato, bem como a participação. Cabe ressaltar que o enunciado fez menção ao entendimento do STF. *Errada.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

5227. Considere a seguinte situação hipotética. Márcio, funcionário público, concorreu culposamente para o crime de peculato praticado por outrem. Processado criminalmente, foi condenado a cumprir pena de seis meses de detenção. Todavia, após a sentença condenatória de primeiro grau, no curso da apelação, reparou o dano causado. Nessa situação, não se opera a extinção da punibilidade, pois a reparação do dano por Márcio ocorreu após a sentença condenatória.

RESPOSTA O atual Código Penal brasileiro, ao tratar do crime de peculato na modalidade dolosa, não prevê mais a possibilidade de extinção de punibilidade no caso de ressarcimento do dano, somente atribuindo esse benefício na forma culposa (art. 312, §§ 2º e 3º) caso o funcionário público venha a reparar o dano ao erário antes da sentença irrecorrível, e, se posterior, uma redução de metade da pena. *Errada.*

5228. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta com base no que dispõe o CP.

(A) O funcionário público que, por imprudência, deixar aberta a porta do setor em que trabalha, facilitando, assim, a entrada de terceiros que furtem bens da administração pública, deverá responder pelo crime de peculato-furto, pois, consoante o CP, terá concorrido de qualquer forma para o crime.

(B) Pelo resultado que agrava especialmente a pena só responde o agente que o houver causado dolosamente.

(C) Revogado o livramento condicional em razão de crime cometido antes ou durante o período de prova, não poderá ele ser novamente concedido e não se descontará na pena o tempo em que o condenado esteve solto.

(D) São reduzidos da metade os prazos de prescrição caso o criminoso seja, ao tempo do cometimento

do crime, menor de vinte e um anos de idade, ou, na data da sentença, maior de sessenta e cinco anos de idade.

(E) Considera-se evitável o erro quando o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, sendo-lhe possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

RESPOSTA (A) Art. 312, § 2º, CP. (B) Art. 19, CP. (C) Art. 88, CP. (D) Art. 115, CP. (E) Art. 21, CP. *Alternativa E.*

5229. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos delitos de estelionato e receptação.

(A) Folhas de cheque e cartões bancários não podem ser objeto material do crime de receptação, uma vez que são desprovidos de valor econômico.

(B) O preceito secundário do delito de receptação qualificada foi declarado inconstitucional pelo STF, por violação aos princípios constitucionais da proporcionalidade e da individualização da pena.

(C) Para o reconhecimento do estelionato privilegiado, considera-se apenas o pequeno valor da coisa, e não o prejuízo sofrido pela vítima.

(D) O delito de estelionato previdenciário, segundo a pacífica jurisprudência do STJ, tem natureza de crime permanente, cujos efeitos se prolongam.

(E) Aplica-se o princípio da insignificância ao crime de estelionato, ainda que cometido em detrimento de entidade de direito público.

RESPOSTA (A) "A Turma deu provimento ao recurso para determinar o trancamento da ação penal, uma vez que o talonário de cheques e os cartões de crédito não podem ser objeto de receptação, pois não possuem, por si, valor econômico, que é indispensável para a caracterização de crime contra o patrimônio, o que não se confunde com a conduta de se usar o talonário para prática de crime. Precedentes citados: REsp 150.908/SP, *DJ* 19-10-1998, REsp 256.160/DF, *DJ* 15-4-2002, e RHC 12.738/SP, *DJ* 30-9-2002" (STJ, Resp 223.364/PR, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, julgado em 8-11-2005). (B) *Informativo* 597, STF. (C) Art. 171, § 1º, CP. (D) Trata-se de crime instantâneo. (E) STJ reformou a decisão do TRF, alegando entendimento já consolidado naquela Corte de que não se aplica o princípio da insignificância ao crime de estelionato cometido em detrimento de entidade de direito público. *Alternativa A.*

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Com base no direito penal, julgue o item subsecutivo (Certo ou Errado).

5230. Nos crimes praticados por servidor público contra a administração, a exoneração da função pública, decorrente de condenação criminal, resulta como efeito automático da sentença, desde que reconhecida a existência de abuso de poder ou violação de dever funcional, consoante tratamento diferenciado estabelecido no Código Penal.

RESPOSTA Art. 92, I, *a*, *b*, e parágrafo único, CP. *Errada.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os itens subsecutivos, a respeito dos efeitos da condenação criminal e de crimes contra a administração pública (Certo ou Errado).

5231. Em regra, não se concede o direito de recorrer em liberdade ao réu que tiver permanecido preso durante toda a instrução do processo, pois a manutenção do réu na prisão constitui um dos efeitos da respectiva condenação.

RESPOSTA "RHC. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. NEGATIVA JUSTIFICADA EM FACE DE O RÉU SER MANTIDO PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO. INEXISTÊNCIA DE MOTIVOS HÁBEIS. CONSTRANGIMENTO. A vedação de o Réu recorrer em liberdade se submete aos mesmos parâmetros de justificação do art. 312 do CPP, devendo o Juiz elencar situações concretas que impeçam a sua liberdade, advindos da permanência do quadro que sustentou a prisão inicialmente decretada ou mesmo em dados presentes e suficientes à demonstração do juízo de cautelaridade. A simples indicação de que o Réu esteve preso durante toda a instrução, bem assim de que os requisitos do art. 594 estariam presentes, não é motivação hábil a manter o Réu em cárcere, ainda mais quando o caderno processual consagra-lhe situação bastante

favorável a ponto de garantir-lhe uma apenação e um regime menos gravosos. Recurso provido para permitir que o Réu responda o processo em liberdade até o trânsito em julgado da decisão condenatória. (RHC 22.696/RJ, Rel. Min. Maria Thereza, *DJ* de 16-6-2008)”. *Errada.*

5232. O tipo penal denominado peculato-desvio constitui delito plurissubsistente, podendo a conduta a ele associada ser fracionada em vários atos, coincidindo o momento consumativo desse delito com a efetiva destinação diversa do dinheiro ou valor sob a posse do agente, desde que haja obtenção material do proveito próprio ou alheio.

RESPOSTA Fala-se em peculato na modalidade de desvio quando o funcionário público dá ao objeto material uma aplicação diversa daquela que lhe foi determinada, em benefício próprio ou de terceiro. O crime resta consumado no momento em que o funcionário público dá ao bem destinação diversa da determinada, sem a necessidade de proveito próprio ou alheio. *Errada.*

5233. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Considerando as causas extintivas de punibilidade, as circunstâncias, os crimes contra a administração pública, contra a ordem tributária, contra a ordem econômica e contra o sistema financeiro, assinale a opção correta.

(A) Sendo o prazo prescricional interrompido, em qualquer caso, recomeça a correr a partir do dia da interrupção.

(B) Em caso de prescrição executória, a contagem do prazo não poderá, em hipótese nenhuma, possuir termo inicial anterior ao recebimento da denúncia ou da queixa; é de três anos, no mínimo, o prazo prescricional para todas as penas.

(C) Têm disciplina especial as causas interruptivas da prescrição dos crimes contra a ordem tributária, contra a ordem econômica e contra o sistema financeiro.

(D) O crime de contrabando não se caracteriza enquanto não houver decisão definitiva no processo administrativo fiscal acerca da constituição do tributo devido, admitindo-se, em juízo, a incidência do princípio da insignificância.

(E) No crime de aplicação indevida de financiamento concedido por instituição financeira oficial, a reparação voluntária e integral do dano, antes do recebimento da denúncia, não extingue a punibilidade do agente, mas permite a incidência do arrependimento posterior e, caso ocorra a restituição antes do julgamento, configurará atenuante de reparação do dano.

RESPOSTA (A) Art. 117, § 2º, CP. (B) Art. 110, CP. (C) Sem previsão legal, devendo a prescrição nesses crimes serem reguladas pelo CP. (D) Contrabando é a prática ilegal do transporte e comercialização de mercadorias e bens de consumo de venda proibida por lei. Contrabando é a entrada ou saída de produto proibido, ou que atente contra a saúde ou a moralidade. Sem necessidade de processo administrativo fiscal. (E) A reparação do dano antes do recebimento da denúncia configura arrependimento posterior, na forma dos quatro requisitos cumulativos do art. 16, CP. Contudo, caso a reparação do dano seja posterior ao recebimento da denúncia, teremos a aplicação da atenuante genérica do art. 65, III, *b*, CP. *Alternativa E.*

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Sobre os crimes contra a administração pública, julgue o próximo item (Certo ou Errado).

5234. A pessoa que exige para si vantagem a pretexto de influir em ato praticado por servidor público no exercício da função comete crime de tráfico de influência. Caracteriza-se a exploração de prestígio quando a solicitação é feita a pretexto de influir, por exemplo, sobre juiz ou funcionário da justiça.

RESPOSTA Arts. 332 e 357, ambos do CP. *Certa.*

5235. **(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Se A, funcionário público, na companhia de B, que sabe da qualidade funcional de A, retardar ato de seu ofício, infringindo dever funcional, a pedido

de terceiro, ambos responderão por prevaricação (Certo ou Errado).

RESPOSTA A questão lida com as diferenças entre os crimes de corrupção passiva privilegiada (art. 317, § 2º, CP) e prevaricação (art. 319, CP). No crime de prevaricação, o agente retarda ato de ofício com o objetivo de satisfazer interesse ou sentimento pessoal. No crime de corrupção passiva privilegiada, o agente retarda ato de ofício cedendo a pedido ou influência de terceira pessoa, que não engloba o próprio interessado na prática do ato. Na questão apresentada, podemos perceber que o funcionário público "A" retardou o seu ato de ofício, cedendo a um pedido de terceira pessoa. Portanto, estamos diante do crime de corrupção passiva privilegiada. *Errada*.

5236. **(Advogado – BACEN – 2009 – CESPE)** Quanto aos crimes contra a fé pública e contra a administração pública, assinale a opção correta.

(A) No crime de falsificação de documento público, o fato de ser o agente funcionário público é um indiferente penal, ainda que esse agente cometa o crime prevalecendo-se do cargo, tendo em vista que tal delito é contra a fé e não contra a administração pública.
(B) No crime de falsidade ideológica, o documento é materialmente verdadeiro, mas seu conteúdo não reflete a realidade, seja porque o agente omitiu declaração que dele deveria constar, seja porque nele inseriu ou fez inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita.
(C) No crime de prevaricação, a satisfação de interesse ou sentimento pessoal é mero exaurimento do crime, não sendo obrigatória a sua presença para a configuração do delito.
(D) Não haverá o crime de condescendência criminosa quando faltar ao funcionário público competência para responsabilizar o subordinado que cometeu a infração no exercício do cargo.
(E) A ocorrência de prejuízo público como resultado do fato não influencia a pena do crime de abandono de função.

RESPOSTA (A) Art. 297, § 1º, CP. (B) Art. 299, CP. (C) Art. 319, CP. (D) Art. 320, CP. (E) Art. 323, § 1º, CP. *Alternativa B.*

5237. **(Advogado – CEHAP – 2009 – CESPE)** Joaquim, servidor público, desviou para a reforma da repartição pública em que trabalha determinada quantia de que dispunha em razão de seu cargo e que estava regularmente destinada à construção de escolas no município. Na situação hipotética acima descrita, trata-se de

(A) crime de peculato, independentemente de Joaquim ter-se apropriado da quantia para proveito próprio ou não.
(B) crime de apropriação indébita, independentemente de Joaquim ser ou não servidor público.
(C) crime de emprego irregular de verbas públicas, já que o desvio da quantia ocorreu em proveito da administração.
(D) crime de prevaricação, posto que Joaquim agiu para satisfazer sentimento pessoal.

RESPOSTA (A) Art. 312, CP. (B) Art. 168, CP. (C) Art. 315, CP. (D) Art. 319, CP. *Alternativa C.*

5238. **(Advogado – AGU – 2009 – CESPE)** Segundo entendimento do STJ em relação ao crime de peculato, configura *bis in idem* a aplicação da circunstância agravante de ter o crime sido praticado com violação de dever inerente a cargo.

RESPOSTA As agravantes no caso de concurso de pessoas previstas no art. 62, CP, só devem ser admitidas quando elas não constituem ou qualificam o crime. O entendimento é da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu a prescrição da pena aplicada a um juiz de Angra dos Reis (RJ), condenado pelo crime de peculato, abuso de poder ou violação de dever e promoção ou organização em crime. *Certa*.

5239. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Em cada uma das opções abaixo é

apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na parte geral do direito penal e na jurisprudência do STJ e do STF. Assinale a opção que contém a assertiva correta.

(A) Thales deu início à execução de crime de estupro, empregando grave ameaça à vítima e com ela mantendo contato físico. Todavia, em virtude de momentânea falha fisiológica, a conjunção carnal não se consumou. Nessa situação, deve ser reconhecida a desistência voluntária em favor de Thales, que só responderá pelos atos já praticados.

(B) Wagner, instado a se identificar, por solicitação de agente policial, exibiu cédula de identidade que sabe falsificada, com o nome de Geraldo. Como o policial conhecia Wagner, imediatamente constatou a falsidade na identificação. Nessa situação, não se configura o crime de uso de documento falso, pois se trata de hipótese de crime impossível.

(C) Fátima, funcionária pública, praticou crime de peculato doloso contra a administração pública, apropriando-se de dinheiro do qual tinha a posse em razão do cargo. Antes, porém, do oferecimento da denúncia, ressarciu integralmente o dano. Nessa situação, o ressarcimento antes do oferecimento da denúncia não extingue a punibilidade de Fátima nem caracteriza o arrependimento eficaz.

(D) Érico, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, subtraiu o relógio e o computador portátil de Flávia. Nessa situação, se o dano for reparado até o recebimento da denúncia por ato voluntário de Érico, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

RESPOSTA Art. 312, CP. *Alternativa C.*

(Procurador – SEMAD-Aracaju – 2008 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, a respeito dos crimes contra a administração pública (Certo ou Errado).

5240. No peculato doloso, se o sujeito ativo do delito repara o dano antes da sentença penal definitiva, fica extinta a sua punibilidade.

RESPOSTA Art. 312, § 3º, CP. Peculato Culposo. *Errada.*

5241. No peculato culposo, se o sujeito ativo do delito repara o dano após a sentença penal definitiva, sua pena será reduzida de metade.

RESPOSTA Art. 312, § 3º, CP. *Certa.*

5242. Considere que um funcionário público competente para tanto empregue, na cobrança de contribuição social devida, meio vexatório, não autorizado pela lei. Nessa situação, o funcionário pratica crime de concussão.

RESPOSTA Art. 316, § 1º, CP. Excesso de exação. *Errada.*

5243. No crime de advocacia administrativa, se o interesse privado patrocinado pelo funcionário público, valendo-se de tal qualidade, perante a administração pública, for ilegítimo, a pena é mais grave.

RESPOSTA Art. 321, parágrafo único, CP. *Certa.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Quanto aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

5244. A única diferença existente entre os crimes de concussão e de corrupção passiva é que, no primeiro, o agente exige, enquanto, no segundo, o agente solicita ou recebe vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão

dela.

RESPOSTA Arts. 316 – concussão e 317, CP – corrupção passiva. *Errada*.

5245. O servidor que recebe dinheiro de particular e emprega-o na própria repartição para fins de melhoria do serviço público pratica conduta atípica.

RESPOSTA Crime de corrupção passiva (art. 317, CP). *Errada*.

XIV. Dos Crimes contra a Fé Pública

5246. **(Defensor – DPU – 2007 – CESPE)** A ofensividade mínima no caso do crime de falsificação de moeda, que leva à aplicação da medida descriminalizadora, não está diretamente ligada ao montante total contrafeito, mas sim à baixa qualidade do produto do crime.

RESPOSTA A ofensividade mínima no caso do crime de falsificação de moeda, que leva à aplicação da medida descriminalizadora, não está diretamente ligada ao montante total contrafeito, mas sim à baixa qualidade do produto do crime, de sorte que seja incapaz de iludir o homem médio. Por sua vez, a idoneidade dos meios no crime de moeda falsa é relativa, razão pela qual não é necessário que a falsificação seja perfeita; bastando que apresente possibilidade de ser aceita como verdadeira (STJ, HC 52.620/MG). *Certa.*

5247. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Quanto aos crimes contra a paz pública e a fé pública, assinale a opção correta.

(A) Com relação ao delito de apologia de crime ou criminoso, previsto no CP, há crime único se o agente, em um mesmo contexto fático, faz apologia de vários crimes ou de vários autores de crimes.

(B) No crime de quadrilha, é necessário que ocorra estabilidade da associação e que haja organização estruturada, com hierarquia entre os membros ou com papéis previamente definidos para cada um.

(C) No crime de quadrilha, se somente um quadrilheiro for identificado, mas houver prova robusta da existência dos demais associados, o crime se perfaz.

(D) Com relação ao crime de moeda falsa, se o falsificador exportar, vender ou introduzir na circulação a moeda, responderá pelos diversos crimes em concurso formal homogêneo.

(E) É atípica a conduta do agente que restitui à circulação, mesmo tendo recebido de boa-fé, papel falsificado pela supressão de sinal indicativo de sua inutilização, da qual tomou posterior conhecimento.

RESPOSTA (A) Capez afirma que haverá concurso formal de crimes, e não crime único, se o agente, em um mesmo contexto fático, fizer apologia de vários fatos criminosos ou de diversos autores de crimes. Se, por outro lado, fizer apologia de um único fato criminoso e de seu autor, haverá crime único. (B) Consuma-se no instante em que a associação criminosa (no mínimo quatro pessoas) é formada independentemente da prática de qualquer delito, pois é nesse momento que se apresenta o perigo concreto para a paz pública: crime formal (STF, HC 70.920-2/RJ). (C) O delito não requer que todos os associados sejam identificados, basta, tão somente, comprovação baseada em provas cabais da existência dos demais associados, que o crime estará tipificado. (D) O crime de “moeda falsa”, previsto no art. 289, CP, consiste em falsificar ou alterar moeda metálica ou papel moeda de curso legal no país ou no estrangeiro. Contudo, a conduta do agente que importar ou exportar, adquirir, vender, trocar, ceder, emprestar, guardar ou introduzir na circulação moeda falsa incorrerá nas mesmas penas do referido delito, é o que se depreende do mesmo artigo. Logo, não haverá concurso formal homogêneo de crimes, mas crime único, o de moeda falsa, por se tratar de um crime de ação múltipla ou de conteúdo variado, ou seja, aquele em que o próprio tipo se refere a várias ações. (E) Conduta do agente que usa ou restitui à circulação, embora recebido de boa-fé, qualquer dos papéis públicos falsificados ou alterados, depois de conhecer a falsidade ou alteração, incorrerá no crime de falsificação de papéis públicos, conforme se aduz do § 4º, art. 293, CP, quer seja, o de falsificação de papéis públicos. *Alternativa C.*

5248. **(Delegado – PC-ES – 2011 – CESPE)** Em crimes de moeda falsa, a jurisprudência predominante do STF é no sentido de reconhecer como bem penal tutelado não somente o valor

correspondente à expressão monetária contida nas cédulas ou moedas falsas, mas a fé pública, a qual pode ser definida como bem intangível, que corresponde, exatamente, à confiança que a população deposita em sua moeda.

RESPOSTA O bem jurídico corresponde à confiança que a população deposita na moeda, sendo de natureza transindividual e fazendo com que esse crime afete a todos, indistintamente, na forma do art. 289, CP. *Certa*.

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) A respeito dos delitos resultantes de preconceito (Lei n. 7.716/1989) e das disposições da parte especial do Código Penal, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

5249. A conduta consistente na emissão de título ao portador sem permissão legal constitui crime contra a fé pública.

RESPOSTA Art. 292, CP. *Certa.*

5250. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Considerando o que dispõe o CP a respeito dos crimes contra a incolumidade, a paz, a fé e a administração públicas, assinale a opção correta.

(A) Não integram o tipo penal perigo de desastre ferroviário os veículos de tração mecânica por meio de cabo aéreo.
(B) Considere que João, Pedro, Antônio e Joaquim, todos maiores de idade, associem-se com a finalidade de falsificar um único ingresso de evento esportivo. Nessa situação, a conduta dos agentes se amolda ao crime de quadrilha.
(C) Suponha que Maria, de dezenove anos de idade, receba, de boa-fé, de um desconhecido passe falso de transporte de empresa administrada pelo governo e o utilize imediatamente após ser alertada, por seu irmão, da falsidade do bilhete. Nessa situação, a conduta de Maria caracteriza-se como atípica.
(D) Responde criminalmente o funcionário público que, em razão da função, e mesmo antes de assumi-la, aceita promessa de vantagem indevida, ainda que não venha a recebê-la.
(E) Não é prevista a modalidade culposa para o crime de desabamento.

RESPOSTA (A) Art. 260, § 3º, CP. (B) A associação para formação de quadrilha tem que ter o caráter de estabilidade e permanência. Assim só respondem pelo crime de falsificação de documento. (C) Art. 293, § 4º, CP. (D) Art. 317, CP. (E) Art. 256, parágrafo único, CP. *Alternativa D.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue o item a seguir, que versa sobre crimes relacionados às licitações e delitos contra a fé pública e as relações de consumo (Certo ou Errado).

5251. O agente que falsificar e, em seguida, usar o documento falsificado responderá apenas pelo crime de falsificação.

RESPOSTA O entendimento sufragado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é de que se o mesmo sujeito falsifica e, em seguida, usa o documento falsificado, responde apenas pela falsificação. *Certa.*

5252. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Fernando falsificou, na França, selos brasileiros com intenção de usá-los no Brasil e, assim, obter lucro. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Nesse caso, aplica-se o princípio da extraterritorialidade condicionada, de forma que Fernando só poderá ser processado e julgado conforme as leis brasileiras, quando e se entrar no território nacional.
(B) Fernando somente poderá ser processado e julgado no Brasil se o fato for punível também na

França.

(C) Fernando poderá ser punido no Brasil somente se a extradição estiver prevista na lei brasileira para o crime por ele cometido.

(D) Se Fernando tiver sido absolvido, na França, pela prática delitiva, não poderá ser processado e julgado no Brasil.

(E) Embora praticado no estrangeiro, o crime praticado por Fernando fica sujeito à lei penal brasileira, ainda que ele seja absolvido ou condenado na França.

RESPOSTA Art. 7º, I, *b*, CP. *Alternativa E.*

5253. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Acerca dos crimes contra a fé pública, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

(A) João, em uma festividade junina, solicitou ao vendedor de canjica duas unidades. Para efetuar o pagamento, apresentou uma nota que sabia ser falsa, no valor de R$ 50,00. Imediatamente, a falsidade foi percebida pelo comerciante, que, antes de entregar a mercadoria, acionou as autoridades policiais, que prenderam João em flagrante. Os peritos criminais produziram laudo com a conclusão de que a falsificação era grosseira. O delegado de polícia lavrou o auto de prisão, classificando a conduta como uso de moeda falsa. Nessa situação, a classificação atribuída à conduta de João pela autoridade policial está tecnicamente correta.

(B) José falsificou determinado documento público, usando-o em seguida. Nessa situação, José deve responder, em tese, pelos delitos de falsificação de documento público e uso de documento falso, em concurso material.

(C) Paulo, por ter sido reprovado nos testes do DETRAN, encomendou carteira nacional de habilitação (CNH) a um falsário. Parado em uma blitz, por exigência da autoridade policial, apresentou a CNH falsificada. Nessa situação, segundo a jurisprudência majoritária do STJ e do STF, Paulo cometeu, em tese, o delito de uso de documento falso.

(D) Célio, ao ser abordado por autoridades policiais, se identificou verbalmente com outro nome, a fim de evitar a busca de seus antecedentes. Nessa situação, Célio cometeu, em tese, o delito de falsa identidade.

RESPOSTA (A) Como a falsificação era grosseira, o crime é impossível. (B) O uso de documento falso absorve o crime de falsificação. (C) Apresentação espontânea de documento falsificado configura o delito de uso de documento falso. (D) Entendimento majoritário de que foragido pelo princípio da autodefesa pode se identificar incorretamente. *Alternativa C.*

XV. Leis Especiais

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) Acerca das leis penais especiais, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

5254. No caso de ação praticada por organização criminosa, a lei respectiva prevê meios operacionais de investigação específicos, entre eles a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes, a qual independe de autorização judicial.

RESPOSTA Art. 2º, V, Lei n. 9.034/95. *Errada.*

5255. Em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como substituir a pena privativa de liberdade

por pena de multa.

RESPOSTA Art. 17, Lei n. 11.340/2006. *Errada.*

5256. Em caso de crime hediondo, a prisão temporária será cabível, mediante representação da autoridade policial, pelo prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

RESPOSTA Art. 2º, § 4º, Lei n. 8.072/90. *Certa.*

5257. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Quanto à legislação a respeito do crime de tortura, assinale a opção correta.

(A) A condenação por crime de tortura acarreta a perda do cargo, função ou emprego público, mas não a interdição para seu exercício.
(B) Não se aplica a lei de tortura se do fato definido como crime de tortura resultar a morte da vítima.
(C) O condenado por crime previsto na lei de tortura inicia o cumprimento da pena em regime semiaberto ou fechado, vedado o cumprimento da pena no regime inicial aberto.
(D) Aquele que se omite em face de conduta tipificada como crime de tortura, tendo o dever de evitá-la ou apurá-la, é punido com as mesmas penas do autor do crime de tortura.
(E) Pratica crime de tortura a autoridade policial que constrange alguém, mediante emprego de grave ameaça e causando-lhe sofrimento mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

RESPOSTA (A) Art. 1º, § 5º, Lei n. 9.455/97. (B) Art. 1º, § 3º, Lei n. 9.455/97. (C) Art. 1º, § 7º, Lei n. 9.455/97. (D) Art. 1º, § 2º, Lei n. 9.455/97. (E) Art. 1º, I, *a*, Lei n. 9.455/97. *Alternativa E.*

5258. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

(A) Em caso de flagrante da prática de ato infracional, o adolescente não é prontamente liberado pela autoridade policial, apesar do comparecimento dos pais, quando, pela gravidade do ato infracional e por sua repercussão social, o adolescente deve permanecer sob internação para manutenção da ordem pública.
(B) A internação pode ser cumprida em estabelecimento prisional comum, desde que o adolescente permaneça separado dos demais presos, se não existir na comarca entidade com as características definidas em lei para tal finalidade.
(C) Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente, à audiência de apresentação, a autoridade judiciária deve decretar sua revelia e encaminhar os autos à defensoria pública para apresentação de resposta escrita.
(D) O regime de semiliberdade possibilita ao adolescente a realização de atividades externas, mediante expressa autorização judicial.
(E) Durante o período de internação, é vedado à autoridade judiciária ou policial suspender temporariamente a visita dos pais do adolescente.

RESPOSTA (A) Art. 174, Lei n. 8.069/90. (B) Art. 123, Lei n. 8.069/90. (C) Art. 187, Lei n. 8.069/90. (D) Art. 120, Lei n. 8.069/90. (E) Art. 124, § 2º, Lei n. 8.069/90. *Alternativa A.*

5259. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Considerando a legislação acerca dos crimes contra o meio ambiente, crimes contra a ordem tributária, crimes contra o Sistema Financeiro

Nacional (SFN) e o Código Eleitoral, assinale a opção correta.

(A) Caso um indivíduo tenha a guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, que anteriormente apanhara, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, o juiz, considerando as circunstâncias, poderá deixar de aplicar a pena relativa ao crime contra o meio ambiente praticado por esse indivíduo.

(B) Nos crimes contra a ordem tributária, a delação premiada não é prevista como causa de redução da pena.

(C) Os crimes contra o SFN são de competência da justiça estadual, desde que não haja comprovação de prejuízo a bens da União.

(D) Nenhuma autoridade pode, desde 5 dias antes e até 48 horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, ainda que em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável.

(E) Em caso de crime eleitoral praticado por meio de imprensa, aplica-se a Lei de Imprensa e, não, o Código Eleitoral, por força do princípio da especialidade.

RESPOSTA (A) Art. 29, § 2º, Lei n. 9.605/98. (B) Art. 16, parágrafo único, Lei n. 8.137/90. (C) Justiça Federal, art. 109, VI, Constituição Federal. (D) Art. 236, Lei n. 4.737/65. (E) Art. 288, Lei n. 4.737/65. *Alternativa A.*

5260. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com base na legislação sobre os crimes de lavagem de dinheiro.

(A) O processo e o julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro dependem do processo e do julgamento dos crimes antecedentes, a menos que praticados em outro país.

(B) Compete à justiça estadual processar e julgar os crimes de lavagem de dinheiro, se o crime antecedente for de competência da justiça federal.

(C) Os crimes de lavagem de dinheiro são insuscetíveis de anistia, graça e fiança, não podendo o réu apelar em liberdade.

(D) A tentativa é punida com a mesma pena do crime consumado.

(E) No caso de delação premiada prevista na lei, presentes os requisitos, a pena deve ser reduzida de um a dois terços e começa a ser cumprida em regime aberto, podendo o juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos.

RESPOSTA (A) Art. 2º, II, Lei n. 9.613/98. (B) Competência da Justiça Federal. (C) Ausência de previsão legal. (D) A tentativa é perfeitamente possível, portanto, e prevista expressamente no art. 1º § 3º, Lei n. 9.613/98: “A tentativa é punida nos termos do parágrafo único do art. 14 do Código Penal”. (E) Art. 1º, § 5º, Lei n. 9.613/98. *Alternativa E.*

5261. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** A prática do crime de lavagem de dinheiro é atribuída ao agente que dissimula a natureza e a origem de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de determinados crimes. Esses crimes não abrangem

(A) o terrorismo.

(B) a extorsão mediante sequestro.

(C) o crime contra a administração pública, incluindo a exigência direta ou indireta, para si ou para outrem, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou a omissão de atos administrativos.

(D) os crimes contra a ordem tributária.

(E) o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins.

RESPOSTA A nova lei suprime o rol de crimes antecedentes, que delimitavam a adequação típica da lavagem de dinheiro a alguns delitos. Na nova Lei n. 12.683/2012, bens, direitos ou valores provenientes de qualquer infração penal poderão ser objeto

de lavagem de dinheiro, de modo a abranger até mesmo as contravenções penais. A alternativa D configura resposta desatualizada (2008), pois a Nova Lei de Lavagem de Capitais suprimiu o rol de delitos antecedentes.

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

5262. Como forma de punir um ex-membro de sua quadrilha que o havia delatado à polícia, um traficante de drogas espancou um irmão do delator, em plena rua, quando ele voltava do trabalho para casa. Nessa situação, o referido traficante praticou crime de tortura.

RESPOSTA Tortura é a imposição de dor física ou psicológica por crueldade, intimidação, punição, para obtenção de uma confissão, informação ou simplesmente por prazer da pessoa que tortura. No caso em tela, a intenção do agente era de machucar ou matar a vítima como forma de vingança. *Errada.*

5263. Os altos preços verificados nas exportações de determinada empresa importadora atraíram a atenção da Polícia Federal, que descobriu que os artigos eram exportados com valores bastante acima dos praticados pelo mercado, como forma de fazer ingressar no país, de maneira aparentemente lícita, rendimentos obtidos a partir de tráfico internacional de drogas. Nessa situação, os responsáveis pelas referidas exportações cometeram crime de lavagem de dinheiro.

RESPOSTA Art. 1º, I, Lei n. 9.613/98. Todavia, a nova lei suprime o rol de crimes antecedentes, que delimitavam a adequação típica da lavagem de dinheiro a alguns delitos. Na nova Lei n. 12.683/2012, bens, direitos ou valores provenientes de qualquer infração penal poderão ser objeto de lavagem de dinheiro, de modo a abranger até mesmo as contravenções penais. *Certa.*

5264. Não se aplica o princípio da insignificância às infrações penais que atinjam o meio ambiente, uma vez que não se pode mensurar de forma segura o grau de lesão ambiental.

RESPOSTA O princípio da insignificância na legislação ambiental, em especial, a Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/98) não evidencia a possibilidade de sua aplicação. Considerando o art. 6º em seu inciso I (gravidade do fato e suas consequências), se não há gravidade, não há necessidade de ser considerado crime; ainda que possa ser aplicada uma sanção administrativa ou civil, passa a ser caso em que há a possibilidade da aplicação do princípio da insignificância. *Errada.*

5265. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Considerando as disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, assinale a opção correta.

(A) Assegura-se à instituição do júri o sigilo dos veredictos.
(B) É inafiançável e insuscetível de anistia a prática de racismo.
(C) Deverá responder por tráfico ilícito de entorpecente o agente que, podendo evitar o crime, se omita de fazê-lo.
(D) É imprescritível e insuscetível de graça a prática de tortura.
(E) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos até que estes completem dois anos de idade.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XXXVIII, *c*, CF. (B) Art. 5º, XLII, CF. (C) Trata-se do agente garantidor. (D) Art. 5º, XLIII, CF. (E) Art. 5º, L, CF. *Alternativa C.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Com relação aos delitos de preconceito e de lavagem de dinheiro e dos delitos contra o sistema financeiro nacional, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

5266. Apesar de serem crimes autônomos, o empréstimo vedado e a gestão temerária, quando forem praticados em uma só ação e originários de uma só operação bancária, não deverão ser processados em concurso formal, pois haverá a absorção do primeiro delito pelo segundo.

RESPOSTA Em relação ao empréstimo vedado, cabe ponderar que a sua prática pode vir a caracterizar não apenas o crime previsto no art. 17, mas, além deste, também o crime de gestão fraudulenta previsto no art. 4º, uma vez que, em tese, não ocorre a absorção de uma figura típica pela outra. Dessa forma, é possível que uma mesma conduta resulte na penalização do agente pelos dois crimes, em concurso formal (STJ, HC 132.510/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 5ª T., julgado em 3-2-2011; AgRg no REsp 510.779/MT, Rel. Min. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP), 6ª T., julgado em 23-2-2010). *Errada.*

5267. O crime de racismo praticado por meio da rede mundial de computadores consuma-se no local onde sejam recebidas as manifestações racistas.

RESPOSTA Trata-se de entendimento firmado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para o Tribunal da Cidadania, no caso dos crimes virtuais, praticados pela internet, a competência é firmada pelo lugar de onde partiu o ato delituoso. Em outras palavras, local da sede do provedor do site. *Errada.*

5268. O fato de um empresário, por preconceito em relação à cor de determinado empregado, impedir a sua ascensão funcional na empresa, configurará delito contra a organização do trabalho, e não crime resultante de preconceito.

RESPOSTA Seria o caso de crime resultante de preconceito racial, Lei n. 7.716/89. *Errada.*

5269. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Considerando a importância do tema consumo e tráfico de drogas no cenário brasileiro, assinale a opção correta à luz da Lei n. 11.343/2006.

(A) O agente que prepara e mantém em depósito substância entorpecente com o objetivo de vendê-la responderá por tentativa de tráfico, crime de ação múltipla se for preso em flagrante, ainda que antes da venda da mercadoria.

(B) O concurso de pessoas e o emprego de arma de fogo não constituem causas de aumento de pena imposta pela prática de crime de tráfico de drogas.

(C) É equiparado a usuário de drogas, dada a baixa potencialidade lesiva da conduta, o indivíduo que, eventualmente e sem objetivo de obter lucro, oferece droga a pessoa com a qual mantém relacionamento.

(D) Quem, após consumir drogas, conduz embarcação coletiva de passageiros, expondo a dano potencial a incolumidade alheia, comete, de acordo com a lei, crime qualificado.

(E) Configura *abolitio criminis* o fato de a conduta de portar substância entorpecente para uso próprio ter deixado de ser punida com privação de liberdade e multa.

RESPOSTA (A) Art. 31, Lei n. 11.343/2006 – crime de ação múltipla, ensejando qualquer núcleo do tipo. (B) Art. 40, IV, Lei n. 11.343/2006. (C) Art. 33, § 3º, Lei n. 11.343/2006 – Tráfico privilegiado. (D) Art. 39, Lei n. 11.343/2006. (E) Ocorreu a despenalização do instituto. *Alternativa D.*

5270. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Ainda com relação aos crimes em espécie, assinale a opção correta.

(A) Conforme previsão do Código de Trânsito Brasileiro, é facultativa, nos casos de reincidência, a aplicação da penalidade de suspensão da permissão ou habilitação para conduzir veículo automotor.

(B) A pena relativa aos crimes praticados por organização criminosa será reduzida de um terço à metade quando a colaboração espontânea do agente levar ao esclarecimento de infrações penais.

(C) Aquele que, tendo o dever de evitar ou apurar condutas tipificadas como tortura, se omita diante da prática desse crime incorre nas mesmas penas cominadas ao torturador.

(D) Conforme a vantagem econômica auferida pelo agente que cometa crime ambiental, a pena de multa a ele atribuída pode, de acordo com o disposto em lei, ser aumentada em até cinco vezes.

(E) De acordo com a lei ambiental, as pessoas jurídicas estão sujeitas a penas restritivas de direitos, pena de multa, de prestação de serviços à comunidade e de liquidação forçada.

RESPOSTA (A) É obrigatória: art. 261, CTB. (B) Art. 6º, Lei n. 9.034/95. (C) Art. 1º, § 2º, Lei n. 9.455/97. (D) Art. 18, Lei n. 9.605/98. (E) Arts. 21, 22 e 23, Lei n. 9.605/98. *Alternativa E.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os itens a seguir, que versam sobre crimes relacionados às licitações e delitos contra a fé pública e as relações de consumo (Certo ou Errado).

5271. A lei estabelece, com relação ao sistema de vendas ao consumidor em que o preço do produto seja sugerido pelo fabricante, que, se este praticar crime contra as relações de consumo, responderá por esse ato também o distribuidor ou o revendedor.

RESPOSTA Art. 11, parágrafo único, Lei n. 8.137/90. *Errada.*

5272. A caracterização do ilícito de dispensa irregular de licitação prescinde da comprovação do prejuízo ao erário, sendo suficiente, para que o crime se configure, a ocorrência da mera dispensa e do dolo específico.

RESPOSTA O crime previsto no art. 89, Lei n. 8.666/93, por dispensa ou inexigibilidade ilegal de licitação, não depende de prejuízo ou fraude efetiva ao erário. Para caracterizá-lo, basta a mera conduta irregular. A decisão é da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). *Errada.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Com relação aos delitos de preconceito e de lavagem de dinheiro e dos delitos contra o sistema financeiro nacional, julgue o próximo item (Certo ou Errado).

5273. Para a configuração do delito de lavagem de capitais, é necessário que o dinheiro, bens ou valores ocultados ou dissimulados sejam provenientes de outros ilícitos vinculados àquele.

RESPOSTA Art. 1º, Lei n. 9.613/98. *Certa.*

5274. **(Analista – STJ – 2012 – CESPE)** Praticará crime contra a ordem tributária o gerente de empresa que elevar o valor de venda a prazo de determinados bens mediante cobrança de comissão considerada ilegal (Certo ou Errado).

RESPOSTA De acordo com o art. 7º, V, Lei n. 8.137/90, pratica crime contra as relações de consumo, e não contra a ordem tributária, o agente que eleva o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou taxa de juros ilegais. *Errada*.

5275. **(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Maura praticou crime de extorsão, mediante sequestro, em 27/3/2008, e, denunciada, regularmente processada e condenada, iniciou o cumprimento de sua pena em regime fechado. Nessa situação hipotética, após o cumprimento de um sexto da pena em regime fechado, Maura terá direito à progressão de regime, de fechado para semiaberto (Certo ou Errado).

RESPOSTA De acordo com a Súmula 471, STJ, os condenados por crimes hediondos ou assemelhados (tráfico de drogas, terrorismo e tortura) cometidos antes da vigência da Lei n. 11.464/2007 sujeitam-se ao disposto no art. 112, Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal), para a progressão de regime prisional. Sendo assim, podemos concluir que os agentes que praticaram crimes hediondos ou assemelhados até o dia 28-3-2007 poderão progredir de regime após o cumprimento de 1/6 da pena. Contudo, os agentes que praticaram crimes hediondos ou assemelhados a partir do dia 29-3-2007 poderão progredir de regime após o cumprimento de 2/5 da pena (primários) ou 3/5 da pena (reincidentes). Tendo em vista que Maura praticou um crime hediondo em 27-3-2008, a regra aplicada para a progressão será a mais gravosa (2/5 para primários e 3/5 para reincidentes). *Errada*.

5276. **(Analista – STJ – 2012 – CESPE)** O médico que, por imprudência, prescrever a determinado paciente dose excessiva de medicamento que causa dependência química estará sujeito à pena de advertência, e o juiz que apreciar o caso deverá comunicar o fato ao Conselho Federal de Medicina (Certo ou Errado).

RESPOSTA A Lei de Drogas prevê dois crimes diferentes para aquele que prescreve ou ministra drogas a terceiros. Quando o agente prescreve ou ministra dolosamente, temos o crime do art. 33, Lei n. 11.343/2006. Porém, quando o agente prescreve ou ministra culposamente, temos o crime do art. 38, Lei n. 11.343/2006. Cabe ressaltar que o tipo penal do art. 38 dispõe acerca daquele que "prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar". Nesse diapasão, a imprudência é um dos elementos caracterizadores do tipo culposo. As penas são de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e o pagamento de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) dias-multa. Por fim, dispõe o parágrafo único do art. 38 da lei que o juiz deverá comunicar a condenação ao Conselho Federal da categoria profissional a qual pertença o agente. *Errada*.

5277. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Com relação ao direito penal, em cada uma das opções abaixo é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

(A) Um empregado de um banco recusou-se a atender um cliente, alegando motivos de ordem religiosa; a religião praticada pelo cliente afrontava os preceitos morais e filosóficos do empregado. Nessa situação, a rejeição de atendimento pelo empregado tem fundamento na liberdade religiosa e de crença, assegurada na CF.

(B) Um sentenciado cumpriu integralmente a pena privativa de liberdade e não pagou a pena de multa fixada na sentença de cem dias-multa, com valor do dia-multa fixado pelo juiz em um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato. Nessa situação, em face da inadimplência, ficará o processo de execução penal suspenso até o efetivo pagamento e, caso seja constatado que o executado é solvente e voluntariamente deixou de pagar a pena de multa ou por qualquer outro meio frustra a execução desta, poderá ter convertidos os dias-multa em detenção simples.

(C) Juvenal, brasileiro, maior, casado, sócio-gerente da Mercearia Vende Tudo, primário, sem antecedentes, de bom comportamento social, foi denunciado pelo Ministério Público pela prática da conduta de expor à venda mercadorias em condições impróprias ao consumo, cujo tipo penal vem prescrito na lei dos crimes contra a relação de consumo, cuja pena é de detenção de dois a cinco anos ou multa. Nessa situação, se preencher todos os requisitos para a suspensão condicional do processo, aceitar a proposta juntamente com o defensor e se submeter às condições estabelecidas pelo juízo, na forma da lei de regência, Juvenal poderá gozar do benefício da suspensão condicional do processo.

(D) Um cliente de determinado banco falsificou documentos pessoais de terceiro, comprovante de residência, entre outros documentos, com a finalidade de abertura de conta corrente em estabelecimento bancário. Após a abertura da conta, recebeu cartões de crédito e débito e, decorridas algumas semanas, solicitou e conseguiu empréstimos bancários. Entretanto, antes de levantar os valores disponibilizados na conta corrente, o agente arrependeu-se das condutas delituosas praticadas e confessou todo o ocorrido ao gerente do banco que imediatamente fez o bloqueio da conta. Nessa situação, está presente a figura da desistência voluntária prevista no CP, o que enseja a exclusão de ilicitude do fato.

(E) Uma cliente de determinado banco, enquanto aguardava atendimento pessoal pelo gerente, sorrateiramente subtraiu duas pequenas peças de decoração da agência, consistentes em duas estatuetas banhadas a ouro, por relevante prêmio comercial, avaliadas em R$ 5.000,00. Em face do

ostensivo aparato de segurança da agência, monitoramento eletrônico e câmeras de vigilância, entre outros, descobriu-se, de pronto, a infração penal e, antes da saída da cliente da agência, ela foi abordada por agentes de segurança e, em seguida, presa em flagrante. Nessa situação, configurou-se a hipótese do crime impossível previsto no CP pela absoluta impropriedade do meio utilizado pela agente.

RESPOSTA (A) A liberdade religiosa e de crença assegurada pela CF é justamente o fundamento que garante ao cliente o direito de ser atendido comercialmente pelo banco, qualquer que seja a sua religião. (B) A pena de multa não poderá ser convertida em pena privativa de liberdade. A pena será convertida em dívida contra a Fazenda Pública e será executada pela Fazenda Pública. (C) Art. 7º, II, parágrafo único, Lei n. 8.137/90, c/c art. 89, Lei n. 9.099/95. (D) Não enseja a exclusão da ilicitude (art. 15, CP), mas tão somente a tipicidade dos fatos já cometidos. (E) Art. 17, CP. *Alternativa C.*

5278. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta com base nos ensinamentos do direito penal.

(A) Nos crimes relativos a licitação, a pena de multa diverge do sistema geral de dias-multa estabelecido no CP e consiste em pagamento de quantia fixada em percentuais calculados na vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente, cujos percentuais não poderão ser inferiores a 2% nem superiores a 5% do valor do contrato licitado ou celebrado com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

(B) A prática de crime de abuso de autoridade acarreta para o agente a responsabilidade administrativa, civil e penal. A perda da função pública e a inabilitação para o exercício de qualquer função pública são efeitos automáticos da sentença penal condenatória por esse delito.

(C) A lei que regula prevenção e repressão à organização criminosa define esta como quadrilha ou bando ou associação criminosa, estável, com ânimo associativo e duradouro, com a finalidade específica de praticar crimes no âmbito internacional. Em situações excepcionais, a legislação autoriza o juiz a realizar diligências, pessoalmente, mesmo nos casos de sigilo preservados pela CF.

(D) O sistema penal brasileiro, no tocante aos delitos contra a fé pública, unificou os crimes de atribuir-se falsa identidade para obter vantagem e o uso, como próprio, de documento de identidade alheio, em uma única figura típica, ressaltando, nesses casos, a possibilidade da incidência de sanção penal mais severa, se o fato constituir elemento de crime mais grave.

(E) A interceptação telefônica somente poderá ser autorizada pelo magistrado, nos termos da legislação de regência, quando houver indícios suficientes de autoria e prova da materialidade da prática de crimes hediondos e de delitos executados por organizações criminosas.

RESPOSTA (A) Art. 99, Lei n. 8.666/93. (B) Art. 92, I, *a*, parágrafo único, CP. (C) Não há definição de Organização Criminosa nessa lei, apenas definição de meios de prevenção e repressão. (D) Arts. 307 e 308, ambos do CP. (E) Art. 2º, I, II, Lei n. 9.296/96. *Alternativa A*

5279. **(Advogado – CEHAP – 2009 – CESPE)** Quanto à Lei dos Crimes Ambientais, julgue os itens subsequentes.

I. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

II. A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

III. Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas os itens I e II estão certos.

(B) Apenas os itens I e III estão certos.

(C) Apenas os itens II e III estão certos.

(D) Todos os itens estão certos.

RESPOSTA (I) Art. 3º, Lei n. 9.605/98. (II) Art. 3º, parágrafo único, Lei n. 9.605/98. (III) Art. 4º, Lei n. 9.605/98. *Alternativa B.*

5280. **(Advogado – CEHAP – 2009 – CESPE)** De acordo com a Lei n. 8.137/1990, que define os crimes contra a ordem tributária, econômica e as relações de consumo, assinale a opção correta.

(A) Não caracteriza crime contra a ordem tributária, mas tão somente infração administrativa, a conduta do comerciante que deixa de fornecer nota fiscal relativa à venda de mercadoria.

(B) Não pratica crime contra a ordem tributária o agente que deixa de aplicar incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão de desenvolvimento.

(C) Pratica crime contra a ordem econômica o agente que eleva o preço de bem ou serviço valendo-se de posição dominante no mercado.

(D) Pratica crime contra as relações de consumo o agente que, dolosa ou culposamente, vende matéria-prima ou mercadoria em condições impróprias ao consumo.

RESPOSTA (A) Art. 1º, V, Lei n. 8.137/90. (B) Art. 2º, IV, Lei n. 8.137/90. (C) Art. 4º, VII, Lei n. 8.137/90. (D) Art. 7º, VIII, Lei n. 8.137/90. *Alternativa D.*

5281. **(Advogado – CEHAP – 2009 – CESPE)** Quanto aos crimes de responsabilidade dos prefeitos, assinale a opção correta.

(A) Compete à justiça federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal e de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

(B) A extinção do mandato do prefeito impede a instauração de processo pela prática dos crimes de responsabilidade, mas não prejudica a ação penal por crime contra a administração pública.

(C) Comete crime de responsabilidade e se sujeita ao julgamento do Poder Judiciário o prefeito que inverte a ordem de pagamento a credores do município, sem que haja vantagem para o erário.

(D) A conduta do prefeito que capta recursos a título de antecipação de receita de tributo cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido não caracteriza crime de responsabilidade, mas obriga a justificação do ato junto à câmara municipal.

RESPOSTA (A) Art. 2º, Decreto-lei n. 201/67. (B) Não há essa previsão no referido decreto-lei. (C) Art. 1º, XII, Decreto-lei n. 201/67. (D) Art. 1º, XXI, Decreto-lei n. 201/67. *Alternativa C.*

5282. **(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE)** Determinada organização criminosa voltada para a prática do tráfico de armas de fogo esperava um grande carregamento de armas para dia e local previamente determinados. Durante a investigação policial dessa organização criminosa, a autoridade policial recebeu informações seguras de que parte do bando estava reunida em um bar e receberia o dinheiro com o qual pagaria o carregamento das armas, repassando, ainda no local, grande quantidade de droga em troca do dinheiro. Mantido o local sob observação, decidiu a autoridade policial retardar a prisão dos integrantes que estavam no bar de posse da droga, para que os policiais pudessem segui-los, identificar o fornecedor das armas e, enfim, prendê-los em flagrante. Nessa situação, não obstante

as regras previstas no Código de Processo Penal, são válidas as diligências policiais e as eventuais prisões, em face da denominada ação controlada, prevista na lei do crime organizado.

RESPOSTA Art. 2º, II, Lei n. 9.034/95. *Certa*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Acerca dos crimes relativos a licitação, crimes contra a fé pública e crimes contra as relações de consumo, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

5283. É atípica a conduta do agente que desvia e faz circular moeda cuja circulação ainda não estava autorizada, pois constitui elementar do crime de moeda falsa a colocação em circulação de moeda com curso legal no país ou no exterior.

RESPOSTA Art. 289, § 4º, CP. *Errada*.

5284. Segundo o STJ, o crime de exposição à venda de mercadoria em condições impróprias ao consumo é material, não bastando, para a sua caracterização, a potencialidade lesiva.

RESPOSTA Trata-se de crime formal, que se aperfeiçoa independentemente de qualquer resultado, bastando a simples potencialidade lesiva. Art. 7º, Lei n. 8.137/90. *Errada*.

5285. Segundo entendimento do STF, o prefeito municipal, apenas quando for ordenador de despesas, pode ser processado criminalmente pelos crimes previstos na Lei das Licitações, se a acusação o enquadrar como mentor intelectual dos crimes.

RESPOSTA "EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. INDICIADA SEM PRERROGATIVA DE FORO. DESMEMBRAMENTO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO. DENÚNCIA. CRIMES DA LEI 8.666/93. PREFEITO MUNICIPAL. MENTOR INTELECTIUAL. RECEBIMENTO. I – O elevado número de agentes demanda complexa dilação probatória a justificar o desmembramento do feito. Precedentes. Agravo Regimental desprovido. II – Para o regular recebimento da denúncia basta a presença de elementos que indiquem a materialidade delitiva e indícios da respectiva autoria. III – O Prefeito Municipal, ainda que não seja ordenador de despesas, pode ser processado criminalmente pelos crimes previstos na Lei 8.666/93 – Lei das Licitações, se a acusação o enquadrar como mentor intelectual dos crimes. IV – Denúncia recebida." *Errada*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Em relação a crime organizado, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

5286. Prevê a lei causa de redução da pena em caso de colaboração espontânea do agente envolvido em crime praticado em organização criminosa, desde que essa colaboração leve ao esclarecimento da infração penal e de sua autoria.

RESPOSTA Art. 6º, Lei n. 9.034/95. *Certa*.

5287. Não há previsão expressa quanto à identificação criminal de pessoas envolvidas com a ação praticada por organizações criminosas, sendo aplicável a regra geral segundo a qual o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal.

RESPOSTA Art. 5º, Lei n. 9.034/95. *Errada*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Acerca dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e contra a organização do trabalho, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

5288. Os crimes contra a organização do trabalho podem ofender o sistema de órgãos e instituições destinados a preservar coletivamente o trabalho – caso em que são de competência da justiça federal –, ou apenas violar os direitos de determinados trabalhadores, configurando interesses

individualizados – caso em que competem à justiça estadual.

RESPOSTA Arts. 4º e 25, Lei n. 7.942/86. *Certa*.

5289. O crime de gestão fraudulenta é classificado como crime próprio, formal e de perigo concreto, tendo como elemento subjetivo apenas o dolo, não havendo a forma culposa.

RESPOSTA Arts. 4º e 25, Lei n. 7.942/86. Como se vê, somente o controlador e o administrador de instituição financeira podem praticar o crime de gestão fraudulenta. Logo, trata-se de crime próprio. É crime formal porque não exige resultado naturalístico. Por fim, é crime de perigo concreto, ou seja, basta a criação da situação de perigo, não sendo necessário o dano. O perigo não se presume; deve efetivamente existir (por isso é concreto). *Certa*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, acerca dos atos de improbidade e crimes contra a administração pública (Certo ou Errado).

5290. A contratação de advogado privado, às custas públicas, para a defesa de prefeito em ação civil pública, ainda que haja corpo próprio de advogados do município, não configura ato de improbidade, mas mero ilícito civil, segundo entendimento do STJ.

RESPOSTA O Superior Tribunal de Justiça possui diversos precedentes que, no âmbito de ações civis públicas movidas pelo Ministério Público, reconheceram configurada improbidade administrativa na contratação por prefeito de advogado privado, às expensas do erário, com o escopo de defender-se no âmbito de anterior ação civil pública. *Errada*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Acerca dos crimes relativos à licitação, julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

5291. Os crimes definidos na lei de licitações sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, à perda de cargo, emprego, função ou mandato eletivo, ainda que o crime não tenha sido consumado.

RESPOSTA Art. 83, Lei n. 8.666/93. *Certa*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) A respeito de lavagem de dinheiro, julgue o seguinte item (Certo ou Errado) [adaptada].

5292. Nos crimes de lavagem de dinheiro, a pena não poderá ser cumprida inicialmente em regime aberto, mesmo que haja colaboração espontânea do coautor ou partícipe com as autoridades, na prestação de esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais e de sua autoria.

RESPOSTA Art. 1º, § 5º, Lei n. 9.613/98. *Errada*.

5293. A veiculação de injúria e(ou) difamação por meio de boletim de associação profissional configura crime contra a honra, tipificado no Código Penal. Nesse caso, não se trata de crime de imprensa, qualquer que tenha sido a data da prática do crime.

RESPOSTA "I. A veiculação de eventual injúria e/ou difamação por meio de Boletim de associação profissional configura crime contra a honra, tipificado no Código Penal, não se cogitando de crime de imprensa, pois o impresso em questão não se enquadra na definição de publicação periódica do parágrafo único do art. 12 da Lei n. 5.250/67 – eis que não preenche alguns dos requisitos formais exigidos pela lei especial, tendo, ainda, circulação e informações restritas, vinculadas aos interesses de um grupo de pessoas" (HC 10.731/SP 1999/0085303-2). *Certa.*

Defensor – DPU – 2010 – CESPE) A respeito das leis penais especiais, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

5294. No que tange aos crimes contra o sistema financeiro, para a divulgação de informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira, está prevista a modalidade culposa.

RESPOSTA O elemento subjetivo é o dolo. *Errada.*

5295. É firme a jurisprudência do STF de que a prescrição das medidas socioeducativas deve seguir as regras do Código Penal para os agentes menores de 21 anos de idade ao tempo do crime, ou seja, o prazo prescricional dos tipos penais previstos no Código Penal é reduzido à metade quando aplicado aos atos infracionais praticados por criança ou por adolescente.

RESPOSTA "EMENTA: HABEAS CORPUS – ADOLESCENTE SUBMETIDO A PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE AMEAÇA (CP, ART. 147) – INCIDÊNCIA, NA ESPÉCIE, DO ART. 115 DO CÓDIGO PENAL, QUE REDUZ, PELA METADE, O PRAZO PRESCRICIONAL – RECONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE – PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – HABEAS CORPUS CONCEDIDO, DE OFÍCIO." *Certa.*

5296. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** A respeito de aspectos criminais da Lei de Falências e daqueles aplicáveis aos idosos, assinale a opção correta.

(A) O juiz ou o representante do MP que adquirirem bens de massa falida ou de devedor em recuperação judicial, quando atuaram nos respectivos processos, não respondem por delito previsto na referida lei mas, sim, pelo crime de fraude em arrematação judicial previsto no CP.

(B) Tratando-se de falência de microempresa ou de empresa de pequeno porte e não se constatando prática habitual de condutas fraudulentas por parte do falido, cabe ao juiz reduzir a pena de reclusão ou substituí-la por penas restritivas de direitos, de perda de bens e valores ou de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.

(C) O agente que retém cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida, deve responder pelo delito de exercício arbitrário das próprias razões, com causa geral de aumento de pena.

(D) Aquele que induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens deve responder pelo delito de estelionato, com causa especial de aumento de pena.

(E) O oficial que lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal, pratica o delito de prevaricação, com causa geral de aumento de pena.

RESPOSTA (A) Art. 177, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 168, § 4º, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 104, Lei n. 10.741/2005. (D) Art. 106, Lei n. 10.741/2005. (E) Art. 108, Lei n. 11.741/2005. *Alternativa B.*

5297. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Em relação à Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, ao Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas da Violência e à Lei dos Crimes Hediondos, assinale a opção correta.

(A) Conforme a jurisprudência do STJ, não se aplicam as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher às relações de namoro, ainda que duradouras.

(B) Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei dos Juizados Especiais Criminais, exceto para o delito de lesão corporal leve.

(C) O acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores do crime, na localização da vítima com vida e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, tem pena reduzida de um a dois terços.

(D) A nova figura típica denominada estupro de vulnerável não foi incluída no rol de delitos

hediondos, fato que tem gerado várias críticas por parte da doutrina mais autorizada.

(E) A progressão de regime, no caso dos condenados pela prática de crimes hediondos ou equiparados, ocorre após o cumprimento de dois quintos da pena, se o apenado for primário, e de dois terços, se for reincidente.

RESPOSTA (A) Art. 1º, § 1º, Lei n. 11.340/2006 – Namoro é considerado relação familiar. (B) Art. 14, Lei n. 11.340/2006. (C) Art. 13, Lei n. 9.807/99. (D) Art. 1º, I, VI, Lei n. 8.072/90. (E) Art. 2º, § 2º, Lei n. 8.072/90. *Alternativa C.*

5298. **(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE)** Pela lei que define os crimes de tortura, o legislador incluiu, no ordenamento jurídico brasileiro, mais uma hipótese de extraterritorialidade da lei penal brasileira, qual seja, a de o delito não ter sido praticado no território e a vítima ser brasileira, ou encontrar-se o agente em local sob a jurisdição nacional.

RESPOSTA Art. 2º, Lei n. 9.455/97. *Certa.*

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Acerca da aplicação do direito penal e do entendimento jurisprudencial firmado nos tribunais superiores, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

5299. As medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em razão da prática de fatos análogos às infrações penais não se submetem aos prazos prescricionais estabelecidos no Código Penal, visto que possuem finalidades distintas da sanção penal.

RESPOSTA Súmula 338, STJ. *Errada.*

5300. Aos crimes previstos no Estatuto do Idoso são vedadas a aplicação das medidas despenalizadoras da composição civil dos danos e da transação, bem como a incidência das imunidades penais absolutas ou escusas absolutórias.

RESPOSTA Art. 94 do Estatuto do Idoso. "PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. LESÃO CORPORAL GRAVE (ART. 129, § 1º, INCISO I, DO C.P.). CRIME PRATICADO CONTRA IDOSO. PENA MÁXIMA COMINADA DE 05 (CINCO) ANOS DE RECLUSÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE DELITO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. INTELIGÊNCIA DO ART. 94, DO ESTATUTO DO IDOSO. DISPOSIÇÃO QUE IMPÕE APENAS A APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREVISTO NA LEI N. 9.099/95, QUANDO A PENA NÃO ULTRAPASSAR 04 ANOS. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO ORDINÁRIO CRIMINAL. DECISÃO UNÂNIME. I. A boa exegese do art. 94 da Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), conduz ao entendimento de que, aos crimes cometidos contra idosos, cuja pena máxima cominada seja de até 4 anos, aplica-se, tão somente, o procedimento sumaríssimo da Lei n. 9.099/95, porque mais célere, e, como tal, mais benéfico ao idoso, mas não os benefícios da conciliação e transação penal, sendo certo que o aproveitamento apenas da ritualística processual, não implica em considerar os referidos delitos de menor potencial ofensivo. Inalterada, por consequência, a competência, que continua sendo do juiz comum. II. Conflito que se conhece para declarar competente o Juízo suscitado. (TJPE; CJ 0224205-1; Recife; Terceira Câmara Criminal; Rel. Des. Alderita Ramos de Oliveira; Julg. 17-11-2010; DJEPE 25-11-2010)". *Certa.*

5301. A causa especial de aumento de pena prevista na lei de crimes hediondos, com acréscimo de metade da pena, respeitado o limite superior de trinta anos de reclusão, foi revogada em relação ao crime de estupro de vulnerável.

RESPOSTA O estupro de vulnerável, previsto no art. 217-A do Código Penal, em todas as suas formas, simples ou qualificadas, foi incluído no rol dos crimes hediondos, conforme consta do art. 1º, VI, Lei n. 8.072/90. "Art. 9º – As penas fixadas no art. 6º para os crimes capitulados nos arts. 157, § 3º, 158, § 2º, 159, *caput* e seus §§ 1º, 2º e 3º, 213, *caput*, e sua combinação com o art. 223, *caput* e parágrafo único, 214 e sua combinação com o art. 223, *caput* e parágrafo único, todos do Código Penal, são acrescidas de metade, respeitado o limite superior de 30 (trinta) anos de reclusão, estando a vítima em qualquer das hipóteses referidas no art. 224 também do Código Penal." Esse dispositivo não faz referência a crime de estupro de vulnerável. *Certa.*

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Em cada um nos itens seguintes, é apresentada uma

situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com lastro no direito penal (Certo ou Errado).

5302. Nélson foi flagrado na lagoa do Abaeté, área de proteção ambiental, portando apetrechos para pesca artesanal – duas varas de pescar, isca, caixa de isopor, faca de cozinha. Constatou-se, na ocasião, que Nélson pretendia pescar para alimentar a família, que passava grandes privações. Nessa situação, resta configurado o crime ambiental de penetração, com porte de instrumentos para pesca, em área de proteção ambiental, delito considerado de mera conduta, o que obsta a incidência das causas excludentes de ilicitude.

RESPOSTA O art. 37, I, Lei n. 9.605/98 dispõe que não é crime a pesca realizada para saciar a fome da família do agente: "Art. 37. Não é crime o abate de animal, quando realizado: I – em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família." Nesse sentido é a jurisprudência: "PENAL. LEI N. 8.605/98. PESCA ILEGAL. ART. 34. ESTADO DE NECESSIDADE DEMONSTRADO. ART. 69. (...) 1. Indicando a prova dos autos que o agente tentava pescar a fim de obter alimento para sua família, impositivo reconhecer-se o estado de necessidade previsto no art. 37 da Lei dos Crimes Ambientais. (...) (TRF 4ª Região; ACr 2004.71.00.036398-2; RS; 8ª T., Rel. Juiz Fed. José Paulo Baltazar Júnior; Julg. 21-5-2008; DEJF 28-5-2008; p. 876)". *Errada.*

5303. Geraldo, maior, capaz, constrangeu Suzana, de dezessete anos de idade, mediante violência e grave ameaça, a manter com ele relações sexuais, em mais de uma ocasião e de igual modo. Na terceira investida do agente contra a vítima, em idênticas circunstâncias e forma de execução, constrangeu-a à prática de múltiplos atos libidinosos, diversos da conjunção carnal. Todos os fatos ocorreram no decurso do mês de setembro de 2010. Nessa situação, admite-se o benefício do crime continuado.

RESPOSTA O estupro, a partir da vigência da Lei n. 12.015/2009, é regrado pelo art. 213 do Código Penal. O crime continuado é definido no art. 71 do Código Penal. Assim, ocorreu, no caso, crime continuado. *Certa.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Julgue os itens que se seguem segundo as leis penais especiais (Certo ou Errado).

5304. É cabível a medida de internação por ato infracional semelhante ao crime de tráfico de drogas, com base na gravidade abstrata do crime e na segregação do menor para tirá-lo do alcance dos traficantes.

RESPOSTA A gravidade do ato infracional não justifica a internação, que somente pode ser decretada nas hipóteses do art. 122, ECA. *Errada.*

5305. Carece de justa causa a ação penal quanto ao crime contra a ordem tributária, caso a denúncia não esteja lastreada em decisão administrativa conclusiva concernente à investigação de sonegação fiscal, sendo cabível, na espécie, *habeas corpus* com o fim de trancamento da ação penal.

RESPOSTA "*HABEAS CORPUS* – PENAL – CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA – DENÚNCIA – TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL INCONCLUSO. CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE – INOCORRÊNCIA. ORDEM CONCEDIDA. 1. Carece de justa causa a ação penal quanto ao crime contra a ordem tributária, caso a denúncia não esteja lastreada em decisão administrativa conclusiva concernente à investigação de sonegação fiscal" (HC 48.063/SP 2005/0155088-6). *Certa.*

5306. É pacífico o entendimento, na jurisprudência, de que o porte de arma desmuniciada, ainda que sem munição ao alcance do agente, gera resultado típico, pois se trata de crime de perigo abstrato.

RESPOSTA As 5ª e 6ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça, pela maioria de seus membros, entendem que é típica a conduta de portar arma de fogo desmuniciada sem autorização legal, defendendo, em geral, que o porte de arma de fogo

desmuniciada e o de munições, mesmo configurando hipótese de perigo abstrato ao objeto jurídico protegido pela norma, constitui conduta típica. O Supremo Tribunal Federal, por meio da sua 1ª Turma, entende, da mesma forma que a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, que a conduta de portar arma de fogo desmuniciada sem autorização é típica. Para tanto, os ministros que compõem esse órgão de julgamento defendem que a arma de fogo é a arma que mais apresenta potencial de lesividade, maior do que qualquer outro objeto de que se possa fazer ocasionalmente uso como instrumento de ataque ou de defesa, sendo muito maior a possibilidade de seu emprego para vitimar, de uma só vez, múltiplas pessoas, o que assombra toda a sociedade. *Errada.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) A respeito do direito penal, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

5307. No caso de crime societário praticado contra o meio ambiente, mediante conduta relacionada a poluição sonora, a autoria nem sempre se mostra claramente comprovada, não se exigindo a descrição pormenorizada da conduta de cada agente na denúncia. Sendo assim, o simples fato de o réu ser sócio-proprietário da empresa autoriza a instauração de processo criminal, conforme precedentes do STJ.

RESPOSTA A jurisprudência do STJ (no sentido de que, nos crimes societários, em que a autoria nem sempre se mostra claramente comprovada, a fumaça do bom direito deve ser abrandada, não se exigindo a descrição pormenorizada da conduta de cada agente) não denota que o órgão acusatório possa deixar de estabelecer qualquer vínculo entre o denunciado e a empreitada criminosa a ele imputada. Entendimento que deve ser estendido ao presente caso, no qual a denúncia não descreveu qualquer fato apto a demonstrar a ligação do acusado com o fato. O simples fato de o réu ser sócio-proprietário da empresa não autoriza a instauração de processo criminal por crimes praticados no âmbito da sociedade, se não restar comprovado, ainda que com elementos a serem aprofundados no decorrer da ação penal, a mínima relação de causa e efeito entre as imputações e a condição de dirigente da empresa, sob pena de se reconhecer a responsabilidade penal objetiva. A inexistência absoluta de elementos hábeis a descrever a relação entre os fatos delituosos e a autoria ofende o princípio constitucional da ampla defesa, tornando inepta a denúncia (*Vide* – STJ, HC 48.276/MT). *Errada.*

5308. Não se estende ao crime de tortura a admissibilidade de progressão no regime de execução da pena aplicada aos demais crimes hediondos.

RESPOSTA Nos termos do art. 10, § 7º, Lei n. 9.455/97, o condenado por crime de tortura (salvo aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las) iniciava o cumprimento da pena em regime fechado. Posteriormente, a Lei n. 11.464/2007 alterou o art. 2º, Lei de Crimes Hediondos, suprimindo a referida vedação, já declarada inconstitucional, para fixar o regime inicialmente fechado aos condenados pelo cometimento de tal espécie de crime. Enfim, atualmente, é possível a progressão no regime tanto para o crime de tortura (na melhor designação, equiparado a hediondo) como para os "demais crimes hediondos". *Errada.*

5309. **(Procurador – MP-SE – 2010 – CESPE)** Valter, ocupante de cargo cujas atribuições incluem fornecer declaração de nascimento, não forneceu esse documento a Gabriela, quando ela recebeu alta médica, após dar à luz seu filho. Nessa situação hipotética, a conduta de Valter

(A) é atípica.
(B) constitui crime preceituado no ECA, que pode ser punido a título de dolo ou culpa.
(C) constitui crime preceituado no ECA, punido apenas na modalidade dolosa.
(D) constituirá crime se ele puder ser considerado funcionário público, para fins penais.
(E) constitui crime de prevaricação, previsto no CP.

RESPOSTA (A) Art. 228, ECA. (B) Art. 228, ECA. (C) Art. 228, parágrafo único. (D) Art. 10 faz referência a hospitais públicos ou particulares. (E) Não constitui o crime de prevaricação, uma vez que Valter não pretendia satisfazer interesse ou sentimento pessoal. *Alternativa B.*

5310. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Com referência aos delitos contra a natureza e o meio ambiente, contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo, de

responsabilidade dos prefeitos e vereadores e contra a criança e o adolescente, assinale a opção correta.

(A) Segundo previsão expressa do ECA, constitui crime prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante recompensa. No entanto, o agente que oferece ou efetiva a recompensa não sofre sanção penal, fato que tem gerado severas críticas por parte da doutrina.

(B) Com base no princípio da especialidade, as condutas e atividades lesivas aos recursos pesqueiros devem ser punidas na forma da legislação específica, excluindo-se as disposições previstas na Lei n. 9.605/1998.

(C) Segundo entendimento do STF, invariavelmente configura *bis in idem* a aplicação de sanções aos prefeitos municipais por infração às disposições da Lei de Improbidade Administrativa, na medida em que, aos chefes do Poder Executivo municipal, por se submeterem ao regime sancionatório político do Decreto-lei n. 201/1967, não se aplicam os preceitos dessa lei.

(D) Nos crimes contra a fauna, a pena é aumentada até o triplo se o crime é praticado contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção, ainda que somente no local da infração.

(E) Considerando os delitos tributários, não obstante a ausência de constituição definitiva do crédito tributário, em razão de o procedimento administrativo em curso acarretar a suspensão da pretensão punitiva estatal, tal providência não implica ausência de justa causa para o processo por crime conexo de formação de quadrilha.

RESPOSTA (A) Art. 238, parágrafo único, ECA. (B) A Lei n. 9.605/98 trata dos crimes ambientais, portanto, é a legislação pertinente ao caso. (C) O decreto-lei não foi recepcionado pela Constituição de 1988. (D) Art. 29, § 4º, I, Lei n. 9.605/98. (E) A formação de quadrilha, por si só, é punível. Art. 288, CP. *Alternativa E.*

5311. (Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta em relação aos delitos de corrupção de menores e de trânsito, à Lei Antidrogas e aos crimes falimentares.

(A) Constitui efeito da condenação por crimes de natureza falimentar a inabilitação para o exercício de atividade empresarial. Esse efeito, entretanto, não é automático, devendo ser motivadamente declarado na sentença. A inabilitação pode perdurar por até cinco anos após a extinção da punibilidade, havendo a possibilidade de que cesse antes, pela reabilitação penal.

(B) No delito de corrupção de menores previsto no CP, se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, além da pena privativa de liberdade, aplica-se também a pena de multa ao agente.

(C) Tratando-se de delitos de trânsito, em qualquer fase da investigação ou da ação penal, havendo necessidade para a garantia da ordem pública, pode o juiz, como medida cautelar, de ofício ou a requerimento do MP ou ainda mediante representação da autoridade policial, decretar, em decisão irrecorrível, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor ou a proibição de sua obtenção.

(D) Segundo a Lei Antidrogas, para determinar se a droga apreendida sob a posse de um indivíduo destina-se a consumo pessoal, o juiz deve-se ater à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, desconsiderando as circunstâncias sociais e pessoais e também a conduta e os antecedentes do agente, sob pena de violação do princípio da presunção de inocência.

(E) Como a Lei Antidrogas não prevê a aplicação de medida educativa a agente apenado por portar drogas para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, devem ser aplicadas as regras pertinentes do CP.

RESPOSTA (A) Art. 181, § 1º, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 218, CP. (C) Art. 294, Lei n. 9.503/97. (D) Art. 28, § 2º, Lei n.

11.343/2006. (E) Art. 28, I, II, III, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa A.*

5312. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** A respeito dos crimes de remoção ilegal de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, de lavagem de dinheiro, dos previstos na Lei do Porte de Armas e das disposições penais sobre prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, assinale a opção correta.

(A) O instituto da delação premiada, previsto na lei que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, possibilita ao juiz a faculdade de reduzir a pena de um a dois terços, quando a colaboração espontânea do agente levar ao esclarecimento de infrações penais e a respectiva autoria.

(B) A remoção *post mortem* de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoas não identificadas, mediante autorização do membro do MP competente, é fato atípico.

(C) Conforme a jurisprudência do STJ, o crime de lavagem de dinheiro pressupõe a ocorrência de crime antecedente, que deve estar listado no rol meramente exemplificativo do art. 1º da Lei n. 9.613/1998.

(D) Segundo a jurisprudência do STJ, diante da literalidade dos artigos da Lei n. 10.826/2003, relativos ao prazo legal para regularização do registro da arma, ocorreu *abolitio criminis* temporária em relação à posse ilegal de armas de fogo, munição e artefatos explosivos, praticada dentro desse período.

(E) Os delitos de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e disparo de arma de fogo são inafiançáveis, salvo quando a arma estiver registrada em nome do agente.

RESPOSTA (A) Art. 6º, Lei n. 9.034/95. Não se trata de uma faculdade do juiz. (B) Art. 6º, Lei n. 9.434/97. (C) O rol constante na Lei n. 9.613/98 é taxativo. (D) "*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO ADOTADA PELO PRETÓRIO EXCELSO. **PORTE** ILEGAL DE MUNIÇÃO. ART. 14 DA LEI 10.826/03. **ABOLITIO CRIMINIS** TEMPORÁRIA. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. TIPICIDADE DA CONDUTA. PACIENTE REINCIDENTE. REGIME ABERTO. IMPOSSIBILIDADE. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO" (HC 246.128/SP). (E) Art. 15, parágrafo único, Lei n. 10.826/2003. *Alternativa D.*

5313. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Em relação às disposições da Lei de Execução Penal pertinentes aos órgãos da execução penal, assinale a opção correta.

(A) Na ausência de juiz indicado na lei local de organização judiciária, a execução penal compete ao juízo prolator da sentença penal condenatória, com competência para autorizar saídas temporárias dos sentenciados e para compor e instalar o conselho da comunidade.

(B) O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária é integrado por quinze membros com mandato de quatro anos designados por meio de ato do presidente da República, e também por representantes da comunidade e dos ministérios da área social. Sua competência é determinar a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução.

(C) O MP fiscaliza a execução da pena e da medida de segurança, oficiando no processo executivo e nos incidentes da execução, estando incumbido, ainda, de emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, até mesmo na hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso.

(D) No estabelecimento prisional para mulheres, somente é permitido o trabalho de pessoal do sexo feminino, até mesmo na área de pessoal técnico especializado, devendo a diretora ser portadora de diploma de curso superior em direito.

(E) Há, em cada comarca, um conselho da comunidade, composto, no mínimo, por um representante de associação comercial ou industrial, um advogado indicado pela seção da OAB e um assistente

social escolhido pela delegacia seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais. Na falta desses representantes, fica a critério do departamento penitenciário a escolha dos integrantes desse conselho.

RESPOSTA (A) Art. 65, LEP. (B) Art. 63, LEP. (C) Arts. 67 e 68, ambos da LEP. (D) Art. 77, § 2º, LEP. (E) Art. 80, LEP. *Alternativa A.*

5314. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Considerando que um microempresário, durante procedimento de recuperação judicial, tenha sido inabilitado, por decisão do juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Natal, ao exercício de atividade profissional, assinale a opção correta em relação às disposições penais previstas na Lei n. 11.101/2005.

(A) Caso descumpra a ordem da autoridade judicial, o microempresário cometerá o delito de desobediência à decisão judicial previsto no CP.

(B) A habilitação ilegal de crédito, na falência, não é conduta criminosa, mas implica a alteração da ordem de preferência do infrator no concurso de credores para o último lugar.

(C) A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou concede a recuperação extrajudicial não é condição objetiva de punibilidade das infrações penais descritas na referida lei.

(D) Constitui efeito automático da condenação pela prática de crime previsto nessa lei o impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, diretoria ou gerência das sociedades sujeitas àquela norma.

(E) Caso o microempresário pratique o delito de fraude a credores, após a decretação da falência de sua empresa, e não seja provado que ele habitualmente exerce condutas criminosas, pode ter a pena de reclusão substituída por prestação de serviços à comunidade.

RESPOSTA (A) Art. 99, III, Lei n. 11.101/2005. (B) Art. 175, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 168, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 181, I, Lei n. 11.101/2005. (E) Art. 168, § 4º, Lei n. 11.101/2005. *Alternativa E.*

5315. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Acerca dos crimes contra a ordem tributária e econômica, o consumidor e as relações de consumo e o meio ambiente, assinale opção **incorreta**.

(A) Nos crimes previstos na Lei n. 8.137/1990, materiais ou formais, a decisão definitiva do processo administrativo consubstancia uma condição objetiva de punibilidade.

(B) Constitui crime contra a ordem econômica a formação de acordo entre ofertantes, visando ao controle, em detrimento da concorrência, de rede de fornecedores.

(C) A execução de serviço de alto grau de periculosidade, que contraria determinação de autoridade competente, constitui crime contra as relações de consumo e não mera infração administrativa.

(D) Não é crime o desmatamento de floresta nativa em terras de domínio público, sem autorização do órgão competente, quando a conduta for necessária à subsistência imediata e pessoal do agente.

(E) Em relação à responsabilidade penal da pessoa jurídica pela prática de delitos contra o meio ambiente, adotou a Lei n. 9.605/1998 a teoria da realidade ou da personalidade real.

RESPOSTA (A) A decisão definitiva do processo administrativo, que é essencial para o lançamento definitivo do tributo, só é exigida nos crimes materiais dessa lei. Sendo assim, não subsiste essa exigência no tocante aos crimes formais. Dessa forma, o erro da assertiva foi generalizar o requisito para os crimes materiais e formais da lei. (B) Trata-se da conduta prevista no art. 4º, II, *c*, Lei n. 8.137/90. (C) Trata-se da conduta prevista no art. 65, Código de Defesa do Consumidor. (D) Trata-se do disposto no art. 50-A, § 1º, Lei n. 9.605/98. (E) De acordo com Otto von Gierke, a pessoa jurídica é um ente especial e real, com independência das pessoas físicas que a compõem (muito embora tenha sido criada por elas). Nesse sentido, possui vontade própria e pode praticar condutas delituosas, sendo por elas punida. *Alternativa A.*

5316. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Acerca dos crimes contra a ordem tributária, assinale a opção correta.

(A) Não há previsão legal de delação premiada nos casos de cometimento de crimes contra a ordem tributária praticado sem quadrilha ou coautoria.

(B) Antes da definitiva constituição do crédito tributário, com o reconhecimento da exigibilidade do crédito tributário (*an debeatur*) e determinação do respectivo valor (*quantum debeatur*), o comportamento do agente será penalmente irrelevante, porque manifestamente atípico.

(C) O início do lapso prescricional em caso de supressão de tributo ocorre no momento da efetiva supressão e não quando da constituição definitiva do crédito.

(D) Os crimes de sonegação fiscal são crimes formais.

(E) O parcelamento administrativo do débito fiscal determina a extinção da pretensão punitiva.

RESPOSTA (A) Art. 16, parágrafo único, Lei n. 8.137/90. (B) Princípio da reserva legal. (C) Ocorre quando da constituição definitiva do crédito. (D) São materiais. (E) A adesão do devedor a programa de parcelamento de dívida não implica a extinção do processo de execução fiscal, mas apenas a suspensão da ação até que o débito seja quitado. *Alternativa B.*

5317. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** A respeito de aspectos penais das leis especiais, assinale a opção correta.

(A) De acordo com a Lei n. 10.826/2003, os crimes de porte de arma de fogo de uso restrito admitem a concessão de liberdade provisória mediante termo de compromisso de comparecimento aos atos processuais, obedecidos para tanto os requisitos elencados no CPP.

(B) A ação penal em relação a crime de violação de direitos de autor de programa de computador é, via de regra, pública incondicionada.

(C) O crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios não admite a modalidade culposa.

(D) Em caso de agente que tenha tido intensa e efetiva participação em organização criminosa, a legislação aplicável à espécie somente admite a concessão de liberdade provisória com fiança.

(E) Aos crimes previstos no Estatuto do Idoso – Lei n. 10.741/2003 –, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 anos, aplicam-se o procedimento previsto na Lei dos Juizados Especiais Criminais e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do CP e do CPP.

RESPOSTA (A) Art. 21, Lei n. 10.826/2003. (B) Art. 12, § 3º, Lei n. 9.609/98. (C) Art. 273, § 2º, CP. (D) Art. 7º, Lei n. 9.034/95. (E) Art. 94, Lei n. 10.741/2003. *Alternativa E.*

FCC

I. Dos Princípios e Teorias

5318. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** O princípio constitucional da legalidade em matéria penal

(A) não vigora na fase de execução penal.

(B) impede que se afaste o caráter criminoso do fato em razão de causa supralegal de exclusão da ilicitude.

(C) não atinge as medidas de segurança.

(D) obsta que se reconheça a atipicidade de conduta em função de sua adequação social.

(E) exige a taxatividade da lei incriminadora, admitindo, em certas situações, o emprego da analogia.

RESPOSTA A doutrina admite a analogia nos casos de omissão a respeito de ilicitude excepcional e de isenção de culpabilidade, e julga viável o uso da analogia em favor do acusado (*in bonam partem*). O que faz sentido, pois, se o princípio da legalidade constitui garantia do indivíduo em face do Estado, só lhe pode ser prejudicial por disposição expressa a respeito. Ou seja, de acordo com o mesmo princípio. *Alternativa E*.

5319. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** João subtraiu, mediante destreza, a carteira do bolso de Paulo, contendo R$ 1.000,00 em dinheiro. Nesse caso, o sujeito passivo do crime é

(A) o Estado.
(B) Paulo.
(C) o patrimônio.
(D) a paz pública.
(E) a coletividade.

RESPOSTA O **sujeito passivo** de uma infração penal pode ser subdividido em **constante ou formal** (Estado) e **eventual ou material** (titular do bem jurídico tutelado pela norma penal). Pelo fato de a questão não ter especificado, podemos entender que ela deseja saber do candidato o sujeito passivo eventual ou material, que é a própria vítima do crime. *Alternativa B*.

5320. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** Nos termos do CP, é efeito automático da condenação, não sendo necessário ser declarado na sentença:

(A) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos em qualquer crime, salvo nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
(B) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
(C) Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
(D) A incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado.
(E) A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

RESPOSTA O principal efeito de uma condenação é a imposição da pena ou medida de segurança ao agente. Contudo, há também efeitos secundários da condenação, que podem ser de natureza penal ou de natureza extrapenal. Dentre os efeitos de natureza extrapenal, temos os genéricos e os específicos. Os efeitos extrapenais genéricos (art. 91, CP) são automáticos e não precisam ser motivados na sentença. Por outro lado, os efeitos extrapenais específicos (art. 92, CP) não são automáticos e precisam ser motivados na sentença. A obrigação de indenizar o dano causado pelo crime é um efeito extrapenal genérico, previsto no art. 91, I, CP. *Alternativa C*.

5321. **(Advogado – PBGAS – 2007 – FCC)** Em matéria de direitos e deveres individuais e coletivos, analise:

I. Também cabe a ação penal privada subsidiária quando o inquérito policial for arquivado por requerimento do Ministério Público, por estar caracterizada como um dos direitos fundamentais da pessoa.
II. O princípio da presunção da inocência está circunscrito ao âmbito penal, não se aplicando, em sua inteireza, à esfera administrativa.
III. Não viola o princípio da vedação as provas ilícitas quando a prova for obtida mediante gravação de diálogo transcorrido em local público.
IV. O privilégio contra a autoincriminação traduz direito público subjetivo assegurado a pessoa, mas só na condição de réu, e que deva ser interrogado perante o órgão competente do Poder Judiciário.

É correto o que consta APENAS em

(A) I e III.
(B) I e IV.
(C) II e III.
(D) III e IV.
(E) II e IV.

RESPOSTA (I) A ação penal privada subsidiária da pública só é cabível em caso de inércia do MP, o que significa que somente poderá ser intentada quando o MP não adotar nenhuma das providências alternativamente previstas no art. 28, CPP, na ocasião do recebimento dos autos do inquérito policial (não oferecer a denúncia; não baixar os autos para novas diligências; não requerer o arquivamento). (II) O art. 5º, LVII, CRFB/88 (presunção de inocência) só é aplicado na esfera criminal (RE 141.787/MT). (III) Uma conversa em local público e aberto está sujeita à oitiva de terceiros, não sendo resguardada pela intimidade. (IV) O privilégio contra a autoincriminação não se limita aos réus e ao poder judiciário, valendo, também, a título de exemplo, para depoentes em comissões parlamentares de inquérito. *Alternativa C*.

5322. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** A respeito da relação de causalidade, considere as teorias abaixo propostas pela doutrina:

I. *Teoria da causalidade adequada*: um determinado evento só será produto da ação humana quando esta tiver sido apta e idônea a gerar o resultado.
II. *Teoria da equivalência das condições*: quaisquer das condições que compõem a totalidade dos antecedentes é causa do resultado, pois a sua inocorrência impediria produção do evento.
III. *Teoria da imputação objetiva*: só pode ser imputada ao agente a prática de um resultado delituoso quando o seu comportamento tiver criado, realmente, um risco não tolerado, nem permitido, ao bem jurídico.

O Código Penal brasileiro adotou a(s) teoria(s) indicada(s) APENAS em

(A) I.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II.
(E) II e III.

RESPOSTA (I) Teoria da Causalidade: só será causa de um evento criminoso quando essa causa for a mais adequada à causação do resultado. (II) Art. 13, CP. (III) Teoria da imputação objetiva, requisitos: diminuição do risco, criação de um risco juridicamente relevante, aumento do risco permitido e esfera de proteção da norma. São quatro os requisitos, não somente aumento do risco permitido. *Alternativa D*.

5323. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Entre crime e contravenção, a distinção

(A) se faz pela ausência de dano na contravenção, elemento presente no crime, mesmo que potencial.
(B) se faz pela presença ou não da culpa *lato sensu*.
(C) se dá porque na contravenção penal, em regra, não basta a voluntariedade.
(D) se faz pela intensidade do dolo ou culpa, que é maior no crime.
(E) baseia-se na natureza da sanção aplicável, não existe diferença ontológica.

RESPOSTA Ambas são espécies de ilícito penal; a diferenciação entre crime e contravenção está prevista no art. 1º, LINDB (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). Vê-se que a diferença se limita à pena imposta. Ao crime, aplicar-se-ão penas de reclusão, detenção ou multa; às contravenções, prisão simples e multa, apenas. *Alternativa E*.

5324. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** O postulado da fragmentariedade em matéria penal relativiza

(A) a função de proteção dos bens jurídicos atribuída à lei penal.
(B) o caráter estritamente pessoal que decorre da norma penal.
(C) a proporcionalidade entre o fato praticado e a consequência jurídica.
(D) a dignidade humana como limite material à atividade punitiva do Estado.
(E) o concurso entre causas de aumento e diminuição de penas.

RESPOSTA Princípio da fragmentariedade: uma vez escolhidos aqueles bens fundamentais (condutas lesivas e inadequadas que os ofendem), esses bens passarão a fazer parte de uma pequena parcela que é protegida pelo direito penal, ou seja, de toda a gama de condutas ilícitas praticadas pelos homens, o direito penal só se preocupa com uma pequena parte, estando aqui o seu caráter fragmentário. Nem tudo interessa ao direito penal, mas somente uma pequena parte de condutas ilícitas que – de tão graves – merecem sua reprimenda. Tal princípio é corolário da intervenção mínima, lesividade e adequação social. *Alternativa A*.

5325. **(Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC)** O crime de furto, com arrombamento em casa habitada, absorve os delitos de dano e invasão de domicílio. Nesse caso, o conflito aparente de normas foi solucionado pelo princípio da

(A) consunção.
(B) especialidade.
(C) subsidiariedade.
(D) alternatividade.
(E) legalidade.

RESPOSTA (A) Conhecido também como Princípio da Absorção, é um princípio aplicável nos casos em que há uma sucessão de condutas com existência de um nexo de dependência. De acordo com tal princípio, o crime-fim absorve o crime-meio. (B) O princípio da especialidade revela que a norma especial afasta a incidência da norma geral. (C) Princípio que se aplica para dirimir um conflito aparente de normas, quando duas ou mais normas legais parecem incidir sobre determinado fato delituoso, devendo escolher-se qual delas a mais indicada – errada. (D) Por essa regra, a aplicação de uma norma exclui a aplicabilidade de outra que, de alguma forma, também o prevê. A previsão desse princípio é tão óbvia que muitos doutrinadores o repelem como um princípio regente do concurso aparente de normas. (E) O princípio da legalidade se manifesta pela locução *nullum crimen nulla poena sine previa lege*, prevista no art. 1º, Código Penal brasileiro, segundo o qual não há crime sem lei anterior que o defina, nem há pena sem prévia cominação legal. *Alternativa A*.

5326. **(Procurador – MP-CE – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa correta.

(A) A lesividade do bem jurídico protegido pela lei penal é critério de legalidade material ou substancial e depende da existência da lei para caracterizar o delito.
(B) A culpabilidade significa que será penalmente punido aquele que houver agido com culpa ou dolo, o que implica adoção pelo nosso Código Penal da teoria da responsabilidade objetiva.
(C) O princípio da legalidade exige, além da previsão legal do crime e da pena anteriores ao fato praticado, definição de conduta e cominação balizada de punição.
(D) A proporcionalidade é regra constitucional implícita e se utiliza dos subprincípios da adequação, e necessidade, à exceção no direito penal, da proporcionalidade em sentido estrito.
(E) A individualização da pena, na forma prevista na Constituição Federal, apenas se opera no plano judicial.

RESPOSTA (A) Não é necessária a existência de lei. (B) O CP adotou a teoria da responsabilidade subjetiva, no sentido de que ninguém será punido se não tiver agido com dolo ou com culpa. A responsabilidade objetiva é aquela que atingiria o sujeito, mesmo que não houvesse qualquer atuação dolosa ou culposa. (C) O princípio da legalidade está previsto no art. 1º, XXXIX, CRFB/88 e no art. 1º, CP, e diz muito mais do que a simples afirmação de que "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal". Na verdade, não há nenhuma espécie legislativa sem lei anterior que a defina, o que significa que o referido princípio também atinge as contravenções penais e as medidas de segurança. Ademais, a legalidade se desdobra em outros três princípios (anterioridade + taxatividade + reserva legal). (D) A proporcionalidade advinda do Direito Alemão é aplicada sob três vertentes: necessidade da medida, adequação da medida, proporcionalidade em sentido estrito. Sendo assim,

a assertiva cai por terra ao eliminar a possibilidade de aplicação da terceira vertente. (E) O princípio da Individualização da Pena opera no plano legislativo, no plano judicial e no plano executório. No tocante ao plano legislativo, podemos citar a própria definição, por parte do legislador, do *quantum* mínimo e máximo de pena determinado para cada situação em abstrato. Sendo assim, tal princípio não opera exclusivamente no plano judicial. *Alternativa C*.

5327. (Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC) O princípio de intervenção mínima do Direito Penal encontra expressão

(A) no princípio da fragmentariedade e na proposta funcionalista.
(B) na teoria da imputação objetiva e no princípio da subsidiariedade.
(C) no princípio da subsidiariedade e na proposta funcionalista.
(D) nos princípios da fragmentariedade e da subsidiariedade.
(E) na teoria da imputação objetiva e no princípio da fragmentariedade.

RESPOSTA Dentre os princípios que se relacionam com a missão do Direito penal, encontra-se o princípio da intervenção mínima, de acordo com o qual o Direito penal é subsidiário e fragmentário. *Alternativa D*.

II. Da Aplicação da Lei Penal

5328. (Delegado – PC-MA – 2006 – FCC) Tem efeito retroativo a lei que

(A) elimina circunstância atenuante prevista na lei anterior.
(B) comina pena mais grave, mantendo a definição do crime da lei anterior.
(C) torna típico fato anteriormente não incriminado.
(D) não mais incrimina fato anteriormente considerado ilícito penal.
(E) acrescenta circunstância qualificadora não prevista na lei anterior.

RESPOSTA Retroage aquela que favorecer o réu, portanto a que não mais incrimina fato anteriormente considerado ilícito penal. Art. 2º, CP. *Abolitio criminis*. *Alternativa D.*

5329. (Analista – MP-PE – 2012 – FCC) NÃO se aplica, em regra, a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de

(A) barco mercante estrangeiro de propriedade privada em águas territoriais brasileiras.
(B) navio de cruzeiro de propriedade de empresa estrangeira em águas territoriais brasileiras.
(C) aeronave brasileira a serviço do governo brasileiro em espaço aéreo estrangeiro.
(D) barco pesqueiro brasileiro de propriedade particular em águas territoriais estrangeiras.
(E) aeronave comercial estrangeira em voo no espaço aéreo brasileiro.

RESPOSTA (A) Art. 7º, II, *c*, CP. (B) Art. 7º, II, *c*, CP. (C) Art. 5º, § 1º, CP. (D) Sem previsão no art. 7º para tal exceção. (E) Art. 5º, § 2º, CP. *Alternativa D.*

5330. (Analista – TRE-RS – 2010 – FCC) Dentre os casos de extraterritorialidade incondicionada da lei penal, previstos no Código Penal, NÃO se incluem os crimes cometidos:

(A) contra a fé pública da União.
(B) contra o patrimônio de autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
(C) contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
(D) em aeronaves ou embarcações brasileiras.
(E) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.

RESPOSTA (A) Art. 7º, I, *b*, CP. (B) Art. 7º, I, *b*, CP. (C) Art. 7º, I, *c*, CP. (D) Sem previsão no art. 7º, CP. (E) Art. 7º, I, *a*, CP. *Alternativa D.*

5331. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** NÃO é uma das condições necessárias dentre aquelas estabelecidas pelo CP para aplicação da lei brasileira, ao crime cometido no estrangeiro praticado por brasileiro:

(A) entrar o agente no território nacional no prazo máximo de dois anos após o crime.
(B) ser o fato punível também no país onde foi praticado.
(C) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição.
(D) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro.
(E) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro.

RESPOSTA A lei penal brasileira deve ser aplicada dentro do território nacional, de acordo com a regra geral da territorialidade (art. 5º, CP) e fora do território nacional, de acordo com a exceção da extraterritorialidade (art. 7º, CP). O art. 7º divide a extraterritorialidade em três grupos distintos de infrações penais (I, II e § 3º). O I trata da extraterritorialidade incondicionada, casos em que a aplicação da lei brasileira fora do território nacional não estará sujeita a nenhuma condição. Por outro lado, o II e o § 3º tratam da extraterritorialidade condicionada, ocasiões em que a aplicação da lei brasileira fora do território nacional dependerá do concurso de algumas condições. O crime cometido no estrangeiro por brasileiro é uma das hipóteses previstas no II, mais precisamente em sua alínea *b*, e possui as seguintes condições: entrar o agente no território nacional; ser o fato punível também no país em que foi praticado; estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena; e não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável. *Alternativa A*.

5332. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** No que se refere à aplicação da lei penal, de acordo com o CP, é certo que

(A) a homologação de sentença estrangeira para obrigar o condenado à reparação do dano, quando da aplicação de lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, depende de pedido da parte interessada.
(B) a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
(C) a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
(D) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente ou do Vice-Presidente da República.
(E) a pena cumprida no estrangeiro é computada na pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é atenuada, quando idênticas.

RESPOSTA De acordo com o art. 9º, I, CP, a sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis. Contudo, o parágrafo único, alínea *a*, dispõe que a homologação depende, nesse caso, de pedido da parte interessada. *Alternativa A*.

5333. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** No que diz respeito à aplicação da Lei Penal, é correto afirmar que

(A) segundo a teoria da atividade, adotada pelo Código Penal, considera-se como tempo do crime o momento da consumação.
(B) pelo princípio da proteção, o criminoso deve ser julgado e punido no local onde for detido, segundo as leis desse país.
(C) pela teoria mista, adotada pelo Código Penal, considera-se tempo do crime tanto o momento da ação ou omissão, como o do resultado.
(D) segundo o princípio da extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei brasileira a todos os

crimes contra o Presidente da República cometidos fora do território brasileiro.

(E) segundo a teoria da ubiquidade, adotada pelo Código Penal, lugar do crime é tanto o local da conduta, como o do resultado.

RESPOSTA (A) Art. 4º, CP, considera-se como tempo do crime o momento da ação ou omissão. (B) Segundo esse princípio, também chamado Real ou de Defesa, o Estado de cujo bem jurídico foi violado tem o poder/dever de julgar e processar o sujeito ativo segundo as suas próprias leis. (C) Art. 4º, CP. (D) Não são todos os crimes, apenas os crimes contra vida ou liberdade do presidente da República, nos termos do art. 7º, I, *a*, CP. (E) Art. 6º, CP. *Alternativa E*.

5334. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** A retroatividade de lei penal que não mais considera o fato como criminoso

(A) exclui a imputabilidade.
(B) afasta a tipicidade.
(C) extingue a punibilidade.
(D) atinge a culpabilidade.
(E) é causa de perdão judicial.

RESPOSTA Art. 107, III, CP. *Alternativa C*.

5335. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** No que concerne ao tempo do crime, a lei penal brasileira adotou a teoria

(A) da atividade.
(B) da ubiquidade.
(C) mista.
(D) do resultado.
(E) da subsidiariedade.

RESPOSTA (A) O crime reputa-se praticado no momento da conduta comissiva ou omissiva. (B) O crime considera-se praticado no momento da conduta e no momento do resultado. (C) Também chamada de teoria da ubiquidade: considera-se praticado o crime no momento da conduta e no momento do resultado. (D) O crime é praticado no momento da produção do resultado. (E) Sem previsão doutrinária. *Alternativa A*.

III. Aplicação da Lei Penal – Contagem de Prazos

5336. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** O prazo de natureza penal fixado em um mês, iniciado no dia 13 de janeiro de 2010, quarta-feira, expirou-se no dia

(A) 15 de fevereiro de 2010, segunda-feira.
(B) 14 de fevereiro de 2010, domingo.
(C) 13 de fevereiro de 2010, sábado.
(D) 12 de fevereiro de 2010, sexta-feira.
(E) 11 de fevereiro de 2010, quinta-feira.

RESPOSTA Trata-se de questão que exige o conhecimento do art. 10, CP. De acordo com o referido dispositivo legal, o dia do começo inclui-se no cômputo dos prazos de natureza penal. Além disso, os dias, meses e anos serão contados pelo calendário comum. Com base nessas informações, podemos perceber que o prazo de natureza penal de um mês, iniciado no dia 13 de janeiro de 2010, terminaria, tecnicamente, no dia 13 de fevereiro de 2010, independentemente do número de dias daquele mês. Contudo, o termo inicial deve ser incluído (13 de janeiro de 2010) e o termo final deve ser excluído (13 de fevereiro de 2010). Ao excluirmos o último dia, temos o prazo com termo final em 12 de fevereiro de 2010. *Alternativa D*.

IV. Teoria do Crime

5337. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** São elementos do crime culposo a

(A) imputabilidade e a não observância do dever de cuidado.
(B) exigibilidade de conduta diversa e a possibilidade de conhecer a ilicitude do fato.
(C) não observância do dever de cuidado e a previsibilidade do resultado.
(D) possibilidade de conhecer a ilicitude do fato e a imputabilidade.
(E) previsibilidade do resultado e a exigibilidade de conduta diversa.

RESPOSTA Art. 18, II, CP. *Alternativa C.*

5338. **(Delegado – PC-MA – 2006 – FCC)** Quem, embora prevendo o resultado, não o aceita como possível, esperando sinceramente que não ocorrerá, age com

(A) dolo eventual.
(B) culpa consciente.
(C) dolo indireto.
(D) culpa inconsciente.
(E) dolo específico.

RESPOSTA (A) Dolo eventual é aquele em que o indivíduo, em seu agir, assume o risco de produzir determinado resultado, anuindo com sua realização. (B) Na culpa consciente, o agente prevê o resultado, mas acredita sinceramente na não ocorrência dele; e no dolo eventual o agente, além de prever o resultado, não se importa com sua ocorrência. (C) É o mesmo que dolo eventual. (D) Modalidade em que o agente, por negligência, imprudência ou imperícia, ou, em outras palavras, deixando de empregar a cautela, a atenção ou a diligência ordinária, ou especial, a que estava obrigado em face das circunstâncias, não prevê o resultado que podia antever. (E) Modalidade em que o tipo menciona, expressa ou tacitamente, o motivo ou a finalidade de agir. *Alternativa B.*

5339. **(Delegado – PC-MA – 2006 – FCC)** Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços. A redução de pena decorrente da tentativa deve resultar

(A) do *iter criminis* percorrido pelo agente em direção à consumação do delito.
(B) da prevalência das circunstâncias atenuantes sobre as circunstâncias agravantes.
(C) da maior ou menor periculosidade do agente, tendo em conta os dados constantes do processo.
(D) da valoração dos antecedentes do agente, especialmente da primariedade e da reincidência.
(E) da intensidade do dolo, do grau da culpa, e dos motivos determinantes da conduta delituosa.

RESPOSTA Na realização do crime há um caminho, um itinerário a percorrer entre o momento da ideia, da sua realização até aquele em que ocorre a consumação. A esse caminho se dá o nome de *iter criminis*, que é composto de uma fase interna (cogitação) e de uma fase externa (atos preparatórios, atos de execução e consumação). O código brasileiro adotou a teoria objetiva (formal) e exige que o autor tenha realizado de maneira efetiva uma parte da própria conduta típica, penetrando, assim, no "núcleo do tipo". *Alternativa A.*

5340. **(Delegado – PC-MA – 2006 – FCC)** José, com a intenção de subtrair joias, ingressa por uma porta aberta no interior da residência da vítima. Já no interior da moradia, apodera-se de um objeto, mas resolve ir embora do local sem nada levar. Nesse caso, José

(A) responderá por tentativa de furto.
(B) responderá por invasão de domicílio.
(C) responderá por furto consumado.
(D) não responderá por nenhum crime, pois houve desistência voluntária.
(E) não responderá por nenhum crime, pois houve arrependimento eficaz.

RESPOSTA (A) Nenhuma circunstância alheia à sua vontade impediu a consumação do delito. (B) Art. 150, CP. (C) Não subtraiu nenhum objeto. (D) Ao desistir voluntariamente pelo crime de furto, o agente responderá pelos atos anteriormente praticados, qual seja, a violação de domicílio. (E) No arrependimento eficaz, o agente já encerrou a execução e praticou uma outra conduta para impedir a ocorrência do resultado. *Alternativa B.*

5341. (Delegado – PC-MA – 2006 – FCC) Mário está sendo acusado pela prática de crime de furto em concurso de pessoas. Arrependido de sua conduta resolve colaborar efetiva e voluntariamente para a investigação e com o processo criminal, resultando dessa colaboração, a recuperação parcial do produto do crime. De acordo com a Lei n. 9.807/99, o Juiz

(A) poderá, a requerimento das partes ou do Ministério Público, conceder o perdão judicial e a consequente extinção da punibilidade de Mário, sendo vedada à concessão de ofício.
(B) não poderá conceder o perdão judicial a Mário, uma vez que a colaboração restou na recuperação parcial do produto do crime.
(C) poderá, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial e a consequente extinção da punibilidade para Mário.
(D) só poderia conceder o perdão judicial a Mário, se houvesse praticado crime contra a vida, havendo localização da vítima com a sua integridade física preservada.
(E) só poderia conceder o perdão judicial a Mário na hipótese da colaboração resultar na identificação dos demais coautores ou partícipes da ação criminosa.

RESPOSTA (A) Art. 13, Lei n. 9.807/99. (B) Art. 13, III, Lei n. 9.807/99. (C) Art. 13, Lei n. 9.807/99. (D) Art. 13, II, Lei n. 9.807/99. (E) Art. 13, I, II e III, Lei n. 9.807/99. *Alternativa C*.

5342. (Analista – STM – 2011 – FCC) Além de conduzir à extinção da punibilidade, a *abolitio criminis* faz cessar todos os efeitos penais e cíveis da sentença condenatória.

RESPOSTA A *abolitio criminis* é uma hipótese de supressão da figura criminosa e possui o condão de afastar todos os efeitos penais (em qualquer hipótese). Contudo, o afastamento dos efeitos civis depende do seu momento de ocorrência: se a *abolitio criminis* ocorrer antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, afastam-se os efeitos civis. Por outro lado, se ocorrer após o trânsito em julgado da referida sentença, permanecem os efeitos civis. *Errada.*

5343. (Promotor – MP-AP – 2012 – FCC) Constituem causas de extinção da punibilidade exclusivamente relacionadas a crimes de ação penal privada:

(A) o perdão aceito e a perempção.
(B) a renúncia ao direito de queixa e a retratação do agente.
(C) a decadência e o perdão judicial.
(D) a retratação do agente e a perempção.
(E) o perdão aceito e a decadência.

RESPOSTA Art. 107, e seus incisos, CP. *Alternativa A.*

5344. (Analista – MP-PE – 2012 – FCC) Um oficial de justiça, em cumprimento a mandado judicial, recolhe à prisão o irmão gêmeo da pessoa que deveria ser presa. Preenchidos os demais requisitos legais, poderá ser reconhecido em favor do oficial de justiça a ocorrência de

(A) erro sobre a pessoa.
(B) estrito cumprimento de dever legal putativo.
(C) estado de necessidade putativo.
(D) erro sobre a ilicitude do fato.

(E) erro determinado por terceiro.

RESPOSTA É o dever emanado da lei ou de respectivo regulamento. O dever que se cumpre é um dever emanado a todos os agentes. É possível haver estrito cumprimento do dever legal putativo, ou seja, o sujeito pensa que está em estrito cumprimento do dever legal, mas não está. Necessário se faz ainda o requisito subjetivo, ou seja, a consciência de que se cumpre um dever legal. *Alternativa B.*

5345. **(Analista – MP-AP – 2012 – FCC)** Sobre a extinção da punibilidade, de acordo com o Código Penal, analise as assertivas abaixo.

I. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos no Código Penal ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.

II. Em regra, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em 2 anos, se o máximo da pena é inferior a 1 ano.

III. A prescrição da pena de multa ocorrerá no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.

IV. A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

Está correto o que se afirma apenas em

(A) I, III e IV.
(B) I e IV.
(C) II, III e IV.
(D) I, II e III.
(E) II e IV.

RESPOSTA (I) Art. 111, V, CP. (II) Art. 109, CP. (III) Art. 114, CP. (IV) Art. 110, § 1º, CP. *Alternativa A.*

5346. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Nos chamados crimes de mão própria, é

(A) incabível o concurso de pessoas.
(B) admissível apenas a participação.
(C) admissível a coautoria e a participação material.
(D) incabível a participação moral.
(E) admissível apenas a coautoria.

RESPOSTA O crime de mão própria só pode ser cometido pelo sujeito em pessoa, ou seja, pelo autor direto da ação. Ninguém os comete por intermédio de outrem. Somente pode ser praticado pelo próprio agente, mas admite a participação (art. 29, Código Penal). *Alternativa B.*

5347. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Em matéria de extinção da punibilidade, é possível assegurar que

(A) as causas de aumento ou de diminuição, com exceção do concurso material, do concurso formal e do crime continuado, devem ser computadas no prazo prescricional.
(B) as medidas de segurança não se sujeitam à prescrição.
(C) a reincidência não interfere na prescrição da pretensão executória.

(D) a prescrição admite interrupção, mas não suspensão.

(E) é admissível pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal, segundo súmula do Superior Tribunal de Justiça.

RESPOSTA (A) Conforme entendimento assente na doutrina e jurisprudência, as causas de diminuição e aumento de pena devem ser consideradas para efeitos de cálculo da prescrição *in abstracto*, computando-se a respectiva fração ao máximo da pena cominada ao delito. Acórdão n. 102.327/2011. (B) De acordo com o STJ, embora a medida de segurança não seja pena, ela tem caráter sancionatório, logo deve obedecer aos critérios de prescritibilidade aplicáveis às penas. Nesse sentido, decidiu no HC 59.764/SP, o Min. Og Fernades (*Informativo* 436). (C) Art. 117, VI, CP. (D) Arts. 116 e 117, CP. (E) Admissível somente a prescrição da pena *in abstracto*. *Alternativa A.*

5348. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Podem ser consideradas causas supralegais de exclusão do crime

(A) a insignificância e o erro sobre a ilicitude do fato, ambas afastando a culpabilidade.

(B) a adequação social e a coação moral irresistível, ambas afastando a tipicidade.

(C) o consentimento do ofendido, nos casos em que não integrar a descrição típica, e a inexigibilidade de conduta diversa.

(D) as descriminantes putativas e a coação física irresistível.

(E) o exercício regular de direito e a inimputabilidade, afastando a ilicitude e a culpabilidade, respectivamente.

RESPOSTA Como exclusão de causa supralegal, apenas o consentimento do ofendido, já que inexigibilidade de conduta diversa também é considerada causa de exclusão do crime, mas está prevista em lei. *Alternativa C.*

5349. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Constitui causa interruptiva da prescrição

(A) a decisão de pronúncia, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.

(B) a reincidência do acusado, mas apenas na modalidade de prescrição da pretensão punitiva.

(C) o recebimento da denúncia, ainda que posteriormente anulado.

(D) o aditamento à inicial quando supre omissão referente ao mesmo fato.

(E) os embargos de declaração.

RESPOSTA Art. 117, CP. Súmula 191, STJ. *Alternativa A.*

5350. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** Quando o agente dá início à execução de um delito e desiste de prosseguir em virtude da reação oposta pela vítima, ocorre

(A) arrependimento eficaz.

(B) crime consumado.

(C) fato penalmente irrelevante.

(D) desistência voluntária.

(E) crime tentado.

RESPOSTA A questão reside na distinção entre os institutos da tentativa (art. 14, II, CP) e da desistência voluntária (art. 15, primeira parte, CP). Em ambos os casos, o agente deu início à execução do delito (terceira fase do *iter criminis*), porém não atingiu a consumação (quarta fase do *iter criminis*). Na tentativa, a não consumação foi fruto de circunstâncias alheias à vontade do agente (ele QUER prosseguir, mas NÃO PODE). Na desistência voluntária, a não consumação foi fruto da própria vontade do agente (ele PODE prosseguir, mas NÃO QUER). Na questão em tela, estamos diante de uma resposta polêmica, tendo em vista que a banca deveria ter explicado de forma mais clara o significado e o alcance da “reação oposta pela vítima”. Apenas a título de exemplo, se a referida reação consiste em uma luta corporal da vítima com o agente, podemos pensar em tentativa, já

que a não consumação foi fruto de circunstâncias alheias à sua vontade (resistência oposta pela vítima). Por outro lado, se a referida reação é uma súplica da vítima, que implora por sua vida, contagiando emocionalmente o agente e fazendo com que ele desista de sua empreitada criminosa, podemos pensar em desistência voluntária, uma vez que ela não precisa ser espontânea, e sim meramente voluntária. De toda sorte, a banca considerou que a reação oposta pela vítima seria algo capaz de impedir a consumação do delito, por parte do agente, no sentido de que ele queria prosseguir com a execução, mas não podia (em razão da sobredita resistência), configurando-se a tentativa. *Alternativa E.*

5351. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** A restituição integral do valor apropriado aos cofres públicos pelo autor de peculato doloso, antes do recebimento da denúncia,

(A) implica na extinção da punibilidade do agente.
(B) caracteriza arrependimento posterior e a pena pode ser reduzida de um a dois terços.
(C) constitui arrependimento eficaz, isentado o agente de pena.
(D) não exclui o delito, nem implica em redução de pena, por já ter ocorrido a consumação.
(E) constitui desistência voluntária e isenta o agente de pena.

RESPOSTA O instituto do **arrependimento posterior** está previsto no art. 16, CP, e dispõe que a pena do agente será reduzida de 1/3 a 2/3, nas hipóteses em que forem preenchidos quatro requisitos cumulativos: (i) nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa; (ii) reparado o dano ou restituída a coisa; (iii) até o recebimento da denúncia ou da queixa; (iv) por ato voluntário do agente. O critério majoritariamente defendido pela doutrina para a definição do *quantum* de redução da pena do agente deve ser a celeridade da reparação do dano ou da restituição da coisa. Por outro lado, dispõe o art. 312, § 3º, CP, que no caso de **peculato culposo**, a reparação do dano pode configurar uma causa extintiva da punibilidade ou uma causa de diminuição de pena. Será considerada causa de EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE quando ocorrer ANTES da sentença irrecorrível e será considerada causa de DIMINUIÇÃO DE PENA (redução de metade da pena imposta) quando ocorrer DEPOIS da sentença irrecorrível. Cabe ressaltar, que a banca misturou diversos institutos jurídicos, com a finalidade de confundir o candidato em relação às consequências do arrependimento posterior, do peculato culposo e do peculato doloso. *Alternativa B.*

5352. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Sobre a extinção da punibilidade, considere:

I. existem causas de extinção da punibilidade geral e especial;
II. renúncia e perdão nos crimes contra a honra não são causas comunicáveis;
III. a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto de outro não se estende a este;
IV. nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravante da pena resultante da conexão;
V. extinta a punibilidade, aplica-se medida de segurança a presos perigosos.

Está correto o que consta SOMENTE em

(A) I, II e III.
(B) I, III e IV.
(C) II e IV.
(D) II, IV e V.
(E) III e V.

RESPOSTA (I) O art. 107, CP, trata das causas gerais de extinção da punibilidade, mas a parte especial também traz causas extintivas, tais como o art. 312, § 3º, CP. (II) São comunicáveis. (III) Art. 108, CP. (IV) Art. 108, CP. (V) Art. 96, parágrafo único, CP. *Alternativa B.*

5353. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão são aqueles

(A) que decorrem do não fazer o que a lei determina, sem dependência de qualquer resultado naturalístico.

(B) em que a lei descreve a conduta do agente e o seu resultado.

(C) em que a lei só descreve a conduta do agente, não aludindo a qualquer resultado.

(D) que se consumam antecipadamente, não dependendo da ocorrência do resultado desejado pelo agente.

(E) em que o agente, por deixar de fazer o que estava obrigado, produz o resultado.

RESPOSTA O crime omissivo impróprio, também chamado de comissivo por omissão, traduz no seu cerne a não execução de uma atividade predeterminada juridicamente exigida do agente. São crimes de evento, isso porque o sujeito que deveria evitar o injusto é punido com o tipo penal correspondente ao resultado. Todavia o que faz de um delito omissivo, comissivo por omissão, é a posição de garantia do agente. Assim, o salva-vidas que assiste, inerte, ao afogamento de um banhista incorre na prática do delito de homicídio (comissão) por omissão. *Alternativa E*.

5354. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Sobre a teoria geral do delito, é correto afirmar:

(A) Na concorrência plúrima, o instituto da cooperação dolosamente diversa ocorre quando todos os agentes, mesmo sem vínculo subjetivo, se comportam para o mesmo fim, mas desconhecem a conduta alheia.

(B) Nas descriminantes putativas é isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, havendo também isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.

(C) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem, atuando o coacto com excludente legal de culpabilidade.

(D) O crime impossível é causa legal de exclusão da ilicitude, ocorrendo quando o agente, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, não consegue consumar o crime.

(E) No concurso formal de crimes, o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, que pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, é punido aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido, mesmo que a ação ou omissão seja dolosa e os crimes concorrentes decorram de desígnios autônomos.

RESPOSTA (A) A banca fez confusão entre os institutos da cooperação dolosamente diversa (art. 29, § 2º, CP) e da autoria colateral. Nesta, os agentes agem juntos, mas um deles quer participar de crime menos grave. (B) O CP adota a teoria limitada da culpabilidade, assim diferencia duas espécies de descriminantes putativas: quando o erro recai sobre o fato, tem-se o erro de tipo permissivo; quando sobre a norma fala-se em erro permissivo (excludente de culpabilidade). Na primeira hipótese, verificado que o agente se equivocou sobre os fatos que, se existissem, justificariam sua conduta por uma descriminante, fica excluído o dolo. No entanto, nas hipóteses de ficar constatado que o erro poderia ter sido evitado com um pouco mais de cautela do agente, poderá ele responder pelo crime na modalidade culposa e, assim, não caberia isenção de pena, nos termos do art. 20, § 1º, CP. (C) Tanto a coação irresistível como a obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, são hipóteses de autoria mediata, aquela em que o agente se utiliza de um terceiro como mero instrumento para a execução delituosa. Assim, responderão nos termos do art. 22, CP apenas os autores mediatos, pois os autores imediatos ficarão amparados pela excludente da culpabilidade. (D) Não se pune o crime impossível por total ausência de ofensividade da conduta praticada pelo agente. No entanto a ausência de crime não se dá pela exclusão da ilicitude, mas sim da tipicidade, ou seja, a conduta no crime impossível é atípica. (E) Para configuração do concurso formal, é necessário que mais de um crime tenha sido praticado com uma única conduta (omissa ou comissiva). A redação da questão é no sentido de que sempre deve se cumular as penas de liberdade, quando, na verdade, a soma das penas só acontece se houver desígnios autônomos, nos termos do art. 70, CP. *Alternativa C.*

5355. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Sobre a teoria geral do delito, é correto afirmar:

(A) O erro de tipo afeta a compreensão da tipicidade subjetiva culposa, enquanto o erro de proibição afeta o entendimento sobre a ilicitude do agente que praticou o injusto penal, podendo levar à sua

exclusão.

(B) O erro de tipo tem como consequência jurídica a exclusão do dolo e, portanto, a exclusão da tipicidade dolosa da conduta, podendo, no caso penal concreto, ser vencível ou invencível.

(C) O fato de um consumidor de uma loja de joias tocar um abajur sem saber que serve de apoio a uma prateleira, que despenca e quebra uma rara peça de arte é exemplo de erro de proibição.

(D) Havendo orientação da Autoridade Administrativa acerca da legitimidade da conduta, a prática da ação realiza-se coberta pela boa-fé de que não é a mesma ilegal, atuando o agente em erro de tipo permissivo.

(E) A partir da adoção da teoria limitada da culpabilidade pelo Código Penal, tanto na hipótese de ser o erro de tipo essencial vencível quanto na hipótese de ser invencível, a consequência jurídica é a exclusão do juízo de culpabilidade do agente que se equivoca em relação às circunstâncias concomitantes do ato praticado.

RESPOSTA (A) Erro de tipo: é o erro que incide sobre os pressupostos de fato de uma causa de justificação ou sobre dados secundários da norma penal incriminadora, em outras palavras, é aquele que incide sobre as elementares ou sobre as circunstâncias da figura típica da norma penal incriminadora. Erro de proibição: erro do agente que acredita ser sua conduta admissível no direito, quando, na verdade ela é proibida. (B) O erro de tipo exerce um vício na previsão, impossibilitando o dolo a atingir todos os elementos essenciais do tipo. O dolo acaba sendo completamente excluído pelo erro, consequentemente, exclui a tipicidade da ação. Porém, essa exclusão do dolo nada influencia na culpabilidade, podendo o fato ser configurado como crime culposo, desde que haja previsão legal – art. 20, *caput*, CP. (C) Erro de proibição: erro do agente que acredita ser sua conduta admissível no direito, quando, na verdade, ela é proibida. (D) No erro de tipo permissivo, não há a exclusão do dolo, mas apenas um afastamento da culpabilidade dolosa, se for evitável. Afasta-se também a culpabilidade culposa, se o erro for evitável. (E) Na teoria limitada da culpabilidade, há várias hipóteses de erro nas descriminantes putativas; o agente sempre atua de forma dolosa, não havendo, assim, exclusão do dolo do tipo. Há uma distinção entre erros do agente que recaem sobre as descriminantes putativas fáticas (erro de tipo permissivo) e os erros dele que recaem sobre os limites jurídicos. *Alternativa B.*

5356. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Nos denominados “crimes de bagatela”, ocorre

(A) causa obrigatória de diminuição de pena.

(B) exclusão da antijuridicidade material.

(C) causa supralegal de exclusão da culpabilidade.

(D) inexigibilidade de conduta diversa.

(E) estado de necessidade.

RESPOSTA Os crimes de bagatela estão ligados ao Princípio da Insignificância, que pode ser conceituado como aquele que permite afastar a tipicidade dos fatos causadores de danos de pouca ou nenhuma importância para o direito penal. Assim, tais fatos são considerados pela legislação penal como atípicos, posto que destituídos de qualquer valoração a merecer tutela penal, sendo, portanto, irrelevantes. São ações aparentemente típicas, mas de tal modo inexpressivas e insignificantes que não merecem a reprovabilidade penal. *Alternativa B.*

5357. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** A absorção do crime-meio pelo crime-fim configura aplicação do princípio da

(A) consunção.

(B) especialidade.

(C) subsidiariedade.

(D) sucessividade.

(E) alternatividade.

RESPOSTA (A) Conhecido também como Princípio da Absorção, é um princípio aplicável nos casos em que há uma sucessão de condutas com existência de um nexo de dependência. De acordo com tal princípio, o crime-fim absorve o crime-meio. (B) O princípio da especialidade revela que a norma especial afasta a incidência da norma geral. (C) Princípio que se aplica para dirimir um conflito aparente de normas, quando duas ou mais normas legais parecem incidir sobre determinado fato delituoso,

devendo escolher-se qual delas a mais indicada. (D) Quando duas ou mais normas sucedem no tempo, referindo-se ao mesmo fato, sempre preferirá a que for posterior. (E) Por essa regra, a aplicação de uma norma exclui a aplicabilidade de outra que, de alguma forma, também o prevê. A previsão desse princípio é tão óbvia que muitos doutrinadores o repelem como um princípio regente do concurso aparente de normas. *Alternativa A.*

5358. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** O crime previsto no art. 129, § 3º do Código Penal − lesão corporal seguida de morte − preterdoloso, por excelência,

(A) exige para sua caracterização que fique demonstrado que o agente não quis o resultado obtido com sua ação ou que esse lhe fosse imprevisível.

(B) insere-se na categoria dos delitos qualificados pelo resultado e, portanto, não admite a forma tentada.

(C) é punível ainda que a morte seja fruto do acaso ou imprevisível.

(D) a assunção do risco do resultado exige a verificação da relação de causalidade formal e a imputabilidade plena do agente nas circunstâncias para a complementação do tipo penal.

(E) é forma privilegiada de homicídio e por isso sujeito à jurisdição do Tribunal do Júri por se tratar de espécie de crime doloso contra a vida.

RESPOSTA Não se admite tentativa nos crimes preterdolosos, haja vista que o resultado lesivo gravoso está fora do campo de vontade do agente, sendo produzido de forma culposa. Segundo o Código Penal, em geral não se admite tentativa nos crimes culposos por lhe faltar livre vontade e consciência de querer praticar um crime e obter um resulto diferente do almejado. Vontade livre e consciência são elementos da conduta dolosa. Assim, ficaria afastada a possibilidade de ocorrência da tipicidade, que é o amoldamento perfeito da conduta praticada pelo autor com o tipo penal; e o agente não responderia por dolo nesta última modalidade. *Alternativa B.*

5359. **(Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC)** O agente iniciou a execução de um delito, cuja consumação não ocorreu pela:

I. Ineficácia relativa do meio empregado.
II. Impropriedade absoluta do objeto.
III. Reação da vítima.
IV. Ineficácia absoluta do meio empregado.
V. Impropriedade relativa do objeto.

Haverá tentativa punível na(s) hipótese(s) indicada(s) SOMENTE em

(A) III.
(B) I e V.
(C) II e IV.
(D) I, II e IV.
(E) I, III e V.

RESPOSTA (I) Tentativa punível pela ineficácia relativa. (II) Tentativa impunível pela impropriedade absoluta. (III) Tentativa punível por circunstâncias alheias à sua vontade. (IV) Tentativa impunível por ineficácia absoluta do meio. (V) Tentativa punível pela impropriedade relativa. *Alternativa E.*

5360. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** No trajeto do transporte de dois presos para o foro criminal por agentes penitenciários um deles saca de um instrumento perfurante e desfere diversos golpes contra o outro preso. Os agentes da lei presenciaram a ação desde o início e permaneceram inertes. Na conduta dos agentes

(A) há amparo pela excludente de ilicitude do exercício regular do direito, deixando de agir por exposição do risco às próprias vidas.

(B) a omissão é penalmente irrelevante porque a causalidade é fática.
(C) não há punição porque o Estado criou o risco da ocorrência do resultado.
(D) a omissão é penalmente relevante porque a causalidade é normativa.
(E) a omissão é penalmente relevante porque a causalidade é fática-normativa.

RESPOSTA Art. 13, § 2º, *a*, CP. *Alternativa D.*

5361. (Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC) O argumento do Defensor Público ao requerer a desclassificação para a figura da tentativa do crime patrimonial de roubo, mantendo o ofendido o seu bem, levando-se em conta o seu resultado naturalístico, será a de que se trata de crime

(A) material, consumando-se apenas no momento da produção do resultado.
(B) formal, bastando a simples ameaça por parte do agente.
(C) qualificado pelo resultado, distinguindo-se o dolo direto e indireto.
(D) de mera conduta, devendo mencionar explicitamente o resultado da ação.
(E) material qualificado pelo resultado.

RESPOSTA (A) O crime material só se consuma com a produção do resultado naturalístico, como a morte no homicídio. (B) O crime formal, por sua vez, não exige a produção do resultado para a consumação do crime, ainda que possível que ele ocorra. (C) Quando o resultado é mais grave que o tipo penal simples. (D) No crime de mera conduta, o resultado naturalístico não só não precisa ocorrer para a consumação do delito, como ele é mesmo impossível. (E) Um crime que necessita de resultado, e seu resultado é mais grave que o tipo penal simples. *Alternativa A.*

5362. (Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC) Os crimes que resultam do não fazer o que a lei manda, sem dependência de qualquer resultado naturalístico, são chamados de

(A) comissivos por omissão.
(B) formais.
(C) omissivos próprios.
(D) comissivos.
(E) omissivos impróprios.

RESPOSTA (A) Nos crimes omissivos impróprios, ou comissivos por omissão, a pessoa desatende a um dever legal de evitar um resultado indesejável. (B) Ocorre quando a intenção do agente é presumida de seu próprio ato, que se considera consumado independentemente do resultado. (C) Os crimes omissivos próprios não exigem um resultado para a concretização do seu tipo penal. (D) Crime comissivo é aquele cuja conduta típica requer um atuar positivo da parte do sujeito ativo. Assim, o tipo requer que seja o crime praticado por um comportamento ativo. (E) Nos crimes omissivos impróprios, ou comissivos por omissão, a pessoa desatende a um dever legal de evitar um resultado indesejável. *Alternativa C.*

5363. (Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC) Nos crimes plurissubsistentes, havendo *iter criminis* com sucessivas condutas durante a sua execução, é

(A) inadmissível a tentativa.
(B) admissível apenas a tentativa perfeita.
(C) cabível a tentativa tão somente nas formas culposas.
(D) admissível tanto a tentativa perfeita, como a imperfeita.
(E) cabível apenas a tentativa imperfeita.

RESPOSTA Na tentativa imperfeita, o agente não termina a execução por motivos alheios à sua vontade. Já na tentativa perfeita o agente termina a execução e, mesmo assim, o crime não se consuma por motivos alheios à sua vontade. *Alternativa D.*

5364. (Procurador – MP-CE – 2011 – FCC) Em razão da concepção normativa do dolo, o

erro sobre o elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo se

(A) incidir exclusivamente nos elementos objetivos, normativos e subjetivos da definição legal.

(B) incidir nos elementos objetivos, normativos e subjetivos da definição legal além de outros elementos ou circunstâncias que qualificam o crime ou aumentam a pena.

(C) a concepção normativa do dolo exigir apenas o resultado naturalístico e não se considerar a consciência da ilicitude para a caracterização do erro.

(D) não incidir nos elementos, causas ou circunstâncias que qualificam o crime ou aumentam a pena.

(E) incidir apenas nos elementos normativos do tipo legal do crime.

RESPOSTA Tipo é a descrição legal do comportamento proibido, ou seja, a fórmula ou modelo usado pelo legislador para definir a conduta penalmente punível. Ex.: o tipo do homicídio está na descrição que o art. 121, CP, dá ("matar alguém"). Geralmente, tais descrições são compostas só por elementos objetivos, como no exemplo de homicídio ("matar alguém"). Noutras, como no furto, art. 155, CPB, por elementos normativos ("alheia") e elementos subjetivos ("para si ou para outrem"). Como se sabe, o conceito do dolo (CP, art. 18, I) compreende a vontade e a consciência de realizar tipo penal. Assim, se o sujeito pensou matar um animal, mas, na verdade, estava matando um ser humano ("alguém") por erro, não tinha consciência de realizar o comportamento punível. Semelhantemente, se o agente se engana e leva embora a mala alheia em vez da própria, ele não tem consciência de estar subtraindo coisa "alheia" móvel. É para regular tais hipóteses e outras semelhantes que esse art. 20 dispõe que o erro (engano) sobre elemento constitutivo (seja elemento objetivo, normativo ou subjetivo) do tipo legal do crime (de sua descrição legal) exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo (CP, art. 18, II), se previsto em lei (CP, art. 18, parágrafo único). *Alternativa B.*

5365. (Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC) O erro em matéria penal

(A) exclui sempre o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.

(B) reflete na culpabilidade, de modo apenas a atenuá-la, se o engano incide sobre elemento do tipo penal.

(C) afasta a tipicidade, se o engano incide sobre a ilicitude do fato.

(D) reflete na culpabilidade, podendo inclusive excluí-la, se o engano recai sobre a ilicitude do fato.

(E) afasta a culpabilidade, se o engano recai sobre elemento do tipo penal.

RESPOSTA (A) A punição na modalidade culposa será verificada quando da inevitabilidade do erro. (B) Poderá excluí-la se for erro invencível. (C) Afasta a tipicidade se o erro recai sobre algum elemento do tipo penal. (D) Hipótese de descriminante putativa, em que o sujeito acredita estar abarcado por uma causa de justificação. (E) Se recai sobre o tipo penal, recai sobre a tipicidade. *Alternativa D.*

5366. (Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC) São crimes que se consumam no momento em que o resultado é produzido:

(A) materiais e omissivos próprios.

(B) culposos e formais.

(C) de mera conduta e omissivos impróprios.

(D) permanentes e formais.

(E) omissivos impróprios e materiais.

RESPOSTA (A) Os crimes omissivos próprios se consomem com a mera omissão; são crimes formais. (B) Crimes formais consomem-se com a mera atividade. (C) Crimes de mera conduta consumam-se com a verificação da conduta. (D) Crimes permanentes se consomem com a primeira verificação da atividade, sendo a cessação da atividade mero exaurimento. (E) Os crimes omissivos impróprios dependem para consumação do resultado, caso contrário, pune-se a tentativa. Os crimes materiais só se consomem quando verificado o resultado naturalístico do crime. *Alternativa E.*

5367. (Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC) Nos crimes preterdolosos,

(A) o dolo do agente é subsequente ao resultado culposo.

(B) há maior intensidade de dolo por parte do agente.
(C) o agente é punido a título de dolo e também de culpa.
(D) o agente aceita, conscientemente, o risco de produzir o resultado.
(E) o agente prevê o resultado, mas espera que este não aconteça.

RESPOSTA Nos crimes preterdolosos haverá dolo no crime antecedente e culpa no crime consequente. *Alternativa C.*

5368. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** Sobre o crime de perigo de inundação, previsto no Código Penal, é correto afirmar:

(A) O elemento subjetivo é tanto o dolo quanto a culpa em sentido estrito.
(B) Só se consuma com a efetiva inundação.
(C) Trata-se de crime de perigo concreto, exigindo a causação de risco para a incolumidade pública.
(D) Sujeito ativo do delito é apenas o proprietário do imóvel em que se encontra o obstáculo ou a obra destinada a impedir inundação.
(E) Para sua caracterização basta a ocorrência de perigo eventual.

RESPOSTA (A) Só há previsão da modalidade dolosa, art. 254, CP. (B) Consuma-se com a criação do perigo, visto que é crime de perigo concreto. (C) Art. 254, CP. (D) É crime comum quanto ao seu sujeito ativo. (E) É crime de perigo concreto, portanto, necessita da causação de perigo no caso concreto. *Alternativa C.*

5369. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** A legítima defesa

(A) só cabe para a preservação de direito próprio.
(B) não admite a modalidade putativa.
(C) exclui a culpabilidade.
(D) só cabe contra a agressão humana.
(E) não conduz ao reconhecimento da licitude do fato na esfera civil.

RESPOSTA (A) O art. 25, parte final, CP, prevê que a legítima defesa é cabível para preservação de direito próprio ou de outrem. (B) Não há previsão legal para a modalidade putativa da legítima defesa. A legítima defesa putativa é um caso das chamadas descriminantes putativas, mas, de acordo com o art. 20, § 1º, parte final, CP, não isenta de pena quando o fato é punível como crime culposo. (C) Exclui a ilicitude, conforme o art. 23, II, CP. (D) A conduta humana voluntária, comissiva ou omissiva é elemento que caracteriza o delito culposo. (E) Conforme prevê o art. 188, Código Civil, aquele que atua em legítima defesa não pratica ato ilícito capaz de suportar a obrigação de indenizar. *Alternativa D.*

5370. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Retratando-se a testemunha da afirmação falsa antes de proferida a sentença no processo em que a formulou, a retratação

(A) não tem qualquer interferência.
(B) causa a extinção da punibilidade.
(C) configura circunstância atenuante.
(D) constitui causa de diminuição da pena.
(E) leva ao reconhecimento da perempção.

RESPOSTA (A) É causa de extinção da punibilidade. (B) Previsão legal no art. 342, § 2º, CP. (C) É causa de extinção da punibilidade. (D) É causa de extinção da punibilidade. (E) É causa de extinção da punibilidade. *Alternativa B.*

V. Da Imputabilidade Penal e da Culpabilidade

5371. **(Analista – TRE-RS – 2010 – FCC)** “A”, menor de 18 anos, efetua disparos de arma de fogo contra a vítima que, em virtude dos ferimentos recebidos, vem a falecer um mês depois, quando

"A" já havia atingido aquela idade. Nesse caso, "A":

(A) não será tido como imputável, porque se considera como tempo do crime o momento da ação ou omissão.

(B) só será considerado inimputável se provar que, ao tempo do crime, não possuía a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato.

(C) será tido como imputável, pois o Código Penal considera como tempo do crime tanto o momento da ação quanto o momento do resultado.

(D) não será considerado imputável se provar que cometeu o delito sob estado de necessidade ou em legítima defesa.

(E) será considerado imputável, pois a consumação do crime ocorreu quando já era maior de 18 anos.

RESPOSTA Art. 4º, c/c art. 27, ambos do CP. *Alternativa A.*

5372. **(Analista – MP-PE – 2012 – FCC)** No que concerne ao delito de contração de operação de crédito, considere:

I. Se o agente público, com atribuições para ordenar operação de crédito, o faz sem prévia autorização legislativa, não chegando, porém, a se concretizar a contratação por circunstâncias alheias à sua vontade, deverá responder pelo delito na forma tentada.

II. O sujeito ativo só pode ser agente público, motivo porque é inadmissível a participação criminosa de pessoa que não ostente a qualidade de funcionário público.

III. O crime só é punível a título de dolo, não se caracterizando o delito em questão quando a conduta for decorrente de culpa, em quaisquer de suas modalidades.

Está correto o que consta SOMENTE em

(A) I e III.

(B) I e II.

(C) III.

(D) II e III.

(E) I.

RESPOSTA (I) Trata-se de crime formal, sendo a concretização da contratação apenas exaurimento do crime. (II) Sujeito ativo somente poderá ser um agente público (funcionário público *lato sensu*). No entanto, somente poderá cometer esse tipo penal quem possui atribuição legal para ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo. Se o funcionário que emitir o ato administrativo não tiver atribuição legal para tanto, referido ato será passível de anulação pelo próprio poder público. Essa falta de atribuição legal torna a conduta praticada atípica. Deve-se destacar que pode ser sujeito ativo tanto o agente público que emite o ato administrativo, isto é, que ordena ou autoriza a operação de crédito, como aquele funcionário (subordinado) que a realiza. (III) O elemento subjetivo é o dolo, representado pela vontade consciente de ordenar, autorizar ou realizar, operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização. É indispensável que o sujeito ativo tenha conhecimento da inexistência de autorização legislativa. O dolo deve abranger a ação, o fim preposto, os meios escolhidos e o fim pretendido. A previsão, elemento cognitivo do dolo, deve abranger correta e completamente todos os elementos essenciais do tipo, sejam eles descritivos, normativos ou subjetivos. Enfim o dolo deve abranger também o conhecimento dos chamados "elementos negativos do tipo". Não existe dolo restrito. Não há previsão de qualquer fim especial. *Alternativa C.*

5373. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Exclui a culpabilidade, em decorrência da não imputabilidade,

(A) a coação moral irresistível.

(B) a menoridade.

(C) o erro sobre a ilicitude do fato.

(D) a emoção.

(E) a embriaguez não acidental.

RESPOSTA Art. 27, CP. *Alternativa B.*

5374. (Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC) Carlos, com dezoito anos à época do fato, na companhia do amigo Paulo, com vinte e dois anos por ocasião do fato, furtaram R$ 300,00 (trezentos reais) da carteira do avô de Carlos, seu Romeu, o qual contava, no dia do furto, em 07/08/07, com 61 anos de idade. Sobre a responsabilização penal dos autores do fato, é correto afirmar:

(A) Carlos responderá pelo delito de furto qualificado, assim como seu amigo Paulo, sendo que não haverá isenção de pena para qualquer um dos agentes.

(B) Haverá isenção de pena quanto a Carlos, por se tratar de descendente da vítima, circunstância que alcançará o amigo Paulo.

(C) Carlos ficará isento de pena, mas tal circunstância não alcançará o amigo Paulo.

(D) A responsabilização penal de ambos os agentes de penderá de representação da vítima.

(E) A responsabilização penal de Carlos dependerá de queixa-crime e a de Paulo de representação da vítima.

RESPOSTA Art. 155, § 4º, IV, CP. Todavia, avô não está incluído nas escusas absolutórias do art. 181, I, II, CP. *Alternativa A.*

5375. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) Para formação do nexo de causalidade, no sistema legal brasileiro, a superveniência de causa relativamente independente

(A) exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado, imputando-se os fatos anteriores a quem os praticou.

(B) exclui a imputação quando em concurso com outra concausa produz o resultado, atenuando-se a responsabilidade do autor pelo fato anterior.

(C) exclui a imputação quando produz o resultado com restrição da responsabilidade de quem praticou o fato subjacente ao limite de sua responsabilidade material.

(D) exclui parcialmente a imputação, tornando os autores responsáveis pelo fato subjacente no limite de suas responsabilidades.

(E) não exclui a imputação do resultado superveniente.

RESPOSTA Art. 13, § 1º, CP. *Alternativa A.*

VI. Do Concurso de Pessoas

5376. (Delegado – PC-MA – 2006 – FCC) Pedro (funcionário público) convidou Paulo (comerciante) para subtraírem um computador de uma repartição pública. Paulo concordou, ignorando que Pedro é funcionário público. Ambos ingressaram na referida repartição pública e subtraíram o computador. Nesse caso,

(A) Pedro responde por peculato doloso e Paulo por furto.

(B) Pedro responde por furto e Paulo por peculato doloso.

(C) Ambos respondem por peculato doloso.

(D) Ambos respondem por furto.

(E) Pedro responde por peculato doloso e Paulo por peculato culposo.

RESPOSTA Pedro responde por peculato, art. 312, CP, e Paulo por furto, art. 155, CP, já que desconhecia a condição funcional de Pedro. *Alternativa A.*

5377. (Analista – TRE-RS – 2010 – FCC) "A", médico, determina à enfermeira que seja ministrado veneno ao paciente, e ela o faz, acreditando tratar-se de medicamento, verificando-se a morte da vítima. Nesse caso há

(A) cooperação dolosamente distinta.
(B) participação sucessiva, em relação à enfermeira.
(C) concurso de agentes.
(D) autoria imediata, em relação ao médico.
(E) autoria mediata, em relação ao médico.

RESPOSTA Ocorre autoria mediata quando o autor domina a vontade alheia e, desse modo, se serve de outra pessoa que atua como instrumento (atribui-se esse conceito a Stübel, 1828). Exemplo: médico quer matar inimigo que está hospitalizado e se serve da enfermeira para ministrar injeção letal no paciente. *Alternativa E.*

5378. (Analista – TRE-CE – 2012 – FCC) José, João e Mário praticam um determinado delito. Contudo, José, um dos concorrentes, queria participar de delito menos grave daquele cometido pelos agentes. Neste caso, para José, será aplicada a pena do crime

(A) menos grave, aumentada de 1/6 a 2/3, independentemente da previsibilidade do resultado mais grave.
(B) mais grave diminuída de 1/6 a 1/3.
(C) mais grave em qualquer hipótese.
(D) menos grave, que será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
(E) menos grave, em qualquer hipótese, sem nenhuma majoração ou redução.

RESPOSTA Trata-se de participação em crime menos grave ou desvio subjetivo de condutas. De acordo com o art. 29, § 2º, CP, se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste. Contudo, essa pena será aumentada até a metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave. *Alternativa D*.

5379. (Analista – TRE-TO – 2011 – FCC) No concurso de pessoas,

(A) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de metade.
(B) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
(C) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena do crime cometido, reduzida de um a dois terços.
(D) as circunstâncias e as condições de caráter pessoal se comunicam, sejam, ou não, elementares do crime.
(E) a instigação e o auxílio, em qualquer hipótese, são puníveis mesmo que o crime não ocorra.

RESPOSTA Trata-se de texto expresso do art. 29, *caput*, CP, que apresenta a Teoria Monista ou Unitária, adotada pelo CP em relação ao concurso de pessoas. De acordo com o referido diploma, a regra é no sentido de que todas as pessoas que contribuíram para um determinado crime deverão incidir nas penas a este cominadas. Contudo, a nossa Teoria Monista ou Unitária não é absoluta, apresentando um caráter Mitigado ou Matizado ou Temperado, o que significa que, embora todos respondam pelo mesmo crime, a pena será personalizada de acordo com o grau de reprovabilidade de cada conduta, justamente para atender ao disposto no Princípio da Individualização da Pena. *Alternativa B*.

5380. (Advogado – METRÔ – 2010 – FCC) A respeito do concurso de pessoas, é correto afirmar que

(A) é necessária a presença *in loco* do comparsa para a configuração da coautoria.

(B) é admissível o concurso de pessoas nos crimes de mera conduta.
(C) responde por coautoria quem presta auxílio ao autor do crime, após a consumação do delito.
(D) não é punível o partícipe se incerto ou inimputável o autor principal.
(E) não há concurso de pessoas se não houver prévio ajuste entre os autores do crime.

RESPOSTA (A) Pela teoria do Domínio do Fato, para determinar os autores intelectuais, mediatos e imediatos, basta que eles tenham domínio do atuar criminoso, do "se" e do "como" a conduta criminosa prosseguirá. (B) Os crimes de mera conduta são aqueles que não possuem resultado naturalístico. Portanto, apenas a conduta é punível e consuma o delito. É admissível, sim, o concurso de pessoas. (C) Na fase do exaurimento do crime, não haverá concurso de pessoas, porque o concurso só ocorre na fase da cogitação, preparação e execução. (D) Será punível o partícipe desde que este seja imputável e tenha anuído consciente e espontaneamente com a prática delituosa. (E) O ajuste poderá ser concomitante à prática do crime, no entanto deverá haver ajuste, mesmo que tácito. *Alternativa B*.

5381. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Sobre o concurso de agentes, considere:

I. quem executa, juntamente com outras pessoas, a ação ou omissão que configura o delito;
II. quem colabora para a conduta do autor com a prática de uma ação que, em si mesma, não é penalmente relevante.

Os conceitos acima se referem, respectivamente, a

(A) autor e autor mediato.
(B) crime de multidão e coautor.
(C) coautor e partícipe.
(D) cooperação dolosamente distinta e coautor eventual.
(E) participação culposa e autor mediato.

RESPOSTA (I) O coautor participa diretamente dos atos de execução. Em matéria penal, todos os agentes participantes do concurso são denominados coautores. Segundo nosso guru Mirabete, "a coautoria é, em última análise, a própria autoria". (II) O partícipe não é aquele que realiza a conduta típica, quero dizer, que pratica o núcleo o tipo, o verbozinho do artigo (matar, roubar). Mas ele contribui de alguma forma para o crime acontecer. Mirabete diz que a participação é "a atividade acessória daquele que colabora para a conduta do autor com a prática de uma ação que, em si mesma, não é penalmente relevante". *Alternativa C*.

5382. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** A previsibilidade do resultado mais grave do crime na hipótese de concurso de pessoas, quando um dos agentes quis participar de crime menos grave conduz, em relação a esse, à

(A) aplicação da pena prevista para o resultado do crime na exata medida de sua culpabilidade.
(B) diminuição da pena de 1/6 a 1/3 por se tratar de participação de menor importância qualquer que seja o resultado.
(C) aplicação da pena prevista para o crime de que queria participar.
(D) aplicação da pena prevista para o crime de que queria participar, aumentada até a metade.
(E) diminuição da pena de 1/6 a 1/3 por se tratar de participação de menor importância desde que o resultado possa lhe ser imputado a título de culpa.

RESPOSTA Art. 29, § 2º, CP. *Alternativa D.*

5383. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** Em matéria de concurso de pessoas, é correto afirmar que

(A) coautores são aqueles que, atuando de forma idêntica, executam o comportamento que a lei define como crime.
(B) partícipe é aquele que, também praticando a conduta que a lei define como crime, contribui, de

qualquer modo, para a sua realização.
(C) é possível a coautoria nos crimes de mão própria.
(D) é admissível a coautoria nos crimes próprios, desde que o terceiro conheça a especial condição do autor.
(E) é inadmissível a participação nos crimes omissivos próprios.

RESPOSTA (A) Ocorre coautoria quando várias pessoas participam da execução do crime, realizando ou não o verbo núcleo do tipo. Todos os coautores, entretanto, possuem o codomínio do fato. Todos praticam fato próprio. (B) Partícipe é quem ajuda/auxilia. Por exemplo, aquele que, sabendo das intenções do autor, o transporta até o local onde a vítima está, para que o autor possa matá-la; ou quem ajuda o autor a fugir, etc. (C) Somente é possível a participação. (D) São coautores todos os que realizam o verbo núcleo do tipo. Por força do art. 30, CP, entretanto, essa elementar alcança o particular que tinha ciência dela. Desse modo, também o particular pode ser coautor, desde que participe da execução do crime. (E) Existe a clara possibilidade de um agente, partícipe, instigar outrem, autor, a não ter alguma conduta. Quando o autor deixar de fazer algo, está cometendo um crime omissivo, e o instigador, por sua vez, responde como partícipe. *Alternativa D.*

5384. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** Sobre o concurso de pessoas, considere as seguintes afirmações:

I. Quem executa, juntamente com outras pessoas, a ação ou omissão que configura o delito.
II. Aquele que colabora para a conduta do autor com a prática de uma ação que, em si mesma, não é penalmente relevante.

Estas afirmações correspondem, respectivamente, ao

(A) coautor e partícipe.
(B) partícipe e autor mediato.
(C) cúmplice e coautor.
(D) coautor e autor mediato.
(E) autor mediato e coautor.

RESPOSTA É coautor porque pratica a conduta núcleo do tipo penal. Quanto à assertiva II, trata-se de partícipe porque a definição não se enquadra em nenhuma das outras modalidades de autor, quais sejam: autor mediato, aquele que se utiliza de terceiro impunível; autor intelectual, aquele que planeja o atuar criminoso; autor imediato, aquele que pratica a conduta núcleo do tipo penal. *Alternativa A.*

VII. Do Concurso de Crimes

5385. **(Analista – MP-AP – 2012 – FCC)** Henrique, primário e de bons antecedentes, com 19 anos de idade praticou, no dia 10 de Janeiro de 2012, durante a madrugada, quatro roubos consumados, com emprego de arma de fogo, contra estabelecimentos comerciais do tipo Posto de Gasolina, situados em bairros diversos na cidade de Macapá. Henrique foi denunciado pelo Ministério Público pelos quatro crimes cometidos naquela data e o Magistrado impôs ao réu a pena de 05 anos e 04 meses de reclusão para cada um dos crimes cometidos. Neste caso, o Magistrado deverá reconhecer o

(A) concurso formal e aplicar as penas cumulativamente, totalizando 21 anos e 4 meses de reclusão.
(B) concurso material e aplicar as penas dos crimes cometidos cumulativamente, totalizando 21 anos e 4 meses de reclusão.
(C) concurso formal e aplicar a pena de um só dos crimes cabíveis, aumentada de um sexto até metade.
(D) crime continuado e aplicar a pena de um só dos crimes, aumentada de um sexto a dois terços.
(E) crime continuado e aplicar a pena de um só dos crimes, aumentada até o triplo.

RESPOSTA Art. 71, parágrafo único, CP. *Alternativa E.*

5386. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Em relação ao concurso formal, é correto afirmar que

(A) os crimes devem ser da mesma espécie.
(B) o crime concorrente pode resultar de desígnio autônomo, se a ação for culposa.
(C) a pena não pode exceder a que seria cabível pela regra do crime continuado.
(D) a multiplicidade de resultados não pode decorrer de omissão.
(E) é cabível mesmo entre delito doloso e culposo.

RESPOSTA (A) Crimes podem ser idênticos ou não: art. 71, CP. (B) As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa, e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior. (C) Art. 70, parágrafo único, CP. (D) Mais de uma ação ou omissão. (E) Sem restrição de crime culposo ou doloso. *Alternativa E.*

5387. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** Tício amarrou dois inimigos juntos num poste e os matou com um único disparo. Nesse caso, houve

(A) crime continuado, aplicando-se a pena de um dos crimes aumentada de dois terços até o dobro.
(B) crime continuado, aplicando-se as penas de um dos crimes aumentada de um sexto a dois terços.
(C) concurso formal próprio, aplicando-se as penas de um dos crimes, aumentada de um sexto até a metade.
(D) concurso formal impróprio e as penas aplicam-se cumulativamente.
(E) concurso formal próprio, aplicando-se as penas de um dos crimes aumentada até o triplo.

RESPOSTA O concurso formal ou ideal ocorre quando o agente pratica uma conduta única, que resulta em uma pluralidade de crimes (pelo menos dois crimes). Tais crimes podem ser idênticos (concurso formal homogêneo) ou diferentes (concurso formal heterogêneo). O art. 70, 1ª parte, CP, traz o concurso formal normal, próprio ou perfeito, que ocorre quando o agente não tinha desígnios autônomos em relação aos resultados (dolo no primeiro resultado e culpa nos demais OU culpa em todos os resultados), e as penas serão exasperadas. O art. 70, 2ª parte, CP, traz o concurso formal anormal, impróprio ou imperfeito, caso em que o agente tinha desígnios autônomos em relação aos resultados (dolo em todos os resultados), e as penas serão somadas. No exemplo, o agente praticou uma conduta única (um único disparo) e acabou gerando uma pluralidade de crimes (dois homicídios), o que caracteriza o concurso formal ou ideal. Contudo, podemos perceber que ele possuía desígnios autônomos em relação a todos os resultados, uma vez que ele teve dolo em ambos os resultados. Sendo assim, o concurso formal ou ideal será classificado como anormal, impróprio ou imperfeito, e as penas deverão ser somadas. *Alternativa D*.

VIII. Das Penas

5388. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Rubens está sendo processado por crime de peculato, praticado no dia 03 de fevereiro de 2008, quando tinha 20 anos de idade. A denúncia foi recebida no dia 05 de junho de 2008. Por sentença judicial, publicada no Diário Oficial no dia 10 de novembro de 2011, Rubens foi condenado a cumprir pena de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa. A pena privativa de liberdade aplicada pelo Magistrado foi substituída, na forma do art. 44, do CP, por uma pena restritiva de direitos de prestação de serviços à comunidade, pelo prazo da pena privativa de liberdade aplicada, e por 10 (dez) dias-multa, no valor unitário mínimo. A sentença transitou em julgado no dia 1º de janeiro de 2012. Nesse caso, após o trânsito em julgado, a prescrição para as penalidades aplicadas ao réu verifica-se no prazo de

(A) 02 anos para a pena privativa de liberdade e para as multas.
(B) 08 anos para a pena privativa de liberdade e 02 anos para as multas.
(C) 04 anos para a pena privativa de liberdade e para as multas.
(D) 04 anos para a pena privativa de liberdade e 02 anos para as multas.

(E) 08 anos para a pena privativa de liberdade e para as multas.

RESPOSTA Inicialmente, podemos perceber que a questão apresentada trata da prescrição da pretensão executória da pena, tendo em vista que já existe sentença penal condenatória com trânsito em julgado. Nesse diapasão, Rubens foi condenado às penas de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão, bem como ao pagamento de 10 (dez) dias-multa. Vale ressaltar que a pena de multa prescreverá no mesmo prazo estabelecido para a pena privativa de liberdade, na forma do art. 114, II, CP (aplicação cumulativa das penas de multa e privativa de liberdade). Dessa forma, o candidato precisa se preocupar, apenas, em verificar o prazo prescricional da pena privativa de liberdade, uma vez que ambas as penas prescreverão em conjunto. De acordo com o art. 109, IV, CP, a prescrição da pena privativa de liberdade se dará em 8 (oito) anos, quando a pena aplicada for superior a 2 (dois) anos e não exceder a 4 (quatro) anos. Contudo, cabe ressaltar que a prescrição será contada pela metade, na forma do art. 115, CP, tendo em vista que Rubens tinha menos de 21 (vinte e um) anos na data do crime (3-2-2008). Sendo assim, o prazo prescricional cairá para 4 (quatro) anos. *Alternativa C*.

5389. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** O fornecimento de cestas básicas a instituições de caridade inclui-se dentre as penas

(A) de multa.
(B) privativas de liberdade.
(C) restritivas de direitos.
(D) de prisão simples.
(E) acessórias.

RESPOSTA O art. 43, I, CP, faz menção à prestação pecuniária, como uma das espécies de penas restritivas de direitos. Por sua vez, o art. 45, § 2º, CP, prevê que a prestação pecuniária poderá consistir em prestação de outra natureza, na hipótese de aceitação do beneficiário. Sendo assim, podemos citar o pagamento de cestas básicas, como uma das prestações pecuniárias passíveis de aceitação pelo beneficiário, quando da aplicação de uma pena restritiva de direitos. *Alternativa C*.

5390. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Considere as seguintes situações hipotéticas de cidadãos processados pela Justiça Pública:

I. José, não reincidente, é condenado a cumprir pena de 04 anos de reclusão por crime de denunciação caluniosa e poderá iniciar o cumprimento da pena em regime aberto.
II. Paulo é condenado a cumprir pena de 02 anos de reclusão por crime de coação no curso do processo, e tem sua pena privativa de liberdade substituída por uma pena restritiva de direitos e por multa.
III. Murilo registra condenação anterior por crime de falso testemunho e está sendo processado por crime de peculato. Nesse caso, não poderá ter a sua pena privativa de liberdade substituída pela restritiva de direitos, por expressa vedação legal.

De acordo com o CP, está correto o que consta APENAS em

(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.

RESPOSTA (I) O art. 33, § 2º, alínea *c*, CP, dispõe que o condenado não reincidente, cuja pena privativa de liberdade seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto. (II) O crime cometido por Paulo não permite a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos. Cabe ressaltar que Paulo foi condenado pelo crime de coação no curso do processo, que está previsto no art. 344, CP, e ocorre quando o agente usa de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral. Nesse sentido, será incabível a substituição, pelo fato de o art. 44, I, CP, somente permitir a substituição da pena privativa de liberdade nas hipóteses de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa. (III) Em que pese a proibição legal de substituição da pena privativa de

liberdade do condenado reincidente em crime doloso, na forma do art. 44, II, CP, existe uma mitigação de tal regra no art. 44, § 3º, CP, que dispõe que, mesmo que o condenado seja reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face da condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime. *Alternativa A.*

5391. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** No que se refere à aplicação da pena, de acordo com o CP, é correto afirmar:

(A) É circunstância que sempre agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime, ter o agente cometido o crime contra criança, maior de 50 (cinquenta) anos, enfermo ou mulher grávida.

(B) Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu, sendo que a multa pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.

(C) Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 3 (três) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação.

(D) A pena não poderá ser atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, não prevista expressamente em lei.

(E) Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade, cuja soma seja superior a trinta anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite de trinta anos e, sobrevindo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação, sem desprezar, para este fim, o período de pena já cumprida.

RESPOSTA De acordo com o art. 60, *caput* e § 1º, CP, o juiz deverá aplicar a pena de multa atendendo, principalmente, à situação econômica do réu. Nesse sentido, o magistrado possui a discricionariedade de aumentar o valor da multa até o triplo, com a finalidade de dar-lhe efetividade, nas hipóteses em que perceber que a sua aplicação será ineficaz (mesmo que cominada no máximo), em virtude da situação econômica do réu. *Alternativa B.*

5392. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** Sobre a reincidência, considere:

I. Trata-se de circunstância preponderante na fixação da pena e, em qualquer hipótese, impede que se inicie o cumprimento da sanção no regime semiaberto.

II. Revoga o *sursis*, obrigatoriamente, no caso de condenação por outro crime doloso ou culposo.

III. Suspende o prazo da prescrição.

IV. Impede o reconhecimento do furto e do estelionato privilegiados.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) IV.

(B) III e IV.

(C) II, III e IV.

(D) I e III.

(E) I e II.

RESPOSTA (I) O reincidente sempre perde o regime mais favorável. (II) Art. 83, parágrafo único, CP. (III) Art. 117, VI, CP. (IV) Arts. 155, § 2º; 171, § 1º, CP. *Alternativa A.*

5393. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Cônjuges primários e de bons antecedentes praticam lesões corporais leves recíprocas durante uma briga. Sobre a persecução penal,

(A) ambos terão direito à transação penal.

(B) ambos obterão a extinção da punibilidade caso não haja representação do cônjuge.
(C) a pena privativa de liberdade eventualmente imposta para o marido poderá ser substituída por fornecimento de "cesta básica" ou outra de prestação pecuniária.
(D) ambos terão direito apenas à suspensão condicional do processo.
(E) a pena privativa de liberdade eventualmente imposta para a esposa não será a de lesões corporais leves qualificadas pela violência doméstica.

RESPOSTA Art. 154-B, CP. *Alternativa B*.

5394. (Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC) No crime de apropriação indébita previdenciária, se o agente, primário e de bons antecedentes, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, promover o pagamento da contribuição e acessórios, é facultado ao juiz somente
(A) reduzir a pena ou aplicar unicamente a de multa.
(B) deixar de aplicar a pena ou reduzi-la.
(C) aplicar pena de multa majorada.
(D) aplicar a pena privativa de liberdade, excluindo a pecuniária.
(E) deixar de aplicar a pena ou impor unicamente a de multa.

RESPOSTA (A) O juiz só pode deixar de aplicar a pena ou aplicar unicamente a pena de multa. (B) O juiz só pode deixar de aplicar a pena ou aplicar unicamente a pena de multa. (C) O juiz só pode deixar de aplicar a pena ou aplicar unicamente a pena de multa. (D) O juiz só pode deixar de aplicar a pena ou aplicar unicamente a pena de multa. (E) De acordo com o art. 168-A, § 3º, I e II, CP. *Alternativa E*.

5395. (Promotor – MP-AP – 2012 – FCC) O Regime Disciplinar Diferenciado
(A) pode ser imposto quando o preso praticar fato previsto como crime doloso, ainda que não ocasione subversão da ordem ou disciplina internas.
(B) não pode ultrapassar o limite de 1/6 (um sexto) da pena aplicada.
(C) não pode ser imposto ao preso provisório.
(D) permite visitas semanais de duas pessoas, aí incluídas crianças, com duração de duas horas.
(E) não pode ser imposto ao preso estrangeiro.

RESPOSTA Art. 52, I, Lei n. 10.792/2003. *Alternativa B*.

5396. (Analista – MP-PE – 2012 – FCC) O instituto que possibilita ao condenado abreviar, pelo trabalho, parte do tempo da condenação, é denominado:
(A) detração.
(B) remissão.
(C) progressão.
(D) regressão.
(E) conversão.

RESPOSTA Art. 128, LEP. *Alternativa B*.

5397. (Analista – MP-AP – 2012 – FCC) José, primário, foi condenado a cumprir pena de 20 anos de reclusão pelo crime hediondo de latrocínio cometido no dia 20 de Abril de 2007. Neste caso, José deverá cumprir a pena
(A) inicialmente em regime fechado e terá direito à progressão para o regime semiaberto após o cumprimento de, no mínimo, 12 anos da pena cominada.

(B) integralmente em regime fechado.

(C) inicialmente em regime fechado e terá direito à progressão para o regime semiaberto após o cumprimento de, no mínimo, 8 anos da pena cominada.

(D) inicialmente em regime fechado e terá direito à progressão para o regime semiaberto após o cumprimento de, no mínimo, 6 anos e 6 meses da pena cominada.

(E) inicialmente em regime fechado e terá direito à progressão para o regime semiaberto após o cumprimento de, no mínimo, 10 anos da pena cominada.

RESPOSTA Art. 33, § 2º, CP. *Alternativa C*.

5398. (Analista – MP-AP – 2012 – FCC) Miguel cometeu crime de difamação contra Vítor e está respondendo uma ação penal privada movida pelo ofendido (querelante), que tramita perante uma das varas criminais da comarca de Macapá. Miguel, o querelado, poderá se retratar cabalmente e, neste caso,

(A) ficará isento da pena se a retratação ocorrer antes do trânsito em julgado da sentença e contar com a anuência expressa do querelante.

(B) terá a pena reduzida de um a dois terços se a retratação ocorrer antes da sentença.

(C) ficará isento de pena se a retratação ocorrer antes do trânsito em julgado da sentença.

(D) ficará isento de pena se a retratação ocorrer antes da sentença.

(E) terá a pena reduzida de um a dois terços se a retratação ocorrer antes da sentença e contar com a anuência expressa do querelante.

RESPOSTA Art. 143, CP. *Alternativa D*.

5399. (Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC) No tocante às penas privativas de liberdade,

(A) é possível a fixação do regime fechado para cumprimento de pena de detenção, se reincidente o condenado e a agravante decorrer da prática da mesma infração.

(B) é inadmissível a adoção do regime prisional semiaberto ao reincidente condenado a pena igual ou inferior a quatro anos, ainda que favoráveis as circunstâncias judiciais.

(C) a prática de falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional, segundo posição do Superior Tribunal de Justiça.

(D) é incabível a determinação de exame criminológico para análise de pedido de progressão, mesmo que motivada a decisão, consoante entendimento dos Tribunais Superiores.

(E) a gravidade abstrata do delito permite o estabelecimento de regime mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

RESPOSTA (A) Art. 33, CP. (B) Art. 33, § 2º, *b*, e § 3º, CP. (C) Arts. 86 e 87, CP. (D) Exame criminológico necessário, segundo o art. 112, LEP. (E) O regime gravoso do delito está intimamente ligado à fixação da pena, e não à gravidade do delito. *Alternativa C*.

5400. (Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC) A pena de prestação pecuniária

(A) é sempre incabível para o condenado reincidente.

(B) deve ser fixada em dias-multa.

(C) só pode ser estabelecida em favor da vítima ou de seus dependentes.

(D) é autônoma e, nos crimes culposos, substitui a privativa de liberdade não superior a quatro anos.

(E) pode consistir em prestação de outra natureza, se houver aceitação do beneficiário.

RESPOSTA (A) Art. 44, II, CP. (B) Art. 45, § 1º, CP. (C) Art. 45, § 1º, CP. (D) Art. 45, *caput*, CP. (E) Art. 45, § 2º, CP.

Alternativa E.

5401. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Na aplicação da pena,

(A) pode o juiz limitar-se a uma só diminuição se, no caso, concorrerem as causas de diminuição da tentativa e da semi-imputabilidade do agente.
(B) é possível a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.
(C) o aumento pelo crime continuado deve preceder a diminuição pela confissão espontânea.
(D) é admissível o reconhecimento de atenuante em razão de circunstância relevante, posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.
(E) a reincidência pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

RESPOSTA Art. 65, III, *a*, CP. *Alternativa D*.

5402. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** De acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta e não pode decorrer unicamente da indicação

(A) da gravidade abstrata do delito.
(B) da circunstância de o acusado responder a outras ações penais.
(C) da reincidência do réu.
(D) da consumação ou não do delito.
(E) do número de majorantes.

RESPOSTA Consoante já noticiado no *Informativo* 128, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 443: "O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes". *Alternativa E*.

5403. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Nos crimes contra a liberdade sexual, NÃO constitui causa de aumento da pena a circunstância de

(A) resultar gravidez.
(B) o agente ser casado.
(C) o agente ser empregador da vítima.
(D) o crime ser cometido com concurso de duas ou mais pessoas.
(E) o agente transmitir doença sexualmente transmissível de que sabe ser portador.

RESPOSTA Art. 226, CP. *Alternativa B*.

5404. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Podem obter autorização para saída temporária os

(A) condenados que cumpram pena em regime semiaberto.
(B) presos provisórios e os condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto.
(C) presos provisórios e os condenados que cumpram pena em regime semiaberto.
(D) condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto.
(E) presos provisórios e os condenados que cumpram pena em regime aberto.

RESPOSTA Art. 122, LEP. *Alternativa A*.

5405. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** De acordo com entendimento sumulado dos Tribunais

Superiores,

(A) a pena unificada para atender ao limite de 30 (trinta) anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, deve ser considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.

(B) a reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.

(C) não se admite a progressão de regime de cumprimento de pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinado, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

(D) a incidência da circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

(E) é admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos, ainda que desfavoráveis as circunstâncias judiciais.

RESPOSTA Súmula 241, STJ. *Alternativa B*.

5406. **(Analista – TRE-RS – 2010 – FCC)** Sobre a pena de MULTA prevista no Código Penal, é INCORRETO afirmar que

(A) deve ser paga dentro de 10 (dez) dias depois do trânsito em julgado da sentença.

(B) se converte em pena de detenção, quando o condenado solvente deixa de pagá-la ou frustra a sua execução.

(C) sua cobrança pode ser efetuada mediante desconto no salário do condenado, quando aplicada isoladamente.

(D) sua execução será suspensa se sobrevém ao condenado doença mental.

(E) se cobrada mediante desconto no salário, não deve incidir sobre os recursos indispensáveis ao sustento do condenado e de sua família.

RESPOSTA (A) Art. 50, CP. (B) Sem previsão legal – artigo revogado. (C) Art. 50, § 1º, CP. (D) Art. 52, CP. (E) Art. 50, § 2º, CP. *Alternativa B*.

5407. **(Advogado – PBGAS – 2007 – FCC)** Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato, cuja despesa NÃO possa ser paga no mesmo exercício financeiro, constitui

(A) crime previsto no Código Penal, sujeitando o agente à pena de detenção.

(B) crime previsto no Código Penal, sujeitando o agente à pena de reclusão.

(C) mera infração administrativa.

(D) mera irregularidade, sem consequência administrativa ou penal.

(E) crime previsto no Código Penal, sujeitando o agente somente à pena de suspensão dos direitos políticos.

RESPOSTA (A) Art. 359-C, CP. (B) Art. 359-C, CP. (C) É conduta típica, ilícita e culpável. (D) Veja itens anteriores. (E) Art. 37, § 4º, CRFB/88. *Alternativa B*.

5408. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** A perda da função pública constitui efeito da condenação quando aplicada pena privativa de liberdade igual ou superior a

(A) um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, desde que a sentença forneça a necessária motivação.

(B) quatro anos, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação do dever para com a Administração Pública, desde que a sentença forneça a necessária motivação.

(C) um ano, para qualquer crime, desde que a sentença forneça a necessária motivação.
(D) quatro anos, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, independentemente de motivação na sentença.
(E) um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, independentemente de motivação na sentença.

RESPOSTA Art. 92, I, *a*, CP. *Alternativa A*.

5409. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** No que toca ao sistema de aplicação da pena, é correto afirmar:

(A) Há previsão no art. 44 do Código Penal de substituição da pena privativa de liberdade para condenados reincidentes, ainda que a reincidência tenha se operado em virtude da prática do mesmo crime, desde que o segundo delito não envolva violência ou grave ameaça à pessoa.
(B) Segundo o Código Penal, na hipótese de sobrevir condenação definitiva à pena privativa de liberdade por outro crime durante a execução de pena restritiva de direito, a conversão da pena substitutiva, em sede de execução, será obrigatória, mesmo que seu cumprimento seja compatível com o regime de cumprimento da pena definido na segunda sentença condenatória.
(C) Nas hipóteses relativas à Lei n. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, há vedação legal de substituição da pena privativa de liberdade por prestação de serviço à comunidade.
(D) Ao agente primário e de conduta social satisfatória que é condenado à pena de dois anos de reclusão por roubo tentado, com todas as circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal reconhecidas como favoráveis na sentença, é possível aplicar-se a suspensão condicional da pena prevista no art. 77 do Código Penal.
(E) A substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito prevista no art. 44 do Código Penal não é possível para delitos culposos nas hipóteses de condenações superiores a quatro anos.

RESPOSTA (A) Art. 44, § 3º, CP. (B) Art. 75, § 2º, CP. (C) Art. 17, Lei n. 11.340/2006. (D) Art. 77, I, II, III, CP. (E) Art. 44, I, CP. *Alternativa D*.

5410. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** As penas restritivas de direitos, postas em relação às penas privativas de liberdade, no sistema adotado pelo Código Penal brasileiro são

(A) autônomas e aplicam-se cumulativamente quando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado indicarem que essa cumulação seja necessária para prevenir e reprimir o crime.
(B) subsidiárias e substitutivas pelo tempo da pena aplicada não superior a 6 anos de reclusão para os crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
(C) autônomas e substitutivas qualquer que seja a pena aplicada para os crimes culposos.
(D) autônomas e substitutivas pelo tempo da pena aplicada não superior a 4 anos de reclusão.
(E) subsidiárias e de aplicação cumulativa para os crimes culposos punidos com pena de reclusão até 4 anos.

RESPOSTA Art. 44, I, CP. *Alternativa C*.

5411. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** A prescrição da pretensão executória do Estado

(A) regula-se pela pena aplicada ao crime, aumentada de um sexto para os condenados reincidentes em crime doloso.

(B) não pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.
(C) regula-se pela pena cominada ao crime, diminuída de metade se o condenado for menor de 21 anos de idade na data do fato ou maior de 70 anos na data da sentença.
(D) tem por termo inicial o do início do cumprimento efetivo da pena privativa de liberdade imposta, ressalvados os casos de detração.
(E) regula-se pela pena aplicada e pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.

RESPOSTA Art. 110, § 1º, CP. *Alternativa E*.

5412. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento determinado pelo art. 75 do Código Penal

(A) é considerada para a concessão livramento condicional.
(B) é considerada para o cálculo da prescrição da pretensão executória em caso de evasão do sentenciado.
(C) não é considerada para a concessão de progressão ao regime mais favorável na execução da pena.
(D) não deve ser considerada porque este artigo foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e não há limite para o cumprimento de pena privativa de liberdade.
(E) obriga o cumprimento integral em regime fechado da pena unificada independentemente do total das penas aplicadas.

RESPOSTA Entretanto, a unificação de penas não é levada em conta para fins de concessão de benefícios da execução penal, como a progressão de regime ou o livramento condicional. Esse entendimento é pacífico nos tribunais do país. O próprio Supremo Tribunal Federal (STF) já sumulou (715) o assunto: "A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo artigo 75 do Código Penal, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução". A pena máxima de trinta anos foi estipulada em respeito à vedação constitucional de prisão perpétua no Brasil. Assim, essa pena não pode ser tomada como parâmetro para fins de concessão de qualquer outra vantagem. Isso importaria permitir que criminosos condenados por tempo maior fossem agraciados com os mesmos benefícios concedidos a um outro que cumpra pena por tempo não superior a trinta anos. *Alternativa C*.

5413. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** A pena privativa de liberdade deve ser substituída por restritiva de direitos quando não for superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça contra a pessoa. O réu foi condenado a pena de um ano e oito meses pelo delito de tráfico de entorpecentes, temos então que

(A) o crime de tráfico de entorpecentes não contém elementar de violência e grave ameaça à pessoa e o *quantum* da pena não atinge quatro anos sendo, portanto, permitida a substituição da pena.
(B) a substituição da pena no caso de tráfico de entorpecentes é expressamente vedada por lei.
(C) a substituição da pena é vedada por lei, salvo se o réu colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação de coautores ou partícipes do crime.
(D) a pena privativa de liberdade poderá ser substituída desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa.
(E) a pena privativa de liberdade poderá ser substituída desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa, devendo colaborar na investigação policial.

RESPOSTA Art. 33, § 4º, Lei n. 11.343/2006. Todavia o artigo foi revogado conforme Resolução n. 5, de 2012. Questão anulada. *Alternativa B*.

5414. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** Em um crime de roubo, o réu, reincidente, teve aplicada uma pena de quatro anos de reclusão em regime semiaberto levando-se em consideração as circunstâncias judiciais. A decisão do juiz

(A) afronta dispositivo legal penal sobre a fixação do regime de pena que determina a imposição de seu cumprimento em regime semiaberto e aberto a não reincidentes.
(B) afronta dispositivo legal penal sobre a fixação do regime de pena que determina a imposição de seu cumprimento apenas no regime aberto a não reincidentes.
(C) não afronta dispositivo legal penal a teor da súmula 269 do Superior Tribunal de Justiça.
(D) não afronta dispositivo legal desde que fundamente as circunstâncias legais.
(E) não afronta dispositivo legal penal desde que o apenado apresente, de imediato, o exame criminológico.

RESPOSTA Súmula 269, STJ: É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais. *Alternativa C*.

5415. **(Procurador – MP-CE – 2011 – FCC)** Na aplicação da pena é correto afirmar:

(A) A reincidência penal pode ser considerada como circunstância agravante e como judicial.
(B) É possível a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.
(C) Ainda que a pena-base seja fixada no mínimo legal é possível a fixação de regime prisional mais gravoso do que o cabível para a sanção imposta com fundamento na gravidade abstrata do delito.
(D) Ao condenado a pena igual a 8 anos, ainda que primário, não deverá começar a cumpri-la em regime fechado.
(E) Ao contrário das causas especiais de aumento de pena, as qualificadoras incidem na primeira fase de sua fixação, estabelecendo-se a pena-base.

RESPOSTA (A) Somente como circunstância agravante. Art. 61, I, CP. (B) Somente considera-se culpado após o trânsito em julgado de sentença condenatória. (C) Regras do art. 33, § 2º, CP. (D) Art. 33, § 2º, *b*, CP. (E) Art. 68, CP. *Alternativa E*.

5416. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** Por detração penal compreende-se

(A) a possibilidade que tem o preso, em regime fechado ou semiaberto, de descontar parte da execução da pena pelo trabalho.
(B) o cômputo no prazo da pena privativa de liberdade, do tempo de prisão provisória ou administrativa.
(C) a atenuação da pena por ato do Poder Executivo.
(D) a conversão da pena restritiva de direito em pena privativa de liberdade.
(E) a substituição da pena privativa de liberdade por multa.

RESPOSTA (A) Remissão: art. 126, LEP. (B) Art. 42, CP. (C) Arts. 65 e 66, CP. (D) Art. 33, CP. *Alternativa B*.

IX. Dos Crimes contra a Pessoa

5417. **(Advogado – METRÔ – 2010 – FCC)** A respeito dos Crimes contra a Pessoa, é correto afirmar que

(A) o crime de omissão de socorro pode ser cometido por pessoa que não se encontra presente no local onde está a vítima.
(B) o crime de autoaborto é punível por culpa, quando resultar de imprudência, negligência ou

imperícia por parte da gestante.

(C) o reconhecimento do perigo de vida no delito de lesões corporais graves depende de exame de corpo de delito complementar.

(D) o crime de maus-tratos não pode ser cometido por professores contra os seus alunos, mas somente pelos pais ou tutores da vítima.

(E) quem induz alguém a suicidar-se não responde pelo delito se da tentativa de suicídio resultam apenas lesões corporais graves.

RESPOSTA (A) Se essa pessoa podia/devia prestar socorro, mesmo não estando presente, responderá pela omissão. (B) Não há previsão na modalidade culposa. (C) Independe de corpo de delito complementar. (D) Art. 136, CP. (E) Art. 122, CP. *Alternativa A*.

5418. (Promotor – MP-PE – 2008 – FCC) Sobre o crime de aborto, é correto afirmar:

(A) Não se pune o aborto praticado por médico se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou do seu representante legal, se incapaz.

(B) Não constitui infração penal provocar aborto em si mesma.

(C) É permitido provocar aborto com o consentimento da gestante, em qualquer hipótese.

(D) Quando o aborto praticado por terceiro configura crime, as penas são aumentadas de um terço se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza leve ou grave.

(E) Em qualquer hipótese não pratica crime a gestante que consente no aborto.

RESPOSTA (A) Art. 128, II, CP. (B) Art. 124, CP. (C) Art. 124, CP. (D) Art. 128, CP. (E) Art. 124, CP. *Alternativa A*.

5419. (Promotor – MP-PE – 2008 – FCC) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal a ação penal no crime de estupro, praticado com violência real, é

(A) pública condicionada, nos casos de pobreza da vítima e dos seus pais, apenas quando da violência resultar lesão corporal leve.

(B) privada, se da violência resultar lesão corporal de natureza leve.

(C) pública incondicionada, apenas se resultar lesão corporal de natureza grave ou morte.

(D) pública incondicionada.

(E) pública condicionada, se da violência resulta lesão corporal de natureza grave ou morte.

RESPOSTA (A) *Vide* item (D). (B) Art. 225, parágrafo único. (C) Art. 225, parágrafo único. (D) Nos crimes de estupro praticados com emprego de violência real, a ação penal é pública incondicionada, não sendo possível alegar decadência do direito de representação, nem ilegitimidade do Ministério Público para a propositura da ação. *Alternativa D*.

5420. (Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC) Analise as assertivas abaixo:

I. A prática de atos libidinosos sem o consentimento da vítima de quinze anos de idade configura estupro qualificado.

II. Após a Lei n. 12.015/09, a regra geral para as ações penais em crimes contra a liberdade sexual passou a ser a de ação pública incondicionada.

III. A prática de conjunção carnal com menor de quatorze anos em situação de exploração sexual configura crime de favorecimento à prostituição de vulnerável.

IV. Para a tipificação do crime de lenocínio, exige-se que a conduta seja dirigida a pessoa determinada.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

(A) II.
(B) III.
(C) IV.
(D) I e IV.
(E) II e III.

RESPOSTA (I) Art. 213, § 1º, CP. (II) Art. 225, parágrafo único, CP. (III) Art. 228, CP. (IV) A ação típica é induzir significando: incutir, persuadir, convencer, levar, mover. Quanto à pessoa que é induzida, o dispositivo registra apenas alguém independente de sexo ou idade. *Alternativa D.*

5421. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** O constrangimento com intuito de obter favorecimento sexual que caracteriza o crime de assédio sexual (art. 216-A, do Código Penal)

(A) não pode ter como vítima o homem.
(B) é qualificado se praticado pelo pai contra vítima menor de 14 anos.
(C) absorve a eventual violência de natureza leve utilizada em seu cometimento.
(D) pressupõe a condição de superioridade hierárquica ou ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função.
(E) é indiferente ao consentimento da vítima para caracterização do crime.

RESPOSTA Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. *Alternativa D.*

5422. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** Em relação ao homicídio, é correto afirmar que

(A) o privilégio da violenta emoção pode concorrer com as qualificadoras objetivas, não com as subjetivas.
(B) as qualificadoras relativas aos motivos do crime não se comunicam aos coautores, mesmo que conheçam a motivação.
(C) premeditação constitui circunstância qualificadora.
(D) o erro quanto à pessoa não isenta de pena, considerando-se ainda as condições e qualidades da vítima.
(E) admite o perdão judicial, se privilegiado.

RESPOSTA (A) Doutrina e jurisprudência, ainda que não seja posicionamento unânime (há corrente no sentido de que, pela disposição técnica do Código e de ser o privilégio mera causa de diminuição da pena, a figura do homicídio privilegiado-qualificado é inadmissível – Cf. *RTJ* 42/48 e *RT* 525/336 e 515/367), admitem, relativamente ao homicídio, a combinação de privilegiadoras com qualificadoras objetivas (nesse sentido: STF-*RTJ*, 90/61 e 61/20; *RT* 541/466, 556/349, 525/350 e 496/263). (B) Art. 30, CP. (C) Art. 121, § 2º, CP, sem previsão legal para a premeditação. (D) Art. 20, § 3º, CP. (E) Art. 121, § 5º, CP. *Alternativa A.*

5423. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa,

(A) o aumento pela continuidade deve decorrer do número de infrações praticadas, segundo expressa previsão legal.
(B) os crimes não precisam ser da mesma espécie para o reconhecimento da continuidade delitiva.
(C) a pena, se reconhecida a continuidade, não pode exceder a que seria cabível pela regra do concurso formal.
(D) o juiz, se admitir a continuidade, poderá aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo.

(E) é obrigatória a aplicação da regra do concurso material.

RESPOSTA Art. 71, parágrafo único, CP. *Alternativa D.*

5424. **(Analista – MP-AP – 2012 – FCC)** Manoel cometeu cinco crimes de homicídio em uma pequena cidade do Estado do Amapá e passou a ser procurado pela Justiça Pública, ainda na fase investigatória, após ter a sua prisão temporária decretada. Para que não seja capturado pela polícia, Manoel contratou seu amigo João, renomado cirurgião plástico, que realizou em Manoel uma operação plástica, alterando completamente o rosto do criminoso. Neste caso, João, ciente do intuito de Manuel, cometeu crime de

(A) inutilização de sinal.
(B) favorecimento pessoal.
(C) tergiversação.
(D) fraude processual.
(E) favorecimento real.

RESPOSTA Art. 347, CP: Fraude processual – É um dos crimes contra a administração da justiça. Consiste em inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito. *Alternativa D.*

5425. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** No crime de lesão corporal praticado no contexto de violência doméstica (art. 129, § 9º, do Código Penal),

(A) o sujeito passivo é sempre a mulher.
(B) é necessário que a vítima conviva com o agente.
(C) não incide a agravante de o crime ser cometido contra cônjuge, se a ofendida é casada com o autor.
(D) a pena é aumentada de 1/6 (um sexto) se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.
(E) não basta que se prevaleça o agente de relação de hospitalidade.

RESPOSTA (A) Qualquer sexo. (B) Conviva ou tenha convivido. (C) A incidência da agravante geraria *bis in idem*, uma vez que o fato de o agente ser cônjuge já qualifica o crime. (D) 1/3, cf. § 11, art. 129, CP. (E) Relações domésticas, coabitação ou hospitalidade. *Alternativa C.*

5426. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Miro, em mera discussão com Geraldo a respeito de um terreno disputado por ambos, com a intenção de matá-lo, efetuou três golpes de martelo que atingiram seu desafeto. Imediatamente após o ocorrido, no entanto, quando encerrados os atos executórios do delito, Miro, ao ver Geraldo desmaiado e perdendo sangue, com remorso, passou a socorrer o agredido, levando-o ao hospital, sendo que sua postura foi fundamental para que a morte do ofendido fosse evitada, pois foi providenciada a devida transfusão de sangue. Geraldo sofreu lesões graves, uma vez que correu perigo de vida, segundo auto de exame de corpo de delito. Nesse caso, é correto afirmar:

(A) Miro responderá pelo crime de lesão corporal gravíssima previsto no art. 129, § 2º, do Código Penal, em vista da sua vontade inicial de matar a vítima e da quantidade de golpes, circunstâncias que afastam a validade do auto de exame de corpo de delito.
(B) Incidirá a figura do arrependimento eficaz e Miro responderá por lesões corporais graves.
(C) Incidirá a figura do arrependimento posterior, com redução de eventual pena aplicada.

(D) Incidirá a figura da desistência voluntária e Miro responderá por lesões corporais graves.

(E) Miro responderá por tentativa de homicídio simples, já que o objetivo inicial era a morte da vítima.

RESPOSTA Miro incidirá no arrependimento eficaz (art. 15, CP), respondendo pelos atos praticados, qual seja, lesões corporais graves (art. 129, II, CP). *Alternativa B.*

X. Dos Crimes contra o Patrimônio

5427. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** Em relação aos crimes contra o patrimônio, é correto afirmar que

(A) a participação ou auxílio posterior ao crime, não prometido ou prestado antes ou durante a subtração, é suficiente para configurar o concurso de pessoas no furto.

(B) o roubo qualificado pela lesão grave é crime hediondo.

(C) a ação penal é pública incondicionada se o estelionato é cometido em prejuízo de irmão maior de sessenta anos.

(D) impunível a receptação se inimputável o autor do crime de que proveio a coisa.

(E) possível a aplicação somente da pena de multa na apropriação indébita culposa, se primário o agente e de pequeno valor a coisa.

RESPOSTA (A) Posterior ao crime, seria o caso de crime de favorecimento real. (B) Não elencado no rol taxativo da Lei n. 8.072/90. (C) Art. 183, III, CP. (D) Art. 180, § 4º, CP. (E) Art. 168-A, § 3º. *Alternativa C.*

5428. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** No que concerne aos crimes contra o patrimônio, possível assegurar que

(A) a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena no crime de roubo, consoante entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.

(B) cabível a suspensão condicional do processo no estelionato, ainda que cometido contra entidade de assistência social.

(C) não há previsão legal de infração culposa.

(D) a ação penal é sempre pública incondicionada.

(E) admitem, em alguns casos expressos, o perdão judicial.

RESPOSTA (A) Somente a arma que gere perigo lesivo. Sem previsão sumular. (B) Art. 171, § 3º, CP. (C) Há previsão, como, por exemplo, a receptação culposa. (D) Pode ser também pública condicionada a representação e privada. (E) Art. 155, § 4º, CP. *Alternativa E.*

5429. **(Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC)** O funcionário público que, mediante grave ameaça com arma de fogo, subtrai um automóvel de um particular, utiliza-o para viagem de turismo e depois o abandona em frente à residência da vítima, comete

(A) roubo de uso.

(B) roubo simples.

(C) peculato.

(D) roubo qualificado.

(E) violência arbitrária.

RESPOSTA Art. 157, I, IV, CP. O fato de o agente ser funcionário público não interfere na prática da conduta delituosa, tendo em vista que não se utilizou do cargo ou função para o cometimento do crime. *Alternativa D.*

5430. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** Há previsão legal de escusa absolutória nos delitos patrimoniais desde que seja cometido contra cônjuge, na constância da sociedade conjugal,

(A) ascendente, excluídos os crimes de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de violência ou grave ameaça somente contra a pessoa.

(B) ascendente, descendente, excluídos os crimes de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de violência ou grave ameaça somente contra a pessoa.

(C) ascendente, excluídos os crimes de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de violência ou grave ameaça contra a pessoa e ao estranho que participa do crime.

(D) ascendente, descendente, excluídos os crimes de roubo, extorsão e latrocínio.

(E) ascendente, descendente, excluídos os crimes de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de violência ou grave ameaça contra a pessoa e ao estranho que participa do crime.

RESPOSTA Arts. 181, II, c/c 183, I e II, ambos do CP. *Alternativa E.*

5431. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** A respeito dos entendimentos sumulados é INCORRETO afirmar:

(A) Para o Superior Tribunal de Justiça, inquéritos policiais e ações penais em curso não podem agravar a pena-base.

(B) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, o aumento da pena na terceira fase nas hipóteses de roubo majorado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente a mera alusão ao número de majorantes.

(C) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao delito permanente, se sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

(D) De acordo com súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

(E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, é possível aplicar ao delito de furto qualificado pelo concurso de agentes aumento idêntico ao previsto para o roubo majorado pelo concurso de agentes, visto que mais benéfico.

RESPOSTA (A) Súmula 444, STJ. (B) Súmula 443, STJ. (C) Súmula 711, STF. (D) Súmula 14, STF. (E) Súmula 442, STJ, texto errado. *Alternativa E.*

XI. Dos Crimes contra a Honra

5432. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** No que concerne aos crimes contra a dignidade sexual, é correto afirmar que

(A) a revogação do art. 214 do Código Penal pela Lei n. 12.015/09 conduziu à *abolitio criminis* do delito de atentado violento ao pudor anteriormente cometido.

(B) irretroativa a nova disposição do art. 225 do Código Penal que estabelece sempre ser pública condicionada ou incondicionada a ação penal nos crimes contra a liberdade sexual ou contra vulnerável.

(C) o estupro de vulnerável não é crime hediondo, já que se trata de hipótese de presunção de violência.

(D) apenas mulher pode ser sujeito passivo do delito de assédio sexual.

(E) configura o crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável praticar conjunção carnal com alguém menor de quatorze anos submetido à prostituição.

RESPOSTA (A) Atualmente não há mais o crime de atentado violento ao pudor, porém a conduta correspondente agora é considerada estupro; ou seja, a redação em vigor do art. 213 (estupro) alcança tanto a conduta antes considerada estupro como aquela anteriormente considerada como atentado violento ao pudor. O vocábulo estupro passou a ter, portanto, uma maior amplitude. (B) Art. 225, CP. (C) Art. 1º, VI, Lei n. 8.072/90. (D) Qualquer pessoa. (E) Art. 218-B, CP. *Alternativa B.*

5433. (Analista – TRF-4 – 2010 – FCC) Considere as seguintes assertivas sobre os crimes contra a honra:

I. No crime de injúria, o juiz pode deixar de aplicar a pena quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria.

II. Admite-se a prova da verdade no crime de calúnia se o fato é imputado a chefe de governo estrangeiro.

III. No crime de difamação, a exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

IV. As penas cominadas aos crimes de calúnia, difamação e injúria aumentam-se de um terço se qualquer dos crimes é cometido contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência.

De acordo com o CP, está correto o que consta APENAS em

(A) II e III.
(B) I, II e IV.
(C) I e III.
(D) II, III e IV.
(E) I e IV.

RESPOSTA O item I está correto, tendo em vista que o juiz poderá deixar de aplicar a pena, quando o ofendido tiver, de forma reprovável, provocado diretamente a injúria. Trata-se do disposto no art. 140, § 1º, I, CP. O item II está errado, pois, muito embora a regra seja a admissibilidade da exceção da verdade na calúnia, o § 3º, art. 138, CP, traz três hipóteses (I, II e III), em que a prova da verdade não será admitida. Dentre tais hipóteses, temos o II, que dispõe que a prova da verdade não será permitida quando o fato for imputado a qualquer das pessoas indicadas no art. 141, I, CP (Presidente da República ou Chefe de Governo Estrangeiro). O item III está correto, pelo fato de representar texto expresso do art. 139, parágrafo único, CP. O item IV está errado, pois as penas cominadas aos crimes de calúnia e difamação aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência. Contudo, a injúria não gera a referida causa de aumento, na forma do art. 141, IV, CP. *Alternativa C*.

5434. (Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC) No tocante à exceção da verdade, INCORRETO afirmar que

(A) inaplicável no crime de calúnia se o fato imputado constitui delito de ação privada e não houve a propositura de queixa.
(B) inaplicável no crime de difamação se a ofensa a funcionário público não é relativa ao exercício de suas funções.
(C) aplicável, em qualquer circunstância, no crime de injúria.
(D) inaplicável no crime de calúnia se o fato imputado constitui delito de ação pública e o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.
(E) inaplicável no crime de calúnia se praticado contra chefe de governo estrangeiro.

RESPOSTA Art. 138, § 3º, CP. Crime de calúnia. *Alternativa C.*

XII. Crimes Previdenciários

5435. (Analista – TRF-4 – 2010 – FCC) Considere as seguintes assertivas sobre o crime de apropriação indébita previdenciária:

I. É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.

II. É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

III. Aquele que deixa de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional está sujeito a pena de detenção de 15 dias a 6 meses ou multa.

Está correto o que consta APENAS em

(A) II e III.
(B) I e III.
(C) I.
(D) II.
(E) I e II.

RESPOSTA (I) De acordo com o art. 168-A, § 3º, II, CP, é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a pena de multa, se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais. (II) O art. 168-A, § 2º, CP, dispõe que estará extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declarar, confessar e efetuar o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e prestar as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal. (III) O agente que deixa de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional, está sujeito às penas de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, na forma do art. 168-A, *caput*, CP. *Alternativa E*.

XIII. Dos Crimes contra a Administração Pública

5436. (Analista – MP-PE – 2012 – FCC) Quanto ao crime de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informação, é correto afirmar que

(A) esse tipo penal não alcança a exclusão indevida de dados corretos em banco de dados da Administração Pública.
(B) a consumação independe da ocorrência de efetivo prejuízo para a Administração Pública.
(C) só pode ser praticado por funcionário público autorizado a operar com sistemas informatizados, não admitindo coautoria nem participação.
(D) esse tipo penal não alcança a conduta do funcionário público que facilita a inserção de dados falsos em banco de dados da Administração Pública por terceiro.
(E) o dolo é genérico, não exigindo a finalidade de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou de causar dano.

RESPOSTA (A) Art. 313-A. (B) Crime formal. (C) Possível o concurso de agentes. (D) Previsão no art. 313-A, para si ou para outrem. (E) Art. 313-A, dolo específico. *Alternativa B*.

5437. (Promotor – MP-AP – 2012 – FCC) No tocante aos crimes contra a administração pública, é correto afirmar que

(A) a reparação do dano no peculato culposo sempre conduz à extinção da punibilidade.

(B) pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

(C) inadmissível o concurso de pessoas no crime de falso testemunho, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal.

(D) o funcionário público, fora do exercício de suas funções, pode ser sujeito ativo do delito de desobediência.

(E) a pena deve ser reduzida no delito de favorecimento pessoal se quem presta auxílio é ascendente do criminoso.

RESPOSTA (A) Art. 312, § 3º, CP. (B) Art. 317, CP. (C) A participação é possível; coautoria não. (D) Art. 330, CP. Funcionário público fora do seu exercício pode desobedecer ordem legal. (E) Art. 348, CP. *Alternativa D*.

5438. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Tício, funcionário público federal, em fiscalização de rotina, constatou que Paulus, proprietário de uma mercearia, estava devendo tributos ao Fisco. Em vista disso, concedeu-lhe o prazo de quarenta e oito horas para efetivar o pagamento e mandou colocar uma faixa na porta do estabelecimento, dizendo: “Este comerciante deve ao Fisco e deverá pagar o tributo devido em quarenta e oito horas”. A conduta de Tício caracterizou o crime de

(A) prevaricação.

(B) calúnia.

(C) concussão.

(D) corrupção passiva.

(E) excesso de exação.

RESPOSTA O art. 316, § 1º, CP, prevê o crime de excesso de exação, que pode se dar de duas formas distintas: a primeira modalidade ocorre quando o agente exige o pagamento de tributo ou contribuição social que sabe (dolo direto) ou deveria saber (dolo eventual) que é indevido. A segunda modalidade ocorre quando o agente exige o pagamento de tributo ou contribuição social que é devido, porém emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza. *Alternativa E*.

5439. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** João foi parado numa estrada porque dirigia em excesso de velocidade. Ao ser abordado pelo policial, ofereceu-lhe a quantia de R$ 100,00 para que relevasse a multa. Nisso, uma viatura policial chegou ao local e João, em vista disso, antes que o policial tivesse se manifestado a respeito da aceitação ou não da oferta, dela desistiu, dizendo-lhe para lavrar a autuação. Nesse caso, João

(A) não cometeu nenhum delito porque o fato é penalmente atípico.

(B) não cometeu nenhum crime, porque houve desistência voluntária.

(C) cometeu crime de corrupção passiva na forma tentada.

(D) não cometeu nenhum delito porque houve arrependimento eficaz.

(E) cometeu crime de corrupção ativa na forma consumada.

RESPOSTA O art. 333, CP, dispõe acerca do crime de corrupção ativa, que ocorre quando o agente oferece (tempo presente) ou promete (tempo futuro) uma vantagem indevida (pode ser de qualquer natureza) a funcionário público (previsto no art. 327, CP) para determiná-lo (convencê-lo) a praticar, omitir ou retardar ato de ofício (ato de sua atribuição). Por se tratar de delito de natureza formal, restará consumado com a simples prática do verbo (oferecer ou prometer), não sendo necessária a ocorrência do resultado naturalístico, para a configuração do crime. *Alternativa E*.

5440. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** No que concerne aos crimes praticados contra a Administração em geral, é correto afirmar:

(A) O crime de resistência só se consuma se, em razão da violência ou grave ameaça, o ato legal não

vier a ser executado.

(B) A reintrodução no país de produtos de fabricação nacional destinados exclusivamente à exportação e de venda proibida no Brasil, constitui crime de contrabando.

(C) O crime de desacato admite a forma culposa quando o agente estiver no exercício de suas funções.

(D) O crime de corrupção passiva admite a forma culposa quando cometido através de interposta pessoa.

(E) O funcionário público, estando fora de suas funções, não pode cometer crime de desobediência.

RESPOSTA Trata-se de crime de contrabando, previsto no art. 334, CP. Cabe ressaltar que um produto destinado exclusivamente à exportação e de venda proibida no Brasil configura mercadoria proibida, não podendo ser inserido no mercado interno. Sendo assim, se o agente o reintroduz no território nacional, está agindo de forma clandestina e violando o tipo penal em comento. Ademais, a jurisprudência do TRF da 1º Região já atingiu as mesmas conclusões, ao afirmar que "(...) configura contrabando e não descaminho, a reintrodução no País de produtos de fabricação nacional destinados, exclusivamente, à exportação e de venda proibida no Brasil (...)" (*RT* 755/735). *Alternativa B*.

5441. (Analista – TRF-1 – 2011 – FCC) O funcionário público que, no exercício de suas funções, atendendo a apelo do réu, retarda por vários meses o cumprimento de mandado de citação para possibilitar-lhe mais tempo para preparar a defesa, responderá pelo crime de

(A) concussão.

(B) peculato.

(C) excesso de exação.

(D) corrupção passiva.

(E) prevaricação.

RESPOSTA O art. 319, CP, dispõe acerca do crime de prevaricação, que ocorre quando o agente retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, sempre com o objetivo de satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Cabe ressaltar que o candidato deve ficar atento para não confundir o referido crime com a corrupção passiva privilegiada, que está prevista no art. 317, § 2º, CP, e ocorre quando o agente pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem. Isso ocorre, uma vez que, no crime de corrupção passiva privilegiada, o agente retarda o ato de ofício cedendo a pedido ou influência de terceira pessoa, o que não engloba o próprio interessado no ato. Sendo assim, estamos diante do crime de prevaricação, tendo em vista que o agente retardou a prática do ato por sentimento pessoal, qual seja a intenção de atender ao apelo do réu e fazer-lhe um favor, dando-lhe mais tempo para a preparação da defesa. *Alternativa E*.

5442. (Analista – TRF-3 – 2007 – FCC) Antes de assumir o cargo público municipal para o qual foi nomeado, invocando a sua condição funcional, João exige ingresso dos organizadores de evento cuja realização depende de autorização do Poder Público. Assim agindo, João

(A) comete crime de concussão.

(B) comete crime de corrupção ativa.

(C) comete crime de corrupção passiva.

(D) não comete crime algum porque pedido de ingresso para evento é mero ilícito civil.

(E) não comete crime algum porque ainda não assumiu o cargo.

RESPOSTA O art. 316, CP, dispõe acerca do crime de concussão, que ocorre quando o agente exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida. A principal diferença entre a concussão e a corrupção passiva está no verbo do tipo. Na concussão, o agente exige a vantagem. Na corrupção passiva, o agente solicita, recebe ou aceita promessa da vantagem. Cabe ressaltar, ainda, que tal vantagem pode ser de qualquer natureza (inclusive um ingresso de evento) e a exigência pode se dar antes mesmo de o agente assumir o cargo (desde que comprovado que a exigência se deu em razão do cargo). *Alternativa A*.

5443. (Analista – TRF-3 – 2007 – FCC) Agindo com negligência, João esquece sobre o

balcão da repartição onde exerce cargo público documento que contém segredo, de forma que terceira pessoa tem acesso a ele. Assim agindo, João

(A) pratica crime de violação de sigilo funcional porque o dolo é presumido.

(B) só pratica crime se o terceiro que teve conhecimento do segredo revelá-lo para outras pessoas.

(C) não pratica crime, porque o CP não prevê a modalidade culposa de violação de sigilo funcional.

(D) pratica crime de violação de sigilo funcional porque presente o dolo eventual.

(E) pratica crime de condescendência criminosa.

RESPOSTA O crime de violação de sigilo funcional está previsto no art. 325, CP, e só pode ser praticado dolosamente. Sendo assim, não é possível punir criminalmente o agente que dá ensejo à revelação de fato sigiloso, por mera inobservância de dever de cuidado (imprudência ou negligência ou imperícia). *Alternativa C*.

5444. (Analista – TRE-CE – 2012 – FCC) Manoel e Reinaldo, funcionários de uma copiadora, utilizavam carimbos de autenticação pertencentes a um determinado Ofício de Notas e Protestos da comarca de Aracaju, fornecidos pelo próprio Tabelião, em cópias de documentos, encaminhando-as posteriormente ao cartório para aposição de assinaturas por escreventes autorizados. Manoel e Reinaldo praticaram em tese, crime de

(A) exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.

(B) usurpação de função pública.

(C) advocacia administrativa.

(D) corrupção ativa.

(E) tráfico de influência.

RESPOSTA Trata-se do crime de usurpação de função pública, previsto no art. 328, CP. O delito em tela ocorre quando o agente assume, de maneira indevida, as atividades de uma determinada função pública, passando a desempenhar atos inerentes ao referido ofício, sem que tenha sido aprovado em concurso público ou nomeado para exercer tal função. Vale ressaltar que os agentes não poderiam ter utilizado os carimbos na própria copiadora, uma vez que tais atividades somente poderiam ser desempenhadas pelos responsáveis pelo cartório, e não por particulares. Por fim, podemos citar a jurisprudência do STJ, especificamente no REsp 688.339/DF, de Relatoria do Ministro Gilson Dipp, julgado em 19-4-2005, que trata de caso idêntico ao narrado na questão apresentada. *Alternativa B*.

5445. (Analista – TRE-RN – 2011 – FCC) Considere:

I. Tutor dativo.

II. Funcionário de empresa prestadora de serviço contratada para execução de atividade típica da Administração Pública.

III. Funcionário de empresa conveniada para execução de atividade típica da Administração Pública.

Equipara-se a funcionário público para os efeitos penais os indicados APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II.

(D) III.

(E) II e III.

RESPOSTA De acordo com o art. 327, *caput*, CP, considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. Além disso, o § 1º traz a figura do funcionário público por equiparação, que é todo aquele que exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal (autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações instituídas pelo poder público), bem como quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública

(concessionárias ou permissionárias de serviço público). *Alternativa E*.

5446. (Procurador – ALESP – 2010 – FCC) Sobre o peculato, é INCORRETO afirmar:

(A) Se culposo, a reparação do dano dá causa à extinção da punibilidade, desde que completa e anterior ao trânsito em julgado da sentença.
(B) Trata-se de crime próprio.
(C) Admite a forma tentada.
(D) O ressarcimento do dano ou a restituição da coisa apropriada com dolo extingue a punibilidade.
(E) Haverá a redução de metade da pena imposta, se culposo, caso haja reparação do dano posterior à sentença irrecorrível.

RESPOSTA (A) Art. 312, § 3º, CP – Correto. (B) Trata-se de crime próprio porque necessita de especial condição do agente – Correto. (C) Admite-se forma tentada na modalidade dolosa – Correto. (D) Apenas admite-se a extinção da punibilidade no peculato culposo – Incorreto. (E) Art. 312, § 3º, última parte – Correto. *Alternativa D*.

5447. (Advogado – METRÔ – 2010 – FCC) A respeito dos crimes contra a Administração Pública, considere:

I. O funcionário público que obtém vantagem ilícita em proveito próprio e em prejuízo alheio, adquirindo mercadorias em supermercado com cheque sem fundos, comete crime de peculato.
II. O particular pode ser coautor de crime de concussão praticado por servidor público.
III. O crime de corrupção passiva se consuma no momento da entrega pela vítima ao funcionário público da vantagem indevida solicitada.

Está correto o que consta SOMENTE em

(A) I e III.
(B) I e II.
(C) II.
(D) II e III.
(E) III.

RESPOSTA (I) Art. 171, CP – incorreto. (II) Art. 30, CP – correto. (III) No crime de corrupção passiva, aquele que entrega a vantagem indevida não é vítima – incorreto. *Alternativa C*.

5448. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) Tício ingressa em uma joalheria com o braço direito imobilizado. Escolhe um colar e não consegue preencher o cheque. Pede ao proprietário que de próprio punho escreva um bilhete num cartão da loja com os seguintes dizeres: “Querida, por favor entregue ao portador a importância de R$ 2.000,00 em dinheiro”. Com esse cartão escrito pelo joalheiro, Tício pede ao seu motorista que vá ao endereço (da esposa do joalheiro) e volte com o dinheiro. A esposa do joalheiro recebe um cartão da joalheria, com a caligrafia de seu marido e entrega ao motorista de Tício a importância solicitada. Esse retorna à joalheria, o entrega a Tício que compra a joia com o dinheiro do próprio joalheiro. A tipicidade desse crime corresponde

(A) estelionato.
(B) furto qualificado pela fraude.
(C) furto simples.
(D) apropriação indébita.
(E) roubo.

RESPOSTA (A) Art. 171, CP. *Alternativa A*.

5449. **(Procurador – MP-CE – 2011 – FCC)** O fiscal da Fazenda Pública, aprovado em concurso, nomeado, mas ainda não empossado, que comparece em estabelecimento comercial e a pretexto de exercer fiscalização sobre livros fiscais exige importância em dinheiro para livrar o comerciante da autuação,

(A) pratica crime de corrupção ativa.
(B) pratica crime de corrupção passiva.
(C) pratica crime de excesso de exação.
(D) pratica crime de concussão.
(E) o fato é atípico.

RESPOSTA Art. 316, c/c art. 327, ambos do CP. *Alternativa D*.

5450. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** NÃO constituem crimes praticados por particular contra a administração em geral

(A) a condescendência criminosa e a advocacia administrativa.
(B) a corrupção ativa e a sonegação de contribuição previdenciária.
(C) o tráfico de influência e a resistência.
(D) a desobediência e o contrabando.
(E) o desacato e a fraude de concorrência.

RESPOSTA (A) São crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública, Título XI, capítulo I, arts. 320 e 321, consecutivamente. (B) Crimes praticados por particular contra a administração pública. Arts. 333 e 337-A, CP, respectivamente. (C) Crimes praticados por particular contra a Administração pública. Art. 332 e 329, CP, respectivamente. (D) Crimes praticados por particular contra a Administração pública. Arts. 330 e 334, CP, respectivamente. (E) Crimes praticados por particular contra a Administração pública. Arts. 331 e 335, CP, respectivamente. *Alternativa A*.

XIV. Dos Crimes contra a Administração da Justiça

5451. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** José percebeu que seu conhecido João havia cometido crime de desobediência e estava fugindo a pé, sendo perseguido por policiais. Em vista disso, despistou os milicianos e colocou João no interior de seu veículo, deixando o local e impedindo, dessa forma, a prisão em flagrante deste. Nesse caso, José responderá pelo crime de

(A) favorecimento pessoal privilegiado.
(B) favorecimento real.
(C) favorecimento pessoal em seu tipo fundamental.
(D) arrebatamento de preso.
(E) facilitar a fuga de pessoa presa.

RESPOSTA O art. 348, CP, trata do crime de favorecimento pessoal, que ocorre quando o agente presta auxílio a autor de crime, com a finalidade específica de ajudá-lo a subtrair-se à ação da autoridade pública. A intenção do legislador foi no sentido de punir aquele que ajuda o criminoso a escapar, dificultando a persecução penal por parte do Estado. Cabe ressaltar que o legislador previu duas formas de punir o agente pelo crime de favorecimento pessoal: favorecimento pessoal em seu tipo fundamental (*caput*) e favorecimento pessoal privilegiado (§ 1º). O tipo fundamental ocorre quando o favorecido praticou crime punido com reclusão e o tipo privilegiado ocorre quando o favorecido praticou crime punido com pena diversa da reclusão. *Alternativa A*.

5452. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** João, funcionário público no exercício de suas funções, em cumprimento de mandado de citação, abordou José, o citando, ordenando-lhe que

ajoelhasse no chão para ouvir a leitura do teor do mandado. José recusou-se a ajoelhar-se, dizendo que ouviria de pé. Nesse caso, José

(A) cometeu crime de desacato.
(B) cometeu crime de desobediência.
(C) não cometeu nenhum delito.
(D) cometeu crime de resistência simples.
(E) cometeu crime de resistência qualificada.

RESPOSTA O art. 330, CP, prevê o crime de desobediência e exige o preenchimento de quatro requisitos cumulativos para a sua configuração: (i) deve existir uma ordem; (ii) esta ordem deve ser legal; (iii) esta ordem deve emanar de funcionário público competente para proferi-la; (iv) o agente deve ter o dever jurídico de cumprir a ordem. Cabe ressaltar que a questão em tela apresentou uma ordem manifestamente ilegal, sobretudo pelo fato de não existir qualquer previsão no diploma processual brasileiro, no sentido de que os citandos devem ajoelhar para a oitiva do mandado. Sendo assim, não se fazem presentes todos os requisitos necessários para a configuração do crime de desobediência, o que faz com que a conduta de José seja atípica. *Alternativa C*.

5453. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** A respeito dos Crimes contra a Administração da Justiça, considere:

I. No delito de comunicação falsa de crime ou contravenção, há indicação expressa de pessoa determinada como autora da infração.
II. No delito de denunciação caluniosa, não há indicação expressa de determinada pessoa como autora da infração.
III. A vítima de um crime não comete crime de falso testemunho se calar a verdade em processo judicial.
IV. No delito de falso testemunho, o fato deixa de ser punível se o agente se retrata ou declara a verdade até o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão proferido no processo em que ocorreu a falsidade.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

(A) III.
(B) I, II e III.
(C) I e IV.
(D) II, III e IV.
(E) I, II e IV.

RESPOSTA (I) O delito de comunicação falsa de crime ou contravenção está previsto no art. 340, CP, e tipifica a conduta do agente que provoca a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção, que sabe não se ter verificado. Nesse sentido, não há a indicação de nenhuma pessoa como autora da infração penal. (II) De acordo com o art. 339, CP, responderá por denunciação caluniosa o agente que der causa à instauração de investigação policial, processo judicial, investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente. Sendo assim, há a indicação de alguma pessoa como autora do crime. (III) A vítima de um crime não pode ser considerada testemunha, na forma do art. 342, CP. De acordo com o referido diploma legal, o agente responde por falso testemunho ao fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade, na qualidade de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, desde que em sede de processo judicial, administrativo, inquérito policial ou juízo arbitral. Pelo exposto, podemos perceber que não há previsão da prática desse crime pela vítima. (IV) Viola o art. 342, § 2º, CP, que dispõe que o fato deixa de ser punível se o agente se retrata ou declara a verdade antes da sentença e no mesmo processo em que ocorreu o ilícito. Trata-se de hipótese de retratação do agente, que dá ensejo à extinção da punibilidade. *Alternativa A*.

5454. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** Pedro, menor de dezessete anos, comete um ato infracional equiparado a crime de roubo contra um supermercado, empreendendo fuga logo em seguida. José, seu melhor amigo, de 22 anos de idade, deixa Pedro ingressar em sua residência e ali

permanecer por alguns dias, impedindo a ação da Polícia. Neste caso, José

(A) cometeu crime de tráfico de influência.
(B) cometeu crime de favorecimento pessoal.
(C) não cometeu nenhum crime.
(D) cometeu crime de favorecimento real.
(E) cometeu crime de fraude processual.

RESPOSTA O art. 348, CP, trata do crime de favorecimento pessoal, que ocorre quando o agente presta auxílio a autor de crime, com a finalidade específica de ajudá-lo a subtrair-se à ação da autoridade pública. A intenção do legislador foi no sentido de punir aquele que ajuda o criminoso a escapar, dificultando a persecução penal por parte do Estado. Vale ressaltar que a lei pune aquele que presta auxílio a autor de crime, com o objetivo de ajudá-lo a escapar. Sendo assim, não comete nenhum crime aquele que auxilia autor de contravenção ou autor de ato infracional a escapar. Se tentarmos ampliar a extensão do tipo penal para englobar a contravenção e o ato infracional, vamos efetuar uma analogia *in malam partem*, configurando violação do princípio da legalidade estrita. *Alternativa C*.

5455. (Analista – TRE-TO – 2011 – FCC) Arrebatamento de preso é classificado como crime

(A) de abuso de autoridade.
(B) praticado por particular contra a administração em geral.
(C) praticado por funcionário público contra a administração em geral.
(D) contra a fé pública.
(E) contra a administração da Justiça.

RESPOSTA O crime de arrebatamento de preso está previsto no art. 353, CP, e os crimes contra a administração da justiça são todos aqueles previstos entre os arts. 338 e 359, CP. *Alternativa E*.

5456. (Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC) Quanto aos crimes contra a administração da justiça, é correto afirmar que

(A) a falsa imputação de contravenção penal, dando causa à instauração de processo judicial, não tipifica o delito de denunciação caluniosa.
(B) o delito de exercício arbitrário das próprias razões somente se procede mediante queixa, se não há emprego de violência.
(C) constitui favorecimento real auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.
(D) as penas são aumentadas de um terço na fraude processual, se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal.
(E) o falso testemunho deixa de ser punido se, depois da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente declara a verdade.

RESPOSTA (A) Art. 339, CP. (B) Art. 345, parágrafo único, CP. (C) Art. 349, CP. (D) Art. 347, parágrafo único, CP. (E) Art. 342, § 2º, CP. *Alternativa B*.

XV. Dos Crimes contra a Fé Pública

5457. (Analista – MP-PE – 2012 – FCC) Leo adquiriu de pessoa desconhecida um aparelho destinado à falsificação de moeda. Em seguida, fabricou várias cédulas falsas de cem reais e as colocou em circulação, adquirindo bens diversos. Nesse caso, Leo responderá

(A) pelos crimes de petrechos para falsificação de moeda, em continuidade delitiva.
(B) unicamente pelo crime de petrechos para falsificação de moeda.
(C) pelos crimes de petrechos para falsificação de moeda e moeda falsa, em concurso formal.

(D) pelos crimes de petrechos para falsificação de moeda e moeda falsa, em concurso material.
(E) unicamente pelo crime de moeda falsa.

RESPOSTA Responderá somente pelo crime de moeda falsa, tendo em vista que o maquinário destinado a falsificação é crime-meio para a prática do delito, sendo portanto absorvido, conforme o Princípio da Consunção. *Alternativa E*.

5458. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Clemente falsificou um alvará judicial para levantamento de depósito judicial em nome de Clementina. Clementina foi até a agência bancária e o apresentou ao caixa, que acabou descobrindo a falsificação. Nesse caso, Clemente

(A) e Clementina responderão pelo crime de falsificação de papéis públicos.
(B) responderá pelo crime de falsificação de documento público e Clementina por uso de documento falso.
(C) e Clementina responderão pelo crime de falsificação de documento público.
(D) responderá pelo crime de falsificação de papéis públicos e Clementina por uso de papel público falsificado.
(E) responderá pelo crime de falsificação de documento particular e Clementina por uso de documento falso.

RESPOSTA Clemente praticou o crime de falsificação de documento público, tipificado no art. 297, CP, que ocorre quando o agente falsifica, no todo ou em parte, documento público, ou altera documento público verdadeiro. Além disso, cabe ressaltar que o alvará pode ser documento público (art. 297, CP) ou papel público (art. 293, V, CP). Será papel público quando estiver relacionado à arrecadação de rendas públicas, depósitos ou cauções pelas quais o poder público seja responsável, o que não foi o caso apresentado pela questão. Sendo assim, quando o alvará não tiver essa finalidade, será caracterizado como documento público. Além disso, Clementina praticou o crime de uso de documento falso, tipificado no art. 304, CP, uma vez que fez uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados a que se referem os arts. 297 ao 302, CP. Nesse caso específico, ela usou um documento público falsificado (art. 297, CP). *Alternativa B*.

5459. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** Aquele que falsifica a assinatura de avalista numa nota promissória, da qual é credor, responderá pelo crime de

(A) falsa identidade.
(B) falsidade ideológica.
(C) falsificação de documento particular.
(D) falsificação de documento público.
(E) uso de documento falso.

RESPOSTA O crime de falsificação de documento público está previsto no art. 297, CP, e ocorre nas hipóteses em que o agente falsifica, no todo ou em parte, documento público, ou altera documento público verdadeiro. O § 2º ainda dispõe que certos documentos serão equiparados a públicos, a sabermos: (i) os emanados de entidades paraestatais; (ii) o título ao portador ou transmissível por endosso; (iii) as ações de sociedade comercial; (iv) os livros mercantis; (v) o testamento particular. Cabe ressaltar que a nota promissória possui a natureza de título transmissível por endosso. *Alternativa D*.

5460. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** Mário falsificou, em parte, testamento particular. Neste caso, Mário

(A) não cometeu crime tipificado no CP Brasileiro.
(B) cometeu crime de falsificação de documento particular.
(C) cometeu crime de supressão de documento.
(D) cometeu crime de falsidade ideológica.
(E) cometeu crime de falsificação de documento público.

RESPOSTA De acordo com o art. 297, § 2º, CP, o testamento particular possui a natureza jurídica de documento público por

equiparação. Sendo assim, a falsificação de um testamento particular configura o crime de falsificação de documento público. Ademais, o crime pode se dar de três formas: falsificação total, falsificação parcial ou alteração. *Alternativa E*.

5461. **(Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC)** O funcionário público, lotado em bilheteria de ferrovia estatal, que falsifica e vende bilhetes de passagem, apropriando-se do respectivo valor, comete crime de

(A) furto qualificado pela fraude.
(B) falsificação de documento público.
(C) falsificação de documento particular.
(D) apropriação indébita.
(E) peculato.

RESPOSTA Art. 312, CP. Nesse caso, o agente se aproveita de sua função ou cargo para a apropriação de vantagem econômica indevida. *Alternativa E*.

XVI. Leis Especiais

5462. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** NÃO constitui circunstância que agrava as penalidades dos crimes de trânsito

(A) a utilização de veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas.
(B) portar o condutor permissão para dirigir ou carteira de habilitação de categoria diferente da do veículo.
(C) deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima.
(D) a utilização de veículo em que tenham sido adulterados equipamentos ou características que afetem sua segurança ou o seu funcionamento de acordo com os limites de velocidade prescritos nas especificações do fabricante.
(E) cometer a infração sobre faixa de trânsito temporária ou permanente destinada a pedestres.

RESPOSTA (A) Art. 298, II, CTB. (B) Art. 298, IV, CTB. (C) sem previsão legal no art. 298, CTB. (D) Art. 298, VI, CTB. (E) Art. 298, VII, CTB. *Alternativa C*.

5463. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** Quanto aos crimes contra a fauna, é correto afirmar que

(A) são consideradas espécimes da fauna silvestre apenas aquelas pertencentes às espécies nativas ou migratórias.
(B) a pena deve ser aumentada até a metade, se o crime decorre do exercício de caça profissional.
(C) a pena deve ser reduzida no caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção.
(D) é cabível o perdão judicial no caso de abate de animal nocivo, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.
(E) a pena é aumentada de metade se o crime é praticado durante a noite.

RESPOSTA (A) Art. 29, § 3º, Lei n. 9.605/98. (B) Art. 29, § 5º, Lei n. 9.605/98. (C) Art. 29, § 2º, Lei n. 9.605/98. (D) Art. 37, IV, Lei n. 9.605/98. (E) Art. 53, II, *a*, Lei n. 9.605/98. *Alternativa E*.

5464. **(Analista – MP-AP – 2012 – FCC)** Sobre a Lei n. 8.137/90 analise as assertivas abaixo.

I. Constitui crime contra as relações de consumo formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando à fixação artificial de preços ou quantidades vendidas ou produzidas.

II. Nos crimes previstos nesta Lei, cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe que através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de um a dois terços.

III. Constitui crime contra as relações de consumo misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros, não se punindo, neste caso, a modalidade culposa.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) I e II.

(C) II.

(D) II e III.

(E) I e III.

RESPOSTA (I) Art. 4º, II – revogado. (II) Art. 16, parágrafo único. (III) Art. 7º, III, Lei n. 8.137/90. *Alternativa C*.

5465. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** No que concerne aos crimes hediondos e equiparados, é correto afirmar que

(A) os condenados por crime de tortura, em qualquer modalidade, deverão iniciar o cumprimento da pena em regime fechado.

(B) a progressão de regime dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 2/3 (dois terços), se reincidente específico em crime da mesma natureza.

(C) o livramento condicional poderá ser concedido após o cumprimento de 3/5 (três quintos) da pena.

(D) entre eles não se inclui o estupro de vulnerável e o homicídio simples.

(E) não pode ser classificado como de tal natureza a extorsão qualificada pela lesão grave.

RESPOSTA (A) Art. 2º, § 1º, Lei n. 8.072/90. No entanto, não é em qualquer modalidade de crime de tortura. (B) Art. 2º, § 2º, Lei n. 8.072/90. (C) Art. 83, V, CP. (D) Art. 1º, VI, Lei n. 8.072/90. (E) Art. 1º, III, Lei n. 8.072/90. *Alternativa E*.

5466. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** A suspensão condicional do processo prevista no art. 89 da Lei n. 9.099/95

(A) é aplicável tão somente às infrações de menor potencial ofensivo.

(B) é cabível na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.

(C) exige necessariamente a reparação do dano.

(D) é cabível no crime continuado, ainda que a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto seja superior a um ano, conforme súmula do Supremo Tribunal Federal.

(E) conduz à absolvição se expirado o prazo sem revogação.

RESPOSTA (A) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangida ou não pela Lei n. 9.099/95. (B) Súmula 337, STJ. (C) Sem previsão legal. (D) A pena mínima obrigatoriamente tem que ser igual ou inferior a um ano. (E) Art. 89, § 3º, Lei n. 9.099/95. *Alternativa B*.

5467. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** O crime de associação para o tráfico

(A) exige o concurso de mais de três pessoas.

(B) permite a concessão do livramento condicional após o cumprimento de 1/3 (um terço) da pena, se primário o condenado, ou de 1/2 (metade), se reincidente em crime doloso.

(C) admite a redução da pena de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.
(D) admite redução da pena em caso de semi-imputabilidade do acusado.
(E) não se configura no caso de associação para o custeio de tráfico por terceiros.

RESPOSTA (A) Art. 35, Lei n. 11.343/2006. (B) Art. 83, V, CP. (C) Art. 33, § 4º, Lei n. 11.343/2006. (D) Art. 45, Lei n. 11.343/2006. (E) Art. 36, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa D*.

5468. (Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC) De acordo com a lei antidrogas,

(A) as penas de multa, no caso de concurso de infrações, podem ser aumentadas de um sexto a dois terços.
(B) é cabível o livramento condicional para o reincidente específico no crime de associação para o tráfico.
(C) é de dois anos o prazo de prescrição no crime de posse de droga para consumo pessoal, não se observando as regras do Código Penal no tocante à interrupção.
(D) é incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos para o primário condenado por associação para o tráfico.
(E) o semi-imputável não faz jus à redução de pena.

RESPOSTA Art. 44, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa D*.

5469. (Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC) Nos crimes ambientais,

(A) é cabível a transação penal, se a infração for de menor potencial ofensivo e desde que haja prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade.
(B) a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a quatro anos.
(C) a pena de multa poderá ser aumentada até cinco vezes, ainda que aplicada no valor máximo, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.
(D) a pessoa jurídica poderá ser condenada a pena de proibição de contratar com o Poder Público por até quinze anos.
(E) a reparação do dano ambiental deve ocorrer até o término do prazo da suspensão condicional do processo, não se admitindo prorrogação.

RESPOSTA (A) Art. 27, Lei n. 9.605/98. (B) Art. 77, CP. (C) Art. 18, Lei n. 9.605/98. (D) Arts. 2º e 3º, Lei n. 9.605/98. (E) Art. 28, V, Lei n. 9.605/98. *Alternativa A*.

5470. (Analista – TRF-2 – 2012 – FCC) No que concerne aos crimes hediondos, considere:

I. No caso de sentença condenatória por crime hediondo, o réu não poderá apelar em liberdade.
II. A progressão de regime, no caso dos condenados por crimes hediondos, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.
III. Os crimes hediondos serão cumpridos inicialmente em regime fechado.
Está correto o que consta APENAS em

(A) I e II.
(B) II e III.
(C) I e III.
(D) I.

(E) III.

RESPOSTA (I) O art. 1º, § 3º, Lei n. 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos) dispõe que, em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade. (II) O art. 2º, § 2º, Lei n. 8.072/90 dispõe que a progressão de regime nos crimes hediondos é admissível após o cumprimento de 2/5 da pena (primários) ou 3/5 da pena (reincidentes). (III) O art. 2º, § 1º, Lei n. 8.072/90, dispõe que a pena pelos crimes hediondos e equiparados (tráfico, terrorismo e tortura) será cumprida, inicialmente, em regime fechado. *Alternativa B*.

5471. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** De acordo com a Lei n. 7.492/86, NÃO comete crime contra o sistema financeiro nacional o administrador de instituição financeira que

(A) divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira.
(B) deferir empréstimo a parente na linha colateral em terceiro grau, consanguíneo ou afim.
(C) geri-la fraudulentamente.
(D) mantiver ou movimentar recurso ou valor paralelamente à contabilidade exigida pela legislação.
(E) geri-la temerariamente.

RESPOSTA (A) Art. 3º, Lei n. 7.492/86. (B) Não é conduta típica. Art. 17, Lei n. 7.492/86. (C) Art. 4º, Lei n. 7.492/86. (D) Art. 11, Lei n. 7.492/86. (E) Art. 2º, parágrafo único. *Alternativa B*.

5472. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** A respeito da Lei n. 11.343/06, é correto afirmar:

(A) Há previsão de delito culposo no rol de crimes.
(B) Na hipótese do delito previsto no *caput* do art. 33, o indivíduo primário, com bons antecedentes, que não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa, poderá ter sua pena reduzida, desde que confesse a autoria delitiva, de um sexto a dois terços.
(C) O condenado pelo delito previsto no art. 28 não poderá receber pena privativa de liberdade, salvo se reincidente e demonstrar resistência ao tratamento contra dependência química.
(D) O delito de associação para o tráfico consignado no art. 35 exige a mesma quantidade de agentes prevista para o crime de quadrilha ou bando disposto no art. 288 do Código Penal.
(E) O agente que em única ocasião oferece gratuitamente para um amigo vinte pedras de substância conhecida como *crack*, ainda que com única intenção de juntos consumirem, responde pelo crime previsto no *caput* do art. 33, delito equiparado a hediondo.

RESPOSTA (A) Art. 38, Lei n. 11.343/2006. (B) Sem previsão legal para a confissão da autoria delitiva. Art. 33, § 4º, Lei n. 11.343/2006. (C) Sem previsão legal para pena restritiva de liberdade quando da resistência ao tratamento contra a dependência química. (D) Duas ou mais pessoas. Quadrilha acima de quatro pessoas. (E) Art. 33, § 3º, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa A*.

5473. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Nos delitos do Código de Trânsito Brasileiro, a penalidade de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou habilitação para conduzir veículo automotor

(A) tem prazo mínimo de um mês.
(B) é cumprida concomitantemente à pena de prisão.
(C) é imposta apenas para o delito de embriaguez ao volante.
(D) é imposta obrigatoriamente para o reincidente específico.
(E) tem a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída.

RESPOSTA Art. 263, II, Lei n. 9.503/97. *Alternativa D*.

5474. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** "A" foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 12, § 2º, inciso I, Lei n. 6.368/76 (antiga Lei de Drogas), pois teria dolosamente auxiliado um

colega a usar entorpecente, dando-lhe carona para que ele adquirisse droga para uso próprio. Anulado o processo a partir do recebimento da denúncia, por inobservância do rito processual próprio, com o advento da Lei n. 11.343/06 (nova Lei de Drogas), do ponto de vista penal, quanto à conduta de "A", ocorreu

(A) *Reformatio in mellius*.
(B) *Novatiolegis in pejus*.
(C) *Abolitio criminis*.
(D) *Novatio legis in mellius*.
(E) *Reformatio in pejus*.

RESPOSTA (A) Reforma para melhor, isto é, uma reforma para melhorar a situação do réu em fase recursal. (B) Nova lei pior que a anterior. (C) É uma forma de tornar atípica penalmente uma conduta até então proibida pela lei penal; gera como consequência a cassação imediata da execução e dos efeitos penais da sentença condenatória. (D) *Novatio legis in mellius* consiste na aplicação da lei mais benéfica a fatos passados. (E) Reforma para pior, isto é, uma reforma que agrava a situação do réu na fase recursal. *Alternativa D*.

5475. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** O agente que oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, à pessoa de seu relacionamento, para juntos consumirem

(A) não pratica crime de natureza alguma.
(B) pode ter a pena reduzida de 1/3 a 2/3 desde que primário e de bons antecedentes.
(C) equipara-se para todos os efeitos a quem adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo para consumo pessoal a droga.
(D) equipara-se a quem adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo para entregar a droga a consumo, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
(E) está sujeito a aplicação de pena de detenção de 6 meses a 1 ano, pagamento de 700 a 1.500 dias-multa, sem prejuízo de advertência, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso.

RESPOSTA Art. 33, § 3º, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa E*.

5476. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Para os efeitos do Código Penal em relação ao Estatuto do Idoso

(A) prevalecerá sempre a idade de 60 anos − seja para o réu, seja para a vítima − a sujeição aos efeitos determinados pelo Código sempre que se referir a circunstância modificável em função da idade.
(B) variam os efeitos conforme a idade estabelecida em dispositivos do Código Penal, pois uns foram alterados pelo Estatuto do Idoso e outros não.
(C) prevalecerá sempre a idade de 70 anos − seja para o réu, seja para a vítima − a sujeição aos efeitos determinados pelo Código sempre que se referir a circunstância modificável em função da idade.
(D) prevalecerá sempre a idade de 65 anos − seja para o réu, seja para a vítima − a sujeição aos efeitos determinados pelo Código sempre que se referir a circunstância modificável em função da idade.
(E) consideram-se revogados no Código Penal todas as disposições anteriores que não contemplarem o novo conceito de idoso estabelecido pelo Estatuto.

RESPOSTA O conceito de idoso é variável, uma vez que cada dispositivo do CP traz uma visão diferenciada. Podemos citar o art. 61, II, *h*, CP, que considera o crime praticado contra pessoa maior de 60 anos como uma circunstância agravante genérica. Já o art. 65, I, CP, afirma que a pena será atenuada se na data da sentença o réu tiver mais de 70 anos. Sendo assim, é nítido que possuímos diversas escalas de definição para as pessoas idosas. *Alternativa B*.

5477. **(Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC)** A respeito da Lei n. 7.716, de 05/01/1989 e alterações posteriores, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, considere:

I. A perda do cargo constitui efeito automático da condenação por crime resultante de preconceito de raça ou de cor praticado por servidor público.

II. Constitui crime punido com reclusão de dois a cinco anos e multa, fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

III. A suspensão do funcionamento do estabelecimento particular pelo prazo de três meses constitui efeito automático da condenação por crime resultante de preconceito de raça ou de cor praticado por seu responsável.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) II.
(E) III.

RESPOSTA (I) Art. 16, Lei n. 7.716/89. (II) Art. 20, § 1º, Lei n. 7.716/89. (III) Art. 16, Lei n. 7.716/89. *Alternativa D*.

5478. **(Procurador – MP-CE – 2011 – FCC)** O rol do art. 107 do Código Penal (extinção de punibilidade) é exemplificativo. Há outras causas previstas na Parte Especial e leis penais especiais, entre elas:

(A) o ressarcimento do dano no peculato culposo; o pagamento do tributo antes do recebimento da denúncia nos crimes de sonegação fiscal e a retratação no crime de falso testemunho.
(B) a retratação no crime de falso testemunho; o aborto quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e o furto contra cônjuge, na constância do casamento.
(C) o furto e o roubo impróprio contra cônjuge na constância do casamento; o ressarcimento do dano no peculato culposo e o pagamento do tributo antes do recebimento da denúncia no crime de sonegação fiscal.
(D) o ressarcimento integral do prejuízo no caso de estelionato; a retratação no crime de falso testemunho e a retratação do querelado na calúnia ou difamação.
(E) em todos os casos de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça contra a pessoa em que haja reparação do dano.

RESPOSTA Art. 312, § 3º, CP; art. 14, Lei n. 8.137/90 e art. 342, § 2º, CP. *Alternativa A*.

I. Dos Princípios e Teorias

5479. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Quando o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante n. 11 "Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado", o fez com base na interpretação de determinados princípios constitucionais do direito penal.

Assinale qual das alternativas a seguir contém um princípio que não foi utilizado como fundamento dessa decisão.

(A) "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos (...) a dignidade da pessoa humana" (art. 1º, III, CF).

(B) "Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal" (art. 5º, LIV, CF).

(C) "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação" (art. 5º, X, CF).

(D) "É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral" (art. 5º, XLIX, CF).

(E) "Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante" (art. 5º, III, CF).

RESPOSTA (A) Princípio da dignidade da pessoa humana. (B) Princípio do devido processo legal. (C) Princípio da inviolabilidade da intimidade e da vida privada. (D) Princípio da integridade física e moral. (E) Princípio da dignidade da pessoa humana. *Alternativa B.*

5480. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** Acerca das disposições constitucionais relativas ao direito penal, assinale a opção correta.

(A) A Constituição Federal não assegura a individualização da pena aos condenados por delitos hediondos.

(B) A lei penal não retroagirá, nem mesmo para beneficiar o réu.

(C) As penas serão cumpridas em estabelecimentos prisionais, diferenciados apenas em relação ao sexo do apenado.

(D) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XLVI. (B) Art. 5º, XL. (C) Art. 5º, XLVIII. (D) Art. 5º, XLII. *Alternativa D.*

5481. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Com relação aos princípios penais, assinale a opção correta.

(A) O princípio da humanidade das penas proíbe, em qualquer hipótese, a pena de morte no ordenamento jurídico brasileiro.

(B) O princípio da especialidade consagra que a lei penal geral deve afastar a lei penal especial naquilo em que elas forem conflitantes.

(C) O princípio da legalidade permite a criação de tipos penais incriminadores através da edição de

medidas provisórias.

(D) Segundo o princípio da intervenção mínima, o direito penal deve atuar como regra e não como exceção.

(E) Segundo o princípio da intranscendência, a pena não pode passar da pessoa do condenado.

RESPOSTA (A) Princípio da humanidade das penas significa dizer que o condenado não perde a sua condição humana. Portanto, não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra externa declarada; de caráter perpétuo; de trabalho forçado; de banimento; e cruel, que é a que impõe intenso e ilegal sofrimento. (B) O princípio da especialidade revela que a norma especial afasta a incidência da norma geral: *Lex specialis derogat legi generali*. A norma se diz especial quando contiver os elementos de outra (geral) e acrescentar pormenores. Não há leis ou disposições especiais ou gerais, em termos absolutos. Resultam da comparação entre elas, da qual se aponta uma relação de espécie a gênero. A norma será preponderante quando especial. (C) O Princípio da Legalidade é modalidade indicadora de que não há crime, nem pena, sem prévia definição legal (art. 1º, CP). (D) Princípio da intervenção mínima consiste em o Estado de direito utilizar, a lei penal como seu último recurso (*ultima ratio*) para as resoluções quando são afetados os bens jurídicos mais importantes em questão. É uma forma de disciplinar a conduta do indivíduo, no direito brasileiro, se pune a conduta, e não o indivíduo. (E) Princípio da intranscendência está previsto no art. 5º, XLV, CF, que declara: "nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido". *Alternativa E.*

5482. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Sobre a teoria, interpretação e aplicação da norma penal, é CORRETO afirmar:

(A) a interpretação analógica é aquela que abarca os casos análogos, conforme uma fórmula casuística gravada no dispositivo legal, não sendo admitida em direito penal.

(B) as normas penais que definem o injusto culpável e estabelecem as suas consequências jurídicas são passíveis de aplicação analógica.

(C) normas penais em branco impróprias são aquelas em que o complemento se encontra contido em outra lei emanada de outra instância legislativa.

(D) o criminoso na realidade não viola a lei penal, e sim a proposição que lhe prescreve o modelo de sua conduta, que é um preceito não escrito.

RESPOSTA (A) Operação intelectual consistente em revelar o conteúdo da lei, quando essa utiliza expressões genéricas, vinculadas a especificações. Não há criação de norma, mas, exclusivamente, a pesquisa de sua extensão. (B) É a autointegração da lei e exprime o emprego da analogia, que suprime a lacuna da lei. Nessa hipótese, não há regulamentação legal do caso concreto e se aplica disposição legal relativa a um caso semelhante. Assim, estaria contrariando o art. 1º, CP. (C) Lei penal em branco imprópria ou em sentido amplo ou homogêneo ou homólogo, em síntese, ocorre quando a fonte legislativa normativa complementar consiste no próprio órgão legislativo que criou a lei penal principal. (D) Trata-se da Teoria de Binding – o criminoso, ao cometer um crime, não infringe a lei, mas sim a norma penal nela contida. Como o tipo legal traz em seu bojo uma estrutura imperativa, o indivíduo, ao praticar a conduta típica, não desobedece à lei, amoldando-se a ela perfeitamente, o que evidencia que a ofensa é em relação à norma penal contida no enunciado legal. *Alternativa D.*

5483. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** A ideia de que o Direito Penal, deve tutelar os valores considerados imprescindíveis para a sociedade, e não todos os bens jurídicos, sintetiza o princípio da

(A) adequação social.

(B) culpabilidade.

(C) fragmentariedade.

(D) ofensividade.

(E) proporcionalidade.

RESPOSTA (A) O princípio da adequação social possui dupla função. Uma delas é a de restringir o âmbito de abrangência do tipo penal, limitando a sua interpretação e dele excluindo as condutas consideradas socialmente adequadas e aceitas pela sociedade. A segunda função é dirigida ao legislador em duas vertentes. A primeira delas o orienta quando da seleção das

condutas que deseja proibir ou impor, com a finalidade de proteger os bens considerados mais importantes. Se a conduta que está na mira do legislador for considerada socialmente adequada, não poderá ele reprimi-la valendo-se do Direito Penal. A segunda vertente destina-se a fazer com que o legislador repense os tipos penais e retire do ordenamento jurídico a proteção sobre aqueles bens cujas condutas já se adaptaram perfeitamente à evolução da sociedade. (B) Juízo de reprovabilidade da conduta, fundamento e limite da pena, princípio garantidor da dignidade da pessoa humana e elemento constitutivo do conceito de crime, o princípio da culpabilidade realiza-se enquanto verdadeiro limite material do *ius puniendi*. Eis o significado e alcance do princípio da culpabilidade no direito penal atual. (C) A função maior de proteção dos bens jurídicos atribuída à lei penal não é absoluta. O que faz com que só devem eles ser defendidos penalmente frente a certas formas de agressão, consideradas socialmente intoleráveis. Isto quer dizer que apenas as ações ou omissões mais graves endereçadas contra bens valiosos podem ser objeto de criminalização. (D) A lei penal tem o dever de prevenir os mais altos custos individuais representados pelos efeitos lesivos das ações reprováveis e somente eles podem justificar o custo das penas e das proibições. O princípio axiológico da separação entre direito e moral veta, por sua vez, a proibição de condutas meramente imorais ou de estados de ânimo pervertidos, hostis, ou, inclusive, perigosos. (E) Deve existir sempre uma medida de justo equilíbrio entre a gravidade do fato praticado e a sanção imposta. A pena deve ser proporcionada ou adequada à magnitude da lesão ao bem jurídico representada pelo delito e a medida de segurança à periculosidade criminal do agente. *Alternativa C.*

5484. (Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL) A lei estrita, desdobramento do princípio da legalidade, veda o emprego de

(A) analogia.
(B) costumes.
(C) princípios gerais do direito.
(D) equidade.
(E) jurisprudência.

RESPOSTA (A) A interpretação analógica é técnica utilizada quando a própria lei abre espaço ao intérprete para que ele busque outras situações similares às arroladas na norma ou nela descritas genericamente. Trata-se a lei estrita daquela em que o julgador deve basear suas decisões nas normas legais pertinentes e por isso proibido o uso da analogia. (B) Designam-se como costumes as regras sociais resultantes de uma prática reiterada de forma generalizada e prolongada, o que resulta numa certa convicção de obrigatoriedade, de acordo com cada sociedade e cultura específica. (C) São enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico em sua aplicação e integração ou mesmo para a elaboração de novas normas. (D) Equidade consiste na adaptação da regra existente à situação concreta, observando-se os critérios de justiça e igualdade. Pode-se dizer, então, que a equidade adapta a regra a um caso específico, a fim de deixá-la mais justa. Ela é uma forma de se aplicar o Direito, mas sendo o mais próximo possível do justo para as duas partes. (E) É o termo jurídico que designa o conjunto das decisões sobre interpretações das leis feita pelos tribunais de uma determinada jurisdição. *Alternativa A.*

5485. (Procurador – PGE-PA – 2009) Acerca dos princípios do Direito Penal, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O princípio do caráter fragmentário do Direito Penal estabelece que todo ilícito penal será também ilícito perante os demais ramos do Direito e a recíproca é verdadeira.
(B) O princípio da insignificância dispõe que o Direito Penal não deve se ocupar com assuntos irrelevantes e funciona como causa de exclusão de tipicidade. Porém, não se admite sua aplicação a crimes praticados com emprego de violência à pessoa ou grave ameaça.
(C) O princípio da insignificância ou criminalidade de bagatela confunde-se com o conceito das infrações de menor potencial ofensivo, porque o Direito Penal não deve se ocupar de matérias sem relevância.
(D) A mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação e a inexpressividade da lesão jurídica constituem os requisitos de ordem objetiva para aplicação do princípio da insignificância, não se exigindo nenhum outro requisito subjetivo.

RESPOSTA (A) O Direito Penal só deve se ocupar exclusivamente em reprimir condutas mais graves aos bens jurídicos mais importantes da sociedade. (B) O princípio da insignificância tem suporte na premissa de que o Direito Penal não deve se ater às

condutas de pequena monta, que não causam maiores danos sociais ou materiais, em detrimento de condutas efetivamente danosas e que provocam desequilíbrio efetivo nas relações jurídicas em sociedade. (C) Crimes de menor potencial ofensivo são reprimidos por meio de penas mais brandas. (D) Na aplicação do princípio da insignificância, torna-se necessário observar a (1) mínima ofensividade da conduta do agente, a (2) nenhuma periculosidade social da ação, o (3) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a (4) inexpressividade da lesão jurídica provocada, conforme entendimento firmado do STF. Para a incidência do princípio da insignificância não é bastante apenas o valor da coisa subtraída. Precedentes citados do STF: HC 84.412/SP, *DJ* 2-8-2004; do STJ: HC 47.105/DF, *DJ* 10-4-2006; HC 47.247/MS, *DJ* 12-6-2006, e HC 32.882/MS, *DJ* 14-6-2004. REsp 908.051/RS, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, julgado em 4-12-2007. *Alternativa B.*

5486. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Sobre os princípios da legalidade e da anterioridade (artigo 1º do Código Penal) é correto afirmar:

(A) pelo princípio da legalidade compreende-se que ninguém responderá por um fato que a lei penal preveja como crime e, pelo princípio da anterioridade compreende-se que alguém somente responderá por crime devidamente previsto em lei que tenha entrado em vigor um ano anteriormente à prática da conduta;

(B) os princípios da legalidade e da anterioridade pressupõem a existência de lei anterior à prática de uma determinada conduta para que esta possa ser considerada como crime;

(C) tais princípios são sinônimos e significam a necessidade da existência de lei para que uma conduta seja considerada crime;

(D) são incompatíveis um com o outro, já que pressupõem circunstâncias diversas;

(E) pelo princípio da anterioridade compreende-se a previsão anterior de determinada conduta como criminosa independentemente de definição por lei em sentido estrito.

RESPOSTA (A) Princípio da legalidade: modalidade indicadora de que não há crime, nem pena, sem prévia definição legal. Princípio da Anterioridade: segundo o qual não há crime, nem pena, sem lei anterior que os defina. (B) *Vide* definições anteriores. (C) Não são sinônimos. (D) São completamente compatíveis. (E) Princípio da Anterioridade: segundo o qual não há crime, nem pena, sem lei anterior que os defina. *Alternativa B.*

5487. **(Procurador – MP-DFT – 2011)** Assinale a alternativa **falsa:**

(A) As teorias criminológicas de cunho etiológico-individualizante têm na personalidade deficitária do criminoso o principal fator explicativo da criminalidade.

(B) A teoria da anomia e a teoria da subcultura representam exemplos do paradigma criminológico etiológico sociocultural.

(C) A prevenção geral negativa, por meio da punição do autor do delito, tem por propósito desmotivar outros membros da sociedade a realizarem condutas similares.

(D) A teoria da prevenção geral positiva limitadora concebe o direito penal como um instrumento a mais de controle social, caracterizado pela sua formalização.

(E) A teoria preventiva especial positiva atribui à pena a função declarada de ressocializar o agente, o que o faz por meio da inocuização.

RESPOSTA A Teoria da Prevenção Especial visa apenas o delinquente, objetivando que ele não volte a praticar novos delitos. Essa teoria não busca retribuir o fato passado e também não se dirige a coletividade. Ou seja, o fato se dirige a uma pessoa determinada que é o sujeito delinquente. Deste modo, a pretensão dessa teoria é evitar a reincidência. E, para isso, utiliza-se da pena de prisão. *Alternativa E.*

5488. **(Procurador – MP-DFT – 2011)** É correto afirmar, no tocante aos princípios constitucionais penais:

(A) O princípio da legalidade dos crimes e das penas, sob a perspectiva *regular nullum crimen sine lege scricta*, repudia o emprego da interpretação extensiva *in malam partem.*

(B) O uso de leis penais em branco, em sentido estrito, foi banido pelo Supremo Tribunal Federal, por caracterizar ofensa ao princípio da taxatividade.

(C) O princípio da reserva legal é mitigado no âmbito do direito da infância e da juventude, dada a inimputabilidade absoluta do menor de 18 anos de idade.

(D) O princípio da lesividade ou da ofensividade, entre outros aspectos, repele a punição do cidadão cuja conduta sequer se inicia.

(E) Como decorrência imediata do princípio da culpabilidade, não é possível a criminalização de simples estados existenciais.

RESPOSTA (A) Repudia qualquer tipo de analogia *in malam partem*, e não apenas a interpretação extensiva. (B) São normas penais incriminadoras que, embora cominem a sanção penal respectiva, seu preceito, porém, porque incompleto, depende de complementação (expressa ou tácita) por outra norma, geralmente de nível inferior (decreto, regulamento, portaria etc.), de modo a precisar-lhe o significado e conteúdo exatos. Perfeitamente aceita pelo STF. (C) Pelo Princípio da Reserva Legal, nenhum fato pode ser considerado crime se não existir uma lei que o enquadre no tipo penal e nenhuma pena pode ser aplicada se não houver sanção preexistente e correspondente ao fato. No caso, menor de 18 anos responde por atos infracionais análogos ao crime, devendo-se respeitar tal princípio. (D) Tal princípio, em suma, determina que o direito penal deverá punir o crime se a conduta lesionar ou expor a lesão um bem jurídico penalmente tutelado. (E) Só deverá ser punido aquele que tiver agido com dolo ou culpa. *Alternativa D.*

5489. (Promotor – MP-BA – 2010) A questão do começo da execução do delito é matéria relevante na dogmática penal, uma vez que possibilita ao operador do direito o correto manejo de inúmeras situações concretas de variados casos penais. Nessa matéria, é notória a influência, das teorias híbridas, na doutrina e jurisprudência brasileiras. Nesta linha de consideração e neste contexto dogmático, seria correto afirmar:

I. O começo da execução do delito é, em qualquer caso, exatamente idêntico ao começo da execução da ação assinalada objetivamente pelo verbo típico.

II. O começo da execução do delito não é necessariamente exatamente idêntico ao começo da execução da ação assinalada objetivamente pelo verbo típico.

III. Os atos que, conforme o plano do autor, são imediatamente anteriores ao começo da execução da ação típica, e importam objetivamente um perigo para o bem jurídico, estão também abarcados como atos executórios.

IV. Frise-se que é perfeitamente coerente e seguro que um ato parcial seja considerado precedente, ainda que haja entre este e aquela outro ato no plano concreto do autor.

V. Ressalte-se que um ato parcial será imediatamente precedente à realização da ação típica quando não houver, entre este e aquela, outro ato no plano concreto do autor.

(A) Somente a alternativa I é verdadeira.

(B) As alternativas II, III e V são verdadeiras.

(C) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.

(D) As alternativas II e III são verdadeiras.

(E) As alternativas II e IV são verdadeiras.

RESPOSTA O início da execução ocorre quando se inicia a prática da conduta núcleo do tipo penal. Ademais, deve se considerar os delitos omissivos, em que não há ação, mas uma inação do sujeito. Por fim, podemos dizer que os atos imediatamente anteriores ao início da execução típica traduzem uma antecipação da tutela penal (art. 31, CP), no tocante aos atos preparatórios, como no crime do art. 291, CP, que é subsidiário ao crime do art. 289, CP. *Alternativa C.*

5490. (Promotor – MP-BA – 2010) Um dos temas mais delicados da dogmática criminal é o Erro. Vejamos, a propósito, o seguinte exemplo da nossa jurisprudência: “Inspetor de quarterão que,

supondo injusta agressão de multidão que fugindo da polícia corria em sua direção, saca revólver e atira para o alto projetil que vem acertar menor que se encontrava postado na sacada de apartamento, provocando a sua morte”. A hipótese ventilada merece ser equacionada no âmbito da figura:

I. Do erro de tipo invencível.
II. Do erro de tipo vencível.
III. Das descriminantes putativas fáticas.
IV. Do erro de proibição indireto.
V. Do erro de proibição evitável.

(A) Apenas a alternativa I é verdadeira.
(B) Apenas a alternativa II é verdadeira.
(C) Apenas a alternativa III é verdadeira.
(D) Apenas a alternativa V é verdadeira.
(E) Apenas as alternativas II é III são verdadeiras.

RESPOSTA (I) O erro de tipo refere-se a falsa representação de um elemento do tipo penal. (II) O erro de tipo refere-se a falsa representação de um elemento do tipo penal. (III) O inspetor supõe estar numa situação de legítima defesa, causa de justificação. Arts. 23, CP, e 20, § 1º, CP. (IV) Erro de proibição indireto é o mesmo que discriminante putativa, quando o agente supunha estar numa situação em que haveria exclusão de ilicitude, mas encontra-se em erro. (V) No erro de proibição o agente desconhece a tipicidade e ilicitude da conduta. *Alternativa C.*

5491. **(Promotor – MP-BA – 2010)** No trato de tema de intenso interesse prático, como é o caso dos crimes omissivos, a doutrina brasileira colaciona o seguinte exemplo: “dois irmãos, sem qualquer acordo prévio, estão nadando em águas profundas. Um deles, de repente, acometido de câimbras, começa a afogar-se. O outro nada faz para ajudá-lo. Ao avaliar um caso desta natureza, verifica-se que:

I. Seria o irmão sobrevivente responsável pelo resultado morte.
II. O irmão omitente deve ser responsabilizado somente por omissão de socorro.
III. A simples relação de parentesco, nos termos do art. 13, § 2º, torna o agente garantidor.
IV. A relação entre irmãos gera um vínculo social de proteção maior, mas não o torna garantidor.
V. O irmão omitente cometeu homicídio qualificado.

(A) Apenas a alternativa I está correta.
(B) As alternativas II e IV estão corretas.
(C) Apenas a alternativa V está correta.
(D) As alternativas I, III e V estão corretas.
(E) As alternativas III e V estão corretas.

RESPOSTA (I) Trata-se de um crime omissivo próprio, portanto, o agente responde por um tipo penal próprio, e não pelo resultado, como nos crimes omissivos impróprios. (II) Art. 135, CP. (III) O irmão não está obrigado por lei a ter obrigação de cuidado, proteção ou vigilância. (IV) Por uma questão de solidariedade que permeia as relações familiares. (V) O irmão omitente responderá pela omissão de socorro, porque não se trata de agente garantidor. *Alternativa B.*

5492. **(Promotor – MP-BA – 2010)** A questão da *actio libera in causa* é um tema, ainda hoje, de grande repercussão dogmática, e cujo tratamento e solução relacionam-se modernamente com os princípios:

(A) Da coincidência e da igualdade.
(B) Da lesividade e culpabilidade.
(C) Da insignificância e ofensividade.

(D) Da culpabilidade e da insignificância.
(E) Da efetividade e subsidiariedade.

RESPOSTA A teoria da *Actio libera in causa* trata da ação que é livre no seu início. Já o Princípio da Lesividade preconiza que uma conduta, para ser punível, deverá provocar lesão ao bem jurídico; Princípio da Culpabilidade diz respeito ao brocardo *nulla poena sine culpa.* Ademais, o Princípio da Insignificância ensina que o bem jurídico lesado deve ser juridicamente relevante; Princípio da Ofensividade diz que a conduta será punível quando houver ofensa ou ameaça de ofensa ao bem jurídico. *Alternativa A.*

5493. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** Assinale a alternativa que contenha o nome de uma elogiada legislação brasileira que, após debates acalorados, manteve a pena de morte dentre as sanções penais e que foi responsável pela criação do sistema de dias-multa.

(A) Código Penal da República (1890).
(B) Código Criminal do Império (1830).
(C) Consolidação das Leis Penais (1932).
(D) Ordenações Filipinas (1603).
(E) Código Penal (1940).

RESPOSTA Questão autoexplicativa. *Alternativa B.*

5494. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** Com relação às fontes do Direito Penal, é correto dizer que as fontes formais são classificadas em

(A) materiais e de cognição.
(B) imediata e substancial.
(C) mediata e de produção.
(D) mediata e imediata
(E) exclusivamente de cognição.

RESPOSTA As fontes diretas próprias ou puras, ou imediatas, são aquelas cuja natureza jurídica é exclusiva de fonte, como lei, costumes e princípios gerais de direito, tendo como única finalidade servir como modo de procução do direito, incidindo qualquer dos três nas situações da vida para a concretização do justo. Já as fontes indiretas impróprias ou impuras ou mediatas são aquelas que assumem a função de fontes de direito por excepcionalidade, como a doutrina, a jurisprudência e os costumes. No entanto, tal característica não exclui sua finalidade de servir como método de interpretação legal. *Alternativa D.*

5495. **(Delegado – PC-MT – 2009 – UNEMAT)** Ciente de que “erra humam est”, ou seja, que o erro faz parte do cotidiano do homem, assinale a alternativa correta.

(A) O erro de tipo, que também já foi chamado de erro de fato, sempre se prestou a excluir a tipicidade.
(B) A figura do erro de tipo recai sobre os elementos objetivos e subjetivos constitutivos do tipo.
(C) O marinheiro, que é preso no Brasil em posse de lança-perfume quando vinha da Argentina, acreditando que tal droga é permitida neste país, atua em verdadeiro erro de tipo.
(D) A doutrina considera que quando o agente puder conhecer a ilicitude de sua conduta mediante o “esforço de sua inteligência”, o erro de proibição será inescusável.
(E) Aquele que erra sobre o conceito de funcionário público, supondo que seu companheiro de empreitada criminosa não o seja, atua em erro de tipo e não em erro de subsunção.

RESPOSTA (A) Erro de tipo excluiu a culpabilidade. (B) É o erro que incide sobre os pressupostos de fato de uma causa de justificação ou sobre dados secundários da norma penal incriminadora, em outras palavras, é aquele que incide sobre as elementares ou sobre as circunstâncias da figura típica da norma penal incriminadora. Sendo assim, o erro de tipo ocorre na ausência de consciência do ato praticado, ou seja, o agente desconhece a ilicitude do fato, porém acaba por praticá-lo. (C)

Normatizado no direito penal brasileiro pelo art. 21, Código Penal, o erro de proibição é erro do agente que acredita ser sua conduta admissível no direito, quando, na verdade ela é proibida. Sem discussão, o autor, aqui, sabe o que tipicamente faz, porém, desconhece sua ilegalidade. Concluímos, então, que o erro de proibição recai sobre a consciência de ilicitude do fato. (D) O agente também desconhece o injusto do fato, porém possui por completo a condição de chegar à consciência da ilicitude do fato por conta própria. Aqui, o agente responde pelo crime doloso e há somente a possibilidade de atenuação da pena, conforme o art. 21, 3ª parte, CP: "(...) se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço". (E) Erro de tipo é aquele que incide sobre os pressupostos de fato de uma causa de justificação ou sobre dados secundários da norma penal incriminadora, em outras palavras, é aquele que incide sobre as elementares ou sobre as circunstâncias da figura típica da norma penal incriminadora. No erro de subsunção, o agente interpreta equivocadamente o sentido jurídico do seu comportamento. *Alternativa D.*

5496. **(Advogado – DIOES – 2010 – IBAPRJ)** De acordo com o Direito Penal Brasileiro, a melhor definição de crime é:

(A) A ação ou omissão que, a juízo do legislador, contrasta violentamente com valores ou interesses do corpo social, de modo a exigir seja proibida sob ameaça de pena, ou que se considere afastável somente através da sanção penal.
(B) Qualquer ação legalmente punível.
(C) Uma conduta (ação ou omissão) contrária ao Direito, a que a lei atribui uma pena.
(D) Uma conduta humana típica, antijurídica e culpável.

RESPOSTA (A) Adota-se no Direito Penal a teoria tripartida do crime. Outros conceitos já foram formulados, no entanto, rechaçados pela doutrina majoritária, por tratar de conceitos amplos. (B) Ações puníveis podem ser no âmbito civil ou administrativo, por meio de sanções civis ou administrativas. (C) Conceito amplo, inaplicável na prática. (D) Ação típica, antijurídica e culpável é o conceito tripartido de crime adotado pelo Código Penal. *Alternativa D.*

5497. **(Advogado – CONAB – 2006 – FJPF)** Na hipótese de conduta penal e administrativamente ilícita, a prescrição da conduta penal:

(A) não trará quaisquer consequências para o âmbito administrativo, haja vista a autonomia destes dois campos do Direito, o penal e o administrativo;
(B) não trará quaisquer consequências quanto à aplicação da sanção administrativa, tendo-se em vista a maior severidade do Direito Administrativo face ao Direito Penal;
(C) será considerada uma agravante quando da aplicação da penalidade administrativa;
(D) ensejará a prescrição da penalidade administrativa, haja vista a maior severidade do Direito Penal face ao Direito Administrativo;
(E) será considerada uma atenuante quando da aplicação da penalidade administrativa.

RESPOSTA "ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. LICENCIAMENTO. ADMINISTRATIVO. ABSOLVIÇÃO NA ESFERA PENAL. LEGÍTIMA DEFESA. EFEITOS. PRESCRIÇÃO. DECRETO N. 20.910/32. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CRIMINAL. 1. Absolvido o autor na esfera criminal, o lapso prescricional quinquenal, previsto no Decreto n. 20.910/32, tem como termo *a quo* a data do trânsito em julgado da sentença penal e não o momento do ato administrativo de licenciamento. 2. A decisão penal repercute no julgamento administrativo quando esta ocorre sentença penal absolutória relacionada aos incisos I e V do art. 386 do Código de Processo Penal. 3. Tento de vista que o autor foi absolvido na esfera penal por legítima defesa, e o ato de licenciamento foi fundado unicamente na prática de homicídio, não há motivos para manter a punição administrativa, pois a controvérsia está embasada unicamente em comportamento tido como lícito. 4. Recurso ao qual se nega provimento." *Alternativa D.*

5498. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Relativamente ao princípio de vedação de autoincriminação, analise as afirmativas a seguir:

I. O direito ao silêncio aplica-se a qualquer pessoa (acusado, indiciado, testemunha, etc.), diante de qualquer indagação por autoridade pública de cuja resposta possa advir imputação da prática de crime ao declarante.

II. O indiciado em inquérito policial ou acusado em processo criminal pode ser instado pela autoridade a fornecer padrões vocais para realização de perícia sob pena de responder por crime de desobediência.

III. O acusado em processo criminal tem o direito de permanecer em silêncio, sendo certo que o silêncio não importará em confissão, mas poderá ser valorado pelo juiz de forma desfavorável ao réu.

IV. O Supremo Tribunal Federal já pacificou entendimento de que não é lícito ao juiz aumentar a pena do condenado utilizando como justificativa o fato do réu ter mentido em juízo.

Assinale:

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

(C) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.

(D) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Nessa hipótese, é corolário do princípio da não autoincriminação. (II) Art. 5º, II, CRFB/88. (III) Art. 186, parágrafo único. (IV) HC 72.815/MT, 5-9-1995. *Alternativa C.*

5499. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Relativamente ao princípio da presunção de inocência, analise as afirmativas a seguir:

I. O indiciado em inquérito policial ou acusado em processo criminal deve ser tratado como inocente, salvo quando preso em flagrante por crime hediondo, caso em que será vedada a concessão de liberdade provisória.

II. Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e a nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

III. Milita em favor do indivíduo o benefício da dúvida no momento da prolação da sentença criminal: *in dubio pro reo*.

IV. A presunção de inocência é incompatível com as prisões cautelares antes de transitada em julgado a sentença penal condenatória.

Assinale:

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

(C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.

(D) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA O Princípio da Presunção de Inocência está previsto no art. 5º, LVII, CRFB/88, e apresenta uma axiologia tridimensional, o que significa que se desenvolve em três vertentes: (a) regra de tratamento; (b) regra de julgamento; (c) regra de garantia. A regra de tratamento dispõe que o acusado deverá ser tratado como inocente e ainda funciona como um limitador das prisões processuais, provisórias ou cautelares. Já a regra de julgamento trata da distribuição do ônus da prova no processo penal, que deve ser todo da acusação, bem como afirma que se houver dúvida ao final da instrução, o réu deverá ser absolvido (*in dubio pro reo*). Por fim, temos a regra de garantia, que consiste na própria garantia do réu de que não serão admitidas provas ilícitas em seu processo, no sentido de que o Ministério Público e a polícia judiciária devem observar estritamente o ordenamento jurídico pátrio, no curso da persecução penal. Sendo assim: (I) O acusado sempre deverá ser tratado como inocente. (II) Súmula Vinculante 11, STF. (III) A dúvida ao final da instrução deverá prevalecer em favor do réu. (IV) As prisões

processuais, provisórias ou cautelares não violam o sobredito princípio, desde que tais prisões sejam decretadas dentro das normas previstas no ordenamento jurídico. *Alternativa B.*

5500. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Assinale a alternativa correta:

(A) A teoria finalista da ação adota o dolo como um dolo normativo, que é a vontade consciente de praticar a conduta típica, acompanhada da consciência de praticar um ato ilícito.

(B) No dolo eventual e na culpa consciente existe a assunção do risco de realização do resultado típico, não havendo diferença conceitual, apenas distinção na sanção penal em razão do juízo de censura.

(C) A culpa imprópria é a culpa com previsão, e se configura quando o agente deseja atingir determinado resultado, embora atue porque está envolvido pela hipótese de erro inescusável.

(D) Na culpa consciente há uma previsão positiva, pois a culpa representa um agir arriscado, onde o agente não quer diretamente a realização do tipo objetivo, mas aceita como provável, assumindo o risco da produção do resultado.

(E) Na desistência voluntária e no arrependimento eficaz não existe abandono do dolo, pois os elementos intelectual e volitivo surgem no início do *iter criminis*.

RESPOSTA (A) Para a Teoria Finalista da Ação, a conduta é composta de ação/omissão somada ao dolo perseguido pelo autor, ou à culpa em que ele tenha incorrido por não observar dever objetivo de cuidado. (B) Dolo Eventual: o agente, embora não querendo diretamente a realização do tipo, aceita-o como possível ou mesmo como provável, assumindo o risco da produção do resultado. Não se requer que “a previsão da causalidade ou da forma em que se produza o resultado seja detalhada”, é necessário somente que o resultado seja possível ou provável. Culpa Consciente: o sujeito é capaz de prever o resultado, o prevê, porém crê piamente em sua não produção; ele confia que sua ação conduzirá tão somente ao resultado que pretende, o que só não ocorre por erro no cálculo ou erro na execução. (C) Culpa Imprópria é aquela na qual recai o agente que, por erro, fantasia situação de fato, supondo estar acobertado por causa excludente da ilicitude (caso de descriminante putativa) e, em razão disso, provoca intencionalmente o resultado ilícito e evitável. (D) Culpa Consciente: o sujeito é capaz de prever o resultado, o prevê, porém crê piamente em sua não produção; ele confia que sua ação conduzirá tão somente ao resultado que pretende, o que só não ocorre por erro no cálculo ou erro na execução. (E) Existe o abandono do dolo, já que é uma conduta voluntária. *Alternativa C.*

5501. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** Sobre a tipicidade, atributo do conceito analítico de crime, é *incorreto* considerar:

(A) Sua compreensão moderna abrange uma dimensão formal (subsunção do fato à norma) e outra material (relacionada à qualidade da ofensa ao bem jurídico tutelado), de modo que a conduta praticada, por exemplo, em legítima defesa é materialmente atípica e, portanto, não criminosa.

(B) A consideração da imputação objetiva da conduta e do resultado (teoria da confiança, permissibilidade do risco, qualidade do resultado e papel social) é importante para a compreensão de uma conduta, independentemente do dolo do sujeito, ser ou não penalmente típica.

(C) Os tipos omissivos próprios não podem ser realizados na modalidade tentada.

(D) Os tipos compostos ou plurinucleares são regidos pelo princípio da alternatividade a fim de ser solucionada situação de conflito aparente entre normas penais.

(E) O contrabando de uma mercadoria, cujo imposto a pagar era de valor insignificante, descaracteriza a censura da conduta, sem, no entanto, afastar a tipicidade penal definida no artigo 334, do Código Penal.

RESPOSTA Os crimes de contrabando e descaminho, em que pese sua qualificação penal, muitas vezes não afetam a sociedade de modo a conduzi-la a certa indignação e de nela despertar o interesse em buscar a tutela jurisdicional na seara penal. Quando o risco provocado é tolerado (ou aceito amplamente pela comunidade), não há imputação objetiva e, por consequência, a conduta não pode ser considerada típica. *Alternativa E.*

5502. **(Procurador – PGE-MG – 2006)** Um pai ouve barulho no jardim de casa e supõe ser um assaltante, desferindo um disparo de arma que provoca a morte do próprio filho, que estava voltando para casa de madrugada sem avisar. Assinale a alternativa correta.

(A) O pai responde por homicídio doloso por dolo eventual.
(B) O pai agiu em legítima defesa, pois houve uma injusta agressão ao seu patrimônio.
(C) Houve erro evitável, logo o pai responderá por homicídio doloso.
(D) O erro foi plenamente justificado pelas circunstâncias, ficando o agente isento de pena.

RESPOSTA Art. 20, § 1º, CP. *Alternativa D.*

5503. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Sobre as teorias que tratam do concurso de agentes, indique aquela adotada como regra pelo Código Penal:

(A) Teoria unitária ou monista.
(B) Teoria pluralista.
(C) Teoria dualista.
(D) Teoria objetivo-formal.
(E) Teoria subjetiva.

RESPOSTA (A) Teoria unitária (monista) – proclama que há único crime para autor e partícipe, ou seja, todos respondem pelo mesmo crime. (B) Teoria pluralista – estabelece que haverá tantos crimes quantos forem os participantes. Cada um deles responderá por um delito. (C) Teoria dualista – preconiza que há dois crimes: um praticado pelo autor; outro, pelo partícipe. (D) A teoria objetivo-formal é extremamente restritiva, pretendendo punir somente atos idôneos e unívocos para atingir o resultado, desprezando os imediatamente anteriores, igualmente perigosos ao bem jurídico, o que, de certo modo, significa aguardar em demasia o percurso criminoso do agente. (E) Denomina-se teoria subjetiva a que fundamenta a punição da tentativa na vontade do autor contrária ou inimiga do Direito, ou seja, o legislador, com a fórmula da tentativa, almejou combater a vontade criminosa. *Alternativa A.*

5504. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** As três principais teorias sobre o dolo são as seguintes:

(A) Eventualidade, Assentimento e Vontade;
(B) Assentimento, Representação e Atividade;
(C) Eventualidade, Vontade e Representação;
(D) Representação, Assentimento e Vontade;
(E) Eventualidade, Atividade e Representação.

RESPOSTA Pela teoria da vontade, há dolo direto quando há vontade consciente de querer praticar a infração penal. Pela teoria da representação, o agente prevê o resultado como possível e ainda assim opta por continuar a conduta (essa teoria abrange tanto o dolo eventual quanto a culpa consciente). E a teoria do assentimento prega que há dolo (eventual) quando o agente prevê o resultado como possível e ainda assim continua na prática assumindo o risco de produzi-lo. *Alternativa D.*

5505. **(Procurador – MPF – 2012)** Na discussão sobre a finalidade da pena, qualifica-se como teoria exclusiva de prevenção geral negativa:

I. a teoria de Günter Jakobs, em que a norma penal apresenta-se como necessidade sistêmica de estabilização de expectativas sociais, cuja vigência é assegurada ante as frustrações que decorrem da violação das normas;
II. a teoria de Claus Roxin, segundo a qual a finalidade básica do direito penal é dissuadir as pessoas de cometimento de delitos como também fortalecer a consciência jurídica da comunidade;
III. a teoria de Ferrajoli para quem a pena não serve apenas para prevenir os delitos injustos, mas, igualmente, as injustas punições;

IV. a teoria de Von Liszt, segundo a qual a função da pena e do direito penal é a proteção de bens jurídicos por meio da incidência da pena sobre a personalidade do delinquente com a finalidade de evitar futuros delitos.

Analisando as assertivas acima. Pode-se afirmar que:

(A) são corretas as dos itens I e III;
(B) são corretas as dos itens II e IV;
(C) apenas é correta a do item III;
(D) todas são incorretas.

RESPOSTA (I) Teoria do Direito Penal do Inimigo, idealizada por Günter Jakobs, defende a criação de um Direito Penal diferenciado, voltado para punir criminosos que se afastam do ordenamento jurídico e não oferecem garantias de que portaram-se novamente de acordo com a norma. (II) Segundo Roxin a pena acontece em três momentos: no Legislativo, no Executivo e no Judiciário; que prega a junção de todas as teorias preventivas, refutando toda e qualquer ideia de retribuição. (III) O termo garantismo está intimamente relacionado ao princípio da legalidade, um dos alicerces do Direito Penal brasileiro. Além disso, busca aproximar o conceito de validade do conceito de efetividade. Visto assim, para que uma pena seja justa e razoável, ela deve ser tão próxima dos príncipios que norteiam o Direito Criminal, quanto o Direito deve ser da sociedade. O garantismo visa efetivar a aplicação de tais princípios destituindo a pena de seu caráter meramente retributivo. (IV) É uma teoria do direito penal segundo a qual verifica-se o vínculo entre a conduta do agente e o resultado ilícito. O nome dessa teoria é originário do termo causalidade. É a lei da causalidade que rege as ciências da natureza, baseia-se numa relação de causa e efeito. *Alternativa C.*

5506. (Procurador – MPF – 2012) No tema do princípio da proteção deficiente, assinale a alternativa incorreta:

(A) autoriza o afastamento do princípio da legalidade;
(B) autoriza o controle de constitucionalidade da norma penal incriminadora;
(C) está associado à teoria da função do direito penal de proteção dos bens jurídicos fundamentais;
(D) atende a uma exigência de justiça material e não somente de prevenção.

RESPOSTA Por força do princípio da proteção deficiente nem a lei nem o Estado podem apresentar insuficiência em relação à tutela dos direitos fundamentais, ou seja, ele cria um dever de proteção para o Estado (para o legislador e para o juiz) que não pode abrir mão dos mecanismos de tutela, incluindo-se os de natureza penal, para assegurar a proteção de um direito fundamental. O princípio da proteção deficiente, bastante apropriado para o âmbito dos direitos sociais, na esfera penal deve ser compreendido com grande cautela, visto que, no Direito Penal, por força do princípio da legalidade e da garantia da proibição da analogia contra o réu, o que não está na lei (contra o réu) não pode ser aplicado (ainda que isso represente uma inconstitucionalidade por insuficiência de proteção). *Alternativa A.*

5507. (Procurador – MPF – 2012) A pena de transferência existente no sistema normativo *kaingang* incide não apenas no indivíduo mas também na sua família. É correto afirmar que:

(A) não é reconhecida pelo direito brasileiro;
(B) pode ser aplicada no âmbito da Justiça estatal em processo criminal contra indígena *kaingang*;
(C) deve ser respeitada na medida em que for compatível com o sistema jurídico nacional e com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos;
(D) não pode ser levada em consideração quando da aplicação da pena acerca do mesmo fato, no âmbito da justiça estatal.

RESPOSTA Art. 57, Lei n. 6.001/73 (Estatuto do Índio). *Alternativa C.*

5508. (Promotor – MP-GO – 2010) Sobre a teoria do delito, marque a alternativa correta.

(A) A teoria dos elementos negativos do tipo considera o erro sobre os pressupostos de uma causa de justificação como um erro sobre os elementos negativos do tipo, consequentemente excluindo o dolo.

(B) Considerando o tipo legal como o modelo conceitual da ação ou omissão vedada, dolosa ou culposa, o tipo de injusto compreenderia os elementos que fundamentam a culpabilidade e a ilicitude.

(C) A doutrina atual distingue os bens jurídicos em individuais e transindividuais, aqueles têm como titular o particular que os controla, podendo deles dispor livremente; ao passo que estes possuem a característica de uma titularidade impessoal coletiva e difusa, razão pela qual preponderam em termos de proteção jurídico-penal.

(D) O princípio da confiança tem especial importância nos delitos de trânsito, é considerado como elemento de limitação do dever de cuidado e decorre da teoria do risco proibido.

RESPOSTA (A) Teoria dos elementos negativos do tipo parte do pressuposto que todo tipo penal é composto de elementos positivos e de elementos negativos. Os positivos são elementos explícitos e devem ocorrer para que o fato seja típico, isto é, ação, resultado, nexo de causalidade e tipicidade. E os negativos são elementos implícitos, não devem ocorrer para que o fato seja típico, referem-se, portanto, às causas de justificação pertinentes ao art. 23, CP. (B) O injusto compreende o tipo e a ilicitude. (C) Nem todos os bens jurídicos podem ser dispostos livremente, como por exemplo, a vida. (D) O sujeito só responde penalmente se, com sua conduta, criou ou incrementou um risco proibido relevante: na criação ou incremento de um risco proibido relevante é que reside a essência do juízo de valoração (desaprovação) da conduta. A conduta formalmente típica se transforma em conduta materialmente típica (conduta penalmente relevante) quando cria ou incrementa um risco proibido. Esse critério, como tantas vezes afirmamos, é de Roxin, que desenvolveu a teoria do risco proibido como base da sua teoria da imputação objetiva. *Alternativa A.*

5509. (Promotor – MP-GO – 2010) Marque a alternativa correta.

(A) O principal traço distintivo entre a teoria estrita e a teoria limitada da culpabilidade está no tratamento dado ao erro sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação. Para a primeira seria erro de proibição, enquanto para a segunda seria erro de tipo permissivo.

(B) Pode alegar ausência de dolo, no crime de dano (art. 163, CP), o agente que mata envenenado um gato de propriedade de seu vizinho porque não considerava o animal como “coisa alheia”, tratando-se, na hipótese, de um erro de subsunção.

(C) Conforme a teoria da ação livre na causa, a aferição da imputabilidade é transferida para o momento anterior ou concomitante à prática delitiva.

(D) A partir do esquema causalista o conhecimento da ilicitude é elemento do dolo, situado, então, na culpabilidade, de modo que nessa perspectiva, tanto o erro de proibição quanto o erro de tipo, numa solução unitária, afastam ou excluem a culpabilidade.

RESPOSTA (A) Teoria Limitada da Culpabilidade, divergindo quanto ao tratamento dispensado ao erro que recai sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação, entendendo que os efeitos, nesse caso, excluiriam o dolo, por oposição à Teoria Estrita, que defende a exclusão da culpabilidade, no caso de erro inevitável, ou a punição por dolo com pena diminuída, no caso de erro evitável. (B) Matar animal está adstrito aos termos da lei ambiental, não se trata de crime contra o patrimônio. (C) Teoria da *Actio libera in causa*: verifica-se se ação é livre na sua origem. (D) Segundo a teoria causalista, o dolo e a culpa são pertinentes na análise da culpabilidade, sendo a análise da tipicidade puramente objetiva, sem que perscrutar a intenção que está por detrás da conduta do agente. *Alternativa A.*

5510. (Procurador – MPF – 2011) Sobre elementos normativos:

I. Elementos normativos do tipo são sinônimos de elementos normativos especiais da ilicitude;

II. O erro sobre as expressões como “indevidamente”, “sem licença da autoridade” é unanimemente tratado pela doutrina como erro de proibição;

III. O erro sobre pressuposto fático de uma causa de justificação tem regra específica no CP brasileiro.

Dentre as proposições acima:

(A) apenas são corretas as dos incisos I e III;

(B) apenas são corretas as dos incisos II e III;
(C) apenas é correta a do inciso III;
(D) todas as proposições são incorretas.

RESPOSTA (I) Elementos normativos do tipo são aqueles para cuja compreensão é insuficiente desenvolver uma atividade meramente cognitiva, devendo-se realizar uma atividade valorativa. Já elementos normativos especiais da ilicitude, no Código existem expressões como "não autorizada", "indevidamente", "sem autorização legal"; todas as expressões que encontrarmos relacionadas a permissividade ou não, relacionadas com a contrariedade ao direito, ou seja, a ilicitude, são chamadas de elementos normativos especiais da ilicitude. Não são elementos normativos clássicos (nem jurídicos nem extrajurídicos), e sim são elementos normativos especiais da ilicitude. (II) São elementos normativos especiais da ilicitude. (III) O fato, ou situação, que exclui a incidência da lei penal, tendo em vista o superior interesse público. Art. 23, CP, por exemplo. *Alternativa C.*

5511. (Procurador – MP-MG – 2011) Sobre as possíveis leituras do garantismo, na perspectiva dos direitos fundamentais, é CORRETO afirmar que

(A) a concepção de um "garantismo positivo" alia-se ao princípio da proibição de proteção deficiente, trazendo como consequência a extensão da função de tutela penal aos bens jurídicos de interesse coletivo.
(B) o pensamento garantista se funda, em seu modelo clássico, em princípios que se opõem à tradição jurídica do iluminismo e do liberalismo.
(C) o garantismo, na concepção de Ferrajoli, tem como objetivo principal edificar um conceito específico para a criminologia, a partir da discussão da legitimidade da intervenção penal, não se ocupando, por isso, do estudo da qualidade, quantidade e necessidade da pena.
(D) a proposta do garantismo pode ser sintetizada na tentativa de arrefecer os princípios fundamentais que devem orientar o direito penal em um sistema punitivo democrático.

RESPOSTA O garantismo penal, como caracterizado em seu próprio nome, é aquele que salvaguarda, ou seja, assegura os direitos e as liberdades do acusado, bem como impõe sanções para aqueles que não observam as normas legais, protegendo também a sociedade dos riscos iminentes dos perigosos criminosos que rondam os cidadãos com o fim de intimidar as pessoas que trafegam tranquilamente pelas ruas da cidade. Nossa Carta Magna recepciona em seu art. 5º, XXXIX, o devido processo penal, estando, no entanto, taxado pela legislação ordinária penal brasileira em seu art. 1º, que assim dispõe "não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal". *Alternativa A.*

5512. (Procurador – MP-MG – 2011) Sobre o tratamento jurídico-penal do erro, analise as seguintes afirmativas e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

( ) Nas teorias do dolo normativo, o tratamento do erro varia: se recai sobre fatos, admite-se a escusabilidade total do erro invencível; se recai sobre o direito, afirma-se a inescusabilidade, ainda que invencível o erro.
( ) Para a teoria da culpabilidade que remete à consequência jurídica, incompatível com nosso direito positivo, o erro de tipo permissivo, vencível ou invencível, conduz à punição com a pena cominada ao crime culposo ou ao doloso, neste caso atenuada, de acordo com o grau de censura que a conduta merecer, especialmente por suas consequências.
( ) De acordo com a teoria psicológica da culpabilidade, adotada pelo sistema causal-naturalista da ação, as duas modalidades de erro de permissão que acontecem nas descriminantes putativas são inescusáveis.
( ) A teoria limitada do dolo, cunhada por Mezger para se opor ao Direito Penal autoritário preconizado na Alemanha da época, impunha limitações à teoria extremada, com o objetivo de impedir a punição do autor do fato que atuasse sem a consciência da ilicitude, em virtude de "cegueira do Direito".

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras CORRETA.

(A) (V) (V) (F) (V).

(B) (F) (V) (F) (F).

(C) (V) (F) (V) (V).

(D) (F) (F) (V) (F).

RESPOSTA 1. Na teoria do dolo normativo, o erro sempre excluiu o dolo. 2. O erro exerce um vício na previsão, impossibilitando o dolo a atingir todos os elementos essenciais do tipo. 3. O dolo acaba sendo completamente excluído pelo erro, consequentemente, exclui a tipicidade da ação. Porém, essa exclusão do dolo nada influencia na culpabilidade, podendo o fato ser configurado como crime culposo, desde que haja previsão legal – Art. 20, *caput*, CP. 4. Na teoria limitada do dolo, presume-se o dolo quando a alegada ignorância da ilicitude decorre da "cegueira jurídica" ou "animosidade com o Direito". Crítica: o erro vencível só será punido se houver crime culposo. *Alternativa D.*

5513. (Procurador – MP-MG – 2011) Analise as seguintes afirmativas sobre a classificação doutrinária dos crimes de intenção e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas. Denominam-se

( ) delitos de tendência interna transcendente aqueles em que o agente quer um resultado não previsto no tipo, porém o alcança por erro na escolha dos meios de execução, dando origem a punição por crime culposo (culpa imprópria).

( ) delitos de resultado cortado aqueles em que, por obra de terceiro, há o rompimento do nexo de causalidade, daí resultando a punição por crime tentado.

( ) delitos de intenção contida as hipóteses previstas em tipos incongruentes, ou seja, crimes que exigem a complementação do injusto por condições objetivas de punibilidade.

( ) delitos mutilados de dois atos os casos em que, embora haja pluralidade de condutas e de figuras típicas, não se aplicam as regras do concurso de crimes (material, formal ou continuidade delitiva), por força do princípio da consunção.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras CORRETA.

(A) (V) (F) (V) (V).

(B) (F) (V) (V) (F).

(C) (F) (F) (F) (F).

(D) (V) (V) (F) (V).

RESPOSTA 1. São os crimes que, entre as suas elementares do tipo, trazem uma finalidade especial que é buscada pelo agente, mas que não precisa necessariamente ocorrer para que o crime se consume. Podemos citar como exemplo o crime de extorsão do art. 158, CP. 2. Nesse caso, o resultado visado pelo agente é dispensável e não depende de comportamento dele, mas de terceiros. Porém, o crime consuma-se independentemente do objetivo do agente. Por exemplo, art. 159, CP (extorsão mediante sequestro). 3. A doutrina aponta os delitos de intenção (ou de tendência interna transcendente) como aqueles em que o agente quer e persegue um resultado que não necessita ser alcançado de fato para a consumação do crime (tipos incongruentes). 4. A finalidade específica depende de comportamento do sujeito ativo do crime, mas que não necessita da efetiva ocorrência. Um exemplo desse caso é o delito de falsificação de moeda para colocação em circulação (art. 289, § 1º, CP). *Alternativa C.*

5514. (Juiz – TRT-15 – 2011) A respeito do atual entendimento conferido pelo Supremo Tribunal Federal ao princípio da insignificância, assinale a alternativa **incorreta:**

(A) sua aplicação já justificou a extinção da punibilidade;

(B) trata-se de princípio já aplicado pela Corte quando mínima a ofensividade da conduta, inexistente a periculosidade social do ato, reduzido o grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressiva a lesão provocada;

(C) trata-se de princípio aplicado a despeito de restar patente a existência da tipicidade formal;

(D) trata-se de princípio já aplicado quando as condições que circundam o delito dão conta da sua

singeleza, miudeza e não habitualidade;
(E) sua aplicação jamais justificou a extinção da ação penal.

RESPOSTA Sempre foi motivo de trancamento da Ação Penal. *Alternativa E.*

II. Da Aplicação da Lei Penal

5515. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente ao tema da territorialidade e extraterritorialidade, analise as afirmativas a seguir.

I. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
II. Ficam sujeitos à lei brasileira, os crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro ainda que julgados no estrangeiro.
III. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes contra o patrimônio da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território ou de Município quando não sejam julgados no estrangeiro.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 7º, I, *c*, CP. (II) Art. 5º, § 2º, CP. (III) Art. 7º, I, *b*, c/c § 2º, *d* e *e*, todos do CP. *Alternativa A.*

5516. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Assinale a alternativa que apresente local que não é considerado como extensão do território nacional para os efeitos penais.

(A) Aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro, desde que o crime figure entre aqueles que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
(B) As aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
(C) As embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública, onde quer que se encontrem.
(D) Aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
(E) As embarcações e aeronaves brasileiras, a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.

RESPOSTA (A) Art. 7º, II, *c*, CP – Somente quando não forem julgadas no estado estrangeiro que ficam sujeitas à lei brasileira. (B) Art. 5º, § 1º, CP. (C) Art. 5º, § 1º, CP. (D) Art. 5º, § 2º, CP. (E) Art. 5º, § 1º, CP. *Alternativa A.*

5517. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Considerando a legislação penal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa incorreta acerca da aplicação da lei penal.

(A) Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação de lei

mais benigna.

(B) A lei penal temporária é inaplicável a fatos ocorridos em sua vigência quando a lei posterior, também temporária, for mais benigna.

(C) O entendimento do STF a respeito da posse de drogas para consumo pessoal não implicou *abolitio criminis*; houve uma despenalização, entendida como exclusão, para o tipo, das penas privativas de liberdade.

(D) Segundo a teoria da atividade, se o autor de tiros for menor de 18 anos de idade à época dos tiros, ainda que a vítima morra depois de ele ter completado a maioridade penal, não poderá ele responder pelo delito.

(E) A lei penal mais benigna possui retroatividade e ultra-atividade.

RESPOSTA (A) A própria Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, adotou a hipótese de retroatividade de *lex mitior*, quando diz que é competência do juiz da execução criminal aplicar lei posterior mais benigna em processos julgados. (B) Art. 3º, CP. (C) A posse de droga para consumo pessoal deixou de ser formalmente "crime", mas não perdeu seu conteúdo de infração (de ilícito). A conduta descrita no antigo art. 16 e, agora, no atual art. 28 continua sendo ilícita, mas, como veremos, cuida-se de uma ilicitude inteiramente peculiar. Houve descriminalização "formal", ou seja, a infração já não pode ser considerada "crime" (do ponto de vista formal), mas não aconteceu concomitantemente a legalização da droga. De outro lado, paralelamente também se pode afirmar que o art. 28 retrata uma hipótese de despenalização. Descriminalização "formal" e despenalização (ao mesmo tempo) são os processos que explicam o novo art. 28 da lei de drogas. (D) Art. 4º, CP. (E) Art. 2º, parágrafo único, CP. *Alternativa B.*

5518. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Com relação à lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

(A) A lei penal mais benéfica é portadora da retroatividade, mas não da ultra-atividade.

(B) A lei penal mais benéfica é portadora da ultra-atividade, mas não da retroatividade.

(C) Uma lei penal em prejuízo do réu só poderá retroagir antes de iniciado o processo penal.

(D) A lei penal incriminadora é portadora da ultra-atividade.

(E) A lei penal descriminalizadora é portadora da extra-atividade.

RESPOSTA O princípio da anterioridade da lei penal impõe uma conclusão: a lei penal é irretroativa, disciplinando as relações jurídicas nascidas depois do início de sua vigência. O Código Penal determina que ninguém pode ser punido por fato que a lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. À vista dessas normas, extraem-se as conclusões: a) a lei penal incidente é da época do fato (*tempus regitactum*); b) deixa de vigorar a regra se, por ser mais benigna, manifestar: 1) retroatividade; 2) ultra-atividade. A retroatividade é a projeção da lei em período anterior ao início de sua vigência. A ultra-atividade é a projeção da lei em período posterior ao termo final de sua vigência. Em Direito Penal, esses institutos são governados pelo princípio de tratamento menos severo para o delinquente. A mesma lei, em virtude dessa orientação, pode ser retroativa ou ultra-ativa, dependendo das características do caso concreto. *Alternativa E.*

5519. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** Analise as alternativas a seguir. Todas estão corretas, exceto a:

(A) O ordenamento penal brasileiro é aplicável, em regra, ao crime cometido no território nacional. O Brasil adotou o princípio da territorialidade temperada: aplica-se a lei brasileira ao crime cometido no Brasil, mas não de modo absoluto, pois ficaram ressalvadas as exceções constantes de convenções, tratados e regras de direito internacional.

(B) Quanto ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da atividade, isto é, considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que seja outro o momento do resultado.

(C) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que o crime se consumou.

(D) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado após a sua vigência.

RESPOSTA A lei penal excepcional ou temporária, conforme o Código Penal Brasileiro, é aquela em que, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência. Ou seja, um crime praticado durante sua vigência será julgado conforme seu texto, e não conforme as leis correntes. *Alternativa D.*

5520. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** Em relação ao tempo do crime, a teoria adotada é

(A) da equivalência dos antecedentes.
(B) do resultado.
(C) da ubiquidade.
(D) da atividade.
(E) da territorialidade temperada.

RESPOSTA (A) Nosso Código Penal, no tema "relação de causalidade", adotou, como regra, a teoria da equivalência dos antecedentes causais ou (da causalidade simples, ou *conditio sine qua non*), considerando causa toda a ação ou omissão sem a qual o resultado não se teria produzido. Em suma, tudo o que contribui, *in concreto*, para o resultado, é causa. (B) A teoria do resultado reputa que o crime é perpetrado no momento da produção do resultado. (C) A teoria da ubiquidade ou mista considera o crime praticado no momento da conduta e no momento do resultado. (D) A teoria da atividade considera que o crime foi praticado no momento da conduta comissiva ou omissiva. (E) A territorialidade temperada se dá justamente pelo fato de o ordenamento jurídico brasileiro admitir, em determinados casos, que, aos crimes praticados no território brasileiro seja aplicada a lei estrangeira, em reconhecimento da intraterritorialidade. *Alternativa D.*

5521. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** A regra *tempus regit actum* explica o fenômeno da

(A) retroatividade da lei penal mais benéfica.
(B) ultra-atividade da lei penal excepcional.
(C) territorialidade temperada.
(D) extraterritorialidade.

RESPOSTA *Tempus regit actum* é uma expressão júridica latina que significa literalmente o tempo rege o ato, no sentido de que os atos jurídicos se regem pela lei da época em que ocorreram. Porém, existem duas exceções possíveis, que consistem na validade da lei a algo ocorrido anteriormente ao início de sua vigência (retroatividade) e futuramente à revogação da referida (ultra-atividade). *Alternativa B.*

5522. **(Advogado – CETESB – 2009 – VUNESP)** Imagine que, com intenção de evitar a proliferação da gripe A (H1N1), o Congresso Nacional, por suas duas casas, tivesse aprovado projeto de lei, posteriormente sancionado pelo Presidente da República, que tornasse crime a conduta de falar em público sem utilização de máscara de proteção para contenção da saliva. Figure, ainda, que referida lei, quando da sua publicação, em abril de 2009, desde logo estabelecesse que tal criminalização teria vigência, apenas, nos meses de junho, julho e agosto de 2009. Por fim, imagine que nesse cenário, o professor Marcelo houvesse lecionado sem máscara para seus alunos no mês de julho de 2009, realizando, portanto, a conduta criminalizada pelo tipo penal. Com relação a esse caso hipotético, é correto afirmar que

(A) se trata de lei excepcional, que tem vigência vinculada a uma determinada circunstância social como calamidades ou guerras, sendo que, mesmo após cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
(B) Marcelo será favorecido pela nova ordem legal que se instalará após o término da vigência da lei

e, sendo assim, ainda que estivesse respondendo a ação penal, teria decretada em seu favor a extinção da punibilidade.

(C) o professor será beneficiado pela *abolitio criminis*, já que o término do período de vigência da lei indica que o bem jurídico em questão não é mais ameaçado, não sendo coerente sustentar qualquer responsabilização criminal.

(D) se trata de lei penal temporária, sendo que os fatos típicos praticados por Marcelo, mesmo após o término da vigência da lei, serão punidos por ter tal espécie de norma efeito ultra-ativo.

(E) a aplicação da pena só será possível se o fato típico for descoberto durante a vigência da lei que o criminaliza, sendo que é necessário, ao menos, que durante o período de vigência da lei seja oferecida denúncia em desfavor do professor.

RESPOSTA (A) Não se trata de Lei Excepcional, porque esta não possui eficácia vinculada. Sua eficácia é referente ao tempo que durar a excepcionalidade que motivou a sua edição. (B) Art. 3º, CP. (C) Art. 3º, CP. As leis Excepcionais ou Temporárias são uma exceção à irretroatividade da lei mais benéfica. (D) Art. 3º, CP. Trata-se de Lei Temporária porque seu período de eficácia tem tempo definido em lei. Ela possui, portanto, ultra-atividade por ser uma exceção à lei mais benéfica. (E) A Lei Temporária tem ultra-atividade, portanto, ela irá ultra-agir para tipificar a conduta do réu, por mais que o crime seja descoberto fora da sua eficácia. *Alternativa D.*

5523. (Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB) A lei penal posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado. É correto dizer que:

(A) o princípio acima mencionado aplica-se de forma ampla e irrestrita à lei excepcional e à lei temporária.

(B) trata o princípio citado da hipótese de *lex gravior*.

(C) trata-se da definição do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.

(D) o princípio citado pode sofrer mitigação, dependendo da culpabilidade do agente.

(E) mesmo que a lei mais grave entre em vigor durante a prática de crime permanente, por força do princípio acima citado, esta não se aplicará.

RESPOSTA (A) Art. 4º, CP. (B) Trata-se de *Lex mitior,* porque torna a situação do apenado menos gravosa. (C) Art. 2º, *caput* e § 2º, CP. (D) A culpabilidade do agente terá efeitos quando da aplicação da pena, art. 59, CP. (E) No crime permanente, a lei aplicável será aquela quando da consumação do crime. Súmula 711, STF. *Alternativa C.*

5524. (Advogado – USP – 2009 – CODAGE) Com relação à aplicação da lei penal, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Em direito penal, a analogia jamais pode ser utilizada em favor do réu.

(B) Como regra geral, o princípio da territorialidade norteia a aplicação da lei penal no espaço.

(C) A irretroatividade da lei penal desfavorável é o princípio que norteia a aplicação da lei penal no tempo, estando inclusive assegurado na Constituição Federal.

(D) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

(E) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, assim como no lugar onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

RESPOSTA (A) A analogia poderá ser aplicada em favor do réu. (B) O Princípio da Territorialidade (art. 5º, CP). (C) A regra é irretroatividade da lei, salvo quando beneficiar o réu (art. 2º, CP). (D) Art. 4º, CP. (E) Teoria da Ubiquidade. *Alternativa A.*

5525. (Advogado – Camaçari-BA – 2010 – AOCP) De acordo com o Código Penal, assinale

a alternativa INCORRETA.

(A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.

(B) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

(C) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

(D) É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

(E) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

RESPOSTA (A) Art. 2º, CP. (B) Art. 4º, CP. (C) Art. 5º, § 1º, CP. (D) Art. 5º, § 2º, CP. (E) Art. 6º, CP. *Alternativa A.*

5526. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Assinale a alternativa correta:

(A) Em razão do princípio da atividade, a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

(B) A lei “A” foi revogada pela lei “B”, que por sua vez foi revogada pela lei “C”; diante da imposição de que uma lei só pode ser revogada por outra, o sistema jurídico brasileiro admite a repristinação automática de lei revogada.

(C) O momento e o lugar do crime são regulados pela teoria da atividade, importando o momento da ação ou omissão do agente, ainda que outros sejam o momento e o lugar do resultado.

(D) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou privada, onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

(E) No crime permanente, a conduta se protrai no tempo em razão da própria vontade do agente e o tempo do crime é o de sua duração; enquanto que, no crime continuado, o tempo do crime é o da prática de cada conduta perpetrada.

RESPOSTA (A) Art. 3º, CP. (B) No Brasil, por força do art. 2º, § 3º, Decreto-lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a norma A só volta a valer se isso estiver explícito na norma C, ou seja, não há repristinação automática (implícita), esta somente ocorre se for expressamente prevista. (C) Teoria da Ubiquidade. (D) Art. 5º, § 1º, CP. (E) Crime permanente, segundo o direito penal brasileiro, é aquele cujo momento consumativo se prolonga no tempo de acordo com a vontade do criminoso, de modo que o agente tem o domínio sobre o momento de consumação do crime. Crime continuado (art. 71, CP). *Alternativa E.*

5527. **(Procurador – PGE-PA – 2009)** Assinale a alternativa CORRETA acerca da aplicação da lei penal:

(A) A lei penal em branco inversa ou ao avesso é aquela em que o preceito primário é completo, mas o secundário reclama complementação, que deve ser realizado obrigatoriamente por uma lei, sob pena de violação ao princípio da reserva legal.

(B) Pode ser aplicada, no Direito Penal, a analogia *in malam partem*, que é aquela pela qual se aplica

ao caso omisso uma lei mais favorável ao réu.

(C) A combinação de leis penais (*lex tertia*), que se conflitam no tempo para se extrair uma terceira que mais beneficie o réu, é admitida no Direito Penal brasileiro.

(D) No crime permanente em que a conduta tenha se iniciado durante a vigência de uma, e prossiga durante o império de outra mais severa, aplica-se a lei anterior mais benéfica.

RESPOSTA (A) Normas penais em branco inversa ou ao avesso: O preceito penal é completo, mas o secundário precisa de complementação. Nesse caso, obrigatoriamente deverá ser uma lei, sob pena de violação do Princípio da reserva legal. Arts. 1º e 2º, Lei n. 2.889/56 (genocídio). (B) Em caso de omissão do legislador quanto à determinada conduta, aplica-se a analogia, sendo que a analogia *in malam partem* é aquela onde adota-se lei prejudicial ao réu, reguladora de caso semelhante. (C) Combinação implicaria criação de uma terceira lei (*lex tertia*) e o juiz estaria assim usurpando função própria do legislador em afronta aos princípios de legalidade e divisão de poderes. (D) Crime permanente é aquele cujo momento consumativo se prolonga no tempo, assim podendo ser aplicada lei posterior mais severa. *Alternativa A.*

5528. **(Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP)** Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. Diante dessa afirmação, pode-se concluir que

(A) a fixação do momento em que o crime ocorre é importante para determinar tão somente a lei vigente no dia do fato delituoso.

(B) a fixação do momento em que o crime ocorre é importante para determinar a aplicação da lei penal, como também a imputabilidade do agente.

(C) a reforma do Código Penal, ocorrida em 1984, adotou a teoria do resultado quanto à determinação do momento do crime, estando incorreta a afirmação contida no enunciado.

(D) a reforma do Código Penal, ocorrida em 1984, adotou a teoria mista quanto à determinação do momento do crime.

(E) não é aplicável à presente afirmação o princípio da territorialidade.

RESPOSTA (A) Art. 4º, CP. Para determinar também a imputabilidade do agente, por exemplo. (B) Art. 4º, CP. Para determinar também a imputabilidade do agente, por exemplo. (C) Teoria da Atividade. (D) Teoria da Atividade. (E) Art. 5º, CP, é sim aplicável. *Alternativa B.*

5529. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** Assinale a alternativa *incorreta:*

(A) Os princípios de Direito Penal garantem que a interpretação dos casos penais, em quaisquer circunstâncias, deva ser realizada sob a égide de um sistema penal legalista, ou seja, vinculado ao formalismo legal, a um juízo de subsunção do fato à letra da lei.

(B) O princípio da legalidade tem como um de seus corolários a reserva legal (artigo 1º do Código Penal), de modo que as condutas criminosas somente podem ser definidas através de norma legal federal.

(C) A corrente neorretribucionista em Direito Penal tem influenciado a política criminal, segundo a qual a efetiva aplicação e execução das penas garantem a função preventiva geral positiva, bem como tem inspirado o movimento chamado de *law in order*.

(D) O princípio da intervenção mínima em Direito Penal tem dois importantes corolários: a fragmentariedade e a subsidiariedade. O primeiro preconiza que somente os bens jurídicos mais relevantes merecem tutela penal, bem como apenas os ataques mais intoleráveis a estes merecem disciplina penal, enquanto o segundo prescreve que a intervenção penal só tem legitimidade quando outros ramos do Direito não oferecem solução satisfatória aos conflitos.

(E) O princípio jurídico-penal da tipicidade garante a proibição da aplicação da analogia *in malam partem* em Direito Penal.

RESPOSTA Interpretar a lei é extrair o significado e a extensão da norma, em face da realidade; descobrir sua real dimensão, sua amplitude, o âmbito de sua incidência na vida prática. A interpretação é uma operação lógica que visa descobrir a vontade da lei, para aplicá-la aos casos que ocorrem no dia a dia. *Alternativa A.*

5530. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** "A Lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado". Este dispositivo legal:

(A) Deve ser declarado inconstitucional, porque viola a garantia constitucional da imutabilidade da coisa julgada.
(B) É conhecido na doutrina brasileira como *abolitio criminis*, mas não é recepcionado pela jurisprudência.
(C) Trata-se de norma penal extravagante, que só tem aplicação em casos excepcionais.
(D) É uma das poucas hipóteses em que se admite a retroatividade da norma penal.
(E) Não é adequado ao modelo conhecido como "garantismo penal".

RESPOSTA Art. 2º, parágrafo único, CP. Retroatividade da norma penal benéfica. *Alternativa D.*

5531. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Sobre a teoria da lei penal, assinale a alternativa correta:

(A) a analogia *in bonam partem* não possui restrições em matéria penal, sendo admissível, por exemplo, em causas de justificação, causas de exculpação e situações de extinção ou redução da punibilidade, e a analogia *in malam partem* possui menor nível de aceitabilidade em matéria penal, sendo admissível apenas em hipóteses excepcionais;
(B) a proibição da retroatividade da lei penal, como um dos fundamentos do princípio constitucional da legalidade, não admite exceções;
(C) o princípio da insignificância está diretamente relacionado ao princípio da lesividade e sua aplicação exclui a própria culpabilidade;
(D) os crimes de tráfico de drogas (Lei 11.343/06, art. 33), de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (Lei 10.826/03, art. 16, *caput*) e de destruição de floresta considerada de preservação permanente (Lei 9.605/98, art. 38, *caput*), são exemplos típicos de normas penais em branco;
(E) segundo a sistemática adotada pelo art. 3º do Código Penal brasileiro, as leis excepcionais e temporárias não possuem ultra-atividade.

RESPOSTA (A) A aplicação da analogia *in bonam partem*, além de ser perfeitamente viável, é muitas vezes necessária para que, ao interpretarmos a lei penal, não cheguemos a soluções absurdas. A analogia maligna, contudo, no Direito Penal, não encontra assento. Ora, se utilizada, criaria crime onde o legislador nada estabeleceu, puniria onde o legislador nada cominou. (B) A exceção está na retroatividade de lei penal mais benéfica ao réu. (C) Excluiu a tipicidade. (D) Normas penais em branco são aquelas em que há uma necessidade de complementação para que se possa compreender o âmbito da aplicação de seu preceito primário. (E) Essas espécies de lei têm ultra-atividade, ou seja, aplicam-se ao fato cometido sob o seu império, mesmo depois de revogadas pelo decurso do tempo ou pela superação do estado excepcional. *Alternativa D.*

5532. **(Procurador – MPDFT – 2011)** Examine as afirmações que se seguem, referentes à aplicação da lei penal, e assinale a alternativa correta:

(A) Ostentam imunidade diplomática os diplomatas de carreira, os membros do quadro administrativo e técnico da sede diplomática, com os respectivos familiares, além dos adidos consulares.
(B) O fenômeno da *Lex intermedia* importa na aplicação da lei penal mais benéfica ao acusado, ainda que não tenha sido a lei de regência ao tempo do fato, nem mais subsista, dada sua revogação, ao tempo da decisão condenatória.
(C) Segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial predominante, operou-se a *abolitio criminis*

em relação ao crime de porte de entorpecentes para uso próprio, nos termos da Lei n. 11.343/2006.

(D) A aplicação da lei penal estrangeira ao crime ocorrido no território brasileiro é vedada pelo princípio da soberania.

(E) Por se tratar de crime formal, à extorsão mediante sequestro, iniciada na égide da lei penal mais branda, não se aplica a lei penal mais grave, ainda que a restrição da liberdade da vítima perdure após a alteração legislativa que agrave a pena do referido crime.

RESPOSTA (A) Art. 37 da Convenção de Viena. (B) Entre o momento da prática do crime e julgamento do acusado, são publicadas várias leis, aplica-se a mais benéfica, ainda que ela não esteja em vigor no momento do crime. (C) Operou-se a despenalização. (D) Princípio da territorialidade temperada. A lei nacional se aplica aos fatos praticados em seu território, mas, excepcionalmente, permite-se a aplicação da lei estrangeira, quando assim estabelecer algum tratado ou convenção internacional. (E) Trata-se de crime de efeito permanente, logo, aquele cujo momento consumativo se prolonga no tempo de acordo com a vontade do criminoso, de modo que o agente tem o domínio sobre o momento de consumação do crime. *Alternativa B.*

5533. **(Procurador – MP-SP – 2011)** Assinale a alternativa que estiver totalmente correta.

(A) Em face do princípio da legalidade constitucionalmente consagrado, a lei penal é sempre irretroativa, nunca podendo retroagir.

(B) Se entrar em vigor lei penal mais severa, ela será aplicável a fato cometido anteriormente a sua vigência, desde que não venha a criar figura típica inexistente.

(C) Sendo a lei penal mais favorável ao réu, aplica-se ao fato cometido sob a égide de lei anterior, desde que ele ainda não tenha sido decidido por sentença condenatória transitada em julgado.

(D) A lei penal não pode retroagir para alcançar fatos ocorridos anteriormente a sua vigência, salvo no caso de *abolitio criminis* ou de se tratar de lei que, de qualquer modo, favoreça o agente.

(E) Se a lei nova for mais favorável ao réu, deixando de considerar criminosa a sua conduta, ela retroagirá mesmo que o fato tenha sido definitivamente julgado, fazendo cessar os efeitos civis e penais da sentença condenatória.

RESPOSTA (A) A lei penal é irretroativa, salvo para beneficiar o réu. (B) Art. 3º, CP. (C) Art. 2º, parágrafo único, CP. (D) Princípio da irretroatividade da norma penal é previsto no art. 5º, XL, Constituição Federal, contudo, com uma importante ressalva, "a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu". (E) Art. 2º, CP. *Alternativa D.*

5534. **(Procurador – MPF – 2008)** No tema de aplicação da lei penal no tempo:

(A) havendo sucessão de leis penais no tempo é aplicável a lei intermediária se ela for a mais favorável;

(B) o Código Penal prevê a combinação de leis sucessivas sempre que a fusão possa beneficiar o réu;

(C) o Código Penal veda a *lex tertia*;

(D) verifica-se a maior favorabilidade da lei, no exame da norma em abstrato.

RESPOSTA (A) A lei penal é retroativa, se benéfica ao réu. Art. 2º, parágrafo único, CP. (B) Não há essa previsão no CP. (C) *Lex Tertia* é a conjugação de duas leis. Essa possibilidade não é aceita pela doutrina ou pela lei penal, caso contrário, estaria o poder judiciário legislando, o que está fora da sua competência. (D) Hipótese absurda. *Alternativa A.*

5535. **(Procurador – MPF – 2008)** A Polícia Federal do Amapá, em ação desenvolvida com a Marinha do Brasil e com a Marinha da França, apreendeu, em águas internacionais, uma embarcação pesqueira com 800 quilos de cocaína. Os tripulantes, todos brasileiros, foram presos. Considerando apenas os dados enunciados, é aplicável a lei brasileira porque:

(A) o crime de tráfico internacional de drogas foi praticado por brasileiro;

(B) a embarcação se encontrava em alto-mar;

(C) a lei francesa não é aplicável;

(D) a embarcação é brasileira.

RESPOSTA (A) Art. 7º, II, *b*, CP. (B) Se se encontrava em alto-mar, só será aplicável se for embarcação brasileira pública ou privada a serviço do estado brasileiro. Art. 5º, § 2º, CP. (C) Não há conhecimento sobre a lei francesa. (D) Não há essa informação na questão. *Alternativa A.*

III. Teoria do Crime

5536. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) Pode-se dizer que a consumação de crime, segundo a definição dada pelo artigo 14, inciso I, do Código Penal Brasileiro, é o mesmo que o seu exaurimento e com este se confunde.

(B) O chamado exaurimento do crime está no pós-fato, decorrente do mesmo intento, mas que enseja outra punição, porque lesiona bem jurídico distinto do ofendido pelo fato anterior, ou porque incrementa a lesão antes produzida ao bem jurídico atingido pelo crime antecedente.

(C) Tentativa imperfeita, ou “iter criminis” interrompido, é aquela em que, apesar de o agente ter realizado toda a fase de execução, o resultado não acontece por circunstâncias alheias à sua vontade.

(D) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado, mas os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

(E) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de metade até dois terços.

RESPOSTA (A) No estudo do crime tentado ou consumado deve-se observar o *iter criminis*, que é composto pelas seguintes fases: cogitação, preparação, execução, consumação e exaurimento. Logo, o exaurimento é fase posterior à consumação e com esta não se confunde. (B) O exaurimento é a fase posterior à consumação do crime, esgotando-o plenamente. Lesiona o bem jurídico inicialmente pretendido e não enseja outra punição, pois a conduta criminosa é uma só, passando o agente por várias etapas até o êxito, ou não, de seu intento criminoso. (C) Tentativa imperfeita é aquela em que o agente é interrompido durante a prática dos atos de execução, não chegando a consumar o crime. (D) Conforme dispõe o art. 13, § 1º, Código Penal. (E) De acordo com o parágrafo único do art. 14, a tentativa é punida com a pena correspondente ao crime consumado, porém diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços), excetuando-se o previsto nos arts. 352, CP, e 49, parágrafo único, Lei de Execuções Penais. *Alternativa D.*

5537. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Quando o agente pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se:

(A) Não há crime.

(B) Há crime, mas não há dolo.

(C) Há crime e pode haver dolo, mas o fato é impunível.

(D) Há crime, pode haver dolo e o fato pode ser punível se for típico.

(E) Há crime, pode haver dolo e o fato pode ser punível dependendo das circunstâncias.

RESPOSTA (A) O agente atuou em estado de necessidade, conforme prevê o art. 24, Código Penal. (B) O art. 23, Código Penal, prevê como causa legal de exclusão da ilicitude o estado de necessidade, definido no art. 24, mesmo codex. Portanto, não há que se falar em crime. (C) O art. 23, Código Penal, prevê como causa legal de exclusão da ilicitude o estado de necessidade, definido no art. 24, mesmo codex. Portanto, não há que se falar em crime. (D) O art. 23, Código Penal, prevê como causa legal de exclusão da ilicitude o estado de necessidade, definido no art. 24, mesmo codex. Portanto, não há que se falar em crime. (E) O art. 23, Código Penal, prevê como causa legal de exclusão da ilicitude o estado de necessidade, definido no art. 24, mesmo codex. Portanto, não há que se falar em crime. *Alternativa A.*

5538. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** É INCORRETO dizer:

(A) Há tentativa se o processo executório do crime é interrompido por circunstâncias alheias à vontade do agente.

(B) Há tentativa se o processo executório do crime é integralmente realizado, mas o resultado não se verifica por circunstâncias alheias à vontade do agente.

(C) Há tentativa se o processo executório do crime é interrompido por circunstâncias alheias à vontade do agente ou se, mesmo integralmente realizado, o resultado não se verifica por circunstâncias alheias à vontade do agente.

(D) Há tentativa se o processo executório do crime é interrompido por circunstâncias alheias à vontade do agente ou se, mesmo integralmente realizado, o resultado não se verifica por circunstâncias alheias à vontade do agente, e também se o resultado se verifica, mas o agente não obtém o benefício pretendido.

(E) Há tentativa se o crime não se consuma.

RESPOSTA (A) Conforme dispõe o art. 14, II, há tentativa quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. (B) A narrativa na questão traduz a hipótese de tentativa perfeita, também conhecida como acabada ou crime falho. (C) A narrativa traz as hipóteses de tentativa imperfeita e perfeita, respectivamente. (D) Questão em comento apresenta inicialmente duas hipóteses de tentativa, imperfeita e perfeita, respectivamente. Entretanto, não há que se falar em tentativa na hipótese do resultado se verificar, mas o agente não obter o benefício pretendido. (E) Há tentativa quando, na conduta dolosa para prática de infração penal, o agente ingressa na fase dos atos de execução, mas não consegue chegar à consumação por circunstância alheia à sua vontade. *Alternativa D.*

5539. (Juiz – TRT-6 – 2010) São hipóteses de exclusão de antijuridicidade:

(A) Erro de tipo e erro de proibição.

(B) Inexigibilidade de conduta diversa e legítima defesa.

(C) Estrito cumprimento do dever legal e estado de necessidade.

(D) Inexigibilidade de conduta diversa e estado de necessidade.

(E) Erro de proibição e estrito cumprimento do dever legal.

RESPOSTA (A) O erro de tipo é o erro sobre circunstância constitutiva do crime. Sua finalidade é afastar o dolo da conduta do agente: se for escusável, eliminará o dolo e a culpa, tornando o fato atípico; se for inescusável, afasta o dolo apenas, permitindo a punição do agente por crime culposo, se houver previsão legal. Já o erro de proibição, é o erro sobre elemento jurídico-normativo da ilicitude da conduta. Se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço, conforme dispõe o art. 21, segunda parte e parágrafo único. (B) Inexigibilidade de conduta diversa é causa de exclusão da culpabilidade, como se pode observar nos casos previstos nos arts. 22 e 128, I e II, ambos do Código Penal. Já a legítima defesa é causa de exclusão da ilicitude, conforme dispõe o art. 23, II, Código Penal. (C) Tanto o estrito cumprimento do dever legal quanto o estado de necessidade são hipóteses de exclusão da ilicitude/antijuridicidade, conforme dispõe o art. 23, III e I, respectivamente. (D) Inexigibilidade de conduta diversa é causa de exclusão da culpabilidade, como se pode observar nos casos previstos nos arts. 22 e 128, I e II, ambos do Código Penal. Já o estado de necessidade é causa de exclusão da ilicitude, conforme dispõe o art. 23, I, Código Penal. (E) O erro de proibição é o erro sobre elemento jurídico-normativo da ilicitude da conduta. Se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço, conforme dispõe o art. 21, segunda parte e parágrafo único. Já o estrito cumprimento de dever legal é causa de exclusão da ilicitude, conforme dispõe o art. 23, III, Código Penal. *Alternativa C.*

5540. (Juiz – TRT-6 – 2010) Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A denunciação caluniosa admite forma culposa.

(B) O empregador pode ser sujeito ativo da apropriação indébita previdenciária.

(C) Pode-se aplicar o princípio da consunção num fato que ostente a materialidade de falso e de estelionato, como a falsificação de carteira de trabalho para obtenção de vantagem pessoal indevida.

(D) A apropriação, pelo empregado, de coisa móvel do empregador, de que tem a posse em razão de seu emprego, é apenada de forma mais gravosa.

(E) Há dano qualificado se o empregador destrói bem do empregado por puro sentimento de perseguição a este.

RESPOSTA (A) O tipo penal de denunciação caluniosa apenas admite o elemento subjetivo doloso, não havendo previsão para modalidade de natureza culposa. (B) Conforme tipifica o art. 168-A, CP, a apropriação indébita previdenciária somente pode ser praticada por aquele que tinha a obrigação legal de repassar à previdência social as contribuições dos contribuintes, no prazo legal ou convencional. Trata-se, portanto, de crime próprio. (C) O princípio da consunção, também conhecido como princípio da absorção, é aplicável nos casos em que há uma sucessão de condutas com existência de um nexo de dependência. De acordo com tal princípio, o crime-fim absorve o crime-meio. Dessa forma, por ser a falsificação de documento público mais gravosa que o estelionato (este previsto no art. 171, cuja pena de reclusão é de 1 a 5 anos e aquele previsto no art. 297, cuja pena de reclusão é de 2 a 6 anos), aplica-se a pena do estelionato. (D) O art. 168, § 1º, III, CP, prevê como causa de aumento de pena de 1/3 (um terço) a apropriação indébita de bem móvel, em razão do emprego do agente. (E) O dano pode ser qualificado se o agente o pratica por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima, conforme dispõe o art. 163, parágrafo único, IV, CP. *Alternativa A.*

5541. (Juiz – TRT-9 – 2009) Considere as seguintes proposições:

I. O crime de denunciação caluniosa consiste em dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.

II. O perito nomeado pelo Juízo, ao fazer afirmação falsa em processo judicial, comete crime de falso testemunho ou de falsa perícia.

III. No crime de falso testemunho, o fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

IV. A prática por advogado de ato processual simultâneo ou sucessivo ao interesse de partes contrárias se constitui no delito de patrocínio simultâneo ou tergiversação, cuja pena é de detenção de seis meses a três anos e multa.

(A) Todas as proposições estão corretas.
(B) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
(C) Somente a proposição III está correta.
(D) Somente as proposições I e IV estão corretas.
(E) Nenhuma proposição está correta.

RESPOSTA (I) Conforme dispõe o art. 339, CP. (II) Conforme dispõe o art. 342, CP. (III) Conforme dispõe o art. 342, § 2º, CP. (IV) Conforme dispõe o art. 355, parágrafo único, CP. *Alternativa A.*

5542. (Juiz – TRT-16 – 2011) Considere as afirmativas abaixo a assinale a alternativa CORRETA:

I. De acordo com o Código Penal Brasileiro, atua sob o manto da legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

II. Em consonância com a doutrina nacional não se admite legítima defesa real contra legítima defesa real, mas a admite nas hipóteses de legítima defesa real contra legítima defesa putativa.

III. De acordo com o Código Penal Brasileiro, considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

IV. No estado de necessidade, o perigo pode ser o resultado de conduta humana, como também força maior ou caso fortuito, enquanto a legítima defesa somente é possível contra agressão humana ou ataque espontâneo de animal irracional.

(A) Estão corretas apenas as afirmativas I e IV.
(B) Estão incorretas as afirmativas I e III.
(C) Estão incorretas as afirmativas II e III.
(D) Está incorreta apenas a afirmativa I.
(E) Está incorreta apenas a afirmativa IV.

RESPOSTA (I) Corresponde ao art. 25, CP. (II) Nesse sentido: Rogério Greco, *Curso de Direito Penal*, 2006. p. 382. (III) Corresponde ao art. 24, CP. (IV) Aquele que age para se defender de ataque espontâneo de animal irracional age amparado pelo estado de necessidade, e não pela legítima defesa, esta só é possível contra condutas perpetradas por humanos. Neste sentido: JUTACrim – SP 43/195. *Alternativa E.*

5543. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Fabrício, com a intenção de sequestrar o filho de seu patrão para obter vantagem monetária com o preço do resgate, compra cordas, furta um carro e arruma o local que serviria como cativeiro. No entanto, dois dias antes de efetivar seu intento, seus planos são descobertos. Diante desses fatos, Fabrício:

(A) não responderá por qualquer crime;
(B) responderá apenas pelo crime de furto consumado;
(C) responderá por tentativa de extorsão mediante sequestro e furto consumado;
(D) responderá por tentativa de extorsão mediante sequestro e furto tentado;
(E) responderá apenas por tentativa de sequestro.

RESPOSTA (A) Responderá por crime de furto consumado, conforme prevê o art. 155, CP. (B) Em razão de o agente ter sido flagrado durante os atos preparatórios, responderá apenas pelos atos já praticados, no caso, o furto consumado, conforme dispõe o art. 155, CP. (C) Classificado como crime formal, a extorsão mediante sequestro admite tentativa, pois o *iter criminis* pode ser fracionado. Entretanto, o agente não havia iniciado os atos de execução, portanto, está afastada a modalidade tentada. Inobstante, em razão de o agente ter sido flagrado durante os atos preparatórios, responderá apenas pelos atos já praticados, no caso, o furto consumado, conforme dispõe o art. 155, CP. (D) Classificado como crime formal, a extorsão mediante sequestro admite tentativa, pois o *iter criminis* pode ser fracionado. Entretanto, o agente não havia iniciado os atos de execução, portanto, está afastada a modalidade tentada. Inobstante, em razão do agente ter sido flagrado durante os atos preparatórios, responderá apenas pelos atos já praticados, no caso, o furto consumado, conforme dispõe o art. 155, CP, e não na modalidade tentada, como assevera a afirmativa. (E) Não responderá por tentativa de sequestro, pois os atos de execução não foram iniciados, tendo o agente sido flagrado durante os atos preparatórios, respondendo apenas pelos atos já praticados, no caso, o furto consumado. *Alternativa B.*

5544. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) No chamado crime de atentado a tentativa é equiparada ao crime consumado, havendo aplicação da teoria subjetiva.
(B) A lei penal brasileira faz distinção entre a tentativa perfeita e a tentativa imperfeita, sendo expressamente prevista a diminuição da aplicação da pena em abstrato no caso da tentativa perfeita.
(C) No caso de tentativa qualificada o agente responde apenas pelos atos anteriores à execução do crime.
(D) Os crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão admitem tentativa.
(E) Nos casos de crime continuado não é admissível a tentativa no todo que o compõe.

RESPOSTA (A) A regra é que os crimes tentados tenham punição reduzida, conforme prevê o art. 14, parágrafo único, 2ª parte, CP. Entretanto, nos crimes de atentado, a tentativa é elevada ao mesmo patamar do crime consumado, exceção prevista na primeira parte do parágrafo único do art. 14, CP. Por exemplo, cita-se o art. 352, CP, em que a tentativa de evasão tem a mesma pena para a evasão do apenado. (B) A lei penal não faz distinção entre a tentativa perfeita e a imperfeita, somente a doutrina a faz. Neste sentido: GRECO, *Curso de direito penal*, 2006. p. 272. (C) A tentativa qualificada representa os institutos da desistência voluntária (art. 15, primeira parte, CP) e do arrependimento eficaz (art. 15, segunda parte, CP). Em ambos os casos, o agente só responderá pelos atos já praticados. (D) Os crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão admitem a

tentativa, que só é vedada nos crimes omissivos próprios. (E) Os crimes continuados apenas permitem a tentativa daqueles crimes que formam a sua composição. Contudo, não é possível falar na tentativa do todo criminoso. *Alternativa B.*

5545. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente à extinção da punibilidade, analise as afirmativas a seguir:

I. Extingue-se a punibilidade, dentre outros motivos, pela morte do agente; pela anistia, graça ou indulto; pela prescrição, decadência ou perempção; e pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes, definidos nos capítulos I, II e III, do Título IV do Código Penal.

II. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

III. A renúncia do direito de queixa, ou o oferecimento de perdão pelo querelante, nos crimes de ação privada, acarreta a extinção da punibilidade.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

RESPOSTA (I) Art. 107, I, II, IV – Sem previsão legal para o casamento do agente com a vítima nos crimes contra os costumes. (II) Art. 108, CP. (III) Art. 107, V – Seria o caso de perdão aceito, e não oferecimento de perdão. *Alternativa E.*

5546. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Carlos Cristiano trabalha como salva-vidas no clube municipal de Tartarugalzinho. O clube abre diariamente às 8hs, e a piscina do clube funciona de terça a domingo, de 9 às 17 horas, com um intervalo de uma hora para o almoço do salva-vidas, sempre entre 12 e 13 horas. Carlos Cristiano é o único salva-vidas do clube e sabe a responsabilidade de seu trabalho, pois várias crianças utilizam a piscina diariamente e muitas dependem da sua atenção para não morrerem afogadas. Normalmente, Carlos Cristiano trabalha com atenção e dedicação, mas naquele dia 2 de janeiro estava particularmente cansado, pois dormira muito tarde após as comemorações do *réveillon*. Assim, ao invés de voltar do almoço na hora, decidiu tirar um cochilo. Acordou às 15 horas, com os gritos dos sócios do clube que tentavam reanimar uma criança que entrara na piscina e fora parar na parte funda. Infelizmente, não foi possível reanimar a criança. Embora houvesse outras pessoas na piscina, ninguém percebera que a criança estava se afogando. Assinale a alternativa que indique o crime praticado por Carlos Cristiano.

(A) Homicídio culposo.
(B) Nenhum crime.
(C) Omissão de socorro.
(D) Homicídio doloso, na modalidade de ação comissiva por omissão.
(E) Homicídio doloso, na modalidade de ação omissiva.

RESPOSTA Carlos Cristiano não praticou nenhum crime, já que não se encontrava no local do acidente, não estando na posição de garantidor, ausente, portanto, qualquer omissão no salvamento da criança. *Alternativa B.*

5547. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** A respeito da tipicidade penal, assinale a alternativa incorreta.

(A) O erro de tipo, se escusável, exclui o dolo e a culpa.

(B) No crime de omissão de socorro, somente se torna relevante para o Direito Penal caso o agente tenha o dever de agir.

(C) A real consciência do injusto penal é pressuposto elementar da culpabilidade; por conseguinte, o desconhecimento da norma penal, quando inevitável, exclui a culpabilidade.

(D) No dolo eventual, o sujeito representa o resultado como de produção provável e, embora não queira produzi-lo, continua agindo e admitindo a sua eventual produção.

(E) Caracteriza o erro de proibição a conduta do agente que se apossa de coisa alheia móvel, supondo, nas circunstâncias, ter sido abandonada pelo proprietário.

RESPOSTA (A) Escusável é o erro que teria incidido qualquer pessoa, ainda que prudente nos seus atos, caso estivesse na mesma situação em que se encontrava o agente. Assim, o erro escusável acarreta fato atípico, pois exclui o dolo e a culpa. (B) Art. 13, § 2º, CP. (C) Art. 21, CP. (D) Haverá dolo eventual sempre que o agente, embora não querendo diretamente a realização do tipo, o aceite como possível ou mesmo como provável, assumindo o risco da produção do resultado. Para Eugênio Raul Zaffaroni e J. Henrique Pierangeli (*Manual de direito penal brasileiro*, p. 487), não se requer, entretanto, que "a previsão da causalidade ou da forma em que se produza o resultado seja detalhada", é necessário somente que o resultado seja possível ou provável. (E) Normatizado no direito penal brasileiro pelo art. 21, Código Penal, o erro de proibição é erro do agente que acredita ser sua conduta admissível no direito, quando, na verdade ela é proibida. Sem discussão, o autor, aqui, sabe o que tipicamente faz, porém, desconhece sua ilegalidade. Concluímos, então, que o erro de proibição recai sobre a consciência de ilicitude do fato. *Alternativa E.*

5548. (Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA) Acerca da culpabilidade e da ilicitude, assinale a alternativa correta.

(A) Segundo a teoria finalista, a imputabilidade, a consciência acerca da ilicitude do fato e da exigibilidade de conduta diversa são elementos normativos da culpabilidade.

(B) A coação irresistível e a obediência hierárquica são causas de exclusão da ilicitude.

(C) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para repelir injusta agressão, atual ou iminente.

(D) Não há excludentes de ilicitude previstas na Parte Especial do Código Penal.

(E) A legítima defesa é causa excludente da culpabilidade.

RESPOSTA (A) A culpabilidade é o juízo de reprovação que recai sobre o agente do fato que podia se motivar consoante à norma e podia agir de modo diverso, mas não o faz. Por esse motivo, para saber se determinado fato típico e antijurídico é culpável, deve-se analisar se o agente era imputável, se havia potencial consciência da ilicitude do fato e se, nas circunstâncias, era possível exigir-lhe conduta diversa. (B) São excludentes da culpabilidade. (C) Art. 24, CP. (D) Existe nos casos dos arts. 128 (aborto permitido) e 142 (imunidade nos crimes contra a honra). (E) Trata-se de causa excludente de antijuridicidade. *Alternativa A.*

5549. (Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS) Em relação às excludentes de ilicitude, assinale a opção correta.

(A) Pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

(B) Entende-se em legítima defesa quem, usando dos meios necessários, repele agressão, apenas atual, a direito seu; não existindo legítima defesa de terceiros.

(C) O agente, na hipótese de estado de necessidade, responderá pelo excesso doloso ou culposo.

(D) O estrito cumprimento de dever legal e o exercício regular de direito são excludentes de culpabilidade e não de ilicitude.

RESPOSTA (A) Art. 24, § 1º, CP. (B) Art. 25, CP. (C) Art. 23, parágrafo único. (D) Art. 23, III, CP, excludente de ilicitude. *Alternativa C.*

5550. (Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE) Com relação às excludentes da tipicidade, da

ilicitude e da culpabilidade, marque, à luz da legislação penal, a opção correta.

(A) O estrito cumprimento do dever legal e a obediência hierárquica são excludentes da ilicitude.

(B) A coação moral irresistível e a legítima defesa são excludentes da culpabilidade.

(C) A embriaguez voluntária e a menoridade penal são excludentes da imputabilidade.

(D) A coação moral irresistível e o erro de proibição são excludentes da culpabilidade.

(E) O princípio da insignificância exclui a ilicitude.

RESPOSTA (A) Estrito cumprimento do dever legal é excludente de ilicitude, e obediência hierárquica é excludente de culpabilidade. (B) Coação moral irresistível é excludente de culpabilidade, e legítima defesa excludente de ilicitude. (C) Embriaguez voluntária é excludente de ilicitude, e a menoridade penal excludente de ilicitude. (D) A coação moral irresistível e o erro de proibição são excludentes de culpabilidade. (E) O princípio da insignificância excluiu a tipicidade. *Alternativa D.*

5551. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Juan, 19 anos, argentino residente em Córdoba/Argentina, recebeu um convite de seu amigo Pedro, brasileiro, residente em Teresina, para passar as férias no Delta do Parnaíba. Juan, entusiasmado com a possibilidade de conhecer o Brasil, aceitou o convite. Porém, Pedro, quando convidou o amigo, solicitou que trouxesse consigo 10 vidros de lança-perfume (cloreto de etila), e Juan, tendo total desconhecimento de que esta substância fosse proibida no Brasil, pois na Argentina tal substância circula livremente, prontamente atendeu ao pedido. Sendo Juan, em tese, apreendido com tal mercadoria, que excludente é possível alegar ao seu favor?

(A) A excludente é o erro de tipo inevitável, que afasta o dolo e a culpa.

(B) A excludente é o erro de tipo evitável, que afasta o dolo, mas permite a punição por culpa.

(C) A excludente é o erro de proibição, que afasta a ilicitude do fato.

(D) A excludente é o erro de proibição, que afasta o potencial conhecimento da ilicitude do fato.

(E) A excludente é o erro na execução, que também é chamado de *aberratius ictus*.

RESPOSTA Normatizado no direito penal brasileiro pelo art. 21, CP, o erro de proibição é erro do agente que acredita ser sua conduta admissível no direito, quando, na verdade, ela é proibida. Sem discussão, o autor, aqui, sabe o que tipicamente faz, porém, desconhece sua ilegalidade. Concluímos, então, que o erro de proibição recai sobre a consciência de ilicitude do fato. O erro de proibição é um juízo contrário aos preceitos emanados pela sociedade, que chegam ao conhecimento de outrem na forma de usos e costumes, da escolaridade, da tradição, família, etc. No erro de proibição, o erro se diferencia da ignorância ou da má compreensão legal. Pode-se ignorar a lei e ao mesmo tempo conhecer a norma. *Alternativa D.*

5552. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Analise as afirmações seguintes relativas à parte geral do Direito Penal.

(1) A tipicidade formal é a adequação da conduta ao fato descrito na lei como infração penal.

(2) O direito brasileiro admite dois tipos de infração: o crime, que é a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; e a contravenção, que é a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de detenção ou de multa, ou ambas alternativa ou cumulativamente.

(3) Com relação à imputabilidade penal, o Código Penal brasileiro adotou o sistema biopsicológico ou misto para justificar a inimputabilidade penal nos casos de doença mental e de embriaguez involuntária e o sistema psicológico no caso dos menores de 18 anos.

(4) Quando uma pessoa reage a um ataque espontâneo de um cão *pit bull*, para não ser gravemente lesionada, está reagindo em estado de necessidade.

(5) O estado de necessidade putativo é uma excludente da ilicitude.

Estão corretas apenas:

(A) 1 e 3.

(B) 1 e 4.
(C) 1, 2 e 4.
(D) 3, 4 e 5.
(E) 1, 2 e 5.

RESPOSTA 1) A tipicidade formal é a adequação do fato à norma. 2) Contravenção comina prisão simples e multa isoladamente ou ambas alternativa ou cumulativamente. 3) Base biológica: perturbação da saúde mental ou desenvolvimento mental retardado ou incompleto ou então embriaguez completa ou acidental; Base psicológica: diminuição da capacidade de entender ou de querer. 4) Trata-se de legítima defesa, por repelir injusta agressão atual. Importante a ressalva do autor Guilherme de Souza Nucci quanto à questão da defesa contra ataque de animal. De acordo com o renomado jurista, se o animal é utilizado como arma, como instrumento de uma pessoa que quer ferir outra, eventual revide contra o animal não configura estado de necessidade, mas legítima defesa contra o ser humano que ordena o ataque. Isso porque a agressão injusta se origina de um ato humano, de forma que eventual abate do animal significa, em última análise, mera destruição da ferramenta do crime. 5) É uma exclusão de culpabilidade. *Alternativa B.*

5553. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

(A) A reincidência é causa que interrompe a prescrição, e produz efeitos relativamente a todos os autores do crime.
(B) A prescrição da pena de multa, quando esta for a única cominada ou aplicada, é regulada conforme o prazo estabelecido para a prescrição da pena privativa de liberdade.
(C) A prescrição, antes do trânsito em julgado da sentença penal para a acusação, é regulada pela pena aplicada.
(D) A pronúncia é causa de suspensão do prazo prescricional.
(E) O recebimento da denúncia ou queixa interrompe o curso da prescrição.

RESPOSTA (A) Art. 117, § 1º, CP. (B) Art. 114, II, CP. (C) Art. 109, CP. (D) É o caso de interrupção, e não de suspensão, art. 117, II, CP. (E) Art. 117, I, CP. *Alternativa E.*

5554. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** Imagine a seguinte hipótese: Caio, com a intenção de apenas atingir fatalmente Lúcia, efetua vários disparos de arma de fogo e acaba atingindo o ombro da vítima e também toda a lataria do carro desta. Assinale a alternativa que tipifica a situação descrita.

(A) Caio responderá pelo crime de lesão corporal.
(B) Caio responderá por tentativa de homicídio em concurso material com o crime de dano.
(C) Caio responderá por tentativa de homicídio em concurso formal com o crime de dano.
(D) Caio responderá pelo crime de lesão corporal em concurso formal com o crime de dano.
(E) Caio responderá pela tentativa de homicídio.

RESPOSTA Responderá pela tentativa de homicídio, já que o dolo era matar; quanto aos disparos na lataria do veículo, enquadra-se no art. 74, CP, e como o delito de dano não tem previsão na sua forma culposa, Caio só responderá pelo homicídio tentado. *Alternativa E.*

5555. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Com relação aos elementos subjetivos do tipo penal, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) A culpa imprópria se refere à hipótese de ocorrência da discriminante putativa do erro evitável pelas circunstâncias.
(B) A distinção entre dolo eventual e culpa consciente reside na aceitação do resultado que, embora previsto subjetivamente em ambos os casos, somente ocorre na hipótese dolosa.

(C) É conhecido como dolo direto de primeiro grau aquele relacionado aos fins propostos e aos meios escolhidos pelo agente para a prática de delito.

(D) No crime culposo, a conduta ativa ou omissiva manifestada pelo sujeito ativo é penalmente irrelevante sempre se dirigindo a fins lícitos e somente faz surgir a responsabilidade criminal quando dá causa a resultado lesivo desejado por inobservância de dever objetivo de cuidado.

RESPOSTA No crime culposo, o resultado lesivo não é desejado pelo agente, porém acaba ocorrendo em decorrência da inobservância de um dever de cuidado. *Alternativa D.*

5556. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Considerando o conceito e a evolução dogmática da teoria do crime, é CORRETO afirmar

(A) que, exercendo a tipicidade, conforme a teoria da *ratio essendi*, função indiciária da ilicitude, pode-se falar em causas justificantes legais, mas não em causas supralegais, por ferirem estas o princípio da legalidade.

(B) que, para a teoria diferenciadora, adotada por nosso Código Penal, o estado de necessidade é justificante, afastando a ilicitude do fato típico praticado pelo agente.

(C) que, para a teoria social da ação, a ação é concebida como o exercício de uma atividade final dirigida concretamente a fato juridicamente relevante.

(D) que são elementos da culpabilidade normativa pura a imputabilidade, a consciência potencial da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa.

RESPOSTA (A) De acordo com a teoria da *ratio essendi*, a tipicidade e a ilicitude se confundem, não exercendo a primeira função indiciária sobre a segunda. (B) Quanto ao estado de necessidade, podemos dizer que o CP adotou a teoria unitária ou unificada (justificante), e o CPM adotou a teoria dualista ou diferenciadora (exculpante). (C) De acordo com a teoria social da ação, o agente só pode praticar uma infração penal se realizar os elementos do tipo e tiver a intenção de produzir um resultado socialmente relevante, não bastando a relevância meramente jurídica. *Alternativa D.*

5557. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Sobre o dolo, é CORRETO afirmar:

(A) o dolo direto de segundo grau compreende os meios de ação escolhidos para realizar o fim, incluindo os efeitos secundários representados como certos ou necessários, independentemente de serem esses efeitos ou resultados desejados ou indesejados pelo autor.

(B) age com culpa consciente aquele químico que manipula fórmulas para produção de alimentos sem as devidas cautelas relativas à contaminação; no entanto, sabedor do perigo, continua a atuar e acaba, desse modo, causando lesão à saúde dos consumidores.

(C) no dolo de primeiro grau, o agente busca indiretamente a realização do tipo legal.

(D) o Código Penal pátrio, no artigo 18, inciso I, adotou somente a teoria da vontade.

RESPOSTA (A) O denominado dolo direto de segundo grau é aquele que decorre do meio escolhido para a prática do delito, em outras palavras, diz respeito a um efeito colateral típico decorrente do meio escolhido e admitido, pelo autor, como certo ou necessário. (B) A culpa consciente ocorre quando o agente, embora prevendo o resultado, acredita sinceramente na sua não ocorrência, dando continuidade à sua conduta. (C) No dolo direto de primeiro grau, é a vontade dirigida diretamente para o crime. (D) Segundo a teoria da vontade, o dolo é a vontade dirigida ao resultado; é a vontade, não de violar a lei, mas de realizar a ação, ou seja, quem realiza o fato deve conhecer os atos e sua significação, e o autor deve sempre estar disposto a produzir o resultado. É importante que o agente tenha a consciência do fato e da mesma forma a vontade de causar o resultado. Também foi adotada pelo Código Penal a Teoria do *Assentiment*, que defende que o dolo é, ao mesmo tempo, vontade e representação (previsão do resultado como certo ou provável). Assim, de acordo com essa teoria, é dolo a vontade que, mesmo não dirigida diretamente ao resultado possível ou provável, consente na sua ocorrência (assume o risco de produzi-lo). *Alternativa A.*

5558. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** [B] é parado em uma *blitz* policial quando é flagrado transportando no porta-malas de seu veículo uma espingarda desmontada, acondicionada em

um saco plástico. A conduta de [B] configura:

(A) crime impossível por impropriedade absoluta do objeto.
(B) crime impossível por inidoneidade absoluta do meio.
(C) crime de porte de arma de fogo, previsto no art. 14 do Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003).
(D) crime de posse de arma de fogo, previsto no art. 12 do Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003).

RESPOSTA O transporte de arma de fogo desmuniciada e desmontada no interior de um saco, representa insignificante potencialidade de perigo ao bem jurídico tutelado pelo art. 14, Lei n. 10.826/2003, o que enseja a absolvição por atipicidade da conduta, sobretudo quando o fato ocorre em zona rural (TJ/RO. Apelação 1001971-13. 2007. 8. 22. 0020; 1ª Vara Criminal; R. Desembargador Valter de Oliveira; Data de julgamento: 14-4-2011). *Alternativa A.*

5559. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** Em relação à classificação doutrinária dos crimes, marque V ou F, conforme as afirmações a seguir sejam verdadeiras ou falsas.

( ) Nos chamados "delitos de resultado" o tipo penal prevê um resultado típico, natural ou material vinculado à conduta pelo nexo causal.
( ) "Delitos vagos" são aqueles que têm por sujeito passivo entidades sem personalidade jurídica, como a família, o público ou a sociedade.
( ) O "crime falho" é também denominado "quase crime".
( ) "Crime multitudinário" é o praticado por uma multidão em tumulto, espontaneamente organizada no sentido de um comportamento comum contra pessoas ou coisas.
( ) "Crime transeunte" é o que deixa vestígios; "crime não transeunte" é o que não deixa vestígios.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

(A) V – F – V – V – V
(B) V – V – F – V – F
(C) F – V – V – F – V
(D) F – F – V – V – F

RESPOSTA 1. Um delito de resultado exige a produção de uma determinada consequência (é formado pela ação, pela imputação objetiva e pelo resultado). 2. Crimes vagos são aqueles que não possuem sujeito passivo determinado. É o delito sem vítima. O sujeito passivo é uma coletividade sem personalidade jurídica, como a família. Violação de sepultura é um exemplo. 3. Crime tentado perfeito: quando a fase de execução é integralmente realizada pelo agente, mas o resultado não se verifica por circunstâncias alheias à sua vontade. 4. É aquele praticado por multidões inflamadas pelo ódio, pela cólera, pelo desespero. 5. Transeunte é aquela modalidade de crime que não deixa vestígios. Não transeunte é o que deixa vestígios. *Alternativa B.*

5560. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** "Alpha", com intenção de matar, põe veneno na comida de "Beta", seu desafeto. Este, quando já está tomando a refeição envenenada, vem a falecer exclusivamente em consequência de um desabamento do teto. No exemplo dado, é correto afirmar que "Alpha" responderá tão somente por tentativa de homicídio, porquanto:

(A) o desabamento é causa concomitante relativamente independente da conduta de "Alpha", que exclui o nexo causal entre esta e o resultado "morte".
(B) o desabamento é causa superveniente relativamente independente da conduta de "Alpha", que exclui o nexo causal entre esta e o resultado "morte".
(C) o desabamento do teto é causa superveniente absolutamente independente da conduta de "Alpha", que exclui o nexo causal entre esta e o resultado "morte".
(D) o desabamento é causa concomitante absolutamente independente da conduta de "Alpha", que exclui o nexo causal entre esta e o resultado "morte".

RESPOSTA Trata-se de causa superveniente absolutamente independente, de acordo com o art. 13, CP. *Alternativa C.*

5561. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** Na *aberratio ictus*

(A) o agente erra a pessoa que pretendia atingir.
(B) o agente erra no uso dos meios de execução.
(C) o agente erra sobre a qualificadora.
(D) o agente erra o objeto que pretendia atingir.
(E) ocorre erro sobre o nexo causal.

RESPOSTA *Aberratio ictus*, em direito penal, significa erro na execução ou erro por acidente (art. 73, CP). *Alternativa B.*

5562. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** Na tentativa branca ou incruenta

(A) o agente sequer inicia os atos executórios.
(B) o agente impede voluntariamente a consumação do delito.
(C) o agente limpa o local do crime após a consumação.
(D) o corpo da vítima não derrama sangue.
(E) o agente não atinge o objeto material do delito.

RESPOSTA Tentativa Branca ou Incruenta: a vítima não é atingida, nem vem a sofrer ferimentos. A tentativa branca pode ser perfeita ou imperfeita: se o agente comete todos os atos executórios, mas não atinge a vítima, tem-se a tentativa branca perfeita; se não consegue praticar todos os atos executórios nem atingir a vítima, tem-se a tentativa branca imperfeita. *Alternativa E.*

5563. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** O aborto provocado pela gestante é crime

(A) formal.
(B) de mão própria.
(C) de conduta vinculada.
(D) de concurso necessário.
(E) de mera conduta.

RESPOSTA (A) Ocorre quando a intenção do agente é presumida de seu próprio ato, que se considera consumado independentemente do resultado. (B) É o crime que exige uma qualidade especial do agente. O crime de mão própria só pode ser cometido pelo sujeito em pessoa, ou seja, pelo autor direto da ação. Ninguém os comete por intermédio de outrem. (C) É aquele que somente pode ser praticado pelas maneiras mencionadas na lei, como ocorre, por exemplo, no perigo de contágio venéreo. (D) Crime plurissubjetivo (ou de concurso necessário) é o que exige necessariamente o concurso de várias pessoas (quadrilha ou bando, rixa etc.). (E) São crimes sem resultado, em que a conduta do agente, por si só, configura o crime, independentemente de qualquer alteração do mundo exterior. *Alternativa B.*

5564. **(Delegado – PC-CE – 2006 – UECE)** Sobre o conceito de crime marque a opção verdadeira.

(A) A existência do resultado é essencial para a caracterização de todo e qualquer tipo de crime, especialmente considerando o disposto no Código Penal em que toda ação ou omissão é considerada causa do resultado tido como ilícito, devendo o resultado ser previsto, obrigatoriamente, no tipo penal em atendimento ao princípio da legalidade.
(B) A teoria finalista do crime possui os mesmos elementos de caracterização do fato típico da teoria causalista, já que em ambas o elemento subjetivo do tipo penal é remetido para o conceito da culpabilidade.
(C) A ocorrência de causa superveniente relativamente independente não isenta de responsabilidade criminal o agente, impondo a imputação dos fatos anteriores, desde que individualmente tidos como

criminosos.

(D) A omissão só é relevante nos crimes omissivos impróprios, não possuindo qualquer importância nos crimes comissivos já que estes só admitem a sua prática pela ação, ou seja, por fato positivo.

RESPOSTA (A) Crimes formais não exigem resultado. (B) A Teoria Finalista da Ação contrapõe-se à Teoria Causalista, ou Teoria Causal, ou ainda Teoria Clássica, da ação. A principal diferença repousa no fato de que, enquanto a primeira considera, para imputar a conduta ao agente, a intenção, a finalidade perseguida pelo autor, a segunda ignora essa análise como componente da conduta, empurrando-a para um momento posterior, o da aferição da culpabilidade. (C) Art. 13, § 1º, CP. (D) Art. 13, § 2º, CP – Existe a omissão nos crimes comissivos. *Alternativa C.*

5565. **(Delegado – PC-CE – 2006 – UECE)** Considerando as excludentes de antijuridicidade marque a opção FALSA.

(A) Não se pode admitir arguição de legítima defesa real contra legítima defesa real, já que esta pressupõe necessariamente uma agressão injusta.

(B) É possível reconhecer estado de necessidade contra legítima defesa dita putativa, uma vez que aquele pressupõe situação de perigo não causada pelo agente.

(C) Durante operação policial, determinado agente mata potencial criminoso. Este deverá ser absolvido pela ocorrência do estrito cumprimento de dever legal e não pela legítima defesa, já que estava cumprindo com seu dever funcional.

(D) A legítima defesa pode ser caracterizada mesmo quando o agente que a invoca não estava sob risco pessoal direto, atuando na proteção e defesa de terceiro.

RESPOSTA (A) Não é cabível, pois o pressuposto da legítima defesa é a agressão injusta. A legítima defesa real não caracteriza agressão, mas defesa justa de um bem jurídico injustamente agredido. (B) No estado de necessidade também é possível que as agressões, em muitos casos, sejam lícitas, o que não exclui a possibilidade de eventual reação em defesa de direito. (C) É que quando a lei impõe determinada obrigação, existem limites, parâmetros, para que tal obrigação seja cumprida, isto é, a lei só obriga ou impõe dever até certo ponto, e o agente obrigado só deve proceder até esse exato limite imposto pela lei. Dessa forma, exige-se que o agente tenha atuado dentro dos rígidos limites do que obriga a lei ou determina a ordem que procura executar o comando legal. Fora desses limites, desaparece a excludente, surgindo então o abuso ou excesso. (D) Meio pelo qual alguém age em legítima defesa de terceiro, em ação de solidariedade, intervindo a favor do outro, vítima de agressão, provocando lesões no agressor. *Alternativa C.*

5566. **(Delegado – PC-PE – 2006 – IPAD)** Joca, desgostoso com José, dirige-se até a residência deste. Lá chegando, Joca descarrega todos os projéteis de sua arma de fogo nas costas de José, que estava deitado de bruços. Ocorre que José já estava morto há horas, por força de morte natural – infarto fulminante. Joca incorreu em crime de:

(A) vilipêndio de cadáver.

(B) crime impossível, pois Joca já estava morto.

(C) homicídio, pois o que conta é o dolo.

(D) tentativa de homicídio.

(E) lesão corporal gravíssima.

RESPOSTA Crime impossível por absoluta impropriedade do objeto (art. 17, CP). *Alternativa B.*

5567. **(Delegado – PC-PE – 2006 – IPAD)** Alice segura seu bebê de 2 meses em seu colo. Pelas suas costas e sem que Alice perceba, Carlos se aproxima e dá um susto nela, que, em movimento de ato reflexo, grita e levanta os braços, deixando seu bebê cair, e consequentemente falecer. Aplicando o raciocínio que Carlos nunca soube da gravidez de Alice, ou seja, havia ausência absoluta de possibilidade de previsão da gravidez de Alice por parte de Carlos, e que não viu que a mesma

carregava uma criança – ou seja, também havia ausência absoluta de possibilidade de visão de que Alice carregava uma criança. Assinale a alternativa correta.

(A) Carlos responderá por homicídio doloso e Alice por homicídio culposo.

(B) Carlos responderá por homicídio doloso na sua forma direta, enquanto Alice responderá por homicídio doloso na sua forma eventual.

(C) somente Carlos responderá, e será por homicídio doloso.

(D) ambos serão absolvidos. Alice, porque terá sua ação excluída pelo ato reflexo, e Carlos, pela total ausência de previsibilidade que excluirá o elemento subjetivo do tipo (neste caso – culpa), que excluirá o próprio tipo.

(E) somente Carlos responderá, e será por homicídio culposo.

RESPOSTA Questão autoexplicativa. *Alternativa D.*

5568. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Da Lei da Anistia, surgem os seguintes efeitos.

I. A anistia do delito não pode ser revogada.

II. A condenação por crime anistiado só pode ser considerada para efeitos de reincidência.

III. Quando existir decisão condenatória, a norma eliminará a condenação e todos os seus efeitos.

IV. A anistia não elimina a tipicidade da conduta dos coautores.

Estão corretas apenas as assertivas

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) I, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 5º, XXXVI e XL, CF. (II) A anistia tem a finalidade primordial de fazer-se olvidar o crime e extinguir a punibilidade, fazendo desaparecer suas consequências penais, como, por exemplo, afastar a reincidência. (III) Art. 96, parágrafo único, CP. (IV) Anistia do delito cometido pelo autor elimina também a tipicidade da conduta dos coautores e partícipes. *Alternativa B.*

5569. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) Tício resolve matar Mévio, seu desafeto. Para tanto, coloca uma bomba num avião no qual ele viajava do Rio de Janeiro para São Paulo. Partindo do pressuposto de que a explosão de uma bomba no avião, necessariamente, causaria a morte dos outros passageiros, mas sem que Tício desejasse a morte deles, pode-se afirmar que de acordo com a moderna doutrina do direito penal, o dolo de Tício será

(A) direto de primeiro grau em relação a Mévio e direto de segundo grau em relação aos demais passageiros.

(B) determinado em relação a Mévio e alternativo em relação aos demais passageiros.

(C) indireto em relação a Mévio e direto em relação aos demais passageiros.

(D) normativo em relação a Mévio e natural em relação aos demais passageiros.

RESPOSTA O art. 18, I, CP, trata do dolo, que pode ser direto (de 1º ou de 2º grau) ou indireto (alternativo ou eventual). O dolo direto ocorre nos casos em que o agente quer praticar a conduta descrita no tipo penal (teoria da vontade). Será de 1º grau ou imediato no tocante ao objetivo efetivamente perseguido pelo agente e de 2º grau ou mediato em relação aos efeitos colaterais decorrentes dos meios escolhidos pelo agente para atingir o seu objetivo (dolo de consequências necessárias). Além disso, não podemos confundir o dolo direto de 2º grau ou mediato com o dolo indireto eventual. Isso ocorre, uma vez que aquele traduz consequências secundárias que são certas (decorrem do próprio meio escolhido pelo agente) e este traduz consequências secundárias que não são certas (não decorrem do meio escolhido pelo agente). *Alternativa A.*

5570. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) Analise as afirmativas.

I. Na desistência voluntária, o processo de execução do delito ainda está em curso; no arrependimento eficaz a execução já foi encerrada.

II. O instituto do arrependimento posterior é incompatível com os crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.

III. Há que se falar em crime impossível quando uma gestante, querendo por termo à sua gravidez, não obtém o resultado pretendido por fazer uso de medicação abortiva com o prazo de validade expirado.

É correto afirmar que

(A) somente uma das afirmativas está correta.
(B) somente duas das afirmativas estão corretas.
(C) todas as afirmativas estão incorretas.
(D) todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) De acordo com o art. 15, CP, o agente que voluntariamente desiste de prosseguir na execução (desistência voluntária) ou impede que o resultado se produza (arrependimento eficaz) só responde pelos atos já praticados. Em ambos os casos, a não consumação decorre da própria vontade do agente. Na desistência voluntária, o agente desiste de prosseguir com a execução. No arrependimento eficaz, o agente já havia encerrado a execução, porém se arrepende e impede a ocorrência do resultado. (II) De acordo com o art. 16, CP, o arrependimento posterior é uma causa de diminuição de pena, que exige o preenchimento cumulativo de quatro requisitos: crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa; reparação do dano ou restituição da coisa; antes do recebimento da denúncia ou da queixa; por ato voluntário do agente. (III) De acordo com o art. 17, CP (teoria objetiva temperada ou relativa), não se pune a tentativa nas hipóteses de ineficácia absoluta do meio ou impropriedade absoluta do objeto material do crime. Cabe ressaltar que um remédio abortivo com o prazo de validade expirado, ainda é capaz de atingir a sua finalidade (viabilizar a interrupção da gravidez). Sendo assim, a sua ineficácia não é absoluta, e sim meramente relativa, viabilizando a punição do agente pela tentativa. *Alternativa B.*

5571. (Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA) Sobre as causas de extinção da punibilidade, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Estará extinta a punibilidade se entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia verificar-se lapso prescricional de acordo com a pena em concreto.
(B) O acórdão condenatório que reforma sentença absolutória é causa interruptiva da prescrição.
(C) Para os maiores de setenta anos, na data da condenação, o lapso prescricional será contado pela metade.
(D) Nos casos de concurso material ou continuidade delitiva, os lapsos prescricionais serão contados individualmente de acordo com cada delito.

RESPOSTA De acordo com o art. 110, § 1º, CP, a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa. Trata-se de redação incluída pela Lei n. 12.234/2010, que não mais permite a referida análise entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia ou queixa. *Alternativa A.*

5572. (Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB) Sobre os institutos da tentativa, da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior regulados no Código Penal Brasileiro, é correto afirmar que:

(A) o arrependimento posterior aplica-se a todos os crimes em que haja reparação do dano até o oferecimento da denúncia.
(B) entende-se por crime tentado aquele em que o agente, por circunstâncias alheias a sua vontade, sequer chega a iniciar a execução do crime.

(C) para que seja caracterizada a desistência voluntária, a paralisação no prosseguimento da execução da conduta deve se dar por ato espontâneo do agente, não bastando que seja voluntário.

(D) no arrependimento eficaz, o agente não responderá pela tentativa se, com a sua conduta, efetivamente impedir que o resultado lesivo ocorra.

(E) ainda que o agente desista voluntariamente de prosseguir na execução, responderá pela tentativa do crime que pretendia cometer, com o maior percentual de diminuição previsto pela lei penal.

RESPOSTA (A) Art. 16, CP. (B) Entende-se por tentativa, quando o agente, com dolo de praticar o crime, inicia a execução, mas não a conclui por circunstâncias alheias à sua vontade, ou conclui a execução, mas o resultado não se verifica também por circunstâncias alheia à sua vontade (art. 14, II, CP). (C) A paralisação não precisa ser espontânea, no entanto, deve ser voluntária. Isto é, a ideia de não prosseguir cometendo o crime não precisa surgir da cabeça do criminoso, mas a paralisação deve ser voluntária, caso contrário, configuraria a tentiva. (D) Art. 16, CP. (E) Art. 16, CP: responderá apenas pelas ações que, por si só, consistirem crime. *Alternativa D.*

5573. **(Advogado – Manaus-AM – 2008 – AOCP)** A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem

I. tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.

II. de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado.

III. com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

(A) apenas a assertiva I está correta.

(B) apenas a assertiva II está correta.

(C) apenas as assertivas I e II estão corretas.

(D) apenas as assertivas II e III estão corretas.

(E) todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 13, § 2º, *a*, CP. (II) Art. 13, § 2º, *b*, CP. (III) Art. 13, § 2º, *c*, CP. *Alternativa E.*

5574. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) O erro de tipo incide sobre os elementos que integram o tipo penal, abrangendo qualificadoras, causas de aumento e agravantes.

(B) O erro de tipo exclui o dolo, mas o comportamento pode ser punido a título culposo se o erro for escusável.

(C) O erro de proibição incide sobre a ilicitude do fato, atuando como causa excludente de culpabilidade.

(D) No crime putativo, o agente crê estar cometendo um delito e age com consciência do ilícito, mas não é crime; no erro de proibição o agente acredita que nada faz de ilícito, quando, na realidade, trata-se de um delito.

(E) O erro quanto aos pressupostos fáticos de uma causa de exclusão de ilicitude, o erro quanto à existência de uma causa excludente de ilicitude e o erro quanto aos limites de uma excludente de antijuridicidade são considerados descriminantes putativos.

RESPOSTA (A) Art. 20, CP. (B) Art. 20, CP. Responderá a título de culpa se o erro for inescusável. (C) Art. 21, CP. (D) A definição correta encontra-se na própria assertiva. (E) Art. 20, § 1º, CP. *Alternativa B.*

5575. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Relativamente ao Direito Penal Brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

I. Os crimes unissubsistentes, habituais próprios, comissivos e permanentes na forma omissiva não admitem tentativa.

II. Considera-se desistência voluntária ou arrependimento posterior a conduta do agente que, depois de consumado o crime, repara o dano causado respondendo o agente somente pelos fatos praticados.
III. Considera-se impossível o crime quando o meio utilizado pelo agente é relativamente incapaz de alcançar o resultado.
IV. Nos crimes tentados, aplica-se a pena do crime consumado reduzindo-a de 1/3 a 2/3, ao passo que no arrependimento eficaz se aplica a pena do crime consumado reduzindo-a de 1/6 a 1/3.
Assinale:
(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
(D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Os crimes comissivos admitem tentativa. (II) Art. 15, CP. (III) Art. 17, CP. (IV) Art. 14, parágrafo único. *Alternativa D.*

5576. **(Advogado – EPTC – 2007 – FUNDATEC)** Assinale a assertiva correta relativamente a erro sobre elementos do tipo:
(A) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime admite o dolo e permite a punição por crime culposo, conforme previsão legal.
(B) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
(C) Pode haver isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime doloso.
(D) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta a pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades do agente e sim as da vítima.
(E) O erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, isenta de pena; se inevitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

RESPOSTA (A) Art. 20, CP. (B) Art. 20, § 2º, CP. (C) Não existe essa hipótese de erro do Código Penal. (D) Art. 20, § 3º, CP, não isenta de pena. (E) Art. 21, CP. *Alternativa B.*

5577. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Sobre o crime consumado e tentado, considere as seguintes alternativas:
I. Diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
II. O sujeito ativo que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução, só responde pelos atos já praticados.
III. É possível aplicar a diminuição de pena resultante do arrependimento posterior nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça ao sujeito passivo.
IV. Quando o crime não se consuma por absoluta ineficácia do meio, ou por absoluta impropriedade do objeto, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado reduzida da metade.
Estão corretas:
(A) Somente I e IV.
(B) Somente I e III.
(C) Somente I, II e IV.
(D) Somente I, II e III.
(E) Todas.

RESPOSTA (I) Art. 14, I, CP. (II) Art. 15, CP. (III) Art. 16, CP. (IV) Art. 17, CP. *Alternativa D.*

5578. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** Durante discussão acontecida na Assembleia Legislativa, o deputado estadual "A" dispara um tiro contra o deputado "B" com intenção de matá-lo, porém causa-lhe apenas lesão corporal. Ocorre que o mesmo projétil que atravessou o ombro de "B", atingiu o tórax do presidente da Assembleia "C", causando-lhe a morte, resultado não querido por "A". É correto afirmar:

(A) Houve *aberratio ictus*, aplicando-se a regra do concurso formal perfeito.
(B) Houve *aberratio criminis*, aplicando-se a regra do concurso formal imperfeito.
(C) Houve erro na execução, aplicando-se a regra do concurso formal imperfeito.
(D) Houve *error in personae*, aplicando-se a regra do concurso formal perfeito.
(E) Houve *aberratio criminis* por acidente, aplicando-se a regra do concurso formal perfeito.

RESPOSTA A *aberratio ictus* no direito penal consiste no erro na execução por parte do agente conforme preconizado pelo art. 73, Código Penal. Nesse, o agente, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, atinge pessoa diversa da pretendida quando da idealização do delito. *Alternativa A.*

5579. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Considere a seguinte conduta e indique que instituto que ela corresponde no Direito Penal. O agente que, voluntariamente, impede que o resultado do crime se produza pratica...

(A) crime falho.
(B) crime impossível.
(C) desistência voluntária.
(D) arrependimento eficaz.
(E) arrependimento posterior.

RESPOSTA Art. 15, CP. *Alternativa D.*

5580. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Sobre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz, assinale a alternativa correta:

(A) o agente que, voluntariamente, impede que o resultado do crime se produza não responde pelos seus atos, porque incide na hipótese de desistência voluntária;
(B) o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime, não responde pelos atos praticados, desde que tais atos não configurem, isoladamente, crime ou contravenção penal, sendo o caso de desistência voluntária;
(C) o agente que, voluntariamente, repare o dano ou restitua a coisa ao proprietário, até o recebimento da denúncia, não responde pelos seus atos, estando configurada a hipótese de arrependimento eficaz;
(D) considera-se arrependimento eficaz quando o agente, iniciada a execução do crime, por ineficácia absoluta do meio, não consegue consumá-lo, não respondendo pelos atos praticados;
(E) é caso de desistência voluntária quando o agente, por absoluta impropriedade do objeto, impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

RESPOSTA Art. 15, CP: O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados. *Alternativa B.*

5581. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Em relação à *novatio legis incriminadora*, a

novatio legis in pejus, *abolitio criminis* e a *novatio legis in mellius*, assinale o que for errado.

(A) dá-se a *novatio legis incriminadora* quando a lei penal definir nova conduta como infração penal;

(B) caracteriza-se a *novatio legis in pejus* quando a lei penal redefinir infrações penais, dando tratamento mais severo a condutas já punidas pelo direito penal, quer criminalizando o que antes era contravenção penal, quer apenas conferindo disciplina mais gravosa;

(C) ocorre a *abolitio criminis* quando, por exemplo, a lei penal abolir uma contravenção penal, como foi o caso da revogação do artigo 60 da Lei das Contravenções Penais;

(D) tem-se a *novatio legis in mellius* quando a lei penal definir fatos novos como infração penal, também denominada "neocriminalização".

(E) as situações de *novatio legis* e *abolitio criminis* são tratadas pelo artigo 2º do Código Penal e dizem respeito à disciplina da lei penal no tempo.

RESPOSTA *Novatio legis in mellius* consiste na aplicação da lei mais benéfica a fatos passados. *Alternativa D.*

5582. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Sobre o tipo dos crimes dolosos de ação, assinale a alternativa incorreta:

(A) a imputação do resultado pressupõe, além da relação de causalidade, a criação de risco para o bem jurídico pela ação do autor e a realização do risco criado pelo autor no resultado de lesão do bem jurídico;

(B) o dolo direto de 2º grau abrange os efeitos colaterais representados como certos ou necessários pelo autor, determinantes de lesões a bens jurídicos, ainda que lamentados ou indesejados por este;

(C) o erro de tipo pode ter por objeto elementos descritivos ou normativos do tipo objetivo e, quanto ao tipo subjetivo, não pode incidir sobre o dolo, mas pode ter por objeto elementos subjetivos especiais, diversos do dolo;

(D) o tipo subjetivo dos delitos de homicídio e lesões corporais é composto somente pelo dolo, e o tipo subjetivo dos delitos de furto, extorsão, falsidade ideológica e prevaricação é composto pelo dolo e por elementos subjetivos especiais, diversos do dolo;

(E) o erro de tipo inevitável sobre elementos objetivos do tipo de homicídio (CP, art. 121, *caput*) e o erro de tipo evitável sobre elementos objetivos do tipo de aborto simples provocado pela gestante (CP, art. 124) não resultam em qualquer responsabilidade penal ao seu autor.

RESPOSTA (A) A alternativa descreve que, além do nexo de causalidade, a imputação do resultado ao agente depende da tipicidade normativa que é constituída do desvalor da conduta + desvalor do resultado. O desvalor da conduta ocorre quando a conduta cria ou incrementa um risco proibido ao bem jurídico. E o desvalor do resultado exige que a ofensa real, transcendental, grave e intolerável seja objtivamente imputável ao risco criado e que esteja no âmbito de proteção da norma. (B) No dolo direto de segundo grau, o agente tem consciência e vontade de concretizar os requisitos objetivos do tipo que conduzem a um efeito colateral típico decorrente do meio escolhido. Ex.: o dono provoca o incêndio de seu navio com o propósito de enganar a seguradora (o estelionato faz parte do dolo direto de primeiro grau). As mortes dos passageiros e dos tripulantes constituem os efeitos colaterais típicos decorrentes do meio escolhido. (C) O erro de tipo é o erro de agente que recai sobre os requisitos objetivos constitutivos do tipo legal (art. 20, CP). Quando o art. 20 diz que erro de tipo é o que recai sobre elemento constitutivo do tipo, devemos entender "requisito constitutivo objetivo do tipo", porque jamais o erro de tipo alcança requisitos subjetivos. (D) Nos crimes dolosos os requisitos subjetivos são: dolo (requisito subjetivo geral de todos os crimes dolosos) mais, eventualmente, requisitos subjetivos especiais (exigidos para alguns crimes). Exemplo: crime de extorsão (art. 158, CP): constranger a vítima com a intenção de obter vantagem ilícita. (E) O erro de tipo inevitável, escusável, ocorre quando qualquer pessoa no lugar do agente incidiria no mesmo erro. Exclui o dolo e a tipicidade. O erro vencível, inescusável, ocorre quando o agente atua abruptamente, sem cuidado, sem a devida cautela. Exclui o dolo, mas subsiste a culpa, ou seja, o agente responde por crime culposo, se previsto em lei. O crime de aborto, art. 124, CP, não admite a modalidade culposa. *Alternativa C.*

5583. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Sobre o tipo dos crimes culposos, assinale a alternativa

incorreta:

(A) o princípio da confiança funciona como critério para caracterizar a lesão do dever de cuidado ou do risco permitido, no âmbito do desvalor da ação;
(B) a capacidade individual, que orienta o juízo sobre o dever de cuidado ou o risco permitido, é definida pelas teorias da generalização e da individualização;
(C) na culpa consciente, o autor representa o resultado de lesão do bem jurídico como possível, mas confia sinceramente na evitação do resultado pelo modo concreto de conduzir a ação;
(D) os tipos de omissão de ação imprópria admitem modalidades dolosas e culposas;
(E) a imputação do resultado de lesão do bem jurídico não é excluída na hipótese de ocorrência de igual resultado em ação conforme ao dever de cuidado ou ao risco permitido.

RESPOSTA Rogério Greco (2009, p. 242), em seu livro, cita que o princípio da confiança "coloca-se como uma necessidade imperiosa para que a sociedade possa caminhar normalmente. As pessoas que convivem numa mesma sociedade devem confiar umas nas outras, ou seja, devem confiar que cada uma delas cumpra seu papel, observando todos os deveres e obrigações que lhe são inerentes, a fim de que sejam evitados danos. Cada um de nós, na sociedade, é portador de determinado papel". *Alternativa E.*

5584. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Sobre extinção da punibilidade, assinale a alternativa incorreta:

(A) a anistia é ato de competência do Poder Legislativo e tem por objeto, em regra, fato definido como crime político, militar ou eleitoral; a graça é ato de competência do Presidente da República e é dirigida a determinado indivíduo; o indulto é ato de competência do Presidente da República e é dirigido a coletividade de indivíduos;
(B) se o autor, com 20 (vinte) anos à época dos fatos, é condenado, em concurso material, à pena total de 3 (três) anos de privação de liberdade pela prática de três delitos de furto simples (CP, art. 155, *caput*), cada um deles fixado em sua pena mínima, então a prescrição pela pena concretizada na sentença deve ser calculada isoladamente para cada crime, ocorrendo, portanto, em 2 (dois) anos;
(C) a sentença concessiva do perdão judicial pressupõe, além de seus fundamentos específicos, juízos valorativos sobre a existência de fato típico, sobre a inexistência de justificação e sobre a existência de culpabilidade, e não produz nenhum dos efeitos penais ou extrapenais da condenação;
(D) *A* mata a testemunha *B* para ocultar a autoria de estupro realizado contra *C*: a extinção da punibilidade do crime de estupro afasta a qualificadora do crime de homicídio, prevista no art. 121, § 2º, inciso V, do Código Penal ("para assegurar a ocultação de outro crime");
(E) a reincidência determina, segundo a sistemática adotada pelo Código Penal brasileiro, a ampliação do prazo de prescrição da pretensão executória.

RESPOSTA Não afasta a qualificadora do crime. Art. 108, CP – A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão. *Alternativa D.*

5585. **(Procurador – MP-MG – 2011)** Zé Carabina possuía em sua casa um revólver calibre 38 registrado, embora não tivesse autorização para portar arma de fogo. Certo dia, após efetuar a manutenção (limpeza etc.) da arma e municiá-la com (05) cinco cartuchos, deixou-a sobre a mesa da sala, local onde passaram a brincar seus filhos e alguns colegas, todos menores, com idade média de 08 (oito) anos. O filho mais velho, de 09 (nove) anos de idade, apoderou-se da arma e passou a apontá-la na direção dos amigos, dizendo que era da polícia. Nesse momento, Zé Carabina ingressou na sala, tomando a arma do filho e evitando o que poderia ser uma tragédia. Considerando a hipótese narrada,

é CORRETO afirmar que Zé Carabina praticou

(A) o crime de perigo para a vida ou saúde de outrem, porém com a atenuante do arrependimento eficaz.

(B) o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

(C) um crime omissivo próprio.

(D) um fato atípico.

RESPOSTA Crime omissivo próprio: há somente a omissão de um dever de agir, imposto normativamente, dispensando, via de regra, a investigação sobre a relação de causalidade naturalística (são delitos de mera conduta). *Alternativa C.*

5586. (Procurador – MP-DFT – 2011) Julgue as assertivas sobre a omissão penalmente relevante e os crimes culposos, marcando a alternativa correta:

(A) O ordenamento jurídico brasileiro admite a punibilidade dos crimes omissivos próprios e impróprios praticados com dolo ou culpa.

(B) Na omissão imprópria, a ingerência corresponde à obrigação legal de cuidado, proteção ou vigilância, caracterizando a figura do garante.

(C) A culpa inconsciente diferencia-se do dolo eventual na medida em que o agente, embora represente a possível produção do resultado típico lesivo, acredita na sua não ocorrência.

(D) São elementos objetivos necessários dos tipos penais omissivos próprios e impróprios: situação de perigo para o bem jurídico, produção do resultado naturalístico típico, poder concreto de ação, omissão da ação mandada e posição de garante.

(E) Na omissão é possível caracterizar-se a participação em qualquer de suas formas, a saber, a determinação, a instigação e o auxílio.

RESPOSTA (A) Omissivos próprios: são os que se perfazem com a simples abstenção da realização de um ato, independentemente de um resultado posterior; Omissivos impróprios: são aqueles em que o sujeito, mediante uma omissão, permite a produção de um resultado posterior, que os condiciona. Casos dos arts. 13, § 2º, CP, e 135, CP. (B) Também estão previstos nas alíneas *b* e *c* do § 2º do art. 13, CP. (C) Na culpa inconsciente, também denominada culpa *ex ignorantia*, o resultado, embora previsível, não é previsto pelo agente. É o caso da negligência, imperícia e imprudência, em que não houve a previsão do resultado por descuido, desatenção ou desinteresse do agente. Dolo eventual é um tipo de crime que ocorre quando o agente, mesmo sem querer efetivamente o resultado, assume o risco de o produzir. (D) Posição de garante não é elemento necessário para crimes omissivos próprios, por exemplo. (E) Art. 31, CP. *Alternativa A.*

5587. (Procurador – MP-DFT – 2011) Aprecie as seguintes assertivas relativas à teoria do crime, marcando a alternativa correta:

(A) O ponto de identidade entre dolo eventual e a culpa inconsciente reside na representação da possibilidade de produção do resultado, consentida, no primeiro caso, e repelida, no último.

(B) A imprudência é relacionada com a atitude positiva do agente, percebendo-se no seu atuar o desleixo, a desatenção ou a displicência.

(C) A teoria objetivo-formal justifica a punibilidade da tentativa tendo por base a exteriorização da vontade do autor, contrária ao direito.

(D) A definição do consentimento do ofendido como hipótese de atipicidade ou de justificação da conduta é dependente do tipo penal de que se trata no caso concreto.

(E) São causas supralegais de exclusão de ilicitude: insignificância penal, consentimento do ofendido, adequação social da conduta.

RESPOSTA (A) Na culpa inconsciente, também denominada culpa *ex ignorantia*, o resultado, embora previsível, não é previsto pelo agente. É o caso da negligência, imperícia e imprudência, em que não houve a previsão do resultado por descuido, desatenção ou desinteresse do agente. Dolo eventual é um tipo de crime que ocorre quando o agente, mesmo sem querer

efetivamente o resultado, assume o risco de o produzir. (B) Imprudência é um comportamento de precipitação, de falta de cuidados. (C) Para essa teoria, a conduta do partícipe é considerada, em princípio, atípica, pois não realiza o verbo-núcleo do tipo e vem a ser alcançada devido à norma de ampliação prevista no art. 29, *caput*, CP. (D) O consentimento do ofendido significa, em linhas gerais, o ato da vítima (ou do ofendido) em anuir ou concordar com a lesão ou perigo de lesão a bem jurídico do qual é titular. E isso depende do tipo penal, pois uma pessoa não pode autorizar que uma outra a lesione gravemente, por exemplo. (E) São quatro as excludentes legais de ilicitude, também chamadas de descriminantes, justificantes da antijuridicidade (ilicitude): estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito. *Alternativa D.*

5588. **(Procurador – MP-SP – 2011)** Para que se reconheça a incidência do chamado arrependimento posterior, previsto em nossa lei penal, é indispensável que

(A) a reparação do dano, ainda que não voluntária, seja do conhecimento do agente.

(B) a reparação do dano ou a restituição da coisa seja feita até o recebimento da denúncia ou da queixa.

(C) o crime cometido seja de natureza patrimonial e sem violência à coisa.

(D) a reparação do dano ou a restituição da coisa seja feita até o trânsito em julgado da sentença.

(E) a reparação do dano ou a restituição da coisa seja feita por ato espontâneo do agente ou de terceiro.

RESPOSTA Art. 16, CP. *Alternativa B.*

5589. **(Procurador – MP-SP – 2011)** Em relação ao crime culposo, é correto afirmar que:

(A) é sempre possível a tentativa.

(B) só é possível a tentativa na chamada culpa consciente.

(C) nunca é possível a tentativa.

(D) é possível a tentativa na culpa imprópria.

(E) é possível a tentativa na culpa inconsciente.

RESPOSTA Conforme analisado, a culpa imprópria é uma ação que visa um resultado naturalístico, ludibriada por um erro de tipo essencial inescusável ou vencível, em que o agente supõe estar diante de uma exclusão de ilicitude. Nesse caso, só sobrevive a culpa se o agente estiver incidindo sobre erro; caso contrário, haveria dolo, e não culpa. Portanto, a culpa se configura logo no início, a partir daí, a ação é dolosa, mas refletida sobre erro, que exclui o dolo e resiste à culpa, em face do aspecto normativo do *caput* do art. 20, CP. Sendo assim, possível a tentativa. *Alternativa D.*

5590. **(Procurador – MP-DFT – 2011)** Assinale a alternativa correta, entre as seguintes assertivas relacionadas à teoria do crime:

(A) São hipóteses de ausência de conduta: coação física irresistível, atos reflexos, omissão de ação.

(B) O conceito de bem jurídico é indispensável à compreensão e interpretação dos tipos penais, servindo, igualmente, como critério sistematizador da legislação penal.

(C) Os elementos subjetivos do injusto, tais como as tendências internas transcendentes, podem fazer-se presentes nos tipos penais dolosos e culposos.

(D) Em sede de estado de necessidade, a teoria diferenciadora acolhida no Código Penal brasileiro admite a exculpação do homicídio, quando postas em confronto as vidas de duas distintas pessoas em situação de perigo.

(E) Nos tipos penais de conteúdo misto alternativo não há fungibilidade entre as condutas, aplicando-se a regra do concurso material no caso de realização de mais de uma dessas condutas.

RESPOSTA São hipóteses de ausência de conduta o caso fortuito ou força maior, os estados de inconsciência (sonambulismo e hipnotismo) e os movimentos involuntários (ato reflexo e coação física irresistível). Os tipos penais com tendência interna transcendente são aqueles que exigem que a conduta tenha uma finalidade maior do que a simples objetividade típica. Só é

visível nos delitos dolosos. O CP adotou a teoria unitária ou unificada (estado de necessidade justificante) e o CPM adotou a teoria dualista ou diferenciadora (estado de necessidade justificante e exculpante). Nos tipos penais mistos alternativos, basta a prática de um dos verbos para configurar o crime. Ademais, caso seja praticado mais de um verbo no mesmo contexto, teremos, apenas, um crime (pois são alternativos e não cumulativos). *Alternativa B.*

IV. Da Imputabilidade Penal e Culpabilidade

5591. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** São causas de inexigibilidade de conduta diversa:

(A) A inimputabilidade e o estado de necessidade.
(B) A legítima defesa e o erro de proibição.
(C) A coação moral irresistível e a obediência hierárquica.
(D) O erro de tipo e o estrito cumprimento do dever legal.
(E) A coação física e o erro de proibição.

RESPOSTA Os elementos da culpabilidade condicionam a censurabilidade da conduta de forma a aumentar ou diminuir a reprovação social sobre a conduta. Tais elementos consistem na imputabilidade, na potencial consciência da ilicitude a na inexigibilidade de conduta diversa. O Código Penal brasileiro prevê as seguintes dirimentes da culpabilidade: erro de proibição (art. 21, *caput*); coação moral irresistível (art. 22, 1ª parte); obediência hierárquica (art. 22, 2ª parte); inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado (art. 26, *caput*); inimputabilidade por menoridade penal (art. 27, *caput*); inimputabilidade por embriaguez completa, proveniente do caso fortuito ou força maior (art. 28, § 1º). *Alternativa C.*

5592. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** João e Paulo são amigos e colegas de faculdade. João avista Paulo na via pública e, movido por *animus jocandi*, encosta o dedo indicador nas costas de Paulo, falseia a voz e anuncia um “assalto”. João determina a Paulo que não olhe para trás, e prosseguem assim, andando juntos, o dedo indicador de João sob a sua camisa e ao mesmo tempo encostado nas costas de Paulo, simulando o cano de uma arma de fogo. Pedro, amigo de Paulo, mas que não conhece João, visualiza a cena e interpreta que Paulo está prestes a ser morto por João. Nesse momento, Paulo ameaça reagir, e João, em voz alta, diz que irá atirar. Todas as pessoas que tiveram a atenção atraída para a cena intuíram que Paulo seria morto e com Pedro não foi diferente. Pedro, então, saca arma de fogo e efetua um disparo contra João. O tiro foi mal executado e acaba por atingir e matar Paulo. A partir de tal caso hipotético, é de se considerar que Pedro agiu

(A) em legítima defesa de terceiro, mas em razão do erro e do excesso cometeu homicídio culposo.
(B) amparado por causa excludente de culpabilidade e, apesar do erro quanto à pessoa, não se vislumbra crime algum.
(C) em legítima defesa putativa de terceiro e cometeu erro na execução, motivo pelo qual praticou homicídio culposo.
(D) em legítima defesa putativa de terceiro e cometeu erro na execução, motivo pelo qual não se vislumbra crime algum.

RESPOSTA A legítima defesa putativa se perfaz na conduta de um agente em situação fática, quando imagina, acredita, prever erroneamente uma realidade adversa da que irá acontecer. Ele tem visão fantasiosa do que poderá ocorrer e se antecipa a fim de proteger de injusta agressão ou iminente perigo um bem jurídico. Em erro na execução, há falha na prática dos atos da ação delituosa, de modo a ser atingida pessoa que não a visada pelo agente. Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa; responde como se tivesse praticado o crime contra aquela. Resulta, pois, de erro de pontaria. Não se confunde com erro sobre a pessoa. Neste, ocorre falha de percepção do agente, isto é, uma pessoa é tomada por outra. *Alternativa D.*

5593. **(Analista – DPE-TO – 2012 – UFT)** Nos termos do Código Penal, é isento de pena o

agente que pratica o fato:

(A) Pela emoção ou pela paixão.

(B) Pela embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool.

(C) Pela embriaguez, voluntária ou culposa, por substâncias de efeitos análogos ao do álcool.

(D) Pelo estado de embriaguez completa do agente, proveniente de caso fortuito ou força maior ao tempo da ação ou da omissão, que o torne inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

RESPOSTA Art. 28, II, § 1º, CP. *Alternativa D.*

5594. **(Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS)** Sobre a classificação dos delitos como dolosos ou culposos, considere as afirmações abaixo.

I. Diz-se que o crime é doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

II. O elemento diferenciador entre o dolo eventual e a culpa consciente é a previsão concreta e subjetiva do resultado.

III. As penas abstratamente previstas para os delitos praticados com dolo direto são mais gravosas do que as previstas para os delitos praticados com dolo eventual, porquanto no primeiro caso o agente tem a intenção de produzir o resultado, enquanto que, no segundo, o agente apenas assume o risco da sua ocorrência.

IV. O elemento diferenciador entre a culpa consciente e a culpa inconsciente é a previsibilidade objetiva do resultado.

V. O ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio da excepcionalidade do crime culposo.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I e II.

(B) Apenas I e V.

(C) Apenas III e V.

(D) Apenas I, II e IV.

(E) Apenas I, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 18, I, CP. (II) O agente, embora não querendo diretamente a realização do tipo, o aceita como possível ou mesmo como provável, assumindo o risco da produção do resultado. Não se requer que é necessário somente que o resultado seja possível ou provável. O sujeito é capaz de prever o resultado, o prevê, porém crê piamente em sua não produção; ele confia que sua ação conduzirá tão somente ao resultado que pretende, o que só não ocorre por erro no cálculo ou erro na execução. (III) Não há diferenciação da pena, já que em ambos há a configuração do dolo. (IV) A culpa consciente (ou culpa *ex lascivia*) é aquela em que o agente prevê o resultado, mas espera sinceramente, que ele não ocorrerá. Difere do dolo eventual porque neste o agente prevê o resultado e não se importa que ele venha ocorrer. Culpa inconsciente (ou culpa *ex ignorantia*) é aquela em que o agente não prevê o resultado de sua conduta, apesar de ser este previsível. (V) Nos termos do art. 18, parágrafo único, CP "salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente". Assim, todo tipo incriminador é, a princípio, doloso, pois o dolo está implícito em sua descrição. Por outro lado, a culpa precisa de previsão expressa para que tenha relevância (regra da excepcionalidade do crime culposo). Dolo é regra, e a culpa é exceção. *Alternativa B.*

5595. **(Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS)** Sobre a teoria geral do delito, considere as afirmações abaixo.

I. As causas excludentes da ilicitude estão previstas, de modo taxativo, na parte geral do Código Penal.

II. O consentimento do ofendido é sempre considerado uma excludente da ilicitude, independentemente das elementares do tipo penal.

III. Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele

agressão, atual ou iminente, proveniente de qualquer causa, a direito seu ou de outrem.

IV. São causas excludentes da culpabilidade: a inexigibilidade de conduta diversa, a obediência hierárquica, a coação física e moral irresistível, entre outras previstas na legislação.

V. É isento de pena o agente que, face à embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.
(B) Apenas V.
(C) Apenas III e IV.
(D) Apenas II, III e IV.
(E) Apenas III, IV e V.

RESPOSTA (I) O rol do art. 23, CP (parte geral), não é taxativo, mas exemplificativo, ou seja, na parte especial do Código, também existem causas de exclusão da ilicitude, por exemplo o disposto no art. 142, CP. (II) Somente é permitido o consentimento do ofendido quando se tratar de bens disponíveis. Dessa forma, ninguém pode consentir que lhe tirem a vida, por exemplo. Trata-se de uma causa supralegal de exclusão de ilicitude, ou seja, não encontra previsão na lei. (III) Para caracterizar legítima defesa, a agressão precisa necessariamente ser injusta, ou seja, não permitida pelo Direito. Além disso, deve a agressão advir de uma ação humana. Tal regramento se encontra no art. 25, CP. (IV) A coação física irresistível é uma excludente da conduta (fato típico), e não da culpabilidade. O resto está certo. (V) Trata-se do texto expresso do art. 28, § 1º, CP. É uma causa de inimputabilidade. *Alternativa B.*

5596. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) A doutrina do direito penal explica que um dos elementos do fato típico é a existência de um comportamento humano comissivo ou omissivo, doloso ou culposo. Pode-se afirmar que há comportamento humano para efeitos de caracterização do fato típico nos casos de

(A) força física irresistível, que pode ser por força da natureza ou proveniente da ação de um terceiro.
(B) movimentos reflexos, sendo o resultado imprevisível.
(C) estados de inconsciência, tais como sonambulismo, hipnose, etc.
(D) embriaguez completa, não proveniente de caso fortuito ou força maior.

RESPOSTA De acordo com a doutrina tradicional do direito penal, a conduta pode ser conceituada como um comportamento humano, comissivo ou omissivo, voluntário e consciente, doloso ou culposo, dirigido a uma finalidade. A conduta será excluída nas hipóteses em que não houver voluntariedade e consciência: (i) caso fortuito ou força maior (forças da natureza); (ii) estados de inconsciência (hipnose e sonambulismo); (iii) movimentos involuntários (ato reflexo e coação física irresistível). Ressalte-se, ainda, que a simples existência de uma conduta não será capaz de caracterizar uma infração penal (crime ou contravenção), uma vez que tal conduta deve ser típica, antijurídica e culpável. Dentre os elementos da culpabilidade, podemos citar a imputabilidade, que pode ser excluída pela embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, na forma do art. 28, II, § 1º, CP. Sendo assim, se a embriaguez não for decorrente de caso fortuito ou força maior, o agente será considerado imputável, tendo capacidade de culpabilidade e podendo responder pela sua conduta. *Alternativa D.*

5597. (Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE) Não há crime quando o agente pratica o fato:

(A) em estado de necessidade; em legítima defesa; e sob o domínio de emoção ou paixão.
(B) em estado de embriaguez; em estado de necessidade; em legítima defesa; e sob coação.
(C) em estado de necessidade; em legítima defesa; e em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
(D) em legítima defesa; em estrito cumprimento de dever legal; em estado de necessidade; e sob coação moral.

(E) sob o domínio de emoção ou paixão; em legítima defesa; e em estado de embriaguez ou no exercício regular de direito.

RESPOSTA Art. 23, I, II e III, CP. *Alternativa C.*

5598. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** A culpabilidade é um juízo de reprovação social que incide sobre o fato e seu autor, sendo causas de sua exclusão

(A) a menoridade penal, a coação moral resistível e a embriaguez completa decorrente de caso fortuito ou força maior.

(B) a inexigibilidade de conduta diversa, o estado de necessidade exculpante e a estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.

(C) a emoção ou a paixão, a embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos e a inexigibilidade de conduta diversa.

(D) a perturbação de saúde mental, a inexigibilidade de conduta diversa e a embriaguez completa decorrente de caso fortuito ou força maior.

(E) a doença mental, o desenvolvimento mental incompleto ou retardado e o consentimento do ofendido.

RESPOSTA São as seguintes as causas excludentes da culpabilidade: a) erro de proibição (21, *caput*); b) coação moral irresistível (22, 1ª parte); c) obediência hierárquica (22, 2ª parte); d) inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado (26, *caput*); e) inimputabilidade por menoridade penal (27); f) inimputabilidade por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior. *Alternativa B.*

5599. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** A, capaz e imputável, com ânimo de ofender B, perante terceiros, qualifica-o de “burro e canalha”. A conduta de A caracteriza

(A) crime de calúnia.

(B) crime de difamação.

(C) crime de injúria.

(D) fato atípico.

(E) crime culposo.

RESPOSTA Art. 140, CP. *Alternativa C.*

5600. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** De acordo com regra da Parte Geral do Código Penal, a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, por embriaguez

(A) culposa, por álcool ou substância análoga, era inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito do ato.

(B) completa, decorrente de força maior, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de comportar-se de acordo com esse entendimento.

(C) proveniente de caso fortuito, não possuía, ao tempo da ação ou omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de comportar-se de acordo com esse entendimento.

(D) preordenada, por álcool ou substância análoga, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de comportar-se de acordo com esse entendimento.

RESPOSTA Art. 28, § 2º, CP. *Alternativa C.*

5601. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** O erro é a falsa representação da realidade ou o falso ou equivocado conhecimento de um objeto. Acerca desse tema, é INCORRETO afirmar que:

(A) quando o erro do agente recai sobre a existência ou sobre os limites de uma causa de justificação, tem-se o erro de proibição.

(B) no erro de tipo essencial escusável há exclusão da tipicidade.

(C) o Código Penal adotou a teoria estrita da culpabilidade acerca do erro incidente sobre as causas de justificação.

(D) o erro acidental atinge os aspectos ou dados secundários do delito.

(E) no erro de proibição inescusável, o agente poderá ter a pena atenuada.

RESPOSTA (A) Art. 21, CP. (B) Art. 20, CP. (C) Teoria Estrita, que defende a exclusão da culpabilidade, no caso de erro inevitável, ou a punição por dolo com pena diminuída, no caso de erro evitável. Não adotada pelo CP. (D) Erro acidental – Em tese, não é capaz de viciar o consentimento do sujeito, pois recai apenas sobre qualidades acessórias do objeto da relação (*error in qualitate*), bem como sobre sua medida, peso ou quantidade (*error in quantitate*), desde que não importe em prejuízo real ao indivíduo. (E) Neste caso, o agente também desconhece o injusto do fato, porém possui por completo a condição de chegar à consciência da ilicitude do fato por conta própria. Aqui o agente responde pelo crime doloso e há somente a possibilidade de atenuação da pena, conforme o art. 21, 3ª parte, CP. *Alternativa C.*

5602. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Sobre culpa em sentido estrito, é INCORRETO afirmar que:

(A) a responsabilização por crime culposo se fundamenta na inobservância do dever de asseguramento de tráfego;

(B) o grau da culpa influi na quantificação da pena em abstrato;

(C) a quase totalidade dos crimes culposos é composta de delitos materiais e de tipo penal aberto, mas há exceções;

(D) a culpa consciente se caracteriza pela não tolerância do resultado;

(E) nos termos da concepção finalista, a culpa configura elemento normativo do tipo.

RESPOSTA (A) Dever de asseguramento de tráfego é o dever de controlar o próprio corpo, assim possível a responsabilização por crime culposo. (B) Influi na quantificação da pena em concreto. (C) Em regra, todo crime culposo é um crime material, pois um dos elementos para a configuração do crime culposo é o resultado naturalístico. Não haverá crime culposo se, mesmo havendo falta de cuidado por parte do agente, não ocorrer o resultado lesivo a um bem jurídico tutelado. (D) Ocorre quando o agente, embora prevendo o resultado, acredita sinceramente na sua não ocorrência, dando continuidade à sua conduta. (E) Para a Teoria Finalista da Ação, a conduta é composta de ação/omissão somada ao dolo perseguido pelo autor, ou à culpa em que ele tenha incorrido por não observar dever objetivo de cuidado. *Alternativa B.*

5603. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** É correto afirmar que a coação irresistível:

(A) é circunstância atenuante em relação ao coagido e circunstância agravante para o coator;

(B) é causa excludente da antijuridicidade em relação ao coagido;

(C) exclui o próprio fato típico em relação ao coagido, desde que física;

(D) sendo moral, responde pelo fato apenas o coator, a título de autoria imediata;

(E) quando praticada mediante *vis absoluta* exclui a culpabilidade do coagido por inexigibilidade de conduta diversa.

RESPOSTA A norma do art. 22, Código Penal, trata de situação em que o autor do fato tem sua vontade suprimida pela ação de terceiro que o subjugou ou lhe é funcionalmente superior, prevendo que a responsabilidade pelo fato, nas hipóteses de coação irresistível e obediência hierárquica, incide apenas contra o autor da coação ou o superior hierárquico que deu a ordem, conforme o caso. A física se caracteriza quando o esforço físico/muscular do autor é insuficiente para livrá-lo da ação do coator. A doutrina fala que nessas hipóteses não há culpabilidade, pois verificada a inexigibilidade de conduta diversa. *Alternativa C.*

5604. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** João induziu José, portador de oligofrenia por idiotia, a cometer suicídio. Diante desse induzimento, José se atirou de um prédio e milagrosamente sofreu

apenas lesões corporais leves em razão da queda. João responderá pela prática do crime de:

(A) induzimento ao suicídio na modalidade consumada;

(B) lesões corporais leves;

(C) induzimento ao suicídio na modalidade tentada;

(D) homicídio tentado;

(E) induzimento ao suicídio tentado, na forma qualificada.

RESPOSTA João responde pelo art. 122, na forma do art. 14, II, ambos do CP. *Alternativa C.*

5605. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Sobre a culpabilidade, assinale a alternativa correta:

(A) a ação do pai que, para reprimir simples desrespeito familiar, produz lesões corporais no filho menor, supondo existir justificação legal para o fato, constitui erro de proibição direto, incidente sobre a existência da lei penal;

(B) a extinção da punibilidade do crime, conforme a hipótese, pode não impedir a aplicação de medida de segurança ao inimputável por doença mental;

(C) a legítima defesa putativa constitui modalidade de erro de proibição indireto ou erro de permissão;

(D) o excesso na legítima defesa pode caracterizar situação de exculpação, como hipótese concreta de inexigibilidade de comportamento diverso;

(E) a autoria mediata não tem relação com as hipóteses de coação irresistível e de obediência hierárquica.

RESPOSTA (A) Esse erro abrange a situação do autor desconhecer a existência da norma proibitiva, ou, se o conhecimento obtiver, considera a norma não vigente ou a interpreta de forma errônea, consequentemente, não reputa aplicável a norma proibitiva. (B) Art. 96, CP. (C) É causa de justificação exculpante. (D) Causas de exculpação, que não afetam a estrutura mas produzem forte atenuação do conteúdo da culpabilidade, tornando-a inexpressivo juízo de censura para alcançar as últimas fronteiras da punibilidade, são as situações frequentemente deduzidas do pensamento fundamental da inexigibilidade de conduta adequada à norma: coação moral irresistível, excesso exculpante na legítima defesa, estado de necessidade exculpante. (E) Ocorre autoria mediata quando o autor domina a vontade alheia e, desse modo, se serve de outra pessoa que atua como instrumento. Casos da coação moral irresistível e da obediência hierárquica. *Alternativa D.*

5606. **(Procurador – MP-DFT – 2011)** Destaque, à luz do entendimento doutrinário predominante sobre a culpabilidade, a alternativa correta:

(A) O conceito psicológico-normativo da culpabilidade é caracterizado pela aposição do dolo e da culpa no tipo penal, remanescendo na análise da culpabilidade a capacidade de imputabilidade (como elemento de natureza psicológica), o conhecimento da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa (como elementos de natureza normativa).

(B) Ao portador de doença mental é aplicada medida de segurança quando, no caso concreto, atua sem qualquer consciência de realização dos elementos do tipo penal.

(C) A embriaguez voluntária completa isenta o agente de pena quando este, ao tempo da ação, é inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se conforme esse entendimento.

(D) A teoria da coculpabilidade funda-se no entendimento de que o comportamento do cidadão ofendido pela conduta criminosa provocou ou, de qualquer modo, concorreu para a ação ou omissão do acusado.

(E) Para a afirmação da culpabilidade no caso concreto é insuficiente a constatação da consciência atualizável do injusto, sendo porém aceitável o conhecimento sob a forma da coconsciência.

RESPOSTA (A) De acordo com a teoria em estudo, o dolo e a culpa *stricto sensu*, enquanto liames psicológicos entre o autor e o fato, devem ser valorados normativamente. Deve-se fazer um juízo de censura sobre a conduta e, baseado nessa análise, aquela somente será ilícita se, nas circunstâncias, se pudesse exigir do agente um comportamento de acordo com o direito, incidindo, nesse caso, o outro elemento da culpabilidade, que é a reprovabilidade. (B) Não se aplica a todos os portadores de doença mental a medida de segurança, apenas para aquele que era ao tempo da ação ou omissão inteiramente capaz de entender o carater ilícito do fato (art. 26, CP). (C) Art. 28, II, § 1º, CP. (D) Segundo o princípio da coculpabilidade, membros de determinadas classes sociais, ao cometerem certos tipos de delitos, não devem ser exclusivamente responsabilizados pelo ato, visto que não são os únicos responsáveis por ele. (E) Não se exige consentimento explícito, formal, sacramental, concreto e atual. Como ensinava WELZEL, não é necessária uma consciência reflexiva em relação às circunstâncias, sendo suficiente uma "coconsciência" não reflexiva, uma consciência de pensamento material e não de pensamento expresso. *Alternativa E.*

5607. (Promotor – MP-BA – 2010) O fato de consciência, a provocação de legítima defesa, a desobediência civil e o conflito de deveres, na lição da melhor doutrina nacional, são situações de:

(A) Exclusão da ilicitude e de culpabilidade, respectivamente.
(B) Exclusão de tipicidade e culpabilidade, simultaneamente.
(C) Exclusão legal de culpabilidade, exclusivamente.
(D) Exclusão supralegal de culpabilidade.
(E) Exclusão supralegal de ilicitude.

RESPOSTA De acordo com a doutrina (*vide* a Bibliografia) e com a jurisprudência (STJ, HC 16.865). *Alternativa D.*

5608. (Promotor – MP-PR – 2011) Sobre as causas de justificação, assinale a alternativa incorreta:

(A) a legítima defesa pode ser utilizada para repelir injusta agressão, atual ou iminente, a bem jurídico próprio ou de terceiro, derivada de ações dolosas ou culposas;
(B) a agressão injusta, atual ou iminente, a bem jurídico, praticada por inimputável portador de doença mental, não autoriza a legítima defesa, mas pode autorizar o estado de necessidade;
(C) o erro de tipo permissivo constitui erro sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação;
(D) para a teoria dos elementos negativos do tipo, assim como para a teoria bipartida de fato punível, matar alguém em situação de legítima defesa constitui fato atípico;
(E) a ação do guarda penitenciário que mata, com certeiro disparo de arma de fogo, um preso que fugia em direção à mata, após transpor o muro externo da unidade prisional, não é justificável pelo estrito cumprimento do dever legal.

RESPOSTA É legítima a defesa necessária utilizada contra uma agressão injusta, atual ou iminente, contra direito próprio ou de terceiro que inclui sempre o uso moderado, proporcional e necessário. Não faz distinção se o agente agressor é imputável penalmente ou não. *Alternativa B.*

V. Do Concurso de Pessoas

5609. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) João e Marcos decidem furtar uma residência. Vigiam o local até que os proprietários deixem a casa. Tentam forçar as janelas e verificam que todas estão bem fechadas, com exceção de uma janela no terceiro andar da casa. Usando sua habilidade, João escala a parede e entra na casa, pedindo a Marcos que fique vigiando e avise se alguém aparecer. Enquanto está pegando os objetos de valor, João escuta um barulho e percebe que a empregada tinha ficado na casa e estava na cozinha bebendo água. João vai até a empregada (uma moça de 35 anos) e decide constrangê-la, mediante grave ameaça, a ter conjunção carnal com ele. Logo após consumar a conjunção carnal com a empregada e deixá-la amarrada e amordaçada (mas sem sofrer qualquer outro tipo de lesão corporal), João termina de pegar os objetos de valor e vai ao encontro de Marcos. Ao

contar o que fez a Marcos, este o chama de tarado e diz que nunca teria concordado com o que João fizera, mas que agora uma outra realidade se impunha e era preciso silenciar a testemunha. Marcos retorna à casa e mesmo diante dos apelos de João que tenta segurá-lo, utiliza uma pedra de mármore para quebrar o crânio da empregada. Ambos decidem ali mesmo repartir os bens que pegaram na casa e seguir em direções opostas. Horas depois, ambos são presos com os objetos. Assinale a alternativa que identifica os crimes que cada um deles praticou.

(A) João: furto qualificado e estupro. Marcos: furto qualificado e homicídio qualificado.
(B) João: furto qualificado, estupro e homicídio simples. Marcos: furto qualificado, estupro e homicídio qualificado.
(C) João: furto simples e estupro. Marcos: furto simples e homicídio qualificado.
(D) João: furto simples, estupro e homicídio qualificado. Marcos: furto qualificado, estupro e homicídio simples.
(E) João: furto qualificado e estupro. Marcos: furto simples e homicídio qualificado.

RESPOSTA João: crime de furto qualificado pela subtração dos objetos, mediante concurso de agentes, e ainda crime de estupro. Marcos: crime de furto qualificado pela subtração dos objetos, mediante concurso de agentes, e homicídio qualificado para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime. *Alternativa A.*

5610. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** Quanto ao concurso de pessoas, assinale a opção correta.

(A) Se a participação no delito for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
(B) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
(C) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio são puníveis em qualquer situação.
(D) Se restar comprovado que algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, será absolvido.

RESPOSTA (A) Art. 29, § 1º, CP. (B) Art. 30, CP. (C) Art. 31, CP. (D) Art. 29, § 2º, CP. *Alternativa A.*

5611. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** [A] vai ao encontro de [B], seu amigo de infância, e expõe a ele sua intenção de praticar um delito de furto de vários aparelhos eletrodomésticos em conhecida loja da capital. Durante a conversa, [A] confessa a [B] que somente não levará adiante sua intenção criminosa em razão de não possuir um local adequado para deixar os bens objeto da subtração. Nesse momento, [B], com a finalidade de ajudar o amigo de infância, oferece-lhe um barracão, cujo espaço físico seria ideal para a guarda dos bens furtados. Após essa promessa, [A] sente-se seguro e confiante para seguir com seu intento e, efetivamente, subtrai os aparelhos eletrodomésticos e os acomoda, até serem vendidos a terceiros, no barracão oferecido por [B]. Qual o crime praticado por [B]?

(A) Furto.
(B) Receptação.
(C) Favorecimento real.
(D) Favorecimento pessoal.

RESPOSTA De acordo com o art. 29, CP, B responderá pelo mesmo crime de A, qual seja, furto, podendo incidir a causa de diminuição de pena do § 1º, mesmo diploma legal. *Alternativa A.*

5612. (Delegado – PC-PR – 2007 – UFPR) Sobre o concurso de pessoas, considere as seguintes afirmativas:

(1) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída.

(2) O concurso de pessoas pode dar-se por ajuste, instigação, cumplicidade, auxílio material ou moral em qualquer etapa do *iter criminis*.

(3) Ocorre a hipótese de autoria bilateral ou transversa quando o sujeito ativo obtém a realização do crime por meio de outra pessoa, que pratica o fato sem culpabilidade.

(4) Nada impede o concurso de pessoas nos crimes e contravenções de mão própria ou de mera conduta por instigação ou auxílio.

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

(B) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.

(C) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.

(D) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

(E) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

RESPOSTA 1. Art. 29, § 1º, CP. 2. Art. 31, CP. 3. Autoria mediata. 4. Não se admite a coautoria, e sim a participação. *Alternativa C.*

5613. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) As afirmativas fazem menção ao instituto do concurso de pessoas no direito penal. Assinale a correta.

(A) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas. No entanto, o julgador poderá isentar de pena um dos concorrentes se entender que sua participação foi de menor importância.

(B) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

(C) De acordo com o código penal pátrio, o ajuste, a determinação, a instigação e o auxílio serão sempre impuníveis se o crime não chegar, pelo menos, a ser tentado.

(D) Não se comunicam entre os concorrentes as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que tais circunstâncias e condições sejam reconhecidas como elementares do crime.

RESPOSTA Trata-se do instituto do desvio subjetivo de condutas ou cooperação dolosamente distinta, previsto no art. 29, § 2º, CP. Nesse sentido, o agente que queria participar de crime menos grave não poderá receber a pena do crime mais grave. Dessa forma, ele receberá a pena do crime que queria praticar (menos grave), a qual poderá ser aumentada até a metade, na hipótese de o resultado mais grave ter sido previsível. *Alternativa B.*

5614. (Defensor – DPE-AM – 2011 – IC) Sobre o concurso de pessoas, marque a alternativa correta:

(A) para a teoria pluralística ou da autonomia da participação, cada qual realiza uma ação, havendo um vínculo psicológico próprio, sendo que cada partícipe é considerado de forma autônoma como autor;

(B) para a teoria monística ou unitária (igualitária) cada partícipe é considerado de forma autônoma e única, havendo distinção entre autor e partícipe;

(C) a teoria pluralística é adotada pelo Código Penal brasileiro, a partir da reforma ocorrida em 1984;

(D) para a teoria dualística cada partícipe é tratado de igual forma, não havendo distinção entre a

participação primária e a participação secundária.
(E) nenhuma das anteriores.

RESPOSTA (A) Teoria pluralista ou pluralística: cada um dos participantes responde por delito próprio, havendo uma pluralidade de fatos típicos, de modo que cada partícipe será punido por um crime diferente. (B) Teoria unitária ou monista: todos os que contribuem para a prática do delito comentem o mesmo crime, não havendo distinção quanto ao enquadramento típico entre autor e partícipe. (C) Não ocorreu a reforma do CP em 1984. (D) Teoria dualista: há dois crimes, quais sejam, um cometido pelos autores e um pelo qual respondem os partícipes. (E) –. *Alternativa A.*

5615. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Tício e Mévio, mediante grave ameaça, exercida com arma de fogo, buscavam subtrair um relógio de Vespúcio, que, entretanto, os repeliu a socos e pontapés assim que o “assalto” foi anunciado. Diante dessa reação, Tício, com intenção de matar e, com isso, garantir a execução do roubo, faz um disparo de arma de fogo contra Vespúcio, atingindo, no entanto, seu comparsa Mévio, que vem a sofrer lesões corporais graves. Surpreso com o desenrolar do episódio, Tício acaba dominado por Vespúcio, não logrando, assim, consumar a subtração pretendida. Considerando-se que Mévio, apesar dos graves ferimentos, veio a sobreviver e, em consonância com posicionamento jurisprudencial dominante, pode-se concluir do episódio que:

(A) Tício e Mévio responderão em concurso de pessoas por tentativa de roubo qualificado pelo advento de lesão corporal grave;
(B) Tício responderá por tentativa de latrocínio e Mévio deverá ser responsabilizado por crime de roubo tentado, majorado pelo emprego de arma e concurso de pessoas;
(C) Tício e Mévio responderão em concurso de pessoas por tentativa de latrocínio;
(D) Tício responderá por tentativa de roubo qualificado pelo advento de lesão corporal grave e Mévio responderá por tentativa de roubo majorado pelo concurso de agentes e emprego de arma;
(E) Tício e Mévio responderão por tentativa de homicídio qualificado pela conexão teleológica em cúmulo material com tentativa de roubo majorado pelo concurso de pessoas e emprego de arma.

RESPOSTA Tício e Mévio responderão em concurso de pessoas por tentativa de latrocínio. Ticio atua em erro de execução respondendo com base no art. 73, CP. *Alternativa C.*

5616. **(Procurador – MPF – 2012)** Quanto ao concurso de agentes, é correta a afirmação:

(A) consoante a teoria objetivo-formal autor é aquele que realiza, totalmente, os atos descritos na norma incriminadora.
(B) consoante a teoria objetivo-material autor é aquele que realiza a contribuição objetivamente mais importante para o resultado.
(C) consoante a teoria concebida por Claus Roxin autor é aquele que detém o domínio do fato pelo critério exclusivo do domínio da vontade.
(D) o Código Penal Brasileiro não é compatível com a teoria do domínio do fato.

RESPOSTA (A) Para essa teoria, a conduta do partícipe é considerada, em princípio, atípica, pois não realiza o verbo-núcleo do tipo e vem a ser alcançada devido à norma de ampliação prevista no art. 29, *caput*, CP. (B) Essa teoria diferencia as figuras do autor e do partícipe, baseando-se na maior ou menor contribuição do sujeito na prática da conduta típica. Busca-se uma restrição, distinguida na importância objetiva da contribuição, sobre a base de diferenciar entre condição e causa; trata-se de indagar a maior periculosidade objetiva da contribuição. (C) A teoria em estudo parte do critério objetivo-subjetivo para conceituar o autor do delito como aquele que tem o controle final do fato e suas circunstâncias. (D) Teoria adotada pelo Código Penal. *Alternativa B.*

VI. Do Concurso de Crimes

5617. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente ao concurso de crimes, assinale a afirmativa incorreta:

(A) O concurso material ocorre quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.

(B) Na presença de um concurso formal, aplica-se ao agente a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade, salvo se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos (hipótese em que as penas aplicam-se cumulativamente).

(C) Quando se tratar de crime continuado, aplica-se ao agente a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

(D) Quando se tratar de crime continuado em que os crimes sejam dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, o juiz poderá, observados os artigos 70, 71 e 74 do Código Penal, aumentar a pena mais grave até o triplo.

(E) No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas de acordo com as regras aplicáveis às penas privativas de liberdade.

RESPOSTA (A) Art. 69, CP. (B) Art. 70, *caput*, CP. (C) Art. 71, CP. (D) Art. 71, parágrafo único, CP. (E) Art. 72, CP – Serão aplicadas distintas e integralmente. *Alternativa E.*

5618. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente ao concurso de crimes, analise as afirmativas a seguir.

I. A pena será ainda agravada em relação ao agente que promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.

II. A pena será ainda agravada em relação ao agente que coage ou induz outrem à execução material do crime.

III. A pena será ainda agravada em relação ao agente que instiga a cometer o crime alguém não punível em virtude de condição.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 62, I, CP. (II) Art. 62, II, CP. (III) Art. 62, III, CP. *Alternativa E.*

5619. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, para fins de aplicação da pena, diz-se que o delito foi praticado em:

(A) concurso formal.

(B) concurso material.

(C) concurso formal impróprio.

(D) continuidade delitiva privilegiada.

(E) continuidade delitiva.

RESPOSTA Art. 70, CP. *Alternativa A.*

5620. (Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE) Com relação ao concurso de crimes, assinale a alternativa correta.

(A) No crime continuado simples, aplicar-se-á a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

(B) O agente que, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, sem violência ou grave ameaça à pessoa, pratica crime continuado qualificado.

(C) O concurso material, que pode ser homogêneo ou heterogêneo, ocorre quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não. Nesse caso, as penas correspondentes aos crimes devem ser somadas.

(D) Verifica-se o fenômeno do concurso material quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro.

(E) No concurso formal imperfeito aplicar-se-á a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

RESPOSTA (A) Art. 71, CP. (B) Art. 71, CP. (C) Art. 69, CP. (D) Art. 69, CP. (E) Art. 70, CP. *Alternativa A.*

5621. (Defensor – DPE-AM – 2011 – IC) Acerca do concurso de crimes, marque a alternativa correta:

(A) ocorre o concurso formal quando for o caso, dentre outras hipóteses, de prática de dois ou mais crimes idênticos ou não, mediante uma só ação ou omissão;

(B) aplica-se a regra relativa à pena (pena mais grave das cabíveis, ou se iguais, somente uma delas, mas aumentada em qualquer caso de um sexto até metade) no concurso formal de crimes quando, dentre outros casos, o agente pratica dois ou mais crimes, mediante uma só ação ou omissão dolosa, resultante de desígnios autônomos;

(C) é caso de concurso material de crimes quando o agente, mediante uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não;

(D) considera-se crime continuado quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, de espécie diversa, nas mesmas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes;

(E) nenhuma das anteriores.

RESPOSTA (A) Art. 70, CP. (B) Art. 70, CP. (C) Art. 69, CP. (D) Art. 71, CP. *Alternativa A.*

5622. (Promotor – MP-GO – 2010) No concurso de crimes, como devem ser aplicadas as penas de multa?

(A) Aplica-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

(B) Aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

(C) Aplica-se as penas distinta e integralmente.

(D) Aplica-se as penas segundo a espécie de concurso de crimes.

RESPOSTA Art. 72, CP. *Alternativa C.*

5623. (Juiz – TRT-15 – 2011) A respeito da reincidência, assinale a alternativa correta:

(A) nos termos da lei, ela sempre agrava a pena, mesmo quando qualifica o crime;
(B) não a caracteriza a condenação por crime político;
(C) não a caracteriza a condenação por crime praticado no estrangeiro;
(D) ela se caracteriza quando, em face do réu, há outros inquéritos policiais em curso;
(E) ela se caracteriza quando, em face do réu, há outras ações penais em curso.

RESPOSTA (A) De acordo com o art. 61, I, CP, a reincidência apenas agrava a pena quando não constitui ou qualifica o crime. (B) Conforme assinala o art. 64, II, CP. (C) De acordo com o art. 63, CP, a condenação por crime praticado no estrangeiro caracteriza a reincidência. (D) De acordo com o art. 63, CP, a reincidência só se verifica depois de transitar em julgado a sentença condenatória. (E) De acordo com o art. 63, CP, a reincidência só se verifica depois de transitar em julgado a sentença condenatória. *Alternativa B.*

5624. (Juiz – TRT-23 – 2011) Sobre os efeitos da reincidência, podemos afirmar que:

(A) pode ser considerada como circunstância judicial para aumentar a pena-base;
(B) impede a concessão de progressão de regime;
(C) é uma agravante preponderante;
(D) aumenta o prazo da prescrição da pretensão punitiva em um terço;
(E) aumenta o prazo da prescrição da pretensão punitiva em dois terços.

RESPOSTA (A) A dosimetria da pena é composta por três fases: fixação da pena-base, em seguida pela consideração das circunstâncias atenuantes e agravantes e, por fim, verificação de causas de aumento ou diminuição, conforme prevê o art. 68, CP. A reincidência, como circunstância agravante (art. 61, I, CP), encontra-se na 2ª fase da dosimetria da pena, portanto, não pode integrar o cálculo da pena-base. (B) De acordo com a Súmula 269, STJ, a reincidência não é impeditiva da progressão de regime. Tanto o art. 33, § 2º, CP, quanto o art. 112, Lei de Execução Penal, preveem a progressão de regime como medida de política criminal. (C) A reincidência é uma agravante preponderante, pois sempre agrava a pena, quando não constituir ou qualificar o crime, de acordo com o art. 61, I, CP. (D) De acordo com a Súmula 220, STJ, a reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva. (E) De acordo com a Súmula 220, STJ, a reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva. *Alternativa C.*

5625. (Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL) Com relação às penas, assinale a afirmativa CORRETA.

(A) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, é efeito específico da condenação penal destinado exclusivamente aos crimes funcionais.
(B) A prestação pecuniária não pode ser fixada em valor inferior a um salário mínimo somente se destinando à vítima ou seus dependentes nos casos de comprovado dano material e pode ter o valor pago deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação cível.
(C) A suspensão condicional da pena pode ser concedida ao reincidente em crime doloso apenado com pena de multa isolada ou em substituição à pena privativa de liberdade.
(D) Pode ser substituída a pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direito ao crime culposo independentemente do *quantum* de pena aplicado, exceto no concurso com outros crimes culposos e em sendo o agente reincidente.

RESPOSTA (A) Art. 92, I, CP. (B) Art. 45, § 1º, CP. (C) Art. 77, § 1º, CP. (D) Art. 44, I e II, CP. *Alternativa C.*

5626. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) A pena privativa de liberdade fixada em 3 (três)

meses; a pena de multa quando é cumulativamente aplicada com uma privativa de liberdade e a pena de prestação pecuniária prescrevem, respectivamente,

(A) em 3 (três) anos; no mesmo prazo da pena privativa de liberdade com a qual foi cumulativamente aplicada; no mesmo prazo da pena privativa de liberdade que substituiu.
(B) em 2 (dois) anos; no mesmo prazo da pena privativa de liberdade com a qual foi cumulativamente aplicada; em 4 (quatro) anos.
(C) em 3 (três) anos; em 2 (dois) anos; no mesmo prazo da pena privativa de liberdade que substituiu.
(D) em 2 (dois) anos; em 2 (dois) anos; em 2 (dois) anos.

RESPOSTA Art. 109, VI, parágrafo único, c/c art. 114, II, ambos do CP. *Alternativa A.*

5627. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** João Teodoro foi condenado a 1 (um) ano de reclusão, pela prática de furto tentado, por fato ocorrido em 21.04.2006. Na fixação da pena, foi considerada a circunstância agravante da reincidência. A sentença transitou em julgado para as partes em 02.02.2007. Foi expedido mandado de prisão e o réu não foi encontrado. Quanto à prescrição da pretensão executória da pena, pode-se afirmar que ela ocorrerá em

(A) 4 (quatro) anos.
(B) 3 (três) anos.
(C) 2 (dois) anos.
(D) 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses.

RESPOSTA De acordo com o art. 109, V, c/c art. 110, CP, a prescrição será de 5 anos e 4 meses. *Alternativa D.*

5628. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Nos crimes de estupro (artigo 213 do Código Penal) e estupro de vulnerável (artigo 217-A do Código Penal), a pena é aumentada pela metade quando o

(A) agente é empregador da vítima.
(B) crime é cometido em concurso de duas ou mais pessoas.
(C) agente é reincidente específico.
(D) agente praticou o crime em estado de embriaguez preordenada.

RESPOSTA Art. 226, II, CP. *Alternativa A.*

5629. **(Analista – DPE-TO – 2012 – UFT)** Nos termos do Código Penal, acerca das penas privativas de liberdade, é INCORRETO afirmar:

(A) Deverão ser executadas em forma progressiva, de acordo com o mérito do condenado.
(B) Deverão ser executadas em forma progressiva, independente do mérito do condenado.
(C) O condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado.
(D) O condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

RESPOSTA (A) Art. 33, § 2º, CP. (B) Art. 33, § 2º, CP. (C) Art. 33, § 2º, *a*, CP. (D) Art. 33, § 2º, *b*, CP. *Alternativa B.*

5630. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** Sobre a aplicação da pena, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A reincidência impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito.
(B) A confissão do acusado é causa que sempre atenua a pena.
(C) As atenuantes obrigatórias têm a força de trazer a pena para aquém do mínimo legal.

(D) O modelo pátrio adotou sistema trifásico de dosimetria da pena, segundo o qual a pena definitiva será definida com base nas atenuantes e agravantes.

RESPOSTA Trata-se de texto expresso do art. 65, III, *d*, CP, que dispõe que a confissão espontânea, perante a autoridade, em relação à autoria do crime, configura circunstância que sempre atenua a pena. *Alternativa B.*

5631. **(Advogado – CEMIG – 2010 – FUMARC)** Assinale a alternativa INCORRETA, no que se refere ao direito penal:

(A) A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as de privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa e suspensão ou interdição de direitos.
(B) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado, assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.
(C) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
(D) Não haverá penas de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento ou cruéis, sob nenhum pretexto.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XLVI, CRFB/88. (B) Art. 5º, XLVIII, CRFB/88. (C) Art. 5º, LI, CRFB/88. (D) Art. 5º, XLVII, *a*, CRFB/88. *Alternativa D.*

5632. **(Advogado – COREN-GO – 2010 – UFG)** É efeito automático da condenação criminal:

(A) tornar certa a obrigação do condenado de indenizar o dano causado pelo crime.
(B) perder cargo público, quando aplicada pena privativa de liberdade superior a quatro anos.
(C) incapacitar para o exercício do poder familiar, nos crimes dolosos cometidos contra filho.
(D) inabilitar para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

RESPOSTA (A) Art. 91, I, CP. (B) Art. 92, I, *a*, parágrafo único, CP. (C) Art. 92, II, parágrafo único, CP. (D) Art. 92, III, parágrafo único, CP. *Alternativa A.*

5633. **(Procurador – ALERR – 2010 – CETAP)** De acordo com o Código Penal, extingue-se a punibilidade, EXCETO:

(A) pela morte do agente.
(B) pela anistia, graça ou indulto.
(C) pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação pública.
(D) pela prescrição, decadência ou perempção.
(E) pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.

RESPOSTA (A) Art. 107, I, CP. (B) Art. 107, V, CP. (C) Art. 107, V, CP. (D) Art. 107, IV, CP. (E) Art. 107, VI, CP. *Alternativa C.*

5634. **(Advogado – Maringá-PR – 2009 – AOCP)** No caso da prática de peculato culposo

(A) a reparação do dano, posterior à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.
(B) a reparação do dano se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
(C) a reparação do dano, posterior à sentença irrecorrível, reduz em um terço a pena imposta.
(D) a reparação do dano se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz em um terço a pena imposta.

(E) a reparação do dano, se posterior à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

RESPOSTA (A) Art. 312, § 3º, CP. (B) Art. 312, § 3º, CP. (C), (D) e (E) *Vide* itens anteriores. *Alternativa B.*

5635. **(Advogado – Manaus-AM – 2008 – AOCP)** As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso

I. o condenado a pena superior a 9 (nove) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado.

II. o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto.

III. o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

(A) apenas a assertiva I está correta.

(B) apenas a assertiva II está correta.

(C) apenas as assertivas I e II estão corretas.

(D) apenas as assertivas II e III estão corretas.

(E) todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 33, § 2º, *a*, CP. (II) Art. 33, § 2º, *b*, CP. (III) Art. 33, § 2º, *c*, CP. *Alternativa D.*

5636. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** O sistema penal brasileiro adota não só penas privativas de liberdade, como também penas restritivas de direitos, aplicadas como solução alternativa à pena de prisão. Sobre as penas privativas de liberdade e restritivas de direito, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) As penas restritivas de direitos, dada a sua natureza de substituição da pena privativa de liberdade, não podem ser aplicadas no caso de condenados reincidentes, em qualquer hipótese.

(B) A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por 5 horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

(C) A prestação de serviços à comunidade é aplicável às condenações superiores a 6 meses de privação de liberdade.

(D) O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento de pena condicionada à reparação do dano que causou.

(E) No regime semiaberto o trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes.

RESPOSTA Art. 44, II, CP, isto é, apenas reincidência em crime doloso. *Alternativa A.*

5637. **(Procurador – MPF – 2011)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública cabe a declaração de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo;

(B) quando for aplicada pena privativa de liberdade em crime de tortura praticado por servidor público a perda do cargo também deve ser motivadamente declarada na sentença;

(C) em crime relacionado com o tráfico de drogas a perda do cargo ou função pública na hipótese de condenação segue as regras do Código Penal;

(D) para a aplicação da perda do cargo ou função pública deve considerar-se o conceito de funcionário

público previsto no art. 327 do CP e se o fato ocorreu no exercício das funções do agente.

RESPOSTA (A) Art. 92, I, CP. (B) Art. 1º, § 5º, Lei n. 9.455/97. (C) Sem previsão legal na Lei de Drogas, devendo seguir o art. 12, CP. (D) Interpretação do art. 327, CP. *Alternativa B.*

5638. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Dispõe o art. 288 do Código Penal que o crime de quadrilha ou bando tipifica-se quando há associação de mais de três pessoas para o fim de cometer crimes. A respeito do assunto, e com fundamento na jurisprudência, assinale a alternativa incorreta.

(A) Quando o participante ou o associado denunciar à autoridade o bando ou quadrilha voltada à prática de crime de roubo, possibilitando o seu desmantelamento, a pena será reduzida de um a dois terços.
(B) Subsiste o delito autonomamente, ainda que os crimes para os quais foi organizado o bando sequer venham a ser cometidos.
(C) Deve o juiz dobrar a pena aplicada quando a quadrilha ou bando fizer o uso de arma.
(D) A tentativa é absolutamente inadmissível.
(E) Trata-se de crime formal.

RESPOSTA (A) Art. 8º, parágrafo único, Lei n. 8.072/90 – Não especificamente o crime de roubo, podendo ser qualquer prática de crime. (B) A 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou entendimento no sentido de que não há qualquer necessidade da prática de crimes outros para que a formação de quadrilha seja constatada. (C) Art. 288, parágrafo único, CP. (D) Por ser crime formal não se admite tentativa. (E) O tipo formação de quadrilha, que consiste na união de 3 ou mais pessoas para a prática de crimes, é meramente formal e de perigo abstrato. *Alternativa A.*

5639. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Em relação aos regimes de cumprimento da pena privativa de liberdade:

(1) No regime fechado, o condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.
(2) O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas.
(3) No regime aberto, o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

(A) É correta apenas a afirmativa 1.
(B) É correta apenas a afirmativa 2.
(C) É correta apenas a afirmativa 3.
(D) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
(E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

RESPOSTA (1) Art. 34, § 1º, CP. (2) Art. 34, § 3º, CP. (3) Art. 36, § 1º, CP. *Alternativa D.*

5640. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) Extingue-se a punibilidade pela morte do agente, pela anistia, graça ou indulto, pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso, pela prescrição, decadência ou perempção, pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão, aceito ou não, nos crimes de ação privada, pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite e pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.
(B) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa.

(C) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada e no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.
(D) O curso da prescrição interrompe-se pelo recebimento da denúncia ou da queixa; pela pronúncia; pela decisão confirmatória da pronúncia; pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis; pelo início ou continuação do cumprimento da pena e pela reincidência.
(E) Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime e enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro.

RESPOSTA Art. 107 e incisos do CP. *Alternativa A.*

5641. (Defensor – DPE-GO – 2010 – IC) "A" foi condenado a 6 (seis) anos de reclusão pelo crime de estupro. Sabendo-se que "A" é reincidente específico em crimes dessa natureza, é correto afirmar que o mesmo poderá

(A) iniciar o cumprimento de sua pena de reclusão no regime semiaberto.
(B) progredir de regime, após o cumprimento de 3/5 (três quintos) da pena.
(C) obter livramento condicional, cumpridos mais de 2/3 (dois terços) da pena.
(D) ter extinta a sua punibilidade, em virtude de concessão de anistia.
(E) requerer sua reabilitação, decorrido 1 (um) ano da extinção de sua pena.

RESPOSTA Art. 2º, § 2º, Lei n. 8.072/90. *Alternativa B.*

5642. (Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC) A prescrição da pretensão punitiva é regulada:

(A) Pela pena aplicada na sentença condenatória recorrível.
(B) Pela pena máxima prevista para o tipo penal.
(C) Pela pena aplicada na sentença condenatória transitada em julgado.
(D) Pelo prazo de 30 anos, quando se tratar de crime hediondo.
(E) Pela pena hipotética, nos crimes de menor potencial ofensivo.

RESPOSTA Art. 109, CP. *Alternativa B.*

5643. (Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC) No crime de peculato culposo, a reparação do dano antes do trânsito em julgado da sentença, deve ser considerada como:

(A) Causa especial de diminuição de pena.
(B) Circunstância atenuante.
(C) Excludente de ilicitude.
(D) Excludente de imputabilidade.
(E) Causa de extinção de punibilidade.

RESPOSTA Art. 312, § 3º, CP. *Alternativa E.*

5644. (Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP) Com relação à pena de multa, considere as seguintes assertivas e assinale a alternativa que corresponde ao texto do Código Penal.

I. Na hipótese de concurso de crimes, sua aplicação segue as regras do concurso formal, concurso material e crime continuado.

II. A situação econômica do réu é critério para sua fixação.
III. Sua prescrição dar-se-á em 2 (dois) anos, quando for a única cominada ou aplicada.
(A) Todas são erradas.
(B) Apenas II é correta.
(C) Apenas III é errada.
(D) Apenas I é errada.

RESPOSTA (I) Regra da cumulação ou da exasperação. (II) Art. 60, CP. (III) Art. 114, I, CP. *Alternativa D.*

5645. **(Procurador – MP-SP – 2011)** Com relação às chamadas medidas de segurança, é correto afirmar que:

(A) a desinternação ou a liberação será sempre de forma condicional, ficando restabelecida a situação anterior se o agente, antes do decurso de um ano, vier a praticar qualquer fato indicativo da persistência de sua periculosidade.
(B) têm caráter retributivo e preventivo, decorrem do reconhecimento da culpabilidade do agente, podendo ser aplicadas, em certos casos, juntamente com as penas privativas de liberdade.
(C) são indeterminadas no tempo, não são aplicáveis aos inimputáveis, pressupondo a sua aplicação a prática de um fato típico e antijurídico, reconhecido em sentença condenatória.
(D) podem ser aplicadas em face de qualquer espécie de crime, punível com reclusão ou detenção, exigindo para sua incidência a existência de uma sentença condenatória que reconheça a existência do crime e a prova da inimputabilidade absoluta do agente.
(E) são aplicadas por tempo indeterminado, com a especificação do prazo mínimo de sua duração, pelo juiz na sentença, não sendo permitida a realização do exame de cessação de periculosidade antes do término do prazo mínimo fixado.

RESPOSTA (A) Art. 97, § 1º, CP. (B) Decorrem do reconhecimento da imputabilidade do agente. (C) São aplicáveis aos inimputáveis. Art. 97, § 1º, CP. (D) A medida de segurança poderá ser aplicável aos semi-imputáveis (art. 26, CP). (E) Art. 117, Lei n. 7.210/84. *Alternativa A.*

5646. **(Procurador – MPF – 2008)** Para a aplicação da medida de segurança:

(A) o reconhecimento da periculosidade decorre tão só da doença mental do autor do fato;
(B) pouco importa a presença de causas de exculpação;
(C) a periculosidade é apenas aquela revelada através da prática, pelo agente, de um fato ilícito típico;
(D) valem todos os pressupostos jurídico-penais exigidos para a imposição de uma pena.

RESPOSTA (A) Deverá estar atestada a periculosidade do agente expedida em guia pelo juiz da condenação. (B) Deverá haver uma excludente de culpabilidade, qual seja, imputabilidade por ausência de sanidade. (C) Art. 26, CP. (D) Para aplicação de pena, deverá ser constatada a imputabilidade do agente. *Alternativa C.*

5647. **(Procurador – MP-SP – 2011)** De acordo com a legislação penal vigente, a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se:

(A) pela pena aplicada, não podendo ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou queixa.
(B) pela pena em abstrato cominada em seu máximo legal ao delito, não podendo ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia.
(C) pela pena aplicada, podendo ter por termo inicial o dia em que o crime se consumou.

(D) pela pena em abstrato cominada em seu mínimo legal ao delito, não podendo ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

(E) pela pena aplicada, não podendo ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

RESPOSTA Art. 110, § 1º, CP. *Alternativa E.*

5648. **(Procurador – MP-SP – 2011)** Há previsão legal para a revogação obrigatória da suspensão condicional da pena:

(A) se o réu sofrer condenação recorrível a pena privativa de liberdade, pela prática de crime doloso, praticado no curso do benefício.

(B) se o réu sofrer condenação irrecorrível a pena privativa de liberdade, pela prática de crime culposo, praticado no curso do benefício.

(C) se o réu vier a ser condenado, no curso do benefício, em sentença irrecorrível, a pena privativa de liberdade, pela prática de crime doloso.

(D) se o réu vier a ser condenado irrecorrivelmente por crime culposo a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, cometido no curso do benefício.

(E) se o réu vier a ser condenado por crime doloso ou culposo, anterior à concessão do benefício, a pena de multa, tendo a condenação transitado em julgado, após o curso do prazo do benefício.

RESPOSTA Art. 86, I, CP. *Alternativa C.*

5649. **(Promotor – MP-SC – 2011)** Questão:

I. Quanto à pena de multa, é suspensa a sua execução se sobrevém ao condenado doença mental.

II. O juiz, não sendo graves as lesões corporais, poderá substituir a pena privativa de liberdade pela de multa, caso o agente tenha cometido o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima. Também poderá assim proceder na hipótese das lesões serem recíprocas.

III. Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem configura o crime de violação de segredo profissional, previsto no art. 154 do Código Penal. Neste caso, somente se procede mediante queixa.

IV. No homicídio doloso, se o agente comete o crime sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima, incidirá causa especial de diminuição da pena, a ser considerada na terceira fase de sua aplicação.

V. O crime de extorsão, previsto no art. 158 do Código Penal, configura-se através do constrangimento de alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.

(A) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.

(C) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.

(D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 167, LEP. (II) Art. 129, § 5º, I e II, CP. (III) Art. 154, parágrafo único, CP. (IV) Art. 121, § 1º, CP, deverá ser logo após a injusta provocação da vítima. (V) Art. 158, CP. *Alternativa B.*

5650. (Promotor – MP-SC – 2011) Questão:

I. Tratando-se de prescrição da pretensão punitiva, leva-se em consideração o máximo da pena privativa de liberdade cominada em abstrato, verificando-se em 2 (dois) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano.
II. As infrações penais culposas, as contravenções penais e os crimes omissivos próprios não admitem tentativa.
III. A figura do arrependimento posterior, prevista na Parte Geral do Código Penal, não se aplica aos crimes praticados com violência ou grave ameaça à pessoa. Exige-se também para sua aplicação que a reparação do dano ou restituição da coisa ocorra até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente.
IV. Não há autoria mediata nos crimes de mão própria, nem nos delitos culposos.
V. No erro na execução do crime *(aberratio ictus)*, espécie de erro de tipo essencial, há um equívoco na representação mental do agente que se confunde quanto à pessoa que pretende atingir. Neste caso, na hipótese de ser atingida também uma terceira pessoa, levam-se em consideração as condições ou qualidades da vítima contra quem o agente pretendia praticar o crime.

(A) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
(B) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
(C) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
(D) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 110, CP. (II) Os crimes culposos não admitem tentativa, porque só subsistem se há verificação de resultado; as contravenções penais não admitem por previsão expressa no art. 4º, Lei de Contravenções Penais. (III) Art. 16, CP. (IV) Os crimes de mão própria requerem uma qualidade especial do agente; o dever objetivo de cuidado é pessoal. (V) Essa hipótese é erro quanto a pessoa, art. 20, § 3º, CP. *Alternativa C.*

VIII. Dos Crimes contra a Pessoa

5651. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Assinale a alternativa que não qualifica o crime de homicídio.

(A) Emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel.
(B) Para assegurar a ocultação de outro crime.
(C) Motivo fútil.
(D) Abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.
(E) Mediante dissimulação.

RESPOSTA (A) Art. 121, § 2º, III, CP. (B) Art. 121, § 2º, V, CP. (C) Art. 121, § 2º, II, CP. (D) Ausência de previsão legal. (E) Art. 121, § 2º, IV, CP. *Alternativa D.*

5652. (Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ) Considerando os delitos contra a pessoa, julgue os itens abaixo.

I. No homicídio preterintencional, o agente responderá por culpa com relação ao resultado morte.
II. Mário e Bruno, pretendendo matar Nilo, mediante o uso de arma de fogo, postaram-se de emboscada, ignorando cada um o comportamento do outro. Ambos atiraram na vítima, que veio a falecer em virtude dos ferimentos ocasionados pelos projéteis disparados pela arma de Bruno.

Nessa situação, é correto afirmar que Mário e Bruno são coautores do homicídio perpetrado.

III. O agente que, para livrar um doente, sem possibilidade de cura, de graves sofrimentos físicos e morais, pratica a eutanásia com o consentimento da vítima, deve, em tese, responder por homicídio privilegiado, já que agiu por relevante valor moral, que compreende também os interesses individuais do agente, entre eles a piedade e a compaixão.

IV. Caio e Tício, sob juramento, decidiram morrer na mesma ocasião. Para isso, ambos trancaram-se em um quarto hermeticamente fechado e Caio abriu a torneira de um botijão de gás; todavia, apenas Tício morreu. Nessa situação, Caio deverá responder por participação em suicídio.

V. Um indivíduo, a título de correção, amarrou sua esposa ao pé da cama, deixando-a em um quarto escuro e fétido. Nesse caso, o indivíduo responderá pelo crime de maus-tratos.

Estão certos apenas os itens

(A) I e III.
(B) I, III e V.
(C) I, II e V.
(D) II e IV.
(E) IV e V.

RESPOSTA (I) O mesmo que homicídio preterdoloso, em que há dolo no antecedente e culpa no consequente. (II) Nessa situação não há concurso de pessoas, uma vez que um não sabia da conduta do outro. Assim, Bruno responderá por homicídio consumado e Mário por homicídio tentado. (III) É o homicídio cuja ação foi contemplada como causa especial de diminuição da pena, vale dizer, por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, art. 121, § 1º, CP. (IV) Caio não praticou nenhuma conduta tendente a matar Tício. (V) No crime de maus-tratos, tem-se como elemento subjetivo pessoa que está sob sua guarda e vigilância para fins de educação, ensino, tratamento ou custódia, o que não se aplica na relação conjugal. *Alternativa A.*

5653. (Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL) Quanto aos crimes contra as pessoas, as seguintes alternativas estão corretas, EXCETO

(A) a mãe que, em estado puerperal, logo após o parto, na enfermaria do hospital, mata filho de outra pessoa pensando ser o próprio, responde por infanticídio e não por homicídio.
(B) o agente que provoca várias lesões corporais, de natureza grave e gravíssima, contra a mesma vítima em um mesmo contexto fático responde por crime continuado.
(C) para a ocorrência do crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, será indispensável que a vítima seja determinada e tenha capacidade de discernimento.
(D) todas as pessoas, mulheres ou homens, que se enquadram às situações emanadas do tipo, podem ser vítimas dos crimes de violência doméstica, podendo as penas ser aumentadas de 1/3 se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.

RESPOSTA Provocando várias lesões na mesma vítima, num mesmo contexto, haverá crime único. A não ser quando, encerrado e concluído um procedimento típico, após um tempo razoável, voltar a agredi-la, então cometerá um segundo crime. Haverá concurso material ou crime continuado, se preenchidos os requisitos deste. *Alternativa B.*

5654. (Delegado – PC-CE – 2006 – UECE) Considerando os crimes contra a pessoa, previstos no Código Penal Brasileiro, marque a opção verdadeira.

(A) O homicídio híbrido ocorre sempre que reunimos em um mesmo fato uma pluralidade de vítimas e de circunstâncias qualificadoras de natureza subjetiva.
(B) O chamado pacto de morte, ou seja, quando duas ou mais pessoas reúnem-se para praticar o suicídio jamais pode gerar a responsabilidade criminal de alguém, mesmo que haja sobreviventes e um deles tenha praticado os atos executórios.

(C) O aborto praticado em feto que não tinha viabilidade de vida é plenamente permitido pela legislação penal brasileira, configurando uma das hipóteses supralegais de estado de necessidade e é conhecido como aborto eugênico ou eugenésico.

(D) O emprego de veneno nem sempre poderá ser considerado como qualificadora, pois isso dependerá de ele ser utilizado por meio insidioso ou cruel.

RESPOSTA (A) Homicídio híbrido trata-se do homicídio privilegiado e qualificado ao mesmo tempo. Nosso ordenamento jurídico prevê sim o homicídio híbrido, desde que a qualificadora seja de natureza objetiva, pois o privilégio prevê apenas natureza subjetiva. Portanto é possível sim homicídio privilegiado e qualificado ao mesmo tempo. (B) Muitos debates existem no pacto de morte (conhecido também como ambicídio). Há quem sustente que, se ambos forem suicidas, é possível que nenhum se enquadre no tipo penal, na medida em que a legislação não pune ao suicida. Mas há um certo consenso de que, tendo o sobrevivente executado os atos que levaram à morte de outro, para somente depois vir a cometer o próprio suicídio (e este evento não ocorrer), o sobrevivente pode ser processado criminalmente como homicida. (C) "*Habeas Corpus*. Concessão. Os abortos eugênico e o econômico não são reconhecidos pelo Direito pátrio, que considera impuníveis apenas os abortos necessário e o sentimental, *ex-vi* art. 128, I e II do C.P. Ordem concedida em favor do feto em gestação para que não seja dolosamente inviabilizado seu nascimento." (D) Meio insidioso é aquele como sendo algo camuflado, uma conduta verdadeiramente traiçoeira; se o veneno aplicado não teve essa intenção, não pode ser aplicado como uma qualificadora. *Alternativa D.*

5655. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Maria da Piedade, com 21 (vinte e um) anos, foi estuprada por um desconhecido. Envergonhada com o fato, não tomou nenhuma providência perante a polícia, o Ministério Público ou a justiça. Desse fato, resultou gravidez. Maria provocou aborto em si mesma. Em face da legislação que rege a matéria, assinale a alternativa correta.

(A) Agiu amparada pelo estado de necessidade.

(B) Praticou o crime de aborto, descrito no artigo 124 do Código Penal Brasileiro.

(C) O aborto sentimental pode ser praticado pela própria vítima.

(D) Agiu impelida por relevante valor social.

RESPOSTA O delito tipificado é do art. 124, CP. Somente teria aplicabilidade o art. 128, II, CP, caso Maria tivesse realizado um registro de ocorrência. *Alternativa B.*

5656. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Após ter ciência da gravidez de sua namorada Silmara, Nicanor convence a gestante a abortar, orientando-a a procurar uma clínica clandestina. Durante o procedimento abortivo, praticado pelo médico Horácio, Silmara sofre grave lesão, decorrente da imperícia do profissional, perdendo, pois, sua capacidade reprodutiva. Nesse contexto, considerando que a intervenção cirúrgica não era justificada pelo risco de morte para a gestante ou em virtude de estupro prévio, Silmara, Nicanor e Horácio responderão, respectivamente, pelos crimes de:

(A) consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); e aborto praticado por terceiro com consentimento, em concurso de crimes com o delito de lesão corporal qualificada (artigo 126 c/c artigo 129, § 2º, III, ambos do CP).

(B) consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado (artigo 126 c/c artigo 127, ambos do CP); e aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado (artigo 126 c/c artigo 127, ambos do CP).

(C) consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); e aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado (artigo 126 c/c artigo 127, ambos do CP).

(D) autoaborto (artigo 124, 1ª parte, CP); aborto praticado por terceiro com consentimento, em concurso de crimes com o delito de lesão corporal qualificada (artigo 126 c/c artigo 129, § 2º, III,

ambos do CP); e aborto praticado por terceiro com consentimento, em concurso de crimes com o delito de lesão corporal qualificada (artigo 126 c/c artigo 129, § 2º, III, ambos do CP).

(E) autoaborto (artigo 124, 1ª parte, CP); aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado (artigo 126 c/c artigo 127, ambos do CP); e aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado (artigo 126 c/c artigo 127, ambos do CP).

RESPOSTA Questão autoexplicativa. *Alternativa C.*

5657. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Osvaldo, desejando matar, disparou seu revólver contra Arnaldo, que, em razão do susto, desmaiou.Osvaldo, acreditando piamente que Arnaldo estava morto, colocou-o em uma cova rasa que já havia cavado, enterrando-o, vindo a vítima a efetivamente morrer, em face da asfixia. Assim, Osvaldo praticou:

(A) homicídio qualificado pela asfixia e homicídio culposo, bem como ocultação de cadáver.

(B) homicídio qualificado pela asfixia e ocultação de cadáver.

(C) homicídio simples e ocultação de cadáver.

(D) homicídio culposo.

(E) homicídio simples.

RESPOSTA Art. 121, *caput*, CP – dolo geral, modalidade em que o agente, supondo haver atingido o resultado, pratica outra ação e só então, em virtude desta, acontece o evento. *Alternativa E.*

5658. **(Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS)** Sobre crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta.

(A) O cometimento do crime de homicídio impelido por motivo de relevante valor social enseja redução de pena, enquanto que o seu cometimento por motivo de relevante valor moral, não possui qualquer consequência jurídica.

(B) Uma paciente, em estado puerperal, logo após o parto, sufoca seu próprio filho, em coautoria com a enfermeira do hospital, ocasionando-lhe a morte; considerando que a enfermeira não era mãe da vítima, não poderá ser responsabilizada pelo delito de infanticídio.

(C) O concurso de pessoas é circunstância que qualifica tanto o crime de furto (art. 155 do CP) como o crime de roubo (art. 157 do CP).

(D) No crime de roubo, o emprego de arma de brinquedo para intimidar a vítima autoriza o aumento da pena.

(E) De acordo com entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, há crime de latrocínio quando o homicídio se consuma, ainda que o agente não realize a subtração de bens da vítima.

RESPOSTA (A) Trata-se da figura do homicídio privilegiado, com previsão no art. 121, § 1º, CP. Tanto o relevante valor social, como o relavente valor moral fazem parte das situações que permitem a diminuição da pena entre 1/6 a 1/3. Também é privilegiado o homicídio quando praticado sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima. (B) De acordo com o art. 30, CP, “não se comunicam as circunstâncias ou qualidades de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime”. Dessa forma, sendo o estado puerperal elementar do crime de infanticídio, tal característica deve também se estender à coautora. (C) Enquanto, no furto, o concurso de pessoas é uma qualificadora (art. 155, § 4º, IV, CP), no crime de roubo, trata-se de uma majorante (art. 157, § 2º, II, CP). (D) A majorante do emprego de arma só se aplica se arma for verdadeira, pois só dessa forma existe o perigo de lesão ao bem jurídico vida, além, é claro, do patrimônio. (E) É o que estabelece a Súmula 610, STF. *Alternativa E.*

5659. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Um domingo, ao chegar em casa vindo do jogo de futebol a que fora assistir, Tício encontra sua esposa Calpúrnia traindo-o com seu melhor amigo, Mévio. No mesmo instante, Tício saca sua arma e dispara um tiro na cabeça de Calpúrnia e outro na

cabeça de Mévio. Embora pudesse fazer outros disparos, Tício guarda a arma. Ato contínuo, apercebendo-se da besteira que fizera, coloca os amantes em seu carro e parte em disparada para um hospital. O trabalho dos médicos é extremamente bem-sucedido, retirando a bala da cabeça dos amantes sem que ambos tivessem qualquer espécie de sequela. Aliás, não fosse a imediata atuação de Tício, Calpúrnia e Mévio teriam morrido. Com efeito, quinze dias depois, ambos já retornaram às suas atividades profissionais habituais. A partir do texto, assinale a alternativa que indique o crime praticado por Tício.

(A) Lesão corporal leve.
(B) Lesão corporal grave.
(C) Tentativa de homicídio.
(D) Tício não praticou crime.
(E) Exercício arbitrário das próprias razões.

RESPOSTA (A) As lesões provocadas, por colocarem em risco a vida das vítimas, são de natureza grave. (B) Ele provoca lesões graves, por colocar em risco a vida das vítimas, e como seu arrependimento é eficaz (art. 15, CP), responderá pelos atos já praticados que consistirem em crime. (C) Se aplica ao caso o instituto do arrependimento eficaz (art. 15, CP). (D) Praticou crime de lesões corporais de natureza grave. (E) Art. 345, CP; a pretensão tem que ser legítima. *Alternativa B.*

5660. **(Procurador – PGE-MG – 2006)** Maria da Graça, com o intuito de prejudicar seu marido, uma vez que tinha a intenção de afastá-lo de casa, valendo-se da nova legislação penal que protege a mulher, Lei Maria da Penha, registra ocorrência policial imputando ao marido crime de lesões corporais de que o sabe inocente, já que, verdadeiramente, este jamais lhe agrediu. Assinale a alternativa correta.

(A) Responde por comunicação falsa de crime prevista no art. 340 do CP.
(B) Responde por denunciação caluniosa prevista no art. 339 do CP.
(C) Responde por fraude processual prevista no art. 347 do CP.
(D) Responde pelo delito de falsidade ideológica previsto no art. 299 do CP.

RESPOSTA Art. 339, CP. *Alternativa B.*

5661. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** O homicídio é qualificado pela conexão quando é cometido

(A) mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.
(B) por motivo fútil.
(C) com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.
(D) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.
(E) para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

RESPOSTA Art. 121, § 2º, V, CP. Qualificado pela conexão: Trata-se do homicídio qualificado pela conexão com outro crime. Conexão é o liame objetivo ou subjetivo que liga dois ou mais crimes. *Alternativa E.*

5662. **(Procurador – MP-SP – 2011)** Aquele que encoraja a gestante a praticar um aborto, acompanhando-a à clínica médica, mas sem participar fisicamente das manobras abortivas, responde por:

(A) participação em aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante.

(B) participação na modalidade própria do aborto consensual ou consentido.
(C) participação na modalidade própria do chamado autoaborto.
(D) participação no aborto qualificado, desde que a vítima venha a sofrer lesão grave ou morte.
(E) participação em aborto provocado por terceiro, sem o consentimento da gestante.

RESPOSTA (A) O aborto provocado por terceiro é elemento do tipo penal e o dissenso da gestante é o elemento essencial à configuração do delito (art. 125, CP). (B) Art. 126, CP. (C) O terceiro que participa do crime do art. 124, CP, deve praticar atos executórios. (D) A participação no crime de aborto é admitida sem que seja necessária a ocorrência de crime mais grave; o aborto qualificado. (E) Houve o consentimento da gestante, portanto é o tipo referente ao art. 126, CP. *Alternativa B.*

5663. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Josenaldo, com *animus necandi*, adquiriu uma arma de fogo e com ela se dirigiu até a residência de Petrolino, seu desafeto. Sucede que, quando se encontrava junto ao portão da respectiva residência, um bloco de concreto se desprendeu da parte superior do quarto onde se encontrava Petrolino, causando-lhe a morte por traumatismo craniano. Em decorrência, e tendo em vista o evento morte, a solução correta é:

(A) subsumir a conduta de Josenaldo no crime de homicídio consumado, sob a modalidade de dolo eventual.
(B) enquadrar a conduta de Josenaldo no crime de homicídio culposo.
(C) excluir a responsabilidade de Josenaldo pelo crime de homicídio: seja doloso ou culposo.
(D) subsumir a conduta de Josenaldo no crime de homicídio tentado, já que presente causa superveniente relativamente independente.
(E) enquadrar a conduta de Josenaldo no crime de homicídio consumado (dolo direto), tendo em vista o *animus* subjetivo ou elemento volitivo dirigido à produção do resultado morte.

RESPOSTA (A) Josenaldo não chegou sequer a praticar os atos executórios referentes ao homicídio, portanto não há nexo causal entre a conduta e o resultado. (B) Item anterior. (C) Não houve início dos atos executórios, portanto, não há que se falar em punição, sequer a título de tentativa. (D) Não houve ação punível. (E) Itens anteriores – incorreto. *Alternativa C.*

IX. Dos Crimes contra o Patrimônio

5664. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente aos crimes contra o patrimônio, analise as afirmativas a seguir:

I. No crime de furto, se o criminoso é primário, e a coisa furtada é de pequeno valor, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção.
II. Considera-se qualificado o dano praticado com violência à pessoa ou grave ameaça, com emprego de substância inflamável ou explosiva (se o fato não constitui crime mais grave), contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista ou ainda por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima.
III. É isento de pena quem comete qualquer dos crimes contra o patrimônio em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal, desde que não haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa ou que a vítima não seja idosa nos termos da Lei 10.741/2003.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 155, § 2º, CP. (II) Art. 163, I, II, III, IV, CP. (III) Art. 181, I, c/c art. 183, I, ambos do CP. *Alternativa E.*

5665. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** A respeito dos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.

(A) Pratica apropriação indébita, e não furto, quem preenche e desconta cheques que lhe tenham sido confiados para pagamento a terceiros, apropriando-se das quantias correspondentes.
(B) O crime de extorsão mediante restrição da liberdade da vítima possui o mesmo elemento subjetivo do crime de extorsão mediante sequestro.
(C) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta o prosseguimento da ação penal.
(D) Aquele que exige ou recebe, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro, comete o crime de extorsão.
(E) Há estelionato, e não furto mediante fraude, na conduta do agente que subtrai veículo posto à venda, mediante solicitação ardil de teste experimental ou mediante artifício que leve a vítima a descer do carro.

RESPOSTA O entendimento deste Superior Tribunal de que a quitação do débito antes do oferecimento da denúncia exclui a justa causa para a ação penal, ante a extinção da punibilidade. *Alternativa C.*

5666. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Sobre os crimes contra o patrimônio, é CORRETO afirmar:

(A) as escusas absolutórias previstas nos delitos contra o patrimônio constituem causas de isenção de pena e se comunicam no concurso de agentes.
(B) não se admite a figura da delação premiada nos crimes contra o patrimônio.
(C) o furto de uso, que se caracteriza pela subtração da coisa fungível apenas para usufruí-la momentaneamente, é fato atípico, havendo a necessidade que o agente efetue a devolução da coisa.
(D) o possuidor da coisa não pode ser sujeito ativo do crime de furto, uma vez que se encontra na posse da coisa ou exerce algum direito inerente à propriedade.

RESPOSTA (A) Art. 181, CP; mas não se comunicam no concurso de agentes. (B) Art. 159, § 4º, CP. (C) Os objetos consumíveis não são passíveis de furto de uso, uma vez que, havendo o assenhoramento daquela coisa, não é mais possível a sua substituição. (D) Não existe furto de coisa própria, pois o legislador fala em subtração de coisa alheia móvel. Caso não seja o proprietário da coisa, responde por apropriação indébita. *Alternativa D.*

5667. **(Delegado – PC-CE – 2006 – UECE)** Marque a opção verdadeira.

(A) Segundo a jurisprudência do STJ, o uso de arma de brinquedo é equiparado ao uso de arma de fogo, qualificando o crime de roubo.
(B) A extorsão mediante sequestro é crime de natureza permanente e sendo crime contra o patrimônio tem sua consumação quando o valor do resgate é efetivamente pago, pois é nesse momento que ocorre o concreto dano ao patrimônio.
(C) A ação penal nos crimes contra o patrimônio é sempre pública, já que o objeto jurídico tutelado é o valor coletivo e não os bens particulares. A ação penal neste caso poderá ser incondicionada ou condicionada à representação.
(D) De acordo com a doutrina pátria, para a caracterização do crime de apropriação indébita o agente deve agir inicialmente com boa-fé sobre a coisa, passando a deter o *animus* de inverter a condição de propriedade sobre a coisa após detê-la em seu poder, passando a praticar atos típicos de

proprietário.

RESPOSTA (A) Penal. *Habeas corpus*. Roubo circunstanciado. Emprego de arma de fogo desmuniciada. Ausência de potencial ofensivo. Não incidência da causa de aumento da pena. Art. 157, § 2º, *i*, CP. Regime de cumprimento de pena. Réu reincidente. Pena superior a 4 anos. Art. 33, § 2º, *a*, do Código Penal. Regime inicial fechado. Súmula 269 do STF. Inaplicabilidade. Ordem parcialmente concedida. (B) A extorção se consuma com o simples constranger a vítima com o intuito de obter a indevida vantagem econômica. Não se faz necessário o prejuízo patrimonial, que é apenas exaurimento do crime. (C) O bem jurídico tutelado nos crimes previstos nos arts. 155 a 180 do Código Penal brasileiro é o patrimônio. O patrimônio, em conceito jurídico comumente apresentado, conforme a perspectiva civilista, é o conjunto de relações jurídicas de uma pessoa, economicamente apreciáveis, compreendendo tanto o seu lado ativo quanto o seu lado passivo. A ação será sempre pública incondicionada. (D) A posse legítima de coisa alheia móvel, porém vindo o agente a se comportar como dono da coisa. Essa inversão pode ser pela retenção: o agente demonstra o ânimo de não devolver; pela disposição da coisa: pelo consumo próprio indevido. *Alternativa D.*

5668. (Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP) Assinale a alternativa que apresenta corretamente a diferença entre o crime de roubo e o crime de furto qualificado.

(A) Ambos são crimes contra o patrimônio, todavia, no caso do furto a ação penal está condicionada à representação do ofendido.

(B) O proprietário ou o possuidor da *res furtiva* no crime de furto não tem conhecimento imediato de que está sendo subtraído, enquanto que no crime de roubo, a vítima sempre terá conhecimento imediato da prática do crime.

(C) O primeiro é crime contra o patrimônio, e o segundo crime, contra a pessoa.

(D) No roubo a violência é praticada contra a pessoa, enquanto no furto qualificado ela é praticada contra a coisa.

(E) O objeto material do roubo é o patrimônio e a pessoa, enquanto que do furto é somente a pessoa.

RESPOSTA De acordo com o art. 155, § 4º, I, CP, cometerá crime de furto qualificado aquele que subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa. Por outro lado, o art. 157, *caput*, CP, dispõe que cometerá crime de roubo aquele que subtrair coisa alheia móvel, mediante violência, grave ameaça ou depois de haver, por qualquer meio, reduzido a vítima à incapacidade de resistência. Sendo assim, podemos perceber claramente que a violência do furto qualificado foi empregada contra a coisa, enquanto a violência do roubo foi empregada contra a própria vítima. *Alternativa D.*

5669. (Advogado – EBAL – 2010 – CEFETBA) Analise as seguintes assertivas acerca dos crimes contra o patrimônio:

I. A emissão de cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado é causa de aumento de pena do delito de estelionato.

II. O agente que comete o delito de furto contra o cônjuge, de cinquenta e cinco anos, na constância do casamento, é isento de pena.

III. Não há possibilidade de punição em relação ao delito de receptação por imprudência ou negligência.

IV. No crime de roubo, a ocorrência do aumento de pena por concurso de pessoas exige a participação de, ao menos, quatro agentes, ainda que três deles menores de dezoito anos.

V. A pena base do roubo próprio é idêntica ao do roubo impróprio.

Estão corretas as assertivas:

(A) I e III.

(B) I e V.

(C) II e IV.

(D) II e V.

(E) III e IV.

RESPOSTA (I) Não há essa previsão em lei. (II) Art. 181, I, CP. (III) Art. 180, § 4º, CP. (IV) Para configurar o concurso de pessoa, basta constar 2 ou mais pessoas (art. 29, CP). (V) Art. 157, CP. *Alternativa D.*

5670. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Assinale a alternativa correta:

(A) O crime de falsificação de documento público (art. 297 do CP) é crime próprio, uma vez que somente pode ser praticado por funcionário público.

(B) No estelionato (art. 171 do CP), é indispensável que a vítima sofra prejuízo patrimonial.

(C) O particular que sozinho subtrai o computador de uma escola pública pratica peculato (art. 312 do CP).

(D) Na apropriação indébita (art. 168 do CP) é necessário que o sujeito ativo tenha, inicialmente, a posse ilícita da coisa.

(E) Pratica denunciação caluniosa (art. 339 do CP) quem dá causa à instauração de investigação policial contra alguém, supondo que tal pessoa seja autora de determinado crime, se ao final se apurar que tal pessoa era inocente.

RESPOSTA (A) É crime comum quanto ao sujeito ativo. (B) O recebimento de vantagem pelo sujeito ativo é elemento normativo do tipo penal, portanto, necessária a sua consumação. (C) O peculato é crime próprio de funcionário público. (D) É necessário que o sujeito tenha posse mediata da coisa. (E) Se subsiste a dúvida de que a pessoa pode ser sujeito ativo de um crime, não há o crime de denunciação caluniosa. *Alternativa B.*

5671. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** Raskolnikov subtraiu seis vales-transporte (R$ 13,50), para si, mediante grave ameaça exercida com arma de brinquedo. Penalmente, a conduta de Raskolnikov configura

(A) crime de roubo.

(B) fato típico não punível pelo princípio da insignificância.

(C) fato atípico pelo princípio da proporcionalidade penal.

(D) crime de estelionato.

(E) crime de furto mediante fraude.

RESPOSTA Art. 157, CP. *Alternativa A.*

5672. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** Fulano de Tal falsificou a assinatura em um cheque e utilizou-o na compra de um rádio. Posteriormente, descoberta a fraude, Fulano de Tal deverá responder pelo(s) crime(s) de:

(A) estelionato em concurso com falsificação de documento.

(B) estelionato em concurso com uso de documento falso.

(C) estelionato em concurso com falsificação e uso de documento falso.

(D) exclusivamente estelionato.

(E) furto mediante fraude.

RESPOSTA Art. 171, CP. O crime de falsificação e uso de documento falso é meio para o fim estelionato. *Alternativa D.*

5673. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Helen, escriturária da sociedade empresária Ipilinha S/A., ao elaborar a folha de pagamento dos funcionários, atribuiu, por equívoco, a Sérgio, chefe do departamento pessoal, o salário líquido de R$ 6.000,00 (seis mil reais), quando a importância correta seria de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Percebendo o erro que em muito o favorecia, Sérgio encaminhou

a aludida folha de pagamento, após aprová-la, ao Banco Ching Ching S/A., agência Castelo. No dia seguinte, já efetuado o crédito em sua conta corrente, Sérgio sacou do Banco a quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais) em espécie. Diante da situação hipotética apresentada, é correto afirmar que:

(A) Helen cometeu apropriação indébita culposa e Sérgio praticou a propriação indébita de coisa havida por erro;
(B) Sérgio praticou estelionato e Helen cometeu apropriação indébita culposa;
(C) Sérgio praticou furto qualificado pela fraude e Helen não cometeu crime (fato atípico);
(D) Helen não cometeu crime (fato atípico) e Sérgio cometeu apropriação indébita de coisa havida por erro;
(E) Sérgio cometeu estelionato e Helen não cometeu crime (fato atípico).

RESPOSTA Sergio: Art. 171, CP. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento. Helen: Sua conduta não tem tipificação penal, portanto, fato atípico. *Alternativa E.*

5674. (Promotor – MP-RS – 2009) Fugêncio comete um crime de furto. Na sequência, dirige-se até a casa de seu pai Genilvado, comunicando, nesse momento, o fato ilícito praticado, permanecendo depois e sob a orientação de Genilvado, no interior daquela residência. O genitor, então, verificando a presença de viatura policial nas imediações, informa falsamente aos milicianos envolvidos na operação de captura que o agente criminoso não passou pelo local, confundindo, assim, a diligência empreendida. Nessa conformidade, deverá o pai do larápio ser enquadrado e receber a pena correspondente ao crime de:

(A) favorecimento pessoal.
(B) favorecimento real.
(C) favorecimento pessoal privilegiado.
(D) furto qualificado (concurso de agentes).
(E) nenhuma das respostas.

RESPOSTA (A), (B), (C) Nesse caso, uma causa de isenção de pena, nos termos do art. 348, § 2º, CP. (D) Genivaldo não é coautor ou partícipe do furto porque ele não prestou auxílio nas fases de cogitação, preparação ou execução do crime. Ele apenas interviu no momento em que o crime de furto já estava consumado. *Alternativa E.*

5675. (Promotor – MP-RS – 2009) Xenóbio, com o propósito de subtrair um automóvel, convidou Terto para auxiliá-lo no empreendimento subtrativo, declinando a Terto, inclusive, que a investida seria facilitada por conta de uma arma de fogo que pretendia utilizar na empreitada deletéria. Após Terto anuir com a proposta, dirigiram-se até um parque, ensejo em que abordaram um casal que estava no interior de um veículo. Nessa conjuntura, enquanto Xenóbio, com um revólver calibre 38, devidamente municiado, abordou o motorista e proprietário do respectivo veículo, exigindo a entrega daquele automóvel, o assecla Terto ficou ao lado da passageira, controlando-a, verbalizando, ainda, que, caso houvesse reação, tiros seriam efetuados. Em seguida, e depois de intimidadas as vítimas, fugiram os malfeitores na posse do respectivo veículo, levando, ainda, um moletom da respectiva passageira (não recuperado). Cinco minutos depois, as vítimas encontraram aleatoriamente uma viatura da Brigada Militar, comunicando o fato. Os milicianos, então, deram início à atividade persecutória, encontrando os agentes delituosos cerca de 3 (três) minutos depois da comunicação recebida, os quais foram pilhados bebendo num bar, estando o veículo subtraído, ainda, próximo a esse estabelecimento, porém, já sem o rádio, o qual não foi mais localizado. Nesse caso, tendo em vista que a arma, submetida à perícia, apresentou potencialidade lesiva, e considerada a teoria da

amotio ou *apprehensio* deverão os agentes ser enquadrados (para fins de denúncia) e responder:

(A) ambos pelo crime de roubo consumado, majorado pelo emprego de arma e concurso de agentes.
(B) ambos pelo crime de roubo consumado, majorado, unicamente, pelo concurso de agentes, máxime porque não realizado nenhum disparo com a arma respectiva.
(C) Xenóbio pelo crime de roubo consumado, majorado pelo emprego de arma e concurso de agentes; e Terto pelo crime de roubo consumado, majorado, unicamente, pelo concurso de agentes.
(D) ambos pelo crime de roubo tentado, majorado pelo emprego de arma e concurso de agentes.
(E) Xenóbio pelo crime de roubo tentado, majorado pelo emprego de arma e concurso de agentes; e Terto pelo crime de roubo tentado, majorado, unicamente, pelo concurso de agentes.

RESPOSTA (A) Art. 157, § 2º, I, CP. (B) Basta o porte de armas para restar presente a majorante. (C) O uso de arma de fogo, quando anuída pelos dois, é comunicável para aplicação de pena. (D) O roubo foi consumado, uma vez que foi subtraída coisa alheia, móvel, mesmo que posteriormente tenha sido apreendida. (E) O crime de roubo foi consumado. *Vide* item anterior. *Alternativa A.*

5676. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) No crime de ameaça, os meios que a lei enumera para anúncio do mal injusto intimidativo não abrangem as formas mímica e simbólica, mas só a oral e a escrita.
(B) O estelionato é crime formal, que se consuma independentemente da efetiva obtenção da vantagem ilícita, bastando à sua consumação o emprego de artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.
(C) Dá-se uma das figuras qualificadas do crime de extorsão mediante sequestro se este dura mais de vinte e quatro horas, se o sequestrado é menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha.
(D) Quem emprega violência contra a pessoa, ou grave ameaça, só depois de subtraída a coisa e apenas com o fim de assegurar a impunidade do crime ou a pacífica detenção da coisa para si ou para terceiro, não incide na pena do crime do roubo.
(E) A nossa lei penal não caracteriza como crime a subtração da coisa comum, a quem legitimamente a detenha, quando praticada pelo condômino, coerdeiro ou sócio.

RESPOSTA (A) Conforme o rol estabelecido no art. 147, *caput*, Código Penal, a ameaça pode se exteriorizar por meio de palavras, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico. (B) O estelionato é crime material, que se tem por consumado quando o agente consegue obter a vantagem ilícita em prejuízo da vítima. (C) Conforme dispõe o art. 159, § 1º, Código Penal. (D) A conduta narrada na questão é classificada como roubo impróprio e está prevista no art. 157, § 1º, Código Penal. (E) O tipo penal do furto de coisa comum está previsto no art. 156, Código Penal. *Alternativa C.*

5677. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** Um exemplo de crime complexo em sentido estrito é o de:

(A) corrupção ativa.
(B) homicídio simples.
(C) denunciação caluniosa.
(D) extorsão mediante sequestro.

RESPOSTA Crime complexo é aquele que atinge vários bens jurídicos penalmente tutelados (direitos ou interesses individuais ou sociais de extrema relevância, por isso penalmente protegidos, já que o Direito Penal é a *ultima ratio*); é a fusão de vários crimes contidos num mesmo tipo penal. Extorsão + sequestro. *Alternativa D.*

5678. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Portando ilegalmente, exclusivamente para aquela ação, uma arma de fogo de calibre permitido, Norberto constrange um transeunte e, mediante

grave ameaça, subtrai para si os seus pertences. Nesse contexto, afirma-se que:

(A) o autor responde somente pelo crime de roubo, não pelo de porte de arma de fogo, pois a pena do crime patrimonial já engloba a reprovabilidade do delito previsto na lei especial, consequência da unidade fática entre ambos, aplicando-se o princípio da consunção.

(B) há apenas crime de roubo, solucionando-se o caso pelo princípio da especialidade, pois o delito patrimonial, ao estabelecer a grave ameaça como meio executório, insere o porte de arma em sua estrutura típica, acrescido de elementos especializantes.

(C) será o porte de arma absorvido pelo crime de roubo em virtude da substituição do dolo, característica da progressão criminosa, que determina o reconhecimento do conflito aparente de normas.

(D) aplica-se ao caso o princípio da subsidiariedade, pois nas condutas há diferentes graus de lesão à mesma objetividade jurídica, em uma relação de continente e conteúdo.

(E) tutelando bens jurídicos distintos, as normas penais referentes aos crimes de porte de arma de fogo e roubo figurarão em concurso material de delitos, aplicando-se ao caso o sistema do cúmulo material das penas.

RESPOSTA Questão autoexplicativa. *Alternativa A.*

5679. **(Advogado – COREN-GO – 2010 – UFG)** O sujeito "A", com dolo de furtar, entrou clandestinamente na casa de "B". Lá dentro, todavia, acometido de um profundo arrependimento, decidiu, por contra própria, ir embora, sem nada subtrair do interior da residência. Nesse caso, houve

(A) crime de furto consumado.

(B) crime de furto tentado.

(C) crime de violação de domicílio.

(D) fato atípico.

RESPOSTA (A) Não houve subtração de coisa alheia móvel, art. 155, CP. (B) Aplica-se, nesse caso, o instituto da desistência voluntária (art. 15, CP). Nesse caso, ele só responde pelas ações já praticadas, se configurarem crime, por mais que o dolo dele seja com relação ao furto. (C) Art. 150, CP. Nesse caso, nos termos do art. 15, CP, o agente só responde pelo que já havia cometido, se consistir crime. Houve, portanto, violação de domicílio (art. 150, CP). (D) Não é fato atípico porque a conduta de "entrar clandestinamente na casa", amolda-se ao tipo penal do art. 150, CP, violação de domicílio. *Alternativa C.*

X. Dos Crimes contra a Honra

5680. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) São requisitos do tipo, no crime de falsidade ideológica: 1) alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante; 2) imitação da verdade; 3) potencialidade do dano; 4) dolo.

(B) O uso de documento falso não é crime formal e sua caracterização depende da ocorrência de um resultado naturalístico específico e determinado.

(C) A persecução do crime de "abuso de autoridade" somente se procede mediante queixa do ofendido.

(D) Não é punível a calúnia contra os mortos.

(E) A exceção da verdade, nos crimes contra a honra, é cabível, indistintamente, tanto na calúnia, quanto na injúria e na difamação.

RESPOSTA (A) Falsidade ideológica tipificada no art. 299, Código Penal. (B) A jurisprudência é remansosa em avisar que o delito de uso de documento falso é de natureza formal, consumando-se no exato momento da apresentação do documento ilícito, independentemente do resultado naturalístico, razão pela qual inexiste na forma tentada (ACR 199801000233497/DF, Rel. Des. Eliana Calmon, decisão unânime da 4ª Turma, em 29 de junho de 1999, publicada no *DJ* de 20 de agosto de 1999, p. 349;

TRF-3ª Região, ACR 95030662036/SP, Rel. Des. Célio Benevides, decisão unânime da 2ª Turma, em 19 de novembro de 1996, publicada no *DJ* de 5 de fevereiro de 1997, p. 5.136). (C) Trata-se de crime cuja ação penal é pública, mediante representação do ofendido, conforme dispõe a Lei n. 4.898/65, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade. (D) Conforme o art. 138, § 2º, é punível a calúnia contra os mortos. (E) Só existe previsão legal para a exceção da verdade nos crimes de calúnia (art. 138, § 3º, CP) e difamação (art. 139, parágrafo único, CP). *Alternativa A.*

5681. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Assinale a proposição **incorreta:**

(A) É punível a calúnia contra os mortos.

(B) No delito de difamação, a exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

(C) A ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador, não constitui injúria ou difamação punível.

(D) A legislação penal admite a retratação nos crimes de calúnia e difamação.

(E) A injúria preconceituosa confunde-se com o crime de racismo.

RESPOSTA (A) Conforme dispõe o art. 138, § 2º, CP. (B) Conforme dispõe o art. 139, parágrafo único, CP. (C) Conforme dispõe o art. 142, I, CP. (D) Conforme dispõe o art. 143, CP. (E) O tipo de injúria preconceituosa, prevista no § 3º do art. 140, Código Penal, não se confunde com o crime de racismo, tipificado na Lei n. 7.716/89. *Alternativa E.*

5682. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Das proposições abaixo, indique a alternativa que está correta.

(A) No crime de difamação o objeto jurídico tutelado é a honra subjetiva, o sentimento pessoal em relação ao decoro ou dignidade.

(B) No crime de calúnia há imputação de fato ofensivo à reputação da vítima.

(C) Nos crimes de calúnia e difamação não se admite a retratação antes da sentença.

(D) No crime de difamação a exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

(E) Não é punível a calúnia contra os mortos uma vez que o tipo penal tem por objetividade jurídica a tutela da honra objetiva da pessoa.

RESPOSTA (A) O objeto juridicamente tutelado no tipo de difamação é a honra objetiva, visualizada por meio da reputação da vítima no seu meio social. (B) No crime de calúnia há imputação falsa de prática de fato definido como crime, conforme dispõe o *caput* do art. 138, CP. (C) De acordo com o art. 143, CP, é admissível a retratação para os crimes de calúnia e difamação, antes da sentença, isentando o agente de pena. (D) Conforme prevê o art. 139, parágrafo único, CP. (E) Há previsão legal de punição para calúnia contra os mortos, conforme dispõe o art. 138, § 2º, CP. *Alternativa D.*

5683. **(Procurador – MPT – 2008)** O ato lesivo da honra, ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal constitui:

(A) abuso de autoridade;

(B) crime previsto no Código Penal contra a honra e contra o patrimônio;

(C) crime contra o patrimônio;

(D) injúria;

(E) não respondida.

RESPOSTA Art. 4º, *h*, Lei n. 4.898/65. *Alternativa A.*

5684. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Acerca dos crimes contra a honra, assinale a alternativa correta.

(A) Nos crimes de calúnia e difamação, não se admite a retratação.

(B) A exceção da verdade, no crime de calúnia, é admitida se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível.
(C) É impunível a calúnia contra os mortos.
(D) No delito de injúria, o juiz poderá deixar de aplicar a pena se o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria.
(E) Caso um advogado, na discussão da causa durante uma audiência, acuse o juiz de prevaricação, o crime de calúnia estará amparado pela imunidade judiciária.

RESPOSTA (A) Art. 143, CP. (B) Art. 139, parágrafo único, CP. (C) Art. 138, § 2º, CP. (D) Art. 140, § 1º, I, CP. (E) A cláusula de imunidade judiciária prevista no art. 142, I, Código Penal, relacionada à prática da advocacia, reveste-se da maior relevância, ao assegurar, ao advogado, a inviolabilidade por manifestações que haja exteriorizado no exercício da profissão, ainda que a suposta ofensa tenha sido proferida contra magistrado, desde que observado vínculo de pertinente causalidade com o contexto em que se desenvolveu determinado litígio. *Alternativa D.*

5685. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** Admite exceção da verdade o crime de

(A) calúnia, se o fato é imputado a presidente da república;
(B) injúria, independentemente de qualquer requisito;
(C) difamação, se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções;
(D) difamação, independentemente de qualquer requisito;
(E) calúnia, independentemente de qualquer requisito.

RESPOSTA Exceção da verdade – Faculdade jurídica reconhecida a uma pessoa para demonstrar que o fato imputado a outrem é verídico. É admitida, como regra, na hipótese de calúnia e, como exceção, no caso da difamação. No primeiro caso não é admissível em algumas hipóteses. Na hipótese de difamação somente é autorizada se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções. *Alternativa C.*

5686. **(Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH)** Sobre o crime de assédio sexual, tipificado no art. 216-A do Código Penal, analise as seguintes assertivas.

I. Para a configuração do delito, é imprescindível que o agente ostente a condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes, ao exercício de emprego, cargo ou função.
II. Na hipótese em que o agente nutre sincera paixão pela vítima do assédio, e por isso pratica os atos de constrangimento para obter favores sexuais, manifesta-se causa excludente de culpabilidade.
III. Em termos de classificação, o delito é próprio, o bem jurídico tutelado é a liberdade sexual, a forma é livre e é crime material, pois a consumação ocorre somente com a obtenção do favor sexual.
IV. O sujeito ativo do crime pode ser tanto homem quanto mulher, desde que tenha a condição de superior(a) hierárquico(a) ou ascendência sobre a vítima. Por isso, o assédio sexual pode manifestar-se também, nas relações domésticas provenientes de coabitação e hospitalidade.

É correto o que se afirma em

(A) apenas III;
(B) apenas II e III;
(C) apenas I e IV;
(D) apenas I;
(E) nenhuma das assertivas.

RESPOSTA (I) Assédio sexual é um tipo de coerção de caráter sexual praticada geralmente por uma pessoa em posição hierárquica superior em relação a um subordinado. (II) Sem previsão legal. (III) Trata-se de crime próprio. Além disso, é formal: o tipo descreve a conduta e o resultado visado pelo sujeito, mas não o exige. (IV) Coabitação e hospitalidade não ensejam o crime, tendo em vista que inexiste relacionamento referente a cargo, emprego ou função. *Alternativa D.*

5687. **(Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP)** "X", dolosamente, imputa a "Z", prefeito da cidade "Y", fato ofensivo a sua reputação, dizendo, entre outras coisas, ser ele um tremendo sedutor de mulheres casadas. Neste caso, "X" pratica o crime de

(A) calúnia, admitindo-se a exceção da verdade.
(B) calúnia, não se admitindo a exceção da verdade.
(C) difamação, admitindo-se a exceção da verdade.
(D) difamação, não se admitindo a exceção da verdade.
(E) injúria, não se admitindo a exceção da verdade.

RESPOSTA A calúnia ocorre quando o agente imputa a alguém um fato definido como crime (deve ser mentira). Já a difamação ocorre quando o agente imputa a alguém um fato ofensivo à sua reputação (tanto faz ser mentira ou verdade). Por outro lado, a injúria não consiste na imputação de nenhum fato, e sim na emissão de uma opinião ofensiva (tanto faz ser mentira ou verdade). Cabe ressaltar que "X" imputou, dolosamente, um fato ofensivo à reputação de "Z", o que consiste no crime de difamação, independente de tal fato ser falso ou verdadeiro. Ademais, o art. 139, parágrafo único, dispõe que a exceção da verdade somente se admite na difamação se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções, o que não se aplica ao caso concreto. *Alternativa D.*

5688. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Na lista negra do crime organizado do Rio de Janeiro, esperava-se que Caio fosse assassinado a qualquer momento. Por essa razão, recolhia-se cedo diariamente. Felisbela, sua esposa, sofria intensamente com a possibilidade de Caio ser morto pelos criminosos. Tanto que ficou apavorada ao distinguir, naquela noite de 02 de agosto de 2011, um vulto que crescia, passo firme, em direção à sua casa. Nem refletiu a temerosa mulher, desesperadamente convencida de que aquele homem, chapéu sobre os olhos, uma capa preta, enorme, a cobrir-lhe o corpo e a carabina 44 nas mãos, seria o algoz de seu consorte. Correu ao seu encontro, e disse-lhe: "Meu marido, não! Deixe-o em paz! Prometa que não o matará! Faça de mim o que quiser!" – Dizia isto agarrando-se ao homem, num abraço convulso, abandonando-se a ele, que ali mesmo com ele praticou o coito anal, sem ritos, sem cerimônia. Após referido ato libidinoso, o estranho arranjou-se, fitou Felisbela bem nos olhos e, com acanhados agradecimentos, deixou-lhe a carabina, então desmuniciada, que Caio lhe havia emprestado para caçar. O crime (se houve) praticado pelo homem da capa preta em face de Felisbela foi:

(A) estupro de vulnerável por impossibilidade de resistência da vítima;
(B) violação sexual mediante fraude;
(C) estupro;
(D) atentado violento ao pudor mediante fraude;
(E) nenhum, diante da atipicidade do fato.

RESPOSTA Art. 215, CP. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima. *Alternativa B.*

5689. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Acerca dos crimes contra a dignidade sexual, com a nova redação dada pela Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009, assinale a alternativa incorreta.

(A) Nos crimes contra a dignidade sexual, não mais haverá ação penal privada.
(B) A ação será pública incondicionada se a vítima for menor de dezoito anos de idade, se estiver em situação de vulnerabilidade ou se ocorrer o resultado morte ou lesão corporal grave ou gravíssima.
(C) Configura crime de estupro constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

(D) O crime de assédio sexual caracteriza-se quando o agente, prevalecendo-se de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, constrange alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual.

(E) Se alguém der sonífero à vítima para, aproveitando-se do seu sono, manter com ela relação sexual, ele pratica o crime de estupro com violência presumida.

RESPOSTA (A) Art. 225, CP. (B) Art. 225, parágrafo único, CP. (C) Art. 213, CP. (D) Art. 216-A, CP. (E) Trata-se do crime de violação sexual mediante fraude – art. 215, CP. *Alternativa E.*

5690. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Uma jovem, ao sair da faculdade à noite, é rendida por um homem que a estupra brutalmente, proferindo-lhe várias ameaças. Aproveitando-se de uma distração do bandido e temendo por sua vida, a vítima empreende fuga correndo desesperadamente e, ao atravessar a rua, é atropelada por um veículo que passava pelo local, morrendo imediatamente. Na qualidade de Delegado de Polícia, assinale a alternativa que contempla a correta tipificação da conduta daquele que atacou a jovem.

(A) Estupro.

(B) Estupro qualificado pelo resultado morte.

(C) Homicídio e estupro em concurso formal.

(D) Homicídio e estupro em concurso material.

(E) Homicídio.

RESPOSTA Estupro. Causa absolutamente independente que por si só produziu o resultado, respondendo o autor somente pelos atos anteriormente praticados. *Alternativa A.*

5691. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Certo Juiz de Direito encaminha ofício à Delegacia de Polícia visando à instauração de inquérito policial em desfavor de determinado Advogado, porque o causídico, em uma ação penal de iniciativa privada, havia, em sede de razões de apelação, formulado protestos e críticas contra o Magistrado, alegando que este fundamentara sua sentença em argumentos puramente fantasiosos. Resta comprovado na investigação que os termos usados pelo Advogado foram duros e que tinham aptidão para ofender a honra do Magistrado, embora empregados de forma objetiva e impessoal. Assim, o Advogado:

(A) deve responder por crime de injúria.

(B) deve responder por crime de desacato.

(C) deve responder por crime de difamação.

(D) deve responder por crime de calúnia.

(E) não responde por crime algum.

RESPOSTA Art. 142, I, CP. *Alternativa E.*

XI. Crimes contra a Organização do Trabalho

5692. **(Procurador – MPT – 2009)** Leia e analise os itens abaixo:

I. É crime negar ou obstar emprego em empresa privada, punível com a pena de reclusão de dois a cinco anos, resultante de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

II. No crime de negação, sem justa causa, de emprego ou trabalho à pessoa com deficiência o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa com poder para realizar a conduta típica, desde que detenha cargo de

direção na empresa.

III. Constitui crime punível com reclusão de seis meses a um ano e multa negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho, segundo o Estatuto do Idoso.

Marque a alternativa CORRETA:

(A) todos os itens são corretos;
(B) apenas os itens I e II são corretos;
(C) apenas os itens I e III são corretos;
(D) apenas os itens II e III são corretos;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Corresponde ao previsto na Lei n. 7.716/89, que trata dos crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. No seu art. 4º, § 1º, prevê a criminalização da conduta descrita. (II) O art. 8º, Lei n. 7.853/89, não restringe ao cargo de direção em empresa, posto que não delimita o sujeito ativo da conduta. (III) Previsto na Lei n. 10.741/2003, em seu art. 100, II. *Alternativa C.*

5693. **(Procurador – MPT – 2009)** Leia e analise a hipótese abaixo:

O “gato” escolhe locais com economia estagnada e muito desemprego, promete maravilhas a quem aceitar sua oferta de trabalho em outras localidades do território nacional, pode até levar consigo trabalhadores para prestar falso testemunho e, ainda, adiantar dinheiro às famílias dos aliciados.

I. Trata-se de aliciamento de trabalhadores, praticado com dolo;

II. A pena cominada para o crime é detenção de um a três anos, e multa;

III. A pena poderá ser aumentada de um terço se a vítima for menor de dezoito anos, pessoa idosa, gestante, indígena ou pessoa com deficiência.

Marque a alternativa CORRETA:

(A) todos os itens são corretos;
(B) apenas os itens I e II são corretos;
(C) apenas os itens I e III são corretos;
(D) apenas os itens II e III são corretos;
(E) não respondida.

RESPOSTA Correspondem ao descrito no art. 207, *caput*, e § 2º, combinado com o art. 18, I, ambos do Código Penal. *Alternativa A.*

5694. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. O empregador calunia o empregado se lhe atribui falsamente a conduta de embriagar-se habitualmente ou em serviço.

II. O empregador difama o empregado se lhe atribui a conduta de embriagar-se habitualmente ou em serviço.

III. O empregador injuria o empregado se o chama de cachaceiro.

IV. O empregado calunia o empregador se lhe atribui falsamente a conduta de alterar a escrita contábil da firma para enganar o Fisco.

V. O empregado difama o empregador se o chama de sonegador.

(A) As assertivas I, II e III estão corretas.
(B) As assertivas II, III e V estão incorretas.
(C) As assertivas I, II e IV estão corretas.
(D) As assertivas II, III e IV estão corretas.

(E) As assertivas I, IV e V estão incorretas.

RESPOSTA (I) A conduta de embriagar-se habitualmente ou em serviço não é tipificada como crime, portanto, o empregador não pode cometer crime de calúnia se fizer essa afirmação. (II) O empregador que atribui ao empregado a conduta de embriagar-se habitualmente ou em serviço incorre na pena prevista no art. 139, CP, por imputar-lhe fato ofensivo a sua reputação, atingindo sua honra objetiva. (III) O empregador que chama seu empregado de cachaceiro incorre na conduta de injúria, por ofender-lhe sua honra subjetiva, sua dignidade ou decoro. (IV) Alteração de escrita contábil é crime tipificado no art. 1º, III, Lei n. 8.137/90. Portanto, aquele que imputa falsamente a outrem a prática desta conduta, é sujeito ativo do crime de calúnia. (V) A sonegação é crime definido na Lei n. 4.729/65. Portanto, ao imputar falsamente fato criminoso a outrem, o agente incorre no tipo penal de calúnia, prevista no art. 138, CP. *Alternativa D.*

5695. (Juiz – TRT-8 – 2011) No tocante ao crime de redução a condição análoga à de escravo, marque a alternativa INCORRETA:

(A) A lei penal assevera que se reduz alguém a condição análoga à de escravo exclusivamente nas seguintes hipóteses: quando se obriga a vítima a trabalhos forçados; impõe-se à vítima jornada exaustiva de trabalho ou quando se sujeita a vítima a condições degradantes de trabalho.

(B) Entende-se por trabalho degradante, todo aquele em que haja a falta de garantias mínimas de saúde e segurança, além da falta de condições mínimas de trabalho, de moradia, higiene, respeito e alimentação.

(C) O aumento de metade da pena é previsto se o crime é cometido contra criança ou adolescente ou se por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

(D) O crime pode ser classificado como próprio em relação aos sujeitos ativo e passivo, doloso, comissivo ou omissivo impróprio, de forma vinculada e permanente, uma vez que sua consumação se prolonga no tempo.

(E) Incorre nas mesmas penas cominadas para o crime de redução a condição análoga à de escravo aquele que cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador; mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

RESPOSTA (A) A narrativa não descreveu a hipótese de restrição, por qualquer meio, de locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, conforme dispõe o *caput* do art. 149, CP. (B) José Cláudio Monteiro de Brito Filho, definiu o conceito de trabalho em condições degradantes, a partir do conceito formulado pela OIT (BRITO FILHO, *Trabalho com redução do homem a condição análoga à de escravo e dignidade da pessoa humana*. Disponível em: www.pgt.mpt.gov.br/publicacoes). (C) Conforme dispõe o art. 149, § 2º, I e II, CP. (D) Segundo a classificação doutrinária, o crime pode ser próprio com relação ao sujeito ativo e passivo, porque, somente quando houver uma relação de trabalho entre o agente e a vítima, é que o delito se configura. É doloso, pois não há previsão da modalidade culposa. Pode ser comissivo ou omissivo próprio, de forma vinculada, pois que o art. 149, CP, descreve as condutas integrantes do tipo, e permanente, posto que a consumação se prolonga no tempo, enquanto permanecerem as situações narradas pelo tipo penal. (E) Conforme prevê o art. 149, § 1º, I e II, CP. *Alternativa A.*

5696. (Juiz – TRT-8 – 2011) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. Constitui crime contra a honra ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.

II. O crime de apropriação indébita somente se configurará se o dolo de se apropriar surgir depois de ter o agente a posse ou a detenção sobre a coisa alheia móvel.

III. Para que ocorra o delito de paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem, não é necessário que o agente, efetivamente, participe do movimento da suspensão ou abandono coletivo de trabalho, bastando que o mesmo se infiltre no movimento e pratique violência contra

pessoa ou contra coisa.

IV. No tocante à infração penal tipificada no *caput* do artigo 207 do Código Penal, relacionada ao crime de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, a lei não exige que o aliciamento seja realizado mediante o emprego de fraude. Assim, o simples fato de aliciar, mesmo que com promessas reais de melhoria de vida, por exemplo, já configura o delito em questão, uma vez que o tipo penal visa evitar o êxodo em regiões integrantes do território nacional.

(A) As alternativas I e IV estão corretas.
(B) As alternativas II e III estão corretas.
(C) As alternativas I e III estão corretas.
(D) As alternativas I e II estão corretas.
(E) As alternativas II e IV estão corretas.

RESPOSTA (I) A conduta descrita na questão retrata o crime de ameaça, previsto no art. 147, CP. (II) O agente deve agir com *animus rem sibi habendi*, ou seja, vontade de ter a coisa para si, como se dono fosse. Assim, como já tem a posse, o dolo deverá surgir obrigatoriamente após o agente ter a posse ou a detenção da coisa alheia móvel, pois, caso contrário, poderíamos estar diante de outra figura delitiva. (III) O verbo do tipo penal do art. 200, CP, é participar, logo, para que o delito se configure, é necessário que o agente participe do movimento de suspensão ou abandono coletivo do trabalho. (IV) Conduta descrita no art. 207, *caput*, CP. *Alternativa E.*

5697. (Juiz – TRT-9 – 2009) Considere as seguintes proposições:

I. A anotação falsa aposta em Carteira de Trabalho e Previdência Social constitui crime de falsificação de documento público.

II. A emissão de declaração falsa de prestação de serviço com a finalidade de instruir pedido de remição de pena constitui delito de falsidade ideológica.

III. O médico que, no exercício da profissão, dá atestado médico falso comete o delito de falsidade de atestado médico.

IV. Advogado que retira documento por ele próprio juntado aos autos, após seu arquivamento, pratica o crime de supressão de documento.

(A) Somente as proposições II e III estão corretas.
(B) Somente as proposições III e IV estão corretas.
(C) Somente as proposições I e IV estão corretas.
(D) Todas as proposições estão corretas.
(E) Nenhuma proposição está correta.

RESPOSTA (I) A conduta descrita retrata o crime de falsificação de documento público, previsto no art. 297, § 3º, II, CP. (II) Conforme dispõe o art. 299, CP. (III) Conforme dispõe o art. 302, CP. (IV) Conduta do art. 337, CP. *Alternativa A.*

5698. (Juiz – TRT-9 – 2009) Assinale a proposição correta:

(A) A exortação para o exercício do direito de greve configura crime de atentado contra a liberdade do trabalho.
(B) Contratar trabalhadores e não promover o pagamento de seus salários configura o crime de estelionato.
(C) O recrutamento de trabalhadores para trabalhar em território estrangeiro configura delito penal.
(D) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional configura crime.
(E) No crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista (artigo 203 do Código Penal) o sujeito passivo necessariamente deve ser o empregador.

RESPOSTA (A) O direito à greve é um direito constitucional do trabalhador, previsto no art. 9º, CRFB. Logo, seu exercício não pode configurar a prática de um crime. (B) Constitui o crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, conforme dispõe o art. 203, CP. (C) Somente se configura delito penal o recrutamento de trabalhadores para o território estrangeiro mediante fraude, conforme prevê o art. 206, CP. (D) Conforme dispõe o art. 199, CP. (E) Por se tratar de crime comum, o sujeito ativo pode ser o empregador, o empregado ou qualquer outra pessoa, uma vez que o tipo penal não exige nenhuma qualidade ou condição especial. *Alternativa D.*

5699. (Juiz – TRT-14 – 2011) Com base na lei penal brasileira, assinale a alternativa que não está correta.

(A) Aquele que cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador ou mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho, incorrerá nas mesmas penas previstas para o tipo redução a condição análoga à de escravo.

(B) A intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida não se constitui em crime de constrangimento ilegal.

(C) Caracteriza o crime de extorsão indireta as condutas de exigir ou receber, como garantia da *dívida*, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro.

(D) Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo, não se constitui em crime contra a organização do trabalho, uma vez que para caracterizar o tipo penal é necessária a prática de violência contra pessoa ou contra coisa.

(E) Constitui crime de apropriação indébita previdenciária o fato de deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional. Entretanto, é extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

RESPOSTA (A) Previsão legal no art. 149, § 1º, I e II, CP. (B) Previsão legal no art. 146, § 3º, I, CP. (C) Previsão legal no art. 160, CP. (D) A conduta descrita constitui crime de paralisação de trabalho de interesse coletivo, previsto no art. 201, CP. (E) Previsão legal no art. 168-A, § 2º, CP. *Alternativa D.*

5700. (Juiz – TRT-15 – 2011) João da Boa Vontade anotou a carteira de trabalho e previdência social de sua tia Maria Anunciação do Socorro, que, na verdade, jamais trabalhou ou foi sua empregada. Passou a efetuar o recolhimento das contribuições previdenciárias, tanto daquelas devidas pela empregada, quanto das devidas pelo empregador. Pretendia, somente, permitir à irmã de sua mãe que passasse a receber benefício previdenciário no momento a partir do qual fossem preenchidos os requisitos legais. É mais correto asseverar, na hipótese tratada, que:

(A) João cometeu crime de falsificação de documento particular, sendo que as características da falsificação não interferem no exame da tipicidade;

(B) a pena prevista para o crime cometido por João é a de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa;

(C) a pena prevista para o crime cometido por João é a de detenção ou de multa, porque o crime tem menor potencial agressivo à previdência social;

(D) João cometeu crime de falsificação de documento particular, contudo, cuidando-se de falsificação grosseira, facilmente perceptível, não existe o delito;

(E) não há crime, porque as contribuições foram quitadas.

RESPOSTA (A) O crime descrito se amolda ao de falsidade de documento público, previsto no art. 297, § 3º, II, CP. (B) A pena é prevista no art. 297, CP, e a conduta está descrita no § 3º, II, mesmo artigo. (C) A pena prevista para o delito narrado é de reclusão, de 2 a 6 anos, e multa, conforme dispõe o art. 297, CP. (D) O crime descrito se amolda ao de falsidade de documento público, previsto no art. 297, § 3º, II, CP. (E) Há crime, pois a conduta é a simples declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado, conforme prevê o art. 297, § 3º, II, CP. *Alternativa B.*

5701. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Durante o movimento grevista, três empregados filiados ao sindicato da categoria profissional praticaram as seguintes condutas: o primeiro fez uma ligação clandestina, por meio de um fio, entre o poste de energia da rua e o carro de som do sindicato, parado na calçada do portão de entrada da empresa, propiciando o funcionamento contínuo do equipamento e dos alto-falantes; o segundo, escalou o muro lateral do estabelecimento, passou por cima da cerca elétrica e, em seguida, retirou e se apropriou da câmera de filmagem instalada na parede interna, levando-a consigo na mochila; o terceiro, que estava trabalhando normalmente, dirigiu-se, de forma sorrateira, ao setor administrativo da empresa, abriu o arquivo das pastas de contratos e cheques de clientes e os rasgou. Os crimes cometidos pelos três empregados foram, respectivamente:

(A) furto; furto qualificado e dano;
(B) apropriação indébita; roubo e estelionato;
(C) furto qualificado; roubo e estelionato;
(D) apropriação indébita; furto qualificado e dano qualificado;
(E) nenhuma das respostas é correta.

RESPOSTA (A) Conforme dispõem os arts. 155, §§ 3º e 4º, II; e 163, todos do Código Penal. (B) As condutas descritas se amoldam aos crimes de furto, furto qualificado e dano, respectivamente. (C) As condutas descritas se amoldam aos crimes de furto, furto qualificado e dano, respectivamente. (D) As condutas descritas se amoldam aos crimes de furto, furto qualificado e dano, respectivamente. *Alternativa A.*

5702. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** O representante legal da empresa que, para reduzir o valor das parcelas devidas à Previdência Social, omite propositalmente da sua folha de pagamento o nome de vinte empregados contratados:

(A) incide no crime de falsidade ideológica;
(B) incide no crime de sonegação de contribuição previdenciária;
(C) incide no crime de falsificação de documento público previdenciário;
(D) incide no crime de apropriação indébita previdenciária;
(E) nenhuma das alternativas está correta.

RESPOSTA (A) A conduta descrita se amolda ao crime de sonegação de contribuição previdenciária. (B) Conforme prevê o art. 337-A, I, CP. (C) A conduta descrita se amolda ao crime de sonegação de contribuição previdenciária. (D) A conduta descrita se amolda ao crime de sonegação de contribuição previdenciária. (E) A assertiva B está correta. *Alternativa B.*

5703. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** São tipificadas como crimes contra a organização do trabalho as seguintes condutas, EXCETO:

(A) Manter vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apoderar de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.
(B) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias.
(C) Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo.

(D) Exercer atividade de que está impedido por decisão administrativa.

(E) Impedir alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais.

RESPOSTA (A) A conduta descrita reflete o crime de redução a condição análoga à de escravo, prevista no art. 149, § 1º, II, CP, no Capítulo VI, Dos Crimes contra a Liberdade Individual. (B) Corresponde ao art. 197, I, CP. (C) Corresponde ao art. 201, CP. (D) Corresponde ao art. 205, CP. (E) Corresponde ao art. 203, § 1º, II, CP. *Alternativa A.*

5704. (Procurador – MPT – 2007) Com relação ao crime de redução a condição análoga à de escravo, assinale a alternativa CORRETA:

I. O bem jurídico tutelado é a liberdade individual.

II. Trata-se de um crime instantâneo de efeitos permanentes, cuja consumação ocorre em determinado instante, mas seus efeitos são irreversíveis.

III. O consentimento do ofendido é irrelevante.

IV. A pena é acrescida de metade, se o crime é cometido: contra criança ou adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos; por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

(A) Apenas uma das assertivas está correta;

(B) Apenas duas das assertivas estão corretas;

(C) Apenas três das assertivas estão corretas;

(D) Todas as assertivas estão corretas;

(E) Não respondida.

RESPOSTA (I) O art. 149, CP, que tipifica o crime de redução a condição análoga à de escravo está inserido no Capítulo VI, Dos Crimes contra a Liberdade Individual. (II) Esse delito é classificado como crime permanente, pois o momento consumativo é duradouro e a manutenção da situação de permanência depende da vontade do próprio agente. Neste sentido: Rogério GRECO, *Curso de direito penal*, 2009, p. 115. (III) O fato de a situação irregular ter um eventual consentimento da vítima é irrelevante do ponto de vista legal, pois o crime se configura com a simples presença de um dos quatro fatores: submeter uma pessoa a trabalhos forçados, impor jornadas de trabalho exaustivas, sujeitar alguém à realização de trabalhos em condições degradantes e, por fim, submeter o indivíduo a uma dívida fraudulenta diretamente relacionada com a execução do trabalho. (IV) A pena é acrescida de metade se cometido contra criança ou adolescente (art. 149, § 2º, I, CP) ou por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem (art. 149, § 2º, II, CP). Não está incluída a previsão para caso a vítima seja maior de 60 anos. *Alternativa B.*

5705. (Procurador – MPT – 2007) Observe as seguintes assertivas:

I. A frustração, por meio de falsa cooperativa, de direito assegurado pela legislação trabalhista constitui crime contra a organização do trabalho, cuja pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é portadora de deficiência física.

II. O crime de aliciamento de trabalhadores consuma-se apenas com o efetivo êxodo dos trabalhadores.

III. A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos não exclui a imputabilidade penal nos termos do Código Penal.

IV. O agente que tendo realizado todos os atos de execução, mas antes da consumação, pratica uma nova ação, que evita a produção do resultado, só responde pelos atos já praticados, caracterizando o arrependimento posterior.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) somente as assertivas I e II estão corretas;

(B) somente as assertivas I e III estão corretas;

(C) somente as assertivas II e IV estão corretas;

(D) somente as assertivas III e IV estão corretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Corresponde ao art. 203, § 2º, CP. (II) Por se tratar de crime formal, previsto no art. 207, CP, sua consumação se dá no instante em que os trabalhadores são aliciados com o fim de serem levados a outra localidade, não se exigindo que isso venha realmente a acontecer. (III) Corresponde ao art. 28, II, CP. (IV) Se o agente evita a produção do resultado, evidencia a hipótese de arrependimento eficaz, previsto no art. 15, CP. *Alternativa B.*

5706. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Leia as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I. São crimes contra a liberdade pessoal: o constrangimento ilegal, a ameaça, o sequestro e cárcere privado e também a redução de alguém a condição análoga à de escravo.

II. O crime de reduzir alguém a condição análoga à de escravo tem pena de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, além da pena correspondente à violência. A pena é aumentada de dois terços, se cometida contra criança e adolescente.

III. O crime de reduzir alguém a condição análoga à de escravo foi introduzido no Código Penal em 2004.

IV. A apropriação indébita só é possível em coisa alheia móvel da qual a pessoa tem a posse ou a detenção.

V. São crimes contra o patrimônio: furto, roubo, extorsão, alteração de limites, usurpação, dano, introdução ou abandono de animais em propriedade alheia, apropriação indébita e estelionato.

(A) Estão corretas somente as proposições I e V.

(B) Estão corretas todas as proposições.

(C) Estão corretas somente as proposições I, IV e V.

(D) Estão corretas somente as proposições I, II e III.

(E) Estão corretas somente as proposições III, IV e V.

RESPOSTA (I) As condutas correspondem aos crimes previstos nos arts. 146, 147, 148 e 149, respectivamente, todos do Código Penal. (II) A pena do crime de redução a condição análoga à de escravo é aumentada de metade, se cometido contra criança ou adolescente, conforme prevê o art. 149, § 2º, CP. (III) O crime de redução a condição análoga à de escravo consta originalmente na redação do Código. Entretanto, a Lei n. 10.803/2003 deu nova redação ao tipo penal. (IV) Conforme dispõe o art. 168, CP. (V) As condutas correspondem aos crimes previstos nos arts. 155; 157; 158; 161, I; 163; 164; 168 e 171, todos do Código Penal. *Alternativa C.*

XII. Crime contra a Administração Pública

5707. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Comete o crime de sonegação de contribuição previdenciária quem suprime ou reduz contribuição previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas, exceto:

(A) omite da folha de pagamento valor do salário pago a empregado;

(B) não informa à Previdência Social pagamento realizado a trabalhador avulso que lhe preste serviço;

(C) não informa à Previdência Social pagamento realizado a trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe preste serviço;

(D) não anota a Carteira de Trabalho e Previdência Social de empregado;

(E) deixa de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos empregados.

RESPOSTA (A) Conforme prevê o art. 337-A, I, CP. (B) Conforme prevê o art. 337-A, I, CP. (C) Conforme prevê o art. 337-A, I, CP. (D) A conduta descrita caracteriza o crime de falsificação de documento público, previsto no art. 297, § 4º, CP. (E)

Conforme prevê o art. 337-A, II, CP. *Alternativa D.*

5708. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Quanto aos denominados crimes de apropriação indébita previdenciária, analise os itens abaixo e assinale o correto:

(A) É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, na hipótese de ter promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios.

(B) Esses crimes estão tipificados em lei especial.

(C) É extinta a punibilidade se o agente declara e confessa espontaneamente todos os valores sonegados logo no início da ação fiscal.

(D) Extingue-se automaticamente a punibilidade quando o agente for primário e de bons antecedentes e quando o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.

(E) O crime não restará configurado se o empregador deixar de pagar benefício devido a segurado, quando as respectivas cotas ou valores já tiverem sido reembolsados à empresa pela previdência social.

RESPOSTA (A) Corresponde ao art. 168-A, § 3º, I, CP. (B) Esses crimes estão tipificados no art. 168-A, CP, dentro do Capítulo V, Da Apropriação Indébita. (C) Conforme o art. 168-A, § 2º, CP, é extinta a punibilidade se o agente declara e confessa espontaneamente todos os valores sonegados, antes do início da ação fiscal. (D) Não se extingue automaticamente, pois as esferas são distintas: Penal e Administrativa. (E) Crime formal. *Alternativa A.*

5709. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente ao tema dos crimes contra a administração pública, analise as afirmativas a seguir.

I. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente exerce cargo, emprego ou função pública, excetuados aqueles que não percebam qualquer tipo de remuneração.

II. Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, mas não quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

III. A pena é aumentada da terça parte quando o autor do crime praticado por funcionário público contra a administração em geral for ocupante de cargo em comissão de órgão da administração direta.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 327, CP. (II) Art. 327, § 1º, CP. (III) Art. 327, § 2º, CP. *Alternativa C.*

5710. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Se Marcos exigiu de Maria o pagamento de um tributo que ele sabia ser indevido, ele cometeu o crime de

(A) concussão.

(B) peculato mediante erro de outrem.
(C) excesso de exação.
(D) violência arbitrária.
(E) prevaricação.

RESPOSTA Art. 316, § 1º, CP. *Alternativa C.*

5711. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** Considere a descrição típica contida no artigo 316, "*caput*", do Código Penal: "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida." Sobre o exposto, todas as alternativas estão corretas, exceto a:

(A) É pacífico na doutrina que o objeto material do crime de concussão é a vantagem (presente ou futura), não necessariamente de caráter patrimonial.
(B) No crime de concussão o Estado é o sujeito passivo principal e o particular é o sujeito passivo secundário.
(C) Reputa-se consumado o crime de concussão com a mera exigência da vantagem indevida, independentemente da sua obtenção.
(D) No delito de concussão o particular é constrangido a entregar a vantagem indevida, diferente do que ocorre no delito de corrupção ativa, no qual se pressupõe que o particular livremente ofereça ou prometa a vantagem.

RESPOSTA A administração pública é o bem juridicamente protegido pelo tipo penal, e o objeto material é a vantagem indevida. *Alternativa A.*

5712. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Assinale a hipótese que configura arrependimento posterior (CP, art. 16).

(A) Autor de sonegação fiscal que, quando de seu interrogatório em juízo, junta aos autos do processo o comprovante de pagamento de todos os impostos devidos, acrescidos de juros, multas e correção monetária.
(B) Autor de estelionato que, antes de ser descoberto e consternado pelo prejuízo que causaria, não deposita em favor próprio o cheque que ardilosamente obteve da vítima.
(C) Autor de peculato doloso que no momento de sua prisão em flagrante devolve, voluntariamente, os bens móveis de que se havia apropriado.
(D) Autor de resistência que, antes do início da ação penal, desculpa-se com a vítima e por ela é perdoado.

RESPOSTA Arrependimento posterior: nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços. *Alternativa C.*

5713. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Entre as hipóteses a seguir consignadas, assinale aquela que corresponde a crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP).

(A) Rildo, desempregado, tencionando trabalhar como motorista, após obter um espelho de Carteira Nacional de Habilitação não preenchido, embora verdadeiro, nele consigna seus dados pessoais e imprime sua foto, passando-se por pessoa habilitada para conduzir veículo automotor, sem de fato o ser.
(B) Aderbal, de forma fraudulenta, consigna, na Carteira de Trabalho e Previdência Social de um

empregado de sua empresa, salário inferior ao efetivamente recebido por ele, visando a reduzir seus gastos para com o INSS.

(C) Magnólia, com intenção de integrar à sua família o filho de outrem, registra a criança em seu nome, como se sua mãe fosse, valendo-se, para tanto, da desatenção do funcionário do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, que deixa de exigir a documentação pertinente ao ato.

(D) Tibúrcio, funcionário público do instituto responsável por manter atualizados os registros de antecedentes criminais em determinado Estado-membro, aproveitando-se de sua atribuição funcional, entra com sua senha no sistema informatizado do órgão e inclui, fraudulentamente, na folha de antecedentes de seu vizinho, crime por ele não praticado, em vingança por conta de uma rixa antiga.

(E) A fim de auxiliar uma amiga a contratar financiamento para a aquisição de eletrodomésticos, Alberico, sócio-gerente em uma empresa têxtil, valendo-se de sua posição, assina declaração afirmando que tal pessoa trabalha de forma remunerada naquele estabelecimento empresarial, o que não condiz com a realidade.

RESPOSTA (A) Falsificação de documento público, art. 297, CP. (B) Sonegação de contribuição previdenciária, art. 337-A, CP. (C) Art. 242, CP. (D) Art. 313-A, CP. (E) Art. 299, CP. *Alternativa E.*

5714. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Atanásio Aparecido ocultou um veículo de sua propriedade e lavrou um boletim de ocorrência com o relato de que fora furtado, com o objetivo de receber o seguro, o que de fato ocorreu. O delito praticado por Atanásio é definido como

(A) estelionato.

(B) fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro.

(C) simulação para recebimento de valor de seguro.

(D) estelionato qualificado.

RESPOSTA Art. 171, § 2º, V, CP. *Alternativa B.*

5715. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Walter, motoboy de uma farmácia, após receber de um cliente um cheque de R$ 20,00, entrega ao estabelecimento a quantia em espécie, mantendo-se na posse do título. Em seguida, o adultera, modificando o valor original para R$ 2.000,00. De posse do documento adulterado, vai até o banco para descontá-lo, mas o gerente, percebendo a fraude, liga para a Delegacia da área, alertando sobre o fato. Ao perceber a chegada da viatura, Walter deixa apressadamente a instituição financeira, abandonando, no local, o título falsificado. Nesse contexto, é correto afirmar que a conduta de Walter:

(A) configura crime de estelionato, na forma tentada, pois o delito foi interrompido por circunstâncias alheias à sua vontade.

(B) se amolda ao tipo penal da apropriação indébita, na forma tentada, pois o delito foi interrompido por circunstâncias alheias à sua vontade.

(C) é tipificada como crime de furto mediante fraude, na forma tentada, pois o delito foi interrompido por circunstâncias alheias à sua vontade.

(D) caracteriza crime de falsificação de documento público, pois, havendo desistência voluntária, o autor só responde pelos atos até então praticados.

(E) é atípica, pois ocorreu a desistência voluntária e a falsidade existente resta absorvida pela finalidade patrimonial.

RESPOSTA Art. 171, *caput*, c/c art. 14, II, CP. Não se consumou pois o cheque não chegou a ser descontado. *Alternativa A.*

5716. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

(A) Pratica o crime de corrupção passiva o servidor público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

(B) Pratica o crime de prevaricação o servidor que deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.

(C) No crime de falso testemunho ou falsa perícia o fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

(D) O particular que solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por servidor público no exercício da função, pratica o crime de corrupção ativa.

RESPOSTA O art. 342, § 2º, CP, prevê uma causa de extinção de punibilidade para o agente que praticar o crime de falso testemunho ou falsa perícia. Nesse sentido, o agente deverá preencher três requisitos cumulativos: (i) o agente deverá se retratar ou dizer a verdade; (ii) antes da sentença; (iii) no mesmo processo em que cometeu o crime de falso testemunho ou falsa perícia. *Alternativa C.*

5717. (Analista – TRE-PA – 2011 – FGV) O servidor público pode responder civil, penal e administrativamente por seus atos. A esse respeito, analise a tipificação das condutas pelo CP e a descrição proposta para as situações delitivas a seguir:

I. Peculato culposo: apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

II. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas: dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.

III. Prevaricação: retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

IV. Condescendência criminosa: devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo.

Assinale

(A) se apenas os itens I, II e III estiverem corretos.

(B) se apenas os itens II, III e IV estiverem corretos.

(C) se apenas os itens II e III estiverem corretos.

(D) se apenas os itens I e IV estiverem corretos.

(E) se apenas os itens I, II e IV estiverem corretos.

RESPOSTA (I) De acordo com o art. 312, *caput*, CP, comete o crime de peculato o agente que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, bem como aquele que o desvia, em proveito próprio ou alheio. Contudo, o § 2º traz a previsão culposa desse tipo penal, afirmando que o funcionário que concorrer culposamente para o crime de outrem ficará incurso nas penas de detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano. Sendo assim, não há qualquer relação entre o peculato culposo e o recebimento de dinheiro ou qualquer utilidade por erro de outrem. De fato, o referido item trata da hipótese prevista no art. 313, CP, que dispõe que responderá por peculato mediante erro de outrem, ficando incurso nas penas de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, o agente que apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, tiver recebido por erro de outrem. (II) De acordo com o art. 315, CP, responderá pelo crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas o agente que der às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei. (III) De acordo com o art. 319, CP, responderá pelo crime de prevaricação o agente que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, bem como aquele que praticá-lo contra disposição expressa de lei, sempre com a finalidade específica de satisfazer interesse ou sentimento pessoal. (IV) O crime de condescendência criminosa está previsto no

art. 320, CP, e se configura quando o agente (competente) deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou quando o agente (incompetente) deixa de levar o fato ao conhecimento da autoridade competente. *Alternativa C.*

5718. **(Advogado – Petrópolis-RJ – 2010 – FDC)** A, fiscal de rendas do Município X, exige do dono de um estabelecimento a quantia de R$ 1.000,00 (mil reais), para não realizar auto de infração acerca de irregularidades nos livros contábeis. Na hipótese, A:

(A) cometeu o crime de concussão;
(B) cometeu o crime de corrupção ativa;
(C) cometeu o crime de corrupção passiva;
(D) não cometeu crime;
(E) cometeu o crime de excesso de exação.

RESPOSTA (A) Art. 316, CP. (B) Art. 333, CP. (C) Art. 317, CP. (D) A ação é típica. (E) Art. 316, § 1º, CP. *Alternativa A.*

5719. **(Advogado – Petrópolis-RJ – 2010 – FDC)** A, não funcionário público, pode praticar, em coautoria com B, funcionário público, o crime de peculato-furto (art. 312, § 1º do Estatuto Penal)? A resposta a essa pergunta será:

(A) não, porque tal crime só pode ser praticado por funcionário público;
(B) sim, desde que A saiba que B é funcionário público;
(C) sim, conquanto A não saiba que B é funcionário público;
(D) não, porque tal crime é personalíssimo;
(E) sim, desde que A simule ser também funcionário público.

RESPOSTA (A), (B), (C), (D) e (E) Sim, art. 30: as circunstâncias elementares se comunicam aos partícipes quando estes estão cientes dessa condição. *Alternativa B.*

5720. **(Advogado – CODASP – 2010 – ZAMBINI)** João, funcionário público, é responsável pela cobrança de taxas de serviço dentro de uma repartição. Está passando por sérias dificuldades financeiras e, justamente num dia em que a arrecadação do seu caixa foi bastante expressiva, vence a terceira prestação de um televisor de plasma, a qual se não for apaga, implicará a tomada do bem. Ele resolve desviar o valor correspondente à prestação, para tentar repor em outra oportunidade. Esse caso caracteriza:

(A) crime de peculato.
(B) crime de prevaricação.
(C) crime famélico.
(D) crime de concussão.
(E) crime hediondo.

RESPOSTA (A) Art. 312, CP. (B) Art. 319, CP. (C) Crime famélico é quando o crime é cometido em situação de extrema penúria, o que não corresponde ao caso. (D) Art. 316, CP. (E) Não consta no rol da Lei de Crimes Hediondos. *Alternativa A.*

5721. **(Advogado – CODASP – 2010 – ZAMBINI)** Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida caracteriza

(A) crime de estelionato.
(B) crime putativo.

(C) crime ambiental.
(D) crime de colarinho branco.
(E) crime de concussão.

RESPOSTA (A) Art. 171, CP. (B) Crime putativo é quando o agente supõe estar cometendo um crime, mas não está. Não corresponde à questão. (C) O bem jurídico tutelado não é o meio ambiente. (D) Dispositivo não consta na Lei n. 7.492/86. (E) Art. 316, CP. *Alternativa E.*

5722. **(Advogado – DIOES – 2010 – IBAPRJ)** Quanto ao crime de peculato, é correto afirmar que:

(A) O sujeito ativo do crime de peculato é o funcionário público, sendo defeso, na hipótese de concurso de agentes, a responsabilização de tal ilícito a quem não se reveste dessa qualidade.
(B) As entidades paraestatais, por sua natureza, não podem ser sujeito passivo do crime de peculato.
(C) Se para a consumação do peculato, o agente comete falsidade ideológica ou material, como elemento indispensável à prática do desfalque, estes crimes serão absorvidos pelo peculato.
(D) No peculato culposo, se o agente reparar o dano, antes da sentença penal irrecorrível, terá a pena reduzida pela metade.

RESPOSTA (A) Art. 30, CP. (B) Art. 327, § 1º, CP. (C) Princípio da Consunção. (D) Art. 312, § 3º, CP. *Alternativa C.*

5723. **(Advogado – Maringá-PR – 2009 – AOCP)** Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo, caracteriza o crime de

(A) peculato.
(B) peculato-desvio.
(C) prevaricação.
(D) prevaricação-imprópria.
(E) condescendência criminosa.

RESPOSTA (A) Art. 312, CP. (B) Art. 312, segunda parte, CP. (C) Art. 319, CP. (D) Art. 319-A, CP. (E) Art. 320, CP. *Alternativa D.*

5724. **(Advogado – MGI – 2009 – FUMARC)** "Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem". Esse tipo corresponde ao crime:

(A) Concussão.
(B) Corrupção ativa.
(C) Corrupção passiva.
(D) Prevaricação.

RESPOSTA (A) Art. 316, CP. (B) Art. 333, CP. (C) Art. 317, CP. (D) Art. 319, CP. *Alternativa C.*

5725. **(Procurador – Chapecó-SC – 2011 – OBJETIVA)** Em relação aos crimes contra a Administração Pública, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta sequência CORRETA:

( ) Pratica o crime de concussão o funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem

indevida.
( ) Comete excesso de exação aquele que facilita, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.
( ) É tipificado como prevaricação retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
( ) Nos crimes cometidos por funcionário público contra a Administração em geral, a pena será aumentada da terça parte quando os autores forem ocupantes de cargos em comissão.
(A) C – E – C – C.
(B) C – E – C – E.
(C) E – C – C – E.
(D) C – E – E – C.

RESPOSTA 1. Art. 316, CP. 2. Art. 316, § 1º, CP. 3. Art. 319, CP. 4. Art. 327, § 2º, CP. *Alternativa A.*

5726. (Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE) Quando deixar o funcionário público, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, ele incide na prática do crime de:
(A) Prevaricação.
(B) Corrupção passiva.
(C) Tráfico de influência.
(D) Prevaricação privilegiada.
(E) Condescendência criminosa.

RESPOSTA Art. 320, CP. *Alternativa E.*

5727. (Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE) Quando o funcionário público exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, incide na prática do crime de:
(A) Concussão.
(B) Corrupção ativa.
(C) Corrupção passiva.
(D) Extorsão qualificada.
(E) Extorsão.

RESPOSTA Art. 316, CP. *Alternativa A.*

5728. (Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR) A respeito da prática de crimes contra a Administração Pública realizada por particulares, assinale a alternativa INCORRETA:
(A) O crime de usurpação de função pública pode ter como sujeito ativo qualquer pessoa, até mesmo o funcionário público incompetente.
(B) Para a consumação do crime de desacato é necessário que o funcionário público sinta-se ofendido.
(C) Comete crime de corrupção ativa quem oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
(D) A competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do juízo federal do lugar da apreensão dos bens.
(E) O crime de desobediência consuma-se no momento em que o agente deixa de agir, quando deveria

fazê-lo em determinação a ordem recebida.

RESPOSTA Exprime a ação de ofender, humilhar, espezinhar, agredir o funcionário. Consiste em palavras, gritos, gestos, escritos, e não há a necessidade de que o funcionário público se sinta ofendido, bastando que seja insultuoso o fato. *Alternativa B.*

5729. **(Procurador – PGE-MG – 2006)** Diretor de uma entidade paraestatal deixa, por negligência, a porta do cofre destrancada no qual estavam depositadas quantias recebidas em razão do cargo, do que se aproveita outro funcionário, sem o seu conhecimento, que valendo-se do livre-acesso ao local subtrai em proveito próprio os valores do cofre. Assinale a alternativa correta.

(A) O diretor será processado por condescendência criminosa e o funcionário por peculato-furto.
(B) O diretor será processado por prevaricação e o funcionário por furto.
(C) O diretor será processado por favorecimento real e o funcionário por peculato-furto.
(D) O diretor será processado por peculato culposo e o funcionário por peculato-furto.

RESPOSTA Art. 312, CP. *Alternativa D.*

5730. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Determinado diretor de um presídio, deixando de cumprir com os deveres de seu ofício, acabou por permitir que um preso, recolhido no estabelecimento prisional que dirige, tivesse em seu poder um aparelho celular que permitia a comunicação com outros presos e com o ambiente externo. Entretanto, no inquérito policial instaurado, restou evidenciado que o mencionado diretor não agiu para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Pergunta-se: como deve ser considerada a conduta do diretor deste presídio?

(A) Apenas como transgressão administrativa por ausência de dolo específico.
(B) Como crime de facilitação à fuga.
(C) Como crime de condescendência criminosa.
(D) Como uma espécie de crime de prevaricação.
(E) Como excesso ou desvio de execução.

RESPOSTA Art. 319-A, CP. Adequação típica. *Alternativa D.*

5731. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** No que diz respeito aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que traz, apenas, crimes próprios no que concerne ao sujeito ativo.

(A) Tráfico de influência; abandono de função; violação de sigilo funcional.
(B) Usurpação de função pública; prevaricação; peculato.
(C) Corrupção passiva; condescendência criminosa; advocacia administrativa.
(D) Favorecimento pessoal; concussão; violência arbitrária.

RESPOSTA Os crimes próprios são aqueles que só podem ser cometidos por determinadas pessoas, tendo em vista que o tipo penal exige certa característica do sujeito ativo. No caso são: corrupção passiva (somente o funcionário público), condescendência criminosa (somente o funcionário público) e advocacia administrativa (somente o advogado). *Alternativa C.*

5732. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** João, funcionário público, solicita a José o pagamento de R$ 500,00 (quinhentos reais) para deixar de praticar ato de ofício que prejudicaria José. Considerando que José optou por não efetuar o pagamento solicitado, pode-se dizer que João praticou

(A) concussão, na forma tentada.
(B) corrupção ativa, na forma consumada.

(C) corrupção ativa, na forma tentada.
(D) corrupção passiva, na forma tentada.
(E) corrupção passiva, na forma consumada.

RESPOSTA (A) Art. 316, CP. (B) Art. 333, CP. (C) Art. 333, CP. (D) Art. 317, CP, ver item abaixo. (E) Art. 317, CP, na forma consumada. A consumação ocorre com a mera soliciação. O recebimento de vantagem é exaurimento do crime. *Alternativa E.*

5733. **(Advogado – BNDES – 2008 – CESGRANRIO)** Os crimes contra a administração pública têm a capacidade de chocar o cidadão médio em um país carente de recursos como o Brasil. Desta forma, o Poder Legislativo Federal aprovou modificação recente do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940) para melhorar a efetividade da punição, que foi o estabelecimento

(A) de cumprimento da pena em regime fechado, sem direito a progressão, nos crimes de responsabilidade fiscal em que o réu der às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da prevista em lei.
(B) de pena para quem altera, falsifica ou faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados ou identificadores de órgãos ou entidades da Administração Pública, somente visando ao seu próprio lucro ou vantagem.
(C) de pena para quem extraviar livro oficial ou qualquer documento de que tem a guarda em razão do cargo, bem como sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, somente para realização de interesse público.
(D) da perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando a pena for privativa de liberdade em tempo igual ou superior a dois anos, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
(E) da necessária devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais, ou a reparação do dano, como requisito para progressão de regime do cumprimento da pena privativa de liberdade.

RESPOSTA (A) A regra da execução penal é a progressão de regime. (B) Art. 296, § 1º, III, CP. (C) Art. 314, CP. (D) Art. 92, I, *a*, CP. (E) Art. 33, § 4º, CP. *Alternativa E.*

5734. **(Advogado – CETESB – 2009 – VUNESP)** Investigador da Polícia Civil, legalmente, efetua prisão de acusado da prática de diversos crimes de furto e encontra com o detido diversas joias, que sabidamente são produto de crime. O Investigador, então, toma algumas das joias para si, delas se apoderando definitivamente, e as deixa de apresentar à apreensão da autoridade policial. A conduta descrita amolda-se ao tipo penal que descreve o crime de

(A) peculato.
(B) receptação.
(C) apropriação indébita.
(D) prevaricação.
(E) furto.

RESPOSTA (A) Art. 312, CP. (B) Art. 180, CP. (C) Art. 168, CP. (D) Art. 155, CP. *Alternativa A.*

5735. **(Advogado – Manaus-AM – 2008 – AOCP)** Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, caracteriza o crime de

(A) peculato.

(B) peculato culposo.
(C) excesso de exação.
(D) concussão.
(E) prevaricação.

RESPOSTA (A) Art. 312, CP. (B) Art. 312, § 2º, CP. (C) Art. 316, § 1º, CP. (D) Art. 316, *caput*, CP. (E) Art. 319, CP. *Alternativa D.*

5736. **(Advogado – Camaçari-BA – 2010 – AOCP)** Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, caracteriza o crime de

(A) peculato.
(B) concussão.
(C) advocacia administrativa.
(D) condescendência criminosa.
(E) prevaricação.

RESPOSTA Art. 320, CP. *Alternativa D.*

XIII. Dos Crimes contra a Administração da Justiça

5737. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** A respeito dos crimes contra a administração da justiça, assinale a alternativa correta:

(A) Constitui crime de exercício arbitrário das próprias razões tirar, suprimir, destruir ou danificar coisa própria, que se acha em poder de terceiro por determinação judicial ou convenção.
(B) Pratica crime de favorecimento real o agente que efetivamente, auxilia a subtrair da ação da autoridade pública o autor de crime.
(C) Pedro, usando de violência contra o carcereiro, promoveu a fuga de "José de Tal" que estava legalmente preso. Nessa situação, Pedro praticou o crime de evasão mediante violência contra pessoa.
(D) Pratica crime de exploração de prestígio aquele que solicita vantagem a pretexto de influir em ato praticado apenas por funcionário público no exercício da função.
(E) Arrebatamento de preso não é crime contra a administração da justiça.

RESPOSTA (A) Corresponde ao art. 346, CP. (B) A conduta narrada se amolda ao tipo de favorecimento pessoal, previsto no art. 348, CP, e não o real, previsto no art. 349, CP. (C) A conduta narrada corresponde ao crime previsto no art. 351, § 2º, CP. (D) A exploração de prestígio, tipificada no art. 357, CP, prevê que o agente pode tanto solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, para tentar influenciar juiz, jurados, órgão do Ministério Público, funcionário da justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha. (E) O crime de arrebatamento de preso, previsto no art. 353, CP, está incluído no Capítulo III, Dos Crimes contra a Administração da Justiça. *Alternativa A.*

5738. **(Procurador – MPT – 2008)** Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado, configura o crime de:

(A) denunciação caluniosa;
(B) autoacusação falsa;
(C) comunicação falsa de crime ou de contravenção;
(D) falso testemunho ou falsa perícia;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Essa conduta é tipificada no art. 399, CP, pois a denúncia é contra a pessoa, e não sobre a ocorrência do crime. (B) Essa conduta é tipificada no art. 341, CP: o agente falsamente atribui a si a prática de um crime. (C) Essa conduta se amolda perfeitamente ao art. 340, CP. (D) Essa conduta é tipificada no art. 342, CP: o agente faz falsa afirmação ou nega a verdade, mas não provoca a ação de autoridade comunicando crime ou contravenção não verificada. *Alternativa C.*

5739. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Sobre os crimes contra a administração da Justiça, assinale a opção correta.

(A) O crime de denunciação caluniosa consiste em imputar a alguém, que se sabe inocente, a prática de crime, pois se a imputação for de prática de contravenção penal restará configurado apenas um crime contra a honra.
(B) O crime de autoacusação falsa constitui-se na conduta de acusar-se perante a autoridade de crime ou contravenção inexistente ou praticado por outrem.
(C) A pessoa que ameaça testemunha, para que esta omita informação no curso de inquérito policial, não pode responder por coação no curso do processo, mas deverá responder por crime de ameaça.
(D) O crime de favorecimento real constitui prestar a criminoso auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime. Este crime é comum, pois, em tese, pode ser praticado por qualquer pessoa, independentemente do grau de parentesco.
(E) Exigir dinheiro a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público, no exercício da função, constitui o crime de exploração de prestígio.

RESPOSTA (A) Art. 339, CP. (B) Art. 341, CP. (C) Art. 344, CP. (D) Art. 349, CP. (E) Art. 357, CP. *Alternativa D.*

5740. **(Advogado – TRENSURB – 2010 – BIORIO)** É crime contra a administração da justiça, previsto no Código Penal:

(A) favorecimento real;
(B) resistência;
(C) desacato;
(D) concussão;
(E) corrupção passiva.

RESPOSTA (A) Art. 349, CP. (B) Art. 329, CP. (C) Art. 331, CP. (D) Art. 316, CP. (E) Art. 17, CP. *Alternativa A.*

5741. **(Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP)** Sobre o crime de fraude processual, pode-se dizer que

(A) as elementares *inovar artificiosamente* constituem o objeto material do crime.
(B) as elementares *inovar artificiosamente* constituem elemento subjetivo do tipo para a doutrina tradicional.
(C) o objeto jurídico do delito é a paz pública.
(D) se trata de crime contra a administração da justiça.
(E) se interpreta *inovar artificiosamente*, numa visão tradicional do direito penal, como sendo uma possibilidade, embora de difícil configuração, de o autor do delito agir culposamente.

RESPOSTA Art. 347, CP – Título dos Crimes contra a Administração da Justiça. *Alternativa D.*

5742. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** A respeito do crime de falso testemunho, assinale a alternativa CORRETA:

(A) o fato deixa de ser punível se, mesmo depois da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o

agente se retrata ou declara a verdade;

(B) o fato deixa de ser punível se, mesmo depois da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, mas antes da sentença na ação penal, o agente se retrata ou declara a verdade;

(C) o fato jamais deixa de ser punível;

(D) o fato só deixa de ser punível se ocorrer a prescrição;

(E) o crime é apenado com reclusão de um a três anos e multa, podendo a pena ser aumentada de um sexto a um terço, se for praticado mediante suborno.

RESPOSTA (A) A retratação só é capaz de isentar de pena se o agente declarar a verdade ou se retratar antes da sentença do processo em que ocorreu o ilícito, nos termos do art. 342, § 2º, CP. (B) A retratação só é capaz de isentar de pena se o agente declarar a verdade ou se retratar antes da sentença do processo em que ocorreu o ilícito, nos termos do art. 342, § 2º, CP. (C) O fato pode deixar de ser punível se o agente se retratar ou declarar a verdade antes da sentença, conforme prega o art. 342, § 2º, CP. (D) Além da prescrição, o fato pode deixar de ser punível, nos termos do art. 342, § 2º, CP. (E) Conforme prevê o art. 342, § 1º, CP. *Alternativa E.*

XIV. Dos Crimes contra a Fé Pública

5743. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente ao tema dos crimes contra a fé pública, analise as afirmativas a seguir.

I. O crime de atestado médico falso só é punido com detenção se há intuito de lucro.

II. A simples posse de qualquer objeto especialmente destinado à falsificação de moeda constitui crime punido com pena de reclusão.

III. A reprodução ou alteração de selo ou peça filatélica que tenha valor para coleção constitui modalidade criminosa, independentemente dessa reprodução ou a alteração estar visivelmente anotada no verso do selo ou peça.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 302, parágrafo único, CP. (II) Art. 291, CP. (III) Art. 303, CP. *Alternativa B.*

5744. **(Advogado – MGI – 2009 – FUMARC)** Assinale a alternativa que contém o tipo penal do crime de falsidade ideológica:

(A) Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem.

(B) Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem.

(C) Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.

(D) Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

RESPOSTA (A) Art. 301, § 1º, CP. (B) Art. 301, CP. (C) Art. 297, CP. (D) Art. 299, CP. *Alternativa D.*

5745. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Assinale a alternativa *incorreta*:

(A) No crime de falsificação de moeda, a ação penal é pública incondicionada e o agente que falsificar, fabricar ou alterar, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro, mesmo que preenchidos os requisitos subjetivos, não terá direito ao instituto da suspensão condicional do processo.

(B) No crime de falsidade ideológica, se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

(C) No crime de uso de documento falso, o agente que fizer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, pratica um crime instantâneo de efeitos permanentes, comissivo e que não admite, em regra, a hipótese de tentativa.

(D) No crime de peculato, se o funcionário público que dolosamente se apropriar de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, voluntariamente reparar o dano antes da sentença irrecorrível, terá a extinção da punibilidade; se a reparação é posterior, terá reduzida de metade a pena imposta.

(E) No crime de advocacia administrativa, o agente que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado, legítimo ou ilegítimo, perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, pratica uma infração de menor potencial ofensivo e uma vez preenchidos os requisitos subjetivos pelo agente, terá direito ao instituto da transação penal.

RESPOSTA (A) Crimes contra a fé pública. (B) Art. 299, parágrafo único, CP. (C) Art. 304, CP. (D) Art. 312, CP. (E) Art. 321, CP. *Alternativa D.*

XV. Leis Especiais

5746. **(Procurador – MPT – 2009)** É correto afirmar que a Lei n. 7.853/89:

I. tipifica as condutas discriminatórias que negam direitos fundamentais básicos a pessoas com deficiência nas áreas da educação, da saúde, do emprego ou trabalho e de acesso ao concurso público.

II. tipifica condutas que obstaculizam a preservação de interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos de pessoas com deficiência protegidos por lei, na tramitação de inquérito civil e ajuizamento de ação civil pública.

III. tipifica condutas que obstaculizam a administração da justiça ao proteger a execução de ordem judicial no âmbito da ação civil pública para a defesa de interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos da pessoa com deficiência.

Marque a alternativa CORRETA:

(A) todos os itens são corretos;

(B) apenas os itens I e II são corretos;

(C) apenas os itens I e III são corretos;

(D) apenas os itens II e III são corretos;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) O art. 8º da referida lei prevê em seus incisos I a IV. (II) Há previsão no mesmo art. 8º, VI. (III) A Lei prevê no mesmo artigo, no inciso V. *Alternativa A.*

5747. **(Procurador – MPT – 2008)** O Decreto-lei n. 201, de 27 de fevereiro de 1967 dispõe

sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e estabelece:

I. comete crime de responsabilidade o Prefeito que concede empréstimos, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

II. a perda do cargo e a inabilitação do Prefeito, pelo prazo de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo ou função pública, efetivo ou de nomeação, poderá ocorrer após a condenação definitiva por crime de responsabilidade previsto no diploma legal em epígrafe;

III. são de ação pública os crimes de responsabilidade previstos no diploma legal em epígrafe;

IV. os crimes de responsabilidade previstos no Decreto-lei n. 201/67 estão sujeitos a julgamento pelo Poder Judiciário.

Assinale a alternativa correta:

(A) todas as assertivas acima estão corretas;

(B) apenas as assertivas I e III estão corretas;

(C) apenas as assertivas I e IV estão corretas;

(D) apenas as assertivas II e III estão corretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Conforme prevê o art. 1º, IX, Decreto-lei n. 201/67. (II) Conforme prevê o art. 1º, § 2º, Decreto-lei n. 201/67. (III) Conforme prevê o art. 1º, § 1º, Decreto-lei n. 201/67. (IV) Conforme prevê o *caput* do art. 1º, Decreto-lei n. 201/67. *Alternativa A.*

5748. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Considerando a Lei 4.898 de 1965 que trata do crime de abuso de autoridade, analise as afirmativas abaixo e assinale a incorreta:

(A) Constitui abuso de autoridade qualquer atentado, praticado por funcionário público, a incolumidade física do indivíduo.

(B) O abuso de autoridade sujeita o criminoso à responsabilidade civil, administrativa e penal, todas tratadas inclusive pela Lei 4.898/65.

(C) Levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei, constitui crime de abuso de autoridade.

(D) Ordenar ou executar medida privativa de liberdade, com as formalidades legais, constitui abuso de autoridade.

(E) A sanção penal poderá constituir na perda do cargo e na inabilitação para o exercício de qualquer outra função por prazo até três anos.

RESPOSTA (A) Corresponde ao art. 3º, *i*, Lei n. 4.898/65. (B) Corresponde ao art. 1º, Lei n. 4.898/65. (C) Corresponde ao art. 4º, *e*, Lei n. 4.898/65. (D) Só constituiria crime a conduta narrada na questão, se a ordem ou execução não cumprissem as formalidades legais, conforme assevera o art. 4º, *a*, Lei n. 4.898/65. (E) Corresponde ao art. 6º, § 3º, *c*, Lei n. 4.898/65. *Alternativa D.*

5749. **(Procurador – MPT – 2012)** NÃO constitui crime previsto na Lei n. 7.716/1989, que tipifica os ilícitos resultantes de preconceito:

(A) Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público.

(B) Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos.

(C) Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

(D) Ofender ou ameaçar alguém, por palavra, gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave, em virtude de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Corresponde ao crime resultante de preconceito, conforme dispõe o art. 8º, Lei n. 7.716/89. (B) Corresponde ao crime resultante de preconceito, conforme dispõe o art. 11, Lei n. 7.716/89. (C) Corresponde ao crime resultante de preconceito, conforme dispõe o art. 20, Lei n. 7.716/89. (D) A conduta narrada não constitui crime arrolado na Lei n. 7.716/89. Trata-se de crime de injúria real, prevista no art. 140, § 3º, CP. *Alternativa D.*

5750. **(Procurador – MPT – 2012)** NÃO constitui crime previsto na Lei n. 7.853/89, que tipifica os ilícitos praticados contra as pessoas com deficiência:

(A) Recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil pública destinada à proteção de interesses das pessoas com deficiência, quando requisitados pelo Ministério Público.

(B) Recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta.

(C) A exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez de pessoas com deficiência.

(D) Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil pública destinada à proteção de interesses das pessoas com deficiência.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Corresponde ao art. 8º, VI, Lei n. 7.853/89. (B) Corresponde ao art. 8º, I, Lei n. 7.853/89. (C) A conduta narrada é tipificada no art. 2º, I, Lei n. 9.029/95. Entretanto, a proibição não se limita às pessoas com deficiência. (D) Corresponde ao art. 8º, V, Lei n. 7.853/89. *Alternativa C.*

5751. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente ao Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003), analise as afirmativas a seguir:

I. O Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.

II. Os crimes definidos no Estatuto do Idoso são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal.

III. Aos crimes previstos no Estatuto do Idoso, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 2 (dois) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 1º, Lei n. 10.741/2003 – 60 anos. (II) Art. 95, Lei n. 10.741/2003. (III) Art. 94, Lei n. 10.741/2003 – não ultrapasse 4 anos. *Alternativa B.*

5752. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** De acordo com a Lei 8.072/90, assinale a alternativa que não apresenta um crime considerado hediondo.

(A) latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*); extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º) e envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal (art. 270).

(B) epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º); homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V) e extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º).

(C) latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*); epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º); e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V).

(D) latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*); falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, *caput* e § 1º, § 1º-A e § 1º-B); e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V).

(E) latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*); epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º); falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, *caput* e § 1º, § 1º-A e § 1º-B); e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V).

RESPOSTA (A) Art. 1º, II e III, Lei n. 8.072/90, sem previsão legal para envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal. (B) Art. 1º, VII, I e III, Lei n. 8.072/90. (C) Art. 1º, II, VII e I, Lei n. 8.072/90. (D) Art. 1º, II, VII-B e I, Lei n. 8.072/90. (E) Art. 1º, VII-B e I, Lei n. 8.072/90. *Alternativa A.*

5753. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Maurício e Sandoval, sócios da empresa 007 Construções Ltda., decidem participar de uma concorrência pública realizada pela Secretaria de Obras do Estado do Amapá para seleção da empresa encarregada de construir um estádio de futebol com vistas à Copa do Mundo que se realizará no Brasil. Como a empresa não dispõe dos documentos exigidos pelo edital – especificamente a comprovação de realização de obra semelhante em contratação com o setor público – Maurício e Sandoval falsificam ARTs (anotação de responsabilidade técnica) a fim de simular que já realizaram tais obras. A fraude surte efeito e a 007 construções é efetivamente selecionada dentre as concorrentes. Todavia, a falsificação é descoberta pouco tempo depois. Assinale a alternativa que indique o crime praticado por Maurício e Sandoval.

(A) Fraude à licitação (art. 93, Lei 8.666/93).

(B) Falsificação de documento público (art. 297, Código Penal).

(C) Falsidade ideológica (art. 299, Código Penal).

(D) Falsificação de documento particular (art. 298, Código Penal).

(E) Estelionato (art. 171, Código Penal).

RESPOSTA Trata-se de crime de fraude à licitação, que pelo estudo do conflito aparente de normas, aplica-se o Princípio da Especialidade. *Alternativa A.*

5754. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** O oferecimento da substância entorpecente *Cannabis sativa L.* (popularmente conhecida como maconha) a outrem sem objetivo de lucro e para consumo conjunto constitui o seguinte crime:

(A) posse de drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar para consumo pessoal (art. 28, da Lei 11.343/2006), punido com penas de advertência, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

(B) conduta equiparada ao crime de tráfico de drogas (art. 33, § 3º, da Lei 11.343/2006) punido com pena de detenção seis meses a um ano, pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas de advertência, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

(C) cultivo de plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica para uso pessoal (art. 28, § 1º, da Lei 11.343/2006) punido com penas de advertência, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

(D) tráfico de drogas (art. 33, da Lei 11.343/2006), punido com pena de reclusão de cinco a quinze anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.
(E) posse de drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar para consumo pessoal (art. 28, da Lei 11.343/2006), punido com penas de detenção de seis meses a dois anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

RESPOSTA Questão autoexplicativa. *Alternativa B.*

5755. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** José da Silva dirigia seu automóvel em velocidade acima da permitida e de forma imprudente. Ao passar por um cruzamento, José não percebe que o sinal estava vermelho e atropela Maria de Souza, que vem a sofrer uma fratura exposta na perna direita e fica mais de 30 dias impossibilitada de desenvolver suas ocupações habituais. A fim de socorrer a vítima, José da Silva para o carro, sai do veículo e retira Maria do meio da via. Contudo, ao ver um grupo de pessoas vociferando e gritando “assassino!”, “pega!” e “lincha!”, José retorna para seu veículo e se evade do local, sendo parado alguns metros adiante por uma patrulha de policiais militares que o levam preso em flagrante à Delegacia de Polícia. Com base no relato acima, analise as afirmativas a seguir:

I. Segundo a lei 9.503/97 (Código Nacional de Trânsito), José não poderia ser preso em flagrante porque prestou socorro à vítima e só não permaneceu no local porque corria risco pessoal.
II. José praticou o crime de lesão corporal culposa grave na direção de veículo automotor.
III. José praticou o crime do art. 305, da Lei 9.503/97 (Afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída).

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 304, Lei n. 9.503/97. (II) Art. 303, Lei n. 9.503/97 – apenas lesão corporal. (III) José somente se ausentou porque corria risco pessoal. *Alternativa A.*

5756. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente à Lei de Drogas (Lei 11.343/2006), analise as afirmativas a seguir:

I. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos na Lei de Drogas, é permitida a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, mediante autorização do Ministério Público.
II. O crime de tráfico de drogas (art. 33, da Lei 11.343/2006) é inafiançável, insuscetível de graça, indulto, anistia, liberdade provisória e livramento condicional.
III. Uma vez encerrado o prazo do inquérito, e não havendo diligências necessárias pendentes de realização, a autoridade de polícia judiciária relatará sumariamente as circunstâncias do fato, justificando as razões que a levaram à classificação do delito, indicando a quantidade e natureza da substância ou do produto apreendido, o local e as condições em que se desenvolveu a ação criminosa, as circunstâncias da prisão, a conduta, a qualificação e os antecedentes do agente.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

RESPOSTA (I) Art. 53, I, Lei n. 11.343/2006. (II) Art. 44, Lei n. 11.343/2006 – OBS.: STF declarou a inconstitucionalidade dos dispositivos da lei de drogas que impedem a liberdade provisória para acusados de tráfico de drogas. (III) Art. 52, I, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa C.*

5757. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Um empresário não inscrito no cadastro fiscal comercializa, há mais de 2 anos, mercadorias sujeitas à incidência do ICMS sem emitir notas fiscais e sem recolher o tributo no prazo estabelecido em lei. A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar, acerca do crime contra a ordem tributária previsto na Lei n. 8.137/1990, que

(A) o dolo exigido na prática do crime é o dolo específico e não o genérico.
(B) o fato enquadra-se na tentativa do crime tributário, uma vez que o empresário não era inscrito no cadastro fiscal.
(C) o crime tributário pode ser praticado inclusive na modalidade culposa.
(D) o fato subsume-se ao tipo previsto na lei de referência como consumado, uma vez que se trata de crime material e ocorreu o resultado quando o empresário deixou de recolher o tributo no prazo estabelecido em lei.
(E) o crime é de mera conduta e, portanto, seu resultado ocorreu desde a data da não inscrição do empresário como contribuinte no cadastro fiscal.

RESPOSTA (A) O tipo penal descrito no art. 1º, Lei n. 8.137/90, exige apenas o dolo genérico, não sendo essencial o dolo específico ou especial fim de agir. (B) Crimes que não admitem tentativa. (C) Exige a conduta dolosa do contribuinte. (D) O crime em tela, por ser crime material, depende da efetiva exoneração do contribuinte de adimplir adequadamente a obrigação tributária, seja pela redução ou pela diminuição dos valores a serem repassados ao Fisco. (E) Trata-se de crime material, e não de mera conduta. *Alternativa D.*

5758. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Suponha que todos os revendedores de gás liquefeito de petróleo (GLP) ajustem artificialmente preço final de venda do produto em determinada localidade. A esse respeito, é correto afirmar que

(A) o ajuste é comum e em nada influencia na concorrência entre as empresas.
(B) há, em princípio, um ilícito penal a ser apurado que se subsume ao crime contra o consumidor.
(C) o fato descrito encarta-se como crime contra a ordem econômica.
(D) a relação de consumo é afetada pela conduta descrita; portanto, há contravenção praticada contra a economia popular.
(E) a investigação a respeito do caso ficará a cargo da Polícia Federal, em virtude de que a União possui o monopólio de distribuição do GLP no Brasil.

RESPOSTA Art. 4º, Lei n. 8.137/90. *Alternativa C.*

5759. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** Sobre a Lei n. 4.898/1965, que regula o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade, é correto afirmar que:

(A) considera-se autoridade, para os efeitos dessa lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública de modo definitivo e mediante remuneração.
(B) o processo administrativo disciplinado na referida lei será sempre sobrestado para o fim de

aguardar a decisão da ação penal ou civil.

(C) a ação penal nos crimes tratados por essa lei é pública incondicionada.

(D) a ação penal depende de representação do ofendido, que será exercida por meio de petição dirigida à autoridade policial.

(E) o crime de abuso de autoridade consistente no atentado à liberdade de locomoção admite tentativa.

RESPOSTA (A) Art. 5º, Lei n. 4.898/65. (B) Art. 7º, § 3º, Lei n. 4.898/65. (C) Art. 12, Lei n. 4.898/65. (D) Art. 9º, Lei n. 4.898/65. (E) Inexiste tentativa nos crimes do art. 3º, Lei n. 4.898/65, posto que não há tentativa de crime de atentado. Nos crimes do art. 4º, Lei n. 4.898/65, admite-se tentativa. *Alternativa C.*

5760. (Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB) A respeito da disciplina normativa prevista na Lei n. 11.343/2006, também conhecida como Lei Antidrogas, é correto afirmar que:

(A) a infiltração de agentes de polícia é expressamente vedada na investigação dos crimes previstos nessa lei.

(B) nos crimes tratados por essa lei, o inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias se o indiciado estiver preso, e de 60 (sessenta) dias, quando solto.

(C) a conduta daquele que traz consigo droga sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar para uso próprio, submete-se ao procedimento estabelecido na Lei n. 9.099/95.

(D) no crime de tráfico ilícito de entorpecentes, a denúncia poderá ser oferecida sem o laudo prévio, desde que, no momento da sentença, já exista laudo definitivo confirmando a natureza da substância.

(E) na defesa prévia, somente poderão ser arroladas testemunhas e requeridas diligências.

RESPOSTA (A) Art. 53, I, Lei n. 11.343/2006. (B) Art. 51, Lei n. 11.343/2006. (C) Art. 48, § 1º, Lei n. 11.343/2006. (D) Art. 50, § 1º, Lei n. 11.343/2006, somente a lavratura do auto de prisão em flagrante é possível sem a presença do laudo prévio. (E) Art. 55, § 1º, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa C.*

5761. (Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB) Caio, Delegado de Polícia, percebe que, na sala ao lado, Antônio, agente policial lotado em sua Delegacia, submete Tício, preso em flagrante, a sofrimento físico mediante violência, como forma de aplicar-lhe castigo pessoal. Caio nada fez para impedir tal conduta. Pode-se afirmar que Caio e Antônio cometeram as seguintes condutas, respectivamente:

(A) Caio será punido por sua omissão na forma da Lei n. 9.455/1997 e Antônio responderá pelo crime de tortura.

(B) Caio será punido por sua omissão na forma da Lei n. 9.455/1997 e Antônio não responderá por crime algum, por ser seu subordinado.

(C) Caio não praticou crime algum e Antônio cometeu o crime de tortura.

(D) Caio responderá pelo crime de constrangimento ilegal em concurso de agentes com Antônio.

(E) Caio não praticou crime algum e Antônio responderá pelo crime de abuso de autoridade.

RESPOSTA Caio será punido por omissão de acordo com o art. 1º, II, § 2º, Lei n. 9.455/97, e Antônio responderá pelo crime do art. 1º, II, mesmo diploma legal. *Alternativa A.*

5762. (Delegado – PC-GO – 2008 – UEG) Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos legais ou visarem à frustração dos objetivos da licitação sujeitam-se às sanções administrativas, civis e criminais. Sobre as condutas criminais, no chamado Direito Penal das Licitações, é CORRETO afirmar:

(A) os delitos previstos na Lei de Licitações não permitem a subsequente prática do crime de lavagem de dinheiro.
(B) o tipo penal do art. 90 da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações), consistente em "frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação" encerra um crime unissubjetivo.
(C) o tipo penal descrito no art. 89 da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações), consistente na conduta de "dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade", é crime de mão própria, portanto não admite coautoria e participação.
(D) o servidor público que patrocina interesse privado em confronto com o da Administração, promovendo o início de procedimento licitatório ou a celebração de contrato, pratica o crime descrito no art. 321 do Código Penal (advocacia administrativa).

RESPOSTA (A) A questão foi elaborada em 2008, ocasião em que os crimes de lavagem de dinheiro ainda traziam um rol de crimes antecedentes. Contudo, mesmo naquela época já era possível termos os delitos previstos na Lei de Licitações como crimes antecedentes da Lavagem de Dinheiro, o que faz com que esta assertiva esteja incorreta. Cabe ressaltar, apenas, que, atualmente, qualquer infração penal pode ser considerada antecedente para a Lavagem de Dinheiro. (B) Trata-se de crime monossubjetivo ou unissubjetivo. Nesses casos, o concurso de pessoas é eventual, uma vez que tais crimes podem ser praticados por um único agente. (C) Tal ato é delegável e podemos falar em participação. (D) O art. 91, Lei de Licitações, trata com especialidade sobre a advocacia administrativa prevista no CP. *Alternativa B.*

5763. (Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL) "A", depois de consumir cocaína e sob o efeito dessa substância, conduziu uma pequena embarcação a motor de sua propriedade, na praia, expondo a risco a incolumidade de outrem, com as manobras perigosas que fazia. Pode-se afirmar que, assim agindo, "A" praticou:
(A) crime de "direção perigosa", previsto na Lei n. 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).
(B) contravenção penal de "direção perigosa".
(C) crime previsto na Lei n. 11.343/06 (Lei sobre Drogas).
(D) mera infração administrativa.

RESPOSTA Crime previsto no art. 39, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa C.*

5764. (Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL) Analise as alternativas e assinale a correta.
(A) Os crimes de abuso de autoridade são delitos de dupla subjetividade passiva: o sujeito passivo imediato é a pessoa que sofre a ação ou omissão criminosa; o sujeito passivo mediato é o Estado, titular da Administração Pública, pois sempre que um abuso é praticado a função pública não está sendo desempenhada corretamente. Assim sendo, se o abuso de autoridade é praticado por servidor federal, o sujeito passivo mediato do crime é a União e, por isso, a competência para processar e julgar o funcionário é da Justiça Federal.
(B) A Lei de Abuso de Autoridade é um diploma legal exclusivamente penal. As sanções penais são: a) advertência; b) suspensão temporária do cargo, função ou posto; c) destituição da função; d) demissão; e) multa; e f) penas privativas de liberdade (detenção/reclusão). As penas referidas nos itens "a" a "d" são classificadas doutrinariamente como penas acessórias.
(C) As condutas típicas previstas na Lei de Abuso de Autoridade são crimes funcionais. No processamento de tais delitos deve ser facultada a defesa preliminar ao denunciado, antes do

recebimento da denúncia, nos termos do Código de Processo Penal.

(D) Nos crimes de Abuso de Autoridade a denúncia deve ser apresentada em três vias, dentro do prazo de 72 horas a contar do recebimento do inquérito ou das peças de informação.

RESPOSTA (A) Trata-se de *habeas corpus* em que o paciente afirma ser incompetente a Justiça Federal para processar o feito em que é acusado pelo crime de abuso de autoridade. Na espécie, após se identificar como delegado de Polícia Federal, ele teria exigido os prontuários de atendimento médico, os quais foram negados pela chefe plantonista do hospital, vindo, então, a agredi-la. A Turma, por maioria, entendeu que, no caso, não compete à Justiça Federal o processo e julgamento do referido crime, pois interpretou restritivamente o art. 109, IV, da CF/1988. A simples condição funcional de agente não implica que o crime por ele praticado tenha índole federal, se não comprometidos bens, serviços ou interesses da União e de suas autarquias públicas. Precedente citado: CC 1.823-GO, *DJ* 27-5-1991. HC 102.049-ES, Rel. Min. Nilson Naves, julgado em 13-4-2010. (B) São sanções administrativas, art. 6º, § 1º, Lei n. 4.898/65. (C) Nos crimes de abuso de autoridade, não é cabível a defesa preliminar a que se refere o art. 514 do Código de Processo Penal, uma vez que a Lei n. 4.898/65, reguladora deste gênero de delito, prevê, para tais hipóteses, procedimento específico a ser observado. Não há falar, pois, em nulidade por falta de notificação do acusado. Além disso, o oferecimento da denúncia foi precedido de inquérito policial. (D) Art. 13, § 1º, Lei n. 4.898/65. *Alternativa A.*

5765. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** “Caio”, proprietário da empresa de segurança e transporte de valores “Vaisegur”, deixou de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal a perda de uma arma de fogo utilizada na atividade típica da empresa, nas primeiras 24 horas depois de constatado o “sumiço” deste objeto. Considere o enunciado acima e assinale a alternativa correta.

(A) Se “Caio” agiu culposamente responderá pela modalidade fundamental do crime de omissão de cautela, previsto na Lei n. 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento).

(B) “Caio” não cometeu crime algum, pois o fato é penalmente atípico.

(C) Se “Caio” se omitiu dolosamente, deve responder por modalidade equiparada ao crime de omissão de cautela, prevista na Lei n. 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento). Se a omissão foi culposa não haverá crime.

(D) “Caio” somente responderá pelo crime de omissão de cautela se terceiro, que tenha se apoderado da arma de fogo, passar a utilizá-la indevidamente, e desde que ele não tenha nas as primeiras 24 horas depois de constatado o “sumiço” da arma, registrado boletim de ocorrência a respeito.

RESPOSTA Conduta que se amolda ao art. 13, parágrafo único, Lei n. 10.826/2003. Princípio da Especialidade. *Alternativa C.*

5766. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** “Crácio” encontrou o ancião “Mévio”, 80 anos de idade e inválido, ferido em consequência de um desabamento, sem condições de socorrer-se por suas próprias forças. Dolosamente, deixou de prestar-lhe assistência, embora fosse possível fazê-lo sem risco pessoal, na expectativa de que outrem o socorresse. Da omissão resultou a morte de “Mévio”. “Crácio” responderá por:

(A) modalidade especial de omissão de socorro prevista no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03), qualificada pelo resultado morte (preterdolo).

(B) crime de omissão de socorro, qualificado pelo resultado morte (preterdolo), previsto no Código Penal.

(C) crime de abandono de incapaz, qualificado pelo resultado morte (preterdolo), previsto no Código Penal.

(D) crime de homicídio culposo, com aumento de pena, pois a vítima era maior de 60 (sessenta) anos.

RESPOSTA Conduta que se amolda ao art. 97, parágrafo único, Lei n. 10.741/2003. Princípio da Especialidade. *Alternativa A.*

5767. (Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL) Um Delegado de Polícia, depois de lavrado o termo de apreensão de um adolescente apreendido em situação de flagrante ato infracional (crime de homicídio), de propósito, deixou de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido, como ele lhe pedira. O Delegado praticou:

(A) nenhum crime, pois não tinha obrigação de fazer tais comunicações.
(B) crime comissivo por omissão, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
(C) crime omissivo, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90).
(D) crime de abuso de autoridade, previsto na Lei n. 4.898/65.

RESPOSTA Conduta que se amolda ao art. 231, Lei n. 8.069/90. Princípio da Especialidade. *Alternativa C.*

5768. (Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL) O Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671/03) define como crimes as condutas abaixo, exceto

(A) invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos.
(B) fraudar, por qualquer meio, o resultado de competição esportiva.
(C) prometer vantagem não patrimonial com o fim de alterar o resultado de competição desportiva.
(D) aceitar para si vantagem patrimonial com o fim de falsear o resultado de competição esportiva.
(E) constranger, mediante violência ou grave ameaça, dirigente de entidade responsável pela organização da competição com o fim de falsear o resultado de evento esportivo.

RESPOSTA (A) Art. 39-A. (B) Art. 41-E. (C) Art. 41-D. (D) Art. 41-C. (E) Sem previsão legal. *Alternativa E.*

5769. (Delegado – PC-PR – 2007 – UFPR) Sobre o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), considere as seguintes afirmativas:

1. Constitui circunstância agravante ter o condutor do veículo cometido a infração quando sua profissão ou atividade exigir cuidados especiais com o transporte de passageiros ou de carga.
2. O artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que exige que decorra do fato delituoso perigo de dano, derrogou o artigo 32 da Lei de Contravenções Penais no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres.
3. A prática de homicídio culposo na direção de veículo automotor tem a pena majorada se o agente estiver sob a influência de álcool ou substância tóxica.
4. A prática de homicídio culposo na direção de veículo automotor e lesão corporal culposa na direção de veículo automotor são crimes de ação penal pública incondicionada.

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
(B) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
(C) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
(D) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
(E) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

RESPOSTA 1. Art. 298, V, CTB. 2. Art. 309. Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano: Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa. 3. Art. 302, V, CTB – revogado. 4. Lesão corporal culposa é condicionada a representação. *Alternativa B.*

5770. (Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH) Considerando as disposições penais previstas na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – identifique a alternativa em que está descrita

situação não tipificada como crime.

(A) Omitir, de forma culposa, dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade.

(B) Executar serviço de alto grau de periculosidade, contrariando determinação de autoridade competente.

(C) Empregar na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, ainda que haja autorização do consumidor.

(D) Utilizar, na cobrança de dívidas, de procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer.

(E) Dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros.

RESPOSTA (A) Art. 63, CDC. (B) Art. 65, CDC. (C) Art. 70, CDC. (D) Art. 71, CDC. (E) Art. 72, CDC. *Alternativa C.*

5771. **(Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH)** Considerando os termos do art. 28 da Lei n. 11.343/06 – "Lei de Drogas", analise as seguintes alternativas e marque a incorreta.

(A) O núcleo do tipo consiste nas ações de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar e trazer consigo. Mas o dispositivo também trata do agente que semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

(B) O elemento subjetivo para as ações previstas no dispositivo é o dolo voltado para o consumo pessoal. O objeto material é droga e objeto jurídico a saúde do autor das condutas.

(C) O autor das condutas descritas no dispositivo não fica sujeito à pena privativa de liberdade. Uma das sanções possíveis é a prestação de serviços à comunidade, que será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados, sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

(D) Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

(E) As penas de prestação de serviços à comunidade e de comparecimento à programa ou curso educativo serão aplicadas pelo prazo máximo de cinco meses e, em caso de reincidência, serão aplicadas pelo prazo máximo de dez meses.

RESPOSTA (A) Art. 28, Lei n. 11.343/2006. (B) O objeto jurídico é a saúde pública. (C) Art. 48, § 2º, Lei n. 11.343/2006. (D) Art. 28, § 2º, Lei n. 11.343/2006. (E) Art. 28, § 3º, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa B.*

5772. **(Delegado – PC-PE – 2006 – IPAD)** Com relação à Lei de Tortura (lei 9455/97), assinale a alternativa correta:

(A) O condenado a pena de detenção cumprirá sua pena em regime integralmente fechado, por ser lei equiparada a crime hediondo.

(B) Como lei equiparada a crime hediondo que é, recebe todas as suas consequências.

(C) O regime prisional do condenado será o inicialmente fechado.

(D) O crime de tortura só pode ser cometido por funcionário público no exercício da função, logo é crime formal.

(E) Não é considerado tortura, constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça,

causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa.

RESPOSTA (A) Art. 1º, § 7º, Lei n. 9.455/97. (B) Art. 2º, I e II, e parágrafos, Lei n. 8.072/90. (C) Art. 1º, § 7º, Lei n. 9.455/97. (D) Sujeito ativo: qualquer pessoa. (E) Art. 1º, I, *c*, Lei n. 9.455/97. *Alternativa C.*

5773. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** A Lei de execução penal atribui ao diretor do estabelecimento prisional a competência de decidir sobre:

(A) autorização para saída temporária do estabelecimento para os presos em regime semiaberto, a fim de participarem de atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

(B) junto a qual programa comunitário ou estatal o preso trabalhará gratuitamente, a fim de cumprir pena de prestação de serviços à comunidade.

(C) remição de pena para presos em regime fechado, à razão de um dia de pena para cada três dias trabalhados.

(D) permissão de saída para os presos provisórios, em caso de falecimento do cônjuge.

RESPOSTA Art. 120, parágrafo único, Lei n. 7.210/84. As demais alternativas não correspondem às atribuições conferidas ao diretor do estabelecimento prisional. *Alternativa D.*

5774. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa que retrata o entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal.

(A) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei n. 8.137/90, antes de exaurida a discussão na esfera cível.

(B) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei n. 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.

(C) Não se tipifica crime contra a ordem tributária antes de exaurida a discussão na esfera cível.

(D) Não se tipifica crime contra a ordem tributária antes do lançamento definitivo do tributo.

RESPOSTA Súmula Vinculante 29. *Alternativa B.*

5775. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** O legislador elegeu como circunstâncias preponderantes, sobre o previsto no artigo 59 do Código Penal Brasileiro, para a fixação das penas nos crimes de tráfico de drogas, Lei n. 11.343/06, a natureza e quantidade da substância,

(A) a culpabilidade e a personalidade do agente.

(B) a reincidência e a culpabilidade do agente.

(C) a culpabilidade, as circunstâncias e as consequências do crime.

(D) a personalidade e a conduta social do agente.

RESPOSTA Art. 59 – O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime. *Alternativa D.*

5776. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Nas últimas décadas, a prática conhecida como “lavagem de dinheiro” tornou-se um dos principais desafios a ser enfrentado pelos Governos. Esta atividade vem sendo adotada por organizações criminosas para diversos tipos de crimes. A criminalização desta conduta no Brasil foi instituída pela Lei n. 9.613/1998, que foi modificada pela Lei n. 10.467/2002 e pela Lei n. 10.701/2003, com base nestas legislações, é correto afirmar que

(A) a legislação mencionada cinge-se ao direito material penal.

(B) lavagem de dinheiro é sinônimo de crime de receptação.

(C) o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF é órgão do Banco Central criado pela Lei n. 9.613/1998.

(D) os crimes capitulados na Lei n. 9.613/1998 são de ação penal pública condicionada.

(E) a lavagem de dinheiro pode ocorrer em crimes contra o sistema financeiro nacional.

RESPOSTA (A) Legislação especial. (B) Lavagem de dinheiro é uma expressão que se refere a práticas econômico-financeiras que têm por finalidade dissimular ou esconder a origem ilícita de determinados ativos financeiros ou bens patrimoniais, de forma que tais ativos aparentem uma origem lícita ou que, pelo menos, a origem ilícita seja difícil de demonstrar ou provar. É dar fachada de dignidade a dinheiro de origem ilegal. Receptação é o ato de adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte. (C) Lei n. 12.683/2012. (D) Ação Penal pública incondicionada. (E) O legislador brasileiro acolhe o sistema restrito, segundo o qual o delito prévio está expressamente previsto em lei. Por questões de política criminal, decidiu-se incluir um grupo de delitos concretos como idôneos para gerar os bens objeto material do delito de lavagem. Dentre os delitos antecedentes, estão previstos os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, aqueles elencados na Lei n. 7.492/86, e os crimes praticados por organização criminosa. *Alternativa E.*

5777. **(Analista – DPE-TO – 2012 – UFT)** Nos termos da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84), relativamente à Defensoria Pública, é INCORRETO afirmar:

(A) As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais.

(B) Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.

(C) Requerer a instauração dos incidentes de excesso ou desvio de execução.

(D) Visitará esporadicamente os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.

RESPOSTA (A) Art. 16, Lei n. 7.210/84. (B) Art. 16, § 3º, Lei n. 7.210/84. (C) Art. 67, II, *b*, Lei n. 7.210/84. (D) Art. 68, parágrafo único, Lei n. 7.210/84. *Alternativa D.*

5778. **(Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS)** Sobre crimes em espécie, considere as afirmações abaixo.

I. O funcionário público que exigir vantagem indevida, para si ou para outrem, apenas poderá ser responsabilizado pelo delito de concussão se estiver, no momento da exigência, em pleno e efetivo exercício da função pública.

II. Iludir, totalmente, o pagamento de imposto devido pela entrada de mercadoria lícita no território nacional caracteriza o delito de contrabando, enquanto a ilusão, em parte, do referido pagamento, caracteriza o delito de descaminho.

III. Constatada a prática de violência doméstica contra a mulher, nos termos da Lei n. 11.340/2006, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, a proibição de frequentar determinados lugares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.

IV. Os crimes hediondos, a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, progressão de regime, graça, indulto e fiança.

V. Comete o crime de corrupção passiva (art. 317 do CP) tanto o particular que oferece vantagem indevida, como o servidor público que aceita a promessa de tal vantagem, em concurso de agentes.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.

(B) Apenas II.

(C) Apenas III.

(D) Apenas II, IV e V.
(E) Apenas III, IV e V.

RESPOSTA (I) Para caracterizar o crime de concussão, conforme o art. 316, CP, a exigência da vantagem indevida pode ter ocorrido ainda que o funcionário esteja fora da função ou antes de assumi-la. (II) Iludir total ou parcialmente o pagamento de imposto caracteriza crime de descaminho. Contrabando se dá quando determinada mercadoria proibida adentra no Brasil. (III) É o que dispõe o art. 19, § 1º, Lei n. 11.340/2006. (IV) Não existe vedação alguma à progressão de regime, em se tratando de crimes hediondos e equiparados. (V) Nessa situação, temos duas infrações penais distintas. O particular que oferece a vantagem indevida comete o crime de corrupção ativa (art. 333, CP), ao passo que o servidor que aceita a promessa de tal vantagem, pratica o crime de corrupção passiva (art. 317, CP). *Alternativa C.*

5779. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Sobre a Lei de Tortura, assinale a alternativa *incorreta*.

(A) O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
(B) O regime inicial de cumprimento da pena pela prática de crime previsto na Lei de Tortura será, obrigatoriamente, o regime fechado.
(C) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
(D) Constitui crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
(E) A Lei de Tortura aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

RESPOSTA (A) Art. 1º, § 6º, Lei n. 9.455/97. (B) Art. 1º, § 7º, Lei n. 9.455/97. (C) Art. 1º, § 5º, Lei n. 9.455/97. (D) Art. 1º, II, Lei n. 9.455/97. (E) Art. 2º, Lei n. 9.455/97. *Alternativa B.*

5780. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Acerca da violência familiar e doméstica contra a mulher (lei 11.340/2006), marque a opção correta:

(A) são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre outras: a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral, desde que não praticadas pelo cônjuge;
(B) constitui violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, seja no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto;
(C) somente são cabíveis medidas de proteção e urgência em favor da mulher quando houver sido praticada uma conduta que cause violência doméstica e familiar e haja pedido formal do Ministério Público;
(D) nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a lei 11.340/06 somente será admitida a renúncia à representação na presença do juiz, independentemente da oitiva do Ministério Público;
(E) a lei 11.340/06 veda a aplicação de penas de prestação de serviços comunitários ou de penas de cestas básicas, mas possibilita a substituição da pena privativa por pagamento isolado de multa.

RESPOSTA (A) Art. 7º, e incisos, Lei n. 11.340/2006. (B) Art. 5º, Lei n. 11.340/2006. (C) Art. 19, Lei n. 11.340/2006. (D) Art. 16, Lei n. 11.340/2006. (E) Art. 17, Lei n. 11.340/2006. *Alternativa B.*

5781. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Acerca dos crimes previstos pela lei 11.343/06 (que define os crimes de posse para uso e tráfico ilícito de drogas), marque a alternativa errada:

(A) nos casos de prática de conduta de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, será submetido à pena privativa de liberdade que poderá ser substituída por advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade ou uma medida educativa de comparecimento a um programa ou curso educativo;

(B) o crime de oferecer droga, eventualmente, e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem é de competência do Juizado Especial Criminal;

(C) o crime de associação para o tráfico exige, para a sua configuração, que duas ou mais pessoas se associem para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos pelos artigos 33, *caput* e § 1º, 34 e 36 da Lei 11.343/06;

(D) o agente que colaborar como informante, com grupo, organização ou associação destinados à prática de qualquer dos crimes previstos pelos artigos 33, *caput* e § 1º e 34 da Lei 11.343/06 estará sujeito a uma pena menor, ou seja, a uma pena de reclusão de dois a seis anos e pagamento de multa;

(E) os crimes de tráfico ilícito (artigos 33, *caput* e § 1º e 34) e de colaboração com o tráfico (artigo 37) são inafiançáveis e insuscetíveis de *sursis*, graça, indulto e anistia e liberdade provisória.

RESPOSTA (A) Art. 28, I, II e III, Lei n. 11.343/2006. (B) Art. 48, § 5º, Lei n. 11.343/2006. (C) Art. 35, Lei n. 11.343/2006: associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, *caput* e § 1º, e 34 desta Lei. (D) Art. 37, Lei n. 11.343/2006. (E) Art. 44, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa A.*

5782. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Sobre os crimes contra o meio ambiente definidos pela Lei 9.605/98, assinale o que for correto:

(A) as penas privativas de liberdade podem ser substituídas pelas penas restritivas de direitos quando se tratar de crime culposo ou quando a pena privativa de liberdade aplicada for inferior a 4 anos e quando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que a substituição seja suficiente para efeitos de reprovação e prevenção do crime;

(B) cabe a suspensão condicional da pena nos crimes definidos pela Lei 9.605/98 quando a pena aplicada não for superior a 4 anos;

(C) a prestação de serviços à comunidade somente será admitida na modalidade de desempenho de tarefas gratuitas junto a parques e jardins públicos e unidades de conservação, mesmo nos casos de danos em bens particulares;

(D) a Lei 9.605/98 prevê a responsabilização das pessoas jurídicas apenas no âmbito civil e administrativo;

(E) não há possibilidade de desconsideração de personalidade da pessoa jurídica, quando houver obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

RESPOSTA (A) Art. 7º, I e II, Lei n. 9.605/98. (B) Art. 16, Lei n. 9.605/98. (C) Art. 9º, Lei n. 9.605/98. (D) Art. 3º, Lei n. 9.605/98. (E) Art. 4º, Lei n. 9.605/98. *Alternativa A.*

5783. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Acerca do crime de tortura previsto pela Lei 9.455/97, marque a alternativa errada:

(A) constitui crime de tortura a conduta de constranger alguém com emprego de violência ou grave

ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou terceira pessoa, bem como para provocar ação ou omissão de natureza criminosa, dentre outras hipóteses;

(B) constitui também crime de tortura, a submissão de alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com o emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, dentre outras hipóteses;

(C) a pessoa que se omite em face das condutas definidas como crime de tortura, quando tenha o dever de evitá-las ou apurá-las, responde por crime também e está sujeito às mesmas penas previstas para o crime de tortura;

(D) a condenação por crime de tortura praticado por funcionário público acarreta a perda do cargo, função ou emprego público, bem como a interdição para o seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada;

(E) os crimes de tortura são inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia.

RESPOSTA (A) Art. 1º, I, *a*, *b* e *c*, Lei n. 9.455/97. (B) Art. 1º, II, Lei n. 9.455/97. (C) Art. 1º, § 2º, Lei n. 9.455/97. (D) Art. 1º, § 5º, Lei n. 9.455/97. (E) Art. 1º, § 6º, Lei n. 9.455/97. *Alternativa C.*

5784. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Aquele que oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, está sujeito à pena de

(A) medida educativa de comparecimento a programa e curso educativo e prestação de serviços à comunidade, apenas.

(B) advertência sobre os efeitos das drogas e prestação de serviços à comunidade, apenas.

(C) reclusão, de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

(D) detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 28 da Lei n. 11.343/06.

RESPOSTA Art. 33, § 3º, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa D.*

5785. **(Procurador – MP-MG – 2011)** Os crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90) terão a pena elevada, na segunda fase de sua aplicação, quando cometidos em detrimento de pessoas que apresentem certas condições subjetivas. Estão previstas entre essas circunstâncias, EXCETO:

(A) crime praticado em detrimento de operário.

(B) crime praticado em detrimento de analfabeto.

(C) crime praticado em detrimento de menor de 18 ou maior de 60 anos.

(D) crime praticado em detrimento de portador de deficiência mental, ainda que não interditado.

RESPOSTA (A) Art. 76, IV, *b*, CDC. (B) Sem previsão legal. (C) Art. 76, IV, *b*, CDC. (D) Art. 76, IV, *b*, CDC. *Alternativa B.*

5786. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Analise as proposições sobre a Lei de Execução Penal e marque a alternativa correta.

I. Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.

II. Os estabelecimentos destinados a mulheres deverão possuir, exclusivamente, agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas.

III. A ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução, nos casos em que ocorra a saída temporária quando do cumprimento de pena no regime semiaberto.

IV. Tratando-se de livramento condicional, praticada pelo liberado outra infração penal, o Juiz somente poderá ordenar a sua prisão, depois de ouvir o Conselho Penitenciário e o Ministério Público, devendo suspender o curso do livramento condicional, cuja revogação, entretanto, ficará dependendo da decisão final.

(A) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.

(B) Somente as alternativas I e II estão corretas.

(C) Todas as alternativas estão corretas.

(D) Somente a alternativa IV está correta.

RESPOSTA (I) Art. 83, § 2º, LEP. (II) Art. 75, § 2º, LEP. (III) Art. 122, parágrafo único. (IV) Arts. 86 e 87, CP. *Alternativa A.*

5787. **(Promotor – MP-SC – 2011)** Questão:

I. É pressuposto do crime de receptação a existência de crime anterior. No entanto, a receptação será punida, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime anterior, regra aplicável tanto à receptação dolosa quanto à culposa.

II. É uma modalidade do crime de tortura, previsto na Lei n. 9.455/97, submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou constrangimento não autorizado em lei.

III. Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade configura crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90).

IV. Conduzir embarcação após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem constitui contravenção penal prevista no Decreto-lei n. 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais).

V. O crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio não admite a tentativa.

(A) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.

(C) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas I e V estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 180, CP. (II) Art. 1º, II, Lei n. 9.455/97. (III) Art. 242, ECA. (IV) Art. 34, Lei de Contravenções Penais. (V) Trata-se de crime formal, portanto, não admite tentativa. *Alternativa E.*

5788. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Com respeito à Lei n. 8.429, de 1992, que, regulamentando o art. 37, § 4º, da Constituição Federal, dispõe sobre os atos de improbidade administrativa e sua penalização, assinale a opção correta no que se refere ao prazo de preclusão para a propositura da ação de improbidade administrativa no serviço público federal.

(A) 1 ano após o cometimento do ato ímprobo.

(B) 2 anos após a exoneração de cargo em comissão.

(C) 5 anos após o término do exercício do mandato.

(D) 10 anos após a aposentadoria no cargo.

(E) 3 anos após a exoneração de função de confiança.

RESPOSTA Art. 23, II, Lei n. 8.429/92. *Alternativa C.*

5789. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Assinale a opção correta a respeito dos crimes da lei de licitações.

(A) O conceito de servidor público perante a lei de crimes de licitação é oriundo do Código Penal brasileiro.
(B) O ocupante de emprego público em sociedade de economia mista não é considerado servidor público para a lei de crimes de licitação.
(C) A referida lei não protege o princípio da competitividade em tipos penais nela existentes.
(D) Os tipos existentes nessa lei carecem de aplicação imediata por não preverem penas específicas.
(E) Distinto do Código Penal, o valor da pena pecuniária consiste no pagamento de quantia fixada em sentença levando-se em conta o valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferida pelo agente.

RESPOSTA (A) Art. 84, Lei de Licitações. (B) Art. 84, § 1º, Lei de Licitações. (C) Art. 23, § 1º, Lei de Licitações. (D) Seção III, Dos crimes e das penas. (E) Art. 99, Lei de Licitações. *Alternativa E.*

5790. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** No dia 02 de agosto de 2009, Valdilene compareceu à 14ª Delegacia de Polícia e disse que seu filho Valdilucas, com 24 anos, havia sido agredido por policiais, que estavam na comunidade onde reside a fim de prenderem pessoas envolvidas com o tráfico de drogas. Segundo narrou ao Delegado, os policiais abordaram algumas pessoas que estavam na rua, dentre elas o seu filho e, sem motivo aparente, deram vários tapas no rosto de Valdilucas, sendo certo que não ficaram marcas das agressões. Como deve proceder o Delegado?

(A) Receber aquela informação como uma notícia-crime, necessitando da representação de Valdilucas para instaurar inquérito policial e apurar crime de abuso de autoridade, para o qual a lei prevê a necessária representação como condição de procedibilidade.
(B) Instaurar inquérito policial para apurar crime deconstrangimento ilegal, que é de ação pública incondicionada.
(C) Receber aquela informação como uma notícia-crime, necessitando da representação de Valdilucas para instaurar inquérito policial para apurar crime de lesão corporal, pois a vítima possui mais de 18 anos e se trata de crime de ação pública condicionada à representação.
(D) Instaurar inquérito policial para apurar crime de abuso de autoridade, que independe da representação da vítima, pois se trata de delito de ação pública incondicionada.
(E) Instaurar inquérito policial para apurar crime de tortura, que é crime de ação pública incondicionada.

RESPOSTA Trata-se de crime tipificado no art. 3º, *i*, Lei n. 4.898/65, devendo o Delegado instaurar inquérito policial para apuração do crime, independente de representação da vítima, já que trata-se de ação penal pública incondicionada. *Alternativa D.*

5791. **(Advogado – CASA – 2011 – VUNESP)** Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente a seguinte medida:

(A) prisão.
(B) liberdade assistida.
(C) trabalhos forçados.

(D) pena de reclusão.
(E) detenção por até quatro anos.

RESPOSTA (A) Não há previsão de pena de prisão no ECA. (B) Art. 112, IV, ECA. (C) Art. 312, § 2º, ECA. (D) e (E) Não há previsão no ECA. *Alternativa B.*

5792. **(Advogado – COCEL – 2011 – UFPR)** Com relação aos crimes ambientais, assinale a alternativa que apresenta as penas previstas para a pessoa física, de acordo com a Lei 9.605/98.

(A) Prestação de serviços à comunidade, prestação pecuniária, pena privativa de liberdade e recolhimento domiciliar.
(B) Prestação pecuniária, banimento, prestação de serviços à comunidade e recolhimento domiciliar.
(C) Prestação pecuniária, limitação de final de semana, multa e pena privativa de liberdade.
(D) Prestação pecuniária, limitação de final de semana, recolhimento domiciliar, multa, pena privativa de liberdade e prestação de serviços à comunidade.
(E) Prestação de serviços à comunidade, pena privativa de liberdade, prestação pecuniária e banimento.

RESPOSTA (A) Art. 8º, Lei n. 9.605/98. (B) Art. 5º, XLVII, *d*, “banimento”, CRFB/88. (C) Art. 8º, Lei n. 9.605/98, “limitação de fim de semana”. (D) *Vide* item anterior. (E) *Vide* item B. *Alternativa A.*

5793. **(Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO)** Acerca da responsabilidade decorrente de crimes cometidos contra o meio ambiente, considere os procedimentos abaixo.

I. Independente da pena aplicada e do crime cometido, as penas privativas de liberdade poderão ser substituídas por penas restritivas de direitos, caso fique demonstrado que a substituição será suficiente para efeitos de reprovação e prevenção do crime.
II. Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e o meio ambiente.
III. Estão compreendidas, entre as penas restritivas de direito, a prestação de serviços à comunidade e a interdição temporária de direitos do infrator.
IV. Para imposição e gradação da penalidade, no caso de multa, a autoridade competente observará a situação econômica do infrator.

São procedimentos previstos nos termos da Lei n. 9.605/98:

(A) I e III, apenas.
(B) I e IV, apenas.
(C) I, II e III, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 7º, I e II, Lei n. 9.605/98. (II) Art. 6º I, II e III, Lei n. 9.605/98. (III) Art. 8º, Lei n. 9.605/98. (IV) Art. 6º, III, Lei n. 9.605/98. *Alternativa D.*

5794. **(Advogado – CASAL – 2010 – FUNDEPES)** Sobre a Responsabilidade Ambiental na esfera penal, verifica-se que:

(A) considera-se infração administrativa ambiental a concessão de licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais.
(B) a responsabilidade da Pessoa Jurídica exclui a da pessoa física, desde que o ilícito seja cometido por decisão do representante legal ou contratual no interesse da entidade.

(C) para a jurisprudência do STJ é possível a responsabilização penal da Pessoa Jurídica desde que cumulada com a responsabilidade da pessoa física que age com o elemento subjetivo próprio do evento criminoso.

(D) é possível a desconsideração da Pessoa Jurídica sempre que a personalidade servir de obstáculo à responsabilização individual do agente criminoso.

(E) são penas restritivas de direitos da Pessoa Jurídica: a prestação de serviços à comunidade, a interdição temporária de direitos e a prestação pecuniária.

RESPOSTA (A) Art. 67, Lei n. 9.605/98, "Dos Crimes contra Administração Ambiental". (B) Art. 3º, parágrafo único, Lei n. 9.605/98. (C) "PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CRIME AMBIENTAL. ART. 54, § 2º, V, DA LEI 9.605/98. DUPLA IMPUTAÇÃO. IMPRESCINDIBILIDADE. DENÚNCIA INEPTA. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. 1. Nos crimes ambientais, é necessária a dupla imputação, pois não se admite a responsabilização penal da pessoa jurídica dissociada da pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio. 2. Recurso ordinário em mandado de segurança a que se dá provimento" (RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 27.593 – SP (2008/0182967-4)). (D) Art. 4º, Lei n. 9.605/98. (E) Art. 21, Lei n. 9.605/98. *Alternativa C.*

5795. **(Advogado – CAIXA – 2010 – AOCP)** Assinale a alternativa INCORRETA. Para os fins da lei que rege os crimes contra o sistema financeiro nacional, equipara-se à instituição financeira

(A) a pessoa jurídica que capte ou administre seguros.

(B) a pessoa jurídica que capte ou administre câmbio e consórcio.

(C) a pessoa jurídica que capte ou administre capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros.

(D) a pessoa natural que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização, somente de forma permanente.

(E) a pessoa natural que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização, ainda que de forma eventual.

RESPOSTA (A) Art. 1º, I, Lei n. 7.492/86. (B) Art. 1º, I, Lei n. 7.492/86. (C) Art. 1º, I, Lei n. 7.492/86. (D) Art. 1º, II, Lei n. 7.492/86. (E) Art. 1º, II, Lei n. 7.492/86. *Alternativa D.*

5796. **(Advogado – TRENSURB – 2010 – BIORIO)** Analise as proposições abaixo, no que diz respeito à Lei n. 4.898/65, que trata dos crimes de abuso de autoridade:

I. Considera-se autoridade quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

II. As sanções penais de multa e detenção podem ser aplicadas de forma autônomas.

III. O processo administrativo poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão penal ou civil.

IV. As sanções penais são multa, reclusão ou perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de até 4 anos.

Pode-se afirmar que:

(A) apenas as assertivas I e II estão corretas;

(B) apenas as assertivas I e IV estão corretas;

(C) apenas as assertivas II, III e IV estão corretas;

(D) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas;

(E) todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 5º, Lei n. 4.898/65. (II) Art. 3º, § 4º, Lei n. 4.898/65. (III) Art. 7º, § 3º, Lei n. 4.898/65. (IV) Art. 6º, § 3º, Lei n. 4.898/65. *Alternativa A.*

5797. **(Advogado – DETRAN-AC – 2009 – CESGRANRIO)** O instituto da multa reparatória, inovação do Código de Trânsito Brasileiro, no artigo 297, tem sofrido severas críticas da doutrina, que apontam sua inconstitucionalidade por diversos motivos. Sobre o valor e a aplicação da multa reparatória, afirma-se que

(A) pode ser aplicada mesmo quando o fato for considerado atípico, por não prever exceções ou condicionantes.
(B) seu valor deve incluir os danos morais, em função da extensão dos prejuízos.
(C) seu valor não poderá ser superior ao prejuízo efetivamente comprovado, respeitado ainda o limite previsto para o dia-multa, pelo Código Penal.
(D) sua aplicação não é restrita aos crimes de trânsito, expandindo-se aos crimes previstos no Código Penal.
(E) sua aplicação será suspensa se já houver previsão de pena de multa pelo crime praticado.

RESPOSTA (A) Art. 297, CTB. (B) Art. 297, § 3º, CTB. (C) Art. 297, parágrafo único, CTB. (D) A multa prevista no CTB aplica-se tão somente aos crimes de trânsito. (E) Não há essa previsão no CTB. *Alternativa C.*

5798. **(Advogado – DETRAN-AC – 2009 – CESGRANRIO)** Patrícia conduzia seu veículo em via urbana movimentada quando se abaixou para mexer no rádio do automóvel. Nesse instante, o carro invadiu a calçada, atingindo Maria, que caiu e quebrou o braço. Nesse caso, Patrícia será processada

(A) no Juizado Especial Criminal, em função de a pena máxima prevista para a lesão corporal culposa no Código Penal ser de um ano, o que atrai o procedimento da Lei n. 9.099/95.
(B) no Juizado Especial Criminal, uma vez que a pena máxima prevista para a lesão corporal culposa no trânsito é de dois anos, o que atrai o procedimento da Lei n. 9.099/95.
(C) em uma Vara Penal comum, pois, ao se abaixar para mexer no rádio, Patrícia assumiu conscientemente o risco de lesionar alguém, o que configura dolo eventual.
(D) em uma Vara Penal comum, pelo fato de a previsão concomitante da pena de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou habilitação afastar a aplicação do procedimento da Lei n. 9.099/95.
(E) em uma Vara Penal comum, pois a pena máxima prevista para sua conduta é maior que dois anos, mas fará jus a alguns institutos previstos na Lei dos Juizados.

RESPOSTA (A) À lesão provocada com o uso de veículo automotor aplica-se o disposto no art. 302, II, CTB. (B) Art. 302, II, CTB. (C) Não configura o dolo eventual pois não houve assunção do risco. (D) Art. 302, II, CTB. (E) Art. 302, II, CTB. *Alternativa E.*

5799. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Relativamente aos crimes contra o meio ambiente, analise as afirmativas a seguir:

I. Nos crimes previstos na Lei 9.605/98, o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente constitui circunstância que atenua a pena.
II. Nos crimes previstos na Lei 9.605/98, a prática do crime no domingo é circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime.
III. Constitui crime reformar estabelecimentos potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.
IV. Constitui crime impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação.

Assinale:

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(E) se apenas a afirmativa II estiver correta.

RESPOSTA (I) Art. 6º, III, Lei n. 9.605/98. (II) Art. 15, II, *h,* Lei n. 9.605/98. (III) Art. 60, Lei n. 9.605/98. (IV) Art. 48, Lei n. 9.605/98. *Alternativa D.*

5800. **(Advogado – EPTC – 2007 – FUNDATEC)** Relacione a coluna da esquerda com a da direita relativamente aos crimes e às penas previstas na Lei 8.666/93:

I. detenção de dois (02) a quatro (04) anos e multa.
II. detenção de três (03) a seis (06) anos e multa.
III. detenção de seis (06) meses a dois (02) anos e multa.
IV. detenção de dois (02) a três (03) anos e multa.
V. detenção de três (03) a cinco (05) anos e multa.

( ) Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade.
( ) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação.
( ) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário.
( ) Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo.
( ) Fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente, elevando arbitrariamente os preços; vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada; entregando uma mercadoria por outra; alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida; tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

(A) V, I, III, IV, II;
(B) I, II, III, IV, V;
(C) V, IV, III, II, I;
(D) V, I, IV, III, II;
(E) I, V, II, IV, III.

RESPOSTA (I) Art. 90, Lei n. 8.666/93. (II) Art. 96, Lei n. 8.666/93. (III) Art. 91, Lei n. 8.666/93. (IV) Art. 94, Lei n. 8.666/93. (V) Art. 89, Lei n. 8.666/93. *Alternativa A.*

XVI. Temas Variados

5801. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Analise as proposições à luz do Código Penal e ao final responda.

I. O fato que origina o crime de falso testemunho deixa de ser punível se, antes da sentença no

processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

II. Prometer vantagem a testemunha para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento na instrução processual não configura crime de falso testemunho uma vez que o tipo penal prevê apenas as condutas de dar ou oferecer dinheiro.

III. Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito constitui crime.

IV. Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado constitui crime de tergiversação.

V. Inutilizar, total ou parcialmente, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador, não constitui tipo penal, mas apenas infração administrativa sujeita a punição junto ao órgão de classe.

(A) Apenas as assertivas I, IV e V são incorretas.

(B) Apenas as assertivas III e IV são corretas.

(C) Apenas as assertivas I e III são corretas.

(D) Apenas as assertivas II e V são incorretas.

(E) Apenas a assertiva I é correta.

RESPOSTA (I) Conforme dispõe o art. 342, § 2º, CP. (II) São verbos do tipo penal descrito no art. 343, CP: dar, oferecer e prometer. Portanto, prometer vantagem a testemunha para fazer afirmação falsa constitui crime de falso testemunho. (III) Constitui crime de fraude processual, conforme dispõe o art. 347, CP. (IV) A conduta descrita constitui crime de patrocínio infiel, disposto no *caput* do art. 355, CP. (V) A conduta descrita constitui o crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório, previsto no art. 356, CP. *Alternativa C.*

5802. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** A empregada Afrodite precisou levar seu filho ao médico e resolveu faltar ao trabalho. Para não sofrer desconto salarial, Afrodite adquiriu um atestado forjado em que o médico atestou que ela esteve impossibilitada de trabalhar naquele dia em razão de doença. Após dois dias, Afrodite entregou o atestado médico ao departamento de pessoal da empresa, tendo sido abonada a sua falta. No caso descrito, o médico e a empregada Afrodite cometeram, respectivamente, quais tipos penais:

(A) Falsidade ideológica e falsificação de documento particular.

(B) Falsidade de atestado médico e uso de documento falso.

(C) Falsidade material de documento ou certidão e falsidade ideológica.

(D) Falsificação de documento público e supressão de documento.

(E) Nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA (A) Tipos penais não correspondentes às ações descritas na questão. (B) Crimes previstos nos arts. 302 e 304, respectivamente, ambos do Código Penal. (C) Tipos penais não correspondentes às ações descritas na questão. (D) Tipos penais não correspondentes às ações descritas na questão. (E) Tipos penais não correspondentes às ações descritas na questão. *Alternativa B.*

5803. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Assinale a alternativa **incorreta:**

(A) reingresso de estrangeiro banido do território nacional é crime punido, somente, com expulsão do país;

(B) reingresso do estrangeiro expulso do território nacional é crime cometido contra a administração da justiça;

(C) comete fraude processual o empregador que modifica as condições do local do trabalho em momento anterior ao da diligência do perito, com o objetivo de que o profissional não verifique as condições perigosas às quais o reclamante estava submetido;

(D) o reclamado que oferece dinheiro ao perito para modificar o resultado de seu laudo, indicando a inexistência de condição perigosa de trabalho, submete-se à pena de reclusão de 03 (três) a 4 (quatro) anos e multa;

(E) o perito que presta declarações falsas no corpo do laudo, indicando a inexistência de condição perigosa de trabalho, submete-se à pena de reclusão de 01 (um) a 3 (três) anos e multa.

RESPOSTA (A) De acordo com o art. 338, CP, o crime de reingresso de estrangeiro expulso é punido com reclusão de 1 a 4 anos, sem prejuízo da nova expulsão após o cumprimento da pena. (B) O crime de reingresso de estrangeiro expulso, previsto no art. 338, CP, está inserido no Capítulo III, Dos Crimes contra a Administração da Justiça. (C) Conforme dispõe o art. 347, CP. (D) De acordo com o art. 343, CP. (E) Conforme assevera o art. 342, CP. *Alternativa A.*

5804. (Procurador – MPT – 2007) Observe as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. Para a tipificação do crime de falso testemunho ou falsa perícia é irrelevante que o falso tenha influído na decisão da causa.

II. No crime de falso testemunho há extinção da punibilidade se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou relata a verdade.

III. Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado tipifica o crime de tergiversação.

IV. Um amigo do proprietário da empresa X, ré em ação trabalhista, promete dinheiro à testemunha para fazer afirmação falsa em favor da empresa perante juiz do trabalho. A conduta do amigo do proprietário da ré não configura o crime de corrupção ativa de testemunha, porque o amigo não é parte no processo.

(A) Apenas uma das assertivas está correta;

(B) Apenas duas das assertivas estão corretas;

(C) Apenas três das assertivas estão corretas;

(D) Todas as assertivas estão corretas;

(E) Não respondida.

RESPOSTA (I) Neste sentido: "o crime de falso testemunho é de natureza formal e se consuma com a simples prestação do depoimento falso, sendo de todo irrelevante se influiu ou não no desfecho do processo" (HC 81.951/SP, 1ª T., Rel. Min. Ellen Gracie, publicado no *DJ* em 30-4-2004). (II) Conforme prevê o art. 342, § 2º, CP. (III) Conforme prevê o art. 355, CP, a conduta descrita corresponde ao crime de patrocínio infiel. (IV) Conforme prevê o art. 343, CP, a conduta descrita é típica, antijurídica e culpável. Portanto, a conduta do amigo do empresário configura crime. *Alternativa B.*

5805. (Procurador – MPT – 2012) Escolha a alternativa INCORRETA:

(A) No cárcere privado o bem jurídico tutelado é a liberdade individual, caracterizando-se o crime mesmo quando a privação da liberdade ocorre com o consentimento da vítima, validamente manifestado.

(B) Para os efeitos penais previstos no tipo "falsificação de documento público", equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

(C) No crime de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, a pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência.

(D) O crime de fraude processual se constitui em inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) A liberdade é um bem disponível, se a vítima dispor do seu direito de ir e vir e, presentes os requisitos necessários à validade de seu consentimento (disponibilidade do bem, capacidade para consentir e que o consentimento seja prévio ou fornecido em relação de simultaneidade com a conduta do agente), afastada está a ilicitude da conduta do agente. Entretanto, revogado o consentimento, o agente responde por sequestro ou cárcere privado. (B) Corresponde ao art. 297, § 2º, CP. (C) Corresponde ao art. 207, § 2º, CP. (D) Corresponde ao art. 347, CP. *Alternativa A.*

5806. (Juiz – TRT-3 – 2012) Constituem crimes contra a liberdade pessoal, exceto:

(A) Constrangimento ilegal.
(B) Ameaça.
(C) Sequestro.
(D) Redução à condição análoga a de escravo.
(E) Violação de domicílio.

RESPOSTA (A) Corresponde ao art. 146, CP. (B) Corresponde ao art. 147, CP. (C) Corresponde ao art. 148, CP. (D) Corresponde ao art. 149, CP. (E) O crime de violação de domicílio, previsto no art. 150, CP, está na Seção II, Dos Crimes contra a Inviolabilidade do Domicílio. *Alternativa E.*

5807. (Procurador – MPT – 2007) Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Omitir, nos documentos destinados a fazer prova perante a previdência social, o nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, caracteriza o crime de falsificação de documento público.
(B) O crime de falsidade de atestado médico consuma-se com a entrega pelo médico do atestado falso ao paciente para justificar a sua ausência ao trabalho, independentemente de qualquer outro resultado ou consequência.
(C) Tipifica o crime de falsidade ideológica a conduta de quem insere ou faz inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita em cartões-ponto e recibos de salários, com o fim de prejudicar direitos dos trabalhadores.
(D) O crime de difamação admite exceção da verdade, exceto se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício das suas funções.
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Corresponde ao art. 297, § 3º, I, CP. (B) Corresponde ao art. 301. (C) Corresponde ao art. 299, CP. (D) O crime de difamação só admite exceção da verdade se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções, conforme prevê o art. 139, parágrafo único, CP. *Alternativa D.*

5808. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Relativamente aos crimes contra a propriedade imaterial, analise as afirmativas a seguir.

I. Nos crimes contra a propriedade imaterial, se o crime tiver deixado vestígio, a queixa poderá ser instruída com o exame pericial dos objetos que constituam o corpo de delito ou, na falta do exame, por declaração de duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica de que se tratar a propriedade imaterial.
II. Nos crimes contra a propriedade intelectual previstos no Código Penal, procede-se mediante ação penal pública incondicionada quando os crimes tiverem sido cometidos em desfavor de entidades de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público.
III. Nos crimes contra a propriedade imaterial em que se proceda mediante queixa, a diligência de

busca ou de apreensão será realizada por dois peritos nomeados pelo juiz, que verificarão a existência de fundamento para a apreensão, e quer esta se realize, quer não, o laudo pericial será apresentado dentro de 3 (três) dias após o encerramento da diligência.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 525, CPP, somente pelo exame pericial. (II) Art. 186, II, CP. (III) Art. 527, CPP. *Alternativa D.*

5809. (Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE) Analise as afirmativas abaixo, relativas aos crimes contra a paz pública, a fé pública e a administração pública.

(1) O crime de formação de quadrilha para prática de crimes hediondos e equiparados não é crime hediondo, segundo a Lei 8.072/90 (Lei dos crimes hediondos).
(2) Falsificar, em parte, testamento particular constitui a prática de crime de falsidade de documento particular, que é uma espécie de falsidade material.
(3) A pessoa que altera fotocópia de carteira de identidade, não autenticada, pratica o crime de falsidade de documento particular.
(4) O agente público que deixa de cumprir o seu dever legal de vedar ao preso o acesso ao aparelho celular comete um crime funcional.
(5) O particular que solicita, sem prometer ou oferecer qualquer vantagem, ao funcionário, que deixe de realizar o seu dever de ofício, não pratica nenhuma conduta típica.

Estão corretas apenas:

(A) 1, 2 e 3.
(B) 1, 2 e 4.
(C) 1, 4 e 5.
(D) 3, 4 e 5.
(E) 2, 4 e 5.

RESPOSTA 1) Art. 8º, Lei n. 8.072/90. 2) Art. 297, § 2º, CP. 3) Art. 298, CP. 4) Art. 319-A, CP. 5) Conduta atípica por falta de previsão legal. *Alternativa D.*

5810. (Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ) Acerca dos crimes contra a ordem tributária e econômica, economia popular, relações de consumo e o meio ambiente, assinale opção incorreta.

(A) Nos crimes previstos na Lei n. 8.137/1990, cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe, que através de confissão espontânea, revelar à autoridade policial ou judicial toda trama delituosa, terá sua pena reduzida de um a dois terços.
(B) Não constitui crime, mas mera infração administrativa, a conduta de introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.
(C) constitui crime contra a economia popular celebrar ajuste para impor determinado preço de revenda ou exigir do comprador que não compre de outro vendedor.
(D) A execução de serviço de alto grau de periculosidade, que contraria determinação de autoridade competente, constitui crime contra as relações de consumo e não mera infração administrativa.
(E) A conduta de pichar e grafitar edificação ou monumento urbano configura crime previsto na Lei n.

9.605/98.

RESPOSTA (A) Art. 16, parágrafo único, Lei n. 8.137/90. (B) Art. 31, Lei n. 9.605/98. (C) Art. 2º, VIII, Lei n. 1.521/51. (D) Art. 65, Lei n. 8.078/90. (E) Art. 65, Lei n. 9.605/98. *Alternativa B.*

5811. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja incorreta.

(A) Gilson, com *animus necandi*, efetuou quatro tiros em direção a Genilson. No entanto, acertou apenas um deles. Logo em seguida, um policial que passava pelo local levou Genilson ao hospital, salvando-o da morte. Nessa situação, o crime praticado por Gilson foi tentado, sendo correto afirmar que houve adequação típica mediata.

(B) David, com *animus laedendi*, desferiu duas facadas na mão de Gerson, que, em consequência, passou a ter debilidade permanente do membro. Nessa situação, David praticou crime de lesão corporal de natureza grave, classificado como crime instantâneo.

(C) Morgado, funcionário público, cumprindo ordem não manifestamente ilegal de seu superior hierárquico, acabou por praticar crime contra a administração pública. Nessa situação, apenas o superior hierárquico de Morgado será punível.

(D) Quatro indivíduos compunham um grupo de extermínio procurado havia tempo pela polícia. Em certo momento, um dos integrantes do grupo dirigiu-se à polícia e, voluntariamente, forneceu informações e provas que possibilitaram a prisão do grupo. Nessa situação, de acordo com a Lei dos Crimes Hediondos, o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha deverá ser denunciado e processado, mas deverá ficar isento de pena, ao ser sentenciado.

(E) Wagner, funcionário público, no período de agosto de 1999 a novembro de 1999, para dissimular a origem, a movimentação, a propriedade e a utilização de valores recebidos em cheques provenientes de concussão, converteu-os em ativos lícitos por meio de depósito em conta corrente da empresa Acessórios Veiculares Ltda., da qual era sócio-cotista, dando a aparência de que os numerários depositados eram oriundos de atividade normal da empresa, a fim de aplicá-los no mercado financeiro. Nessa situação, Wagner responderá pelo crime de lavagem de dinheiro.

RESPOSTA (A) Ocorreu crime tentado não tendo se consumado por circunstâncias alheias à vontade de Gilson, já que a vítima foi socorrida pelo policial. Ocorrendo a adequação típica mediata, já que o fato se amolda ao tipo legal sem a necessidade de qualquer outra norma. (B) Art. 129, § 1º, III, CP. Crime instantâneo é aquele em que ocorre a consumação imediata, em um único instante. (C) Art. 22, CP. (D) Art. 8º, parágrafo único, Lei n. 8.072/90. (E) Ocorreu a modificação da lei de lavagem de dinheiro. *Alternativa D.*

5812. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Relativamente à legislação penal extravagante, assinale a afirmativa incorreta.

(A) Considera-se autoridade, para os efeitos da Lei n. 4898/65, o serventuário da justiça.

(B) Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de grave ameaça, causando-lhe sofrimento mental, em razão de discriminação religiosa.

(C) Constitui crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente submeter à tortura criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância.

(D) De acordo com a doutrina, os sistemas de definição dos crimes hediondos são o legal, o misto e o judicial, sendo certo que o ordenamento jurídico brasileiro adotou o sistema legal.

(E) A pena do crime de tortura é aumentada se o crime é cometido mediante sequestro.

RESPOSTA (A) Art. 5º, Lei n. 4.898/65. (B) Art. 1º, I, *c*, Lei n. 9.455/97. (C) Art. 1º, § 4º, II, Lei n. 9.455/97. (D) Sistema legal

(adotado pelo ordenamento jurídico): compete ao legislador enumerar no rol taxativo, quais os crimes hediondos. Sistema judicial: é o juiz quem, na apreciação do caso concreto, analisando a gravidade do delito, decide se a infração é ou não hedionda. Sistema misto: o legislador apresenta rol exemplificativo de crimes hediondos, permitindo ao juiz encontrar outros casos. (E) Art. 1º, § 4º, III, Lei n. 9.455/97. *Alternativa C.*

5813. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Mirtes, a fim de se vingar de Anacleto, seu companheiro, que rompera o relacionamento amoroso entre ambos, vai até a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) e noticia falsamente crime de violência doméstica, imputando a ele a conduta. Dias depois do início da investigação, arrependida, Mirtes retorna à DEAM, desta feita se desdizendo e confessando a falsidade da imputação. Nesse contexto, Mirtes:

(A) poderá ser criminalmente responsabilizada por crime de denunciação caluniosa, não sendo extinta sua punibilidade pela retratação, por ausência de previsão legal específica.
(B) poderá ser criminalmente responsabilizada por crime de denunciação caluniosa, não sendo extinta sua punibilidade pela retratação, por se tratar de crime de ação penal pública incondicionada.
(C) por ter se retratado, não poderá ser punida por denunciação caluniosa, mas subsistirá a responsabilidade criminal por calúnia.
(D) por ter se retratado, não poderá ser punida por denunciação caluniosa, mas subsistirá a responsabilidade criminal por falsa comunicação de crime ou contravenção.
(E) não poderá ser punida por crime algum, pois ocorre a extinção de sua punibilidade.

RESPOSTA Art. 339, CP – Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente. *Alternativa A.*

5814. **(Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS)** Sobre os efeitos da condenação criminal, assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta.

(A) A perda do cargo, função ou mandato eletivo é um efeito automático da condenação, devendo ser declarada pelo magistrado quando da prolação da sentença, independentemente da pena aplicada.
(B) A perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou do terceiro de boa-fé, do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso, é um efeito automático da condenação.
(C) A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para prática de crime doloso, é um efeito automático da condenação, sendo desnecessária sua declaração na sentença.
(D) A obrigação de indenizar o dano causado pelo crime é um efeito da condenação, mas, não é automático, e deve ser motivadamente declarado na sentença.
(E) Todos os efeitos da condenação previstos nos artigos 91 e 92 do Código Penal são automáticos, sendo dispensável a sua declaração na sentença condenatória de forma expressa e motivada.

RESPOSTA (A) Tal efeito não é automático, haja vista estar previsto no art. 92, CP, ou seja, deve ser motivado pelo juiz na sentença. Para tal efeito existir, de regra a pena privativa de liberdade deve ser superior a 4 anos. (B) É o que dispõe o art. 91, II, Código Penal. Tal efeito não precisa ser declarado na sentença. (C) Tal efeito está previsto no art. 92, III, CP; logo, não é automático e o magistrado precisa declarar na sentença. (D) Trata-se de um efeito automático, previsto no art. 91, I, CP. (E) Enquanto os efeitos previstos no art. 91 são automáticos (não precisam ser declarados na sentença), o mesmo não ocorre com aqueles do art. 92; estes não são automáticos, logo, precisam ser declarados na decisão. *Alternativa B.*

5815. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Considere as hipóteses a seguir e, de acordo com a majoritária corrente doutrinária e jurisprudencial, assinale a que configura crime de quadrilha ou bando.

(A) "A", "B", "C" e "D", os três primeiros maiores, e o último com 16 (dezesseis) anos, associam-se, em abril, para a prática de atos delituosos, combinando e planejando furtos a serem executados no mês de julho. Nenhum furto é realizado.
(B) "X", "Y", "Z" e "W", todos maiores, conhecem-se dentro de um presídio. Planejam uma fuga, a ser perpetrada sem violência ou grave ameaça à pessoa. A execução se inicia, mas o fato não se consuma por circunstâncias alheias à vontade dos agentes.
(C) "M", "N", "O" e "P", todos maiores, planejam e executam, mediante golpes de bastão, o homicídio de "R".
(D) "E", "F", "G" e "H", todos maiores, com habitualidade e estabilidade, cometem contravenção penal de explorar a loteria denominada jogo do bicho.

RESPOSTA (A) Prática reiterada durante todo o mês de julho. (B) Fugir não tem tipificação no Código Penal, sendo conduta atípica. (C) Associam-se para a prática de um único crime, não configurando a quadrilha. (D) Não há possibilidade de formação de quadrilha para cometimento de contravenções, apenas crimes. *Alternativa A.*

5816. (Procurador – MPF – 2012) Tratando-se de peculato, é correto afirmar que:

(A) a preexistente posse deve ter-se operado em razão do exercício de função;
(B) o uso irregular da coisa pública configura peculato-desvio:
(C) a energia de valor econômico pode ser objeto material do crime de peculato;
(D) a prestação de serviço de um funcionário a outro equipara-se a coisa móvel.

RESPOSTA (A) Peculato é o fato do funcionário público que, em razão do cargo, tem a posse de coisa móvel pertencente à Administração Pública ou sob a guarda desta (a qualquer título), e dela se apropria, ou a distrai do seu destino, em proveito próprio ou de outrem. (B) O funcionário público aplica ao objeto material destino diverso do que lhe foi determinado, em benefício próprio ou de outrem. (C) Objeto material do peculato é dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel público, incluindo neste último item a energia elétrica. (D) Outrossim, não se equipara a prestação de serviço de um funcionário a outro, sendo a conduta atípica, pois funcionário não é coisa, de que tem a posse em razão do cargo. *Alternativa C.*

5817. (Procurador – MPF – 2012) Acerca da corrupção, é correto afirmar que:

(A) a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto n. 5.687, de 2006) adota uma definição ampla de corrupção, abrangendo nesse conceito, entre outros crimes, o tráfico de influência.
(B) apenas a corrupção passiva configura crime antecedente da lavagem de dinheiro.
(C) a corrupção subsequente pode se dar, tanto na corrupção passiva como na ativa.
(D) constitui figura privilegiada quando o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, cedendo a pedido ou influência de outrem.

RESPOSTA (A) Art. 18, Decreto n. 5.687/2006. (B) Com o advento da nova lei, foi revogada a relação dos crimes antecedentes ao crime de lavagem de dinheiro. (C) Quando a vantagem é recebida antes da ação ou omissão, classifica-se como sendo antecedente; diferentemente, quando primeiro age ou omite e depois recebe a vantagem, estará caracterizada a corrupção subsequente. (D) Quando o agente, cedendo a pedidos de terceiros somente para bajulá-los, sem receber a vantagem indevida, pratica atos de ofício, ou deixa de praticá-los ou os retarda, comete o crime previsto no art. 317, § 2º, CPB, tendo uma aplicação de pena menor do que a do *caput*, devido a essa forma ser considerada privilegiada. *Alternativa A.*

5818. (Procurador – MPF – 2011) Assinale a alternativa correta acerca da equiparação a servidor público para os crimes previstos na lei de licitações.

(A) Quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da administração pública;

(B) Quem exerce mandato, cargo, emprego ou função em entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público;

(C) Quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, assim consideradas, além das fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, as demais entidades sob controle direto ou indireto do Poder Público;

(D) Quem exerce cargo, emprego ou função em empresas controladas, direta ou indiretamente, em organização pública internacional.

RESPOSTA Art. 84, § 1º, Lei n. 8.666/93. *Alternativa A.*

5819. **(Procurador – MPF – 2011)** Cidadão protocolou representação na Corregedoria-Geral do MPF relatando que procurador da república cometeu abuso de autoridade no oferecimento de denúncia contra determinada pessoa. Instaurada sindicância, diante dos esclarecimentos prestados, foi arquivada com fundamento no princípio da independência funcional. Avalie a alternativa correta:

(A) cabe, em tese, denunciação caluniosa contra o cidadão porque abuso de autoridade é, por definição, um crime;

(B) o referido procurador da República está impedido de propor ação penal contra o cidadão por denunciação caluniosa;

(C) só é cabível ação penal privada por calúnia;

(D) não cabe ação de denunciação caluniosa, pois não foi instaurada investigação administrativa contra o membro do MPF.

RESPOSTA Art. 134, I, c/c art. 138, I, ambos do CP. *Alternativa B.*

5820. **(Procurador – MPF – 2011)** É incorreto afirmar que:

(A) a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo é efeito da condenação inaplicável em crimes contra as finanças públicas;

(B) os crimes contra as finanças públicas constituem também atos de improbidade administrativa;

(C) os crimes contra as finanças públicas são crimes funcionais impróprios;

(D) na oferta pública ou colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública o sujeito ativo pode ser servidor público outro que não a autoridade pública com poderes decisórios em nome do ente federativo.

RESPOSTA (A) Somente quando o crime for praticado com abuso de poder ou com violação de dever para com a Administração Pública o agente poderá perder cargo, função pública ou mandato eletivo, independentemente de ação civil de improbidade administrativa. Esses efeitos são inaplicáveis a condenações por crimes contra as finanças públicas, pois nenhuma das novas infrações tem pena superior a quatro anos. (B) Art. 10, VI, Lei n. 8.429/92. (C) São crimes de ação penal incondicionada e também crimes próprios por exigirem qualidade especial do sujeito ativo (agente público). (D) Trata-se, todavia, de crime próprio, pois se exige uma condição especial do sujeito ativo, ou seja, o autor do crime será sempre um agente público. Não, porém, qualquer um. Só pode cometer o crime quem possui atribuição, conferida por lei, para emitir o ato administrativo, seja ordem, autorização para operação de crédito ou competência para a sua realização. *Alternativa C.*

5821. **(Procurador – MPF – 2011)** Considere as seguintes afirmações:

I. Se do crime culposo de perigo comum resulta lesão corporal, a pena privativa de liberdade é aumentada de metade; se resulta morte, aplica-se a pena cominada ao homicídio culposo;

II. O crime de atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública é sempre crime de perigo;

III. O crime de interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico admite a modalidade dolosa e a forma qualificada.

Diante delas:

(A) apenas as assertivas I e II são corretas;

(B) apenas as assertivas I e III são corretas;

(C) apenas a assertiva I é correta;

(D) todas as assertivas são incorretas.

RESPOSTA (I) Art. 258, CP. (II) Crime de perigo comum. (III) Não admite a forma qualificada, apenas aumento de pena, art. 266, § 2º. Essa questão acabou sendo anulada. O gabarito preliminar era *Alternativa C*.

5822. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Em relação ao tipo penal previsto no artigo 216-A do Código Penal (Assédio sexual), com as alterações da Lei 12.015/09, é incorreto afirmar:

(A) Revogou tacitamente a contravenção da importunação ofensiva ao pudor.

(B) A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 anos.

(C) Não configura o delito entre professor e aluno ou religioso e fiel.

(D) A consumação ocorre quando o assediador realiza o ato de assédio.

RESPOSTA (A) O assédio sexual refere-se ao constrangimento sexual realizado em razão de superioridade hierárquica, enquanto a importunação ofensiva ao pudor é crime comum, podendo ser praticada por qualquer pessoa. (B) Art. 216-A, § 2º, CP. (C) Não configuram essas relações superioridade hierárquica. (D) A consumação ocorre com a realização do assédio. *Alternativa A.*

5823. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Tibúrcio, com 25 anos de idade, abordou na via pública, Josefa, moça com 18 anos de idade. A seguir, com um revólver calibre 38, bem assim com uma pistola (ambos com potencialidade lesiva, *ut* laudo realizado), compeliu-a, sob ameaça de morte, a acompanhá-lo até um local ermo. Ali, após vocalizar a sua intenção em manter congresso carnal, ordenou que Josefa se despisse, tendo, para tanto, apontado as armas supracitadas. Sucede que Tibúrcio, ao verificar que Josefa tinha um pequeno curativo na região da virilha, acabou, embora isso não impedisse ou dificultasse o ato, por não mais prosseguir na sua execução. Nesse caso, e desconsiderando-se, de pronto, a incidência de quaisquer dos crimes previstos na Lei n. 10.826/2003 (Estatuto do desarmamento), Tibúrcio deverá responder por:

(A) estupro tentado.

(B) ameaça.

(C) constrangimento ilegal simples.

(D) constrangimento ilegal, com causa de aumento de pena.

(E) contravenção penal (importunação ofensiva ao pudor).

RESPOSTA (A) É um caso de desistência voluntária (art. 16, CP), portanto, o agente só responde pelos fatos cometidos, se constituírem crime. (B) Art. 147, CP. (C) Há a presença de uma majorante para o uso de arma de fogo (art. 146, § 1º, CP). (D) Art. 146, § 1º, CP. (E) Houve um constrangimento com uso de ameaça, o que não configura a contravenção. *Alternativa D.*

5824. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Josefino, portador da moléstia denominada Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), inconformado com a infidelidade de sua namorada, mantém relação sexual com a mesma, fazendo-o sem o uso de preservativo, máxime porque com o propósito deliberado de transmiti-la (moléstia). Entretanto, a namorada em questão já era portadora da indigitada moléstia, fato, porém, que era do desconhecimento de Josefino. Isto posto, deverá o mesmo responder por:

(A) tentativa de homicídio (art. 121, *caput*, c/c art. 14, inc. II, do Código Penal).

(B) perigo de contágio de moléstia grave, sob a forma tentada (art. 131, c/c art. 14, inc. II, do Código

Penal).
(C) crime de perigo, sob a forma consumada (art. 132, *caput*, do Código Penal).
(D) crime de perigo tentado (art. 132, *caput*, c/c art. 14, inc. II, do Código Penal).
(E) nenhuma das respostas.

RESPOSTA (A) Não havia *animus necandi.* (B) Não houve exposição a perigo, uma vez que a namorada já possuía a doença. (C) *Vide* item anterior. (D) *Vide* item B. (E) –. *Alternativa E.*

5825. **(Procurador – MPF – 2008)** Em matéria de pornografia infantil veiculada pela rede mundial de computadores:
(A) o provedor está imune à responsabilização penal;
(B) o crime é necessariamente transnacional;
(C) o acesso às fotografias, cenas ou imagens pornográficas e o seu armazenamento para uso pessoal configura crime;
(D) alguns dos momentos consumativos são a apresentação, a divulgação ou a publicação das fotografias, imagens pornográficas ou cenas de sexo explícito, envolvendo menores de 18 anos, em qualquer meio de comunicação.

RESPOSTA (A) Art. 241-A, ECA. (B) Não necessariamente. (C) Art. 241-B, § 2º, ECA. (D) Art. 241-A, ECA. *Alternativa D.*

5826. **(Procurador – MPF – 2008)** Leite adulterado com água oxigenada e soda cáustica provoca problemas intestinais em dezenas de pessoas e a morte de três delas. Apurou-se que o autor intelectual da adulteração foi o gerente da empresa distribuidora, visando a prolongar o acondicionamento sem deterioração do produto. Ele responde criminalmente:
(A) pelo crime de falsificação, corrupção, adulteração de substância ou produtos alimentícios em concurso com crimes de lesão corporal e de homicídio;
(B) pelo crime de falsificação, corrupção, adulteração de substância ou produtos alimentícios em concurso com o crime contra relação de consumo previsto no art. 7º, IX da Lei n. 8.137/90 (vender ou entregar mercadoria, em condições impróprias ao consumo);
(C) pelo crime contra as relações de consumo qualificado pelo resultado;
(D) pelo crime contra a saúde pública qualificado pelo resultado.

RESPOSTA (A), (B), (C), (D) Art. 258, CP, no caso de resultado mais grave, aplica-se a forma qualificada. *Alternativa D.*

5827. **(Promotor – MP-SC – 2011)** Questão:

I. O objeto material do crime de moeda falsa, previsto no art. 289 do Código Penal, é a moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no País ou no estrangeiro.
II. O ressarcimento do dano ou restituição da coisa apropriada, em se tratando de peculato doloso, não extingue a punibilidade.
III. O art. 313-A, acrescentado ao Código Penal pela Lei n. 9.983/2000, que tipifica o crime de inserção de dados falsos em sistema de informações, também prevê punição do funcionário público que, a título de culpa, insere, altera ou exclui dados constantes de banco de dados da Administração Pública.
IV. De acordo com o Código Penal, tratando-se de crime patrimonial, praticado sem violência ou grave ameaça, é isento de pena quem cometê-lo em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal, bem como de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, civil ou

natural. Contudo, a isenção de pena não se estende ao estranho que participa do crime.

V. Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito, configura o crime de fraude processual (art. 347 do Código Penal). Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.

(A) Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
(C) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
(D) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 289, CP. (II) Não há essa previsão no art. 312. (III) Não há previsão da modalidade culposa. (IV) Art. 181, I, CP. (V) Art. 347, CP. *Alternativa A.*

5828. (Promotor – MP-SC – 2011) Questão:

I. Na hipótese do agente ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos, transmitindo à vítima doença sexualmente transmissível de que sabe ou deveria saber ser portador, responderá pelo crime de estupro de vulnerável em concurso formal com o delito de perigo de contágio venéreo, previsto no art. 130 do Código Penal.

II. A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

III. Quanto à classificação doutrinária dos delitos, diz-se delito mutilado de dois atos ou vários atos aquele que se consuma quando o autor realiza o primeiro ato com o objetivo de levar a termo o segundo ou os demais. O autor quer alcançar, após ter realizado o tipo, o resultado que fica fora dele. Diferencia-se do delito de intenção, porque neste a finalidade especial (intenção) é essencial para a consumação do crime, ao passo que no delito mutilado o fim visado não integra a estrutura típica.

IV. Fala-se em crime falho quando ocorre a tentativa imperfeita ou inacabada.

V. A autoria colateral ocorre quando duas ou mais pessoas produzem um evento típico de modo independente umas das outras, quer dizer, sem que um conheça a conduta do outro. Neste caso, inexiste liame psicológico entre os agentes.

(A) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
(B) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
(C) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
(D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 213, § 1º, CP. (II) Art. 110, CP. (III) São espécies de delitos de intenção (também denominados delitos de transcendência interna). Têm, em geral, a estrutura típica de atos de preparação ou tentados punidos como delitos consumados. Neles, é punida a mera periculosidade da conduta, sendo desnecessária a ocorrência do resultado efetivo, já que se consumam em momento anterior à lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico protegido (PRADO, *Curso de direito penal brasileiro*: parte geral, p. 374). Os delitos *de resultado cortado* são aqueles em que o agente deseja que um resultado externo ao tipo se produza, porém, sem sua intervenção direta. Um exemplo é a extorsão mediante sequestro, tipificada no art. 159, CP. Os delitos *mutilados de dois atos* (ou *vários atos*) são aqueles nos quais o autor quer alcançar, após ter realizado o tipo, o resultado que fica fora dele e que depende de um ato próprio, seu. Pode ser ilustrado com o exemplo do crime de moeda falsa do art. 289, CP. (Disponível em: http://ww3.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20080516115912284). (IV) A assertiva é a própria definição de crime falho. (V) A assertiva é a definição de autoria colateral. *Alternativa B.*

5829. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Carlos, acreditando que João é funcionário público, oferece-lhe propina para incentivá-lo a praticar ato administrativo em seu favor. Temos, na situação-problema apresentada, segundo o Código Penal Brasileiro,

(A) erro de tipo.
(B) delito putativo por erro de tipo.
(C) excludente de culpabilidade.
(D) *aberratio ictus*.
(E) *error in eligendo*.

RESPOSTA (A) Erro de tipo é o erro com relação a algum elemento do tipo penal. (B) Há delito putativo por erro de tipo quando a errônea suposição do agente não recai sobre os elementos do crime. O agente crê violar uma norma realmente existente, mas à sua conduta faltam elementares do tipo. Ex.: uma mulher, supondo-se erroneamente em estado de gravidez, ingere substância abortiva. A inexistência da gravidez (erro de tipo) enseja o cometimento de um indiferente penal. A realidade do crime só existe na mente da agente. (C) Não há excludente de culpabilidade, porque não há exigibilidade de conduta diversa, inimputabilidade ou falta de potencial conhecimento da ilicitude. (D) Art. 73, CP. (E) É o que os juristas chamam de culpa *in eligendo*, ou culpa por ter escolhido a pessoa (funcionário) errado. Isso está no art. 932, III, nosso Código Civil. *Alternativa B.*

OAB/FGV

I. Dos Princípios e Teorias

5830. **(OAB 03 – 2011-II)** Acerca dos princípios que limitam e informam o direito penal, assinale a afirmativa correta.

(A) O princípio da insignificância diz respeito aos comportamentos aceitos no meio social.
(B) A conduta da mãe que autoriza determinada enfermeira da maternidade a furar a orelha da sua filha recém-nascida não configura crime de lesão corporal por conta do princípio da adequação social.
(C) O princípio da legalidade não se aplica às medidas de segurança, que não possuem natureza de pena, tanto que somente quanto a elas se refere o art. 1º do Código Penal.
(D) O princípio da lesividade impõe que a responsabilidade penal seja exclusivamente subjetiva, ou seja, a conduta penalmente relevante deve ter sido praticada com consciência e vontade de um dever objetivo de cuidado.

RESPOSTA O Princípio da Insignificância elimina a tipicidade material de uma conduta, fazendo com que o fato se torne atípico, nas hipóteses em que forem preenchidos quatro requisitos cumulativos, na forma do HC 84.412/2004, STF: mínima ofensividade da conduta, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade da conduta e irrelevância da lesão provocada. Os comportamentos adequados ao meio social, como a conduta da mãe que fura a orelha de sua filha, estão resguardados pelo Princípio da Adequação Social da Conduta. O Princípio da Legalidade se aplica a todas as figuras penais, valendo para crimes, contravenções, penas e medidas de segurança. O Princípio da Lesividade ou Ofensividade dispõe que o Direito Penal não pune atitudes internas, condutas que não excedam ao âmbito pessoal do agente, estados existenciais e condutas desviadas que não afetem quaisquer bens jurídicos. *Alternativa B*.

5831. **(OAB 02 – 2011)** Jefferson, segurança da mais famosa rede de supermercados do Brasil, percebeu que João escondera em suas vestes três sabonetes, de valor aproximado de R$ 12,00 (doze reais). Ao tentar sair do estabelecimento, entretanto, João é preso em flagrante delito pelo segurança, que chama a polícia. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

(A) A conduta de João não constitui crime, uma vez que este agiu em estado de necessidade.
(B) A conduta de João não constitui crime, uma vez que o fato é materialmente atípico.

(C) A conduta de João constitui crime, uma vez que se enquadra no art. 155 do Código Penal, não estando presente nenhuma das causas de exclusão de ilicitude ou culpabilidade, razão pela qual este deverá ser condenado.

(D) Embora sua conduta constitua crime, João deverá ser absolvido, uma vez que a prisão em flagrante é nula, por ter sido realizada por um segurança particular.

RESPOSTA A tentativa de subtração de três sabonetes, bem como a irrisória quantia informada na questão, permite inferir pela aplicação do princípio da insignificância, que elimina a tipicidade material da conduta do agente e faz com que o fato se torne atípico. Cabe ressaltar que o STF exige a presença de quatro requisitos cumulativos para admitir a aplicação do referido princípio (HC 84.412/2004): mínima ofensividade da conduta, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade da conduta e irrelevância da lesão provocada. *Alternativa B*.

5832. **(OAB 02 – 2012)** Em relação ao princípio da insignificância, assinale a afirmativa correta.

(A) O princípio da insignificância funciona como causa de exclusão da culpabilidade. A conduta do agente, embora típica e ilícita, não é culpável.

(B) A mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica constituem, para o Supremo Tribunal Federal, requisitos de ordem objetiva autorizadores da aplicação do princípio da insignificância.

(C) A jurisprudência predominante dos tribunais superiores é acorde em admitir a aplicação do princípio da insignificância em crimes praticados com emprego de violência ou grave ameaça à pessoa (a exemplo do roubo).

(D) O princípio da insignificância funciona como causa de diminuição de pena.

RESPOSTA De acordo com o HC 84.412/2004 (STF), o Princípio da Insignificância exige o preenchimento de quatro requisitos cumulativos para se aperfeiçoar. Trata-se de causa extintiva da tipicidade material. Ademais, a jurisprudência não admite a aplicação do Princípio da Insignificância para crimes violentos (roubo), porém permite, em regra, a sua aplicação para crimes não violentos (furto). *Alternativa B.*

II. Ação Penal

5833. **(OAB 03 – 2012)** Tendo como base o instituto da ação penal, assinale a afirmativa correta.

(A) Na ação penal privada vigora o princípio da oportunidade ou conveniência.

(B) A ação penal privada subsidiária da pública fere dispositivo constitucional que atribui ao Ministério Público o direito exclusivo de iniciar a ação pública.

(C) Como o Código Penal é silente no tocante à natureza da ação penal no crime de lesão corporal culposa, verifica-se que a referida infração será de ação penal pública incondicionada.

(D) A legitimidade para ajuizamento da queixa-crime na ação penal exclusivamente privada (ou propriamente dita) é unicamente do ofendido.

RESPOSTA A ação penal privada é regida pelos princípios da oportunidade (também chamado de conveniência ou facultatividade), disponibilidade, indivisibilidade e intranscendência. O primeiro desses princípios afirma que o ofendido pode deixar de ingressar com a ação penal, por meio de institutos como a renúncia ou a decadência. Já a ação penal privada subsidiária da pública está prevista no art. 5º, LIX, CRFB/88, e nos arts. 29 e 100, § 3º, CP, e permite ao ofendido ingressar com uma ação penal privada nos crimes de ação penal pública, nas hipóteses em que o ministério público permanecer inerte, não adotando nenhum dos procedimentos previstos em lei, por ocasião do recebimento do inquérito (não oferecer a denúncia, não baixar os autos para diligências imprescindíveis ao oferecimento dela ou não requerer o seu arquivamento). Por sua vez, o crime de lesão corporal culposa (art. 129, § 6º, CP) possui pena de dois meses a um ano, sendo considerado de menor potencial ofensivo e sendo processado e julgado na forma da Lei n. 9.099/95 (lei dos juizados especiais cíveis e criminais), que

dispõe em seu art. 88 que as lesões corporais culposas dependerão de representação. Dessa forma, a ação penal é de natureza pública, porém condicionada à representação do ofendido ou de seu representante legal. Por fim, podemos dizer que a ação penal privada exclusiva ou propriamente dita se divide em duas modalidades: exclusiva comum e personalíssima. Na exclusiva comum, é possível a sucessão processual pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão. Já a personalíssima não admite a sucessão processual (o único crime sujeito a esta modalidade de ação penal é o do art. 236, CP). *Alternativa A.*

III. Aplicação da Lei Penal

5834. **(OAB 01 – 2012)** John, cidadão inglês, capitão de uma embarcação particular de bandeira americana, é assassinado por José, cidadão brasileiro, dentro do aludido barco, que se encontrava atracado no Porto de Santos, no Estado de São Paulo. Nesse contexto, é correto afirmar que a lei brasileira

(A) não é aplicável, uma vez que a embarcação é americana, devendo José ser processado de acordo com a lei estadunidense.

(B) é aplicável, uma vez que a embarcação estrangeira de propriedade privada estava atracada em território nacional.

(C) é aplicável, uma vez que o crime, apesar de haver sido cometido em território estrangeiro, foi praticado por brasileiro.

(D) não é aplicável, uma vez que, de acordo com a Convenção de Viena, é competência do Tribunal Penal Internacional processar e julgar os crimes praticados em embarcação estrangeira atracada em território de país diverso.

RESPOSTA Trata-se de embarcação estrangeira privada ou mercante, que se encontra no território geográfico nacional (porto ou mar territorial do Brasil). Sendo assim, será aplicada a lei brasileira aos crimes cometidos em seu interior, em virtude do critério do território por extensão (art. 5º, § 2º, CP). *Alternativa B.*

5835. **(OAB 02 – 2011)** Acerca da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta.

(A) Se um funcionário público a serviço do Brasil na Itália praticar, naquele país, crime de corrupção passiva (art. 317 do Código Penal), ficará sujeito à lei penal brasileira em face do princípio da extraterritorialidade.

(B) O ordenamento jurídico-penal brasileiro prevê a combinação de leis sucessivas sempre que a fusão puder beneficiar o réu.

(C) Na ocorrência de sucessão de leis penais no tempo, não será possível a aplicação da lei penal intermediária mesmo se ela configurar a lei mais favorável.

(D) As leis penais temporárias e excepcionais são dotadas de ultra-atividade. Por tal motivo, são aplicáveis a qualquer delito, desde que seus resultados tenham ocorrido durante sua vigência.

RESPOSTA Em relação à aplicação da lei penal no espaço, o Brasil orienta-se pelo princípio da territorialidade (regra prevista no art. 5º, CP) e pelo princípio da extraterritorialidade (exceção prevista no art. 7º, CP). Uma das hipóteses de aplicação da lei penal fora do território nacional (exceção) é o caso do agente que pratica um crime contra a administração pública, estando a seu serviço (art. 7º, I, *c*, CP). Por outro lado, o STF não admite a combinação de leis, que configura hipótese de hibridismo penal (*Informativo* 626, de 18-5-2011). A lei intermediária mais favorável será aplicada ao agente. As leis temporárias e excepcionais são autorrevogáveis e ultra-ativas, devendo ser aplicadas aos fatos praticados durante a sua vigência. *Alternativa A.*

IV. Teoria do Crime

5836. **(OAB 03 – 2011)** José dispara cinco tiros de revólver contra Joaquim, jovem de 26 (vinte e seis) anos que acabara de estuprar sua filha. Contudo, em decorrência de um problema na mira

da arma, José erra seu alvo, vindo a atingir Rubem, senhor de 80 (oitenta) anos, ceifando-lhe a vida. A esse respeito, é correto afirmar que José responderá

(A) Pelo homicídio de Rubem, agravado por ser a vítima maior de 60 (sessenta) anos.

(B) Por tentativa de homicídio privilegiado de Joaquim e homicídio culposo de Rubem, agravado por ser a vítima maior de 60 (sessenta) anos.

(C) Apenas por tentativa de homicídio privilegiado, uma vez que ocorreu erro quanto à pessoa.

(D) Apenas por homicídio privilegiado consumado, uma vez que ocorreu erro na execução.

RESPOSTA Trata-se de hipótese de erro na execução (*aberratio ictus*), prevista no art. 73, CP. Nessa situação, quando o agente, por acidente ou erro na execução de um crime, ao invés de atingir a pessoa visada, atinge pessoa diversa, responderá como se tivesse praticado o crime contra a pessoa pretendida, aplicando-se ao caso o art. 20, § 3º, CP. Assim sendo, considerando que somente Rubem foi atingido, José responderá por homicídio privilegiado consumado, ou seja, responderá como se tivesse atingido Joaquim, seu verdadeiro alvo. *Alternativa D*.

5837. **(OAB 03 – 2011-II)** Maquiavel, industrial dono de uma fábrica de pincéis feitos de pelos de cabra, sabia ser essencial a desinfecção dos pelos para que os funcionários pudessem manuseá-los, sob pena de contração de grave enfermidade. Ocorre que Maquiavel, querendo cortar custos e acreditando plenamente que nenhum de seus funcionários padeceria de qualquer moléstia, pois eram todos "homens de bem", resolveu por bem não proceder ao tratamento com desinfetante. Ao manusearem os pelos de cabra que não haviam passado pela limpeza, quatro funcionários da empresa de Maquiavel faleceram. Maquiavel, então, foi denunciado e consequentemente processado pela prática de homicídio culposo, na modalidade culpa consciente. No curso do processo, entretanto, restou provado que ainda que os pelos de cabra tivessem passado pela ação do desinfetante, os quatro funcionários morreriam, porque os microrganismos já estavam resistentes à ação do desinfetante que devia ter sido utilizado. Com base na situação descrita e tendo por base os estudos acerca da imputação objetiva, é correto afirmar que Maquiavel

(A) Deve, realmente, responder por homicídio culposo, na modalidade culpa consciente.

(B) Não praticou fato típico, sendo amparado pelo princípio da confiança, que limita o dever objetivo de cuidado.

(C) Agiu dentro de um risco permitido, razão pela qual o resultado não lhe pode ser imputado.

(D) Não pode ter o fato imputado a si, pois, com sua conduta, não incrementou risco existente.

RESPOSTA De acordo com a **teoria da imputação objetiva**, para que haja responsabilização de algum agente, deverá haver a criação ou aumento de um risco proibido pelo Direito. No caso em tela, Maquiavel agiu dentro de um risco permitido, logo o resultado não poderá ser-lhe imputado. *Alternativa C*.

5838. **(OAB 02 – 2011)** Apolo foi ameaçado de morte por Hades, conhecido matador de aluguel. Tendo tido ciência, por fonte segura, que Hades o mataria naquela noite e, com o intuito de defender-se, Apolo saiu de casa com uma faca no bolso de seu casaco. Naquela noite, ao encontrar Hades em uma rua vazia e escura e, vendo que este colocava a mão no bolso, Apolo precipita-se e, objetivando impedir o ataque que imaginava iminente, esfaqueia Hades, provocando-lhe as lesões corporais que desejava. Todavia, após o ocorrido, o próprio Hades contou a Apolo que não ia matá-lo, pois havia desistido de seu intento e, naquela noite, foi ao seu encontro justamente para dar-lhe a notícia. Nesse sentido, é correto afirmar que

(A) Havia dolo na conduta de Apolo.

(B) Mesmo sendo o erro escusável, Apolo não é isento de pena.

(C) Apolo não agiu em legítima defesa putativa.

(D) Mesmo sendo o erro inescusável, Apolo responde a título de dolo.

RESPOSTA A questão versa sobre a legítima defesa putativa, que é uma hipótese de descriminante putativa (art. 20, § 1º, CP). Ocorre quando o agente acredita estar agindo em legítima defesa, pelo fato de supor, equivocadamente, uma situação de fato que a tornaria legítima. Na questão em tela, Apolo acreditou estar utilizando moderadamente dos meios necessários para repelir uma injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. Ocorre que, no caso concreto, não havia qualquer agressão. A legítima defesa putativa configura uma hipótese de erro de tipo permissivo, ocasião em que devemos analisar se o agente tinha condições de evitar o erro. Caso a conduta seja inevitável, invencível ou escusável, o agente não responderá por nada, muito embora tenha agido dolosamente. Por outro lado, se a conduta for evitável, vencível ou inescusável, o agente deverá responder por culpa imprópria, também chamada de culpa por extensão ou culpa por assimilação. *Alternativa A.*

5839. **(OAB 03 – 2011)** No dia 18 de outubro de 2005, Eratóstenes praticou um crime de corrupção ativa em transação comercial internacional (art. 337-B do CP), cuja pena é de um a oito anos e multa. Devidamente investigado, Eratóstenes foi denunciado e, em 20 de janeiro de 2006, a inicial acusatória foi recebida. O processo teve regular seguimento e, ao final, o magistrado sentenciou Eratóstenes, condenando-o à pena de um ano de reclusão e ao pagamento de dez dias-multa. A sentença foi publicada em 7 de abril de 2007. O Ministério Público não interpôs recurso, tendo, tal sentença, transitado em julgado para a acusação. A defesa de Eratóstenes, por sua vez, que objetivava sua absolvição, interpôs sucessivos recursos. Até o dia 15 de maio de 2011, o processo ainda não havia tido seu definitivo julgamento, ou seja, não houve trânsito em julgado final. Levando-se em conta as datas descritas e sabendo-se que, de acordo com o art. 109, III e V, do Código Penal, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, verifica-se em doze anos se o máximo da pena é superior a quatro e não excede a oito anos e em quatro anos se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não exceda a dois, com base na situação apresentada, é correto afirmar que

(A) Não houve prescrição da pretensão punitiva nem prescrição da pretensão executória, pois desde a publicação da sentença não transcorreu lapso de tempo superior a doze anos.

(B) Ocorreu prescrição da pretensão punitiva retroativa, pois, após a data da publicação da sentença e a última data apresentada no enunciado, transcorreu lapso de tempo superior a quatro anos.

(C) Ocorreu prescrição da pretensão punitiva superveniente, que pressupõe o trânsito em julgado para a acusação e leva em conta a pena concretamente imposta na sentença.

(D) Não houve prescrição da pretensão punitiva, pois, como ainda não ocorreu o trânsito em julgado final, deve-se levar em conta a teoria da pior hipótese, de modo que a prescrição, se houvesse, somente ocorreria doze anos após a data do fato.

RESPOSTA A questão versa sobre a prescrição da **pretensão punitiva superveniente, intercorrente ou subsequente**, que pressupõe o trânsito em julgado para a acusação para a sua ocorrência. A partir do enunciado, os dados que devem ser considerados para obtenção da resposta são: a) a **sentença condenatória foi publicada** em 7 de abril de 2007 (causa interruptiva, prevista no art. 117, IV, CP); b) o Ministério Público não recorreu, operando-se o trânsito em julgado para a acusação; c) até o dia 15 de maio de 2011 o processo ainda não havia sido julgado. A pena aplicada na sentença foi fixada em **um ano**. Como se trata de recurso exclusivo da defesa, não há como aumentar a pena já estabelecida, além disso a prescrição superveniente adota a pena em concreto; dessa forma, considerando a tabela prevista no art. 109, CP, tem-se que **prescreve em quatro anos**, se o máximo da pena é **igual a um ano e, se superior, não exceda a dois anos**. Assim sendo, como desde a data da **publicação da sentença condenatória**, 7 de abril de 2007 – até o dia 15 de maio de 2011, passados mais de quatro anos, não houve o julgamento do recurso defensivo, ocorreu a prescrição da pretensão punitiva superveniente. *Alternativa C.*

5840. **(OAB 03 – 2011-II)** Com relação às causas da extinção da punibilidade previstas no art. 107 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

(A) O perdão do ofendido é ato unilateral, prescindindo de anuência do querelado.

(B) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a

agravação da pena resultante da conexão.

(C) A perempção é causa de extinção de punibilidade exclusiva da ação penal privada.

(D) Em caso de morte do réu, não há falar em extinção da punibilidade, devendo o juiz absolvê-lo com base no método de resolução de conflitos do *in dubio pro reo*.

RESPOSTA A renúncia é unilateral e o perdão é bilateral, sendo necessária a aceitação do querelado, na forma do art. 51, CPP. A extinção da punibilidade quanto a um dos crimes conexos não impede a agravação da pena pelo instituto da conexão, na forma do art. 108, CP. O art. 60, CPP, dispõe que nos casos em que somente se procede mediante queixa (ação penal privada), considera-se perempta a ação penal em cinco hipóteses, previstas ao longo de seus quatro incisos. Cabe ressaltar que tais casos estão ligados à desídia do querelante em relação ao processo e geram a extinção da punibilidade, na forma do art. 107, IV, CP. Por fim, a morte é causa extintiva da punibilidade, na forma do art. 107, I, CP. *Alternativa C*.

5841. **(OAB 03 – 2012)** Acerca das causas excludentes de ilicitude e extintivas de punibilidade, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A coação moral irresistível exclui a culpabilidade, enquanto que a coação física irresistível exclui a própria conduta, de modo que, nesta segunda hipótese, sequer chegamos a analisar a tipicidade, pois não há conduta penalmente relevante.

(B) Em um bar, Caio, por notar que Tício olhava maliciosamente para sua namorada, desfere contra este um soco no rosto. Aturdido, Tício vai ao chão, levantando-se em seguida, e vai atrás de Caio e o interpela quando este já estava saindo do bar. Ao voltar-se para trás, atendendo ao chamado, Caio é surpreendido com um soco no ventre. Tício praticou conduta típica, mas amparada por uma causa excludente de ilicitude.

(C) Mévio, atendendo a ordem dada por seu líder religioso e, com o intuito de converter Rufus, permanece na residência deste à sua revelia, ou seja, sem o seu consentimento. Neste caso, Mévio, mesmo cumprindo ordem de seu superior e mesmo sendo tal ordem não manifestamente ilegal, pratica crime de violação de domicílio (Art. 150 do Código Penal), não estando amparado pela obediência hierárquica.

(D) O consentimento do ofendido não foi previsto pelo nosso ordenamento jurídico-penal como uma causa de exclusão da ilicitude. Todavia, sua natureza justificante é pacificamente aceita, desde que, entre outros requisitos, o ofendido seja capaz de consentir e que tal consentimento recaia sobre bem disponível.

RESPOSTA A coação irresistível pode eliminar a tipicidade ou a culpabilidade. Se a referida coação atuar fisicamente sobre o indivíduo, teremos um fato atípico (por ausência de conduta). Contudo, se a atuação atingir o sujeito no campo moral, teremos a exclusão da culpabilidade (por inexigibilidade de conduta diversa). Já a legítima defesa está prevista no art. 23, II, CP, e seus requisitos estão dispostos no art. 25, do mesmo diploma legal: utilizar moderadamente dos meios necessários para repelir injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. Cabe ressaltar que a injusta agressão praticada por Caio contra Tício já havia cessado, uma vez que Caio deu um único soco e estava deixando o bar, no momento em que foi interpelado. Dessa forma, a conduta posterior de Tício (soco no ventre de Caio) não teve o objetivo de fazer cessar uma injusta agressão, e sim de praticar vingança. Por este motivo, tal conduta não está acobertada pela excludente de ilicitude em comento. Por sua vez, o instituto da obediência hierárquica exige o preenchimento de três requisitos cumulativos: relação hierárquica funcional (serviço público), ordem não manifestamente ilegal e cumprimento estrito da ordem (dentro dos limites informados). Por fim, o consentimento do ofendido é tratado pela doutrina como causa supralegal de exclusão da ilicitude e também exige a ocorrência de três requisitos cumulativos: capacidade para consentir, bem jurídico disponível e consentimento anterior ou simultâneo à prática da conduta. Tendo em vista que a assertiva B é a única alternativa incorreta, devemos marcá-la como gabarito, já que a questão pede a afirmativa falsa como resposta. *Alternativa B*.

5842. **(OAB 03 – 2012)** José subtrai o carro de um jovem que lhe era totalmente desconhecido, chamado João. Tal subtração deu-se mediante o emprego de grave ameaça exercida pela utilização de arma de fogo. João, entretanto, rapaz jovem e de boa saúde, sem qualquer histórico de doença

cardiovascular, assusta-se de tal forma com a arma, que vem a óbito em virtude de ataque cardíaco. Com base no cenário acima, assinale a afirmativa correta.

(A) José responde por latrocínio.
(B) José não responde pela morte de João.
(C) José responde em concurso material pelos crimes de roubo e de homicídio culposo.
(D) José praticou crime preterdoloso.

RESPOSTA O agente só pode ser responsabilizado pelo crime de roubo com emprego de arma (art. 157, § 2º, I, CP), tendo em vista que a morte da vítima configurou resultado totalmente imprevisível, não podendo, portanto, lhe ser imputada. Cabe ressaltar que a questão de prova foi enfática ao afirmar que o jovem era desconhecido do agente, apresentava boa saúde e não possuía qualquer histórico de doença cardiovascular, no sentido de que não seria possível prever aquele resultado. Ademais, não há crime preterdoloso, pelo fato de não existir culpa no resultado final, justamente pela ausência de previsão. *Alternativa B*.

5843. **(OAB 02 – 2012)** Trata-se de causa extintiva da punibilidade consistente na exclusão, por lei ordinária com efeitos retroativos, de um ou mais fatos criminosos do campo de incidência do Direito Penal,

(A) o indulto individual.
(B) a anistia.
(C) o indulto coletivo.
(D) a graça.

RESPOSTA A anistia é uma causa extintiva da punibilidade prevista no art. 107, II, CP, que dispõe que o Estado poderá fornecer clemência ao autor de uma infração penal, renunciando ao direito de punir no caso concreto. Deve ser oferecida através de lei (Congresso Nacional) e extingue todos os efeitos penais, mantendo, contudo, os efeitos civis. Está relacionada a fatos e pode ocorrer antes ou depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, ocorrendo em regra (mas não exclusivamente) para crimes políticos. Já a graça e o indulto estão relacionados a pessoas e só podem ocorrer depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Possuem caráter pessoal e são fornecidos por decreto do Presidente da República. *Alternativa B*.

5844. **(OAB 02 – 2012)** José conversava com Antônio em frente a um prédio. Durante a conversa, José percebe que João, do alto do edifício, jogara um vaso mirando a cabeça de seu interlocutor. Assustado, e com o fim de evitar a possível morte de Antônio, José o empurra com força. Antônio cai e, na queda, fratura o braço. Do alto do prédio, João vê a cena e fica irritado ao perceber que, pela atuação rápida de José, não conseguira acertar o vaso na cabeça de Antônio. Com base no caso apresentado, segundo os estudos acerca da teoria da imputação objetiva, assinale a afirmativa correta.

(A) José praticou lesão corporal culposa.
(B) José praticou lesão corporal dolosa.
(C) O resultado não pode ser imputado a José, ainda que entre a lesão e sua conduta exista nexo de causalidade.
(D) O resultado pode ser imputado a José, que agiu com excesso e sem a observância de devido cuidado.

RESPOSTA O estudo do nexo de causalidade engloba diversos filtros teóricos, no sentido de que devemos conjugar três teorias em ordem: Inicialmente, devemos analisar a teoria adotada pelo art. 13, CP, (teoria da *conditio sine qua non* ou equivalência dos antecedentes causais), que afirma que tudo aquilo que tiver dado causa ao resultado será responsável por ele. Contudo, essa teoria possui a falha de gerar uma regressão *ad infinitum*, no sentido de que praticamente tudo será passível de responsabilização penal. Dessa forma, surgem as teorias de Claus Roxin (teoria da imputação objetiva) e da doutrina brasileira (teoria da causalidade adequada: dolo ou culpa + proporcionalidade). Ao analisarmos a teoria da imputação objetiva, perceberemos que a conduta de José deu causa ao resultado (braço fraturado) pela teoria da *conditio sine qua non* ou

equivalência dos antecedentes causais, já que Antônio não quebraria o braço se não tivesse sido empurrado. Contudo, não é possível imputar o resultado objetivamente a José, tendo em vista que ele diminuiu um risco maior ao empurrá-lo para o lado e evitar o choque do vaso em sua cabeça. Esse critério da diminuição do risco é uma das vertentes estudadas pela teoria da imputação objetiva e impede a configuração da relação de causalidade entre a conduta e o resultado, sem que precisemos passar pela análise da teoria da causalidade adequada (terceiro filtro). *Alternativa C*.

5845. **(OAB 01 – 2012)** Filolau, querendo estuprar Filomena, deu início à execução do crime de estupro, empregando grave ameaça à vítima. Ocorre que ao se preparar para o coito vagínico, que era sua única intenção, não conseguiu manter seu pênis ereto em virtude de falha fisiológica alheia à sua vontade. Por conta disso, desistiu de prosseguir na execução do crime e abandonou o local. Nesse caso, é correto afirmar que

(A) trata-se de caso de desistência voluntária, razão pela qual Filolau não responderá pelo crime de estupro.

(B) trata-se de arrependimento eficaz, fazendo com que Filolau responda tão somente pelos atos praticados.

(C) a conduta de Filolau é atípica.

(D) Filolau deve responder por tentativa de estupro.

RESPOSTA A questão reside na distinção entre os institutos da tentativa (art. 14, II, CP), desistência voluntária (art. 15, primeira parte, CP) e arrependimento eficaz (art. 15, segunda parte, CP). Em todos os casos, o agente deu início à execução do delito (terceira fase do *iter criminis*), porém não atingiu a consumação (quarta fase do *iter criminis*). Na tentativa, a não consumação foi fruto de circunstâncias alheias à vontade do agente (ele QUER prosseguir, mas NÃO PODE). Na desistência voluntária e no arrependimento eficaz, a não consumação foi fruto da própria vontade do agente (ele PODE prosseguir, mas NÃO QUER). Na questão em tela, estamos diante de uma tentativa, uma vez que o agente QUER prosseguir com o estupro (na modalidade de coito vagínico), porém não PODE fazê-lo, em virtude de circunstâncias alheias à sua vontade. *Alternativa D*.

V. Da Imputabilidade Penal e Culpabilidade

5846. **(OAB 03 – 2012)** Jaime, brasileiro, passou a morar em um país estrangeiro no ano de 1999. Assim como seu falecido pai, Jaime tinha por hábito sempre levar consigo acessórios de arma de fogo, o que não era proibido, levando-se em conta a legislação vigente à época, a saber, a Lei n. 9.437/97. Tal hábito foi mantido no país estrangeiro que, em sua legislação, não vedava a conduta. Todavia, em 2012, Jaime resolve vir de férias ao Brasil. Além de matar as saudades dos familiares, Jaime também queria apresentar o país aos seus dois filhos, ambos nascidos no estrangeiro. Ocorre que, dois dias após sua chegada, Jaime foi preso em flagrante por portar ilegalmente acessório de arma de fogo, conduta descrita no Art. 14 da Lei n. 10.826/2003, *verbis*: “Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar”. Nesse sentido, podemos afirmar que Jaime agiu em hipótese de

(A) erro de proibição direto.

(B) erro de tipo essencial.

(C) erro de tipo acidental.

(D) erro sobre as descriminantes putativas.

RESPOSTA Trata-se de erro de proibição, tendo em vista que o agente errou sobre a ilicitude do fato, na forma do art. 21, CP. Cabe ressaltar que essa modalidade de erro pode ser classificada em direta, indireta ou mandamental. O erro de proibição direto ocorre quando o agente pratica uma conduta proibida pela norma, por desconhecer a norma proibitiva, por conhecer mal o seu conteúdo ou por não compreender o seu âmbito de incidência. O erro de tipo traduz situação completamente distinta, prevista no art. 20, CP, e o erro sobre as descriminantes putativas aparece no art. 20, § 1º, CP. *Alternativa A.*

5847. (OAB 02 – 2012) Analise as hipóteses abaixo relacionadas e assinale a alternativa que apresenta somente causas excludentes de culpabilidade.

(A) Erro de proibição; embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior; coação moral irresistível.

(B) Embriaguez culposa; erro de tipo permissivo; inimputabilidade por doença mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

(C) Inimputabilidade por menoridade; estrito cumprimento do dever legal; embriaguez incompleta.

(D) Embriaguez incompleta proveniente de caso fortuito ou força maior; erro de proibição; obediência hierárquica.

RESPOSTA O conceito analítico ou estratificado de infração penal afirma que precisamos conjugar três elementos para aperfeiçoar um determinado crime ou contravenção: tipicidade + antijuridicidade ou ilicitude + culpabilidade. O último elemento (culpabilidade) é formado pela conjugação de novos elementos: imputabilidade + potencial conhecimento da ilicitude + exigibilidade de conduta diversa. Sendo assim, tudo que for capaz de excluir um desses três elementos finais será considerado um excludente de culpabilidade. Podemos citar o erro de proibição (art. 21, CP), a embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior (art. 28, § 1º, CP) e a coação moral irresistível (art. 22, CP). *Alternativa A*.

VI. Do Concurso de Pessoas

5848. (OAB 02 – 2012) Analise detidamente as seguintes situações: Casuística 1: Amarildo, ao chegar a sua casa, constata que sua filha foi estuprada por Terêncio. Imbuído de relevante valor moral, contrata Ronaldo, pistoleiro profissional, para tirar a vida do estuprador. O serviço é regularmente executado. Casuística 2: Lucas concorre para um infanticídio auxiliando Julieta, parturiente, a matar o nascituro – o que efetivamente acontece. Lucas sabia, desde o início, que Julieta estava sob a influência do estado puerperal. Levando em consideração a legislação vigente e a doutrina sobre o concurso de pessoas (*concursus delinquentium*), é correto afirmar que

(A) no exemplo 1, Amarildo responderá pelo homicídio privilegiado e Ronaldo pelo crime de homicídio qualificado por motivo torpe. No exemplo 2, Lucas e Julieta responderão pelo crime de infanticídio.

(B) no exemplo 1, Amarildo responderá pelo homicídio privilegiado e Ronaldo pelo crime de homicídio simples (ou seja, sem privilégio pelo fato de não estar imbuído de relevante valor moral). No exemplo 2, Lucas, que não está influenciado pelo estado puerperal, responderá por homicídio, e Julieta pelo crime de infanticídio.

(C) no exemplo 1, Amarildo responderá pelo homicídio privilegiado e Ronaldo pelo crime de homicídio simples (ou seja, sem privilégio pelo fato de não estar imbuído de relevante valor moral). No exemplo 2, tanto Lucas quanto Julieta responderão pelo crime de homicídio (ele na modalidade simples, ela na modalidade privilegiada em razão da influência do estado puerperal).

(D) no exemplo 1, Amarildo responderá pelo homicídio privilegiado e Ronaldo pelo crime de homicídio qualificado pelo motivo fútil. No exemplo 2, Lucas, que não está influenciado pelo estado puerperal, responderá por homicídio e Julieta pelo crime de infanticídio.

RESPOSTA Na casuística 1, Amarildo contratou um matador profissional para ceifar a vida do estuprador de sua filha, imbuído de relevante valor moral. Portanto, deverá responder pelo homicídio privilegiado por motivo de relevante valor moral. Por outro lado, o matador profissional (Ronaldo) praticou o crime mediante paga ou promessa de recompensa, devendo responder pelo homicídio qualificado por motivo torpe. Ressalte-se, apenas, que essa parte da questão é polêmica, tendo em vista que os tribunais superiores possuem um entendimento divergente, no sentido de que a qualificadora da paga ou promessa de recompensa é uma circunstância pessoal que se comunica ao outro agente, na forma do art. 30, CP. Portanto, a resposta tecnicamente correta deveria ser homicídio qualificado-privilegiado para Amarildo e homicídio qualificado para Ronaldo. Na

casuística 2, devemos atentar para o fato de que a corrente majoritária defende que o crime de infanticídio admite a coautoria e a participação, na forma dos arts. 29 e 30, CP. Nesse sentido, a partir do momento em que Lucas tem ciência do estado puerperal de Julieta e concorre para o referido crime, deve ser responsabilizado juntamente com a parturiente. *Alternativa A*.

5849. **(OAB 01 – 2012)** Zenão e Górgias desejam matar Tales. Ambos sabem que Tales é pessoa bastante metódica e tem a seguinte rotina ao chegar no trabalho: pega uma xícara de café na copa, deixa-a em cima de sua bancada particular, vai a outra sala buscar o jornal e retorna à sua bancada para lê-lo, enquanto degusta a bebida. Aproveitando-se de tais dados, Zenão e Górgias resolvem que executarão o crime de homicídio através de envenenamento. Para tanto, Zenão, certificando-se que não havia ninguém perto da bancada de Tales, coloca na bebida 0,1 ml de poderoso veneno. Logo em seguida chega Górgias, que também verifica a ausência de qualquer pessoa e adiciona ao café mais 0,1 ml do mesmo veneno poderoso. Posteriormente, Tales retorna à sua mesa e senta-se confortavelmente na cadeira para degustar o café lendo o jornal, como fazia todos os dias. Cerca de duas horas após a ingestão da bebida, Tales vem a falecer. Ocorre que toda a conduta de Zenão e Górgias foi filmada pelas câmeras internas presentes na sala da vítima, as quais eram desconhecidas de ambos, razão pela qual a autoria restou comprovada. Também restou comprovado que Tales somente morreu em decorrência da ação conjunta das duas doses de veneno, ou seja, somente 0,1 ml da substância não seria capaz de provocar o resultado morte. Com base na situação descrita, é correto afirmar que

(A) caso Zenão e Górgias tivessem agido em concurso de pessoas, deveriam responder por homicídio qualificado doloso consumado.

(B) mesmo sem qualquer combinação prévia, Zenão e Górgias deveriam responder por homicídio qualificado doloso consumado.

(C) Zenão e Górgias, agindo em autoria colateral, deveriam responder por homicídio culposo.

(D) Zenão e Górgias, agindo em concurso de pessoas, deveriam responder por homicídio culposo.

RESPOSTA De acordo com o art. 29, CP, quem de qualquer modo concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. Sendo assim, se Zenão e Górgias tivessem agido em concurso de pessoas (pluralidade de pessoas e condutas + relevância causal de cada conduta + liame subjetivo ou vínculo psicológico + identidade de infração penal), ambos seriam responsabilizados pelo homicídio doloso consumado. Contudo, cabe ressaltar que não houve qualquer liame subjetivo ou ligação mental entre os agentes, que atuaram sem a consciência de que participavam de uma empreitada criminosa comum. Dessa forma, não é possível falarmos em concurso de pessoas e cada um deverá responder exclusivamente por seus atos. No caso concreto, por não terem consciência de que agem em concurso, cada qual deve responder por tentativa de homicídio, tendo em vista que as doses individuais não eram capazes de matar a vítima (mesmo que no caso concreto tenhamos uma pessoa morta, estaríamos diante de duas tentativas de homicídio, naquilo que a doutrina chama de autoria complementar ou acessória). *Alternativa A*.

VII. Do Concurso de Crimes

5850. **(OAB 03 – 2011)** Otelo objetiva matar Desdêmona para ficar com o seguro de vida que esta havia feito em seu favor. Para tanto, desfere projétil de arma de fogo contra a vítima, causando-lhe a morte. Todavia, a bala atravessa o corpo de Desdêmona e ainda atinge Iago, que passava pelo local, causando-lhe lesões corporais. Considerando-se que Otelo praticou crime de homicídio doloso qualificado em relação a Desdêmona e, por tal crime, recebeu pena de 12 anos de reclusão, bem como que praticou crime de lesão corporal leve em relação a Iago, tendo recebido pena de 2 meses de reclusão, é correto afirmar que

(A) O juiz deverá aplicar a pena mais grave e aumentá-la de um sexto até a metade.

(B) O juiz deverá somar as penas.

(C) É caso de concurso formal homogêneo.
(D) É caso de concurso formal impróprio.

RESPOSTA Segundo o gabarito da banca, a *alternativa B* está correta, no entanto a questão dá margem para dúvidas. Trata-se de hipótese de concurso formal, visto que Otelo, objetivando matar Dêsdemona, ao atingi-la, por erro na execução, fere também Iago. Conforme o art. 70, CP, primeira parte, que revela o chamado **concurso formal normal, próprio ou perfeito**, quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se a pena mais grave ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada de um sexto até a metade (sistema da exasperação). Todavia, no presente caso, a aplicação do sistema de exasperação é prejudicial ao réu, por isso aplica-se a regra contida no art. 70, parágrafo único, o qual determina que em casos dessa natureza as penas sejam somadas, o que a doutrina denomina de **concurso material benéfico**. Por esse raciocínio, chega-se à resposta pretendida pela banca, *alternativa B*. Em contrapartida, quando no enunciado há menção de que Otelo praticou o crime de **lesão corporal leve** (delito doloso) e não lesão culposa contra Iago (visto que a lesão culposa não sofre graduação em leve, grave ou gravíssima), permite-se discussão a respeito da existência ou não de desígnio autônomo em relação ao delito de lesão corporal, fundamentado na possibilidade de incidência de dolo eventual, o que mudaria a resposta para a ocorrência da segunda parte do art. 70, CP, **concurso formal anormal, impróprio ou imperfeito**, em que as penas são igualmente somadas. Em que pesem os recursos, a questão não foi anulada. *Alternativa B.*

5851. **(OAB 02 – 2011)** As regras do concurso formal perfeito (em que se adota o sistema da exasperação da pena) foram adotadas pelo Código Penal com o objetivo de beneficiar o agente que, mediante uma só conduta, praticou dois ou mais crimes. No entanto, quando o sistema da exasperação for prejudicial ao acusado, deverá prevalecer o sistema do cúmulo material (em que a soma das penas será mais vantajosa do que o aumento de uma delas com determinado percentual, ainda que no patamar mínimo).

A essa hipótese, a doutrina deu o nome de

(A) Concurso material benéfico.
(B) Concurso formal imperfeito.
(C) Concurso formal heterogêneo.
(D) Exasperação *sui generis*.

RESPOSTA O art. 70, CP, que prevê o denominado **concurso formal**, divide-se em duas partes. A primeira parte refere-se ao **concurso formal normal, próprio ou perfeito**, que ocorre quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não. Nesse caso, deverá ser aplicada a pena mais grave entre as cabíveis, ou, caso sejam idênticas, somente uma delas, mas, em qualquer caso, aumentada de um sexto até a metade. O sistema de exasperação é o critério que autoriza esse aumento de pena. Já a segunda parte traz o **concurso formal anormal, impróprio ou imperfeito**, situação em que as penas são somadas, nos casos em que a ação ou omissão for dolosa e os crimes concorrentes resultarem de desígnios autônomos. Além das regras contidas no *caput* do art. 70, o parágrafo único acresceu outra regra, denominada pela doutrina de **concurso material benéfico**, determinando a aplicação da regra do concurso material (art. 69, CP), ou seja, a soma das penas, quando, nos casos de **concurso formal normal, próprio ou perfeito**, o sistema da exasperação for mais gravoso ao réu. *Alternativa A*.

5852. **(OAB 03 – 2011-II)** Grávida de nove meses, Maria se desespera e, visando evitar o nascimento do seu filho, toma um comprimido contendo um complexo vitamínico, achando, equivocadamente, tratar-se de uma pílula abortiva. Ao entrar em trabalho de parto, poucos minutos depois, Maria dá à luz um bebê saudável. Todavia, Maria, sob a influência do estado puerperal, lança a criança pela janela do hospital, causando-lhe o óbito.

Com base no relato acima, é correto afirmar que Maria praticou:

(A) Crime de homicídio qualificado pela utilização de recurso que impediu a defesa da vítima.
(B) Em concurso material, os crimes de aborto tentado e infanticídio consumado.
(C) Apenas o crime de infanticídio.
(D) Em concurso formal, os crimes de aborto tentado e infanticídio consumado.

RESPOSTA Maria deverá responder somente pelo delito de infanticídio, previsto no art. 123, CP, pois sob a influência do estado puerperal matou o próprio filho. Em relação à primeira conduta praticada por Maria, tomar um comprimido contendo um complexo vitamínico com a intenção de praticar o aborto, configura a hipótese de **crime impossível**, pois o meio utilizado foi absolutamente ineficaz (art. 17, CP). *Alternativa C*.

VIII. Das Penas

5853. **(OAB 03 – 2011)** Nise está em gozo de suspensão condicional da execução da pena. Durante o período de prova do referido benefício, Nise passou a figurar como indiciada em inquérito policial em que se apurava eventual prática de tráfico de entorpecentes. Ao saber de tal fato, o magistrado responsável decidiu por bem prorrogar o período de prova. Atento ao caso narrado e consoante legislação pátria, é correto afirmar que

(A) Não está correta a decisão de prorrogação do período de prova.
(B) A hipótese é de revogação facultativa do benefício.
(C) A hipótese é de revogação obrigatória do benefício.
(D) Nise terá o benefício obrigatoriamente revogado se a denúncia pelo crime de tráfico de entorpecentes for recebida durante o período de prova.

RESPOSTA O instituto da suspensão condicional da execução da pena está previsto nos arts. 77 a 82, CP. As hipóteses de prorrogação do chamado *sursis* da execução estão descritas no § 2º do art. 81, CP, sendo possível quando o beneficiário estiver respondendo a processo por crime ou contravenção. O prazo para a prorrogação é até o julgamento definitivo do processo. Dessa forma, o magistrado agiu de forma equivocada, uma vez que o indiciamento em inquérito policial não poderá dar causa à prorrogação do *sursis*. *Alternativa A*.

5854. **(OAB 03 – 2011-II)** Com relação ao Regime Disciplinar Diferenciado, instituído pela Lei n. 10.792/2003, assinale a alternativa correta.

(A) O período de aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado não poderá ultrapassar 360 (trezentos e sessenta) dias, sendo vedada a repetição da sanção por nova falta grave.
(B) O regime disciplinar diferenciado não poderá ser aplicado a preso provisório, mesmo no caso de crimes hediondos.
(C) A autorização para a inclusão do preso em regime disciplinar dependerá de requerimento circunstanciado elaborado pelo diretor do estabelecimento ou outra autoridade administrativa e despacho fundamentado da autoridade judicial competente.
(D) O preso terá direito a sair de sua cela por um período de 2 (duas) horas semanais para banho e sol, salvo nos casos de crimes inafiançáveis.

RESPOSTA A inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado, de acordo com o art. 54, §§ 2º e 4º, Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84), dependerá de despacho fundamentado da autoridade judicial, devendo ser requerida pelo diretor do estabelecimento prisional ou por outra autoridade administrativa. *Alternativa C*

5855. **(OAB 03 – 2012)** O sistema punitivo brasileiro é progressivo. Por meio dele o condenado passa do regime inicial de cumprimento de pena mais severo para regime mais brando, até alcançar o livramento condicional ou a liberdade definitiva. A respeito da progressão de regime, assinale a afirmativa correta.

(A) O sistema progressivo brasileiro é compatível com a progressão “por saltos”, consistente na possibilidade da passagem direta do regime fechado para o aberto.
(B) O cumprimento da pena privativa de liberdade nos crimes hediondos é uma exceção ao sistema progressivo. O condenado nesta modalidade criminosa deve iniciar e encerrar o cumprimento da

pena no regime fechado, sem possibilidade de passagem para regime mais brando.

(C) A progressão está condicionada, nos crimes contra a Administração Pública, à reparação do dano causado ou à devolução do produto do ilícito praticado com os acréscimos legais, além do cumprimento de 1/6 da pena no regime anterior e do mérito do condenado.

(D) O pedido de progressão deve ser endereçado ao juízo sentenciante, que decidirá independente de manifestação do Ministério Público.

RESPOSTA A progressão "por saltos" é vedada no ordenamento jurídico brasileiro, na forma da Súmula 491, STJ. No tocante aos crimes hediondos, podemos afirmar que também é possível a progressão de regime prisional, em especial após a Lei n. 11.464/2007, que fixou o *quantum* de 2/5 (primários) e 3/5 (reincidentes). Além disso, cabe ressaltar que a progressão de regime, no caso de crimes contra a Administração Pública, está condicionada à reparação do dano causado ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais (art. 33, § 4º, CP), além do cumprimento de 1/6 da pena no regime anterior e do mérito do condenado. Por fim, podemos afirmar que a competência para decidir acerca do pedido de progressão de regime é do Juiz da Vara de Execuções Penais, na forma do art. 66, III, *b*, Lei n. 7.210/84 (LEP). *Alternativa C*.

5856. **(OAB 03 – 2012)** Guilherme praticou, em 18/02/2009, contravenção penal de vias de fato (Art. 21 do Decreto Lei n. 3.688/41), tendo sido condenado à pena de multa. A sentença transitou definitivamente em julgado no dia 15/03/2010, mas Guilherme não pagou a multa. No dia 10/07/2010, Guilherme praticou crime de ato obsceno (Art. 233 do CP). Com base na situação descrita e na legislação, assinale a afirmativa correta.

(A) Guilherme não pode ser considerado reincidente por conta de uma omissão legislativa.

(B) Guilherme deve ter a pena de multa não paga da primeira condenação convertida em pena privativa de liberdade.

(C) Guilherme é reincidente, pois praticou novo crime após condenação transitada em julgado.

(D) A pena de multa não gera reincidência.

RESPOSTA O agente que pratica uma contravenção e, após o trânsito em julgado da decisão condenatória, pratica um crime não pode ser considerado reincidente, por força dos arts. 63 e 64, CP, bem como do art. 7º, Decreto-Lei n. 3.688/41 (Lei de Contravenções Penais). Sendo assim, só é possível falar em reincidência em três hipóteses: (crime + crime) ou (crime + contravenção) ou (contravenção + contravenção). Ademais, cabe ressaltar que a pena de multa (que é capaz de gerar reincidência) não pode ser convertida em pena privativa de liberdade, na forma do art. 51, CP. *Alternativa A*.

5857. **(OAB 01 – 2012)** Pitágoras foi definitivamente condenado, com sentença penal condenatória transitada em julgado, à pena de 6 (seis) anos de reclusão a ser cumprida, inicialmente, em regime semiaberto. Cerca de quatro meses após o início do cumprimento da pena privativa de liberdade, sobreveio nova condenação definitiva, desta vez a 3 (três) anos de reclusão no regime inicial aberto, em virtude da prática de crime anterior. Atento ao caso narrado, bem como às disposições pertinentes ao tema presentes tanto no código penal quanto na lei de execuções penais, é correto afirmar que

(A) Pitágoras poderá continuar a cumprir a pena no regime semiaberto.

(B) Pitágoras deverá regredir para o regime fechado.

(C) Pitágoras deverá regredir de regime porque a nova condenação significa cometimento de falta grave.

(D) prevalece o regime isolado de cada uma das condenações, devendo-se executar primeiro a pena mais grave.

RESPOSTA De acordo com os arts. 110 e 111, LEP (Lei n. 7.210/84), "quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, quando for o caso, a detração ou remição". Sendo assim, vamos somar as penas de 6 anos e 3 anos, atingindo o patamar de 9 anos, que exige o cumprimento da pena no regime fechado, na forma do art. 33, CP (por ser

superior a 8 anos). *Alternativa B*.

IX. Dos Crimes contra a Pessoa

5858. **(OAB 03 – 2011)** Ares, objetivando passear com a bicicleta de Ártemis, desfere contra esta um soco. Ártemis cai, Ares pega a bicicleta e a utiliza durante todo o resto do dia, devolvendo-a ao anoitecer. Considerando os dados acima descritos, assinale a alternativa correta.

(A) Ares praticou crime de roubo com a causa de diminuição de pena do arrependimento posterior.
(B) Ares praticou atípico penal.
(C) Ares praticou constrangimento ilegal.
(D) Ares praticou constrangimento legal com a causa de diminuição de pena do arrependimento posterior.

RESPOSTA Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite ou a fazer o que ela não manda configura o **crime de constrangimento ilegal**, previsto no art. 148, CP. A questão tentou confundir o candidato em relação ao instituto do arrependimento posterior, previsto no art. 16, CP, que exige a presença de quatro requisitos cumulativos: crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparação do dano ou restituição da coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente. Ressalte-se, que o primeiro requisito não se fez presente, pelo fato de ter havido violência contra a pessoa. *Alternativa C*.

5859. **(OAB 03 – 2011-II)** Rama, jovem de 19 anos, estava cuidando de suas irmãs mais novas, Sita e Durga, enquanto a mãe viajava a trabalho. Na tarde desse dia, Rama recebeu uma ligação dos amigos, que o chamaram para sair com o objetivo de comemorar o início das férias. Certo de que não se demoraria, Rama deixou as crianças, ambas com 4 anos, brincando sozinhas no quintal de casa, que era grande, tinha muitos brinquedos e uma piscina. Ocorre que Rama bebeu demais e acabou perdendo a hora, chegando em casa tarde da noite, extremamente alcoolizado. As meninas ficaram sem alimentação durante todo o tempo e ainda sofreram com várias picadas de pernilongos. Com base na situação apresentada, é correto afirmar que Rama praticou crime

(A) De lesão leve por meio de omissão imprópria.
(B) De perigo para a vida ou saúde de outrem.
(C) De abandono de incapaz, com causa de aumento de pena.
(D) Previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

RESPOSTA Trata-se de hipótese prevista no art. 133, § 3º, CP, abandono de incapaz. No caso em tela, deverá ser observada a causa de aumento de pena, em virtude de Rama ser irmão das vítimas. *Alternativa C*.

5860. **(OAB 01 – 2012)** Assinale a alternativa correta.

(A) Aquele que, desejando subtrair ossadas de urna funerária, viola sepultura, mas nada consegue obter porque tal sepultura estava vazia, não pratica o crime descrito no art. 210 do Código Penal: crime de violação de sepultura.
(B) O crime de infanticídio, por tratar-se de crime próprio, não admite coautoria.
(C) O homicídio culposo, dada a menor reprovabilidade da conduta, permite a compensação de culpas.
(D) Há homicídio privilegiado quando o agente atua sob a influência de violenta emoção.

RESPOSTA O crime de violação de sepultura, previsto no art. 210, CP, possui como bem jurídico tutelado o respeito aos mortos, e não à própria figura física de uma sepultura. Sendo assim, caso não haja desrespeito aos mortos, justamente pelo fato de a sepultura estar vazia, não teremos como falar no referido crime. O crime de infanticídio admite coautoria, tendo em vista que os aspectos pessoais se comunicam, pelo fato de serem elementares do crime, na forma do art. 30, CP. Não é possível a

compensação de culpas no direito penal. O homicídio privilegiado ocorre quando o agente atua sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, na forma do art. 121, § 1º, CP. *Alternativa A*.

X. Dos Crimes contra o Patrimônio

5861. **(OAB 02 – 2012)** Jaime, conhecido pelos colegas como "Jaiminho mão de seda", utilizando-se de sua destreza, consegue retirar a carteira do bolso traseiro da calça de Ricardo que, ao perceber a subtração, sai ao encalço do delinquente. Ocorre que, durante a perseguição, Ricardo acaba sendo atropelado, vindo a falecer em decorrência dos ferimentos. Nesse sentido, com base nas informações apresentadas na hipótese, e a jurisprudência predominante dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

(A) Jaime praticou delito de furto em sua modalidade tentada.
(B) Jaime consumou a prática do delito de furto simples.
(C) Jaime consumou a prática do delito de furto qualificado.
(D) Jaime consumou a prática de latrocínio.

RESPOSTA É certo que o crime de furto se consumou, pois a corrente majoritária entende que a consumação do furto se dá com a simples inversão da posse. Ou seja, não é mais necessária a posse tranquila da *res furtiva* para consumar o delito. A controvérsia cinge-se ao seguinte fato: o furto é simples (art. 155, *caput*, CP) ou qualificado pela destreza (art. 155, § 4º, II, CP)? Embora a banca tenha adotado o entendimento de que o caso seria de furto simples, sob argumento de que a vítima percebeu a atuação do agente, é de se verificar que tal posição é discutível. Se a vítima percebe a subtração em virtude de uma falha na atuação do agente, resta descaracterizada a destreza. Contudo, se a vítima percebe a situação por acaso, independente de qualquer falha na atuação do agente, pode-se entender que a qualificadora permanece. Ressalte-se que a questão disse apenas que a vítima percebeu a subtração, sem explicitar os motivos que a levaram a notá-la. Vejamos o que leciona Cesar Roberto Bittencourt sobre o tema: "(...) contudo, se for descoberto, logo após a subtração, por mero acidente ou simples suspeita, sem qualquer vínculo com a perfeição ou imperfeição da ação, a qualificadora deve ser reconhecida" (*Tratado de direito penal*, v. 3, p. 29). Outro aspecto da questão diz respeito à morte da vítima, que não pode ser imputada ao agente, tendo em vista que não há relação de causalidade entre a conduta de subtrair e a morte. *Alternativa B.*

XI. Dos Crimes contra a Administração Pública

5862. **(OAB 01 – 2012)** Baco, após subtrair um carro esportivo de determinada concessionária de veículos, telefona para Minerva, sua amiga, a quem conta a empreitada criminosa e pede ajuda. Baco sabia que Minerva morava em uma grande casa e que poderia esconder o carro facilmente lá. Assim, pergunta se Minerva poderia ajudá-lo, escondendo o carro em sua residência. Minerva, apaixonada por Baco, aceita prestar a ajuda. Nessa situação, Minerva deve responder por

(A) participação no crime de furto praticado por Baco.
(B) receptação.
(C) favorecimento pessoal.
(D) favorecimento real.

RESPOSTA Trata-se do crime de favorecimento real (art. 349, CP), que ocorre quando o agente presta a criminoso, fora dos casos de coautoria ou receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime. Note, apenas, que tal auxílio deverá ocorrer APÓS a consumação do delito principal (subtração do veículo), sob pena de configuração do concurso de pessoas. *Alternativa D*.

XII. Dos Crimes contra a Administração da Justiça

5863. **(OAB 02 – 2011)** Ao tomar conhecimento de um roubo ocorrido nas adjacências de sua residência, Caio compareceu à Delegacia de Polícia e noticiou o crime, alegando que vira Tício, seu

inimigo capital, praticar o delito, mesmo sabendo que seu desafeto se encontrava na Europa na data do fato. Em decorrência do exposto, foi instaurado inquérito policial para apurar as circunstâncias do ocorrido. A esse respeito, é correto afirmar que Caio cometeu

(A) Delito de calúnia.
(B) Delito de comunicação falsa de crime.
(C) Delito de denunciação caluniosa.
(D) Crime de falso testemunho.

RESPOSTA Dar causa à instauração de investigação policial ou administrativa, processo judicial, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando a prática de conduta criminosa à pessoa que sabe ser inocente, caracteriza o delito de denunciação caluniosa, descrito no art. 339, CP. Dessa forma, considerando o fato de Caio ter comparecido à Delegacia e noticiado falsamente um crime, provocando a **instauração** de inquérito policial para averiguação do ocorrido, sua conduta enquadra-se ao tipo penal de denunciação caluniosa. Vale destacar que o crime mencionado diferencia-se do delito de comunicação falsa de crime ou contravenção, previsto no art. 340, CP, pois, para a consumação deste, basta que o agente provoque a **ação** da autoridade, fazendo a falsa comunicação, não se exigindo a instauração de inquérito ou processo. *Alternativa C*.

XIII. Dos Crimes contra a Fé Pública

5864. **(OAB 03 – 2011)** Ana Maria, aluna de uma Universidade Federal, afirma que José, professor concursado da instituição, trai a esposa todo dia com uma gerente bancária.

A respeito do fato acima, é correto afirmar que Ana Maria praticou o crime de

(A) Calúnia, pois atribuiu a José o crime de adultério, sendo cabível, entretanto, a oposição de exceção da verdade com o fim de demonstrar a veracidade da afirmação.
(B) Difamação, pois atribuiu a José fato desabonador que não constitui crime, sendo cabível, entretanto, a oposição de exceção da verdade com o fim de demonstrar a veracidade da afirmação, uma vez que José é funcionário público.
(C) Calúnia, pois atribuiu a José o crime de adultério, não sendo cabível, na hipótese, a oposição de exceção da verdade.
(D) Difamação, pois atribuiu a José fato desabonador que não constitui crime, não sendo cabível, na hipótese, a oposição de exceção da verdade.

RESPOSTA A conduta de imputar um fato ofensivo à reputação de uma pessoa configura o crime de **difamação**, descrito no art. 139, CP. O referido tipo penal protege a chamada **honra objetiva**, ou seja, a reputação de alguém perante a sociedade. Nesse caso, a **exceção de verdade** – instrumento disponível ao ofensor para que demonstre a veracidade de sua imputação – somente é admitida se o ofendido for funcionário público e a ofensa for relativa ao exercício das funções, conforme consta no parágrafo único do art. 139, CP. A diferença reside no fato de a calúnia (art. 138, CP) configurar a imputação a alguém de um fato, definido como crime, e que deve ser falso. Já a injúria (art. 140, CP) não possui qualquer relação com fatos, configurando uma mera opinião ofensiva, que tanto faz ser verdade ou mentira. *Alternativa D*.

XIV. Leis Especiais

5865. **(OAB 02 – 2011)** Joaquim, conduzindo seu veículo automotor (que se encontrava sem as placas de identificação) em velocidade superior à máxima permitida para a via – 50km/h –, pratica o crime de lesões corporais culposas em virtude da sua não observância ao dever objetivo de cuidado no trânsito. Com base na situação acima e à luz do Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) Por se tratar a lesão corporal culposa praticada na direção de veículo automotor de uma infração de menor potencial ofensivo, Joaquim responderá pelo seu crime no Juizado Especial Criminal.

(B) Sem prejuízo da pena de detenção correspondente, Joaquim estará sujeito à suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

(C) Pelo fato de Joaquim praticar o fato na condução de veículo automotor sem placas de identificação, o juiz poderá, caso entenda necessário, agravar a penalidade do crime.

(D) A pena a que Joaquim estará sujeito não se alterará se a lesão corporal culposa for praticada em faixa de pedestres ou mesmo na calçada.

RESPOSTA Nos casos de delitos praticados na direção de veículos automotores, previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97), de acordo com o art. 292, referido diploma legal, a **suspensão** ou a **proibição** de se obter a permissão ou habilitação para dirigir poderá ser imposta como penalidade principal, isolada ou cumulada com outras penalidades. Para o estudo completo desta questão, sugere-se a leitura dos arts. 291, 298, 302 e 303, todos do Código de Trânsito. *Alternativa B*.

Bibliografia

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal:* parte geral. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 3.
- ______. *Tratado de direito penal:* parte especial. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 2.
- ______. *Manual de direito penal:* parte geral. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- BONFIM, Edilson Mougenot. *Curso de processo penal.* 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CAPEZ, Fernando. *Curso de direito penal:* parte geral. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1.
- ______. *Curso de direito penal:* parte especial. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 2.
- DA COSTA, Álvaro Mayrink. *Direito penal:* parte especial. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- DELMANTO JÚNIOR, Roberto; DELMANTO, Roberto; DELMANTO, Celso. *Código Penal comentado*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de direito penal.* São Paulo: Forense, 1998.
- GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; ESTEFAM, André. *Direito penal esquematizado:* parte geral. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- GRECO, Rogério. *Curso de direito penal:* parte geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006. v. 1.
- ______. *Curso de direito penal:* parte geral. 11. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.
- ______. *Curso de direito penal:* parte geral. 15. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal comentado.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- ______. *Manual de direito penal:* parte geral. 9. ed. São Paulo: RT, 2013.
- PRADO, Luiz Régis. *Curso de direito penal brasileiro:* parte geral, arts. 1º a 120. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. v. 1.
- ______. *Curso de direito penal brasileiro.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v. 2.
- ZAFFARONI, Eugênio Raul; PIERANGELI, J. Henrique. *Manual de direito penal brasileiro.* Parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO E SEGURIDADE SOCIAL

ALINE DOVAL

Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Servidora Pública Federal vinculada ao Ministério da Previdência Social. Professora de Direito Previdenciário exclusiva do curso A Casa do Concurseiro, em Porto Alegre-RS.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	200
FCC	99
OUTRAS BANCAS	98

I. Disposições Constitucionais

5866. **(Analista – TRT-10 – 2013 – CESPE)** O princípio do caráter democrático da administração da seguridade social preconiza que sua gestão será quadripartite, com a participação da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

RESPOSTA Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: (...) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação **dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados** (CF, art. 194, parágrafo único, VI). *Errado.*

5867. **(Auditor de Controle Externo – TCE-ES – 2012 – CESPE)** A isenção das contribuições destinadas à seguridade social é garantida, por norma constitucional, às entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços gratuitos (total ou parcialmente) de assistência social, saúde ou educação a pessoas carentes. Essa isenção, no entanto, nos termos da legislação de regência, não se estende a entidade com personalidade jurídica própria constituída e mantida pela entidade à qual a isenção tenha sido concedida.

RESPOSTA São isentas de contribuição da seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei (CF, art. 195, § 7º). A lei que estabelece critérios para concessão da isenção, atualmente, é a 12.101/2009, a qual preconiza, no art. 30, que a isenção não se estende a entidade com personalidade jurídica própria constituída e mantida pela entidade à qual a isenção foi concedida. *Certo.*

5868. **(Advogado – AGU – 2004 – CESPE)** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa privativa do Poder Executivo, destinadas especificamente ao custeio da previdência social do trabalhador, seja ele público ou privado.

RESPOSTA A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. *Errado.*

5869. **(Advogado – AGU – 2004 – CESPE)** A arrecadação de contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Servidor Público (PASEP) destina-se ao pagamento do seguro-desemprego e do abono, no valor de um salário mínimo por ano, aos empregados que recebam mensalmente até dois salários mínimos.

RESPOSTA Constituição Federal, art. 239: A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar n. 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar n. 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo. (...) § 3º Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição. *Certo.*

5870. **(Procurador – Aracaju-SE – 2008 – CESPE)** A previdência social brasileira está organizada em dois sistemas independentes. O denominado regime geral, cuja filiação é obrigatória, abrange todas as atividades remuneradas exercidas por pessoas físicas, ressalvadas as que estejam vinculadas aos regimes instituídos pelos entes federativos em favor de seus servidores titulares de cargos efetivos, denominados regimes próprios ou especiais.

RESPOSTA A Constituição Federal prevê dois sistemas de previdência social, o regime geral, previsto no art. 201, e o regime próprio, cujas regras estão insculpidas no art. 40 da Carta Magna. *Certo.*

5871. **(Analista – STJ – 2012 – CESPE)** Segundo a CF, as contribuições das entidades beneficentes de assistência social estão entre as fontes de recursos destinados ao financiamento da seguridade social, juntamente com os recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

RESPOSTA São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei (CF, art. 195, § 7º). *Errado.*

5872. **(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE)** A ação do Estado em relação aos planos de previdência privada tem, entre outras, a função de fiscalizar as entidades de previdência complementar e as suas operações e, ainda, a função de proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios.

RESPOSTA Em conformidade com a Lei Complementar n. 109/2001, art. 3º, a ação do Estado será exercida com o objetivo de fiscalizar as entidades de previdência complementar e suas operações, aplicar penalidades e proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios. *Certo.*

5873. **(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE)** É vedado aos planos de benefício de instituições de previdência privada de órgãos federais receber recursos da União.

RESPOSTA É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, **salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado**, conforme assegura o § 3º, do art. 202, Constituição Federal. *Errado.*

5874. **(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE)** O regime de previdência privada tem como características ser facultativo e de natureza complementar.

RESPOSTA Conforme dispõe o art. 202, Constituição Federal, o regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar. *Certo.*

5875. **(Analista do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Considere que Marília, aposentada, e Lucília, pensionista do INSS, faziam planos para visitar familiares durante o mês de janeiro e, para avaliar sua disponibilidade de recursos financeiros, resolveram tomar a média dos valores dos benefícios que receberam durante o ano para calcular o valor da gratificação natalina que iriam receber. Nessa situação, Marília e Lucília escolheram um procedimento de cálculo errado, pois a gratificação natalina de aposentados e pensionistas tem por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

RESPOSTA A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano (CF, art. 201, § 6º). *Certo.*

5876. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** O Conselho Nacional da Previdência Social é um dos órgãos de deliberação coletiva da estrutura do Ministério da Previdência Social, cuja composição, obrigatoriamente, deve incluir pessoas indicadas pelo governo, pelos empregadores, pelos trabalhadores e pelos aposentados.

RESPOSTA O Conselho Nacional da Previdência Social, como órgão colegiado, segue o preceito do art. 194, parágrafo único, VI, Constituição Federal (caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados). *Certo.*

5877. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** A instituição de alíquotas ou bases de cálculos diferentes, em razão da atividade econômica ou do porte da empresa, entre outras situações, apesar de, aparentemente, infringir o princípio tributário da isonomia, de fato atende ao comando constitucional da equidade na forma de participação no custeio da seguridade social.

RESPOSTA O princípio da equidade na forma de participação no custeio justifica a política tributária que envolve a seguridade social. Enquanto micro e pequenas empresas contribuem por meio do SIMPLES, empresas de grande porte pagam, no mínimo, sete espécies diferentes de contribuições sociais. *Certo.*

5878. **(Analista do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** De acordo com o princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, uma das condições para a aposentadoria por idade do trabalhador rural é a exigência de que atinja 65 anos de idade, se homem, ou 60 anos de idade, se mulher.

RESPOSTA Em se tratando de trabalhadores rurais, o requisito etário é reduzido em cinco anos, ou seja, o homem deve atingir 60 anos de idade e a mulher, 55 anos de idade (Lei n. 8.213/91, art. 48, § 1º). *Errado.*

5879. **(Analista do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** A importância da proteção social justifica a ampla diversidade da base de financiamento da seguridade social. Com o objetivo de expandir ou de garantir a seguridade social, a lei poderá instituir outras fontes de financiamento, de acordo com o texto constitucional.

RESPOSTA A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (CF, art. 195, § 4º). *Certo.*

5880. **(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE)** A seletividade e a distributividade dos benefícios e dos serviços da seguridade social referem-se à capacidade individual contributiva dos possíveis beneficiários, que determina a aptidão para usufruírem prestações da seguridade social.

RESPOSTA O conceito abordado na assertiva corresponde ao princípio da equidade na forma de participação no custeio. O princípio da seletividade e da distributividade é dirigido ao legislador, o qual, baseando-se nos riscos e contingências sociais, deverá primar por determinadas coberturas, limitando-as. Como exemplos, podem ser citados o alcance e a finalidade do salário-família, bem como os requisitos da concessão do auxílio-reclusão. Os benefícios assistenciais também são regidos e concedidos pelo critério da necessidade. *Errado.*

5881. **(Defensor Público – DPU – 2007 – CESPE)** A seguridade social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar direitos que proporcionem a dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, as políticas públicas de ações afirmativas destinadas à população negra, representadas, entre outras, pelo sistema de cotas para negros, que garante vagas em universidade pública para um segmento que, durante bastante tempo, foi excluído pelas dinâmicas sociais, são exemplo de atendimento do mandamento constitucional para a seguridade social.

RESPOSTA A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (CF, art. 194, *caput*). Políticas públicas de acesso ao ensino não estão relacionadas à seguridade social. *Errado.*

5882. **(Médico do Trabalho – FUB – 2011 – CESPE)** A seguridade social, destinada a assegurar o direito relativo à saúde e à assistência social, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos poderes públicos.

RESPOSTA A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade (CF, art. 194, *caput*). *Errado.*

5883. **(Analista Administrativo – PREVIC – 2011 – CESPE)** Na lei, constam dispositivos sobre o sistema especial de inclusão previdenciária relativo ao atendimento de trabalhadores de baixa renda e daqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda. Por meio desses dispositivos, garante-se o acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo e veda-se a estipulação de alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.

RESPOSTA A lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo. O sistema especial de inclusão previdenciária terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social (CF, art. 201, §§ 12 e 13). *Errado.*

5884. **(Técnico Judiciário – TRT-21 – 2010 – CESPE)** A previdência social, por seu caráter necessariamente contributivo, não está inserida no sistema constitucional da seguridade social.

RESPOSTA A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (CF, art. 194, *caput*). *Errado.*

5885. **(Técnico Judiciário – TRT-21 – 2010 – CESPE)** A seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios e de contribuições sociais.

RESPOSTA A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais arroladas nos incisos do art. 195, Constituição Federal. *Certo.*

5886. **(Defensor Público – DPE-BA – 2010 – CESPE)** É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades que, exercidas sob condições especiais, prejudiquem a saúde ou a integridade física, e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

RESPOSTA É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar (CF, art. 201, § 1º). *Certo.*

5887. **(Oficial Técnico de Inteligência – ABIN – 2010 – CESPE)** Compete ao Conselho Nacional de Previdência Social, órgão superior de deliberação colegiada, apreciar e aprovar as propostas orçamentárias da previdência social, antes de sua consolidação na proposta orçamentária da

seguridade social.

RESPOSTA Compete ao Conselho Nacional de Previdência Social apreciar e aprovar as propostas orçamentárias da Previdência Social, antes de sua consolidação na proposta orçamentária da Seguridade Social (Lei n. 8.213/91, art. 4º, IV). *Certo.*

5888. **(Defensor Público – DPE-CE – 2008 – CESPE)** Embora não conste expressamente no título que trata da ordem social na Constituição Federal, o princípio da solidariedade é postulado fundamental para a compreensão do regime financeiro da previdência social brasileira, representado de maneira evidente pelo pacto das gerações, característica dos sistemas de repartição.

RESPOSTA O princípio da solidariedade norteia o custeio da seguridade social, a qual é financiada de forma direta e indireta por toda a sociedade. Em matéria previdenciária, a solidariedade é marcada pelo pacto de gerações. *Certo.*

5889. **(Procurador – Boa Vista-RR – 2010 – CESPE)** A equidade na forma de participação no custeio é princípio constitucional atinente à seguridade social, no entanto, as entidades beneficentes de assistência social que atenderem às exigências estabelecidas em lei serão isentas de contribuição para a seguridade social.

RESPOSTA De acordo com a sistemática constitucional da Seguridade Social, a equidade na forma de participação no custeio é um princípio, um objetivo, consoante o art. 194, parágrafo único, V, Constituição Federal. Porém, o art. 195, § 7º, destaca que são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei. *Certo.*

5890. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** Em face do princípio constitucional da irredutibilidade do valor dos benefícios previdenciários, a aplicação de novos critérios de cálculo mais benéficos estabelecidos em lei deve ser automaticamente estendida a todos os benefícios cuja concessão tenha corrido sob regime legal anterior.

RESPOSTA STF, Súmula 359 – Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários. *Errado.*

5891. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** Como o direito à proteção da seguridade social, no Brasil, é garantido apenas aos segurados de um dos regimes previdenciários previstos em lei, o indivíduo que não contribui para nenhum desses regimes não faz jus à referida proteção.

RESPOSTA A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, assistência social e previdência social. Independentemente de pagamento de contribuição previdenciária, qualquer indivíduo poderá ter acesso aos programas de saúde pública, bem como aos brasileiros será prestada a assistência social, caso dela necessitem. *Errado.*

5892. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** A CF prevê, como garantia do equilíbrio atuarial e financeiro, a possibilidade de, em caso de insuficiência financeira, a administração pública aportar recursos a entidades de previdência privada.

RESPOSTA Segundo prescreve o art. 202, § 3º, Constituição Federal, é vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado. *Errado.*

5893. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** O limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS deve ser aplicado às aposentadorias e pensões de todos os servidores públicos federais que

ingressem no serviço público a partir do início da vigência do regime de previdência complementar, inclusos os detentores de cargo comissionado.

RESPOSTA A Lei n. 12.618/2012, que dispõe sobre o regime de previdência complementar, possui incidência apenas aos servidores públicos detentores de cargos efetivos, e não sobre ocupantes de cargo em comissão. *Errado.*

5894. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** Os servidores públicos aposentados devem ser automaticamente inseridos no novo regime de previdência complementar.

RESPOSTA As disposições da Lei n. 12.618/2012 apenas incidem sobre servidores cuja investidura ocorreu a partir da publicação de referida lei, e mediante expressa opção. *Errado.*

5895. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Acerca do entendimento sumulado do STF no que se refere ao direito previdenciário, assinale a opção incorreta.

(A) Prescrição e decadência de crédito tributário são matérias que deverão ser regulamentadas por LC.
(B) É legítima a incidência de contribuição previdenciária sobre o décimo terceiro salário.
(C) Compete à justiça federal processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.
(D) A imunidade tributária conferida pela CF a instituições de assistência social sem fins lucrativos somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.

RESPOSTA STF, Súmula 501 – Compete à justiça ordinária estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a união, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista. *Alternativa C*.

5896. **(Advogado – IPAJM – 2010 – CESPE)** Com relação às disposições constitucionais acerca da organização do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores públicos federais, assinale a opção correta.

(A) A legislação sobre previdência é de competência concorrente da União, dos estados, do DF e dos municípios, o que importa dizer que cabe à União a edição de normas gerais sobre a matéria, revogando disposições normativas dos demais entes federativos com elas incompatíveis.
(B) A competência concorrente dos estados, do DF e dos municípios alcança todas as áreas da seguridade social previstas no art. 194 da CF, inclusive assistência social e saúde.
(C) A CF trata de aposentadoria e pensão de servidor submetido a RPPS, o que impede a instituição de outros benefícios pelos entes da Federação.
(D) Os benefícios de aposentadoria e pensão, no sistema constitucional vigente, observam o princípio da solidariedade, que impõe contributividade às entidades públicas e também aos servidores ativos e inativos.
(E) O princípio da solidariedade, sintetizado na ideia de que as contribuições servem para a manutenção de toda a rede protetiva, não se aplicava ao RPPS, tendo sido introduzido nesse sistema pela Emenda Constitucional n. 41/2003.

RESPOSTA Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e actuarial (CF, art. 40, *caput*). *Alternativa D.*

5897. **(Advogado – IPAJM – 2010 – CESPE)** A respeito da aposentadoria de servidores públicos federais, assinale a opção correta.

(A) As normas regentes da previdência dos servidores não se aplicam às aposentadorias e pensões dos agentes públicos investidos em cargos vitalícios, tais como magistrados e membros do Ministério Público, tendo em vista que possuem regime constitucional diferenciado.

(B) A acumulação de aposentadoria do RPPS dos servidores públicos e aposentadoria do trabalho rural exercido em regime de economia familiar atende à normatização constitucional sobre a acumulação de aposentadorias.

(C) Não existe qualquer vedação à concessão de aposentadoria pelo regime geral de previdência social (RGPS) a segurado aposentado em RPPS se o autor permaneceu vinculado ao RGPS e cumpriu os requisitos para nova aposentadoria, excluído o tempo de serviço utilizado para a primeira jubilação.

(D) A lei pode estabelecer formas de contagem de tempo de contribuição fictício, para fins de aposentadoria.

(E) Requerida a aposentadoria voluntária, deverá o segurado se afastar do exercício de suas funções a partir da data de protocolização do pedido, vigorando a aposentação desde a data em que for deferido o pedido.

RESPOSTA Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades (Lei 8.213/91, art. 12, § 1º). *Alternativa C.*

5898. **(Advogado – IPAJM – 2010 – CESPE)** Com relação a pensão por morte, assinale a opção correta.

(A) No sistema previdenciário vigente, pelo qual as despesas devem sempre ser satisfeitas pela receita formada com o ingresso das contribuições dos segurados, não se pode conceder o referido benefício a nenhum dos cônjuges sem fonte de custeio total.

(B) Para que o viúvo sadio de servidora pública estadual seja beneficiário de pensão por morte, deve haver lei específica prevendo a sua inclusão como dependente da esposa.

(C) O cônjuge de servidor submetido, ao tempo do óbito, a regime celetista tem direito à pensão por morte correspondente à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor, se o falecimento se deu em momento anterior à Emenda Constitucional n. 20/1998.

(D) Compete ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) adimplir com o pagamento de pensões por morte concedidas antes da edição da Lei n. 8.112/1990, até a transferência do benefício para o órgão ao qual se encontre vinculado o servidor.

(E) A inscrição de dependente maior de 21 anos de idade realizada antes da vigência da Lei n. 8.213/1991, que restringiu o pagamento aos beneficiários com idade inferior a esta, gera direito adquirido ao benefício.

RESPOSTA Antes do advento da Lei n. 8.112/90, todos os servidores públicos e pensionistas encontravam-se vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, razão pela qual foi mantida a competência do pagamento dos referidos benefícios pelo INSS. *Alternativa D.*

5899. **(Advogado – IPAJM – 2010 – CESPE)** Permite-se que seja inscrito em RPPS ou nele permaneça

(A) brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa pública brasileira no exterior.

(B) brasileiro civil que trabalhe para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros, ainda que lá domiciliado ou contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país de domicílio.

(C) ocupante de cargo de ministro de Estado, de secretário estadual, distrital ou municipal, ainda que sem vínculo efetivo com a União, estado, DF ou município.
(D) diretor de empresa pública ou sociedade de economia mista.
(E) militar que, amparado por RPPS, seja requisitado para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita filiação nessa condição.

RESPOSTA As alternativas A a D trazem hipóteses em que os sujeitos serão necessariamente inscritos em RGPS, mas a alternativa E condiz com o disposto no art. 13, § 2º, Lei 8.212/91, segundo o qual caso o servidor ou o militar, amparados por regime próprio de previdência social, sejam requisitados para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita a filiação nessa condição, permanecerão vinculados ao regime de origem, obedecidas as regras que cada ente estabeleça acerca de sua contribuição. *Alternativa E.*

5900. **(Advogado – IPAJM – 2010 – CESPE)** Com relação às regras sobre organização e funcionamento dos RPPSs dos servidores públicos, constantes na Lei n. 9.717/1998, assinale a opção correta.

(A) Para efeito de cálculo e percepção dos benefícios, é vedada a inclusão de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança, de cargo em comissão ou do local de trabalho.
(B) O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos estados, do DF e dos municípios ou o militar dos estados e do DF filiado a RPPS, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da Federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem.
(C) Com exceção das autarquias e das fundações públicas, a contribuição da União, dos estados, do DF e dos municípios aos RPPSs a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro dessa contribuição.
(D) Até trinta dias após o encerramento de cada mês, a União, os estados, o DF e os municípios deverão publicar demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no período.
(E) Os RPPSs dos servidores públicos da União, dos estados, do DF e dos municípios somente poderão conceder benefícios distintos dos previstos no RGPS mediante lei complementar própria de cada ente federativo.

RESPOSTA De acordo com a Lei 9.717/98, art. 1º-A, o servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem. *Alternativa B.*

5901. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** As contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social apenas serão exigíveis no exercício seguinte ao da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, de acordo com o princípio da anualidade, que limita o poder de tributar.

RESPOSTA As contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando a regra da anterioridade do exercício (CF, art. 195, § 6º). *Errado.*

5902. **(Advogado da União – AGU – 2006 – CESPE)** As contribuições previdenciárias somente podem ser exigidas após o decurso do prazo de 90 dias da data de publicação da lei que as houver instituído ou modificado, incluindo-se nessas modificações a eventual alteração do prazo de recolhimento da obrigação tributária.

RESPOSTA Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade (STF, Súmula 669). *Errado.*

5903. **(Procurador Federal – AGU – 2006 – CESPE)** A fim de promover a inclusão previdenciária, o texto constitucional prevê um sistema especial para todas as pessoas que se dediquem ao trabalho doméstico e que não possuam renda própria.

RESPOSTA A lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo (CF, art. 201, § 12). *Certo.*

5904. **(Procurador Federal – AGU – 2006 – CESPE)** Os planos de serviços e benefícios da seguridade social relacionados aos serviços de saúde devem ser elaborados pelo legislador de tal forma a garantir que apenas os que realmente necessitam da proteção estatal a eles tenham acesso.

RESPOSTA A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação (CF, art. 196). *Errado.*

5905. **(Procurador Federal – AGU – 2006 – CESPE)** O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios é alcançado, entre outras medidas, mediante a aplicação do índice de reajuste concedido anualmente ao salário mínimo, de maneira uniforme a todos os benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social.

RESPOSTA Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados, anualmente, na mesma data do reajuste do salário mínimo, *pro rata*, de acordo com suas respectivas datas de início ou do último reajustamento, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pela fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Decreto n. 3.048/99, art. 40, § 1º). *Errado.*

5906. **(Procurador Federal – AGU – 2006 – CESPE)** A depender das condições econômicas do país, a legislação vigente permite a substituição gradual das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários pela contribuição incidente sobre a receita ou faturamento das empresas.

RESPOSTA A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes sobre folha de salários serão não cumulativas (CF, art. 195, § 12). *Certo.*

5907. **(Defensor – DPU – 2010 – CESPE)** Caso a CF previsse que determinado benefício previdenciário deveria abranger somente os empregados urbanos, rurais e trabalhadores avulsos, norma infraconstitucional posterior que fosse editada estendendo o benefício aos contribuintes individuais, com a precedente fonte de custeio, deveria ser considerada constitucional.

RESPOSTA Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (CF, art. 195, § 5º). *Certo.*

5908. **(Defensor – DPU – 2010 – CESPE)** A aposentadoria por tempo de contribuição sofre constantes ataques da doutrina, e número razoável de especialistas defende sua extinção, o que se deve ao fato de esse benefício não ser tipicamente previdenciário, pois não há, nesse caso, risco social sendo protegido, já que o tempo de contribuição não gera presunção de incapacidade para o trabalho.

RESPOSTA A proteção previdenciária liga-se ao advento da idade avançada, amparada pela previsão da aposentadoria por idade. A aposentadoria por tempo de contribuição, realmente, não cobre risco social algum. *Certo.*

5909. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** O Instituto Nacional do Seguro Social, autarquia federal atualmente vinculada ao Ministério da Previdência Social, surgiu, em 1990, como resultado da fusão do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS).

RESPOSTA O Instituto Nacional do Seguro Social surgiu, em 1990, como resultado da fusão entre o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS). *Errado.*

5910. **(Procurador Municipal – SEMAD-Aracaju – 2008 – CESPE)** A positivação do modelo de seguridade social na ordem jurídica nacional ocorreu a partir da Constituição de 1937, seguindo o modelo do bem-estar social, em voga na Europa naquele momento. No caso brasileiro, as áreas representativas dessa forma de atuação são saúde, assistência e previdência social.

RESPOSTA A primeira Constituição brasileira a adotar o conceito de seguridade social e o modelo Beveridge nas áreas de saúde e assistência social foi a promulgada em 1988. *Errado.*

5911. **(Advogado – DETRAN-ES – 2010 – CESPE)** A Lei n. 3.807/1960, conhecida como Lei Orgânica da Previdência Social, notabilizou-se por ter uniformizado a legislação previdenciária dos diversos institutos de aposentadoria e pensão.

RESPOSTA O advento da LOPS foi o primeiro passo rumo à unificação dos institutos de aposentadorias e pensões existentes, que efetivamente ocorreu em 1966, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social. *Certo.*

5912. **(Procurador – TCE-BA – 2010 – CESPE)** Na evolução da previdência social brasileira, o modelo dos institutos de aposentadoria e pensão, que abrangiam determinadas categorias profissionais, foi posteriormente substituído pelo modelo das caixas de aposentadoria e pensão, que eram criadas na estrutura de cada empresa.

RESPOSTA A Lei Eloy Chaves, de 24-1-1923, considerada marco da Previdência Social no Brasil, instituiu as caixas de aposentadoria e pensão dos ferroviários. Apenas em 1933 foi criado o primeiro instituto de aposentadoria e pensão, da classe marítima. *Errado.*

5913. **(Defensor Público – DPE-CE – 2008 – CESPE)** No ordenamento jurídico brasileiro, a primeira referência a instituições que promovessem ações relacionadas ao que hoje se denomina seguridade social foi feita pela Constituição de 1824, que criou as casas de socorros, consideradas embriões das santas casas de misericórdia.

RESPOSTA A Constituição Federal de 1824 previu a criação das casas de socorros, típicas instituições de modelo assistencialista. *Certo.*

5914. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** A Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo n. 4.682, de 1923), primeira norma a instituir no Brasil a previdência social, que criou as caixas de aposentadorias por invalidez e ordinária, pensão por morte e assistência médica, apenas alcançou os empregados das empresas de estradas de ferro, cujas funções estivessem definidas como de maior risco, em face da atividade empresarial desenvolvida.

RESPOSTA A Lei Eloy Chaves não diferenciava os sujeitos cobertos pelo seguro instituído em razão de menor ou maior grau de risco da atividade desenvolvida. *Errado.*

5915. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** O Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos, criado pelo Decreto n. 22.872, de 1933, teve como associados, desde a sua criação, os empregados das empresas de navegação marítima e fluvial, seus próprios funcionários, prestadores de serviços subordinados a empresas a elas vinculadas, além de armadores de pesca, pescadores e indivíduos empregados em profissões conexas com a indústria de pesca.

RESPOSTA Os armadores de pesca não eram abrangidos pelo dispositivo regulamentar, não sendo segurados obrigatórios do IAPM. *Errado.*

5916. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** A Constituição Federal de 1934, além de definir a competência da União para fixar regras de assistência social, reservando ao Congresso a competência para fixar normas sobre aposentadoria, estabeleceu a forma tríplice de custeio do sistema, envolvendo ente público, empregado e empregador, e previu o caráter obrigatório da contribuição.

RESPOSTA Todas as normas citadas foram previstas na Constituição Federal de 1934, tendo especial relevância a previsão inovadora da fonte tríplice de custeio, até então inexistente. *Certo.*

5917. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** A Carta Magna promulgada em 1946 consagrou a previdência social à proteção da maternidade e contra as consequência da doença, da velhice, da invalidez e da morte, além de prever, em caráter programático, a instituição de benefício destinado a suprir o desemprego involuntário, o que apenas foi atendido com a edição, em 1965, da lei que criou o auxílio-desemprego.

RESPOSTA O seguro-desemprego foi criado em 1986, com a edição do Decreto-lei n. 2.284. *Errado.*

5918. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** O Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), introduzido em 1977, buscou reorganizar a previdência social, integrando suas diversas atividades, por meio de órgãos tais como: INPS, INAMPS, FUNABEM, DATAPREV e IAPAS.

RESPOSTA O SINPAS integrava funções de assistência social, previdência social e saúde, não sendo correto afirmar que buscou reorganizar a previdência social somente. *Errado.*

5919. **(Defensor – DPU – 2010 – CESPE)** A Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo n. 4.682/1923), considerada o marco da Previdência Social no Brasil, criou as caixas de aposentadoria e pensões das empresas de estradas de ferro, sendo esse sistema mantido e administrado pelo Estado.

RESPOSTA As Caixas de Aposentadoria e Pensão eram administradas e mantidas por sociedades civis, independentes do governo, assemelhando-se aos planos fechados de previdência privada dos dias atuais, pois só congregavam empregados de uma mesma empresa. *Errado.*

III. Sujeitos Cobertos pelo RGPS

5920. **(Analista – TRT-10 – 2013 – CESPE)** José, com dezesseis anos de idade, não emancipado, vive às expensas de seu irmão mais velho, João, que é segurado da previdência social. Nessa situação, José é considerado beneficiário do regime geral da previdência social, na condição de dependente de João.

RESPOSTA É beneficiário do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado, (...) o irmão não

emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente, desde que comprovada dependência econômica (Lei n. 8.213/91, art. 16, III, c/c § 4º). *Certo.*

5921. **(Analista – TRT-10 – 2013 – CESPE)** Marcelo, que é segurado especial da seguridade social, por ser, na forma da legislação especial, considerado pequeno produtor rural, foi eleito dirigente do sindicato representativo dos pequenos produtores rurais. Nessa situação, Marcelo passará a ser segurado na condição de contribuinte individual.

RESPOSTA Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de (...) exercício de mandato eletivo de dirigente sindical de organização da categoria de trabalhadores rurais (Decreto n. 3.048/99, art. 9º, § 8º, IV). O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social de antes da investidura no cargo (Decreto n. 3.048/99, art. 9º, § 10). *Errado.*

5922. **(Analista – TRT-10 – 2013 – CESPE)** Jorge é sócio-gerente de sociedade limitada e recebe remuneração em decorrência dessa função e do trabalho que desempenha. Nessa situação, Jorge é considerado contribuinte individual da previdência social, e, como tal, não faz jus ao benefício denominado salário-família, em observância ao princípio da distributividade que rege a seguridade social.

RESPOSTA É segurado obrigatório da Previdência Social, **como contribuinte individual**, o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, **o sócio-gerente** e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração (Lei n. 8.213/91, art. 11, V, *f*). O salário-família será devido, mensalmente, **ao segurado empregado**, exceto ao doméstico, e **ao segurado trabalhador avulso**, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados (Lei n. 8.213/91, art. 65). *Certo.*

5923. **(Auditor de Controle Externo – TCE-ES – 2012 – CESPE)** O cônjuge separado de fato que tenha recebido pensão de alimentos de segurado do RGPS não faz jus à pensão por morte do segurado, caso este tenha mantido, em vida, união estável provada, por meio de justificação administrativa, no INSS.

RESPOSTA O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, que recebia pensão de alimentos, perceberá a pensão em igualdade de condições com os demais dependentes referidos no inciso I, art. 16 (Decreto n. 3.048/99, art. 111, c/c art. 16, I). *Errado.*

5924. **(Advogado – AGU – 2004 – CESPE)** O servidor público detentor de cargo efetivo que exerça cumulativamente cargo em comissão é filiado obrigatório, quanto a este último vínculo, do regime geral de previdência social (RGPS).

RESPOSTA É segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado, o servidor público ocupante de cargo em comissão, **sem vínculo efetivo** com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais (Lei n. 8.212/91, art. 12, I, *g*). *Errado.*

5925. **(Oficial Bombeiro Militar – CBM-DF – 2011 – CESPE)** É segurado obrigatório da previdência social, na qualidade de empregado, o brasileiro civil que trabalhe no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

RESPOSTA É segurado obrigatório da previdência social, na qualidade de contribuinte individual, o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo

quando coberto por regime próprio de previdência social (Lei n. 8.213/91, art. 11, V, *e*). *Errado.*

5926. **(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE)** O empregado incapacitado temporariamente para o trabalho em razão de acidente do trabalho faz jus ao auxílio-acidente, a partir do 16º dia do afastamento das atividades, no percentual correspondente a 91% do salário de benefício, nunca inferior ao valor do salário mínimo.

RESPOSTA A definição da assertiva corresponde ao conceito de auxílio-doença. O auxílio-acidente só será devido ao segurado empregado que, após usufruir auxílio-doença, permanecer com sequelas definitivas que reduzam parcialmente sua capacidade laborativa. *Errado.*

5927. **(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE)** A segurada que adota criança ou obtém guarda judicial para fins de adoção faz jus ao salário-maternidade por período variável de acordo com a idade da criança.

RESPOSTA Conforme dispõe o Decreto n. 3.048/99, art. 93-A, o salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança com idade: I – até um ano completo, por cento e vinte dias; II – a partir de um ano até quatro anos completos, por sessenta dias; ou III – a partir de quatro anos até completar oito anos, por trinta dias. *Certo.*

5928. **(Procurador – Aracaju-SE – 2008 – CESPE)** Considere que Maria José presta serviços habituais e contínuos para Cláudia, no ambiente residencial desta, sendo certo que as atividades desenvolvidas não têm fins lucrativos. Nessa situação hipotética, Maria José é empregada doméstica e responsável pelo recolhimento de sua própria contribuição para a previdência social.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 8.213/91, art. 11, IV, considera-se empregado doméstico aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos. Contudo, o art. 30, V, Lei n. 8.212/91, prescreve que cabe ao empregador doméstico o recolhimento das contribuições previdenciárias do empregado a seu serviço. *Errado.*

5929. **(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE)** O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, com as autarquias, inclusive em regime especial, e com as fundações públicas federais, é segurado obrigatório do RGPS.

RESPOSTA O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais, é considerado segurado do Regime Geral de Previdência Social, na categoria de empregado, conforme dispõe o art. 11, I, *g*, Lei n. 8.213/91. *Certo.*

5930. **(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE)** O servidor público municipal detentor de cargo efetivo, ainda que não amparado por regime próprio de previdência social, está excluído do RGPS.

RESPOSTA O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social, é considerado segurado do Regime Geral de Previdência Social, na categoria de empregado, conforme dispõe o art. 11, I, *h*, Lei n. 8.213/91. *Errado.*

5931. **(Analista – STJ – 2012 – CESPE)** Será segurado obrigatório da previdência social o indivíduo que, na condição de diretor, prestar serviços a uma fábrica de tecidos, em caráter não eventual, sob subordinação e mediante remuneração.

RESPOSTA Considera-se empregado para fins previdenciários aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural a empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado (Decreto

n. 3.048/99, art. 9º, I, *a*). *Certo.*

5932. **(Analista – STJ – 2012 – CESPE)** O cancelamento da inscrição do cônjuge como beneficiário do regime geral de previdência social, na condição de dependente do segurado, pode ocorrer nos casos de divórcio – se esse cônjuge tiver sido beneficiado com direito a alimentos – e de anulação de casamento comprovada por certidão.

RESPOSTA O cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de separação judicial ou divórcio **sem direito a alimentos**, certidão de anulação de casamento, certidão de óbito ou sentença judicial, transitada em julgado (Lei n. 8.213/91, art. 17, § 2º). *Errado.*

5933. **(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE)** Apesar de serem pessoas jurídicas de direito público, os estados que não tiverem regime próprio de previdência social devem contribuir para o RGPS.

RESPOSTA O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios bem como o das respectivas autarquias e fundações são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, desde que amparados por regime próprio de previdência social (Lei n. 8.213/91, art. 12). *Certo.*

5934. **(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE)** Um servidor efetivo de determinado município que esteja em pleno exercício de seu cargo será obrigatoriamente filiado a pelo menos um regime previdenciário, quer seja o geral se não houver regime próprio, quer seja o dos servidores daquele município, se houver.

RESPOSTA O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios bem como o das respectivas autarquias e fundações são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, desde que amparados por regime próprio de previdência social (Lei n. 8.213/91, art. 12). *Certo.*

5935. **(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE)** O servidor estadual que ocupa apenas um cargo em comissão em órgão estatal deve ser obrigatoriamente contribuinte do RGPS se o estado no qual é servidor não lhe oferecer cobertura previdenciária.

RESPOSTA O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais, é segurado obrigatório do RGPS, na categoria de empregado (Lei n. 8.213/91, art. 11, I, *g*). *Certo.*

5936. **(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE)** Se uma pessoa que exerce cargo em comissão for também servidor efetivo do mesmo órgão federal, deve contribuir para o regime do servidor federal com base no total de sua remuneração.

RESPOSTA O servidor ocupante de cargo efetivo **poderá** optar pela inclusão na base de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido (Lei n. 10.887/2004, art. 4º, § 2º). *Errado.*

5937. **(Delegado – PF – 2004 – CESPE)** Contratada para exercer o cargo em comissão de assessora executiva na Presidência da República, Márcia não mantém qualquer vínculo efetivo com a administração pública. Nessa situação, em razão da natureza precária da investidura no referido cargo, Márcia não se enquadra na condição de segurada obrigatória da previdência social.

RESPOSTA Considera-se empregado, segurado obrigatório do RGPS, o servidor da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, incluídas suas autarquias e fundações, ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (Decreto n. 3.048/99, art. 9, I, *i*). *Errado.*

5938. **(Delegado – PF – 2004 – CESPE)** Em razão de não conseguir emprego em sua cidade natal, Paulo recolheu suas economias e dirigiu-se para o estado de Rondônia, a fim de trabalhar, por 3 meses, no garimpo de diamantes, em área demarcada como reserva indígena. Ao chegar àquele estado, comprou os equipamentos necessários, contratou dois ajudantes e deu início às atividades. Nessa situação, é correto afirmar que Paulo é segurado obrigatório da previdência social, como contribuinte individual, enquanto seus ajudantes são segurados obrigatórios na condição de empregados.

RESPOSTA O desenvolvimento de atividades ilícitas não confere aos envolvidos o direito à filiação no Regime Geral de Previdência Social. *Errado.*

5939. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Um cidadão belga que seja domiciliado e contratado no Brasil por empresa nacional para trabalhar como engenheiro na construção de uma rodovia em Moçambique é segurado da previdência social brasileira na qualidade de empregado.

RESPOSTA É segurado obrigatório da Previdência Social, na qualidade de empregado, o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior (Lei n. 8.213/91, art. 11, I, *c*). *Certo.*

5940. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Um síndico de condomínio que resida no condomínio que administra e receba remuneração por essa atividade é segurado da previdência social na qualidade de empregado.

RESPOSTA É segurado obrigatório da Previdência Social, na qualidade de contribuinte individual, o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração (Decreto n. 3.048/99, art. 9º, V, *i*). *Errado.*

5941. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Miguel, civil, brasileiro nato que mora há muito tempo na Suíça, foi contratado em Genebra para trabalhar na Organização Mundial de Saúde. Seu objetivo é trabalhar nessa entidade por alguns anos e retornar ao Brasil, razão pela qual optou por não se filiar ao regime próprio daquela organização. Nessa situação, Miguel é segurado obrigatório da previdência social brasileira na qualidade de contribuinte individual.

RESPOSTA É segurado obrigatório da Previdência Social, na qualidade de contribuinte individual, o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social (Decreto n. 3.048/99, art. 9º, V, *i*). *Certo.*

5942. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Beatriz trabalha, em Brasília, na sucursal da Organização das Nações Unidas e não tem vinculação com regime de previdência estrangeiro. Nessa situação, Beatriz é segurada da previdência social brasileira na condição de contribuinte individual.

RESPOSTA É segurado obrigatório da Previdência Social, na qualidade de empregado, o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social (Lei n. 8.213/91, art. 11, I, *i*). *Errado.*

5943. **(Defensor Público – DPU – 2007 – CESPE)** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em cada município haverá um conselho tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do

adolescente, composto de 5 membros escolhidos pela comunidade. O exercício dessa atividade pública vincula o conselheiro ao RGPS na qualidade de empregado, pois equivale ao exercício de cargo em comissão.

RESPOSTA O membro de conselho tutelar, quando remunerado, é considerado segurado obrigatório da Previdência Social na qualidade de contribuinte individual (Decreto n. 3.048/99, art. 9º, § 15, XV). *Errado.*

5944. (Defensor Público – DPE-BA – 2010 – CESPE) É segurado facultativo o maior de doze anos que se filiar ao regime geral de previdência social, mediante contribuição.

RESPOSTA É segurado facultativo o maior de dezesseis anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, desde que não esteja exercendo atividade remunerada que o enquadre como segurado obrigatório da previdência social (Decreto n. 3.048/99, art. 11). *Errado.*

5945. (Defensor Público – DPE-BA – 2010 – CESPE) São segurados obrigatórios da previdência social, na qualidade de trabalhadores avulsos, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

RESPOSTA É segurado obrigatório da Previdência Social, na qualidade de contribuinte individual, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa (Lei n. 8.213/91, art. 11, V, *c*). *Errado.*

5946. (Defensor Público – DPE-CE – 2008 – CESPE) Se a esposa de um trabalhador contratado para trabalhar no exterior em uma empresa multinacional quiser contar tempo de contribuição para o RGPS, ela poderá inscrever-se na qualidade de segurada facultativa.

RESPOSTA Podem filiar-se facultativamente, entre outros (...) o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior (Decreto n. 3.048/99, art. 11, § 1º, IV). *Certo.*

5947. (Advogado – BRB – 2010 – CESPE) João explora diretamente atividade de extração mineral – garimpo – em caráter temporário e de forma não contínua. Nessa situação, considerando a legislação previdenciária em vigor, João é considerado segurado especial da Previdência Social.

RESPOSTA É segurado obrigatório da Previdência Social, na qualidade de contribuinte individual, a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua (Lei n. 8.213/91, art. 11, V, *b*). *Errado.*

5948. (Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE) Edmar, ex-estudante de direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nunca exerceu atividade profissional. No entanto, elegeu-se deputado federal, sendo que a atividade parlamentar foi sua primeira experiência político-profissional. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que, enquanto estiver no exercício do mandato, Edmar será segurado obrigatório

(A) da previdência social na qualidade de contribuinte individual.
(B) da previdência social na qualidade de autônomo.
(C) da previdência social na qualidade de empregado.
(D) do regime próprio de previdência da Câmara dos Deputados.

RESPOSTA O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social, é considerado segurado do Regime Geral de Previdência Social, na categoria de empregado, conforme dispõe o art. 11, I, *h*, Lei n. 8.213/91. *Alternativa C.*

5949. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** Podem assumir a condição de segurados facultativos: a dona de casa, o estudante menor de quatorze anos, o síndico de condomínio, o bolsista e o estagiário assim definidos em lei, além do presidiário que não exerce atividade remunerada.

RESPOSTA A idade mínima para filiação junto ao Regime Geral de Previdência Social é de 16 anos (Decreto n. 3.048/99, art. 11). *Errado.*

5950. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** Na condição de segurado facultativo, poderão inscrever-se o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviços no exterior e aquele que perdeu a condição de segurado obrigatório em face do desemprego.

RESPOSTA Podem filiar-se, facultativamente, o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior e aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social (Decreto n. 3.048/99, art. 11, § 1º, IV e V). *Certo.*

5951. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** O magistrado classista temporário da justiça do trabalho, quando já aposentado por qualquer regime, é equiparado a trabalhador autônomo, sendo considerado segurado obrigatório da previdência social.

RESPOSTA É segurado obrigatório da previdência social, na qualidade de contribuinte individual, o aposentado de qualquer regime previdenciário nomeado magistrado classista temporário da Justiça do Trabalho (Decreto n. 3.048/99, art. 9º, V, *m*). *Certo.*

5952. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** O trabalhador que exerce atividade portuária de capatazia, estiva, conferência e conserto de carga, vigilância de embarcação e bloco, com intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou do órgão gestor de mão de obra, é segurado obrigatório da previdência social, na condição de empregado.

RESPOSTA É segurado obrigatório da previdência social, como trabalhador avulso, aquele que, sindicalizado ou não, presta serviço de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão de obra (Decreto n. 3.048/99, art. 9º, VI). *Errado.*

5953. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** É filiado ao Regime da Previdência Social (RGPS), na condição de trabalhador avulso, aquele que presta serviços de natureza urbana ou rural, sem habitualidade, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.

RESPOSTA É segurado obrigatório da previdência social, como trabalhador avulso, aquele que, sindicalizado ou não, presta serviço de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão de obra (Decreto n. 3.048/99, art. 9º, VI). *Certo.*

5954. **(Procurador Federal – AGU – 2004 – CESPE)** Os beneficiários do regime geral de previdência social (RGPS) podem ser divididos em três grupos: os segurados, os dependentes e os pensionistas.

RESPOSTA São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social as pessoas físicas classificadas como segurados e dependentes (Decreto n. 3.048/99, art. 8º). *Errado.*

5955. **(Advogado da União – AGU – 2006 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Elaine é cabeleireira, Sílvia é manicure e Cláudia é esteticista. As três trabalham por conta própria e exercem suas atividades na residência de Elaine. Nessa situação, apesar de não terem vínculo empregatício com qualquer estabelecimento, todas são consideradas seguradas obrigatórias da

previdência social na qualidade de contribuinte individual.

RESPOSTA É segurado obrigatório da previdência social, na qualidade de contribuinte individual, a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não (Decreto n. 3.048/99, art. 9º, V, *l*). *Certo.*

5956. **(Procurador Federal – AGU – 2006 – CESPE)** Um vereador de um município que não tenha regime próprio de Previdência Social organizado é segurado obrigatório do regime previdenciário geral, na qualidade de empregado.

RESPOSTA É segurado obrigatório da previdência social, na qualidade de empregado, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social (Lei n. 8.213/91, art. 11, I, *h*). *Certo.*

5957. **(Juiz Federal – TRF-5 – 2005 – CESPE)** Pedro, pela prática de crime de homicídio doloso, foi condenado a 7 anos de reclusão, em regime fechado. Nessa situação, durante o período de cumprimento da pena, Pedro não poderá filiar-se ao regime geral de previdência social.

RESPOSTA Pode filiar-se facultativamente o presidiário que não exerce atividade remunerada nem esteja vinculado a qualquer regime de previdência social (Decreto n. 3.048/99, § 1º, IX). *Errado.*

IV. Benefícios Previdenciários

5958. **(Analista – TRT-10 – 2013 – CESPE)** Pedro, segurado da previdência social, foi dado como incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. Nessa situação, tendo sido cumprida a carência exigida, Pedro terá direito à aposentadoria por invalidez após o gozo de, no mínimo, dois anos de auxílio-doença.

RESPOSTA A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, **estando ou não em gozo de auxílio-doença**, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição (Lei n. 8.213/91, art. 42). *Errado.*

5959. **(Auditor de Controle Externo – TCE-ES – 2012 – CESPE)** No âmbito do RGPS, o auxílio-acidente, concedido no dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, visa indenizar o segurado empregado cuja capacidade para o trabalho habitualmente exercido tenha sido reduzida após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza. Dado seu caráter indenizatório, esse benefício pode ser recebido conjuntamente com remuneração ou qualquer outro benefício do RGPS.

RESPOSTA O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. (Lei n. 8.213/91, art. 86). O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, **vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria** (Lei n. 8.213/91, art. 86, § 2º). *Errado.*

5960. **(Auditor de Controle Externo – TCE-ES – 2012 – CESPE)** Via de regra, para a concessão da aposentadoria por idade no RGPS, é necessário, além de ter completado a idade mínima exigida, que o requerente comprove o recolhimento efetivo de cento e oitenta contribuições mensais; no caso de o requerente ser segurado especial, ele deve provar tempo mínimo de efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuições mensais exigido dos segurados não especiais.

RESPOSTA A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida (180 contribuições), completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. O requisito etário é reduzido em cinco anos para ambos os sexos se se tratar de trabalhador rural. Para tanto, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (Lei n. 8.213/91, art. 48, §§ 1º e 2º). *Certo.*

5961. **(Advogado – AGU – 2004 – CESPE)** Para fins previdenciários, não é considerado acidente de trabalho aquele que deixa o empregado incapacitado para o trabalho e tenha sido sofrido na condução de veículo particular no caminho da residência para o trabalho, quando o acidentado incorrer em culpa.

RESPOSTA Equipara-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei (...) o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho (...) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado (Lei n. 8.213/91, art. 21, IV, *d*). Não há qualquer forma legal de relativização da configuração do acidente de trabalho em razão de existência de culpa do acidentado no infortúnio. *Errado.*

5962. **(Oficial Bombeiro Militar – CBM-DF – 2011 – CESPE)** O segurado em gozo de auxílio-doença e que seja insuscetível de recuperação para sua atividade habitual deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Nesse caso, o pagamento do benefício não cessará até que o segurado seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, que ele seja aposentado por invalidez.

RESPOSTA O segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que o segurado seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, for aposentado por invalidez. (Lei n. 8.213/91, art. 62). *Certo.*

5963. **(Analista – STJ – 2012 – CESPE)** Segundo a legislação sobre os planos de benefícios da previdência social, o período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício.

RESPOSTA Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências (Lei n. 8.213/91, art. 24). *Certo.*

5964. **(Analista – STJ – 2012 – CESPE)** A concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da previdência social, não sendo admissível ao requerente desse benefício fazer-se acompanhar, no momento do exame, de médico por ele remunerado.

RESPOSTA A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança (Lei n. 8.213/91, art. 42, § 1º). *Errado.*

5965. **(Analista – STJ – 2012 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Davi, segurado da previdência social, após sofrer acidente, passou a receber auxílio-doença. Como as sequelas deixadas pelo acidente implicaram a redução da sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, Davi pleiteou o auxílio-acidente. Nessa situação, o auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer

remuneração ou rendimento auferido por Davi.

RESPOSTA O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, sendo devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado (Lei n. 8.213/91, art. 86, § 2º). *Certo.*

5966. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Fábio recebe auxílio-acidente decorrente da consolidação de lesões que o deixaram com sequelas definitivas. Nessa situação, Fábio poderá cumular o benefício que atualmente recebe com o auxílio-doença decorrente de outro evento.

RESPOSTA Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social: (...) mais de um auxílio-acidente (Lei n. 8.213/91, art. 124, V). *Errado.*

5967. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Sofia, pensionista da previdência social em decorrência da morte de seu primeiro marido, João, resolveu casar-se com Eduardo, segurado empregado. Seis meses após o casamento, Eduardo faleceu em trágico acidente. Nessa situação, Sofia poderá acumular as duas pensões, caso o total recebido não ultrapasse o teto determinado pela previdência social.

RESPOSTA Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social: (...) mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa (Lei n. 8.213/91, art. 124, VI). *Errado.*

5968. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Tereza encontra-se afastada de suas atividades laborais e recebe o auxílio-doença. Nessa situação, caso engravide e tenha um filho, Tereza não poderá receber, ao mesmo tempo, o auxílio-doença e o salário-maternidade.

RESPOSTA Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social: (...) salário-maternidade e auxílio-doença (Lei n. 8.213/91, art. 124, IV). *Certo.*

5969. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Pedro recebe auxílio-acidente decorrente da consolidação de lesões que o deixaram com sequelas definitivas. Nessa condição, Pedro não poderá cumular o benefício que atualmente recebe com o de aposentadoria por invalidez que eventualmente venha a receber.

RESPOSTA O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria (Lei n. 8.213/91, art. 86, § 2º). *Certo.*

5970. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Uma segurada da previdência que esteja recebendo auxílio-doença é obrigada a submeter-se a exame pelo médico perito da previdência social e a realizar o processo de reabilitação profissional para desenvolver novas competências.

RESPOSTA O segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade (Lei n. 8.213/91, art. 62). O segurado em gozo de auxílio-doença está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos (Decreto n. 3.048/99, art. 77). *Certo.*

5971. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Um segurado empregado do regime geral que tenha sofrido acidente no trajeto de sua casa para o trabalho tem direito ao recebimento do auxílio-doença pela previdência social a partir do primeiro dia de afastamento do trabalho.

RESPOSTA O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade (Lei n. 8.213/91, art. 60). *Errado.*

5972. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Alexandre, caminhoneiro, sempre trabalhou por conta própria e jamais se inscreveu no regime geral da previdência social. Após sofrer um grave acidente, resolveu filiar-se à previdência. Seis meses depois, sofreu novo acidente e veio a falecer, deixando esposa e três filhos. Nessa situação, os filhos e a esposa de Alexandre não receberão a pensão por morte pelo fato de não ter sido cumprida a carência de doze meses.

RESPOSTA Independe de carência a concessão das seguintes prestações: (...) pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente (Lei n. 8.213/91, art. 26, I). *Errado.*

5973. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Leandro, segurado da previdência social, recebe adicional de periculosidade da empresa em que trabalha. Nessa situação, a condição de Leandro é suficiente para que ele esteja habilitado ao recebimento de aposentadoria especial, cujo tempo de contribuição é mitigado.

RESPOSTA Para a concessão da aposentadoria especial, o segurado deverá comprovar a efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício. A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário denominado perfil profissiográfico previdenciário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho (Decreto n. 3.048/99, art. 64, § 2º, c/c art. 68, § 2º). *Errado.*

5974. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Getúlio julga-se na condição de requerer aposentadoria especial. Nessa situação, ele deverá instruir seu pedido com o perfil profissiográfico previdenciário, documento emitido pela empresa em que trabalha e embasado no laudo técnico das condições ambientais do trabalho que comprove as condições para habilitação de benefícios previdenciários especiais.

RESPOSTA Para a concessão da aposentadoria especial, o segurado deverá comprovar a efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício. A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário denominado perfil profissiográfico previdenciário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho (Decreto n. 3.048/99, art. 64, § 2º, c/c art. 68, § 2º). *Certo.*

5975. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Daniel, aposentado por invalidez, retornou à sua atividade laboral voluntariamente. Nessa situação, o benefício da aposentadoria por invalidez será cassado a partir da data desse retorno.

RESPOSTA O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno (Lei n. 8.213/91, art. 46). *Certo.*

5976. **(Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE)** Moacir, aposentado por

invalidez pelo regime geral de previdência social, recusa-se a submeter-se a tratamento cirúrgico por meio do qual poderá recuperar sua capacidade laborativa. Nessa situação, devido à recusa, Moacir terá seu benefício cancelado imediatamente.

RESPOSTA O segurado em gozo de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos (Lei n. 8.213/91, art. 101). *Errado.*

5977. (Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE) Cláudia está grávida e exerce atividade rural, sendo segurada especial da previdência. Nessa situação, ela tem direito ao salário-maternidade desde que comprove o exercício da atividade rural nos últimos dez meses imediatamente anteriores à data do parto ou do requerimento do benefício, quando solicitado antes do parto, mesmo que a atividade tenha sido realizada de forma descontínua.

RESPOSTA Será devido o salário-maternidade à segurada especial, desde que comprove o exercício de atividade rural nos últimos dez meses imediatamente anteriores à data do parto ou do requerimento do benefício, quando requerido antes do parto, mesmo que de forma descontínua (Decreto n. 3.048/99, art. 93, § 2º). *Certo.*

5978. (Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE) Helena, grávida de nove meses de seu primeiro filho, trabalha em duas empresas de telemarketing. Nessa situação, Helena terá direito ao salário-maternidade em relação a cada uma das empresas, mesmo que a soma desses valores seja superior ao teto dos benefícios da previdência social.

RESPOSTA No caso de empregos concomitantes, a segurada fará jus ao salário-maternidade relativo a cada emprego (Decreto n. 3.048/99, art. 98). O salário-maternidade para a segurada empregada consiste numa renda mensal igual à sua remuneração integral e será pago pela empresa (Decreto n. 3.048/99, art. 94). *Certo.*

5979. (Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE) Marcela, empregada doméstica, após ter sofrido grave acidente enquanto limpava a vidraça da casa de sua patroa, recebeu auxílio-doença por três meses. Depois desse período, foi comprovadamente constatada a redução de sua capacidade laborativa. Nessa situação, Marcela terá direito ao auxílio-acidente correspondente a 50% do valor que recebia a título de auxílio-doença.

RESPOSTA O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado empregado, exceto o doméstico, ao trabalhador avulso e ao segurado especial quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequela definitiva (Decreto n. 3.048/99, art. 104). *Errado.*

5980. (Técnico do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE) Paulo é, de forma comprovada, dependente economicamente de seu filho, Juliano, que, em viagem a trabalho, sofreu um acidente e veio a falecer. Juliano à época do acidente era casado com Raquel. Nessa situação, Paulo e Raquel poderão requerer o benefício de pensão por morte, que deverá ser rateado entre ambos.

RESPOSTA Apenas Raquel, como dependente de primeira classe (cônjuge), pode requerer o benefício, uma vez que seu direito sobrepõe-se ao de Paulo (pai), que é considerado dependente de segunda classe (Lei n. 8.213/91, art. 16, § 1º). *Errado.*

5981. (Analista do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE) Antônio, segurado aposentado do regime geral, retornou ao trabalho, visto que pretendia aumentar seus rendimentos mensais. Trabalhando como vendedor, passou a recolher novamente para a previdência. Nessa situação, caso seja demitido injustamente do novo emprego, Antônio fará jus ao recebimento do seguro-desemprego cumulativamente à sua aposentadoria.

RESPOSTA É vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente (Lei n. 8.213/91, art. 124, parágrafo único). *Errado.*

5982. (Analista do Seguro Social – INSS – 2008 – CESPE) Sérgio, segurado aposentado do regime geral, voltou à atividade depois de conseguir um emprego de vendedor, tendo passado a recolher novamente para a previdência. Nessa situação, caso sofra acidente de qualquer natureza e fique afastado do trabalho, Sérgio deverá receber auxílio-doença.

RESPOSTA Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social: (...) aposentadoria e auxílio-doença (Lei n. 8.213/91, art. 124, I). *Errado.*

5983. (Procurador Municipal – SEMAD-Aracaju – 2008 – CESPE) O trabalhador de empresa de conservação e limpeza que presta serviços a diversos hospitais e que recebe adicional de insalubridade, por, eventualmente, manter contato com lixo hospitalar de natureza tóxica, tem direito a aposentar-se com tempo reduzido de contribuição, já que trabalha em condições especiais prejudiciais a sua saúde.

RESPOSTA A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, exercido em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (Decreto n. 3.048/99, art. 64, § 1º). *Errado.*

5984. (Procurador – FHS-SE – 2009 – CESPE) O valor dos benefícios de prestação continuada pagos pela previdência social, inclusive o salário-maternidade, será calculado com base no salário de benefício.

RESPOSTA O valor do benefício de prestação continuada, inclusive o regido por norma especial e o decorrente de acidente do trabalho, exceto o salário-família e o salário-maternidade, será calculado com base no salário de benefício (Lei n. 8.213/91, art. 28). *Errado.*

5985. (Procurador – FHS-SE – 2009 – CESPE) Em regra, a renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir os salários de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário de contribuição.

RESPOSTA A renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário de contribuição (Lei n. 8.213/91, art. 33). *Certo.*

5986. (Defensor Público – DPU – 2007 – CESPE) Francisco ajuizou reclamação trabalhista em face de seu ex-empregador, pleiteando o reconhecimento do vínculo laboral. Em decorrência de acordo homologado pela sentença, foi registrado o contrato de trabalho em sua CTPS. Assim, esse documento constituirá início de prova material para fins de comprovação de tempo de contribuição para a previdência social.

RESPOSTA A anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários (TNU, Súmula 31). *Certo.*

5987. (Defensor Público – DPU – 2007 – CESPE) O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, exceto se esta se deu em decorrência do cometimento de crime hediondo.

RESPOSTA A lei não exclui da cobertura do auxílio-reclusão o dependente de apenado que tenha cometido crime hediondo. *Errado.*

5988. **(Defensor Público – DPU – 2007 – CESPE)** Considere que Silvano seja segurado não aposentado da previdência social e tenha sido condenado pela prática de crime que determinou o início do cumprimento da pena em regime fechado. Nessa situação, a renda mensal inicial do auxílio-reclusão devida aos dependentes é calculada de acordo com o modelo de cálculo a ser utilizado em caso de aposentadoria por invalidez.

RESPOSTA Os benefícios de auxílio-reclusão e pensão por morte são calculados de acordo com a mesma sistemática do benefício de aposentadoria por invalidez, com base no salário de benefício, com renda mensal inicial de 100% (Lei n. 8.213/91, art. 28). *Certo.*

5989. **(Analista Judiciário – TRT-16 – 2005 – CESPE)** Dois vigilantes prestavam serviços noturnos em um mesmo posto de trabalho, sendo responsáveis pela segurança do estacionamento de um grande supermercado. Em determinada ocasião, por motivos religiosos, tiveram uma séria discussão, que se iniciou com agressões verbais e que culminou com um deles sendo baleado, com sério risco de morte. Nessa situação, embora o dano sofrido não tenha sido resultado da execução do contrato de trabalho, o trabalhador baleado fará jus ao benefício previdenciário previsto para a hipótese de acidente do trabalho.

RESPOSTA Equipara-se também ao acidente do trabalho o sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho (Lei n. 8.213/91, art. 21, II, *a*). *Certo.*

5990. **(Analista Judiciário – TRT-16 – 2005 – CESPE)** Durante o mês de janeiro do ano em curso, a sede de determinada empresa foi alagada por fortes chuvas que se abateram sobre a cidade de São Paulo. Em razão desse fato, algumas das paredes daquele imóvel desabaram sobre alguns empregados, causando-lhes danos físicos significativos. Nessa situação, o infortúnio sofrido pelos trabalhadores será equiparado, para todos os efeitos, ao acidente do trabalho.

RESPOSTA Equipara-se também ao acidente do trabalho o sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior (Lei n. 8.213/91, art. 21, II, *e*). *Certo.*

5991. **(Médico do Trabalho – FUB – 2011 – CESPE)** A previdência social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão, ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

RESPOSTA A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente (Lei n. 8.213/91, art. 1º). *Certo.*

5992. **(Técnico Judiciário – TRT-21 – 2010 – CESPE)** Para fazer jus a qualquer prestação do RGPS, o beneficiário deve preencher o período de carência, assim entendido como o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis.

RESPOSTA Independe de carência a concessão das seguintes prestações: (...) pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente (Lei n. 8.213/91, art. 26, I). *Errado.*

5993. **(Advogado – DETRAN-ES – 2010 – CESPE)** A prova exclusivamente testemunhal é insuficiente para a comprovação de atividade rurícola, com vistas à obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição.

RESPOSTA A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário (STJ, Súmula 149). *Certo.*

5994. **(Advogado – DETRAN-ES – 2010 – CESPE)** Suponha que Joana tenha renunciado aos alimentos na separação judicial e que, algum tempo depois, seu ex-marido faleça. Nesse caso, é correto afirmar que Joana tem direito à pensão por morte do ex-marido, desde que comprove a necessidade econômica superveniente.

RESPOSTA A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente (STJ, Súmula 336). *Certo.*

5995. **(Procurador – TCE-BA – 2010 – CESPE)** Segundo entendimento do STF, lei nova mais benéfica que altere a forma de cálculo da renda mensal inicial da pensão por morte, aumentando seu percentual, não se aplicará aos benefícios previdenciários concedidos antes de sua vigência.

RESPOSTA A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI). *Certo.*

5996. **(Procurador – TCE-BA – 2010 – CESPE)** Se um empregado de uma fábrica tivesse cumprido todos os requisitos para a aposentadoria por tempo de contribuição em setembro de 2009, ele teria direito ao abono de permanência em serviço a contar da data do requerimento.

RESPOSTA O benefício de abono de permanência em serviço foi extinto com o advento da Lei n. 8.870/94. *Errado.*

5997. **(Oficial Técnico de Inteligência – ABIN – 2010 – CESPE)** Caso uma senhora requeira, em agência da previdência social, aposentadoria por idade, mas apresente documentação incompleta, o servidor do INSS deverá recusar o protocolo do requerimento do benefício.

RESPOSTA Caso o segurado ou representante legal solicite o protocolo somente com apresentação do documento de identificação, como CTPS ou Carteira de Identidade, deverá ser protocolizado o requerimento e emitida exigência imediatamente e de uma só vez ao interessado, solicitando os documentos necessários e dando-lhe prazo sempre de no mínimo trinta dias para apresentação, justificando-se exigência posterior apenas em caso de dúvida superveniente (IN 45/2010, art. 576, § 1º). *Errado.*

5998. **(Procurador Municipal – PGM-RR – 2010 – CESPE)** Se, durante seu intervalo para refeição, um empregado lesionar um dos seus joelhos enquanto joga futebol nas dependências da empresa, ficando impossibilitado de andar, tal evento, nos termos da legislação previdenciária, não poderá ser considerado como acidente de trabalho.

RESPOSTA Para fins de configuração de acidente de trabalho, nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho (Lei n. 8.213/91, art. 21, § 1º). *Errado.*

5999. **(Procurador Federal – AGU – 2007 – CESPE)** Cabe ao empregado comunicar o acidente do trabalho à previdência social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência do acidente; em caso de morte, a empresa deverá comunicar o acidente de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela

previdência social.

RESPOSTA A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social (Lei n. 8.213/91, art. 22). *Errado.*

6000. **(Procurador Federal – AGU – 2007 – CESPE)** Considera-se estabelecido o nexo entre o trabalho e o agravo quando se verifica nexo técnico epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade, elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID).

RESPOSTA A perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças – CID (Lei n. 8.213/91, art. 21-A). *Certo.*

6001. **(Procurador Federal – AGU – 2007 – CESPE)** A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria se todos os requisitos para a sua concessão já tiverem sido preenchidos e estiverem de acordo com a legislação em vigor à época em que esses requisitos foram atendidos.

RESPOSTA A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos (Lei n. 8.213/91, art. 102, § 1º). *Certo.*

6002. **(Procurador Federal – AGU – 2007 – CESPE)** Considere que Joana seja empregada e não tenha conseguido comprovar o valor dos seus salários de contribuição, no período básico de cálculo. Nessa situação, mesmo que preenchidos os requisitos para a concessão do benefício, Joana não fará jus a um benefício previdenciário.

RESPOSTA No caso de segurado empregado ou de trabalhador avulso que tenham cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, mas não possam comprovar o valor dos seus salários de contribuição no período básico de cálculo, considerar-se-á para o cálculo do benefício, no período sem comprovação do valor do salário de contribuição, o valor do salário mínimo, devendo esta renda ser recalculada quando da apresentação de prova dos salários de contribuição (Decreto n. 3.048/99, art. 36, § 2º). *Errado.*

6003. **(Médico do Trabalho – BRB – 2010 – CESPE)** Para concessão do auxílio-acidente é exigido tempo mínimo de contribuição, e o trabalhador deve ter qualidade de segurado e comprovar a impossibilidade de continuar desempenhando suas atividades, por meio de exame da perícia médica da Previdência Social.

RESPOSTA Independe de carência a concessão das seguintes prestações: (...) pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente (Lei n. 8.213/91, art. 26, I). *Errado.*

6004. **(Defensor Público – DPE-CE – 2008 – CESPE)** Considere que Cláudio, filho único de Sérgio, tenha passado a receber pensão após o falecimento do pai. Nessa situação, Cláudio poderá receber a pensão até que complete 24 anos, desde que esteja matriculado em curso superior de graduação.

RESPOSTA A parte individual da pensão extingue-se, para o filho, pela emancipação ou ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido (Lei n. 8.213/91, art. 77, § 2º). *Errado.*

6005. **(Defensor Público – DPE-CE – 2008 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Ana trabalha em uma indústria do interior do estado e recebe pensão decorrente do falecimento de seu marido, Antenor, segurado especial do regime geral de previdência social (RGPS). Nessa situação, se Ana sofresse de alguma moléstia grave que a incapacitasse definitivamente para o trabalho, o recebimento da pensão não constituiria óbice para o recebimento do benefício por invalidez.

RESPOSTA É possível acumular benefícios de aposentadoria e de pensão por morte, pois o fundamento de suas concessões são diferentes e não se confundem. Não há óbice no exercício concomitante de direitos de segurado e de dependente. *Certo.*

6006. **(Procurador – AGU – 2010 – CESPE)** De acordo com entendimento da Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, para fins de aposentadoria especial, o uso de equipamento de proteção individual, no caso de exposição a ruído, apenas descaracterizará o tempo de serviço especial prestado se houver a eliminação da insalubridade.

RESPOSTA O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado (TNU, Súmula 9). *Errado.*

6007. **(Procurador – AGU – 2010 – CESPE)** Por apresentarem pressupostos fáticos e fatos geradores distintos, não há vedação legal à cumulação da pensão por morte de trabalhador rural com o benefício da aposentadoria por invalidez.

RESPOSTA É possível acumular benefícios de aposentadoria e de pensão por morte, pois o fundamento de suas concessões são diferentes e não se confundem. Não há óbice no exercício concomitante de direitos de segurado e de dependente. *Certo.*

6008. **(Advogado – BRB – 2010 – CESPE)** Maria, contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social, em virtude de problemas em sua gestação, teve que antecipar seu parto em dois meses. Nessa situação, considerando a legislação previdenciária de regência, Maria deve ter pago no mínimo dez contribuições mensais para ter direito ao benefício previdenciário denominado salário-maternidade.

RESPOSTA Em caso de parto antecipado, o período de carência será reduzido em número de contribuições equivalente ao número de meses em que o parto foi antecipado (Decreto n. 3.048/99, art. 30, parágrafo único). *Errado.*

6009. **(Advogado – BRB – 2010 – CESPE)** Fernando é empregado de pessoa jurídica e, em virtude de enfermidade, ficou incapacitado para o seu trabalho por mais de quinze dias, passando a perceber, a partir do décimo sexto dia, o benefício previdenciário denominado auxílio-doença. Após dois meses, a perícia do INSS constatou que Fernando já estava apto para retornar às suas atividades, e determinou a cessação de seu benefício. Um mês após a cessação do referido benefício, Fernando, acometido pela mesma doença, ficou novamente impossibilitado para o trabalho. Nessa circunstância, a pessoa jurídica fica desobrigada ao pagamento relativo aos quinze primeiros dias de afastamento, prorrogando-se o benefício anterior.

RESPOSTA Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro de sessenta dias contados da cessação do benefício anterior, a empresa fica desobrigada do pagamento relativo aos quinze primeiros dias de afastamento, prorrogando-se o benefício anterior e descontando-se os dias trabalhados, se for o caso (Decreto n. 3.048/99, art. 75, § 3º). *Certo.*

6010. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** Apesar de a Emenda Constitucional n. 20/1998 ter estabelecido um limite máximo para o valor dos benefícios do RGPS, esse teto não se aplica ao

salário-maternidade da segurada empregada, devendo o valor do benefício, nesse caso, corresponder à integralidade da remuneração da empregada, e cabendo à previdência social o seu pagamento, salvo no tocante à prorrogação por sessenta dias da licença-maternidade, cujo pagamento ficará a cargo do empregador.

RESPOSTA Conforme prescreve a Lei n. 11.770/2008, art. 3º, durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social. Tal matéria foi analisada pelo STF no julgamento da ADI 1.946. *Errado.*

6011. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** A concessão de pensão por morte, auxílio-reclusão e salário-família independe de carência.

RESPOSTA O art. 25, Lei n. 8.213/91, considera os benefícios de pensão por morte, auxílio-reclusão e salário-família isentos de carência, bastando a qualidade de segurado para sua obtenção e recebimento. *Certo.*

6012. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Em cada uma das opções subsequentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca dos planos de benefícios da previdência social. Assinale a opção correspondente à assertiva correta.

(A) André, segurado da previdência social na condição de trabalhador avulso portuário, sofreu acidente de trabalho do qual resultou lesão em sua coluna vertebral. A ocorrência desse sinistro foi comunicada no primeiro dia útil seguinte ao fato. A perícia médica inicial concluiu pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho. Nessa situação, a aposentadoria por invalidez será devida a partir da data em que ocorreu o acidente.

(B) Marcone pagou 180 contribuições mensais, sendo 140 delas na condição de trabalhador rural e as demais na condição de trabalhador avulso. Nessa situação, Marcone poderá requerer sua aposentadoria por idade quando completar 60 anos de idade.

(C) A pessoa jurídica Epta Ltda., em virtude de convenção coletiva de trabalho, paga aos seus empregados licença remunerada, pelo prazo de três meses, para tratamento de saúde do empregado, em casos de comprovada necessidade e quando autorizada pela empresa. Nessa situação, se algum empregado da Epta sofrer acidente de trabalho e passar a perceber auxílio-doença, a Epta deverá arcar com a diferença entre o valor do benefício e o salário efetivo do empregado, como se esse empregado estivesse licenciado.

(D) Antônia obteve guarda judicial para fins de adoção de Ana, menor impúbere de dois anos de idade. Nessa situação, Antônia fará jus ao benefício previdenciário denominado licença-maternidade por um período de trinta dias.

(E) Renato desapareceu após sofrer trágico acidente automobilístico e, em virtude desse fato, seus dependentes requereram, observados os preceitos legais pertinentes, pensão provisória por morte presumida. Após dois anos, Renato reapareceu, depois de ter-se recuperado de perda de memória decorrente do referido acidente. Nessa situação, verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessará imediatamente, sendo obrigados os dependentes a repor os valores recebidos a título provisório.

RESPOSTA A empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença (Lei n. 8.213/91, art. 63, parágrafo único). *Alternativa C.*

6013. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** No que se refere a acidente de trabalho, assinale

a opção correta.

(A) Se um engenheiro designado por pessoa jurídica que o emprega para trabalhar na construção de usina hidrelétrica na região amazônica for contaminado por malária enquanto acompanha e supervisiona a realização das obras da usina, exposto ao Sol e a insetos, não haverá que se falar, nesse caso, em moléstia profissional, já que a malária é considerada doença endêmica.

(B) No caso de um empregado, em virtude de seu ambiente de trabalho estressante, adquirir doença degenerativa, configura-se doença laboral, haja vista a enfermidade ter sido desencadeada pelo exercício do trabalho.

(C) Considere que César, em virtude de fortes dores no corpo, não tenha comparecido ao trabalho em 15/1/2010, e que, no dia 18/1/2010, por continuar sentido dor, tenha procurado um médico que diagnosticou enfermidade decorrente de intoxicação pelo uso de determinados produtos químicos, manipulados em seu ambiente de trabalho. Nessa situação hipotética, considera-se como dia do acidente o dia 18/1/2010, data em que foi realizado o diagnóstico.

(D) Se trabalhador que exerce suas funções em laboratório de análises clínicas, em virtude de acidente ocorrido durante a manipulação de alguns produtos químicos, for acometido por urticária moderada, mas não for impedido de continuar suas atividades, inexistirá, nesse caso, doença laboral, na forma da legislação pertinente.

(E) Considere que Marta, com 59 anos de idade, tenha sido acometida, recentemente, por osteoporose e que as atividades por ela desempenhadas, em seu ambiente de trabalho, envolvam procedimentos de arquivo, o que torna necessário que Marta eleve enormes caixas, com documentos e processos, para guardá-las nas inúmeras estantes existentes em seu departamento, fato que aumenta consideravelmente as suas dores. Nessa situação hipotética, considerando-se o agravamento da doença adquirida por Marta, a osteoporose é considerada doença profissional.

RESPOSTA Não é considerada doença do trabalho a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho (Lei n. 8.213/91, art. 20, § 1º, *d*). Não é considerada doença do trabalho a doença degenerativa (Lei n. 8.213/91, art. 20, § 1º, *a*). Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro (Lei n. 8.213/91, art. 23). Não é considerada doença do trabalho a que não produza incapacidade laborativa (Lei n. 8.213/91, art. 20, § 1º, *c*). Não é considerada doença do trabalho a inerente a grupo etário (Lei n. 8.213/91, art. 20, § 1º, *b*). *Alternativa D.*

6014. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** No que concerne às prestações em geral da previdência social, assinale a opção correta.

(A) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao RGPS não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, ainda quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

(B) A aposentadoria por invalidez é benefício de pagamento continuado, de risco imprevisível, razão pela qual, conforme a legislação, não se exige período de carência para concedê-la.

(C) A mera concessão da aposentadoria voluntária ao trabalhador tem por efeito extinguir, instantânea e automaticamente, o seu vínculo de emprego.

(D) A aposentadoria por idade será devida ao segurado empregado, exceto o doméstico, a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 dias depois dela.

(E) É vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da previdência social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente, ressalvadas, ainda, as situações de direito adquirido.

RESPOSTA Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão (Lei n. 8.213/91, art. 59, parágrafo único). A concessão de aposentadoria por invalidez, via de regra, exige o cumprimento de uma carência mínima de 12 contribuições mensais (Lei n. 8.213/91, art. 25, I). Não há previsão legal acerca de extinção de vínculo empregatício automático em relação à concessão de aposentadoria. A aposentadoria por idade será devida ao segurado empregado, inclusive o doméstico, a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 (noventa) dias depois dela (Lei n. 8.213/91, art. 49, I, *a*). É vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente (Lei n. 8.213/91, art. 124, parágrafo único). *Alternativa E.*

6015. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** O salário-família é devido mensalmente aos segurados empregado e trabalhador avulso, excepcionados os empregados domésticos e rural, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, sendo devido cumulativamente a pai e mãe conjuntamente vinculados ao RGPS, como empregados ou trabalhadores avulsos.

RESPOSTA O empregado rural não está excluído da cobertura do benefício do salário-família (Lei n. 8.213/91, art. 65). *Errado.*

6016. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** O auxílio-doença do segurado que exerce mais de uma atividade abrangida pela previdência não será devido, se a incapacidade ocorrer apenas para o exercício de uma delas, salvo se as atividades concomitantes forem da mesma natureza.

RESPOSTA O auxílio-doença do segurado que exercer mais de uma atividade abrangida pela Previdência Social será devido mesmo no caso de incapacidade apenas para o exercício de uma delas, devendo a perícia médica ser conhecedora de todas as atividades que o segurado estiver exercendo (Decreto n. 3.048/99, art. 73). *Errado.*

6017. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** Restando apurada a incapacidade definitiva para o exercício de uma das diversas atividades titularizadas pelo segurado acidentado, será cabível a conversão do auxílio-doença em aposentadoria especial, independentemente da subsistência dos demais vínculos laborais concomitantes por ele mantidos.

RESPOSTA Quando o segurado que exercer mais de uma atividade se incapacitar definitivamente para uma delas, deverá o auxílio-doença ser mantido indefinidamente, não cabendo sua transformação em aposentadoria por invalidez enquanto essa incapacidade não se estender às demais atividades (Decreto n. 3.048/99, art. 74). *Errado.*

6018. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** O aposentado por invalidez que recuperar a capacidade laborativa e tiver cancelado o benefício previdenciário terá garantido o direito de retornar ao emprego ocupado à data do evento, salvo se não convier ao empregador, que poderá indenizá-lo na forma da lei.

RESPOSTA Quando a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará de imediato para o segurado empregado que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa quando se aposentou, nada dispondo a lei sobre indenizações (Lei n. 8.213/91, art. 47, I, *a*). *Errado.*

6019. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** A aposentadoria por invalidez é benefício de pagamento continuado, de risco imprevisível, razão pela qual, conforme a legislação, não se exige período de carência para concedê-la.

RESPOSTA A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, (...) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais (Lei n. 8.213/91, art. 25, I). *Errado.*

6020. **(Procurador Federal – AGU – 2004 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Sérgio, segurado da previdência social na qualidade de contribuinte individual, é eletricista e presta serviço de natureza eventual a diversas empresas, sem relação de emprego, sendo chamado para trabalhar, principalmente, em estabelecimentos de saúde, onde já conhecem a qualidade do seu serviço. Nessa situação, caso comprove que em várias oportunidades esteve exposto a condições especiais que prejudicaram sua saúde e a sua integridade física, cumpridos a carência exigida e o tempo de contribuição, conforme o caso, Sérgio fará jus a uma aposentadoria especial do INSS.

RESPOSTA A aposentadoria especial, uma vez cumprida a carência exigida, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este somente quando cooperado filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, que tenha trabalhado durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos, conforme o caso, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (Decreto n. 3.048/99, art. 64). *Errado.*

6021. **(Juiz Federal – TRF-5 – 2005 – CESPE)** O valor do benefício da aposentadoria por invalidez de segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa deve ser acrescido de 25%, sendo esse acréscimo devido mesmo em situações em que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.

RESPOSTA O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de vinte e cinco por cento, devido ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal (Decreto n. 3.048/99, art. 45, I). *Certo.*

6022. **(Juiz Federal – TRF-5 – 2005 – CESPE)** A pensão por morte paga para o filho é extinta se o filho for emancipado ou quando ele completar 18 anos de idade, salvo se for inválido.

RESPOSTA O pagamento da cota individual da pensão por morte cessa para o pensionista menor de idade, ao completar vinte e um anos, salvo se for inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, nesse caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior (Decreto n. 3.048/99, art. 114, II). *Errado.*

6023. **(Juiz Federal – TRF-5 – 2005 – CESPE)** A concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez depende do período de carência de 12 contribuições mensais.

RESPOSTA A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência: (...) doze contribuições mensais, nos casos de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez (Decreto n. 3.048/99, art. 29, I). *Certo.*

6024. **(Juiz Federal – TRF-5 – 2005 – CESPE)** A concessão de aposentadoria por idade e de aposentadoria por tempo de serviço, bem como a de aposentadoria especial, dependem do período de carência de 120 contribuições mensais.

RESPOSTA A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência: (...) cento e oitenta contribuições mensais, nos casos de aposentadoria por idade, tempo de contribuição e especial (Decreto n. 3.048/99, art. 29, II). *Errado.*

6025. **(Juiz Federal – TRF-5 – 2005 – CESPE)** A concessão de auxílio-reclusão independe de carência.

RESPOSTA Independe de carência a concessão das seguintes prestações: (...) auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente de qualquer natureza (Decreto n. 3.048/99, art. 30, I). *Certo.*

6026. **(Advogado da União – AGU – 2006 – CESPE)** O auxílio-reclusão é um benefício

previdenciário pago apenas aos dependentes do segurado que esteja recolhido sob regime prisional fechado.

RESPOSTA O auxílio-reclusão é devido, apenas, durante o período em que o segurado estiver recolhido à prisão sob regime fechado ou semiaberto (Decreto n. 3.048/99, art. 116, § 5º). *Errado.*

6027. (Advogado da União – AGU – 2006 – CESPE) Considere a seguinte situação hipotética. Célia é segurada empregada da previdência social e sofreu aborto natural antes da 23ª semana de gestação, comprovado mediante atestado médico. Nessa situação, Célia terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

RESPOSTA Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas (Decreto n. 3.048/99, art. 93, § 5º). *Certo.*

6028. (Procurador Federal – AGU – 2006 – CESPE) Considere a seguinte situação hipotética: Cláudio trabalha em uma indústria de produtos químicos e exerce sua atividade em condições especiais, consideradas prejudiciais à saúde. Nessa situação, para ter direito ao benefício da aposentadoria com menor tempo de contribuição, Cláudio deverá comprovar exposição permanente, isto é, não ocasional nem intermitente, aos agentes nocivos.

RESPOSTA A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, exercido em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (Decreto n. 3.048/99, art. 64, § 1º). *Certo.*

6029. (Juiz Federal – TRF-5 – 2005 – CESPE) Marcelo trabalha para a pessoa jurídica Alfa, exercendo o cargo de auxiliar administrativo. Em 10/2/2006, Marcelo teve seu contrato individual de trabalho com a empresa Alfa rescindido. Nessa situação, por sua condição de segurado obrigatório da previdência social, Marcelo terá direito ao benefício previdenciário denominado seguro-desemprego.

RESPOSTA O seguro-desemprego não se encontra no rol de benefícios previdenciários previstos na Lei n. 8.213/91. *Errado.*

V. Custeio da Seguridade Social

6030. (Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Se, no exame da escrituração contábil e de qualquer outro documento da empresa, a fiscalização constatar que a contabilidade não registra o movimento real de remuneração dos segurados a seu serviço, do faturamento e do lucro, serão apuradas, por aferição indireta, as contribuições efetivamente devidas, cabendo, no entanto, ao Instituto Nacional do Seguro Social a prova da irregularidade, sob pena de violação do postulado do devido processo legal.

RESPOSTA Conforme prescreve o art. 33, Lei n. 8.212/91, § 6º, se, no exame da escrituração contábil e de qualquer outro documento da empresa, a fiscalização constatar que a contabilidade não registra o movimento real de remuneração dos segurados a seu serviço, do faturamento e do lucro, serão apuradas, por aferição indireta, as contribuições efetivamente devidas, cabendo à empresa o ônus da prova em contrário. Cabe salientar que a competência da fiscalização e da arrecadação tributária não mais pertence ao INSS, sendo desenvolvido a cargo da Secretaria da Receita Federal. *Errado.*

6031. (Procurador – AGU – 2010 – CESPE) O STF decidiu que a cobrança da contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT) incidente sobre o total das remunerações pagas tanto aos empregados quanto aos trabalhadores avulsos é ilegítima.

RESPOSTA É legítima a contribuição prevista no art. 22, II, Lei n. 8.212/91, que se destina ao custeio do seguro de acidente de trabalho, incidente à razão de 1, 2 ou 3% sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas aos empregados e aos avulsos

que prestam serviços às empresas. O STF validou essa exação ao julgar o RE 343.446. *Errado.*

6032. **(Procurador – AGU – 2010 – CESPE)** É desnecessária a edição de lei complementar para a majoração de alíquota da contribuição para o financiamento da seguridade social. O conceito de receita bruta sujeita à incidência dessa contribuição envolve não só aquela decorrente da venda de mercadorias e da prestação de serviços, como também a soma das receitas oriundas do exercício de outras atividades empresariais.

RESPOSTA Nos termos das Leis Complementares n. 7/70 e n. 70/91, o aspecto material da hipótese de incidência da contribuição ao PIS e à COFINS, ou seja, o faturamento mensal, corresponde à receita bruta, seja da venda de mercadorias, da prestação de serviços conjugada com a venda de mercadorias, bem como da prestação de serviços de qualquer natureza, englobando, portanto, as receitas decorrentes da locação de bens móveis. Segundo o STF, o texto constitucional deixou a cargo do legislador ordinário a providência de conceituar faturamento, não tendo havido, pela lei apontada, a criação de nova fonte de custeio, mas somente o alargamento do campo de abrangência do conceito, sem extravasar o permissivo constitucional (RE 529.156/RS). Além disso, a sistemática tributária exposta no art. 195 da Constituição Federal prevê que a criação de novas fontes de custeio depende de edição de lei complementar, mas a sua majoração pode ser realizada por meio de lei ordinária. *Certo.*

6033. **(Delegado – PF – 2004 – CESPE)** Carlos advogava para diversas empresas na justiça do trabalho, sem manter vínculo de emprego, auferindo valores fixos mensais de cada uma delas. Nessa situação, o salário de contribuição de Carlos corresponde à soma de todas as remunerações percebidas, independentemente de qualquer limite.

RESPOSTA O limite máximo de contribuição para o RGPS é o teto, atualmente (2013) fixado em R$ 4.159,00 (quatro mil cento e cinquenta e nove reais). *Errado.*

6034. **(Delegado – PF – 2004 – CESPE)** Alguns sindicatos patronais e de trabalhadores firmaram convenções coletivas de trabalho que dispõem sobre a concessão mensal de pequenos reajustes salariais, da ordem de 1%, a título de antecipação do futuro reajuste devido por ocasião da data-base. Acertaram, ainda, que tais valores não seriam considerados para efeito de férias, gratificação natalina e contribuições previdenciárias. Nessa situação, em razão do *status* constitucional conferido à negociação coletiva, não há como incidir a exação previdenciária sobre os reajustes indicados, cujos valores não podem ser qualificados como salário de contribuição dos trabalhadores beneficiados.

RESPOSTA Entende-se por salário de contribuição, para o empregado, a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e **os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial**, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa (Lei n. 8.212/91, art. 28, I). *Errado.*

6035. **(Delegado – PF – 2004 – CESPE)** O sindicato não é enquadrado como empresa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade para fins previdenciários, uma vez que não realiza atividade com fins lucrativos.

RESPOSTA Considera-se empresa a firma individual ou a sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não (Decreto n. 3.048/99, art. 12, I). *Errado.*

6036. **(Advogado – DETRAN-ES – 2010 – CESPE)** O salário de contribuição é um instituto de direito previdenciário inaplicável ao segurado facultativo que não exerce atividade remunerada.

RESPOSTA Entende-se por salário de contribuição, para o segurado facultativo, o valor por ele declarado (Lei n. 8.212/91, art. 28, IV). *Errado.*

6037. (Advogado – DETRAN-ES – 2010 – CESPE) As diárias pagas integram o salário de contribuição pelo seu valor total, quando excedentes a 50% da remuneração mensal.

RESPOSTA Integra o salário de contribuição o total das diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal (Lei n. 8.212/91, art. 28, § 8º, *a*). *Certo.*

6038. (Delegado de Polícia – PF – 2004 – CESPE) Embora integrantes do mesmo grupo econômico, duas empresas vinculadas a segmentos empresariais distintos foram acionadas judicialmente para pagamento das dívidas previdenciárias de uma terceira empresa, também pertencente ao mesmo grupo. Nas contestações que apresentaram, as duas empresas suscitaram preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*, aduzindo que as pessoas jurídicas não se confundiam com seus respectivos sócios e que não tiveram qualquer ingerência na gestão da empresa devedora principal. Nessa situação, à luz da legislação aplicável, as preliminares serão rechaçadas, com o consequente reconhecimento da responsabilidade solidária das duas empresas.

RESPOSTA As empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações decorrentes da Lei n. 8.212/91. *Certo.*

6039. (Procurador Federal – AGU – 2007 – CESPE) Os valores do salário de contribuição serão reajustados na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da previdência social.

RESPOSTA Os valores do salário de contribuição serão reajustados na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social (Lei n. 8.212/91, art. 20, § 1º). *Certo.*

6040. (Médico do Trabalho – BRB – 2010 – CESPE) O fator acidentário de prevenção (FAP) tem como base a dicotomia *bonus versus malus* e seu valor varia entre 0,8 e 5 conforme o maior ou menor grau de investimentos em programas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e proteção contra os riscos ambientais do trabalho, respectivamente.

RESPOSTA O FAP consiste num multiplicador variável em um intervalo contínuo de cinco décimos (0,5000) a dois inteiros (2,0000), aplicado com quatro casas decimais, considerado o critério de arredondamento na quarta casa decimal, a ser aplicado à respectiva alíquota (Decreto n. 3.048/99, art. 202-A, § 1º). *Errado.*

6041. (Procurador – AGU – 2010 – CESPE) A alíquota da contribuição para o SAT deve corresponder ao grau de risco da atividade desenvolvida em cada estabelecimento da empresa, individualizado por seu CNPJ. Possuindo esta um único CNPJ, a alíquota da referida exação deve corresponder à atividade preponderante por ela desempenhada.

RESPOSTA A alíquota de contribuição para o Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) é aferida pelo grau de risco desenvolvido em cada empresa, individualizada pelo seu CNPJ, ou pelo grau de risco da atividade preponderante quando houver apenas um registro (STJ, Súmula 351). *Certo.*

6042. (Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Não poderá recair penhora sobre o saldo de depósito em fundo de previdência privada em nome de diretor de empresa falida suspeito de gestão fraudulenta, dado o nítido caráter alimentar de tal verba, advinda da remuneração mensal do diretor, especialmente se os referidos valores tiverem sido depositados antes de seu ingresso na diretoria da

empresa.

RESPOSTA Os valores depositados em planos de previdência privada não têm natureza alimentar, adquirindo, em vez disso, o caráter de poupança ou investimento – razão pela qual podem ser penhorados. "O saldo de depósito em PGBL não ostenta nítido caráter alimentar, constituindo aplicação financeira de longo prazo, de relevante natureza de poupança previdenciária, porém suscetível de penhora", disse o ministro Raul Araújo, relator do recurso. Ele considerou que esses valores não podem ficar de fora da indisponibilidade que, por força de lei, atinge os bens dos administradores de instituições financeiras sob intervenção, liquidação extrajudicial ou falência. O entendimento foi firmado pela Quarta Turma do Tribunal da Cidadania (STJ), em análise ao REsp (Recurso Especial) 1.121.719, ajuizado pelo ex-presidente do Banco Santos, com a finalidade de impedir a efetivação da penhora em relação ao saldo acumulado em fundo de previdência privada – PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre). *Errado.*

6043. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Com referência ao salário de contribuição, cada uma das opções a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

(A) Gilmar, em 2007, inscreveu-se facultativamente no RGPS. Nessa situação, o salário de contribuição de Gilmar deve seguir as faixas de salário-base, a exemplo do que ocorre com os contribuintes individuais.

(B) Telma é empregada doméstica e segurada da previdência social. Nessa situação, o salário de contribuição de Telma é o valor total recebido, incluindo os ganhos habituais na forma de utilidade, tais como alimentação e moradia.

(C) Genival foi demitido sem justa causa, tendo recebido da empresa todos os seus direitos. Nessa situação, em relação aos valores recebidos a título de aviso prévio, férias proporcionais e 13º salário, também proporcional, não incide a contribuição previdenciária.

(D) Marcos trabalha em uma empresa que, entre outras vantagens, oferece programa de previdência complementar aberta, disponível a todos os empregados e dirigentes. Nessa situação, pelo fato de esses valores serem dedutíveis do imposto de renda da pessoa física beneficiária, a legislação previdenciária considera tais rubricas como salário de contribuição.

(E) Jéssica trabalha em uma empresa que paga vale-transporte em dinheiro. Nessa situação, os valores recebidos na condição de vale-transporte são considerados salário de contribuição.

RESPOSTA A contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, possui alíquotas progressivas e não cumulativas, de acordo com tabela de salário de contribuição prevista no art. 20 da Lei n. 8.212/91, e não se confunde com o modo de contribuição dos segurados contribuintes individuais, que, desde 2003, não seguem faixa-base, incidindo, via de regra, alíquota única de 20% sobre o salário de contribuição. Já os empregados domésticos possuem como salário de contribuição aquele que se encontra registrado em CTPS, independentemente de utilidades e parcelas *in natura*. Quanto à demissão de Genival, tem-se que a gratificação natalina sempre será base de cálculo de contribuição previdenciária, ou seja, sempre integrará o conceito de salário de contribuição. Recentemente, alteração legislativa determinou que sobre aviso prévio indenizado também incide contribuição previdenciária. Quanto ao caso de Marcos, a Lei n. 8.212/91, art. 28, § 9º, *p*, considera isenta de contribuição previdenciária a parcela relativa a plano de previdência complementar que abranja a totalidade de empregados e dirigentes da empresa. O vale-transporte só é parcela isenta de contribuição quando pago na forma da lei, que prevê sua disponibilização ao empregado por meio de fichas, vales, cartões ou similares. Quando paga em dinheiro, a parcela compõe o salário de contribuição. *Alternativa E.*

6044. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Considerando que o limite máximo do salário de contribuição, a partir de 1º/1/2010, é de R$ 3.416,54, assinale a opção correta de acordo com a legislação previdenciária de regência.

(A) Se um trabalhador segurado tiver recebido, no mês de dezembro de 2009, o valor de R$ 1.220,00 a título de décimo terceiro salário (gratificação natalina), então esse valor integrará o salário de contribuição desse segurado, em seu valor bruto, sem compensação de eventuais adiantamentos

pagos.

(B) Considere que Roberto seja titular de firma individual que atua na área de desenvolvimento de websites corporativos e que, nessa condição, preste serviços a diversas pessoas jurídicas, recebendo, por cada trabalho, o valor de R$ 1.500,00. Considere, ainda, que, no mês de janeiro de 2010, Roberto tenha prestado serviços a 4 empresas e que tenha recebido à vista por tais serviços. Nessa situação hipotética, será considerado salário de contribuição a totalidade dos rendimentos auferidos por Roberto durante o mês de janeiro.

(C) Se uma empregada doméstica que recebe R$ 600,00 de remuneração mensal faltar ao seu trabalho, injustificadamente, por quatro dias durante determinado mês, apesar de o empregador poder descontar os valores referentes às faltas injustificadas de sua remuneração, o valor do salário de contribuição dessa empregada permanecerá inalterado.

(D) A indenização compensatória, correspondente a 40% do montante depositado em sua conta vinculada do FGTS, recebida por trabalhador demitido sem justa causa integra o salário de contribuição desse trabalhador, observado o limite máximo legalmente previsto.

(E) A parcela paga, anualmente, aos empregados de pessoa jurídica a título de participação nos lucros e resultados da empresa integra o salário de contribuição dos empregados, se for paga ou creditada em consonância com lei específica.

RESPOSTA O décimo terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário de contribuição, exceto para o cálculo de benefício (Lei n. 8.212/91, art. 28, § 7º). Roberto não contribuirá sobre a totalidade das remunerações recebidas, uma vez que tais valores ultrapassam o teto previdenciário. Embora o salário de contribuição dos domésticos seja aquele anotado em CTPS, as faltas injustificadas podem ser descontadas, gerando decréscimo da contribuição. A indenização compensatória depositada no FGTS é parcela isenta de contribuição previdenciária, bem como a participação nos lucros (Lei n. 8.212/91, art. 28, § 9º). *Alternativa A.*

6045. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** No que se refere ao custeio da seguridade social, assinale a opção correta.

(A) O segurado aposentado pela previdência social, maior de 60 anos de idade, que retorne ao mercado formal de trabalho não necessita contribuir para o custeio do sistema, uma vez que tal contribuição teria efeito confiscatório.

(B) De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário e sobre o adicional de férias.

(C) Apesar de a cobrança de tributos poder incidir, em tese, sobre atividades ilícitas, o STF firmou o entendimento de que a possibilidade de a seguridade social ser financiada por receitas de concursos de prognóstico não inclui a incidência de contribuição previdenciária sobre a exploração de jogos de azar.

(D) Segundo a jurisprudência do STF, a cobrança da contribuição ao seguro de acidente de trabalho incidente sobre o total das remunerações pagas tanto aos empregados quanto aos trabalhadores avulsos é ilegítima.

(E) De acordo com norma constitucional, nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total. Tal regra aplica-se à previdência social e aos planos privados.

RESPOSTA De acordo com entendimento exarado pelo STF em AgR-RE 502.271, "o art. 195, III, da Carta Magna, estabeleceu tão somente a possibilidade da seguridade social ser financiada por receitas de prognóstico (...) tal disposição não se refere à exploração de jogos de azar mediante pagamento, feita por particular, a qual, além disso, não se constitui sequer como atividade autorizada por lei". O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata esta Lei, para fins de custeio da Seguridade Social (Lei n. 8.212/91, art. 12, § 4º). Embora prevista em lei e em decreto, a incidência de contribuição previdenciária sobre o adicional de férias é rechaçada pelos Tribunais Superiores

(STF, RE 731.132). É legítima a contribuição prevista no art. 22, II, Lei n. 8.212/91, que se destina ao custeio do seguro de acidente de trabalho, incidente à razão de 1, 2 ou 3% sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas aos empregados e aos avulsos que prestam serviços às empresas. O STF validou essa exação ao julgar o RE 343.446. Por fim, a regra da preexistência do custeio em relação ao benefício está prevista na Constituição Federal como alicerce da previdência social, nada dispondo sobre planos privados. *Alternativa C.*

6046. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** As associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional contribuirão com o pagamento de 5% da receita líquida resultante dos espetáculos desportivos de que participem em todo o território nacional, em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, computadas as receitas provenientes de quaisquer formas de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, de publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos desportivos, cabendo à entidade promotora do evento a responsabilidade pela retenção de tais valores e pelo respectivo recolhimento aos cofres da seguridade, no prazo de quarenta e oito horas após a sua realização.

RESPOSTA Caberá à entidade promotora do espetáculo a responsabilidade de efetuar o desconto de cinco por cento da **receita bruta** decorrente dos espetáculos desportivos e o respectivo recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social, no prazo de até dois dias úteis após a realização do evento (Lei n. 8.212/91, art. 22, § 7º). *Errado.*

6047. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** O segurado detentor de dupla vinculação ao RGPS, por exercer atividade sujeita a salário-base e concomitantemente ostentar a condição de empregado, contribuirá apenas com relação a uma dessas atividades, se a soma de seus salários de contribuição ultrapassar o dobro do limite máximo estabelecido para a contribuição.

RESPOSTA O segurado que exercer múltiplas atividades no RGPS somente ficará isento de contribuir sobre uma dupla vinculação se em uma das atividades já estiver sujeito ao limite máximo de contribuição (teto previdenciário). *Errado.*

6048. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** O empregador doméstico contribui para a seguridade no percentual total de 12% sobre a remuneração do trabalhador a seu serviço, já computada, no percentual referido, a contribuição correspondente a 1% do mesmo salário de contribuição devida para custeio das prestações acidentárias.

RESPOSTA A categoria dos empregados domésticos não está amparada pela Lei da Infortunística, razão pela qual não há tributações a título de seguro de acidente de trabalho embutidas na alíquota devida pelo empregador. *Errado.*

6049. **(Auditor Fiscal – RFB – 1998 – CESPE)** Os segurados especiais da previdência social, assim considerados, entre outros, o pescador artesanal e seus assemelhados que exercem suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem o auxílio de terceiros, podem contribuir facultativamente, de acordo com os mesmos critérios definidos para o contribuinte individual, sem prejuízo da contribuição incidente sobre o rendimento bruto auferido com a comercialização da produção.

RESPOSTA O segurado especial, além da contribuição obrigatória incidente sobre o rendimento bruto auferido com a comercialização da produção, poderá contribuir, facultativamente, nos mesmos moldes do contribuinte individual (Decreto n. 3.048/99, art. 199, c/c art. 200, § 2º). *Certo.*

6050. **(Procurador Federal – AGU – 2004 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Determinada indústria fornece a seus empregados bolsas de estudo destinadas ao aperfeiçoamento, à capacitação e à qualificação de trabalhadores que tenham pelo menos 10 anos de vínculo empregatício com a empresa, mediante a participação em cursos vinculados às atividades

desenvolvidas pela empresa. Nessa situação, os valores custeados pela empresa integram a base de cálculo da contribuição previdenciária.

RESPOSTA Não integra o salário de contribuição o valor relativo a plano educacional, ou bolsa de estudo, que vise à educação básica de empregados e seus dependentes e, desde que vinculadas às atividades desenvolvidas pela empresa, à educação profissional e tecnológica de empregados (Lei n. 8.212/91, art. 28, § 9º, *t*). *Errado.*

6051. (Procurador Federal – AGU – 2004 – CESPE) Considere a seguinte situação hipotética. Uma empresa de construção civil contratou 10 pedreiros e 20 auxiliares para concluir uma obra em uma localidade muito distante da residência dos obreiros. Foi avençado que os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação seriam fornecidos pelo empregador. Nessa situação, os valores desembolsados pela empresa integram o salário de contribuição dos empregados e serão utilizados, ulteriormente, para fins de cálculo dos benefícios previdenciários.

RESPOSTA Não integram o salário de contribuição os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho (Lei n. 8.212/91, art. 28, § 9º, *m*). *Errado.*

6052. (Procurador Federal – AGU – 2004 – CESPE) A contribuição a cargo da empresa é de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhes são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de produção.

RESPOSTA A contribuição a cargo da empresa, destinada à seguridade social, é de quinze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho (Decreto n. 3.048/99, art. 201, III). *Errado.*

6053. (Advogado da União – AGU – 2006 – CESPE) Considere a seguinte situação hipotética. Estevão pediu demissão da empresa em que trabalhava, concordando em trabalhar durante o período de aviso prévio equivalente a 30 dias, prazo concedido para que o empregador providenciasse a contratação de um novo empregado. Nessa situação, sobre o valor pago durante o último mês que Estevão trabalhou não incide contribuição previdenciária, pois se trata de verba indenizatória.

RESPOSTA Tanto o aviso prévio trabalhado quanto o indenizado são base de cálculo para efeito de incidência de contribuição previdenciária, eis que não constam no rol de parcelas isentas por lei. *Errado.*

6054. (Procurador Federal – AGU – 2006 – CESPE) Considere a seguinte situação hipotética: Cesário é eletricista e presta serviço de natureza eventual ao supermercado Lua Nova Ltda. Nessa situação, a contribuição previdenciária de Cesário, na qualidade de contribuinte individual, deve ser descontada do valor a ser pago a ele a título de remuneração, devendo ser recolhida pela empresa tomadora do serviço juntamente com as demais contribuições a seu cargo.

RESPOSTA A alíquota de contribuição a ser descontada pela empresa da remuneração paga, devida ou creditada ao contribuinte individual a seu serviço, observado o limite máximo do salário de contribuição, é de onze por cento no caso das empresas em geral e de vinte por cento quando se tratar de entidade beneficente de assistência social isenta das contribuições sociais patronais (Decreto n. 3.048/99, art. 216, § 26). *Certo.*

6055. (Procurador Federal – AGU – 2006 – CESPE) Para efeito de cálculo da contribuição previdenciária, o salário pago em forma de utilidade é usado apenas em relação à parte sob responsabilidade dos empregadores, devendo ser excluído da cota dos empregados em razão de não

compor o cálculo dos benefícios.

RESPOSTA Entende-se por salário de contribuição, para o empregado e trabalhador avulso, a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa (Lei n. 8.212/91, art. 28, I). *Errado.*

6056. **(Juiz Federal – TRF-5 – 2005 – CESPE)** A alíquota de contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo é de 20% sobre o respectivo salário de contribuição.

RESPOSTA A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário de contribuição (Lei n. 8.212/91, art. 21). *Certo.*

6057. **(Juiz Federal – TRF-5 – 2005 – CESPE)** A contribuição do empregador doméstico é de 12% do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço.

RESPOSTA A contribuição do empregador doméstico é de 12% (doze por cento) do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço (Lei n. 8.212/91, art. 24). *Certo.*

6058. **(Juiz Federal – TRF-5 – 2005 – CESPE)** As diárias recebidas pelo segurado empregado durante o mês, independentemente de seu valor, integram o salário de contribuição.

RESPOSTA Integram o salário de contribuição pelo seu valor total as diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal (Decreto n. 3.048/99, art. 28, § 8º, *a*). *Errado.*

VI. Crimes contra a Seguridade Social

6059. **(Delegado – PF – 2004 – CESPE)** João mantinha uma pequena granja em chácara de sua propriedade e contava com o auxílio de dois empregados, que percebiam remuneração mensal equivalente a um salário mínimo. Por exercer o negócio por conta própria e informalmente, João nunca efetuou os registros devidos nas carteiras de trabalho de seus empregados, tampouco recolheu as contribuições previdenciárias correspondentes. Nessa situação, se for flagrado pela fiscalização, João responderá pelo crime de sonegação de contribuição previdenciária, podendo o juiz restringir a pena de reclusão prevista (de um terço até a metade) ou apenas aplicar a pena de multa.

RESPOSTA Omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços perfaz o crime de sonegação previdenciária previsto no art. 337-A, Código Penal. Por se tratar de empregador pessoa física, o juiz poderá reduzir a pena de um terço até a metade ou aplicar apenas a de multa. *Certo.*

6060. **(Delegado – PF – 2004 – CESPE)** Como forma de otimizar suas atividades, um grande supermercado contratou os serviços de uma cooperativa de mão de obra, buscando o fornecimento de trabalhadores para as funções de empacotamento e limpeza. No entanto, por deixar de consignar nos documentos contábeis adequados os valores pagos à cooperativa, o supermercado não recolheu as contribuições previdenciárias incidentes, da ordem de 15% do valor bruto das notas fiscais respectivas. Nessa situação, os responsáveis pela conduta típica indicada responderão pelo crime de sonegação de contribuição previdenciária.

RESPOSTA Deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços constitui crime de Sonegação Previdenciária, previsto

no art. 337-A, Código Penal. *Certo.*

6061. **(Delegado – PF – 2002 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Flávio deixou de recolher contribuições por ele devidas à seguridade social, que integraram custos relativos à venda de produtos. Antes do início de qualquer ação fiscal e do oferecimento de denúncia, Flávio, espontaneamente, declarou e confessou, perante a autarquia previdenciária, os valores não repassados, efetuando o integral pagamento das contribuições apropriadas e prestando as informações devidas. Nessa situação, o juiz deverá declarar a extinção da punibilidade.

RESPOSTA No crime de apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A, Código Penal, é extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à Previdência Social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal. *Certo.*

6062. **(Delegado da Polícia Federal – UnB – 2001 – CESPE)** No caso de prática de crime de estelionato contra autarquia da previdência social, aplica-se a circunstância especial de aumento prevista no CP, ou seja, a pena aumenta-se de um terço.

RESPOSTA O crime de estelionato é previsto no art. 171 do Código Penal. Em relação a esse crime, há a previsão de causa de aumento de pena prevista no § 3º, art. 171, Código Penal, nessas palavras: Art. 171 (...) § 3º A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência. Uma vez que o INSS é pessoa jurídica de direito público, caso seja vítima do crime de estelionato, ao agente será imputada a causa de aumento de pena. *Certo.*

6063. **(Delegado da Polícia Federal – UnB – 2001 – CESPE)** Compete à justiça federal processar e julgar crime de estelionato praticado mediante a falsificação de guias de recolhimento de contribuições previdenciárias, independentemente da ocorrência de lesão patrimonial à autarquia da previdência social.

RESPOSTA Dispõe o art. 109, IV, Constituição Federal, que compete à justiça federal o julgamento dos crimes políticos e das infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral. *Errado.*

6064. **(Delegado da Polícia Federal – UnB – 2001 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Pablo foi denunciado em dezembro de 1999 pela prática de crime contra a seguridade social, consistente em deixar de recolher, na época própria, contribuição ou outra importância devida à seguridade social e arrecadada dos segurados ou do público (art. 95, *d*, da Lei n. 8.212/1991). Sabendo que o art. 3º da Lei n. 9.983, de 14/7/2000, revogou as alíneas do art. 95 da Lei n. 8.212/91, acrescentando à Parte Especial do Código Penal (CP) o seguinte dispositivo: “Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional”, então, nessa situação, e de acordo com o STJ, ocorreu a *abolitio criminis* em favor de Pablo, que é causa de extinção da punibilidade.

RESPOSTA A conduta de não recolher os valores arrecadados não deixou de ser considerada crime, apenas passou a ser prevista no Código Penal, com a respectiva sanção prevista nesse mesmo diploma legal. *Errado.*

6065. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** No que concerne às leis penais especiais e aos crimes contra a seguridade social, assinale a opção correta.

(A) Encontra-se pacificada a jurisprudência dos tribunais superiores no sentido de que o crime de estelionato contra a previdência social é de natureza permanente, de forma que o termo inicial do

prazo prescricional ocorre com a cessação do recebimento do benefício previdenciário.

(B) A formação de quadrilha armada para evitar invasões rurais de integrantes de movimento de trabalhadores sem terra configura crime contra a segurança nacional e afeta diretamente interesse da União, ente responsável por conduzir a política fundiária nacional.

(C) Para a configuração da conduta consistente em ocultar a natureza ou a origem de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime, exige-se prova da participação do acusado no delito antecedente.

(D) Não se admite a aplicação do princípio da insignificância em relação ao funcionamento de estação de rádio no período de dois meses entre o vencimento de licença ambiental e a concessão, em definitivo, de nova autorização pela autoridade administrativa.

(E) O delito de apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A do CP, é omissivo próprio, dispensando-se, para a sua caracterização, qualquer especial fim de agir.

RESPOSTA Em que pese a existência de julgados isolados em sentido contrário, a jurisprudência recente do STJ é firme no sentido de reconhecer que o delito de apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A, Código Penal brasileiro, é crime omissivo próprio, sendo despiciendo qualquer especial fim de agir para a sua caracterização. Nesse sentido: HC 145.649/PE, Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª T., julgado em 3-8-2010, *DJe* 23-8-2010. *Alternativa E.*

FCC

I. Disposições Constitucionais

6066. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** A Constituição Federal brasileira atribui ao Poder Público a organização da Seguridade Social com base em objetivos que a doutrina entende como verdadeiros princípios. NÃO fazem parte destes objetivos ou princípios:

(A) universalidade da cobertura e do atendimento.

(B) equidade na forma de participação no custeio.

(C) irredutibilidade do valor dos benefícios.

(D) unicidade da base de financiamento.

(E) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

RESPOSTA O parágrafo único do art. 194, Constituição Federal, elenca os objetivos da Seguridade Social, entre eles a diversidade da base de financiamento, e não a unicidade. *Alternativa D.*

6067. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Em relação à saúde e à assistência social, está previsto na Constituição Federal brasileira que

(A) a assistência social será prestada a quem dela necessitar, mantendo relação direta com a contribuição à seguridade social.

(B) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

(C) as instituições privadas não poderão participar, ainda que de forma complementar, do sistema único de saúde.

(D) as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do tesouro nacional, sendo vedada a destinação de recursos do orçamento da seguridade social para tais fins.

(E) há vinculação de receita mínima anual para ações e serviços públicos de saúde apenas para União, Estados e Distrito Federal.

RESPOSTA A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (CF, art. 203, *caput*). As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e

constituem um sistema único (CF, art. 198, *caput*). As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos (CF, art. 199, § 1º). As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social (CF, art. 204, *caput*). Os municípios participam do financiamento da saúde (CF, art. 198, § 2º, III). *Alternativa B.*

6068. (Analista – TRT-6 – 2012 – FCC) Analisando-se as normas constitucionais relativas à inativação e pensões dos servidores públicos civis da União é INCORRETO afirmar:

(A) serão aposentados compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

(B) serão aposentados voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas condições quanto à idade mínima ou tempo de contribuição.

(C) por meio de lei complementar poderá ser estabelecida forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

(D) os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

(E) o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

RESPOSTA A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício (Constituição Federal, art. 40, § 10). *Alternativa C.*

6069. (Analista – TRF-2 – 2012 – FCC) Com relação ao Conselho Nacional de Previdência Social − CNPS considere:

I. O Conselho Nacional de Previdência Social é composto por representantes do Governo Federal e da Sociedade Civil totalizando onze membros em sua composição.

II. O Conselho Nacional de Previdência Social possui, na sua composição, três membros representantes dos aposentados e pensionistas.

III. Os membros do Conselho Nacional de Previdência Social e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República.

IV. O Conselho Nacional de Previdência Social reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada quinze dias, por convocação de seu Presidente.

De acordo com a Lei n. 8.213/91, está correto o que consta APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I e IV.

(E) I e II.

RESPOSTA O Conselho Nacional de Previdência Social é composto por 15 membros, todos nomeados pelo Presidente da República, assim como seus suplentes. Há seis representantes do Governo e nove representantes da sociedade civil (três aposentados/pensionistas; três trabalhadores; três empregadores). Reúnem-se, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente (Lei n. 8.213/91, art. 3º). *Alternativa C.*

6070. (Analista – TRF-3 – 2007 – FCC) De acordo com a Constituição Federal brasileira, as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei,

incidirão, dentre outras, sobre

(A) os rendimentos do trabalho pagos ou creditados somente a título salarial, à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.
(B) a folha de salários pagos à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.
(C) todo e qualquer rendimento do trabalho com natureza salarial pagos à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.
(D) todo e qualquer rendimento do trabalho pagos ou creditados a título exclusivamente salarial, à pessoa física ou jurídica que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
(E) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

RESPOSTA Conforme prevê o art. 195, I, *a*, Constituição Federal, constituem-se contribuições sociais a do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício. *Alternativa E.*

6071. **(Analista – TRF-3 – 2007 – FCC)** A contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos é um exemplo específico do princípio constitucional da

(A) diversidade da base de financiamento.
(B) caráter democrático e descentralizado da administração.
(C) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
(D) universalidade da cobertura.
(E) equidade na forma de participação no custeio.

RESPOSTA O art. 195, Constituição Federal, ao prever inúmeras fontes de receitas para o custeio da Seguridade Social, entre elas a de concursos de prognósticos, cumpre por si só um dos objetivos constitucionalmente estabelecidos no parágrafo único do art. 194, qual seja, o da diversidade da base de financiamento. *Alternativa A.*

6072. **(Analista – TRF-3 – 2007 – FCC)** Considere as seguintes assertivas a respeito do regime geral da previdência social:

I. Em regra, é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
II. Para efeito de aposentadoria não é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada rural.
III. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.
IV. Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I e III.
(C) I, III e IV.
(D) II, III e IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA É vedada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência social, salvo na hipótese de afastamento sem vencimento e desde que não permitida, nessa condição, contribuição ao respectivo regime próprio (Decreto n. 3.048/99, art. 11, § 2º). Para efeito de

aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei (CF, art. 201, § 9º). Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei (CF, art. 201, § 11). Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo (CF, art. 201, § 2º). *Alternativa C.*

6073. (Analista – TRF-5 – 2012 – FCC) Considerando as normas constitucionais que tratam do financiamento da Seguridade Social, os benefícios ou os serviços que são por ela prestados poderão ser criados, majorados ou estendidos

(A) sem que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total.
(B) desde que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total.
(C) desde que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total, apenas para os benefícios e os serviços prestados pela previdência social.
(D) sem que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total, exceto para os serviços de assistência à saúde, cuja criação, majoração ou extensão dependem da previsão de fonte de custeio total.
(E) desde que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total, apenas para os benefícios e serviços prestados pela assistência social.

RESPOSTA Consoante prescreve o art. 195, § 5º, Constituição Federal, nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total. *Alternativa B.*

6074. (Analista – TRF-5 – 2012 – FCC) O regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as suas autarquias e fundações, possui caráter

(A) contributivo e solidário, por imposição normativa.
(B) meramente contributivo e de filiação obrigatória.
(C) contributivo e solidário, desde que haja a opção do servidor público pela adesão à solidariedade.
(D) meramente contributivo, não havendo solidariedade entre seus participantes, como ocorre no regime geral de previdência social.
(E) meramente contributivo, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial na concessão dos benefícios.

RESPOSTA De acordo com o art. 40, Constituição Federal, aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de **caráter contributivo e solidário**, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. *Alternativa A.*

6075. (Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC) É princípio explícito da seguridade social na Constituição de 1988:

(A) irredutibilidade do valor das contribuições.
(B) desnecessidade de fonte de custeio total para criação de benefícios.
(C) universalidade da cobertura e do atendimento.
(D) retributividade na prestação dos benefícios e serviços.
(E) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão bipartite, com a participação de trabalhadores e empregadores nos órgãos colegiados.

RESPOSTA A Constituição Federal, art. 194, parágrafo único, dispõe que compete ao Poder Público, nos termos da lei,

organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; e caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. *Alternativa C.*

6076. (Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC) Com as modificações efetuadas a partir das Emendas Constitucionais n. 20/98 e n. 41/2003, a garantia do regime previdenciário próprio restringe-se aos servidores titulares de cargos

(A) efetivos e aos titulares de cargo em comissão da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
(B) efetivos e aos ocupantes de cargo temporário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
(C) efetivos e aos empregados públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
(D) efetivos, aos titulares de cargo em comissão, aos ocupantes de cargo temporário e aos empregados públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
(E) efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.

RESPOSTA Consoante a Constituição Federal, art. 40, aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas. *Alternativa E.*

6077. (Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC) O princípio da universalidade da cobertura prevê

(A) que os benefícios são concedidos a quem deles efetivamente necessite, razão pela qual a Seguridade Social deve apontar os requisitos para a concessão dos benefícios e serviços.
(B) que a proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja premente, a fim de manter a subsistência de quem dela necessite.
(C) que o benefício legalmente concedido pela Previdência Social não pode ter o seu valor nominal reduzido.
(D) a participação equitativa de trabalhadores, empregadores e Poder Público no custeio da seguridade social.
(E) que não há um único benefício ou serviço, mas vários, que serão concedidos e mantidos de forma seletiva, conforme a necessidade da pessoa.

RESPOSTA Trata-se de questão que versa sobre os significados dos princípios expressos da Seguridade Social, insculpidos no parágrafo único, art. 194, Constituição Federal. Todas as alternativas discorrem sobre algum princípio, mas apenas a alternativa B dá significado à universalidade da cobertura e do atendimento – as alternativas A e E versam sobre a seletividade na prestação dos benefícios e serviços; a C, sobre a irredutibilidade do valor dos benefícios; e a D, sobre a equidade na forma de participação no custeio. *Alternativa B.*

6078. (Procurador – ALESP – 2010 – FCC) Joana, João, Janaina e Daniel são segurados do regime geral de previdência social. Joana possui 57 anos de idade e é trabalhadora rural. João possui 60 anos de idade e exerce atividade em regime de economia familiar. Janaina possui 60 anos de idade e trabalha na empresa privada urbana WD e Daniel possui 65 anos e é produtor rural. Nestes casos, de acordo com a Constituição Federal brasileira, com relação ao requisito legal de idade mínima para

obtenção do benefício previdenciário da aposentadoria, preenchem este requisito

(A) apenas Joana, Janaina e Daniel.

(B) nenhuma das pessoas mencionadas.

(C) apenas Joana e Janaina.

(D) todas as pessoas mencionadas.

(E) apenas Janaina e Daniel.

RESPOSTA Segundo a Constituição Federal, art. 201, § 7º, é assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. *Alternativa D.*

6079. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** A respeito do valor dos benefícios previdenciários do regime geral, a Constituição determina que

(A) nenhum benefício poderá ter valor mensal inferior ao valor do piso salarial mínimo fixado em lei.

(B) todas as remunerações que serviram de base para as contribuições do segurado devem ser atualizadas e consideradas para cálculo de benefício.

(C) é assegurado o reajustamento dos benefícios, na forma da lei, para preservar-lhes, em caráter permanente, o poder aquisitivo expresso em número de salários mínimos no momento da concessão.

(D) as aposentadorias, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder o valor do último salário de contribuição do segurado no mês de requerimento do benefício, na forma da lei.

(E) os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, na forma da lei.

RESPOSTA A Constituição Federal, art. 201, § 11, prescreve que os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei. Da mesma forma, o mesmo artigo prevê que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo, que todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei, e que é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. Pela sistemática de cálculo dos benefícios previdenciários, é possível que um segurado receba aposentadoria em valor maior do que seu último salário de contribuição. *Alternativa E.*

6080. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Considerando-se as normas constitucionais relativas à seguridade social dos servidores públicos, é correto afirmar:

(A) o servidor titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, tem assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

(B) a aposentadoria compulsória dos servidores se dá aos setenta anos de idade, com proventos integrais, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

(C) o servidor abrangido pelo regime de previdência previsto no artigo 40 da Constituição Federal será aposentado por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ainda que decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

(D) a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que cuida o artigo 40 da Constituição Federal é vedada, ainda que se trate de servidores que exerçam atividades de risco.

(E) o requisito de idade será reduzido em cinco anos para a aposentadoria voluntária do professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, não se aplicando tal critério ao requisito de tempo de contribuição.

RESPOSTA A Constituição Federal prevê o Regime Próprio de Previdência Social ao qual se submetem os servidores públicos estatutários da administração direta, autárquica e fundacional dos entes federativos. A alternativa A remete ao *caput* do art. 40, em sua literalidade. Cumpre salientar que a aposentadoria compulsória dos servidores públicos ocorrerá quando, independentemente de sexo, o servidor completar 70 anos de idade, não sendo exigido tempo mínimo de permanência no serviço público, uma vez que os proventos serão proporcionais. A aposentadoria por invalidez permanente independe da idade e do tempo de serviço do servidor, sendo integral quando a invalidez decorrer de acidente em serviço ou moléstia grave ou profissional. Embora seja vedada a adoção de critérios e requisitos diferenciados para fins de concessão de aposentadoria, a própria Constituição Federal ressalva três hipóteses em que a diferenciação se faz possível, quais sejam, quando se tratar de atividades de risco, aos portadores de deficiência e aos trabalhadores que exercem labor sob condições especiais, que possam prejudicar a própria saúde ou integridade física. Em se tratando de atividades de magistério, o Constituinte, em relação ao servidor comum, reduziu em cinco anos o critério etário e temporal para a concessão de aposentadoria voluntária. *Alternativa A.*

6081. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** A seguridade social, que compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, NÃO tem como objetivo

(A) a universalidade da cobertura e do atendimento e a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

(B) a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e a equidade na forma de participação no custeio.

(C) a diversidade da base de financiamento e o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

(D) a equidade na forma de participação no custeio e a diversidade da base de financiamento.

(E) a universalidade da cobertura e do atendimento e o caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

RESPOSTA De acordo com o parágrafo único, art. 194, Constituição Federal, um dos objetivos da seguridade social é o caráter democrático e DESCENTRALIZADO da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. *Alternativa E.*

6082. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** No sistema de seguridade social, o princípio da solidariedade justifica

(A) o pagamento pelo Regime Próprio de Previdência do Amazonas de benefícios aos filhos inválidos do segurado falecido.

(B) o pagamento de aposentadoria por invalidez ao segurado do Regime Próprio de Previdência do Amazonas.

(C) a contribuição dos inativos ao Regime Próprio de Previdência do Amazonas.

(D) o pagamento de auxílio-reclusão aos segurados do Regime Próprio de Previdência do Amazonas.

(E) a possibilidade de concessão aos professores do Ensino Médio e Fundamental de aposentadoria com redução de tempo de contribuição e de idade.

RESPOSTA Preliminarmente, cumpre salientar que tal questão versa sobre Regime Próprio de Previdência Social, e não sobre Regime Geral, uma vez que no RGPS é vedada a incidência de contribuição previdenciária sobre proventos de aposentadorias e pensões. A Constituição Federal, art. 40, prevê que aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial; complementando, em seu § 18, que incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata esse artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. *Alternativa C.*

6083. (Técnico – INSS – 2012 – FCC) Em relação à comprovação da inexistência de débito perante a Previdência Social, é correto afirmar que

(A) a regularidade fiscal é indispensável para a contratação com o Poder Público.
(B) é exigida para a lavratura de contrato que constitua retificação do contrato anterior para o qual já foi feita a prova.
(C) não é exigida dos Municípios que tenham empregados lhe prestando serviços.
(D) impede a cobrança de débitos previdenciários apurados posteriormente à emissão da Certidão Negativa de Débito.
(E) não é exigida na alienação pela empresa, de bem imóvel ou direito a ele relativo.

RESPOSTA A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios (CF, art. 195, § 3º). *Alternativa A.*

6084. (Técnico – INSS – 2012 – FCC) A Seguridade Social encontra-se inserida no título da Ordem Social da Constituição Federal e tem entre seus objetivos:

(A) promover políticas sociais que visem à redução da doença.
(B) uniformizar o atendimento nacional.
(C) universalizar o atendimento da população.
(D) melhorar o atendimento da população.
(E) promover o desenvolvimento regional.

RESPOSTA Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: (...) universalidade da cobertura e do atendimento (CF, art. 194, parágrafo único, I). *Alternativa C.*

6085. (Técnico – INSS – 2012 – FCC) Entre as fontes de financiamento da Seguridade Social encontra-se

(A) o imposto de renda.
(B) o imposto sobre circulação de mercadorias.
(C) a contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
(D) a contribuição social sobre a folha de salários.
(E) a contribuição de melhoria.

RESPOSTA É considerada contribuição social a incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício (CF, art. 195, I, *a*). *Alternativa D.*

6086. (Técnico – INSS – 2012 – FCC) Em relação às fontes do direito previdenciário:

(A) o memorando é fonte primária.
(B) a orientação normativa é fonte primária.

(C) a instrução normativa é fonte secundária.
(D) a lei delegada é fonte secundária.
(E) a medida provisória é fonte secundária.

RESPOSTA As leis, os decretos e as medidas provisórias são considerados fontes primárias do Direito Previdenciário. Memorandos, Instruções Normativas, Orientações Normativas e Portarias são fontes secundárias. *Alternativa C.*

6087. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** A interpretação da legislação previdenciária deve observar

(A) o costume, quando mais favorável ao segurado.
(B) a Jurisprudência do Juizado Especial Federal.
(C) a analogia, quando mais favorável ao segurado.
(D) os princípios gerais de direito, na omissão legislativa.
(E) o princípio do *in dubio pro societate* em qualquer situação.

RESPOSTA Os princípios gerais do Direito são enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico em sua aplicação e integração ou mesmo para a elaboração de novas normas. *Alternativa D.*

6088. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** É correto afirmar que a Seguridade Social compreende

(A) a Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social.
(B) a Assistência Social, o Trabalho e a Saúde.
(C) o Sistema Tributário, o Lazer e a Previdência Social.
(D) a Educação, a Previdência Social e a Assistência Social.
(E) a Cultura, a Previdência Social e a Saúde.

RESPOSTA A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (CF, art. 194, *caput*). *Alternativa A.*

6089. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** No tocante à Previdência Social, é correto afirmar que

(A) é organizada sob a forma de regime especial e observa critérios que preservem o equilíbrio financeiro.
(B) é descentralizada, de caráter facultativo.
(C) tem caráter complementar e autônomo.
(D) baseia-se na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.
(E) é contributiva, de caráter obrigatório.

RESPOSTA De acordo com a CF, art. 201, *caput*, a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. *Alternativa E.*

6090. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Lúcia exerce a atividade de professora do ensino fundamental desde dezembro de 1986, tem 56 anos de idade e pretende obter benefício previdenciário em dezembro de 2011. Nessa situação, segundo o INSS, Lúcia tem direito a

(A) aposentadoria por idade.
(B) auxílio-doença.
(C) aposentadoria especial.

(D) aposentadoria por invalidez.

(E) aposentadoria por tempo de contribuição.

RESPOSTA O tempo de contribuição necessário para a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição será reduzido em cinco anos para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio (CF, art. 201, § 8º). *Alternativa E.*

6091. **(Analista – TCE-SE – 2011 – FCC)** Maria e João são empregados da empresa X. Maria possui três dependentes enquanto João não possui dependentes. Na qualidade de segurada Maria recebe o benefício salário-família enquanto João apesar de segurado não recebe. Neste caso específico está sendo aplicado o princípio constitucional da

(A) equidade na forma de participação no custeio.

(B) distributividade na prestação dos benefícios.

(C) universalidade do atendimento.

(D) diversidade da base de financiamento.

(E) seletividade da prestação dos benefícios.

RESPOSTA Ao definir que o benefício do salário-família somente será devido em razão dos dependentes do segurado de baixa renda, o legislador selecionou o público-alvo da prestação, dando prioridade aos menos favorecidos, corolário do princípio da seletividade da prestação dos benefícios. *Alternativa E.*

6092. **(Juiz do Trabalho – TRT-18 – 2012 – FCC)** São objetivos inspiradores na organização da Seguridade Social, a serem observados pelo Poder Público, conforme previsão constitucional:

(A) Atendimento com prioridade para atividades preventivas.

(B) Universalidade da cobertura e particularidade do atendimento.

(C) Caráter democrático e centralizado da administração.

(D) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

(E) Dissemelhança dos benefícios às populações urbanas e rurais.

RESPOSTA A seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços é objetivo explícito da seguridade social (CF, art. 194, parágrafo único, III). *Alternativa D.*

6093. **(Juiz do Trabalho – TRT-1 – 2012 – FCC)** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações

(A) de iniciativa da sociedade, reguladas pelos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

(B) exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

(C) exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

(D) de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

(E) de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

RESPOSTA A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (CF, art. 194, *caput*). *Alternativa D.*

6094. **(Perito – INSS – 2012 – FCC)** Nos termos da legislação específica sobre o tema NÃO são considerados princípios e objetivos da Previdência Social:

(A) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
(B) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
(C) cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição corrigidos monetariamente.
(D) provimento das ações e serviços através de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único.
(E) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

RESPOSTA As ações e serviços públicos **de saúde** integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (CF, art. 198). *Alternativa D.*

II. História e Evolução da Seguridade Social

6095. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** O INSS, autarquia federal, resultou da fusão das seguintes autarquias:

(A) INAMPS e SINPAS.
(B) IAPAS e INPS.
(C) FUNABEM e CEME.
(D) DATAPREV e LBA.
(E) IAPAS e INAMPS.

RESPOSTA Após a extinção do SINPAS, o INSS foi criado, em 1990, por meio da fusão entre o Instituto Nacional da Previdência Social e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social. *Alternativa B.*

III. Sujeitos Cobertos pelo RGPS

6096. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Nos termos da Lei nº 8.213/1991, NÃO são beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

(A) os seus pais.
(B) o seu irmão inválido de 30 anos.
(C) o seu irmão não emancipado menor de 21 anos.
(D) o companheiro com quem mantém união estável.
(E) o enteado menor ainda que não comprovada a dependência econômica do segurado.

RESPOSTA Os dependentes do segurado do RGPS estão arrolados no art. 16, Lei n. 8.213/91, o qual prescreve, no § 2º, que o enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica. *Alternativa E.*

6097. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Quanto aos dependentes, são consideradas prestações previdenciárias compreendidas pelo Regime Geral de Previdência Social:

(A) aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.
(B) auxílio-reclusão e aposentadoria por tempo de contribuição.
(C) pensão por morte e aposentadoria especial.
(D) auxílio-reclusão e pensão por morte.
(E) aposentadoria por idade e auxílio-doença.

RESPOSTA Os únicos benefícios cabíveis aos dependentes do segurado são o auxílio-reclusão e a pensão por morte. Os

demais benefícios do Regime Geral de Previdência Social são devidos diretamente aos segurados. *Alternativa D.*

6098. (Analista – TRF-2 – 2012 – FCC) Sidney é segurado especial da Previdência Social. Em sua propriedade rural em Resende − RJ, além da atividade agropecuária, ele passou também a explorar a atividade turística, inclusive com hospedagem. Considerando que a exploração turística com hospedagem ocorre apenas nos meses de Dezembro e Janeiro, em razão das festas Natalinas, segundo a Lei n. 8.212/91, esta exploração

(A) descaracteriza a condição de segurado especial em razão do turismo com hospedagem, tendo em vista que a dupla atividade é permitida na modalidade do turismo simples.
(B) descaracteriza a condição de segurado especial em razão da dupla atividade desenvolvida.
(C) não descaracteriza a condição de segurado especial, desde que a hospedagem não ultrapasse 120 dias ao ano.
(D) não descaracteriza a condição de segurado especial, desde que a hospedagem não ultrapasse 180 dias ao ano.
(E) descaracteriza a condição de segurado especial porque a hospedagem ultrapassou os 30 dias ao ano permitido na legislação.

RESPOSTA Conforme prescreve o art. 9º, § 18, II, a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de cento e vinte dias ao ano, não descaracteriza a condição de segurado especial. *Alternativa C.*

6099. (Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC) De acordo com a Lei n. 8.212/91, são segurados obrigatórios da Previdência Social na qualidade de segurado especial

(A) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
(B) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
(C) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
(D) a pessoa física residente no imóvel rural que, individualmente, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de pescador artesanal faça da pesca profissão habitual.
(E) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

RESPOSTA A Lei n. 8.212/91, art. 12, arrola quem são os segurados do Regime Geral de Previdência Social e a que categoria se enquadram. Nas alternativas A, B e C, a banca arrolou tipos de empregados, conforme inciso I, *j, c* e *g*. A alternativa D está em conformidade com a concepção de segurado especial insculpida no inciso VII. Já a alternativa E dispõe sobre contribuinte individual, constante do inciso V, *c*. *Alternativa D.*

6100. (Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC) Segundo a Lei n. 8.213/91, havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo,

(A) um terço do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício da pensão por morte, independentemente do benefício a ser requerido.
(B) dois terços do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.

(C) um terço do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.
(D) metade do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício de auxílio-doença, independentemente do benefício a ser requerido.
(E) metade do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.

RESPOSTA Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido. Inteligência do parágrafo único, art. 25, Lei n. 8.213/91. *Alternativa C.*

6101. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Considera-se segurado obrigatório do regime geral, como empregado, o

(A) exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
(B) associado eleito para cargo de direção em cooperativa.
(C) síndico eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que receba remuneração.
(D) membro de conselho de administração de sociedade anônima.
(E) exercente de atividade econômica de natureza urbana, por conta própria, com fins lucrativos ou não.

RESPOSTA De acordo com o art. 11, Lei n. 8.213/91, *h*, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social, é considerado empregado para fins previdenciários. Os demais segurados listados na questão enquadram-se na categoria de contribuintes individuais. *Alternativa A.*

6102. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** São beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

(A) os ascendentes até o terceiro grau, desde que comprovada a dependência econômica.
(B) o irmão até completar 18 anos ou inválido, independentemente de comprovação da dependência econômica.
(C) o menor tutelado independentemente de comprovação da dependência econômica.
(D) o cônjuge e a companheira, desde que comprovada a dependência econômica.
(E) o filho não emancipado inválido independentemente de comprovação de dependência econômica.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 8.213/91, art. 16, não há relações de dependência entre ascendentes ou descendentes de terceiro grau, mesmo que comprovada a necessidade econômica. Irmãos menores de vinte e um anos ou inválidos de qualquer idade são considerados dependentes de terceira classe, e só fazem jus a benefícios de pensão por morte ou auxílio-reclusão se comprovarem dependência econômica em relação ao segurado, e desde que não haja dependentes preferenciais, de primeira ou segunda classe (incisos I e II, art. 16, Lei n. 8.213/91). O menor tutelado equipara-se a filho do segurado se comprovar dependência econômica. Cônjuges e companheiros, como dependentes de primeira classe, possuem dependência econômica presumida, assim como filhos não emancipados e inválidos. *Alternativa E.*

6103. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** É segurado obrigatório do regime geral de previdência social o servidor público

(A) ocupante de cargo em comissão federal, mesmo que tenha vínculo efetivo com a União.
(B) ocupante de cargo em comissão federal, que tenha vínculo efetivo com Município que dispõe de regime próprio.
(C) titular de cargo efetivo na União que exerce concomitantemente atividade abrangida pelo regime

geral, independentemente do valor de seus vencimentos.

(D) que ocupa, exclusivamente, cargo efetivo na União, quando seus vencimentos não superem o teto do regime geral.

(E) que ocupa, exclusivamente, cargo efetivo na União, mesmo quando seus vencimentos superem o teto do regime geral.

RESPOSTA O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios bem como o das respectivas autarquias e fundações são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, desde que amparados por regime próprio de previdência social; mas, caso o servidor venha a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-á segurado obrigatório em relação a essas atividades. *Alternativa C.*

6104. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** NÃO pode ser computado, para fins de recebimento de aposentadoria por tempo de contribuição perante o INSS, o tempo

(A) de contribuição obrigatória feita por segurado especial sobre a produção rural comercializada.

(B) em que a segurada esteve recebendo salário-maternidade.

(C) de serviço militar, inclusive o voluntário, desde que não aproveitado por outro regime previdenciário.

(D) de serviço prestado alternativamente ao militar por alegação de imperativo de consciência.

(E) comprovado mediante prova testemunhal, baseada em início de prova material.

RESPOSTA Conforme prescreve o art. 60, Decreto n. 3.048/99, § 4º, o segurado especial que contribui sobre a comercialização da produção rural somente fará jus à aposentadoria por idade, tempo de contribuição e especial após o cumprimento da carência exigida para esses benefícios, não sendo considerado como período de carência o tempo de atividade rural não contributivo. *Alternativa A.*

6105. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Após trabalhar como empregado por 20 anos para uma mesma empresa e por 16 anos para outra (com todas as contribuições previdenciárias oportunamente recolhidas), segurado do INSS fica desempregado e sem recolher qualquer contribuição por mais de 5 anos, ao final dos quais vem a falecer, deixando esposa (que é empregada) e sua mãe (de 66 anos de idade). Nessa situação, a lei prevê, quanto ao benefício pensão por morte, que

(A) sua mãe, por ser idosa, e sua mulher, se seu salário for de baixa renda, terão direito ao benefício, que será rateado em partes iguais.

(B) nenhuma delas terá direito ao benefício, porque foi perdida a qualidade de segurado pelo instituidor no momento do óbito.

(C) somente sua mulher terá direito, desde que comprove que dependia parcialmente do segurado.

(D) somente sua mulher terá direito, independentemente de comprovação de dependência econômica.

(E) somente sua mãe terá direito, independentemente de comprovação de dependência econômica, por se tratar de pessoa idosa.

RESPOSTA Preliminarmente, há de se verificar se o *de cujus* detinha qualidade de segurado quando do óbito para, então, verificar a possibilidade de concessão de pensão por morte e a quem concedê-la. Embora estivesse há cinco anos sem contribuir, o falecido detinha direito adquirido à aposentadoria por tempo de contribuição, pois havia trabalhado por mais de 35 anos na qualidade de empregado. Nesses casos, é possível a concessão de pensão por morte, mesmo que tenha havido perda de qualidade de segurado quando do óbito. Assim, verifica-se que o instituidor mantinha dois dependentes, uma preferencial (cônjuge) e uma de segunda classe (mãe), caso em que a dependente preferencial faz jus ao benefício, sobrepondo-se às demais classes, conforme a sistemática do art. 16, Lei n. 8.213/91. *Alternativa D.*

6106. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** João fora casado com Maria, com quem teve dois filhos, Artur e Lia, de 6 e 8 anos respectivamente, na data do óbito de João, ocorrido em 2011. Maria

já fora casada com Márcio, de quem teve uma filha, Rosa, de 10 anos, que era mantida por João, porque Márcio não tivera condições de prover seu sustento. O falecido ajudava financeiramente, também, sua mãe, Sebastiana, e seu irmão, Antônio que era inválido. Nessa situação, a pensão por morte de João será concedida a:

(A) Artur, Lia, Maria e Rosa.
(B) Artur, Lia, Maria, Rosa e Sebastiana.
(C) Artur, Lia, Rosa e Sebastiana.
(D) Artur, Lia e Sebastiana.
(E) Artur, Lia, Sebastiana e Antônio.

RESPOSTA São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado (...) **CLASSE PREFERENCIAL – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente**; (...) os pais; (...) o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente. A existência de dependente da classe preferencial exclui do direito às prestações os das classes seguintes. O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica (Lei n. 8.213/91, art. 16). *Alternativa A.*

6107. (Técnico – INSS – 2012 – FCC) Joana trabalhou como empregada rural de janeiro de 1978 a dezembro de 1979. Ela foi, também, escrevente do Poder Judiciário do Estado de São Paulo de janeiro de 1980 a janeiro de 1982, com regime próprio de previdência social. De janeiro de 1983 até janeiro de 2011 trabalhou no serviço público federal ao mesmo tempo em que ministrava aulas como professora em faculdade particular, regida pela CLT. Joana completou 60 anos em janeiro de 2011. Nessa situação, Joana

(A) poderá computar no Regime Geral de Previdência Social tanto o período exercido como professora como o do serviço público federal.
(B) não poderá computar o tempo de serviço como escrevente do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.
(C) não poderá receber aposentadoria por dois regimes previdenciários.
(D) poderá receber aposentadoria por idade no Regime Geral de Previdência Social e aposentadoria por outro regime previdenciário.
(E) não poderá computar o tempo de contribuição como empregada rural.

RESPOSTA A segurada está amparada pelo RGPS e pelo RPPS, fazendo jus a benefício de aposentadoria de ambos os sistemas, até porque cumpriu os requisitos para a concessão de aposentadoria por idade urbana (carência mínima de 180 contribuições e requisito etário). *Alternativa D.*

6108. (Técnico – INSS – 2012 – FCC) Maria é advogada, empregada de uma empresa desde 1990 e, a caminho do Fórum, bateu seu automóvel por cruzar o farol vermelho, sofrendo ferimentos que se agravaram em razão de Maria ser portadora de diabetes e a incapacitaram para suas atividades habituais, por mais de 15 (quinze) dias. Nessa situação, Maria

(A) não terá direito a receber benefício acidentário, em razão de o acidente não ter ocorrido no local de trabalho.
(B) não terá direito a benefício acidentário em razão de a incapacidade decorrer da diabetes.
(C) receberá aposentadoria por invalidez acidentária.
(D) não receberá benefício acidentário por estar dirigindo veículo próprio, e não da empresa.
(E) receberá auxílio-doença acidentário.

RESPOSTA Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa (Lei n. 8.213/91, art. 19). *Alternativa E.*

6109. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Como regra, o beneficiário deve receber diretamente o benefício devido pelo INSS. Porém, admite-se a constituição de procurador. Nessa situação,

(A) a procuração tem validade de 6 (seis) meses, podendo ser revalidada ou renovada pelo INSS.
(B) a procuração poderá ser outorgada a parente de servidores públicos civis ativos até o terceiro grau.
(C) pode ser outorgada procuração coletiva nos casos de representantes de asilos.
(D) a procuração tem validade de 12 (doze) meses, não se admitindo a renovação.
(E) pode ser outorgada procuração aos militares ativos, sem grau de parentesco com o beneficiário.

RESPOSTA Somente será aceita a constituição de procurador com mais de uma procuração, ou procurações coletivas, nos casos de representantes credenciados de leprosários, sanatórios, asilos e outros estabelecimentos congêneres, de parentes de primeiro grau, ou, em outros, a critério do Instituto Nacional do Seguro Social (Decreto n. 3.048/99, art. 159). *Alternativa C.*

6110. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Maria trabalhou de 02 de janeiro de 1990 até 02 de fevereiro de 2005 como empregada de uma empresa, desligando-se do emprego para montar um salão de beleza. Apesar de ter passado à categoria de contribuinte individual, deixou de recolher contribuições para a Previdência Social durante dois anos, até fevereiro de 2007. Nessa situação, o período de graça de Maria é de

(A) 12 (doze) meses.
(B) 24 (vinte e quatro) meses.
(C) 36 (trinta e seis) meses.
(D) 48 (quarenta e oito) meses.
(E) 60 (sessenta) meses.

RESPOSTA O segurado obrigatório que deixar de efetuar recolhimentos previdenciários usufruirá período de graça por 12 meses, mantendo a qualidade de segurado no respectivo ínterim. Contudo, tal prazo de cobertura será prorrogado para até vinte e quatro meses se o segurado já tiver pago mais de cento e vinte contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado (Decreto n. 3.048/99, art. 13, § 1º). *Alternativa B.*

6111. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** João exerce individualmente atividade de pescador artesanal e possui embarcação com 5 toneladas de arqueação bruta, com parceiro eventual, que o auxilia. Nessa situação, João é

(A) segurado facultativo.
(B) segurado especial.
(C) contribuinte individual.
(D) trabalhador avulso.
(E) não segurado da Previdência Social.

RESPOSTA O pescador artesanal é segurado especial da previdência social. Considera-se pescador artesanal aquele que, individualmente ou em regime de economia familiar, faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, desde que utilize embarcação de até seis toneladas de arqueação bruta, ainda que com auxílio de parceiro (Decreto n. 3.048/99, art. 9º, VII, § 14). *Alternativa B.*

6112. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** João fora casado com Maria, com quem teve três filhos, João Junior, de 22 anos e universitário; Marília, com 18 anos e Renato com 16 anos, na data do óbito de João, ocorrido em dezembro de 2011. João se divorciara de Maria que renunciou ao direito a

alimentos para si. Posteriormente, João veio a contrair novas núpcias com Norma, com quem manteve união estável até a data de seu óbito. Norma possui uma filha, Miriam, que mora com a mãe e foi por João sustentada. Nessa situação, são dependentes de João, **segundo a legislação previdenciária**:

(A) João Junior, Marília e Renato.
(B) João Junior, Maria, Marília, Renato e Norma.
(C) Marília, Renato, Miriam e Norma.
(D) Maria, João Junior, Marília, Renato e Norma.
(E) João Junior, Marília, Renato, Maria, Norma e Miriam.

RESPOSTA São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado (...) **CLASSE PREFERENCIAL – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente**; (...) os pais; (...) o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente. A existência de dependente da classe preferencial exclui do direito às prestações os das classes seguintes. O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica. O divórcio sem direito a alimentos extingue a qualidade de dependente do cônjuge (Lei n. 8.213/91, art. 16). *Alternativa C.*

6113. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Márcio é administrador, não empregado na sociedade por cotas de responsabilidade limitada XYZ, e recebe remuneração mensal pelos serviços prestados. Nessa situação, Márcio

(A) não é segurado obrigatório da previdência social.
(B) é segurado facultativo da previdência social.
(C) é segurado especial da previdência social.
(D) é contribuinte individual da previdência social.
(E) é segurado eventual da previdência social.

RESPOSTA São segurados obrigatórios da Previdência Social, como contribuintes individuais, o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio-gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração (Lei n. 8.213/91, art. 11, V, *f*). *Alternativa D.*

6114. **(Analista – TCE-SE – 2011 – FCC)** O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais

(A) é segurado obrigatório da Previdência Social como trabalhador avulso.
(B) não é segurado da Previdência Social por expressa disposição legal.
(C) é segurado facultativo da Previdência Social.
(D) é segurado obrigatório da Previdência Social como contribuinte individual.
(E) é segurado obrigatório da Previdência Social na qualidade de empregado.

RESPOSTA É considerado segurado obrigatório da previdência social, na categoria de empregado, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, as Autarquias, inclusive em regime especial, e as Fundações Públicas Federais (Lei n. 8.213/91, art. 11, I, *g*). *Alternativa E.*

6115. **(Analista – TRF-5 – 2012 – FCC)** Adamastor é segurado facultativo da Previdência Social e está enfrentando graves problemas financeiros que o impossibilitaram de recolher as devidas

contribuições dos últimos quatro meses. Neste caso, em regra, Adamastor

(A) mantém a qualidade de segurado, até dez meses após a cessação das contribuições.

(B) não manterá a qualidade de segurado, uma vez que a Lei n 8.213/1991 resguarda esta qualidade até três meses após a cessação das contribuições.

(C) não manterá a qualidade de segurado, uma vez que a Lei n 8.213/1991 resguarda esta qualidade até dois meses após a cessação das contribuições.

(D) mantém a qualidade de segurado até seis meses após a cessação das contribuições.

(E) não manterá a qualidade de segurado, uma vez que a Lei n. 8.213/1991 resguarda esta qualidade até trinta dias após a cessação das contribuições.

RESPOSTA Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, por até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo (Lei n. 8.213/91, art. 15, VI). *Alternativa D.*

6116. (Juiz – TRT-18 – 2012 – FCC) Pode optar pela proteção previdenciária mínima, com exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, visando pagar contribuição previdenciária mensal pela alíquota de apenas 5% incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição, o pertencente a família de baixa renda na condição de segurado

(A) empregado ou avulso.

(B) facultativo sem renda própria, que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência.

(C) empregado doméstico.

(D) contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado.

(E) contribuinte individual, desde que enquadrado como diarista doméstico eventual.

RESPOSTA No caso de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição será de 5% (cinco por cento) quando segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda (Lei n. 8.212/91, art. 21, § 2º, II, *b*). *Alternativa B.*

IV. Benefícios Previdenciários

6117. (Analista – TRF-2 – 2012 – FCC) De acordo com a Lei n. 8.213/91, em regra, considera-se, especificamente, doença profissional a

(A) produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

(B) adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

(C) doença degenerativa e a inerente a grupo etário, bem como a doença sócio-ocupacional.

(D) doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva.

(E) doença degenerativa e a inerente a grupo etário, bem como doenças cardiológicas e pneumocócicas.

RESPOSTA É considerada doença profissional, nos moldes do art. 20, I, Lei n. 8.213/91, a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. *Alternativa A.*

6118. (Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC) De acordo com a Lei n. 8.213/91, em regra, o auxílio-doença, consistirá numa renda mensal correspondente a

(A) 100% do salário de benefício, exceto o decorrente de acidente do trabalho.
(B) 100% do salário de benefício, inclusive o decorrente de acidente do trabalho.
(C) 85% do salário de benefício, exceto o decorrente de acidente do trabalho.
(D) 91% do salário de benefício, exceto o decorrente de acidente do trabalho.
(E) 91% do salário de benefício, inclusive o decorrente de acidente do trabalho.

RESPOSTA O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 91% (noventa e um por cento) do salário de benefício, conforme dispõe o art. 61, Lei n. 8.213/91. *Alternativa E.*

6119. (Procurador – ALESP – 2010 – FCC) Com relação ao benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez, quando a recuperação for parcial, sem prejuízo da volta à atividade, a aposentadoria será mantida

(A) no seu valor integral, durante seis meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
(B) com redução de 50%, durante seis meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
(C) com redução de 75%, durante seis meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
(D) no seu valor integral, durante um ano contado da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
(E) com redução de 50%, durante um ano contado da data em que for verificada a recuperação da capacidade.

RESPOSTA Prescreve o art. 47, II, Lei n. 8.213/91, que quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade: a) no seu valor integral, durante 6 (seis) meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade; b) com redução de 50% (cinquenta por cento), no período seguinte de 6 (seis) meses; c) com redução de 75% (setenta e cinco por cento), também por igual período de 6 (seis) meses, ao término do qual cessará definitivamente. *Alternativa A.*

6120. (Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC) É permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios previdenciários do regime geral:

(A) salário-maternidade e auxílio-doença.
(B) seguro-desemprego e aposentadoria especial.
(C) pensões por morte deixadas pelo cônjuge e pelo filho falecidos.
(D) aposentadoria especial e aposentadoria por invalidez.
(E) mais de um auxílio-acidente.

RESPOSTA De acordo com o art. 124, Lei n. 8.213/91, não é permitido o recebimento conjunto de uma série de benefícios, salvo direito adquirido, destacando-se as proibições de acumular mais de uma aposentadoria do RGPS, seguro-desemprego e aposentadorias, salário-maternidade e auxílio-doença e mais de um auxílio-acidente. *Alternativa C.*

6121. (Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC) NÃO se considera acidente do trabalho

(A) aquele sofrido no local e no horário de trabalho, em consequência de ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho.

(B) aquele sofrido ainda que fora do local e horário de trabalho, na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.
(C) a doença endêmica adquirida pelo segurado habitante de região em que ela se desenvolve, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.
(D) aquele ocorrido no local de trabalho ou durante este, nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas do segurado.
(E) a incapacidade do segurado em relação à qual a perícia apenas constatou a ocorrência de nexo epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade.

RESPOSTA Consoante a Lei n. 8.213/91, art. 20, § 1º, não são consideradas como doenças do trabalho: a doença degenerativa; a inerente a grupo etário; a que não produza incapacidade laborativa; e a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho. *Alternativa C.*

6122. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** O salário-família é devido apenas a segurados ativos de baixa renda das seguintes espécies:

(A) empregados, domésticos e avulsos.
(B) empregados, domésticos e segurados especiais.
(C) empregados, domésticos, avulsos e segurados especiais.
(D) empregados, exceto domésticos, e avulsos.
(E) empregados, exceto domésticos, e segurados especiais.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 8.213/91, art. 65, o salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, exceto ao doméstico, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados. *Alternativa D.*

6123. **(Juiz – TRT-11 – 2012 – FCC)** Nos termos do Regime Geral de Previdência Social quanto aos acidentes de trabalho é INCORRETO afirmar:

(A) Equipara-se ao acidente do trabalho o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.
(B) Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.
(C) Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.
(D) Considera-se acidente de trabalho a doença profissional, assim entendida aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
(E) A lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior será considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho.

RESPOSTA A Lei n. 8.213/91, art. 21, IV, § 2º, dispõe que não é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, associe-se ou superponha-se às consequências do anterior.

Alternativa E.

6124. (Analista – TST – 2012 – FCC) Nos termos do Regime Geral da Previdência Social, período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício. Neste sentido, dependem de período de carência os benefícios de

(A) auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez.
(B) pensão por morte e salário-maternidade para empregada doméstica.
(C) salário-família e auxílio-doença.
(D) auxílio-reclusão e auxílio-acidente.
(E) aposentadoria especial e aposentadoria por idade.

RESPOSTA Conforme prescreve o art. 25, Lei n. 8.213/91, dependem de comprovação de carência, isto é, de um número mínimo de contribuições, os benefícios de aposentadoria por idade, aposentadoria especial, aposentadoria por tempo de contribuição, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade da segurada contribuinte individual, facultativa ou especial. Os demais benefícios, via de regra, são isentos de carência, bastando a simples condição de segurado e fato gerador para sua obtenção. *Alternativa E.*

6125. (Analista – TST – 2012 – FCC) Conforme previsão contida no Regime Geral da Previdência Social é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:

(A) aposentadoria e auxílio-doença.
(B) seguro-desemprego e pensão por morte.
(C) salário-maternidade e auxílio-doença.
(D) auxílio-acidente e aposentadoria.
(E) aposentadoria especial e aposentadoria por invalidez.

RESPOSTA De acordo com o art. 124, Lei n. 8.213/91, não é permitido o recebimento conjunto de uma série de benefícios, salvo direito adquirido, destacando-se as proibições de acumular mais de uma aposentadoria do RGPS, aposentadoria e auxílio-doença, salário-maternidade e auxílio-doença e auxílio-acidente e aposentadoria. *Alternativa B.*

6126. (Técnico – INSS – 2012 – FCC) Maria adotou uma criança de 6 (seis) anos de idade, sendo que a mãe biológica da criança já havia recebido o salário-maternidade. Nessa situação, Maria

(A) não tem direito ao salário-maternidade.
(B) tem direito ao salário-maternidade por 120 (cento e vinte) dias a contar da data da adoção.
(C) tem direito ao salário-maternidade por 60 (sessenta) dias a contar da data da adoção.
(D) tem direito ao salário-maternidade por 90 (noventa) dias a contar da data da adoção.
(E) tem direito ao salário-maternidade por 30 (trinta) dias a contar da data da adoção.

RESPOSTA O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança com idade a partir de quatro anos até completar oito anos por trinta dias (Decreto n. 3.048/99, art. 93-A, III). *Alternativa E.*

6127. (Técnico – INSS – 2012 – FCC) José recebe aposentadoria especial no Regime Geral de Previdência Social. Nessa situação, José

(A) não poderá retornar ao mercado de trabalho.
(B) não poderá retornar à função que ocupava anteriormente à aposentadoria.
(C) gozará de isenção da contribuição previdenciária se retornar ao mercado de trabalho.
(D) está inválido para o exercício da atividade laborativa.

(E) deve provar o nexo de causalidade entre o agente nocivo e o trabalho desempenhado.

RESPOSTA O benefício de aposentadoria especial será cessado se o aposentado retornar a exercer atividades nocivas à saúde ou à integridade física (Decreto n. 3.048/99, art. 69, parágrafo único, c/c art. 48). *Alternativa B.*

6128. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** José exerceu atividade rural em regime de parceria com João, não tinha empregados, contava com a ajuda de seus familiares para o cultivo de subsistência e pretende aposentar-se por idade, em 2011, no valor mínimo. Nessa situação, José deve

(A) comprovar o exercício de atividade rural no período de 36 meses que antecedem o requerimento do benefício.

(B) comprovar o exercício de atividade rural por contrato de parceria firmado em 2011, por seu parceiro, João.

(C) comprovar o exercício de atividade rural no período de 180 meses que antecedem o benefício, por prova testemunhal.

(D) requerer o processamento de justificação administrativa, acompanhada de início de prova documental.

(E) apresentar declaração de duas testemunhas com firma reconhecida em cartório.

RESPOSTA A comprovação realizada mediante justificação administrativa ou judicial só produz efeito perante a Previdência Social quando baseada em início de prova material (Decreto n. 3.048/99, art. 62, § 5º). *Alternativa D.*

6129. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Para fins de cálculo do salário de benefício, é correto afirmar que

(A) o trabalhador doméstico está dispensado de provar os recolhimentos à Previdência Social.

(B) poderão ser utilizados os salários de contribuição constantes do CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais para os segurados em geral.

(C) o empregado deve apresentar os recibos de pagamento para fins de cálculo do valor do benefício.

(D) o contribuinte individual não poderá valer-se das informações constantes do CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais.

(E) o segurado especial deverá comprovar o recolhimento das contribuições para fins de cálculo do salário de benefício.

RESPOSTA Os dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS relativos a vínculos, remunerações e contribuições valem como prova de filiação à previdência social, tempo de contribuição e salários de contribuição (Decreto n. 3.048/99, art. 19). *Alternativa B.*

6130. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Em relação às contribuições previdenciárias devidas pelos contribuintes da Previdência Social, é correto afirmar que

(A) o segurado especial está dispensado de recolhê-las.

(B) presume-se o recolhimento das contribuições do empregado.

(C) presume-se o recolhimento das contribuições do trabalhador eventual.

(D) o prazo de vencimento da contribuição das empresas é no dia 10 de cada mês.

(E) o empregado doméstico deve recolher sua contribuição até o dia 10 de cada mês.

RESPOSTA Para efeito de carência, considera-se presumido o recolhimento das contribuições do segurado empregado, do trabalhador avulso e, relativamente ao contribuinte individual, a partir da competência abril de 2003, as contribuições dele descontadas pela empresa, quando prestador de serviços (Decreto n. 3.048/99, art. 26, § 4º). *Alternativa B.*

6131. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** José foi segurado da Previdência Social até janeiro de

2010 e recebia a título de auxílio-doença R$ 580,00 (quinhentos e oitenta) reais. Nessa ocasião, envolveu-se com drogas e foi recolhido à prisão em regime fechado, fugindo em julho de 2011. Ele foi casado com Lídia com quem teve dois filhos, menores de 21 anos, na data do recolhimento à prisão. Posteriormente à prisão, Lídia separou-se de José e casou-se com João, em janeiro de 2011. Nessa situação,

(A) Lídia não poderá receber auxílio-reclusão.

(B) nenhum dependente poderá receber o auxílio-reclusão.

(C) o auxílio-reclusão será devido a todos os dependentes, da data do recolhimento à prisão até a data da fuga.

(D) o auxílio-reclusão será devido à Lídia, desde a data da prisão até suas novas núpcias.

(E) o auxílio-reclusão será devido aos filhos de José, desde o recolhimento à prisão até que completem 21 anos.

RESPOSTA O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não receber remuneração da empresa **nem estiver em gozo de auxílio-doença**, aposentadoria ou abono de permanência em serviço (Decreto n. 3.048/99, art. 116). *Alternativa A.*

6132. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Luciana possuía em dezembro de 1998, 21 (vinte e um) anos de contribuição para a Previdência Social, e continuou trabalhando até julho de 2005, quando completou 48 (quarenta e oito) anos de idade. Nessa situação, Luciana terá direito a

(A) aposentadoria integral por tempo de contribuição.

(B) aposentadoria especial.

(C) aposentadoria por idade.

(D) aposentadoria proporcional por tempo de contribuição.

(E) aposentadoria por invalidez.

RESPOSTA O segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até 16 de dezembro de 1998, cumprida a carência exigida, terá direito à aposentadoria, com valores proporcionais ao tempo de contribuição, quando, cumulativamente (...) contar cinquenta e três anos ou mais de idade, se homem, e quarenta e oito anos ou mais de idade, se mulher; e (...) contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de: a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e b) um período adicional de contribuição equivalente a, no mínimo, quarenta por cento do tempo que, em 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea *a* (Decreto n. 3.048/99, art. 188). *Alternativa D.*

6133. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** José pleiteou aposentadoria por tempo de contribuição perante o INSS, que foi deferida pela autarquia e pretende a revisão do ato de concessão do benefício para alterar o valor da renda mensal inicial. O prazo decadencial para o pedido de José é de

(A) dez anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.

(B) cinco anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.

(C) três anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.

(D) cinco anos contados da ciência da decisão que deferiu o benefício.

(E) dez anos contados da ciência da decisão que deferiu o benefício.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 8.213/91, art. 103, é de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. *Alternativa A.*

6134. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Em relação ao auxílio-acidente, assinale a resposta INCORRETA.

(A) Tem caráter indenizatório.

(B) Cessa com o advento de qualquer aposentadoria.

(C) Corresponde a 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício.

(D) Somente é devido após a consolidação das lesões decorrentes de acidente.

(E) É devido se não houver a concessão do auxílio-doença previamente.

RESPOSTA De acordo com o Decreto n. 3.048/99, art. 104, § 2º, o auxílio-acidente será devido **a contar do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença**, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria. *Alternativa E.*

6135. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Em relação ao salário-maternidade e ao salário-família pagos às seguradas empregadas, é correto afirmar que são

(A) pagos pela empresa que poderá compensá-los com as contribuições incidentes sobre a folha de salários.

(B) pagos pelo INSS.

(C) pagos pelas empresas sem direito à compensação.

(D) pagos pela Assistência Social.

(E) indevidos às seguradas autônomas.

RESPOSTA De acordo com Decreto n. 3.048/99, arts. 82 e 94, o salário-família será pago mensalmente (...) ao empregado, pela empresa, com o respectivo salário, sendo que as cotas do salário-família, pagas pela empresa, deverão ser deduzidas quando do recolhimento das contribuições sobre a folha de salário. O salário-maternidade para a segurada empregada consiste numa renda mensal igual à sua remuneração integral e será pago pela empresa, efetivando-se a compensação. *Alternativa A.*

6136. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Maria requereu aposentadoria especial e teve seu pedido indeferido pela Agência da Previdência Social. Nessa situação, Maria poderá interpor recurso para:

(A) Câmara de Julgamento.

(B) Ministério da Previdência Social.

(C) Junta de Recursos da Previdência Social.

(D) Gerência Executiva.

(E) Juizado Especial Federal.

RESPOSTA De acordo com o Decreto n. 3.048/99, art. 305, das decisões do INSS nos processos de interesse dos beneficiários caberá recurso para o CRPS, conforme o disposto neste Regulamento e no regimento interno do CRPS. *Alternativa C.*

6137. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** João é carpinteiro, exerce atividade como empregado da empresa Carpintaria São José desde dezembro de 2010. Ele sofreu acidente não relacionado ao trabalho, ocasião em que teve limitada a flexão de seu membro superior direito, lesão esta já consolidada. João passou por reabilitação profissional e foi treinado para outra profissão e não se recolocou ainda no mercado de trabalho. Nessa situação, João tem direito a

(A) auxílio-doença seguido de auxílio-acidente.

(B) aposentadoria especial.

(C) aposentadoria por invalidez.

(D) aposentadoria especial.

(E) aposentadoria por invalidez seguida de auxílio-acidente.

RESPOSTA O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (Lei n. 8.213/91, art. 86). *Alternativa A.*

6138. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Silvia trabalhou na empresa X, de janeiro de 2009 a janeiro de 2010, como digitadora, quando foi acometida de tendinite, por 30 dias, que a impedia de exercer suas atividades habituais. Submetida a tratamento médico, recuperou-se para suas atividades. Nessa situação, Silvia teve direito a receber

(A) auxílio-acidente.

(B) aposentadoria por invalidez.

(C) auxílio-doença.

(D) reabilitação profissional.

(E) tratamento médico fornecido pelo INSS.

RESPOSTA O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos (Lei n. 8.213/91, art. 59). *Alternativa C.*

6139. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Cláudio exerceu atividade de caldeireiro na fábrica X de 01 de janeiro de 2009 a 01 de julho de 2009 e sofreu acidente de trabalho que acarretou a perda de dois dedos da mão. Nessa situação, Cláudio

(A) não terá direito a receber benefício previdenciário por ausência do cumprimento do período de carência.

(B) receberá auxílio-doença e, após a consolidação da perda dos dedos, auxílio-acidente.

(C) terá direito à reabilitação profissional e aposentadoria por invalidez.

(D) não terá direito a benefício.

(E) terá direito a auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez, após a consolidação da perda dos dedos.

RESPOSTA O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (Lei n. 8.213/91, art. 86). *Alternativa B.*

6140. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Maria trabalhou de 02 de janeiro de 2006 a 02 de julho de 2006 como empregada de uma empresa, vindo a contrair moléstia não relacionada ao trabalho, com prejuízo do exercício de suas atividades habituais. Nessa situação, Maria

(A) não terá direito ao recebimento do auxílio-doença, por ausência do cumprimento da carência.

(B) terá direito à aposentadoria por invalidez, que independe do cumprimento de carência.

(C) terá direito ao auxílio-acidente, que não exige carência.

(D) terá direito ao auxílio-doença, que independe de carência.

(E) poderá receber aposentadoria por invalidez, se recolher mais duas contribuições.

RESPOSTA A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, (...) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais (Lei n. 8.213/91, art. 25, I). *Alternativa A.*

6141. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Em relação ao valor da renda mensal dos benefícios, é correto afirmar que

(A) o auxílio-doença corresponde a 100% (cem por cento) do salário de benefício.
(B) a aposentadoria por invalidez corresponde a 91% (noventa e um) por cento do salário de benefício.
(C) a aposentadoria por idade corresponde a 70% (setenta por cento) do salário de benefício.
(D) a renda mensal da aposentadoria especial não está sujeita ao fator previdenciário.
(E) a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição não está sujeita ao fator previdenciário.

RESPOSTA O salário de benefício consiste: (...) para as aposentadorias por idade e por tempo de contribuição, na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário; (...) para as aposentadorias por invalidez e especial, auxílio-doença e auxílio-acidente, na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo (Decreto n. 3.048/99, art. 32). *Alternativa D.*

6142. **(Analista – TRF-5 – 2012 – FCC)** De acordo com a Lei n 8.213/1991, a concessão da pensão por morte e do auxílio reclusão

(A) dependem do período de carência de 6 meses.
(B) dependem do período de carência de 12 meses.
(C) dependem do período de carência de 12 e 3 meses, respectivamente.
(D) dependem do período de carência de 3 e 12 meses, respectivamente.
(E) independem de carência.

RESPOSTA Independe de carência a concessão das seguintes prestações: (...) pensão por morte, auxílio-reclusão (Lei n. 8.213/91, art. 26, I). *Alternativa E.*

6143. **(Juiz do Trabalho – TRT-1 – 2012 – FCC)** Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, por até

(A) 36 (trinta e seis) meses, quem está em gozo de auxílio-doença.
(B) 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
(C) 36 (trinta e seis) meses, o segurado desempregado, desde que tal situação esteja comprovada por registro no Ministério do Trabalho e Emprego ou outro meio admitido e tenham sido vertidas mais de 120 (cento e vinte) contribuições sem interrupção que tenha acarretado a perda da qualidade de segurado.
(D) 3 (três) meses após o livramento, o segurado detido ou recluso.
(E) 12 (doze) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.

RESPOSTA Os segurados obrigatórios da previdência social mantêm qualidade de segurado, independentemente de contribuição, por 12 meses a contar do último recolhimento, sendo o prazo dobrado se se tratar de segurado que já verteu mais de 120 contribuições ao RGPS. Ganhará mais 12 meses de cobertura o segurado desempregado de forma involuntária, totalizando um período de graça de 36 meses (Lei n. 8.213/91, art. 15). *Alternativa C.*

6144. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** De acordo com a Lei n. 8.212/91, a organização da Assistência Social obedecerá duas diretrizes, sendo uma delas,

(A) a participação da população na formulação e no controle das ações em todos os níveis.
(B) a universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição.

(C) o valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo.

(D) a preservação do valor real dos benefícios, com aplicação de metas preestabelecidas pelos órgãos de direção competente.

(E) o funcionamento da previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

RESPOSTA A organização da Assistência Social obedecerá às seguintes diretrizes: descentralização político-administrativa; participação da população na formulação; e controle das ações em todos os níveis (Lei n. 8.212/91, art. 4º, parágrafo único). *Alternativa A.*

6145. **(Analista – TCE-PR – 2011 – FCC)** Equipara-se ao acidente do trabalho, para efeitos da Lei 8.213/91, em regra, o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho,

(A) decorrente de ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho.

(B) em razão de ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho.

(C) decorrente do ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho.

(D) em decorrência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

(E) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.

RESPOSTA Equipara-se ao acidente do trabalho o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho, na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito (Lei n. 8.213/91, art. 21, IV, *b*). *Alternativa E.*

6146. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** Segundo as regras do Regime Geral da Previdência Social, o benefício da aposentadoria por invalidez é benefício

(A) programado; reclama carência e não permite a volta ao trabalho durante seu gozo.

(B) não programado; não reclama carência e permite trabalho concomitante com o recebimento, dentro das possibilidades do segurado.

(C) não programado; reclama carência, exceto se decorrente de acidente de trabalho; substitui os salários e não permite o retorno ao trabalho, durante sua concessão.

(D) não programado; reclama carência, inclusive se decorrente de acidente de trabalho; substitui os salários e não permite o retorno ao trabalho durante sua concessão.

(E) programado; reclama carência, exceto se decorrente de acidente de trabalho e permite trabalho concomitante com o recebimento, dentro dos limites impostos pelo perito do INSS.

RESPOSTA A aposentadoria por invalidez é benefício de caráter não programado, uma vez que não é possível prever quando ocorrerá a incapacidade de um segurado com antecedência. Reclama carência de 12 contribuições, via de regra. Se a incapacidade for oriunda de acidente, é isento de carência. É benefício alimentar, que substitui rendimentos. O segurado em gozo de aposentadoria por invalidez não poderá retornar ao trabalho de forma voluntária, sob pena de cancelamento do benefício. *Alternativa C.*

6147. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** Conforme o Regime Geral da Previdência Social, o auxílio-doença é benefício de pagamento

(A) descontinuado, permanente, não reeditável, de risco imprevisível e assemelhado à aposentadoria por invalidez.
(B) continuado, permanente, reeditável, de risco previsível e assemelhado à aposentadoria por invalidez.
(C) descontinuado, temporário, reeditável, de risco imprevisível e assemelhado à aposentadoria especial.
(D) continuado, temporário, não reeditável, de risco previsível e assemelhado à aposentadoria especial.
(E) continuado, temporário, reeditável, de risco imprevisível e assemelhado à aposentadoria por invalidez.

RESPOSTA O benefício de auxílio-doença é devido ao segurado enquanto perdurar a incapacidade para o trabalho, razão pela qual é continuado e temporário. É reeditável, porque, no decorrer do afastamento, o segurado é submetido a perícias médicas para reavaliação do seu estado e prorrogação do benefício. O risco social de doença é imprevisível, e o benefício que a ele mais se assemelha é o de aposentadoria por invalidez. *Alternativa E.*

6148. **(Analista – TRF-5 – 2012 – FCC)** A empresa CASA efetuou o pagamento do salário-maternidade à empregada Débora na forma determinada pela Lei 8.213/1991. Assim, após o referido pagamento, procedeu à devida compensação dos valores pagos. De acordo com a Lei 8.213/1991, os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes deverão ser

(A) conservados apenas durante cinco anos para exame pela fiscalização da Previdência Social.
(B) conservados durante dez anos para exame pela fiscalização da Previdência Social.
(C) entregues diretamente ao INSS para verificação da regular compensação, não havendo obrigatoriedade de conservação para exame de fiscalização.
(D) entregues diretamente à Receita Federal para verificação da regular compensação, não havendo obrigatoriedade de conservação para exame de fiscalização.
(E) entregues para Débora, beneficiária da prestação da Previdência Social e titular da referida documentação, não havendo obrigatoriedade de conservação para exame de fiscalização.

RESPOSTA A empresa deve conservar, durante dez anos, os comprovantes dos pagamentos e os atestados ou certidões correspondentes para exame pela fiscalização do INSS (Decreto n. 3.048/99, art. 94, § 4º). *Alternativa B.*

6149. **(Analista – TRF-5 – 2012 – FCC)** Joaquim, segurado da previdência social, faleceu deixando apenas sua esposa Gabriela. Manoel, também segurado da previdência social, faleceu deixando apenas sua esposa Fábia. Considerando que Gabriela requereu o benefício previdenciário da pensão por morte no décimo sexto dia após óbito de Joaquim e Fábia o requereu no trigésimo sexto dia do óbito de Manoel, a pensão por morte será devida a contar

(A) da data do óbito.
(B) da data do óbito e da data do requerimento, respectivamente.
(C) da data do requerimento.
(D) do dia seguinte à data do óbito.
(E) do dia seguinte à data do óbito e da data do deferimento da concessão, respectivamente.

RESPOSTA A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida até trinta dias depois desta, ou do requerimento, quando requerida após trinta dias (Decreto n. 3.048/99, art. 105). *Alternativa B.*

6150. **(Perito – INSS – 2012 – FCC)** Marta possui 55 anos de idade completos; Marilucia

completa 60 anos em junho de 2012; Bruna completa 75 anos de idade em agosto de 2012; Fábio completa 70 anos em maio de 2012; Nicolas possui 61 anos de idade completos; Tobias completa 68 anos em dezembro de 2012 e Nelson possui 63 anos completos. Hoje, preenchidos os demais requisitos legais, no tocante à idade, farão jus ao Benefício de Prestação Continuada APENAS:

(A) Nelson, Tobias, Fábio e Bruna.
(B) Tobias, Fábio e Bruna.
(C) Fábio, Bruna e Marta.
(D) Nicolas, Tobias, Fábio e Bruna.
(E) Nicolas, Marilucia, Nelson, Tobias, Fábio e Bruna.

RESPOSTA O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (Lei n. 8.742/93, art. 20). *Alternativa B.*

6151. **(Perito – INSS – 2012 – FCC)** Apenas em relação aos segurados, NÃO fazem parte das prestações previdenciárias compreendidas pelo Regime Geral de Previdência Social:

(A) auxílio-acidente e aposentadoria por idade.
(B) aposentadoria por invalidez e salário-família.
(C) auxílio-reclusão e reabilitação profissional.
(D) auxílio-doença e aposentadoria especial.
(E) salário-maternidade e aposentadoria por tempo de contribuição.

RESPOSTA O auxílio-reclusão é prestação devida ao dependente do segurado detido ou recluso. *Alternativa C.*

6152. **(Juiz – TRT-18 – 2012 – FCC)** Dentre os princípios específicos da Previdência Social, NÃO está incluso:

(A) Vinculação entre o valor da contribuição do segurado e o benefício que venha a perceber.
(B) Filiação obrigatória de todo trabalhador que se enquadre na condição de segurado.
(C) Caráter contributivo independentemente do regime.
(D) Equilíbrio financeiro e atuarial, a fim de manter o sistema em condições superavitárias.
(E) Correção monetária dos salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios.

RESPOSTA O Regime Geral de Previdência Social é sistema de benefício definido, e não de contribuição definida. Assim, o cálculo dos benefícios considera os salários de contribuição corrigidos monetariamente. *Alternativa A.*

V. Custeio da Seguridade Social

6153. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** No caso de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, o segurado facultativo pertencente à família de baixa renda, que não possuir renda própria e que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, terá alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição de

(A) 11%.
(B) 5%.
(C) 8%.
(D) 20%
(E) 15%.

RESPOSTA No caso de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a alíquota de

contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição será de 5% (cinco por cento) quando segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda (Lei 8.212/91, art. 21, II, *a*). *Alternativa B.*

6154. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Na reclamação trabalhista proposta por Natália em face de sua ex-empregadora, a empresa "A", foi proferida sentença de mérito julgando a reclamação parcialmente procedente. Em liquidação de sentença, foi apurado o valor da condenação determinado em sentença em R$ 100.000,00. As partes, após o trânsito em julgado da sentença e a sua regular liquidação, celebraram acordo no valor de R$ 40.000,00. Neste caso, de acordo com a Lei n. 8.212/91, a contribuição previdenciária será calculada com base em

(A) R$ 40.000,00 acrescido de 10%.
(B) R$ 100.000,00.
(C) R$ 50.000,00.
(D) R$ 40.000,00.
(E) R$ 40.000,00 acrescido de 20%.

RESPOSTA Na hipótese de acordo celebrado após ter sido proferida decisão de mérito, a contribuição será calculada com base no valor do acordo (Lei n. 8.212/91, art. 43, § 5º). *Alternativa D.*

6155. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** NÃO incide contribuição social previdenciária sobre a ajuda de custo, paga em

(A) duas parcelas e recebida por conta do desgaste do automóvel do empregado, além das diárias para viagens, desde que não excedam a 50% da remuneração mensal.
(B) duas parcelas e recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, além das diárias para viagens, desde que não excedam a 50% da remuneração mensal.
(C) parcela única e recebida por conta do desgaste do automóvel do empregado, além das diárias para viagens, ainda que excedam a 50% da remuneração mensal.
(D) parcela única e recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, além das diárias para viagens, desde que não excedam a 50% da remuneração mensal.
(E) duas parcelas e recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, além das diárias para viagens, ainda que excedam a 50% da remuneração mensal.

RESPOSTA A ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, e as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal, não são consideradas salário de contribuição para fins de incidência de descontos previdenciários, na forma do art. 28, § 9º, da Lei n. 8.212/91. *Alternativa D.*

6156. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais:

(A) do empregador doméstico, da empresa e da entidade a ela equiparada, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
(B) do empregador e da entidade a ele equiparado na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, somente com vínculo empregatício.
(C) do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a

folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

(D) do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, somente com vínculo empregatício.

(E) do empregador e da empresa, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa jurídica que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

RESPOSTA De acordo com a Constituição Federal, art. 195, I, *a*, a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício. *Alternativa C.*

6157. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** A contribuição social previdenciária de 8%, 9% ou 11% sobre o respectivo salário de contribuição mensal é aplicada aos segurados:

(A) empregado, exceto o doméstico, e trabalhador avulso, de forma não cumulativa.

(B) empregado, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso, de forma cumulativa.

(C) empregado, inclusive o doméstico, exceto o trabalhador avulso, de forma cumulativa.

(D) empregado, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso, de forma não cumulativa.

(E) empregado doméstico, exceto a do empregado, e trabalhador avulso, de forma não cumulativa.

RESPOSTA A contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso são calculadas mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário de contribuição mensal, de forma não cumulativa, sendo de 8%, 9% ou 11%, conforme prescreve o art. 20, Lei n. 8.212/91. *Alternativa D.*

6158. **(Juiz – TRT-11 – 2012 – FCC)** Quanto ao custeio da seguridade social, é INCORRETO afirmar:

(A) As contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica ou da condição estrutural do mercado de trabalho, em razão do princípio da isonomia.

(B) As entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei são isentas de contribuição para a seguridade social.

(C) A concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais do empregador incidente sobre a folha de salários é vedada, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.

(D) A seguridade social também será financiada por recursos provenientes das contribuições sociais do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

(E) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos dos orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e dos municípios.

RESPOSTA As contribuições sociais do empregador, da empresa ou da entidade a ela equiparada poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, conforme prescreve o § 9º, art. 195, Constituição Federal. *Alternativa A.*

6159. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** NÃO incidem contribuições sociais de seguridade sobre

(A) folha de pagamentos de empresas públicas e sociedades de economia mista federais.

(B) folha de pagamentos de partidos políticos, inclusive suas fundações, e entidades sindicais dos

trabalhadores.

(C) remunerações auferidas por segurados já aposentados pelo regime geral de previdência social.

(D) a parcela da folha de pagamento de empresas relativa a contribuições a planos de previdência complementar disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes.

(E) folha de salários de missão diplomática e repartição consular de carreira estrangeiras.

RESPOSTA Não integra o salário de contribuição, na forma do art. 28, § 9º, Lei n. 8.212,91, *p*, o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes. *Alternativa D.*

6160. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Entre as obrigações previdenciárias da empresa, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Declarar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Conselho Curador do FGTS dados relacionados aos fatos geradores das contribuições previdenciárias.

(B) Arrecadar as contribuições dos empregados que lhe prestam serviços.

(C) Efetuar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal quando contratar serviços a serem executados com cessão de mão de obra.

(D) Preparar as folhas de pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a serviço da empresa de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão competente.

(E) Repassar aos empregados os valores devidos a título de contribuição previdenciária para fins de recolhimento.

RESPOSTA É dever das empresas efetuar a retenção e o recolhimento das contribuições previdenciárias dos segurados empregados a seu serviço (Lei n. 8.212/91, art. 30, I, *a* e *b*). *Alternativa E.*

6161. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** Em relação às contribuições previdenciárias, assinale a alternativa correta.

(A) O pequeno produtor rural está isento de recolhimento da contribuição.

(B) O empregado, em qualquer caso, recolhe o percentual de 11% (onze por cento) sobre o salário de contribuição.

(C) O trabalhador autônomo não está obrigado a recolher contribuição.

(D) O empregador doméstico recolhe o mesmo percentual de contribuição que as empresas em geral.

(E) A contribuição da empresa para financiamento da aposentadoria especial tem alíquotas variáveis de doze, nove ou seis pontos percentuais.

RESPOSTA De acordo com o Decreto n. 3.048/99, art. 202, § 10, será devida contribuição adicional de doze, nove ou seis pontos percentuais, a cargo da cooperativa de produção, incidente sobre a remuneração paga, devida ou creditada ao cooperado filiado, na hipótese de exercício de atividade que autorize a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. *Alternativa E.*

6162. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** José exerce a atividade de garçom, na qualidade de empregado do Restaurante X, e recebeu no mês de dezembro, além do salário mensal, o décimo terceiro salário, gorjetas, vale-refeição, de acordo com o programa do Ministério do Trabalho, horas extras, vale-transporte, na forma da legislação própria, férias indenizadas e respectivo adicional constitucional. Nessa situação, integram o salário de contribuição de José

(A) o salário mensal, o décimo terceiro salário, as gorjetas e as horas extras.

(B) o salário mensal, o vale-transporte, o décimo terceiro salário e o vale-refeição.

(C) o salário mensal, as férias indenizadas e respectivo adicional e o vale-refeição.

(D) o salário mensal, o décimo terceiro salário, as gorjetas e o vale-refeição.

(E) o décimo terceiro salário, as gorjetas, o vale-refeição, as férias indenizadas e o respectivo adicional.

RESPOSTA O vale-refeição, de acordo com o programa do Ministério do Trabalho, o vale-transporte, na forma da legislação própria, e as férias indenizadas e respectivo adicional constitucional são parcelas isentas de contribuição previdenciária (Lei n. 8.212/91, art. 28, § 9º). *Alternativa A.*

6163. **(Técnico – INSS – 2012 – FCC)** O salário de benefício serve de base de cálculo da renda mensal do benefício. Para os segurados inscritos na Previdência Social, até 28/11/1999, calcula-se

(A) o auxílio-doença, pela média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, corrigidos mês a mês, correspondentes a oitenta por cento do período contributivo decorrido desde julho de 1994, multiplicada pelo fator previdenciário.

(B) a aposentadoria especial, pela média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, corrigidos mês a mês, correspondentes a oitenta por cento do período contributivo decorrido desde julho de 1994, multiplicada pelo fator previdenciário.

(C) a aposentadoria por tempo de contribuição, pela média aritmética simples dos oitenta por cento maiores salários de contribuição, corrigidos mês a mês, de todo o período contributivo, decorrido desde julho de 1994, multiplicada pelo fator previdenciário.

(D) as aposentadorias por idade e tempo de contribuição, inclusive de professor, pela média aritmética simples dos oitenta por cento maiores salários de contribuição, corrigidos mês a mês, de todo o período contributivo, decorrido desde julho de 1994.

(E) o auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pela média aritmética simples dos maiores salários de contribuição corrigidos mês a mês, correspondentes a cem por cento do período contributivo, decorrido desde julho de 1994, multiplicada pelo fator previdenciário.

RESPOSTA De acordo com o Decreto n. 3.048/99, art. 188-A, para o segurado filiado à previdência social até 28 de novembro de 1999, inclusive o oriundo de regime próprio de previdência social, que vier a cumprir as condições exigidas para a concessão dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social: no cálculo do salário de benefício, será considerada a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondentes a, no mínimo, oitenta por cento de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994. *Alternativa C.*

6164. **(Analista – TRF-5 – 2012 – FCC)** Eucléia, recém-casada, contratou Mirtes para laborar em sua residência na qualidade de empregada doméstica. Eucléia procedeu ao devido registro na CTPS de Mirtes, mas, ao final do primeiro mês de labor, ficou com dúvidas sobre a alíquota de recolhimento da contribuição previdenciária devida em razão do contrato de trabalho da referida empregada doméstica e ligou para sua irmã, Julia, que é advogada. Julia lhe respondeu que a contribuição do empregador doméstico é de

(A) 20% do salário mínimo.

(B) 20% do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço.

(C) 8% do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço.

(D) 12% do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço.

(E) 11% do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço.

RESPOSTA A contribuição do empregador doméstico é de 12% (doze por cento) do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço (Lei n. 8.212/91, art. 24). *Alternativa D.*

OUTRAS BANCAS

6165. **(Advogado – COFEN – 2011 – CONSULPLAN)** Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, EXCETO:

(A) Universalidade da cobertura e do atendimento.
(B) Diversidade da base de financiamento.
(C) Caráter centralizado da administração.
(D) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
(E) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

RESPOSTA Os objetivos da Seguridade Social encontram-se no parágrafo único do art. 194, Constituição Federal, entre os quais destaca-se o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. *Alternativa C*.

6166. **(Advogado – COFEN – 2011 – CONSULPLAN)** Sobre o tema Previdência Social, marque a alternativa INCORRETA:

(A) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.
(B) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário-mínimo.
(C) É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
(D) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.
(E) Os ganhos habituais do empregado não serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária.

RESPOSTA Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei (CF, art. 201, § 11). *Alternativa E.*

6167. **(Advogado – IPEM – 2010 – CEPERJ)** A previdência social atenderá, nos termos da lei, a alguns preceitos, dentre os quais NÃO se inclui:

(A) cobertura dos eventos de doença e invalidez.
(B) proteção ao trabalhador sempre que desempregado.
(C) auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
(D) proteção à maternidade, especialmente à gestante
(E) pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

RESPOSTA Na forma do art. 201, Constituição Federal, a Previdência Social apenas atenderá ao trabalhador que estiver em situação de desemprego involuntário. *Alternativa B.*

6168. **(Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB)** Sobre a seguridade social, assinale a alternativa correta.

(A) A seguridade social somente será financiada mediante recursos provenientes da União, dos Estados, dos Distritos Federais e dos Municípios.

(B) É permitida a majoração de benefício ou serviço da seguridade social sem a correspondente fonte de custeio.

(C) É possível ao servidor participante de regime próprio de previdência filiar-se ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo.

(D) A previdência social, organizada sob a forma de regime geral, possui caráter contributivo e de filiação facultativa.

(E) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

RESPOSTA A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais devidas por empresas, trabalhadores e importadores (CF, art. 195, *caput*). Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (CF, art. 195, § 5º). É vedada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência social, salvo na hipótese de afastamento sem vencimento e desde que não permitida, nessa condição, contribuição ao respectivo regime próprio (Decreto n. 3.048/99, art. 11, § 2º). A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória (CF, art. 201, *caput*). Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo (CF, art. 201, § 2º). *Alternativa E.*

6169. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** De acordo com o regramento constitucional acerca da Seguridade Social, no que pertine à Saúde, é incorreto afirmar que:

(A) Dentre as atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS), estão a fiscalização e a inspeção de alimentos, bem como de bebidas e de águas para consumo humano.

(B) Os recursos mínimos a serem aplicados pelos diferentes entes da federação, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, terão seus percentuais estabelecidos por lei ordinária.

(C) A descentralização é uma diretriz aplicável às ações e serviços públicos de saúde.

(D) As instituições de saúde privadas podem participar do SUS, de forma complementar.

(E) Existe vinculação constitucional de recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o atendimento na área da saúde.

RESPOSTA O regramento constitucional acerca da Saúde encontra-se positivado nos arts. 196 a 200 da Carta Magna, e dispõe, no art. 198, § 2º, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos a serem estabelecidos por lei complementar. *Alternativa B.*

6170. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Face aos dispositivos constitucionais que informam a Seguridade Social, é incorreto afirmar que:

(A) A irredutibilidade do valor dos benefícios veda a redução do valor nominal da prestação previdenciária.

(B) O princípio da universalidade visa ao atendimento do maior número possível de pessoas, cobrindo o maior número possível de contingências.

(C) A Saúde e a Assistência Social têm o dever de prestar atendimento à generalidade das pessoas, enquanto na Previdência Social nem todas as pessoas são beneficiárias.

(D) O caráter democrático e descentralizado da administração se faz mediante gestão quadripartite, com participação dos servidores públicos, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

(E) A Seguridade Social deve ser organizada com fundamento na diversidade da base de financiamento.

RESPOSTA A Constituição Federal, art. 194, parágrafo único, prevê que um dos objetivos da Seguridade Social é a manutenção do caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. *Alternativa D.*

6171. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** Em relação às disposições constitucionais atinentes ao direito previdenciário, assinale a opção correta.

(A) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas da previdência social terá por base o valor dos proventos do mês de novembro de cada ano.

(B) Em qualquer situação, o servidor público será aposentado compulsoriamente aos 70 anos de idade, com proventos integrais.

(C) Não incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas por regime previdenciário próprio de servidores públicos, ao contrário do que ocorre com aquelas concedidas pelo regime geral de previdência social.

(D) Segundo previsão constitucional, nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

RESPOSTA Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo (CF, art. 201, § 2º). *Alternativa D.*

6172. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Sobre a seguridade social, é CORRETO afirmar:

(A) é assegurada aposentadoria, no regime geral de previdência social, ao trabalhador que reunir, cumulativamente, 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher, e 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, reduzido o limite em 10 anos para os trabalhadores rurais.

(B) constitui objetivo da seguridade social o caráter democrático e centralizado da gestão administrativa, mediante gestão tripartite, com a participação dos trabalhadores, empregadores e governo nos órgãos colegiados.

(C) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, permitido porém dele receber benefícios fiscais.

(D) são ações da assistência social, dentre outras, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e a promoção da integração ao mercado de trabalho.

RESPOSTA A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos, entre outros, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e a promoção da integração ao mercado de trabalho, conforme prescreve o art. 203, Constituição Federal. *Alternativa D.*

6173. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** À luz dos objetivos da Seguridade Social, definidos na Constituição Federal, julgue os itens abaixo.

I. Universalidade do atendimento.
II. Diversidade da base de financiamento.
III. Caráter democrático da administração.
IV. Redutibilidade do valor dos benefícios.

O número de itens corretos é

(A) zero.
(B) um.
(C) dois.
(D) três.

(E) quatro.

RESPOSTA A Constituição Federal, art. 194, parágrafo único, dispõe que compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. *Alternativa D.*

6174. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** A respeito do prazo de decadência e prescrição das contribuições sociais, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

(A) O prazo de decadência está validamente regulamentado na Lei n. 8.212/91.
(B) O prazo de prescrição está validamente regulamentado na Constituição Federal.
(C) Os prazos de prescrição e decadência podem ser regulamentados em lei ordinária.
(D) O prazo de decadência ocorre no prazo de 10 anos e o de prescrição, no prazo de 30 anos.
(E) Os prazos de prescrição e a decadência das contribuições sociais são idênticos aos previstos no Código Tributário Nacional.

RESPOSTA Conforme a Súmula Vinculante 8, STF, são inconstitucionais o parágrafo único, art. 5º, Decreto-lei n. 1.569/77, e os arts. 45 e 46, Lei n. 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário. Assim, prevalecem ainda as normas do CTN sobre prescrição e decadência em relação à cobrança de contribuições sociais. *Alternativa E.*

6175. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a

(A) assegurar os direitos relativos à previdência, assistência social e à educação, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.
(B) assegurar os direitos relativos à saúde, à assistência social e à previdência, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.
(C) assegurar os direitos relativos à previdência, assistência social, saúde e educação, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.
(D) assegurar os benefícios previdenciários e o direito à assistência social, independentemente da equidade na forma de participação no custeio, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.
(E) assegurar os direitos relativos à saúde, à assistência social e à educação, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.

RESPOSTA Conforme prescreve o art. 194, *caput*, Constituição Federal, a Seguridade Social abrange os direitos relativos à saúde, previdência social e assistência social e tem como objetivos aqueles arrolados no parágrafo único do mesmo artigo, entre os quais se destaca a diversidade da base de financiamento. *Alternativa B.*

6176. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Quanto à diversidade da base de financiamento da Seguridade Social é incorreto afirmar que:

(A) toda a sociedade tem a incumbência de financiar a Seguridade Social, de forma direta ou indireta, nos termos da lei.
(B) os trabalhadores e demais segurados devem contribuir, não incidindo a contribuição sobre a aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201, da Constituição Federal de 1988.

(C) o importador de bens ou serviços está excluído do custeio da Seguridade Social em razão da inexistência de risco social a ser coberto na atividade que lhe é peculiar, além de não haver base de cálculo contemplada no art. 195, incisos I a IV, da Constituição Federal.

(D) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados a pessoa física, a receita ou o faturamento e o lucro são bases de cálculo para as contribuições devidas pela empresa ou entidade a ela equiparada.

(E) a Seguridade Social receberá recursos dos orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

RESPOSTA O art. 195, IV, Constituição Federal, prevê que a seguridade social será financiada pelas contribuições sociais do importador de bens ou serviços, ou de quem a lei o equiparar. *Alternativa C.*

6177. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Assinale a opção incorreta.

(A) Os direitos sociais a prestações da Seguridade Social estão sob a chamada "reserva do possível", sendo vedada a criação ou majoração de benefícios sem a correspondente fonte de custeio.

(B) Aplicam-se às contribuições da Seguridade Social as limitações constitucionais ao poder de tributar, excetuada a norma do art. 150, III, *b*, da Constituição Federal de 1988, por expressa previsão da anterioridade nonagesimal no art. 195, § 6º, da mesma Constituição.

(C) A instituição de outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da Seguridade Social, que não aquelas previstas no art. 195, I a IV, da Constituição Federal de 1988, deverá obedecer ao disposto no art. 154, I, do texto constitucional, devendo ocorrer por meio de lei complementar.

(D) As contribuições sociais previstas no inciso I, do art. 195, da Constituição Federal de 1988, não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão de obra, porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

(E) É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, *a* e II, do art. 195, da Constituição Federal de 1988, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.

RESPOSTA As contribuições sociais do empregador, da empresa ou da entidade a ela equiparada poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, conforme prescreve o § 9º, art. 195, Constituição Federal. *Alternativa D.*

6178. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** De acordo com as disposições constitucionais, são eventos cobertos pela Previdência Social:

I. Cobertura dos eventos de invalidez, morte e idade avançada.
II. Proteção à família, à criança e ao idoso.
III. Qualificação para o trabalho e pagamento do seguro desemprego.
IV. Garantia de um salário mínimo ao deficiente físico e ao idoso.

(A) Todos estão corretos.
(B) I está correto.
(C) I e II estão corretos.
(D) I e III estão corretos.
(E) III e IV estão corretos.

RESPOSTA A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: cobertura dos eventos de

doença, invalidez, morte e idade avançada; proteção à maternidade, especialmente à gestante; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes (CF, art. 201). *Alternativa B.*

6179. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** Sobre a previdência e a assistência social, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Para efeito de aposentadoria, é vedada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural ou urbana.
(B) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de novembro de cada ano.
(C) Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.
(D) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, observando-se o tempo mínimo de doze meses de contribuição à seguridade social.

RESPOSTA Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei (CF, art. 201, § 11). *Alternativa C.*

6180. **(Analista – RFB – 2012 – ESAF)** Assinale a opção incorreta. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

(A) universalidade da cobertura e do atendimento, de modo.
(B) prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais.
(C) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
(D) irredutibilidade do valor dos benefícios.
(E) equidade na forma de participação no custeio.

RESPOSTA Um dos objetivos da Seguridade Social é o da uniformidade e equivalência na prestação de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (CF, art. 194, parágrafo único, II). *Alternativa B.*

6181. **(AFRFB – RFB – 2009 – ESAF)** A respeito do financiamento da Seguridade Social, nos termos da Constituição Federal e da legislação de custeio previdenciária, assinale a opção correta.

(A) A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social pode contratar com o poder público federal.
(B) Lei ordinária pode instituir outras fontes de custeio além das previstas na Constituição Federal.
(C) Podem-se criar benefícios previdenciários para inativos por meio de decreto legislativo.
(D) As contribuições sociais criadas podem ser exigidas noventa dias após a publicação da lei.
(E) São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades beneficentes de utilidade pública distrital e municipal.

RESPOSTA As contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b* (CF, art. 195, § 6º). *Alternativa D.*

6182. **(ATA – RFB – 2009 – ESAF)** Assinale a opção correta entre as assertivas abaixo relacionadas à organização e princípios constitucionais da Seguridade Social.

(A) Diversidade da base de financiamento é objetivo da Seguridade Social.
(B) O valor dos benefícios pode ser diminuído gradativamente.
(C) Pode haver benefícios maiores para a população urbana em detrimento da rural.
(D) A gestão da Seguridade Social é ato privativo do Poder Público.

(E) Os serviços previdenciários devem ser sempre o mesmo, independente do destinatário.

RESPOSTA A diversidade da base do financiamento é princípio explícito – ou expresso – elencado na Carta Magna, art. 194, parágrafo único, VI. *Alternativa A.*

6183. (ATA – RFB – 2009 – ESAF) A respeito das contribuições sociais, é correto afirmar que:

(A) a contribuição do empregador incide só sobre a folha de salários.
(B) a contribuição da empresa pode ser feita em função do tipo de produto que ela vende.
(C) o trabalhador não contribui para a Seguridade Social.
(D) os concursos de prognósticos não estão sujeitos à incidência de contribuições sociais.
(E) pode haver incidência de contribuição social sobre a importação de bens do exterior.

RESPOSTA A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (...) do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar (CF, art. 195, IV). *Alternativa E.*

6184. (AFRFB – RFB – 2005 – ESAF) Com relação às contribuições sociais, no âmbito da seguridade social, é correto afirmar:

(A) As contribuições sociais, de que trata o art. 195 da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b*, da Carta Magna.
(B) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos cento e oitenta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b*, da Carta Magna.
(C) São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei complementar.
(D) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da assinatura da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b*, da Carta Magna.
(E) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser criadas e exigidas após decorridos noventa dias da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b*, da Carta Magna.

RESPOSTA As contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b* (CF, art. 195, § 6º). *Alternativa A.*

6185. (AFRFB – RFB – 2005 – ESAF) Segundo dispõe o art. 196, da CF/88, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Diante dessa premissa, assinale a opção que está correta.

(A) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, sem a participação da comunidade.
(B) O acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação constitui garantia constitucional.
(C) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, da CF/88, com recursos exclusivamente do orçamento, da seguridade social, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
(D) As ações e serviços de saúde não são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos

termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, com a execução inclusive através de terceiros.

(E) Independe de lei complementar a instituição de normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.

RESPOSTA A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação (CF, art. 196). *Alternativa B.*

6186. **(Auditor – TCM-RJ – 2008 – FGV)** A respeito das contribuições para a Seguridade Social, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) O princípio da distributividade da Seguridade Social significa que, independente do montante arrecadado em determinada região, os benefícios serão concedidos e os serviços prestados, se devidos. Assim, ainda que uma região do país não arrecade receita suficiente para o pagamento de benefícios ali devidos, esses serão concedidos, na forma da lei.

(B) Poderão ser isentas das contribuições para a Seguridade Social, uma vez atendidas as exigências da lei, as organizações da sociedade civil de interesse público, as entidades filantrópicas e beneficentes de assistência social, as organizações não governamentais e os partidos políticos.

(C) Com vistas a preservar seu equilíbrio financeiro, nenhum benefício ou serviço da Seguridade Social poderá ser criado, estendido ou majorado sem a correspondente fonte de custeio total.

(D) A exigência de nova contribuição para a Seguridade Social, ou sua modificação, se sujeita à anterioridade nonagesimal, a contar da data da publicação da lei que a houver instituído ou modificado.

(E) As contribuições incidentes sobre a folha de salário poderão ser substituídas gradualmente, de forma parcial ou total, pela incidente sobre a receita ou faturamento.

RESPOSTA São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei (CF, art. 195, § 7º). *Alternativa B.*

6187. **(Auditor da Receita do Estado – SEAD-AP – 2010 – FGV)** Com relação ao financiamento da Seguridade Social, assinale a alternativa correta.

(A) Conforme os ditames constitucionais a seguridade social será financiada, dentre outras fontes, pelas contribuições sociais incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

(B) As contribuições previdenciárias somente poderão ser exigidas após decorridos 90 (noventa) dias da data da regulamentação da lei que as houver instituído ou modificado.

(C) Com a edição da Emenda Constitucional n. 42/03, a Constituição passou a prestigiar a possibilidade de instituição da sistemática da não cumulatividade para algumas contribuições previdenciárias, mediante definição em lei e de acordo com a intensidade de mão de obra empregada em cada setor de atividade.

(D) A seguridade social será financiada, dentre outras fontes, pelas contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, desde que mediante vínculo empregatício.

(E) De acordo com a redação do texto constitucional são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social, desde que atendidos os requisitos definidos em regulamento.

RESPOSTA As contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que

as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b* (CF, art. 195, § 6º). *Alternativa B.*

6188. **(Procurador do Trabalho – PGT – 2007)** O Supremo Tribunal Federal, em vários julgados recentes, já entendeu que o prazo de prescrição da contribuição previdenciária é de:

(A) 5 anos;

(B) 10 anos;

(C) 20 anos;

(D) 30 anos;

(E) não respondida.

RESPOSTA De acordo com o julgado no Recurso Especial 995.543, STF, extingue-se em cinco anos o direito de a Previdência Social apurar e constituir seus créditos. *Alternativa A.*

6189. **(Auditor – RFB – 2005 – ESAF)** No âmbito da Seguridade Social, com sede na Constituição Federal/88 (art. 194), podemos afirmar:

(A) A seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando a assegurar os direitos relativos à saúde, à vida, à previdência e à assistência social.

(B) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

(C) A seguridade social compreende um conjunto de ações dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

(D) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à vida e à assistência social.

(E) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos constituídos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

RESPOSTA A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (CF, art. 194, *caput*). *Alternativa B.*

6190. **(Juiz do Trabalho – TRT-2 – 2012)** Em relação à prescrição e decadência, nos termos do Plano de Benefícios da Previdência Social – Lei 8.213/91, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) É de 10 (dez) anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do primeiro mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão de indeferimento definitiva no âmbito administrativo.

(B) Prescreve em 5 (cinco) anos, a partir da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo quando se tratar de direito de menores, incapazes ou ausentes, na forma da Lei Civil.

(C) Prescreve em 10 (dez) anos, a partir da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo quando se tratar de direito de menores, incapazes ou ausentes, na forma da Lei Civil.

(D) O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos

favoráveis aos seus beneficiários decai em 10 (dez) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

(E) Prescrevem em 5 (cinco) anos as ações referentes a prestações por acidente de trabalho, contados da data do acidente, quando dele resultar morte ou incapacidade temporária verificada por perícia médica a cargo da Previdência Social, ou da data em que for reconhecida pela Previdência Social a incapacidade permanente ou o agravamento das sequelas resultantes do acidente.

RESPOSTA Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil (Lei n. 8.213/91, art. 103, parágrafo único). *Alternativa C.*

6191. **(Juiz do Trabalho – TRT-24 – 2012)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor médio dos proventos recebidos durante o exercício de referência.

(B) A universalidade da cobertura e do atendimento constitui um dos princípios constitucionais da Seguridade Social, sendo seu dever atender apenas os empregados celetistas.

(C) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais constitui um dos princípios constitucionais da Seguridade Social e significa que deve haver benefícios diferenciados dentre a população da área urbana e da área rural.

(D) O princípio constitucional da Seguridade Social que estabelece a equidade na forma de participação do custeio significa que as contribuições devem respeitar a capacidade contributiva do trabalhador.

(E) O princípio constitucional da Seguridade Social que estabelece o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados, ainda não foi cumprido.

RESPOSTA O princípio constitucional da equidade na forma de participação do custeio justifica as diferenças de alíquotas dos segurados empregados, em razão do valor de seu respectivo salário de contribuição, bem como as diferenças de tratamento tributário entre empresas em razão de seu porte. *Alternativa D.*

6192. **(Juiz do Trabalho – TRT-24 – 2012)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O financiamento da seguridade social advém de recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e da contribuição social do empregador da empresa e da entidade a ela equiparada.

(B) A contribuição social do empregador da empresa e da entidade a ela equiparada para o custeio da seguridade social incide sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, a receita ou faturamento e o lucro.

(C) É devida a contribuição social do trabalhador e dos demais segurados da previdência social para custeio da seguridade social.

(D) Não é devida contribuição social para custeio da seguridade social incidente sobre a receita de concursos de prognósticos.

(E) É devida contribuição social para custeio da seguridade social do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

RESPOSTA Incide contribuição social sobre as receitas de concursos de prognósticos (CF, art. 195, III). *Alternativa D.*

II. Sujeitos Cobertos pelo RGPS

6193. **(Advogado – IRB – 2006 – ESAF)** Assinale a opção correta.

(A) É segurado obrigatório da Previdência Social o estrangeiro domiciliado e contratado no exterior, para trabalhar em agência de empresa nacional no seu país de origem.

(B) É segurado obrigatório da Previdência Social, como autônomo, o ministro de confissão religiosa.

(C) Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao regime geral de Previdência Social poderá optar por filiar-se em relação a uma delas.

(D) Para fins previdenciários, equipara-se à empresa a pessoa física, proprietária ou não, que explore atividade agropecuária, diretamente ou através de prepostos e com o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.

(E) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 120 (cento e vinte) dias após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.

RESPOSTA É segurado obrigatório da Previdência Social, na categoria de empregado, o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior (Lei n. 8.213/91, art. 11, I, *c*). São contribuintes individuais (usualmente denominados autônomos) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa (Lei n. 8.213/91, art. 11, V, *c*). Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas (Lei n. 8.213/91, art. 11, § 2º). Considera-se contribuinte individual a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área, contínua ou descontínua, superior a quatro módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a quatro módulos fiscais ou atividade pesqueira ou extrativista, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos (Decreto n. 3.048/99, art. 9º, V, *a*). Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração (Lei n. 8.213/91, art. 15, II). *Alternativa B.*

6194. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Na organização do Regime Geral da Previdência Social, o custeio é parte intimamente relacionada à tributação. As contribuições sociais, espécie do gênero tributo, são detalhadas na legislação federal previdenciária. Nesse sentido, analise a situação-problema abaixo e assinale a assertiva correta. Carlos, advogado autônomo, que possui escritório no qual trabalham uma secretária e um *office boy*, nega-se a pagar a contribuição previdenciária da empresa incidente sobre a folha de salários mensal.

(A) A posição assumida por Carlos encontra-se amparada pela Lei n. 8.212/91, uma vez que Carlos é advogado pessoa física.

(B) Carlos deve contribuir como trabalhador e empresa.

(C) Carlos contribui somente sobre os valores auferidos com o seu trabalho de contribuinte individual autônomo.

(D) Perante a Previdência, Carlos contribui como trabalhador, e não como empresa.

(E) Carlos é empregador, mas não é empresa perante o fisco previdenciário.

RESPOSTA De acordo com o art. 15, parágrafo único, Lei n. 8.212/91, equipara-se à empresa o contribuinte individual em relação a segurado que lhe presta serviço. *Alternativa B.*

6195. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** Acerca dos diversos institutos de direito previdenciário, assinale a opção correta.

(A) A adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social é vedada, ressalvando-se os casos de atividades que prejudiquem a saúde ou a integridade física e, nos termos definidos em lei ordinária, quando se

tratar de segurados portadores de deficiência.

(B) André, que não é vinculado a regime próprio de previdência social, foi nomeado para ocupar o cargo de secretário de segurança de uma cidade do estado do Pará. Nessa situação, durante o exercício desse cargo em comissão, André será segurado obrigatório da previdência social.

(C) É vedado, ainda que na qualidade de patrocinador, o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, pelos estados e municípios, pelo Distrito Federal e por suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas.

(D) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, conforme previsão constitucional.

RESPOSTA Considera-se empregado, segurado obrigatório do RGPS, o servidor da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, incluídas suas autarquias e fundações, ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (Decreto n. 3.048/99, art. 9, I, *i*). *Alternativa B.*

6196. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) Não é segurado obrigatório quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.

(B) A perda da qualidade do segurado retido ou recluso após o livramento se dá depois de 13 meses e 15 dias.

(C) O segurado em gozo de benefício não mantém a qualidade de segurado.

(D) O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que volta a exercer atividade remunerada não é segurado obrigatório, em face da aposentadoria.

RESPOSTA Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso. A perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados neste artigo e seus parágrafos (Lei n. 8.213/91, art. 15, IV, § 4º). *Alternativa B.*

6197. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Não é segurado obrigatório da Previdência Social:

(A) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

(B) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que vinculado a regime próprio de previdência social.

(C) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.

(D) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.

RESPOSTA É segurado obrigatório da previdência social, na categoria de empregado, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social (Lei n. 8.213/91, art. 11, I, *h*). *Alternativa B.*

6198. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Com relação aos segurados facultativos, à luz da legislação previdenciária vigente, assinale a opção correta.

(A) Pode ser menor de 14 anos.

(B) Pode ser segurado empregado.

(C) Pode ser aquele que deixou de ser segurado obrigatório da Previdência Social.
(D) Pode ser segurado especial.
(E) Pode ser segurado contribuinte individual.

RESPOSTA Pode filiar-se facultativamente aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social (Decreto n. 3.048/99, art. 11, § 1º, V). *Alternativa C.*

6199. **(Analista – RFB – 2012 – ESAF)** É segurado facultativo da Previdência Social:

(A) a pessoa física que explora atividade agropecuária, em área superior a quatro módulos fiscais.
(B) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo.
(C) o ministro de confissão religiosa.
(D) a dona de casa, o síndico de condomínio não remunerado, o estudante e outros aludidos em lei ou em regulamento.
(E) o bolsista e o estagiário que prestam serviços a empresa, em desacordo com a Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

RESPOSTA Podem filiar-se, facultativamente, entre outros, a dona de casa; o síndico de condomínio, quando não remunerado; e o estudante (Decreto n. 3.048/99, art. 11, § 1º). *Alternativa D.*

6200. **(AFRFB – RFB – 2009 – ESAF)** A respeito dos segurados facultativos da Previdência Social, é correto afirmar que:

(A) a pessoa pode ser segurado facultativo independente da sua idade.
(B) o síndico de condomínio remunerado pela isenção da taxa de condomínio pode ser segurado facultativo.
(C) aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social não pode ser segurado facultativo.
(D) não pode ser segurado facultativo aquele que estiver exercendo atividade remunerada que o enquadre como segurado obrigatório da previdência social.
(E) o estudante maior de quatorze anos.

RESPOSTA É segurado facultativo o maior de dezesseis anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, desde que não esteja exercendo atividade remunerada que o enquadre como segurado obrigatório da previdência social (Decreto n. 3.048/99, art. 11, *caput*). *Alternativa D.*

6201. **(AFRFB – RFB – 2009 – ESAF)** Tendo em vista a classificação dos segurados obrigatórios na legislação previdenciária vigente, assinale a assertiva incorreta.

(A) Como empregado – a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração.
(B) Como trabalhador avulso – quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento.
(C) Como contribuinte individual – o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração.
(D) Como empregado – o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
(E) Como contribuinte individual – o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio-gerente.

RESPOSTA É segurado obrigatório da Previdência Social, na qualidade de segurado especial, a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que

com o auxílio eventual de terceiros (Lei n. 8.213/91, art. 9º, VII). *Alternativa A.*

6202. (AFRFB – RFB – 2005 – ESAF) A Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei n. 8.213/91), no art. 11, elenca como segurados obrigatórios da Previdência Social na condição de empregado, entre outros, as seguintes pessoas físicas, **exceto:**

(A) Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.

(B) Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviço de outras empresas.

(C) O empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, ainda que coberto por regime próprio de previdência social.

(D) O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.

(E) O brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.

RESPOSTA É segurado obrigatório da previdência social o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social (Lei n. 8.213/91, art. 9º, I, *i*). *Alternativa C.*

6203. (AFRFB – RFB – 2005 – ESAF) A Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei n. 8.213/91), no art. 16, arrola como beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, exceto,

(A) o cônjuge.

(B) a companheira e o companheiro.

(C) os pais.

(D) o filho não emancipado, de qualquer condição, inválido ou menor de 21 (vinte e um) anos ou, se estudante, menor de 25 (vinte e cinco) anos.

(E) o irmão não emancipado, de qualquer condição, inválido ou menor de 21 (vinte e um) anos.

RESPOSTA Consideram-se dependentes do segurado o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente (Lei n. 8.213/91, art. 16, I). Não há qualquer previsão de extensão da qualidade de dependente para filhos estudantes. *Alternativa D.*

6204. (AFRFB – RFB – 2005 – ESAF) A Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei n. 8.213/91), no art. 11, elenca como segurados obrigatórios da Previdência Social na condição de contribuinte individual, entre outros, as seguintes pessoas físicas, **exceto:**

(A) O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado, e contratado, e que coberto por regime próprio de previdência social.

(B) A pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.

(C) O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou

de ordem religiosa.

(D) Quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.

(E) A pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporária, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.

RESPOSTA É segurado obrigatório da previdência social, na categoria de contribuinte individual, o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social (Decreto n. 3.048/99, art. 9º, V, *d*). *Alternativa A.*

6205. **(Juiz do Trabalho – TRT-2 – 2012)** No que se refere aos segurados do Regime Geral da Previdência Social, é correto afirmar que:

(A) Para o segurado obrigatório e para o facultativo a filiação decorre do exercício de atividade laborativa descrita em lei.

(B) Para o segurado facultativo a inscrição tem natureza de ato jurídico declaratório.

(C) Para o segurado obrigatório a inscrição tem natureza de ato jurídico declaratório.

(D) O dependente tem filiação e inscrição próprias perante a Previdência Social, sem necessidade de comprovação.

(E) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 12 (doze) meses após cessar segregação, o segurado acometido de doença degenerativa.

RESPOSTA Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória (Lei n. 8.213/91, art. 15, III). *Alternativa E.*

6206. **(Juiz do Trabalho – TRT-2 – 2012)** Considere que, após a morte de Cláudio, seus familiares tenham procurado a Previdência Social para promoverem a inscrição como dependentes do “de cujus” a fim de requererem os benefícios a que tem direito. Nessa situação, é exigida prova de dependência econômica para a inscrição de:

(A) Filho inválido com mais de 21 anos.

(B) Enteado menor de 21 anos.

(C) Companheira que mantinha união estável com o segurado.

(D) Filho menor de 21 anos.

(E) Cônjuge.

RESPOSTA O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica (Lei n. 8.213/91, art. 16, § 2º). *Alternativa B.*

6207. **(Juiz do Trabalho – TRT-15 – 2008)** Com relação ao aposentado por invalidez, é incorreto afirmar que:

(A) deve se apresentar aos exames médicos agendados pela previdência social, sob pena de sustação do pagamento do benefício;

(B) o INSS pode rever o benefício ainda que concedido judicialmente;

(C) tem a sua qualidade de segurado mantida enquanto recebe o benefício, ainda que tenha sido demitido;

(D) perde a qualidade de segurado se retido ou recluso;

(E) mantém a condição de segurado da previdência social ainda que tenha deixado de recolher contribuições.

RESPOSTA Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício (Lei n. 8.213/91, art. 15, I). *Alternativa D.*

6208. **(Juiz do Trabalho – TRT-15 – 2008)** Aponte a alternativa incorreta quanto àquele que pode ser beneficiário do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado:

(A) o companheiro;
(B) o irmão emancipado, dependente economicamente;
(C) o irmão inválido;
(D) os pais, desde que não haja companheiro indicado;
(E) o enteado, se comprovada a dependência econômica.

RESPOSTA É dependente do segurado o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente, desde que comprove dependência econômica (Lei n. 8.213/91, art. 16, III, § 4º). *Alternativa B.*

III. Benefícios Previdenciários

6209. **(Procurador – MPT – 2009)** Leia e analise os itens abaixo:

I. A lei vigente limita a acumulação de benefícios previdenciários, ressalvados os casos de direito adquirido dos beneficiários que já os acumulavam com base em legislação anterior.
II. Segundo a lei, não é permitida a acumulação do benefício previdenciário com o benefício assistencial, exceto a pensão especial aos dependentes das vítimas de hemodiálise em Caruaru.
III. Não é permitida a acumulação do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente.

Marque a alternativa CORRETA:

(A) todos os itens são corretos;
(B) apenas os itens I e II são corretos;
(C) apenas os itens I e III são corretos;
(D) apenas os itens II e III são corretos;
(E) não respondida.

RESPOSTA Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social: aposentadoria e auxílio-doença; mais de uma aposentadoria; aposentadoria e abono de permanência em serviço; salário-maternidade e auxílio-doença; mais de um auxílio-acidente; mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa. É vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente (Lei n. 8.213/91, art. 124). É permitida a acumulação da Pensão Especial Mensal com qualquer outro benefício da Previdência Social ou de qualquer outro regime previdenciário, inclusive o Benefício Assistencial (IN 45/2010, art. 561). *Alternativa A.*

6210. **(Procurador – MPT – 2009)** Leia e analise os itens abaixo:

I. A data-base dos aposentados e pensionistas é 1º de janeiro.
II. A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício.
III. Presume-se caracterizada a incapacidade acidentária quando estabelecido o nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade.

Marque a alternativa CORRETA:

(A) todos os itens são corretos;
(B) apenas os itens I e II são corretos;
(C) apenas os itens I e III são corretos;
(D) apenas os itens II e III são corretos;
(E) não respondida.

RESPOSTA O valor dos benefícios em manutenção será reajustado, anualmente, na mesma data do reajuste do salário mínimo, *pro rata*, de acordo com suas respectivas datas de início ou do último reajustamento, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pela fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Lei n. 8.213/91, art. 41-A). A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que esses requisitos foram atendidos (Lei n. 8.213/91, art. 102, § 1º). A perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças – CID (Lei n. 8.213/91, art. 21-A). *Alternativa D.*

6211. **(Juiz – TRT-1 – 2010)** Assinale a opção correta acerca das normas referentes a acidente do trabalho.

(A) Sob pena de multa, a empresa deve comunicar o acidente do trabalho à previdência social até o primeiro dia útil seguinte ao de sua ocorrência e, no caso de morte, imediatamente, à autoridade competente.
(B) O titular de empresa que deixa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho comete crime punível com detenção.
(C) Reputa-se doença do trabalho a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que essa patologia se desenvolva.
(D) No caso de doença do trabalho, reputa-se como dia do acidente a data correspondente a dez dias do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual.
(E) Considera-se agravamento ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências de lesão ocorrida em acidente anterior.

RESPOSTA A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social (Lei n. 8.213/91, art. 22). *Alternativa A.*

6212. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** O auxílio-reclusão

(A) é benefício de segurado obrigatório.
(B) é devido mesmo diante da evasão da prisão.
(C) depende, no mínimo, de doze contribuições.
(D) independe de atividade laboral na prisão.

RESPOSTA O exercício de atividade remunerada pelo segurado recluso em cumprimento de pena em regime fechado ou semiaberto que contribuir na condição de segurado (...) não acarreta perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão pelos seus dependentes (Decreto n. 3.048/99, art. 116, § 6º). *Alternativa D.*

6213. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** O benefício assistencial do idoso previsto na Lei Orgânica da Assistência Social

(A) dá direito ao abono anual.

(B) gera pensão por morte.
(C) exige idade mínima de 65 anos.
(D) exige contribuição.

RESPOSTA O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (Lei n. 8.742/93, art. 20). *Alternativa C.*

6214. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Segundo a Lei n. 8.213/91, não é equiparado(a) ao acidente do trabalho:

(A) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.
(B) a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade.
(C) o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho.
(D) o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho, na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.

RESPOSTA Não é considerada como acidente de trabalho a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho (Lei n. 8.213/91, art. 20, § 1º, *d*). *Alternativa A.*

6215. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Assinale a alternativa que contém os benefícios aos quais se aplica o fator previdenciário.

(A) Aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por idade.
(B) Aposentadoria especial e aposentadoria por invalidez.
(C) Aposentadoria por tempo de contribuição e auxílio-doença comum.
(D) Aposentadoria do professor e auxílio-acidente.

RESPOSTA O salário de benefício consiste, para os benefícios de aposentadoria por idade e de aposentadoria por tempo de contribuição, na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário (Lei n. 8.213/91, art. 29, I). *Alternativa A.*

6216. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção correta, entre as assertivas abaixo, relacionada aos benefícios que os dependentes da Previdência Social têm direito à luz da Lei n. 8.213/91.

(A) Aposentadoria por tempo de contribuição.
(B) Auxílio-doença.
(C) Auxílio-acidente.
(D) Aposentadoria por invalidez.
(E) Pensão por morte.

RESPOSTA Os dependentes do Regime Geral de Previdência Social fazem jus aos benefícios de pensão por morte e auxílio-reclusão (Lei n. 8.213/91, art. 18, II). *Alternativa E.*

6217. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção correta, entre as assertivas abaixo, relativas aos benefícios previdenciários de acidente de trabalho previstos na Lei n. 8.213/91.

(A) Equiparam-se ao acidente do trabalho a doença proveniente de contaminação acidental do

empregado no exercício de sua atividade.

(B) A empresa não é responsável pela adoção e uso de medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.

(C) O acidente de trabalho deve ser pago pelo INSS em caso de doença degenerativa.

(D) A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 100 (décimo) dia útil seguinte ao da ocorrência, haja ou não morte.

(E) Os sindicatos de classe não poderão acompanhar a cobrança, pela Previdência Social, de multas oriundas de desrespeito às normas acidentárias.

RESPOSTA Equipara-se a acidente de trabalho a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade (Lei n. 8.213/91, art. 21, III). *Alternativa A.*

6218. **(Auditor – MTE – 2010 – ESAF)** Assinale a opção correta, entre as assertivas abaixo, relativas ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício previsto na Lei n. 8.213/91.

(A) Auxílio-doença no caso de acidente de qualquer natureza – 14 (quatorze) contribuições mensais.

(B) Auxílio-reclusão – 12 contribuições mensais.

(C) Aposentadoria por idade – independe de contribuições mensais.

(D) Aposentadoria por tempo de serviço – 120 contribuições mensais.

(E) Pensão por morte – independe de contribuições mensais.

RESPOSTA Independe de carência a concessão das seguintes prestações, (...) pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente (Lei n. 8.213/91, art. 26, I). *Alternativa E.*

6219. **(Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO)** Eduardo foi admitido por uma empresa como estoquista, em 18-09-2007. Suas atividades eram: controlar a recepção dos materiais, confrontando tipo e quantidades com os dados contidos nas requisições, certificar a correspondência entre o material recebido e o solicitado e dispor os materiais relacionados nos pedidos, separando-os de acordo com as especificações e quantidades. Após anos de trabalho, Eduardo passou a sentir fortes dores na coluna e, em pouco tempo, não conseguia mais fazer movimentos de flexão e extensão da coluna. Após a realização de exame médico pericial, constatou-se que o empregado estava inapto para o trabalho e impossibilitado de reabilitação. Considerando-se os fatos apresentados acima, qual dos benefícios previdenciários será concedido a Eduardo?

(A) Aposentadoria especial.

(B) Aposentadoria por invalidez.

(C) Auxílio-doença.

(D) Auxílio-acidente.

(E) Salário-família.

RESPOSTA A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição (Lei n. 8.213/91, art. 42). *Alternativa B.*

6220. **(Auditor – TCE-MT – 2011 – FMP)** Na hipótese de segurado do Regime Geral de Previdência Social exercer duas atividades e resultar totalmente incapacitado, em definitivo, para uma delas e permanecer capaz para a outra:

(A) deverá ser concedido auxílio-doença que cessará após cinco anos.

(B) deverá ser concedido auxílio-doença inicialmente e, confirmada a incapacidade definitiva, ser substituído por aposentadoria por invalidez.
(C) não deverá ser concedido benefício algum em razão da capacidade para a outra atividade.
(D) deverá ser concedido auxílio-doença e mantida a concessão indefinidamente em razão de inexistência de incapacidade para qualquer atividade.
(E) deverá ser concedido auxílio-acidente.

RESPOSTA Quando o segurado que exercer mais de uma atividade se incapacitar definitivamente para uma delas, deverá o auxílio-doença ser mantido indefinidamente, não cabendo sua transformação em aposentadoria por invalidez, enquanto essa incapacidade não se estender às demais atividades (Decreto n. 3.048/99, art. 74). *Alternativa D.*

6221. **(AFRFB – RFB – 2005 – ESAF)** De acordo com a Lei n. 8.213/91, na parte relativa ao auxílio-doença, indique qual das opções está incorreta:

(A) é um benefício de caráter continuado.
(B) é devido ao segurado.
(C) a sua extinção ocorre diante da recuperação da capacidade para o trabalho.
(D) em regra, possui prazo de carência para a sua concessão.
(E) é concedido diante da incapacidade permanente para o trabalho.

RESPOSTA Para cobrir a incapacidade permanente, a Lei n. 8.213/91 prevê a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez; ou seja, presume-se que, em princípio, o auxílio-doença será devido ao segurado que estiver temporariamente incapacitado. *Alternativa E.*

6222. **(AFRFB – RFB – 2005 – ESAF)** Indique qual dos benefícios listados abaixo, de acordo com a legislação previdenciária, é reembolsado à empresa:

(A) Auxílio-acidente.
(B) Aposentadoria por idade.
(C) Salário-família pago aos segurados a seu serviço.
(D) Aposentadoria por invalidez.
(E) Pensão por morte.

RESPOSTA As cotas do salário-família, pagas pela empresa, deverão ser deduzidas quando do recolhimento das contribuições sobre a folha de salário (Decreto n. 3.048/99, art. 82, § 4º). *Alternativa C.*

6223. **(AFRFB – RFB – 2005 – ESAF)** Com relação à aposentadoria por invalidez, prevista na Lei 8.213/91, é **incorreto** afirmar:

(A) A aposentadoria por invalidez não será concedida ao trabalhador avulso.
(B) A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência.
(C) A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz.
(D) A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário de benefício.
(E) A aposentadoria por invalidez será concedida ao trabalhador doméstico.

RESPOSTA A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário de benefício (Lei n. 8.213/91, art. 44). *Alternativa D.*

6224. **(AFRFB – RFB – 2005 – ESAF)** É falso afirmar que, quanto ao segurado e ao

dependente, o Regime Geral da Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente de trabalho, expressas em benefícios e serviços, **exceto**,

(A) a pensão por morte.
(B) o auxílio-doença.
(C) o salário-família.
(D) a reabilitação profissional.
(E) o salário-maternidade.

RESPOSTA Tanto segurados quanto dependentes fazem jus à prestação do serviço social e da reabilitação profissional (Lei n. 8.213/91, art. 18, III). *Alternativa D.*

6225. **(AFRFB – RFB – 2005 – ESAF)** Conforme estabelece o art. 80, da Lei n. 8.213/91, é correto afirmar com relação ao auxílio-reclusão:

(A) Será concedido aos dependentes do segurado que estiver preso preventivamente.
(B) Será concedido aos dependentes do segurado que estiver respondendo a processo criminal, independentemente de recolhimento à prisão.
(C) Será concedido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não tiver remuneração.
(D) Será concedido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, ainda que receba benefício de aposentadoria.
(E) Será concedido aos dependentes do segurado recolhido ou não à prisão, mas que esteja condenado e não receba qualquer remuneração.

RESPOSTA O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço (Lei n. 8.213/91, art. 80). *Alternativa A.*

6226. **(AFRFB – RFB – 2005 – ESAF)** Assinale a opção correta, no tocante ao auxílio-doença.

(A) Será concedido ao segurado, independentemente de carência.
(B) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por período de até 15 (quinze) dias consecutivos.
(C) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
(D) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por período inferior a 15 (quinze) dias consecutivos.
(E) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade parcial para o trabalho ou para sua atividade habitual por período de até 15 (quinze) dias consecutivos.

RESPOSTA O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos (Lei n. 8.213/91, art. 59). *Alternativa C.*

6227. **(Auditor – TCM-RJ – 2008 – FGV)** Quanto à concessão de benefícios, assinale a afirmativa incorreta.

(A) O salário de benefício consiste na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo. No caso da aposentadoria por tempo de contribuição, a média apurada será multiplicada pelo fator previdenciário,

compulsoriamente.

(B) Uma vez calculado o salário de benefício, aplica-se o percentual correspondente à renda mensal, que varia conforme o benefício requerido. A renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não poderá ser inferior ao salário-mínimo nem superior ao limite máximo, salvo direito adquirido.

(C) Todos os benefícios da Previdência Social são concedidos sempre que implementados dois requisitos: a carência e a situação geradora do benefício, também chamada de risco social. Assim, por exemplo, tratando-se de aposentadoria por idade, o segurado deve ter, no mínimo, sessenta e cinco anos ou, sendo do sexo feminino, sessenta anos de idade, com carência de cento e oitenta contribuições.

(D) Fator previdenciário é um índice multiplicador do salário de benefício, que leva em consideração, no seu cálculo, a idade do segurado, o tempo de contribuição, a expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria, conforme tabelas construídas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Dessa forma, quanto mais tempo o segurado presumivelmente receberá aposentadoria, menor será a renda mensal do seu benefício.

(E) O salário-maternidade da segurada empregada é benefício que não se sujeita à apuração do salário de benefício nem ao limite máximo dos benefícios. Sua renda mensal consiste num valor igual à sua remuneração.

RESPOSTA Independe de carência a concessão das seguintes prestações, (...) pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente (Lei n. 8.213/91, art. 26, I). *Alternativa C.*

6228. **(Juiz do Trabalho – TRT-1 – 2008 – IC)** Assinale a resposta incorreta:

(A) O auxílio-doença é devido a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade para o segurado empregado e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

(B) Quando o segurado requerer o auxílio-doença após o trigésimo dia do afastamento da atividade, este é devido a contar da data da entrada do requerimento.

(C) O auxílio-doença será devido durante o curso de reclamação trabalhista relacionada com a rescisão do contrato de trabalho, ou após a decisão final, desde que implementadas as condições mínimas para a concessão do benefício.

(D) Quando o acidentado não se afastar do trabalho no dia do acidente, os quinze dias de responsabilidade da empresa pela sua remuneração integral são contados a partir da data do afastamento.

(E) A empresa conservará durante 20 (vinte) anos os comprovantes dos pagamentos e as cópias das certidões correspondentes, para exame pela fiscalização da Previdência Social.

RESPOSTA A empresa deverá conservar, durante dez anos, os comprovantes dos pagamentos e as cópias das certidões correspondentes, para exame pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (Decreto n. 3.048/99, art. 84, § 1º). *Alternativa E.*

6229. **(Juiz do Trabalho – TRT-1 – 2008 – IC)** Assinale a resposta incorreta:

(A) o segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

(B) o direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados,

salvo comprovada má-fé.

(C) a apresentação de documentação incompleta pode constituir motivo para recusa do requerimento do benefício do auxílio por acidente do trabalho.

(D) nenhum benefício ou serviço da Previdência Social poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total.

(E) a propositura, pelo beneficiário ou contribuinte, de ação que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual versa o processo administrativo importa renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso interposto.

RESPOSTA A apresentação de documentação incompleta não constitui motivo para recusa do requerimento de benefício (Decreto n. 3.048/99, art. 176). *Alternativa C.*

6230. **(Juiz do Trabalho – TRT-1 – 2008 – IC)** No âmbito do Regime Geral de Previdência Social, relativamente às prestações em geral, é correto afirmar que:

(A) benefícios e serviços, indistintamente, são devidos a segurados e dependentes.

(B) as prestações, como gênero, compreendem benefícios e serviços.

(C) não se compreendem no Regime Geral da Previdência Social, porque sujeitas ao regime especial, as prestações relativas a eventos decorrentes de acidente do trabalho.

(D) a empresa é responsável pela adoção de medidas de segurança e proteção da saúde do trabalhador, somente eximindo-se dessa responsabilidade se provar que o trabalhador, advertido, assumiu o infortúnio.

(E) são prestações comuns, a segurados e dependentes, exclusivamente os pecúlios e a reabilitação profissional.

RESPOSTA O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços (Lei n. 8.213/91, art. 18). *Alternativa B.*

6231. **(Procurador do Trabalho – PGT – 2007)** O auxílio-acidente atualmente tem natureza:

(A) complementar;

(B) suplementar;

(C) indenizatória;

(D) salarial;

(E) não respondida.

RESPOSTA O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (Lei n. 8.213/91, art. 86). *Alternativa C.*

6232. **(Juiz do Trabalho – TRT-3 – 2012)** Sobre o direito previdenciário, leia as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

(A) A organização da Previdência Social obedecerá, dentre outros, aos seguintes princípios: universalidade de participação nos planos previdenciários, independentemente de contribuição, e preservação do valor real dos benefícios.

(B) A organização da Assistência Social obedecerá às seguintes diretrizes: centralização político-administrativa e participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.

(C) A organização da Previdência Social obedecerá, dentre outros, aos seguintes princípios: universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição, e preservação do

valor real dos benefícios.

(D) A organização das atividades de saúde obedecerá, dentre outros, aos seguintes princípios, acesso universal e igualitário, atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, e vedação da participação da iniciativa privada na assistência à saúde.

(E) O salário-maternidade não é considerado salário de contribuição.

RESPOSTA A organização da Assistência Social obedecerá às seguintes diretrizes: a) descentralização político-administrativa; b) participação da população na formulação; e c) controle das ações em todos os níveis (Lei n. 8.212/91, art. 4º, parágrafo único). *Alternativa B.*

6233. **(Juiz do Trabalho – TRT-8 – 2008)** Acerca das prestações previdenciárias em geral, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

(A) O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consiste em renda igual à sua remuneração integral, cabendo à empresa o seu pagamento, efetivando-se a compensação correspondente, exceto nas hipóteses de adoção ou de guarda judicial para fins de adoção, quando o referido benefício será pago diretamente pela Previdência Social.

(B) O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, até a véspera do início da aposentadoria por idade ou até a data do óbito do segurado. Desta feita, o recebimento de salário ou concessão de outro benefício, exceto o da aposentadoria por idade, com que não pode ser acumulado, não prejudica o recebimento do auxílio-doença.

(C) O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso seu contrato de trabalho. Recuperando o empregado a capacidade de trabalho e sendo a aposentadoria cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que ocupava ao tempo da aposentadoria, sendo garantida obrigatoriamente a manutenção no emprego por doze meses.

(D) Não será devido auxílio-doença, em nenhuma hipótese, ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício.

(E) O auxílio-doença é devido a partir do 16º dia de afastamento para os segurados empregados e, desde a data do início da incapacidade para os segurados empregados domésticos, contribuintes individuais, trabalhadores avulso, especiais ou facultativos. Entretanto, quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de trinta dias, somente será devido a contar da data de entrada do requerimento.

RESPOSTA O auxílio-doença será devido (...) a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade para o segurado empregado, exceto o doméstico; (...) a contar da data do início da incapacidade, para os demais segurados; ou (...) a contar da data de entrada do requerimento, quando requerido após o trigésimo dia do afastamento da atividade, para todos os segurados (Decreto n. 3.048/99, art. 72). *Alternativa E.*

6234. **(Juiz do Trabalho – TRT-2 – 2012)** Em se tratando de pensão por morte, conforme legislação aplicável, é INCORRETO afirmar que:

(A) Consiste em benefício devido ao conjunto de dependentes do segurado, aposentado ou não, enquanto persistir a situação de dependência.

(B) Consiste em renda mensal correspondente a 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia em vida ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data do seu falecimento.

(C) No rateio da pensão por morte, ao cônjuge sobrevivente será devido o benefício na proporção de 50%, e o restante, dividido, em partes iguais, aos demais dependentes.

(D) Reverterá em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar, sendo que a parte

individual da pensão extingue-se pela morte do pensionista e, para o filho, a pessoa a ele equiparada ou irmão pela emancipação ou ao completar 21 anos de idade, salvo se for inválido, bem como para o pensionista inválido, pela cessação da invalidez.

(E) Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial competente, depois de 6 meses de ausência, será concedida pensão provisória.

RESPOSTA A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais (Lei n. 8.213/91, art. 77). *Alternativa C.*

6235. **(Juiz do Trabalho – TRT-15 – 2008)** Não integram o salário de contribuição, exceto:

(A) o salário-maternidade recebido da previdência social;

(B) o adicional mensal recebido pelo aeronauta;

(C) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em canteiro de obras;

(D) o abono pecuniário relativo à conversão de 1/3 do período de férias a que o empregado tiver direito;

(E) a metade da remuneração a que o empregado teria direito até o término do contrato a prazo determinado, rescindido antecipada e imotivadamente.

RESPOSTA O salário-maternidade é considerado salário de contribuição (Lei n. 8.212/91, art. 28, § 2º). *Alternativa A.*

6236. **(Juiz do Trabalho – TRT-15 – 2008)** O aposentado que retorna ao trabalho, como empregado e se vincula novamente a previdência social, tem direito ao seguinte benefício previdenciário:

(A) aposentadoria por invalidez decorrente de acidente do trabalho ocorrido em face do novo vínculo empregatício;

(B) aposentadoria por tempo de contribuição na nova atividade;

(C) auxílio-doença;

(D) auxílio-acidente;

(E) reabilitação profissional.

RESPOSTA O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS que permanecer em atividade sujeita a esse Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado (Lei n. 8.213/91, art. 18, § 2º). *Alternativa E.*

6237. **(Juiz do Trabalho – TRT-15 – 2008)** De acordo com a legislação é correto afirmar que:

(A) o empregado doméstico tem direito ao auxílio-doença, recebendo do empregador a remuneração dos primeiros quinze dias de afastamento, ficando a cargo da Previdência Social o pagamento devido a partir do 16º dia;

(B) durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar o salário ao segurado empregado;

(C) para efeito de aposentadoria por tempo de serviço de empregado urbano, admitir-se-á a averbação de período trabalhado durante o qual o exercício da atividade não determinava filiação obrigatória ao anterior Regime de Previdência Social Urbana, independentemente do recolhimento das contribuições correspondentes, conforme dispuser o Regulamento;

(D) o salário-maternidade é pago à empregada doméstica gestante diretamente pelo empregador,

efetivando-se a compensação;

(E) o auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão que estiver em gozo de auxílio-doença.

RESPOSTA Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida ao segurado empregado, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias (Lei n. 8.213/91, art. 43, § 1º, *a*). *Alternativa B.*

6238. **(Juiz do Trabalho – TRT-15 – 2008)** É entendimento pacificado nos Tribunais Superiores e/ou no Supremo Tribunal Federal que:

(A) a contribuição previdenciária não incide sobre o abono incorporado ao salário;

(B) é inconstitucional o art. 118 da Lei 8.213/91;

(C) para efeito da aposentadoria especial de professores, computa-se também o tempo de serviço prestado fora da sala de aula;

(D) é devida a pensão por morte aos dependentes do segurado que, apesar de ter perdido essa qualidade, preencheu os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria até a data de seu óbito;

(E) nenhuma das anteriores.

RESPOSTA É devida a pensão por morte aos dependentes do segurado que, apesar de ter perdido essa qualidade, preencheu os requisitos legais para a obtenção da aposentadoria até a data do seu óbito (STF, Súmula 416). *Alternativa D.*

6239. **(Juiz do Trabalho – TRT-24 – 2012)** É CORRETO afirmar:

(A) São consideradas como doença do trabalho a degenerativa, a inerente a grupo etário, a que não produza incapacidade laborativa e a endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

(B) O salário-maternidade é considerado salário de contribuição para a Previdência Social.

(C) O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em vinte anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

(D) É de cinco anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

(E) Prescreve em dez anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

RESPOSTA O salário-maternidade é considerado salário de contribuição (Lei n. 8.212/91, art. 28, § 2º). *Alternativa B.*

6240. **(Juiz do Trabalho – TRT-9 – 2012 – ESPP)** Joana mantém com Pedro, seu empregador, contrato de trabalho doméstico. Durante a execução de suas tarefas, Joana sofre queda e fratura a perna, ficando afastada das atividades por noventa dias. Assinale a alternativa correta:

(A) Joana tem direito a receber da previdência social, no período de afastamento, auxílio-doença acidentário.

(B) Joana apenas fará jus ao auxílio-doença acidentário se o empregador optou por inclui-la no regime do FGTS.

(C) Joana tem direito ao auxílio-doença no período de afastamento.

(D) Joana apenas fará jus ao auxílio-doença se o empregador optou por inclui-la no regime do FGTS.

(E) A queda sofrida por Joana não pode ser conceituada como acidente de trabalho, por ser ela empregada doméstica, não fazendo jus a qualquer benefício previdenciário.

RESPOSTA O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos (Lei n. 8.213/91, art. 59). Apenas os trabalhadores avulsos, empregados e segurados especiais sofrem acidente de trabalho. *Alternativa C.*

IV. Custeio da Seguridade Social

6241. **(Advogado – CETESB – 2009 – VUNESP)** Considere os itens.

I. Entende-se por salário de contribuição do segurado facultativo o valor por ele declarado, observado o limite máximo a que se refere a legislação vigente.

II. O salário-maternidade não é considerado salário de contribuição.

III. O décimo terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário de contribuição, exceto para o cálculo de benefício, nos termos e limites fixados na legislação vigente.

IV. Integram o salário de contribuição pelo seu valor total, o total das diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal.

Está correto apenas o contido em

(A) I, II e IV.

(B) II e III.

(C) II, III e IV.

(D) I, III e IV.

(E) II e IV.

RESPOSTA A questão versa sobre noções de salário de contribuição, cujas respostas se encontram no art. 28, Lei n. 8.212/91. A primeira assertiva está de acordo com o inciso IV do referido artigo, mas o § 2º, art. 28, Lei n. 8.212/91, prescreve que o salário-maternidade é considerado salário de contribuição. Segundo o § 7º, art. 28, Lei n. 8.212/91, o décimo terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário de contribuição, exceto para o cálculo de benefício. Por fim, integra o salário de contribuição pelo seu valor completo o total das diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal (art. 28, § 7º, Lei n. 8.212/91). *Alternativa D.*

6242. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) Compete exclusivamente à União instituir contribuição social para o custeio do Regime Geral de Previdência Social.

(B) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir contribuição a ser cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de regime próprio de previdência.

(C) A contribuição social de Seguridade Social só pode ser exigida 90 (noventa) dias após a data da publicação da lei que a instituiu ou modificou.

(D) E vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a cobrança de contribuição social de Seguridade Social no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que a instituiu ou aumentou.

(E) As entidades beneficentes de assistência social, desde que atendidas as exigências estabelecidas em lei, são isentas de contribuição para a Seguridade Social.

RESPOSTA As contribuições destinadas ao custeio da Seguridade Social não se sujeitam à regra da anterioridade tributária, conforme prescreve o art. 195, § 6º, Constituição Federal, ao dispor que as contribuições sociais de que trata este artigo só

poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b*. *Alternativa D.*

6243. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Nos termos da Constituição Federal, a contribuição para a seguridade social

(A) não está vinculada ao princípio constitucional da anterioridade. Entretanto, só pode ser exigida 90 dias após sua criação.

(B) não está vinculada ao princípio constitucional da anterioridade. Entretanto, só pode ser exigida 30 dias após sua criação.

(C) está vinculada ao princípio constitucional da anterioridade. Entretanto, só pode ser exigida 60 dias após sua criação.

(D) está vinculada ao princípio constitucional da anterioridade. Entretanto, só pode ser exigida 30 dias após sua criação.

(E) não está vinculada ao princípio constitucional da anterioridade, nem a qualquer outra limitação temporal.

RESPOSTA As contribuições destinadas ao custeio da Seguridade Social não se sujeitam à regra da anterioridade tributária, conforme prescreve o art. 195, § 6º, Constituição Federal, ao dispor que as contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b*. *Alternativa A.*

6244. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Considerando que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, bem como o caráter tributário da contribuição social prevista no art. 195 da Constituição Federal, analise as assertivas abaixo referentes a cobrança da COFINS, PIS e FINSOCIAL sobre operações relativas a energia elétrica, nos termos da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinalando a opção correta.

(A) A COFINS não pode incidir sobre operações relativas a energia elétrica.

(B) É constitucional a cobrança do FINSOCIAL sobre as operações relativas a energia elétrica.

(C) O PIS não pode incidir sobre operações relativas a energia elétrica.

(D) Novos impostos podem ser instituídos para incidir sobre operações relativas a energia elétrica.

(E) A imunidade relativa a impostos evita a incidência da COFINS sobre as operações relativas a energia elétrica.

RESPOSTA STF, Súmula 659: É legítima a cobrança da COFINS, do PIS e do FINSOCIAL sobre as operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País. *Alternativa B.*

6245. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** A respeito do enunciado − "As sociedades civis de prestação de serviços profissionais são isentas da COFINS, irrelevante o regime tributário adotado" −, é correto afirmar que

(A) o enunciado da súmula foi cancelado e não está mais em vigor.

(B) o enunciado referido é do Supremo Tribunal Federal.

(C) o enunciado continua em vigor após a vigência da Lei n. 9.430/96.

(D) o STF entende que a posição jurisprudencial do STJ sobre a matéria era correta.

(E) a posição do STF e do STJ sempre foi convergente nesta matéria.

RESPOSTA Conforme *Informativo* 376 do STJ, a Seção adotou o entendimento de que a revogação, por lei ordinária, da isenção do recolhimento da Cofins, concedida pela Lei Complementar n. 70/91, não afronta o princípio da hierarquia das leis. A referida LC, apesar de seu caráter formalmente complementar, tratou de matéria não submetida à reserva constitucional de lei complementar, a permitir, daí, que mudanças no texto daquele diploma legal pudessem ser introduzidas por meio de simples leis

ordinárias. Assim, a Seção julgou procedente a ação rescisória e, em questão de ordem, anulou o Enunciado 276 da Súmula deste Superior Tribunal: as sociedades civis de prestação de serviços profissionais são isentas da Cofins, irrelevante o regime tributário adotado (AR 3.761-PR, Rel. Min. Eliana Calmon, julgada em 12-11-2008). *Alternativa A.*

6246. (Auditor – TCE-MT – 2011 – FMP) Na hipótese de segurado do Regime Geral de Previdência Social exercer duas atividades e resultar totalmente incapacitado, em definitivo, para uma delas e permanecer capaz para a outra:

(A) deverá ser concedido auxílio-doença que cessará após cinco anos.

(B) deverá ser concedido auxílio-doença inicialmente e, confirmada a incapacidade definitiva, ser substituído por aposentadoria por invalidez.

(C) não deverá ser concedido benefício algum em razão da capacidade para a outra atividade.

(D) deverá ser concedido auxílio-doença e mantida a concessão indefinidamente em razão de inexistência de incapacidade para qualquer atividade.

(E) deverá ser concedido auxílio-acidente.

RESPOSTA Quando o segurado que exercer mais de uma atividade se incapacitar definitivamente para uma delas, deverá o auxílio-doença ser mantido indefinidamente, não cabendo sua transformação em aposentadoria por invalidez, enquanto essa incapacidade não se estender às demais atividades (Decreto n. 3.048/99, art. 74). *Alternativa D.*

6247. (Analista – RFB – 2012 – ESAF) Não se considera empresa, nem a ela se equipara, para fins de custeio da Previdência Social,

(A) a firma individual que reúne elementos produtivos para a produção ou circulação de bens ou de serviços e assume o risco de atividade econômica urbana ou rural.

(B) a sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, ainda que tenha duração temporária.

(C) a empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli) que assuma o risco de atividade econômica.

(D) a cooperativa, a missão diplomática e a repartição consular de carreiras estrangeiras ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade.

(E) aquele que admite empregado a seu serviço, mediante remuneração, sem finalidade lucrativa, no âmbito residencial de diretor de empresa.

RESPOSTA Considera-se empregador doméstico aquele que admite a seu serviço, mediante remuneração, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico (Decreto n. 3.048/99, art. 12, II). *Alternativa E.*

6248. (Analista – RFB – 2012 – ESAF) Integra o salário de contribuição:

(A) o valor recebido a título de indenização por despedida sem justa causa nos contratos de trabalho por prazo determinado.

(B) a parcela *in natura* recebida de acordo com programa de alimentação aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Lei da Alimentação do Trabalhador.

(C) a importância recebida a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional.

(D) o valor recebido como indenização de 40% do montante depositado no FGTS, como proteção à relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa.

(E) a remuneração auferida, a qualquer título, em uma ou mais empresas, por trabalhador avulso, durante o mês, destinado a retribuir o trabalho.

RESPOSTA Entende-se por salário de contribuição, para o empregado e o trabalhador avulso, a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês,

destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa (Lei n. 8.212/91, art. 28, I). *Alternativa E.*

6249. **(AFRFB – RFB – 2009 – ESAF)** Nos termos da legislação de custeio, quem não é obrigado a exibir todos os documentos e livros relacionados com as contribuições previstas na Lei n. 8.212/91:

(A) o síndico.
(B) o liquidante de empresa em liquidação extrajudicial.
(C) o segurado da Previdência Social.
(D) o liquidante de empresa em liquidação judicial.
(E) o dependente da Previdência Social.

RESPOSTA A empresa, o segurado da Previdência Social, o serventuário da Justiça, o síndico ou seu representante, o comissário e o liquidante de empresa em liquidação judicial ou extrajudicial são obrigados a exibir todos os documentos e livros relacionados com as contribuições previstas nesta lei (Lei n. 8.212/91, art. 33, § 2º). *Alternativa E.*

6250. **(AFRFB – RFB – 2009 – ESAF)** Na busca da efetiva arrecadação da contribuição social, a legislação previdenciária de custeio dispõe sobre a responsabilidade solidária. Sabendo que a solidariedade nunca é presumida, resultando da lei ou da vontade das partes, assinale a assertiva incorreta com relação às pessoas solidárias pelo cumprimento das obrigações para com a Seguridade Social decorrentes de obra.

(A) O proprietário.
(B) O incorporador
(C) O fiscal de obras da prefeitura.
(D) A empresa de comercialização de imóveis.
(E) O construtor.

RESPOSTA O proprietário, o incorporador definido na Lei n. 4.591, de 1964, o dono da obra ou condômino da unidade imobiliária cuja contratação da construção, reforma ou acréscimo não envolva cessão de mão de obra, são solidários com o construtor, e este e aqueles com a subempreiteira, pelo cumprimento das obrigações para com a seguridade social, ressalvado o seu direito regressivo contra o executor ou contratante da obra e admitida a retenção de importância a este devida para garantia do cumprimento dessas obrigações, não se aplicando, em qualquer hipótese, o benefício de ordem (Decreto n. 3.048/99, art. 220). *Alternativa C.*

6251. **(ATA – RFB – 2009 – ESAF)** Qual das parcelas abaixo não integra o salário de contribuição?

(A) Salário.
(B) Gorjetas.
(C) Despesas de viagem.
(D) Abonos.
(E) Ganhos habituais.

RESPOSTA Valores recebidos a título de reembolso pelo empregador não integram o salário de contribuição (Lei n. 8.212/91, art. 28, § 9º). *Alternativa C.*

6252. **(ATA – RFB – 2009 – ESAF)** A respeito da natureza jurídica da contribuição social, analise as assertivas abaixo relativas às espécies tributárias, indicando a correta.

(A) Imposto.
(B) Taxa.
(C) Contribuição Parafiscal.
(D) Empréstimo Compulsório.
(E) Contribuição de Melhoria.

RESPOSTA Contribuições parafiscais são tributos incluídos na espécie tributária denominada contribuição especial no interesse de categorias econômicas ou profissionais. Sua arrecadação é destinada ao custeio de atividade paraestatal, ou seja, atividade exercida por entidades privadas, mas com conotação social ou de interesse público. Exemplo: a atividade desenvolvida pelo SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT E SEBRAE. As contribuições sociais sempre serão equiparadas a contribuições parafiscais. *Alternativa C.*

6253. **(ATA – RFB – 2009 – ESAF)** Assinale a assertiva que não contém uma obrigação acessória das contribuições destinadas à Seguridade Social.
(A) Elaboração da folha de pagamento.
(B) Dever de prestar informações.
(C) Lançamento dos fatos geradores das contribuições.
(D) Pagamento da contribuição social.
(E) Dever do Cartório de comunicar óbitos.

RESPOSTA O pagamento de contribuições sociais constitui obrigação tributária principal. Consideram-se acessórias aquelas que impõem condutas que visam a facilitar a realização de fiscalização. *Alternativa D.*

6254. **(Auditor – TCM-RJ – 2008 – FGV)** A respeito do conceito e financiamento da Seguridade Social, assinale a afirmativa **incorreta**.
(A) As receitas dos Municípios destinadas ao financiamento da seguridade social constarão de seus respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
(B) A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social.
(C) O princípio da equidade na participação do custeio da seguridade social se expressa, entre outros, pelas alíquotas de contribuição diferentes para as empresas e para os trabalhadores.
(D) No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das receitas da União, das contribuições sociais e receitas de outras fontes. Entre estas e as vinculadas às ações de saúde, estão as provenientes do seguro contra Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT.
(E) A contribuição social incidente sobre a receita de concursos de prognósticos refere-se, exclusivamente, às loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.

RESPOSTA A contribuição social incidente sobre concursos de prognósticos abrangerá todas as loterias e sorteios autorizados no Brasil, bem como as apostas em prados de corrida. *Alternativa E.*

6255. **(Juiz do Trabalho – TRT-1 – 2008 – IC)** De acordo com o artigo 28, da Lei n. 8.212/91, não integram o salário de contribuição (assinale a proposição incorreta):
(A) os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade.
(B) a ajuda de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei n. 5.929, de 30 de outubro de 1973.
(C) a parcela *in natura* recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo

Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976.

(D) o total das diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal.

(E) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei n. 6.494, de 7 de dezembro de 1977.

RESPOSTA Integra o salário de contribuição o total das diárias pagas, quando excederem cinquenta por cento da remuneração mensal (Lei n. 8.212/91, art. 28, § 8º, *a*). *Alternativa D.*

6256. **(Juiz do Trabalho – TRT-1 – 2008 – IC)** A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à seguridade social estão sujeitas à seguinte regra ou procedimento:

(A) a empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregados, mas não as dos trabalhadores avulsos que lhe prestam serviços, porque a estes a lei impõe aquela obrigação.

(B) somente os segurados trabalhadores autônomos e avulsos estão obrigados a recolher suas contribuições.

(C) o empregado doméstico está obrigado a recolher apenas a parcela de contribuição a seu cargo, cabendo ao empregador doméstico recolher a parcela que lhe diz respeito.

(D) as empresas que compõem grupo econômico, de qualquer natureza, respondem, solidariamente, entre si pelas obrigações financeiras das contribuições a seu cargo.

(E) é solidariamente responsável o adquirente de prédio ou unidade imobiliária, mesmo se realizar a operação por intermédio de incorporador ou empresa de comercialização de imóveis.

RESPOSTA As empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações decorrentes desta lei (Lei n. 8.212/91, art. 30, IX). *Alternativa D.*

6257. **(Juiz do Trabalho – TRT-1 – 2008 – IC)** É norma reguladora da apuração, constituição e cobrança dos créditos da seguridade social:

(A) extingue-se em 15 (quinze) anos o direito de apurar os créditos.

(B) extingue-se em 20 (vinte) anos o direito de cobrar créditos, se estes estiverem regularmente constituídos.

(C) prescreve em 10 (dez) anos o direito de cobrar os créditos regularmente constituídos.

(D) extingue-se em 5 (cinco) anos o direito de apurar e constituir os créditos.

(E) são idênticos, e fixados em 10 (dez) anos, a contar da data da respectiva apuração, os prazos para constituição e a cobrança dos créditos.

RESPOSTA De acordo com o julgado no Recurso Especial 995.543, STF, extingue-se em cinco anos o direito de a Previdência Social apurar e constituir seus créditos. *Alternativa D.*

6258. **(Procurador – PGFN – 2012 – ESAF)** Com relação ao regime geral da previdência social, beneficiários, benefícios e custeio à luz da legislação previdenciária vigente, assinale a opção correta.

(A) São beneficiários do regime geral: os segurados das diversas categorias, não incluídos os seus dependentes.

(B) O auxílio-funeral é uma espécie de benefício existente no regime geral federal

(C) Não há diferenças de alíquotas entre os diversos benefícios previdenciários.

(D) Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício.

(E) São dependentes obrigatórios os pais do segurado independentemente da comprovação de dependência econômica.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 8.213/91, art. 24, período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências. *Alternativa D.*

6259. **(Analista – Receita Federal – 2009 – ESAF)** A empresa contratante de serviços executados mediante cessão ou empreitada de mão de obra, inclusive em regime de **trabalho temporário**, deverá reter determinado valor e recolher a importância retida. Assinale a assertiva correta com relação a qual o valor a ser retido e em nome de quem será recolhido.

(A) Onze por cento do valor líquido da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço; em nome da empresa cedente da mão de obra.

(B) Onze por cento do valor bruto dos salários pagos aos autônomos ou fatura de prestação de serviço; em nome do INSS.

(C) Onze por cento do valor líquido da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço; em nome da empresa contratada.

(D) Onze por cento do valor bruto dos salários pagos aos autônomos ou fatura de prestação de serviço; em nome da empresa contratante.

(E) Onze por cento do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço; em nome da empresa cedente da mão de obra.

RESPOSTA A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher, em nome da empresa cedente da mão de obra, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5º do art. 33 desta lei (Lei n. 8.212/91, art. 31). *Alternativa D.*

6260. **(Juiz do Trabalho – TRT-8 – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, é considerado contribuinte individual, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

(B) Mesmo que o membro de grupo familiar possua outra fonte de renda, a saber: benefício de pensão por morte; auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, não perderá a condição de segurado especial, desde que não supere o do menor benefício de prestação continuada da previdência social.

(C) É vedada pela Constituição de 1988 a filiação ao regime geral da previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência social.

(D) A contribuição do segurado trabalhador rural, contratado para o exercício de atividades de natureza temporária para produtor rural pessoa física, na forma da Lei n. 5.889/1973, é de 11% (onze por cento) sobre o respectivo salário de contribuição.

(E) O cônjuge separado de fato que mantiver dependência econômica do segurado será considerado dependente para fins previdenciários.

RESPOSTA É de 8% (oito por cento) a contribuição do trabalhador rural contratado para o exercício de atividades de natureza temporária para produtor rural pessoa física. *Alternativa D.*

6261. **(Juiz do Trabalho – TRT-15 – 2008)** A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, não incide sobre:

(A) gorjetas;
(B) ganhos eventuais pagos sob a forma de utilidades;
(C) o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços;
(D) o valor bruto da nota fiscal ou fatura, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho;
(E) nenhuma das anteriores.

RESPOSTA Entende-se por salário de contribuição (...) os ganhos habituais sob a forma de utilidades (Lei n. 8.212/91, art. 28, I). *Alternativa B.*

6262. **(AFRFB – RFB – 2005 – ESAF)** Para os segurados empregados e trabalhadores avulsos, entende-se por salário de contribuição:

(A) a remuneração auferida, sem dependência da fonte pagadora, em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observados os limites mínimo e máximo do salário de contribuição.
(B) o valor recebido pelo cooperado, ou a ele creditado, resultante da prestação de serviços a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, por intermédio da cooperativa.
(C) o valor por eles declarado, observados os limites mínimo e máximo do salário de contribuição.
(D) vinte por cento do valor bruto auferido pelo frete, carreto, transporte, não se admitindo a dedução de qualquer valor relativo aos dispêndios com combustível e manutenção do veículo, ainda que parcelas a este título figurem discriminadas no documento.
(E) a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos que lhe são pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês.

RESPOSTA Entende-se por salário de contribuição, para o empregado e o trabalhador avulso, a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa (Lei n. 8.212/91, art. 28, I). *Alternativa E.*

Bibliografia

- Martinez, Wladimir Novaes. *Curso de direito previdenciário.* 5. ed. São Paulo: LTr, 2013.
- Kertzman, Ivan. *Curso prático de direito previdenciário.* 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2013.
- Zambitte, Fabio. *Curso de direito previdenciário.* 17. ed. Niterói: Impetus, 2013.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TATIANA MARCELLO

Advogada. Especialista em Processo Civil pela UCB. Especialista em Direito de Família Contemporâneo e Mediação pela Esade. Professora na Pós-Graduação da Faculdade IMED. Professora nos cursos preparatórios: IDC, A Casa do Consurseiro, CENC e *Vade Mecum*. Coautora das obras *Passe na OAB 1ª Fase* – Questões Comentadas; *Manual de dicas* – 1ª Fase OAB; *Coleção Passe em Concursos Públicos* – Questões Comentadas – Advocacia Pública 1 e 2 e Defensoria Pública, Vol. Analistas de Tribunais; *Manual de dicas* – Advocacia Pública e Defensoria Pública, Vol. Delegado de Polícia, todas da Editora Saraiva, e de outros livros jurídicos.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	253
FCC	171
OUTRAS BANCAS	377
OAB/FGV	36

CESPE

I. Princípios

6263. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** A desistência do prosseguimento do processo implica, para o autor, a imposição do pagamento das custas processuais remanescentes. Essa diretriz é determinada pelo princípio

(A) da causalidade.

(B) da demanda.

(C) da sucumbência.

(D) da adaptabilidade.

(E) inquisitivo.

RESPOSTA Segundo a doutrina, pelo *princípio da causalidade*, a parte que der causa à propositura da demanda deve

responder pelo pagamento das despesas daí decorrentes. Portanto, a teor do art. 26, CPC, se o processo terminar por desistência ou reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu ou reconheceu. *Alternativa A.*

II. Jurisdição e Ação, Partes e Procuradores

(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE) No que concerne ao direito processual civil, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

6264. Para propor ação é necessário ter interesse e legitimidade. Para contestar, basta ter legitimidade.

RESPOSTA Prevê o art. 3º, CPC, que, para propor ou contestar ação, é necessário ter *interesse e legitimidade. Errada*.

6265. A procuração geral para o foro, assinada pelo réu, habilita seu advogado, entre outros, a receber citação inicial, a ser intimado dos atos processuais e a reconhecer a procedência do pedido.

RESPOSTA Art. 38, CPC (a *procuração geral para o foro* não permite ao advogado *reconhecer a procedência do pedido*). *Errada*.

6266. Em causas que versem sobre direitos reais imobiliários, os cônjuges são litisconsortes necessários se réus, mas não o serão se autores.

RESPOSTA Prevê o art. 10, CPC, que o cônjuge somente precisará do *consentimento* do outro para *propor* ação versando sobre direitos reais imobiliários, o que não significa que este necessariamente integrará o polo ativo, tampouco em litisconsórcio necessário. Já em relação ao polo passivo, o § 1º, I, prevê que, nas ações que versem sobre direitos reais imobiliários, ambos os cônjuges serão *necessariamente* citados, formando *litisconsórcio necessário passivo*. *Certa*.

6267. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Em relação aos sujeitos do processo, julgue os itens seguintes.

(A) A pessoa estranha ao litígio, que não participou do processo, será considerada parte se for atingida pelos efeitos da sentença.

(B) A representação e a substituição processual são institutos equivalentes; em ambos existe a autorização legal para, em processo alheio, litigar em nome próprio, mas na defesa de direito alheio.

(C) Os incapazes não têm capacidade de ser parte, já que têm legitimidade ativa ou passiva para agir por si, devendo, necessariamente, ser representados ou assistidos pelos pais ou representantes legais.

(D) No caso de alienação de bem litigioso a título particular, por ato entre vivos, a substituição da titularidade do direito material controvertido não descaracteriza a identidade de parte, uma vez que o adquirente passa a ocupar a mesma posição jurídica da parte sucedida. No entanto, o ingresso em juízo do adquirente substituindo o alienante depende do consentimento da parte contrária.

(E) Para a propositura de ações que versem sobre direitos reais imobiliários por pessoas casadas sobre posse de bem imóvel e execução por dívida contraída por apenas um dos consortes, impõe-se a formação de litisconsórcio ativo necessário entre os cônjuges, qualquer que seja o regime patrimonial do casamento.

RESPOSTA Dispõe o art. 42, § 1º, CPC, que a alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes. No entanto, o adquirente ou o cessionário não poderá ingressar em juízo, *substituindo* o alienante, ou o cedente, sem que o consinta a parte contrária. *Alternativa D*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) No que se refere a ação e processo, julgue os itens que se

seguem (Certo ou Errado).

6268. Existe estreita relação entre a capacidade processual e a capacidade para o exercício de direitos, de modo que a primeira quase sempre pressupõe a segunda, sem embargo da existência de exceções, como na hipótese da ação popular, que pode ser ajuizada por eleitor de dezesseis anos de idade.

RESPOSTA Segundo o art. 7º, CPC, toda pessoa que se acha no exercício *dos seus direitos* (capacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil) tem *capacidade para estar em juízo* (capacidade processual de exercer os atos sem acompanhamento de assistente ou representante), que, via de regra, ocorre aos 18 anos. No entanto, há exceção, como é o caso da *ação popular*, que tem como pressuposto a *cidadania* do autor (Lei n. 4.717/65, art. 1º), que pode se dar aos 16 anos, pelo alistamento eleitoral. Nesse caso, o maior de 16 e menor de 18 anos terá capacidade para exercício de seu direito, mas ainda não terá capacidade processual, pois precisará ser assistido para ingressar com a ação popular. *Certa.*

6269. Se, ajuizada ação de execução de título extrajudicial, o executado, depois de citado, pagar o valor devido, torna-se inútil a providência jurisdicional requerida, devendo o processo ser extinto por perda superveniente do interesse de agir.

RESPOSTA Se, após citado, o executado pagar o valor, a *extinção* do processo se dará em razão da *satisfação da obrigação* (art. 794, I, CPC). *Errada.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética a respeito das condições da ação, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

6270. Um locador que pretende recuperar a posse do imóvel locado propôs ação de reintegração de posse para postular o despejo do locatário. Nessa situação, ocorreu carência de ação por ilegitimidade *ad causam* ativa e passiva.

RESPOSTA A ausência das *condições da ação* (*possibilidade jurídica do pedido*, *interesse de agir* e *legitimidade das partes*) leva à declaração de *carência de ação*. O *interesse de agir* (*interesse processual*), refere-se ao binômio necessidade-adequação. No caso narrado, como a ação correta seria a de *despejo* (art. 5º, Lei n. 8.245/91), ocorreu *carência de ação* em razão da ausência de *interesse processual* (art. 3º, CPC c/c art. 267, VI) por *inadequação* da via escolhida. *Errada*.

6271. O cônjuge que pretende desfazer seu casamento em razão de ser o outro adúltero propôs ação de anulação de casamento. Nessa situação, ocorreu carência de ação por falta de interesse de agir.

RESPOSTA Como o *adultério* não é causa de *anulação* do casamento (art. 1.550, CC), e sim motivo para *separação* ou *divórcio* (art. 1.571, art. 1.572 e art. 1.573, I, CC), ocorreu a *carência de ação* por falta de *interesse de agir*, em razão da via *inadequada* escolhida para a dissolução da sociedade conjugal. *Certa*.

6272. Um proprietário propôs ação reivindicatória contra o detentor da posse para reaver o imóvel. Nessa situação, não há vício em relação às condições da ação, as partes são legítimas, o pedido é juridicamente possível e está presente o interesse de agir.

RESPOSTA A *ação reivindicatória* é típica defesa do proprietário de imóvel que não tem a sua posse, mas que pretende recuperá-la. Portanto, a parte demandada deve, por conseguinte, ser o *possuidor* (art. 1.196, CC), e não o mero *detentor* (art. 1.198, CC). Como a ação foi proposta contra o *detentor*, há vício em relação às *condições da ação*, por falta de *legitimidade ativa*. *Errada*.

(Delegado – PF – 2002 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos às condições da ação e aos pressupostos processuais (Certo ou Errado).

6273. O Distrito Federal (DF) é parte ilegítima ativa para postular direito possessório, se o bem objeto da reintegração de posse encontrar-se sob domínio e responsabilidade de empresa pública cuja

maior participação societária pertence ao DF.

RESPOSTA As empresas públicas têm personalidade jurídica, administração e finanças próprias (Decreto-lei n. 200/67, art. 5º, I), todas distintas da instituição política (federal, estadual e municipal) que as criaram. Portanto, têm capacidade processual própria também. *Certa*.

6274. É juridicamente impossível o pedido de reparação por danos morais formulado por pessoa jurídica, já que esta não possui honra, atributo exclusivo da pessoa natural.

RESPOSTA Segundo a *Súmula 227, STJ*, a pessoa jurídica pode sofrer dano moral. *Errada*.

6275. O Estado responde por danos morais e materiais em relação à família de detento que se encontrava sob a sua custódia, falecido em decorrência de incêndio provocado por agente penitenciário em estabelecimento prisional, ainda que não fique comprovado que este agiu com culpa para o evento danoso.

RESPOSTA Segundo o STJ, em julgamento de caso semelhante "o dever de ressarcir danos, inclusive morais, efetivamente causados por ato dos agentes estatais ou pela inadequação dos serviços públicos decorre diretamente do art. 37 § 6º da Constituição, dispositivo autoaplicável, não sujeito a intermediação legislativa ou administrativa para assegurar o correspondente direito subjetivo à indenização" (REsp 936.342/ES). *Certa*.

6276. O pai, representante legal do filho menor, não é parte na relação jurídica processual e não age em juízo em seu próprio nome para defender direito do representado.

RESPOSTA A capacidade de *ser parte* (de direito) é reconhecida como toda aquela referente à personalidade jurídica, enquanto a capacidade para *estar em juízo* (processual) é restrita a toda pessoa que se acha no *exercício* dos seus direitos (art. 7º, CPC), e, para supri-la, os incapazes serão *representados* ou *assistidos* por seus pais, tutores ou curadores (art. 8º, CPC). *Certa*.

6277. Toda ação movida contra espólio constitui hipótese de litisconsórcio passivo necessário, devendo constar no polo passivo da demanda o inventariante e cada um dos herdeiros, sob pena de nulidade do feito.

RESPOSTA Em regra, o *espólio* será representado em juízo, ativa e passivamente pelo seu *inventariante* (art. 12, V, CPC) ou pelo *administrador provisório* se o inventariante não prestou compromisso ainda (art. 985, CPC). *Errada.*

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue o item relativo a direito processual civil (Certo ou Errado).

6278. Os sujeitos da relação processual são, em regra, as partes e o juiz. O autor deve ser o titular do direito por ele reclamado em juízo, sob pena de não ter o seu pedido examinado; entretanto, de acordo com a sistemática processual, o autor pode postular em nome próprio direito de terceiro, sempre que isso representar um benefício para o terceiro em defesa de quem postule.

RESPOSTA Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando *autorizado por lei* (art. 6º, CPC). Portanto, o autor pode pleitear direito alheio em nome próprio *somente quando autorizado por lei*, também chamada de *legitimação extraordinária* (ex.: quando um sindicato atua em defesa dos interesses da categoria em *substituição processual*). *Errada*.

6279. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** O réu deixou de arguir a decadência legal do direito do autor quando do oferecimento da contestação, só o fazendo durante a audiência de instrução e julgamento, e o juiz, que acatou a alegação do réu, julgou improcedente o pedido do autor. Nessa situação,

(A) os honorários devem ser compensados entre autor e réu.

(B) os honorários devem ser fixados de forma equitativa.

(C) deve haver fixação de honorários em favor do réu, mas ele arcará com as custas e despesas do processo.

(D) os honorários não devem ser fixados em mais de 10% do valor da causa.

(E) o réu perderá o direito aos honorários.

RESPOSTA Conforme o art. 22, CPC, o réu que, por não arguir na sua resposta fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, dilatar o julgamento da lide, perderá, ainda que vencedor na causa, o direito a haver do vencido honorários advocatícios. *Alternativa E*.

(Analista – TJ-RR – 2012 – CESPE) Acerca das condições da ação, das partes e dos procuradores, julgue os itens que se seguem.

6280. O juiz que verificar incapacidade processual ou irregularidade da representação das partes deverá julgar extinto o processo sem resolução de mérito.

RESPOSTA Art. 13, CPC (suspenderá o processo e marcará prazo para ser sanado o defeito). *Errada*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Julgue o próximo item, relativo a partes e procuradores do direito processual civil.

6281. Os sujeitos da ação, em regra, podem retornar a juízo, repetindo pedidos que foram anteriormente julgados.

RESPOSTA Em regra, *não* é permitido aos sujeitos da ação repetir pedidos que foram anteriormente julgados, dado o instituto da *coisa julgada* (art. 301, §§ 1º e 3º, CPC). *Errada*.

III. Litisconsórcio, Assistência e Intervenção de Terceiros

(Analista – TJ-RR – 2012 – CESPE) A respeito dos institutos do litisconsórcio, da assistência e das hipóteses de intervenção de terceiros, julgue os itens subsecutivos.

6282. De acordo com o CPC, quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, os prazos para contestar e recorrer serão contados em dobro, prerrogativa esta que não se estende às demais manifestações nos autos.

RESPOSTA Art. 191, CPC (os prazos serão em dobro para *contestar*, *recorrer* e, de modo geral, *para falar nos autos*). *Errada*.

6283. O magistrado que, nos autos da ação de execução de título extrajudicial, em que se discute interesse meramente econômico, receber pedido de assistência deverá, de acordo com a jurisprudência, indeferir o pedido, por ser inviável a assistência em processo de execução.

RESPOSTA STJ – AgRg no REsp 911.557/MG "Inviável a intervenção de terceiros sob a forma de assistência em processo de execução". Saliente-se que existência de interesse *meramente econômico* também inviabiliza a assistência. *Certa*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Julgue os itens a seguir, referentes ao litisconsórcio.

6284. A figura do litisconsórcio assistencial se caracteriza pelo fato de o terceiro assistente ingressar no processo somente para auxiliar uma das partes, não adquirindo, assim, o *status* de litisconsorte, pois não há nesse caso relação jurídica que lhe diga respeito.

RESPOSTA Art. 54, CPC (considera-se litisconsorte da parte principal o assistente, toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido). *Errada*.

6285. A formação do litisconsórcio decorre estritamente da lei e o seu princípio básico é o da

não facultatividade, ou seja, no caso de litisconsórcio ativo, há um verdadeiro dever de demandar que recai sobre todos os litisconsortes.

RESPOSTA O litisconsórcio pode ser *facultativo* (art. 46, CPC) ou *necessário* (art. 47, CPC). *Errada*.

(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE) No que concerne ao direito processual civil, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

6286. Na assistência simples ou adesiva, o interesse do assistente não é vinculado diretamente ao litígio. A atuação desse assistente é meramente complementar à atuação do assistido. Todavia, se o assistido for revel, o assistente será considerado gestor de negócios.

RESPOSTA Na assistência *simples,* o assistente possui relação jurídica somente com o assistido, estando subordinado a este no processo. Conforme o art. 52, parágrafo único, CPC, o assistente atuará como auxiliar da parte principal e, sendo o assistido revel, o assistente será considerado seu gestor de negócios. *Certa*.

6287. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** A respeito do litisconsórcio, da intervenção de terceiros e da assistência, assinale a opção correta.

(A) Na ação de cobrança de dívida líquida e certa em que haja dois credores solidários, bem como na ação de nulidade de casamento, as partes só poderão agir em conjunto, com a formação do litisconsórcio ativo unitário e necessário.

(B) A denunciação à lide, forma de intervenção de terceiro, consiste no ajuizamento, pelo denunciante, de lide paralela, processada simultaneamente com a principal, envolvendo direito de garantia, de regresso ou de indenização que o denunciante pretende exercer contra o denunciado.

(C) Na assistência litisconsorcial, caso a intervenção ocorra antes da sentença, o assistente tem direito de deduzir o que lhe interessa e promover a renovação de provas de que não tenha participado.

(D) Em ação em que as partes disputam a posse de bem imóvel, o terceiro amparado em propriedade do imóvel poderá oferecer oposição contra autor e réu, e requerer a imissão de posse.

(E) Chamamento ao processo consiste no incidente pelo qual o demandado, sob a alegação de não ter legitimidade para responder à ação, chama ao processo o verdadeiro legitimado passivo, objetivando transferir-lhe a posição de réu.

RESPOSTA A *denunciação à lide*, tratada a partir do art. 70, CPC, é forma de *intervenção de terceiro*, tendo natureza jurídica de *ação incidental*, ou seja, é proposta no curso de um processo principal, pelo réu ou pelo autor, a fim de exercer pretensão de reembolso, caso venha a sucumbir na ação principal. *Alternativa B*.

6288. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Paulo adquiriu de André um automóvel, para pagar em 10 prestações. Como Paulo pagou 9 prestações e deixou de pagar a última, alegando ter encontrado defeito oculto no automóvel, André ajuizou ação em face de Paulo para reaver o bem alienado. No curso da demanda, Paulo vendeu o automóvel a Rui. Com relação à situação hipotética apresentada e à luz do que estabelece o CPC, assinale a opção correta.

(A) Paulo deverá promover a nomeação à autoria de Rui, uma vez que este adquiriu a coisa litigiosa.

(B) O remédio processual adequado à defesa dos direitos de Rui é a promoção da sua denunciação à lide, porquanto poderá perder o automóvel caso a decisão seja favorável a André.

(C) O resultado da ação movida por André contra Paulo não afetará Rui, pois a sentença decorrente dessa ação só produz efeitos entre as partes, André e Paulo.

(D) Rui, caso não seja admitido como parte da ação em questão, poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial de Paulo, para proteger os próprios interesses.

RESPOSTA A *assistência litisconsorcial* pressupõe que o assistente seja titular de uma relação jurídica idêntica ou dependente

daquela discutida em juízo, a qual será atingida diretamente pela sentença. Portanto, Rui poderá ingressar no processo como parte (litisconsorte), mas, caso não houver mais essa possibilidade (por exemplo, após a citação, art. 264, CPC), poderá ingressar como *assistente litisconsorcial*, a fim de proteger seus próprios interesses. *Alternativa D*.

6289. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Considere que um credor ajuíze ação de anulação de contrato de compra e venda em face do devedor e do adquirente do bem, fundado em fraude contra credor. Nessa situação,

(A) configura-se litisconsórcio necessário unitário.
(B) o adquirente passará a ter a posição de assistente litisconsorcial.
(C) o adquirente será tratado como assistente simples.
(D) o adquirente não é parte legítima para integrar o polo passivo da lide.
(E) há cúmulo subjetivo, mas não afinidade de direito entre os réus.

RESPOSTA Trata-se de *litisconsórcio necessário unitário* (art. 47, CPC), devido à natureza da relação jurídica, cuja sentença deve ser uniforme para todos. *Alternativa A*.

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) Acerca do litisconsorte, da assistência e da intervenção de terceiros, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

6290. Tratando-se de litisconsórcio necessário, seja ele ativo ou passivo, o juiz poderá limitar o número de litigantes quando restar provado que o excessivo número de litigantes compromete a rápida solução do litígio ou dificulta a defesa.

RESPOSTA Art. 46, parágrafo único, CPC (essa limitação do número de litigantes poderá ser feita somente quando se tratar de litisconsórcio *facultativo*). *Errada*.

6291. Os litisconsortes que tenham diferentes procuradores têm o prazo em dobro para todas as manifestações das partes no processo.

RESPOSTA Art. 191, CPC (terão prazo em *dobro* para *contestar*, para *recorrer* e, de modo geral, para *falar nos autos*). *Certa*.

6292. Na oposição, o opoente, que visa à exclusão de ambas as partes litigantes, ingressa no processo que se encontra pendente, apresentando uma pretensão, sobre a coisa ou o direito objeto da lide, diversa e contrária a ambos os litigantes.

RESPOSTA Art. 56, CPC. *Certa*.

6293. Tanto o autor quanto o réu têm legitimidade para requerer o chamamento ao processo do devedor principal ou dos demais codevedores solidários pela dívida objeto da demanda, objetivando o exercício do direito de regresso.

RESPOSTA O *chamamento ao processo* (art. 77, CPC) é espécie de intervenção de terceiro que pode ser provocada apenas pelo *réu*, objetivando o ingresso dos demais devedores na lide. *Errada*.

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relativo à intervenção de terceiros (Certo ou Errado).

6294. A oposição consiste na intervenção de terceiro em processo alheio, para excluir tanto o autor como o réu. A oposição é uma nova ação, conduzida em apartado e decidida simultaneamente com a ação principal, em razão da conexão com o pedido mediato.

RESPOSTA A *oposição* (art. 56, CPC) é uma nova ação, que seguirá os requisitos da petição inicial (arts. 282 e 283, CPC), conduzida em apartado (mas apensada à principal) e será julgada simultaneamente com a ação principal (art. 59, CPC). *Certa*.

6295. Se o réu, no prazo para apresentar a resposta, apresentar incidente de nomeação à autoria, o juiz suspenderá o processo e determinará a citação do nomeado para integrar a lide, como autor.

RESPOSTA Art. 64, CPC (o réu requererá a nomeação no prazo para a defesa; o juiz, ao deferir o pedido, suspenderá o processo e *mandará ouvir o autor* no prazo de 5 dias. Ademais, ao integrar a lide, o nomeado ingressará como *réu*). *Errada*.

6296. O chamamento ao processo consiste na admissibilidade de o réu fazer com que codevedores solidários passem a integrar o polo passivo da demanda junto com ele, em litisconsórcio, a fim de que o juiz declare, na mesma sentença, a responsabilidade de cada um.

RESPOSTA Arts. 77 e 78, CPC (integrarão a lide em litisconsórcio, para que o juiz declare, na mesma sentença, as responsabilidades dos obrigados). *Certa*.

6297. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Caso duas pessoas litiguem sobre a propriedade de determinado bem e um terceiro, que se considera verdadeiro dono, ofereça oposição, então, nessa situação,

(A) recebida a oposição, o juiz determinará a citação dos opostos na pessoa dos seus advogados, não havendo revelia no processo original.
(B) oferecida a oposição após ter sido realizada audiência de instrução e julgamento, o processo original será suspenso.
(C) o prazo para contestar será duplicado, de acordo com o STJ, porque os opoentes têm procuradores diferentes e são litisconsortes na oposição.
(D) se o autor no processo original reconhecer a procedência do pedido do opoente, o processo será extinto.
(E) se já houver sido proferida sentença no processo original e interposta apelação, o juiz remeterá os autos ao tribunal.

RESPOSTA Conforme art. 57, segunda parte, CPC, distribuída a oposição por dependência, serão os opostos citados, na pessoa dos seus respectivos advogados, para contestar no prazo comum de 15 dias. *Alternativa A*.

IV. Competências, Ministério Público, Juiz e Auxiliares da Justiça

6298. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** O art. 253, inciso II, do CPC determina que haja distribuição por dependência quando for reiterado o pedido após a extinção do processo sem julgamento do mérito. Com base nessa regra, assinale a opção correta.

(A) Trata-se de regra de fixação da competência em razão da matéria, pois, se já examinado o caso por um juízo, este se manterá competente para examinar o mesmo quando repetido.
(B) Cuida-se de regra de competência territorial, pois visa manter o exame do caso no juízo mais próximo dos fatos.
(C) A norma em apreço não guarda qualquer relação com as normas de fixação da competência porque visa apenas o controle da boa-fé processual diante da possibilidade de múltipla distribuição.
(D) Trata-se de regra de fixação de competência territorial que estabelece um privilégio de foro para o autor, o qual poderá, se assim o desejar, propor a ação em juízo diverso.
(E) Tem-se exemplo de competência funcional em processos diferentes, que, na hipótese, visa, entre outras finalidades, proteger o princípio do juiz natural.

RESPOSTA Segundo a doutrina, o critério *funcional* para a fixação da competência pode se manifestar em um só processo ou entre *processos diferentes*, (art. 253, II, CPC), em que todos estão ligados à mesma pretensão. A intenção é de evitar a *escolha*

de um juiz mais favorável por meio do ajuizamento da mesma demanda por diversas vezes, o que ofende as garantias do *devido processo legal* e do *juiz natural*. *Alternativa E*.

(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE) No que concerne ao direito processual civil, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

6299. Na conexão de causas em que haja incompetência em razão do território no tocante à causa conexa, o juiz, em vez de declarar-se incompetente, poderá determinar a reunião das ações propostas separadamente e julgá-las, prorrogando a competência.

RESPOSTA Art. 105, CPC. *Certa*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Acerca da competência, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

6300. Caso um indígena sofra lesões causadas por acidente de trânsito em área próxima à sua reserva, a competência para o julgamento da demanda reparatória será da vara federal mais próxima ao local dos fatos, por tratar-se de discussão relativa a direitos indígenas.

RESPOSTA A previsão Constitucional de que compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que se discutem direitos indígenas (art. 109, XI, CF) se refere a direitos da *coletividade* (art. 231 e art. 233, CF). Em se tratando de direito *particular* do silvícola, a competência será da Justiça Estadual. *Errada.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Acerca da competência, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

6301. No caso de uma pretensão dirigida à anulação de obrigação firmada no exterior, mas cujo cumprimento esteja previsto para ocorrer no Brasil, há, conforme o CPC, competência concorrente da autoridade judiciária brasileira e da autoridade judiciária estrangeira, sendo somente a homologação de sentença estrangeira obstáculo ao processamento da causa pela autoridade local.

RESPOSTA É competente a autoridade judiciária brasileira *quando a obrigação tiver de ser cumprida no Brasil* (art. 88, II, CPC). Trata-se de *competência concorrente*, nos termos do art. 90, CPC. No entanto, caso já tenha sido proferida sentença com trânsito em julgado pela autoridade estrangeira, não haverá novo julgamento no Brasil, cabendo apenas a *homologação da sentença* pelo STJ (art. 105, I, *i*). *Certa.*

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) Acerca das regras atinentes à atuação do juiz e do MP no processo civil, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

6302. Se o indivíduo A ajuizar ação contra o indivíduo B e essa ação for distribuída a juiz que seja tio de um dos dois indivíduos, deverá o magistrado declarar-se impedido.

RESPOSTA Art. 134, V, CPC (o tio é parente consanguíneo, colateral de 3º grau, segundo o art. 1.592, CC). *Certa.*

6303. A manifestação do MP quando já interposta a apelação poderá, a depender do caso concreto, sanar o vício de nulidade pela sua não intimação em processo no qual deveria obrigatoriamente ter intervindo.

RESPOSTA Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do MP, este deverá ser intimado, sob pena de nulidade (art. 84, CPC). Entretanto, o vício de nulidade somente pode ser reconhecido quando houver comprovação de *prejuízo* às partes, a depender do caso concreto. Ainda, nas palavras do STJ: “a ausência de intimação do *Parquet* federal não é causa de nulidade quando suprida por pronunciamento posterior deste órgão e inexiste prejuízo às partes” (MC 10.651/SP). *Certa.*

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) Em relação a competência, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

6304. A competência da justiça civil é residual, ou seja, é ela competente para apreciar todas as causas que não sejam da competência da justiça especializada, bem como as relacionadas ao direito penal. As justiças federal e estadual encarregam-se do exercício da jurisdição em matéria civil.

RESPOSTA Ensina Wambier que "consiste na análise excludente da matéria. Assim, diante de um caso concreto, o primeiro passo é verificar se se trata de matéria de competência de qualquer das esferas da justiça especial: é matéria trabalhista? Eleitoral? Militar? Não o sendo, exclui-se a jurisdição especial, e se passa à fase seguinte da indagação: trata-se de matéria penal? Se não o for, por exclusão se estará diante de caso que deva ser entregue à jurisdição civil" (*Curso avançado de processo civil*, p. 48). *Certa*.

6305. Nas ações de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente com veículo, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato, podendo, ainda, o autor optar pelo foro do domicílio do réu.

RESPOSTA Art. 100, parágrafo único, e art. 94, CPC (o foro do domicílio do autor ou do local do fato é uma prerrogativa conferida pela Lei, mas como se trata de regra de competência relativa, o autor poderá optar pela regra geral do foro do domicílio do réu). *Certa*.

6306. É competente o foro da situação do imóvel para a ação de manutenção de posse; no entanto, por se tratar de competência territorial, esta pode ser modificada por acordo, tácito ou expresso, entre as partes.

RESPOSTA Nas ações fundadas em *direito real sobre imóveis*, é competente o foro da *situação da coisa*. O autor somente poderá optar pelo foro do domicílio ou de eleição, se não recair o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, *posse*, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova (art. 95, CPC). *Errada*.

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Em relação à competência, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

6307. Em ação que verse sobre propriedade, posse ou demarcação de terra, o autor poderá optar por demandar no foro do domicílio do réu ou no foro do local do imóvel objeto da demanda, pois a hipótese é de competência territorial e, portanto, relativa.

RESPOSTA Nas ações fundadas em *direito real sobre imóveis*, o autor não poderá optar pelo foro do domicílio ou de eleição se o litígio recair sobre direito de *propriedade*, vizinhança, servidão, *posse*, divisão e *demarcação* de terras e nunciação de obra nova (art. 95, CPC). *Errada*.

6308. Sendo proposta demanda perante juízo incompetente em razão do território, por exemplo, sendo o réu domiciliado em São Paulo e a ação, proposta em Campinas, pode ocorrer de o órgão jurisdicional tornar-se competente se o réu não opuser exceção no prazo legal.

RESPOSTA Por se tratar de *incompetência relativa*, cabe ao réu alegá-la, por meio de *exceção*, sob pena de preclusão, tendo por consequência a *prorrogação legal da competência do juízo*, ou seja, o juiz relativamente incompetente se tornará competente por ausência de arguição no prazo legal (art. 114). *Certa*.

(Delegado – PF – 2002 – CESPE) Em relação à competência, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

6309. Não sendo acatada, no foro federal, a denunciação da lide feita à União, incumbe ao juiz federal tão somente devolver os autos ao juiz estadual de origem, uma vez cessada a causa que determinara a sua competência.

RESPOSTA Segundo a *Súmula 224, STJ*, excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito. *Certa*.

6310. Tramitando o processo no foro do domicílio do réu, se este mudar de endereço no curso da ação, poderá, no prazo de quinze dias, e desde que não tenha sido prolatada sentença, opor exceção, pleiteando a remessa dos autos ao foro do seu novo domicílio.

RESPOSTA Segundo o princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São *irrelevantes* as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia (art. 87, CPC). *Errada*.

6311. O tribunal de justiça, reconhecendo a incompetência do juízo estadual em relação ao feito objeto do recurso, deverá anulá-lo, promovendo sua remessa ao juízo federal competente, em vez de remeter os autos ao TRF para a apreciação do recurso interposto.

RESPOSTA Declarada a incompetência absoluta, somente os atos *decisórios* serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente (art. 113, § 2º, CPC). Ademais, segundo a *Súmula 55, STJ*, "Tribunal Regional Federal não é competente para julgar recurso de decisão proferida por juiz estadual não investido de jurisdição federal". *Certa.*

6312. Em ação de reintegração de posse, a assistência simples de empresa pública federal desloca a competência para a justiça federal.

RESPOSTA Aos *juízes federais* compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, *assistentes* ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, I, CF). *Certa*.

6313. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** De acordo com o CPC, intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público

(A) não poderá juntar documentos e certidões, já que não é parte.
(B) somente poderá se manifestar nos autos após a manifestação das partes nas alegações finais.
(C) terá vista dos autos antes das partes sempre que algum documento relevante for juntado.
(D) poderá determinar a realização de diligências imprescindíveis à correta apuração dos fatos.
(E) terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

RESPOSTA Art. 83, CPC (intervindo como *fiscal da lei*, o *MP*: *I – terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo; II – poderá juntar documentos e certidões, produzir prova em audiência e requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade*). *Alternativa E*.

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) A respeito do procedimento ordinário e dos processos perante o STJ, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

6314. É descabida a arguição, pelo autor da ação, de incapacidade técnica do perito após a publicação do laudo pericial que lhe tiver sido desfavorável, em face da ocorrência de preclusão temporal.

RESPOSTA Segundo entendimento do STJ: "Arguição pelos autores da demanda da incapacidade técnica do perito sete meses depois de sua nomeação, após a publicação do laudo pericial que lhes foi desfavorável. Manifesta a ocorrência de preclusão lógica e temporal" (AgRg no REsp n. 234.371/SP). *Certa*.

6315. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Acerca das hipóteses em que o MP tem legitimidade para atuar como parte ou intervir no processo como fiscal da lei, assinale a opção correta.

(A) A presença de interesse da pessoa jurídica de direito público em um determinado processo justifica por si só a intervenção obrigatória do MP no feito, notadamente quando se trata de interesse patrimonial ou decorrente de atividade administrativa e, ainda, em razão do elevado valor

da pretensão deduzida contra o ente público.

(B) Nas causas em que há interesse público, evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte, é obrigatória, *ab initio*, a atuação do MP. No entanto, a intervenção em grau de recurso afasta a nulidade, ficando, portanto, convalidado o vício mesmo que tenha havido prejuízo para a parte assistida pelo *parquet*.

(C) No processo que tratar de direito indisponível, caso haja incapazes em ambos os polos, o MP atuará como fiscal da lei e, obrigatoriamente, promoverá a defesa dos interesses daquele que justificou a sua atuação no processo. Como essa é uma situação em que as defesas são conflitantes, haverá necessidade da intervenção de dois promotores, um na defesa da parte autora e outro, na da parte ré.

(D) Em todas as ações em que a lei considera obrigatória a intervenção do MP, a falta de sua manifestação sobre o mérito da lide de interesse público é causa de nulidade absoluta e insanável do processo, a partir do momento em que deveria intervir. Se, apesar de provocada essa intervenção, o promotor sustentar sua desnecessidade ou se limitar a requer o prosseguimento da ação, o juiz deverá determinar o retorno dos autos para a manifestação sobre o mérito da causa.

(E) No processo em que o interesse em litígio é privado e de expressão econômica e no qual há interesse de pessoa relativamente incapaz, ainda que essa tenha representante legal ou curador nomeado à lide, é obrigatória a intervenção do MP no feito na qualidade de *custos legis*. A falta dessa intervenção no momento devido causa prejuízo ao interesse público, impondo a nulidade dos atos subsequentes.

RESPOSTA Compete ao MP intervir nas causas em que há *interesses de incapazes* (art. 82, I, CPC), sendo que, quando a lei considerar obrigatória a intervenção do MP, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de *nulidade* do processo. *Alternativa E.*

6316. (Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE) Citado em ação cautelar de busca e apreensão, Mateus verificou que ela tramita em foro diverso do de sua residência, mesmo sem razão suficiente para alterar a regra geral de competência. Mateus não se opôs à incompetência. Encerrado o processo cautelar, o autor ajuizou a ação principal no mesmo foro. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O juiz da ação principal poderia declinar de sua competência de ofício.

(B) Não é necessária a exceção, pois se trata de regra de competência absoluta, que pode ser alegada na defesa.

(C) Não pode ser oposta exceção de incompetência no processo principal por ter havido prorrogação de competência.

(D) Apesar de Mateus não poder opor exceção de incompetência, o MP poderia fazê-lo, se atuasse no feito como parte.

(E) Mateus não se pode opor à prorrogação da competência, que, na hipótese da cautelar, produz efeitos, mesmo sendo absoluta.

RESPOSTA Em se tratando de *competência relativa*, não alegada no momento adequado, ocorre a *prorrogação da competência* (art. 114, CPC). Como o processo cautelar tem natureza *acessória* e o CPC (art. 800 e art. 108) determina a conexão por acessoriedade ao juiz da causa, mesmo que extinta a cautelar, não desaparecerá a prevenção do juízo que dela conheceu para processar e julgar a ação principal. *Alternativa C.*

6317. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) O juiz está autorizado a, de ofício,

(A) determinar as provas necessárias à instrução do processo, em substituição às partes, desde que essas não o façam.

(B) determinar a citação de quem ele entenda que deva integrar a relação processual como réu.

(C) declarar a prescrição, salvo a que se refere a créditos da fazenda pública.

(D) reconhecer a ilegitimidade de parte quanto ao réu, não podendo, entretanto, fazê-lo com relação ao autor.

(E) corrigir erro material na sentença que submeteu ao reexame necessário por ser incabível, na hipótese, recurso de ofício.

RESPOSTA O juiz, de ofício ou a requerimento da parte, poderá alterar a sentença para lhe corrigir inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo (art. 463, I, CPC). *Alternativa E*.

V. Atos Processuais

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Acerca dos atos processuais, julgue os itens subsequentes.

6318. Consoante entendimento reiterado da jurisprudência, não assiste à parte o direito ao recibo de petições, arrazoados, papéis e documentos que entregarem em cartório.

RESPOSTA Segundo o art. 160, CPC, poderão as partes exigir recibo de petições, arrazoados, papéis e documentos que entregarem em cartório, entendimento que é confirmado pela jurisprudência. *Errada*.

6319. Os atos processuais, em regra, são públicos e dependem de forma determinada, independentemente de exigência legal expressa, pois, de acordo com a sistemática processual, tais atos são validados pela forma.

RESPOSTA Art. 154, CPC (os atos processuais não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente exigir). *Errada*.

6320. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** José, cidadão juridicamente necessitado, procurou a DPE/PI para ajuizar, contra Manoel, ação pleiteando indenização por danos materiais no valor de R$ 1.000,00 e indenização por danos morais no valor de R$ 15.000,00. Entendendo juridicamente viável a pretensão, o DP deverá elaborar a petição inicial do caso. Nessa situação hipotética, deve-se atribuir à causa o valor de

(A) R$ 1.000,00, pois, sendo alternativos os pedidos, o valor da causa corresponderá ao pedido de menor valor.

(B) R$ 15.000,00, pois, sendo alternativos os pedidos, o valor da causa corresponderá ao pedido de maior valor.

(C) R$ 16.000,00 pois, havendo cumulação de pedidos, o valor da causa corresponderá à soma dos valores de todos eles.

(D) R$ 15.000,00, pois, se houver pedido subsidiário, o valor da causa corresponderá ao pedido principal.

(E) R$ 16.000,00, já que a causa não tem conteúdo econômico imediato.

RESPOSTA Art. 259, II, CPC (em havendo *cumulação de pedidos*, o valor da causa será a quantia correspondente à *soma dos valores* de todos). *Alternativa C*.

6321. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** A respeito dos atos processuais transmitidos por fax e do processo eletrônico, assinale a opção correta.

(A) Interposta petição de apelação por fax, no curso do prazo, inicia-se, nessa data, a contagem do quinquídio para entrega do original em juízo.

(B) Deve ser considerada tempestiva apelação transmitida por meio eletrônico, se a transmissão

ocorrer até o último minuto do último dia do prazo, ainda que se tenha encerrado o expediente forense.

(C) No âmbito do processo civil, ao contrário das intimações, a citação da fazenda pública não pode ser efetuada por meio eletrônico, sob pena de nulidade.

(D) Considera-se praticado o ato processual eletrônico no dia seguinte ao do seu envio ao sistema do Poder Judiciário.

(E) Se a petição com pedido de tutela antecipada for transmitida por fax, o juiz somente deverá apreciar o pedido após a entrega do original, haja vista a efetividade de tal provimento.

RESPOSTA (A) Art. 2º, Lei n. 9.800/99. (B) Art. 3º, parágrafo único, Lei n. 11.419/2006. (C) Art. 6º, Lei n. 11.419/2006. (D) Art. 3º, Lei n. 11.419/2006. (E) Art. 3º, Lei n. 9.800/99. *Alternativa B*.

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) Com referência à citação e aos seus reflexos no processo civil, julgue o próximo item (Certo ou Errado).

6322. Considere a seguinte situação hipotética. Como não foi encontrado por três vezes para citação pelo oficial de justiça em ação ajuizada pelo condomínio, determinado condômino foi citado por hora certa, tendo o oficial intimado o porteiro do prédio. Nessa situação, conforme entendimento do STJ, a citação não será válida.

RESPOSTA O STJ entende válida a *citação por hora certa* cuja intimação foi feita somente na pessoa do *porteiro* do prédio onde reside o citando (REsp 647.201/SP). No entanto, para que ocorra a citação por hora certa (art. 227, CPC), não basta que o oficial de justiça não encontre o citando por 3 vezes, sendo necessário que haja *suspeita de ocultação*. *Certa*.

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) A respeito da comunicação dos atos processuais, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

6323. A intimação dos atos processuais, ainda que se trate de representantes do Ministério Público, advogados ou procuradores da Fazenda Pública, seja para dar ciência, seja para convocar as partes ou suas testemunhas, poderá ser feita por via postal, por oficial de justiça, por edital ou por meio eletrônico.

RESPOSTA A intimação do MP, em qualquer caso, será feita pessoalmente (art. 236, § 2º, CPC). *Errada*.

6324. É ônus das partes manter atualizado o respectivo endereço nos autos, pois são consideradas válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço indicado pelas partes nos autos.

RESPOSTA Art. 238, parágrafo único, CPC. *Certa*.

6325. A citação das pessoas capazes deve fazer-se na própria pessoa do réu; a do incapaz, seja a incapacidade absoluta ou relativa, é feita na pessoa do representante legal ou, na falta deste, na pessoa do curador especial.

RESPOSTA Além da citação *pessoal* ao réu, far-se-á também ao seu *representante legal* ou ao *procurador* legalmente autorizado (art. 215, CPC). Ainda, estando o réu ausente, a citação far-se-á na pessoa de seu mandatário, administrador, feitor ou gerente, quando a ação se originar de atos por eles praticados (§ 1º). *Errada*.

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue o item relativo a direito processual civil (Certo ou Errado).

6326. A citação é o ato processual pelo qual se chama o réu ou interessado para ir a juízo a fim de se defender. Em atenção ao princípio do devido processo legal, a validade do processo depende da

citação, de maneira que o processo será nulo na ausência da regular citação, ainda que o réu tenha exercido regularmente o seu direito de defesa.

RESPOSTA A primeira parte da afirmativa está correta (art. 213, CPC). Quanto ao restante, muito embora a citação seja considerada *requisito de validade do processo* (art. 214, CPC), o comparecimento espontâneo do réu *supre* a sua falta. *Errada*.

6327. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Determinado oficial de justiça deixou de realizar intimação pessoal de uma das partes, determinada pelo juiz, tendo lavrado certidão, no verso do mandado, apontando não haver duas testemunhas no local de cumprimento da ordem, o que inviabilizou o cumprimento da referida intimação. Considerando essa situação e as regras relativas às atribuições do oficial de justiça e à realização de intimações, constantes no CPC, assinale a opção correta.

(A) A presença de duas testemunhas no local de realização da diligência só é essencial nas citações, que é um ato de maior importância para o processo.
(B) A intimação das partes ou de seus advogados em cartório só pode ser feita por oficial de justiça, já que tal ato lhe é privativo.
(C) As intimações das partes de um processo devem sempre ser realizadas por meio de publicação na imprensa oficial, de modo que não é relevante o fato de o oficial de justiça ter deixado de cumprir a diligência devido à falta de testemunhas.
(D) A presença de duas testemunhas não é requisito para a realização do referido ato, tendo sido, por isso, equivocada a atitude do oficial de justiça.
(E) O referido oficial de justiça não poderia ter certificado no próprio mandado o ocorrido, já que deve se dirigir ao juiz condutor do feito por meio de petição devidamente fundamentada.

RESPOSTA A certidão de intimação feita por *oficial de justiça* deve conter: I – a indicação do lugar e a descrição da pessoa intimada, mencionando, quando possível, o número de sua carteira de identidade e o órgão que a expediu; II – a declaração de entrega da contrafé; III – a nota de ciente ou certidão de que o interessado não a apôs no mandado (art. 239, CPC). Como o oficial de justiça tem fé pública, não é necessária a presença de 2 testemunhas. *Alternativa D*.

6328. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Após se envolver em acidente automobilístico, Márcio, pretendendo reparação de danos decorrentes desse acidente, ajuizou ação sob o rito ordinário contra Antônio, que foi citado e devidamente alertado do prazo legal para apresentar defesa, o que não fez. Márcio, então, por meio de acordo posteriormente juntado aos autos, concedeu prazo suplementar de dez dias para que Antônio apresentasse sua defesa. A partir dessa situação hipotética, e considerando a disciplina legal dos prazos no CPC, assinale a opção correta.

(A) Tratando-se de prazo peremptório, é sempre vedada a possibilidade de prorrogação, até mesmo para o juiz.
(B) Como a causa discutida entre Márcio e Antônio não envolve interesse público, podem os dois, de comum acordo, prorrogar ou reduzir qualquer um dos prazos estabelecidos no processo, independentemente de serem dilatórios ou peremptórios.
(C) Sendo o prazo para apresentação da defesa tipicamente dilatório, podem as partes dispor de forma livre acerca de sua prorrogação.
(D) A validade da prorrogação do prazo para apresentação da defesa ajustada entre Márcio e Antônio dependerá de o juiz já haver declarado a extinção do direito de praticar o ato.
(E) É defeso às partes, ainda que mediante acordo, prorrogar prazos peremptórios, como o determinado para apresentação da defesa.

RESPOSTA É *proibido* às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os *prazos peremptórios* (art. 182,

CPC). *Alternativa E.*

6329. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Ao realizar diligência necessária à citação de dois réus, o oficial de justiça verificou que um deles, por demência, aparentava não compreender o significado do ato e detectou que o outro réu nunca estava em casa, apesar da informação segura dos vizinhos a respeito de sua presença. Com base nessa situação, assinale a opção correta.

(A) A verificação de indícios da demência deverá apenas ser certificada pelo oficial de justiça, cabendo ao juiz em momento diverso determinar a realização de exame que será antecedente ao ato de citação.

(B) Detectada a demência do réu, o oficial de justiça deve dar por feita a citação, deixando a contrafé com pessoa da família que seja capaz de responder pelo incapaz.

(C) No caso de indícios de ocultação do citando, o oficial de justiça deve certificar o fato e requerer instruções do juiz condutor do processo.

(D) O oficial de justiça, verificando a ocultação do citando, deve realizar a citação por hora certa, que, por si só, determina a publicação de edital de citação como cautela.

(E) Somente a incapacidade verificada judicialmente é capaz de afetar o ato de citação, de modo que, ausente decisão relativa a esse problema, o oficial de justiça deve citar o réu e certificar a situação.

RESPOSTA Na hipótese de o oficial de justiça detectar a impossibilidade de o réu receber a comunicação judicial por *demência*, o oficial realizará apenas a constatação por meio de certidão; posteriormente o juiz nomeará um médico para examinar o citando; reconhecida a impossibilidade, será nomeado curador, o qual receberá a citação e fará a defesa do citando (art. 218, CPC). Já o procedimento em caso de indícios de ocultação consta nos arts. 227 e 228, CPC. *Alternativa A.*

6330. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** A respeito de citação, assinale a opção correta.

(A) Nula a citação, o comparecimento espontâneo do réu não supre a necessidade de repetição do ato citatório.

(B) É possível a prolação de sentença de mérito sem antes ter havido citação.

(C) A citação válida opera efeitos desde que não ordenada por juiz incompetente.

(D) Rejeitada a nulidade de citação arguida no prazo para contestação, este deve ser reaberto.

(E) Acolhida pelo juiz a nulidade de citação arguida pelo réu, este deve ser novamente citado.

RESPOSTA É possível a prolação de sentença de mérito mesmo sem haver citação, nos termos do art. 285-A, CPC (*sentença liminar de improcedência*). *Alternativa B.*

VI. Formação, Suspensão e Extinção do Processo

(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE) No que concerne ao direito processual civil, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

6331. Os pressupostos processuais, diferentemente do que ocorre com as condições da ação, não podem ser aferidos de ofício pelo magistrado, haja vista que o sistema processual brasileiro assenta-se no princípio dispositivo que confere apenas às partes litigantes o poder de provocar o juiz para o exame de tais pressupostos.

RESPOSTA Tanto os *pressupostos processuais* quanto as *condições da ação* podem ser conhecidos *de ofício* pelo juiz, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida sentença de mérito, por serem matérias de *ordem pública* (art. 267, § 3º, CPC). *Errada.*

6332. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Extingue-se o processo com apreciação do

mérito quando

(A) o juiz verificar, desde logo, a prescrição ou a decadência.
(B) o autor desistir da ação.
(C) não concorrer qualquer das condições da ação.
(D) ocorrer a morte do procurador e não houver a nomeação de outro em seu lugar.
(E) o juiz acolher a alegação de coisa julgada.

RESPOSTA (A) Art. 269, IV, CPC. (B), (C) e (E) Art. 267, CPC. (D) Art. 265, § 2º, CPC. *Alternativa A*.

6333. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Acerca da formação, suspensão e extinção do processo, assinale a opção correta.

(A) O falecimento de uma das partes e a sucessão entre vivos de bem litigioso são causas obrigatórias de substituição da parte por seu sucessor. Nesses casos, não pode ser recusada a substituição, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, por perda da capacidade superveniente de uma das partes.
(B) A perempção atinge o direito de ação, mas não o direito material que dela poderia ter sido objeto. Assim, a extinção do processo não impede que o autor volte a propor a mesma ação, em uma nova relação processual.
(C) Extingue-se o processo sem resolução de mérito pela renúncia ao direito em que se funda a ação, com a expressa concordância do réu. Nesse caso, a desistência da ação não impede a reabertura de processo com a mesma lide, em razão da inexistência da eficácia da coisa julgada material.
(D) A ilegitimidade passiva da parte para a causa implica a extinção do processo por carência da ação. A comprovação da inexistência das condições da ação conduz à extinção do processo sem resolução do mérito, que pode ocorrer por provocação da parte ou por iniciativa do juiz a qualquer tempo, enquanto não houver sentença de mérito, ainda mesmo que o saneador reste irrecorrido.
(E) Ocorre a transação entre as partes quando o réu reconhece como procedente em parte o pedido, desde que o autor renuncie de parte desse pedido. Nessa situação, o juiz decide a lide com resolução do mérito, declarando procedente o pedido e, se essa decisão transitar em julgado, inicia-se a fase do cumprimento da sentença.

RESPOSTA A *carência de ação* ocorre nas hipóteses de ausência das *condições da ação*, sendo matéria de ordem pública, reconhecível de ofício pelo julgador, a qualquer tempo e grau de jurisdição. Segundo o art. 267, VI, CPC, haverá extinção do processo sem resolução de mérito quando ausentes as condições da ação, como a ilegitimidade passiva. *Alternativa D.*

6334. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Em processo que tramita sob o rito comum ordinário, após a citação do réu e passados dez dias da juntada do mandado devidamente cumprido aos autos, o autor protocolou petição na qual manifestou sua desistência do prosseguimento do feito. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Nessa situação, o réu não precisa ser ouvido, mesmo porque não apresentou defesa ainda, apesar de citado.
(B) Nesse caso, não é possível desistir do processo após a citação.
(C) A desistência posterior à citação deve ser entendida como renúncia.
(D) No caso em tela, após a citação, o réu necessariamente deve ser ouvido sobre a desistência.
(E) A desistência, nessa situação, não demanda a oitiva do réu porque é ato unilateral.

RESPOSTA De acordo com o art. 267, § 4º, CPC, *depois de decorrido o prazo para a resposta*, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação. *Alternativa A.*

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) No que concerne a formação, suspensão e extinção do processo, julgue os itens que se seguem.

6335. O juiz determinará a suspensão do processo em razão da morte das partes, mesmo que a morte tenha se dado após iniciada a audiência.

RESPOSTA Art. 265, §§ 1º e 2º, CPC. *Errada*.

6336. O processo começa pela iniciativa da parte, sendo a petição inicial o ato que deflagra a formação do processo, a qual, em regra, deverá ser distribuída em lugares onde houver mais de um juízo. Por outro lado, em lugares onde houver somente um juízo, não haverá distribuição.

RESPOSTA O processo começa por iniciativa da parte (art. 262, CPC), considerando-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara (art. 263, CPC). Todos os processos estão sujeitos a registro, mas a distribuição somente ocorre onde houver mais de um juízo (art. 251, CPC). *Certa*.

VII. Petição Inicial e Resposta do Réu

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) No prazo para apresentação de resposta, o réu denunciou à lide terceira pessoa, que, após ter sido citada, apresentou não só contestação, mas também reconvenção contra o autor e a esposa deste, a qual, originalmente, não integrava a lide. Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

6337. Em regra, a reconvenção cabe ao réu; contudo, por assumir a mesma condição processual da parte, o denunciado também pode utilizar essa forma diferenciada de resposta.

RESPOSTA Feita a *denunciação da lide*, pelo *réu*, se o terceiro denunciado aceitar e contestar, este passa a integrar a lide em litisconsórcio com o denunciante (art. 75, I, CPC), podendo se valer das modalidades de defesa previstas para o réu. *Certa*.

6338. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** A DP assistiu juridicamente a parte autora de uma ação que tramitou pelo rito comum ordinário. Na fase do julgamento conforme o estado do processo, o juiz proferiu julgamento antecipado da lide e rejeitou o pedido inicial, sob o argumento de ausência de documento indispensável à propositura da demanda. Diante dessa situação hipotética e à luz da jurisprudência do STJ, em suas razões de apelação, o DP deve alegar

(A) *error in procedendo*, pois o estado do processo comportava a realização de audiência preliminar.
(B) *error in procedendo*, pois o estado do processo comportava a extinção sem julgamento de mérito.
(C) *error in procedendo*, pois o juiz deveria ter saneado o processo.
(D) ocorrência de preclusão *pro iudicato*.
(E) cerceamento de defesa, pois o juiz deveria ter oportunizado a juntada do documento tido como essencial antes de rejeitar o pedido inicial.

RESPOSTA Ocorreu *cerceamento de defesa*, pois a ausência de documento indispensável à propositura da ação deveria ter sido verificada antes mesmo da citação do réu, oportunizando ao autor que a inicial fosse emendada ou completada no prazo de 10 dias (art. 284, CPC). *Alternativa E*.

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Julgue o próximo item (Certo ou Errado).

6339. A norma jurídica disposta no art. 302 do CPC explicita um aspecto particular do ônus imposto ao réu pelo art. 300 da lei processual civil. A exceção à aplicação do princípio do ônus da impugnação específica dos fatos alcança ao defensor público da União quando exerce o múnus de curador especial.

RESPOSTA O réu deve impugnar precisamente cada fato narrado na inicial, sob pena de presunção de veracidade destes (art. 302, CPC). Ocorre que o parágrafo único traz as exceções, de forma que o *ônus da impugnação específica não* se aplica ao *advogado dativo*, ao *curador especial* (uma das funções do Defensor Público, segundo o art. 4º, XVI, LC n. 80/94) e ao *órgão do MP*. A *ratio legis* é facilitar a defesa do necessitado. *Certa*.

6340. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** O servidor público Renato, maior, casado, foi citado pessoalmente para responder a ação proposta contra si pelo comerciário André, maior, solteiro. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Em sede de contestação, Renato deve alegar todas as defesas diretas e indiretas, desde que não sejam contraditórias entre si.

(B) Caso não possua provas para impugnar cada um dos fatos narrados por André, Renato poderá apresentar contestação por negação geral.

(C) Ainda que não haja prova inequívoca, pode o juiz deferir a antecipação dos efeitos da tutela quanto a um dos pedidos formulados por André, caso Renato não se insurja quanto a esse pedido.

(D) Se Renato não apresentar resposta, ficará configurada a revelia, cuja consequência será a procedência do pedido de André, salvo se se tratar de direitos indisponíveis.

(E) Se Renato pretender oferecer reconvenção ao pedido, deve fazê-lo no mesmo prazo fixado para a contestação, independentemente do momento de apresentação desta, sob pena de preclusão.

RESPOSTA (A) Art. 300, CPC (não há restrição quanto a defesas contraditórias). (B) Art. 302, parágrafo único, CPC. (C) Art. 273, § 6º, CPC. (D) Art. 319, CPC (a consequência é a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor, não necessariamente a procedência do pedido). (E) Art. 299, CPC. *Alternativa C*.

6341. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** Quanto ao indeferimento da inicial e à cumulação de pedidos, julgue os itens a seguir.

I. Em caso de cumulação de pedidos, pode haver o indeferimento parcial da inicial.

II. O indeferimento da inicial deve ter como fundamento a inépcia.

III. Na cumulação simples de pedido, as pretensões não têm entre si relação de precedência lógica.

IV. Não haverá *error in procedendo* se o juiz examinar o pedido sucessivo sem ter examinado o principal.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) I, III e IV.

(E) II, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 295, CPC (o indeferimento pode ser *parcial* quando atingir apenas um ou alguns dos pedidos cumulados). (II) Art. 295, CPC. (III) Art. 292, CPC (na cumulação *simples* os pedidos podem ser autônomos, podendo ser analisado um independente do outro). (IV) Art. 289, CPC (em se tratando de pedidos *sucessivos*, o julgador somente conhecerá do posterior, caso não possa acolher o anterior). *Alternativa B*.

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue o item relativo a direito processual civil (Certo ou Errado).

6342. De acordo com a sistemática processual, um dos requisitos da petição inicial é que nela conste o pedido com as suas especificações. A petição inicial a que falte o pedido é considerada inepta e será indeferida de plano pelo juiz.

RESPOSTA O pedido e suas especificações são requisitos da petição inicial (art. 282, IV, CPC). Entretanto, caso o juiz

verifique que a petição inicial não preenche os requisitos, determinará que o autor *emende* a inicial no prazo de 10 dias (art. 284, CPC), a qual somente será indeferida, por inépcia (art. 295, parágrafo único, I, CPC), se o autor não cumprir essa determinação (art. 244, parágrafo único, CPC). *Errada*.

6343. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Pedro ajuizou ação em face da empresa de telecomunicações TC, motivado por supostas cobranças de pulso indevidas e postulou, ao final: declaração de inexistência de débito; repetição do indébito, em dobro; danos morais no valor de R$ 5.000,00. Dois meses após a distribuição do feito e da citação da ré, Pedro ajuizou nova ação, contra a mesma empresa, postulando, com base na mesma causa de pedir, danos morais no valor de R$ 5.000,00. Com base nessa situação hipotética, o instituto que corretamente define o enquadramento jurídico-processual da segunda ação ajuizada é denominado

(A) litigância de má-fé.
(B) continência.
(C) coisa julgada.
(D) litispendência parcial.
(E) incompetência em razão do valor da causa.

RESPOSTA Configura-se a *litispendência* quando duas ou mais ações em trâmite apresentarem as mesmas *partes*, *causa de pedir* e *pedido* (art. 301, §§ 1º, 2º e 3º, CPC). No caso, a segunda ação ajuizada é idêntica a primeira no que diz respeito a um dos pedidos desta, configurando-se a *litispendência parcial*, devendo a segunda ação ser extinta sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, V, CPC. *Alternativa D.*

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) Com relação ao direito processual civil, julgue o item seguinte.

6344. Extinto o processo com resolução do mérito em decorrência da transação na ação principal, a reconvenção deve ser extinta sem resolução do mérito, caso nada fique acertado na transação da ação principal.

RESPOSTA Art. 317, CPC (a extinção da ação não obsta o prosseguimento da reconvenção). *Errada*.

VIII. Revelia, Providências Preliminares e Julgamento Conforme o Estado do Processo

(Procurador – Boa Vista-RR – 2010 – CESPE) Na contestação, um instrumento de defesa por meio do qual pode suscitar questões de ordem processual e(ou) de mérito, o réu deve apresentar toda a matéria de defesa, bem como especificar as provas que pretende produzir, sob pena de preclusão. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

6345. Configurada a revelia, o réu poderá intervir no processo em qualquer fase, caso em que o receberá no estado em que se encontre, podendo, inclusive, produzir provas se ingressar no decurso da instrução. Além disso, ainda que o réu se habilite no processo após a publicação da sentença, será admissível a interposição de recurso de apelação, desde que não tenha transcorrido o prazo recursal.

RESPOSTA O parágrafo único do art. 322, CPC, prevê que, ocorrida a revelia, o réu *poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontra*. *Certa*.

6346. Se o réu deixar de contestar a ação, configurar-se-ão revelia e presunção de veracidade dos fatos articulados pelo autor na petição inicial. Nesse caso, o efeito processual será sempre o julgamento antecipado da lide.

RESPOSTA Ocorre a *revelia* quando o réu, regularmente citado, deixa de apresentar *contestação* no prazo legal (art. 319, CPC). Um dos *efeitos* da revelia é a *presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor*; mas que não se aplica em algumas hipóteses (art. 320, CPC). Se o réu não contestar a ação, o juiz, verificando que não ocorreu o efeito da revelia, mandará que o autor especifique as provas que pretenda produzir na audiência (art. 324, CPC). *Errada*.

6347. Independentemente da natureza da lide e das partes envolvidas, se o réu deixar de contestar a ação, o juiz deverá julgar a lide antecipadamente, proferindo sentença de total procedência, em decorrência da presunção de veracidade dos fatos constitutivos do direito do autor.

RESPOSTA Nem sempre a falta de contestação ensejará os efeitos da *revelia*, a depender das circunstâncias previstas no art. 320, CPC. Ainda, mesmo que haja a revelia, com *presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor*, *não* significa que o juiz tenha que julgar a ação necessariamente *procedente* (ex.: o juiz poderá não se convencer de que, dos fatos narrados, decorre o direito pretendido, julgando a ação improcedente ou poderá verificar vícios que lhe permitam a apreciação de ofício, extinguindo o processo). *Errada*.

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) Julgue o item subsequente, acerca da revelia no processo civil (Certo ou Errado).

6348. Sendo decretada a revelia, o autor não poderá alterar o pedido, salvo se promover nova citação do réu. No entanto, a revelia não obstará a alteração na causa de pedir.

RESPOSTA Ainda que ocorra revelia, o autor não poderá alterar o *pedido*, ou a *causa de pedir*, nem demandar declaração incidente, salvo promovendo nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de 15 dias (art. 321, CPC). Apesar de duvidosa a redação do enunciado (que gerou, inclusive, alteração do gabarito oficial de *errado* para *certo*), a Banca justificou que, desde que havendo nova citação, a revelia não obstará a modificação do pedido nem da causa de pedir. *Certa,* conforme gabarito definitivo.

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue o item relativo a direito processual civil (Certo ou Errado).

6349. A revelia é a ausência de contestação do réu e tem como principal efeito o fato de se reputarem verdadeiros os acontecimentos afirmados pelo autor. Assim, salvo no caso de direitos indisponíveis, ocorrida a revelia, o juiz proferirá sentença julgando antecipadamente a lide e decidindo, sempre, o mérito da causa pela procedência do pedido.

RESPOSTA Se o réu não contestar a ação (revelia), os **fatos** alegados pelo autor serão reputados verdadeiros (art. 319, CPC), ensejando o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, II, CPC. Ocorre que a sentença não será *sempre* de procedência, pois o juiz pode entender que, dos fatos trazidos pelo autor, mesmo que incontroversos, não decorre a consequência jurídica pretendida pelo autor (REsp 14.987/CE). Ademais, há matérias que podem ser analisadas de ofício, como, por exemplo, a *prescrição*, que impedirá a procedência da ação. *Errada*.

6350. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Um cachorro de propriedade de Mário causou sérios ferimentos a João, motivo por que este ajuizou, contra aquele, ação na qual pediu o ressarcimento de R$ 35.000,00 referentes a danos materiais, mais o valor a ser aferido, no curso do processo, em razão de tratamento médico. Nessa situação hipotética,

(A) não havendo necessidade de audiência preliminar, o julgamento ocorrerá conforme o estado do processo.

(B) será possível a citação do réu na pessoa de procurador constituído, desde que conste do instrumento a cláusula *ad judicia*.

(C) o juiz deverá determinar que o autor emende a inicial, dado o pedido genérico de ressarcimento de danos.

(D) se o réu, em contestação, limitar-se a negar o fato constitutivo do direito, não haverá oportunidade

para o autor oferecer réplica.

(E) caso o réu ofereça apenas reconvenção, mas alegue matéria de defesa, não será decretada a revelia, porque se considera dada a resposta.

RESPOSTA A *réplica* será oportunizada quando o réu, *reconhecendo* o fato em que se fundou a ação, alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 326, CPC). *Alternativa D*.

IX. Provas e Audiências

6351. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Proposta ação em determinado município, a parte ré invocou como fundamento de sua pretensão de provar fato modificativo do direito do autor norma vigente em outro município do mesmo estado. Nessa situação, assinale a opção correta.

(A) Seguindo a orientação resumida no brocardo *iura novit cúria* (o juiz conhece o direito), não será necessária a qualquer das partes prova sobre matéria de direito.

(B) Constitui exceção à desnecessidade da prova de matéria de direito a alegação de direito estadual, municipal ou estrangeiro, hipótese em que sempre será necessária a prova da sua vigência.

(C) Caso o juiz não determine que a parte comprove a vigência da norma municipal invocada, não será necessária a produção desta.

(D) Tratando-se de norma vigente em município pertencente à mesma unidade da Federação em que o caso será julgado, não será necessária a prova da vigência.

(E) É ônus da parte contrária comprovar a existência ou derrogação da lei municipal invocada, se o juiz determinar ser necessária a prova da vigência.

RESPOSTA Art. 337, CPC (a parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, *se assim o determinar o juiz*). *Alternativa C.*

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Julgue os itens seguintes, relativos à audiência de instrução e julgamento (Certou ou Errado).

6352. O denominado princípio da carga dinâmica da prova determina a possibilidade de o ônus da sua produção recair sobre a parte que detém condições para dele se desincumbir; contudo, a concepção adotada no Código de Processo Civil é a da distribuição estática desse ônus.

RESPOSTA Pelo *princípio da carga dinâmica da prova*, o ônus da prova recai sobre aquele que se encontrar em melhores condições de produzi-la, independentemente de estar na posição de autor ou réu no processo. No Brasil, esse princípio está presente no CDC, ao prever a possibilidade de *inversão do ônus da prova* (art. 6º, VIII, CDC). No entanto, o CPC adota a chamada *teoria estática*, por meio da regra do art. 333, segundo o qual, o ônus da prova incumbe ao *autor*, quanto aos fatos *constitutivos* do seu direito e ao *réu*, quanto à existência de fatos *impeditivos*, *modificativos* ou *extintivos* do direito do autor. *Certa*.

6353. Havendo razões para crer que a testemunha arrolada pela outra parte é sua amiga íntima, o momento adequado para apresentar a contradita será o imediatamente posterior a sua oitiva, oportunidade em que essa situação poderá ser comprovada.

RESPOSTA *Antes de iniciar o depoimento*, a testemunha será qualificada, bem como declarará se tem relações de parentesco com a parte, ou interesse no objeto do processo (art. 414, CPC). Nesse momento, a parte poderá *contraditar* a testemunha, arguindo-lhe a *incapacidade*, o *impedimento* ou, no caso da questão, a *suspeição* (§ 1º). *Errada*.

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Acerca da prova, julgue o item abaixo (Certo ou Errado).

6354. Se o juiz da causa indeferir a produção de prova pericial, por considerar a prova documental contida nos autos suficiente ao deslinde da controvérsia, e julgar antecipadamente a lide,

haverá cerceamento de defesa e consequente nulidade do processo, a partir da referida decisão.

RESPOSTA Se o juiz entender que a perícia é desnecessária em vista das provas já produzidas no processo, poderá *indeferi-la* (art. 420, parágrafo único, II, CPC), julgando antecipadamente a lide. *Errada*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Com relação à disciplina das provas no CPC, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

6355. A regra geral da distribuição do ônus da prova é a de que cabe ao autor provar o fato constitutivo de seu direito, enquanto ao réu cabe provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Contudo, em determinada hipótese, se o próprio réu contribuiu de forma definitiva para a comprovação do fato constitutivo do direito do autor, nada impede que o juiz julgue procedente o pedido deste último, visto que as regras de distribuição dos ônus da prova não determinam quem deve produzir a prova, mas apenas quem deve arcar com as consequências de sua não produção.

RESPOSTA A regra de distribuição do ônus da prova está prevista no art. 333, CPC. Não há um *dever* de provar, há um simples *ônus*, no sentido de que se a parte não provar suas alegações, sendo dela o ônus, assume o risco de perder a causa. Ademais, nada obsta que a decisão seja contrária ao interesse da parte que produziu a prova, conforme trazido na questão. *Certa*.

6356. No CPC, admite-se a prova emprestada, visto que não há proibição de meios que sejam legais e moralmente legítimos. Exige-se, por outro lado, que seja respeitado o contraditório, de modo que a prova emprestada deve ter sido produzida entre as partes envolvidas no novo processo, até porque vincula o juiz, nesse caso, à conclusão alcançada em processo anterior que tenha sido encerrado por sentença transitada em julgado.

RESPOSTA A teor do art. 332, CPC, conclui-se que a *prova emprestada* (produzida em um processo e utilizada em outro) é admitida. No entanto, *o juiz não está vinculado* à conclusão alcançada no outro processo, eis que prevalece o *Princípio do Livre-Convencimento Motivado* do magistrado, podendo ele dar àquela prova o valor que entender para formar sua convicção. *Errada*.

6357. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** A disciplina legal das provas no CPC estabelece disposições gerais acerca da matéria. Considerando essa disciplina, assinale a opção correta.

(A) A confissão do administrador público quanto à culpa da administração pela falta do serviço torna desnecessária a produção de outras provas nesse sentido.
(B) Ao autor cabe provar a ausência de fato extintivo de seu direito, cabendo ao réu a prova dos fatos impeditivos e modificativos.
(C) Prevalece a convenção que desonera o autor de provar o fato constitutivo de seu direito, mesmo que isso imponha ao réu ônus excessivamente difícil.
(D) Se o fato alegado pela parte for de conhecimento geral da sociedade no tempo e no local em que a ação é proposta, não é necessária a prova de sua existência.

RESPOSTA O objeto da prova são os *fatos controvertidos*. Contudo, *não dependem* de provas os fatos: I – *notórios* (de conhecimento geral da sociedade); II – *confessados*; III – *incontroversos*; IV – *que têm presunção legal de existência ou veracidade* (art. 334, CPC). *Alternativa D*.

6358. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Francisco, juiz de direito, presenciou determinado fato que ocorreu na antessala de seu dentista. Pouco tempo depois, no exercício da sua profissão, recebeu ação em que aquele fato constava como importante para a solução da questão posta. Acontece que, no prazo legal que antecede à audiência de instrução e julgamento, uma das partes o

arrolou como testemunha. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com normas processuais que regulam os casos de impedimento e suspeição.

(A) O fato de o juiz condutor do feito ser arrolado como testemunha acarreta apenas uma dificuldade técnica, que pode ser superada pela atuação de seu substituto legal durante a audiência de instrução e julgamento.

(B) O impedimento, nessa situação, dependerá do tipo de processo, já que está condicionado à hipótese de o processo ser de jurisdição contenciosa.

(C) Nessa situação, Francisco estaria impedido de atuar no feito.

(D) Por ter presenciado fato relevante, é evidente o interesse de Francisco na solução da questão, tratando-se, assim, de caso de suspeição.

(E) Nessa hipótese, não se pode falar em impedimento, porque Francisco foi arrolado como testemunha somente após o recebimento da inicial.

RESPOSTA Art. 409, I, CPC. *Alternativa C*.

6359. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Em ação que tramita sob o rito comum ordinário, o autor pretende cobrar de dois réus, com o mesmo procurador, o cumprimento das obrigações contratuais que alega existir entre as partes e que determinariam a cada uma destas a realização de serviços atinentes aos seus ofícios de pedreiro e pintor, respectivamente. Com a fase postulatória encerrada, o juiz designou data para a realização de audiência de instrução e julgamento, intimando as partes dessa decisão. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Caso não arrolem suas testemunhas no prazo correto, as partes terão de trazê-las no dia da audiência, independentemente de intimação.

(B) O prazo para arrolamento das testemunhas é de dez dias contado em dobro para os réus, já que são litisconsortes passivos.

(C) Considerada a espécie de litisconsórcio existente, cada um dos réus pode arrolar até dez testemunhas.

(D) O arrolamento deve-se sujeitar ao prazo mínimo de dez dias, caso o juiz não determine outro, contado da data da intimação da decisão que designou a audiência.

(E) Os réus podem arrolar juntos, no máximo, dez testemunhas, considerando que são litisconsortes passivos.

RESPOSTA No caso narrado, é lícito a cada parte oferecer, no máximo, 10 testemunhas (art. 407, parágrafo único, CPC), já que cada litisconsorte é considerado litigante distinto (art. 48, CPC). *Alternativa C.*

6360. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** No curso de determinado processo, o réu, em depoimento pessoal, confessou fato contrário a seu interesse. Em momento seguinte à coleta da prova, foi juntada aos autos a informação de que à época o réu já era absolutamente incapaz. Nessa situação hipotética, a confissão é

(A) inexistente, porque carece de elemento essencial.

(B) inadmissível, mas pode servir ao convencimento do juiz conforme sua avaliação.

(C) inválida para todos os fins.

(D) admissível e vincula a decisão do juiz acerca do fato confessado.

(E) admissível, mas não vincula a decisão do juiz, que é livre para valorar as provas.

RESPOSTA Não se trata da invalidação da confissão do incapaz, mas de inadmissibilidade do ato, não recaindo-lhe os efeitos jurídicos da confissão. Entretanto, em razão do princípio do livre-convencimento motivado (art. 93, CF, e art. 131, CPC), tal ato pode ser valorado pelo julgador, não como confissão, mas como informação. *Alternativa B.*

(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE) No que concerne ao direito processual civil, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

6361. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito, e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida a sentença, reproduzindo-se o teor da sentença anteriormente prolatada. Essa regra será aplicável apenas quando o juiz prolator da sentença for também o autor da sentença que será reproduzida, visando manter uniforme o entendimento para os casos repetitivos.

RESPOSTA Art. 285-A, CPC (em se tratando de matéria unicamente de direito e *o juízo* – não necessariamente o mesmo juiz – já houver prolatado sentença de total improcedência em casos idênticos, poderá proferir a sentença com o mesmo teor da anteriormente prolatada, mesmo sem a citação do réu). *Errada*.

(Procurador – Vitória-ES – 2007 – CESPE) A respeito da sentença e da coisa julgada, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

6362. Se, em uma ação de indenização por danos morais e materiais, a sentença condenar o réu ao pagamento da reparação desses danos em valor inferior ao pleiteado pelo autor, o juiz deverá julgar parcialmente procedente o pedido e condenar o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios em percentual equivalente à sua sucumbência.

RESPOSTA Súmula 326, STJ (*na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca*). *Errada*.

6363. Se a sentença extrapolar os limites da demanda, concedendo ao autor mais do que ele pediu, diz-se que esta é *ultra petita* e, por conter vício de procedimento, deve ser anulada. Mas a invalidação deve cingir-se à parte em que supera o limite do pedido, isto é, à parte que se mostra incongruente.

RESPOSTA Segundo o STJ "o reconhecimento de julgamento *ultra petita* não implica a anulação do *decisum*; seu efeito é o de eliminar a parte que constitui o excesso do julgado" (AgRg nos EDcl no REsp 1.004.687/DF). *Certa*.

6364. A coisa julgada material é a imutabilidade da sentença de mérito, na parte dispositiva e na fundamentação, dentro do processo em que foi proferida, porquanto não pode mais ser impugnada por qualquer recurso ou por ação rescisória.

RESPOSTA Em se tratando de sentença *terminativa* (*sem* resolução de mérito), haverá apenas a coisa julgada *formal*, o que impedirá a rediscussão no mesmo processo, não obstante a ação possa ser novamente ajuizada. Já em se tratando de sentença *definitiva* (*com* resolução de mérito), haverá coisa julgada *formal* e *material*, impedindo a rediscussão tanto naquele processo quanto em *qualquer outro*. *Errada*.

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue o item relativo a direito processual civil (Certo ou Errado).

6365. Sentença é ato processual do juiz, mediante o qual se resolve ou não o mérito da causa, pondo fim ao processo, em qualquer das duas hipóteses.

RESPOSTA A Lei n. 11.232/2005 retirou do conceito de *sentença* a aptidão de *pôr fim ao processo*. *Sentença* é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 (extingue sem exame de mérito) e 269 (resolve o mérito), CPC (art. 162, § 1º, CPC). Assim, a exemplo do que acontece com as sentenças condenatórias, a decisão vai pôr fim à *fase* cognitiva, seguindo-se o processo para a fase de liquidação ou cumprimento de sentença. *Errada*.

6366. (Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE) Acerca do instituto da coisa julgada, assinale a opção correta.

(A) Para a doutrina majoritária, a eficácia preclusiva da coisa julgada, prevista no art. 474 do CPC, abrange todas as possíveis causas de pedir que poderiam ter embasado o pedido formulado.

(B) Pela nova sistemática, estabelecida pela Lei n. 12.016/2009, a sentença proferida no mandado de segurança coletivo faz coisa julgada *erga omnes*.

(C) Para a jurisprudência do STJ, havendo conflito entre duas coisas julgadas, prevalece a que se formou em primeiro lugar.

(D) Não são extensíveis ao condomínio edilício os efeitos da coisa julgada formada em ação reivindicatória de que foi ou foram parte apenas um ou alguns dos condôminos.

(E) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença ofende a garantia da coisa julgada.

RESPOSTA STJ – REsp 1.015.652/RS: "... nessas hipóteses de legitimação concorrente em condomínio edilício, a coisa julgada formada em razão do manejo de ação reivindicatória de alguns condôminos diretamente prejudicados não inibirá a futura propositura de outra demanda reivindicatória pelo condomínio"*. Alternativa D.*

6367. (Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE) No que se refere ao duplo grau de jurisdição obrigatório – remessa de ofício, recurso de ofício, reexame necessário ou recurso obrigatório –, assinale a opção correta.

(A) Esse instituto não é admitido no sistema processual brasileiro por violar o princípio da igualdade processual das partes.

(B) Esse instituto não se aplica quando a sentença estiver em conformidade com súmula do STF.

(C) Nos processos em que é parte pessoa jurídica de direito público interno, os acórdãos sujeitam-se ao duplo grau de jurisdição obrigatório.

(D) O duplo grau de jurisdição obrigatório é cabível nas sentenças com resolução de mérito, e incabível nas sentenças sem resolução de mérito.

(E) O duplo grau de jurisdição obrigatório depende da interposição do recurso de apelação para ser submetido ao tribunal.

RESPOSTA Art. 475, § 3º, CPC (não se aplica o instituto quando a sentença estiver fundada em *súmula* ou jurisprudência do plenário do STF). *Alternativa B.*

6368. (Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE) A tutela inibitória

(A) existe em função do ilícito; portanto, tem sempre caráter repressivo.

(B) pressupõe risco de dano grave e irreversível, porque é preventiva.

(C) requer prova da culpa ou dolo, já que existe em função do ilícito.

(D) é admitida para determinar tanto um fazer quanto um não fazer.

(E) não é voltada para prevenir a repetição do ilícito, mas apenas para evitá-lo.

RESPOSTA Em linhas gerais, a *tutela inibitória* (art. 461 CPC) é destinada a impedir a violação de um direito de forma imediata, seja de maneira positiva (obrigação de fazer), seja negativa (obrigação de não fazer), seja para proceder à entrega imediata de coisa (art. 461-A CPC). *Alternativa C.*

XI. Liquidação de Sentença e Cumprimento de Sentença

(Defensor – DPE-ES – 2009 – CESPE) No que concerne ao direito processual civil, julgue o item seguinte.

6369. Sem caracterizar ofensa ao princípio do juiz natural, admite-se que o cumprimento da sentença seja requerido no juízo do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação ou no atual domicílio do executado.

RESPOSTA Art. 475-P, II, CPC. *Certa*.

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Julgue o próximo item (Certo ou Errado).

6370. Após a entrada em vigor da Lei n. 11.232/2005, a natureza jurídica da liquidação de sentença modificou-se, tornando-se uma simples fase, um incidente do próprio processo em que a sentença foi proferida, fase essa posterior à prolação da sentença e anterior à fase de cumprimento da sentença.

RESPOSTA A *liquidação de sentença*, prevista a partir do art. 475-A, CPC, estrategicamente disposta entre o Capítulo da Sentença e o do Cumprimento de Sentença, deixou de ser processo autônomo para se tornar *simples fase* de um mesmo processo, instaurada mediante requerimento, da qual a parte adversa será *intimada*, e não mais *citada* (art. 475-A, § 1º, CPC). *Certa*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Acerca da liquidação da sentença, do cumprimento da sentença e da execução, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

6371. Ao impugnar o valor da execução por excesso, o executado deve indicar o valor que entende devido, o que revela a aplicação do princípio da menor onerosidade da execução, mas não do princípio da cooperação.

RESPOSTA À hipótese trazida na questão (art. 475-L, § 2º, CPC), aplica-se o *princípio da cooperação*, na medida em que ele trata da participação efetiva dos envolvidos na relação processual (partes e magistrado), trazendo o dever de cooperação entre si para a rápida solução do litígio. O *princípio da menor onerosidade* diz respeito à regra do art. 620, CPC (quando houver mais de uma possibilidade de se efetivar a execução, será feita pelo modo menos gravoso). *Errada*.

XII. Recursos

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Julgue o item seguinte, relativo aos recursos do direito processual civil.

6372. O desígnio visado pelo recurso pode ser a modificação ou a substituição do julgado. A substituição do julgado, entretanto, obedece aos limites da impugnação, de maneira que, em regra, não pode o tribunal piorar a situação de um único recorrente.

RESPOSTA A substituição do julgado não pode extrapolar os limites da impugnação, ou seja, o tribunal não pode piorar a situação de um único recorrente, consoante a proibição da *reformatio in pejus*. *Certa*.

6373. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Quanto à repercussão geral exigida como pressuposto de cabimento do recurso extraordinário, assinale a opção correta.

(A) Diante da necessidade de *quorum* qualificado para que o tribunal deixe de conhecer o recurso por ausência de repercussão geral, não se exige que o recorrente a aponte na peça recursal, pois haverá presunção relativa de existência.

(B) A repercussão geral foi definida pela norma infraconstitucional, que se valeu de conceitos jurídicos indeterminados para tanto, de modo que não se admite situação que importe presunção absoluta da sua existência.

(C) Sendo o exame da repercussão geral realizado mediante a interpretação de conceitos jurídicos indeterminados, evidencia-se a possibilidade da avaliação de critérios como a conveniência de

discutir a matéria, sendo, por isso, dispensáveis a motivação e a publicidade da decisão.

(D) Caso a decisão recorrida esteja conforme jurisprudência dominante do STF, presume-se a falta de repercussão geral, o que afasta a necessidade do *quorum* qualificado para que se deixe de conhecer o recurso.

(E) Apesar de ser do pleno do STF a competência de deixar de conhecer o recurso por ausência de repercussão geral, pode o presidente ou o vice-presidente do tribunal local deixar de admiti-lo se o recorrente não tiver incluído em sua peça considerações que busquem demonstrar a presença da repercussão.

RESPOSTA A *repercussão geral* (art. 543-A, CPC) estará sujeita ao juízo de admissibilidade do tribunal local, feito pelo presidente ou vice-presidente (art. 541, CPC). Nessa análise, não se discute se a matéria tem ou não repercussão geral, e sim se o recurso cumpriu o requisito formal exigido (*demonstração*, em preliminar, da presença da repercussão geral). *Alternativa E*.

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca dos recursos e da ação rescisória, julgue o próximo item (Certo ou Errado).

6374. O direito processual civil acolhe o princípio da vedação à *reformatio in pejus*, mas, na hipótese de a apelação interposta pelo autor evidenciar, por exemplo, a ausência de condição da ação, o órgão *ad quem* poderá extinguir o processo, sem julgamento do mérito, o que é decorrência do chamado efeito translativo dos recursos.

RESPOSTA O *efeito translativo* dos recursos é caracterizado pela possibilidade de o tribunal apreciar de ofício questão (geralmente de ordem pública) não suscitada pelas partes no recurso ou nas contrarrazões. Verificando-se a falta de condição da ação, o processo será extinto sem julgamento de mérito (art. 267, VI, CPC). *Certa*.

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Considerando os recursos e outros meios de impugnação das decisões proferidas no processo civil, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

6375. A oposição de embargos declaratórios com caráter modificativo se faz apropriada quando o pronunciamento judicial padece de ambiguidade, de obscuridade, de contradição ou de omissão. Quando ocorre a modificação de entendimento jurisprudencial, com efeito vinculativo, admite-se o manejo desse recurso com pretensão de efeitos infringentes.

RESPOSTA Muito embora, excepcionalmente, o STJ aceite embargos de declaração com caráter meramente *infringente* quando se tratar de *nova orientação jurisprudencial* (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 1.232.898/BA), a primeira parte da afirmativa está errada, pois esse caráter modificativo dos EDs, que devem ter por fundamento *omissão*, *contradição* ou *obscuridade*, somente é aceito como consequência lógica do provimento do recurso, e não como *objeto* deste (EDcl nos EDcl no REsp 1.237.322/MG). *Errada*.

6376. Perde objeto o recurso relativo à decisão de antecipação da tutela quando a sentença superveniente revoga a liminar concedida, ou quando, sendo de procedência integral ou parcial, tem aptidão para, por si só, irradiar os mesmos efeitos da medida antecipatória. Assim, os fundamentos da sentença se sobrepõem aos da decisão da antecipação da tutela, restando superada a impugnação dirigida à decisão interlocutória.

RESPOSTA STJ – EDcl no AgRg no REsp 790.421/PR: "sentenciado o feito, perde o objeto, restando prejudicado o recurso especial interposto de acórdão que examinou agravo de instrumento de decisão que indeferiu ou concedeu antecipação de tutela". Da mesma forma, haverá a *perda do objeto* se a sentença resultar em concessão do direito cuja antecipação estava sendo discutida. *Certa*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Acerca dos recursos e da ação rescisória previstos no CPC, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

6377. Diz-se na doutrina que existe presunção da existência de repercussão geral nos recursos extraordinários, o que se comprova pela necessidade de *quorum* diferenciado para o não conhecimento do recurso com base na ausência de tal requisito e na dispensa da demonstração da sua presença na peça de interposição do recurso, cabendo ao recorrido demonstrar a ausência.

RESPOSTA A *repercussão geral* é um pressuposto de cabimento do recurso extraordinário (art. 543-A, CPC) e sua existência não é presumida, *devendo ser demonstrada* pelo *recorrente* em preliminar do recurso (§ 2º), sob pena de sequer ser aceito em juízo de admissibilidade. *Errada*.

6378. Em regra, não existe contraditório nos embargos de declaração, uma vez que é recurso destinado a suprir omissão, obscuridade ou contradição da decisão recorrida. Parte majoritária da doutrina e da jurisprudência, entretanto, entende pela necessidade de intimação da outra parte para apresentação de contrarrazões, caso os embargos tenham sido interpostos visando a efeitos modificativos, também chamados infringentes.

RESPOSTA Cabem embargos de declaração para suprir *omissão*, *contradição* ou *obscuridade* do julgado (art. 535, CPC), não havendo, em regra, motivos para intimação da parte contrária. No entanto, em se tratando de embargos de declaração com *efeitos infringentes* (podem vir a alterar o conteúdo da decisão), predomina o entendimento de que o julgador deverá intimar a parte contrária para contrarrazões, a fim de garantir o direito ao contraditório. *Certa*.

6379. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** Ainda acerca dos recursos, assinale a opção correta.

(A) O relator pode converter em retido o agravo de instrumento, salvo quando se tratar de medida de urgência ou houver perigo de lesão e de difícil ou incerta reparação; contra essa decisão cabe agravo regimental interposto no órgão colegiado competente ou pedido de reconsideração.

(B) Na hipótese de o juiz verificar que os embargos de declaração possam acarretar a modificação do julgado em sua substância, ele deverá indeferir liminarmente o recurso, pois tais embargos não admitem efeitos infringentes, em virtude da violação do princípio do contraditório e da caracterização do cerceamento de defesa.

(C) A parte que já tenha interposto recurso pela via principal pode recorrer adesivamente ao recurso da outra parte, desde que a impugnação recaia sobre a parte da decisão que não tenha sido objeto do recurso autônomo.

(D) O recurso de apelação contra sentença denegatória de mandado de segurança possui apenas efeito devolutivo, ficando revogada a liminar, ainda que o juiz não declare expressamente essa revogação na sentença.

(E) No julgamento do recurso de apelação, não pode o órgão *ad quem* manter a sentença de extinção do processo sem resolução do mérito, modificando, entretanto, a fundamentação adotada pelo juiz *a quo*.

RESPOSTA O STJ já firmou entendimento de que, em sede de MS, o recurso de apelação contra a sentença denegatória possui apenas efeito *devolutivo*, dado o caráter autoexecutável da decisão (REsp 768.115/SP). Ademais, a Súmula 405, STF, prevê que, *denegado* o MS pela sentença, ou no julgamento do agravo, dela interposto, *fica sem efeito a liminar concedida*, retroagindo os efeitos da decisão contrária. *Alternativa D*.

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Quanto aos recursos no processo civil, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

6380. Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo na forma retida, que deve ser interposto oral e imediatamente e deve constar do respectivo

termo, neste expostas sucintamente as razões do agravante.

RESPOSTA Art. 523, § 3º, CPC. *Certa*.

6381. Compete ao STJ julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos TRFs, quando essa decisão for denegatória.

RESPOSTA Art. 539, II, *a*, CPC. *Certa*.

6382. Compete ao STJ julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelos TRFs, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

RESPOSTA Art. 102, III, *d*, CF (competência do *STF*). *Errada*.

6383. O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do STF, do STJ ou do TST.

RESPOSTA Art. 518, § 1º, CPC (o juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do *STJ* ou do *STF* apenas). *Errada*.

(Delegado – PF – 2002 – CESPE) Em relação a recursos, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

6384. Em face do princípio do dispositivo, que rege o processo civil brasileiro, o juízo de admissibilidade dos recursos pelo tribunal não pode ser feito de ofício, dependendo sempre de requerimento da parte contrária, salvo quando se tratar de questão relativa à tempestividade ou ao preparo.

RESPOSTA Segundo a doutrina, os *requisitos de admissibilidade* dos recursos constituem *matéria de ordem pública*, cuja análise, portanto, deve ser feita *de ofício. Errada*.

6385. O pedido de reconsideração feito ao juiz pela parte prejudicada pela decisão suspende o prazo para a interposição do recurso cabível, que somente voltará a correr a partir da intimação da decisão judicial acerca da reconsideração requerida.

RESPOSTA O chamado *pedido de reconsideração*, apesar de ser utilizado na prática, não tem previsão legal. Entende-se que tal pedido *não tem efeito suspensivo nem interruptivo dos prazos recursais,* ou seja, se findar o prazo recursal antes da decisão, a parte terá perdido a oportunidade de recorrer. *Errada*.

6386. A parte que, sendo vencedora na demanda, desejar arguir preliminar de inadmissibilidade do recurso da parte contrária deverá fazê-lo nas contrarrazões, e não interpor recurso adesivo.

RESPOSTA Enquanto o recurso adesivo (art. 500, CPC) busca uma modificação da decisão no que lhe foi desfavorável, as contrarrazões recursais servem para rebater ou impugnar o recurso da outra parte, estas, sim, adequadas à hipótese trazida na questão. *Certa*.

6387. De regra, o princípio da fungibilidade recursal só é aplicável no âmbito dos recursos ordinários, pois os recursos especial e extraordinário têm seus requisitos rigidamente elencados no texto constitucional.

RESPOSTA A *fungibilidade recursal*, segundo a doutrina, é aplicável quando houver *dúvida objetiva* quanto à natureza da decisão e, portanto, do recurso adequado, podendo o juiz ou tribunal receber um recurso por outro. No entanto, em se tratando de recurso especial ou extraordinário, cujos requisitos estão dispostos de maneira bem distinta, não existe a dúvida objetiva, não sendo possível a fungibilidade. *Certa*.

6388. Com a nova sistemática processual relativa aos recursos, ainda que o agravo de instrumento seja interposto diretamente perante o órgão *ad quem*, subsiste a possibilidade do juízo de retratação do órgão prolator da decisão recorrida.

RESPOSTA A própria comunicação de interposição do agravo, feita ao juízo *a quo*, em cumprimento ao art. 526, CPC, lhe trará a possibilidade de se retratar. Se o juiz comunicar que reformou inteiramente sua decisão, o relator considerará o agravo prejudicado (art. 529, CPC). *Certa*.

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) A respeito do procedimento ordinário e dos processos perante o STJ, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

6389. Por se tratar de questão de ordem pública, no âmbito do recurso especial, o STJ admite novo exame dos elementos do processo, a fim de apurar a existência de coisa julgada já afastada pelo tribunal local com fundamento nas provas colhidas nos autos.

RESPOSTA A *Súmula 7, STJ,* prevê que "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". Portanto, independentemente de se tratar de questão de ordem pública, o reexame do conjunto fático-probatório *não é possível* em sede de recurso especial (AgRg no AREsp 23.849/SP). *Errada*.

(Analista – TST – 2008 – CESPE) As decisões proferidas por juiz singular, em regra, são recorríveis por meio de embargos, agravo de instrumento e apelação. A esse respeito, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

6390. Uma vez distribuído o agravo de instrumento a um relator, o magistrado prolator da decisão agravada não mais poderá reformá-la em juízo de retratação.

RESPOSTA O agravante deverá, no prazo de 3 dias após a interposição do agravo, juntar a comunicação do agravo ao juízo prolator (art. 526, CPC), o qual poderá *reformar sua decisão* em juízo de retratação. Assim, prevê o art. 529, CPC, que, mesmo após a distribuição a um relator, se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo. *Errada*.

6391. Se, no prazo de três dias, o agravante não requerer a juntada nos autos principais do comprovante de interposição do agravo, o mesmo deverá ser inadmitido pelo relator.

RESPOSTA O *não cumprimento* do disposto no art. 526, CPC, *desde que arguido e provado pelo agravado*, importa *inadmissibilidade* do agravo. Portanto, não basta o simples descumprimento para ensejar a inadmissibilidade, sendo necessárias sua arguição e comprovação pelo agravado. *Errada*.

6392. A apelação é um recurso cabível somente das sentenças proferidas em ações de conhecimento e nas cautelares com natureza satisfativa.

RESPOSTA Prevê o art. 513, CPC, que da *sentença* caberá *apelação* (arts. 267 e 269). Trata-se de sentença em geral, não se restringindo às ações de conhecimento ou cautelares satisfativas (ex.: a *apelação* é cabível também no *processo de execução*). *Errada*.

6393. Ao apelante, não basta que proteste de forma genérica contra o teor da sentença, é fundamental que deduza o pleito de uma nova decisão, que pode ser a reforma ou mesmo a anulação do *decisum*, conforme o caso.

RESPOSTA A *apelação*, interposta por petição dirigida ao juiz, conterá os *fundamentos de fato e de direito* (art. 514, II, CPC). Trata-se do chamado *princípio da dialeticidade*, segundo o qual, incumbe ao recorrente apresentar a motivação, os fundamentos específicos pelos quais se encontra insatisfeito com a decisão recorrida, sendo vedada a impugnação genérica da sentença. *Certa*.

6394. (Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do sistema recursal do CPC.

(A) Segundo a jurisprudência do STJ e do STF, nas instâncias extraordinárias, o recurso interposto sem a assinatura do advogado é considerado inexistente.

(B) Segundo entendimento do STJ e do STF, não se conhecerá do recurso extraordinário ou especial quando inexistir, respectivamente, a alegada violação ao texto constitucional ou à legislação federal.

(C) Para a jurisprudência do STJ e do STF, é possível apreciar, em recurso extraordinário ou especial, matéria de ordem pública não prequestionada, ainda que ultrapassado o juízo de admissibilidade por outro fundamento.

(D) O STJ tem entendimento pacífico no sentido de que o tribunal pode agravar a condenação imposta à fazenda pública na remessa necessária, já que sua natureza jurídica é não recursal, de condição de eficácia da sentença.

(E) Na linha do entendimento jurisprudencial do STJ, contra a antecipação de tutela deferida na sentença, é cabível a interposição simultânea do recurso de agravo, do capítulo da antecipação, e de apelação, relativamente às outras matérias.

RESPOSTA STJ – AgRg no REsp 1.261.913/GO: "O recurso interposto sem assinatura do advogado do recorrente é inexistente". *Alternativa A.*

6395. (Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE) Considerando que, ao examinar uma inicial, o juiz tenha detectado a ausência de uma das condições da ação e indeferido seu processamento, antes mesmo de levar ao conhecimento do réu a existência do pedido, e que o autor tenha interposto apelação a essa sentença no prazo legal, assinale a opção correta.

(A) Somente após juízo de admissibilidade positivo o juiz prolator da decisão recorrida pode exercer o juízo de retratação.

(B) A interposição do recurso cabível, por si só, já autoriza o juiz prolator da decisão recorrida a proceder ao juízo de retratação.

(C) Admitido o recurso, o relator pode afastar a causa do indeferimento da inicial e julgar o mérito da ação.

(D) A interposição da apelação determina necessariamente a citação do réu para apresentação de contrarrazões.

(E) O prazo de 48 horas que o juiz prolator da decisão recorrida tem para exercer o juízo de retratação é próprio, de modo que ele não pode mais se retratar se esse prazo for ultrapassado.

RESPOSTA Indeferida a inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar sua decisão (art. 296, CPC). Em não sendo reformada, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente (parágrafo único). Portanto, o juízo de admissibilidade positivo precede o juízo de retratação. *Alternativa A.*

6396. (Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE) A respeito dos recursos, assinale a opção correta.

(A) Se for provido o recurso de apelação e reconhecida a nulidade da citação, os autos retornarão ao juízo de primeiro grau, que determinará a repetição do ato citatório e, como consequência, determinará a anulação de todos os atos subsequentes, inclusive se já tiver sido proferida sentença definitiva.

(B) O recurso que não é conhecido por lhe faltar alguma das condições de admissibilidade faz que se

tenha a decisão impugnada como transitada em julgado no momento em que o tribunal *ad quem* profere o juízo negativo de admissibilidade.

(C) Se for interposto um recurso inadequado à providência visada pelo recorrente, ao exercer o juízo de admissibilidade, o magistrado poderá, com fundamento no princípio da fungibilidade, determinar a correção ou a emenda da peça recursal, sob pena de não conhecimento do recurso.

(D) Sendo a decisão favorável em parte para um dos litigantes e em parte ao outro, podem ambos recorrer, no prazo comum, constituindo a hipótese espécie de recurso adesivo, tendo em vista a sucumbência recíproca. Nesse caso, poderá o tribunal reformar a sentença para pior – agravando, assim, a situação de qualquer um dos recorrentes, quando do julgamento dos recursos interpostos – porquanto encontrará respaldo nos argumentos do recurso manejado pela parte contrária.

(E) O objeto do juízo de mérito do recurso é o próprio conteúdo da impugnação à decisão recorrida. Quando nele se sustenta a existência de vício de juízo, *error in iudicando*, requer-se a reforma da decisão.

RESPOSTA *Error in iudicando* é o erro no julgamento, a sentença que desvia do foco, embora as regras relativas ao procedimento possam ter sido respeitadas; por outro lado, o *error in procedendo* é o erro no proceder, ou seja, na aplicação de regras próprias do rito aplicável à espécie. Dessarte, havendo *error in iudicando*, requer-se a *reforma* da decisão, enquanto no *error in procedendo*, requer-se a *anulação* da decisão. *Alternativa E.*

6397. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Considerando que, durante o julgamento de embargos infringentes, um dos desembargadores, cujo voto foi vencido, tenha enfrentado questão de ordem pública não suscitada pelas partes e que não integrou o pronunciamento da maioria, assinale a opção correta.

(A) Quando ocorre situação como a descrita, é sempre possível interpor recurso especial fundado na questão levantada no voto vencido.

(B) Somente será viável a interposição de recurso especial fundado na questão enfrentada no voto vencido porque se trata, nesse caso, de questão de ordem pública.

(C) Não será possível interpor recurso especial para abordar a referida questão, pois ela integra apenas o voto vencido.

(D) É impossível a interposição de recurso especial fundado na questão, porque ela não foi suscitada pelas partes.

(E) A impossibilidade da interposição do recurso especial, nesse caso, decorre da ausência do esgotamento das vias ordinárias.

RESPOSTA O REsp é um recurso específico para que o STJ possa rever o julgamento de matéria de direito decidida em Tribunais inferiores. Em não havendo pronunciamento da maioria sobre a matéria de ordem pública, ausente está o requisito essencial do *prequestionamento*, o que encontra óbice junto às Súmulas 282 e 356, STF. *Alternativa C.*

XIII. Execução

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca de execução, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

6398. A jurisprudência e a doutrina admitem que o executado se valha do que se convencionou chamar exceção de pré-executividade, independentemente da segurança do juízo, para alegar matérias que o juiz possa conhecer de ofício ou que estejam provadas de plano, sendo um limite a essa possibilidade a existência de prévia decisão acerca do tema.

RESPOSTA *Exceção de pré-executividade* não tem previsão legal, sendo uma construção doutrinária e jurisprudencial, da qual o executado poderá se valer para alegar matérias que possam ser conhecidas *de ofício* e que prescindam de dilação probatória.

A exceção de pré-executividade pode ser interposta a qualquer tempo dentro do processo executivo, desde que as referidas matérias não tenham sido já decididas em sede de embargos ou impugnação. *Certa*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) No que se refere à execução contra a fazenda pública, julgue os itens seguintes.

6399. A sentença que julgar improcedentes os embargos à execução opostos pela fazenda pública somente produzirá efeitos após o reexame necessário pelo tribunal competente.

RESPOSTA A sentença sujeita ao reexame necessário (art. 475, II, CPC) é a que julgar *procedentes*, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (embargos opostos *contra* da Fazenda Pública). *Errada.*

6400. Considere que, em fase de execução de sentença, apresentados os cálculos pelo exequente, a fazenda pública tenha se insurgido por meio de embargos apenas contra parte do valor. Nesse caso, entende o STF que é constitucional a expedição de precatório relativo à parte pela qual houve concordância.

RESPOSTA STF – RE-AgR 504.128/PR: “A jurisprudência deste Supremo Tribunal firmou-se no sentido de que, na execução contra a Fazenda pública, a expedição de precatório referente à parte incontroversa dos valores devidos não afronta a Constituição da República”. *Certa.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Quanto ao processo de execução, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

6401. Na impugnação ao cumprimento da sentença, o réu poderá alegar que a sentença fundamentou-se em texto legal declarado inconstitucional pelo STF ou que se baseou em texto legal interpretado ou aplicado de forma considerada inconstitucional por esse tribunal.

RESPOSTA A impugnação *poderá versar* sobre a *inexigibilidade do título* (art. 475-L, II, CPC). O § 1º dispõe que considera-se também inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF, ou fundados em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidos pelo STF como incompatíveis com a CF. *Certa*.

6402. Na ação ajuizada contra a fazenda pública que tenha por objeto a restauração de benefícios previdenciários anteriormente concedidos, se o pedido for julgado procedente, é possível a execução provisória da sentença.

RESPOSTA STJ – AgRg no Ag 720.665/RS: “Recurso especial inadmitido. Execução provisória contra a Fazenda Pública. Possibilidade. Restabelecimento do benefício previdenciário. Inúmeros precedentes. Agravo regimental improvido”. *Certa*.

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Acerca da penhora no processo de execução, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

6403. A jurisprudência é peremptória em negar o caráter de bem de família a bens imóveis de pessoas solteiras.

RESPOSTA STJ – REsp 772.829/RS: “o estado civil de solteira não afasta o reconhecimento de impenhorabilidade do bem de família prevista no art. 1º da Lei 8.009/90”. Trata-se do entendimento solidificado pela *Súmula 364, STJ*, segundo a qual, o conceito de impenhorabilidade do bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas *solteiras, separadas* ou *viúvas*. *Errada*.

6404. Consoante dispõe o CPC, é impenhorável a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família.

RESPOSTA Art. 549, VIII, CPC. *Certa*.

6405. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência à execução.

(A) O depositário, por exercer uma função pública, não pode ser responsabilizado criminalmente pelos atos praticados em detrimento da execução e de seus objetivos.

(B) A objeção de pré-executividade é um incidente processual que pode ser utilizado para arguir a falta de uma das condições da ação ou a ausência de pressupostos processuais.

(C) A sentença arbitral, por ser um título executivo extrajudicial, ocorre fora do Poder Judiciário.

(D) O que formaliza e aperfeiçoa a adjudicação é o auto de adjudicação, que somente será extraído após a sentença de adjudicação.

(E) Quando a nomeação dos bens é feita em juízo, por petição deferida pelo juiz, não há a diligência do oficial de justiça para realizar a penhora. Nessa hipótese, o ato processual será realizado pelo escrivão, que lavrará o auto de penhora e, posteriormente, providenciará a sua juntada.

RESPOSTA A *objeção de pré-executividade* (ou *exceção de pré-executividade*) não possui previsão legal, sendo uma construção doutrinária e admitida pela jurisprudência, utilizada pelo executado a fim de alegar matéria referente à inadmissibilidade da execução (como a falta de *condição da ação* e falta de *pressuposto processual*). *Alternativa B.*

6406. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Ajuizada ação de execução para entrega de coisa certa, o executado não a entregou no prazo que lhe foi assinalado, constatando-se que o bem estava em poder de terceiro. Considerando essa situação, assinale a opção correta.

(A) A conversão em execução por quantia certa é o caminho possível devido a constatada posse por terceiro.

(B) Verificada a situação descrita quando já litigiosa a coisa, deve-se expedir mandado de busca e apreensão ou imissão na posse da coisa.

(C) Constatada a realização de benfeitorias no bem, só será possível a apreensão após o depósito do seu valor, independentemente de liquidação, apurando-se eventual diferença em ação à parte.

(D) Estando o bem em poder de terceiro, ao exequente resta propor ação específica contra o atual possuidor para provar a fraude.

(E) Como o bem não se encontra mais sob a posse do executado, este não poderá manejar embargos à execução.

RESPOSTA Prevê o art. 625, CPC, que, em não sendo a coisa entregue ou depositada, nem admitidos embargos suspensivos da execução, expedir-se-á, em favor do credor, mandado de *imissão na posse* ou de *busca e apreensão*, conforme se tratar de imóvel ou de móvel. *Alternativa B.*

XIV. Cautelar e Tutela Antecipada

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, acerca da tutela antecipada.

6407. Ajuizada ação contra a fazenda pública com vistas a forçá-la ao cumprimento de obrigação de fazer consistente no fornecimento de medicamento, há possibilidade de concessão de antecipação dos efeitos da tutela ao autor bem como de imposição de multa diária para o caso de descumprimento da decisão.

RESPOSTA STJ – AgRg no Ag 1.299.000/RS: “Há muito se sedimentou na jurisprudência do STJ o entendimento de que é possível a concessão de antecipação dos efeitos da tutela contra a Fazenda Pública para o fim de obrigá-la ao fornecimento de medicamento a cidadão que não consegue ter acesso, com dignidade, a tratamento que lhe assegure o direito à vida”. Nesse diapasão, possível também a imposição de multa diária, nos termos do art. 273, § 3º, CPC. *Certa*

6408. Considere que Pedro, após adquirir um imóvel que esteja na posse de André, ajuíze ação de imissão de posse. Nessa situação, não cabe pedido de tutela antecipada, haja vista o procedimento específico da ação.

RESPOSTA A antecipação de tutela, desde que preenchidos os requisitos do art. 273, CPC, é cabível nas ações em geral, a teor do art. 272, parágrafo único, CPC. *Errada.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca das tutelas de urgência, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

6409. Afirma-se que a medida cautelar é caracterizada pela fungibilidade; portanto, é possível admitir que a busca e apreensão de determinado bem possa converter-se em caução, o que, no entanto, demandaria pedido devidamente fundamentado da parte, pois a lei não permite a fungibilidade de ofício.

RESPOSTA Segundo o art. 805, CPC, a medida cautelar poderá ser *substituída*, *de ofício* (ou a requerimento de qualquer das partes), por caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente. *Errada*.

6410. É possível a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, antes mesmo da citação do réu, na hipótese em que alguém peça a apreensão de mercadorias altamente perecíveis que alegue ter adquirido mediante contrato de compra e venda por instrumento público e que estejam em poder do vendedor, se acompanharem a inicial procuração, declaração de hipossuficiência e requerimento de exibição do contrato.

RESPOSTA No caso narrado, não é possível antecipar os efeitos da tutela, eis que falta o requisito da existência da *prova inequívoca* das alegações (art. 273, CPC). Ou seja, o mencionado contrato deveria instruir o pedido inicial. *Errada*.

6411. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Um cidadão juridicamente necessitado procurou a DPE/PI para o ajuizamento de ação declaratória de inexistência de relação jurídica em face de determinada empresa de telefonia fixa. No atendimento inicial, o cidadão alegou urgência em razão da possível inclusão de seu nome em cadastros restritivos de crédito e alegou ter pagado toda a dívida. Considerando essa situação hipotética e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que o DP

(A) não pode pleitear a tutela antecipada, porque a certificação de um direito ou de uma relação jurídica não pode ser antecipada.
(B) não pode pleitear a tutela antecipada, por expressa vedação legal nessa situação.
(C) deve pleitear a tutela antecipada, já que é possível sua concessão em qualquer ação de conhecimento, seja ela declaratória, constitutiva ou mandamental, desde que presentes os requisitos e pressupostos legais.
(D) deve pleitear a tutela antecipada, já que estaria vinculado ao pedido formulado pelo necessitado.
(E) somente poderia pleitear a tutela antecipada caso o necessitado postulasse também a condenação da empresa de telefonia em danos morais.

RESPOSTA STJ – REsp 473.072/MG: "esta corte vem reiterando o entendimento no sentido da possibilidade de se conceder a tutela antecipada em qualquer ação de conhecimento, seja declaratória, constitutiva ou mandamental, desde que presentes os requisitos e pressupostos legais". Tais pressupostos são os do art. 273, CPC. *Alternativa C*.

6412. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** Uma paciente precisa de internação hospitalar em unidade de terapia intensiva. Contudo, a rede pública não dispõe no momento de leitos

disponíveis para essa necessidade, fato que ensejou o ajuizamento de ação na qual a internação em unidade da rede particular às expensas da administração pública é requerida como antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional. Acerca da hipótese acima narrada, assinale a opção correta frente à disciplina da antecipação da tutela jurisdicional prevista no CPC.

(A) Considerando ocorrer na hipótese a chamada irreversibilidade recíproca, será possível o deferimento da medida, já que, ponderados os interesses em conflito, a preservação da vida se mostra mais relevante.

(B) A lei veda a concessão da medida quando houver perigo de irreversibilidade do provimento, sem fazer qualquer exceção à regra, de modo que o indeferimento será a única via possível.

(C) A providência requerida como antecipação de tutela tem cunho cautelar, na medida em que garante a efetividade do processo em que se discute a obrigação da administração pública, sendo, por isto, inviável seu deferimento.

(D) Por ser a providência requerida de cunho irreversível e satisfativo, será vedado seu exame sem a oitiva prévia da parte ré, e sua eventual concessão encerrará o processo, já que esgota o objeto do pedido.

(E) Havendo irreversibilidade do provimento antecipado, só será possível o deferimento da medida na hipótese descrita se ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

RESPOSTA Quando verificado perigo de *irreversibilidade dos efeitos da tutela*, não é permitida a sua antecipação (art. 273, § 2º, CPC), eis que não seria mais possível voltar ao *status quo.* Entretanto, a doutrina entende que essa regra deve ser relativizada, por meio da chamada ***irreversibilidade recíproca***, no sentido de que, por uma análise de *proporcionalidade*, seria possível antecipar uma tutela com efeitos irreversíveis quando, no caso concreto, seu indeferimento pudesse causar um dano ainda maior. *Alternativa A*.

6413. (Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE) Quanto à antecipação da tutela, assinale a opção correta.

(A) A efetivação da tutela antecipada se faz por sub-rogação e processa-se de forma definitiva, por ser fundada em decisão que antecipou os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, em virtude de prova inequívoca da veracidade das alegações do autor.

(B) O interessado, ao requerer a tutela antecipatória, deve instruir a petição inicial com prova pré-constituída e inequívoca do direito alegado, ou seja, prova documental ou pericial antecipadamente realizadas, não se admitindo para esse fim a realização de provas orais, tais como o depoimento pessoal e de testemunhas.

(C) A tutela antecipada dos efeitos da sentença de mérito destina-se a assegurar, total ou parcialmente, a viabilidade da realização do direito material alegado pelo autor, de forma provisória.

(D) Quando restar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu, a tutela antecipada pode ser concedida, desde que exista prova inequívoca da verossimilhança da alegação.

(E) A tutela antecipada pode ser concedida antes de o réu ser ouvido. No entanto, é inadmissível a sua concessão depois de encerrada a fase probatória, já que se abre, a partir daí, a fase para prolação da sentença, devendo o juiz pronunciar-se definitivamente sobre a lide.

RESPOSTA De acordo com o art. 273, II, CPC, o juiz poderá, a requerimento da parte, *antecipar*, total ou parcialmente, os *efeitos da tutela* pretendida no pedido inicial, desde que, existindo *prova inequívoca*, se convença da *verossimilhança* da alegação e fique caracterizado o *abuso de direito de defesa* ou o *manifesto propósito protelatório do réu*. *Alternativa D*.

(Procurador – Aracajú-SE – 2008 – CESPE) Quanto à antecipação da tutela, julgue os itens

subsequentes (Certo ou Errado).

6414. Ao apreciar o pedido de antecipação da tutela, o julgador procede a um juízo de probabilidade pelo qual o autor terá direito ao provimento jurisdicional definitivo. A tutela antecipada tem como limite o pedido inicial, e tem como objetivo conceder, de forma antecipada, total ou parcialmente, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos.

RESPOSTA Art. 273, *caput*, CPC (se o objetivo é *antecipar a tutela pretendida no pedido inicial*, por óbvio que o limite é o próprio pedido). *Certa*.

6415. Não obstante indeferida na fase postulatória do processo, a tutela antecipada pode ser concedida na própria sentença. O recurso interposto contra essa decisão será recebido apenas no efeito devolutivo, o que enseja a eficácia imediata da decisão.

RESPOSTA A *antecipação de tutela* pode ser *deferida* no momento da *sentença*, caso em que a apelação interposta contra essa decisão será recebida apenas no efeito *devolutivo*. Trata-se de aplicar a regra do art. 520, VII, CPC, também à hipótese de *deferimento* da tutela em sentença (STJ – AgRg no Ag 900.317/SC). Em sendo recebida somente no efeito *devolutivo*, não suspenderá a eficácia da decisão. *Certa*.

6416. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** Paulo ajuizou ação cautelar de sequestro, alegando que se encontra em vias de se separar de sua esposa e que ela está dilapidando os bens do casal, já que teria anunciado a venda de um veículo e de uma geladeira comprados na constância do casamento. Encerrada a instrução do processo, o juiz prolatou sentença na qual julgou improcedente o pedido de sequestro sob o fundamento de que o simples anúncio de venda dos bens não era prova suficiente da dilapidação. Com base nesse situação hipotética e tomando em consideração a disciplina das cautelares, assinale a opção correta.

(A) A sentença que decide o pedido de medida cautelar não faz coisa julgada, de modo que poderá ser proposta outra ação com o mesmo fundamento se a parte autora mantiver seu interesse na providência.

(B) Se a sentença prolatada em ação cautelar de sequestro abordar tema atinente à própria existência do bem ou direito cuja proteção foi requerida, será vedado às partes voltar a discutir em ação de natureza diversa a mesma matéria.

(C) O indeferimento da medida cautelar pleiteada não impede a propositura de nova cautelar para assegurar direitos sobre os mesmos bens, desde que sejam manejados novos fundamentos em amparo da pretensão.

(D) Em nenhuma hipótese o julgamento da ação cautelar de sequestro seria suficiente para impedir que o autor intentasse outra ação na qual discutisse seu direito a parte dos bens adquiridos pelo casal.

(E) Ainda que a medida cautelar requerida tenha sido indeferida por sentença que julgou o mérito do pedido, é necessário que o autor ajuíze a ação principal em 30 dias a contar do trânsito em julgado da primeira sentença, pois a cautelar em questão é típica preparatória.

RESPOSTA (A) e (C) Art. 808, III e parágrafo único, CPC. (B) e (D) Art. 810, CPC. (E) Art. 806, CPC. *Alternativa C*.

6417. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** A respeito do processo cautelar, assinale a opção correta.

(A) O indeferimento de medida cautelar não impede que o autor ajuíze a ação principal – mesmo quando tenha sido acolhida naquela a alegação de prescrição ou decadência – nem influi em seu

julgamento, pois, conquanto dependentes no plano da existência, guardam autonomia no que vier a ser decidido acerca do mérito de ambas as demandas.

(B) A tutela cautelar deve ser objeto de processo distinto, não sendo permitida a introdução de pedidos cautelares em processos que tenham outro objeto. Por isso, não se pode postular medidas cautelares nos próprios autos da execução ou de procedimentos ordinário ou sumário.

(C) O requerente da execução da medida cautelar, se a sentença lhe for desfavorável no processo principal, responde objetivamente pelos prejuízos que a medida causar ao réu. Nesse caso, a indenização será a mais ampla possível e será liquidada nos autos do procedimento cautelar.

(D) Concedida a liminar na ação cautelar preparatória, a parte deve propor a ação principal em até trinta dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, sob pena de extinção do processo por perda da eficácia da liminar concedida.

(E) O arresto é medida cautelar que garante a execução para entrega de coisa certa. O arresto assegura, também, a viabilidade da futura penhora e consiste no desapossamento judicial de determinado bem, com o objetivo de preservá-lo de danos, de depreciação ou de deterioração por parte do devedor.

RESPOSTA Dispõe o art. 811, I, CPC, que o requerente do procedimento cautelar *responde* ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida *se a sentença no processo principal lhe for desfavorável*. A indenização será liquidada nos autos do procedimento cautelar (parágrafo único). De acordo com a doutrina, essa responsabilidade é *objetiva*, ou seja, independe de análise de culpa. *Alternativa C*.

(PGEES – ES – 2008 – CESPE) Quanto ao processo cautelar, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

6418. Caso o juiz julgue uma ação cautelar e uma principal na mesma sentença, e caso seja interposta apelação única que impugne a sentença relativamente a ambas as ações, esta apelação deve ser recebida com efeitos distintos. Quanto à cautelar, o apelo deve ser recebido no efeito devolutivo. Quanto à parte que impugnar a ação principal, nos efeitos legais, o apelo pode ser suspensivo e devolutivo ou apenas devolutivo.

RESPOSTA A regra é de que a apelação será recebida em seu efeito *devolutivo e suspensivo* (art. 520, CPC), podendo ser apenas devolutivo, em algumas hipóteses, como em sentença que *decide processo cautelar* (inc. IV). Portanto, no caso hipotético, os efeitos dessa apelação serão analisados e concedidos de forma distinta. *Certa*.

6419. O processo cautelar preparatório visa assegurar a eficácia e a utilidade de futura prestação jurisdicional satisfativa perseguida no processo principal. São requisitos obrigatórios da petição inicial da medida cautelar preparatória: indicação da ação principal a ser proposta e o seu fundamento.

RESPOSTA Quando se tratar de *cautelar preparatória*, é obrigatória a exposição da *lide e seu fundamento*, ou seja, a indicação da ação principal a ser proposta e os seus fundamentos (801, III e parágrafo único, CPC). *Certa.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) De acordo com os procedimentos cautelares em espécie, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

6420. Enquanto o sequestro se caracteriza por garantir futura execução por quantia certa, sequestrando-se o suficiente para a satisfação de dado crédito, o arresto tem por fito conservar determinada coisa litigiosa, recaindo, assim, sobre coisa certa.

RESPOSTA Os conceitos das medidas estão invertidos. O *arresto* (art. 813, CPC) é medida cautelar com a finalidade de apreender bens *indeterminados* para garantir execução por *quantia certa*, enquanto o *sequestro* (art. 822, CPC) é medida cautelar com a finalidade de apreender bens *determinados* para garantir futura execução de *entrega de coisa certa*. *Errada*.

6421. A ação de atentado presta-se a manter o *status quo* de situação fática litigiosa.

RESPOSTA Comete *atentado* a parte que, no curso do processo, viola penhora, arresto, sequestro ou imissão na posse; prossegue em obra embargada; ou pratica outra qualquer inovação ilegal no estado de fato (art. 879, CPC). A sentença, que julgar procedente a ação, ordenará o *restabelecimento do estado anterior* (art. 881, CPC). *Certa*.

6422. De acordo com o procedimento da ação de posse em nome do nascituro, a mulher que, para garantia dos direitos do filho nascituro, quiser provar seu estado de gravidez, requererá ao juiz que, ouvido o órgão do Ministério Público, mande examiná-la por um médico nomeado pelo magistrado.

RESPOSTA Art. 877, CPC. *Certa*.

6423. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** João, menor absolutamente incapaz representado por José, seu pai, ajuizou ação declaratória de inexistência de relação jurídica contra a Escola Arco-íris Ltda., tendo como causa de pedir o pagamento regular de todas as mensalidades do ano letivo, injustamente cobradas pela instituição de ensino. O autor postulou, a título de antecipação da tutela jurisdicional, a sustação liminar do protesto das cambiais vinculadas ao contrato, pois, segundo ele, já teriam sido pagas. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A providência liminar requerida pelo autor tem nítido conteúdo cautelar e, com esse fundamento, deve ser indeferida pelo juiz.

(B) A antecipação da tutela deve ser indeferida com o fundamento de que, nesse caso, há perigo de irreversibilidade.

(C) A antecipação da tutela deve ser indeferida com o fundamento de que, nesse caso, não há fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

(D) Se o autor não tivesse postulado a antecipação da tutela, o MP, ao intervir obrigatoriamente no processo como *custos legis*, também não poderia fazê-lo.

(E) É cabível ao juiz conceder a antecipação da tutela nesse caso, ainda que o pedido final seja de sentença meramente declaratória.

RESPOSTA STJ – REsp 473.072/MG: "Esta Corte vem reiterando o entendimento no sentido da possibilidade de se conceder a tutela antecipada em qualquer ação de conhecimento, seja declaratória, constitutiva ou mandamental, desde que presentes os requisitos e pressupostos legais". *Alternativa E.*

6424. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Carlos deseja separar-se judicialmente de seu cônjuge e, já afastado do lar, teve notícia de que os bens amealhados pelo casal correm o risco de dilapidação. Nessa situação hipotética, para proteger-se contra o referido risco, a medida adequada a ser tomada por Carlos será

(A) o sequestro.

(B) o arrolamento.

(C) o arresto.

(D) a busca e apreensão.

(E) a justificação.

RESPOSTA Consoante o art. 855, CPC, procede-se ao *arrolamento* sempre que há fundado receio de extravio ou de dissipação de bens. *Alternativa B.*

6425. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Considere que, transitada em julgado sentença de

condenação para pagamento de quantia certa, o réu comece a dissipar seu patrimônio. Nessa situação, o autor, sabendo do ocorrido e com o intuito de assegurar a efetividade de futura execução para o cumprimento da decisão judicial, poderá ajuizar

(A) exibição de coisas para conhecimento dos bens restantes.
(B) produção antecipada de provas para comprovar a dissipação do patrimônio.
(C) sequestro para evitar o desaparecimento de bens penhoráveis.
(D) busca e apreensão para evitar o desvio de bens.
(E) arresto para evitar a diminuição do patrimônio do réu.

RESPOSTA A medida adequada ao caso é o *arresto*, conforme art. 813, CPC. *Alternativa E*.

XV. Procedimentos Especiais

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Em relação aos embargos de terceiro, julgue os itens a seguir.

6426. O fato de determinada pessoa ter participado do processo na condição de assistente simples não implica a sua ilegitimidade para interpor embargos de terceiro se houver constrição do bem disputado.

RESPOSTA Como o assistente simples (art. 50, CPC) não é considerado *parte*, caso venha a insurgir-se contra constrição de bem de sua propriedade, poderá se valer dos embargos de terceiro (art. 1.046, CPC). *Certa.*

6427. De acordo com o entendimento do STJ, se, no curso de processo de execução, for reconhecida fraude à execução relativa à alienação de um bem pelo devedor executado, este poderá, em caso de constrição judicial, defender a posse do bem por meio de embargos de terceiro.

RESPOSTA Os embargos de terceiro não poderão ser interpostos por quem é *parte* no processo (art. 1.046, CPC). *Errada.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca da consignação em pagamento, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

6428. Se, citado para apresentar resposta em ação de consignação em pagamento, o credor alegar que não há litígio a respeito da coisa devida e que o depósito não foi integral, o juiz condutor do feito não poderá conhecer do primeiro fundamento, pois a lei enumera, taxativamente, os temas que podem ser abordados na defesa, e a inexistência de litígio não é um deles.

RESPOSTA Apesar de não estar prevista nas hipóteses do art. 896, CPC, a alegação de que *não há litígio sobre a coisa* poderá ser conhecida pelo juiz, eis que se trata de *rol exemplificativo*, admitindo alegações de matérias preliminares do art. 301, CPC, bem como qualquer fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito do autor. *Errada*.

6429. Estão à disposição do credor, na ação de consignação em pagamento, todas as respostas previstas na lei processual, exceto a reconvenção, visto que não existe a possibilidade de esse tipo de procedimento assumir caráter dúplice.

RESPOSTA Na consignação em pagamento, se o réu não aceitar a oferta, poderá apresentar defesa no prazo de 15 dias, podendo se valer de *todos* os tipos de resposta previstos no art. 297, CPC, inclusive reconvenção. *Errada*.

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca das ações possessórias, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

6430. Se, no curso de ação de reintegração de posse, deferida liminar ao autor, o réu possuir prova de que o autor não detém idoneidade financeira para suportar perdas e danos diante de eventual

sucumbência, ele poderá requerer ao juiz, até mesmo antes da sentença, independentemente de ação cautelar, que exija caução, sob pena de depósito do bem.

RESPOSTA Art. 925, CPC. *Certa*.

6431. Na hipótese de haver mais de uma pessoa apontada como responsável pelo esbulho de uma posse, sendo impossível ou extremamente difícil a individualização de cada um dos esbulhadores, o polo passivo da possessória será ocupado pelo eventual líder, ainda que informal, sem a necessidade da citação editalícia dos demais.

RESPOSTA STJ – REsp 362.365/SP: "há possibilidade de haver réus desconhecidos e incertos na causa, a serem citados por edital". Segundo o art. 231, I, CPC, cabe citação por edital quando desconhecido ou incerto o réu. *Errada*.

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca da ação de usucapião, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

6432. Serão obrigatoriamente intimadas, na ação de usucapião, as fazendas públicas (federal, estadual e municipal). Apenas no caso de efetiva intervenção de uma das pessoas jurídicas de direito público citadas ou de incapazes, o Ministério Público deverá intervir nos atos do processo.

RESPOSTA De acordo com o art. 943, CPC, deverão ser *intimados*, para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Independentemente de intervenção das pessoas jurídicas citadas, o MP intervirá *obrigatoriamente* em todos os atos da ação de usucapião (art. 944, CPC). *Errada*.

6433. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Segundo o art. 892 do CPC, no procedimento especial da consignação em pagamento, sendo o caso de prestações periódicas, uma vez consignada a primeira, pode o devedor continuar a consignar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo. O direito previsto nesse dispositivo poderá ser exercido

(A) somente no primeiro grau de jurisdição.
(B) desde que os depósitos sejam efetuados em até trinta dias, contados da data do vencimento de cada prestação.
(C) desde que os depósitos sejam efetuados em até quinze dias, contados da data do vencimento de cada prestação.
(D) mesmo após a publicação da sentença e até o seu trânsito em julgado.
(E) independentemente de autorização judicial.

RESPOSTA STJ – REsp 33.976/SP: "Sem embargo de respeitável corrente doutrinária e jurisprudencial em contrário, a turma, na linha de precedente seu (REsp 56.761-0/SP), acolhe entendimento que admite, na ação consignatória, que os depósitos de prestações periódicas sejam efetuados até o trânsito em julgado". *Alternativa D*.

6434. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** No procedimento especial das ações possessórias, à luz da jurisprudência do STJ, o direito de retenção por benfeitorias

(A) deve ser exercido já na resposta ao pedido inicial, sob pena de preclusão.
(B) somente pode ser exercido no início da fase executiva.
(C) pode ser exercido a qualquer tempo e grau de jurisdição, antes do trânsito em julgado.
(D) não pode ser exercido, devido à natureza especial do procedimento.
(E) não pode ser exercido, já que as defesas do réu, nesse procedimento especial, são aquelas taxativamente previstas.

RESPOSTA STJ – REsp 424.300/MA: "tendo em vista a natureza da ação possessória, o direito de retenção por benfeitorias

deve ser pleiteado já na reposta ao pedido inicial, sob pena de preclusão". *Alternativa A*.

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Acerca da ação de usucapião, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

6435. Dispensa-se a posse atual para que alguém postule a usucapião de determinado imóvel em juízo, desde que já tenha tido a posse do bem em momento anterior e tenha implementado os demais requisitos necessários a tanto.

RESPOSTA A *posse atual* não é requisito da usucapião, de forma que o fato de o usucapiente não mais residir no imóvel é irrelevante para o deslinde da causa. *Certa*.

6436. É necessário que componha o polo passivo da ação de usucapião o proprietário do bem objeto do pedido. É facultativo, contudo, o litisconsórcio existente entre os proprietários dos imóveis confinantes, visto que o juiz não estará obrigado a decidir a lide de modo uniforme para todos eles.

RESPOSTA De acordo com o art. 942, CPC, o autor requererá a citação *daquele em cujo nome estiver registrado o imóvel* usucapiendo, bem como dos *confinantes*. Assim, na ação de usucapião, o litisconsórcio passivo, apesar de ser *simples* (não precisa ser decisão uniforme para todos), é *necessário*, e não facultativo. *Errada*.

6437. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** A respeito dos procedimentos especiais, assinale a opção correta.

(A) As questões relativas à validade de casamento e ao reconhecimento de filiação comportam decisão judicial no processo de inventário, em razão da via atrativa desse juízo.

(B) Na ação de reintegração de posse ajuizada, antes de um ano e dia contados da turbação da posse, será concedida a proteção possessória; depois desse prazo, o possuidor perderá tal proteção, podendo, no entanto, valer-se de ação reivindicatória ou petitória.

(C) A ação de interdito proibitório é de preceito cominatório, tem por fundamento a ameaça de turbação ou esbulho da posse, capazes de causar no possuidor justo receio de que sua posse venha a ser molestada. Para essa ação, exige-se, ainda, que a ameaça seja de agressão iminente.

(D) Na desapropriação direta por utilidade pública, a indenização, em juízo, deve ser feita em dinheiro, devendo o valor ser corrigido monetariamente até o efetivo pagamento, sendo devidos, ainda, juros compensatórios e moratórios desde a perda da posse, quando se tratar de imóvel produtivo.

(E) Na inicial da ação possessória, o autor pode cumular o pedido possessório com perdas e danos e, caso seja proposta, equivocadamente, ação possessória em vez de ação reivindicatória, o juiz pode aceitar uma pela outra e outorgar a proteção legal correspondente àquela, desde que presentes os requisitos legais.

RESPOSTA Sobre o *interdito proibitório*, dispõe o art. 932, CPC, que o possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser *molestado* na posse, poderá impetrar ao juiz que o segure da turbação ou esbulho *iminente*, mediante mandado proibitório, em que se *comine* ao réu determinada pena pecuniária, caso transgrida o preceito. *Alternativa C*.

6438. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Com relação aos procedimentos especiais, julgue os itens abaixo.

I. Configura aplicação do princípio da fungibilidade a propositura de uma ação petitória, no lugar de outra que não obste a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados.

II. Pelo princípio da exclusividade do juízo, na pendência do processo possessório, é defeso tanto ao

autor como ao réu intentar a ação de reconhecimento de domínio.

III. É possível ao autor cumular ao pedido possessório a cominação de pena para caso de nova turbação ou esbulho.

IV. Caso seja concedido o mandado de liminar de manutenção da posse, o autor deve promover, nos dez dias subsequentes, a citação do réu para contestar a ação.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) III e IV.

(E) II, III e IV.

RESPOSTA (I) Trata-se da *fungibilidade* entre as ações *possessórias* (art. 920, CPC), regra que não se estende às ações *petitórias*. (II) Art. 923, CPC. (III) Art. 921, II, CPC. (IV) Art. 930, CPC (nos 5 dias subsequentes). *Alternativa C.*

6439. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** A competência para a ação de consignação em pagamento

(A) é do foro do domicílio do devedor, por ser a ação de seu interesse.

(B) não se prorroga caso seja ajuizada equivocadamente e caso não seja oposta a exceção.

(C) é do foro do domicílio do devedor, em se tratando de dívida portável.

(D) é do foro do local do pagamento, em detrimento mesmo do foro de eleição.

(E) segue a regra geral, de modo que é do foro do domicílio do réu.

RESPOSTA Segundo o art. 891, CPC, a consignação será requerida no *lugar do pagamento*, entendendo a doutrina que esse foro tem prevalência sobre o foro do domicílio do réu e o foro de eleição. *Alternativa D.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os próximos itens, relativos à ação monitória.

6440. De acordo com o STJ, não é causa de indeferimento da inicial o ajuizamento de ação monitória aparelhada em título executivo extrajudicial.

RESPOSTA STJ – AgRg no AREsp 148.484/SP: "Não é vedado pelo ordenamento jurídico o ajuizamento de Ação Monitória por quem dispõe de título executivo extrajudicial". *Certa.*

6441. Na inicial da ação monitória, é obrigação do autor demonstrar a causa da emissão do título de crédito que tiver perdido a força executiva.

RESPOSTA Basta ao autor a apresentação do título executivo, sendo desnecessária a demonstração de sua origem, uma vez que o título de crédito baseia-se no princípio da autonomia. *Errada.*

XVI. Ação Rescisória, Ação Popular, Ação Civil Pública

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) O MP foi comunicado do proferimento de sentença em processo no qual as partes estariam em conluio para obter efeito vedado por lei. Após a análise dos autos e estando o MP ciente do trânsito em julgado da decisão, o *parquet* propôs ação rescisória, com o propósito de obter a rescisão da sentença e o novo julgamento da causa. Com base nessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

6442. Em razão do vício apontado como fundamento da rescisória, não será possível ao tribunal julgar totalmente procedente o pedido, dada a inviabilidade do juízo rescisório.

RESPOSTA Na ação rescisória, o autor deve cumular ao pedido de rescisão (*jus rescindens*), se for o caso, o pedido de novo

julgamento (*jus rescisorium*). No caso, devido ao fundamento da ação (colusão entre as partes), não há interesse de agir em pedir novo julgamento, eis que o mero efeito de rescisão já conduzirá ao *status quo*. *Certa.*

6443. Não existe vício atinente à legitimidade do MP para propor a rescisória, até porque se trata de suposta colusão das partes.

RESPOSTA Segundo art. 487, III, *b*, CPC, o MP tem legitimidade para propor ação rescisória quando a sentença é o efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei. *Certa.*

6444. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** O juiz julgou procedente pedido encaminhado por meio de ação civil pública contra empresa de exploração de petróleo e condenou a ré a desfazer as obras de instalação de oleoduto em área de proteção ambiental. Essa sentença foi objeto de recurso de apelação, no qual foi repelida a pretensão de reforma, sendo mantida integralmente a condenação pelo tribunal, após o que houve trânsito em julgado da decisão. Diante da situação hipotética, assinale a opção correta quanto ao cabimento de ação rescisória.

(A) Será rescindível a sentença se for comprovado que o juiz prolator era proprietário de terras nas proximidades da área em que seria construído o oleoduto, sendo suspeito por ser seu interesse que esse não fosse construído.

(B) Ainda que a ação tenha sido julgada por juiz diferente, se aquele que foi responsável por qualquer dos atos de instrução do feito estiver impedido por ser casado com uma das procuradoras nomeadas pela empresa para promover sua defesa no processo, será cabível a rescisória.

(C) Caso um dos desembargadores que participou do julgamento do recurso tenha oficiado no feito como representante do MP, seu impedimento será suficiente para justificar a rescisória, ainda que tenha proferido voto vencido.

(D) Se o juiz que tiver julgado a causa não for aquele que concluiu a audiência e se estiverem ausentes quaisquer das exceções legais à regra da identidade física, será o caso de rescisória fundada na incompetência absoluta do juiz prolator da sentença, ainda que por força de equiparação dos institutos envolvidos.

(E) Apurando-se que a ação foi proposta e julgada no domicílio do autor, quando deveria tê-lo sido no domicílio do réu, será o caso de rescisória fundada na incompetência relativa do juízo, pois terá sido violada norma expressa da lei processual.

RESPOSTA Segundo o art. 485, II, CPC, a sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser *rescindida* quando proferida por juiz impedido ou *absolutamente incompetente*. A sentença proferida por juiz diverso daquele que concluiu a audiência, salvo exceções legais, viola o *Princípio da Identidade Física do Juiz* (art. 132, CPC) e se consubstancia em incompetência absoluta do prolator, cabendo ação rescisória. *Alternativa D*.

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, acerca da ação rescisória (Certo ou Errado).

6445. O valor da causa na ação rescisória deve ser o valor da ação originária, monetariamente corrigido, se este corresponder, efetivamente, ao benefício econômico pretendido pelo autor.

RESPOSTA STJ – EDcl na AR 4.612/RS (*o valor da causa nas ações rescisórias é o da ação originária corrigido monetariamente ou, quando o montante da vantagem objetivada for diverso do valor da primeira ação, o do benefício econômico visado*). *Certa.*

6446. Considere que sentença penal absolutória tenha reconhecido que determinado fato não constituía infração penal ou fundada na falta de provas desse fato por parte do réu. Considere, ainda, que essa sentença tenha sido proferida posteriormente ao trânsito em julgado da decisão rescindenda.

Nessa situação, a referida sentença configura documento novo apto a instruir ação rescisória, objetivando o reconhecimento de que a decisão do juízo criminal é causa superveniente extintiva da obrigação de indenizar que foi imposta ao réu pela sentença rescindenda.

RESPOSTA STJ – REsp 593.902/MG (*ainda que possível o ajuizamento da ação rescisória com base em sentença penal absolutória proferida posteriormente ao trânsito em julgado da sentença cível, no caso, fundada a absolvição criminal na falta de provas do fato infracional por parte do réu, não há repercussão na condenação imposta na ação de indenização*). Assim, mesmo que se admitisse a possibilidade da rescisória, a sentença criminal (mormente por *insuficiência de provas*), não seria causa extintiva da obrigação de indenizar, pois são esferas independentes, sendo que a coisa julgada de uma não alcança a outra. *Errada*.

6447. A legitimidade ativa para a propositura da ação rescisória é conferida não apenas a quem foi parte no processo originário ou a seu sucessor, ainda que o processo tenha corrido à revelia do réu, mas também ao Ministério Público ou a terceiro juridicamente interessado. Esse terceiro, quando promove a ação, deve trazer ao processo os partícipes da relação originária.

RESPOSTA São partes *legítimas* para a propositura de ação rescisória: a) *quem foi parte no processo ou o seu sucessor a título universal ou singular*; b) *o terceiro juridicamente interessado*; c) *o MP* (art. 487, CPC). No entanto, conforme entendimento do STJ, a ação rescisória deve ser proposta *contra todos* que participaram da ação originária, eis que a decisão a ser proferida atingirá a todos indistintamente (REsp 676.159/MT). *Certa*.

6448. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Com relação à ação civil pública e à ação popular, assinale a opção correta.

(A) Quando um cidadão ajuíza ação popular, o Poder Judiciário está autorizado a invalidar opções administrativas ou substituir critérios técnicos por outros que repute mais convenientes ou oportunos.

(B) Nas ações populares, inadmite-se a concessão de liminar.

(C) À DP é vedado ajuizar ação civil pública, quando houver ação popular ajuizada sobre o mesmo fato.

(D) Eventuais provas colhidas na fase de um inquérito civil têm valor relativo, podendo ser refutadas por contraprovas no curso de uma ação civil pública.

(E) Caso um cidadão pretenda sustar a discussão de determinado projeto de lei na Câmara dos Deputados, ele poderá valer-se da ação popular.

RESPOSTA STJ – REsp 849.841/MG: "As provas colhidas no inquérito têm valor probatório relativo, porque colhidas sem a observância do contraditório, mas só devem ser afastadas quando há contraprova de hierarquia superior, ou seja, produzida sob a vigilância do contraditório". *Alternativa D*.

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Com relação à ação civil pública, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

6449. Os efeitos da sentença que julga procedente a pretensão aviada em ação civil pública são limitados à competência territorial do órgão prolator, sendo inviável, sob pena de ofensa ao princípio da coisa julgada, a extensão dos efeitos dessa sentença a todo o território nacional. Assim, a execução dessa sentença só poderá ser promovida pelas pessoas atingidas pela ilegalidade reconhecida por ela e desde que domiciliadas na área de abrangência da decisão.

RESPOSTA Prevê o art. 16, Lei n. 7.347/85, que a sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator. De acordo com o gabarito oficial, a afirmativa está *certa*. No entanto, discordamos do gabarito em relação à segunda parte da afirmativa, pois o art. 15 prevê que, passados 60 dias do trânsito em julgado, sem que a associação autora promova a execução, deverá fazê-lo o *MP* (que pode ter agido apenas como fiscal da lei), facultado também aos demais legitimados.

6450. Poderá ocorrer litispendência entre duas ou mais ações coletivas e entre duas ou mais ações individuais, mas não entre uma ação individual e uma coletiva, ainda que essas tenham objeto idêntico. Para que haja litispendência, é necessário identidade de partes, de pedido e de causa de pedir. Não havendo a tríplice identidade, inexiste litispendência.

RESPOSTA STJ – AgRg no REsp 1.089.917/DF: "não ocorre litispendência da ação individual em face da anterior propositura da ação coletiva por entidade de classe ou sindicato". *Certa*.

6451. Como a OAB não tem personalidade jurídica de direito público e não possui qualquer vínculo funcional ou hierárquico com a administração pública, as ações civis públicas por ela ajuizadas, por intermédio de uma de suas seccionais, independentemente da matéria nelas discutida, serão processadas e julgadas pelo juízo cível estadual do local onde se situar a sua sede.

RESPOSTA Em relação ao caráter jurídico da OAB, a afirmação está correta (ADI 3.026/2006). No entanto, a *competência* em razão da *matéria* é absoluta, o que deve ser observado para fins de propositura da ação, de forma que, por exemplo, uma matéria atinente à Justiça Federal não poderá ser ajuizada no juízo cível estadual. *Errada*.

6452. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** Proferida sentença que julgou improcedente o pedido de nomeação realizado por candidatos aprovados em determinado concurso público sob o argumento de que não foi obedecida condição constante de decreto legislativo, alguns dos sucumbentes, passado o prazo para recurso, ajuizaram ação rescisória, alegando que houve violação a disposição literal de lei. Com referência à situação hipotética acima descrita e tomando em consideração a disciplina dos recursos no CPC, assinale a opção correta.

(A) A ação rescisória não deverá ser admitida se a violação apontada tiver sido de texto do decreto legislativo, já que a palavra "lei" deve ser entendida como estrita violação a lei ordinária, não incluídas as demais espécies normativas.

(B) Decorre do texto legal que a parte autora deverá indicar expressamente qual o dispositivo violado, apontando o número do artigo ou parágrafo, ainda que seja possível deduzir qual seja ante o conteúdo da fundamentação.

(C) Demonstrada a violação a literal disposição de lei, não é necessário que a parte autora comprove que houve abordagem do tema na decisão cuja rescisão é requerida, porque não se exige prequestionamento como pressuposto da rescisória.

(D) Ajuizada a ação rescisória com fundamento na violação de literal disposição de lei, a parte autora poderá tornar a discutir os fatos alegados na primeira instância, de maneira que o órgão julgador da rescisória possa reexaminá-los.

(E) Ainda que a interpretação da lei cuja violação ampara a rescisória seja controvertida nos tribunais, será admitida a ação, pois o Poder Judiciário não poderá se negar a resolver uma questão jurídica regularmente proposta.

RESPOSTA Segundo a doutrina e jurisprudência, a ação rescisória fundada em *violação literal a dispositivo de lei* (art. 485, V, CPC) não exige que a norma infringida tenha sido prequestionada no julgado rescindendo, pois não se trata de requisito da ação rescisória. Ademais, conforme apontado, a *violação literal a artigo de lei* pode se dar até mesmo por *omissão*, caso em que seria incoerente exigir-se prequestionamento da disposição legal no julgado rescindendo (REsp 741.752/RS). *Alternativa C.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Quanto à ação civil pública, julgue o seguinte item (Certo ou Errado).

6453. O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público, cabendo, nessa hipótese, ao poder público, a legitimidade para atuar como

litisconsorte apenas no polo ativo da lide, já que não lhe é dado ir de encontro ao interesse cuja defesa se almeja na ação.

RESPOSTA Conforme o art. 5º, I e § 2º, Lei n. 7.347/85, ao MP, que tem legitimidade para propor a ação, é facultado habilitar-se como litisconsorte de *qualquer das partes*. *Errada*.

6454. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** Em relação à ação rescisória, assinale a opção correta.

(A) Para que seja cabível ação rescisória com fundamento em erro de fato, é necessário, entre outros pressupostos, que o erro seja apurável independentemente da produção de novas provas e que, sobre o fato, não tenha havido controvérsia entre as partes nem pronunciamento judicial.

(B) Embora presentes os pressupostos necessários para o seu deferimento, não é admissível a antecipação de tutela em ação rescisória, sob pena de se afrontar a coisa julgada e de se desvirtuar a referida ação, tornando-a uma espécie de recurso.

(C) O ajuizamento da ação rescisória suspende a execução ou o cumprimento da sentença rescindenda. No entanto, essa sentença poderá ser objeto de execução provisória, desde que o exequente preste caução em caso de eventual desconstituição do título, para assegurar a reparação de danos ao executado, autor da rescisória.

(D) Em se tratando de ação rescisória, a demanda deve ser proposta contra todos os que participaram da ação originária, a ausência da citação de um dos litisconsortes acarreta a nulidade da ação e a revelia de qualquer um dos litisconsortes opera seus efeitos, dispensando o autor do ônus de provar o fato constitutivo da rescindibilidade.

(E) A ação rescisória constitui meio de impugnação da coisa julgada e tem por objetivo a apreciação da justiça e da correção da decisão rescindenda, bem como da interpretação dos fatos ou da valoração da prova que o juiz empregou para formar o seu juízo de convencimento.

RESPOSTA (A) Art. 485, IX e § 2º, CPC. (B) e (C) Art. 489, CPC. (D) STJ – REsp 1.105.944/SC. (E) Art. 485, CPC, e art. 469, I e II, CPC. *Alternativa A.*

XVII. Mandado de Segurança

6455. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** As empresas Luz para Todos Ltda. e Fiação Elétrica Ltda., em litisconsórcio ativo, ajuizaram mandado de segurança, com pedido liminar, em face de ato do gerente de filial de licitações e contratações da CAIXA, em Brasília-DF, que, motivado por atraso na entrega do serviço de rede elétrica, previamente contratado mediante licitação, teria imposto, a ambas, multas no valor de R$ 5.000,00. Com base no novo disciplinamento jurídico do mandado de segurança e na jurisprudência do STJ, assinale a opção correta tendo como referência a situação hipotética apresentada.

(A) A decisão de juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar será irrecorrível.

(B) Uma das empresas deve ser excluída do polo ativo da relação jurídica processual, uma vez que não é mais cabível o litisconsórcio ativo no procedimento do mandado de segurança.

(C) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.

(D) No caso de improcedência do pedido, as empresas deverão ser condenadas ao pagamento de honorários advocatícios; no caso de litigância de má-fé, não lhes podem ser aplicadas as sanções previstas no Código de Processo Civil (CPC) a esse título.

(E) Se, em grau de apelação, o tribunal reformar a sentença denegatória da segurança, caberá a

interposição de embargos infringentes.

RESPOSTA (A) Art. 7º, § 1º, Lei n. 12.016/2009. (B) Art. 10, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (C) Art. 1º, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (D) e (E) Art. 25, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa C.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Com relação ao mandado de segurança, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

6456. O mandado de segurança é instrumento constitucional de defesa do direito líquido e certo violado ou ameaçado por autoridade pública, ou até mesmo por pessoa natural no exercício de função delegada, o que, apesar de o tornar incompatível com a produção de prova oral ou pericial, não impede o exame de matéria jurídica controversa nos tribunais e a eventual concessão da segurança pleiteada.

RESPOSTA Conforme o art. 6ª, Lei n. 12.016/2009, o MS admite apenas prova *documental*, já que a ação é própria para proteger direito *líquido* e *certo* (art. 1º), ou seja, aquele que pode ser comprovado de plano. No entanto, controvérsia sobre *matéria de direito* não impede concessão de MS (Súmula 625, STF). *Certa*.

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) De acordo com o posicionamento do STJ, julgue o item abaixo, relativo ao instituto da suspensão (Certo ou Errado).

6457. Não é necessário o prévio esgotamento de instância para que a parte interessada possa ter acesso à excepcional medida de suspensão de liminar, de sentença ou de segurança perante o STJ, sendo suficiente o indeferimento de pedido semelhante pelo presidente do tribunal local.

RESPOSTA Segundo o STJ: "Não é necessário o prévio esgotamento de instância para que se possa ter acesso à excepcional medida de suspensão de liminar, de sentença ou de segurança nesta Corte Superior, sendo suficiente que o Presidente do Tribunal local já tenha indeferido pedido semelhante" (AgRg na Suspensão de Liminar e de Sentença n. 1.204/MT). *Certa*.

XVIII. Rito Sumário e Juizados Especiais

6458. **(Advogado – IPAJM – 2010 – CESPE)** No que se refere aos juizados especiais federais, assinale a opção correta.

(A) Ação que vise anular ato que aplicou penalidade disciplinar a servidor federal pode ser intentada no juizado especial federal, desde que não se trate de demissão.

(B) Cabe ao autor, no momento da propositura da ação, optar pelo ajuizamento da ação na vara do juizado especial, desde que o valor do pedido não ultrapasse sessenta salários mínimos.

(C) Desde que se respeite o valor máximo de sessenta salários mínimos, as causas fundadas em contrato de organismo internacional com a União podem ser ajuizadas no juizado especial federal.

(D) Se a União pretender ajuizar ação visando à reparação de danos decorrentes de ato de pessoa física, poderá fazê-lo no juizado especial federal, desde que não ultrapasse o valor de sessenta salários mínimos.

(E) A realização de perícia técnica para prova dos fatos alegados não é suficiente para afastar a competência do juizado especial federal.

RESPOSTA (A) Art. 3º, § 1º, IV, Lei n. 10.259/2001. (B) Art. 3º, § 3º, Lei n. 10.259/2001. (C) Art. 3º, § 1º, I, Lei n. 10.259/2001. (D) Art. 6º, I; art. 3º, § 1º, IV, Lei n. 10.259/2001. (E) Em se tratando de ação com valor inferior a 60 salários mínimos, no foro onde estiver instalada a Vara, é de ser reconhecida a competência absoluta dos Juizados Especiais Federais (STJ – CC 83.130/ES); além disso, o art. 12, Lei n. 10.259/2001, prevê a possibilidade de exame técnico e como se dará a produção dessa prova. *Alternativa E.*

6459. **(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE)** Luiz ajuizou ação, sob o rito comum sumário,

contra uma empresa de prestação de serviços de telefonia móvel de abrangência nacional, objetivando a condenação desta ao pagamento de indenização, no valor de R$ 34.000,00, por danos causados a imóvel de sua propriedade, parcialmente destruído pela queda de uma antena de propriedade da ré. Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

6460. Admitindo-se que o juiz condutor do processo aceite o procedimento comum sumário como adequado ao caso, a necessidade da prova técnica para comprovar a existência de nexo causal e a extensão dos danos não obriga o juiz à conversão do rito ao comum ordinário, sem análise prévia da complexidade da prova.

RESPOSTA O simples fato da necessidade de produção de prova técnica não determina a conversão do procedimento em ordinário, o que poderá se dar conforme *complexidade* dessa prova (art. 277, § 5º, CPC). *Certa*.

6461. O valor da indenização pleiteada supera o limite de sessenta salários mínimos, de modo que o procedimento a ser seguido na ação deve ser, obrigatoriamente, o comum ordinário.

RESPOSTA Será observado o *procedimento sumário* nas causas, *de qualquer que seja o valor*, de *ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico* (art. 275, II, *c*, CPC). *Errada*.

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca dos juizados especiais federais cíveis, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

6462. Ajuizada ação de consignação em pagamento em juizado especial federal, este será incompetente se, na consignatória, além das prestações vencidas, estiverem sendo cobradas as prestações vincendas que, no curso da lide, possam vir a superar o limite de 60 salários mínimos.

RESPOSTA Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de *60 salários mínimos* (art. 3º, Lei n. 10.259/2001). Quando a pretensão versar sobre *obrigações vincendas*, a soma de 12 parcelas não poderá exceder o valor previsto no *caput* (§ 2º). Ou seja, para a verificação da competência, considera-se a *soma de 12 parcelas,* e não a soma de todas as prestações a vencerem. *Errada*.

6463. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** A decisão de turma recursal que define os juizados especiais como competentes para o processo e julgamento de determinada demanda

(A) não está sujeita a qualquer tipo de controle recursal ou formas não recursais de impugnação.
(B) somente pode ser impugnada por recurso especial.
(C) somente pode ser impugnada por recurso extraordinário.
(D) pode ser impugnada por recurso extraordinário ou mandado de segurança, dirigido ao TJ local.
(E) somente pode ser impugnada por meio de mandado de segurança, dirigido ao TJ local.

RESPOSTA Súmula 640, STF: "é cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal". Quanto ao *MS*, a jurisprudência do STJ decidiu: "*Mandamus* impetrado, perante Tribunal de Justiça, visando promover controle de competência de decisão proferida por Juizado Especial Cível. Possibilidade. Ausência de confronto com jurisprudência consolidada do STJ, que veda apenas a impetração de mandado de segurança para controle de mérito das decisões proferidas pelos Juizados Especiais" (RMS 17.524/BA). *Alternativa D*.

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Julgue o próximo item (Certo ou Errado).

6464. Não se incluem na competência dos juizados especiais federais cíveis as ações referidas no art. 109, inc. I, II e XI, da Constituição Federal, as ações de mandando de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, indenizatórias, execuções fiscais e por improbidade administrativa e, ainda, as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou

individuais homogêneos.

RESPOSTA Segundo a redação do art. 3º, § 1º, I, Lei n. 10.259/2001, "não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos". Ademais, ações *indenizatórias* não estão excluídas da competência do JEF. *Errada*.

6465. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** Acerca de procedimentos dos juizados especiais, assinale a opção correta.

(A) Estando o incapaz devidamente representado por seus pais e observada a necessária intervenção do MP, é viável que proponha ação perante o juizado especial.

(B) Tratando-se de causa que envolva valor compatível, é possível ajuizar ação do juizado especial contra entidades componentes do sistema financeiro, sejam elas privadas ou públicas, como, por exemplo, a Caixa Econômica Federal.

(C) Considerando que é vedado às pessoas jurídicas propor ação nos juizados cíveis, uma microempresa que se veja nas condições de ré em ação processada nesta sede não pode fazer pedido contraposto, sob pena de burlar a citada proibição.

(D) Nada impede que uma pessoa física seja cessionária de um crédito de pessoa jurídica para o fim específico de viabilizar o ingresso de ação nos juizados especiais, desde que se respeite o limite de valor que determina o conceito de causa de menor complexidade.

(E) Ainda que se verifique no juizado especial ser de alta complexidade a matéria discutida entre autor pessoa física e réu entidade bancária, o juiz não pode determinar ao primeiro a assistência de um advogado.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 9.099/95, nas causas com valor até 20 salários mínimos, a assistência de um advogado é *facultativa* (art. 9º). Nesse caso, o juiz poderá *alertar* as partes da conveniência da assistência de um advogado, quando a causa recomendar (art. 9º, § 2º), mas não poderá exigir ou determinar essa assistência. *Alternativa E*.

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Com respeito aos juizados especiais federais, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

6466. No foro onde estiver instalada vara do juizado especial federal, a competência deste é absoluta.

RESPOSTA Conforme a art. 3º, § 3º, Lei n. 10.259/2001. *Certa*.

6467. Pessoa jurídica que seja empresa de pequeno porte não poderá ser autora nos juizados especiais federais.

RESPOSTA Segundo o art. 6º, Lei n. 10.259/2001, *podem ser partes* no Juizado Especial Federal Cível: I) como autores, as pessoas físicas e as microempresas e *empresas de pequeno porte*, assim definidas na Lei n. 9.317/96; II) como rés, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais. *Errada.*

6468. Nas causas de competência dos juizados especiais federais, quando a fazenda pública for condenada, não haverá reexame necessário.

RESPOSTA Prevê o art. 13 da Lei n. 10.259/2001 (que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal), que nas causas nela tratadas *não haverá reexame necessário*. *Certa*.

6469. Compete ao advogado-geral da União expedir instruções referentes à atuação da AGU dos órgãos jurídicos das autarquias e fundações nas causas de competência dos juizados especiais federais,

bem como fixar as diretrizes básicas para conciliação, transação e desistência do pedido e de recurso interposto.

RESPOSTA Art. 2º, Decreto n. 4.250/2002 (regulamenta a representação judicial da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais perante os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei n. 10.259/2001). *Certa.*

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Acerca da regulamentação referente às causas apreciadas pelos juizados especiais, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

6470. A informatização do processo judicial permite que as citações, intimações e notificações sejam realizadas por meio eletrônico, salvo as relativas à fazenda pública.

RESPOSTA Art. 9º, Lei n. 11.419/2006 (todas as citações, intimações e notificações, *inclusive da Fazenda Pública*, serão feitas por meio eletrônico). *Errada*.

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Acerca da regulamentação referente às causas apreciadas pelos juizados especiais, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

6471. Nos juizados especiais estaduais, cabe recurso de agravo contra a sentença.

RESPOSTA De acordo com o art. 41, Lei n. 9.099/95, da sentença caberá recurso para o próprio juizado. Trata-se, no entanto, do chamado *recurso inominado*. Ressalte-se, também, que não há previsão de recurso de agravo nos procedimentos dos Juizados Especiais Estaduais. *Errada*.

6472. É competência dos juizados especiais estaduais processar e julgar as ações possessórias sobre bens imóveis cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.

RESPOSTA Art. 3º, IV, Lei n. 9.099/95. *Certa*.

6473. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Em relação ao recurso inominado, previsto na Lei dos Juizados Especiais, assinale a opção correta.

(A) Não se coaduna à finalidade dos juizados especiais a possibilidade do recurso à sentença terminativa, razão pela qual não cabe recurso inominado a essa espécie de sentença.

(B) Por se tratar de verdadeira apelação aplicada ao procedimento dos juizados, admite-se recurso inominado interposto adesivamente.

(C) Diante da inexistência de recurso a eventual lesão de direito causada por decisão interlocutória no curso do procedimento dos juizados, é admitida a interposição de recurso inominado a decisão dessa espécie.

(D) É cabível o recurso inominado não só à sentença do processo de conhecimento, mas também à sentença nos embargos do processo de execução.

(E) Toda sentença proferida no procedimento dos juizados é passível de recurso inominado, incluindo-se a sentença que homologa conciliação e a que homologa laudo arbitral.

RESPOSTA Segundo o art. 41, Lei n. 9.099/95, da sentença (seja de conhecimento ou dos embargos), *excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral*, caberá recurso para o próprio Juizado (recurso inominado). *Alternativa D.*

6474. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** A respeito dos juizados especiais federais, assinale a opção correta.

(A) Nesses juizados, a parte não precisa constituir advogado, ainda que o valor exceda vinte salários mínimos.

(B) A citação da União deve ser feita pessoalmente, mas as intimações poderão ser realizadas por meio eletrônico.

(C) Os representantes legais dos órgãos públicos federais necessitam de autorização da autoridade competente para transigir.

(D) Conforme o STJ, o mandado de segurança não é instrumento hábil para o controle de competência desses juizados.

(E) Nos juizados especiais federais, o menor de dezoito anos de idade não pode ser autor de demanda, ao contrário do que ocorre nos juizados especiais estaduais.

RESPOSTA Prevê o art. 10, Lei n. 10.259/2001, que as partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogados ou *não*. *Alternativa A.*

XIX. Temas Mistos

(Analista – TJ-RR – 2012 – CESPE) Julgue os itens seguintes, relativos à competência, ao procedimento ordinário e aos recursos.

6475. Ainda que a parte aceite tacitamente a sentença, não estará impedida de recorrer desta.

RESPOSTA Art. 503, CPC (a parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer). *Errada*.

6476. Considere que em ação de cobrança, mesmo estando ausente uma das partes, o juiz tenha proferido a sentença na própria audiência de conciliação e julgamento. Nessa situação, consoante jurisprudência, o prazo para a interposição de recurso conta-se da audiência na qual foi publicada a sentença, sendo dispensável a intimação específica da parte que não compareceu.

RESPOSTA STJ – AgRg no REsp 1.228.884/PR: "...se as partes não estão presentes na audiência de conciliação, e nela, é proferida sentença, a intimação se faz necessária por força do princípio da publicidade dos atos processuais". *Errada*.

6477. As questões prévias examinadas no âmbito da fundamentação da sentença não são atingidas pela autoridade da coisa julgada, e, consequentemente, não se tornam imutáveis.

RESPOSTA Art. 469, CPC. *Certa*.

(Advogado – CORREIOS – 2011 – CESPE) Acerca da resposta do réu e das exceções; da citação e da nulidade dos atos processuais; da classificação e dos pressupostos de admissibilidade dos recursos; da prisão civil e da competência territorial e funcional, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

6478. O foro competente para julgar ação em que se discuta o direito real de hipoteca é, necessariamente, o do local onde o imóvel está situado. Logo, cláusula contratual que estipule eleição de foro nessa hipótese será nula, por violar o princípio constitucional do juiz natural e as regras de competência estabelecidas pelo Código de Processo Civil.

RESPOSTA Art. 95, CPC. *Errada*.

6479. Por se tratar de modalidade de resposta do réu prevista no Código de Processo Civil, a exceção de impedimento e a exceção de suspeição não podem ser manejadas pelo autor da ação.

RESPOSTA Art. 304, CPC. *Errada*.

6480. Declarada, pelo juiz, a nulidade da citação, reputam-se também de nenhum efeito todos os atos processuais a ela subsequentes e que dela dependam; todavia, os atos que dela sejam independentes não são prejudicados.

RESPOSTA Arts. 247 e 248, CPC. *Certa.*

6481. Como ao recurso adesivo se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior, a desnecessidade do recolhimento do preparo concedida ao beneficiário da gratuidade de justiça, quando este é o recorrente principal, estende-se automaticamente ao recorrente adesivo.

RESPOSTA Art. 500, CPC, e STJ – REsp 912.336/SC (quando a norma menciona *recurso independente*, não está se referindo ao recurso *principal* do adverso, e sim àquele que seria interposto pela própria parte caso não tivesse recorrido adesivamente; portanto, se a parte não tem AJG e deveria pagar preparo se interpusesse o recurso independente, da mesma forma deverá pagar se recorrer adesivamente). *Errada.*

(Advogado – CORREIOS – 2011 – CESPE) Julgue os itens seguintes, a respeito de antecipação de tutela, sujeitos do processo, ação monitória, coisa julgada, processo de execução e de embargos do devedor e audiência (Certo ou Errado).

6482. De acordo com o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na fase de execução de títulos judiciais prolatados sob a vigência do Código Civil de 1916, nos quais tenham sido fixados juros moratórios de 6% ao ano, é vedado ao juiz alterar a taxa de juros para adequá-la às determinações da nova legislação, por ofensa à garantia da coisa julgada.

RESPOSTA STJ – REsp 1.111.117/PR (na execução de títulos judiciais prolatados sob a vigência do antigo CC, nos quais tenham sido fixados juros moratórios de 6% ao ano, é possível alterar a taxa, adequando-as às determinações da nova legislação). *Errada*.

6483. É imprescindível a presença do advogado da parte ré na audiência de conciliação do procedimento comum sumário, sob pena de revelia, uma vez que é nesse ato que ocorrem a defesa propriamente dita e a produção de provas.

RESPOSTA Arts. 36 e 278, CPC. Ausente o advogado na audiência, mesmo que a parte esteja munida de peça contestatória, serão aplicados os efeitos da revelia, prevista no art. 319, CPC (STJ – REsp 336.848/DF). *Certa*.

6484. É possível a alegação de prescrição em sede de embargos a ação monitória.

RESPOSTA Muito embora não haja previsão expressa no CPC, o STJ entende que a prescrição pode ser alegada em oposição ao pedido monitório (STJ – REsp 518.673/RJ). *Certa*.

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) No que se refere a recursos, cumprimento de sentença, alimentos e embargo de terceiro, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

6485. Em sede de embargos de terceiro, não é possível ao embargado discutir a fraude contra credores, visto que essa ação de rito especial é, em regra, incompatível com a ampliação do seu espectro mediante reconvenção.

RESPOSTA Súmula 195 do STJ: "em embargos de terceiro não se anula ato jurídico, por fraude contra credores". Tal pretensão deve ser deduzida em *ação pauliana* ou *revocatória*. *Certa*.

6486. A prisão do devedor de alimentos é medida excepcional, que não pode ser admitida, em mais de uma oportunidade, no que se refere a dívida correspondente aos mesmos meses, embora se admita a sua decretação no que diz respeito aos subsequentes.

RESPOSTA STJ – REsp 658.823/MS: "Não é possível decretar nova prisão relativa aos débitos vencidos durante a execução, e que já foi alcançada pela prisão anterior, sob pena de tratar-se de prorrogação que poderia conduzir à prisão perpétua, vedada no ordenamento jurídico brasileiro". *Certa*.

6487. Se, ao proferir sentença, o juiz deixa de reconhecer que a pretensão do autor foi atingida pela prescrição, tal matéria poderá ser objeto de análise na impugnação ao cumprimento da sentença, visto que não é atingida pelos efeitos da coisa julgada.

RESPOSTA Segundo o art. 475-L, VI, CPC, a *impugnação ao cumprimento de sentença* somente poderá versar sobre qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, *desde que superveniente à sentença*, justamente em razão da garantia da coisa julgada na fase de conhecimento. *Errada*.

6488. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Com relação aos aspectos processuais do benefício da gratuidade de justiça, previsto na Lei n. 1.060/1950, assinale a opção correta.

(A) Uma vez deferido pelo juiz, o benefício pode ser estendido aos cessionários de direito ou aos sucessores do beneficiário.

(B) A impugnação à gratuidade de justiça não é o único meio de que a parte dispõe para obter a revogação do benefício. É também possível a interposição, desde logo, de agravo de instrumento contra a decisão concessiva.

(C) O beneficiário da gratuidade tem direito à isenção da condenação nas verbas sucumbenciais.

(D) O ato do juiz que decide quanto à gratuidade de justiça somente pode ser impugnado pelo recurso de apelação.

(E) Em nenhuma hipótese pode o juiz, de ofício, revogar a concessão do benefício por ele deferido.

RESPOSTA STJ – REsp 906.548/RS: "é também cabível, além do incidente de impugnação, previsto na Lei n. 1.060/50, a interposição de agravo de instrumento contra decisão que defere a assistência judiciária". *Alternativa B*.

6489. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do processo de conhecimento.

(A) A exceção de impedimento ou de suspeição pode ser exercida em qualquer tempo ou grau de jurisdição, respeitado o prazo preclusivo de quinze dias, contado do fato que ocasionou o impedimento ou a suspeição.

(B) Por meio da transação, as partes decidem extinguir o litígio deduzido em juízo, dispensando-se, assim, o pronunciamento do juiz sobre o mérito da lide, negócio que só produz efeitos depois de homologado por sentença, que extinguirá o processo sem resolução do mérito.

(C) A relação processual não terá existência válida quando ausente a capacidade processual das partes, ou quando esta não for devidamente integrada; constatado o defeito da capacidade, o juiz deverá ensejar sua regularização, marcando prazo razoável, com a suspensão do processo.

(D) Admite-se a reconvenção apenas no caso de haver conexão entre ela e a ação principal, e a desistência da ação impede o prosseguimento da reconvenção, ou seja, a ação acessória tem o mesmo destino da ação principal.

(E) Citado o réu, a lide se estabiliza e ao autor não é mais permitido alterar os elementos da causa, sem o consentimento do réu, salvo quando ocorrer a revelia, pois, nesse caso, dispensa-se a intimação do réu para a prática de qualquer ato processual subsequente à decretação da revelia.

RESPOSTA (A) Art. 305, CPC (não há preclusão). (B) Art. 269, III, CPC (*com* resolução de mérito). (C) Art. 13, CPC (*capacidade processual* é um dos pressupostos para a existência válida do processo). (D) Arts. 315 e 317, CPC. (E) Art. 321, CPC. *Alternativa C*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) A respeito dos institutos da repercussão geral e da tutela antecipada, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

6490. Decisão que antecipe os efeitos da tutela jurisdicional pretendida pela parte confere-lhe a imediata fruição do bem jurídico reclamado, o que importa dizer que essa espécie de tutela de urgência é interina, mas não limitada.

RESPOSTA A antecipação de tutela (espécie de tutela de urgência), prevista no art. 273, CPC, consiste justamente em *conceder* de forma *provisória* (interina) o pedido do autor, proporcionando-lhe *imediata fruição* total ou parcial do bem jurídico. No entanto, essa medida sofre limitações, como, por exemplo, a regra do § 2º, segundo a qual, não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de *irreversibilidade* do provimento antecipado. *Errada.*

6491. A repercussão geral exigida para o exame do recurso extraordinário possui definição legal atrelada à noção de transcendência, ou seja, uma aptidão para transbordar os interesses individuais da causa. Por isso, a identificação desse pressuposto sempre importará avaliação subjetiva do julgador, não sendo admitida sua verificação por critério objetivo.

RESPOSTA Segundo § 1º do art. 543-A, CPC, para efeito da *repercussão geral*, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa (análise subjetiva). No entanto, o próprio legislador criou critério *objetivo* para a identificação da repercussão geral, por meio da previsão do § 3º, segundo o qual, haverá repercussão geral *sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal*. *Errada.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Relativamente ao processo de execução, ao cumprimento da sentença e aos embargos de terceiro, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

6492. Após o trânsito em julgado da sentença de procedência proferida em ação de despejo cumulada com cobrança de aluguéis na qual foram parte o locador e o locatário, o fiador do contrato de locação regularmente constituído é parte passiva no procedimento de cumprimento dessa sentença quanto aos valores nela apurados.

RESPOSTA Prevê a *Súmula 268, STJ,* que o *fiador* que não integrou a relação processual na ação de despejo *não* responde pela execução do julgado. *Errada.*

6493. Considere que o adquirente de determinado bem, visando à proteção de sua posse, tenha ajuizado embargos de terceiro para afastar ato de constrição judicial decorrente de sentença de procedência proferida em ação reivindicatória. Nessa situação hipotética, o embargado poderá, nos próprios embargos e independentemente do ajuizamento de outra ação, demonstrar que a venda ocorreu enquanto pendente a demanda reivindicatória, fato que importa fraude à execução, sendo ineficaz diante do cumprimento do julgado.

RESPOSTA Trata-se de hipótese de *embargos de terceiro,* prevista no art. 1.046, CPC. Em se tratando de *fraude à execução* (a alienação ocorreu durante a demanda reivindicatória), o embargado poderá alegá-la na própria ação de embargos, em contestação. Note-se que, caso se tratasse de *fraude a credores*, não seria possível suscitá-la na ação de embargos, consoante previsão da Súmula 195, STJ. *Certa.*

6494. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Acerca da reclamação perante o STF e o STJ, assinale a opção correta.

(A) Cabe embargo infringente contra decisão não unânime proferida em ação de reclamação. Contra a referida decisão, cabem embargos de declaração quando houver, no acórdão, omissão, obscuridade ou contradição.

(B) O procedimento da reclamação prevê a concessão de medida preventiva pelo relator, que, para evitar dano irreparável, determinará a suspensão do processo ou do ato impugnado, podendo, ainda,

no uso do poder geral de cautela, ordenar a providência liminar adequada ao caso concreto.

(C) A legitimidade ativa para propor reclamação contra ato judicial ou administrativo que atentar contra a competência do STF ou do STJ ou que descumprir o conteúdo dos julgados proferidos por esses tribunais é exclusiva do procurador-geral da República.

(D) A reclamação para o STF é cabível contra decisão de segundo grau de jurisdição, para assegurar o efeito vinculante das decisões proferidas no recurso extraordinário, não se admitindo o referido incidente na defesa de decisões proferidas em ação declaratória de constitucionalidade nem na ação direta de inconstitucionalidade.

(E) Julgada procedente a reclamação, o STF ou o STJ cassará a decisão impugnada para preservar a competência daqueles tribunais ou para garantir a autoridade das suas decisões, mesmo que o ato impugnado já tenha transitado em julgado.

RESPOSTA Conforme o procedimento de *reclamação*, tratado na Lei n. 8.038/90, o relator, ao despachar a reclamação: I – *requisitará informações* da autoridade a quem for imputada a prática do ato impugnado, que as prestará no prazo de dez dias; II – ordenará, se necessário, *para evitar dano irreparável*, a *suspensão* do processo ou do ato impugnado. *Alternativa B*.

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Acerca da fazenda pública no processo civil, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

6495. De acordo com o STJ, não é cabível reexame necessário da sentença que julga improcedentes os embargos à execução opostos pela fazenda pública.

RESPOSTA Entende o STJ que “a sentença que rejeita ou julga improcedentes os embargos à execução opostos pela Fazenda Pública não está sujeita ao reexame necessário” (REsp 1.107.662/SP). Ademais, somente está sujeita ao reexame necessário a sentença que julga *procedentes*, em todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 475, II, CPC). *Certa*.

6496. Havendo litisconsórcio passivo entre a fazenda pública e outra pessoa, o prazo para recorrer será em quádruplo, pois o prazo normal em dobro deverá ser dobrado novamente, por conta do peculiar regime de prazo de litisconsortes com procuradores distintos.

RESPOSTA Prevê o art. 188, CPC, que computa-se em *dobro* para *recorrer* quando a parte for a *Fazenda Pública* ou o MP, enquanto o art. 191, CPC, traz que, quando os *litisconsortes* tiverem diferentes procuradores, serão contados em *dobro* os prazos para contestar, para *recorrer* e, de modo geral, para falar nos autos. No entanto, esses prazos diferenciados *não são cumulativos*. *Errada*.

6497. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito de jurisdição, litisconsorte, oposição, litisconsórcio, nomeação à autoria e competência jurisdicional.

(A) A jurisdição contenciosa se apresenta como atividade estatal primária, em que o juiz realiza gestão pública em torno de interesses privados.

(B) É dado ao opoente, no prazo legal, oferecer a exceção de incompetência relativa do juízo.

(C) Ocorre a hipótese de litisconsórcio comum ou não unitário quando a decisão da causa deva ser uniforme em relação a todos os litisconsortes.

(D) A nomeação à autoria é o incidente pelo qual o devedor demandado chama para integrar o mesmo processo os demais coobrigados pela dívida.

(E) A competência relativa, em casos de direitos e obrigações patrimoniais, admite a sua modificação por meio da instituição do foro contratual ou do domicílio de eleição.

RESPOSTA (A) Na jurisdição *voluntária*, o juiz realiza gestão pública em torno de interesses privados. (B) Art. 297, CPC (é dado ao *réu*). (C) Art. 47, CPC (ocorre litisconsórcio *necessário* quando a decisão deva ser uniforme). (D) Art. 77, CPC (chamamento ao processo). (E) Art. 111, CPC. *Alternativa E*.

6498. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Acerca da denunciação à lide e do chamamento ao processo, das capacidades postulatória, de ser parte e de estar em juízo, assinale a opção correta.

(A) O mero detentor da coisa, uma vez citado em nome próprio, deve promover a denunciação à lide do legítimo possuidor indireto ou proprietário.

(B) Tanto o autor como o réu podem promover o incidente do chamamento ao processo.

(C) Quem tem capacidade para estar em juízo tem capacidade de ser parte; porém, nem sempre, quem detém capacidade de ser parte tem capacidade para estar em juízo.

(D) Na assistência adesiva, se o assistido requerer o julgamento antecipado da lide, será lícito ao assistente postular a produção de prova pericial, bem como juntar rol de testemunhas.

(E) Ainda que sem procuração da parte, o advogado tem direito de ter vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de cinco dias.

RESPOSTA Segundo a doutrina, *há duas espécies* de capacidade: a *capacidade de ser parte* (que todos possuem, até mesmo os nascituros e os entes despersonalizados) e a *capacidade processual* ou *capacidade para estar em juízo* (que apenas a pessoa que se acha no exercício de seus direitos possui). *Alternativa C.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) No que se refere ao juiz, a partes e a procuradores, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

6499. O advogado somente tem o direito de examinar em cartório autos relativos a processos nos quais seja procurador de uma das partes e só está autorizado a retirá-los do cartório se lhe competir manifestar-se no processo, ou seja, se estiver correndo prazo para a prática de algum ato processual de sua atribuição.

RESPOSTA É direito do advogado: I) examinar, em cartório de justiça e secretaria de tribunal, autos de *qualquer* processo (observadas as regras para os casos de segredo de justiça); II) requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo; e III) retirar os autos do cartório ou secretaria, pelo prazo legal, sempre que lhe competir falar neles por determinação do juiz, nos casos previstos em lei (art. 40, CPC). *Errada*.

6500. É admissível litisconsórcio por afinidade de questões de direito, como no caso de diversos contribuintes que se unem para demandar em face da fazenda pública, com o fim de se prevenirem da cobrança de tributo cuja inconstitucionalidade se argui.

RESPOSTA Art. 46, IV, CPC. *Certa*.

6501. Na assistência simples, a intervenção não impede o assistido de praticar atos dispositivos, como renúncia, desistência e outros equiparados.

RESPOSTA A assistência *simples* (o assistente possui relação jurídica somente com o assistido, estando subordinado a este no processo) *não obsta* que a parte principal (assistido) reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos (art. 53, CPC). *Certa*.

6502. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Acerca dos recursos e suas espécies, da ação rescisória, do juiz, do MP e do defensor, assinale a opção *incorreta.*

(A) Dá-se a desistência quando, já interposto o recurso, a parte manifesta que não pretende o seu prosseguimento, procedimento esse que independe de aquiescência do recorrido e do litisconsorte.

(B) Na hipótese de provimento do recurso para a invalidação da decisão impugnada, não ocorre a substituição da decisão recorrida, mas anulação ou cassação desta.

(C) A sentença que homologa o pedido de desistência da ação não pode ser rescindida por meio da

ação rescisória.

(D) Na ação de improbidade promovida pelo MP, torna-se obrigatória a integração à lide da pessoa jurídica de direito público interessada, de modo a configurar hipótese de litisconsórcio necessário.

(E) Não se aplica o princípio da identidade física do juiz aos procedimentos de jurisdição voluntária, aos mandados de segurança e às justificações de posse.

RESPOSTA Segundo a Lei n. 8.429/92, na hipótese trazida na *alternativa D*, ocorre litisconsórcio *facultativo* (art. 17, § 3º), pois a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente (Lei n. 4.717/65, art. 6º, § 3º). *Alternativa D*.

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) No que se refere a competência, processo e procedimento, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

6503. De acordo com o que o Código de Processo Civil dispõe a respeito da intimação, a grafia equivocada dos nomes das partes e de seus advogados na publicação impõe por si só a nulidade do ato.

RESPOSTA É indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, *suficientes para sua identificação* (art. 236, § 1º, CPC). Portanto, a grafia não precisa ser exata, bastando ser suficiente para a identificação das partes e advogados. *Errada*.

6504. Segundo o STJ, quando se pretende a nomeação de curador de incapaz para os fins de direito, inclusive para o de pleitear aposentadoria junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, a competência para apreciar o processo é da justiça comum estadual.

RESPOSTA No entendimento do STJ, "é da justiça comum estadual a competência para o processo no qual se pretende a nomeação de curador incapaz para os fins de direito, ainda que dentro desses esteja o de pleitear aposentadoria junto ao INSS" (CC 30.715/MA). *Certa*.

6505. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Em atenção à disciplina jurídica da lei processual no tempo, do regime de cumprimento da sentença e da execução de títulos extrajudiciais, assinale a opção correta.

(A) A multa de 10% sobre o montante da condenação, prevista no art. 475-J do CPC, aplica-se também às sentenças condenatórias transitadas em julgado antes da sua vigência, pois as leis processuais têm aplicação imediata.

(B) A superveniência de sentença fixando alimentos definitivos em montante inferior ao dos provisórios não prejudica o direito à execução destes, tal como anteriormente arbitrados.

(C) O fato de se ter alterado a natureza da execução de sentença, que deixou de ser tratada como processo autônomo e passou a ser mera fase complementar do mesmo processo em que o provimento é assegurado, importou em que não são devidos honorários advocatícios na fase de cumprimento da sentença.

(D) O novel art. 655, I, do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/2006, exige que o credor comprove haver procurado outros bens penhoráveis para, só então, requerer a penhora de depósito ou aplicação em instituição financeira.

(E) Na execução de título extrajudicial, a concessão, pelo juiz, de efeito suspensivo aos embargos do executado impede a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens.

RESPOSTA STJ – RHC 18.897/DF: "... a superveniência de sentença fixando os alimentos definitivos em montante inferior ao dos provisórios não prejudica o direito à execução destes, tal como anteriormente arbitrados". *Alternativa B.*

6506. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Acerca da ação, da legitimidade e do

litisconsórcio, assinale a opção correta.

(A) Para que um cônjuge proponha ação fundada em contrato de comodato sobre bem imóvel, é necessário o consentimento do outro, devendo tal permissão ser suprida pelo juiz, sob pena de o processo se tornar inválido.

(B) Ao vencedor da demanda judicial pode ser imputada condenação por litigância de má-fé.

(C) Para se contestar uma ação, é necessária a existência de interesse e legitimidade.

(D) A legitimidade de qualquer condômino para a proposição de ação de cobrança em benefício do condomínio configura hipótese legal de sucessão processual.

(E) Tratando-se de litisconsórcio necessário, o juiz pode limitar o número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.

RESPOSTA O art. 17, CPC, prevê as hipóteses em que a parte será considerada litigante de má-fé, nada impedindo que o condenado por praticar tais condutas obtenha êxito na demanda como autor ou réu. *Alternativa B.*

6507. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Em relação aos sujeitos do processo, à intervenção de terceiros e aos atos processuais, assinale a opção correta.

(A) Consideram-se válidas as comunicações e intimações dirigidas aos endereços indicados pelas partes nos autos. Caso haja mudança de endereço, sem a comunicação de tal fato ao juiz, presumem-se válidas a intimação e a comunicação encaminhadas pela via postal ao endereço constante dos autos.

(B) A legitimidade extraordinária consiste em permitir-se que o legitimado atue no processo na defesa de interesse de outrem, em nome deste, razão por que não pode o legitimado dispor do direito material discutido em juízo.

(C) A parte que sofrer dano processual em virtude da conduta culposa do outro litigante poderá requerer, incidentalmente, o ressarcimento dos prejuízos sofridos, nos próprios autos do processo em que o ilícito processual foi cometido. Caso a ação seja julgada contrariamente aos interesses do litigante de má-fé, o juiz o condenará ao pagamento de quantia certa, que também pode ser executada na própria ação.

(D) No chamamento ao processo, forma-se um litisconsórcio necessário passivo entre as partes do processo primitivo, visando à condenação do terceiro à reparação do prejuízo decorrente de sua eventual derrota na causa. Nesse instituto, não se trata de ingresso de terceiro no processo, havendo tão só a integração de mais uma parte.

(E) Em observância ao princípio da celeridade, no cumprimento de uma carta precatória, o juiz não pode recusar o seu cumprimento, no entanto, em se tratando de caso que requeira urgência, sob pena de perecimento do direito, poderá apreciar questão de mérito da demanda ou, fazendo-se necessário, conceder efeito suspensivo de decisão do juízo deprecante.

RESPOSTA Art. 238, parágrafo único, CPC (presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado na inicial, contestação ou embargos, cumprindo às partes atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva). *Alternativa A.*

6508. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do mandado de segurança, da ação popular e da ação civil pública.

(A) As ações popular e civil pública destinam-se à defesa e à proteção do patrimônio público. Todavia, essas ações constituem instrumentos processuais reciprocamente excludentes, não se admitindo a existência concomitante das duas, em face da litispendência.

(B) Em ação popular iniciada por cidadão, além do dever legal de oficiar no processo, cabe ao MP

promover o prosseguimento do feito caso o autor desista da ação. Por isso, é obrigatória a sua intimação pessoal em todas as fases do processo, inclusive quando a ação é extinta sem resolução do mérito, por inépcia da inicial.

(C) Compete à justiça estadual do local onde ocorreu o dano, em primeiro grau, processar e julgar ação civil pública que vise à proteção do patrimônio público e do meio ambiente, mesmo no caso de comprovado interesse da União no deslinde da causa.

(D) No mandado de segurança, com concessão de liminar, impõe-se, além da notificação da autoridade coatora, a citação da pessoa jurídica a quem essa se vincula, para providências relativas à suspensão ou impugnação de medida liminar. O termo *a quo* do prazo recursal é a juntada, aos autos, do mandado de citação, devidamente recebido ou justificada sua recusa em aceitá-lo ou assiná-lo.

(E) É cabível, na ação de mandado de segurança, o impetrante pleitear o pagamento de verbas pecuniárias relativas a glosa de vencimentos, bem como a incorporação de parcelas remuneratórias que não tenham sido reconhecidas administrativamente. A sentença concessiva, havendo danos patrimoniais a compor, determinará o pagamento de todos os valores devidos, isto é, as parcelas vencidas e vincendas.

RESPOSTA Consoante o art. 7º, Lei da Ação Popular (Lei n. 4.717/65), ao despachar a inicial, o juiz ordenará, além da citação dos réus, a intimação do representante do MP. Ainda, o art. 9º, mesmo diploma, preconiza que se o autor *desistir* da ação ou der motivo à absolvição da instância, serão publicados editais, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do MP, dentro do prazo de 90 dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação. *Alternativa B.*

6509. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta em relação aos recursos cíveis e ao procedimento do mandado de segurança individual e coletivo.

(A) A remessa necessária prevista no CPC tem natureza jurídica recursal, a ela se aplicando os princípios da teoria geral dos recursos cíveis.

(B) É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação.

(C) A fundamentação levantada pela parte para a demonstração da repercussão geral da questão constitucional debatida no recurso extraordinário vincula o STF, não podendo esse tribunal admiti-lo por fundamento diverso.

(D) A gravidade do ato coator pode determinar o cabimento de mandado de segurança contra ato judicial, mesmo que seu conteúdo não seja teratológico.

(E) O pedido de segurança não pode ser renovado, mesmo que dentro do prazo decadencial de cento e vinte dias e nos casos em que a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

RESPOSTA Súmula 418, STJ: "É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação". *Alternativa B.*

6510. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** A respeito da assistência judiciária, do procedimento comum sumário, da execução da prestação alimentícia, do pedido, da coisa julgada, do princípio da publicidade e da comunicação dos atos processuais, assinale a opção correta.

(A) Imposta multa à parte como forma de forçar o cumprimento de medida liminar, é desnecessário que conste do mandado de intimação o prazo assinalado para o atendimento da ordem, já que os autos do processo são públicos e estão à disposição dos advogados para carga.

(B) Para que sejam deferidos à pessoa jurídica os benefícios da assistência judiciária gratuita, basta que a interessada declare não ter condições de arcar com as despesas inerentes ao exercício da

jurisdição.

(C) É desnecessária a presença do advogado na audiência de conciliação do procedimento sumário, podendo a parte ré, nessa ocasião, ofertar a contestação elaborada e assinada pelo seu defensor.

(D) É cabível a prisão civil por inadimplemento de pensão alimentícia estabelecida por acordo extrajudicial entre as partes.

(E) Com o trânsito em julgado de decisão omissa em relação à fixação dos honorários sucumbenciais, pode o advogado da parte vencedora valer-se ainda de ação própria para pleiteá-los.

RESPOSTA O acordo extrajudicial entre as partes, desde que preenchidas as formalidades do art. 585, II, CPC, configura título executivo extrajudicial. Assim, caso tal acordo fixe obrigação de pagamento de alimentos, possível a execução nos termos do art. 733, CPC. *Alternativa D.*

6511. (Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE) Acerca do juiz, do MP, dos órgãos auxiliares da justiça, do processo de execução e cumprimento da sentença, assinale a opção correta.

(A) É vedado ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário quando receber, antes ou depois de iniciado o processo, dádivas das partes.

(B) No processo civil, o MP não pode renunciar ao poder de recorrer nem desistir de recurso por ele interposto.

(C) No processo civil, compete ao oficial de justiça a prática dos atos processuais de documentação e guarda dos autos.

(D) Cabe a execução forçada da sentença declaratória se, nesta, for reconhecida a existência de relação jurídica já violada pelo devedor.

(E) Na execução por quantia em face do devedor solvente, emprega-se o meio executório denominado coerção patrimonial.

RESPOSTA Segundo o STJ (REsp. 588.202/PR): "No atual estágio do sistema do processo civil brasileiro não há como insistir no dogma de que as sentenças declaratórias jamais têm eficácia executiva (...) Atualmente, portanto, o Código dá ensejo a que a sentença declaratória possa fazer juízo completo a respeito da existência e do modo de ser da relação jurídica concreta". Dessa forma, possível a execução das sentenças declaratórias na qual tenha sido reconhecida relação jurídica já violada pelo devedor. *Alternativa D.*

6512. (Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE) Considere que, durante tentativa de conciliação das partes, precedente à coleta dos depoimentos na audiência de instrução e julgamento, por mútuo consentimento, tenha havido transação do objeto da lide e de tema estranho a esta, que envolvia os interessados. Acerca dessa situação, assinale a opção correta.

(A) Após o saneamento, não é possível a inclusão do tema estranho ao processo.

(B) Diante da transação, é viável a inclusão de objeto diferente, ainda que nessa etapa do procedimento.

(C) A inclusão pretendida somente seria viável se anterior à apresentação da defesa.

(D) A inclusão do tema estranho é viável desde que, a critério do juiz, não importe em inconveniente ao processo.

(E) Desde que possibilitasse a defesa do réu, a inclusão de objeto novo poderia ocorrer em qualquer momento.

RESPOSTA A lei civil permite a existência de transação ampla, o que se pode deduzir até mesmo da previsão do art. 475-N, III, CPC, ao declarar que a sentença homologatória de conciliação ou transação, *ainda que inclua matéria não posta em juízo*, é considerada um título executivo judicial. *Alternativa B.*

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) Julgue os seguintes itens, relativos a sentença e coisa

julgada, liquidação e cumprimento de sentença, recursos e Ministério Público.

6513. Como a sentença não pode estar sujeita a evento futuro e incerto, a procedência de pedido relativo a relação jurídica sujeita a condição depende de essa condição ter-se realizado.

RESPOSTA Art. 460, parágrafo único, CPC (a sentença deve ser *certa*, ainda quando decida relação jurídica condicional). Ainda, "Nos termos da jurisprudência do STJ, não é possível que os efeitos de uma sentença fiquem submetidos a ocorrência de eventos futuros e incertos" (AgRg no REsp 1.170.536/MG). *Errada*.

6514. No processo civil, o Ministério Público atua como parte ou como *custos legis*, não podendo atuar como mandatário ou procurador da parte.

RESPOSTA No processo civil, o MP atua como parte ou fiscal da lei (arts. 81, 82 e 83, CPC), sendo-lhe vedado o exercício da advocacia (art. 129, § 5º, II, *b*, CF). *Certo*.

6515. Em recursos de natureza civil, é proibida a *reformatio in pejus*, já que é vedada a reforma da decisão impugnada em prejuízo do recorrente e, consequentemente, em benefício do recorrido. No entanto, admite-se a *reformatio in melius*.

RESPOSTA A *reformatio in melius* também é proibida no recurso de natureza civil, ou seja, não se admite que a reforma da decisão melhore a situação do recorrente além do que foi pedido, sob pena de proferir decisão extra ou *ultra petita*. *Errada*.

FCC

I. Princípios

6516. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa correta em relação ao princípio dispositivo no Direito Processual Civil.

(A) Contrapõe-se ao princípio inquisitivo, de modo que ao julgador é vedada iniciativa na produção de provas e na investigação dos fatos da causa, sob pena de comprometimento da sua imparcialidade, buscando-se, no processo civil, apenas a verdade formal, com o reconhecimento do caráter mítico e utópico da verdade real.

(B) Com a modernização do processo civil, voltada, sobretudo, para a reaproximação entre direito material e processual, decorrência do movimento do acesso à justiça, o princípio dispositivo ganhou novos contornos, sendo permitido ao juiz determinar, de ofício, a produção de provas, mesmo que sejam determinantes para o resultado da causa.

(C) Embora o princípio dispositivo possua limitações, não é dado ao julgador, sob pena de comprometimento da sua imparcialidade e de violação à característica da inércia da jurisdição, determinar, de ofício, as provas necessárias à instrução do processo, devendo julgar com base na regra de distribuição do ônus da prova.

(D) De acordo com o atual estágio do processo civil brasileiro, marcado, notadamente, pelo caráter publicista, o princípio dispositivo, no que concerne à postura equidistante do julgador, está relacionado, tanto com a propositura da ação e com a fixação dos contornos da lide, quanto com a investigação dos fatos e com a produção de provas necessárias à instrução do processo.

(E) A publicização do processo e o fenômeno da judicialização da política imprimiram maior efetividade ao princípio dispositivo, tanto no seu sentido material quanto formal, reduzindo as possibilidades de ser relativizado.

RESPOSTA Segundo o *princípio do dispositivo*, cabe às partes a iniciativa de levar ao processo as provas e informações, a fim de que o juiz as analise. No entanto, com a modernização do processo civil, o sistema adotado pelo CPC é o *dispositivo misto*,

pelo qual o juiz poderá, a *requerimento das partes* ou de *ofício*, determinar as provas necessárias à instrução do processo, bem como indeferir diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 130, CPC). *Alternativa B*.

6517. (Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC) O princípio processual da congruência ou adstrição significa:

(A) veda-se ao juiz proferir sentença de natureza diversa da pedida, ou condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do pedido inicial.
(B) o réu deve rebater, coerentemente, toda a matéria levantada na inicial em sua contestação, sob pena de preclusão.
(C) após a contestação, o juiz vincula-se ao pedido e à causa de pedir iniciais, que não podem ser alterados.
(D) não havendo prejuízo, os atos processuais devem ser aproveitados, ainda que não atendam a seus requisitos formais.
(E) o juiz deve ser coerente na fundamentação de sua sentença e adstrito aos fatos da causa.

RESPOSTA O *Princípio da Congruência* ou *Adstrição* contempla que o magistrado deve decidir a lide dentro dos limites trazidos pelas partes. Com fundamento nos arts. 128 e 460, CPC, esse princípio veda que o juiz profira sentença *extra*, *ultra* ou *infra petita*. *Alternativa A*.

6518. (Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC) O princípio da congruência significa que

(A) o juiz deve ser congruente, ou seja, coerente na apreciação das provas.
(B) toda matéria de fato ou de direito deve ser arguida por ocasião da contestação.
(C) o juiz deve julgar adstrito ao que foi pedido pelo autor em sua inicial.
(D) os atos processuais que não tragam prejuízo devem ser aproveitados pelo juiz.
(E) o juiz deve julgar livremente, mas oferecendo as razões de seu convencimento.

RESPOSTA O *Princípio da Congruência* contempla que o magistrado deve decidir a lide dentro dos limites trazidos pelas partes. Com fundamento nos arts. 128 e 460, CPC, esse princípio veda que o juiz profira sentença *extra*, *ultra* ou *infra petita*. *Alternativa C*.

II. Jurisdição e Ação, Partes e Procuradores

6519. (Analista – TRF-1 – 2011 – FCC) João ajuizou ação de cobrança em face de Tício, ação esta em que foi atribuído à causa o valor de R$ 100.000,00. Na referida ação, João foi considerado litigante de má-fé e condenado a pagar multa, honorários advocatícios, todas as despesas que Tício efetuou, bem como indenizá-lo pelos prejuízos. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, a referida multa não poderá exceder o valor de

(A) R$ 1.000,00.
(B) R$ 2.000,00.
(C) R$ 10.000,00.
(D) R$ 20.000,00.
(E) R$ 40.000,00.

RESPOSTA Art. 18, CPC (multa não excedente a *1% sobre o valor da causa)*. Portanto, no caso do enunciado, o valor da multa não excederá R$ 1.000,00. *Alternativa A*.

6520. (Analista – TRT-14 – 2011 – FCC) No que concerne às despesas e honorários,

(A) se um litigante decair de parte mínima do pedido, os honorários e as despesas serão recíproca e

proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles.

(B) nos juízos divisórios, não havendo litígio, os interessados dividirão as despesas igualmente entre si e não na proporção dos respectivos quinhões.

(C) havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão pagas pelo réu.

(D) se o processo terminar por desistência, as despesas e os honorários serão rateados entre as partes.

(E) nos processos de jurisdição voluntária, as despesas serão adiantadas pelo requerente, mas rateadas entre os interessados.

RESPOSTA (A) Art. 21, parágrafo único, CPC. (B) Art. 25, CPC. (C) Art. 26, § 2º, CPC. (D) Art. 26, § 1º, CPC. (E) Art. 24, CPC. *Alternativa E*.

6521. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** Os Procuradores do Estado

(A) somente exercem representação judicial do Estado, mas não exercerão as funções de consultoria jurídica, que será exercida necessariamente por outros servidores.

(B) exercem a representação judicial do Estado, sem necessidade de exibir procuração, bem como a consultoria jurídica respectiva.

(C) serão ou não organizados em carreira, dependendo o ingresso no cargo de concurso público de provas e títulos com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.

(D) têm assegurada a estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

(E) não precisam ser inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil para exercerem a representação judicial do Estado, bastando que o bacharel tenha sido aprovado em concurso público com a participação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil em alguma das fases do concurso.

RESPOSTA Os Procuradores do Estado e do DF exercerão *representação judicial* e a *consultoria jurídica* das respectivas unidades federativas (art. 132, CF). A representação judicial do Estado, por seus Procuradores, decorre de lei, sendo uma delegação de poderes decorrente de sua nomeação, desobrigando-se, portanto, de provarem sua capacidade postulatória (STJ, AgRg no REsp 696.712/DF). *Alternativa B*.

6522. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** No tocante à substituição das partes,

(A) ocorrendo a morte de qualquer das partes, extinguir-se-á automaticamente o processo, com os eventuais direitos do espólio sendo postulados por ação autônoma.

(B) a substituição voluntária das partes é livre até o saneamento do processo, independentemente da anuência da parte adversa.

(C) o adquirente ou cessionário poderá ingressar livremente em juízo, em substituição ao alienante ou ao cedente, sem anuência da parte contrária, bastando comprovar a aquisição ou a cessão.

(D) a alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes.

(E) a sentença proferida entre as partes originárias limita-se a elas, não estendendo seus efeitos ao adquirente ou ao cessionário.

RESPOSTA Dispõe o art. 42, CPC, que a alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes. *Alternativa D*.

6523. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Beatriz está sendo executada judicialmente pelo descumprimento de obrigação contratual, cujo valor da causa é R$ 62.000,00. Na referida execução, Beatriz foi considerada litigante de má-fé porque interpôs recurso com o intuito manifestamente protelatório. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, a multa pela litigância de má-fé

NÃO excederá

(A) R$ 620,00.

(B) R$ 1.240,00.

(C) R$ 3.100,00.

(D) R$ 6.200,00.

(E) R$ 9.300,00.

RESPOSTA Art. 18, CPC (a multa por litigância de má-fé não excederá *1% sobre o valor da causa)*. No caso narrado, portanto, o valor da multa não excederá R$ 620,00. *Alternativa A*.

6524. (Analista – TRE-PR – 2012 – FCC) São condições da ação:

(A) capacidade postulatória, legitimidade das partes e interesse processual.

(B) competência do juiz, inocorrência da prescrição e não terem as partes celebrado convenção de arbitragem.

(C) interesse de agir, inocorrência da prescrição ou de decadência e capacidade de ser parte.

(D) possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e interesse processual.

(E) possibilidade jurídica do pedido, não se achar perempta a ação e citação válida do réu.

RESPOSTA *Condições da ação* são requisitos de existência do direito de ação, a fim de viabilizar o julgamento de mérito. São três as condições da ação: *possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes* e *interesse processual. Alternativa D*.

6525. (Analista – TRT-24 – 2011 – FCC) Numa ação relativa a direitos disponíveis, o réu, citado com hora certa, não contestou a ação. Nesse caso,

(A) o autor poderá alterar o pedido, sem promover nova citação do réu.

(B) o juiz dará curador especial ao réu.

(C) serão reputados verdadeiros os fatos afirmados na inicial.

(D) o autor poderá demandar declaração incidente, sem promover nova citação do réu.

(E) o autor poderá alterar a causa de pedir, sem promover nova citação do réu.

RESPOSTA Art. 9º, CPC. *Alternativa B*.

6526. (Analista – TRT-8 – 2010 – FCC) A herança vacante será representada em juízo

(A) pelo síndico.

(B) por seu curador.

(C) pelo inventariante.

(D) pelo gerente.

(E) pelos herdeiros.

RESPOSTA Art. 12, IV, CPC. *Alternativa B*.

III. Litisconsórcio, Assistência e Intervenção de Terceiros

6527. (Analista – TRT-4 – 2011 – FCC) João ajuizou ação de indenização contra o Plano de Saúde X, alegando ter ocorrido erro médico por parte de José, profissional responsável pela cirurgia a que foi submetido. Estando José obrigado, pelo contrato, a indenizar o Plano de Saúde X, em ação regressiva se este vier a perder a demanda, José deverá ser citado para integrar o processo através do instituto processual

(A) do chamamento ao processo.

(B) da denunciação da lide.
(C) da nomeação à autoria.
(D) da oposição.
(E) da assistência.

RESPOSTA Art. 70, III, CPC. *Alternativa B.*

6528. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** Na ação em que o terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta, a intervenção do alienante no processo se fará por meio do instituto denominado

(A) chamamento ao processo.
(B) nomeação à autoria.
(C) oposição.
(D) assistência.
(E) denunciação da lide.

RESPOSTA Art. 70, I, CPC. *Alternativa E.*

6529. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** João, fiador de José num contrato de locação, foi citado em uma ação de cobrança de aluguéis ajuizada pelo locador. No prazo da contestação, pediu a citação de José para integrar a lide. João valeu-se do instituto processual denominado

(A) nomeação à autoria.
(B) denunciação da lide.
(C) chamamento ao processo.
(D) oposição.
(E) assistência.

RESPOSTA Prevê o art. 77, I, CPC, que é admissível o *chamamento ao processo* do devedor (principal) na ação em que o fiador for réu. *Alternativa C.*

6530. **(Advogado – METRÔ – 2010 – FCC)** Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos. Em regra, a oposição

(A) oferecida antes da audiência será apensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo porém julgadas em sentença separadas.
(B) que for distribuída por dependência, os opostos serão citados, na pessoa dos seus respectivos advogados, para contestar o pedido no prazo comum de 15 dias.
(C) na qual um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, contra o outro não poderá prosseguir o opoente.
(D) oferecida depois de iniciada a audiência seguirá o procedimento ordinário, podendo o juiz sobrestar no andamento do processo principal, por prazo nunca superior a 60 dias, a fim de julgá-lo conjuntamente com a oposição.
(E) oferecida depois de iniciada a audiência seguirá o procedimento ordinário, não podendo o juiz sobrestar no andamento do processo principal em razão da independência existente.

RESPOSTA (A) Art. 59, CPC. (B) Art. 57, CPC. (C) Art. 58, CPC. (D) e (E) Art. 60, CPC. *Alternativa B.*

6531. (Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC) Assinale a alternativa correta em relação ao litisconsórcio, da assistência e da intervenção de terceiros no Código de Processo Civil.

(A) Embora recomendável para garantir a eficácia da sentença, não é obrigatória a citação de todos os litisconsortes necessários, diante do fenômeno da substituição processual.

(B) Na nomeação à autoria, se o nomeado, após realizada a citação, negar a qualidade que lhe é atribuída, o processo continuará contra o nomeante, o qual não terá novo prazo para contestar, face ao princípio da eventualidade aplicável no momento da contestação.

(C) Na denunciação da lide feita pelo autor, o denunciado que comparecer poderá aditar a petição inicial, uma vez que assume a posição de litisconsorte do denunciante.

(D) Transitada em julgado a sentença, na causa em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, mesmo na hipótese de provar que desconhecia a existência de alegações ou de provas, de que o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.

(E) Na assistência simples, o terceiro tem interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, sendo considerado, assim, litisconsorte da parte assistida, por também ser titular do direito discutido.

RESPOSTA (A) Art. 47, CPC. (B) Art. 67, CPC (o nomeante *terá* novo prazo para contestar). (C) Art. 74, CPC. (D) Art. 55, CPC. (E) Arts. 50 (assistência simples) e 54, CPC (assistência litisconsorcial). *Alternativa C*.

6532. (Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC) Ao modo de intervenção de terceiros que envolve fiador e devedores solidários dá-se o nome de

(A) denunciação da lide.

(B) litisconsórcio necessário.

(C) chamamento ao processo.

(D) nomeação à autoria.

(E) assistência litisconsorcial.

RESPOSTA Art. 77, CPC. *Alternativa C*.

6533. (Promotor – MP-CE – 2011 – FCC) No que concerne à intervenção de terceiros é correto afirmar que

(A) são casos catalogados pela lei processual civil a nomeação à autoria, o chamamento ao processo, o litisconsórcio e a denunciação da lide.

(B) a lei pode obrigar terceiro, estranho à lide, a ingressar no processo.

(C) conforme a iniciativa da medida, pode ser espontânea, como na oposição, ou provocada, como na nomeação à autoria.

(D) é cabível em qualquer espécie de procedimento.

(E) o terceiro limita-se a atuar no processo até a sentença, não tendo legitimidade para recorrer.

RESPOSTA A *assistência* e a *oposição* são modalidades espontâneas de intervenção de terceiros (nas quais a iniciativa de ingresso é do próprio terceiro); já a *denunciação da lide*, o *chamamento ao processo* e a *nomeação à autoria* são modalidades provocadas (nas quais o terceiro é trazido para o processo). *Alternativa C.*

6534. (Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC) No que se refere à assistência, de acordo com o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

(A) Sendo revel o assistido, o assistente será considerado seu gestor de negócios.

(B) A assistência simples obsta a que a parte principal transija sobre direitos controvertidos.
(C) Transitada em julgado a sentença, na causa em que interveio o assistente, este não poderá, em regra, discutir a justiça da decisão em processo posterior.
(D) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente, toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
(E) A impugnação das partes quanto ao pedido do terceiro para sua admissão como assistente deverá ocorrer no prazo de cinco dias.

RESPOSTA Art. 53, CPC, observando-se que a doutrina classifica a assistência em *simples* (o assistente possui relação jurídica somente com o assistido, estando subordinado a este no processo) e *litisconsorcial* (o assistente possui relação jurídica com o adversário do assistido, tendo independência e autonomia no processo). *Alternativa B*.

6535. (Procurador – Manaus-AM – 2006 – FCC) José move ação de indenização, pelo rito ordinário contra Paulo. Regularmente citado o réu (Paulo), no décimo dia do prazo para contestação, nomeia à autoria João. O pedido foi deferido pelo juiz, que suspende o processo e manda ouvir o autor (José) no prazo de cinco dias. Nesse caso, se José

(A) recusar a nomeação, a lide prosseguirá em face de Paulo, que poderá oferecer sua defesa no prazo de cinco dias remanescente.
(B) aceitar a nomeação, caberá a Paulo promover a citação do nomeado (João).
(C)) recusar a nomeação, a lide prosseguirá em face de Paulo, sendo-lhe assinalado novo prazo para contestação.
(D) recusar a nomeação, o Juiz poderá rejeitar esta objeção e determinar a citação do nomeado.
(E) aceitar a nomeação, o réu será imediatamente excluído do polo passivo da lide antes da citação do nomeado.

RESPOSTA A questão trata de *nomeação à autoria*, notadamente a hipótese tratada no art. 67, CPC, segundo o qual, quando o autor recusar o nomeado, ou quando este negar a qualidade que lhe é atribuída, assinar-se-á ao nomeante *novo prazo* para contestar. *Alternativa C*.

IV. Competências, Ministério Público, Juiz e Auxiliares da Justiça

6536. (Analista – TRT-11 – 2012 – FCC) O foro contratual pode modificar a competência em razão

(A) da hierarquia e da matéria.
(B) do valor, apenas.
(C) do território, apenas.
(D) da hierarquia, apenas.
(E) do valor e do território.

RESPOSTA Segundo o art. 111, CPC, pela eleição de foro (contratual), as partes podem *modificar* a competência em razão do *valor* e do *território*. Contudo, a competência em razão da *matéria* e da *hierarquia* é inderrogável por convenção das partes. *Alternativa E*.

6537. (Analista – TRT-6 – 2012 – FCC) No processo civil, a incompetência absoluta

(A) não pode ser conhecida de ofício pelo Juiz.
(B) deve ser alegada mediante exceção.
(C) só pode ser reconhecida pelo Juiz, não cabendo à parte deduzi-la.
(D) pode ser alegada em preliminar de contestação.

(E) se não for alegada no prazo da contestação, fica preclusa sua arguição no processo.

RESPOSTA A incompetência *absoluta* deve ser declarada de ofício pelo juiz e pode ser alegada pela parte em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção (art. 113, CPC), podendo ser arguida como *preliminar* de contestação (art. 301, II, CPC). *Alternativa D*.

6538. (Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC) Em matéria de competência, é correto afirmar:

(A) Nas causas envolvendo sociedade de economia mista é competente para o seu julgamento o juízo especializado da Fazenda Pública.
(B) A existência de Vara privativa instituída por lei estadual não altera a competência territorial resultante das leis de processo.
(C) A parte que oferecer exceção de incompetência não ficará impedida de suscitar conflito de competência.
(D) A instalação de Vara do Trabalho não cessa a competência do juiz de direito para conhecer de matéria trabalhista.
(E) Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença da União nos processos de insolvência.

RESPOSTA A existência de vara privativa (ex.: Fazenda Pública, Família...) não altera a competência territorial dos arts. 94 e seguintes do CPC, cujas ações continuarão tramitando no mesmo território (Comarca). *Alternativa B*.

6539. (Promotor – MP-CE – 2011 – FCC) No processo civil, o Ministério Público

(A) age sempre facultativamente, em obediência a seu poder discricionário.
(B) no exercício de suas funções, não poderá ser responsabilizado civilmente, mas somente nos âmbitos administrativo e criminal.
(C) poderá produzir prova em audiência, mas não juntar documentos e certidões, o que é privativo das partes.
(D) intervirá nas causas em que haja interesses de incapazes, relativas ao estado da pessoa, declaração de ausência e disposições de última vontade.
(E) deverá manifestar-se nas ações que envolvam litígios coletivos e individuais pela posse da terra urbana e rural.

RESPOSTA (A) Nos casos previstos em lei, a intervenção do MP é *obrigatória*. (B) Art. 85, CPC. (C) Art. 83, II, CPC. (D) Art. 82, I e II, CPC. (E) Art. 82, III, CPC (deverá manifestar-se apenas nas ações que envolvam litígio *coletivo* pela posse de terra *rural*). *Alternativa D.*

6540. (Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC) A incompetência absoluta

(A) uma vez declarada, leva à nulidade somente dos atos decisórios, remetendo-se os autos ao juiz competente.
(B) uma vez declarada, sempre leva à extinção do processo, sem resolução do mérito.
(C) deve ser levantada por meio de exceção, a ser apensada aos autos principais.
(D) deve ser declarada após arguição preliminar, levando à nulidade de todo o processo.
(E) pode ser prorrogada, se o réu não opuser exceção declinatória nos casos e prazos legais.

RESPOSTA Declarada a incompetência absoluta, somente os atos decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente (art. 113, § 2º, CPC). *Alternativa A*.

6541. (Promotor – MP-PE – 2008 – FCC) Uma ação fundada em direito pessoal, com foro de eleição estabelecido contratualmente em lugar diferente dos domicílios do autor e do réu, foi

proposta no foro do domicílio do autor. Citado, o réu não opôs exceção de incompetência. Numa ação posterior conexa entre as mesmas partes, o réu

(A) só pode opor exceção de incompetência fundada no foro de eleição, porque o foro de eleição prevalece sobre qualquer outro.

(B) não pode opor exceção de incompetência fundada no foro de eleição, porque a competência da primeira ação prorrogou-se para a ação conexa.

(C) só pode opor exceção de incompetência fundada no foro de seu domicílio, porque este prevalece sobre o foro do domicílio do autor.

(D) pode opor exceção de incompetência fundada no foro de eleição ou no foro de seu domicílio, porque se trata de demanda diversa.

(E) só pode opor exceção de incompetência fundada no foro de seu domicílio se tiver mudado de domicílio após o prazo para contestação da primeira ação.

RESPOSTA Não apresentada *exceção* no momento oportuno (art. 305, CPC), a competência restará prorrogada e, em caso de ação posterior conexa, em virtude da prevenção, o juízo da primeira demanda será igualmente competente para a segunda (art. 102, CPC). *Alternativa B.*

6542. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** Em matéria de competência e exceções, é correto afirmar:

(A) O processo ficará suspenso, recebida a alegação de incompetência absoluta, até que esta seja definitivamente julgada.

(B) A decisão que rejeita a exceção de incompetência relativa, depois de transitado em julgado, comporta ação rescisória.

(C) O autor não tem legitimidade para oferecer exceção de impedimento.

(D) A produção de prova testemunhal não é admissível no procedimento da exceção de incompetência relativa.

(E) A petição da exceção de incompetência relativa pode ser protocolizada no juízo de domicílio do réu.

RESPOSTA (A) Arts. 113 e 301, II, CPC (incompetência *absoluta* é alegada na contestação ou em petição nos autos, não suspendendo o processo). (B) Art. 485, CPC (ação rescisória é cabível para rescindir *sentença de mérito* transitada em julgado, enquanto a exceção de incompetência relativa é resolvida por *decisão interlocutória*). (C) Art. 304, CPC. (D) Art. 309, CPC. (E) Art. 305, parágrafo único, CPC. *Alternativa E.*

6543. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** O juiz responderá por perdas e danos quando

(A) recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte.

(B) sua sentença for alterada pelos tribunais.

(C) exceder o prazo de noventa dias para término de qualquer processo.

(D) determinar provas que os tribunais entendam desnecessárias.

(E) retardar, em qualquer situação, providência inerente ao exercício de suas funções.

RESPOSTA Art. 133, CPC (o *juiz* responderá por *perdas e danos* quando: I – no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude; II – recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte). *Alternativa A.*

6544. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** Considere as seguintes hipóteses:

I. Réu domiciliado no Brasil, de nacionalidade estrangeira.

II. Obrigação que tiver de ser cumprida no Brasil.
III. Inventário e partilha de bens, situados no Brasil, exceto se o autor da herança for estrangeiro e tiver residido fora do território nacional.
IV. A ação que se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil.
De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, é competente a autoridade judiciária brasileira nas hipóteses indicadas SOMENTE em:
(A) I, II e III.
(B) I, II e IV.
(C) II, III e IV.
(D) III e IV.
(E) I e IV.

RESPOSTA Art. 88, CPC (é competente a autoridade judiciária *brasileira* quando: I – *o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil*; II – *no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação*; III – *a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil*). Ademais, compete exclusivamente à autoridade judiciária *brasileira* proceder a *inventário e partilha de bens, situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional* (art. 89, II, CPC). *Alternativa B*.

6545. **(Analista – TRF-3 – 2007 – FCC)** A respeito das modificações da competência, é correto afirmar:
(A) Reputam-se conexas duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
(B) Dar-se-á a continência entre duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
(C) O foro contratual ou de eleição é restrito às partes contratantes, não obrigando os herdeiros ou sucessores destas.
(D) A competência em razão do valor e do território pode ser modificada pelas partes, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.
(E) A competência em razão da matéria e da hierarquia poderá modificar-se pela conexão e pela continência.

RESPOSTA (A) Art. 103, CPC. (B) Art. 104, CPC. (C) Art. 111, § 2º, CPC. (D) e (E) Art. 111, CPC. *Alternativa D*.

6546. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** As pessoas com idade acima de 60 anos têm fixada a competência absoluta pelo seu domicílio no Estatuto do Idoso, prevalecendo, todavia, as regras de competência do Código de Processo Civil ou de outra lei especial nas ações
(A) de responsabilidade por omissão no acesso aos serviços de saúde.
(B) de natureza alimentar.
(C) de proteção aos direitos individuais homogêneos.
(D) de responsabilidade pelo oferecimento insatisfatório de serviço de abrigamento do idoso.
(E) decorrentes da negativa de atendimento especializado ao idoso portador de gripe suína.

RESPOSTA Muito embora o Estatuto do Idoso fixe a competência absoluta de seu domicílio (art. 80, Lei n. 10.741/2003), em se tratando de ação de *natureza alimentar*, prevalece a regra do art. 100, II, CPC, sendo competente o *foro do alimentando.* Isso ocorre para que não seja dificultado o exercício de direito do alimentando em ação na qual o idoso possa figurar como *réu*. *Alternativa B*.

6547. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** Mara é juíza de direito. Neste mês recebeu através

da distribuição três processos: A, B e C. No processo A o advogado do autor é o marido de Mara. No processo B uma das partes é inimiga capital de Mara e no processo C a autora é empregada de Mara. Nestes casos, Mara está impedida de exercer as suas funções

(A) no processo A.
(B) no processo B
(C) no processo C.
(D) nos processos A e B.
(E) nos processos A e C.

RESPOSTA Mara está *impedida* no processo A (art. 134, IV, CPC) e *suspeita* nos processos B e C (art. 135, I e III, CPC). *Alternativa A*.

V. Atos Processuais

6548. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** No que concerne a nulidades, considere:

I. Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
II. Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
III. O juiz pronunciará a nulidade e mandará repetir o ato, ou suprir-lhe a falta, mesmo se puder proferir sentença de mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração da nulidade.
IV. A nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam independentes.

Está correto o que consta SOMENTE em

(A) II, III e IV.
(B) I e IV.
(C) II e III.
(D) I, II e IV.
(E) I e III.

RESPOSTA (I) Art. 243, CPC. (II) Art. 244, CPC. (III) Art. 249, § 2º, CPC. (IV) Art. 248, CPC. *Alternativa D*.

6549. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** Quando se tratar de processo total ou parcialmente eletrônico, os atos processuais praticados na presença do juiz poderão ser produzidos e armazenados de modo integralmente digital em arquivo eletrônico inviolável, na forma da lei, mediante registro em termo que será assinado digitalmente pelo juiz e pelo escrivão ou chefe de secretaria, bem como pelos advogados das partes. Eventuais contradições na transcrição deverão ser suscitadas

(A) oralmente no momento da realização do ato, registrando-se a alegação, devendo o juiz decidir no prazo de cinco dias, sendo as partes intimadas desta decisão.
(B) oralmente no momento da realização do ato, registrando-se a alegação, devendo o juiz decidir no prazo de quarenta e oito horas, sendo as partes intimadas desta decisão.
(C) oralmente no momento da realização do ato, sob pena de preclusão, devendo o juiz decidir de plano, registrando-se a alegação e a decisão no termo.
(D) oralmente no momento da realização do ato, devendo ser as razões da contradição feitas por escrito no prazo de cinco dias e o juiz decidir no prazo de quarenta e oito horas, sendo as partes intimadas desta decisão.
(E) por escrito no prazo de vinte e quatro horas, sob pena de preclusão, devendo o juiz decidir no

prazo de cinco dias, sendo as partes intimadas desta decisão.

RESPOSTA Art. 169, §§ 2º e 3º, CPC, incluído pela Lei n. 11.419/2006, que dispõe sobre a *informatização do processo digital. Alternativa C*.

6550. **(Analista – TRF-3 – 2007 – FCC)** A respeito dos prazos processuais, é correto afirmar:

(A) É lícito às partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo peremptório, desde que o requeiram antes do respectivo vencimento com fundamento em motivo legítimo.
(B) Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de três dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
(C) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em dia em que o expediente forense for encerrado meia hora antes da hora normal.
(D) Quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público, computar-se-á em dobro o prazo para contestar.
(E) A parte não poderá renunciar o prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.

RESPOSTA Considera-se prorrogado o prazo até o *1º dia útil* se o vencimento cair em feriado ou em dia em que: I – for determinado o fechamento do fórum; II – o expediente forense for encerrado antes da hora normal (art. 184, § 1º, CPC). *Alternativa C*.

6551. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Quanto à citação é correto afirmar que

(A) será efetuada somente no domicílio ou na residência do réu.
(B) cabe, em princípio, à parte, promover a citação do réu nos dez dias subsequentes ao despacho que a determinar, não sendo prejudicada pela demora que se imputar exclusivamente ao serviço judiciário.
(C) não se fará, em nenhuma hipótese, a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso.
(D) não é passível de ratificação ou de convalidação, por se tratar de ato formal.
(E) torna prevento o juiz, induz perempção e suspende o lapso prescricional.

RESPOSTA Segundo o art. 219, § 2º, CPC, incumbe à *parte* promover a citação do réu nos 10 dias subsequentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. *Alternativa B.*

6552. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Considere o processo em que for

I. ré: pessoa incapaz.
II. réu: o Município de São Paulo.
III. réu: partido político.
IV. réu: o Estado de São Paulo.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, NÃO se fará a citação pelo correio nas hipóteses indicadas APENAS em

(A) I e II.
(B) I e IV.
(C) III e IV.
(D) I, II e III.
(E) I, II, e IV.

RESPOSTA Art. 222, CPC (não serão citados por correio). O réu *partido político* não se enquadra em nenhuma dessas hipóteses, podendo ser citado por *correio*, enquanto os demais, serão citados por *oficial de justiça* (art. 224, CPC). *Alternativa E*.

6553. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** Quando a citação for por edital, começa a correr o prazo para a resposta

(A) da última publicação.
(B) da primeira publicação.
(C) finda a dilação assinada pelo juiz.
(D) da juntada aos autos de um exemplar da primeira publicação.
(E) da juntada aos autos de um exemplar da última publicação.

RESPOSTA Quando a citação ocorrer por *edital* (art. 231, CPC), ao final da dilação (prazo) fixada pelo juiz (art. 232, IV), começa a fluir o prazo para a resposta do réu. *Alternativa C*.

6554. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** A citação inicial no processo

(A) será realizada normalmente aos doentes, mesmo que grave o seu estado, bastando que esteja presente durante o ato citatório um parente em linha reta ou na colateral em segundo grau.
(B) não será realizada, salvo para evitar o perecimento do direito, ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos sete dias seguintes.
(C) efetuar-se-á sempre no domicílio ou na residência do réu.
(D) não pode ser efetivada em face de réu ausente.
(E) não será efetuada aos noivos, no primeiro mês das bodas.

RESPOSTA *Não se fará a citação*, salvo para evitar o perecimento do direito*: I – a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso; II – ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 7 dias seguintes; III – aos noivos, nos 3 primeiros dias de bodas; IV – aos doentes, enquanto grave o seu estado* (art. 217, CPC). *Alternativa B*.

6555. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** Sobre a intimação é correto afirmar:

(A) a intimação do representante do Ministério Público é feita pela imprensa oficial.
(B) as intimações necessitam de provocação da parte para serem realizadas.
(C) cumpre ao cartório judicial atualizar o endereço dos advogados para fins de realização de comunicações e intimações processuais, contatando a Ordem dos Advogados do Brasil para esse fim.
(D) se tiverem ocorrido em dia em que não tenha havido expediente forense, as intimações consideram-se realizadas no primeiro dia útil anterior.
(E) far-se-á a intimação por meio de oficial de justiça quando frustrada a realização pelo correio.

RESPOSTA (A) Art. 236, § 2º, CPC. (B) Art. 235, CPC. (C) Art. 238, parágrafo único, CPC. (D) Art. 240, parágrafo único, CPC. (E) Art. 239, CPC (quando frustrada pelo *correio*, a intimação será feita por meio de *oficial de justiça*). *Alternativa E*.

6556. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** Em relação às nulidades,

(A) constitui mera irregularidade a ausência de intimação do Ministério Público para acompanhar o feito em que deva intervir.
(B) qualquer nulidade dos atos processuais pode ser alegada pela parte a qualquer tempo ou grau de jurisdição.
(C) quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
(D) a decretação da nulidade formal pode ser requerida inclusive pela parte que lhe deu causa.

(E) o erro de forma do processo acarreta a anulação de todos os atos praticados, indistintamente.

RESPOSTA (A) Art. 246, CPC. (B) Art. 245, CPC. (C) Art. 244, CPC. (D) Art. 243, CPC. (E) Art. 250, CPC. *Alternativa C*.

6557. **(Analista – TRF-5 – 2012 – FCC)** É correto afirmar que

(A) os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, tendo-se por válidos aqueles que, realizados de modo diverso, lhe preencham a finalidade essencial.

(B) o direito de consultar os autos e de pedir certidão de seus atos é livre a qualquer pessoa, salvo apenas o segredo de justiça.

(C) em todos os atos e termos do processo é facultativo o uso do vernáculo, pois pode ser anexado ao processo documento redigido em língua estrangeira, sem ressalvas.

(D) os atos processuais, como regra, correm em segredo de justiça, podendo ser tornados públicos por ordem judicial fundamentada.

(E) é possível às partes lançar nos autos cotas marginais ou interlineares, desde que em linguagem processual de praxe.

RESPOSTA (A) Art. 154, CPC. (B) Art. 155, parágrafo único, CPC (direito restrito às partes e seus procuradores). (C) Art. 156, CPC (é obrigatório o uso de vernáculo). (D) Art. 155, CPC. (E) Art. 161, CPC (é proibido). *Alternativa A*.

6558. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** Numa ação ordinária, o réu não foi citado regularmente mas, mesmo assim, apresentou contestação e atuou em todas as fases do processo, até o trânsito em julgado da decisão final. Nesse caso, na fase do cumprimento da sentença,

(A) poderá apresentar impugnação fundada na invalidade de citação.

(B) poderá apresentar impugnação fundada na inexistência de citação, por tratar-se de ato processual indispensável à regularidade do processo.

(C) só poderá apresentar impugnação fundada na inexistência de citação se demonstrar que se encontrava em local conhecido e poderia ter sido citado, mas não o foi.

(D) não poderá apresentar impugnação fundada na inexistência de citação.

(E) só poderá apresentar impugnação fundada na inexistência ou invalidade da citação se demonstrar que não foram esgotados os meios para a sua localização.

RESPOSTA A citação inicial do réu é indispensável para a validade do processo. Contudo, o *comparecimento espontâneo* do réu supre a falta de citação (art. 214, § 1º, CPC). *Alternativa D*.

6559. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** NÃO pode ser feita pelo correio, dentre outros casos, a citação

(A) do funcionário público em geral.

(B) do espólio, na pessoa do inventariante.

(C) do representante de sociedade civil.

(D) da pessoa maior de sessenta anos.

(E) da pessoa jurídica de direito público.

RESPOSTA A citação será feita pelo *correio, exceto*: a) nas ações de estado; b) quando for ré pessoa incapaz; *c) quando for ré pessoa de direito público*; d) nos processos de execução; e) quando o réu residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência; f) quando o autor a requerer de outra forma (art. 222, CPC). *Alternativa E*.

6560. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Ao ser atribuído o valor da causa nas ações de

execução de alimentos fixados em favor de criança, o Defensor Público deve considerar
(A) a integralidade do débito vencido.
(B) uma prestação anual da pensão alimentícia fixada no título judicial.
(C) a soma do débito vencido e de uma prestação anual.
(D) a soma dos três últimos meses da pensão alimentícia vencidos no momento da distribuição da ação.
(E) a soma dos três últimos meses da pensão alimentícia vencidos no momento da distribuição da ação e de uma prestação anual.

RESPOSTA Art. 260, CPC (quando se pedirem prestações vencidas e vincendas, deve ser considerada a soma de *ambas*. O valor das prestações *vincendas* será igual a *uma prestação anual*, se a obrigação for por tempo indeterminado, ou por tempo superior a 1 ano). *Alternativa C*.

6561. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) Analise as seguintes afirmativas a respeito da citação nos procedimentos regulados pelo Código de Processo Civil:

I. É ao juiz que compete verificar se é caso ou não de citação com hora certa, e não ao oficial de justiça.
II. Não é válida a citação por edital publicado no juízo deprecante quando o réu não for localizado no juízo deprecado e estiver em lugar incerto e não sabido. A citação se faz unicamente no juízo deprecado.
III. Vale a citação de pessoa jurídica feita por fax, se recebido pelo representante legal da ré.
IV. A falta de menção do prazo para que seja considerada perfeita a citação por edital torna-a ineficaz.
V. No procedimento sumário, o mandado de citação deverá consignar dia, hora e lugar da audiência e que nela deverá ser apresentada a defesa, sob pena de nulidade.

Está correto o que se afirma SOMENTE em
(A) I, II e III.
(B) II, III e IV.
(C) III, IV e V.
(D) IV e V.
(E) V.

RESPOSTA (I) Art. 227, CPC (compete ao *oficial de justiça*). (II) Arts. 231, II, e 232, CPC. (III) Não há previsão legal para citação via fax. (IV) Art. 232, IV, CPC. (V) Arts. 277 e 225, II e IV, CPC. *Alternativa D*.

6562. (Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC) No processo em que se usa meio eletrônico na comunicação de atos, observar-se-á a seguinte regra:
(A) os prazos processuais terão início cinco dias após a disponibilização da informação no Diário de Justiça eletrônico.
(B) considera-se como data da publicação o dia da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico e os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que se seguir.
(C) as cartas precatórias, rogatórias e de ordem não poderão ser feitas por meio eletrônico.
(D) a publicação eletrônica substitui qualquer outro meio de publicação oficial e também as intimações ou vista pessoais, que a lei determinar.
(E) considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico e os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que se seguir ao considerado como data da publicação.

RESPOSTA (A), (B), (D) e (E) Art. 4º, §§ 2º, 3º e 4º, Lei n. 11.419/2006. (C) Art. 7º, Lei n. 11.419/2006. *Alternativa E*.

6563. (Advogado – METRÔ – 2010 – FCC) Marta ajuizou ação de cobrança em face de Joana. Citada, Joana procurou Marta para uma tentativa de conciliação amigável. Neste caso, o processo

(A) poderá ser suspenso por convenção das partes, por prazo nunca superior a 120 dias.
(B) poderá ser suspenso por convenção das partes, por prazo nunca superior a três meses.
(C) poderá ser suspenso por convenção das partes, por prazo nunca superior a 90 dias.
(D) poderá ser suspenso por convenção das partes, por prazo nunca superior a seis meses.
(E) não poderá ser suspenso por convenção das partes não havendo previsão legal neste sentido.

RESPOSTA Art. 265, II e § 3º, CPC (nunca poderá exceder *6 meses*). *Alternativa D*.

6564. (Analista – TRT-6 – 2012 – FCC) Extingue-se o processo sem resolução do mérito

(A) quando as partes transigirem.
(B) se o Juiz rejeitar integralmente o pedido do autor.
(C) pela convenção de arbitragem.
(D) se o Juiz pronunciar a prescrição ou decadência.
(E) se o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação ou o réu reconhecer a procedência do pedido.

RESPOSTA Art. 267, VII, CPC. *Alternativa C*.

6565. (Analista – TRT-11 – 2012 – FCC) Numa ação ordinária, após a citação, o juiz julgou extinto o processo sem resolução do mérito, porque, apesar de pessoalmente intimado, o autor deu causa à paralisação do processo por mais de um ano. Nesse caso,

(A) o autor não poderá intentar de novo a ação.
(B) persistirá o efeito da citação que constituiu o réu em mora.
(C) desaparecerá o efeito interruptivo da prescrição decorrente da citação.
(D) o autor só poderá intentar de novo a ação após seis meses contados do trânsito em julgado da decisão.
(E) o autor só poderá intentar de novo a ação mediante o pagamento do décuplo das custas.

RESPOSTA Arts. 267, II, e 219, CPC (a *citação válida torna prevento o juízo*, *induz litispendência* e *faz litigiosa a coisa*; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, *constitui em mora o devedor* e *interrompe a prescrição*). Como houve a citação, mesmo que o processo tenha sido extinto sem resolução de mérito, os efeitos perduram, inclusive o que *constitui o réu em mora*. *Alternativa B*.

6566. (Analista – TRT-23 – 2011 – FCC) A respeito da suspensão e extinção do processo, é correto afirmar:

(A) Extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando as partes transigirem.
(B) Suspende-se o processo quando for oposta exceção de incompetência do juiz, da câmara ou do tribunal.
(C) Suspende-se o processo quando o juiz acolher a alegação de perempção ou litispendência.
(D) Extingue-se o processo, com resolução do mérito, quando ocorrer confusão entre autor e réu.
(E) Extingue-se o processo, com resolução do mérito, quando o juiz indeferir a petição inicial.

RESPOSTA Art. 265, III, CPC. *Alternativa B*.

6567. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** A morte do réu foi comunicada ao Tribunal competente, com prova do falecimento, durante o julgamento de recurso de apelação. Em tal situação, o processo

(A) será julgado extinto quando da publicação do acórdão.
(B) será imediatamente suspenso.
(C) será imediatamente extinto.
(D) só se suspenderá a partir da publicação do acórdão.
(E) será anulado a partir da citação.

RESPOSTA Art. 265, I e § 1º, *b*, CPC. *Alternativa D*.

6568. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** Numa ação ordinária de cobrança, o juiz acolheu preliminar arguida pelo réu na contestação e reconheceu a prescrição do crédito reclamado pelo autor. Nesse caso, deverá

(A) julgar procedente a ação, mas suspender-lhe a execução.
(B) julgar improcedente a ação.
(C) julgar extinto o processo sem resolução de mérito.
(D) indeferir a petição inicial.
(E) julgar extinto o processo com resolução de mérito.

RESPOSTA Art. 269, IV, CPC (*haverá resolução de mérito* quando o juiz pronunciar a *decadência* ou a *prescrição*). *Alternativa E*.

6569. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Dentro do prazo fixado, em lei, para interposição da apelação, as partes ingressaram com petição requerendo a suspensão do processo para tentativa de acordo. Nesse caso,

(A) cabe o pedido de suspensão, ainda que não haja o acordo.
(B) o pedido de suspensão depende do assentimento do juiz, e é admissível até o prazo máximo de seis meses.
(C) o pedido de suspensão não é correto, sem ou com o assentimento do juiz.
(D) o pedido de suspensão é correto, mas deverá ser provada a realização do acordo.
(E) o pedido de suspensão independe do assentimento do juiz, e é admissível até o prazo máximo de seis meses.

RESPOSTA Por *convenção das partes* é possível a *suspensão do processo* (art. 265, II, CPC). No entanto, é proibido às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos *peremptórios* (art. 182, CPC). Ainda, segundo a doutrina, a suspensão do processo por convenção das partes não obsta a fluência do prazo recursal já iniciado. *Alternativa C*.

6570. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** Se alguma das condições da ação não for atendida, o processo

(A) é nulo, não havendo formação de coisa julgada de nenhuma espécie.
(B) será julgado com resolução do mérito, formando coisa julgada material.
(C) será julgado com resolução do mérito, acarretando coisa julgada formal.
(D) será julgado extinto sem resolução do mérito, formando coisa julgada material.
(E) será julgado extinto sem resolução do mérito, acarretando coisa julgada formal.

RESPOSTA Quando não concorrer qualquer das *condições da ação*, como a *possibilidade jurídica*, a *legitimidade das partes* e o *interesse processual*, o processo será *extinto sem resolução de mérito* (art. 267, VI, CPC). A sentença *terminativa* (sem

resolução de mérito) faz apenas coisa julgada *formal* (art. 268, CPC). *Alternativa E*.

VII. Petição Inicial e Resposta do Réu

6571. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** É INCORRETO afirmar, no tocante ao pedido:

(A) É permitida a cumulação de vários pedidos, num único processo, contra o mesmo réu, ainda que entre eles não haja conexão.

(B) Antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.

(C) Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo-se, entretanto, no principal os juros legais.

(D) Quando a ação disser respeito às consequências do ato ou do fato ilícito, o pedido deverá ser sempre certo ou determinado, vedado o pedido genérico.

(E) É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, se não puder acolher o anterior.

RESPOSTA É lícito o pedido *genérico*: I – nas ações universais, se não puder o autor individuar na petição os bens demandados; *II – quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito;* III – quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu (art. 286, CPC). *Alternativa D*.

6572. **(Analista – TRT-4 – 2011 – FCC)** Oferecida a reconvenção,

(A) a extinção, por carência, da ação principal, impedirá o seu prosseguimento.

(B) o autor será pessoalmente citado para contestá-la no prazo de dez dias.

(C) a eventual desistência da ação principal não obstará o seu prosseguimento.

(D) será formado novo processo, que correrá em apenso ao principal, mas de forma independente e autônoma.

(E) serão proferidas sentenças diferentes, uma no processo principal e outra no processo da reconvenção.

RESPOSTA (A) e (C) Art. 317, CPC. (B) Art. 316, CPC (será intimado, na pessoa de seu procurador, para contestá-la no prazo de 15 dias). (D) Art. 299, CPC. (E) Art. 318, CPC. *Alternativa C*.

6573. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** Considere:

I. Inépcia da petição inicial.
II. Conexão.
III. Defeito de representação.
IV. Convenção de arbitragem.
V. Falta de caução que a lei exige como preliminar.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, o juiz conhecerá de ofício as matérias enumeradas SOMENTE em:

(A) I, II e V.

(B) I, II, III e V.

(C) I, II, IV e V.

(D) III e IV.

(E) II, III e V.

RESPOSTA Trata-se de matérias a serem alegadas em *preliminar* de contestação (art. 301, CPC). O § 4º prevê, entretanto,

que o juiz conhecerá *de ofício* dessas matérias, com *exceção* do *compromisso arbitral* (entenda-se *convenção de arbitragem*, inciso IX). *Alternativa B.*

6574. (Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC) NÃO é inepta a petição inicial quando

(A) a parte for manifestamente ilegítima.

(B) da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.

(C) o pedido for juridicamente impossível.

(D) contiver pedidos incompatíveis entre si.

(E) lhe faltar pedido ou causa de pedir.

RESPOSTA Será *inepta* a petição inicial quando: I – lhe faltar pedido ou causa de pedir; II – da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão; III – o pedido for juridicamente impossível; IV – contiver pedidos incompatíveis entre si (art. 295, parágrafo único, CPC). *Alternativa A.*

6575. (Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC) É correto afirmar:

(A) No rito ordinário, cabe reconvenção no prazo de dez dias contados da intimação pessoal em audiência preliminar.

(B) O indeferimento da petição inicial, na fase saneadora, com fundamento na coisa julgada, obsta ao prosseguimento da reconvenção.

(C) É lícito ao réu apresentar reconvenção após a intimação do autor para réplica.

(D) É nula a sentença que julga a lide originária, quando deixa de julgar a reconvenção.

(E) A petição inicial da reconvenção será indeferida, se a petição inicial da ação originária for inepta.

RESPOSTA Consoante o art. 318, CPC, julgar-se-ão na *mesma sentença* a ação e a reconvenção. Ainda, segundo o STF: "É nula a sentença que ao julgar a ação, se omite quanto a reconvenção" (RE 81.280/MG). *Alternativa D.*

6576. (Analista – TRT-20 – 2011 – FCC) No que concerne às exceções, é certo que

(A) a exceção de incompetência pode ser arguida tanto pelo réu como pelo autor.

(B) o recebimento da exceção acarreta a suspensão do processo, até que seja definitivamente julgada.

(C) o assistente litisconsorcial não tem legitimidade para arguir exceção de impedimento ou de suspeição.

(D) na exceção de incompetência é permitida somente prova documental, sendo vedada a inquirição de testemunhas.

(E) quando for apresentada exceção de impedimento ou de suspeição, é defeso ao juiz se declarar impedido ou suspeito, devendo sempre ordenar a remessa dos autos ao tribunal.

RESPOSTA (A) Muito embora o art. 304, CPC, disponha que é lícito *a qualquer das partes* arguir, por meio de exceção a *incompetência* (relativa), o *impedimento* ou a *suspeição*, a doutrina entende que se trata de uma impropriedade do dispositivo, já que a exceção de incompetência cabe exclusivamente ao *réu*, sendo até mesmo ilógico que o autor, que propôs a ação, se insurgisse contra o juízo por ele escolhido. (B) Art. 306, CPC. (C) Art. 52, CPC. (D) Art. 309, CPC. (E) Art. 313, CPC. *Alternativa B.*

6577. (Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC) Sobre o pedido, no procedimento comum ordinário, conforme estabelece o Código de Processo Civil, é correto afirmar:

(A) Se o devedor, pela natureza da obrigação, puder cumprir a prestação de mais de um modo, quando, pela lei ou contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, ainda que o autor não tenha formulado pedido alternativo.

(B) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido

apenas se houver declaração expressa do autor.

(C) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, não será admitida, em qualquer hipótese, a cumulação.

(D) Enquanto não decorrido o prazo para contestação, após regular citação, o autor poderá, sem o consentimento do réu, aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.

(E) Só é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos se houver conexão entre eles.

RESPOSTA (A) Art. 288, parágrafo único, CPC. (B) Art. 290, CPC. (C) Art. 292, § 2º, CPC. (D) Art. 294, CPC. (E) Art. 292, *caput*, CPC. *Alternativa A*.

6578. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Há possibilidade de o réu obter tutela jurisdicional ativa favorável, sem necessidade de valer-se da reconvenção, nas ações

(A) de depósito e divisória.

(B) de prestação de contas e depósito.

(C) monitória e demarcatória.

(D) divisória e monitória.

(E) de prestação de contas e demarcatória.

RESPOSTA As chamadas *ações dúplices* (ex.: prestação de contas, demarcatórias, possessórias) não comportam reconvenção por desnecessidade, já que, pela natureza da causa, a própria contestação já cumpre a finalidade que se buscaria por uma reconvenção. *Alternativa E*.

6579. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** A Lei n. 11.804/2008 disciplina o direito aos alimentos gravídicos. Um dos aspectos processuais tratado é o que regula o momento inicial do exercício do direito de defesa. Assim, a contestação deve ser apresentada

(A) na audiência de instrução e julgamento, que é designada na mesma decisão que fixa os alimentos provisórios.

(B) no prazo de 15 dias, contados a partir da juntada do mandado.

(C) no prazo de 15 dias, contados a partir da audiência de conciliação, que é designada na mesma decisão que fixa os alimentos provisórios.

(D) no prazo de 5 dias, contados a partir da juntada do mandado.

(E) no prazo de 5 dias, contados a partir da audiência de conciliação designada na mesma decisão que fixa os alimentos provisórios.

RESPOSTA Art. 7º, Lei n. 11.804/2008 (o réu será citado para apresentar resposta em *5 dias*). Considerando que a Lei não traz um procedimento próprio, aplicam-se, supletivamente, as disposições do CPC (art. 11 da Lei). Como se trata de ação de natureza cautelar, *conta-se o prazo da juntada do mandado* (art. 802, parágrafo único, CPC). *Alternativa D*.

6580. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** O locador, na contestação da ação renovatória, NÃO poderá alegar que

(A) o locatário não preenche os requisitos estabelecidos na lei de locação, para promover ação renovatória.

(B) a proposta do locatário não atende o valor locativo real do imóvel na época da renovação, excluída a valorização trazida por aquele ao ponto ou lugar.

(C) tem proposta de terceiro para a locação, em condições melhores.

(D) por determinação do Poder Público tem que realizar no imóvel obras que importam sua radical

transformação, e assim não está obrigado a renovar o contrato.

(E) deve ser elevada a multa ao locatário, prevista no contrato, se não devolver o imóvel findo o prazo contratual.

RESPOSTA O art. 72, Lei n. 8.245/91, enumera as matérias de fato às quais ficará adstrito o locador em sua contestação. Dentre as hipóteses acima, apenas a trazida na *alternativa E* não consta nesse rol. *Alternativa E*.

VIII. Revelia, Providências Preliminares e Julgamento Conforme o Estado do Processo

6581. **(Advogado – METRÔ – 2010 – FCC)** A respeito da revelia, considere:

I. Se houver pluralidade de réus e algum deles contestar a ação, não serão reputados verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.

II. Ocorrendo a revelia, o autor poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, independentemente de promover nova citação do réu.

III. Contra o revel que não tenha patrono nos autos correrão os prazos, independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.

IV. Decretada a revelia, não poderá o revel intervir no processo, devendo aguardar a prolação da sentença.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que consta APENAS em

(A) III e IV.
(B) I, II e III.
(C) II, III e IV.
(D) I e IV.
(E) I e III.

RESPOSTA (I) Art. 320, I, CPC. (II) Art. 321, CPC. (III) Art. 322, CPC. (IV) Art. 322, parágrafo único, CPC. *Alternativa E*.

6582. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** O julgamento antecipado da lide

(A) não pode ocorrer se a prova documental for suficiente para formar o convencimento do julgador.
(B) depende de prévia designação de audiência de tentativa de conciliação.
(C) só pode ter lugar após o saneamento do processo.
(D) prescinde de prévio requerimento das partes nesse sentido.
(E) só pode ocorrer após a apresentação de memoriais pelas partes.

RESPOSTA Art. 330, CPC (o juiz conhecerá *diretamente* do pedido). *Alternativa D*.

6583. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** A revelia

(A) acarreta a presunção de veracidade das alegações de direito do autor.
(B) impede o juiz de determinar a produção de provas, quando julgar necessário.
(C) não acarreta para o revel a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor se algum litisconsorte necessário contestar a ação.
(D) não impede o réu de intervir no processo, mas não lhe dá o direito de recorrer da sentença.
(E) implica necessariamente na procedência do pedido do autor.

RESPOSTA A *revelia* não induz o efeito (material) de presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor: *I – se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação*; II – se o litígio versar sobre direitos indisponíveis; III – se a petição inicial não

estiver acompanhada do instrumento público, que a lei considere indispensável à prova do ato (art. 320, CPC). *Alternativa C*.

6584. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Paulo foi pessoalmente citado como réu de uma ação ordinária e não ofereceu contestação, tendo sido decretada a sua revelia. Posteriormente, contratou advogado e este interveio no processo. Nesse caso, os prazos correrão

(A) a partir da intimação, por carta, ao revel, dos atos decisórios.
(B) independentemente de intimação, a partir da data da publicação de cada ato decisório.
(C) independentemente de intimação, a partir da data dos atos decisórios.
(D) a partir da intimação pela imprensa do advogado constituído pelo revel.
(E) em cartório, a partir da intimação por carta do advogado constituído pelo revel.

RESPOSTA Contra o *revel* que *não* tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório (art. 322, CPC). Pelo contrário, se constituir advogado, este será intimado pela imprensa, correndo-se o prazo respectivo (art. 236, CPC). *Alternativa D*.

IX. Provas e Audiências

6585. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa correta em relação às provas, de acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil.

(A) A confissão é, em regra, divisível.
(B) Mesmo que a perícia seja complexa, não existe previsão para a nomeação de mais de um perito ou para a indicação de mais de um assistente técnico, até mesmo pelo fato de o juiz não estar adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com base em outros elementos.
(C) O Código de Processo Civil adota a teoria dinâmica de distribuição do ônus da prova (cargas processuais dinâmicas), podendo ocorrer, em determinadas situações, a inversão do dever de provar.
(D) Qualquer que seja o valor do contrato, é admissível a prova testemunhal quando o credor não pode ou não podia, moral ou materialmente, obter a prova escrita da obrigação.
(E) Quando se tratar de contestação de assinatura, o ônus da prova incumbe a quem a contestar.

RESPOSTA (A) Art. 354, CPC (indivisível). (B) Art. 431-B, CPC. (C) Art. 333, CPC (o CPC adota a chamada *teoria estática* de distribuição do ônus da prova; sendo que a *teoria dinâmica* é adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, por meio da possibilidade de inversão do ônus da prova, art. 6º, VIII, CDC). (D) Art. 402, II, CPC. *Alternativa D.*

6586. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** Em relação às provas,

(A) vigora entre nós o sistema de prova tarifado, atribuindo o juiz valor maior à confissão e menor à prova testemunhal.
(B) em falta de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras da experiência técnica, ressalvado quanto a esta o exame pericial.
(C) como regra geral, devem elas ser produzidas com a inicial e a contestação, mas sempre até o saneamento do processo.
(D) apenas os meios de prova previstos em lei são admitidos processualmente.
(E) não dependem de produção probatória os fatos havidos no processo como controversos.

RESPOSTA (A) No sistema brasileiro, vigora o *livre-convencimento do juiz* em relação às provas (art. 131, CPC), não havendo hierarquia entre elas. (B) Art. 335, CPC. (C) Art. 336, CPC (em regra, as provas devem ser produzidas em *audiência*). (D) Art. 332, CPC. (E) Art. 334, III (*incontroversos*). *Alternativa B*.

6587. (Analista – TRE-RN – 2011 – FCC) Gabriel, Joana e Bruna são testemunhas processuais do processo G. Gabriel é neto da autora. Joana não é parente de nenhuma das partes mas já foi condenada por crime de falso testemunho com sentença transitada em julgado. E Bruna, também sem vínculos familiares, possui interesse no litígio. Segundo o Código Civil brasileiro, para testemunhar na lide, Gabriel, Joana e Bruna são, respectivamente,

(A) impedido, suspeito e suspeito.
(B) suspeito, impedido e suspeito.
(C) impedido, suspeito e impedido.
(D) impedido, impedido e suspeito.
(E) suspeito, suspeito e impedido.

RESPOSTA Segundo o art. 405, CPC, podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as *incapazes*, *impedidas* ou *suspeitas*. Gabriel é *impedido* (§ 2º, I), Joana é *suspeita* (§ 3º, I) e Bruna é *suspeita* (§ 3º, IV). *Alternativa A*.

6588. (Analista – TRF-4 – 2010 – FCC) A confissão, quando emanar de erro, dolo ou coação, se pendente o processo em que foi feita,

(A) pode ser revogada através de processo administrativo a ser interposto perante a Corregedoria.
(B) pode ser revogada por ação rescisória.
(C) não pode ser revogada sem o trânsito em julgado da sentença.
(D) não poder ser revogada até a prolação da sentença de primeiro grau.
(E) pode ser revogada por ação anulatória.

RESPOSTA Art. 352, CPC (a *confissão*, quando emanar de erro, dolo ou coação, pode ser *revogada*: I – por ação anulatória, se pendente o processo em que foi feita; II – por ação rescisória, depois de transitada em julgado a sentença, da qual constituir o único fundamento). *Alternativa E*.

6589. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) A prova pericial

(A) é obrigatória quando houver controvérsia sobre a matéria de fato discutida no processo.
(B) vincula o juiz ao resultado da perícia, salvo quando ocorrer corrupção do perito.
(C) é sempre dispensável quando ocorrer a revelia.
(D) não se compatibiliza com o procedimento sumário.
(E) é renovável se a matéria não estiver suficientemente esclarecida.

RESPOSTA (A) Art. 427, CPC. (B) Art. 436, CPC. (C) STJ, REsp 618.146/ES. (D) Art. 276, CPC. (E) Art. 437, CPC. *Alternativa E*.

6590. (Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC) A prova pericial

(A) pode ser dispensada pelo juiz se ele próprio tiver os conhecimentos técnicos que seriam necessários.
(B) é realizada por perito que é considerado auxiliar do Judiciário, como também o são os assistentes técnicos das partes.
(C) destina-se ao juiz e não está sujeita ao contraditório.
(D) vincula o juiz, pois o perito é de sua confiança.
(E) depende de pedido da parte, em princípio, mas pode ser determinada também pelo juiz, de ofício, se assim entender necessário.

RESPOSTA A *perícia* consiste em exame, vistoria ou avaliação (art. 420, *caput*), realizada por um *profissional de confiança do juiz*, com conhecimentos técnicos ou científicos especializados naquela determinada área, chamado de *Perito* (auxiliar da

Justiça). É uma prova técnica, da qual se socorre o *juiz* quando a causa envolve assunto de conhecimento específico de profissionais da respectiva área (ex.: exame médico, perícia contábil etc.). Portanto, poderá ser requerida pela parte ou determinada de ofício pelo juiz. *Alternativa E*.

X. Sentença e Coisa Julgada

6591. **(Analista – TJ-AP – 2009 – FCC)** No que se refere à coisa julgada é correto afirmar que

(A) não faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, ainda que a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.
(B) não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença concessiva de mandado de segurança, cujo valor do benefício econômico perseguido, não exceda a sessenta salários mínimos.
(C) em regra, está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra autarquias, fundações de direito público e sociedades de economia mista.
(D) faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida com fundamento da sentença.
(E) nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença não produzirá coisa julgada em relação a terceiros.

RESPOSTA Art. 475, § 2º, CPC (a sentença não está sujeita ao *duplo grau de jurisdição* sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo *não excedente a 60 salários mínimos*). *Alternativa B*.

6592. **(Advogado – PBGAS – 2007 – FCC)** Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos,

(A) não poderá ser dispensada a citação, podendo, apenas, ocorrer o julgamento antecipado da lide.
(B) poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
(C) não poderá ser dispensada a citação, sendo obrigatório o exame dos fundamentos deduzidos em sede de contestação.
(D) não poderá ser dispensada a citação, por ser indispensável a instauração de relação processual válida.
(E) não poderá ser dispensada a citação, em razão da obrigatoriedade do exercício da jurisdição.

RESPOSTA Art. 285-A, CPC (trata-se da chamada *sentença "liminar" de improcedência*). *Alternativa B*.

6593. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** A sentença que julga procedente o pedido formulado em ação de conhecimento, aplicando fundamentos legais diversos daqueles apresentados na petição inicial, é

(A) válida.
(B) *ultra petita*.
(C) *extra petita*.
(D) *infra petita*.
(E) inexistente.

RESPOSTA O juiz não está adstrito aos *fundamentos legais* trazidos pelo autor, sendo *válida* a sentença que aplica fundamentos diversos dos suscitados na inicial. *Alternativa A*.

6594. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Em ação ordinária com sentença

condenatória ilíquida, na pendência de apelação recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo

(A) pode ser instaurada apenas a execução provisória.
(B) pode ser realizada a hipoteca judiciária.
(C) podem ser realizadas a hipoteca judiciária e a execução provisória.
(D) não podem ser realizadas a liquidação de sentença e a execução provisória.
(E) podem ser realizadas a liquidação de sentença e a execução definitiva.

RESPOSTA A sentença condenatória produz a *hipoteca judiciária* mesmo quando a condenação for genérica (ilíquida); pendente arresto de bens do devedor; e, ainda, quando o credor possa promover a execução provisória da sentença (art. 466, parágrafo único, CPC). O direito do credor à hipoteca judiciária não se suprime ante a recorribilidade, mesmo com efeito suspensivo (REsp 1.133.147/SP). *Alternativa B*.

6595. **(Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC)** As chamadas *astreintes*

(A) são determinadas pelo juiz sempre em caráter liminar, como decisão interlocutória.
(B) são cabíveis em sentenças de qualquer natureza, inclusive as de condenação em pecúnia.
(C) têm natureza de compensação à parte contrária.
(D) possuem natureza inibitória, de desestímulo, mas não podem ser consideradas como pena a quem deva cumprir a ordem judicial.
(E) devem ser fixadas contratualmente.

RESPOSTA As *astreintes* (multa diária imposta à parte que deixa de atender a decisão judicial), previstas nos arts. 287, 461 e 461-A, CPC, *não têm caráter de pena*. Trata-se de medida coercitiva e intimidatória para impulsionar o devedor a cumprir uma ordem judicial (STJ, REsp 1.047.957/AL). Objetiva-se que, em razão do valor das *astreintes*, o devedor entenda ser mais conveniente o cumprimento da ordem do que o pagamento da multa. *Alternativa D*.

XI. Liquidação de Sentença e Cumprimento de Sentença

6596. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** A liquidação de sentença

(A) é expediente processual necessário para atribuir certeza ao título judicial.
(B) não pode ser requerida na pendência de recurso.
(C) não é admitida nas ações de cobrança de honorários dos profissionais liberais.
(D) é admitida nos casos de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.
(E) é admitida nas ações de ressarcimento por danos em prédio urbano.

RESPOSTA Ação de *ressarcimento por danos em prédio urbano* é processada pelo rito sumário (art. 275, II, *c*, CPC). No entanto, o art. 475-A, § 3º, CPC, prevê que é defeso proferir sentença ilíquida no procedimento comum sumário apenas nos casos do art. 275, II, *d* e *e*, CPC. Assim, nos demais casos, é possível a sentença ilíquida, sendo cabível a *liquidação de sentença*. *Alternativa E*.

6597. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** No cumprimento de sentença, o devedor condenado ao pagamento de quantia certa

(A) será citado para efetuar o pagamento em 24 horas ou nomear bens à penhora, instaurando-se novo processo, pela execução.
(B) poderá impugná-lo, alegando, apenas, causa extintiva da obrigação posterior ao trânsito em julgado da sentença.
(C) poderá impugná-lo, alegando nulidade da citação no processo de conhecimento, ainda que ele não tenha corrido à revelia.
(D) não poderá impugná-lo, salvo se o processo de conhecimento tiver corrido à revelia.
(E) deverá efetuar o pagamento no prazo de 15 dias, independentemente de intimação pessoal.

RESPOSTA O entendimento atual do STJ é de que o devedor condenado ao pagamento de quantia certa será intimado, *por meio de seu procurador* (por nota de expediente), para o pagamento no prazo de 15 dias, momento em que começa a contar o prazo do art. 475-J, CPC (AgRg no REsp 1.186.743/RS). Veja-se, portanto, que é necessária a intimação, mas não precisa ser *pessoal*. *Alternativa E*.

6598. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** A liquidação da sentença

(A) poderá ser requerida na pendência de recurso, processando-se em autos apartados, no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.
(B) é determinada em toda e qualquer sentença condenatória.
(C) permite discutir de novo a lide, com eventual modificação da sentença que a determinou.
(D) é recorrível por apelação.
(E) far-se-á por arbitramento quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.

RESPOSTA (A) Art. 475-A, § 2º, CPC. (B) Art. 475-A, CPC (ocorre quando a sentença não determina o *quantum* devido). (C) Art. 475-G, CPC. (D) Art. 475-H, CPC (agravo de instrumento). (E) Art. 475-C, CPC. *Alternativa A*.

6599. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** Na fase de cumprimento da sentença, a impugnação

(A) obsta, por si só, o prosseguimento da execução, tendo sempre efeito suspensivo.
(B) está sujeita a distribuição e o seu processamento ao recolhimento de custas.
(C) poderá versar sobre qualquer matéria que poderia ter sido alegada na fase de conhecimento, mas não o foi.
(D) depende de prévia segurança do juízo para ser admitida.
(E) poderá versar sobre falta ou nulidade de citação, se o processo correu à revelia.

RESPOSTA (A) Art. 475-M, § 1º, CPC. (B) Pela leitura e pela lógica da lei (art. 475-J, CPC), a impugnação independe de distribuição e custas; mas o STJ tem entendimento pacífico de que a ausência de pagamento de custas iniciais da impugnação acarreta o cancelamento da distribuição (AgRg no AREsp 216.288/RS); mesmo assim, a banca entendeu como incorreta a alternativa. (C) Art. 475-L, CPC. (D) O STJ entende que a garantia do juízo é pressuposto para o processamento da impugnação (REsp 1.303.508/RS), consoante art. 475-J, § 1º, CPC, mas a banca entendeu como incorreta a alternativa. (E) Art. 475-L, I, CPC. Segundo gabarito oficial, correta apenas esta última alternativa. *Alternativa E*.

6600. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Em relação ao cumprimento de sentença, é correto afirmar:

(A) É definitiva a execução da sentença transitada em julgado e provisória quando se tratar de sentença impugnada por meio de recurso ao qual se atribuiu efeito meramente devolutivo.
(B) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, será preciso aguardar a liquidação desta para se promover a execução única do julgado.
(C) Como regra, a impugnação ao cumprimento do julgado será recebida no efeito suspensivo da execução.
(D) Salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá agravo, a decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante apelação.
(E) Se houver penhora de bens do devedor, de imediato será nomeado perito judicial para sua avaliação, como regra geral.

RESPOSTA Art. 475-I, § 1º, CPC (é *definitiva* a execução da sentença transitada em julgado e *provisória* quando se tratar de sentença impugnada mediante recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo). *Alternativa A.*

6601. **(Analista – TJ-AP – 2009 – FCC)** A impugnação ao cumprimento voluntário de sentença condenatória NÃO poderá versar sobre

(A) ilegitimidade das partes.
(B) falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia.
(C) inexigibilidade do título.
(D) penhora incorreta ou avaliação errônea.
(E) qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação anterior à sentença.

RESPOSTA A *impugnação* somente poderá versar sobre: *I – falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia; II – inexigibilidade do título; III – penhora incorreta ou avaliação errônea; IV – ilegitimidade das partes; VI – qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição,* ***desde que superveniente à sentença*** (art. 475-L, CPC). *Alternativa E*.

XII. Recursos

6602. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** As recentes reformas da legislação processual civil têm prestigiado a força dos precedentes judiciais na solução dos litígios, característica da doutrina do *stare decisis*, influente nos países que adotam o sistema da *common law*. Sobre o tema, de acordo com o que prevê o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

(A) O relator poderá, monocraticamente, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal estadual.
(B) O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
(C) Haverá repercussão geral na questão constitucional versada pelo recurso extraordinário sempre que este impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.
(D) Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.
(E) O reexame necessário é dispensado quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente.

RESPOSTA (A) Art. 557, CPC (nesse caso, o relator *negará seguimento*). (B) Art. 518, § 1º, CPC. (C) Art. 543-A, § 3º, CPC. (D) Art. 481, parágrafo único, CPC. (E) Art. 475, § 3º, CPC. *Alternativa A*.

6603. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Denomina-se preclusão lógica

(A) a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
(B) a extinção de uma faculdade processual pela prática de ato incompatível com o que se pretende realizar.
(C) o exaurimento da faculdade processual pelo seu exercício no prazo previsto.
(D) a eficácia da sentença, não mais sujeita a recurso ordinário e extraordinário ou à ação rescisória.
(E) a perda de uma faculdade processual pelo decurso do prazo previsto para o seu exercício.

RESPOSTA Exemplo de preclusão lógica é o pagamento voluntário do valor do débito fixado na sentença, sem nenhuma ressalva, sendo um ato incompatível com a vontade de recorrer, o que enseja a perda do direito ao recurso (art. 503, parágrafo único, CPC), operando-se a preclusão lógica. *Alternativa B*.

6604. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Quanto aos recursos, é correto afirmar que

(A) os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos pelas partes.
(B) o agravo é recebido, em regra, no efeito suspensivo e, excepcionalmente, no efeito meramente devolutivo.
(C) a apelação do réu pode conter matéria de impugnação não constante de sua defesa, mesmo que não se trate de matéria de ordem pública, em razão do efeito translativo recursal.
(D) cabem embargos infringentes de qualquer acórdão que, em apelação, não tenha resultado unânime pelos integrantes da Turma Julgadora.
(E) o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

RESPOSTA Art. 557, CPC (o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior). *Alternativa E.*

6605. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** No que tange aos recursos,

(A) são sempre recebidos no duplo efeito, devolutivo e suspensivo.
(B) das decisões interlocutórias e dos despachos não cabem recursos.
(C) é possível desistir de sua interposição, a qualquer tempo, sem anuência do recorrido ou dos litisconsortes.
(D) a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
(E) podem ser interpostos somente pela parte totalmente vencida.

RESPOSTA (A) Nem sempre são recebidos em ambos os efeitos (ex.: art. 520, segunda parte, CPC), sendo que alguns recursos não são dotados de efeito suspensivo (ex.: recurso ordinário, recurso especial etc.). (B) Art. 504, CPC. (C) Art. 501, CPC. (D) Art. 502, CPC. (E) Art. 499, CPC (podem ser interpostos pela parte total ou parcialmente vencida, pelo terceiro interessado e pelo MP). *Alternativa C.*

6606. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** Em determinado processo o autor, Mauro, no ato da interposição de recurso, deixou de recolher as despesas processuais referentes ao porte de remessa e retorno de autos. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil,

(A) o recurso deverá ser recebido normalmente, tendo em vista que não há obrigatoriedade de recolhimento de despesas referentes ao porte de remessa e retorno de autos.
(B) o recurso deverá ser considerado deserto.
(C) Mauro deverá ser intimado para suprir a irregularidade e recolher as despesas restantes no prazo de cinco dias.
(D) Mauro deverá ser intimado para suprir a irregularidade e recolher as despesas restantes no prazo de quarenta e oito horas.
(E) Mauro deverá ser intimado para suprir a irregularidade e recolher as despesas restantes no prazo de três dias.

RESPOSTA Art. 511, § 2º, CPC (a *insuficiência* no valor do preparo implicará *deserção*, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de *5 dias*). *Alternativa C.*

6607. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** Natanael é advogado do processo A. Tendo em vista decisão interlocutória desfavorável ao seu cliente e, em razão dos prejuízos iminentes relativos a

esta decisão, Natanael interpôs agravo de instrumento, requerendo a juntada aos autos principais de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso no décimo dia da propositura do referido recurso. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil, Natanael

(A) extrapolou o prazo legal de quarenta e oito horas, o que acarretará a inadmissibilidade do agravo.
(B) atendeu o prazo legal não havendo penalidade legal.
(C) extrapolou o prazo legal de cinco dias, o que poderá acarretar a inadmissibilidade do agravo.
(D) extrapolou o prazo legal de três dias, o que poderá acarretar a inadmissibilidade do agravo.
(E) extrapolou o prazo legal de cinco dias, porém seu recurso poderá ainda ser admitido.

RESPOSTA O agravante, no prazo de *3 dias*, requererá juntada, aos autos do processo de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso (art. 526, CPC). O não cumprimento dessa disposição, *desde que arguido e provado pelo agravado*, importa *inadmissibilidade* do agravo (parágrafo único). *Alternativa D*.

6608. (Analista – TRF-1 – 2011 – FCC) De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, o agravo de instrumento terá a sua petição instruída obrigatoriamente com cópias da

(A) decisão agravada e da certidão da respectiva intimação, apenas.
(B) decisão agravada, da petição inicial, contestação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
(C) decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
(D) certidão da respectiva intimação, da petição inicial, contestação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
(E) decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, da petição inicial, contestação e da procuração outorgada ao advogado do agravante, apenas.

RESPOSTA Art. 525, CPC (a petição do agravo de instrumento será instruída: I – *obrigatoriamente*, com cópias da *decisão agravada*, da *certidão da respectiva intimação* e das *procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado*; II – *facultativamente*, com outras peças que o agravante entender úteis). *Alternativa C*.

6609. (Analista – TRT-22 – 2010 – FCC) O recurso

(A) só pode ser interposto pela parte vencida.
(B) extraordinário impede a execução da sentença.
(C) especial deve ser interposto no prazo de 15 dias.
(D) interposto pelo Município depende de preparo.
(E) adesivo é independente do principal.

RESPOSTA Segundo o art. 508, CPC, na *apelação*, nos *embargos infringentes*, no *recurso ordinário*, no *recurso especial*, no *recurso extraordinário* e nos *embargos de divergência*, o prazo para interpor e para responder é de *15 dias. Alternativa C*.

6610. (Analista – TJ-AP – 2009 – FCC) Sobre o Recurso Extraordinário é certo que

(A) se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 3 (três) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.
(B) o Supremo Tribunal Federal, em decisão recorrível por meio de Agravo, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos preconizados pela lei.
(C) o Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita

por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

(D) a Súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no Diário Oficial, mas não valerá como acórdão.

(E) da decisão do Relator que não admitir ou negar provimento ao agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de Recurso Extraordinário, caberá agravo no prazo de dez dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso.

RESPOSTA De acordo com o § 6º do art. 543-A, CPC, o Relator poderá admitir, na análise da *repercussão geral* (requisito de admissibilidade do recurso extraordinário), a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do STF. *Alternativa C*.

6611. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** O Ministério Público pretende interpor agravo de instrumento em face de decisão proferida em processo em que atua como fiscal da lei. Deverá fazê-lo no prazo de

(A) 5 dias.

(B) 10 dias.

(C) 15 dias.

(D) 20 dias.

(E) 30 dias.

RESPOSTA O prazo para a interposição do *agravo* é de *10 dias* (art. 522, CPC) e o *MP* tem prazo em quádruplo para contestar e em *dobro para recorrer* (art. 188, CPC). *Alternativa D*.

6612. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** Mário ajuizou ação de cobrança em face de Joana. A petição inicial foi indeferida uma vez que o M.M. juiz considerou-a inepta. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o recurso cabível é

(A) a apelação, facultado ao juiz, no prazo de 24 horas, reformar sua decisão.

(B) a apelação, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, reformar sua decisão.

(C) a apelação, facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar sua decisão.

(D) o agravo, facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar sua decisão.

(E) o agravo, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, reformar sua decisão.

RESPOSTA *Indeferida* a petição inicial, o autor poderá *apelar*, facultado ao juiz, no prazo de *48* horas, reformar sua decisão (art. 296, CPC). A *alternativa C* está correta.

6613. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Acerca do sistema recursal previsto no Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

(A) No recurso de apelação pode-se inovar, inclusive com questões de fato, desde que provada a impossibilidade de suscitação anterior por motivo de força maior.

(B) Quando interposta de sentença que rejeitar, liminarmente, os embargos à execução, a apelação será recebida somente no efeito devolutivo.

(C) Se o agravante, no prazo de três dias, não requerer a juntada aos autos do processo de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso, este não será admitido, independentemente de arguição pelo agravado.

(D) Em determinadas situações, o relator poderá conhecer do agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial e, monocraticamente, dar provimento ao próprio recurso especial.

(E) Não há previsão, no Código de Processo Civil, para o oferecimento de contrarrazões ao recurso de apelação contra sentença que indeferir a petição inicial.

RESPOSTA Após a interposição do agravo, o recorrente terá o prazo de *3 dias* para juntar aos autos do processo a cópia do agravo e do comprovante de interposição, bem como relação dos documentos que instruíram o recurso. O descumprimento dessa regra, que enseja a inadmissibilidade do recurso, *deve ser arguido e provado pelo agravante* (art. 526, parágrafo único, CPC), não cabendo ao tribunal conhecê-lo de ofício. *Alternativa C*.

6614. (Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC) Cada vez mais o direito brasileiro valoriza seus precedentes jurisprudenciais, a exemplo das várias reformas ao Código de Processo Civil, dentre as quais aquela que reintroduziu no elenco dos recursos cabíveis os embargos de divergência, visando à uniformização das decisões, homenageando a segurança jurídica e a igualdade dos jurisdicionados. Considerando as restrições normativas e da jurisprudência firmada a respeito dessa modalidade recursal, é correto afirmar:

(A) É admissível o recurso de embargos de divergência para discutir o valor de indenização por danos morais.
(B) Não cabem embargos de divergência se o acórdão, proferido em agravo regimental, conheceu do recurso especial e lhe deu provimento.
(C) Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial.
(D) São cabíveis os embargos de divergência da decisão monocrática proferida pelo relator do recurso especial que nega ou dá provimento a este recurso nas hipóteses do art. 557, *caput*, e § 1º-A do CPC, divergindo do julgamento de outra turma do STJ.
(E) O relator dos embargos de divergência contra decisão de Turma do STJ não pode indeferir liminarmente o recurso no caso de falta de comprovação da divergência jurisprudencial.

RESPOSTA Os *embargos de divergência*, cabíveis em *recurso especial* e em *recurso extraordinário*, estão previstos no art. 496, VIII, CPC. A *alternativa C* está correta, pois se trata da transcrição literal da *Súmula 315, STJ*.

6615. (Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC) O recurso adesivo

(A) subsiste mesmo se houver desistência do recurso principal.
(B) será admissível na apelação, no agravo de instrumento, nos embargos infringentes, no recurso especial e no recurso extraordinário.
(C) por aderir ao recurso principal não está sujeito a preparo.
(D) possui condições de admissibilidade próprias em relação ao recurso independente.
(E) não será conhecido se, em relação ao recurso principal, houver desistência ou for ele declarado inadmissível ou deserto.

RESPOSTA (A) Art. 500, *caput*, CPC (o recurso adesivo fica subordinado ao principal). (B) Art. 500, I, CPC (não é admissível no agravo de instrumento). (C) e (D) Art. 500, parágrafo único, CPC (aplicam-se ao recurso adesivo as mesmas regras do recurso independente, inclusive quanto ao preparo e às condições de admissibilidade). (E) Art. 500, III, CPC. *Alternativa E*.

6616. (Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC) O prazo para o Defensor Público interpor recurso adesivo é de

(A) trinta dias, contados da mesma data do termo inicial para as contrarrazões do recurso principal.
(B) dez dias, contados da publicação do despacho que admitiu o recurso principal.
(C) vinte dias, contados da publicação do despacho que admitiu o recurso principal.
(D) dez dias, contados da mesma data do termo inicial para as contrarrazões do recurso principal.
(E) quinze dias, contados da mesma data do termo inicial para as contrarrazões do recurso principal.

RESPOSTA O recurso adesivo será interposto no prazo de que a parte dispõe para responder ao recurso principal (art. 500, II,

CPC). Considerando que todos os recursos que comportam adesivo têm prazo de 15 dias (art. 500, II, CPC), bem como que o *Defensor Público* tem *todos os prazos em dobro* (arts. 44, I; 89, I, e 128, I, LC n. 80/94), o prazo para recorrer adesivamente será de 30 dias, contados do termo inicial para as contrarrazões do recurso principal. *Alternativa A*.

6617. (Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC) "A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer". Esse enunciado, de texto legal, implica a ocorrência de

(A) coisa julgada.
(B) preclusão consumativa.
(C) perempção.
(D) preclusão lógica.
(E) contumácia.

RESPOSTA O enunciado reproduz a redação do art. 503, CPC, operando-se a *preclusão lógica*, ou seja, não será permitida a prática de determinado ato processual (no caso, recorrer) por ser incompatível com outro já realizado. Considera-se aceitação *tácita* a prática de ato incompatível com a vontade de recorrer (parágrafo único), como, por exemplo, o pagamento voluntário do valor do débito fixado na sentença. *Alternativa D*.

6618. (Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC) Moisés ajuizou uma demanda, pelo rito ordinário, contra José e Joaquim. José e Joaquim outorgaram procurações a advogados diferentes. No curso da lide o Magistrado prolata um despacho saneador, indeferindo a produção de provas requeridas pelos réus. O prazo para José e Joaquim ingressarem com o recurso cabível, a partir da data da intimação, é de

(A) 30 dias.
(B) 20 dias.
(C) 15 dias.
(D) 10 dias.
(E) 05 dias.

RESPOSTA Art. 522, CPC (da *decisão interlocutória* cabe *agravo* no prazo de *10 dias*); art. 191, CPC (litisconsortes com procuradores diferentes têm prazos em *dobro* para contestar, recorrer e falar nos autos); art. 242, CPC (o prazo será de *20 dias*, contados da data da intimação). *Alternativa B*.

6619. (Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC) Do ato do juiz que indeferir a petição inicial caberá recurso de

(A) apelação, podendo o magistrado reformar o ato, mas se não o reconsiderar, o recurso será julgado no Tribunal sem revisão se o procedimento for sumário e com revisão, se ordinário ou especial.
(B) agravo de instrumento, que será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo.
(C) apelação, podendo o magistrado reformar o ato, mas se não o reconsiderar o recurso será julgado no Tribunal sem revisão.
(D) apelação, não podendo o magistrado reformar seu próprio ato, e será julgado no Tribunal sem revisão.
(E) embargos de declaração somente, com efeitos modificativos, ressalvada a possibilidade de o autor ajuizar ação idêntica, desde que corrigidos os vícios que deram causa ao indeferimento da petição inicial.

RESPOSTA Arts. 296 e 551, § 3º, CPC. *Alternativa C*.

6620. (Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC) NÃO admitido o recurso especial ou o

extraordinário, caberá agravo

(A) nos próprios autos, no prazo de cinco dias, e se os dois recursos não forem admitidos, o agravante terá a faculdade de interpor apenas um agravo para ambos.
(B) de instrumento, no prazo de dez dias, instruído com as peças obrigatórias indicadas por lei.
(C) nos próprios autos, no prazo de dez dias, e se os dois recursos não forem admitidos, o agravante terá a faculdade de interpor apenas um agravo para ambos.
(D) de instrumento, no prazo de cinco dias para o Superior Tribunal de Justiça e no prazo de dez dias para o Supremo Tribunal Federal, conforme o caso, instruído com as peças obrigatórias indicas por lei.
(E) nos próprios autos, no prazo de dez dias, e o agravante deverá interpor um agravo para cada recurso não admitido.

RESPOSTA Dispõe o art. 544, CPC, que, não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá *agravo* nos próprios autos, no prazo de 10 dias. Por sua vez, o parágrafo único prevê que o agravante deverá interpor um agravo para cada recurso não admitido. *Alternativa E*.

6621. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** A interposição do agravo de instrumento

(A) não admite juízo de retratação.
(B) não obsta o andamento do processo, ressalva feita à possibilidade de concessão de efeito suspensivo ao recurso.
(C) é regra geral do ordenamento processual civil, com hipóteses excepcionais de interposição de agravo retido.
(D) dirigir-se-á ao juiz da causa, a quem caberá o encaminhamento dos autos ao tribunal competente.
(E) dá-se em face de atos processuais ordinatórios e de decisões interlocutórias.

RESPOSTA Em regra, o recurso de agravo de instrumento não possui efeito suspensivo. Contudo, poderá o Relator atribuir efeito suspensivo ao aludido recurso, por meio de decisão monocrática e irrecorrível (art. 527, III, CPC). *Alternativa B.*

XIII. Execução

6622. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Têm força de título executivo extrajudicial, por disposição expressa de lei ou enunciado de súmula do STJ, os documentos abaixo, EXCETO:

(A) contrato de abertura de crédito.
(B) boleto bancário de despesa condominial originada em contrato verbal de locação, para execução pelo locador.
(C) contrato de honorários advocatícios, sem assinatura de duas testemunhas.
(D) instrumento de confissão de dívida assinado por duas testemunhas.
(E) instrumento de transação referendado pela Defensoria Pública sem assinatura de duas testemunhas.

RESPOSTA Prevê a Súmula 233, STJ, que "o contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato da conta corrente, não é título executivo". *Alternativa A*.

6623. **(Analista – TRF-5 – 2012 – FCC)** Em relação aos embargos do devedor:

(A) como regra, uma vez opostos suspendem o curso da execução.
(B) serão oferecidos em dez dias, contados da citação dos executados.
(C) poderão ser opostos pelo executado independente de penhora, depósito ou caução.
(D) concedido efeito suspensivo aos embargos, é obstada a efetivação dos atos de penhora e de

avaliação dos bens do executado.
(E) a decisão que os recebe ou rejeita liminarmente é irrecorrível.

RESPOSTA (A) Art. 739-A, CPC (em regra, os embargos não terão efeito suspensivo). (B) Art. 738, CPC (15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação). (C) Art. 736, CPC. (D) Art. 739-A, § 6º, CPC. (E) Art. 520, V, CPC. *Alternativa C*.

6624. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Numa execução, feita a penhora e efetivada a avaliação, requereram a adjudicação do bem penhorado pelo valor da avaliação: o exequente, um credor concorrente que havia penhorado o mesmo bem, um filho do executado, o cônjuge do executado e o pai do executado. Procedida licitação entre os pretendentes, constatou-se a igualdade das respectivas ofertas. Nesse caso, terá preferência o

(A) cônjuge do executado.
(B) exequente.
(C) filho do executado.
(D) credor concorrente.
(E) pai do executado.

RESPOSTA É lícito ao exequente, ao *credor com garantia real*, aos *credores concorrentes* que hajam penhorado o mesmo bem, ao *cônjuge*, aos *descendentes* ou *ascendentes* do executado, oferecendo preço não inferior ao da avaliação, requerer que lhe sejam *adjudicados* os bens penhorados. Havendo mais de um pretendente, proceder-se-á entre eles à licitação; em igualdade de oferta, terá preferência o *cônjuge*, descendente ou ascendente, *nessa ordem* (art. 685-A, §§ 2º e 3º, CPC). *Alternativa A*.

6625. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Em matéria de títulos executivos judiciais e extrajudiciais, é correto afirmar que

(A) a nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito goza de autonomia e se presta para aparelhar a execução.
(B) o contrato de abertura de crédito é título executivo, desde que acompanhado de extrato da conta corrente.
(C) o documento que comprova encargos acessórios decorrentes de aluguel de imóvel não constitui título executivo.
(D) as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa não têm eficácia executiva.
(E) o instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo.

RESPOSTA Súmula 300, STJ: "o instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial". *Alternativa E.*

6626. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Nos embargos do devedor,

(A) se forem declarados manifestamente protelatórios, o juiz imporá multa ao embargante em valor equivalente a 1% do montante em execução.
(B) pode o executado, em até dez dias, contados da adjudicação, alienação ou arrematação, oferecer embargos fundados em nulidade da execução, ou em causa extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença.
(C) no prazo para sua oposição, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários de advogado, poderá o executado requerer que

seja admitido a pagar o restante em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.

(D) sua rejeição liminar será recorrível mediante agravo de instrumento.

(E) sua oposição depende de penhora prévia, ou ao menos caução ou depósito do valor em execução.

RESPOSTA De acordo com o art. 745-A, CPC. *Alternativa C.*

6627. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Sobre a execução contra a Fazenda Pública, considere as seguintes proposições:

I. A citação da Fazenda Pública poderá ser feita pelo correio.

II. É desnecessária nova citação da Fazenda Pública para oposição de embargos em atualização de cálculos para expedição de precatório complementar.

III. Os atos do presidente do tribunal que disponham sobre o processamento e pagamento de precatório são recorríveis.

IV. É cabível execução lastreada em cheque contra a Fazenda Pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) II e IV.

(E) III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 222, *c*, CPC (em regra, a citação é feita pelo correio, *exceto*, dentre outras hipóteses, *quando for ré pessoa de direito público*). (II) Art. 730, CPC, e STJ – REsp, 10.373. (III) Súmula 311, STJ: tais atos são de ordem meramente administrativa e, portanto, irrecorríveis. (IV) Súmula 279 do STJ. *Alternativa D.*

6628. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** Quanto aos embargos do devedor, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que

(A) a concessão de efeito suspensivo impedirá a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens.

(B) nas execuções por carta precatória a citação do executado será imediatamente comunicada pelo juiz deprecado ao juiz deprecante, contando-se o prazo para os embargos sempre a partir da juntada da carta precatória devidamente cumprida.

(C) quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, será contado em dobro o prazo para oposição de embargos do devedor.

(D) se houver litisconsórcio passivo na execução entre cônjuges, o prazo para propositura dos embargos flui a partir da juntada aos autos do último mandado de citação cumprido.

(E) o juiz imporá, em favor do exequente, multa ao embargante em valor não superior a 10% (dez por cento) do valor em execução se os embargos forem manifestamente protelatórios.

RESPOSTA Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do respectivo mandado citatório, *salvo tratando-se de cônjuges* (art. 738, § 1º, CPC). Em se tratando de cônjuges, aplica-se a regra do art. 241, III, CPC (da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido). *Alternativa D.*

6629. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** O Juiz suspenderá o curso da execução fiscal, enquanto não localizados bens sobre os quais possa recair a penhora e,

(A) após decretar a suspensão, abrirá vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública.

(B) decorrido o prazo máximo de 02 (dois) anos, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, ordenará o arquivamento dos autos.

(C) nesse caso, o prazo de prescrição continuará correndo normalmente.

(D) decorrido o prazo máximo de 06 (seis) meses, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, ordenará o arquivamento dos autos.

(E) nesse caso, o prazo prescricional será interrompido e não voltará a correr enquanto não forem localizados bens passíveis de penhora.

RESPOSTA Consoante o art. 40, § 1º, Lei n. 6.830/80 (LEF), o Juiz *suspenderá* o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora. Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. *Alternativa A.*

6630. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** Na execução de título extrajudicial, de acordo com o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

(A) O exequente poderá, no ato da distribuição, obter certidão comprobatória do ajuizamento da execução, com identificação das partes e valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto, devendo comunicar ao juízo as averbações efetivadas, no prazo máximo de 5 dias de sua concretização.

(B) A propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.

(C) O executado que, intimado, não indica ao juiz, em 5 (cinco) dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores comete ato atentatório à dignidade da Justiça e incidirá em multa fixada pelo juiz, em montante não superior a 20% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.

(D) Não dependem de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça, para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro, mas deverá indicar o Brasil como lugar de cumprimento da obrigação, devendo satisfazer, ainda, os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração.

(E) O credor, que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor, não poderá promover a execução sobre outros bens senão depois de excutada a coisa que se achar em seu poder.

RESPOSTA O art. 615-A, CPC, traz ao exequente a possibilidade de, no ato da distribuição, obter *certidão* comprobatória do ajuizamento da execução, para fins de averbação. Entretanto, a comunicação da averbação deverá se dar no prazo de *10 dias* de sua concretização. *Alternativa A.*

6631. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** É INCORRETO afirmar:

(A) O Ministério Público pode promover a execução forçada, nos casos legalmente previstos.

(B) São sujeitos passivos da execução, entre outros, o fiador judicial e o responsável tributário, como tal definido na legislação própria.

(C) Se fundadas em títulos diferentes, o credor não poderá cumular várias execuções, ainda que o devedor seja o mesmo.

(D) Observados os requisitos legais, o credor tem a faculdade de desistir de toda a execução ou de apenas algumas medidas executivas.

(E) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o credor não poderá executar a sentença sem provar que se realizou a condição ou que ocorreu o termo.

RESPOSTA Segundo o art. 573, CPC, é lícito ao credor, sendo o mesmo o devedor, cumular várias execuções, ainda que

fundadas em títulos diferentes, desde que para todas elas seja competente o juiz e idêntica a forma do processo. *Alternativa C.*

6632. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** Minotauro está executando judicialmente Bárbara em razão do descumprimento de acordo judicial celebrado em ação de cobrança. Bárbara interpôs embargos à execução, discutindo, nestes embargos, apenas questões processuais. Considerando que Minotauro desistiu de toda a execução, os embargos interpostos

(A) serão extintos também, desde que o embargante concorde expressamente, pagando o devedor as custas e os honorários advocatícios.
(B) serão extintos também, desde que o embargante concorde expressamente, pagando o credor as custas e os honorários advocatícios.
(C) serão extintos também, independentemente de concordância do embargante, pagando o devedor as custas e os honorários advocatícios.
(D) serão extintos também, independentemente de concordância do embargante, pagando o credor as custas e os honorários advocatícios.
(E) terão prosseguimento normal, tratando-se de medidas judiciais independentes, com ônus e deveres processuais a serem discutidos e decididos.

RESPOSTA Em havendo *desistência* da execução: a) serão *extintos os embargos* que versarem apenas sobre *questões processuais*, pagando o *credor* as custas e os honorários advocatícios; b) nos demais casos, a extinção dependerá da concordância do embargante (art. 569, parágrafo único, CPC). *Alternativa D*.

6633. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** De acordo com o Código de Processo Civil, NÃO se considera absolutamente impenhorável

(A) a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de sessenta salários mínimos.
(B) os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução.
(C) o seguro de vida.
(D) os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social.
(E) os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político.

RESPOSTA Dispõe o art. 649, X, CPC, que são *absolutamente impenhoráveis*, até o limite de *40 salários mínimos*, a quantia depositada em caderneta de poupança. *Alternativa A*.

6634. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** No processo de execução de título executivo extrajudicial

(A) é definitiva a execução, porém provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.
(B) não é possível a desconsideração da personalidade jurídica, em sentido inverso.
(C) a apresentação de embargos observará o prazo de 20 (vinte) dias, quando manejados pela Fazenda Pública.
(D) aplicada multa por ato atentatório à dignidade da justiça, o juiz relevará a pena, se o devedor se comprometer a não mais realizar quaisquer práticas dessa natureza e der garantia real, que responda ao credor pela dívida principal, juros, despesas e honorários advocatícios.
(E) a alegação de impenhorabilidade do bem de família pode ser feita a qualquer tempo, antes da arrematação, devendo observar a via da exceção de pré-executividade, não sofrendo os efeitos da preclusão.

RESPOSTA Dispõe o art. 587, CPC, que é *definitiva* a execução fundada em título extrajudicial; é *provisória* enquanto pendente

apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito *suspensivo* (art. 739). *Alternativa A*.

6635. (Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC) Em execução de título extrajudicial é lícito aos descendentes do executado

(A) adjudicar os bens penhorados, oferecendo preço não inferior ao da avaliação.
(B) remir todos ou quaisquer bens penhorados, exercendo este direito no prazo de cinco dias, que mediar entre a arrematação dos bens em praça e a assinatura do auto.
(C) remir todos ou quaisquer bens penhorados, exercendo este direito no prazo de vinte e quatro (24) horas, que mediar entre a arrematação dos bens em praça e a assinatura do auto.
(D) remir todos ou quaisquer bens penhorados, depositando o preço por que foram alienados, em qualquer prazo.
(E) adjudicar os bens penhorados, exercendo este direito depois de expedido o auto de arrematação.

RESPOSTA Art. 685-A, § 2º, CPC (é lícito ao exequente, oferecendo preço não inferior ao da avaliação, requerer que lhe sejam *adjudicados* os bens penhorados; dispondo desse mesmo direito o credor com garantia real, os credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem, o cônjuge, os *descendentes* ou ascendentes do executado). *Alternativa A*.

6636. (Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC) No que concerne ao procedimento da execução por quantia certa contra devedor solvente, é INCORRETO afirmar:

(A) O executado somente poderá oferecer bem imóvel em substituição ao bem anteriormente penhorado, caso o requeira com a expressa anuência do cônjuge.
(B) Tratando-se de penhora em bem indivisível, a meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.
(C) São absolutamente impenhoráveis até o limite de 50 salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança.
(D) Após a regular citação se o executado pagar integralmente o débito no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade.
(E) Podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia.

RESPOSTA (A) Art. 656, § 3º, CPC. (B) Art. 655-B, CPC. (C) Art. 649, X, CPC (é absolutamente impenhorável, até o limite de *40* salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança). (D) Art. 652-A, parágrafo único, CPC. (E) Art. 650, CPC. *Alternativa C*.

6637. (Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC) Em execução de sentença contra a Fazenda Pública Municipal, que se processa no primeiro grau de jurisdição,

(A) as exceções de incompetência do juízo, de impedimento ou suspeição do juiz, serão oferecidas juntamente com os embargos, no prazo dos embargos.
(B) a exceção de suspeição do juiz será oferecida posteriormente aos embargos, no prazo de quinze dias, contados da juntada dos embargos, sob pena de preclusão da exceção.
(C) a exceção de impedimento do juiz será oferecida no prazo de cinco dias contados da data da juntada do mandado de citação, sob pena de preclusão da exceção.
(D) a exceção de incompetência relativa do juízo será oferecida antes dos embargos, no prazo de cinco dias, contados da data da citação, sob pena de preclusão da exceção.
(E) os embargos não poderão versar sobre a incompetência do juízo da execução, bem como suspeição ou impedimento do juiz.

RESPOSTA Art. 742, CPC (será oferecida, *juntamente com os embargos*, a *exceção de incompetência* do juízo, bem como a de *suspeição* ou de *impedimento* do juiz). *Alternativa A*.

XIV. Cautelar e Tutela Antecipada

6638. (Advogado – METRÔ – 2010 – FCC) Com relação ao processo cautelar, é correto afirmar:

(A) Cabe à parte propor a ação, no prazo de sessenta dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.
(B) O procedimento cautelar deve ser instaurado necessariamente antes do processo principal e deste é sempre dependente.
(C) O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de cinco dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
(D) Em regra, se por qualquer motivo cessar a medida cautelar, a parte poderá repetir o pedido dentro dos noventa dias subsequentes à cessação da medida, sob pena de preclusão.
(E) É vedada a substituição de medida cautelar pela prestação de caução em razão do princípio da não efetivação da prestação jurisdicional.

RESPOSTA (A) Art. 806, CPC (30 dias). (B) Art. 796, CPC. (C) Art. 802, CPC. (D) Art. 808, parágrafo único, CPC. (E) Art. 805, CPC. *Alternativa C.*

6639. (Analista – TRT-6 – 2012 – FCC) Cabe sequestro

(A) nos mesmos casos em que tem lugar o arresto.
(B) quando o devedor, que possui bens de raiz, intenta aliená-los ou hipotecá-los, sem ficar com algum livre equivalente às dívidas.
(C) quando o devedor, que tem domicílio certo, se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente.
(D) de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas e danificações.
(E) quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.

RESPOSTA Art. 822, CPC. *Alternativa D*.

6640. (Analista – TRT-23 – 2011 – FCC) João é credor de José e ajuizou contra o mesmo ação de cobrança, tendo a sentença líquida, pendente de recurso, condenado o devedor ao pagamento de quantia em dinheiro. José, que possui bens de raiz, intenta aliená-los, sem ficar com algum, livre e desembaraçado, equivalente à dívida que foi objeto da sentença. Nesse caso, João deverá ajuizar a medida cautelar de

(A) busca e apreensão.
(B) sequestro.
(C) produção antecipada de provas.
(D) arresto.
(E) exibição.

RESPOSTA Art. 813, III, CPC. *Alternativa D*.

6641. (Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC) Efetivada a medida cautelar, o requerente tem prazo de

30 dias para propor a ação principal. Este prazo tem natureza de

(A) perempção.

(B) decadência.

(C) preclusão.

(D) suspensão.

(E) prescrição.

RESPOSTA STJ – AgRg no Ag 1.070.063/DF: "Como regra, o não ajuizamento da ação principal no prazo decadencial de 30 (trinta) dias da efetivação da Medida Cautelar acarreta a extinção do feito sem julgamento do mérito". *Alternativa B.*

6642. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Em matéria de arresto cautelar, é correto afirmar:

(A) Para a concessão do arresto é essencial prova literal da dívida líquida, certa e exigível.

(B) Sentença condenatória pendente de recurso dotado de efeito suspensivo não configura título capaz de ensejar o arresto cautelar.

(C) O juiz concederá o arresto independentemente de justificação prévia se o credor prestar caução.

(D) O arresto se resolve em penhora mediante despacho.

(E) O pagamento é causa de suspensão da execução do arresto.

RESPOSTA (A) Art. 814, I, CPC (a dívida não precisa ser *exigível*). (B) Art. 814, parágrafo único, CPC. (C) Art. 816, II, CPC. (D) Art. 818, CPC (*julgada procedente a ação principal*, o arresto se resolve em penhora). (E) Art. 820, I, CPC (com o pagamento, *cessa* o arresto). *Alternativa C.*

6643. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** A respeito do processo cautelar, é correto afirmar:

(A) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa, não podendo ser formuladas, interposto o recurso, diretamente ao tribunal.

(B) É agravável a decisão que, em processo cautelar, denega, suspende ou concede medida liminar provisória.

(C) A justificação, o protesto e a interpelação admitem contestação.

(D) As medidas cautelares não podem ser revogadas ou modificadas no curso do processo principal.

(E) O juiz não pode acolher alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor.

RESPOSTA (A) Art. 800, parágrafo único, CPC. (B) Arts. 522 e 804, CPC. (C) Arts. 806 e 871, CPC. (D) Art. 807, CPC. (E) Art. 810, CPC. *Alternativa B*.

6644. **(Advogado – PBGAS – 2007 – FCC)** A respeito do processo cautelar é correto afirmar:

(A) As medidas cautelares conservam sua eficácia na pendência do processo principal e só podem ser modificadas ou revogadas quando for prolatada a sentença.

(B) O requerido será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.

(C) O procedimento cautelar só pode ser instaurado antes do processo principal e deste é sempre dependente.

(D) O indeferimento da medida cautelar, se o juiz acolher alegação de decadência ou prescrição do direito do autor, obsta que a parte intente a ação principal.

(E) Se por qualquer motivo cessar a eficácia da medida cautelar, é lícito à parte repetir o pedido, ainda que pelo mesmo fundamento.

RESPOSTA (A) Art. 807, CPC. (B) Art. 802, CPC. (C) Art. 796, CPC. (D) Art. 810, CPC. (E) Art. 808, parágrafo único, CPC. *Alternativa D*.

6645. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) Efetivada a medida cautelar, concedida liminarmente, a parte tem

(A) trinta dias para propor a ação principal, sob pena de perempção.
(B) trinta dias para propor a ação principal, sob pena de prescrição.
(C) trinta dias para propor a ação principal, sob pena de preclusão.
(D) sessenta dias para propor a ação principal, se o autor for pessoa jurídica de direito público.
(E) sessenta dias para propor a ação principal, se o autor for o Ministério Público.

RESPOSTA Art. 806, CPC (cabe à parte propor a ação principal, no prazo de *30 dias*, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório, cujo prazo é preclusivo). *Alternativa C*.

6646. (Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC) É INCORRETO afirmar:

(A) O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal, tendo caráter acessório.
(B) A tutela cautelar não fica restrita às medidas típicas, podendo o juiz conceder outras em nome de seu poder geral de cautela.
(C) Não existem os efeitos da revelia nas medidas cautelares não contestadas.
(D) Deve-se propor a ação principal no prazo de trinta dias, que fluem da data de efetivação da medida cautelar, se concedida em procedimento preparatório.
(E) Cessa a eficácia da medida cautelar, se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.

RESPOSTA (A) Art. 796, CPC. (B) Art. 798, CPC. (C) Art. 803, CPC (não sendo contestado o pedido, serão *presumidos verdadeiros os fatos alegados pelo requerente*, bem como *os prazos contra o revel correrão independentemente de sua intimação*). (D) Art. 806, CPC. (E) Art. 808, III, CPC. *Alternativa C*.

6647. (Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC) Paulo é credor de José de um cheque regularmente emitido pelo devedor, no valor de R$ 5.000,00. José não tem domicílio certo e o cheque voltou desprovido de fundos após ser depositado pelo banco. O advogado de Paulo, para assegurar os interesses de seu cliente, objetivando o recebimento do crédito, poderá perante o juízo competente, propor medida cautelar de

(A) produção antecipada de provas.
(B) arresto.
(C) sequestro.
(D) atentado.
(E) busca e apreensão de bens

RESPOSTA Art. 813, I, CPC (quando *o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado*). Portanto, no caso hipotético, a medida cautelar adequada é o *arresto*. *Alternativa B*.

6648. (Promotor – MP-PE – 2008 – FCC) A respeito da antecipação da tutela pretendida no pedido inicial, é correto afirmar:

(A) Não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
(B) Uma vez concedida, só poderá ser revogada ou modificada em grau de recurso.

(C) Se for concedida e não houver recurso do réu, o processo será julgado extinto.

(D) Não poderá ser concedida quando ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório do réu.

(E) O juiz, na decisão que a concede, não precisa indicar, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.

RESPOSTA As respostas estão no art. 273, CPC: (A) § 2º. (B) § 4º. (C) § 5º. (D) Art. 273, II. (E) § 1º. *Alternativa A.*

XV. Procedimentos Especiais

6649. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Assinale a alternativa correta em relação aos procedimentos especiais previstos no Código de Processo Civil.

(A) A ação de demarcação de terras particulares é fundada no domínio, sendo vedada discussão, em seu bojo, de matéria possessória, não havendo, igualmente, possibilidade de formulação, pelo autor, de queixa de esbulho ou de turbação.

(B) O juiz determinará, de ofício, que se inicie o inventário, se nenhuma das pessoas com legitimidade prevista em lei o requerer no prazo legal.

(C) A partilha amigável pode ser rescindida, ao passo que a partilha julgada por sentença pode ser anulada, desde que incidentes as hipóteses legais.

(D) No procedimento do inventário e da partilha, o pedido de adjudicação é admissível quando existentes não mais que dois herdeiros, desde que sejam maiores e capazes.

(E) Na ação de consignação em pagamento, a sentença que concluir pela insuficiência do depósito determinará, sempre que possível, o montante devido, embora não possa valer como título executivo.

RESPOSTA (A) Art. 951, CPC. (B) Art. 989, CPC. (C) Art. 1.029, CPC (pode ser *anulada*). (D) Art. 1.117, CPC. (E) Art. 899, § 2º, CPC. *Alternativa B.*

6650. **(Analista – TRF-5 – 2012 – FCC)** Sobre os procedimentos processuais abaixo é correto afirmar:

(A) Os embargos de terceiro podem ser opostos somente pelo proprietário que, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho em seus bens, como penhora ou arresto.

(B) As ações possessórias são fungíveis, ou seja, a propositura de uma em lugar da outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados.

(C) A ação monitória compete a quem quiser, com base em prova escrita com eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa infungível ou de determinado bem móvel.

(D) Como regra geral, as medidas cautelares são determinadas judicialmente sem a audiência das partes.

(E) Conceder-se-á mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

RESPOSTA Segundo o art. 920, CPC, a propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados. Trata-se do *princípio da fungibilidade* entre as ações possessórias. *Alternativa B.*

6651. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** Sobre os inventários e partilhas, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que

(A) o processo de inventário e partilha deve ser aberto no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar tais prazos, de ofício ou a requerimento de parte.
(B) o juiz decidirá todas as questões de direito e também as questões de fato, quando este se achar provado por documento, só remetendo para os meios ordinários as que demandarem alta indagação ou dependerem de outras provas.
(C) havendo testamento, se todos os interessados forem capazes e concordes poderá fazer-se o inventário e a partilha por escritura pública, a qual constituirá título hábil para o registro imobiliário.
(D) o Ministério Público, independentemente da qualificação dos herdeiros, sempre tem legitimidade concorrente para requerer o inventário e a partilha.
(E) para o tabelião lavrar a escritura pública do inventário, não é necessário que as partes estejam assistidas por advogado, desde que todas sejam maiores, capazes e concordes.

RESPOSTA (A) Art. 983, CPC (60 dias). (B) Art. 984, CPC. (C) Art. 982, CPC. (D) Art. 988, VIII, CPC (o MP somente terá legitimidade se houver herdeiros incapazes). (E) Art. 982, § 1º, CPC. *Alternativa B.*

6652. (Analista – TRT-24 – 2011 – FCC) Paulo ajuizou ação monitória contra Pedro, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pleiteando o pagamento de soma em dinheiro. Expedido o mandado de pagamento, Pedro o cumpriu no prazo legal. Em consequência, Pedro ficará isento

(A) do pagamento de custas e honorários advocatícios.
(B) somente do pagamento das custas.
(C) somente do pagamento dos honorários advocatícios.
(D) somente do pagamento da correção monetária do débito.
(E) do pagamento da correção monetária do débito, das custas e dos honorários advocatícios.

RESPOSTA Cumprindo o réu o mandado, ficará *isento de custas e honorários advocatícios* (art. 1.102-C, § 1º, CPC). *Alternativa A.*

6653. (Analista – TRE-AL – 2010 – FCC) No processo de conhecimento, os embargos de terceiro podem ser opostos

(A) até a publicação da sentença de primeiro grau.
(B) até o julgamento de recurso de apelação.
(C) até o julgamento de recurso especial ou extraordinário.
(D) até a publicação do acórdão do julgamento de recurso de apelação.
(E) a qualquer tempo enquanto não transitada em julgado a sentença.

RESPOSTA Art. 1.048, CPC. *Alternativa E.*

6654. (Analista – TRT-22 – 2010 – FCC) Paulo é credor de Pedro, através de cheque devolvido pelo estabelecimento bancário por insuficiência de fundos. Após o decurso do prazo prescricional do cheque, pode este ser usado para ajuizar

(A) embargos de terceiro.
(B) execução por quantia certa contra devedor solvente.
(C) ação rescisória.
(D) ação de consignação em pagamento.

(E) ação monitória.

RESPOSTA Prevê o art. 1.102-A, CPC, que a *ação monitória* compete a quem pretender, com base em *prova escrita sem eficácia de título executivo*, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. Cite-se, ainda, a previsão da *Súmula 299, STJ: é admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito*. *Alternativa E*.

6655. (Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC) A ação monitória

(A) não é cabível a quem possua contrato de abertura de crédito em conta corrente, que já configura título executivo.

(B) pode ser proposta, ainda que o documento a instruí-la tenha emanado exclusivamente do credor.

(C) é indicada apenas para as ações que visem ao pagamento de soma em dinheiro.

(D) é admissível quando alicerçada em cheque prescrito.

(E) não admite a defesa por meio de reconvenção.

RESPOSTA Prevê a *Súmula 299, STJ,* que "é admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito". *Alternativa D*.

6656. (Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC) Na ação de usucapião de terras particulares

(A) o imóvel usucapiendo não pode entrar na classe de bens públicos, salvo se se tratar de terras devolutas pretendidas por agricultor que as cultivar.

(B) a Fazenda Pública sempre será citada por mandado, para manifestar interesse na causa.

(C) será intimado o representante da Fazenda estadual, por via postal, para que manifeste interesse na causa.

(D) a Fazenda estadual só será intimada se for confinante do imóvel usucapiendo ou se em seu nome estiver registrado o domínio.

(E) a Fazenda estadual não pode atuar como autora, porque lhe é vedado adquirir bens por este modo de aquisição originária da propriedade.

RESPOSTA De acordo com o art. 943, CPC, na usucapião de terras particulares, serão *intimados por via postal*, para que manifestem interesse na causa, os *representantes da Fazenda Pública* da *União*, dos *Estados*, do *Distrito Federal*, dos *Territórios* e dos *Municípios*. *Alternativa C*.

6657. (Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC) Nunciação de obra nova e demolição.

I. A ação de nunciação de obra nova compete ao Município a fim de impedir que o particular construa em contravenção de postura.

II. É lícito ao juiz conceder o embargo liminarmente na nunciação de obra nova.

III. Deferido o embargo, o nunciado, a fim de prosseguir obra nova levantada contra determinação de regulamentos administrativos, prestará caução e demonstrará prejuízo resultante do embargo.

IV. A diversidade de requisitos entre a ação de nunciação de obra nova e a ação demolitória impede que possa ser feita a conversão de uma em outra, quando erroneamente ajuizada.

V. Uma vez concluída a obra, não é cabível nunciação de obra nova, nem ação demolitória.

Para responder a questão use a seguinte chave:

(A) I, II, III, IV e V estão corretas.

(B) Somente I e II estão corretas.

(C) Somente I e III estão corretas.

(D) Somente III, IV e V estão corretas.

(E) Somente II, III, IV e V estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 934, III, CPC. (II) Art. 937, CPC. (III) Art. 940, § 2º, CPC. (IV) STJ, REsp 851.013/RS (a diversidade de requisitos de ambas as medidas *não* impede que possa ser feita a conversão de uma em outra, quando erroneamente ajuizada).

(V) De acordo com a doutrina, concluída a obra, não é caso de nunciação de obra nova, mas de *ação demolitória. Alternativa B.*

6658. (Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC) No que concerne aos inventários e partilhas, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:

(A) Em regra, o processo de inventário e partilha deve ser aberto dentro de 30 dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 meses subsequentes.

(B) Se todos forem capazes e concordes, poderá fazer-se o inventário e a partilha por escritura pública, a qual constituirá título hábil para o registro imobiliário.

(C) O juiz não poderá determinar de ofício, que se inicie o inventário, se nenhuma das pessoas legitimadas o requerer no prazo legal.

(D) Dentro de 30 dias, contados da data em que prestou o compromisso, fará o inventariante as primeiras declarações, das quais se lavrará termo circunstanciado.

(E) Requerida a remoção do inventariante por ter sonegado bens do espólio ele será intimado para, no prazo de 10 dias, defender-se e produzir provas.

RESPOSTA (A) Art. 983, CPC (60 dias). (B) Art. 982, CPC. (C) Art. 989, CPC. (D) Art. 993, *caput*, CPC (20 dias). (E) Art. 996, CPC (5 dias). *Alternativa B.*

XVI. Ação Rescisória, Ação Popular, Ação Civil Pública

6659. (Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC) Na ação rescisória

(A) podem ser deferidas medidas cautelares e cabe a antecipação de tutela em casos imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei.

(B) o depósito feito pelo autor no momento do ajuizamento reverterá em favor do Estado, a título de custas, se a ação for julgada procedente.

(C) o prazo de dois anos para a sua propositura conta-se da data em que foi proferida a sentença de mérito.

(D) o depósito feito pelo autor no momento do ajuizamento reverterá em favor do réu, a título de indenização, se a ação for julgada improcedente, não sendo devidos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência.

(E) o autor não poderá na petição inicial cumular ao pedido de rescisão, se for o caso, o de novo julgamento da causa.

RESPOSTA (A) Art. 489, CPC. (B) e (D) Art. 494, CPC. (C) Art. 495, CPC. (E) Art. 488, I, CPC. *Alternativa A*.

6660. (Analista – TRT-11 – 2012 – FCC) Numa ação ordinária, o autor não se conformou com a decisão final de mérito transitada em julgado, por entender que a mesma violou literal disposição de lei. Nesse caso, para ajuizar ação rescisória,

(A) não é necessário que tenham sido esgotados todos os recursos contra a decisão rescindenda.

(B) é possível reexaminar a prova produzida no processo originário para verificar a eventual violação.

(C) deve demonstrar que a decisão se baseou em orientação controvertida nos tribunais.

(D) é necessário que tenha prequestionado a questão no processo originário.

(E) não é necessário que sejam apontados os dispositivos supostamente violados pela decisão.

RESPOSTA *Súmula 514, STF "admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenham esgotados todos os recursos"*. Por exemplo, se a parte vencida não interpuser apelação da sentença e esta transitar em julgado, mesmo assim, poderá se valer da ação rescisória, nos casos previstos no art. 485, CPC. *Alternativa A*.

6661. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** A ação rescisória pode ser proposta em

(A) cinco anos, contados do arquivamento definitivo dos autos.
(B) dois anos, contados do trânsito em julgado da sentença de mérito.
(C) dois anos, contados do trânsito em julgado das sentenças terminativas.
(D) cinco anos, contados do julgamento do último recurso no processo.
(E) dois anos, contados do julgamento do último recurso no processo, caso tenha sido conhecido.

RESPOSTA Prevê o art. 495, CPC, que o direito de propor *ação rescisória* se extingue em *2 anos*, contados do *trânsito em julgado da decisão* (de mérito, portanto). *Alternativa B*.

6662. **(Analista – TRT-4 – 2011 – FCC)** Caberá ação rescisória, dentre outras hipóteses, quando a sentença de mérito transitada em julgado

(A) tiver sido proferida por Juiz Substituto.
(B) for injusta.
(C) não tiver examinado adequadamente a prova dos autos.
(D) puder ser revista face a documento de cuja existência a parte sabia, mas não juntou aos autos por esquecimento do advogado.
(E) ofender a coisa julgada.

RESPOSTA Art. 485, IV, CPC. *Alternativa E*.

6663. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** A respeito da ação rescisória, é correto afirmar:

(A) Não tem legitimidade para propor a ação rescisória o sucessor a título universal de quem foi parte no processo.
(B) Os atos judiciais em que a sentença for meramente homologatória podem ser rescindidos como os atos jurídicos em geral, nos termos da lei civil.
(C) A sentença de mérito transitada em julgada pode ser rescindida quando a sentença for injusta em razão da má interpretação da prova.
(D) Não se admite ação rescisória contra sentença transitada em julgado, se contra ela não se tenham esgotado todos os recursos.
(E) A sentença de mérito transitada em julgado pode ser rescindida quando for injusta em razão da errônea interpretação do contrato.

RESPOSTA (A) Art. 487, I, CPC. (B) Art. 486, CPC. (C) e (E) STJ, AgRg na AR 4.530/DF: "A injustiça da sentença e a má apreciação da prova ou errônea interpretação do contrato não autorizam o exercício da ação rescisória". (D) Súmula 514, STF. *Alternativa B*.

6664. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** Considere as seguintes Associações:

I. Associação Brasil Limpo: constituída há 14 meses e possui entre suas finalidades a proteção à livre-concorrência.
II. Associação Viver Adequadamente: constituída há sete meses e possui entre suas finalidades a proteção ao consumidor.
III. Associação Leis Claras: constituída há vinte e quatro meses e possui entre suas finalidades a proteção ao patrimônio estético.
IV. Associação Natureza Bela: constituída há seis meses e possui entre suas finalidades a proteção ao meio ambiente.

De acordo com a Lei n. 7.347/85 têm legitimidade para propor a ação civil pública as Associações indicadas SOMENTE em:

(A) I e III.
(B) II e IV.
(C) I, II e III.
(D) I, II e IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 7.347/85 (Lei da ACP), dentre os *legitimados* para a propositura da ação, está a *associação* que, *concomitantemente*: *a) esteja constituída há pelo menos 1 ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre-concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico*. *Alternativa A*.

6665. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** A ação civil pública

(A) comporta a formulação de pedido declaratório de inconstitucionalidade.
(B) pode ser promovida pelo Ministério Público em caso de ilegalidade do reajuste de mensalidades escolares.
(C) deve ser precedida necessariamente de inquérito civil, se ajuizada pelo Ministério Público.
(D) pode veicular pretensão que envolva contribuições previdenciárias.
(E) pode ser promovida por quem tem legitimidade para propor a ação popular.

RESPOSTA Dispõe a *Súmula 643*, STF, que “O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares”. *Alternativa B*.

6666. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** No que se refere à disciplina da Ação Popular é correto afirmar que é considerado nulo o ato lesivo ao patrimônio da União, dos Estados, dos Municípios, e das outras entidades previstas na Lei n. 4.717/85, por motivo de ilegalidade do objeto, quando

(A) o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
(B) o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
(C) há observância incompleta de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
(D) o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
(E) a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.

RESPOSTA Art. 2º, *c*, parágrafo único, Lei n. 4.717/65. *Alternativa D*.

6667. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** O Ministério Público, atuando nas ações civis públicas,

(A) como regra, poderá requisitar quaisquer documentos, informações ou exames de organismos públicos, mas apenas solicitá-los ao Judiciário se concernentes a órgãos privados.
(B) poderá veicular pretensões tributárias ou que envolvam contribuições previdenciárias, cujos beneficiários sejam individualmente determinados ou não.
(C) se houver o convencimento de que inexistem fundamentos para sua propositura, deverá pleitear o arquivamento dos autos do inquérito civil ao juiz competente.
(D) pode requisitar quaisquer documentos para instrução do inquérito civil, mesmo nos casos em que

a lei impuser sigilo.

(E) deverá pleitear, em casos de acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica, que a prestação em dinheiro seja revertida em fundo legalmente previsto, sendo utilizada para ações de promoção da igualdade étnica.

RESPOSTA Conforme o art. 13, § 2º, Lei n. 7.347/85, havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de *discriminação étnica* nos termos do disposto no art. 1º da referida Lei, a prestação em dinheiro reverterá diretamente a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica. *Alternativa E.*

6668. **(Procurador – RECIFE-PE – 2008 – FCC)** No que se refere ao procedimento da Ação Popular, o prazo para apresentação de contestação, comum a todos os interessados, será de

(A) 15 dias improrrogáveis.

(B) 20 dias prorrogáveis por mais 20, a requerimento do interessado, desde que preenchidos os requisitos legais.

(C) 20 dias improrrogáveis.

(D) 15 dias prorrogáveis por mais 15, a requerimento do interessado, desde que preenchidos os requisitos legais.

(E) 30 dias improrrogáveis.

RESPOSTA Art. 7º, IV, Lei n. 7.347/85. *Alternativa B*.

XVII. Mandado de Segurança

6669. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** A Lei n. 12.016/2009, editada para disciplinar o mandado de segurança individual e coletivo, não só consolidou a legislação esparsa, como também harmonizou alguns entendimentos dos Tribunais acerca de aspectos processuais. A afirmação que NÃO se coaduna com a lei vigente e doutrina dominante é:

(A) A massa falida, ainda que destituída de personalidade jurídica, tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança.

(B) A autoridade coatora tem legitimidade recursal independente da legitimidade do órgão ao qual se subordina.

(C) Ato de agente de concessionária de serviço público para distribuição de energia elétrica que determina o corte de fornecimento por falta de pagamento das contas mensais de consumo não pode ser impugnado pela via do mandado de segurança.

(D) O impetrante, em sede de mandado de segurança, carece de interesse jurídico no pedido de tutela antecipada, uma vez que o direito ameaçado ou violado pode ser assegurado por medida liminar.

(E) Da decisão que suspende a execução da liminar ou da segurança cabe agravo interno.

RESPOSTA (A) STJ, RMS 8.967/SP. (B) Art. 14, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (C) Art. 1º, § 2º, Lei n. 12.016/2009, art. 6º, § 3º, II, Lei n. 8.987/95 e STJ, RMS 2.172/RN (para o STJ, o *princípio da continuidade* dos serviços essenciais previsto no CDC deve ser ponderado com o art. 6º, § 3º, II, Lei n. 8.987/95, segundo o qual, não se caracteriza *descontinuidade* a interrupção, após aviso prévio, por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade; dessa forma, por não se tratar de um direito líquido e certo, não caberia MS). (D) Art. 7º, Lei n. 12.016/2009. (E) Art. 15, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa D*.

6670. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** O mandado de segurança

(A) não cabe de nenhuma decisão judicial, mesmo que terceiro seja prejudicado, podendo este apenas interpor o recurso cabível, antes de transitar em julga do a sentença, ou propor ação rescisória.

(B) não é cabível contra ato de representantes ou órgãos de partidos políticos.

(C) é cabível de decisão judicial transitada em julgado proferida a favor da Fazenda Pública, como sucedâneo da ação rescisória.

(D) é cabível contra atos de dirigentes de entidades de proteção ao crédito, para liberação ou esclarecimento de dados, que constarem de seus assentamentos, egativos a respeito de consumidor.

(E) não é cabível contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de concessionárias de serviço público.

RESPOSTA (A) Art. 5º, II e III, Lei n. 12.016/2009. (B) Art. 1º, § 1º, Lei n. 12.016/2009. (C) Art. 5º, III, Lei n. 12.016/2009. (D) Art. 1º, *caput*, Lei n. 12.016/2009 (o MS é cabível para proteger direito não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, este adequado ao caso da alternativa). (E) Art. 1º, § 2º, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa E*.

6671. (Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC) Sobre o mandado de segurança individual e coletivo é correto afirmar:

(A) Contra a decisão que conceder a liminar em mandado de segurança não caberá recurso.

(B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 6 (seis) meses nos casos previstos em lei.

(C) É admitido o ingresso de litisconsorte ativo após o despacho da petição inicial.

(D) Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos Tribunais caberão embargos infringentes, recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for denegada.

(E) O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

RESPOSTA O art. 22, § 1º, Lei n. 12.016/2009, afirma que o MS coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva. *Alternativa E.*

6672. (Promotor – MP-CE – 2011 – FCC) No tocante ao mandado de segurança, é correto afirmar:

(A) Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou negar a liminar caberá recurso de apelação.

(B) Para efeito de sua concessão, equiparam-se às autoridades, entre outros, os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, apenas no que disser respeito a essas atribuições.

(C) Concedida medida liminar, seus efeitos persistirão até o trânsito em julgado da decisão concessiva da segurança.

(D) Não se concederá mandado de segurança de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito meramente devolutivo.

(E) A autoridade coatora pode informar e defender a licitude de seu ato, mas não recorrer da concessão da segurança.

RESPOSTA Segundo o art. 1º, § 1º, Lei n. 12.016/2009, equiparam-se às autoridades os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições. *Alternativa B.*

6673. (Analista – TRF-3 – 2007 – FCC) A respeito do mandado de segurança, é correto afirmar:

(A) Cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado, posto que não pode mais ser modificada por recurso previsto em lei.

(B) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 dias contados do ato impugnado.

(C) O pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado, mesmo se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

(D) Cabe mandado de segurança contra parecer, quando proferido por autoridade no exercício de suas funções.

(E) A sentença que conceder o mandado de segurança fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, entretanto, ser executada provisoriamente.

RESPOSTA Dispõe o § 1º, art. 14, *Lei n. 12.016/2009* que, concedida a segurança, a sentença estará *sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.* Entretanto, o § 3º prevê que a sentença que conceder o mandado de segurança pode ser *executada provisoriamente*, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar. *Alternativa E*.

6674. (Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC) Nas demandas onde a Fazenda Pública do Estado for parte, é INCORRETO afirmar que

(A) nas condenações de obrigação de pagar que lhe forem impostas, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

(B) a ação de ressarcimento do erário por danos decorrentes de atos de improbidade administrativa é imprescritível.

(C) nas ações movidas por servidor público pleiteando a concessão de gratificação não é possível a concessão de antecipação de tutela.

(D) se sucumbente, não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública Estadual, quando esta patrocina parte adversa hipossuficiente financeiramente.

(E) cabe agravo, no prazo de 10 (dez) dias, do despacho do Presidente do Tribunal que conceder a suspensão da execução de liminar, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

RESPOSTA Conforme o art. 15, Lei n. 12.016/2009, quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do MP e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de *5 dias*. *Alternativa E*.

XVIII. Rito Sumário e Juizados Especiais

6675. (Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC) Assinale a alternativa correta em relação ao Juizado Especial Cível, previsto na Lei n. 9.099/95.

(A) O não comparecimento do autor à audiência gera revelia.

(B) O acesso independe, tanto em primeiro quanto em segundo grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

(C) O Juizado Especial Cível não tem competência para as ações de despejo para uso próprio.

(D) Nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente tanto o foro do domicílio do autor quanto o do local do ato ou fato.

(E) O recurso inominado deve ser recebido, em regra, nos efeitos devolutivo e suspensivo.

RESPOSTA (A) Art. 20, Lei n. 9.099/95 (não comparecendo o *réu*, ocorre a revelia). (B) Art. 54, Lei n. 9.099/95 (apenas em 1º grau dispensa-se o pagamento). (C) Art. 3º, III, Lei n. 9.099/95. (D) Art. 4º, III, Lei n. 9.099/95. (E) Art. 43, Lei n. 9.099/95 (em regra, apenas no efeito devolutivo). *Alternativa D.*

6676. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** No que tange a ação de reparação de danos por acidente de veículo de rito sumário, é INCORRETO afirmar:

(A) A apelação interposta deve ser julgada dentro de 40 (quarenta) dias, sem a figura do revisor, nem tampouco a possibilidade de sustentação oral.

(B) Na audiência de conciliação, caso não seja obtido acordo entre as partes, o réu poderá contestar o mérito por escrito e apresentar pedido contraposto oralmente.

(C) No despacho inicial, não sendo hipótese de indeferimento ou aditamento da petição inicial, o juiz designará audiência de conciliação a ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias, citando-se a Fazenda Pública, com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

(D) É vedada a liquidação de sentença, se necessária para apuração do valor devido.

(E) Deverá o juiz da causa, *ex officio*, converter o rito em ordinário, quando houver necessidade de produção de prova técnica ou científica de alta complexidade.

RESPOSTA (A) Arts. 550, 551, § 3º, e 554, CPC (será dada a palavra às partes a fim de *sustentarem* as razões do recurso). (B) Art. 278, § 2º, CPC. (C) Art. 277, CPC (prazos para a Fazenda contam-se em dobro). (D) Art. 475-A, § 3º, CPC. (E) Art. 277, §§ 4º e 5º, CPC. *Alternativa A*.

6677. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** Nos Juizados Especiais Cíveis,

(A) admitir-se-á intervenção de terceiros e a assistência.

(B) podem ser ajuizadas causas relativas ao estado e capacidade das pessoas, desde que de cunho patrimonial.

(C) não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

(D) não se admite a propositura de ação por microempresas.

(E) cabe recurso contra a sentença condenatória no prazo de 15 (quinze) dias.

RESPOSTA (A) Art. 10, Lei n. 9.099/95 (não se admite qualquer forma de intervenção de terceiro nem assistência). (B) Art. 3º, § 2º, Lei n. 9.099/95 (causas relativas ao estado e capacidade de pessoas estão excluídas da competência do JEC). (C) Art. 38, parágrafo único, Lei n. 9.099/95. (D) Art. 8º, § 1º, II, Lei n. 9.099/95 (microempresas podem propor ação no JEC). (E) Art. 42, Lei n. 9.099/95 (cabe recurso no prazo de 10 dias). *Alternativa C.*

6678. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** No procedimento sumário NÃO se admite

(A) formulação de pedido contraposto pelo réu.

(B) assistência.

(C) recurso de terceiro prejudicado.

(D) intervenção fundada em contrato de seguro.

(E) ação declaratória incidental.

RESPOSTA Segundo o art. 275, CPC, no procedimento *sumário* não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro. *Alternativa E.*

6679. **(Analista – TRF-5 – 2012 – FCC)** Em relação ao procedimento

(A) não há rol de testemunhas prévio, no procedimento sumário, devendo o autor levá-las por sua iniciativa à audiência designada.

(B) será observado o procedimento ordinário nas ações de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial.

(C) pode ser observado o procedimento sumário nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas, desde que maiores e capazes.

(D) será observado o procedimento sumário nas causas de arrendamento rural e de parceria agrícola, qualquer que seja o seu valor.

(E) por sua menor complexidade, não há perícia no procedimento sumário.

RESPOSTA (A) Art. 276, CPC. (B) Art. 275, II, *f*, CPC (procedimento sumário). (C) Art. 275, parágrafo único, CPC. (D) Art. 275, II, *a*, CPC. (E) Art. 276, CPC. *Alternativa D*.

6680. **(Analista – TJ-AP – 2009 – FCC)** De acordo com o Código de Processo Civil, o procedimento sumário

(A) poderá ser observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.

(B) será observado nos casos de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre, desde que o valor da causa não supere sessenta salários mínimos.

(C) admite ação declaratória incidental e intervenção de terceiros com base no contrato de seguro.

(D) exige que o autor, na petição inicial, apresente o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formule quesitos, podendo indicar assistente técnico.

(E) impõe ao juiz, após receber a petição inicial, a designação de audiência de conciliação a ser realizada no prazo de trinta dias, citando-se o réu com a antecedência mínima de cinco dias, com as advertências legais.

RESPOSTA Segundo o art. 276, CPC, na *petição inicial*, o autor apresentará o *rol de testemunhas* e, se requerer perícia, formulará *quesitos*, podendo indicar *assistente técnico*. *Alternativa D*.

6681. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** No que concerne ao procedimento sumário, na forma preconizada pelo Código de Processo Civil, é correto afirmar:

(A) Na petição inicial, o autor apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, deverá aguardar o pronunciamento favorável do Juiz em audiência para, posteriormente, formular quesitos e indicar assistente técnico.

(B) Em regra, observar-se-á o procedimento sumário, nas causas cujo valor não exceda a 40 vezes o valor do salário mínimo.

(C) Na audiência de conciliação designada o réu oferecerá contestação, de forma escrita ou oral, e poderá, inclusive, apresentar reconvenção fundada nos mesmos fatos referidos na inicial.

(D) No procedimento sumário não é admissível a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro, sendo admitida a ação declaratória incidental.

(E) Se a ré for a Fazenda Pública ela deverá ser citada para a audiência conciliatória designada pelo Juiz com antecedência mínima de vinte dias.

RESPOSTA (A) Art. 276, CPC. (B) Art. 275, I, CPC (60 vezes o salário mínimo). (C) Art. 278, § 1º, CPC (o réu pode formular pedido em seu favor, mas não é uma reconvenção). (D) Art. 280, CPC (*ação declaratória incidental* também não é admitida). (E) Art. 277, CPC (sendo ré a *Fazenda Pública*, os prazos contar-se-ão em *dobro*). *Alternativa E*.

XIX. Temas Mistos

6682. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Há amparo legal ao pedido de liminar *inaudita*

altera parte em ação de despejo que tenha por fundamento exclusivo

(A) o descumprimento de mútuo acordo celebrado por escrito e assinado pelas partes e por duas testemunhas, com prazo mínimo de 90 dias para desocupação, contado da assinatura do instrumento.

(B) o fim da locação residencial, se a ação for proposta em 30 dias do termo ou cumprimento de notificação comunicando a intenção de retomada.

(C) o término do prazo da locação para temporada, tendo sido proposta a ação de despejo em 90 dias após o vencimento do contrato.

(D) a permanência do sublocatário no imóvel, extinta a locação, celebrada com o locatário.

(E) a falta de pagamento dos acessórios da locação, independentemente de motivo, com quitação do aluguel no vencimento, quando o contrato estiver desprovido de qualquer das garantias previstas na lei, porque apresentado pedido de exoneração dela.

RESPOSTA Art. 59, § 1º, V, Lei n. 8.245/91 (é possível *liminar* para desocupação em 15 dias, independentemente da oitiva da parte contrária e desde que prestada a caução no valor equivalente a três meses de aluguel, nas ações que tiverem por fundamento exclusivo, dentre outros, *a permanência do sublocatário no imóvel, extinta a locação, celebrada com o locatário*). *Alternativa D*.

6683. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) A reclamação

(A) é cabível para o fim de obter a tutela jurisdicional negada no Tribunal de Justiça.

(B) não está prevista para determinar medidas adequadas à preservação da competência do Superior Tribunal de Justiça.

(C) é cabível quando a decisão do Tribunal de Justiça for contrária à jurisprudência não sumulada do Supremo Tribunal Federal.

(D) comporta liminar para suspender o ato impugnado.

(E) não é cabível nos tribunais dos Estados-membros, ainda que a Constituição estadual a preveja.

RESPOSTA STJ, AgRg na Rcl 4.407/CE: “Agravo regimental provido para conceder a liminar pleiteada e suspender os efeitos do ato impugnado até o julgamento da reclamação”. *Alternativa D*.

6684. (Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC) No tocante à ação de alimentos:

(A) somente quando se tratar de alimentos definitivos é cabível a prisão civil do alimentante inadimplente.

(B) o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o relativo às três prestações anteriores ao ajuizamento da ação, mais as que se vencerem no curso do processo.

(C) a pena de prisão civil só pode ser aplicada uma vez, ainda que o alimentante volte a inadimplir a obrigação.

(D) o cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade dá-se pelo mero implemento da idade.

(E) não é mais cabível a prisão civil do inadimplente, em razão do Pacto de San José da Costa Rica, ratificado pelo Brasil.

RESPOSTA Súmula 309, STJ: “o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo”. *Alternativa B.*

6685. (Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC) No que se refere à edição, revisão e cancelamento de enunciado de Súmula Vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar

que

(A) a proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.

(B) para a aprovação de súmula vinculante, é necessária, em sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, decisão da maioria absoluta de seus membros.

(C) a manifestação prévia do Procurador-Geral da República à edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não será exigida nas propostas que ele não houver formulado.

(D) a súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público.

(E) no procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, o relator poderá admitir, por decisão recorrível através de agravo ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, a manifestação de terceiros na questão, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA Art. 4º, Lei n. 11.417/2006 (regulamenta o art. 103-A, CF). Até o advento da EC n. 45/2004, a súmula tinha caráter consultivo, servindo apenas de influência para os julgadores. O art. 103-A, CF, incluído pela referida EC, possibilitou o *efeito vinculante* das súmulas do STF, as quais, após publicadas na imprensa oficial, têm força de obrigar que futuras decisões sejam proferidas em consonância com o que restou nelas objetivado. *Alternativa D*.

6686. (Promotor – MP-PE – 2008 – FCC) Em matéria de alimentos, é certo que

(A) da decretação de prisão do devedor de valor alimentício cabe agravo de instrumento que terá efeito suspensivo.

(B) numa ação dessa natureza, a quantia mensal fixada liminarmente pelo juiz denomina-se alimentos provisionais.

(C) a majoração da verba alimentar em ação revisional não poderá retroagir à data da citação.

(D) a prescrição quinquenal alcança não só as prestações mensais como também o direito de alimentos, visto que este, por sua natureza admite dispensa.

(E) na ação de exoneração julgada procedente, os alimentos são devidos até o trânsito em julgado da decisão proferida na causa.

RESPOSTA Segundo o STJ “...os efeitos da exoneração da pensão alimentícia não retroagem à data da citação, mas apenas têm incidência a partir do trânsito em julgado da decisão” (REsp 886.537/MG). *Alternativa E.*

I. Princípios

6687. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Segundo o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Esta regra consagra o princípio:

(A) da indelegabilidade da jurisdição;
(B) da inafastabilidade da jurisdição;
(C) do juiz natural;
(D) da inevitabilidade da jurisdição;
(E) da indeclinabilidade.

RESPOSTA Segundo o *princípio da inafastabilidade da jurisdição*, é assegurado a todos o amplo acesso ao Poder Judiciário, não podendo o magistrado se recusar a prestar a jurisdição àqueles que deduzem pretensões em juízo, mesmo diante de lacuna na lei (art. 126, CPC). *Alternativa B.*

6688. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** A expedição de carta de ordem para que o Juiz de Primeiro Grau cumpra determinado ato é exceção ao princípio:

(A) da demanda.
(B) da indeclinabilidade.
(C) da indelegabilidade.
(D) da inércia.
(E) do duplo grau.

RESPOSTA A carta de ordem, prevista no art. 201, CPC, é exceção ao *princípio da indelegabilidade*, uma vez que este veda que o juiz delegue atribuições. *Alternativa C*.

6689. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Sendo os prazos processuais frações de tempo entre dois termos, pode-se afirmar que

(A) são sempre preclusivos e uma vez exauridos impedem a realização do ato a eles subordinados, mesmo quando concedido em favor da parte e o juiz admitir a prática tardia;
(B) obedecem ao princípio da continuidade, mas se interrompem pela superveniência do recesso forense;
(C) se subordinam ao princípio da brevidade, dirigido tanto ao legislador como ao juiz;
(D) não se interrompem, nem se suspendem, pela superveniência das férias e feriados, embora não se computem, na contagem, os sábados e domingos por não haver expediente forense;
(E) podem ser prorrogados pelo juiz, salvo quando peremptórios, os quais vencem na data marcada sem possibilidade de ampliação.

RESPOSTA O *princípio da brevidade*, também chamado de *princípio da celeridade* ou *da razoável duração do processo*, ganhou *status* constitucional por meio da redação do art. 5º, LXXVIII, introduzido pela EC n. 45/2004, segundo o qual, são assegurados a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Esse princípio é dirigido ao *legislador*, que deve editar leis que contribuam para a celeridade; ao *administrador*, que deve atentar para o aparelhamento dos órgãos judiciários e ao *julgador*, que deve diligenciar para que o processo alcance sua finalidade de forma mais breve. *Alternativa C*.

6690. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Acerca dos princípios do procedimento e

do processo civil, assinale a alternativa correta.

(A) A eventualidade constitui exemplo de princípio constitucional do processo civil.

(B) A oralidade constitui exemplo de princípio informador e fundamental inerente à jurisdição.

(C) Consoante os postulados do princípio do dispositivo, o réu, na contestação, de uma só vez, deve formular as defesas de que dispõe.

(D) O duplo grau de jurisdição constitui exemplo de princípio relativo ao procedimento.

(E) O direito da parte de participar do contraditório pode ser alcançado pela preclusão.

RESPOSTA A *preclusão* é a perda da faculdade de praticar um ato processual, em decorrência do escoamento do prazo (*temporal*), da já realização do ato (*consumativa*) ou da prática de outro ato incompatível com a vontade de realizá-lo (*lógica*). Segundo o art. 473, CPC, é defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a *preclusão*. *Alternativa E*.

6691. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Pode-se compreender os princípios processuais como preceitos fundamentais que dão forma e caráter aos sistemas processuais. Acerca dos princípios processuais, marque a alternativa INCORRETA:

(A) o princípio da economia processual permite a alteração da causa de pedir e do pedido, em qualquer fase do processo, se o réu for revel.

(B) o princípio da celeridade processual enuncia que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável.

(C) o princípio do devido processo legal significa, em processo judicial, a garantia ao contraditório e à ampla defesa, bem como às regras previamente estabelecidas sobre o modo de solução judicial do conflito.

(D) o princípio da igualdade processual encerra a ideia de que cabe ao juiz tratar desigualmente os desiguais, na medida desta desigualdade, o que justifica, por exemplo, o prazo em dobro para a fazenda pública recorrer.

(E) o princípio da inafastabilidade da jurisdição assegura que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

RESPOSTA Prevê o art. 321, CPC, que, mesmo ocorrendo a revelia, o *autor não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir*, salvo promovendo nova citação do réu, o qual terá nova oportunidade de resposta no prazo de 15 dias. *Alternativa A*.

6692. **(Procurador – MPT – 2009)** A propósito dos princípios gerais e fundamentais do processo civil, considere as seguintes proposições:

I. o direito processual constitucional abrange, de um lado, (a) a tutela constitucional dos princípios fundamentais da organização judiciária e do processo; (b) de outro, a jurisdição constitucional;

II. o contraditório e ampla defesa são assegurados em todos os processos, inclusive administrativos, desde que neles haja litigantes ou acusados;

III. a Constituição Federal de 1988 deu concretude à igualdade processual que decorre do princípio da isonomia, transformando-a no princípio da paridade de armas, mediante o equilíbrio dos litigantes no processo civil, sendo, todavia, vedado ao juiz determinar a produção de provas, sem requerimento das partes, por violar o princípio da imparcialidade;

IV. em ação civil de indenização por danos morais e materiais, em face do normatizado na Carta Magna, que considera inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, a gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, quando ausente causa legal de sigilo ou de reserva da conversação, não é considerada prova ilícita;

De acordo com as assertivas *retro*, pode-se afirmar que:

(A) o item I é certo e o item II é errado;
(B) o item I é errado e o item III é certo;
(C) o item III é errado e o item IV é certo;
(D) o item II é errado e o item III é certo;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Segundo a doutrina, direito processual constitucional abrange a tutela dos princípios fundamentais do processo e a jurisdição estatal. (II) Art. 5º, LV, CF. (III) Art. 130, CPC. (IV) STJ – RHC 25.603/PR: "A gravação (filmagem) de conversa (depoimento) não se confunde com a interceptação telefônica, esta, sim, sujeita à reserva de jurisdição. A gravação telefônica feita por um dos interlocutores, sem autorização judicial, nada tem de ilícita, podendo, pois, ser validamente utilizada como elemento processual". *Alternativa C.*

6693. (Juiz – TRT-6 – 2010) Quanto ao princípio da fungibilidade dos recursos, é CORRETO afirmar:

(A) Esse princípio era expresso no Código de Processo Civil de 1939, mas não consta de nenhum artigo do diploma em vigor, motivo pelo qual não pode ser mais invocado.
(B) Permite a interposição de um recurso por outro, apenas em casos controversos, isto é, diante de dúvida objetiva, não havendo erro grosseiro ou má-fé.
(C) Possibilita às partes interpor, livremente, qualquer recurso, diante de uma decisão, deixando de lado os formalismos que prejudicam a efetividade do processo.
(D) Aplica-se somente para as decisões referentes à posse ou propriedade de bens fungíveis.
(E) Só pode ser aplicado nos estritos casos previstos em lei, isto é, os relativos às obrigações fungíveis.

RESPOSTA Segundo o *Princípio da fungibilidade recursal,* um recurso, mesmo sendo incabível para atacar determinada decisão, pode ser considerado válido, desde que exista dúvida razoável quanto ao recurso adequado aquele caso. Entretanto, não há aplicação desse princípio em casos de erro grosseiro ou má-fé, sendo cabível apenas em caso de dúvida objetiva. *Alternativa B.*

6694. (Procurador – PGE-MG – 2006) *Só se pode designar como ciência aquele ramo de estudos regrado por princípios, que lhe dão a necessária coerência e uniformidade. Sem eles, corre-se o risco da perda de unidade de conhecimento.* (GONÇALVES, Marcos Vinicius Rios. *Novo curso de direito processual civil*, 2004). Sobre os princípios fundamentais no processo civil brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) O princípio da imparcialidade trata da imparcialidade do juiz ao julgar a lide, ou seja, o magistrado é desinteressado no processo. Esse princípio tanto é do direito processual como de jurisdição. Já o princípio do dispositivo refere que deve o juiz limitar-se a apreciar os fatos alegados pelas partes no processo.
(B) O princípio do contraditório e ampla defesa são princípios infraconstitucionais. O princípio do contraditório trata que as partes litigantes devem ter ciência de todos os atos praticados no processo e com oportunidade de contraditá-los. Já o princípio da ampla defesa trata de amplas condições para que a parte demandada exerça de forma satisfatória a sua defesa.
(C) Os princípios da investidura, aderência ao território, indelegabilidade, inafastabilidade, inevitabilidade, juiz natural e inércia são princípios de jurisdição. O princípio da indelegabilidade refere que a competência para julgar os processos está ligada ao juiz e não ao órgão, assim, quando necessário poderá, o magistrado, delegar o julgamento de ações.
(D) O princípio da persuasão racional do juiz ou, também chamado de livre-convencimento, autoriza o juiz a apreciar as provas produzidas no processo livremente. Persuasão racional pode ser tido como

sinônimo de íntima convicção.

RESPOSTA O *princípio da imparcialidade* é inseparável do órgão da jurisdição, bem como pressuposto para que a relação processual se instaure validamente, garantindo às partes um julgamento imparcial. Em relação ao *princípio do dispositivo*, significa que cabe às partes a iniciativa de levar ao processo as informações, a fim de que o juiz as analise. *Alternativa A*.

6695. (Promotor – MP-RJ – 2011) Sobre o princípio da indisponibilidade da demanda coletiva, pode-se afirmar que:

(A) não admite discricionariedade para que o autor coletivo avalie se é conveniente e oportuno propor a demanda ou nela intervir, podendo ser considerado um corolário da legitimidade concorrente e disjuntiva;

(B) não é absoluta a indisponibilidade da demanda coletiva, conjugando-se a obrigatoriedade com um juízo de conveniência e oportunidade para o ajuizamento da ação, ainda que o autor coletivo seja o Ministério Público, que deve avaliar o que melhor atende ao interesse público;

(C) impõe que o Ministério Público, quando não for o autor, deva intervir como fiscal da lei na demanda coletiva, bem como deva assumir e continuar no processo, no caso de desistência do autor originário;

(D) opõe-se ao princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva, segundo o qual o Ministério Público pode deixar de propor a ação coletiva ou desistir de demanda infundada ou temerária proposta por outro, desde que o faça de forma motivada;

(E) impõe o dever de o Ministério Público recorrer no caso de improcedência do pedido formulado na demanda coletiva, bem como de propor ação de execução em caso de procedência, parcial ou total, dos pedidos formulados na ação coletiva.

RESPOSTA Consoante o art. 9º, Lei n. 7.347/85 (ACP), se o órgão do MP, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente. Portanto, o ajuizamento de ação coletiva não é imposto ao MP. *Alternativa B.*

6696. (Promotor – MPDFT – 2011) No que respeita aos princípios fundamentais e às proposições jurídicas que informam o sistema do direito processual coletivo comum, afigura-se correto afirmar:

(A) A perfeita interação e a relação de complementaridade entre as regras do processo civil e o sistema do processo coletivo comum determinam, como regra principiológica, ao conhecimento do mérito da demanda coletiva, o exame preliminar exauriente dos requisitos de admissibilidade processual.

(B) O direito processual coletivo comum consagra o princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva, ao passo que no processo coletivo especial vigora o princípio da indesistibilidade da ação.

(C) No ordenamento constitucional vigente, o princípio da presunção de legitimidade ativa para ação coletiva, decorrente da afirmação do direito social, aplica-se com supremacia ao Ministério Público, alcançando também os outros legitimados coletivos, bem como o membro do grupo, categoria ou classe para a defesa dos direitos coletivos e individuais homogêneos, desde que reconhecida em juízo a representatividade adequada.

(D) Pelo sistema da tutela jurisdicional coletiva contemporânea apenas os direitos e interesses elencados na legislação infraconstitucional poderão ser objeto de ação coletiva, em razão da prevalência do princípio da máxima efetividade do processo coletivo.

(E) Do princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva comum, se extrai que a sentença de mérito negativa, proferida em demanda coletiva ajuizada por um dos legitimados, não impede a

propositura pelo Ministério Público de nova ação com o mesmo fundamento.

RESPOSTA Os arts. 5º e 16, Lei n. 9.868/99, preconizam não existir a possibilidade de desistência da Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADIn) e Ação Direita de Constitucionalidade (ADeCon), enquanto no processo coletivo comum a desistência motivada é viável, consoante o art. 9º, Lei n. 7.347/85 (ACP). *Alternativa B.*

II. Jurisdição e Ação, Partes e Procuradores

6697. (Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP) Os incapazes têm capacidade para ser parte no processo, desde que representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores. Advindo conflito entre ambos, deve o juiz

(A) remeter os autos do Ministério Público para atuar como substituto processual.
(B) suspender o curso do processo, até que cesse o Poder Familiar, a Tutela ou a Curatela.
(C) nomear Curador Especial.
(D) destituir os pais do Poder Familiar, o Tutor ou Curador.

RESPOSTA Arts. 8º e 9º, CPC. *Alternativa C*.

6698. (Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE) A respeito da ação de natureza meramente declaratória, assinale a alternativa correta.

(A) Não é cabível para reconhecimento de tempo de serviço com fins previdenciários.
(B) É inadmissível para obter certeza quanto à interpretação de cláusula contratual.
(C) O interesse do autor não pode se limitar à declaração de existência de relação jurídica.
(D) É admissível ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
(E) A autenticidade ou falsidade de documento não pode constituir o objeto de interesse do autor.

RESPOSTA Art. 4º e parágrafo único, CPC. *Alternativa D*.

6699. (Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA) Quanto a ação, jurisdição e processo, assinale a alternativa correta.

(A) Quanto à sua existência, a relação jurídica processual depende de relação jurídica material.
(B) Ação é a reação do próprio direito material violado ou ameaçado de lesão.
(C) Na jurisdição voluntária, não são aplicados os efeitos da revelia.
(D) Na jurisdição contenciosa, sempre serão aplicados os efeitos da revelia.
(E) Todo processo é iniciado e desenvolvido por impulso da parte, em obediência ao princípio da inércia judicante.

RESPOSTA Na *jurisdição voluntária* não há *contestação* nem partes, e sim resposta de interessados (art. 1.105 c/c art. 1.106, CPC). Considerando que a revelia, em seu sentido estrito, ocorre quando o réu não contesta a ação (art. 319, CPC), na jurisdição voluntária não há revelia, tampouco serão aplicados seus *efeitos*. *Alternativa C*.

6700. (Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP) A substituição voluntária das partes, no curso do processo:

(A) não é permitida.
(B) é permitida em qualquer situação.
(C) sempre depende da concordância da parte contrária.
(D) não pode ocorrer após o saneamento do processo.
(E) só é permitida nos casos expressos em lei.

RESPOSTA Consoante o art. 41, CPC, só é permitida, no curso do processo, a substituição voluntária das partes nos casos expressos em lei. *Alternativa E.*

6701. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Em relação às despesas processuais e aos honorários advocatícios, é CORRETO afirmar que:

(A) Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidos o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

(B) Se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas, mesmo se um deles decair de parte mínima do pedido.

(C) O réu que, por não arguir na sua resposta fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, dilatar o julgamento da lide, será condenado nas custas a partir do ajuizamento da inicial e perderá, ainda que vencedor na causa, o direito a haver do vencido honorários advocatícios.

(D) Quem receber custas indevidas ou excessivas é obrigado a restituí-las, incorrendo em multa equivalente ao triplo do seu valor.

(E) As sanções impostas às partes e aos serventuários da justiça em consequência de má-fé serão contadas como custas e reverterão em benefício do Estado.

RESPOSTA (A) Art. 20, §§ 3º e 4º, CPC. (B) Art. 21, parágrafo único, CPC. (C) Art. 22, CPC (a partir do *saneamento* do processo). (D) Art. 30, CPC (*triplo* de seu valor). (E) Art. 35, CPC (as sanções impostas às partes reverterão em benefício da parte contrária, enquanto as impostas aos serventuários pertencerão ao Estado). *Alternativa A.*

6702. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** No que concerne às partes, capacidade, representação e atuação, analise as seguintes proposições:

I. Capacidade de ser parte é a capacidade de ter direitos e obrigações, tal como adjudicada a um sujeito de direito.

II. Capacidade processual é a de alguém que pode, idoneamente, instaurar um processo, porque maior e capaz.

III. A representação, na esfera do processo civil, significa que o absolutamente incapaz, não tendo capacidade processual alguma, mas exclusivamente capacidade de ser parte, não pode processualmente agir.

IV. Verificado o defeito na representação processual, o juiz, de imediato, decretará a nulidade do processo.

V. Havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão pagas pelo autor da demanda.

Responda:

(A) Apenas a assertiva IV está correta.

(B) Estão corretas as assertivas I, II e IV.

(C) Estão corretas as assertivas I, II e III.

(D) Estão corretas as assertivas III, IV e V.

(E) Apenas a assertiva II está correta.

RESPOSTA (I), (II) e (III) A capacidade de *ser parte* (de direito) é reconhecida como toda aquela referente à personalidade jurídica, enquanto a capacidade para *estar em juízo* (processual) é restrita a toda pessoa que se acha no *exercício* dos seus

direitos (art. 7º, CPC) e para supri-la, os incapazes serão *representados* ou *assistidos* por seus pais, tutores ou curadores (art. 8º, CPC). (IV) Art. 13, CPC. (V) Art. 26, § 2º, CPC (as despesas serão divididas igualmente entre as partes). *Alternativa C.*

6703. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Sobre representação em juízo, ativa e passivamente, assinale a alternativa incorreta:

(A) O condomínio é representado pelo administrador ou pelo síndico.
(B) A herança jacente ou vacante é representada por seu curador.
(C) O espólio é representado pelo inventariante.
(D) As pessoas jurídicas são representadas somente por seus diretores.
(E) O município é representado por seu prefeito ou procurador.

RESPOSTA Art. 12, IX, IV, V, VI (as pessoas jurídicas serão representadas por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não os designando, por seus diretores) e II, CPC, respectivamente. *Alternativa D.*

6704. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa incorreta, quanto aos deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo:

(A) Expor os fatos em juízo conforme a verdade.
(B) Proceder com lealdade e boa-fé.
(C) Cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.
(D) Não produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito.
(E) Comparecer às audiências pontualmente, tolerando-se atrasos de até cinco minutos.

RESPOSTA Os deveres das partes estão elencados no art. 14, CPC, não havendo qualquer menção quanto a tolerância por atrasos em audiências. *Alternativa E.*

6705. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. O absolutamente incapaz pode ser parte.
II. O absolutamente incapaz tem capacidade para estar em juízo.
III. O absolutamente incapaz deve estar representado para ter capacidade processual.
IV. O relativamente incapaz não pode ser parte.
V. O absolutamente incapaz deve estar assistido e o relativamente incapaz deve estar representado para terem capacidade processual.

(A) As assertivas I, II e III estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
(C) Apenas a assertiva I está correta.
(D) Apenas a assertiva V está correta.
(E) As assertivas I, II e V estão incorretas.

RESPOSTA O absolutamente e o relativamente incapaz podem ser partes (pois são sujeitos aptos para adquirir direitos). No entanto, como não possuem capacidade processual (não podem praticar atos processuais sozinhos), precisam ser representados (absolutamente incapaz) ou assistidos (relativamente incapaz) por seus pais, tutores ou curadores (arts. 7º e 8º, CPC). *Alternativa B.*

6706. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** Reputa-se litigante de má-fé aquele que

I. opuser resistência injustificada ao andamento do processo.

II. usar do processo para conseguir objetivo legal, procedendo ou não de modo temerário.
III. deduzir pretensão contra texto expresso de lei.
IV. deduzir defesa contra fato controverso.
Está correto somente o que se afirma em
(A) III.
(B) I, II.
(C) IV.
(D) I, III.

RESPOSTA Segundo o art. 17, CPC, reputa-se *litigante de má-fé* aquele que: I – deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato *incontroverso*; II – alterar a verdade dos fatos; III – usar do processo para conseguir objetivo *ilegal*; IV – opuser resistência injustificada ao andamento do processo; V – proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; VI – provocar incidentes manifestamente infundados; VII – interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. *Alternativa D*.

6707. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Considerando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I. Segundo a teoria moderna da ação de direito material defendida por Pontes de Miranda, o direito processual tem de atender à eficácia das ações segundo o direito material correspondente.
II. O fenômeno processual da substituição processual constitui hipótese excepcional onde o direito de ação é exercido em nome próprio por quem não é detentor do direito material, apenas quando houver expressa disposição legal autorizativa.
III. Segundo a teoria de Liebman, as condições da ação são requisitos necessários à configuração do próprio direito à tutela jurisdicional, o qual, em virtude do seu caráter abstrato, não se confunde com o direito material vindicado.
IV. Caso se verifique a ausência de uma das condições da ação no momento da sua propositura, mas no curso do processo tal condição venha a ser implementada, não terá incidência a hipótese do art. 267, VI, do CPC, devendo o julgador apreciar o mérito da pretensão.

(A) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
(B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
(C) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
(D) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Segundo Pontes de Miranda, cada direito material corresponde a uma ação de direito processual. (II) Art. 6º, CPC (a substituição processual também é chamada de *legitimidade extraordinária*). (III) Teoria de Liebman adotada pelo CPC. (IV) Verificada a ausência de uma das condições da ação, o juiz deve extingui-la, sem resolução de mérito (art. 267, VI, CPC). *Alternativa A.*

6708. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Quanto ao instituto da ação, assinale a alternativa correta.

(A) O pedido imediato é aquele feito diretamente à parte adversa. O pedido mediato é feito indiretamente ao Estado-Juiz.
(B) Os elementos da ação têm por escopo dar identidade às ações, evitando-se, assim, o aparecimento de ações idênticas. Correspondem às partes legítimas, ao pedido juridicamente possível e à causa de pedir.
(C) As condições da ação são requisitos essenciais de ordem processual. São elencados como partes,

pedido e interesse de agir.

(D) As ações são classificadas como sendo de cognição, executivas e mandamentais. A primeira busca conhecer a causa e desdobra-se em ação de natureza condenatória, constitutiva, meramente declaratória e cautelar.

(E) Considera-se interesse processual a relação de necessidade-adequação do provimento postulado, diante do conflito de direito material trazido à solução judicial.

RESPOSTA O que caracteriza o *interesse processual* ou *interesse de agir*, segundo o STJ, é o binômio necessidade-adequação; necessidade concreta da atividade jurisdicional e adequação de provimento e procedimento desejados (REsp 659.139/RS). *Alternativa E*.

6709. (Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA) Acerca da jurisdição, da ação e do processo, assinale a alternativa correta.

(A) A decisão do juiz que extingue o usufruto constitui ato de jurisdição civil contenciosa.

(B) Admite-se a propositura de ação declaratória incidental nas causas de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico.

(C) Extingue-se o processo sem apreciação do mérito quando o juiz pronuncia a decadência.

(D) A pretensão resistida é pressuposto para o exercício do direito de ação contenciosa.

(E) A abstração do direito de ação explica-se por ser ele mesmo o direito material disputado entre os litigantes.

RESPOSTA Segundo a doutrina, o exercício da ação, como legítimo direito ao exercício da atividade jurisdicional, pressupõe pretensão resistida, ou seja, conflito de interesses, resistência a ser dirimida entre as partes que mantêm vontades contraditórias. *Alternativa D*.

6710. (Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP) O réu, devidamente citado, apresentando contestação, mas verificando o juiz a incapacidade processual ou defeito de representação, deve

(A) assinalar prazo razoável para a sanar o defeito e caso não haja a regularização, deverá declarar o réu revel.

(B) intimá-lo pessoalmente, para regularizar os autos em 48 horas.

(C) extinguir o processo sem resolução do mérito, por falta de pressuposto processual.

(D) extinguir o processo sem resolução do mérito, por não cumprimento da regularização.

RESPOSTA Art. 13, II, CPC. *Alternativa A*.

6711. (Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO) A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras pretende ingressar com ação cível visando à reparação de danos materiais que lhe foram causados por pessoa física já falecida. O advogado da Petrobras responsável pelo ajuizamento da ação verifica, nos autos do inventário, a nomeação de inventariante dativo. Nesse caso, ao propor a ação de reparação, deverá requerer a citação, como réu(s), do(s)

(A) espólio, apenas.

(B) testamenteiro.

(C) inventariante dativo.

(D) meeiro ou da meeira, se houver.

(E) herdeiros e sucessores, em sua totalidade.

RESPOSTA Art. 12, § 1º, CPC. *Alternativa E*.

6712. **(Procurador – ALEGO – 2006 – UEG)** Segundo o Código de Processo Civil, e sobre o exercício do direito de ação, é INCORRETO afirmar:

(A) Se, no curso do processo, se tornar litigiosa relação jurídica de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide, qualquer das partes deverá requerer que o juiz a declare por sentença.

(B) Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.

(C) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou inexistência de relação jurídica; da autenticidade ou falsidade de documento.

(D) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

RESPOSTA (A) Arts. 5º e 325, CPC (qualquer das partes *poderá* requerer). (B) Art. 3º, CPC. (C) Art. 4º, CPC. (D) Art. 6º, CPC. *Alternativa A*.

6713. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** "A" ajuíza ação ordinária em face de "B" postulando a condenação do réu a cumprir uma cláusula contratual. Ao ser citado, "B" contesta o pedido e, ao mesmo tempo, questiona a validade do próprio contrato no qual a cláusula está inserida. Assinale a opção incorreta.

(A) As partes devem ser ativa e passivamente legitimadas à causa em que se discute a existência e inexistência da relação jurídica, tanto que deveriam sê-lo se a demanda de declaração fosse proposta em caráter autônomo e não incidental.

(B) Se o réu não apresentar ação declaratória incidental, devolve-se ao autor a faculdade de fazê-lo, tendo ele para tanto o prazo de dez dias a partir de quando seu defensor tiver sido intimado do teor da contestação apresentada pelo réu.

(C) Como causa proposta incidentemente a um processo já iniciado, a ação declaratória é da competência absoluta funcional do juiz desta, o qual está prevento.

(D) A ação declaratória incidental é privativa do processo de conhecimento, porque como se traduz em pedido de tutela jurisdicional mediante sentença, não teria como se acomodar no executivo, no monitório, na cautelar e no de jurisdição voluntária.

(E) Não se admite ação declaratória incidental no procedimento sumário, nos juizados especiais cíveis e nas ações possessórias, sendo que nesta última hipótese sob o argumento de que o pedido de declaração incidente colide com a expressão autorização de formular pedido contraposto.

RESPOSTA A *ação declaratória incidental* (arts. 5º e 325, CPC), quando de iniciativa do réu, tem o conteúdo específico de uma *reconvenção*. Assim, há casos em que a própria lei prevê a inadmissibilidade dessa ação, na medida em que veda a possibilidade de reconvenção, já que essa pretensão é exercida por meio de *pedido contraposto*, como é o caso do procedimento *sumário* (art. 287, § 4º, CPC) e dos *JECs* (Lei n. 9.099/95, art. 31). No entanto, em se tratando de *ações possessórias*, é permitida a ação declaratória incidental, pois, já que não há vedação expressa à reconvenção nessas ações, o pedido de declaração *não* colide com a permissão de pedido contraposto do art. 922, CPC. *Alternativa E*.

6714. **(Advogado – FESF – 2010 – AOCP)** Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. De acordo com o Código de Processo Civil, reputa-se litigante de má-fé aquele que

I. deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato controverso;

II. alterar a verdade dos fatos;

III. opuser resistência justificada ao andamento do processo

IV. proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

(A) Apenas I, II e III.

(B) Apenas II, III e IV.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas II e IV.
(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA Art. 17, I, II, IV e V, CPC. *Alternativa E.*

6715. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Ação declaratória incidental

(A) é o instrumento processual para que o réu formule, em seu favor, pedido condenatório.
(B) é o instrumento processual que possibilita, a qualquer das partes, pedir que o juiz decida, com capacidade de formação de coisa julgada material, questão prejudicial ao julgamento de mérito.
(C) é o instrumento processual para que apenas o autor peça que o juiz decida, com capacidade de formação de coisa julgada material, questão prejudicial do julgamento de mérito.
(D) pode ser formulada em ações sumárias.
(E) é incidente que impede o julgamento do mérito do pedido inicial, convertendo o objeto da demanda para que se analise, apenas, o pedido incidente.

RESPOSTA (A), (B), (C) e (E) Arts. 5º, 325 e 470, CPC. (D) Art. 280, CPC. *Alternativa B.*

III. Litisconsórcio, Assistência e Intervenção de Terceiros

6716. **(Advogado – IMESP – 2010 – VUNESP)** Assinale a alternativa que revela uma das hipóteses de admissibilidade do chamamento ao processo.

(A) Aplica-se àquele que estiver obrigado, pela lei ou por contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
(B) Caberá àquele que detendo coisa alheia for demandado em nome próprio.
(C) Na existência de devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de algum deles, parcial ou totalmente, a dívida em comum.
(D) Caberá a quem pretender no todo ou em parte a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, sempre até a prolação da sentença.
(E) Existindo proprietário ou possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada.

RESPOSTA O art. 77, III, CPC prevê que é admissível o *chamamento ao processo* de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum. *Alternativa C*.

6717. **(Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS)** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta sobre a disciplina da intervenção de terceiros prevista no Código de Processo Civil.

(A) Quem pretender a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até o trânsito em julgado da sentença, oferecer oposição contra ambos.
(B) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá denunciar à lide o proprietário ou o possuidor.
(C) A oposição, oferecida antes da audiência, correrá de forma autônoma e suspenderá o julgamento da ação principal.
(D) É obrigatória a denunciação da lide àquele que estiver obrigado a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

(E) É admissível o chamamento ao processo do devedor, na ação em que o fiador for autor, e dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles.

RESPOSTA (A) Art. 56, CPC (até ser proferida a sentença). (B) Art. 62, CPC (deverá nomear à autoria). (C) Art. 59, CPC. (D) Art. 70, III, CPC. (E) Art. 77, I e II, CPC (do devedor, na ação em que o fiador for *réu*). *Alternativa D*.

6718. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Observe os caracteres processuais a seguir e aponte a alternativa que expresse com exatidão a sequência ora descrita: 1. Não obsta a que a parte principal reconheça a procedência da ação ou transija sobre direitos controversos; 2. É ação secundária, de natureza condenatória, ajuizada no curso de outra ação condenatória principal; 3. É obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

(A) Assistência; chamamento ao processo; assistência.
(B) Chamamento ao processo; assistência; assistência.
(C) Denunciação da lide; denunciação da lide; chamamento ao processo.
(D) Denunciação da lide; denunciação da lide; assistência.
(E) Assistência; denunciação da lide; denunciação da lide.

RESPOSTA 1. Assistência simples (art. 53, CPC); 2. Denunciação da lide (arts. 70 a 76, CPC); 3. Denunciação da lide (art. 70, III, CPC). *Alternativa E.*

6719. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Não constitui modalidade de intervenção de terceiros:

(A) A assistência, pois não está listada no capítulo próprio do Código de Processo Civil.
(B) A oposição, pois o opoente em verdade não é terceiro, mas parte, já que autor de um pedido contra as partes originárias.
(C) A nomeação à autoria, pois o nomeado, uma vez aceito no processo, passa a ocupar a posição de réu, portanto de parte e não terceiro.
(D) O litisconsórcio, em qualquer de suas modalidades.
(E) A denunciação da lide, quando referente à evicção.

RESPOSTA A intervenção de terceiros é um instituto processual que ocorre em processo alheio, pressupondo a pendência de uma lide entre partes distintas, na qual esse terceiro possui interesse jurídico. O litisconsórcio, por sua vez, representa a reunião de dois ou mais sujeitos em um ou dois polos no processo, ou seja, o litisconsorte faz parte da demanda, não sendo considerado terceiro. *Alternativa D.*

6720. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** André moveu contra Maria Alice ação de reconhecimento de domínio (reivindicatória) em face de um imóvel situado no centro de Cuiabá, a qual se encontra na fase de instrução processual. No entanto, acreditando que o imóvel, na verdade, lhe pertence, por ter o registro anterior aos demais, João Antônio pretende intervir na lide na condição de terceiro interessado, reivindicando para si o direito de propriedade que recai sobre o referido imóvel. Neste caso, deverá fazê-lo através do instituto da:

(A) denunciação da lide;
(B) oposição;
(C) assistência;
(D) nomeação à autoria;
(E) chamamento ao feito.

RESPOSTA Segundo o art. 56, CPC, quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer *oposição* contra ambos. *Alternativa B.*

6721. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Leandro, pintor, empregado de uma empresa de construção civil, foi designado por esta para realizar a pintura da fachada da loja Armarinhos São Benedito. Ocorre que, como o material fornecido pela empregadora foi de má qualidade, a pintura acabou provocando prejuízos à loja contratante. Inconformada, esta ingressou com ação de indenização contra Leandro. Admitindo-se esta hipótese, poderá o réu:

(A) nomear à autoria a empregadora, alegando que praticou o ato em cumprimento a instrução desta;
(B) denunciar à lide a empregadora, a fim de se prevenir contra a evicção;
(C) chamar ao processo a empregadora por se tratar de responsabilidade solidária;
(D) requerer a assistência processual da empregadora, por se tratar de interesses que lhes são comuns;
(E) oferecer oposição ao autor, por não ser responsável pela dívida.

RESPOSTA De acordo com o art. 63, CPC, aplica-se a *nomeação à autoria* à ação de indenização, intentada pelo proprietário ou pelo titular de um direito sobre a coisa, toda vez que o responsável pelos prejuízos alegar que praticou o ato por ordem, ou em cumprimento de instruções de terceiro. *Alternativa A.*

6722. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Kleber adquiriu de Epifânio, por intermédio de um contrato particular de compra e venda, um bem móvel que sabia ser objeto de litígio judicial entre o alienante e José Antônio. Requereu, então, seu ingresso na lide em substituição a Epifânio, o que este, depois de ouvido, recusou-se. Neste caso:

(A) o juiz deverá determinar a substituição da parte, apesar da irresignação do alienante, pois no caso operou-se a alteração da legitimidade das partes;
(B) o adquirente, Kleber, ficará impossibilitado de intervir no processo, em face de já se ter aperfeiçoado a relação processual;
(C) o adquirente, Kleber, poderá intervir no processo da condição de assistente do alienante;
(D) o juiz deverá determinar a substituição do procurador do alienante;
(E) o juiz determinará a extinção do processo sem resolução de mérito.

RESPOSTA A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes (art. 42, CPC), sendo que o adquirente ou o cessionário não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, ou o cedente, sem que o *consinta* a parte contrária (§ 1º). Poderá, no entanto, intervir no processo, *assistindo* o alienante ou o cedente (§ 2º). *Alternativa C.*

6723. **(Advogado – EBAL – 2010 – CEFETBA)** Analise as seguintes assertivas acerca do litisconsórcio, da assistência e da intervenção de terceiros:

I. O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa, sendo que o pedido de tal limitação interrompe o prazo para a resposta, que é retomado quando da intimação da decisão.
II. O assistente pode obstar que a parte principal reconheça a procedência do pedido, caso em que prosseguirá na relação processual, seguindo o feito seu curso normal.
III. Nas hipóteses de nomeação à autoria, o autor tem a faculdade de aceite ou recusa de tal nomeação, sendo que seu silêncio quanto a tal aspecto acarreta a aceitação.
IV. Nas hipóteses de ocorrência da oposição, deverá esta ser julgada em momento anterior ao julgamento da ação.
V. É obrigatória a denunciação da lide a todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles totalmente a dívida comum.

Estão corretas as assertivas:

(A) I, II e V.
(B) I, III e IV.
(C) I, III e V.
(D) II, III e IV.
(E) II, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 46, parágrafo único, CPC. (II) Art. 53, CPC. (III) Art. 68, I, CPC. (IV) Art. 61, CPC. (V) Art. 70, CPC. *Alternativa B.*

6724. **(Advogado – LOTERJ – 2010 – FEC)** Na Doutrina de Luiz Guilherme Marinoni, a primeira das figuras tratadas pelo Código de Processo Civil, como espécie de intervenção de terceiro é a OPOSIÇÃO. Desta forma sobre a figura mencionada podemos afirmar que:

(A) ela somente será admitida até a prolação da sentença, mas, segundo seja deduzida antes ou depois da audiência, pode gerar consequências distintas.
(B) somente quando o juiz note que pode fazer a oposição chegar a mesma fase em que se encontra a ação, em prazo não superior a 90 (noventa dias), é que se poderá determinar a suspensão da primeira ação.
(C) cabendo ao juiz decidir simultaneamente a ação e a oposição, este conhecerá a ação em primeiro lugar e posteriormente conhecerá a oposição.
(D) distribuída à oposição por dependência, serão os opostos citados, na pessoa dos seus respectivos advogados, para contestar o pedido no prazo comum de 10 (dez) dias.
(E) a oposição, oferecida antes da audiência, será juntada e não apensada aos autos principais.

RESPOSTA (A) Arts. 56, 59 e 60, CPC. (B) Art. 60, CPC. (C) Art. 61, CPC. (D) Art. 57, CPC (15 dias). (E) Art. 59, CPC. *Alternativa A.*

6725. **(Promotor – MP-BA – 2010)** Em simples palavras, litisconsórcio significa a pluralidade de partes litigantes no processo. É a reunião de vários interessados numa mesma demanda, na qualidade de autor e/ou de réu, para a defesa de interesses comuns. O litisconsórcio não se confunde, evidentemente, com a cumulação de ações, pois se refere a pessoas que integram uma das partes no pleito. Acerca do tema aqui proposto, é incorreto afirmar:

(A) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é indispensável.
(B) A ausência de citação de todos os litisconsórcios necessários implica extinção do processo sem destrame do mérito.
(C) O litisconsórcio por afinidade sempre será simples.
(D) O litisconsórcio formado por titulares de direitos individuais homogêneos, necessariamente, será simples.
(E) Quando dois ou mais legitimados extraordinários figurarem em juízo discutindo a mesma relação, tem-se um litisconsórcio unitário.

RESPOSTA Art. 10, § 2º, CPC (nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu só é indispensável em casos de composse ou ato por ambos praticado). *Alternativa A.*

6726. **(Promotor – MP-SP – 2011)** É correto afirmar que, na relação jurídico-processual em que haja litisconsórcio necessário unitário,

(A) o Juiz poderá limitá-lo, a pedido, quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.

(B) a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
(C) é dispensável a citação de todos os litisconsortes no processo.
(D) a eficácia da sentença independe da citação de todos os litisconsortes no processo.
(E) o Juiz poderá decidir a lide de modo diferente para cada um dos litisconsortes.

RESPOSTA Segundo o art. 47, CPC, há litisconsórcio *necessário*, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da *citação de todos os litisconsortes* no processo. *Alternativa B.*

6727. (Advogado – CMPetrópolis-RJ – 2010 – FDC) Considere a seguinte situação hipotética: A, servidor público municipal, ajuíza ação em face do Município X objetivando o recebimento de determinada verba salarial. Outros servidores municipais, interessados no sucesso de A, uma vez que poderiam também ser influenciados pelo resultado da referida ação, caso fosse ela julgada improcedente, desejam intervir no processo. Na hipótese, a forma de intervenção correta seria:
(A) assistência;
(B) chamamento ao processo;
(C) denunciação a lide;
(D) oposição;
(E) nomeação a autoria.

RESPOSTA Segundo o art. 50, CPC, pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para *assisti-la*. *Alternativa A*.

6728. (Advogado – CESP – 2009 – VUNESP) É admissível o chamamento ao processo
(A) do alienante, na ação em que terceiro reivindica do adquirente a coisa cujo domínio foi-lhe transferido.
(B) do locador, quando o locatário for demandado em nome próprio em razão da coisa sobre a qual exerce a posse direta.
(C) do devedor, na ação em que o fiador for réu.
(D) daquele que, por força de contrato, estiver obrigado em ação regressiva a indenizar o prejuízo do que perder a demanda.
(E) do proprietário, quando aquele que detiver a coisa em nome alheio for demandado em nome próprio.

RESPOSTA Art. 77, I, CPC. *Alternativa C*.

6729. (Advogado – MGI – 2009 – FUMARC) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, nas hipóteses abaixo, enunciadas em estrita consonância com o Código, EXCETO se:
(A) Entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
(B) Entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir.
(C) Os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato.
(D) Ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.

RESPOSTA Art. 46, I, III, II e IV, CPC, respectivamente. *Alternativa C*.

6730. (Advogado – SENADO – 2008 – FGV) Quando o terceiro intervém no processo para discutir a relação jurídica da parte, por ter vínculo de direito conexo e dependente com o deduzido em

juízo, haverá:

(A) litisconsórcio.
(B) assistência.
(C) oposição.
(D) intervenção de terceiro prejudicado.
(E) intervenção *iussu iudicis*.

RESPOSTA Art. 50, CPC. *Alternativa B.*

6731. **(Analista – TRE-PA – 2011 – FGV)** A respeito das diversas formas de intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência previstas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

(A) tanto o autor quanto o réu podem suscitar a nomeação à autoria, que se trata de instituto por meio do qual se introduz no processo aquele que deveria ter sido originariamente demandado.
(B) na denunciação da lide feita pelo autor, o denunciado, em comparecendo, assume a posição de litisconsorte do denunciante, podendo, inclusive, aditar a petição inicial.
(C) é inadmissível o chamamento ao processo do devedor na ação em que o fiador for réu.
(D) o litisconsórcio necessário é sempre unitário, e o facultativo é sempre simples.
(E) o Código de Processo Civil contempla com o benefício da prioridade na tramitação pessoal todos os idosos com idade igual ou superior a 60 anos que figuram como partes, mas não como intervenientes.

RESPOSTA (A) Art. 62, CPC (apenas o *réu* pode nomear à autoria). (B) Art. 74, CPC. (C) Art. 77, I, CPC. (D) O litisconsórcio *necessário* pode ser *unitário* ou *simples*, bem como o *facultativo* também pode ser *simples* ou *unitário*. (E) Art. 1.211-A, CPC. *Alternativa B*.

6732. **(Procurador – Camaçari-BA – 2010 – AOCP)** Em se tratando de Litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

(A) Quando os litisconsortes tiverem procuradores diferentes, ser-lhes-ão contados em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer.
(B) Segundo Súmula do STF, não se conta em dobro o prazo para recorrer, quando só um dos litisconsortes haja sucumbido.
(C) No litisconsórcio unitário, a conduta alternativa de um dos litisconsortes não beneficia os demais.
(D) O litisconsórcio por afinidade pode ser simples ou unitário.
(E) Poderá o juiz limitar o litisconsórcio facultativo apenas quanto ao número de litigantes, somente nos casos em que haja comprometimento à rápida solução do litígio.

RESPOSTA Segundo a *Súmula 641, STF*, quando só um dos litisconsortes haja sucumbido, o prazo para recorrer não será em dobro. O entendimento é de que o recorrente passa a ser considerado um litigante individual, não mais se aplicando o disposto no art. 191, CPC. *Alternativa B*.

6733. **(Procurador – PGE-PA – 2009)** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

(A) Aquele que detiver a coisa em nome próprio, sendo-lhe demandada por terceiro, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.
(B) A oposição, que ocorre quando o autor pretende, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre o qual controvertem autor e réu, deve ser proposta até a sentença, tendo natureza jurídica de ação.
(C) No chamamento ao processo, o devedor poderá requerer, até a sentença, a integração do fiador à

demanda.

(D) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a denunciação da lide é obrigatória em todas as hipóteses fixadas em lei, na medida em que, de todas elas, decorrem efeitos jurídicos irreversíveis.

RESPOSTA Segundo o art. 56, CPC, quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, *até ser proferida a sentença*, oferecer *oposição* contra ambos. Trata-se de modalidade de *intervenção de terceiro* que se dá por meio de uma nova demanda, tendo, portanto, *natureza jurídica de ação*. *Alternativa B.*

6734. (Advogado – ELETROBRAS – 2007 – NCE) João é o dono de um imóvel e está fazendo obras nele. Seu caseiro, Marcos, está sendo processado, como se dono fosse, pelo possuidor do imóvel vizinho, que alega estar sendo turbado na sua posse. Foi deferida, sem oitiva da parte contrária, liminar possessória, para determinar a cessação dos atos de turbação. Nesse caso, João deve:

(A) ingressar nos autos, por meio de habilitação;

(B) ingressar nos autos, por meio da assistência;

(C) ingressar nos autos, por meio da nomeação à autoria;

(D) ajuizar embargos de terceiro contra o ato do juiz que deferiu a liminar possessória;

(E) impetrar mandado de segurança contra o ato do juiz que deferiu a liminar possessória.

RESPOSTA Art. 50, CPC. Obs.: ao caso narrado, seria mais adequada a *nomeação à autoria*, mas a questão pergunta o que "João" deve fazer. Como João não pode *nomear-se* à autoria (caberia a Marcos nomeá-lo), cabe-lhe intervir no processo por meio da *assistência*. *Alternativa B*.

6735. (Advogado – CORREIOS-BA – 2007 – CONESUL) No Direito Processual Civil, quanto à intervenção de terceiros, assinale a assertiva INCORRETA.

(A) O procedimento sumário não admite a assistência.

(B) A oposição poderá ser oferecida até a sentença.

(C) A nomeação à autoria é feita pelo réu.

(D) É admissível o chamamento ao processo do devedor, na ação em que o fiador for réu.

RESPOSTA (A) Art. 240, CPC (admite *a assistência*). (B) Art. 56, CPC. (C) Art. 64, CPC. (D) Art. 77, I, CPC. *Alternativa A*.

IV. Competências, Ministério Público, Juiz e Auxiliares da Justiça

6736. (Advogado – EMDEC – 2010 – CAIP) Segundo o artigo 97 do Código de Processo Civil, as ações em que o ausente for réu correm no foro:

(A) do domicílio do autor da ação.

(B) de seu último domicílio.

(C) do domicílio de seus descendentes.

(D) em quaisquer dos domicílios das partes envolvidas.

RESPOSTA Art. 97, CPC. *Alternativa B*.

6737. (Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS) Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta sobre o regime da competência no Código de Processo Civil.

(A) A ação intentada perante tribunal estrangeiro obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa.

(B) A ação fundada em direito real sobre bens imóveis será proposta, em regra, no foro do domicílio

do réu.

(C) Recaindo o litígio sobre direito de propriedade, pode o autor optar pelo foro do domicílio ou de eleição.

(D) Para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos, é competente o foro do domicílio do autor.

(E) Nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato.

RESPOSTA (A) Art. 90, CPC. (B) Art. 95, primeira parte, CPC (foro da situação da coisa). (C) Art. 95, segunda parte, CPC. (D) Art. 100, III, CPC (domicílio do devedor). (E) Art. 100, parágrafo único, CPC. *Alternativa E*.

6738. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** É INCORRETO afirmar que

(A) falecendo o autor da herança no estrangeiro, tendo domicílio certo no Brasil, este é o competente para o cumprimento de disposições de última vontade.

(B) é competente o foro do lugar em que ocorreu o óbito se o autor da herança não tinha domicílio certo e possuía bens em lugares diferentes.

(C) as ações em que o ausente for réu correm no foro de seu último domicílio.

(D) nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, somente será competente o foro do domicílio do autor.

RESPOSTA (A) Art. 96, *caput*, CPC. (B) Art. 96, parágrafo único, II, CPC. (C) Art. 97, CPC. (D) Art. 100, parágrafo único, CPC. *Alternativa D*.

6739. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Impedimento e suspeição:

(A) Somente se aplicam ao Juiz.

(B) Podem implicar mudança de Juiz, mas não de Juízo.

(C) Podem implicar mudança de Juízo, mas não de Juiz.

(D) Podem implicar mudança de Juiz e de Juízo.

(E) Aplicam-se ao Juiz e ao Juízo.

RESPOSTA As regras de *impedimento* (art. 134, CPC) e *suspeição* (art. 135, CPC) se aplicam à figura do *julgador* (juiz), cujo reconhecimento de ofício, ou o acolhimento da exceção, implica na remessa dos autos ao substituto legal para julgamento desse caso específico. Portanto, permanece o mesmo juízo (órgão jurisdicional), alterando-se apenas o magistrado (juiz). *Alternativa B.*

6740. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Marque a alternativa INCORRETA.

(A) O Ministério Público será ouvido em todos os conflitos de competência, inclusive naqueles relacionados com processos em que a sua intervenção não seja obrigatória.

(B) O conflito de competência, no caso de controvérsia acerca da reunião de processos conexos entre juízes de Vara Cível e Vara de Família, será resolvido pelo critério da prevenção.

(C) A parte que apresentou exceção de incompetência não pode suscitar o conflito.

(D) O conflito de competência não obsta a que a parte que o não suscitou ofereça exceção declinatória do foro.

RESPOSTA (A) Art. 116, parágrafo único, CPC. (B) O conflito de competência (incidente processual) será resolvido por meio de julgamento pelo tribunal imediatamente superior aos conflitantes, conforme procedimento previsto nos arts. 115 a 124, CPC, e não por prevenção. (C) Art. 117, CPC. (D) Art. 117, parágrafo único, CPC. *Alternativa B.*

6741. **(Procurador – MPT – 2009)** Com relação à jurisdição e à competência, é INCORRETO

afirmar que:

(A) como monopólio estatal, a jurisdição é, ao mesmo tempo, poder, função e atividade, e seus critérios distintivos são o caráter substitutivo e o escopo de atuação do direito, pressupondo lide, inércia e definitividade, podendo o juiz, em casos específicos, autorizados pela lei, agir de ofício;

(B) ante a exceção do princípio da perpetuação da jurisdição, inscrito no CPC, a alteração superveniente de competência, ditada por norma constitucional, afeta a validade da sentença anteriormente proferida, por se tratar de coisa julgada inconstitucional;

(C) a competência para a causa se estabelece levando em consideração os termos da demanda, isto é, à vista da petição inicial, e não a procedência ou improcedência da pretensão, bem como não a definem a legitimidade ou não das partes (pertinência subjetiva da lide);

(D) a competência é requisito de validade do processo: a incompetência do juízo para apreciar a reconvenção não impede que ele aprecie a demanda principal, uma vez que a competência para a reconvenção, como procedimento incidental, não é pressuposto processual de validade;

(E) não respondida.

RESPOSTA A teor da *Súmula 367, STJ*, "A competência estabelecida pela EC n. 45/2004 não alcança os processos já sentenciados". Portanto, não restará afetada a validade da sentença anteriormente proferida, ainda que alterada de maneira superveniente a competência por norma constitucional, haja vista que essa modificação não alcança feitos já sentenciados. *Alternativa B.*

6742. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** No que diz respeito a ações, competência e modificações da competência, assinale a alternativa correta:

(A) Distingue-se a incompetência do impedimento, porque este é defeito respeitante ao órgão jurisdicional e não pertinente à pessoa física que integra o órgão judicial.

(B) A ação de consignação em pagamento, que não verse sobre locação, deve ser ajuizada no local de pagamento, mas quando a coisa devida for corpo que deva ser entregue no lugar em que está, deverá o devedor requerer a consignação no foro em que ela se encontra.

(C) Nas ações em que a União for ré, o foro é o da seção judiciária do domicílio do autor, ou daquela em que ocorreu o ato ou o fato de que se originou a demanda, ou daquela em que a coisa esteja situada, ou, ainda, no Distrito Federal.

(D) No que tange à exceção de incompetência relativa, a petição deve ser protocolizada no juízo de domicílio do réu, sem que haja necessidade de requerimento de imediata remessa ao juízo que determinou a citação.

(E) Mesmo que o juiz entenda haver, em determinado caso, nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, não pode declará-la de ofício, declinando de competência para o juízo de domicílio do réu.

RESPOSTA Nas ações intentadas contra a União, aplica-se a regra do art. 109, § 2º, CF/88, conforme trazido na *alternativa C*, entendendo-se que a Carta Magna não recepcionou o art. 99, CPC. *Alternativa C.*

6743. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Quanto à jurisdição e à competência, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria, da hierarquia ou territorial.

(B) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer de ações relativas a móveis situados no Brasil e proceder a inventário e partilha de bens, situados no Brasil,

ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.

(C) A ação intentada perante tribunal estrangeiro não induz litispendência, nem obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.

(D) Argui-se, por meio de exceção, a incompetência relativa. A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, não pode se declarada de ofício pelo juiz.

(E) Havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, mesmo que uma delas já tenha sido julgada.

RESPOSTA (A) Art. 87, CPC. (B) Art. 89, CPC (relativas a *imóveis* situados no Brasil). (C) Art. 90, CPC. (D) Art. 109, parágrafo único, CPC (nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de adesão *pode* ser declarada de ofício). (E) Art. 105, CPC e *Súmula 235*, STJ "A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado". *Alternativa C.*

6744. **(Procurador – MPT – 2008)** A propósito da Jurisdição, considere as seguintes proposições:

I. enquanto manifestação da soberania do Estado, a jurisdição não é passível de delegação a terceiros, sendo exercida exclusivamente por magistrados investidos em conformidade com as regras da Constituição Federal;

II. por força do princípio da aderência, a jurisdição está limitada ao espaço geográfico sobre o qual se projeta a soberania do Estado;

III. a ideia matriz do princípio do juiz natural legitima a instituição de juízos e tribunais especiais, destinados à solução de conflitos prévios e determinados, gravados de especial interesse social;

IV. embora não se instaure de ofício a jurisdição, os órgãos jurisdicionais do Estado devem oferecer respostas a todos os conflitos que lhes sejam submetidos, ainda que omissa ou obscura a legislação em vigor.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

(A) o item I é certo e o item II é errado;

(B) o item II é certo e o item III é errado;

(C) o item III é certo e o item IV é errado;

(D) o item IV é certo e o item I é errado;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Correta, em consonância com o princípio da indelegabilidade. (II) Correta, segundo o princípio da aderência ao território. (III) Incorreta, pois pelo princípio do juiz natural não se admite a criação de juízos e tribunais especiais por interesse social (Art. 5º, XXXV, CF). (IV) Correta, por força do princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CF e art. 126, CPC). *Alternativa B.*

6745. **(Procurador – MPT – 2008)** A propósito das regras de competência, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) a competência é fixada no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia;

(B) a ação proposta perante tribunais estrangeiros, envolvendo o domínio de imóvel sediado no Brasil, não impede que a autoridade judiciária brasileira conheça de ação idêntica ou conexa, tampouco configurando litispendência;

(C) a ação fundada em direito real sobre imóvel deve ser proposta no foro do domicílio do Réu, salvo se incerto ou desconhecido o seu domicílio, caso em que será demandado onde for encontrado ou no foro do domicílio do Autor;

(D) há conflito de competência quando dois ou mais juízes se consideram competentes ou incompetentes para instruir e julgar determinada causa, ou ainda, quando há controvérsia acerca da reunião ou separação de processos;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 87, CPC. (B) Art. 90, CPC. (C) Art. 95, CPC (competente o foro da situação da coisa, podendo optar pelo foro do domicílio ou de eleição, salvo exceções). (D) Art. 115, CPC. *Alternativa C.*

6746. **(Promotor – MP-SP – 2011)** O poder instrutório do Juiz no processo civil

(A) depende de requerimento e iniciativa da parte, exclusivamente.
(B) é restrito à prova de fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
(C) é limitado à prova de fatos a cujo favor milita presunção legal de existência e de veracidade.
(D) está adstrito à prova de fatos admitidos, no processo, como incontroversos.
(E) é amplo, cabendo-lhe determinar de ofício as provas necessárias à instrução do processo.

RESPOSTA De acordo com o art. 130, CPC, caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias. *Alternativa E.*

6747. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Na ação fundada em direito real sobre imóvel, recaindo o litígio sobre direito de posse de um terreno e benfeitorias situado em mais de uma comarca, o foro competente para a ação é

(A) do detentor do bem.
(B) de eleição das partes contratantes.
(C) do domicílio do réu.
(D) determinado pela prevenção.
(E) do domicílio do autor.

RESPOSTA Art. 107, CPC (se o imóvel se achar situado em mais de um Estado ou comarca, determinar-se-á o foro pela *prevenção*, estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel). *Alternativa D.*

6748. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Acerca da intervenção do Ministério Público no processo civil como fiscal da lei, assinale a alternativa correta:

(A) o Ministério Público sempre intervirá nas execuções fiscais;
(B) o Ministério Público sempre intervirá nos procedimentos falimentares, em todas as suas fases;
(C) é obrigatória a participação do Ministério Público em todas as causas onde houver interesse patrimonial-econômico da Fazenda Pública;
(D) o Ministério Público, seja na condição de parte, seja na condição de fiscal da lei, sempre goza do benefício do prazo em dobro para recorrer;
(E) o Ministério Público sempre intervirá nas usucapiões coletivas e somente intervirá nas usucapiões individuais quando existir interesse público.

RESPOSTA Prevê o art. 188, CPC, que computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em *dobro para recorrer* quando a parte for a Fazenda Pública ou o MP. Por sua vez, a jurisprudência estende essa prerrogativa às hipóteses em que o MP atua como fiscal da lei (STJ – REsp 706.704/SC). *Alternativa D.*

6749. **(Procurador – MPF – 2012)** Quanto às regras de competencia:

(A) O princípio da inércia dispõe que a relação processual só se instaura mediante provocação da parte;

(B) Estão previstas na Constituição Federal, no Código de Processo Civil e nas leis de organização judiciária, exclusivamente;

(C) Os regimentos internos dos tribunais têm inteira liberdade para o estabelecimento das suas competências administrativas e jurisdicionais;

(D) O juízo é um órgão jurisdicional que se coloca dentro do foro competente, o qual diz respeito ao território em que é exercida a jurisdição.

RESPOSTA Ensina a doutrina que *juízo* é sinônimo de *vara*, de maneira que não se confunde com a expressão *juiz*, que designa a pessoa do próprio magistrado. Já o *foro* é entendido como a *comarca* ou *seção judiciária*. *Alternativa D.*

6750. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Acerca da competência no processo civil, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. a edição de súmula vinculante determinativa de competência tem aplicação imediata às demandas em curso, independentemente de já haver no processo decisão preclusa acerca da fixação do juízo competente;

II. quando a lei, em abstrato, fixar dois ou mais foros competentes, a competência em concreto será determinada pela prevenção;

III. a conexão é forma de modificação da competência e somente a requerimento da parte ordenará o juiz a reunião dos processos;

IV. em comarca onde existe vara única, a criação de uma vara de família alteraria a competência da vara cível para conhecer e julgar as demandas de família que já haviam sido nela propostas.

(A) Somente as alternativas I e III estão corretas;

(B) Somente as alternativas I, II e III estão corretas;

(C) Somente as alternativas II e IV estão corretas;

(D) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas;

(E) Todas as alternativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 87, CPC (a edição de súmula vinculante não se sobreporia à preclusão, quando já fixada a competência por decisão judicial). (II) Art. 107, CPC. (III) Art. 105, CPC (a reunião dos processos pode ser determinada de ofício pelo juiz). (IV) Prevê o art. 87, CPC, que determina-se a competência no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, *salvo* quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a *competência em razão da matéria* ou da hierarquia; por sua vez, a competência das varas especializadas traduz competência em razão da matéria. *Alternativa C.*

6751. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** Analise as seguintes proposições:

I. Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição ao intérprete.

II. Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando for herdeiro presuntivo de alguma das partes.

III. O juiz não pode se declarar suspeito por motivo íntimo.

IV. É defeso ao juiz exercer as suas funções apenas em processos contenciosos de que for parte.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(B) se apenas a afirmativa IV estiver correta.

(C) se apenas a afirmativa II estiver correta.

(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 138, IV, CPC. (II) Art. 135, III, CPC. (III) Art. 135, parágrafo único, CPC (o juiz *poderá* declara-se suspeito por motivo íntimo). (IV) Art. 134, I, CPC (é defeso ao juiz exercer suas funções tanto no processo *contencioso* quanto no *voluntário*, quando for parte). *Alternativa A*.

6752. **(Analista – TRE-PA – 2011 – FGV)** Acerca da competência, é correto afirmar que

(A) o Ministério Público será ouvido em todos os conflitos de competência, mas, naqueles em que a suscitar, ele terá a qualidade de parte.
(B) a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência pode, igualmente, suscitar conflito de competência.
(C) há conflito de competência somente nos casos em que dois ou mais juízes se declaram competentes.
(D) a competência cível da Justiça Federal é definida *ratione loci*.
(E) a incompetência absoluta só pode ser arguida por meio de exceção.

RESPOSTA O *conflito de competência* pode ser suscitado por qualquer das *partes*, pelo *MP* ou pelo *juiz* (art. 116, CPC). O MP será ouvido em todos os conflitos de competência; mas terá qualidade de parte naqueles que suscitar (parágrafo único). *Alternativa A*.

6753. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** Analise os itens abaixo:

I. No que diz respeito à competência relativa, pode-se afirmar que as regras visam atender interesse público.
II. A incompetência absoluta pode ser alegada a qualquer tempo, por qualquer das partes, podendo ser reconhecida ex officio pelo magistrado.
III. Reconhecida a incompetência relativa, remetem-se os autos ao juiz competente e não se anulam os atos decisórios já praticados.
IV. As partes não podem modificar a regra de incompetência relativa pelo foro de eleição estabelecido nos contratos.

Estão CORRETO(S):

(A) Apenas os itens I, II e III.
(B) Apenas os itens III e IV.
(C) Apenas os itens II e III.
(D) Todos os itens.

RESPOSTA (I) as regras de competência *absoluta* visam atender *interesse público*, enquanto as normas de competência *relativa* visam atender tão somente o *interesse das partes*. (II) Art. 113, *caput,* CPC. (III) Arts. 112 e 311, CPC. (IV) a competência *relativa* pode ser modificada pelas partes através de *foro de eleição* (art. 111, CPC). *Alternativa C*.

6754. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** Em relação à jurisdição, é INCORRETO afirmar que:

(A) As causas cíveis serão processadas e julgadas pelos órgãos jurisdicionais, nos limites da sua competência, ressalvada às partes a liberdade de instituírem juízo arbitral.
(B) A *perpetuatio jurisdicionis* consiste na regra que compõe o sistema de estabilidade do processo, segundo a qual a competência fixada na propositura da ação e com o despacho inicial não mais se modifica.
(C) A exceção da *perpetuatio jurisdicionis* pode ocorrer quando houver modificação do estado de fato, como a mudança de domicílio do réu, ou em razão da ampliação do teto da competência do órgão em razão do valor da causa.
(D) A exceção da *perpetuatio jurisdicionis* pode ocorrer em razão de supressão do órgão judiciário, pela alteração superveniente da competência em razão da matéria ou da hierarquia.

RESPOSTA Segundo o art. 87, CPC, determina-se a competência no momento em que a ação é proposta, sendo *irrelevantes*

as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, *salvo* quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da *matéria* ou da *hierarquia*. *Alternativa C*.

6755. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Havendo processo que está em fase recursal (apelação) pretende a parte apelante distribuir demanda que reputa conexa, por dependência, antes da subida dos autos ao tribunal. No caso a pretensão:

(A) é possível, desde que a segunda demanda guarde efetiva identidade com a primeira.
(B) necessita que o recurso não tenha sido encaminhado à Câmara.
(C) é permitida desde que exista identidade de causa de pedir entre as ações.
(D) é inviável, em função de já ter sido produzida a prova na ação que foi julgada.
(E) é incabível, por não haver conexão em processos que estejam em instâncias distintas.

RESPOSTA *Súmula 235*, STJ: "A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado". *Alternativa E*.

6756. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Considere as seguintes circunstâncias processuais hipotéticas: (1) o juiz tem interesse no julgamento da causa em favor de uma das partes; (2) o juiz prestou depoimento como testemunha; (3) o juiz é amigo íntimo de uma das partes. As hipóteses configuram em relação ao magistrado, respectivamente:

(A) (1) suspeição; (2) suspeição; (3) impedimento.
(B) (1) suspeição; (2) impedimento; (3) suspeição.
(C) (1) impedimento; (2) impedimento; (3) suspeição.
(D) (1) impedimento; (2) suspeição; (3) impedimento.
(E) (1) impedimento; (2) impedimento; (3) impedimento.

RESPOSTA Art. 135, V (suspeição); art. 134, II (impedimento) e art. 135, I (suspeição). *Alternativa B*.

6757. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** A fixação das atribuições e dos limites dos órgãos jurisdicionais denomina-se competência. Sobre a matéria é correto afirmar:

I. A competência em razão do território é matéria de ordem pública e não pode ser modificada.
II. O juiz poderá declarar de ofício a nulidade da cláusula de foro em contratos de adesão, declinando a competência ao juízo de domicílio do réu.
III. O conflito de competência pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz.
IV. Declarada a incompetência absoluta, todos os atos praticados serão nulos e os autos remetidos ao juiz competente.

É correta ou são corretas:

(A) Apenas a II.
(B) Todas.
(C) Apenas a III.
(D) Apenas III e IV.
(E) Apenas II e III.

RESPOSTA (I) Art. 102, CPC. (II) Art. 112, parágrafo único, CPC. (III) Art. 116, CPC. (IV) Art. 113, § 2º, CPC. *Alternativa E*.

6758. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Quanto ao instituto da prevenção, é *incorreto* afirmar que:

(A) a citação ordenada por juiz incompetente é válida, mas parcialmente ineficaz, quanto ao efeito da

prevenção.

(B) é efeito da citação a determinação da prevenção de causas conexas ajuizadas perante juízos localizados em comarcas diversas, enquanto que a determinação da prevenção, nas ações conexas ajuizadas perante juízos com a mesma competência territorial, é efeito da citação válida e também da propositura da ação.

(C) em se tratando de ações conexas distribuídas perante juízos com a mesma competência territorial, a prevenção será determinada pela anterioridade do despacho inicial, entendido como despacho que determina a citação. Se, nessa hipótese, as ações tiverem sido despachadas, simultaneamente, a prevenção será determinada pela anterioridade da distribuição.

(D) independentemente da hipótese analisada, pode-se afirmar que nem a citação válida, nem o despacho inicial anterior prevenirão a competência do juízo absolutamente incompetente.

(E) em se tratando de ações conexas distribuídas perante juízos localizados em comarcas diversas, determina-se a prevenção pela citação inicial válida. Se, nessa hipótese, as citações forem feitas ao mesmo tempo, a prevenção será determinada pela anterioridade do despacho inicial.

RESPOSTA Em se tratando de *ações conexas* perante juízos de *comarcas diversas*, considera-se prevento aquele onde primeiro ocorrer a *citação válida* (art. 219, CPC). No entanto, em se tratando de conexão perante juízos de *mesma competência territorial*, considera-se prevento aquele que *despachou em primeiro lugar* (art. 106, CPC). *Alternativa B*.

6759. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Em relação aos poderes, aos deveres e à responsabilidade do juiz, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do Código de Processo Civil, competindo-lhe assegurar às partes igualdade de tratamento, velar pela rápida solução do litígio, prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça, tentar, antes do saneamento do processo e após encerrada a instrução processual, conciliar as partes.

II. O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide, caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito. O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei.

III. O juiz, titular ou substituto, que concluir a audiência julgará a lide, salvo se estiver convocado, licenciado, afastado por qualquer motivo, promovido ou aposentado, casos em que passará os autos ao seu sucessor. Em qualquer hipótese, o juiz que proferir a sentença, se entender necessário, poderá mandar repetir as provas já produzidas.

IV. Responderá por perdas e danos o juiz, quando no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude; recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte; julgar em desacordo com súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

V. A parte interessada deverá arguir o impedimento ou a suspeição, em petição fundamentada e devidamente instruída, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos; o juiz mandará processar o incidente em separado e com suspensão da causa, ouvindo o arguido no prazo de 5 (cinco) dias, facultando a prova quando necessária e julgando o pedido.

(A) As alternativas, II, III e V estão corretas.

(B) As alternativas I, II e III estão corretas.

(C) Somente as alternativas II e III estão corretas.

(D) As alternativas I, II e IV estão corretas.

(E) Somente a alternativa II está correta.

RESPOSTA (I) Art. 125, CPC (compete ao juiz tentar, a *qualquer tempo*, a conciliação). (II) Arts. 126 e 127, CPC (princípio da

indeclinabilidade da Jurisdição). (III) Art. 132, CPC (princípio da identidade física do juiz). (IV) Art. 133, CPC (o juiz que julga em desacordo com Súmula vinculante, mas age de boa-fé, não pode responder por perdas e danos). (V) A segunda parte da proposição está incorreta, pois em desconformidade com o procedimento previsto no art. 313, CPC. *Alternativa C.*

6760. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Assinale o correto procedimento a ser adotado em caso de um dos réus suscitar, em face do magistrado, incidente de suspeição:

(A) o Juiz, não a reconhecendo e devendo velar pela célere solução do litígio, dá continuidade ao processamento do feito, sobretudo porque há pluralidade de réus envolvidos no polo passivo da lide;
(B) o juiz deve acolher a suspeição, ainda que ela não se encontre caracterizada, permitindo, assim, a designação imediata de outro magistrado para analisar o litígio, conferindo-lhe rápida solução;
(C) de acordo com o Código de Processo Civil, o magistrado, ao receber o incidente de suspeição, terá dois caminhos: reconhecer a suspeição, ordenando a remessa dos autos ao seu substituto legal, ou remeter o incidente ao tribunal para que o aprecie, suspendendo o curso do processo;
(D) de acordo com o Código de Processo Civil, o magistrado, ao receber o incidente de suspeição, terá dois caminhos: reconhecer a suspeição e remeter o processo ao tribunal, para sua apreciação, ou remeter o incidente ao seu substituto legal, para apreciação, sem suspensão do processo, no qual continua atuando;
(E) nenhuma das alternativas é correta.

RESPOSTA Segundo o art. 313, CPC, despachando a petição, o juiz, se reconhecer de ofício o impedimento ou a suspeição, ordenará a remessa dos autos ao seu substituto legal; em caso contrário, dentro de 10 dias, dará as suas razões, acompanhadas de documentos e de rol de testemunhas, se houver, ordenando a remessa dos autos ao tribunal, suspendendo-se o processo, nos termos do art. 306, CPC. *Alternativa C.*

6761. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** É cabível a intervenção do Ministério Público nas seguintes causas, exceto:

(A) que envolvam litígio coletivo pela posse de área rural, independentemente da dimensão da área;
(B) que envolvam litígio individual pela posse de área rural de elevada dimensão;
(C) que discutam direito do trabalhador acidentado que tem 14 anos de idade, ainda que se encontre representado por seus pais;
(D) nas quais se discuta direito de quem não é encontrado;
(E) de interdição de pessoas maiores.

RESPOSTA O art. 82, CPC, elenca as hipóteses de intervenção do MP, não estando entre elas as causas que *envolvam litígio individual pela posse de área rural de elevada dimensão*. *Alternativa B.*

6762. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Assinale a alternativa que não corresponde às hipóteses expressamente previstas no Código de Processo Civil Brasileiro sobre a configuração de fundada suspeição de parcialidade do juiz:

(A) Amizade íntima ou inimizade capital de qualquer das partes ou advogados com o juiz.
(B) Quando alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.
(C) Quando o juiz for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
(D) Quando o juiz receber dádivas antes ou depois de iniciado o processo; aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou subministrar meios para atender às despesas do litígio.
(E) Quando o juiz for interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.

RESPOSTA As causas de *suspeição* do magistrado estão previstas no art. 135, CPC, sendo que se considera suspeito o juiz

quando for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das *partes* (inc. I), mas não em relação aos *advogados*. *Alternativa A*.

6763. (Procurador – ALEGO – 2006 – UEG) Sobre o instituto da competência, e segundo o que prescreve o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

(A) A ação em que o incapaz for réu se processa no foro de seu domicílio ou no de seu representante.
(B) As ações em que o ausente for réu correm no foro de seu último domicílio, que é também o competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.
(C) O foro da Capital do Estado é competente para as causas em que a União for autora, ré ou interveniente.
(D) É competente o foro do lugar do ato ou do fato para a ação em que for réu o administrador ou gestor de negócios alheios

RESPOSTA (A) Art. 98, CPC (apenas *no foro do domicílio de seu representante*). (B) Art. 97, CPC. (C) Art. 99, I, CPC. (D) Art. 100, V, *b*, CPC. *Alternativa A*.

6764. (Advogado – CODESP – 2010 – FGV) Assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) As competências fixadas em razão do valor e do território podem ser modificadas por conexão ou continência.
(B) Correndo, em separado, ações conexas perante juízes de mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que realizou a citação válida em primeiro lugar.
(C) Transcorrido o prazo para a resposta, é vedado ao autor desistir da ação sem o consentimento do réu.
(D) Indeferida a petição inicial e apresentada apelação tempestiva pelo autor, é facultado ao juiz, antes de encaminhar os autos ao tribunal competente, exercer prévio juízo de retração no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
(E) Quando, entre duas demandas, houver identidade de partes e de causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abranger o das outras, dar-se-á a continência.

RESPOSTA (A) Art. 102, CPC. (B) Art. 106, CPC (considera-se prevento aquele que *despachou em primeiro lugar*). (C) Art. 267, § 4º, CPC. (D) Art. 296, CPC. (E) Art. 104, CPC. *Alternativa B.*

6765. (Advogado – TRENSURB – 2010 – BIORIO) A conexão, em processo civil, é forma de:

(A) prorrogação legal de competência relativa;
(B) prorrogação legal de competência absoluta;
(C) prorrogação voluntária de competência relativa;
(D) prevenção legal de competência relativa;
(E) prevenção legal de competência absoluta.

RESPOSTA Art. 114, CPC (cabe ao réu alegar a *incompetência relativa,* através de *exceção*, sob pena de *prorrogação legal da competência do juízo*). *Alternativa A*.

6766. (Advogado – MGI – 2009 – FUMARC) Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu. Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.

(B) Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa, podendo o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, se o litígio versar sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

(C) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado onde for encontrado ou no foro do domicílio do autor.

(D) Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor. Se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

RESPOSTA (A) Art. 94, § 1º, CPC. (B) Art. 95, CPC. (C) Art. 94, § 2º, CPC. (D) Art. 94, § 3º, CPC. *Alternativa B*.

6767. (Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB) Na forma das disposições legais sobre competência no âmbito do Direito Processual Civil Brasileiro, marque a opção correta.

(A) As modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente à fixação da competência são irrelevantes, ainda que alterem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.

(B) As ações fundadas em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no local da situação do bem.

(C) Havendo conexão ou continência o juiz, somente através de requerimento das partes, ordenará a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.

(D) Declarada a incompetência absoluta, todos os atos processuais serão nulos, remetendo-se os autos para o juiz competente, que deverá produzi-los novamente.

(E) A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará a competência para o juízo do domicílio do réu.

RESPOSTA (A) Art. 87, CPC. (B) Art. 94, CPC (domicílio do réu). (C) Art. 105, CPC. (D) Art. 113, § 2º, CPC. (E) Art. 112, parágrafo único, CPC. *Alternativa E*.

V. Atos Processuais

6768. (Advogado – CMMaringá-PR – 2009 – AOCP) Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

(B) A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação.

(C) Incumbe à parte promover a citação do réu nos 15 (quinze) dias subsequentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário.

(D) Não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de 90 (noventa) dias.

(E) O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição.

RESPOSTA (A) Art. 219, CPC. (B) Art. 219, § 1º, CPC. (C) Art. 219, § 2º, CPC (*10 dias*). (D) Art. 219, § 3º, CPC. (E) Art. 219, § 5º, CPC. *Alternativa C.*

6769. (Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA) Quanto aos atos processuais, assinale a alternativa correta.

(A) Os atos e termos processuais dependem de forma determinada, reputando-se inválidos ou nulos aqueles que forem realizados de outra forma.

(B) Os atos processuais são públicos. Assim, qualquer pessoa tem o direito irrestrito de consultar

autos e pedir certidões de processos em trâmite.

(C) Os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. Denomina-se sentença o ato do juiz que implica uma das hipóteses dos artigos 267 e 269 do Código de Processo Civil (CPC).

(D) Pelo advento da Emenda Constitucional n. 45, de 2004, as férias forenses foram extintas.

(E) São considerados feriados os sábados, domingos e dias declarados por lei.

RESPOSTA (A) Art. 154, CPC. (B) Art. 155, parágrafo único, CPC. (C) Art. 162, § 1º, CPC. (D) Art. 173 e art. 179, CPC. (E) Art. 175, CPC (somente os domingos e os dias declarados por lei). *Alternativa C*.

6770. **(Promotor – MP-SP – 2011)** A ausência do Ministério Público, por falta de intimação para acompanhar o feito em que deva intervir,

(A) acarreta a nulidade do processo desde o seu início.

(B) pode ser suprida pela intervenção da Procuradoria de Justiça, em segundo grau de jurisdição, quando a falta de manifestação do Promotor de Justiça gerar prejuízo.

(C) torna nulo o processo a partir do momento em que o órgão devia ter sido intimado.

(D) causa nulidade sanável, havendo prejuízo das partes.

(E) resulta em nulidade sanável, independentemente de prejuízo dos litigantes.

RESPOSTA Prevê o art. 246, CPC, que é nulo o processo, quando o MP não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, sendo que, se o processo tiver corrido sem conhecimento do MP, o juiz o anulará a partir do momento em que o órgão devia ter sido intimado (parágrafo único). *Alternativa C.*

6771. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Considere as seguintes proposições:

I. O ato processual é ato jurídico inserido na relação jurídica processual.

II. A interpretação do artigo 158 do Código de Processo Civil ("Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais") é no sentido de que os atos produzem imediatamente efeitos processuais, desde que trazidos ao processo, e não a partir da própria manifestação.

III. O prazo de quinze dias para resposta do réu previsto no artigo 297 do Código de Processo Civil é exemplo de prazo peremptório.

IV. A regra geral de contagem dos prazos processuais é a da exclusão do dia do início e a inclusão do dia do vencimento.

(A) Somente a proposição I está correta.

(B) Somente as proposições I e IV estão corretas.

(C) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

(D) Todas as proposições estão corretas.

(E) Nenhuma proposição está correta.

RESPOSTA (I) Os atos processuais são fatos que procedem da vontade dos sujeitos processuais, estando, portanto, inseridos na relação jurídica processual. (II) Os atos processuais são todos aqueles praticados com o objetivo de se alcançar determinado fim jurídico e lícito dentro do processo, podendo esses atos serem classificados como atos jurídicos processuais simples (ex.: intimação da parte, art. 234, CPC) e os negócios jurídicos processuais (ex.: desistência da ação pela parte, art. 267, VIII, CPC). (III) Os prazos estabelecidos em norma cogente não podem sofrer alteração sendo chamados de prazos *peremptórios*. (IV) Art. 184, CPC. *Alternativa D.*

6772. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Em matéria de atos e termos processuais, é possível afirmar:

(A) Dependem de forma determinada, mesmo quando a lei não o exigir.
(B) Reputam-se válidos os que, realizados de outro modo, lhes preencham a finalidade essencial.
(C) Correm em segredo de justiça somente os que exigem interesse público.
(D) O terceiro que se mostrar interessado em determinado processo, de que não é parte, pode consultar os autos, ante a publicidade dos atos processuais.
(E) Somente pode ser junto aos autos documento redigido em língua estrangeira, quando acompanhado do vernáculo, ainda que em versão livre, mas entendível e clara, explicada pela parte interessada.

RESPOSTA (A) Art. 154, primeira parte, CPC. (B) Art. 154, segunda parte, e art. 244, CPC (*princípio da instrumentalidade das formas*). (C) Art. 155, I e III, CPC. (D) Art. 155, parágrafo único, CPC (o direito de consultar os autos se restringe às partes e seus procuradores). (E) Art. 157, CPC (o vernáculo deve ser firmado por tradutor juramentado). *Alternativa B.*

6773. **(Procurador – MPT – 2009)** Com relação aos prazos processuais, é INCORRETO afirmar que:

(A) os prazos das partes são geralmente próprios quando fixados segundo critérios de ordem pública, sendo peremptórios e preclusivos, salvo exceções legais; impróprios, na hipótese contrária; computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público;
(B) a existência de feriado local nos dias dos termos inicial e final do prazo recursal deve ser demonstrada por certidão expedida pelo Tribunal *a quo* ou por documento oficial, a qual deve ser juntada, obrigatoriamente, no momento da interposição do recurso, sob pena de não conhecimento;
(C) é prematura a interposição de recurso especial antes do julgamento dos embargos de declaração, momento em que ainda não esgotada a instância ordinária e que se encontra interrompido o lapso recursal; afigura-se, portanto, intempestivo o recurso especial interposto antes do julgamento dos embargos de declaração, ainda que opostos pela parte contrária, ante a ausência de ratificação do especial;
(D) os embargos de declaração, ainda que julgados intempestivos, ou não conhecidos por irregularidade de representação, interrompem o prazo para a interposição de outro recurso;
(E) não respondida.

RESPOSTA AgRg nos EDcl no Ag 1.267.230/SP: "Nos termos da jurisprudência desta Corte, os embargos de declaração, quando não conhecidos por intempestividade, não interrompem o prazo para a interposição de qualquer outro recurso". *Alternativa D.*

6774. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** No que se refere aos atos e prazos processuais, assinale a alternativa correta:

(A) As partes podem, pelo exercício da autonomia da vontade, reduzir ou prorrogar quaisquer prazos.
(B) Não se suspende o processo pela convenção entre as partes, mas somente pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer uma delas ou quando oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou tribunal, ou, ainda, no caso de suspensão ou impedimento do juiz.
(C) Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, à extinção do processo, por falta de condições da ação, não poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto, nem alegar em eventual defesa o seu direito. Trata-se, pois, de perda do direito de ação por desídia.
(D) Na petição inicial, o autor apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico.
(E) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, dependem de despacho do

juiz.

RESPOSTA (A) Art. 182, CPC. (B) Art. 265, II, CPC (suspende-se pela convenção das partes). (C) Art. 268, parágrafo único, CPC (trata-se de *perempção*, porém configura-se quando o autor der causa, por 3 vezes, à extinção por *não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonando a causa por mais de 30 dias*). (D) Art. 276, CPC (procedimento sumário). (E) Art. 162, § 4º, CPC (independem de despacho). *Alternativa D.*

6775. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Quanto ao regime da nulidade dos atos processuais civis, assinale a afirmativa correta.

(A) Segundo o princípio da celeridade e da lealdade processual poderá, sempre, qualquer das partes no processo arguir a nulidade de ato processual.
(B) A nulidade absoluta causadora de prejuízo deve ser arguida na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
(C) Segundo o princípio da instrumentalidade das formas, o ato será considerado válido se alcançar sua finalidade, ainda que a lei prescreva determinada forma com cominação de nulidade.
(D) Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes.
(E) O juiz declarará a nulidade quando constatar a falta de intimação do Ministério Público em processo em que deva intervir, como fiscal da lei, inclusive quando se tratar de ação de improbidade administrativa.

RESPOSTA Preconiza o art. 84, CPC, que, quando a lei considerar obrigatória a intervenção do MP, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo. Ainda, o art. 17, § 4º, Lei n. 8.429/92 (Lei de improbidade administrativa) afirma que o MP, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade. *Alternativa E.*

6776. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Acerca dos prazos processuais é correto afirmar

(A) que podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo peremptório; mas é defeso reduzir ou prorrogar os prazos dilatórios.
(B) que se computa em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
(C) que, se o vencimento de prazo ocorrer em dia em que houver encerramento do expediente forense antes da hora normal, considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte.
(D) que, salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.
(E) que os prazos processuais são irrenunciáveis.

RESPOSTA (A) Arts. 181 e 182, CPC (apenas os prazos *dilatórios* podem ser reduzidos ou prorrogados pelas partes). (B) Art. 188, CPC. (C) Art. 184, § 1º, II, CPC. (D) Art. 184, *caput*, CPC. (E) Art. 186, CPC. *Alternativa C.*

6777. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** A Lei n. 11.419/2006 dispõe sobre a informatização do processo judicial. A esse respeito, é INCORRETO afirmar que

(A) no processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma da Lei n. 11.419/2006.
(B) serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais as citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente.
(C) os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida na Lei n. 11.419/2006, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

(D) quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as dezoito horas do último dia.

RESPOSTA O art. 3º, Lei n. 11.419/2006, prevê que, quando a *petição eletrônica* for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até às *24 horas* do seu último dia. *Alternativa D*.

6778. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) A respeito da citação, é correto afirmar que

(A) será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, com exceção, dentre outras, nas ações de estado.

(B) a válida torna prevento o juízo, faz litigiosa a coisa, mas não induz litispendência.

(C) somente quando ordenada por juiz competente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

(D) o comparecimento espontâneo do réu não supre a falta de citação.

RESPOSTA (A) Art. 222, *a*, CPC. (B) e (C) Art. 219, CPC. (D) Art. 214, § 1º, CPC. *Alternativa A*.

6779. (Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP) Sobre os prazos processuais, é correto afirmar que

(A) a parte não poderá renunciar aos prazos, ainda que estabelecidos exclusivamente em seu favor.

(B) não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de 10 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

(C) calamidade pública não justifica que os limites dos prazos processuais sejam excedidos ou prorrogados.

(D) os prazos começam a correr do dia da intimação.

(E) o juiz proferirá os despachos de expediente, no prazo de 2 dias.

RESPOSTA (A) Art. 186, CPC. (B) Art. 185, CPC (5 dias). (C) Art. 182, parágrafo único, CPC. (D) Art. 184, § 2º, CPC (começam a correr do primeiro dia útil após a intimação). (E) Art. 189, I, CPC. *Alternativa E*.

6780. (Advogado – IPT – 2011 – VUNESP) Leia as seguintes assertivas:

I. Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 às 19 horas. Serão, todavia, concluídos depois das 20 horas, os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.

II. Os despachos, decisões, sentenças e acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. A assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente, na forma da lei.

III. Eventuais contradições na transcrição de atos praticados em processos total ou parcialmente eletrônicos, praticados na presença do juiz, deverão ser suscitadas em até 48 horas da realização do ato.

IV. É defeso lançar, nos autos, cotas marginais ou interlineares; o juiz mandará riscá-las, impondo, a quem as escrever, multa correspondente à metade do salário mínimo vigente na sede do juízo.

Estão corretas somente as afirmações contidas em

(A) I e II.

(B) II e III.

(C) III e IV.

(D) I e III.

(E) II e IV.

RESPOSTA (I) Art. 172, CPC (das 6 às *20* horas). (II) Art. 164, parágrafo único, CPC. (III) Art. 169, § 3º, CPC (devem ser suscitadas *no momento* da realização do ato). (IV) Art. 161, CPC. *Alternativa E*.

6781. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) Quanto à citação, é *incorreto* afirmar que:

(A) a citação no direito brasileiro é um ato judicial, por ser ordenada pelo juiz e, normalmente, realizada pelo oficial de justiça, cumprindo ordem do primeiro, diversamente do que ocorre no direito italiano.
(B) considera-se exceção ao princípio da pessoalidade a realização da citação do réu, na pessoa de seu representante legal ou de seu procurador legalmente autorizado.
(C) os capazes serão citados na sua própria pessoa. Os relativamente incapazes, nas suas próprias pessoas, com assistência de seus representantes legais. As pessoas jurídicas e os absolutamente incapazes, na pessoa de seus representantes legais e, também, todos poderão ser citados na pessoa de seus procuradores legalmente autorizados.
(D) a autorização do procurador, para receber citação em nome de seu mandante, pode provir da lei ou da vontade do mandante.
(E) por força do princípio da pessoalidade da citação, esta deve ser feita, em regra, diretamente ao réu ou ao interessado, na sua própria pessoa, na de seu representante legal, ou na de seu procurador legalmente autorizado.

RESPOSTA Considera-se *exceção* ao *princípio da pessoalidade* a realização da citação do réu por meio de *edital* (art. 231, CPC) ou por **"hora certa"** (art. 227, CPC). Trata-se da chamada *citação ficta*, ou seja, quando há apenas uma *presunção* de que a notícia da propositura da ação chegou ao réu, admissível, excepcionalmente, quando frustrada a *citação pessoal* (pelo *correio* ou por *oficial de justiça*). *Alternativa B*.

6782. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) Quanto à interrupção da prescrição pela citação válida, é incorreto afirmar que:

(A) a citação válida interrompe a prescrição, mesmo que o processo seja extinto sem julgamento de mérito, salvo se a extinção se deu por contumácia das partes ou abandono da causa pelo autor.
(B) interrompe a prescrição a citação realizada em procedimento preliminar, seja ou não cautelar, desde que seja requisito necessário ao ajuizamento de posterior ação principal.
(C) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor, seja nas hipóteses de *inter vivos* ou *causa mortis*.
(D) se a citação não foi determinada no prazo, por culpa da burocracia judiciária ou por culpa do autor, que deixa de juntar documento indispensável à propositura da ação, consuma-se a prescrição.
(E) ocorre a interrupção da prescrição pela citação, ainda que o processo venha a ser anulado, salvo se o motivo de anulação é a invalidade da própria citação.

RESPOSTA (A) Art. 219, *caput* e § 4º, CPC e STJ – REsp 766.541/PR. (B) Art. 202, I, CC e STJ – REsp 292.046/MG. (C) Art. 196, CC. (D) Art. 219, § 2º, CPC. (E) STJ – REsp 766.541/PR. *Alternativa D*.

6783. (Advogado – EPTC – 2008 – FUNDATEC) Nas demandas propostas em relação a empresas públicas:

(A) haverá prazo em dobro para contestar.
(B) o prazo para contestar será em quádruplo.
(C) o prazo para contestar será prazo simples.
(D) o prazo para apelar será de trinta dias.
(E) o prazo em geral para falar nos autos será em dobro.

RESPOSTA As *empresas públicas* não são compreendidas no conceito de *Fazenda Pública*, não lhes sendo estendidas as prerrogativas do art. 188, CPC. Portanto, o prazo para contestação é simples. *Alternativa C*.

6784. (Advogado – BNB – 2010 – ACEP) Acerca dos regimes da nulidade no âmbito do processo civil, é correto afirmar:

(A) não vige no processo civil o princípio da instrumentalidade das formas.
(B) em sede de nulidades dos atos processuais, o Código de Processo Civil (CPC) alberga, como regra geral, a tese inserida no velho brocardo *pas de nulitté sans grief*.
(C) por se tratar de matéria de ordem pública, a nulidade pode ser alegada em qualquer oportunidade pelas partes, não se aplicando o instituto da preclusão.
(D) é nulo o processo, desde o seu início, quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, em qualquer de suas fases.
(E) quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta se impõe, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

RESPOSTA (A) Mesmo que com vício, não se declara a nulidade se o ato alcançar sua finalidade sem prejuízo às partes. (B) Por regra geral do CPC, não se dá valor à nulidade, se dela não resultou prejuízo para as partes – *princípio: "pas de nulitté sans grief"* (STJ, REsp 184.912/MA). (C) Art. 245, CPC. (D) Art. 246, parágrafo único, CPC. (E) Art. 243, CPC. *Alternativa B*.

6785. (Advogado – CEB – 2010 – UNIVERSA) Acerca dos prazos processuais, assinale a alternativa correta.

(A) No procedimento sumário, o réu não terá, necessariamente, o prazo de quinze dias para contestar, a contar da data da citação.
(B) Quando a União é ré, o prazo para contestar e recorrer é contado em dobro. Essa prerrogativa é extensiva aos membros da Defensoria Pública e aos advogados dativos.
(C) A contagem dos prazos para atendimento às intimações judiciais se dá no primeiro dia útil subsequente à data da disponibilização do despacho no Diário da Justiça eletrônico.
(D) Assim como o juiz, nas comarcas em que for difícil o transporte, as partes podem, de comum acordo, prorrogar os prazos processuais, mas nunca por período superior a sessenta dias.
(E) Os litisconsortes com procuradores diferentes têm prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

RESPOSTA (A) Art. 278, CPC. (B) Art. 188, CPC (União tem prazo em *quádruplo* para contestar); LC n. 80/94, art. 44, I; e Lei n. 1.060/50, art. 5º, § 5º (defensor público e advogado dativo têm prazo em *dobro*). (C) Art. 184, § 2º, CPC e Lei n. 11.419/2006, art. 4º, § 4º (da *publicação*). (D) Art. 182, CPC. (E) Art. 191, CPC (prazo em *dobro* apenas). *Alternativa A*.

6786. (Advogado – LOTERJ – 2010 – FEC) O art. 261 do Código Processo Civil prevê a impugnação ao valor da causa, que:

(A) não é passível de agravo o pronunciamento judicial.
(B) deverá ser autuada em apartado ao processo principal.
(C) deverá ser autuada nos autos do processo principal.
(D) deve ser feita no prazo da réplica.
(E) suspende o processo.

RESPOSTA O art. 261 prevê que a impugnação ao valor da causa será autuada em *apenso*, o que significa dizer que estará *apartada* do processo principal, porém *apensada* a este. *Alternativa B*.

6787. (Advogado – CORENGO – 2010 – UFG) A citação é ato pelo qual se chama a juízo o

réu ou interessado a fim de se defender. A citação é indispensável para a validade do processo e representa uma condição para concessão da tutela jurisdicional do direito. Nessa perspectiva,

(A) a citação será feita pessoalmente ao réu, ao seu representante legal ou ao procurador legalmente autorizado.

(B) a citação não se fará, salvo para evitar o perecimento do direito, ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou linha colateral em terceiro grau, no dia do falecimento e nos nove dias seguintes.

(C) a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa. Contudo, quando ordenada por juiz incompetente, não constitui em mora o devedor e não interrompe a prescrição.

(D) a citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, exceto nas ações de estado; quando for ré pessoa relativamente incapaz e pessoa incapaz; quando for ré pessoa de direito público e pessoa de direito privado; nos processos de execução; quando o réu residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência; quando o autor a requerer de outra forma.

RESPOSTA (A) Art. 215, CPC. (B) Art. 217, II, CPC. (C) Art. 219, CPC. (D) Art. 222, CPC. *Alternativa A*.

VI. Formação, Suspensão e Extinção do Processo

6788. **(Advogado – FESF – 2010 – AOCP)** De acordo com o Código de Processo Civil, extingue-se o processo, sem resolução de mérito, quando

(A) o réu reconhecer a procedência do pedido.

(B) quando as partes transigirem.

(C) quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

(D) quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.

(E) quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.

RESPOSTA (A), (B), (D) e (E) Art. 269, CPC (*com* resolução de mérito). (C) Art. 267, IV, CPC (*sem* resolução de mérito). *Alternativa C.*

6789. **(Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO)** De acordo com o Código de Processo Civil, constitui causa de extinção do processo com resolução de mérito o(a)

(A) acolhimento da alegação de perempção.

(B) renúncia do autor ao direito em que se funda a ação.

(C) desistência do autor da ação.

(D) ocorrência de confusão entre autor e réu.

(E) ausência de legitimidade das partes.

RESPOSTA (B) Art. 269, V, CPC (*com* resolução de mérito). (A), (C), (D) e (E) Art. 267, CPC (*sem* resolução de mérito). *Alternativa B.*

6790. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Os fatos abaixo elencados implicam a suspensão do processo, exceto:

(A) o falecimento do autor;

(B) o motivo de força maior;

(C) a alegação de suspeição do perito;

(D) a apreciação de questão de estado, requerida como declaração incidente;
(E) a realização de acordo entre as partes destinado à paralisação momentânea do litígio.

RESPOSTA As hipóteses de *suspensão* do processo constam no art. 265, CPC. A alegação de suspeição do *juiz* suspende o processo (art. 265, III, CPC), mas do *perito* não. *Alternativa C.*

6791. (Juiz – TRT-16 – 2011) Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Dentre outros efeitos, é a partir da citação válida que se tem como configurada a *perpetuatio jurisdicionis*.
(B) Constituem pressupostos processuais negativos a litispendência, a coisa julgada e a incompetência relativa.
(C) É vedada a intervenção de terceiros no processo de execução por título extrajudicial, salvo quando da instauração incidente de embargos de devedor.
(D) Diante de vício insanável do ato de citação, poderá a qualquer tempo ser aviada pelo réu querela *nullitatis insanabilis* dispensando-se a propositura de ação rescisória para tal desiderato.
(E) A transação é causa de extinção do processo com resolução de mérito.

RESPOSTA Os *pressupostos processuais negativos* são circunstâncias que, uma vez verificadas, resultam na extinção do feito sem resolução do mérito (art. 267, V, CPC), podendo ser identificados, em linhas gerais como sendo a *litispendência,* a *coisa julgada* e a *perempção*. *Alternativa B.*

6792. (Juiz – TRT-2 – 2011) Assinale a alternativa incorreta, no que diz respeito às hipóteses da extinção do processo sem resolução de mérito:

(A) Quando ocorrer confusão entre autor e réu.
(B) Quando ficar parado durante mais de dois anos por negligência das partes.
(C) Pela convenção de arbitragem.
(D) Quando o autor não promover a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo assinado pelo Juiz.
(E) Quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.

RESPOSTA Dentre as hipóteses de extinção do processo *sem* resolução de mérito (art. 267, CPC), está a de quando o processo ficar parado por mais de *um* ano por negligência das partes (inc. II). *Alternativa B.*

6793. (Advogado – BNDES – 2008 – CESGRANRIO) Assinale a afirmação INCORRETA quanto à formação, suspensão e extinção do processo.

(A) Considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara.
(B) No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz marcará, a fim de que a parte constitua novo mandatário, o prazo de 20 (vinte) dias.
(C) Quando a sentença de mérito tiver por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente, a suspensão do processo nunca poderá exceder o prazo de 1 (um) ano.
(D) Quando a suspensão do processo decorrer de convenção das partes, ela não poderá exceder o prazo de 6 (seis) meses, salvo motivo relevante, devidamente comprovado.
(E) Extingue-se o processo, sem resolução de mérito, quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.

RESPOSTA (A) Art. 263, CPC. (B) Art. 265, § 2º, CPC. (C) Art. 265, IV, *a,* e § 5º, CPC. (D) Art. 265, § 3º, CPC (*nunca* poderá exceder 6 meses). (E) Art. 267, II, CPC. *Alternativa D.*

6794. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Considere as seguintes proposições:

I. O acolhimento, pelo Juízo, da alegação de incompetência material formulada pelo réu, enseja a extinção do feito, sem resolução do mérito, com arquivamento dos autos.

II. O juiz pronunciará de ofício a prescrição, o que ensejará a extinção do feito sem resolução de mérito.

III. Nos termos do CPC, feita a citação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

IV. A extinção do feito, sem resolução de mérito, em razão do reconhecimento de perempção, não obsta a que o autor intente de novo a ação.

(A) Somente as proposições I e III são corretas.

(B) Somente as proposições II e IV são corretas.

(C) Somente as proposições I, II e IV são corretas.

(D) Somente as proposições II e III são corretas.

(E) Todas as proposições são incorretas.

RESPOSTA (I) Art. 113, § 2º, CPC (o acolhimento da incompetência material enseja a remessa dos autos ao juízo competente). (II) Art. 269, IV, CPC (prescrição é causa de extinção do processo *com* resolução de mérito). (III) Art. 267, § 4º, CPC (em regra, *depois de decorrido o prazo para a resposta*, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação). (IV) Art. 268, parágrafo único, CPC (*perempção* é a perda do direito de ação, tendo em vista a mesma demanda ter sido extinta por pelo menos três vezes pelo abandono da causa pelo autor, sendo *vedado* um novo ingresso da demanda). *Alternativa E.*

6795. **(Advogado – CODEBA – 2010 – FGV)** Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

I. quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada;

II. quando ficar parado durante mais de 01 (um) ano por negligência das partes;

III. pela convenção de arbitragem;

IV. quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.

Analise os itens acima e assinale

(A) se todos os itens estiverem corretos.

(B) se somente os itens I, II e III estiverem corretos.

(C) se somente os itens I e II estiverem corretos.

(D) se somente os itens II e IV estiverem corretos.

(E) se nenhum item estiver correto.

RESPOSTA Art. 267, V, II, VII e IX, CPC. *Alternativa A.*

6796. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Acerca da formação, suspensão e extinção do processo, segundo as normas previstas no Código de Processo Civil, é correto afirmar

(A) que a confusão entre autor e réu é causa de extinção do processo sem resolução do mérito.

(B) que, quando o juiz constatar que a prolação da sentença depende do julgamento de outra causa, extinguirá o processo sem resolução do mérito de modo que o interessado poderá ajuizar, oportunamente, nova ação.

(C) que o indeferimento da petição inicial somente é permitido se, intimado o autor, não emendar a inicial.

(D) que a transação é causa legal de extinção do processo sem resolução do mérito por desaparecimento do interesse processual.

(E) que a morte do autor é causa direta de extinção do processo.

RESPOSTA (A) Art. 267, X, CPC. (B) Art. 265, IV, *a*, CPC (caso de *suspensão*). (C) Art. 295, CPC. (D) Art. 269, III, CPC (*com* resolução de mérito). (E) Art. 265, I, CPC (causa de *suspensão*). *Alternativa A.*

6797. (Advogado – IPEM – 2010 – CEPERJ) Será causa de indeferimento da petição inicial que leva à extinção do processo com resolução de mérito, quando:

(A) o juiz verificar, desde logo, a prescrição.
(B) a parte for manifestamente ilegítima.
(C) o autor carecer de interesse processual.
(D) o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor.
(E) o réu reconhecer a procedência do pedido.

RESPOSTA (A) Art. 295, IV, e art. 269, IV, CPC. (B) e (C) Art. 295, II e III, e art. 267, VI, CPC (*sem* resolução de mérito). (D) e (E) Art. 269, I e II, CPC (*com* resolução de mérito, mas não é causa de indeferimento da inicial). *Alternativa A*.

6798. (Advogado – REFAP – 2007 – CESGRANRIO) Segundo o Código de Processo Civil, o acolhimento da alegação de perempção enseja a(o):

(A) suspensão do processo.
(B) extinção do processo sem resolução de mérito.
(C) extinção do processo com resolução de mérito.
(D) possibilidade de o autor intentar de novo a ação.
(E) reconhecimento da procedência do pedido autoral.

RESPOSTA O art. 267, CPC, arrola as hipóteses em que o processo será extinto *sem* resolução de mérito, entre elas está o *acolhimento da alegação de perempção* (inc. V). *Alternativa B*.

VII. Petição Inicial e Resposta do Réu

6799. (Defensor – DPE-AM – 2011 – IC) É INCORRETO afirmar que a petição inicial deverá indicar

(A) os dispositivos legais que guarnecem o seu pedido.
(B) as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.
(C) o valor da causa.
(D) o pedido, com suas especificações.
(E) o juiz ou o tribunal a que é dirigida.

RESPOSTA Muito embora seja indispensável na petição inicial (art. 282, CPC) a exposição dos *fatos* e dos *fundamentos jurídicos (causa de pedir)*, é *desnecessária* a indicação dos *fundamentos legais*, ou seja, o autor não precisa indicar o texto legal aplicável à sua pretensão, eis que essa tarefa é do julgador ao proferir decisão. *Alternativa A*.

6800. (Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP) Assinale a alternativa correta.

(A) O pedido poderá ser genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato a ser praticado pelo autor.
(B) O pedido será subsidiário quando feito cumulativamente com um principal e que só poderá ser concedido se este o for.
(C) O pedido será sucessivo quando o autor formula um primeiro, pedindo que o juiz conheça de um segundo, se não puder acolher o anterior.
(D) O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação

de mais de um modo.

(E) O pedido deverá ser expresso quando a obrigação consistir em prestações periódicas.

RESPOSTA Consoante o art. 288, CPC, o pedido será *alternativo*, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo. *Alternativa D.*

6801. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) É possível o aditamento do pedido, antes da citação do réu, sem custas para o autor.

(B) É possível a alteração do pedido após o saneamento do processo, com o consentimento do réu.

(C) Os pedidos poderão ser cumulados, num único processo, contra o mesmo réu, desde que entre eles haja conexão.

(D) É admissível a cumulação de pedidos incompatíveis entre si.

(E) É possível a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que de procedimentos diversos, se o autor empregar o rito ordinário.

RESPOSTA De acordo com o art. 292, § 2º, CPC, quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, admitir-se-á a cumulação, se o autor empregar o procedimento ordinário. *Alternativa E.*

6802. **(Advogado – COFEN – 2011 – CONSULPLAN)** O Juiz conhecerá de ofício das seguintes matérias, EXCETO:

(A) Incompetência absoluta.

(B) Compromisso arbitral.

(C) Litispendência.

(D) Carência de ação.

(E) Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização.

RESPOSTA Segundo o § 4º, art. 301, CPC, o juiz conhecerá *de ofício* das matérias preliminares enumeradas no artigo, com *exceção* do *compromisso arbitral*. *Alternativa B*.

6803. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Acerca da propositura da demanda e da petição inicial no processo civil, assinale a alternativa correta:

(A) É defeso ao autor formular pedidos incompatíveis entre si.

(B) Integram a causa de pedir a qualificação jurídica dada pelo autor ao fato em que se apoia sua pretensão e a norma jurídica aplicável à espécie.

(C) É defeso ao juiz corrigir de ofício o valor atribuído pelo autor à causa.

(D) Contra o despacho liminar negativo (indeferimento total da inicial), cabe recurso de apelação com a possibilidade de juízo de retratação.

(E) É nula a sentença que condenar o réu ao pagamento de juros, correção monetária e honorários advocatícios de sucumbência, sem que tais pedidos constem expressamente da petição inicial.

RESPOSTA (A) A *compatibilidade* é requisito para a *cumulação* de pedidos, mas em se tratando de pedidos *alternativos* (art. 289), por exemplo, não se exige que sejam compatíveis. (B) Muito embora seja indispensável a exposição dos *fundamentos jurídicos*, é desnecessária a indicação dos *fundamentos legais*, ou seja, o autor não precisa indicar o texto legal aplicável à sua pretensão, eis que essa tarefa é do julgador (art. 282, III, CPC). (C) STJ – REsp 1.257.605/PE (é possível a correção de ofício). (D) Indeferida a petição inicial, o autor poderá *apelar*, facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar sua decisão (art. 296, CPC). (E) Trata-se de pedidos *implícitos* (art. 293, CPC). *Alternativa D.*

6804. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A reconvenção deve preencher os requisitos das condições da ação e dos pressupostos processuais,

bem como os específicos da conexão da ação, da competência do juízo, identidade de ritos e identidade de partes.

(B) A defesa é direta quando nega a ocorrência dos fatos alegados na petição inicial, afirmando ou que não ocorreram ou que ocorreram de forma diferente ou que são verdadeiros, mas a consequência jurídica não ampara a pretensão, sendo indireta quando apresenta fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, agregando fatos novos ao processo, que alteram o destino da causa, por conduzirem à improcedência da ação.

(C) Pelo Principio da Consumação, na peça de contestação não poderá o réu deduzir alegações incompatíveis entre si, que poderão ser alegadas nas fases seguintes, nos termos do art. 303 do CPC.

(D) Litispendência é quando se reproduz ação anteriormente ajuizada, havendo identidade de partes, da causa de pedir e do pedido. Já a conexão ocasiona a modificação de competência relativa, por prorrogação, reunindo-se os processos para que sejam julgados simultaneamente, por força da prevenção.

(E) Quando a lei considerar da substância do ato que seja por instrumento público, a falta de impugnação precisa sobre os fatos narrados na petição inicial não gera presunção de veracidade.

RESPOSTA A contestação deve atender ao *princípio da eventualidade ou concentração*, ou seja, o réu deve deduzir todas as teses de defesa nesse momento processual, ainda que incompatíveis entre si, sob pena de preclusão, haja vista que após a apresentação dessa defesa, não se poderá deduzir novas alegações, ressalvadas as hipóteses do art. 303, CPC. *Alternativa C.*

6805. (Advogado – EPE – 2010 – CESGRANRIO) Trácio propõe ação condenatória, pelo procedimento ordinário, em face de Tício, apresentando rol de testemunhas e quesitos para perícia. Regularmente citado, o réu apresenta contestação e reconvenção. O processo segue seus trâmites normais, sendo designada audiência de instrução e julgamento, presidida pelo magistrado Nero da Silva, que substituiu o titular do órgão judiciário onde o processo tramitava. Em audiência, Tício apresenta exceção de suspeição do magistrado, por amizade íntima com o autor da ação, sendo a mesma rejeitada sumariamente, sendo proferida sentença, julgando procedente o pedido formulado. Aplicando-se o instituto de exceção no caso acima, pode-se afirmar que

I. no procedimento da exceção de suspeição, após sua arguição, o processo deveria ser suspenso;
II. a exceção de suspeição transforma o magistrado, exceto, em parte no incidente;
III. o magistrado pode rejeitar, liminarmente, a exceção de suspeição;
IV. a amizade íntima caracteriza suspeição e indica que o magistrado deve se afastar do processo;
V. no procedimento ordinário, não é permitida a exceção de suspeição.

São corretas APENAS as afirmações

(A) I e II.
(B) III e IV.
(C) III e V.
(D) I, II e IV.
(E) II, III e V.

RESPOSTA (I) Art. 265, III, e art. 306, CPC. (II) A exceção de *suspeição* (assim como a de *impedimento*), se dá *em face do juiz*, que tomará uma posição equivalente a de “réu” no incidente. (III) Art. 313, CPC (não é permitido ao magistrado rejeitar liminarmente a exceção). (IV) Art. 135, I, CPC. (V) Art. 304, CPC. *Alternativa D.*

6806. (Advogado – FESF – 2010 – AOCP) Assinale a alternativa correta.

(A) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos no Código de Processo Civil, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito,

determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 5 (cinco) dias.

(B) Caso o autor não cumprir a diligência de emenda da inicial, o juiz indeferirá a petição inicial, com julgamento de mérito.

(C) Estando em termos a petição inicial, o juiz a despachará, ordenando a citação do réu, para responder; não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, independentemente de constar tal afirmação no mandado.

(D) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

(E) Se o autor apelar da sentença de total improcedência no caso de reprodução do teor da sentença anteriormente prolatada é facultado ao juiz decidir, no prazo de 15 (quinze) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.

RESPOSTA (A) Art. 284, CPC (10 dias). (B) Art. 284, parágrafo único, e art. 267, I, CPC (sem julgamento de mérito). (C) Art. 285, CPC. (D) Art. 285-A, CPC (*sentença "liminar" de improcedência*). (E) Art. 285-A, § 1º, CPC (5 dias). *Alternativa D.*

6807. (Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO) A decisão que, liminarmente, indefere, em parte, a petição inicial de uma ação cível

(A) enseja a extinção integral do processo, sem julgamento do mérito.

(B) pode ser reformada *ex officio* no prazo de 48 horas da sua publicação.

(C) é cabível, se verificada a prescrição de parte autônoma do pedido.

(D) é irrecorrível, facultado ao autor ingressar com nova ação quanto à parte indeferida.

(E) é irrecorrível, se proferida por órgão colegiado, nos casos de competência originária dos Tribunais.

RESPOSTA Havendo *prescrição* que venha a atingir algum dos sujeitos ou fundamentos da ação ou parcela do pedido, o indeferimento da inicial pode ser *parcial*. Do indeferimento da inicial, caberá apelação (art. 296, CPV), porém, no caso de indeferimento parcial, por se tratar de uma decisão que não põe fim ao processo (interlocutória), caberá agravo. *Alternativa C*.

6808. (Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO) A reconvenção, no processo civil brasileiro, implica que

(A) haja condenações independentes quanto às verbas de sucumbência da ação e da reconvenção.

(B) haja intimação pessoal do autor reconvindo para contestar.

(C) haja óbice ao seu prosseguimento, em caso de desistência da ação.

(D) seja vedado ao juiz decidir na mesma sentença a ação e a reconvenção.

(E) seja constituído processo incidente da ação.

RESPOSTA (A) STJ, AgRg no Ag 1.309.003/SP. (B) Art. 316, CPC. (C) Art. 317, CPC. (D) Art. 318, CPC. (E) A reconvenção não é uma ação acessória, e sim autônoma, ocorrendo uma cumulação de ações. *Alternativa A*.

6809. (Advogado – CODESP – 2010 – FGV) Caio da Silva propõe demanda em face de Tício Fonseca e Mévio da Cunha, formulando pedido condenatório contra ambos. Devidamente citados, os réus contratam, respectivamente, os advogados Semprônio Silveira e Esperidião Matoso, para que apresentem as respectivas respostas. Relativamente aos atos processuais e às respostas dos réus, assinale a alternativa correta.

(A) Os prazos para cada um dos réus será computado em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer e falar nos autos.

(B) A contestação, a reconvenção e a exceção de incompetência relativa do juízo devem ser oferecidas

simultaneamente e em peças autônomas.

(C) Ultrapassado o prazo para apresentação das contestações, é vedado, aos réus, em qualquer hipótese, deduzir novas alegações, em razão da preclusão temporal e/ou consumativa.

(D) O prazo, ainda que especial, para a contestação de cada réu começa a correr da data da juntada, aos autos, do respectivo mandado de citação devidamente cumprido.

(E) Dentre todas as questões preliminares que os réus devem alegar em preliminares de contestação, a única matéria que o juiz não pode conhecer de ofício é a existência de compromisso arbitral eventualmente existente entre as partes.

RESPOSTA (A) Art. 191, CPC (em dobro). (B) art. 299, CPC. (C) Art. 303, CPC. (D) Art. 241, III, CPC. (E) Art. 301, § 4º, CPC. *Alternativa E*.

6810. **(Procurador – PGE-MG – 2006)** Das exceções e incidentes que seguem, qual delas pode ser alegada na própria peça da contestação?

(A) Impugnação à concessão de assistência judiciária gratuita.

(B) Incompetência absoluta.

(C) Incompetência relativa.

(D) Impedimento e suspeição.

RESPOSTA Enquanto a *impugnação à AJG* é feita por meio de *incidente processual*, a *incompetência relativa*, o *impedimento* e a *suspeição* são alegados por meio de *exceção* (art. 304, CPC), e a *incompetência absoluta* é alegada na *contestação* como preliminar de mérito (art. 301, II, CPC). *Alternativa B*.

6811. **(Promotor – MP-SC – 2011)** QUESTÃO:

I. Os pedidos são interpretados restritivamente, exceto quando a obrigação consistir em prestações periódicas, as quais serão consideradas incluídas no pedido independentemente de declaração expressa do autor.

II. É permitida a cumulação de vários pedidos, contra o mesmo réu, num único processo, desde que haja entre eles a conexão.

III. O pedido deve ser certo e determinado, sendo vedado no Código de Processo Civil a formulação de pedido genérico.

IV. O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo e será sucessivo quando houver uma pretensão subsidiária.

V. O Código de Processo Civil prevê competência diferida ao juiz de primeiro grau para reformar sua própria sentença no caso de indeferimento da petição inicial, hipótese que configura exceção ao princípio segundo o qual o juiz, publicada a sentença, não pode mais inovar no processo, a não ser para corrigir erros materiais ou por embargos de declaração.

(A) Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.

(C) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 290, CPC. (II) Art. 292, CPC (a cumulação é permitida ainda que entre eles *não* haja conexão). (III) Art. 286, CPC (é lícito formular pedido genérico, em algumas hipóteses). (IV) Arts. 288 e 289, CPC. (V) Art. 296, CPC. *Alternativa D.*

6812. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Sobre o pedido, de acordo com o Código de Processo Civil, é

CORRETO afirmar que:

(A) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido somente se houver declaração expressa do autor.

(B) É lícito formular mais de um pedido em ordem alternativa, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.

(C) Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo não receberá a sua parte, salvo se custear as despesas na proporção de seu crédito.

(D) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

(E) Antes do decurso do prazo para a apresentação da contestação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.

RESPOSTA (A) Art. 290, CPC. (B) Art. 289, CPC (ordem *sucessiva*). (C) Art. 291, CPC (aquele que não participou do processo *receberá* a sua parte). (D) Art. 292, CPC. (E) Art. 294, CPC (*antes da citação*). *Alternativa D*.

6813. **(Advogado – CODEBA – 2010 – FGV)** A respeito da petição inicial, analise as afirmativas a seguir:

I. É necessária a citação válida do réu para que se forme a relação jurídica processual, pois a *perpetuatio iurisdictionis* não ocorre com a simples propositura e distribuição da ação.

II. São requisitos da petição inicial, entre outros, a exposição dos fatos e dos fundamentos legais do pedido, o requerimento para a citação do réu e a indicação do juiz ou o tribunal a que é dirigida.

III. A extinção do processo sem julgamento de mérito ocorre sempre nos casos em que a petição inicial for indeferida pelo juiz.

IV. Uma vez indeferida liminarmente a petição inicial, poderá o autor interpor o recurso de apelação, sendo ao juiz facultado, no prazo de quarenta e oito horas, exercer o juízo de retratação; uma vez mantida a decisão, e após a oitiva do réu, os autos deverão ser encaminhados ao tribunal competente para a devida apreciação.

Assinale

(A) se apenas uma proposição for correta.

(B) se apenas duas proposições forem corretas.

(C) se apenas três proposições forem corretas.

(D) se todas as proposições forem corretas.

(E) se nenhuma proposição for correta.

RESPOSTA (I) Art. 87, CPC (*perpetuatio iurisdictionis* diz respeito à competência, que se dá no momento em que a ação é proposta). (II) Art. 282, III, CPC (é requisito a exposição dos fundamentos *jurídicos*). (III) Art. 295, IV, e art. 269, IV, CPC (*haverá* resolução de mérito). (IV) Art. 296, parágrafo único, CPC (sem oitiva do réu). *Alternativa E.*

6814. **(Advogado – CASAL – 2010 – FUNDEPES)** Assinale a opção incorreta a respeito do procedimento ordinário no processo civil.

(A) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.

(B) Mesmo depois de publicada, pode o juiz corrigir as inexatidões materiais encontradas na sentença.

(C) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferido julgamento de total improcedência em outros casos idênticos, o juiz poderá apreciar a lide, dispensando a citação, reproduzindo-se o teor da sentença anteriormente prolatada.

(D) Verificando o juiz que a petição inicial se encontra desprovida de pedido, deve, de plano, indeferi-la.

(E) É inepta a petição inicial quando lhe faltar causa de pedir.

RESPOSTA (A) Art. 290, primeira parte, CPC. (B) Art. 463, I, CPC. (C) Art. 285-A, CPC. (D) Art. 284, CPC (determinará que o autor a emende ou a complete). (E) Art. 295, parágrafo único, I, CPC. *Alternativa D*.

6815. **(Procurador – ALEGO – 2006 – UEG)** O réu pode reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. Sobre a reconvenção, é INCORRETO afirmar:

(A) Oferecida a reconvenção, o autor reconvindo será intimado, na pessoa do seu procurador, para contestá-la no prazo de 15 (quinze dias) dias.

(B) Pode o réu, em seu nome próprio, reconvir ao autor, mesmo que este demande em nome de outrem.

(C) A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta ao prosseguimento da reconvenção.

(D) Julgar-se-ão na mesma sentença a ação e a reconvenção.

RESPOSTA (A) Art. 316, CPC. (B) Art. 215, parágrafo único, CPC (não pode). (C) Art. 317, CPC. (D) Art. 318, CPC. *Alternativa B*.

6816. **(Advogado – CEEE – 2010 – FUNDATEC)** Em relação à resposta do réu, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) A contestação e a reconvenção são apresentadas em peças separadas, na mesma oportunidade ou em momentos distintos, mas dentro do prazo de resposta do réu.

(B) Apesar do princípio da eventualidade, o réu poderá alegar direito superveniente, mesmo depois da ter apresentado a contestação.

(C) O defensor dativo, o curador especial e o ministério público não estão vinculados ao ônus da impugnação específica na contestação.

(D) Mesmo ocorrendo a revelia, deverá haver a intimação do procurador do réu em relação aos atos do processo, caso esteja devidamente constituído nos autos.

(E) Recebida a exceção de incompetência, o processo ficará suspenso até que seja definitivamente julgado.

RESPOSTA (A) Art. 299, CPC (serão oferecidas *simultaneamente*). (B) Art. 303, I, CPC. (C) Art. 302, parágrafo único, CPC. (D) Art. 322, CPC. (E) Art. 306, CPC. *Alternativa A*.

VIII. Revelia, Providências Preliminares e Julgamento Conforme o Estado do Processo

6817. **(Advogado – TRENSURB – 2010 – BIORIO)** Na hipótese de o réu não contestar uma ação civil em que o litígio verse sobre direitos indisponíveis, o juiz:

(A) reputará verdadeiros os fatos afirmados pelo autor;

(B) designará representante do réu com poderes para transigir;

(C) determinará a intimação do réu cientificando-o de que poderá intervir no processo em qualquer fase;

(D) mandará que o autor especifique as provas que pretenda produzir na audiência;

(E) promoverá nova citação do réu para, na audiência de instrução e julgamento, oferecer contestação,

oral ou escrita.

RESPOSTA Art. 320, II, e art. 324, CPC. *Alternativa D*.

6818. **(Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP)** O juiz poderá julgar antecipadamente a lide quando

(A) o pedido for meramente declaratório.
(B) a ação for de natureza constitutiva.
(C) a questão de mérito for unicamente de direito.
(D) terminar a fase probatória.
(E) o direito discutido for indisponível e ocorrer revelia.

RESPOSTA Segundo o art. 330, CPC, o juiz conhecerá *diretamente* do pedido, proferindo sentença: *I – quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência; II – quando ocorrer a revelia (art. 319)*. *Alternativa C*.

6819. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Não constando do mandado de citação a advertência de presunção de aceitação pelo réu de veracidade dos fatos articulados pelo autor, se não contestada a ação, versando a lide sobre direitos indisponíveis,

(A) o réu não está obrigado, em sua resposta, a contestar especificadamente os fatos narrados na petição inicial.
(B) desatendido pelo réu o ônus da impugnação especificada dos fatos, não ocorrerá o efeito da revelia.
(C) a falta de impugnação precisa sobre os fatos afirmados na petição inicial induz à revelia e a seus efeitos.
(D) decretada a revelia, por falta de contestação precisa dos fatos narrados na petição inicial, o juiz julgará antecipadamente a lide, conhecendo diretamente do pedido.
(E) reconhecida a revelia, pela confissão ficta, o autor poderá alterar o pedido ou a causa de pedir sem promover nova citação do réu.

RESPOSTA Um dos efeitos da revelia é a *presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor* na exordial (art. 319, CPC). Contudo, esse efeito não ocorre nas hipóteses do art. 320, CPC, dentre as quais, quando o litígio versar sobre *direitos indisponíveis*. *Alternativa B.*

IX. Provas e Audiências

6820. **(Advogado – CASA – 2011 – VUNESP)** As provas serão produzidas na audiência, na seguinte ordem:

(A) depoimento pessoal do autor e do réu; inquirição das testemunhas do autor e do réu; peritos e assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimento.
(B) peritos e assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimento; depoimento pessoal do autor e do réu; inquirição das testemunhas do autor e do réu.
(C) peritos e assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimento; depoimento pessoal do réu e do autor; inquirição das testemunhas do réu e do autor.
(D) depoimento pessoal do autor e do réu; peritos e assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimento; inquirição das testemunhas do réu e do autor.
(E) inquirição das testemunhas do autor e do réu; peritos e assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimento; depoimento pessoal do autor e do réu.

RESPOSTA Art. 452, I, II e III, CPC. *Alternativa B.*

6821. (Promotor – MP-MG – 2011) De acordo com o Código de Processo Civil, na parte que trata dos meios de prova, marque a alternativa INCORRETA.

(A) A confissão espontânea pode ser feita por mandatário com poderes especiais.
(B) Na confissão, quando judicial, espontânea e efetiva, ocorre o reconhecimento do pedido.
(C) Nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge não valerá sem a do outro.
(D) A confissão, quando emanada de erro, pode ser revogada por ação anulatória, se pendente o processo em que foi feita.

RESPOSTA (A) Art. 349, parágrafo único, CPC. (B) A confissão diz respeito aos *fatos*, e não ao reconhecimento do pedido, que pode ser julgado procedente ou improcedente, a depender das consequências jurídicas extraídas pelo julgador dos fatos confessados. (C) Art. 350, parágrafo único, CPC. (D) Art. 352, I, CPC. *Alternativa B.*

6822. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Quanto ao instituto da confissão, assinale a alternativa correta.

(A) A confissão judicial faz prova contra o confitente obrigando os litisconsortes.
(B) A confissão espontânea não pode ser feita por mandatário com poderes especiais.
(C) A confissão, quando emanada de erro, dolo ou coação, pode ser revogada a qualquer tempo por ação anulatória.
(D) Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.

RESPOSTA Segundo o art. 351, CPC, não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos *indisponíveis*. *Alternativa D.*

6823. (Promotor – MP-BA – 2010) Segundo a melhor doutrina, provar consiste em criar o convencimento no espírito do julgador. Logo, consubstancia-se a prova em elemento idôneo à formação de um estado psíquico. Assim, assinale a alternativa correta, após aferir a veracidade das assertivas abaixo.

I. A presunção “hominis” inadmite prova em contrário.
II. O exame, vistoria e arbitramento são formas de prova pericial.
III. O Código Civil em vigor estabelece, de forma exaustiva, a presunção, indícios, a testemunhal, a confissão, a perícia e o documento, como meios de prova do negócio jurídico.
IV. A confissão pode ser anulada por vício de consentimento.
V. São requisitos da prova: pertinência, concludência e licitude.

(A) F, F, V, F, F.
(B) V, F, F, F, F.
(C) V, V, F, F, V.
(D) V, V, F, V, F.
(E) F, V, F, V, V.

RESPOSTA (I) As presunções *hominis* ou *simples* são aquelas não previstas em lei, que se fundam na experiência de vida, nos fatos comuns. Evidentemente, tais presunções admitem prova em contrário. (II) Art. 420, CPC. (III) Segundo o Código Civil (art. 212), a confissão, o documento, a testemunha, a presunção e a perícia são meios de prova do *fato jurídico*; sendo, ainda, que *indícios* não são meios de prova. (IV) Art. 352, CPC. (V) A prova deve ser *pertinente* (adequada à demonstração do fato alegado), *concludente* (apta a influenciar a formação do livre-convencimento motivado do julgador) e *lícita* (pois a CF veda as provas obtidas por meios ilícitos no art. 5º, LVI). *Alternativa E.*

6824. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Com relação à confissão, aponte a alternativa incorreta:

(A) pode ser extrajudicial ou judicial e, esta última, provocada ou espontânea. Admite-se que a espontânea seja realizada por procurado ao qual tenham sido conferidos poderes especiais;

(B) quando emanar de dolo pode ser revogada por ação anulatória, quando pendente o processo em que foi feita;

(C) quando emanar de dolo, pode ser revogada por ação rescisória, quando já transitada em julgado a sentença que a considerou como um de seus fundamentos;

(D) quando contida em testamento, não tem a mesma força probatória que a confissão judicial;

(E) necessita da autorização do outro cônjuge, para operar seus efeitos, nas ações que versem sobre bens imóveis.

RESPOSTA Segundo o art. 352, CPC, a confissão, quando emanar de erro, dolo ou coação, pode ser revogada: I – por ação anulatória, se pendente o processo em que foi feita; II – por ação rescisória, depois de transitada em julgado a sentença, da qual constituir o *único fundamento*. *Alternativa C.*

6825. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Em relação à prova testemunhal, a lei considera impedido:

(A) o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença;

(B) o que, por seus costumes, não for digno de fé;

(C) o inimigo capital da parte, ou o seu amigo íntimo;

(D) o que é parte na causa;

(E) o que tiver interesse no litígio

RESPOSTA Art. 405, § 2º, II, CPC (quem é parte na causa é impedido de depor como testemunha). *Alternativa D.*

6826. **(Procurador – MPT – 2007)** Com relação às provas é INCORRETO afirmar:

(A) A prova emprestada constitui uma modalidade de prova atípica ou inominada, por não estar expressamente regulada no sistema processual brasileiro. Está, porém, inserida no contexto do princípio da economia processual;

(B) Com relação às máximas de experiência, pode-se dizer que o juiz, existindo ou não prova nos autos, estará autorizado a decidir com fundamento na sua observação acerca daquilo que ordinariamente acontece;

(C) A lei processual civil não autoriza ao juiz ouvir as testemunhas impedidas, mesmo que os depoimentos sejam prestados sem compromisso. Já as testemunhas suspeitas, sendo estritamente necessário, serão inquiridas independentemente de compromisso e o juiz lhes atribuirá o valor que possam merecer;

(D) É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito;

(E) Não respondida.

RESPOSTA Segundo o art. 405, § 4º, CPC, sendo estritamente necessário, o juiz ouvirá testemunhas *impedidas* ou *suspeitas*; mas os seus depoimentos serão prestados independentemente de compromisso (art. 415) e o juiz lhes atribuirá o valor que possam merecer. *Alternativa C.*

6827. **(Promotor – MP-BA – 2010)** É certo afirmar que:

(A) Na fase instrutória, o princípio inquisitivo permeia os poderes do magistrado, independentemente da (in)disponibilidade do bem da vida em disputa.

(B) O sistema tarifado de provas não encontra ressonância no sistema jurídico pátrio.

(C) É válida a distribuição diversa do ônus da prova, ainda que incida sobre direito indisponível.

(D) A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário deverá, necessariamente, provar os respectivos teor e vigência.

(E) Os fatos notórios não prescindem de provas, se contestados pela parte contrária.

RESPOSTA Pelo *princípio inquisitivo*, ao juiz é conferido um papel maior do que mero expectador, tendo amplos poderes instrutórios no processo civil pátrio, à luz do art. 130, CPC, segundo o qual, caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias. *Alternativa A.*

6828. (Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA) A respeito da prova no processo civil, assinale a alternativa correta.

(A) A lei processual brasileira acolhe a regra da atipicidade dos meios de provas.

(B) Quanto à valoração das provas, o Código de Processo Civil brasileiro adotou o sistema da livre-convicção.

(C) A prova judiciária tem como finalidade os fatos deduzidos pelas partes em juízo.

(D) A multiplicidade de versões do fato constitutivo alegadas pela defesa transfere o ônus da prova do autor para o réu.

(E) Os requisitos solenes ou formais do negócio jurídico podem ser provados ou supridos por presunção simples ou comum.

RESPOSTA Segundo o art. 332, CPC, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, *ainda que não especificados no Código* (ou seja, não tipificados), são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa. *Alternativa A*.

6829. (Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS) Assinale a alternativa correta sobre o regime da prova no Código de Processo Civil.

(A) No depoimento pessoal, não é permitido à parte servir-se de notas breves para completar esclarecimentos.

(B) A parte não é obrigada a depor sobre fatos criminosos ou torpes que lhe forem imputados.

(C) Não se admite confissão espontânea feita a mandatário, mesmo que com poderes especiais.

(D) A confissão extrajudicial contida em testamento tem a mesma eficácia probatória da judicial.

(E) A prova exclusivamente testemunhal só é admitida nas ações cujo valor não exceda o dobro do salário mínimo.

RESPOSTA (A) Art. 346, CPC. (B) Art. 347, CPC. (C) Art. 349, parágrafo único, CPC. (D) Art. 353, CPC. (E) Art. 401, CPC (só é admitida nos contratos cujo valor não exceda o *décuplo* do maior salário mínimo vigente no país, ao tempo em que foram celebrados). *Alternativa B*.

6830. (Promotor – MP-RJ – 2011) Em matéria probatória, é correto afirmar que:

(A) “prova diabólica” é a alegação ardilosa da parte que, valendo-se das regras de distribuição do ônus da prova, dificulta a atividade instrutória do adversário, desqualificando as provas por ela produzidas;

(B) a distribuição do ônus da prova pode ser invertida pelo juiz, pelo legislador ou pelas partes, neste último caso devendo haver anuência do Ministério Público, em caso de direitos indisponíveis, para a validade da convenção;

(C) a decisão saneadora enseja a denominada estabilização instrutória do processo, não podendo haver inclusões de novos meios de provas, salvo se fatos supervenientes justificarem autorização judicial

para essa finalidade;

(D) a confissão gera o reconhecimento jurídico do pedido, sendo defeso ao confitente negar as consequências jurídicas que a outra parte pretende retirar do fato confessado;

(E) é possível a utilização, em uma mesma causa, de prova produzida por juiz incompetente, preservando-se a validade dos atos instrutórios já praticados, permanecendo a eficácia dessa prova emprestada na razão inversa da possibilidade de sua reprodução.

RESPOSTA O reconhecimento da incompetência absoluta gera a nulidade apenas dos atos *decisórios* até então praticados (art. 113, § 2º, CPC), não dos atos instrutórios, que deverão ser aproveitados. *Alternativa E.*

6831. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Acerca da prova no processo civil, assinale a alternativa correta:

(A) as presunções absolutas de veracidade têm como efeito prático a inversão do ônus da prova;

(B) nas demandas que versem sobre relação de consumo, o juiz, sempre a requerimento da parte, poderá inverter o ônus da prova em favor do consumidor;

(C) a existência de prova documental comprobatória da veracidade de uma determinada alegação de fato torna desnecessária a produção de prova pericial com o mesmo propósito;

(D) nos processos em que funciona como fiscal da lei, a iniciativa probatória do Ministério Público é subsidiária à das partes;

(E) o juiz apreciará livremente a prova obtida por meios ilícitos.

RESPOSTA (A) As presunções relativas de veracidade têm como efeito prático a inversão do ônus da prova; já as presunções absolutas não admitem prova em contrário. (B) Art. 6º, VIII, CDC (a inversão do ônus da prova poderá ser concedida de *ofício*). (C) Art. 427, CPC. (D) Art. 83, II, CPC (o MP tem ampla iniciativa probatória). (E) Art. 5º, LVI, CF (são *inadmissíveis*, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos). *Alternativa C.*

6832. **(Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP)** A produção da prova documental deve ordinariamente ser realizada pelas partes,

(A) na inicial e na contestação.

(B) em audiência.

(C) na fase de instrução.

(D) após o depoimento pessoal das partes.

(E) em qualquer momento antes da sentença.

RESPOSTA Prevê o art. 396, CPC, que compete à parte instruir a *petição inicial* (art. 283), ou a *resposta* (art. 297), com os documentos destinados a provar-lhe as alegações. *Alternativa A*.

6833. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** O incidente de falsidade documental tem cabimento em qualquer tempo e grau de jurisdição. É correto afirmar que

(A) poderá ser oferecido em contestação ou no prazo de 10 dias, por petição, contados da intimação da juntada aos autos do documento, suspendendo o processo principal.

(B) poderá ser oferecido em contestação ou no prazo de 5 dias, por petição, contados da intimação da juntada aos autos do documento, suspendendo o processo principal.

(C) o incidente de falsidade documental somente pode ser oposto em contestação e no prazo desta.

(D) poderá ser oferecido em contestação ou no prazo de 10 dias, por petição, contados da intimação da juntada aos autos do documento, sem suspender o processo principal.

RESPOSTA Arts. 390 e 394, CPC (cabe à parte, contra quem foi produzido o documento, suscitar o *incidente de falsidade* na contestação ou no prazo de 10 dias, contados da intimação da sua juntada aos autos; tão logo suscitado o incidente, o processo

principal será suspenso). *Alternativa A*.

6834. (Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE) No que tange à disciplina da fase instrutória ou probatória do procedimento do processo cognitivo civil, assinale a alternativa correta.

(A) A gravação clandestina de conversa telefônica é meio idôneo e moralmente legítimo de prova.
(B) O depoimento pessoal, embora constitua ato personalíssimo, pode ser prestado por terceira pessoa a quem se concede o poder de praticar o ato processual.
(C) É inadmissível como meio de prova a confissão de fatos que dão fundamento existencial a direito indisponível.
(D) O advogado atuante em causa própria, mesmo antes de prestar depoimento pessoal, poderá assistir ao interrogatório da parte contrária.
(E) É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos antes ou depois dos articulados.

RESPOSTA (A) Art. 332, CPC e STJ – REsp 2.194/RJ. (B) Art. 342, CPC e STJ – REsp 623.575/RO. (C) Art. 351, CPC. (D) Art. 344, parágrafo único, CPC. (E) Art. 397, CPC. *Alternativa C*.

6835. (Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC) Assinale a alternativa correta:

(A) A ação declaratória incidental prescinde de controvérsia sobre a relação jurídica cuja existência ou inexistência se busca declarar.
(B) O incidente de falsidade documental de que tratam os artigos 390-395 do Código de Processo Civil tem a mesma natureza de ação declaratória incidental e, se processado em autos apartados, caberá apelação da decisão nele proferida,
(C) O ajuizamento de ação declaratória incidental independe da efetiva existência de um processo em curso.
(D) A ação declaratória incidental pode ser ajuizada em até 2 anos do trânsito em julgado da sentença no processo principal.
(E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

RESPOSTA Verificada a falsidade do documento, a outra parte poderá suscitá-la por meio de *Arguição de Falsidade* (arts. 390 a 395, CPC). A arguição será feita na contestação ou no prazo de 10 dias. Em sendo suscitada por meio de *incidente* no processo em que o documento foi juntado, a *arguição de falsidade* buscará uma *sentença declaratória* (art. 395, CPC), caso em que, da decisão, caberá *apelação*. *Alternativa B*.

6836. (Advogado – IMESP – 2010 – VUNESP) Sobre as provas no procedimento ordinário, é correto afirmar que

(A) o ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato modificativo e impeditivo do direito alegado.
(B) o depoimento pessoal de uma das partes não poderá ser requerido de ofício pelo juiz, devendo a parte que tem interesse em produzir essa prova, pleiteá-la em Juízo.
(C) para revogar confissão emanada de erro, dolo ou coação, caberá ação anulatória se pendente o processo em que foi feita.
(D) o juiz não poderá ordenar que a parte exiba documento ou coisa que se ache em seu poder.
(E) o rol de testemunhas deve ser apresentado 15 dias antes da audiência, ou no prazo que o juiz fixar.

RESPOSTA (A) Art. 333, CPC. (B) Art. 342, CPC. (C) Art. 352, CPC. (D) Art. 355, CPC. (E) Art. 470 (10 dias). *Alternativa C*.

6837. (Advogado – IPEM – 2010 – CEPERJ) Em uma ação ajuizada para cobrança de dívida decorrente de um empréstimo, o réu, em obediência às regras processuais sobre o ônus subjetivo da prova, consegue provar que já efetuou o pagamento. Compreende-se dessa demonstração produzida pela defesa como uma prova de fato:

(A) extintivo de direito do autor.
(B) constitutivo de direito do autor.
(C) modificativo de direito do autor.
(D) impeditivo de direito do autor.
(E) declarativo de direito do autor.

RESPOSTA Art. 333, CPC. O comprovante de pagamento da dívida *extingue* o direito postulado. *Alternativa A*.

6838. (Advogado – DER – 2010 – FUNCAB) Acerca da teoria geral da prova, assinale a alternativa correta.

(A) O ônus da prova incumbe ao autor, mesmo em relação aos fatos negativos alegados pelo réu.
(B) Somente são admissíveis no procedimento sumário os meios de prova legal e expressamente previstos.
(C) A convenção que distribui todo o ônus da prova apenas a uma parte é completamente inadmissível no ordenamento atual.
(D) Em se tratando de direitos indisponíveis, mesmo os fatos notórios dependem de prova.
(E) Salvo disposição especial em contrário, todas as provas devem ser produzidas em audiência.

RESPOSTA (A) Art. 333, CPC. (B) Art. 332, CPC. (C) Art. 333, parágrafo único, CPC, e art. 6º, VIII, CDC (*inversão do ônus da prova* – aplicação da *Teoria Dinâmica* de distribuição do ônus da prova). (D) Art. 334, I, CPC. (E) Art. 336, CPC. *Alternativa E.*

6839. (Advogado – CORREIOS-BA – 2007 – CONESUL) Quanto ao direito probatório, assinale a assertiva correta.

(A) Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas e suspeitas. São considerados suspeitos: o cônjuge, bem como o ascendente e descendentes em qualquer grau.
(B) O incidente de falsidade pode ser arguido até a sentença.
(C) É lícito a cada parte oferecer, no máximo, oito testemunhas; quando qualquer das partes oferecer mais de três testemunhas para a prova de cada fato, o juiz poderá dispensar as restantes.
(D) Na prova pericial compete ao juiz formular os quesitos que entender necessários ao esclarecimento da causa.

RESPOSTA (A) Art. 405, § 3º, CPC. (B) Art. 390, CPC. (C) Art. 407, parágrafo único, CPC. (D) Art. 426, II, CPC. *Alternativa D*.

6840. (Advogado – IRB – 2006 – ESAF) Assinale a opção falsa relativamente à prova no Direito Processual Civil.

(A) O dever de fundamentar as decisões constitui restrição ao princípio do livre-convencimento do juiz.
(B) O CPC adota em matéria de prova o sistema dispositivo rígido.
(C) O dever de julgar com os elementos existentes nos autos constitui restrição ao princípio do livre-convencimento do juiz.
(D) Havendo conflito entre as provas pericial e oral, prevalecerá a primeira.
(E) A recusa da parte em submeter-se ao exame judicial acarreta-lhe presunção desfavorável.

RESPOSTA O sistema adotado pelo CPC em matéria de prova é o *dispositivo misto*, por meio do qual o juiz poderá, a *requerimento das partes* ou de *ofício*, determinar as provas necessárias à instrução do processo, bem como indeferir diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 130, CPC). *Alternativa B.*

X. Sentença e Coisa Julgada

6841. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
(B) A resolução de questão prejudicial faz coisa julgada, se a parte o requerer, o juiz for competente e constituir pressuposto para o julgamento da lide.
(C) A sentença produz coisa julgada apenas em relação às partes entre as quais é dada.
(D) Na apelação, serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal somente as questões julgadas na sentença.
(E) As questões de fato, não propostas no juízo inferior, não poderão ser suscitadas na apelação.

RESPOSTA De acordo com o art. 470, CPC, faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide. *Alternativa B.*

6842. **(Advogado – EPE – 2010 – CESGRANRIO)** Petrônio promove ação condenatória por meio do procedimento ordinário em face da União Federal, postulando danos materiais e morais, pelo ingresso de máquina de propriedade da ré, conduzida por seu preposto, em imóvel de titularidade do autor. Foram caracterizados prejuízos correspondentes a R$ 100.000,00 (cem mil reais), por meio da prova pericial. A sentença julgou procedente o pedido, condenando a ré ao pagamento do valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), acrescido de juros moratórios e correção monetária, arrimando sua decisão em entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça. Não houve apelação. Aplicando-se o duplo grau de jurisdição no caso em tela,

(A) o duplo grau de jurisdição seria obrigatório.
(B) pelo valor da condenação não haveria necessidade de duplo grau de jurisdição obrigatório.
(C) o arrimo da sentença em interpretação sumulada acarreta a incidência do duplo grau de jurisdição obrigatório.
(D) cabe somente duplo grau voluntário.
(E) por ser ação contra a União Federal, o duplo grau de jurisdição é desnecessário.

RESPOSTA (A), (D) e (E) Art. 475, I, CPC. (B) Art. 475, § 2º, CPC. (C) Art. 475, § 3º, CPC. *Alternativa A.*

6843. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Assinale a alternativa correta:

(A) Tendo em vista os limites subjetivos da coisa julgada, terceiros que não participaram do processo não se sujeitam aos efeitos da sentença nele proferida, ainda que meramente reflexos.
(B) A eficácia preclusiva da coisa julgada determina que somente as questões efetivamente discutidas e debatidas no processo tornam-se imutáveis, ainda que não façam parte do dispositivo da sentença.
(C) Nas ações em que se discutem relações de trato continuado, a coisa julgada submete-se à regra *rebus sic stantibus*, ou seja, sobrevindo modificação no estado de fato em que proferida a sentença, pode-se discutir novamente as questões objeto da sentença transitada em julgado.
(D) Por força da coisa julgada, os fatos reconhecidos como existentes em dada sentença não podem ser tidos por inexistentes em outro processo envolvendo as mesmas partes.
(E) As alternativas C e D estão corretas.

RESPOSTA (A) Inobstante a previsão do art. 472, CPC, os efeitos *reflexos* atingem os terceiros juridicamente interessados. (B)

Art. 474, CPC. (C) Art. 471, I, CPC. (D) Art. 469, II, CPC. *Alternativa C*.

6844. (Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN) Sobre a coisa julgada, é INCORRETO afirmar que

(A) compete ao réu, antes de discutir o mérito, alegar coisa julgada.
(B) a coisa julgada é causa de extinção do processo, sem resolução de mérito.
(C) faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
(D) é defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão.

RESPOSTA Art. 469, CPC (*não* faz coisa julgada *a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença*). *Alternativa C*.

6845. (Procurador – MPT – 2007) Analise as seguintes assertivas:

I. A lei processual civil conceitua sentença como o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa.
II. A sentença condenatória valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, exceto quando a condenação for genérica.
III. O juiz, de ofício, não poderá modificar o valor ou periodicidade da multa diária imposta para a efetivação da tutela específica, caso verifique que se tornou insuficiente.
IV. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo; por embargos de declaração.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) apenas uma das assertivas está correta;
(B) apenas duas das assertivas estão corretas;
(C) apenas três das assertivas estão corretas;
(D) todas as assertivas estão corretas;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Errada, pois, segundo o art. 162, § 1º, CPC, sentença é o ato do juiz que *decide a causa*, conforme as hipóteses do art. 267, CPC (sem resolução de mérito) e 269, CPC (com resolução de mérito). (II) Errada, já que a sentença condenatória pode valer como título constitutivo de hipoteca judiciária, nos termos do art. 466, CPC. (III) Errada, conforme o art. 461, § 6º, CPC. (IV) Correta, nos termos do art. 463, CPC. *Alternativa A.*

6846. (Procurador – MPT – 2008) A propósito da sentença e da coisa julgada, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) ainda que genérica a condenação, a sentença condenatória produz a hipoteca judiciária;
(B) ao proferir sentença que resolve o processo sem exame do mérito, o juiz deve decidir de forma concisa;
(C) os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, e a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença, não fazem coisa julgada;
(D) salvo se fundada em súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, a sentença proferida contra a União apenas produzirá efeitos, alcançando a eficácia da coisa julgada, depois de confirmada pelo tribunal competente;
(E) não respondida.

RESPOSTA As sentenças proferidas contra a União estão sujeitas ao reexame necessário (art. 475, CPC), somente produzindo efeitos após confirmadas pelo Tribunal. Essa situação, contudo, não se aplica sempre que a condenação, ou o

direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor e nas hipóteses de sentença fundamentada em jurisprudência do plenário do STF (ainda que não esteja sumulada), Súmula do STF ou de qualquer outro Tribunal Superior (§ 2º e § 3º). *Alternativa D*.

6847. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) As sentenças que resolvem objeto do processo, consistente em enfrentar o petitório contido na demanda inicial, acolhendo-se a pretensão ou não, são definitivas, incluídas as que declaram extinto o direito ou a ação, por prescrição ou decadência.
(B) O relatório do processo, ainda que resumido; a motivação pela qual o juiz soluciona as questões de fato e de direito, interpretando as normas aplicadas, fazendo exame dos fatos e das provas, qualificando juridicamente o conjunto probatório existente nos autos e dirimindo pontos controvertidos; e o provimento jurisdicional final que é o preceito concreto e imperativo ditado pelo juiz em relação à pretensão, compõem os requisitos da sentença.
(C) As alegações e defesas que se consideram preclusas com a formação da coisa julgada são aquelas que concernem ao mérito da causa, alcançando, inclusive causas de pedir estranhas ao processo.
(D) A sentença deverá ser proferida conforme pedido imediato (providência jurisdicional postulada – declaração, constituição, condenação, mandamento ou execução) e conforme o pedido mediato (bem da vida perseguido em juízo), sendo vedado proferir sentença de natureza diversa da pedida (*infra*, *extra* ou *ultra petita*), podendo ser decretada sua nulidade, e pelo Tribunal poderá haver substituição direta da decisão, sem retorno dos autos à origem.
(E) Publicada a sentença, o juiz poderá modificá-la *ex officio* para retificar erros de cálculo.

RESPOSTA A sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas (art. 468, CPC). Ademais, a preclusão discutida no processo ocorre em relação às causas decididas na parte *dispositiva* da sentença, e não em relação às alegações e defesas, as quais não produzem coisa julgada (art. 469, CPC). *Alternativa C*.

6848. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** O art. 471 do Código de Processo Civil estabelece que, salvo nas hipóteses legalmente previstas, “nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas”. Esse comando legal se refere a fenômeno processual denominado de:

(A) preclusão lógica;
(B) preclusão judicial ou “pro judicato”;
(C) preclusão consumativa;
(D) preclusão conformativa;
(E) preclusão revisional.

RESPOSTA Pela preclusão judicial ou *pro judicato*, é proibido ao juiz ou Tribunal reexaminar questões já decididas concernentes à mesma lide, ou seja, o juiz não pode decidir novamente questões já resolvidas. *Alternativa B.*

6849. **(Procurador – MPF – 2012)** É correto afirmar que:

(A) A coisa julgada material torna a sentença imutável e indiscutível, adquirindo a decisão força de lei nos limites da lide e das questões decididas;
(B) A coisa julgada pode operar contra terceiro, quando a relação jurídica de que é titular está subordinada a parte com referência a relação decidida;
(C) A coisa julgada pressupõe a identidade absoluta de causas para impedir a propositura de nova ação;
(D) A coisa julgada pode ocorrer nas ações cautelares quando, arguida a prescrição ou decadência,

sobre ela se manifeste o juiz.

RESPOSTA Entende-se por *coisa julgada material* a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário (art. 467, CPC), sendo que a sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas (art. 468, CPC). *Alternativa A.*

6850. **(Promotor – MP-SP – 2011)** A autoridade da *res judicata* material

(A) é restrita à parte dispositiva da sentença, na qual o juiz resolve as questões que as partes lhe submetem.
(B) é extensiva à questão prejudicial, decidida incidentemente no processo.
(C) é limitada à causa petendi, próxima e remota, contida na petição inicial.
(D) compreende a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
(E) abrange os motivos importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.

RESPOSTA A autoridade da *res judicata* material (coisa julgada material) é estrita à parte dispositiva da sentença (dispositivo), *não* fazendo coisa julgada, segundo o art. 469, CPC: *I – os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença; II – a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença; III – a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo. Alternativa A.*

6851. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** Não faz coisa julgada, EXCETO:

(A) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
(B) A apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo.
(C) Os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
(D) A resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer conforme os artigos 5º e 325 do CPC, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.

RESPOSTA A regra é de que a apreciação da *questão prejudicial* incidental *não* fará coisa julgada (art. 469, III, CPC). No entanto, se requerida pelas partes, o juiz for competente em razão da matéria e for pressuposto necessário ao julgamento da lide (art. 470, CPC), a resolução da questão prejudicial (arts. 5º e 325, CPC) fará coisa julgada material. *Alternativa D*.

6852. **(Analista – TJ-MA – 2009 – IESES)** Assinale a alternativa correta:

(A) Todas as sentenças fundadas no artigo 269 do CPC contêm efetivo julgamento a respeito da lide, do mérito discutido respectiva na ação.
(B) O dispositivo é requisito de eficácia da sentença.
(C) A coisa julgada formal engloba a coisa julgada material.
(D) A lei autoriza que as sentenças fundadas no art. 267 do CPC tenham fundamentação e relatório concisos.

RESPOSTA De acordo com o art. 459, CPC, o juiz proferirá a *sentença*, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor. Nos casos de *extinção do processo sem julgamento do mérito* (art. 297, CPC), o juiz decidirá em forma *concisa*. *Alternativa D*.

6853. **(Procurador – PGE-PA – 2009)** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

(A) Para a aplicação do art. 285-A do Código de Processo Civil a casos idênticos, a sentença-tipo deverá ser de mérito e de total improcedência.
(B) Para a aplicação da sentença-tipo é necessária que haja a tríplice identidade entre o caso anterior e a demanda a que se pretender aplicar o precedente do juízo.

(C) A aplicação da sentença-tipo permite ao autor a interposição de apelação, no prazo de 15 dias, hipótese em que o requerido será citado para responder ao recurso, sendo vedada, ao juiz, a retratação.

(D) A autorização para a reprodução do teor da sentença-tipo, justifica a simples juntada aos autos de cópia reprográfica da decisão anteriormente já proferida.

RESPOSTA Trata-se do chamado *julgamento liminar de mérito* (art. 285-A, CPC), segundo o qual, em se tratando de matéria *unicamente de direito* e o juízo já houver prolatado sentença de *total improcedência* em casos idênticos, poderá proferir a sentença com o mesmo teor da anteriormente prolatada (*sentença-tipo*), mesmo sem a citação do réu. Se o autor apelar, é facultado ao juiz se retratar no prazo de *5 dias* (§ 1°). *Alternativa A.*

6854. **(Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP)** Sobre a sentença e coisa julgada, é correto afirmar que

(A) é defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

(B) o juiz pode proferir sentença ilíquida, quando o autor tiver formulado pedido certo.

(C) publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de apelação.

(D) faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo.

(E) se denomina coisa julgada formal a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.

RESPOSTA (A) Art. 460, CPC (o juiz deverá decidir a lide nos *limites* do pedido do autor, sendo defeso proferir sentença de natureza ou objeto *diverso – extra petita* – ou em *quantidade superior – ultra petita* – ao que foi pedido). (B) Art. 459, parágrafo único, CPC. (C) Art. 463, CPC. (D) Art. 469, III, CPC. (D) Art. 467, CPC (faz coisa julgada *material*). *Alternativa A.*

6855. **(Procurador – MPF – 2011)** Em relação à chamada remessa obrigatória, ou reexame necessário, pode-se afirmar que:

(A) Aplica-se exclusivamente às sentenças proferidas contra os entes federativos;

(B) Tem a natureza jurídica de um recurso em favor dos entes federativos;

(C) Aplica-se também às autarquias, quando sucumbentes;

(D) É condição de eficácia das sentenças proferidas contra os entes federativos.

RESPOSTA A chamada *remessa necessária* (art. 475, CPC), à qual estão sujeitas as sentenças proferidas contra a *União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público,* não é considerada recurso, mas *condição de eficácia da sentença*, que somente produzirá efeitos e fará coisa julgada após confirmada pelo tribunal. *Alternativa D.*

6856. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer, ao conceder a tutela específica, poderá o juiz determinar providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

(B) Antes da oitiva do réu, somente será concedida a tutela específica quando o direito afirmado pelo demandante puder ser lesado durante o espaço de tempo que é deferido para a apresentação da resposta ou se já se encontrar lesado no momento da postulação inicial.

(C) Em qualquer hipótese poderá o juiz, *ex officio*, converter a tutela específica de obrigação de fazer em perdas e danos.

(D) Na concessão de tutela inibitória, o juiz poderá, *ex officio*, impor multa diária ao réu pelo descumprimento.

(E) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer, a indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa por descumprimento da tutela específica.

RESPOSTA As afirmativas constam no art. 461 e seus parágrafos, CPC. Porém, obrigação somente se converterá em perdas e danos *se o autor o requerer*, e não de ofício (§ 1º). *Alternativa C.*

6857. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Na sentença, foi concedida uma tutela de obrigação de fazer ao réu, impondo multa diária no valor de R$ 100,00 (cem reais) para o caso de descumprimento. Após o trânsito em julgado da sentença, não tendo sido interposto recurso por nenhuma das partes, o réu peticiona informando que, em razão de mudança significativa na economia, superveniente à sentença, tornou-se mais vantajoso pagar a multa imposta, a cumprir a tutela obrigacional. Considerando essa hipótese, assinale a resposta CORRETA:

(A) Será admitida a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, mas no caso não será possível ao autor requerer a execução da multa pelo descumprimento.
(B) O juiz não poderá elevar a multa, ainda que a requerimento da parte, porque a decisão está acobertada pelo trânsito em julgado.
(C) O valor da multa poderá ser modificado a qualquer tempo, inclusive *ex officio*, e mesmo após o trânsito em julgado da sentença que a fixou.
(D) A multa só poderia ser modificada antes do trânsito em julgado da sentença, e se houvesse pedido expresso do autor.
(E) A execução da multa imposta para o caso de descumprimento implicará em renúncia tácita à execução de indenização por perdas e danos.

RESPOSTA De acordo com o art. 461, § 6º, CPC, o juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva. Ademais, segundo o STJ "A multa prevista no art. 461 do CPC, por não fazer coisa julgada material, pode ter seu valor e periodicidade modificados a qualquer tempo pelo juiz, quando for constatado que se tornou insuficiente ou excessiva" (REsp 708.290/RS). *Alternativa C.*

6858. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** O Instituto Ciência Verde, fundação de direito público, instituída e mantida por ente da Federação, foi acionado perante o Poder judiciário, em ação de indenização por responsabilidade civil, tendo sido condenado, em primeira instância, a pagar ao autor da ação a importância de R$ 12.500,00, em valores de abril de 2010. Sobre a necessidade de remessa oficial dessa decisão, assinale a alternativa correta:

(A) a remessa não é cabível, pois a legislação atual somente prevê a remessa "ex officio" para decisões desfavoráveis aos entes da administração direta, o que exclui as entidades autárquicas e fundacionais, ainda que instituídas e mantidas pelo Poder Público;
(B) a remessa é cabível, pois os entes fundacionais são igualmente beneficiários da revisão obrigatória da sentença condenatória;
(C) a remessa é cabível, salvo se a decisão estiver em consonância com a jurisprudência do respectivo Tribunal de Justiça;
(D) a remessa não é cabível, em razão do valor da condenação;
(E) a remessa é cabível, desde que a fundação ré requeira a avocação do processo junto ao presidente do respectivo Tribunal de Justiça.

RESPOSTA A remessa oficial (reexame necessário ou recurso *ex officio*) somente se torna obrigatória nas hipóteses cujo valor da condenação seja de valor superior a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, CPC). *Alternativa D.*

6859. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** O art. 285-A do Código de Processo Civil (CPC), inserido pela

Lei n. 11.277/2006, ao dispor sobre o julgamento imediato de pretensões, representa uma tentativa de aceleração no julgamento das causas submetidas ao Poder Judiciário. Sobre esse tema, assinale a resposta incorreta:

(A) a referida Lei inovou o processo civil, ao admitir que o juiz, ao examinar a petição inicial, possa, de pronto, proferir sentença de improcedência total do pedido, desde que os autos envolvam matéria unicamente de direito e haja idêntica solução em outros casos já julgados pelo Juízo;

(B) para adotar-se o procedimento previsto no art. 285-A do CPC, que trata dessa possibilidade de julgamento imediato de improcedência, sequer é necessária a citação prévia do réu;

(C) no caso de apelação interposta em face da decisão de improcedência, é assegurado ao juiz se pronunciar sobre eventual retratação de sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias;

(D) mantida a decisão, o juiz ordenará a citação do réu para responder à apelação interposta pelo autor;

(E) na apelação, o recorrente pode requerer que seja examinada, em preliminar, a nulidade do procedimento, na hipótese de restar demonstrada a necessidade de maior debate sobre a tese jurídica veiculada nos autos, a fim de que a matéria volte a tramitar no Juízo de origem.

RESPOSTA Estando presentes os requisitos que autorizem o juiz a proferir a sentença nos termos do art. 285-A, CPC, não há que se falar em *nulidade* do procedimento por necessidade de maior debate sobre a tese dos autos em primeiro grau. Nesse caso, o processo deverá ser julgado pelo Tribunal. *Alternativa E.*

6860. **(Advogado – BNB – 2010 – ACEP)** Acerca da sentença e coisa julgada, assinale a alternativa correta.

(A) Denomina-se coisa julgada formal a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.

(B) Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença, somente quando transitada em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.

(C) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, em nenhuma hipótese beneficiando ou prejudicando terceiros.

(D) O juiz proferirá a sentença, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor, sendo-lhe vedado decidir de forma concisa, mesmo nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito.

(E) Não fazem coisa julgada os motivos, desde que irrelevantes para determinar o alcance da parte dispositiva.

RESPOSTA (A) Art. 467, CPC. (B) Art. 466-A, CPC. (C) Art. 472, CPC. (D) Art. 459, CPC. (E) Art. 469, I, CPC. *Alternativa B.*

6861. **(Advogado – CORENGO – 2010 – UFG)** São requisitos formais da sentença, ditos pelo Código de Processo civil de “essenciais”, o relatório, a fundamentação e o dispositivo. No que diz respeito à sentença e à coisa julgada, conclui-se que

(A) o juiz poderá proferir sentença ilíquida, quando o autor tiver formulado pedido certo.

(B) o juiz proferirá a sentença, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em partes, o pedido formulado pelo autor. Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o juiz decidirá em forma concisa.

(C) a lei faculta ao juiz proferir sentença, em favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

(D) a eficácia da coisa julgada material, que torna imutável e indiscutível a sentença, está sujeita

apenas a recurso ordinário ou extraordinário.

RESPOSTA (A) Art. 459, parágrafo único, CPC. (B) Art. 459, *caput*, CPC. (C) Art. 460, CPC. (D) Art. 467, CPC. *Alternativa B*.

6862. **(Advogado – IRB – 2006 – ESAF)** A propósito de sentença, assinale a opção falsa.

(A) É absolutamente nula a sentença ilíquida quando foi formulado pedido certo pelo autor.

(B) O *jus superveniens* (CPC, art. 462) não se dirige apenas ao juiz de primeiro grau de jurisdição.

(C) O provimento judicial de mérito deve ser certo, ainda que ilíquido, assim compreendida também a relação jurídica de direito material pendente de condição.

(D) Não deve o tribunal declarar a nulidade de sentença não embargada omissa a respeito de um dos pedidos cumulados.

(E) No caso de julgamento *ultra petita* a nulidade pode deixar de ser declarada quando a sentença puder ser decotada na instância revisora.

RESPOSTA Segundo a jurisprudência do STJ, inobstante a previsão do art. 459, parágrafo único, CPC (*quando o autor tiver formulado pedido certo, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida*), esse dispositivo deve ser interpretado em consonância com o *princípio do livre-convencimento do juiz*, de forma que, não estando o julgador convencido da extensão do pedido *certo* formulado pelo autor, poderá lhe conceder o direito, com condenação ilíquida, remetendo as partes para a liquidação do julgado (REsp 819.568/SP). *Alternativa A*.

6863. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** A coisa julgada

(A) faz "lei" às partes entre as quais é dada, não abrangendo os motivos, a questão incidental e/ou a verdade dos fatos.

(B) é garantia constitucional mas, em nome da justiça, ela pode ser relativizada sempre que se perceber que uma outra solução seria mais correta para o caso concreto.

(C) faz "lei" às partes entre as quais é dada e apenas não abrange os motivos da sentença nos casos em que razões de ordem pública impeçam tal extensão.

(D) faz "lei" às partes entre as quais é dada e não pode ser questionada por terceiros.

(E) faz "lei" às partes entre as quais é dada, abrangendo os motivos, a questão incidental e a verdade dos fatos.

RESPOSTA Arts. 468 e 469, CPC (apenas o *dispositivo* da sentença faz coisa julgada, mas os *motivos*, a *verdade dos fatos*, e a *questão prejudicial*, não). *Alternativa A*.

XI. Liquidação de Sentença e Cumprimento de Sentença

6864. **(Advogado – FMS – 2011 – NUCEPE)** Com as alterações promovidas pela Lei n. 11.232/2005, instituiu-se no Código de Processo Civil o Cumprimento de Sentença. A seu respeito, é correto afirmar que:

(A) o devedor de quantia certa ou fixada em liquidação terá um prazo de 10 dias para cumprir com a obrigação, sob pena de sofrer penhora em seus bens.

(B) se o devedor não cumprir a obrigação de pagar no prazo fixado em lei, incidirá automaticamente uma multa, cujo valor não pode ser superior ao percentual de 20% do valor da obrigação principal.

(C) a defesa do devedor será efetuada mediante a apresentação de embargos do devedor.

(D) a execução da sentença de obrigação de pagar terá início sem que a parte requeira, ou seja, o juiz, de ofício, pode ter a iniciativa da execução.

(E) a defesa do devedor se dará mediante a apresentação de impugnação à sentença.

RESPOSTA (A), (B) e (D) Art. 475-J, CPC. (C) e (E) Art. 475-L, CPC. *Alternativa E.*

6865. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Assinale a alternativa correta:

(A) A impugnação ao cumprimento da sentença possui, como regra, efeito suspensivo.
(B) O deferimento do efeito suspensivo na impugnação ao cumprimento não necessariamente impede o prosseguimento da execução, podendo o credor requerer o prosseguimento oferecendo e prestando caução suficiente e idônea.
(C) A decisão na impugnação ao cumprimento da sentença será sempre recorrível por agravo de instrumento.
(D) O deferimento de efeito suspensivo na impugnação ao cumprimento da sentença somente é cabível na execução provisória.
(E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

RESPOSTA De acordo com o art. 475-M, § 1º, CPC, ainda que atribuído efeito *suspensivo* à impugnação (excepcionalmente, pois a regra é o efeito devolutivo apenas), é lícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando *caução* suficiente e idônea, arbitrada pelo juiz e prestada nos próprios autos. *Alternativa B.*

6866. **(Procurador – PGE-PA – 2009)** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

(A) O prazo de quinze dias para a satisfação voluntária da obrigação, no cumprimento de sentença, é contado a partir da sua exequibilidade ou do trânsito em julgado e, segundo a atual posição do Superior Tribunal de Justiça, independentemente de qualquer intimação ao réu.
(B) A atual redação do Código de Processo Civil estabelece que a multa decorrente do inadimplemento da decisão judicial em obrigação de pagar somente passa a incidir após a regular intimação pessoal do requerido, visto que se trata de decisão com repercussão patrimonial.
(C) A multa pelo descumprimento da obrigação de pagar, representada por título judicial, tem finalidade coercitiva e, por isso, a despeito do texto legal, pode ser ajustada pelo juiz de modo a estimular o devido pagamento por parte do executado recalcitrante, desde que atendido o princípio da proporcionalidade.
(D) O Superior Tribunal de Justiça e a doutrina não admitem a instauração da execução provisória baseada em decisão liminar que contenha obrigação de pagar, uma vez que essa espécie não consta do rol dos títulos executivos judiciais listados no Código de Processo Civil vigente.

RESPOSTA **Atenção** para a mudança jurisprudencial: Na época da questão (2009), o posicionamento do STJ era de que o termo inicial para o cumprimento de sentença, nos termos do art. 475-J, CPC, contava-se do *trânsito em julgado*, sendo *desnecessária* a intimação do réu (REsp 1.087.606/RJ). Portanto, a *alternativa A* estava correta. No entanto, *atualmente* (a partir de 2012), o entendimento é de que conta-se o prazo da *intimação do devedor* (na pessoa de seu advogado, por nota de expediente) para o cumprimento da sentença (AgRg nos EDcl no AREsp 151.954/MG).

6867. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Da decisão que julgar a liquidação de sentença caberá

(A) embargos do devedor, seguro o Juízo.
(B) recurso de apelação.
(C) exceção de executividade.
(D) objeção de executividade.
(E) recurso de agravo de instrumento.

RESPOSTA Segundo o art. 475-H, CPC, da decisão de *liquidação* caberá *agravo de instrumento*. *Alternativa E.*

6868. **(Procurador – MPT – 2012)** Assinale a afirmativa INCORRETA:

(A) O cumprimento da sentença no processo civil efetuar-se-á perante o juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição; entretanto, o exequente poderá optar pelo juízo do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação ou pelo do atual domicílio do executado.
(B) Sendo a devedora pessoa jurídica de direito público interno e sendo o objeto da execução obrigação de fazer, aquela será citada para satisfazer a obrigação no prazo que o juiz lhe assinar, se outro não estiver determinado no título executivo.
(C) A execução de sentença será provisória, quando a decisão exequenda estiver pendente de recurso recebido no efeito suspensivo.
(D) A distribuição, como critério de fixação da competência, também se aplica aos processos de execução de títulos executivos extrajudiciais e à execução de alguns títulos executivos judiciais.
(D) Não respondida.

RESPOSTA Prevê o art. 521, CPC, que, recebida a apelação em ambos os efeitos, o juiz não poderá inovar no processo; recebida *só no efeito devolutivo*, o apelado poderá promover, desde logo, a *execução provisória* da sentença. *Alternativa C.*

6869. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Leia as assertivas a seguir, sobre o cumprimento da sentença no processo civil, e marque a resposta correta:

I. A multa de 10%, prevista no art. 475-J do Código de Processo Civil, segundo entendimento predominante do Superior Tribunal de Justiça, somente pode ser aplicada caso o devedor ou seu advogado seja intimado pessoalmente da decisão transitada em julgado, sob pena de ferir-se o princípio da ampla defesa;
II. Havendo recurso de apelação, o prazo para o pagamento voluntário da obrigação, que é de 15 (quinze) dias, começa a fluir da data do julgamento do recurso pelo tribunal, desde que não tenham sido opostos embargos declaratórios;
III. Dado o caráter publicista atribuído ao processo, em especial a partir da Lei n. 11.232/2005, a expedição de mandado de penhora, no caso de não pagamento voluntário da obrigação pelo devedor, independe de requerimento específico do credor;
IV. Realizada a penhora, deve a parte devedora ser intimada, pessoalmente ou por meio de seu advogado;
V. A legislação não mais prevê oportunidade para a indicação de bens pelo devedor; ao contrário, o credor é que pode indicá-los.
(A) nenhuma assertiva está correta;
(B) apenas a assertiva V está correta;
(C) apenas as assertivas IV e V estão corretas;
(D) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas;
(E) apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

RESPOSTA (I) STJ – AgRg no Ag 1.368.892/RS: "Para a incidência da multa do art. 475-J do CPC basta a publicação oficial via nota de expediente, sendo desnecessária a intimação pessoal da parte. Enunciado n. 83/STJ". (II) STJ – REsp 940.274/MS: o prazo se inicia após o trânsito em julgado e a regular intimação do devedor (através de seu procurador) para pagamento. (III) Segundo o art. 475-J, CPC, *a requerimento do credor*, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação. (IV) Art. 475-J, § 1º, CPC. (V) Art. 475-J, § 3º, CPC. *Alternativa C.*

6870. **(Procurador – MPT – 2007)** Quanto à execução provisória, é INCORRETO afirmar:

(A) na hipótese de acórdão superveniente alterar a sentença exequenda, eventuais prejuízos experimentados pelo executado serão liquidados por artigos;
(B) a prática de atos que importem alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano ao

executado dependem de caução suficiente e idônea, a ser arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos;

(C) a dispensa da caução dar-se-á em situação de necessidade, quando o crédito tiver natureza alimentar ou for decorrente de ato ilícito, observando-se, ainda, o limite de 60 (sessenta) salários mínimos;

(D) é dispensada a caução quando tiver início (ou prosseguimento) a execução provisória enquanto pender agravo de instrumento perante o Supremo Tribunal Federal ou perante o Superior Tribunal de Justiça, excetuada expressamente a hipótese de a execução, neste último estágio recursal, possa resultar risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação ao executado;

(E) não respondida.

RESPOSTA Art. 475-O, III, e arts. 475-C e seguintes, CPC (caso o acórdão superveniente altere a sentença objeto da execução, as partes serão restituídas ao estado anterior e eventuais prejuízos devem ser liquidados nos mesmos autos, por arbitramento). *Alternativa A.*

6871. (Procurador – MPT – 2007) Analise as seguintes assertivas:

I. Na liquidação por arbitramento e na liquidação por artigos, a citação do réu far-se-á na pessoa de seu advogado constituído nos autos.

II. Quando a indenização por ato ilícito incluir prestação de alimentos, o juiz, quanto a esta parte, poderá ordenar ao devedor a constituição de capital, representado por imóveis, títulos da dívida pública ou aplicações financeiras em banco oficial, capital esse inalienável e impenhorável durante a vida da vítima.

III. São títulos executivos judiciais, dentre outros: a sentença no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer; a sentença arbitral e o acordo extrajudicial, de qualquer natureza, homologado judicialmente.

IV. Na hipótese de o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) somente as assertivas I e II estão corretas;

(B) somente as assertivas I, III e IV estão corretas;

(C) somente as assertivas II, III e IV estão corretas;

(D) somente as assertivas III e IV estão corretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Art. 475-A, § 1º, CPC (a parte será *intimada*, não *citada*). (II) Art. 475-Q, § 1º, CPC (o capital será alienável e impenhorável enquanto durar a obrigação do devedor). (III) Art. 585, CPC. (IV) Art. 475-J, CPC. *Alternativa D.*

6872. (Procurador – PGE-PA – 2009) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

(A) A impugnação não terá efeito suspensivo imposto pela legislação; cabe, porém, ao juiz, conforme seu juízo de conveniência e oportunidade, atribuir-lhe tal efeito.

(B) Ainda que atribuído efeito suspensivo à impugnação, é lícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, bastando prestar a caução suficiente e idônea determinada pelo juiz.

(C) A impugnação será instruída e decidida nos próprios autos, independentemente da concessão ou não do efeito suspensivo.

(D) a decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante agravo de instrumento, pois se trata sempre de decisão interlocutória de mérito.

RESPOSTA (A) Art. 475-M, CPC. (B) Art. 475-M, § 1º, CPC. (C) Art. 475-M, § 2º, CPC. (D) Art. 475-M, § 3º, CPC. *Alternativa B*.

6873. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** De acordo com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, considerando, logicamente, as últimas alterações legislativas no Código de Processo Civil,

(A) são devidos honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença, assim como custas processuais;
(B) caracteriza-se como erro grosseiro a interposição de agravo de instrumento contra o ato do juiz que, na fase de cumprimento de sentença, extingue processo, inviabilizando a fungibilidade recursal;
(C) o prazo para o devedor cumprir sentença que condena a pagar prestação pecuniária, em qualquer hipótese, flui automaticamente com o simples trânsito em julgado;
(D) a multa de dez por cento sobre o valor da dívida aplica-se igualmente tanto na execução definitiva como na provisória;
(E) é necessária a intimação pessoal do devedor para o cumprimento da sentença, não bastando a de seu advogado, inclusive para aplicação da multa prevista no art. 475-J.

RESPOSTA A decisão que resolve a impugnação é recorrível por *agravo de instrumento*, salvo quando importar *extinção da execução*, caso em que caberá *apelação* (art. 475-M, § 3º, CPC). Entende o STJ que "a decisão que extingue processo em fase de cumprimento de sentença é recorrível por meio do recurso de apelação, não sendo aplicável o princípio da fungibilidade recursal" (AgRg no Ag 1.376.509/SP). *Alternativa B*.

6874. **(Advogado – IPT – 2011 – VUNESP)** É defeso à impugnação ao cumprimento da sentença versar sobre

(A) falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia.
(B) inexigibilidade do título, penhora incorreta ou avaliação errônea.
(C) ilegitimidade das partes e excesso de execução.
(D) incompetência do juízo da execução, bem como suspeição ou impedimento do juiz.
(E) qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença.

RESPOSTA Art. 475-L, CPC. *Alternativa D.*

6875. **(Advogado – DER – 2010 – FUNCAB)** O ato judicial que julga a liquidação de sentença tem natureza jurídica de:

(A) decisão interlocutória.
(B) sentença definitiva.
(C) despacho de mero expediente.
(D) sentença terminativa.
(E) despacho condenatório.

RESPOSTA Em se tratando de mera fase processual, na *liquidação* não haverá uma nova sentença de mérito, e sim uma *decisão interlocutória*, tanto é que o art. 475-H, CPC, prevê que, da decisão de liquidação, caberá *agravo de instrumento*. *Alternativa A*.

6876. **(Advogado – IMESP – 2010 – VUNESP)** Contra a decisão de impugnação que importar na extinção da execução, proposta contra fase de cumprimento de sentença, deverá ser

manejado o recurso de

(A) embargos infringentes.
(B) apelação.
(C) agravo de instrumento.
(D) agravo retido.
(E) recurso especial.

RESPOSTA Art. 475-M, § 3º, CPC (a regra é que, da decisão que resolve a impugnação, caberá *agravo de instrumento*; porém, se a decisão importar em *extinção da execução*, caberá *apelação*). *Alternativa B*.

6877. (Advogado – COPEL – 2010 – PUCPR) Em conformidade com o Código de Processo Civil, no que se refere ao cumprimento de sentença, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.
(B) É definitiva a execução da sentença transitada em julgado e provisória quando se tratar de sentença impugnada mediante recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo.
(C) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento.
(D) A impugnação não terá efeito suspensivo, podendo o juiz atribuir-lhe tal efeito desde que relevantes seus fundamentos e o prosseguimento da execução seja manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.
(E) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de entrega de coisa, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedendo o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento.

RESPOSTA (A) Art. 461-A, CPC. (B) Art. 475-I, CPC. (C) Art. 475-J, CPC. (D) Art. 475-M, CPC. (D) Art. 461, CPC (na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de *fazer ou não fazer*). *Alternativa E.*

6878. (Advogado – USP – 2009 – CODAGE) O cumprimento de sentença

(A) nada altera na estrutura do processo civil brasileiro e ainda aperfeiçoa os modos de defesa do executado.
(B) altera a estrutura da execução de quantia certa contra devedor solvente nos casos de título executivo extrajudicial.
(C) permite que o devedor espere 15 dias para cumprir a decisão, momento em que poderá escolher entre indicar bens à penhora para questionar o débito ou pagar a dívida.
(D) instituiu, no modelo processual brasileiro, o chamado processo sincrético, de forma que, sem necessidade de nova citação, a relação processual prossegue e nela própria pode ser determinada a execução do julgado.
(E) passou a permitir que os embargos do executado sejam mais céleres mesmo em casos de execução de título judicial.

RESPOSTA A Lei n. 11.232/2005 alterou o processo de execução de sentença, transformando-o em mera fase do processo de conhecimento – *fase de cumprimento de sentença*. Assim, unindo-se as funções de cognição e execução (*processo sincrético*), não há que se falar em *citação*, bastando a *intimação* do devedor para que cumpra a sentença, nos termos do art. 475-J, CPC. *Alternativa D*.

6879. (Advogado – ELETROBRAS – 2007 – NCE) O juiz, entendendo que haveria falta de

interesse de agir, julgou liminarmente inadmissível o pedido de liquidação da sentença formulado nos autos de uma ação de cobrança, cujo pedido foi julgado procedente, com sentença transitada em julgado. Da decisão que inadmitiu a liquidação de sentença cabe:

(A) agravo retido, por ser esta a forma preferencial de impugnação de uma decisão interlocutória;
(B) agravo de instrumento, por se tratar de decisão interlocutória mista;
(C) apelação, porque é uma decisão final que encerra o procedimento sem resolução de mérito;
(D) apelação, porque o julgamento pode abranger questões tratadas na sentença que julgou o pedido de cobrança;
(E) embargos de declaração, porque é contraditório julgar inadmissível a liquidação de uma sentença transitada em julgado.

RESPOSTA Da decisão de liquidação, caberá *agravo de instrumento* (Art. 475-H, CPC). No entanto, quando o pedido de liquidação de sentença não é admitido, caberá *apelação*, pois se trata de decisão com natureza de *sentença*, pondo fim ao procedimento. *Alternativa D*.

XII. Recursos

6880. **(Advogado – IPT – 2011 – VUNESP)** O prazo para a interposição do recurso de apelação contar-se-á da data

(A) da intimação às partes, ainda que a sentença tenha sido proferida em audiência.
(B) da publicação da súmula do acórdão no órgão oficial.
(C) da leitura da sentença em audiência.
(D) do despacho que deferir ou não a medida liminar.
(E) da publicação da sentença em cartório.

RESPOSTA Art. 506, I, CPC. *Alternativa C*.

6881. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** Para impugnar decisão de um juiz que, no curso do processo em primeiro grau de jurisdição, resolveu questão incidente sem analisar o mérito, é cabível a interposição de

(A) apelação.
(B) agravo.
(C) embargos de divergência.
(D) embargos infringentes.

RESPOSTA Segundo o art. 522, CPC, das decisões interlocutórias (art. 162, § 2º, CPC), caberá *agravo*, no prazo de 10 dias. *Alternativa B*.

6882. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Acerca dos recursos cíveis, assinale a alternativa correta:

(A) cabe recurso extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Tribunal de Justiça que decidir o incidente de declaração de inconstitucionalidade;
(B) a autenticação das peças trasladadas não é pressuposto de admissibilidade do agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória do juiz de primeiro grau;
(C) cabe recurso especial contra a decisão da turma recursal dos juizados especiais cíveis estaduais que contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
(D) cabe recurso de embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito no mandado de segurança.
(E) cabe recurso de agravo contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que não conhecer do recurso

extraordinário por ausência de repercussão geral.

RESPOSTA Em linhas gerais, os requisitos do agravo de instrumento constam nos arts. 524 e 525, CPC, não se exigindo a autenticação de peças. *Alternativa B.*

6883. **(Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS)** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito da disciplina dos recursos no Código de Processo Civil.

(A) A apelação será recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que confirme a antecipação dos efeitos da tutela.

(B) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

(C) As questões de fato não propostas no juízo inferior poderão ser suscitadas na apelação, se a parte alegar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

(D) Contra a decisão que não admitir os embargos, caberá agravo, em dez dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.

(E) A insuficiência no valor do preparo implicará automaticamente deserção.

RESPOSTA (A) Art. 520, CPC. (B) Art. 501, CPC (mesmo *sem* a anuência). (C) Art. 517, CPC (se a parte *provar* que deixou de fazê-lo por motivo de força maior). (D) Art. 532, CPC (5 dias). (E) Art. 511, § 2º (será deserto se o recorrente, intimado, não supri-lo no prazo de 5 dias). *Alternativa A*.

6884. **(Analista – TSE – 2012 – CONSULPLAN)** Sobre recursos no processo civil, analise.

I. O recorrente não poderá, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

II. O recurso só pode ser interposto pelo Ministério Público no processo em que é parte.

III. O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.

IV. A parte, que praticar ato incompatível com a vontade de recorrer da sentença, sem reserva alguma, perde o direito ao recurso.

Está correto somente o que se afirma em

(A) I, II.

(B) IV.

(C) III, IV.

(D) I, III.

RESPOSTA (I) Art. 501, CPC. (II) Art. 499, § 2º, CPC (o MP tem legitimidade para recorrer tanto no processo em que é parte quanto naqueles em que atuou como fiscal da lei). (III) Art. 509, CPC. (IV) Art. 503, parágrafo único, CPC (considera-se *aceitação tácita* a prática, sem reserva alguma, de um ato incompatível com a vontade de recorrer, o que enseja a perda do direito de recorrer, por *preclusão lógica*). *Alternativa C*.

6885. **(Advogado – FESF – 2010 – AOCP)** Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. Cada parte interporá o recurso, independentemente, no prazo e observadas as exigências legais. Sendo, porém, vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir a outra parte. O recurso adesivo fica subordinado ao recurso principal e se rege pelas disposições seguintes:

I. será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo de que a parte dispõe para responder.

II. será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso extraordinário e no recurso especial.

III. não será conhecido, se houver desistência do recurso principal.
IV. será conhecido se o recurso principal for declarado inadmissível ou deserto.
(A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas II, III e IV.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas II e IV.
(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA Art. 500, I, II e III, CPC. *Alternativa C*.

6886. **(Advogado – IMESP – 2010 – VUNESP)** O recurso de apelação será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo quando atacar sentença que
(A) homologar a divisão ou demarcação.
(B) decidir processo cautelar.
(C) rejeitar liminarmente embargos à execução.
(D) condenar ao pagamento de indenização por danos morais.
(E) confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.

RESPOSTA Art. 520, CPC. *Alternativa D*.

6887. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** De acordo como o artigo 519 do Código de Processo Civil, provando o apelante justo impedimento, o juiz relevará a pena de deserção, fixando-lhe prazo para efetuar o preparo. Diante dessa decisão interlocutória, que releva a pena de deserção, é correto afirmar:
(A) A decisão é irrecorrível.
(B) Cabe o recurso de apelação.
(C) Cabe o agravo de instrumento.
(D) É cabível o recurso ordinário.
(E) É cabível o agravo retido.

RESPOSTA Segundo a redação do parágrafo único do art. 519, CPC, a decisão referida no *caput* (que releva a pena de deserção) será **irrecorrível**, cabendo ao tribunal apreciar-lhe a legitimidade. *Alternativa A*.

6888. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Assinale a alternativa correta:
(A) É admissível recurso especial do ente público contra acórdão proferido em sede de reexame necessário, mesmo que ausente recurso voluntário do ente público contra a sentença de primeiro grau, uma vez que as hipóteses de cabimento do recurso especial são constitucionais e não podem ser limitadas pela legislação infraconstitucional.
(B) É inadmissível recurso especial do ente público contra acórdão proferido em sede de reexame necessário, quando ausente recurso voluntário do ente público contra a sentença de primeiro grau, dada a ocorrência da preclusão lógica. Todavia, neste caso, se recorrer a parte contrária do acórdão em reexame, é facultado ao ente público recorrer adesivamente.
(C) Admite-se que o tribunal, ao julgar o reexame necessário, agrave a condenação imposta à Fazenda Pública.
(D) É inadmissível recurso especial do ente público contra acórdão proferido em sede de reexame necessário, quando ausente recurso voluntário do ente público contra a sentença de primeiro grau, dada a ocorrência da preclusão lógica.

(E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

RESPOSTA Nas palavras do STJ, em entendimento sedimentado, "é inadmissível recurso especial contra acórdão proferido em sede de reexame necessário, quando ausente recurso voluntário do ente público, dada a ocorrência de preclusão lógica" (REsp 1.052.615/SP). *Alternativa D*.

6889. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** De acordo com o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

(A) Não cabem embargos infringentes de decisão não unânime do Plenário ou da Turma que julgar a ação rescisória.

(B) Não serão admitidas medidas cautelares nos recursos interpostos perante o Supremo Tribunal Federal.

(C) Ao recurso extraordinário será atribuído efeito devolutivo e suspensivo.

(D) Caberá agravo regimental de despacho de Presidente de Tribunal que não admitir recurso da competência do Supremo Tribunal Federal.

(E) Quando meramente protelatórios, assim declarados expressamente, os embargos declaratórios não suspendem o prazo para interposição de outro recurso.

RESPOSTA De acordo com o art. 339, RISTF, os *embargos declaratórios suspendem* o prazo para a interposição de outro recurso, *salvo* quando declarados (de forma expressa) *meramente protelatórios*, hipótese em que o embargante será condenado a pagar ao embargado multa não excedente a 1% sobre o valor da causa. *Alternativa E*.

6890. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Quanto ao instituto da repercussão geral, é incorreto afirmar que:

(A) a decisão que não se conhece o recurso extraordinário é irrecorrível, quando a questão constitucional nela versada não oferecer repercussão geral.

(B) quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e, negada a existência de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos.

(C) haverá repercussão geral quando o recurso impugnar decisão contrária à súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.

(D) caberão inicialmente ao Tribunal de origem, ao exercer o primeiro juízo de admissibilidade, e, em seguida, ao Supremo Tribunal Federal analisar a existência de repercussão geral, arguida pelo recorrente em preliminar de recurso extraordinário.

(E) o Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA Em se tratando de um dos pressupostos de cabimento do recurso extraordinário, a *repercussão geral* (art. 543-A, CPC) também estará sujeita ao juízo de admissibilidade do tribunal local (art. 541, CPC). No entanto, nessa análise, *não se discute* se a matéria tem ou não repercussão geral, e sim se o recurso cumpriu o requisito formal exigido pelo art. 543-A, § 2º, CPC (considerações que *busquem* demonstrar a existência da repercussão geral), uma vez que a apreciação de efetiva *existência* da repercussão geral cabe *exclusivamente* ao STF. *Alternativa D*.

6891. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** A apelação pode ser interposta pela parte vencida, pelo Ministério Público ou terceiro prejudicado, contando-se o prazo

(A) para todos, após a intimação na pessoa do seu procurador constituído nos autos, ou, pessoalmente, em caso de revelia.

(B) para o terceiro, juntamente com a parte, a partir da publicação no órgão oficial.
(C) para o Ministério Público, após a juntada do comprovante de intimação aos autos.
(D) em dobro, quando interposta pela parte e por terceiro prejudicado, por ser considerarem litisconsortes.
(E) em quádruplo, quando interposta pelo Ministério Público em litisconsórcio com a parte.

RESPOSTA Art. 499 e art. 506, III, CPC (o prazo para interposição de recursos conta-se da intimação às partes – quando a sentença não for proferida em audiência – o que, em regra, ocorre com a *publicação no órgão oficial*, segundo o art. 236, CPC). *Alternativa B*.

6892. **(Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO)** Ao julgar apelação cível em ação ordinária, a Câmara do Tribunal de Justiça proferiu acórdão unânime reformando sentença de mérito que era favorável aos interesses da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, autora da ação. A Petrobras opôs, tempestivamente, embargos de declaração, que foram conhecidos, por unanimidade, e rejeitados, por maioria de votos, com voto vencido que os provia para manter o conteúdo decisório da sentença quanto ao mérito. De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, um advogado da Petrobras, vislumbrando violação à lei federal no julgamento do mérito da apelação e dos embargos, deverá

(A) opor novos embargos declaratórios.
(B) interpor recurso especial.
(C) interpor agravo.
(D) interpor embargos de divergência.
(E) interpor embargos infringentes.

RESPOSTA Art. 530, CPC e STJ – REsp 192.725/RJ (da decisão minoritária, proferida nos *embargos de declaração*, na qual se discutiu questão relativa ao mérito da apelação, também são cabíveis *embargos infringentes*). *Alternativa E*.

6893. **(Advogado – CORENGO – 2010 – UFG)** O recurso é um meio voluntário de impugnação de decisões judiciais, interno ao processo, que visa à reforma, à anulação ou ao aprimoramento da decisão atacada. Assim,

(A) o recorrente poderá, a qualquer tempo, dependendo da anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
(B) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos se aproveita, mesmo se distintos ou opostos seus interesses.
(C) o recurso interposto por um devedor, havendo solidariedade passiva, não aproveitará aos outros, quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.
(D) as questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

RESPOSTA (A) Art. 501, CPC. (B) Art. 509, CPC. (C) Art. 509, parágrafo único, CPC. (D) Art. 517, CPC. *Alternativa D*.

6894. **(Advogado – BANPARA – 2010)** Sobre os recursos cíveis, analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

I. O juízo *a quo* não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
II. Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença que extinguiu o processo com ou sem resolução de mérito, ou houver julgado

procedente a ação rescisória.

III. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral.

IV. Não cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.

(A) Apenas duas estão corretas.

(B) Apenas uma está incorreta.

(C) Todas estão corretas.

(D) Três estão incorretas.

RESPOSTA (I) Art. 517, § 1º, CPC. (II) Art. 530, CPC. (III) Art. 543-A, CPC. (IV) Súmula 637, STF. *Alternativa A*.

6895. **(Advogado – LOTERJ – 2010 – FEC)** O prazo, em dias, para interposição do Recurso de Agravo por Instrumento é de:

(A) 15 (quinze).

(B) 8 (oito).

(C) 3 (três).

(D) 5 (cinco).

(E) 10 (dez).

RESPOSTA Art. 522, CPC. *Alternativa E*.

6896. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Entende-se como recurso, no processo civil, o meio ou o poder de provocar o reexame de uma decisão judicial. Sobre os recursos no processo civil é INCORRETO afirmar

(A) o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, na forma da lei.

(B) o julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso.

(C) a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada e da que puder conhecer de ofício.

(D) apresentada resposta pelo apelado, é facultado ao juiz, em 5 (cinco) dias, o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso.

(E) o agravante assistido pela Defensoria Pública está isento de instruir o agravo de instrumento com as peças exigidas em lei.

RESPOSTA STJ – AgRg no Ag 940.380/RJ: “o agravante assistido pela Defensoria Pública não está isento de instruir o agravo com as peças exigidas em lei ou mesmo de demonstrar a inexistência de quaisquer dessas nos autos originais, pelo simples fato de que a lei permite ao advogado ou ao Defensor Público declarar a autenticidade das cópias juntadas ao agravo”. *Alternativa E*.

6897. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** Recurso é meio de impugnação de decisão judicial, a ser interposto conforme as regras de processo. Está em consonância com o disposto nessas regras a seguinte proposição:

(A) É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação.

(B) Nas decisões por maioria, em reexame necessário, admitem-se embargos infringentes.

(C) Cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.

(D) É imprescindível a intimação do agravado para contra-arrazoar o recurso, mesmo se interposto contra a decisão que indefere a liminar antes da citação.

(E) O recurso especial e extraordinário têm, ordinariamente, efeito suspensivo e devolutivo.

RESPOSTA A *alternativa A* está correta, pois se trata da transcrição literal da recente *Súmula 418, STJ. Alternativa A.*

6898. (Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC) Quanto ao recurso de agravo, no código de processo civil, assinale a opção INCORRETA.

(A) O efeito devolutivo, na modalidade de agravo retido, será diferido.

(B) A ausência de peças obrigatórias implica o não conhecimento do agravo de instrumento.

(C) A decisão do relator que lhe nega seguimento pela intempestividade é irrecorrível.

(D) O agravo contra a inadmissão de recurso especial independe de preparo.

(E) Será cabível na modalidade retida e oral quando interposto de decisão proferida em audiência de instrução e julgamento.

RESPOSTA Prevê o art. 557, CPC, que o relator *negará seguimento* a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Dessa decisão, caberá *agravo*, no *prazo de 5 dias* (§ 1º). *Alternativa C*.

6899. (Advogado – CETESB – 2009 – VUNESP) Sobre os recursos, é correto afirmar que

(A) o recurso adesivo será admissível no agravo de instrumento, nos embargos de declaração, no recurso especial e no recurso extraordinário.

(B) as questões de fato, não propostas no juízo inferior, não poderão ser suscitadas na apelação.

(C) o agravo retido depende de preparo.

(D) cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente a ação rescisória.

(E) serão julgadas em recurso ordinário, pelo Supremo Tribunal Federal, as causas em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

RESPOSTA (A) Art. 500, II, CPC. (B) Art. 517, CPC. (C) Art. 522, parágrafo único, CPC. (D) Art. 530, CPC. (E) Art. 539, II, *b*, CPC (pelo STJ). *Alternativa D*.

6900. (Advogado – BNDES – 2008 – CESGRANRIO) De acordo com o Código de Processo Civil, NÃO comporta a interposição de recurso adesivo a(o)

(A) Apelação.

(B) Embargo infringente.

(C) Recurso ordinário.

(D) Recurso extraordinário.

(E) Recurso especial.

RESPOSTA Art. 500, II, CPC (o *recurso adesivo* será admissível na *apelação*, nos *embargos infringentes*, no *recurso extraordinário* e no *recurso especial*). *Alternativa C*.

6901. (Procurador – MPT – 2009) A propósito do recurso extraordinário, considere as seguintes proposições:

I. na hipótese de rejeição do mandado de segurança em decisão de única instância proferida por

Tribunal, cabível é o recurso ordinário, e não o recurso especial ou o recurso extraordinário; incide, no caso, todavia, o princípio da fungibilidade recursal, em face da dúvida objetiva acerca do cabimento do recurso;

II. em regra, não se admite recurso extraordinário para se discutir interpretação de direito local, salvo quando se afirma que lei ou ato de governo local é prestigiado pela decisão em detrimento de lei federal;

III. o Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral;

IV. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo, no prazo de 05 (cinco) dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.

De acordo com as assertivas, pode-se afirmar que:

(A) o item I é certo e o item II é errado;
(B) o item II é certo e o item III é errado;
(C) o item I é certo e o item IV é errado;
(D) apenas os itens I e IV são incorretos;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Art. 539, I e II (há disposição expressa quanto ao recurso cabível, não havendo a possibilidade de fungibilidade nesse caso). (II) Art. 102, III, CF. (III) Art. 543-A, CPC. (IV) Art. 544, CPC (o prazo é de 10 dias). *Alternativa D.*

6902. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Em tema de Recurso Extraordinário, é INCORRETO dizer, no tocante à Repercussão Geral:

(A) É um requisito para o conhecimento do Recurso Extraordinário, introduzido pela Emenda Constitucional 45/04, na Constituição, e disciplinado, no plano da legislação ordinária, pela Lei n. 11.418/06, que acrescentou o art. 543-A ao Código de Processo Civil.

(B) São consideradas de Repercussão Geral questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social e jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa, bem como decisões contrárias a Súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

(C) O recorrente deve demonstrar a Repercussão Geral em preliminar de seu recurso extraordinário, de forma que o exame dela se insere no juízo de admissibilidade do Recurso Extraordinário; o conteúdo dessa preliminar só pode ser examinado pelo Supremo Tribunal Federal.

(D) O Supremo Tribunal Federal só pode recusar a existência da Repercussão Geral pela manifestação de dois terços de seus membros (art. 102, § 3º, *in fine*, da Constituição Federal de 1988), isto é, pelo menos 8 (oito) Ministros, por isso que tal exame só pode ser feito pelo Pleno, nunca por Turma.

(E) A Repercussão Geral contribui para a uniformização da jurisprudência, com a consequente agilização dos processos, porque, negada num único caso sua existência, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão de tese pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA Segundo o art. 543-A, § 4º, CPC, se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário. Portanto, muito embora a *recusa* só possa ser feita pelo Pleno (conforme exposto na primeira parte da afirmativa), o *exame* do requisito pode ser feito pela Turma ou pelo Pleno. *Alternativa D.*

6903. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Em matéria de recurso adesivo, aponte a alternativa correta.

(A) Para que haja recurso adesivo, necessária a sucumbência recíproca, interposição de um recurso principal e que este recurso principal seja de apelação, ordinário, de revista, agravo ou embargos infringentes.

(B) O recurso adesivo será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial.

(C) O recorrente adesivo tem o mesmo prazo de oito dias para interpor seu recurso; sendo que o recorrido tem igual prazo para manifestar-se em contrarrazões.

(D) O recurso adesivo, após proposto nos termos e formas da lei, torna-se independente do recurso principal e se neste houver a desistência do recorrente, o adesivo ainda assim deverá ser julgado, sob pena de negativa de prestação jurisdicional.

(E) Pelos princípios da razoabilidade, da eficácia e da celeridade da prestação jurisdicional, deve-se admitir a interposição do recurso adesivo juntamente com as contrarrazões da parte contrária.

RESPOSTA (A) e (B) Art. 500, II, CPC (será admissível na *apelação*, nos *embargos infringentes*, no *recurso extraordinário* e no *recurso especial*). (C) Art. 500, I, CPC (será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, *no prazo de que a parte dispõe para responder*). (D) Art. 500, III, CPC (não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto). (E) Se o recurso "adere" ao recurso principal da parte contrária, deve ser interposto no prazo das contrarrazões *do recorrente adesivo*. *Alternativa B.*

6904. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** A respeito do recurso adesivo assinale a alternativa INCORRETA:

(A) será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo de que a parte dispõe para responder;

(B) será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial;

(C) não será conhecido se houver desistência do recurso principal;

(D) não será admissível no agravo de instrumento;

(E) será conhecido ainda que o recurso principal seja declarado inadmissível.

RESPOSTA O Recurso Adesivo fica subordinado ao recurso principal e não será conhecido se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto (art. 500, III, CPC). *Alternativa E.*

6905. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Segundo o CPC, o Supremo Tribunal Federal não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral. Assinale a alternativa incorreta:

(A) para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem, ou não, os interesses objetivos da causa;

(B) o recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral;

(C) se a Turma do Supremo Tribunal Federal decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário;

(D) negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese;

(E) o Ministro Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros.

RESPOSTA Segundo o art. 543-A, § 1º, CPC, para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, *que ultrapassem os interesses subjetivos da causa*. *Alternativa A*.

6906. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Notícia veiculada na página do Superior Tribunal de Justiça em

15/12/2010, afirma que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina negou processamento a determinado recurso adesivo, em face de deserção. A parte aviou recurso de tal decisão, defendendo que o direito à gratuidade da justiça, deferido ao recorrente principal é extensivo àquele que avia o recurso adesivo. Aponte a alternativa correta:

(A) o postulante tem razão porque ao recurso adesivo aplicam-se as mesmas regras do recurso principal, inclusive quanto às condições de admissibilidade e preparo;

(B) o postulante não tem razão porque ao recurso adesivo aplicam-se as mesmas regras do recurso principal, tão somente em relação ao conhecimento, situação que não abrange o preparo;

(C) o postulante não tem razão porque o recurso adesivo, embora subordinado ao principal, é submetido às mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior;

(D) o postulante tem razão porque ao recurso adesivo aplicam-se as mesmas regras do recurso independente exceto em relação ao preparo;

(E) o postulante não tem razão porque para usufruir do mesmo benefício quanto ao preparo, deveria postulá-lo, expressamente, no momento da interposição do recurso adesivo, ainda que não preencha os requisitos legais ensejadores do deferimento da gratuidade da justiça.

RESPOSTA Segundo o art. 500, parágrafo único, CPC, ao recurso adesivo se aplicam as mesmas regras do *recurso independente*, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior. *Recurso independente* não é o *principal* (da parte contrária), e sim aquele que o recorrente adesivo deixou de interpor no prazo legal. Portanto, se o recorrente não tinha AJG e deveria ter pago as custas do recurso independente, deverá fazer o mesmo quanto ao recurso adesivo, sob pena de deserção. *Alternativa C.*

6907. (Juiz – TRT-16 – 2011) Sobre o recurso extraordinário previsto no art. 102, III da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Contra a decisão tomada pelo Plenário Virtual que recusar a repercussão geral poderá ser interposto recurso ao Plenário no prazo de 05 (cinco) dias.

(B) Não será admitida a intervenção de *amicus curiae* no recurso extraordinário sob o regime de repercussão geral, considerado o caráter subjetivo do processo.

(C) Para recusar a repercussão geral é necessária a maioria absoluta dos membros do Tribunal.

(D) Segundo o CPC, se uma Turma do STF decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.

(E) Somente haverá repercussão geral quando o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA De acordo com o art. 543-A, § 4º, CPC, se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário. *Alternativa D.*

6908. (Juiz – TRT-21 – 2010) O Poder Judiciário brasileiro é ainda caracterizado pelo grande volume de recursos que tramitam perante os seus tribunais. Com o fito de modificar esse quadro, veio a lume a Lei n. 11.672, de 8 de maio de 2008, chamada de "Lei dos Recursos Repetitivos", promulgada dentro do recente esforço de modernização da legislação processual civil nessa área. Sobre o tema, leia as assertivas abaixo e marque a resposta correta:

I. É da competência do presidente do tribunal de origem a seleção dos Recursos Especiais representativos da matéria de direito que serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), assegurada a atuação supletiva do relator do Recurso Especial, por provocação do Ministério Público Federal;

II. A suspensão dos demais processos depende de um juízo prévio de admissibilidade do Recurso Especial pelo relator no STJ, com comunicação ao tribunal de origem e demais tribunais no prazo máximo de 5 (cinco) dias;
III. O relator, considerando a relevância da matéria, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia, cujo procedimento observará o que dispuser o regimento interno do STJ;
IV. Afetado o Recurso Especial representativo da matéria ao exame da Seção ou da Corte Especial do STJ, a parte recorrente, nos termos do art. 501 do Código de Processo Civil, poderá requerer a desistência do recurso, que somente será deferida, de acordo com a jurisprudência predominante do mencionado Tribunal, independentemente de concordância da parte recorrida, após o exame da matéria de direito discutida nos autos;
V. Julgada a questão pelo STJ, os recursos sobrestados na origem, cujas decisões convergirem com o acórdão do recurso representativo da matéria, serão considerados como julgados, servindo aquela decisão como substitutiva de acórdão no tribunal de origem.
(A) Nenhuma assertiva está correta;
(B) Apenas a assertiva III está correta;
(C) Apenas as assertivas II e V estão corretas;
(D) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas;
(E) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.

RESPOSTA (I) Não há nenhuma necessidade de provocação do Ministério Público Federal. (II) Não existe na lei a obrigatoriedade de comunicação no prazo de 5 dias, mas uma possibilidade de solicitação de informações pelo Relator no prazo de 15 dias. (III) Art. 543-C, § 4º, CPC. (IV) A parte que interpôs o REsp em processo afetado como repetitivo (543-C, CPC) fica impossibilitada de efetuar sua desistência (STJ – REsp 1.063.343/RS). (V) Os recursos especiais sobrestados na origem terão seguimento denegado na hipótese de o respectivo acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ (art. 543-C, § 7º, I, CPC). *Alternativa B.*

6909. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Sobre o agravo de instrumento no processo civil, marque a resposta correta:
(A) a Lei 11.187/2005 mudou o perfil do agravo no processo civil, indicando, como regra geral, sua apresentação na forma retida nos autos e só excepcionalmente na forma de instrumento;
(B) apresentado o agravo na forma retida, compete ao Juiz examiná-lo antes da prolação da sentença;
(C) as decisões interlocutórias proferidas em audiência podem ser objeto de agravo apenas na forma retida, e desde que apresentado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do momento da realização da audiência;
(D) continua sendo possível a retratação da decisão interlocutória pelo juiz, salvo se apresentado na forma retida;
(E) interposto o agravo na forma de instrumento, perante o tribunal competente, é atribuição do relator conferir efeito suspensivo ao recurso ou, a requerimento da parte agravada, em petição fundamentada, converter o agravo de instrumento em agravo retido.

RESPOSTA Prevê o art. 522, CPC, que das *decisões interlocutórias* caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma *retida*, *salvo* quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por *instrumento*. *Alternativa A.*

6910. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** A respeito da apelação e seus efeitos, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) ocorrendo julgamento *ultra petita*, o Tribunal que conhecer da apelação não poderá reformar a sentença, mas sim declarar sua nulidade e retorno dos autos à origem para que seja proferida nova decisão adstrita aos limites do pedido;

(B) quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais;

(C) nos casos de extinção do processo sem resolução do mérito, o tribunal pode julgar desde logo a lide, desde que estejam presentes os requisitos da causa madura previstos no art. 515, § 3º, do CPC;

(D) ocorrendo nulidade sanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes; cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação;

(E) as questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

RESPOSTA Ocorre *o julgamento ultra petita* quando o julgador decidir além daquilo que foi pedido pelo autor (art. 460, CPC). Caso isso venha a ocorrer, caberá ao órgão julgador do recurso *reduzir a sentença aos limites do pedido* (art. 128, CPC), não havendo necessidade de nulidade da sentença e retorno a origem. *Alternativa A.*

6911. (Procurador – MPT – 2008) A propósito dos recursos, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) por aplicação do princípio do duplo grau de jurisdição, a apelação interposta pela parte sucumbente, no prazo legal, com advogado regularmente habilitado nos autos, deverá ser recebida pelo juízo de primeiro grau, ainda que a sentença recorrida esteja em conformidade com súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

(B) a apelação interposta contra sentença que rejeita liminarmente embargos à execução, ou que os julga improcedentes, será recebida apenas no efeito devolutivo;

(C) nas hipóteses em que a decisão interlocutória for suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, será admissível a interposição do agravo por instrumento, dispensada a forma retida;

(D) não serão admissíveis embargos infringentes quando o acórdão proferido de forma não unânime houver reformado, em grau de apelação, sentença de natureza terminativa;

(E) não respondida.

RESPOSTA Segundo o art. 518, § 1º, CPC, o juiz *não* receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do STJ ou do STF. *Alternativa A.*

6912. (Advogado – EPTC – 2008 – FUNDATEC) Com a criação da figura da súmula impeditiva de recurso:

(A) o juiz estará vinculado no ato de julgar a aplicação de texto de súmula dos tribunais superiores.

(B) o juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

(C) o recurso extraordinário somente será admitido se for demonstrada a ocorrência de repercussão geral.

(D) o relator poderá julgar de imediato o recurso sempre que houver súmula de tribunal superior sobre a matéria.

(E) será indeferida a inicial quando houver súmula de tribunal superior sobre a matéria.

RESPOSTA A figura da **súmula impeditiva** (art. 518, § 1º, CPC) foi instituída pela Lei n. 11.276/2006 e, a partir da sua entrada em vigor, não mais cabe recurso contra a decisão do juiz que esteja em conformidade com súmula do STJ ou STF. *Alternativa*

B.

6913. **(Procurador – CMSP-SP – 2007 – VUNESP)** Nas causas em que forem partes de um lado o Município ou pessoa residente no País, e de outro lado Estado estrangeiro ou organismo internacional, enseja:

(A) Recurso Ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
(B) Recurso Originário ao Supremo Tribunal Federal.
(C) Recurso Originário do Superior Tribunal de Justiça.
(D) Recurso Ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
(E) Recurso Extraordinário.

RESPOSTA Art. 539, II, *b*, CPC. *Alternativa A*.

6914. **(Procurador – CMSP-SP – 2007 – VUNESP)** Do Acórdão proferido em decisão interlocutória, em processo cautelar e/ou nos embargos à execução

(A) caberá Recurso Especial ou Extraordinário, conforme o caso, e eles serão apreciados de imediato.
(B) caberá Recurso Especial ou Extraordinário, o qual ficará retido e somente será apreciado se for reiterado pela parte interessada, por ocasião de interposição de recurso próprio.
(C) não é cabível nas decisões interlocutórias.
(D) será interposto diretamente nos Tribunais Superiores, a quem compete o juízo de admissibilidade.
(E) de acórdãos proferidos nos casos previstos no enunciado, somente é cabível agravo inominado.

RESPOSTA Art. 542, § 3º, CPC. *Alternativa B*.

6915. **(Procurador – CMSP-SP – 2007 – VUNESP)** A repercussão geral de questões constitucionais devem ser demonstradas pelo recorrente e se caracteriza como pressuposto de admissibilidade

(A) de Recurso Ordinário Constitucional para o Supremo Tribunal Federal.
(B) de Recurso Extraordinário, que somente será recusado por manifestação de 2/3 dos membros do Supremo Tribunal Federal.
(C) de Recurso Especial, por ocasião de julgamento de validade de ato de governo local contestado em face de lei federal.
(D) de Recurso Extraordinário, o qual, por ausência de repercussão geral, poderá ser recusado por decisão monocrática do relator.
(E) de Recurso Especial e Extraordinário, o qual somente será recusado por manifestação, respectivamente, do órgão especial do Superior Tribunal de Justiça e do pleno do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA Art. 543-A, § 2º, CPC, e art. 103, § 3º, CF. *Alternativa B*.

6916. **(Procurador – ALEGO – 2006 – UEG)** Ao tratar do recurso de agravo, o Código de Processo Civil prescreve que recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído *incontinenti*, o relator

(A) requisitará informações ao juiz da causa, que as prestará no prazo de 5 (cinco) dias.
(B) converterá o agravo de instrumento em agravo retido, quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa.

(C) poderá requisitar informações ao juiz da causa, que as prestará no prazo de 5 (cinco) dias.

(D) converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa.

RESPOSTA Art. 527, II, CPC. *Alternativa D.*

6917. **(Promotor – MP-GO – 2010)** As condições da ação são requisitos para seu exercício regular e consequente exame de mérito. A falta de uma condição da ação, matéria de ordem pública, pode ser alegada a qualquer tempo ou grau de jurisdição, gerando a extinção do processo sem resolução de mérito. Assim sendo, verificada esta irregularidade em sede de recurso extraordinário, sem prequestionamento, conforme posição prevalente no Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

(A) Deve ser reconhecida de ofício, mesmo sem prequestionamento, por se tratar de matéria de ordem pública, não sujeita a preclusão.

(B) Não se admite o reconhecimento de ofício, ainda que seja matéria de ordem pública, não sujeita a preclusão, dada a falta de prequestionamento, requisito de exigência constitucional.

(C) Havendo prequestionamento sobre qualquer outra matéria, admite-se o reconhecimento de ofício e, por conseguinte, da extinção do processo sem resolução de mérito.

(D) Deve ser reconhecida de ofício, mesmo sem prequestionamento, por força da garantia constitucional do acesso à Justiça efetiva (CF, art. 5º, XXXV).

RESPOSTA O prequestionamento, requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, está previsto na Norma Constitucional (art. 102, III, CF), sendo que o próprio STF afirma que, mesmo em se tratando de matéria de *ordem pública*, há a necessidade do prequestionamento da questão (ARE 713.213 AgR/RJ). *Alternativa B.*

6918. **(Procurador – MPF – 2011)** Considere as seguintes afirmações:

I. Para que o recurso seja cabível, a decisão deve ser recorrível e a modalidade recursal adequada;
II. O órgão do Ministério Público pode recorrer quer atue como parte quer como fiscal da lei;
III. O interesse recursal corresponde ao binômio necessidade + utilidade;
IV. A tempestividade é requisito intrínseco de admissibilidade do recurso.
Das proposições acima:

(A) Apenas uma está correta;
(B) Duas estão corretas;
(C) Três estão corretas;
(D) Todas estão corretas.

RESPOSTA (I) *Cabimento* e *adequação* são requisitos de admissibilidade dos recursos. (II) Súmula 99, STJ. (III) Haverá interesse recursal se constatada a presença de *necessidade* da via escolhida e a *utilidade* do recurso interposto para trazer uma situação melhor ao recorrente. (IV) Incorreta, pois, segundo a doutrina, *tempestividade* é requisito *extrínseco. Alternativa C.*

6919. **(Promotor – MP-MG – 2011)** João e Paulo propuseram ação ordinária de obrigação de fazer contra Pedro, protocolizada na Comarca de Belo Horizonte. Na audiência preliminar de conciliação (artigo 331 do CPC), o autor Paulo e o réu Pedro compareceram acompanhados de seus respectivos advogados e, nessa ocasião – não obtida a conciliação –, o Juiz da causa, além de determinar as provas a serem produzidas e de designar audiência de instrução e julgamento, deferiu a antecipação de tutela pleiteada pelos autores. Inconformado, o réu recorreu. Indaga-se: qual o recurso

adequado?

(A) Agravo retido, oral e imediatamente.

(B) Agravo retido, no prazo de 10 dias contado da publicação do ato na imprensa oficial.

(C) Agravo de instrumento, no prazo de 10 dias contado da publicação do ato na imprensa oficial.

(D) Agravo de instrumento, no prazo de 10 dias contado da data da audiência de conciliação.

RESPOSTA Trata-se de uma decisão interlocutória com risco de causar lesão ao direito da parte, sendo cabível o recurso de *agravo de instrumento*, no prazo de 10 dias (art. 522, CPC), contados da data da audiência, em que todos tomaram ciência do ato (art. 506, CPC). Ressalte-se que não é caso de aplicação do art. 523, § 3º, CPC, já que a questão trata de *audiência preliminar,* e não de *instrução e julgamento*. *Alternativa D.*

6920. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Concedida a ordem no mandado de segurança – em cujo feito foi considerada inválida lei local contestada em face de lei federal – e interposto recurso de apelação, o Tribunal de Justiça, por maioria, reformou a sentença. Indaga-se: qual o meio processual adequado para a impugnação do respectivo acórdão?

(A) Embargos infringentes.

(B) Recurso ordinário.

(C) Recurso especial.

(D) Recurso extraordinário.

RESPOSTA Conforme o art. 102, III, *d*, CF, compete ao STF, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe julgar, mediante *recurso extraordinário*, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida *julgar válida lei local contestada em face de lei federal*. *Alternativa D.*

6921. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Interposto recurso de apelação pelo vencido,

(A) é facultado ao Juiz declarar os efeitos em que o recebe.

(B) será recebido quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

(C) apresentada a resposta, é incabível o reexame dos pressupostos de sua admissibilidade.

(D) não será recebido quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

(E) apresentada a resposta do recorrido, é irretratável a decisão que o recebeu.

RESPOSTA Segundo o art. 518, § 1º, CPC, o juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do STJ ou do STF. *Alternativa D.*

6922. **(Promotor – MP-BA – 2010)** Levando em consideração a teoria geral dos recursos, analise as proposições abaixo consignadas.

I. A desistência do recurso é admissível a partir do momento da sua interposição, até o início da respectiva sessão de julgamento, podendo, inclusive, essa manifestação ocorrer oralmente.

II. O cumprimento da decisão extingue o direito de recorrer, por restar caracterizada a preclusão lógica.

III. O reexame necessário tem natureza de recurso, traduzindo exceção ao princípio da voluntariedade.

IV. A ausência de preparo do recurso é defeito sanável que, não sendo corrigido, importa deserção.

V. É requisito do recurso adesivo a sucumbência recíproca e a interposição de recurso pela parte *ex adversa*. Além disso, a desistência do recurso principal importa, necessariamente, a desistência do recurso adesivo.

São consideradas corretas as seguintes afirmações:

(A) I, II e III.
(B) II, III e IV.
(C) III, IV e V.
(D) I, III e IV.
(E) I, II e V.

RESPOSTA (I) Art. 501, CPC. (II) Art. 503, parágrafo único, CPC. (III) O reexame necessário (art. 475, CPC) não é recurso, mas condição de eficácia da decisão. (IV) Art. 511, § 2º, CPC (a *insuficiência* do preparo é sanável, mas sua *ausência* não). (V) Art. 500, CPC. *Alternativa E.*

6923. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** É correto afirmar que o recurso de apelação comporta juízo de retratação nas seguintes hipóteses:

(A) em regra, em todas as ações de conhecimento, seja o procedimento ordinário ou sumário, cautelar ou execução.
(B) excepcionalmente, nos casos de julgamento liminar de improcedência e nos de indeferimento da inicial.
(C) em regra, nas hipóteses do art. 520 do CPC, em que não há recebimento no efeito suspensivo.
(D) excepcionalmente, nos casos em que há deferimento de tutela de urgência, seja antecipada ou cautelar.

RESPOSTA O juízo de retratação na apelação é permitido, *excepcionalmente*, nos casos de *julgamento liminar de improcedência* (art. 285-A, § 1º, CPC) e de *indeferimento da inicial* (art. 296, CPC). *Alternativa B*.

6924. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Quanto ao trato do sistema recursal na lei processual, assinale a alternativa correta.

(A) Havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros, quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.
(B) Considera-se aceitação tácita a prática, com reserva, de um ato incompatível com a vontade de recorrer.
(C) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
(D) O recurso adesivo será conhecido ainda que o recurso principal seja declarado deserto.

RESPOSTA (A) Art. 509, parágrafo único, CPC. (B) Art. 503, parágrafo único, CPC (*sem* reserva). (C) Art. 502, CPC (*independe* da aceitação da outra parte). (D) Art. 500, III, CPC (*não* será conhecido se o principal for considerado deserto). *Alternativa A*.

6925. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Considere as afirmações abaixo, relativas aos recursos no processo civil:

I. Do acórdão que, por maioria, julgar improcedente a ação rescisória, são cabíveis embargos infringentes.
II. É ônus do recorrente, em preliminar formal e explícita da petição recursal, demonstrar a repercussão geral do recurso extraordinário, exceto nos casos de demonstração implícita da repercussão geral, como, por exemplo, na hipótese de já existir, no Supremo Tribunal Federal, ação direta pendente de julgamento pelo Plenário, versando sobre a mesma matéria.
III. Se o juiz extinguir o processo sem resolução de mérito, pode o tribunal desde logo julgar a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito ou se, versando sobre questão de fato, o tribunal converter o julgamento em diligência, para que a prova seja produzida em primeiro grau.
IV. Não é lícito ao juiz, após ter recebido a apelação, reexaminar, à vista das contrarrazões

apresentadas, os pressupostos de admissibilidade do recurso, pois, proferida a sentença, o juiz cumpre e encerra o ofício jurisdicional.

Quais estão INCORRETAS?

(A) I, II, III e IV.
(B) Apenas I.
(C) Apenas II.
(D) Apenas III.
(E) Apenas IV.

RESPOSTA Todas estão incorretas. (I) Art. 530, CPC (caberiam embargos infringentes em caso de *procedência* da rescisória). (II) Art. 543-A, § 2º, CPC (o recorrente *sempre* terá o ônus de demonstrar a existência da repercussão geral). (III) Art. 515, § 3º, CPC (somente se a causa versar questão exclusivamente de *direito* é possível o julgamento desde logo pelo tribunal). (IV) Art. 518, § 2º, CPC (apresentadas as contrarrazões, é facultado ao juiz o reexame dos pressupostos de admissibilidade). *Alternativa A.*

6926. **(Advogado – CONAB – 2006 – FJPF)** O recurso adesivo é cabível:

(A) no recurso extraordinário, no recurso especial, na apelação e no recurso ordinário;
(B) no recurso especial, no recurso extraordinário, nos embargos infringentes e na apelação;
(C) no agravo regimental, na apelação, no recurso especial e no recurso ordinário;
(D) nos embargos infringentes, na apelação, no recurso especial e no recurso ordinário;
(E) no agravo de instrumento, no recurso ordinário, nos embargos infringentes e no recurso extraordinário.

RESPOSTA Art. 500, II, CPC. *Alternativa B*.

6927. **(Procurador – MPF – 2008)** Fulano fundamenta ação de nulidade contratual nas alegações de: incapacidade do agente, ilicitude do objeto e inobservância de forma legal. Rejeitado o pedido no primeiro grau, por todos os fundamentos, ao examinar o recurso competente, o Tribunal decide da seguinte forma: o **desembargador A** acolhe o pedido inicial fundado apenas no primeiro motivo; o **desembargador B** reforma a sentença somente pela segunda razão; e o **desembargador C** acolhe o pedido de nulidade tão só pelo terceiro motivo. Assim, é correto dizer que:

(A) este acórdão é de procedência da ação.
(B) este acórdão, embora não unânime, não admite embargos infringentes.
(C) este acórdão é invalido por não ter conclusão.
(D) este acórdão admite embargos infringentes.

RESPOSTA Os embargos infringentes (art. 530, CPC) são cabíveis quando acórdão não unânime reformar sentença de mérito, em sede de apelação. No caso, não é cabível tal recurso, porquanto a *não unanimidade* que interessa é a do *dispositivo* (esse foi unânime), e não a fundamentação/motivação do acórdão. *Alternativa B.*

6928. **(Promotor – MP-SC – 2011)** Questão:

I. O recorrente poderá desistir do recurso sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes.
II. O recorrente poderá renunciar ao direito de recorrer sem a anuência da outra parte.
III. Caso o advogado venha a falecer durante o prazo para a interposição do recurso, será tal prazo restituído em proveito da parte.
IV. A apelação devolverá ao Tribunal o conhecimento da matéria impugnada, porém serão objeto de apreciação e julgamento pelo segundo grau todas as questões suscitadas e discutidas no processo,

ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.

V. A apelação interposta contra a sentença que decida processo cautelar será recebida só no efeito devolutivo.

(A) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.

(B) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.

(D) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA Todas as assertivas estão corretas. (I) Art. 501, CPC. (II) Art. 502, CPC. (III) Art. 507, CPC. (IV) Art. 515, § 1º, CPC. (V) Art. 520, IV, CPC. *Alternativa E.*

XIII. Execução

6929. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Sobre a execução por quantia certa contra devedor solvente fundada em título extrajudicial, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A desistência do processo de execução pelo exequente depende do consentimento do executado que ofereceu embargos.

(B) É requisito obrigatório da petição inicial a indicação pelo exequente dos bens a serem penhorados.

(C) O cônjuge do executado é ilegítimo para requerer a adjudicação dos bens penhorados.

(D) A averbação da penhora no ofício imobiliário gera presunção relativa de seu conhecimento por terceiros.

(E) O pagamento integral da dívida pelo executado, no prazo de três dias de sua citação, reduz a verba honorária à metade.

RESPOSTA (A) Art. 569, CPC. (B) Art. 652, § 2º, CPC (o credor *poderá* indicar bens). (C) Art. 685-A, § 2º, CPC. (D) Art. 659, § 4º, CPC (presunção absoluta). (E) Art. 652-A, parágrafo único, CPC. *Alternativa E*.

6930. **(Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP)** Sobre os embargos do devedor, é correto afirmar que

(A) o executado poderá opor-se à execução por meio de embargos, desde que feita a penhora, efetuado depósito ou prestada caução.

(B) o prazo para cada um embargar conta-se a partir da juntada do último mandado citatório quando houver mais de um executado.

(C) o juiz rejeitará liminarmente os embargos, quando manifestamente protelatórios.

(D) a decisão relativa aos efeitos dos embargos não poderá ser modificada ou revogada.

(E) a concessão de efeito suspensivo impedirá a efetivação dos atos de penhora e de avaliação de bens.

RESPOSTA (A) Art. 736, CPC (independe de penhora, depósito ou caução). (B) Art. 738, § 1º, CPC (conta-se a partir da juntada do respectivo mandado). (C) Art. 739, III, CPC. (D) Art. 739-A, § 2º, CPC. (D) Art. 739-A, § 4º, CPC. *Alternativa C*.

6931. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Assinale a alternativa correta.

(A) Sentença condenatória que determine o pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo da hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz em forma distinta daquela prescrita na Lei de Registros Públicos.

(B) Sentença condenatória que determine o pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, não valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária.

(C) A sentença que vier a condenar o réu no pagamento de uma prestação em dinheiro ou em coisa

valerá como um título constitutivo de hipoteca judiciária "inter-autos", descabendo sua inscrição na forma prescrita na Lei de Registros Públicos.

(D) A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos.

(E) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

RESPOSTA Segundo o art. 466, CPC, a sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como *título constitutivo de hipoteca judiciária*, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos. *Alternativa D.*

6932. (Promotor – MP-RS – 2009) Assinale a alternativa correta.

(A) A ação declaratória pressupõe a violação do direito que lhe corresponde.

(B) Não realizada, com êxito, a alienação por iniciativa particular, assiste ao credor a faculdade de adjudicar, em execução, os bens penhorados.

(C) São absolutamente impenhoráveis os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político.

(D) São absolutamente impenhoráveis os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.

(E) Na execução fundada em título judicial por quantia certa, se o devedor, no prazo de três dias, não nomear bens à penhora, caberá ao credor fazê-lo.

RESPOSTA Consoante o art. 649, XI, CPC, são absolutamente impenhoráveis os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político. *Alternativa C.*

6933. (Procurador – MPT – 2012) São títulos executivos judiciais, entre outros, os seguintes, EXCETO:

(A) A sentença penal condenatória transitada em julgado.

(B) A sentença homologatória de conciliação ou de transação, desde que não contenha matéria não posta em juízo.

(C) A sentença arbitral.

(D) O acordo extrajudicial, de qualquer natureza, homologado judicialmente.

(E) Não respondida.

RESPOSTA Art. 475-N, III, CPC (são títulos executivos judiciais: a sentença homologatória de conciliação ou de transação, *ainda que* inclua matéria não posta em juízo). *Alternativa B.*

6934. (Juiz – TRT-14 – 2011) Em matéria de execução, aponte a alternativa correta.

(A) É título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou de transação, desde que não inclua matéria que não foi posta em juízo.

(B) É título executivo judicial a sentença estrangeira devidamente homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

(C) A denominada "decisão" ou "sentença liminar", extraída dos processos em que se permite a antecipação de tutela jurisdicional, dos processos cautelares ou das ações constitucionais, é título judicial.

(D) A execução provisória da sentença é possível, no que couber, por iniciativa do exequente ou *ex officio*, ante o princípio da economia e celeridade processual, observando que não deverão ser ultrapassados os atos de constrição, ocorrendo eventual alienação de bens, apenas por autorização judicial.

(E) Ante os dispositivos legais, que permitem a execução provisória da sentença, do mesmo modo da execução definitiva, tem-se possível aquela execução nos mesmos autos em que foi proferida a sentença impugnada, ainda que o recurso seja recebido no efeito meramente devolutivo.

RESPOSTA STJ – REsp 885.737/SE: "Há um título executivo judicial que não se insere no rol do CPC 475-N mas que pode dar ensejo à execução provisória (CPC 475-O). É a denominada decisão ou sentença liminar extraída dos processos em que se permite a antecipação da tutela jurisdicional, dos processos cautelares, ou das ações constitucionais". *Alternativa C.*

6935. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** No curso da execução fiscal, o devedor ofereceu em garantia à execução, crédito de sua titularidade, pendente de satisfação pela Fazenda Pública, mediante precatório judicial já expedido. O credor, instado a se pronunciar, insurgiu-se contra a indicação, com fundamento na gradação legal de bens penhoráveis, insistindo na expedição de ordem de penhora sobre dinheiro, diante da preferência de que desfruta na legislação. Tendo em vista a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, indique a resposta correta:

(A) o credor não tem razão, pois, na execução civil, a penhora de dinheiro, na ordem de nomeação de bens, não tem caráter absoluto;

(B) o credor tem razão, pois somente em casos de insolvência a penhora deve ser realizada sobre outro bem que não dinheiro;

(C) o credor tem razão, pois o crédito decorrente de precatório judicial não tem previsão legal para ser constritado judicialmente;

(D) o credor não tem razão, pois a matéria tem disciplina legal específica para a execução fiscal, permitindo a penhora sobre crédito decorrente de precatório;

(E) o credor tem razão, pois a regra da execução menos gravosa não se aplica ao caso.

RESPOSTA Súmula 417, STJ: "na execução civil, a penhora de dinheiro, na ordem de nomeação de bens, não tem caráter absoluto". Ademais, o art. 655, CPC, indica que a penhora deve ser feita *preferencialmente* naquela ordem, não *necessariamente*. *Alternativa A.*

6936. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Sobre a exceção de pré-executividade no âmbito do Direito Processual Civil, de acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

(A) sendo apenas uma criação da doutrina processual, sua admissibilidade não é aceita, pois a legislação prevê a oposição de impugnação e de embargos pelo devedor, que são os meios idôneos para oferecer resistência, respectivamente, ao cumprimento da sentença e à execução fundada em título extrajudicial;

(B) tem sido admitida pela jurisprudência como sucedâneo de impugnação ou embargos, na hipótese de o devedor provar que não tem condições de garantir a execução;

(C) tem sido admitida pela jurisprudência, mas de forma restrita, não se admitindo, por exemplo, para discutir matéria que dependa de dilação probatória;

(D) não é meio idôneo para a arguição de prescrição, em vista da necessidade de verificação das causas de suspensão, interrupção e não contagem do prazo prescricional;

(E) nas causas não superiores a quarenta salários mínimos, é facultado ao devedor opor-se à execução por meio de embargos ou exceção de pré-executividade.

RESPOSTA STJ – AgRg no AREsp 157.950/PR: "...decidiu que a exceção de pré-executividade é admitida nas situações em que não se faz necessária a dilação probatória ou em que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo Magistrado, como as condições da ação, os pressupostos processuais, a decadência, a prescrição, entre outras". *Alternativa C.*

6937. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Em tema de execução contra a Fazenda Pública no processo civil, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Na execução por quantia certa, seja o título executivo judicial ou extrajudicial, a citação da Fazenda será feita sem cominação de penhora, limitando-se à convocação para opor embargos no prazo legal.

(B) Não interpostos ou rejeitados os embargos, o juiz da causa, mediante ofício precatório, requisitará diretamente à Fazenda Pública executada o pagamento do débito em execução.

(C) Os créditos de natureza alimentícia estão sujeitos à inclusão em precatórios e à ordem cronológica de sua apresentação, apenas gozando de preferência de pagamento em relação aos créditos decorrentes de condenações de outra natureza.

(D) A sentença que desacolha a impugnação ofertada pela Fazenda Pública em embargos à execução não está sujeita ao duplo grau necessário de jurisdição.

(E) São vedados o fracionamento, a repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, por requisição de pequeno valor e, em parte, mediante expedição de precatório.

RESPOSTA Na execução contra a Fazenda Pública, não interpostos ou rejeitados os embargos, o juiz da causa elaborará o precatório e requisitará o pagamento por intermédio do Presidente do Tribunal competente (art. 730, I, CPC). *Alternativa B.*

6938. **(Procurador – MPT – 2007)** Analise as seguintes assertivas:

I. não sendo requerida a execução por quantia certa no prazo de seis meses, o juiz mandará arquivar os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

II. do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado, na pessoa de seu advogado, podendo oferecer impugnação, no prazo de dez dias.

III. o recebimento da impugnação suspende os atos executivos.

IV. a decisão que acolhe totalmente a impugnação é recorrível mediante agravo de instrumento, salvo quando importar extinção da execução, hipótese em que caberá apelação.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) somente as assertivas I e II estão corretas;

(B) somente as assertivas II e III estão corretas;

(C) somente as assertivas I e IV estão corretas;

(D) somente as assertivas III e IV estão corretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Art. 475-J, § 5º, CPC. (II) Art. 475-J, § 1º, CPC (prazo de 15 dias). (III) Art. 475-M, CPC (em regra, a impugnação não possui efeito suspensivo). (IV) Art. 475-M, § 3º, CPC. *Alternativa C.*

6939. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Na Execução Fiscal,

(A) a Fazenda Pública jamais poderá requerer a adjudicação dos bens penhorados.

(B) a Fazenda Pública poderá requerer a adjudicação dos bens penhorados antes do leilão, desde que não tenham sido oferecidos embargos ou se estes forem rejeitados.

(C) a Fazenda Pública poderá requerer a adjudicação dos bens penhorados, independentemente de embargos à execução.

(D) a adjudicação dos bens penhorados à Fazenda Pública somente é cabível, caso não haja ofertantes na segunda praça ou leilão.

RESPOSTA Prevê o art. 24, I, Lei n. 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), que a Fazenda Pública poderá *adjudicar* os bens penhorados pelo preço do leilão, pelo preço de avaliação, se a execução não foi embargada ou se rejeitados os embargos. *Alternativa B*.

6940. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Banco BO S/A promove ação de execução, lastreada em nota promissória, no valor de R$ 50.000,00, relativo a mútuo realizado em 03.01.2000, com período de carência de um mês, sendo a primeira prestação a ser paga aos 03.03.2000. O débito foi parcelado em cinquenta meses, ocorrendo o pagamento de mais da metade das prestações. Por força de problemas pessoais, houve a paralisação do pagamento na vigésima-sexta prestação. Após três meses sem receber pagamento e não obtida a conciliação, foi proposta a ação, requerendo o autor a citação do executado para pagar o débito vencido. Após os atos processuais próprios, o réu, Fulano de Tal, não foi localizado, mas o exequente, em diligências, obteve dados sobre bens integrantes do patrimônio do executado, requerendo as providências cabíveis ao Juízo da execução. Nessa linha, houve o arresto dos bens do devedor e, após, foi realizada sua citação. A esse respeito, é correto afirmar que:

(A) após intimado do arresto dos bens, deve o exequente, em dez dias, requerer a citação por edital do executado.
(B) no caso do enunciado deverá o Oficial de Justiça realizar citação por hora certa.
(C) não sendo citado o executado o processo deve ser suspenso.
(D) após o arresto o Juiz deveria decretar a revelia do executado.
(E) a ausência do executado impede que ocorra a apresentação de defesa.

RESPOSTA Art. 654, CPC. *Alternativa A*.

6941. **(Advogado – BNB – 2010 – ACEP)** Sobre a execução no processo civil, assinale a alternativa correta.

(A) O credor tem a faculdade de desistir de toda a execução ou de apenas algumas medidas executivas, mas os embargos porventura interpostos somente serão extintos com a concordância do embargante.
(B) São títulos executivos extrajudiciais a escritura pública ou outro documento público ou particular assinado somente pelo devedor.
(C) O juiz somente autorizará a alienação antecipada de bens penhorados, quando estes estiverem sujeitos à deterioração ou depreciação.
(D) O devedor responde para o cumprimento de suas obrigações somente com todos os bens que, à época do início da execução, compõem seu patrimônio.
(E) O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos.

RESPOSTA (A) Art. 569, parágrafo único, CPC. (B) Art. 585, II, CPC. (C) Art. 570, CPC. (D) Art. 591, CPC. (E) Art. 736, CPC. *Alternativa E*.

6942. **(Advogado – DER – 2010 – FUNCAB)** Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, a devedora será citada para:

(A) opor embargos no prazo de 10 dias.
(B) pagar ou nomear bens à penhora no prazo de 30 dias.
(C) opor embargos no prazo de 30 dias.
(D) pagar ou nomear bens à penhora no prazo de 10 dias.

(E) efetuar o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito, no prazo de 60 dias.

RESPOSTA **Atenção:** muito embora esteja previsto no art. 730, CPC, que, na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10 dias; esse prazo foi alterado pela Lei n. 9.494/97, art. 1º-B, passando a ser de *30 dias. Alternativa C*.

6943. (Advogado – DER – 2010 – FUNCAB) Acerca da teoria geral da execução, assinale a alternativa correta.

(A) Nas execuções é aplicável o princípio do menor sacrifício possível do exequente, devendo o Juiz escolher o meio de execução que satisfaça o crédito mais rapidamente.

(B) Não é título executivo a sentença judicial condenatória genérica, que não fixa, desde logo, o *quantum debateur*.

(C) O título executivo extrajudicial somente pode servir de base à execução após ser validado por processo prévio de liquidação extrajudicial.

(D) O cessionário do crédito por transmissão *inter vivos* somente pode suceder o credor original na execução após autorização do executado.

(E) Tanto a fraude contra credores quanto a fraude de execução exigem o *consilium fraudis*, ou seja, o concerto entre os sujeitos que praticam o ato fraudulento, para sua configuração.

RESPOSTA O título executivo deve ser *certo*, *líquido* e *exigível* (art. 586, CPC). Logo, uma sentença condenatória genérica que não delimita o *quantum debateur* não possui *liquidez*, não sendo título executivo enquanto não preenchido esse requisito. *Alternativa B*.

6944. (Procurador – CMSP-SP – 2007 – VUNESP) Excesso de execução ou cumulação indevida; penhora incorreta ou errônea avaliação, nulidade de execução, por não configurar título executivo, são matérias que podem ser alegadas

(A) pelo devedor do título executivo judicial, mediante impugnação.

(B) pelo devedor ou por qualquer interessado na execução.

(C) pelo devedor de título executivo extrajudicial, mediante Embargos à Execução, que além das matérias constantes do enunciado, poderá, ainda, alegar outras matérias de defesa que poderiam ser deduzidas em um processo de conhecimento.

(D) pelo devedor, mediante Embargos à Execução, mas somente nas matérias constantes do enunciado.

(E) a arguição de retenção por benfeitoria não é matéria que possa ser alegada em Embargos à Execução

RESPOSTA Art. 745, CPC. *Alternativa C*.

6945. (Advogado – CORREIOS-BA – 2007 – CONESUL) Sobre o processo de execução assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Não realizada a adjudicação dos bens penhorados, o exequente poderá requerer sejam alienados por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor credenciado perante a autoridade judiciária.

(B) A carta de adjudicação conterá a descrição do imóvel, com remissão a sua matrícula e registros, a cópia do auto de adjudicação e a prova de quitação do imposto de transmissão.

(C) Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia; inexigibilidade do título, ilegitimidade das partes;

cumulação indevida de execuções e excesso de execução.

(D) Há excesso de execução quando se processa de modo diferente do que foi determinado na sentença.

RESPOSTA (A) Art. 685-C, CPC. (B) Art. 685-B, parágrafo único, CPC. (C) Art. 741, CPC. (D) Art. 743, III, CPC. *Alternativa C.*

XIV. Cautelar e Tutela Antecipada

6946. **(Advogado – IPT – 2011 – VUNESP)** O abuso de direito de defesa ou intuito protelatório devem ser aferidos consoante o conteúdo da resposta do réu, ou seja, por meio da consistência de sua contestação. Uma vez caracterizada esta hipótese, a parte contrária poderá pleitear

(A) que o réu seja condenado nas custas a partir do saneamento do processo.

(B) a antecipação total ou parcial dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial.

(C) que a parte que os tiver promovido ou praticado pague pelas despesas dos atos caracterizados como protelatórios.

(D) o pagamento de multa não excedente a cinco por cento sobre o valor da causa e a indenização dos prejuízos que esta sofreu.

(E) que o vencedor pague as despesas que antecipou e os honorários advocatícios.

RESPOSTA O art. 273, II, CPC, prevê que o juiz poderá *antecipar*, total ou parcialmente, os *efeitos da tutela*, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e fique caracterizado o *abuso de direito de defesa* ou o *manifesto propósito protelatório do réu*. *Alternativa B*.

6947. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Sob a sistemática atual das tutelas de urgência na ação de improbidade administrativa, conforme a legislação pertinente e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, marque a afirmativa correta:

(A) A Lei de Improbidade Administrativa autoriza que a autoridade administrativa competente determine o afastamento do agente público do cargo, emprego ou função, inclusive no âmbito do inquérito civil, devendo o Ministério Público, na hipótese, notificar a autoridade pública hierarquicamente superior ao agente, para o cumprimento da medida de afastamento do investigado até o ajuizamento da ação civil pública.

(B) Não havendo o cometimento de crime em tese, não é possível o afastamento cautelar de parlamentar, estadual ou distrital, de suas funções legislativas, enquanto se aguarda decisão final em ação de improbidade administrativa, sob pena de subtração de mandato popular.

(C) Em razão da excepcionalidade das severas sanções impostas na Lei de Improbidade Administrativa, o rol das medidas cautelares cabíveis, tanto no campo sancionatório, quanto no reparatório, é de tipicidade fechada, não admitindo ampliação por intermédio de interpretação extensiva.

(D) Admite-se a cumulação de medidas cautelares patrimoniais, evidenciando-se situação de enriquecimento ilícito e dano ao patrimônio público. No primeiro caso, a medida de sequestro recairá sobre o valor indevidamente agregado ao patrimônio do agente. Em relação à reparação integral do prejuízo causado ao ente público, a garantia deverá efetivar-se mediante a indisponibilidade de bens, podendo recair sobre qualquer bem do agente, à semelhança da cautelar de arresto.

(E) O caráter de bem de família retira a possibilidade de decretação de medida cautelar de indisponibilidade de bens, notadamente se adquirido anteriormente ao ato de improbidade em apuração.

RESPOSTA Segundo o art. 16, Lei n. 8.429/92 (Improbidade Administrativa), havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao MP ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do *sequestro* dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público. O pedido de sequestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825, CPC. Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais. *Alternativa D.*

6948. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Analise as seguintes proposições:

I. Não é possível conceder liminar em sede de antecipação de tutela de mérito, quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

II. As liminares concedidas em sede de antecipação de tutela de mérito contra a Administração Pública e cumpridas ou executadas à luz do disposto nos artigos 273 e 461, do CPC, não estão sujeitas ao pedido de suspensão previsto no art. 4º da Lei 8.437/1992, ainda que o pedido, emanado por parte legítima, esteja amparado em caso de manifesto interesse público calcado em violação à ordem e à economia públicas.

III. Segundo entendimento doutrinário dominante, a regra da irreversibilidade do provimento antecipado como óbice à concessão da tutela mandamental é absoluta e não pode ser desconsiderada nem mesmo nos casos em que manifesta a prova inequívoca da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

IV. A cominação de multa diária – mesmo nos casos em que se mostrarem relevantes os fundamentos da demanda; havendo justificado receio de ineficácia do provimento final e que, por isso, for concedida a tutela liminarmente – só será possível se a parte interessada a houver pedido de forma certa e determinada, já que vedada a fixação *ex officio* das astreintes.

(A) Somente as proposições I e II estão corretas.
(B) Somente as proposições II e III estão corretas.
(C) Somente as proposições II e IV estão corretas.
(D) Todas as proposições estão corretas.
(E) Todas as proposições estão incorretas.

RESPOSTA (I) Art. 273, § 6º, CPC (poderá ser concedida). (II) Caso exista a concessão de Tutela Antecipada contra a Administração Pública, é admissível o pedido de suspensão da medida (Lei n. 4.348/64, art. 15, e Lei n. 8.437/92, art. 4º). (III) Segundo a doutrina, a regra da *irreversibilidade* (art. 273, § 2º, CPC) deve ser atenuada, levando-se em consideração o princípio da proporcionalidade no caso concreto, já que, por vezes, a não concessão da tutela pode causar um mal maior. (IV) Art. 461, § 4º, CPC (o juiz poderá fixar as astreintes *de ofício*). *Alternativa E.*

6949. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Assinale a resposta incorreta, considerando o disposto no Código de Processo Civil sobre a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional:

(A) em casos excepcionais, quando houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, é possível a concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional de ofício pelo juiz;
(B) a presença de prova inequívoca e do convencimento da verossimilhança das alegações são duas das condições exigidas pela legislação para a concessão da antecipação da tutela;
(C) a decisão antecipadora pode ser reformada ou modificada a qualquer tempo, mediante decisão fundamentada do juiz;
(D) nas tutelas que envolvem obrigações de fazer ou não fazer, a efetivação da decisão antecipadora deverá prestar uma tutela específica, indicando as providências que lhe assegurem um resultado prático;
(E) no caso de fixação de multa diária, visando o cumprimento da decisão, o valor e a periodicidade

da multa podem ser revistos pelo juiz, a qualquer tempo, independentemente de requerimento da parte.

RESPOSTA (A) Art. 273, *caput*, CPC (a tutela antecipada não pode ser concedida *de ofício* pelo juiz, sendo imprescindível requerimento expresso da parte). (B) Art. 273, *caput*, CPC. (C) Art. 273, § 4º, CPC. (D) e (E) Art. 273, § 3º, CPC. *Alternativa A.*

6950. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Sobre o processo cautelar, considerando as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O procedimento cautelar é sempre dependente de processo principal.

(B) Não se exigirá, como requisito da petição inicial, a indicação da lide e seu fundamento, quando a medida cautelar for requerida em procedimento preparatório.

(C) O indeferimento da medida não obsta a que a parte intente a ação, nem influi no julgamento desta, salvo se o juiz, no procedimento cautelar, acolher a alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor.

(D) Equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se.

(E) Julgada procedente a ação principal, o arresto se resolve em penhora.

RESPOSTA (A) Art. 796, CPC. (B) Art. 801, III, CPC (a *lide e seus fundamentos* são requisitos essenciais da petição inicial da medida cautelar). (C) Art. 810, CPC. (D) Art. 814, parágrafo único, CPC. (E) Art. 818, CPC. *Alternativa B.*

6951. **(Procurador – MPT – 2007)** Analise as seguintes assertivas:

I. o arresto tem lugar quando o devedor, que tem domicílio, caindo em insolvência põe ou tenta pôr os seus bens em nome de terceiros ou comete outro qualquer artifício fraudulento, a fim de frustrar a execução ou lesar credores.

II. o bem litigioso (móvel, imóvel ou semovente) pode ser sequestrado quando houver fundado receio de rixas ou danificações.

III. a produção antecipada da prova pode consistir em interrogatório da parte, inquirição de testemunhas e exame pericial. Não se lhe aplica o prazo de eficácia das medidas cautelares, de maneira que mesmo que a ação principal seja proposta, além de trinta dias da realização da medida preparatória, ainda assim, a vistoria ou a inquirição continuará útil e eficaz para servir ao processo de mérito.

IV. a ação de exibição está regulada entre as medidas cautelares, como procedimento preparatório e compreende a pretensão de exigir a exibição em juízo de documento próprio ou comum, em poder de sócio ou condômino ou devedor; da escrituração comercial por inteiro, balanços e documentos de arquivo, nos casos expressos em lei.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) apenas uma das assertivas está correta;

(B) apenas duas das assertivas estão corretas;

(C) apenas três das assertivas estão corretas;

(D) todas as assertivas estão corretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Art. 813, II, *b*, CPC. (II) Art. 822, I, CPC. (III) Art. 846, CPC (a *produção antecipada de prova* não se prende a regra de eficácia do art. 806, CPC, haja vista que não ofende direito a parte contrária, mas apenas constata o respectivo fato que se pretende provar de maneira antecipada). (IV) Art. 844, CPC. *Alternativa D.*

6952. **(Procurador – MPF – 2008)** Examinando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I. o sequestro distingue-se do arresto pois este visa subsidiar ulterior execução por quantia certa, enquanto aquele salvaguarda execução de entrega de coisa.

II. se, no prazo assinado, o autor estrangeiro e residente fora do Brasil não cumprir a sentença que determinou o reforço da caução prestada ao intentar a ação no Brasil, presume-se que desistiu da ação.

III. para a doutrina clássica, representada por Calamandrei, as medidas cautelares caracterizam-se por sua instrumentalidade hipotética, ou seja, têm como finalidade imediata assegurar a eficácia do provimento definitivo.

(A) Somente as assertivas I e II estão corretas.

(B) Somente as assertivas II e III estão corretas.

(C) Somente as assertivas I e III estão corretas.

(D) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Arts. 813 e 822, CPC. (II) Art. 838, CPC. (III) Com efeito, a finalidade das cautelares é garantir a utilidade e a eficácia da decisão final no processo principal (*bi-instrumentalidade* das cautelares). *Alternativa D.*

6953. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Em matéria de antecipação de tutela, segundo o regime do Código de Processo Civil, é correto afirmar que

(A) o juiz poderá, de ofício ou a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela principal requerida na inicial quando houver manifesto propósito protelatório do réu.

(B) a concessão antecipada da tutela, por ser satisfativa, encerra o processo.

(C) o juiz poderá cominar pena pecuniária, de ofício ou a requerimento da parte, quando do deferimento de antecipação de tutela que impõe obrigação de fazer.

(D) o perigo de irreversibilidade do provimento não justifica o indeferimento da antecipação de tutela.

(E) nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas e por isso a decisão de antecipação de tutela somente pode ser revista em sede recursal.

RESPOSTA Segundo o art. 273, § 3º, CPC, a efetivação da antecipação de tutela observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas no art. 461, §§ 4º e 5º (cominação de multa). *Alternativa C.*

6954. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** A antecipação de tutela, em ação de procedimento ordinário,

(A) uma vez concedida, não pode ser modificada ou revogada antes da sentença.

(B) prescinde da fundamentação da decisão concessiva ante a urgência da situação.

(C) só pode ser concedida na fase inicial do processo, antes da citação.

(D) pode ser concedida contra a Fazenda Pública, em causa de natureza previdenciária.

(E) pode ser concedida contra a Fazenda Pública, tendo como objeto tutela específica de obrigação de fazer, mas não pode imputar-lhe multa diária por descumprimento.

RESPOSTA STJ – REsp 775.618/RS: “O art. 2º-B da Lei n. 9.494/97 deve ser interpretado restritivamente, de modo que, salvo as exceções nele previstas, a antecipação da tutela e a execução provisória são aplicáveis em desfavor do ente público. Hipótese em que a execução provisória diz respeito a sentença que reconheceu à recorrida o direito ao restabelecimento de benefício previdenciário”. *Alternativa D*.

6955. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Assinale a alternativa correta.

(A) Os autos do processo cautelar permanecerão apartados dos autos do processo principal.
(B) Se o juiz se dá por incompetente na ação principal, torna-se também incompetente para a cautelar.
(C) O processo cautelar tem por finalidade obter segurança que torna útil e possível a prestação jurisdicional de conhecimento, mas não do processo de execução.
(D) Compete ao Supremo Tribunal Federal conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem.
(E) É terminantemente proibida a concessão de medidas cautelares *ex officio* pelo magistrado.

RESPOSTA O art. 800, CPC, prevê que as medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa; e, quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal. Dessa previsão se extrai o entendimento de que se o juiz for *incompetente* para a ação *principal*, também o será para a *cautelar*. *Alternativa B*.

6956. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Sobre as tutelas de urgência previstas no CPC, analise as seguintes alternativas:

I. A requerimento da parte ou de ofício, a medida cautelar poderá ser substituída pela prestação de caução ou por outra garantia menos gravosa ao requerido.
II. No processo cautelar o prazo para contestar é de cinco dias.
III. São requisitos da tutela antecipada: a) requerimento da parte; b) prova inequívoca do alegado; c) verossimilhança da alegação; d) receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Havendo abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório, o item "d" é dispensado.
IV. Se o autor requerer, em sede de antecipação de tutela, providência de natureza cautelar não poderá, em hipótese alguma, o juiz conceder a medida cautelar em razão da inadequação do instrumento processual escolhido.

É correta ou são corretas:

(A) Somente a I.
(B) Todas.
(C) Somente II e III.
(D) Somente I, II e III.
(E) Somente a IV.

RESPOSTA (I) Art. 805, CPC. (II) Art. 802, *caput*, CPC. (III) Art. 273, CPC. (IV) Art. 273, § 7º, CPC. *Alternativa D*.

6957. **(Procurador – PGE-MG – 2006)** Carlos teve seu automóvel abalroado por Pedro, causando-lhe danos patrimoniais e extrapatrimoniais. Quando soube que Pedro estava alienando os bens que possuía com o intuito de não satisfazer a pretensão de Carlos ao cobrar-lhe judicialmente os danos, Carlos ajuizou ação cautelar de arresto visando acautelar a situação diante descrita. Acerca da ação cautelar de arresto, assinale a alternativa correta.

(A) Para a concessão do arresto é essencial a juntada no processo de prova literal da dívida líquida e certa; prova documental ou justificação de algum dos casos mencionados no artigo 813 do Código de Processo Civil.
(B) O arresto somente cessa pelo pagamento.
(C) O juiz não poderá, em nenhum caso, conceder o arresto independente de justificação prévia.
(D) A execução do arresto prosseguirá, mesmo que o devedor der fiador idôneo, ou prestar caução para garantir a dívida, honorários do advogado do requerente e custas.

RESPOSTA (A) Art. 814, CPC. (B) Art. 820, CPC. (C) Art. 816, CPC. (D) Art. 819, II, CPC. *Alternativa A*.

6958. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Sobre os alimentos provisionais, assinale a alternativa FALSA:

(A) Ainda que a causa principal esteja pendente de julgamento no Tribunal, o pedido de alimentos será processado e julgado no primeiro grau de jurisdição.
(B) Quando cumulados com pedido de divórcio, a prestação alimentícia pode abranger, além das despesas necessárias ao sustento do cônjuge/requerente, aquelas destinadas a custear a demanda.
(C) Na ação de alimentos provisionais, é cabível a concessão de liminar, sem audiência do requerido, ao ser despachada a petição inicial, fixando-se uma mensalidade para mantença do requerente.
(D) São admissíveis nas ações de alimentos, desde a citação do réu.
(E) Podem ser pleiteados por quem não tem prova pré-constituída da qualidade de credor.

RESPOSTA (A) Art. 853, CPC. (B) Art. 852, parágrafo único, CPC. (C) Art. 854, parágrafo único, CPC. (D) Art. 852, II, CPC (*desde o despacho da petição inicial*). (E) Art. 852, CPC (não precisa ter prova constituída). *Alternativa D*.

6959. **(Advogado – INEA – 2008 – CESGRANRIO)** De acordo com o Código de Processo Civil, é INCABÍVEL a antecipação dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial quando

(A) haja fundado receio de dano irreparável.
(B) haja fundado receio de dano de difícil reparação.
(C) fique caracterizado o abuso de direito de defesa do réu.
(D) fique caracterizado o manifesto propósito protelatório do réu.
(E) houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

RESPOSTA O art. 273, § 2º, CPC prevê que, quando verificado perigo de *irreversibilidade do provimento antecipado*, não é permitida a concessão da antecipação da tutela. *Alternativa E*.

6960. **(Advogado – FESF – 2010 – AOCP)** Os bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações, poderá ser requerido ao Juiz a decretação de

(A) Arresto.
(B) Sequestro.
(C) Caução.
(D) Indisponibilidade.
(E) Exibição.

RESPOSTA Art. 822, CPC. *Alternativa B*.

6961. **(Advogado – DER – 2010 – FUNCAB)** Sobre o procedimento cautelar em geral, assinale a opção correta.

(A) O procedimento cautelar somente pode ser instaurado antes do processo principal.
(B) No procedimento cautelar, se o requerido deixar de contestar o pedido, não se podem presumir aceitos os fatos narrados pelo requerente.
(C) O requerente do procedimento cautelar responde ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida, salvo no caso de o juiz acolher, no mesmo procedimento, a alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor.
(D) A medida cautelar pode ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, se adequada e suficiente para

evitar a lesão ou repará-la integralmente.

(E) O juiz pode conceder a medida cautelar sem ouvir o réu em qualquer caso, desde que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer.

RESPOSTA (A) Art. 796, CPC. (B) Art. 803, CPC. (C) Art. 811, IV, CPC. (D) Art. 805, CPC. (E) Art. 804, CPC. *Alternativa D*.

6962. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** Assinale a alternativa correta:

(A) Concedida a antecipação da tutela de mérito *initio litis*, julgado improcedente o pedido quando da sentença, a apelação possui efeito suspensivo e a liminar continua vigendo até o julgamento da apelação.

(B) A fungibilidade entre a antecipação de tutela e cautelar prevista no § 7º do artigo 273 do CPC aplica-se também no sentido inverso: se a parte requerer a título de cautelar a antecipação de tutela, presentes os respectivos requisitos, é lícito o deferimento desta última.

(C) O ordenamento jurídico brasileiro veda a concessão de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública.

(D) A antecipação de tutela não pode ser requerida nem concedida após a prolação da sentença.

(E) A fim de evitar dano irreparável ou de difícil reparação, é lícito ao juiz conceder de ofício a antecipação de tutela.

RESPOSTA A *fungibilidade*, prevista no art. 273, § 7º, CPC, se dá *entre* os institutos da medida cautelar e da tutela antecipada, desde que presentes os pressupostos da medida que vier a ser concedida (AgRg no REsp 1.003.667/RS). Portanto, a previsão legal aplica-se também em *sentido oposto*, ou seja, poderá haver deferimento da *tutela antecipada* requerida na forma de *cautelar*. *Alternativa B*.

6963. **(Advogado – CORREIOS-SP – 2008 – ESPP)** Avalie os itens abaixo:

I. Cessa a eficácia da medida cautelar incidental quando o processo principal for extinto sem julgamento do mérito.

II. Cessa a eficácia da medida cautelar preparatória caso a ação principal não seja proposta no prazo de trinta dias, contados do deferimento da medida.

III. A ação cautelar preparatória não poderá ser reproposta caso seja extinta uma única vez por contumácia do autor.

IV. O objeto da medida cautelar é fungível, para que se assegure o provimento principal.

Aponte a alternativa correta:

(A) Os itens I e II estão corretos.

(B) Os itens II e III estão incorretos.

(C) Os itens I, III e IV estão corretos.

(D) Apenas o item I está correto.

RESPOSTA (I) Art. 808, III, CPC. (II) Art. 806 e art. 808, I, CPC. (III) Art. 808, parágrafo único). (IV) Art. 805, CPC. *Alternativa C*.

6964. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Assinale a alternativa INCORRETA a respeito do processo cautelar:

(A) Somente em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz medidas cautelares sem a audiência das partes.

(B) A petição inicial da medida cautelar em procedimento preparatório dispensa o requisito da lide e seu fundamento.

(C) O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir. Conta-se o prazo da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido ou da execução da medida cautelar, quando concedida liminarmente ou após justificação prévia.

(D) Salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

(E) Cessa a eficácia da medida cautelar concedida em procedimento preparatório se a parte não intentar a ação principal no prazo de 30 (trinta) dias; se não for executada dentro de 30 (trinta) dias e se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito. Se por qualquer motivo cessar a medida, é defeso à parte repetir o pedido, salvo por novo fundamento.

RESPOSTA (A) Art. 797, CPC. (B) Art. 801, III, CPC (a *lide e seu fundamento* são requisitos essenciais da petição inicial da medida cautelar). (C) Art. 802, CPC. (D) Art. 807, parágrafo único, CPC. (E) Art. 808, CPC. *Alternativa B.*

6965. (Juiz – TRT-8 – 2011) Quanto às medidas cautelares específicas é CORRETO afirmar que:

(A) Para a concessão do arresto é essencial, dentre outros requisitos, a prova literal da dívida líquida e certa. Equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se.

(B) A sentença proferida no arresto faz coisa julgada na ação principal.

(C) Far-se-á o interrogatório da parte ou a inquirição das testemunhas antes da propositura da ação, ou na pendência desta, mesmo após a audiência de instrução, se tiver de ausentar-se; se, por motivo de idade ou de moléstia grave, houver justo receio de que ao tempo da prova já não exista, ou esteja impossibilitada de depor.

(D) Todo aquele que desejar prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de seus direitos ou manifestar qualquer intenção de modo formal, poderá fazer o protesto por escrito ou de maneira oral, caso em que será reduzida a termo pelo setor de distribuição, requerendo que se intime a quem de direito.

(E) Mesmo nos casos em que a demora da intimação pessoal puder prejudicar os efeitos da interpelação ou do protesto, não se fará a intimação por edital.

RESPOSTA (A) Art. 814, I e parágrafo único, CPC. (B) Art. 817, CPC. (C) Art. 847, CPC (o interrogatório será *antes* da audiência de instrução). (D) Art. 867, CPC (o protesto é por escrito e em petição dirigido ao juiz). (E) Art. 870, III, CPC. *Alternativa A.*

6966. (Juiz – TRT-8 – 2011) Quanto à tutela inibitória, antecipação de tutela, tutela específica e antecipada das obrigações de fazer e não fazer, é CORRETO afirmar que:

(A) O juiz poderá, a requerimento da parte ou de ofício, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

(B) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, não poderá o juiz, mesmo presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.

(C) Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, impor multa por tempo de atraso, e poderá, ainda de ofício,

modificar o seu valor ou a periodicidade, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

(D) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente. A indenização por perdas e danos dar-se-á com prejuízo da multa.

(E) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada. O juiz poderá, na medida liminar ou na sentença, impor multa diária ao réu, desde que requerida pelo autor.

RESPOSTA (A) Art. 273, CPC (não pode ser *de ofício*). (B) Art. 273, § 7º (fungibilidade). (C) Art. 461, §§ 5º e 6º, CPC. (D) Art. 461, §§ 1º e 2º, CPC (a indenização se dará *sem* prejuízo da multa). (E) Art. 461, §§ 3º e 4º, CPC (a imposição de multa, nesse caso, *independe* de pedido do autor). *Alternativa C.*

6967. (Advogado – Cmpetrópolis-RJ – 2010 – FDC) A antecipação de tutela contra a Fazenda Pública:

(A) não é possível, mas há duas exceções: quando se trata de dispêndios financeiros e quando se cuida de matéria previdenciária;

(B) é sempre possível;

(C) é possível, embora seja vedada em determinadas hipóteses, discriminadas em lei, com a hipótese de discussão de matéria previdenciária e matéria tributária;

(D) não é possível quando a ação tem por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza e quando for discutida matéria previdenciária;

(E) é possível, embora seja vedada em determinadas hipóteses, discriminadas em lei.

RESPOSTA Desde que presentes os requisitos (art. 273, CPC) e a situação não esteja inserida nas vedações legais (Lei n. 9.494/97), *é possível* a antecipação dos efeitos da tutela contra a Fazenda Pública (STJ, Ag Rg no Ag 1.364.594/SP). *Alternativa E*.

XV. Procedimentos Especiais

6968. (Advogado – CEAGESP – 2010 – VUNESP) A ação de depósito

(A) tem por finalidade promover o depósito de coisa móvel.

(B) tem como autor o depositário da coisa.

(C) se contestada pelo réu, será observado o procedimento sumário.

(D) permite a decretação da prisão do depositário infiel.

(E) permite ao autor promover a busca e apreensão da coisa.

RESPOSTA Art. 905, CPC. *Alternativa E*.

6969. (Advogado – USP – 2009 – CODAGE) Nas ações possessórias,

(A) é necessário o ajuizamento de reconvenção, caso o réu queira formular pedido em seu favor.

(B) é autorizado o deferimento de proteção liminar nas situações em que a agressão à posse datar de menos de ano e dia e desde que estejam presentes os requisitos dos arts. 924 e 928 do CPC.

(C) não se pode alterar o pedido ainda que haja evolução do tipo de agressão à posse.

(D) não existe impedimento a que, em paralelo, haja discussão a respeito de domínio sobre o imóvel objeto do pedido possessório.

(E) exige-se que sempre seja realizada audiência de justificação como condição para eventual deferimento da proteção liminar.

RESPOSTA (A) Art. 922, CPC (ações *dúplices*). (B) Arts. 924 e 928, CPC. (C) Art. 920, CPC (*fungibilidade*). (D) Art. 923, CPC. (E) Art. 928, CPC. *Alternativa B*.

6970. (Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS) Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta no que tange às ações possessórias no Código de Processo Civil.

(A) A propositura de uma ação possessória em vez de outra obsta a que o juiz outorgue a proteção legal correspondente àquela.

(B) A pendência do processo possessório não obsta a propositura de ação de reconhecimento do domínio.

(C) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho e reintegrado no caso de turbação.

(D) Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, desde que ouvido o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração.

(E) Contra as pessoas jurídicas de direito público, não se defere a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.

RESPOSTA (A) Art. 920, CPC. (B) Art. 923, CPC. (C) Art. 926, CPC (tem o direito de ser mantido na posse em caso de *turbação* e reintegrado no de *esbulho*). (D) Art. 928, CPC (sem ouvir o réu). (E) Art. 928, parágrafo único, CPC. *Alternativa E*.

6971. (Analista – TJ-MT – 2008 – VUNESP) Nos embargos de terceiro, é correto afirmar que

(A) o mero possuidor não possui legitimidade para pleiteá-los.

(B) os embargos podem ser opostos apenas nos processos de execução.

(C) é possível em relação à penhora de bens, mas não ao arrolamento.

(D) os embargos serão distribuídos por dependência.

(E) poderão ser contestados no prazo de 15 dias.

RESPOSTA (A) 1.046, § 1º, CPC. (B) Art. 1.048, CPC. (C) Art. 1.046, CPC. (D) Art. 1.049, CPC. (E) Art. 1.053, CPC (10 dias). *Alternativa D*.

6972. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) Com relação à consignação em pagamento, é incorreto afirmar que:

(A) o credor que comparece em juízo e recebe o pagamento, aceitando-se o depósito efetuado, responde proporcionalmente pelas custas e honorários, sendo julgado o pedido da consignatória procedente liberando-se o devedor da obrigação.

(B) se a causa da consignação for dúvida sobre quem legitimamente deva receber o objeto do pagamento, o credor, ou os supostos credores, serão citados para fazer prova do seu direito.

(C) cabe a consignação se o credor for incapaz de receber o pagamento e dar quitação válida, não tendo quem o assista ou o represente, sendo neste caso necessária a participação do Ministério Público para pleitear a citação do réu.

(D) se o autor protesta pelo depósito de prestações vincendas, o valor da causa deve corresponder ao

equivalente a doze vezes a primeira prestação.

(E) o lugar do pagamento, foro competente para a consignatória, em regra, é o domicílio do devedor – dívida *quérable*, podendo as partes pactuar de maneira diferente – dívida *portable*.

RESPOSTA Prevê o art. 897, CPC, que não oferecida a contestação, e ocorrentes os efeitos da revelia (nesse caso, há a aceitação do valor consignado), o juiz julgará *procedente* o pedido, declarará *extinta* a obrigação e condenará o réu (integralmente) nas custas e honorários advocatícios. *Alternativa A*.

XVI. Ação Rescisória, Ação Popular, Ação Civil Pública

6973. **(Advogado – CEB – 2010 – UNIVERSA)** No que concerne à ação civil pública e à ação popular, assinale a alternativa correta.

(A) Tanto a ação civil pública como a ação popular são instrumentos hábeis para a defesa dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e a direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico e turístico, assim como por infração da ordem econômica e da economia popular.

(B) O legitimado para propor ação civil pública é obrigado, antes de ingressar em juízo, a firmar termo de ajustamento de conduta (TAC) com a empresa concessionária de serviço público que tiver causado dano ao consumidor, sendo facultativa a previsão de multa cominatória.

(C) Nas ações civis públicas em que houver condenação em dinheiro pelo dano a um direito difuso e coletivo, a indenização reverterá para o fundo de defesa de direitos difusos e poderá ser levantada, mediante requerimento do interessado e respectiva autorização judicial, por aqueles que tiverem tido seus direitos lesados.

(D) A parte legítima para figurar no polo passivo da ação popular cujo objeto é a impugnação de ato lesivo ao patrimônio público praticado por concessionária de serviço público é a pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo as autoridades, funcionários ou administradores responsáveis pelo ato administrativo ingressar no feito na condição de assistentes.

(E) O Ministério Público não tem legitimidade originária para propor ação popular na qual atua como *custus legis* (fiscal da lei), mas prosseguirá com a demanda quando o autor popular abandoná-la, perder seus direitos políticos em caráter permanente ou temporário ou der causa à extinção do processo sem julgamento do mérito, como também promoverá a execução do julgado em caso de inércia do autor após sessenta dias da publicação da sentença condenatória.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 4.717/65, o MP atuará como fiscal da lei (art. 6º, § 4º) não tendo legitimidade originária para *propor* a ação, uma vez que cabe ao cidadão intentá-la (art. 1º). No entanto, o MP poderá *prosseguir* com a demanda (art. 9º) quando o autor popular *desistir* da ação ou *der motivo à absolvição da instância* (der causa à extinção do processo sem julgamento do mérito, como ocorre com a perda de direitos políticos, pois lhe faltará uma condição da ação: legitimidade). O MP poderá também promover a execução do julgado em caso de inércia do autor (art. 16). *Alternativa E*.

6974. **(Procurador – MPF – 2012)** Em relação à Ação Rescisória:

(A) Seu pedido tem natureza constitutiva negativa quanto ao juízo rescindendo, podendo o juízo rescisório ser de natureza constitutiva, condenatória ou meramente declaratória.

(B) O prazo decadencial para o seu ajuizamento, quando o recurso especial é ajuizado intempestivamente, não faz com que a coisa julgada retroaja, em face ao princípio da segurança jurídica.

(C) Tanto o terceiro, indevidamente excluído do processo, quanto o litisconsorte, facultativo ou necessário, podem ingressar com a ação, quando a decisão transitada em julgado lhes foi desfavorável.

(D) Se, após a sentença, o autor obtiver documento novo, inexistente à época ou do qual não pôde

fazer uso, que poderia lhe assegurar pronunciamento favorável caberá ação rescisória do julgado.

RESPOSTA O juízo *rescindendo* diz respeito ao pedido de rescisão da decisão anteriormente prolatada (natureza desconstitutiva ou constitutiva negativa), enquanto o juízo *rescisório* guarda relação com o novo julgamento pleiteado (natureza constitutiva, condenatória ou declaratória). *Alternativa A.*

6975. **(Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS)** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito do regime instituído pela Lei n. 7.347/85 para a disciplina da ação civil pública.

(A) A sentença civil fará coisa julgada *erga omnes* quando o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

(B) As ações previstas na Lei n. 7.347/85 devem ser propostas no foro do domicílio do réu.

(C) Tem legitimidade para propor a ação civil pública a associação que esteja constituída há pelo menos 2 (dois) anos.

(D) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

(E) Qualquer servidor público poderá provocar a iniciativa do Ministério Público.

RESPOSTA (A) Art. 16, Lei n. 7.347/85. (B) Art. 2º, Lei n. 7.347/85 (foro do local onde ocorreu o dano). (C) Art. 5º, V, *a* e *b*, Lei n. 7.347/85. (D) Art. 5º, I e § 1º, Lei n. 7.347/85. (E) Art. 6º, Lei n. 7.347/85 (o servidor público *deverá* provocar a iniciativa do MP). *Alternativa D*.

6976. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Quanto à ação rescisória, é correto afirmar, EXCETO:

(A) Suspende o cumprimento da sentença ou do acórdão rescindendo quando deferida medida antecipatória de tutela.

(B) É cabível contra decisão de mérito transitada em julgado proferida por juiz suspeito ou absolutamente incompetente.

(C) Pode ser ajuizada pelo Ministério Público quando a decisão rescindenda decorrer de colusão das partes.

(D) O prazo de dois anos para sua propositura é decadencial, fluindo do trânsito em julgado da decisão.

(E) É requisito da petição inicial o depósito da importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa.

RESPOSTA (A) Art. 489, CPC. (B) Art. 485, II, CPC. (C) Art. 487, III, *b*, CPC. (D) Art. 495, CPC. (E) Art. 488, II, CPC. *Alternativa B*.

6977. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** De acordo com a Lei n. 4.717/65, que regula a ação popular, os atos lesivos ao patrimônio dos entes federativos e demais entidades de interesse público são nulos em caso de inexistência dos motivos. A respeito da inexistência dos motivos, é correto afirmar:

(A) Fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.

(B) Consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.

(C) Ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.

(D) Verifica-se quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

(E) Verifica-se quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.

RESPOSTA Art. 2º, *d* e parágrafo único, Lei n. 4.717/65. *Alternativa E*.

6978. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Conforme disposto no Código de Processo Civil, a sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida, exceto quando:

(A) ofender a coisa julgada.
(B) violar literal disposição de lei.
(C) proferida por juiz suspeito ou absolutamente incompetente.
(D) fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa.
(E) se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.

RESPOSTA Art. 485, II, CPC. *Alternativa C*.

6979. **(Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP)** Quanto à ação civil pública, é correto afirmar que

(A) é cabível para veicular pretensões envolvendo tributos, contribuições previdenciárias, fundo de garantia por tempo de serviço ou outros fundos de natureza institucional, cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
(B) a ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
(C) será proposta no foro de domicílio do réu, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
(D) o Ministério Público intervém apenas como parte.
(E) poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita à apelação.

RESPOSTA (A) Art. 1º, parágrafo único, Lei n. 7.347/85. (B) Art. 3º, Lei n. 7.347/85. (C) Art. 2º, Lei n. 7.347/85 (foro do local onde ocorrer o dano). (D) Art. 5º, § 1º, Lei n. 7.347/85 (se o MP não for parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei). (E) Art. 12, Lei n. 7.347/85 (decisão sujeita a agravo). *Alternativa B.*

6980. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Segundo a sistemática do direito processual civil no Brasil, onde se admite impugnação de decisão judicial por diversas formas,

(A) o prazo prescricional da ação rescisória se inicia com o trânsito em julgado da sentença;
(B) cabe ao Tribunal de Justiça processar e julgar ação rescisória contra seus próprios acórdãos;
(C) tanto a doutrina quanto a jurisprudência possuem entendimento pacífico no sentido de que o ordenamento jurídico pátrio admite a ação de impugnação de coisa julgada inconstitucional;
(D) não cabe ação rescisória contra acórdão proferido no julgamento de ação rescisória;
(E) o deferimento da petição inicial da ação rescisória suspende a execução da sentença rescindenda.

RESPOSTA Prevê a CF que cabe ao STF e ao STJ processar e julgar a ação rescisória de seus respectivos julgados (art. 102, I, *j* e art. 105, I, *e*, respectivamente). Assim, pelo *princípio da simetria*, cabe ao TJ de cada unidade federativa processar e julgar ação rescisória de seus próprios acórdãos. *Alternativa B*.

6981. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Esculápio, brasileiro, casado, advogado, estando regular na sua atividade como eleitor, portador dos seus direitos políticos, inconformado com a política nacional e os desmandos dos governantes, promove ação popular incluindo como réus o

Presidente da República, o Presidente do STF, o Governador do Estado de Santa Catarina e o Prefeito de Florianópolis, por prejuízos causados pelo programa federal de obras, com verbas destinadas a Estados e Municípios. Requer, também, a citação das empresas vencedoras dos processos licitatórios e as pessoas jurídicas, União Federal, Estado de Santa Catarina e Município de Florianópolis. Postula a declaração de inconstitucionalidade da lei que autorizou o programa federal e do decreto presidencial que liberou verbas aos entes federados. O Município requereu o seu ingresso no polo ativo da demanda. Diante disso, pode-se afirmar que:

I. a ação popular pode postular diretamente a declaração de inconstitucionalidade de lei e de decreto federal.

II. o foro, por prerrogativa de função, regra geral, atinge também a ação popular.

III. o ingresso do município no polo ativo é permitido pela lei regente da ação popular.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I for verdadeira.

(B) se somente a afirmativa II for verdadeira.

(C) se somente a afirmativa III for verdadeira.

(D) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.

(E) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.

RESPOSTA (I) A ação popular só pode postular *incidentalmente* a inconstitucionalidade. (II) Salvo hipóteses de competência originária do STF, a ação popular ocorre sempre na primeira instância. (III) Segundo o art. 6º, § 3º, Lei n. 4.717/65, o município, em sendo pessoa jurídica de direito público (art. 41, CC), poderá ingressar no polo ativo da demanda. *Alternativa C*.

6982. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** A ação rescisória tem cabimento

(A) para atacar sentença terminativa, transitada em julgado.

(B) para atacar decisão de juiz relativamente incompetente.

(C) até dois anos depois do trânsito em julgado da decisão.

(D) em todo o caso no qual haja injustiça nítida da decisão transitada em julgado.

(E) independentemente de qualquer depósito específico, eis que o objetivo deste tipo de processo é fazer justiça.

RESPOSTA (A) Art. 485, *caput*, CPC (sentença *definitiva*). (B) Art. 485, II, CPC. (C) Art. 495, CPC. (D) Art. 485 e incisos. (E) Art. 488, II, CPC. *Alternativa C*.

6983. **(Advogado – CORREIOS-BA – 2007 – CONESUL)** Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta.

(A) O juízo competente para ajuizamento de ação rescisória é o juízo que proferiu sentença que objetiva a rescisão.

(B) É cabível ação rescisória em partilha de bens julgada por sentença quando se preteriu herdeiro ou incluiu quem não o seja.

(C) O direito de propor ação rescisória se extingue em 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado da decisão.

(D) O ajuizamento da ação rescisória suspende o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo.

RESPOSTA (A) "O juízo competente para processar e julgar a ação rescisória deve ser hierarquicamente superior ao juízo que proferiu a sentença ou acórdão rescindendo" (NERY JUNIOR e NERY, *Coisa julgada inconstitucional e limitação temporal para a propositura da ação rescisória*, p. 81). (B) Art. 1.030, III, CPC. (C) Art. 495, CPC. (D) Art. 489, CPC. *Alternativa B*.

6984. **(Procurador – CMSP-SP – 2007 – VUNESP)** A ação rescisória poderá ser proposta

(A) somente por quem foi parte no processo, ou por seus sucessores, a título universal.
(B) somente por quem foi parte no processo.
(C) por quem foi parte no processo e terceiro prejudicado, somente.
(D) somente por qualquer terceiro interessado.
(E) por quem foi parte no processo ou seu sucessor a título universal ou singular, o terceiro interessado e o Ministério Público, este somente em casos específicos.

RESPOSTA O art. 487, CPC, traz o rol dos legitimados. *Alternativa E*.

6985. **(Procurador – ALEGO – 2006 – UEG)** Nos termos do Código de Processo Civil, a sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida EXCETO se

(A) se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
(B) houver fundamento para invalidar confissão, renúncia ou transação, em que se baseou a sentença.
(C) proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente.
(D) resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.

RESPOSTA Art. 485, CPC. *Alternativa B*.

6986. **(Procurador – Olinda-PE – 2011 – CONUPE)** Acerca do instituto da litispendência, é CORRETO afirmar que a proposição de uma ação coletiva – ação civil pública ou ação civil coletiva – ajuizada para a defesa de interesses coletivos – em *sctrito sensu* – com uma ação individual

(A) denota litispendência, mesmo quando houver identidade das partes e conexão entre as ações.
(B) denota litispendência, quando houver identidade das partes, de pedido e da causa de pedir.
(C) não denota litispendência.
(D) denota litispendência, quando houver conexão entre as ações e causa de pedir.
(E) não denota litispendência, se houver identidade das partes.

RESPOSTA Nos termos da jurisprudência do STJ, "não ocorre litispendência da ação individual em face da anterior propositura da ação coletiva por entidade de classe ou sindicato" (AgRg no REsp 1.089.917/DF). *Alternativa C*.

6987. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Considere a hipótese a seguir descrita e assinale a alternativa correta: Em ação civil pública proposta pelo Distrito Federal, em face de empresas de incorporação imobiliária, fundada em causa de pedir enunciada na ilegalidade de contratos de compra e venda de unidades habitacionais autônomas, em inobservância às normas da ordem urbanística e de defesa dos direitos do consumidor, a sentença declarou a improcedência da ação, e extinguiu o processo com resolução de mérito.

(A) A fixação do mérito da lide, com o escopo de delimitar a tutela jurisdicional como de natureza difusa, coletiva ou individual homogênea reside na extensão subjetiva da ação.
(B) Os efeitos *erga omnes* do julgado, no caso, produzem-se em relação ao autor da ação, não obstando a renovação da demanda pelos outros legitimados a título coletivo.
(C) Agindo a pessoa jurídica de direito público em substituição processual a todos os membros da coletividade, a coisa julgada na ação coletiva impede o exame de pretensões individuais sob o mesmo fundamento.
(D) O autor sucumbente na ação civil pública não se sujeita à condenação em honorários advocatícios e indenização em perdas e danos, limitando-se os respectivos ônus, somente em caso de litigância de má-fé, ao pagamento de despesas processuais.

(E) O trânsito em julgado da decisão de mérito abre a via da ação rescisória pelo Ministério Público, ainda que tenha intervindo no processo original, fundando-se em colusão entre as partes.

RESPOSTA A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando resultar de *colusão entre as partes*, a fim de fraudar a lei (art. 485, III, CPC), tendo o MP legitimidade para a propositura da ação (art. 487, III, *b*, CPC), mesmo que tenha intervindo no processo. *Alternativa E.*

6988. **(Promotor – MP-SP – 2011)** O compromisso de ajustamento de conduta elaborado nos autos de inquérito civil, instaurado e sob a presidência do Ministério Público, será executado, se inadimplida pelo devedor obrigação certa, líquida e exigível

(A) em ação autônoma de execução de título extrajudicial.
(B) na fase de cumprimento de sentença, com efeito suspensivo.
(C) em ação de liquidação de sentença.
(D) em execução provisória de sentença, sem efeito suspensivo.
(E) em execução definitiva de sentença, sem efeito suspensivo.

RESPOSTA Art. 5º, § 6º, Lei n. 7.347/85, e art. 585, II, CPC. *Alternativa A.*

6989. **(Promotor – MP-BA – 2010)** Analise a veracidade das seguintes frases:

I. O Ministério Público possui legitimidade para ajuizamento de ação civil pública, quando houver relação de consumo.
II. O Ministério Público possui legitimidade para ajuizamento de ação civil pública que verse sobre tributos.
III. O Ministério Público não possui legitimidade para ajuizamento de ação civil pública destinada a requerer intervenção compulsória, de pessoa vítima de alcoolismo, para tratamento de saúde.

Assinale a(s) frase(s) correta(s):

(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e III.
(E) Todas.

RESPOSTA (I) Art. 82, I, Lei n. 8.078/90 (CDC). (II) Art. 1º, parágrafo único, Lei n. 7.347/85 (não será cabível ACP para veicular pretensões que envolvam tributos). (III) STF – RE 496.718/RS “O Ministério Público não tem legitimidade ativa *ad causam* para requerer a internação compulsória, para tratamento de saúde, de pessoa vítima de alcoolismo”. *Alternativa D.*

6990. **(Procurador – ALERR – 2010 – CETAP)** Marque a alternativa correta sobre mandado de segurança e ação civil pública:

(A) O Ministério Público estadual não tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de impugnar majoração supostamente abusiva de tarifa de transporte de serviço público municipal.
(B) O Ministério Público, por ter como missão constitucional a defesa dos direitos difusos e coletivos, é o único legitimado a propor ação civil pública.
(C) É legítimo o Ministério Público propor ação civil pública objetivando o fornecimento de medicamento pelo Estado a uma única pessoa.
(D) É cabível mandado de segurança contra decisão interlocutória proferida em Juizado Especial.
(E) De acordo com a nova lei do mandado de segurança (Lei n. 12.016/2009) a decisão que julga improcedente o pedido do impetrante está sujeita a reexame necessário.

RESPOSTA STJ – REsp 869.843/RS, o MP está legitimado a propor ACP objetivando o fornecimento de medicamentos,

mesmo que seja a uma única pessoa, pois cabe ao MP a defesa dos interesses *individuais indisponíveis* (art. 127, CF), lhe sendo permitido, ainda, exercer outras funções que lhe forem definidas, desde que compatíveis com a sua finalidade (art. 29, IX, CF). *Alternativa C*.

XVII. Mandado de Segurança

6991. **(Advogado – FMS – 2011 – NUCEPE)** Sobre a nova Lei do Mandado de Segurança (n. 12.016/2009), assinale a alternativa correta.

(A) Inovou ao admitir a possibilidade de produção de prova oral.
(B) Ampliou o prazo decadencial para 180 dias.
(C) Proibiu a renovação do pedido de mandado de segurança dentro do prazo decadencial.
(D) Fixou a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição.
(E) Admitiu a possibilidade de impugnação de decisão através de recurso de embargos infringentes.

RESPOSTA Art. 14, § 1º, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa D*.

6992. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Segundo a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça em termos de mandado de segurança:

(A) ato de Ministro de Estado não se sujeita, na via do mandado de segurança, à competência originária do Superior Tribunal de Justiça;
(B) não se o admite para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte;
(C) compete ao Superior Tribunal de Justiça processá-lo e julgá-lo, originariamente, contra ato de membros do Tribunal de Justiça;
(D) se de competência originária de Tribunal de Justiça, a divergência entre os votos é suficiente par autorizar a interposição de embargos infringentes;
(E) por ser pessoa jurídica de direito privado, o ato de sociedade de economia mista ou empresa pública praticado em processo de licitação não comporta controle judicial por meio de mandado de segurança.

RESPOSTA STJ – AgRg no REsp 728.686/SP: "É cabível a impetração do mandado de segurança visando a declaração ao direito à compensação tributária (Súmula 213/STJ). Todavia, essa ação não tem o condão de convalidar o procedimento compensatório efetuado pelo contribuinte, tendo em vista a necessidade de dilação probatória e por ser essa tarefa reservada à Autoridade Administrativa competente". *Alternativa B*.

6993. **(Promotor – MPDFT – 2011)** No que se refere à disciplina da nova lei do mandado de segurança, assinale a proposição correta:

(A) Não cabe mandado de segurança contra ato praticado por dirigente de sociedade de economia mista em procedimento licitatório destinado à aquisição de bens e contratação de serviços, por tratar-se de ato de gestão comercial.
(B) Consistindo o mandado de segurança em instituto processual integrante da categoria dos direitos constitucionais de primeira geração, de defesa do indivíduo contra o Estado, não pode o magistrado condicionar a concessão de liminar à exigência de prestação de garantia do impetrante para reparação de eventuais prejuízos causados pela execução da medida.
(C) A vedação de litisconsórcio simples e facultativo unitário, bem assim de litisconsórcio necessário, após a apresentação de informações pela autoridade apontada coatora, tem por escopo potencializar o princípio constitucional do juiz natural e os princípios processuais de estabilização da demanda, celeridade e prioridade no processamento do mandado de segurança.

(D) O agravo de instrumento configura meio adequado à impugnação de decisão concessiva ou denegatória de medida liminar em mandado de segurança. Entretanto, nas ações movidas contra o poder público, a interposição do agravo prejudica o pedido de suspensão de segurança.

(E) O pedido de suspensão de segurança poderá ser deduzido perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, desde que cabíveis os recursos especial e extraordinário, observadas as regras atinentes à prejudicialidade do extraordinário em relação ao especial.

RESPOSTA De acordo com o art. 15, Lei n. 12.016/2009, quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do MP e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso *suspender*, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição. *Alternativa E.*

6994. (Advogado – PMSaoLeo-RS – 2010 – CONSULPLAN) Sobre o tema Mandado de Segurança (Lei n. 12016, de 07 de agosto de 2009), marque a alternativa INCORRETA:

(A) Não cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

(B) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, quaisquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

(C) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

(D) Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto no Código de Processo Civil.

(E) O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial.

RESPOSTA (A) Art. 1º, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (B) Art. 1º, § 3º, Lei n. 12.016/2009. (C) Art. 19, Lei n. 12.016/2009 (*não* impedirá). (D) Art. 7º, § 1º, Lei n. 12.016/2009. (E) Art. 10, § 2º, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa C*.

6995. (Promotor – MP-GO – 2010) Com relação ao mandado de segurança, é correto dizer que:

(A) Cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas e de sociedade de economia mista.

(B) Admite-se a concessão de liminar que tenha por objeto a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, apenas quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar na ineficácia da medida.

(C) Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 05 (cinco) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.

(D) O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial.

RESPOSTA Consoante o art. 10, § 2º, Lei n. 12.016/2009, o ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial. *Alternativa D.*

6996. (Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE) De acordo com a Lei n. 12.016, de 07 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, assinale a alternativa correta:

(A) É cabível mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos

administradores de empresas públicas.

(B) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

(C) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo *habeas corpus* e *habeas data*.

(D) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

(E) Não é permitida a impetração de mandado de segurança por telegrama.

RESPOSTA (A) Art. 1º, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (B) Art. 23, Lei n. 12.016/2009 (120 dias). (C) Art. 20, Lei n. 12.016/2009 (salvo *habeas corpus*, apenas). (D) Art. 5º, II, Lei n. 12.016/2009. (E) Art. 4º, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa D*.

6997. (Procurador – PGE-PA – 2009) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

(A) O Ministério Público não tem legitimidade ativa para requerer a suspensão de liminar concedida em mandado de segurança, uma vez que se trata de procedimento de natureza jurídico-política.

(B) A suspensão de segurança depende da interposição de recurso por parte do ente requerente, para que, assim, haja demonstração do interesse processual.

(C) Em razão do reexame necessário constituir uma condição de eficácia da decisão, não cabe, na sua pendência, o pedido de suspensão de segurança da sentença ainda não confirmada pelo tribunal.

(D) A suspensão de segurança não tem relação com o acerto ou a validade da decisão, sendo apenas meio de contenção dos efeitos da decisão.

RESPOSTA *Suspensão de Segurança*, que tem origem com o MS (art. 15, Lei n. 12.016/2009), é um meio oferecido ao Poder Público para *suspender* decisão judicial, a fim de evitar grave lesão à ordem, saúde, segurança e economia pública. O incidente de suspensão não aborda a legalidade ou acerto da decisão hostilizada (muito embora isso possa ser argumento de reforço), e sim se os *efeitos* dessa decisão estão contrários ao interesse público a ponto de causar grave lesão. *Alternativa D*.

6998. (Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL) Consistem espécies de ações autônomas de impugnação de decisões judiciais, exceto:

(A) Ação rescisória.

(B) Mandado de segurança contra ato judicial.

(C) Embargos à execução.

(D) Suspensão de segurança.

(E) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

RESPOSTA *Suspensão de Segurança* (art. 15, Lei n. 12.016/2009) não é ação autônoma, tendo natureza jurídica de *incidente processual*, em que se busca a suspensão dos efeitos de decisão proferida em ação movida contra o Poder Público, a fim de evitar grave lesão à ordem, saúde, segurança e economia pública, quando houver manifesto interesse público. *Alternativa D*.

6999. (Advogado – CASA – 2011 – VUNESP) Assinale a alternativa correta.

(A) Ao despachar a petição inicial de mandado de segurança, o juiz determinará que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de quinze dias, preste as informações.

(B) Em sede de mandado de segurança poderá ser concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

(C) O relator ao qual caberia o conhecimento de recurso em mandado de segurança, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, poderá suspender a execução da liminar e da sentença, em decisão fundamentada.

(D) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução; de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo; ou de decisão judicial transitada em julgado.

(E) A petição inicial de mandado de segurança, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em via única com os documentos que a instruírem e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.

RESPOSTA (A) Art. 7º, I, Lei n. 12.016/2009 (10 dias). (B) Art. 7º, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (C) Art. 7º, § 3º, Lei n. 12.016/2009. (D) Art. 5º, Lei n. 12.016/2009. (E) Art. 6º, Lei n. 12.016/2009 (2 vias). *Alternativa D*.

7000. (Advogado – CREMESP – 2011 – VUNESP) Sobre o mandado de segurança, é correto afirmar que

(A) é cabível contra os atos de gestão comercial praticado pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

(B) o ingresso de litisconsorte ativo é admitido após o despacho da petição inicial.

(C) das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário quando a ordem for denegada.

(D) do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá agravo de instrumento e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá apelação para o órgão competente do tribunal que integre.

(E) será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários.

RESPOSTA (A) Art. 1º, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (B) Art. 10, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (C) Art. 18, Lei n. 12.016/2009. (D) Art. 10, § 1º, Lei n. 12.016/2009. (E) Art. 7, § 2º, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa C*.

7001. (Advogado – CEB – 2010 – UNIVERSA) Em relação ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

(A) A legislação que disciplinava a matéria foi derrogada pela nova lei de regência do mandado de segurança.

(B) Da decisão concessiva do mandado de segurança, cabe recurso de apelação, e, da decisão denegatória da segurança, cabe recurso ordinário.

(C) Os efeitos financeiros decorrentes da decisão que concede a segurança a servidor público federal sujeitam-se à prescrição quinquenal, ou seja, são considerados, para fins do pagamento de atrasados, apenas os últimos cinco anos anteriores à data da impetração.

(D) O juiz poderá suspender liminarmente o ato coator desde que haja fundamento relevante e possibilidade de ineficácia posterior da medida, sendo-lhe facultado exigir prestação de caução pelo impetrante.

(E) A nova lei do mandado de segurança ratificou o entendimento do Supremo Tribunal Federal firmado em súmula da jurisprudência da Corte, segundo a qual não cabe agravo regimental contra decisão do relator que concede ou indefere liminar em mandado de segurança.

RESPOSTA (A) A legislação anterior foi *ab-rogada* (revogação total). (B) Art. 14, Lei n. 12.016/2009. (C) Art. 14, § 4º, Lei n. 12.016/2009. (D) Art. 7º, III, Lei n. 12.016/2009. (E) A Súmula 622, STF, previa o *não* cabimento de agravo contra a decisão do

relator de concessão ou indeferimento de liminar em MS; mas o art. 16, parágrafo único, Lei n. 12.016/2009, trouxe a previsão de que da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar *caberá* agravo ao órgão competente do tribunal que integre. *Alternativa D*.

7002. (Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO) A Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, passou a disciplinar o mandado de segurança, introduzindo alterações em relação à lei anterior (Lei n. 1.533/51), muitas delas refletindo posicionamentos sedimentados da jurisprudência dos Tribunais Pátrios. É exemplo típico de inovação legislativa em relação à norma anterior a previsão expressa de que

(A) não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

(B) não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução.

(C) cabe apelação da sentença, denegando ou concedendo o mandado.

(D) o pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

(E) o direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos cento e vinte dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

RESPOSTA A Lei n. 12.026/2009 sedimentou o entendimento jurisprudencial (STJ – REsp 1.078.342/PR) de descabimento do mandado de segurança contra ato de gestão, em seu art. 1º, § 2º, segundo o qual, não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público. *Alternativa A*.

7003. (Advogado – EBAL – 2010 – CEFETBA) Analise as seguintes assertivas acerca do mandado de segurança:

I. O mandado de segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, por ilegalidade, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

II. O mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há 02 (dois) anos, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades.

III. É cabível mandado de segurança contra quaisquer atos dos administradores de empresas concessionárias de serviços públicos.

IV. O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

V. Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais somente cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos.

Estão corretas as assertivas:

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e V.

(D) III e IV.
(E) IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 1º, Lei n. 12.016/2009. (II) Art. 21, Lei n. 12.016/2009. (III) Art. 1º, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (IV) Art. 22, § 1º, Lei n. 12.016/2009. (V) Art. 18, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa A*.

7004. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Mévio é empregado em empresa do ramo industrial, sob regime de trabalho regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, havendo depósito regular do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Acometido de doença profissional, regularmente atestada por médico vinculado ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), procura agência bancária, responsável pela administração do FGTS. Nesse momento é surpreendido pela notícia de que o Superintendente do estabelecimento financeiro havia determinado que, nos casos de doença profissional, com aposentadoria por invalidez, deveria, além do atestado médico oficial, ser realizada perícia por médicos do quadro da instituição financeira. Aduzindo ser tal ato ilegal, Mévio consulta advogado que impetra Mandado de Segurança contra o ato do Superintendente da instituição financeira, que é sociedade de economia mista. A liminar não restou deferida, havendo recurso interposto, ocorrendo a notificação da autoridade coatora, para as devidas informações. No bojo das informações o Superintendente aduz que não pode ser considerado autoridade coatora e os atos praticados são de administração de pessoa jurídica não afeta ao controle do Poder Judiciário. O autor requer prova pericial suplementar. Diante do exposto, é correto afirmar que:

(A) o mandado de segurança permite a produção de todas as provas admitidas em Direito.
(B) a decisão que defere ou indefere medida liminar, em mandado de segurança, é irrecorrível.
(C) os atos de sociedade de economia mista estão infensos ao controle por mandado de segurança.
(D) as informações não prestadas, no prazo legal, caracterizam os efeitos da revelia.
(E) o mandado de segurança somente admite prova documental.

RESPOSTA (A) e (E) Art. 6º, Lei n. 12.016/2009 (a petição inicial será instruída por *documentos*; ademais, não é prevista qualquer outra prova além da documental, eis que a ação é própria para proteger direito *líquido* e *certo*). (B) Art. 7º, § 1º, Lei n. 12.016/2009. (C) Art. 1º, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (D) Art. 7º, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa E*.

7005. **(Advogado – CEAGESP – 2010 – VUNESP)** Sobre o mandado de segurança, é correto afirmar que

(A) poderá ser concedido quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
(B) poderá ser concedido quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
(C) poderá ser concedido quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado.
(D) poderá o juiz, em caso de urgência, notificar a autoridade por telegrama.
(E) o pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

RESPOSTA (A), (B) e (C) Art. 5º, I, II e III, respectivamente, Lei n. 12.016/2009. (D) Art. 4º, § 1º, Lei n. 12.016/2009. (E) Art. 6º, § 6º, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa D*.

7006. **(Advogado – CEEE – 2010 – FUNDATEC)** Considerados os termos da Lei n. 12.016, de 2009, que regula a Ação de Mandado de Segurança, é correto afirmar que:

(A) Diversamente da lei que anteriormente regulava essa matéria, a legislação atual não fixou prazo

decadencial para a impetração desta ação.

(B) Em relação à decisão que defere ou indefere a liminar, poderá ser impetrado outro Mandado de Segurança.

(C) O prazo para serem prestadas as informações da autoridade coatora é de vinte dias.

(D) Somente haverá condenação em honorários de sucumbência em caso de procedência da ação.

(E) A autoridade coatora tem legitimidade recursal para a apelação.

RESPOSTA (A) Art. 23, Lei n. 12.016/2009. (B) Art. 7º, § 1º, Lei n. 12.016/2009. (C) Art. 7º, I, Lei n. 12.016/2009 (10 dias). (D) Art. 25, Lei n. 12.016/2009. (E) Art. 14, § 2º, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa E*.

7007. **(Advogado – BANPARÁ – 2010)** No que se refere ao mandado de segurança e sua nova legislação, assinale a alternativa correta:

(A) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em idênticas condições, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado extrajudicialmente.

(B) Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 3 (três) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.

(C) O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta ou autárquica federal, estadual e municipal, somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data em que a autoridade coatora tiver sido notificada a prestar informações.

(D) No mandado de segurança é cabível, quando for o caso, a interposição de embargos infringentes. Contudo, não há, no procedimento mandamental, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios.

RESPOSTA (A) Art. 3º, Lei n. 12.016/2009 (quando notificado judicialmente). (B) Art. 8º, Lei n. 12.016/2009. (C) Art. 14, § 4º, Lei n. 12.016/2009. (D) Art. 25, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa B*.

7008. **(Advogado – CESP – 2009 – VUNESP)** Quando a petição inicial de um mandado de segurança, de competência originária de um tribunal, é liminarmente indeferida pelo relator ao qual a ação foi distribuída, que medida caberá ao impetrante?

(A) Interposição de recurso extraordinário ou especial, dependendo da matéria ventilada na decisão de indeferimento da petição inicial.

(B) Interposição de agravo para o órgão competente do tribunal que o relator integre.

(C) Impetração de um novo mandado de segurança contra o ato do relator junto ao órgão especial da corte que ele integre.

(D) Interposição de recurso ordinário constitucional.

(E) Interposição de agravo de instrumento perante o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça, dependendo da matéria ventilada na decisão do relator.

RESPOSTA Art. 16, parágrafo único, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa B*.

7009. **(Advogado – CMMaringá-PR – 2009 – AOCP)** Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:

I. de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

II. de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito devolutivo.
III. de decisão judicial transitada em julgado.
IV. de decisão judicial não transitada em julgado.
(A) Apenas I e III.
(B) Apenas I, III e IV.
(C) Apenas I, II e III.
(D) Apenas I, II e IV.
(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA Art. 5º, Lei n. 12.016/2009 (*não* se concederá mandado de segurança quando se tratar: I – de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução; II – de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito *suspensivo*; III – de decisão judicial *transitada em julgado*. *Alternativa A.*

7010. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) Quando o mandado de segurança for interposto originariamente no Tribunal, é correto afirmar que
(A) das decisões do Relator, que indeferirem a inicial, por não ser hipótese de mandado de segurança, cabe agravo, no prazo de cinco dias.
(B) das decisões do Relator, que indeferirem a inicial, por não ser hipótese de mandado de segurança, cabe recurso ordinário, no prazo de quinze dias.
(C) do acórdão que conceder a segurança, pelo mérito, cabe recurso ordinário constitucional, no prazo de quinze dias.
(D) do acórdão que denegar a segurança, pelo mérito, cabe recurso especial ou extraordinário, conforme hipótese, no prazo de quinze dias.

RESPOSTA Conforme o art. 10, § 2º, Lei n. 12.016/2009, do indeferimento da inicial pelo relator (quando a competência para o julgamento do MS couber originariamente a um dos tribunais) caberá *agravo* para o órgão competente do tribunal que integre. *Alternativa A*.

7011. (Advogado – CORREIOS-SP – 2008 – ESPP) Avalie as afirmativas abaixo:
I. Podem ser sujeito passivo do mandado de segurança as autoridades judiciárias, quando praticarem atos administrativos ou proferirem decisões judiciais que lesem direito individual ou coletivo, líquido e certo, do impetrante.
II. O mandado de segurança normalmente é repressivo de uma ilegalidade cometida, mas pode ser preventivo de uma ameaça a direito líquido e certo.
III. Para fins de mandado de segurança consideram-se atos de autoridade aqueles praticados por pessoas naturais ou jurídicas representantes de concessionária de serviço de utilidade pública.
IV. A lei regularmente votada e os atos *interna corporis* do Poder Legislativo não são passíveis de serem atacados pela via do mandado de segurança.
Assinale a alternativa correta:
(A) Os itens I e III estão incorretos.
(B) Os itens II e IV estão incorretos.
(C) Apenas o item II está correto.
(D) Todos os itens estão corretos.

RESPOSTA (I) E (II) art. 1º, Lei n. 12.016/2009. (III) Art. 1º, §§ 1º e 2º, Lei n. 12.016/2009. (IV) O STF entende que tais questões (relativas ao Poder Legislativo) são imunes ao controle jurisdicional (MS 28.010, STF). *Alternativa D*.

XVIII. Rito Sumário e Juizados Especiais

7012. **(Advogado – CREMESP – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta sobre o procedimento sumário.

(A) É cabível nas causas cujo valor exceda a 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo.
(B) O rol de testemunhas deve ser apresentado pelo autor até 10 (dez) dias antes da audiência.
(C) Nas causas de arrendamento rural e de parceria agrícola, aplica-se o procedimento sumário.
(D) É admissível a ação declaratória incidental no procedimento sumário.
(E) Não é lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.

RESPOSTA (A) Art. 275, I, CPC. (B) Art. 276, CPC. (C) Art. 275, III, *a*, CPC. (D) Art. 280, CPC. (E) Art. 278, §1º, CPC. *Alternativa C*.

7013. **(Advogado – CEB – 2010 – UNIVERSA)** Quanto ao regramento jurídico dos juizados especiais, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O auto de infração de natureza tributária pode ser objeto de anulação perante o Juizado Cível Federal, desde que o valor não exceda a sessenta salários mínimos.
(B) O Juizado Especial Cível é competente para julgar, entre outras, as causas de ressarcimento por danos em prédio urbano, de arrendamento rural, sobre revogação de doação e de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre, qualquer que seja o valor.
(C) A ação proposta perante o juizado especial implica renúncia ao crédito excedente a quarenta salários mínimos, mas o autor poderá receber quantia superior a esse limite mediante acordo entre as partes.
(D) Dada a natureza célere do rito processual estabelecido para os juizados especiais, não se admite a citação por edital, sendo dispensados o mandado, no caso de citação por oficial de justiça, e a carta precatória, na hipótese de citação em outra comarca.
(E) Embora a reconvenção não seja admitida em processos que tramitam nos juizados especiais, é possível o réu apresentar pedido contraposto bem como requerer a realização de prova pericial, que será produzida em audiência.

RESPOSTA (A) Art. 3º, § 1º, III, Lei n. 10.259/2001 (que trata dos Juizados Especiais Federais). (B) Art. 3º, II, Lei n. 9.099/95. (C) Art. 3º, § 3º, Lei n. 9.099/95. (D) Art. 18, III e § 2º, Lei n. 9.099/95. (E) Arts. 31, 32 e 33, Lei n. 9.099/95. *Alternativa A*.

7014. **(Procurador – MPF – 2011)** Os Juizados Especiais Cíveis Federais, nos termos da Legislação de Regência:

I. Devem observar os prazos diferenciados de que gozam as pessoas jurídicas de direito público;
II. Podem julgar disputas sobre direitos indígenas, desde que a causa tenha valor de até 60 salários mínimos;
III. Admitem como legitimados ativos as pessoas físicas e as microempresas e como réus a União, autarquias e empresas públicas federais;
IV. Facultam às partes designar, oralmente ou por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Quanto às proposições acima:

(A) Apenas uma está correta;
(B) Duas estão corretas;
(C) Todas estão corretas;

(D) Todas estão incorretas.

RESPOSTA (I) Art. 9º, Lei n. 10.259/2001 (não há prazo diferenciado). (II) Art. 3º, § 1º, I, Lei n. 10.259/2001. (III) Art. 6º, Lei n. 10.259/2001 (a Banca entendeu como *incorreta* a afirmativa por não esgotar os sujeitos previstos no referido artigo, mas entendemos que a questão não está incorreta). (IV) Art. 10, Lei n. 10.259/2001 (somente por escrito). *Alternativa D.*

7015. (Advogado – IMESP – 2010 – VUNESP) Sobre os meios de defesa do réu no procedimento sumário, é correto afirmar que

(A) possui o réu prazo de 15 dias para apresentação de contestação a contar da data da juntada aos autos do mandado positivo da citação.

(B) deverá a defesa ser apresentada na audiência designada para comparecimento das partes caso não seja obtida a conciliação, podendo ser escrita ou oral e vir acompanhada dos documentos e rol de testemunhas.

(C) junto com a contestação poderá ser apresentada reconvenção em apartado, cujo protocolo deve ser feito conjuntamente.

(D) é admissível na defesa do réu a aplicação de qualquer uma das modalidades de intervenção de terceiros.

(E) o prazo para apresentação da defesa será de 10 dias a contar da audiência de conciliação, podendo o réu formular pedido contraposto.

RESPOSTA (A), (B) e (E) Art. 278, CPC. (C) Art. 278, § 1º, CPC. (D) Art. 280, CPC. *Alternativa B*.

7016. (Advogado – CEMIG – 2010 – FUMARC) Não será observado o procedimento sumário:

(A) Nas causas de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial.

(B) Nas causas relativas ao estado e à capacidade das pessoas.

(C) Nas causas, qualquer que seja o valor, de arrendamento rural e de parceria agrícola; de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio; de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico.

(D) Nas causas de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre; de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução.

RESPOSTA O art. 275, parágrafo único, CPC. *Alternativa B*.

7017. (Advogado – TRENSURB – 2010 – BIORIO) Nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, o prazo para que o autor da ação cumpra a determinação do juiz para que emende, ou complete, a petição inicial, no procedimento sumário, será de:

(A) 24 (vinte e quatro) horas;

(B) 48 (quarenta e oito) horas;

(C) 5 (cinco) dias;

(D) 10 (dez) dias;

(E) 15 (quinze) dias.

RESPOSTA Ao procedimento *sumário* aplicam-se, subsidiariamente, as regras gerais do *ordinário* (art. 272, parágrafo único, CPC). O art. 284, CPC, prevê que o juiz determinará que o autor *emende*, ou *complete* a inicial, no prazo de *10 dias*. *Alternativa D*.

7018. **(Advogado – UDESC – 2010 – FEPESE)** De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes. Sendo intimado de todos os atos do processo.

(B) Extingue-se o processo, sem resolução de mérito quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.

(C) Há conflito de competência quando dois ou mais juízes se declaram competentes; quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes e quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

(D) A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição, até porque o juiz pronunciará, de ofício, a prescrição.

(E) Suspende-se o processo quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente.

RESPOSTA (A) Art. 83, I, CPC. (B) Art. 269, IV, CPC (*com* resolução de mérito). (C) Art. 115, I, II e III. (D) Art. 219, CPC. (E) Art. 265, IV, *a*, CPC. *Alternativa B*.

7019. **(Advogado – MGI – 2009 – FUMARC)** Assinale a alternativa correta:

(A) O processo civil começa por iniciativa da parte, e continua a se desenvolver sob o princípio da provocação.

(B) A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.

(C) Considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz.

(D) Feita a citação, é permitido ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, se o juiz considerar pertinente a alteração, em face da lei.

RESPOSTA (A) Art. 262, CPC (desenvolve-se por *impulso oficial*). (B) Art. 264, parágrafo único, CPC. (C) Art. 263, CPC. (D) Art. 264, CPC. *Alternativa B*.

7020. **(Advogado – CETESB – 2009 – VUNESP)** Sobre o procedimento ordinário, é correto afirmar que

(A) é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

(B) se considera inepta a petição inicial quando o juiz verificar desde logo a decadência ou prescrição.

(C) a desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, obsta o prosseguimento da reconvenção.

(D) far-se-á liquidação de sentença por arbitramento quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.

(E) a confissão espontânea pode ser feita apenas pela própria parte, sendo vedada por meio de mandatário com poderes especiais.

RESPOSTA (A) Art. 292, CPC. (B) Art. 295, parágrafo único, CPC. (C) Art. 317, CPC. (D) Art. 475-C, CPC. (E) Art. 349, parágrafo único, CPC. *Alternativa A.*

7021. (Advogado – CORREIOS-SP – 2008 – ESPP) Assinale a alternativa correta:

(A) A sentença *extra petita* pode ser validada em grau de recurso.
(B) O pedido aduzido na petição inicial pode ser alterado pelo autor a qualquer momento, mesmo sem anuência do réu.
(C) Estão implícitos no pedido principal os juros, a correção monetária, a verba honorária e as custas processuais.
(D) Para que seja deferida a cumulação de pedidos, basta que o órgão jurisdicional seja competente para apreciar todos eles.

RESPOSTA (A) Art. 460, CPC. (B) Art. 264, CPC. (C) Arts. 293 e 20, CPC; Lei n. 6.899/81, art. 1º. (D) Art. 292, § 1º, CPC. *Alternativa C*.

7022. (Advogado – IRB – 2006 – ESAF) Assinale a opção verdadeira.

(A) A decisão proferida na causa em que atua o substituto processual faz coisa julgada para o substituído.
(B) A legitimidade *ad processum* é uma das condições da ação: concerne à legitimidade para estar em juízo.
(C) O curador à lide tem obrigação de contestar ou embargar.
(D) O juiz não pode determinar de ofício a inclusão do cônjuge, sob pena de infringir o art. 2º do CPC, no polo passivo da demanda, nas demandas possessórias, quando o imóvel pertence a apenas ao demandado indicado na petição inicial.
(E) Gera preclusão a omissão da alegação de prescrição na contestação (inteligência dos princípios da eventualidade e da preclusão: arts. 245 e 303 do CPC).

RESPOSTA Conforme entendimento doutrinário, a coisa julgada atinge não apenas o substituto como também o *substituído*, sujeito da lide. *Alternativa A*.

7023. (Advogado – CEPE – 2011 – CONUPE) Julgue as assertivas que se seguem com base no Direito Processual Civil Brasileiro:

I. O Supremo Tribunal Federal apenas conhecerá o recurso extraordinário, quando a questão nele versada oferecer repercussão geral, a qual deverá ser demonstrada pelo recorrente na preliminar do recurso. Assim, haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária à súmula ou jurisprudência dominante do tribunal.
II. Uma sentença possui como requisitos essenciais o relatório, os fundamentos e o dispositivo. No entanto, apesar de os motivos e de a fundamentação legal serem importantes para o juiz chegar à parte dispositiva da sentença, apenas o dispositivo faz coisa julgada material.
III. Se for proposto qualquer débito constante de título executivo, o credor fica impedido de promover a execução deste, enquanto não for julgado o mérito daquela.
IV. O procedimento cautelar pode ser instaurado de forma prévia ou no curso do processo principal, sendo deste sempre dependente. Assim, no caso de o juiz, no procedimento cautelar, acolher alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor, a parte não poderá intentar a ação principal.
V. Visando simplificar o procedimento, a lei tornou facultativo o relatório das sentenças emitidas nos juizados especiais civis. Além do mais, mesmo que o pedido seja genérico, não se admite em tais juizados sentença condenatória por quantia ilíquida.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

(A) Três.
(B) Duas.
(C) Uma.
(D) Cinco.
(E) Quatro.

RESPOSTA (I) Art. 543-A, §§ 2º e 3º, CPC. (II) Art. 458, CPC. (III) Art. 585, § 1º, CPC. (IV) Arts. 796 e 810, CPC. (V) Art. 38, parágrafo único, Lei n. 9.099/95. *Alternativa E*.

7024. **(Advogado – CASAL – 2010 – FUNDEPES)** Dadas as proposições, sobre o processo de conhecimento,

I. É vedada a citação por correio nas ações de estado.
II. Feita a citação, não é lícito ao autor modificar o pedido sem o consentimento do réu.
III. Pode o juiz apreciar de ofício a alegação de prescrição.
IV. Extingue-se o processo sem resolução de mérito quando as partes transigirem.
Verifica-se que

(A) somente II e IV são verdadeiras.
(B) todas são verdadeiras.
(C) somente I e III são verdadeiras.
(D) somente III e IV são verdadeiras.
(E) somente I, II e III são verdadeiras.

RESPOSTA (I) Art. 222, *a,* CPC. (II) Art. 264, CPC. (III) Art. 269, §5º, CPC. (IV) Art. 269, III, CPC. *Alternativa E*.

7025. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** O Governador do Estado de Santa Catarina promoveu Ação Direta de Inconstitucionalidade contra lei do Município de Blumenau, distribuída a Ministro do Supremo Tribunal Federal que, por decisão monocrática, indeferiu a petição inicial, tendo em vista que o controle por tal via não seria possível. Inconformado com a decisão apresentou recurso contra o ato monocrático, tendo a decisão do Ministro Relator sido apresentada em plenário e ratificada, à unanimidade. Diante dessas circunstâncias, analise as afirmativas a seguir.

I. O controle de constitucionalidade de lei municipal, por confronto com a Constituição Federal somente ocorre via incidental.
II. O Relator da ação direta de inconstitucionalidade pode indeferir a petição inicial, como descrito no enunciado.
III. A decisão monocrática do Relator é atacável por agravo de instrumento.
Assinale:

(A) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
(B) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
(C) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
(D) se somente a afirmativa III for verdadeira.
(E) se somente a afirmativa II for verdadeira.

RESPOSTA (I) Art. 102, I, *a*, CF. (II) Art. 4º, Lei n. 9.868/99. (III) Art. 4º, parágrafo único, Lei n. 9.868/99 e art. 39, Lei n. 8.038/90. *Alternativa A.*

7026. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Sobre o incidente de uniformização da jurisprudência previsto no CPC, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O incidente de uniformização da jurisprudência pode ser suscitado *ex officio* pelo relator do recurso.

(B) Segundo a jurisprudência dominante, mesmo após o julgamento é possível suscitar o incidente de uniformização da jurisprudência, desde que se proposto antes do trânsito em julgado da decisão.

(C) O incidente de uniformização de jurisprudência deve ser suscitado nas razões de interposição do recurso, sob pena de preclusão, não podendo ser suscitado mediante petição avulsa.

(D) Uma vez reconhecida a divergência, e lavrado o acórdão, o processo será distribuído a outro membro a quem competirá relatar o incidente de uniformização da jurisprudência.

(E) No incidente de uniformização da jurisprudência somente será ouvido o Ministério Público nas causas previstas no art. 82 do CPC.

RESPOSTA Compete a qualquer juiz, ao dar o voto na turma, câmara, ou grupo de câmaras, solicitar o pronunciamento prévio do tribunal acerca da interpretação do direito (art. 476, CPC). *Alternativa A.*

7027. **(Procurador – MPT – 2008)** A propósito dos incidentes de uniformização de jurisprudência e de inconstitucionalidade, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) sendo obrigatória a intervenção do Ministério Público, os incidentes de uniformização resolvidos com o voto da maioria absoluta dos membros do tribunal deverão ser objeto de súmula;

(B) compete a qualquer magistrado, integrante de órgão fracionário de tribunal, suscitar o incidente de uniformização de jurisprudência quando verificar a existência de divergência acerca da interpretação do direito aplicável ou ainda quando constatar no julgamento recorrido interpretação diversa da que lhe haja dado outra turma, câmara, grupo de câmaras ou câmaras cíveis reunidas;

(C) a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, reconhecida por órgão fracionário de tribunal, depende de ratificação do órgão plenário ou do órgão especial, com o voto da maioria absoluta de seus membros, ainda quando existir prévio pronunciamento destes órgãos sobre a questão;

(D) na condução do incidente de inconstitucionalidade o relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá admitir, por despacho irrecorrível, a manifestação de outros órgãos ou entidades;

(E) não respondida.

RESPOSTA Conforme art. 481, parágrafo único, CPC, os órgãos fracionários dos tribunais *não* submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do STF sobre a questão. *Alternativa C.*

7028. **(Advogado – DER – 2010 – FUNCAB)** Acerca da Uniformização de Jurisprudência, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) A uniformização de jurisprudência não é uma modalidade de recurso, mas mero incidente processual.

(B) Ao retomar o julgamento suspenso pela uniformização de jurisprudência, o órgão fracionário é obrigado a adotar a interpretação fixada pelo tribunal.

(C) É cabível a uniformização de jurisprudência em julgamento de reexame necessário de sentenças proferidas contra a fazenda pública.

(D) Não se admite a uniformização de jurisprudência nos julgamentos de competência do tribunal pleno nem nos julgamentos de competência do órgão especial que lhe faz as vezes.

(E) A uniformização de jurisprudência não pode ser provocada de ofício por magistrado que esteja participando do julgamento no órgão fracionário.

RESPOSTA Art. 476, CPC (compete a *qualquer juiz*, ao dar o voto na turma, câmara, ou grupo de câmaras, *solicitar* o pronunciamento prévio do tribunal acerca da interpretação do direito quando: I – verificar que, a seu respeito ocorre divergência; II – no julgamento recorrido a interpretação for diversa da que lhe haja dado outra turma, câmara, grupo de câmaras ou câmaras cíveis reunidas). *Alternativa E*.

7029. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** A pendência de uma lide sobre determinado bem acarreta sua:

(A) inalienabilidade.
(B) impenhorabilidade.
(C) indisponibilidade.
(D) litigiosidade.
(E) intransmissibilidade.

RESPOSTA A simples pendência de uma lide sobre determinado bem acarreta a sua *litigiosidade*, ou seja, o bem está sendo discutido em juízo (art. 291, CPC). *Alternativa D*.

7030. **(Defensor – DPE-GO – 2010 – IC)** José da Silva Filho, com 16 anos de idade, pretende propor ação de alimentos contra seu pai, servidor público do Estado de Goiás lotado em Rio Verde-GO. Essa ação de alimentos

(A) será proposta pela mãe de José da Silva Filho, que substituirá processualmente o filho.
(B) terá como foro competente o do domicílio ou residência do Autor.
(C) correrá sem segredo de justiça.
(D) não poderá ocasionar a prisão do pai, no momento da execução, pois não se aceita prisão civil.
(E) não poderá ocasionar desconto em folha de pagamento do devedor, pois o salário é impenhorável.

RESPOSTA (A) Art. 8º, CPC. (B) Art. 100, II, CPC. (C) Art. 155, II, CPC. (D) Art. 733, § 1º, CPC. (E) Art. 649, IV e § 2º, CPC. *Alternativa B*.

7031. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** Ao Superior Tribunal de Justiça compete uniformizar e interpretar as normas de processo civil. Segundo sua jurisprudência, é INCORRETO afirmar

(A) O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial.
(B) A prévia intimação pessoal do devedor não é condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
(C) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.
(D) A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda.
(E) Compete à turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial.

RESPOSTA Súmula 410, STJ: “a prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer”. *Alternativa B*.

7032. **(Procurador – PGE-PA – 2009)** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

(A) As ações envolvendo Estado estrangeiro e município brasileiro, cuja competência é de juiz

federal, deverão ser julgadas por sentença, da qual cabe o recurso de apelação no âmbito da Justiça Federal.

(B) A lei de assistência judiciária determina que a decisão de inadmissão do benefício é recorrível por apelação, entendimento que vem sendo ratificado pelo Superior Tribunal de Justiça quando aquela é proferida em autos apartados.

(C) Nas sentenças proferidas em embargos à execução, cujo valor seja inferior a 50 ORTN, o princípio da fungibilidade tem sido admitido para acolher a apelação em lugar dos embargos infringentes.

(D) A apelação interposta contra sentença que julga embargos à arrematação tem duplo efeito segundo posicionamento reiterado do Superior Tribunal de Justiça.

RESPOSTA Prevê o art. 17, Lei n. 10.060/50 (Lei de Assistência Judiciária), que das decisões proferidas em consequência da aplicação dessa lei caberá *apelação*. Ainda, nos termos do entendimento do STJ, "O LAJ 17 prevê o recurso de apelação para a hipótese de o benefício ser postulado em procedimento à parte. Se o pedido é feito no meio de outro processo, o deferimento ou indeferimento da postulação se dá por decisão interlocutória, que desafia o recurso de agravo de instrumento" (AgRg no Ag 1.078.100/SP). *Alternativa B*.

7033. (Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA) A respeito da ação de mandado de segurança, ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

(A) Os atos administrativos comissivos e omissivos que sejam lesivos ao patrimônio público em geral, à moralidade administrativa e ao meio ambiente podem ser impugnados por pessoa jurídica de direito privado por meio de ação popular, visando à anulação e ao ressarcimento dos cofres públicos, em prol da pessoa jurídica lesada.

(B) A sentença que denega o pedido em sede de ação de mandado de segurança fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de examinada pelo tribunal.

(C) O abandono da ação civil pública movida pelo município impõe ao Ministério Público o dever de assumir a titularidade ativa.

(D) Tem-se como facultativa a integração da pessoa jurídica de público na ação de improbidade administrativa quando promovida pelo Ministério Público.

(E) Cabe ao Ministério Público, com exclusividade, a propositura da ação de improbidade administrativa que inclua pedido e suspensão dos direitos políticos do agente.

RESPOSTA O § 3º, art. 17, Lei n. 8.429/92, prevê que, no caso da ação principal ter sido proposta pelo MP, aplica-se o disposto na Lei n. 4.717/65, art. 6º, § 3º, segundo o qual, a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente. Trata-se, portanto, de hipótese de litisconsórcio facultativo. *Alternativa D*.

7034. (Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS) Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) determina que, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial remeter, no prazo de 48 horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, que será tomado a termo pela autoridade policial, para a concessão de medidas protetivas de urgência, muitas das quais de natureza nitidamente civil, como, por exemplo, a prestação de alimentos provisionais ou provisórios. Com base nessas premissas, assinale a opção que indica o momento em que se considera iniciada a litispendência em relação à mulher, autora nos autos da medida protetiva.

(A) Na data da propositura da ação.

(B) Na data em que o termo da demanda foi distribuído no Poder Judiciário.

(C) Na data em que o termo da demanda foi despachado pelo juiz competente.

(D) Na data em que demandou a medida perante a autoridade policial.

RESPOSTA Segundo a previsão do inciso III, art. 12, Lei n. 11.340/2006, a data da propositura da ação será considerada aquela em que a mulher formula sua demanda perante a autoridade policial, ou seja, é nesse instante que se inicia a litispendência em relação à autora. *Alternativa D*.

7035. (Promotor – MP-PR – 2011) Acerca da coisa julgada e da ação rescisória, assinale a alternativa correta:

(A) nas sentenças com múltiplos capítulos, o prazo decadencial para a propositura da ação rescisória conta-se a partir do trânsito em julgado de cada um deles;

(B) as exceções substanciais indiretas não alegadas pelo réu numa determinada demanda poderão, posteriormente ao trânsito em julgado, ser objeto de demanda autônoma com as mesmas partes da anterior;

(C) todos aqueles que no processo intervierem ficam sujeitos à coisa julgada material que nele se formar;

(D) a questão prejudicial, decidida incidentemente no processo, não faz coisa julgada material;

(E) a interposição de recurso intempestivo impede o trânsito em julgado da decisão atacada.

RESPOSTA Segundo o art. 469, III, CPC, não faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo. *Alternativa D.*

7036. (Procurador – MPF – 2012) Dentre as proposições abaixo, algumas são falsas, outras verdadeiras:

I. A suspeição e o impedimento do juiz constituem pressupostos processuais de validade;

II. Os chamados fatos negativos não são objeto de prova, pois são considerados fatos cuja prova é impossível;

III. A questão federal somente ventilada no voto vencido não atende ao requisito do prequestionamento;

IV. Os embargos infringentes são cabíveis quando tiver havido divergência quanto a parte dispositiva da decisão.

Das proposições acima:

(A) I e II estão corretas;

(B) II e III estão corretas;

(C) III e IV estão corretas:

(D) II e IV estão corretas.

RESPOSTA (I) *Suspeição* e *impedimento* do juiz (arts. 134 e 135, CPC) é o que *não* pode haver em um processo para que ele seja considerado válido, eis que fere o pressuposto de *imparcialidade*. (II) Segundo a doutrina, fatos negativos podem ser objeto de prova, pois nem sempre são impossíveis de serem provados (ex.: um banco pode provar que um cliente não possuiu determinada conta corrente em certo período por meio do comprovante de que a referida conta foi aberta em data posterior). (III) Súmula 320, STJ. (IV) Art. 530, CPC. *Alternativa C.*

7037. (Procurador – MPF – 2011) Dentre as proposições abaixo, algumas são verdadeiras, outras, falsas:

I. O requisito da capacidade postulatória admite exceções previstas em lei;

II. São nulos os atos praticados por juiz absolutamente incompetente;

III. A perempção é pressuposto processual extrínseco e negativo;

IV. O processo, antes da citação do réu, não pode permitir a produção de efeitos.

Das proposições acima:

(A) I e II estão corretas;

(B) I e III estão corretas;

(C) I e IV estão corretas;

(D) Nenhuma das opções anteriores está correta.

RESPOSTA (I) Há exceções previstas em Lei, como, por exemplo, a Lei n. 9.099/95 (JEC), cuja assistência de advogado é facultativa nas causas de valor até 20 salários mínimos (art. 9º). (II) Art. 113, § 2º, CPC (somente os atos *decisórios* são nulos). (III) A perempção (art. 268, parágrafo único, CPC) constitui pressuposto processual *negativo*, cuja presença impede o desenvolvimento válido e regular do processo; é também *extrínseco*, pois está fora do processo que será extinto em virtude de sua ocorrência. (IV) É possível a produção de efeitos mesmo antes da citação do réu, como, por exemplo, o *indeferimento da inicial* por *prescrição* ou *decadência* (art. 295, IV, CPC), que extingue o processo com resolução de mérito (art. 269, IV, CPC). *Alternativa B.*

7038. (Promotor – MP-GO – 2010) Assinale as alternativas verdadeiras (V) e as que se considerarem falsas (F):

( ) Pela teoria da substanciação, a causa de pedir deve ser extraída dos fatos, não dos fundamentos jurídicos, encontrando-se em harmonia com o princípio *jura novit curia*.

( ) A denunciação da lide suspende o processo assim que determinada a citação do denunciado.

( ) Toda sentença no processo cautelar não faz coisa julgada material.

( ) Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

(A) F, F, V, V.

(B) V, V, F, F.

(C) V, F, V, V.

(D) F, V, F, F.

RESPOSTA 1. Em relação à causa de pedir, o sistema pátrio adotou a *teoria da substanciação,* que se contrapõe à *teoria da individuação.* De acordo com essa teoria adotada, é imprescindível a exposição dos *fatos* para que se possa verificar o nexo jurídico destes com o *pedido*, já que o julgador conhece o direito (*jura novit curia)*. 2. Art. 72, CPC. 3. Nos processos cautelares, haverá *coisa julgada material* quando a sentença reconhecer *prescrição* ou *decadência* (art. 810, CPC). 4. Art. 94, § 3º, CPC (será proposta no foro do domicílio do autor). *Alternativa B.*

7039. (Promotor – MP-GO – 2010) Julgue os itens que se seguem:

I. Formulados pedidos sucessivos de mérito pelo autor, o juiz acolhe o primeiro pedido sem examinar o segundo. Interposto recurso de apelação pelo réu, o Tribunal julga improcedente o primeiro, no entanto, não poderá acolher o segundo, sob pena de supressão de instância.

II. É inadmissível reconvenção em ação declaratória.

III. Segundo a teoria da asserção, as condições da ação devem ser aferidas conforme as afirmações, isto é, *in status assertionis*, antes que as provas sejam produzidas.

IV. Em ações que versem sobre bens imóveis, para que a confissão seja eficaz, valendo como meio de prova, é necessário que a confissão de um cônjuge não valha sem a do outro.

(A) Corretos apenas os itens I e IV.

(B) Corretos apenas os itens II e III.

(C) Corretos apenas os itens III e IV.

(D) Corretos apenas os itens I e III.

RESPOSTA (I) Art. 515, § 2º CPC (quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais). (II) Súmula 258 do STF: “É admissível reconvenção em ação

declaratória". (III) Correto, conforme a doutrina, sendo que as condições devem ser constatadas *in status assertionis*, isto é, segundo aquilo que foi alegado na inicial. (IV) Art. 350, parágrafo único, CPC. *Alternativa C.*

7040. **(Promotor – MP-SC – 2011)** QUESTÃO:

I. Nas causas em que o Ministério Público intervir como fiscal da lei terá vista dos autos depois das partes, deverá ser intimado pessoalmente de todos os atos do processo, poderá interpor recurso, denunciar a lide, ajuizar oposição, suscitar o conflito de competência, juntar documentos, produzir prova em audiência e requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade.
II. Litisconsórcio misto ou recíproco é aquele que ocorre em ambos os polos da relação processual.
III. É vedado ao juiz proferir sentença ilíquida no caso em que o autor tiver formulado pedido certo.
IV. A tutela inibitória não visa apenas a impedir um fazer, mas objetiva combater qualquer espécie de ilícito, seja comissivo ou omissivo.
V. A jurisdição é indeclinável, ou seja, no julgamento da lide o juiz deverá aplicar as normas legais, não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito, sendo vedada no ordenamento a decisão por equidade.
(A) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
(C) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
(D) Apenas as assertivas I, III, IV estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 83, CPC. (II) Quanto ao polo em que ocorre, o litisconsórcio pode ser *ativo* (mais de um autor), *passivo* (mais de um réu) ou *misto/recíproco* (mais de um autor e mais de um réu). (III) Art. 459, parágrafo único, CPC. (IV) A tutela inibitória (art. 461, CPC) é aquela em que se pleiteia a imposição de obrigação de fazer e/ou não fazer. (V) Art. 127, CPC (o juiz poderá decidir por equidade nos casos previstos em lei). *Alternativa C.*

7041. **(Procurador – MPF – 2012)** Assinale a alternativa correta:

(A) O revel pode produzir provas, desde que compareça ao processo em tempo oportuno.
(B) Não é admissível reconvenção em ação declaratória.
(C) Qualquer brasileiro maior de idade tem legitimidade para propor ação popular.
(D) Cabe recurso, por violação de lei federal, quando houver ofensa a regimento de tribunal.

RESPOSTA Segundo o art. 322, seu parágrafo único, CPC, contra o revel que não tenha patrono nos autos, os prazos correrão independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato; entretanto, o revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar. Assim, se o revel comparecer ao processo em tempo para produzir provas, poderá fazê-lo. *Alternativa A.*

7042. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Assinale a alternativa correta:

(A) A teoria imanentista da ação preconiza que há o direito de ação, independente da existência de direito material em favor do autor.
(B) Os embargos do devedor serão oferecidos no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.
(C) No processo civil, o revel pode requerer a produção de provas, intervindo antes do encerramento da fase instrutória.
(D) Admite-se, em regra, ação rescisória nos procedimentos de jurisdição voluntária.

RESPOSTA Poderá o revel intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar (art. 322, parágrafo único, CPC). Portanto, comparecendo em momento oportuno (antes do encerramento da fase instrutória), poderá

requerer a produção de provas. *Alternativa C.*

7043. (Procurador – MPF – 2008) Assinale a alternativa correta:

(A) a cumulação objetiva de pedidos depende da existência de conexão entre todos eles.
(B) pode o Ministério Público impetrar mandado de segurança, de injunção e *habeas corpus*, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente.
(C) a prescrição constitui exceção pois, em regra, não pode ser conhecida de ofício, salvo para beneficiar absolutamente incapaz.
(D) o autor pode arguir exceção de incompetência territorial.

RESPOSTA Conforme o art. 201, IX, Lei n. 8.069/90 (ECA), compete ao MP impetrar mandado de segurança, de injunção e *habeas corpus*, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente. *Alternativa B.*

7044. (Promotor – MP-SC – 2011) QUESTÃO:

I. Há uma evidente distinção doutrinária entre a tutela inibitória antecipada e a tutela cautelar.
II. A confissão judicial no direito processual civil não faz prova contra o confitente.
III. Nos embargos apresentados no procedimento monitório diz-se que a cognição é exauriente, pois o réu poderá alegar qualquer matéria.
IV. A intimação do Ministério Público no processo civil, sem exceção, será feita pessoalmente.
V. A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida antes do saneamento do processo.

(A) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
(C) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
(D) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Apesar de serem espécies de *tutela de urgência*, o objetivo da *tutela antecipada* é antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da decisão final, enquanto a *tutela cautelar* visa garantir a utilidade e a eficácia da decisão final no processo principal. (II) Art. 350, CPC (faz prova contra o confitente). (III) Art. 1.102-C, CPC (não há pontuação de matérias alegáveis nos embargos monitórios, razão pela qual a cognição é exauriente). (IV) Art. 236, § 2º, CPC. (V) Art. 264, parágrafo único, CPC (*após* o saneamento). *Alternativa A.*

7045. (Promotor – MP-SC – 2011) QUESTÃO:

I. No direito processual civil pátrio nem todas as causas versam sobre direitos que admitem transação.
II. Reputa-se fundada a suspeição do juiz, sendo obrigatório o seu afastamento da lide, quando tiver prestado depoimento como testemunha no mesmo processo.
III. A expedição de carta precatória suspende o curso do processo, sendo a diligência nela prevista imprescindível para o deslinde da causa, quando requerida antes da decisão de saneamento.
IV. Computa-se o prazo em dobro para recorrer quando o Ministério Público for parte, não se aplicando tal regra quando for *custos legis*.
V. Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em quádruplo os prazos para contestar e em dobro para recorrer.

(A) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
(B) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
(C) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
(D) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 841, CC (só quanto a direitos *patrimoniais* de caráter *privado* se permite a transação). (II) Trata-se de hipótese de *impedimento* (art. 134, CPC), não de *suspeição* (art. 135, CPC). (III) Art. 338, CPC. (IV) Art. 188, CPC. (V) Art. 191, CPC (prazos em *dobro* para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos). *Alternativa C.*

7046. **(Procurador – TCE-GO – 2007 – ESAF)** Observando as normas do processo civil, assinale a afirmativa correta.

(A) Ajuizada a ação popular, o autor dela não poderá desistir, uma vez que a ação se destina à proteção de interesse público e social.
(B) Havendo ação e reconvenção, a desistência da ação não obsta ao prosseguimento da reconvenção.
(C) No processo de conhecimento, depois de efetuada a citação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.
(D) A desistência da ação e a renúncia ao direito são atos bilaterais a partir do momento processual em que dependem da concordância do réu.
(E) O ato de desistência produz, imediatamente, a extinção de direitos processuais, estando sujeito à homologação judicial posterior.

RESPOSTA Segundo o art. 317, CPC, a desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta ao prosseguimento da reconvenção. *Alternativa B.*

7047. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Sobre o Inquérito Civil, é correto afirmar:

(A) trata-se de procedimento administrativo de caráter inquisitivo, cuja instauração é medida preparatória obrigatória para a propositura de Ação de Improbidade Administrativa, em razão da necessidade de colheita de provas que fundamentem o juízo preliminar acerca da admissibilidade desta demanda;
(B) trata-se de procedimento de titularidade exclusiva do Ministério Público, não podendo ser emprestadas as provas nele obtidas a outro colegitimado, para que este possa ajuizar isoladamente a demanda coletiva;
(C) são efeitos da instauração do inquérito civil: i) a interrupção da decadência, mas não da prescrição; ii) a possibilidade de expedição de requisições e notificações, estando restrita à ordem judicial a condução coercitiva em caso de não comparecimento; iii) responsabilização do Promotor de Justiça pelo uso deste procedimento mediante má-fé, abuso de poder ou fraude;
(D) não há sigilo oponível ao Ministério Público, sendo possível a requisição de informações financeiras e dados bancários, em sede de inquérito civil e independentemente de autorização judicial, de contas de pessoas jurídicas de direito público e acerca da movimentação de verbas públicas;
(E) embora inquisitivo, o inquérito civil não é secreto, devendo ser dada ciência da instauração ao investigado e dispensada sua oportunidade de ter vista e manifestar-se acerca de todas as provas produzidas, sempre que a investigação possa produzir, ainda que reflexamente, danos à sua imagem ou *status*.

RESPOSTA Prevê o art. 10, Lei n. 7.347/85 (ACP), que constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 a 3 anos, mais multa de 10 a 1.000 ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil,

quando requisitados pelo MP. *Alternativa D.*

7048. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** A recomendação expedida pelo Ministério Público:

(A) tem caráter vinculativo, na medida em que impõe a adequação da prestação de um serviço de relevância pública, podendo ser expedida para órgãos públicos e empresas privadas;

(B) tem caráter vinculativo, uma vez que é exarada por órgão que tem legitimação para o ajuizamento das ações coletivas e da persecução penal, podendo ser destinada apenas para órgãos públicos;

(C) não tem caráter vinculativo, pois sua finalidade é apenas notificar o infrator de que ele está sob investigação, como forma de garantia de seus direitos fundamentais, podendo ser destinada para pessoas físicas e jurídicas;

(D) tem eficácia apenas admonitória, em razão de sua natureza extrajudicial, podendo ser destinada apenas para órgãos públicos encarregados da regulação ou prestação de serviços de relevância pública;

(E) tem eficácia apenas admonitória, podendo ser destinada para pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, cujas condutas que estejam em desconformidade com a recomendação serão, após o seu recebimento, consideradas dolosas.

RESPOSTA Consoante o art. 27, IV, Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), compete ao MP emitir *recomendações* dirigidas aos poderes estaduais ou municipais, órgãos da Administração Pública Estadual ou Municipal, concessionários e permissionários de serviço público estadual ou municipal e entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito. Tais recomendações não têm caráter coercitivo, sendo apenas admonitórias. *Alternativa E.*

7049. **(Procurador – MPF – 2008)** Assinale a alternativa correta:

(A) somente depois de transitada em julgado a sentença condenatória proferida em ação popular é que o juiz poderá adotar providência cautelar contra a parte condenada.

(B) verificando-se concurso de créditos decorrentes de condenação em favor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e de indenizações pelos prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, estas terão preferência no pagamento.

(C) havendo contestação de assinatura lançada em documento, o ônus da prova cabe à parte contra quem foi produzido.

(D) o documento, elaborado por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, ainda que devidamente subscrito pelas partes, não adquire a eficácia probatória do documento particular.

RESPOSTA Segundo o art. 99, CDC, em caso de concurso de créditos decorrentes de condenação prevista na Lei n. 7.347/85 e de indenizações pelos prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, estas terão preferência no pagamento. *Alternativa B.*

7050. **(Procurador – MPF – 2012)** Assinale a alternativa correta:

(A) Os honorários de sucumbência, quando omitidos em decisão transitada em julgado, podem ser cobrados em ação própria.

(B) O recurso especial, interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, necessita de posterior ratificação.

(C) A penhora de dinheiro, na ordem de nomeação de bens, tem caráter absoluto em se tratando de execução civil.

(D) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença constitui ofensa à coisa julgada.

RESPOSTA Súmula 418, STJ: "É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação". *Alternativa B.*

7051. **(Procurador – MPF – 2008)** Assinale a alternativa correta:

(A) somente pode utilizar-se do mandado de segurança o terceiro juridicamente atingido por decisão judicial que tenha ofertado o recurso cabível contra a referida decisão.

(B) sempre que a demonstração do fato de que decorre a pretensão do autor depender da realização de prova pericial o juiz ficará adstrito às conclusões do laudo pericial.

(C) contra decisão proferida por turma recursal de juizado cível que veicule tema constitucional é cabível a interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

(D) a caução na execução provisória pode ser dispensada quando sobre o título penda agravo de instrumento contra negativa de seguimento de recurso, junto ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, mesmo quando dessa dispensa possa resultar risco de dano grave, de difícil ou incerta reparação.

RESPOSTA Diante da previsão do art. 102, III, *a*, CF, cabe RE (ao STF) das causas decididas em última instância e que estejam em contrariedade a dispositivo da CF. *Alternativa C*.

7052. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Acerca das exceções no processo civil, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. a alegação de prescrição é exemplo de exceção substancial indireta;

II. a alegação de pagamento é exemplo de exceção substancial indireta;

III. a alegação de compensação é exemplo de exceção substancial indireta;

IV. a alegação de coisa julgada é exemplo de exceção substancial direta;

V. a alegação de exceção de contrato não cumprido é exemplo de exceção substancial direta.

(A) apenas as assertivas I, II e III estão corretas;

(B) apenas as assertivas III, IV e V estão corretas;

(C) apenas as assertivas I, III e V estão corretas;

(D) apenas as assertivas I, II, IV estão corretas;

(E) todas as alternativas estão corretas.

RESPOSTA *Exceções substanciais* são aquelas baseadas no direito material, enquanto as *exceções formais ou instrumentais* têm natureza meramente processual. Assim, a *prescrição*, o *pagamento* e a *compensação* são exceções *substanciais* (institutos do Código Civil). Além disso, são exceções *indiretas*, porque não atacam de modo direto os fatos e pedidos do autor, mas *extinguem* o direito que emanaria dos fatos alegados na petição inicial. A *exceção de contrato não cumprido* também é indireta. Já a *coisa julgada* traduz exceção *processual*, não *substancial*. *Alternativa A.*

7053. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Havendo conflito negativo de atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual em inquérito civil, a competência para resolver o conflito será do

(A) Supremo Tribunal Federal.

(B) Superior Tribunal de Justiça.

(C) Conselho Superior do Ministério Público.

(D) Conselho Nacional da Magistratura.

(E) Juiz ao qual seja o inquérito distribuído.

RESPOSTA STF – ACO 1.279/SP: "A jurisprudência atual desta Corte é no sentido da sua competência para julgamento de

conflitos de atribuição entre os Ministérios Públicos Federal e Estadual, emprestando-se maior alcance à alínea *f* do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, ante o fato de estarem envolvidos no conflito órgãos da União e de Estado-membro". *Alternativa A.*

7054. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta, em matéria de procedimento ordinário:

(A) Não estão fora do princípio da congruência as matérias de ordem pública.

(B) Os fundamentos de fato compõem a causa de pedir remota, sendo necessário que o autor, no processo civil, aponte com correção a lei que pretenda ver aplicada.

(C) A causa de pedir remota compreende os fundamentos jurídicos e é o que mediatamente autoriza o pedido.

(D) Para caracterizar a ação é necessário que o autor lhe dê o nome correto, uma vez que o juiz não poderá receber como ação de despejo, o que pelos fatos narrados e pelo pedido venha a tratar-se apenas de pagamento de alugueres em atraso.

(E) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, há necessidade de declaração expressa do autor, pelo princípio da congruência entre a inicial e a sentença.

RESPOSTA A *causa de pedir* (*causa petendi*) é reconhecida como o *fato jurídico* que ampara a pretensão deduzida em juízo. Apesar de não haver consenso na doutrina a respeito das definições desse instituto, a Banca adota o entendimento de que *os fundamentos de fato compõem a causa de pedir próxima* (a violação imediata do direito por esses fatos que autoriza o autor a deduzir sua pretensão em juízo), e *os fundamentos jurídicos compõem a causa de pedir remota* (a base que o ordenamento jurídico fornece à parte para que possa deduzir sua pretensão em juízo). *Alternativa C.*

7055. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a alternativa correta:

(A) A extinção do processo sem resolução do mérito constitui-se uma possibilidade, ainda que fuja dos casos previstos em lei.

(B) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

(C) O réu poderá oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, apenas contestação ou reconvenção.

(D) O princípio da oralidade exige, de forma absoluta, a identidade física do juiz, isto é, o juiz que instruiu a causa terá que ser, necessariamente, o que venha a proferir a sentença.

(E) No que concerne ao procedimento sob o rito sumário, o réu que pretenda prova testemunhal deveria depositar em cartório, 48 horas antes da audiência de instrução e julgamento, o rol de testemunhas.

RESPOSTA A *alternativa B* trata da denominada *Sentença Liminar de improcedência*, prevista no art. 285-A, CPC. *Alternativa B*.

7056. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Em matéria de procedimentos cautelares e de procedimentos especiais, analise as assertivas e aponte a alternativa correta.

I. O arresto tem lugar quando o devedor, sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar obrigação no prazo estipulado.

II. O juiz concederá o arresto após justificativa prévia, quando requerido por qualquer interessado e pela União, Estado ou Município.

III. O documento que embasa a ação monitória deve ser escrito e não possuir eficácia de título

executivo.

IV. A sentença proferida em arresto, salvo quando houver decadência ou prescrição, não faz coisa julgada na ação principal.

V. A produção antecipada de prova é possível, devendo ser citado o réu da referida medida, em obediência ao princípio constitucional do contraditório.

(A) Estão corretas as alternativas I, II e V.
(B) Estão incorretas as alternativas II, III e IV.
(C) Estão corretas as alternativas I, III, IV e V.
(D) Estão incorretas as alternativas II, III, IV e V.
(E) Todas as alternativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 813, I, CPC. (II) Art. 816, I, CPC (quando solicitado pela União, Estado ou Município, o juiz concederá o arresto *independentemente* de justificação prévia). (III) Art. 1102, *a*, CPC. (IV) Art. 817, CPC. (V) Por se tratar de um verdadeiro processo cautelar antecipatório, o réu deverá ser citado, nos termos do art. 802, CPC, a fim de exercitar o direito ao contraditório. *Alternativa C.*

7057. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** A respeito da ação civil de improbidade administrativa de acordo com a legislação específica que a regulamenta, assinale a alternativa correta:

(A) será proposta necessariamente pelo Ministério Público, dentro de 30 (trinta) dias da efetivação de medida cautelar que determinou o sequestro dos bens do agente;
(B) admite, na ação principal, a possibilidade de conciliação entre autor e réu;
(C) estando regular a petição inicial, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido que deverá ofertar defesa por escrito, em 5 (cinco) dias;
(D) pode ser proposta até 10 (dez) anos após o término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;
(E) a aplicação das sanções não depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

RESPOSTA De acordo com o art. 21, II, Lei n. 8.429/92, as questões que envolvem a aplicação de sanções independe da aprovação ou rejeição de contas por órgãos de controle interno ou pelo Tribunal de Contas. *Alternativa E.*

7058. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Sobre a ação de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Proposta a ação de improbidade, é permitida a transação, desde que seja garantido o ressarcimento integral do dano ao erário.
(B) Segundo a Constituição Federal, as únicas consequências aplicáveis aos casos de prática de atos de improbidade administrativa serão a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
(C) Segundo a Lei n. 8.429/92, aplica-se o regime de responsabilização por ato de improbidade àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
(D) Qualquer cidadão, em pleno gozo dos direitos políticos, é parte legítima para propor a ação civil por ato de improbidade.
(E) Considerada a natureza mista cível-penal da ação de improbidade, uma vez recebida a ação civil por ato de improbidade não se admitirá a extinção anômala do processo, sem resolução do mérito.

RESPOSTA A Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92) aplica-se não somente ao agente público, mas a todos aqueles que induzam ou concorram para a prática do ato, ou dele se beneficie de qualquer forma (art. 3º). *Alternativa C.*

7059. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) de acordo com o princípio da aquisição processual, a regra acerca do ônus da prova é de julgamento e, portanto, deve ser aplicada pelo juiz no momento em que vai proferir sua decisão, não importando quem produziu as provas que, após realizadas, passam a pertencer ao processo; as partes não podem convencionar de maneira diversa a distribuição do ônus da prova, quando tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito;

(B) apenas nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão de direito e estiver em condições de imediato julgamento. Trata-se do princípio da "causa madura", cuja aplicação fica restrita às hipóteses de demandas envolvendo unicamente questões de direito;

(C) provado o fato, não há necessidade da prova do dano moral, sobretudo quando o dano é *in re ipsa*, porque a responsabilização do ofensor se opera por força do simples fato da conduta ilícita ou abusiva, cabendo ao agente afastá-la provando o caso fortuito ou a força maior;

(D) o preparo do recurso adesivo só será devido quando também o for para o apelo principal;

(E) não respondida.

RESPOSTA Pelo princípio da *causa madura*, o julgador poderá desde logo julgar a lide, não somente pelo motivo da causa discutida ser questão exclusivamente de direito, mas também pela lide não depender de dilação probatória. Assim, temos aplicação desse princípio não somente em questões de direito, mas também em questões de fato que não dependam de dilação probatória. *Alternativa B.*

7060. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) a sentença de mérito transitada em julgado possui efeitos dentro do processo em que foi prolatada e, também, efeitos que se projetam para fora desse mesmo processo, tornando obrigatório o comando que emerge de sua parte dispositiva;

(B) a tutela antecipada não poderá ser concedida em causas envolvendo direitos não patrimoniais, mas apenas patrimoniais;

(C) as entidades que não detêm personalidade jurídica própria, não tendo capacidade de direito nem de ser parte, embora detendo personalidade judiciária, não podem estar em juízo, por expressa vedação legal;

(D) o ônus da impugnação especificada dos fatos aplica-se ao advogado dativo, ao defensor público, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público;

(E) não respondida.

RESPOSTA A sentença de mérito transitada em julgado produz a coisa julgada *formal* (imutabilidade dentro do processo em que foi proferida) e a coisa julgada *material* (imutabilidade da sentença no mundo jurídico, impedindo a rediscussão tanto no processo em que foi proferida quanto em qualquer outro, nos termos do art. 467, CPC). Além disso, a teor do art. 649, CPC, o que faz coisa julgada é o *dispositivo* da sentença, em que consta o elemento decisório. *Alternativa A.*

7061. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) é nulo o processo, quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir; todavia, não se declara a nulidade, por falta de audiência do MP, no processo em que houver interesse de menores, se estes foram vitoriosos na causa;

(B) a petição inicial será indeferida, quando o juiz verificar, desde logo, a decadência ou a prescrição, sendo caso de extinção do processo, sem resolução de mérito;

(C) quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida

sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada. Há necessidade, todavia, de citação inicial do réu, a fim de que a matéria seja controvertida;

(D) as técnicas de tutela coercitiva são essenciais aos provimentos mandamentais, sendo as astreintes manifestação desse tipo de provimento judicial;

(E) não respondida.

RESPOSTA A *sentença liminar*, prevista no art. 285-A, CPC, permite ao julgador *dispensar a citação do réu* e proferir imediatamente a sentença, reproduzindo o teor da anteriormente prolatada como razões de decidir. *Alternativa C.*

7062. (Juiz – TRT-15 – 2011) Aponte a alternativa correta:

(A) é defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado, exceto quando decida relação jurídica condicional;

(B) condenado o devedor a emitir declaração de vontade, desde logo a sentença produzirá todos os efeitos da declaração não emitida, independentemente do trânsito em julgado;

(C) levando-se em consideração o princípio da igualdade das partes e os termos da lei, é correto afirmar que somente a requerimento da parte pode o juiz, em qualquer fase do processo, inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fato, que interesse à decisão da causa;

(D) em se tratando de denunciação da lide, a citação do denunciado será requerida, juntamente com a do réu, se o denunciante for o autor; e, no prazo para contestar, se o denunciante for o réu. Em qualquer hipótese não se suspenderá o processo e, não se procedendo à citação no prazo marcado, a ação prosseguirá unicamente em relação ao denunciante;

(E) oferecida a oposição depois de iniciada a audiência, seguirá ela o procedimento ordinário, sendo julgada sem prejuízo da causa principal. Poderá o juiz, no entanto, sobrestar o andamento do processo principal por prazo nunca superior a 90 (noventa) dias, a fim de julgá-la em conjunto com a oposição.

RESPOSTA Art. 60, CPC (a *oposição* consiste na modalidade de intervenção de terceiros). *Alternativa E.*

7063. (Procurador – MPT – 2008) A propósito dos procedimentos previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) as regras do procedimento comum ordinário são aplicáveis subsidiariamente ao procedimento comum sumário;

(B) a antecipação dos efeitos da tutela é aplicável em caráter excepcional nas ações submetidas ao procedimento sumário, caso em que não deve o magistrado considerar a existência de risco à irreversibilidade do provimento antecipado;

(C) independentemente do valor da causa, o procedimento sumário deve ser observado nas ações de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre;

(D) nas ações submetidas ao procedimento ordinário, quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada;

(E) não respondida.

RESPOSTA A antecipação de tutela é aplicável subsidiariamente ao procedimento sumário, nos termos do art. 272, parágrafo único, CPC. Ainda, a existência de risco de *irreversibilidade* do provimento (art. 273, § 2º, CPC) deve ser sempre considerada nos pedidos de tutela antecipada, a fim de que seja possível voltar ao *status quo* em caso de revogação ou modificação da

decisão. *Alternativa B.*

OAB/FGV

I. Jurisdição e Ação, Partes e Procuradores

7064. **(OAB 03 – 2011)** No curso de um processo, todos os participantes, a qualquer título, devem agir de forma leal, litigando de boa-fé e tendo por paradigma uma atuação ética. A relação entre advogados, partes e o magistrado deve obedecer, de forma bastante acentuada, essas premissas, sob pena de se estabelecer, conforme o caso, uma série de responsabilidades de ordem processual e/ou pessoal em face daquele que faltou com os deveres que lhe cabiam. Especificamente acerca da atuação dos magistrados nos processos judiciais, é correto afirmar que

(A) É dever do magistrado declarar-se impedido ou suspeito de ofício. Em caso de abstenção por parte do juiz, poderá a parte que desejar fazê-lo arguir o impedimento ou a suspeição do magistrado por meio de exceção.

(B) O magistrado tem, entre outros deveres, a obrigação de sentenciar e de garantir o contraditório. Conforme previsto pelo sistema processual, só pode o magistrado se abster de julgar se alegar e comprovar a existência de lacuna na lei.

(C) O juiz é dotado de independência funcional, podendo, como regra geral, decidir conforme seu convencimento, sem que de sua atuação surja o dever de indenizar qualquer das partes. Tal dever só surgirá quando o juiz agir com culpa, dolo ou fraude, gerando prejuízo a uma das partes.

(D) A atuação do magistrado encontra claros limites no sistema processual, a fim de permitir que a própria sociedade exerça o devido controle sobre sua atuação. Um desses limites está refletido na regra que veda a produção de provas de ofício pelo juiz.

RESPOSTA (A) Art. 137 e art. 304, CPC. (B) Art. 126, CPC. (C) Art. 133, CPC. (D) Art. 130, CPC. *Alternativa A*.

7065. **(OAB 1 – 2012)** As regras processuais impõem às partes deveres que devem ser observados ao longo do processo judicial. Tais deveres têm, como corolário lógico, a existência de uma responsabilidade processual civil. Acerca de tal responsabilidade, é correto afirmar que

(A) a responsabilidade por dano processual não pode ser reconhecida em face de terceiros intervenientes, sendo um fenômeno tipicamente atrelado à atuação das partes da demanda.

(B) havendo mais de um litigante de má-fé, o juiz deverá condená-los na proporção de seus interesses ou solidariamente, caso tenham se coligado para lesar o adversário.

(C) a indenização a ser fixada imediatamente após a prática do ato punível poderá exceder vinte por cento sobre o valor da causa, ficando sua fixação sujeita ao livre-arbítrio do juiz.

(D) a apresentação em juízo de petição que não corresponda, com perfeição, ao original anteriormente remetido por fax, não enseja responsabilização por dano processual, mas tão somente a prática de crime a ser punido nos termos do Código Penal.

RESPOSTA Art. 18, CPC. *Alternativa B*.

7066. **(OAB 03 – 2011-II)** Nas ações em que há necessidade de produção de prova pericial, cada parte deve pagar a remuneração do assistente técnico que houver indicado. No tocante aos honorários periciais, eles devem ser pagos pela parte que houver requerido a prova, ou pelo autor, nas hipóteses em que requerido por ambas as partes ou se determinado de ofício pelo juiz. Em relação a

essas despesas, é correto afirmar que

(A) Somente os honorários periciais devem ser objeto de ressarcimento, pelo vencido, ao final da demanda.

(B) Ambas devem integrar a condenação do vencido nos ônus sucumbenciais.

(C) Nenhuma dessas verbas é passível de ressarcimento.

(D) Somente os honorários do assistente técnico deverão ser restituídos, ao final, pela parte vencida.

RESPOSTA O enunciado traz a previsão do art. 33, CPC. Já o art. 20, CPC, prevê que a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as *despesas* que antecipou (aqui se incluem a remuneração do assistente técnico e a do perito) e os *honorários advocatícios*. *Alternativa B*.

II. Litisconsórcio, Assistência e Intervenção de Terceiros

7067. **(OAB 03 – 2011-II)** Como cediço, a intervenção de terceiros é um importante fenômeno processual capaz de permitir a pluralidade de partes em um processo. Imagine a seguinte situação jurídica: Neves empresta R$ 500,00 para Sílvio e Sandro, sócios em uma empresa que fabrica sapatos, e a quantia deixa de ser paga a Neves na data estipulada no contrato de empréstimo, razão pela qual Neves opta por cobrar toda a quantia apenas de Sílvio, cujo patrimônio é maior. Sandro resolve, então, requerer a sua intervenção no processo por temer que Sílvio venha a sucumbir e que, ato contínuo, venha a agir regressivamente contra ele, após ter pagado toda a quantia devida a Neves, com a finalidade de obter de Sandro a sua quota-parte da dívida. Nessa situação, caracteriza-se a seguinte figura de intervenção de terceiros:

(A) Assistência qualificada ou litisconsorcial.

(B) Denunciação da lide.

(C) Chamamento ao processo.

(D) Assistência simples ou adesiva.

RESPOSTA Segundo o art. 54, CPC, considera-se litisconsorte da parte principal o assistente, toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido. *Alternativa A*.

7068. **(OAB 02 – 2011)** O Ministério Público ajuizou ação rescisória a fim de desconstituir sentença transitada em julgado, ao argumento de que teria havido colusão entre ambas as partes do processo originário no intuito de fraudar a lei. Diante disso, requereu o Ministério Público, na petição inicial da ação rescisória, a citação tanto da parte autora quanto da parte ré do processo originário.

Assinale a modalidade de litisconsórcio verificada na hipótese acima.

(A) Litisconsórcio ativo necessário e unitário.

(B) Litisconsórcio passivo necessário e simples.

(C) Litisconsórcio ativo facultativo e simples.

(D) Litisconsórcio passivo necessário e unitário.

RESPOSTA No caso, o MP será autor da rescisória em face do autor e do réu do processo originário (litisconsórcio *passivo*). O litisconsórcio será *necessário* (formação é obrigatória) e *unitário* (sentença uniforme), caso em que todos os litisconsortes deverão ser citados. *Alternativa D*.

7069. **(OAB 03 – 2012)** Considerando a assistência e as demais formas de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

(A) É admissível o chamamento ao processo daquele que detiver a coisa em nome alheio.

(B) A oposição consiste na intervenção daquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a

indenizar o prejuízo do réu da demanda.

(C) O terceiro deve demonstrar que possui interesse jurídico que a sentença seja favorável a uma das partes, para ser admitido como assistente.

(D) Feita a denunciação da lide, se o denunciante aceitar, ele será assistente simples do denunciado.

RESPOSTA Art. 50, CPC (pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver *interesse jurídico* em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para *assisti-la*). *Alternativa C*.

7070. **(OAB 02 – 2012)** Vinícius foi demandado em uma ação de cobrança por ter sido fiador de sua sogra, Francisca. Assinale a alternativa que indica a medida a ser adotada por Vinícius para trazer Francisca para o polo passivo desse processo.

(A) Reconvenção.

(B) Denunciação à lide.

(C) Chamamento ao processo.

(D) Nomeação à autoria.

RESPOSTA Art. 77, I, CPC. *Alternativa C*.

III. Competências, Ministério Público, Juiz e Auxiliares da Justiça

7071. **(OAB 03 – 2011-II)** O juiz da 1ª Vara Cível da Comarca X declarou sua incompetência absoluta para o julgamento de uma causa e determinou a remessa dos autos para a Justiça do Trabalho. O processo foi distribuído para a 1ª Vara do Trabalho da mesma Comarca, que suscitou conflito de competência.

Qual é o órgão competente para resolver o conflito?

(A) Tribunal Superior do Trabalho.

(B) Tribunal de Justiça do Estado onde os juízos conflitantes estão localizados.

(C) Supremo Tribunal Federal.

(D) Superior Tribunal de Justiça.

RESPOSTA Segundo o art. 105, I, *d*, CF, compete ao STJ processar e julgar originariamente os conflitos de competência entre quaisquer tribunais (ressalvado o disposto no art. 102, I, *o*), bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e *entre juízes vinculados a tribunais diversos*. *Alternativa D*.

7072. **(OAB 1 – 2012)** Quando duas ou mais demandas individuais possuem o mesmo pedido e/ou a mesma causa de pedir, diz-se que são conexas. Nessa situação, se estiverem tramitando em juízos diversos, poderão ser reunidas para julgamento conjunto pelo juízo prevento.

Caso esses juízos tenham competência territorial diversa, é correto afirmar que será considerado prevento aquele

(A) em que se proferiu o primeiro despacho liminar positivo.

(B) para o qual primeiro foi distribuída a petição inicial.

(C) que tiver, ao tempo da arguição da conexão, praticado o maior número de atos processuais.

(D) em que se realizou a primeira citação válida.

RESPOSTA Havendo conexão perante juízes de *mesma competência territorial*, considera-se prevento aquele que *despachou* em primeiro lugar (art. 106, CPC). Em se tratando de ações conexas perante juízes de *competência territorial diversa*, considera-se prevento aquele onde primeiro ocorrer a *citação válida* (art. 219, CPC). *Alternativa D.*

7073. **(OAB 02 – 2012)** O sistema processual pátrio estabelece duas espécies de

incompetência: a incompetência absoluta e a incompetência relativa. Acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

(A) Os critérios absolutos de fixação de competência são previstos em lei com a finalidade de promover a proteção, precipuamente, de interesses privados.

(B) Em litígios que envolvam nunciação de obra nova, é defeso ao autor optar por fazer o ajuizamento da ação no foro de domicílio do réu ou no foro de eleição.

(C) Em demanda proposta perante juízo absolutamente incompetente, pode haver prorrogação da competência do juízo, caso deixe o réu de apresentar, no momento processual oportuno, a exceção de incompetência.

(D) A incompetência relativa ocorre, por exemplo, quando o critério de fixação de competência em razão do valor da causa é desrespeitado, hipótese em que tanto as partes quanto o magistrado, de ofício, poderão suscitar a incompetência do juízo.

RESPOSTA Art. 95, CPC (em se tratando de *nunciação de obra nova*, a competência é absoluta, sendo defeso às partes a modificação do foro). *Alternativa B*.

IV. Atos Processuais

7074. **(OAB 03 – 2011-II)** De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito dos prazos processuais contados em dias, é correto afirmar que

(A) Serão contados excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, não se admitindo disposição em contrário.

(B) As intimações somente obrigarão o comparecimento depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas, salvo quando for outro o prazo fixado por lei.

(C) Em caso de litisconsórcio, com o mesmo procurador, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, recorrer e, de modo geral, falar nos autos.

(D) Não havendo previsão legal, ou outro fixado pelo juiz, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de 10 (dez) dias.

RESPOSTA (A) Art. 184, § 1º, CPC. (B) Art. 192, CPC. (C) Art. 191, CPC. (D) Art. 185, CPC (5 dias). *Alternativa B*.

7075. **(OAB 03 – 2011)** Maria ingressou, na Vara Cível da Comarca XYZ, com ação de responsabilidade civil em face de André, observando o rito comum ordinário. André é regularmente citado para oferecer resposta. Com base nas modalidades de citação previstas pelo Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta.

(A) Se o oficial de justiça, após comparecer três vezes ao local, não conseguir citá-lo, mas tiver suspeita de que André se oculta, será feita a citação por edital.

(B) Se a citação ocorrer por meio eletrônico e seu conteúdo não for acessado no prazo de dez dias, deverá ocorrer a citação ficta do réu.

(C) Se André for pessoa absolutamente incapaz, não será cabível a citação feita pelo correio.

(D) Se for necessário realizar a citação em comarca contígua, deverá ser expedida carta precatória para que o juízo deprecante realize a citação.

RESPOSTA (A) Art. 227, CPC. (B) Art. 6º, Lei n. 11.419/2006 (presentes os requisitos, a citação é válida e, mesmo não observada pelo réu, será considerada realizada). (C) Art. 222, *b*, CPC. (D) Art. 230, CPC. *Alternativa C*.

7076. **(OAB 03 – 2011)** Os atos processuais não dependem de forma determinada, salvo se a

lei expressamente o exigir e, ainda que realizados de outro modo, serão reputados válidos se preencherem a finalidade essencial. A respeito do tema, é correto afirmar que

(A) Compete às partes alegar nulidade dos atos na primeira oportunidade que lhes couber falar nos autos, sob pena de preclusão, exceto se a parte provar justo impedimento ou se a nulidade tiver que ser conhecida de ofício.

(B) É defesa a distribuição da petição inicial que não esteja acompanhada do instrumento de mandato, ainda que haja procuração junta aos autos principais.

(C) Na hipótese de o réu apresentar reconvenção, dispensa-se a determinação de anotação pelo distribuidor, visto que será julgada simultaneamente à ação principal, na mesma sentença.

(D) Se um ato for anulado, ou a nulidade afetar apenas parte do ato, nenhum efeito terão os atos subsequentes, prejudicando todos os que com aquele ou com a parte nula guardem ou não dependência.

RESPOSTA (A) Art. 245, parágrafo único, CPC. (B) Art. 254, II, CPC. (C) Art. 253, parágrafo único, CPC. (D) Art. 248, CPC. *Alternativa A*.

7077. **(OAB 02 – 2011)** Zélia e Joaquim são vizinhos há cerca de sete anos. Determinada parede foi construída por Joaquim, mas, por defeitos na execução da obra, está permitindo a infiltração da água da chuva, gerando danos à parede limítrofe construída por Zélia. Inconformada, Zélia procura você como advogado(a) a fim de ingressar com a medida judicial cabível.

Analisando a hipótese e, estando Zélia de acordo com o seu parecer técnico, você afora ação judicial para o desfazimento da construção ou a reparação da obra defeituosa. Nessa hipótese, como será fixado o valor da causa?

(A) Deverá ser considerado o menor valor, por se tratar de pedido subsidiário.

(B) Será a soma dos valores de todos os pedidos, por se tratar da hipótese de cumulação de pedidos.

(C) Por se tratar de pedidos alternativos, será considerado o de maior valor.

(D) Por se tratar de ação para cumprimento do negócio jurídico, será considerado o valor da soma do principal, da pena e dos juros vencidos.

RESPOSTA Art. 259, III, CPC (em *pedidos alternativos*, o de maior valor). *Alternativa C*.

V. Sentença e Coisa Julgada

7078. **(OAB 01 – 2012)** O duplo grau de jurisdição obrigatório, também conhecido como reexame necessário ou recurso de ofício, é instituto contemplado no art. 475 do CPC e visa a proteger a Fazenda Pública, constituindo uma de suas principais prerrogativas.

Com relação a esse instituto, é correto afirmar que

(A) se aplica o duplo grau de jurisdição obrigatório a toda decisão proferida contra Fazenda Pública.

(B) é pressuposto de admissibilidade do reexame necessário a interposição de apelação pela Fazenda.

(C) se aplica o duplo grau obrigatório à sentença que julga procedente, no todo ou em parte, embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública, independentemente do valor do débito.

(D) não se aplica o duplo grau obrigatório se a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA Art. 475, CPC. *Alternativa D*.

7079. **(OAB 02 – 2012)** A parte que, no curso do processo comum ordinário, suscitar questão

prejudicial e requerer ao juiz não apenas o exame, mas o julgamento dessa questão, que passará a integrar o dispositivo da sentença, deverá requerer

(A) sua declaração incidental por ação, mas mesmo assim, quanto a essa questão prejudicial, se formará apenas coisa julgada formal.

(B) sua declaração incidental por ação, para que se forme, quanto a essa questão prejudicial, a coisa julgada material.

(C) o julgamento dessa questão ao Tribunal, após a sentença do juiz que examinar a questão principal.

(D) o julgamento antecipado dessa questão, por meio de decisão interlocutória, no momento do despacho saneador.

RESPOSTA Art. 470, arts. 5º e 325, CPC. *Alternativa B*.

VI. Liquidação de Sentença e Cumprimento de Sentença

7080. **(OAB 02 – 2011)** A respeito da liquidação de sentença, assinale a alternativa correta.

(A) Para que a sentença arbitral seja liquidada, será necessária a instauração de processo judicial, com a citação da parte sucumbente.

(B) É cabível a liquidação de sentença no procedimento dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.

(C) É incabível a liquidação de sentença antes do trânsito em julgado da sentença liquidanda.

(D) A liquidação por artigos corresponde à espécie de liquidação de sentença em que não poderá ser produzida prova pericial para a apuração do valor da condenação.

RESPOSTA *Sentença arbitral* é título executivo *judicial* (art. 475-N, IV, CPC), devendo, portanto, ser liquidada por meio de procedimento judicial, cujo mandado oficial incluirá a ordem de citação do devedor, no juízo cível (art. 475-N, parágrafo único, CPC). *Alternativa A*.

7081. **(OAB 02 – 2012)** Nos autos de ação indenizatória movida por Henrique em face de Paulo, ambos prósperos empresários, transitou em julgado sentença de procedência do pleito autoral, condenando o réu ao pagamento de indenização, no montante equivalente a 500 salários mínimos, na data da prolação da sentença, acrescidos de juros legais e correção monetária. Assinale a alternativa que apresenta a providência a ser imediatamente adotada pelo advogado de Henrique.

(A) Instauração da fase de liquidação de sentença por arbitramento, a fim de apurar o valor da condenação em moeda corrente.

(B) Instauração da fase de cumprimento de sentença, com a apresentação da memória de cálculo contemplando o valor da condenação em moeda corrente.

(C) Instauração da fase de liquidação de sentença por cálculos do contador, a fim de que o magistrado remeta os autos ao contador judicial, para que seja apurado o valor da condenação em moeda corrente.

(D) Ajuizamento de ação rescisória, a fim de que o tribunal apure o valor da condenação em moeda corrente.

RESPOSTA Por se tratar de condenação ao pagamento de quantia certa, cabe a instauração da fase de *cumprimento de sentença*, nos termos do art. 475-J, CPC. *Alternativa B*.

VII. Recursos

7082. **(OAB 03 – 2011-II)** A respeito das decisões monocráticas proferidas pelo relator, assinale a alternativa correta.

(A) Caberá agravo no prazo de cinco dias ao órgão competente para o julgamento do recurso, não se admitindo juízo de retratação, devendo o relator proferir voto e apresentá-lo em mesa para julgamento.

(B) Interposto agravo infundado contra decisão monocrática, poderá o tribunal condenar o agravante ao pagamento de multa em favor do agravado, desde que não condicione a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor.

(C) Caso o agravante requeira a suspensão da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara, ao argumento de iminente lesão grave, o relator não poderá se manifestar monocraticamente, devendo apresentar o processo em mesa.

(D) Poderá o relator dar provimento ao recurso, caso a decisão recorrida esteja em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

RESPOSTA Art. 557, CPC. *Alternativa D*.

7083. **(OAB 03 – 2012)** Como forma de prestigiar o princípio da razoável duração do processo e propiciar uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente, um legislador promoveu uma série de alterações na sistemática recursal do Processo Civil brasileiro. Nesse sentido, destaca-se a Emenda Constitucional n. 45/2004, que introduziu em nosso ordenamento jurídico a figura da repercussão geral. Acerca deste instituto, assinale a afirmativa correta.

(A) É um pressuposto processual de admissibilidade específico do Recurso Especial que permite que apenas sejam analisados os recursos que tratem de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, e as que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

(B) Sempre que o recurso impugnar decisão contrária à súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, haverá repercussão geral.

(C) Não se admite, quando da análise da existência de repercussão geral pelo Ministro Relator do recurso, a manifestação de terceiros interessados.

(D) A decisão que nega a existência da repercussão geral não tem o condão de atingir outros recursos que tratem de matéria idêntica, apenas gerando efeitos endoprocessuais.

RESPOSTA A *repercussão geral* (art. 543-A, CPC) é requisito do recurso extraordinário, a qual existirá, dentre outras hipóteses, sempre que o recurso impugnar decisão contrária à súmula ou jurisprudência dominante do STF (§ 3º). *Alternativa B*.

VIII. Execução

7084. **(OAB 1 – 2012)** A respeito do processo de execução, assinale a alternativa correta.

(A) A sentença arbitral, a letra de câmbio, a nota promissória e a duplicata são títulos executivos extrajudiciais.

(B) O exequente poderá, no ato da distribuição, obter certidão comprobatória do ajuizamento da execução, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou outros bens sujeitos a penhora ou arresto.

(C) O executado que, intimado, não indica ao juiz a localização de seus bens, não pratica ato atentatório à dignidade da justiça.

(D) A ausência de liquidez não impede a instauração do processo de execução.

RESPOSTA (A) Art. 585, CPC. (B) Art. 615-A, CPC. (C) Art. 600, IV, CPC. (D) Art. 586, CPC. *Alternativa B*.

7085. **(OAB 02 – 2011)** Considerando a ação de execução de título extrajudicial, é correto afirmar que

(A) Caso a petição inicial se ache desacompanhada do título executivo, deverá ser indeferida de plano, não se admitindo prazo para correção, dada a natureza sumária das ações executivas.

(B) Caberá ao devedor indicar a espécie de execução que prefere, quando de mais de um modo puder ser efetuada.

(C) Deverá ser extinta se o título não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível.

(D) Cabe ao devedor provar que o credor não adimpliu a contraprestação, quando a satisfação da obrigação do executado estiver condicionada à realização daquela.

RESPOSTA (A) Art. 616, CPC. (B) Art. 615, I, CPC. (C) Art. 586 e art. 618, I, CPC. (D) Art. 615, IV, CPC. *Alternativa C*.

IX. Cautelar e Tutela Antecipada

7086. **(OAB 03 – 2011)** A Lei Civil afirma que, a despeito de a personalidade civil da pessoa começar com o nascimento com vida, ao nascituro serão assegurados os seus direitos desde a concepção. Para tanto, é correto afirmar que, na ação de posse em nome de nascituro,

(A) A nomeação de médico pelo juiz para que emita laudo que comprove o estado de gravidez da requerente, assim previsto na lei processual civil, não poderá ser dispensado em qualquer hipótese.

(B) Por se tratar de mera expectativa de nascimento com vida, portanto, não tendo o nascituro personalidade civil, fica dispensada a intervenção do Ministério Público na causa.

(C) Reconhecida a gravidez, a sentença declarará que seja a requerente investida na posse dos direitos que assistam ao nascituro; não cabendo àquela o exercício do poder familiar, o juiz nomeará curador.

(D) São documentos indispensáveis à ação o laudo comprobatório do estado gestacional emitido pelo médico nomeado pelo juiz e a certidão de óbito da pessoa de quem o nascituro é sucessor.

RESPOSTA (A) Art. 877, § 2º, CPC. (B) Art. 877, *caput*, CPC. (C) Art. 878, parágrafo único, CPC. (D) Art. 877, § 1º, CPC. *Alternativa C*.

7087. **(OAB 02 – 2011)** No curso dos processos, os juízes são dotados de poderes que lhes permitem conduzir os feitos de maneira adequada, garantindo, ao término do processo, a prestação da tutela jurisdicional de maneira eficaz. Um dos poderes atribuídos aos magistrados pelo ordenamento jurídico pátrio é o chamado poder geral de cautela, que decorre da evidente impossibilidade de abstrata previsão da totalidade das situações de risco para o processo que podem vir a ocorrer em concreto.

Acerca desse importante instrumento processual de concessão da tutela cautelar, é correto afirmar que

(A) Trata-se de autorização concedida ao Estado-juiz para que conceda não apenas as medidas cautelares típicas previstas no Código de Processo Civil ou em outras leis, mas também medidas cautelares inominadas.

(B) O poder geral de cautela é exercido pelo juiz, a quem caberá, com base em tal poder, optar livremente por prestar a tutela adequada por meio das medidas cautelares nominadas existentes e aplicáveis ao caso concreto ou por meio de medidas cautelares inominadas.

(C) O sistema processual pátrio não prevê, no Código de Processo Civil, nenhum caso de medida cautelar inominada a ser deferida pelo juiz com base em seu poder geral de cautela, razão pela qual cabe ao magistrado decidir, em cada caso concreto, a medida cautelar atípica que pretende

conceder.

(D) O poder geral de cautela pode ser exercido pelo magistrado mesmo que inexista qualquer processo em curso, uma vez que se pauta no princípio da efetividade das decisões judiciais. Além disso, por força do seu caráter de urgência, dispensa qualquer tipo de fundamentação por parte do magistrado que profere a decisão.

RESPOSTA Pelo *poder geral de cautela* (art. 798, CPC), além dos procedimentos cautelares específicos regulados no Código citado, poderá o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação. *Alternativa A*.

X. Procedimentos Especiais

7088. **(OAB 03 – 2011-II)** A respeito do procedimento especial de consignação em pagamento, é correto afirmar que

(A) Poderá o devedor ou terceiro optar pelo depósito da quantia devida, em estabelecimento bancário, oficial onde houver, situado no lugar do pagamento, em conta com correção monetária, cientificando-se o credor por carta com aviso de recepção, assinado o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação de recusa.

(B) Quando a consignação se fundar em dúvida sobre quem deve legitimamente receber, não comparecendo nenhum pretendente, o juiz julgará procedente o pedido, declarará extinta a obrigação e condenará o réu nas custas e honorários advocatícios.

(C) Alegada insuficiência do depósito, o réu não poderá levantar a quantia ou a coisa depositada, até que seja proferida sentença.

(D) Na hipótese de sentença que concluir pela insuficiência do depósito, ainda que seja determinado o montante devido, não poderá o credor promover a execução nos mesmos autos, devendo ajuizar nova demanda.

RESPOSTA (A) Art. 890, § 1º, CPC. (B) Art. 898, CPC. (C) Art. 899, § 1º, CPC. (D) Art. 899, § 2º, CPC. *Alternativa A*.

7089. **(OAB 03 – 2011)** Fábio, que ocupa há mais de vinte anos um terreno em uma valorizada área urbana e preenche os requisitos para usucapir o referido bem, decidiu, em 2011, ajuizar ação de usucapião. Com base nas disposições sobre a ação de usucapião, é correto afirmar que

(A) As Fazendas Públicas municipal, estadual e federal serão intimadas para manifestar interesse na causa e o Ministério Público se manifestará se identificar hipótese de sua intervenção no feito.

(B) A planta do imóvel acompanhará a petição inicial, para que se individualize o imóvel que se pretende usucapir.

(C) O autor requererá a citação por edital daquele em cujo nome estiver o imóvel usucapiendo.

(D) A usucapião não poderá ser alegada como matéria de defesa em outros procedimentos.

RESPOSTA Segundo o art. 942, CPC, juntamente com a inicial deverá ser juntada a *planta* do imóvel, justamente com o intuito de individualização, caracterização e localização deste. Trata de documento indispensável à propositura da demanda (art. 283, CPC) e que deve ser elaborado por profissional habilitado. *Alternativa B*.

7090. **(OAB 02 – 2011)** Numa ação de reintegração de posse em que o esbulho ocorreu há menos de 1 ano e 1 dia, ao examinar o pedido de liminar constante da petição inicial, o juiz

(A) Deve sempre realizar a inspeção judicial no local, sendo tal diligência requisito para a concessão da liminar.

(B) Deve deferir de plano, sem ouvir o réu, se a petição inicial estiver devidamente instruída e sendo a

ação entre particulares.

(C) Deve sempre designar audiência prévia ou de justificação, citando o réu, para, então, avaliar o pedido liminar.

(D) Pode deferir a liminar de plano, sem ouvir o réu, desde que haja parecer favorável do Ministério Público.

RESPOSTA De acordo com o art. 928, CPC, estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz *deferirá, sem ouvir o réu*, a expedição de mandado liminar de manutenção ou de reintegração. Essa regra aplica-se às ações entre *particulares*, pois, em se tratando de ação contra pessoas jurídicas de direito público, a liminar não será deferida sem a prévia audiência dos respectivos representantes judiciais (art. 928, parágrafo único, CPC). *Alternativa B*.

XI. Ação Rescisória, Ação Popular, Ação Civil Pública

7091. **(OAB 01 – 2012)** Nos termos do CPC, cabe ação recisória

(A) quando proposta pelo Ministério Público, caso não tenha sido ouvido em processo em que lhe era obrigatória a intervenção, salvo se a sentença de mérito for efeito de colusão das partes.

(B) na hipótese em que se verifique fundamento para invalidar confissão, ainda que nessa não tenha se baseado a sentença, ou quando em erro de fato for fundada a sentença de mérito.

(C) depois de transitada em julgado a sentença de mérito, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

(D) quando a sentença de mérito for proferida por juiz relativamente incompetente, ou for verificada que foi dada por concussão, prevaricação ou corrupção do juiz.

RESPOSTA Art. 485, VII, CPC (a sentença de mérito pode ser *rescindida* quando, depois da sentença, o autor obtiver *documento novo*, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável). *Alternativa C*.

7092. **(OAB 03 – 2012)** A respeito da Ação Rescisória, assinale a afirmativa correta.

(A) Uma vez ajuizada, impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, em casos imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei, de medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela.

(B) Em caso de procedência, rescindindo-se a sentença e proferindo, se for o caso, novo julgamento, o tribunal determinará a restituição ao demandante do depósito de 5% sobre o valor da causa a que se refere o Art. 488, II, do CPC.

(C) O Ministério Público não tem legitimidade ativa, exceto e unicamente para propor a ação ao fundamento de não ter sido ouvido no processo, em que lhe era obrigatória a intervenção.

(D) É a medida aplicável a fim de rescindir a sentença homologatória e outros atos judiciais que não dependam de sentença, desde que respeitado o prazo de 2 (dois) anos para a sua propositura, contados do trânsito em julgado da decisão.

RESPOSTA (A) Art. 489, CPC. (B) Art. 488, II, e art. 494, CPC. (C) Art. 487, III, CPC. (D) Art. 485, CPC (é medida para rescindir *sentença de mérito*). *Alternativa B*.

XII. Mandado de Segurança

7093. **(OAB 03 – 2012)** Impetrado um mandado de segurança, já sob a égide da Lei n. 12.016/2009, assinale a afirmativa correta.

(A) A sentença não fixará honorários advocatícios, por serem eles incabíveis no Mandado de Segurança.

(B) A decisão do juiz que conceder ou denegar a Medida Liminar é irrecorrível, cabendo apenas o pedido de reconsideração.

(C) O juiz converterá o Mandado de Segurança no procedimento que entender cabível, quando não for o caso de Mandado de Segurança, ou lhe faltar um dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo para impetração, em homenagem ao princípio da celeridade processual.

(D) A suspensão das medidas liminares concedidas em face do Poder Público sendo determinada, o pedido original não poderá ser aditado para abranger as medidas liminares supervenientes, cabendo, apenas, novo pedido de suspensão das liminares.

RESPOSTA (A) Art. 25, Lei n. 12.016/2009. (B) Art. 7º, § 1º, Lei n. 12.016/2009. (C) Art. 10, Lei n. 12.016/2009. (D) Art. 15, § 5º, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa A*.

XIII. Rito Sumário e Juizados Especiais

7094. **(OAB 03 – 2012)** Os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos da Justiça comum e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais, foram instituídos pela Lei n. 12.153/2009. Com base nessas disposições, assinale a afirmativa correta.

(A) A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública é absoluta para as causas cujo valor seja de até 40 salários mínimos, sendo dispensável a presença de advogado, se o valor da causa for de até 20 salários mínimos.

(B) A citação do Estado como réu sendo realizada, ele terá o prazo em quádruplo para apresentar defesa.

(C) A sentença que julgar procedente o pedido do autor em face da Fazenda Pública, deverá, independente do recurso das partes, ser remetida ao Tribunal de Justiça, para julgamento da remessa de ofício.

(D) O cumprimento da sentença transitada em julgado que imponha obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa será efetuado mediante ofício do juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença.

RESPOSTA (A) Art. 2º, Lei n. 12.153/2009 (até 60 salários mínimos). (B) Art. 7º, Lei n. 12.153/2009. (C) Art. 11, Lei n. 12.153/2009. (D) Art. 12, Lei n. 12.153/2009. *Alternativa D*.

7095. **(OAB 02 – 2012)** O procedimento sumário deve ser adotado em causas cujo valor não supere sessenta salários mínimos ou em situações, qualquer que seja o valor da causa, em que se debata um dos assuntos previstos na lei. Indique, dentre as alternativas abaixo, a que contém espécie de resposta que não pode ser apresentada pelo réu no rito comum sumário.

(A) Reconvenção.

(B) Exceção.

(C) Contestação.

(D) Impugnação ao valor da causa.

RESPOSTA Art. 278, CPC (não cabe reconvenção, e sim o pedido contraposto). *Alternativa A*.

XIV. Temas Mistos

7096. **(OAB 03 – 2011)** A respeito dos atos e responsabilidades das partes e dos procuradores, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

(A) É defeso ao autor intentar novamente a ação que, a requerimento do réu, foi extinta sem resolução

do mérito por abandono da causa por mais de trinta dias, se não pagar ou depositar em cartório as despesas e honorários a que foi condenado.

(B) O prazo para interposição de recurso será contado da data em que os advogados são intimados da decisão, da sentença ou do acórdão, sendo vedada a intimação em audiência, ainda que nessa seja publicada a sentença ou a decisão.

(C) A arguição de incompetência absoluta de juízo deverá ser alegada pela parte em preliminar de contestação ou por meio de exceção no prazo de resposta do réu, sob pena de prorrogação de competência. Em sendo aquela declarada, somente os atos decisórios serão nulos.

(D) Aquele que detenha a coisa em nome alheio, demandado em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou possuidor. Instado a se manifestar, caso o autor se mantenha inerte, findo o prazo legal, presume-se que a nomeação à autoria não foi aceita.

RESPOSTA (A) Arts. 28 e 268, CPC. (B) Art. 506, CPC. (C) Arts. 113 e 301, CPC (incompetência absoluta independe de exceção e não pode ser prorrogada). (D) Art. 68, I (presume-se aceita). *Alternativa A.*

7097. **(OAB 1 – 2012)** Com base na tutela coletiva, é correto afirmar que

(A) são direitos individuais homogêneos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

(B) em uma ação civil pública tratando de direitos coletivos em sentido estrito, a coisa julgada se forma ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, até mesmo no caso de o pedido ser julgado improcedente por insuficiência de prova.

(C) o mandado de segurança coletivo, nos termos da Lei n. 12.016/2009, não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada só beneficiarão o impetrante a título individual se for requerida a desistência de seu mandado de segurança individual, no prazo de 30 dias a contar da ciência da impetração do mandado de segurança coletivo.

(D) em uma ação civil pública, o Ministério Público somente poderá atuar como parte, tutelando os interesses transindividuais nas hipóteses previstas no parágrafo único do artigo 1º, da Lei n. 7.347/85, ou seja, ações de natureza previdenciária, tributária, ou relativas ao FGTS.

RESPOSTA Art. 22, § 1º, Lei n. 12.016/2009 (o mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva). *Alternativa C.*

7098. **(OAB 03– 2012)** A execução tem por finalidade precípua a adoção de medidas necessárias à satisfação da obrigação prevista em um título executivo judicial ou extrajudicial. Em um primeiro momento, vigia no ordenamento pátrio o princípio da autonomia, segundo o qual as atividades executivas e de conhecimento deveriam ser desenvolvidas necessariamente por meio de ações distintas. Contudo, tal sistemática foi alvo de uma série de reformas que buscaram prestigiar um desenvolvimento sincrético do processo, bem como a própria efetivação do título executivo. Com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta:

(A) A sentença arbitral, de acordo com o CPC, possui natureza de título executivo extrajudicial e poderá ser liquidada ou executada, conforme o caso, perante o juízo cível competente, hipótese na qual o mandado inicial incluirá a ordem de citação do devedor.

(B) O executado, nas obrigações de pagar quantia certa ou já fixada em liquidação, poderá oferecer impugnação para rediscutir qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença.

(C) O CPC prevê que o juiz pode atribuir efeito suspensivo aos embargos quando ficar demonstrado que o prosseguimento da execução manifestamente pode causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação o que não ocorre na impugnação, tendo em vista que nesta modalidade de defesa está prevista, expressamente, a impossibilidade de concessão de efeitos suspensivos em quaisquer hipóteses.

(D) A concessão de efeito suspensivo nos embargos do executado obsta o prosseguimento da execução principal, impedindo, inclusive, a efetivação dos atos de penhora e avaliação dos bens.

RESPOSTA (A) Art. 475-N, IV (sentença arbitral é título executivo judicial). (B) Art. 475-L, VI. (C) Art. 475-M, CPC (a impugnação também poderá ter efeito suspensivo). (D) Art. 739-A, § 6º, CPC. *Alternativa B*.

7099. (OAB 02 – 2012) A uniformização de jurisprudência é um instituto jurídico que tem por objetivo diminuir os impactos das divergências entre julgamentos do mesmo assunto. A respeito da uniformização de jurisprudência, assinale a afirmativa correta.

(A) A uniformização de jurisprudência é um recurso capaz de provocar a votação acerca do melhor entendimento sobre determinado assunto a ser utilizado, quando houver no tribunal dois ou mais precedentes divergentes sobre o tema em questão.

(B) A uniformização de jurisprudência é um procedimento que só será instaurado, levando à suspensão do processo que está no tribunal até sua resolução, se houver expresso requerimento das partes nesse sentido.

(C) A divergência que permite a instauração da uniformização de jurisprudência é sempre verificada entre órgãos diversos do mesmo tribunal.

(D) A decisão do órgão fracionário que reconhece a existência de divergência acerca da matéria ou deixa de fazê-lo pode ser impugnada por agravo de instrumento.

RESPOSTA Segundo a doutrina, a *uniformização da jurisprudência* (art. 476, CPC) é um incidente que tem por finalidade evitar a desarmonia de teses jurídicas *dentro* dos tribunais, entre órgãos diversos. *Alternativa C*.

Bibliografia

- BUENO, Cássio Scapinella. *Curso sistematizado de direito processual civil.* 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil.* 12. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. v. 2.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Direito processual civil esquematizado.* 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- ______. *Novo curso de direito processual civil.* São Paulo: Saraiva, 2004.
- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Coisa julgada inconstitucional e limitação temporal para a propositura da ação rescisória. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 47, p. 55-98, abr./jun., 2004. p. 81.
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil.* 2. ed. São Paulo: Método, 2010.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *O mandado de segurança segundo a Lei 12.016, de 07 de agosto de 2009.* Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso avançado de processo civil.* 10. ed. São Paulo: RT, 2008. v. 1.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

MARCO ANTONIO REDINZ

Ex-membro da banca examinadora do Exame da OAB, Seção ES. Advogado. Professor universitário e de cursos preparatórios para concurso público e Exame da OAB. Autor do livro *Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas* (Saraiva, 2. ed., 2013).

BANCA	QUESTÕES
CESPE	268
FCC	164
OUTRAS BANCAS	197
OAB/FGV	30

I. Princípios

(Analista – TRT-9 – 2007 – CESPE) Com relação aos princípios inerentes ao processo do trabalho, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

7100. O processo civil é fonte subsidiária do processo do trabalho, sendo que, nas execuções trabalhistas, havendo omissão na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deve o intérprete, preferencialmente, buscar a regra de regência aplicável às execuções fiscais.

RESPOSTA Arts. 769 e 889, CLT. *Certo.*

7101. De acordo com o princípio da oralidade, os atos processuais prescindem de forma ou transcrição escrita do inteiro teor ou do respectivo resumo e são sempre realizados em audiência perante o juiz do trabalho.

RESPOSTA Prescindir significa renunciar, dispensar. Na reclamação verbal, por exemplo, o reclamante deve apresentar-se na secretaria da Vara para reduzi-la a termo (art. 786, CLT). Tal ato processual, inclusive, não é realizado perante o juiz do trabalho. *Errado.*

(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE) Acerca dos princípios gerais do processo trabalhista, bem como da execução, dos recursos e da decadência nesse âmbito, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

7102. A posição majoritária da doutrina é de que, por ser aplicável subsidiariamente o Código de Processo Civil, nos casos em que a CLT nada dispuser, nem houver incompatibilidade, os entes públicos devam ser notificados pessoalmente da ação por meio de oficial de justiça, e não por correio.

RESPOSTA A notificação do ente público é feita por correio (art. 841, § 1º, CLT). *Errado.*

7103. Segundo a CLT, o Ministério Público só atuará como substituto processual do menor quando este não estiver representado ou assistido por seus representantes legais, caso em que não haverá nulidade a ser reconhecida pela sua não atuação em defesa do incapaz.

RESPOSTA Item correto com base no art. 793, CLT, porém o Ministério Público do Trabalho irá atuar como representante do menor, e não como substituto processual. *Certo.*

7104. Segundo orientação pacificada no TST, no caso de execução provisória, a penhora em dinheiro não será a regra quando outros bens forem nomeados, visto ser aquela forma mais gravosa ao executado.

RESPOSTA Item III da Súmula 417, TST. *Certo.*

7105. Segundo o TST, não há, na justiça do trabalho, possibilidade de interpor-se recurso imediato contra decisões interlocutórias, pois estas são irrecorríveis.

RESPOSTA Súmula 214, TST. *Errado.*

7106. Os créditos resultantes das relações de trabalho decaem após passados dois anos do fim do contrato de trabalho.

RESPOSTA Prescrevem, segundo o inciso XXIX do art. 7º, CRFB, e Súmula 308, TST. *Errado.*

7107. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** Acerca dos princípios do direito processual do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Por aplicação do princípio da proteção, havendo polêmica judicial acerca da existência de horas extras, o ônus da prova caberá sempre ao sujeito que habita o polo passivo da relação jurídica processual.

(B) Tendo em vista o princípio do *jus postulandi*, admite-se que o trabalhador postule diretamente aos órgãos do Poder Judiciário sem o concurso de advogados, excepcionados os casos em que se discuta a existência de justa causa ou de estabilidade decorrente de gravidez.

(C) Como manifestação do princípio do impulso processual de ofício, deve o juiz, obrigatoriamente, dar andamento às execuções, independentemente de qualquer provocação dos interessados.

(D) Do princípio da concentração, fundado em noções de celeridade, simplicidade e economia processual, decorrem os postulados da imediação e da oralidade.

RESPOSTA O princípio da concentração representa a reunião da maioria dos atos processuais em audiência para fins de celeridade, simplicidade e economia processual. *Alternativa D.*

II. Organização da Justiça do Trabalho

7108. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** De acordo com a CF, compreendem a justiça do trabalho

(A) o STF, o TST, os tribunais regionais do trabalho e os juízes do trabalho.

(B) o STF, o Conselho Nacional de Justiça, o TST, os tribunais regionais do trabalho e os juízes do trabalho.

(C) o TST, os tribunais regionais do trabalho e os juízes do trabalho.

(D) o TST, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, os tribunais regionais do trabalho e os juízes do trabalho.

(E) o TST, os tribunais regionais do trabalho, os juízes do trabalho e os juízes de direito investidos de jurisdição trabalhista.

RESPOSTA Art. 111, CF. *Alternativa C.*

7109. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da organização, da composição, do funcionamento, da jurisdição e da competência da justiça do trabalho.

(A) Considerando-se a ampliação da competência da justiça do trabalho, não cabe falar de execução de ofício das contribuições sociais devidas por empregadores e empregados e seus acréscimos legais decorrentes das sentenças que proferir.

(B) Somente se provocado pelas partes interessadas, o CSJT pode apreciar decisões administrativas dos tribunais que contrariem as normas gerais de procedimento por ele expedidas, relacionadas com sistemas de informática, recursos humanos, planejamento e orçamento, administração financeira, material e patrimônio.

(C) Em que pese ser a justiça do trabalho competente para processar e julgar ações que digam respeito à greve, no que concerne à observância das regras estabelecidas na Lei de Greve, essa competência não abrange o julgamento de ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

(D) Compete ao órgão especial do TST, em matéria administrativa, propor ao Poder Legislativo, após deliberação do CSJT, a criação, a extinção ou a modificação de tribunais regionais do trabalho e

varas do trabalho, assim como a alteração de jurisdição e de sede desses tribunais e varas.

(E) Nas ausências temporárias, por período superior a trinta dias, e nos afastamentos definitivos, os ministros do TST são substituídos por juízes de TRT, escolhidos pelo plenário do TST, mediante escrutínio secreto e pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.

RESPOSTA (A) Incorreta, inciso VIII do art. 114, CRFB. (B) Incorreta, pois a apreciação não se dá apenas em caso de requerimento de qualquer interessado, mas pode ser de ofício (inciso IV do art. 12, Resolução Administrativa n. 1.407, de 7-6-2010). (C) Incorreta, Súmula Vinculante 23, STF. (D) Correta, letra *d* do inciso II do art. 69, Regimento Interno do TST. (E) Incorreta, escolhidos pelo Órgão Especial (art. 17, RI do TST). *Alternativa D.*

(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE) Julgue os itens subsequentes com relação à organização e à competência da justiça do trabalho (Certo ou Errado).

7110. Segundo o STF, a competência da justiça do trabalho, quando envolver entes da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do DF e dos municípios, somente não abrange as ações cuja controvérsia diga respeito a regime estatutário, tida como de caráter jurídico-administrativo.

RESPOSTA O item está incorreto pelo fato de ser enfático em afirmar que "somente não abrange as ações cuja controvérsia diga respeito a regime estatutário", tendo em vista que a Justiça Laboral também não tem competência para julgar ações de execuções fiscais e ações previdenciárias que têm como parte entes públicos. *Errado.*

7111. A partir da Emenda Constitucional n. 45/2004, as ações de indenização por dano moral e(ou) patrimonial, decorrentes da relação de trabalho, são da competência da justiça do trabalho, estando excluídas dela somente as ações acidentárias, que continuam a ser da competência da justiça comum.

RESPOSTA Súmulas 22, 235 e 501, STF. *Certo.*

7112. Compete ao presidente do TRT dar posse aos servidores da secretaria da vara do trabalho.

RESPOSTA Inciso III do art. 659, CLT. *Errado.*

7113. Às turmas do TRT compete julgar os agravos de petição.

RESPOSTA Alínea *a* do inciso II do art. 678, CLT. *Certo.*

7114. Segundo o TST, quando houver um conflito de leis trabalhistas no espaço, serão aplicáveis as leis vigentes no local da contratação, e não aquelas no país em que houver a prestação do serviço.

RESPOSTA *Caput* do art. 1º, Lei n. 7.064/82, alterado pelo art. 1º, Lei n. 11.962/2009. A partir da Lei n. 11.962/2009, foi afastado o critério estritamente territorial que havia sido adotado pela Súmula 207, TST, cancelada em 2012, para autorizar a aplicação da legislação trabalhista que for mais favorável ao trabalhador, seja a do país da prestação de serviços, seja a do país da celebração do contrato. *Errado.*

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Acerca da Justiça do Trabalho, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

7115. São órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e os tribunais regionais do trabalho (TRTs), que detêm competências originárias ou recursais, e os juízes do trabalho, integrantes do primeiro grau de jurisdição trabalhista, que processam e julgam as causas não previstas na competência originária dos referidos tribunais.

RESPOSTA Art. 111, CRFB; arts. 652, 678 e 702, CLT. *Certo.*

7116. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) é composto por ministros escolhidos entre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade, nomeados pelo presidente da República após aprovados pela maioria absoluta do Senado Federal. A Constituição Federal vigente prevê que 21 (vinte e um) dos ministros sejam necessariamente oriundos da magistratura de carreira, indicados pelo TST ao presidente da República dentre juízes de tribunais regionais do trabalho; três dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, estes últimos seis a partir de listas tríplices encaminhadas ao presidente da República pelo TST, depois de reduzidas as listas sêxtuplas encaminhadas pelos órgãos de classe das respectivas corporações.

RESPOSTA *Caput* e incisos I e II do art. 111-A, CRFB. *Certo.*

7117. A competência do Tribunal Superior do Trabalho é prevista em lei complementar, à qual cabe regular, ainda, o funcionamento do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

RESPOSTA Lei ordinária (§ 1º e inciso II do § 2º do art. 111-A, CRFB). *Errado.*

7118. A Justiça do Trabalho, atualmente, é dividida em vinte e quatro Regiões, cada qual possuindo um TRT e tantas varas do trabalho quantas criadas por lei, nas quais exercem sua jurisdição os juízes do trabalho, segundo os limites de competência territorial próprios. Os TRTs podem funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, e instalar juízos itinerantes, observados os limites territoriais da respectiva jurisdição a que estão vinculados.

RESPOSTA Art. 764, CLT; §§ 1º e 2º do art. 115 e art. 112, CRFB. *Certo.*

7119. Os juízes de direito podem, excepcionalmente, nos termos da lei, quando as respectivas comarcas não integrarem jurisdição de vara do trabalho, exercer jurisdição trabalhista, mas, nesse caso, o recurso interposto contra suas sentenças deve ser remetido ao tribunal de justiça estadual ao qual estejam vinculados, que absorve, por consequência, a jurisdição trabalhista em grau recursal.

RESPOSTA Com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho (art. 112, CRFB). *Errado.*

(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE) Acerca da distribuição, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

7120. A reclamação verbal deve ser distribuída antes de sua redução a termo. Distribuída a reclamação verbal, o reclamante deve, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de cinco dias, ao cartório ou à secretaria, para reduzi-la a termo, sob pena de perempção.

RESPOSTA Incorrerá na pena de perda do direito de reclamar na Justiça do Trabalho pelo prazo de seis meses (arts. 786 e 731, CLT). *Errado.*

7121. A distribuição das reclamações deve ser feita entre as varas do trabalho ou os juízes de direito do cível, quando investidos na administração da justiça do trabalho, pela ordem rigorosa de sua apresentação ao distribuidor, quando o houver.

RESPOSTA Art. 783, CLT. *Certo.*

7122. Feita a distribuição, a reclamação deve ser remetida pelo distribuidor à vara ou ao juízo competente, acompanhada do bilhete de distribuição.

RESPOSTA Art. 788, CLT. *Certo.*

III. Jurisdição e Competência

(Analista – TRT-9 – 2007 – CESPE) Acerca da organização, da jurisdição e da competência da Justiça do Trabalho, julgue os seguintes itens.

7123. Os TRTs são competentes para processar e julgar os mandados de segurança impetrados contra atos dos juízes do trabalho da respectiva jurisdição, assim como as ações rescisórias contra as sentenças que forem por estes proferidas ou contra os acórdãos oriundos do próprio tribunal.

RESPOSTA Item 2 da letra *c* e item 3 da letra *b* do inciso I do art. 678, CLT. *Certo.*

7124. O TRT tem competência para apreciar os dissídios coletivos que envolvam as categorias no âmbito da respectiva região, e o TST, aqueles que ultrapassem os limites de competência de algum tribunal regional ou que possuam caráter nacional.

RESPOSTA Alínea *a* do inciso I do art. 678 e letra *b* do inciso I do art. 702, CLT. *Certo.*

(Analista – TRT-9 – 2007 – CESPE) Acerca da organização, da jurisdição e da competência da justiça do trabalho, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

7125. São órgãos da justiça do trabalho o Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os tribunais regionais do trabalho (TRTs) e os juízes do trabalho.

RESPOSTA Art. 111, CRFB. *Errado.*

7126. Os tribunais do trabalho são compostos por juízes togados e juízes classistas. Estes últimos representam as categorias econômicas e profissionais, em representação paritária.

RESPOSTA A EC n. 24/99 extinguiu a representação classista. *Errado.*

7127. Os TRTs, que têm sua criação definida por lei, compõem-se de, no mínimo, sete juízes, garantida a representação de um quinto dentre advogados e membros do Ministério Público do Trabalho.

RESPOSTA *Caput* e incisos I e II do art. 115, CRFB. *Certo.*

7128. As varas do trabalho serão criadas por lei, com jurisdição exercida por juiz do trabalho, titular ou substituto, singularmente, mas, nas comarcas em cuja sede não houver vara do trabalho instalada, os juízes de direito exercerão a jurisdição trabalhista, com recurso de suas sentenças em matéria trabalhista para o respectivo TRT.

RESPOSTA A lei criará varas da Justiça do Trabalho, "podendo", nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-las aos juízes de direito, com recurso para o respectivo TRT (art. 112, CRFB). *Errado.*

7129. A justiça do trabalho tem competência para processar e julgar as causas envolvendo as relações de trabalho, além das matérias que envolvam dissídios coletivos, greve, representação sindical, indenizações derivadas da relação de trabalho, exame judicial das penalidades

administrativas impostas pela fiscalização do trabalho e execução das contribuições previdenciárias pertinentes às sentenças que proferir, podendo ter acrescidas outras competências por lei, quando a controvérsia se coligar à relação de trabalho ou dela decorrer.

RESPOSTA Art. 114, CRFB. *Certo.*

7130. O Ministério Público do Trabalho exerce função essencial à justiça, por isso os procuradores do trabalho podem ser promovidos a integrar os tribunais do trabalho nas vagas reservadas ao respectivo quinto constitucional.

RESPOSTA Promovidos não, indicados (art. 94, CRFB). *Errado.*

7131. Nas reclamações trabalhistas, a competência dos juízes do trabalho se define, em regra, pela coincidência da circunscrição judiciária da respectiva vara do trabalho com a localidade onde o empregado tenha prestado seus serviços, ainda que contratado em outro local ou no estrangeiro.

RESPOSTA *Caput* do art. 651, CLT. *Certo.*

(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE) Julgue os itens subsequentes com relação à organização e à competência da justiça do trabalho (Certo ou Errado).

7132. Segundo o STF, a competência da justiça do trabalho, quando envolver entes da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do DF e dos municípios, somente não abrange as ações cuja controvérsia diga respeito a regime estatutário, tida como de caráter jurídico-administrativo.

RESPOSTA Além de não abranger as ações cuja controvérsia diga respeito a regime estatutário, a Justiça do Trabalho também não abrange as ações de execuções fiscais e as previdenciárias, mesmo que esses entes públicos atuem como parte da relação processual. *Errado.*

7133. A partir da Emenda Constitucional n. 45/2004, as ações de indenização por dano moral e(ou) patrimonial, decorrentes da relação de trabalho, são da competência da justiça do trabalho, estando excluídas dela somente as ações acidentárias, que continuam a ser da competência da justiça comum.

RESPOSTA Inciso VI do art. 114, CRFB; Súmula Vinculante 22, STF; e Súmula 15, STJ. *Certo.*

7134. Compete ao presidente do TRT dar posse aos servidores da secretaria da vara do trabalho.

RESPOSTA Inciso III do art. 659, CLT. *Errado.*

7135. Às turmas do TRT compete julgar os agravos de petição.

RESPOSTA Letra *b* do inciso II do art. 678, CLT. *Certo.*

7136. Segundo o TST, quando houver um conflito de leis trabalhistas no espaço, serão aplicáveis as leis vigentes no local da contratação, e não aquelas no país em que houver a prestação do serviço.

RESPOSTA A Lei n. 11.962/2009, que alterou o art. 1º, Lei n. 7.064/82, afastou o critério estritamente territorial adotado pela Súmula 207, TST, cancelada em abril de 2009. Tal alteração legislativa permite a aplicação da legislação trabalhista que seja mais favorável ao trabalhador, seja a do país da prestação de serviços, seja a da celebração do contrato de trabalho. *Errado.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos à organização e competência da justiça do trabalho e ao processo do trabalho (Certo ou Errado).

7137. Compete aos tribunais do trabalho processar e julgar os dissídios coletivos de greve, com exceção dos que envolvam servidores públicos estatutários; para processar e julgar esses dissídios, a competência será, conforme o caso, do STJ, de tribunal regional federal ou de tribunal de justiça.

RESPOSTA Item II da Súmula 114, TST. "O disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária." (ADI 3.395-MC, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 5-4-2006, *DJ* de 10-11-2006). *Certo.*

7138. Compete ao TRT processar e julgar a ação rescisória de decisão proferida pelo próprio TRT, devendo-se seguir o rito procedimental previsto no processo civil, exceto quanto ao depósito prévio, que, no processo do trabalho, é de 15% sobre o valor dado à causa.

RESPOSTA *Caput* do art. 836 e item 2 da alínea *c* do inciso I do art. 678, CLT. *Errado.*

7139. As execuções fiscais decorrentes de multas aplicadas pela fiscalização do trabalho devem ser propostas pela União (fazenda nacional) perante vara do trabalho, sendo interponível contra as decisões proferidas pelo juiz do trabalho o recurso ordinário, por equiparável às apelações previstas na Lei de Execução Fiscal (Lei n. 6.830/1980).

RESPOSTA Alínea *a* do art. 897, CLT. *Errado.*

7140. São órgãos da justiça do trabalho: o TST, os tribunais regionais do trabalho, os juízes do trabalho e os juizados especiais trabalhistas.

RESPOSTA Art. 111, CRFB. *Errado.*

7141. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** João é empregado da empresa Carta Branca Ltda., reside na cidade Beta e trabalha na cidade Ômega. Essa empresa tem sede na cidade Alfa e outra filial na cidade Delta. Nessa situação, se for mover reclamação trabalhista contra a empresa Carta Branca, João deve protocolizar sua inicial apenas na cidade

(A) Beta.
(B) Ômega.
(C) Alfa.
(D) Delta.

RESPOSTA *Caput* do art. 651, CLT. *Alternativa B.*

7142. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Ana foi contratada na condição de empregada doméstica por membro de representação de um Estado estrangeiro. Sua carteira de trabalho e previdência social foi assinada pela pessoa física do membro da representação do referido Estado. Considerando essa situação hipotética e considerando, ainda, que haja litígio trabalhista entre Ana e o referido membro da representação do Estado estrangeiro, assinale a opção correta.

(A) A justiça do trabalho não poderá julgar a demanda, pois os Estados estrangeiros e seus membros gozam de imunidade diplomática prevista na Convenção de Viena.
(B) Ana somente poderá buscar seus direitos perante corte judicial do país do membro da representação de Estado estrangeiro.
(C) Ana deverá encaminhar sua reclamação ao Ministério das Relações Exteriores, que é competente para lidar com as relações diplomáticas entre o Brasil e Estados estrangeiros.

(D) A justiça do trabalho poderá julgar a demanda.

RESPOSTA Inciso I do art. 114, CRFB. *Alternativa D.*

7143. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** A empresa Ômega Ltda., empregadora de Márcio, não efetuou o cadastramento do referido empregado no Programa de Integração Social (PIS). Ao constatar o problema, Márcio formulou solicitação escrita para a diretoria da empresa, com o objetivo de solucionar a omissão. Porém, nenhuma providência foi tomada. Nessa situação hipotética, caso Márcio queira mover ação judicial para solucionar a pendência, deve propor a ação

(A) na justiça federal.
(B) na justiça do trabalho.
(C) na justiça comum estadual.
(D) no juizado especial federal.

RESPOSTA Súmula 300, TST. *Alternativa B.*

7144. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Alfredo, empregado da Empresa Mala Direta S.A., ao perceber que a empresa não havia providenciado o seu cadastro no PIS, procurou a diretoria da empresa para sanar a omissão, obtendo como resposta que a empresa não tomaria qualquer providência a esse respeito. Nessa situação, caso Alfredo venha a demandar contra a empresa, objetivando o cadastramento no PIS, ele deve mover a ação perante

(A) a justiça federal.
(B) a justiça comum estadual.
(C) o STJ.
(D) a justiça do trabalho.

RESPOSTA Súmula 300, TST. *Alternativa D.*

7145. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Suponha-se que um empregado tenha sido demitido sem justa causa da empresa para que trabalhava e que esta não lhe tenha fornecido as guias do seguro desemprego. Nessa situação, caso o empregado tenha interesse em mover algum tipo de ação contra a empresa para obter indenização pelo não fornecimento das guias do seguro-desemprego, ele deve ingressar com ação

(A) em vara cível da justiça comum estadual.
(B) na justiça do trabalho.
(C) na justiça federal.
(D) em juizado especial cível da justiça comum estadual.

RESPOSTA Item I da Súmula 389, TST. *Alternativa B.*

7146. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** José foi demitido sem justa causa pela empresa Solo Brilhante, tendo recebido suas verbas rescisórias. Contudo, a referida empresa não forneceu a José as guias referentes ao seguro-desemprego, tendo esse demonstrado interesse em mover ação para obter a indenização correspondente à não liberação das guias do seguro-desemprego. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta de acordo com entendimento do TST.

(A) José deve ajuizar seu pedido perante a justiça federal.
(B) José deve ajuizar a ação perante a justiça comum estadual.

(C) José deve ajuizar sua inicial perante a justiça do trabalho.
(D) Não é cabível nenhum tipo de ação com o objetivo de pedido de indenização, nesse caso.

RESPOSTA Item I da Súmula 389, TST. *Alternativa C.*

7147. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Um sindicato representante de empregados celetistas procedeu aos atos iniciais para realização do processo de eleição da diretoria, tendo sido escolhida, em assembleia, a comissão eleitoral, designada a data para a realização das eleições e definido o período de registro das chapas concorrentes. Após o registro e concedidos os prazos para a regularização de documentações, três chapas se apresentaram para concorrer ao pleito, contudo, a comissão eleitoral deferiu o registro de apenas duas delas. Nessa situação hipotética, caso exista o interesse de representantes da chapa cujo registro foi indeferido pela comissão eleitoral em ingressar com ação judicial para a obtenção do direito de participação no pleito eleitoral, eles devem ingressar com a competente ação na justiça

(A) comum federal.
(B) eleitoral.
(C) comum estadual.
(D) do trabalho.

RESPOSTA Inciso III do art. 114, CRFB. *Alternativa D.*

7148. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Antônio foi contratado, mediante concurso público e sob o regime das Consolidações da Leis do Trabalho (CLT), para trabalhar em uma empresa pública estadual. Nessa situação, considerando a existência de litígio a respeito de verbas rescisórias a serem pagas a Antônio, será competente para julgar a demanda a

(A) justiça comum.
(B) justiça federal.
(C) justiça do trabalho.
(D) justiça eleitoral.

RESPOSTA Inciso I do art. 114, CRFB. *Alternativa C.*

7149. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Na hipótese de um empregado desejar mover ação de reparação de perdas e danos causados pelo cálculo incorreto do benefício previdenciário por omissão ou equívoco do empregador, o processamento e o julgamento da demanda competirão

(A) à justiça do trabalho.
(B) à justiça federal.
(C) à justiça comum estadual.
(D) ao Ministério da Previdência Social.

RESPOSTA Inciso VI do art. 114, CRFB. *Alternativa A.*

7150. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Considere que, em determinado município, uma reclamação trabalhista tramite perante vara cível, dada a inexistência, na localidade, de vara do trabalho e dada a falta de jurisdição das existentes no estado. Nessa situação, caso venha a ser instalada uma vara trabalhista nessa localidade, a ação deve

(A) continuar sendo processada e julgada junto à justiça comum em razão do princípio da *perpetuatio*

jurisdictionis, independentemente da fase em que esteja.
(B) ser remetida à vara do trabalho, seja qual for a fase em que esteja, para que lá continue sendo processada e julgada, sendo esse novo juízo o competente, inclusive, para executar as sentenças já proferidas pela justiça estadual.
(C) ser remetida à vara do trabalho apenas se ainda não tiver sido prolatada a sentença, cabendo à justiça comum executar a sentença proferida.
(D) continuar no âmbito da competência da justiça comum, caso ainda não tenha sido prolatada a sentença, cabendo à vara do trabalho a execução da decisão.

RESPOSTA Súmula 10, STJ. *Alternativa B.*

7151. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Um conflito de competência existente entre um juiz do trabalho e um juiz federal deve ser julgado
(A) pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).
(B) por um Tribunal Regional Federal.
(C) pelo STJ.
(D) pelo STF.

RESPOSTA Alínea *d* do inciso I do art. 105, CRFB. *Alternativa C.*

7152. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta, considerando que, em determinado processo, tenha sido sugerido haver conflito de competência funcional entre o TRT e uma vara do trabalho a ele vinculada.
(A) Não se configura conflito de competência entre TRT e vara do trabalho a ele vinculada.
(B) O TRT deverá julgar o conflito.
(C) O TST deverá julgar o conflito.
(D) O STF deverá julgar o conflito.

RESPOSTA Súmula 420, TST. *Alternativa A.*

7153. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Julgue os itens seguintes, relativos à competência da justiça do trabalho.
I. É competência da justiça do trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho.
II. É competência da justiça do trabalho processar e julgar as ações que envolvam exercício do direito de greve.
III. Os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data serão processados e julgados na justiça do trabalho quando o ato questionado envolver matéria sujeita a sua jurisdição.
IV. Compete à justiça do trabalho processar e julgar as execuções, de ofício, das contribuições sociais previstas na Constituição Federal decorrentes das sentenças que proferir.
A quantidade de itens certos é igual a
(A) 4.
(B) 3.
(C) 2.
(D) 1.

RESPOSTA (I) Inciso VI do art. 114, CRFB; e Súmula 392, TST. (II) Inciso II do art. 114, CRFB. (III) Inciso IV do art. 114, CRFB. (IV) Inciso VIII do art. 114, CRFB. *Alternativa A.*

7154. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Nas comarcas não abrangidas pela jurisdição da justiça do trabalho, atribui-se ao juiz de direito a competência para julgar as demandas trabalhistas. Em caso de recurso de sentença proferida por um juiz de direito em matéria trabalhista, deverá julgar esse recurso o tribunal

(A) de justiça do estado.
(B) regional do trabalho do estado.
(C) regional federal.
(D) de justiça.

RESPOSTA Art. 112, CRFB. *Alternativa B.*

7155. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Considerando o direito processual do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Segundo a jurisprudência do STJ e do STF, a nova regra de competência contida da Emenda Constitucional 45/2004, que alterou o art. 114, da CF, alcança processos em curso, independentemente da existência, ou não, de sentença de mérito.
(B) O Código Tributário Nacional coloca o crédito fiscal em situação mais privilegiada que os créditos trabalhistas.
(C) Compete ao STJ dirimir conflitos de competência entre juízes trabalhistas vinculados a tribunais regionais do trabalho diversos.
(D) Na lide trabalhista, compete ao TRT dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz estadual e juiz do trabalho.
(E) A incompetência absoluta de juiz do trabalho para apreciar matéria referente a crime por exemplo, de falso testemunho, a ser julgado perante juiz de direito, na justiça estadual, pode ser declarada pelo respectivo tribunal de justiça.

RESPOSTA Súmula 180, STJ. *Alternativa D.*

7156. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Considere o seguinte trecho de ementa extraída do Conflito de Competência 79.323/SP.

Determinação, pela justiça do trabalho, de penhora no rosto dos autos em processo que tramita perante o juízo cível, de numerário de que supostamente é credora a reclamada. Indeferimento, pelo juízo cível, da penhora, com fundamento em que se trata de verbas de sucumbência. Obs.: os dois juízos são localizados na cidade de Santo André, SP.

Considerando a situação acima, assinale a opção correta.

(A) O conflito não pode ser conhecido, pois não compete ao STJ julgar conflito entre juiz de direito e juiz do trabalho da mesma localidade.
(B) Há impossibilidade de solução da controvérsia por meio do conflito de competência, já que cada um dos juízos é competente para disciplinar os atos que são praticados nos processos sob sua jurisdição.
(C) O conflito de competência é cabível, pois os dois juízos, no que se refere à penhora, são competentes para disciplinar os atos que são praticados nos processos sob sua jurisdição.
(D) Deve prevalecer a penhora determinada pelo juízo trabalhista em face da preferência dos créditos trabalhistas.
(E) A decisão do juízo cível que indeferiu a penhora não tem como ser impugnada pela parte

interessada mediante os recursos dispostos para tanto na legislação processual civil.

RESPOSTA "Impossibilidade de solução da controvérsia mediante conflito de competência, já que cada um dos juízos é competente para disciplinar os atos que são praticados nos processos sob sua jurisdição"[1]. *Alternativa B.*

(Analista – TST – 2008 – CESPE) No que concerne a acidente do trabalho e moléstia profissional, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

7157. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano patrimonial decorrentes da relação de trabalho, nelas incluídas as ações nas quais o empregado pleiteia do empregador o pagamento de indenização material decorrente de acidente do trabalho.

RESPOSTA Inciso VI do art. 114, CRFB; e Súmula Vinculante 22, STF. *Certo.*

7158. Ante a natureza jurídica cível da pretensão deduzida, compete à Justiça Comum processar e julgar as ações nas quais o empregado pleiteia do empregador o pagamento de indenização por danos morais decorrentes de acidente do trabalho.

RESPOSTA Compete à Justiça do Trabalho (inciso VI do art. 114, CRFB; e Súmula Vinculante 22, STF). *Errado.*

7159. Falecendo o empregado em decorrência de acidente do trabalho, não corre prazo prescricional para ajuizamento de ação indenizatória por seus dependentes menores, enquanto durar a incapacidade civil absoluta.

RESPOSTA Art. 440, CLT. *Certo.*

(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE) Considerando a jurisdição, a competência e a composição das varas do trabalho e dos tribunais regionais do trabalho (TRTs), julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

7160. Os TRTs compõem-se de, no mínimo, oito juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo presidente da República entre brasileiros com mais de trinta e menos de 65 anos de idade.

RESPOSTA Compõem-se de, no mínimo, sete juízes (art. 107, *caput*, CRFB). *Errado.*

7161. Em todos os TRTs existentes no país, compete ao tribunal pleno o julgamento dos dissídios coletivos.

RESPOSTA Em regra, compete ao tribunal pleno o julgamento dos dissídios coletivos, porém os TRTs que funcionarem divididos em Grupos de Turmas promoverão a especialização de um deles com a competência exclusiva para a conciliação e julgamento de dissídios coletivos (art. 6º, *caput*, Lei n. 7.701/88; e art. 678, I, *a*, CLT). *Errado.*

7162. As varas do trabalho são competentes para julgar dissídio coletivo de trabalho em que se busca reajuste salarial.

RESPOSTA As varas do trabalho somente julgam dissídios individuais, enquanto o TRT e TST julgam dissídios coletivos (art. 678, I, *a*, e art. 702, I, *b,* CLT). *Errado.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) No que se refere à organização e competência da justiça do trabalho, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

7163. A sentença normativa poderá ser objeto de ação de cumprimento a partir do oitavo dia subsequente ao do julgamento, fundada no acórdão ou na certidão de julgamento, salvo se concedido

efeito suspensivo pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

RESPOSTA Vigésimo dia, conforme o § 6º do art. 7º, Lei n. 7.701/88. *Errado.*

(Procurador – Vitória-ES – 2007 – CESPE) Julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

7164. De acordo com a jurisprudência atual, a justiça do trabalho é competente para julgar pedidos, dirigidos ao empregador, de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de acidente do trabalho.

RESPOSTA Súmula Vinculante 22, STF. *Certo.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) De acordo com a jurisprudência do STF, julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

7165. É da competência da justiça do trabalho o processamento e o julgamento das causas que envolvam pedido de condenação de ente público ao pagamento de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho sofrido por servidor público estatutário.

RESPOSTA Inciso I do art. 114, CF. "O disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária" (ADI 3.395-MC, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 5-4-2006, *DJ* de 10-11-2006). *Errado.*

7166. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Com relação à justiça do trabalho, julgue os seguintes itens.

I. As ações de cobrança de contribuições para o FGTS devidas pelos empregadores devem ser propostas na justiça do trabalho.

II. Os crimes contra a organização do trabalho serão julgados na justiça federal.

III. As demandas referentes à prestação de serviços de trabalhadores autônomos serão julgadas na justiça comum estadual.

IV. As ações de acidente do trabalho propostas pelo beneficiário contra o INSS, em que se discuta controvérsia acerca de benefício previdenciário, serão julgadas na justiça federal.

Estão certos apenas os itens

(A) I e III.
(B) I e IV.
(C) II e III.
(D) I, II e IV.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 2º, Lei n. 8.844/94, logo Justiça Federal (art. 109, I, CF). (II) Inciso VI do art. 109, CF. (III) Há controvérsia, pois, se o serviço for prestado numa relação de trabalho, será a Justiça do Trabalho (EC n. 45/2004 e art. 114, I, CF); mas, se for prestado por profissional liberal contra cliente, será a Justiça Estadual (Súmula 363, STJ). (IV) "Exceto" conforme o inciso I do art. 109, CF; e Súmula 15, STJ. *Alternativa C.*

IV. Procedimento

7167. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Quanto a citação ou notificação postal na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

(A) A citação ou notificação postal presume-se realizada quando tenha sido entregue, na empresa, a empregado da reclamada, a zelador de prédio comercial ou tenha sido depositada em caixa postal da empresa, incumbindo à parte provar o não recebimento.

(B) A citação ou notificação postal apenas poderá ser considerada válida quando for recebida pessoalmente pelo proprietário da reclamada, preposto legalmente constituído, ou pela própria pessoa do reclamado, em caso de pessoa física.

(C) A citação na justiça do trabalho apenas poderá ser realizada por oficial de justiça.

(D) Não se admite, em nenhuma hipótese, citação ou notificação por via postal, já que agências de correios não são órgãos vinculados à justiça do trabalho.

RESPOSTA Art. 841, CLT; e Súmula 16, TST. *Alternativa A.*

(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE) Com relação à pessoa jurídica de direito público como parte em processo trabalhista, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

7168. O não comparecimento do representante da pessoa jurídica de direito público na audiência em que deveria produzir defesa não importa revelia e confissão quanto à matéria de fato, prevalecendo, na hipótese, a busca da verdade real, por tratar-se de interesse público indisponível.

RESPOSTA OJ 152 da SDI-I, TST. *Errado.*

7169. Os estados e os municípios, por intermédio de seus procuradores, detêm legitimidade para recorrer em nome de entidades autárquicas com personalidade jurídica.

RESPOSTA OJ 318 da SDI-I, TST. *Errado.*

(Procurador – Vitória-ES – 2007 – CESPE) Julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

7170. O processo do trabalho orienta-se pela defesa da ordem pública. Em razão disso, as nulidades processuais devem ser pronunciadas de ofício pelo juiz, independentemente de qualquer provocação das partes.

RESPOSTA *Caput* do art. 795, CLT. *Errado.*

7171. Considere a seguinte situação hipotética. Um empregado não recebeu o salário do mês de junho de 2001. Em outubro de 2003, ele foi dispensado sem justa causa. Em agosto de 2004, ajuizou reclamação trabalhista para receber o valor do salário que não foi pago em junho de 2001. Nessa situação, não há prescrição a ser pronunciada.

RESPOSTA Como foi dispensado em 10/2003, o empregado teria até 10/2005 para ajuizar a ação trabalhista (2 anos). Como ajuizou em 08/2004 não há que se falar em prescrição bienal. Ademais, com o ajuizamento foram preservadas as pretensões alusivas aos últimos 5 anos, isto é, de 08/99 a 08/2004. Portanto, não há que se falar em prescrição em relação ao salário de 06/2001 (art. 7º, XXIX, CF; e Súmula 308, TST). *Certo.*

7172. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** O art. 191 do CPC estabelece que, existindo litisconsortes com diferentes procuradores, os prazos devem ser contados em dobro para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos. Sendo assim, a regra contida no referido artigo

(A) se aplica ao processo do trabalho, uma vez que a CLT é omissa, sendo, por isso, o CPC aplicado de forma subsidiária.

(B) se aplica ao processo do trabalho, uma vez que a CLT também prevê a aplicação do prazo em dobro aos litisconsortes com procuradores distintos.

(C) não se aplica ao processo do trabalho, por ser incompatível com o princípio da celeridade, inerente ao processo trabalhista.

(D) não se aplica ao processo do trabalho, já que regras específicas de processo civil não podem ser

aplicadas a esse tipo de processo.

(E) não se aplica ao processo do trabalho, por ser incompatível com norma expressa da CLT.

RESPOSTA OJ 310 da SDI-I, TST. *Alternativa C.*

7173. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** José moveu reclamação trabalhista contra uma autarquia do estado do Piauí. O juiz do trabalho julgou procedente a reclamação e condenou a autarquia. Joaquim, procurador do estado do Piauí, interpôs, então, recurso ordinário contra a decisão do juiz do trabalho em nome do estado do Piauí. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O estado do Piauí possui legitimidade para recorrer, uma vez que a autarquia pertence à administração direta do estado.

(B) O estado do Piauí possui legitimidade para recorrer, uma vez que a condenação deverá ser suportada pelos cofres públicos do estado.

(C) O estado do Piauí não possui legitimidade para recorrer, uma vez que não existe previsão legal para isso na CLT.

(D) O estado do Piauí não possui legitimidade para recorrer em nome da autarquia, pois esta é detentora de personalidade jurídica própria.

(E) A demanda jamais poderia ser discutida na justiça do trabalho, já que autarquias não podem ter em seus quadros, em nenhuma hipótese, empregados públicos regidos pela CLT.

RESPOSTA OJ 318 da SDI-I, TST. *Alternativa D.*

7174. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Com relação às nulidades em processo do trabalho, é correto afirmar que a nulidade apenas será declarada se houver

(A) provocação da parte e dela resultar prejuízo manifesto àquela que a arguir, desde que não seja possível suprir a falta ou repetir o ato.

(B) provocação da parte que não lhe houver dado causa, resultar prejuízo manifesto à parte requerente e não se tratar de questão de ordem pública.

(C) provocação da parte que não lhe houver dado causa; resultar prejuízo manifesto à parte requerente; não for possível suprir a falta ou repetir o ato questionado; e houverem sido arguidas na primeira oportunidade que a parte interessada tinha em seguida ao ato ou falta, ressalvada, em qualquer situação, a hipótese de declaração de ofício em caso de nulidade fundada em incompetência do juiz ou tribunal.

(D) prejuízo à parte requerente, tratando-se de questão de ordem pública; não for possível suprir a falta ou repetir o ato questionado; houver sido arguida na primeira oportunidade em que a parte interessada tinha para manifestar-se nos autos.

(E) contaminação dos atos anteriores ou disso resultar prejuízo à parte que lhe houver dado causa, exceto quando a questão emergir de interesse público, hipótese em que o silêncio da parte não prejudicará que o próprio juiz ou tribunal anule todo o processo onde se verifique a nulidade insanável.

RESPOSTA CLT, art. 794, *caput* e § 1º do art. 795 e alíneas *a* e *b* do art. 796. *Alternativa C.*

7175. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Quanto à prova das horas extraordinárias de trabalho na reclamação trabalhista, assinale a opção correta.

(A) Os cartões de ponto, apresentados pelo empregador e que demonstrem horários uniformes de

entrada e saída do empregado, são válidos como meio de prova de que este não trabalhou além do horário normal, cabendo ao reclamante demonstrar as horas extras que alega ter prestado.

(B) O ônus da prova, quanto às horas extras de trabalho, será sempre do empregado.

(C) Os cartões de ponto, apresentados pelo empregador, que demonstrem horários uniformes de entrada e saída do empregado, não servem como meio de prova para demonstrar as horas extras prestadas por este, de modo que se inverte o ônus da prova, que passa a ser do reclamado.

(D) Os cartões de ponto, apresentados pelo empregador, que demonstrem horários uniformes de entrada e saída do empregado, não são válidos como meio de prova de que este não trabalhou além do horário normal, mas não eximem o reclamante de demonstrar que prestou horas extras.

RESPOSTA Item III da Súmula 338, TST. *Alternativa C.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Acerca do Direito Processual do Trabalho, julgue o próximo item (Certo ou Errado).

7176. Os princípios do Direito Processual do Trabalho funcionam como orientadores das partes, que devem apresentar fatos e postular a solução, e do juiz, o qual deve interpretar os fatos que lhe são apresentados e, aplicando a lei aos casos concretos, solucionar a lide. Tais princípios inspiram preceitos legais, orientam os intérpretes e sanam as omissões legais.

RESPOSTA Art. 8º, CLT. Os princípios podem servir de base para a aprovação de novas normas, orientam na interpretação das normas existentes, e resolvem os casos não previstos pelo legislador, no caso de lacunas na lei. *Certo.*

7177. Em atenção ao princípio do duplo grau de jurisdição, que possibilita o reexame da sentença definitiva por órgão de jurisdição não prolator da decisão, via de regra, de hierarquia superior, cabe a remessa oficial caso a fazenda pública seja condenada a pagar, por exemplo, R$ 15.000,00 em uma ação trabalhista.

RESPOSTA Letra *a* do item I da Súmula 303, TST. Levando-se em consideração que o salário mínimo de 2009 era R$ 465,00, teremos o seguinte: R$ 15.000,00 ÷ R$ 465,00 = 32,25 salários mínimos. Portanto, não cabe a remessa oficial, uma vez que o valor de R$ 15.000,00 não ultrapassa os 60 salários mínimos exigidos na citada Súmula. *Errado.*

7178. **(Advogado – CEHAP – 2009 – CESPE)** Acerca das normas inerentes à tutela do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Se for verificada, mediante perícia, que a prestação de serviços ocorre em condições nocivas, mas por agente insalubre diverso do apontado na inicial, o pedido de adicional de insalubridade não ficará prejudicado.

(B) A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo podem ser consideradas atividades insalubres, se constatadas por laudo pericial.

(C) Se for percebido com habitualidade, por pelo menos dez anos, o adicional de insalubridade passa a integrar a remuneração do empregado para todos os efeitos legais. Considerando-se o princípio da estabilidade financeira, o valor não pode ser retirado nem mesmo quando eliminada a insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo.

(D) Um empregado que realiza serviço em campo, trabalhando ao ar livre e submetido aos raios solares durante boa parte de sua jornada faz jus ao adicional de insalubridade.

RESPOSTA (A) Súmula 293, TST. (B) OJ 4 da SDI-I, TST. (C) Item I da Súmula 372, TST; e Súmula 80, TST. (D) Item I da OJ 173 da SDI-I, TST. *Alternativa A.*

7179. **(Advogado – CEHAP – 2009 – CESPE)** A respeito do inquérito para apuração de falta grave, assinale a opção correta.

(A) O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial.

(B) Caso pretenda dispensar empregada detentora de estabilidade gestante, o empregador deverá ajuizar inquérito para apuração de falta grave.

(C) No inquérito para apuração de falta grave, as custas deverão ser pagas pela empresa antes do julgamento pela vara do trabalho ou pelo juízo de direito.

(D) O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito em face do empregado que incorre em abandono de emprego é contado a partir do momento em que for praticada a referida falta.

RESPOSTA *Caput* do art. 494 e § 3º do art. 543, CLT; e Súmula 379, TST. *Alternativa A.*

V. Procedimento Sumaríssimo

7180. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do procedimento sumaríssimo.

(A) A ausência de pedido certo e determinado impõe, além do pagamento das custas sobre o valor da causa, o arquivamento da reclamação.

(B) No âmbito desse procedimento, não será possível a produção de prova técnica.

(C) Tal procedimento é aplicável aos dissídios individuais e coletivos, desde que o valor da causa não exceda quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do seu ajuizamento.

(D) Estão excluídas desse tipo de procedimento as demandas em que seja parte a administração pública direta, autárquica, fundacional ou sociedade de economia mista.

RESPOSTA (A) Inciso I e § 1º do art. 852-B, CLT. (B) § 4º do art. 852-H, CLT. (C) *Caput* do art. 852-A, CLT. (D) Parágrafo único do art. 852-A, CLT. *Alternativa A.*

7181. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Se, em reclamação trabalhista de rito não sumaríssimo, o reclamante arrolar seis testemunhas para provar a realização de horas extras e o juiz indeferir o depoimento de três, essa decisão do juiz

(A) será correta, visto que cada uma das partes não pode indicar mais de três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a seis.

(B) será incorreta, pois somente na hipótese de inquérito o número de testemunhas se limita a três.

(C) constituirá cerceamento de defesa, dada a possibilidade de a parte provar os fatos por todos os meios em direito admitidos.

(D) ferirá o ordenamento jurídico, haja vista a garantia, conferida pela norma trabalhista, de o reclamante arrolar até três testemunhas para cada fato.

RESPOSTA Art. 821, CLT. *Alternativa A.*

7182. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** A respeito do procedimento sumaríssimo no processo do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Ação trabalhista contra autarquia federal submete-se ao procedimento sumaríssimo desde que o valor daquela não exceda a quarenta salários mínimos.

(B) A citação por edital será admitida no procedimento sumaríssimo caso as tentativas de citação por carta registrada e oficial de justiça não tenham logrado êxito.

(C) Cada parte poderá indicar até três testemunhas para a oitiva na audiência de instrução e julgamento.

(D) No procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula uniforme do TST ou por violação direta da CF.

RESPOSTA (A) Parágrafo único do art. 852-A, CLT. (B) Inciso II do art. 852-B, CLT. (C) § 2º do art. 852-H, CLT. (D) § 6º do art. 896, CLT. *Alternativa D.*

7183. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Com relação ao procedimento sumaríssimo estipulado na CLT, assinale a opção correta.

(A) O procedimento sumaríssimo é apropriado para reclamação trabalhista com valor de até sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do seu ajuizamento.

(B) O número máximo de testemunhas que cada uma das partes pode indicar é três, devendo elas comparecer à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação ou convite.

(C) Nas reclamações enquadradas no referido procedimento, não é permitida a citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e do endereço do reclamado.

(D) Nas reclamações enquadradas no referido procedimento, o pedido pode ser ilíquido, desde que não seja possível a parte indicá-lo expressamente.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 852-A, CLT. (B) § 2º do art. 852-H, CLT. (C) Inciso II do art. 852-B, CLT. (D) Inciso I do art. 852-B, CLT. *Alternativa C.*

7184. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** A respeito do procedimento sumaríssimo na justiça do trabalho, julgue os itens seguintes.

I. O pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente.

II. As demandas em que é parte a administração pública direta, autárquica ou fundacional também podem se submeter ao procedimento sumaríssimo, se o valor pleiteado não exceder a quarenta vezes o salário mínimo.

III. Não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e do endereço do reclamado.

IV. As partes poderão arrolar até no máximo três testemunhas cada, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) III e IV.

RESPOSTA (I) Inciso I do art. 852-B, CLT. (II) Parágrafo único do art. 852-A, CLT. (III) Inciso II do art. 852-B, CLT. (IV) § 2º do art. 852-H, CLT. *Alternativa B.*

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Carlos ajuizou, perante a vara do trabalho, reclamação trabalhista, com valor de causa igual a vinte salários mínimos, pretendendo verbas salariais e rescisórias da empresa que fora sua anterior empregadora e, ainda, a responsabilização subsidiária da autarquia federal, à qual teria, por meio daquela empresa interposta, prestado serviços. A ação apresentou pedidos líquidos e endereço adequado das partes reclamadas. Assistido o trabalhador pelo

sindicato da categoria obreira, postulou na petição inicial, ainda, honorários advocatícios em favor da entidade assistente, juntando declaração de que, não obstante perceba salário superior a dois salários mínimos, não tinha condições de suportar os ônus do processo sem prejuízo ao sustento próprio e ao de sua família. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

7185. A reclamação trabalhista deve seguir o rito sumaríssimo, devido ao valor dado à causa e à observância da exigência de pedido líquido e de correto endereçamento da parte reclamada, já que a autarquia federal apenas está sendo chamada a integrar a lide como responsável subsidiária, e não como devedora principal.

RESPOSTA O parágrafo único do art. 852-A, CLT, excluiu do procedimento sumaríssimo as demandas que tenham como parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, seja como responsável principal ou subsidiário. *Errado.*

7186. Dada a irregularidade da prestação dos serviços terceirizados, seria correto que o juiz decidisse pela nulidade do contrato entre a autarquia e a empresa interposta e declarasse que o vínculo de emprego foi estabelecido diretamente entre Carlos e a autarquia.

RESPOSTA Inciso II do art. 37, CRFB; e item II da Súmula 332, TST. *Errado.*

7187. Nessa situação, não pode ser concedida gratuidade judiciária, já que somente quem percebe remuneração em valor igual ou inferior a dois salários mínimos faz jus a esse benefício. Por isso, também não cabe eventual condenação em honorários advocatícios, se Carlos for vencedor.

RESPOSTA O juiz também pode conceder a gratuidade da justiça àqueles que declararem que não estão em condições de pagar as custas sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família (§ 3º do art. 790, CLT). Na JT, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorre simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar sendo assistida pelo sindicato de sua categoria profissional e comprovar que recebe menos do que dois salários mínimos ou que se encontra em situação econômica que não lhe permita demandar (item I da Súmula 219, TST). *Errado.*

VI. Atos, Termos e Prazos

7188. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Com relação aos atos, termos e prazos processuais na justiça trabalhista, assinale a opção correta.

(A) Os atos processuais devem ser públicos, salvo quando o interesse social determinar o contrário, e terão de realizar-se nos dias úteis, no horário de expediente forense habitual.

(B) No processo trabalhista, os prazos são contados com a inclusão do dia em que se iniciam e do dia em que vencem.

(C) Os documentos juntados aos autos podem ser desentranhados sempre que a parte assim o requerer.

(D) Presume-se recebida, 48 horas após a sua postagem, a notificação para a prática de ato processual, sendo possível a produção de prova em contrário.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 770, CLT. (B) *Caput* do art. 775, CLT. (C) Art. 780, CLT. (D) Súmula 16, TST. *Alternativa D.*

7189. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência a prazos processuais no direito do trabalho.

(A) De decisão publicada no dia 17 de dezembro, quinta-feira, que conclua pela inexistência de vínculo entre a parte e a empresa, pode-se recorrer até o dia 7 de janeiro do ano seguinte, considerando-se o recesso forense, o qual se estende de 20 de dezembro a 6 de janeiro.

(B) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se a partir do dia em que a decisão de mérito

transita em julgado.

(C) Das decisões proferidas pelo Grupo Normativo dos TRTs, cabe recurso ordinário para o TST, tendo o juiz relator prazo de vinte dias para redigir o acórdão.

(D) A sentença normativa pode ser objeto de ação de cumprimento a partir do vigésimo dia subsequente ao do julgamento, fundada no acórdão ou na certidão de julgamento, salvo se concedido efeito suspensivo pelo presidente do TST.

(E) Considerando-se que o mandado de segurança não constitui, na essência, ação trabalhista, da decisão de TRT em mandado de segurança cabe recurso ordinário para o TST, no prazo de quinze dias, e igual dilação para o recorrido e para os interessados apresentarem razões de contrariedade.

RESPOSTA § 6º do art. 7º, Lei n. 7.701/88. *Alternativa D.*

(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE) A respeito dos atos, termos e prazos processuais, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

7190. Recebida e protocolada reclamação em que integre o polo passivo a União, o escrivão ou o secretário, dentro de 48 horas, deverá remeter a segunda via da petição ou do termo ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo para comparecer à audiência do julgamento, que vai ser a primeira desimpedida depois de vinte dias.

RESPOSTA *Caput* do art. 841, CLT; e art. 188, CPC. *Certo.*

7191. Os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e devem ser realizados nos dias úteis, nunca antes das oito horas, sendo possível sua extensão até as vinte horas.

RESPOSTA *Caput* do art. 770, CLT. *Errado.*

7192. É possível que a penhora se realize em domingo ou dia feriado.

RESPOSTA Parágrafo único do art. 770, CLT. *Certo.*

7193. Segundo entendimento do TST, tendo sido intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente.

RESPOSTA Item I da Súmula 262, TST. *Certo.*

7194. Considerando que os prazos estabelecidos no título de atos, termos e prazos processuais contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e são contínuos e irreleváveis, somente podendo ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal ou em virtude de força maior devidamente comprovada, é certo que o recesso forense e as férias coletivas dos ministros não suspendem os prazos recursais.

RESPOSTA Somente a segunda parte da questão está errada (*caput* do art. 775, CLT; e item II da Súmula 262, TST). *Errado.*

7195. Presume-se recebida a notificação 72 horas depois de sua postagem. O não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.

RESPOSTA Súmula 16, TST. *Errado.*

VII. Nulidades Processuais

(Analista – TRT-9 – 2007 – CESPE) Acerca das nulidades processuais no processo do trabalho,

julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

7196. No processo do trabalho, se considera a nulidade apenas quando do ato questionado resulte manifesto prejuízo à parte que não o praticou, e desde que, não tendo sido arguido por quem lhe haja dado causa, seja possível suprir a falta ou repetir-se o ato, resultando na necessária nulidade do processado, prejudicando não apenas os atos subsequentes como os anteriores, uma vez que prevalece a contaminação dos atos processuais.

RESPOSTA A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência (art. 798, CLT). *Errado.*

7197. As partes litigantes deverão arguir a nulidade perante o juiz, na primeira ocasião em que se manifestarem no processo. Se não o fizerem, a eventual nulidade não poderá ser pronunciada por decorrência da preclusão, mesmo que envolva questão alusiva a competência material da justiça do trabalho.

RESPOSTA Não há que se falar em preclusão, visto que a competência material é absoluta, de ordem pública, podendo ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição, devendo, inclusive, ser pronunciada de ofício pelo juiz (art. 795, § 1º, CLT). *Errado.*

7198. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** No que se refere às nulidades no processo do trabalho, assinale a opção correta de acordo com a CLT.

(A) A nulidade será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
(B) Não haverá nulidade quando dos atos inquinados resultar manifesto prejuízo às partes litigantes.
(C) Tratando-se de nulidade fundada em incompetência de foro, serão considerados nulos os atos ordinatórios.
(D) O juiz ou tribunal que declarar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 795, CLT. (B) Art. 794, CLT. (C) § 1º do art. 795, CLT. (D) Art. 797, CLT. *Alternativa D.*

7199. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** A respeito das regras que informam as nulidades no âmbito do processo do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Em nenhuma hipótese, a parte demandada está desobrigada de suscitar a nulidade processual resultante da incompetência territorial, sob pena de convalidação.
(B) Não há preclusão quando a parte prejudicada com o indeferimento da produção de prova pericial, ocorrido em audiência, apenas questiona a nulidade processual por cerceio de defesa por ocasião do recurso ordinário aviado contra a sentença terminativa proferida.
(C) A competência da justiça do trabalho para julgar indenização por dano moral resultante de acidente de trabalho será prorrogada caso a parte demandada deixe de suscitar tal questão por ocasião de sua resposta.
(D) Proclamada a nulidade processual, todos os atos ulteriores serão nulos, ainda que não dependam daquele ato anterior viciado.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 795, CLT. (B) *Caput* do art. 795, CLT. (C) Inciso VI do art. 114, CRFB; e Súmula Vinculante 22, STF. (D) Art. 798, CLT. *Alternativa A.*

7200. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Acerca de vícios e nulidades do processo do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Se uma das testemunhas regularmente intimadas para depor em demanda na qual se postule o pagamento de horas extras não comparecer e o juiz indeferir o adiamento da audiência e a condução coercitiva da testemunha, essa atitude poderá gerar nulidade por negativa de prestação jurisdicional.

(B) Não há nulidade quando o juiz, ao analisar os embargos declaratórios, acolhe-os imediatamente, emprestando-lhes efeito modificativo, e intima a parte contrária somente após proferida essa decisão, já que, nesse caso, o juiz se pautou pela observância do princípio da celeridade processual.

(C) Considere que a única testemunha apresentada pela empresa reclamada tenha sido ouvida e que seu depoimento tenha socorrido o demandante. Considere, ainda, que, em razões finais, a empresa tenha contraditado a testemunha, sob o fundamento de que era amiga íntima da parte autora, e que o juiz tenha negado a contradita e julgado de forma favorável ao reclamante. Nesse caso, é possível que a arguição de nulidade pela empresa seja bem-sucedida, já que o juiz deveria ter aberto prazo para a empresa provar suas alegações.

(D) Se o MP não for intimado a acompanhar feito em que deva intervir, o processo será nulo.

(E) Cabe ao juízo declarar nulidades somente quando provocado pelas partes interessadas.

RESPOSTA (A) Art. 400, CPC. (B) Item I da OJ 142 da SDI-I, TST. (C) § 1º do art. 414, CPC. (D) *Caput* do art. 246, CPC. (E) § 1º do art. 795, CLT. *Alternativa D.*

7201. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Com respeito a nulidades, assinale a opção correta.

(A) Pode-se decretar a nulidade a favor de quem deu causa ao vício processual.

(B) O princípio da convalidação se aplica tanto às nulidades relativas quanto às absolutas.

(C) No processo do trabalho, o princípio da transcendência é inspirado no sistema francês *pas de nullité sans grief*.

(D) Em sede de recurso de revista, o TST pode reconhecer, de ofício, nulidade absoluta, ocorrida nas instâncias ordinárias, ainda que não tenha sido prequestionada no TRT.

(E) O princípio do interesse significa que a nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependem ou sejam consequência.

RESPOSTA (A) A decretação da nulidade não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa (art. 243, CPC). (B) O princípio da convalidação somente incide sobre as anulabilidades e as irregularidades, não havendo convalidação das nulidades absolutas, tendo em vista que o juiz deve conhecer de ofício tais defeitos (art. 245, parágrafo único, CPC). (C) No processo do Trabalho vigora o Princípio da Transcendência, na qual a nulidade somente será declarada se resultar em prejuízo às partes (art. 794, CLT). "*Pas de nullité sans grief*" significa "não há nulidade sem prejuízo". (D) É necessário o prequestionamento como pressuposto de admissibilidade em recurso de natureza extraordinária, ainda que se trate de incompetência absoluta (OJ 62 da SDI-I, TST). (E) Princípio da utilidade, e não do interesse (art. 798, CLT). *Alternativa C.*

VIII. Partes e Procuradores

7202. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** A respeito do preposto, julgue os itens subsequentes.

I. Para figurar como preposto em um processo, basta ser conhecedor da situação de fato, objeto da demanda.

II. A carta de preposição é documento hábil para prova do mandato outorgado. A sua ausência deve atrair a aplicação da revelia, em qualquer caso.

III. O preposto deve ser, necessariamente, sócio, diretor ou empregado da reclamada.

IV. Nas ações que digam respeito a empregados domésticos, não é necessário que o preposto seja empregado do reclamado.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) III e IV.

RESPOSTA (I) § 1º do art. 843, CLT; e Súmula 377, TST. (II) *Caput* do art. 844, CLT. (III) Súmula 377, TST. (IV) Súmula 377, TST. *Alternativa D.*

7203. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** A respeito das condições de validade do mandato e do substabelecimento, julgue os itens a seguir.

I. O instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda não pode ser considerado válido.

II. São válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer.

III. Configura-se irregularidade de representação no caso de o substabelecimento ser anterior à outorga passada ao substabelecente.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 0.

(B) 1.

(C) 2.

(D) 3.

RESPOSTA (I) Incorreta, item I da Súmula 395, TST. (II) Correta, item III da Súmula 395, TST. (III) Correta, item IV da Súmula 395, TST. *Alternativa C.*

7204. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Segundo orientação do TST, na justiça do trabalho, a condenação em honorários advocatícios, necessariamente, requer

(A) a assistência por sindicato, apenas.

(B) o benefício da justiça gratuita, apenas.

(C) a simples procuração do advogado juntada aos autos.

(D) a assistência por sindicato e o benefício da justiça gratuita, de forma concomitante.

RESPOSTA OJ 305 da SDI-I, TST. *Alternativa D.*

7205. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do mandato.

(A) Considera-se inválido instrumento de mandato com prazo determinado e com cláusula que estabeleça a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda.

(B) Caso haja previsão, no mandato, de termo para sua juntada, o instrumento de mandato terá validade independentemente da data em que for juntado aos autos.

(C) Configura-se a irregularidade de representação caso o substabelecimento seja anterior à outorga passada ao substabelecente.

(D) São inválidos os atos praticados pelo substabelecido se não houver, no mandato, poderes expressos para substabelecer.

RESPOSTA (A) Item I da Súmula 395, TST. (B) Item II da Súmula 395, TST. (C) Item IV da Súmula 395, TST. (D) Item III da Súmula 395, TST. *Alternativa C.*

7206. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Além dos beneficiários da justiça gratuita, são isentas do pagamento de custas no processo do trabalho

(A) as empresas públicas.

(B) as sociedades de economia mista.

(C) as autarquias.

(D) as entidades sindicais.

RESPOSTA Inciso I do art. 790-A, CLT. *Alternativa C.*

7207. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Não se inclui entre os exemplos de pessoa isenta do pagamento de custas na justiça do trabalho, enumerados no art. 790-A da CLT, a

(A) autarquia estadual.

(B) fundação pública estadual que não explore atividade econômica.

(C) União.

(D) empresa pública.

RESPOSTA Art. 790-A, CLT. *Alternativa D.*

7208. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Na justiça do trabalho, os beneficiários da justiça gratuita são isentos do pagamento de custas. Entre os isentos do pagamento de custas, incluem-se as

(A) empresas públicas.

(B) fundações públicas estaduais que não explorem atividade econômica.

(C) sociedades de economia mista.

(D) empresas privadas.

RESPOSTA Inciso I do art. 790-A, CLT. *Alternativa B.*

7209. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** No que diz respeito à representação processual na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Em regra, é possível, nas reclamações trabalhistas, o empregador ser representado por preposto, mesmo que este não seja empregado do reclamado.

(B) O empregador de microempresa ou empresa de pequeno porte pode ser representado por terceiros, ainda que estes não façam parte do quadro societário ou do quadro de empregados dessas empresas.

(C) O advogado pode, no mesmo processo em que esteja na condição de patrono do empregador, ser também seu preposto.

(D) Se, por doença, o empregado não puder comparecer pessoalmente em juízo, poderá ser representado por outro empregado, cabendo a este transigir, confessar e desistir da ação se assim o desejar.

RESPOSTA (A) Súmula 377, TST. (B) Art. 54, LC n. 123/2006. (C) Art. 3º, Lei n. 8.906/94 (Regulamento Geral da OAB). (D) § 2º do art. 843, CLT. *Alternativa B.*

IX. Ministério Público do Trabalho

(Analista – TRT-17 – 2009 – CESPE) Com base na organização do Ministério Público do Trabalho, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

7210. A carreira do Ministério Público do Trabalho será constituída pelos cargos de subprocurador-geral do trabalho, procurador regional do trabalho e procurador do trabalho, sendo que o cargo inicial da carreira é o de procurador do trabalho e o do último nível, o de subprocurador-geral do trabalho.

RESPOSTA *Caput* do art. 86, Lei Complementar n. 75/93. *Certo.*

7211. Entre os órgãos do Ministério Público do Trabalho está o Conselho Nacional do Ministério Público.

RESPOSTA Art. 85, Lei Complementar n. 75/93. *Errado.*

7212. Aos membros do Ministério Público do Trabalho são conferidas garantias idênticas às asseguradas aos magistrados.

RESPOSTA Art. 17, Lei Complementar n. 75/93. *Certo.*

X. Comissão de Conciliação Prévia

7213. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** A respeito das Comissões de Conciliação Prévia, assinale a opção correta.

(A) O termo de conciliação é considerado título executivo judicial.

(B) É vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros das comissões em apreço até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave.

(C) É obrigatória a instituição de tais comissões pelas empresas e sindicatos.

(D) As referidas comissões não interferem no curso do prazo prescricional.

RESPOSTA (A) Parágrafo único do art. 625-E, CLT. (B) § 1º do art. 625-B, CLT. (C) Art. 625-A, CLT. (D) Art. 825-G, CLT. *Alternativa B.*

XI. Audiência

(Analista – TRT-9 – 2007 – CESPE) Em reclamação trabalhista, a notificação encaminhada ao reclamado foi devolvida sob a indicação de destinatário desconhecido no endereço, embora este constasse da CTPS do reclamante como o endereço do seu empregador. Na audiência inaugural, o reclamante, alegando que o endereço estava correto e que seu anterior empregador usara subterfúgios impróprios, solicitou ao juiz que determinasse a citação e intimação do reclamado por oficial de justiça, o que ocorreu, com designação de nova audiência. O oficial de justiça, cumprindo o mandado judicial, verificou que o endereço era efetivamente do reclamado, mas que este não se encontrava no local quando das diligências, conforme informações dadas por empregado atual do reclamado, que estava no local constante da petição inicial e da notificação originalmente expedida. Considerando essa situação, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

7214. A intimação por oficial de justiça era desnecessária, porque a notificação dirigida ao endereço do empregador, constante da CTPS do empregado, pressupunha ser válida, motivo pelo qual o juiz deveria ter considerado a revelia e confissão da parte ausente à audiência, sem necessidade de determinar a verificação do ato pelo oficial de justiça.

RESPOSTA Segundo o § 1º do art. 841, CLT, o juiz deveria ter determinado a intimação por edital. *Errado.*

7215. O oficial de justiça deveria devolver o mandado sem cumprimento, já que a diligência deveria encerrar-se com a citação e intimação do próprio reclamado para a audiência inaugural, assim cabendo certificar, apenas, que este não se encontrava presente para receber a contrafé da petição inicial, no endereço indicado pelo reclamante.

RESPOSTA O oficial de justiça deveria ter citado diretamente o empregado do reclamado, que estava no local constante da petição inicial e da notificação expedida, visto que no Processo do Trabalho não há a exigência de a citação ser pessoal, bastando que ela seja entregue no endereço do reclamado (Súmula 16, TST). *Errado.*

7216. O eventual comparecimento espontâneo do reclamado à audiência seguinte designada, antes de cumprido o mandado pelo oficial de justiça, torna nula a anterior determinação de citação e intimação. Nesse caso, ficaram prejudicados os atos processuais desde a audiência anterior, quando determinada a expedição do mandado.

RESPOSTA § 1º do art. 214, CPC. *Errado.*

7217. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Em determinada reclamação trabalhista, o preposto da empresa reclamada não soube responder às perguntas formuladas pelo juiz e pelo advogado do reclamante na audiência de instrução e argumentou que não possuía conhecimento específico a respeito dos fatos que estavam sendo tratados no processo. O advogado da empresa juntou à contestação diversos documentos na audiência inaugural. Nessa situação hipotética,

(A) a prova pré-constituída nos autos pode ser considerada para o confronto com a confissão ficta.
(B) a empresa deve ser declarada confessa, independentemente de ter juntado defesa e documentos.
(C) o juiz, antes de aplicar a penalidade de confissão, deve determinar à empresa que apresente novas provas ao processo.
(D) o juiz deve designar nova audiência, determinando que a empresa nomeie preposto que conheça os fatos abordados no processo.

RESPOSTA Item II da Súmula 74, TST. *Alternativa A.*

7218. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** A respeito da conciliação no processo trabalhista, assinale a opção correta.

(A) Sob pena de nulidade, a conciliação tem de ser buscada antes do oferecimento da defesa pelo réu e antes do julgamento do feito.
(B) O juiz deve propiciar a conciliação tão logo dê início à audiência; caso não seja esta alcançada, deve o magistrado passar à instrução e ao julgamento sem permitir nova possibilidade para a composição das partes.
(C) Encerrado o juízo conciliatório, as partes não mais podem celebrar acordo ante a ocorrência da preclusão.
(D) A decisão que homologa o acordo é irrecorrível para qualquer das partes e, quando for o caso, para a previdência social.

RESPOSTA *Caput* do art. 764, *caput* do art. 846 e segunda parte do *caput* do art. 850, CLT. *Alternativa A.*

7219. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Antônio moveu reclamação trabalhista contra a Empresa Sol Ardente, tendo o valor total das verbas pleiteadas correspondido a R$ 6.500,00. Na audiência de conciliação, a empresa reclamada não compareceu, e o juiz percebeu que a citação não

fora realizada porque o reclamante havia fornecido o endereço da reclamada de forma incompleta. Nessa situação, o juiz deve

(A) determinar o retorno do processo à secretaria da vara para tentativa de localização da reclamada.
(B) determinar o arquivamento da reclamação trabalhista.
(C) abrir prazo para que o reclamante informe o endereço correto da reclamada, determinando a designação de nova audiência.
(D) aplicar a penalidade da revelia e confissão da reclamada.

RESPOSTA § 1º do art. 852-B, CLT. *Alternativa B.*

7220. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Em uma audiência inaugural, compareceu o advogado da reclamada, o qual estava munido do instrumento de procuração e da defesa. O preposto não compareceu. O juiz, então, aplicou a revelia, argumentando que o representante legal da empresa não estava presente. Diante do problema apresentado na situação hipotética acima,

(A) está correto o posicionamento do juiz, uma vez que a presença do preposto ou representante legal da reclamada é obrigatória na audiência, não sendo suficiente a presença do advogado para apresentar contestação.
(B) o juiz deveria ter suspendido a audiência e determinado a intimação da reclamada para tal ato em nova data por ele designada.
(C) o juiz deveria ter recebido a defesa trazida pelo advogado e afastado a revelia.
(D) caberia ao juiz conceder a palavra ao advogado do reclamante, pois, em caso de concordância deste, o juiz poderia receber a contestação apresentada pelo advogado da reclamada, mesmo sem a presença do preposto.

RESPOSTA Súmula 122, TST. *Alternativa A.*

7221. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Na justiça do trabalho, a parte ré (reclamada) pode ser representada por preposto em audiência. A respeito do preposto, assinale a opção correta.

(A) Pode figurar como preposto prestador de serviço que tenha conhecimento dos fatos discutidos na ação.
(B) Nas ações contra condomínio, pode figurar como preposto qualquer condômino, não havendo a necessidade de comparecimento do síndico ou administrador.
(C) A representação da pessoa jurídica por preposto em audiência exige que seja sócio, diretor ou empregado da reclamada.
(D) A carta de preposição é o documento hábil para a prova do mandato outorgado. A sua ausência sempre deverá atrair a aplicação da revelia.

RESPOSTA § 1º do art. 843, CLT; e Súmula 377, TST. A resposta da questão refere-se à regra, mas há exceções. *Alternativa C.*

7222. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Tércio moveu reclamação trabalhista contra a empresa Aurora Ltda. Na audiência de instrução, Tércio apresentou como sua testemunha Iram, que, por sua vez, também litigava contra a empresa Aurora Ltda., na condição de ex-empregado. O advogado da empresa contraditou a testemunha, alegando que, por também estar litigando em outro processo contra a mesma reclamada, Iram seria suspeito. Nessa situação hipotética, o juiz deve

(A) indeferir a contradita e ouvir o depoimento de Iram como testemunha compromissada, pois o fato de este estar litigando contra o mesmo empregador não o torna suspeito.

(B) deferir a contradita e dispensar a oitiva de Iram, devido a sua manifesta suspeição.

(C) proceder à oitiva de Iram como informante, sem que este preste compromisso.

(D) suspender a audiência, para que Tércio apresente nova testemunha no lugar de Iram.

RESPOSTA Súmula 357, TST. *Alternativa A.*

7223. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Ana ajuizou reclamação trabalhista contra a pessoa jurídica Eta, pleiteando sua reintegração ao emprego, com base na alegação de ter sido acometida de doença profissional. Ana deu à causa o valor de R$ 7.430,00. Durante a audiência de instrução e julgamento, Maria, uma das testemunhas de Ana, que compareceria espontaneamente, faltou. Na mesma audiência, foi determinada a produção de prova pericial. Para a formulação dos quesitos à perícia, bem como para a nomeação de assistente técnico, os advogados foram intimados, por via postal, em seus respectivos escritórios profissionais. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção incorreta.

(A) Caso Eta seja uma fundação pública, a reclamação de Ana deve tramitar pelo procedimento ordinário.

(B) Se o advogado de Ana tiver mudado o endereço de seu escritório sem comunicar o juízo, e a intimação para apresentação dos quesitos tiver sido encaminhada para o endereço antigo, é lícito que Ana obtenha restituição do prazo para a realização desse ato processual.

(C) Ana somente poderia ter requerido intimação judicial de Maria se demonstrasse que esta foi efetivamente convidada e deixou de comparecer à audiência de instrução e julgamento.

(D) A prova pericial pode ser corretamente produzida no procedimento sumaríssimo.

RESPOSTA § 2º do art. 852-B, CLT. *Alternativa B.*

7224. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** O sindicato dos trabalhadores da indústria automobilística ajuizou representação para instauração de instância, em dissídio coletivo, pleiteando a interpretação de norma jurídica que estabelece condições para o direito à promoção por antiguidade no âmbito do quadro de pessoal de cada empregadora. Na representação inicial, constam como motivo do dissídio o fato de diversas empregadoras estarem considerando apenas o tempo de serviço prestado na empresa e não o tempo trabalhado na indústria automobilística. O sindicato trabalhista reivindicou, como base para conciliação, a aceitação da interpretação de que seja considerado, para efeito de promoção por antiguidade, o tempo total de serviço prestado na indústria automobilística e não aquele especificamente prestado em cada empresa. Nenhuma das partes compareceu à primeira audiência. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O dissídio coletivo instaurado é de natureza econômica.

(B) As bases de conciliação da representação configuram o requisito essencial da petição inicial.

(C) O processo deve ser arquivado, sem resolução do mérito, devido ao fato de as partes não terem comparecido à audiência inicial.

(D) A sentença que decidir o conflito, declarando a interpretação da norma coletiva aduzida, entrará em vigor na data de sua publicação.

RESPOSTA (A) De natureza jurídica, visto que visa apenas interpretar certa norma, declarando-se seu conteúdo ou sua aplicação correta. (B) Letra *b* do art. 858, CLT. (C) Arts. 861 e 862, CLT. (D) Alínea *a* do parágrafo único do art. 867, CLT. *Alternativa B.*

7225. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Determinada pessoa jurídica, demandada em

reclamação trabalhista, compareceu à audiência preliminar por intermédio de preposto regularmente constituído e acompanhada de seu advogado, Roberto. A sentença de primeira instância julgou absolutamente procedente o pedido formulado na inicial, condenando a demandada ao pagamento das verbas rescisórias pleiteadas. Não se conformando com a decisão, a reclamada interpôs recurso ordinário, o qual foi julgado improvido pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Em sede de recurso de revista, o relator constatou que não havia nos autos nenhum instrumento de mandato outorgando poderes a Roberto, razão pela qual o recurso foi considerado inexistente. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção incorreta.

(A) O fato de a reclamada ter comparecido às audiências acompanhada do seu advogado, Roberto, torna inequívoca a existência de mandato tácito, razão pela qual o recurso não pode ser considerado inexistente.

(B) Durante a fase recursal, constatada a irregularidade de representação, o relator deveria conceder prazo para que a reclamada constituísse um procurador.

(C) O recurso não seria considerado inexistente se fosse interposto por advogado substabelecido, mesmo não tendo o advogado substabelecente poderes para substabelecer, nos termos do mandato outorgado.

(D) Não se regulariza substabelecimento com a outorga posterior de instrumento de mandato.

RESPOSTA (A) Súmula 164, TST. (B) Item II da Súmula 383, TST. (C) Item III da Súmula 395, TST. (D) Item IV da Súmula 395, TST. *Alternativa B.*

7226. (Advogado – OAB – 2004 – CESPE) Considerando as regras que informam o procedimento ordinário observado nas ações individuais na justiça do trabalho, assinale a opção incorreta.

(A) A audiência destinada à instalação da *litiscontestatio* em ação movida contra pessoa jurídica de direito privado deve ser realizada com prazo mínimo de cinco dias, a partir da data da notificação citatória.

(B) Necessariamente, a petição inicial tem de ser escrita e conter o valor da causa, o pedido e a causa de pedir, além da correta qualificação dos litigantes e da indicação do juízo para o qual ela é dirigida, sob pena de inépcia.

(C) Quando ainda não estiver instalada a *litiscontestatio*, o comparecimento da parte reclamada à audiência é obrigatório, sob pena de configuração de revelia e confissão ficta.

(D) A ausência do reclamante à audiência determina o arquivamento do feito, salvo se já produzida defesa nos autos pela parte reclamada.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 841, CLT. (B) § 1º do art. 840, CLT. (C) *Caput* do art. 844, CLT. (D) *Caput* do art. 844, CLT. *Alternativa B.*

XII. Resposta do Réu

7227. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) No que diz respeito ao instituto da reconvenção, assinale a opção correta.

(A) O instituto da reconvenção é de direito material e não processual.

(B) A reconvenção, apesar de não estar prevista expressamente na CLT, também é cabível no processo trabalhista.

(C) Caberá ao juiz trabalhista, ao analisar uma questão, decidir sobre o cabimento ou não da reconvenção.

(D) Não existe na jurisprudência ou na doutrina nenhum posicionamento ou previsão a respeito do cabimento da reconvenção em ação declaratória.

RESPOSTA Apesar da omissão da CLT em relação à reconvenção, esta é plenamente compatível com o processo do trabalho, pois atende aos princípios da economia processual e da celeridade (art. 769, CLT). *Alternativa B.*

7228. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) No que diz respeito à exceção de suspeição, assinale a opção correta.

(A) A suspeição será admitida se do processo constar que o recusante deixou de alegá-la anteriormente, quando já a conhecia, ou que, depois de conhecida, aceitou o juiz recusado ou, finalmente, se procurou, de propósito, o motivo de que ela se originou.

(B) Das decisões sobre exceções de suspeição, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.

(C) Em razão do princípio do juiz natural, não cabe falar em suspeição do juiz na justiça do trabalho.

(D) Parentesco de terceiro grau civil, em relação à pessoa dos litigantes, não é motivo para o juiz dar-se por suspeito.

RESPOSTA (A) Parágrafo único do art. 801, CLT. (B) § 2º do art. 799, CLT. (C) *Caput* do art. 799, CLT. (D) Letra *c* do art. 801, CLT. *Alternativa B.*

7229. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Determinada empresa, ao apresentar contestação em processo trabalhista, formulou pedido de concessão da justiça gratuita, alegando dificuldades financeiras, sem a devida comprovação de incapacidade, e anexou, apenas, declaração de miserabilidade firmada por seu representante legal. A respeito dessa situação hipotética e do benefício da justiça gratuita, assinale a opção correta.

(A) Os benefícios da justiça gratuita só podem ser concedidos aos reclamantes.

(B) A simples alegação de dificuldades financeiras é suficiente para a concessão do referido benefício.

(C) Para que possa usufruir do benefício da justiça gratuita, a empresa em questão deve comprovar a sua condição de miserabilidade.

(D) Pessoas jurídicas não fazem jus aos benefícios da justiça gratuita no processo do trabalho, podendo apenas requerer o pagamento das custas ao final do processo.

RESPOSTA Apenas em casos excepcionais se reconhece a possibilidade de ser estendida à pessoa jurídica a isenção do pagamento das despesas processuais, e desde que haja comprovação do estado de insuficiência econômica. Precedentes do TST. *Alternativa C.*

7230. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta relativamente à resposta do reclamado.

(A) Quando forem notificados para a ação vários reclamados, com diferentes procuradores, o prazo para a contestação será contado em dobro.

(B) De acordo com a CLT, o fato de o juiz ter parentesco por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau civil em relação à pessoa dos litigantes é causa de suspeição, devendo ser questionada, via exceção, no caso de não pronunciamento pelo próprio magistrado.

(C) A perempção, a conexão e a falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar, podem ser alegadas quando da discussão de mérito.

(D) Cabe ao reclamado manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial,

presumindo-se verdadeiros os fatos não impugnados, ainda que em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.

RESPOSTA (A) OJ 310 da SDI-I, TST. (B) Alínea *c* do art. 801, CLT; e art. 802, CLT. (C) Incisos IV, VII e XI do art. 301, CPC. (D) *Caput* do art. 302, CPC. *Alternativa B.*

XIII. Provas

7231. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** A propósito das provas na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Nas ações que tenham por objeto falta grave supostamente praticada por empregado detentor de estabilidade provisória no emprego, o número máximo de testemunhas é seis por litigante.

(B) A testemunha que demandar contra o ex-empregador, em situação semelhante à do autor que a convida a comparecer em juízo, não prestará compromisso, valendo seu depoimento como simples informação.

(C) A critério dos magistrados que presidem as instruções, a prova pericial é sempre admissível na justiça do trabalho, salvo nos casos em que se discuta direito a adicional de insalubridade ou periculosidade, em que a sua produção será obrigatória, sob pena de nulidade.

(D) A parte autora pode apresentar os documentos essenciais à propositura da ação a qualquer tempo, desde que antes da prolação do julgamento.

RESPOSTA (A) Somente nos casos em que há inquérito para apuração de falta grave (art. 821, CLT). (B) Súmula 357, TST. (C) § 2º do art. 195, CLT; art. 794, CLT; e OJ 278 da SDI-I, TST. (D) Art. 283, CPC; e Súmula 263, TST. *Alternativa C.*

7232. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Sob a sistemática da justiça do trabalho, no inquérito judicial contra empregado estável, o número máximo de testemunhas que cada parte poderá arrolar é igual a

(A) 2.

(B) 3.

(C) 5.

(D) 6.

RESPOSTA Art. 821, CLT. *Alternativa D.*

7233. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** João moveu reclamação trabalhista contra a Empresa Delta Ltda., pleiteando pagamento de adicional de insalubridade. Alegou, na inicial, que tinha contato permanente com o elemento A, nocivo à saúde. Realizada a perícia, ficou constatado que João trabalhava em condições nocivas, porém em contato permanente com o elemento B e, não, como afirmado na inicial, com o elemento A. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

(A) A ação deve ser julgada improcedente, visto que a prova dos autos não se coaduna com o pedido.

(B) Tendo a perícia concluído que João trabalhava em condições insalubres, o fato de ele ter apontado agente insalubre diverso não prejudica o pedido de adicional de insalubridade.

(C) A reclamação trabalhista movida por João deve ser extinta sem o julgamento do mérito, visto que o pedido se torna juridicamente impossível, em virtude de o elemento nocivo justificador do pedido não ter sido o mesmo detectado pela perícia.

(D) O juiz deve abrir prazo para que João reformule o pedido e substitua o agente nocivo.

RESPOSTA Súmula 293, TST. *Alternativa B.*

7234. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** João, motorista da Empresa de Ônibus Expresso Ltda., trabalhava na linha que ligava dois municípios, em um mesmo estado, distantes 400 km um do outro. Findo o contrato de trabalho sem justa causa, João ingressou com reclamação trabalhista contra a empresa, pleiteando o pagamento de horas extras. A empresa juntou aos autos os relatórios diários emitidos pelo tacógrafo do ônibus, afirmando que tais relatórios comprovavam que João não laborava em jornada extraordinária. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

(A) O tacógrafo não comprova jornada de trabalho em nenhuma hipótese, pois serve, apenas, para controlar a velocidade do ônibus.
(B) O tacógrafo não serve como prova, pois não existe dispositivo na CLT que assim o classifique.
(C) O tacógrafo, sem a existência de outros elementos, não serve para controlar a jornada de trabalho do empregado que exerce jornada externa.
(D) O tacógrafo, por si só, é um elemento capaz de demonstrar a jornada de trabalho, já que é o espelho do tempo de duração da viagem, comprovando, assim, a jornada de trabalho.

RESPOSTA OJ 332 da SDI-I, TST. *Alternativa C.*

7235. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Em um processo trabalhista que objetivava o pagamento de adicional de insalubridade, o juiz determinou que a parte recolhesse previamente os honorários do perito, para, após, ser realizada a perícia. Em face da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, segundo entendimento do TST.

(A) A determinação do juiz está em perfeita harmonia com o disposto no Código de Processo Civil e deve ser aplicada ao processo do trabalho.
(B) É ilegal a exigência de depósito prévio para custeio de honorários periciais, uma vez que tal exigência é incompatível com o processo do trabalho.
(C) Não é cabível o pagamento de honorários periciais em processos trabalhistas.
(D) Despesas com honorários periciais no processo do trabalho devem ser custeadas pelo próprio tribunal e, não, pelas partes.

RESPOSTA OJ 98 da SDI-II, TST. *Alternativa B.*

7236. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Ao término de relação empregatícia, quando negados a prestação do serviço e o despedimento, o ônus da prova é do

(A) empregado, pois trata-se de prova da relação de emprego.
(B) empregado, por caber ao autor a demonstração dos fatos por ele alegados.
(C) empregador, pois vigora o princípio da continuidade da relação de emprego, que constitui presunção favorável ao empregado.
(D) empregador, pois cabe a este demonstrar, em qualquer caso, a prova dos fatos alegados por qualquer das partes, por vigorar, no processo do trabalho, o princípio do *in dubio pro misero.*

RESPOSTA Súmula 212, TST. *Alternativa C.*

7237. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** A respeito das provas no processo do trabalho, assinale a opção correta.

(A) A permanência do tripulante a bordo do navio, no período de repouso, além da jornada, não

implica presunção de que esteja à disposição do empregador ou em regime de prorrogação de horário, circunstâncias que devem resultar provadas.

(B) O empregado que ajuizar ação postulando equiparação salarial terá o ônus de provar que o paradigma indicado tem menos de dois anos de diferença de exercício da função.

(C) Se empresa reclamada apresentar folhas de ponto, assinadas pelo reclamante, contendo, todas elas, marcação de entrada às 8 horas, de intervalo de alimentação e descanso entre as 12 e as 14 horas e de saída às 18 horas, e, na inicial, o reclamante alegar jornada das 6 às 20 horas, com intervalo de trinta minutos, o juiz deverá indeferir prova da empresa e considerar verdadeira a jornada indicada pelo autor.

(D) Se o empregador não comparecer à audiência em que deveria depor, o juiz deve aplicar a pena de confissão, sendo proibida a confrontação da prova pré-constituída.

(E) Sob pena de cerceamento de defesa, em fase de recurso ordinário, quando ainda estiverem sendo analisadas provas, é, em princípio, possível a juntada de documentos que visem provar as alegações das partes.

RESPOSTA Súmula 96, TST. *Alternativa A.*

XIV. Sentença

7238. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** No que concerne ao acordo homologado judicialmente, assinale a opção correta.

(A) Acordos judiciais não transitam em julgado, visto que podem sofrer alterações a qualquer tempo, conforme a vontade das partes.

(B) Cabe agravo de instrumento contra a decisão que homologa acordo.

(C) O termo conciliatório transita em julgado na data da publicação da homologação judicial.

(D) O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, salvo para a previdência social, quanto às contribuições que lhe forem devidas.

RESPOSTA (A) Parágrafo único do art. 831, CLT; e Súmula 259, TST. (B) Parágrafo único do art. 831, CLT. (C) Tanto transita em julgado que é irrecorrível (parágrafo único do art. 831, CLT). (D) Parágrafo único do art. 831, CLT; e item V da Súmula 100, TST. *Alternativa D.*

7239. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta no que diz respeito às decisões na justiça do trabalho.

(A) A sentença deverá conter o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão.

(B) Não há necessidade de menção das custas que devam ser pagas pela parte vencida na sentença, pois o seu valor será apurado na fase de liquidação.

(C) Erros evidentes de datilografia ou de cálculo existentes na sentença somente poderão ser corrigidos a requerimento da parte e antes de iniciada a execução.

(D) A União não será intimada das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, cabendo sempre a execução de ofício.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 832, CLT. (B) § 2º do art. 832, CLT. (C) Parágrafo único do art. 897-A, CLT. (D) § 4º do art. 832, CLT. *Alternativa A.*

7240. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** No que concerne a sentenças em dissídios individuais e a honorários periciais e advocatícios, assinale a opção correta.

(A) Com a sentença, o juiz cumpre e acaba seu ofício.

(B) A sentença que reconhece a justa causa e autoriza a resolução do contrato do empregado portador de estabilidade é constitutiva.

(C) O relatório é requisito essencial de toda sentença trabalhista.

(D) Na justiça do trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios pode ser superior a 15% do valor da causa, nos casos de especial complexidade dos temas em discussão.

(E) Os honorários do perito assistente serão de responsabilidade da parte sucumbente na matéria objeto da perícia.

RESPOSTA (A) Incorreta, visto que, apesar de o juiz cumprir seu ofício, após a sentença ainda poderá praticar atos jurisdicionais como autorizar ou não o seguimento do recurso ordinário para a instância superior (TRT). (B) Correta, a sentença de natureza constitutiva visa criar, modificar ou extinguir um direito ou uma relação jurídica; a partir dela nasce uma nova situação jurídica, que é o que ocorre nas hipóteses tratadas na questão. (C) Incorreta, *caput* do art. 852-I, CLT. (D) Incorreta, item I da Súmula 219, TST. (E) Incorreta, Súmula 341, TST. *Alternativa B.*

XV. Teoria Geral dos Recursos

7241. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Renato ajuizou reclamação trabalhista contra sua antiga empregadora. A sentença de primeira instância julgou improcedente o pedido de Renato. Inconformado com a decisão, Renato interpôs recurso ordinário. O TRT, ao analisar o referido recurso, reformou a sentença e condenou a reclamada ao pagamento de R$ 4.000,00 a título de verbas rescisórias. A reclamada protocolou recurso de revista, no quinto dia do prazo, e juntou o comprovante da realização do depósito recursal somente no oitavo dia do prazo recursal. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção incorreta.

(A) Para a interposição de recurso de revista é necessária a realização de depósito recursal, no valor de R$ 4.000,00.

(B) Se for aumentado o valor inicialmente atribuído à condenação, será necessária a complementação do depósito recursal para a interposição do recurso extraordinário.

(C) O recurso deve ser considerado deserto, em face de o depósito recursal ter sido efetivado apenas no oitavo dia do prazo e não juntamente com a interposição do recurso.

(D) Na fase de execução, após garantido o juízo, não há necessidade de realização de depósito recursal, como pressuposto de admissibilidade dos recursos.

RESPOSTA (A) Item I da Súmula 128, TST. (B) Item II da Súmula 128, TST; e letras *b* e *d* do item II da IN 3/93, TST. (C) Súmula 245, TST. (D) Item II da Súmula 128, TST; e letra *b* do item IV da IN 3/93, TST. *Alternativa C.*

7242. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** A pessoa jurídica Ômega, com sede em São Paulo, celebrou contrato de empreitada para a construção de um edifício na cidade de Fortaleza – CE. Para execução da avença, Ômega contratou diversos empregados moradores do município de Fortaleza. Durante as obras, Mário, que exercia a função de pedreiro, por não utilizar equipamentos de proteção individual, caiu do terceiro andar do edifício em construção, objeto do contrato de empreitada. Em virtude desse acidente, Mário perdeu a perna esquerda e a visão de um dos olhos. Inconformado, ajuizou ação de indenização por danos morais e estéticos contra sua empregadora. Ômega contestou a pretensão de Mário e apresentou exceção de incompetência, que foi julgada improcedente, em 10/5/2005. O juiz da causa, em 20/3/2006, proferiu sentença que julgou procedente o pedido de Mário e condenou Ômega ao pagamento de indenização no valor de R$ 150.000,00. A partir da situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta.

(A) Considere que Ômega tenha recebido notificação postal, em sua sede, em São Paulo, que informava o teor da sentença condenatória. Nesse caso, o prazo para interposição do recurso ordinário se inicia no dia da juntada aos autos da notificação.
(B) É permitido, tanto às partes quanto aos seus procuradores, obter certidões do referido processo, independentemente de despacho do juiz, ainda que aquele tramite em segredo de justiça.
(C) Para interposição de recurso ordinário, Ômega deve recolher R$ 3.000,00 a título de custas processuais, acrescidos do valor correspondente ao depósito recursal.
(D) Em sede de recurso ordinário, é defeso a Ômega arguir a incompetência do juízo.

RESPOSTA Inciso I do art. 789, CLT. *Alternativa C.*

7243. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Quanto ao sistema recursal trabalhista, assinale a opção correta.
(A) Cabe recurso ordinário para o TST de decisão proferida pelo TRT em agravo regimental interposto contra decisão que conceda ou negue liminar em ação cautelar ou em mandado de segurança.
(B) O requisito relativo à alçada aplica-se em mandado de segurança.
(C) Não ocorre deserção de recurso da massa falida, bem como de empresa em liquidação judicial, por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação.
(D) Em ação rescisória, a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, quando desfavorável ao ente público, observadas as condições previstas em Sum. do TST.
(E) O recurso adesivo é incompatível com o agravo de petição.

RESPOSTA (A) OJ 100 da SDI-II, TST. (B) Súmula 365, TST. (C) Súmula 86, TST. (D) Item II da Súmula 303, TST. (E) Súmula 196, TST. *Alternativa D.*

Texto para as duas próximas questões.

Em uma reclamação trabalhista, o pedido foi julgado procedente. O juiz do trabalho estimou o valor da condenação em R$ 11.500,00. A empresa recorreu ao TRT, que conheceu e desproveu o recurso. A empresa apelou ao TST apontando violação literal de cinco artigos de lei federal e divergência jurisprudencial, usando como paradigma acórdão do próprio TRT. O recurso foi admitido na origem, mas apenas em relação a dois artigos federais. No TST, o recurso foi conhecido em parte e desprovido.

Obs.: valores limites para o deposito recursal: recurso ordinário: R$ 4.993,78; recurso de revista, embargos, recurso extraordinário: R$ 9.987,56; recurso em ação rescisória: R$ 9.987,56.

7244. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Considerando as informações apresentadas no texto, assinale a opção correspondente ao valor mínimo da guia de recolhimento feita pela empresa reclamada a título de depósito recursal, por ocasião do recurso para o TST.
(A) R$ 14.981,34
(B) R$ 4.993,78
(C) R$ 11.500,00
(D) R$ 9.987,56
(E) R$ 6.506,22

RESPOSTA R$ 11.500,00 (condenação) – R$ 4.993,78 (RO) = R$ 6.506,22 (RR). *Alternativa E.*

7245. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Ainda em relação à situação apresentada no

texto, assinale a opção correta.

(A) O reclamante poderia ter recorrido ao STF, que, como regra, tem, examinado os pressupostos de admissibilidade dos recursos dirigidos ao TST.

(B) O depósito recursal é pressuposto extrínseco do recurso trabalhista.

(C) O TST poderia conhecer do recurso tão somente quanto aos dois artigos federais admitidos na origem.

(D) O recurso pode ter sido conhecido quanto a divergência.

(E) O TST, ao conhecer do recurso, entendeu que a causa oferecia transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

RESPOSTA Os pressupostos recursais extrínsecos ou objetivos são aqueles fixados pela lei, como o preparo (depósito recursal e pagamento de custas), a adequação ou cabimento do recurso, a tempestividade etc. Já os pressupostos recursais intrínsecos, também chamados de subjetivos, se referem à própria parte que pretende recorrer, com base no que preveem as normas processuais. São considerados pressupostos intrínsecos: legitimidade, interesse e capacidade. *Alternativa B.*

7246. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Considere que, em processo trabalhista, as empresas Delta e Echo sejam condenadas, de forma solidária, pelo juiz do trabalho, que ambas interponham recurso ordinário, que apenas Delta efetue o depósito recursal, e nenhuma delas pleiteie a exclusão da lide. Nessa situação hipotética, o recurso apresentado pela empresa Echo

(A) será deserto, em razão de não ter sido efetuado o depósito recursal.

(B) será intempestivo, em razão de não ter sido efetuado o depósito recursal.

(C) deverá ser conhecido, mas improvido, em razão de não ter sido efetuado o depósito recursal.

(D) estará apto a ser conhecido, visto que, sendo a condenação solidária, o depósito efetuado pela empresa Delta aproveita à empresa Echo.

RESPOSTA Item III da Súmula 128, TST. *Alternativa D.*

7247. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Em processo movido contra determinada empresa, o juiz, na sentença de primeiro grau, julgou procedente o pedido formulado na inicial e estabeleceu como valor da condenação a quantia de R$ 8.500,00. Ao interpor o recurso ordinário, o advogado da empresa efetuou um depósito recursal no valor de R$ 5.000,00. Considerando-se, hipoteticamente, que a tabela de interposição de recursos estabeleça o recolhimento de R$ 5.000,00 para interposição de recurso ordinário, R$ 7.000,00 para interposição de recurso de revista e R$ 9.000,00 para interposição de recurso extraordinário e considerando-se, ainda, que a sentença não foi reformada, a quantia que o advogado deve depositar para interpor o recurso de revista é de

(A) R$ 7.000,00.

(B) R$ 8.500,00.

(C) R$ 3.500,00.

(D) R$ 5.000,00.

RESPOSTA Alínea *c* do item II da IN 3/93, TST. R$ 5.000,00 (RO) + R$ 3.500,00 (RR) = R$ 8.500,00 (valor da condenação). *Alternativa C.*

7248. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Embora o entendimento predominante no TST seja o de que o tacógrafo, por si só, não basta para controlar a jornada de trabalho de motorista, a Segunda Turma, ao decidir pela condenação, baseou-se em elementos fáticos apresentados na tese vencida constante do acórdão regional. Este registrava que, além do tacógrafo, a jornada era controlada por fiscais, que tinham condições de verificar com exatidão o início da viagem, a

quilometragem percorrida, a velocidade do veículo, as paradas e descansos. Ao interpor embargos à SDI-1, a referida empresa sustentou que a tese vencedora no TRT ateve-se unicamente à análise do tacógrafo, e que o voto vencido partia de premissas fáticas diferentes da que constou no voto vencedor. A ministra relatora, porém, rejeitou a tese da empresa, observando que a decisão da Segunda Turma transcreve o trecho, constante do acórdão regional, ainda que em tese vencida, que norteou sua decisão. "Nessa hipótese, podem e devem ser considerados todos os elementos constantes do acórdão, porque não se trata de peça autônoma, distinta e independente", explicou a ministra. "A partir do momento em que a fundamentação do voto vencido integrou o acórdão, tem-se por prequestionada toda a matéria fática", concluiu. Por maioria, a SDI-1 seguiu o voto da ministra e não conheceu dos embargos.

Disponível em: <http://www.ext02.tst.gov.br> (com adaptações).

Com base no texto acima, assinale a opção correta.

(A) Na decisão noticiada, a SDI-1 contrariou o entendimento predominante no TST de que o tacógrafo, por si só, não basta para controlar a jornada de trabalho de motorista.

(B) A partir de decisão não unânime proferida no âmbito do TRT, cabem embargos infringentes.

(C) Por não ter sido unânime, a decisão acima seria passível de embargos infringentes para a própria SDI-1, no prazo de 8 dias.

(D) Hoje é possível, no âmbito do TST, a oposição de embargos de divergência, de nulidade e embargos infringentes.

(E) Na justiça do trabalho, considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal, sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.

RESPOSTA Item III da Súmula 297, TST. *Alternativa E.*

XVI. Recursos

7249. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Com relação aos embargos de declaração na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

(A) O prazo para a oposição de embargos de declaração é de oito dias, a contar da data da sentença ou do acórdão.

(B) Não é passível de nulidade decisão que acolhe embargo de declaração com efeito modificativo tomada sem que a parte contrária tenha se manifestado.

(C) Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

(D) O embargo de declaração não está previsto taxativamente na CLT, razão pela qual se aplicam, subsidiariamente, as normas do CPC.

RESPOSTA Parágrafo único do art. 897-A, CLT. *Alternativa C.*

7250. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Acerca dos recursos no processo do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Nas execuções, cabe agravo de instrumento, no prazo de oito dias, contra as decisões do juiz ou presidente.

(B) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por violação direta da CF.

(C) Contra as decisões definitivas ou terminativas das varas e juízos cabe recurso ordinário para a

instância superior, no prazo de oito dias.

(D) Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário terá de ser imediatamente distribuído, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de trinta dias.

RESPOSTA (A) Alínea *a* do art. 897, CLT. (B) § 6º do art. 896, CLT. (C) Inciso I do art. 895, CLT. (D) Inciso II do § 1º do art. 895, CLT. *Alternativa C.*

7251. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Em reclamação trabalhista, o advogado do reclamante interpôs recurso ordinário contra a sentença proferida pelo juiz de primeiro grau, que julgou improcedente o pedido de condenação em horas extras formulado pelo reclamante e indeferiu a oitiva das testemunhas arroladas, por entender que o depoimento do reclamante era suficiente para o julgamento da demanda. Argumentando a tese do cerceamento de defesa, o advogado formulou pedido de anulação dos atos processuais, sem requerer expressamente a análise, pelo tribunal, das horas extras negadas. Ao se julgar o recurso ordinário no TRT, foi reconhecido o cerceamento de defesa e condenada a empresa a pagar ao reclamante as horas extras pleiteadas. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito da decisão do TRT.

(A) O recurso ordinário devolve toda a matéria para a análise do TRT, logo, reconhecido o cerceamento de defesa, deve o tribunal analisar a questão das horas extras.

(B) Não cabe ao TRT fazer nova análise de prova em sede de recurso ordinário, portanto o tribunal não poderia ter estabelecido condenação em horas extras.

(C) Não tendo o advogado requerido análise das horas extras, o julgamento deve limitar-se ao que foi expressamente pedido, logo, não poderia o TRT estabelecer condenação em horas extras.

(D) O TRT agiu equivocadamente, visto que, reconhecido o cerceamento de defesa, deveria ter designado data para a oitiva de testemunhas, e, só então, analisar o pedido de condenação em horas extras.

RESPOSTA O efeito devolutivo do recurso transfere ao Tribunal tão somente as razões trazidas pelo recorrente. *Alternativa C.*

7252. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta com referência aos recursos no processo do trabalho.

(A) As decisões proferidas pelos TRTs em processos de dissídios coletivos são irrecorríveis.

(B) Nos recursos de revista, assim como nos recursos especiais, o recorrente apenas poderá fundamentar a afronta a dispositivo de lei federal, cabendo ao STF a análise de afrontas à CF.

(C) O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados.

(D) Omissões e contradições podem ser questionadas por intermédio de embargos de declaração, que deverão ser opostos no prazo de oito dias, contados da publicação da sentença ou acórdão.

RESPOSTA (A) Inciso II do art. 895, CLT. (B) Alíneas *a*, *b* e *c* do art. 896, CLT. (C) § 1º do art. 897, CLT. (D) *Caput* do art. 897-A, CLT. *Alternativa C.*

7253. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta no que diz respeito à interposição de recurso sob o rito sumaríssimo.

(A) Em razão do princípio da celeridade, que norteia todo rito sumaríssimo, o prazo de interposição do recurso ordinário, em tal hipótese, é reduzido para cinco dias.

(B) O parecer do representante do MP, se necessário, deve ser escrito e apresentado na sessão de julgamento do recurso.

(C) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.

(D) O recurso ordinário terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente; caso a sentença seja confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, na qual se registra tal circunstância, servirá de acórdão.

RESPOSTA Inciso IV do § 1º do art. 895, CLT. *Alternativa D.*

7254. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** O art. 899 da CLT dispõe que os recursos trabalhistas devem ser interpostos por simples petição. Segundo entendimento pacífico da jurisprudência, no tratamento da necessidade de fundamentação dos recursos apresentados,

(A) não será necessária, ante a informalidade do processo trabalhista, a fundamentação dos recursos.

(B) apenas os recursos de natureza extraordinária, por expressa previsão constitucional, devem ser fundamentados, sob pena de não serem conhecidos.

(C) o recurso deve ser fundamentado, visto que, na justiça do trabalho, exige-se que as razões ataquem os fundamentos da decisão recorrida.

(D) a fundamentação recursal será necessária somente se o pedido não delimitar com precisão o objeto da irresignação, impossibilitando compreender-se a controvérsia em toda sua extensão.

RESPOSTA Apesar de o art. 899, CLT, dispor que os recursos serão interpostos por simples petição, tanto a doutrina quanto a jurisprudência entendem que os recursos trabalhistas devem ser fundamentados. A Súmula 422, TST, é exemplo disso. *Alternativa C.*

7255. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** A respeito do recurso de revista, assinale a opção correta.

(A) Os requisitos de admissibilidade do recurso de revista devem ser apreciados pelo tribunal de origem, na pessoa do seu presidente, não cabendo recurso para atacar a decisão que lhe nega seguimento.

(B) O presidente do tribunal recorrido pode conferir efeito suspensivo ao recurso de revista interposto, desde que a parte interessada assim o requeira.

(C) Não cabe recurso de revista contra decisão proferida na fase de execução de sentença pelos tribunais regionais do trabalho ou por suas turmas, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da CF.

(D) Não é cabível a interposição de recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.

RESPOSTA (A) Letra *b* do art. 897, CLT. (B) § 1º do art. 896, CLT. (C) § 2º do art. 896, CLT. (D) § 6º do art. 896, CLT. *Alternativa C.*

7256. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** O agravo de petição é o recurso cabível contra a decisão do juiz do trabalho, nas execuções. A respeito desse recurso, assinale a opção correta.

(A) O julgamento do agravo de petição cabe ao juiz do trabalho da vara onde estiver em curso a execução.

(B) O agravo de petição somente será recebido se o agravante tiver delimitado, justificadamente, as matérias e os valores impugnados.

(C) A simples interposição do agravo de petição suspende a execução na sua totalidade.

(D) O prazo para a interposição do agravo de petição é de 10 dias.

RESPOSTA § 1º do art. 897, CLT. *Alternativa B.*

7257. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Considerando o recurso de embargos, após a edição da Lei n. 11.496/2007, assinale a opção correta.

(A) Cabem embargos para impugnar decisão não unânime prolatada em dissídio coletivo de competência originária do TST.

(B) Cabem embargos contra decisão proferida pelo tribunal pleno, salvo se a decisão estiver em consonância com súmula ou jurisprudência uniforme do TST.

(C) São incabíveis os embargos contra decisão proferida, em agravo, por Turma do TST, que tenham a finalidade de impugnar o conhecimento de agravo de instrumento.

(D) São cabíveis os embargos contra as decisões que, tomadas por turmas do TST, contrariarem a letra de lei federal e (ou) da CF.

RESPOSTA Letra *a* do inciso I do art. 894, CLT. *Alternativa A.*

7258. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Juca, advogado da empresa Terra e Mar Ltda., compareceu pessoalmente à Secretaria da 1.ª Turma do TRT e tomou conhecimento do teor de decisão que havia negado provimento a recurso ordinário interposto pela empresa. No mesmo dia, Juca interpôs recurso de revista para o TST, antes de ocorrer a publicação do acórdão regional. Segundo orientação do TST, na situação hipotética apresentada, o recurso de revista interposto é considerado

(A) tempestivo.

(B) intempestivo.

(C) extemporâneo.

(D) deserto.

RESPOSTA Item I da Súmula 434, TST. *Alternativa C.*

7259. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** O prazo para a interposição de recurso de embargos para a Seção de Dissídios Individuais no TST é de

(A) 5 dias.

(B) 8 dias.

(C) 10 dias.

(D) 15 dias.

RESPOSTA *Caput* e inciso II do art. 894, CLT. *Alternativa B.*

7260. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Contra decisão definitiva proferida por TRT em mandado de segurança cabe

(A) recurso ordinário para o TST, no prazo de 8 dias.

(B) recurso ordinário para o TST, no prazo de 10 dias.

(C) agravo de instrumento para o TST, no prazo de 8 dias.

(D) agravo de instrumento para o TST, no prazo de 10 dias.

RESPOSTA Inciso II do art. 895, CLT. *Alternativa A.*

7261. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Nos processos que correm sob o rito

sumaríssimo, o recurso de revista será cabível

(A) quando a decisão proferida pelo TRT violar disposição de lei federal.

(B) quando houver divergência jurisprudencial entre TRTs.

(C) quando houver contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST e violação direta à CF.

(D) nos casos em que haja flagrante injustiça.

RESPOSTA § 6º do art. 896, CLT. *Alternativa C.*

7262. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Antônio moveu reclamação trabalhista contra a Empresa Alfa Ltda. e formulou pedido de condenação solidária da Empresa Ômega Ltda. O juiz de 1.ª instância julgou procedente o pedido e estabeleceu condenação contra a Empresa Alfa Ltda. e condenação solidária da Empresa Ômega Ltda. As empresas possuíam advogados distintos, constituídos nos autos. A Empresa Ômega Ltda. interpôs recurso ordinário no 7.º dia do prazo, e a Empresa Alfa Ltda. o fez no 14.º dia, fundamentando-se no art. 191 do Código de Processo Civil (CPC), que assim dispõe: "Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhe-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos." Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta com relação ao prazo para a interposição do recurso ordinário.

(A) O prazo em dobro previsto no CPC é inaplicável ao processo do trabalho, visto que é incompatível com o princípio da celeridade inerente ao processo trabalhista.

(B) Ambos os recursos apresentados seriam intempestivos, visto que o prazo para apresentar recurso ordinário é de 5 dias.

(C) Sendo a CLT omissa, aplica-se subsidiariamente o disposto no CPC, de forma que o prazo é contado em dobro quando houver litisconsortes com procuradores distintos.

(D) O advogado da Empresa Alfa Ltda. não precisaria sequer invocar o CPC, pois a CLT também estabelece o prazo em dobro quando presentes litisconsortes com procuradores distintos.

RESPOSTA OJ 310 da SDI-I, TST. *Alternativa A.*

7263. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) No que diz respeito ao recurso de revista, assinale a opção correta.

(A) Não é cabível a interposição de recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.

(B) O prazo para interposição do recurso de revista é de 10 dias.

(C) Tal recurso possui efeitos devolutivo e suspensivo em todos os casos.

(D) Esse recurso é cabível contra decisões proferidas pelos tribunais regionais do trabalho ou por suas turmas, em execução de sentença, em casos de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

RESPOSTA (A) § 6º do art. 896, CLT. (B) art. 6º, Lei n. 5.584/70. (C) § 1º do art. 896, CLT. (D) § 2º do art. 896, CLT. *Alternativa D.*

7264. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) O prazo para a oposição de embargos de declaração, no processo do trabalho, é de

(A) 5 dias.

(B) 8 dias.

(C) 10 dias.

(D) 15 dias.

RESPOSTA *Caput* do art. 897-A, CLT. *Alternativa A.*

7265. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Considere que Antonino, advogado da Empresa Água Limpa Ltda., tenha apresentado recurso de revista contra acórdão proferido por tribunal regional do trabalho, de forma tempestiva, e efetuado corretamente o depósito recursal, mas não tenha assinado o referido recurso. Nessa situação,

(A) o recurso deve ser considerado como inexistente, por falta de assinatura do advogado.
(B) o recurso deve ser remetido ao TST, conhecido, e seu mérito analisado, visto que a falta de assinatura constitui mera irregularidade formal.
(C) o desembargador-presidente do tribunal regional, ao aferir a admissibilidade do recurso, deve abrir prazo para o advogado assiná-lo e sanar a irregularidade.
(D) o recurso deve ser encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), para que o ministro relator decida sobre a abertura de prazo para o advogado assinar o recurso ou sobre a negativa de seguimento, com fundamento na irregularidade.

RESPOSTA OJ 120 da SDI-I, TST. *Alternativa A.*

7266. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** José, advogado não constituído nos autos, interpôs recurso de revista, requerendo a concessão de prazo para posterior juntada do instrumento de procuração. Tendo como referência a situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

(A) A juntada posterior de instrumento de procuração é cabível em qualquer fase do processo.
(B) Na justiça do trabalho, não existe a necessidade de procuração, já que o mandado pode ser outorgado de forma tácita.
(C) É inadmissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração.
(D) Caberá ao relator designado para julgar o recurso de revista a análise do pedido de juntada posterior do instrumento de procuração.

RESPOSTA Item I da Súmula 383, TST. *Alternativa C.*

7267. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Considerando que uma empresa que se encontre em liquidação extrajudicial apresente recurso ordinário de uma sentença de 1.º grau, mas não efetue o pagamento das custas, tampouco realize o depósito recursal, assinale a opção correta.

(A) As empresas em liquidação extrajudicial equiparam-se a uma massa falida, por isso gozam do privilégio de não precisar efetuar o depósito recursal, nem recolher as custas processuais para recorrer.
(B) O recurso da empresa deve ser considerado deserto, pois empresa em liquidação extrajudicial não goza do mesmo benefício concedido às massas falidas.
(C) O juiz deve mandar intimar a empresa para fazer o recolhimento das custas e efetuar o depósito recursal, no prazo de 5 dias, sob pena de o recurso ser considerado deserto.
(D) O juiz deve mandar processar o recurso da forma como se encontra, e o tribunal julgará a questão do pagamento das custas e do depósito recursal.

RESPOSTA Súmula 86, TST. *Alternativa B.*

7268. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Alfredo, advogado da empresa Casa Nova,

apresentou recurso de revista contra acórdão do tribunal regional do trabalho (TRT) que teria sido desfavorável à empresa. Nos fundamentos do recurso, Alfredo argumentou que o depoimento da única testemunha apresentada pelo reclamante não havia comprovado o direito alegado na inicial e que, portanto, a sentença de 1.º grau, confirmada no TRT, deveria ser reformada. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

(A) O recurso de revista deve ser conhecido e provido pelo TST, já que a prova apresentada pelo reclamante no processo não foi suficiente para comprovar o seu direito.

(B) O advogado da empresa deveria ter interposto, juntamente com o recurso de revista, o recurso extraordinário para o STF.

(C) Não é cabível a interposição de recurso de revista para reexame de fatos e provas.

(D) Como a sentença de 1º grau foi confirmada pelo TRT, não seria cabível a interposição de qualquer recurso para o TST.

RESPOSTA Súmula 126, TST. *Alternativa C.*

7269. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** A Empresa Caixa Grande Ltda. contratou Augusto, advogado, para interpor recurso de revista em um processo trabalhista. Augusto, que não possuía procuração nos autos, interpôs o recurso, pleiteando prazo para a juntada posterior do instrumento de procuração. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O desembargador-presidente do TRT deve abrir vista para que o advogado junte a procuração, antes de processar o recurso para o TST.

(B) É inadmissível, em instância de recurso, o protesto para juntada posterior de procuração.

(C) O ministro-relator, no TST, deve determinar a juntada da procuração, antes de proceder à análise do recurso.

(D) A procuração pode ser juntada a qualquer tempo no processo.

RESPOSTA Item II da Súmula 383, TST. *Alternativa B.*

7270. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Contra as decisões dos juízes do trabalho, nas execuções, cabe(m)

(A) recurso ordinário.

(B) apelação.

(C) agravo de petição.

(D) embargos do devedor.

RESPOSTA Alínea *a* do art. 897, CLT. *Alternativa C.*

7271. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** A empresa Nuvem Branca Ltda. foi condenada, em processo trabalhista, em 1.ª instância. Com o objetivo de interpor recurso ordinário, o advogado da empresa providenciou o recolhimento das custas processuais e do depósito recursal, o qual foi pago na guia correta e recolhido na Caixa Econômica Federal. Contudo, as custas foram recolhidas em um banco particular, no qual a empresa possuía convênio. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O recurso da empresa Nuvem Branca está deserto, visto que as custas somente poderiam ter sido recolhidas no Banco do Brasil S.A.

(B) O recurso da empresa Nuvem Branca está deserto, uma vez que as custas deveriam ter sido recolhidas, obrigatoriamente, na Caixa Econômica Federal.

(C) O recurso está apto a ser conhecido e provido, já que qualquer instituição financeira estaria apta a receber o valor correspondente às custas processuais.

(D) O recurso está apto a ser conhecido e provido, já que, na justiça do trabalho, não existe a exigência expressa de obrigatoriedade no recolhimento de custas processuais para que se possa recorrer.

RESPOSTA A resposta mais correta é a correspondente à *alternativa C,* porém, para receber o pagamento das custas, a instituição financeira deverá ser integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais (item IV da Instrução Normativa 20/2002, TST). *Alternativa C.*

7272. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) O recurso adesivo, embora não esteja disciplinado de forma expressa na CLT, é compatível com o processo do trabalho. O prazo para a interposição de um recurso adesivo ao recurso de revista é de

(A) 5 dias.

(B) 8 dias.

(C) 10 dias.

(D) 15 dias.

RESPOSTA Art. 6º, Lei n. 5.584/70; e Súmula 283, TST. *Alternativa B.*

7273. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Everaldo, advogado da empresa Asa Branca Ltda., foi contratado para atuar em favor da empresa perante o Tribunal Superior do Trabalho. Opôs embargos de declaração do acórdão proferido em recurso de revista, porém sem juntar o instrumento de procuração. A Turma não conheceu do recurso, por considerá-lo inexistente. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

(A) A Turma deveria ter concedido prazo para que a empresa providenciasse a juntada do instrumento de procuração do advogado.

(B) A ausência do instrumento de procuração é uma mera irregularidade formal, não prejudicando o recurso interposto.

(C) Não é cabível a abertura de prazo em sede de recurso para regularizar procuração, cabendo a juntada do instrumento procuratório no ato da interposição do recurso.

(D) No processo do trabalho, o advogado pode atuar em qualquer instância independentemente de procuração.

RESPOSTA Item II da Súmula 383, TST. *Alternativa C.*

7274. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Severino, advogado da empresa Solar Ltda., interpôs agravo de instrumento contra decisão do presidente de tribunal regional do trabalho (TRT), que negou seguimento a recurso de revista. O prazo para a interposição do agravo de instrumento é de 8 dias. A decisão que negou seguimento a referido recurso foi publicada no Diário da Justiça em uma sexta-feira, 13/7/2007. Como o dia 23/7/2007 foi feriado local, Severino protocolou o recurso no dia 24/7/2007, sem, contudo, juntar cópia aos autos da prova do feriado local, para atestar que o TRT não teve expediente no citado dia. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Cabe ao TRT providenciar a juntada aos autos da respectiva certidão comprovando a existência de feriado local, com o não funcionamento do foro no respectivo dia.

(B) Não existe necessidade de prova do feriado, nem de certidão emitida pelo TRT, já que o feriado local é constituído por lei estadual, publicada no respectivo Diário Oficial.

(C) A parte deve comprovar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local ou de dia

útil em que não haja expediente forense para justificar a prorrogação do prazo recursal.
(D) Caberia ao relator do processo no Tribunal Superior do Trabalho solicitar ao TRT a comprovação do feriado local.

RESPOSTA Item I da Súmula 385, TST. Porém, com a alteração da redação da Súmula em relação à hipótese de feriado forense, na qual cabe à autoridade que proferir a decisão de admissibilidade certificar o expediente nos autos, a questão ficou sem alternativa correta.

7275. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) O recurso de revista possui a característica de ser uma espécie de recurso extraordinário. Sendo assim, o prazo para a interposição do citado recurso é de

(A) 5 dias.
(B) 8 dias.
(C) 10 dias.
(D) 15 dias.

RESPOSTA Art. 6º, Lei n. 5.584/70. *Alternativa B.*

7276. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Considerando que a Lei n. 10.035/2000 autorizou o INSS a recorrer dos acordos que contenham parcelas indenizatórias, assinale a opção correta.

(A) Apesar da possibilidade de recurso do INSS, o acordo homologado pelo juiz torna-se definitivo e põe fim ao processo.
(B) Caberá ao juiz, nessas situações, avaliar a pertinência ou não da intimação do INSS.
(C) O INSS deverá ser intimado das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, sendo-lhe facultado interpor recurso relativo às contribuições que lhe forem devidas.
(D) Não existe necessidade de intimação do INSS, pois a Lei n. 10.035/2000 apenas previu possibilidade de recurso por parte do INSS, mas não a obrigatoriedade de recorrer.

RESPOSTA § 4º do art. 832, CLT (sob a vigência da Lei n. 10.035/2000). Porém, esse parágrafo foi alterado pela Lei n. 11.457/2007, após a aplicação da prova. *Alternativa C.*

7277. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) No que diz respeito ao recurso de revista, assinale a opção correta.

(A) O prazo para a interposição do recurso, em razão de sua natureza extraordinária, é de 15 dias.
(B) Nas razões do recurso de revista, é vedada a discussão a respeito de afronta direta e literal à Constituição Federal, já que tal matéria cabe apenas a análise do STF.
(C) Não cabe recurso de revista para discutir interpretação de cláusula de contrato de trabalho.
(D) Em sede de recurso de revista, não é cabível nenhum tipo de depósito recursal.

RESPOSTA (A) Art. 6º, Lei n. 5.584/70. (B) Alínea *c* do art. 896, CLT. (C) Art. 896, CLT; e Súmula 126, TST. (D) § 1º do art. 899, CLT; e item II da IN 3/93, TST. *Alternativa C.*

7278. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Nas localidades não abrangidas por jurisdição de vara do trabalho, as demandas trabalhistas serão julgadas pelo juiz de direito. Recurso interposto contra decisão de juiz de direito em matéria trabalhista deve ser julgado pelo

(A) tribunal de justiça do estado.
(B) tribunal regional federal da região a que estiver submetida a jurisdição do estado.

(C) STJ.
(D) respectivo tribunal regional do trabalho.

RESPOSTA Art. 112, CRFB. *Alternativa D.*

7279. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Assinale a opção correta quanto aos prazos para a interposição de recursos na justiça do trabalho.

(A) O prazo para a interposição de recurso de embargos é de 8 dias.
(B) Da decisão do ministro presidente do Tribunal Superior do Trabalho que nega seguimento ao recurso extraordinário, cabe agravo de instrumento para o STF, no prazo de 8 dias.
(C) O prazo para a interposição do recurso ordinário é o mesmo que se concede à interposição da apelação no cível.
(D) O prazo para a interposição de agravo de petição é de 5 dias.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 894, CLT. (B) Art. 269 do RI, TST. (C) Incisos I e II do art. 895, CLT. (D) *Caput* e alínea *a* do art. 897, CLT. *Alternativa A.*

7280. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Assinale a opção correspondente ao recurso cabível das decisões proferidas pelo juiz do trabalho em sentença de execução.

(A) recurso ordinário
(B) agravo de petição
(C) embargos do devedor
(D) agravo de instrumento

RESPOSTA Alínea *a* do art. 897, CLT. *Alternativa B.*

7281. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Fernando ajuizou reclamação trabalhista contra sua antiga empregadora, a pessoa jurídica Gama, alegando direito a estabilidade provisória, em virtude do registro de sua candidatura para o cargo de dirigente sindical, pedindo sua reintegração ao emprego e, alternativamente, o pagamento das verbas rescisórias devidas. Gama apresentou contestação sob a alegação de que não houvera, da parte do sindicado, comunicação oportuna, que tivesse informado a respeito da candidatura de Fernando e sob o argumento de que todas as verbas haviam sido pagas corretamente. A primeira instância julgou parcialmente procedente o pedido de Fernando, condenando Gama ao pagamento das verbas rescisórias devidas. Ambos recorreram. Na segunda instância, a sentença foi mantida. Dessa decisão, somente Fernando interpôs recurso de revista, que foi protocolado no nono dia, em virtude de feriado criado por lei estadual. Como fundamento do recurso de revista, Fernando alegou dissídio jurisprudencial não específico. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) É incabível a interposição de recurso adesivo ao recurso de revista de Fernando.
(B) O fato de o dissídio jurisprudencial não ter sido específico não inviabiliza a apreciação do recurso de revista, que deve ser conhecido.
(C) Para comprovação da tempestividade do recurso de revista, Fernando deve comprovar a existência do feriado estadual.
(D) Qualquer omissão existente no acórdão que julgar o recurso de revista interposto deve ser objeto de embargos à SDI 1, do Tribunal Superior do Trabalho, não ocorrendo preclusão se não forem opostos embargos declaratórios.

RESPOSTA Item I da Súmula 385, TST. *Alternativa C.*

7282. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Determinada reclamada-empregadora, em ação trabalhista, interpôs recurso de revista para ser apreciado pelo TST, requerendo a reforma integral do acórdão regional, em virtude de violação direta da Constituição da República e por não terem sido aplicadas diversas normas infraconstitucionais. Duas teses foram debatidas nas instâncias ordinárias. A primeira foi refutada pelo acórdão regional por três fundamentos. A segunda, apenas por um. No recurso de revista interposto, redarguiram-se apenas dois fundamentos do acórdão que negou provimento à primeira tese, tendo-se apresentado jurisprudência divergente do entendimento do acórdão regional, no tocante ao julgamento da segunda tese. Em sede de primeiro juízo, o recurso de revista foi parcialmente admitido, tendo sido remetido ao TST. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção incorreta.

(A) Relativamente à primeira tese, o recurso de revista não deve ser conhecido, em virtude de não ter impugnado todos os fundamentos do acórdão que negou seu provimento.

(B) Para que o recurso de revista seja conhecido, com fundamento em violação direta da Constituição, é necessário que haja indicação expressa do dispositivo constitucional tido como violado.

(C) Apesar da admissibilidade parcial, declarada no primeiro juízo de admissibilidade, nada impede que o recurso de revista seja integralmente apreciado pela turma, se esta entendê-lo integralmente admitido.

(D) Não houve prequestionamento da primeira tese, pois os fundamentos do acórdão regional que a julgou improcedente foram parcialmente impugnados pelo recurso de revista.

RESPOSTA Súmula 297, TST. *Alternativa D.*

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Quanto aos recursos no processo trabalhista, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

7283. O prazo de interposição dos recursos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inclusive dos embargos de declaração, é de oito dias.

RESPOSTA Embargos de declaração possuem prazo de 5 (cinco) dias (art. 897, *caput,* CLT). *Errado.*

7284. Na Justiça do Trabalho, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, exceto quando suscetíveis de impugnação mediante recurso para o mesmo tribunal, quando houver acolhimento de exceção de incompetência territorial com remessa dos autos para TRT distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, ou ainda quando a respectiva decisão do TRT for contrária à súmula ou à orientação jurisprudencial do TST.

RESPOSTA Súmula 214, TST. *Certo.*

7285. Sendo recorrível a decisão interlocutória proferida, cabe agravo de instrumento à instância superior, admitida a reconsideração da decisão agravada pelo próprio órgão prolator.

RESPOSTA Sendo recorrível a decisão interlocutória, cabe recurso ordinário (letras *a*, *b* e *c* da Súmula 214, TST), tendo em vista que o agravo de instrumento é o recurso adequado para atacar os despachos que denegarem a interposição de recursos (art. 897, *b*, CLT). *Errado.*

7286. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista ao TST quando houver violação direta à Constituição Federal pela decisão do TRT.

RESPOSTA Também é admitido no caso de contrariedade à Súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho (art. 896, § 6º, CLT). *Errado.*

7287. O relator, no TST ou no TRT, pode negar seguimento ou dar provimento a recurso, por decisão monocrática, nas hipóteses previstas no art. 557 do Código de Processo Civil (CPC), também aplicável ao processo do trabalho, sujeita a decisão a agravo para o órgão colegiado do respectivo tribunal que seria, em princípio, competente para o exame do recurso trancado. Contudo, se contra a decisão do relator forem opostos embargos de declaração, esses serão decididos pelo próprio relator quando pretenderem suprir mero vício técnico, e não a modificação do julgado; se o embargante postular efeito modificativo, os embargos serão convertidos em agravo para exame, como tal, pelo órgão colegiado.

RESPOSTA Súmulas 421 e 435, TST. *Certo.*

7288. Os embargos em recurso de revista das decisões das turmas para a Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI) do TST apenas são cabíveis quando houver divergência entre a decisão recorrida e outra proferida por turma ou pela SDI, se já não restar a questão pacificada por súmula ou orientação jurisprudencial do TST ou do STF no sentido da decisão recorrida.

RESPOSTA Inciso II do art. 894, CLT; e letra *b* do inciso III do art. 3º, Lei n. 7.701/88. *Certo.*

7289. Provido o agravo de instrumento, o tribunal ou seu órgão fracionário competente deve deliberar sobre o julgamento do recurso principal antes denegado no juízo ou tribunal de origem, observando-se, se for o caso, daí em diante, o procedimento relativo a esse recurso.

RESPOSTA § 7º do art. 897, CLT. *Certo.*

(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE) *Recursos constituem um instrumento assegurado aos interesses para que, sempre que vencidos, possam pedir aos órgãos jurisdicionais novo pronunciamento sobre a questão decidida.*

Amauri Mascaro Nascimento. *Curso de direito processual do trabalho*. 15. ed. São Paulo: LTr, 1994, p. 281.

Com relação a recursos, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

7290. Os prazos fixados para os recursos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho são de oito dias, salvo o caso dos embargos de declaração.

RESPOSTA Art. 6º, Lei n. 5.584/70; e *caput* do art. 897, CLT. *Certo.*

7291. Assim como no processo civil, no processo do trabalho os recursos repousam na existência comum do efeito suspensivo.

RESPOSTA Devolutivo (art. 899, *caput*, CLT). *Errado*

7292. O prazo para recurso da parte intimada, nos termos da Súmula n. 197 do Tribunal Superior do Trabalho, começa a correr no primeiro dia útil após a audiência de julgamento, devendo a sentença ser juntada aos autos no prazo de 48 horas, sob pena de intimação da parte.

RESPOSTA Súmulas 30 e 197, TST. *Certo*

7293. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** Com referência às demandas trabalhistas no âmbito de categoria que conte com CCP, assinale a opção correta nos termos da CLT.

(A) Ocorrerá a não extinção do feito sem julgamento de mérito caso o trabalhador deixe de submeter o pleito à CCP.

(B) Haverá a extinção do feito sem julgamento de mérito se o pedido já tiver sido liquidado.
(C) Se o obreiro postular sem advogado, haverá a extinção do feito sem julgamento de mérito caso o endereço do empregador esteja incorreto.
(D) Caso o feito seja extinto sem apreciação de mérito, será cabível o recurso ordinário.
(E) Se a demanda for processada pelo rito sumaríssimo, a citação poderá ser feita via edital.

RESPOSTA Inciso I do art. 895, CLT. *Alternativa D.*

(Procurador – Vitória-ES – 2007 – CESPE) Julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

7294. Cabe recurso de revista, por divergência jurisprudencial, quando o acórdão regional recorrido contraria acórdão de Turma do TST.

RESPOSTA O art. 896, CLT, não contempla tal hipótese de cabimento do recurso de revista. *Errado.*

7295. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** Considere-se que o empregado de certa empresa pública tenha ajuizado reclamação trabalhista, sob o rito sumaríssimo, postulando horas extras e reflexos não pagos, e atribuindo ao valor da causa o correspondente a quarenta salários mínimos. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta, com base na CF, na CLT, na legislação específica e na jurisprudência sumulada e consolidada do STF e do TST.

(A) O juiz deve indeferir a petição inicial, visto que não cabe reclamação trabalhista sob rito sumaríssimo contra empresa pública, que é parte integrante da administração pública indireta.
(B) A demanda não pode ser processada sob o rito sumaríssimo, por ter excedido o valor de alçada, cabendo prosseguir sob o rito comum das reclamações trabalhistas.
(C) A prova testemunhal deve limitar-se a três testemunhas por parte, cabendo ao reclamante e à reclamada providenciar o convite às testemunhas para oitiva, visto que o juiz só poderá determinar sua imediata condução coercitiva caso as testemunhas deixem de comparecer, após devidamente convidadas pela parte.
(D) No TRT, o relator e o revisor terão prazo máximo de 10 dias para liberar os autos ao julgamento do eventual recurso interposto contra a sentença do juiz do trabalho, que poderá ser apreciado por turma especializada para examinar os recursos ordinários interpostos nas demandas sujeitas ao rito sumaríssimo.
(E) O recurso de revista contra o acórdão do TRT apenas poderá ser admitido quando houver violação direta à CF pela decisão recorrida ou esta contrariar súmula do TST.

RESPOSTA § 6º do art. 896, CLT; e Súmula 442, TST. *Alternativa E.*

7296. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** Com relação aos princípios processuais, assinale a opção correta.

(A) Recurso ordinário interposto contra despacho monocrático indeferitório da petição inicial de ação rescisória ou de mandado de segurança pode, pelo princípio da fungibilidade recursal, ser recebido como agravo regimental.
(B) Em matéria processual trabalhista, o fato de eventual decisão denegatória ser exarada pelo relator, sem a participação do colegiado, viola flagrantemente o princípio da publicidade inscrito na CF.
(C) Os princípios da legalidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa podem servir de fundamento para a desconstituição de decisão judicial transitada em julgado, mesmo quando se apresentam sob a forma de pedido genérico, considerando-se o caráter de direitos fundamentais a eles inerentes.

(D) Ofende o princípio do duplo grau de jurisdição eventual decisão do TST que, após afastar a decadência em sede de recurso ordinário em ação rescisória, aprecia desde logo a lide, ainda que a causa esteja em condições de imediato julgamento e verse acerca de questão exclusivamente de direito.

(E) O princípio da identidade física do juiz se aplica às varas do trabalho.

RESPOSTA OJ 69 da SDI-II, TST. *Alternativa A.*

7297. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta quanto ao atual entendimento do TST acerca do recurso prematuro.

(A) A apresentação do referido recurso, mesmo sendo considerada intempestiva, interrompe o prazo de interposição de outros recursos.

(B) O prazo recursal começa a fluir a partir do momento em que, tendo sido juntado aos autos o acórdão, a parte interessada dele toma conhecimento.

(C) A parte não precisa aguardar a publicação de decisão para que possa tomar conhecimento do seu teor e apresente recurso refutando os argumentos nela constantes, sendo este considerado fundamentado e apto a ser conhecido.

(D) Antes da publicação, a decisão não é considerada perfeita, mesmo quando a parte toma dela conhecimento sem ter havido ainda a intimação, pois a decisão inexiste juridicamente devido à ausência de comunicação formal.

RESPOSTA Item I da Súmula 434, TST. *Alternativa D.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relativos aos recursos trabalhistas (Certo ou Errado).

7298. O recurso de revista é o remédio cabível para se discutirem julgados proferidos em dissídio coletivo pelos tribunais regionais do trabalho bem como os julgados em dissídio individual pelas turmas desses tribunais.

RESPOSTA Alíneas *a*, *b* e *c* do art. 896, CLT. *Errado.*

7299. No processo do trabalho, não cabem embargos infringentes, por total omissão da CLT e incompatibilidade com o processo civil.

RESPOSTA Não há omissão na CLT (art. 894, I, CLT). *Vide* também a alínea *c* do inciso II do art. 2º, Lei n. 7.701/88. *Errado.*

7300. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Com relação aos recursos no processo do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Em procedimento sumaríssimo, é possível a interposição de recurso de revista por contrariedade a orientação jurisprudencial.

(B) O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário transfere ao tribunal a análise de pedido não apreciado na sentença.

(C) É extemporâneo o recurso interposto antes da publicação do acórdão.

(D) A contagem do prazo para a apresentação dos originais de recurso interposto por fac-símile começa a fluir do dia seguinte à interposição do recurso.

(E) O agravo de petição somente é cabível após estar seguro o juízo.

RESPOSTA (A) Súmula 442, TST. (B) Súmula 393, TST. (C) Item I da Súmula 434, TST. (D) Item II da Súmula 387, TST. (E) “O agravo de petição é cabível, sem estar seguro o juízo, nas hipóteses em que o juiz considerar não provada a liquidação ou

quando trancar a execução, julgando-a extinta" (CARRION, *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*, p. 799). *Alternativa C.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Com relação à competência em matéria recursal e aos recursos no processo trabalhista, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

7301. Das decisões proferidas pelos tribunais regionais do trabalho ou por suas turmas, em processo incidente de embargos de terceiro, somente deve ser admitido recurso de revista quando elas contiverem contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da CF.

RESPOSTA § 2º do art. 896, CLT. *Errado.*

7302. Das decisões das turmas nos tribunais regionais do trabalho assim organizados não cabe recurso para o Tribunal Pleno, exceto contra multas impostas por esses órgãos fracionários.

RESPOSTA Parágrafo único do art. 678, CLT. *Certo.*

7303. **(Advogado – CEF – 2010 – CESPE)** Com relação aos recursos trabalhistas, julgue os itens a seguir.

I. O relator do segundo juízo de admissibilidade poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal regional do trabalho, do STF ou do Tribunal Superior do Trabalho.
II. As decisões proferidas nos dissídios de alçada não comportam qualquer recurso, salvo se versarem sobre matéria constitucional.
III. A interposição de embargos de declaração suspende o prazo para interposição de outros recursos.
IV. O agravo de instrumento seria o recurso adequado para impugnar os despachos que deneguem seguimento a recurso, além de ser o meio para impugnar decisões interlocutórias.
V. O agravo regimental deverá ser utilizado para o reexame pelo tribunal das decisões monocráticas proferidas pelos seus próprios juízes e deverá ser interposto no prazo de oito dias.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e V.
(D) III e IV.
(E) IV e V.

RESPOSTA (I) Item III da IN 17 de 1999, TST; e *caput* do art. 557, CPC. (II) § 4º do art. 2º, Lei n. 5.584/70. (III) Interrompe, segundo o *caput* do art. 538, CPC. (IV) § 1º do art. 893, CLT; e Súmula 214, TST. (V) Não há uma regra única prevendo o prazo de 8 dias para interposição do AR; o prazo pode variar de 5 a 8 dias, dependendo dos regimentos internos dos Tribunais do Trabalho. *Alternativa A.*

XVII. Liquidação e Execução de Sentença

7304. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta no que concerne à execução contra a fazenda pública.

(A) Em fase de precatório, o pedido de revisão dos cálculos dirigido ao presidente do tribunal pode ser acolhido se o requerente apontar e especificar claramente as incorreções neles existentes, discriminando o montante que seria correto, pois, do contrário, a incorreção torna-se abstrata.

(B) A não inclusão da despesa no orçamento equipara-se à preterição do direito de precedência do credor, a ponto de possibilitar o sequestro de verbas públicas para satisfação de precatório trabalhista.

(C) Tratando-se de reclamações trabalhistas plúrimas, a aferição do que vem a ser obrigação de pequeno valor, para efeito de dispensa de formação de precatório, deve ser realizada considerando-se os créditos de todos os reclamantes conjuntamente.

(D) Atualmente, são aplicáveis juros de mora de 0,5% ao mês nas condenações subsidiárias impostas à fazenda pública pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal.

(E) Em precatório, por se tratar de decisão de natureza administrativa, não se determina a remessa necessária em caso de decisão judicial desfavorável a ente público.

RESPOSTA OJ 8 do Tribunal Pleno, TST. *Alternativa E.*

(Analista – TRT-9 – 2007 – CESPE) Julgue os itens seguintes, relativos à execução (Certo ou Errado).

7305. Além das execuções fiscais de multas aplicadas pela fiscalização do trabalho e inscritas na dívida ativa da União, pode ser ajuizada, junto à justiça do trabalho, ação de execução de títulos extrajudiciais consistentes nos termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou nos termos de conciliação firmados perante as comissões de conciliação prévia, sem prejuízo das execuções dos títulos judiciais consistentes nas sentenças proferidas ou acordos homologados pela própria justiça do trabalho.

RESPOSTA Art. 876, CLT; e item I da Súmula 368, TST. *Certo.*

7306. Não sendo líquida a sentença condenatória, o juiz, ainda quando não tenha sido inserido expresso comando para liquidação, deverá determinar a apuração do devido para a execução mediante cálculo, arbitramento ou artigos, incluída, quando for o caso, desde logo, a incidência dos valores devidos a título de imposto de renda ou de contribuição previdenciária.

RESPOSTA *Caput* e § 1º-A do art. 879, CLT; e Súmula 401, TST. *Certo.*

7307. Quando, após citado, o executado não pagar o valor apurado e constante do mandado judicial, o oficial de justiça deverá penhorar bens suficientes à garantia da execução, designando depositário, ou procedendo à imediata remoção e entrega ao depositário público ou a quem o juiz assim nomear, se houver recusa do executado ou de outra pessoa em assumir o encargo de depositário privado dos bens penhorados.

RESPOSTA Art. 883, CLT; inciso IV do art. 665, CPC; inciso III do art. 666, CPC; e o § 3º do art. 11, Lei n. 6.830/80. *Certo.*

7308. Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado cinco dias para oposição de embargos à execução, contados da juntada do mandado judicial aos autos do processo pelo oficial de justiça, podendo o exequente, no mesmo prazo, apresentar impugnação quanto ao valor apurado na execução.

RESPOSTA *Caput* do art. 884, CLT e incisos I, II e III do art. 16, Lei n. 6.830/80. *Errado.*

7309. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Acerca do princípio do dispositivo no âmbito do processo do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Não há possibilidade de o magistrado instaurar de ofício o processo trabalhista.

(B) A execução pode ser promovida por um interessado ou, de ofício, pelo julgador competente.

(C) Na esfera trabalhista, ante a prevalência do princípio da informalidade, as reclamações podem ser iniciadas por provocação dos interessados ou pelo magistrado.

(D) O dissídio coletivo pode ser suscitado de ofício pelo presidente do TRT, no caso de suspensão das atividades pelos trabalhadores e para reavaliar normas e condições coletivas de trabalho preexistentes.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 878, CLT. (B) *Caput* do art. 878, CLT. (C) Art. 839, CLT. (D) Art. 856, CLT. *Alternativa B.*

7310. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Com relação ao princípio da inércia jurisdicional no âmbito da justiça do trabalho, assinale a opção correta.

(A) A execução poderá ser promovida de ofício.

(B) A execução, no âmbito da justiça do trabalho, terá início somente quando a parte interessada requerer o cumprimento da sentença.

(C) O juiz não pode promover, de ofício, a execução.

(D) Tratando-se de decisões dos tribunais regionais, a execução deverá ser promovida, necessariamente, pelo advogado da parte credora.

RESPOSTA *Caput* do art. 878, CLT. *Alternativa A.*

7311. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta no tocante aos embargos à execução e à sua impugnação na justiça do trabalho.

(A) Dado o princípio da celeridade, se, na defesa, tiverem sido arroladas testemunhas, é defeso ao juiz ou ao presidente do tribunal a oitiva das citadas testemunhas.

(B) Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou o ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF ou em aplicação ou interpretação consideradas incompatíveis com a CF.

(C) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado oito dias para apresentar embargos à execução, cabendo igual prazo ao exequente para a respectiva impugnação.

(D) A matéria de defesa nos embargos à execução será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo.

RESPOSTA (A) § 2º do art. 884, CLT. (B) § 5º do art. 884, CLT. (C) *Caput* do art. 884, CLT. (D) § 1º do art. 884, CLT. *Alternativa B.*

7312. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Acerca da execução trabalhista regulamentada pela CLT, assinale a opção correta.

(A) O prazo estipulado para o ajuizamento dos embargos à execução é de dez dias após garantida a execução ou penhorados os bens.

(B) Não poderão ser executadas *ex officio* as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos juízes e tribunais do trabalho e resultantes de condenação ou homologação de acordo.

(C) Somente as partes poderão promovê-la.

(D) Poderá ser impulsionada *ex officio* pelo juiz.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 884, CLT. (B) Parágrafo único do art. 876, CLT. (C) *Caput* do art. 878, CLT. (D) *Caput* do art. 878, CLT. *Alternativa D.*

7313. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** José litigava na justiça do trabalho contra uma

sociedade de economia mista em processo de liquidação extrajudicial. O processo encontrava-se em fase de execução, e alguns bens da sociedade haviam sido penhorados para garantir o pagamento. Contudo, antes de findar a execução, a União sucedeu a sociedade de economia mista. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O processo deve ser anulado desde o início, pois relações de trabalho com sociedades de economia mista devem ser julgadas pela justiça federal.

(B) É válida a penhora de bens da sociedade de economia mista realizada anteriormente à sucessão pela União, não podendo a execução prosseguir mediante precatório.

(C) Uma vez que ocorreu a sucessão da União antes de findar a execução, os bens penhorados devem ser liberados, e os valores devidos, pagos por meio de precatórios.

(D) A execução continua normalmente, mantendo-se a penhora dos bens, sendo o regime de precatórios inaplicável no processo do trabalho.

RESPOSTA OJ 343 da SDI-I, TST. *Alternativa B.*

7314. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Em sede de execução definitiva de créditos previdenciários, oriundos de sentença condenatória e em virtude de não terem sido localizados bens da pessoa jurídica reclamada, o juiz competente determinou a penhora do saldo da conta corrente de um dos sócios da reclamada. Em virtude de o sócio da reclamada residir em outra comarca, foi determinada a expedição de carta precatória, para cumprimento da penhora, citação e intimação. Irresignado, o sócio da reclamada ajuizou ação de embargos de terceiros, alegando ausência de responsabilidade no pagamento de débitos da pessoa jurídica, impossibilidade de aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, ofensa à coisa julgada, por não constar, na sentença, condenação ao pagamento de débitos previdenciários, e impossibilidade de penhora de dinheiro, em virtude de existirem outros bens penhoráveis. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Havendo necessidade de interposição de recurso de revista, é bastante para sua admissibilidade a mera demonstração de violação à legislação infraconstitucional.

(B) Não houve ofensa à coisa julgada, visto que os débitos previdenciários são exequíveis, mesmo nos casos em que, havendo condenação pecuniária, a sentença for omissa no tocante aos descontos previdenciários.

(C) A execução definitiva deve desenvolver-se do modo menos gravoso ao executado, razão pela qual é ilegítima a penhora sobre dinheiro, havendo outros bens penhoráveis pertencentes ao executado.

(D) O juízo deprecado é competente para o julgamento dos embargos de terceiros.

RESPOSTA Súmula 401, TST. *Alternativa B.*

7315. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) A respeito das comissões de conciliação prévia, assinale a opção correta.

(A) A provocação da comissão de conciliação prévia não suspende o prazo prescricional para a propositura da reclamação trabalhista.

(B) As comissões de conciliação prévia compõem a estrutura da justiça do trabalho.

(C) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

(D) A ausência da empresa na data designada para a tentativa de conciliação prévia implica a penalidade de revelia.

RESPOSTA (A) Art. 625-G, CLT. (B) Art. 625-A, CLT. (C) Parágrafo único do art. 625-E, CLT. (D) § 2º do art. 625-D, CLT. *Alternativa C.*

7316. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da execução trabalhista.

(A) Na execução por carta precatória, o juízo deprecado detém competência para julgar os embargos de terceiro que versarem unicamente sobre vícios ou irregularidades de penhora, avaliação ou alienação dos bens por ele praticados.

(B) A admissibilidade do recurso de revista interposto contra acórdão em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violação direta à CF ou de dissonância da decisão com Sum. do TST.

(C) Os descontos previdenciários e fiscais devem ser efetuados pelo juízo executório, salvo se a sentença exequenda tiver sido omissa sobre a questão, hipótese em que aludidos descontos ofenderiam a coisa julgada.

(D) O responsável solidário integrante de grupo de empresas que não tiver participado da relação processual como reclamado e que, portanto, não conste no título executivo judicial como devedor não pode ser sujeito passivo na execução.

(E) Na execução por carta precatória, sob pena de não conhecimento, os embargos de terceiro devem ser oferecidos no juízo deprecante, pois dele é a competência para julgá-los.

RESPOSTA Súmula 419, TST. *Alternativa A.*

7317. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** Quanto ao processo de execução trabalhista, assinale a opção correta.

(A) Não se admite mais de uma penhora sobre o mesmo bem.

(B) O TST tem admitido a penhora sobre renda mensal ou faturamento da empresa.

(C) Na execução trabalhista, a adjudicação precede a arrematação.

(D) A arrematação é a entrega dos bens penhorados diretamente ao exequente.

(E) O bem hipotecado e o bem alienado fiduciariamente não podem ser penhorados.

RESPOSTA OJ 93 da SDI-II, TST. *Alternativa B.*

7318. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Quanto à execução no processo do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Os termos de conciliação firmados perante as comissões de conciliação prévia são títulos passíveis de execução.

(B) Não é cabível a execução provisória na justiça do trabalho, sendo necessária a confirmação do trânsito em julgado do processo antes de iniciar-se a execução.

(C) A citação do devedor pode ser feita por meio de carta registrada.

(D) A liquidação por arbitramento ocorre quando há necessidade de provar fato novo que influencie na fixação do valor da causa, mediante provas e alegações.

(E) O executado poderá oferecer embargos à penhora, em oito dias, para discutir a possibilidade de anulação da penhora.

RESPOSTA Parágrafo único do art. 625-E e *caput* do art. 876, CLT. *Alternativa A.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, acerca da execução

trabalhista (Certo ou Errado).

7319. Com base na teoria da penetração, o juízo trabalhista comumente determina a constrição de bens particulares dos sócios da empresa, desde que esta não possua ou ofereça bens suficientes à penhora.

RESPOSTA A teoria da penetração, também conhecida como teoria da desconsideração da personalidade jurídica, é admitida no processo do trabalho (art. 68 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, divulgada no *DEJT* de 17-8-2012). *Certo.*

7320. Qualquer pessoa física ou jurídica tem direito de solicitar ao TST o cadastramento de conta única apta a acolher bloqueios *on line* realizados por meio do sistema BACEN JUD. A solicitação há de ser encaminhada por petição dirigida ao corregedor-geral da justiça do trabalho e instruída com cópias dos comprovantes do CNPJ ou CPF e da titularidade da conta indicada, com dados acerca do banco, da conta corrente, nome e CNPJ ou CPF do titular, quando for o caso.

RESPOSTA A primeira parte do item está correta (art. 91, Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho), porém em 2012 houve uma alteração no citado provimento (divulgada no *DEJT* de 17-8-2012), na qual a solicitação não mais é encaminhada por meio de petição, mas por formulário eletrônico (art. 92, CPCGJT). Portanto, com a alteração a resposta é *Errado*.

7321. A execução, contra a fazenda pública, de quantia enquadrada como de pequeno valor dispensa a expedição de precatório, não sendo ilegal a determinação de sequestro da importância devida pelo ente público na hipótese.

RESPOSTA Orientação Jurisprudencial 1 do Tribunal Pleno do TST. *Certa.*

7322. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** No que diz respeito à execução trabalhista contra a Fazenda Pública, assinale a opção incorreta, com base na CF, no CPC, na CLT e na jurisprudência sumulada e consolidada do STF e do TST.

(A) Podem ser opostos embargos pela Fazenda Pública no prazo de trinta dias após citada da execução.
(B) Não cabe remessa oficial contra decisão do presidente do tribunal em sede de precatório, ainda quando haja agravamento da condenação imposta à Fazenda Pública.
(C) Contra decisão proferida por presidente de TRT em sede de precatório, dada a sua natureza administrativa, cabe a impetração de mandado de segurança.
(D) Nos casos de reclamações trabalhistas plúrimas, a apuração do valor para fins de eventual dispensa do precatório em prol de requisição de pequeno valor deve considerar a soma dos créditos de cada reclamante.
(E) Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida pelo TST no processamento de precatório.

RESPOSTA Orientação Jurisprudencial 9 do Tribunal Pleno do TST. *Alternativa D.*

(Analista – TRT-21 – 2010 – CESPE) Acerca de processo de execução, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

7323. A admissibilidade do recurso de revista em processo de execução depende de demonstração inequívoca de violência direta e literal à CF.

RESPOSTA § 2º do art. 896, CLT. *Certo.*

7324. O principal objetivo dos embargos de terceiro consiste na proteção da posse ou da propriedade de quem, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho em decorrência de atos de apreensão judicial. Assim, são também legitimados ativos para a ação de embargos de terceiro o cônjuge e o credor hipotecário, pignoratício ou anticrético, bem como os sócios das empresas executadas.

RESPOSTA Não são legitimados ativos para a ação de embargos de terceiros os sócios das empresas (arts. 1.046 e 1.047, CPC). *Errado.*

7325. A execução deve-se processar na forma menos gravosa ao executado, portanto, na execução provisória, a penhora em dinheiro fere o direito líquido e certo do executado ainda que não exista a nomeação de outros bens à penhora.

RESPOSTA Item III da Súmula 417, TST. *Errado.*

7326. Os embargos à execução devem ser opostos no prazo de cinco dias a contar da juntada aos autos do mandado de penhora e avaliação ou da ciência pelo executado de que o juízo se encontra integralmente garantido.

RESPOSTA Questão controvertida, tendo em vista que não houve pronunciamento do mérito da ADC 11-8, STF, na qual se discute a constitucionalidade do art. 1º-B, Lei n. 9.494/97, que alterou o prazo do art. 884, CLT, de 5 para 30 dias. *Errado.*

7327. **(Defensor – DPU – 2010 – CESPE)** Acerca da execução no processo trabalhista e dos embargos a ela inerentes, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

No caso de execução por carta precatória, os embargos de terceiro podem ser oferecidos no juízo deprecante ou no deprecado, sendo competente para o julgamento o deprecante, pelo fato de ser o responsável pela ordenação da apreensão, ainda que os referidos embargos tratem unicamente de vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação de bens praticados pelo juízo deprecado.

RESPOSTA Súmula 419, TST. *Errado.*

XVIII. Procedimentos Especiais

7328. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** No que se refere a ações civis admissíveis no processo trabalhista, assinale a opção correta.

(A) As varas do trabalho e os juízes de direito investidos de jurisdição trabalhista não têm competência para julgar mandado de segurança.

(B) A legitimação ativa e a passiva, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido constituem condições genéricas do mandado de segurança, enquanto o direito líquido e certo, a ilegalidade ou o abuso de poder e o ato de autoridade pública constituem condições especiais desse tipo de ação.

(C) Se pessoa não beneficiária da justiça gratuita apresentar requerimento perante a secretaria de turma de TRT, relativo à autenticação de peças, extraídas do processo principal, para formação de agravo de instrumento, e esse requerimento for indeferido, caberá mandado de segurança contra essa decisão.

(D) A ação anulatória é uma ação de conhecimento, de natureza cominatória.

(E) Na ação monitória, considerando-se as peculiaridades do processo do trabalho, embora seja indispensável que o credor possua prova escrita destituída de executoriedade, não há necessidade de a obrigação ser líquida, podendo, portanto, abranger parcelas vencidas e vincendas.

RESPOSTA (A) Inciso IV do art. 114, CRFB; e art. 668, CLT. (B) As condições gerais descritas na alternativa são inerentes a toda e qualquer ação judicial, sendo que, no caso do mandado de segurança, estão descritas no art. 1º, Lei n. 12.016/2009. (C) OJ 91 da SDI-II, TST. (D) A ação anulatória "assume característica de ação constitutiva negativa ou desconstitutiva, na medida em que o seu escopo é fazer com que a cláusula inquinada de ilegal seja expungida do contrato individual, do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho"[2]. (E) Art. 1.102-A, CPC. *Alternativa B.*

XIX. Ação Rescisória

(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE) No que concerne à ação rescisória, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

7329. A posição do TST é de que o sindicato, substituto processual e autor de reclamação trabalhista em cujos autos tenha sido proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para ser réu na ação rescisória, pelo que é desnecessário citar-se todos os empregados substituídos, pois inexiste litisconsórcio passivo necessário.

RESPOSTA Item II da Súmula 406, TST. *Certo.*

7330. O TST já pacificou entendimento no sentido de que a sentença normativa decorrente do julgamento do dissídio coletivo faz coisa julgada formal e material, pelo que cabe, em face dela, ação rescisória.

RESPOSTA Súmula 397, TST. *Errado.*

7331. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Com base no que dispõe a CLT sobre a ação rescisória e à luz do entendimento do TST sobre a matéria, assinale a opção correta.

(A) É admissível o reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda mediante ação rescisória fundamentada em violação de lei.

(B) É dispensável a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda para o processamento de ação rescisória, mesmo porque é admissível a ação rescisória preventiva.

(C) Por falta de previsão legal, a ação rescisória é incabível no âmbito da justiça do trabalho.

(D) A ação rescisória é cabível no âmbito da justiça do trabalho e está sujeita ao depósito prévio de 20% do valor da causa, salvo o caso de miserabilidade jurídica do autor.

RESPOSTA (A) Súmula 410, TST. (B) Item III da Súmula 299, TST. (C) *Caput* do art. 836, CLT. (D) *Caput* do art. 836, CLT. *Alternativa D.*

7332. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Justiniano ajuizou reclamação trabalhista contra seu antigo empregador, a pessoa jurídica Zeta, pleiteando o recebimento de complementação de aposentadoria, indevidamente suprimida, e verbas trabalhistas. O juízo de primeira instância, em 22/8/2003, ao analisar a questão, julgou parcialmente procedente o pedido de Justiniano, condenando Zeta ao pagamento das verbas, observando-se o prazo prescricional das parcelas anteriores a 5 anos do ajuizamento da ação, e improcedente o pedido de complementação de aposentadoria. Justiniano e Zeta recorreram. O recurso de Justiniano não foi conhecido por sua manifesta intempestividade. O recurso de Zeta foi improvido. Zeta, então, interpôs recurso de revista, que foi julgado procedente, considerando-se indevida a condenação ao pagamento das verbas rescisórias. O acórdão transitou em julgado no dia 13/3/2004. Inconformado, Justiniano ajuizou ação rescisória pedindo a desconstituição do acórdão, para condenar Zeta ao pagamento das verbas trabalhistas e da complementação da aposentadoria. Com relação à situação hipotética descrita, assinale a opção incorreta.

(A) Considere que o tribunal, ao analisar a ação rescisória ajuizada por Justiniano, profira decisão condenando Zeta. Nesse caso, para interposição do recurso ordinário desse acórdão, Zeta deve recolher o valor do depósito recursal.

(B) A competência para julgar a referida ação rescisória, relativamente aos dois pedidos, é do tribunal regional do trabalho.

(C) O prazo decadencial para a propositura de ação rescisória que vise desconstituir a decisão que julgou improcedente o pedido de condenação de Zeta ao pagamento de complementação de aposentadoria iniciou-se em 30/8/2003.

(D) É juridicamente impossível o pedido de desconstituição do acórdão quanto à decisão que julgou improcedente o pedido de condenação de Zeta ao pagamento de complementação de aposentadoria.

RESPOSTA Item 2 da alínea *c* do inciso I do art. 678, CLT. *Alternativa B.*

7333. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Em 15/8/2003, foi publicada sentença que julgou absolutamente improcedente pedido formulado por Messias, em reclamação trabalhista ajuizada em desfavor de seu antigo empregador. Dois dias após o decurso do prazo, Messias interpôs recurso ordinário ao TRT competente. No dia 20/2/2004, foi publicada decisão que negava seguimento ao recurso ordinário, por sua manifesta intempestividade. No dia 10/12/2005, Messias ajuizou ação rescisória, alegando que a sentença de rescindenda julgara matéria controvertida nos tribunais, e que a tese prevalecente era favorável ao seu pleito, como se depreendia da orientação jurisprudencial que fora publicada. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A controvérsia jurisprudencial idônea a dar ensejo à ação rescisória foi firmada a partir da inclusão da orientação jurisprudencial do TST acerca da matéria discutida.

(B) Para o recurso ordinário interposto por Messias, era necessária a realização de depósito recursal, como pressuposto de admissibilidade recursal.

(C) O prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória iniciou-se após o decurso do prazo para interposição do recurso de revista do acórdão publicado em 20/2/2004.

(D) Se, na aduzida reclamação trabalhista, fosse celebrado acordo, homologado judicialmente, o início do prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória teria início após o decurso do prazo para a interposição do pertinente recurso ordinário.

RESPOSTA Item II da Súmula 83, TST. *Alternativa A.*

7334. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação à ação rescisória.

(A) A ação rescisória trabalhista não está sujeita ao depósito prévio.

(B) É indispensável ao processamento da ação rescisória a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda; por isso, caso não seja juntado o documento comprobatório à inicial, caberá o seu indeferimento imediato.

(C) É juridicamente impossível o pedido de rescisão de julgado proferido em agravo de instrumento que, limitando-se a aferir o desacerto do juízo negativo de admissibilidade de recurso de revista, não substitua o acórdão regional.

(D) Na análise do prazo decadencial, o juízo rescindente deve basear-se na certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória.

(E) A ausência de defesa na ação rescisória acarreta revelia.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 836, CLT. (B) Item IV da Súmula 100, TST. (C) Item IV da Súmula 192, TST. (D) Item IV da

Súmula 100, TST. (E) Súmula 398, TST. *Alternativa C.*

(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE) No que concerne à ação rescisória, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

7335. A posição do TST é de que o sindicato, substituto processual e autor de reclamação trabalhista em cujos autos tenha sido proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para ser réu na ação rescisória, pelo que é desnecessário citar-se todos os empregados substituídos, pois inexiste litisconsórcio passivo necessário.

RESPOSTA Item II da Súmula 406, TST. *Certo.*

7336. O TST já pacificou entendimento no sentido de que a sentença normativa decorrente do julgamento do dissídio coletivo faz coisa julgada formal e material, pelo que cabe, em face dela, ação rescisória.

RESPOSTA Súmula 397, TST. *Errado.*

XX. Dissídios Coletivos

7337. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito dos dissídios coletivos do trabalho.

(A) A competência originária para o julgamento dos dissídios coletivos é do juiz do trabalho de 1º grau.

(B) A sentença normativa não se submete a processo de execução, mas, sim, a ação de cumprimento.

(C) Da sentença normativa proferida pelo tribunal regional do trabalho cabe recurso de revista para o TST.

(D) O Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para propor dissídios coletivos em qualquer situação.

RESPOSTA (A) Alínea *a* do inciso I do art. 678, CLT; e alínea *b* do inciso I do art. 702, CLT. (B) Art. 872, CLT. (C) Inciso II do art. 895, CLT. (D) § 3º do art. 114, CRFB. *Alternativa B.*

7338. **(Juiz – TRT-1 – 2010 – CESPE)** No que concerne ao dissídio coletivo, assinale a opção correta.

(A) A decisão proferida em dissídio coletivo ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda constitui documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado por meio de ação rescisória.

(B) Segundo entendimento do TST, a sentença normativa produz coisa julgada material.

(C) A petição inicial do dissídio coletivo deve ser dirigida ao tribunal pleno do TRT ou à Seção de Dissídios Coletivos do TST.

(D) Em dissídio coletivo, o julgamento *ultra* ou *extra petita* é passível de nulidade.

(E) No caso de não existir acordo, convenção ou sentença normativa em vigor, a sentença normativa vigerá a partir da data do ajuizamento.

RESPOSTA (A) Letra *a* da Súmula 402, TST. (B) Súmula 397, TST. (C) Art. 856, CLT. (D) Em dissídio coletivo, não se há falar em julgamento *ultra petita* nem *extra petita*, visto que não há pedido (art. 858, CLT). (E) Parágrafo único do art. 867, CLT. *Alternativa E.*

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Em assembleia geral, após frustrada negociação coletiva com o sindicato patronal, os motoristas e cobradores de ônibus de empresas de transporte coletivo de certo

município resolveram deflagrar movimento paredista. Comunicaram às empresas de transporte coletivo das quais eram empregados a deliberação pela greve e, no dia seguinte, após anúncio em jornais, rádio e televisão, pararam de trabalhar, mantendo, contudo, colegas incumbidos de trafegar com parte dos ônibus, nos horários de pico, exceto nas linhas que passam pelos lugares mais movimentados da cidade, que continuam sem atendimento de transporte público algum. Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

7339. A paralisação é legal porque a decisão sobre a oportunidade do exercício do direito de greve compete apenas aos trabalhadores, e, no caso, houve observância da exigência da comunicação prévia aos empregadores e à sociedade.

RESPOSTA O transporte coletivo é considerado um serviço essencial (art. 10, V, Lei n. 7.783/89). No caso, a paralisação é ilegal, visto que, em serviços ou em atividades essenciais, as entidades sindicais ou os trabalhadores ficam obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 horas da paralisação (art. 13, Lei n. 7.783/89). *Errado.*

7340. O Ministério Público do Trabalho, à conta do interesse público e do serviço envolvido, pode ajuizar dissídio coletivo perante o competente TRT para decisão acerca do referido conflito.

RESPOSTA § 3º do art. 114, CRFB. *Certo.*

7341. Eventual decisão do TRT acerca da abusividade da greve, julgando dissídio coletivo que tenha sido ajuizado, está sujeita a recurso de revista para o TST, cabendo, em tal caso, à respectiva Seção de Dissídios Coletivos o reexame da decisão regional.

RESPOSTA Recurso ordinário (art. 895, II, CLT). Cabe recurso de revista em dissídio individual (art. 896, *caput*, CLT). *Errado.*

XXI. Mandado de Segurança

(Analista – TRT-9 – 2007 – CESPE) Considere que, concedida a segurança, o juiz tenha determinado a expedição de ofício urgente para o imediato cumprimento da sentença pela autoridade indicada como coatora. Nessa situação, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

7342. O ofício deve seguir acompanhado do inteiro teor da sentença, sob pena de nulidade da intimação.

RESPOSTA *Caput* do art. 13, Lei n. 12.016/2009. *Certo.*

7343. A secretaria da vara do trabalho deve providenciar, além da intimação da sentença dirigida à autoridade coatora, a intimação regular e pessoal do procurador da União, do estado, do Distrito Federal ou de suas respectivas autarquia se fundações públicas, conforme a vinculação da autoridade coatora.

RESPOSTA Inciso I do art. 7º e art. 9º, Lei n. 12.016/2009. *Certo.*

7344. Considerando-se o resultado da sentença, a autoridade coatora poderá interpor recurso ao respectivo TRT, no prazo de oito dias da intimação pelo oficial de justiça.

RESPOSTA O prazo para a Fazenda Pública recorrer é em dobro (art. 188, CPC), portanto, poderá interpor RO no prazo de 16 dias. *Errado.*

7345. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Mário ajuizou reclamação trabalhista,

pleiteando, em antecipação de tutela, a sua reintegração ao emprego, com base na alegação de que possuía estabilidade provisória e sua demissão ocorrera sem justa causa, confirmada pela inexistência de inquérito para apuração de falta grave. O juiz indeferiu o pedido de antecipação de tutela e determinou a notificação da reclamada. Não se conformando com a decisão, Mário impetrou mandado de segurança, para obter a antecipação de tutela pleiteada. Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção incorreta.

(A) Somente será cabível o mandado de segurança, após o trânsito em julgado da reclamação trabalhista.

(B) Se a tutela for antecipada na sentença, o recurso cabível é o ordinário.

(C) Se, na reclamação ajuizada por Mário, ocorrer o trânsito em julgado de sentença condenatória e forem impugnados os valores por intermédio de embargos à execução, na interposição de agravo de petição, a sentença poderá ser executada no que concerne aos valores que não forem objeto de discordância.

(D) Não é cabível mandado de segurança contra decisão que conceder pedido de liminar.

RESPOSTA (A) Item III da Súmula 414, TST. (B) Item I da Súmula 414, TST. (C) OJ 55 da SDI-II, TST. (D) Súmula 418, TST. *Alternativa A.*

7346. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Pedro e a empresa Mar Grande pactuaram acordo para resolução de reclamação trabalhista. Formalizaram o acordo por escrito, e encaminharam petição ao juiz, com cópia do acordo em anexo, formulando pedido de homologação. O juiz, contudo, não homologou o acordo. Pedro, então, impetrou mandado de segurança contra o juiz, pleiteando a homologação do acordo via concessão de segurança. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O desembargador designado relator deve conceder a segurança, pois caberia ao juiz a homologação do acordo, uma vez que a vontade das partes deve prevalecer.

(B) O desembargador designado relator não deve sequer conhecer as razões do mandado de segurança, já que o juiz de 1º grau não seria autoridade coatora, sendo, portanto, parte ilegítima.

(C) A homologação do acordo constitui uma faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

(D) Não é cabível mandado de segurança na justiça do trabalho.

RESPOSTA (A), (B) e (C) Súmula 418, TST. (D) Inciso IV do art. 114, CRFB. *Alternativa C.*

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Em relação ao mandado de segurança na Justiça do Trabalho, especialmente perante o TST, julgue os itens seguintes, considerando a Constituição Federal, as leis de regência específica e o regimento interno do TST (Certo ou Errado).

7347. O mandado de segurança pode ser impetrado perante qualquer juízo ou tribunal do trabalho, mas, originariamente, os juízes do trabalho detêm competência para processar e julgar os mandados de segurança coligados à matéria de sua jurisdição, enquanto os tribunais apreciam os mandados de segurança impetrados contra seus próprios atos ou dos seus membros, ou, no caso dos TRTs, também quando a autoridade impetrada é juiz do trabalho vinculado a esses tribunais.

RESPOSTA Inciso IV do art. 114, CRFB; e OJ 4 do Tribunal Pleno do TST. *Certo.*

7348. Julgado mandado de segurança por TRT, a competência para apreciar eventual recurso ordinário interposto é da Seção de Dissídios Individuais do TST, exceto quando se tratar de recurso

em mandado de segurança coletivo, caso em que a competência é da Seção de Dissídios Coletivos do TST.

RESPOSTA A Seção de Dissídios Coletivos do TST tem competência para julgar mandado de segurança pertinente a dissídio coletivo, e não mandado de segurança coletivo (art. 895, II, CLT; e art. 2º, II, *b*, Lei n. 7.701/88). *Errado.*

7349. No TST, apenas as seções especializadas processam e julgam, em grau originário, os mandados de segurança impetrados contra atos do próprio Tribunal ou de seus ministros.

RESPOSTA Compete ao Órgão Especial (art. 69, I, *b*, Regimento Interno do TST). *Errado.*

7350. Compete ao presidente do TST, monocraticamente, decidir sobre o pedido de suspensão de segurança concedida por TRT.

RESPOSTA *Caput* do art. 250 do Regimento Interno do TST. *Certo.*

7351. Não cabe mandado de segurança contra ato judicial em execução trabalhista que determine a penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, por ter sido observada a gradação legal.

RESPOSTA Item I da Súmula 417, TST. *Certo.*

XXII. Prescrição

7352. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Segundo grande parte da doutrina, prescrição consiste na perda do direito de ação pelo não exercício desse direito no prazo determinado por lei. A esse respeito, assinale a opção correta.

(A) Para ações em que se questionem créditos resultantes das relações empregatícias, prevê-se prazo prescricional de dois anos no curso da relação de emprego e de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

(B) Para a ação em que se pleiteie apenas anotação da carteira de trabalho e previdência social, conta-se o prazo prescricional a partir da extinção do contrato de trabalho.

(C) No caso de ação ajuizada em razão do não recolhimento da contribuição para o FGTS, a prescrição é de trinta anos, respeitado o biênio posterior ao término do contrato de trabalho.

(D) A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias não alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.

RESPOSTA (A) Inciso XXIX do art. 7º, CRFB. (B) § 1º do art. 11, CLT. (C) Súmula 362, TST. (D) Súmula 206, TST. *Alternativa C.*

7353. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Fabiano ajuizou reclamação trabalhista em desfavor de seu antigo empregador, em 22/2/2004, pleiteando o pagamento das pertinentes verbas rescisórias, remanescentes de seu contrato de trabalho, cuja rescisão ocorreu em 20/2/2004. Por não se ter submetido a questão à comissão de conciliação prévia do sindicato de sua categoria profissional, a ação foi extinta sem análise do mérito. Já com o termo de tentativa frustrada de conciliação da referida comissão, Fabiano ajuizou novamente a ação, em 30/3/2004, pleiteando, além das verbas rescisórias pedidas na primeira reclamação, o seu reenquadramento funcional, em virtude de alteração contratual prejudicial ocorrida em 20/3/1999. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A prescrição, para ser conhecida, deve ser arguida pela parte contrária, mas somente na instância ordinária.

(B) Em se tratando de pedido de reenquadramento funcional, a prescrição é parcial, abrangendo, no que concerne aos seus efeitos econômicos, apenas as parcelas anteriores a cinco anos.

(C) O ajuizamento da primeira reclamação trabalhista interrompeu o prazo prescricional, inclusive, em relação ao pedido de reenquadramento funcional.

(D) A existência de irregularidade na primeira reclamação, resultando em seu arquivamento, torna a ação inidônea para a interrupção do prazo prescricional.

RESPOSTA Súmula 153, TST. *Alternativa A.*

7354. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** Acerca da prescrição no processo trabalhista, assinale a opção correta.

(A) A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias não alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS, à medida que a prescrição fundiária é trintenária, observado o prazo de dois anos após o término do contrato de trabalho.

(B) A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição relativamente a pedidos relativos a todo o vínculo empregatício.

(C) Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrentes de alteração do pactuado, a prescrição é total, mesmo quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

(D) Tratando-se de pedido de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar e jamais paga ao ex-empregado, a prescrição aplicável é a parcial.

(E) A ação movida por sindicato, na qualidade de substituto processual, interrompe a prescrição, ainda que tenha sido considerado parte ilegítima *ad causam*.

RESPOSTA OJ 359 da SDI-I, TST. *Alternativa E.*

XXIII. Temas Variados

7355. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Amarildo, policial militar, trabalhava para a empresa Boliche e Cia. como agente de segurança, nos horários em que não estava a serviço da corporação militar. Na referida empresa, Amarildo cumpria expressamente as ordens emanadas da direção, recebia um salário mensal, e trabalhava de forma contínua e ininterrupta, todas as vezes que não estava escalado na corporação. Considerando a situação apresentada, assinale a opção correta.

(A) Não existe vínculo empregatício entre Amarildo e a empresa Boliche e Cia., já que o trabalho prestado por Amarildo para essa empresa constitui trabalho eventual autônomo.

(B) A justiça do trabalho não pode reconhecer nenhuma espécie de vínculo empregatício entre Amarildo e a empresa Boliche e Cia., já que Amarildo é policial militar.

(C) Existe vínculo empregatício entre a empresa Boliche e Cia. e Amarildo, porém esse vínculo jamais poderá ser reconhecido, em razão da situação de militar de Amarildo.

(D) É legítimo o reconhecimento da relação de trabalho entre Amarildo e a empresa Boliche e Cia., independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no estatuto do policial militar.

RESPOSTA Súmula 386, TST. *Alternativa D.*

7356. **(Analista – TRT-1 – 2008 – CESPE)** A respeito do direito do trabalho e do direito processual do trabalho, assinale a opção correta.

(A) A garantia da estabilidade provisória prevista no ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não se aplica ao suplente do cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes (CIPA).

(B) Cabe recurso de revista das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos tribunais regionais do trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado o STF.

(C) Na sucessão de empresas, a responsabilidade quanto a débitos e obrigações trabalhistas recai sobre o sucessor, em face do princípio da despersonalização do empregador, sendo irrelevante o vínculo estabelecido entre sucedido e sucessor, bem como a natureza do título que possibilitou ao titular do estabelecimento a utilização dos meios de produção nele organizados.

(D) A justiça do trabalho não vê o depósito recursal como parcela garantidora da execução do crédito do reclamante; uma vez que se a sentença ainda não foi transitada em julgado, não há título executivo que sustente a execução.

(E) Nos termos da CLT e da CF, a supressão ou redução do intervalo intrajornada somente é possível por acordo ou convenção coletiva de trabalho.

RESPOSTA (A) Aplica-se sim (Súmula 339, TST). (B) Da que lhe houver dado outro TRT (alínea *a* do art. 896, CLT). (C) Alternativa correta, em consonância com os arts. 10 e 448, CLT. No mesmo sentido, a OJ 261 da SDI-I, TST. (D) Segundo o item I da IN 3, TST, de 5-3-1993, o depósito recursal tem natureza de garantia do juízo recursal. (E) É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada (item II da Súmula 437, TST). *Alternativa C.*

(Analista – TRT-5 – 2008 – CESPE) Acerca dos princípios gerais do processo trabalhista, bem como da execução, dos recursos e da decadência nesse âmbito, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

7357. A posição majoritária da doutrina é de que, por ser aplicável subsidiariamente o Código de Processo Civil, nos casos em que a CLT nada dispuser, nem houver incompatibilidade, os entes públicos devam ser notificados pessoalmente da ação por meio de oficial de justiça, e não por correio.

RESPOSTA Apesar de a alínea *c* do art. 222 proibir a citação postal dos entes públicos, a doutrina e a jurisprudência entendem que a notificação das pessoas jurídicas de direito público deve ser por correio, na forma prevista pelo § 1º do art. 841, CLT. *Errado.*

7358. Segundo a CLT, o Ministério Público só atuará como substituto processual do menor quando este não estiver representado ou assistido por seus representantes legais, caso em que não haverá nulidade a ser reconhecida pela sua não atuação em defesa do incapaz.

RESPOSTA Arts. 793 e 794, CLT. *Certo.*

7359. Segundo orientação pacificada no TST, no caso de execução provisória, a penhora em dinheiro não será a regra quando outros bens forem nomeados, visto ser aquela forma mais gravosa ao executado.

RESPOSTA Item III da Súmula 417, TST. *Certo.*

7360. Segundo o TST, não há, na justiça do trabalho, possibilidade de interpor-se recurso imediato contra decisões interlocutórias, pois estas são irrecorríveis.

RESPOSTA Em regra, sim, mas há exceções de conformidade com a Súmula 214, TST. *Errado.*

7361. Os créditos resultantes das relações de trabalho decaem após passados dois anos do fim do contrato de trabalho.

RESPOSTA O certo é prescrevem, e não decaem, conforme o inciso XXIX do art. 7º, CRFB; e item I da Súmula 308, TST. *Errado.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) No que diz respeito aos processos especiais, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

7362. Para efeito de mandado de segurança, constitui direito líquido e certo do empregador a suspensão do empregado, ainda que este seja detentor de estabilidade sindical, até a decisão final do inquérito em que se apure falta grave a ele imputada.

RESPOSTA OJ 137 da SDI-II, TST. *Correto.*

7363. Pedido de rescisão de julgado proferido em agravo de instrumento que se limite a aferir eventual desacerto de juízo de admissibilidade de recurso de revista é juridicamente impossível, dado que essa decisão não substitui acórdão regional.

RESPOSTA Item IV da Súmula 192, TST. *Correto.*

7364. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Com relação ao processo do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Os juízos e tribunais do trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento célere das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.

(B) O direito processual comum será aplicado sempre que houver omissão no direito processual trabalhista.

(C) A compensação ou retenção pode ser arguida como matéria de defesa até o recurso interponível para o tribunal regional do trabalho (TRT).

(D) Se as partes resolverem conciliar-se, o juiz do trabalho deve suspender o processo e aguardar a homologação ou não do acordo pela Comissão de Conciliação Prévia, uma vez que é obrigatória a submissão àquele órgão extrajudicial.

(E) O princípio da simplicidade das formas não vigora no processo do trabalho quando as partes estão representadas por advogados, prevalecendo, no caso, o princípio da formalidade absoluta.

RESPOSTA (A) Art. 765, CLT. (B) "Sempre" (art. 769, CLT). (C) Somente pode ser arguida como matéria na defesa (art. 767, CLT; e Súmula 48, TST). (D) Se as partes resolverem conciliar-se, o juiz do trabalho lavrará o termo, que será assinado pelo juiz e pelos litigantes, bem como será consignado prazo para seu cumprimento (art. 846, § 1º, CLT). (E) O direito processual do trabalho possui um trâmite mais simples, com menos requisitos para a elaboração da petição inicial (art. 840, § 1º, CLT), com a possibilidade de interposição de recurso por simples petição (art. 899, *caput*, CLT), não havendo qualquer distinção no processo em que as partes estão representadas por advogados ou que estão exercendo o *jus postulandi* (art. 791, CLT). *Alternativa A.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Acerca dos honorários advocatícios no processo do trabalho, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

7365. O percentual limite de honorários advocatícios no processo do trabalho é de 15% sobre o líquido apurado na execução da sentença.

RESPOSTA Item I da Súmula 219, TST. *Certo.*

7366. Na justiça do trabalho, o deferimento de honorários advocatícios sujeita-se à constatação da ocorrência de assistência por sindicato.

RESPOSTA Nas lides que não derivam da relação de emprego também haverá deferimento de honorários advocatícios, mesmo sem a assistência sindical (item III da Súmula 219, TST). *Errado.*

7367. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** João, médico residente, ingressou com ação na justiça do trabalho pleiteando o reconhecimento da relação de emprego com um hospital público municipal. Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Assiste razão a João, uma vez que o período de residência médica deve ser considerado relação de emprego, já que presentes os elementos caracterizadores do vínculo, ou seja, pagamento de salário, subordinação e permanência.

(B) A residência médica é uma modalidade de ensino de pós-graduação, regida sob os ditames do Decreto 80.281/1977, caracterizada por treinamento em serviço, em regime de dedicação exclusiva. Logo, não pode ser caracterizada como relação de emprego.

(C) Caberá ao juiz, ao analisar a demanda, definir se houve ou não uma relação de emprego.

(D) Durante o período de residência médica, não existe nenhum vínculo entre o médico e o hospital, já que apenas assiste aulas no hospital, mas não exerce atividade laborativa.

RESPOSTA *Caput* do art. 1º, Decreto n. 80.291/77. *Alternativa B.*

FCC

I. Princípios

7368. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** De acordo com o artigo 820 da Consolidação das Leis do Trabalho: “as partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento das partes, seus representantes ou advogados” e de acordo com o artigo 342 do Código de Processo Civil: “o juiz pode, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa”. Nestes artigos, está presente, especificamente o princípio

(A) da instrumentalidade ou finalidade.

(B) da imparcialidade do juiz.

(C) do devido processo legal.

(D) da normatização coletiva.

(E) da imediatidade ou imediação.

RESPOSTA O princípio da imediatidade ou imediação “significa que o juiz da causa está obrigado ao contato direto com as partes e sua prova testemunhal, ou pericial, com a própria coisa litigiosa ou com terceiros, para que possa obter os elementos necessários ao esclarecimento da verdade real e dos autos e, em consequência, decidir e justificar o seu livre convencimento”[3]. *Alternativa E.*

II. Organização da Justiça do Trabalho

7369. **(Analista – TRT-3 – 2009 – FCC)** A distribuição dos processos, em cidades onde haja mais do que uma unidade judiciária com a mesma competência, deve obedecer, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho,

(A) à proporção quantitativa e à adequação qualitativa de processos a cada unidade.
(B) aos critérios de igualdade quantitativa e qualitativa entre as unidades judiciárias.
(C) à ordem aleatória de entrada, observando-se a igualdade de tipos de ação para cada vara.
(D) à ordem aleatória de entrada, desde que, ao final de um ano, todas as unidades tenham o mesmo número de processos distribuídos.
(E) à ordem rigorosa de entrada.

RESPOSTA Alínea *a* do art. 714, CLT. *Alternativa E.*

7370. **(Analista – TRT-18 – 2008 – FCC)** Os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho serão nomeados pelo Presidente

(A) da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
(B) da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
(C) da República, após aprovação pela maioria relativa do Conselho Nacional de Justiça.
(D) do Supremo Tribunal Federal, após aprovação pela maioria relativa do Senado Federal.
(E) do Conselho Nacional de Justiça, após a aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

RESPOSTA *Caput* do art. 111-A, CRFB. *Alternativa A.*

7371. **(Analista – TRT-16 – 2009 – FCC)** O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de

(A) onze Ministros, nomeados pelo seu Presidente após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
(B) onze Ministros, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
(C) onze Ministros, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
(D) vinte e sete Ministros, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
(E) vinte e sete Ministros, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

RESPOSTA *Caput* do art. 111-A, CRFB. *Alternativa E.*

7372. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Em relação ao Tribunal Superior do Trabalho, é INCORRETO afirmar:

(A) Funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
(B) O TST será composto de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
(C) Um quinto dos Ministros do TST será composto dentre advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício na carreira.
(D) Os membros do Ministério Público do Trabalho e da advocacia serão indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice e a escolha para nomeação será feita pelo Poder Executivo.
(E) Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho cabe exercer, na forma da lei, a supervisão

administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

RESPOSTA (A) Inciso I do § 2º do art. 111-A, CRFB. (B) *Caput* do art. 111-A, CRFB. (C) Incisos I e II do art. 111-A, CRFB. (D) Art. 94, CRFB. (E) Inciso II do § 2º do art. 111-A, CRFB. *Alternativa B.*

7373. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Nos termos da CLT, compete à Secretaria das Varas do Trabalho

(A) a realização dos atos decorrentes da execução dos julgados das Varas do Trabalho.

(B) o recolhimento das custas processuais devidas pelas partes.

(C) a distribuição, pela ordem rigorosa de entrada, e sucessivamente a cada Vara, dos feitos que, para esse fim, lhe forem apresentados pelos interessados.

(D) a informação, às partes interessadas e seus procuradores, do andamento dos respectivos processos, cuja consulta lhes facilitará.

(E) a organização e a manutenção de um fichário de jurisprudência do Tribunal, para consulta dos interessados.

RESPOSTA Letra *d* do art. 711, CLT. *Alternativa D.*

7374. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Conforme legislação aplicável, em relação à organização e competência da Justiça do Trabalho no Brasil é correto afirmar:

(A) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Congresso Nacional.

(B) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho não são da competência da Justiça do Trabalho, mas sim da Justiça Federal, por se tratar de modalidade tributária.

(C) Os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho serão compostos por um quinto dentre advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício e os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, com mais de cinco anos de efetivo exercício.

(D) A competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.

(E) Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou na Vara do seu domicílio ou na localidade mais próxima.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 111-A, CRFB. (B) Inciso VII do art. 114, CRFB. (C) Incisos I e II do art. 111-A, CRFB. (D) *Caput* do art. 651, CLT. (E) § 3º do art. 651, CLT. *Alternativa D.*

7375. **(Analista – TRT-3 – 2009 – FCC)** A distribuição dos processos, em cidades onde haja mais do que uma unidade judiciária com a mesma competência, deve obedecer, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho,

(A) à proporção quantitativa e à adequação qualitativa de processos a cada unidade.

(B) aos critérios de igualdade quantitativa e qualitativa entre as unidades judiciárias.

(C) à ordem aleatória de entrada, observando-se a igualdade de tipos de ação para cada vara.
(D) à ordem aleatória de entrada, desde que, ao final de um ano, todas as unidades tenham o mesmo número de processos distribuídos.
(E) à ordem rigorosa de entrada.

RESPOSTA Alínea *a* do art. 714, CLT. *Alternativa E.*

III. Jurisdição e Competência

7376. **(Analista – TRT-19 – 2008 – FCC)** De acordo com a CLT, com relação à competência em razão do lugar, não estando o empregado viajante comercial subordinado a agência ou filial, mas à matriz da empresa empregadora será competente para apreciar reclamação trabalhista a Vara

(A) onde está localizada a matriz ou qualquer uma das agências ou filiais da empresa.
(B) do local da última prestação de serviços realizada pelo reclamante.
(C) do domicílio do reclamante, apenas.
(D) do local da primeira prestação de serviços realizada pelo reclamante.
(E) do domicílio do empregado ou a localidade mais próxima.

RESPOSTA § 1º do art. 651, CLT. *Alternativa E.*

7377. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** O princípio que dispõe que a competência é fixada no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, exceto quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia, é especificamente o princípio

(A) da estabilidade da lide.
(B) da *perpetuatio jurisdictionis*.
(C) da inafastabilidade de jurisdição.
(D) do devido processo legal.
(E) do Juiz natural.

RESPOSTA O princípio da *perpetuatio jurisdictionis* está no art. 87, CPC. *Alternativa B.*

7378. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** De acordo com o entendimento adotado pelo TST a respeito das contribuições previdenciárias, analise as proposições abaixo.

I. A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.
II. Em se tratando de descontos previdenciários, a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas em lei, observado o limite máximo do salário de contribuição.
III. Compete à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social, pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.
IV. Nos acordos homologados em juízo em que não haja o reconhecimento de vínculo empregatício, é devido o recolhimento da contribuição previdenciária, mediante a alíquota de 20% a cargo do

tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços, na qualidade de contribuinte individual, sobre o valor total do acordo, respeitado o teto de contribuição.

V. É devida a contribuição previdenciária sobre o valor do acordo celebrado e homologado após o trânsito em julgado de decisão judicial, respeitada a proporcionalidade de valores entre as parcelas de natureza salarial e indenizatória deferidas na decisão condenatória e as parcelas objeto do acordo.

Estão corretas as proposições

(A) II, III e IV, apenas.
(B) III, IV e V, apenas.
(C) I, II, III e IV, apenas.
(D) I, III, IV e V, apenas.
(E) I, II, III, IV e V.

RESPOSTA (I) Item I da Súmula 368, TST. (II) Item III da Súmula 368, TST. (III) OJ 414 da SDI-I, TST. (IV) OJ 398 da SDI-I, TST. (V) OJ 376 da SDI-I, TST. *Alternativa E.*

7379. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar

(A) as ações que envolvam exercício do direito de greve.
(B) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social).
(C) a execução de ofício das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, CF, e seus acréscimos legais decorrentes das sentenças que proferir e relativas ao período de vínculo empregatício reconhecido por sentença.
(D) as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta da União, dos Estados e do Distrito Federal.
(E) as ações sobre questões sindicais envolvendo sindicatos e trabalhadores e sindicatos e empregadores.

RESPOSTA (A) Inciso II do art. 114, CRFB. (B) Inciso VII do art. 114, CRFB. (C) Inciso VIII do art. 114, CRFB. (D) Inciso I do art. 114, CRFB. (E) Inciso III do art. 114, CRFB. *Alternativa A.*

7380. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, EXCETO:

(A) as ações possessórias que decorram do exercício do direito de greve.
(B) as ações indenizatórias decorrentes de acidente do trabalho que decorram da relação de trabalho contra o empregador e/ou Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
(C) os dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.
(D) as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
(E) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

RESPOSTA (A) Súmula Vinculante 23, STF. (B) § 2º do art. 643, CLT; Súmulas 235 e 501, STF; e Súmula 15, STJ. (C) Inciso III da letra *a* do art. 652, CLT. (D) Inciso III do art. 114, CF. (E) Inciso VII do art. 114, CF. *Alternativa B.*

7381. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** O conflito positivado de jurisdição entre um Juiz

do Trabalho e um Juiz de Direito, este no exercício da jurisdição trabalhista, na forma do artigo 668 da Consolidação das Leis do Trabalho, deverá ser julgado pelo

(A) Tribunal Superior do Trabalho, em qualquer hipótese.
(B) Superior Tribunal de Justiça, em qualquer hipótese.
(C) Tribunal Regional do Trabalho, se a competência geográfica de ambos estiver afeta a um mesmo Tribunal Regional do Trabalho.
(D) Tribunal de Justiça do Estado em que se situar a Vara Cível.
(E) Tribunal Regional Federal em que se situarem as unidades judiciárias conflitantes.

RESPOSTA Súmula 180, STJ. *Alternativa C.*

7382. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** A competência territorial da Justiça do Trabalho será fixada pelo critério do local de execução do contrato, EXCETO se o

(A) trabalhador, mesmo sendo brasileiro, for contratado no exterior, por empresa estrangeira, para prestar serviços no exterior, hipótese em que o Juízo Competente será o da Capital Federal (Brasília).
(B) empregador promover a prestação de serviços em locais diferentes, todos dentro do Brasil, hipótese em que a competência será fixada pela situação da filial da empresa no Distrito Federal, tendo sido este ou não o lugar da contratação.
(C) contrato for firmado num local, para prestação dos serviços em outro, ambos no Brasil, hipótese em que o empregado − autor da ação − escolherá o Juízo de qualquer dos dois locais.
(D) empregador promover a prestação de serviços em dois ou mais locais do território nacional e o trabalhador for contratado no exterior, para prestar serviços no exterior, hipótese em que a competência será da Vara do Trabalho do local em que o empregador mantiver sua sede.
(E) empregado for contratado na filial de São Paulo, para prestar serviços na filial de Fortaleza, hipótese em que o Juízo Competente será o da matriz da empresa, em Florianópolis.

RESPOSTA Questão mal formulada, mas a resposta mais correta é a letra C. Isto se levarmos em consideração que se refere a empregador que promove a realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho do empregado (§ 3º do art. 651, CLT). *Alternativa C.*

IV. Procedimento

7383. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Nas reclamações trabalhistas envolvendo os empregados públicos e a Fazenda Pública na Justiça do Trabalho, é correto afirmar:

(A) tem prazos em quádruplo para contestar e em dobro para os demais atos processuais.
(B) a representação processual exige o instrumento de mandato para os procuradores estaduais e municipais, ficando dispensados os procuradores federais.
(C) os recursos não têm efeito devolutivo.
(D) quando condenada subsidiariamente, os juros de mora observarão o regramento específico para a Fazenda Pública, sendo de 0,5% ao mês.
(E) em dissídios individuais, as decisões que estiverem em consonância com as orientações jurisprudenciais do TST, não estão sujeitas à remessa obrigatória.

RESPOSTA Letra *b* do item I da Súmula 303, TST. *Alternativa E.*

7384. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** No que atine ao valor da causa,

(A) se atribuído na inicial valor incompatível com o objeto da demanda, a parte não poderá impugná-lo.
(B) se atribuído na inicial valor incompatível com o objeto da demanda, a parte poderá impugná-lo somente em razões finais.
(C) quando impugnado tempestivamente e se mantido o valor incompatível pelo juízo da causa, poderá ser interposto recurso de pedido de revisão à Presidência do Tribunal Regional, não se facultando a retratação.
(D) quando impugnado tempestivamente e se mantido o valor incompatível pelo juízo da causa, poderá ser interposto recurso de pedido de revisão à Corregedoria Regional, facultando-se a retratação.
(E) se indeterminado na inicial, há dispositivo legal que permite que seja fixado pelo juiz.

RESPOSTA *Caput* do art. 2º, Lei n. 5.584/70. *Alternativa E.*

7385. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Nas ações movidas perante a Justiça do Trabalho contra a Fazenda Pública, em regra, constitui garantia:
(A) o prazo em dobro para recurso, com dispensa do depósito prévio recursal, além de recurso ordinário *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.
(B) o prazo em dobro só para recurso ordinário, com dispensa do depósito prévio e recurso ordinário *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.
(C) o prazo em quádruplo para recurso, e recurso ordinário *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.
(D) o prazo em dobro só para recurso ordinário e recurso de revista *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.
(E) recurso ordinário, recurso de revista e agravos *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.

RESPOSTA Prazo em dobro para recorrer (inc. III do art. 1º, Decreto-lei n. 779/69; e art. 188, CPC), dispensa do depósito recursal (inciso III do art. 1º, Decreto-lei n. 779/69; e item X da IN 3 de 1993, TST), e recurso *ex officio* (inciso V do art. 1º, Decreto-lei n. 779/69). *Alternativa A.*

V. Procedimento Sumaríssimo

7386. **(Analista – TRT-19 – 2008 – FCC)** Considere as assertivas abaixo a respeito do Procedimento Sumaríssimo.
I. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a vinte vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
II. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
III. As partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.
IV. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.

De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS em
(A) II e III.
(B) I, II e III.

(C) I, III e IV.
(D) II, III e IV.
(E) I e IV.

RESPOSTA (I) 40 vezes (*caput* do art. 852-A, CLT). (II) Parágrafo único do art. 852-A, CLT. (III) § 2º do art. 852-B, CLT. (IV) *Caput* do art. 852-H, CLT. *Alternativa D.*

7387. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** Tomás é advogado e está com três reclamações trabalhistas prontas para ajuizamento. Na reclamação trabalhista I foi atribuído à causa o valor de R$ 20.100,00. Na reclamação trabalhista II foi atribuído à causa o valor de R$ 15.000,00 e na reclamação trabalhista III, formulada em face de duas reclamadas, o valor de R$ 10.200,00. Nestes casos, a reclamação trabalhista I, II e III obedecerão o procedimento

(A) sumaríssimo.
(B) ordinário.
(C) ordinário, sumaríssimo e sumaríssimo, respectivamente.
(D) ordinário, ordinário e sumaríssimo, respectivamente.
(E) ordinário, sumaríssimo e ordinário, respectivamente.

RESPOSTA Se levarmos em conta o salário mínimo de 2010 (R$ 510,00), 40 salários mínimos totalizarão R$ 20.400,00. Portanto, as ações obedecerão ao rito sumaríssimo (*caput* do art. 852-A, CLT). *Alternativa A.*

7388. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** Nas reclamações sujeitas ao Procedimento Sumaríssimo, a prova técnica

(A) é incabível, devendo o juiz modificar o rito processual para o Ordinário e prosseguir com a realização da perícia, devendo as partes devidamente intimadas manifestarem-se sobre o laudo técnico no prazo sucessivo de cinco dias.
(B) é incabível, devendo o juiz modificar o rito processual para o Ordinário e prosseguir com a realização da perícia, devendo as partes devidamente intimadas manifestarem-se sobre o laudo técnico no prazo sucessivo de dez dias.
(C) somente será deferida quando a prova do fato a exigir ou for legalmente imposta, devendo as partes devidamente intimadas manifestarem-se sobre o laudo técnico no prazo comum de cinco dias.
(D) somente será deferida quando a prova do fato a exigir ou for legalmente imposta, devendo as partes devidamente intimadas manifestarem-se sobre o laudo técnico no prazo sucessivo de dez dias.
(E) poderá ser deferida em qualquer hipótese, mas as partes devidamente intimadas devem manifestarem-se sobre o laudo técnico no prazo comum de quarenta e oito horas.

RESPOSTA §§ 4º e 6º do art. 852-H, CLT. *Alternativa C.*

7389. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Em relação ao procedimento sumaríssimo, analise as proposições abaixo.

I. Na ata de audiência serão registrados resumidamente os atos essenciais, as afirmações fundamentais das partes e as informações úteis à solução da causa trazidas pela prova testemunhal.
II. Interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de 15 (quinze) dias, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa.
III. A apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias do seu

ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Vara do Trabalho.

IV. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por violação direta da Constituição da República.

V. Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário será imediatamente distribuído no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias para apreciação do revisor, também em 5 (cinco) dias, após o que a Secretaria do Tribunal ou Turma coloca-lo-á imediatamente em pauta para julgamento.

Estão corretas as proposições

(A) I e III, apenas.
(B) II e V, apenas.
(C) I, III e IV, apenas.
(D) II, IV e V, apenas.
(E) I, II, III, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 852-F, CLT. (II) § 7º do art. 852-H, CLT. (III) Inciso III do art. 852-B, CLT. (IV) § 6º do art. 896, CLT. (V) Inciso II do § 1º do art. 895, CLT. *Alternativa A.*

7390. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** No procedimento sumaríssimo, o juiz deverá decidir de plano,

(A) litispendência, conexão e coisa julgada.
(B) prescrição e decadência.
(C) compensação e retenção.
(D) prescrição e litispendência.
(E) compensação e coisa julgada.

RESPOSTA Art. 852-G, CLT. *Alternativa A.*

7391. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** Camila, advogada de Ana, pretende ajuizar reclamação trabalhista cujo valor da causa é de R$ 17.000,00. Neste caso, em regra,

(A) Camila deverá arrolar previamente até duas testemunhas na petição inicial, sob pena de preclusão.
(B) na data da audiência, Ana deverá trazer até três testemunhas, independentemente de intimação.
(C) o pedido deverá ser certo e determinado, indicando o valor de R$ 17.000,00.
(D) Camila poderá requerer a citação por edital se a empresa ré, comprovadamente, possuir endereço incerto.
(E) Camila deverá arrolar previamente até três testemunhas na petição inicial, sob pena de preclusão.

RESPOSTA Inciso I do art. 852-B, CLT. Em 2011 o valor do salário mínimo era R$ 545,00, portanto, na época 40 salários mínimos totalizavam R$ 21.800,00. No caso da questão, tal dissídio individual deverá ser submetido ao procedimento sumaríssimo. *Alternativa C.*

7392. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho sobre procedimento sumaríssimo, é INCORRETO afirmar:

(A) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
(B) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

(C) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

(D) Sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência, salvo absoluta impossibilidade, a critério do juiz.

(E) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado, sob pena de arquivamento da reclamação.

RESPOSTA No máximo duas (§ 2º do art. 852-H, CLT). *Alternativa C.*

7393. (Analista – TRT-11 – 2012 – FCC) Em relação ao procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar que

(A) não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e do endereço do reclamado.

(B) o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente.

(C) as demandas em que é parte a administração pública direta, autárquica e fundacional também podem se submeter ao procedimento sumaríssimo, se o valor pleiteado não exceder a quarenta vezes o salário mínimo.

(D) as testemunhas, até no máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

(E) só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.

RESPOSTA Não podem, segundo o parágrafo único do art. 852-A, CLT. *Alternativa C.*

7394. (Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC) Na Justiça do Trabalho, o Procedimento Sumaríssimo

(A) aplica-se aos dissídios coletivos cujo valor da causa não exceda 60 salários mínimos.

(B) permite a citação por edital, quando a reclamada não for encontrada, após a tentativa de citação por hora certa previamente determinada.

(C) aplica-se aos dissídios individuais cujo valor total do pedido não ultrapasse 40 salários mínimos, inclusive para as ações plúrimas.

(D) poderá ter como parte reclamada a Administração Pública autárquica ou fundacional.

(E) obriga as partes a requererem previamente as provas que serão produzidas na audiência de instrução e julgamento.

RESPOSTA (A) Somente dissídios individuais (*caput* do art. 852-A, CLT). (B) Não permite a citação por edital (inc. II do art. 852-B, CLT). (C) *Caput* do art. 852-A, CLT. (D) Estão excluídas (parágrafo único do art. 852-A, CLT). (E) As provas serão produzidas na audiência, ainda que requeridas previamente (art. 852-H, CLT). *Alternativa C.*

VI. Atos, Termos e Prazos

7395. (Analista – TRT-3 – 2009 – FCC) Os atos processuais trabalhistas, em regra, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, realizar-se-ão das 6 horas às

(A) 19 horas, de segunda a sexta-feira.

(B) 20 horas, de segunda a sábado.

(C) 18 horas, de segunda a sexta-feira.

(D) 20 horas, de segunda a domingo, independentemente de autorização judicial expressa.
(E) 17 horas, de segunda a sexta-feira, dependendo, a prorrogação máxima até às 20 horas, de autorização judicial.

RESPOSTA Art. 770, CLT. *Alternativa B.*

7396. (Analista – TRT-19 – 2008 – FCC) Ana Maria, representante legal da empresa XUBA, recebeu intimação na reclamação trabalhista proposta por Ana Joaquina, sua ex-funcionária. Considerando que a intimação ocorreu no sábado e que segunda-feira é feriado nacional, será considerada que a intimação foi realizada

(A) no próprio sábado e o prazo processual começará a correr na terça-feira.
(B) no próprio sábado e o prazo processual começará a correr na segunda-feira.
(C) na terça-feira e o prazo processual começará a correr na quarta-feira.
(D) na terça-feira e o prazo processual começará a correr da própria terça-feira.
(E) na sexta-feira antecedente e o prazo processual começará a correr na terça-feira.

RESPOSTA Item I da Súmula 262, TST. *Alternativa B.*

7397. (Analista – TRT-2 – 2008 – FCC) A notificação presume-se recebida

(A) na data da assinatura do aviso de recebimento.
(B) na data de sua expedição.
(C) em 48 horas da data de sua postagem.
(D) na data da juntada aos autos do aviso de recebimento.
(E) três dias após a juntada aos autos do aviso de recebimento.

RESPOSTA Súmula 16, TST. *Alternativa C.*

7398. (Analista – TST – 2012 – FCC) Considere as assertivas seguintes conforme previsão legal e jurisprudência sumulada do TST:

I. Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do Processo Judiciário do Trabalho previstas na CLT.
II. Terá preferência em todas as fases processuais o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o Juízo da falência.
III. O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho suspendem os prazos recursais.
IV. Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 20 horas.
V. Nos dissídios individuais, sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá exclusivamente ao reclamado.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I, III e IV.
(C) II, IV e V.
(D) I, IV e V.
(E) II, III e V.

RESPOSTA (I) Art. 769, CLT. (II) Art. 79, Lei n. 11.101/2005. (III) Item II da Súmula 262, TST. (IV) *Caput* do art. 770, CLT. (V) § 3º do art. 789, CLT. *Alternativa A.*

7399. (Analista – TRT-8 – 2010 – FCC) Segundo a Lei n. 11.419/2006, consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico. Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as

(A) 18 horas do seu último dia.
(B) 18 horas e 30 minutos do seu último dia.
(C) 19 horas do seu último dia.
(D) 24 horas do seu último dia.
(E) 22 horas do seu último dia.

RESPOSTA Parágrafo único do art. 3º, Lei n. 11.419/2006. *Alternativa D.*

7400. (Analista – TRT-14 – 2011 – FCC) De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis, das seis às vinte horas. Porém, poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente, a

(A) penhora.
(B) notificação da reclamada pessoa jurídica estrangeira.
(C) intimação para comparecer pessoalmente para depoimento pessoal.
(D) intimação da praça.
(E) notificação da reclamada pessoa jurídica de direito público interno.

RESPOSTA Parágrafo único do art. 770, CLT. *Alternativa A.*

7401. (Analista – TRT-6 – 2012 – FCC) Em relação aos atos, termos e prazos processuais, a Consolidação das Leis do Trabalho prevê que

(A) os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse público, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.
(B) os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
(C) os prazos processuais contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.
(D) a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, prescindindo de autorização judicial.
(E) os prazos que vencerem na sexta, sábado, domingo ou feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.

RESPOSTA *Caput* do art. 770, CLT. *Alternativa B.*

VII. Nulidades Processuais

7402. (Analista – TST – 2012 – FCC) No processo do trabalho, considerando as normas específicas e a jurisprudência sumulada do TST é correto afirmar:

(A) Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é válida, diante do princípio do *jus postulandi*.

(B) A nulidade não será declarada senão mediante provocação das partes, devendo ser pronunciada ainda que for arguida por quem lhe tiver dado causa.
(C) Haverá nulidade por julgamento *extra petita* da decisão que deferir salário quando o pedido for de reintegração, ante a falta de previsão legal.
(D) Na Justiça do Trabalho as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.
(E) Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, as exceções serão alegadas como matéria de defesa, não havendo suspensão do feito, ainda que se trate de exceções de suspeição ou incompetência.

RESPOSTA (A) Súmula 427, TST. (B) Art. 796, CLT. (C) Item II da Súmula 396, TST. (D) Súmula 214, TST. (E) *Caput* e § 1º do art. 799, CLT. *Alternativa D.*

7403. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** De acordo com o artigo 795 da CLT, as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos. Neste caso, trata-se especificamente do Princípio da

(A) Estabilidade da Lide.
(B) Preclusão.
(C) Eventualidade.
(D) Concentração.
(E) Lealdade Processual.

RESPOSTA *Caput* do art. 245, CPC. *Alternativa B.*

VIII. Partes e Procuradores

7404. **(Analista – TRT-2 – 2008 – FCC)** Considere:

I. A reclamação trabalhista A tem como partes Maria e sua ex-empregada doméstica Úrsula.
II. A reclamação trabalhista B tem como partes a micro-empresa SAPO e seu ex-empregado João.
III. A reclamação trabalhista C tem como partes a sociedade anônima RATO e seu ex-empregado Domingos.
IV. A reclamação trabalhista D tem como partes a empresa privada ROMA e sua ex-funcionária Vânia.

Para se fazerem representados em audiência, o preposto deverá ser necessariamente empregado do(a) reclamado(a) APENAS nas demandas indicadas em

(A) II, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) III e IV.
(D) II e III.
(E) I, III e IV.

RESPOSTA O preposto deverá ser necessariamente empregado nas demandas III e IV, de conformidade com a Súmula 377, TST. *Alternativa C.*

7405. **(Analista – TRT-2 – 2008 – FCC)** Com relação ao mandato e ao substabelecimento, é correto afirmar:

(A) O advogado sem procuração poderá propor reclamação trabalhista a fim de evitar a decadência de direitos, devendo, no entanto, exibir o instrumento do mandato no prazo improrrogável de 90 dias.

(B) É inválido o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda.

(C) São inválidos os atos praticados pelo substabelecido, se não houver, no mandato, poderes expressos para substabelecer.

(D) Existindo previsão, no mandato, fixando termo para sua juntada, o instrumento de mandato terá validade, inclusive se anexado ao processo após o aludido prazo.

(E) Considera-se irregular a representação se o substabelecimento é anterior à outorga passada ao substabelecente.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 37, CPC. (B) Item IV da Súmula 395, TST. (C) Item IV da Súmula 395, TST. (D) Item II da Súmula 395, TST. (E) Item IV da Súmula 395, TST. *Alternativa E.*

7406. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** É INCORRETO afirmar:

(A) Embora não haja previsão expressa na CLT para o litisconsórcio passivo, o mesmo é possível no processo do trabalho, não havendo qualquer impedimento para o mesmo.

(B) Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados de uma mesma empresa ou estabelecimento.

(C) O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário.

(D) O litisconsórcio, na ação rescisória, é necessário em relação ao polo passivo da demanda, porque supõe uma comunidade de direitos ou de obrigações que não admite solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto. Já em relação ao polo ativo, o litisconsórcio é facultativo, uma vez que a aglutinação de autores se faz por conveniência e não pela necessidade decorrente da natureza do litígio, pois não se pode condicionar o exercício do direito individual de um dos litigantes no processo originário à anuência dos demais para retomar a lide.

(E) Litisconsortes com procuradores distintos têm no processo do trabalho prazo em dobro para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

RESPOSTA (A) Súmula 406, TST. (B) Art. 842, CLT. (C) OJ 110 da SDI-II, TST. (D) OJ 82 da SDI-II, TST. (E) OJ 310 da SDI-I, TST. *Alternativa E.*

7407. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** De acordo com o entendimento adotado pelo Tribunal Superior do Trabalho, é INCORRETO afirmar:

(A) Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo.

(B) Diante da existência de previsão, no mandato, fixando termo para sua juntada, o instrumento de mandato só tem validade se anexado ao processo dentro do aludido prazo.

(C) Configura-se a irregularidade de representação se o substabelecimento é anterior à outorga passada ao substabelecente.

(D) Os Estados e os Municípios não têm legitimidade para recorrer em nome das autarquias detentoras de personalidade jurídica própria, devendo ser representadas pelos procuradores que fazem parte de seus quadros ou por advogados constituídos.

(E) Inválidos os atos praticados no processo por estagiário, ainda que, entre o substabelecimento e a interposição do recurso, sobreveio a habilitação, do então estagiário, para atuar como advogado.

RESPOSTA (A) Súmula 427, TST. (B) OJ 313 da SDI-I, TST. (C) OJ 330 da SDI-I, TST. (D) OJ 318 da SDI-I, TST. (E) OJ 319 da SDI-I, TST. *Alternativa E.*

7408. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** No que tange à ação de cumprimento, é INCORRETO afirmar:

(A) Em relação à natureza jurídica, a ação de cumprimento é uma ação de conhecimento, do tipo condenatória.

(B) A legitimação para a propositura da ação de cumprimento é concorrente, à medida em que tanto o sindicato como os empregadores poderão propô-la.

(C) A competência para processar e julgar ação de cumprimento é das Varas do Trabalho.

(D) É dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento.

(E) A coisa julgada produzida na ação de cumprimento é atípica, pois dependente de condição resolutiva, ou seja, da não modificação da decisão normativa por eventual recurso. Assim, modificada a sentença normativa pelo TST, com a consequente extinção do processo, sem julgamento do mérito, deve-se extinguir a execução em andamento, uma vez que a norma sobre a qual se apoiava o título exequendo deixou de existir no mundo jurídico.

RESPOSTA (A) Segundo Carlos Henrique Bezerra Leite, a ação de cumprimento é "uma ação de conhecimento, do tipo condenatória"[4]. (B) Parágrafo único do art. 872, CLT. (C) Parágrafo único do art. 872, CLT. (D) Súmula 246, TST. (E) OJ 277 da SDI-I, TST. *Alternativa B.*

7409. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Em relação à litigância de má-fé é INCORRETO afirmar que

(A) o juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a 1% sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios, quando estes forem cabíveis no processo do trabalho.

(B) reputa-se litigante de má-fé aquele que usar do processo para conseguir objetivo ilegal.

(C) reputa-se litigante de má-fé aquele que proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.

(D) provocar incidentes manifestamente infundados caracteriza conduta de litigância de má-fé.

(E) se forem dois ou mais os litigantes de má-fé no processo, a condenação dos mesmos se dará de forma solidária.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 18, CPC. (B) Inciso III do art. 17, CPC. (C) Inciso V do art. 17, CPC. (D) Inciso VI do art. 17, CPC. (E) § 1º do art. 18, CPC. *Alternativa E.*

7410. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Com base nas regras do processo do trabalho aplicáveis as partes e procuradores, a substituição e representação processuais, é correto afirmar:

(A) Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.

(B) Nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado.

(C) A constituição de procurador com poderes para o foro em geral somente poderá ser efetivada, mediante instrumento de procuração, não valendo o simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.

(D) Nos dissídios individuais os empregados e empregadores não poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, valendo tal situação apenas para os dissídios coletivos.

(E) A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita apenas pela Procuradoria da Justiça do Trabalho ou pelo sindicato.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 791, CLT. (B) É facultada (§ 2º do art. 791, CLT). (C) Poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada (§ 3º do art. 791, CLT). (D) Podem sim (§ 1º do art. 791, CLT). (E) Também poderá ser feita por seus representantes legais (art. 793, CLT). *Alternativa A.*

7411. **(Analista – TRT-4 – 2011 – FCC)** Considere as seguintes assertivas a respeito da representação:

I. É inadmissível em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração, ainda que mediante protesto por posterior juntada, já que a interposição de recurso não pode ser reputada ato urgente.

II. Nas Reclamatórias Plúrimas os empregados não poderão fazer-se representar pelo Sindicato de sua categoria, tendo em vista que não se trata de dissídio coletivo, mas sim de dissídio individual com diversos reclamantes.

III. É válido o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda.

IV. Não configura irregularidade de representação o fato do substabelecimento ser anterior à outorga passada ao substabelecente, tratando-se de mera irregularidade formal.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

(A) I e III.

(B) I, II e III.

(C) II, III e IV.

(D) I e IV.

(E) I, III e IV.

RESPOSTA (I) Item I da Súmula 383, TST. (II) Nas reclamatórias plúrimas ou ações de cumprimento, os empregados podem se fazer representar pelo sindicato da categoria (segunda parte do *caput* do art. 843, CLT). (III) Item I da Súmula 395, TST. (IV) Configura-se a irregularidade de representação se o substabelecimento é anterior à outorga passada ao substabelecente (item IV da Súmula 395, TST). *Alternativa A.*

IX. Ministério Público do Trabalho

7412. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** O Procurador-Geral do Trabalho será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre integrantes da instituição, com mais de trinta e cinco anos de idade e de cinco anos na carreira, integrante de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, pelo Colégio de Procuradores. Não ocorrendo número suficiente de candidatos com mais de cinco anos na carreira,

(A) o Procurador-Geral da República deverá fornecer ao Colégio de Procuradores prazo improrrogável de 120 dias para a elaboração de lista que contenha três candidatos habilitados, independentemente do tempo de carreira.

(B) deverá ser apresentada lista com dois nomes, sendo que o Procurador-Geral da República deverá

optar por um deles, tendo em vista a obrigatoriedade da presença do requisito anos de carreira.

(C) poderá concorrer à lista tríplice quem contar mais de dois anos na carreira.

(D) poderá concorrer à lista tríplice quem contar mais de doze meses na carreira.

(E) o Procurador-Geral da República deverá fornecer ao Colégio de Procuradores prazo improrrogável de 90 dias para a elaboração de lista que contenha três candidatos habilitados, independentemente do tipo de carreira.

RESPOSTA *Caput* do art. 88, LC n. 75/93. *Alternativa C.*

7413. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho, EXCETO:

(A) intervir em todos os processos decorrentes das relações de trabalho que envolvam interesses das mulheres, dos menores e dos portadores de deficiência.

(B) recorrer das decisões da Justiça do Trabalho, quando entender necessário, tanto nos processos em que for parte, como naqueles em que oficiar como fiscal da lei, bem como pedir revisão dos Enunciados da Súmula de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

(C) manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse público que justifique a intervenção.

(D) promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.

(E) propor as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores.

RESPOSTA (A) Inciso V do art. 83, LC n. 75/93. (B) Inciso VI do art. 83, LC n. 75/93. (C) Inciso II do art. 83, LC n. 75/93. (D) Inciso III do art. 83, LC n. 75/93. (E) Inciso IV do art. 83, LC n. 75/93. *Alternativa A.*

X. Fazenda Pública

7414. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Nas ações movidas perante a Justiça do Trabalho contra a Fazenda Pública constitui garantia o

(A) prazo em dobro só para recurso ordinário, com dispensa do depósito prévio e remessa *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.

(B) prazo em dobro só para recurso ordinário e recurso de revista *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.

(C) prazo em quádruplo para recurso, e recurso ordinário *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.

(D) prazo em dobro para recurso, em quádruplo para contestar, além de remessa *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias, se a condenação superar 60 salários mínimos.

(E) recurso ordinário, recurso de revista e agravos *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.

RESPOSTA Incisos II, III e V do art. 1º, Decreto-lei n. 779/69; e o § 2º do art. 475, CPC. *Alternativa D.*

XI. Audiência

7415. **(Analista – TRT-18 – 2008 – FCC)** Nas reclamações trabalhistas plúrimas, as razões

finais para todos os reclamantes assistidos por um mesmo advogado deverão ser apresentadas

(A) oralmente, no prazo de 15 minutos para todos os reclamantes.

(B) oralmente, no prazo de 10 minutos para todos os reclamantes.

(C) por escrito, no prazo de 05 dias para cada reclamante.

(D) por escrito, no prazo de 15 dias para todos os reclamantes.

(E) oralmente, no prazo de 15 minutos para cada reclamante.

RESPOSTA *Caput* do art. 850, CLT. *Alternativa B.*

7416. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** É INCORRETO afirmar que

(A) o preposto deve ser necessariamente empregado.

(B) nas ações plúrimas, os empregados poderão fazer-se representar pelo sindicato da categoria profissional correspondente.

(C) o não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação.

(D) aberta a audiência, o juiz proporá a conciliação.

(E) a vedação à produção de prova posterior pela parte confessa somente a ela se aplica, não afetando o exercício, pelo magistrado, do poder/dever de conduzir o processo.

RESPOSTA (A) Súmula 377, TST. (B) *Caput* do art. 843, CLT. (C) *Caput* do art. 844, CLT. (D) *Caput* do art. 846, CLT. (E) Art. 765, CLT. *Alternativa A.*

7417. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Conforme previsão legal e jurisprudência sumulada do TST, em relação às audiências trabalhistas é correto afirmar:

(A) A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, importa arquivamento do processo.

(B) Exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, ou contra micro ou pequeno empresário, o preposto em audiência deve ser necessariamente empregado do reclamado.

(C) Não se aplica a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor desde que esteja presente o seu advogado.

(D) Aberta a audiência, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa oral ou apresentá-la por escrito e, em seguida, o juiz proporá a conciliação.

(E) Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, devendo o juiz, *ex officio*, interrogar os litigantes, sob pena de nulidade, sendo que findo o interrogatório não poderão os litigantes retirar-se, até o término da instrução com a oitiva de testemunhas.

RESPOSTA (A) Súmula 9, TST. (B) Súmula 377, TST. (C) Item I da Súmula 74, TST. (D) Art. 847 e *caput* do 848, CLT. (E) Art. 848, CLT. *Alternativa B.*

7418. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Conforme a CLT, admite-se uma tolerância de 15 minutos após a hora marcada para o início da audiência, no caso de não

(A) comparecer o reclamante.

(B) comparecerem os procuradores.

(C) comparecerem as partes.

(D) comparecer o juiz.

(E) comparecer o secretário da Vara do Trabalho.

RESPOSTA Parágrafo único do art. 815, CLT. *Alternativa D*.

7419. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** Fátima ajuizou reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora, a empresa K. Ela pretende levar na audiência de instrução três testemunhas: Marta, Mariana e Kátia. Considerando que Marta já foi condenada por crime de falso testemunho com sentença transitada em julgado; que Mariana é sobrinha de Fátima; e que Kátia é amiga íntima de Fátima, o impedimento para testemunhar recai sobre

(A) Mariana e Marta.
(B) Marta, Mariana e Kátia.
(C) Marta e Kátia.
(D) Mariana.
(E) Kátia.

RESPOSTA Marta e Kátia não poderão testemunhar por suspeição (incs. I e III do § 3º do art. 405, CC), enquanto somente Mariana não poderá testemunhar por impedimento (inc. I do § 2º do art. 405, CC), por ser parente de terceiro grau (art. 1.594, CC). *Alternativa D.*

7420. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** Matias ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a empresa Doce. A audiência de instrução ocorrida no início do ano foi adiada, tendo em vista o não comparecimento de testemunha do reclamante em virtude de cirurgia gástrica. Foi marcada nova audiência de instrução sendo que, nesta oportunidade, o reclamante não compareceu sem justo motivo. Considerando que a presente reclamação foi contestada na primeira audiência, o não comparecimento do reclamante nesta segunda audiência

(A) importará o arquivamento do processo, sendo que o reclamante não poderá ajuizar nova reclamação durante o prazo de seis meses.
(B) importará o arquivamento do processo, sendo o reclamante condenado ao pagamento das custas processuais.
(C) importará o arquivamento do processo, sendo o reclamante condenado ao pagamento das custas processuais acrescidas de 50% a título de penalidade.
(D) importará o arquivamento do processo, mas o reclamante está isento do pagamento das custas.
(E) não acarretará o arquivamento do processo.

RESPOSTA Súmula 9, TST. *Alternativa E.*

7421. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** Dioclécia, empregada da empresa X, foi dispensada sem justa causa. Com a rescisão de seu contrato de trabalho, na semana seguinte, ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora. Na data da audiência UNA, Dioclécia não compareceu por ter se confundido com o horário marcado e, sendo assim, o processo foi arquivado. No dia seguinte, seu advogado ajuizou nova reclamação trabalhista. Neste caso, esta nova reclamação trabalhista

(A) será extinta com julgamento do mérito, uma vez que Dioclécia deveria aguardar o prazo de seis meses para ajuizamento de nova reclamação.
(B) será extinta sem julgamento do mérito, uma vez que Dioclécia deveria aguardar o prazo de seis meses para ajuizamento de nova reclamação.
(C) será extinta sem julgamento do mérito, uma vez que, em razão de entendimento Sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Dioclécia deveria aguardar pelo menos três dias para o ajuizamento de nova reclamação.
(D) será extinta sem julgamento do mérito, uma vez que, em razão de entendimento Sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Dioclécia deveria aguardar pelo menos cinco dias para o

ajuizamento de nova reclamação.

(E) terá prosseguimento normal, pois para o caso narrado, não há penalidade na Consolidação das Leis do Trabalho.

RESPOSTA A CLT prevê penalidade no caso em que o reclamante der causa ao arquivamento da reclamação trabalhista por duas vezes seguidas pelo fato de não comparecer à audiência inaugural (arts. 732 e 844, CLT). *Alternativa E.*

7422. **(Analista – TRT-6 – 2012 – FCC)** Conforme legislação específica em relação às audiências trabalhistas, o comparecimento das partes e as consequências de suas ausências, é INCORRETO afirmar:

(A) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas como regra, sendo que o juiz manterá a ordem nas audiências, podendo mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem.

(B) Nas audiências trabalhistas é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.

(C) Se por doença ou qualquer outro motivo, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente na audiência, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.

(D) O não comparecimento do reclamado à primeira audiência designada como Una importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

(E) O não comparecimento do reclamante à primeira audiência designada como Una importa na confissão quanto à matéria fática, não ocorrendo o arquivamento da ação.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 813 e art. 816, CLT. (B) § 1º do art. 843, CLT. (C) § 2º do art. 843, CLT. (D) Segunda parte do *caput* do art. 844, CLT. (E) Importa no arquivamento da reclamação (primeira parte do *caput* do art. 844, CLT). *Alternativa E.*

7423. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** O Banco Alfa S/A não enviou preposto para a audiência designada logo após a distribuição da reclamação, embora estivesse presente o seu advogado, com procuração. Nesta situação, o reclamado é considerado quanto à matéria

(A) fática, confesso mas não revel.

(B) fática, revel e confesso.

(C) fática, nem revel nem confesso.

(D) fática, revel mas não confesso.

(E) de direito, confesso apenas.

RESPOSTA *Caput* do art. 844, CLT; e item I da Súmula 74, TST. *Alternativa B.*

7424. **(Analista – TRT-11 – 2012 – FCC)** Em se tratando de reclamada pessoa jurídica de direito privado, entre o ajuizamento da reclamação trabalhista e a data designada para audiência, há que existir um interregno mínimo de

(A) 5 dias.

(B) 10 dias

(C) 15 dias.

(D) 20 dias.

(E) 48 horas.

RESPOSTA *Caput* do art. 841, CLT. *Alternativa A.*

XII. Resposta do Réu

7425. **(Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC)** Em uma reclamação trabalhista a autarquia municipal X pretende arguir compensação de valores. Neste caso, a compensação

(A) só poderá ser arguida em contestação.
(B) poderá ser arguida em qualquer momento processual desde que antes do trânsito em julgado.
(C) poderá ser arguida em qualquer momento processual, inclusive através de ação rescisória.
(D) só poderá ser arguida na liquidação de sentença através de manifestação expressa.
(E) deverá ser arguida na execução através de embargos à execução.

RESPOSTA Art. 767, CLT; e Súmula 48, TST. *Alternativa A.*

7426. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** Mirna ajuizou reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora, a empresa M, requerendo diversas verbas. A empresa M possui crédito decorrente da relação de emprego com Mirna, em valor inferior ao pleiteado na exordial. Neste caso, a empresa M deverá

(A) requerer a compensação de valores em recurso ordinário se houver condenação.
(B) formular pedido reconvencional juntamente com os pedidos da contestação.
(C) requerer a compensação de valores em execução de sentença se houver condenação.
(D) elaborar reconvenção em peça própria e apresentar no prazo de cinco dias contados da intimação da data da audiência.
(E) requerer a compensação de valores na contestação.

RESPOSTA Súmulas 18 e 48, TST; e art. 767, CLT. *Alternativa E.*

7427. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, apresentada a exceção de incompetência

(A) abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 horas prorrogáveis por igual período.
(B) abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 horas improrrogáveis.
(C) abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 48 horas improrrogáveis.
(D) abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 48 horas prorrogáveis por igual período.
(E) o juiz decidirá de plano, sem a manifestação da parte contrária que será intimada da decisão.

RESPOSTA Art. 800, CLT. *Alternativa B.*

XIII. Provas

7428. **(Analista – TRT-3 – 2009 – FCC)** A perícia para apuração de periculosidade e insalubridade será realizada, segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho,

(A) por médico do trabalho ou por engenheiro do trabalho.
(B) por médico do trabalho e por engenheiro do trabalho, respectivamente.
(C) por médico credenciado pelo INSS e por engenheiro habilitado pelo CREA.
(D) tanto por médico, quanto por engenheiro, exceto os engenheiros do trabalho.
(E) apenas por médico do trabalho.

RESPOSTA *Caput* do art. 195, CLT. *Alternativa A.*

7429. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** São princípios que norteiam a produção probatória (princípios probatórios), EXCETO:

(A) Princípio da necessidade da prova.
(B) Princípio da imediação.
(C) Princípio da certeza legal.
(D) Princípio da unidade da prova.
(E) Princípio da aquisição processual.

RESPOSTA Princípios probatórios: princípio da necessidade da prova; princípio da aquisição processual; princípio do contraditório e da ampla defesa; princípio da comunhão ou unidade da prova; princípio do livre-convencimento motivado; princípio da imediação; princípio da oralidade. *Alternativa C.*

7430. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Sobre a prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar:

(A) O depoimento das testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz. Pessoa surda-muda não pode ser testemunha.
(B) As testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou pelas partes, seus representantes ou advogados.
(C) O número máximo de testemunhas para cada parte varia conforme o rito processual: três testemunhas no rito ordinário, duas testemunhas no rito sumaríssimo, uma testemunha no rito sumário e seis testemunhas no inquérito para apuração de falta grave.
(D) A testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
(E) Somente serão ouvidas pelo juiz as testemunhas indicadas pela parte em rol específico, e devidamente intimadas para a audiência.

RESPOSTA (A) § 1º do art. 819, CLT. (B) Art. 820, CLT. (C) Art. 821 e § 2º do art. 852-H, CLT. (D) Art. 829, CLT. (E) Art. 825, CLT. *Alternativa D.*

7431. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Quanto à prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar que se diferenciam o rito ordinário e o rito sumaríssimo porque

(A) no rito sumaríssimo não há que se falar em condução coercitiva de testemunha.
(B) em ambos os ritos a limitação do número de testemunhas dá-se em função da matéria debatida, até o limite máximo de três para cada parte.
(C) no rito sumaríssimo só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
(D) no rito ordinário limita-se a três testemunhas para cada fato e no rito sumaríssimo limita-se a duas para cada parte.
(E) no rito ordinário limita-se a duas testemunhas para cada fato e no rito sumaríssimo limita-se a duas para cada parte.

RESPOSTA (A) § 3º do art. 852-H, CLT. (B) § 2º do art. 852-H, CLT. (C) Primeira parte do § 3º do art. 852-H, CLT. (D) Art. 821 e § 2º do art. 852-H, CLT. (E) Art. 821 e § 2º do art. 852-H, CLT. *Alternativa C.*

7432. **(Analista – TRT-3 – 2009 – FCC)** A perícia para apuração de periculosidade e insalubridade será realizada, segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho,

(A) por médico do trabalho ou por engenheiro do trabalho.
(B) por médico do trabalho e por engenheiro do trabalho, respectivamente.

(C) por médico credenciado pelo INSS e por engenheiro habilitado pelo CREA.
(D) tanto por médico, quanto por engenheiro, exceto os engenheiros do trabalho.
(E) apenas por médico do trabalho.

RESPOSTA *Caput* do art. 195, CLT. *Alternativa A.*

7433. **(Analista – TRT-4 – 2011 – FCC)** A empresa X possui 3 empregados; a Empresa Y possui 7 empregados e a empresa Z possui 10 empregados. Em reclamação trabalhista relativa ao pagamento de horas extras laboradas, NÃO terá o ônus de provar as horas trabalhadas com a apresentação do controle de frequência:

(A) a empresa Z, somente.
(B) a empresa X, somente.
(C) as empresas X e Y, somente.
(D) as empresas Y e Z, somente.
(E) as empresas X, Y e Z.

RESPOSTA § 2º do art. 74, CLT, por não terem mais de 10 empregados. *Alternativa E.*

7434. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** Com relação às provas no Direito Processual do Trabalho, considere:

I. A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em confronto com a confissão ficta, não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.
II. A prova do contrato de trabalho pode ser realizada por qualquer meio admitido em direito, sendo relativa a veracidade das anotações lançadas na CTPS do empregado.
III. É ônus do empregador que conta com mais de 10 empregados o registro da jornada de trabalho na forma da lei.
IV. No tocante as testemunhas, em regra, a incapacidade e o impedimento são de ordem subjetiva e a suspeição de ordem objetiva, sendo suspeita a testemunha que for cônjuge do reclamante.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.
(B) I, II e III.
(C) II e III.
(D) II, III e IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA (I) Item II da Súmula 74, TST. (II) Súmula 12, TST. (III) § 2º do art. 74, CLT; e item I da Súmula 338, TST. (IV) Enquanto a incapacidade e o impedimento em relação às testemunhas são de ordem objetiva, a suspeição é de ordem subjetiva (art. 405, CPC, aplicado subsidiariamente por força do art. 769, CLT). *Alternativa B.*

7435. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** Em determinada reclamação trabalhista Janaina, advogada da reclamante, anexou à petição inicial cópia simples, extraída da internet, de Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria. Este documento, de acordo com Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho,

(A) não possui valor probante, uma vez que as Convenções Coletivas de Trabalho devem ser anexadas aos autos obrigatoriamente por meio de cópias com carimbo do órgão representativo da categoria em questão.
(B) não possui valor probante, pois os instrumentos normativos que acompanham a reclamação ou a

contestação devem ser obrigatoriamente cópias autenticadas em razão da relevância jurídica.

(C) possui valor probante incontestável, tratando-se de documento comum a ambas as partes e de fácil acesso.

(D) não possui valor probante, uma vez que foi extraído da internet e não de órgãos oficiais.

(E) possui valor probante, desde que não haja impugnação do seu conteúdo, eis que se trata de documento comum a ambas as partes.

RESPOSTA OJ 36 da SDI-I, TST. *Alternativa E.*

7436. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** Considere as seguintes assertivas a respeito das provas:

I. Presume-se recebida a notificação 48 horas depois de sua postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.

II. A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão *ficta*, não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.

III. É impedido de depor como testemunha aquele que for amigo íntimo de uma das partes.

IV. Nas reclamações trabalhistas que obedecerem o procedimento sumaríssimo é permitida a oitiva de apenas três testemunhas para cada parte.

Está correto o que se afirmar APENAS em

(A) I e II.

(B) I, II e III.

(C) I, II e IV.

(D) II, III e IV.

(E) III e IV.

RESPOSTA (I) Súmula 16, TST. (II) Item II da Súmula 74, TST. (III) Súmula 357, TST. (IV) § 2º do art. 852-H, CLT. *Alternativa A.*

XIV. Sentença

7437. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** Havendo suspensão do empregado estável e posteriormente ajuizamento de inquérito judicial para apuração de falta grave, se o pedido formulado na referida ação for julgado improcedente, o

(A) empregador ficará obrigado a reintegrar o empregado e pagar-lhe os salários e demais vantagens concernentes a todo o período de afastamento.

(B) contrato de trabalho estará extinto sem justa causa, devendo o empregador pagar ao empregado todas as verbas que lhes são devidas, inclusive a multa referente ao FGTS.

(C) contrato de trabalho estará extinto sem justa causa, devendo o empregador pagar ao empregado todas as verbas que lhe são devidas, exceto a multa referente ao FGTS.

(D) empregador ficará obrigado a reintegrar o empregado e pagar-lhe somente os salários concernentes a todo o período de afastamento.

(E) empregador ficará obrigado a reintegrar o empregado, não sendo devido o pagamento dos salários relativos ao tempo em que a questão ficou sub judice.

RESPOSTA Art. 495, CLT. Segundo Carlos Henrique Bezerra Leite, “Se o pedido de resolução contratual for julgado improcedente, ou seja, reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado (réu), fica o empregador (autor) obrigado a reintegrá-lo (e não a ‘readmiti-lo no serviço’, como consta do art. 495 da CLT) no emprego e a pagar-lhe os salários e demais vantagens a que teria direito no período de afastamento”[5]. *Alternativa A.*

7438. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Em relação à suspensão do processo do trabalho, é correto afirmar que

(A) o processo será suspenso quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente.

(B) em razão do princípio protetor e da natureza alimentar das verbas trabalhistas, inegável que o processo do trabalho deve ser o mais célere possível, não havendo que se falar em suspensão do mesmo, salvo em caso de força maior.

(C) a morte ou perda da capacidade processual do representante legal da parte não implica em suspensão do processo.

(D) durante a suspensão do processo não poderão ser praticados quaisquer atos processuais.

(E) a suspensão do processo por convenção das partes nunca poderá exceder de 1 (um) ano.

RESPOSTA (A) Alínea *a* do inciso IV do art. 265, CPC. (B) Art. 769, CLT. (C) Inciso I do art. 265, CPC. (D) Art. 266, CPC. (E) § 3º do art. 265, CPC. *Alternativa A.*

7439. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Analise as afirmações abaixo.

I. Convencendo-se, pelas circunstâncias da causa, de que autor e réu serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido em lei, o juiz proferirá sentença que obste aos objetivos das partes.

II. O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer das questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.

III. O pedido deve ser interpretado restritivamente.

IV. É defeso ao juiz proferir sentença a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantia superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

Todas as afirmações são

(A) verdadeiras, mas apenas as de número II e IV consagram a proibição do julgamento *extra* e *ultra petita*.

(B) verdadeiras, mas apenas as de número I e II consagram a proibição do julgamento *extra* e *ultra petita*.

(C) verdadeiras e consagram a proibição do julgamento *extra* e *ultra petita*.

(D) verdadeiras, mas apenas as de número I, III e IV consagram a proibição do julgamento *extra* e *ultra petita*.

(E) verdadeiras, mas apenas as de número I, II e IV consagram a proibição do julgamento *extra* e *ultra petita*.

RESPOSTA (I) Art. 129, CPC. (II) Art. 128, CPC. (III) Art. 293, CPC. (IV) *Caput* do art. 460, CPC. *Alternativa A.*

7440. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Determinada sentença apreciou o mérito da lide. Por lapso, omitiu-se quanto a ponto importante da controvérsia. A parte opôs embargos declaratórios, pedindo suprimento da omissão e alteração do julgado. O Juiz do Trabalho

(A) poderá declarar a omissão, mas não supri-la, servindo os embargos declaratórios apenas para prequestionamento da matéria, que deverá ser apreciada pelo TRT, este sim podendo dar efeito modificativo à sentença.

(B) poderá declarar a omissão, mas, ao supri-la, não poderá emprestar aos embargos declaratórios

efeito modificativo.

(C) poderá declarar a omissão e até supri-la, mas não alterar a conclusão, pois já cumprido o ofício jurisdicional.

(D) poderá declarar a omissão e, suprindo-a, emprestar aos embargos declaratórios efeito modificativo.

(E) nada poderá declarar, face à preclusão.

RESPOSTA *Caput* do art. 897, CLT; e Súmula 278, TST. *Alternativa D.*

7441. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** De acordo com Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, em demanda trabalhista ajuizada por pessoa que comprove a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios,

(A) arbitrados entre 15 e 30%, não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.

(B) nunca superiores a 20%, não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.

(C) nunca superiores a 25%, decorre pura e simplesmente da sucumbência, independente da assistência por sindicato da categoria profissional.

(D) arbitrados entre 10 e 30%, não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.

(E) nunca superiores a 15%, não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.

RESPOSTA Item I da Súmula 219, TST. *Alternativa E.*

XV. Coisa Julgada

7442. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** Ao ser citada para contestar uma reclamação trabalhista ajuizada por ex-empregado, a reclamada verifica que está sendo repetido pedido de horas extras já decidido por sentença da qual não cabe mais nenhum recurso. A reclamada em defesa deverá

(A) opor exceção de coisa julgada.

(B) arguir preliminar de coisa julgada.

(C) opor exceção de nulidade.

(D) arguir litigância de má-fé.

(E) arguir preliminar de carência de ação.

RESPOSTA Segunda parte do § 3º do art. 301, CPC. *Alternativa B.*

XVI. Teoria Geral dos Recursos

7443. **(Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC)** O reclamado A foi condenado a pagar verbas trabalhistas no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais); o reclamado B, por sua vez, foi condenado a pagar R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). Suponha-se que da tabela referente ao depósito recursal conste o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o recurso ordinário e R$ 10.000,00 (dez mil reais) para o recurso de revista. Em ambos os casos não houve agravamento da condenação pelo TRT. Conforme jurisprudência do TST, o depósito recursal a ser efetuado por cada um dos reclamados deverá ser de

(A) R$ 3.000,00 (três mil reais) no recurso ordinário de A e R$ 5.000,00 (cinco mil reais) no recurso de revista de B.

(B) R$ 3.000,00 (três mil reais) no recurso ordinário de A e R$ 10.000,00 (dez mil reais) no recurso de revista de B.

(C) R$ 3.000,00 (três mil reais) no recurso ordinário de A e R$ 7.000,00 (sete mil reais) no recurso de revista de B.

(D) R$ 5.000,00 (cinco mil reais) no recurso ordinário de A e R$ 10.000,00 (dez mil reais) no recurso de revista de B.

(E) R$ 5.000,00 (cinco mil reais) no recurso ordinário de A e o mesmo valor no recurso ordinário de B.

RESPOSTA Se A foi condenado a pagar R$ 3.000,00, deverá efetuar o depósito recursal neste valor para fins de interposição RO, visto que R$ 5.000,00 correspondem ao teto. Se B foi condenado a pagar R$ 22.000,00, então deverá efetuar o deposito recursal de R$ 5.000,00 para RO e R$ 10.000,00 para RR. *Alternativa B.*

7444. (Analista – TRT-6 – 2012 – FCC) Conforme determinações contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, quanto ao processo judiciário do trabalho é INCORRETO afirmar:

(A) Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.

(B) Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas processuais do trabalho contidas na CLT.

(C) Os municípios e respectivas autarquias e fundações públicas que não explorem atividade econômica não estão isentos do pagamento de custas caso sejam vencidos na demanda trabalhista.

(D) Nos dissídios individuais e nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R$ 10,64 e serão calculadas quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor.

(E) As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão, sendo que no caso de recurso, as custas serão pagas e será comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 764, CLT. (B) Art. 769, CLT. (C) São isentos (inc. I do art. 790-A, CLT). (D) *Caput* do art. 769, CLT. (E) § 1º do art. 789, CLT. *Alternativa C.*

7445. (Analista – TRT-19 – 2008 – FCC) Considere as assertivas abaixo a respeito das Custas e Emolumentos.

I. Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá subsidiariamente pelo pagamento das custas devidas.

II. Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.

III. Nos dissídios individuais as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, observado o mínimo legal, e serão calculadas, quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor.

IV. Em regra, as autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica são isentas do pagamento de custas.

De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS em

(A) II e IV.
(B) I, II e III.
(C) II, III e IV.
(D) I e IV.
(E) I e II.

RESPOSTA (I) § 1º do art. 790, CLT. (II) § 3º do art. 789, CLT. (III) *Caput* do art. 789, CLT. (IV) Inciso I do art. 790-A, CLT. *Alternativa A.*

7446. (Analista – TRT-12 – 2010 – FCC) Maria ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a empresa JARDIM, pleiteando diversas verbas trabalhistas. Em audiência, as partes se compuseram amigavelmente e a empresa pagou à Maria a quantia de R$ 8.000,00, tendo o acordo sido homologado em audiência. Considerando que o valor da causa é R$ 20.000,00, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, as custas processuais serão de

(A) R$ 160,00.
(B) R$ 80,00.
(C) R$ 400,00.
(D) R$ 200,00.
(E) R$ 100,00.

RESPOSTA R$ 8.000,00 X 2% = R$ 160,00. Inciso I do art. 789, CLT. *Alternativa A.*

7447. (Analista – TRT-9 – 2010 – FCC) Na reclamação trabalhista X, a autarquia municipal Flor foi vencida e condenada em primeira instância ao pagamento do valor líquido de R$ 70.000,00. Na reclamação trabalhista Y, a fundação pública federal Terra, que não explora atividade econômica, também foi vencida e condenada em primeira instância ao pagamento do valor líquido de R$ 90.000,00. Nestes casos, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho,

(A) somente a autarquia municipal Flor é isenta do pagamento de custas, devendo a fundação pública federal Terra depositar R$ 900,00, a título de custas, para interposição de recurso ordinário.
(B) somente a autarquia municipal Flor é isenta do pagamento de custas, devendo a fundação pública federal Terra depositar R$ 1.800,00, a título de custas, para interposição de recurso ordinário.
(C) somente a fundação pública federal Terra é isenta do pagamento de custas, devendo a autarquia municipal Flor depositar R$ 1.400,00, a título de custas, para interposição de recurso ordinário.
(D) tanto a autarquia municipal Flor como a fundação pública federal Terra são isentas do pagamento de custas.
(E) não há isenção de custas, devendo a autarquia municipal Flor depositar R$ 1.400,00 e a fundação pública federal Terra depositar R$ 1.800,00, a título de custas, para interposição dos respectivos recursos ordinários.

RESPOSTA Inciso I do art. 790-A, CLT. *Alternativa D.*

7448. (Analista – TRT-16 – 2009 – FCC) Marta ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora doméstica, Vânia. A reclamação trabalhista foi julgada procedente e Vânia condenada a pagar para Marta o valor líquido de R$ 3.000,00. Inconformada Vânia interpôs Recurso Ordinário, que foi conhecido uma vez que todas as exigências legais haviam sido cumpridas e julgado improcedente. Vânia pretende ingressar com Recurso de Revista, neste caso Vânia está

(A) obrigada a efetuar o depósito recursal referente ao recurso de revista integralmente e acrescido da

correção monetária, sob pena de deserção.

(B) desobrigada a efetuar o depósito recursal referente ao recurso de revista.

(C) obrigada a efetuar o depósito recursal referente ao recurso de revista integralmente, sob pena de deserção.

(D) obrigada a efetuar 50% do valor do depósito recursal referente ao recurso de revista, sob pena de deserção.

(E) obrigada a efetuar 80% do valor do depósito recursal referente ao recurso de revista, sob pena de deserção.

RESPOSTA Se o RO foi conhecido, significa que a reclamada procedeu corretamente ao depósito recursal. Levando-se em consideração que a partir de agosto/2009 os valores máximos do depósito recursal eram R$ 5.621,90 para RO e R$ 11.243,81 para RR, atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais será exigido para qualquer recurso (item I da Súmula 128, TST). *Alternativa B.*

7449. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Em relação ao prequestionamento, é correto afirmar:

(A) É necessário que a decisão recorrida contenha referência expressa do dispositivo legal questionado, para ter-se como prequestionado este.

(B) É necessário o prequestionamento como pressuposto de admissibilidade em recurso de natureza extraordinária, exceto quando se trate de incompetência absoluta.

(C) Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.

(D) É exigível o prequestionamento ainda que a violação indicada tenha nascido na própria decisão recorrida.

(E) Decisão regional que adota os fundamentos da decisão de primeiro grau preenche a exigência do prequestionamento.

RESPOSTA Item III da Súmula 297, TST. *Alternativa C.*

7450. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Considerando os entendimentos do TST, analise as proposições abaixo.

I. O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário transfere ao Tribunal a apreciação dos fundamentos da inicial ou da defesa, não examinados pela sentença, ainda que não renovados em contrarrazões. Não se aplica, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença, salvo nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, se a causa versar sobre questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.

II. A admissibilidade do recurso de embargos contra acórdão de Turma em Recurso de Revista em fase de execução, publicado na vigência da Lei n. 11.496, de 16/06/2007, condiciona-se à demonstração de divergência jurisprudencial entre Turmas ou destas e a Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho em relação à interpretação de dispositivo constitucional.

III. É extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado.

IV. Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo.

V. Em ação rescisória, a decisão desfavorável ao ente público proferida pelo juízo de primeiro grau não está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório.

Estão corretas APENAS as proposições

(A) I, II e III.

(B) III, IV e V.
(C) I, II e IV.
(D) II, III e IV.
(E) I, III e V.

RESPOSTA (I) Súmula 393, TST. (II) Súmula 433, TST. (III) Item I da Súmula 434, TST. (IV) OJ 293 da SDI-I, TST. (V) Item II da Súmula 303, TST. *Alternativa A.*

7451. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** O juízo de admissibilidade, nos recursos trabalhistas

(A) é irretratável no juízo *a quo*.
(B) é composto de um juízo prévio (*a quo*) e de um juízo definitivo (*ad quem*).
(C) existe, exclusivamente, no juízo *ad quem*.
(D) somente ocorre na fase cognitiva do feito.
(E) existe, exclusivamente, no juízo *a quo*.

RESPOSTA O juízo de admissibilidade é feito tanto no juízo *a quo*, como no juízo *ad quem*, que corresponde ao juízo da instância superior que julgará o recurso. *Alternativa B.*

7452. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** As custas processuais, no caso de interposição de recurso ordinário em mandado de segurança, deverão ser

(A) comprovadas em oito dias a contar do recolhimento.
(B) comprovadas dentro do prazo recursal.
(C) pagas e comprovadas em oito dias da interposição do recurso.
(D) pagas e comprovadas em cinco dias da interposição do recurso.
(E) pagas em cinco dias da interposição do recurso e comprovadas em cinco dias a contar do recolhimento.

RESPOSTA Segunda parte do § 1º do art. 789, CLT. *Alternativa B.*

7453. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** São pressupostos recursais no processo do trabalho:

(A) sucumbência, preparo e garantia do Juízo, sempre pela penhora.
(B) tempestividade, fungibilidade, gratuidade e duplo grau.
(C) fungibilidade, tempestividade, legitimidade e assiduidade.
(D) recorribilidade da decisão, tempestividade e gratuidade processual.
(E) sucumbência, recolhimento de custas e do depósito recursal e tempestividade.

RESPOSTA Os pressupostos recursais também são denominados de pressupostos ou requisitos de admissibilidade dos recursos. Em relação aos citados na questão estão corretos: a sucumbência ou interesse, na qual deve ser analisado se o recorrente tem interesse em recorrer; o preparo, consistente na realização do depósito recursal (§ 1º do art. 899, CLT; e IN 03, TST) e no pagamento de custas (art. 789, CLT); e a tempestividade, tendo em vista que os recursos devem ser interpostos dentro do prazo legal (art. 6º, Lei n. 5.584/70). *Alternativa E.*

7454. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** São pressupostos recursais intrínsecos

(A) o depósito recursal e o interesse recursal.
(B) o cabimento e o pagamento de custas.
(C) o interesse recursal e a legitimidade.
(D) a tempestividade e a legitimidade.
(E) o depósito recursal e a tempestividade.

RESPOSTA Os pressupostos recursais intrínsecos, também chamados de subjetivos, se referem à própria parte que pretende recorrer, com base no que preveem as normas processuais. São considerados pressupostos intrínsecos: legitimidade, interesse e capacidade. Já os pressupostos recursais extrínsecos ou objetivos são aqueles fixados pela lei, como o preparo (depósito recursal e pagamento de custas), a adequação ou cabimento do recurso, a tempestividade etc. *Alternativa C.*

XVII. Recursos

7455. **(Analista – TRT-18 – 2008 – FCC)** Contra decisão do magistrado que determinou o arquivamento dos autos em razão do não comparecimento do reclamante à audiência previamente designada e contra a decisão do magistrado que acolheu a exceção de incompetência em razão da matéria

(A) caberão Recurso Ordinário e Agravo de Instrumento, respectivamente.
(B) caberá Agravo de Instrumento.
(C) caberá Recurso Ordinário.
(D) caberão Agravo de Instrumento e Recurso Ordinário, respectivamente.
(E) caberão Agravo de Petição e Recurso Ordinário, respectivamente.

RESPOSTA Inciso I do art. 895, CLT. *Alternativa C.*

7456. **(Analista – TRT-18 – 2008 – FCC)** Com relação ao recurso de revista, é certo que

(A) é incabível esse recurso para reexame de fatos, mas será cabível a revista para reexame de provas.
(B) caberá, em regra, esse recurso contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.
(C) a admissibilidade desse recurso contra acórdão proferido em processo incidente na execução independe de demonstração inequívoca de violação direta à Constituição Federal.
(D) só caberá esse recurso por violação literal de dispositivo de lei federal nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.
(E) não se conhecerá desse recurso ou dos embargos quando a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.

RESPOSTA Súmula 23, TST. *Alternativa E.*

7457. **(Analista – TRT-2 – 2008 – FCC)** O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de oito dias, na hipótese de interposição, APENAS, de recursos

(A) ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
(B) ordinário e de agravo de petição, sendo obrigatório que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
(C) ordinário e de revista, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
(D) ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo obrigatório que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
(E) de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

RESPOSTA Súmula 283, TST. *Alternativa A.*

7458. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** Em determinada reclamação trabalhista em trâmite

perante a 1ª Vara do Trabalho de Florianópolis, o M.M. Juiz acolheu exceção de incompetência territorial e determinou a remessa dos autos a uma das Varas do Trabalho de Porto Alegre. Desta decisão

(A) caberá mandado de segurança.
(B) não caberá recurso, tratando-se de decisão interlocutória.
(C) caberá agravo de instrumento.
(D) caberá recurso ordinário.
(E) caberá agravo de petição.

RESPOSTA Inciso I do art. 895, CLT, por se tratar de uma decisão terminativa. *Alternativa D.*

7459. (Analista – TRT-12 – 2010 – FCC) Para comprovação da divergência justificadora do recurso de revista, é necessário que o recorrente junte certidão ou cópia autenticada do acórdão paradigma ou cite a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foi publicado e transcreva, nas razões recursais,

(A) as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, ainda que os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.
(B) as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, exceto se os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.
(C) obrigatoriamente a integralidade dos acórdãos, exceto se já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.
(D) a integralidade dos acórdãos, ainda que os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.
(E) trechos das ementas dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, exceto se os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.

RESPOSTA Letra *b* do item I da Súmula 337, TST. *Alternativa A.*

7460. (Analista – TRT-16 – 2009 – FCC) O fato de o juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto a parte das matérias veiculadas

(A) impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Regional do Trabalho competente, devendo a parte prejudicada interpor agravo de instrumento.
(B) não impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Regional do Trabalho competente.
(C) impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, devendo a parte prejudicada interpor agravo de instrumento.
(D) impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, devendo a parte prejudicada interpor agravo regimental.
(E) não impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho.

RESPOSTA Súmula 285, TST. *Alternativa E.*

7461. (Analista – TRT-16 – 2009 – FCC) Considere as assertivas abaixo a respeito do agravo de instrumento no processo trabalhista.

I. É válido o traslado de peças essenciais efetuado pelo agravado, pois a regular formação do agravo

incumbe às partes e não somente ao agravante.

II. Caberá agravo de instrumento, dentre outras hipóteses, contra despacho que denegar seguimento a agravo de petição e recurso extraordinário.

III. Não é obrigatória a juntada de cópia da petição inicial e contestação na formação do agravo de instrumento.

IV. O agravo de instrumento interposto em face de despacho que denegou seguimento ao recurso ordinário será julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e IV.

(B) I e II.

(C) I, II e III.

(D) II, III e IV.

(E) I, II e IV.

RESPOSTA (I) OJ 283 da SDI-I, TST. (II) Letra *b* do art. 897, CLT; e art. 269, RI do TST. (III) Inciso I do § 5º do art. 897, CLT. (IV) § 4º do art. 897, CLT. *Alternativa E.*

7462. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** Com relação ao Recurso de Embargos, analise:

I. Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo, salvo, dentre outras hipóteses, para impugnar o conhecimento de agravo de instrumento.

II. Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo, salvo, dentre outras hipóteses, da decisão que não conhece de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos extrínsecos.

III. Não cabem Embargos de decisão não unânime de julgamento que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I.

(B) II e III.

(C) I e III.

(D) I e II.

(E) II

RESPOSTA (I) Súmula 353, TST. (II) Súmula 353, TST. (III) Alínea *a* do inciso I do art. 894, CLT. *Alternativa D.*

7463. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** No recurso ordinário, o efeito devolutivo em profundidade, transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença,

(A) desde que renovado em contrarrazões, não se aplicando, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença.

(B) ainda que não renovado em contrarrazões, não se aplicando, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença.

(C) ainda que não renovado em contrarrazões, aplicando-se, inclusive, ao caso de pedido não apreciado na sentença.

(D) desde que renovado em contrarrazões e apreciado na sentença, bastando a apreciação na fundamentação.

(E) desde que renovado em contrarrazões, apreciado na sentença com manifestação expressa no relatório e na fundamentação.

RESPOSTA OJ 340 da SDI-I, TST. *Alternativa B.*

7464. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Segundo o entendimento do TST, é correto afirmar:

(A) Não é extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado.
(B) É cabível agravo inominado ou agravo regimental contra decisão proferida por Órgão colegiado.
(C) As organizações ou organismos internacionais gozam de imunidade absoluta de jurisdição quando amparados por norma internacional incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, não se lhes aplicando a regra do Direito Consuetudinário relativa à natureza dos atos praticados. Excepcionalmente, prevalecerá a jurisdição brasileira na hipótese de renúncia expressa à cláusula de imunidade jurisdicional.
(D) A interrupção do prazo recursal em razão da interposição de embargos de declaração pela parte adversa acarreta prejuízo àquele que apresentou seu recurso tempestivamente.
(E) No processo do trabalho o *jus postulandi* das partes alcança a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança, mas não os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

RESPOSTA (A) Item I da Súmula 434, TST. (B) OJ 412 da SDI-I, TST. (C) OJ 416 da SDI-I, TST. (D) Item II da Súmula 434, TST. (E) Súmula 415, TST. *Alternativa C.*

7465. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Em relação ao recurso de embargos no TST, é INCORRETO afirmar:

(A) Cabem embargos no TST de decisão não unânime de julgamento que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei.
(B) Cabem embargos no TST das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal.
(C) A mera indicação da data de publicação, em fonte oficial, de aresto paradigma é inválida para comprovação de divergência jurisprudencial, quando a parte pretende demonstrar o conflito de teses mediante a transcrição de trechos que integram a fundamentação do acórdão divergente, uma vez que só se publicam o dispositivo e a ementa dos acórdãos.
(D) Interpretação razoável de preceito de lei, ainda que não seja a melhor, não dá ensejo à admissibilidade ou ao conhecimento de recurso de embargos no TST. A violação há de estar ligada à literalidade do preceito.
(E) Acórdãos oriundos da mesma Turma, embora divergentes, não fundamentam divergência jurisprudencial capaz de fundamentar embargos à Seção Especializada em Dissídios Individuais, Subseção I.

RESPOSTA (A) Alínea *a* do inciso I do art. 894, CLT. (B) Inciso II do art. 894, CLT. (C) Item III da Súmula 337, TST. (D) Item II da Súmula 221, TST (item cancelado, visto que a Súmula abrangia o RR e Embargos de Nulidade, sendo que esse recurso não mais existe, tendo em vista a derrogação do inciso II do art. 894, CLT; atualmente a Súmula é aplicada somente ao RR). (E) OJ 95 da SDI-I, TST. *Alternativa D.*

7466. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Cabe recurso de revista, EXCETO

(A) das decisões proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
(B) das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, na hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
(C) quando as decisões proferidas derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme do TST.
(D) quando as decisões proferidas derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa, ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da sentença recorrida, interpretação divergente.
(E) das decisões definitivas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de oito dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

RESPOSTA (A) Letra *c* do art. 896, CLT. (B) § 2º do art. 896, CLT. (C) Letra *a* do art. 896, CLT. (D) Letra *b* do art. 896, CLT. (E) Inciso II do art. 895, CLT. *Alternativa E.*

7467. (Analista – TST – 2012 – FCC) Em matéria recursal, conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar:

(A) No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 dias, de decisão unânime de julgamento que estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei.
(B) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
(C) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando proferidas com violação literal de disposição de lei municipal, estadual e federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
(D) O agravo de instrumento interposto, no prazo de 8 dias, contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença até o seu julgamento final.
(E) Cabe recurso ordinário, no prazo de 8 dias, das decisões definitivas ou terminativas das Varas; sendo que em relação aos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, somente cabe o recurso das decisões definitivas em dissídios individuais, e das decisões definitivas ou terminativas em dissídios coletivos.

RESPOSTA (A) Art. 894, CLT. (B) § 2º do art. 896, CLT. (C) Letra *c* do art. 896, CLT. (D) § 2º do art. 897, CLT. (E) Incisos I e II do art. 895, CLT. *Alternativa B.*

7468. (Analista – TRT-3 – 2009 – FCC) O recurso de embargos de declaração toma lugar nas hipóteses de

(A) contradição entre a sentença e a jurisprudência dominante.
(B) contradição, omissão e inversão tumultuária do procedimento.
(C) contradição entre a sentença e a prova dos autos.
(D) obscuridade, omissão, contradição e prequestionamento.
(E) omissão, obscuridade e contradição entre a sentença e a lei.

RESPOSTA *Caput* do art. 897-A, CLT; art. 536, CPC; art. 769, CLT; e item III da Súmula 297, TST. *Alternativa D.*

7469. (Analista – TRT-4 – 2011 – FCC) No processo trabalhista NÃO caberá recurso adesivo em face de:

(A) recurso de revista.
(B) agravo de instrumento.
(C) recurso ordinário.
(D) agravo de petição.
(E) recurso de embargos.

RESPOSTA Súmula 283, TST. *Alternativa B.*

7470. (Analista – TRT-4 – 2011 – FCC) Considere as seguintes assertivas a respeito dos Recursos:

I. Em relação às questões de ordem pública, que devam ser conhecidas de ofício, pode o juiz ou tribunal decidi-las ainda que não constem das razões recursais ou contrarrazões, gerando o denominado efeito extensivo do recurso.
II. Em dissídio individual não está sujeita ao duplo grau de jurisdição decisão contrária à Fazenda Pública, quando a condenação não ultrapassar 60 salários mínimos.
III. O Ministério Público do Trabalho possui o prazo de 16 dias para interpor recurso ordinário.
IV. As sociedades de economia mista possuem o prazo de 16 dias para interpor agravo de instrumento.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

(A) I e IV.
(B) I, II e III.
(C) II, III e IV.
(D) II e III.
(E) I e II.

RESPOSTA (I) Efeito translativo, no qual o tribunal pode decidir sobre questões de ordem pública que não precluem e podem ser analisadas de ofício ainda que não constem das razões recursais ou contrarrazões. (II) Alínea *a* do item I da Súmula 303, TST. (III) Art. 188, CPC. (IV) Súmula 170, TST. *Alternativa D*.

7471. (Analista – TRT-4 – 2011 – FCC) Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança:

(A) caberá recurso ordinário, no prazo de oito dias, para uma das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho prolator da decisão.
(B) não caberá recurso, por expressa vedação legal, tratando-se de hipótese de ação rescisória, desde que preenchido os requisitos.
(C) caberá recurso ordinário, no prazo de oito dias, para o pleno do Tribunal Regional do Trabalho prolator da decisão.
(D) caberá recurso de revista, no prazo de quinze dias, para o Tribunal Superior do Trabalho.
(E) caberá recurso ordinário, no prazo de oito dias, para o Tribunal Superior do Trabalho.

RESPOSTA Inciso II do art. 895, CLT. *Alternativa E.*

7472. (Analista – TRT-8 – 2010 – FCC) Joana interpôs Recurso Ordinário da sentença que julgou parcialmente procedente a reclamação trabalhista ajuizada pelo rito sumaríssimo em face da

sua ex-empregadora. O Recurso Ordinário foi conhecido, mas o seu provimento negado. Joana pretende interpor Recurso de Revista com base na violação direta de dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho. Neste caso,

(A) deverá mencionar expressamente nas razões do recurso qual o dispositivo legal da Consolidação das Leis do Trabalho que está sendo diretamente violado.
(B) deverá ser interposto no prazo de oito dias, endereçando o referido recurso para o Tribunal Superior do Trabalho.
(C) deverá ser interposto no prazo de oito dias, endereçando o referido recurso para o Tribunal Regional do Trabalho competente.
(D) deverá ser interposto no prazo de cinco dias, endereçando o referido recurso para o Tribunal Superior do Trabalho.
(E) não é cabível o Recurso de Revista com esta fundamentação.

RESPOSTA Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade à Súmula de jurisprudência uniforme do TST e por violação direta da CRFB (§ 6º do art. 896, CLT). *Alternativa E.*

7473. (Analista – TRT-23 – 2011 – FCC) Em regra, da decisão do juiz que extingue o processo sem julgamento do mérito em função da ausência de possibilidade jurídica do pedido

(A) caberá mandado de segurança no prazo de 120 dias.
(B) não caberá recurso.
(C) caberá recurso ordinário.
(D) caberá agravo de instrumento.
(E) caberá mandado de segurança no prazo de 30 dias.

RESPOSTA No caso, trata-se de uma decisão terminativa, pela qual deverá ser interposto o recurso ordinário (inc. I do art. 895, CLT). *Alternativa C.*

7474. (Analista – TRT-23 – 2011 – FCC) Em dezembro de 2010, Gabriela ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa Z, dando à causa o valor de R$ 14.500,00. A reclamação trabalhista foi julgada procedente e a empresa reclamada interpôs recurso ordinário. Neste caso, o parecer do representante do Ministério Público será

(A) oral na sessão de julgamento, se este entender necessário tal parecer, havendo, então, registro na certidão de julgamento.
(B) escrito, devendo ser apresentado no prazo máximo de trinta dias após a distribuição do recurso, se este entender necessário tal parecer.
(C) oral na sessão de julgamento, sob pena de nulidade, em razão da obrigatoriedade imposta ao representante do Ministério Público em manifestar-se nos processos em segundo grau de jurisdição.
(D) escrito, devendo ser apresentado no prazo máximo de dez dias após a distribuição do recurso, se este entender necessário tal parecer.
(E) escrito, devendo ser apresentado obrigatoriamente no prazo máximo de trinta dias após a distribuição do recurso em razão da necessidade de participação deste representante nos processos em segundo grau de jurisdição.

RESPOSTA Inciso III do § 1º do art. 895, CLT. *Alternativa A.*

7475. (Analista – TRT-24 – 2011 – FCC) Das decisões finais (terminativas ou definitivas) prolatadas em ações rescisórias

(A) caberá recurso ordinário ao Tribunal Superior do Trabalho.
(B) caberá recurso ordinário ao Tribunal Regional do Trabalho competente.
(C) não caberá recurso.
(D) caberá agravo de instrumento ao Tribunal Regional do Trabalho competente.
(E) caberá mandado de segurança ao Tribunal Superior do Trabalho.

RESPOSTA Inciso II do art. 895, CLT; e Súmula 158, TST. *Alternativa A.*

7476. (Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC) Sobre os embargos de declaração no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar:

(A) São cabíveis nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
(B) É passível de nulidade decisão que acolhe embargos de declaração com efeito modificativo sem que seja concedida oportunidade de manifestação prévia à parte contrária.
(C) Quando os litisconsortes estiverem com procuradores diferentes, ser-lhes-ão contados em dobro o prazo dos embargos de declaração.
(D) Incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão.
(E) Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 897-A, CLT. (B) Item I da OJ 142 da SDI-I, TST. (C) OJ 310 da SDI-I, TST. (D) Item II da Súmula 297, TST. (E) Item II da Súmula 297, TST. *Alternativa C.*

7477. (Procurador – ALESP – 2010 – FCC) A respeito do Agravo de Instrumento no Processo Trabalhista, considere:

I. O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.
II. Sob pena de não conhecimento, as partes promoverão a formação do instrumento do agravo, instruindo a petição de interposição, facultativamente, com cópia da petição inicial.
III. É incabível recurso de revista contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.
IV. É inválido o translado de peças essenciais efetuado pelo agravado, uma vez que esta incumbência é exclusiva do agravante, responsável pela interposição do agravo.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I, III e IV.
(C) II.
(D) III.
(E) III e IV.

RESPOSTA Súmula 218, TST. *Alternativa D.*

XVIII. Liquidação e Execução de Sentença

7478. (Analista – TRT-18 – 2008 – FCC) Na execução por carta precatória, os Embargos de Terceiros que versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação de bens praticados pelo juízo deprecado serão oferecidos no juízo

(A) deprecado, que terá também a competência para julgá-los.
(B) deprecado, mas a competência para julgá-los será do juízo deprecante.
(C) deprecante, que terá também a competência para julgá-los.
(D) deprecado, mas a competência para julgá-los será do Tribunal Regional do Trabalho competente.
(E) deprecante, mas a competência para julgá-los será do Tribunal Regional do Trabalho competente.

RESPOSTA Súmula 419, TST. *Alternativa A.*

7479. (Analista – TRT-12 – 2010 – FCC) Em regra, NÃO é absolutamente impenhorável

(A) a totalidade dos vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado.
(B) o seguro de vida.
(C) a totalidade dos materiais necessários para obras em andamento.
(D) a quantia depositada em caderneta de poupança, independentemente do seu valor.
(E) a pequena propriedade rural trabalhada pela família.

RESPOSTA (A) Inciso III do art. 649, CPC. (B) Inciso VI do art. 649, CPC. (C) Inciso VII do art. 649, CPC. (D) Inciso X do art. 649, CPC. (E) Inciso VIII do art. 649, CPC. *Alternativa D.*

7480. (Analista – TRT-16 – 2009 – FCC) De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, na execução trabalhista, procurado o executado por duas vezes no espaço de

(A) quarenta e oito horas e não encontrado, deve o oficial de justiça certificar, passando-se para a citação por edital.
(B) trinta e seis horas, não encontrado, deve o oficial de justiça certificar, passando-se para a citação por hora certa.
(C) quarenta e oito horas e não encontrado, deve o oficial de justiça certificar, passando-se para a citação por hora certa.
(D) vinte e quatro horas e não encontrado, deve o oficial de justiça certificar, passando-se para a citação por edital.
(E) vinte e quatro horas e não encontrado, deve o oficial de justiça certificar, passando-se para a citação por hora certa.

RESPOSTA § 3º do art. 880, CLT. *Alternativa A.*

7481. (Analista – TRT-16 – 2009 – FCC) Considere as assertivas abaixo a respeito da arrematação.

I. O arrematante deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% do seu valor.
II. A fixação de edital na sede da Vara e a publicação em jornal local do anúncio da arrematação são requisitos alternativos.
III. Se o arrematante, ou seu fiador, não pagar dentro de 24 horas o preço da arrematação, perderá em benefício do executado o sinal fornecido.
IV. Não havendo licitante, e não requerendo o exequente a adjudicação dos bens penhorados, poderão os mesmos ser vendidos por leiloeiro nomeado pelo juiz.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.
(B) II, III e IV.
(C) I, II e III.
(D) I, III e IV.

(E) I e IV

RESPOSTA (I) § 2º do art. 888, CLT. (II) *Caput* do art. 888, CLT. (III) § 4º do art. 888, CLT. (IV) § 3º do art. 888, CLT. *Alternativa E.*

7482. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, tratando-se de prestações sucessivas por tempo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até

(A) a data do ingresso na execução.
(B) seis meses após o trânsito em julgado da sentença.
(C) a data do ajuizamento da reclamação trabalhista.
(D) a data do trânsito em julgado da sentença.
(E) a data da publicação da sentença de primeiro grau ou da data da publicação de acórdão, se concessivo.

RESPOSTA Art. 892, CLT. *Alternativa A.*

7483. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** Na execução da sentença proferida na reclamação trabalhista X, João arrematou um apartamento na cidade de Santos-SP. Para garantir o lance, João deu sinal correspondente a 20% do seu valor. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, João deverá pagar o preço da arrematação dentro de

(A) cinco dias, sob pena de perder, em benefício da execução, todo o sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.
(B) quarenta e oito horas, sob pena de perder, em benefício da execução, metade do sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.
(C) vinte e quatro horas, sob pena de perder, em benefício da execução, todo o sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.
(D) dez dias, sob pena de perder, em benefício da execução, metade do sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.
(E) trinta dias, sob pena de perder, em benefício da execução, todo o sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.

RESPOSTA § 4º do art. 888, CLT. *Alternativa C.*

7484. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** Os Embargos

(A) à execução terão sua oposição condicionada à garantia prévia do juízo.
(B) de terceiro possuem natureza jurídica de ação incidental, devendo ser utilizados obrigatoriamente no processo de execução.
(C) de terceiro devem ser opostos em até dez dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.
(D) de terceiro podem ser contestados no prazo de quinze dias, podendo o juiz, se achar necessário, realizar audiência de instrução.
(E) à execução permitem a discussão de matéria ampla, com alegações irrestritas, desde que juridicamente possíveis, tendo em vista a observância do princípio da ampla defesa.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 884, CLT. (B) Segundo Carlos Henrique Bezerra Leite, os embargos à execução "possuem natureza jurídica de ação incidental conexa ao processo de conhecimento ou de execução, conforme o caso"[6]. (C) Art. 1.048,

CPC. (D) Art. 1.053, CPC. (E) § 1º do art. 884, CLT. *Alternativa A.*

7485. (Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC) De acordo com o entendimento adotado pelo TST, é correto afirmar:

(A) Os débitos trabalhistas das entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial estão sujeitos a correção monetária desde o respectivo vencimento até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, incidindo, ainda, sobre tais débitos, juros de mora.

(B) Os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação, desde que constantes do pedido inicial ou da condenação.

(C) Os juros de mora incidem sobre a importância da condenação não corrigida monetariamente.

(D) É devida a incidência de juros de mora em relação aos débitos trabalhistas de empresa em liquidação extrajudicial sucedida nos moldes dos arts. 10 e 448 da CLT. O sucessor responde pela obrigação do sucedido, não se beneficiando de qualquer privilégio a este destinado.

(E) A Fazenda Pública, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal, beneficia-se da limitação dos juros, prevista em lei.

RESPOSTA (A) Súmula 304, TST. (B) Súmula 211, TST. (C) Súmula 200, TST. (D) OJ 408 da SDI-I, TST. (E) OJ 382 da SDI-I, TST. *Alternativa D.*

7486. (Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC) É INCORRETO afirmar:

(A) No processo do trabalho é admissível a execução do termo de conciliação firmado perante a Comissão de Conciliação Prévia e o termo de ajuste de conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho.

(B) No processo do trabalho são admissíveis a arrematação, a adjudicação e a remição dos bens levados à hasta pública.

(C) No processo do trabalho a penhora deve recair sempre em dinheiro, tendo em vista a natureza alimentar do crédito trabalhista.

(D) A execução deve ser processada da forma menos gravosa ao devedor.

(E) A execução é de natureza real, não atingindo a pessoa do devedor.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 876, CLT. (B) § 1º do art. 888, CLT; e art. 13, Lei n. 5.584/70. (C) Art. 882, CLT. (D) Art. 620, CPC. (E) A execução atinge os bens, e não a pessoa do devedor (art. 882, CLT). *Alternativa C.*

7487. (Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC) Analise as proposições abaixo.

I. O agravo de petição só deve ser recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados.

II. Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.

III. Uma vez garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado, caso seja a Fazenda Pública, oito dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

IV. Elaborada a conta e tornada líquida a sentença, é facultado ao juiz abrir às partes prazo sucessivo de dez dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

V. Para o recebimento e regular processamento do agravo de petição é desnecessário identificar valores, quando o agravante cuida de definir especificamente as matérias impugnadas.

Estão corretas APENAS as proposições

(A) I e V.
(B) I, III e IV.
(C) I, II e IV.
(D) I, III e V.
(E) III e V.

RESPOSTA (I) § 1º do art. 897, CLT. (II) Art. 891, CLT. (III) “FAZENDA PÚBLICA. Prazo processual. Embargos à execução. Prazos previstos no art. 730, CPC e no art. 884, CLT. [...] Ficam suspensos todos os processos em que se discuta a constitucionalidade do art. 1º-B da Medida Provisória n. 2.180-35”[7]. (IV) § 2º do art. 879, CLT. (V) § 1º do art. 897, CLT. *Alternativa C.*

7488. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Conforme previsão contida na CLT, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado pode

(A) debater questões já decididas pela sentença no processo de cognição.
(B) apresentar embargos à execução no prazo de cinco dias.
(C) apresentar embargos à execução no prazo de oito dias.
(D) em matéria de defesa, requerer a produção de provas e arrolar até três testemunhas.
(E) apresentar agravo de petição no prazo de oito dias.

RESPOSTA *Caput* do art. 884, CLT. *Alternativa B.*

7489. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Conforme as regras aplicáveis à execução no direito processual do trabalho e jurisprudência sumulada do TST, é INCORRETO afirmar:

(A) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.
(B) Compete à Justiça do Trabalho a execução dos termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia e, *ex officio*, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo judicial.
(C) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 dias para apresentar embargos; sendo que a matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida, não cabendo instrução probatória por meio de testemunhas.
(D) Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC.
(E) Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC.

RESPOSTA (A) Súmula 419, TST. (B) Art. 876, CLT. (C) Art. 884, CLT. (D) OJ 60 da SDI-II, TST. (E) Item III da Súmula 417, TST. *Alternativa C.*

7490. **(Analista – TST – 2012 – FCC)** Quanto aos procedimentos especiais aplicáveis no Processo do Trabalho, nos termos da legislação aplicável e com base nas súmulas de jurisprudência do TST é correto afirmar:

(A) Se tiver havido prévio reconhecimento da estabilidade do empregado, o julgamento do inquérito para apuração de falta grave pela Vara não prejudicará a execução para pagamento dos salários devidos ao empregado, até a data da instauração do mesmo inquérito.

(B) Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Vara, dentro de 60 dias, contados da data da suspensão do empregado.

(C) A ação rescisória calcada em violação de lei admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda.

(D) Há previsão legal para a legitimidade excepcional do Ministério Público de propor a ação rescisória, apenas quando a sentença é o efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.

(E) O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 120 dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

RESPOSTA (A) Art. 855, CLT. (B) Art. 853, CLT. (C) Súmula 400, TST. (D) Inciso III do art. 487, CPC; e Súmula 407, TST. (E) Art. 22, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa A.*

7491. (Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC) A remição, no processo do trabalho, na fase de execução somente será deferível ao executado se este oferecer preço igual a

(A) 20% do valor da avaliação.

(B) 30% do valor da avaliação.

(C) 50% do valor do maior lanço.

(D) o do maior lanço.

(E) o da condenação.

RESPOSTA Art. 13, Lei n. 5.584/70. *Alternativa E.*

7492. (Juiz – TRT-11 – 2007 – FCC) A sentença de liquidação no processo do trabalho pode ser impugnada quer pelo exequente, quer pelo executado

(A) por agravo de petição, no prazo de oito dias da ciência real ou presumida.

(B) na mesma ocasião dos embargos à penhora, no prazo de cinco dias, a contar da garantia do juízo.

(C) por embargos à execução, no prazo de oito dias da garantia do juízo.

(D) por impugnação, no prazo de oito dias dos embargos à execução, após a garantia do juízo.

(E) por embargos à execução, se versar matéria de fato, ou por agravo de petição, se versar matéria de direito, no prazo respectivo de cinco ou oito dias, a contar da garantia do juízo.

RESPOSTA § 3º do art. 884, CLT. *Alternativa B.*

7493. (Analista – TRT-4 – 2011 – FCC) Foi afixado na sede do juízo e publicado no jornal local, com antecedência de dez dias, edital com dia, hora e local em que ocorrerá leilão de apartamento penhorado em um processo. Neste caso, o ato é:

(A) anulável tendo em vista disposição expressa neste sentido na Consolidação das Leis do Trabalho, podendo tal nulidade ser alegada apenas pelo Ministério Público do Trabalho.

(B) válido e eficaz tendo em vista que todas as formalidades legais foram devidamente respeitadas.

(C) nulo por desatender formalidade legal prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.

(D) anulável tendo em vista disposição expressa neste sentido na Consolidação das Leis do Trabalho,

podendo tal nulidade ser alegada apenas pela parte prejudicada.

(E) válido desde que este edital forneça prazo de trinta dias para a manifestação expressa de credores quirografários e com garantia real.

RESPOSTA 20 dias, segundo o *caput* do art. 888, CLT. *Alternativa C.*

7494. **(Analista – TRT-4 – 2011 – FCC)** De acordo com a Lei 8.009/90, o bem de família NÃO poderá ser penhorado:

(A) pelo credor de pensão alimentícia.
(B) em razão dos créditos trabalhistas em geral.
(C) para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal.
(D) para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar.
(E) para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento.

RESPOSTA Somente as alternativas A, C, D e E estão elencadas no art. 3º, Lei n. 8.009/90, como hipótese em que o bem de família pode ser penhorado. *Alternativa B.*

7495. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** Em determinada reclamação trabalhista já em fase de execução de sentença foi desconsiderada a personalidade jurídica da empresa reclamada e penhorado bem pertencente a sócio. Neste caso, considerando que a penhora ocorreu ontem, o sócio deverá interpor

(A) Mandado de Segurança no prazo máximo de noventa dias da efetivação da penhora.
(B) Embargos de Terceiros no prazo de cinco dias.
(C) Embargos à Execução.
(D) Embargos de Terceiros no prazo de oito dias.
(E) Embargos de Terceiros no prazo de dez dias.

RESPOSTA *Caput* do art. 884, CLT. *Alternativa C.*

7496. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Da decisão que aprecia os embargos à execução caberá

(A) agravo de petição, não havendo pagamento de custas para a sua interposição.
(B) agravo de petição, devendo o agravante efetuar o prévio recolhimento das custas processuais conforme tabela do Tribunal Superior do Trabalho publicada no Diário Oficial da União, sob pena de deserção do recurso.
(C) agravo de petição, devendo o agravante efetuar o prévio recolhimento das custas processuais conforme previsto no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho competente, sob pena de deserção do recurso.
(D) agravo de instrumento, não havendo pagamento de custas para a sua interposição.
(E) embargos, devendo o agravante efetuar o prévio recolhimento das custas processuais conforme tabela do Tribunal Superior do Trabalho publicada no Diário Oficial da União, sob pena de deserção do recurso.

RESPOSTA Das decisões do juiz na execução cabe agravo de petição (alínea *a* do art. 897, CLT). As custas processuais no agravo de petição somente são pagas ao final do processo (inc. IV do art. 789-A, CLT). *Alternativa A.*

7497. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Valéria arrematou um imóvel comercial pelo valor

de R$ 105.000,00 em leilão judicial realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. Neste caso, ela deverá garantir o lance com o sinal correspondente a

(A) R$ 5.250,00
(B) R$ 10.500,00
(C) R$ 21.000,00
(D) R$ 25.250,00
(E) R$ 31.500,00

RESPOSTA § 2º do art. 888, CLT. *Alternativa C.*

7498. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Marta, costureira profissional, está sendo executada judicialmente. Ela possui os seguintes bens:

I. Seguro de vida.
II. R$ 17.000,00 depositados em caderneta de poupança.
III. Pequena propriedade rural com cinquenta hectares utilizados para lazer da família.
IV. Uma máquina de costura.
V. Um fogão de quatro bocas localizado em sua residência.

Dentre os bens pertencentes a Maria são absolutamente impenhoráveis os indicados APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I, II, IV e V.
(C) I, IV e V.
(D) II, III, IV e V.
(E) IV e V.

RESPOSTA (I) Inciso VI do art. 649, CPC. (II) Inciso X do art. 649, CPC. (III) "desde que trabalhada pela família" (inc. VIII do art. 649, CPC). (IV) Inciso V do art. 649, CPC. (V) Inciso II do art. 649, CPC. *Alternativa B.*

7499. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Considere as seguintes assertivas a respeito da liquidação da sentença:

I. Requerida a liquidação por arbitramento, o juiz nomeará o perito e fixará o prazo para a entrega do laudo. Apresentado o laudo, sobre o qual poderão as partes manifestar-se no prazo de cinco dias, o juiz proferirá decisão ou designará, se necessário, audiência.
II. Na liquidação por cálculos, elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz poderá abrir às partes prazo comum de dez dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
III. Far-se-á a liquidação por artigos, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.
IV. Na liquidação por cálculos, elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I e III.
(C) II, III e IV.
(D) II e IV.
(E) III e IV.

RESPOSTA (I) 10 dias (art. 475-D, CPC). (II) Prazo sucessivo de 10 dias (§ 2º do art. 879, CLT). (III) Art. 475-E, CPC. (IV) § 3º do art. 879, CLT. *Alternativa E.*

7500. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** Flávia arrematou um veículo modelo X, ano 2007, placa Y em hasta pública decorrente de execução de reclamação trabalhista da empresa XYZ. O veículo foi arrematado por R$ 10.000,00. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Flávia deverá garantir um sinal de

(A) R$ 2.000,00 e depositar o restante em 24 horas.
(B) R$ 2.000,00 e depositar o restante em 48 horas.
(C) R$ 5.000,00 e depositar o restante em 24 horas.
(D) R$ 5.000,00 e depositar o restante em 48 horas.
(E) R$ 1.000,00 e depositar o restante em 24 horas.

RESPOSTA §§ 2º e 3º do art. 888, CLT. *Alternativa A.*

7501. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** A casa onde Júnior reside com a sua família e é proprietário foi penhorada e arrematada em leilão judicial em execução de reclamação trabalhista da empresa X ocorrido há três dias. Júnior não é parte no processo e pretende interpor Embargos de Terceiro. Neste caso, considerando que não ocorreu a assinatura da respectiva carta de arrematação, Júnior

(A) não poderá interpor Embargos de Terceiro porque este só pode ser proposto até o trânsito em julgado da lide.
(B) poderá interpor Embargos de Terceiro estando dentro do prazo legal previsto em lei.
(C) não poderá interpor Embargos de Terceiro porque o prazo para interposição em fase de execução já se esgotou.
(D) poderá interpor Embargos à Execução e não Embargos de Terceiro em razão da efetivação da penhora.
(E) deverá interpor agravo de petição e não Embargos de Terceiro em razão do encerramento do leilão judicial e da efetivação da arrematação.

RESPOSTA Art. 1.048, CPC. *Alternativa B.*

7502. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** Considere:

I. O seguro de vida.
II. Bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão.
III. 20 salários mínimos depositados em caderneta de poupança.
IV. Aparelho de ar-condicionado e aparelhos eletroeletrônicos sofisticados.

Em regra, são absolutamente impenhoráveis os bens indicados APENAS em

(A) I e II.
(B) II e III.
(C) I, II e III.
(D) II e IV.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA (I) Inciso VI do art. 649, CPC. (II) Inciso V do art. 649, CPC. (III) Inciso X do art. 649, CPC. (IV) Segunda parte do inciso II do art. 649, CPC. *Alternativa C.*

7503. (Analista – TRT-24 – 2011 – FCC) Considere as seguintes assertivas a respeito dos Embargos de Terceiro:

I. Em regra, na execução por carta precatória, os Embargos de Terceiro serão oferecidos no juízo deprecado, que possuirá também a competência para julgá-los.

II. O prazo para o embargado oferecer a sua resposta é de dez dias, contados da sua intimação.

III. No processo de conhecimento, os embargos de terceiro terão lugar enquanto não transitar em julgado a sentença ou o acórdão.

IV. É legitimado ativo para propor embargos de terceiros o cônjuge, na defesa de seus próprios bens reservados ou atinentes à meação.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I, II e III.
(B) II, III e IV.
(C) II e IV.
(D) III e IV.
(E) I e IV.

RESPOSTA (I) Súmula 419, TST. (II) Art. 1.053, CPC. (III) Art. 1.048, CPC. (IV) § 3º do art. 1.046, CPC. *Alternativa B.*

7504. (Analista – TRT-6 – 2012 – FCC) Em relação à execução trabalhista, conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar:

(A) Os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia são considerados títulos executivos extrajudiciais e serão executados pela forma estabelecida pela CLT.
(B) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, reclamante ou reclamado, mas não poderá ser promovida *ex officio* pelo próprio Juiz competente.
(C) Requerida a execução, o Juiz mandará expedir mandado de citação do executado, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 05 (cinco) dias ou garanta a execução, sob pena de penhora.
(D) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 10 (dez) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
(E) Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação não compreenderá as que lhe sucederem.

RESPOSTA *Caput* do art. 876, CLT. *Alternativa A.*

7505. (Analista – TRT-11 – 2012 – FCC) A empresa Tetra, durante a execução definitiva de um processo em que é parte, teve parte de seus bens penhorados. A executada interpôs embargos à execução por não concordar com os cálculos do exequente, os quais foram homologados. O juiz da execução, decidindo os embargos, deles não conheceu, em razão de considerá-los intempestivos. Dessa decisão caberá

(A) recurso de revista.
(B) recurso ordinário.
(C) embargos declaratórios.
(D) agravo de instrumento.
(E) agravo de petição.

RESPOSTA Letra *a* do art. 897, CLT. *Alternativa E.*

7506. (Analista – TRT-11 – 2012 – FCC) Na execução trabalhista os bens do executado que forem penhorados poderão ser vendidos em leilão

(A) observado o prazo de cinco dias após a realização da avaliação.
(B) caso o arrematante deixar de garantir o lance com o sinal de 20% do valor da arrematação.
(C) mediante requerimento do exequente após determinação do juiz da execução.
(D) caso não ocorra licitante na praça e não requerendo o exequente a adjudicação.
(E) caso o arrematante, ou seu fiador, não pagar em doze horas o preço da arrematação.

RESPOSTA § 3º do art. 888, CLT. *Alternativa D.*

7507. (Analista – TRT-11 – 2012 – FCC) Conforme previsão contida na CLT, nos embargos à execução a matéria de defesa do executado será restrita às alegações de

(A) decadência do direito de executar a sentença, pagamento da dívida ou ilegitimidade do exequente.
(B) exceção de incompetência material, transação, pagamento da dívida ou prescrição da ação principal.
(C) cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.
(D) cumprimento da decisão ou do acordo, novação ou incompetência do Juízo prolator da sentença exequenda.
(E) exceção de pré-executividade, cumprimento do acordo ou pagamento da dívida.

RESPOSTA § 1º do art. 884, CLT. *Alternativa C.*

7508. (Procurador – ALESP – 2010 – FCC) De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação. Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz poderá abrir às partes, para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão, o prazo

(A) sucessivo de oito dias.
(B) comum de dez dias.
(C) sucessivo de dez dias.
(D) comum de oito dias.
(E) sucessivo de cinco dias.

RESPOSTA § 2º do art. 879, CLT. *Alternativa C.*

7509. (Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC) Mirto, juiz de direito, indignado com determinadas situações que estão ocorrendo na empresa Z, gostaria de instaurar reclamação plúrima trabalhista. Porém, há um princípio que impede que o magistrado instaure de ofício o processo trabalhista. Trata-se especificamente do princípio

(A) da imparcialidade do juiz.
(B) do devido processo legal.
(C) do contraditório.
(D) dispositivo.
(E) inquisitório.

RESPOSTA Segundo o *princípio do dispositivo*, também conhecido como *princípio da inércia da jurisdição,* nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional, senão quando a parte ou a pessoa interessada a requerer nos casos e formas legais. Art. 2º, CPC,

aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho (art. 769, CLT). *Alternativa D.*

XIX. Procedimentos Especiais

7510. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Vara do Trabalho ou Juízo de Direito, dentro de

(A) trinta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até três testemunhas.

(B) trinta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até seis testemunhas.

(C) sessenta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até seis testemunhas.

(D) sessenta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até três testemunhas.

(E) noventa dias, contados da data da prática da falta grave pelo empregado estável, cabendo a cada parte apresentar até seis testemunhas.

RESPOSTA Art. 853, CLT. *Alternativa B.*

7511. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** A empresa MAIS ajuizou inquérito judicial para apuração de falta grave cometida pela empregada Suzana. Neste caso, a oitiva das testemunhas da empresa será de, no máximo,

(A) 2 pessoas.

(B) 3 pessoas.

(C) 4 pessoas.

(D) 6 pessoas.

(E) 8 pessoas.

RESPOSTA Art. 821, CLT. *Alternativa D.*

7512. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** O inquérito judicial para apuração de falta grave

(A) deverá se instaurado dentro de 90 dias contados da data da suspensão do empregado.

(B) deverá se instaurado dentro de 180 dias contados da data da suspensão do empregado.

(C) que for julgado procedente rescindirá o contrato de trabalho por culpa do empregado, constando a data do trânsito em julgado da sentença como a data da efetiva rescisão.

(D) possui natureza de ação constitutiva negativa ou desconstitutiva do contrato de trabalho.

(E) permite a oitiva de, no máximo, três testemunhas para cada parte, devendo as mesmas comparecerem independente de intimação.

RESPOSTA (A) e (B) 30 dias (art. 853, CLT). (C) Nesse caso, a sentença procedente terá efeito *ex tunc*, isto é, considerar-se-á rompido o contrato de trabalho da data de sua suspensão (art. 853, CLT). (D) Correto, pois visa desconstituir o contrato de trabalho. (E) Seis testemunhas (art. 821, CLT). *Alternativa E.*

7513. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** João, representante suplente dos empregados, membro de Comissão de Conciliação Prévia, foi suspenso por cinco dias em razão da prática de falta grave passível de demissão por justa causa. Neste caso, seu empregador

(A) poderá dispensar João após o término da pena de suspensão aplicada, tendo em vista que o membro suplente de Comissão de Conciliação Prévia não possui estabilidade.
(B) poderá dispensar João imediatamente, tendo em vista que o membro suplente de Comissão de Conciliação Prévia não possui estabilidade.
(C) deverá ajuizar reclamação escrita ou verbal a fim de instaurar inquérito para apuração de falta grave perante uma das Varas do Trabalho, dentro de quinze dias, contados da data da suspensão de João.
(D) deverá ajuizar reclamação escrita a fim de instaurar inquérito para apuração de falta grave perante uma das Varas do Trabalho, dentro de trinta dias, contados da data da suspensão de João.
(E) deverá ajuizar reclamação escrita a fim de instaurar inquérito para apuração de falta grave perante o Tribunal Regional do Trabalho competente, dentro de sessenta dias, contados da data da suspensão de João.

RESPOSTA Segundo a FCC, a resposta da questão é a letra D, porém a legislação do trabalho não prevê a exigência de inquérito para apuração de falta grave no caso de membro da Comissão de Conciliação Prévia. *Nenhuma das alternativas.*

XX. Ação Civil Pública

7514. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** Assinale a alternativa correta em relação à ação civil pública, objeto da Lei n. 7.347/85.

(A) É cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvem contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço − FGTS ou outros fundos de natureza institucional, cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
(B) A ação civil pública poderá ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo Juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
(C) Constitui crime, punido com pena de detenção de um a quatro anos, mais multa de cinco Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.
(D) Poderá o Juiz conceder mandado liminar, mediante justificação prévia, em decisão não sujeita a recurso.
(E) A ação civil poderá ter por objeto somente o cumprimento de obrigações de fazer ou não fazer.

RESPOSTA *Caput* do art. 2º, Lei n. 7.347/85. *Alternativa B.*

XXI. Ação Rescisória

7515. **(Analista – TRT-18 – 2008 – FCC)** A ação rescisória deve ser proposta no prazo de dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão. O referido prazo é de

(A) prescrição e conta-se do dia em que ocorreu o trânsito em julgado da última decisão de mérito proferida na causa.
(B) prescrição e conta-se do dia subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.
(C) decadência e conta-se do dia em que ocorreu o trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.
(D) decadência e conta-se do dia subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.
(E) decadência e conta-se do dia em que ocorreu o trânsito em julgado da última decisão de mérito

proferida na causa.

RESPOSTA Item I da Súmula 100, TST. *Alternativa D.*

7516. (Analista – TRT-12 – 2010 – FCC) Marta ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora. A reclamação trabalhista foi julgada improcedente. Um ano e seis meses após o trânsito em julgado da referida reclamação, Marta faleceu. Seu único filho, Jonas, com trinta anos de idade e seu sucessor universal,

(A) só possuirá legitimidade para ajuizar ação rescisória se estiver assistido pelo sindicato da categoria, em razão do falecimento de Marta.
(B) não possui legitimidade para ajuizar ação rescisória tratando-se de ação personalíssima intransferível.
(C) possui legitimidade para ajuizar ação rescisória, mas já decorreu o prazo prescricional para o ajuizamento de tal ação.
(D) possui legitimidade para ajuizar ação rescisória, devendo depositar previamente 10% do valor da causa para ajuizamento.
(E) possui legitimidade para ajuizar ação rescisória, devendo depositar previamente 20% do valor da causa para ajuizamento.

RESPOSTA *Caput* do art. 836, CLT; e inciso I do art. 487, CPC. *Alternativa E.*

7517. (Analista – TRT-9 – 2010 – FCC) Em regra, tratando-se de ação rescisória,

(A) se ocorrer revelia nesta ação, reputarão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, produzindo-se a confissão.
(B) se a decisão rescindenda é homologatória de acordo, é possível a sua desconstituição calcada no dolo processual, ou seja, no dolo da parte vencedora em detrimento da vencida.
(C) a parte que propuser a referida ação deverá efetuar, como pressuposto para a sua propositura, o depósito de 30% do valor da causa, a título de multa.
(D) é cabível tal ação para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação, desde que presentes os requisitos essenciais previstos no Código de Processo Civil.
(E) não é documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda.

RESPOSTA (A) Súmula 398, TST. (B) Item II da Súmula 403, TST. (C) *Caput* do art. 836, CLT. (D) Item I da Súmula 399, TST. (E) Alínea *a* da Súmula 402, TST. *Alternativa E.*

7518. (Analista – TRT-8 – 2010 – FCC) Débora ajuizou Ação Rescisória deixando de juntar com a inicial o documento comprobatório do trânsito em julgado da decisão rescindenda. Neste caso, o M.M. juiz deverá

(A) extinguir o processo sem julgamento do mérito em razão da inépcia da inicial.
(B) indeferir a inicial em razão da falta do documento essencial.
(C) abrir prazo de dez dias para que Débora junte tal documento.
(D) abrir prazo de cinco dias para que Débora junte tal documento.
(E) abrir prazo de vinte e quatro horas prorrogável por igual período para que Débora junte tal documento.

RESPOSTA Item II da Súmula 299, TST. *Alternativa C.*

7519. **(Analista – TRT-23 – 2011 – FCC)** João ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa X. Na audiência UNA designada, as partes celebraram acordo devidamente homologado pelo M.M. juiz de direito. Após 20 dias, João descobriu que havia sido enganado pelo advogado da parte contrária. Assim, João pretende impugnar o termo de acordo celebrado nesta audiência. Neste caso, ele deverá

(A) impetrar Mandado de Segurança.
(B) interpor Recurso Ordinário.
(C) ajuizar Ação Rescisória.
(D) interpor Agravo de Instrumento.
(E) interpor Agravo de Petição.

RESPOSTA Súmula 259, TST. *Alternativa C.*

7520. **(Analista – TRT-20 – 2011 – FCC)** O prazo para contestação da ação rescisória é fixado

(A) em 8 dias pela Consolidação dos Leis do Trabalho.
(B) em 8 dias através de súmula do Tribunal Superior do Trabalho.
(C) pelo relator sendo no mínimo de 10 dias e no máximo de 15 dias.
(D) em 10 dias através de súmula do Tribunal Superior do Trabalho.
(E) pelo relator sendo no mínimo de 15 dias e no máximo de 30 dias.

RESPOSTA Art. 491, CPC, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho (art. 769, CLT). *Alternativa E*.

XXII. Dissídios Coletivos

7521. **(Analista – TRT-9 – 2010 – FCC)** Considere as seguintes assertivas a respeito da revisão da sentença normativa:

I. A revisão de sentença normativa poderá ser promovida por iniciativa do Tribunal prolator, do Ministério Público do Trabalho, dos sindicatos ou de empregador ou empregadores interessados no cumprimento da decisão.
II. Decorrido mais de seis meses de sua vigência, caberá revisão das decisões que fixarem condições de trabalho, quando tiverem sido modificadas as circunstâncias que as ditaram.
III. No pedido de revisão não é possível o acréscimo de novas condições de trabalho que não foram objeto do dissídio originário.
IV. A revisão será julgada pelo tribunal que tiver proferido a decisão, depois de ouvido o Ministério Público do Trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

(A) III e IV.
(B) I, II e III.
(C) I e III.
(D) I, III e IV.
(E) I, II e IV.

RESPOSTA (I) *Caput* do art. 874, CLT. (II) Art. 873, CLT. (III) Art. 873, CLT (somente é possível a revisão das condições que foram objeto do dissídio original). (IV) Art. 875, CLT. *Alternativa D.*

7522. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Em relação ao dissídio coletivo é correto afirmar:

(A) A sentença normativa vigorará a partir da data de sua prolação.
(B) O prazo de vigência da sentença normativa será fixado pelo Tribunal e não poderá ser superior a 2 (dois) anos.
(C) A representação dos sindicatos para instaurar a instância fica subordinada à aprovação em assembleia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, sendo necessária metade mais um dos votos dos presentes.
(D) É facultado ao empregador fazer-se representar na audiência pelo gerente ou por qualquer outro preposto que tenha conhecimento do dissídio, e por cujas declarações será sempre responsável.
(E) A representação para instaurar a instância em dissídio coletivo constitui prerrogativa exclusiva das associações sindicais.

RESPOSTA (A) Alíneas *a* e *b* do parágrafo único do art. 867, CLT. (B) Parágrafo único do art. 868, CLT. (C) Art. 859, CLT. (D) § 1º do art. 843, CLT. (E) Parágrafo único do art. 857, CLT. *Alternativa D.*

XXIII. Mandado de Segurança

7523. **(Analista – TRT-18 – 2008 – FCC)** Da decisão do Tribunal Regional do Trabalho em Mandado de Segurança caberá recurso ordinário no prazo de

(A) oito dias para o Tribunal Superior do Trabalho, correndo igual prazo para o recorrido e interessados apresentarem razão de contrariedade.
(B) oito dias para o pleno do próprio Tribunal Regional do Trabalho, correndo igual prazo para o recorrido e interessados apresentarem razão de contrariedade.
(C) cinco dias para o Tribunal Superior do Trabalho, correndo igual prazo para o recorrido e em dobro para os interessados apresentarem razão de contrariedade.
(D) cinco dias para o pleno do próprio Tribunal Regional do Trabalho, correndo igual prazo para o recorrido e interessados apresentarem razão de contrariedade.
(E) oito dias para o Tribunal Superior do Trabalho, correndo igual prazo para o recorrido e o dobro para os interessados apresentarem razão de contrariedade.

RESPOSTA Inciso II do art. 895, CLT; e Súmula 201, TST. *Alternativa A.*

7524. **(Analista – TRT-2 – 2008 – FCC)** A competência originária para apreciar e julgar mandado de segurança impetrado em face de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região é

(A) do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho.
(B) do próprio Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.
(C) da Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.
(D) do Supremo Tribunal Federal.
(E) da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho.

RESPOSTA Item 3 da letra *b* do inciso I do art. 678, CLT; e OJ 4 do TP, TST. *Alternativa B.*

7525. **(Analista – TRT-12 – 2010 – FCC)** A respeito do Mandado de Segurança, considere:

I. Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora.

II. A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

III. A superveniência da sentença, nos autos originários, não faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada.

IV. Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco.

Está correto o que consta APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) I, II e IV.

(C) I e II.

(D) II e IV.

(E) I e III.

RESPOSTA (I) Item III da Súmula 417, TST. (II) Súmula 418, TST. (III) Item III da Súmula 414, TST. (IV) Item II da Súmula 417, TST. *Alternativa B.*

7526. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Quanto ao mandado de segurança no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar:

(A) Exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, inaplicável se torna o art. 284 do CPC quando verificada, na petição inicial do *mandamus*, a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação.

(B) Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.

(C) A concessão de liminar ou a homologação de acordo pelo juiz do trabalho podem ser atacadas via mandado de segurança sempre que a prática de algum desses atos ferir direito líquido e certo.

(D) Ofende direito líquido e certo decisão que determina o bloqueio de numerário existente em conta salário, para satisfação de crédito trabalhista, ainda que seja limitado a determinado percentual dos valores recebidos ou a valor revertido para fundo de aplicação ou poupança, visto que o art. 649, IV, do CPC contém norma imperativa que não admite interpretação ampliativa, sendo a exceção prevista no art. 649, § 2º, do CPC espécie e não gênero de crédito de natureza alimentícia, não englobando o crédito trabalhista.

(E) Inexiste direito líquido e certo a ser oposto contra ato de Juiz que, antecipando a tutela jurisdicional, determina a reintegração do empregado até a decisão final do processo, quando demonstrada a razoabilidade do direito subjetivo material, como nos casos de anistiado pela Lei no 8.878/94, aposentado, integrante de comissão de fábrica, dirigente sindical, portador de doença profissional, portador de vírus HIV ou detentor de estabilidade provisória prevista em norma coletiva.

RESPOSTA (A) Súmula 415, TST. (B) Súmula 416, TST. (C) Súmula 418, TST. (D) OJ 153 da SDI-II, TST. (E) OJ 142 da SDI-II, TST. *Alternativa C.*

7527. **(Analista – TRT-14 – 2011 – FCC)** Se o mandado de segurança na Justiça do Trabalho for em razão de ato de autoridade judiciária e a autoridade coatora for desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região a competência para julgar será

(A) do pleno do Tribunal Superior do Trabalho, sendo que o prazo para ajuizamento do mandado é de

120 dias contados da prática do ato impugnado.

(B) do pleno do Tribunal Superior do Trabalho, sendo que o prazo para ajuizamento do mandado é de 90 dias contados da pratica do ato impugnado.

(C) de uma das turmas do Tribunal Superior do Trabalho, sendo que o prazo para ajuizamento do mandado é de 120 dias contados a partir da ciência do interessado do ato impugnado.

(D) do próprio Tribunal Regional do Trabalho, sendo que o prazo para ajuizamento do mandado é de 120 dias contados a partir da ciência do interessado do ato impugnado.

(E) do próprio Tribunal Regional do Trabalho, sendo que o prazo para ajuizamento do mandado é de 90 dias contados a partir da ciência do interessado do ato impugnado.

RESPOSTA Segundo a OJ 4 do Tribunal Pleno do TST, não compete ao Tribunal Superior do Trabalho apreciar, originariamente, mandado de segurança impetrado em face de decisão de TRT. Portanto, cabe ao próprio TRT julgar a ação, sendo que o prazo para ajuizamento do mandato é de 120 dias, conforme o art. 23, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa D.*

7528. **(Analista – TRT-24 – 2011 – FCC)** Considere as seguintes assertivas a respeito do Mandado de Segurança:

I. Não há direito líquido e certo à execução definitiva na pendência de Recurso Extraordinário, ou de Agravo de Instrumento visando a destrancá-lo.

II. Ajuizados Embargos de Terceiro para pleitear a desconstituição da penhora, é incabível a interposição de mandado de segurança com a mesma finalidade.

III. Constitui direito líquido e certo passível de ser tutelado através de Mandado de Segurança a negativa do juiz em homologar acordo entre as partes litigantes.

IV. É incabível a impetração de mandado de segurança contra ato judicial que, de ofício, arbitrou novo valor à causa, acarretando a majoração das custas processuais.

Está correto o que consta APENAS em

(A) III e IV.

(B) I e II.

(C) I, II e IV.

(D) I, II e III.

(E) II, III e IV.

RESPOSTA (I) OJ 56 da SDI-II, TST. (II) OJ 54 da SDI-II, TST. (III) Súmula 418, TST. (IV) OJ 88 da SDI-II, TST. *Alternativa C.*

XXIV. Prescrição

7529. **(Analista – TRT-8 – 2010 – FCC)** Tobias foi contratado pela empresa Rosa para trabalhar como operário em 01 Fevereiro de 1999. Em 01 Junho de 2009 Tobias foi dispensado por justa causa baseada em ato de improbidade. Tobias ingressou com a competente reclamação trabalhista no dia 27 de Julho de 2010. Neste caso, a reclamação trabalhista

(A) não está prescrita, porém Tobias somente poderá requerer seus direitos trabalhistas dos cinco anos anteriores a data da propositura da ação.

(B) está prescrita de acordo com as normas preconizadas na Consolidação das Leis do Trabalho e na Constituição Federal brasileira.

(C) não está prescrita, porém Tobias somente poderá requerer seus direitos trabalhistas dos cinco anos anteriores a data de sua dispensa.

(D) não está prescrita, porém Tobias somente poderá requerer seus direitos trabalhistas dos dois anos anteriores a data de sua dispensa.

(E) não está prescrita e Tobias poderá requerer seus direitos trabalhistas de todo o período contratual.

RESPOSTA Como o contrato de trabalho de Tobias foi rescindido em 1º-6-2009, poderia ajuizar a ação trabalhista até o dia 1º-6-2011. Como ingressou com a reclamação trabalhista no dia 27-7-2010, a ação não está prescrita, mas somente poderá exigir os direitos dos últimos 5 anos, conforme o inciso XXIX do art. 7º, CRFB; e item I da Súmula 308, TST. *Alternativa A.*

7530. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** A prescrição trintenária do direito de ação para exigir valores devidos em conta do fundo de garantia por tempo de serviço, prevista pela Lei no 8.036/90, para o trabalhador

(A) será contada sempre a partir do encerramento do contrato de emprego, operando-se apenas 30 anos após a terminação do vínculo.
(B) não será considerada, durante a vigência do contrato de trabalho.
(C) deverá ser considerada, mas se submete ao prazo de dois anos após a terminação do contrato de emprego.
(D) terá aplicação apenas e tão somente se o autor for assistido pela Caixa Econômica Federal, gestora do Fundo.
(E) será contada sempre a partir do encerramento do contrato de emprego, operando-se apenas 5 anos após a terminação do vínculo.

RESPOSTA Súmula 362, TST. *Alternativa C.*

XXV. Outros Temas

7531. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** A perempção, no processo do trabalho, ocorre nas hipóteses de

(A) arquivamento da reclamação, por ausência do trabalhador, por quatro vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos; e falta de confirmação da reclamação verbal, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos.
(B) arquivamento da reclamação, por extinção sem resolução do mérito, em razão da falta de liquidação dos pedidos apresentados no rito sumaríssimo, por quatro vezes; e falta de confirmação da reclamação verbal, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos.
(C) abandono da causa, por mais de um ano, depois da intimação pessoal do trabalhador, para dar andamento ao feito; e falta de confirmação da reclamação verbal, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos.
(D) arquivamento da reclamação, por ausência do trabalhador, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos; e falta de confirmação da reclamação verbal apresentada ao distribuidor.
(E) arquivamento da reclamação, por ausência do trabalhador, por duas vezes seguidas, em relação aos mesmos pedidos; e falta de confirmação da reclamação verbal, por duas vezes seguidas, em relação a pedidos diferentes.

RESPOSTA Perempção significa perda do direito de ação. No Processo do Trabalho, há perempção nas hipóteses dos arts. 731 e 732, CLT. *Alternativa D.*

I. Princípios

7532. **(Advogado – IPT – 2011 – VUNESP)** Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, as autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela

(A) equidade e outros princípios do Direito Civil e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito da OIT, com prioridade ao interesse de classe com discussão tripartite.

(B) analogia e outros princípios do Direito Civil, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o Direito Comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

(C) jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de Direito, principalmente do Direito do Trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o Direito Comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

(D) equidade e outros princípios e normas gerais de Direito Civil e, ainda, do Direito Constitucional.

(E) igualdade de direitos, pelas normas gerais do Direito e pelas regras do Direito Civil.

RESPOSTA *Caput* do art. 8º, CLT. *Alternativa C.*

7533. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Segundo nossa melhor doutrina, o princípio da oralidade não se resume ao predomínio da palavra oral, senão que abarca, também:

(A) a imediatidade do juiz; a identidade física do juiz; a concentração dos atos do procedimento, e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

(B) a mediatidade do juiz; a identidade física do juiz; a concentração dos atas do procedimento, e a gratuidade.

(C) a identidade física do juiz; a concentração dos atos do procedimento, e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

(D) a imediatidade do juiz; a primazia da realidade; a concentração dos atos do procedimento, e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

(E) a imediatidade do juiz; a identidade física do juiz; e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

RESPOSTA “O princípio da oralidade não encontra residência em nenhuma norma expressa do CPC ou da CLT. A rigor ele se exterioriza interagindo com outros quatro princípios: I – princípio da imediatidade; II – princípio da identidade física do juiz; III – princípio da concentração e IV – princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias”[8]. *Alternativa A.*

7534. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as questões e assinale a alternativa **CORRETA**

I. São órgãos vinculados ao TST a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cujas decisões têm efeito vinculante no âmbito administrativo, orçamentário, financeiro e patrimonial da Justiça do Trabalho de Primeiro e Segundo Graus.

II. A Justiça do Trabalho prestigia a conciliação como forma primordial de solução do conflito trabalhista, a ponto de obrigar o juiz a propor a conciliação em diversos estágios do processo, bem como homologar o acordo construído pelas partes, sob pena de nulidade dos atos processuais

subsequentes, por ofensa a direito liquido e certo dos litigantes.

III. O princípio da oralidade, de vastíssima aplicação no processo do trabalho, subdivide-se nos corolários da identidade física do juiz; prevalência da palavra oral sobre a escrita, com o devido registro em ata; concentração dos atos processuais em audiência; imediatidade do juiz na colheita da prova e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

IV. A aplicação das normas da processualística comum ao processo do trabalho devem ocorrer quando houver omissão da CLT e das legislações trabalhistas extravagantes acerca da matéria, bem como devem tais normas observar a compatibilidade com os princípios que regem o processo do trabalho, máxime o acesso do trabalhador à Justiça.

(A) Estão corretas apenas as afirmativas I, II e III.

(B) Estão corretas apenas as afirmativas I, II e IV.

(C) Estão corretas apenas as afirmativas I e III.

(D) Estão corretas apenas as afirmativas I, III e IV.

(E) Todas estão corretas.

RESPOSTA (I) Incisos I e II do § 2º do art. 111-A, CRFB. (II) De acordo com a CLT, a conciliação deverá ocorrer na audiência antes da apresentação da defesa e após as razões finais; a homologação do acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo (Súmula 418, TST). (III) “o princípio da oralidade não encontra residência em nenhuma norma expressa do CPC ou da CLT. A rigor ele se exterioriza interagindo com outros quatro princípios: I – princípio da imediatidade; II – princípio da identidade física do juiz; III – princípio da concentração e IV – princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias”[9]. (IV) Art. 769, CLT. *Alternativa D.*

7535. **(Procurador – MPT – 2008)** Julgue as seguintes proposições acerca dos princípios de natureza processual:

I. segundo a jurisprudência consolidada do TST, o princípio da identidade física do juiz é aplicável na Justiça do Trabalho, mesmo após o advento da EC 24/99, que extinguiu a representação classista;

II. o princípio do *jus postulandi*, inscrito na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988;

III. o princípio do impulso oficial nas execuções é aplicável apenas às ações trabalhistas típicas, em que se discutem créditos oriundos de relações de emprego;

IV. por aplicação do princípio da *perpetuatio jurisdicionis*, as ações de execução de multas impostas pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho, em fase de apelação por ocasião do advento da EC 45/2004, deverão ser julgadas pela Justiça do Trabalho.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

(A) os itens I e II são certos;

(B) o item I é certo e o item III é errado;

(C) o item IV é errado e o item II é certo;

(D) os itens III e IV são certos;

(E) não respondida

RESPOSTA (I) Como a Súmula 136, TST, foi cancelada em 27-9-2012, a alternativa está correta. (II) Correta, o princípio do *jus postulandi*, previsto na CLT, foi recepcionado pela CRFB/88. (III) O art. 878, CLT, permite que a execução trabalhista seja promovida *ex officio* pelo juiz do trabalho, independentemente de requerimento das partes interessadas (princípio do impulso oficial nas execuções). (IV) Segundo alguns julgados, as ações que tramitavam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC n. 45/2004, lá continuaram até o trânsito em julgado e correspondente execução. Aquelas cujo mérito ainda não havia sido apreciado foram remetidas à Justiça do Trabalho. *Alternativa C.*

II. Organização da Justiça do Trabalho

7536. (Juiz – TRT-8 – 2011) Em relação à Organização da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O Brasil espelhou-se no modelo da Itália, que possuía um ramo do Judiciário especializado na solução dos conflitos trabalhistas, composto por representantes do Estado (juiz togado), dos empregadores e dos empregados (juiz classista), até a extinção desse modelo paritário pela Emenda Constitucional n. 24/1999.

(B) O TST, considerado o órgão máximo da organização judiciária do trabalho, com sede na Capital Federal, é composto por 27 juízes, com o título de Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal. Dentre esses, um quinto entre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho, com mais de dez anos de efetivo exercício. Os demais membros são indicados entre Juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, pelo próprio TST e escolhidos pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, o que não significa que o TST seja extensão da carreira de magistrado trabalhista, visto que não há promoção por critérios alternados de merecimento e antiguidade para o acesso àquele órgão.

(C) Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

(D) A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal de Justiça.

(E) Funcionará junto ao TST a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.

RESPOSTA Art. 112, CRFB. *Alternativa D.*

7537. (Procurador – MPT – 2007) No que diz respeito à organização da Justiça do Trabalho:

I. Na composição do TST (TST), devem constar Ministros que tenham sido Juízes de Tribunais Regionais do Trabalho, livremente indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal Superior e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

II. Um quinto dos Ministros do TST devem ser escolhidos dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, notório saber jurídico e reputação ilibada, indicados em lista sêxtupla pelo órgão de representação de sua classe.

III. Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

IV. Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a Justiça Itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

(A) apenas as alternativas I e IV estão corretas;

(B) apenas a alternativa II está errada;

(C) apenas as alternativas III e IV estão corretas;

(D) apenas as alternativas II e IV estão corretas;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Devem ser juízes oriundos da carreira da Magistratura do Trabalho (inciso II do art. 111-A, CRFB; e art. 4º, RI do TST). (II) Um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício (inciso I do art. 111-A, CRFB). (III) Inciso II do § 2º do art. 111-A, CRFB. (IV) § 1º do inciso II do art. 115, CRFB. *Alternativa C.*

7538. **(Procurador – MPT – 2006)** Assinale a assertiva CORRETA:

(A) além dos beneficiários da gratuidade de justiça, são isentas do pagamento das custas, na Justiça do Trabalho, as empresas públicas e as sociedades de economia mista;
(B) a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na demanda como um todo;
(C) o *jus postulandi* no processo trabalhista cessa quando da realização da audiência de conciliação, se não houver acordo antes da contestação;
(D) nas localidades não abrangidas por jurisdição de vara do trabalho, as funções de dirimir conflitos trabalhistas são atribuídas ao Juiz de Direito que, assim, fica investido nas funções de Juiz do Trabalho;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Sociedade de economia mista, não (inciso I do art. 790-A, CLT). (B) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita (art. 790-A, CLT). (C) Não cessa (Súmula 425, TST). (D) Art. 112, CRFB. *Alternativa D.*

III. Jurisdição e Competência

7539. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) A regra geral de fixação da competência *ex ratione loci*, na Justiça do Trabalho, é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.
(B) Não há na Consolidação das Leis do Trabalho, ou na legislação esparsa, previsão para o procedimento da exceção *ratione loci*, razão pela qual a sua análise admite ampla flexibilidade por parte do juiz.
(C) A exceção *ratione loci* pode ser arguida pelas partes e pelo Juiz a qualquer momento porque se trata de nulidade processual absoluta.
(D) A jurisdição de cada Vara do Trabalho abrange todo o território da Comarca, não podendo ser estendida ou restringida.
(E) Para efeito de Jurisdição dos Tribunais Regionais, o território nacional é dividido em 20 regiões.

RESPOSTA *Caput* do art. 651, CLT. *Alternativa A.*

7540. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** No que diz respeito à competência da Justiça do Trabalho, analise as proposições abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I. Segundo jurisprudência consolidada pela SDI-1 do TST, compete à Justiça do Trabalho julgar pedidos de direitos e vantagens, previstos na legislação trabalhista, referentes a período anterior à Lei n. 8.112/90, mesmo que a ação tenha sido ajuizada após a sua edição. A superveniência de regime estatutário em substituição ao celetista, mesmo após a sentença, limita a execução ao período celetista.

II. É facultada ao empregado a escolha do foro para a apresentação da reclamação trabalhista, podendo demandar naquele onde o contrato foi celebrado ou onde ocorreu a prestação dos respectivos serviços, quando se tratar de agente ou viajante comercial.

III. A competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado em outro local, prevalecendo tal regra se se tratar de dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em contrário.

IV. Possui legitimidade para suscitar o conflito de competência absoluta apenas o juiz ou a parte interessada, pessoalmente ou por seu representante.

(A) Apenas a alternativa IV está correta.

(B) As alternativas I e IV estão corretas.

(C) As alternativas II e III estão corretas.

(D) As alternativas III e IV estão corretas.

(E) As alternativas I e III estão corretas.

RESPOSTA (I) OJ 138 da SDI-I, TST. (II) Em regra, o empregado deve ajuizar a ação trabalhista no último local da prestação de serviços (*caput* do art. 651, CLT). (III) *Caput* e § 2º do art. 651, CLT. (IV) Art. 805, CLT. *Alternativa E.*

7541. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Considere as seguintes proposições:

I. A jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal é de que a ação civil de interdito proibitório integra a competência material da Justiça do Trabalho quando a causa de pedir decorre de movimento grevista, ainda que de forma preventiva, nada importando que dependa a solução da lide de questões de direito civil.

II. A competência material para processar e julgar mandado de segurança individual proposto em face de empresa pública ou sociedade de economia mista com pretensão de garantia de direito líquido e certo de candidato a vaga de emprego em concurso público é da Justiça do Trabalho e a competência funcional originária é do Tribunal Regional do Trabalho quando o concurso impugnado não exceder o âmbito regional.

III. A ação cabível para coibir abuso de autoridade em prisão de depositário infiel é o habeas corpus e a competência funcional originária é do TRT integrado pelo juiz da execução que decretou a prisão civil.

IV. O TRCT emitido pelo empregador sem assinatura do empregado no recibo de verbas rescisórias e o cheque emitido pelo empregador há mais de seis meses contados do encerramento dos prazos para sua apresentação são provas escritas que podem ser utilizadas em ação monitória ou execução de título extrajudicial.

V. A ação anulatória é cabível contra acordo em Comissão de Conciliação Prévia, mas não contra sentença judicial transitada em julgado, cujos efeitos só podem ser destituídos mediante ação rescisória.

(A) todas as proposições estão corretas.

(B) somente as proposições I, II e IV estão corretas.

(C) somente as proposições I, III e V estão corretas.

(D) somente as proposições II, III e V estão corretas.

(E) somente as proposições II, III e IV estão corretas.

RESPOSTA (I) Súmula Vinculante 23, STF. (II) A competência funcional originária é do juiz da Vara do Trabalho, e não do TRT. (III) O *habeas corpus* deve ser impetrado junto à autoridade imediatamente superior à que praticou a prisão, pois quem tem competência para prender, tem para soltar; no caso, se o coator foi o juiz da Vara do Trabalho que decretou a prisão civil, o

habeas corpus deverá ser dirigido ao TRT. (IV) Como o cheque foi emitido pelo empregador há mais de 6 meses, está prescrito o direito à ação de execução (arts. 47 e 59, Lei n. 7.357/85), não havendo como o ex-empregado se valer da ação de execução de título extrajudicial. (V) A sentença que se baseia na transação é objeto de ação rescisória, enquanto a transação extrajudicial é atacável por ação anulatória. *Alternativa C.*

7542. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** A empresa "X", com sede no Brasil, contratou empregado brasileiro, através de sua sucursal em Londres, para gerenciar as obras existentes na Arábia Saudita, lugar onde prestou serviços durante dois anos. Rompido o contrato o empregado retorna ao Brasil e pretende, aqui acionar o seu empregador. Ante o exposto, assinale a alternativa correta.

(A) É incompetente a autoridade judiciária brasileira, para conhecer da reclamação trabalhista, que deveria ser ajuizada na Arábia Saudita, local da prestação dos serviços.

(B) A autoridade judiciária brasileira (Vara do Trabalho) é competente para conhecer da reclamação trabalhista, salvo se houver Convenção Internacional dispondo em contrário.

(C) Será competente para conhecer da ação trabalhista o foro de opção do empregado, podendo ser o da contratação, da prestação de serviços ou o da demissão.

(D) A autoridade judiciária brasileira é incompetente, devendo a ação ser proposta no País em que o empregado foi contratado.

(E) Se houver foro de eleição expressamente previsto no contrato, será este o competente para conhecer da reclamação trabalhista.

RESPOSTA § 2º do art. 651, CLT. *Alternativa B.*

7543. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da Emenda Constitucional n. 45/04.

(B) a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

(C) não compete ao Superior Tribunal de Justiça dirimir conflitos de competência entre juízes trabalhistas vinculados a Tribunais Regionais do Trabalho diversos;

(D) não compete à Justiça do Trabalho executar contribuições previdenciárias decorrentes do vínculo empregatício que reconhecer, nos termos do que sedimentado em decisão do Supremo Tribunal Federal à qual foi concedida repercussão geral.

(E) a Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições previdenciárias decorrentes das sentenças condenatórias e declaratórias que proferir, conforme entendimento sumulado do TST.

RESPOSTA Somente condenatórias em pecúnia (item I da Súmula 368, TST). *Alternativa E.*

7544. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as afirmativas e assinale a alternativa INCORRETA:

(A) As ações decorrentes da nova competência da Justiça do Trabalho devem observar o procedimento previsto na CLT, excetuadas as ações com procedimentos especiais, sendo que estas últimas devem ser submetidas ao sistema recursal do processo do trabalho.

(B) De acordo com a jurisprudência dominante, a alteração superveniente da competência material por norma constitucional não invalida a sentença anteriormente proferida por juízo outrora competente, mantendo-se a competência de tal juízo para apreciar os recursos interpostos de sua decisão.

(C) A competência para dirimir os conflitos entre o empregado do cartório extrajudicial com o titular da serventia é da Justiça Comum Estadual, vez que este cargo é provido mediante prévia aprovação em concurso público de provas e títulos.

(D) Diante da ampliação da competência da Justiça do Trabalho, há a possibilidade do reconhecimento do vínculo de emprego e as verbas trabalhistas dele decorrentes e, na impossibilidade do reconhecimento do vínculo empregatício, formular pedido sucessivo de pagamento das parcelas oriundas do contrato de prestação de serviços.

(E) Segundo entendimento jurisprudencial sumulado é competente a Justiça Estadual para processar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente.

RESPOSTA Se é empregado, a competência é da Justiça do Trabalho (*caput* do art. 643, CLT). *Alternativa C.*

7545. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** São matérias incorporadas à competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional n. 45/2004, exceto:

(A) ações sobre representação sindical;

(B) execução, de ofício, de contribuições sociais, decorrentes das decisões proferidas pelos Juízos do Trabalho;

(C) "habeas data" relativo a matérias sob sua jurisdição;

(D) ações relativas às penalidades administrativas impostas, por exemplo, pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, como as ações ordinárias de anulação de auto infracional, execuções fiscais e mandados de segurança;

(E) ações alusivas a eleições sindicais.

RESPOSTA A previsão da execução, de ofício, das contribuições sociais, decorrentes das sentenças que proferir, foi incorporada à competência da Justiça do Trabalho pela EC n. 20/98, e não pela EC n. 45/2004. *Alternativa B.*

7546. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** De acordo com os posicionamentos atualmente predominantes no Supremo Tribunal Federal a respeito da competência material da Justiça do Trabalho, é CORRETO afirmar que:

(A) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações penais a respeito de crimes contra a organização do trabalho.

(B) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que sejam instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.

(C) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações acidentárias propostas pelo segurado em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, nas quais se discute controvérsia acerca do benefício previdenciário.

(D) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

(E) Compete à Justiça do Trabalho estabelecer, de ofício, débito de contribuição social para com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS com base em decisão que apenas declare a existência de vínculo empregatício.

RESPOSTA Súmula 736, STF. *Alternativa D.*

7547. **(Procurador – MPT – 2007)** Quanto à temática da competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa ERRADA:

(A) É da Justiça do Trabalho a competência para julgar os danos materiais e morais provenientes de doença ocupacional, ficando privada, todavia, de apreciar pedidos de benefícios previdenciários decorrentes.

(B) Não se configura conflito de competência entre TRT e Vara do Trabalho a ele vinculada.

(C) A partir da promulgação da Emenda Constitucional n. 45, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações penais exclusivamente e diretamente decorrentes das relações de trabalho.

(D) Compete ao TRT o julgamento dos conflitos de competência entre juízes do trabalho e juízes de direito investidos de jurisdição trabalhista, na respectiva Região.

(E) Não respondida.

RESPOSTA Não consta no art. 114, CRFB, alterado pela EC n. 45/2004, a possibilidade de a Justiça do Trabalho processar e julgar ações penais. *Alternativa C.*

7548. (Procurador – MPT – 2006) Em relação à competência da Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar que:

(A) a Presidência do Supremo Tribunal Federal, em decisão liminar em sede de ação direta de inconstitucionalidade, suspendeu toda e qualquer interpretação que inclua na competência da Justiça do Trabalho a apreciação de causas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo;

(B) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho;

(C) é competência da Justiça do Trabalho a apreciação de ação proposta por empresa para anulação de penalidade imposta em auto de infração lavrado por auditor fiscal do trabalho, por inobservância da cota de contratação de pessoas com deficiência;

(D) as ações de indenização por dano moral decorrentes da relação de trabalho são de competência da Justiça do Trabalho somente a partir da Emenda Constitucional 45, conforme a jurisprudência do TST, que antes não admitia o processamento de tais ações na Justiça Especializada;

(E) não respondida.

RESPOSTA Mesmo antes da EC n. 45/2004, a Justiça do Trabalho já julgava ações de indenização por dano moral. *Alternativa D.*

7549. (Juiz – TRT-3 – 2012) Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A competência da Justiça do Trabalho somente após a EC 45, de 2004 passou a incluir o julgamento de penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

II. Segundo a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) n. 3684-DF, julgada pelo STF, a Justiça do Trabalho não tem competência criminal, nem mesmo para julgar crimes contra a organização do trabalho.

III. A Justiça do Trabalho tem competência para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

IV. Não são de competência da Justiça do Trabalho as ações oriundas de lide entre trabalhador e a Caixa Econômica Federal versando sobre FGTS, quando a questão for concernente à correção monetária dos valores depositados na conta vinculada do FGTS.

V. Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas a segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

(A) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.

(B) Somente as afirmativas II, III e V estão corretas.
(C) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
(D) Somente as afirmativas III, IV e V estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) EC n. 45/2004 e inciso VII do art. 114, CRFB. (II) "EMENTA: COMPETÊNCIA CRIMINAL. Justiça do Trabalho. Ações penais. Processo e julgamento. Jurisdição penal genérica. Inexistência. Interpretação conforme dada ao artigo 114, incs. I, IV e IX, da Constituição Federal, acrescidos pela Emenda Constitucional n. 45/2004. Ação direta de inconstitucionalidade. Liminar deferida com efeito *ex tunc*. O disposto no artigo 114, incs. I, IV e IX, da Constituição da República, acrescidos pela Emenda Constitucional n. 45, não atribui à Justiça do Trabalho competência para processar e julgar ações penais" (ADI 3.684 MC/DF – DISTRITO FEDERAL). (III) Súmula Vinculante 23, STF. (IV) Súmula 82, STJ. (V) Súmula 736, STF. *Alternativa E.*

7550. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Considerando a competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) A Justiça do Trabalho adquiriu, com a Ementa Constitucional 45, competência para apreciação, também, das lides decorrentes das relações de consumo, acidentárias, tributárias, administrativas e criminais, sempre que houver alguma vinculação da pretensão com o trabalho humano.
(B) Já existia, anteriormente à modificação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional 45, a previsão da competência para julgar lides decorrentes de uma relação específica de consumo, entre o empreiteiro operário ou artífice, bem como de trabalhadores de todas as modalidades de vinculação jurídica.
(C) A Justiça do Trabalho teve sua competência material gradativamente ampliada, e hoje, além de tê-la fixada segundo as antigas disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, acresceu todas as ações que envolvam a matéria alusiva a greve, inclusive de servidores públicos, conforme entendimento da Suprema Corte.
(D) À Justiça do Trabalho compete o julgamento de todas as controvérsias decorrentes de relação de trabalho, tanto individuais como coletivas, excluídas as ações penais, as que envolvam servidores públicos estatutários e as de caráter jurídico-administrativo.

RESPOSTA Inciso I do art. 114, CF: "O disposto no art. 114, I, IV e IX, da CF, acrescidos pela EC 45, não atribui à Justiça do Trabalho competência para processar e julgar ações penais" (ADI 3.684-MC, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 1º-2-2007, Plenário, *DJE* de 3-8-2007). "O disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária" (ADI 3.395-MC, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 5-4-2006, *DJ* de 10-11-2006). *Alternativa D.*

7551. **(Advogado – CMPetrópolis-RJ – 2010 – FDC)** Em 2004, a Emenda Constitucional 45/2004 alterou a competência da Justiça do Trabalho. Entre elas, se pode destacar a competência para:

(A) julgamento de *habeas corpus* envolvendo crimes contra a organização do trabalho;
(B) julgamento de ações de indenização por dano moral propostas por empregado, tenham ou não relação com a relação de trabalho;
(C) execução das contribuições sociais previdenciárias decorrentes das sentenças que proferir;
(D) julgamento de ações envolvendo servidores estatutários;
(E) julgamento de ações envolvendo contribuições de órgãos de regulamentação profissional.

RESPOSTA Inciso VIII do art. 114, CF. *Alternativa C.*

7552. **(Advogado – CMB – 2009 – CESGRANRIO)** Ao Tribunal Regional do Trabalho compete processar e julgar originariamente

(A) a extensão das decisões proferidas em dissídios normativos e coletivos.
(B) as revisões de sentenças em dissídios comunitários.
(C) as ações monitórias.
(D) as ações diretas de inconstitucionalidade.
(E) os mandados de segurança.

RESPOSTA Item 3 da letra *b* do inciso I do art. 678, CLT. Porém, há controvérsia, tendo em vista a nova competência da Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 45/2004. *Alternativa E.*

7553. **(Advogado – CORREIOS-BA – 2007 – CONESUL)** NÃO compete à Justiça do trabalho processar e julgar

(A) os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômica-financeira.
(B) as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
(C) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
(D) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

RESPOSTA (A) Inciso VI do art. 109, CF. (B) Inciso I do art. 114, CF. (C) Inciso VII do art. 114, CF. (D) Inciso VI do art. 114, CF. *Alternativa A.*

7554. **(Advogado – IRB – 2006 – ESAF)** Assinale a afirmação INCORRETA.

(A) Os conflitos de jurisdição podem ocorrer entre Vara do Trabalho e respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
(B) É vedado à parte interessada suscitar conflitos de jurisdição quando já houver oposto na causa exceção de incompetência.
(C) No ato de suscitar o conflito, deverá a parte interessada produzir a prova da existência dele.
(D) Os conflitos de jurisdição serão decididos pelo Tribunal Superior do Trabalho, quando suscitados entre Varas e Juízos de Direito sujeitos à jurisdição de Tribunais Regionais diferentes.
(E) No Tribunal Regional, havendo conflito positivo de jurisdição entre Varas, poderá o relator ordenar que sobrestejam o andamento dos respectivos processos.

RESPOSTA (A) Súmula 420, TST. (B) Art. 806, CLT; e art. 117, CPC. (C) art. 807, CLT. (D) Alínea *b* do art. 808, CLT. (E) Inciso II do art. 809, CLT. *Alternativa A.*

7555. **(Advogado – CREMESP – 2011 – VUNESP)** É competência da Justiça do Trabalho processar e julgar matérias que envolvam

(A) acidente de trabalho contra o INSS.
(B) cobrança de honorários de profissionais liberais.
(C) complementação de pensão postulada por viúva de ex-empregado, por derivar do contrato de trabalho.
(D) imposto de renda incidente no salário pago aos trabalhadores no decorrer da prestação do serviço.
(E) servidor público temporário, vinculados ao Estado por relação jurídico-administrativa.

RESPOSTA OJ 26 da SDI-I, TST. *Alternativa C.*

IV. Procedimento Sumaríssimo

7556. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Marque a opção que não está de acordo com as orientações jurisprudenciais e súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.

(A) Compete à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social, pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.

(B) O recolhimento do valor da multa imposta por litigância de má-fé, nos termos do art. 18 do CPC, não é pressuposto objetivo para interposição dos recursos de natureza trabalhista.

(C) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, contrariedade à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

(D) O *jus postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

(E) A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.

RESPOSTA (A) OJ 414 da SDI-I, TST. (B) OJ 409 da SDI-I, TST. (C) Súmula 442, TST. (D) Súmula 425, TST. (E) Item I da Súmula 368, TST. *Alternativa C.*

7557. (Advogado – CORENGO-GO – 2010 – UFG) No processo do trabalho, o procedimento sumaríssimo simplifica os atos processuais para lhe dar celeridade e, na audiência,

(A) os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da própria e do processo, serão decididos em autos apartados.

(B) as testemunhas comparecerão à audiência de instrução e julgamento independente de intimação. Mas só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.

(C) as testemunhas, em número máximo de três por cada uma das partes, deverão comparecer independente de intimação.

(D) o juiz determinará a reautuação do processo se verificar a necessidade de se produzir prova técnica, para que seja adotado o rito ordinário.

RESPOSTA (A) Primeira parte do art. 852-G, CLT: serão decididos nos mesmos autos. (B) §§ 2º e 3º do art. 852-H, CLT. (C) § 2º do art. 852-H, CLT: no máximo de duas. (D) § 4º do art. 852-H, CLT: não há reautuação. *Alternativa B.*

7558. (Advogado – CESP – 2009 – VUNESP) Quanto ao procedimento sumaríssimo, considere os itens a seguir.

I. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data da propositura da reclamação podem ficar sujeitos ao procedimento sumaríssimo. Ficando excluídas do referido procedimento as demandas em que é parte a Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional.

II. Não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado. O não atendimento do disposto pelo reclamante, acarretará arquivamento da reclamação trabalhista.

III. Não se admite prova pericial no procedimento sumaríssimo.

IV. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, não se admite recurso de revista por contrariedade à Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

Está correto apenas o contido em

(A) I e III.
(B) IV.
(C) II.
(D) III e IV.
(E) II e IV.

RESPOSTA (I) *Caput* do art. 852-A, CLT: "ficam sujeitos ao procedimento sumaríssimo"; parágrafo único do art. 852-A, CLT: Administração pública "indireta", não. (II) Inciso II do art. 852-B, CLT. (III) § 4º do art. 852-H, CLT: admite prova pericial. (IV) § 6º do art. 896, CLT; e Súmula 442, TST. *Alternativa E.*

7559. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, a demanda trabalhista contra uma empresa de economia mista, no valor de trinta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, ficará submetida ao procedimento:

(A) sumário.
(B) sumaríssimo.
(C) ordinário.
(D) especial.
(E) comum.

RESPOSTA Segundo o parágrafo único do art. 852-A, CLT, estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, portanto, incluída a empresa de economia mista. *Alternativa B.*

7560. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) Tratando-se de feito trabalhista sujeito ao procedimento sumaríssimo, a emenda à inicial é possível, desde que o Juiz abra prazo para tanto, na forma do artigo 284 do CPC, aplicável ante o silêncio da lei específica.
(B) No procedimento sumaríssimo, não se admite a citação do réu por edital, nem tampouco o réu pode ser empresa pública ou sociedade de economia mista, já que integram a administração pública indireta.
(C) Indispensável que, no processo de rito sumaríssimo, o pedido seja determinado, líquido e certo e não pode superar o equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos, limite econômico máximo da ação sujeita a tal rito.
(D) O procedimento sumaríssimo limita o recurso na Justiça do Trabalho, consistindo em procedimento de alçada única, exceção feita à violação da Constituição Federal, que desafia recurso extraordinário.

RESPOSTA (A) Como as demandas sujeitas ao rito sumaríssimo são instruídas e julgadas em audiência única (art. 852-C, CLT) e devem ser apreciadas no prazo de 15 dias do seu ajuizamento, não é possível emenda à inicial. (B) O parágrafo único do art. 852-A, CLT, somente exclui do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional. (C) *Caput* do art. 852-A e inciso I do art. 852-B, CLT. (D) Errado, na CLT não há tal limitação (§ 1º do art. 895 e § 6º do art. 896, CLT). *Alternativa C.*

7561. **(Procurador – MPT – 2012)** Sobre o procedimento sumaríssimo, é INCORRETO afirmar:

(A) Somente é cabível recurso de revista por violação literal de disposição de lei federal, e recurso de embargos, quando demonstrada divergência jurisprudencial entre Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, na conformidade da jurisprudência uniforme deste Tribunal.

(B) Não se aplica à ação civil pública, ainda que o valor da causa não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da demanda.

(C) É admissível a realização de prova técnica.

(D) O membro do Ministério Público do Trabalho emitirá parecer oral, em sessão de julgamento dos recursos, e poderá emitir parecer escrito, na primeira instância, em ação que, por interesse público ou mediante solicitação do juiz, for chamado a intervir.

(E) Não respondida.

RESPOSTA Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido RR por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do TST e por violação direta da CF (§ 6º do art. 896, CLT). Em relação ao recurso de embargos, a CLT não contém tal previsão. *Alternativa A.*

7562. (Procurador – MPT – 2009) Com relação ao procedimento sumaríssimo no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente de intimação, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de ouvi-la.

(B) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.

(C) A testemunha que não comparecer será intimada, de ofício ou a requerimento da parte, ficando sujeita à condução coercitiva se a parte provar tê-la convidado.

(D) Só será deferida a intimação de testemunhas que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução coercitiva.

(E) Não respondida.

RESPOSTA § 3º do art. 852-H, CLT. *Alternativa D.*

7563. (Juiz – TRT-6 – 2010) No que diz respeito às demandas sujeitas ao rito sumaríssimo, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A instrução do feito, que deverá ser realizada em audiência única, poderá contar com a participação do Juiz Titular e do Juiz Substituto, simultaneamente.

(B) O pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente.

(C) Só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.

(D) Só será deferida prova técnica se houver imposição legal nesse sentido.

(E) Cada uma das partes poderá trazer, no máximo, duas testemunhas.

RESPOSTA Somente quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, será deferida prova técnica (§ 4º do art. 852-H, CLT). *Alternativa D.*

7564. (Juiz – TRT-8 – 2011) A respeito das normas que disciplinam o processo do trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) As Carteiras de Trabalho e Previdência Social, regularmente emitidas e anotadas, servirão de prova nos casos de dissídio na Justiça do Trabalho entre empresa e empregado, especialmente

quando verse sobre salários, férias e tempo de serviço, apesar de as anotações não terem valor absoluto.

(B) O documento oferecido como prova pode consistir apenas em cópia declarada autêntica pelo advogado, facultada a impugnação da parte adversa, hipótese em que a responsável pela produção do documento deve ser intimada a apresentar cópia autenticada ou o original para a conferência e a certificação de conformidade pelo serventuário de justiça.

(C) No que concerne à produção da prova pericial, o disposto no CPC, quanto à possibilidade de o juiz indeferir a perícia por a entender desnecessária, tendo em vista outras provas já produzidas, é considerado aplicável no processo trabalhista, à luz do art. 769 da CLT.

(D) Conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, quando se tratar de procedimento sumaríssimo, desde que o autor não saiba indicar corretamente o endereço do reclamado, o juiz, para possibilitar a instauração da relação processual, deverá converter o processo para o rito ordinário, de modo a viabilizar a notificação editalícia.

(E) Quando o empregador, no intuito de provar a jornada de trabalho, traz à colação cartões de ponto que apontam horários uniformes de entrada e de saída, consideram-se inválidos tais documentos como meio de prova. Em tal hipótese, inverte-se o ônus da prova que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada declinada pelo empregado na inicial da ação, se dele não se desincumbir.

RESPOSTA (A) Inciso I do art. 40, CLT; as anotações não têm valor absoluto, pois podem ser questionadas judicialmente (princípio da primazia da realidade). (B) Art. 830, CLT. (C) Aplicável ao processo do trabalho o inciso II do parágrafo único do art. 420, CPC (art. 769, CLT). (D) A reclamação será arquivada (§ 1º do art. 852-B, CLT). (E) Item III da Súmula 338, TST. *Alternativa D.*

7565. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** São características exclusivas dos processos submetidos ao rito sumaríssimo, exceto:

(A) a interposição de recurso de revista só é viável por contrariedade· a Súmula de jurisprudência uniforme do TST e violação direta à Constituição da República; não se admitindo, portanto, tal recurso no caso de interpretação divergente, entre dois Tribunais, de lei federal;

(B) o Juízo adotará a decisão que reputar mais justa e equânime apenas na ausência de disposição legal ou contratual sobre a matéria;

(C) não admite a citação por edital e o· número de testemunhas é limitado a 2 (duas) por parte;

(D) extingue-se a ação sem apreciação de seu mérito se não forem indicados os valores correspondentes aos pedidos formulados;

(E) não provado o convite à testemunha faltosa, o juiz indeferirá a redesignação da audiência.

RESPOSTA (A) Correta, § 6º do art. 896, CLT. (B) Incorreta, o juízo adotará a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum (§ 1º do art. 852-I, CLT). (C) Correta, inciso II do art. 852-B e § 2º do art. 852-H, CLT. (D) Correta, inciso I do art. 852-B, CLT. (E) Correta, § 3º do art. 852-H, CLT. *Alternativa B.*

7566. **(Procurador – MPT – 2008)** A propósito da disciplina legal do procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) aplicável às ações cujo valor não exceda a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes na data do ajuizamento, o rito sumaríssimo aplica-se às ações propostas em face de sociedades de economia mista e empresas públicas, sendo, porém, inaplicável às ações movidas em face de órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional;

(B) formulando o Autor pedido ilíquido ou genérico, não será franqueada a emenda da inicial, competindo ao magistrado extinguir liminarmente o processo sem exame do mérito;

(C) embora as partes possam apresentar até 02 (duas) testemunhas, deve o juiz limitar ou excluir as testemunhas que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias;

(D) em grau de recurso, as ações vinculadas ao rito sumaríssimo receberão parecer oral ou escrito, conforme pareça conveniente ao representante do Ministério Público oficiante, dispensada a lavratura de acórdão, que corresponderá à certidão de julgamento, quando a sentença for confirmada por seus próprios fundamentos;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Correta, art. 852-A, CLT. (B) Correta, § 1º do art. 852-B, CLT. (C) Correta, art. 852-D, CLT. (D) Incorreta, somente terá parecer oral (inciso III do § 1º do art. 895, CLT). *Alternativa D.*

V. Atos, Termos e Prazos

7567. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

(A) Consiste assédio processual o ato ilícito praticado de forma reiterada e insidiosa por um dos sujeitos que atuam no processo, que tem por objetivo minar a autoestima de uma das partes, degradando o processo.

(B) É nulo o ato que indefere o sobreslamento da reclamação trabalhista ante o ajuizamento de processo criminal contra o reclamante que analise os mesmos fatos deduzidos na reclamatória para se evitar decisões conflitantes.

(C) De acordo com o principio da transcendência, o ordenamento jurídico garante a eficácia de um ato ainda que inválido desde que emane efeitos na ordem processual, exceto se a nulidade causar prejuízos aos entes públicos ainda que estes restem silentes nos autos.

(D) Em observância ao princípio da economia processual, no processo do trabalho é possível repetir-se qualquer ato nulo, desde que a medida não importe em demora no andamento processual e que tal não cause prejuízos às partes.

(E) Em caso de litisconsortes com procuradores diferentes, não é aplicável no processo do trabalho a obrigatoriedade de concessão de prazos em dobro para recorrer ou falar nos autos.

RESPOSTA OJ 310 da SDI-I, TST. *Alternativa E.*

7568. **(Procurador – MPT – 2007)** Tratando-se de prazos processuais trabalhistas, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Os prazos processuais são contínuos e irreleváveis, correndo ininterruptamente, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou Tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.

(B) Intimada ou notificada a parte no sábado, a contagem do prazo se dará no primeiro dia útil imediato.

(C) O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

(D) É em dobro o prazo para interposição de embargos declaratórios por pessoa jurídica de direito público.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 775, CLT. (B) Item I da Súmula 262, TST. (C) Súmula 245, TST. (D) Inciso III do art. 1º, Decreto-lei n. 779/69. *Alternativa B.*

7569. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Analise as seguintes proposições que dizem respeito aos prazos no processo do trabalho:

I. Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por vinte e quatro horas, improrrogáveis.

II. A CLT prescreve vinte minutos para defesa oral em audiência e não prevê qualquer prazo para as razões finais.

III. O executado será citado para, no prazo de vinte e quatro horas, pagar ou nomear bens à penhora.

IV. Os prazos do processo judiciário do trabalho são contínuos e irreleváveis, mas pode haver prorrogação pelo tempo estritamente necessário.

V. A CLT prevê aos juízes a sujeição ao desconto de um dia de vencimento para cada dia de retardamento na realização de despachos e prática dos demais atos decorrentes de suas funções. Responda:

(A) Apenas as assertivas I, II e IV são corretas.
(B) Apenas as assertivas I, IV e V são corretas.
(C) Apenas as assertivas I, II e V são corretas.
(D) Apenas as assertivas II, III e IV são corretas.
(E) Todas as assertivas são corretas.

RESPOSTA (I) Art. 800, CLT. (II) *Caput* do art. 850, CLT. (III) *Caput* do art. 880, CLT. (IV) *Caput* do art. 775, CLT. (V) Letra *e* do art. 658, CLT. *Alternativa B.*

VI. Nulidades Processuais

7570. **(Procurador – CMSP – 2007 – VUNESP)** As nulidades no Processo do Trabalho

(A) devem ser arguidas pela parte, sob pena de perempção.
(B) são acolhidas *ex officio* pelo juiz, tendo em vista o princípio de proteção ao hipossuficiente.
(C) somente poderem ser arguidas quando da interposição do recurso de revista.
(D) devem ser arguidas na primeira vez que a parte tiver que se manifestar nos autos, sob pena de preclusão.
(E) somente podem ser convertidas por meio de ação rescisória.

RESPOSTA *Caput* do art. 795, CLT. *Alternativa D.*

7571. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Com relação às nulidades nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, analise as alternativas a seguir:

I. Haverá nulidade quando do ato processual puder resultar prejuízo às partes litigantes, ou se houver prejuízo ao direito financeiro ou econômico, decorrente do conflito de direito material.

II. A incompetência do juízo não poderá ser declarada *ex officio* pelo magistrado, mas somente arguida pela parte interessada, no primeiro momento em que puder falar nos autos.

III. A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa III estiver correta.
(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 794, CLT. (II) § 1º do art. 795, CLT. (III) Art. 798, CLT. *Alternativa B.*

7572. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** A respeito das nulidades, assinale a alternativa incorreta:

(A) não serão pronunciadas quando não resultarem em prejuízo às partes litigantes e quando for possível suprir-Ihes a falta ou repetir-se o ato;

(B) devem ser declaradas de ofício quando fundadas em incompetência material e podem ser declaradas pelo juiz, por provocação das partes, desde que não alegadas por quem lhes tiver dado causa;

(C) podem ser declaradas quando arguidas pelas partes na primeira oportunidade em que tiverem de falar nos autos ou em audiência;

(D) quando pronunciadas, prejudicarão os atos posteriores, bem como os anteriores que deles dependam;

(E) incumbe ao Juiz que as pronunciar também declarar os atos aos quais das se estendem.

RESPOSTA Art. 798, CLT. *Alternativa D.*

7573. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Sobre as nulidades no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar que:

(A) A Consolidação das Leis do Trabalho possui regramento específico sobre o tema, razão pela qual as normas do Código de Processo Civil somente serão aplicadas subsidiariamente e desde que não contrariem os princípios peculiares do processo do trabalho.

(B) O princípio da finalidade, também conhecido como o princípio da instrumentalidade das formas, é aplicável ao processo do trabalho, apesar de não vir expresso no capítulo próprio das nulidades da Consolidação das Leis do Trabalho, tratando-se de norma de sobredireito encampada pelo direito processual do trabalho através de interpretação sistemática e teleológica.

(C) O princípio da convalidação ou da preclusão estabelece que todas as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência.

(D) O princípio da transcendência estabelece que não haverá nulidade se inexistir prejuízo para a parte que a alega.

(E) O princípio da utilidade estabelece que a nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

RESPOSTA *Caput* do art. 795, CLT: "deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos". *Alternativa C.*

7574. **(Procurador – MPT – 2007)** Tratando-se de nulidades no processo do trabalho, à luz dos seus respectivos princípios e da jurisprudência do TST, assinale a alternativa CORRETA:

(A) É nula, em virtude do seu caráter *extra petita*, a decisão da Justiça do Trabalho que defere salários ao reclamante que pleiteia em juízo, tão somente, sua reintegração ao emprego.

(B) Ainda que tenha ocorrido o trânsito em julgado da decisão, poderá o interessado alegar, na fase de execução, falta ou nulidade da citação.

(C) Pelo princípio da eventualidade, não havendo reação da parte, o ato nulo não arguido no tempo oportuno vem a se convalidar, permanecendo válido.

(D) Dá-se a preclusão consumativa quando um ato não pode mais ser praticado, pelo fato de já se ter praticado outro ato que seja tido juridicamente como incompatível com o já realizado.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Não é nula, de conformidade com o item II a Súmula 396, TST. (B) *Caput* do art. 795, CLT. (C) O correto é "pelo princípio da convalidação". (D) O correto é preclusão lógica. *Alternativa B.*

7575. (Procurador – MPT – 2006) Em relação ao sistema de nulidades adotado no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar que:

(A) toda e qualquer nulidade é passível de declaração *ex officio*;
(B) a nulidade não será pronunciada quando suscitada por quem lhe deu causa;
(C) a nulidade decorrente da incompetência territorial somente será declarada se houver provocação da parte;
(D) se for possível suprir a falta do ato ou ordenar sua repetição, o juiz não decretará a nulidade;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Nem toda (art. 795, CLT). (B) Letra *b* do art. 796, CLT. (C) Art. 114, CPC; e OJ 149 da SDI-II, TST. (D) Letra *a* do art. 796, CLT. *Alternativa A.*

7576. (Juiz – TRT-6 – 2010) Sobre as nulidades no processo do trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
(B) As nulidades não serão declaradas senão mediante a provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez que tiverem que falar em audiência ou nos autos.
(C) A nulidade não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
(D) A nulidade não será pronunciada quando for suscitada por quem lhe tiver dado causa.
(E) A nulidade do ato fulminará todos os atos anteriores e posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

RESPOSTA (A) Correta, art. 794, CLT. (B) Correta, *caput* do art. 795, CLT. (C) Correta, letra *a* do art. 796, CLT. (D) Correta, letra *b* do art. 796, CLT. (E) Errada, art. 798, CLT. *Alternativa E.*

7577. (Juiz – TRT-8 – 2011) A respeito da nulidade processual, é CORRETO afirmar que:

(A) A nulidade jamais será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
(B) Em atenção ao princípio da lealdade processual, cabe ao juiz declarar a nulidade, ainda que suscitada pela parte que lhe tenha dado causa.
(C) É cabível declaração de nulidade processual, por inobservância do devido processo legal, quando o juiz, no curso da instrução processual, colher inicialmente o depoimento da reclamada e, posteriormente, o do reclamante.
(D) As nulidades, em qualquer caso, devem ser sempre declaradas por provocação da parte.
(E) A nulidade processual deve ser declarada quando indeferida pelo juiz a produção de prova solicitada pela parte, facultando-se a esta demonstrar o prejuízo processual que tal indeferimento lhe acarretou.

RESPOSTA Letra *a* do art. 796, CLT. *Alternativa A.*

7578. (Juiz – TRT-9 – 2009) Quanto às nulidades no processo do trabalho, considere as seguintes proposições:

I. Só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

II. Na possibilidade de suprir-se a falta ou repetir-se o ato a nulidade não será pronunciada.
III. A extensão da nulidade será declarada pelo juiz ou tribunal que a pronunciar.
IV. A parte prejudicada deverá arguir a nulidade na primeira oportunidade que tiver que falar em audiência ou nos autos.

(A) somente a proposição I está correta
(B) somente as proposições II e III estão corretas
(C) somente as proposições I e IV estão corretas
(D) todas as proposições estão corretas
(E) nenhuma proposição está correta

RESPOSTA (I) Art. 794, CLT. (II) Letra *a* do art. 796, CLT. (III) Art. 797, CLT. (IV) Art. 795, CLT. *Alternativa D.*

VII. Partes e Procuradores

7579. **(Procurador – Olinda-PE – 2011 – CONUPE)** Olindo foi dispensado da empresa em que trabalhava que se enquadra como microempresa nos termos da LC n. 123/2006 – Estatuto da Microempresa e empresa de pequeno porte. Ajuizou reclamação trabalhista pela falta de pagamento de horas extraordinárias. Nestes termos, é CORRETO afirmar que

(A) a reclamada poderá ser representada em audiência por preposto que não pertença ao quadro de empregados.
(B) o reclamante poderá recorrer ao rito sumaríssimo, se o valor da causa não ultrapassar 60 salários mínimos.
(C) não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de vinte minutos diários.
(D) a reclamada só poderá ser representada em audiência por preposto que pertença ao quadro de empregados.
(E) poderá ser arrolado como testemunha do reclamante qualquer empregado que esteja litigando com a mesma empresa, desde que não se caracterize como troca de favores.

RESPOSTA Súmula 377, TST. *Alternativa A.*

7580. **(Advogado – EPE – 2010 – CESGRANRIO)** *Jus postulandi* é a faculdade, dada pelo legislador,

(A) de somente os empregados reclamarem pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanharem as suas reclamações até o final.
(B) de somente os empregadores reclamarem pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanharem as suas reclamações até o final.
(C) aos empregados de reclamarem por meio de representação profissional perante a Justiça do Trabalho.
(D) os empregadores de reclamarem por meio de advogados perante a Justiça do Trabalho.
(E) aos empregados e aos empregadores de reclamarem pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanharem as suas reclamações até o final.

RESPOSTA *Caput* do art. 791, CLT. *Alternativa E.*

7581. **(Procurador – MPT – 2012)** Marque a alternativa **INCORRETA:**

(A) Conforme a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho, há possibilidade de fungibilidade recursal quando o relator profere decisão monocrática de provimento ou denegação do recurso com conteúdo decisório definitivo e conclusivo da lide, sendo cabíveis embargos de declaração somente para suprir omissão e não para a modificação do julgado. Se o embargante, insurgindo-se contra a decisão do relator opuser embargos de declaração com efeito modificativo, estes devem ser recebidos como agravo.

(B) O recurso sem assinatura é apócrifo e, portanto, inexistente, não merecendo ser admitido. Todavia, a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho admite a validade do apelo, caso assinado ao menos na petição de apresentação ou nas razões recursais, aplicando, desta maneira, o princípio da instrumentalidade das formas processuais.

(C) O relator pode negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado, ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, inclusive súmula do Tribunal Superior do Trabalho. Esses poderes do relator são aplicáveis, tanto nos Tribunais Regionais do Trabalho, quanto no Tribunal Superior do Trabalho, tendo em vista que não é inconstitucional a decisão monocrática, uma vez que existe recurso de agravo, assegurando-se a revisão pelo colegiado.

(D) O *jus postulandi* é aplicado nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, podendo incidir em ações cautelares e mandados de segurança, sendo vedado somente para os casos de ação rescisória e recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

(E) Não respondida.

RESPOSTA Súmula 425, TST. *Alternativa D.*

7582. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** No que diz respeito ao *jus postulandi*, conforme entendimento sumulado, é correto afirmar:

(A) Pode ser exercido em qualquer instância da Justiça do Trabalho, exceto em se tratando de mandado de segurança.

(B) Limita-se única e exclusivamente às Varas do Trabalho.

(C) Não alcança nem o mandado de segurança, nem tampouco os recursos de competência do TST, mas pode ser exercido em ação cautelar.

(D) Pode ser exercido em ação cautelar, mas não em sede de ação rescisória.

(E) Não cabe nos recursos de competência do TST.

RESPOSTA Súmula 425, TST. *Alternativa E.*

7583. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) A petição de interposição do agravo de instrumento contra despacho do juízo de primeiro grau que denega o processamento do recurso ordinário, sob pena de não conhecimento do apelo, será instruída, obrigatoriamente, com as seguintes peças: cópias da decisão agravada, da decisão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, do depósito recursal referente ao recurso que se pretende destrancar e, finalmente, da comprovação do recolhimento das custas.

(B) O art. 897, § 5º, da CLT, dispõe que, sob pena de não conhecimento, as partes promoverão a formação do instrumento do agravo de modo a possibilitar, caso provido, o imediato julgamento do recurso denegado, instruindo a petição inicial com as peças obrigatórias, elencadas no inciso I e as facultativas, a que se refere o item II. Assim, cabe exclusivamente à parte agravante providenciar o

traslado das peças obrigatórias, pois, do contrário, o recurso não será conhecido.

(C) Na medida em que se trata de recurso destinado a assegurar o processamento de um outro recurso, como que em uma relação entre acessório e principal, admite-se, pacificamente, que o advogado habilitado apenas nos autos do processo de agravo de instrumento reúne legitimidade para atuar também no processo de que este se originou.

(D) Desde que admitido o mandato tácito no processo trabalhista, dessume-se que, no traslado de peças necessárias à constituição regular do agravo de instrumento, não havendo, nos autos de que se origina o agravo, mandato expresso ao advogado do agravante, a juntada da ata de audiência em que esteja demonstrada a presença do advogado, dispensa a procuração.

(E) Por imposição da Lei n. 5.584, de 1970, em seu art. 7º, a comprovação do depósito da condenação ou depósito recursal, a que se refere o art. 899, § § 1º a 5º, da CLT, terá que ser feita dentro do prazo recursal, sob pena de deserção, de modo que, antecipada pelo recorrente a data da interposição do recurso, a partir desta flui o prazo respectivo para tal comprovação.

RESPOSTA OJ 286 da SDI-I, TST. *Alternativa D.*

7584. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Analise as seguintes proposições:

I. Não se reveste de validade o instrumento de mandato firmado em nome de pessoa jurídica em que não haja a sua identificação e a de seu representante legal, o que, a teor do art. 654, § 1º, do Código Civil, acarreta, para a parte que o apresenta, os efeitos processuais da inexistência de poderes nos autos.

II. A legitimidade processual do sindicato para promover ação de cumprimento não é extensiva para acordo ou convenção coletiva de trabalho.

III. É admissível a juntada de instrumento de mandato posterior à interposição de recurso, pois o mesmo é reputado ato urgente.

IV. O benefício da justiça gratuita é devido somente àqueles que percebem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal.

V. O benefício da justiça gratuita pode ser requerido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, desde que, na fase recursal, seja o requerimento formulado no prazo alusivo ao recurso.

(A) as proposições I e V estão corretas

(B) as proposições II e IV estão corretas

(C) as proposições II, III e IV estão corretas

(D) todas as proposições estão corretas

(E) nenhuma proposição está correta

RESPOSTA (I) OJ 373 da SDI-I, TST. (II) Inciso III do art. 8º, CRFB. (III) Item I da Súmula 383, TST. (IV) § 3º do art. 790, CLT. (V) OJ 269 da SDI-I, TST. *Alternativa A.*

7585. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Analise as seguintes proposições:

I. É inválido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito.

II. O micro e pequeno empresário deve obrigatoriamente ser representado na Justiça do Trabalho por preposto empregado, exceto quando se fizer representar pessoalmente.

III. Caracteriza a irregularidade de representação judicial a ausência da data da outorga de poderes, pois, no mandato judicial, ao contrário do mandato civil, não é condição de validade do negócio jurídico.

IV. A ausência de juntada aos autos de documento que comprove a designação do assistente jurídico

como representante judicial da União (art. 69 da Lei Complementar n. 73, de 10/02/1993) importa irregularidade de representação.

(A) as proposições I e II estão corretas
(B) as proposições II e III estão corretas
(C) as proposições I e IV estão corretas
(D) todas as proposições estão corretas
(E) nenhuma proposição está correta

RESPOSTA (I) OJ 200 da SDI-I, TST. (II) Súmula 377, TST. (III) OJ 373 da SDI-I, TST. (IV) OJ Transitória 61 da SDI-I, TST. *Alternativa C.*

7586. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** A respeito da validade do mandato e do substabelecimento, assinale a alternativa incorreta:

(A) são válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja no mandato, poderes expressos pata substabelecer;
(B) é válido o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda;
(C) diante da existência de previsão, no mandato, fixando termo para sua juntada, o instrumento só tem validade se anexado ao processo dentro do aludido prazo;
(D) a juntada da ata de audiência em que consignada a presença do advogado, ainda que verificada a irregularidade do mandato expresso, permite o conhecimento do agravo de instrumento porque configurado o mandato tácito;
(E) a habilitação de profissional na OAB na condição de advogado, ocorrida entre o substabelecimento e a interposição de recurso, não valida os atos praticados no processo quando o profissional ainda figurava como estagiário.

RESPOSTA (A) Correta, item III da Súmula 395, TST. (B) Correta, item I da Súmula 395, TST. (C) Correta, item II da Súmula 395, TST. (D) Correta, item I da OJ 286 da SDI-I, TST. (E) Incorreta, OJ 319 da SDI-I, TST. *Alternativa E.*

7587. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Assinale a alternativa correta, considerando a legislação processual trabalhista e a jurisprudência dominante do TST:

(A) a ausência da parte ré à audiência inaugural implica revelia, ainda que presente seu advogado, salvo se este apresentar procuração com poderes específicos;
(B) em regra, o preposto deve ser empregado da empresa reclamada, ressalvada apenas a hipótese de reclamação proposta por empregado doméstico ou em face de pequena ou microempresa;
(C) a ausência da parte reclamante à audiência implica arquivamento da ação, ainda que se trate de audiência em prosseguimento, salvo se apresentar justificativa no prazo de 48 horas;
(D) a praxe trabalhista, que é fonte normativa do Direito Processual do Trabalho, consagrou uma tolerância de até quinze minutos para a parte comparecer à audiência previamente designada;
(E) as ações processadas na Justiça do Trabalho sob o rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em uma única audiência, cabendo à parte que desejar produzir prova técnica requerer a sua produção com antecedência, sob pena de seu indeferimento.

RESPOSTA Súmula 377, TST. *Alternativa B.*

7588. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** É INCORRETO afirmar que:

(A) De acordo com a jurisprudência majoritária, é inaplicável ao processo do trabalho a regra contida

no art. 191 do CPC, que concede prazo em dobro às partes que atuam em litisconsórcio, com procuradores distintos, em decorrência da sua incompatibilidade com o princípio da celeridade inerente ao processo trabalhista.

(B) Há previsão expressa na Consolidação das Leis do Trabalho acerca de existência de litisconsórcio tanto ativo quanto passivo.

(C) No caso de litisconsórcio ativo facultativo regularmente constituído, no procedimento ordinário, é mantida regra geral quanto ao número de testemunhas no processo do trabalho, sendo admitidas 03 (três) testemunhas por processo e não por autor ou por fatos distintos.

(D) Segundo Sum. da Jurisprudência do TST, o litisconsórcio, na ação rescisória, é necessário em relação ao polo passivo da demanda, porque supõe uma comunidade de direitos ou de obrigações que não admite solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto.

(E) Em conformidade com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário.

RESPOSTA (A) OJ 310 da SDI-I, TST. (B) Não há previsão expressa na CLT acerca de existência de litisconsórcio tanto ativo quanto passivo. (C) Art. 821, CLT. (D) Item I da Súmula 406, TST. (E) Item II da Súmula 406, TST. *Alternativa B.*

7589. (Procurador – MPT – 2007) Em relação aos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho:

I. Na Justiça do Trabalho, em lides oriundas de relações de trabalho não empregatícias, os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência.

II. Atendidos os requisitos da Lei n. 5.584/70, para a concessão de assistência judiciária, basta a afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, para se considerar configurada a sua situação econômica.

III. O benefício da justiça gratuita pode ser requerido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, desde que, na fase recursal, seja o requerimento formulado no prazo alusivo ao recurso.

IV. Na Justiça do Trabalho, em demandas relacionadas a vínculos empregatícios, o deferimento de honorários advocatícios sujeita-se à constatação da ocorrência alternativa de dois requisitos: o benefício da Justiça Gratuita ou a assistência por sindicato.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

(A) todas as alternativas estão corretas;

(B) apenas as alternativas III e IV estão erradas;

(C) apenas as alternativas I, II e IV estão erradas;

(D) apenas a alternativa IV está errada;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Art. 5º da Instrução Normativa 27/2005, TST. (II) OJ 304 da SDI-I, TST. (III) OJ 269 da SDI-I, TST. (IV) Item I da Súmula 219, TST. *Alternativa D.*

VIII. Ministério Público do Trabalho

7590. (Procurador – MPT – 2009) Analise as assertivas abaixo acerca do procedimento de liquidação e execução de títulos judiciais e extrajudiciais na Justiça do Trabalho:

I. o Ministério Público do Trabalho não tem legitimidade para recorrer na execução contra decisão em

que o interesse do INSS foi resguardado mediante a notificação do acordo entre as partes e exercitado por procurador habilitado, mediante interposição de recurso ordinário, não podendo o Parquet atuar como substituto da autarquia federal, em face de vedação constitucional;

II. compete à Justiça do Trabalho a execução de débitos previdenciários provenientes de suas próprias sentenças condenatórias, quando credor o trabalhador (empregado ou contribuinte individual), enquanto que o empregador é o responsável tributário, não incluída em tal atribuição constitucional a execução das contribuições sociais destinadas a terceiros e do período em que reconhecido o vínculo de emprego em Juízo, à falta de título judicial;

III. a coisa julgada produzida na ação de cumprimento é atípica, pois dependente de condição resolutiva, ou seja, da não modificação da decisão normativa por eventual recurso, não fazendo, portanto, coisa julgada material, de sorte que a revisão posterior da sentença normativa produz efeitos na execução;

IV. tratando-se de reclamações trabalhistas plúrimas, a aferição do que vem a ser obrigação de pequeno valor, para efeito de dispensa de formação de precatório e aplicação do disposto na Constituição da República, deve ser realizada considerando-se os créditos de cada reclamante.

De acordo com as assertivas, pode-se afirmar que:

(A) apenas as alternativas II e III estão incorretas;

(B) apenas a alternativa III está incorreta;

(C) apenas a alternativa I está incorreta;

(D) odas as alternativas estão corretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) O TST consolidou o entendimento de que o MPT não detém legitimidade para a representação judicial de entidades públicas, cuja defesa é feita por quadro próprio de procuradores especialmente habilitados para tanto (*caput* do art. 127, CRFB; e incisos II e VI do art. 83, LC n. 75/93). (II) Inciso VIII do art. 114, CRFB; e item I da Súmula 368, TST. (III) OJ 277 da SDI-I, TST. (IV) OJ 9 do Tribunal Pleno do TST. *Alternativa D.*

7591. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) Os membros do Ministério Público do Trabalho gozam das seguintes garantias: vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado e inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior, por voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.

(B) Conforme jurisprudência dominante do TST, o Ministério Público do Trabalho possui interesse para recorrer da decisão que declara a existência de vínculo empregatício com sociedade de economia mista, após a Constituição Federal de 1988, sem a prévia aprovação em concurso público.

(C) Os autos dos processos da Justiça do Trabalho não poderão sair dos cartórios ou secretarias, salvo se solicitados por advogado, ainda que sem procuração nos autos, por exercer o advogado função essencial à Justiça, ou quando tiverem de ser remetidos aos órgãos competentes, em caso de recurso ou requisição.

(D) As partes poderão requerer certidões dos processos em curso ou arquivados, as quais serão lavradas pelos escrivães ou chefes de secretarias, independente de despacho do juiz, inclusive daqueles que correrem em segredo de justiça.

(E) A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, após intimação, a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficará isenta a parte então vencida.

RESPOSTA OJ 338 da SDI-I, TST. *Alternativa B.*

7592. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho, analise as afirmativas e assinale a alternativa **INCORRETA:**

(A) O Ministério Público do Trabalho poderá atuar no polo passivo da ação.

(B) O Ministério Público do Trabalho tem atribuição para propor ação civil pública para tutelar direitos individuais homogêneos de trabalhadores e exigir a observância das normas trabalhistas que disciplinam saúde e segurança dos trabalhadores, porque a origem comum do direito pleiteado é o fato de trabalharem para o mesmo empregador e nas mesmas condições.

(C) Ao Ministério Público do Trabalho cabe promover dissídio de greve para a declaração de abusividade do movimento, quando uma das partes deixar de satisfazer as condições necessárias e inadiáveis ao atendimento da população.

(D) O Ministério Público do Trabalho poderá promover ação civil pública para defender interesses coletivos dos trabalhadores e preservar a ordem pública, desde que não haja intuito reparatório civil.

(E) A ação anulatória de cláusulas convencionais é proposta pelo Ministério Público do Trabalho quando o instrumento coletivo violar as liberdades individuais e coletivas e os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores, inclusive de cláusulas que tratam da relação entre o sindicato e seus membros, associados ou não.

RESPOSTA Não há a vedação de o MPT promover ação civil pública com intuito reparatório civil (inciso III do art. 83, LC n. 75/93). *Alternativa D.*

7593. **(Procurador – MPT – 2008)** A propósito dos meios de resolução de conflitos individuais e coletivos do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

(A) os conflitos individuais de trabalho devem ser submetidos a prévia tentativa de conciliação se existir, na localidade da prestação de serviços, Comissão de Conciliação Prévia no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria ou órgão do Ministério do Trabalho e Emprego;

(B) o exercício da função arbitral pelos órgãos do Ministério Público do Trabalho é admissível tanto em conflitos coletivos, quanto em litígios individuais;

(C) de acordo com a jurisprudência do TST, o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica depende de comum acordo entre as partes envolvidas, resguardando-se ao Poder Judiciário o exame da razoabilidade de eventual recusa manifestada pelo suscitado;

(D) havendo conflito intersindical acerca da titularidade da representação dos interesses individuais e coletivos de determinada categoria, a mediação respectiva não poderá ser processada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego;

(E) não respondida.

RESPOSTA Inciso IX do art. 83, LC n. 75/93. *Alternativa B.*

7594. **(Procurador – MPT – 2008)** O Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil em face da empresa X, objetivando a adoção de equipamento de proteção coletiva para minimizar a periculosidade do meio ambiente do trabalho. A Justiça considerou que as provas produzidas nos autos foram insuficientes para confirmar a existência da periculosidade, motivo pelo qual julgou improcedente o pedido que condenava a empresa a adotar proteção coletiva. Contra essa decisão o Ministério Público do Trabalho não interpôs qualquer recurso e os autos foram arquivados. Considerando a hipótese acima, assinale a alternativa CORRETA:

(A) a propositura da mencionada ação civil pelo Ministério Público do Trabalho induziu litispendência para reclamações trabalhistas que tramitavam concomitantemente, propostas por empregados da empresa X com a finalidade de obter o pagamento do adicional de periculosidade;

(B) o julgamento procedente do pedido de adicional de periculosidade, deduzido em reclamação trabalhista proposta por empregado da empresa X após o trânsito em julgado da decisão proferida na mencionada ação civil, constitui ofensa à coisa julgada;

(C) com relação aos empregados da empresa X é facultado, apenas aos que não intervieram no processo movido pelo Ministério Público do Trabalho, propor reclamação trabalhista individual pleiteando o pagamento do adicional de periculosidade;

(D) tanto o Ministério Público do Trabalho como o sindicato da categoria profissional dos empregados da empresa X poderiam ajuizar nova ação, deduzindo pedido idêntico ao julgado improcedente, caso obtenham novas provas acerca da periculosidade do meio ambiente;

(E) não respondida.

RESPOSTA Segundo o art. 16, Lei n. 7.347/85, "a sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova". *Alternativa D.*

7595. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Assinale a alternativa correta, após a análise das afirmativas a seguir:

I. Os membros do Ministério Público podem atuar como árbitros em lides individuais, mas esta arbitragem é facultativa, à escolha das partes contratuais trabalhistas.

II. A arbitragem pode ocorrer nos litígios coletivos que envolvam participação nos lucros das empresas, nos dissídios de greve. Pode também ocorrer se frustrada a negociação coletiva e também no caso de lides portuárias na qual a lei faz previsão da arbitragem obrigatória, no temário de "ofertas finais".

III. Qualquer demanda de natureza trabalhista deve ser submetida à comissão de conciliação prévia se, na localidade de prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria.

IV. Existia antes da CF-88 a mediação obrigatória dos conflitos laborais coletivos, a ser realizada por autoridades do Ministério Público do Trabalho.

V. Existia antes da CF-88 a mediação obrigatória dos conflitos laborais coletivos, a ser realizada por autoridades do Ministério do Trabalho.

(A) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

(B) Somente as afirmativas III, IV e V estão corretas.

(C) Somente as afirmativas I, II e V estão corretas.

(D) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

(E) Somente as afirmativas I, III e V estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta, inciso XI do art. 83, LC n. 75/93. (II) Correta, § 1º do art. 114, CRFB. (III) Incorreta, o TST tem manifestado o entendimento de que as ações trabalhistas podem ser ajuizadas sem a prévia submissão a CCP, conforme determina o art. 625-D, CLT. (IV) Incorreta, § 1º do art. 616, CLT. (V) Correta, após a CF de 1988, a mediação dos conflitos coletivos de trabalho, realizada pelo MTE, deixou de ser obrigatória, em virtude do princípio da liberdade sindical, restando não recepcionado o § 1º do art. 616, CLT. *Alternativa C.*

IX. Petição Inicial

7596. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a estrutura básica da petição inicial do processo

trabalhista, nos limites dos requisitos exigidos pelo art. 840 da CLT:

(A) Designação do juiz a quem se dirige, qualificação do autor, qualificação do réu, exposição dos fatos e dos fundamentos jurídicos do pedido, pedido, data e assinatura do autor ou seu representante.

(B) Designação do juiz a quem se dirige, qualificação do autor, qualificação do réu, exposição dos fatos, pedido, data e assinatura do autor ou seu representante.

(C) Designação do juiz a quem se dirige, qualificação do autor, qualificação do réu, exposição dos fatos, pedido, valor da causa, data e assinatura do autor ou seu representante.

(D) Designação do juiz a quem se dirige, qualificação do autor, qualificação do réu, exposição dos fatos, a especificação das provas a produzir, pedido, data e assinatura do autor ou seu representante.

(E) Designação do juiz a quem se dirige, qualificação do autor, qualificação do réu, exposição dos fatos e dos fundamentos jurídicos do pedido, pedido, valor da causa, data e assinatura do autor ou seu representante.

RESPOSTA § 1º do art. 840, CLT. *Alternativa B.*

7597. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** Segundo melhor doutrina as ações trabalhistas individuais, cujos titulares são pessoas singularmente consideradas, destinam-se à obtenção de um pronunciamento jurisdicional sobre interesses concretos e individualizados e dividem-se em:

(A) condenatórias, mandamentais, declaratórias e executórias.

(B) condenatórias, constitutivas, declaratórias, executórias, finalísticas e cautelares.

(C) constitutivas, declaratórias, executórias, cautelares e finalísticas.

(D) condenatórias, constitutivas, declaratórias e executórias.

(E) condenatórias, constitutivas, declaratórias, executórias e cautelares.

RESPOSTA Segundo a doutrina, os dissídios individuais dividem-se em ações condenatórias, constitutivas, declaratórias, executórias e cautelares. *Alternativa E.*

7598. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

(A) No processo do trabalho deve prevalecer a teoria da individuação, em contraponto à teoria da substanciação, bastando para tanto que a parte indique na petição inicial dados que embasem o direito pretendido, e não os fundamentos fáticos e jurídicos de seu pedido, por ser um sistema processual que permite a leigos postularem em juízo.

(B) Não padece de inépcia a petição inicial de ação rescisória apenas porque omite a subsunção do fundamento de rescindibilidade no art. 485 do CPC ou o capitula erroneamente em um de seus incisos, sendo lícito ao órgão julgador emprestar-lhes a adequada qualificação jurídica. Por estes motivos, é dispensável a expressa indicação, na petição inicial da ação rescisória, do dispositivo legal violado quando se alega violação literal a dispositivo de lei.

(C) São incompatíveis os pedidos de reintegração ao emprego e rescisão indireta do contrato de trabalho.

(D) Na hipótese de o servidor celetista passar à condição de estatutário por força de conversão do regime jurídico de trabalho é ilícito cumular pedido de pagamento de FGTS, relativo ao vínculo celetista e quinquênios, referente ao regime estatutário, devendo a Justiça do Trabalho apreciar o primeiro pedido e remeter o segundo para julgamento pela Justiça comum.

(E) O princípio da ultrapetição se contrapõe ao princípio da adstrição da jurisdição, e, por basear-se na equidade, não encontra guarida no processo do trabalho.

RESPOSTA São incompatíveis os pedidos de reintegração ao emprego e rescisão indireta do contrato de trabalho, tendo em vista que ou o trabalhador pleiteia o seu retorno ao trabalho, ou busca o término do vínculo jurídico de emprego. *Alternativa C.*

X. Audiência

7599. **(Juiz – TRT-14 – 2011)** No que concerne às propostas de conciliação no Processo do Trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) Devem ser feitas após a apresentação da defesa e renovadas após as razões finais. (B) Só podem ser feitas quando o valor da causa o permitir.

(C) Devem ser feitas antes da apresentação da defesa e renovadas após as razões finais.

(D) Devem ser feitas antes da apresentação da defesa e ao término da instrução processual.

(E) Devem ser feitas após a oitiva das partes e quando do encerramento da instrução processual.

RESPOSTA CLT, *caput* dos arts. 846 e 850 e art. 847. *Alternativa C.*

7600. **(Advogado – CAIXA – 2010 – AOCP)** Em uma reclamação trabalhista cujo principal pedido era o de recebimento de horas extras trabalhadas e não pagas, o Reclamante pretende fazer prova do alegado mediante oitiva de uma única testemunha. Ao ser chamada para ser ouvida, o advogado do Reclamado contradita a testemunha, alegando ser a mesma suspeita pelo fato de também ser demandante em outra Reclamação Trabalhista, contra o mesmo Reclamado. Se o juiz admitir a contradita e indeferir a oitiva da sua única testemunha, deverá o advogado do Reclamante

(A) interpor, de imediato e pela via oral, agravo retido alegando cerceamento de defesa, sob pena de preclusão.

(B) protestar em ata, alegando cerceamento de defesa e renovando o protesto posteriormente em razões finais, sob pena de ocorrer a preclusão.

(C) interpor agravo de instrumento diretamente ao tribunal, uma vez que há risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

(D) interpor agravo de petição, alegando cerceamento de defesa e requerendo a realização de nova audiência de instrução para oitiva da testemunha rejeitada.

(E) permanecer inerte e, somente se a sentença lhe for desfavorável, alegar nulidade por cerceamento de defesa, requerendo a cassação da sentença por ocasião da interposição de Recurso Ordinário.

RESPOSTA A decisão do juiz de admitir a contradita e indeferir a oitiva da testemunha é uma decisão interlocutória, que somente poderá ser contestada por meio de recurso quando da sentença terminativa ou definitiva (§ 1º do art. 893, CLT; *caput* do art. 795, CLT; e inciso LV do art. 5º, CF). Cabe à parte requerer imediatamente seja consignada na ata da audiência o seu inconformismo (protestos), sob pena de preclusão. *Alternativa B.*

7601. **(Advogado – CEEE – 2010 – FUNDATEC)** Sobre audiência trabalhista, é INCORRETO afirmar que:

(A) Ainda que as audiências sejam públicas, o juiz ou o presidente manterá a ordem, podendo mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem.

(B) De acordo com a jurisprudência pacificada e sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer preposto que tenha conhecimento do fato, desde que seja empregado do reclamado, exceto quando se tratar de reclamação de empregado doméstico, microempresas e empresas de pequeno porte.

(C) Um dos momentos de propositura de conciliação, pelo juiz, no processo do trabalho, é quando aberta a audiência.

(D) O prazo para defesa oral, em audiência, é de vinte minutos.

(E) Existe previsão legal tolerando atraso de até 15 (quinze) minutos no horário de comparecimento do juiz à audiência, e o mesmo direito se estende às partes, a partir do entendimento do TST, em face do princípio da isonomia de tratamento entre juiz e jurisdicionados.

RESPOSTA Parágrafo único do art. 815, CLT: as partes não têm o mesmo direito que o juiz de atrasar em até 15 minutos após a hora marcada para a realização da audiência. *Alternativa E.*

7602. **(Advogado – CETESB – 2009 – VUNESP)** O processo trabalhista segue as regras da Consolidação das Leis do Trabalho, na qual é possível encontrar a seguinte previsão:

(A) a divergência apta a ensejar o Recurso de Revista pode ser atual, ainda que se considere como tal a ultrapassada por súmula, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

(B) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 20 (vinte) minutos para cada uma.

(C) o dissídio individual, que seja parte autarquia e cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da ação, fica submetido ao procedimento sumaríssimo.

(D) a execução trabalhista não poderá ser iniciada *ex officio*.

(E) na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes.

RESPOSTA Primeira parte do *caput* do art. 843, CLT. *Alternativa E.*

7603. **(Advogado – CEF – 2012 – CESGRANRIO)** Luísa ajuizou reclamação trabalhista em face da sua antiga empregadora, pleiteando horas extras e seus reflexos. No dia da audiência inaugural, a autora compareceu acompanhada de seu advogado. O advogado da reclamada também compareceu, munido de instrumento de procuração e defesa. O preposto, contudo, não compareceu. O advogado da reclamada apresentou atestado médico que informava que o preposto sofria de labirintite. O juiz aplicou a pena de revelia, não permitindo a juntada da contestação aos autos.

Considerando-se os fatos apresentados, o disposto na CLT e o entendimento do TST, o posicionamento do juiz está

(A) correto, pois a presença do preposto da reclamada na audiência inaugural é obrigatória, não cabendo qualquer justificativa para sua ausência.

(B) correto, uma vez que o atestado médico apresentado não era suficiente para ilidir a revelia, na medida em que o atestado deve declarar, expressamente, a impossibilidade de locomoção do preposto no dia da audiência.

(C) errado, porque o advogado da reclamada apresentou atestado médico que justificava a ausência do preposto na audiência.

(D) errado, pois, caso o advogado da autora concordasse, o juiz deveria receber a contestação, mesmo o preposto estando ausente.

(E) errado, sendo que o juiz deveria ter suspendido a audiência, designando nova data para a instrução.

RESPOSTA Súmula 122, TST. *Alternativa B.*

7604. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Com relação à audiência de julgamento, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado,

independentemente do comparecimento de seus representantes, salvo nos casos de Reclamatórias Plúrimas ou Ações de Cumprimento, quando os empregados poderão fazer-se representar pelo sindicato de sua categoria.
(B) De acordo com a jurisprudência sumulada do TST, o preposto deve ser necessariamente empregado da reclamada, excetuando-se apenas a hipótese do empregador doméstico.
(C) Consoante jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, a revelia pode ser afastada na hipótese de apresentação de atestado médico, declarando expressamente a impossibilidade de locomoção do empregador ou do seu preposto.
(D) A revelia não implica a procedência de todos os pedidos formulados na inicial.
(E) O reclamante poderá se fazer representar por outro empregado desde que os motivos de sua ausência sejam poderosos e comprovados.

RESPOSTA Súmula 377, TST. *Alternativa B.*

7605. (Juiz – TRT-21 – 2010) Numa determinada audiência trabalhista, a parte ré apresenta uma proposta de acordo, que recebe a aquiescência do autor. Examinando a proposta, decide o juiz não homologá-la, por entender insuficiente para pôr fim, de maneira razoável, ao litígio, além de ser prejudicial ao próprio demandante. A decisão causou insatisfação às partes, pois havia a expectativa de homologação. Colocada a questão nesses termos, marque a resposta correta:

(A) praticou o juiz ato contrário à ordem jurídica, que pode ser atacado por agravo de instrumento;
(B) praticou o juiz ato contrário a direito processual das partes, que pode ser atacado pela via do mandado de segurança;
(C) praticou o juiz ato contrário a uma faculdade das partes, que pode ser objeto de nulidade processual quando do exame de recurso ordinário;
(D) exerceu o juiz uma faculdade que lhe é assegurada pela ordem jurídica;
(E) exerceu o juiz uma faculdade, mas que somente é possível após a fase de conhecimento.

RESPOSTA Súmula 418, TST. *Alternativa D.*

XI. Resposta do Réu

7606. (Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO) Ao se fazer uma consulta às normas processuais do Direito do Trabalho, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, constata-se que:

(A) o documento oferecido para prova, no processo, só será aceito, se estiver no original ou em certidão autêntica, ou quando conferida a respectiva pública-forma ou cópia perante o juiz ou tribunal.
(B) outras exceções, além das referentes à suspeição e à competência, não podem ser opostas com suspensão do feito.
(C) a CLT prevê que o juiz deve declarar *ex officio* a nulidade fundada em incompetência de foro (art. 795, § 1º), referindo-se à incompetência territorial.
(D) a nulidade será pronunciada, ainda que arguida por quem lhe tiver dado causa.
(E) apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista ao excepto por 48 horas improrrogáveis.

RESPOSTA *Caput* do art. 799, CLT. *Alternativa B.*

7607. (Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE) Assinale a alternativa correta, de acordo

com a consolidação das leis do trabalho.

(A) Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, caberá recurso de agravo.

(B) O juiz, presidente ou vogal, é obrigado a dar-se por suspeito, e pode ser recusado, quando tiver amizade íntima com algum dos procuradores dos litigantes.

(C) Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 48 (quarenta e oito) horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.

(D) Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência.

(E) Apresentada a exceção de suspeição, o juiz ou Tribunal designará audiência dentro de 24 (vinte e quatro) horas, para instrução e julgamento da exceção.

RESPOSTA (A) Caberá recurso ordinário (inciso I do art. 895, CLT). (B) O art. 801, CLT, não traz tal previsão. (C) 24 horas (art. 800, CLT). (D) *Caput* do art. 799, CLT. (E) 48 horas (*caput* do art. 802, CLT). *Alternativa D.*

7608. **(Advogado – CEAGESP-SP – 2010 – VUNESP)** Podem ser arguidas como preliminares no processo do trabalho, entre outras, as seguintes matérias: inépcia da inicial (1); nulidade de citação (2); carência de ação (3); conexão (4); continência (5), decadência (6) e prescrição (7). Quando acolhidas pelo juiz,

(A) apenas as hipóteses 1, 2, 3, 4, 5 e 6 permitem a repropositura da ação.

(B) apenas as hipóteses 5 e 7 fazem coisa julgada.

(C) por serem preliminares, todas implicam na extinção do processo sem julgamento do mérito.

(D) apenas a hipótese 7 implica na extinção do processo com julgamento do mérito.

(E) as hipóteses 6 e 7 não permitem a repropositura da ação.

RESPOSTA A decadência e a prescrição não permitem a repropositura da ação, tendo em vista que implicam na extinção do processo com resolução do mérito (inciso IV do art. 269, CPC). *Alternativa E.*

XII. Provas

7609. **(Advogado – EPE – 2010 – CESGRANRIO)** Ana e Alice trabalharam na mesma empresa, no mesmo setor. Ambas foram dispensadas na mesma data, sem o recebimento das respectivas verbas resilitórias. Propuseram, junto ao mesmo advogado, suas ações trabalhistas, cujas audiências inaugurais foram marcadas para o mesmo dia em Varas e horários próximos. Assim, o advogado sugeriu que uma fosse testemunha no caso da outra. Analisando o exposto, tem-se que

(A) o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador não torna suspeita a testemunha.

(B) o fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador torna suspeita a testemunha.

(C) tal fato não invalidaria a prova testemunhal, ainda que Ana e Alice fossem amigas íntimas, eis que prestam compromisso perante o juízo.

(D) tal fato não invalidaria a prova testemunhal, ainda que Ana e Alice fossem inimigas declaradas, eis que prestam compromisso perante o juízo.

(E) os depoimentos das testemunhas são resumidamente tomados a termo por funcionário da Vara do Trabalho e não carecem de assinatura dos depoentes.

RESPOSTA Súmula 357, TST. *Alternativa A.*

7610. **(Advogado – CEB – 2010 – UNIVERSA)** Acerca do processo judiciário do trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) A intimação endereçada à parte, quando feita em endereço diverso do indicado na contestação, mas por ela recebida, torna inválido o ato praticado.

(B) Na justiça laboral, podem ser arguidas mais de uma exceção ao mesmo tempo, devendo a exceção de incompetência ser apreciada antes da exceção de impedimento e suspeição do juiz.

(C) A prova pré-constituída nos autos não pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, uma vez que, processualmente, foram produzidas antes da ocorrência da confissão.

(D) Se, durante o processo, a prestação de serviço for admitida pelo reclamado, é dele o ônus de comprovar que a relação havida não era de emprego.

(E) Se o valor da causa atribuído na inicial for incompatível com o objeto da demanda, a parte poderá impugná-lo somente em razões finais.

RESPOSTA (A) Para o TST, a intimação recebida pela parte, ainda que em endereço diverso do indicado na contestação, é considerada válida, visto que atendeu à sua finalidade. (B) Segundo a doutrina, as exceções de impedimento e suspeição do juiz devem ser julgadas em primeiro lugar, uma vez que o juiz impedido ou suspeito não pode declarar a competência ou incompetência do juízo. (C) Item II da Súmula 74, TST. (D) Caso seja admitida pela reclamada a prestação de serviços, é desta o ônus de comprovar que a relação havida com o reclamante não era de emprego (art. 818, CLT; e inciso II do art. 333, CPC). (E) *Caput* do art. 261, CPC. *Alternativa D.*

7611. **(Procurador – PGE-MG – 2006)** Em relação ao número de testemunhas no processo do trabalho é possível afirmar que

(A) no rito ordinário a parte poderá trazer até três testemunhas enquanto no rito sumaríssimo a prova testemunhal terá o limite de duas testemunhas.

(B) no rito ordinário a parte poderá trazer até seis testemunhas enquanto no rito sumaríssimo a prova testemunhal terá o limite de três testemunhas.

(C) no rito ordinário a parte poderá trazer até duas testemunhas enquanto no rito sumaríssimo a prova testemunhal terá o limite de seis testemunhas.

(D) no rito sumaríssimo terá o limite de duas testemunhas para cada parte, mas não há limite para testemunhas no procedimento ordinário.

RESPOSTA Rito ordinário: art. 821, CLT; rito sumaríssimo: § 2º do art. 852-H, CLT. *Alternativa A.*

7612. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** José ajuizou ação trabalhista contra a empresa Da Lua S/A, pleiteando o pagamento de adicional de insalubridade. O Juiz determinou a realização da perícia, nomeando perito, tendo as partes indicado assistentes técnicos, os quais apresentaram quesitos. O laudo concluiu pela inexistência da condição insalubre no meio ambiente de trabalho, conclusão esta que foi acolhida pelo Juiz em sua sentença. Quanto aos honorários periciais, é correto afirmar:

(A) serão suportados pelo empregador, ante a hipossuficiência do empregado;

(B) os honorários periciais, inclusive dos assistentes designados pelas partes, serão suportados pelo sucumbente na ação;

(C) os honorários do perito designado pelo Juízo serão suportados pelo sucumbente na pretensão, salvo se for beneficiário da Justiça Gratuita;

(D) os honorários do perito designado pelo Juízo serão suportados pelo empregador, independentemente do deslinde da controversa, mas os honorários dos assistentes serão suportados por quem os indicou;

(E) os honorários do perito designado pelo Juízo e bem assim os honorários dos assistentes serão suportados pelo Estado, toda vez que o empregado for sucumbente na reclamação e lhe tenha sido deferido o benefício da gratuidade da justiça.

RESPOSTA (A) Art. 790-B, CLT. (B) Súmula 341, TST. (C) Art. 790-B, CLT. (D) Art. 790-B, CLT. (E) OJ 387 da SDI-I, TST. *Alternativa C.*

7613. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Quanto às regras que norteiam a prova no Processo do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Os textos colhidos de e-mails nunca são inadmissíveis como prova, visto que não contam com assinatura do emitente, condição de validade indispensável aos documentos particulares, exceto se tiverem sido certificados pelo ICP-Brasil.

(B) O magistrado poderá indeferir a perícia se além da formação em direito também possuir conhecimento técnico especializado na matéria objeto da perícia.

(C) As fotografias digitais não servem como prova, haja vista que não possuem negativo e a lei exige apresentação destes.

(D) Documento ideologicamente falso é aquele que apesar de não adulterado traz informação não verdadeira, cabendo impugná-lo via incidente de falsidade documental.

(E) Regra geral o médico pode se recusar a apresentar prontuário de paciente, mesmo que instado judicialmente a fazê-lo.

RESPOSTA Inciso IV do art. 363, CPC. *Alternativa E.*

7614. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Sobre as provas no processo do trabalho, é CORRETO afirmar que:

(A) A moderna doutrina processualista brasileira considera que a natureza jurídica da prova se modifica de acordo com o diploma legal em que está prevista. Com isso, a prova pode ter natureza jurídica material ou processual.

(B) O entendimento da SBDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho é no sentido de que a decisão que defere horas extras com base em prova oral ou documental obrigatoriamente ficará limitada ao tempo por ela abrangido.

(C) De acordo com a doutrina civilista é sabido que o interrogatório não se presta para a obtenção de confissão. A CLT adotou expressamente o interrogatório das partes (art. 848: Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, podendo o presidente, *ex officio* ou a requerimento de qualquer juiz temporário, interrogar os litigantes), por isso a confissão obtida no interrogatório das partes não será tomada em consideração como meio de prova.

(D) Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir, consoante o entendimento sumulado do TST.

(E) Da revelia decorre uma presunção absoluta de veracidade dos fatos alegados na inicial, não podendo o magistrado determinar a produção de qualquer outra prova, que não as previstas em lei, sob pena de proferir julgamento contra legem.

RESPOSTA Item III da Súmula 338, TST. *Alternativa D.*

7615. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Assinale a alternativa correta, após a análise das afirmativas a

seguir:

I. A vedação à produção de prova posterior pela parte confessa somente a ela se aplica, não afetando o exercício pelo magistrado, do poder e dever de conduzir o processo.

II. A autorização para utilização do fac-símile, constante do art. 1º, da Lei n. 9800, de 26-05-1999, alcança as hipóteses em que o documento é dirigido diretamente ao órgão jurisdicional e também se aplica à transmissão ocorrida entre particulares.

III. É incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória no processo do trabalho.

IV. Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam feitas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo.

V. A prova pré-constituída nos autos não pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.

(A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
(B) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
(C) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
(D) Somente as afirmativas IV e V estão corretas.
(E) Somente as afirmativas III e V estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta, item III da Súmula 74, TST. (II) Incorreta, item IV da Súmula 387, TST. (III) Incorreta, item II da Súmula 219, TST. (IV) Correta, Súmula 427, TST. (V) Incorreta, item II da Súmula 74, TST. *Alternativa C.*

7616. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Um reclamante pleiteia diferenças salariais fundadas na equiparação salarial com determinado colega de trabalho, que exerce cargo diverso do seu, conforme consta da petição inicial. Ao contestar, a reclamada nega a identidade funcional. Na audiência instrutória, são ouvidas as partes e o reclamante desiste da oitiva de testemunhas. O juiz determina o encerramento da instrução processual, sob protestos da reclamada, que insiste em ouvir as testemunhas que trouxe. Assinale a resposta correta:

(A) O juiz agiu adequadamente, porquanto o ônus da prova incumbia à reclamada, conforme art. 818 da CLT c/c art. 333, II, do CPC, este aplicável ante o que prevê o art. 469 da CLT.
(B) O juiz não agiu adequadamente, porquanto o ônus da prova incumbia à reclamada, conforme art. 818 da CLT c/c art. 333, II, do CPC, este aplicável ante o que prevê o art. 469 da CLT.
(C) O juiz agiu adequadamente, porquanto o ônus da prova incumbia ao reclamante, conforme art. 818 da CLT c/c art. 333, I, do CPC, este aplicável ante o que prevê o art. 469 da CLT.
(D) O juiz não agiu adequadamente, porquanto o ônus da prova incumbia ao reclamante, conforme art. 818 da CLT c/c art. 333, I, do CPC, este aplicável ante o que prevê o art. 469 da CLT.
(E) O juiz não agiu adequadamente, porquanto violou o art. 5º, LV, da Constituição da República.

RESPOSTA (A) e (B) Erradas, pois o ônus da prova incumbia ao reclamante. (C) Correta, pois o juiz agiu adequadamente conforme os ditames da lei: art. 818, CLT; e inciso I do art. 333, CPC. (D) e (E) Erradas, o juiz agiu corretamente. *Alternativa C.*

XIII. Sentença

7617. **(Advogado – CODESP – 2010 – FGV)** Em reclamação trabalhista na qual se postulava o vínculo de emprego, a empresa apresenta defesa em que reconhece a prestação de serviços do reclamante, sustentando a natureza autônoma da relação. Na ausência total de provas no processo, a sentença acolheu o pedido e condenou a reclamada a reconhecer o vínculo de emprego entre as partes.

Em relação à decisão, assinale a alternativa correta:

(A) É correta ao acolher o pedido, com o fundamento de que a reclamada não se desincumbiu do ônus de comprovar o alegado fato impeditivo do direito postulado.

(B) É correta ao acolher o pedido sob o argumento de que a relação de emprego precede a relação de trabalho e se presume em processos trabalhistas.

(C) É incorreta porque a Vara do Trabalho é incompetente em razão da matéria para apreciar pedido de diferenças remuneratórias decorrentes de prestação de serviços autônoma.

(D) É incorreta, tendo que a Vara do Trabalho afrontou os artigos 333, II, do CPC e 818 da CLT, que estabelecem a distribuição do ônus da prova no processo do trabalho.

(E) É suscetível de ser impugnada mediante recurso de apelação, no prazo de 15 dias, tendo em vista que se trata de discussão de matéria concernente à relação de trabalho, nos termos do novo artigo 114 da Constituição.

RESPOSTA Segundo a jurisprudência uniforme da Justiça do Trabalho, quando o reclamado nega a existência do vínculo de emprego, mas reconhece a prestação de serviços, acaba por atrair para si o ônus de provar a existência de fato impeditivo do direito pretendido pelo reclamante. Art. 818, CLT; e inciso II do art. 333, CPC. *Alternativa A.*

7618. **(Advogado – CASA – 2011 – VUNESP)** Observando o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho sobre a antecipação de tutela, pode-se afirmar que

(A) a antecipação da tutela concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança.

(B) admite-se antecipação de tutela em ação rescisória.

(C) a antecipação da tutela concedida na sentença comporta impugnação pela via do agravo.

(D) no caso da tutela antecipada (ou liminar) ser concedida antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança.

(E) a superveniência da sentença, nos autos originários, não faz perder o objeto do mandado de segurança que impugna a concessão da tutela antecipada (ou liminar).

RESPOSTA Item 2 da Súmula 414, TST. *Alternativa D.*

7619. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** No que tange às decisões homologatórias de acordos no âmbito da justiça do trabalho é correto afirmar:

(A) a União será intimada mesmo quando contenham parcela de natureza indenizatória. Contudo, delas não poderá recorrer já que sobre a referida parcela não incide tributação.

(B) a União será intimada quando contenham parcela indenizatória, facultada a interposição de recurso relativo aos tributos que lhe forem devidos.

(C) a União será intimada quando contenham parcela indenizatória e estará obrigada a recorrer quanto aos tributos que lhe forem devidos.

(D) o Ministro de Estado da Fazenda ou o Procurador da Fazenda Nacional poderão, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União nas decisões homologatórias de acordo, em que o montante da parcela indenizatória envolvida resultar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico.

(E) uma vez intimada da sentença homologatória de acordo a União não poderá interpor recurso questionando a natureza jurídica das parcelas constantes do acordo pois tal discriminação tem feição de decisão interlocutória.

RESPOSTA § 4º do art. 832, CLT. *Alternativa B.*

7620. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** O juízo *a quo* deferiu a antecipação dos efeitos da tutela em sentença e determinou a imediata reintegração do trabalhador, independentemente do trânsito em julgado. A reclamada pretende buscar, de imediato, a suspensão da ordem de reintegração e, posteriormente, discutir o conteúdo da decisão. Assinale a primeira providência que deve adotar:

(A) apresentar mandado de segurança;
(B) apresentar ação cautelar;
(C) apresentar o recurso ordinário, com preliminar de suspensão da decisão proferida;
(D) apresentar mera petição ao protocolo do Tribunal, que será distribuída a um dos magistrados que se tornará prevento para análise do recurso a ser aviado;
(E) nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA Item I da Súmula 414, TST. *Alternativa B.*

7621. **(Procurador – MPT – 2006)** Assinale a alternativa INCORRETA, a respeito de sentença nas ações coletivas:

(A) não faz coisa julgada *erga omnes*, na hipótese de defesa de interesses difusos, caso o pedido seja julgado improcedente por falta de provas;
(B) não faz coisa julgada *ultra partes*, na hipótese de defesa de interesses coletivos, caso o pedido seja julgado improcedente por falta de provas;
(C) faz coisa julgada *erga omnes* no caso de procedência do pedido, na hipótese de defesa de interesses individuais homogêneos;
(D) não faz coisa julgada, na hipótese de defesa dos interesses difusos e coletivos, no caso de improcedência por falta de amparo legal;
(E) não respondida.

RESPOSTA "No tocante à coisa julgada nas ações coletivas (ações civis públicas e ações civis coletivas), é importante lembrar que o sistema próprio e específico, cujas fontes normativas primárias são a LACP (Lei n. 7.347/1985, art. 16) e a parte processual do CDC (Lei n. 8.078/1990, art. 103). Assim, por força do art. 21 da LACP – que autoriza a aplicação subsidiária do Título III do Código de Defesa do Consumidor, pode-se dizer que a sentença (definitiva) proferida em ação civil pública fará coisa julgada: a) *erga omnes*, salvo se o pedido for julgado improcedente, por insuficiência de provas, quando o seu objeto for a defesa de interesses ou direitos difusos (CDC, art. 81, I, c/c art. 103, I); b) *ultra partes*, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe de pessoas, exceto na hipótese de improcedência por falta de provas, quando a ação tiver por escopo a defesa de direitos ou interesses coletivos (CDC, art. 81, II, c/c art. 103, II); c) *erga omnes*, apenas em caso de procedência do pedido *(in utilibus)*, para beneficiar todos os trabalhadores ou sucessores (CDC, art. 81, III, c/c art. 103, III)"[10]. *Alternativa D.*

7622. **(Procurador – MPT – 2006)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) o ajuizamento do inquérito judicial para apuração de falta grave deve ser feito dentro de 60 dias a contar da suspensão do empregado;
(B) a sentença de improcedência no inquérito judicial para apuração de falta grave, quando não houver a suspensão do empregado, tem natureza constitutiva negativa;
(C) a natureza da decisão de procedência nas ações anulatórias de cláusulas convencionais é constitutiva negativa;
(D) a ação anulatória de cláusulas convencionais coletivas pode ser proposta pelo Ministério Público do Trabalho e por qualquer sindicato, desde que não tenha participado da contratação;
(E) não respondida.

RESPOSTA A ação anulatória de cláusulas convencionais "assume característica de ação constitutiva negativa ou desconstitutiva, na medida em que o seu escopo é fazer com que a cláusula inquinada de ilegal seja expungida do contrato

individual, do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho"[11]. *Alternativa C.*

7623. (Procurador – MPT – 2009) Analise as hipóteses abaixo, de acordo com o ordenamento processual civil aplicável ao processo do trabalho:

I. A sentença deixou de ser ato do juiz que põe termo ao processo, com ou sem julgamento do mérito, e passou a ser o ato do juiz que implica algumas das situações previstas no CPC.

II. Sentença terminativa é o provimento judicial que sem apreciar o mérito, pode extinguir o processo.

III. Sentença definitiva é o provimento judicial que aprecia e resolve o mérito do pedido, podendo implicar a extinção ou não do processo.

Marque a alternativa CORRETA:

(A) todos os itens são corretos;

(B) apenas os itens I e II são corretos;

(C) apenas os itens I e III são corretos;

(D) apenas os itens II e III são corretos;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) § 1º do art. 162, CPC. (II) Quando se tratar de sentença terminativa, haverá a extinção do processo sem resolução do mérito (art. 267, CPC). (III) As sentenças definitivas ou de mérito são aquelas em que há resolução do mérito, com a solução da lide (art. 269, CPC). *Alternativa A.*

7624. (Procurador – MPT – 2009) Analise as hipóteses abaixo:

I. A CLT e o CPC convergem quanto aos requisitos essenciais da sentença que deve conter: o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a conclusão.

II. Sentença sem conclusão, ou dispositivo, ou *decisum*, é inexistente.

III. É certo afirmar que ao se aplicar o princípio da utilidade aproveitam-se os atos válidos praticados no processo, eis que a nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

Marque a alternativa CORRETA:

(A) apenas os itens I e III são corretos;

(B) apenas os itens I e II são corretos;

(C) apenas os itens II e III são corretos;

(D) todos os itens são corretos;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Art. 832, CLT; e art. 458, CPC. (II) A ausência de parte dispositiva importa na inexistência da sentença. (III) Art. 798, CLT. *Alternativa D.*

7625. (Juiz – TRT-6 – 2010) Levando-se em conta a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA em relação ao fato superveniente, previsto no Art. 462 do CPC:

(A) Como não há omissão sobre a matéria na legislação trabalhista, o Art. 462 do Código de Processo Civil não se aplica ao processo do trabalho.

(B) Apenas os fatos extintivos supervenientes poderão ser suscitados depois da propositura da ação.

(C) O fato superveniente só poderá ser suscitado mediante provocação da parte interessada.

(D) Tendo em vista que no processo do trabalho a audiência é una e o Juiz deve prolatar a sentença

logo depois da apresentação das razões finais, não há tempo hábil para apreciação de fato superveniente.

(E) As diretrizes do Art. 462 do Código de Processo Civil poderão ser aplicadas de ofício aos processos em curso em qualquer instância trabalhista.

RESPOSTA Súmula 394, TST. *Alternativa E.*

XIV. Coisa Julgada

7626. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** A empresa x, por meio de reclamação trabalhista, foi condenada à inclusão do adicional de insalubridade, em grau médio, na folha de pagamento do empregado y. Passados quase dois anos do trânsito em julgado daquela decisão, a empresa x adota todos os cuidados suficientes e necessários para a eliminação do agente insalubre que ensejou a sua condenação, sendo certo que y deixa de se expor a toda e qualquer condição de insalubridade, com o que x cessa o pagamento do adicional correspondente. Tendo em vista a hipótese narrada, assinale a alternativa correta:

(A) x age com acerto, eis que a condenação que versa sobre relações jurídicas continuativas pode ser suspensa por ato de iniciativa do executado quando há modificação no estado de fato.

(B) x não age com acerto, eis que a decisão mencionada faz coisa julgada material e os efeitos da modificação no estado de fato devem ser resolvidos por meio de Ação Rescisória.

(C) x age com acerto, eis que a coisa julgada material não se forma em decisões sobre relações jurídicas sucessivas.

(D) x não age com acerto, eis que a decisão mencionada faz coisa julgada material e os efeitos da modificação no estado de fato devem ser resolvidos por meio de Ação Revisional.

(E) x não age com acerto, eis que a decisão mencionada não faz coisa julgada material, mas os efeitos da modificação no estado de fato devem ser resolvidos por meio de Ação Revisional.

RESPOSTA A reclamação trabalhista passada em julgado faz coisa julgada material (*caput* do art. 836, CLT; c/c art. 467, CPC). No caso, por força do art. 769, CLT, deverá ser aplicado o inciso I do art. 471, CPC, pois, tratando-se "de relação jurídica continuativa, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito; caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença". *Alternativa D.*

XV. Teoria Geral dos Recursos

(Procurador – PGE-PA – 2009 – PGEPA) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

(A) No processo trabalhista, a nulidade será obrigatoriamente pronunciada quando arguida pela parte à primeira vez que tiver de falar em audiência ou nos autos, não podendo ser suprida.

(B) Na Justiça do Trabalho, a compensação está restrita a dívidas de natureza trabalhista, podendo ser arguida nas fases de conhecimento e de execução, a fim de não promover o enriquecimento sem causa do autor.

(C) Consoante a jurisprudência do TST, a parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, independentemente de intimação, a pagar as custas fixadas na sentença, das quais ficará isenta a parte vencida.

(D) Na Justiça do Trabalho, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, ainda que a decisão seja suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo tribunal.

RESPOSTA (A) Se puder ser suprida, a nulidade não será pronunciada (*caput* do art. 795, CLT; e alínea *a* do art. 796, CLT). (B) Somente pode ser arguida na contestação (Súmula 48, TST). (C) Súmula 25, TST. (D) Enseja recurso imediato o caso de decisão suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo tribunal (Súmula 214, TST). *Alternativa C.*

7627. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Assinale a alternativa que apresente um pressuposto processual subjetivo dos recursos da Justiça do Trabalho.

(A) Previsão legal.
(B) Capacidade.
(C) Adequação.
(D) Tempestividade.
(E) Preparo.

RESPOSTA Os pressupostos de admissibilidade dos recursos podem ser divididos em objetivos e subjetivos. Os pressupostos objetivos são os fixados pela lei, como previsão legal, adequação ou cabimento do recurso, tempestividade, preparo e representação. Os pressupostos subjetivos são os que se referem à própria parte que pretende recorrer, como a legitimidade, capacidade e interesse em recorrer. *Alternativa B.*

7628. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Assinale a alternativa incorreta:

(A) a ausência de recolhimento das custas, por parte das empresas em liquidação extrajudicial, não acarreta a deserção do recurso por ela interposto;
(B) em caso de condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita às demais quando a empresa que o efetuou não pleiteia sua exclusão da lide;
(C) a fazenda pública, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas peja empregadora principal, não se beneficia da limitação dos juros que normalmente lhe é aplicável;
(D) é desnecessário que a matéria veiculada no recurso adesivo seja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária;
(E) a isenção das custas previstas para os órgãos da administração pública direta e indireta que não explorem atividade econômica não alcança as entidades fiscalizadoras da atividade profissional.

RESPOSTA (A) Súmula 86, TST. (B) Item III da Súmula 128, TST. (C) OJ 382 da SDI-I, TST. (D) Súmula 283, TST. (E) Parágrafo único do art. 790-A, CLT. *Alternativa A.*

7629. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Certo advogado, defendendo a parte recorrente perante o Tribunal Regional do Trabalho, acompanhou o julgamento do recurso ordinário perante a Turma, que lhe foi desfavorável. Ciente dos argumentos expostos no voto condutor da decisão, e de posse da respectiva certidão de julgamento, interpôs recurso de revista, em data, porém, anterior à publicação do acórdão. De acordo com a jurisprudência dominante do TST, o recurso:

(A) não deverá ser conhecido, pois é tido por extemporâneo;
(B) não deverá ser conhecido de imediato, mas ficará nos autos aguardando uma manifestação de ratificação após a publicação do acórdão;
(C) deverá ser conhecido, pois não há extemporaneidade pelo simples fato de ter sido protocolado antes da publicação do acórdão;
(D) deverá ser conhecido, desde que haja simetria entre os argumentos impugnados e aqueles constantes do acórdão a ser publicado;
(E) deverá ser conhecido, a critério do juízo de admissibilidade, de acordo com a plausibilidade da pretensão recursal.

RESPOSTA Item I da Súmula 434, TST. *Alternativa A.*

7630. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Pedro ajuizou reclamação trabalhista contra a empresa Sonhos Ltda., pleiteando o pagamento de horas extras laboradas. Encerrada a instrução processual, foi

designada audiência para o dia 04.03.2010 para a leitura e publicação da sentença. Na data aprazada, não foi possível a prolação do veredicto, sendo este publicado no diário eletrônico da Justiça do Trabalho em data de 11.03.2010 (quinta-feira). Pedro, que até então fez uso do "jus postulandi", buscou, no dia 18.03.2010, um advogado, visto que a sentença lhe foi desfavorável. O causídico protocolou recurso ordinário, visando a reforma do julgado, em 22.03.2010 (segunda-feira), não tendo efetuado o recolhimento das custas processuais. No exame da admissibilidade, o Juiz do Trabalho negou seguimento ao recurso, por intempestividade e deserção, neste último caso em razão da ausência de pedido específico de justiça gratuita quando da elaboração do termo de reclamação, embora preenchesse o autor os seus requisitos legais. Sobre a admissibilidade do recurso, e considerando que não houve feriados nesse período, é correto afirmar:

(A) o recurso é tempestivo, mas o recolhimento das custas no caso é obrigatório;

(B) o recurso é intempestivo e o recolhimento das custas é obrigatório;

(C) o recurso é intempestivo, mas o recolhimento das custas pode ser dispensado, a requerimento da parte, nessa fase processual;

(D) o recurso é tempestivo, mas subsiste a deserção, uma vez que não houve requerimento específico quando da propositura da ação;

(E) o recurso é tempestivo e o recolhimento das custas processuais pode ser dispensado de ofício pelo Juiz.

RESPOSTA Deverá ser considerado como data da publicação o 1º dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no DE da JT (§ 3º do art. 4º, Lei n. 11.419/2006), ou seja, dia 12-3-2010, sexta-feira, sendo que o prazo terá início no 1º dia útil que seguir (§ 4º), ou seja, dia 15-3-2010, segunda-feira, tendo como término o dia 22-3-2010, segunda-feira. As custas podem ser dispensadas de ofício (§ 3º do art. 790, CLT). *Alternativa E.*

7631. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** No que tange aos recursos no Processo do Trabalho é CORRETO dizer que:

(A) Estão dispensadas do preparo recursal as empresas em recuperação judicial ou em regime de falência;

(B) As fundações públicas estão isentas de realizar o recolhimento das custas processuais, exceto se explorarem atividade econômica.

(C) A Empresa Brasileira de Correios e telégrafos não goza de prazo em dobro para recorrer, mas está dispensada do recolhimento do depósito recursal;

(D) Havendo condenação solidária de várias empresas, se uma delas efetuar o depósito recursal as demais estarão automaticamente dispensadas de fazê-lo;

(E) O depósito recursal sempre deverá ser feito na conta vinculada do FGTS do trabalhador.

RESPOSTA (A) Súmula 86, TST. (B) Inciso I do art. 790-A, CLT. (C) Inciso II do § 1º do art. 173, CRFB; § 1º do art. 899, CLT; e inciso X da IN 3/1993, TST. (D) Item III da Súmula 128, TST. (E) Súmula 165, TST. *Alternativa B.*

7632. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Considerando as Súmulas da Jurisprudência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, analise as proposições abaixo:

I. Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.

II. O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto

pela parte contrária.

III. A contagem do quinquídio para apresentação dos originais de recurso interposto por intermédio de fac-símile começa a fluir do dia subsequente ao término do prazo recursal, nos termos do art. 2º da Lei n. 9.800/99, e não do dia seguinte à interposição do recurso, se esta se deu antes do termo final do prazo.

IV. O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

V. O fato de o juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto à parte das matérias veiculadas não impede a apreciação integral pela Turma do TST, sendo imprópria a interposição de agravo de instrumento.

RESPONDA:

(A) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas.

(B) Apenas as proposições II e IV estão corretas.

(C) Todas as proposições estão corretas.

(D) Apenas as proposições III e IV estão corretas.

(E) Apenas a proposição V está incorreta.

RESPOSTA (I) Item III da Súmula 128, TST. (II) Súmula 196, TST. (III) Item II da Súmula 387, TST. (IV) Súmula 245, TST. (V) Súmula 285, TST. *Alternativa C.*

7633. (Procurador – MPT – 2007) Assinale a alternativa CORRETA:

(A) Se o recorrente provar justo impedimento, tem o juiz de relevar a pena de deserção, dispensando o preparo.

(B) No caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas e se estas já foram devidamente recolhidas, descabe um novo pagamento pela parte vencida, ao recorrer.

(C) É ônus da parte recorrente efetuar o depósito recursal legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sem que haja limite, sob pena de deserção.

(D) Às sociedades de economia mista é assegurada a isenção do recolhimento de custas processuais, conforme o Decreto-Lei n. 779/69.

(E) Não respondida.

RESPOSTA OJ 186 da SDI-I, TST. *Alternativa B.*

7634. (Juiz – TRT-3 – 2012) Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Ainda que ocorram ações decorrentes de litígios entre trabalhadores não empregados e tomadores de serviço e havendo condenação em pecúnia, caberá o recolhimento de depósito recursal pelo tomador de serviço e a sistemática recursal será a da CLT, no que concerne inclusive à nomenclatura, à alçada, aos prazos e às competências.

II. O Princípio da Irrecorribilidade de imediato das decisões interlocutórias, no Direito Processual do Trabalho, encontra as seguintes exceções: decisões interlocutórias passíveis de recurso ao próprio Tribunal, acolhimento da exceção de incompetência relativa, com remessa dos autos a outra Vara do Trabalho, decisão de Tribunal Regional do Trabalho contrária a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, ou a OJ (Orientação Jurisprudencial), do TST, decisão interlocutória sobre valor da causa e decisão terminativa do feito na Justiça do Trabalho, com remessa dos autos a outra Justiça.

III. Ao recurso ordinário no Processo do Trabalho, aplica-se o efeito devolutivo em profundidade; não

se aplica, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença, salvo a hipótese de matéria exclusivamente de direito e quando o Tribunal estiver em condições de julgamento imediato.

IV. No Processo do Trabalho, não se admite, via de regra, efeito suspensivo aos recursos, a não ser em recurso ordinário interposto em decisão normativa da Justiça do Trabalho, podendo o Presidente do TST conceder o efeito suspensivo, sendo que ele também poderá submeter o pedido do efeito suspensivo do recurso ordinário à apreciação da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, desde que repute a matéria de alta relevância.

V. No Processo do Trabalho, admite-se a aplicação aos recursos dos efeitos devolutivos, translativos, substitutivos, extensivos, mas não dos efeitos regressivos e expansivos.

(A) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.

(B) Somente as afirmativas I, II e V estão corretas.

(C) Somente as afirmativas III, IV e V estão corretas.

(D) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.

(E) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Inciso I do art. 114, CRFB; e item I da IN 3/1993, TST. (II) Súmula 214, TST. (III) Súmula 393, TST. (IV) Art. 237, RI do TST; e item V da IN 24/2003, TST. (V) *Caput* do art. 899, CLT; e art. 14, Lei n. 10.192/2001. *Alternativa A.*

7635. **(Procurador – MPT – 2012)** Marque a alternativa **INCORRETA:**

(A) No caso de capitulação errônea na petição inicial da ação rescisória de um dos fundamentos de rescindibilidade, não padecerá de inépcia a petição inicial; todavia esta se apresentará inepta caso não seja indicado nenhum fundamento de fato como causa de pedir. É lícito ao tribunal emprestar a adequada qualificação jurídica (*iura novit curia)*, desde que haja fundamento fático.

(B) O instituto da litigância de má-fé tem por base a lealdade processual, sendo que, uma vez aplicada a multa sob essa circunstância, o recolhimento do seu valor é pressuposto objetivo para interposição dos recursos de natureza trabalhista.

(C) A Justiça do Trabalho detém competência para as ações possessórias que tenham origem, direta ou indireta, nas relações de trabalho, como na situação em que o empregador pretende a devolução do imóvel cedido em comodato ao empregado para sua moradia durante o contrato de trabalho, bem como para reaver bens, equipamentos e materiais em poder do empregado.

(D) Consoante súmula do Superior Tribunal de Justiça, não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ação de cobrança ajuizada por profissional liberal em face do cliente.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Súmula 408, TST. (B) OJ 409 da SDI-I, TST. (C) Súmula Vinculante 23, STF. (D) Súmula 363, STJ. *Alternativa B.*

7636. **(Procurador – MPT – 2009)** Tendo em conta o efeito devolutivo em extensão e em profundidade inerente ao recurso ordinário, na forma do art. 515, §§ 1º e 2º, do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho, podemos afirmar que:

I. a extensão do efeito devolutivo consiste em precisar o que se submete, por força do recurso ordinário, ao julgamento do TRT; medir-lhe a profundidade é determinar com que material há de trabalhar o órgão destinatário do recurso para julgar;

II. o efeito devolutivo em profundidade transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de questão ou fundamento da defesa não examinado pela sentença, ainda que não renovado em contrarrazões, não se aplicando, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença;

III. o efeito devolutivo em extensão e em profundidade do recurso ordinário transfere ao

conhecimento do TRT a matéria impugnada, nos limites dessa impugnação, sendo vedada reapreciação de questões já decididas no mesmo processo. O que se permite ao Tribunal revisor é conhecer, mesmo sem provocação, das questões relativas à admissibilidade do processo, respeitada, porém, a preclusão;

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) apenas as alternativas I e II estão corretas;
(B) todas as alternativas estão corretas;
(C) apenas as alternativas II e III estão corretas;
(D) apenas as alternativas I e III estão corretas;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Súmula 393, TST; e art. 515, CPC. (II) Súmula 393, TST. (III) Súmula 393, TST; e arts. 471 e 473, CPC. *Alternativa B.*

7637. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) os pressupostos extrínsecos de admissibilidade do recurso ordinário são concernentes ao exercício do direito de recorrer; os pressupostos intrínsecos são atinentes à própria existência do direito de recorrer;
(B) a sucumbência formal consiste na discrepância entre o requerido e a parte dispositiva da decisão; na sucumbência material, a decisão judicial gera gravame à parte vencida, daí a utilidade do recurso para obter provimento mais vantajoso do ponto de vista prático;
(C) é inadmissível, em instância recursal, a regularização da representação processual, uma vez que esse procedimento é restrito ao Juízo de primeiro grau; no entanto, admite-se, por exceção, o protesto por posterior juntada do instrumento de mandato na fase recursal, a fim de evitar perecimento do direito;
(D) o princípio do *jus postulandi* somente é aplicável nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não se estendendo ao recurso de revista interposto para o TST;
(E) não respondida.

RESPOSTA Súmula 383, TST. *Alternativa C.*

7638. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** No que toca à exigência do depósito prévio da multa cominada em razão de atuação administrativa, como pressuposto de admissibilidade de recurso administrativo, assinale a alternativa correta:

(A) Tal depósito prévio é obrigatório porque previsto no art. 636, § 1º, da CLT, o qual, conforme entendimento sumulado pelo TST, está recepcionado pela Constituição da República ante a sua compatibilidade com o art. 5º, inciso LV, que cuida do contraditório e da ampla defesa.
(B) Tal depósito prévio é obrigatório porque, embora previsto no art. 636, § 1º, da CLT, este sofreu alteração legislativa após a promulgação da Constituição da República, adequando-se ao art. 5º, inciso LV, que cuida do contraditório e da ampla defesa.
(C) Tal depósito prévio é obrigatório, mesmo não tendo sido previsto em lei específica, já que é permitido pelo art. 5º, inciso LV, da Constituição da República, que cuida do contraditório e da ampla defesa.
(D) Tal depósito prévio não é obrigatório porque o art. 636, § 1º, da CLT, conforme entendimento sumulado pelo TST, não foi recepcionado pela Constituição da República ante a sua incompatibilidade com o art. 5º, inciso LV, que cuida do contraditório e da ampla defesa.

(E) O depósito prévio não é obrigatório porque não foi instituído por lei específica e, portanto, conforme jurisprudência sumulada pelo TST, não se aplica o disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição da República, que cuida do contraditório e da ampla defesa.

RESPOSTA Súmula 424, TST. *Alternativa D.*

7639. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** No que diz respeito ao sistema recursal, assinale a alternativa correta:

(A) Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público poderão recorrer, além dos interessados, o Presidente do Tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o Presidente do Tribunal, ficando vedada a interposição de recurso pela Procuradoria da Justiça do Trabalho nesta última hipótese.

(B) O recurso da União contra as decisões proferidas nos dissídios coletivos será suspensivo quanto à parte que exceder o índice governamental.

(C) No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 40% (quarenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

(D) A contagem do quinquídio para apresentação dos originais de recurso interposto por intermédio de fac-símile começa a fluir do dia subsequente ao término do prazo recursal e não do dia seguinte à interposição do recurso, se esta se deu antes do termo final do prazo, sendo que o *dies a quo* não poderá coincidir com sábado, domingo ou feriado, consoante a regra insculpida no art. 184 do CPC.

(E) A União, Estados, Municípios e suas autarquias e fundações de direito público, que não explorem atividade econômica, assim como a massa falida e as empresas em liquidação extrajudicial, estão isentas do depósito recursal, tanto no caso de interposição do recurso ordinário, quanto no de revista.

RESPOSTA (A) Art. 898, CLT. (B) Art. 8º, Lei n. 5.584/70. (C) § 7º do art. 899, CLT. (D) Item II e III da Súmula 387, TST. (E) Inciso I do art. 790-A, CLT; e Súmula 86, TST. *Alternativa B.*

7640. **(Advogado – CASA – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta quanto aos recursos trabalhistas e conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho.

(A) A admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, independe de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal.

(B) Será conhecido o recurso de revista se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos, ainda que a jurisprudência transcrita não abranger a todos.

(C) O agravo de instrumento não exige depósito recursal.

(D) Não ocorre preclusão se não forem opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada em recurso de revista ou de embargos.

(E) Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.

RESPOSTA Item III da Súmula 297, TST. *Alternativa E.*

XVI. Recursos

7641. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) De acordo com o entendimento sumulado do TST, é cabível a interposição de recurso imediato contra decisão interlocutória que acolhe exceção de incompetência territorial, com determinação de remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.
(B) De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, não é cabível a interposição de recurso imediato contra decisão interlocutória de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Sumula ou Orientação Jurisprudencial do TST.
(C) De acordo com o entendimento sumulado do TST, é cabível a interposição de recurso imediato contra decisão interlocutória suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal.
(D) De acordo com a CLT, o juiz é obrigado a dar-se por suspeito, em relação à pessoa dos litigantes, nos casos de inimizade pessoal, amizade íntima, parentesco por consanguinidade ou afinidade até terceiro grau civil e interesse particular na causa.
(E) De acordo com a CLT, apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao excepto, por 24 (vinte e quatro) horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.

RESPOSTA Letra *a* da Súmula 214, TST. *Alternativa B.*

7642. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Odrácil Terracota, rurícola, ingressou com reclamação trabalhista, pelo rito ordinário, extinta com resolução de mérito, na origem, pelo acolhimento da prescrição, decretada em consonância com entendimento do TST. Recorreu ao TRT o obteve a reversão da decisão, com o afastamento da prescrição e determinação de baixa dos autos à origem, para produção de provas e prosseguimento do feito. Fixadas tais premissas, assinale a alternativa correta:

(A) da decisão do TRT não cabe Recurso de Revista em razão de sua natureza interlocutória;
(B) a decisão é terminativa e, assim, cabe Recurso de Revista;
(C) a decisão é interlocutória e, ainda assim, poderá ensejar Recurso de Revista;
(D) a decisão é terminativa, mas dela cabe Correição Parcial por haver afrontado entendimento sedimentado no TST;
(E) a decisão é passível de impugnação via agravo de instrumento.

RESPOSTA Como inicialmente a prescrição havia sido decretada em consonância com o entendimento do TST, a decisão do TRT, que reverteu a sentença de primeiro grau e afastou a prescrição, será contrária ao entendimento do TST, o que ensejará a interposição de recurso imediato, conforme a letra *a* da Súmula 214, TST. Da decisão do TRT caberá recurso de revista (art. 896, CLT). *Alternativa C.*

7643. **(Advogado – PETROBRAS – 2010 – CESGRANRIO)** No processo do trabalho, se não houver o conhecimento de recurso de revista, a competência para julgar ação que vise a rescindir a decisão de mérito é de(a)

(A) uma das Turmas do TRT.
(B) uma das Turmas do STF.
(C) uma das Turmas do TST.
(D) SBDI-1 do TST.
(E) Seção de Dissídios Individuais do TRT, ou do Pleno de TRT que não a tenha instalada.

RESPOSTA Item I da Súmula 192, TST. *Alternativa A.*

7644. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a Súmulas de jurisprudência uniforme do TST e violação direta da Constituição da República, sendo cabível conhecer, de ofício, nessa fase recursal, da incompetência absoluta, sem necessidade de prequestionamento;

(B) no TST cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias, das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com Súmulas ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal;

(C) as decisões interlocutórias não ensejam recurso de imediato, salvo em hipóteses específicas, para evitar preclusão, como é o caso da decisão regional que, superando a preliminar de carência da ação arguida na defesa de empresa privada, declara existente o vínculo de emprego e determina o retorno dos autos à Vara do Trabalho, para julgar o restante do mérito;

(D) não é cabível recurso de revista de ente público que não interpôs recurso ordinário voluntário da decisão de primeira instância, mesmo que tenha sido agravada, na segunda instância, a condenação imposta, em face da preclusão;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) § 6º do art. 896, CLT; e OJ 62 da SDI-I, TST. (B) Inciso II do art. 894, CLT. (C) Súmula 214, TST. (D) OJ 334 da SDI-I, TST. *Alternativa B.*

7645. (Procurador – MPT – 2009) Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) a ação monitória, cabível na Justiça do Trabalho, é ação de conteúdo cognitivo, submetida ao procedimento especial de jurisdição contenciosa, mediante a qual a parte pretende obter a satisfação de um crédito, representado por documento destituído de eficácia executiva, como se verifica na hipótese em que o empregado, portador de um termo de rescisão do contrato de trabalho, ajuiza ação monitória, com base nesse documento, a fim de obter do sujeito passivo a prestação inadimplida;

(B) ante a inexistência de dispositivo específico que a defina, atribui-se aos Tribunais Regionais a competência funcional para conhecer e julgar a ação anulatória que objetiva a declaração de nulidade de cláusula coletiva, em face da semelhança com a ação de dissídio coletivo;

(C) quando a matéria for de índole constitucional, é cabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento;

(D) não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação. Esse privilégio, todavia, não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) A ação monitória é aplicável de forma subsidiária no Processo do Trabalho por força do art. 769, CLT. (B) OJ 129 da SDI-II, TST. (C) Súmula 218, TST. (D) Súmula 86, TST. *Alternativa C.*

7646. (Juiz – TRT-14 – 2011) Em uma ação trabalhista típica, movida por empregado contra o ex-empregador houve sentença de mérito, julgando a demanda procedente em parte. Da sentença o advogado do reclamado recorreu ordinariamente, mas o recurso não foi provido. O advogado do reclamado então interpôs recurso de revista apenas repetindo, um a um, os argumentos constantes do recurso ordinário anteriormente apresentado. Considerados os dados supra e as Súmulas do TST, assinale a alternativa correta.

(A) O recurso deve ser conhecido e apreciado pelo TST.

(B) O recurso não pode ser conhecido, pois não era caso de recurso de revista.
(C) O recurso não pode ser conhecido, pois as razões do recorrente não impugnaram os fundamentos da decisão recorrida.
(D) O recurso deve ser conhecido, pois a parte pode alegar o que quiser nas razões apresentadas.
(E) O recurso deve ser conhecido, por força do princípio do duplo grau de jurisdição.

RESPOSTA Súmula 422, TST. *Alternativa C.*

7647. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as afirmativas e assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O agravo regimental é cabível para impugnar as decisões monocráticas proferidas pelos relatores nas turmas dos Tribunais Regionais e do TST que negarem seguimento a recurso, e das decisões proferidas em sede de correição parcial.
(B) Não são cabíveis embargos para o TST se a decisão de Turma proferida em dissídios individuais, ainda que divirja de outra Turma, estiver em consonância com as Súmulas e OJs do TST.
(C) O recurso de revista não pode ser interposto por simples petição, não se conhecendo de tal remédio pela ausência do requisito de admissibilidade inscrito no art. 514, II, do CPC, tendo as razões do recorrente atacado os fundamentos da decisão recorrida.
(D) É cabível o agravo de petição em face de decisões interlocutórias que não encerram o processo executivo, mas causem prejuízo à parte e não possam ser impugnadas pelos embargos à execução.
(E) Não cabe recurso extraordinário das decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho que contrariem dispositivo da Constituição Federal ou declarem a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.

RESPOSTA Súmula 422, TST. *Alternativa C.*

7648. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Determinado recurso ordinário, que não sofreu notificação para contrarrazões, tem seu provimento negado em segunda instância. À luz da teoria das nulidades adotada pelo processo do trabalho em seu estatuto consolidado, assinale a alternativa correta:

(A) Deveria ter sido declarada a nulidade dos atos praticados desde o juízo provisório de admissibilidade, este inclusive.
(B) Deveria ter sido declarada a nulidade dos atos praticados desde o juízo definitivo de admissibilidade.
(C) Impõe-se a declaração da nulidade ex *officio*, a qual abrange todos os atos decisórios.
(D) Impõe-se a declaração da nulidade ex *officio*, a qual abrange todos os atos decisórios de caráter definitivo.
(E) Como a ausência de determinação de prazo para contrarrazões não gera prejuízo ao recorrido, não há nulidade a ser declarada.

RESPOSTA Art. 794, CLT. *Alternativa E.*

7649. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Assinale a resposta correta no que diz respeito ao prazo para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) interpor o recurso ordinário previsto pelo art. 893, II, da CLT contra as sentenças definitivas condenatórias proferidas em reclamações trabalhistas nas quais litigam empregado e empregador na posição de reclamante e reclamado, respectivamente:

(A) É de 08 dias, não se aplicando o que prevê o art. 188 do CPC, já que este abrange, restritivamente, apenas os entes da administração pública direta.
(B) É de 08 dias, não se aplicando o que prevê o art. 188 do CPC, já que este abrange, restritivamente, apenas os entes da administração pública indireta.

(C) É de 16 dias, conforme art. 188 do CPC, extensivo à recorrente que, por se tratar de autarquia, goza da vantagem prevista pela Lei n. 9.469, de 1997, que cuida da intervenção da União, nas causas em que figurarem entes da administração indireta.

(D) É de 16 dias, conforme art. 188 do CPC, extensivo à recorrente que, por se tratar de empresa pública, goza da vantagem prevista pela Lei n. 9.469, de 1997, que cuida da intervenção da União, nas causas em que figurarem entes da administração indireta.

(E) É de 08 dias, conforme regra geral insculpida no art. 895, I, da CLT.

RESPOSTA Art. 1º, Decreto-lei n. 779/69; art. 188, CPC; e art. 10, Lei n. 9.469/97. *Alternativa C.*

7650. (Juiz – TRT-6 – 2010) De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre o Recurso Ordinário trabalhista, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. O efeito devolutivo em profundidade do Recurso Ordinário se extrai do Art. 515, § 1º do CPC.

II. O efeito devolutivo em profundidade do Recurso Ordinário transfere ao Tribunal a apreciação do fundamento da defesa não examinado pela sentença, ainda que não renovado em contrarrazões.

III. Não há efeito devolutivo em profundidade no Recurso Ordinário no processo do trabalho porque a apreciação pelo Tribunal de matéria de defesa não enfrentada pelo juízo *a quo* consistiria em flagrante supressão de instância.

IV. O recurso ordinário trabalhista é destituído de efeito devolutivo.

V. O efeito devolutivo em profundidade não alcança o pedido não apreciado na sentença.

(A) As assertivas I, II e V estão corretas.

(B) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

(C) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.

(D) Apenas a assertiva II está correta.

(E) Apenas a assertiva V está correta.

RESPOSTA (I) OJ 340 da SDI-I, TST. (II) OJ 340 da SDI-I, TST. (III) OJ 340 da SDI-I, TST. (IV) *Caput* do art. 899, CLT; e OJ 340 da SDI-I, TST. (V) OJ 340 da SDI-I, TST. *Alternativa A.*

7651. (Juiz – TRT-23 – 2011) No que é pertinente aos recursos no Processo do Trabalho, analise as seguintes proposições e ao final assinale a alternativa CORRETA.

I. Regra geral o recurso ordinário é o meio adequado para impugnar as decisões interlocutórias tomadas pelo Juiz de primeiro grau.

II. Não caberá qualquer espécie de recurso nas demandas cujo valor da causa não exceda dois salários mínimos.

III. Contra decisão que homologa os cálculos de liquidação cabe agravo de petição;

IV. Não pode o juiz de primeiro grau negar seguimento ao agravo de instrumento intempestivo.

(A) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas;

(B) As proposições I e III estão corretas e as proposições II e IV incorretas;

(C) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas.

(D) As proposições II, III e IV estão corretas a proposição I incorreta;

(E) As proposições I, II e III estão corretas e a proposição IV incorreta.

RESPOSTA (I) Súmula 214, TST. (II) § 4º do art. 2º, Lei n. 5.584/70; e Súmula 640, STF. (III) § 3º do art. 884, CLT. (IV) Como o agravo de instrumento visa destrancar recurso cujo seguimento fora negado (letra *b* do art. 897, CLT), cabe apenas ao juízo *ad quem* proceder a sua admissibilidade. *Alternativa A.*

7652. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** Tendo sido absolvido pelo Juízo de 1º grau em face da reclamação no sentido de anotar a CTPS do autor pelo reconhecimento da existência de vínculo de emprego no período de 01/12/1988 a 31/10/1989, e assim indeferidos os pleitos decorrentes, viu-se surpreendido o Estado do Paraná com a publicação de acórdão que reforma a sentença, reconhecendo o vínculo de emprego no período citado e determinando a baixa dos autos à origem para o exame dos demais pedidos formulados. Diante do exposto, assinale a alternativa correta quanto à defesa do Estado:

(A) Não cabe recurso de revista de imediato, pois se trata de decisão interlocutória, insuscetível de reexame pelo Tribunal Superior do Trabalho.

(B) Cabe recurso de revista imediatamente, uma vez que o reconhecimento de vínculo contraria Súmula do TST.

(C) O acórdão não é sujeito a recurso de revista, mas a recurso extraordinário, pela flagrante violação do texto constitucional.

(D) O acórdão está sujeito a recurso de revista e a extraordinário, imediatamente, por violação da Constituição e divergência com Súmula do TST.

(E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

RESPOSTA Na hipótese cabe recurso de revista imediatamente (letra *c* do art. 896, CLT), uma vez que a decisão que reconheceu o vínculo empregatício com o Estado do Paraná afrontou dispositivo da CF (inciso II, art. 37). *Alternativa E.*

7653. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Sobre os prazos recursais no processo do trabalho é INCORRETO afirmar:

(A) O prazo para interposição do recurso de embargos de declaração é de 5 (cinco) dias.

(B) O prazo para a interposição de recurso ordinário é de 8 (oito) dias.

(C) O prazo para interposição de recurso extraordinário é de 15 (quinze) dias.

(D) O prazo para interposição do agravo de instrumento é de 10 (dez) dias.

(E) O prazo para a interposição de recurso de revista é de 8 (oito) dias.

RESPOSTA Letra *b* do art. 897, CLT. *Alternativa D.*

7654. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Quanto ao depósito recursal em ações trabalhistas, de acordo com entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, é *incorreto* afirmar que

(A) deve ser realizado por empresas públicas e sociedades de economia mista quando estas forem condenadas em obrigações de fazer que não contenham condenação pecuniária.

(B) não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento do depósito do valor da condenação; esse privilégio, todavia, não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial.

(C) é ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção; atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso.

(D) havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.

(E) o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso; a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

RESPOSTA (A) Súmula 161, TST. (B) Súmula 86, TST. (C) Item I da Súmula 128, TST. (D) Item III da Súmula 128, TST. (E) Súmula 245, TST. *Alternativa A.*

7655. (Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC) De acordo com entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, na Justiça do Trabalho, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão

I. de Tribunal Regional do Trabalho contrária à súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

II. suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal.

III. que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.

Quais estão corretas?

(A) Nenhuma.

(B) I, II e III.

(C) Apenas I.

(D) Apenas I e II.

(E) Apenas II.

RESPOSTA Súmula 214, TST. *Alternativa B.*

7656. (Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP) No que tange aos recursos no processo trabalhista, é correto afirmar:

(A) Considerando o princípio do duplo grau de jurisdição, sempre será possível interpor recurso ordinário no processo trabalhista.

(B) Os recursos trabalhistas não têm efeitos suspensivo, translativo, substitutivo, extensivo ou regressivo, porque são dotados apenas de efeito devolutivo.

(C) Todos os recursos têm, sempre, o prazo único de oito dias, fixado pela Lei n. 5.584/1970, independentemente de sua espécie ou natureza.

(D) O recurso de revista tem hipóteses limitadas de cabimento e não se destinam a corrigir *error in judicando* na apreciação dos fatos e provas.

RESPOSTA (A) Nas sentenças proferidas nos dissídios de alçada, em princípio, não será possível interpor RO (§ 4º do art. 2º, Lei n. 5.584/70). (B) Em princípio, os recursos trabalhistas têm efeito meramente devolutivo, mas o *caput* do art. 899 prevê a possibilidade de existirem exceções a esta regra. Exemplo: o recurso interposto de decisão normativa da Justiça do Trabalho (art. 14, Lei n. 10.192/2001). (C) Os embargos de declaração são cabíveis no prazo de 5 dias (art. 897-A, CLT); o prazo do agravo regimental varia de 5 a 8 dias, de acordo com o regimento interno dos tribunais; o pedido de revisão de valor de alçada é cabível no prazo de 48 horas (§ 1º do art. 2º, Lei n. 5.584/70). (D) Súmula 126, TST. *Alternativa D.*

7657. (Advogado – CREMESP – 2011 – VUNESP) Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão:

I. de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do mesmo Tribunal;

II. que trata de direitos indisponíveis de menores;

III. suscetível de impugnação mediante recurso para Tribunal Regional diverso;

IV. que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.

Está correto apenas o contido em

(A) IV.

(B) II e IV.

(C) II e III.

(D) I, III e IV.

(E) I, IV e V.

RESPOSTA Súmula 214, TST. *Alternativa A.*

7658. (Advogado – DER – 2010 – FUNCAB) Quanto aos recursos no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) As decisões interlocutórias são irrecorríveis no processo do trabalho, salvo as decisões de exceção de suspeição ou de incompetência.

(B) O recurso de revista não pode ser interposto sem fundamentação, mas o recurso ordinário, quando reclamante e reclamado estiverem postulando sem advogado, não exige fundamentação.

(C) As decisões proferidas em procedimento sumaríssimo são irrecorríveis se o valor da causa for inferior a 60 salários mínimos, salvo se a matéria debatida for de natureza constitucional.

(D) A nenhum recurso no processo do trabalho poderá ser atribuído efeito suspensivo, em função do princípio da celeridade.

(E) O prazo para todos os recursos possíveis no processo do trabalho é de oito dias.

RESPOSTA Segundo o art. 899, CLT, os recursos serão interpostos por simples petição, porém, em relação ao recurso de revista, exige-se a fundamentação do apelo (Súmula 422, TST). *Alternativa B.*

7659. (Advogado – FMS – 2011 – NUCEPE) No que concerne aos recursos trabalhistas, é correto afirmar que:

(A) o recurso ordinário deve ser apresentado no prazo de 10 dias.

(B) o agravo de petição pode ser usado para impugnar decisões definitivas ou terminativas, proferidas em embargos à execução.

(C) os embargos de divergência servem para atacar as decisões divergentes proferidas pelas Turmas do Tribunal Regional do Trabalho.

(D) o agravo de instrumento é utilizado para impugnar decisão do juiz do trabalho ocorrida em audiência.

(E) os embargos de declaração são recurso destinado a corrigir as decisões que sejam omissas, contraditórias, obscuras e duvidosas.

RESPOSTA (A) 8 dias, conforme os incisos I e II do art. 895, CLT. (B) Alínea *a* do art. 897, CLT. (C) Decisões proferidas pelas turmas do TST (inciso II do art. 894, CLT). (D) Serve para atacar despacho que nega seguimento a recurso (letra *b* do art. 897, CLT). (E) A duvidosas, não (*caput* do art. 897-A, CLT, e art. 535, CPC). *Alternativa B.*

7660. (Advogado – CAIXA – 2010 – AOCP) No Processo do Trabalho são cabíveis:

(A) Recurso Ordinário, no prazo de 15 dias, Recurso de Revista, no prazo de 15 dias, e Agravo de Petição, no prazo de 08 dias.

(B) Recurso Ordinário, no prazo de 08 dias, Recurso de Revista, no prazo de 8 dias, e Agravo de petição, no prazo de 5 dias.

(C) Recurso Ordinário, Recurso de Revista, Agravo de Petição, Agravo de Instrumento e Embargos, todos no prazo de 8 dias.

(D) Recurso Ordinário, no prazo de 08 dias, Recurso Especial no prazo de 15 dias, Recurso de Revista, no prazo de 08 dias, e Agravo de Petição, no prazo de 08 dias.

(E) Recurso Ordinário, Recurso de Revista, Agravo de Petição e Embargos, todos no prazo de 5 dias.

RESPOSTA Do inciso I ao IV do art. 893, CLT; e alíneas *a* e *b* do art. 897, CLT. *Alternativa C.*

7661. (Advogado – CEEE – 2010 – FUNDATEC) Nos casos em que o juiz do trabalho de Porto Alegre/RS acolhe exceção de incompetência territorial, reconhecendo Curitiba/PR como localidade competente para apreciar a reclamação trabalhista, caberá:

(A) Agravo de Instrumento.

(B) Recurso Ordinário.

(C) Mandado de Segurança.

(D) Protesto Antipreclusivo.

(E) Agravo Retido.

RESPOSTA § 2º do art. 799, CLT, Súmula 214, TST; e inciso I do art. 895, CLT. *Alternativa B.*

7662. (Advogado – COCEL – 2011 – UFPR) Sobre as respostas do réu no Direito Processual do Trabalho, é correto afirmar:

(A) A doutrina e a jurisprudência predominantes não admitem a aplicação subsidiária da reconvenção no Direito Processual do Trabalho, porque a afirmam incompatível com as regras e princípios deste ramo do Direito.

(B) No âmbito do Direito Processual do Trabalho, o prazo de resposta da Pessoa Jurídica de Direito Público é de 60 dias, eis que há que se contar em quádruplo o prazo de 15 previsto no CPC, aplicável subsidiariamente àquele ramo do Direito.

(C) Segundo a legislação vigente, das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.

(D) A contestação deve ser obrigatoriamente escrita, não se admitindo, no Direito Processual do Trabalho, que seja oral, por apego à celeridade e à economia indispensáveis à breve dissolução da lide.

(E) No Direito Processual do Trabalho, a única resposta possível é a contestação, arguindo-se, por meio de tal petição, todas as exceções processuais e de mérito em direito admitidas.

RESPOSTA § 2º do art. 799, CLT. *Alternativa C.*

7663. (Advogado – COCEL – 2011 – UFPR) Considere as seguintes afirmativas:

(1) Consoante a legislação vigente, cabe recurso de revista das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

(2) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.

(3) Conforme a jurisprudência predominante, considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.

(4) Da sentença resolutória de embargos de terceiros, no Direito Processual do Trabalho, cabe Recurso

Ordinário, no prazo de 8 dias, nos termos do que dispõe a CLT.

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
(B) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
(C) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
(D) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
(E) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

RESPOSTA (1) Recurso ordinário (inciso II do art. 895, CLT). (2) § 6º do art. 896, CLT. (3) Item III da Súmula 297, TST. (4) Na execução, o recurso cabível é o agravo de petição, e não o recurso ordinário (alínea *a* do art. 897, CLT). *Alternativa B.*

7664. **(Advogado – DIOES – 2010 – IBAPRJ)** Sobre os temas Fazenda Pública e remessa *ex officio*, segundo Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, é INCORRETO afirmar que:

(A) Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da Constituição Federal de 1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos.
(B) Cabível recurso de revista *ex officio* de ente público que não interpôs recurso ordinário voluntário da decisão de primeira instância, desde que a questão principal não verse sobre nulidade de contrato de trabalho, por ausência de concurso público.
(C) Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da Constituição Federal de 1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
(D) Em mandado de segurança, somente cabe remessa “ex officio” se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

RESPOSTA (A) Letra *a* do item I da Súmula 303, TST. (B) OJ 1 da SDI-I, TST. (C) Letra *b* do item I da Súmula 303, TST. (D) Item III da Súmula 303, TST. *Alternativa B.*

XVII. Liquidação e Execução de Sentença

7665. **(Procurador – PGE-PA – 2009 – PGEPA)** Consoante a jurisprudência do TST, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O sequestro de verbas públicas para a satisfação de precatórios trabalhistas só é admitido na hipótese de preterição do direito de precedência do credor, a ela se equiparando a situação de não pagamento do precatório até o final do exercício, quando incluído no orçamento.
(B) Há dispensa da expedição de precatório, na forma do artigo 100, § 3º, da CF/88, quando a execução contra a Fazenda Pública não exceder os valores definidos, provisoriamente, pela Emenda Constitucional n. 37/2002, como obrigações de pequeno valor, inexistindo ilegalidade, sob esse prisma, na determinação de sequestro da quantia devida pelo ente público.
(C) É cabível mandado de segurança contra atos praticados pela Presidência dos Tribunais Regionais em precatório em razão de sua natureza administrativa.
(D) Em sede de precatório, por se tratar de decisão de natureza administrativa, não se determina a remessa necessária em caso de decisão judicial desfavorável ao ente público.

RESPOSTA (A) “A ela *não* se equiparando” (OJ 3 do Tribunal Pleno, TST). (B) OJ 1 do Tribunal Pleno, TST. (C) OJ 10 do

Tribunal Pleno, TST. (D) OJ 8 do Tribunal Pleno, TST. *Alternativa A.*

7666. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** Proferida sentença em reclamação trabalhista, um único titulo foi deferido: horas extras, no valor de R$ 15.000,00. Realizada audiência de conciliação em execução, as partes se conciliaram. A executada se comprometeu a pagar ao exequente, para quitação do valor deferido na ação, R$ 10.000,00, em duas parcelas de R$ 5.000,00. Considerando a jurisprudência do TST, as contribuições previdenciárias são devidas:

(A) pelo valor do acordo formulado;
(B) pelo valor deferido na sentença;
(C) pelo valor das horas extras, que deixou de ser quitado no momento do trabalho prestado;
(D) pelo valor mensal das horas extras deferidas, agregado ao do salário pago, no momento da prestação dos serviços;
(E) nenhuma das alternativas anteriores.

RESPOSTA OJ 376 da SDI-I, TST. *Alternativa A.*

7667. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Assinale a alternativa que está em desconformidade com Súmula da Jurisprudência do TST:

(A) A concessão de liminar ou a homologação de acordo constituem faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.
(B) Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, independentemente de nomeação de outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC.
(C) Exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, quando na petição inicial do *mandamus* for verificada a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação, o juiz não concederá prazo para o impetrante emendar ou completar a inicial.
(D) A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão de tutela antecipada ou liminar.
(E) Da decisão de TRT em mandado de segurança cabe recurso ordinário, no prazo de 08 (oito) dias, para o Tribunal Superior do Trabalho, e igual dilação para o recorrido e interessados apresentarem razões de contrariedade.

RESPOSTA (A) Súmula 418, TST. (B) Item III da Súmula 417, TST. (C) OJ 52 da SDI-II, TST. (D) Item III da Súmula 414, TST. (E) Súmula 201, TST. *Alternativa B.*

7668. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Sobre a exceção de pré-executividade no processo do trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Sua interposição não exige forma especial, podendo ser apresentada por simples petição acompanhada dos documentos necessários à comprovação do alegado.
(B) Não admite dilação probatória.
(C) O pronunciamento judicial que decide a exceção de pré-executividade terá natureza jurídica dúplice, que varia conforme implique extinção ou não do processo de execução.
(D) Permite ao juiz conhecer, nos próprios autos da execução, das questões de fato e de direito, sobre as quais possa, imediatamente após o contraditório, emitir juízo conclusivo (juízo de certeza) com os elementos e provas pré-constituídas que se lhe apresentarem.

(E) Segundo a doutrina majoritária, tem natureza jurídica de ação de conhecimento incidental autônoma.

RESPOSTA "A exceção ou objeto de executividade é um meio de defesa do devedor, destinado a atacar o título executivo, independentemente da garantia do juízo"[12]. *Alternativa E.*

7669. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Mônica foi casada com Cebolinha e tiveram duas filhas, Magali e Rosinha. Em janeiro de 1996, Mônica e Cebolinha divorciaram-se. Na partilha de bens foram destinados à Mônica dois imóveis, um à Rua 13 de Maio, n. 10.215, onde Mônica e as duas filhas continuaram residindo, e outro à Rua 14 de Julho, n. 15.315. Em abril de 2000, Mônica, em sociedade com seu irmão Cascão, constituiu uma empresa denominada Construtora Turma da Mônica Ltda, na qual Mônica é titular de 50% das cotas sociais. O imóvel da Rua 14 de Julho foi por ela vendido, em maio de 2001, para fins de investimento na empresa. Em março de 2005, Mônica transferiu, a título de doação, a propriedade do imóvel da Rua 13 de Maio para suas filhas Magali e Rosinha, assegurando no negócio jurídico o usufruto dela sobre o bem. Em dezembro de 2005, Chico Bento ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Construtora Turma da Mônica Ltda, pleiteando direitos decorrentes do contrato de trabalho mantido com a referida empresa no período de 10.02.2003 a 12.09.2005. Os pedidos formulados foram julgados procedentes, ocorrendo o trânsito em julgado da sentença condenatória em fevereiro de 2007. Após instaurada a execução da sentença, foi desconsiderada a personalidade jurídica da sociedade em razão da inexistência de bens penhoráveis, com o consequente direcionamento dos atos executivos contra os sócios. Com isso, Chico Bento indicou à penhora o imóvel da Rua 13 de Maio. Seu requerimento foi deferido pelo Juiz da execução e a constrição foi efetivada. Considerando a situação fática descrita, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A doação feita por Mônica configura fraude à execução, pois foi gratuita e em benefício de suas filhas.

(B) A doação feita por Mônica configura fraude contra credores, pois foi gratuita e em benefício de suas filhas.

(C) A cláusula de usufruto na doação do imóvel caracteriza o *consilium fraudis* indispensável à configuração da fraude a execução.

(D) A penhora é nula, pois o imóvel constrito caracteriza-se como bem de família, nos termos da Lei n. 8.009/90.

(E) A penhora é válida, pois tendo sido desconsiderada a personalidade jurídica da empresa por absoluta inexistência de bens, são cabíveis todas as medidas executórias em desfavor dos sócios para satisfação do crédito trabalhista, dada sua notória natureza alimentar.

RESPOSTA Segundo o *caput* do art. 1º, Lei n. 8.900/90, "o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam". Portanto, a penhora é nula. *Alternativa D.*

7670. **(Juiz – TRT-24 – 2008)** Em tema de arrematação na execução trabalhista, de acordo com as disposições da CLT, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A adjudicação prefere à arrematação.

(B) Se o arrematante, ou seu fiador, não pagar dentro de 24 (vinte e quatro) horas o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal dado para garantia do lance, voltando à praça os bens executados.

(C) O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 40% (quarenta por cento) do

seu valor.

(D) O valor das custas nos embargos à arrematação é fixo, não variando de acordo com valor do lance oferecido para a arrematação do bem.

(E) Concluída a avaliação, dentro de 10 (dez) dias, contados da data da nomeação do avaliador, seguir-se-á a arrematação que será anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de 20 (vinte) dias.

RESPOSTA (A) § 1º do art. 888, CLT. (B) § 4º do art. 888, CLT. (C) § 2º do art. 888, CLT. (D) Inciso V do art. 789-A, CLT. (E) *Caput* do art. 888, CLT. *Alternativa C.*

7671. **(Procurador – MPT – 2007)** Assinale a alternativa INCORRETA, quanto à execução no processo do trabalho:

(A) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.

(B) Serão executadas *ex officio* as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.

(C) Tratando-se de reclamações trabalhistas plúrimas, a aferição do que vem a ser obrigação de pequeno valor, para efeito de dispensa de formação de precatório e aplicação do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, deve ser realizada considerando-se a soma total dos créditos dos reclamantes.

(D) É válida a penhora em bens de pessoa jurídica de direito privado, realizada anteriormente à sucessão pela União ou por Estado-membro, não podendo a execução prosseguir mediante precatório.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Súmula 419, TST. (B) Parágrafo único do art. 876, CLT. (C) Súmula 36, TST. (D) OJ 343 da SDI-I, TST. *Alternativa C.*

7672. **(Procurador – MPT – 2006)** São títulos executivos expressamente previstos na legislação processual trabalhista:

I. decisões das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo;

II. acordos judiciais não cumpridos;

III. termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho;

IV. termos de conciliação firmados perante comissão de conciliação prévia.

De acordo com as alternativas acima, pode-se afirmar que:

(A) todas estão certas;

(B) a I está errada;

(C) a III está errada;

(D) a IV está errada;

(E) não respondida.

RESPOSTA *Caput* do art. 876, CLT. *Alternativa A.*

7673. **(Procurador – MPT – 2006)** Quanto à arrematação na execução no processo do

trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) os bens serão vendidos, na praça, pelo maior lance;

(B) a adjudicação prefere a arrematação;

(C) o arrematante deve garantir o lance com sinal igual a 25% do seu valor;

(D) não havendo licitante e não havendo adjudicação os bens poderão ser vendidos por leiloeiro nomeado pelo juiz;

(E) não respondida.

RESPOSTA § 2º do art. 888, CLT. *Alternativa C.*

7674. (Procurador – MPT – 2009) Assinale a alternativa CORRETA:

(A) No processo do trabalho, além do valor principal, serão executadas também as contribuições sociais, e honorários advocatícios se houver.

(B) A obrigatoriedade de reexame necessário em causas de interesse público relevante é absoluta.

(C) No processo do trabalho, a conciliação pode se realizar a qualquer tempo e grau de jurisdição, salvo na fase de execução.

(D) O principio inquisitivo, norma que é reflexo do caráter publicista do direito processual, somente se expressa no processo do trabalho na execução.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 876, CLT; e OJ 348 da SDI-I, TST. (B) § 2º do art. 475, CPC. (C) *Caput* do art. 764, CLT. (D) Arts. 765 e 852-D, CLT. *Alternativa A.*

7675. (Juiz – TRT-6 – 2010) Com relação aos Embargos à Execução e à Impugnação aos Cálculos de Liquidação, assinale a alternativa CORRETA,

(A) O prazo para Embargos à Execução no processo do trabalho é de dez dias contados da juntada aos autos do auto de penhora.

(B) Na fase de Embargos à Execução, não é possível produção de prova testemunhal.

(C) O exequente só poderá impugnar os cálculos de liquidação no momento em que tiver ciência da liberação do crédito exequendo.

(D) Nos Embargos o executado poderá suscitar a inexigibilidade do título pela quitação.

(E) A Impugnação aos Cálculos, promovida pelo exequente, será julgada em autos apartados.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 884, CLT. (B) § 2º do art. 884, CLT. (C) § 3º do art. 884, CLT. (D) § 1º do art. 884, CLT. (E) § 4º do art. 884, CLT. *Alternativa D.*

7676. (Juiz – TRT-6 – 2010) Tendo por referência a lei e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA em relação aos Embargos de Terceiro.

(A) A petição inicial na ação de Embargos de Terceiro deve observar as regras do Art. 282 do CPC.

(B) Na petição inicial, o embargante deverá fazer a prova sumária de sua posse e da qualidade de terceiro.

(C) Os embargos podem ser de terceiro senhor e possuidor, ou apenas possuidor.

(D) Na fase de conhecimento, os Embargos de Terceiro podem ser ajuizados a qualquer tempo, entretanto na fase de execução só até dez dias contados do ato de constrição judicial.

(E) Na execução por carta precatória, os Embargos de Terceiro serão oferecidos no Juízo deprecante ou no Juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo quando os

embargos versarem exclusivamente sobre vícios e irregularidades nos atos de expropriação promovidos pelo Juízo deprecado, passando a ser desse último a competência para o julgamento.

RESPOSTA (A) *Caput* do art. 1.050, CPC. (B) *Caput* do art. 1.050, CPC. (C) § 1º do art. 1.046, CPC. (D) Art. 1.048, CPC. (E) Súmula 419, TST. *Alternativa D.*

7677. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica do executado permite ao Juiz atuar no sentido de que os atos expropriatórios recaiam sobre os bens particulares do titular ou dos sócios da empresa, sempre que se demonstrar a insuficiência do patrimônio societário.

(B) O princípio da responsabilidade limitada do sócio prevalece à teoria da desconsideração da personalidade jurídica do executado, obedecida na hipótese o *quantum* econômico fixado no contrato de constituição da empresa.

(C) O sócio-cotista não responde por dívida ou prejuízos causados a terceiros sendo vedada ao Juízo a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica do executado.

(D) Inaplicável a teoria da desconsideração da personalidade jurídica do executado quando ausente prova de gestão fraudulenta ou desvio de finalidade empresarial.

(E) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica do executado não alcança micro e pequenas empresas.

RESPOSTA Art. 28, Lei n. 8.078/90, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho por força dos arts. 8º e 769, CLT. *Alternativa A.*

7678. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. Na execução trabalhista por carta precatória, os embargos de terceiro são oferecidos perante o Juízo Deprecante, que os remeterá ao Juízo Deprecado, salvo se versarem sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação, quando lhe compete o julgamento.

II. Quando se tratar de decisão monocrática de provimento ou denegação de recurso, proferida com base no art. 557 do CPC e que contenha conteúdo definitivo e conclusivo, é possível a interposição de embargos de declaração para fins de esclarecimento, podendo o juiz, em decisão monocrático-aclaratória, suprir possível omissão.

III. Por fazer parte do apartamento, único imóvel onde reside o casal ou entidade familiar, a vaga de garagem, torna-se impenhorável, eis que integrante do bem de família.

IV. Quando se tratar de causas submetidas ao procedimento sumaríssimo, o recurso de revista é admissível restritamente por contrariedade à Súmula de jurisprudência uniforme do TST e violação direta da Constituição da República.

(A) As alternativas II e IV estão corretas.

(B) As alternativas I e II estão corretas.

(C) As alternativas II e III estão corretas.

(D) As alternativas I e III estão corretas

(E) As alternativas I e IV estão corretas.

RESPOSTA (I) Errada, Súmula 419, TST. (II) Correta, item I da Súmula 421, TST. (III) Errada, Súmula 449, STJ. (IV) Correta, Súmula 442, TST. *Alternativa A*.

7679. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** A respeito da execução no processo do trabalho, analise as proposições a seguir:

I. São espécies de títulos executivos extrajudiciais os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.

II. Segundo a jurisprudência dominante, nos casos de execução provisória, não viola direito líquido e certo do devedor a decisão que determina a penhora de dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, na medida em que amparada na gradação prevista no art. 655 do CPC.

III. Consoante a jurisprudência dominante, não é válida a penhora de bens de pessoa jurídica de direito privado, realizada anteriormente à sucessão pela União ou por Estado da Federação, pois, em face destas, a execução deve seguir mediante precatório, nos termos do art. 100 da Constituição Federal de 1988.

IV. De acordo com jurisprudência consolidada do TRT da 9ª Região, o prazo para o ajuizamento de embargos à execução por parte da União Federal é de 10 (dez) dias, na medida em que é inconstitucional a Medida Provisória 2180-35/2001, que tinha por escopo alterar a redação do art. 730 do CPC.

(A) apenas as proposições I e IV estão corretas

(B) apenas as proposições II e III estão corretas

(C) apenas as proposições II e IV estão corretas

(D) apenas as proposições I e III estão corretas

(E) todas as proposições estão corretas

RESPOSTA (I) *Caput* do art. 876, CLT. (II) Item I da Súmula 417, TST. (III) OJ 343 da SDI-I, TST. (IV) OJ SE EX 109, TRT da 9ª Região. *Alternativa A.*

7680. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Considere as seguintes proposições:

I. A execução de título executivo extrajudicial compete ao juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativamente à matéria.

II. Apresentada a conta de liquidação, o juiz deve abrir às partes prazo sucessivo de 10 dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto de discordância, sob pena de preclusão.

III. A matéria de defesa, nos embargos à execução, está restrita à alegação de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida, oportunidade em que pode o executado apresentar impugnação à sentença de liquidação.

IV. Nas prestações sucessivas por tempo indeterminado, a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.

V. Em relação aos trâmites e incidentes da execução, a CLT estabelece a aplicação subsidiária da lei de execuções fiscais naquilo em que não contravierem o processo do trabalho.

(A) somente as proposições I e III são corretas.

(B) somente as proposições II, III e V são corretas.

(C) somente as proposições I, III e V são corretas.

(D) somente as proposições IV e V são corretas.

(E) todas as proposições são corretas.

RESPOSTA (I) Correta, art. 877, CLT. (II) Incorreta, § 2º do art. 879, § 2º, CLT. (III) Correta, § 1º do art. 884, CLT. (IV) Incorreta, art. 892, CLT. (V) Correta, art. 889, CLT. *Alternativa C.*

7681. **(Advogado – CEAGESP – 2010 – VUNESP)** Não são passíveis de execução na Justiça do Trabalho:

(A) as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo.
(B) os acordos, quando não cumpridos.
(C) os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho.
(D) os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.
(E) os termos de compromisso firmados perante as Superintendências Regionais do Trabalho, antigas Delegacias Regionais (DRT).

RESPOSTA *Caput* do art. 876, CLT. *Alternativa E.*

7682. **(Advogado – CAIXA – 2010 – AOCP)** Assinale a alternativa correta quanto ao processo do trabalho.

(A) Aos trâmites e incidentes do processo da execução trabalhista é aplicável a Lei de Execução Fiscal, naquilo em que não contrarie a CLT.
(B) A massa falida não paga custas nem efetua depósito recursal, aplicando-se o mesmo privilégio à empresa em liquidação extrajudicial.
(C) No processo do trabalho é cabível o recurso adesivo contra: Recurso Ordinário, Agravo de petição, Recurso de Revista, Recurso Especial e Embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
(D) No processo do trabalho não é previsto o cabimento de interposição de agravo de instrumento.
(E) A parte pode desistir de recurso por si interposto, necessitando, para isso, como ocorre em caso de desistência da ação, da autorização do *ex adverso*.

RESPOSTA (A) Art. 889, CLT. (B) Súmula 86, TST. (C) Súmula 196, TST. (D) Letra *b* do art. 897, CLT. (E) Art. 501, CPC; e art. 769, CLT. *Alternativa A.*

7683. **(Advogado – IPT – 2011 – VUNESP)** Considere as proposições e assinale, em cada uma, V (Verdadeiro) ou F (Falso), conforme o caso.

I. No processo trabalhista, a liquidação da sentença poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.
II. É possível que na liquidação haja modificação ou mesmo inovação da sentença liquidanda, desde que se discuta matéria pertinente à causa principal.
III. É vedada a inclusão de cálculos da contribuição previdenciária na liquidação em que se apura o valor devido à parte litigante.
IV. Elaborada a conta e tornada líquida, o juiz poderá abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

A sequência correta de V ou F, pela ordem, é

(A) V – F – F – V.
(B) V – V – F – V.
(C) V – F – F – F.
(D) V – F – V – V.
(E) V – V – F – V.

RESPOSTA (I) V – *caput* do art. 879, CLT. (II) F – § 1º do art. 879, CLT. (III) F – § 1º-A do art. 879, CLT. (IV) V – § 2º do art.

879, CLT. *Alternativa A.*

7684. **(Advogado – IRB – 2006 – ESAF)** Em execução trabalhista,

(A) não cabe recurso de revista.
(B) o recurso de revista caberá contra decisão que contrariar a legislação ordinária.
(C) o recurso de revista caberá quando houver violação de norma constitucional.
(D) o recurso de revista tipicamente repele a figura do prequestionamento.
(E) o recurso de revista caberá quando constatada divergência jurisprudencial.

RESPOSTA § 2º do art. 896, CLT. *Alternativa C.*

XVIII. Procedimentos Especiais

7685. **(Juiz – TRT-8 – 2011)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Não caracteriza irregularidade de representação, a ausência da data da outorga de poderes, visto não ser condição de validade do mandato judicial. Desta feita, a data a ser considerada é aquela em que o instrumento for juntado aos autos.
(B) Conforme entendimento sumulado do STF, é competente o TRT para julgar mandado de segurança contra ato de seu presidente em execução de sentença trabalhista.
(C) O simples fato de a testemunha estar litigando ou ter litigado contra o mesmo empregador, não a impede, nem a torna suspeita de depor em juízo, consoante jurisprudência sumulada do TST.
(D) É decadencial o prazo de 30 dias para a instauração de inquérito judicial, visando à rescisão contratual de empregado estável, a contar da data do cometimento da falta grave.
(E) No caso de as partes conciliarem em juízo, o respectivo termo vale como sentença irrecorrível, podendo ser atacável apenas por meio de ação rescisória, exceto para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.

RESPOSTA (A) OJ 371 da SDI, TST. (B) Súmula 433, STF. (C) Súmula 357, TST. (D) Art. 853, CLT. (E) Parágrafo único do art. 831, CLT. *Alternativa D.*

7686. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** Considere as seguintes proposições:

I. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar a execução, de ofício, das contribuições previdenciárias e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido, por disposição expressa da CLT, e, no caso de sentenças ilíquidas, após a homologação dos cálculos de liquidação, a União deve ser intimada para manifestação, no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão, ocasião em que poderá opor impugnação aos cálculos de liquidação, mas somente em relação ao crédito previdenciário.
II. A Justiça do Trabalho deve executar as contribuições previdenciárias de ofício, exceto no caso de dispensa de manifestação da União na fase de execução sobre o crédito previdenciário apurado nas ações trabalhistas, por ato fundamentado do Ministro de Estado da Fazenda para evitar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico.
III. O prazo prescricional da pretensão de recebimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre créditos trabalhistas é de cinco anos.
IV. A dispensa de dirigente sindical beneficiado por estabilidade provisória no emprego deve ser precedida de inquérito judicial para apuração de falta grave, com prazo decadencial de 30 dias contados da data de sua suspensão, sendo assegurada a execução para pagamento dos salários

devidos ao empregado até a data de instauração do inquérito judicial.

V. A dispensa com justa causa de gestante beneficiada por estabilidade provisória no emprego não depende de apuração de falta grave em inquérito judicial. Se invalidada a dispensa com justa causa, essa empregada terá direito à reintegração no emprego somente se ocorrer dentro do período de estabilidade, caso contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

(A) apenas uma proposição está correta.
(B) apenas duas proposições estão corretas.
(C) apenas três proposições estão corretas.
(D) apenas quatro proposições estão corretas.
(E) todas as proposições estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta, art. 876, CLT; e § 3º do art. 879, CLT. (II) Incorreta, § 5º do art. 879, CLT. (III) Correta, *caput* do art. 174, Lei n. 5.172/66 (CTN). (IV) Correta, arts. 853 e 855, CLT. (V) Correta, item II da Súmula 244, CLT. *Alternativa D.*

XIX. Ação Civil Pública

7687. (Procurador – MPT – 2009) A propósito da ação civil pública, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação civil pública serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos;
(B) a sentença proferida em sede de ação civil pública faz coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova;
(C) decorridos 60 dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, o Ministério Público poderá fazê-lo não sendo facultada igual iniciativa a outros legitimados para a propositura da ação civil pública;
(D) na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor;
(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 17, Lei n. 7.347/85. (B) Art. 16, Lei n. 7.347/85. (C) Art. 15, Lei n. 7.347/85. (D) Art. 11, Lei n. 7.347/85. *Alternativa C.*

7688. (Juiz – TRT-15 – 2011) Assinale a alternativa correta:

(A) a fixação da competência territorial da ação civil pública deve ser estabelecida em função da extensão do dano causado ou a ser reparado, sendo certo, que se este for de âmbito suprarregional, o foro é o do Distrito Federal;
(B) é possível a regularização da representação processual na fase recursal em mandado de segurança quando se constata que a procuração outorgada a advogado confere poderes apenas e exclusivamente para ajuizamento de reclamação trabalhista;
(C) a contagem do prazo decadencial para ajuizamento de mandado de segurança opera-se do efetivo ato coator, que corresponde àquele que ratificou à tese hostilizada;

(D) a rejeição, na Vara do Trabalho, de exceção de incompetência em razão do lugar comporta interposição imediata de recurso;

(E) a ação cautelar é o meio processual hábil a postular a concessão de efeito suspensivo a recurso interposto em mandado de segurança.

RESPOSTA (A) Apesar de constar no gabarito como a opção correta, deverá ser atualizada, de conformidade com a nova redação dos itens I e III da OJ 130 da SDI-II, TST. (B) Item II da Súmula 383, TST. (C) OJ 127 da SDI-II, TST. (D) Súmula 214, TST. (E) OJ 113 da SDI-II, TST. *Alternativa A.*

7689. (Juiz – TRT-23 – 2011) Quanto ao regramento legal da ação civil pública, assinale a alternativa FALSA:

(A) Tem legitimidade para propor a ação civil pública, dentre outros, a Defensoria Pública, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.

(B) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

(C) Todos os legitimados à propositura da ação poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

(D) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

(E) Na ação coletiva em que se deduza pretensão referente a direitos ou interesses individuais homogêneos haverá a formação de coisa julgada *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, sendo que, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.

RESPOSTA (A) Art. 5º, Lei n. 7.347/85. (B) § 1º do art. 5º, Lei n. 7.347/85. (C) § 6º do art. 5º, Lei n. 7.347/85. (D) Art. 15, Lei n. 7.347/85. (E) Incisos I, II e III do art. 103, Lei n. 8.078/90. *Alternativa C.*

7690. (Procurador – MPT – 2008) O Ministério Público recebeu denúncia de que o Município X, apesar de realizar concursos públicos regularmente, provê os cargos efetivos constantes de seu quadro com cidadãos não aprovados no certame. Considerando esta hipótese, assinale a alternativa que contém proposição INCORRETA:

(A) em ação civil ajuizada após a conclusão do inquérito civil, o juiz da causa, julgando procedente o pedido relativo ao provimento de cargos efetivos apenas com servidores aprovados em concursos poderá determinar que o Município cumpra a obrigação no prazo de 100 dias, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 1.000,00 (hum mil reais), ainda que não demandada na petição inicial pelo Ministério Público;

(B) concursados aprovados no certame oferecido pelo Município X poderão promover individual e diretamente a liquidação e execução da sentença obtida pelo Ministério Público, independentemente de terem proposto ação individual de conhecimento;

(C) no caso de liquidação e execução individual da sentença obtida pelo Ministério Público, a ação respectiva somente poderá ser distribuída para o juízo que proferiu a sentença condenatória;

(D) a sentença obtida pelo Ministério Público não beneficiará, nos processos judiciais individuais, os concursados que tenham proposto ações objetivando nomeação nos cargos para os quais foram aprovados, caso não tenham pedido a suspensão das respectivas demandas no prazo de trinta dias

contados da ciência, nos autos, do ajuizamento da ação proposta pelo Ministério Público;
(E) não respondida.

RESPOSTA Para a execução individual, como é o caso da alternativa C, que é a incorreta, é competente para a execução o juízo da liquidação da sentença ou o juízo da ação condenatório, que inclusive podem ser diferentes (incisos I e II do § 2º do art. 98 da Lei n. 8.078/90). *Alternativa C*.

7691. **(Procurador – MPT – 2007)** Assinale a alternativa INCORRETA, relativamente à ação civil pública no processo do trabalho:

(A) Segundo a jurisprudência do TST, o Ministério Público do Trabalho tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos, inclusive para denunciar situação fraudulenta envolvendo sociedade cooperativa, utilizada para intermediar mão de obra.
(B) Poderá ingressar com ação civil pública perante a Justiça do Trabalho a associação civil constituída há dois meses, desde que inclua entre seus fins institucionais e defesa dos interesses transindividuais, em situação considerada pelo magistrado de manifesto interesse social, evidenciado pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
(C) Na Justiça do Trabalho, a ação civil pública tem natureza condenatória, visando à criação de novas condições de trabalho e ao adimplemento de obrigações de dar (pagamento de multa), de fazer ou não fazer.
(D) Segundo a jurisprudência do TST, se a extensão do dano abranger os Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, o ajuizamento da correspondente ação civil pública trabalhista deverá ocorrer na Justiça do Trabalho do Distrito Federal.
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) “EMBARGOS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 896, ‘c’, DA CLT. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. INTERESSE SOCIAL RELEVANTE. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. O Ministério Público do Trabalho tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos. A situação da sociedade cooperativa, em que se denuncia a fraude no propósito de intermediação de mão de obra, com a não formação do vínculo empregatício, configura direito individual homogêneo revestido de interesse social relevante. Embargos conhecidos e providos” (E-RR-473110/1998.4, Rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, SBDI-1, *DJ* 13-12-2002). (B) Letra *a* do inciso V do art. 5º, Lei n. 7.437/85. (C) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer (art. 3º, Lei n. 7.347/85). (D) Com a alteração ocorrida na OJ 130 da SDI-II, TST, no dia 14-9-2012, esta alternativa também passou a ser incorreta (item III da citada OJ). *Alternativas C e D.*

7692. **(Juiz – TRT-3 – 2012)** Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Com relação à competência territorial para ajuizamento da Ação Civil Pública, é correto o foro do domicílio do reclamado.
II. Com relação à competência territorial para ajuizamento da Ação Civil Pública, é correto o foro da relação de trabalho.
III. Com relação à competência territorial para ajuizamento de Ação Civil Pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado, ou a ser reparado: se esse dano for regional, será competente uma das Varas do Trabalho da capital do Estado onde tiver ocorrido a lesão e, se a lesão for suprarregional ou nacional, será competente uma das Varas do Trabalho do Distrito Federal.
IV. O Ministério Público do Trabalho é parte do Ministério Público da União, o qual engloba os seguintes Ministérios Públicos, sendo todos eles: Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Ministério Público do Distrito Federal e Ministério Público Militar.
V. O Ministério Público da União abrange, no total: o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Distrito Federal, o Ministério Público Militar e também o

Ministério do Trabalho e Emprego.

(A) Somente a afirmativa I está correta.

(B) Somente a afirmativa II está correta.

(C) Somente a afirmativa III está correta.

(D) Somente a afirmativa IV está correta.

(E) Somente a afirmativa V está correta.

RESPOSTA (I) Incorreta, *caput* do art. 2º, Lei n. 7.347/85. (II) Incorreta, *caput* do art. 2º, Lei n. 7.347/85. (III) Incorreta, OJ 130 da SDI-II, TST. (IV) Incorreta, inciso I do art. 128, CRFB. (V) Incorreta, inciso I do art. 128, CRFB. *Pelo gabarito, a resposta correta seria a alternativa C, porém, com a alteração da OJ 130 da SDI-II, TST, em 14-9-2012, a questão ficou sem alternativa a ser marcada.*

XX. Ação Rescisória

7693. **(Advogado – DIOES – 2010 – IBAPRJ)** De acordo com Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que:

(A) Na ação rescisória, o que se ataca na ação é a sentença, ato oficial do Estado, acobertado pelo manto da coisa julgada. Assim sendo, e considerando que a coisa julgada envolve questão de ordem pública, a revelia não produz confissão na ação rescisória.

(B) O *jus postulandi* das partes, não limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando, por exceção, a ação rescisória, a ação cautelar e o mandado de segurança contra ato proferido por juiz de 1ª Instância.

(C) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecado, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora.

(D) Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.

RESPOSTA Súmula 398, TST. *Alternativa A.*

7694. **(Advogado – BANPARÁ – 2010)** Marque a alternativa CORRETA:

(A) O prazo para ajuizar Ação Rescisória, no processo trabalhista, é de dois anos e sua natureza é decadencial.

(B) A execução de decisão proferida em Ação Rescisória far-se-á em autos apartados, perante o juízo que proferiu a sentença de mérito rescindida.

(C) Não se aplica à Ação Rescisória, no foro trabalhista, o art. 273, do CPC, que dispõe sobre a tutela antecipada.

(D) Não cabe Ação Rescisória, para discutir os termos de conciliação homologada pelo juízo trabalhista, por se tratar de decisão de natureza simplesmente homologatória.

RESPOSTA Neste caso, segue a regra do CPC prevista no art. 495. Tal prazo tem natureza decadencial (item I da Súmula 100, TST). *Alternativa A.*

7695. **(Advogado – CASA – 2011 – VUNESP)** No que tange à ação rescisória, é correto afirmar que

(A) não se exige depósito prévio para sua propositura, conforme entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal.

(B) o marco divisor, quanto a ser ou não controvertida nos Tribunais a interpretação dos dispositivos legais citados na ação rescisória, é a data da propositura da ação.

(C) havendo recurso ordinário em sede de rescisória, o depósito recursal só é exigível quando for julgado procedente o pedido e imposta condenação em pecúnia, devendo este ser efetuado no prazo recursal, no limite e nos termos da legislação vigente, sob pena de deserção.

(D) o prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, se esta for de mérito, pois não o sendo, dependerá da data fixada pela autoridade que por último despachar no processo.

(E) havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se na data do último despacho, mas não pode ser em momentos e em tribunais diferentes.

RESPOSTA Súmula 99, TST. *Alternativa C.*

7696. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Acerca da ação rescisória no processo do trabalho, é correto afirmar:

(A) A revelia produz o efeito de confissão na ação rescisória.

(B) Os descontos previdenciários e fiscais devem ser efetuados pelo juízo executório apenas e tão somente quando constarem expressamente da sentença, sob pena de ofensa a coisa julgada.

(C) É cabível a propositura de ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação.

(D) É incabível ação rescisória, por violação do artigo 896, "a", da CLT, contra decisão que não conhece de recurso de revista, com base em divergência jurisprudencial, pois não se cuida de sentença de mérito.

(E) O artigo 485, VIII, do CPC, ao tratar do fundamento para invalidar a confissão como hipótese de rescindibilidade da decisão, refere-se à confissão ficta resultante de revelia.

RESPOSTA Súmula 413, TST. *Alternativa D.*

7697. **(Juiz – TRT-15 – 2011)** A respeito da ação rescisória e considerando a jurisprudência do TST, assinale a alternativa incorreta:

(A) é incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação;

(B) a ação rescisória calcada em violação de lei não admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda;

(C) a sentença de mérito transitada em julgado pode ser rescindida quando houver fundamento para invalidar a confissão real;

(D) uma questão processual pode ser objeto de rescisão ainda que não consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito;

(E) os processos submetidos ao rito sumaríssimo são passíveis de corte rescisório.

RESPOSTA (A) Item I da Súmula 399, TST. (B) Súmula 410, TST. (C) Inciso VIII do art. 485, CPC. (D) Súmula 412, TST. (E) No que tange ao procedimento sumaríssimo, as normas trabalhistas não preveem para a ação rescisória tratamento diferenciado, valendo, portanto, as mesmas regras do procedimento ordinário. *Alternativa D.*

7698. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as afirmativas e assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Nos pagamentos judiciais por meio de precatórios, por se tratar de decisão de natureza administrativa, não estão sujeitos à remessa necessária em caso de decisão judicial desfavorável a ente público.

(B) Em ação rescisória, a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, o mesmo ocorrendo em sede de mandado de segurança, se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem.

(C) A atualização monetária do débito da fazenda pública ocorre no momento do pagamento, que deve ser realizado até o final do exercício seguinte ao da inclusão dos precatórios apresentados até o dia 1º de julho, ficando excluída a possibilidade de pagamento de eventuais diferenças decorrentes de precatórios anteriormente pagos e que possam ser enquadrados como de pequeno valor como tais, submetendo-se à expedição de precatório complementar ou suplementar.

(D) Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez. Até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

(E) Todas estão incorretas.

RESPOSTA (A) OJ 8 do TP, TST. (B) Item II da Súmula 303, TST. (C) §§ 3º, 5º e 8º do art. 100, CRFB. (D) Art. 1º-F, Lei n. 9.494/97. *Alternativa B.*

7699. (Juiz – TRT-21 – 2010) Sobre a ação rescisória no Direito Processual do Trabalho, assinale a resposta correta:

(A) por se tratar de uma ação de natureza especial, é indispensável a correta indicação do fundamento de rescindibilidade prevista em lei na petição inicial, sob pena de inépcia;

(B) a ação rescisória proposta com fundamento de violação à lei não admite o reexame dos fatos e provas contidos no processo que originou a decisão rescindenda;

(C) não se aplica ao processo trabalhista a exigência do depósito prévio para a propositura de ação rescisória;

(D) não há legitimidade do Ministério Público do Trabalho para propor ação rescisória em relação a decisões em cujos processos de origem não figura como parte ente de direito público;

(E) nas ações rescisórias ajuizadas com base em erro de fato, a revelia produz os efeitos da confissão ficta quanto a essa matéria.

RESPOSTA (A) Súmula 408, TST. (B) Súmula 410, TST. (C) *Caput* do art. 836, CLT. (D) Inciso III do art. 487, CPC; e Súmula 407, TST. (E) Súmula 398, TST. *Alternativa B.*

7700. (Juiz – TRT-23 – 2011) Quanto à ação rescisória, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Não procede pedido formulado na ação rescisória por violação literal de lei se a decisão rescindenda estiver baseada em texto legal infraconstitucional de interpretação controvertida nos Tribunais.

(B) O marco divisor quanto a ser, ou não, controvertida, nos Tribunais, a interpretação dos dispositivos legais citados na ação rescisória é a data da inclusão, na Orientação Jurisprudencial do TST, da matéria discutida.

(C) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.

(D) Salvo se houver dúvida razoável, a interposição de recurso intempestivo ou a interposição de recurso incabível não protrai o termo inicial do prazo decadencial.

(E) O juízo rescindente está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória,

não podendo formar sua convicção através de outros elementos dos autos quanto à antecipação ou postergação do "dies a quo" do prazo decadencial.

RESPOSTA (A) Item I da Súmula 83, TST. (B) Item II da Súmula 83, TST. (C) Item I da Súmula 100, TST. (D) Item III da Súmula 100, TST. (E) Item IV da Súmula 100, TST. *Alternativa E.*

7701. **(Procurador – MPT – 2007)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) No Brasil, a autonomia jurisdicional do processo do trabalho está bem caracterizada desde 1934, quando a Constituição incluiu a Justiça do Trabalho como órgão integrante do Poder Judiciário.

(B) O Direito Processual Comum será fonte subsidiária do processo do trabalho na omissão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Havendo omissão da CLT quanto à execução trabalhista, aplica-se o CPC.

(C) Cabem embargos, no TST, das decisões das Turmas contrárias à letra de lei federal, ou que divergirem entre si, ou da decisão proferida pelo Tribunal Pleno, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com Súmula de jurisprudência uniforme do TST.

(D) Pode uma questão processual ser objeto de rescisão desde que consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) A Justiça do Trabalho somente passou a integrar o Poder Judiciário a partir da Constituição de 1946. (B) Art. 769, CLT. (C) Inciso II do art. 894, CLT. (D) Súmula 412, TST. *Alternativa D.*

7702. **(Procurador – MPT – 2007)** Assinale a alternativa ERRADA:

(A) Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.

(B) Se a decisão rescindenda é homologatória de acordo, não há parte vencedora ou vencida, razão pela qual não é possível a sua desconstituição calcada no inciso II do art. 485 do CPC, pois constitui fundamento de rescindibilidade que supõe solução jurisdicional para a lide.

(C) No processo do trabalho, a legitimidade "ad causam" do Ministério Público para propor ação rescisória, quando não tenha sido parte no processo que deu origem à decisão rescindenda, está restrita às seguintes hipóteses: que não tenha sido ouvido no processo em que seria obrigatória a sua intervenção; e quando a sentença seja o efeito de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.

(D) Considera-se prequestionada a matéria jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) § 4º do art. 884, CLT. (B) Item II da Súmula 403, TST. (C) Súmula 407, TST. (D) Súmula 297, TST. *Alternativa C.*

7703. **(Procurador – MPT – 2006)** A respeito da ação rescisória, são hipóteses de seu cabimento no processo do trabalho:

I. quando for proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente;

II. quando ofender a coisa julgada;

III. quando se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória;

IV. quando se verificar que foi dada por prevaricação do juiz.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

(A) todas estão certas;
(B) a III está errada;
(C) somente a I e a IV estão certas;
(D) nenhuma das anteriores;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Inciso II do art. 485, CPC. (II) Inciso IV do art. 485, CPC. (III) Inciso VI do art. 485, CPC. (IV) Inciso I do art. 485, CPC. *Alternativa A.*

7704. **(Juiz – TRT-9 – 2009)** A respeito da ação rescisória no processo do trabalho, considere as seguintes proposições:

I. Consoante a jurisprudência dominante, a ação rescisória fundada em violação de lei admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda.
II. Não se admite, de acordo com o entendimento jurisprudencial dominante, ação rescisória contra decisão que não conhece de recurso de revista, com base em divergência jurisprudencial, isto é, por violação do art. 896, alínea "a", da CLT, pois não se trata de sentença de mérito.
III. Segundo o entendimento jurisprudencial dominante, a regra do art. 485, VIII, do CPC, ao tratar do fundamento para invalidar a confissão como hipótese de rescindibilidade da sentença, refere-se tanto à confissão real quanto à confissão ficta.
IV. De acordo com o entendimento jurisprudencial dominante é incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação.

(A) apenas as proposições I e IV estão corretas
(B) apenas as proposições II e III estão corretas
(C) apenas as proposições II e IV estão corretas
(D) apenas as proposições I e III estão corretas
(E) todas as proposições estão corretas

RESPOSTA (I) Súmula 410, TST. (II) Súmula 413, TST. (III) Súmula 404, TST. (IV) Item I da Súmula 399, TST. *Alternativa C.*

XXI. Dissídios Coletivos

7705. **(Advogado – ELETROBRAS – 2007 – NCE)** De acordo com os entendimentos consubstanciados nas Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que:

(A) o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, a interposição antecipada deste prejudica a dilação legal;
(B) os juros de mora incidem sobre a importância da condenação em seu valor histórico, pois não pode o réu ser penalizado pela demora da prestação jurisdicional;
(C) a Justiça do Trabalho é incompetente para declarar a abusividade, ou não, da greve;
(D) é dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento;
(E) o prazo para recurso da parte que, intimada, não comparecer a audiência em prosseguimento para prolação da sentença conta-se da efetiva intimação.

RESPOSTA Súmula 246, TST. *Alternativa D.*

7706. **(Advogado – CEAGESP-SP – 2010 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) O inquérito para apuração de falta grave será instaurado mediante reclamação do empregador à

Justiça do Trabalho, verbal ou escrita, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da suspensão do empregado.

(B) Nos termos da CLT, após a apresentação da defesa pela reclamada, o juiz deverá propor a conciliação entre as partes.

(C) O acordo judicial celebrado perante a Vara do Trabalho pode ser desconstituído através de recurso ordinário, desde que celebrado com dolo ou fraude das partes.

(D) Em caso de descumprimento da sentença normativa, poderá o interessado, ou seu sindicato, mover ação de cumprimento contra o empregador.

(E) A ação consignatória é cabível na Justiça do Trabalho, exceto nos casos de dispensa do trabalhador com justa causa.

RESPOSTA (A) Somente por escrito (art. 853, CLT). (B) A conciliação é proposta antes da apresentação da defesa pela reclamada (*caput* dos arts. 846 e 847, CLT). (C) Desconstituído por meio de ação rescisória (Súmula 259, TST). (D) Art. 872, CLT. (E) Cabível também nos casos de dispensa do trabalhador com justa causa. *Alternativa D.*

7707. (Juiz – TRT-16 – 2011) Analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

(A) Em dissídio coletivo, o julgamento *ultra* ou *extra petita* é passível de nulidade.

(B) Segundo entendimento do TST, a sentença normativa produz coisa julgada material, sendo cabível ação rescisória contra esta decisão.

(C) No caso de não existir acordo, convenção ou sentença normativa em vigor, a sentença normativa vigerá a partir da data do ajuizamento, cabendo sua execução imediata.

(D) A competência para apreciar dissídios coletivos se restringe aos Tribunais Regionais do Trabalho, ocorrendo a cumulação entre a competência funcional e territorial.

(E) A celebração de acordo pelas partes após a propositura de dissídio coletivo prescinde de homologação judicial para sua validade e eficácia, implicando em extinção do dissídio coletivo correspondente por carência superveniente de ação.

RESPOSTA (A) Em dissídio coletivo não há que se falar em julgamento *ultra petita* nem *extra petita*, visto que não há pedido (art. 858, CLT). (B) Súmula 397, TST. (C) Parágrafo único do art. 867, CLT. (D) Letra *b* do art. 702, CLT. (E) § 1º do art. 614, CLT; e OJ 34 da SDC, TST. *Alternativa E.*

7708. (Juiz – TRT-21 – 2010) Sobre os dissídios coletivos, leia atentamente as assertivas abaixo e marque, em seguida, a resposta correta:

I. Para a solução dos conflitos coletivos, as partes envolvidas podem recorrer à arbitragem, expressamente autorizada pela legislação brasileira para essa hipótese;

II. De acordo com a jurisprudência pacificada do TST, é constitucional a atual exigência do comum acordo para o ajuizamento de dissídios coletivos perante a Justiça do Trabalho;

III. A verificação do comum acordo, também de harmonia com a jurisprudência do TST, pode ser expressada formalmente pelas partes, ou pode ser verificada de forma tácita, esta última consistente no seu silêncio durante a tramitação do processo;

IV. Na decisão do dissídio coletivo, a Justiça do Trabalho não está obrigada a observar as disposições convencionadas anteriormente, mas deve respeitar as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho;

V. Em caso de greve, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, desde que provocado, de forma fundamentada, por pessoas e organizações (governamentais ou não) prejudicadas.

(A) todas as assertivas estão corretas;

(B) somente as assertivas I, II e IV estão corretas;
(C) somente as assertivas II, e III estão corretas;
(D) somente as assertivas I, IV e V estão corretas;
(E) somente as assertivas I, II e III estão corretas.

RESPOSTA (I) § 2º do art. 114, CRFB. (II) A jurisprudência da SDC assentou o entendimento de que o comum acordo constitui pressuposto processual atípico para a instauração do dissídio coletivo de natureza econômica (§ 2º do art. 114, CRFB). (III) A jurisprudência da SDC adotou o entendimento de que a redação do § 2º do art. 114, CRFB, fixou a necessidade do mútuo consenso das partes, ao menos tácito, como pressuposto para o ajuizamento do dissídio coletivo. (IV) § 2º do art. 114, CRFB. (V) § 3º do art. 114, CRFB. *Alternativa E.*

7709. **(Juiz – TRT-23 – 2011)** Quanto ao tema dissídio coletivo, assinale a alternativa que contém uma afirmação FALSA à luz da jurisprudência do TST:

(A) Não se presta o dissídio coletivo de natureza jurídica à interpretação de normas de caráter genérico.
(B) O dissídio coletivo não é meio próprio para o Sindicato vir a obter o reconhecimento de que a categoria que representa é diferenciada, pois esta matéria – enquadramento sindical – envolve a interpretação de norma genérica.
(C) A comprovação da legitimidade *ad processum* da entidade sindical, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, não mais exige o registro no órgão competente do Ministério do Trabalho.
(D) É pressuposto indispensável à constituição válida e regular da ação a apresentação em forma clausulada e fundamentada das reivindicações da categoria.
(E) É desnecessária a homologação, por Tribunal Trabalhista, do acordo extrajudicialmente celebrado, sendo suficiente, para que surta efeitos, sua formalização perante o Ministério do Trabalho.

RESPOSTA (A) OJ 7 da SDC, TST. (B) OJ 9 da SDC, TST. (C) OJ 15 da SDC, TST. (D) OJ 32 da SDC, TST. (E) OJ 34 da SDC, TST. *Alternativa C.*

7710. **(Procurador – MPT – 2007)** Assinale a alternativa CORRETA, concernente ao dissídio coletivo na Justiça do Trabalho.

(A) A sentença normativa é fonte de direito, pois irradia efeitos jurídicos gerais e abstratos, com campo de incidência objetivo-subjetiva limitado, entretanto, às categorias profissionais e econômicas que se tenham envolvido no processo do dissídio coletivo.
(B) Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e mínimas de proteção ao trabalho.
(C) A instância pode ser concorrentemente instaurada por sindicato representativo da categoria econômica ou profissional, pelas federações ou confederações respectivas.
(D) Pela ação de cumprimento, os empregados, individualmente ou de maneira plúrima ou por seus sindicatos, objetivam o cumprimento de sentença normativa transitada em julgado, acordo ou convenção coletiva de trabalho, perante a Vara do Trabalho ou o Juiz de Direito investido na função trabalhista.
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Arts. 867, 868, 869 e 872, CLT. (B) § 2º do art. 114, CRFB. (C) Parágrafo único do art. 857, CLT. (D) Parágrafo único do art. 872, CLT; e Súmula 246, TST. *Alternativa A.*

7711. (Procurador – MPT – 2009) Leia as assertivas abaixo e após assinale a alternativa CORRETA, considerando as orientações jurisprudenciais do TST:

I. as condições de trabalho acordadas e homologadas em sede de Dissídio Coletivo não podem em hipótese alguma ser aplicadas extensivamente às partes que não o subscreveram;

II. a legitimação de entidade sindical para o ajuizamento do dissídio coletivo prescinde da autorização dos trabalhadores diretamente envolvidos no conflito;

III. se a base territorial do sindicato suscitante for intermunicipal é obrigatória a realização de múltiplas assembleias, abrangendo toda a extensão do conflito coletivo;

IV. para instruir dissídio coletivo não é necessário o registro em ata de assembleia da pauta reivindicatória da categoria profissional.

De acordo com os itens acima, pode-se afirmar que:

(A) nenhuma das assertivas está correta;

(B) apenas as assertivas II e IV estão incorretas;

(C) apenas a assertiva III está correta;

(D) apenas as assertivas I e II estão incorretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) OJ 2 da SDC, TST. (II) OJ 8 da SDC, TST. (III) OJ 14 da SDC, TST (cancelada). (IV) OJ 32 da SDC, TST. *Pelo gabarito deveria ser marcada a letra A, mas, com o cancelamento da OJ 14 da SDC, TST, a questão ficou sem alternativa correta.*

7712. (Juiz – TRT-8 – 2011) Com relação ao dissídio coletivo, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) De acordo com a legislação, para o ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica há necessidade de esgotar a negociação coletiva, bem como de existência de comum acordo entre as partes envolvidas no litígio, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

(B) Segundo a legislação trabalhista, há possibilidade de concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto em face de sentença normativa proferida pelo TRT.

(C) A competência funcional para decidir o dissídio coletivo será dos Tribunais Regionais do Trabalho, ou do TST, quando o conflito exceder a jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho.

(D) Na audiência de conciliação, assim como ocorre nos dissídios individuais, haverá o arquivamento da ação quando o autor não comparecer.

(E) Segundo Súm. do TST, não procede ação rescisória calcada em ofensa à coisa julgada perpetrada por decisão proferida em ação de cumprimento, em face de a sentença normativa, na qual se louvava, ter sido modificada em grau de recurso, porque em dissídio coletivo somente se consubstancia coisa julgada formal. Assim, os meios processuais aptos a atacarem a execução da cláusula reformada são a exceção de pré-executividade e o mandado de segurança, no caso de descumprimento do art. 572 do CPC.

RESPOSTA (A) § 2º do art. 114, CRFB. (B) Art. 14, Lei n. 10.192/2001. (C) Letra *a* do inciso I do art. 678 e letra *b* do inciso I do art. 702, CLT. (D) Art. 861, CLT. (E) Súmula 397, TST. *Alternativa D.*

7713. (Juiz – TRT-9 – 2009) A respeito do Dissídio Coletivo, analise as proposições a seguir:

I. Da sessão de julgamento de um dissídio coletivo fixando normas e condições de trabalho, resultará uma sentença normativa da qual caberá recurso ordinário, no prazo de oito dias, que será apreciado pelo TST.

II. A negociação coletiva é requisito indispensável para o ajuizamento de dissídio coletivo.

III. Ocorrendo greve em serviços e atividades essenciais, a instauração da instância em dissídios coletivos será feita mediante representação escrita, dirigida ao Ministério Público do Trabalho que, depois de cumpridas as formalidades legais, encaminhará a mesma ao Tribunal.

IV. O dissídio coletivo será instaurado mediante representação escrita ao Presidente do Tribunal Regional.

(A) todas as proposições estão corretas

(B) a proposição I é incorreta

(C) a proposição II é incorreta

(D) a proposição III é incorreta

(E) a proposição IV é incorreta

RESPOSTA (I) Inciso II do art. 895, CLT; e alínea *a* do inciso II do art. 2º, Lei n. 7.701/88. (II) Art. 856, CLT. (III) § 3º do art. 114, CRFB. (IV) Art. 856, CLT. *Alternativa D.*

XXII. Mandado de Segurança

7714. **(Advogado – BANPARÁ – 2010)** Analise as proposições abaixo, sobre mandado de segurança no Judiciário Trabalhista e marque a alternativa CORRETA.

I. O indeferimento do pedido inicial, por decisão monocrática, justifica a interposição do recurso de apelação.

II. Nos termos da Lei 12.016/2009, o mandado de segurança coletivo impetrado por sindicato não induz litispendência para as ações individuais, mas, os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 120 (cento e vinte dias), a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

III. A Lei 12.016/2009 estende o direito de recorrer da decisão proferida em mandado de segurança à autoridade coatora.

IV. Despachada a petição inicial, o litisconsorte ativo não mais será admitido no processo.

(A) As alternativas III e IV estão corretas.

(B) As alternativas II e IV estão corretas.

(C) As alternativas I e II estão corretas.

(D) As alternativas I e III estão corretas.

RESPOSTA (I) A parte deverá interpor recurso ordinário (inciso I do art. 895, CLT). (II) Prazo de 30 dias (§ 1º do art. 22, Lei n. 12.016/2009). (III) § 2º do art. 14, Lei n. 12.016/2009. (IV) § 2º do art. 10, Lei n. 12.016/2009. *Alternativa A.*

7715. **(Advogado – DER – 2010 – FUNCAB)** Acerca dos procedimentos especiais no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) Com a extinção da estabilidade decenal pela Constituição Federal de 1988, o inquérito para apuração de falta grave foi revogado, eis que se aplicava somente aos empregados estáveis.

(B) Ainda que o recurso de revista não seja conhecido, a competência para julgamento da ação rescisória é do Tribunal Superior do Trabalho.

(C) Não caberá recurso da decisão proferida em ação rescisória se esta tiver valor da causa inferior a dois salários mínimos.

(D) Cabe recurso ordinário da sentença que julga o mandado de segurança no processo do trabalho.

(E) Descabe ação de consignação em pagamento perante Juízes do Trabalho.

RESPOSTA Súmula 201, TST. *Alternativa D.*

7716. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) na ação de mandado de segurança, poderá o Ministério Público recorrer na qualidade de *custos legis*, sem necessidade de demonstrar o interesse recursal, que se presume *in re ipsa*, salvo se o Parquet oferecer parecer no prazo improrrogável de 10 (dez dias);

(B) o direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado; o reconhecimento da decadência em ação de segurança revela hipótese de impossibilidade jurídica do pedido e de interesse de agir, não se tratando de resolução de mérito;

(C) no recurso de revista, os pressupostos fáticos podem ser objeto de reexame, a fim de possibilitar ao Tribunal Superior do Trabalho proceder ao enquadramento jurídico dos fatos e provas;

(D) não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma do TST proferida em agravo, para impugnar a imposição de multas previstas na legislação processual aplicável, ante a natureza processual da matéria;

(E) não respondida.

RESPOSTA (A) Art. 12, Lei n. 12.016/2009. (B) § 6º do art. 6º e art. 23, Lei n. 12.016/2009. (C) Súmula 126, TST. (D) Súmula 353, TST. *Alternativa B.*

7717. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa CORRETA:

(A) A decretação da falência ou deferimento do processamento da recuperação judicial não suspende o curso da prescrição, exceto na hipótese do devedor optar pela recuperação especial.

(B) Não é cabível na Justiça do Trabalho a propositura da ação de prestação de contas, ainda que os litigantes sejam empregado e empregador.

(C) No mandado de segurança, findo o prazo para que a autoridade apontada coatora preste informações, será ouvido o representante do Ministério Público no prazo de dez dias.

(D) Da decisão proferida em mandado de segurança em primeira instância pelos Tribunais Regionais do Trabalho, caberá recurso de revista para o TST.

(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) *Caput* e § 4º do art. 6º, Lei n. 11.101/2005. (B) Inciso XI do art. 114, CRFB; art. 914, CPC; e art. 769, CLT. (C) Art. 12, Lei n. 12.016/2009. (D) Letra *b* do inciso II do art. 2º e letra *a* do inciso III do art. 3º, Lei n. 7.701/88. *Alternativa C.*

7718. **(Juiz – TRT-2 – 2011)** Inconformado com o andamento da execução definitiva de reclamação trabalhista proposta, para a qual não foi regularmente citado, o executado impetra mandado de segurança. Considerando a hipótese narrada, assinale a alternativa correta:

(A) Contra sentença transitada em julgado não cabe mandado de segurança.

(B) A sentença transitada em julgado admite questionamento por meio de mandado de segurança.

(C) A sentença transitada em julgado pode ser atacada por mandado de segurança em razão do vício de citação.

(D) A sentença transitada em julgado pode ser atacada por mandado de segurança porque a execução já é definitiva.

(E) A sentença não transitou em julgado, porquanto pendente a execução definitiva.

RESPOSTA Súmula 268, STF; inciso III do art. 5º, Lei n. 12.016/2009; e Súmula 33, TST. *Alternativa A.*

7719. **(Juiz – TRT-6 – 2010)** Considerando-se a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior

do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA em relação ao Mandado de Segurança:

(A) O remédio heróico poderá ser manejado quando a antecipação da tutela for deferida na sentença.

(B) Não cabe Mandado de Segurança de decisão que antecipa a tutela antes da sentença porque no processo do trabalho as decisões interlocutórias são irrecorríveis.

(C) Com fundamento no Art. 284 do Código de Processo Civil, conceder-se-á prazo de dez dias para a emenda à inicial na hipótese de o impetrante não carrear aos autos documento indispensável à propositura da ação.

(D) Cabe Mandado de Segurança de ato judicial que determina penhora em dinheiro em execução definitiva, porque o impetrante/executado tem direito líquido e certo a que os atos de expropriação submetam-se ao princípio da execução menos gravosa.

(E) Havendo superveniência da sentença nos autos originários, o *mandamus* manejado para impugnar a concessão de tutela antecipada perde o objeto.

RESPOSTA (A) Item I da Súmula 414, TST. (B) Item II da Súmula 414, TST. (C) Súmula 415, TST. (D) Item I da Súmula 417, TST. (E) Item III da Súmula 414, TST. *Alternativa E.*

7720. (Juiz – TRT-14 – 2011) Considerando a jurisprudência sumulada do TST no que concerne à antecipação de tutela concedida antes da sentença e mandado de segurança, analise as assertivas abaixo e posteriormente responda.

I. A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada.

II. A antecipação de tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. A ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso.

III. No caso da tutela antecipada ser concedida antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.

IV. A concessão de tutela antecipada constitui faculdade do juiz, existindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

(A) Todas as afirmativas estão corretas.

(B) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.

(C) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.

(D) Todas as afirmativas estão erradas.

(E) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

RESPOSTA (I) Item III da Súmula 414, TST. (II) OJ 51 da SDI-II, TST. (III) Item II da Súmula 414, TST. (IV) Súmula 418, TST. *Alternativa B.*

7721. (Juiz – TRT-16 – 2011) Analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

(A) Compete aos Tribunais Regionais do Trabalho o julgamento de mandado de segurança impetrado contra seus próprios atos administrativos.

(B) Caso a petição inicial do mandado de segurança não venha instruída com a prova documental pré-constituída, o juiz assinalará prazo para emenda, sob pena de indeferimento da inicial.

(C) As varas do trabalho e os juízes de direito investidos de jurisdição trabalhista não têm competência para julgar mandado de segurança.

(D) São passíveis de mandado de segurança atos de gestão comercial praticados por administradores de empresa pública e concessionárias de serviços públicos essenciais.

(E) A antecipação da tutela concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.

RESPOSTA (A) OJ 4 do TP, TST. (B) Súmula 415, TST. (C) Inciso IV do art. 114, CRFB; e arts. 668 e 669, CLT. (D) § 2º do art. 2º, Lei n. 12.016/2009. (E) OJ 51 da SDI-II, TST. *Alternativa A.*

7722. **(Juiz – TRT-21 – 2010)** Leia as assertivas abaixo e marque a resposta correta sobre o mandado de segurança, considerando o procedimento previsto na Lei n. 12.016/2009 e a jurisprudência dominante do TST:

I. conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas corpus" ou "habeas data", sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça;

II. não é cabível a concessão da segurança quando o ato da autoridade apontada como coatora for passível de impugnação mediante recurso com efeito suspensivo;

III. a autoridade coatora, por não ser tecnicamente parte no processo, não pode recorrer da decisão proferida em mandado de segurança;

IV. não há mais a remessa necessária de decisões concessivas de mandado de segurança, subsistindo, porém, o recurso ordinário e voluntário;

V. por ausência de recurso específico, a antecipação de tutela concedida no curso da ação trabalhista ou na sentença de mérito admite a impugnação pela via do mandado de segurança;

(A) apenas a assertiva I está correta;

(B) apenas as assertivas I e II estão corretas;

(C) apenas as assertivas II, III e V estão corretas;

(D) apenas as assertivas III, IV e V estão corretas;

(E) apenas as assertivas IV e V estão corretas;

RESPOSTA (I) *Caput* do art. 1º, Lei n. 12.016/2009. (II) Inciso I do art. 5º, Lei n. 12.016/2009. (III) § 2º do art. 14, Lei n. 12.016/2009. (IV) § 1º do art. 14, Lei n. 12.016/2009. (V) Itens I e II da Súmula 414, TST. *Alternativa B.*

7723. **(Procurador – MPT – 2008)** A propósito do procedimento aplicável às ações de competência da Justiça do Trabalho, analise os itens seguintes:

I. as ações que envolvem litígios sobre representação sindical, transpostas à competência da Justiça do Trabalho pela EC 45/2004, serão processadas em conformidade com o rito ordinário previsto no CPC (CPC), fonte subsidiária do Direito Processual do Trabalho;

II. o mandado de segurança impetrado contra atos praticados em execução trabalhista deve ser proposto perante o TRT ao qual vinculada a autoridade coatora, observando-se o rito especial fixado em lei;

III. o mandado de segurança impetrado contra ato praticado pelo Secretário de Relações do Trabalho, envolvendo tema ligado a registro sindical, deve ser proposto perante o primeiro grau da Justiça do Trabalho, observando-se o rito especial fixado em lei;

IV. a ação de cumprimento de sentença normativa proferida por tribunal do trabalho deve ser processada em conformidade com o rito executivo fixado na CLT;

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

(A) o item I é certo e o item II é errado;

(B) o item II é certo e o item III é errado;

(C) o item III é certo e o item IV é errado;
(D) o item IV é certo e o item I é errado;
(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Errado, rito especial, art. 1º da IN 27/2005, TST; e Lei n. 12.016/2009. (II) Errado, perante a VT, inciso IV do art. 114, CRFB; art. 1º da IN 27/2005, TST; e Lei n. 12.016/2009. (III) Certo, inciso IV do art. 114, CRFB; e Lei n. 12.016/2009. (IV) Errado, rito ordinário, parágrafo único do art. 872, CLT. *Alternativa C.*

XXIII. Prescrição

7724. **(Advogado – DIOES – 2010 – IBAPRJ)** Sobre o tema FGTS e, levando em consideração Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, é INCORRETO afirmar que:

(A) A equivalência entre os regimes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da estabilidade prevista na CLT é meramente jurídica e não econômica, sendo indevidos valores a título de reposição de diferenças.
(B) É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.
(C) O cálculo da multa de 40% do FGTS deverá ser feito com base no saldo da conta vinculada na data do efetivo pagamento das verbas rescisórias, desconsiderada a projeção do aviso prévio indenizado, por ausência de previsão legal.
(D) A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias não alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.

RESPOSTA Súmula 206, TST. *Alternativa D.*

7725. **(Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL)** João dos Anzóis, tendo mantido com o Estado do Paraná um contrato de trabalho iniciado em 04/10/1988 e convertido em cargo público em 21/12/1992 por força de adoção do regime jurídico estatutário, tendo seu vínculo com a Administração extinto em 31/12/2005, apresentou reclamação na Justiça do Trabalho em 01/02/2007, postulando prestação jurisdicional no sentido da condenação do ente público ao pagamento de diferenças de FGTS durante o período em que seu relacionamento era regido pela CLT. Assinale a alternativa correta quanto à defesa a ser apresentada, no que interessa à prescrição:

(A) Não é cabível arguir prescrição total, pois a demanda foi apresentada menos de dois anos após o encerramento do vínculo em 31/12/2005, e a conversão operada em 21/12/1992 não operou extinção do contrato, uma vez que a prestação dos serviços continuou inalterada.
(B) É cabível arguir a prescrição total, pois a demanda foi apresentada mais de dois anos após a conversão operada em 21/12/1992, que implicou na extinção do contrato, embora persistindo a prestação dos serviços.
(C) Não cabe alegar prescrição no caso, pois apresentada a ação no biênio após o encerramento do vínculo, e a prescrição do FGTS é trintenária.
(D) Não cabe alegar prescrição no caso, pois, tratando-se de relação de trabalho, não pode a lei fazer distinção entre trabalhadores para os efeitos da prescrição se a Constituição não o faz, tendo o autor, ademais, respeitado o biênio do encerramento do vínculo e o prazo trintenário específico.
(E) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

RESPOSTA Súmula 382, TST. *Alternativa B.*

7726. **(Juiz – TRT-16 – 2011)** Analise as afirmativas e assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A faculdade de as partes reclamarem pessoalmente seus direitos perante a Justiça do Trabalho e de acompanharem suas reclamações até seu deslinde final deve ser aplicada apenas às lides relativas à relação de emprego e pequena empreitada.

(B) A jurisprudência do TST não tem aceitado a postulação da parte sem o acompanhamento de advogado perante a instância extraordinária.

(C) O falecimento do sócio da empresa não implica em alteração do polo passivo. O mesmo não ocorre em caso de o reclamado ser pessoa física ou firma individual, devendo nestes casos, o processo ser suspenso para regularização do polo passivo.

(D) A Ação movida pelo Sindicato, na qualidade de substituto processual interrompe a prescrição, exceto quando tenha sido considerado parte ilegítima da causa.

(E) Inadmissível na fase recursal a regularização da representação processual, ainda que mediante o protesto por ulterior juntado do documento procuratório.

RESPOSTA (A) Art. 791, CLT, inciso III da letra *a* do art. 652, CLT; e art. 5º da IN 27/2005, TST. (B) Súmula 425, TST. (C) Inciso I e § 1º do art. 265, CPC. (D) OJ 359 da SDI-I, TST. (E) Item II da Súmula 383, TST. *Alternativa D.*

7727. (Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP) Assinale a alternativa correta.

(A) A prescrição trabalhista só se interrompe pela distribuição de reclamação trabalhista com a identificação correta da causa de pedir, não admitindo medidas cautelares interruptivas de prescrição.

(B) Ações trabalhistas não prescrevem. Somente créditos trabalhistas é que se sujeitam à prescrição da pretensão, mas estão sujeitos às causas interruptivas de prescrição, previstas na legislação civil.

(C) Há previsão constitucional e legal de prescrição total e parcial dos créditos trabalhistas e estes se sujeitam aos mesmos prazos prescricionais de dois anos após a cessação do contrato de trabalho.

(D) A distinção teórica entre prescrição e decadência, no âmbito do processo do trabalho, não tem qualquer relevância prática, de modo que não produz efeito algum nas lides judiciais trabalhistas.

RESPOSTA O que prescreve realmente são as pretensões do reclamante, e não a ação trabalhista (art. 189, CPC). Aplicado subsidiariamente o CC na parte alusiva às causas que interrompem a prescrição (parágrafo único do art. 8º, CLT). *Alternativa B.*

7728. (Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE) Assinale a alternativa correta.

(A) São imprescritíveis as verbas de caráter salariais.

(B) O prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória é de um ano.

(C) A ação para cobrança das contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS prescreve em vinte anos.

(D) O prazo prescricional para ingressar com ação trabalhista é de cinco anos, contado do término do aviso prévio.

(E) O trabalhador tem direito à ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

RESPOSTA Inciso XXIX do art. 7º, CF. *Alternativa E.*

OAB/FGV

I. Princípios

7729. (OAB 03 – 2012) Um dos princípios norteadores do Processo do Trabalho é o da

celeridade, dada a natureza salarial do crédito trabalhista. Entretanto, por força de Lei, algumas causas especiais possuem preferência na tramitação. Das situações listadas a seguir, assinale aquela que terá preferência em todas as fases processuais.

(A) a que será executada contra a União, Estados ou Municípios.
(B) a que será executada perante o juízo da falência.
(C) a que será executada em face de empregador doméstico
(D) a que será executada em face de empresa pública.

RESPOSTA Parágrafo único do art. 75 e art. 79, Lei n. 11.101/2005. *Altenativa B.*

II. Jurisdição e Competência

7730. **(OAB 02 – 2011)** Com relação à competência material da Justiça do Trabalho, é correto afirmar que

(A) Não compete à Justiça do Trabalho, mas à Justiça Federal, o julgamento de ação anulatória de auto de infração lavrado por auditor fiscal do trabalho.
(B) É de competência da Justiça do Trabalho o julgamento das ações ajuizadas em face da Previdência Social que versem sobre litígios ou medidas cautelares relativos a acidentes do trabalho.
(C) De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é da competência da Justiça do Trabalho processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente.
(D) A Justiça do Trabalho é competente para julgar ação ajuizada por sindicato de categoria profissional em face de determinada empresa para que esta seja condenada a repassar-lhe as contribuições assistenciais descontadas dos salários dos empregados sindicalizados.

RESPOSTA (A) Inciso VI do art. 114, CRFB. (B) Inciso VIII do art. 114, CRFB; e Súmula 15, STJ. (C) Súmula 363, STJ. (D) Inciso III do art. 114, CRFB. *Alternativa D.*

7731. **(OAB 03 – 2011-II)** Se um empregado é contratado em determinado lugar para prestar serviço em outra localidade, a eventual reclamação trabalhista

(A) Deve ser ajuizada apenas no lugar da prestação dos serviços.
(B) Poderá ser ajuizada no local da contratação ou da prestação dos serviços.
(C) Deve ser ajuizada no lugar da contratação, somente.
(D) Poderá ser ajuizada no local da prestação do serviço ou do domicílio do autor.

RESPOSTA § 3º do art. 651, CLT. *Alternativa B.*

7732. **(OAB 02 – 2012)** Se for instalado conflito de competência positivo entre dois juízes do Trabalho do Estado de Pernambuco, qual será o órgão competente para julgá-lo?

(A) O TST.
(B) O STJ.
(C) O TRT de Pernambuco.
(D) O STF.

RESPOSTA Letra *a* do art. 808, CLT. *Alternativa C.*

III. Procedimento

7733. **(OAB 02 – 2012)** Em relação ao valor das custas no processo do trabalho, assinale a

afirmativa correta.

(A) Quando houver acordo, incidirão à base de 10% sobre o valor respectivo.

(B) Quando o pedido for julgado improcedente, sempre haverá a isenção de pagamento.

(C) Quando for procedente o pedido formulado em ação declaratória, incidirão à base de 2% sobre o valor da causa.

(D) Quando o valor for indeterminado, incidirão à base de 20% sobre o que o juiz fixar.

RESPOSTA (A) Inciso I do art. 789, CLT. (B) Inciso II do art. 789, CLT. (C) *Caput* e inciso I do art. 789, CLT. (D) Inciso IV do art. 789, CLT. *Alternativa C.*

7734. **(OAB 02 – 2012)** A respeito do preposto no Processo do Trabalho, de acordo com a legislação, assinale a afirmativa correta.

(A) Não precisa ter conhecimento dos fatos, uma vez que tal característica é própria das testemunhas.

(B) Não precisa ter conhecimento dos fatos, já que atua como representante do empregador.

(C) Deve ter conhecimento dos fatos.

(D) Deve ter conhecimento da interpretação do empregador quanto aos fatos ocorridos.

RESPOSTA § 1º do art. 843, CLT. *Alternativa C.*

7735. **(OAB 03 – 2012)** Na Justiça do Trabalho, segundo o entendimento sumulado pelo TST, é correto afirmar-se que o *jus postulandi*

(A) não se aplica à ação rescisória, à ação cautelar, ao mandado de segurança e aos recursos de competência do TST.

(B) não tem mais aplicação na Justiça do Trabalho desde o advento da emenda constitucional 45.

(C) aplica-se em todas as causas cujo valor seja inferior a 20 salários mínimos, porque, a partir deste patamar, o advogado é indispensável.

(D) aplica-se irrestritamente na seara trabalhista, em todas as esferas, instâncias e ações, sendo uma de suas características marcantes.

RESPOSTA Súmula 425, TST. *Alternativa A.*

IV. Procedimento Sumaríssimo

7736. **(OAB 01 – 2012)** Nos processos trabalhistas submetidos ao rito sumaríssimo, é correto afirmar que

(A) não cabe a produção de prova pericial.

(B) a citação por edital somente será permitida se efetivamente for comprovado pelo autor que o réu se encontra em local incerto ou desconhecido.

(C) o recurso ordinário terá parecer circunstanciado escrito do Ministério Público do Trabalho nos casos em que o desembargador relator entender estritamente necessário, diante da existência de interesse público a ser tutelado.

(D) se submetem ao rito sumaríssimo as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da ação.

RESPOSTA (A) § 4º do art. 852-H, CLT. (B) Inciso II do art. 852-B, CLT. (C) Inciso III do § 1º do art. 895, CLT. (D) *Caput* do art. 852-A, CLT. *Alternativa D.*

7737. **(OAB 02 – 2012)** A respeito do procedimento sumaríssimo no processo do trabalho,

assinale a afirmativa correta.

(A) A apreciação da reclamação trabalhista deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias da data de seu ajuizamento.

(B) A citação por edital somente é cabível se esgotadas todas as tentativas de se localizar o reclamado.

(C) As partes devem ser intimadas da sentença por notificação postal.

(D) Não cabe a interposição de recurso de revista.

RESPOSTA (A) Inciso III do art. 852-B, CLT. (B) Inciso II do art. 852-B, CLT. (C) § 3º do art. 852-I, CLT. (D) § 6º do art. 896, CLT. *Alternativa A.*

V. Nulidades Processuais

7738. **(OAB 02 – 2011)** A respeito das nulidades no processo do trabalho, é correto afirmar que

(A) Declarada a nulidade, por qualquer fundamento, todos os atos processuais posteriores serão nulos.

(B) As partes poderão alegar nulidade enquanto estiver aberta a instrução, mesmo que já tenham tido oportunidade de manifestação nos autos.

(C) É desnecessária a provocação da parte para a declaração da nulidade.

(D) Só serão considerados nulos os atos que alegadamente causarem manifesto prejuízo às partes litigantes.

RESPOSTA Art. 794, CLT. *Alternativa D.*

VI. Partes e Procuradores

7739. **(OAB 03 – 2011)** Quanto à nomeação de advogado na Justiça do Trabalho, com poderes para o foro em geral, é correto afirmar que

(A) Na Justiça do Trabalho, a nomeação de advogado com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada mediante simples registro na ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado e com a anuência da parte representada.

(B) As partes que desejarem a assistência de advogado sempre deverão outorgar poderes para o foro em geral por intermédio de instrumento de mandato, com firma devidamente reconhecida.

(C) Na Justiça do Trabalho, o advogado pode atuar sem que lhe sejam exigidos poderes outorgados pela parte, haja vista o princípio do *jus postulandi*.

(D) Somente o trabalhador poderá reclamar na Justiça do Trabalho sem a necessidade de nomeação de advogado, uma vez que o princípio do *jus postulandi* somente se aplica à parte hipossuficiente.

RESPOSTA (A) Correta, § 3º do art. 791, CLT; e Súmulas 383 e 395, TST. (B) Incorreta, § 3º do art. 791, CLT. (C) Incorreta, OJ 286 da SDI-I, TST. (D) Incorreta, *caput* do art. 791, CLT. *Alternativa A.*

VII. Resposta do Réu

7740. **(OAB 03 – 2012)** Uma das espécies de resposta é a reconvenção, que vem a ser a ação do réu contra o autor no mesmo feito e juízo em que é demandado. Malgrado não estar formalmente previsto na CLT, é pacífico o cabimento da reconvenção nas lides trabalhistas. Das hipóteses abaixo listadas, assinale aquela em que, pela natureza da pretensão deduzida, seria inviável a apresentação de reconvenção na Justiça do Trabalho.

(A) Quando a empresa pretender a condenação do empregado no valor do aviso prévio por ele não concedido, ao pedir demissão.

(B) Quando a empresa pretender o ressarcimento por dano causado pelo empregado no decorrer do contrato de trabalho.

(C) Quando a empresa pretender a devolução do valor de um curso pago em benefício do empregado e pelo qual o obreiro comprometeu-se a não pedir demissão durante determinado período, o que depois foi descumprido pelo trabalhador.

(D) Quando a empresa pretender a devolução de valor pago pela compra de um bem do seu empregado que, após, verificou possuir vício redibitório.

RESPOSTA A única alternativa que não está diretamente relacionada ao contrato de trabalho é a D, devendo o empregador acionar a Justiça Comum, e não a Justiça do Trabalho, uma vez que o contrato tem natureza cível. *Alternativa D.*

7741. **(OAB 03 – 2011)** No processo trabalhista, a compensação ou retenção

(A) Só pode ser arguida como matéria de defesa.

(B) Poderá ser arguida em qualquer fase do processo, mesmo na execução definitiva da sentença.

(C) Poderá ser arguida em qualquer momento, até que a sentença seja proferida pelo juiz de primeira instância.

(D) Poderá ser arguida em qualquer momento, até que a sentença tenha transitado em julgado.

RESPOSTA Art. 767, CLT. *Alternativa A.*

7742. **(OAB 03 – 2011-II)** Em relação às exceções processuais, assinale a alternativa correta.

(A) No processo trabalhista, entre as exceções previstas em lei, a de suspeição suspende o processo, com abertura de vista ao exceto por 24 horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.

(B) No processo trabalhista, em face dos princípios da celeridade da simplicidade, as exceções não suspendem o processo, devendo ser decididas na sentença que a ele põe termo.

(C) No processo trabalhista, são cabíveis as exceções de incompetência absoluta ou relativa e de suspeição, devendo ser decididas na sentença que põe termo ao processo.

(D) No processo trabalhista, a incompetência relativa e a suspeição do juiz devem ser arguidas como matéria de defesa e decididas somente na sentença que põe termo ao processo.

RESPOSTA A questão se refere aos arts. 799 a 802, CLT. Apesar de a banca ter indicado como correta a alternativa A, na nossa análise a questão não possui resposta correta, visto que a apresentação de exceção de incompetência em razão do lugar e suspeição suspende o feito; a exceção de incompetência abre vista dos autos ao exceto por 24 horas improrrogáveis; na exceção de suspeição, o juiz ou o tribunal designa audiência, dentro de 48 horas, para instrução e julgamento da exceção.

VIII. Provas

7743. **(OAB 01 – 2012)** Josenildo da Silva ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Arca de Noé Ltda., postulando o pagamento de verbas resilitórias, em razão de dispensa imotivada; de horas extraordinárias com adicional de 50% (cinquenta por cento); das repercussões devidas em face da percepção de parcelas salariais não contabilizadas e de diferenças decorrentes de equiparação salarial com paradigma por ele apontado. Na defesa, a reclamada alega que, após discussão havida com colega de trabalho, o reclamante não mais retornou à empresa, tendo sido surpreendida com o ajuizamento da ação; que a empresa não submete seus empregados a jornada extraordinária; que jamais pagou qualquer valor ao reclamante que não tivesse sido contabilizado e que não havia identidade de funções entre o autor e o paradigma indicado. Considerando que a ré possui 10 (dez) empregados e que não houve a juntada de controles de ponto, assinale a alternativa correta.

(A) Cabe ao reclamante o ônus de provar a dispensa imotivada.

(B) Cabe à reclamada o ônus da prova quanto à diferença entre as funções do equiparando e do paradigma.

(C) Cabe ao reclamante o ônus de provar o trabalho extraordinário.

(D) Cabe à reclamada o ônus da prova no tocante à ausência de pagamento de salário não contabilizado.

RESPOSTA Art. 818, CLT; e inciso I do art. 333, CPC. *Alternativa C.*

7744. **(OAB 03 – 2011-II)** No Processo do Trabalho, em relação ao ônus da prova, assinale a alternativa correta.

(A) É do empregador quanto à alegação de inexistência de vínculo de emprego, se admitida a prestação de serviços com outra qualidade.

(B) É sempre do empregador nas reclamações versando sobre horas extras.

(C) É sempre da parte que fizer a alegação, não importando o comportamento da parte contrária a respeito.

(D) É sempre do empregador nas reclamações versando sobre equiparação salarial.

RESPOSTA Súmula 212, TST, art. 818, CLT; e art. 332, CPC. *Alternativa A.*

7745. **(OAB 03 – 2011)** Cíntia Maria ajuíza reclamação trabalhista em face da empresa Tictac (Ltda.), postulando o pagamento de horas extraordinárias, aduzindo que sempre labutou no horário das 8 às 19 horas de segunda a sexta-feira, sem intervalo intrajornada. A empresa ré oferece contestação, impugnando o horário indicado na inicial, afirmando que a autora sempre laborou no horário das 9 às 17 horas, com 1 hora de pausa alimentar, asseverando ainda que os controles de ponto que acompanham a defesa não indicam a existência de labor extraordinário. À vista da defesa ofertada e dos controles carreados à resposta do réu, a parte autora, por intermédio de seu advogado, impugna os registros de frequência porque não apresentam qualquer variação no registro de entrada e saída, assim como porque não ostentam sequer a pré-assinalação do intervalo intrajornada. Admitindo-se a veracidade das argumentações do patrono da parte autora e com base na posição do TST acerca da matéria, é correto afirmar que

(A) Compete ao empregado o ônus de comprovar o horário de trabalho indicado na inicial, inclusive a supressão do intervalo intrajornada, a teor do disposto no art. 818 da CLT.

(B) Diante da impugnação apresentada, inverte-se o ônus probatório, que passa a ser do empregador, prevalecendo o horário da inicial, se dele não se desincumbir por outro meio probatório, inclusive no que se refere à ausência de intervalo intrajornada.

(C) Em se tratando de controles de ponto inválidos, ao passo que não demonstram qualquer variação no registro de entrada e saída, não poderá a ré produzir qualquer outra prova capaz de confirmar suas assertivas, porquanto a prova documental é a única capaz de demonstrar a jornada de trabalho cumprida.

(D) Diante da impugnação apresentada, inverte-se o ônus probatório, que passa a ser do empregador, prevalecendo o horário da inicial, se dele não se desincumbir, exceto quanto ao intervalo intrajornada, cujo ônus probatório ainda pertence à parte autora.

RESPOSTA Item III da Súmula 338, TST. *Alternativa B.*

7746. **(OAB 02 – 2011)** A respeito da prova testemunhal no processo do trabalho, é correto

afirmar que

(A) Em se tratando de ação trabalhista pelo rito ordinário ou sumaríssimo, as partes poderão ouvir no máximo três testemunhas cada; sendo inquérito, o número é elevado para seis.

(B) Apenas as testemunhas arroladas previamente poderão comparecer à audiência a fim de serem ouvidas.

(C) No processo do trabalho sumaríssimo, a simples ausência da testemunha na audiência enseja a sua condução coercitiva.

(D) As testemunhas comparecerão à audiência independentemente de intimação e, no caso de não comparecimento, serão intimadas *ex officio* ou a requerimento da parte.

RESPOSTA (A) Art. 821 e § 2º do art. 852-H, CLT. (B) Art. 825, CLT. (C) § 3º do art. 852-H, CLT. (D) Art. 825, CLT. *Alternativa D.*

IX. Sentença

7747. **(OAB 01 – 2012)** Arlindo dos Santos ajuizou ação trabalhista em face do seu antigo empregador, pleiteando adicional de insalubridade e indenização por danos morais. Nas suas alegações contidas na causa de pedir, Arlindo argumentou que trabalhou permanentemente em contato com produtos químicos altamente tóxicos, o que lhe acarretou, inclusive, problemas de saúde. Em contestação, o réu negou veementemente a existência de condições insalubres e, por consequência, a violação do direito fundamental à saúde do empregado, não apenas porque o material utilizado por Arlindo não era tóxico, como também porque ele sempre utilizou equipamento de proteção individual (luvas e máscara). Iniciada a fase instrutória, foi feita prova pericial. Ao examinar o local de trabalho, o perito constatou que o material usado por Arlindo não era tóxico como mencionado por ele na petição inicial. Entretanto, verificou que o autor trabalhou submetido a níveis de ruído muito acima do tolerado e sem a proteção adequada. Assim, por força desse outro agente insalubre não referido na causa de pedir, concluiu que o autor fazia jus ao pagamento do adicional pleiteado com o percentual de 20%. Com base nessa situação concreta, é correto afirmar que o juiz deve julgar

(A) improcedente o pedido de pagamento de adicional de insalubridade, uma vez que está vinculado aos fatos constantes da causa de pedir, tal como descritos pelo autor na petição inicial.

(B) procedente em parte o pedido de pagamento de adicional de insalubridade, concedendo apenas metade do percentual sugerido pelo perito, haja vista a existência de agente insalubre distinto daquele mencionado na causa de pedir.

(C) improcedente o pedido de pagamento de adicional de insalubridade, uma vez que a existência de ruído não é agente insalubre.

(D) procedente o pedido de pagamento de adicional de insalubridade, uma vez que a constatação de agente insalubre distinto do mencionado na causa de pedir não prejudica o pedido respectivo.

RESPOSTA Súmula 293, TST. *Alternativa D.*

X. Recursos

7748. **(OAB 01 – 2012)** Com relação aos recursos no direito processual do trabalho, é correto afirmar que

(A) cabe a interposição de recurso de revista em face de acórdão regional proferido em agravo de instrumento.

(B) o recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas

hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

(C) são incabíveis embargos de declaração opostos em face de decisão de admissibilidade do recurso de revista, não interrompendo sua interposição qualquer prazo recursal.

(D) na Justiça do Trabalho todas as decisões interlocutórias são irrecorríveis de imediato.

RESPOSTA (A) Súmula 218, TST. (B) Súmula 283, TST. (C) OJ 377 da SDI-I, TST. (D) Súmula 214, TST. *Alternativa C.*

7749. **(OAB 03 – 2011-II)** Proferida decisão em reclamação trabalhista, foi o réu X, empresa pública estadual, fornecedor de energia elétrica e serviços, condenado ao pagamento das parcelas postuladas, bem como ao pagamento das custas processuais no valor de R$ 200,00, calculadas sobre o valor da condenação arbitrado em R$ 10.000,00. Ao interpor recurso ordinário, invocando o disposto no art. 790-A, I, da CLT, assevera a recorrente que não procederá ao recolhimento das custas, já que isenta. Diante da hipótese, é correto afirmar que

(A) Considera-se deserto o recurso, e não será conhecido por falta de requisito extrínseco, já que os únicos entes isentos do pagamento das custas processuais são a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas, que não explorem atividade econômica, além do Ministério Público do Trabalho.

(B) Considera-se deserto o recurso interposto, porquanto a empresa pública estadual não goza de isenção de custas processuais, mas apenas as empresas públicas de âmbito federal.

(C) Não se considera deserto o recurso interposto porque, tratando-se de ente público da administração indireta, sempre será isento do pagamento das custas processuais.

(D) Não se considera deserto o recurso interposto, porque o reclamado, empresa pública, no caso específico, não está obrigado ao recolhimento das custas, uma vez que o valor arbitrado à condenação não ultrapassa o limite de 40 salários mínimos.

RESPOSTA Art. 790-A, CLT. *Alternativa A.*

7750. **(OAB 03 – 2011)** Uma ação é movida contra duas empresas integrantes do mesmo grupo econômico e uma terceira, que alegadamente foi tomadora dos serviços durante parte do contrato. Cada empresa possui um advogado. No caso de interposição de recurso de revista,

(A) O prazo será computado em dobro porque há litisconsórcio passivo com procuradores diferentes.

(B) O prazo será contado normalmente.

(C) O prazo será de 10 dias.

(D) Fica a critério do juiz deferir a dilação do prazo para não prejudicar os réus quanto à ampla defesa.

RESPOSTA OJ 310 da SDI-I, TST. *Alternativa B.*

7751. **(OAB 02 – 2011)** No dia 22 de julho de 2009 (quarta-feira), foi publicada a sentença de improcedência do pedido. O advogado do autor tomou ciência da decisão, mas, como estava viajando, localizando-se em outro Estado da Federação, interpôs recurso ordinário via fac-símile no dia 27 de julho de 2009 (segunda-feira). Ao retornar de viagem, o advogado do autor requereu a juntada do recurso original no dia 4 de agosto de 2009 (terça-feira). Entretanto, após este último ato do advogado do autor, o juiz considerou intempestiva a interposição do recurso ordinário, negando-lhe seguimento.

Diante dessa situação concreta, é correto afirmar que o advogado do autor deve

(A) Interpor agravo de instrumento, uma vez que atendeu o prazo de oito dias para a interposição do

recurso ordinário e o prazo de cinco dias para a juntada do original.

(B) Impetrar mandado de segurança, uma vez que o juiz violou o seu direito líquido e certo de interpor recurso ordinário no prazo de oito dias a contar da publicação.

(C) Ingressar com uma reclamação correicional, uma vez que o juiz praticou um ato desprovido de amparo legal.

(D) Ajuizar uma ação rescisória, uma vez que a sentença judicial tornou-se irrecorrível diante da decisão judicial que negou seguimento ao recurso ordinário.

RESPOSTA Item II da Súmula 387, TST; art. 2º, Lei n. 9.800/99; e alínea *b* do art. 897, CLT. *Alternativa A.*

7752. **(OAB 02 – 2011)** Caio, metalúrgico, ajuizou ação trabalhista em face da empresa Ômega postulando sua reintegração ao emprego, pois, segundo suas alegações, teria sido dispensado no curso de estabilidade sindical. Postulou ainda a concessão de medida liminar visando a tal reintegração até o final do processo, com base no art. 659, X, da CLT. O juiz, ao apreciar o pedido de medida liminar antes da citação da ré, decidiu pela sua denegação, dando prosseguimento ao feito.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

(A) A natureza jurídica da decisão denegatória da liminar é de decisão interlocutória, não cabendo interposição de recurso imediato, devendo ser deferida a liminar.

(B) A natureza jurídica da decisão denegatória da liminar é de decisão interlocutória, não cabendo interposição de recurso imediato, razão pela qual é cabível a impetração de mandado de segurança.

(C) A natureza jurídica da decisão denegatória da liminar é de decisão terminativa, cabendo interposição de recurso ordinário, razão pela qual é incabível a impetração de mandado de segurança por haver recurso próprio.

(D) A natureza jurídica da decisão denegatória da liminar é de decisão definitiva, cabendo impetração de mandado de segurança, pois não há recurso próprio no caso.

RESPOSTA Apesar de a banca examinadora ter entendido como correta a alternativa A, acreditamos que a B é a correta, visto que o deferimento ou indeferimento de liminar é prerrogativa do julgador (Súmula 418, TST), e como o indeferimento da liminar feriu direito líquido e certo, o reclamante poderá impetrar MS (Lei n. 12.016/2009; e Súmula 414, TST). *Alternativa B.*

XI. Liquidação e Execução de Sentença

7753. **(OAB 01 – 2012)** Relativamente à execução trabalhista, assinale a afirmativa correta.

(A) Pode ser por título judicial ou extrajudicial. São títulos extrajudiciais os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, os termos de conciliação firmado perante as Comissões de Conciliação Prévia e os cheques sem fundo passados pelo empregador ao empregado.

(B) Pode ser por título judicial ou extrajudicial. São títulos judiciais unicamente as decisões passadas em julgado com efeito suspensivo e são títulos extrajudiciais os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmado perante as Comissões de Conciliação Prévia.

(C) Dependem de prévia liquidação, pelo que só podem ser executados a sentença e o acordo não cumpridos.

(D) Pode ser por título judicial, caso do acordo descumprido, e por título extrajudicial, caso do termo de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho.

RESPOSTA *Caput* do art. 876, CLT. *Alternativa D.*

7754. (OAB 02 – 2012) Em 30/7/2008 foi efetuada a penhora de um veículo BMW, modelo X1, por meio de carta precatória executória. Depois de devolvida a carta, o executado Eliezer Filho, proprietário do veículo, opôs embargos à execução em 4/8/2008, dirigindo essa ação incidental ao juízo deprecante. Em seus embargos, alegando a existência de um grosseiro vício, o embargante apontou para a irregularidade na avaliação do bem, uma vez que constou do auto da constrição judicial sua avaliação em R$ 15.000,00, montante muito abaixo do valor de mercado. Logo, por força do princípio da execução menos onerosa ao devedor, requereu a reavaliação do bem, sob pena de nulidade da execução. Com base nesse caso concreto, é correto afirmar que o juiz deprecante

(A) deve remeter os autos ao juízo deprecado, uma vez que o ato de avaliação foi por ele praticado, sendo sua a competência para decidir.

(B) deve realizar o julgamento antecipado da lide e acolher os embargos, haja vista o notório erro de avaliação.

(C) deve determinar a realização de perícia, a fim de aferir o correto valor de mercado do bem.

(D) não deve conhecer dos embargos e extinguir o processo sem julgamento do mérito, haja vista a sua intempestividade.

RESPOSTA Art. 747, CPC. *Alternativa A.*

7755. (OAB 03 – 2012) A liquidação tem por objetivo a apuração do *quantum debeatur* nas sentenças proferidas de forma ilíquida e que tenham deferido, ao menos em parte, a pretensão deduzida. De acordo com a CLT, assinale a alternativa que indica as formas possíveis de liquidação da sentença nas obrigações de dar (pagar) e, caso o juiz conceda prazo às partes para manifestação, o número de dias para a impugnação.

(A) Artigos, cálculo ou arbitramento. Prazo de 8 dias.

(B) Cálculo, arbitramento ou artigos. Prazo de 10 dias.

(C) Artigos ou arbitramento. Prazo de 15 dias.

(D) Cálculo ou arbitramento. Prazo de 5 dias.

RESPOSTA *Caput* e § 2º do art. 879, CLT. *Alternativa B.*

7756. (OAB 03 – 2012) De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a afirmativa correta.

(A) não há citação para a execução, uma vez que a fase executiva pode ser iniciada de ofício.

(B) a citação na execução será realizada por via postal.

(C) a citação na execução será realizada por mandado.

(D) a citação na execução será realizada por mandado, mas, se o executado não for encontrado após três tentativas, caberá a citação por edital.

RESPOSTA *Caput* do art. 880, CLT. *Alternativa C.*

7757. (OAB 03 – 2011-II) Carlos José Pereira teve julgados procedentes os pedidos de equiparação salarial e de pagamento de diferenças salariais daí decorrentes. Iniciada a execução provisória, Carlos apresentou seus cálculos de liquidação, requerendo a sua homologação. O juiz, contudo, abriu prazo para que a parte contrária se manifestasse sobre os cálculos. Feito o contraditório, o juiz acabou por homologar os cálculos apresentados pela demandada e, com base nesse valor, expediu o mandado de citação, penhora e avaliação. Vinte e quatro horas após a

expedição, o executado garantiu o juízo e requereu a expedição de alvará para o exequente, com a consequente extinção da execução. O juiz indeferiu o requerimento do executado, sob o argumento de que deveria aguardar o decurso de cinco dias a contar da garantia efetuada. Passados os cinco dias, o juiz julgou extinta a execução pelo cumprimento da obrigação e determinou a expedição de alvará em favor do exequente, intimando-o dessa decisão. Com base na situação acima descrita, é correto afirmar que o exequente tem direito de interpor

(A) Apelação no prazo de 15 dias, uma vez que não foi intimado da garantia do juízo e, portanto, não lhe foi dada a oportunidade de impugnar a sentença de homologação dos cálculos.

(B) Agravo de petição no prazo de 8 dias, uma vez que não foi intimado da garantia do juízo e, portanto, não lhe foi dada a oportunidade de impugnar a sentença de homologação dos cálculos.

(C) Recurso ordinário no prazo de 8 dias, uma vez que não foi intimado da garantia do juízo e, portanto, não lhe foi dada a oportunidade de impugnar a sentença de homologação dos cálculos.

(D) Agravo de instrumento no prazo de 10 dias, uma vez que não foi intimado da garantia do juízo e, portanto, não lhe foi dada a oportunidade de impugnar a sentença de homologação dos cálculos.

RESPOSTA Letra *a* do art. 897, CLT; e art. 884, CLT. *Alternativa B.*

7758. **(OAB 03 – 2011)** Numa reclamação trabalhista, o autor teve reconhecido o direito ao pagamento de horas extras, sem qualquer reflexo. Após liquidado o julgado, foi homologado o valor de R$ 15.000,00, iniciando-se a execução. Em seguida, as partes comparecem em juízo pleiteando a homologação de acordo no valor de R$ 10.000,00.

Com base no narrado acima, é correto afirmar que.

(A) O juiz não pode homologar o acordo porque isso significaria violação à coisa julgada.

(B) É possível a homologação do acordo, mas o INSS será recolhido sobre R$ 15.000,00.

(C) A homologação do acordo, no caso, dependeria da concordância do órgão previdenciário, pois inferior ao valor homologado.

(D) É possível a homologação do acordo, e o INSS será recolhido sobre R$ 10.000,00.

RESPOSTA §§ 3º e 6º do art. 832, CLT; e OJ 376 da SDI-I, TST. *Alternativa D.*

Bibliografia

- CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 7. ed. São Paulo: LTr, 2009.
- MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *Manual de direito e processo do trabalho*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho*. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- _______. *Iniciação ao processo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- REDINZ, Marco Antonio. *Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas*. São Paulo: Saraiva, 2012.

1 JUSTIÇA, Superior Tribunal de. *AgRg no Conflito de Competência n. 79.323-SP.* Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/filedown/dev0/files/JUS2/STJ/IT/AGRG-CC_79323_SP_28.03.2007.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2012.

2 LEITE, *Curso de direito processual do trabalho*, p. 1.089.

3 LEITE, *Curso de direito processual do trabalho*, p. 73.

4 LEITE, *Curso de direito processual do trabalho*, p. 988.

5 LEITE, *Curso de direito processual do trabalho*, p. 957.

6 LEITE, *Curso de direito processual do trabalho*, p. 913.

7 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADC 11 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADCN&s1=11&processo=11>. Acesso em: 15 jan. 2013.

8 LEITE, *Curso de direito processual do trabalho*, p. 72.

9 LEITE, *Curso de direito processual do trabalho*, p. 72.

10 LEITE, *Curso de direito processual do trabalho*, p. 582.

11 LEITE, *Curso de direito processual do trabalho*, p. 1.089.

12 LEITE, *Curso de direito processual do trabalho*, p. 911.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

FELIPE CALDEIRA

Advogado criminalista. Mestre em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Direito Penal Econômico pelas Universidades de Coimbra (Portugal), Castilla-La Mancha (Espanha) e Milão (Itália). Especialização em curso em Direito Penal pela Universidade de Göttingen (Alemanha). Professor de Direito Penal, Direito Penal Econômico, Legislação Penal Extravagante e Direito Processual Penal da Graduação da Faculdade de Direito do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC/RJ). Coordenador, professor e/ou orientador de Direito Penal, Direito Penal Econômico e Direito Processual Penal dos cursos de Pós-Graduação do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (LLM em Direito Corporativo, MBA Executivo em Gestão de Negócios com ênfase em incentivos fiscais e MBA Executivo em Gestão de Negócios com ênfase em desenvolvimento industrial), da Fundação Getulio Vargas (LLM em Direito Tributário e MBA em Direito Empresarial), da Universidade Candido Mendes (Especialização em Direito Penal e Processual Penal), da Escola Superior de Advocacia (Especialização em Direito Educacional) e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Coordenador-adjunto do departamento de Pós-Graduação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim). Avaliador do Exame Unificado 2010.02 da Ordem dos Advogados do Brasil (FGV). Autor de livros e artigos, além de palestrante, nos âmbitos nacional e internacional, nas áreas de Direito Penal, Direito Penal Econômico e Direito Processual Penal.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	269
FCC	123
OUTRAS BANCAS	275
OAB/FGV	29

I. Aplicação da Lei Penal e da Lei Processual Penal e Princípios Penais

(Advogado – AGU – 2009 – adaptada – CESPE) A respeito do princípio da anterioridade, julgue o seguinte item (Certo ou Errado).

7759. A lei processual penal não se submete ao princípio da retroatividade *in mellius*, devendo ter incidência imediata sobre todos os processos em andamento, independentemente de o crime haver sido cometido antes ou depois de sua vigência ou de a inovação ser mais benéfica ou prejudicial.

RESPOSTA De acordo com o art. 5º, XL, CF, no caso da lei penal, vigoram a irretroatividade da lei penal mais grave e a retroatividade da lei penal mais benigna. *Certa*.

7760. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** A respeito dos princípios do direito processual penal, assinale a opção correta.

(A) Não fere o direito ao contraditório o fato de uma só das partes ser informada acerca de novo documento juntado aos autos.

(B) A legislação brasileira alberga o princípio da verdade real de forma relativa, tanto que não é permitida a rescisão de uma absolvição já transitada em julgado quando surjam provas concludentes contra o agente.

(C) Mesmo em face do princípio da obrigatoriedade, vigente no ordenamento processual penal, a autoridade policial não tem o dever de instaurar inquérito policial quando é informada da ocorrência de crime que se apure mediante ação penal pública.

(D) Não obstante o princípio da indisponibilidade do processo, que vigora até mesmo na fase do inquérito policial, uma vez ajuizada a ação penal pública incondicionada, o MP tem livre-arbítrio para dela desistir.

(E) A CF assegura o sistema inquisitivo misto no processo penal.

RESPOSTA Impera no processo penal o princípio da verdade real, e não o da verdade formal, próprio do processo civil, em que, por exemplo, se o réu não se defender, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor. *Alternativa B.*

(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE) Com relação ao direito penal e ao direito processual penal, cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

7761. Em abril de 1994, Alfredo, penalmente imputável, foi denunciado pela prática do delito de lesão corporal leve, tendo como vítima José, seu antigo desafeto. Logo em seguida, adveio nova legislação, e os crimes de lesões corporais leves e lesões culposas passaram a ser de ação pública condicionada à representação do ofendido ou de seu representante legal. Nessa situação, o novo dispositivo legal não é aplicável aos fatos ocorridos antes de sua vigência, aproveitando-se todos os atos e procedimentos já praticados.

RESPOSTA Nesse caso deveria ser aplicado o princípio típico do Direito Penal da retroatividade da lei mais benéfica, consagrado no art. 5º, XL, da Constituição Federal. *Errada*.

(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE) Com relação ao direito penal e ao direito processual penal, cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

7762. Joaquim, indiciado em inquérito policial, em seu interrogatório na esfera policial, foi

constrangido ilegalmente a indicar uma testemunha presencial do crime de que era acusado. A testemunha foi regularmente ouvida e em seu depoimento apontou Joaquim como autor do delito. Nessa situação, o depoimento da testemunha, apesar de lícito em si mesmo, é considerado ilícito por derivação, uma vez que foi produzido a partir de uma prova ilícita.

RESPOSTA De acordo com o art. 157, § 1º, CPP (com base na Teoria *fruits of the poisonous tree*). *Certa*.

(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE) Com relação ao direito penal e ao direito processual penal, cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

7763. Determinada organização criminosa voltada para a prática do tráfico de armas de fogo esperava um grande carregamento de armas para dia e local previamente determinados. Durante a investigação policial dessa organização criminosa, a autoridade policial recebeu informações seguras de que parte do bando estava reunida em um bar e receberia o dinheiro com o qual pagaria o carregamento das armas, repassando, ainda no local, grande quantidade de droga em troca do dinheiro. Mantido o local sob observação, decidiu a autoridade policial retardar a prisão dos integrantes que estavam no bar de posse da droga, para que os policiais pudessem segui-los, identificar o fornecedor das armas e, enfim, prendê-los em flagrante. Nessa situação, não obstante as regras previstas no Código de Processo Penal, são válidas as diligências policiais e as eventuais prisões, em face da denominada ação controlada, prevista na lei do crime organizado.

RESPOSTA De acordo com o art. 2º, II, Lei n. 9.034/95. *Certa.*

(Procurador – Vitória-ES – 2007 – CESPE) Julgue os próximos itens, acerca da ação penal e da aplicação da lei penal e da lei processual penal no tempo e no espaço (Certo ou Errado).

7764. Pelo princípio da retroatividade da lei mais benigna, a norma processual penal tem efeito retroativo, anulando os atos processuais anteriores, no caso de a lei nova de natureza exclusivamente processual vir a beneficiar o réu.

RESPOSTA No direito processual penal não se aplica retroatividade da lei penal mais benéfica, porquanto ele é regido pelo princípio do *Tempus regit actum. Errada*.

7765. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Com referência aos direitos fundamentais, aos recursos e ao procedimento da ação penal, assinale a opção correta.

(A) Por falta de disposição legal expressa, não se aplicam à fase inicial do procedimento previsto para o tráfico de drogas as disposições do CPP referentes à absolvição sumária, à rejeição da denúncia e à citação do acusado para responder por escrito à acusação.

(B) Nos termos do CPP em vigor, a prescrição é circunstância que pode conduzir à rejeição da denúncia e não, à absolvição sumária.

(C) A ampla defesa, como efetiva participação no processo, compreende o direito a defensor técnico habilitado para todos os atos processuais, incluindo-se o interrogatório, não sendo admissível a ausência de manifestação da defesa nos momentos relevantes, como nas alegações finais, cuja inexistência ou deficiência impossibilitam a prolação de sentença.

(D) Em nenhum caso será admitido, por intempestivo, recurso especial interposto antes da publicação do acórdão de julgamento dos embargos de declaração.

(E) No processo penal, em regra, o interrogatório realiza-se antes da abertura do prazo para apresentação de defesa prévia.

RESPOSTA (A) Naquilo em que houver compatibilidade, aplicam-se subsidiariamente as normas do CPP, a exemplo do art. 395. (B) *Vide* art. 397, IV, CPP. (C) Art. 5º, LIV e LV, CF. (D) Deve haver a sua ratificação após a publicação. *Vide* AgRg no REsp 811.696/RJ. (E) *Vide* art. 400, CPP. *Alternativa C.*

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Acerca dos princípios gerais do processo penal, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

7766. O dispositivo constitucional que estabelece serem inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos, bem como as restrições à prova criminal existentes na legislação processual penal, são exemplos de limitações ao alcance da verdade real.

RESPOSTA Princípio da Verdade Real é a busca da verdade fática (efetiva) independentemente do meio de prova utilizado. Assim, nesse entendimento, seria admissível qualquer meio de prova que se prestasse à comprovação fática (real). Nesse entendimento, uma prova ilícita seria admitida quando esta fosse o único meio de provar a inocência de alguém. *Errada*.

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Acerca dos princípios gerais do processo penal, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

7767. A adoção do princípio da inércia no processo penal brasileiro não permite que o juiz determine, de ofício, diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante dos autos.

RESPOSTA Em observância ao art. 156, II, CPP o juiz PODERÁ determinar, de ofício, diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante dos autos. *Errada.*

7768. **(Analista – STM – 2011 – CESPE)** No que concerne aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado). Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), não é nula a citação por edital que se limita a indicar o dispositivo da lei penal, não transcrevendo o inteiro teor da denúncia ou queixa, inexistindo violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa.

RESPOSTA Súmula 366, STF. *Errada*.

(Analista – STM – 2011 – CESPE) No que concerne aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

7769. O princípio da inocência está expressamente previsto na Constituição Federal de 1988 e estabelece que todas as pessoas são inocentes até que se prove o contrário, razão pela qual se admite a prisão penal do réu após a produção de prova que demonstre sua culpa.

RESPOSTA O art. 5º, LVII, CF estabelece que a todo homem se presume inocente até que seja declarado culpado, entretanto é admitida a prisão cautelar do indivíduo para evitar que este cometa novos crimes ou ainda que em liberdade prejudique a colheita de provas. *Errada.*

(Procurador – Vitória-ES – 2007 – CESPE) Julgue os próximos itens, acerca da ação penal e da aplicação da lei penal e da lei processual penal no tempo e no espaço (Certo ou Errado).

7770. Considere a seguinte situação hipotética. No decorrer de um processo criminal, impôs-se a necessidade de inquirição de testemunha em país estrangeiro mediante a expedição de carta rogatória. Na inquirição da referida testemunha, não foi convocado o defensor do réu, visto que tal exigência não encontrava previsão na legislação do país rogado. Nessa situação, caberia ao réu alegar a ilegalidade do procedimento por prejuízo da defesa.

RESPOSTA Segundo o entendimento jurisprudencial, existe tão somente a necessidade de intimação da expedição da carta rogatória. *Errada*.

7771. **(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE)** A lei processual penal, no tocante à aplicação da norma no tempo, como regra geral, é guiada pelo princípio da imediatidade, com plena incidência nos processos em curso, independentemente de ser mais prejudicial ou benéfica ao réu, assegurando-se, entretanto, a validade dos atos praticados sob a égide da legislação anterior.

RESPOSTA A lei processual penal, no tocante à sua aplicação no tempo, baseia-se no princípio *tempus regit actum. Vide* art. 2º, CPP. *Correto.*

7772. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Com referência à aplicação da lei processual no tempo e no espaço, aos princípios aplicáveis ao direito processual penal e aos prazos processuais, assinale a opção correta.

(A) O prazo para interposição de apelação começa a correr a partir da juntada da carta precatória ou do mandado ao processo.

(B) No processo penal, incluem-se na contagem dos prazos o dia do início e o dia do final do prazo.

(C) Compete ao tribunal de apelação, em sede de *habeas corpus*, a aplicação de lei mais benigna editada após o trânsito em julgado de sentença que tiver condenado determinado réu.

(D) Se, após decisão que tiver concedido liberdade provisória a determinado preso, entrar em vigor nova lei que proíba a concessão do benefício para condenados por crime da espécie do cometido por esse preso, deverá o juiz da causa revogar a liberdade provisória, em razão da superveniente proibição legal.

(E) Nas ações penais privadas subsidiárias das ações públicas, o prazo decadencial para o oferecimento da queixa-crime inicia-se a partir do encerramento do prazo para o promotor de justiça oferecer a denúncia.

RESPOSTA (A) O prazo para a interposição do recurso começa a correr da intimação da decisão proferida. *Vide* art. 798, § 5º, CPP. (B) *Vide* art. 798, § 1º, CPP. (C) Art. 66, I, Lei n. 7.210/84. (D) Nesse caso, a lei processual tem caráter híbrido, impedindo a sua aplicação retroativa. (E) *Vide* art. 29, CPP. *Alternativa E*.

7773. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta considerando a aplicação da lei processual penal.

(A) O foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual não prevalece sobre a competência constitucional do tribunal do júri.

(B) A lei processual aplica-se de imediato, devendo-se respeitar, entretanto, a data em que o crime foi praticado e observar a pretensão punitiva já estabelecida.

(C) Aplica-se às normas processuais penais o princípio da extraterritorialidade, visto que são consideradas extensão do território nacional as embarcações e aeronaves públicas a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.

(D) Recebida a denúncia em relação a crime praticado por senador, após a diplomação, o processo deve tramitar perante o juiz natural, inexistindo a sustação do processo com a consequente suspensão da prescrição.

(E) Os membros do Congresso Nacional, após a expedição do diploma, só podem ser presos por crimes afiançáveis em situação de flagrância e, em se tratando de crimes inafiançáveis, somente em caso de prisão temporária pautada em crime cometido no exercício ou desempenho das funções parlamentares.

RESPOSTA (A) Art. 78, I, CPP. (B) Art. 2º, CPP. (C) Art. 1º, CPP. (D) Só haverá o deslocamento de competência para o juiz natural. (E) Art. 53, § 2º, CF. *Alternativa A*.

7774. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** No que se refere à aplicação da lei penal e da lei processual penal, assinale a opção correta.

(A) Em relação à aplicação da lei no espaço, vigora o princípio da absoluta territorialidade da lei processual penal.

(B) Cessadas as circunstâncias que determinaram a sua existência, a lei excepcional deixa de ser aplicada ao fato praticado durante a sua vigência.

(C) Por expressa previsão legal, a lei penal e a lei processual penal retroagem para beneficiar o réu.

(D) De acordo com o princípio da aplicação imediata da lei processual penal, os atos já realizados sob a vigência de determinada lei devem ser convalidados pela lei que a substitua.

(E) A lei penal admite a aplicação analógica e a lei processual penal, a interpretação analógica.

RESPOSTA *Vide* art. 1º, CPP. (B) A lei excepcional possui efeitos ultrativos. (C) A lei penal apenas retroage para beneficiar o réu. A lei processual aplica-se de imediato, a não ser quando possuir caráter penal, em que poderá retroagir para beneficiar o réu. (D) Não há necessidade de convalidação (art. 2º, CPP). (E) *Vide* art. 3º, CPP. *Alternativa A*.

II. Inquérito Policial

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Acerca do inquérito policial, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

7775. Embora o inquérito policial tenha natureza de procedimento informativo, e não de ato de jurisdição, os vícios nele existentes podem contaminar a ação penal subsequente, com base na teoria norte-americana dos frutos da árvore envenenada, ou *fruits of the poisonous tree*.

RESPOSTA Eventuais vícios do inquérito policial não contaminam a ação penal (*RTJ* 191/598, Rel. Min. Eros Grau). *Errada*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Acerca do inquérito policial, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

7776. O arquivamento do inquérito policial não gera preclusão, sendo uma decisão tomada *rebus sic stantibus*; todavia, uma vez arquivado o inquérito a pedido do promotor de justiça, somente com novas provas pode ser iniciada a ação penal.

RESPOSTA Nesse caso há falta de provas e não existe "análise de mérito", ou seja, não fica estabelecida de forma convincente a responsabilidade dos envolvidos. Devido a isso, seria necessário fato novo (novas provas) para que uma ação penal sobre o mesmo fato pudesse ser iniciada. *Certa.*

7777. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Com relação ao inquérito policial, julgue os itens a seguir.

I. É uma peça escrita, preparatória da ação penal, de natureza inquisitiva.

II. É presidido pela autoridade policial, da chamada polícia judiciária, pois atua em face do fato criminoso já ocorrido.

III. Sua finalidade investigatória objetiva dar elementos para a *opinio delicti* do órgão acusador de que há prova suficiente do crime e da autoria, para que a ação penal tenha justa causa. Para a ação penal, justa causa é o conjunto de elementos probatórios razoáveis sobre a existência do crime e da autoria.

IV. Embora não se apliquem à atividade nele desenvolvida os princípios da atividade jurisdicional, o inquérito encerra um juízo de formação de culpa que se conclui com um veredicto de possibilidade ou não da ação penal.

V. É regido pelo princípio da não exclusividade, ou seja, no sistema brasileiro, admite-se que mais de um órgão o presida, em função do princípio da primazia do interesse público.

Estão certos apenas os itens

(A) I, II e III.

(B) I, III e IV.

(C) I, IV e V.

(D) II, III e V.

(E) II, IV e V.

RESPOSTA (I) Vicente Greco Filho afirma que o inquérito policial é uma peça escrita, preparatória da ação penal, de natureza inquisitiva (*Manual de processo penal*, p. 91). (II) Art. 4º, CPP. (III) Arts. 4º, 41 e 395, III, CPP. (IV) Presta-se tão somente para verificar a existência mínima de indícios de autoria e materialidade. (V) A presidência é exclusiva da Polícia Judiciária. *Alternativa A.*

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com base no direito processual penal, julgue o item subsecutivo (Certo ou Errado).

7778. Nesse sentindo, considere que a sigla CPP, sempre que utilizada, refere-se ao Código de Processo Penal. Como a promoção da ação penal pública é atribuição exclusiva do Ministério Público, é vedado ao juiz, de ofício, ordenar o sequestro de bens do indiciado durante a fase inquisitorial.

RESPOSTA Tendo em vista o art. 127, CPP, o juiz poderá ordenar o sequestro de bens em qualquer fase do processo. *Errada.*

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue o próximo item, relativo ao processo penal (Certo ou Errado).

7779. Via de regra, em crimes de atribuição da polícia civil estadual, caso o indiciado esteja preso, o prazo para a conclusão do inquérito será de quinze dias, podendo ser prorrogado; e caso o agente esteja solto, o prazo para a conclusão do inquérito será de trinta dias, podendo, também, ser prorrogado.

RESPOSTA A regra geral é a contida no art. 10, CPP (10 dias se estiver preso e 30 dias se estiver solto). *Errada.*

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Julgue os próximos itens, acerca do inquérito policial (Certo ou Errado).

7780. Como o inquérito policial é peça dispensável ao oferecimento da denúncia, o MP pode, mesmo sem o inquérito, oferecer a denúncia, desde que entenda que há indícios mínimos de autoria e de materialidade de fatos supostamente criminosos. Todavia, uma vez instaurado o inquérito, o MP não pode oferecer a denúncia sem o relatório final da autoridade policial.

RESPOSTA O inquérito é peça dispensável ao oferecimento da denúncia e mesmo quando instaurado sua presença no processo não é obrigatória, tendo em vista o art. 39, § 5º, CPP. *Errada.*

7781. Dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas e em escutas ambientais judicialmente autorizadas para produção de prova em inquérito policial podem ser usados, em procedimento administrativo disciplinar, contra servidores cujos supostos ilícitos tenham despontado à colheita dessa prova.

RESPOSTA De acordo com o art. 5º, XII, CF c/c art. 1º, Lei n. 9.296/96 (prova emprestada). *Certa.*

7782. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** No que se refere ao inquérito policial, assinale a

opção correta.

(A) Não se pode negar o acesso de advogado constituído pelo indiciado aos autos de procedimento investigatório, ainda que nele esteja decretado o sigilo, estendendo-se tal prerrogativa a atos que, por sua própria natureza, não dispensem a mitigação da publicidade.

(B) Nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas poderá, nos inquéritos que conduza, ordenar diligências em circunscrição de outra, desde que por intermédio de carta precatória.

(C) Permite-se a utilização de inquéritos policiais em curso para agravar a pena-base do agente reincidente que responda a processo criminal.

(D) Consoante a jurisprudência do STF, ainda que não se permita ao MP a condução do inquérito policial propriamente dito, não há vedação legal para que este órgão proceda a investigações e colheita de provas para a formação da *opinio delicti*.

(E) O arquivamento do inquérito por falta de embasamento para a denúncia pode ser ordenado pela autoridade judiciária ou policial; nesse caso, a polícia judiciária, se de outras provas tiver notícia, poderá proceder a novas pesquisas.

RESPOSTA (A) Súmula Vinculante 14, STF. (B) Art. 4º, CPP. (C) Súmula 444, STJ. (D) "o poder investigatório seria concedido, ao Ministério Público, pela própria Constituição Federal, nos incisos I, VI, VIII e IX do art. 129; e, portanto, seria um contrassenso negá-lo ao titular da ação penal, encarregado de formar a *opinio delicti* e promover em juízo a defesa do *ius puniendi* do Estado" (HC 84.548/SP, Min. Dias Toffoli). (E) Art. 18, CPP. *Alternativa D.*

7783. (Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE) Em relação ao inquérito policial, assinale a opção correta com base no direito processual penal.

(A) Na atual sistemática processual penal, resta vedada instauração de inquérito policial em relação aos crimes de menor potencial ofensivo, em qualquer hipótese, em face do preceito legal expresso que determina a lavratura de termo circunstanciado, pelo qual não se admite submissão do autor do fato ao constrangimento do procedimento inquisitivo, como, por exemplo, à condução coercitiva e à identificação criminal.

(B) Os vícios ocorridos no curso do inquérito policial, em regra, não repercutem na futura ação penal, ensejando, apenas, a nulidade da peça informativa, salvo quando houver violações de garantias constitucionais e legais expressas e nos casos em que o órgão ministerial, na formação da *opinio delicti*, não consiga afastar os elementos informativos maculados para persecução penal em juízo, ocorrendo, desse modo, a extensão da nulidade à eventual ação penal.

(C) Ordenado o arquivamento de inquérito policial instaurado antes da constituição definitiva do crédito tributário, de modo a atender a força impositiva de verbete sumular vinculante, resta vedado, em qualquer hipótese, o seu desarquivamento, mesmo sobrevindo constituição do crédito tributário, após o encerramento do procedimento administrativo/fiscal, porque o fundamento da decisão judicial é a atipicidade do fato, cuja eficácia preclusiva é de coisa julgada material.

(D) Considere a seguinte situação hipotética. O MP, ao oferecer denúncia, não se manifestou, de forma expressa, em relação a alguns fatos e a determinados agentes investigados, cujos elementos estão evidenciados no bojo do inquérito policial. Nessa situação hipotética, restam assentes doutrina e jurisprudência pátria acerca da ocorrência do pedido de arquivamento implícito ou arquivamento indireto, por parte do órgão de acusação, exigindo-se, contudo, para os devidos efeitos legais, decisão judicial expressa de arquivamento.

(E) O atual entendimento consolidado na jurisprudência dos tribunais superiores prevê a possibilidade de retratação do pedido de arquivamento de inquérito policial, independentemente do surgimento de

provas novas, desde que não tenha ocorrido ainda o pronunciamento judicial, visto que prevalece o interesse público da persecução penal.

RESPOSTA (A) Art. 69, Lei n. 9.099/95. (B) Não haveria nulidade nessa hipótese apenas se houvesse informações oriundas de fontes autônomas e independentes. (C) Uma vez havendo a constituição definitiva do inquérito policial, o Estado estará autorizado à persecução penal. (D) A jurisprudência não acolhe a tese do arquivamento implícito. (E) Súmula 524, STF. *Alternativa B*.

7784. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) Considerando os institutos aplicáveis ao direito processual penal, assinale a opção correta.

(A) Segundo o entendimento dos tribunais superiores, em hipótese nenhuma, é admitida a persecução penal iniciada com base em denúncia anônima.

(B) De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, em face do princípio da ampla defesa, é direito do defensor, no interesse do representado, ainda que em fase inquisitorial, ter acesso a procedimento investigativo referente à medida de busca e apreensão domiciliar a ser executada.

(C) Consoante o entendimento dos tribunais superiores, o arquivamento de inquérito policial com base na atipicidade do fato tem eficácia de coisa julgada material, exceto se emanada a decisão de juiz absolutamente incompetente.

(D) Segundo entendimento dos tribunais superiores, caso o MP não ofereça a suspensão condicional prevista na Lei n. 9.099/1995, o magistrado deve fazê-lo de ofício.

(E) O juiz pode determinar, de ofício, a reconstituição do crime durante a fase inquisitorial.

RESPOSTA (A) *Vide* HC 83.830/PR do STJ. Possibilidade de averiguação. (B) É direito do defensor ter acesso àquilo que já foi documentado. *Vide* Súmula Vinculante 14, STF. (C) Ainda que proferida por juízo incompetente, forma-se a coisa julgada. Princípio do favor-rei. *Vide* HC 173.397/RS. (D) *Vide* Súmula 696, STF. *Alternativa E*.

7785. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) Com relação a sentença e coisa julgada, assinale a opção correta.

(A) São requisitos mínimos para a sentença de pronúncia a certeza da autoria e a prova da existência do crime.

(B) A coisa julgada formal impede, no âmbito processual penal, que qualquer outro juízo ou tribunal reexamine a causa já decidida.

(C) A sentença absolutória imprópria é assim conceituada pela doutrina porque o juiz, ao prolatá-la, apesar de absolver o réu, impõe-lhe o cumprimento de medida de segurança, que é, em sentido amplo, uma sanção penal.

(D) O relatório, requisito formal da sentença, seja qual for o procedimento processual penal, deverá conter, resumidamente, as teses desenvolvidas pelas partes, sob pena de nulidade do ato decisório.

(E) A sentença absolutória que reconheça ter o réu agido com amparo em qualquer uma das causas excludentes de ilicitude faz coisa julgada no juízo cível, afastando a obrigação de reparação do dano eventualmente causado.

RESPOSTA Art. 413, § 1º, CPP. (B) Improcede. Revisão criminal em favor do acusado. (C) REsp 964.247/DF. (D) Trata-se de nulidade relativa. Princípio do prejuízo. (E) Arts. 929 e 930, CC. *Alternativa C*.

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) Com relação ao inquérito policial, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

7786. Para verificar a possibilidade de a infração ter sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, da qual o indiciado ou suspeito

não poderá se negar a participar.

RESPOSTA A reprodução simulada não deve contrariar a moralidade ou a ordem pública, tendo em vista o art. 7º, CPP. *Errada.*

7787. Uma vez ordenado o arquivamento do inquérito policial pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas sem autorização judicial para tanto.

RESPOSTA A autoridade policial PODERÁ proceder a novas pesquisas sem autorização judicial para tanto, em observância ao art. 18, CPP. *Errada.*

7788. As partes poderão, no curso do inquérito policial, opor exceção de suspeição da autoridade policial, nas mesmas situações previstas no Código de Processo Penal em relação ao juiz.

RESPOSTA As partes NÃO poderão opor a suspeição da autoridade policial nos atos do inquérito, como dispõe o art. 107, CPP. *Errada*.

7789. Sinval foi indiciado pelo crime de dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei em relação a órgão da administração federal. Durante a fase do inquérito, a defesa de Sinval pleiteou o direito de acesso amplo aos elementos de prova documentados em procedimento investigatório realizado por órgão dotado de competência de polícia judiciária. Tal pedido não foi integralmente atendido pelo órgão competente, sob o argumento de que deveria ser ressalvado o acesso da defesa às diligências policiais que, ao momento do requerimento, ainda estavam em tramitação ou ainda não tinham sido encerradas. Nessa situação, com base na jurisprudência prevalecente no STF, é adequada a aplicação conferida pelo órgão dotado de competência de polícia judiciária.

RESPOSTA De acordo com o enunciado da Súmula Vinculante 14, STF. *Certa.*

7790. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência ao inquérito policial (IP).

(A) Sendo o crime de ação penal pública incondicionada, se o promotor de justiça com atribuições para tanto requisitar a instauração do IP, a autoridade policial pode deixar de instaurá-lo, se entender descabida a investigação, ante a presença de causa excludente de antijuridicidade.

(B) O IP possui a característica da indisponibilidade, que significa que, uma vez instaurado, não pode a autoridade policial, por sua própria iniciativa, promover seu arquivamento, exceto nos crimes de ação penal privada.

(C) No IP instaurado por requisição do ministro da Justiça, objetivando a expulsão de estrangeiro, o contraditório é obrigatório.

(D) O IP possui a característica da oficialidade, que significa que, ressalvadas as hipóteses de crimes de ação penal pública condicionada à representação ou de ação penal privada, o IP deve ser instaurado de ofício pela autoridade policial sempre que tiver conhecimento da prática de um delito.

(E) Ocorrendo nulidade no IP, por inobservância das normas procedimentais estabelecidas para realização de determinado ato, a autoridade policial deve declarar a nulidade por escrito, repetindo-se o ato.

RESPOSTA (A) Segundo Fernando Capez, “a autoridade policial não pode se recusar a instaurar o inquérito, pois a requisição tem a natureza de determinação, de ordem, muito embora inexista subordinação hierárquica” (*Curso de processo penal*, p. 85). (B) Art. 17, CPP. (C) Art. 70, Lei n. 6.815/80 c/c arts. 102 e 103, Decreto n. 86.715/81. (D) Art. 5º, I, CPP. (E) A nulidade é declarada pelo magistrado, e não pela autoridade policial. *Alternativa C.*

7791. (Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE) Com base no entendimento do STF sobre IP e temas correlatos, assinale a opção correta.

(A) O IP representa procedimento investigatório, levado a efeito pelo Estado-administrador, no exercício de atribuições referentes à polícia judiciária e, assim, somente deve ser trancado quando for manifesta a ilegalidade ou patente o abuso de autoridade, por exemplo.

(B) Os vícios eventualmente existentes no IP não contaminam a ação penal, se a condenação se fundar em qualquer elemento de prova obtido no inquérito.

(C) O IP é peça dispensável à propositura da ação penal. Todavia, uma vez instaurado, não pode o MP oferecer a denúncia antes de concluído e relatado o IP pela autoridade policial.

(D) Os dados obtidos em IP, ante a sua natureza eminentemente sigilosa, não podem ser utilizados em procedimento administrativo disciplinar, contra outros servidores, cujos eventuais ilícitos administrativos teriam despontado à colheita dessa prova.

(E) Se a denúncia respaldar-se em elementos de informação colhidos no IP, dispensa-se a obrigatoriedade da notificação prévia em processo relativo a crime de responsabilidade de funcionário público.

RESPOSTA (A) "A jurisprudência do STF é firme no sentido de só admitir o trancamento de ação penal e de IP em situações excepcionais. Situações que se reportem a conduta não constitutiva de crime em tese, ou quando já estiver extinta a punibilidade, ou ainda, se inocorrentes indícios mínimos da autoria" (HC 87.310, STF). (B) Art. 157, CPP. (C) Art. 39, § 5º, CPP. (D) Art. 5º, XII, CF c/c art. 1º, Lei n. 9.296/96. (E) Súmula 330, STJ. *Alternativa A.*

7792. (Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta em relação ao IP.

(A) No sistema processual brasileiro, considerando que o magistrado não pode participar de processo em que se tenha manifestado anteriormente, é defeso a ministro de tribunal superior ser relator de ação penal originária em que tenha presidido o antecedente IP.

(B) É possível que o magistrado, em busca da verdade real, determine diligências em IP, mesmo na situação de crime de ação penal pública incondicionada em que o membro do MP já tenha pugnado pelo arquivamento dos autos.

(C) Não é possível que autoridade policial, de ofício, investigue e indicie pessoa com foro especial, sem a devida supervisão de magistrado naturalmente competente para julgar tal detentor de prerrogativa funcional.

(D) De acordo com a posição do STF, a decisão de arquivamento de IP, em razão de atipicidade, uma vez preclusa, gera coisa julgada material, impedindo a reabertura da causa pelo mesmo fato, salvo se o juiz prolator da decisão for absolutamente incompetente.

(E) De acordo com a opinião sumulada do STJ, a participação de membro do MP na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

RESPOSTA (A) Art. 28, CPP. (B) Art. 252, I e II c/c art. 609, CPP. (C) Já se decidiu que no "exercício de competência penal originária do STF (CF, art. 102, I, *b*, c/c Lei n. 8.038/1990, art. 2º e RI/STF, arts. 230 a 234), a atividade de supervisão judicial deve ser constitucionalmente desempenhada durante toda a tramitação das investigações desde a abertura dos procedimentos investigatórios até o eventual oferecimento, ou não, de denúncia pelo *dominus litis* (...)" (Pet. QO 3.825/MT, Rel. Min. Sepúlveda Pertence). (D) Súmula 524, STF. (E) Súmula 234, STJ. *Alternativa C.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Com relação ao direito processual penal, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

7793. Considere que o delegado de polícia de determinada circunscrição tenha ordenado diligências em outra, sem ter expedido carta precatória, requisições ou solicitações. Nessa situação,

não houve nulidade no inquérito policial respectivo.

RESPOSTA De acordo com o art. 22, CPP. *Certa.*

(Delegado – PC-TO – 2008 – CESPE) De acordo com a legislação especial pertinente, julgue o item (Certo ou Errado).

7794. O prazo do inquérito policial, se o indiciado estiver preso em virtude de prisão temporária, será de cinco dias, prorrogáveis por mais cinco dias, havendo exceção para determinados casos, a exemplo dos crimes de tráfico de entorpecentes ou tortura, em que o prazo se estende para 30 dias, prorrogáveis por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.

RESPOSTA De acordo com o art. 2º, Lei n. 7.960/89 c/c art. 2º, § 4º, Lei n. 8.072/90. *Certa.*

(Delegado – PC-TO – 2008 – CESPE) No que se refere aos temas de direito processual penal e direito penal, julgue o item (Certo ou Errado).

7795. O inquérito policial, procedimento persecutório de caráter administrativo instaurado pela autoridade policial, tem como destinatário imediato o Ministério Público, titular único e exclusivo da ação penal.

RESPOSTA Consoante estabelece o § 1º do art. 10, CPP, a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao juiz competente. *Errada.*

*III. Ação Penal e Ação Civil **Ex Delicto***

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) A respeito de ação penal, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

7796. Com a reforma parcial do CPP, a ação penal pública incondicionada passou a se submeter ao princípio da indivisibilidade, de forma que não é possível aditar a denúncia, após o seu recebimento, para a inclusão de corréu.

RESPOSTA A reforma **não** se referiu ao assunto, de modo que quanto às ações penais públicas permanece a omissão legislativa e pode, sim, o MP aditar a denúncia para a inclusão de corréu. *Errada*.

7797. A possibilidade jurídica do pedido, como condição da ação penal, é exemplificada pela doutrina com a impossibilidade de se instaurar ação penal se o fato narrado na denúncia ou queixa evidentemente não constituir crime e com a impossibilidade de imposição de pena em caso de fato que, pela inicial, não é previsto na lei como crime.

RESPOSTA De acordo com Nestor Távora (*Curso de direito processual penal*, p. 120). *Certa*.

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Julgue os itens subsequentes à luz do direito processual penal (Certo ou Errado).

7798. Diversamente do que ocorre em relação ao processo civil, no processo penal não se admite que, em caso de morte da vítima, os familiares assumam o lugar dela, no polo ativo da ação penal privada, para efeito de apresentação de queixa.

RESPOSTA De acordo com o art. 31, CPP. *Errada*.

7799. A renúncia ao exercício do direito de queixa e o perdão do ofendido, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

RESPOSTA De acordo com o art. 49, CPP. *Errada*.

7800. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Nos casos em que somente se procede mediante queixa, não será considerada perempta a ação penal quando o querelante

(A) deixar de promover, após iniciada a ação penal privada, o andamento do processo durante trinta dias seguidos.
(B) deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente.
(C) deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
(D) deixar de apresentar o rol de testemunhas na queixa-crime.
(E) for pessoa jurídica e esta se extinguir sem deixar sucessor.

RESPOSTA Art. 60, CPP. *Alternativa D*.

7801. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Acerca da ação penal, julgue os itens seguintes.

I. Somente lei expressa pode estabelecer a legitimação extraordinária do ofendido ou de terceiro, que, dessa forma, titularizam o *ius puniendi* em nome do Estado.
II. O vício de legitimidade leva à carência da ação e, no processo penal, é causa de nulidade absoluta.
III. Uma vez instaurado, o *habeas corpus* pode trancar ação penal cujo pedido seja juridicamente impossível.
IV. Na ação pública condicionada, a representação do ofendido poderá ser apresentada até ocorrer a decadência que extinguiria a punibilidade, desde que tal medida seja requisitada pelo ministro da Justiça.
V. A ação pública de ofício só pode ser iniciada por flagrante ou por portaria da autoridade policial ou judicial.

Estão certos apenas os itens

(A) I e III.
(B) I e IV.
(C) II e III.
(D) II e V.
(E) IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 30, CPP. Note que a legitimidade extraordinária será apenas do ofendido. O representante legal terá mera legitimidade processual. (II) Art. 564, II, CPP. (III) Arts. 651 e 652, CPP. (IV) Art. 38, CPP. (V) Art. 26, CPP. *Alternativa C*.

7802. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** No que concerne à denúncia, assinale a opção correta.

(A) A denúncia deve conter a identificação e qualificação do denunciado, de maneira que não haja dúvida sobre a autoria, e a descrição pericial do fato criminoso em todas as circunstâncias agravantes e atenuantes contidas no tipo.
(B) A denúncia deve conter o histórico da vida pregressa do denunciado, descrevendo todos os dados fáticos necessários à determinação da infração penal, a *opinio doctorum* sobre o delito, tipificando o delinquente e a vítima e estabelecendo as medidas de controle social cabíveis.
(C) Na denúncia, os dados fáticos que correspondem aos elementos do tipo penal são considerados circunstâncias identificadoras de tipo, enquanto os elementos que correspondem à identificação do

denunciado são chamados de circunstâncias identificadoras do agente.

(D) A falta de descrição de uma elementar na denúncia provoca sua inépcia.

(E) Quando inepta, a denúncia não pode ser rejeitada, mas é possível trancar a ação penal por meio de *habeas corpus*.

RESPOSTA (A), (B) e (D) Art. 41, CPP. (C) Os dados fáticos são as elementares (circunstâncias de fato). (E) Art. 395, CPP. *Alternativa D.*

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Acerca das ações penais, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

7803. Nas ações penais privadas, considerar-se-á perempta a ação penal quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.

RESPOSTA De acordo com o art. 60, I, CPP. *Certa.*

7804. Nas ações penais privadas, a renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um dos autores do crime aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

RESPOSTA A letra de lei constante do art. 49, CPP, não faz menção ao fato de a renúncia não produzir efeitos em relação ao que recusar. *Errada.*

7805. Nas ações penais públicas condicionadas à representação, será esta irretratável, depois de oferecida a denúncia.

RESPOSTA De acordo com o art. 25, CPP. *Certa.*

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue o próximo item, relativo ao processo penal (Certo ou Errado).

7806. O princípio da obrigatoriedade é mitigado em infrações de menor potencial ofensivo, uma vez que, nesses casos, há possibilidade de oferta de transação penal.

RESPOSTA De acordo com o art. 76, Lei n. 9.099/95. *Certa.*

7807. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Acerca de ação penal e ação civil *ex delicto*, assinale a opção correta.

(A) Conforme jurisprudência do STJ, na hipótese de ação indenizatória *ex delicto*, o prazo prescricional começa a fluir a partir da data do crime.

(B) É concorrente a legitimidade do MP e da DP para a representação de hipossuficiente em ação civil de reparação por dano decorrente de conduta criminosa, inclusive em estado onde haja DP organizada.

(C) Segundo a jurisprudência do STJ, não se exige, nos crimes societários, descrição pormenorizada da conduta de cada agente, o que por si só autoriza a instauração de processo criminal contra o administrador de empresa por crime praticado no âmbito da sociedade.

(D) É pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de dispensar a representação da vítima como condição de procedibilidade da ação penal por crime de lesão corporal leve cometido no âmbito familiar.

(E) A ação penal constitucional do *habeas corpus* não é instrumento legal para examinar se é correta a tipificação penal, porque envolve o exame do mérito, direito reservado à instância ordinária.

RESPOSTA (A) O prazo prescricional começa a fluir a partir do trânsito em julgado da sentença penal. (B) A legitimidade é do MP (AgRg no REsp 289.030, STJ). (C) "O simples fato de os pacientes serem sócios da sociedade empresária não autoriza a *persecutio criminis in iudicio* por crimes praticados em sua gestão se não restar comprovado, ainda que com elementos a serem aprofundados no decorrer da instrução criminal" (HC 63.753/PA, 5ª T., Rel. Min. Felix Fischer). (D) ADI 4.424, STF. (E) STJ, HC 74.228/DF, Rel. Min. Honildo Amaral de Mello Castro e STF, HC 103.205, Min. Ricardo Lewandowski. *Alternativa E.*

7808. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Com referência à ação penal, assinale a opção correta.

(A) De acordo com súmula do STF, a ação penal por crime contra a honra de servidor público, em razão do exercício de suas funções, é condicionada à representação do ofendido, que não tem legitimidade para propor queixa.
(B) A ação penal é de natureza pública, mas sua iniciativa é, em alguns casos, atribuída por lei ao particular – em regra o ofendido –, por intermédio de queixa ou representação.
(C) O direito de representação, em caso de morte ou ausência do ofendido, passa ao ascendente, descendente, cônjuge ou irmão, nesta ordem.
(D) A queixa pode ser dirigida à autoridade policial, ao juiz ou ao MP.
(E) A ação penal por injúria consistente na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, se não configurar crime de racismo, é pública condicionada.

RESPOSTA (A) A competência é concorrente do servidor e do MP, nos termos da Súmula 714, STF. (B) Há ação penal de natureza privada. (C) *Vide* art. 31, CPP. (D) A competência para o recebimento da queixa é do Judiciário. (E) *Vide* art. 140, § 3º c/c art. 145, parágrafo único, CP. *Alternativa E*.

7809. **(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE)** O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública incondicionada impõe o dever ao membro do Ministério Público de oferecer denúncia, mas não retira deste o juízo de conveniência e oportunidade para a iniciativa penal, sendo vedada, apenas, a desistência da ação após o recebimento da denúncia.

RESPOSTA A ação penal, uma vez oferecida, jamais poderá ser alvo de desistência, assim como os recursos interpostos pelo MP. *Vide* arts. 42 e 576, CPP. *Errado.*

7810. **(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE)** O arresto pressupõe a origem ilícita dos bens móveis, sendo determinado com o objetivo de garantir a satisfação, em caso de condenação, de eventual pena de multa, custas processuais e ressarcimento dos danos causados pela perpetração delitiva.

RESPOSTA O arresto refere-se aos bens móveis de origem lícita pertencentes ao réu. *Errado.*

7811. **(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE)** As esferas cível e penal são independentes, razão por que o prazo prescricional para o ajuizamento da ação civil *ex delicto* começa a fluir a partir do fato criminoso.

RESPOSTA O prazo, via de regra, começa a fluir a partir do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, nos termos dos arts. 200 do Código Civil e 63, CPP. *Errado*.

7812. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** A respeito dos institutos aplicáveis ao direito processual penal, e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

(A) A ação civil *ex delicto* não poderá ser proposta caso a sentença absolutória tenha decidido que o fato imputado ao réu não constitui crime, ante a eficácia preclusiva de coisa julgada.

(B) Caso o agente pratique crime permanente com atos de execução e de consumação em diferentes locais do país, deve ser adotada a regra da competência por distribuição.

(C) De acordo com o que determina o CPP, durante a fase inquisitorial, o juiz somente poderá ordenar o sequestro de bens a requerimento do MP ou mediante representação da autoridade policial.

(D) Segundo entendimento dos tribunais superiores, não é inepta a vestibular acusatória nos crimes societários que não descreva a conduta individualizada de cada sócio.

(E) Consoante o entendimento dos tribunais superiores, por constituir ofensa à coisa julgada, a decisão que julga extinta a punibilidade do réu fundada em certidão de óbito falsa não pode ser revogada.

RESPOSTA (A) Poderá (REsp 111.713, STJ). (B) Arts. 70 e 75, CPP. (C) Art. 127, CPP. (D) HC 83.301, STF. (E) Poderá (HC 31.234/MG, STJ). *Alternativa D.*

7813. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) Acerca da ação civil *ex delicto*, assinale a opção correta.

(A) Violação dos direitos fundamentais da pessoa humana enseja ação de reparação *ex delicto*, cujo prazo prescricional se inicia com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

(B) Fixado na sentença penal condenatória valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração e considerados os prejuízos sofridos pelo ofendido, a execução civil estará limitada ao mínimo.

(C) Na hipótese de a pena privativa de liberdade, na sentença condenatória, ser substituída pela restritiva de prestação pecuniária, será necessária a prévia liquidação da quantia indenizatória devida à vítima.

(D) O fato praticado sob alguma excludente de ilicitude não enseja reparação civil, exceto na hipótese de estado de necessidade agressivo e de legítima defesa, no caso de ser atingido, por erro na execução, terceiro inocente.

(E) O termo *a quo* para o ajuizamento da ação civil *ex delicto* começa a fluir, em regra, a partir do ajuizamento da ação penal.

RESPOSTA (A) Decidiu-se que são imprescritíveis. *Vide* EResp 816.209, STJ. (B) Art. 63, parágrafo único, CPP. (C) Não há restrição nesse sentido. (D) Trata-se de duas exceções ao art. 65, CPP, previstas pela legislação civil, nos termos dos arts. 929 e 930 e parágrafo único do Código Civil. (E) Pode ser intentada antes mesmo do ajuizamento da ação penal (art. 64, CPP). *Alternativa D.*

7814. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) Em relação aos sujeitos processuais, assinale a opção correta.

(A) O juiz deve dar-se por suspeito se possuir parente consanguíneo, na linha colateral até o terceiro grau, que esteja respondendo a processo por fato análogo sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

(B) O membro do MP possui legitimidade para proceder, diretamente, à colheita de elementos de convicção para subsidiar a propositura de ação penal, incluindo-se a presidência de inquérito policial.

(C) Mesmo após a vigência do novo Código Civil, faz-se necessária a nomeação de curador especial para acusado com idade entre dezoito e vinte e um anos, em respeito ao princípio da especialidade, porquanto tal exigência não foi suprimida do CPP.

(D) Se o advogado do réu for devidamente intimado, por meio da imprensa oficial, para a sessão de julgamento da apelação, na hipótese de adiamento, a intimação da nova data da sessão deverá ser feita pessoalmente.

(E) O assistente de acusação possui legitimidade para interpor apelação contra sentença absolutória, caso o MP se quede inerte após regular intimação.

RESPOSTA (A) Art. 254, III, CPP. (B) A presidência do inquérito policial é atribuição exclusiva da autoridade policial. (C) Com a redação do novo Código Civil, tal exigência restou superada. (D) Inexiste previsão legal nesse sentido. Precedentes. HC 210.536/SP, STJ. (E) *Vide* art. 598 e parágrafo único, CPP. *Alternativa E*.

7815. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** A respeito das normas aplicadas ao MP, ao acusado e ao defensor e do disposto nas normas procedimentais aplicáveis aos processos que tramitam perante o STJ e o STF, de acordo com o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

(A) Considere que o réu constitua advogado que, devidamente intimado, não compareça à audiência de inquirição das testemunhas arroladas exclusivamente pela defesa nem apresente motivação justificada de sua ausência. Nessa situação, realizada a audiência na presença de advogado *ad hoc*, ocorrerá nulidade processual ante a ofensa dos interesses do acusado.

(B) A lei não permite que as intimações dos processos que tramitam perante o STJ e STF sejam feitas por carta registrada.

(C) No processo penal, os prazos são contados a partir da juntada do mandado de intimação aos autos.

(D) O oferecimento de contrarrazões a recurso interposto contra a rejeição da denúncia, por meio de defensor dativo, ante a não intimação do denunciado para oferecê-la, não implica ofensa a direito do acusado.

(E) Os órgãos do MP sujeitam-se às mesmas prescrições relativas à suspeição dos juízes, no que lhes for aplicável, implicando a sua inobservância nulidade relativa.

RESPOSTA (A) É válido (RHC 30.197, STJ). (B) É válida (REsp 1.118.049, STJ). (C) Súmula 710, STF. (D) Súmula 707, STF. (E) AgRg na Exceção de Suspeição 99, STJ. *Alternativa E*.

7816. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Rose recebeu sentença penal condenatória transitada em julgado pela prática do crime de roubo qualificado pelo uso de arma de fogo. Nessa situação, considerando que Lina tenha sido a única vítima do delito, a correspondente ação civil *ex delicto* somente poderá ser promovida pela ofendida.

RESPOSTA Em observância ao art. 63, CPP, a ação civil poderá ser promovida pela ofendida, pelo seu representante legal ou seus herdeiros. *Errada.*

7817. **(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE)** Considere a seguinte situação hipotética. Valmir, penalmente imputável, agrediu fisicamente Leandro, produzindo-lhe lesões corporais de natureza leve, constatadas em laudo pericial. Apresentado o fato à autoridade policial, e após a representação do ofendido, foi formalizado e remetido ao Poder Judiciário o respectivo termo circunstanciado. Nessa situação, uma vez procedida a representação pela vítima, esta não mais poderá desistir da persecução penal, devendo a ação penal seguir sua tramitação sob a titularidade do Ministério Público, até decisão final.

RESPOSTA A ação penal privada orienta-se pelo princípio da disponibilidade. Uma vez proposta a ação penal, o querelante pode desistir de seu prosseguimento, quer mediante o perdão, quer por meio da omissão na prática de atos (CPP, art. 60, III). *Errada.*

7818. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência à ação penal e seus institutos.

(A) Nas ações penais privadas, o perdão do ofendido, em virtude da disponibilidade que as rege,

dispensa a aceitação pelo ofensor e produz efeitos *ipso jure*.

(B) Considerando os efeitos jurídicos do perdão do ofendido, não se admite perdão extraprocessual.

(C) A renúncia, nas ações penais privadas, pode ser tácita, e admite, para tanto, todos os meios de prova, conforme previsto no CPP.

(D) Considera-se perempta a ação penal privada se o querelante deixar de promover seu adequado andamento por dez dias consecutivos.

(E) Considera-se perempta a ação penal privada quando for querelante pessoa jurídica e esta se extinguir, mesmo que tenha deixado sucessor.

RESPOSTA (A) Arts. 53 e 54, CPP. (B) Art. 56, CPP. (C) Art. 57, CPP. (D) Art. 60, I, CPP. (E) Art. 60, IV, CPP. *Alternativa C.*

7819. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Eduardo foi denunciado pelo MP pela prática de crime de furto simples, cuja pena varia de um a quatro anos de reclusão e multa. Na cota de oferecimento da denúncia, o promotor ofereceu proposta de suspensão condicional do processo, pelo prazo de quatro anos, considerando que o acusado, embora tivesse sido beneficiado com outra suspensão condicional três anos antes, teve a punibilidade extinta em virtude do cumprimento das condições. Ressaltou, ainda, que o denunciado preenchia também os requisitos da suspensão condicional da pena. Nessa situação hipotética, foi

(A) errôneo o oferecimento de proposta de suspensão por quatro anos, pois a legislação prevê que a suspensão do processo deve ocorrer pelo prazo máximo de dois anos.

(B) correto o oferecimento da proposta, a qual se insere no âmbito da discricionariedade regrada do MP em casos como esse.

(C) errôneo o oferecimento da proposta, considerando que a pena cominada a esse crime não o autoriza.

(D) errôneo o oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo, pois o fato de já ter sido o acusado beneficiado com anterior *sursis* processual impede nova concessão pelo prazo de cinco anos.

(E) correto o oferecimento da proposta, apesar de inútil a menção ao preenchimento dos demais requisitos da suspensão condicional da pena, que não têm aplicação na suspensão condicional do processo.

RESPOSTA Art. 24, CPP. *Alternativa B.*

7820. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** A respeito de denúncia, assinale a opção correta.

(A) Denúncia alternativa é aquela que omite a descrição de comportamento típico e sua atribuição a cada autor individualizado.

(B) Se o promotor denuncia o autor de crime de homicídio por crime qualificado por motivo fútil ou torpe, trata-se de denúncia genérica.

(C) O acórdão que provê recurso contra rejeição da denúncia vale, desde logo, por seu recebimento, se não for nula a decisão de primeiro grau.

(D) É inepta a denúncia que, nos crimes societários, não descreve e individualiza a conduta de cada um dos sócios.

(E) Rejeitada a denúncia por falta de condição da ação, fica obstado posterior exercício da ação penal, em face da coisa julgada material.

RESPOSTA (A) Denúncia alternativa consiste na possibilidade conferida ao titular da ação penal de atribuir, em face da dúvida decorrente das provas coligidas em inquérito policial, duas condutas ao réu de forma alternada. (B) Denúncia genérica é a que

deixa de apontar claramente a conduta praticada pelos agentes envolvidos no crime. Há ausência de individualização das condutas. (C) Súmula 709, STF. (D) Não é necessária a descrição pormenorizada da conduta de cada acusado, nos crimes societários (HC 166.659, STJ). (E) Art. 395, CPP. *Alternativa E.*

IV. Jurisdição e Competência

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue o próximo item, relativo ao processo penal (Certo ou Errado).

7821. Caso diversas infrações sejam praticadas por diversas pessoas, umas contra as outras, configurar-se-á conexão intersubjetiva por reciprocidade.

RESPOSTA De acordo com o art. 76, I, CPP. *Certa.*

(Procurador – Boa Vista-RR – 2010 – CESPE) A respeito da competência no direito processual penal, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

7822. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência será firmada pelo domicílio da vítima.

RESPOSTA De acordo com o art. 72, CPP, a competência será firmada pelo domicílio ou residência do RÉU. *Errada*.

7823. Caso um prefeito municipal cometa crimes contra bens, interesses ou serviços da União, ele somente poderá ser processado criminalmente mediante ação penal instaurada no tribunal de justiça do estado.

RESPOSTA A competência, na presente situação, é da justiça federal, pois, no caso, envolve interesse da União, que atrai a competência prevista no art. 109, I, da Constituição Federal. *Errada.*

7824. A competência territorial é relativa; não alegada no momento oportuno, ocorre a preclusão. Por conseguinte, ela é prorrogável.

RESPOSTA De acordo com o art. 108, CPP. *Certa*.

7825. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Acerca da competência no direito processual penal, assinale a opção correta.

(A) Compete à justiça federal o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho, independentemente de lesão a direito dos trabalhadores coletivamente considerados ou à organização geral do trabalho.

(B) Crime contra a honra praticado por meio de reportagem veiculada na Internet enseja a competência do juízo do local onde tenha sido concluída a ação delituosa, ou seja, o local onde a mensagem tenha se tornado pública, ainda que em estado-membro distinto daquele em que se encontrava o responsável pela veiculação e divulgação da notícia.

(C) Compete à justiça federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal aposentado, quando relacionados ao exercício da sua função.

(D) Segundo a jurisprudência do STJ, a declinação da competência invalida a interceptação telefônica autorizada por juízo que inicialmente acreditava ser competente.

(E) Em caso de conexão entre crimes da competência estadual e federal, a absolvição ou a desclassificação quanto ao delito que atraiu a competência para a justiça federal não retira a sua competência para apreciar as demais imputações.

RESPOSTA (A) Art. 109, VI, CF. (B) Quanto aos crimes contra a honra praticados por meio de reportagens veiculadas na

internet, a competência fixa-se em razão do local onde foi concluída a ação delituosa, ou seja, onde se encontra o responsável pela veiculação e divulgação das notícias, indiferente a localização do provedor de acesso à rede mundial de computadores ou sua efetiva visualização pelos usuários (STF, ADPF 130-DF). (C) Súmula 147, STF. (D) Súmula 704, STF. (E) Súmula 122, STJ. *Alternativa E.*

7826. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da competência e da ação penal.

(A) Contra eventuais infrações penais praticadas por gestores públicos cujos atos e contas estejam submetidos à apreciação do TCU, nos termos do atual entendimento dos tribunais superiores, somente poderá ser instaurado inquérito policial ou deflagrada a persecução penal em juízo após encerramento da via administrativa, com a conclusão do processo de contas, sem a qual não se obterá certeza acerca da legalidade dos atos praticados e da eventual responsabilidade do gestor, nos mesmos moldes aplicados para os crimes contra a ordem tributária, em que há necessidade de encerramento da esfera administrativa fiscal, para a constituição do débito tributário, como condição de procedibilidade.

(B) A prática de crimes de abuso contra a ordem econômica e a relação de consumo, especificamente na prestação de serviços e na venda de produtos, mediante ajuste ou acordo entre as empresas para a formação de eventual monopólio, ofende bens jurídicos tutelados diretamente pela União, como a ordem econômica, de forma exclusiva, e ao consumidor, na modalidade concorrente, nos termos expressos da CF, e são, na forma da jurisprudência dos tribunais superiores, de competência da justiça federal.

(C) À justiça federal compete conhecer, processar e julgar eventual infração penal de pessoa que se apresente ao gerente de banco privado, na condição de auditor fiscal da Receita Federal do Brasil, e solicite ao funcionário informações acerca de movimentações bancárias de determinado cliente, dada a ocorrência de usurpação de função pública federal e de tentativa de lesar sigilo bancário, com dupla ofensa, portanto, aos bens jurídicos tutelados pela União federal.

(D) Havendo conexão entre crimes de competência estadual e federal, firma-se a segunda para conhecer, processar e julgar o feito, consoante preceito contido em verbete sumular do STJ e, mesmo que sobrevenha declaração de extinção da punibilidade em relação ao crime que atraiu a competência federal, permanece este juízo competente para julgar as demais infrações, em face do princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, nos termos expressos do CPP.

(E) Constitui crime da competência da justiça federal o transporte de recursos minerais, como de pedras preciosas e semipreciosas, tais como topázio, turmalina, quartzo, entre outras, sem a correspondente documentação e autorização legal, sendo o delito previsto na lei dos crimes contra a ordem econômica e o sistema de estoque de combustíveis, por ser patrimônio da União, conforme disposto na CF, não se exigindo condição específica ou de procedibilidade para a persecução penal em juízo.

RESPOSTA (A) Súmula Vinculante 24, STF. (B) e (C) O interesse da União (art. 109, I, CF) deve ser certo e específico no caso concreto, o que não ocorre nas hipóteses. (D) Súmula 122, STJ. (E) Art. 2º, *caput* e § 1º, Lei n. 8.176/91. *Alternativa E.*

7827. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, no que diz respeito à competência. Assinale a opção correta com base no entendimento firmado nos tribunais superiores.

(A) Jorge, agente de polícia federal, suspeitando de traição de sua companheira, efetivou, fora das atribuições institucionais e sem autorização, interceptação telefônica da mulher e do suposto

amante. Nessa situação, competem à justiça federal comum o processo e o julgamento do delito de interceptação telefônica sem autorização judicial, pois se evidencia ofensa a bens, serviços ou interesses do poder público federal, no caso, o sistema de telecomunicações.

(B) Jurandir, morador da cidade de Duque de Caxias – RJ, enviou a Gabriel, residente em São Paulo – SP, mensagem eletrônica, pela Internet, com conteúdo pornográfico envolvendo adolescentes. Nessa situação, como o crime ocorreu entre estados da Federação, firma-se a competência da justiça federal.

(C) Foi divulgada, pela Internet, carta publicada em blog de conhecido jornalista, na qual se imputava, falsamente, fato definido como crime a funcionário público federal, em razão do exercício de suas funções institucionais. Nessa situação, o foro para julgar a ação será somente o do lugar do ato delituoso, que se considera como aquele de onde partiu a publicação do texto, isto é, o lugar onde está hospedado o servidor de Internet, ainda que fora do território nacional.

(D) Rogério foi denunciado pela prática de crime praticado por meio da Internet, por ter subtraído valores da conta corrente de clientes de determinado banco, mediante operações de transferência e saque, sem o consentimento dos correntistas. Nessa situação, há crime de furto qualificado pela fraude, sendo competente para julgamento do feito o juízo federal com jurisdição sobre o lugar da agência da conta lesada.

(E) Maria, brasileira, maior, capaz, ao requerer visto de entrada nos Estados Unidos da América, na seção consular da embaixada desse país, no Rio de Janeiro – RJ, foi presa em flagrante por utilizar documentos falsos – contracheque de empresa pública federal, extrato bancário e declaração de imposto de renda – para instruir o requerimento, com passaporte nacional verdadeiro, tendo sido comprovado que a documentação falsificada fora utilizada única e exclusivamente para esse fim. Nessa situação, a competência é da justiça federal para processar e julgar o feito.

RESPOSTA (A) O interesse da União (art. 109, I, CF) deve ser certo e específico no caso concreto, o que não ocorre na hipótese. (B) e (E) Não se trata de qualquer das hipóteses previstas no art. 109, CF. (C) Art. 70, CPP. (D) CC 72.738, STJ. *Alternativa D*.

7828. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Relativamente à jurisdição e à competência, com base no entendimento sumulado pelo STJ, assinale a opção correta.

(A) É da competência da justiça militar julgar o servidor militar por abuso de autoridade praticado em serviço.

(B) A justiça federal tem competência para julgar os crimes cometidos por servidor público federal em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, mas não, para os crimes praticados contra o referido servidor, ainda que relacionados ao exercício da função.

(C) Compete ao STJ decidir conflito de competência entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.

(D) Compete à justiça federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.

(E) A regra expressa no art. 78, inciso II, alínea "a", do CPP aplica-se aos crimes conexos de competência federal e estadual, preponderando a competência da jurisdição à qual couber o julgamento da infração punida com a pena mais grave.

RESPOSTA (A) Súmula 172, STJ. (B) Súmula 147, STJ. (C) Súmula 428, STJ. (D) Súmula 208, STJ. (E) Súmula 122, STJ. *Alternativa D.*

7829. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** No que concerne à competência processual penal,

assinale a opção correta.

(A) A prerrogativa de foro de deputado estadual acusado de crime contra o SFN submete-o ao tribunal de justiça do estado, e não, ao TRF.

(B) Não compete à justiça federal processar e julgar crime praticado por funcionário público por equiparação, no exercício de suas funções, ainda quando em detrimento do patrimônio da União.

(C) Mostra-se incompatível com a CF o deslocamento para a assembleia legislativa local, ainda que mediante emenda à constituição do estado, do processo e julgamento dos conselheiros do tribunal de contas estadual, nas infrações político-administrativas.

(D) Compete à justiça federal o julgamento de ação que apure uso de carteira de trabalho e previdência social falsa em demanda judicial que objetive a obtenção de benefício previdenciário do INSS, e o fato de o autor da ação previdenciária dela desistir altera a competência penal, deslocando-a para a justiça comum estadual.

(E) O crime de roubo cometido no interior de aeronave que se encontre em solo não atrai a competência da justiça federal para processá-lo e julgá-lo.

RESPOSTA (A) Havendo interesse da União, e gozando o indivíduo de foro por prerrogativa de função, cabe ao TRF o julgamento do processo. *Vide* HC 56.597/BA, STJ. (B) A competência, havendo interesse da União, é da Justiça Federal. *Vide* HC 123.751/MT, STJ. (C) *Vide* ADI 4.190/RJ, STF (art. 105, CF). (D) A desistência da ação previdenciária pelo autor não desloca a competência da ação penal. *Vide* CC 97.214/SP. *Alternativa C.*

7830. **(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE)** A competência será determinada pela prevenção se houver dois ou mais juízes competentes e um deles tiver antecedido aos outros na prática de alguma medida relativa ao processo, ainda que em fase anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa.

RESPOSTA Em consonância com o art. 83, CPP. *Correto.*

7831. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Acerca da ação penal, da ação civil *ex delicto* e da competência, assinale a opção correta com base na legislação de regência, na doutrina e na jurisprudência.

(A) A competência para conhecer, processar e julgar crime contra a honra, com ofensas de caráter exclusivamente pessoal e praticado por meio da rede mundial de computadores, em páginas eletrônicas hospedadas em provedores estrangeiros, é da justiça federal, consoante entendimento consolidado no STJ.

(B) Existindo conexão ou continência entre fato(s) criminoso(s) cujo processamento ocorra mediante ação penal pública e outro, por meio de ação penal de iniciativa privada, admite-se o litisconsórcio ativo.

(C) A ação penal será pública incondicionada para todos os crimes hediondos.

(D) A absolvição sumária prevista no CPP, por qualquer de seus fundamentos, obsta o ajuizamento da ação civil.

(E) O arquivamento de inquérito policial ordenado pela autoridade judiciária, mediante requerimento do órgão do MP, por falta de justa causa para o oferecimento da denúncia, impede o ajuizamento da ação civil *ex delicto*.

RESPOSTA (A) Estadual (CC 97.201/RJ, STJ). (B) A legitimidade será tanto do Ministério Público como da vítima. (C) Sem previsão legal. O crime de estupro, por exemplo, será condicionado à representação (art. 225, CP). (D) Art. 66, CPP. (E) Art. 67, CPP. *Alternativa B.*

7832. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) A respeito de jurisdição e competência, assinale a opção correta.

(A) Será do tribunal do júri a competência para o processo e o julgamento de membro do MP acusado de praticar crime doloso contra a vida.

(B) No caso de ação penal privada, prevalece, no processo penal, a competência de foro, sendo preponderante o interesse do querelante quando se trata da distribuição territorial da competência.

(C) Não consubstanciam transgressão ao princípio do juiz natural as regras que estabelecem a competência originária dos tribunais para o processo e o julgamento de determinadas pessoas em razão de prerrogativa de função.

(D) A incompetência absoluta do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando declarada sua nulidade, ser remetido ao juiz competente.

(E) No caso de delito de competência da justiça comum, a absolvição do réu por tribunal castrense permite a inauguração, perante o juízo competente, de nova ação penal pelo mesmo fato.

RESPOSTA (A) Art. 96, III, CF. (B) Art. 70, CPP. (C) Trata-se de regra de competência especial prevista na CF, que representa uma garantia aos detentores de determinados cargos. (D) Art. 567, CPP. (E) Ninguém pode ser julgado duas vezes pelo mesmo fato, sob pena de ofensa à coisa julgada, salvo se houver a anulação do processo, por exemplo. *Alternativa C*.

7833. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da competência no âmbito do direito processual penal.

(A) De acordo com a jurisprudência do STJ, o critério eleito para definir a competência dos juizados especiais criminais é o *quantum* máximo da pena privativa de liberdade abstratamente cominada, a despeito da previsão de pena alternativa de multa.

(B) Em matéria penal, compete ao plenário ou ao órgão especial de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal a declaração incidental de inconstitucionalidade de norma infraconstitucional, mesmo nos casos em que já haja pronunciamento do STF acerca do tema debatido.

(C) Tratando-se de concurso material de crimes, são levadas em consideração, para a determinação da competência, as penas máximas abstratamente cominadas aos delitos, consideradas de forma individualizada.

(D) Nos procedimentos do tribunal do júri, compete ao juiz presidente pronunciar-se acerca do pedido de exclusão de qualificadora, matéria que, tecnicamente, não se inclui entre as atribuições do conselho de sentença.

(E) Não cabe ao STJ, em sede de recurso especial, o exame de dispositivos da CF, exceto para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do STF.

RESPOSTA (A) *Vide* art. 394, III, CPP c/c arts. 60 e 61, Lei n. 9.099/95. *Vide* HC 125.850/SP. (B) Art. 102, CF. (C) Determina-se a competência pela soma das penas máximas abstratamente cominadas. *Vide* HC 27.734/RJ, STJ e HC 56.271/RS, STJ. (D) A matéria relativa ao mérito é de competência do conselho de sentença, sendo admitida a qualificadora na pronúncia. (E) Não cabe nem mesmo para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação de competência. *Vide* AgRg nos EDcl no REsp 799.584/SC, STJ. *Alternativa A*.

7834. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da prova no âmbito do direito processual penal.

(A) É lícita a prova de crime diverso obtida por meio de interceptação de ligações telefônicas de terceiro – este compreendido como o que se comunicou com o investigado ou o que utilizou a linha telefônica monitorada – não mencionado na autorização judicial de escuta, desde que relacionada

(existindo conexão ou continência) com o fato criminoso objeto da investigação.

(B) Dado o princípio da verdade real, a prova pericial é necessária para a comprovação da materialidade do crime de falsificação de documento, ainda que o próprio réu confesse ter forjado a documentação, segundo a pacífica jurisprudência do STJ.

(C) Conforme a jurisprudência do STJ, constitui cerceamento de defesa o indeferimento do pedido de oitiva de testemunhas não arroladas na defesa prévia, visto que a prova testemunhal não se submete a preclusão consumativa.

(D) A lei não permite que a testemunha se exima da obrigação de depor, podendo, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que divorciado, o pai, a mãe, o filho adotivo do acusado e o seu colateral até o terceiro grau, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

(E) Persistindo os pressupostos que conduziram à decretação da interceptação telefônica, não há obstáculos para sucessivas prorrogações, desde que devidamente fundamentadas, vedando-se apenas a utilização das provas derivadas da interceptação prorrogada.

RESPOSTA (A) *Vide* HC 69.552/PR, STJ. (B) Não há, nesse caso, necessidade de prova pericial. *Vide* REsp 41.476/SP e HC 150.118/SP, STJ. (C) Não há que se falar em cerceamento de defesa. Preclusão consumativa. *Vide* HC 244.048/RS, STJ. (D) Art. 206, CPP. (E) Não há restrição à utilização das provas oriundas das interceptações prorrogadas. Pelo contrário. São lícitas. *Alternativa A*.

(Procurador – Boa Vista-RR – 2010 – CESPE) A respeito da competência no direito processual penal, julgue o seguinte item (Certo ou Errado).

7835. Em caso de crime continuado e, também, de infração permanente, praticado em território de duas ou mais jurisdições, a competência processual penal será definida pela prevenção.

RESPOSTA De acordo com o art. 71, CPP. *Certa.*

7836. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta no que concerne à competência.

(A) Compete ao juízo do local da emissão da cártula processar e julgar crime de estelionato mediante emissão de cheque sem fundo.

(B) Nos crimes qualificados pelo resultado, por força da teoria da atividade, adotada pelo CPP, o foro competente é o do local da prática da ação, independentemente do local em que se consumou o delito.

(C) O juízo deprecado é o competente para processar e julgar crime de falso testemunho praticado mediante carta precatória.

(D) Ocorre a conexão intersubjetiva concursal quando duas ou mais infrações tiverem sido praticadas ao mesmo tempo e por várias pessoas reunidas, ainda que sem liame subjetivo entre as condutas.

(E) Ocorre a conexão probatória quando a infração é praticada para facilitar ou ocultar outra, ou ainda para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer uma delas.

RESPOSTA (A) Súmula 521, STF. (B) Art. 70, CPP. (C) O crime de falso testemunho, ainda que cometido mediante carta precatória, consuma-se no local do juízo deprecado. (D) Art. 76, I, CPP. (E) A conexão probatória ou instrumental é aquela em que a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração. *Alternativa C.*

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) A respeito de interceptação telefônica e quebra de sigilo bancário, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

7837. Considere que a Constituição de um estado brasileiro determina que o secretário de

Estado de Educação será julgado pelo tribunal de justiça. Nessa situação, prevalecerá a competência do tribunal do júri em caso de crime de homicídio cometido pelo referido secretário em concurso de agentes com pessoa sem foro por prerrogativa de função.

RESPOSTA De acordo com o art. 78, I, CPP. *Certa.*

7838. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Conflito de atribuições entre membros do MPF e de MP estadual deve ser dirimido pelo

(A) Conselho Nacional do Ministério Público.
(B) Colégio de Procuradores.
(C) STJ.
(D) STF.
(E) TRF.

RESPOSTA Art. 105, I, *d*, CF. *Alternativa D.*

V. Procedimentos, Provas, Sentença, Citações e Intimações, Processos e Questões Incidentes, Sujeitos Processuais

7839. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Em relação ao afastamento do sigilo fiscal, bancário e de dados, bem como à interceptação das comunicações telefônicas, assinale a opção correta.

(A) A autoridade policial, ao verificar que da gravação da interceptação telefônica permitida judicialmente constem partes que não interessam diretamente à prova dos fatos sob investigação, bem como intimidades da vida privada da pessoa sobre a qual recai a medida cautelar, está autorizada pela lei de regência a inutilizar as referidas partes da gravação, durante o inquérito, devendo comunicar o incidente ao MP.

(B) Admite-se, na forma da legislação de regência, o afastamento de sigilo bancário por comissão de inquérito administrativo destinada a apurar responsabilidade de servidor público, por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo, mediante prévia autorização do Poder Judiciário, independentemente da existência de processo judicial em curso, constituindo a violação do sigilo das operações de instituições financeiras delito de competência da justiça federal.

(C) A lei que disciplina o sigilo das operações de instituições financeiras assegura que a quebra de sigilo pode ser decretada quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, impondo-se às instituições financeiras o dever de informar, mensalmente, ao órgão de fiscalização tributária da União, as operações financeiras efetuadas pelos usuários de seus serviços e cujo montante global movimentado ultrapasse o limite previamente estabelecido, sem que se constitua ofensa ao sigilo bancário, incluindo-se as operações financeiras efetuadas pelas administrações direta e indireta da própria União, dos estados, do DF e dos municípios.

(D) Nos termos da lei que rege as interceptações telefônicas, uma vez deferido o pedido de interceptação pelo juiz competente, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de intercepção, dando ciência ao MP, que poderá acompanhar a sua realização, e, caso ocorra a gravação da comunicação interceptada na diligência, nos termos expressos da norma, será determinada a sua transcrição, devendo a gravação da conversa ser realizada por peritos oficiais, como estabelece o CPP.

(E) Conforme jurisprudência dos tribunais superiores, é desnecessária a gravação integral dos diálogos obtidos por meio das interceptações telefônicas autorizadas judicialmente, impondo-se, entretanto, a realização de perícia de voz para a validação da prova, de modo a demonstrar que a gravação registrada pertence ao investigado ou réu, sendo esta a comprovação material da existência do delito, na forma do CPP, não se admitindo que a convicção do juiz acerca dos fatos ocorra por outro meio que não seja o exame pericial.

RESPOSTA (A) Art. 9º, *caput* e parágrafo único, Lei n. 9.296/96. (B) Art. 3º, §§ 1º e 2º c/c art. 7º, Lei Complementar n. 105/2001 c/c art. 58, § 3º, CF/88. (C) Art. 1º, § 4º, art. 5º, §§ 1º, 2º e 3º, e art. 10, *caput*, Lei Complementar n. 105/2001. (D) Arts. 3º, 6º, *caput* e § 1º, e 7 º, Lei n. 9.296/96. (E) A gravação deve ser integral; o que pode ser parcial são as transcrições. *Alternativa B.*

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) A respeito de interceptação telefônica e quebra de sigilo bancário, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

7840. A interceptação poderá ser requerida verbalmente ao juiz pela autoridade policial, desde que estejam presentes os pressupostos que a autorizem, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.

RESPOSTA De acordo com o art. 4º, § 1º, Lei n. 9.296/96. *Certa.*

7841. A quebra de sigilo bancário poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência unicamente de crime punido com reclusão, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial.

RESPOSTA A quebra de sigilo bancário poderá ser decretada, quando necessária para a apuração de ocorrência DE QUALQUER ILÍCITO, em observância ao art. 1º, § 4º, LC n. 105/2001. *Errada.*

7842. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta com base nas disposições do CPP e no entendimento dos tribunais superiores acerca da prova e da interceptação telefônica.

(A) A inversão da ordem de inquirições que desrespeite o procedimento legal referente à oitiva das testemunhas durante a audiência de instrução e julgamento caracteriza vício sujeito à sanção de nulidade absoluta.

(B) O magistrado não pode autorizar pedido de interceptação telefônica formulado verbalmente.

(C) O prazo de execução da diligência referente à interceptação telefônica é de quinze dias, podendo ser prorrogado por diversas vezes, sucessivamente.

(D) Consoante o sistema de valoração de provas e o princípio da audiência contraditória, não é possível embasar édito condenatório apenas nos depoimentos de policiais responsáveis pela prisão em flagrante do acusado, ainda que colhidos no âmbito do devido processo legal.

(E) Ofende o princípio da ampla defesa a inadmissibilidade da oitiva de corréu na condição de testemunha na mesma ação penal.

RESPOSTA (A) Trata-se de nulidade de ordem relativa, devendo ser demonstrado o prejuízo e arguida na primeira oportunidade cabível, sob pena de preclusão. (B) Art. 4º, § 1º, Lei n. 9.296/96. (C) Art. 5º, Lei n. 9.296/96. *Vide* HC 132.788/RJ, STJ. (D) *Vide* HC 166.979/SP, STJ. (E) Não viola a ampla defesa. *Vide* HC 88.233/RJ, STJ. *Alternativa C.*

7843. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** As interceptações telefônicas, conforme entendimento firmado na jurisprudência dos tribunais superiores, são autorizadas mediante demonstração da necessidade da medida e do esgotamento dos meios ordinários para obtenção da prova que se pretende alcançar, impondo-se a observância de diversas formalidades para a colheita e a apresentação da prova em sede judicial, entre elas, o direito expresso do investigado de ver transcrito

todo o teor das conversas interceptadas, por perito judicial, assegurando-se o direito de indicar assistente técnico.

RESPOSTA É pacífico na jurisprudência o entendimento de que não é preciso ou possível a transcrição integral das conversas gravadas, devendo a defesa indicar os trechos que necessita ver transcritos. Para isso, a defesa receberá cópia dos áudios. *Errada*.

7844. (Advogado – AGU – 2012 – CESPE) A violação do sigilo telefônico é admitida pela norma constitucional, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, desde que a decisão judicial que a determine esteja devidamente fundamentada e que tenham sido esgotados todos os outros meios disponíveis de obtenção de prova.

RESPOSTA *Vide* art. 5º, XII, CF c/c art. 2º, II, Lei n. 9.296/96. *Correto.*

7845. (Oficial – CBM-DF – 2011 – CESPE) A interceptação telefônica deve perdurar pelo tempo necessário à completa investigação dos fatos delituosos, devendo o seu prazo de duração ser avaliado motivadamente pelo juízo sentenciante, considerando os relatórios apresentados pela polícia.

RESPOSTA De acordo com o art. 5º, Lei n. 9.296/96. *Certa.*

7846. (Advogado – AGU – 2012 – CESPE) A gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, ainda que ausente causa legal de sigilo ou de reserva da conversação, é considerada prova ilícita.

RESPOSTA De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, a gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, não é considerada prova ilícita. *Vide* RHC 10.429/MG, STJ e HC 75.338/RJ, STF. *Errado.*

7847. (Analista – MPU – 2010 – CESPE) O sistema normativo processual penal e a jurisprudência vedam, de forma absoluta, expressa e enfática, a utilização, pelas partes, em qualquer hipótese, de prova ilícita no processo penal.

RESPOSTA O erro consiste em afirmar que o caráter absoluto da impossibilidade de usar a prova ilícita encontra-se enfática e expressamente previsto no sistema normativo processual penal. Há exceções, dentre as quais se destaca a prova ilícita a favor do réu. *Errada*.

7848. (Advogado – AGU – 2012 – CESPE) De acordo com a jurisprudência firmada no STJ, o MP está autorizado, desde que para fins de instrução processual penal, a requerer, diretamente, sem prévia autorização judicial, a quebra de sigilo bancário ou fiscal dos agentes envolvidos em delitos sob investigação.

RESPOSTA Imprescindível decisão judicial devidamente fundamentada para a quebra de sigilo bancário e fiscal, sob pena de violação de direito constitucional fundamental de privacidade e intimidade, previsto no inciso X do art. 5º, CF. *Vide* HC 160.646/SP. *Errado*.

7849. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) No que se refere à prova no processo penal, assinale a opção correta.

(A) É absoluta a isenção do dever de depor estabelecida em razão do parentesco da testemunha com o acusado.

(B) Se o acusado, por ocasião de seu interrogatório, assumir a imputação a ele atribuída pela acusação, bem como concordar integralmente com a classificação dos fatos narrados na denúncia, poderá o

juiz, por economia processual, antecipar o julgamento da lide.

(C) Como o réu não pode intervir nem formular quesitos na fase inquisitorial, é improcedente pedido da defesa – sob o argumento de desrespeito ao contraditório – para que, em juízo, seja repetido exame pericial, por perito particular por ela indicado, realizado durante o inquérito policial.

(D) Vigora, no Brasil, o sistema de valoração de provas vinculatório em relação ao laudo pericial que instrui os autos.

(E) O arrolamento, por exemplo, de onze testemunhas na denúncia e a oitiva, a critério do juiz da causa, dessas testemunhas na fase de instrução acarretarão a nulidade do processo se a lei processual penal fixar um número inferior de testemunhas para o procedimento.

RESPOSTA (A) Art. 206, CPP. (B) Art. 197, CPP. (C) Art. 184, CPP. (D) O magistrado não está vinculado aos laudos periciais (art. 182, CPP). (E) O magistrado possui a faculdade de ouvir outras testemunhas que julgar necessárias. Arts. 209 e 400, §§ 1º e 2º, CPP. *Alternativa C*.

7850. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da prova no âmbito do direito processual penal.

(A) Nos casos de morte violenta, desde que as lesões externas permitam precisar a causa da morte, basta o simples exame externo do cadáver, ainda que haja infração penal a apurar.

(B) Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o réu será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado; o silêncio não importa em confissão, mas poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.

(C) São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvos e liberadas pela parte interessada, quando serão obrigadas a dar o seu testemunho.

(D) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz, de ofício, ordenar, desde que após o início da ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.

(E) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

RESPOSTA (A) Art. 162, parágrafo único, CPP. (B) Art. 186 e parágrafo único, CPP. (C) Art. 207, CPP. (D) Art. 156, I, CPP. (E) Art. 157 § 1º, CPP. *Alternativa E*.

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) Considerando as disposições constitucionais e legais aplicáveis ao processo penal e, quando for o caso, a doutrina e a jurisprudência correlatas, julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

7851. De acordo com a doutrina e a jurisprudência pátrias, são inadmissíveis, em qualquer hipótese, provas ilícitas ou ilegítimas no processo penal brasileiro.

RESPOSTA Somente serão admissíveis provas ilícitas no caso de favorecimento do réu. *Errada.*

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética a respeito da aplicação do direito processual penal, seguida de uma assertiva a ser julgada (Certo ou Errado).

7852. Marcelo recebeu sentença condenatória baseada, unicamente, em elementos coligidos na fase do inquérito. Nessa situação, a jurisprudência do STF reconhece a insubsistência do pronunciamento condenatório sob o fundamento de violação ao princípio do contraditório.

RESPOSTA O inquérito policial é um procedimento inquisitivo, em que não há contraditório nem ampla defesa. *Certa.*

7853. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Em relação a provas, assinale a opção correta.

(A) Não sendo possível o exame de corpo de delito por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal pode suprir-lhe a falta. Em caso, todavia, de exame complementar, a prova testemunhal não supre a falta do exame, devendo o crime, se for o caso, ser desclassificado.

(B) Com relação ao exame de corpo de delito, serão facultadas ao MP, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e a indicação de assistente técnico.

(C) No exame por precatória, a nomeação dos peritos é feita no juízo deprecante, qualquer que seja a natureza da ação penal.

(D) Se houver divergência entre os peritos, são consignadas, no auto do exame, as declarações e respostas de um e de outro, sendo redigido um único laudo. O juiz decide acerca das conclusões de um ou de outro, não podendo, todavia, nomear um terceiro perito, por falta de amparo legal.

(E) No caso de inobservância de formalidades, ou no caso de omissões, obscuridades ou contradições, a autoridade judiciária deve mandar desentranhar o laudo, o qual será considerado prova ilícita.

RESPOSTA (A) Art. 167, CPP. (B) Art. 159, § 3º, CPP. (C) Art. 177, CPP. (D) Art. 180, CPP. (E) Art. 181, CPP. *Alternativa B.*

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue o próximo item, relativo ao processo penal (Certo ou Errado).

7854. O exame de corpo de delito bem como outras perícias devem ser realizados por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior; na falta desses peritos, o exame deverá ser realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, preferencialmente em área específica.

RESPOSTA O exame de corpo de delito deve ser realizado por perito oficial, de acordo com o art. 159, CPP. *Errada.*

7855. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** Acerca das provas, segundo o CPP, assinale a opção correta.

(A) Admite-se que o juiz, de ofício, delibere devolver algum documento a uma das partes.

(B) As cartas poderão ser exibidas em juízo pelo respectivo destinatário, para a defesa de seu direito, ainda que não exista consentimento do signatário.

(C) Em busca da verdade real, a autoridade policial pode proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.

(D) A lei admite a possibilidade de o réu retratar-se, narrando a versão correta dos fatos, na sua visão, desde que o faça em juízo.

(E) O informante, por prestar compromisso, deve ser considerado uma testemunha.

RESPOSTA (A) Art. 119, CPP. (B) Art. 233, parágrafo único, CPP. (C) Art. 7º, CPP. (D) Art. 200, CPP. (E) Art. 208, CPP. *Alternativa B.*

(Delegado – PC-TO – 2008 – CESPE) Acerca da prova no processo penal, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

7856. Não se faz distinção entre corpo de delito e exame de corpo de delito, pois ambos representam o próprio crime em sua materialidade.

RESPOSTA Apenas o exame do corpo de delito representa o crime em sua materialidade, já o corpo de delito é o conjunto de vestígios materiais deixados pelo crime. *Errada.*

7857. Por determinação legal, o exame necroscópico ou cadavérico deve ser realizado pelo menos seis horas após o óbito. Todavia, tal obrigatoriedade é dispensada se houver evidência da morte, como ausência de movimentos respiratórios, desaparecimento do pulso ou enregelamento do corpo.

RESPOSTA De acordo com o art. 162, CPP. *Certa.*

7858. Dispõe a lei processual penal que os exames de corpo de delito e as outras perícias serão feitos por dois peritos oficiais, o que significa que esses técnicos podem desempenhar suas funções independentemente de nomeação da autoridade policial ou do juiz, uma vez que a investidura em tais cargos advém da lei.

RESPOSTA O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial e, na falta deste, por duas pessoas idôneas, como dispõe o art. 159, *caput* e § 1º, CPP. *Errada.*

7859. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito das provas no processo penal, considerando os posicionamentos doutrinário e jurisprudencial dominantes.

(A) Nas infrações penais que deixem vestígios, o exame de corpo de delito será indispensável e, se realizado na fase inquisitiva, deverá ser renovado em juízo em observância ao princípio do contraditório.

(B) Considerando que, em determinado processo, após a apresentação das alegações finais pelas partes, os autos tenham sido conclusos ao juiz para sentença, e que o juiz, no entanto, tenha tido dúvidas quanto à autoria do delito de falsificação de documento particular em razão de não ter sido realizado exame grafotécnico, caberá ao referido juiz proferir sentença absolutória, obedecendo ao princípio *in dubio pro reo*.

(C) No interrogatório do réu, assegura-se a presença das partes, que podem fazer reperguntas logo após a inquirição pela autoridade judiciária. No entanto, o mesmo princípio não encontra aplicação na fase policial em que o procedimento é inquisitivo, pois, nessa fase, não se aplica o princípio do contraditório.

(D) Havendo indícios razoáveis de autoria ou participação e não podendo a prova ser produzida por outros meios, a interceptação telefônica pode ser deferida pelo juízo criminal em qualquer delito, o que inclui os crimes apenados com detenção e as contravenções penais.

(E) Se, no curso da ação penal, houver a necessidade da oitiva de uma testemunha arrolada pela acusação por intermédio de carta precatória, então, para não haver nulidade, será necessária a intimação das partes da expedição da precatória, bem como do dia designado para a oitiva da testemunha perante o juízo deprecado.

RESPOSTA (A) Art. 158, CPP. (B) Art. 528, CPP. (C) Art. 185, § 1º, CPP. (D) Art. 2º, I, Lei n. 9.296/96. (E) Art. 222, CP. *Alternativa C.*

7860. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Em relação à prova no processo penal, assinale a opção correta.

(A) As justificações, disciplinadas no estatuto processual penal, incluem-se entre as provas documentais produzidas na esfera civil e apresentadas ao juízo criminal por meio dos documentos juntados aos autos.

(B) O CPP, atualmente, dá especial relevância à participação do ofendido na formação do convencimento do julgador, elencando-o entre os meios de provas; entretanto, conforme dispõe o

referido código, o ofendido não prestará compromisso nem se sujeitará a processo por falso testemunho, podendo, contudo, ser conduzido à presença da autoridade, caso, intimado para esse fim, deixe de comparecer sem motivo justo.

(C) Entre os meios de prova, que consistem em tudo que possa ser útil para a elucidação dos fatos no processo, destaca-se a denúncia.

(D) A prova emprestada é admitida no processo penal desde que, quando de sua produção, tenham sido observados os princípios indisponíveis do contraditório e da ampla defesa, o que torna prescindível a renovação destes no feito para o qual tenha sido transladada.

(E) No sistema processual brasileiro, é adotada a regra da liberdade probatória, admitindo-se todos os meios de prova legais e moralmente legítimos, ainda que não especificados no CPP, sendo a única restrição probatória o estado das pessoas, salvo a obtenção dessa prova por fonte independente.

RESPOSTA (A) A justificação consiste na oitiva de testemunhas, que podem ser contraditadas e reinquiridas pelos interessados. (B) Art. 201, CPP. (C) A denúncia é a petição inicial do processo penal (art. 24, CPP). (D) A renovação é imprescindível. (E) Art. 92, CPP. *Alternativa B.*

7861. **(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE)** A jurisprudência tem acolhido a prova emprestada no processo penal, desde que seja produzida em outro processo judicial, apenas, e extraída por meio de documentos hábeis a comprovar a alegação da parte requerente, inserindo-a em outro feito, ressalvado o contraditório e a ampla defesa.

RESPOSTA A prova emprestada pode ser oriunda de outros processos públicos que não o judicial, a exemplo do processo administrativo disciplinar. No entanto, imprescindível que a parte contra quem se quer produzir a prova emprestada tenha participado do processo originário. *Vide* HC 78.749/MS, STF. *Errado.*

7862. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Poderá ser levantado o sequestro de bens

I. se a ação penal não for intentada no prazo de 60 dias, a contar da data da conclusão da diligência.

II. se o terceiro, a quem tiverem sido transferidos os bens, prestar caução idônea.

III. se for extinta a punibilidade do réu, por sentença definitiva.

IV. se o réu for absolvido por sentença definitiva.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 0.

(B) 1.

(C) 2.

(D) 3.

(E) 4.

RESPOSTA (I) Art. 131, I, CPP. (II) Art. 130, II, CPP. (III) e (IV) Art. 131, III, CPP. *Alternativa E.*

7863. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência a questões e processos incidentes.

(A) Considera-se questão prejudicial homogênea a exceção da verdade no crime de calúnia.

(B) A medida assecuratória de sequestro tem como finalidade precípua a garantia de ressarcimento dos danos causados pela infração penal à vítima, do pagamento das penas pecuniárias e das despesas do processo, recaindo sobre qualquer bem do réu, móveis ou imóveis.

(C) O incidente de falsidade tem por escopo exclusivo o exame de falsidade material e, qualquer que seja a decisão, não fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou civil.

(D) Constitui requisito essencial de admissibilidade de incidente de insanidade mental a dúvida manifesta acerca da integridade mental do acusado ou réu, podendo ser instaurado em qualquer fase da persecução penal, ensejando a suspensão do processo e do prazo prescricional.

(E) As questões prejudiciais, controvérsias que se apresentam tanto na fase investigativa quanto na etapa processual e das quais depende a existência do crime, demandam solução antecipada.

RESPOSTA (A) Art. 523, CPP. (B) Art. 125 c/c art. 132, CPP. (C) Art. 145, CPP. (D) Art. 149 c/c art. 153, CPP. (E) Art. 92, CPP. *Alternativa A.*

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com base no direito processual penal, julgue o item subsecutivo (Certo ou Errado).

7864. Nesse sentido, considere que a sigla CPP, sempre que utilizada, refere-se ao Código de Processo Penal. Caso um advogado experiente, que patrocina a defesa de acusado da prática de crime hediondo, intencionalmente profira, durante a instrução criminal, injúrias contra o magistrado, e isso provoque animosidade circunstancial entre ambos, mesmo assim, nos termos do CPP, a suspeição não poderá ser declarada.

RESPOSTA De acordo com o art. 256, CPP. *Certa.*

7865. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** À luz do CPP, assinale a opção correta a respeito de questões e processos incidentes.

(A) Para a decretação da medida assecuratória do sequestro, basta a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens sequestrados.

(B) A exceção por incompetência de juízo precede a qualquer outra.

(C) O juiz deve declarar-se suspeito no processo em que parente consanguíneo seu for parte interessada.

(D) Em processo penal por crime contra a propriedade imaterial, a declaração da nulidade de registro ou patente é classificada como questão prejudicial homogênea.

(E) O terceiro cujos bens imóveis tenham sido transferidos a título oneroso ou gratuito pode embargar o sequestro dos bens, sob o fundamento de tê-los adquirido de boa-fé.

RESPOSTA (A) *Vide* art. 126, CPP. (B) Art. 96, CPP. (C) Art. 252, I, CPP. (D) Trata-se de questão prejudicial heterogênea facultativa. *Vide* HC 131.937/SP, STJ. (E) Art. 130, II, CPP. *Alternativa A*.

7866. **(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE)** Nas questões prejudiciais heterogêneas obrigatórias, o Ministério Público está legitimado a ajuizar a ação civil para solucionar a controvérsia da qual dependa o reconhecimento da existência de crime, se a infração penal apurada for ação pública, de modo a ensejar o rápido deslinde da questão. Durante a tramitação da ação cível, não fluirá o prazo prescricional, ficando suspenso o processo até o fim desta.

RESPOSTA Temos como questões prejudiciais heterogêneas aquelas disciplinadas no art. 92, CPP, razão pela qual o processo penal ficará suspenso, sem prejuízo, caso se faça necessário, da produção antecipada de provas. Nos termos do seu parágrafo único, o MP poderá promover a ação civil, para o rápido deslinde da questão prejudicial. *Correto.*

7867. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** No que se refere às questões prejudiciais, aos processos incidentes, às exceções e às medidas assecuratórias, assinale a opção correta.

(A) A restituição de coisas apreendidas pode ser intentada a qualquer tempo, antes de transitar em julgado a sentença penal, e deve ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos

autos, ainda que as coisas estejam em poder de terceiros de boa-fé; após essa fase, haverá a perda em favor da União.

(B) No que diz respeito ao incidente de falsidade documental, pode o juiz, de ofício, ordenar a verificação de idoneidade de documento, com autuação em autos apartados; não fará a decisão, ao final, coisa julgada em ulterior processo, penal ou civil. Em situações excepcionais, pode ocorrer a suspensão do processo principal, salvo quanto às provas de natureza urgente.

(C) As exceções e os incidentes são procedimentos de natureza eminentemente processual, porque dizem respeito à validade e ao regular desenvolvimento do processo, necessitam, como regra, de pronunciamento prévio do juízo, processam-se em autos apartados, apensos à ação penal, no próprio juízo criminal, e não suspendem o curso da ação.

(D) Nas questões prejudiciais heterogêneas obrigatórias, há imperativa suspensão do processo ou inquérito para dirimir controvérsia acerca do estado civil da pessoa, de modo que não haja repercussão na própria existência do crime ou de circunstância agravante; igualmente se suspende o prazo prescricional enquanto não resolvida a questão no juízo cível.

(E) Para a decretação do sequestro de bens imóveis, basta a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens, adquiridos com os proventos da infração, ainda que já transferidos a terceiro, admitindo-se embargos; em nenhuma hipótese poderá ser pronunciada decisão antes de transitada em julgado a sentença da ação penal.

RESPOSTA (A) Arts. 118 a 124, CPP. (B) Arts. 145 a 148, CPP. (C) Art. 111, CPP. (D) Art. 92, CPP. (E) Art. 127, CPP. *Alternativa B*.

7868. (Analista – MPU – 2010 – CESPE) As exceções têm como limite processual para oferecimento a fase da resposta preliminar. Não suspendem a tramitação da ação penal e possibilitam a retratação do julgador.

RESPOSTA Em observância ao art. 111, CPP, as exceções serão processadas em autos apartados e não suspenderão, **em regra**, o andamento da ação penal. Além disso, há exceções que podem ser opostas a qualquer tempo, p. ex. a de suspeição. *Errada.*

7869. (Analista – MPU – 2010 – CESPE) As medidas assecuratórias previstas na lei sobre drogas (Lei n. 11.343/2006) e na que dispõe sobre lavagem de capitais (Lei n. 9.613/1998) podem ser decretadas tanto na fase de inquérito policial quanto na etapa processual, impondo-se, em ambas as normas, como condição especial para o conhecimento do pedido de restituição de bens apreendidos, o comparecimento pessoal do acusado em juízo.

RESPOSTA De acordo com o art. 60, § 3º, Lei n. 11.343/2006 e art. 4º, § 3º, Lei n. 9.613/98. *Certa.*

7870. (Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE) No que diz respeito a questões e processos incidentes, assinale a opção correta.

(A) Nos tribunais de segundo grau, o juiz que se julgar suspeito deverá declarar o fato nos autos e, se for revisor, passar o feito ao seu substituto na ordem da precedência, ou, se for relator, apresentar os autos em mesa para nova distribuição.

(B) Se o reconhecimento da existência da infração penal depender de decisão sobre questão da competência do juízo cível e se neste houver sido proposta ação para resolvê-la, o juiz criminal deverá suspender o curso do processo.

(C) Se, no prazo de cento e oitenta dias a contar da data em que transitar em julgado a sentença final, condenatória ou absolutória, os objetos apreendidos em poder do réu não forem reclamados ou não

pertencerem a ele, haverá a perda em favor da União.

(D) O juiz, de ofício, a requerimento do MP ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o sequestro de bens, em qualquer fase do processo, desde que já oferecida denúncia ou queixa.

(E) A dúvida sobre a integridade mental do acusado serve de motivação para a instauração do incidente de insanidade mental, sendo o respectivo requerimento, por si só, suficiente para obrigar o juiz a determinar a sua caracterização, sob pena de nulidade, uma vez que se trata de prova exclusivamente técnica.

RESPOSTA (A) Art. 103, CPP. (B) Arts. 92 e 93, CPP. (C) Art. 123, CPP. (D) Art. 127, CPP. (E) O simples requerimento, por si só, no entender dos Tribunais Superiores, não obriga o juiz a determinar a realização do exame de insanidade mental. *Vide* HC 84.322/PA, STJ. *Alternativa A*.

7871. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca de questões e processos incidentes.

(A) As exceções de litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada devem ser processadas em autos apartados, ficando suspenso o andamento da ação penal.

(B) O pedido de restituição de coisas apreendidas não pode ser manejado pelo terceiro de boa-fé, a quem compete impetrar mandado de segurança para tal fim.

(C) A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado pode ser requerida pelo ofendido em qualquer fase do processo, desde que haja certeza da infração e da autoria.

(D) A decisão judicial que resolve questão incidental de restituição de coisa apreendida tem natureza definitiva, o que desafia recurso de apelação.

(E) A exceção de suspeição do juiz, quando subscrita pela parte, não dispensa procuração com poderes especiais.

RESPOSTA (A) *Vide* art. 111, CPP. (B) Pode o terceiro de boa-fé utilizar-se do pedido de restituição de bens do art. 118, CPP. *Vide* RMS 26.967/RS, STJ. (C) *Vide* art. 134, CPP. (D) Art. 593, II, CPP. *Vide* RMS 23.647/SP, STJ. (E) Art. 98, CPP. *Alternativa D*.

7872. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito de questões e processos incidentes.

(A) A decisão que acolhe incidente de falsidade documental faz coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou civil.

(B) Viola o princípio do juiz natural o julgamento proferido na pendência de exceção de suspeição do magistrado sentenciante.

(C) A exceção de incompetência do juízo pode ser oposta, verbalmente ou por escrito, no prazo de defesa.

(D) Sendo o inquérito mero procedimento administrativo, não se pode opor suspeição às autoridades policiais nem devem elas declarar-se suspeitas.

(E) No CPP, as causas de impedimento e suspeição de magistrado judicial estão dispostas de forma apenas exemplificativa.

RESPOSTA (A) Art. 148, CPP. (B) *Vide* RHC 14.658/SP, STJ. Ademais, a exceção de suspeição não acarreta na suspensão do feito. (C) *Vide* art. 108, CPP. (D) Art. 107, CPP. (E) São taxativas. *Alternativa C*.

(Delegado – PC-ES – 2010 – CESPE) Acerca da legislação processual penal brasileira, julgue o item a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla MP, sempre que utilizada, se refere ao Ministério Público (Certo ou Errado).

7873. O princípio da indisponibilidade impede o MP de opinar pela absolvição, em sede de alegações finais. Em tal hipótese, o juízo competente pode, ainda assim, condenar o acusado.

RESPOSTA Tendo em vista o art. 385, CPP, o MP pode opinar pela absolvição. *Errada.*

7874. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Com base no CPP, assinale a opção correta acerca da sentença penal.

(A) Da sentença obscura, ambígua, contraditória ou omissa caberão embargos de declaração, no prazo de cinco dias, a serem interpostos perante o tribunal competente.

(B) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, pode atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

(C) Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o juiz deve baixar os autos, para que o MP a adite no prazo de três dias.

(D) Caso o MP promova o aditamento da denúncia ou queixa, por força de *mutatio libelli*, o juiz é obrigado a receber o aditamento, pois o MP é o titular da ação penal pública.

(E) Nos crimes de ação pública, o juiz pode proferir sentença condenatória, ainda que o MP tenha pedido a absolvição, mas não pode reconhecer agravantes que não tenham sido alegadas na denúncia, em face do princípio da congruência.

RESPOSTA (A) Art. 382, CPP. (B) Art. 383, CPP. (C) Art. 384, CPP. (D) Art. 384, § 1º, CPP. (E) Art. 387, I, CPP. *Alternativa B.*

7875. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação à sentença.

(A) O crime de abuso de autoridade é de competência da justiça militar, federal ou estadual, conforme o agente seja, respectivamente, integrante das Forças Armadas, ou da polícia militar ou do corpo de bombeiros militares dos estados.

(B) Sentença absolutória imprópria é aquela que condena o réu, impondo-lhe uma sanção a mais, qual seja, a medida de segurança.

(C) No rito do júri, o *judicium causae* fica limitado, fática e juridicamente, à denúncia ou queixa.

(D) A justiça militar estadual só julga réus militares. Por isso, o civil que praticar um crime contra as instituições militares estaduais será processado na justiça comum estadual, não na justiça militar.

(E) No caso de *mutatio libelli*, o MP só aditará a denúncia se a mutação implicar tipificação mais grave.

RESPOSTA (A) Súmula 172, STJ. (B) A sentença absolutória imprópria estabelece ao autor a imposição de uma medida de segurança. (C) O *judicium causae* é a segunda fase do tribunal do júri que engloba os atos preparatórios para o julgamento da causa (art. 423, CPP). (D) Súmula 53, STJ. (E) Art. 384, CPP. *Alternativa D.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) No que concerne a citação, sentença e aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

7876. No inquérito policial em que figure como indiciado um inimigo do delegado de polícia responsável pelas investigações, o Ministério Público oporá exceção de suspeição em relação a esse delegado.

RESPOSTA Nos termos do art. 107, CPP, não se poderá opor suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito, o que não as impedirá de declararem-se suspeitas quando for o caso. A razão de ser da norma é que a autoridade policial não exerce atividade jurisdicional, que vem a ser o objeto da tutela das apontadas exceções. *Errada.*

7877. Impera no processo penal o princípio da verdade real e não da verdade formal, próprio do processo civil, em que, se o réu não se defender, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor.

RESPOSTA Um dos mais relevantes princípios do Processo Penal, o princípio da verdade real, também conhecido como princípio da verdade material ou da verdade substancial, determina que o fato investigado no processo deve corresponder ao que está fora dele, em toda sua plenitude, sem quaisquer artifícios, sem presunções, sem ficções. *Certa.*

7878. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** O MP ofereceu denúncia contra Cláudio, imputando-lhe a prática dos crimes de desacato e falsa identidade, ambos do CP. Em face de não ter sido localizado, o denunciado foi citado por meio de edital. Cláudio não compareceu ao interrogatório nem indicou advogado para a sua defesa. Na situação hipotética acima apresentada, ocorrerá

(A) o arquivamento do processo até a localização do réu.
(B) a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional.
(C) apenas a suspensão do processo.
(D) o prosseguimento regular do feito à revelia do autor.
(E) apenas a suspensão do curso do prazo prescricional, o que possibilitará a produção de provas.

RESPOSTA Art. 366, CPP. *Alternativa B.*

7879. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca das questões e processos incidentes.

(A) Considerando que um promotor de justiça, nos autos de uma ação penal, tenha requerido o sequestro dos bens imóveis adquiridos pelo réu com os proventos da infração e que, tendo entendido incabível a medida assecuratória, o juiz tenha indeferido o procedimento, do despacho que indeferiu o sequestro caberá a interposição de recurso em sentido estrito.
(B) A questão prejudicial diz respeito ao processo e seu regular desenvolvimento, merecendo solução antes de a decisão ser proferida.
(C) Se, para o reconhecimento da existência da infração penal, houver a dependência de decisão da competência do juízo cível que diga respeito à propriedade do objeto material do crime, será obrigatória a suspensão do curso da ação penal até que a controvérsia seja dirimida no juízo cível por sentença passada em julgado.
(D) Admitindo-se a arguição de suspeição ou impedimento de membro do MP, o magistrado pode, com base nas razões oferecidas, determinar o seu afastamento e requerer ao procurador-geral de justiça a designação de um substituto legal. Da decisão, no entanto, cabe recurso em sentido estrito.
(E) A restituição de coisas apreendidas, inexistindo dúvidas ou óbices sobre o direito do reclamante, pode ser determinada pela autoridade policial, mediante termo nos autos do inquérito policial, sendo dispensáveis a manifestação do órgão do MP e decisão do juízo criminal.

RESPOSTA (A) Art. 130, CPP. (B) e (C) Art. 92, CPP. (D) Art. 104, CPP. (E) Art. 120, CPP. *Alternativa E.*

7880. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Considerando as disposições do CPP relativas às exceções e às questões prejudiciais, assinale a opção correta.

(A) As exceções de suspeição do juiz e do membro do MP devem ser julgadas pelo tribunal recursal competente.
(B) As exceções serão processadas e julgadas em autos apartados e, em regra, suspendem o andamento

da ação penal.

(C) Autoridades policiais exercem atividade meramente administrativa, razão pela qual não podem declarar-se suspeitas.

(D) Quanto ao efeito, a questão prejudicial pode ser obrigatória, quando necessariamente se acarreta a suspensão do processo, ou facultativa, quando o juiz criminal tiver a faculdade de suspender ou não a ação. As duas situações são previstas pelo CPP.

(E) Existindo questão prejudicial ao deslinde da ação penal, deve o juiz suspender o processo pelo prazo improrrogável de seis meses. Expirado tal prazo sem que o juiz cível tenha proferido decisão, o juiz criminal deve fazer prosseguir o processo, decidindo todas as teses de acusação e defesa.

RESPOSTA (A) Art. 104, CPP. (B) Art. 111, CPP. (C) Art. 107, CPP. (D) Arts. 92 e 93, CPP. (E) Art. 93, § 1º, CPP. *Alternativa D.*

7881. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Acerca de sentença penal, assinale a opção correta.

(A) Não cabe *emendatio libelli* no segundo grau de jurisdição.

(B) Em crime de ação pública, o juiz poderá reconhecer agravantes na sentença, ainda que nenhuma agravante tenha sido alegada pelo MP.

(C) Ocorrerá a *mutatio libelli* sem aditamento quando o juiz der ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

(D) Chama-se de sentença suicida a que não possui fundamentação.

(E) Prevalece na doutrina o entendimento de que o réu em nenhuma hipótese pode apelar da própria sentença absolutória.

RESPOSTA (A) Art. 384, CPP. (B) Art. 385, CPP. (C) Ocorrerá *emendatio libelli*, de acordo com o art. 383, CPP. (D) Chama-se de sentença suicida aquela em que a conclusão não se coaduna com a fundamentação. (E) Doutrina e jurisprudência são unânimes ao afirmar que o réu absolvido por insuficiência de provas pode apelar para tentar modificar o fundamento absolutório, desde que presente a sucumbência. *Alternativa B.*

7882. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Dispõe o art. 366 do CPP, com a redação dada pela Lei n. 9.271/1996: Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312. Com referência a esse dispositivo, assinale a opção correta.

(A) O STF pacificou o entendimento de que, no caso, é inconstitucional a suspensão da prescrição por prazo indeterminado.

(B) Constitui constrangimento ilegal a determinação de produção de prova testemunhal antecipada pelo juiz.

(C) A decretação da prisão preventiva do acusado decorre de aplicação automática do art. 366 do CPP, independentemente dos demais requisitos da custódia cautelar.

(D) Em caso de necessidade de produção de provas antecipadas consideradas urgentes, dispensa-se a presença do MP e do defensor dativo, pois, uma vez localizado o réu, as provas serão repetidas.

(E) A regra do art. 366 do CPP somente pode ser aplicada aos fatos praticados após a vigência da Lei n. 9.271/1996.

RESPOSTA (A) O STF tem entendimento de que não é inconstitucional a suspensão do prazo prescricional por prazo indeterminado (RE 460.971). (B) Súmula 455, STJ. (C) A decretação da preventiva no art. 366 não é automática, necessitando ser fundamentada. (D) De acordo com os princípios do contraditório e ampla defesa, na produção de provas em juízo sempre será necessária a presença do Ministério Público e de defensor, nomeado ou dativo. (E) “A Lei n. 9.271, de 17/04/1996, não se

aplica aos fatos anteriores à sua vigência, por ser mais gravosa para o réu, na parte em que introduziu a suspensão do curso prescricional, em face do sobrestamento da ação penal" (HC 131.009). *Alternativa E*.

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) No que concerne a citação, sentença e aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

7883. O juiz não pode aplicar, ainda que provisoriamente, medida de segurança no curso do inquérito policial.

RESPOSTA De acordo com o art. 378, II, CPP. *Certa*.

7884. É cabível a citação por hora certa no processo penal, desde que o oficial de justiça verifique e certifique que o réu se oculta para não ser citado. Nessa situação, para que se complete a citação com hora certa, o escrivão deve enviar ao réu carta, telegrama ou radiograma, dando-lhe ciência de tudo.

RESPOSTA De acordo com o art. 362, CPP. *Certa*.

7885. O juiz não pode, caso o réu tenha respondido ao processo solto, impor prisão preventiva quando da prolação da sentença penal condenatória.

RESPOSTA De acordo com o art. 382, § 4º, CPP. *Errada.*

7886. A intimação pessoal do réu que estiver preso faz-se necessária em relação às decisões que lhe forem desfavoráveis em primeiro e segundo grau de jurisdição, mas não em relação às das instâncias superiores.

RESPOSTA De acordo com o entendimento sedimentado dos Tribunais Superiores, no caso de réu que estiver preso, a intimação pessoal somente se faz necessária da sentença de primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 392, CPP. *Vide* HC 180.314/GO, STJ e HC 81.691/SP, STF. *Errada.*

7887. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Em relação às citações e às intimações, assinale a opção correta à luz da legislação de regência e do entendimento doutrinário e jurisprudencial.

(A) Considere que, em determinado dia, um oficial de justiça tenha tomado conhecimento de que o acusado que procurava, havia dias, para citação, assistiria a cerimônia religiosa de casamento no período noturno daquele mesmo dia. Nessa situação, ainda que o acusado esteja em local aberto ao público, o oficial de justiça não poderá efetivar a citação durante o período noturno, sem expressa autorização do juiz.

(B) De acordo com a legislação processual vigente, a intimação da decisão de pronúncia deve ser feita pessoalmente ao réu, ao defensor constituído e ao assistente do MP.

(C) Nas intimações, admite-se, como regra geral estabelecida no CPP, a aplicação das normas processuais atinentes às citações, tanto no que diz respeito à realizada por edital quanto a por hora certa.

(D) A citação de acusado que se encontre em local sabido no exterior deve ser feita por intermédio de carta rogatória, legitimando o juiz, de acordo com o que dispõe o CPP, a ordenar a suspensão do processo e do prazo prescricional, bem como a determinar a produção antecipada de provas.

(E) No processo penal, a citação será sempre pessoal, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a citação por intermédio de procurador.

RESPOSTA (A) Art. 351, CPP. (B) Art. 420, CPP. (C) Art. 362 c/c art. 391, CPP. (D) Art. 368, CPP. (E) Art. 362, parágrafo

único, CPP. *Alternativa C.*

7888. (Analista – MPU – 2010 – CESPE) A citação de acusado que esteja no exterior, em local conhecido, deve ser efetuada, conforme a sistemática processual penal brasileira, por intermédio de carta rogatória, ordenando-se expressamente a suspensão do processo e o prazo prescricional, até o efetivo cumprimento da ordem judicial.

RESPOSTA Tendo em vista o art. 368, CPP, somente o prazo prescricional é suspenso. *Errado.*

7889. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta acerca das citações e intimações no processo penal.

(A) Quando não houver órgão de publicação dos atos judiciais no distrito da culpa, a intimação do MP e do defensor constituído será pessoal.

(B) A omissão, no mandado de citação, do teor da acusação constitui irregularidade a ser sanada na primeira oportunidade de comparecimento do réu ou seu advogado em juízo.

(C) Se o acusado estiver fora do território do juízo processante, a citação se dará por edital, com prazo de quinze dias.

(D) Se o acusado, citado por edital, não comparecer em juízo nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.

(E) O réu com menos de vinte e um anos e mais de dezoito anos de idade poderá ser citado pessoalmente ou por meio do seu curador.

RESPOSTA (A) Art. 370, § 4º. (B) Art. 352, CPP e Súmula 366, STF. (C) Art. 353, CPP. (D) *Vide* art. 366, CPP. (E) Previsão superada com a vigência do Código Civil de 2002. *Alternativa D*.

7890. (Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Se o réu citado por edital não comparecer em juízo e tampouco constituir advogado, ficará suspenso o processo e o prazo prescricional, podendo o juiz autorizar a produção antecipada de provas, sob fundamento do decurso do lapso temporal, considerando-se os efeitos que este pode produzir na lembrança dos fatos pelas testemunhas.

RESPOSTA Nos termos da Súmula 455, STJ, o simples decurso do tempo não é justificativa idônea a fundamentar a produção antecipada de provas prevista no art. 366, CPP. No entanto, tal entendimento vem sendo modificado pelo STF, recentemente. *Vide* HC 108.080/SP e HC 109.728/SP, STF. *Errado.*

7891. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) Acerca das disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal, assinale a opção correta.

(A) De acordo com a jurisprudência do STF, pode o juiz presidente do tribunal do júri reconhecer a atenuante genérica da confissão espontânea, ainda que não tenha sido debatida no plenário.

(B) Não conflita com a CF norma legal que atribua à Receita Federal do Brasil o afastamento do sigilo de quaisquer dados relativos ao contribuinte.

(C) A jurisprudência do STF admite o uso de prova obtida fortuitamente por meio de interceptação telefônica licitamente conduzida, desde que o crime descoberto, conexo ao que foi objeto da interceptação, não seja punido apenas com detenção.

(D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que para fins lícitos, não se incluindo entre estes, por exemplo, a defesa, em espaços públicos, da legalização das drogas.

(E) O preceito constitucional segundo o qual a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão

ou ameaça a direito não autoriza o STF a determinar ao STJ o exame imediato de pedido de liminar formulado em *habeas corpus*, sob o argumento de inércia da Corte Superior.

RESPOSTA (A) O STF possui entendimento sedimentado no sentido de ser possível o reconhecimento da atenuante genérica da confissão espontânea, mesmo que não debatida no plenário. HC 106.376/MG. (B) *Vide* RE 346.376/SC. (C) *Vide* AI 626.214 AgR/MG, STF. (D) Art. 5º, XVI, CF. (E) *Vide* HC 102.206/SP, STF. *Alternativa A*.

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, referentes a prisões, liberdade provisória e procedimentos processuais penais (Certo ou Errado).

7892. O procedimento comum será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade; ou sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a quatro anos de pena privativa de liberdade.

RESPOSTA Art. 394, I e II, CPP. *Certa.*

7893. A sentença de pronúncia, que possui natureza de decisão interlocutória mista terminativa, é uma das decisões que encerra a primeira fase do rito especial do júri, denominada *judicium accusationis*.

RESPOSTA A sentença de pronúncia possui natureza de decisão interlocutória mista NÃO terminativa. *Errada.*

7894. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** A respeito do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, assinale a opção correta.

(A) Conforme jurisprudência do STJ, a decisão de pronúncia exige juízo de certeza, não podendo, no entanto, o magistrado proferir manifestação exauriente sobre a prática do delito, sob pena de incorrer em invasão da competência constitucional do júri.

(B) No procedimento do júri, pode ser arguida a qualquer tempo irregularidade na formulação de quesitos, desde que antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, porque, nesse caso, não se opera preclusão.

(C) No procedimento do júri, as partes são impedidas de fazer referência, em plenário, à pronúncia ou às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, sendo as dúvidas dos jurados esclarecidas pelo juiz presidente, que não lhes deve conceder acesso aos autos e, consequentemente, a tais decisões.

(D) O indeferimento do pedido de oitiva de número de testemunhas superior ao máximo previsto em lei, principalmente no procedimento bifásico do tribunal do júri, não acarreta nulidade, pois a inquirição pode ser requerida e, se oportuna, deferida na segunda fase do procedimento.

(E) A jurisprudência firmou entendimento de que o efeito devolutivo da apelação contra decisões no procedimento dos crimes dolosos contra a vida não é adstrito ao fundamento da interposição, havendo devolução ampla da matéria debatida no plenário do júri.

RESPOSTA (A) Basta a existência de indícios suficientes de autoria (HC 159.263, STJ). (B) Art. 484, CPP. (C) Art. 478, CPP. (D) Deve ser garantida a sua oitiva perante o juiz natural, que, na hipótese, é o Tribunal do Júri. (E) Súmula 713, STF. *Alternativa D*.

7895. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere aos procedimentos do direito processual penal.

(A) Os defensores públicos e dativos possuem a prerrogativa de intimação pessoal para o julgamento de apelação, sendo absoluta a nulidade oriunda da falta dessa intimação e não se sujeitando, assim,

à preclusão.

(B) São válidas e eficazes as intimações realizadas em nome de um só dos advogados constituídos, ainda que haja pedido expresso de que as publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado patrono ou de todos os procuradores.

(C) A notificação do acusado para apresentar defesa antes do recebimento da denúncia, nos termos do artigo 514 do CPP, aplica-se ao funcionário público e ao particular coautor ou partícipe daquele.

(D) De acordo com a jurisprudência do STJ, a apresentação espontânea do réu impede a lavratura do auto de prisão em flagrante e a decretação da prisão preventiva, ainda que presentes os requisitos que a autorizem.

(E) Tratando-se de procedimento comum ordinário, se a citação do réu tiver sido realizada no mesmo dia designado para o interrogatório, tal fato por si só não dará ensejo à nulidade do processo, cuja declaração depende da demonstração de efetivo prejuízo à defesa.

RESPOSTA (A) A matéria sujeita-se à preclusão. *Vide* HC 186.911/SP, STJ. (B) *Vide* RHC 27.066/SP, STJ. (C) Aplica-se apenas ao funcionário público. *Vide* RHC 22.164/MG, STJ. (D) A apresentação espontânea não impede a prática de tais atos. *Vide* HC 237.422/DF, STJ. (E) De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, trata-se de nulidade relativa. Ver: HC 231.112/SP, STJ e HC 125.597/ES, STJ. *Alternativa E*.

7896. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Com base no que dispõe o CPP sobre procedimentos criminais, assinale a opção correta.

(A) No processo comum, o acusado pode ser absolvido sumariamente caso haja manifesta causa excludente da culpabilidade, como, por exemplo, a inimputabilidade.

(B) A denúncia deve ser rejeitada em caso de manifesta causa excludente da ilicitude do fato, como, por exemplo, legítima defesa própria.

(C) O procedimento de instrução preliminar ou de formação de culpa do tribunal do júri deve, estando o réu preso, ser concluído em até cento e vinte dias.

(D) Durante os debates, no procedimento do tribunal do júri, as partes podem fazer referência aos fundamentos da decisão de pronúncia, cabendo ao juiz presidente esclarecer aos jurados que eles não estão a ela vinculados.

(E) É permitido ao MP, ao assistente, ao querelante e ao defensor, nessa ordem, formular perguntas diretamente ao acusado; os jurados, por sua vez, devem formular perguntas por intermédio do juiz.

RESPOSTA (A) Art. 397, II, CPP. (B) Trata-se de causa de absolvição sumária, e não de rejeição da denúncia. (C) Art. 412, CPP. (D) Art. 478, I, CPP. (E) Art. 474, §§ 1º e 2º, CPP. *Alternativa E*.

7897. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** Na atual sistemática processual penal, a absolvição sumária e a rejeição da denúncia têm como finalidade a extinção, de forma antecipada, do processo: no primeiro caso, ocorre o exame do mérito da questão, obstando-se a propositura de nova ação penal acerca dos mesmos fatos; no segundo, enseja-se a declaração de desconformidade com os aspectos formais indispensáveis à propositura da ação penal e, supridas as exigências legais, poderá a ação ser intentada novamente.

RESPOSTA De acordo com os arts. 415 e 395, CPP. *Certa.*

7898. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Vânia alega que Carlos, servidor público com curso superior, praticou contra ela o crime de extorsão, motivo pelo qual Carlos está sendo processado. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Caso seja preso, Carlos terá direito a prisão especial, que consiste no recolhimento em cela

individual e transporte separado do preso comum, durante a prisão provisória e a definitiva.

(B) Por expressa disposição legal, tanto Carlos quanto o chefe da repartição em que ele trabalha deverão ser notificados a respeito do dia designado para que Carlos compareça em juízo para a audiência referente ao processo.

(C) Caso Carlos não constitua advogado particular, o juiz poderá nomear defensor *ad hoc* para defendê-lo e poderá arbitrar os honorários desse advogado, os quais Carlos não estará obrigado a pagar se a defesa técnica for deficiente.

(D) De acordo com previsão legal, Vânia poderá, após a instauração do inquérito policial, habilitar-se como assistente de acusação, devendo, nessa hipótese, receber a causa no estado em que esta se encontrar, ainda que em fase de execução penal.

(E) Sentença absolutória por ausência de prova da existência do fato impediria a propositura de ação civil indenizatória contra Carlos.

RESPOSTA (A) A prisão especial se dá até a condenação definitiva, nos termos do art. 295, *caput,* CPP. (B) *Vide* art. 359, CPP. (C) *Vide* art. 514 e parágrafo único, CPP c/c art. 263, parágrafo único, CPP. (D) *Vide* art. 269, CPP. (E) *Vide* art. 66, CPP. *Alternativa B*.

7899. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Acerca de sentença, coisa julgada e recursos, assinale a opção correta.

(A) A exceção de coisa julgada pode ser oposta em relação aos fatos, principal ou acessório, que tiverem sido objeto da sentença.

(B) A sentença cujo dispositivo não esteja em conformidade com as razões apresentadas na fundamentação é anulável, o que só poderá ser arguido na apelação, sob pena de preclusão.

(C) Na hipótese de *emendatio libelli*, ainda que a infração seja da competência de outro juízo, o juiz permanecerá, por celeridade e economia processual, competente para julgar o feito.

(D) O prazo da intimação da sentença por edital será de noventa dias, se tiver sido imposta ao condenado pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, e de sessenta dias, nos outros casos.

(E) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que tenha de aplicar pena mais grave, devendo, nessa situação, ouvir o defensor do acusado no prazo de cinco dias.

RESPOSTA (A) Art. 110, CPP. (B) e (C) Art. 383, CPP. (D) Art. 392, CPP. (E) Art. 383, CPP. *Alternativa D.*

7900. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos institutos aplicáveis ao direito processual penal.

(A) Tratando-se de crimes sujeitos à ação penal pública e de ações intentadas mediante queixa, nenhum ato ou diligência pode realizar-se sem o pagamento das custas processuais.

(B) De acordo com o que dispõe o CPP, a lei processual penal admite, em observância ao princípio da legalidade, interpretação restritiva e aplicação analógica.

(C) Consoante o que determina o CPP, todos os prazos devem correr em cartório.

(D) O magistrado brasileiro, antes de executar sentença penal condenatória a ser cumprida no Brasil, deverá observar se o STF a homologou.

(E) O princípio da verdade formal, vigente no direito processual penal brasileiro, advém do direito constitucionalmente garantido ao acusado de permanecer calado durante o interrogatório.

RESPOSTA (A) *Vide* arts. 804 e 806, CPP. O pagamento das custas é ao final do processo. (B) *Vide* art. 3º, CPP. (C) *Vide* art. 798, *caput,* CPP. (D) As penas aplicadas no Brasil independem de homologação do STF. (E) No processo penal vige o princípio

da verdade real, e não o da verdade formal. *Alternativa C.*

7901. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** A respeito dos processos em espécie, assinale a opção correta.

(A) No processo de restauração de autos extraviados, o magistrado determina, de ofício, que se reproduza o que houver a respeito desses autos, juntando-se cópias que valerão como originais, não sendo necessária a repetição da citação pessoal.

(B) Em se tratando de instrução criminal de procedimento comum ordinário no qual três acusados respondam, igualmente, por concurso material ante a prática de quatro crimes, tendo constituído um único advogado, a defesa poderá arrolar até oito testemunhas para cada réu.

(C) O julgamento deve ser adiado caso a testemunha intimada e arrolada – tendo a parte aduzido prescindir do depoimento dessa testemunha – não compareça à sessão e o oficial de justiça certifique que não a encontrou no local indicado quando do cumprimento do mandado de condução coercitiva.

(D) É vedado a um mesmo conselho de sentença conhecer mais de um processo no mesmo dia, ante o compromisso prestado para o primeiro julgamento.

(E) No rito do tribunal do júri, no sumário da culpa, as dúvidas resolvem-se contra o réu e a favor da sociedade.

RESPOSTA (A) Arts. 541 a 548, CPP. (B) Art. 401, CPP. (C) Art. 218, CPP. (D) Art. 452, CPP. (E) No procedimento do Tribunal do Júri vige o princípio do *in dubio pro societate*. *Alternativa E*.

7902. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** No que se refere aos ritos e a outros elementos pertinentes ao direito processual penal, assinale a opção correta.

(A) Caso ocorra a citação por hora certa, cujo objetivo fundamental é evitar a ocultação do acusado, serão adotados os procedimentos previstos no Código de Processo Civil para o ato citatório e, caso não haja comparecimento do réu em juízo nem constituição de advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva; há divergência nos tribunais superiores acerca do prazo de suspensão do processo.

(B) No procedimento em que se admite a defesa preliminar ou resposta à acusação, o conteúdo da argumentação pode ser amplo ou reservar-se às preliminares, com apresentação de documentos e justificações, especificação de provas, indicação de testemunhas e todas as exceções na peça processual. Caso não seja apresentada defesa preliminar de réu citado, deve o juiz nomear advogado dativo ou encaminhar os autos à defensoria pública para resposta, sob pena de nulidade do processo, por ofensa ao devido processo legal.

(C) A apresentação da defesa preliminar ou resposta à acusação, no procedimento comum ordinário, acompanhada de documentos, objetos e alegações que possam ensejar a absolvição sumária, impõe a intimação do órgão de acusação, de modo a atender ao princípio do contraditório e não obstar, de forma prematura, o prosseguimento da ação penal com sentença de mérito, ação cujo *dominus litis* é o MP.

(D) No procedimento comum ordinário e sumário, considera-se a pena máxima cominada ao crime para a definição do rito e, após o recebimento da denúncia e citação do réu, abre-se a indispensável oportunidade para defesa preliminar ou resposta à acusação, na forma escrita. Caso o réu seja citado por edital, o prazo para resposta terá início com a apresentação pessoal em juízo ou com o comparecimento do defensor constituído.

(E) Recentes alterações legislativas permitiram o julgamento antecipado do processo criminal e facultaram ao juiz absolver sumariamente o réu, caso presentes, de forma manifesta, os elementos excludentes da ilicitude do fato, da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade, se o fato narrado evidentemente não constituir crime, ou, ainda, quando esteja extinta a punibilidade do agente, como, por exemplo, pela perspectiva de prescrição.

RESPOSTA (A) Art. 362, CPP. (B) e (C) Arts. 396 e 396-A, CPP. (D) Arts. 394, 396 e 396-A, CPP. (E) Art. 397, CPP. *Alternativa D*.

7903. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Com relação aos processos criminais comuns e especiais, assinale a opção correta.

(A) No curso do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos, depois de subirem os autos conclusos para sentença, o juiz não poderá mais requisitar de autoridades ou de repartições esclarecimentos para a restauração.
(B) No procedimento sumário, as provas devem ser produzidas em uma só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias, e os esclarecimentos dos peritos sujeitam-se ao prévio requerimento das partes.
(C) Se a autoridade policial tomar conhecimento de fato que, não constituindo infração penal, possa determinar a aplicação de medida de segurança, ela deve abster-se de instaurar inquérito e encaminhar os elementos de prova ao MP.
(D) A fundamentação da sentença de pronúncia deve limitar-se à indicação da prova da materialidade do fato e da autoria ou participação do acusado, cabendo ao juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.
(E) Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, quando o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes para a adoção de outro procedimento, deve-se obedecer ao procedimento ordinário.

RESPOSTA (A) Art. 544, parágrafo único, CPP. (B) Art. 533 c/c art. 400, § 1º, CPP. (C) Art. 549, CPP. (D) Art. 413, 1º, CPP. (E) Deve-se obedecer ao procedimento cabível à espécie. Art. 66, parágrafo único, Lei n. 9.099/95. *Alternativa B*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Julgue o item seguinte, com base no direito processual penal (Certo ou Errado).

7904. Ao proferir sentença penal condenatória, o juiz tem o dever de fixar um valor mínimo para a reparação dos danos causados pelo crime, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, independentemente de discussão acerca do montante devido no curso da instrução do processo.

RESPOSTA Deverá o magistrado fixar o valor mínimo, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, desde que comprovados. *Vide* art. 387, IV, CPP. *Errada.*

7905. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** A respeito da sentença penal, da coisa julgada e dos recursos em geral, assinale a opção correta.

(A) De acordo com a atual sistemática recursal, as decisões que extinguem a punibilidade, incluídas entre as decisões interlocutórias mistas, ensejam o manejo do recurso de apelação.
(B) Dos efeitos penais da sentença absolutória com trânsito em julgado, por quaisquer dos motivos ou causas arroladas na parte dispositiva, infere-se o exame das alegações das partes, o que impede nova *persecutio criminis* em juízo sob o mesmo fundamento fático, restando preclusa qualquer via

impugnativa de seu conteúdo para a acusação.

(C) Na sentença absolutória imprópria, poderá o juiz fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, independentemente de pedido expresso na peça acusatória.

(D) Caso o juiz, antes de proferir sentença, verifique a possibilidade de atribuir ao fato nova definição jurídica, diversa da capitulação encetada pelo órgão de acusação, sem, contudo, modificar a descrição fática contida na denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, deverá ele baixar os autos para manifestação das partes, por expressa disposição legal, devendo haver produção probatória somente nos casos de *mutatio libelli*.

(E) A decisão concessiva de *habeas corpus* prolatada pelo juízo de primeiro grau com fundamento na atipicidade do fato investigado ou em razão do reconhecimento de causa extintiva de punibilidade desafia o recurso de apelação pelo órgão acusatório.

RESPOSTA (A) Art. 581, VIII, CPP. (B) Art. 482 c/c art. 492, II, CPP. (C) Art. 387, IV, CPP. (D) Art. 384, CPP. (E) Art. 581, VIII e X, CPP. *Alternativa B.*

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com base no direito processual penal, julgue o item subsecutivo (Certo ou Errado).

7906. Nesse sentido, considere que a sigla CPP, sempre que utilizada, refere-se ao Código de Processo Penal. Se o tribunal do júri, ao julgar um indivíduo, expedir o veredicto de que esse indivíduo não tinha a intenção de matar, o presidente da sessão plenária, nos termos do disposto no CPP, não poderá remeter os autos ao juízo singular.

RESPOSTA De acordo com o art. 492, § 1º, CPP. *Certa.*

7907. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere ao procedimento do tribunal do júri.

(A) Em caso de crime doloso contra a vida cometido em concurso de agentes, aquele que não ostenta foro por prerrogativa de função deve ser julgado perante o tribunal competente, e não pelo júri popular, em consonância com preceito normativo constitucional.

(B) O reconhecimento pelo tribunal do júri de que o réu agiu por motivo torpe e, concomitantemente, das atenuantes genéricas do relevante valor moral ou da violenta emoção importa em contradição processual.

(C) Pode ser excluída da sentença de pronúncia qualquer qualificadora, ainda que não seja manifestamente improcedente, não havendo usurpação da competência do tribunal do júri, juiz natural dos crimes dolosos contra a vida.

(D) Conforme a jurisprudência do STJ, nos feitos de competência do júri, as nulidades ocorridas na primeira fase do procedimento bifásico devem ser apontadas no momento oportuno, sob pena de preclusão.

(E) Aos processos da competência do tribunal do júri se aplica a orientação jurisprudencial segundo a qual é possível, pela via do *habeas corpus*, conhecer de matéria não apreciada pelo acórdão proferido em apelação criminal.

RESPOSTA (A) A competência para julgar aquele que não ostente foro por prerrogativa de função é do Tribunal do Júri. (B) Não é possível a incidência do privilégio, mas sim das atenuantes genéricas. *Vide* AgRg no Ag 1.060.113/RO, STJ. (C) O magistrado apenas pode excluir da pronúncia a qualificadora manifestamente improcedente, sob pena de usurpação da competência do Júri. *Vide* AgRg no AREsp 182.524/DF, STJ. (D) São tratadas como nulidades relativas, devendo ser suscitadas no primeiro momento oportuno. *Vide* HC 180.603/BA, STJ. (E) *Vide* Súmula 713, STF. *Vide* HC 170.212/PE, STJ.

Alternativa D.

7908. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** A respeito da sentença e da coisa julgada, assinale a opção correta.

(A) É inadmissível ao magistrado processante antecipar o juízo desclassificatório antes da sentença, ainda que da qualificação jurídica do fato imputado dependa a fixação da competência.

(B) Segundo a jurisprudência do STJ, é vedada a realização da *emendatio libelli* no segundo grau de jurisdição, ainda que se trate apenas da incidência de circunstância agravante que venha a ser requerida por ocasião das alegações finais do MP.

(C) Na segunda fase do júri (*judicium causae*), não é permitido alterar as teses balizadas pelas partes na primeira fase (*judicium accusationis*), não dispondo o conselho de sentença dos amplos poderes da *mutatio libelli* conferidos ao juiz togado.

(D) Tratando-se de delito de roubo qualificado, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o MP tenha opinado pela absolvição do réu, bem como reconhecer agravantes, desde que tenham sido alegadas pela acusação.

(E) O acórdão condenatório que reforma sentença penal absolutória não se reveste de eficácia interruptiva da prescrição penal, visto que não se equipara, para tal fim, à sentença condenatória recorrível.

RESPOSTA (A) A desclassificação somente poderá se dar pelo órgão jurisdicional competente. (B) AgRg no REsp 1.219.246/RJ, STJ. (C) Art. 418, CPP. (D) HC 96.049/RS, STF. (E) Art. 109, CP. *Alternativa C*.

7909. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** A respeito do *habeas corpus*, da prisão preventiva, do júri, do agravo de instrumento e das provas urgentes, assinale a opção correta.

(A) Se, citado por edital, o acusado não comparecer nem constituir advogado, poderá o juiz, suspenso o processo, determinar produção antecipada de prova testemunhal, ainda que esta não seja urgente, com base no pressuposto de que os fatos desaparecem da memória com o simples passar do tempo.

(B) O *habeas corpus* constitui remédio processual inadequado para a análise da prova, para o reexame do material probatório produzido, para a reapreciação da matéria de fato, mas não para a revalorização dos elementos instrutórios coligidos no processo penal de conhecimento.

(C) A periculosidade do paciente verificada pela gravidade *in concreto* do crime e pelo *modus operandi* mediante o qual tenham sido praticados os delitos representa elemento inidôneo para a prisão preventiva.

(D) No procedimento do júri, os protestos das partes devem ser consignados na ata de julgamento, uma vez que a falta de protesto em tempo oportuno opera a preclusão da faculdade jurídica que as partes têm de reclamar contra eventuais erros ou defeitos ocorridos ao longo do julgamento.

(E) Não é necessário que o agravante impugne, de forma específica, cada um dos fundamentos da decisão questionada, visto que o recurso de agravo de instrumento deve ser conhecido, de forma ampla, pelo tribunal competente.

RESPOSTA *Vide* Súmula 455, STJ, apesar de o STF estar revertendo tal entendimento. (B) Impossibilidade de reanálise da instrução. *Vide* HC 179.650/RJ, STJ. (C) Possibilidade. *Vide* HC 255.181/AL. (D) Por se tratar de nulidade relativa, operando-se a preclusão, deve a parte, em eventual protesto, requerer a sua consignação em ata, para posterior arguição de nulidade. (E) Aplicação analógica da Súmula 182, STJ. *Vide* AgRg no Ag 1.427.187/SC, STJ. *Alternativa D.*

7910. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** A respeito das disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STF.

(A) Conforme a jurisprudência do STF, é desnecessária, no atual sistema de votação do júri, a informação do número de votos dados na forma afirmativa ou negativa, em respeito ao sigilo das votações e, consequentemente, à soberania dos veredictos.

(B) De acordo com decisão do STF, intérprete maior da CF, é constitucional o uso de prova obtida fortuitamente por meio de interceptação telefônica licitamente conduzida, exceto na hipótese de o crime descoberto, conexo ao que seja objeto da interceptação, ser punido com detenção.

(C) É inadmissível, por configurar invasão de domicílio, o ingresso de autoridade policial, no período noturno, para instalação de equipamento de escuta ambiental em escritório de advocacia, ainda que autorizada por decisão judicial.

(D) Considere que Abel, servidor público, tenha proposto, em troca de dinheiro, inserir falsa informação de excesso de contingente em certificado de dispensa de incorporação, tendo sido realizada gravação clandestina da proposta pelo alistando, a pedido de uma emissora de televisão, que, logo depois, tenha divulgado as imagens para todo o território nacional. Nesse caso, a prova deve ser considerada ilícita por inviolabilidade das comunicações.

(E) De acordo com a CF, sendo a regra a privacidade da correspondência, das comunicações telegráficas, dos dados e das comunicações em geral, a exceção – a quebra do sigilo – deve ser submetida ao crivo do Poder Judiciário, para efeito de investigação criminal ou instrução processual penal, e ao da Receita Federal, para o afastamento do sigilo de dados relativos ao contribuinte.

RESPOSTA (A) Consequência lógica do sigilo das votações. Bastam mais de três votos para o encerramento da votação do quesito. *Vide* HC 104.308/RN, STF. (B) Admite-se a prova fortuita em crime punido com detenção. *Vide* AgRg no Ag 626.214/MG. (C) Possibilidade. *Vide* Inq 2.424/RJ, STF, *Informativo* 529. (D) V*ide* HC 873.413/PR, STF e RHC 14.672/RJ, STJ. (E) O afastamento do sigilo fiscal deve ser decretado pelo Poder Judiciário. *Vide* AgRg no RE 318.136/RJ, STF e RE 215.301/CE, STF. *Alternativa A*.

7911. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Em relação ao tribunal do júri, ao recurso especial, ao acusado e seu defensor e à prova, assinale a opção correta.

(A) É ilegal o mandado de busca e apreensão no qual inexista referência precisa do local onde deva ser cumprido, tendo sido autorizada a diligência em outro local do mesmo prédio, ainda que a apreensão seja realizada por fundada suspeita de relacionar-se com o crime em apuração.

(B) Consoante jurisprudência pacífica do STJ, é desnecessária a prévia notificação do réu para, espontaneamente, constituir novo advogado antes de o magistrado nomear outro defensor a fim de apresentar alegações finais não oferecidas pelo inicialmente constituído.

(C) A ausência física do réu em audiência de oitiva de testemunhas para a apuração de delito doloso contra a vida, ainda que haja comparecimento do defensor, é causa de nulidade processual absoluta, não dependendo, assim, de comprovação de prejuízo.

(D) De acordo com entendimento pacificado no STJ, o Diário da Justiça, embora seja utilizado como veículo de comunicação dos atos processuais, não constitui repositório oficial de jurisprudência para fins de demonstração analítica no recurso especial.

(E) De acordo com a jurisprudência do STJ, deve ser interpretada de forma restritiva a norma constitucional segundo a qual o preso deve ser informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

RESPOSTA (A) Legalidade do mandado de busca e apreensão em apreço. *Vide* HC 124.253/SP, STJ. (B) *Vide* HC 47.612/BA e REsp 1.028.101/MG. (C) Trata-se de nulidade de ordem relativa, incidindo o princípio do prejuízo. (D) O Diário de Justiça, apesar de ser veículo utilizado para a comunicação de atos processuais, não é repositório oficial de jurisprudência. *Vide* AgRg no EResp 125.688/SP, STJ. (E) Os tribunais aplicam interpretação extensiva a tal dispositivo constitucional. *Vide* HC 167.520/SP, STJ. *Alternativa D.*

7912. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** No que tange ao procedimento da ação penal, à prisão preventiva e à *mutatio libelli*, bem como à *emendatio libelli*, assinale a opção correta.

(A) Na *mutatio libelli*, o próprio juiz pode alterar a acusação, não ficando adstrito aos termos do aditamento.

(B) É dispensável a citação pessoal de réu preso, seja por mandado ou precatória, sendo suficiente a citação por edital, desde que o acusado não esteja preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.

(C) Independentemente da quantidade da pena máxima cominada, se o acusado for reincidente, a prisão preventiva tem cabimento nos crimes dolosos.

(D) Segundo o entendimento doutrinário dominante, a justa causa tanto pode referir-se a questões tipicamente processuais, como ausência de lastro probatório mínimo para a denúncia, quanto a questões pertinentes ao próprio mérito da ação penal, como a atipicidade manifesta.

(E) A *emendatio libelli* é providência que pode ser adotada em qualquer grau de jurisdição e não se submete a limitação alguma em segundo grau, mesmo na hipótese de ausência de recurso do MP.

RESPOSTA (A) Deverá o MP aditar a denúncia, nos termos do art. 384 e § 1º, CPP. (B) Art. 360, CPP. (C) Só terá cabimento se presentes os requisitos do art. 312, CPP. (D) Ex.: manifesta atipicidade da conduta, presença de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios mínimos de autoria e materialidade delitivas. (E) Trata-se de providência que apenas pode ser aplicada pelo juiz, nos termos do art. 383, CPP. *Alternativa D.*

7913. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Considerando o entendimento do STF, assinale a opção correta acerca do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri.

(A) Da decisão do conselho de sentença, ainda que manifestamente divorciada do contexto probatório dos autos, não cabe apelação, a fim de que o réu seja submetido a novo julgamento pelo tribunal do júri, sob pena de violação do princípio constitucional da soberania dos veredictos.

(B) Considere que da sentença de pronúncia de João, acusado de crime de homicídio doloso, constem os seguintes trechos: "Ao exame dos autos, tornam-se incontroversas a autoria e a materialidade com referência ao réu João"; e "O acusado matou uma pessoa a sangue frio". Nesse caso, o juízo de reprovabilidade da conduta, expresso na decisão de pronúncia, é incapaz de influenciar os jurados, já que eles não poderão ter acesso aos autos durante a sessão de julgamento.

(C) Durante os debates, é permitido ao promotor de justiça fazer referências à decisão de pronúncia e às posteriores que julgaram admissível a acusação.

(D) A pronúncia faz-se mediante sentença em sentido estrito, cabendo ao magistrado fundamentar a submissão do acusado ao tribunal do júri.

(E) Apenas a qualificadora manifestamente improcedente ou incabível deve ser excluída da pronúncia.

RESPOSTA (A) *Vide* art. 593, III, *d* c/c § 3º, CPP. (B) Pelo contrário, há excesso de linguagem, o que certamente influenciará o Júri. O magistrado deve se ater ao disposto no art. 413, § 1º, CPP. (C) Art. 478 e incisos, CPP. (D) Trata-se de decisão interlocutória mista. (E) *Vide* HC 94.280/RJ, STF. *Alternativa E*.

7914. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** No que se refere a competência, prova, ação policial controlada e suspensão condicional do processo, julgue os itens seguintes. Em relação à suspensão condicional do processo, o Supremo Tribunal Federal entende ser impossível, como condição à suspensão do processo, a cominação da prestação de serviço à comunidade, uma vez que a cominação se traduziria em pena, e a suspensão condicional do processo não significa condenação.

RESPOSTA De acordo com o entendimento sedimentado do STF, é possível a cominação da prestação de serviços à

comunidade como condição para a suspensão condicional do processo. *Vide* art. 89, § 2º, Lei n. 9.099/95. Ver, ainda, HC 106.115/RS, STF. *Errada.*

7915. De acordo com a jurisprudência do STJ, o instituto da suspensão condicional do processo corresponde a um poder-dever do MP, não sendo, pois, direito público subjetivo do acusado.

RESPOSTA De acordo com a jurisprudência sedimentada dos Tribunais Superiores, a suspensão condicional do processo não possui a natureza jurídica de direito subjetivo do acusado, mas sim de poder-dever inerente ao MP. *Vide* HC 84.935 ED/GO, STF e APn 634/RJ, STJ. *Correto.*

7916. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Acerca dos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

(A) A inexistência de órgão uniformizador no âmbito dos juizados estaduais não faz prevalecer, ainda que em caráter excepcional, a jurisprudência do STJ na interpretação da legislação infraconstitucional.

(B) Constatado o descumprimento de condição imposta durante o período de prova do *sursis* processual, pode haver a revogação do benefício, desde que a decisão venha a ser proferida antes do término do período de prova.

(C) É admissível a impetração de mandado de segurança para que o tribunal de justiça exerça o controle da competência dos juizados especiais estaduais, vedada a análise do mérito do processo subjacente.

(D) Não há, na Lei n. 9.099/1995, previsão para que a autoridade judicial imponha a prestação de serviço comunitário como condição para a suspensão condicional do processo.

(E) A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido da aplicabilidade da Lei n. 9.099/1995 aos crimes praticados com violência doméstica ou familiar.

RESPOSTA O STJ, em sua essência, é o órgão incumbido de interpretar a legislação infraconstitucional. (B) Entende-se que pode haver a revogação mesmo após o período de prova. *Vide* HC 103.706, STF e HC 174.527, STJ. (C) A jurisprudência do STJ entende ser cabível impetração de MS junto ao TJ para o exercício do controle de competência, mas não para a análise do mérito. *Vide* RMS 17.524/BA e RMS 33.640/MS, STJ. (D) *Vide* art. 89, § 2º, Lei n. 9.099/95. (E) *Vide* art. 41, Lei n. 11.340/2006 e HC 208.042/DF, STJ. *Alternativa C*.

7917. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** A respeito dos diversos institutos de direito processual penal, assinale a opção correta.

(A) O princípio constitucional da inviolabilidade das comunicações é absoluto, razão pela qual viola o sigilo de correspondência a mera menção, no julgamento em plenário do júri, ao conteúdo de cartas legalmente interceptadas, ainda que relacionadas ao fato criminoso.

(B) Os prazos previstos na lei processual penal devem ser somados de forma aritmética a fim de ser reconhecida a coação ilegal à liberdade de locomoção em razão de eventual excesso.

(C) O julgamento da lide cabe ao juiz, titular ou substituto, que concluir a audiência, salvo se convocado, licenciado, afastado por qualquer motivo, promovido ou aposentado, casos em que deverá passar os autos ao seu sucessor.

(D) A mera correção, de ofício, de erro material na sentença condenatória, em prejuízo do condenado, quando feito em recurso exclusivo da defesa, não constitui *reformatio in pejus*.

(E) É necessário que o réu que se livra solto seja pessoalmente intimado da sentença condenatória, não bastando que o seja o seu defensor constituído.

RESPOSTA (A) Sendo a interceptação legal e relacionada ao fato criminoso, não há qualquer ilegalidade na sua menção durante os debates. (B) A contagem dos prazos admite a incidência do princípio da razoabilidade. *Vide* HC 91.851/SP, STJ. (C)

Vide art. 399, § 2º, CPP c/c art. 132, CPC. (D) De acordo com o entendimento, há *reformatio in pejus*. *Vide* HC 88.213/SP e HC 83.545, ambos do STF. (E) Art. 392, II, CPP. *Alternativa C*.

7918. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** No que concerne aos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

(A) É incabível a aplicação dos institutos despenalizadores previstos na Lei n. 9.099/1995 caso o magistrado singular, ao proferir a sentença de mérito, desclassifique a conduta atribuída ao acusado na exordial acusatória para outro crime para o qual haja previsão abstrata de pena com a oferta de tais opções.

(B) É admissível reclamação para dirimir divergência entre acórdão prolatado por turmas recursais dos juizados especiais criminais estaduais e a jurisprudência do STJ, sendo necessária a demonstração do dissenso pretoriano.

(C) Compete ao STJ decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.

(D) É incabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.

(E) É cabível recurso especial e extraordinário contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos juizados especiais.

RESPOSTA (A) *Vide* art. 383, § 1º c/c art. 89, Lei n. 9.099/95. (B) *Vide* Rcl 8.462/DF, STJ. (C) Competência do TRF, *vide* Súmula 428, STJ. (D) *Vide* Súmula 337, STJ. (E) *Vide* Súmula 640, STF. *Alternativa B*.

7919. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** Consoante a jurisprudência do STJ, compete, em regra, à justiça estadual processar e julgar os casos que envolvam crimes previstos nas Leis n. 8.137/1990 e n. 8.176/1991, quando relacionados à adulteração de combustível.

RESPOSTA A jurisprudência do STJ é sedimentada no sentido de que compete à justiça estadual processar e julgar tais casos, quando relativos à adulteração de combustíveis, eis que não haveria ofensa à União. *Vide* CC 95.591/MG, STJ e AgRg no CC 90.035/SP, STJ. Súmula 498, STF. *Correto.*

7920. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** De acordo com o entendimento do STJ, é desnecessária a realização de perícia para a caracterização do delito consistente na venda de mercadoria em condições impróprias ao consumo.

RESPOSTA De acordo com a farta jurisprudência do STJ, imprescindível o exame pericial para atestar a nocividade da mercadoria. Ademais, deixando o delito vestígios, imprescindível o exame pericial pertinente. *Vide* AgRg no REsp 1.181.141/RS, STJ. *Errado.*

7921. **(Advogado – AGU – 2012 – CESPE)** De acordo com a Lei n. 9.034/1995, a ação controlada consiste em retardar, mediante prévia ordem judicial, a interdição policial de ação supostamente praticada por organizações criminosas, mantendo-se a ação sob observação e acompanhamento, para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz para a formação de provas e o fornecimento de informações.

RESPOSTA Não é necessária, nos termos do art. 2º, Lei n. 9.034/95, prévia ordem judicial para a realização da ação controlada. *Errado.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, a respeito da *notitia criminis* e dos procedimentos relativos aos crimes de lavagem de dinheiro (Certo ou Errado).

7922. Se o acusado pelo delito de lavagem de dinheiro for citado por edital e não comparecer à audiência nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva do réu.

RESPOSTA Não se aplica ao procedimento do crime de lavagem de dinheiro o art. 366, CPP. *Vide* art. 2º, § 2º, Lei n. 9.613/98. O processo prossegue com a nomeação de defensor. *Errado.*

7923. A jurisprudência do STJ admite a possibilidade de instauração de procedimento investigativo com base em denúncia anônima, desde que acompanhada de outros elementos.

RESPOSTA Trata-se de entendimento sedimentado no âmbito do STJ. *Vide* HC 204.778/SP e HC 224.898/SE. *Correto.*

7924. A apuração do crime de lavagem de dinheiro é autônoma e independe do processamento da ação penal e da condenação em crime antecedente.

RESPOSTA *Vide* § 2º, II, do art. 2º, Lei n. 9.613/98, com redação dada pela Lei n. 12.683/2012. *Correto.*

7925. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência aos ritos e procedimentos processuais.

(A) No procedimento especial relacionado aos crimes dolosos contra a vida, a lei processual penal afasta, de forma expressa, a incidência do princípio da identidade física do juiz, porque o julgamento de mérito da causa será efetivado pelo conselho de sentença.
(B) De acordo com o disposto no CPP, é necessário o oferecimento de resposta à acusação, em todos os procedimentos, após o recebimento da denúncia ou queixa; se não for apresentada a resposta ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará um para o oferecimento da resposta, sob pena de nulidade do feito, podendo o defensor apresentar a resposta por escrito ou oralmente, até a audiência de instrução.
(C) A unificação de todos os ritos de primeiro grau possibilitou a rejeição liminar da denúncia ou queixa, o oferecimento de resposta à acusação, bem como a possibilidade, após a apresentação desta, da imediata absolvição sumária do réu, restando manifestos os requisitos.
(D) No procedimento de competência originária do STF e do STJ, é assegurado ao réu o direito de apresentar resposta à acusação, no prazo de quinze dias, após o recebimento da peça acusatória, sendo-lhe garantido, também, o direito de ser interrogado ao final da instrução.
(E) No procedimento para os processos de competência originária do STJ e do STF, preconiza a norma de regência, de forma expressa, a possibilidade de o MP ou o querelante manifestar-se após apresentação da resposta, caso sejam apresentados novos documentos.

RESPOSTA (A) Art. 399, CPP. (B) Art. 396-A, CPP. (C) Art. 396, CPP. (D) Art. 406, CPP. (E) Art. 409, CPP. *Alternativa E.*

7926. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** No que concerne ao processo comum, assinale a opção correta.

(A) A falta de justa causa para o exercício da ação penal, considerada por muitos doutrinadores como a quarta condição da ação, não é hábil a ensejar a rejeição da denúncia por parte do juiz. Isso porque, sendo o MP o titular da ação penal pública, não é dado ao magistrado analisar a viabilidade da denúncia sob o aspecto da justa causa, nesse momento processual.
(B) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, após o oferecimento da denúncia, o juiz a

recebe e ordena a citação do acusado para ser interrogado, no prazo máximo de dez dias, em se tratando de réu preso.

(C) A absolvição sumária é instituto exclusivo do procedimento do júri, cabendo nas hipóteses de existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato ou da culpabilidade ou punibilidade do agente.

(D) Finda a instrução, as partes têm o prazo de 24 horas para requererem diligências que reputem imprescindíveis ao deslinde da causa.

(E) Vigora no processo penal o princípio da identidade física do juiz, segundo o qual o juiz que presidiu a instrução deve proferir a sentença.

RESPOSTA (A) Art. 395, III, CPP. (B) Art. 396, CPP. (C) Art. 415, CPP. (D) Art. 402, CPP. (E) Art. 399, § 2º, CPP. *Alternativa E.*

7927. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Acerca do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, assinale a opção correta.

(A) Após o trânsito em julgado da sentença de pronúncia, é dada vista dos autos ao órgão do MP, pelo prazo de cinco dias, para oferecimento do libelo crime acusatório.

(B) A intimação da sentença de pronúncia, em caso de crime inafiançável, é necessariamente pessoal, não prosseguindo o processo até que o réu seja intimado da sentença de pronúncia, caso em que ocorre a chamada crise de instância.

(C) Ainda que preclusa a decisão de pronúncia, havendo circunstância superveniente que altere a classificação do crime, o juiz deve ordenar a remessa dos autos ao MP.

(D) O desaforamento ocorre necessariamente para a comarca mais próxima, onde inexistem os motivos ensejadores do pedido.

(E) O julgamento é adiado pelo não comparecimento de acusado solto, ainda que regularmente intimado e sem que tenha dado justificativa.

RESPOSTA (A) Art. 600, §§ 1º e 2º, CPP. (B) Art. 420, parágrafo único, CPP. (C) Art. 421, § 1º, CPP. (D) Art. 427, CPP. (E) Art. 457, CPP. *Alternativa C.*

7928. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** Com base nas recentes alterações legislativas levadas a efeito no rito do tribunal do júri, julgue os itens subsequentes.

I. Deve o juiz, ao citar o denunciado, determinar que este apresente resposta escrita à acusação. Se o réu, citado, não apresentá-la, deverá o magistrado nomear defensor para que o faça, concedendo-lhe vista dos autos.

II. Atualmente, a audiência deve ser una, como regra, sendo o interrogatório o último ato da instrução.

III. Da decisão de pronúncia será cabível o recurso em sentido estrito, já para a impronúncia e para a absolvição sumária recorre-se mediante apelação.

IV. Com a nova sistemática do rito do júri, após preclusa a decisão de pronúncia, não é mais necessária a apresentação da acusação de forma articulada (libelo).

V. Atualmente, os apartes já fazem parte da legislação codificada, cabendo ao juiz presidente regulamentá-los durante os debates.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.

(B) 2.

(C) 3.

(D) 4.
(E) 5.

RESPOSTA (I) Art. 396-A, § 2º, CPP. (II) Art. 185, § 4º, CPP. (III) Art. 581, IV c/c art. 593, I, CPP. (IV) Art. 421, CPP. (V) Art. 597, XII, CPP. *Alternativa E.*

7929. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do procedimento nos feitos de competência do tribunal do júri.

(A) Diversamente do que ocorre no procedimento comum, no rito do júri o juiz recebe a denúncia após a apresentação da resposta escrita do acusado.
(B) Apresentada a defesa, o juiz deve designar audiência de instrução e julgamento para data próxima. Nessa data, a oitiva do MP sobre preliminares e documentos constituiria inversão tumultuária, pois essa apreciação será feita por ocasião das alegações finais e da pronúncia.
(C) Os peritos podem ser ouvidos em audiência de instrução e julgamento para esclarecimento sobre laudos, mas isso depende de prévio requerimento e de deferimento pelo juiz.
(D) Não há previsão legal de concessão de tempo para manifestação oral, ao assistente de acusação, nas alegações finais da primeira fase do júri.
(E) Tendo o réu respondido solto ao processo, não pode o juiz, na pronúncia, decretar sua segregação cautelar.

RESPOSTA (A) Art. 406, CPP. (B) Art. 409, CPP. (C) Art. 411, CPP. (D) Art. 411, § 4º, CPP. (E) Art. 413, § 3º, CPP. *Alternativa C.*

7930. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Com relação à primeira fase do procedimento do tribunal do júri, assinale a opção correta.

(A) O juiz absolverá o acusado quando não existir prova de ter este concorrido para a infração penal.
(B) O juiz pronunciará o acusado quando houver indícios suficientes de materialidade e autoria do fato.
(C) O juiz impronunciará o acusado quando restar provado não ser ele autor do fato e não for possível indicar o verdadeiro autor.
(D) As sentenças de pronúncia e impronúncia são impugnáveis por recurso em sentido estrito.
(E) O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, embora, com isso, o acusado fique sujeito a pena mais grave.

RESPOSTA (A) Art. 415, CPP. (B) Art. 413, CPP. (C) Art. 414, CPP. (D) Art. 581, IV, CPP. (E) Art. 383, CPP. *Alternativa E.*

7931. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Acerca dos procedimentos do CPP e em consonância com o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, assinale a opção correta.

(A) Considere a seguinte situação hipotética. Paulo, maior de dezoito anos de idade, foi abandonado pelos pais logo após o nascimento e, desde então, vive sob a guarda informal de Joana, sua tia. Em 3/1/2009, Paulo subtraiu de Joana joias de relativo valor. Levada a notícia à autoridade policial, esta, sem ouvir Joana, instaurou inquérito policial e, concluído o feito, procedeu a sua remessa ao Poder Judiciário. Nessa situação, sendo Paulo primário e de bons antecedentes, o MP deverá oferecer a denúncia e propor, de pronto, a suspensão condicional do processo, aplicando os dispositivos da Lei n. 9.099/1995.
(B) Considere a seguinte situação hipotética. O órgão do MP ofereceu denúncia contra Antônio pela prática de homicídio qualificado por motivo fútil, descrevendo o crime com todas as suas

circunstâncias. No pedido de pronúncia, entretanto, o promotor de justiça mencionou apenas o homicídio simples, deixando, por mero erro material, de mencionar a qualificadora. Nessa situação, o juiz poderá, sem que haja necessidade de nova manifestação do promotor, pronunciar o réu pelo homicídio qualificado.

(C) Tratando-se de ação penal iniciada mediante denúncia do órgão do MP por crime apenado com reclusão, as alegações finais serão peças imprescindíveis para a acusação, em face do princípio da obrigatoriedade da ação penal.

(D) Mesmo com a vigência do novo Código Civil, somente pode ser jurado e integrar o conselho de sentença o maior de 21 anos de idade, desde que pessoa idônea, de nacionalidade brasileira e em pleno gozo dos direitos políticos.

(E) Segundo orientação do STF, nos procedimentos de responsabilidade dos funcionários públicos, a falta de oportunidade de defesa preliminar antes do recebimento da denúncia formal causa nulidade absoluta.

RESPOSTA (A) Art. 182, CP. (B) O que delimita o campo de atuação dos sujeitos do processo é a denúncia. (C) A jurisprudência entende por obrigatórias as alegações da defesa (HC 10.186, STJ). (D) Art. 434, CPP (revogado). (E) Desde 2009, a jurisprudência do STF é exatamente nesse sentido (HC 96.058, STF). *Alternativa B.*

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Julgue o item referente a direito processual penal (Certo ou Errado).

7932. Os prazos, no processo penal, são sempre contínuos e peremptórios e, como regra geral, não podem ser prorrogados nem interrompidos; há, entretanto, situações em que é admitida a suspensão temporária dos prazos processuais, tais como nas de comprovação de doença mental do acusado, presença de questão prejudicial e impedimento do juiz, casos em que se suspende o curso normal do procedimento, sem que a instância se desfaça, ensejando-se a chamada crise de instância.

RESPOSTA A nomenclatura "crise de instância" deve ser corretamente aplicada a todas as hipóteses de suspensão do processo, já que o procedimento não pode prosseguir enquanto não solucionada a questão que ensejou a suspensão, como nos casos citados na questão. *Certa.*

7933. **(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE)** A respeito das provas e das normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, julgue o item abaixo. O firme e coeso depoimento da vítima é suficiente para comprovar o emprego de arma de fogo pelo réu no delito de roubo.

RESPOSTA O STJ, no julgamento do EREsp 961.863/RS, pela 3ª Turma, sedimentou o seu entendimento nesse sentido. Ver, ainda, HC 221.419/RJ e REsp 1.111.783/RS, STJ. *Correto.*

7934. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** No tocante aos sistemas de apreciação das provas, é correto afirmar que ainda existe no ordenamento jurídico brasileiro procedimento em que o julgador decide pelo sistema da íntima convicção, não se impondo o dever constitucional de motivar a decisão proferida.

RESPOSTA De acordo com o art. 155, CPP. *Certa.*

7935. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Com relação à prova, assinale a opção correta.

(A) O direito processual regula os meios de prova, que são os instrumentos que trazem os elementos de convicção aos autos. A finalidade da prova é o convencimento do juiz, que é seu destinatário.

(B) A materialidade da prova pode ser direta ou indireta, sendo a primeira colhida na flagrância da conduta delituosa, enquanto a última deriva do testemunho e da perícia.

(C) Na instrução processual, todos os fatos relevantes devem ser submetidos à atividade probatória.

(D) O direito também é objeto de prova, pois os juízes estaduais não são obrigados a conhecer o direito federal em caráter absoluto.

(E) A prova do direito estrangeiro só pode ser aceita quando submetida à apreciação do Tribunal Penal Internacional.

RESPOSTA (A) Art. 155, CPP. (B) A assertiva fala sobre a prova testemunhal, que pode ser direta ou indireta. (C) e (D) A doutrina aponta que fatos notórios, evidentes e incontroversos, além do direito, das presunções e das máximas da experiência, não precisam ser provados. (E) Não está entre as atribuições do TPI. *Alternativa A.*

VI. Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória

(Procurador – Boa Vista-RR – 2010 – CESPE) Acerca da prisão, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

7936. A prisão preventiva somente poderá ser decretada, mediante ordem judicial devidamente fundamentada, no curso de ação penal regularmente instaurada perante o juízo competente.

RESPOSTA “A determinação da expedição de mandado de prisão, sem fundamentação nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, antes do trânsito em julgado da condenação, caracteriza constrangimento ilegal” (STJ, HC 126.520/SP, Rel. Laurita Vaz). *Errada*.

7937. A liberdade provisória deverá ser concedida sempre que o juiz verificar a ausência de quaisquer das hipóteses previstas em lei para a decretação da prisão preventiva.

RESPOSTA De acordo com o art. 321, CPP. *Certa*.

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Com relação a prisões processuais, julgue os itens subsequentes, considerando a legislação e a jurisprudência do STF relativas a esse tema (Certo ou Errado).

7938. Considere a seguinte situação hipotética. Júlio foi preso em flagrante pela prática de crime de tortura. Formulado o pedido de liberdade provisória, o magistrado alegou que analisaria o pleito após o interrogatório, o que não foi feito. Em posterior sentença, Júlio foi condenado, tendo o magistrado negado a ele o direito de recorrer em liberdade, asseverando apenas que perduravam os motivos que ensejaram a sua prisão. Nessa situação, a fundamentação adotada pelo juiz foi idônea e suficiente, pois prevalece o entendimento de que o réu que ficou preso durante o processo permanecerá preso em caso de sentença condenatória.

RESPOSTA Trata-se de entendimento ultrapassado e contrário ao princípio da presunção de inocência. Só caberia prisão preventiva na hipótese do art. 312, CPP, desde que o caso concreto indique concretamente seus requisitos. *Errada.*

7939. Configura *reformatio in pejus*, que invalida a ordem de prisão, a decisão de tribunal de justiça que, ao negar provimento à apelação da defesa, determina a expedição de mandado de prisão contra recorrente que adquiriu, na sentença condenatória, o direito de recorrer em liberdade até o trânsito em julgado da decisão.

RESPOSTA De acordo com o precedente (HC 90.077/PR, 1ª T., Rel. Min. Carmen Lúcia). *Certa.*

7940. A prisão temporária deve ser decretada pelo juiz, após representação da autoridade

policial ou de requerimento do MP, não sendo permitida a sua decretação de ofício. Em caso de representação da autoridade policial, o juiz, antes de decidir, deve ouvir o MP e, em qualquer caso, deve decidir fundamentadamente sobre o decreto de prisão temporária dentro do prazo de 24 horas, contadas a partir do recebimento da representação ou do requerimento.

RESPOSTA De acordo com o art. 2º, §§ 1º e 2º, Lei n. 7.960/89. *Certa.*

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Com base no CPP, julgue o item a seguir, relativo a provas (Certo ou Errado).

7941. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto. Não sendo possível sua realização em decorrência de os vestígios terem desaparecido, a prova testemunhal ou a confissão poderão suprir-lhe a falta.

RESPOSTA De acordo com o art. 158, CPP (a prova testemunhal ou a confissão NÃO poderão suprir-lhe a falta). *Errada.*

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, referentes a prisões, liberdade provisória e procedimentos processuais penais (Certo ou Errado).

7942. Caberá prisão preventiva na persecução penal para a apuração de crimes dolosos e culposos sujeitos à punição com pena de reclusão ou detenção.

RESPOSTA Caberá prisão preventiva somente para a apuração de crimes dolosos, em observância ao que dispõe o art. 313, I, CPP. *Errada.*

7943. Caberá liberdade provisória sem fiança e sem vinculação ao réu que praticar infrações cuja pena de multa seja a única cominada e cujo máximo de pena privativa de liberdade – isolada, cumulada ou alternada – não ultrapasse três meses.

RESPOSTA De acordo com o art. 283, § 1º, CPP. *Certa.*

7944. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** Qualquer pessoa sob a jurisdição brasileira está sujeita à constrição cautelar da liberdade, desde que mediante decisão judicial fundamentada em dados concretos existentes nos autos do processo e demonstração da necessidade imperiosa da medida extrema (*fumus commissi delicti* e *periculum libertatis*), incluindo-se, entre os sujeitos passíveis da custódia cautelar, nas infrações comuns, o presidente da República.

RESPOSTA De acordo com o art. 86, § 3º, CRFB/88, nas infrações comuns, o Presidente da República não poderá ser preso enquanto não sobrevier sentença condenatória. *Errada.*

7945. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** Não se concede liberdade provisória mediante fiança quando, em concurso material de crimes, a soma das penas mínimas cominadas for superior a dois anos de reclusão.

RESPOSTA De acordo com o teor da Súmula 81, STJ. *Certa.*

7946. **(Procurador – BACEN – 2009 – CESPE)** Acerca da prisão preventiva, assinale a opção correta.

(A) É decretada para garantir a ordem pública, a ordem econômica, por necessidade da instrução criminal e para a segurança da aplicação da pena.

(B) Para que seja decretada, é necessário que haja indícios do fato e suspeita fundada acerca da autoria.

(C) Para o juiz fundamentar sua decisão, basta a remissão genérica às hipóteses legais.
(D) A falta de fundamentação da decisão que a decreta poderá ser suprida sem representação da autoridade ou requerimento do MP.
(E) É decretada imediatamente, sempre que for possível a condução coercitiva do acusado para submeter-se ao reconhecimento das vítimas e testemunhas.

RESPOSTA (A), (B), (C) e (E) Art. 312, CPP. (D) Art. 215, CPP. *Alternativa A.*

7947. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** No que se refere às prisões e à liberdade provisória, assinale a opção correta.

(A) A prisão preventiva, dada a sua condição de restrição de direitos individuais, tem por exigência legal expressa, além da ordem escrita e fundamentada do juiz, a observância da necessidade e adequação da custódia, podendo ser substituída, de ofício, por medida cautelar menos gravosa, bem como ser restabelecida, tanto na fase de investigação quanto na etapa processual.
(B) A concessão de liberdade provisória está condicionada à imposição de medidas cautelares diversas da prisão, vedada a cumulação com fiança.
(C) Consoante o que dispõe o CPP, não deve ser imposta prisão ou qualquer outra medida cautelar quando não for sancionada pena privativa de liberdade à infração penal investigada ou objeto de processo, cumulativa ou isoladamente, bem como aos delitos em que se admita a transação ou suspensão condicional do processo e aos crimes culposos.
(D) De acordo com o estabelecido expressamente no CPP, não cabe a imposição de prisão em flagrante nem a decretação de prisão preventiva à prática de infrações penais dolosas ou culposas punidas com pena privativa de liberdade inferior a quatro anos.
(E) De acordo com a atual norma processual penal, é vedada a decretação da prisão preventiva de forma independente de anterior imposição de medida cautelar.

RESPOSTA (A) e (E) Art. 282, CPP. (B) Art. 310, CPP. (C) e (D) Art. 313, CPP. *Alternativa A.*

7948. **(Oficial – CBM-DF – 2011 – CESPE)** É imprescindível à decretação da prisão preventiva a sua adequada fundamentação, com a indicação precisa, lastreada em fatos concretos, da existência dos motivos ensejadores da constrição cautelar, sendo, em regra, inaceitável que a só gravidade do crime imputado à pessoa seja suficiente para justificar a sua segregação provisória.

RESPOSTA De acordo com os arts. 311 e 313, CPP. *Certa.*

7949. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca de prisões, medidas cautelares e liberdade provisória.

(A) As novas regras das prisões cautelares incidirão apenas sobre os fatos ocorridos após a entrada em vigor dessas normas, vedada sua aplicação a casos pretéritos, em face do princípio constitucional da irretroatividade da lei mais grave, perdendo força coercitiva as medidas adotadas com lastro na norma revogada. O atual diploma legislativo estabelece novas hipóteses de *periculum libertatis*.
(B) Tratando-se da aplicação das medidas cautelares no curso do processo, assegura-se, de forma expressa, no atual disciplinamento normativo detração penal, qualquer que seja a natureza da medida.
(C) O cumprimento do mandado de prisão pode ser efetivado por qualquer agente policial, independentemente de registro no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que expediu a ordem, devendo a prisão ser imediatamente comunicada ao juiz do

local de cumprimento da medida e à defensoria pública, caso o autuado não informe o nome de seu advogado.

(D) Entre os critérios de aplicação das medidas cautelares pessoais no atual disciplinamento legislativo, destaca-se o da proporcionalidade, que se traduz pela necessidade e adequação dessas medidas, vedada, em qualquer hipótese, a prisão preventiva de ofício e nos crimes culposos.

(E) Em atendimento ao reclamo da doutrina, a nova legislação que versa sobre a fiança permite sua concessão em todas as infrações penais, salvo nos casos em que haja vedação constitucional expressa, podendo a caução ser cumulada com outras medidas cautelares, caso não estejam presentes os requisitos da prisão preventiva; nessa legislação, os efeitos da quebra são equiparados aos da perda de fiança.

RESPOSTA (A) Trata-se de regras benéficas, visto que incidem sobre a liberdade do autor do crime, de forma que deverão seguir as regras da lei penal material, retroagindo. (B) Não existe previsão no CPP. (C) Art. 289-A, CPP. (D) Art. 313, CPP. (E) Arts. 323 e 324, CPP. *Alternativa C*.

7950. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Com relação ao benefício da liberdade provisória e seus fundamentos, assinale a opção correta.

(A) Não será concedida liberdade provisória mediante fiança ao suspeito da prática de crime punido com pena privativa de liberdade, se ele já tiver sido condenado, em sentença transitada em julgado, por outro crime doloso ou culposo.

(B) O direito de livrar-se solto, assim como a liberdade provisória sem fiança, vincula o agente ao processo e o obriga a cumprir as condições estipuladas pelo juiz, a exemplo do comparecimento em todos os atos processuais.

(C) A afiançabilidade de infração penal, depois de prolatada a sentença condenatória, verifica-se em função da pena aplicada *in concreto*.

(D) A fiança será cassada caso o representante do MP, no oferecimento da denúncia, tipifique como crime inafiançável conduta provisoriamente considerada afiançável, na fase de inquérito policial inaugurado por força de auto de prisão em flagrante.

(E) Conforme a situação econômica do réu, o juiz, ao fixar o valor da fiança, poderá reduzi-lo até o máximo de dois terços e aumentá-lo até a metade do valor fixado em lei.

RESPOSTA (A) Ausência de previsão (arts. 323 e 324, CPP). (B) O relaxamento de prisão não vincula o preso ao processo, e a liberdade provisória poderá ou não vinculá-lo. (C) Refere-se à prescrição (art. 110 e parágrafos, CP). (D) *Vide* art. 339, CPP. (E) Art. 325, § 1º, CPP. *Alternativa D*.

7951. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca de custódia cautelar e suas modalidades.

(A) A falta de inquérito policial impede a decretação de prisão preventiva, mesmo que embasada em peças de informação oferecidas pelo MP suficientes para demonstrar a existência do crime e de indícios de autoria.

(B) O agente que mantém em depósito substância entorpecente destinada ao tráfico só pode ser preso em flagrante se for encontrado no local em que a droga estiver armazenada.

(C) O flagrante esperado, também conhecido como delito putativo por obra do agente provocador, é aquele em que a vítima ou terceiro provoca ou induz o sujeito à prática do fato delituoso, de modo a tornar impossível a sua consumação.

(D) Ainda que o autor da infração penal demonstre ter bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito no distrito da culpa, poderá ser decretada a sua prisão preventiva se estiver presente um dos

requisitos autorizadores da custódia cautelar e restar comprovada a sua real necessidade.

(E) Em se tratando de homicídio culposo, a prisão temporária é cabível se houver, com base em qualquer meio de prova admitida na legislação penal, fundadas razões de autoria ou participação do indiciado.

RESPOSTA (A) O inquérito é dispensável, havendo peças de informação suficientes para a propositura da ação penal. *Vide* arts. 311 e 312, CPP. (B) Não é necessário que a pessoa esteja próximo à droga porque se trata de um verbo que induz um estado de permanência. (C) Trata-se do flagrante provocado. *Vide* Súmula 145, STF. (D) *Vide* HC 106.816/PE, STF. (E) Art. 1º, III e alíneas, Lei n. 7.960/89. *Alternativa D*.

7952. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Determinada autoridade policial instaurou inquérito para investigar Júlio pela prática de constrangimento ilegal, crime que ele nega ter praticado. Júlio afirma querer demonstrar cabalmente sua inocência. Uma das testemunhas alega ter sido por ele ameaçada. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Na hipótese de Júlio ser denunciado pelo membro do MP, o procedimento a ser seguido será o do rito sumário.

(B) Sendo afiançável o crime de constrangimento ilegal, será possível, caso Júlio seja preso, o arbitramento pela autoridade policial de fiança em valores entre um e cem salários mínimos.

(C) Ainda que estivessem presentes os requisitos legais de necessidade e adequação, não seria admitida, nesse caso, a decretação de medida cautelar, por falta de requisito objetivo de admissibilidade.

(D) Por solicitação do delegado, o juiz poderá determinar a interceptação telefônica do telefone celular de Júlio, desde que haja indícios razoáveis da autoria, e a prova não possa ser feita por outros meios.

(E) Em face de requerimento do delegado, havendo fundada suspeita contra Júlio, o juiz poderá determinar a sua prisão temporária, caso seja essa medida imprescindível para as investigações do inquérito policial.

RESPOSTA (A) Rito sumaríssimo. JECRIM. *Vide* art. 61, Lei n. 9.099/95. (B) *Vide* art. 146, CP c/c art. 322 e art. 325, I, CPP. (C) *Vide* art. 321, CPP. (D) Impossibilidade. *Vide* art. 2º, III, Lei n. 9.296/96. (E) Ausência de previsão legal na Lei n. 7.960/89. *Alternativa B*.

7953. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Jair, dirigindo de maneira imprudente, causou a colisão de seu veículo com o de Maria, que sofreu lesão corporal grave, consistente na amputação de membro inferior, conforme comprovado por laudo produzido pelo perito que realizou seu exame de corpo de delito. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta no que concerne à ação penal.

(A) Em razão da gravidade das lesões sofridas por Maria, o titular da ação penal, nesse caso, é o MP, que deve oferecer denúncia independentemente de manifestação da ofendida.

(B) Maria ou seu representante legal têm o prazo de até seis meses, contado da data do acidente, para oferecer queixa-crime contra Jair, podendo dela se retratar a qualquer tempo.

(C) A ação penal, nessa situação, só pode ser proposta por Maria, não se admitindo a propositura por representante legal nem por seus sucessores, no caso de sua morte ou ausência.

(D) Maria poderá representar criminalmente contra Jair se o MP deixar de oferecer a denúncia no prazo decadencial, caso em que poderá ingressar na relação processual como assistente de acusação.

(E) Nesse caso, a ação penal é pública condicionada à representação da vítima, tendo Maria o prazo decadencial de seis meses, contado da data em que tomou conhecimento de que o autor da lesão foi

Jair, para contra ele representar.

RESPOSTA Trata-se de crime de lesão corporal culposa, ainda que grave, razão pela qual, nos termos da Lei n. 9.099/95, procede-se à ação penal mediante representação do ofendido. *Alternativa E*.

7954. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** Tratando-se de crimes de menor potencial ofensivo para os quais não haja previsão de pena privativa de liberdade, em hipótese alguma se imporá a prisão em flagrante ao autor da infração.

RESPOSTA De acordo com o art. 69, parágrafo único, Lei n. 9.099/95. *Certa.*

7955. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** As prisões decorrentes de pronúncia e de sentença penal condenatória com recurso pendente de julgamento pela instância superior não estão elencadas entre as hipóteses de prisão cautelar, visto que se sustentam em instrumento jurídico distinto, isto é, em sentença.

RESPOSTA Na atual sistemática processual penal, as prisões decretadas por ocasião da pronúncia e da sentença condenatória não passam de prisões preventivas, fundamentadas no art. 312, CPP. São, portanto, prisões cautelares. *Errada*.

7956. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** No que diz respeito a prisão e a liberdade provisória, assinale a opção correta.

(A) O juiz poderá determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar caso o agente tenha mais de sessenta e cinco anos de idade.
(B) De acordo com o que dispõe o CPP, ocorrendo o quebramento injustificado da fiança, entende-se perdido, na integralidade, o seu valor.
(C) A despeito da relevância da atuação do MP na persecução penal, a concessão de fiança independe de manifestação ministerial.
(D) Nos termos da lei, a prisão temporária do agente que adultera produto destinado a fins terapêuticos será de cinco dias, prorrogável por igual período.
(E) Presentes os requisitos legais, o juiz decretará, de ofício, a prisão preventiva na fase investigativa ou no curso do processo.

RESPOSTA (A) Art. 318, I, CPP. (B) Art. 343, CPP. (C) *Vide* art. 333, CPP. (D) § 4º do art. 2º, Lei n. 8.072/90. (E) Art. 311, CPP. *Alternativa C*.

7957. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta no que concerne à prisão temporária.

(A) Caberá prisão temporária quando houver fundadas razões, com base em qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes de homicídio doloso ou culposo, entre outros.
(B) Está prevista, no procedimento da prisão temporária, a possibilidade de o juiz determinar que o preso lhe seja apresentado e que seja submetido a exame de corpo de delito.
(C) A prisão temporária, para a qual está previsto o prazo improrrogável de cinco dias, será decretada pelo juiz em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do MP.
(D) Os presos sujeitos a esse tipo de prisão não são obrigados a permanecer separados dos demais detentos.
(E) Não se aplica à prisão temporária o entendimento jurisprudencial do STJ segundo o qual a mera gravidade do crime imputado à pessoa não é fundamento suficiente para justificar a sua segregação,

antes de a decisão condenatória transitar em julgado.

RESPOSTA (A) Art. 1º, III, *a*, Lei n. 7.960/89. (B) Art. 2º, § 3º, Lei n. 7.960/89. (C) Art. 2º, *caput*, Lei n. 7.960/89. (D) Art. 3º, Lei n. 7.960/89. (E) Entendimento sedimentado no âmbito dos Tribunais Superiores. *Vide* HC 121.633, STJ. *Alternativa B*.

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) No que se refere a prisão e liberdade provisória, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

7958. A própria autoridade policial poderá conceder fiança, nos casos de infração punida com detenção ou prisão simples.

RESPOSTA De acordo com o art. 322, CPP. *Certa.*

7959. Mesmo sem o consentimento do morador, poder-se-á efetuar a prisão dentro da sua residência em caso de situação de flagrante delito em curso, naquele momento, no interior da residência.

RESPOSTA De acordo com o art. 245, § 3º, CPP. *Certa.*

7960. Os crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes definidos como hediondos, assim como a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático podem ser compreendidos na categoria de delitos inafiançáveis por disposição constitucional expressa.

RESPOSTA De acordo com art. 5º, XLII, XLIII e XLIV, CF. *Certa.*

7961. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Acerca da prisão processual, assinale a opção correta.

(A) No flagrante irreal, o agente é perseguido logo após cometer o ilícito, em situação que faça presumir ser ele o autor da infração.
(B) A prisão em flagrante é compulsória em relação às autoridades policiais e seus agentes, desde que constatada a presença das hipóteses legais, mas possuem eles plena discricionariedade para avaliar o cabimento ou não da medida.
(C) No flagrante preparado, a consequência é a soltura do indiciado, em nada influindo a preparação do flagrante na conduta típica praticada pelo agente.
(D) A prisão preventiva pode ser decretada para garantia de aplicação da lei penal, ou seja, para impedir que o agente, solto, continue a delinquir e, consequentemente, acautelar o meio social.
(E) A prisão preventiva pode ser decretada em prol da garantia da ordem pública, havendo, nesse caso, necessidade de comprovação do iminente risco de fuga do agente.

RESPOSTA (A) Art. 302, III, CPP. (B) Art. 301, CPP. (C) Súmula 147, STF. (D) Art. 313, CPP. (E) Art. 312, CPP. *Alternativa A.*

7962. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Considerando a lei que regulamenta a prisão temporária, assinale a opção correta.

(A) Pode ser decretada a prisão temporária em qualquer fase do IP ou da ação penal.
(B) A prisão temporária pode ser decretada por intermédio de representação da autoridade policial ou do membro do MP, assim como ser decretada de ofício pelo juiz competente.
(C) O prazo da prisão temporária, que em regra é de 5 dias, prorrogáveis por igual período, é fatal e peremptório, de modo que, esgotado, o preso deve ser imediatamente posto em liberdade, não podendo ser a prisão convertida em preventiva.

(D) Quando a prisão temporária for requerida pela autoridade policial, por intermédio de representação, não haverá necessidade de prévia oitiva do MP, devendo o juiz decidir o pedido formulado no prazo máximo de 24 horas.

(E) Não cabe prisão temporária nas contravenções nem em crimes culposos.

RESPOSTA (A) Art. 2º, § 5º, Lei n. 7.960/89. (B) e (C) Art. 2º, *caput*, Lei n. 7.960/89. (D) Art. 2º, § 2º, Lei n. 7.960/89. (E) Art. 1º, Lei n. 7.960/89. *Alternativa E.*

7963. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação a prisões.

(A) De acordo com o CPP, após uma prisão em flagrante, deve a autoridade policial que lavrar o auto providenciar, com o imediatismo possível, a comunicação para a família do preso, ou pessoa por ele indicada, ao juiz competente e à defensoria pública, no caso de não haver advogado já constituído.

(B) O presidente da República não estará sujeito à prisão enquanto não sobrevier sentença condenatória transitada em julgado. Tal proteção poderá alcançar os governadores caso haja previsão nas constituições estaduais.

(C) Para o STF, em entendimento sumulado, há crime no chamado delito de ensaio, sendo, por isso, seu causador suscetível de prisão em flagrante, lavratura de auto de prisão e abertura de IP, com o devido indiciamento.

(D) Caso alguém, após matar sua companheira, apresente-se, voluntariamente, à autoridade policial, comunicando o ocorrido e indicando o local do crime, essa apresentação voluntária tornará inviável a prisão em flagrante assim como a preventiva, mesmo que esse indivíduo dê argumentos de que fugirá do país.

(E) A prisão temporária, espécie de segregação cautelar, visa ao resguardo da investigação pré-processual, podendo ser decretada pelo juiz de ofício ou mediante requerimento do MP ou representação da autoridade policial.

RESPOSTA (A) Art. 306, CPP. (B) Art. 86, § 3º, CF. (C) Súmula 145, STF. (D) Art. 313, I, CPP. (E) Art. 1º, I c/c art. 2º, Lei n. 7.960/89. *Alternativa A.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Com base no CPP, julgue os itens a seguir, acerca das nulidades (Certo ou Errado).

7964. Considere a seguinte situação hipotética. Evandro é acusado de prática de homicídio doloso simples contra a própria esposa. Nessa situação, recebida a denúncia pelo juiz competente, é cabível a decretação da prisão temporária de Evandro, com prazo de 30 dias, prorrogável por igual período, haja vista tratar-se de crime hediondo.

RESPOSTA O prazo em questão é de 5 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, em observância ao disposto no art. 2º, Lei n. 7.960/89. *Errada.*

7965. É pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que é inconstitucional a prisão decorrente de sentença de pronúncia, nos procedimentos do júri popular.

RESPOSTA A decisão de pronúncia é própria dos crimes de competência de tribunal do júri, e é constitucional por ser uma decisão interlocutória, tendo em vista o art. 413, CPP. *Errada.*

7966. Em face de crime de ação penal privada, é cabível a decretação de prisão preventiva.

RESPOSTA De acordo com o art. 313, III, CPP. *Certa.*

7967. Considere a seguinte situação hipotética. Em 28/7/2007, Maria foi presa e autuada em

flagrante delito pela prática de um crime hediondo. Concluído o inquérito policial e remetidos os autos ao Poder Judiciário, foi deferido pelo juízo pedido de liberdade provisória requerido pela defesa da ré. Nessa situação, procedeu em erro a autoridade judiciária, pois os crimes hediondos são insuscetíveis de liberdade provisória.

RESPOSTA Atualmente, os crimes hediondos são suscetíveis de liberdade provisória, tendo em vista o art. 2º, § 3º, Lei n. 8.072/90. *Errada.*

7968. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** A respeito de prisão processual, liberdade provisória e prisão temporária, assinale a opção correta.

(A) Segundo o CPP, a prisão especial consiste exclusivamente no recolhimento em local distinto da prisão comum. Não havendo estabelecimento específico para o preso especial, ele deve ser recolhido em cela distinta em estabelecimento prisional comum.

(B) Não havendo autoridade policial no lugar em que se tiver efetuado a prisão em flagrante, o preso deve ser imediatamente apresentado ao promotor ou ao juiz competente, vedada sua apresentação a autoridade policial de localidade próxima, por falta de atribuição.

(C) Nas hipóteses em que se livre solto, o réu deverá ser posto em liberdade, não havendo necessidade de lavratura do auto de prisão em flagrante, mas somente do boletim de ocorrência policial.

(D) Quando verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato em legítima defesa, o juiz deve conceder ao réu liberdade provisória imediata e desvinculada, independentemente de oitiva do MP.

(E) Com a reforma parcial do CPP, ocorrida em 2008, foi expressamente revogado o dispositivo que possibilitava ao juiz a decretação de prisão preventiva de ofício, em homenagem à adoção irrestrita do sistema acusatório.

RESPOSTA (A) Art. 295, § 1º, CPP. (B) Art. 308, CPP. (C) Art. 309, CPP. (D) Art. 310, parágrafo único, CPP. (E) Art. 311, CPP. *Alternativa A.*

7969. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Considere que Paulo tenha sido denunciado pela prática de latrocínio e se encontre submetido à prisão cautelar. Nessa situação hipotética, caso Paulo tenha sido preso

(A) de ofício pelo juiz após o recebimento da denúncia, ele está submetido à prisão temporária.

(B) por ordem judicial a requerimento da autoridade policial durante as investigações, exclui-se a possibilidade de prisão temporária.

(C) de ofício pelo juiz durante o IP, ele está submetido a prisão preventiva.

(D) em flagrante preparado, a defesa poderá requerer a revogação da prisão ou a concessão de liberdade provisória.

(E) em flagrante presumido, a defesa poderá requerer o relaxamento da prisão ou a concessão de liberdade provisória.

RESPOSTA Art. 311, CPP. *Alternativa C.*

VII. Nulidades

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Com base no CPP, julgue os itens a seguir, acerca das nulidades (Certo ou Errado).

7970. A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

RESPOSTA De acordo com o art. 567, CPP. *Certa*.

7971. Nenhum ato deve ser declarado nulo se, da nulidade, não resultar prejuízo para a acusação ou a defesa.

RESPOSTA De acordo com o art. 563, CPP. *Certa.*

7972. A nulidade por ilegitimidade do representante da parte não pode ser sanada mediante ratificação dos atos processuais, sendo necessária a renovação dos atos processuais realizados pelo representante ilegítimo.

RESPOSTA De acordo com o art. 568, CPP, a nulidade por ilegitimidade do representante da parte PODERÁ ser sanada. *Errada*.

7973. Considere a seguinte situação hipotética. Carlos foi denunciado pelo Ministério Público pela prática de crime de emissão de título ao portador sem permissão legal. Apesar de Carlos ser primário e portador de bons antecedentes, o Ministério Público não ofereceu proposta de suspensão condicional do processo. Nessa situação, é pacífico o entendimento de que a suspensão condicional do processo é um direito subjetivo do acusado, podendo Carlos impetrar *habeas corpus* com a finalidade de ser beneficiado com tal direito.

RESPOSTA Não se trata de entendimento pacífico, pois existe posição no sentido de considerar uma mera faculdade do Ministério Público o seu oferecimento. *Errada*.

7974. Considere a seguinte situação hipotética. Pedro foi denunciado pelo Ministério Público pela prática de crime de dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei. Citado por edital, não compareceu na data designada para seu interrogatório nem nomeou advogado, motivo pelo qual o processo e o curso prescricional foram suspensos pelo dobro do prazo da prescrição, calculada esta com base na pena máxima cominada para o crime. Posteriormente, o juiz determinou a retomada do prazo prescricional e, após o decurso do prazo da prescrição, novamente calculada com base na pena máxima cominada para o crime, extinguiu a punibilidade do acusado. Nessa situação, agirá corretamente o promotor ao impugnar a sentença por meio de recurso em sentido estrito, o que poderá fazer no prazo de cinco dias.

RESPOSTA De acordo com o art. 581, IV, CPP. *Certa*.

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Acerca de nulidades e recursos, julgue os itens subsecutivos (Certo ou Errado).

7975. A nulidade da instrução criminal dos processos de competência do júri deverá ser arguida até o encerramento da instrução, no momento dos debates finais, ao passo que a nulidade da instrução criminal dos processos de competência do juiz singular deverá ser arguida no encerramento da instrução, quando das alegações finais orais ou da apresentação de memoriais.

RESPOSTA De acordo com o art. 571, I e II, CPP. *Certa.*

7976. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** Considere que, no curso de uma investigação policial, tenha sido constatada, por meio de interceptação telefônica devidamente autorizada pelo juízo de primeira instância e regularmente cumprida pela autoridade policial, a participação de agente político com foro por prerrogativa de função junto ao Superior Tribunal de Justiça. Nessa situação, de

acordo com o sistema processual brasileiro, a incompetência absoluta enseja a nulidade de todos os atos judiciais praticados, repercutindo a nulidade na prova até então produzida.

RESPOSTA Altera-se a competência para o STJ, sem prejuízo dos atos já praticados. *Errada.*

7977. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere às nulidades no processo penal.

(A) De acordo com a CF, o juiz, sob pena de nulidade, deverá motivar o despacho que receba a denúncia, porquanto sua decisão, nessa fase preliminar da ação penal, reveste-se de conteúdo decisório.

(B) A competência determinada pelo lugar em que se consumar a infração penal é relativa, devendo ser arguida em tempo oportuno, sob pena de preclusão.

(C) Tanto a nulidade absoluta quanto a relativa podem ser reconhecidas de ofício, independentemente de requerimento das partes, já que o ato eivado de vício não se convalida no processo e não há prazo para alegá-lo.

(D) A citação de réu preso no distrito da culpa realizada por requisição, caracterizada como mera irregularidade, supre a citação por mandado, desde que convalidada na primeira oportunidade de comparecimento do réu em juízo.

(E) As nulidades da instrução criminal dos processos comuns deverão ser arguidas ao final da audiência de inquirição das testemunhas, ou, de imediato, tão logo ocorram, sob pena de preclusão.

RESPOSTA (A) No entendimento dos Tribunais Superiores, tal despacho prescinde de motivação. (B) Trata-se de nulidade relativa, devendo ser suscitada na primeira oportunidade cabível, sob pena de prorrogação. *Vide* art. 563, CPP. (C) Apenas a absoluta, já que a relativa se submete ao princípio do prejuízo. (D) A citação no processo penal é sempre pessoal, sob pena de nulidade absoluta. (E) As nulidades absolutas poderão ser arguidas a qualquer tempo e não sofrem os efeitos da preclusão. *Alternativa B*.

7978. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Tendo em vista o entendimento do STJ acerca dos institutos de direito processual penal, assinale a opção correta.

(A) Consoante jurisprudência do STJ, não se admite, a despeito da inteligibilidade dos fundamentos, que a autoridade judiciária integrante de tribunal de apelação, ao proferir voto, se reporte a sentença ou a parecer ministerial.

(B) Os prazos previstos na lei processual penal devem ser somados de forma aritmética para a avaliação de excesso de prazo na custódia do denunciado, impondo-se, caso sejam extrapolados, a sua imediata soltura.

(C) Não é permitido ao relator decidir monocraticamente no STJ o mérito do recurso especial criminal, ainda que amparado em súmula ou jurisprudência dominante dessa corte ou do STF.

(D) É absolutamente nula, por cerceamento de defesa, a realização de sessão em que se delibere acerca do recebimento da denúncia, na ação penal originária, sem prévia intimação regular do acusado e de seu defensor.

(E) Não se admite a ação mandamental de *habeas corpus* para afastar constrangimento ilegal de ordem processual suportado pelo réu na ação penal, ainda que presente a possibilidade de lesão à liberdade de locomoção.

RESPOSTA (A) Entendimento contrário. *Vide* RHC 83.231, STF e HC 1.791.567/SP, STJ. (B) De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, deve-se adotar a razoabilidade, e não apenas o cálculo aritmético. *Vide* HC 91.851/SP, STJ. (C) Aplicabilidade do art. 557, CPC. *Vide* AgRg no REsp 1.251.128/MG. (D) *Vide* HC 58.410/PE, STJ. (E) Pelo contrário. *Vide* art. 648 e incisos, CPP. *Alternativa D*.

7979. **(Oficial – CBM-DF – 2011 – CESPE)** Por ofensa ao princípio do juiz natural, é nulo o ato judicial de interrogatório, mediante carta precatória, de réu preso em comarca distinta da do delito.

RESPOSTA Vigora, no processo penal pátrio, o princípio do *pas de nullité sans grief*, nos termos do art. 563, CPP, segundo o qual: "Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa". *Errada.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) De acordo com o entendimento do STF, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

7980. A inobservância da competência penal por prevenção gera nulidade absoluta do processo.

RESPOSTA A inobservância da competência penal por prevenção gera nulidade relativa do processo, como dispõe o enunciado da Súmula 706, STF. *Errada.*

7981. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Um indivíduo encontra-se preso cautelarmente em face da suposta prática de crime de latrocínio. Designada audiência de instrução, para oitiva das testemunhas de acusação, a requisição judicial para a apresentação do preso foi negada sob o fundamento de alta periculosidade do réu. Realizada a audiência, é correto afirmar que

(A) não há que se falar em nulidade do ato, tendo em vista que o réu foi representado regularmente pela Defensoria Pública.
(B) há mera irregularidade.
(C) a nulidade é relativa, só devendo ser decretada se a defesa demonstrar prejuízo em face do não comparecimento do réu.
(D) há nulidade absoluta.
(E) a nulidade é relativa e, se não for arguida antes da oitiva da primeira testemunha, ficará preclusa.

RESPOSTA O ato é absolutamente nulo, pois o acusado no processo penal possui o direito de presença inerente ao princípio constitucional da ampla defesa. *Alternativa D.*

VIII. Recursos e Ações Autônomas de Impugnação

7982. **(Oficial – CBM-DF – 2011 – CESPE)** Conforme expressa previsão do Código de Processo Penal, da decisão que pronunciar o réu caberá recurso em sentido estrito.

RESPOSTA De acordo com o art. 581, IV, CPP. *Certa.*

(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE) Acerca de nulidades e recursos, julgue o item subsecutivo (Certo ou Errado).

7983. Caberá recurso em sentido estrito contra a sentença que pronunciar o réu e recurso de apelação contra a sentença que o impronuncie.

RESPOSTA De acordo com o art. 581, IV, CPP. *Certa.*

7984. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta, no tocante aos recursos em processo penal.

(A) Com a extinção do protesto por novo júri, não é mais possível, pela via recursal, que o réu seja submetido a novo julgamento perante o tribunal do júri.
(B) O agravo de instrumento é o recurso cabível contra a decisão que não admite recurso extraordinário ou especial, e a carta testemunhável, o recurso apropriado contra a decisão que

denega a apelação.

(C) Da decisão de pronúncia cabe recurso em sentido estrito; da impronúncia e da absolvição sumária cabe apelação.

(D) O recurso em sentido estrito é cabível apenas contra a decisão do juiz que concede a ordem de *habeas corpus*, pois da que a denega tem cabimento outro *habeas corpus*.

(E) O CPP prevê o recurso em sentido estrito contra a decisão que receber ou rejeitar a denúncia ou a queixa.

RESPOSTA (A) Improcede. Ex.: art. 593, III, *d* e § 3º, CPP. (B) A carta testemunhável pode ser interposta para duas finalidades. *Vide* art. 639, I e II, CPP. (C) *Vide* arts. 581, IV, e 416, CPP. (D) Art. 581, X, CPP. (E) Apenas em face da que rejeitar. *Vide* art. 581, I, CPP. *Alternativa C.*

7985. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** A respeito dos recursos e das nulidades, assinale a opção correta.

(A) Da decisão que denegar a apelação ou julgá-la deserta é cabível carta testemunhável, que será requerida ao diretor de secretaria ou ao secretário do tribunal, conforme o caso, nas quarenta e oito horas seguintes, devendo o requerente indicar as peças do processo que deverão ser trasladadas.

(B) Consoante a jurisprudência do STJ, a correção, de ofício, de erro material na sentença condenatória, em prejuízo do condenado, ainda que em recurso exclusivo da defesa, não constitui *reformatio in pejus*.

(C) De acordo com a jurisprudência do STJ, em respeito aos princípios da ampla defesa e da verdade real, a mera alegação de que o acusado é usuário de substância entorpecente, por si só, justifica o exame de dependência toxicológica, sob pena de nulidade da ação penal.

(D) O rigor da constituição do agravo de instrumento no processo civil enseja-lhe o não conhecimento por ausência de peças obrigatórias ou necessárias à correta compreensão do incidente. De acordo com a jurisprudência do STJ, tal rigor não se aplica a esse recurso no processo criminal.

(E) Apesar de o agravo em execução não possuir rito próprio, é pacífica na jurisprudência a aplicação a ele do procedimento do recurso em sentido estrito, sendo, portanto, devido o exercício do juízo de retratação.

RESPOSTA (A) O recurso cabível é o RESE, nos termos do art. 581, XV, CPP. (B) De acordo com o entendimento, há *reformatio in pejus*. *Vide* HC 88.213/SP e HC 83.545, ambos do STF. (C) A mera alegação defensiva, afastada de outros elementos, não obriga o magistrado a deferir o exame de dependência toxicológica. *Vide* HC 40.828/DF, STJ. (D) Tal rigor também se faz presente na seara processual penal. *Vide* AgRg no AREsp 19.927/SP, STJ. (E) HC 10.114, STJ. *Alternativa E.*

7986. **(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE)** Em relação às nulidades, aos recursos e à execução penal, julgue o item subsecutivo. Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é inadmissível, dado o princípio da fungibilidade, o recebimento de simples petição em que se requeira a reconsideração de decisão singular de relator como agravo regimental, ainda que atendidos os pressupostos processuais do recurso correto.

RESPOSTA *Vide* RCDESP no Agravo de Instrumento 1.360.806/SP, STJ. *Errado.*

7987. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** A respeito do *habeas corpus*, assinale a opção correta.

(A) É admissível a impetração de *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, bem como para cessar constrangimento em processo por infração penal punível apenas com pena pecuniária.

(B) Em inquérito policial instaurado mediante requisição da autoridade judiciária, considera-se autoridade coatora o delegado de polícia responsável pela instauração do feito, porquanto podia deixar de cumprir a requisição.

(C) Nos processos de *habeas corpus*, é obrigatória a concessão de vista ao representante do MP, seja no primeiro, seja no segundo grau de jurisdição.

(D) O *habeas corpus* do tipo liberatório, destinado a fazer cessar constrangimento ilegal já existente, pode ser impetrado por meio de petição anônima.

(E) Ordenada a soltura do paciente por força de *habeas corpus*, a autoridade, se tiver agido de má-fé ou com abuso de autoridade, será condenada a pagar as custas do *writ*.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LXVIII, CF. (B) Trata-se de requisição, de forma que a autoridade policial está obrigada a atender ao pedido. A autoridade coatora será a autoridade judiciária que a requisitou. (C) Sem previsão legal. (D) O anonimato é vedado pela CF (art. 5º, IV) e a identificação da pessoa é obrigatória (art. 654, CPP). (E) Art. 653, CPP. *Alternativa E*.

7988. (Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE) Acerca de recursos, ações autônomas e nulidades no processo penal, assinale a opção correta.

(A) As nulidades não reconhecidas em sentença condenatória, protegidas pelo advento da coisa julgada, não podem ser objeto de *habeas corpus*.

(B) Cabe recurso em sentido estrito de decisão que, embora admita o recurso, obste sua expedição e seu seguimento para o juízo *ad quem*.

(C) É cabível embargo infringente quando o tribunal proferir decisão que, sendo desfavorável ao réu, reforme decisão de primeiro grau que lhe tenha sido favorável.

(D) De acordo com o princípio do prejuízo, nenhuma das partes pode arguir nulidade a que tenha dado causa ou para a qual tenha concorrido.

(E) Na hipótese de o MP não apelar no prazo legal, o ofendido poderá interpor apelação em até quinze dias, ainda que não se tenha habilitado como assistente.

RESPOSTA (A) *Vide* HC 138.001/RJ. O HC pode ser impetrado independentemente de trânsito em julgado. *Vide* HC 27.777/RS. (B) O recurso cabível é a carta testemunhável. *Vide* art. 639, II, CPP. (C) Não se trata de hipótese de cabimento de E.F. *Vide* art. 609, parágrafo único, CPP. (D) Princípio do interesse. *Vide* art. 565, CPP. (E) *Vide* art. 598, CPP. *Alternativa E*.

7989. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta no que se refere aos recursos em geral, ao *habeas corpus* e a seu processo.

(A) Tratando-se de decisão que vulnere direito fundamental, é cabível *habeas corpus* em processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

(B) O magistrado, antes de determinar, no prazo de dois dias, o envio do recurso de apelação, deve realizar juízo de retratação.

(C) Em observância ao princípio da ampla defesa, o defensor público, intimado de decisão desfavorável ao réu, deve recorrer dessa decisão no prazo legal.

(D) O tribunal, câmara ou turma, no julgamento das apelações, não pode proceder à produção de provas nem a novo interrogatório do réu.

(E) O órgão julgador de segunda instância não pode reconhecer, de ofício, nulidade não invocada no recurso da acusação, ainda que de caráter absoluto, em desfavor do réu.

RESPOSTA (A) *Vide* Súmula 693, STF. (B) Não cabe juízo de retratação no recurso de apelação. (C) A defesa, ainda que realizada pela Defensoria Pública, não tem a obrigação de recorrer. (D) *Vide* art. 616, CPP. (E) *Vide* Súmula 160, STF. *Alternativa E*.

7990. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca dos recursos no âmbito do direito processual penal.

(A) A apresentação intempestiva das razões de apelação pelo MP e das contrarrazões à apelação pela defesa constitui mera irregularidade, que não impõe o desentranhamento e não impede o conhecimento do recurso de apelação e da sua contrariedade.

(B) Não pode o magistrado deixar de encaminhar ao STF o agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, exceto se referente a causa instaurada no âmbito dos juizados especiais.

(C) Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto contra a rejeição da denúncia, exceto se houver a nomeação de defensor dativo.

(D) O efeito devolutivo do recurso de apelação manejado contra decisões proferidas no procedimento dos crimes dolosos contra a vida é amplo, sendo permitida a sua devolução ao órgão recursal para o conhecimento pleno da matéria.

(E) Caso o tribunal recursal de segundo grau determine a produção antecipada da prova testemunhal em sede de recurso em sentido estrito, no qual se tenha pleiteado somente a decretação da prisão preventiva do acusado, não haverá julgamento *extra petita*.

RESPOSTA (A) A apresentação intempestiva de razões e contrarrazões é mera irregularidade. *Vide* HC 197.986/RJ, STJ. (B) *Vide* Súmula 727, STF. (C) *Vide* Súmula 707, STF. (D) Nos crimes dolosos contra a vida, o efeito devolutivo restringe-se aos fundamentos elencados na interposição. *Vide* Súmula 713, STF. (E) A decisão que concede algo que não foi pedido classifica-se como *extra petita*. *Alternativa A*.

7991. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** A respeito dos princípios aplicáveis ao direito processual penal, assinale a opção correta.

(A) Em regime de repercussão geral, de acordo com orientação do STF, viola o princípio do juiz natural o fato de a turma julgadora ser composta, na sua maioria, por juízes de primeiro grau, uma vez que a materialização ideal de uma prestação jurisdicional célere e efetiva mediante a duração razoável do processo não justifica atribuir jurisdição a autoridade incompetente.

(B) A Lei n. 12.403/2011, que alterou o *quantum* da pena máxima para a concessão de fiança, segue o direito material nesse aspecto, sendo, por isso, aplicado o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, não o do *tempus regit actum*.

(C) Considere que determinada lei tenha acrescentado certa conduta criminosa ao rol dos delitos hediondos e que o juízo das execuções, com fundamento nessa norma, tenha indeferido pedido de comutação de pena formulado com base em decreto presidencial posterior que não tenha estendido a benesse aos praticantes de condutas hediondas. Nesse caso, não se caracteriza violação do princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.

(D) Em delito de ação pública incondicionada, o fato de, eventualmente, existirem outros agentes que, não denunciados, teriam participado do crime não induz à anulação do processo já instaurado, porquanto os princípios da indivisibilidade e da obrigatoriedade da ação penal obstam o ajuizamento, em separado, de outra ação pelo MP, mas não o aditamento da denúncia, em momento oportuno, depois de coligidos elementos suficientes para embasar a acusação.

(E) Embora o recurso de apelação devolva ao tribunal estadual toda matéria objeto de controvérsia, a defesa não pode encaminhar pedido de *habeas corpus* ao STJ, arguindo, somente nessa corte superior de justiça, qualquer tese, sem antes levar o tema a debate nas instâncias inferiores, pois tal interpretação afronta o princípio do duplo grau de jurisdição.

RESPOSTA (A) HC 96.821, STF. (B) Aplica-se o princípio da aplicação imediata da lei processual penal (art. 2º, CPP). (C) Haverá ofensa ao princípio, pois se trata de norma de direito penal material (art. 2º, parágrafo único, CP). (D) Os princípios não impedem o ajuizamento de ações separadas, o que poderá ocorrer, por exemplo, nas hipóteses do art. 80, CPP. (E) Estar-se-ia suprindo uma das instâncias, de forma que os graus da jurisdição devem sempre ser observados. *Alternativa E*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Ainda com relação ao direito processual penal, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

7992. A fiança, nos casos em que é admitida, será prestada enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória e tem por finalidade, se o réu for condenado, o pagamento das custas, da indenização do dano, da prestação pecuniária e da multa.

RESPOSTA Nos termos do art. 334, CPP, a fiança poderá ser prestada até o trânsito em julgado da sentença condenatória, sendo que a sua finalidade, nos termos do art. 336, é o pagamento das custas e demais valores oriundos da condenação. *Correto.*

7993. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** No que concerne aos recursos e ao *habeas corpus*, assinale a opção correta.

(A) De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, os embargos infringentes, no processo penal, são cabíveis apenas contra decisões majoritárias proferidas em apelação, recurso em sentido estrito, revisão criminal e decisão denegatória de *habeas corpus*, na hipótese de o réu encontrar-se preso para o cumprimento de pena imposta em sentença condenatória.

(B) A carta testemunhável tem efeito suspensivo e deve ser requerida ao diretor de secretaria, ou ao secretário do tribunal, conforme o caso, nas quarenta e oito horas seguintes ao despacho que denegar o recurso, indicando o requerente as peças do processo que devem ser trasladadas. Segundo a jurisprudência do STJ, é admissível a substituição do recurso em sentido estrito, contra a decisão que não tenha recebido a apelação, por carta testemunhável.

(C) Considere que, monocraticamente, no STJ, tenha sido negado seguimento a agravo interposto contra decisão do presidente do TJ/PI, que negou seguimento a recurso especial do réu. Nesse caso, se a defesa opuser embargos de declaração com caráter infringente contra a decisão do ministro-relator, será admissível a conversão destes em agravo regimental, em virtude do princípio da fungibilidade recursal.

(D) De acordo com a jurisprudência do STJ, é admissível a impetração de *habeas corpus* como sucedâneo de agravo de instrumento para atacar decisão que negue seguimento a recurso especial interposto pela defesa.

(E) Nos termos da jurisprudência do STJ, a falta de contrarrazões ao recurso em sentido estrito interposto pela acusação, por inércia do réu ou de seu defensor, não enseja nulidade, desde que haja regular intimação da defesa para a prática desse ato.

RESPOSTA (A) Admite-se, excepcionalmente, em face de decisão majoritária em Agravo em Execução. *Vide* HC 10.556/RJ, STJ. (B) A carta testemunhável não possui efeito suspensivo. Ademais, não se admite a sua substituição ao RESE. *Vide* HC 85.317/DF, STJ. (C) Possibilidade. *Vide* EDcl no Ag 1.368.049/RS, STJ. (D) Impossibilidade. *Vide* HC 102.400/PA, STJ. (E) Trata-se de nulidade absoluta. Ampla defesa prejudicada. *Vide* HC 142.771/MS, STJ. *Alternativa C*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Ainda com relação ao direito processual penal, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

7994. Se o MP competente não interpuser recurso de apelação no prazo legal, o assistente da acusação poderá interpor apelação, que, como regra geral, não tem efeito suspensivo. Caso persista a irresignação do assistente após acórdão denegatório da apelação, a jurisprudência do STF veda a

interposição de recursos, pela assistência da acusação, perante as instâncias extraordinárias.

RESPOSTA Súmula 210, STF. *Errada.*

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com base no direito processual penal, julgue os itens subsecutivos (Certo ou Errado).

7995. Embora, como regra geral, não se admita dilação probatória em sede de *habeas corpus*, é possível a concessão da ordem para o reconhecimento de excesso de prazo no processo penal, em especial para aquelas hipóteses excepcionais nas quais a mora processual não seja atribuível à defesa, bem como se trate de causa dotada de menor complexidade probatória.

RESPOSTA De acordo com a Súmula 64, STJ. *Certa.*

7996. Áureo, acadêmico de direito, interpôs recurso ordinário em *habeas corpus* com o objetivo de pleitear, perante o STJ, o trancamento de ação penal promovida contra Ângelo. Nessa situação, independentemente da qualidade técnica da peça recursal em questão, deve-se reconhecer a ausência de capacidade postulatória de Áureo, mas tal circunstância não impossibilitará que o órgão julgador defira a ordem de ofício, diante da magnitude dos direitos envolvidos.

RESPOSTA Nessas situações, a jurisprudência do STF e do STJ não conhece do *habeas corpus* ou de seu recurso, porém concede a ordem de ofício, notadamente quando a ilegalidade for manifesta. *Certa.*

7997. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Acerca dos recursos e das ações penais autônomas, assinale a opção correta.

(A) A soberania dos vereditos no tribunal do júri não é absoluta, pois se admite revisão criminal, ação na qual o réu que foi condenado pelo conselho de sentença poderá ser absolvido.

(B) De acordo com o CPP, têm legitimidade para promover a revisão criminal o próprio réu, seu procurador legal, membro do MP e, em caso de morte do réu, o cônjuge, ascendente, descendente ou irmão do condenado.

(C) A revisão criminal pode ser proposta a qualquer tempo, desde que não esteja extinta a punibilidade, hipótese em que não será possível a revisão por falta de interesse de agir.

(D) É pressuposto da revisão criminal o trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória, sendo inadmissível nos casos de sentença penal absolutória, ainda que se aplique medida de segurança.

(E) De acordo com a Lei de Execuções Penais, das decisões proferidas pelo juiz das execuções caberá recurso de agravo no prazo de dez dias, com efeito suspensivo.

RESPOSTA (A) Art. 621, CPP. (B) Art. 623, CPP. (C) Art. 622, CPP. (D) Art. 621, III, CPP. (E) Art. 197, Lei n. 7.210/84. *Alternativa A.*

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com base no direito processual penal, julgue o item subsecutivo (Certo ou Errado).

7998. Nesse sentido, considere que a sigla CPP, sempre que utilizada, refere-se ao Código de Processo Penal. Nos termos do CPP, novo pedido de revisão criminal poderá ser requerido a qualquer tempo – desde que não extinta a pena –, se o condenado discordar do resultado advindo do primeiro pedido de revisão.

RESPOSTA O pedido de revisão criminal poderá ser requerido a qualquer tempo, tendo extinguido ou não a pena, em observância ao que dispõe o art. 622, CPP. *Errada.*

7999. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Acerca dos recursos em geral e em espécie, assinale a opção correta.

(A) O promotor de justiça, na condição de membro do MP oficiante em primeiro grau, não pode interpor *habeas corpus* diretamente ao TJ.

(B) Considere que determinado réu, tão logo intimado da sentença condenatória, tenha constituído defensor de sua preferência e confiança para o exercício do direito de apelação e que, concomitantemente, o defensor dativo anteriormente designado tenha interposto idêntico recurso, o que foi indeferido em face da existência de outro da mesma natureza de iniciativa do defensor constituído pelo réu. Nessa situação, a decisão que deixou de receber a apelação interposta pelo defensor dativo deve ser refutada, pois ofende os princípios da ampla defesa.

(C) Pelo sistema processual penal em vigor, existe previsão legal de recurso de ofício para as sentenças de absolvição sumária, concessiva de *habeas corpus* e de impronúncia.

(D) Nos termos do CPP, contra a decisão que rejeitar a denúncia ou queixa, por ser terminativa do processo, cabe apelação e, contra a que a receber, por ser decisão interlocutória, cabe recurso em sentido estrito sem suspensão do curso do processo.

(E) Tratando-se de recurso em sentido estrito, subirá nos próprios autos o recurso interposto contra decisão que concluir pela incompetência do juízo.

RESPOSTA (A) É possível a impetração de *habeas corpus* nessas condições. (B) Deveria ter ocorrido a desconstituição do defensor dativo antes do ingresso do novo defensor. (C) Não existe previsão legal. (D) Arts. 581 e 593, CPP. (E) Art. 583, CPP. *Alternativa B.*

8000. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** A respeito do mandado de segurança criminal, assinale a opção correta.

(A) O MP não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança criminal, uma vez que se trata de prerrogativa exclusiva da defesa.

(B) Nos casos urgentes, segundo jurisprudência sumulada do STF, é cabível mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.

(C) A competência para processar e julgar mandado de segurança contra decisões emanadas dos juizados especiais criminais estaduais é dos respectivos tribunais de justiça.

(D) É inadmissível a interposição de mandado de segurança criminal nas hipóteses em que haja controvérsia acerca da matéria de direito.

(E) O mandado de segurança em matéria penal deve ser julgado por autoridade judicial com competência criminal.

RESPOSTA (A) Art. 8º, Lei n. 12.016/2009. (B) Súmula 267, STF. (C) Art. 102, I, *d*, CF. (D) É possível, bastando que o direito seja líquido e certo. (E) Trata-se de competência em razão da matéria, qual seja, a criminal. *Alternativa E.*

IX. Relações Jurisdicionais com Autoridade Estrangeira

8001. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Considerando as relações jurisdicionais com autoridade estrangeira e as disposições gerais do CPP, assinale a opção correta.

(A) O trânsito, por via diplomática, de documentos relativos a instrução de processo penal não é aceito como prova bastante de autenticidade.

(B) Os prazos processuais correm ainda que haja impedimento do juiz ou obstáculo judicial oposto pela parte contrária.

(C) Não serão homologadas as sentenças estrangeiras contrárias à ordem pública e aos bons costumes.
(D) No caso de a carta rogatória versar sobre crime que, segundo a lei estrangeira, seja de ação privada, o seu andamento, após o *exequatur*, dependerá do interessado, ainda que a lei brasileira estabeleça outra modalidade de ação para tal crime.
(E) O escrivão, sob pena de multa por desobediência e suspensão de até sessenta dias em caso de reincidência, deve executar dentro do prazo de cinco dias os atos determinados em lei ou ordenados pelo juiz.

RESPOSTA (A) Art. 782, CPP. (B) Art. 798, § 4º, CPP. (C) Art. 781, CPP. (D) Art. 784, § 3º, CPP. (E) Art. 799, CPP. *Alternativa C*.

X. Legislação Processual Extravagante

(Delegado – PC-AC – 2008 – CESPE) Considerando o programa especial de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas e a legislação correlata, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

8002. A solicitação para ingresso no programa mencionado não pode ser feita diretamente pela autoridade policial que conduz a investigação criminal, a qual deverá formular representação ao Ministério Público, que tem legitimidade para tanto.

RESPOSTA A solicitação para ingresso no programa mencionado PODE ser feita diretamente pela autoridade policial, tendo em vista o art. 5º, III, Lei n. 9.807/99. *Errada.*

8003. Em caso de urgência e considerando a procedência, a gravidade e a iminência da coação ou ameaça, a vítima ou testemunha poderá ser colocada provisoriamente sob a custódia de órgão policial, pelo órgão executor, no aguardo de decisão do conselho deliberativo, comunicando-se imediatamente o fato aos membros deste e ao Ministério Público.

RESPOSTA De acordo com o art. 5º, § 3º, Lei n. 9.807/99. *Certa.*

8004. Em razão da relevância do bem jurídico penal tutelado, a Lei de Licitações estabelece tipos penais específicos, aos quais comina, via de regra, a pena de reclusão.

RESPOSTA Todos os crimes elencados na Lei n. 8.666/93 são apenas com **pena de detenção**. *Errada.*

8005. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Acerca do tráfico ilícito e do uso indevido de substâncias entorpecentes, com base na legislação respectiva, assinale a opção correta.
(A) No caso de porte de substância entorpecente para uso próprio, não se impõe prisão em flagrante, devendo o autor de fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer.
(B) Para a lavratura do auto de prisão em flagrante, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, o qual será necessariamente firmado por perito oficial.
(C) O IP relativo a indiciado preso deve ser concluído no prazo de 30 dias, não havendo possibilidade de prorrogação do prazo. A autoridade policial pode, todavia, realizar diligências complementares e remetê-las posteriormente ao juízo competente.
(D) Findo o prazo para conclusão do inquérito, a autoridade policial remete os autos ao juízo competente, relatando sumariamente as circunstâncias do fato, sendo-lhe vedado justificar as razões que a levaram à classificação do delito.
(E) É legalmente vedada a não atuação policial aos portadores de drogas, a seus precursores químicos ou a outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro.

RESPOSTA (A) Art. 48, § 2º, Lei n. 11.343/2006. (B) Art. 50, § 1º, Lei n. 11.343/2006. (C) Art. 51, § 1º, Lei n. 11.343/2006. (D) Art. 52, Lei n. 11.343/2006. (E) Art. 53, II, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa A.*

8006. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** A respeito do crime organizado e com base na legislação respectiva, assinale a opção correta.

(A) O réu pode apelar em liberdade, se for primário e portador de bons antecedentes.
(B) Os condenados por crime decorrente de organização criminosa iniciam o cumprimento da pena em regime fechado.
(C) O civilmente identificado não deve ser submetido a identificação criminal.
(D) O participante de organização criminosa tem sua pena reduzida em um a dois terços, ainda que sua colaboração não tenha sido espontânea.
(E) Não se concede liberdade provisória, com ou sem fiança, a qualquer participante de organização criminosa.

RESPOSTA (A) Art. 31, Lei n. 7.492/86. (B) Art. 10, Lei n. 9.034/95. (C) Art. 6º, VIII, CPP. (D) Art. 6º, Lei n. 9.034/95. (E) Art. 7º, Lei n. 9.034/95. *Alternativa B.*

8007. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** Julgue os itens a seguir, relativos aos juizados especiais criminais.

I. Preenchidos os requisitos legais, o MP pode propor a aplicação imediata de penas restritivas de direitos ou multas, sendo vedado ao juiz, em qualquer caso, alterar a proposta formulada.
II. Acolhendo a proposta do MP aceita pelo autor da infração, o juiz deve aplicar a pena restritiva de direitos ou multa, por sentença irrecorrível.
III. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se impõe prisão em flagrante, devendo a autoridade policial, desde já, fixar o valor da fiança.
IV. A suspensão condicional do processo, cabível nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário for definitivamente condenado por outro crime.
V. Conforme expressa previsão legal, não efetuado o pagamento de multa, deve ser feita a conversão em pena privativa da liberdade, ou restritiva de direitos.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.
(E) 5.

RESPOSTA (I) Art. 76, § 4º, Lei n. 9.099/95. (II) Art. 76, § 3º, Lei n. 9.099/95. (III) Art. 69, Lei n. 9.099/95. (IV) Art. 89, Lei n. 9.099/95. (V) Art. 85, Lei n. 9.099/95. *Alternativa A.*

8008. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** De acordo com a Lei de Execução Penal, assinale a opção correta.

(A) O trabalho externo é inadmissível para os presos em regime fechado, tendo em vista o alto grau de periculosidade dos condenados.
(B) A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento penal, dependerá

de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de dois terços da pena.

(C) Se o preso for punido por falta média, será revogada a autorização de trabalho externo.

(D) Se o preso praticar fato definido como crime, revogar-se-á a autorização de trabalho externo.

(E) Para o preso provisório, o trabalho é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

RESPOSTA (A) Art. 36, LEP. (B) Art. 37, LEP. (C) e (D) Art. 37, parágrafo único, LEP. (E) Art. 31, parágrafo único, LEP. *Alternativa D.*

8009. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Acerca da execução penal, assinale a opção correta.

(A) Admite-se a monitoração eletrônica de presos que se encontrem no regime semiaberto ou em prisão domiciliar, sendo obrigatória a revogação do monitoramento nos casos de prática de falta grave, quando esta constituir crime doloso, cominando-se a necessária regressão de regime prisional e vedando-se nova progressão.

(B) As saídas temporárias são concedidas aos presos que se encontrem em regime prisional semiaberto, pelo juízo da execução penal, cuja finalidade é visitar a família, frequentar curso supletivo profissionalizante ou participar em atividades que concorram para o retorno ao convívio social. No atual disciplinamento legal, o prazo máximo para gozo desse benefício será de quarenta e cinco dias por ano, concedido em até quatro vezes ao longo do ano, em qualquer caso.

(C) Entre as competências expressas do juízo da execução penal tem-se a unificação e soma de penas, a detração e a remição, o reconhecimento de continuidade delitiva em sede de execução e a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

(D) Ocorrendo unificação de penas, seja por crime anterior, seja por crime posterior ao início de cumprimento da sanção penal, interrompe-se a contagem do lapso temporal para progressão de regime prisional, calculando-se este sobre o restante da pena unificada e passando-se a contar o novo prazo a partir do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

(E) Entre os efeitos decorrentes da prática de falta disciplinar grave, pelo sentenciado, está o reinício da contagem do lapso temporal para comutação das penas.

RESPOSTA (A) Art. 146-B, II e IV c/c art. 146-D, Lei n. 7.210/84. (B) Art. 124, Lei n. 7.210/84. (C) Art. 66, Lei n. 7.210/84. (D) Art. 111, Lei n. 7.210/84. (E) Art. 60, Lei n. 7.210/84. *Alternativa D.*

8010. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Júnior cumpria pena em regime semiaberto quando se evadiu, sendo capturado posteriormente. Entretanto, durante o tempo em que esteve foragido, Júnior cometeu outro crime, cujo processo correlato transitou em julgado, vindo o juízo das execuções criminais a unificar as penas impostas, o que não implicou a aplicação de regime de cumprimento de pena mais gravoso. Acerca dessa situação hipotética e da execução penal, assinale a opção correta.

(A) Na hipótese narrada, a data-base para a recontagem do prazo para a concessão de nova progressão de regime é o dia da recaptura, e não o da unificação das penas.

(B) Para o fim de concessão de progressão de regime prisional, é descabida a exigência de que Júnior se submeta a exame criminológico, uma vez que não há amparo legal para tanto.

(C) A frequência a curso de ensino formal somente é causa de remição de parte do tempo de execução de pena se esta estiver sendo cumprida em regime fechado.

(D) Exceto na pendência de recurso da acusação, destinado ao aumento da pena imposta, admite-se a progressão do regime de cumprimento de pena, antes do trânsito em julgado da sentença

condenatória.

(E) Cabe apenas ao juízo das execuções conceder permissão de saída a condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto, sendo certo que tal benefício não pode ser concedido ao que está preso provisoriamente.

RESPOSTA O STF possui jurisprudência consolidada no sentido de que a data-base para a recontagem de prazo para a concessão de progressão de regime é a do cometimento da última infração disciplinar grave ou, em caso de fuga, da recaptura (HC 95.367/RS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski). *Alternativa A.*

8011. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** No que se refere aos aspectos processuais da chamada Lei de Tóxicos, assinale a opção correta.

(A) A falta de notificação do acusado para se manifestar previamente ao juízo de recebimento da denúncia configura nulidade relativa, sendo necessária a demonstração de prejuízo por parte da defesa.

(B) Com relação à posse de droga para consumo pessoal, a nova Lei de Tóxicos alterou o tratamento antes dado ao tema, mas não se trata de *abolitio criminis*, e sim de despenalização.

(C) Não cabe a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos aos condenados por crime de tráfico de entorpecente se a condenação for posterior à Lei n. 11.343/2006, ainda que a data do crime seja anterior, tendo em vista a aplicabilidade imediata das normas processuais penais.

(D) Nos crimes de tráfico de entorpecentes, dar-se-á o livramento condicional após o cumprimento de um terço da pena em caso de réu primário ou de dois terços da pena, em caso de reincidente específico.

(E) Incumbe ao juiz da execução a decisão sobre o perdimento do produto, bem ou valor apreendido, sequestrado ou declarado indisponível no curso do processo relativo a crimes previstos na Lei de Tóxicos.

RESPOSTA (A) Art. 55, Lei n. 11.343/2006. (B) Art. 28, Lei n. 11.343/2006. (C) Art. 27, Lei n. 11.343/2006. (D) Art. 44, parágrafo único, CPP. (E) Art. 63, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa B.*

(Analista – STJ – 2012 – CESPE) Com base no direito processual penal, julgue o item subsecutivo (Certo ou Errado).

8012. Nesse sentido, considere que a sigla CPP, sempre que utilizada, refere-se ao Código de Processo Penal. Nos termos da Lei de Drogas, para a lavratura do auto de prisão em flagrante e para o estabelecimento da materialidade do delito, não é necessário que o laudo de constatação preliminar da natureza e quantidade da droga apreendida seja firmado exclusivamente por perito oficial.

RESPOSTA De acordo com o art. 50, § 1º, Lei n. 11.343/2006. *Certa.*

8013. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Considerando a jurisprudência do STF, no que se refere ao processo penal e à Lei Maria da Penha, assinale a opção correta.

(A) O legislador, ao considerar o gênero da vítima, utilizando o sexo como critério de diferenciação, para criar, à luz do princípio da igualdade, mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher, pautou-se pelo princípio da proibição de proteção insuficiente dos direitos fundamentais.

(B) Nos casos de lesões corporais culposas praticadas contra a mulher em âmbito doméstico, a ação penal cabível é pública condicionada à representação, conforme o disposto na Lei n. 9.099/1995.

(C) Tratando-se de crime de ameaça e dos cometidos contra a dignidade sexual, a ação penal é pública

e incondicionada, dado que não seria razoável ou proporcional deixar a atuação estatal a critério da vítima.

(D) A Lei Maria da Penha, ao prever que, enquanto não estruturados os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, as varas criminais acumulariam as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, criou, para o poder público, a obrigação de instituir os referidos juizados.

(E) O STF julgou procedente, com base no princípio explícito da dignidade humana, ação direta proposta pelo procurador-geral da República para assentar a natureza da ação penal como condicionada à representação da vítima, em caso de crime de lesão corporal leve praticado mediante violência doméstica e familiar contra a mulher.

RESPOSTA ADI 4.424, STF. *Alternativa A.*

8014. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Em caso de ato infracional praticado por adolescente, os requisitos para a aplicação da medida de internação incluem

I. ato praticado mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

II. reiteração no cometimento de outras infrações graves.

III. descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.

IV. equiparação do ato infracional a crime hediondo.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 0.

(B) 1.

(C) 2.

(D) 3.

(E) 4.

RESPOSTA (I) Art. 122, I, ECA. (II) Art. 122, II, ECA. (III) Art. 122, III, ECA. (IV) Art. 112, § 1º, ECA. *Alternativa D.*

8015. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Com base no disposto na Lei n. 9.099/1995 e em suas alterações, assinale a opção correta.

(A) O juiz pode propor a suspensão do processo ainda que o promotor de justiça entenda ser essa medida, em determinado processo, incabível.

(B) No caso, por exemplo, de tentativa de furto qualificado, não é possível a suspensão condicional do processo, pois considera-se, para a concessão do benefício, a redução mínima de um terço em relação ao mínimo da pena cominada, o qual, para a prática de furto qualificado, é de dois anos de reclusão.

(C) O descumprimento de acordo firmado em transação penal já homologado pelo juiz possibilita o oferecimento da denúncia por parte do MP.

(D) O benefício da suspensão condicional é aplicável aos processos de julgamento de infrações penais cometidas em concurso material, visto que as penas mínimas previstas para cada uma dessas infrações não são somadas.

(E) Vencido o prazo da suspensão do processo e não havendo revogação, caberá ao juiz declarar extinta a punibilidade.

RESPOSTA (A), (B), (D) e (E) Art. 89, Lei n. 9.099/95. (C) Havendo descumprimento, caberá a sua execução. *Alternativa E.*

8016. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** No que se refere a delação premiada, interceptação

telefônica, *habeas corpus*, conexão e jurisdição, assinale a opção correta.

(A) Tem sido reiteradamente aceita, conforme a jurisprudência do STJ, a utilização do *habeas corpus*, inclusive como substitutivo de recurso próprio e, em respeito ao princípio constitucional da celeridade processual, para o reconhecimento de nulidades (*error in procedendo*), mesmo após o trânsito em julgado da ação penal e ainda que já cumprida a condenação, desde que a prova se mostre de plano.

(B) Conforme entendimento dos tribunais superiores, é suficiente, para a configuração da conexão instrumental, a mera conveniência no *simultaneous processus*, dispensando-se vínculo objetivo entre os diversos fatos criminosos.

(C) Uma das características da jurisdição é a substitutividade, segundo a qual o Poder Judiciário, por meio do Estado-juiz, substitui as partes em litígio para pôr fim aos conflitos de interesse nas relações sociais; de acordo com o princípio da imutabilidade, ou definitividade, após a ocorrência da coisa julgada, salvo a hipótese de revisão criminal, a sentença não pode ser alterada.

(D) O sistema geral de delação premiada está previsto na Lei n. 9.807/1999, e, apesar da previsão em outras leis, os requisitos gerais ali estabelecidos devem ser preenchidos para a concessão do benefício, que, conforme as condicionantes legais, assume a natureza jurídica de perdão judicial, o que implica a extinção da punibilidade, ou de causa de diminuição de pena.

(E) Tratando-se de investigação de fatos delituosos, a interceptação telefônica não deve ultrapassar o prazo de seis meses, devendo o pedido de renovação do prazo desse procedimento ser avaliado motivadamente pelo juízo processante, considerando-se os relatórios apresentados pela polícia.

RESPOSTA (A) O STJ, em consonância com o entendimento do STF, tem mudado o entendimento sobre a matéria. *Vide* HC 62.485/SP, STJ e HC 109.956/PR, STF. (B) De acordo com o entendimento do STF, não basta a mera conveniência, sendo necessário o vínculo objetivo. *Vide* HC 81.811/RJ, STF. (C) Demanda aprofundamento do tema coisa julgada. Ver RE 594.350, STF. (D) *Vide* art. 13, I, II e III e parágrafo único c/c art. 14, Lei n. 9.807/99. (E) *Vide* art. 5º, *caput,* Lei n. 9.296/96. *Alternativa D.*

8017. **(Analista – MPU – 2010 – CESPE)** O benefício da suspensão condicional do processo previsto na Lei dos Juizados Especiais (Lei n. 9.099/1995) consiste em direito público e subjetivo do autor do fato, segundo entendimento do STF.

RESPOSTA Tendo em vista a Súmula 696, STF, a proposta de suspensão condicional do processo é mitigação da indisponibilidade ou discricionariedade do Ministério Público, motivo pelo qual o Juiz NÃO pode conceder o benefício de ofício. *Errado.*

8018. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Acerca dos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

(A) No caso de revogação obrigatória da suspensão condicional do processo pela circunstância de o beneficiário ser processado pela prática de outro crime no curso da suspensão, se for oferecida a denúncia e ocorrer a absolvição sumária do réu por decisão transitada em julgado, deverá haver repristinação do benefício revogado.

(B) Se, oferecida denúncia, deixar o MP de ofertar, por motivos desconhecidos, a proposta de suspensão condicional do processo, ainda que presentes todos os requisitos do benefício, e restando silentes o juiz, o acusado e seu defensor, admite-se a aplicação do benefício em qualquer tempo e grau de jurisdição, por ser direito público subjetivo do acusado.

(C) O descumprimento das condições estabelecidas na transação penal, homologada, ou não, pelo juízo, permite a propositura da ação penal e enseja a imputação do crime de desobediência, em concurso material, caso o magistrado deixe consignada, na proposta de transação, advertência a esse

respeito, aceita pelo autor do fato e por seu advogado.

(D) A condenação anterior por crime culposo sem que se tenha aplicado pena privativa de liberdade não é circunstância impeditiva à suspensão condicional do processo.

(E) Tratando-se de crime contra a honra de servidor público federal, em razão do exercício de suas funções, admite-se, oferecida a queixa-crime, que a proposta de suspensão condicional do processo seja oferecida tanto pelo MP quanto pelo querelante, em razão da legitimidade concorrente para a ação penal.

RESPOSTA (A) Art. 89, § 3º, Lei n. 9.099/95. (B) Art. 89, *caput*, Lei n. 9.099/95 c/c art. 77, CP. (C) HC 84.976, STF. (D) Aplica-se o presente requisito a qualquer condenação anterior por crime, pouco importando se doloso ou culposo, se consumado ou tentado, sendo tal condenação impeditiva da suspensão condicional do processo. (E) Súmula 714, STF. *Alternativa A.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) A respeito de lavagem de dinheiro e crimes contra o sistema financeiro nacional, julgue os seguintes itens (Certo ou Errado).

8019. O processo e o julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro independem do processo e do julgamento dos crimes antecedentes, ainda que praticados em outro país.

RESPOSTA De acordo com o art. 2º, II, Lei n. 9.613/98. *Certa.*

8020. Compete à justiça estadual o processo e o julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro, ainda que o crime antecedente seja de competência da justiça federal, desde que não tenha sido praticado em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.

RESPOSTA De acordo com o art. 2º, III, Lei n. 9.613/98, compete à justiça federal o processo e o julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro. *Errada.*

XI. Multidisciplinares Processuais

8021. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** Acerca da competência, do IP e da citação, julgue os itens a seguir.

I. Em qualquer hipótese, a competência para o processo e julgamento do crime de redução à condição análoga à de escravo é da justiça federal.

II. Arquivado o IP, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas.

III. De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, o IP é sempre sigiloso, devendo ser vedada a publicidade interna e externa inclusive para o investigado e seu defensor.

IV. A competência do tribunal de justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.

V. No processo penal brasileiro, é inconcebível a citação por hora certa.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.

(B) 2.

(C) 3.

(D) 4.

(E) 5.

RESPOSTA (I) Art. 109, VI, CF. (II) Súmula 524, STF. (III) O sigilo no inquérito policial é oriundo do comando previsto no art. 20,

CPP. O caráter sigiloso, no entanto, não se estende ao juiz, ao representante do Ministério Público e aos advogados (o EOAB, em seu art. 7º, XIV, fixa que o advogado pode examinar em qualquer repartição policial autos de inquérito, mesmo sem procuração). (IV) Súmula 702, STF. (V) Art. 362, CPP. *Alternativa C.*

8022. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** De acordo com CPP, assinale a opção correta com relação ao processo comum e à sentença.

(A) O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente o juiz, sob pena de multa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

(B) O processo terá completada a sua formação quando o juiz receber a acusação, tendo-a por apta.

(C) Na sentença condenatória, o juiz deve fixar valor para reparação integral dos danos causados pela infração, considerando o pedido e as provas demonstradas a respeito do prejuízo sofrido.

(D) O rito sumaríssimo é uma espécie do gênero procedimento especial, aplicável para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

(E) Apenas com o trânsito em julgado de sentença absolutória é que o juiz deve ordenar a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.

RESPOSTA (A) Art. 265, CPP. (B) Art. 406, CPP. (C) Art. 387, IV, CPP. (D) Art. 394, III, CPP. (E) Art. 386, parágrafo único, II, CPP. *Alternativa A.*

8023. **(Delegado – PC-RN – 2008 – CESPE)** A respeito da prova, do júri e do processo comum, assinale a opção correta.

(A) Na opinião do STJ, a chamada de corréu não pode ser levada em conta pelo juiz como um meio de prova, mesmo que em harmonia com o conjunto probatório dos autos.

(B) De acordo com a jurisprudência do STF, quando da prisão cautelar de um advogado, deve-se atentar para as garantias trazidas no Estatuto da OAB, inclusive a que impõe recolhimento em sala de Estado-Maior que, em nenhuma hipótese, pode ser gradeada.

(C) Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se necessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.

(D) O STF, hodiernamente, não vem admitindo a ratificação dos atos decisórios praticados por órgão jurisdicional absolutamente incompetente.

(E) Durante o julgamento em sessão plenária do júri, não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de três dias úteis, dando-se ciência à outra parte.

RESPOSTA (A) Súmula 704, STF. (B) ADI 1.127/DF, STF. (C) Súmula 273, STJ. (D) O STF admite a ratificação dos atos decisórios praticados por órgão jurisdicional absolutamente incompetente. (E) Art. 479, CPP. *Alternativa E.*

8024. **(Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE)** A respeito do processo penal, assinale a opção correta.

(A) Em se tratando de crime contra a honra praticado contra funcionário público em razão de suas funções, há legitimidade ativa concorrente entre a vítima e o MP.

(B) A transação, prevista na Lei dos Juizados Especiais Criminais, configura retratação da ação penal já oferecida.

(C) A legislação prevê a obrigatoriedade do recurso de ofício em caso de crime contra a economia popular, sempre que seja determinado o arquivamento do inquérito policial, o que não é necessário quando o juiz, ao fim da ação penal, absolve o acusado.

(D) As hipóteses de suspeição e impedimento previstas no CPP são igualmente aplicáveis ao

magistrado, ao promotor de justiça e à autoridade policial.

(E) Compete ao tribunal de justiça processar e julgar revisão criminal em que o réu condenado pelo juizado especial criminal, por praticar crime de menor potencial ofensivo, pugne pela reforma de decisão.

RESPOSTA (A) Súmula 714, STF. (B) Art. 2º, Lei n. 9.099/95. (C) Art. 7º, Lei n. 1.521/51. (D) Arts. 97, 104 e 107, CPP. (E) Art. 624, II, CPP. *Alternativa A.*

8025. (Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta no tocante às garantias individuais do cidadão no processo penal.

(A) Será constitucional e, portanto, não violará o princípio da publicidade dispositivo de regimento interno de tribunal que preveja sessão secreta para o julgamento de autoridade com foro por prerrogativa de função.

(B) A busca e apreensão domiciliar pode ser realizada durante o dia ou a noite quando houver autorização judicial.

(C) A proibição das penas de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis é excepcionada pela própria CF, que admite pena de morte em caso de guerra declarada, dispõe que o trabalho do condenado é obrigatório, e permite a extradição e o regime disciplinar diferenciado.

(D) O brasileiro, nato ou naturalizado, não pode ser extraditado. Entretanto, o Brasil poderá requerer a extradição de brasileiro a outro país, o que caracteriza a chamada extradição passiva.

(E) O mandado de segurança em processo penal – ao contrário do *habeas corpus*, que dispensa advogado – deve ser impetrado por advogado e tutela direito líquido e certo, como no caso de decisão arbitrária que não admita a habilitação do assistente de acusação.

RESPOSTA (A) O STF declarou inconstitucional norma do regimento interno do TJDFT que previa sessão secreta para o julgamento das autoridades com foro por prerrogativa de função. ADI 2.970, *DJ* 12-5-2006. (B) Art. 245, CPP. (C) Art. 5º, XLVII, CF. (D) Art. 5º, LI, CF. (E) Art. 5º, LXIX, CF. *Alternativa E.*

8026. (Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE) Em relação aos institutos do direito processual penal, assinale a opção correta.

(A) Compete à justiça federal o processo e o julgamento do delito de interceptação telefônica sem autorização judicial, pois resta evidenciado interesse específico da União em manter a integridade do sistema de comunicação nacional.

(B) Compete ao STJ conhecer e decidir conflito de atribuições entre membros do MP federal e de MP estadual.

(C) É imprescindível a certeza da imparcialidade dos jurados para decretar-se o desaforamento dos processos submetidos ao procedimento do tribunal do júri.

(D) Na hipótese de deslocamento de competência, admite-se a ratificação dos atos decisórios praticados por órgão jurisdicional absolutamente incompetente.

(E) Em medida cautelar de arresto de bens do investigado, tendente a garantir a reparação do dano provocado pelo crime, a meação do cônjuge deve responder ainda que não haja prova de que se tenha beneficiado do produto da infração por atos ilícitos praticados pelo cônjuge.

RESPOSTA (A) Justiça Estadual (CC 98.890/SP, STJ). (B) Art. 105, I, *d*, CF. (C) Art. 427, CPP. (D) Art. 108, § 1º, CPP. (E) Deve haver provas da relação com o crime, sob pena de ofensa ao princípio da lesividade. *Alternativa D.*

8027. (Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE) Com relação às nulidades e aos recursos no âmbito do processo penal, assinale a opção correta.

(A) No processo penal, a falta e a deficiência da defesa técnica constituem nulidade absoluta.
(B) É nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, mas não transcreve a denúncia ou a queixa.
(C) O prazo para a interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal é de cinco dias.
(D) Ao MP é concedido prazo em dobro para a interposição dos recursos criminais.
(E) Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável à acusação, admitem-se embargos infringentes e de nulidade a serem interpostos pelo MP.

RESPOSTA (A) Súmula 523, STF. (B) Súmula 366, STF. (C) Art. 197, Lei n. 7.210/84. (D) Art. 800, § 2º, CP. (E) Art. 609, parágrafo único, CPP. *Alternativa C.*

FCC

I. Aplicação da Lei Penal e da Lei Processual Penal e Princípios Penais

8028. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** Constitui corolário do princípio do contraditório e da ampla defesa:
(A) a indisponibilidade do processo.
(B) a imediatidade.
(C) a isonomia processual.
(D) a indeclinabilidade da jurisdição penal.
(E) o duplo grau de jurisdição.

RESPOSTA Para que o contraditório e a ampla defesa possam ser assegurados no processo, é indispensável que as partes possuam idêntico tratamento, em toda a sua dimensão. *Alternativa C.*

8029. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** A lei processual penal
(A) tem aplicação imediata apenas se beneficiar o acusado.
(B) é de aplicação imediata, sem prejuízo de validade dos atos já realizados.
(C) vigora desde logo e sempre tem efeito retroativo.
(D) é aplicável apenas aos fatos ocorridos após a sua vigência.
(E) tem aplicação imediata apenas nos processos ainda não instruídos.

RESPOSTA Art. 2º, CPP. *Alternativa B.*

8030. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** A lei processual penal
(A) não admite aplicação analógica nem interpretação extensiva.
(B) admite interpretação extensiva, mas não aplicação analógica.
(C) aplica-se desde logo, invalidando-se os atos praticados sob a vigência da lei anterior menos benéfica.
(D) não admite suplemento dos princípios gerais do direito.
(E) admite interpretação extensiva.

RESPOSTA O art. 3º, CPP, é claro nesse sentido, afastando-se as demais alternativas. *Alternativa E.*

8031. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** Sobre o princípio da oficialidade no processo penal e em razão dele, é INCORRETO afirmar:
(A) Tem aplicação, obrigatoriamente, tanto na ação penal pública quanto na ação penal privada.

(B) Os órgãos encarregados de deduzir a pretensão punitiva devem ser órgãos oficiais.
(C) Os órgãos encarregados têm autoridade, podendo requisitar documentos, ressalvadas as restrições constitucionais e legais.
(D) Não se trata de princípio absoluto, pois comporta exceções.
(E) É incabível a ação penal popular prevista em lei especial sobre os crimes de responsabilidade.

RESPOSTA O princípio da oficialidade é próprio da ação penal pública. *Alternativa A.*

II. Inquérito Policial

8032. **(Advogado – METRÔ – 2010 – FCC)** O inquérito policial:

(A) nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá ser sem ela instaurado, pois o ofendido poderá oferecê-la em juízo.
(B) poderá ser arquivado pela autoridade policial, quando, no curso das investigações, ficar demonstrada a inexistência de crime.
(C) somente poderá ser instaurado, nos crimes de ação penal privada, a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
(D) poderá ser instaurado, nos crimes de ação pública, somente mediante requerimento escrito do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
(E) é indispensável para a instauração da ação penal pública pelo Ministério Público.

RESPOSTA (A) Art. 5º, § 4º, CPP. (B) Art. 17, CPP. (C) Art. 5º, § 3º, CPP. (D) Art. 5º, II, CPP. (E) Art. 24, CPP. *Alternativa C.*

8033. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** O inquérito policial

(A) é passível de trancamento por meio de *habeas corpus* quando o fato investigado for atípico.
(B) obedece ao contraditório.
(C) é indispensável para a propositura da ação penal.
(D) tem rito próprio.
(E) interrompe o prazo para o oferecimento da queixa nos crimes de ação privada.

RESPOSTA O *habeas corpus* para trancamento da ação penal é cabível quando há atipicidade manifesta do fato ou da presença de qualquer causa extintiva de punibilidade, como a prescrição (TJSP – HC 291.229-3 – Mirassol – 4ª C.Crim. – Rel. Des. Passos de Freitas). *Alternativa A.*

8034. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Considere os conceitos:

I. Medida acauteladora, de restrição da liberdade de locomoção, por tempo determinado, destinada a possibilitar as investigações a respeito de crimes graves, durante o inquérito policial.
II. Medida cautelar, constituída de privação de liberdade do indigitado autor do crime, e decretada pelo juiz durante o inquérito policial ou instrução criminal em face da existência de pressupostos legais, para resguardar os interesses sociais de segurança.

Esses conceitos referem-se, respectivamente, às prisões

(A) temporária e preventiva.
(B) preventiva e temporária.
(C) administrativa e disciplinar.
(D) disciplinar e decorrente de pronúncia.
(E) disciplinar e administrativa.

RESPOSTA (I) Lei n. 7.960/89. (II) Arts. 311 a 316, CPP. *Alternativa A.*

8035. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Na dinâmica do inquérito policial NÃO se inclui

(A) o reconhecimento de pessoas e coisas.
(B) as acareações.
(C) o pedido de prisão temporária.
(D) a apreensão dos objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
(E) a apresentação, através de advogado, de defesa preliminar por parte do indiciado.

RESPOSTA (A) e (B) Art. 6º, VI, CPP. (C) Art. 1º, I, Lei n. 7.960/89. (D) Art. 6º, II, CPP. (E) Art. 6º, CPP. *Alternativa E.*

8036. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** O inquérito policial

(A) poderá ser instaurado mesmo se não houver nenhuma suspeita quanto à autoria do delito.
(B) não poderá ser instaurado por requisição do Ministério Público.
(C) só poderá ser instaurado para apurar crimes de ação pública.
(D) pode ser arquivado pelo Delegado Geral de Polícia.
(E) poderá ser iniciado nos crimes de ação penal pública condicionada sem a representação do ofendido.

RESPOSTA (A) Art. 5º, § 3º, CPP. (B) Art. 5º, II, CPP. (C) Art. 5º, § 5º, CPP. (D) Art. 17, CPP. (E) Art. 5º, § 4º, CPP. *Alternativa A.*

8037. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** O inquérito policial

(A) poderá ser arquivado por determinação da autoridade policial, desde que através de despacho fundamentado.
(B) pode ser presidido pelo escrivão de polícia, desde que as diligências realizadas sejam acompanhadas pelo Ministério Público.
(C) não exige forma especial, é inquisitivo e pode não ser escrito, em decorrência do princípio da oralidade.
(D) será remetido a juízo sem os instrumentos do crime, os quais serão devolvidos ao indiciado.
(E) não é obrigatório para instruir a ação penal pública que poderá ser instaurada com base em peças de informação.

RESPOSTA (A) Art. 17, CPP. (B) Art. 5º, II, CPP. (C) Art. 9º, CPP. (D) Art. 11, CPP. (E) Art. 28, CPP. *Alternativa E.*

8038. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** O inquérito policial

(A) não pode correr em sigilo, devendo ser submetido à publicidade que rege o processo penal.
(B) não pode ser instaurado por requisição do Ministério Público.
(C) não pode ser arquivado pela autoridade policial, mesmo se forem insuficientes as provas da autoria do delito.
(D) é um procedimento que, pela sua natureza, não permite ao indiciado requerer qualquer diligência.
(E) será encaminhado ao juízo competente desacompanhado dos instrumentos do crime, que serão destruídos na delegacia de origem.

RESPOSTA (A) Art. 20, CPP. (B) Art. 5º, II, CPP. (C) Art. 17, CPP. (D) Art. 14, CPP. (E) Art. 11, CPP. *Alternativa C.*

8039. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Se o crime for de alçada privada, a instauração de inquérito policial

(A) não interrompe o prazo para o oferecimento de queixa.
(B) é indispensável para a propositura da ação penal.
(C) constitui causa de interrupção da prescrição.
(D) suspende o prazo para o oferecimento de queixa.
(E) não pode ocorrer de ofício, admitindo-se, porém, requisição da autoridade judiciária.

RESPOSTA (A) Arts. 41 e 46, CPP. (B) Art. 39, § 5º, CPP. (C) Art. 117, CP. (D) Arts. 41 e 46, CPP. (E) Art. 5º, I e II, CPP. *Alternativa A.*

8040. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** É INCORRETO afirmar que a extinção da punibilidade

(A) será declarada se ocorrer a decadência do direito de queixa.
(B) poderá ser reconhecida em processo de *habeas corpus*.
(C) será declarada, no caso de morte do acusado, à vista da certidão de óbito.
(D) será declarada, na fase do inquérito, pela autoridade policial.
(E) deverá ser declarada de ofício pelo juiz, em qualquer fase do processo.

RESPOSTA (A) Art. 107, IV, CP c/c art. 38, CPP. (B) Art. 648, VII, CPP. (C) Art. 62, CPP. (D) A autoridade policial não tem competência para o ato, que compete apenas ao Judiciário. (E) Art. 61, CPP. *Alternativa D.*

8041. **(Analista – MP-PE – 2012 – FCC)** Instaurado o inquérito policial por crime de ação penal pública, a autoridade policial formulou pedido de prazo para a sua conclusão. O juiz, no entanto, entendendo que não há prova suficiente da autoria, a requerimento do indiciado, determinou o arquivamento dos autos. Nesse caso, o juiz

(A) só poderia ordenar o arquivamento se houvesse requerimento do Ministério Público nesse sentido.
(B) só poderia ordenar o arquivamento antes do encerramento do inquérito se houvesse representação da autoridade policial nesse sentido.
(C) poderia mandar arquivar o inquérito independentemente do assentimento do Ministério Público e da autoridade policial.
(D) só poderia ordenar o arquivamento se o crime fosse de ação penal privada.
(E) só poderia ordenar o arquivamento se o crime fosse de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

RESPOSTA Com efeito, o titular da ação penal pública é o Ministério Público, razão pela qual apenas este poderá promover o arquivamento do IP. Ao magistrado cabe apenas homologá-lo e, caso não concorde, atuar nos termos do art. 28, CPP. *Alternativa A.*

8042. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** Quanto ao inquérito policial, é INCORRETO afirmar:

(A) Nos crimes processados mediante ação penal de iniciativa pública condicionada à representação, é necessária a formulação desta para que o inquérito seja instaurado.
(B) O indiciado poderá requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.
(C) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, prescindíveis ao oferecimento da denúncia.
(D) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito policial, mesmo se verificada a atipicidade do fato investigado.
(E) O inquérito policial é dispensável para a propositura da ação penal.

RESPOSTA (A) Art. 5º, § 4º, CPP. (B) Art. 14, CPP. (C) *Vide* art. 16, CPP. (D) Art. 17, CPP. (E) *Vide* RHC 24.031/SP, STJ e art. 46, § 1º, CPP. *Alternativa C.*

8043. (Promotor – MP-AP – 2012 – FCC) Em relação à busca e à apreensão, é INCORRETO afirmar que

(A) a expedição de mandado é dispensada quando a própria autoridade judiciária a realizar pessoalmente.
(B) se ausentes os moradores, impossível a realização da busca.
(C) as buscas domiciliares devem ser executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite.
(D) o mandado precisa ser específico e indicar o fundamento e a finalidade da busca.
(E) não é permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constitui elemento do corpo de delito.

RESPOSTA (A) Art. 245, § 1º, CPP. (B) *Vide* art. 245, § 4º, CPP. (C) Art. 245, *caput,* CPP. (D) Art. 243 e incisos, CPP. (E) Art. 243, § 2º, CPP. *Alternativa B.*

8044. (Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC) Na sentença absolutória imprópria, o réu

(A) é absolvido em virtude de excludente da ilicitude.
(B) obtém o perdão judicial.
(C) é absolvido, mas recebe medida de segurança.
(D) é condenado, mas depois tem reconhecida a prescrição da pretensão punitiva.
(E) é absolvido em primeira instância e, provido recurso do Ministério Público, condenado pelo Tribunal.

RESPOSTA Na sentença absolutória imprópria se impõe ao réu uma medida de segurança, por ter sido reconhecida a prática da infração penal, não acolhendo, entretanto, a pretensão punitiva. *Alternativa C.*

8045. (Delegado – PC-MA – 2006 – FCC) Em conformidade com o Código de Processo Penal brasileiro, no que tange ao inquérito policial é correto afirmar:

(A) a incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.
(B) o inquérito policial deverá terminar no prazo de 20 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente.
(C) a autoridade policial, atualmente, poderá mandar arquivar autos de inquérito, havendo dispositivo legal expresso autorizando.
(D) o inquérito policial deverá terminar no prazo de 45 dias quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
(E) nos crimes de ação pública ou privada o inquérito policial poderá ser iniciado de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

RESPOSTA (A) Art. 21, CPP. (B) Art. 10, CPP. (C) Art. 17, CPP. (D) Art. 10, CPP. (E) Art. 30, CPP. *Alternativa A.*

8046. (Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC) Presentes os demais pressupostos legais caberá prisão temporária quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado, dentre outros, no crime de

(A) explosão.

(B) incêndio.
(C) extorsão.
(D) aborto.
(E) concussão.

RESPOSTA (A) Art. 1º, III, *d*, Lei n. 7.960/89. *Alternativa C.*

III. Ação Penal e Ação Civil ***Ex Delicto***

8047. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Sobre a ação penal privada subsidiária, é correto afirmar:

(A) Tem cabimento nos crimes de ação pública, se esta não for proposta no prazo legal, tendo o Ministério Público requerido diligências indispensáveis ao oferecimento da denúncia.
(B) No caso de prisão em flagrante, o prazo para sua propositura é de 30 dias, a contar do dia da lavratura do respectivo.
(C) O prazo para sua propositura é de seis meses, a contar do dia em que se esgotar o prazo para o Ministério Público oferecer denúncia.
(D) Se o querelante negligenciar na sua condução, o Ministério Público, mesmo que tenha aditado a queixa, não poderá assumir a titularidade, operando-se a perempção se decorrido o prazo legal para esta.
(E) Tem essa natureza a queixa-crime proposta por funcionário público nos crimes contra a honra quando ofendido em razão do exercício das suas funções, mesmo quando apresentada dentro do prazo para o Ministério Público oferecer denúncia.

RESPOSTA Art. 29 c/c art. 38, CPP. *Alternativa C.*

8048. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Proposta a queixa-crime por parente legitimado do ofendido, nos casos de morte deste, se o querelante desiste da ação ou a abandona, qualquer outro sucessor, igualmente legitimado, poderá prosseguir na ação, ocorrendo a perempção se nenhum deles comparecer no prazo de

(A) 20 dias.
(B) 45 dias.
(C) 60 dias.
(D) 120 dias.
(E) 180 dias.

RESPOSTA Art. 60, II, CPP. *Alternativa C.*

8049. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** Quando a lei penal incriminadora silencia a respeito da ação penal cabível para determinada infração penal, entende-se que a ação penal é

(A) pública condicionada à representação do ofendido.
(B) privada exclusiva.
(C) pública incondicionada.
(D) privada personalíssima.
(E) pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.

RESPOSTA Art. 24, *caput*, CPP. *Alternativa C.*

8050. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** No tocante à ação penal, é correto afirmar que:

(A) é admissível ação privada nos crimes de ação pública, se arquivado o inquérito, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça.
(B) é inadmissível o oferecimento de denúncia sem inquérito policial que a instrua.
(C) em relação à ação penal privada não vigora o princípio da indivisibilidade.
(D) é extensível a todos os autores do crime a renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um deles.
(E) o juiz não poderá declarar de ofício a extinção da punibilidade.

RESPOSTA (A) Art. 29, CPP. (B) Art. 16, CPP. (C) Em relação à ação penal privada VIGORA o princípio da indivisibilidade. (D) Art. 49, CPP. (E) Art. 497, IX, CPP. *Alternativa D.*

8051. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** A ação penal ajuizada pelo ofendido ou por quem tenha condições de representá-lo, nos crime de ação pública, quando não for intentada pelo Ministério Público no prazo legal, denomina-se ação penal

(A) privada exclusiva.
(B) pública incondicionada.
(C) privada subsidiária da pública.
(D) pública condicionada.
(E) privada personalíssima.

RESPOSTA Art. 29, CPP. *Alternativa C.*

8052. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, será de

(A) 10 (dez) dias.
(B) 03 (três) dias.
(C) 08 (oito) dias.
(D) 05 (cinco) dias.
(E) 15 (quinze) dias.

RESPOSTA Art. 46, CPP. *Alternativa D.*

8053. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Aditada a denúncia, o juiz

(A) baixará o processo para que a defesa fale no prazo de oito dias e, se quiser, produza provas, podendo ser ouvidas até três testemunhas.
(B) ouvirá o defensor do acusado no prazo de cinco dias e, admitido o aditamento, designará dia e hora para continuação da audiência, podendo cada parte, no prazo de três dias, arrolar até cinco testemunhas, dispensado novo interrogatório.
(C) abrirá prazo de três dias à defesa, que poderá oferecer prova, arrolando até três testemunhas.
(D) ouvirá o defensor do acusado no prazo de três dias e, admitido o aditamento, designará dia e hora para continuação da audiência, podendo cada parte, no prazo de cinco dias, arrolar até três testemunhas, realizando-se novo interrogatório.
(E) ouvirá o defensor do acusado no prazo de cinco dias e, admitido o aditamento, designará dia e hora para continuação da audiência, podendo cada parte, no prazo de cinco dias, arrolar até três

testemunhas, realizando-se novo interrogatório.

RESPOSTA Art. 384, CPP. *Alternativa E.*

8054. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** A respeito da denúncia e da queixa, é correto afirmar:

(A) A renúncia ao exercício do direito de queixa a um dos autores do crime não impedirá a propositura da ação penal privada contra os demais.
(B) Na ação penal privada, oferecida a queixa, o querelado pode apresentar reconvenção.
(C) A queixa em ação penal privativa do ofendido não poderá ser aditada pelo Ministério Público.
(D) A exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias é um dos elementos tanto da denúncia, como da queixa.
(E) A queixa é ato personalíssimo do ofendido, não podendo ser dada por procurador com poderes gerais, nem especiais.

RESPOSTA *Vide* art. 41, CPP. (A) Art. 49, CPP. (B) Não existe tal instituto do processo penal. (C) Art. 45, CPP. (E) Art. 44, CPP. *Alternativa D.*

8055. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** A representação

(A) deve ser oferecida no prazo máximo de três meses contados da data em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime, sob pena de decadência.
(B) é formalmente rigorosa, exigindo termo específico em que a vítima declare expressamente que deseja representar contra o autor da infração.
(C) admite retratação em qualquer fase do processo, inclusive na execução de sentença.
(D) não pode, em caso de morte do ofendido, ser oferecida por nenhum dos seus sucessores.
(E) não pode ser ampliada pelo Ministério Público para alcançar fatos novos nela não mencionados.

RESPOSTA (A) Art. 38, *caput,* CPP. (B) Inexiste tal previsão legal. Como exemplo, temos o art. 39, § 1º, CPP. (C) Art. 25, CPP. (D) Art. 24, § 1º, CPP. *Alternativa E.*

8056. **(Analista – MP-AP – 2012 – FCC)** Renato ajuizou ação penal privada contra Renê, imputando-lhe crimes de difamação e injúria. Recebida a queixa e designada audiência de instrução, Renato vem a óbito após um acidente de trânsito fatal em rodovia. Com o óbito do querelante,

(A) caberá ao Ministério Público prosseguir na ação penal, assumindo a posição do querelante.
(B) o direito de prosseguir na ação penal passará ao descendente, cônjuge, ascendente, irmão, nessa ordem.
(C) o direito de prosseguir na ação penal passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, nesta ordem.
(D) a ação penal privada será arquivada diante do caráter personalíssimo desta, com a extinção da punibilidade do agente.
(E) o direito de prosseguir na ação penal passará, exclusivamente, aos descendentes ou ascendentes do ofendido.

RESPOSTA *Vide* art. 31, CPP, o qual afasta as demais alternativas. *Alternativa C.*

8057. **(Analista – MP-PE – 2012 – FCC)** Em uma ação penal privada, o querelante deixou de formular pedido de condenação nas alegações finais, limitando-se a pedir que seja feita justiça. Nesse caso,

(A) só poderá condenar o réu se houver pedido de condenação por parte do Ministério Público.
(B) o juiz poderá condenar o querelado, se for essa a sua convicção.
(C) deverá absolver o querelado, em razão da ausência de pedido expresso de condenação pelo querelante.
(D) o juiz deverá considerar perempta a ação penal.
(E) poderá absolver o réu, se for essa a sua convicção e houver pedido expresso nesse sentido pelo Ministério Público.

RESPOSTA *Vide* art. 60, III, *in fine,* CPP. (A) O MP não é parte legítima na ação penal privada. Atua apenas como fiscal. (B) Ver gabarito da *alternativa D.* (C) A perempção é causa de extinção da punibilidade, nos termos do art. 107, CP. (E) Idem. *Alternativa D.*

8058. **(Analista – MP-PE – 2012 – FCC)** Uma denúncia está assim redigida: "José da Silva, no mês de agosto de 2011, praticou crime de peculato. Denuncio-o, por isso, como incurso no art. 312 do Código Penal". Essa denúncia deve ser
(A) recebida, porque contém dados suficientes para que o réu possa dela se defender.
(B) recebida, porque menciona a época aproximada do fato, o nome do réu e o delito de que é acusado.
(C) rejeitada, porque não contém o rol de testemunhas.
(D) recebida, porque os detalhes e circunstâncias do fato constam do inquérito policial.
(E) rejeitada, por inépcia, uma vez que não descreve o fato criminoso com todas as suas circunstâncias.

RESPOSTA Nos termos do art. 41, CPP, a denúncia deverá expor todo o fato criminoso e suas circunstâncias, o que não se faz presente. Portanto, a denúncia é inepta e deve ser rejeitada, nos termos do art. 395, I, CPP. *Alternativa E.*

8059. **(Analista – MP-PE – 2012 – FCC)** Em uma ação penal privada, o juiz
(A) não pode, em razão da natureza da ação, decretar a prisão preventiva do querelado.
(B) só pode decretar a prisão preventiva do querelado se houver requerimento do Ministério Público.
(C) pode decretar a prisão preventiva do querelado de ofício somente se houver representação da autoridade policial.
(D) só pode decretar a prisão preventiva do querelado se houver requerimento do querelante.
(E) pode decretar a prisão preventiva do querelado de ofício, mesmo se não houver requerimento do Ministério Público, do querelante ou de representação da autoridade policial.

RESPOSTA *Vide* art. 312, CPP. A prisão preventiva pode ser decretada de ofício, em qualquer fase do inquérito policial e do processo penal, pelo magistrado. *Alternativa E.*

8060. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** No tocante ao assistente de acusação, é correto afirmar que
(A) o ofendido poderá intervir como assistente em qualquer ação penal.
(B) a admissão do assistente fica condicionada à manifestação do Ministério Público.
(C) da decisão que admitir o assistente de acusação caberá recurso em sentido estrito.
(D) ao assistente é proibido arrazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público.
(E) o assistente será admitido até o início da instrução do processo.

RESPOSTA (A) Art. 268, CPP. (B) Art. 272, CPP. (C) Art. 273, CPP. (D) Art. 271, CPP. (E) Art. 269, CPP. *Alternativa B.*

8061. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** No tocante à ação penal,

(A) a representação é retratável até o recebimento da denúncia.
(B) o acusador não poderá desistir da ação penal.
(C) em regra, o ofendido ou seu representante tem prazo de 30 (trinta) dias para oferecimento de queixa.
(D) no caso de morte do ofendido, extingue-se imediatamente a punibilidade do autor do fato.
(E) as fundações, associações e sociedades legalmente constituídas poderão exercer ação penal.

RESPOSTA (A) Art. 25, CPP. (B) Art. 42, CPP. (C) Art. 38, *caput,* CPP. (D) Art. 24, § 1º, CPP. (E) Art. 37, CPP. *Alternativa E.*

8062. (Promotor – MP-AP – 2012 – FCC) Em relação aos sujeitos processuais, é correto afirmar:

(A) O prazo para o assistente recorrer supletivamente começa a correr imediatamente após o transcurso do prazo do Ministério Público.
(B) O assistente será admitido enquanto não for proferida sentença de mérito na ação penal condenatória.
(C) Desde que devidamente habilitado, o corréu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.
(D) Após o advento da Constituição da República de 1988, a queixa subsidiária deixou de ser admissível.
(E) Nos casos a serem submetidos ao tribunal do júri, a assistência deverá ser requerida até 3 (três) dias antes do julgamento para que possa o assistente participar do julgamento em Plenário.

RESPOSTA (A) *Vide* Súmula 448, STF. (B) Art. 269, CPP. (C) Art. 270, CPP. (D) Art. 29, CPP. (E) Art. 430, CPP. *Alternativa A.*

8063. (Promotor – MP-AP – 2012 – FCC) Quando o acusado é citado por hora certa e não comparece ao processo, na fase seguinte,

(A) se não for apresentada defesa no prazo legal, será decretada a revelia do acusado e nomeado defensor dativo para representá-lo na audiência de instrução e julgamento.
(B) será suspenso o processo e o curso do prazo prescricional e não será praticado qualquer ato processual até que o acusado se faça presente, quer pessoalmente, quer por meio de seu defensor constituído.
(C) será suspenso o processo e o curso do prazo prescricional até que o acusado se faça presente, quer pessoalmente, quer por meio de seu defensor constituído, e será produzida prova antecipada a pedido do Ministério Público.
(D) se não for apresentada defesa no prazo legal, será nomeado defensor para oferecer defesa escrita e o processo seguirá à revelia do acusado.
(E) o acusado será citado por edital e, se não for oferecida defesa no prazo legal, será nomeado defensor dativo para apresentar defesa escrita e o processo seguirá à revelia do acusado.

RESPOSTA O acusado citado por hora certa que não comparecer terá a nomeação de defensor dativo, e, como foi citado, ainda que fictamente, o processo correrá à sua revelia. *Vide* art. 362, parágrafo único, e art. 367, CPP. *Alternativa D.*

8064. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) Em relação ao sequestro de bens previsto no Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) caberá o sequestro de bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, salvo se já tiverem sido transferidos a terceiro.

(B) para a decretação do sequestro, bastará a existência de suspeita da proveniência ilícita dos bens.
(C) o ofendido não tem legitimidade para requerer sequestro de bens.
(D) o sequestro será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.
(E) admite caução do indiciado.

RESPOSTA (A) Art. 125, CPP. (B) Art. 126, CPP. (C) Art. 127, CPP. (D) Art. 131, I, CPP. (E) Art. 131, II, CPP. *Alternativa D.*

8065. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** A ação penal privada subsidiária

(A) poderá ser intentada por qualquer do povo quando o requerimento do Ministério Público de arquivamento de inquérito policial não for acolhido pelo Poder Judiciário.
(B) será admitida se a denúncia não for apresentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
(C) será admitida se a denúncia não for apresentada no prazo legal, cabendo apenas ao Ministério Público intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso.
(D) será admitida se a denúncia não for apresentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público apenas retomar a ação como parte principal no caso de negligência do querelante até a sentença de primeiro grau.
(E) será admitida se a queixa-crime não for apresentada no prazo legal, cabendo ao querelante titular do direito da ação penal privada aditar a queixa, repudiá-la e oferecer queixa-crime substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

RESPOSTA Art. 29, CPP. *Alternativa B.*

8066. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** No tocante à ação penal, é correto afirmar que

(A) a representação será retratável, depois de recebida a denúncia.
(B) o prazo para oferecimento da denúncia será de 8 (oito) dias, estando o réu preso, e de 15 (quinze) dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
(C) as fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer ação penal.
(D) não se admite renúncia tácita, no caso de ação penal de iniciativa privada.
(E) considerar-se-á perempta a ação penal quando, após iniciada, o Ministério Público deixar de promover o andamento do processo ou dele desistir.

RESPOSTA (A) Art. 25, CPP. (B) Art. 46, CPP. (C) Art. 37, CPP. (D) Art. 57, CPP. (E) Art. 60, I, CPP. *Alternativa C.*

8067. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** Sobre a ação penal, é correto afirmar que

(A) a ação penal de iniciativa privada, subsidiária da pública, pode ser intentada por qualquer do povo quando o requerimento de arquivamento, formulado pelo Ministério Público, não for acolhido pelo juiz.
(B) no caso de ação penal pública condicionada, a representação é retratável até o recebimento da denúncia.
(C) no caso de ação penal de iniciativa privada, o Ministério Público pode recorrer se o acusado for absolvido.
(D) o princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada obriga a que todos os

querelantes exerçam a ação penal.

(E) o perdão poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.

RESPOSTA (A) Arts. 29 e 30, CPP. (B) Art. 25, CPP. (C) O MP não pode recorrer, pois vige o princípio da disponibilidade, e o legitimado é apenas o querelante. (D) Art. 48, CPP. (E) Art. 55, CPP. *Alternativa E*.

IV. Jurisdição e Competência

8068. (Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC) A competência será determinada pela continência quando

(A) a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

(B) duas ou mais infrações houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.

(C) duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

(D) duas ou mais infrações houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas, umas contra as outras.

(E) duas ou mais infrações houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar.

RESPOSTA (A) Art. 76, III, CPP. (B) Art. 76, II, CPP. (C) Art. 77, I, CPP. (D) Art. 76, I, CPP. (E) Art. 76, I, CPP. *Alternativa C.*

8069. (Advogado – METRÔ – 2010 – FCC) A respeito da competência, considere:

I. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.

II. Nos casos de exclusiva ação penal privada, o querelante só poderá ajuizar a ação no foro do domicílio ou residência do réu.

III. Na competência por conexão ou continência, no concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração à qual for cominada pena mais grave.

Está correto o que consta SOMENTE em

(A) I e II.

(B) III.

(C) I e III.

(D) II e III.

(E) I.

RESPOSTA (I) Art. 72, CPP. (II) Art. 73, CPP. (III) Art. 78, II, *a*, CPP. *Alternativa B.*

8070. (Analista – TRE-PR – 2012 – FCC) A respeito da competência, considere:

I. O foro competente do caso de tentativa é o do local em que o delito iria se consumar.

II. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

III. A competência será determinada pela conexão e implicará reunião dos processos, mesmo que um ou alguns deles já tenham sido julgados.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.
(D) I e III.
(E) II e III.

RESPOSTA (I) Art. 70, CPP. (II) Art. 72, CPP. (III) Art. 81, CPP. *Alternativa B.*

8071. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** A competência será determinada pela continência

(A) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas.
(B) quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
(C) se os crimes forem praticados por várias pessoas, umas contra as outras.
(D) quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
(E) se os crimes foram praticados para facilitar ou ocultar outros.

RESPOSTA (A) Art. 76, I, CPP. (B) Art. 77, I, CPP. (C) Art. 76, I, CPP. (D) Art. 76, III, CPP. (E) Art. 76, II, CPP. *Alternativa B.*

8072. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, nas infrações penais comuns, os

(A) chefes de missão diplomática de caráter permanente.
(B) membros dos Tribunais Regionais do Trabalho.
(C) Ministros de Estado.
(D) membros do Congresso Nacional.
(E) os juízes federais, da Justiça Militar e do Trabalho.

RESPOSTA Art. 105, I, *a*, CF. *Alternativa B.*

8073. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** Sobre a competência, de acordo com o Código de Processo Penal, analise as assertivas abaixo.

I. Tratando-se de infração permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será determinada pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
II. Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
III. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
IV. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante não poderá preferir o foro de domicílio ou de residência do réu se conhecido o lugar da infração.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e IV.
(B) II e IV.
(C) III e IV.
(D) II e III.
(E) I e II.

RESPOSTA (I) Art. 71, CPP. (II) Art. 70, § 3º, CPP. (III) Art. 72, CPP. (IV) Art. 73, CPP. *Alternativa D.*

8074. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** Na hipótese de crime cuja execução tenha sido

iniciada no território nacional, mas a consumação tenha ocorrido fora dele, a competência será determinada

(A) pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
(B) pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o primeiro ato de execução.
(C) pela prevenção.
(D) pela residência ou domicílio do réu.
(E) pelo lugar onde ocorreu a consumação.

RESPOSTA Art. 70, § 1º, CPP. *Alternativa A.*

8075. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente, nos crimes comuns,

(A) os membros dos Tribunais Regionais Federais.
(B) o Procurador-Geral da República.
(C) os Ministros de Estado.
(D) os membros do Tribunal de Contas da União.
(E) os chefes de missão diplomática de caráter permanente.

RESPOSTA Art. 105, I, *a*, CF. *Alternativa A.*

8076. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** Em relação à competência no processo penal, é correto afirmar que

(A) a competência especial por prerrogativa de função prevalece ainda que o inquérito policial ou ação judicial sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública.
(B) a competência se dá pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
(C) nos casos de exclusiva ação privada, o querelante pode preferir o foro de domicílio ou residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
(D) é necessária a separação dos processos quando, por motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.
(E) a competência é determinada pela continência se, no mesmo caso, houverem sido algumas das infrações praticadas para facilitar ou ocultar as outras.

RESPOSTA (A) *Vide* ADI 2.797/DF, STF. (B) Continência. *Vide* art. 77, I, CPP. (C) *Vide* Art. 73, CPP. (D) Art. 80, CPP. (E) Art. 77, I e II, CPP. *Alternativa C.*

8077. **(Analista – MP-PE – 2012 – FCC)** A doutrina denomina conexão instrumental a que ocorre quando

(A) uma infração tiver sido praticada para facilitar ou ocultar outra.
(B) duas ou mais infrações forem praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas.
(C) a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
(D) duas ou mais infrações forem praticadas por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar.
(E) uma infração tiver sido praticada para conseguir impunidade ou vantagem de outra.

RESPOSTA A conexão instrumental, também denominada conexão probatória, significa que a prova de uma infração é necessária e interfere na prova de outra. Exemplo: furto e receptação. Sem a prova do furto, não há como se provar a

receptação. *Alternativa C.*

8078. (Analista – MP-AP – 2012 – FCC) Sobre a competência, de acordo com o Código de Processo Penal, analise as hipóteses abaixo.

I. Paulo responde processo por crime de homicídio na comarca de Macapá. Iran é arrolado como testemunha de defesa e ouvido na comarca de Oiapoque, por intermédio de carta precatória. Praticado falso testemunho pela testemunha Iran o juízo competente para processar e julgar este delito é o juízo deprecado, da comarca de Oiapoque.

II. No caso de crime de estelionato cometido por meio de saque em conta bancária, mediante uso de senha e de cartão magnético, a competência para processar e julgar é do local onde a conta corrente é mantida e não do local onde o dinheiro foi retirado.

III. Fabio comete 10 crimes de furto contra residências diversas, na mesma noite e em três cidades e comarcas vizinhas, em continuidade delitiva, com o mesmo *modus operandi*. Neste caso, os juízes das três comarcas são competentes para apuração da infração penal, firmando-se a competência pela prevenção.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) I e II.
(E) II.

RESPOSTA (I) Art. 69, I, CPP. (II) Art. 69, I, CPP. *Vide* HC 36.760/RJ, STJ. (III) Art. 71, CPP. *Alternativa B.*

V. Procedimentos, Provas, Sentença, Citações e Intimações, Processos e Questões Incidentes, Sujeitos Processuais

8079. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) De acordo com o disposto na Lei n. 9.296/96,

(A) não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas se o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
(B) a interceptação telefônica não poderá ser decretada de ofício pelo juiz.
(C) a decisão que decretar a interceptação telefônica será fundamentada, sob pena de nulidade, mas não precisará indicar a forma de execução da diligência.
(D) a gravação que não interessar à prova não poderá ser inutilizada, devendo ser mantida para fins de defesa.
(E) o representante do Ministério Público poderá requerer a realização de interceptação telefônica na instrução processual penal, mas não na investigação criminal.

RESPOSTA (A) Art. 2º, III, Lei n. 9.296/96. (B) Art. 3º, *caput*, Lei n. 9.296/96. (C) Art. 5º, Lei n. 9.296/96. (D) Art. 9º, Lei n. 9.296/96. (E) Art. 3º, II, Lei n. 9.296/96. *Alternativa A.*

8080. (Promotor – MP-PE – 2008 – FCC) A interceptação telefônica, nos termos da lei, será admitida

(A) mesmo que a prova possa ser feita por outros meios disponíveis.
(B) quando houver indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal.
(C) em infração penal punida com qualquer tipo de pena.

(D) a pedido de qualquer pessoa que tenha interesse no fato a ser investigado.
(E) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável por mais trinta.

RESPOSTA (A) Art. 2º, II, Lei n. 9.296/96. (B) Art. 2º, I, Lei n. 9.296/96. (C) Art. 2º, III, Lei n. 9.296/96. (D) Art. 3º, Lei n. 9.296/96. (E) Art. 5º, Lei n. 9.296/96. *Alternativa B.*

8081. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** A regra que, no processo penal, atribui à acusação, que apresenta a imputação em juízo através de denúncia ou de queixa-crime, o ônus da prova é decorrência do princípio

(A) do contraditório.
(B) do devido processo legal.
(C) do Promotor natural.
(D) da ampla defesa.
(E) da presunção de inocência.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LV, CF/88. (B) Art. 5º, LIV, CF/88. (C) Art. 128, § 5º, I, *b*, CF/88. (D) Art. 5º, VL, CF/88. (E) Art. 5º, LVII, CF/88. *Alternativa E.*

8082. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** Quanto ao exame de corpo de delito e às perícias em geral, de acordo com o Código de Processo Penal:

(A) Os exames de corpo de delito serão feitos por dois peritos oficiais.
(B) Se a infração deixar vestígios, a ausência do exame de corpo de delito pode ser suprida pela confissão do acusado.
(C) Ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado é facultada a indicação de assistente técnico.
(D) Os peritos não oficiais ficarão dispensados de compromisso se forem especialistas na matéria objeto da perícia e tiverem prestado compromisso em entidade de classe.
(E) O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de cinco dias, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, a requerimento do Ministério Público.

RESPOSTA (A) Art. 159, CPP. (B) Art. 158, *in fine*, CPP. (C) Art. 159, § 3º, CPP. (D) Art. 159, § 2º, CPP. (E) Art. 160, parágrafo único, CPP. *Alternativa C.*

8083. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** O exame de corpo de delito

(A) é dispensável e pode ser suprido pela confissão do acusado.
(B) não pode ser feito entre 22:00 e 6:00 horas.
(C) não pode ser feito aos domingos e feriados.
(D) pode ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
(E) deve ser sempre direto, não podendo jamais ser indireto.

RESPOSTA (A) Art. 158, CPP. (B) Art. 161, CPP. (C) Art. 161, CPP. (D) Art. 161, CPP. (E) Art. 158, CPP. *Alternativa D.*

8084. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Em relação à prova no processo penal, é correto afirmar que

(A) não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal não poderá suprir-lhe a falta.
(B) a autópsia será feita até 6 (seis) horas depois do óbito.
(C) o interrogatório do réu preso será realizado obrigatoriamente em sala própria no estabelecimento

em que estiver recolhido ou por sistema de videoconferência.

(D) a confissão é divisível e retratável.

(E) havendo mais de um acusado, serão interrogados conjuntamente.

RESPOSTA (A) Art. 167, CPP. (B) Art. 162, CPP. (C) Art. 185, §§ 1º e 2º, CPP. (D) Art. 200, CPP. (E) Art. 191, CPP. *Alternativa D.*

8085. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Analise as seguintes situações sobre as testemunhas, de acordo com o Código do Processo Penal:

I. Tício, padre de uma paróquia na cidade de São Paulo, mantém contato, no exercício de sua atividade religiosa, com uma determinada pessoa que lhe conta com detalhes, em função da fé no confessionário, que presenciou um delito de homicídio na porta da sua casa, praticado contra um vizinho. Tício poderá figurar como testemunha, mas está proibido de prestar depoimento em juízo, salvo se quiser e for desobrigado pela parte interessada.

II. O Presidente do Superior Tribunal de Justiça é arrolado como testemunha em um processo-crime que tramita em uma das Varas Criminais da Comarca de São Paulo. Neste caso, ele será inquirido em local, dia e hora previamente ajustados com o juiz do processo, podendo optar, também, pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes, lhes serão transmitidas por ofício.

III. Em regular audiência de instrução e julgamento está sendo ouvida testemunha arrolada pela acusação. O juiz não poderá indeferir perguntas formuladas pelo advogado do réu, mesmo se não tiverem relação com o processo.

Está correto o que consta SOMENTE em

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) I e III.

(E) II e III.

RESPOSTA (I) Art. 207, CPP. (II) Art. 221, § 1º, CPP. (III) Art. 400, § 1º, CPP. *Alternativa A.*

8086. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Em relação às testemunhas, é correto afirmar que

(A) as pessoas impossibilitadas por enfermidade ou velhice serão dispensadas de depor.

(B) será permitida à testemunha breve consulta a apontamentos.

(C) as pessoas com dever de sigilo são proibidas de depor mesmo se desobrigadas pela parte interessada.

(D) as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, exceto se não tiverem relação com a causa.

(E) se o juiz reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, remeterá cópia do depoimento para o Ministério Público, para instauração de inquérito.

RESPOSTA (A) Art. 220, CPP. (B) Art. 204, parágrafo único, CPP. (C) Art. 207, CPP. (D) Art. 212, CPP. (E) Art. 211, CPP. *Alternativa B.*

8087. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** A circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias, no âmbito do processo penal,

(A) serve como elemento formador de convicção do Promotor de Justiça em matéria de Tribunal do Júri.
(B) tem expressa disposição no Título II do Código de Processo Penal que trata do inquérito policial e a prevê como consideração à autoridade policial no âmbito meramente investigativo.
(C) não tem qualquer valor legal por vedar a Constituição Federal qualquer espécie de presunção por ofensa ao princípio do contraditório.
(D) considera-se indício e é um dos meios de prova.
(E) é expressão legal do princípio acusatório no processo penal.

RESPOSTA Art. 239, CPP. *Alternativa D.*

8088. **(Delegado – PC-MA – 2006 – FCC)** Considere as afirmativas abaixo a respeito das medidas assecuratórias.

I. O juiz poderá ordenar o sequestro de bens imóveis, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa.
II. Se houver indícios veementes da proveniência ilícita dos bens móveis poderá ser decretado sequestro deles desde que no caso não caiba apreensão.
III. O Ministério Público detém a legitimidade exclusiva para requerer a hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado até a prolação de sentença.
IV. A medida assecuratória de sequestro autuar-se-á em apartado e admitirá embargos de terceiro.

De acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em:

(A) I, II e III.
(B) I e III.
(C) I, II e IV.
(D) II e IV.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 127, CPP. (II) Art. 126, CPP. (III) Art. 134, CPP. (IV) Art. 129, CPP. *Alternativa C.*

8089. **(Delegado – PC-MA – 2006 – FCC)** Considere as situações abaixo.

I. No processo Y funcionou parente consanguíneo do Juiz em linha colateral de 3º grau como órgão do Ministério Público.
II. No processo Z o juiz é amigo íntimo da vítima, sendo que frequenta sua residência.
III. No processo W parente afim do Juiz em linha colateral de 2º grau é diretamente interessado no feito.
IV. O fato objeto do processo X é análogo ao do processo em que descendente do juiz está respondendo e cujo caráter criminoso haja controvérsia.

De acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, o juiz estará impedido de exercer jurisdição nos processos:

(A) W e X.
(B) Y e Z.
(C) Z e X.
(D) Y e W.
(E) Z e W.

RESPOSTA (I) Art. 252, I, CPP. (II) Art. 254, I, CPP. (III) Art. 252, I, CPP. (IV) Art. 254, II, CPP. *Alternativa D.*

8090. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** Em relação à citação, segundo a legislação processual penal em vigor analise as seguintes assertivas:

I. Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

II. Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 30 (trinta) dias.

III. Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida pelo Código de Processo Civil.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.
(B) III.
(C) I e II.
(D) I e III.
(E) II e III.

RESPOSTA (I) Art. 368, CPP. (II) Art. 361, CPP. (III) Art. 362, CPP. *Alternativa D.*

8091. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** Considere as seguintes assertivas sobre as citações e intimações:

I. Verificando-se que o réu se oculta para não ser citado, a citação far-se-á por edital, com o prazo de 5 (cinco) dias.

II. A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á, em regra, pessoalmente, mas poderá ser feita por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, se assim for requerido.

III. O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.

IV. Adiada, por qualquer motivo, a instrução criminal, o juiz marcará desde logo, na presença das partes e testemunhas, dia e hora para seu prosseguimento, do que se lavrará termo nos autos.

De acordo com o Código de Processo Penal, está correto o que consta APENAS em

(A) II, III e IV.
(B) I e II.
(C) I, III e IV.
(D) III e IV.
(E) I, II e III.

RESPOSTA (I) Art. 362, CPP. (II) Art. 391, CPP. (III) Art. 367, CPP. (IV) Art. 372, CPP. *Alternativa D.*

8092. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** O Código de Processo Penal prevê as seguintes espécies de exceções:

(A) impedimento; suspeição; incompetência de juízo; litispendência e coisa julgada.
(B) incompetência de juízo; litispendência; ilegitimidade de parte e coisa julgada.
(C) suspeição; incompetência de juízo; litispendência e coisa julgada.
(D) impedimento; suspeição; incompetência de juízo; litispendência; ilegitimidade de parte; coisa julgada e da verdade.
(E) suspeição; incompetência de juízo; litispendência; ilegitimidade de parte e coisa julgada.

RESPOSTA Art. 95, CPP. *Alternativa E.*

8093. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** O juiz dar-se-á por suspeito se

(A) tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.

(B) ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha.

(C) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

(D) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

(E) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

RESPOSTA Art. 254, II, CPP. *Alternativa E.*

8094. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** O Juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes

(A) se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

(B) quando estiver funcionado no processo como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

(C) se ele próprio houver servido como testemunha no processo.

(D) se tiver funcionado no processo seu parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como autoridade policial.

(E) quando seu cônjuge for diretamente interessado no feito.

RESPOSTA Art. 254, VI, CPP. *Alternativa A.*

8095. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** Sobre a sentença proferida em processo criminal, é correto afirmar:

(A) Se o juiz omitir-se sobre a manutenção de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, considera-se essa prorrogada automaticamente até o trânsito em julgado.

(B) O juiz mencionará apenas as circunstâncias agravantes ou atenuantes requeridas pelas partes em alegações finais ou debates e cuja existência reconhecer.

(C) O juiz fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

(D) O juiz fica restringido aos limites do pedido do Ministério Público em alegações finais se esse for de imputação menos grave do que a contida na denúncia.

(E) Em hipótese alguma poderá determinar a publicação da sentença na íntegra ou em resumo em jornal.

RESPOSTA (A) Art. 387, § 1º, CPP. (B) Art. 387, I, CPP. (C) Art. 387, IV, CPP. (D) Art. 534, CPP. (E) Art. 387, VI, CPP. *Alternativa C.*

8096. **(Analista – TRE-PR – 2012 – FCC)** A decisão que julga extinta a punibilidade do acusado classifica-se como sentença

(A) absolutória.

(B) condenatória.
(C) declaratória.
(D) constitutiva.
(E) mandamental.

RESPOSTA Sentença declaratória é aquela que declara a existência ou inexistência de uma relação jurídica. No caso penal, a sentença declara que a pessoa não cumprirá pena, pois sua punibilidade foi extinta. *Alternativa C.*

8097. (Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC) Na sentença, o juiz

(A) sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, vetada, no entanto, a aplicação de pena mais grave.
(B) verificará a possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, se atribuir definição jurídica diversa ao fato.
(C) não fica adstrito aos termos do aditamento.
(D) se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, baixará os autos para que o Ministério Público adite a denúncia no prazo de 10 (dez) dias, dispensado novo interrogatório do réu.
(E) não poderá reconhecer circunstância atenuante, se não alegada pelas partes.

RESPOSTA (A) Art. 383, CPP. (B) Art. 383, § 1º, CPP. (C) Art. 384, § 4º, CPP. (D) Art. 384, CPP. (E) Art. 387, I, CPP. *Alternativa B.*

8098. (Promotor – MP-CE – 2011 – FCC) O art. 366 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei n. 9.271, de 17 de abril de 1996, dispõe sobre a suspensão do processo penal. Sobre esse instituto e sua aplicação é correto afirmar que

(A) a suspensão do processo é regra geral em caso de revelia no processo penal.
(B) haverá apenas suspensão dos prazos e do curso do processo, podendo o juiz determinar a produção de provas urgentes antecipadamente.
(C) a prisão preventiva apenas poderá ser decretada diante da impossibilidade de aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão.
(D) a suspensão do prazo prescricional interrompe-se pela prática de novo delito pelo acusado.
(E) a decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.

RESPOSTA (A) A suspensão do processo restringe-se ao caso de não atendimento a citação editalícia, com ausência do réu e não constituição de defensor. (B) Art. 366, CPP. (C) Art. 311 e seguintes, CPP. (D) O prazo prescricional refere-se à prescrição da pretensão punitiva, cujo rol de causas interruptivas não contempla a prática de novo delito, consoante se observa do art. 117, CP. (E) Súmula 455, STJ. *Alternativa E.*

8099. (Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC) Segundo o estabelecido pelo Código de Processo Penal,

(A) o juiz, nos casos de ação penal de iniciativa pública, não poderá proferir sentença condenatória caso o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.
(B) o juiz, sem modificar a descrição do fato contido na denúncia, somente poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa e aplicar pena mais grave se determinar o aditamento da inicial pelo Ministério Público.
(C) a defesa poderá, no prazo de cinco dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela

houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.

(D) o juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

(E) a intimação da sentença, se o réu estiver preso, será feita a ele pessoalmente ou ao defensor por ele constituído.

RESPOSTA (A) Art. 385, CPP. (B) Art. 383, CPP. (C) Art. 382, CPP. (D) Art. 387, IV, CPP. (E) Art. 392, I, CPP. *Alternativa D.*

8100. **(Analista – TRF-4 – 2010 – FCC)** No que se refere aos assistentes, é certo que

(A) do despacho que admitir ou não o assistente caberá recurso em sentido estrito.

(B) o Ministério Público não será ouvido sobre a admissão do assistente.

(C) o assistente será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.

(D) caberá ao juiz decidir acerca da realização das provas propostas pelo assistente, independentemente da oitiva do Ministério Público.

(E) a eles não será permitido arrazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público.

RESPOSTA (A) Art. 273, CPP. (B) Art. 272, CPP. (C) Art. 269, CPP. (D) Art. 271, § 1º, CPP. (E) Art. 271, CPP. *Alternativa C.*

8101. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** No que concerne aos sujeitos processuais, é correto afirmar que

(A) é cabível recurso em sentido estrito da decisão que não admite o assistente do Ministério Público.

(B) ocorre suspeição do juiz, se este for administrador de sociedade interessada no processo.

(C) poderá ser perito no processo aquele que tiver opinado anteriormente sobre o objeto da perícia, desde que tal ressalva conste do preâmbulo do laudo.

(D) a defesa técnica, quando realizada por defensor público ou constituído, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.

(E) é suspeito o juiz que for amigo íntimo ou inimigo capital do defensor do acusado.

RESPOSTA (A) O rol do art. 581, CPP, é taxativo e não contempla a possibilidade de recorrer da decisão que não admite o assistente do MP. (B) Art. 254, VI, CPP. (C) Art. 279, II, CPP. (D) Art. 261, parágrafo único, CPP. (E) Art. 254, I, CPP. *Alternativa B.*

8102. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** Tratando-se de questão prejudicial facultativa, de competência do juízo cível, onde já existe processo em andamento, o juiz criminal pode suspender o curso do processo penal, marcando o prazo da suspensão. Decorrido esse prazo sem que o juiz cível tenha proferido decisão, o juiz criminal

(A) fixará novo prazo e comunicará o fato ao Procurador-Geral de Justiça para que determine ao Promotor de Justiça do processo penal que intervenha no processo cível para solução da prejudicial.

(B) fixará novo e fatal prazo para o juiz cível decidir a questão.

(C) comunicará o fato à Corregedoria-Geral de Justiça e aguardará a solução do processo cível, sem fixar novo prazo.

(D) julgará extinto o processo sem julgamento do mérito.

(E) fará prosseguir o processo retomando sua competência para resolver o mérito, de forma ampla, abrangendo as questões de fato e de direito.

RESPOSTA Art. 93, § 1º, CPP. *Alternativa E.*

8103. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** O ofendido ou seu representante legal poderá intervir no processo como assistente do Ministério Público. Quanto a essa intervenção, é correto afirmar:

(A) O assistente poderá ser admitido em qualquer fase da ação penal pública, enquanto não transitar em julgado a sentença.
(B) O assistente não poderá ser admitido após a prolação da sentença, ainda que pendente recurso da acusação.
(C) O assistente tem direito de pedir a repetição de prova produzida antes da sua admissão.
(D) Se o assistente, devidamente intimado, deixar de comparecer a qualquer ato de instrução, a audiência será redesignada, sendo ele intimado para a nova audiência, independentemente do motivo alegado para a ausência.
(E) Do despacho que não admitir a admissão do assistente cabe recurso em sentido estrito, nos termos do Código de Processo Penal.

RESPOSTA (A) e (B) Art. 269, CPP. (C) Art. 271, CPP. (D) Art. 271, § 2º, CPP. (E) Art. 273, CPP. *Alternativa A.*

8104. **(Advogado – METRÔ – 2010 – FCC)** A respeito do procedimento ordinário, é correto afirmar que

(A) terá início com o interrogatório do réu.
(B) a defesa prévia será apresentada até três dias após o interrogatório.
(C) serão ouvidas, na instrução, até cinco testemunhas.
(D) as alegações finais orais serão oferecidas no prazo de duas horas.
(E) o juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença.

RESPOSTA (A) Art. 396, CPP. B) Art. 552, CPP. (C) Art. 401, CPP. (D) Art. 411, § 4º, CPP. (E) Art. 399, § 2º, CPP. *Alternativa E.*

8105. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** No tocante à prova, o juiz

(A) formará sua convicção pela livre apreciação da produzida nos autos, sem qualquer restrição.
(B) poderá, de ofício, ordenar a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, mas apenas depois de iniciada a ação penal.
(C) formará sua convicção pela livre apreciação da produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão em provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
(D) observará a necessidade, adequação e proporcionalidade da produção antecipada de provas, mesmo antes de iniciada a ação penal.
(E) não poderá determinar, de ofício, no curso da instrução, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

RESPOSTA (A) Art. 155, *caput* e parágrafo único, CPP. (B) Art. 156, I, CPP. (C) Art. 155, *caput*, CPP. (D) Art. 156, I, CPP. (E) Art. 156, II, CPP. *Alternativa D.*

8106. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Devem ser intimados pessoalmente o

(A) advogado do assistente e o defensor público.
(B) defensor nomeado e o Ministério Público.
(C) advogado do querelante e o defensor público.
(D) Ministério Público e o advogado do assistente.

(E) defensor nomeado e o advogado do querelante.

RESPOSTA Art. 420, I, CPP. *Alternativa B.*

8107. (Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC) A citação

(A) é admissível por hora certa, estabelecendo a legislação processual penal forma específica e determinada.
(B) do réu preso é dispensável, bastando a requisição.
(C) procedida por edital de réu preso em outra unidade da federação é nula, segundo entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.
(D) procedida pessoalmente não conduz à suspensão do processo se o réu deixar de comparecer a algum ato.
(E) é inadmissível por carta precatória.

RESPOSTA (A) Art. 362, CPP. (B) Art. 360, CPP. (C) Súmula 351, STF. (D) Art. 367, CPP. (E) Art. 353, CPP. *Alternativa D.*

8108. (Analista – TRF-2 – 2012 – FCC) No que concerne à intimação, considere:

I. Far-se-á pessoalmente a intimação do Ministério Público.
II. A intimação do defensor nomeado será feita pelo Diário Oficial.
III. Observados os requisitos legais, será admissível a intimação por despacho, na petição em que for requerida.

Está correto o que consta SOMENTE em

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) I.
(E) III.

RESPOSTA (I) Art. 370, § 4º, CPP. (II) Art. 370, § 4º, *in fine,* CPP. (III) Art. 371, CPP. *Alternativa B.*

8109. (Analista – MP-AP – 2012 – FCC) Plínio é denunciado pelo Ministério Público como incurso no artigo 121, do Código Penal (homicídio). Expedido mandado para citação pessoal, o Oficial de Justiça verifica que o réu Plínio se oculta para não ser citado, certificando nos autos. Neste caso,

(A) o réu deverá ser citado por hora certa, de acordo com as normas preconizadas pelo Código de Processo Civil.
(B) a citação do réu deverá ser feita via correio com aviso de recebimento.
(C) o réu deverá ser citado por edital.
(D) a citação do réu deverá ser feita na pessoa de um vizinho, familiar ou funcionário da empresa ou edifício onde reside.
(E) o Oficial de Justiça deverá solicitar ao juiz a Força Policial para que o mandado citatório seja cumprido, com o uso da força necessária e moderada.

RESPOSTA *Vide* art. 362, CPP, o qual afasta as demais alternativas. *Alternativa A.*

8110. (Promotor – MP-AP – 2012 – FCC) No tocante ao procedimento do Júri, é correto afirmar que

(A) o pedido de desaforamento do julgamento pelo Tribunal do Júri é cabível quando houver dúvida sobre a segurança pessoal do defensor do acusado.
(B) não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, absolverá sumariamente o acusado.
(C) a intimação da decisão de pronúncia será feita pessoalmente ao acusado, ao defensor constituído e ao Ministério Público.
(D) contra a decisão de impronúncia caberá apelação.
(E) na audiência de instrução, as alegações serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez).

RESPOSTA (A) Art. 427, CPP. (B) Art. 414, CPP. (C) Art. 420, I e II, CPP. (D) Art. 416, CPP. (E) Art. 403, CPP. *Alternativa D.*

8111. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Admissível o desaforamento em razão de comprovado excesso de serviço se o julgamento não puder ser realizado no prazo de

(A) seis meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia, não se computando o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.
(B) um ano, contado do recebimento do libelo, desde que para a demora não haja concorrido o réu ou a defesa.
(C) um ano, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia, não se computando o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.
(D) seis meses, contado do recebimento do libelo, desde que para a demora não haja concorrido o réu ou a defesa.
(E) seis meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia, computando-se o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.

RESPOSTA Art. 428, CPP. *Alternativa A.*

8112. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Na resposta à acusação, o réu

(A) pode arrolar testemunhas e oferecer documentos, mas não arguir prescrição.
(B) pode suscitar nulidade e excludente da ilicitude.
(C) não pode suscitar a atipicidade do fato, embora possa especificar as provas pretendidas.
(D) pode arguir preliminares, mas não causa de extinção da punibilidade.
(E) não pode suscitar decadência ou *abolitio criminis*.

RESPOSTA (A) Art. 396-A, *caput*, CPP. (B) Arts. 396-A, *caput*, e 397, I e II, CPP. (C) Arts. 396-A, *caput*, e 397, III, CPP. (D) Arts. 396-A, *caput*, e 397, IV, CPP. (E) Art. 396-A, *caput*, CPP. *Alternativa B.*

8113. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** É cabível a absolvição sumária no procedimento do júri quando

(A) não houver prova suficiente de ser o acusado o autor ou partícipe do fato.
(B) verificada a atipicidade do fato e demonstrada qualquer causa de isenção de pena.
(C) não houver prova suficiente da existência do fato.
(D) reconhecida a inimputabilidade do acusado por doença mental, ainda que esta não tenha sido a única tese defensiva.
(E) verificada excludente da ilicitude ou, em certos casos, da culpabilidade.

RESPOSTA (A) Art. 415, II, CPP. (B) Art. 415, IV, CPP. (C) Art. 415, I, CPP. (D) Art. 415, parágrafo único, CPP. (E) Art. 397, I e II, CPP. *Alternativa E.*

8114. **(Analista – MP-AP – 2012 – FCC)** Lorena e Fábia são colegas e estudam na mesma Universidade. No dia 02 de Maio do corrente ano, durante um intervalo, Lorena, inconformada com o término do seu relacionamento amoroso com João e com o início de namoro deste com Fábia, resolve agredir Fábia com socos e pontapés, causando-lhe lesões corporais de natureza leve. A ofendida comparece à Delegacia de Polícia onde é formalizado um Termo Circunstanciado, encaminhado imediatamente ao Juizado Especial Criminal. Lorena é primária, foi beneficiada com a transação penal no dia 1º de Abril de 2007, após cometer uma contravenção penal de vias de fato. Recebidos os autos é designada audiência preliminar. Neste caso, é correto afirmar:

(A) Não comparecendo a vítima Fábia ao ato processual designado, inviabilizando a composição civil, o Magistrado deverá ordenar a sua condução coercitiva, redesignando a audiência designada.
(B) Infrutífera a composição civil e aceita a transação penal por Lorena, a sentença homologatória da transação penal terá efeitos civis, configurando título executivo para ser utilizado na esfera cível por Fábia.
(C) Infrutífera a composição civil e aceita a transação penal formulada pelo Ministério Público pela autora da infração Lorena, da sentença homologatória da transação, que aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, não caberá recurso.
(D) A composição dos danos civis entre as partes (Lorena e Fábia) será reduzida a termo e, homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível, que terá eficácia de título a ser executado no juízo cível competente.
(E) Infrutífera a composição civil, Lorena não faz jus à transação penal, motivo pelo qual, presentes os requisitos legais, o Ministério Público deverá oferecer imediatamente denúncia oral em audiência contra a autora do fato Lorena.

RESPOSTA *Vide* art. 74 , Lei n. 9.099/95. (A) Não comparecendo o ofendido, extingue-se o procedimento, em face da ausência da condição de procedibilidade. (B) *Vide* art. 76, § 6º, Lei n. 9.099/95. (C) Art. 76, § 5º, Lei n. 9.099/95. (E) Art. 76, 2º, II, Lei n. 9.099/95 (não incidência). *Alternativa D.*

8115. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FCC)** No Juizado Especial Criminal,

(A) a intimação de pessoa jurídica poderá ser feita mediante entrega de correspondência ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado.
(B) a competência será determinada pelo domicílio ou residência do réu.
(C) não encontrado o acusado para citação pessoal, não se desloca a competência para o juízo comum.
(D) os atos processuais são públicos e podem realizar-se em qualquer dia da semana, no horário diurno.
(E) a declaração de nulidade do ato independe da comprovação de prejuízo.

RESPOSTA (A) Art. 67, Lei n. 9.099/95. (B) Art. 63, Lei n. 9.099/95. (C) Art. 66, parágrafo único, Lei n. 9.099/95. (D) Art. 12, Lei n. 9.099/95. (E) Art. 13, § 1º, Lei n. 9.099/95. *Alternativa A.*

8116. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** No procedimento sumaríssimo da Lei n. 9.099/95, que trata das infrações penais de menor potencial ofensivo,

(A) não encontrado o acusado para citação pessoal, a competência não se desloca para o juízo comum.
(B) são cabíveis embargos de declaração e, quando opostos contra sentença, suspendem o prazo para o recurso.
(C) o interrogatório é anterior à inquirição das testemunhas.
(D) a sentença deve conter relatório, motivação e parte decisória.

(E) a competência é determinada pelo domicílio do autor do fato.

RESPOSTA (A) Art. 66, parágrafo único, Lei n. 9.099/95. (B) Arts. 48 e 50, Lei n. 9.099/95. (C) De acordo com a Lei n. 9.099/95, o momento do interrogatório é posterior à oitiva das testemunhas. (D) Art. 38, *caput*, Lei n. 9.099/95. (E) Art. 63, Lei n. 9.099/95. *Alternativa B.*

8117. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) No tocante à sentença, é INCORRETO afirmar que

(A) qualquer das partes poderá, no prazo de 2 (dois) dias, pedir ao juiz que esclareça a sentença, se houver obscuridade.
(B) na sentença absolutória, o juiz aplicará medida de segurança, se cabível.
(C) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ordenando, neste caso, que o Ministério Público adite a denúncia.
(D) na sentença condenatória, o juiz fixará o valor mínimo para reparação dos danos.
(E) a sentença conterá a exposição sucinta da defesa.

RESPOSTA (A) Art. 382, CPP. (B) Art. 386, parágrafo único, III, CPP. (C) Art. 383, CPP. (D) Art. 387, IV, CPP. (E) Art. 381, II, CPP. *Alternativa C.*

8118. (Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC) O Juiz, ao proferir a sentença condenatória,

(A) não precisa fundamentar a manutenção de prisão cautelar decretada no curso do feito.
(B) pode decretar a prisão preventiva e condicionar o recebimento de apelação ao recolhimento do acusado à prisão.
(C) não pode obstar o apelo em liberdade com fulcro apenas na reincidência e má antecedência do acusado.
(D) não pode condicionar o recebimento de apelação ao recolhimento do acusado à prisão, mas o conhecimento do recurso pelo Tribunal depende da efetivação da segregação cautelar.
(E) não pode decretar a prisão preventiva se reconhecer a primariedade do acusado.

RESPOSTA Art. 710 c/c art. 387, CPP. *Alternativa C.*

8119. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) Em relação ao procedimento do júri, é correto afirmar que

(A) em caso de impronúncia, poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova, enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade.
(B) não será intimado por edital, da decisão de pronúncia, o acusado solto que não for encontrado.
(C) estão isentos do serviço do júri os cidadãos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos que requeiram sua dispensa.
(D) os jurados excluídos por impedimento não serão considerados para a constituição do número legal exigível para a realização da sessão.
(E) comparecendo, pelo menos, 21 (vinte e um) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciado o processo que será submetido a julgamento.

RESPOSTA O gabarito está incorreto. Na verdade, apenas os maiores de 70 anos estão isentos do serviço, caso requeiram. *Vide* art. 437, IX, CPP. (A) Correta. Art. 414, parágrafo único, CPP. (B) Art. 420, parágrafo único, CPP. (D) Art. 451, CPP. (E) Art. 463, *caput,* CPP. *Alternativa A.*

VI. Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória

8120. (Analista – TRF-2 – 2012 – FCC) A prisão preventiva

(A) poderá ser decretada pelo juiz de ofício, mesmo que não haja requerimento a respeito do Ministério Público ou do querelante, nem representação da autoridade policial.
(B) não poderá ser decretada, nos casos em que a lei a autoriza, se o acusado se apresentar espontaneamente à autoridade.
(C) poderá ser decretada nos crimes culposos, quando o juiz se convencer da periculosidade do acusado.
(D) decretada pelo juiz só pode ser revogada na sentença ou pela superior instância.
(E) não poderá ser decretada para garantia da ordem econômica, mas somente da ordem pública.

RESPOSTA (A) *Vide* art. 311, CPP. (B) A apresentação espontânea não impede a prisão preventiva do acusado ou indiciado. (C) A periculosidade do acusado não é requisito previsto no art. 312, CPP. (D) Art. 316, CPP. (E) Art. 312, CPP. *Alternativa A.*

8121. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** No que concerne à prisão e à liberdade provisória, é correto afirmar:

(A) Para a garantia da ordem pública, é possível a decretação de prisão preventiva de ofício, no curso do inquérito policial, mas não da ação penal.
(B) Será exigido reforço da fiança quando a autoridade tomar, por engano, fiança insuficiente.
(C) Constitui medida cautelar diversa da prisão a suspensão do exercício da função pública, quando o indiciado ou acusado já tiver sido condenado por outro crime doloso.
(D) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção.
(E) É admitida prisão preventiva nos crimes culposos punidos com pena privativa de liberdade superior a 3 (três) anos.

RESPOSTA (A) Art. 311, CPP. (B) Art. 340, I, CPP. (C) Art. 319, VI, CPP. (D) Art. 322, CPP. (E) Art. 313, I, CPP. *Alternativa B.*

8122. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face

(A) apenas de requerimento do Ministério Público, e terá prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
(B) de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá, em qualquer caso, prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
(C) de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público e terá, em caso de crimes hediondos e equiparados, prazo de trinta dias, não se admitindo prorrogação.
(D) de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá, na hipótese de crimes hediondos e equiparados, prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
(E) apenas de representação da autoridade policial, e terá prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

RESPOSTA Art. 2º, Lei n. 7.960/89 c/c art. 2º, § 4º, Lei n. 8.072/90. *Alternativa D.*

8123. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** A prisão temporária

(A) não possibilita a liberação do agente pela autoridade policial sem alvará de soltura expedido pelo juiz que a decretou, ainda que tenha terminado o prazo de sua duração.
(B) pode ser decretada pelo juiz de ofício, independentemente de representação da autoridade policial.
(C) só pode ser decretada no curso da ação penal, se houver prova da materialidade do delito e indícios veementes da autoria.

(D) é uma modalidade de prisão cautelar, cuja finalidade é assegurar uma eficaz investigação policial, quando se tratar da apuração de infração penal de natureza grave.

(E) pode ser prorrogada tantas vezes quantas forem necessárias, desde que seja imprescindível para a investigação do delito.

RESPOSTA (A) Art. 2º, § 7º, Lei n. 7.960/89. (B) Art. 2º, § 3º, Lei n. 7.960/89. (C) Art. 2º, Lei n. 7.960/89. (D) Art. 1º, I, Lei n. 7.960/89. (E) Art. 2º, CPP. *Alternativa D.*

8124. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** José, primário, de bons antecedentes e regularmente identificado, está sendo investigado em regular inquérito policial, acusado de praticar crime de contrabando na forma simples, punido com reclusão de um a quatro anos. Nesse caso,

(A) o Juiz poderá aplicar de ofício a José, durante a fase investigatória, uma das medidas cautelares substitutivas da prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos legais para tanto.

(B) o Juiz poderá decretar, de ofício, durante a fase investigatória, presentes os requisitos legais, a prisão preventiva de José.

(C) havendo prisão em flagrante e tratando-se de crime inafiançável, o juiz poderá conceder a José liberdade provisória.

(D) havendo prisão em flagrante, a Autoridade Policial não poderá arbitrar a fiança ao réu, cabendo exclusivamente ao Magistrado fixá-la.

(E) o Juiz, em regra, não poderá decretar a prisão preventiva de José.

RESPOSTA José não preenche os requisitos previstos no art. 313, CPP. *Alternativa E.*

8125. **(Analista – TRE-TO – 2011 – FCC)** De acordo com o Código de Processo Penal, serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva, dentre outros,

(A) os estudantes universitários.

(B) os cidadãos inscritos no “Livro de Mérito”.

(C) os vereadores, exceto os de cidade com menos de cem mil habitantes.

(D) os estrangeiros.

(E) os filhos de magistrados.

RESPOSTA Art. 295, IV, CPP. *Alternativa B.*

8126. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** Considere a situação de quem:

I. É perseguido, logo após, pelo ofendido, em situação que faça presumir ser autor da infração penal.

II. É encontrado, logo depois, com objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração penal.

III. É surpreendido num bloqueio policial, de posse de objetos e instrumentos que façam presumir ser ele autor de infração penal praticada há dois dias.

Pode(m) ser preso(os) em flagrante quem se encontrar na(s) situação(ções) indicada(s) APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) I.

(E) III.

RESPOSTA (I) Art. 302, III, CPP. (II) Art. 302, IV, CPP. (III) Art. 302, IV, CPP. *Alternativa A.*

8127. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) Em relação à prisão em flagrante delito, é correto afirmar que

(A) qualquer do povo deverá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
(B) quem, logo após o cometimento do delito, é encontrado na posse do bem subtraído, não pode ser preso em flagrante, salvo se houver testemunhas de acusação.
(C) nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito mesmo após a cessação da permanência.
(D) apresentado o preso à autoridade competente, será desde logo interrogado, ouvindo-se, na sequência, o condutor e as testemunhas.
(E) na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.

RESPOSTA (A) Art. 301, CPP. (B) Art. 302, IV, CPP. (C) Art. 303, CPP. (D) Art. 304, CPP. (E) Art. 305, CPP. *Alternativa E.*

8128. (Analista – MP-AP – 2012 – FCC) No que concerne à prisão, nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, é certo que

(A) o Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 10 anos de idade, sem deficiência.
(B) a falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante, mas nesse caso, com o condutor, deverá assiná-lo pelo menos uma pessoa que haja testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
(C) quando o acusado se recusar a assinar o Auto de Prisão em Flagrante, a Autoridade Policial deverá certificar o ocorrido e a sua assinatura goza de fé pública e confere legitimidade ao ato.
(D) a prisão preventiva é admitida no caso de crime envolvendo violência doméstica e familiar contra idoso, para assegurar a execução das medidas protetivas de urgência, desde que punido com reclusão.
(E) a Defensoria Pública deverá receber cópia integral do Auto de Prisão em Flagrante dentro de 24 horas depois da prisão, se o autuado não declinar o nome de seu advogado.

RESPOSTA *Vide* art. 306, § 1º, CPP. (A) Art. 318, III, CPP. (B) Art. 304, § 2º, CPP. (C) Art. 304, § 3º, CPP. (D) Art. 313, III, CPP. *Alternativa E.*

VII. Nulidades

8129. (Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC) Segundo entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, é INCORRETO afirmar:

(A) É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.
(B) Intimada a defesa da expedição de carta precatória, torna-se desnecessária a intimação da data da audiência no juízo deprecado.
(C) No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.
(D) Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.
(E) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.

RESPOSTA (A) Súmula 706, STF. (B) Súmula 273, STJ. (C) Súmula 523, STF. (D) Súmula 709, STF. (E) Art. 568, CPP. Essa

alternativa mostra um caso de ilegitimidade para a causa, sendo um vício que não se sujeita a convalidação, e, portanto, vício de nulidade absoluta, que não pode ser sanado. *Alternativa E.*

VIII. Recursos e Ações Autônomas de Impugnação

8130. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** O recurso cabível da decisão de tribunal de segunda instância que denega *habeas corpus* é o

(A) especial, a ser julgado pelo Tribunal Regional Federal.
(B) ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
(C) especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
(D) ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
(E) extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA Art. 105, II, *a*, CF. *Alternativa B.*

8131. **(Advogado – NOSSA CAIXA – 2011 – FCC)** De acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, no que concerne aos recursos, é correto afirmar:

(A) Caberá apelação, no prazo de 5 dias, das decisões do Tribunal do Júri, quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia.
(B) Quando não for unânime a decisão de segunda instância, admitem-se embargos infringentes, que poderão ser opostos no prazo de 10 dias, pelo Ministério Público ou pelo réu.
(C) Quando cabível a apelação, poderá ser usado também o recurso em sentido estrito quando somente de parte da decisão se recorra.
(D) O Tribunal poderá, julgando procedente a revisão, alterar a classificação da infração, absolver o réu, anular o processo ou modificar a pena, ainda que isso implique em agravação da que foi imposta na decisão revista.
(E) Caberá protesto por novo júri se o réu tiver sido condenado pelo Tribunal do Júri a pena igual ou superior a 20 anos.

RESPOSTA (A) Art. 593, III, *a*, CPP. (B) Art. 609, parágrafo único, CPP. (C) Art. 593, § 4º, CPP. (D) Art. 626, CPP. (E) Art. 607, CPP (revogado pela Lei n. 11.689 de 2008). *Alternativa A.*

8132. **(Advogado – METRÔ – 2010 – FCC)** A respeito do *habeas corpus*, é INCORRETO afirmar que

(A) não pode ser utilizado para garantir o direito de reunir-se pacificamente.
(B) é meio hábil para tutelar a liberdade de locomoção.
(C) é cabível quando o processo for manifestamente nulo.
(D) pode ser utilizado para trancar a ação penal por falta de justa causa.
(E) pode ser impetrado por quem não é advogado.

RESPOSTA (A) Art. 661, CPP. (B) Art. 647, CPP. (C) Art. 684, VI, CPP. (D) Amplamente utilizado e aceito pela jurisprudência. (E) Art. 654, CPP. *Alternativa A.*

8133. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** A respeito do *habeas corpus*, é correto afirmar:

(A) Pode ser impetrado por pessoa não inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil.
(B) O fato de, no momento do julgamento, já ter cessado a violência ou coação não impede a concessão da ordem.

(C) A concessão da ordem para trancar a ação penal por falta de justa causa acarreta a soltura do paciente, mas não impede o prosseguimento do processo.
(D) Não pode em nenhuma hipótese ser concedido de ofício pelos juízes e pelos tribunais, dependendo sempre de provocação por petição com os requisitos legais.
(E) Não pode ser impetrado pelo Ministério Público por falta de interesse de agir.

RESPOSTA (A) Art. 654, CPP. (B) Art. 659, CPP. (C) O trancamento da ação penal IMPEDE o prosseguimento do processo. (D) Art. 654, § 2º, CPP. (E) Art. 654, CPP. *Alternativa A.*

8134. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** No que concerne aos recursos em geral, considere:

I. Não serão prejudicados os recursos que, por erro, falta ou omissão dos funcionários, não tiverem seguimento ou não forem apresentados dentro do prazo.
II. O Ministério Público pode desistir de recurso que haja interposto se, após a interposição, se convencer do acerto da decisão recorrida e se arrepender da interposição.
III. O réu condenado que não recorreu da sentença poderá ser beneficiado, no caso de concurso de agentes, pela decisão de recurso interposto pelo corréu, fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal.

Está correto o que consta SOMENTE em

(A) II.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) I e III.
(E) III.

RESPOSTA (I) Art. 575, II, CPP. (II) Art. 576, III, CPP. (III) Art. 580, CPP. *Alternativa D.*

8135. **(Analista – TRF-2 – 2012 – FCC)** O réu e seu defensor constituído foram pessoalmente intimados da sentença condenatória no dia 3 de fevereiro de 2012, sexta-feira. O prazo de 5 dias para apelação terminará no dia

(A) 13 de fevereiro, segunda-feira.
(B) 07 de fevereiro, terça-feira.
(C) 08 de fevereiro, quarta-feira.
(D) 09 de fevereiro, quinta-feira.
(E) 10 de fevereiro, sexta-feira.

RESPOSTA Art. 184, § 1º, CPP. *Alternativa E.*

8136. **(Analista – TRE-SP – 2012 – FCC)** Sobre o *habeas corpus* e seu processo, de acordo com o Código de Processo Penal, considere:

I. A competência para processar e julgar, originalmente, o *habeas corpus*, cuja autoridade coatora for um Secretário de Estado, é do Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
II. A utilização do *habeas corpus* é assegurada ao agente que responde processo por infração penal, a que a pena pecuniária seja a única cominada ou contra decisão condenatória a pena de multa.
III. José, Juiz de Direito de uma determinada comarca do Estado de São Paulo, recebeu, após regular distribuição, um *habeas corpus* questionando uma ordem dada por um Delegado de Polícia da cidade. Após requisitar informações, tomou conhecimento de que a ordem foi ratificada por Pedro, outro Juiz de Direito da mesma comarca, para o qual o Inquérito Policial foi distribuído. Neste caso,

cessa de imediato a competência do Magistrado José, para quem foi distribuído o *habeas corpus*, conhecer do *writ*.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I.
(B) III.
(C) I e II.
(D) I e III.
(E) II e III.

RESPOSTA (I) Art. 650, II, CPP. (II) Enunciado da Súmula 693, STF. (III) Art. 650, § 1º, CPP. *Alternativa D.*

8137. (Analista – TRE-SP – 2012 – FCC) Paulo, Juiz de uma determinada comarca do Estado de São Paulo, prolatou uma decisão contra a qual cabe recurso em sentido estrito. Uma das partes interpôs o recurso no prazo legal, apresentando as suas razões e a parte contrária, por sua vez, as contrarrazões, posteriormente. Apresentadas as contrarrazões, os autos foram remetidos a Paulo que exerceu o juízo de retratação e reformou a decisão impugnada. Neste caso, a parte contrária

(A) não poderá recorrer de qualquer forma da nova decisão.
(B) poderá recorrer da nova decisão por simples petição, se couber recurso, não sendo mais lícito ao juízo modificá-la.
(C) poderá recorrer da nova decisão por petição nos autos, se couber recurso, com abertura de novos prazos para razões e contrarrazões, sendo lícito ao juízo modificá-la novamente.
(D) poderá recorrer da nova decisão por simples petição, se couber recurso, sendo lícito ao juízo modificá-la novamente.
(E) poderá recorrer da nova decisão por petição nos autos, se couber recurso, com abertura de novos prazos para razões e contrarrazões, não sendo mais lícito ao juízo modificá-la.

RESPOSTA Art. 589, parágrafo único, CPP. *Alternativa B.*

8138. (Analista – TRE-SP – 2012 – FCC) Moacir foi conduzido ao Distrito Policial acusado de praticar crime de desacato, pois teria xingado um Policial Militar quando foi abordado em uma operação bloqueio da "Lei Seca" na cidade de São Paulo. Foi lavrado o respectivo Termo Circunstanciado e encaminhado ao Fórum local. Moacir ostenta vasta folha de antecedentes criminais e não fazia jus a qualquer benefício legal. O Ministério Público ofereceu, então, denúncia contra Moacir, acusando-o de praticar o delito em questão (desacato). Designada audiência de instrução, debates e julgamento, o acusado foi regularmente citado e compareceu ao ato acompanhado de seu advogado. Iniciado o ato processual, o Magistrado concedeu a palavra ao advogado de Moacir para responder aos termos da denúncia. Em seguida, o Magistrado, em decisão fundamentada, rejeitou a denúncia apresentada pelo Ministério Público. Contra essa decisão

(A) não caberá recurso.
(B) caberá apelação, no prazo de três dias, que será julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
(C) caberá apelação, no prazo de cinco dias, que será julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
(D) caberá apelação, no prazo de dez dias, que será julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
(E) caberá apelação, no prazo de quinze dias, que será julgada por turma composta de três Juízes em

exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

RESPOSTA Art. 82, *caput* e § 1º, Lei n. 9.099/95. *Alternativa D.*

8139. **(Analista – TRF-1 – 2011 – FCC)** No que concerne aos recursos em geral, considere:

I. O juiz, em decorrência da sua imparcialidade e do princípio da iniciativa das partes, jamais poderá recorrer de ofício da sua própria decisão.

II. Tanto o Ministério Público como o réu pessoalmente poderão desistir de recurso que hajam interposto.

III. Denomina-se sucumbência recíproca a desconformidade, para ambas as partes, entre o que foi pedido e o que foi decidido pela sentença.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

(A) I.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II e III.
(E) III.

RESPOSTA (I) Art. 574, II, CPP. (II) Art. 576, CPP. (III) A sucumbência recíproca opera-se quando o autor sai vitorioso apenas em parte de sua pretensão. Tanto ele como o réu serão, pois, vencidos e vencedores, a um só tempo. *Alternativa E.*

8140. **(Analista – TRE-CE – 2012 – FCC)** Xisto é denunciado pelo Ministério Público por crimes de peculato e prevaricação. Após a autuação, o Magistrado competente, em decisão fundamentada, recebe parcialmente a denúncia. Contra esta decisão caberá

(A) Apelação, no prazo de quinze dias.
(B) Apelação, no prazo de oito dias.
(C) Recurso em Sentido Estrito, no prazo de oito dias.
(D) Apelação, no prazo de cinco dias.
(E) Recurso em Sentido Estrito, no prazo de cinco dias

RESPOSTA Art. 581, I, c/c art. 591, CPP. *Alternativa E.*

8141. **(Analista – TRE-RN – 2011 – FCC)** O *habeas corpus* não

(A) poderá ser impetrado por uma pessoa em favor de outrem.
(B) poderá ser impetrado em defesa da sociedade, para rever decisão injusta.
(C) poderá ser impetrado pelo Ministério Público.
(D) comporta pedido de liminar.
(E) poderá ser impetrado preventivamente.

RESPOSTA (A) Art. 654, CPP. (B) Caberá recurso específico, dependendo do caso, não *habeas corpus*. (C) Art. 654, CPP. (D) Art. 660, § 2º, CPP. (E) Art. 5º, LXVIII, CF. *Alternativa B.*

8142. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** Paulo está sendo processado por crime de homicídio consumado. Encerrada a fase de instrução preliminar o Juiz resolve impronunciar o réu Paulo, convencido que inexistem indícios suficientes de autoria. Inconformado, o Representante do Ministério Público poderá interpor recurso

(A) em sentido estrito no prazo de cinco dias.
(B) em sentido estrito no prazo de oito dias.

(C) de apelação, no prazo de cinco dias.
(D) de apelação, no prazo de dez dias.
(E) de apelação, no prazo de quinze dias.

RESPOSTA Art. 593, I, CPP. *Alternativa C.*

8143. **(Procurador – TCE-SP – 2011 – FCC)** Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, ou do Juiz Singular, se da sentença não for interposta apelação pelo Ministério Público no prazo legal, o ofendido, ainda que não se tenha habilitado como assistente, poderá interpor apelação, que não terá, porém, efeito suspensivo, no prazo de

(A) 03 (três) dias, que correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.
(B) 05 (cinco) dias, que correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.
(C) 08 (oito) dias, que correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.
(D) 10 (dez) dias, que correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.
(E) 15 (quinze) dias, que correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.

RESPOSTA Art. 598, parágrafo único, CPP. *Alternativa E.*

8144. **(Procurador – TCE-AP – 2010 – FCC)** Em relação aos recursos, em matéria penal,

(A) quando forem dois ou mais os apelantes ou apelados, os prazos serão comuns.
(B) é cabível recurso em sentido estrito da decisão que receber a denúncia ou queixa.
(C) em nenhuma hipótese a parte será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
(D) é cabível apelação da decisão que pronunciar ou impronunciar o réu.
(E) assinado o termo de apelação, o apelado terá o prazo de dez dias para oferecer razões.

RESPOSTA (A) Art. 600, § 3º, CPP. (B) Art. 581, I, CPP. (C) Art. 579, CPP. (D) Art. 581, IV, CPP. (E) Art. 600, CPP. *Alternativa A.*

8145. **(Promotor – MP-PE – 2008 – FCC)** Considere as seguintes afirmações a respeito dos recursos no Código de Processo Penal:

I. Recurso de caráter subsidiário, cabível de decisão que denegar recurso.
II. Recurso pelo qual se procede ao reexame da decisão do juiz, nas matérias especificadas em lei, permitindo-se-lhe novo pronunciamento antes do julgamento pela instância superior.

Estas afirmações referem-se, respectivamente, a

(A) agravo e reclamação.
(B) reclamação e correição parcial.
(C) recurso em sentido estrito e apelação.
(D) carta testemunhável e recurso em sentido estrito.
(E) embargos e correição parcial.

RESPOSTA (I) Art. 639, I, CPP. (II) Art. 581, CPP. *Alternativa D.*

8146. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** O *habeas corpus*

(A) é incabível para declaração de nulidade do processo.
(B) é cabível para trancamento de ação penal, mas não de inquérito policial.
(C) não comporta a concessão de liminar, segundo pacífica jurisprudência.

(D) não pode ser concedido de ofício.
(E) constitui meio hábil para o reconhecimento da decadência.

RESPOSTA Art. 648, VII, CPP c/c art. 107, IV, CP. *Alternativa E.*

8147. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Caberá recurso em sentido estrito contra a decisão que

(A) receber a denúncia ou a queixa.
(B) revogar o livramento condicional.
(C) pronunciar o réu.
(D) indeferir pedido de revogação de prisão preventiva.
(E) absolver sumariamente o réu.

RESPOSTA Art. 581, IV, CPP. *Alternativa C.*

8148. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Cabe recurso em sentido estrito contra a decisão que

(A) julgar procedente a exceção de suspeição.
(B) impronunciar o réu.
(C) negar o livramento condicional.
(D) decidir sobre unificação de penas.
(E) denegar a apelação.

RESPOSTA Art. 581, XV, CPP. *Alternativa E.*

8149. **(Analista – MP-PE – 2012 – FCC)** A respeito do *Habeas corpus*, considere:

I. O réu está preso e a prova colhida na instrução é contraditória, havendo testemunhas que incriminaram o réu e outras que o inocentaram.
II. A prisão provisória do indiciado foi decretada por decisão fundamentada do representante do Ministério Público.
III. A autoridade competente manteve no cárcere o indiciado quando a lei autorizava a concessão de fiança.

A coação considera-se ilegal e pode ser reparada através de *habeas corpus* nas situações indicadas em

(A) III.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) I.
(E) II e III.

RESPOSTA (I) Ainda que a prova seja contraditória, o magistrado, desde que presente a justa causa e devidamente fundamentada sua decisão, poderá manter a prisão. (II) Art. 648, III, CPP. (III) Art. 648, V, CPP. *Alternativa E.*

8150. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Em relação aos recursos, é correto afirmar que

(A) caberá recurso em sentido estrito da decisão que receber a denúncia ou a queixa.
(B) o apelante não poderá arrazoar a apelação em segunda instância.
(C) caberá recurso em sentido estrito da decisão de pronúncia.
(D) é dispensável a preliminar de repercussão geral no recurso extraordinário que verse sobre matéria penal.
(E) o prazo para interposição do recurso de apelação é de 8 (oito) dias.

RESPOSTA (A) Apenas da que não receber a denúncia ou queixa. *Vide* art. 581, I, CPP. (B) Art. 600, § 4º, CPP. (C) Art. 593,

IV, CPP. (D) Art. 102, § 3º, CF. (E) Art. 593, *caput,* CPP. *Alternativa C.*

I. Aplicação da Lei Penal e da Lei Processual Penal e Princípios Penais

8151. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Tendo o Brasil ratificado o Pacto de São José da Costa Rica, a determinação de uma necessária duração razoável do processo, estabelecida por essa Convenção, foi incorporada à Constituição Federal. Sobre o tema, é correto afirmar que:

(A) a recente reforma pontual processual penal previu essa duração no Código de Processo Penal, estipulando prazos e sanções;
(B) a jurisprudência brasileira já determinou os prazos e sanções para o descumprimento dessa norma constitucional;
(C) a própria Constituição estipulou sanções, inclusive a indenização;
(D) a norma ainda não foi regulamentada, dependendo de estipulação de prazos e sanções;
(E) em caso de processo com duração não razoável, pode o juiz extinguir o processo.

RESPOSTA Por enquanto, o Brasil adota a teoria do não prazo, por falta de regulamentação da duração razoável do processo. *Alternativa D.*

8152. **(Promotor – MPDFT – 2011)** A respeito dos princípios que informam o processo penal pátrio, assinale o item incorreto:

(A) O princípio da busca da verdade no processo penal está sujeito a limitações, como a referente à inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.
(B) Deriva do princípio *nemo tenetur se detegere* a impossibilidade de se obrigar o acusado a oferecer padrões vocais para subsidiar prova pericial de verificação de interlocutor ou a apresentar padrões gráficos para exame grafotécnico.
(C) O princípio da ampla defesa implica que a defesa técnica seja indisponível e efetiva. Assim, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento consolidado de que a deficiência da defesa constitui nulidade absoluta, que independe da constatação de prejuízo para o réu.
(D) Em observância ao princípio do contraditório, o Supremo Tribunal Federal entende que constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto contra a rejeição da denúncia.
(E) Prevalece o entendimento jurisprudencial de que não viola o princípio do juiz natural o julgamento por órgão composto majoritariamente por juízes convocados para compor órgão colegiado de Tribunal.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LVI, CF. (B) O princípio da presunção de inocência consagra esta garantia. (C) A jurisprudência do STF e do STJ é no sentido da necessidade de demonstração concreta do prejuízo. (D) Súmula 707, STF. (E) HC 96.821, STF. *Alternativa C.*

8153. **(Promotor – MP-BA – 2010)** Assinale a alternativa correta:

(A) A lei processual penal admite interpretação analógica.
(B) Na sucessão da lei processual penal no tempo, à fiança e à prisão preventiva aplicar-se-ão os dispositivos legais mais favoráveis ao réu.
(C) O princípio da *lex fori* admite alguma relativização no processo penal.
(D) Entre os órgãos judiciários característicos do Sistema Processual Misto ou Francês, inclui-se o Juizado de Instrução.

(E) Todas as alternativas acima estão corretas.

RESPOSTA (A) Art. 3º, CPP. (B) Art. 2º, Decreto-lei n. 3.914/41. (C) Art. 70, § 3º, CPP. (D) O exemplo mais fiel de aplicação do Sistema Misto é o denominado "Juizado de Instrução", que constitui, em verdade, uma fase persecutória preliminar, destinada à apuração das infrações penais, sob a presidência de um juiz. *Alternativa E.*

8154. (Procurador – MPF – 2008) O Princípio da igualdade de armas

(A) se aplica ao processo penal sem restrições;

(B) não se aplica ao processo penal em nenhuma hipótese;

(C) é o mesmo que o princípio do contraditório;

(D) é mitigado na ação penal pública pelo princípio da oficialidade.

RESPOSTA O Princípio da Igualdade de Armas dispõe que acusação e defesa devem estar no mesmo nível para se combaterem. Devem ter equilíbrio de forças. Entretanto, por força do art. 129, I, CF e pelo princípio da oficialidade, o MP promove PRIVATIVAMENTE a ação penal pública. *Alternativa D.*

8155. (Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA) Sobre a produção de provas no Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com os Princípios Constitucionais (sistema acusatório):

(A) Cumpre ao magistrado, em caso de dúvida sobre fato versado no processo, determinar de ofício a busca e a juntada aos autos de determinado documento que repute necessário.

(B) A iniciativa probatória incumbe ao magistrado que, na audiência de instrução e julgamento, quando da oitiva das testemunhas, iniciará a coleta da prova fazendo as perguntas às testemunhas e, após, passará a palavra às partes.

(C) No processo penal os documentos poderão ser acostados aos autos a qualquer momento, sendo prescindível a intimação da outra parte acerca da juntada.

(D) No processo penal pátrio são inadmissíveis as provas obtidas por meio ilícito que deverão ser desentranhadas dos autos.

RESPOSTA (A) Diante da dúvida, o magistrado deve interpretar os fatos da forma mais favorável ao acusado (princípio do *in dubio pro reo*). (B) No sistema acusatório, o magistrado não possui iniciativa probatória. (C) É imprescindível a intimação da parte contrária, com fundamento no princípio do contraditório. (D) Art. 5º, LVI, CF. *Alternativa D.*

8156. (Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN) Assinale a alternativa CORRETA. O princípio da publicidade garante:

(A) A realização de determinado ato processual a portas fechadas, limitando-se o número de pessoas presentes.

(B) O acesso de qualquer advogado aos elementos de prova já documentados e produzidos na fase investigatória.

(C) A produção de provas numa só audiência, podendo ser indeferidas as irrelevantes ou protelatórias.

(D) O uso do *habeas corpus* por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.

RESPOSTA O princípio da publicidade é absoluto, mas, em casos excepcionais, pode ser mitigado em razão do interesse público. *Vide* art. 792, § 1º, CPP e art. 5º, LX, CF. *Alternativa A*.

8157. (Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL) Quanto à eficácia da lei processual no tempo, assinale a alternativa correta.

(A) A lei processual penal nova aplica-se retroativamente ao processo iniciado sob a égide de lei

processual anterior, devendo ser retificados todos os atos com ela incompatíveis, realizados sob a vigência daquela.

(B) A lei processual penal nova aplica-se ao processo em andamento, ainda que o fato que motivou a ação penal (crime ou contravenção) tenha sido cometido antes de sua entrada em vigor e mesmo que sua aplicação se dê em prejuízo do agente.

(C) A lei processual penal revogada mais benéfica ao agente tem extra-atividade; é aplicável aos processos iniciados sob a sua égide.

(D) A lei processual revogada mais benéfica ao agente tem extra-atividade quando o fato que originou a ação penal tenha sido praticado sob a sua égide.

RESPOSTA Art. 2º, CPP. *Alternativa B.*

8158. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** São sistemas que buscam resolver a questão da sucessão de leis processuais no tempo:

(A) o da supremacia do direito de defesa; o das fases do processo; o da sistematização processual.

(B) o da complexidade do processo; o do isolamento dos atos processuais; o da garantia da defesa.

(C) o da unidade processual; o das fases processuais; o do isolamento dos atos processuais.

(D) o da sistematização processual; o do isolamento dos atos processuais; o da economia processual.

(E) o das fases do processo; o da intangibilidade do direito de defesa; o da supremacia dos atos praticados.

RESPOSTA Arts. 79, 2º, 563, CPP (respectivamente). *Alternativa C.*

8159. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Sob o prisma da Teoria Geral do Processo Penal, por muitos autores reconhecida como doutrina jurídica autônoma, seria característica mais marcante do Processo Penal, diferentemente do Processo Civil, centrar-se principalmente no conceito jurídico:

(A) de ação;

(B) de jurisdição;

(C) de pretensão;

(D) de lide;

(E) de retribuição.

RESPOSTA Cintra, Grinover e Dinamarco a definem como “uma das funções do Estado, mediante a qual este se substitui aos titulares dos interesses em conflito para, imparcialmente, buscar a pacificação do conflito que os envolve, com justiça” (*Teoria geral do processo*, p. 131).

8160. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Na reforma pontual do Código de Processo Penal Brasileiro, recentemente realizada, segundo a Lei e sua interpretação doutrinária, foi adotado um sistema:

(A) de integração entre as funções de acusar e julgar;

(B) de separação entre as funções de acusar e julgar;

(C) adversarial, que prestigia o debate das partes;

(D) de completa equidistância do juiz no processo;

(E) que possibilita ao juiz agir de ofício no procedimento.

RESPOSTA O sistema processual adotado no direito pátrio é o acusatório, fazendo a separação entre as funções de acusar e julgar, isto é, o ato de três personagens: autor, réu e juiz. Art. 129, I, CF. *Alternativa B.*

8161. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Analise as proposições seguintes.

I. A lei processual penal tem aplicação imediata, alcançando, inclusive, os processos em andamento.
II. A lei processual penal admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
III. Na ação penal pública condicionada, a representação do ofendido pode ser retratada até o recebimento da denúncia.
IV. Na ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público pode aditar a queixa, intervir em todos os termos do processo e interpor recurso.
V. No caso de morte do ofendido, somente o cônjuge tem o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação penal privada.

As proposições corretas são, apenas,

(A) I, II e III.
(B) III, IV e V.
(C) II, III e IV.
(D) I, IV e V.
(E) I, II e IV.

RESPOSTA (I) Art. 2º, CPP c/c HC 104.555, STF. (II) Art. 3º, CPP. (III) Arts. 100, *caput* e § 1º, e 102, CP c/c art. 25, CPP. (IV) Art. 29, CPP. (V) Art. 24, § 1º, CPP c/c art. 100, § 4º, CP. *Alternativa E*.

8162. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FAURGS)** De acordo com a lei processual penal, o Juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes quando

(A) o próprio Juiz houver servido como testemunha no processo.
(B) sua esposa for parte interessada diretamente no feito.
(C) sua esposa tiver funcionado como defensora ou advogada.
(D) for devedor de qualquer das partes.
(E) tiver funcionado como Juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

RESPOSTA *Vide* art. 254, V, CPP. (A) Art. 252, II, CPP. (B) Art. 252, V, CPP. (C) Art. 252, I, CPP. (E) Art. 252, III, CPP. *Alternativa D*.

8163. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Um Delegado de Polícia, em 10/04/2012, ou seja, após o julgamento pelo STF da ADI 4424 (09/02/2012), que entendeu ser a ação penal por lesão corporal leve, no âmbito da violência doméstica contra a mulher, pública incondicionada, se depara com notícia de um crime de lesão corporal leve, no âmbito da violência doméstica contra a mulher, ocorrido em 04/01/2012, ou seja, antes do julgamento da referida ADI 4424, sem que a vítima tenha representado. Tendo em conta o controle de constitucionalidade na via abstrata pelo STF, em matéria penal, doutrinariamente é possível dizer que:

(A) Nesse caso, por força do art. 5º, LX, da CRF (princípio da retroatividade benéfica e irretroatividade *in malan partem*), os efeitos do controle abstrato devem ser adstritos à técnica de declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade, ou seja, efeito *ex tunc*, devendo o Delegado instaurar o inquérito.
(B) O STF, no controle de constitucionalidade pela via abstrata, exerce função típica, jurisdicional, e, mesmo em tema de normas processuais mistas, sua decisão é *erga omnes*, com efeito vinculante

inter partes. O Delegado deverá instaurar o inquérito.

(C) Quando a lei processual mista for declarada inconstitucional ou tiver interpretação fixada cujo efeito seja prejudicial ao réu, por força do princípio da irretroatividade da lei penal prejudicial (art. 5º, LX, CRF/88), seus efeitos deverão ser prospectivos, ou seja, ocorrerá declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade. O Delegado não poderia instaurar o inquérito.

(D) Nesse caso, indiscutivelmente, o Delegado de Polícia deverá instaurar o inquérito independentemente de representação da vítima, pois a decisão do STF é vinculante e *erga omnes*, não encontrando qualquer outro limite, vez que a Corte atua como legislador positivo.

(E) Por se tratar de lei material, o caso reclama a técnica de controle de constitucionalidade com pronúncia de nulidade, atribuindo-se efeito *ex nunc*. Assim, não poderia o Delegado instaurar inquérito.

RESPOSTA Como se trata de interpretação prejudicial ao autor do crime, não poderá retroagir e seu efeito será *ex nunc*, valendo para fatos praticados após a decisão. Nesse sentido, como a exigência de representação é uma condição que favorece o autor, porque sem ela não haverá ação penal, o Delegado não poderia instaurar o inquérito. *Alternativa C*.

8164. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Considere as afirmações a seguir.

I. São admitidos no Direito Processual Penal a interpretação extensiva, a aplicação analógica e os princípios gerais de direito.

II. Os costumes têm caráter de fonte normativa primária do Direito Processual Penal.

III. Com autorização pela Emenda Constitucional n. 45/09 para o Supremo Tribunal Federal (STF) editar súmulas vinculantes, passamos a ter novas fontes material e formal das normas processuais penais.

IV. A analogia é aplicável somente em caso de lacuna involuntária da lei, ainda que não haja real semelhança entre o caso previsto e o não previsto.

Estão corretos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) I e IV.

(D) II e IV.

RESPOSTA (I) *Vide* art. 3º, CPP. (II) A Lei é a fonte normativa primária do CPP. (III) São interpretadas como verdadeiras fontes formais do direito, a partir da EC n. 45/2009. (IV) Um dos requisitos da utilização da analogia é a semelhança entre o caso previsto e o não previsto. *Alternativa B*.

II. Inquérito Policial

8165. **(Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP)** Leia as afirmações.

I. O inquérito policial pode ser iniciado de ofício ou mediante requerimento do ofendido.

II. É cabível recurso para o chefe de polícia do despacho que indeferir o requerimento para abertura de inquérito policial.

III. A narração do fato, com todas as suas circunstâncias, dentre outras coisas, deverá estar contida no requerimento de abertura de inquérito policial.

(A) apenas I e II, estão corretos.

(B) apenas I e III, estão corretos.

(C) apenas II e III, estão corretos.

(D) I, II e III estão corretos.

(E) I, II e III estão incorretas.

RESPOSTA (I) Art. 5º, II, CPP. (II) Art. 5º, § 2º, CPP. (III) Art. 5º, § 1º, *a*, CPP. *Alternativa D.*

8166. **(Advogado – CORENGO – 2010 – UFG)** Segundo o Código de Processo Penal, do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial caberá recurso para o

(A) Tribunal de Justiça do Estado.
(B) Juiz de direito competente.
(C) Representante do Ministério Público.
(D) Chefe de polícia.

RESPOSTA Art. 5º, § 2º, CPP. *Alternativa D.*

8167. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Se o Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito policial e o juiz não concordar com as razões apresentadas,

(A) cabe recurso ao Tribunal de Justiça.
(B) deve o juiz encaminhar o pedido ao Conselho Superior do Ministério Público.
(C) deve o juiz remeter o inquérito policial a outro Promotor de Justiça.
(D) deve o juiz remeter o inquérito policial ao Procurador Geral de Justiça.
(E) apesar da discordância, o juiz está obrigado a arquivar o inquérito policial.

RESPOSTA Art. 28, CPP. *Alternativa D.*

8168. **(Advogado – USP – 2009 – CODAGE)** Quanto ao inquérito policial, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Nos crimes de ação penal pública condicionada, o inquérito policial não poderá ser iniciado sem a representação.
(B) O Ministério Público somente poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial se for para a realização de novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
(C) Caso a autoridade policial perceba que a infração apurada não constitui crime, poderá mandar arquivar autos de inquérito.
(D) Durante as investigações, tanto o ofendido (ou seu representante legal) quanto o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade policial.
(E) Durante as investigações, a autoridade policial poderá proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.

RESPOSTA (A) Art. 5º, § 4º, CPP. (B) Art. 16, CPP. (C) Art. 17, CPP. (D) Art. 14, CPP. (E) Art. 6º, VI, CPP. *Alternativa C.*

8169. **(Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB)** O inquérito policial tem natureza de procedimento administrativo, sendo presidido pela Autoridade Policial com atribuição para apuração da infração penal investigada. Sobre o instituto, é correto afirmar que:

(A) do despacho que indeferir o requerimento de abertura do inquérito feito pelo ofendido não cabe qualquer recurso.
(B) o inquérito policial deverá ser concluído, em regra, no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso em flagrante ou preventivamente.
(C) o inquérito policial está submetido aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
(D) o inquérito policial é peça obrigatória e configura condição para a propositura da ação penal

pública.

(E) a autoridade policial não detém poderes para determinar o arquivamento dos autos do inquérito.

RESPOSTA (A) Art. 5º, § 2º, CPP. (B) Art. 10, CPP. (C) o inquérito policial possui características como inquisitório, sigiloso e não contraditório. (D) Art. 24, CPP. (E) Art. 17, CPP. *Alternativa E.*

8170. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Antônio foi denunciado por receptação simples (art. 180, *caput*, do Código Penal), e o juiz, verificando que seria caso, em tese, da apresentação de proposta de suspensão condicional do processo (art. 89, da Lei n. 9.099/95), determina a abertura de vista dos autos ao Promotor de Justiça para tal finalidade. O Promotor, porém, recusa-se a oferecer a proposta de suspensão, alegando que o crime de receptação é incompatível com o benefício, pois incentiva a prática de furtos, roubos e até mesmo de latrocínios, e requer o prosseguimento do feito. Qual a medida que o juiz, caso discorde do posicionamento do Promotor, deve tomar, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

(A) Remeter os autos à apreciação do Procurador Geral de Justiça, mediante aplicação analógica do art. 28, do Código de Processo Penal.

(B) Designar data para apresentação, de ofício, da proposta de suspensão, pois se trata de matéria de ordem pública e direito subjetivo do acusado, que atende a todos os requisitos legais.

(C) Determinar o prosseguimento do processo, pois, segundo o art. 89, *caput*, da Lei n. 9.099/95, a apresentação de proposta de suspensão é faculdade do Promotor de Justiça e não direito subjetivo do acusado.

(D) Conceder *habeas corpus* de ofício, para trancar o processo, diante do evidente constrangimento ilegal imposto ao réu com o prosseguimento do feito sem a oferta da proposta de suspensão.

(E) Remeter os autos a outro Promotor de Justiça para que ele apresente a proposta de suspensão, com base no princípio da independência funcional dos membros do Ministério Público.

RESPOSTA Súmula 696, STF. *Alternativa A.*

8171. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FAURGS)** Sobre o inquérito policial, considere as afirmações abaixo.

I. Se o crime for de ação penal privada, a instauração do inquérito policial suspende o prazo para o oferecimento da queixa.

II. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

III. Nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas poderá, nos inquéritos que conduza, ordenar diligência em circunscrição de outra, independentemente de precatórias ou requisições.

IV. O arquivamento do inquérito pela insuficiência de material probatório disponível no que se refere à comprovação da autoria e materialidade do crime pode ser ordenado pela autoridade judiciária ou policial; nesse caso, a polícia judiciária, se de outras provas tiver conhecimento, poderá proceder a reabertura das investigações.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I e II.

(B) Apenas II e III.

(C) Apenas II e IV.
(D) Apenas III e IV.
(E) Apenas IV e V.

RESPOSTA (I) A instauração do inquérito policial não possui o condão de suspender o prazo decadencial. (II) *Vide* Súmula Vinculante 14, STF. (III) Art. 22, CPP. (IV) Art. 17, CPP. *Alternativa B.*

8172. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** Assinale a alternativa CORRETA. Sobre o inquérito policial, é possível dizer que:

(A) O interrogatório deve ser feito na presença de advogado, sendo possível a condução do investigado que não comparece.
(B) A confissão mediante tortura obtida no inquérito é nula e invalida a ratificação da confissão obtida em juízo.
(C) É obrigatório o exame de corpo de delito quando houver vestígios, admitindo-se o assistente técnico a partir de sua admissão pelo juiz.
(D) A autoridade policial poderá declarar-se suspeita de ofício, sendo inadmissível a oposição de exceção.

RESPOSTA (A) Trata-se de procedimento inquisitorial, incompatível com o contraditório e ampla defesa. (B) Sendo ratificada a confissão em juízo, a confissão anterior mediante tortura não a invalida. (C) Art. 158, CPP. (D) Art. 107, CPP. *Alternativa D*.

8173. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Em relação à investigação criminal, é INCORRETO afirmar:

(A) Quando o juiz verificar, nos autos, a existência de crime de ação penal pública, remeterá cópias ao Ministério Público.
(B) O requerimento do ofendido nos delitos de ação de iniciativa privada é classificado como notícia-crime qualificada.
(C) Formalmente, o inquérito policial inicia-se com um ato administrativo da autoridade policial, que determina a sua instauração por meio de uma portaria ou de um auto de prisão em flagrante.
(D) Todos os elementos de convicção (meios de prova) produzidos ou obtidos em sede policial através de inquérito policial são valoráveis na sentença, sem a necessidade de serem reproduzidos na fase de instrução criminal.
(E) Apesar de meramente informativos, os atos do inquérito policial servem de base para restringir a liberdade pessoal através das prisões cautelares, e interferir na disponibilidade de bens, com base nas medidas cautelares reais, como por exemplo, o arresto e o sequestro.

RESPOSTA (A) Art. 40, CPP. (B) O requerimento do ofendido é uma das espécies de notícia-crime qualificada. (C) Arts. 5º e 10, CPP. (D) Art. 155, CPP. (E) Art. 127, CPP e art. 282, § 2º, *in fine*, CPP. *Alternativa D*.

8174. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** A autoridade policial, ao chegar no local de trabalho como de costume, lê o noticiário dos principais jornais em circulação naquela circunscrição. Dessa forma, tomou conhecimento, através de uma das reportagens, que o indivíduo conhecido como “José da Carroça”, mais tarde identificado como José de Oliveira, teria praticado um delito de latrocínio. Diante da notícia da ocorrência de tão grave crime, instaurou o regular inquérito policial, passando a investigar o fato. Após reunir inúmeras provas, concluiu que não houve crime. Nesse caso, deverá a autoridade policial:

(A) relatar o inquérito policial, requerendo o seu arquivamento e encaminhando-o ao juízo

competente.

(B) determinar o arquivamento dos autos por falta de justa causa para a propositura da ação.

(C) encaminhar os autos ao Ministério Público para que este determine o seu arquivamento.

(D) relatar o inquérito policial, sugerindo ao Ministério Público seu arquivamento, o que será apreciado pelo juiz.

(E) relatar o fato a Chefe de Polícia, solicitando autorização para arquivar os autos por ausência de justa causa para a ação penal.

RESPOSTA A autoridade policial não tem atribuição para promover o arquivamento do inquérito policial, o que cabe ao Ministério Público diante da narrativa do caso acima. Portanto, em seu relatório, apenas poderá sugerir tal alternativa ao membro do MP, a quem cabe formar a *opinio delicti.* Art. 17, CPP. *Alternativa D*.

8175. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** João Alberto, nascido em 02 de fevereiro de 1994, juntamente com seu irmão José Silva, nascido em 15 de janeiro do ano de 1996, aproveitando-se da ausência de seus pais e demais parentes, abordaram, no dia 27 de setembro do ano em curso, no interior da residência destes, sua sobrinha Vera, nascida no dia 13 de maio do ano de 1997, usando de violência e grave ameaça, obrigando-a a praticar com eles atos libidinosos e conjunção carnal. Em razão do estranho barulho e da gritaria da jovem, vizinhos chamaram os policiais militares, que lograram deter João e José em flagrante. A vítima ficou gravemente ferida, o que despertou a revolta dos familiares e populares, que tentaram agredir João e José. Estes, por sua vez, ameaçaram os vizinhos que testemunharam o fato, dizendo que seriam "apagados". Em seguida, ambos foram conduzidos pelos policiais à Unidade Policial e apresentados ao Delegado, que deverá:

(A) autuar João e José pelo delito de Estupro – art. 217-A, do CP –, e apresentá-los imediatamente ao Juízo da Infância e da Juventude, que poderá determinar a internação provisória por até quarenta e cinco dias.

(B) lavrar, contra João e José, o auto de apreensão de adolescente por ato infracional semelhante ao delito de Estupro, previsto no art. 217-A, do CP e apresentá-los, no prazo máximo de 24 horas, ao juiz da Infância e da Juventude, o qual tomará as medidas legais.

(C) lavrar, contra João e José, o auto de prisão de adolescente por ato infracional semelhante ao delito de Estupro, previsto no art. 217-A, do CP, e apresentá-los imediatamente ao Ministério Público em exercício na Vara da Infância e da Juventude, o qual tomará as medidas legais.

(D) lavrar o auto de prisão em flagrante contra João e, em relação a José, lavrar o termo de entrega aos pais, com a recomendação de apresentá-lo ao juiz da Infância e da Juventude no dia seguinte ao fato.

(E) lavrar o auto de prisão em flagrante em relação a João e apreender o adolescente José, lavrando o auto de apreensão de adolescente por ato infracional análogo ao delito de Estupro, previsto no art. 217-A, do CP e, em seguida, apresentá-lo imediatamente ao representante do Ministério Público em exercício na Vara da Infância e da Juventude, para as medidas legais.

RESPOSTA Como João, à época dos fatos, já tinha atingido a maioridade legal, deverá a autoridade lavrar o auto de prisão em flagrante em seu desfavor. No tocante a José, por ser menor de idade, adolescente, deverá ser apreendido. *Vide* arts. 173 e 175, ECA. *Alternativa E*.

8176. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** O flagrante presumido consiste na prisão do agente que:

(A) É encontrado logo depois do fato, com instrumentos, armas ou objetos que estejam relacionados com o fato.

(B) É surpreendido na prática efetiva do crime.
(C) É surpreendido logo depois do fato.
(D) É perseguido e encontrado logo depois do fato.
(E) É preso logo após testemunhas.

RESPOSTA (A) Art. 302, IV, CPP. (B) Art. 302, I, CPP. (C) Art. 302, II, CPP. (D) Art. 302, III, CPP. (E) Art. 304, CPP. *Alternativa A*.

8177. (Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP) Assinale a alternativa correta.

(A) A autoridade policial pode determinar a soltura de indivíduo preso em flagrante e conduzido à sua presença, se das respostas das pessoas ouvidas no auto não resultar fundada a suspeita contra o conduzido.
(B) A total ausência de testemunhas do crime impede a lavratura do auto de prisão em flagrante.
(C) No crime de extorsão mediante sequestro, o agente pode ser preso em flagrante delito mesmo após libertar a vítima por iniciativa própria.
(D) O autor de um homicídio que se apresenta espontaneamente à autoridade policial, mais de 24 (vinte e quatro) horas após o cometimento do crime, pode ser autuado em flagrante.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LXV, CF/88 c/c art. 310, I, CPP. (B) Art. 304, § 2º, CPP. (C) A doutrina entende que o autor de um crime permanente também poderá ser preso em flagrante. Mas tendo a vítima sido libertada, cessando a permanência da ação, não haverá a situação indicativa do flagrante. Art. 303, CPP. (D) Art. 302 e incisos, CPP. *Alternativa A.*

8178. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) Assinale a alternativa correta no que concerne ao regramento que o CPP dá ao inquérito policial.

(A) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, ainda que tenha notícia de outras provas.
(B) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
(C) Em qualquer crime de ação pública não é necessária a representação da vítima para que o inquérito seja iniciado.
(D) É irrecorrível o despacho da autoridade policial que indefere o requerimento de abertura de inquérito.

RESPOSTA (A) Art. 18, CPP. (B) Art. 5º, § 5º, CPP. (C) Art. 24, CPP. (D) Art. 5º, § 2º, CPP. *Alternativa B*.

8179. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Maria tem seu veículo furtado e comparece à Delegacia de Polícia mais próxima para registrar a ocorrência. O Delegado de Polícia instaura inquérito policial para apuração do fato. Esgotadas todas as diligências que estavam a seu alcance, a Autoridade Policial não consegue identificar o autor do fato ou recuperar a *res furtiva*. Assinale a alternativa que indique a providência que o Delegado deverá tomar.

(A) Relatar o inquérito policial e encaminhar os autos ao Ministério Público para que este promova o arquivamento.
(B) Promover o arquivamento do inquérito policial, podendo a vítima recorrer ao Secretário de Segurança Pública.
(C) Relatar o inquérito policial e encaminhar os autos ao Secretário de Segurança Pública para que este promova o arquivamento.

(D) Manter os autos do inquérito policial com a rotina suspenso, até que surja uma nova prova.

(E) Prosseguir na investigação, pois o arquivamento só é possível quando transcorrer o prazo prescricional.

RESPOSTA Art. 18, CPP. *Alternativa A.*

8180. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Rosa Margarida é uma conhecida escritora de livros de autoajuda, consolidada no mercado já há mais de 20 anos, com vendas que alcançam vários milhares de reais. Há cerca de dois meses, Rosa Margarida descobriu a existência de um sistema que oferece ao público, mediante fibra ótica, a possibilidade de o usuário realizar a seleção de uma obra sobre a qual recaem seus (de Rosa Margarida) direitos de autor, para recebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda. O sistema também indica um telefone de contato caso o usuário tenha problemas na execução do sistema. O marido de Rosa Margarida, Lírio Cravo instala no telefone um identificador de chamadas e descobre o número do autor do sistema que permitia a violação dos direitos autorais de Rosa Maria. De posse dessa informação, Lírio Cravo vai à Delegacia de Polícia registrar a ocorrência de suposta prática do crime previsto no art. 184, § 3º, do Código Penal (violação de direitos autorais). O Delegado instaura inquérito e de fato consegue identificar o autor do crime. Considerando a narrativa acima, assinale a alternativa correta.

(A) O Delegado agiu corretamente. Encerrado o inquérito policial, deve encaminhá-lo ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

(B) O Delegado agiu incorretamente. O marido da ofendida não poderia ter obtido o número do telefone do autor das ameaças sem prévia autorização judicial, pois tal informação é sigilosa.

(C) O Delegado agiu incorretamente. A instauração do inquérito nesse caso depende de representação da ofendida, não podendo ser suprida por requerimento de seu marido.

(D) O Delegado agiu incorretamente. A instauração do inquérito policial nesse caso depende de requisição do Ministério Público, pois a interceptação telefônica é imprescindível à apuração dos fatos.

(E) O Delegado agiu corretamente. Encerrado o inquérito policial, deve entregar os autos à vítima, mediante recibo, para que a mesma possa oferecer queixa-crime.

RESPOSTA Art. 5º, §§ 4º e 5º, CPP. *Alternativa C.*

8181. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Nos termos da Constituição Federal, ressalvada a competência da União, incumbem às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. Portanto, com as ressalvas constitucionais, cabe à polícia civil conduzir as investigações necessárias, colhendo provas pré-constituídas e formar o inquérito, que servirá de base de sustentação a uma futura ação penal. Acerca do tema inquérito policial, e com fundamento na orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.

(A) Arquivado o inquérito policial por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas.

(B) Pode o Ministério Público, como titular da ação penal pública, proceder a investigações e presidir o inquérito policial.

(C) Constitui direito do investigado e do respectivo defensor o acesso aos elementos coligidos no inquérito policial, ainda que este tramite sob segredo de justiça.

(D) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

(E) O inquérito policial é dispensável, já que o Ministério Público pode embasar seu pedido em peças de informação que concretizem justa causa para a denúncia.

RESPOSTA "É vedado ao Ministério Público tão somente presidir o inquérito policial" (STJ, HC 83.858/SP, Rel. Min. Paulo Gallotti). *Alternativa B.*

8182. (Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA) Um delegado de polícia recebeu uma carta apócrifa contendo acusação de que José estuprou uma mulher em sua própria residência. Com base nessa *notitia criminis*, instaurou procedimento investigatório. Acerca da atitude do delegado e com base nos julgados da Suprema Corte, assinale a alternativa correta.

(A) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem entendimento pacífico quanto ao cabimento de instauração de inquérito policial com base unicamente em *notitia criminis* apócrifa.

(B) A atitude do delegado foi correta; entretanto, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de possibilitar o contraditório e a ampla defesa no âmbito do inquérito policial quando a comunicação do fato delituoso deu-se de maneira anônima.

(C) O inquérito policial deve ser instaurado de ofício pela autoridade policial a partir do conhecimento da existência de um fato delituoso. Um procedimento investigatório também pode iniciar-se com base em *notitia criminis* apócrifa, desde que o documento em questão constitua o próprio corpo de delito.

(D) O delegado agiu corretamente, pois o Código de Processo Penal não admite a recusa de instauração de inquérito quando houver requerimento formal.

(E) Se, porventura, o delegado perceber que a denúncia é leviana, deverá proceder ao imediato arquivamento do procedimento investigatório a fim de evitar uma devassa indevida no patrimônio moral de José.

RESPOSTA (A) A jurisprudência do STF é justamente no sentido contrário da assertiva. (B) A jurisprudência é amplamente majoritária no sentido da inexistência de contraditório e ampla defesa no inquérito policial. (C) A assertiva reproduz corretamente o entendimento do STF sobre o tema. (D) Art. 5º, CPP. (E) *Alternativa C.*

8183. (Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE) Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que:

(A) sua instauração e condução incumbe, primordialmente e por determinação constitucional, à chamada polícia administrativa ou de segurança.

(B) segundo decidiu o STF, os autos do inquérito policial, inclusive no tocante às diligências ainda em curso, devem, obrigatoriamente, ser publicizados ao advogado constituído pelo acusado, ainda que decretado o sigilo do procedimento, em face das prerrogativas estabelecidas no Estatuto da OAB (Lei 8.906/94).

(C) pode ser arquivado pela autoridade policial, que exercerá juízo de oportunidade e conveniência sobre a decisão, em razão do caráter administrativo do procedimento.

(D) de acordo com a jurisprudência dominante, o delegado de polícia que, no curso de inquérito, vier a constatar indícios de que o delito investigado foi cometido por Governador de Estado, pode proceder ao seu indiciamento, uma vez que a prerrogativa de foro se refere unicamente à ação penal propriamente dita.

(E) não obstante seu caráter inquisitivo, não se impondo, regra geral, o exercício do contraditório e da ampla defesa no curso do inquérito, as provas cuja repetição em juízo seja impossível podem vir a ser admitidas na ação penal subsequente, sob o crivo do chamado "contraditório diferido".

RESPOSTA (A) Art. 5º, § 3º, CPP. (B) Súmula Vinculante 14, STF. (C) Art. 17, CPP. (D) Art. 105, I, *a*, CF. (E) As provas

impossíveis de serem repetidas em juízo podem ser admitidas na ação penal, sob o chamado contraditório diferido. *Alternativa E.*

8184. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Considere as seguintes circunstâncias:

(1) atipicidade da conduta,

(2) ausência de indícios de autoria e materialidade,

(3) extinção da punibilidade.

Segundo os Tribunais Superiores, admite-se o trancamento do inquérito policial quando se verifica(m):

(A) a circunstância 3 apenas.

(B) as circunstâncias 1 e 3 apenas.

(C) as circunstâncias 1 e 2 apenas.

(D) as circunstâncias 1, 2 e 3.

(E) a circunstância 2 apenas.

RESPOSTA Tal questão não possui letra de lei que a defina, mas há muitas jurisprudências nesse sentido (HC 901.320/MG, Primeira Turma, Rel. Min. Marco Aurélio). *Alternativa D.*

8185. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

(A) Quando o fato for de difícil elucidação, ainda que o indiciado esteja preso, pode a autoridade policial requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que deverão ser realizadas no prazo peremptório de 10 (dez) dias.

(B) A autoridade policial está sempre obrigada a realizar as diligências requeridas pelo ofendido, ou seu representante legal.

(C) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal, acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

(D) O inquérito, em regra, deverá terminar no prazo de 15 (quinze) dias se o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente, ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(E) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

RESPOSTA (A) Art. 10, § 3º, CPP. (B) Art. 14, CPP. (C) Art. 258, CPP. (D) Art. 10, CPP. (E) Súmula Vinculante 14, STF. *Alternativa E.*

8186. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Sobre o inquérito policial, é CORRETO afirmar:

(A) a decisão que concorda com o pedido de arquivamento do inquérito policial formulado pelo Ministério Público por atipicidade do fato possui eficácia preclusiva típica de coisa julgada formal; nesse caso, somente podem ser reabertas as investigações a partir do surgimento de elementos probatórios não integrantes do acervo colhido durante o inquérito.

(B) se o juiz se dá por competente e o membro do Ministério Público se manifesta no sentido de que não quer oferecer denúncia por considerá-lo incompetente, ocorre, por parte do Ministério Público, um pedido de arquivamento indireto.

(C) segundo o Código de Processo Penal, se o juiz discordar do pedido de arquivamento do inquérito

policial formulado pelo Ministério Público deve enviar os autos ao procurador-geral do respectivo Ministério Público que, entendendo tratar de hipótese de denúncia, deverá designar outro membro para apresentá-la, mas não poderá, sob pena de supressão de instância, oferecê-la diretamente.

(D) segundo a tese do arquivamento implícito, acolhida pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, este ocorre quando o titular da ação penal deixa de pedir o arquivamento do inquérito policial em relação a determinado indiciado, mas justifica em sua peça acusatória os motivos do não oferecimento da denúncia contra o imputado e, com base nas justificativas ministeriais, o juiz determina o arquivamento do inquérito policial.

RESPOSTA Art. 28, CPP. *Alternativa B.*

8187. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Tripa Seca é investigado por prática de furto. Após o término das investigações, o delegado, presidente do inquérito policial, o relata, mas não indicia Tripa Seca, apesar de todas as evidências o apontarem como autor do delito. Chegando os autos ao Ministério Público, o promotor de justiça requer ao juiz de direito o retorno do inquérito policial à autoridade policial para que indicie o investigado. Assim:

(A) não agiu corretamente o promotor de justiça, uma vez que o próprio membro do Ministério Público poderá indiciar o investigado e, posteriormente, providenciar o lançamento de seu nome como autor da infração no instituto de identificação pertinente.

(B) não agiu corretamente o promotor de justiça, uma vez que o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito policial à autoridade policial, senão para novas diligências indispensáveis ao oferecimento da denúncia.

(C) agiu corretamente o promotor de justiça, uma vez que, somente com o indiciamento, Tripa Seca teria seu nome lançado como autor da infração penal no instituto de identificação pertinente.

(D) agiu corretamente o promotor de justiça, uma vez que o indiciamento é imprescindível ao oferecimento da denúncia.

RESPOSTA Art. 10, § 3º, CPP. *Alternativa B.*

8188. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** Assinale a alternativa correta.

(A) Trancamento é o encerramento anômalo do inquérito policial, que ocorre diante da falta de justa causa.

(B) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, caberá a interposição de recurso judicial.

(C) Caso exista algum vício formal no decorrer do inquérito policial, é possível a declaração de sua nulidade pelo juiz.

(D) O inquérito policial e o termo circunstanciado são espécies de investigação criminal, disciplinadas no Código de Processo Penal, sendo que a única distinção existente entre elas recai sobre o objeto da apuração.

(E) O Código de Processo Penal exige expressamente fundamentação idônea para que se realize o ato do indiciamento.

RESPOSTA (A) Art. 395, CPP. (B) Art. 5º, § 2º, CPP. (C) Em regra, eventual ilegalidade ocorrida no IP pode gerar, apenas, o relaxamento da prisão em flagrante, caso o indiciado esteja preso; se for indiciado solto, não haverá qualquer prejuízo, não tendo o juiz competência para declarar sua nulidade. (D) O termo circunstanciado está disciplinado na Lei n. 9.099/95, vez que é utilizado para apurar infrações de menor potencial ofensivo. (E) Art. 5º, § 1º, *b*, CPP. *Alternativa A.*

8189. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** A autoridade policial pode requerer a devolução dos autos ao juiz, para a realização de “ulteriores diligências”, de acordo com o Código de Processo Penal, quando

(A) o indiciado estiver preso e o fato for de difícil elucidação.
(B) o fato for relevante e o indiciado estiver foragido.
(C) o indiciado estiver solto e o fato não demandar urgência na decisão.
(D) o indiciado estiver preso e a diligência for célere.
(E) o fato investigado for de difícil elucidação e o indiciado estiver solto.

RESPOSTA Art. 10, § 3º, CPP. *Alternativa E.*

8190. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** Quando, no curso da investigação, houver motivo para duvidar da integridade mental do investigado, a autoridade policial deverá

(A) concluir a investigação e, no relatório, informar tal circunstância, que será apreciada pelo Ministério Público e pelo Magistrado.
(B) Requisitar de ofício, exame de sanidade mental junto ao Instituto Médico Legal.
(C) representar à autoridade judiciária para que o investigado seja submetido a exame médico-legal.
(D) oficiar ao Ministério Público, noticiando o fato e representando pela realização de exame para verificar a sanidade do investigado.
(E) poderá nomear mais de um perito para a realização do exame mental, em virtude de sua complexidade.

RESPOSTA Art. 149, CPP. *Alternativa C.*

8191. **(Delegado – PC-CE – 2006 – UECE)** Marque a opção verdadeira.

(A) A autoridade policial poderá determinar a incomunicabilidade do preso que estiver sob sua custódia se tal medida for indispensável para a efetiva apuração dos fatos, desenvolvimento do inquérito policial ou ainda se houver comprometimento da ordem pública.
(B) Ao concluir o inquérito a autoridade policial deverá elaborar relatório, no qual indicará se entende ser caso de indiciamento; não sendo, determinará o arquivamento imediato dos autos, dando, em seguida, ciência ao titular da ação penal.
(C) O atual entendimento do Supremo Tribunal Federal é o de que o inquérito policial é obrigatoriamente sigiloso, sendo permitido seu acesso apenas ao Juiz processante, uma vez que é peça fundamental para a persecução penal do Estado.
(D) O Delegado de Polícia que preside o inquérito policial poderá produzir livremente as provas que desejar, inclusive não realizando aquelas que sejam solicitadas pelo indiciado se entender que não são relevantes.

RESPOSTA (A) Art. 21, CPP. (B) Art. 17, CPP. (C) Súmula Vinculante 14, STF. (D) Art. 6º, III, CPP. *Alternativa D.*

8192. **(Delegado – PC-PR – 2007 – UFPR)** Sobre o Inquérito Policial, consideres as seguintes afirmativas:

(1) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
(2) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver

notícia.

(3) A instauração de inquérito nas ações penais públicas é essencial ao oferecimento da denúncia.

(4) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial para que seja instaurado inquérito.

Assinale a alternativa correta.

(A) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

(B) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.

(C) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

(D) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.

(E) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.

RESPOSTA (1) Art. 14, CPP. (2) Art. 18, CPP. (3) Art. 16, CPP. (4) Art. 5º, § 3º, CPP. *Alternativa B.*

8193. **(Delegado – PC-MT – 2009 – UNEMAT)** Considerando que o Inquérito Policial é procedimento administrativo destinado à apuração de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, assinale a alternativa correta.

(A) As peças de informação instauradas antes do advento da Lei n. 12.015/2009, para efeito de apuração do crime de estupro praticado por padrasto contra enteada, terão seguimento normal, prescindindo da colheita de termo de Representação.

(B) O Ministério Público pode requisitar o indiciamento de suspeito.

(C) Em se tratando de crime de embriaguez ao volante, cometido antes da entrada em vigor da Lei n. 11.705/98, não será exigido o teste etilométrico, eis que o delito era de perigo concreto.

(D) A recusa do indiciado à identificação criminal, quando autorizada por lei, configura crime de desobediência.

(E) O STJ manifesta-se no sentido de que o arquivamento implícito de Inquérito Policial possibilita à vítima a interposição de Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.

RESPOSTA (A) Será necessária representação, pois se trata de lei penal mais benéfica ao acusado. (B) Art. 6º, CPP. (C) Trata-se de crime de perigo abstrato. (D) Art. 330, CP. (E) Art. 28, CPP. *Alternativa D.*

8194. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** No sistema processual penal brasileiro, a investigação penal é presidida, em regra, por um delegado de polícia. Em se tratando de inquérito policial, nessa forma de investigação, teremos:

(A) impossibilidade de se iniciar uma investigação com denúncia anônima, mesmo sendo colhidos elementos posteriores pela autoridade antes da instauração;

(B) coleta de provas que podem levar à condenação, caso sejam contundentes, e demonstrem a verdade real;

(C) sigilo e incomunicabilidade do investigado, caso tal se faça necessário para os fins da investigação;

(D) poder do Delegado de colher subsídios referentes a inquérito arquivado, caso tenha novas informações, desde que com autorização do Procurador-Geral de Justiça;

(E) direito de informação e ciência à defesa do indiciado através de acesso às diligências, após colhidas e juntadas aos autos.

RESPOSTA Art. 14, CPP. *Alternativa E.*

8195. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Quanto ao inquérito policial e ao procedimento investigatório criminal, é CORRETO afirmar que

(A) o pedido de arquivamento rejeitado é irrecorrível e é insusceptível de controle interno do Ministério Público.

(B) o pedido de arquivamento pode dar-se na ausência das condições da ação ou de justa causa.

(C) o pedido imotivado de desarquivamento é o instrumento para viabilizar a realização de novas diligências.

(D) o pedido de desarquivamento sujeita-se à impugnação através de recurso dirigido ao Chefe de Polícia.

RESPOSTA (A) Art. 28, CPP. (B) Art. 18, CPP. (C) Art. 18, CPP e Súmula 524, STF. (D) Não existe previsão no CPP para a impugnação do pedido de desarquivamento. *Alternativa B.*

8196. **(Procurador – MPF – 2008)** O acesso aos autos do inquérito por advogado de investigado

(A) se estende a todos os documentos da investigação, sem restrição;

(B) pode ser concedido só parcialmente para resguardo de diligências sigilosas em curso;

(C) implica direito de ser intimado de antemão de diligências que afetem o investigado;

(D) pode ser impedido sempre que houver conveniência para a investigação.

RESPOSTA Súmula Vinculante 14, STF. *Alternativa B.*

8197. **(Procurador – MPF – 2008)** O pedido de inquérito policial, Ministério Público, Arquivamento de formulado pelo que

(A) está sujeito a controle jurisdicional, podendo o juiz determinar a outro membro do ministério público que ofereça a denúncia ao invés;

(B) deverá ser sempre deferido nos crimes da competência originária do Superior Tribunal de Justiça, mesmo quando o pedido seja formulado por Subprocurador-Geral da República;

(C) não poderá ser contrariado pelo Procurador-Geral (ou pela Câmara de Coordenação e Revisão, no caso do Ministério Público Federal), em respeito aos princípios da independência funcional e do promotor natural;

(D) quando acolhido, abre à vítima a via da queixa subsidiária.

RESPOSTA Art. 28, CPP. *Alternativa B.*

III. Ação Penal e Ação Civil ***Ex Delicto***

8198. **(Procurador – Florianopólis-SC – 2011 – FEPESE)** Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Penal.

(A) A qualquer momento pode a vítima exercer o juízo de retração e desistir da representação oferecida.

(B) O Ministério Público, na ação penal pública condicionada, poderá, após ouvida a vítima, desistir da ação penal.

(C) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, decai o direito de oferecer representação ou queixa.

(D) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes

especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

(E) Após apresentada a representação pelo ofendido para a deflagração de ação penal pública condicionada, deverá o Ministério Público, antes de oferecer a denúncia, mandar instaurar inquérito policial.

RESPOSTA (A) Art. 25, CPP. (B) Art. 42, CPP. (C) Art. 24, § 1º, CPP. (D) Art. 39, CPP. (E) Art. 5º, § 3º, CPP. *Alternativa D*.

8199. (Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC) Assinale a alternativa correta:

(A) No conceito clássico, a ação penal é uma relação de direito público que impõe sequência de atos, cada um dos quais é ligado aos anteriores e aos subsequentes, como elos de uma corrente, em determinada ordem e para alcançar um fim também determinado.

(B) Será admitida ação penal privada nos crimes de ação penal pública, se esta não for intentada no prazo legal, não cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, apenas repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

(C) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração escrita, não sendo admitida a forma oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público ou à autoridade policial.

(D) O Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão condicional do processo nos crimes de ação penal pública incondicionada ou condicionada em que a pena mínima não é superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, por um período de dois a quatro anos.

(E) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta de transação penal, sendo que, nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

RESPOSTA (A) A assertiva informa o conceito de processo, e não de ação. (B) Art. 29, CPP. (C) Art. 39, CPP. (D) Art. 89, Lei n. 9.099/95. (E) Art. 76, § 1º, Lei n. 9.099/95. *Alternativa E.*

8200. (Advogado – EBAL – 2010 – CEFETBA) Analise as seguintes assertivas acerca da ação penal:

I. A entrada do agente no território nacional em caso de crime praticado no exterior e a representação do ofendido em determinados delitos são condições de procedibilidade ou condições especiais da ação penal.

II. A regra geral ditada na lei processual penal determina que, nos casos da ação penal privada propriamente dita, o ofendido ou seu representante legal, decairá do direito de queixa se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia que souber quem foi o autor do crime.

III. As fundações, em determinadas hipóteses, poderão figurar no polo ativo de uma ação penal.

IV. Nos delitos de ação penal pública, na hipótese de inércia do Ministério Público no prazo legal, será admitida ação penal privada, não podendo o *parquet* fornecer, no feito, elementos de prova.

V. Nos casos de ação penal pública condicionada, o ofendido poderá oferecer retratação da representação até o momento do recebimento da denúncia.

Estão corretas as assertivas:

(A) I, II e III.

(B) I, II e IV.

(C) I, IV e V.
(D) II, III e V.
(E) III, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 7º, § 2º, *a*, CP. (II) Art. 38, CPP. (III) Art. 37, CPP. (IV) Art. 29, CPP. (V) Art. 25, CPP. *Alternativa A*.

8201. **(Advogado – DIOES – 2010 – IBAPRJ)** Com relação à Ação Penal, é correto afirmar que:

(A) Uma das características da Ação Penal Pública é a indivisibilidade, pois a Ação Penal contra um dos Autores pressupõe Ação Penal contra todos.
(B) Na Ação Penal de natureza Privada o querelante pode transigir, se assim o quiser, consoante o princípio da disponibilidade diretamente associado à espécie.
(C) Quanto à natureza do provimento a Ação Penal poderá ser declaratória, constitutiva e condenatória.
(D) Consoante o Código de Processo Penal é facultado ao Ministério Público, no âmbito das Ações Penais Privadas, aditar a queixa para incluir corréu.

RESPOSTA (A) Art. 48, CPP. (B) Art. 52, CPP. (C) A ação penal poderá ser declaratória (ex.: art. 647, CPP), constitutiva (ex.: art. 789, CPP) e condenatória (ex.: art. 63, CPP). (D) Art. 29, CPP. Note-se que o entendimento majoritário diz que o MP somente poderá efetuar o aditamento OBJETIVO (relativo aos fatos que ficaram fora da queixa). *Alternativa C*.

8202. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** Se o querelante, nos crimes de ação penal privada, deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais, o juiz deverá:

(A) Extinguir desde logo o processo, em face da renúncia tácita.
(B) Extinguir desde logo o processo, em face do perdão tácito.
(C) Absolver desde logo o querelado.
(D) Julgar extinta a punibilidade pela decadência.
(E) Julgar extinta a punibilidade pela perempção.

RESPOSTA (A) Art. 104, parágrafo único, CP. (B) Art. 106, § 1º, CP. (C) Art. 386, CPP. (D) Art. 107, IV, CP. (E) Art. 60, III, CPP c/c art. 107, IV, CP. *Alternativa E.*

8203. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** Nos termos do Código Penal, acerca da Ação Penal, é INCORRETO afirmar:

(A) Não será pública, quando a lei expressamente declarar que será privativa do ofendido.
(B) A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.
(C) A ação de iniciativa privada é promovida, mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo, bem como por requisição do Ministro da Justiça.
(D) No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

RESPOSTA *Vide* art. 29, CPP. A requisição do Ministro da Justiça é condição de procedibilidade para a ação penal pública condicionada. (A) Art. 100, CP. (B) Art. 100, § 1º, CP. (D) Art. 100, § 4º, CP e art. 31, CPP. *Alternativa C.*

8204. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FAURGS)** Sobre ação penal, assinale a alternativa que apresenta afirmação INCORRETA.

(A) Na ação penal privada, em razão da sua indivisibilidade, o querelante, desejando perdoar um dos

querelados, dá a oportunidade para que todos os coautores dele se beneficiem.

(B) Se o querelante, intimado para indicar o paradeiro do querelado para citação, deixar transcorrer, injustificadamente, mais de trinta dias sem resposta, a autoridade judiciária declarará extinta a punibilidade do querelado pela perempção.

(C) Na contagem do prazo decadencial, inclui-se o dia do começo e exclui-se o dia final.

(D) Na hipótese de requerimento de arquivamento do inquérito policial pelo Ministério Público, o ofendido poderá intentar a ação penal privada subsidiária da pública.

(E) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

RESPOSTA (A) Art. 51, CPP. (B) Art. 60, I, CPP. (C) *Vide* art. 182, CPC e 38, CPP. (D) Apenas no caso de não oferecimento da denúncia pelo MP, tendo este incidido em desídia. *Vide* art. 38, CPP. (E) Art. 39, *caput*, CPP. *Alternativa D.*

8205. (Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB) No que se refere à ação penal, é correto afirmar:

(A) A denúncia ou queixa não será rejeitada quando faltar pressuposto processual.

(B) A ação penal pública condicionada, para ser exercida, depende de requerimento do ofendido.

(C) A ação penal privada rege-se, entre outros, pelo princípio da indisponibilidade.

(D) O princípio da indivisibilidade não se aplica à ação penal pública; aplica-se somente à ação penal privada e à ação penal privada subsidiária da pública.

(E) A justa causa para o exercício da ação penal significa a exigência de um lastro mínimo de prova.

RESPOSTA (A) Art. 395, II, CPP. (B) Representação do ofendido. (C) Princípio da Disponibilidade. (D) Há quem entenda que tal princípio é aplicável à ação penal pública. (E) Indícios suficientes de autoria e materialidade do crime, quando possível. *Alternativa E*.

8206. (Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN) Assinale a alternativa CORRETA. Impede o ajuizamento da ação civil para reparação do dano causado por crime:

(A) O acórdão que reconhece a inexistência material do fato.

(B) O despacho de arquivamento do inquérito policial.

(C) A decisão que julga extinta a punibilidade.

(D) A sentença que decide que o fato não constitui crime.

RESPOSTA (A) Inexistindo fato, não há o que indenizar. Art. 66, CPP. (B) Art. 67, I, CPP. (C) Art. 67, II, CPP. (D) Art. 67, III, CPP. *Alternativa A*.

8207. (Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN) Assinale a alternativa CORRETA.

(A) A representação é condição objetiva de punibilidade exigida do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo e, no caso de morte, pode ser exercida pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

(B) A representação não depende de fórmula sacramental prescrita em lei, podendo ser oral ou escrita, dirigida ao juiz, Ministério Público ou autoridade policial e será irretratável, depois de recebida a denúncia.

(C) Tanto o ofendido quanto o Ministério Público, este mediante representação, têm legitimidade para a ação penal no caso de crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

(D) Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante, decairá do direito de representar,

se não o exercer no prazo de seis meses, contado do dia em que o fato aconteceu.

RESPOSTA (A) Trata-se de uma condição objetiva de procedibilidade. (B) Será irretratável após o oferecimento da denúncia. Art. 25, CPP. (C) Art. 714, STF. (D) Art. 38, CPP. *Alternativa C*.

8208. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** Assinale a alternativa CORRETA.

(A) A perempção é causa de extinção da punibilidade decorrente da perda do prazo para a realização de ato processual.

(B) A perempção acontece quando o autor da ação for pessoa jurídica e esta se extinguir sem deixar sucessor.

(C) A perempção fica caracterizada na ausência do autor da ação em audiência conciliatória, ainda que presente seu procurador.

(D) A perempção ocorre quando o Ministério Público deixa de promover o andamento do processo durante trinta dias seguidos.

RESPOSTA (A) Trata-se do instituto da preclusão. A perempção é uma sanção imposta ao ofendido desidioso. (B) Art. 60, IV, CPP. (C) Inexiste perempção nesse caso. (D) Art. 60, I, CPP. *Alternativa B*.

8209. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Na hipótese da ocorrência de crime de exclusiva ação privada, assinale a alternativa correta.

(A) O querelante poderá escolher entre o foro do lugar da infração ou do domicílio do querelado.

(B) A competência regular-se-á, obrigatoriamente, pela prevenção.

(C) Será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.

(D) Caso o querelante não tenha residência certa ou for ignorado seu paradeiro, a competência firmar-se-á pela prevenção.

(E) A competência firmar-se-á, obrigatoriamente, pelo lugar da infração.

RESPOSTA (A) Art. 73, CPP. (B) Art. 72, § 1º, CPP. (C) Art. 72, § 2º, CPP. (D) Art. 72, § 2º, CPP. (E) Art. 70, *caput*, CPP. *Alternativa A.*

8210. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** O senhor Rui dos Santos, após ser vítima do delito de roubo perpetrado por Nei da Silva, preso em flagrante delito, ao tomar conhecimento de que o Promotor de Justiça havia perdido o prazo de cinco dias (art. 46, do CPP) para oferecer denúncia, resolve intentar ação privada subsidiária da pública, por meio de queixa-crime. Decorridos alguns dias, incomodado pelo trabalho e pelo desgaste emocional, o querelante resolve desistir da ação. Esta medida acarretará:

(A) a decadência do direito de ação.

(B) a perempção da ação.

(C) a extinção da punibilidade.

(D) a renúncia tácita do querelante.

(E) a retomada da titularidade da ação pelo Ministério Público, que já atuava como assistente litisconsorcial.

RESPOSTA (A), (B) e (D) São institutos aplicáveis apenas às ações penais privadas. (C) As causas de extinção de punibilidade estão previstas no art. 107, CP. (E) *Vide* art. 29, *in fine,* CPP. *Alternativa E*.

8211. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

( ) O Ministério Público pode, a qualquer tempo, desistir da ação penal, uma vez que é o *dominus litis* e dispõe da ação.

( ) O Ministério Público não pode desistir da ação penal depois de a denúncia ter sido recebida, devendo se considerar, porém, a hipótese de transação penal para os delitos de menor potencial ofensivo.

( ) A queixa, na ação penal privada, não poderá ser aditada pelo Ministério Público, por se tratar de manifestação expressa e exclusiva da vontade da parte, inadmitindo-se qualquer interferência externa, salvo as decisões judiciais.

( ) Para a propositura da queixa, não basta a outorga de poderes *ad juditia* por instrumento de mandato, mas também poderes especiais para o ajuizamento, devendo constar do instrumento o nome do querelado e resumo dos fatos, quando possível.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

(A) F – V – F – V.

(B) V – F – F – F.

(C) F – V – V – F.

(D) V – F – V – V.

RESPOSTA (I) Falso. Pelo princípio da indisponibilidade, o MP não pode desistir da ação penal proposta. Art. 42, CPP. (II) Verdadeiro. *Vide* art. 76, Lei n. 9.099/95. (III) Falso. Art. 29, CPP. (IV) Verdadeiro. *Vide* art. 44, CPP. *Alternativa A*.

8212. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** A Lei n. 9.034, de 03 de maio de 1995, dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. Ao Juiz compete, além das imposições processuais comuns aos crimes processados de forma ordinária, autorizar, fundamentadamente, as seguintes providências:

1. O acesso a dados, documentos e informações comerciais dos investigados, inclusive junto ao SERASA, não cobertas pelo sigilo.
2. A captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos e o seu registro e análise, devendo a autorização judicial ser circunstanciada.
3. A infiltração por agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação.
4. A requisição de auxílio de pessoas que, pela natureza da função ou profissão, tenham ou possam ter acesso aos objetos do sigilo.

Estão corretas as providências indicadas nos itens:

(A) 1, 2, 3 e 4.

(B) 2, 3 e 4 apenas.

(C) 1 e 3 apenas.

(D) 2 e 4 apenas.

RESPOSTA 1. Estão cobertas pelo sigilo. 2. Art. 2º, IV, Lei n. 9.034/95. 3. Art. 2º, V, Lei n. 9.034/95. 4. Art. 3º, § 1º, Lei n. 9.034/95. *Alternativa B*.

8213. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** A Lei n. 11.719/08 acrescentou o art. 396-A ao Código de Processo Penal, garantindo ao acusado a apresentação de resposta à denúncia. O que pode o Juiz fazer em face de tal ato da defesa?

(A) Rejeitar a denúncia, exercendo o juízo de admissibilidade negativo, em razão da relevância dos fundamentos da defesa.

(B) Não oferecida a resposta no prazo legal de dez (10) dias, decretar a revelia do acusado,

prosseguindo-se, então, na ação penal.

(C) Absolver sumariamente o acusado, uma vez que o juízo de admissibilidade da denúncia antecede a citação para a resposta, desde que o Juiz verifique a presença de uma das causas de excludente de ilicitude, de culpabilidade ou quando o fato evidentemente não constitui crime.

(D) Determinar a suspensão do processo quando o réu não for encontrado para a citação, suspendendo o curso do prazo prescricional e determinando o arquivamento provisório dos autos.

RESPOSTA (A) Art. 395, CPP. (B) Art. 396-A, § 2º, CPP. (C) Art. 396-A c/c art. 397, CPP. (D) Art. 366, CPP. *Alternativa C*.

8214. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

( ) Diz-se que uma ação penal é privada quando a lei expressamente a declara e apenas o ofendido ou quem tenha a qualidade de representá-lo pode propô-la mediante queixa.

( ) Sendo o Ministério Público o *dominus litis*, somente ele, em todas as hipóteses de ação penal pública, é quem pode propô-la, sendo inviável a substituição de titularidade.

( ) A ação penal pública é de titularidade exclusiva do Ministério Público e não depende de qualquer representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça.

( ) Pode haver ação de iniciativa privada nos crimes de ação penal pública se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal, quando se dará a ação penal privada subsidiária.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

(A) F – F – V – V.

(B) V – F – F – V.

(C) V – V – V – F.

(D) F – V – F – F.

RESPOSTA (I) Art. 100 c/c art. 100, § 2º, CP e art. 30, CPP. (II) e (IV) Admite-se ação penal privada subsidiária da pública, nos termos do art. 29, CPP. (III) Há casos em que a ação penal pública depende de prévia representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça, nos termos do art. 24, CPP. *Alternativa B*.

8215. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente ao tema ação penal, analise as afirmativas a seguir:

I. Diz-se que a parte tem interesse juridicamente tutelado para propor a ação, quando poderá obter uma melhora concreta na sua situação jurídica em decorrência do acolhimento do seu pedido (utilidade) e quando não lhe seja possível atingir tal melhora a não ser que recorra ao Judiciário (necessidade).

II. O conceito de legitimidade ativa no processo penal significa que, sendo certo que determinados crimes são processados mediante ação pública e outros mediante ação privada, somente pode ajuizar a respectiva ação aquele que tiver legitimidade (MP ou querelante).

III. A denúncia ou queixa será rejeitada quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) A assertiva reproduz corretamente o binômio necessidade-utilidade idealizado pela doutrina. (II) Art. 24 c/c art.

30, CPP. (III) Art. 395, III, CPP. *Alternativa E.*

8216. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Nei, agente comunitário de saúde do Distrito Federal, foi acusado de cometer crime contra a honra de Maria, sua colega de trabalho. Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) Caso haja interesse da ofendida, Nei será denunciado pelo Ministério Público. Isso se dá porque, nessas ações, o Estado sempre permanece responsável pela persecução penal, dependendo unicamente da autorização da vítima.

(B) Se Maria morrer e não for casada ou não tiver ascendente, descendente ou irmão, a persecução penal caberá ao Estado, situação em que o *streptus iudicii* justifica a intervenção do Ministério Público, não importando em que contexto se deu o crime.

(C) Segundo o Supremo Tribunal Federal, quando a vítima de crime contra a honra for servidor público, haverá legitimidade ativa concorrente entre o ofendido e o Ministério Público.

(D) Caso Maria resolva não se manifestar quanto à sua intenção em ver aberta a instrução processual, ter-se-á como ocorrida a renúncia, que é forma de extinção da punibilidade antes da instauração da ação penal.

(E) A legitimação *ad causam* e a capacidade processual de Maria dispensam a exigência de profissional do Direito devidamente habilitado na Ordem dos Advogados do Brasil.

RESPOSTA Art. 50, CPP. *Alternativa D.*

8217. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Considerando os princípios do processo penal, pode-se dizer que não se aplica às ações penais de iniciativa privada:

(A) o princípio da legalidade.

(B) o princípio da indisponibilidade.

(C) o princípio da demanda.

(D) o princípio da paridade de armas.

(E) o princípio da oportunidade.

RESPOSTA O princípio da indisponibilidade só existe na ação penal pública; uma vez ajuizada ela se torna indisponível, ninguém nem o Ministério Público pode desistir da ação. *Alternativa B.*

8218. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** David, com apenas 15 anos de idade, foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação. Nesse caso, pode-se dizer que:

(A) a representação deve ser oferecida por seu representante legal, mas apenas na forma escrita, a teor do que prescreve o art. 39 do Código de Processo Penal.

(B) a jurisprudência dominante entende que basta a demonstração inequívoca do interesse na persecução criminal para que se entenda por exercido o direito de representação.

(C) sendo a vítima menor de idade, deverá seu representante legal oferecer queixa, em razão do *strepitus iudicii*, isto é, do escândalo provocado pelo ajuizamento da ação penal.

(D) a representação é retratável até a citação do réu, porque este, a partir de então, passa a ter o direito de obter um pronunciamento judicial sobre a acusação.

(E) o oferecimento de representação é condição necessária ao ajuizamento da ação penal pelo Ministério Público, em nada condicionando a instauração de inquérito policial pelo Delegado de Polícia.

RESPOSTA (A) De acordo com o artigo mencionado, a declaração pode ser oral. (B) A jurisprudência do STF e do STJ é no

sentido de que qualquer manifestação de vontade, como o simples registro da ocorrência, já funciona como exercício do direito de representação. (C) Art. 33, CPP. (D) Art. 25, CPP. (E) Art. 5º, § 4º, CPP. *Alternativa B.*

8219. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** No que se refere aos aspectos processuais da ação penal, marque a assertiva INCORRETA.

(A) O direito de representação somente poderá ser exercido pessoalmente pelo ofendido, sendo vedado o seu exercício por procurador com poderes especiais.
(B) A renúncia tácita e o perdão tácito admitirão todos os meios de prova.
(C) A renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
(D) Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal, dentre outras hipóteses, quando, sendo querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.
(E) Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.

RESPOSTA (A) Art. 39, CPP. (B) Art. 57, CPP. (C) Art. 49, CPP. (D) Art. 60, IV, CPP. (E) Art. 61, CPP. *Alternativa A.*

8220. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** Complete a lacuna da frase a seguir e assinale a alternativa correta.

A ________ é causa extintiva da punibilidade na ação penal privada, que ocorre pela desídia do querelante, como quando, por exemplo, iniciada a ação, ele deixa de promover o andamento do processo durante 30 (trinta) dias seguidos.

(A) prescrição
(B) renúncia
(C) perempção
(D) decadência

RESPOSTA Art. 60, I, CPP. *Alternativa C.*

8221. **(Delegado – PC-MT – 2009 – UNEMAT)** Assinale a alternativa em que se procede mediante Ação Penal Pública Condicionada à Representação.

(A) Tráfico de influência.
(B) Violação de comunicação telefônica com abuso de função em serviço telefônico.
(C) Injúria real.
(D) Divulgação de segredo profissional.
(E) Perigo de contágio de moléstia grave.

RESPOSTA Art. 154, parágrafo único, CP. *Alternativa D.*

8222. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** No que se refere ao poder-dever do Ministério Público de promover e fiscalizar a ação penal e à sua atuação anterior a essa fase, é correto afirmar que:

(A) a garantia da independência funcional do promotor, apesar de não estar elencada na Constituição, é prevista na lei e em regulamentos da Instituição;
(B) na ação pública condicionada, não estão presentes os mesmos princípios reitores da ação pública incondicionada;
(C) o princípio da indivisibilidade da ação penal é exclusivo da ação penal privada e deve ser

fiscalizado pelo Ministério Público;

(D) na requisição do Ministro da Justiça para fins de promover a ação penal pública condicionada, o promotor poderá oferecer a denúncia mesmo após o prazo decadencial de 6 meses;

(E) com a reforma processual penal pontual recentemente introduzida no Código, inexiste qualquer tipo de aditamento provocado previsto em artigo do CPP.

RESPOSTA (A) Art. 127, § 2º, CF. (B) Existem princípios comuns, como o da indivisibilidade. (C) É um princípio geral da ação penal, seja ela condicionada ou incondicionada. (D) Art. 38, CPP. (E) Art. 384, CPP. *Alternativa E.*

8223. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Pedro, que estava indiciado por crime de roubo, teve sua prisão decretada pelo juiz da comarca de Miracema-RJ em 08 de agosto de 2011, uma segunda-feira, sendo preso provisoriamente no mesmo dia, enquanto ainda estava sendo investigado. Terminado o inquérito, o delegado, no último dia do prazo determinado em lei, fez logo cedo a remessa a juízo. O juiz, no mesmo dia em que recebeu os autos, tendo-se em conta que era um dia útil, deu vista pessoal ao promotor. Considerando-se o prazo legal que o promotor tem para oferecer a denúncia e que esse prazo venceria em um dia útil, o trâmite do inquérito, o prazo utilizado pelo delegado, o recebimento e a vista do inquérito pelo promotor e a denúncia contra Pedro, somando-se todos esses atos e prazos, desde a prisão, teria que ser oferecida em:

(A) 15 dias;

(B) 10 dias;

(C) 12 dias;

(D) 14 dias;

(E) 07 dias.

RESPOSTA Art. 46, CPP. *Alternativa A.*

8224. **(Procurador – MPF – 2011)** O promotor de justiça da comarca de São João de Meriti requereu e obteve decisão judicial de arquivamento de inquérito policial, onde se investigou crime de roubo perpetrado contra uma agência dos correios da localidade, por insuficiência de provas da autoria. Dois anos depois desta decisão, o procurador da república lotado na localidade, de posse dos dados apurados naquele inquérito, decide denunciar os investigados perante o juiz federal respectivo, pelo crime do artigo 157 do Código Penal. Sobre a questão, verifiquem-se as seguintes assertivas:

I. trata-se de violação ao princípio que veda a revisão *pro societate*, previsto no Pacto de São José da Costa Rica, cuja força normativa advém do artigo 5º, § 3º da Constituição, mesma fonte normativa que dispõe sobre a competência da justiça federal.

II. por se tratar, o pedido de arquivamento e sua determinação, de atos praticados por agentes aos quais faleciam, respectivamente, atribuição e competência de forma absoluta, por força de norma constitucional, não há que se falar em violação ao princípio da vedação à revisão *pro societate*.

III. a denúncia ofertada desconsidera, indevidamente, a extensão da coisa julgada material produzida com a decisão judicial que homologou o arquivamento, afrontando, assim, princípio constitucional.

IV. a denúncia poderia ser ofertada, não havendo que se falar em violação da coisa julgada material, ou da vedação à revisão *pro societate*, mas apenas se o Procurador da República obtivesse novas provas, na forma do artigo 18 do CPP, uma vez que a decisão de arquivamento, embora emanada de juízo absolutamente incompetente, gera direito subjetivo para o investigado, especialmente derivado do princípio da confiança e da segurança jurídica.

V. a instauração da ação penal não viola o Pacto de São José da Costa Rica, uma vez que a decisão

judicial que determina o arquivamento não configura sentença absolutória, nem extintiva da punibilidade.

(A) II e V estão corretas.
(B) I e III estão corretas.
(C) Apenas a IV está correta.
(D) Apenas a II está correta.

RESPOSTA (I), (III) e (IV) Art. 18, CPP. (II) A ausência de atribuição e competência enseja a invalidade dos atos. (V) Trata-se de sentença sem resolução do mérito. *Alternativa A.*

8225. **(Promotor – MPDFT – 2011)** J. S. M., homem maior e capaz, foi vítima dos crimes de estupro e roubo praticados por dois indivíduos em concurso de agentes, em 30 de junho de 2011. Um dos autores dos delitos foi identificado e reconhecido pelo ofendido, que compareceu à delegacia e manifestou seu desejo de vê-lo processado. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta:

(A) A falta de oitiva do indiciado na fase investigatória configura nulidade absoluta e contamina a ação penal.
(B) Identificado o segundo autor dos delitos, não é necessário colher nova representação do ofendido, estando o órgão ministerial autorizado a oferecer denúncia contra todos.
(C) O prazo para oferecimento da denúncia, quando se trata de investigado preso, tem natureza material, seguindo-se a disposição do artigo 10 do Código Penal: "O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum."
(D) J. S. M. poderia se retratar da representação mesmo após o oferecimento da denúncia, desde que ainda não tivesse sido recebida a inicial acusatória.
(E) Acaso o ofendido não tivesse representado, restaria inviabilizada a persecução penal referente ao crime de roubo, em razão da conexão com o delito de estupro.

RESPOSTA (A) A ausência de sua oitiva na fase processual, e não na investigatória, gera nulidade absoluta. (B) A representação possui caráter objetivo e recai sobre os fatos, e não sobre os autores. (C) Natureza processual. (D) Art. 25, CPP. (E) A conexão não condiciona a representação ao crime de roubo, que é de ação penal pública incondicionada. *Alternativa B.*

8226. **(Promotor – MP-SP – 2011)** No tocante à reparação dos danos causados pela infração penal, analise os seguintes itens:

I. intentada a ação penal, o juiz deverá suspender o curso da ação civil para ressarcimento do dano decorrente da infração penal até o julgamento definitivo daquela;
II. a execução da sentença penal condenatória transitada em julgado pelo valor mínimo fixado para reparação dos danos causados pela infração impede a liquidação para apuração do dano efetivamente sofrido pelo ofendido;
III. tratando-se de crime de ação penal pública condicionada à representação, caracterizada a hipótese de infração penal de menor potencial ofensivo, o acordo relativo à composição dos danos civis homologado pelo juiz acarreta a renúncia ao direito de representação;
IV. a não reparação do dano sem motivo justificado é causa de revogação facultativa da suspensão condicional do processo prevista na Lei n. 9.099/95 (Juizados Especiais Criminais);
V. nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a prévia composição do dano ambiental, salvo comprovada impossibilidade, é condição para a proposta de transação penal prevista no art. 76 da Lei n. 9.099/95 (Juizados Especiais Criminais).

Está correto apenas o que se afirma em

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e IV.
(D) III e V.
(E) IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 64, parágrafo único, CPP. (II) Art. 68, CPP. (III) Art. 75, Lei n. 9.099/95. (IV) Art. 707, II, CPP. (V) Art. 76, Lei n. 9.099/95. *Alternativa D.*

8227. **(Procurador – MPF – 2008)** O princípio da indivisibilidade da ação penal

(A) se aplica à ação penal pública, mas não à privada;
(B) se aplica à ação penal privada;
(C) impõe, sempre, ao juiz, a rejeição da denúncia, quando não observado;
(D) afasta o direito de aditamento da queixa.

RESPOSTA Art. 48, CPP. *Alternativa B.*

IV. Jurisdição e Competência

8228. **(Procurador – Florianopólis-SC – 2011 – FEPESE)** Analise as afirmativas abaixo, de acordo com o Código de Processo Penal: A fixação da competência pela conexão ocorre quando:

(1) a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
(2) duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
(3) a ação for privada.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

(A) É correta apenas a afirmativa 1.
(B) É correta apenas a afirmativa 2.
(C) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
(D) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
(E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

RESPOSTA (1) Art. 76, III, CPP. (2) Art. 77, I, CPP. (3) Art. 76, CPP. *Alternativa A.*

8229. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Em se tratando de competência jurisdicional em matéria processual penal:

(A) A ação de improbidade deve ser processada e julgada de acordo com a prerrogativa de foro em razão do exercício da função pública.
(B) No crime a distância, quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, a competência firmar-se-á pela prevenção.
(C) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
(D) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será fixada pelo domicílio ou residência do réu.
(E) No caso de ação privada exclusiva, de regra, a competência será determinada pela residência do réu.

RESPOSTA (A) A ação de improbidade possui natureza civil. (B) Art. 70, CPP. (C) Súmula 714, STF. (D) Art. 71, CPP. (E) Art. 70, CPP. *Alternativa C*.

8230. (Advogado – SENADO – 2008 – FGV) Relativamente à competência no processo penal, analise as afirmativas a seguir:

I. Na determinação da competência por conexão, em caso de concurso de jurisdições da mesma categoria, observa-se a regra da preponderância da jurisdição em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade.

II. A competência prevista na Constituição Estadual de foro por prerrogativa de função para procurador do estado não prevalece sobre a competência prevista na Constituição Federal do julgamento pelo tribunal do júri para crimes dolosos contra a vida.

III. É possível a separação de processos em razão do número excessivo de acusados.

IV. A competência prevista na Constituição Federal de foro por prerrogativa de função para juiz de direito prevalece sobre a competência prevista na Constituição Federal do julgamento pelo tribunal do júri para crimes dolosos contra a vida.

Assinale:

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

RESPOSTA (I) Art. 78, II, *b*, CPP. (II) Súmula 721, STF. (III) Art. 80, CPP. (IV) Art. 78, I, CPP. *Alternativa D.*

8231. (Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA) Sobre a competência criminal para processar e julgar, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Havendo conexão entre delitos dolosos contra a vida e crime eleitoral, haverá processamento e julgamento conjunto pelo Tribunal do Júri.
(B) Nos casos de conexão entre crimes de competência da Justiça Eleitoral e crimes de competência da Justiça Federal, prevalecerá a última para processamento e julgamento conjunto por ser mais graduada.
(C) Nos casos de conexão entre crimes de competência da Justiça Comum Estadual e da Justiça Eleitoral, todos serão processados e julgados em conjunto na Justiça Eleitoral.
(D) Havendo delitos conexos de competência da Justiça Eleitoral e demais Justiças a regra é a cisão em face da especial da Justiça eleitoral.

RESPOSTA Art. 78, IV, CPP. *Alternativa C.*

8232. (Analista – TJ-RJ – 2012 – FAURGS) Sobre a competência no direito processual penal, considere as afirmações abaixo.

I. A competência do Juizado Especial Criminal é determinada pelo domicílio do réu.

II. O membro do Ministério Público estadual que pratica crime doloso contra a vida será submetido a julgamento perante o respectivo Tribunal de Justiça, por força de prerrogativa de função.

III. Na reunião dos processos perante a Vara do Júri, decorrente da aplicação das regras de conexão, os institutos da composição civil dos danos e da transação devem ser observados no que tange à infração de menor potencial ofensivo conexa com o crime doloso contra a vida.

IV. O funcionário público federal que, no exercício de suas funções, comete crime da esfera da Justiça Estadual será processado e julgado pela Justiça Federal, por força de prerrogativa de função.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I e II.
(B) Apenas I e III.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas I, II e III.
(E) Apenas II, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 394, III c/c art. 60, Lei n. 9.099/95. (II) Art. 87, CPP, art. 96, III, CF e Súmula 721, STF. (III) *Vide* art. 60, parágrafo único, CPP. (IV) Não se trata de competência por força de foro por prerrogativa de função, mas sim em razão da matéria. *Vide* art. 109, I, CF. *Vide* CC 20.779/RO e 97.995/SP, STJ. *Alternativa C*.

8233. (Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN) De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA, considerando como Verdadeiras ou Falsas as proposições abaixo:

( ) Determinarão a competência jurisdicional: o lugar da ação, o domicílio ou residência do réu, a natureza da infração, a distribuição, a conexão ou continência, a prevenção, a prerrogativa de função.
( ) Quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
( ) Se o tribunal do júri desclassificar a infração para outra atribuída à competência do juiz singular, a este serão remetidos os autos para julgamento.
( ) A competência será determinada pela continência no caso de concurso formal, erro na execução e resultado diverso do pretendido.

(A) F, V, F, V.
(B) F, F, F, V.
(C) V, F, V, F.
(D) V, V, V, F.

RESPOSTA (I) Art. 69, II a VII, CPP. (II) Art. 70, § 3º, CPP. (III) Art. 492, §§ 1º e 2º, CPP. (IV) Art. 77, II, CPP. *Alternativa A*.

8234. (Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB) É INCORRETO afirmar que a competência será determinada pela conexão:

(A) Se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas (conexão intersubjetiva por simultaneidade).
(B) Quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração (conexão instrumental ou probatória).
(C) Se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas (conexão lógica ou teleológica).
(D) Quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração (conexão por intersubjetividade formal).
(E) Se, por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras, forem praticadas duas ou mais infrações (conexão intersubjetiva por concurso).

RESPOSTA (A), (D) e (E) Art. 76, I, CPP. (B) Art. 76, III, CPP. (C) Art. 76, II, CPP. *Alternativa D*.

8235. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Como é composto o Tribunal do Júri?

(A) Um (01) Juiz togado que o preside, vinte e cinco (25) jurados que serão sorteados entre os alistados, exigindo-se a presença de pelo menos quinze (15) para a instalação dos trabalhos.

(B) Um (01) Juiz togado que o preside, quinze (15) jurados sorteados entre os vinte e cinco (25) alistados, exigindo-se a presença de pelo menos sete (07) para a instalação dos trabalhos.

(C) Um (01) Juiz togado que o preside, sete (07) jurados sorteados entre os quinze (15) presentes na abertura dos trabalhos, o réu ou réus, o representante do Ministério Público, ao menos um (01) Advogado de defesa e o Escrivão.

(D) Um (01) Juiz togado que o preside, sete (07) jurados sorteados entre os vinte e cinco (alistados), o réu ou réus, o representante do Ministério Público, ao menos um (01) Advogado de defesa.

RESPOSTA Arts. 447 e 465, CPP. As demais alternativas não encontram correspondência no CPP. *Alternativa A*.

8236. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Tício foi denunciado por homicídio doloso, por ter causado a morte de Alberto durante uma competição não autorizada de veículos. Ao término da instrução na primeira fase, restou demonstrado que o acidente ocorreu por imperícia de Tício. O juiz deve

(A) absolver Tício porque, pelo princípio da correlação/congruência entre denúncia e sentença, não pode o juiz reconhecer o dolo eventual não provado.

(B) pronunciar Tício, pois denunciado por crime doloso contra a vida, o órgão constitucionalmente competente para decidir é o Tribunal do Júri.

(C) condenar Tício por homicídio culposo porque tem pena menos grave do que a do homicídio doloso.

(D) abrir vista ao Ministério Público para aditamento da denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias.

RESPOSTA Art. 384, *caput*, CPP. *Alternativa D.*

8237. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** Levando-se em conta uma denúncia que imputa ao réu a prática dos crimes de falsidade documental e estelionato, como deve agir o Magistrado em caso de sentença condenatória?

(A) Condenar o réu pela prática de ambos os crimes, em concurso material, somando-se a pena dos dois crimes.

(B) Condenar o réu pelo crime de falso, eis que esse é o delito pelo qual se chegou ao estelionato, afastando a condenação por esse último.

(C) Condenar o réu por ambos os crimes, em concurso material, aplicando somente a pena do crime mais grave, aumentando-se de até metade diante do concurso.

(D) Condenar o réu apenas pelo crime de estelionato, pois quando o falso se exaure nesse delito sem mais potencialidade lesiva, é por ele absorvido e se aplica apenas a pena do estelionato, não havendo concurso material.

RESPOSTA Conflito aparente de normas. Pelo princípio da consunção ou absorção, o fato mais grave consome os demais menos graves que atuaram como um mero exaurimento, caso em comento. *Vide* Súmula 17, STJ. *Alternativa D*.

8238. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Após surpreender Manoel Cunha mantendo relações sexuais com sua esposa, o deputado federal Paulo Soares persegue Manoel até uma cidade

vizinha. Nessa cidade, dá três tiros em Manoel, que vem a falecer em decorrência das lesões provocadas pela ação de Paulo. No curso do inquérito policial instaurado para apurar os fatos, o mandato de Paulo chega ao fim e o mesmo não consegue se reeleger. Considerada tal narrativa, assinale a alternativa que indique quem tem competência para processar e julgar Paulo por homicídio.

(A) o Supremo Tribunal Federal, já que na época dos fatos o mesmo era deputado federal.
(B) o tribunal de júri da comarca em que a vítima faleceu.
(C) o tribunal de júri federal com jurisdição na comarca em que a vítima faleceu.
(D) o Superior Tribunal de Justiça, já que na época dos fatos o mesmo era deputado federal.
(E) o tribunal de júri da comarca em que a vítima residia.

RESPOSTA Art. 70 c/c art. 74, § 1º, CPP. *Alternativa B.*

8239. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Assinale a alternativa correta no que tange à competência no processo penal.

(A) A competência do tribunal de justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.
(B) A competência constitucional do tribunal do júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente na constituição estadual.
(C) O foro específico para apreciação de questão criminal dirigida contra o presidente do Banco Central deverá ser o Superior Tribunal de Justiça, conforme recente decisão da Suprema Corte.
(D) Secretário de estado não possui foro privativo junto ao tribunal regional federal, mesmo quando se tratar de crime federal.
(E) Cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício.

RESPOSTA (A) Súmula 702, STF. (B) Súmula 721, STF. (C) Art. 52, I, CF (O Presidente do Banco Central é equiparado aos Ministros de Estado). (D) Art. 109, I, CF. (E) Súmula 394, STF, que foi cancelada. *Alternativa A.*

8240. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Sobre jurisdição e competência, é entendimento jurisprudencial consolidado que:

(A) compete à Justiça Estadual processar e julgar Prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.
(B) compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar Militar por crime de abuso de autoridade, exceto quando praticado em serviço, quando então será de competência da Justiça Militar.
(C) tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
(D) a conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo se houver Denunciado com foro por prerrogativa de função, caso em que a atração do corréu importará violação da garantia do juiz natural e do devido processo legal.
(E) na conexão entre crime doloso contra a vida e crimes comuns, deverá haver separação obrigatória de processos, em face do caráter constitucional da competência do Tribunal do Júri.

RESPOSTA (A) Súmula 209, STJ. (B) Art. 124, CF. (C) Art. 71, CPP. (D) e (E) Art. 79, CPP. *Alternativa A.*

8241. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Sobre competência no processo penal, assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) Sendo hipótese de conexão intersubjetiva por concurso (art. 76, inciso I, do CPP), sendo os crimes praticados em comarcas diversas, a competência para o julgamento do processo será fixada na comarca onde a pena cominada aos respectivos delitos for de maior gravidade.

(B) Na hipótese de crime de estupro que se proceda mediante ação pública, o Ministério Público, mesmo sendo conhecido o lugar da consumação do delito, poderá preferir o domicílio ou residência do acusado no oferecimento da ação penal.

(C) Quando incerto o local da consumação do crime, a competência será definida pelo domicílio ou residência do acusado.

(D) Mesmo sendo hipótese de conexão ou continência, poderá o juiz determinar o desmembramento do processo para não prolongar o tempo da prisão cautelar, especialmente quando excessivo o número de acusados.

RESPOSTA (A) Art. 71, CPP. (B) Art. 73, CPP. (C) Art. 70, § 3º, CPP. (D) Art. 80, CPP. *Alternativa B.*

8242. **(Procurador – MPF – 2012)** Assinale a alternativa falsa:

(A) Para que se afirme a competência federal para processar e julgar os crimes previstos em tratados ou convenções internacionais não basta a mera previsão do delito em tais diplomas, sendo necessária a presença de uma relação de transnacionalidade;

(B) A Emenda Constitucional n. 45/04, comumente chamada de Reforma do Judiciário, estabeleceu a competência exclusiva da Justiça Federal para processar e julgar os crimes contra os direitos humanos;

(C) A Justiça Federal é competente para processar e julgar, ressalvada a competência da Justiça Militar, os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, entendendo-se por navio apenas as embarcações de grande porte, aptas a realizar viagens marítimas. No que se refere às aeronaves, a jurisprudência tende a incluir na competência federal quaisquer delitos cometidos a bordo de aviões que estejam realizando transporte aéreo entre aeroportos:

(D) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho nos quais tenham sido afetadas as instituições do trabalho ou os direitos dos trabalhadores coletivamente considerados.

RESPOSTA (A) Art. 109, V, CF. (B) Art. 109, § 5º, CF. (C) Art. 109, IX, CF. (D) Art. 109, VI, CF. *Alternativa B.*

8243. **(Procurador – MPF – 2011)** Sobre matéria de competência derivada da prerrogativa da função, vejam-se as seguintes assertivas:

I. O foro por prerrogativa de função fixado em Constituição Estadual, em favor de vereador, não deve prevalecer sobre a competência do tribunal do júri, consoante entendimento sedimentado pelo STF.

II. Prefeitos e Deputados Estaduais têm foro junto ao TRF respectivo, no caso de crimes da competência da justiça federal, consoante entendimento sumulado pelo STF.

III. Prefeitos têm foro por prerrogativa de função fixado no Tribunal de Justiça, mesmo para crimes da competência da justiça federal, por força do disposto no artigo 29, X da Constituição, consoante entendimento sedimentado no STF.

IV. Consoante entendimento sedimentado pelo STF, Prefeitos têm foro perante o TRF nos casos de crimes da competência da justiça federal, embora o princípio da simetria venha sendo também

estendido aos Deputados Estaduais, pela jurisprudência.

V. Pelo princípio da simetria, Promotores de Justiça têm foro por prerrogativa de função perante o Tribunal de Justiça e Procuradores de Justiça, perante o STJ.

(A) III está correta.

(B) I e IV estão corretas.

(C) I, IV e V estão corretas.

(D) I e II estão corretas.

RESPOSTA (I) Súmula 721, STF. (II), (III) e (IV) Súmula 702, STF. (V) Art. 96, III, CF. *Alternativa B.*

8244. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Foi instaurado inquérito policial para apurar a prática de crimes de quadrilha, furto, roubo e receptação, supostamente praticados por indivíduos que agiam em cidades satélites do Distrito Federal e cidades próximas no estado de Goiás. O inquérito foi distribuído à Primeira Vara Criminal de Taguatinga/DF, Juízo esse que decidiu acerca dos requerimentos ministeriais pela busca e apreensão e interceptação telefônica. Encerradas as investigações, o órgão do Ministério Público ofereceu denúncia imputando a três pessoas a prática, em concurso de agentes, de um delito de roubo praticado na cidade de Luziânia/GO e de um crime de furto praticado no Gama/DF, promovendo o arquivamento quanto às infrações ocorridas em Taguatinga/DF, em razão da falta de justa causa para a ação penal. Diante da situação hipotética, assinale o item incorreto:

(A) O Juízo da Primeira Vara Criminal de Taguatinga/DF é competente para o processamento da ação penal, pois tornou-se prevento em razão de ter presidido medidas como a busca e apreensão e a interceptação telefônica.

(B) Considerando que os crimes são conexos, a competência será do foro em que se consumou o delito mais grave, no caso, o da comarca de Luziânia/GO.

(C) Se o órgão ministerial, em vez de oferecer denúncia, requerer o declínio de competência, em caso de discordância do juiz, este deverá remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça, aplicando-se o artigo 28 do Código de Processo Penal por analogia.

(D) Se um dos denunciados for eleito e diplomado Deputado Distrital no curso da ação penal, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios será competente para o julgamento de todos os corréus.

(E) Posterior declinação de competência não tem o condão de, por si só, invalidar prova colhida mediante interceptação telefônica, deferida pela autoridade judiciária competente até então, de maneira fundamentada e em observância às exigências legais.

RESPOSTA Art. 70, § 3º, CPP. *Alternativa A.*

8245. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Sobre a competência em matéria penal, marque a alternativa correta.

(A) Conforme entendimento jurisprudencial, na hipótese de alteração legislativa da competência criminal em razão da matéria, não prevalece o princípio da aplicação imediata.

(B) Competente para o processo e julgamento do crime previsto no artigo 241 do ECA (Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa) é a Justiça Estadual do local em que ocorreu o lançamento das imagens de conteúdo pornográfico, independentemente do local onde se encontra sediado o responsável pelo provedor de acesso ao ambiente virtual.

(C) Competente para o processo e julgamento de médico que cobra honorários ou despesas hospitalares de pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, cometendo crime de concussão, é a Justiça Federal, porquanto o sistema é administrado pela União.

(D) Compete ao Tribunal de Justiça o processo e julgamento de deputado estadual denunciado por homicídio qualificado, tendo em vista o foro por prerrogativa de função estampado na Constituição Estadual.

RESPOSTA (A) Aplica-se o princípio da aplicação imediata (ADI 4.414, STF). (B) Local em que se encontra sediado o provedor de acesso (Conflito de Competência 66.981/RJ, STJ). (C) Justiça Estadual (CC 29.659, STJ). (D) A competência será do Tribunal do Júri, previsto na Constituição Federal. *Alternativa B.*

8246. **(Promotor – MP-BA – 2010)** Sobre a competência penal, assinale a alternativa correta:

(A) Compete ao foro local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos, salvo quando conhecido o lugar da emissão do título cambial.

(B) É competente para a ação penal no crime falimentar o Juiz de Direito criminal da jurisdição onde tenha sido homologado o plano de recuperação extrajudicial, ainda que outro tenha sido o lugar da consumação do delito.

(C) É competente para processar e julgar um Secretário de Estado da Bahia o Tribunal de Justiça, ainda que se trate de crime doloso contra a vida.

(D) O Tribunal de Justiça é competente para julgar um Prefeito nos crimes da competência da Justiça Comum Estadual, salvo no crime doloso contra a vida, quando então, prevalecerá a competência constitucional do Tribunal do Júri.

(E) A extinção do mandato do Prefeito impede a ação penal pela suposta prática dos crimes previstos no art. 1º do Decreto-lei n. 201/67, devendo, neste caso, ser observado o tipo penal previsto no Código Penal.

RESPOSTA (A) Súmula 244, STJ. (B) Art. 183, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 5º, XXXVIII, *d*, CF. (D) Súmula 702, STF. (E) Súmula 703, STF. *Alternativa B.*

8247. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Leia o relato a seguir. Demóstenes, funcionário público federal, quando voltava para casa, praticou crime de lesão corporal culposa com veículo automotor em Novo Hamburgo, cuja pena é detenção de seis meses a dois anos. Como não possuía carteira de habilitação, a sanção pode ser aumentada de um terço à metade. Considerando-se os dados apresentados, é correto afirmar que a ação penal no caso relatado deverá correr

(A) na Vara Criminal da Justiça Comum.

(B) na Vara Criminal da Justiça Federal.

(C) no Juizado Especial Criminal Estadual.

(D) no Juizado Especial Criminal Federal.

(E) no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, face o conflito de jurisdição.

RESPOSTA A justiça comum estadual é residual, competindo-lhe o processamento e o julgamento de todas as causas que não forem da alçada das demais justiças. Trata-se, portanto, de competência por exclusão. *Alternativa A.*

8248. **(Promotor – MP-RS – 2009)** Na véspera da eleição municipal de 2008, a Dra. Promotora de Justiça de Tapera, acompanhada de policiais militares, determinou o fechamento de um bar que vendia bebidas alcoólicas aos eleitores que, alterados, estavam fazendo badernas e criando um clima de animosidade entre grupos políticos rivais. O dono do estabelecimento, de forma acintosa, praticou o crime de desacato contra a representante do Ministério Público. Em face do exposto, a

denúncia contra o agente deverá ser oferecida

(A) no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em razão do privilégio de foro.
(B) na Vara Criminal da comarca de Tapera.
(C) no Tribunal Regional Federal da 4ª região.
(D) na Vara Federal com jurisdição na região.
(E) na Justiça Eleitoral de Tapera.

RESPOSTA Art. 109, I, CF. *Alternativa D.*

8249. **(Promotor – MP-PB – 2011)** A Justiça Comum Estadual é incompetente para processar e julgar:

(A) Civil acusado de prática de crime contra instituições militares estaduais.
(B) Estupro em que o autor e a vítima sejam indígenas.
(C) Policial Militar em serviço por facilitar a fuga de preso de estabelecimento penal.
(D) Lesão corporal de natureza grave produzida por policial militar em serviço contra bombeiro militar reformado.
(E) *Abstenção de resposta*.

RESPOSTA (A) Súmula 53, STJ. (B) Súmula 140, STJ. (C) Súmula 75, STJ. (D) Art. 124, CF. *Alternativa D.*

V. Procedimentos, Provas, Sentença, Citações e Intimações, Processos e Questões Incidentes, Sujeitos Processuais

8250. **(Procurador – Chapecó-SC – 2011 – OBJETIVA)** Em relação às questões e processos incidentes no Código de Processo Penal, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta sequência CORRETA:

( ) O juiz que espontaneamente afirmar suspeição deverá fazê-lo por escrito, declarando o motivo legal e intimará as partes para que tomem as providências com relação à substituição.
( ) Quando qualquer das partes pretender recusar o juiz, deverá fazê-lo em petição assinada por ela ou por procurador com poderes especiais, com suas razões acompanhadas de prova documental.
( ) Não aceitando a suspeição, o juiz mandará autuar em apartado a petição e dará sua resposta dentro de 5 (cinco) dias.
( ) A exceção de incompetência do juízo só poderá ser oposta por escrito.

(A) E – C – E – E.
(B) C – C – E – C.
(C) E – C – E – C.
(D) C – E – C – E.

RESPOSTA (A) Art. 97, CPP. (B) Art. 98, CPP. (C) Art. 100, CPP. (D) Art. 108, CPP. *Alternativa A.*

8251. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Acerca do procedimento comum e especial em matéria processual penal, assinale a alternativa correta.

(A) Nas condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a ação penal é pública incondicionada, salvo quando praticadas contra animais domésticos quando será pública condicionada à representação.
(B) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias.

(C) Em inquérito policial que investiga condutas tipificadas na Lei de Tóxicos, o prazo para sua conclusão é de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, e de 30 (trinta) dias, quando solto.

(D) O Tribunal do Júri é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 25 (vinte e cinco) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.

(E) No processo e julgamento dos crimes afiançáveis de responsabilidade praticados por funcionários públicos, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o acusado será notificado, para, querendo, apresentar defesa por escrito, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

RESPOSTA (A) Art. 26, Lei n. 9.605/98. (B) Art. 396, CPP. (C) Art. 51, Lei n. 11.343/2006. (D) Art. 447, CPP. (E) Art. 514, CPP. *Alternativa D.*

8252. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Com relação à produção probatória em matéria processual penal, assinale a alternativa *incorreta.*

(A) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

(B) Na audiência de instrução, as perguntas serão formuladas pelo Juiz diretamente à testemunha, podendo as partes intervir, unicamente, naquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.

(C) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

(D) Se várias pessoas forem chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoa ou de objeto, cada uma fará a prova em separado, evitando-se qualquer comunicação entre elas.

(E) A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

RESPOSTA (A) Art. 159, § 1º, CPP. (B) Art. 212, CPP. (C) Art. 157, § 1º, CPP. (D) Art. 228, CPP. (E) Art. 200, CPP. *Alternativa B.*

8253. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** No sistema processual penal acusatório, adotado pelo legislador brasileiro, pode-se apontar os seguintes elementos:

(A) processo judicial sigiloso, inquisitivo e sistema de provas tarifado.

(B) processo judicial público e juizado de instrução.

(C) processo judicial público, contraditório e defesa restrita.

(D) separação entre as funções de acusar, julgar e defender.

(E) processo judicial público, preferência para o órgão acusador e sistema de provas do livre convencimento.

RESPOSTA O sistema processual adotado no direito pátrio é o acusatório, fazendo a separação entre as funções de acusar e julgar, isto é, o ato de três personagens: autor, réu e juiz. Art. 129, I, CF. *Alternativa D.*

8254. **(Advogado – DIOES – 2010 – IBAPRJ)** Acerca das citações e intimações no Processo Penal, é correto afirmar que:

(A) Na citação por edital, se o réu não comparecer nem constituir advogado, o processo ficará suspenso, assim como o prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada de

provas consideradas urgentes.

(B) As intimações e notificações não podem ser feitas da mesma forma que a citação.

(C) A citação real é aquela realizada por edital ou com hora certa.

(D) Não há preferência entre a citação ficta e por mandado.

RESPOSTA Art. 366, CPP. *Alternativa A.*

8255. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Relativamente ao regime legal das citações e intimações, analise as afirmativas a seguir:

I. A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado; por carta precatória quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante; e por carta rogatória se estiver no estrangeiro. Em nenhum caso a prescrição será suspensa.

II. O réu poderá ser citado com hora certa, aplicando-se ao processo penal as regras estabelecidas no Código de Processo Civil, no caso em que o réu se oculta para não ser citado.

III. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, respeitado o disposto no art. 312.

IV. O processo não seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo, suspendendo-se o processo e a prescrição até que o réu seja encontrado.

Assinale:

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

(C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.

(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

(E) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Arts. 351; 222 e 783, CPP. (II) Art. 362, CPP. (III) Art. 366, CPP. (IV) Art. 367, CPP. *Alternativa B.*

8256. **(Advogado – ADASA – 2009 – UNIVERSA)** A Constituição Federal reconhece expressamente a instituição do júri popular, com a organização que lhe der a lei, não assegurando

(A) a plenitude de defesa.

(B) o sigilo das votações.

(C) a soberania dos veredictos.

(D) a irrecorribilidade de suas decisões.

(E) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

RESPOSTA Art. 5º, XXXVIII, CF/88. *Alternativa D.*

8257. **(Advogado – CMMaringá-PR – 2009 – AOCP)** Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O procedimento especial previsto no art. 514 do Código de Processo Penal aplica-se a todos os crimes funcionais afiançáveis.

(B) Os crimes funcionais são aqueles cometidos pelo funcionário público no exercício de suas funções contra a Administração Pública.

(C) Os crimes funcionais próprios só podem ser praticados por funcionários públicos.
(D) Os crimes funcionais impróprios são aqueles que podem ser praticados também por particulares, ocorrendo tão somente uma nova tipificação.
(E) Os crimes funcionais impróprios não se submetem ao procedimento especial, mesmo que sejam afiançáveis.

RESPOSTA (A) Art. 514, CPP. (B) Art. 327, CP. (C) e (D) Correta reprodução da doutrina. (E) Art. 514, CPP. *Alternativa E.*

8258. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** A respeito dos ritos no Processo Penal, indique a única alternativa CORRETA:

(A) Para se identificar o rito processual basta verificar a pena mínima referente a cada delito no próprio tipo penal.
(B) O rito Ordinário é destinado aos crimes punidos com reclusão, com pena igual ou superior a 8 anos.
(C) Será aplicado rito Sumário quando a pena máxima do delito imputado ao réu em abstrato for igual ou superior a 4 anos.
(D) Será aplicado rito Sumaríssimo quando a pena máxima for inferior a 4 anos e superior a 2 anos.
(E) Será aplicado rito Ordinário aos crimes que tenham pena máxima em abstrato igual ou superior a 4 anos de pena privativa de liberdade.

RESPOSTA (A) Art. 394, § 1º e incisos, CPP. (B) Art. 394, § 1º, I, CPP. (C) Art. 394, § 1º, II, CPP. (D) Art. 394, § 1º, III, CPP. (E) Art. 294, § 1º, I, CPP. *Alternativa E.*

8259. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** A respeito da prova no processo penal, analise as proposições seguintes.

I. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em juízo, mas também pode fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
II. As provas cautelares antecipadas podem ser consideradas pelo juiz na formação da sua convicção, ainda que não reproduzidas perante o contraditório.
III. O ônus da prova cabe a quem fizer a alegação, sendo vedado ao juiz determinar a produção de provas de ofício, diante do princípio da inércia da jurisdição.
IV. As provas ilícitas e as delas derivadas são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, salvo quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
V. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Estão corretas somente as proposições

(A) I, III e IV.
(B) II, IV e V.
(C) III, IV e V.
(D) I, II e III.
(E) I, II e V.

RESPOSTA (I) Art. 155, *caput*, CPP. (II) Art. 155, *caput*, CPP. (III) Art. 156, I, CPP. (IV) Art. 157, *caput* e § 1º, CPP. (V) Art. 158, CPP. *Alternativa B.*

8260. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA, considerando como Verdadeiras ou Falsas as proposições

abaixo:

( ) No tribunal do júri, o julgamento será adiado pelo não comparecimento do acusado solto, que tiver sido regularmente intimado.

( ) Na composição do conselho de sentença do tribunal do júri, as partes poderão recusar até três jurados motivadamente e três jurados imotivadamente.

( ) A instrução em plenário do júri seguirá com perguntas diretamente das partes às testemunhas, inquirindo, o juiz, os pontos não esclarecidos.

( ) É caso de adiamento do julgamento perante o tribunal do júri, se a testemunha gravada com a cláusula da imprescindibilidade e intimada deixar de comparecer.

(A) F, V, F, V.

(B) F, F, F, V.

(C) V, F, V, F.

(D) V, V, V, F.

RESPOSTA (I) Art. 457, CPP. (II) Art. 468, *caput*, CPP. (III) Art. 473, *caput*, CPP. (IV) Art. 457, CPP. *Alternativa B*.

8261. **(Analista – TJ-RJ – 2012 – FAURGS)** Sobre citações e intimações no processo penal, assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta.

(A) Quando o acusado estiver fora do território da jurisdição do juízo processante, será citado por edital com o prazo de cinco dias.

(B) A intimação do defensor constituído, feita por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais, deve, necessariamente, conter o nome do acusado, sob pena de nulidade.

(C) Verificando-se que o acusado se oculta para não ser citado, a citação far-se-á por edital, com o prazo de cinco dias.

(D) A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.

(E) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, a citação far-se-á por carta ou qualquer meio hábil de comunicação.

RESPOSTA Art. 370, § 1º, CPP. (A) Art. 353, CPP. (C) Art. 362, CPP. (D) Art. 370, § 4º, CPP. (E) Art. 368, CPP. *Alternativa B.*

8262. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Em matéria de prova, disciplinada pelo Código de Processo Penal, é correto afirmar:

(A) Quando a infração deixar vestígios, o exame de corpo de delito poderá ser dispensado a pedido da parte interessada.

(B) O juiz julga conforme seu livre convencimento e sem obrigação de fundamentar a sua convicção, porém com base na prova existente nos autos.

(C) O silêncio do acusado não importará confissão, e tampouco poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

(D) O maior de quatorze anos e menor de dezoito anos não prestará compromisso como testemunha, quando desacompanhado do responsável legal.

(E) Consideram-se documentos somente os escritos ou papéis, públicos ou particulares.

RESPOSTA (A) Art. 158, CPP. (B) Art. 155, CPP. (C) Art. 186 e parágrafo único, CPP. (D) Art. 208, CPP. (E) Art. 232, CPP. *Alternativa C*.

8263. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Marque a resposta correta.

(A) O princípio da identidade física do juiz consiste na dimensão formal do princípio do juiz natural,

enquanto a vedação de tribunais de exceção e escolha de juiz traduzem a dimensão substancial do juiz natural.

(B) São incontestáveis, na doutrina e na jurisprudência, o poder de investigação direta do Ministério Público e a prerrogativa legal de tomar assento imediatamente à direita e no mesmo plano do Magistrado, sem que haja, com isso, ofensa ao sistema acusatório ou à paridade de armas.

(C) O STF admite como prova a gravação ambiental de conversas entre particulares, mas não admite a gravação clandestina de conversa informal entre agentes policiais e o indiciado, este último, em razão do direito constitucional ao silêncio.

(D) A Constituição de 1988 consagrou expressamente, no processo penal brasileiro, o princípio da verdade real. Por isso o Juiz poderá, de ofício, produzir prova no curso do processo.

(E) O Delegado de Polícia não pode ordenar buscas domiciliares. Este poder, contudo, foi atribuído, excepcionalmente, às CPIs, que possuem poderes de investigação típicos da autoridade judiciária.

RESPOSTA (A) Ambas as ideias contidas na hipótese são dimensões materiais do princípio do juiz natural. (B) Trata-se de questão extremamente controvertida e pendente de decisão no STF. Ver PEC 37. (C) A assertiva reproduz o entendimento do STF sobre o tema. (D) A doutrina moderna afirma que a verdade é processual, e o sistema acusatório veda a produção de prova de ofício pelo juiz. (E) Os poderes são amplos, contudo determinadas medidas dependerão de prévia autorização judicial. *Alternativa C*.

8264. (Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB) Marque a opção correta.

(A) Compete ao Juizado Especial Criminal julgar as infrações penais cuja pena máxima, privativa de liberdade, não seja superior a 02 anos. Assim, o crime de ameaça do marido contra a esposa, cuja pena é de 01 a 06 meses de detenção ou multa, é de sua competência, não podendo, contudo, ser fixada pena de cesta básica.

(B) O crime de tráfico transnacional é o que se submete ao princípio da dupla incriminação, e a competência para seu julgamento é da Justiça Federal, conforme regência válida da Lei de Drogas.

(C) No rito ordinário, poderão ser inquiridas 08 (oito) testemunhas da acusação e 08 (oito) da defesa. Já no rito sumário, poderão ser inquiridas 03 (três) testemunhas pela acusação e igual número pela defesa.

(D) O registro dos depoimentos dos indiciados, investigados, ofendidos e das testemunhas não pode ser feito por meio audiovisual.

(E) Relativamente ao rito para apuração do crime de tráfico de entorpecente, a remessa do inquérito policial far-se-á sem prejuízo das diligências complementares. Porém, o resultado destas deverá ser encaminhado ao juízo competente até 03 (três) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

RESPOSTA (A) Trata-se de infração de competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. (B) A competência relativa ao tráfico transnacional está prevista na Constituição Federal, no art. 109. (C) Art. 532, CPP. (D) Art. 405, §§ 1º e 2º, CPP. (E) Art. 52, parágrafo único, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa E*.

8265. (Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN) Assinale a alternativa CORRETA.

(A) Segundo a lei de tóxicos, oferecida a denúncia, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação.

(B) Se o denunciado for acusado de tráfico e for também funcionário público, deverá ser afastado de suas atividades cautelarmente, por decisão judicial.

(C) Na audiência de instrução e julgamento por crime de tráfico, proceder-se-á à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e defesa, interrogando-se o acusado.

(D) Pela lei de tóxicos, na mesma audiência de instrução, o Ministério Público, o assistente, se for o

caso, e o defensor farão sustentação oral, proferindo-se sentença de imediato.

RESPOSTA (A) Art. 55, Lei n. 11.343/2006. (B) Art. 56, § 2º, Lei n. 11.343/2006. (C) Art. 57, Lei n. 11.343/2006. (D) Art. 57, *caput*, e art. 58, *caput,* Lei n. 11.343/2006. *Alternativa D*.

8266. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Arimateia, prefeito municipal, juntamente com Sérgio, seu motorista, este na qualidade de partícipe, mataram Gisela, esposa do prefeito. Vanessa, a empregada da casa, se depara com ambos ainda nervosos diante do cadáver e resolveu propor que ocultassem o corpo, enterrando-o no jardim da casa, o que foi feito pelos três. Pode-se dizer sobre a competência que:

I. Todos serão julgados pelo Tribunal de Justiça.

II. Pelo crime de homicídio, apesar da continência, Arimateia será julgado no Tribunal de Justiça e Sérgio será julgado no Tribunal do Júri.

III. Com relação à ocultação de cadáver, Arimateia e Vanessa serão julgados pelo Tribunal de Justiça e Sérgio, pelo homicídio e pela ocultação de cadáver, em razão da conexão teleológica, será julgado no Tribunal do Júri.

IV. Arimateia será julgado por ambos os crimes no Tribunal de Justiça, enquanto Sérgio e Vanessa serão julgados no Tribunal do Júri.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas a I está correta.
(B) Apenas a II está correta.
(C) Apenas II e III estão corretas.
(D) Apenas II e IV estão corretas.
(E) Apenas a IV está correta.

RESPOSTA Em relação ao crime de homicídio, a CF prevê competência do Tribunal do Júri para julgar crimes dolosos contra a vida (Sérgio), bem como competência por prerrogativa de função, no caso do Prefeito (Arimateia). Já em relação à ocultação de cadáver, como existe conexão teleológica, será hipótese de reunião de processos: Tribunal de Justiça em relação a Arimateia e Vanessa, e Tribunal do Júri em relação a Sérgio. *Alternativa C*.

8267. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** Assinale a alternativa CORRETA. Não vislumbrando a presença dos requisitos legais, o Ministério Público ofereceu denúncia e não propôs a transação penal. O juiz, porém, acredita ser o caso da mencionada transação. Então, deve ele:

(A) Rejeitar a denúncia.
(B) Absolver sumariamente.
(C) Enviar os autos ao Procurador-Geral de Justiça.
(D) Oferecer de ofício a transação penal.

RESPOSTA Art. 76, Lei n. 9.099/95 c/c art. 28, CPP. As demais alternativas não se aplicam à espécie. *Alternativa C*.

8268. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) Para a “transação penal” não há necessidade do exame dos motivos e circunstâncias da infração. Bastam o exame dos antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente.
(B) O agente condenado pela prática de contravenção não pode ser beneficiado com proposta de “transação penal”.
(C) O agente beneficiado por “transação penal” em prazo inferior a 5 (cinco) anos pode ser beneficiado com nova “transação penal”.

(D) O agente condenado pela prática de crime, ao pagamento de multa, pode ser beneficiado com proposta de "transação penal".

RESPOSTA (A) Art. 76, § 2º, III, Lei n. 9.099/95. (B) Arts. 61 e 76, Lei n. 9.099/95. (C) Art. 76, §§ 2º, II, e 4º, Lei n. 9.099/95. (D) Art. 76, Lei n. 9.099/95. *Alternativa D.*

8269. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** Nos termos do Código de Processo Penal, a sentença NÃO conterá:

I. a exposição sucinta da acusação e da defesa;
II. os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las;
III. a indicação dos artigos de lei aplicados;
IV. a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão;

(A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
(B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
(C) Todos os itens estão corretos.
(D) Todos os itens estão incorretos.

RESPOSTA (I) Art. 381, II, CPP. (II) Art. 381, I, CPP. (III) Art. 381, IV, CPP. (IV) Art. 381, III, CPP. *Alternativa D.*

8270. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as proposições seguintes.

I. Aplica-se a revelia ao acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer ao juízo sem motivo justificado e não atender ao chamado deste, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.
II. No caso de determinação de citação por carta rogatória, de réu no estrangeiro, em lugar sabido, suspende-se o curso do prazo prescricional até o seu cumprimento.
III. As cartas rogatórias só serão expedidas se demonstrada previamente a sua imprescindibilidade, arcando a parte requerente com os custos do envio.
IV. Quando o réu se ocultar para não ser citado no juízo deprecado, deve-se devolver a carta precatória ao juízo deprecante para realizar a citação por edital.

Está correto apenas o que se afirma em

(A) II e III.
(B) III e IV.
(C) I, II e IV.
(D) II, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 376, CPP. (II) Art. 368, CPP. (III) *Vide* HC 182.791/RS, STJ. (IV) Proceder-se-á à citação por hora certa. *Vide* arts. 355, § 2º, e 362, CPP. *Alternativa A.*

8271. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) Qualquer das partes poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, pedir ao juiz que declare a sentença sempre que nela houver obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão.
(B) Ainda que preclusa a decisão de pronúncia, havendo circunstância superveniente que altere a classificação do crime, caberá ao próprio juiz de primeiro grau fazê-la, respeitado o contraditório.
(C) Nos crimes de ação pública, conforme previsão legal, não poderá o juiz reconhecer circunstâncias agravantes que não tenham sido alegadas pelo Ministério Público.
(D) A violação da regra da correlação entre acusação e sentença é causa de nulidade relativa.

RESPOSTA (A) Prazo de dois dias. Art. 382, CPP. (B) *Vide* art. 421, § 1º, CPP. (C) Art. 385, CPP. (D) Trata-se de nulidade de

ordem absoluta. *Alternativa B*.

8272. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Leia atentamente as assertivas a seguir.

I. Nos crimes sujeitos ao procedimento da Lei n. 9.099/95, a respeito do lugar do crime, adota-se a teoria da atividade.

II. No delito plurilocal, no caso de a conduta e o resultado ocorrerem dentro do território nacional, aplica-se a teoria da ubiquidade.

III. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do réu somente quando não conhecido o lugar da infração.

IV. Em relação ao foro especial, previsto em lei ordinária ou de organização judiciária, no caso de cometimento de crime contra a vida, prevalecerá a competência do Tribunal do Júri.

Estão corretas apenas as afirmativas

(A) I e IV.

(B) II e III.

(C) II e IV.

(D) I, II e IV.

RESPOSTA (I) Art. 63, Lei n. 9.099/95. (II) É aplicada a teoria da atividade, art. 4º, CP. (III) Art. 73, CPP. (IV) A competência do Tribunal do Júri é determinada pela Constituição Federal, que se sobrepõe às demais normas. *Alternativa A*.

8273. (Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP) O *habeas corpus* é

(A) ação de natureza constitucional destinada a coibir qualquer ilegalidade ou abuso de poder contra a liberdade de locomoção.

(B) recurso previsto na Constituição Federal para evitar atentado na liberdade de ir e vir ou no direito líquido e certo.

(C) remédio constitucional, de caráter liberatório, destinado a coibir qualquer coação ilegal na sua liberdade de ir e vir ou evitar a consumação de uma ilegalidade, por ato de autoridade ou de particular.

(D) medida de caráter liberatório que tem por finalidade obter reforma de decisão judicial, com apreciação de novas provas.

RESPOSTA (A) Art. 647, CPP c/c art. 5º, LXVIII, CF/88. (B) e (C) Art. 5º, LXVIII e LXIX, CF/88. (D) As provas devem ser pré-constituídas. *Alternativa A.*

8274. (Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR) Em que consiste a despronúncia?

(A) Na decisão judicial singular que não recebe a denúncia em crimes de competência do Tribunal do Júri.

(B) Na reforma da decisão singular de pronúncia, por um colegiado ou no exercício de juízo de retratação singular, na hipótese de recurso crime em sentido estrito.

(C) Na decisão judicial de primeiro grau que desde logo absolve sumariamente o réu nos crimes de competência do Tribunal do Júri.

(D) Na decisão judicial singular que desclassifica o crime de competência do Tribunal do Júri para outro de competência de Juiz ordinário.

RESPOSTA A despronúncia consiste exatamente na retratação feita pelo próprio magistrado, em sede de RESE, revendo a decisão anterior de pronúncia, ou na decisão proferida pelo Tribunal *ad quem,* que entende pela inexistência de materialidade do fato ou indícios suficientes de autoria e participação do acusado. *Alternativa B*.

8275. **(Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR)** A prova, no Processo Penal, incumbirá a quem alega (CPP, art. 156). Contudo, é correto afirmar:

(A) As provas derivadas daquelas consideradas ilícitas são sempre válidas e devem ser recepcionadas sem ressalvas, sendo inadmissíveis só aquelas efetivamente ilícitas.

(B) Quando a infração deixa vestígios, a confissão do acusado supre o exame de corpo de delito.

(C) O juiz, de ofício, não pode ordenar a realização de provas antes do início da ação penal, porque passa a presidi-la apenas depois do recebimento da denúncia.

(D) O juiz pode determinar, no curso da instrução, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante da causa.

RESPOSTA (A) Art. 157, § 1º, CPP. (B) É indispensável o exame de corpo de delito nas infrações que deixam vestígios, não podendo supri-lo a confissão do acusado (art. 158, CPP). (C) Art. 156, I, CPP. (D) Art. 156, II, CPP. *Alternativa D*.

8276. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** No que concerne aos Juizados Especiais Criminais, considere as seguintes assertivas:

I. a composição civil dos danos em todos os crimes de menor potencial ofensivo impede a propositura da ação penal;

II. a sentença que decide pela aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa (“transação penal”) é irrecorrível;

III. o rito procedimental admite oferecimento de denúncia oral por parte do Ministério Público.

É correto o que se afirma em

(A) III, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III.

RESPOSTA (I) A composição civil dos danos apenas impede a propositura de ação penal pública condicionada à representação e ação penal privada. (II) Da sentença acima referida caberá recurso de apelação, nos termos do § 5º do art. 76, Lei n. 9.099/95. (III) Art. 77, Lei n. 9.099/95. *Alternativa A*.

8277. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** As medidas protetivas de urgência, da Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha)

I. podem ser deferidas pelo Juiz independentemente de requerimento ou manifestação do Ministério Público;

II. podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia;

III. como regra, podem ser deferidas tanto na fase de inquérito policial como na fase de ação penal, sendo que a prisão preventiva só pode ser decretada após oferecida a denúncia.

Completa corretamente a proposição o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III.

RESPOSTA Arts. 19, §§ 1º e 2º, e 20, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa B*.

8278. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** De acordo com a Lei Maria da Penha, conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência; determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso; comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis, são providências que o juiz deverá tomar, após recebido o expediente com o pedido da ofendida, no prazo de:

(A) 24 horas (vinte e quatro horas).
(B) 36 horas (trinta e seis horas).
(C) 48 horas (quarenta e oito horas).
(D) 72 horas (setenta e duas horas).

RESPOSTA *Vide* art. 18, *caput,* Lei n. 11.340/2006, que afasta a incidência das demais alternativas. *Alternativa C.*

8279. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa que traz duas causas pelas quais se deve absolver sumariamente o acusado, nos exatos termos do art. 397 do CPP.

(A) A inépcia da denúncia; a falta de justa causa para a ação penal.
(B) A falta de condição para o exercício da ação penal; a extinção da punibilidade.
(C) A constatação de que o fato narrado evidentemente não constitui crime; a falta de pressuposto processual.
(D) A existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade.

RESPOSTA (A) Ambas são causas de rejeição da inicial acusatória. (B) Apenas o último item está correto (art. 397, IV, CPP). (C) Apenas o primeiro item está correto (art. 397, III, CPP). (D) Art. 397, I e II, CPP. *Alternativa D.*

8280. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** Nos termos do Código de Processo Penal, marque a alternativa CORRETA.

(A) As partes só poderão apresentar documentos durante a fase recursal do processo.
(B) As partes só poderão apresentar documentos até o início da fase recursal.
(C) Documentos são quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, desde que sejam exclusivamente públicos.
(D) À fotografia do documento, devidamente autenticada, se dará o mesmo valor do original.

RESPOSTA *Vide* art. 232, parágrafo único, CPP. (A) e (B) *Vide* art. 231, CPP. (C) Art. 232, CPP. *Alternativa D.*

8281. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** O Código de Processo Penal NÃO autoriza a realização da busca domiciliar:

(A) Para proceder a citação do acusado.
(B) Para apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos.
(C) Para apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato.
(D) Para apreender pessoas vítimas de crimes ou colher qualquer elemento de convicção.

RESPOSTA (A) *Vide* art. 240, § 1º, CPP. (B) Art. 240, § 1º, *b,* CPP. (C) Art. 240, § 2º, *f,* CPP. (D) Art. 240, § 1º, *g* e *h*, CPP. *Alternativa A.*

8282. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** Nos termos do Código de Processo Penal, marque a alternativa CORRETA:

I. a impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, quando certa a identidade física. A qualquer tempo, no curso do processo, do julgamento ou da execução da sentença, se for descoberta a sua qualificação, far-se-á a retificação, por termo, nos autos, sem prejuízo da validade dos atos precedentes;

II. se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença;

III. o acusado, que não for pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz;

IV. a defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada;

(A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.

(B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

(C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.

(D) Todos os itens estão corretos.

RESPOSTA (I) Art. 259, CPP. (II) Art. 260, CPP. (III) Art. 263, parágrafo único, CPP. (IV) Art. 261, parágrafo único, CPP. *Alternativa D*.

8283. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** A respeito das provas no processo penal, assinale a alternativa incorreta.

(A) A confissão do acusado poderá suprir o exame de corpo de delito, direto ou indireto, quando a infração deixar vestígios.

(B) É fonte lícita de prova a gravação clandestina feita por um dos interlocutores sem conhecimento do outro, desde que ausente causa legal de sigilo ou de reserva da conversação.

(C) A prova emprestada, admitida no âmbito do processo penal, não pode gerar efeito contra quem não tenha figurado como uma das partes do processo originário.

(D) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova, não ficando adstrito a critérios valorativos, sendo livre a sua escolha, aceitação e valoração.

(E) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

RESPOSTA (A) Art. 158, CPP. (B) Art. 5º, X, XII e LVI, CF. (C) Em observância ao Princípio do Contraditório. (D) Art. 155, CPP. (E) Art. 161, CPP. *Alternativa A.*

8284. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Acerca da prova no processo penal, assinale a alternativa correta.

(A) No que concerne ao sistema de avaliação da prova, vige, no sistema processual brasileiro, a teoria do livre convencimento motivado. Entretanto, não se aplica o princípio da identidade física do juiz.

(B) Se os fatos imputados ao réu não forem impugnados ou se houver confissão, a acusação não está obrigada a produzir prova da autoria do fato.

(C) Cabe ao Ministério Público provar todos os elementos que integram o conceito analítico de crime, ou seja, a tipicidade, a ilicitude e a culpabilidade.

(D) Provas derivadas de outras provas ilícitas serão sempre inadmissíveis no processo penal. O Supremo Tribunal Federal reconhece a pertinência da Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada.

(E) O interrogatório do acusado somente se realizará após a apresentação da defesa e, na audiência una de instrução, após a inquirição do ofendido, das testemunhas e até dos esclarecimentos dos peritos, acareações e demais diligências probatórias que devam ali ser realizadas.

RESPOSTA (A) O princípio da identidade física do juiz é aplicável (art. 399, § 2º, CPP). (B) Arts. 197 e 366, CPP. (C) No conceito analítico de crime, o certo é FATO TÍPICO, ilicitude e culpabilidade. (D) Art. 157, § 1º, CPP. (E) Art. 400, CPP. *Alternativa E.*

8285. **(Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE)** Durante busca pessoal realizada no curso de busca domiciliar, tendo esta última sido efetivada em cumprimento a mandado judicial às oito horas da manhã, foi encontrada na mochila de Paulo arma de fogo de uso restrito e com numeração raspada. Preso em flagrante e levado à presença da autoridade policial, Paulo confessou a posse ilegal da arma, tendo ainda reconhecido que ele próprio raspou a sua numeração, a fim de ocultar a verdadeira origem do objeto. Diante da situação hipotética acima exposta, assinale a afirmativa correta.

(A) A busca pessoal foi ilegal, porque apenas a busca domiciliar havia sido autorizada por mandado judicial.
(B) A busca domiciliar foi realizada às oito horas da manhã porque em nenhuma hipótese poderia se dar à noite, nem mesmo com o consentimento do morador, devido a garantia da inviolabilidade de domicílio assegurada pela própria Constituição Federal.
(C) A confissão de Paulo diante da autoridade policial poderá vir a ser retratada em juízo.
(D) A confissão, de acordo com o Código de Processo Penal, é indivisível, ou seja, seu teor não pode vir a ser desmembrado.
(E) Como Paulo já confessou seu delito perante a autoridade policial, não haverá mais necessidade de produção de outras provas acerca da materialidade e da autoria da conduta delituosa.

RESPOSTA Art. 200, CPP. *Alternativa C.*

8286. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** No que se refere às provas no processo penal brasileiro, é correto afirmar que:

(A) antes de realizar o interrogatório, dependendo da gravidade do crime, poderá o juiz, por decisão fundamentada, dispensar a entrevista do réu com o seu defensor.
(B) o silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
(C) foram disciplinadas pela Lei n. 9.296/96 a interceptação, a escuta e a gravação telefônica, que somente poderão ser autorizadas judicialmente para fins de investigação criminal.
(D) no que diz respeito à apreciação da prova no processo penal, após a reforma promovida pela Lei n. 11.690/2008, passou a vigorar, como regra, o sistema da íntima convicção.
(E) os exames de corpo de delito e outras perícias serão feitos por dois peritos oficiais e, em sua falta, por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior.

RESPOSTA (A) Art. 185, § 5º, CPP. (B) Art. 186, parágrafo único, CPP. (C) Art. 1º, Lei n. 9.296/96. (D) Art. 155, CPP. (E) Art. 159, CPP. *Alternativa B.*

8287. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Sobre sistemas processuais penais e provas, é CORRETO afirmar:

(A) a iniciativa instrutória do magistrado no processo penal fere o processo acusatório puro, modelo adotado pelo processo penal brasileiro e que se caracteriza pela exclusividade das partes na determinação da marcha do processo e na produção das provas.
(B) a iniciativa oficial no campo probatório, durante a fase processual, afeta a imparcialidade do juiz, uma vez que, quando este determina a produção da prova não requerida pelas partes, acaba se

comprometendo com o resultado do processo, sendo, assim, vedada por nossa legislação processual penal.

(C) o princípio da verdade processual ou judicial justifica a adoção pelo processo penal brasileiro da liberdade absoluta e ilimitada do juiz na busca da prova ou de elementos probatórios, inclusive durante a fase pré-processual.

(D) os elementos informativos colhidos na fase investigatória servem para a formação do convencimento do acusador e não podem ser, exclusivamente, valorados como provas pelo juiz, ressalvadas, segundo o Código de Processo Penal, as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

RESPOSTA Art. 155, CPP. *Alternativa D.*

8288. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** O veredicto do Tribunal do Júri enquadrou o réu "Antares" como incurso no art. 121, § 2º, inciso II, do Código Penal (homicídio qualificado pelo motivo fútil). Para chegar a esta conclusão, os jurados fizeram a avaliação da prova pelo sistema:

(A) do livre-arbítrio do juiz.

(B) do livre convencimento ou da persuasão racional do juiz.

(C) da identidade física do juiz com o réu.

(D) da íntima convicção ou da certeza moral do juiz.

RESPOSTA Art. 155, CPP. *Alternativa D.*

8289. **(Delegado – PC-RS – 2009 – IBDH)** Analise as seguintes assertivas e marque a correta.

(A) A busca pessoal em mulher, em qualquer circunstância, somente poderá ser feita por outra mulher.

(B) Tendo sido expedido mandado de busca domiciliar, é dispensado o respectivo mandado para realizar a busca pessoal nos moradores da residência.

(C) Ainda que existam indícios de autoria e materialidade da prática de crime por advogado, não é admitida a expedição de mandado judicial de busca e apreensão no escritório profissional daquele.

(D) Quando a autoridade policial, pessoalmente, executar a busca e apreensão de coisas obtidas por meios criminosos é dispensado o mandado de busca e apreensão.

(E) É taxativo o rol de hipóteses previstas no Código de Processo Penal que autorizam a busca e apreensão.

RESPOSTA (A) Art. 249, CPP. (B) Art. 244, CPP. (C) Art. 7º, II, Lei n. 8.906/94. (D) Art. 244, CPP. (E) O rol é meramente exemplificativo. *Alternativa B.*

8290. **(Promotor – MP-GO – 2010)** No que se refere ao tratamento dado às provas ilícitas e às limitações da teoria da ilicitude por derivação, analise os enunciados e marque a alternativa correta.

I. Provas obtidas a partir de escuta telefônica legalmente autorizada pela autoridade judicial não podem subsidiar denúncia por crime apenado com detenção, tendo em vista a restrição imposta pela Lei n. 9.296/96 (Lei de Escuta Telefônica), em relação aos requisitos para o deferimento da medida.

II. Inviável a utilização na esfera extrapenal da prova obtida com a interceptação telefônica.

III. Não é possível a utilização da prova obtida contra terceiro em interceptação telemática, quando no curso da medida se verificar a prática delituosa por agente estranho ao pedido originário da interceptação.

IV. Pelo critério da limitação da fonte independente entende-se válida a prova produzida com base em

fator dissociado da ilicitude de prova anteriormente obtida.

(A) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.

(B) Somente a afirmativa IV está correta.

(C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

(D) Todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) A restrição recai apenas em relação à medida, e não à denúncia. (II) Não existe proibição legal à utilização. (III) É possível, pois o sigilo tem por finalidade tão somente resguardar a intimidade e a privacidade dos interlocutores. (IV) Uma vez obtida por meio lícito, a utilização da prova será admitida. *Alternativa B.*

8291. (Advogado – CETESB – 2009 – VUNESP) Com relação ao tratamento que o Código de Processo Penal dispensa às provas, considere as seguintes assertivas, indicando, a seguir, a alternativa adequada.

I. Ao acusado em ação penal é facultado indicar assistente técnico e formular quesitos, no que concerne à prova pericial.

II. O surdo-mudo não será interrogado, mas lhe será obrigatoriamente nomeado defensor.

III. Quando da oitiva de testemunhas, as partes deverão formular a pergunta ao juiz que, em seguida, irá direcioná-la à testemunha.

Está correto apenas o contido em

(A) III.

(B) II.

(C) I.

(D) I e II.

(E) I e III.

RESPOSTA (I) Art. 159, § 3º, CPP. (II) Art. 192, CPP. (III) Art. 473, § 2º, CPP. *Alternativa C.*

8292. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Relativamente ao tema medidas assecuratórias, analise as afirmativas a seguir:

I. Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.

II. O sequestro será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de sessenta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.

III. O juiz poderá ordenar o sequestro ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa mediante representação da autoridade policial.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 125, CPP. (II) Art. 131, I, CPP. (III) Art. 127, CPP. *Alternativa E.*

8293. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Relativamente ao tema medidas assecuratórias, analise as afirmativas a seguir:

I. Constituem modalidades de medidas assecuratórias previstas expressamente no Código de Processo

Penal o sequestro, o arresto, a hipoteca legal e a medida cautelar de indisponibilidade de bens.

II. A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, desde que haja certeza da infração e indícios suficientes da autoria.

III. Passando em julgado a sentença condenatória, serão os autos de hipoteca ou arresto remetidos ao juiz do cível.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) A medida cautelar de indisponibilidade de bens não é uma medida assecuratória, tendo em vista o Capítulo VI, CPP. (II) Art. 134, CPP. (III) Art. 143, CPP. *Alternativa C.*

8294. (Delegado – PC-AP – 2010 – FGV) Relativamente ao tema medidas assecuratórias, analise as afirmativas a seguir:

I. O depósito e a administração dos bens arrestados ficam sujeitos ao regime do processo civil.

II. Quando os bens arrestados forem coisas fungíveis e facilmente deterioráveis, serão avaliados e levados a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado, ou entregues as coisas ao terceiro que as detinha, se este for pessoa idônea e assinar termo de responsabilidade.

III. Das rendas dos bens móveis arrestados poderão ser fornecidos recursos arbitrados pelo juiz para a manutenção do indiciado e de sua família.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 139, CPP. (II) Art. 137, § 1º, CPP. (III) Art. 137, § 2º, CPP. *Alternativa E.*

8295. (Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL) Em relação à medida assecuratória do sequestro e à busca e apreensão, assinale a afirmativa CORRETA.

(A) Se Tício furta um relógio, poderá esse objeto ser sequestrado, porque foi obtido por meios criminosos.

(B) Se, porém, Tício compra normalmente um relógio pagando-o com dinheiro furtado – ou seja, pagando com proventos da infração – o que cumpre, então, é apreender o relógio.

(C) O sequestro se destina a possibilitar os efeitos da sentença condenatória, isto é, pagamento das obrigações que nascem do crime e perda em favor da União, depois de satisfeitas as obrigações para com o lesado e o terceiro de boa-fé, dos produtos do crime ou de quaisquer bens ou valores que constituam proveito auferido com a prática do fato criminoso.

(D) Prolatada a sentença condenatória, o juiz determinará a avaliação e a venda, em leilão público, dos bens sequestrados.

RESPOSTA (A) e (B) Art. 132, CPP. (C) Art. 125, CPP. (D) Art. 133, CPP. *Alternativa C.*

8296. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) Recebida a exceção de coisa julgada, o processo ficará suspenso até que seja definitivamente julgada.

(B) Julgada procedente a exceção de suspeição, o processo continuará com a designação de outro juiz, mantidos os atos praticados pelo primeiro juiz antes do afastamento.

(C) O processo pode ser facultativamente suspenso em face de arguição de suspeição do juiz.

(D) Para a arguição da suspeição do juiz, é indispensável a capacidade postulatória.

RESPOSTA (A) Art. 111, CPP. (B) Art. 101, CPP. (C) Arts. 97 e 99, CPP. (D) Art. 98, CPP. *Alternativa C.*

8297. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Com relação ao tema citações, assinale a afirmativa incorreta.

(A) No processo penal o réu que se oculta para não ser citado poderá ser citado por hora certa na forma estabelecida no Código de Processo Civil.

(B) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, a citação far-se-á por carta ou qualquer meio hábil de comunicação.

(C) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.

(D) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado.

(E) Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.

RESPOSTA (A) Art. 362, CPP. (B) Art. 368, CPP. (C) Art. 366, CPP. (D) Art. 367, CPP. (E) Art. 360, CPP. *Alternativa B.*

8298. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Relativamente ao tema incidente de insanidade, analise as afirmativas a seguir:

I. O exame de sanidade mental somente poderá ser ordenado após iniciada a ação penal.

II. O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspensa a ação penal já iniciada, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.

III. Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Art. 149, § 1º, CPP. (II) Art. 149, § 2º, CPP. (III) Art. 149, CPP. *Alternativa D.*

8299. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Sobre os processos incidentes, é CORRETO afirmar:

(A) a mera gravidade do delito já induz à necessidade de instauração de incidente de insanidade mental.

(B) a arguição de falsidade de documento constante nos autos da ação penal poderá ser feita por

advogado constituído pelo acusado, independentemente de poderes especiais para tanto.

(C) configura cerceamento de defesa o indeferimento do requerimento de instauração de incidente de insanidade mental do investigado, uma vez que, assim como o exame de corpo de delito, o exame de sanidade mental é de realização obrigatória.

(D) a finalidade do incidente de falsidade documental é unicamente a de constatar a idoneidade do documento como elemento probatório; não é seu objeto a apuração de possível delito de falsidade.

RESPOSTA (A) Art. 149, CPP. (B) Art. 146, CPP. (C) Art. 149, § 1º, CPP. (D) Art. 145, CPP. *Alternativa D.*

8300. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** O réu foi denunciado por ter subtraído um aparelho de TV de uma residência, depois de ter rompido obstáculo à subtração da coisa, consistente no arrombamento de uma janela. O Promotor de Justiça capitulou o fato como furto simples, embora tenha descrito na denúncia todas as circunstâncias já mencionadas. Após a instrução criminal e alegações escritas das partes o juiz recebeu os autos conclusos para sentença. Estando inteiramente provados os fatos narrados, o juiz deve:

(A) anular o processo a partir da denúncia, inclusive, por ser esta inepta.

(B) absolver o réu, por inexistir correlação entre a narrativa oferecida pelo promotor e a capitulação do crime.

(C) determinar a abertura de vistas dos autos ao Ministério Público, para que adite a denúncia.

(D) condenar o réu por furto qualificado, dando definição jurídica diversa daquela que constou da denúncia.

RESPOSTA Art. 383, CPP. *Alternativa D.*

8301. **(Delegado – PC-CE – 2006 – UECE)** Marque a opção verdadeira.

(A) As questões prejudiciais tratarão sempre de matéria extrapenal, uma vez que, sendo questão criminal, serão decididas pelo mesmo Juiz que processa o fato.

(B) A exceção de suspeição é de caráter subjetivo, tem natureza peremptória, não podendo o Juiz de ofício declarar-se suspeito.

(C) As exceções de litispendência, coisa julgada e incompetência do Juízo são de natureza dilatória.

(D) Tratando de questão prejudicial que envolva o estado da pessoa, no caso o réu do processo penal, o Juiz criminal deverá, necessariamente, determinar a suspensão deste até que se resolva aquela de forma definitiva no Juízo competente.

RESPOSTA (A) Art. 93, § 3º, CPP. (B) A exceção de suspeição tem natureza dilatória e pode ser decretada de ofício pelo juiz, em observância ao que dispõe o art. 99, CPP. (C) Somente a incompetência de juízo tem natureza dilatória; as demais possuem natureza peremptória. (D) Art. 93 c/c art. 581, XVI, CPP. *Alternativa D.*

8302. **(Delegado – PC-PR – 2007 – UFPR)** Sobre a citação no processo penal, considere as seguintes afirmativas:

(1) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

(2) Se o acusado citado por edital não comparecer nem constituir defensor, o juiz determinará a produção antecipada das provas consideradas urgentes e decretará a prisão preventiva.

(3) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.

(4) A citação será feita por edital quando o local onde se encontra o réu for inacessível, em virtude de epidemia, de guerra ou por outro motivo de força maior.

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
(B) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
(C) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
(D) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
(E) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

RESPOSTA (1) Art. 368, CPP. (2) Art. 366, CPP. (3) Art. 367, CPP. (4) Art. 361, CPP. *Alternativa D.*

8303. **(Delegado – PC-MT – 2009 – UNEMAT)** Considerando que, não raras vezes, a resolução do mérito de uma causa depende da análise de uma questão prejudicial anterior, assinale a alternativa correta.

(A) A questão prejudicial extrapenal devolutiva absoluta necessita de ação civil já intentada.
(B) Inquérito policial comporta a incidência de questão prejudicial.
(C) Segundo a jurisprudência pátria, a prévia prestação de contas é questão prejudicial heterogênea para efeito de configuração do crime de apropriação indébita quando houver complexidade nas contas entre as partes.
(D) O indeferimento da suspensão em caso de questão prejudicial extrapenal devolutiva relativa comporta o recurso em sentido estrito.
(E) A decisão que ordena a suspensão do processo, em se tratando de causa devolutiva obrigatória, é irrecorrível.

RESPOSTA (A) Art. 92, CPP. (B) A questão prejudicial diz respeito ao mérito da causa (interfere no julgamento do mérito), e não à regularidade formal do processo. (C) A assertiva reproduz corretamente a jurisprudência. (D) Art. 93, § 2º, CPP. (E) Art. 581, XVI, CPP. *Alternativa C.*

8304. **(Promotor – MP-PR – 2011)**

I. A oitiva de testemunha por videoconferência, na forma do art. 222 § 3º do Código de Processo Penal exige a designação de defensores nos dois locais (no juízo deprecante e no juízo deprecado).
II. A partir da nova redação do art. 212 do Código de Processo Penal, adotando o sistema do *cross examination*, se o juiz proceder diretamente a oitiva das testemunhas, concedendo a palavra às partes para reperguntas, somente após sua inquirição pessoal, resta caracterizada a ofensa ao devido processo legal.
III. Se o juiz verificar que o decurso de tempo pode deteriorar a qualidade da prova produzida, poderá, com base nesse argumento, decidir pela sua produção antecipada, em casos de suspensão do processo determinada pela circunstância do art. 366 do Código de Processo Penal.

Considerando as assertivas acima se afirma que:

(A) Apenas as assertivas I e II são corretas.
(B) Apenas as assertivas II e III são corretas.
(C) Apenas as assertivas I e III são corretas.
(D) Apenas uma assertiva está correta.
(E) Todas as assertivas são corretas.

RESPOSTA (I) Art. 222, § 3º, CPP. (II) Com a nova redação do art. 212, CPP, o método de inquirição brasileiro aproximou-se

do *adversarial system* norte-americano, possibilitando às partes realizar suas perguntas diretamente à testemunha; primeiro a parte que arrolou (*direct-examination*), e em seguida a outra parte deverá realizar sua arguição (*cross-examination*). (III) Súmula 455, STJ. *Alternativa A.*

8305. **(Procurador – MPF – 2012)** Assinale a alternativa falsa, a respeito da *mutatio libelli:*

(A) Enquanto na *emendatio* a definição jurídica refere-se unicamente à classificação dada ao fato, na *mutatio libelli* a nova definição será do próprio fato. Sendo assim, não se altera simplesmente a capitulação feita na inicial, mas a própria imputação do fato;

(B) Conforme o CPP, não procedendo o órgão do Ministério Público ao aditamento, o assistente de acusação poderá fazê-lo, no prazo de cinco dias, desde que previamente habilitado nos autos;

(C) Na ordem anterior à Lei n. 11.719/08, cabia ao próprio magistrado a alteração (*mutatio*) da acusação (*libelli*) quando, da nova definição jurídica, surgisse crime cuja pena fosse igual ou inferior àquela do delito imputado inicialmente ao réu. Conforme a legislação atual, que corrigiu o antigo defeito, independentemente da pena, o novo delito só pode ser julgado se promovido o aditamento da acusação pelo órgão do Ministério Público, ficando o magistrado, na sentença, adstrito aos termos do aditamento;

(D) Há casos em que o elemento (ou circunstância) está contido implicitamente na peça acusatória. É o que ocorre, por exemplo, nas desclassificações operadas pela alteração feita no elemento subjetivo da conduta (dolo e culpa). Neste sentido, já se pronunciou o STF, quando desclassificou o peculato doloso para peculato culposo, entendendo que a modificação do dolo para culpa não implicaria *mutatio libelli*, tendo o acusado se defendido amplamente dos fatos a ele imputados.

RESPOSTA (A) Arts. 383 e 384, CPP. (B) Art. 384, § 1º, CPP. (C) Art. 384, CPP. (D) Trata-se de *emendatio libelli* – art. 383, CPP (Ação Penal 545, STF). *Alternativa B.*

8306. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Em relação ao ofendido, marque a alternativa incorreta:

(A) O juiz tomará as providências necessárias à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem do ofendido, podendo, inclusive, determinar o segredo de justiça em relação aos dados, depoimentos e outras informações constantes dos autos a seu respeito, para evitar sua exposição aos meios de comunicação.

(B) Toda admissão ou exclusão no Programa de Proteção Especial a Vítimas e a Testemunhas, de que trata a Lei n. 9.807/99, será precedida de consulta ao Ministério Público.

(C) Se o ofendido, intimado para ser ouvido em audiência, deixar de comparecer sem justo motivo, poderá ser conduzido à presença da autoridade.

(D) Cabe recurso em sentido estrito contra a decisão que não admite o ofendido como assistente do Ministério Público.

(E) O juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor mínimo para a reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

RESPOSTA (A) Art. 201, § 6º, CPP. (B) Art. 3º, Lei n. 9.807/99. (C) Art. 367, CPP. (D) Art. 581, CPP. (E) Art. 387, IV, CPP. *Alternativa D.*

8307. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Analise as seguintes assertivas com relação ao interrogatório judicial do acusado preso:

I. determinado o interrogatório por videoconferência, é defeso ao réu acompanhar, pelo mesmo sistema, os atos anteriores da audiência de instrução e julgamento prevista no procedimento comum;

II. o juiz garantirá ao réu o direito de entrevista prévia e reservada com seu defensor, ainda que o interrogatório seja realizado por videoconferência;
III. a fiscalização da sala reservada no estabelecimento prisional para a realização de atos processuais por sistema de videoconferência é atribuição exclusiva do Ministério Público;
IV. no caso de enfermidade do réu, que dificulte seu comparecimento em juízo, o juiz poderá determinar a realização do interrogatório por videoconferência;
V. se o interrogado não souber escrever, não puder ou não quiser assinar, o termo será assinado a rogo, subscrevendo-o duas testemunhas.

Está correto apenas o que se afirma em

(A) I e IV.
(B) I e V.
(C) II e IV.
(D) III e IV.
(E) III e V.

RESPOSTA (I) Art. 185, § 4º, CPP. (II) Art. 185, § 5º, CPP. (III) Art. 185, § 6º, CPP. (IV) Art. 220, CPP. (V) Art. 195, CPP. *Alternativa C.*

8308. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Com relação à audiência de instrução e julgamento, analise as seguintes assertivas:

I. no procedimento comum previsto no Código de Processo Penal, a audiência de instrução e julgamento será única;
II. é vedada à testemunha a consulta a apontamentos;
III. a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, exceto se estiver impossibilitada por enfermidade;
IV. se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar humilhação à testemunha, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará a inquirição por videoconferência;
V. no procedimento relativo aos processos por crimes de tráfico ilícito de drogas, o interrogatório do acusado será realizado após a inquirição das testemunhas.

Está correto apenas o que se afirma em

(A) I e IV.
(B) I e V.
(C) II e III.
(D) II e V.
(E) III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 185, § 4º, CPP. (II) Art. 204, parágrafo único, CPP. (III) Art. 206, CPP. (IV) Art. 217, CPP. (V) Art. 57, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa A.*

8309. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Sobre o interrogatório judicial, marque a alternativa correta:

(A) O acusado que comparecer na presença da autoridade judiciária será interrogado e, ao final do ato, será nomeado defensor dativo caso não tenha constituído advogado.
(B) O interrogatório do acusado preso só será feito no estabelecimento prisional em que se encontrar.
(C) Antes da realização do interrogatório, se for o caso de defensor dativo, o juiz poderá assegurar ao acusado o direito de entrevista reservada com o referido defensor.

(D) Excepcionalmente o interrogatório será realizado por videoconferência ou outro recurso tecnológico, por decisão fundamentada do juiz, de ofício ou por requerimento das partes.

RESPOSTA (A) Art. 185, CPP. (B) Art. 185, § 1º, CPP. (C) Art. 185, § 5º, CPP. (D) Art. 185, § 2º, CPP. *Alternativa D.*

8310. **(Promotor – MP-SC – 2011)** QUESTÃO:

I. O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente o juiz, sob pena de multa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis. A falta de comparecimento do defensor, ainda que motivada, não determinará o adiamento do ato, devendo o juiz nomear substituto para o ato.

II. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes se ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

III. No processo penal, quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, a pessoa cujo reconhecimento se pretender será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la. Se, durante a fase do inquérito, da instrução criminal ou em plenário de julgamento, houver razão para recear que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não veja aquela.

IV. Se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará a inquirição por videoconferência e, somente na impossibilidade dessa forma, determinará a retirada do réu, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor.

V. O ofendido será comunicado dos atos processuais relativos ao ingresso e à saída do acusado da prisão, à designação de data para audiência e à sentença e respectivos acórdãos que a mantenham ou modifiquem.

(A) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
(B) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
(C) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
(D) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 265, CPP. (II) Art. 254, CPP. (III) Art. 226, CPP. (IV) Art. 217, CPP. (V) Art. 201, § 2º, CPP. *Alternativa B.*

VI. Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória

8311. **(Advogado – CORENGO – 2010 – UFG)** A prisão temporária, instituto previsto pela Lei n. 7.960/89, pode ser decretada

(A) quando se investiga qualquer crime doloso punido com reclusão.
(B) durante o inquérito policial e durante a instrução criminal.
(C) pelo juiz, de ofício, ou em face de requisição do Ministério Público.
(D) pelo prazo de cinco dias, prorrogável por igual período.

RESPOSTA Art. 2º, Lei n. 7.960/89. *Alternativa D.*

8312. **(Advogado – CEMIG – 2010 – FUMARC)** Assinale a alternativa INCORRETA, no que se refere ao direito penal constitucional:

(A) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

(B) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

(C) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

(D) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendida aos sucessores e contra eles executada, até o limite do valor do patrimônio transferido.

RESPOSTA (A) Art. 5º, XLIII, CF/88. (B) Art. 5º, XLIV, CF/88. (C) art. 5º, XLII, CF/88. (D) Art. 5º, XLV, CF/88. *Alternativa C.*

8313. **(Advogado – CMMaringá-PR – 2009 – AOCP)** São crimes inafiançáveis que não se submetem ao procedimento dos crimes funcionais

(A) excesso de exação, facilitação de contrabando e descaminho.

(B) corrupção ativa, excesso de exação, facilitação de contrabando.

(C) corrupção passiva, facilitação de contrabando e descaminho.

(D) condescendência criminosa, corrupção ativa, excesso de exação.

(E) prevaricação, condescendência criminosa, corrupção ativa.

RESPOSTA Art. 316, § 1º, c/c art. 318, CP. *Alternativa A.*

8314. **(Advogado – SEMACE – 2009 – FUNCAB)** A prisão em flagrante e a prisão preventiva são espécies do gênero prisão provisória, tratadas pelo Código de Processo Penal. Acerca do tema, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois do crime, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

(B) O flagrante presumido e o flagrante esperado são hipóteses válidas de prisão em flagrante no ordenamento jurídico.

(C) Admitem a prisão preventiva os crimes dolosos e os culposos punidos com reclusão.

(D) Nas infrações permanentes, entende-se que o agente está em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

(E) A prisão em flagrante deverá ser comunicada imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada.

RESPOSTA (A) Art. 302, IV, CPP. (B) Não existe vedação legal. (C) Art. 313, I, CPP. (D) Art. 303, CPP. (E) Art. 306, CPP . *Alternativa C.*

8315. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Relativamente à prisão temporária, assinale a afirmativa correta.

(A) A prisão temporária poderá ser decretada em casos de grande repercussão pública para garantir a ordem pública, em crimes como roubo, estupro com resultado morte e homicídio qualificado.

(B) São requisitos para a decretação da prisão temporária a garantia da ordem pública, da ordem

econômica ou ainda a necessidade de aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal.

(C) A prisão temporária poderá ser requerida pelo delegado de polícia ou pelo promotor de justiça, devendo o juiz decidir em até vinte e quatro horas, dispensada a fundamentação em caso de urgência.

(D) São princípios que se aplicam ao regime da prisão temporária a taxatividade e inadmissibilidade de renovação automática.

(E) A prisão temporária será decretada por dez dias, prorrogáveis por mais dez dias, salvo nos casos de crimes hediondos em que o prazo será de trinta dias, prorrogáveis por mais trinta dias.

RESPOSTA (A) e (B) Art. 1º, I, II, III e alíneas, Lei n. 7.960/89. (C) Art. 2º e parágrafos, Lei n. 7.960/89. (D) É taxativa na medida em que as hipóteses para aplicá-la são somente aquelas contempladas na Lei n. 7.960/89 e a custódia temporária somente será renovada se ficar comprovada sua necessidade. (E) Art. 2º, Lei n. 7.960/89. *Alternativa D.*

8316. **(Advogado – Manaus – 2008 – AOCP)** A polícia, diante de suspeitas prévias, aguarda passivamente o cometimento da infração, prendendo seus autores quando dão início à execução, esta situação retrata um flagrante

(A) provocado

(B) esperado

(C) forjado

(D) prorrogado

(E) retardado

RESPOSTA Art. 302, I, CPP. *Alternativa B.*

8317. **(Analista – TRE-SC – 2011 – PONTUA)** Sobre a prisão processual e as medidas cautelares no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis* são requisitos para a decretação da prisão preventiva.

(B) A prisão em flagrante é espécie de detenção administrativa que pode se efetivada independentemente de ordem judicial.

(C) O decreto de prisão preventiva independe da análise de cabimento de outra medida cautelar.

(D) A prisão preventiva poderá ser substituída pela prisão domiciliar no caso de preso extremamente debilitado por motivo de doença grave.

RESPOSTA (A) Entendimento trazido pela doutrina e jurisprudência (HC 70.048.238.679, Sexta Câmara Criminal, TJRS, Rel. João Batista Marques Tovo). (B) A prisão em flagrante é uma medida cautelar. (C) Art. 319, § 6º, Lei n. 12.403/2011. (D) Art. 318, Lei n. 12.403/2011. *Alternativa C.*

8318. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** O Delegado de Polícia não lavrará o Auto de Prisão em Flagrante, mas apenas registrará a ocorrência:

(A) nos casos de ação penal pública condicionada à representação, quando, após a prisão captura, a vítima não oferecer a representação.

(B) diante de condutas insignificantes que façam desaparecer a tipicidade material, bem como, após a prisão captura, nos crimes de ação penal privada subsidiária da pública.

(C) nos crimes de ação penal privada quando o requerimento de instauração do inquérito for formulado pelo representante legal do ofendido.

(D) nos crimes de lesão corporal culposa e homicídio culposo no trânsito.

(E) nos crimes cuja pena máxima seja igual ou inferior a 04 anos.

RESPOSTA (A) A representação é uma condição para a lavratura do auto de prisão em flagrante. (B) Não cabe à autoridade policial realizar o juízo de insignificância. (C), (D) e (E) São hipóteses de cabimento de lavratura do auto de prisão em flagrante. *Alternativa A*.

8319. (Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP) Analise as proposições seguintes, a respeito da prisão em flagrante.

I. Quem, logo após o cometimento de furto, é encontrado na posse do bem subtraído, pode ser preso em flagrante delito, ainda que inexistam testemunhas da infração.

II. Nos crimes permanentes, entende-se que o agente está em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

III. Qualquer do povo deverá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

IV. Na falta ou impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade policial lavrará o auto de prisão em flagrante, depois de prestado o compromisso legal.

V. Apresentado o preso, a autoridade competente deverá interrogá-lo e entregar-lhe a nota de culpa, e em seguida proceder a ouvidas do condutor e das testemunhas que o acompanham, colhendo, no final, as assinaturas de todos.

Estão corretas somente as proposições

(A) I, III e IV.
(B) I, II e IV.
(C) I, II e V.
(D) III, IV e V.
(E) II, III e V.

RESPOSTA (I) Art. 302, IV, CPP c/c art. 304, § 2º, CPP. (II) Art. 303, CPP. (III) Art. 301, CPP. (IV) Art. 305, CPP. (V) Art. 304, *caput*, CPP. *Alternativa B*.

8320. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) A Lei n. 12.403/11 inovou ao prever outra modalidade de medida cautelar, que consiste na prisão domiciliar. Com relação às hipóteses de aplicação da prisão domiciliar, como substitutiva da prisão preventiva, conforme a lei citada, assinale a alternativa correta.

(A) Para a gestante a partir do 6º (sexto) mês de gestação, independentemente de risco para a gravidez.
(B) Quando o acusado ou indiciado for paraplégico.
(C) Quando o agente for imprescindível para os cuidados especiais de pessoa menor de 7 (sete) anos de idade.
(D) Quando o indiciado ou acusado for maior de 80 (oitenta) anos de idade.

RESPOSTA (A) Art. 318, IV, CPP. (B) Ausência de previsão legal. (C) *Vide* art. 318, I, CPP. (D) Art. 318, III, CPP. *Alternativa D*.

8321. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) O modelo de nosso processo penal é acusatório. Tal regra não impede, entretanto, que o juiz, de ofício,

I. decrete prisão preventiva e temporária;

II. conceda *habeas corpus* contra ato de autoridade judicial inferior;

III. determine, no processo condenatório, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

Completa corretamente a proposição o que se afirma em

(A) II, apenas.
(B) III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e III.

RESPOSTA (I) Apenas a prisão preventiva pode ser decretada de ofício, nos termos do art. 311, CPP. A prisão temporária depende de prévia representação da autoridade policial ou requerimento do MP, art. 2º, Lei n. 7.960/89. (II) Art. 654, § 2º, CPP. (III) Art. 404, CPP. *Alternativa C*.

8322. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Roberto entra em uma agência bancária e efetua o saque de quinhentos reais da conta corrente de terceiro, utilizando um cheque falsificado. De posse do dinheiro, Roberto se retira da agência. Quinze minutos depois, o caixa do banco observa o cheque com mais cuidado e percebe a falsidade. O segurança da agência é acionado e consegue deter Roberto no ponto de ônibus próximo à agência. O segurança revista Roberto e encontra os quinhentos reais em seu bolso. Roberto é conduzido pelo segurança à Delegacia de Polícia mais próxima. Considerando a narrativa acima, assinale a alternativa correta.

(A) O Delegado de Polícia deve baixar a portaria de instauração do inquérito policial, tomar o depoimento de Roberto, lavrar termo de apreensão do dinheiro que havia sido sacado por ele na agência bancária, e liberá-lo, já que a situação narrada não caracterizou flagrante delito. Encerradas as investigações, deve remeter os autos do inquérito policial ao Ministério Público para que ofereça denúncia.
(B) O Delegado de Polícia a quem Roberto é apresentado deve lavrar o auto de prisão em flagrante, sendo-lhe vedado tomar o depoimento do preso sem que esteja assistido por advogado. Se o autuado não informar o nome de seu advogado, o Delegado deverá solicitar a presença de um defensor público ou nomear um advogado dativo para proceder à oitiva. Após a lavratura do auto, deve comunicar a prisão ao juiz competente e entregar nota de culpa ao preso.
(C) O Delegado de Polícia a quem Roberto é apresentado deve lavrar o auto de prisão em flagrante, comunicar a prisão imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada, bem como entregar a nota de culpa ao preso. Se o juiz constatar a desnecessidade da decretação de prisão cautelar, deverá conceder liberdade provisória ao preso, com ou sem fiança, independentemente de manifestação do Ministério Público ou da defensoria pública.
(D) O Delegado de Polícia a quem Roberto é apresentado deve lavrar o auto de prisão em flagrante, comunicar a prisão imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada, devendo ainda remeter, em vinte e quatro horas, o auto de prisão em flagrante acompanhado de todas as oitivas colhidas ao juiz competente e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral do auto à Defensoria Pública, e entregar nota de culpa ao preso.
(E) O Delegado de Polícia a quem Roberto é apresentado deve lavrar o auto de prisão em flagrante, comunicar a prisão imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada, devendo ainda remeter, em vinte e quatro horas, o auto de prisão em flagrante acompanhado de todas as oitivas colhidas ao juiz competente e entregar nota de culpa ao preso. Caberá ao juiz abrir vista dos autos de comunicação de prisão ao Ministério Público e, caso o preso tenha declarado não possuir advogado, à defensoria pública.

RESPOSTA Art. 302, IV, c/c art. 306, § 1º, CPP. *Alternativa D.*

8323. **(Delegado – PC-AP – 2010 – FGV)** Assinale a alternativa que contenha um princípio que não se aplica à prisão preventiva.

(A) Taxatividade das hipóteses de aplicação.
(B) Admissibilidade de aplicação automática.
(C) Adequação e proporcionalidade.
(D) Jurisdicionariedade das medidas cautelares.
(E) Demonstração do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis*.

RESPOSTA Se a prisão preventiva decorrer de automatismo legal, sem que haja qualquer demonstração de necessidade na decretação da custódia, estar-se-á antecipando o cumprimento da pena antes do trânsito em julgado da sentença. *Alternativa B.*

8324. (Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS) Em relação às prisões e à prova, assinale a opção correta.

(A) A autoridade judicial, por estar submetida ao princípio da inércia, não terá iniciativa probatória. No processo penal, as perícias deverão ser realizadas por dois peritos oficiais.
(B) Na hipótese de crime de ação penal privada, o ofendido, ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia da ocorrência do delito.
(C) Em nenhum caso a prisão preventiva será decretada se o juiz verificar, pelas provas constantes dos autos, que o agente praticou o fato em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito.
(D) Após assaltarem uma farmácia no centro de Belém-PA, dois homens fugiram em direção a Cuiabá-MT. Policiais civis do Estado do Pará que passavam próximo ao local saíram em perseguição, mas só efetuaram a prisão dos assaltantes na capital de Mato Grosso. Nessa situação, a prisão é ilegal, uma vez que os referidos policiais deveriam ter acionado as autoridades policiais locais, pois não têm autorização legal para atuar em outra unidade da Federação.

RESPOSTA (A) Art. 159, CPP. (B) Art. 38, CPP. (C) Art. 314, CPP. (D) Art. 301, CPP. *Alternativa C.*

8325. (Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS) A respeito das prisões em flagrante, preventiva e temporária, assinale a opção correta.

(A) A prisão temporária será decretada de ofício pelo juiz, ou em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
(B) Em até 24 horas após a prisão em flagrante, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão acompanhado de todas as oitivas colhidas e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
(C) É inadmissível a decretação de prisão preventiva em crimes culposos e em infrações punidas, no máximo, com pena de detenção.
(D) Uma vez revogada a prisão preventiva no curso do processo, é vedado ao juiz decretá-la novamente antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, exceto nas hipóteses de delitos hediondos, quando a decretação será admitida mais de uma vez.

RESPOSTA (A) Art. 2º, Lei n. 7.960/89. (B) Art. 306, § 1º, CPP. (C) Art. 313, CPP. (D) Art. 316, CPP. *Alternativa B.*

8326. (Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE) A apresentação espontânea do acusado:

(A) não impede que a autoridade policial represente pela decretação de sua prisão preventiva.
(B) é o único meio de impedir que a apelação interposta contra sentença absolutória tenha efeito suspensivo.

(C) é causa de revogação imediata de prisão preventiva anteriormente decretada.
(D) impede o indiciamento e garante ao acusado o direito de não ser recolhido à prisão durante o curso do inquérito e da instrução criminal.
(E) enseja o trancamento do inquérito por falta de justa causa, uma vez que foi demonstrado o intuito colaborativo do acusado.

RESPOSTA A redação do art. 317, CPP, foi revogada pela Lei n. 12.403/2011, entretanto a apresentação espontânea continua figurando como causa impeditiva da prisão em flagrante. *Alternativa A.*

8327. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** Semprônio, apreendido em flagrante pela prática do crime de lesão corporal leve, foi encaminhado para a Delegacia de Polícia em que você, candidato, está lotado como Delegado de Polícia. Assinale a alternativa que está de acordo com o procedimento a ser adotado.
(A) Verificando a natureza do delito, deverá a autoridade policial liberar o preso, mediante o compromisso de comparecer a todos os atos do processo.
(B) Deverá ser lavrado o termo circunstanciado, concedendo ao réu a liberdade provisória, depois de ouvir o Ministério Público.
(C) Deverá ser lavrado o auto de prisão em flagrante, com a oitiva do condutor, remetendo-se o auto lavrado dentro de 24 (vinte e quatro) horas, ao juiz competente.
(D) Deverá ser lavrado o termo circunstanciado, encaminhando-o imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
(E) Deverá ser lavrado o auto de prisão em flagrante, com a oitiva do condutor, remetendo-se o auto lavrado, dentro de 72 (setenta e duas) horas, ao juiz competente.

RESPOSTA Art. 69, Lei n. 9.099/95. *Alternativa D.*

8328. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** É(São) hipótese(s) de prisão em flagrante admitida(s) no ordenamento jurídico brasileiro:
I. flagrante presumido.
II. flagrante esperado.
III. flagrante provocado.
IV. flagrante próprio.
V. flagrante forjado.
Estão corretas as seguintes assertivas:
(A) três alternativas estão corretas.
(B) quatro alternativas estão corretas.
(C) todas as alternativas estão corretas.
(D) apenas uma alternativa está correta.
(E) duas alternativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 302, IV, CPP. (II) Ocorre quando a ação policial aguarda o momento da prática delituosa, valendo-se de investigação anterior, para efetivar a prisão, sem utilização de agente provocador. (III) Não existe flagrante e não é admitido. (IV) Art. 302, I e II, CPP. (V) Art. 2º, V, Lei n. 9.034/95. *Alternativa A.*

8329. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Sobre as prisões cautelares, é CORRETO afirmar
(A) que a prisão temporária poderá ser decretada de ofício pelo juiz.

(B) que a prisão em flagrante poderá ser comunicada imediatamente ao juiz competente.

(C) que, nos crimes hediondos, o réu condenado não poderá apelar em liberdade já que se trata de crime grave.

(D) que, nos processos de competência originária, a prisão preventiva poderá ser decretada de ofício pelo magistrado relator.

RESPOSTA (A) Art. 2º, Lei n. 7.960/89. (B) Art. 289-A, § 3º, CPP. (C) Art. 2º, § 3º, Lei n. 8.072/90. (D) Art. 311, CPP. *Alternativa D.*

8330. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Sobre as prisões, é CORRETO afirmar:

(A) a autoridade policial deve comunicar a prisão em flagrante ao juiz que, caso seja ilegal ou nula, deve, de ofício, conceder a liberdade provisória sob compromisso; caso não cumprido o compromisso, a prisão em flagrante será restabelecida.

(B) a custódia cautelar preventiva não pode ser imposta a autor de prática de infração contravencional.

(C) o clamor público é, por si só, fundamento válido, conforme entende o Supremo Tribunal Federal, para a decretação da prisão preventiva sob a alegação de violação à ordem pública.

(D) por ser medida cautelar própria da fase investigativa, a prisão temporária poderá ser decretada pelo juiz somente mediante representação da autoridade policial, mas, antes de decidir, o magistrado deve, necessariamente, ouvir o Ministério Público.

RESPOSTA (A) Art. 306, CPP. (B) Art. 313, CPP. (C) Para a decretação de prisão preventiva é necessário que haja indícios suficientes de autoria e materialidade. Não obstante, “não basta haver indícios suficientes de materialidade e autoria de determinada conduta se, à luz do ordenamento jurídico, ela não caracteriza ilícito penal” (TRF 4ª R., RSE 44.489/PR, Rel. Maria de Fátima F. Labarrère, 14-12-2004). (D) Art. 2º, § 1º, Lei n. 7.960/89. *Alternativa B.*

8331. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** Ocorre o chamado “flagrante facultativo” quando (...) Assinale a alternativa correta que completa a frase acima.

(A) A prisão em flagrante se dá no momento em que alguém está no cometimento da infração penal.

(B) A prisão em flagrante é efetuada por qualquer do povo.

(C) A prisão em flagrante é efetuada pela autoridade policial ou por seus agentes.

(D) A prisão em flagrante se dá por crime a que a lei comina pena de detenção.

RESPOSTA Art. 301, CPP. *Alternativa B.*

8332. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** Correlacione a segunda coluna de acordo com a primeira, considerando as modalidades de flagrante com os seus respectivos conceitos.

(1) Flagrante próprio

(2) Flagrante impróprio

(3) Flagrante ficto ou assimilado

(4) Flagrante esperado

(5) Flagrante preparado

( ) Ocorre quando o agente é preso, logo depois de cometer a infração, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

( ) Ocorre quando a ação policial aguarda o momento da prática delituosa, valendo-se de investigação anterior, para efetivar a prisão, sem utilização de agente provocador.

( ) Ocorre quando o agente é perseguido, logo após cometer o delito, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

( ) Ocorre quando alguém provoca o agente à prática de um crime, ao mesmo tempo em que toma providências para que o mesmo não se consume.

( ) Ocorre quando o agente é surpreendido cometendo uma infração penal ou quando acaba de cometê-la.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

(A) 4 – 3 – 2 – 1 – 5

(B) 2 – 4 – 1 – 5 – 3

(C) 5 – 1 – 3 – 2 – 4

(D) 3 – 4 – 2 – 5 – 1

RESPOSTA (1) Art. 302, I e II, CPP. (2) Art. 302, III, CPP. (3) Art. 302, IV, CPP. (4) Nesse caso o que se pune é a tentativa, e não a consumação do fato. (5) Súmula 145, STF. *Alternativa D.*

8333. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** Assinale a alternativa correta relacionada às medidas cautelares diversas da prisão.

(A) As medidas cautelares somente podem ser impostas pelo juiz, que não poderá aplicá-las de ofício, sob pena de quebrar a sua imparcialidade.

(B) A monitoração eletrônica não é prevista como medida cautelar.

(C) A fiança é uma medida cautelar que pode ser imposta pela autoridade policial, se o limite máximo da pena privativa de liberdade não ultrapassar 4 anos.

(D) Admite-se fiança em caso de prisão militar.

(E) As circunstâncias indicativas da periculosidade do acusado não constituem parâmetro legal para a determinação do valor da fiança.

RESPOSTA (A) Art. 282, § 2º, CPP. (B) Art. 319, IX, CPP. (D) Art. 324, II, CPP. (E) Art. 326, CPP. *Alternativa C.*

8334. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** A respeito da entrevista do preso em flagrante com seu advogado, é correto afirmar.

(A) É assegurada, de forma reservada, até mesmo antes do seu interrogatório.

(B) Poderá ocorrer, antes do interrogatório, em presença da autoridade policial.

(C) Poderá ocorrer, reservadamente, após a emissão da nota de culpa.

(D) Antes do interrogatório, somente poderá ocorrer em presença do condutor do preso.

(E) Trata-se de direito processual, não aplicável na fase inquisitiva.

RESPOSTA Art. 185, § 5º, CPP. *Alternativa A.*

8335. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** São circunstâncias legais que deverão ser consideradas pela autoridade policial ou judiciária para fixar o valor da fiança:

(A) repercussão social do crime, vida pregressa do agente e importância provável das custas do processo.

(B) condições pessoais de fortuna do agente, sua vida pregressa e a natureza da infração.

(C) natureza da infração, prejuízo causado à vítima e condições pessoais de fortuna do agente.

(D) prejuízo causado à vítima, natureza da infração e periculosidade do agente.

(E) importância provável das custas do processo, natureza da infração e condições de fortuna da vítima.

RESPOSTA Art. 326, CPP. *Alternativa B.*

8336. (Procurador – MPF – 2012) Relativamente às medidas cautelares pessoais atualmente vigentes, é incorreto afirmar que,

(A) são decretadas pelo juiz, de ofício, ou a requerimento das partes, no curso da ação penal, ou, ainda, quando da investigação criminal, somente por representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público;

(B) o juiz que a decretar ou a mantiver, deverá reexaminá-la, obrigatoriamente, a cada sessenta dias, ou em prazo menor, quando situação excepcional assim o exigir para, fundamentadamente, avaliar se subsistem os motivos que a ensejaram;

(C) podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, e, na hipótese de descumprimento, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, em qualquer fase da persecução, substituir a medida, impor outra em cumulação ou decretar a prisão preventiva, observando, sempre, os pressupostos da necessidade e da adequação;

(D) o juiz, ao receber o pedido, determinará a intimação da parte contrária, anexando cópia do requerimento e das peças necessárias para manifestação no prazo que fixar, salvo os casos de urgência ou de perigo de sua ineficácia.

RESPOSTA (A) Art. 282, § 2º, CPP. (B) Art. 282, § 2º, CPP. (C) Art. 282, §§ 1º e 4º, CPP. (D) Art. 282, § 3º, CPP. *Alternativa B.*

8337. (Procurador – MPF – 2012) De acordo com a disciplina legal da fiança, é indiscutível o seu caráter cautelar, sendo igualmente verdadeira a seguinte assertiva:

(A) a fiança somente será concedida aos que, no mesmo processo, não tiverem quebrado fiança anterior ou infringido as obrigações de comparecimento perante a autoridade, de não mudar de residência sem prévia permissão e de não se ausentar por mais de oito dias sem prévia comunicação;

(B) a fiança somente pode ser fixada como contracautela, ou seja, em substituição da prisão em flagrante ou prisão preventiva anteriormente decretada;

(C) a fiança somente pode ser prestada enquanto não transitada em julgado a sentença condenatória, não sendo possível sua concessão na pendência de recurso extraordinário ou especial;

(D) a fiança somente é cabível nas infrações penais cometidas sem violência ou grave ameaça à pessoa.

RESPOSTA (A) Art. 324, CPP. (B) Art. 321, CPP. (C) Art. 334, CPP. (D) Art. 323, CPP. *Alternativa A.*

8338. (Promotor – MP-SP – 2011) Analise as seguintes assertivas com relação à prisão e à liberdade provisória:

I. se a infração penal for inafiançável, a falta de exibição do mandado obstará a prisão;

II. a falta de testemunhas da infração penal impedirá o auto de prisão em flagrante;

III. a prisão temporária poderá ser decretada de ofício pelo juiz;

IV. nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante ao condutor de veículo, se prestar pronto e integral socorro a ela;

V. nos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, a prisão temporária terá o prazo de 30 (trinta) dias.

Está correto apenas o que se afirma em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e V.
(D) III e IV.
(E) IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 287, CPP. (II) Art. 304, § 2º, CPP. (III) Art. 2º, Lei n. 7.960/89. (IV) Art. 301, Lei n. 9.503/97. (V) Art. 2º, § 4º, Lei n. 8.072/90. *Alternativa E.*

8339. (Promotor – MP-GO – 2010) No que se refere à prisão, analise os enunciados e marque a alternativa correta.

(A) Não obstante a doutrina entender que a expressão "garantia da ordem pública", como requisito para a decretação da prisão preventiva, seja um conceito aberto e vago, a jurisprudência se inclina para defini-la, a partir do caso concreto, observando-se a possibilidade de continuação da prática criminosa, acompanhada do exame sobre a gravidade do fato e de sua repercussão.
(B) Incabível a prisão em flagrante delito do agente autor de crime de ação penal pública condicionada a representação da vítima se esta não estiver presente no momento da ação policial.
(C) A ação controlada, procedimento investigatório utilizado no combate às organizações criminosas, é uma forma de flagrante esperado.
(D) Persiste no ordenamento processual penal pátrio, mesmo após a reforma de 2008, a prisão decorrente da pronúncia como modalidade de prisão processual.

RESPOSTA (A) HC 104.699/SP, STF. (B) A prisão em flagrante é possível e ocorre quando o autor é preso praticando o crime, havendo necessidade de representação apenas para fins de ação penal. (C) O flagrante esperado ocorre quando a autoridade policial apenas se limita a aguardar o momento da prática do delito. Já o flagrante diferido ou prorrogado (ação controlada) se caracteriza pelo retardamento da intervenção policial, que deve se dar no momento mais oportuno sob o ponto de vista da colheita de provas. (D) Houve revogação tácita **(HC 101.244/MG, STF)**. *Alternativa A.*

8340. (Promotor – MP-RS – 2009) Leia o relato a seguir. Hermenegildo, funcionário público estadual, foi indiciado em inquérito policial na comarca de São Sebastião do Caí, pela prática do delito do art. 213, do Código Penal. A denúncia foi apresentada com a mesma capitulação (estupro). No pé da inicial, o Promotor de Justiça requereu a segregação do denunciado por 15 (quinze) dias para aprofundamento da investigação acerca da autoria e da materialidade, ante indícios da existência de provas ainda ocultas. A postulação foi deferida nos termos do pleito. Considerando-se os dados apresentados, é correto afirmar que se trata de prisão

(A) temporária, que pode ser decretada a qualquer tempo no nosso sistema processual; portanto, é legal.
(B) preventiva, mas que não obedeceu aos pressupostos do art. 312 do CPP; portanto, é ilegal.
(C) administrativa, dada a sua condição de servidor público.
(D) preventiva, que obedeceu aos pressupostos do art. 312 do CPP; portanto, é legal.
(E) temporária, mas que só tem previsão durante o inquérito policial; portanto, é ilegal.

RESPOSTA Art. 1º, I e III, *f*, Lei n. 7.960/89. *Alternativa E.*

VII. Nulidades

8341. (Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP) Assinale a alternativa correta.

(A) No processo penal, a falta de resposta à acusação constitui nulidade absoluta.
(B) No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só anulará o processo se houver prova de prejuízo para o réu.

(C) O julgamento de recurso criminal na segunda instância não exige prévia intimação ou publicação da pauta.

(D) Não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.

RESPOSTA (A) Art. 396-A, § 2º, CPP. (B) Súmula 523, STF. (C) Súmula 431, STF. (D) Súmula 351, STF. *Alternativa B.*

8342. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Analise as proposições seguintes.

I. É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do Júri sem audiência da defesa.

II. A deficiência da defesa no processo penal constitui nulidade absoluta.

III. É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, exceto nos casos de recurso de ofício.

IV. A falta ou a nulidade da citação fica sanada quando o réu comparece antes de o ato consumar-se, mesmo que o faça, expressamente, para o único fim de arguir a falta ou a nulidade.

V. É absoluta a nulidade do processo penal por falta de intimação da expedição de carta precatória para inquirição de testemunha.

Assinale as proposições corretas, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

(A) I, III e V.

(B) II, IV e V.

(C) I, III e IV.

(D) I, II e III.

(E) I, IV e V.

RESPOSTA (I) Súmula 712, STF. (II) Súmula 523, STF. (III) Súmula 160, STF. (IV) Art. 570, 1ª parte, CPP. (V) Súmula 155, STF. *Alternativa C.*

8343. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Em qual das hipóteses mencionadas seria possível, em tese, a concessão de *habeas corpus*, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF)?

(A) No caso de decisão condenatória a pena de multa.

(B) No caso de processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

(C) Para alegar nulidade de processo no qual foi extinta a pena privativa de liberdade.

(D) Quando o réu não foi admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza.

(E) No caso de punição disciplinar.

RESPOSTA Arts. 647 e 648, V, CPP. *Alternativa D.*

8344. **(Delegado – PC-RO – 2009 – FUNCAB)** Acerca do tema nulidades no processo penal, marque a alternativa INCORRETA.

(A) A teoria dos frutos da árvore envenenada foi acolhida pelo processo penal brasileiro.

(B) É absoluta a nulidade por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.

(C) É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

(D) É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do Júri sem audiência da defesa.

(E) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for

declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LVI, CF. (B) A nulidade é relativa; tendo em vista o princípio da instrumentalidade das formas, não se anula o processo por falta de formalidade incapaz de causar prejuízo às partes. (C) Art. 181, CPP. (D) Súmula 712, STF. (E) Art. 567, CPP. *Alternativa B.*

8345. (Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL) Princípio segundo o qual somente será declarada a nulidade se houver influenciado na apuração da verdade ou na decisão da causa é chamado de

(A) consequencialidade.
(B) instrumentalidade das formas.
(C) interesse.
(D) prejuízo.
(E) suprimento.

RESPOSTA Art. 570, CPP. *Alternativa B.*

8346. (Delegado – PC-CE – 2006 – UECE) Marque a opção verdadeira.

(A) O princípio da instrumentalidade das formas aplicado às nulidades no Processo Penal é caracterizado pelo raciocínio de que o processo não existe para ele e sim para instrumentalizar o direito material; assim, se o ato processual lograr cumprir com sua finalidade, não será, a princípio, declarado nulo, mesmo não tendo cumprido as respectivas formalidades.
(B) As nulidades absolutas sempre são decretadas de ofício, não podendo ser arguidas pela parte por tratarem de matéria de direito público e por não possuírem prazo determinado para a arguição.
(C) O efeito regressivo que caracteriza os recursos penais significa que se o recurso for julgado provido pelo juízo *ad quem* após o trânsito em julgado da decisão, esta deverá ser alterada.
(D) Em nenhum recurso criminal é possível encontrar o juízo de retratação já que as decisões penais não são passíveis de reforma ou alteração.

RESPOSTA (A) A assertiva reproduz corretamente a doutrina sobre o tema. (B) Art. 565, CPP, *a contrario sensu*. (C) O efeito regressivo ocorre quando o juiz reforma ou sustenta a sua decisão. (D) Art. 589, CPP. *Alternativa A.*

8347. (Procurador – MPF – 2011) Josué Sálvia, servidor público, foi condenado à pena de 6 anos de reclusão por violação do artigo 317 do Código Penal; recorre a defesa, pleiteando a absolvição, e também o Ministério Público, requerendo o reconhecimento de circunstância agravante não contemplada na sentença; o tribunal, ao examinar os recursos, decide, *ex officio*, pela nulidade absoluta da sentença, decorrente de insuficiente fundamentação. Retornando os autos ao juízo de origem, a nova sentença, se condenatória:

(A) deverá ater-se ao limite de 06 anos imposto na primeira sentença, em virtude do princípio da *non reformatio in pejus* expresso no artigo 617 do CPP.
(B) deverá ater-se ao limite de 06 anos imposto na primeira sentença, em virtude do princípio da *non reformatio in pejus* indireta consagrado em matéria sumulada pelo STF, interpretado extensivamente.
(C) não poderá ultrapassar o limite de 06 anos, o que somente seria possível se a nulidade reconhecida decorresse de incompetência absoluta.
(D) nenhuma das respostas acima.

RESPOSTA Como se trata de nulidade absoluta da sentença, bem como pelo fato de não ter sido recurso exclusivo da defesa,

não haverá limite para a nova dosimetria da pena. *Alternativa D.*

8348. **(Procurador – MPF – 2011)** Sujeito preso em flagrante como incurso nas penas do artigo 289 do CP, identifica-se com o nome de Adélio Pimenta, apresentando documento, sendo colhidas suas impressões digitais. Denunciado pelo Procurador da República, é citado pessoalmente, apresenta defesa preliminar e comparece à audiência de instrução e julgamento, quando lhe é concedida a liberdade provisória. Na sentença condenatória, proferida na forma do artigo 403, § 3º do CPP, o juiz decreta a sua prisão preventiva, tendo em vista a notícia de que o réu se envolvera em nova fraude. Ao ser cumprido o mandado de prisão, verifica-se que o nome Adélio Pimenta pertence a pessoa diversa que, em tempos passados, perdera parte de seus documentos. O processo correra em nome de pessoa falsamente identificada e o verdadeiro nome do acusado é desconhecido. Estando os autos para julgamento da apelação, o tribunal deverá:

(A) anular todo o processo, já que desde a denúncia a ação se desenvolveu em face de parte ilegítima, o que configura nulidade absoluta.
(B) anular somente a sentença, uma vez que o erro na identificação do réu não invalida o processo, tendo em vista sua citação pessoal e sua presença nos atos processuais.
(C) considerar como mero erro material e efetuar a correção no nome da parte, em grau de apelação.
(D) reformar a sentença e absolver Adélio, já que verdadeiramente não foi ele o autor do crime.

RESPOSTA Art. 259, CPP. *Alternativa B.*

VIII. Recursos e Ações Autônomas de Impugnação

8349. **(Procurador – Florianopólis-SC – 2011 – FEPESE)** Assinale a alternativa correta.

(A) A ação de "habeas corpus" está contemplada e regulamentada apenas na Constituição Federal.
(B) A qualquer momento poderá o interessado impetrar "habeas corpus", inclusive quando já extinta a pena privativa de liberdade.
(C) Não cabe "habeas corpus" contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
(D) Caberá "habeas corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência, coação ilegal na sua liberdade de ir e vir ou nos casos de punição disciplinar.
(E) O prazo para impetração do "habeas corpus" é de quinze dias após o ato violador da liberdade de ir e vir.

RESPOSTA Art. 647, CPP. *Alternativa C.*

8350. **(Advogado – Manaus – 2008 – AOCP)** Da decisão que pronuncia ou impronuncia o réu, cabe

(A) recurso em sentido estrito
(B) apelação
(C) carta testemunhável
(D) apelação
(E) agravo

RESPOSTA Gabarito oficial atribuiu à questão a *alternativa A* como resposta. No entanto, atualmente, da decisão que pronuncia o réu ainda é cabível recurso em sentido estrito (art. 581, IV, CPP); já daquela decisão que o impronuncia, o recurso previsto em lei é o de **apelação** (art. 416, CPP). Portanto, em conformidade com a legislação atual, as *alternativas A* e *B* estariam corretas.

8351. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) Dar-se-á carta testemunhável da decisão que denegar o recurso.
(B) O Ministério Público pode desistir de recurso que haja interposto desde que se trate de crime de menor potencial ofensivo.
(C) Réu que teve declarada extinta a punibilidade por prescrição pode recorrer pedindo decisão de mérito da acusação.
(D) A apelação da sentença absolutória impede que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

RESPOSTA (A) Art. 639, I, CPP. (B) Art. 576, CPP. (C) Só haverá interesse de agir na hipótese de condenação. (D) Art. 596, CPP. *Alternativa A.*

8352. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** Em relação às hipóteses de cabimento do recurso em sentido estrito, avalie as afirmativas abaixo:

I. Caberá recurso em sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença, que não receber a denúncia ou queixa.
II. Caberá recurso em sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que pronunciar o réu.
III. Caberá recurso em sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença, que concluir pela incompetência do juízo.
IV. Caberá recurso em sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença, que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição.
V. Caberá recurso em sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

Está(ão) CORRETA(S)

(A) Somente a afirmativa I
(B) Somente as afirmativas I, II, III e IV
(C) Somente as afirmativas III e IV
(D) Somente as afirmativas II e III
(E) Todas as afirmativas

RESPOSTA (I) Art. 581, I, CPP. (II) Art. 581, IV, CPP. (III) Art. 581, II, CPP. (IV) Art. 581, III, CPP. (V) Art. 593, I, CPP. *Alternativa B.*

8353. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** Em relação ao *habeas corpus*, assinale a opção CORRETA:

(A) Será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
(B) Não será concedido em favor de quem já se encontra preso.
(C) Não será concedido em favor de quem já foi condenado por sentença transitada em julgado.
(D) Não será concedido a pessoa estrangeira passagem pelo Brasil.
(E) Será concedido desde que respeitado seu prazo para a propositura.

RESPOSTA (A) Art. 647, CPP. (B) Arts. 647 e 648, II, CPP. (C) Ac. de 21-6-2011 no HC 69.040, STJ. (D) Art. 654, CPP c/c art. 5º, XXXIV, *a*, CF/88. (E) Não existe prazo para a sua propositura. *Alternativa A.*

8354. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** O prazo previsto no Código de Processo Penal, como regra geral, para interposição do recurso de apelação é de:

(A) 3 (três) dias.
(B) 5 (cinco) dias.
(C) 10 (dez) dias.
(D) 15 (quinze) dias.
(E) 20 (vinte) dias.

RESPOSTA Art. 593, *caput*, CPP. *Alternativa B.*

8355. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** Da decisão que rejeitar a denúncia oferecida nos termos do artigo 77 da Lei 9.099/1995, caberá:

(A) Apelação, no prazo de 10 dias.
(B) Apelação no prazo de 5 dias.
(C) Recurso em sentido estrito, no prazo de 15 dias.
(D) Recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias.
(E) Correição parcial.

RESPOSTA Art. 82, *caput* e § 1º, Lei n. 9.099/95. *Alternativa A.*

8356. **(Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR)** No procedimento relativo aos processos de competência do Tribunal do Júri, a decisão que impronunciar o acusado pode ser impugnada, na esfera recursal, por meio de:

(A) *Habeas Corpus*.
(B) Recurso em Sentido Estrito.
(C) Agravo.
(D) Apelação.
(E) Embargos de Declaração.

RESPOSTA Art. 414, *caput,* c/c art. 416, CPP. *Alternativa D.*

8357. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Antônio respondeu ao processo em liberdade e o juiz decreta, fundamentadamente, a sua prisão na sentença condenatória. Expedido mandado de prisão, o oficial de justiça certifica que Antônio encontra-se em local incerto e não sabido. O defensor constituído, intimado da sentença, interpõe recurso de apelação. Assinale a alternativa correta a respeito da situação, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

(A) A apelação não pode ser conhecida sem a intimação pessoal do acusado da sentença, ainda que ele se recolha à prisão.
(B) A apelação não pode ser conhecida sem o recolhimento do acusado à prisão, ainda que ele seja intimado pessoalmente da sentença.
(C) A apelação deve ser considerada deserta.
(D) A apelação pode ser conhecida independentemente da intimação pessoal do acusado e do seu recolhimento à prisão.
(E) A apelação pode ser conhecida se o defensor assumir o compromisso de apresentar o acusado, para o cumprimento da pena, caso seja confirmada a condenação.

RESPOSTA Súmula 347, STJ c/c art. 593, I, CPP. *Alternativa D.*

8358. (Analista – TJ-RJ – 2012 – FAURGS) Sobre recursos e *habeas corpus*, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

(A) Conforme jurisprudência dos tribunais superiores, compete ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de *habeas corpus* quando a autoridade coatora for turma recursal dos Juizados Especiais.

(B) Em caso de cabimento do recurso de apelação, poderá ser manejado o recurso em sentido estrito se a parte recorrer somente de parte da decisão.

(C) No processo penal, é cabível a interposição de embargos infringentes quando não for unânime a decisão de segundo grau.

(D) De acordo com a Lei de Execuções Penais, a interposição de agravo em execução pelo Ministério Público impede que o Juiz expeça ordem para a liberação ou desinternação no caso de cessação da periculosidade, averiguada após o término do prazo mínimo de duração da medida de segurança.

(E) Contra a sentença do Juiz singular, cabe apelação, com efeito suspensivo, interposta pelo Ministério Público em caso de absolvição.

RESPOSTA *Vide* art. 179, LEP. (A) *Vide* HC 86.834, STF, que superou a Súmula 690 desse órgão. (B) Cabimento do RESE: Art. 581 e incisos. (C) A decisão deve ser desfavorável ao réu, nos termos do parágrafo único do art. 609, CPP. (E) Art. 596, CPP. *Alternativa D.*

8359. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Cabe recurso de apelação das decisões em que

(A) julgarem procedentes as exceções, salvo a de suspeição.

(B) decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.

(C) ocorrer nulidade posterior à pronúncia.

(D) revogar a medida de segurança.

RESPOSTA (A) Art. 581, III, CPP. (B) Art. 581, VIII, CPP. (C) *Vide* art. 593, III, *a*, CPP. (D) Art. 66, V, *e* c/c art. 197, Lei n. 7.210/84. *Alternativa C*.

8360. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) Assinale a assertiva que contempla entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal acerca dos recursos e ações autônomas de impugnação.

(A) Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.

(B) A renúncia do réu ao direito de apelação, ainda que manifestada sem a assistência do defensor, impede o conhecimento da apelação por este interposta.

(C) Cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

(D) No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, não é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.

RESPOSTA (A) Súmula 709, STF. (B) Súmula 705, STF. (C) Súmula 693, STF. (D) Súmula 701, STF. *Alternativa A*.

8361. (Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA) No processo penal, os recursos regem-se, quanto à admissibilidade, pela lei vigente ao tempo em que a decisão é proferida, a não ser que a lei disponha de modo diverso. A respeito dos recursos, assinale a alternativa incorreta.

(A) Não transita em julgado a sentença por haver omitido o recurso *ex officio*, que se considera interposto *ex lege*.

(B) A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.
(C) Por meio da revisão criminal, que poderá ser requerida em qualquer tempo, inclusive após a extinção da pena, o condenado poderá recorrer quando descobrir novas provas de inocência.
(D) A decisão que decretar a prescrição comporta recurso em sentido estrito.
(E) Caberá recurso de apelação da decisão que pronunciar ou impronunciar o réu.

RESPOSTA (A) Súmula 423, STF. (B) Súmula 705, STF. (C) Art. 621, III c/c art. 622, CPP. (D) Art. 581, VIII, CPP. (E) Caberá recurso de apelação da decisão que IMPRONUNCIAR o réu, de acordo com o art. 593, I, CPP. *Alternativa E.*

8362. (Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS) Em relação ao *habeas corpus*, assinale a opção correta.

(A) Será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
(B) Não será concedido em favor de quem já se encontra preso.
(C) Não será concedido em favor de quem já foi condenado por sentença transitada em julgado.
(D) Não será concedido a pessoa estrangeira em passagem pelo Brasil.

RESPOSTA (A) Art. 647, CPP. (B) Art. 656, CPP. (C) Não será concedido, pois se trata de execução de sentença penal, inexistindo, portanto, ilegalidade ou abuso de poder. (D) Art. 647, CPP. *Alternativa A.*

8363. (Delegado – PC-PI – 2009 – NUCEPE) Considerando a jurisprudência e as disposições legais sobre o *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

(A) Não cabe *habeas corpus* em face de crime cuja única pena prevista seja a prestação pecuniária, porque tal hipótese não consubstancia violação ou ameaça ao direito de locomoção.
(B) É inadmissível seu uso como sucedâneo recursal.
(C) O Ministério Público não detém legitimidade para impetrar *habeas corpus* em favor de acusado.
(D) O *habeas corpus* é instrumento idôneo contra punições disciplinares de qualquer natureza.
(E) Considera-se coação ilegal, a ensejar o *habeas corpus*, a negativa de fiança nos casos em que a lei a autoriza.

RESPOSTA (A) "(...) porque tal violação não consubstancia **violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir**." (B) É **admissível** seu uso como sucedâneo recursal. (C) Art. 654, CPP. (D) Art. 647, CPP. (E) Art. 648, V, CPP. *Alternativa E.*

8364. (Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL) Sobre recursos no processo penal, assinale a afirmativa CORRETA.

(A) Da decisão do juiz que decide sobre unificação de penas caberá recurso em sentido estrito.
(B) Da decisão do juiz do juizado especial criminal que não recebe a denúncia oferecida pelo Ministério Público caberá recurso em sentido estrito.
(C) Ao não conceder ordem de *habeas corpus* impetrado em favor de acusado preso, por maioria de votos, caberá embargos infringentes.
(D) O prazo de interposição do recurso de apelação pelo assistente do ministério público, ainda não habilitado no processo até a sentença absolutória, é de 15 dias após esgotado o prazo recursal do titular da ação penal.

RESPOSTA (A) Art. 581, XVII, CPP. (B) Art. 82, Lei n. 9.099/95. (C) Art. 581, X, CPP. (D) Art. 598, parágrafo único, CPP. *Alternativa D.*

8365. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Ao julgar apelação interposta contra decisão do Tribunal do Júri, NÃO poderá o Tribunal de Apelação

(A) julgar a apelação interposta contra sentença condenatória e declarar o acusado inocente, sob o fundamento de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária às provas dos autos.

(B) remeter o acusado a novo júri sob a alegação de nulidade nos quesitos submetidos à apreciação dos jurados.

(C) reformar a sentença proferida pelo Juiz Presidente apenas para diminuir a pena imposta, sem, no entanto, alterar a qualificação jurídica do fato.

(D) reformar a sentença do Juiz Presidente quando contrariar a decisão proferida pelos jurados.

RESPOSTA Art. 593, III, *d*, c/c § 3º, CPP. (B) Art. 593, III, *a*. (C) Art. 593, § 2º, CPP. (D) Art. 593, § 3º, CPP. *Alternativa A.*

8366. **(Delegado – PC-CE – 2006 – UECE)** Marque a opção FALSA.

(A) O *Habeas Corpus* pode ser utilizado para trancar a ação penal desde que o processo se mostre absolutamente ilegal e a pena seja em tese privativa de liberdade, figurando como coator o Juiz processante que recebeu indevidamente a denúncia ou queixa.

(B) A revisão criminal é privativa do réu, devendo ser apresentada contra decisões transitadas em julgado, mesmo que a pena já esteja extinta.

(C) A Revisão Criminal pode ser apresentada antes de transitada em julgado a decisão atacada, desde que o juízo *ad quem* entenda haver necessidade para tal.

(D) O Delegado de Polícia não pode figurar como coator em *Habeas Corpus* pois não exerce função jurisdicional, sendo sua atuação essencialmente administrativa e pré-processual.

RESPOSTA (A) O *habeas corpus* para trancamento da ação penal é cabível quando há atipicidade manifesta do fato, presença de qualquer causa extintiva de punibilidade e quando existe uma ação penal despida de justa causa. (B) Art. 623, CPP. (C) Art. 621, CPP. (D) Art. 649, CPP. *Alternativa A.*

8367. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Em relação aos recursos excepcionais ou extraordinários, é correto dizer que:

(A) cabe recurso especial da decisão do Tribunal de Justiça que, em grau de recurso, denega o *Habeas Corpus*;

(B) pode ser interposto o recurso especial quando a decisão criminal for injusta para o réu, em face do favor rei;

(C) interposta apelação, havendo decisão final da Câmara por maioria que afronte a Constituição, cabe Recurso Extraordinário;

(D) o prequestionamento se dará se o Ministério Público acentuar a questão federal criminal desde as alegações finais e o acórdão não apreciar tal questão;

(E) a técnica do sobrestamento de recurso extraordinário com idêntica controvérsia com outro recurso também se aplica ao especial.

RESPOSTA (A) Art. 105, II, *a*, CF. (B) Art. 105, III, CF. (C) Art. 102, § 3º, CF. (D) O prequestionamento é uma condição específica do recurso. (E) Processamento normal dos recursos. *Alternativa E.*

8368. **(Promotor – MP-PR – 2011)**

I. Em sede de recurso em sentido estrito, uma vez que o juiz acolha, em sede de juízo de retratação, as

razões do recorrente, modificando a decisão recorrida, o novo sucumbente, sendo cabível recurso, poderá interpô-lo, apresentando obrigatoriamente novas razões recursais.

II. De toda decisão absolutória ou condenatória, caberá apelação.

III. A alteração dos fundamentos de uma decisão condenatória por um acórdão, tendo havido recurso exclusivo da defesa, desde que preservada a pena imposta, não constitui *reformatio in pejus*.

Considerando as assertivas acima se afirma que:

(A) Apenas as assertivas I e II são corretas.
(B) Apenas as assertivas II e III são corretas.
(C) Apenas as assertivas I e III são corretas.
(D) Apenas uma assertiva está correta.
(E) Todas as assertivas são corretas.

RESPOSTA (I) Art. 589, CPP. (II) Art. 593, I, CPP. (III) A alteração dos fundamentos pode constituir *reformatio in pejus*, sim. *Alternativa D.*

8369. (Procurador – MPF – 2012) A respeito do instituto do *habeas corpus*, assinale a alternativa falsa:

(A) a jurisprudência do STF veda, de modo genérico, a utilização de *habeas corpus* como sucedâneo da revisão criminal, sem, contudo, afastá-la expressamente para questões de direito, de que é exemplo a atipicidade do fato, em função da primazia da tutela da liberdade individual;
(B) não caberá *habeas corpus* para apreciar a conveniência ou a oportunidade da aplicação de medida disciplinar em procedimento disciplinar militar;
(C) em linhas gerais, é cabível a impetração de *habeas corpus* quando se puder cogitar de privação da liberdade de locomoção, salvo no caso de imposição de recolhimento domiciliar;
(D) caberá *habeas corpus* contra ato emanado de autoridade judicial incompetente para futura e eventual ação penal, bem como contra prisão em flagrante realizada sem a observância das formalidades legais.

RESPOSTA (A) *Habeas corpus* não pode ser utilizado como sucedâneo de revisão criminal, salvo nos casos de flagrante ilegalidade (STF – HC 102.956/RJ – Rel. Min. Ricardo Lewandowski). (B) Art. 142, § 2º, CF c/c art. 647, *in fine*, CPP. (C) Art. 647, CPP. (D) Art. 648, III, CPP. *Alternativa C.*

8370. (Promotor – MPDFT – 2011) No que pertine aos recursos no processo penal, assinale o item incorreto:

(A) Cabe recurso para impugnar decisão que acolhe ou rejeita o pedido de absolvição sumária, prevista no artigo 397 do Código de Processo Penal.
(B) A declaração de extinção da punibilidade efetivada pelo juiz da execução penal deve ser atacada por meio de agravo.
(C) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
(D) Não cabem embargos infringentes contra acórdão não unânime que julga improcedente revisão criminal nos Tribunais de Justiça.
(E) Se os embargos de declaração não forem conhecidos em razão de sua intempestividade, não se operará a interrupção do prazo para interposição de outros recursos.

RESPOSTA (A) Art. 593, I, CPP. (B) Art. 581, VIII, CPP. (C) Art. 580, CPP. (D) Art. 609, parágrafo único, CPP. (E) Art. 538, *caput*, CPP c/c art. 3º, CPP. *Alternativa A.*

8371. **(Promotor – MPDFT – 2011)** No que pertine à ação autônoma de impugnação de *Habeas Corpus*, assinale o item **incorreto:**

(A) A vedação constitucional da utilização de *habeas corpus* contra prisão militar disciplinar tem sido interpretada pelos tribunais pátrios como impossibilidade de exame do mérito do ato administrativo, sendo possível que o Poder Judiciário analise aspectos relativos à legalidade do ato punitivo.

(B) Não cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.

(C) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, compete ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios julgar *habeas corpus* impetrado contra ato praticado por Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

(D) Admite-se *habeas corpus* contra sentença condenatória transitada em julgado.

(E) Não cabe *habeas corpus* contra sentença condenatória à pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

RESPOSTA A competência é do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (RE 336.857, STJ). *Alternativa C.*

IX. Legislação Processual Extravagante

8372. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** Nos termos do disposto na Lei n. 9.099/95, no que concerne aos Juizados Especiais Criminais, marque a opção CORRETA:

I. será provido por juízes togados ou togados e leigos;

II. é competente para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência;

III. será provido somente por juízes togados;

IV. consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 3 (três) anos, cumulada ou não com multa;

(A) Apenas os itens I e II estão corretos.

(B) Apenas os itens III e IV estão corretos.

(C) Apenas os itens II e III estão corretos.

(D) Apenas os itens I e IV estão corretos.

RESPOSTA (I) Art. 60, *caput,* Lei n. 9.099/95. (II) Art. 60, *caput, in fine,* Lei n. 9.099/95. (III) *Vide* item I. (IV) Art. 61, Lei n. 9.099/95. *Alternativa A.*

8373. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as proposições seguintes classificando-as em V (verdadeira) ou F (falsa).

I. ( ) Ao agente que praticar a conduta prevista no artigo 28 da Lei n. 11.343/06, poderá o Ministério Público propor a transação penal (artigo 76 da Lei n. 9.099/95), com a aplicação imediata de pena prevista no referido dispositivo a ser especificada na proposta.

II. ( ) Nos crimes definidos na Lei n. 11.343/06, o inquérito será concluído em 30 (trinta) dias se o réu estiver preso e em 60 (sessenta) dias se estiver solto.

III. ( ) O perito que subscrever o laudo de constatação toxicológico ficará impedido da elaboração do laudo definitivo.

IV. ( ) Na audiência de instrução e julgamento dos crimes definidos na Lei n. 11.343/06, as testemunhas serão inquiridas após o interrogatório do réu.

Assinale a alternativa que apresenta a classificação correta das proposições.

(A) I-V; II-V; III-F; IV-V.
(B) I-F; II-F; III-V; IV-V.
(C) I-V; II-F; III-F; IV-V.
(D) I-F; II-V; III-V; IV-F.

RESPOSTA (I) § 5º do art. 78, Lei n. 11.343/2006. (II) Art. 51, Lei n. 11.343/2006. (III) Art. 50, § 2º, Lei n. 11.343/2006. (IV) Art. 57, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa C*.

8374. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Analise as proposições seguintes.

I. O não oferecimento da representação na audiência preliminar implica em decadência do direito.
II. A transação penal, com trânsito em julgado, consistente em multa e não cumprida, acarreta tão somente a sua execução pelo Ministério Público no âmbito do JECRIM (Juizado Especial Criminal).
III. Da decisão do juiz que homologa a transação penal, caberá o recurso de apelação.
IV. Da decisão de rejeição da denúncia, nos processos de competência do Juizado Especial, caberá apelação.

Está correto apenas o que se afirma em

(A) I, II e III.
(B) I, II e IV.
(C) I, III e IV.
(D) II, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 75, parágrafo único, Lei n. 9.099/95. (II) Art. 85, Lei n. 9.099/95 c/c art. 51, *caput,* CP. (III) Art. 76, § 5º, Lei n. 9.099/95. (IV) Art. 82, *caput*, Lei n. 9.099/95. *Alternativa D*.

8375. (Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB) Em matéria de procedimento dos Juizados Especiais Criminais, é correto afirmar:

(A) Se a complexidade ou as circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá diretamente suprir a investigação e oferecer a denúncia.
(B) Poderá ser dispensado o exame de corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.
(C) O inquérito policial deverá estar concluído, em caso de indiciado solto, em 30 dias.
(D) O inquérito policial será iniciado pelo termo circunstanciado.
(E) O auto de prisão em flagrante será encaminhado ao Juizado juntamente com a comunicação da prisão.

RESPOSTA (A) Art. 77, 2º, Lei n. 9.099/95. (B) Art. 77, § 1º, Lei n. 9.099/95. (C) Art. 10, CPP. (D) Não há que se falar em inquérito policial. Art. 69, CPP. (E) Art. 306 e § 1º, CPP. *Alternativa B*.

8376. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Leia atentamente as assertivas a seguir.

I. A proteção oferecida pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas terá a duração máxima e improrrogável de 2 (dois) anos.
II. A pessoa protegida pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, quando servidor público ou militar, poderá ter as suas atividades funcionais temporariamente suspensas, sem prejuízo dos respectivos vencimentos e vantagens.
III. A exclusão da pessoa protegida do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas não poderá ocorrer por solicitação própria.

IV. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, no caso de apelação, antes de determinar a remessa dos autos à Superior Instância, o juiz proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão, no prazo de 5 (cinco) dias.

Está correto apenas o que se afirma em

(A) I e III.

(B) II e IV.

(C) III e IV.

(D) I, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 11 e parágrafo único, Lei n. 9.807/99. (II) Art. 7º, VI, Lei n. 9.807/99. (III) Art. 10, I, Lei n. 9.807/99. (IV) Art. 198, VII, ECA. *Alternativa B.*

8377. **(Delegado – PC-RJ – 2012 – FUNCAB)** Marque a alternativa correta.

(A) Duas teorias disputam a regência do princípio da duração razoável do processo: a “teoria do prazo fixo” e a “teoria do não prazo”. Todavia, tal princípio não tem aplicação no inquérito policial.

(B) No inquérito policial, aplica-se o princípio da ampla defesa, do contraditório, da plenitude de defesa e da publicidade, como formas irrenunciáveis de promover um efetivo garantismo penal.

(C) A interceptação telefônica pode ser requerida pela autoridade policial no curso da investigação, regendo-se a matéria pelo princípio da reserva de jurisdição.

(D) À luz da jurisprudência do STF, é possível submeter, coercitivamente, o indicado a exame grafotécnico e perícia para confronto vocal com base no princípio da proporcionalidade e razoabilidade, desde que se esteja apurando crimes hediondos ou de elevada gravidade ou, ainda, praticado com violência.

(E) O princípio da vedação do retrocesso não é reconhecido no ordenamento pátrio, portanto, apesar de anteriormente ter sido possível a concessão de fiança a crimes com pena superior a 04 anos, desde que fosse pena de detenção, com o advento da Lei n. 12.403/11, essa possibilidade inexiste.

RESPOSTA (A) Os inquéritos policiais estão sujeitos a prazos determinados. *Vide* art. 10, CPP. (B) O inquérito policial é um procedimento inquisitorial, não havendo que se falar em contraditório. Art. 14, CPP. (C) Arts. 1º e 3º, I, Lei n. 9.296/96. (D) Art. 5º, LV, Constituição Federal. (E) Art. 322, parágrafo único, CPP. *Alternativa C*.

8378. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** A respeito dos recursos no processo penal, analise as proposições seguintes.

I. Da decisão que recebe a denúncia ou a queixa cabe recurso em sentido estrito.

II. Caso a parte interponha o recurso errado, por mero equívoco e de boa-fé, dentro do prazo para o recurso correto, o juiz o receberá e mandará processá-lo pelo rito do recurso cabível.

III. Na hipótese de concurso de agentes, caso o Tribunal, no julgamento de apelação interposta apenas por um dos acusados, dê provimento ao recurso para absolvê-lo, reconhecendo a atipicidade da conduta, por ter ocorrido *abolitio criminis*, deverá estender o resultado ao corréu, ainda que a sentença tenha transitado em julgado com relação a este.

IV. O recurso cabível da decisão de absolvição sumária no processo comum (art. 397, do Código de Processo Penal) é o de apelação.

V. É admissível a reiteração de pedido revisional, ainda que não fundado em novas provas.

Está correto apenas o contido em

(A) I, III e IV.

(B) I, II e III.

(C) II, III e IV.
(D) II, III e V.
(E) I, II e V.

RESPOSTA (I) Art. 581, I, CPP. (II) Art. 579, *caput* e parágrafo único, CPP. (III) Art. 580, CPP. (IV) Art. 593, I, CPP. (V) Art. 622, *caput* e parágrafo único, CPP. *Alternativa C.*

8379. (Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA) O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, com base em elementos de informação obtidos em inquérito policial, denunciou João, agente da polícia civil, por ter supostamente solicitado propina ao comerciante de peças de automóvel Manoel, com o objetivo de não efetuar contra este a prisão em flagrante em razão de haver adquirido mercadoria oriunda de crime. Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta segundo o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal.

(A) O fato de a denúncia ter sido respaldada em elementos de informação colhidos no inquérito policial não dispensa a obrigatoriedade da notificação prévia do acusado para apresentar defesa preliminar.
(B) A conduta do policial civil amolda-se ao crime de concussão.
(C) A notificação do acusado para apresentar a resposta preliminar por escrito é desnecessária se ele já tiver constituído advogado nos autos.
(D) Após o recebimento da denúncia ou da queixa, será o acusado citado, seguindo-se o procedimento sumaríssimo, desde que haja a resposta preliminar à acusação.
(E) O procedimento especial previsto no processo penal, imputado a funcionários públicos, aplica-se tanto aos crimes comuns como aos crimes funcionais típicos por eles praticados.

RESPOSTA A referida questão foi julgada pelo STF no HC 95.969/SP, tendo como relator o Min. Ricardo Lewandowski. *Alternativa A.*

8380. (Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS) Quanto ao processo comum, às testemunhas e ao arquivamento de inquérito policial, assinale a opção correta.

(A) Apenas o delegado de polícia poderá mandar arquivar os autos de inquérito policial, sendo vedado tal ato ao juiz.
(B) O depoimento da testemunha será prestado oralmente, sendo permitido trazê-lo por escrito.
(C) O procedimento comum sumário será adotado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for inferior a 6 anos de pena privativa de liberdade.
(D) Será observado o procedimento comum ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade.

RESPOSTA (A) Art. 17, CPP. (B) Art. 216, CPP. (C) Art. 394, § 1º, II, CPP. (D) Art. 394, § 1º, I, CPP. *Alternativa D.*

8381. (Promotor – MP-PR – 2011)

I. É possível a realização de Sessão do Júri sem a presença do réu, que responde ao processo solto se, devidamente intimado, não comparece à Sessão.
II. Em um caso de crime doloso contra a vida apurado em uma ação penal privada subsidiária, na Sessão do Tribunal do Júri, o Ministério Público faz uso da palavra antes do querelante.
III. O recurso cabível contra a sentença de impronúncia é apelação.
Considerando as assertivas acima se afirma que:

(A) Apenas as assertivas I e II são corretas.
(B) Apenas as assertivas II e III são corretas.
(C) Apenas as assertivas I e III são corretas.
(D) Apenas uma assertiva está correta.
(E) Todas as assertivas são corretas.

RESPOSTA (I) Art. 457, CPP. (II) Art. 409, CPP. (III) Art. 593, I, CPP. *Alternativa C.*

8382. (Procurador – MPF – 2008) No tocante à pronúncia, no processo da competência do júri, entende-se por “excesso de linguagem”,

(A) o juízo ofensivo lançado pelo magistrado contra as partes ou seus procuradores;
(B) a exagerada incursão do juiz sobre as provas dos autos, capaz de influir no ânimo do conselho de sentença;
(C) a absolvição sumária do acusado, mesmo reconhecendo a materialidade de crime contra a vida e a existência de indícios de sua autoria;
(D) a incursão do juiz em argumentos *obliter tantum*, irrelevantes para a decisão.

RESPOSTA Art. 413, § 1º, CPP. *Alternativa B.*

8383. (Promotor – MP-SC – 2011) Questão

I. Nos crimes da competência do Tribunal do Júri, o juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias agravantes e atenuantes, qualificadoras e as causas de aumento e diminuição de pena.
II. Em se tratando de crimes dolosos contra a vida, não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado. Neste caso, enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova.
III. A decisão de impronúncia desafia recurso em sentido estrito.
IV. No júri, não poderá servir o jurado que tiver funcionado em julgamento anterior do mesmo processo, independentemente da causa determinante do julgamento posterior.
V. De acordo com as mudanças promovidas a partir da Lei n. 11.689/2008, os jurados excluídos por impedimento, suspeição ou incompatibilidade não podem mais ser considerados para a constituição do número legal exigível para a realização da sessão.

(A) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
(B) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
(C) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
(D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 413, CPP. (II) Art. 414, CPP. (III) Art. 593, I, CPP. (IV) Art. 449, I, CPP. (V) Art. 451, CPP. *Alternativa D.*

8384. (Promotor – MP-SC – 2011) QUESTÃO

I. Se forem dois ou mais acusados perante o Tribunal do Júri, e for determinada a separação dos julgamentos, será julgado em primeiro lugar o acusado a quem foi atribuída a autoria do fato ou, em caso de coautoria, salvo motivo relevante que autorize alteração na ordem dos julgamentos, terão preferência: a) os acusados presos; b) dentre os acusados presos, aqueles que estiverem há mais tempo na prisão; c) em igualdade de condições, os precedentemente pronunciados.
II. No Tribunal do Júri, durante o julgamento, não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, dando-se ciência à outra parte. Compreende-se nesta proibição a leitura de jornais ou qualquer outro escrito, bem como a exibição de vídeos, gravações, fotografias, laudos, quadros, croqui ou qualquer outro meio assemelhado, cujo conteúdo versar sobre a matéria de fato submetida à apreciação e julgamento dos jurados.
III. De acordo com o Código de Processo Penal, perante o Tribunal do Júri, os quesitos serão formulados na seguinte ordem, indagando sobre: a) a materialidade do fato; b) a autoria ou participação; c) se o acusado deve ser absolvido; d) se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação; e) se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa. A resposta negativa, de mais de 3 (três) jurados, a qualquer dos quesitos referidos nas letras *a* e *b* encerra a votação e implica a absolvição do acusado.
IV. Se houver desclassificação da infração para outra, de competência do juiz singular, ao presidente do Tribunal do Júri caberá proferir sentença em seguida, aplicando-se, quando o delito resultante da nova tipificação for considerado pela lei como infração penal de menor potencial ofensivo, o disposto nos arts. 69 e seguintes da Lei n. 9.099/95.
V. Caberá apelação, no prazo de cinco dias, quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos. Neste caso, se o tribunal *ad quem* se convencer de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, dar-lhe-á provimento para sujeitar o réu a novo julgamento, não se admitindo, porém, pelo mesmo motivo, segunda apelação.

(A) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
(B) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
(C) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
(D) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 469, §§ 1º e 2º, CPP. (II) Art. 479, parágrafo único, CPP. (III) Art. 483, incisos e § 1º, CPP. (IV) Art. 492, § 1º, CPP. (V) Art. 593, *d* e § 3º, CPP. *Alternativa A.*

8385. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Pingo e Naldo foram acusados de cometer ato infracional quando ainda eram adolescentes. Considerando as disposições legais do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

(A) Se forem condenados à medida socioeducativa de liberdade assistida, ambos deverão ter seu caso acompanhado por uma pessoa capacitada, designada pelo juiz. Tal medida não poderá ter prazo superior a doze meses, contada a prorrogação.
(B) Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração do ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade de Pingo e Naldo e à sua maior ou menor participação no ato infracional.
(C) Os acusados só poderão ser internados se tiverem praticado o ato infracional mediante grave

ameaça ou violência à pessoa, ou ainda por reiteração no cometimento de outras infrações graves.

(D) Em nenhuma hipótese, Pingo e Naldo poderão ser internados por mais de trinta dias antes da sentença.

(E) Se o ato infracional cometido pelos adolescentes teve reflexos na esfera patrimonial da vítima, a autoridade judicial deverá determinar a imediata restituição ou, não sendo possível, promover o ressarcimento do dano.

RESPOSTA Art. 126, Lei n. 8.069/90. *Alternativa B.*

8386. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Quanto à competência do Conselho Penitenciário, é CORRETO afirmar que

(A) o Conselho Penitenciário tem que emitir parecer em pedidos de progressão de regime do semiaberto para o aberto e indulto.

(B) o Conselho Penitenciário tem que emitir parecer em pedidos de progressão de regime do fechado para o semiaberto e comutação de pena.

(C) o Conselho Penitenciário tem que emitir parecer em pedidos de indulto e comutação de pena.

(D) o Conselho Penitenciário tem que emitir parecer em pedidos de livramento condicional e progressão de regime do fechado para o semiaberto.

RESPOSTA Art. 741, CPP. *Alternativa C.*

8387. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Em relação ao procedimento dos delitos previstos na Lei n. 11.343/2006, assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) Para efeito de lavratura do auto de prisão em flagrante delito e demonstração da materialidade delitiva, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.

(B) Na hipótese de indiciado preso, o inquérito policial deverá terminar no prazo de 10 dias.

(C) Os prazos para o término do inquérito policial podem ser duplicados pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.

(D) Na hipótese de indiciado solto, o inquérito policial deverá terminar no prazo de 90 dias.

RESPOSTA (A) Art. 50, § 1º, Lei n. 11.343/2006. (B) Art. 51, Lei n. 11.343/2006. (C) Art. 51, parágrafo único, Lei n. 11.343/2006. (D) Art. 51, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa B.*

8388. **(Delegado – PC-MG – 2008 – ACADEPOL)** Na prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, assinale a afirmativa CORRETA.

(A) A mulher ofendida, na hipótese de delito de ação penal pública condicionada à representação, somente poderá renunciar ao direito de representação perante a autoridade judiciária, em audiência especialmente designada para esse fim, desde que antes do recebimento da denúncia.

(B) A mulher ofendida, na hipótese de delito de ação penal pública condicionada à representação, somente poderá renunciar ao direito de representação perante a autoridade judiciária, em audiência especialmente designada para esse fim, desde que antes do oferecimento da denúncia.

(C) A mulher ofendida, na hipótese de delito de ação penal pública condicionada à representação, poderá se retratar da representação a qualquer momento, seja na fase do inquérito policial ou do processo judicial.

(D) A mulher ofendida, na hipótese de delito de ação penal pública condicionada à representação, não poderá renunciar ao direito de representação mesmo que perante a autoridade judiciária.

RESPOSTA Art. 16, Lei n. 11.340/2006. *Alternativa A.*

8389. **(Delegado – PC-PR – 2007 – UFPR)** Sobre o Juizado Especial Criminal (Lei 9.099/95) e seus institutos, considere as seguintes afirmativas:

(1) O benefício da suspensão condicional do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material ou formal, quando a pena mínima cominada, seja pela somatória, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um ano.

(2) O Juizado Especial Criminal tem competência para conciliação, julgamento e execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, consideradas como tais aquelas cuja pena máxima não exceda a 2 anos.

(3) A competência do juizado será determinada pelo lugar do domicílio do autor ou do réu.

(4) Os atos processuais serão públicos e poderão se realizar em horário noturno e em qualquer dia da semana.

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
(B) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
(C) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
(D) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
(E) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

RESPOSTA (1) Art. 89, Lei n. 9.099/95. (2) Arts. 60 e 61, Lei n. 9.099/95. (3) Art. 63, Lei n. 9.099/95. (4) Art. 64, Lei n. 9.099/95. *Alternativa A.*

8390. **(Delegado – PC-PR – 2007 – UFPR)** A Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), ao disciplinar a tutela dos direitos dos consumidores, dispõe:

(1) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente ou a título coletivo.

(2) Poderão intervir no processo, como assistentes do Ministério Público, as associações legalmente constituídas.

(3) O Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará sempre como fiscal da lei.

(4) Os crimes previstos nessa lei são insuscetíveis de fiança e liberdade provisória.

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
(B) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
(C) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
(D) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
(E) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.

RESPOSTA (1) Art. 81, Lei n. 8.078/90. (2) Art. 82, IV, Lei n. 8.078/90. (3) Art. 92, Lei n. 8.078/90. (4) Art. 79, Lei n. 8.078/90. *Alternativa B.*

8391. **(Promotor – MP-PR – 2011)** O Promotor de Justiça ofereceu denúncia contra Joel pela prática de dois crimes de estelionato sob a forma do crime continuado tendo por vítimas, dois médicos. Na mesma ação penal, Felipe foi denunciado por um só crime de estelionato, praticado contra a Santa Casa de Misericórdia.

I. O Promotor de Justiça, corretamente, não ofertou a suspensão condicional do processo (art. 89 da

Lei 9.099/95) ao réu Joel.

II. O Promotor de Justiça equivocou-se ao deixar de oferecer suspensão condicional do processo para o denunciado Felipe.

III. O magistrado agiu com acerto ao propor, de ofício, a suspensão condicional do processo para o denunciado Felipe.

Considerando as assertivas acima se afirma que:

(A) Apenas as assertivas I e II são corretas.

(B) Apenas as assertivas II e III são corretas.

(C) Apenas as assertivas I e III são corretas.

(D) Apenas uma assertiva está correta.

(E) Todas as assertivas são corretas.

RESPOSTA O oferecimento da suspensão condicional do processo deve ser levado em conta o aumento ocasionado pelo crime continuado. No caso, pela prática de três crimes de estelionato com pena mínima de 1 ano, o réu teria, na pior das hipóteses, um aumento de 8 meses, totalizando a pena mínima de 1 ano e 8 meses de reclusão, o que impediria o benefício da suspensão condicional do processo, que exige pena de 1 ano. A assertiva correta é a I, tendo em vista o teor da Súmula 243, STJ. *Alternativa D.*

8392. (Procurador – MPF – 2012) Considerando a transferência de presos para estabelecimentos penais federais de segurança máxima e tendo por lastro o entendimento mais recente do STJ a respeito da matéria é incorreto afirmar:

(A) A alteração do regime de execução penal estabelecido pela Lei n. 11.671/08, permitindo a transferência e inclusão de preso oriundo de outro sistema penitenciário para o sistema penitenciário federal de segurança máxima, constitui exceção e está inspirada em fatos e fundamentos a serem necessariamente considerados por ocasião do pedido e da admissão correspondente;

(B) Não cabe ao Juízo Federal da Seção Judiciária em que se localiza o estabelecimento penal federal exercer qualquer juízo de valor sobre a gravidade ou não das razões do Juízo solicitante, mormente quando se tratar de preso provisório sem condenação, situação em que, de resto, a Lei n. 11.671/08 encarrega o Juízo solicitante de dirigir o controle da prisão, fazendo-o por carta precatória;

(C) O período de permanência do preso em estabelecimento penal federal de segurança máxima não poderá exceder a 360 (trezentos e sessenta) dias, admitindo-se, excepcionalmente, a renovação do prazo de permanência, que se dará apenas uma única vez;

(D) O Juízo Federal da Seção Judiciária em que se localiza o estabelecimento penal federal somente pode justificar a recusa em recolher o preso se evidenciadas condições desfavoráveis ou inviáveis da unidade prisional, tais como lotação ou incapacidade de receber novos presos ou apenados.

RESPOSTA (A) Arts. 3º e 4º, Lei n. 11.671/2008. (B) Art. 4º, § 2º, Lei n. 11.671/2008. (C) Art. 10, § 1º, Lei n. 11.671/2008. (D) Art. 4º, Lei n. 11.671/2008. *Alternativa C.*

8393. (Procurador – MPF – 2011) Sobre os aspectos processuais dos crimes de lavagem de dinheiro, pode-se dizer que:

(A) as medidas previstas no artigo 4º da lei respectiva se equivalem àquelas previstas nos artigos 125 e 134, além dos artigos 240 e seguintes do CPP.

(B) a competência não será da justiça federal, quando o crime antecedente for um peculato praticado por detentor de cargo em comissão do Banco do Brasil.

(C) a restituição da coisa apreendida somente será feita na pessoa do acusado.

(D) o acusado citado por edital que não apresentar defesa no prazo de 10 dias, será processado e julgado à revelia.

RESPOSTA (A) Art. 4º, § 1º, Lei n. 9.612/98. (B) Art. 2º, III, *b*, Lei n. 9.613/98. (C) Art. 120, § 4º, CPP. (D) Art. 2º, § 2º, Lei n. 9.613/98. *Alternativa B.*

8394. **(Procurador – MPF – 2011)** Tendo-se em conta os processos por crime de tráfico de drogas, pode-se afirmar que:

(A) aplicam-se as hipóteses de absolvição sumária previstos na lei processual geral, mesmo em se tratando de procedimento previsto em norma especial.

(B) quando se cuidar de tráfico com repercussão transnacional praticado em município que não seja sede de Vara Federal, a atribuição para a acusação será delegada ao Promotor de Justiça lotado na Comarca.

(C) conforme disposto no artigo 48, § 10 da lei de regência, somente o tipo relacionado ao consumo próprio da droga será da competência dos juizados especiais criminais.

(D) nenhuma das alternativas acima.

RESPOSTA (A) Art. 415, CPP. (B) Art. 70, Lei n. 11.343/2006. (C) Art. 48, § 1º c/c art. 28, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa A.*

8395. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Foi oferecida queixa-crime por crime de injúria no Juizado Especial Criminal, não sendo citado o requerido por estar em local incerto e não sabido. Os autos foram remetidos ao Juízo Comum e o querelado foi notificado por edital para audiência de conciliação, tendo comparecido ao ato. Porém, o querelante não compareceu. Decretou-se, então, a extinção da punibilidade pela perempção. Para este caso, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A competência para julgamento é do Juizado Especial Criminal e não do Juízo Comum, em função da pena cominada ao crime de injúria.

(B) A celeridade do Juizado Especial Criminal é compatível com a citação editalícia, graças ao princípio da instrumentalidade das formas.

(C) A extinção da punibilidade é equivocada, porque ausente a citação válida, pois esta é que estabiliza a relação processual.

(D) A ausência do querelante regularmente notificado é insuficiente para autorizar sua condução coercitiva para o ato.

RESPOSTA (A) Art. 66, parágrafo único, Lei n. 9.099/95. (B) O JECrim não efetua citação editalícia, de acordo com o art. 66, parágrafo único, Lei n. 9.099/95. (C) Art. 71, Lei n. 9.099/95. (D) Art. 80, Lei n. 9.099/95. *Alternativa D.*

8396. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Assinale a alternativa CORRETA.

(A) As medidas despenalizadoras dos Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9.099/95) aplicam-se aos casos de violência doméstica, se a pena cominada não excede dois anos.

(B) Nos processos decorrentes de violência doméstica, o procedimento processual a ser adotado será o sumaríssimo.

(C) Nos casos de violência doméstica, as medidas protetivas urgentes podem ser concedidas de pronto, respeitado o contraditório diferido.

(D) As Turmas Recursais são órgãos competentes para julgar os recursos interpostos de decisões proferidas nos Juizados de Violência Doméstica.

RESPOSTA (A) Art. 17, Lei n. 11.340/2006. (B) Art. 13, Lei n. 11.340/2006. (C) Art. 19, § 1º, Lei n. 11.340/2006. (D) As decisões dos Juizados de Violência Doméstica serão recorríveis ao Tribunal de Justiça. *Alternativa C.*

8397. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Assinale a alternativa CORRETA.

(A) Na Lei de Tóxicos (Lei n. 11.343/2006), o interrogatório do réu dar-se-á após a oitiva das testemunhas, em homenagem ao princípio da ampla defesa.

(B) Os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) seguem o rito comum e são da competência do Juizado da Infância e Adolescência.

(C) Contra ato de juiz da Turma Recursal do Juizado Especial Criminal, acoimado de ilegal, cabe *habeas corpus* dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

(D) Os crimes de trânsito praticados sob a influência de álcool seguem o procedimento comum, por causa de sua complexidade.

RESPOSTA (A) Art. 57, Lei n. 11.343/2006. (B) Art. 148, ECA. (C) A competência é do STJ (HC 104.892, STF). (D) Art. 394, CPP. *Alternativa D.*

8398. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Com relação aos Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9.099/95), analise os seguintes itens:

I. o agente que trouxer consigo drogas, para consumo pessoal, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, será processado e julgado na forma da Lei n. 9.099/95;

II. não se aplica a suspensão condicional do processo, prevista no art. 89 da Lei n. 9.099/95, aos crimes falimentares;

III. aplica-se o rito processual previsto na Lei n. 9.099/95 aos crimes de abuso de autoridade;

IV. no procedimento sumaríssimo previsto na Lei n. 9.099/95 para o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, da decisão de rejeição da denúncia caberá recurso em sentido estrito;

V. o descumprimento da proibição de frequentar determinados lugares ou da proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz, são causas de revogação obrigatória da suspensão condicional do processo.

Está correto apenas o que se afirma em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e V.

(D) III e IV.

(E) IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 28, Lei n. 11.343/2006. (II) O delito comporta suspensão do processo, conforme art. 89, Lei n. 9.099/95, apesar de a lei ser omissa nesse sentido, sendo que a doutrina já pregava a aplicação da Lei n. 9.099/95 nos delitos falimentares da antiga Lei de Falências e Concordatas. (III) Art. 28, Lei n. 4.898/65. (IV) Art. 82, Lei n. 9.099/95. (V) Art. 89, §§ 3º e 4º, Lei n. 9.099/95. *Alternativa B.*

8399. **(Promotor – MP-SP – 2011)** Considerando os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, observados os termos da Lei n. 11.340/06, analise os seguintes itens:

I. nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz até o oferecimento da denúncia;

II. aplica-se a Lei n. 9.099/95 (Juizados Especiais Criminais) aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher cuja pena máxima cominada não seja superior a 2 (dois) anos;

III. é vedada a aplicação de pena de prestação pecuniária;

IV. caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz em qualquer fase do inquérito policial

ou da instrução criminal;
V. a ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor.
Está correto apenas o que se afirma em
(A) I, II e III.
(B) I, II e V.
(C) I, III e IV.
(D) II, IV e V.
(E) III, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 16, Lei n. 11.340/2006. (II) Art. 41, Lei n. 11.340/2006. (III) Art. 17, Lei n. 11.340/2006. (IV) Art. 20, Lei n. 11.340/2006. (V) Art. 21, Lei n. 11.340/2006. *Alternativa E.*

8400. (Promotor – MP-SP – 2011) Com relação aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, previstos na Lei n. 9.613/98, analise os seguintes itens:

I. tais crimes são insuscetíveis de fiança e liberdade provisória;
II. o processo e o julgamento desses crimes dependem do processo e julgamento dos crimes antecedentes;
III. tais crimes são puníveis, ainda que isento de pena o autor do crime antecedente;
IV. se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficará suspenso o processo;
V. a pena por crime previsto nessa lei será obrigatoriamente cumprida inicialmente em regime fechado.

Está correto apenas o que se afirma em
(A) I e III.
(B) I e V.
(C) II e IV.
(D) II e V.
(E) III e IV.

RESPOSTA (I) O art. 3º, Lei n. 9.613/98, foi revogado, pois feria o princípio da presunção da inocência, da proporcionalidade e da igualdade de todos perante a Lei. (II) Art. 2º, II, Lei n. 9.613/98. (III) Art. 2º, § 1º, Lei n. 9.613/98. (IV) Art. 2º, § 2º, Lei n. 9.613/98. (V) Art. 1º, § 5º, Lei n. 9.613/98. *Alternativa A.*

8401. (Promotor – MP-SP – 2011) Na hipótese de crime cometido na direção de veículo automotor tipificado na Lei n. 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), aplica-se a transação penal prevista no art. 76 da Lei n. 9.099/95 (Juizados Especiais Criminais) ao crime de:

I. lesão corporal culposa quando o agente estiver participando de corrida automobilística, em via pública, não autorizada pela autoridade competente;
II. participar de corrida automobilística, em via pública, não autorizada pela autoridade competente, desde que ocorra dano potencial à incolumidade pública ou privada;
III. embriaguez ao volante;
IV. lesão corporal culposa praticado sob a influência de álcool;
V. deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima.

Está correto apenas o que se afirma em
(A) I e II.
(B) I e IV.

(C) II e V.
(D) III e IV.
(E) III e V.

RESPOSTA Art. 291, § 1º, Lei n. 9.503/97. *Alternativa C.*

8402. **(Advogado – CAIXA – 2010 – AOCP)** Assinale a alternativa correta. A ação penal, nos crimes contra o sistema financeiro nacional, será promovida pelo

(A) Ministério Público Estadual, perante a Justiça Federal.
(B) Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal.
(C) Ministério Público Federal e Estadual, perante a Justiça Estadual.
(D) Ministério Público Federal, perante a Justiça Estadual.
(E) Ministério Público Estadual, perante a Justiça Estadual.

RESPOSTA Art. 26, Lei n. 7.492/86. *Alternativa B.*

8403. **(Advogado – DETRAN-AC – 2009 – CESGRANRIO)** Patrícia conduzia seu veículo em via urbana movimentada quando se abaixou para mexer no rádio do automóvel. Nesse instante, o carro invadiu a calçada, atingindo Maria, que caiu e quebrou o braço. Nesse caso, Patrícia será processada

(A) no Juizado Especial Criminal, em função de a pena máxima prevista para a lesão corporal culposa no Código Penal ser de um ano, o que atrai o procedimento da Lei n. 9.099/95.
(B) no Juizado Especial Criminal, uma vez que a pena máxima prevista para a lesão corporal culposa no trânsito é de dois anos, o que atrai o procedimento da Lei n. 9.099/95.
(C) em uma Vara Penal comum, pois, ao se abaixar para mexer no rádio, Patrícia assumiu conscientemente o risco de lesionar alguém, o que configura dolo eventual.
(D) em uma Vara Penal comum, pelo fato de a previsão concomitante da pena de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou habilitação afastar a aplicação do procedimento da Lei n. 9.099/95.
(E) em uma Vara Penal comum, pois a pena máxima prevista para sua conduta é maior que dois anos, mas fará jus a alguns institutos previstos na Lei dos Juizados.

RESPOSTA Art. 303, Lei n. 9.503/97 c/c art. 394, CPP. *Alternativa E.*

8404. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Sobre a interceptação das comunicações, é CORRETO afirmar:

(A) no conhecimento ou encontro fortuito de provas, os elementos probatórios relativos a outro crime, encontrados casualmente à investigação de um determinado delito, durante interceptação telefônica judicialmente autorizada, podem ser valorados quando, por exemplo, guardarem relação de conexão com o delito que justificou a medida.
(B) o efeito-a-distância explica que a proibição de valoração que incide sobre o meio de prova primário, obtido a partir de interceptação ilícita, não é comunicável ao meio de prova secundário, uma vez que, nestes casos, o interesse social deve prevalecer sobre o direito à privacidade dos investigados.
(C) as correspondências remetidas aos presos, mesmo por razões de segurança pública ou disciplina prisional, só podem ser interceptadas pela administração penitenciária mediante autorização judicial, sob pena de violação da intimidade ou privacidade do emitente e destinatário.

(D) somente o Poder Judiciário pode autorizar o início das interceptações telefônicas para investigação de crimes punidos com detenção, porquanto tal medida se encontra sob a cláusula da reserva de jurisdição.

RESPOSTA Os Tribunais Superiores, assim como parte significativa da doutrina, admitem o encontro fortuito de provas nas interceptações telefônicas, desde que esta seja lícita em sua origem e haja conexão entre os delitos. Precedentes: STJ: HC 69.552/PR, HC 33.553/CE, HC 33.462/DF. STF: HC 83.515/RS. *Alternativa A.*

X. Multidisciplinares Processuais

8405. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Considerando as assertivas abaixo, marque a alternativa correta:

I. Em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher a Autoridade Policial deverá remeter, em apartado, no prazo de 48 horas, expediente, com o pedido da ofendida para concessão de medidas protetivas de urgência. Após esta medida, o Inquérito Policial prosseguirá normalmente.

II. A decisão de arquivamento do Inquérito Policial pela autoridade Judiciária competente tem eficácia preclusiva, não impedindo, no entanto, a rediscussão dos fatos diante do mesmo conjunto probatório.

III. No Crime de difamação praticado contra funcionário público, no exercício de suas funções, a ação penal é de iniciativa pública incondicionada, em decorrência do interesse da administração pública em comprovar a veracidade ou não dos fatos imputados.

IV. Embora não seja exigível a participação obrigatória do acusado na formação da prova a ele contrária, sua condução coercitiva será possível, tendo em vista ser o interrogatório um meio de defesa.

V. Com relação aos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher não é possível a elaboração de um simples termo circunstanciado, previsto na Lei 9.099/95, com exceção do crime de ameaça em que a pena máxima cominada não ultrapassa 2 (dois) anos.

(A) Todas as afirmativas estão corretas.

(B) Apenas uma afirmativa está correta.

(C) Apenas duas afirmativas estão corretas.

(D) Apenas três afirmativas estão corretas.

(E) Apenas quatro afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 12, III, Lei n. 11.340/2006. (II) Art. 17, CPP. (III) Art. 225, parágrafo único, CP. (IV) Art. 260, CPP. (V) Art. 41, Lei n. 11.340/2006. *Alternativa B.*

8406. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Considerando as assertivas abaixo, marque a alternativa correta:

I. Toda prisão deve ser comunicada de forma imediata ao Juiz e familiares do preso, além da Defensoria Pública, quando o preso não tiver advogado.

II. A liberdade provisória implica restrição de direitos. Sendo assim, a inexistência posterior das razões motivadoras da prisão não acarretará concessão de liberdade provisória, mas, sim, revogação da prisão.

III. O fato de a liberdade com fiança não ser permitida para determinados crimes, não significa a impossibilidade da aplicação da liberdade provisória sem fiança.

IV. O novo modelo de interrogatório trazido pela reforma do Código de Processo Penal através da Lei 11.719/08 alinha-se ao modelo constante na Lei 11.343/06 (Lei de Tóxicos).

V. A Lei de Tóxicos prevê a competência dos Juizados Especiais Criminais para julgamento do crime de porte de substância entorpecente para consumo próprio.

(A) Todas as afirmativas estão corretas.
(B) Apenas uma afirmativa está correta.
(C) Apenas duas afirmativas estão corretas.
(D) Apenas três afirmativas estão corretas.
(E) Apenas quatro afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 289-A, §§ 3º e 4º, CPP. (II) Art. 321, CPP. (III) Art. 310, III, CP. (IV) Arts. 400, CPP e 57, Lei n. 11.343/2006. (V) Art. 48, § 1º, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa E.*

8407. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Considerando as assertivas abaixo, marque a alternativa correta:

I. Diante da recente reforma do Código de Processo Penal passou-se a adotar o princípio da identidade física do juiz e a concentração da realização dos atos em uma audiência una, admitindo-se, no procedimento comum ordinário, o fracionamento somente dos atos decisórios.

II. Diante do sistema processual acusatório todos os atos realizados na primeira fase da persecução penal deverão ser renovados em juízo.

III. O espaço probatório no processo penal é mais amplo que no processo civil, em decorrência da relevância dos interesses, sendo admissíveis todos os meios de prova, desde que não estejam expressamente proibidos.

IV. Em que pese posição divergente na doutrina, o Supremo Tribunal Federal entende que caso o membro do Ministério Público se recuse a oferecer proposta de suspensão condicional do processo nos crimes da competência do Juizado Especial Criminal, com ou sem fundamentação, o Juiz, caso discorde, deverá encaminhar os autos ao órgão do *parquet* com poderes de revisão.

V. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, quando se tratar de concurso de crimes, desde que a pena mínima cominada, aplicando-se a soma dos crimes e o acréscimo decorrente do concurso formal e do crime continuado, não seja superior abstratamente a um ano, será possível a aplicação da suspensão condicional do processo.

(A) Todas as afirmativas estão corretas.
(B) Apenas uma afirmativa está correta.
(C) Apenas duas afirmativas estão corretas.
(D) Apenas três afirmativas estão corretas.
(E) Apenas quatro afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 399, § 2º, CPP. (II) Trata-se da aplicação do princípio do contraditório e da ampla defesa no Processo Penal. (III) Art. 157, CPP. (IV) Art. 28, CPP. (V) O benefício da suspensão condicional do processo, previsto no art. 89, Lei n. 9.099/95, não é admitido nos delitos praticados em concurso material quando o somatório das penas mínimas cominadas for superior a 01 (um) ano (HC 83.163, STF).*Alternativa C.*

8408. **(Delegado – PC-RJ – 2009 – CEPERJ)** Considerando as assertivas abaixo, marque a alternativa correta:

I. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal constitui nulidade absoluta a inobservância da competência penal por prevenção.

II. Conforme entendimento jurisprudencial dominante haverá violação das garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

III. Considerando o contido na Lei 11.464/07, que alterou dispositivo da lei de crimes hediondos, foi suprimida a proibição de liberdade provisória nos crimes considerados hediondos, permitindo-se a progressão de regime dos mesmos.

IV. Em decorrência da recente reforma do Código de Processo Penal que passou a preconizar o princípio da oralidade na realização dos atos processuais, pode-se afirmar que houve uma mitigação com relação ao Inquérito Policial, que até então tinha como característica ser eminentemente escrito.

(A) Todas as afirmativas estão corretas.
(B) Apenas uma afirmativa está correta.
(C) Apenas duas afirmativas estão corretas.
(D) Apenas três afirmativas estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão incorretas.

RESPOSTA Súmula 706, STF. (II) Súmula 704, STF. (III) "Min. Dias Toffoli que, ao seguir o relator, declarou a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei 11.343/2006 na parte em que veda a liberdade provisória aos crimes previstos 'nos arts. 33, *caput* e § 1º, e 34 a 37 desta Lei' para tornar definitiva a liberdade dos pacientes" (*Informativo* 611, STF). (IV) O inquérito policial se desenvolve na fase pré-processual e não teve a sua característica de ser escrito alterada pelas reformas. *Alternativa B.*

8409. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Sobre os princípios processuais penais, é CORRETO afirmar:

(A) a boa-fé processual no processo penal aplica-se somente ao Ministério Público, sendo juridicamente impossível exigir ao acusado tal postura, em razão do pleno gozo de seu direito à liberdade e à ampla defesa.
(B) o princípio da obrigatoriedade possui um caráter bifronte: I – dirige-se à autoridade policial, obrigando-a, sempre que souber da ocorrência de qualquer crime, a instaurar inquérito policial; II – ao Ministério Público, obrigando-o a promover ação penal em face de quaisquer crimes, sempre que tiver elementos mínimos necessários para tanto.
(C) o princípio da proibição do excesso implica a proibição de o Estado, a pretexto de combater infrações penais, cometer abusos na restrição aos direitos fundamentais; tal princípio se aproxima, no sentido formal e objetivo, do princípio do devido processo legal.
(D) o princípio da proibição à infraproteção ou proibição à proteção deficiente assegura à sociedade a garantia contra as agressões de terceiros, devendo o Estado atuar como esse garante (garantia horizontal) ao tutelar o valor constitucional segurança e justiça.

RESPOSTA (A) O princípio se aplica a todos os sujeitos do processo, inclusive ao acusado. (B) O princípio da obrigatoriedade é inerente a ação penal, apenas. (C) Trata-se de desdobramento do princípio da proporcionalidade. (D) A assertiva reproduz corretamente a doutrina sobre o tema. *Alternativa D.*

8410. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Sobre investigação e prova, é CORRETO afirmar:

(A) a prova emprestada é ilícita e, portanto, de obtenção inadmissível, por manifesta violação ao princípio do contraditório.
(B) o flagrante preparado é aquele por meio do qual o agente é induzido a cometer o crime, ao passo que o flagrante esperado é resultado do conhecimento antecipado de crime que ainda irá ocorrer, sendo que, nas duas hipóteses, o ato praticado é penalmente punível.
(C) dentre as teorias limitadoras da doutrina dos frutos da árvore envenenada encontra-se a doutrina ou limitação da descoberta inevitável que reza que a prova derivada de uma violação constitucional

é válida se tal prova teria sido descoberta por meio de atividades investigatórias lícitas, sem qualquer relação com a violação.

(D) a autoridade policial pode quebrar diretamente o sigilo bancário para apuração de ocorrência de crime, independentemente de autorização judicial, uma vez que, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, o acesso a dados e informações financeiras não se encontra sob a cláusula de reserva de jurisdição.

RESPOSTA (A) A jurisprudência tem sido reiterada, assentando que "é possível a utilização de prova emprestada no processo penal, desde que ambas as partes dela tenham ciência e que sobre ela seja possibilitado o exercício do contraditório" (STJ, HC 91.781/SP, *DJ* 5-5-2008). (B) Súmula 145, STF. (C) Art. 157, § 2º, CPP. (D) À época da elaboração da questão, predominava o entendimento quanto à imprescindibilidade de autorização judicial, razão pela qual o examinador considerou a alternativa "incorreta". Recentemente, o STJ reconheceu que o Ministério Público pode requisitar, em procedimento investigativo prévio, quebra de sigilo bancário e fiscal sem intermediação judicial (STJ, RMS 31.362/GO, Rel. Min. Herman Benjamin, *DJ* 16-9-2010, e REsp 535.478, Rel. Min. Ellen Gracie, 2ª T., 21-11-2008). *Alternativa C.*

8411. **(Delegado – PC-GO – 2008 – UEG)** Segundo o Código de Processo Penal,

(A) os exames de corpo de delito e outras perícias serão feitos por dois peritos oficiais; não havendo peritos oficiais, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, que deverão prestar compromisso de bem e fielmente desempenharem o encargo.

(B) se qualquer testemunha houver de ausentar-se, ou, por enfermidade, inspirar receio de que, ao tempo da instrução criminal, já não exista, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, tomar-lhe antecipadamente o depoimento.

(C) são inadmissíveis no processo as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais, mas serão admissíveis as provas ilegítimas, estas entendidas como as provas obtidas em violação a normas legais.

(D) se for verificado que o réu se oculta para não ser citado, proceder-se-á a citação por edital.

RESPOSTA (A) Art. 159, CPP. (B) Art. 225, CPP. (C) Art. 157, CPP. (D) Art. 355, § 2º, CPP. *Alternativa B.*

8412. **(Delegado – PC-SC – 2008 – ACADEPOL)** Acerca do "princípio do estado de inocência", é correto afirmar que:

(A) a exigência da prisão provisória, para apelar, ofende o "princípio do estado de inocência".

(B) o "princípio do estado de inocência" impede a prisão cautelar do réu.

(C) o "princípio do estado de inocência" obsta que se recolha o réu à prisão antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

(D) o "princípio do estado de inocência" obsta que, na sentença de pronúncia, o juiz determine o lançamento do réu no rol dos culpados.

RESPOSTA Art. 694, CPP. *Alternativa D.*

8413. **(Delegado – PC-SP – 2011 – ACADEPOL)** Historicamente, o processo penal acusatório distinguia-se do inquisitório porque enquanto o primeiro era

(A) escrito e público, o segundo era oral e sigiloso.

(B) escrito e sigiloso, o segundo era oral e público.

(C) misto (oral e escrito), o segundo era exclusivamente oral.

(D) oral e público, o segundo era escrito e sigiloso.

(E) oral e sigiloso, o segundo era escrito e público.

RESPOSTA Pode-se constatar que predomina o sistema ACUSATÓRIO nos países que respeitam mais a liberdade individual

e que possuem uma sólida base democrática. Em sentido oposto, o sistema INQUISITÓRIO predomina historicamente em países de maior repressão, caracterizados pelo autoritarismo ou totalitarismo, em que se fortalece a hegemonia estatal em detrimento dos direitos individuais. *Alternativa D.*

8414. **(Promotor – MP-PR – 2011)**

I. A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
II. Os crimes contra a fauna são sempre de competência da Justiça Federal.
III. O Promotor de Justiça pode arguir a suspeição do juiz no próprio momento do oferecimento da denúncia.
Considerando as assertivas acima se afirma que:
(A) Apenas as assertivas I e II são corretas.
(B) Apenas as assertivas II e III são corretas.
(C) Apenas as assertivas I e III são corretas.
(D) Apenas uma assertiva está correta.
(E) Todas as assertivas são corretas.

RESPOSTA (I) Art. 104, CPP. (II) Compete à Justiça estadual, de regra, processar e julgar crime contra a fauna, visto que a proteção ao meio ambiente constitui matéria de competência comum à União, aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal (art. 23, VI e VII, CF). (III) Art. 214, CPP. *Alternativa C.*

8415. **(Promotor – MP-PR – 2011)**

I. A ação penal por crime contra a honra praticado contra Promotor de Justiça pode ser iniciada mediante queixa-crime.
II. O interesse de agir pode, ao menos nas ações penais não condenatórias, ser aplicável ao processo penal, nos mesmos termos com que se lhe reconhece na teoria geral do processo.
III. O recebimento de indenização por reparação de dano causado pelo crime, em função de composição civil homologada pelo juiz do Juizado Especial Criminal, em um delito de menor potencial ofensivo cuja ação penal privada, constitui renúncia ao direito de queixa.
Considerando as assertivas acima se afirma que:
(A) Apenas as assertivas I e II são corretas.
(B) Apenas as assertivas II e III são corretas.
(C) Apenas as assertivas I e III são corretas.
(D) Apenas uma assertiva está correta.
(E) Todas as assertivas são corretas.

RESPOSTA (I) Art. 145, CP. (II) As ações penais não condenatórias são as seguintes: *habeas corpus*, Mandado de Segurança em matéria criminal e a Revisão Criminal. Nessas ações é possível utilizar os termos concernentes às condições da ação conforme a teoria geral do processo. (III) Art. 74, parágrafo único, Lei n. 9.099/95. *Alternativa E.*

8416. **(Promotor – MP-MG – 2011)** Assinale a alternativa CORRETA.

(A) Nos crimes tributários, a denúncia pode ser genérica, mas deve descrever minuciosamente as condutas praticadas pelos agentes.
(B) O inquérito policial é imprescindível ao oferecimento de denúncia por crime contra a ordem tributária.

(C) A representação fiscal constitui condição de procedibilidade ao exercício da ação no delito contra a ordem tributária.

(D) O pagamento do tributo devido feito até o oferecimento da denúncia impede o exercício da pretensão punitiva.

RESPOSTA Art. 15, § 3º, Lei n. 9.964/2000. *Alternativa D.*

8417. **(Promotor – MPDFT – 2011)** Um membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios instaurou procedimento investigatório criminal para investigar crime de divulgação de fotografias pornográficas de crianças pela internet, previsto no artigo 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente. Durante as apurações, entendeu que os fatos inseriam-se na esfera de competência da Justiça Federal e, assim, declinou de sua atribuição, remetendo o procedimento à Procuradoria da República no Distrito Federal. Considerando a situação hipotética, assinale o item **incorreto**:

(A) Acaso o membro do Ministério Público Federal entenda não possuir atribuições para atuar no feito, o conflito negativo será decidido pelo Procurador-Geral da República.

(B) O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado no sentido de que só o fato de o crime ser praticado pela rede mundial de computadores não atrai a competência da Justiça Federal.

(C) A interceptação das comunicações telemáticas não está prevista em lei, entretanto, tanto a doutrina como a jurisprudência têm admitido a hipótese, ao fundamento de que nenhum direito é absoluto.

(D) A participação do membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

(E) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o membro do Ministério Público não pode negar ao investigado e a seu defensor o acesso aos elementos de prova já documentados em procedimento investigatório.

RESPOSTA (A) Se o conflito não for judicializado, será do STF (ACO 1.179, STF); se judicializado, do STJ (Pet-3.528-3, STF). (B) Justiça Estadual (CC 121.431/SE, STJ). (C) Lei n. 9.296/96. (D) Súmula 234, STJ. (E) Súmula Vinculante 14, STF. *Alternativa C.*

8418. **(Promotor – MP-GO – 2010)** Sobre a legislação penal e processual especial, marque a alternativa correta.

(A) O juiz, uma vez provocado, poderá, havendo indícios suficientes, decretar, no curso da investigação preliminar ou da ação penal, a apreensão ou o sequestro de bens, direitos ou valores do acusado, ou existentes em seu nome, objeto dos crimes previstos na Lei de Lavagem de Capitais. Na hipótese, o levantamento somente ocorrerá caso ocorra o comparecimento pessoal do acusado com a comprovação da licitude de sua origem, o que consagra a inversão do ônus da prova no processo penal.

(B) O prazo máximo da suspensão condicional do processo nos crimes ambientais, previstos na Lei n. 9.605/98, é de 04 anos, desde que o beneficiado apresente laudo de constatação indicando a completa reparação do dano. Caso contrário, não havendo a reparação no prazo da suspensão, deverá o magistrado revogar o benefício, dando curso ao processo penal, com a designação de audiência de instrução e julgamento.

(C) Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos na Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006) são permitidos procedimentos investigatórios, além dos previstos em lei e independentemente de autorização judicial, consistente na infiltração por agentes de polícia e ação

controlada.

(D) É admissível a habilitação do assistente de acusação no procedimento dos crimes de menor potencial ofensivo, desde a lavratura do termo circunstanciado de ocorrência, aplicando-se subsidiariamente os preceitos do Código de Processo Penal sobre o tema.

RESPOSTA (A) Art. 4º, Lei n. 9.613/98. (B) Art. 28, II, Lei n. 9.605/98. (C) Art. 53, I, Lei n. 11.343/2006. (D) Não se admite assistente de acusação nessa hipótese. *Alternativa A.*

8419. (Promotor – MP-BA – 2010) Assinale qual a alternativa incorreta:

(A) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

(B) A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

(C) É possível à Polícia Federal investigar um crime de extorsão mediante sequestro, quando praticado em razão da função pública exercida pela vítima.

(D) É possível obstar o prosseguimento do inquérito policial, utilizando-se do *habeas corpus*.

(E) O civilmente identificado não mais poderá ser submetido à identificação criminal.

RESPOSTA (A) Súmula 234, STJ. (B) Art. 58, § 3º, CF. (C) Art. 1º, I, Lei n. 10.446/2002. (D) Art. 651, CPP. (E) Art. 5º, LVIII, CF. *Alternativa E.*

8420. (Promotor – MP-BA – 2010) É incorreto afirmar-se que:

(A) A ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública tem previsão na Constituição Federal.

(B) No processo penal brasileiro, a ação penal *ex officio* é possível em um único caso.

(C) Quando se tratar de violência doméstica e familiar contra a mulher, nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, só será admitida a renúncia ou a retratação da representação perante o Juiz de Direito, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

(D) Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou à condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, a ação penal procede-se mediante representação do ofendido.

(E) A decisão que julga extinta a punibilidade não impede a propositura da ação civil *ex delicto*.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LIX, CF. (B) Art. 129, I, CPP. (C) Art. 16, Lei n. 11.340/2006. (D) Art. 140, § 3º c/c art. 145, CP. (E) Art. 67, II, CPP. *Alternativa B.*

8421. (Promotor – MP-BA – 2010) Assinale a afirmação incorreta:

(A) No processo penal, contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

(B) O réu preso deverá ser necessariamente citado pessoalmente, ainda que esteja custodiado em outra unidade da federação.

(C) Na hipótese de aplicação do art. 366 do Código de Processo Penal (réu revel citado por edital), o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.

(D) Os jurados sorteados para a sessão do Tribunal do Júri poderão ser convocados pelo correio para comparecer no dia e hora designados para a reunião.

(E) Em caso de citação mediante carta rogatória, suspende-se o curso do prazo prescricional até o seu

cumprimento.

RESPOSTA (A) Súmula 710, STF. (B) Art. 360, CPP. (C) Súmula 415, STJ. (D) Art. 434, CPP. (E) Art. 368, CPP. *Alternativa A.*

8422. **(Promotor – MP-RS – 2009)** A nova legislação processual penal permite que

(A) as partes façam perguntas diretamente às testemunhas.
(B) o detector de mentiras (polígrafo) seja usado em todos os inquéritos.
(C) o réu seja obrigado a dizer a verdade no interrogatório depois da instrução.
(D) o exame de corpo de delito e outras perícias sejam feitas por um só perito, oficial ou não oficial.
(E) se simplifique a quesitação no Júri com a introdução do seguinte quesito: “O jurado condena o acusado?”.

RESPOSTA (A) Art. 212, CPP. (B) Não é admitida a utilização de detector de mentiras no processo penal brasileiro. (C) Art. 203, CPP. (D) Art. 159, CPP. (E) Art. 483, § 2º, CPP. *Alternativa A.*

8423. **(Promotor – MP-SC – 2011)** QUESTÃO:

I. De acordo com o Código de Processo Penal, o exame de corpo de delito deverá ser realizado por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior, sob pena de nulidade absoluta.
II. Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.
III. Quanto ao incidente de falsidade, a decisão do juiz reconhecendo a falsidade do documento não fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo criminal ou civil.
IV. Em relação ao exame de corpo de delito e perícias em geral, serão facultadas ao Ministério Público, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico. Ao assistente de acusação, no entanto, a lei processual penal não conferiu referida possibilidade.
V. Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o prazo de prescrição até o seu cumprimento.
(A) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
(B) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
(C) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
(D) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 159, CPP. (II) Art. 149, CPP. (III) Art. 148, CPP. (IV) Art. 159, CPP. (V) Art. 368, CPP. *Alternativa C.*

8424. **(Promotor – MP-SC – 2011)** QUESTÃO:

I. Se o juiz verificar a possibilidade de nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de circunstância elementar não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou na queixa, baixará o processo a fim de que a defesa fale e, se quiser, produza prova, não havendo necessidade de aditamento da exordial acusatória, providência imprescindível, porém, quando a nova definição jurídica importar na aplicação de pena mais grave.
II. Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo as disposições do procedimento ordinário.
III. O procedimento comum será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima

cominada, seja de reclusão ou detenção, for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

IV. Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. No caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.

V. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, devendo o juiz decretar a prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.

(A) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
(B) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
(C) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
(D) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 384, CPP. (II) Art. 394, § 5º, CPP. (III) Art. 394, § 1º, I, CPP. (IV) Art. 396, CPP. (V) Art. 366, CPP. *Alternativa A.*

8425. **(Promotor – MP-PB – 2011)** Com base no entendimento dominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

(A) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Tribunal do Júri será sempre adstrito aos fundamentos da sua interposição.
(B) No processo penal, contam-se os prazos da data da efetiva intimação, salvo na hipótese de Carta Precatória ou de Carta de Ordem, em que serão contados da data de sua juntada aos autos.
(C) O assistente do Ministério Público pode recorrer, extraordinariamente, de decisão concessiva de *habeas corpus*.
(D) A audiência prévia da defesa sobre pedido de desaforamento formulado pelo autor da ação penal será dispensada se houver anuência do juiz processante quanto ao pleito.
(E) *Abstenção de resposta*.

RESPOSTA (A) Súmula 713, STF. (B) Súmula 710, STF. (C) Art. 574, I, CPP. (D) Art. 427, CPP. *Alternativa A.*

OAB/FGV

I. Inquérito Policial

8426. **(OAB 03 – 2011-II)** No tocante ao inquérito policial, é correto afirmar que:

(A) Por ser um procedimento investigatório que visa reunir provas da existência (materialidade) e autoria de uma infração penal, sua instauração é indispensável.
(B) Pode ser arquivado por determinação da Autoridade Policial se, depois de instaurado, inexistirem provas suficientes da autoria e materialidade do crime em apuração.
(C) Para qualquer modalidade criminosa, deverá terminar no prazo de 10 (dez) dias se o indicador tiver sido preso preventivamente, ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto.
(D) Tem valor probatório relativo, mesmo porque os elementos de informação, no inquérito policial, não são colhidos sob a égide do contraditório e ampla defesa, nem na presença do magistrado.

RESPOSTA (A) Art. 39, § 5º, CPP. (B) Art. 17, CPP. (C) Art. 51, Lei n. 11.343/2006. (D) Considera-se que o seu valor probatório é relativo, uma vez que os atos deverão ser renovados e contraditados em juízo para que seja atribuído valor

probatório. *Alternativa D.*

8427. **(OAB 02 – 2011)** Tendo em vista o enunciado da Súmula Vinculante n. 14 do Supremo Tribunal Federal, quanto ao sigilo do inquérito policial, é correto afirmar que a autoridade policial poderá negar ao advogado

(A) A vista dos autos, sempre que entender pertinente.
(B) A vista dos autos, somente quando o suspeito tiver sido indiciado formalmente.
(C) Do indiciado que esteja atuando com procuração o acesso aos depoimentos prestados pelas vítimas, se entender pertinente.
(D) O acesso aos elementos de prova que ainda não tenham sido documentados no procedimento investigatório.

RESPOSTA A Súmula Vinculante 14, STF, assegura ao defensor, no interesse do representado, o acesso amplo aos elementos de prova que, **já documentados** em procedimento investigatório, realizado por órgão da competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa. Dessa forma, aqueles elementos que ainda não foram documentados não são alcançados pelo teor da súmula vinculante (HC 94.387/RS, STF). *Alternativa D*.

8428. **(OAB 02 – 2012)** Um Delegado de Polícia determina a instauração de inquérito policial para apurar a prática do crime de receptação, supostamente praticado por José. Com relação ao Inquérito Policial, assinale a afirmativa que não constitui sua característica.

(A) Escrito.
(B) Inquisitório.
(C) Indispensável.
(D) Formal.

RESPOSTA Dentre as características do inquérito policial estão que é escrito, inquisitório, formal e dispensável (art. 39, § 5º, CPP). *Alternativa C.*

*II. Ação Penal e Ação Civil **Ex Delicto***

8429. **(OAB 03 – 2011)** Tício está sendo investigado pela prática do delito de roubo simples, tipificado no art. 157, *caput*, do Código Penal. Concluída a investigação, o Delegado Titular da 41ª Delegacia de Polícia envia os autos ao Ministério Público, a fim de que este tome as providências que entender cabíveis. O *Parquet*, após a análise dos autos, decide pelo arquivamento do feito, por falta de provas de autoria. A vítima ingressou em juízo com uma ação penal privada subsidiária da pública, que foi rejeitada pelo juiz da causa, que, no caso acima, agiu

(A) Erroneamente, tendo em vista que a Lei Processual admite a ação privada nos crimes de ação pública quando esta não for intentada.
(B) Corretamente, pois a vítima não tem legitimidade para ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.
(C) Corretamente, já que a Lei Processual não admite a ação penal privada subsidiária da pública nos casos em que o Ministério Público não se mantém inerte.
(D) Erroneamente, já que a Lei Processual admite, implicitamente, a ação penal privada subsidiária da pública.

RESPOSTA A ação penal privada subsidiária da pública está prevista no art. 5º, LIX, CF e no art. 29, CPP, e somente é cabível quando houver inércia do Ministério Público. O representante do órgão ministerial agiu ao ter se manifestado pelo arquivamento do inquérito policial, em razão da ausência de provas de autoria, o que torna inviável a propositura da ação penal privada subsidiária da pública. *Alternativa C*.

8430. **(OAB 03 – 2011)** A Constituição do Estado X estabeleceu foro por prerrogativa de função aos prefeitos de todos os seus Municípios, estabelecendo que "os prefeitos serão julgados pelo Tribunal de Justiça". José, Prefeito do Município Y, pertencente ao Estado X, está sendo acusado da prática de corrupção ativa em face de um policial rodoviário federal.

Com base na situação acima, o órgão competente para o julgamento de José é

(A) A Justiça Estadual de primeira instância.
(B) O Tribunal de Justiça.
(C) O Tribunal Regional Federal.
(D) A Justiça Federal de primeira instância.

RESPOST A De acordo com o art. 29, X, CF/88, o Prefeito deverá ser julgado pelo Tribunal de Justiça. Trata-se de uma prerrogativa da função exercida. Todavia, quando a matéria for afeta ao interesse da Justiça Federal, por determinação do art. 109, CF/88, o julgamento deverá ser realizado pelo Tribunal Regional Federal competente. No caso em questão, a prática de crime contra bens, serviços ou interesse da União justifica a competência federal do Tribunal Regional Federal. *Alternativa C*.

8431. **(OAB 02 – 2011)** Quando se tratar de acusação relativa à prática de infração penal de menor potencial ofensivo, cometida por estudante de Direito, a competência jurisdicional será determinada pelo(a)

(A) Natureza da infração praticada e pelo local em que tiver se consumado o delito.
(B) Local em que tiver se consumado o delito.
(C) Natureza da infração praticada.
(D) Natureza da infração praticada e pela prevenção.

RESPOSTA A competência nos casos de infração de menor potencial ofensivo é determinada pela natureza da infração (art. 98, CF/88 c/c art. 61, Lei n. 9.099/95), bem como pelo local em que tiver se consumado o delito (art. 63, Lei n. 9.099/95 – competência territorial). *Alternativa A.*

8432. **(OAB 02 – 2012)** Paulo reside na cidade "Y" e lá resolveu falsificar seu passaporte. Após a falsificação, pegou sua moto e viajou até a cidade "Z", com o intuito de chegar ao Paraguai. Passou pela cidade "W" e pela cidade "K", onde foi parado pela Polícia Militar. Paulo se identificou ao policial usando o documento falsificado e este, percebendo a fraude, encaminhou Paulo à delegacia. O *Parquet* denunciou Paulo pela prática do crime de uso de documento falso. Assinale a afirmativa que indica o órgão competente para julgamento.

(A) Justiça Estadual da cidade "Y".
(B) Justiça Federal da cidade "K".
(C) Justiça Federal da cidade "Y".
(D) Justiça Estadual da cidade "K".

RESPOSTA Art. 70, CPP. *Alternativa B.*

8433. **(OAB 01 – 2012)** A Constituição do Estado "X" estabeleceu foro por prerrogativa de função aos Prefeitos de todos os seus Municípios, estabelecendo que "os prefeitos serão julgados pelo Tribunal de Justiça". José, Prefeito do Município "Y", pertencente ao Estado "X", mata João, amante de sua esposa. Pergunta-se, qual o órgão competente para o julgamento de José?

(A) Justiça Estadual de 1ª Instância;

(B) Tribunal de Justiça;

(C) Tribunal Regional Federal;

(D) Justiça Federal de 1ª Instância.

RESPOSTA A questão é controvertida, e prevalece o entendimento pela competência do Tribunal do Júri, que não constava dentre as hipóteses. *Anulada.*

IV. Procedimentos, Provas, Sentença, Citações e Intimações, Processos e Questões Incidentes, Sujeitos Processuais

8434. **(OAB 02 – 2011)** A respeito da prova no processo penal, assinale a alternativa correta.

(A) A prova objetiva demonstra a existência/inexistência de um determinado fato ou a veracidade/falsidade de uma determinada alegação. Todos os fatos, em sede de processo penal, devem ser provados.

(B) São consideradas provas ilícitas aquelas obtidas com a violação do direito processual. Por outro lado, são consideradas provas ilegítimas as obtidas com a violação das regras de direito material.

(C) As leis em geral e os costumes não precisam ser comprovados.

(D) A lei processual pátria prevê expressamente a inadmissibilidade da prova ilícita por derivação, perfilhando-se à “teoria dos frutos da árvore envenenada” (*fruits of poisonous tree*).

RESPOSTA (A) e (C) A doutrina aponta que fatos notórios, evidentes e incontroversos, além do direito, das presunções e das máximas da experiência, não precisam ser provados. (B) Prova ilícita tem relação com direito material, e prova ilegítima com direito processual. (D) Art. 157, CPP. *Alternativa D*.

8435. **(OAB 03 – 2011-II)** Mévio recebeu intimação para comparecer ao Juizado Especial Criminal pelo fato de ter em sua guarda espécie silvestre considerada ameaçada de extinção. Mévio não aceitou a proposta de transação penal ofertada pelo membro do *Parquet*, tendo sido denunciado por crime previsto na Lei n. 9.605/98, nada sendo mencionado sobre o instituto da suspensão condicional do processo. A esse respeito, é correto afirmar que

(A) Nos crimes previstos na Lei Ambiental, após o cumprimento das condições da proposta, o juiz somente declarará a extinção da punibilidade após o laudo de constatação de reparação do dano ambiental, salvo no caso de impossibilidade de fazê-lo.

(B) Não é possível a suspensão condicional do processo nos crimes definidos na Lei Ambiental.

(C) O juiz, entendendo cabível o instituto, poderá formular e oferecer a proposta de suspensão do processo ao acusado.

(D) Nos crimes previstos na Lei Ambiental, após o cumprimento das condições da proposta, o juiz declarará extinta a punibilidade.

RESPOSTA (A) e (D) Art. 28, I, Lei n. 9.605/98. (B) Art. 16, Lei n. 9.605/98. (C) Cabe ao Ministério Público o seu oferecimento. *Alternativa A*.

8436. **(OAB 03 – 2011-II)** A Justiça brasileira recebeu Carta Rogatória encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores a pedido da Embaixada da Romênia, com o fim de verificar a possível ocorrência de crime de lavagem de dinheiro do empresário brasileiro Z. A quem compete a execução da Carta Rogatória?

(A) Aos Juízes Federais.

(B) Ao Superior Tribunal de Justiça.

(C) Aos Juízes Estaduais.

(D) Ao Supremo Tribunal Federal.

RESPOSTA Art. 109, X, CF. *Alternativa A.*

8437. **(OAB 03 – 2011)** Trácio foi denunciado pela prática do delito descrito no art. 333 do Código Penal. A peça inaugural foi recebida pelo Juiz Titular da Vara Única da Comarca X, que presidiu a Audiência de Instrução e Julgamento. Encerrada a instrução do feito, o processo foi concluso ao juiz substituto, que proferiu sentença condenatória, tendo em vista que o juiz titular havia sido promovido e estava, nesse momento, na 11ª Vara Criminal da Comarca da Capital. De acordo com a Lei Processual Penal, assinale a alternativa correta.

(A) A sentença é nula, porque foi prolatada por juiz que não presidiu a instrução do feito, em desacordo com o princípio da identidade física do juiz.

(B) A sentença é nula, porque ao juiz substituto é vedada a prolação de decisão definitiva ou terminativa.

(C) Não há nulidade na sentença, porque não se faz exigível a identidade física do juiz diante das peculiaridades narradas no enunciado.

(D) A sentença é nula, porque viola o princípio do juiz natural.

RESPOSTA O § 2º do art. 399, CPP, dispõe sobre o **princípio da identidade física do juiz** no processo penal, assegurando que o juiz que presidiu a instrução processual deverá proferir a sentença. Todavia, sua incidência não é absoluta. Assim sendo, o STJ tem entendido que o art. 132, CPC, deverá ser aplicado de forma subsidiária ao processo penal (HC 20.000-2/SP, STJ). *Alternativa C.*

8438. **(OAB 02 – 2012)** Pedro foi denunciado pela prática de homicídio triplamente qualificado. Como se trata de um crime doloso contra a vida, será julgado pelo Tribunal do Júri. O processo seguiu seu curso normal, tendo Pedro sido pronunciado. Acerca da 2ª fase do procedimento, assinale a afirmativa que não corresponde à realidade.

(A) Encerrada a instrução, será concedida a palavra ao Ministério Público, que fará a acusação, nos limites da pronúncia ou das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, sustentando, se for o caso, a existência de circunstância agravante.

(B) À medida que as cédulas forem sendo retiradas da urna, o juiz presidente as lerá, e a defesa e, depois dela, o Ministério Público poderão recusar os jurados sorteados, até 3 (três) cada parte, sem motivar a recusa.

(C) Prestado o compromisso pelos jurados, será iniciada a instrução plenária quando o juiz presidente, o Ministério Público, o assistente, o querelante e o defensor do acusado tomarão, sucessiva e diretamente, as declarações do ofendido, se possível, e inquirirão as testemunhas arroladas pela acusação.

(D) Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte, salvo jornais ou revistas.

RESPOSTA (A) Art. 476, CPP. (B) Art. 468, CPP. (C) Art. 473, CPP. (D) Art. 479, CPP. *Alternativa D.*

8439. **(OAB 01 – 2012)** De acordo com o Código de Processo Penal, quanto ao interrogatório judicial, assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) O silêncio do acusado não importará confissão e não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa, mesmo no caso de crimes hediondos.

(B) A todo tempo o juiz poderá, atendendo pedido fundamentado das partes, ou mesmo de ofício, proceder a novo interrogatório, mesmo quando os autos já se encontrarem conclusos para sentença.
(C) O mudo será interrogado oralmente, devendo responder às perguntas por escrito, salvo quando não souber ler e escrever, situação em que intervirá no ato, como intérprete e sob compromisso, pessoa habilitada a entendê-lo.
(D) O juiz, por decisão fundamentada, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência, desde que a medida seja necessária para reduzir os custos para a Administração Pública.

RESPOSTA (A) Art. 198, CPP. (B) Art. 196, CPP. (C) Art. 192, CPP. (D) Art. 217, CPP. *Alternativa D.*

V. Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória

8440. **(OAB 03 – 2011-II)** O policial Fernando recebe determinação para investigar a venda de drogas em uma determinada localidade, próximo a reconhecida Faculdade de Direito. A autoridade judiciária autoriza que o policial, nesse primeiro momento, não atue sobre os portadores e vendedores de entorpecentes, com a finalidade de identificar e responsabilizar um maior número de integrantes da operacionalização do tráfico e de sua distribuição. A figura do flagrante diferido é prevista em quais legislações brasileiras?

(A) Na Lei de Drogas (11.343/2006) e na Lei do Crime Organizado (9.034/95).
(B) Somente na Lei de Drogas (11.343/2006).
(C) Na Lei de Drogas (11.343/2006) e na Lei dos Crimes Hediondos (8.072/90).
(D) Na Lei do Crime Organizado (9.034/95) e na Lei dos Crimes Hediondos (8.072/90).

RESPOSTA Art. 53, II, Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas) e art. 2º, II, Lei n. 9.034/95 (Lei do Crime Organizado). *Alternativa A.*

8441. **(OAB 03 – 2012)** O Código de Processo Penal pátrio menciona que também se considera em flagrante delito quem é perseguido, logo após o delito, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser o perseguido autor da infração. A essa modalidade dá-se o nome de flagrante

(A) impróprio.
(B) ficto.
(C) diferido ou retardado.
(D) esperado.

RESPOSTA Art. 302, II, CPP. *Alternativa A.*

VI. Nulidades

8442. **(OAB 02 – 2011)** Aristóteles, juiz de uma Vara Criminal da Justiça Comum, profere sentença em processo-crime cuja competência era da Justiça Militar.

Com base em tal afirmativa, pode-se dizer que a não observância de Aristóteles à matriz legal gerará a

(A) Inexistência do ato.
(B) Nulidade relativa do ato.
(C) Nulidade absoluta do ato.
(D) Irregularidade do ato.

RESPOSTA Art. 564, I, CPP. *Alternativa C.*

8443. **(OAB 01 – 2012)** O advogado José, observando determinado acontecimento no processo, entende por bem arguir a nulidade do processo, tendo em vista a violação do devido processo legal, ocorrida durante a Audiência de Instrução e Julgamento. Acerca da Teoria Geral das Nulidades, é correto afirmar que o princípio da causalidade significa

(A) a possibilidade de o defeito do ato se estender aos atos que lhes são subsequentes e que deles dependam.

(B) que não há como se declarar a nulidade de um ato se este não resultar prejuízo à acusação ou à defesa.

(C) que nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido.

(D) que as nulidades poderão ser sanadas.

RESPOSTA (A) Reproduz corretamente a ideia do princípio da causalidade. (B) Art. 563, CPP. (C) Art. 565, CPP. (D) Arts. 568, 570, 572 e 573, CPP. *Alternativa A.*

VII. Recursos e Ações Autônomas de Impugnação

8444. **(OAB 03 – 2011)** Com base no Código de Processo Penal, acerca dos recursos, assinale a alternativa correta.

(A) Todos os recursos têm efeito devolutivo, e alguns têm também os efeitos suspensivo e iterativo.

(B) O recurso de apelação sempre deve ser interposto no prazo de cinco dias a contar da intimação, devendo as razões ser interpostas no prazo de oito dias.

(C) Apesar do princípio da complementaridade, é defeso ao recorrente complementar a fundamentação de seu recurso quando houver complementação da decisão recorrida.

(D) A carta testemunhável tem o objetivo de provocar o reexame da decisão que denegar ou impedir seguimento de recurso em sentido estrito, agravo em execução e apelação.

RESPOSTA (A) São os efeitos inerentes à teoria geral do processo. (B) Art. 600, CPP. (C) É permitida a complementação, com fundamento nos princípios do contraditório e da ampla defesa. (D) Art. 639, CPP. *Alternativa A*.

8445. **(OAB 03 – 2011)** Caio, Mévio e Tício estão sendo acusados pela prática do crime de roubo majorado. No curso da instrução criminal, ficou comprovado que os três acusados agiram em concurso para a prática do crime. Os três acabaram condenados, e somente um deles recorreu da decisão. A decisão do recurso interposto por Caio

(A) Aproveitará aos demais, sempre.

(B) Se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

(C) Sempre aproveitará apenas ao recorrente.

(D) Aproveitará aos demais, desde que eles tenham expressamente consentido nos autos com os termos do recurso interposto.

RESPOSTA Art. 580, CPP. *Alternativa B*.

8446. **(OAB 02 – 2011)** Da sentença que absolver sumariamente o réu caberá(ão)

(A) Recurso em sentido estrito.

(B) Embargos.

(C) Revisão criminal.

(D) Apelação.

RESPOSTA Art. 416, CPP. *Alternativa D*.

8447. **(OAB 03 – 2012)** Joel foi condenado pela prática do crime de extorsão mediante sequestro. A defesa interpôs recurso de Apelação, que foi recebido e processado, sendo certo que o tribunal, de forma não unânime, manteve a condenação imposta pelo juízo *a quo*. O advogado do réu verifica que o acórdão viola, de forma direta, dispositivos constitucionais, razão pela qual decide continuar recorrendo da decisão exarada pela Segunda Instância. De acordo com as informações acima, assinale a alternativa que indica o recurso a ser interposto.

(A) Recurso em Sentido Estrito.
(B) Recurso Ordinário Constitucional.
(C) Recurso Extraordinário.
(D) Embargos Infringentes.

RESPOSTA Art. 609, parágrafo único, CPP. *Alternativa D.*

8448. **(OAB 01 – 2012)** Em relação aos meios de impugnação de decisões judiciais, assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) Caberá recurso em sentido estrito contra a decisão que rejeitar a denúncia, podendo o magistrado, entretanto, após a apresentação das razões recursais, reconsiderar a decisão proferida.
(B) Caberá apelação contra a decisão que impronunciar o acusado, a qual terá efeito meramente devolutivo.
(C) Caberá recurso em sentido estrito contra a decisão que receber a denúncia oferecida contra funcionário público por delito próprio, o qual terá duplo efeito.
(D) Caberá apelação contra a decisão que rejeitar a queixa-crime oferecida perante o Juizado Especial Criminal, a qual terá efeito meramente devolutivo.

RESPOSTA Arts. 581 e 593, CPP. *Alternativa C.*

8449. **(OAB 02 – 2012)** Adão ofereceu uma queixa-crime contra Eva por crime de dano qualificado (art. 163, parágrafo único, IV). A queixa preenche todos os requisitos legais e foi oferecida antes do fim do prazo decadencial. Apesar disso, há a rejeição da inicial pelo juízo competente, que refere, equivocadamente, que a inicial é intempestiva, pois já teria transcorrido o prazo decadencial. Nesse caso, assinale a afirmativa que indica o recurso cabível.

(A) Recurso em sentido estrito.
(B) Apelação.
(C) Embargos infringentes.
(D) Carta testemunhável.

RESPOSTA Art. 581, CPP. *Alternativa A.*

8450. **(OAB 02 – 2012)** O deputado “M” é um famoso político do Estado “Y”, e tem grande influência no governo estadual, em virtude das posições que já ocupou, como a de Presidente da Assembleia Legislativa. Atualmente, exerce a função de Presidente da Comissão de Finanças e Contratos. Durante a reunião semestral com as empresas interessadas em participar das inúmeras contratações que a Câmara fará até o final do ano, o deputado “M” exigiu do presidente da empresa

"Z" R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para que esta pudesse participar da concorrência para a realização das obras na sede da Câmara dos Deputados. O presidente da empresa "Z", assustado com tal exigência, visto que sua empresa preenchia todos os requisitos legais para participar das obras, compareceu à Delegacia de Polícia e informou ao Delegado de Plantão o ocorrido, que o orientou a combinar a entrega da quantia para daqui a uma semana, oportunidade em que uma equipe de policiais estaria presente para efetuar a prisão em flagrante do deputado. No dia e hora aprazados para a entrega da quantia indevida, os policiais prenderam em flagrante o deputado "M" quando este conferia o valor entregue pelo presidente da empresa "Z". Na qualidade de advogado contratado pelo Deputado, assinale a alternativa que indica a peça processual ou pretensão processual, exclusiva de advogado, cabível na hipótese acima.

(A) Liberdade Provisória.
(B) *Habeas Corpus*.
(C) Relaxamento de Prisão.
(D) Revisão Criminal.

RESPOSTA (A) Art. 321, CPP. (B) Arts. 647 e 648, CPP. (C) Art. 310, I, CPP. (D) Art. 621, CPP. *Alternativa C.*

VIII. Legislação Processual Extravagante

8451. **(OAB 03 – 2012)** Com relação à Lei n. 9.099/95, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A transação penal consiste na aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas àquele a quem se imputa uma infração de menor potencial ofensivo.
(B) Não poderá ser oferecida a suspensão condicional do processo ao acusado que tiver sido condenado anteriormente por contravenção penal.
(C) Em caso de delito persequível por ação penal pública condicionada à representação, havendo a representação do ofendido, o Ministério Público está legitimado para oferecer transação penal, mesmo que o ofendido se oponha e deseje a continuação do processo.
(D) Se, no curso da suspensão condicional do processo, o acusado vier a ser processado por contravenção penal, o benefício poderá ser revogado pelo juiz.

RESPOSTA (A) Art. 76, da Lei. (B) Art. 89, da Lei. (C) Trata-se de questão controvertida, porém prevalece o entendimento da ilegitimidade do Ministério Público. (D) Art. 89, da Lei, fala expressamente em "crime". *Alternativa B.*

8452. **(OAB 03 – 2012)** Em relação aos procedimentos previstos na Lei n. 8.666/93, que instituiu as normas de licitações e contratos da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

(A) Todos os crimes definidos na lei de licitação e contratos são de ação penal pública incondicionada.
(B) Somente a vítima poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e sua autoria, bem como as circunstâncias em que se deu a ocorrência.
(C) Não será admitida ação penal privada subsidiária da pública.
(D) Da sentença caberá apelação, interponível no prazo de 10 (dez) dias.

RESPOSTA (A) Art. 100, da Lei. (B) Art. 101, da Lei. (C) Art. 103, da Lei. (D) Art. 107, da Lei. *Alternativa A.*

8453. **(OAB 03 – 2012)** Em relação à Lei Maria da Penha, assinale a afirmativa correta.

(A) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, medidas protetivas de urgência, dentre as quais o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.

(B) Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, procedimentos especiais em relação ao agressor, dentre os quais podemos citar a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal.

(C) Somente o advogado da ofendida deverá ser notificado, através do Diário Oficial, dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão.

(D) Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

RESPOSTA (A) e (B) Art. 12, Lei n. 11.340/2006. (C) Art. 21, Lei n. 11.340/2006. (D) Art. 20, Lei n. 11.340/2006. *Alternativa D.*

8454. **(OAB 01 – 2012)** Huguinho está sendo acusado pela prática do delito de tráfico de entorpecentes. O Ministério Público narra na inicial acusatória que o acusado foi preso em flagrante com 120 papelotes de cocaína, na subida do morro “X”, em conhecido ponto de venda de entorpecentes. O Magistrado competente notifica o denunciado Huguinho para apresentar a defesa preliminar. Após a resposta prévia, a denúncia é recebida, oportunidade em que o Juiz designará dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, ordenará a citação pessoal do acusado e a intimação do Ministério Público. De acordo com a Lei n. 11.343/06, na Audiência de Instrução e Julgamento,

(A) o juiz interrogará o acusado, promoverá a inquirição das testemunhas (acusação e defesa), dando a palavra, sucessivamente, para a acusação e para a defesa, para sustentação oral, proferindo, posteriormente, sentença.

(B) o juiz procederá a inquirição das testemunhas (acusação e defesa), interrogando-se em seguida o acusado e, após, proferirá sentença.

(C) o juiz ouvirá a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

(D) o juiz providenciará o interrogatório do acusado, a oitiva da vítima e das testemunhas de defesa, nessa ordem, passando aos debates orais e à prolação da sentença.

RESPOSTA Arts. 54 a 59, Lei n. 11.343/2006. *Alternativa A.*

Bibliografia

- CAPEZ, Fernando. *Curso de processo penal.* São Paulo: Saraiva, 2010.
- CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. São Paulo: Método, 2000.
- GRECO FILHO, Vicente. *Manual de processo penal.* 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- LOPES JR., Aury. *Direito processual penal*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- NICOLLIT, André. *Manual de processo penal*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. *Curso de processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- TÁVORA, Nestor. *Curso de direito processual penal*. Salvador: JusPodivm, 2011.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo penal*. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1 e 2.

DIREITO TRIBUTÁRIO

ALESSANDRO SPILBORGHS

Professor exclusivo da rede LFG/Anhanguera de ensino de Direito Tributário e Processo Tributário para concursos públicos e Exame de Ordem. Professor em curso de Graduação e Pós-Graduação. Especialista em Direito Tributário e Mestre em Direito Político e Econômico. Advogado e consultor.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	343
FCC	56
OUTRAS BANCAS	138
OAB/FGV	24

I. Competência Tributária

8455. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** No que concerne à competência tributária, assinale a opção correta.

(A) O poder de criar tributos é repartido entre os vários entes políticos, e a CF assinala a esfera de competência dos níveis federal, estadual e municipal.

(B) Mesmo na ausência de normas gerais da União, os estados e o DF não têm a possibilidade de exercer a competência legislativa plena em matéria tributária.

(C) As principais características da competência tributária são a transmissibilidade e a renunciabilidade, conforme a legislação em vigor.

(D) Sendo, como regra geral, delegável a competência tributária, justifica-se a delegação da atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.

(E) À luz do CTN, o não exercício da competência tributária pelo ente competente defere a outra pessoa jurídica de direito público o exercício tributário, que não pode ser obstaculizado.

RESPOSTA (A) Correta – art. 6º, CTN, c/c arts. 145, 148, 149 e 154, CF. (B) Incorreta – art. 24, § 3º, CF. (C) Incorreta – as principais características da competência tributária são: indelegabilidade, irrenunciabilidade, facultatividade, incaducabilidade e privatividade. (D) Incorreta – art. 7º, CTN. (E) Incorreta – art. 8º, CTN. *Alternativa A.*

8456. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Compete à União instituir, mediante lei complementar, o imposto sobre

(A) produtos industrializados.

(B) operações de crédito, câmbio e seguro, ou imposto relativo a títulos e valores mobiliários.

(C) grandes fortunas.

(D) propriedade territorial rural.

(E) renda e proventos de qualquer natureza.

RESPOSTA Art. 153, VII, CF. *Alternativa C.*

8457. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Acerca da competência legislativa sobre normas gerais de direito tributário, assinale a opção correta.

(A) A competência dos estados, ainda que suplementar, é excluída com o exercício, pela União, da competência para legislar sobre normas gerais de direito tributário.

(B) Os municípios não dispõem de competência para instituir normas gerais de direito tributário.

(C) Em nenhuma hipótese os estados e o DF exercerão competência legislativa plena.

(D) No âmbito dos estados e do DF, prevalecem as respectivas leis sobre as leis federais.

(E) Pertencem à competência concorrente todas as pessoas políticas.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 24, § 4º, CF. (B) Correta – art. 24, § 1º, CF. (C) Incorreta – art. 24, § 3º, CF. (D) Incorreta – art. 24, § 4º, CF. (E) Incorreta – art. 24, § 1º, CF. *Alternativa B.*

8458. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** A titularidade da competência tributária é outorgada às pessoas políticas de direito público interno, o que resulta em aptidão para criar tributos, tendo sido concedida aos municípios competência para instituir ISS. A esse respeito, assinale a opção correta.

(A) A prestação de serviço simultaneamente à venda de mercadorias em restaurantes constitui fato

gerador do ISS.

(B) O licenciamento ou cessão do direito de uso de software, bem como a circulação e cópias desses programas produzidos em série e comercializados nos estabelecimentos comerciais, podem ser tributados por meio de ISS.

(C) Ocorrendo contrato de locação de bens móveis, é possível a instituição de ISS, uma vez que a locação de bens móveis equipara-se à locação de serviços, dada a aplicação extensiva atribuída aos contratos pelo Código Civil brasileiro.

(D) O ISS não está condicionado ao efetivo pagamento do preço acordado entre tomador e prestador, restando, uma vez ocorrido o fato gerador, exigível ainda que o pagamento ocorra em várias prestações futuras.

(E) É lícito ao município tributar a receita bruta recebida pelos planos de saúde, sempre que os respectivos contratos contiverem cláusula de prestação de serviço e assistência médica ao contratado, ainda que o serviço e a assistência não sejam efetivamente prestados.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 2º, I, LC n. 87/96. (B) Incorreta – STJ, REsp 123.022/RS. (C) Incorreta – Súmula Vinculante 31. (D) Correta – art. 7º, LC n. 116/2003. (E) Incorreta – STJ, REsp 226.747/SP. *Alternativa D.*

8459. (Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE) Com relação às prerrogativas constitucionais da União sobre os estados e municípios, assinale a opção correta.

(A) Constitui competência da União instituir isenção do imposto sobre heranças, legados e doações, desde que essa isenção afete apenas um estado específico.

(B) À União cabe definir alíquotas do imposto sobre a propriedade de veículos automotores a serem aplicadas em cada estado.

(C) Cabe à União criar imposto sobre serviços de qualquer natureza em municípios que não tiverem instituído essa exação, embora a competência para cobrá-los seja dos próprios municípios.

(D) À União compete realizar a cobrança de imposto sobre serviços de qualquer natureza em municípios que, embora tenham instituído essa exação, não a estejam cobrando.

(E) Compete à União, por meio de lei complementar, regular a forma como, mediante deliberação dos estados e do DF, podem ser concedidos, pelos estados, isenções, incentivos e benefícios fiscais.

RESPOSTA Art. 155, § 2º, XII, *g*, CF. *Alternativa E.*

8460. (Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da competência tributária.

(A) Pessoas reconhecidamente pobres gozam de imunidade tributária no que se refere à taxa de propositura de ações ou à de solicitação de registros e certidões.

(B) O cumprimento da finalidade essencial da entidade fundacional não é condição legal para fruição da imunidade.

(C) É garantida constitucionalmente à União a possibilidade de tributar a renda das obrigações da dívida pública dos estados, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos.

(D) Em nome do princípio da procedência ou destino, os estados, o DF e os municípios podem estabelecer diferença tributária entre serviços de qualquer natureza, em razão da procedência ou destino destes.

(E) A competência tributária apresenta-se como aptidão jurídica para criar tributos, sendo a imunidade uma forma qualificada de incidência, por expressa disposição legal.

RESPOSTA (A) Correta – art. 5º, XXXIV, CF. (B) Incorreta – art. 150, § 2º, CF. (C) Incorreta – art. 151, II, CF. (D) Incorreta – art. 152, CF. *Alternativa A.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) A fiscalização tributária apreendeu em estabelecimento farmacêutico controle paralelo de vendas de três anos anteriores à fiscalização, sem emissão de notas fiscais, de cápsulas para emagrecimento compostas de substância capaz de causar dependência psíquica e acionou imediatamente a polícia, que efetuou a prisão em flagrante do sócio-gerente por tráfego de entorpecente, já que tal substância estava estocada em prateleira, vindo a ser proferida sentença condenatória com trânsito em julgado. Com base na situação hipotética acima, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

8461. Se o estabelecimento em consideração for uma farmácia de manipulação e tiver fabricado as cápsulas apreendidas, o município poderá cobrar o ICMS devido sobre as vendas realizadas.

RESPOSTA AgRg no REsp 1.158.069/PE; e art. 155, II, CF. *Errada.*

8462. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Contribuição cobrada de servidor público estadual e destinada ao custeio de seu plano de aposentadoria público deve ser recolhida

(A) à União, independentemente de qualquer situação e do ente com o qual o servidor mantenha o vínculo empregatício.

(B) ao estado, se o servidor for mero detentor de cargo efetivo estadual e se o estado não tiver regime previdenciário próprio.

(C) à União, se o servidor for mero detentor de cargo em comissão estadual (declarado em lei de livre nomeação e exoneração), independentemente de o estado ter, ou não, regime previdenciário próprio.

(D) ao estado, se o servidor for mero detentor de cargo temporário estadual, no caso de o estado possuir regime previdenciário próprio.

RESPOSTA Art. 149, § 1º, c/c art. 40, § 13, CF. *Alternativa C.*

8463. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Considere que João e Marcos tenham deliberado pela constituição de sociedade limitada, com atuação no segmento de transporte de cargas e passageiros na América do Sul. Nessa situação, dada a atividade social eleita, a sociedade será obrigada a recolher

(A) ISSQN no caso de transporte de passageiros entre dois municípios de um mesmo estado da Federação.

(B) imposto de importação no caso de transporte de passageiros iniciado em um país estrangeiro e encerrado no Brasil.

(C) ICMS no caso de transporte de passageiros realizado entre dois municípios que se situem em diferentes estados da Federação.

(D) IPI no caso de transporte de carga realizado estritamente nos limites territoriais de determinado município.

RESPOSTA Art. 155, II, CF. *Alternativa B.*

8464. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Caso o proprietário de um automóvel licenciado em Brasília – DF e de um apartamento no Rio de Janeiro – RJ faleça em São Paulo – SP e o respectivo inventário seja processado em Brasília, o imposto sobre transmissão *causa mortis* competirá ao

(A) DF, relativamente ao bem imóvel.

(B) estado de São Paulo, relativamente ao bem imóvel e ao automóvel.
(C) estado do Rio de Janeiro, relativamente ao bem imóvel.
(D) estado de São Paulo, relativamente ao automóvel.

RESPOSTA Art. 155, § 1º, I e II, CF. *Alternativa C.*

8465. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Compete aos estados e ao DF instituir imposto sobre

(A) a propriedade predial e territorial urbana.
(B) a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.
(C) a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
(D) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

RESPOSTA Art. 147, CF, c/c art. 155, CF. *Alternativa C.*

8466. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da competência tributária.

(A) É lícita a delegação da competência tributária de uma pessoa jurídica de direito público interno a outra.
(B) A União, os estados e o DF têm competência para instituir impostos não previstos expressamente na CF, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados no texto constitucional.
(C) O ente político poderá transferir a terceiros as atribuições de arrecadação e fiscalização de tributos.
(D) Os estados, na forma das respectivas leis, têm competência para instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

RESPOSTA (A) Art. 7º, CTN. (B) Art. 154, I, CF. (C) Art. 7º, c/c art. 7º, § 3º, CTN. (D) Art. 149-A, CF. *Alternativa C.*

8467. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** É de competência exclusiva da União instituir

(A) contribuição para o custeio do regime previdenciário próprio dos servidores estaduais.
(B) contribuição de melhoria, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
(C) contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
(D) contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

RESPOSTA (A) Art. 149, § 1º, CF. (B) Art. 148, CF. (C) Art. 149, CF. (D) Art. 145, III, CF. *Alternativa C.*

8468. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Para que um município crie um tributo, é necessário, além da competência para fazê-lo, o atendimento às normas limitadoras, que lhe são impostas

(A) pela CF, pela constituição do respectivo estado, pelas normas gerais tributárias e pela lei orgânica do próprio município.
(B) pela CF e pela constituição estadual, apenas.
(C) pela CF e pela lei orgânica do próprio município, somente.
(D) pela CF, apenas.

RESPOSTA Art. 6º, CTN. *Alternativa A.*

8469. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Supondo que a União tenha criado dois territórios federais em determinada área da região amazônica: o primeiro localizado em área não dividida em municípios e o segundo, em área onde há três municípios, assinale a opção correta relativamente à competência para a arrecadação dos tributos nos dois territórios.

(A) No primeiro território, a arrecadação dos tributos estaduais caberia ao governo do próprio território, e a dos tributos municipais, à União.

(B) No primeiro território, tanto a arrecadação dos tributos estaduais quanto a dos municipais caberiam à União.

(C) No segundo território, a arrecadação dos tributos estaduais caberia ao governo do próprio território, e a dos tributos municipais, à União.

(D) No segundo território, tanto a arrecadação dos tributos estaduais quanto a dos municipais caberiam à União.

RESPOSTA Art. 147, CF. *Alternativa B.*

8470. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Dado que a Constituição Federal atribuiu competência para os estados legislarem sobre o IPVA, essa prerrogativa envolve o pleno poder de legislar sobre esse tributo. Todavia, essa competência, consoante o Código Tributário Nacional (CTN), está, em tese, submetida às limitações

(A) do próprio CTN, dos tratados internacionais e da respectiva constituição estadual.

(B) dos tratados internacionais, da Constituição Federal e da respectiva constituição estadual.

(C) do próprio CTN, da Constituição Federal e da respectiva constituição estadual.

(D) do próprio CTN, da Constituição Federal e dos tratados internacionais.

RESPOSTA Art. 6º, CTN. *Alternativa C.*

8471. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Do conceito de competência residual deduz-se que

(A) os estados não podem criar taxas que tenham base de cálculo idêntica à dos impostos.

(B) os estados só podem criar impostos que não tenham fato gerador ou base de cálculo idênticos aos dos impostos previstos na Constituição.

(C) a União não pode criar empréstimos compulsórios que tenham base de cálculo idêntica à dos impostos previstos na Constituição.

(D) a União não pode criar impostos cumulativos.

RESPOSTA Art. 154, I, CF. *Alternativa D.*

8472. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** A União instituiu certo tributo federal e atribuiu a uma autarquia a função de arrecadar e fiscalizar o mencionado tributo. Tendo como referência inicial a situação acima apresentada, assinale a opção correta acerca da competência tributária.

(A) Em havendo discussão judicial acerca do tributo instituído, a autarquia não será beneficiada pelas garantias e privilégios processuais atribuídos à União.

(B) A atribuição das funções de arrecadar e fiscalizar o tributo instituído pela União poderia ter sido conferida a pessoa jurídica de direito privado.

(C) É lícito que a União revogue, a qualquer tempo e por ato unilateral, as atribuições conferidas à autarquia.

(D) A situação apresentada constitui hipótese de delegação da competência tributária da União.

RESPOSTA (A) Art. 7º, *caput*, c/c art. 7º, § 1º, CTN. (B) Art. 7º, CTN. (C) Art. 7º, § 2º, CTN. (D) STJ, REsp 310.210/MG. *Alternativa C.*

8473. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Além dos impostos, a Constituição Federal permite à União cobrar as chamadas contribuições sociais. Entretanto, não é permitido à União cobrar contribuição

(A) sobre o lucro das empresas.

(B) destinada à iluminação pública.

(C) sobre o faturamento das empresas.

(D) sobre a receita de concursos de prognósticos.

RESPOSTA Art. 149, CF, c/c art. 149-A, CF. *Alternativa B.*

8474. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Segundo a Constituição Federal, o DF não tem competência para

(A) tributar o transporte intermunicipal de pessoas.

(B) tributar os serviços de qualquer natureza.

(C) criar contribuições previdenciárias a serem cobradas dos empregados do setor privado.

(D) criar contribuição destinada à iluminação pública.

RESPOSTA Discordamos do gabarito oficial, haja vista o ISS ser um imposto pertencente também à competência do DF. (A) Art. 147, CF. Art. 155, II, CF. (B) Art. 147, c/c art. 156, III, CF. (C) Art. 149, § 1º, CF. (D) Art. 149-A, CF. *Alternativa B.*

8475. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** A Constituição Federal atribuiu a certa entidade política a competência para instituir o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Acerca da competência tributária, assinale a opção correta.

(A) Os municípios são as entidades políticas competentes para instituir IPVA.

(B) O ente político detentor da competência tributária poderá delegá-la a outra pessoa jurídica de direito público, ou seja, poderá transferir as funções de arrecadar ou fiscalizar o IPVA.

(C) A Constituição Federal apenas outorga aos entes tributantes o mister de instituir tributos, mas o exercício da competência tributária é uma faculdade.

(D) Competência tributária comum é o poder atribuído aos entes federativos para instituir os impostos enumerados na Constituição Federal.

RESPOSTA Art. 155, III, CF. (B) Art. 7º, CTN. (C) COSTA, Regina Helena, p. 43. (D) SCHOUERI, Luís Eduardo. *Curso de direito tributário,* p. 241. *Alternativa D.*

8476. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca de matéria atinente a competência tributária.

(A) Na iminência ou no caso de guerra externa, a União é competente para, mediante lei complementar, instituir impostos extraordinários.

(B) A competência tributária privativa é o poder que têm a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios para instituírem taxas e contribuições de melhoria, no âmbito de suas respectivas atribuições.

(C) A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar n. 101/2000, estabelece como requisito da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência do ente político.

(D) A União poderá instituir novas fontes de arrecadação destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social e, de acordo com entendimento jurisprudencial já sedimentado, novas contribuições sociais não poderão ter fato gerador ou base de cálculo próprio dos impostos já discriminados na Constituição da República.

RESPOSTA (A) Art. 154, II, CF. (B) Competência privativa corresponde a impostos. SCHOUERI, Luís Eduardo. *Curso de direito tributário*, p. 241. (C) Art. 11, LC n. 101/2000. (D) STF. RE 236.823/MG. *Alternativa C.*

II. Limitações do Poder de Tributar

8477. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Acerca das limitações ao poder de tributar, assinale a opção correta.

(A) O imóvel pertencente a partido político permanece imune ao IPTU, ainda quando alugado a terceiros, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais dessa entidade.

(B) Nas ações acidentárias propostas na justiça estadual, o INSS goza de isenção de pagamento de custas e emolumentos.

(C) A imunidade tributária conferida pela CF a instituições de assistência social sem fins lucrativos somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se houver contribuição dos beneficiários.

(D) A imunidade conferida ao livro, prevista na CF, não abrange todo o material necessário à sua confecção.

(E) As indenizações de férias proporcionais e o respectivo adicional não estão isentos de imposto de renda.

RESPOSTA (A) Correta – Súmula 724, STF. (B) Incorreta – Súmula 178, STJ. (C) Incorreta – Súmula 730, STF. (D) Incorreta – Súmula 657, STF. (E) Incorreta – Súmula 386, STJ. Questão passível de questionamento, pois a alternativa D não está totalmente incorreta, haja vista não haver imunidade para todo e qualquer material necessário à confecção dos livros. *Alternativa A.*

8478. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Com base nos princípios que regem a atividade tributária, assinale a opção correta.

(A) O princípio da legalidade afasta em caráter absoluto a possibilidade de se remeter, para o plano infralegal, a definição de aspectos inerentes aos elementos do tributo.

(B) De acordo com o princípio da legalidade, apenas a lei, em sentido formal, configura o veículo apto para instituir tributo, razão pela qual é vedada a instituição de tributo por intermédio de medida provisória.

(C) Dado que o estabelecimento da progressividade de alíquotas constitui instrumento a serviço do princípio da capacidade contributiva, entende o STF ser constitucional lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis, com base no valor venal do imóvel.

(D) Segundo o STF, o denominado princípio da vedação ao confisco tem aplicação apenas em relação ao tributo e não à sanção, motivo pelo qual não estende a sua aplicação às multas moratórias.

(E) Segundo o STF, é constitucional lei estadual que estabelece alíquotas diferenciadas do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) em razão do tipo do veículo, por entender que

não há tributo progressivo quando as alíquotas são diferenciadas segundo critérios que não levam em consideração a capacidade contributiva.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 153, § 1º, CF. (B) Incorreta – art. 62, § 2º, CF. (C) Incorreta – Súmula 656, STF. (D) Incorreta – RE 632.315 AgR/PE. (E) Correta – art. 155, § 6º, II, CF. *Alternativa E.*

8479. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** No que se refere ao instituto da imunidade tributária, assinale a opção correta em consonância com a jurisprudência do STF.

(A) A imunidade tributária conferida pela CF ao patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores, às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, não se aplica aos imóveis alugados a terceiros, ainda que o valor deles decorrente seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades.

(B) Está abrangida pela imunidade estabelecida na CF eventual renda que, obtida por instituição de assistência social mediante cobrança de estacionamento de veículos em área interna da entidade, destine-se ao custeio das atividades desta.

(C) Como a imunidade recíproca está inserida entre as denominadas imunidades genéricas, pode o legislador constituinte derivado afastar a aplicação desse instituto em determinada hipótese.

(D) Ao interpretar o dispositivo constitucional que veda a instituição de imposto sobre templos de qualquer culto, o STF entende que a imunidade limita-se aos prédios destinados ao culto.

(E) A imunidade tributária conferida aos livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão estende-se aos serviços de composição gráfica necessários à composição do produto final.

RESPOSTA (A) Incorreta – Súmula 724, STF. (B) Correta – RE 144.900/SP. (C) Incorreta – ADI 939/DF. (D) Incorreta – art. 150, § 4º, CF. (E) Incorreta – RE 230.782/SP. *Alternativa B.*

8480. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Considere que determinada lei, publicada no dia 30/12/2011, que instituiu taxa de coleta domiciliar de lixo, tenha sido omissa em relação à data de início de sua vigência. Nesse caso, é correto afirmar que a taxa somente poderá ser cobrada a partir

(A) de 45 dias após a data de publicação da referida lei.

(B) de 90 dias após a data de publicação dessa lei.

(C) da data de publicação da referida lei.

(D) do primeiro dia do exercício financeiro de 2012.

(E) de 30 dias após a data de publicação dessa lei.

RESPOSTA Art. 150, III, *b* e *c*, CF. *Alternativa B.*

8481. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Foi editada lei municipal criando IPTU e constava, anexa à lei, a pauta de valores dos imóveis do município. De acordo com essa lei, a secretaria de fazenda estava autorizada a atualizar, com base na valorização imobiliária, a pauta nos exercícios posteriores. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Ao Poder Executivo pode ser delegada a atualização do valor do imposto com base na correção monetária.

(B) O município não poderia editar lei instituindo IPTU, uma vez que a CF já o fez, mostrando-se, por isso, indiferente o meio utilizado para a atualização da pauta de valores.

(C) É desnecessária a edição de lei para aprovar a pauta de valores dos imóveis do município, visto que, com o constante aumento das áreas habitadas, isso tornaria impraticável a arrecadação do tributo, bastando, portanto, a edição de decreto regulamentar para majorar ou atualizar a pauta.

(D) Tendo a pauta de valores tornado certo o objeto da tributação (imóvel) e sua base de cálculo (valor) no primeiro exercício, a atualização da pauta nos termos previstos poderá ser efetivada por meio de decreto.

(E) A secretaria de fazenda pode passar a cobrar o imposto de novos imóveis não incluídos originalmente na pauta anexa à lei.

RESPOSTA Art. 97, § 2º, CTN, c/c Súmula 160, STJ. *Alternativa A.*

8482. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) Para a validade de uma norma, é necessária sua adequação aos princípios constitucionais, o que se tem convencionado chamar Estado de Constituição. Nesse sentido, o Sistema Tributário Nacional tem sua regulamentação constitucional com uma série de princípios, que são utilizados para regular diversas situações de incidência tributária. Em relação a esse assunto, assinale a opção que corresponde a correta aplicação do princípio constitucional indicado.

(A) Se, em dezembro, for editada lei que aumente a alíquota de imposto de renda, esta não poderá incidir na declaração de ajuste a ser apresentada no ano seguinte, já que incidirá sobre o total da renda do ano de sua edição, vindo a ferir o princípio da anterioridade.

(B) Instituído por lei o prazo para recolhimento do tributo, sua antecipação deverá atender ao princípio da anterioridade.

(C) Em respeito ao princípio da anterioridade nonagesimal, as taxas instituídas pela municipalidade em decorrência do poder de polícia só poderão ser exigidas noventa dias após a publicação da lei que as tiver instituído.

(D) A obrigação imposta ao contribuinte pelo município de apurar o tributo devido, informar ao fisco o montante apurado e recolhê-lo no dia vinte do mês posterior à ocorrência do fato gerador está sujeita ao princípio da legalidade.

(E) Norma estadual que conceda incentivo fiscal a empresa que contratar empregado com idade superior a cinquenta anos vai de encontro ao princípio da isonomia, constituindo discriminação em virtude da idade.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 150, III, *a*, c/c art. 150, § 1º, CF, c/c Súmula 584, STF. (B) Incorreta – Súmula 669, STF. (C) Correta – art. 150, III, *c*, CF. (D) Incorreta – art. 113, § 2º, c/c art. 115, CTN, e Súmula 669, STF. (E) Incorreta – art. 150, II, CF. *Alternativa C.*

8483. (Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE) A respeito das limitações do poder de tributar, assinale a opção correta.

(A) O princípio da vedação do confisco é extensível às multas, apesar de estas terem natureza jurídica diversa dos tributos.

(B) Em razão do princípio da imunidade recíproca, é vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros, inclusive quando houver contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

(C) O princípio da isonomia não se inclui entre os princípios que limitam o poder de tributar, mas entre os princípios universais de justiça.

(D) O princípio da legalidade, o mais importante no âmbito do direito tributário, não comporta exceções ou mitigações.

(E) É vedada, em razão da aplicação do princípio da anterioridade, a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

RESPOSTA (A) Correta – RE 632.315 AgR/PE. (B) Incorreta – art. 150, § 3º, CF. (C) Incorreta – art. 150, II, CF. (D) Incorreta – art. 153, § 1º, CF. (E) Incorreta – art. 150, III, *a*, CF. *Alternativa A.*

8484. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Suponha que determinado poder legislativo estadual crie tributo sobre a circulação de qualquer pessoa de um município para outro, atribuindo-lhe o nome de ICMS e, para justificá-lo, informe que a maior parte da receita será destinada a construir nova estrada entre os dois municípios. Nesse caso, o tributo deve ser considerado

(A) constitucional, porque só o estado tem competência para instituir ICMS.
(B) inconstitucional, por motivos de competência e de vinculação.
(C) inconstitucional, porque se caracteriza como taxa, havendo serviço a ela vinculado.
(D) constitucional, consistindo em contribuição de melhoria que beneficiará os proprietários da área.
(E) constitucional, sendo imposto destinado a financiar a estrada.

RESPOSTA Art. 150, V, CF, c/c art. 167, IV, CF. *Alternativa B.*

8485. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Em setembro de 2011, a União editou decreto determinando a elevação das alíquotas de IPI sobre a importação de automóveis e instrução normativa determinando a prorrogação do direito de dedução, sobre o imposto de renda anual da pessoa física, da contribuição previdenciária paga a empregado doméstico. Em ambas as normas, há cláusula de vigência para o dia da publicação desses atos normativos. Acerca desse aspecto, é correto afirmar, em conformidade com a CF e com o CTN, que

(A) os efeitos do decreto produzem-se a partir de 1º/1/2012, e os da instrução normativa, a partir da publicação.
(B) os efeitos do decreto produzem-se após 90 dias contados da publicação, e os da instrução normativa, a partir da publicação.
(C) os efeitos do decreto e da instrução normativa produzem-se após 90 dias contados da publicação.
(D) os efeitos do decreto e da instrução normativa produzem-se a partir de 1.º de janeiro de 2012.
(E) os efeitos do decreto e da instrução normativa produzem-se a partir da publicação dessas normas.

RESPOSTA Art. 150, III, *c*, CF, c/c art. 103, I, CTN. *Alternativa B.*

8486. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Considerando os princípios constitucionais tributários, que estruturam o sistema tributário e servem de orientação para a interpretação e a aplicação das regras específicas do direito tributário, assinale a opção correta.

(A) A relação tributária configura-se como relação de império do Estado para com o contribuinte, o qual, por seu lado, está sujeito ao poder estatal pela via da compulsoriedade.
(B) Em virtude da natureza da relação entre o Estado e o contribuinte, o poder de tributar é absoluto.
(C) Um dos vetores na relação entre fisco e contribuinte, o princípio da legalidade não limita os governantes na atividade de tributação.
(D) O poder de instituir tributos é ato unilateral e discricionário do Estado e impõe ao destinatário do tributo que aceite a invasão patrimonial.
(E) Os princípios constitucionais tributários são expressão da soberania estatal e traduzem-se em limitações ao poder de tributar, o que não impede que o Estado exija dos indivíduos, por atividade vinculada, parcela do seu patrimônio.

RESPOSTA (A) CARRAZZA, *Curso de direito constitucional tributário*, p. 565. O *ius imperium* é o poder de tributar e este não pertence aos entes federados, mas a eles foi atribuída a competência tributária, a qual representa a manifestação de autonomia

do ente. (B) STF. ADI 2.551-MC-QO (C) STF. RE 200.844-AgR. (D) Art. 3º, CTN, c/c art. 150, IV, CF. (E) STF, ADI 2.551-MC-QO, c/c art. 3º, CTN. *Alternativa E*.

8487. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência aos princípios do direito tributário.

(A) Para a dispensa ou redução de penalidades, não é necessário disposição em lei, uma vez que a própria administração pública pode, de ofício, atuar nesses casos.

(B) É permitido que lei tributária disponha, de modo genérico, sobre alíquota e base de cálculo de tributo.

(C) As obrigações tributárias acessórias, embora não estejam inseridas na obrigação principal, devem, necessariamente, ser instituídas por lei.

(D) Em respeito ao princípio da legalidade tributária, garantia assegurada ao contribuinte, a União não pode exigir um tributo que a lei não estabeleça, mas pode aumentá-lo sem tal exigência.

(E) No sistema brasileiro, é juridicamente possível a instituição de determinados tributos por meio de leis complementares.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 150, I, CF, c/c art. 97, VI, CTN. (B) Incorreta – art. 97, IV, CTN. (C) Incorreta – art. 113, § 2º, c/c art. 96, CTN. (D) Incorreta – art. 150, I, CF, c/c art. 97, II, CTN. (E) Correta – art. 148, CF; e art. 153, VII, CF; art. 154, I, CF; art. 195, § 4º, CF. *Alternativa E.*

8488. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Com base na disciplina aplicável à imunidade tributária, assinale a opção correta.

(A) A instituição de imposto extraordinário de guerra, por lei complementar, é da competência da União.

(B) A CF confere benefício de isenção tributária aos templos religiosos, ou seja, sobre eles é conferida, pela ordem constitucional, exoneração de obrigação de pagar tributos.

(C) A obtenção do registro no TSE é condição para a fruição da imunidade pelos partidos políticos.

(D) Manuais técnicos no formato de apostilas virtuais não gozam da imunidade tributária conferida aos livros, visto que só é considerado livro, para efeitos fiscais, o que pode ser impresso e identificado como tal.

(E) O tributo é prestação pecuniária obrigatória, podendo o seu pagamento ser efetuado, em determinadas circunstâncias, em moeda estrangeira, conforme preceitua o CTN.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 154, II, CF. (B) Incorreta – art. 150, VI, *b*, CF. (C) Correta – art. 150, VI, *c*, CF; e art. 9º, Lei n. 9.096/95. (D) Incorreta – art. 150, VI, *d*, c/c art. 2º, parágrafo único, VII, Lei n. 10.753/2003. (E) Incorreta – art. 3º, CTN. *Alternativa C.*

8489. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Com relação ao princípio da legalidade, assinale a opção correta.

(A) Para atender a situação de calamidade pública decorrente de enchentes, o Poder Executivo estadual poderá receber delegação legislativa para, mediante resolução, conceder crédito presumido de ICMS às empresas afetadas.

(B) As alíquotas do imposto de exportação podem ser alteradas pelo Poder Executivo federal por decreto, desde que obedecidos os limites e condições estabelecidos por lei.

(C) A remissão poderá ser concedida pela autoridade administrativa por despacho fundamentado, consideradas a equidade da imposição tributária e as condições de penúria do sujeito passivo, independentemente de lei.

(D) Lei delegada poderá estabelecer que o Poder Executivo possa outorgar isenção tributária por meio de decreto, não podendo fazê-lo quando tal exija a edição de lei complementar.
(E) Cabe ao Poder Legislativo municipal editar lei outorgando ao Poder Executivo competência para dispor, mediante decreto, sobre redução de base de cálculo do imposto sobre serviço, em face de benefícios concedidos por outro ente federado.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 150, § 6º, CF, c/c art. 155, § 2º, XII, *g*, CF. (B) Correta – art. 153, § 1º, CF. (C) Incorreta – art. 172, I a V, CTN. (D) Incorreta – art. 150, § 6º, CF, c/c art. 176, CTN. (E) Incorreta – art. 150, § 6º, CF, c/c art. 97, II, CTN. *Alternativa B.*

8490. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** A instituição de tributo com alíquotas progressivas sem ser exageradamente oneroso, não podendo, portanto, ser considerado confisco, faz transparecer, no direito tributário, na instituição do referido tributo, o cuidado com o princípio da
(A) seletividade.
(B) não diferenciação tributária.
(C) legalidade estrita.
(D) capacidade contributiva.
(E) igualdade tributária, em sentido jurídico.

RESPOSTA Art. 145, § 1º, CF. *Alternativa D.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca do direito tributário e do sistema tributário nacional, julgue o item (Certo ou Errado).

8491. Considere que determinado estado da Federação tenha publicado lei majorando a alíquota do ICMS de 18% para 19% e estabelecendo que sua vigência terminaria em 31 de dezembro de 2009. Considere, ainda, que, em meados desse mês, tenha sido publicada lei que manteve a alíquota de 19% para o ano de 2010. Nesse caso, a lei publicada em dezembro de 2009 viola o princípio da anterioridade nonagesimal.

RESPOSTA A lei mantendo a alíquota de 19% foi publicada antes do término da vigência da lei anterior, em 31-12-2009 e, por isso, não há que falar em observância ao princípio da anterioridade nonagesimal ou anual. STF, AI 392.574 AgR/PR. *Errada.*

8492. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Consoante o princípio tributário da reserva legal, é vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça. Todavia, admite-se, constitucionalmente, que
(A) a União e os estados criem ou aumentem tributo por meio de decreto.
(B) a União aumente determinados tributos por meio de decreto.
(C) a União crie ou aumente tributo por meio de decreto.
(D) os estados aumentem tributo por meio de decreto.

RESPOSTA Art. 153, § 1º, CF. *Alternativa B.*

8493. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere à legalidade tributária.
(A) É vedada a majoração de alíquotas de imposto de renda por medida provisória.
(B) O IPI deve ser instituído, obrigatoriamente, por lei complementar.
(C) O governador pode conceder, por meio de decreto, isenção válida de IPVA.
(D) É possível alterar, nos limites estabelecidos em lei, as alíquotas do IOF por decreto.

RESPOSTA (A) Art. 62, § 2º, CF. (B) Não há disposição constitucional com tal exigência. Basta lei ordinária. (C) Art. 150, § 6º, CF. (D) Art. 153, § 1º, CF. *Alternativa D.*

8494. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) A Igreja Céu Azul, que goza de imunidade quanto ao pagamento de certos tributos, é proprietária de vários imóveis, um deles alugado a terceiro, e outro, onde são celebrados os cultos, que possui uma casa pastoral, um cemitério e um amplo estacionamento. Considerando a situação hipotética apresentada e as normas atinentes à imunidade tributária, assinale a opção correta.

(A) O imóvel alugado a terceiros goza de imunidade quanto ao pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais da Igreja Céu Azul.
(B) A imunidade tributária conferida à referida igreja dispensa-a do recolhimento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, bem como do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
(C) Apenas a União está autorizada a instituir impostos sobre o patrimônio, renda e serviços da Igreja Céu Azul.
(D) A imunidade não abrange a casa pastoral, o cemitério e o estacionamento da Igreja Céu Azul, pois a norma constitucional se refere apenas aos templos de cultos religiosos.

RESPOSTA (A) Súmula 724, STF. (B) Art. 150, VI, *b*, CF. (C) Art. 150, VI, *c*, CF. (D) Art. 150, § 4º, CF. *Alternativa A.*

8495. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) De acordo com os princípios da anterioridade e da noventena, previstos na CF, a cobrança de imposto

(A) sobre a importação de produtos estrangeiros deve obedecer ao princípio da anterioridade.
(B) sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados não se sujeita ao princípio da anterioridade nem ao da noventena.
(C) sobre a renda e proventos de qualquer natureza deve obedecer ao princípio da noventena, mas não ao da anterioridade.
(D) sobre produtos industrializados deve obedecer ao princípio da anterioridade, mas não ao da noventena.

RESPOSTA Art. 150, III, *b* e *c*, c/c art. 150, § 1º, CF. *Alternativa B.*

8496. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) O princípio constitucional da imunidade recíproca

(A) não se aplica aos impostos diretos, abrangendo apenas os indiretos.
(B) é extensivo às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
(C) não se aplica aos municípios, abrangendo apenas a União, os estados e o DF.
(D) aplica-se aos entes políticos que exerçam atividade econômica em concorrência com o particular.

RESPOSTA (A) STF, AI 805.295 AgR/MG. (B) Art. 150, § 2º, CF. (C) Art. 150, VI, CF. (D) Art. 150, § 3º, CF. *Alternativa B.*

8497. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) A vedação constitucional à cobrança de tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu não se aplica

(A) à fixação da base de cálculo do imposto sobre propriedade de veículos automotores.
(B) à fixação da base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza.

(C) ao imposto sobre propriedade territorial rural.
(D) ao imposto sobre produtos industrializados.

RESPOSTA Art. 150, III, *b* e *c*, c/c art. 150, § 1º, CF. *Alternativa A.*

8498. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Entidade beneficente de assistência social sem fins lucrativos pode gozar, desde que atenda aos requisitos legais, de imunidade de

(A) impostos sobre o patrimônio, renda e serviços e de contribuições para a seguridade social.
(B) quaisquer impostos, mas não de contribuições para a seguridade social.
(C) contribuições para a seguridade social, a despeito de ter de pagar impostos sobre patrimônio, renda e serviços.
(D) impostos sobre o patrimônio, renda e serviços, mas não de contribuições para a seguridade social.

RESPOSTA Art. 150, VI, *c*, c/c art. 195, § 6º, CF, c/c art. 14, CTN. *Alternativa A.*

8499. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Considerando que Júnior, Júlio e Augusto tenham diferentes ocupações profissionais, exerçam diferentes funções e percebam remunerações de diferentes denominações jurídicas, assinale a opção correta à luz do princípio constitucional tributário da isonomia.

(A) Os três devem ser tributados com a mesma carga de imposto de renda.
(B) As normas somente permitem diferenciar a carga tributária de imposto de renda em benefício de um dos três indivíduos citados em razão da ocupação profissional.
(C) Caso um dos indivíduos citados ocupe função pública especial, o benefício quanto à carga do imposto de renda poderá ser-lhe concedido.
(D) As normas somente permitem diferenciar a carga tributária de imposto de renda em prejuízo de um dos indivíduos citados, em razão da denominação jurídica de sua remuneração.

RESPOSTA Art. 150, II, c/c art. 153, § 2º, I, CF. *Alternativa A.*

8500. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** O princípio da progressividade tributária não se aplica ao imposto

(A) sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
(B) predial e territorial urbano.
(C) sobre a transmissão onerosa de bens imóveis.
(D) territorial rural.

RESPOSTA (A) Art. 145, § 1º, c/c art. 153, § 2º, I, CF. (B) Art. 156, § 1º, I, CF. (C) Súmula 656, STF. (D) Art. 153, § 4º, I, CF. *Alternativa C.*

8501. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Consoante o princípio da igualdade tributária, é vedado conferir tratamento desigual a contribuintes que se encontrem em situação equivalente. No texto constitucional, são enumerados critérios em razão dos quais é proibida a distinção de tratamento tributário. Entre esses critérios não estão incluídos

(A) direitos decorrentes de diferentes ocupações profissionais.
(B) direitos decorrentes da ocupação de diferentes funções públicas.
(C) rendimentos decorrentes de diferentes ocupações profissionais.
(D) rendimentos decorrentes de diferentes nacionalidades.

RESPOSTA Art. 150, II, c/c art. 153, § 2º, I, CF. *Alternativa B.*

8502. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Ricardo, proprietário de um imóvel avaliado, em 2007, em R$ 100.000,00, não pagou o IPTU de 2007 e, neste ano de 2008, pretende vender o imóvel para um interessado com quem firmou, em 2007, um contrato de promessa de compra e venda. Em janeiro de 2008, entrou em vigor uma lei que alterou, de 3% para 4%, a alíquota do ITBI e o imóvel passou a ser avaliado em R$ 120.000,00. Considerando a situação hipotética descrita, assinale a opção que representa, respectivamente, o valor da base de cálculo do IPTU de 2007 e a alíquota do ITBI que deverão ser pagos.

(A) R$ 100.000,00 – 3%
(B) R$ 120.000,00 – 3%
(C) R$ 100.000,00 – 4%
(D) R$ 120.000,00 – 4%

RESPOSTA Art. 150, III, *a*, CF, c/c arts. 33 e 144, CTN. *Alternativa C.*

8503. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Entre as seguinte vedações, não tem exceção expressa no texto constitucional

(A) a instituição de tributo sem lei que o estabeleça.
(B) a majoração de tributo sem lei que o estabeleça.
(C) a cobrança de tributo novo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o criou.
(D) a cobrança de tributo novo em menos de 90 dias a partir da publicação da lei que o criou.

RESPOSTA (A) A instituição/criação de tributos é sempre por lei – art. 150, I, CF (sem exceções). (B) Art. 150, I, c/c art. 153, § 1º, CF. (C) Art. 150, III, *b*, c/c art. 150, § 1º, CF. (D) Art. 150, III, *c*, c/c art. 150, § 1º, CF. *Alternativa A.*

8504. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) O imposto sobre produtos industrializados, de competência da União, não incide sobre

(A) a importação de produtos industrializados.
(B) a arrematação de produtos industrializados apreendidos e levados a leilão.
(C) o retorno de mercadoria industrializada anteriormente exportada, independentemente do motivo do retorno.
(D) a exportação de produtos industrializados.

RESPOSTA Art. 153, § 3º, III, CF, c/c art. 46, CTN. *Alternativa D.*

8505. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Considera-se constitucional projeto de lei que

(A) institua alíquotas de IPI inferiores para produtores instalados nas regiões mais pobres do Brasil.
(B) tribute a renda das obrigações da dívida pública dos estados em níveis superiores aos que fixa para as obrigações da União.
(C) tribute a renda dos servidores dos estados em níveis superiores aos que fixa para os servidores federais.
(D) institui isenção de ICMS nas regiões mais pobres do Brasil.

RESPOSTA (A) Art. 151, I, CF. (B) Art. 151, II, CF. (C) Art. 151, II, CF. (D) Art. 155, § 2º, XII, *g*, CF. *Alternativa A.*

8506. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) De acordo com o CTN, para que uma instituição de educação sem fins lucrativos goze da imunidade tributária relativa ao pagamento de impostos sobre seu patrimônio, renda ou serviços, ela deve

(A) aplicar ao menos 50% de seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

(B) manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que assegurem a exatidão das informações.

(C) abster-se de distribuir mais do que 5% de seu patrimônio ou de suas rendas.

(D) nomear apenas diretores brasileiros.

RESPOSTA Art. 150, VI, CF, c/c art. 14, CTN. *Alternativa B.*

8507. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) O poder de tributar não é absoluto, pois a Constituição Federal impõe às entidades detentoras de capacidade tributária algumas limitações. Acerca das limitações à competência tributária, assinale a opção correta.

(A) A norma constitucional impõe que os impostos sejam criados por lei complementar.

(B) É lícito ao presidente da República reduzir a alíquota do imposto sobre produtos industrializados por decreto presidencial.

(C) As anuidades devidas aos conselhos de fiscalização profissional são fixadas e majoradas por resoluções dos respectivos conselhos.

(D) Pelo princípio da anualidade tributária, é vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que a lei que os instituiu ou majorou tenha sido publicada.

RESPOSTA Art. 150, I, c/c art. 146, CF. (B) Art. 153, § 1º, CF. (C) STJ, REsp 1.235.676/SC, e art. 150, I, CF. (D) Art. 150, III, *b* e *c*, CF – princípio da anterioridade. *Alternativa B.*

8508. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Conforme a Constituição Federal, alguns tributos podem ter suas alíquotas modificadas por ato do Poder Executivo. Esses tributos incluem o

(A) imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).

(B) imposto sobre a prestação de serviços de qualquer natureza (ISSQN).

(C) imposto sobre importações.

(D) imposto sobre serviços de transporte intermunicipal.

RESPOSTA Art. 153, § 1º, CF. *Alternativa C.*

8509. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Alguns moradores de certa cidade decidiram constituir uma associação sem fins lucrativos para, em benefício do público, organizar e manter cursos nas áreas esportiva, social, cultural e de saúde; promover iniciativas filantrópicas e gratuitas de proteção e aprimoramento da assistência à comunidade e do amparo caritativo; e produzir e comercializar produtos hortifrutícolas. Acerca da situação hipotética apresentada e do sistema constitucional tributário, assinale a opção correta.

(A) É vedada à referida associação a obtenção de lucro.

(B) À luz da jurisprudência do STF, não deve incidir o ICMS sobre as operações de produção e comercialização dos produtos hortifrutícolas levadas a efeito pela mencionada associação, desde que o produto das vendas seja destinado às finalidades da mencionada entidade.

(C) As entidades de assistência social, sem fins lucrativos, devem efetuar o pagamento da

contribuição previdenciária incidente sobre o empregador ou a empresa.

(D) A imunidade tributária das entidades de assistência social, quanto aos impostos incidentes sobre seus patrimônios, rendas e serviços, é norma constitucional de eficácia plena, autoaplicável.

RESPOSTA (A) Art. 150, VI, *c*, CF, c/c art. 14, I, CTN. (B) Art. 150, § 4º, CF. (C) Art. 195, § 7º, CF. (D) Art. 150, VI, *c*, CF, c/c art. 14, CTN, dispositivo esse que estabelece os requisitos para que a imunidade possa ser aplicada. Portanto, ela não é autoaplicável. *Alternativa B.*

8510. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Acerca das limitações ao poder de tributar, assinale a opção incorreta.

(A) As matérias atinentes às obrigações tributárias acessórias, como a emissão de notas fiscais, não estão sujeitas à reserva legal, podendo ser tratadas por atos infralegais.

(B) O imposto sobre produtos industrializados somente poderá ser cobrado após o transcurso de noventa dias da data da publicação da lei que houver majorado sua alíquota.

(C) Em decorrência do princípio da capacidade contributiva, a lei não poderá estabelecer alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.

(D) Empresas públicas prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória pelo Estado não gozam de imunidade tributária recíproca, devendo pagar impostos sobre seus patrimônios, rendas e serviços, mesmo que estes estejam vinculados às suas finalidades essenciais.

RESPOSTA (A) Art. 113, § 2º, CTN. (B) Art. 150, III, *c*, e art. 150, § 1º, CF. (C) Súmula 656, STF. (D) STF, RE 542.454 AgR/BA. *Alternativa D.*

8511. (Advogado – OAB – 2004 – CESPE) A respeito da legalidade tributária, assinale a opção correta.

(A) Medida provisória não pode regular matéria tributária.

(B) Somente lei complementar pode tratar de instituição ou majoração de tributos.

(C) As alíquotas dos impostos de importação, de exportação e sobre produtos industrializados podem ser fixadas por ato normativo do Poder Executivo federal.

(D) As bases de cálculo do imposto municipal sobre a propriedade urbana e do imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores podem ser fixadas por decreto.

RESPOSTA (A) Art. 62, § 2º, CF. (B) Art. 150, I, CF. (C) Art. 153, § 1º, CF. (D) Art. 97, IV, CTN. *Alternativa C.*

8512. (Advogado – OAB – 2004 – CESPE) Considere que o governo tenha publicado medida provisória em 11/11/2003, que trata da majoração da tabela de alíquotas do imposto de renda. Acerca dos efeitos dessa medida, assinale a opção correta.

(A) A nova tabela produziu efeitos noventa dias após sua publicação, alcançando os rendimentos auferidos após essa data-limite.

(B) A nova tabela produziu efeitos a partir de 11/11/2003.

(C) A nova tabela alcançou os rendimentos auferidos a partir de 11/11/2003.

(D) A nova tabela produziu efeitos a partir de 1º/1/2004, após a conversão da medida provisória em lei, com a publicação da lei no *Diário Oficial* até o dia 31/12/2003.

RESPOSTA Art. 62, § 2º, c/c art. 150, III, *b*, e art. 150, § 1º, CF. *Alternativa D.*

8513. (Advogado – OAB – 2004 – CESPE) Acerca da limitação ao poder de tributar

introduzida pela Emenda Constitucional n. 42/2003 – denominada anterioridade nonagesimal ou princípio da não surpresa –, assinale a opção INCORRETA.

(A) Como regra geral, tributos, tais como impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições de intervenção no domínio econômico e contribuições sociais, poderão provocar efeitos financeiros no mesmo exercício em que for publicada sua lei de instituição ou majoração, se decorrido o prazo de noventa dias.

(B) Os empréstimos compulsórios, quando instituídos para atender às despesas decorrentes de investimento público de caráter urgente e relevante, devem observar o prazo de noventa dias, em atenção ao princípio da não surpresa.

(C) A alteração de base de cálculo dos impostos sobre a propriedade urbana e sobre a propriedade de veículos automotores não está sujeita à observação do prazo de noventa dias.

(D) Não se submetem à regra de anterioridade nonagesimal os impostos de importação, de exportação e de renda.

RESPOSTA Art. 150, III, *c*, c/c art. 150, § 1º, CF. *Alternativa A.*

III. Repartição de Receitas

8514. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da repartição das receitas tributárias.

(A) Apesar de constar no texto constitucional a expressão repartição das receitas tributárias, a CF prevê apenas a repartição dos impostos arrecadados, excluídos da repartição os demais tributos.

(B) As receitas tributárias devem ser repartidas sempre, de forma direta, entre as pessoas políticas destinatárias, sendo expressamente vedado na CF o repasse a qualquer fundo de participação vinculado aos entes federativos.

(C) Pertencem aos municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território.

(D) A determinação constitucional de repartição das receitas tributárias infirma o pacto federativo.

(E) De acordo com o princípio federativo adotado pela CF, a União, os estados, o DF e os municípios deverão realizar repasses e repartir suas respectivas receitas tributárias.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 159, III, CF. (B) Incorreta – art. 159, *a*, *b* e *d*, CF. (C) Correta – art. 158, III, CF. (D) Incorreta – MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário,* p. 31. (E) Incorreta – os Municípios e o DF não repartem suas receitas tributárias – arts. 157, 158 e 159, CF. *Alternativa C.*

8515. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Por força de dispositivo constitucional, a União repassa, a cada mês, para estados e municípios uma parcela da arrecadação de alguns tributos. Toda a arrecadação de outros tributos, entretanto, permanece com a União, a exemplo do imposto sobre

(A) produtos industrializados.

(B) operações de crédito, câmbio e seguro.

(C) a propriedade territorial rural.

(D) a importação.

(E) a renda e proventos de qualquer natureza.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 159, I, CF. (B) Incorreta – art. 153, § 5º, I e II, CF. (C) Incorreta – art. 158, II, CF. (D) Correta – ausência de previsão constitucional. (E) Incorreta – art. 157, I, art. 158, I, e art. 159, I, CF. *Alternativa D.*

8516. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** O imposto cujo produto da arrecadação não

pertence apenas ao ente que o tenha instituído é o imposto sobre

(A) transmissão *causa mortis* e doações.
(B) importação.
(C) propriedade de veículos automotores.
(D) transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
(E) grandes fortunas.

RESPOSTA Art. 158, III, CF. *Alternativa C.*

8517. **(Delegado – PC-RN – 2009 – CESPE)** Acerca da repartição das receitas tributárias, assinale a opção correta.

(A) O repasse da quota constitucionalmente devida aos municípios a título de ICMS pode sujeitar-se à condição prevista em programa de benefício fiscal de âmbito estadual.
(B) Pertencem aos municípios 50% do produto da arrecadação do ICMS do estado.
(C) Pertence aos municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
(D) Pertencem aos estados 50% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir com base no exercício de sua competência residual que lhe é atribuída pela CF.
(E) A União entregará do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza 22,5% ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

RESPOSTA (A) Incorreta – RE 572.762/SC. (B) Incorreta – art. 158, IV, CF. (C) Correta – art. 158, I, CF. (D) Incorreta – art. 157, II, CF. (E) Incorreta – art. 159, I, *a*, CF. *Alternativa C.*

8518. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Acerca da disciplina constitucional da repartição das receitas tributárias, assinale a opção correta.

(A) Ao DF cabe metade da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício de sua competência residual ou extraordinária.
(B) Cabe aos municípios, em qualquer hipótese, a integralidade do imposto sobre a propriedade territorial rural.
(C) Aos municípios pertence a integralidade do produto da arrecadação do imposto de renda incidente na fonte sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, por eles.
(D) A União deve repassar aos estados 25% do produto da arrecadação do IPI.

RESPOSTA (A) Art. 157, II, CF. (B) Art. 158, II, CF. (C) Art. 158, I, CF. (D) Art. 159, I, c/c art. 159, II, CF. *Alternativa C.*

8519. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Os municípios recebem parte do produto de alguns dos tributos arrecadados pela União e pelo estado da Federação ao qual pertencem, entre os quais se inclui o(a)

(A) imposto sobre a importação.
(B) imposto sobre a transmissão *causa mortis* ou doações de quaisquer bens e direitos.
(C) imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
(D) contribuição social sobre o lucro.

RESPOSTA Art. 158, III, CF (50% do IPVA arrecadado é repassado aos Municípios). Os demais tributos indicados não se

sujeitam à repartição. *Alternativa C.*

8520. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Para custear serviços públicos de sua competência, o município de Vila Bela dispõe de 2 milhões de reais, provenientes da distribuição de receitas tributárias do imposto de renda (IR), do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS). Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta acerca da matéria atinente à distribuição das receitas tributárias.

(A) Pertencem ao município de Vila Bela 50% do IR incidente na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título por essa entidade administrativa.
(B) Caberão ao município de Vila Bela 50% do ITR quanto aos imóveis situados em seu território.
(C) Ao município de Vila Bela são cabíveis 30% do IPVA relativo aos veículos licenciados em seu território.
(D) São devidos ao município de Vila Bela 20% do ICMS arrecadado pelo respectivo estado.

RESPOSTA (A) Art. 158, I, CF. (B) Art. 158, II, CF. (C) Art. 158, III, CF. (D) Art. 158, IV, CF. *Alternativa B.*

IV. Legislação Tributária

8521. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** A respeito da disciplina das fontes do direito tributário, assinale a opção correta.

(A) Qualquer alteração no CTN deve ser feita por lei complementar ou por normas superiores, dada a determinação constitucional acerca da fixação de normas gerais de direito tributário.
(B) O CTN não considera normas complementares do direito tributário as práticas reiteradas das autoridades administrativas.
(C) Os convênios fiscais entre a União, os estados, o DF e os municípios não veiculam a prática de assistência mútua, pois a atuação desses entes não é integrada.
(D) Os tratados e as convenções internacionais não são aptos a revogar ou modificar a legislação tributária interna, pois não fazem parte da chamada legislação tributária.
(E) Resolução do Senado Federal pode cominar penalidades para ações ou omissões contrárias aos dispositivos legais.

RESPOSTA (A) Correta – art. 146, III, CF. (B) Incorreta – art. 100, III, CTN. (C) Incorreta – art. 37, XXII, CF. (D) Incorreta – arts. 96 e 98, CTN. (E) Incorreta – art. 97, V, CTN. *Alternativa A.*

8522. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Tratado internacional sobre matéria tributária assinado pelo Brasil passa a vigorar no ordenamento jurídico interno na data

(A) de início da vigência do decreto legislativo que aprovar o respectivo projeto de tratado internacional.
(B) de início da vigência do decreto que o promulgar.
(C) estabelecida pelo próprio tratado.
(D) da troca dos instrumentos de ratificação.
(E) da assinatura do projeto de tratado internacional.

RESPOSTA STF, CR 8.279 AgR/AT. *Alternativa B.*

8523. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** De acordo com o que dispõe o CTN, há possibilidade de lei nova retroagir em seus efeitos se o ato

(A) tiver contrariado fraudulentamente uma obrigação acessória relativa a imposto que deveria ter sido cumprida antes da vigência da nova lei, independentemente de ter sido ou não julgado.
(B) tiver importado o não pagamento de tributo e não tiver sido definitivamente julgado quando da vigência da nova lei, e esta deixar de considerá-lo contrário a uma exigência de ação.
(C) tiver importado o não pagamento de tributo e já tiver sido definitivamente julgado quando da vigência da nova lei, e esta deixar de considerá-lo como contrário a uma exigência de ação.
(D) não tiver sido definitivamente julgado, independentemente de se referir a imposto ou contribuição, e a nova lei deixar de considerá-lo infração.
(E) tiver contrariado fraudulentamente uma obrigação acessória relativa a contribuição social com vigência já findada quando da vigência da nova lei, independentemente de ter sido ou não julgado.

RESPOSTA Art. 106, II, *a*, CTN. *Alternativa D.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Acerca da legislação tributária, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

8524. Um fiscal da Receita Federal do Brasil, ao aplicar a legislação tributária, na ausência de disposição legal expressa, pode empregar a analogia, desde que isso não resulte na dispensa do pagamento de tributo devido.

RESPOSTA Art. 108, § 1º, CTN. *Errada.*

8525. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** A interpretação de qualquer regra jurídica deve seguir o caminho traçado pelos princípios que fornecem coesão ao sistema jurídico. Nesse sentido, conclui-se que a integração da norma tributária não deve ser feita por meio

(A) dos princípios gerais de direito tributário.
(B) dos costumes.
(C) da equidade.
(D) da analogia.
(E) dos princípios gerais de direito público.

RESPOSTA Art. 108, CTN. *Alternativa B.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) Acerca de legislação tributária, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

8526. Considere a seguinte situação hipotética. Após reiteradas vezes e pelo período de quatro anos, a autoridade administrativa fiscal deixou de exigir os juros incidentes sobre o atraso de até dez dias no pagamento da taxa anual de alvará de funcionamento para o setor de distribuição de autopeças, apesar de não existir previsão legal. Nessa situação, os contribuintes na mesma condição têm direito à referida dispensa, em virtude de as práticas reiteradas observadas pela autoridade administrativa constituírem normas complementares da legislação tributária.

RESPOSTA Art. 100, III, CTN. *Certa.*

8527. A hierarquia entre as leis federais, estaduais e municipais independe da matéria veiculada, revogando, a primeira, as demais.

RESPOSTA Arts. 1º e 2º, CTN, c/c art. 19, III, CF. *Errada.*

8528. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Suponha que um decreto trate integralmente sobre relações jurídicas pertinentes aos tributos e que uma lei disponha parcialmente sobre tributos. Nessa situação, de acordo com o CTN,

(A) nem o decreto nem a lei se inserem no conceito de legislação tributária.
(B) o decreto insere-se no conceito de legislação tributária; a lei, não.
(C) tanto o decreto quanto a lei se inserem no conceito de legislação tributária.
(D) a lei se insere no conceito de legislação tributária; o decreto, não.

RESPOSTA Art. 96, CTN. *Alternativa C.*

8529. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Com relação à aplicação retroativa de lei nova que diminua a penalidade por infrações à legislação tributária e os juros de mora em 2% do valor estabelecido na lei anterior, assinale a opção correta.

(A) O Código Tributário Nacional veda a retroatividade de lei em todas as hipóteses.
(B) A retroatividade de lei nova a fato pretérito somente ocorre quando a lei for expressamente interpretativa e incluir a aplicação de penalidade.
(C) Caso o ato não esteja definitivamente julgado, a lei nova retroagirá a fato pretérito para beneficiar o contribuinte infrator em relação à diminuição da penalidade, mas não em relação aos juros de mora.
(D) Caso o ato esteja definitivamente julgado, tanto a penalidade quanto os juros de mora serão aplicados nos valores previstos na nova lei, ou seja, a lei retroagirá para beneficiar o contribuinte.

RESPOSTA Art. 150, III, *a*, CF, c/c art. 106, I e II, CTN. *Alternativa C.*

8530. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Constitui hipótese de lei tributária irretroativa

(A) lei que deixe de definir certo ato como infração, desde que se trate de ato não definitivamente julgado.
(B) lei que majore as alíquotas do imposto sobre serviços.
(C) lei instrumental que regule formalidades aplicáveis ao lançamento.
(D) lei expressamente interpretativa.

RESPOSTA Art. 106, I e II, c/c art. 144, § 1º, CTN (*contrario sensu*). *Alternativa B.*

8531. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** NÃO constitui matéria tributária exclusiva de lei a

(A) definição do fato gerador da obrigação tributária principal.
(B) cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a dispositivos de lei.
(C) atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
(D) hipótese de exclusão tributária.

RESPOSTA (A) Art. 114, CTN. (B) Art. 97, V, CTN. (C) Art. 97, § 2º, CTN; e Súmula 160, STJ. (D) Art. 97, VI, CTN. *Alternativa C.*

8532. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Como forma de resolver lacunas no direito tributário, a autoridade aplicadora da lei deve fazer uso de quatro instrumentos jurídicos, em uma

ordem especificada em lei. Em relação a essa ordem, assinale a opção correta.

(A) A analogia deve vir antes dos princípios gerais de direito público.
(B) A equidade deve vir antes dos princípios gerais de direito tributário.
(C) A equidade deve vir antes da analogia.
(D) Os princípios gerais de direito tributário devem vir antes da analogia.

RESPOSTA Art. 108, CTN. *Alternativa A.*

8533. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** De acordo com o CTN, constituem normas complementares a que estão sujeitos os contribuintes

(A) os atos normativos expedidos pelas autoridades legislativas.
(B) as decisões dos órgãos singulares do Poder Judiciário a que a lei atribua eficácia normativa.
(C) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
(D) os convênios que entre si celebrem a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios e suas autarquias.

RESPOSTA Art. 100, I a IV, CTN. *Alternativa C.*

8534. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** "Interpretar a norma jurídica consiste em identificar o seu sentido e alcance. Chama-se hermenêutica a ciência da interpretação. A interpretação (ou exegese) é necessária para que se possa aplicar a lei às situações concretas que nela se subsumam".

Luciano Amaro. *Direito tributário brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 205.

A partir do texto acima, é correto afirmar que se interpreta literalmente a legislação que disponha sobre

(A) extinção do crédito tributário.
(B) prescrição e decadência.
(C) dispensa do cumprimento de obrigações tributárias principais.
(D) exclusão do crédito tributário.

RESPOSTA Art. 111, I a III, CTN. *Alternativa D.*

8535. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Um dos princípios de maior abrangência e relevância para o direito tributário é o da legalidade, cujas disposições vão além da mera obrigação de estabelecer tributo por meio de lei. Todavia, nem tudo no direito tributário está submisso a tal princípio. Nesse contexto, é correto afirmar que independe de lei

(A) o estabelecimento de norma interpretativa da lei.
(B) a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo, ressalvadas determinadas hipóteses.
(C) a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.
(D) as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

RESPOSTA Art. 150, I, CF, c/c art. 97, CTN. *Alternativa A.*

8536. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** A base normativa do direito tributário compreende não apenas as leis, mas também, entre outras, as normas complementares. Não se

classificam como normas complementares

(A) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.

(B) os decretos.

(C) as decisões dos órgãos singulares de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.

(D) os convênios que entre si celebrem a União, os estados, o DF e os municípios.

RESPOSTA Art. 96, c/c art. 100, CTN. *Alternativa B.*

8537. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Acerca da legislação tributária, assinale a opção correta.

(A) As decisões provenientes dos Conselhos de Contribuintes do Ministério da Fazenda a que a lei atribuir eficácia normativa entrarão em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

(B) Deverá obediência ao princípio da anterioridade tributária a revogação de isenção não onerosa concedida para promover o desenvolvimento de precária região brasileira.

(C) Estão sob reserva de lei complementar as matérias atinentes à concessão de isenções, à disposição sobre parcelamento do crédito tributário e à autorização de dações em pagamento.

(D) A disciplina da integração da legislação tributária determina que o emprego do princípio da equidade não pode resultar na dispensa do pagamento de penalidade pecuniária.

RESPOSTA (A) Art. 103, II, CTN. (B) STF, RE 102.993/SP. (C) Art. 150, § 6º, CF. (D) Art. 108, § 2º, CTN. *Alternativa A.*

8538. (Advogado – OAB – 2004 – CESPE) Assinale a opção INCORRETA.

(A) A lei tributária que outorga benefício tributário de isenção pode ser interpretada extensivamente.

(B) O emprego da analogia não pode resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

(C) A lei tributária expressamente interpretativa pode retroagir para instituir cobrança sobre fato gerador passado.

(D) O emprego da analogia não pode resultar na criação de hipótese de incidência.

RESPOSTA (A) Art. 111, II, CTN. (B) Art. 108, § 1º, CTN. (C) Art. 106, I, CTN. (D) Art. 108, § 1º, CTN. *Alternativa A.*

V. Obrigação Tributária e Responsabilidade Tributária

8539. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) No que tange à obrigação tributária, assinale a opção correta.

(A) É possível que sujeito passivo de obrigação principal figure como responsável, ainda que a obrigação não decorra de disposição expressa em lei.

(B) A solidariedade mencionada no CTN importa benefício de ordem quando as pessoas solidárias são expressamente designadas por lei.

(C) Não é possível que uma obrigação acessória se converta em principal, pois esta é vinculada à ocorrência do fato gerador.

(D) A autoridade administrativa pode desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência de fato gerador de tributo; o procedimento a ser adotado deve ser estabelecido por lei ordinária.

(E) Na hipótese de constituição de pessoa jurídica de direito público pelo desmembramento territorial de outra, não haverá sub-rogação em direitos.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 121, parágrafo único, II, CTN. (B) Incorreta – art. 124, parágrafo único, CTN. (C) Incorreta – art.

113, § 3º, CTN. (D) Correta – art. 116, parágrafo único, CTN. (E) Incorreta – art. 120, CTN. *Alternativa D.*

8540. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Com relação à disciplina da obrigação tributária, assinale a opção correta.

(A) De acordo com a sistemática do CTN, a lei pode atribuir expressamente a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, ainda que não vinculada ao fato gerador da obrigação.

(B) O cônjuge meeiro é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da adjudicação ou da partilha, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, legado ou meação.

(C) Os mandatários, prepostos e empregados são solidariamente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes.

(D) A capacidade tributária passiva depende da regular constituição da pessoa jurídica, a fim de se localizar o seu domicílio tributário.

(E) A autoridade administrativa não pode recusar o domicílio eleito pelo contribuinte ou responsável, pois ambos possuem autonomia para elegê-lo.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 121, parágrafo único, CTN. (B) Correta – art. 131, II, CTN. (C) Incorreta – art. 135, II, CTN. (D) Incorreta – art. 126, III, CTN. (E) Incorreta – art. 127, § 2º, CTN. *Alternativa B.*

8541. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Se lei não dispuser de forma contrária, a pessoa de direito público interno que vier a ser criada pelo desmembramento territorial de outra

(A) contará apenas com as receitas provenientes do Fundo de Participação dos Estados, se estado for, ou do Fundo de Participação dos Municípios, se for município, até que entre em vigor a sua própria legislação.

(B) aplicará a legislação tributária da pessoa da qual se desmembrou, até que a sua própria legislação entre em vigor.

(C) receberá parcelas das receitas dos impostos da pessoa da qual se desmembrou, proporcionalmente à sua população, até que entre em vigor a sua própria legislação.

(D) não poderá exigir tributo no exercício em que tiver ocorrido o desmembramento, em respeito ao princípio da anterioridade.

(E) receberá subvenção do governo federal até que entre em vigor a sua própria legislação.

RESPOSTA Art. 120, CTN. *Alternativa B.*

8542. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Em relação aos efeitos da solidariedade tributária passiva, assinale a opção correta.

(A) A remissão concedida pessoalmente a um dos obrigados aproveita aos demais, se não houver disposição legal em contrário.

(B) A interrupção da prescrição contra um dos coobrigados só prejudica aos demais se assim dispuser a lei.

(C) Os efeitos da solidariedade tributária passiva não poderão ser aplicados aos responsáveis tributários.

(D) Não havendo disposição legal em contrário, o pagamento do tributo realizado por apenas um dos obrigados não aproveita aos demais.

(E) A isenção objetiva aproveita a todos os devedores, salvo disposição legal em contrário.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 125, II, CTN. (B) Incorreta – art. 125, III, CTN. (C) Incorreta – Art. 125, I, II e III, CTN. (D) Incorreta – art. 125, I, CTN. (E) Correta – art. 125, II, CTN. *Alternativa E.*

8543. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** No que concerne a obrigação tributária, assinale a opção correta.

(A) Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, considera-se, na forma da legislação aplicável, como domicílio tributário, preferencialmente, o lugar da situação do bem ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

(B) Considere que Ômega tenha adquirido, a título oneroso, estabelecimento empresarial de Delta Auto Peças Ltda. e, após três meses, Delta tenha iniciado nova atividade empresarial, na área de venda de medicamentos. Nesse caso, Ômega será subsidiariamente responsável pelos débitos tributários devidos por Delta até a data da alienação.

(C) Os tutores respondem solidariamente pelo cumprimento de obrigações principais e acessórias devidas pelos tutelados, nos atos em que intervierem, ou pelas omissões, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação tributária pelo contribuinte.

(D) A responsabilidade do agente por infrações é excluída pela denúncia espontânea, que deve ser apresentada antes da propositura da ação penal, em relação às conceituadas por lei como crimes.

(E) Estabelece-se, como um dos efeitos da solidariedade, que a isenção ou remissão de crédito outorgada pessoalmente a qualquer dos coobrigados exonera todos os demais.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 127, I, II e III, CTN. (B) Correta – art. 133, II, CTN. (C) Incorreta – art. 134, II, CTN. (D) Incorreta – art. 138, parágrafo único, CTN. (E) Incorreta – art. 125, II, CTN. *Alternativa B.*

8544. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Em consonância com as normas previstas no CTN relativas à interpretação da definição legal do fato gerador da obrigação de pagar o tributo devido, assinale a opção correta com relação à prática de crime de descaminho.

(A) Somente se considera ocorrido o fato gerador se o descaminho for praticado pelo próprio contribuinte.

(B) Não ocorre o fato gerador se o agente não conseguir seus intuitos.

(C) O fato gerador somente se considera ocorrido se o descaminho for praticado por terceiros.

(D) Não ocorre o fato gerador, dada a inadmissibilidade de se tributar o crime de descaminho.

(E) O fato gerador considera-se ocorrido, independentemente da validade jurídica do ato praticado.

RESPOSTA Art. 118, I, CTN. *Alternativa E.*

8545. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** A respeito da disciplina aplicável ao domicílio tributário e à responsabilidade tributária, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o estabelecido no CTN, obrigação e responsabilidade tributária são equivalentes, não se podendo atribuir responsabilidade tributária a terceira pessoa que não o contribuinte.

(B) A convenção particular relativa à responsabilidade pelo pagamento de tributos pode ser oposta à fazenda pública, desde que esta possua conhecimento da convenção e a tenha recusado expressamente.

(C) Em regra, é direito do contribuinte eleger o lugar do domicílio fiscal, o que não pode ser recusado pelo fisco, ainda que a eleição resulte em dificuldades para a arrecadação e fiscalização tributária.

(D) De acordo com o CTN, são apenas duas as espécies de obrigação tributária: a principal e a acessória.

(E) O domicílio tributário do proprietário de terreno não edificado, para fins de IPTU, deve estar situado na mesma cidade onde o terreno esteja localizado, o que constitui exceção à regra do

domicílio de eleição.

RESPOSTA (A) Incorreta – Art. 121, II, c/c art. 128, CTN. (B) Incorreta – art. 123, CTN. (C) Incorreta – art. 127, § 2º, CTN. (D) Correta – art. 113, CTN. (E) Incorreta – art. 127, I a III, § 1º, CTN. *Alternativa D.*

8546. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Acerca da solidariedade nas obrigações tributárias, assinale a opção correta.

(A) Com o falecimento do sujeito passivo tributário, haverá necessária substituição, sendo o espólio pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a abertura da sucessão.

(B) São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação, podendo, entretanto, qualquer dos devedores alegar o benefício de ordem, conforme o grau de seu interesse.

(C) A isenção ou remissão de crédito tributário outorgada pessoalmente a um dos devedores solidários extingue o vínculo de solidariedade entre os demais devedores em relação ao saldo.

(D) Por ser de natureza pecuniária, a obrigação tributária, do ponto de vista civil, é divisível, mas, pela normatização especial do CTN, a obrigação tributária é indivisível.

(E) A responsabilidade dos devedores sucessores atinge os créditos ainda não constituídos, mas que correspondam a fatos geradores ocorridos antes da realização dos atos ou fatos determinados da sucessão, pois, nesse caso, o lançamento já se realizou.

RESPOSTA (A) Correta – art. 131, III, CTN. (B) Incorreta – art. 124, I, c/c parágrafo único, CTN. (C) Incorreta – art. 125, II, CTN. (D) Incorreta – arts. 109 e 110, CTN. (E) Incorreta – art. 129, CTN. *Alternativa A.*

8547. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Acerca das obrigações tributárias, assinale a opção correta.

(A) O descumprimento de obrigação acessória pode gerar penalidade pecuniária, que não se confunde com a obrigação principal, não podendo, por conseguinte, converter-se nessa obrigação.

(B) As obrigações acessórias não têm autonomia em relação à obrigação principal.

(C) Ainda que em gozo de imunidade tributária, a pessoa jurídica não está dispensada de cumprir obrigações acessórias e de se submeter à fiscalização tributária.

(D) Após a edição de lei que conceda benefício fiscal às empresas de pequeno porte, não poderá o fisco editar portaria que obrigue o contribuinte a consolidar os resultados mensais para usufruir do benefício.

(E) Pode o fisco baixar instrução normativa exigindo a regularidade fiscal do sócio para deferir a inscrição de sociedade comercial no cadastro fiscal.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 113, § 3º, CTN. (B) Incorreta – art. 151, parágrafo único; art. 175, parágrafo único; art. 14, III, CTN. (C) Correta – art. 14, III, c/c art. 194, parágrafo único, CTN. (D) Incorreta – STJ, REsp 383.178/RR. (E) Incorreta – STJ, REsp 724.015/PE. *Alternativa C.*

8548. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Determinado consumidor, ávido por conseguir abatimento no preço de determinado produto, adquiriu a mercadoria de estabelecimento comercial, aceitando nota fiscal emitida, por um dos sócios da sociedade comercial, no valor da metade da venda efetivamente realizada, o que reduziu os tributos incidentes sobre a operação comercial e possibilitou a concessão do desconto. Com base na situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

(A) O consumidor passou a ser substituto tributário da sociedade comercial no pagamento da diferença advinda da sonegação, porquanto foi o principal beneficiário da fraude.

(B) O consumidor é contribuinte de fato do tributo, razão por que é responsável direto pela satisfação

do débito tributário, respondendo a sociedade comercial subsidiariamente.

(C) Os sócios cotistas da sociedade comercial responderão solidariamente com a sociedade comercial pelo débito tributário decorrente da sonegação fiscal.

(D) Além de responder pessoalmente pela dívida da sociedade, o sócio que realizou a venda subfaturada responderá pela prática de crime contra a ordem tributária.

(E) A responsabilidade tributária do consumidor prevê o benefício de ordem no cumprimento da obrigação tributária principal.

RESPOSTA Art. 135, III, CTN, c/c art. 1º, III, Lei n. 8.137/2011. *Alternativa D.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Em relação à responsabilidade tributária, julgue os itens (Certo ou Errado).

8549. A responsabilidade tributária de terceiros é solidária.

RESPOSTA STJ, EREsp 446.955/SC; e art. 134, CTN. Apesar de o texto indicar "solidariamente", a regra traduz responsabilidade subsidiária. *Errado.*

8550. O Senado Federal pode fixar a alíquota máxima do ICMS.

RESPOSTA Art. 155, § 2º, V, *b*, CF. *Certo.*

8551. As taxas de prestação de serviços, tais como as cobradas em razão do poder de polícia, devidas pelo alienante até a data da aquisição do imóvel, são de responsabilidade do adquirente do imóvel.

RESPOSTA Art. 130, CTN. *Errado.*

8552. O sócio de sociedade comercial de responsabilidade limitada, ainda que passados mais de três anos de sua liquidação, responderá, na proporção da sua participação no capital social, pelas obrigações tributárias não honradas pela sociedade.

RESPOSTA Art. 1.052, CC; art. 174, CTN; art. 135, III, CTN. *Certo.*

8553. O adquirente de um fundo de comércio é subsidiariamente responsável, juntamente com o alienante que continue a exercer a atividade comercial em outro estado, pelos tributos devidos até a data da venda desse fundo.

RESPOSTA Art. 133, II, CTN. *Certo.*

8554. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** No que se refere à ocorrência do fato gerador e ao surgimento da obrigação tributária, assinale a opção incorreta.

(A) Quando um negócio jurídico é fato gerador de um tributo e é celebrado sob condição resolutiva, a ocorrência deve ser considerada desde a celebração do negócio.

(B) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente para a sua ocorrência.

(C) Quando o negócio jurídico expressa uma situação fática, a ocorrência somente deve ser caracterizada quando presentes todos os elementos essenciais para que a situação produza os efeitos que lhes são peculiares.

(D) Quando um negócio jurídico é fato gerador de um tributo e é celebrado sob condição suspensiva, a ocorrência somente deve ser considerada quando se realiza a condição.

(E) O fato gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei que obriga o sujeito passivo às prestações de fazer ou não fazer que constituam objeto da obrigação.

RESPOSTA (A) Correta – art. 117, II, CTN. (B) Correta – art. 114, CTN. (C) Correta – art. 116, I, CTN. (D) Correta – art. 117, I, CTN. (E) Incorreta – art. 115, CTN. *Alternativa E.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Quanto à situação hipotética acima e às normas atinentes à obrigação tributária, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

A BM Confecções Ltda. adquiriu o estabelecimento empresarial da Divina Vestuário Feminino Ltda., continuando a exploração da atividade deste estabelecimento, sob outra razão social.

8555. A responsabilidade tributária da BM Confecções Ltda. abrange as multas moratórias e punitivas devidas pela Divina Vestuário Feminino Ltda., por expressa disposição legal.

RESPOSTA O REsp 923.012/MG (2010), e o REsp 1.085.071/SP (2009) proferem entendimento no sentido da responsabilidade tributária abranger também as multas moratórias e punitivas. Portanto, é a jurisprudência que dispõe nesse sentido, e não a lei. *Errado.*

8556. A BM Confecções Ltda. responderá integralmente pelos tributos devidos pela Divina Vestuário Feminino Ltda. até a data do ato de aquisição do estabelecimento empresarial, se a alienante cessar a exploração da atividade.

RESPOSTA Art. 133, I, CTN. *Certo.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) A fiscalização tributária apreendeu em estabelecimento farmacêutico controle paralelo de vendas de três anos anteriores à fiscalização, sem emissão de notas fiscais, de cápsulas para emagrecimento compostas de substância capaz de causar dependência psíquica e acionou imediatamente a polícia, que efetuou a prisão em flagrante do sócio-gerente por tráfego de entorpecente, já que tal substância estava estocada em prateleira, vindo a ser proferida sentença condenatória com trânsito em julgado. Com base na situação hipotética acima, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

8557. Na hipótese considerada, se o produto comercializado for sujeito a substituição tributária, não gerará, para a farmácia, obrigação de recolher ICMS.

RESPOSTA Art. 128, CTN, c/c EDcl no REsp 931.727/RS. *Certa.*

(Delegado – PF – 2002 – CESPE) À luz dos direitos penal e tributário, julgue o item abaixo (Certo ou Errado).

8558. Os gerentes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.

RESPOSTA Art. 135, III, CTN. *Certa.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) A fiscalização tributária apreendeu em estabelecimento farmacêutico controle paralelo de vendas de três anos anteriores à fiscalização, sem emissão de notas fiscais, de cápsulas para emagrecimento compostas de substância capaz de causar dependência psíquica e acionou imediatamente a polícia, que efetuou a prisão em flagrante do sócio-gerente por tráfego de entorpecente, já que tal substância estava estocada em prateleira, vindo a ser proferida sentença condenatória com trânsito em julgado. Com base na situação hipotética acima, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

8559. A lei não descreve atos ilícitos como hipótese de incidência do tributo, entretanto, a autoridade fazendária poderá exigir o tributo decorrente da venda dos psicotrópicos.

RESPOSTA Art. 118, CTN, c/c HC 94.240/SP. *Certa.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca do direito tributário e do sistema tributário nacional, julgue os itens (Certo ou Errado).

8560. Considere que o proprietário de imóvel localizado na zona urbana de determinado município tenha firmado contrato de promessa de compra e venda do bem com Maria. Nessa situação hipotética, tanto a promitente compradora (possuidora a qualquer título) do imóvel quanto o proprietário são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU.

RESPOSTA REsp 1.110.551/SP. *Certa.*

8561. A responsabilidade tributária pessoal de terceiros não alcança o inadimplemento do tributo sem a prova da prática de ato ilícito ou contrário ao estatuto social, independentemente de o sócio da pessoa jurídica constar, ou não, da certidão de dívida ativa.

RESPOSTA AgRg no REsp 1.039.053/MG. *Certa.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Em conformidade com a CF e com o Código Tributário Nacional, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

8562. Considere que um menor esteja privado de sua liberdade de locomoção em razão de medida socioeducativa por prática de delito. Assim, em razão desse fato, o menor ficará insuscetível de sujeição passiva tributária, transferindo-se a responsabilidade para o pai.

RESPOSTA Art. 126, II, CTN. *Errada.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Em conformidade com a CF e com o Código Tributário Nacional, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

8563. Se uma pessoa jurídica adquire um bem por remissão, os tributos incidentes sobre esse bem sub-rogam-se sobre o seu preço.

RESPOSTA Art. 130, parágrafo único, CTN, c/c art. 131, I, CTN. *Errada.*

8564. Caso o síndico de uma massa falida se omita em relação ao pagamento de um tributo, o Fisco deverá cobrá-lo da massa falida e, subsidiariamente, do síndico.

RESPOSTA Art. 134, V, CTN. *Errada.*

8565. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Um fiscal federal, em processo de auditoria, verificou que uma empresa estava em dívida para com o fisco em relação ao imposto de renda. Ao autuar a empresa para pagamento do imposto, o fiscal impôs-lhe, ainda, uma multa por atraso no pagamento e outra, por não ter entregue a declaração anual de rendimentos da pessoa jurídica. Nessa situação hipotética,

(A) todas as obrigações são consideradas principais.
(B) a obrigação de pagar o imposto de renda é considerada principal; a de pagar as multas, não.
(C) a obrigação de pagar o imposto de renda e a de pagar a multa de mora são consideradas principais; a de pagar a multa por atraso na entrega da declaração, não.

(D) a obrigação de pagar o imposto de renda e a de pagar a multa por atraso na entrega da declaração são consideradas principais; a de pagar a multa de mora, não.

RESPOSTA Art. 113, §§ 1º e 3º, CTN. *Alternativa A.*

8566. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Vera e Mara são contribuintes obrigados, solidariamente, por lei, a pagar, mensalmente, certo tributo. Em determinado mês, foi publicada lei que isentou do imposto, pessoalmente, as pessoas que sofriam de certa enfermidade, da qual Vera é portadora. Nessa situação hipotética,

(A) a isenção concedida a Vera exonera integralmente Mara de sua obrigação.
(B) a isenção concedida a Vera não exonera Mara, restando a este a obrigação pelo saldo remanescente.
(C) a isenção dada a Vera não exonera Mara, restando a este a obrigação integral.
(D) a referida lei é inconstitucional, dada a impossibilidade de concessão de isenção pessoal em caso de solidariedade de obrigados.

RESPOSTA Art. 124 c/c art. 125, CTN. *Alternativa B.*

8567. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Determinado contribuinte, notificado pelo fisco local a comprovar, por meio de documentos e notas fiscais relativos a um período, a regularidade fiscal das operações por ele praticadas, resolveu procurar o fisco, declarar que estava em débito e realizar o pagamento dos tributos objeto de fiscalização com juros de mora. Na situação hipotética apresentada, o referido contribuinte

(A) faz jus ao benefício da espontaneidade, mas poderá ser cobrado em relação ao descumprimento da legislação tributária.
(B) não faz jus ao benefício da espontaneidade, por isso poderá ser autuado e ter de pagar pelas penalidades cabíveis.
(C) não poderá ser autuado pelo fisco posteriormente, visto que já realizou o pagamento de tributos devidos e dos juros de mora.
(D) tem direito ao benefício da espontaneidade, portanto, não será responsabilizado pelas penalidades cabíveis.

RESPOSTA Art. 138, *caput*, c/c art. 138, parágrafo único, CTN; e STJ, REsp 1.129.202/SP. *Alternativa B.*

8568. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Em 2007, João adquiriu de Antônio a propriedade de um imóvel urbano e está sendo cobrado pelo não pagamento da taxa de coleta residencial de resíduos sólidos relativa ao ano de 2006, referente ao imóvel. Nessa situação hipotética, João

(A) não poderá ser responsabilizado pelo pagamento da taxa, visto que a aquisição do imóvel ocorreu em momento posterior ao seu fato gerador.
(B) somente será responsável pelo pagamento da taxa se essa obrigação constar do título de transmissão da propriedade.
(C) somente será responsável pelo pagamento da taxa se, no título de transmissão da propriedade, não constar prova de seu pagamento.
(D) será responsável pelo pagamento da taxa em qualquer hipótese, pois o crédito tributário sub-roga-se automaticamente na pessoa do adquirente do imóvel.

RESPOSTA Art. 130, CTN. *Alternativa C.*

8569. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Duas pessoas físicas, maiores e capazes, celebram contrato de locação de imóvel residencial no qual é estipulado que a responsabilidade pelo pagamento do imposto sobre a renda incidente sobre o aluguel será do locatário, que o descontará do valor pago pela locação. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O contrato é válido e produz efeitos entre as partes, mas é ineficaz perante a fazenda pública, pois as convenções particulares, salvo disposições de lei em contrário, não podem definir a responsabilidade pelo pagamento de tributo de modo diverso do previsto na lei tributária.

(B) O contrato é válido e eficaz até mesmo perante a fazenda pública, pois o imposto de renda admite a retenção na fonte, havendo transferência da responsabilidade tributária para quem efetua o pagamento.

(C) O contrato é absolutamente ineficaz e inválido, por transferir a outra pessoa, que não a legalmente responsável, a obrigação pelo pagamento de imposto.

(D) O contrato é válido, e a responsabilidade tributária, no caso, passa a ser solidária, podendo a fazenda pública exigir o imposto de qualquer das partes contratantes.

R ESPOSTA Art. 123, c/c art. 43, CTN. *Alternativa A.*

8570. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) AB Alimentos Ltda. adquiriu, em 5/1/2009, o estabelecimento empresarial da CD Laticínios Ltda. e continuou a exploração da respectiva atividade, sob outra razão social. Nessa situação hipotética, a responsabilidade pelo pagamento de tributos relativos ao estabelecimento empresarial, devidos até 5/1/2009, é

(A) solidária, entre AB Alimentos Ltda. e CD Laticínios Ltda., em qualquer hipótese.

(B) subsidiária, de AB Alimentos Ltda. com CD Laticínios Ltda., se a alienante prosseguir na exploração da atividade econômica ou iniciar nova atividade dentro de seis meses, a contar da data da alienação.

(C) integralmente de AB Alimentos Ltda., em qualquer hipótese.

(D) integralmente de AB Alimentos Ltda., se CD Laticínios Ltda. continuar a exploração da respectiva atividade econômica.

RESPOSTA Art. 133, I e II, CTN. *Alternativa D.*

8571. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Considere que um estabelecimento empresarial seja alienado e que o adquirente continue a exploração da mesma atividade, mas sob outra razão social, e o alienante volte a ter atividade empresarial somente após 6 meses, contados da data da alienação. Nessa situação hipotética,

(A) a responsabilidade pelos tributos devidos até a data da alienação é exclusiva do alienante.

(B) o alienante terá responsabilidade integral pelo pagamento dos tributos devidos, caso, dentro dos 6 meses, contados da data de alienação, inicie outra atividade empresarial.

(C) a responsabilidade do adquirente pelo pagamento dos tributos devidos é subsidiária, visto que a dívida foi contraída antes da alienação.

(D) o adquirente terá responsabilidade integral pelo pagamento dos tributos devidos até a data da alienação.

RESPOSTA Art. 133, I e II, CTN. *Alternativa D.*

8572. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) João adquiriu de Pedro uma das lojas de tecidos

que este possuía e que funcionava no mesmo endereço havia vinte anos. João continuou, então, aquela atividade comercial, mas criou, para tanto, nova empresa, com novo registro empresarial. Certo dia, recebeu do fisco estadual uma notificação para pagamento de ICMS relativo a vendas ocorridas na loja que comprara, sendo elas realizadas em data anterior à da operação de compra da loja. Considerando-se a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que João

(A) não responderá pela dívida tributária anterior porque não foi constituída por ele, mas por Pedro.
(B) não responderá pela dívida tributária anterior porque a ele só pertence a nova pessoa jurídica.
(C) responderá integralmente pela dívida tributária anterior porque, com a compra da loja, adquiriu a totalidade dos direitos e deveres relativos àquele estabelecimento.
(D) responderá pela dívida tributária anterior subsidiariamente com Pedro, desde que este continue a explorar a venda de tecidos em suas outras lojas.

RESPOSTA Art. 133, I e II, CTN. *Alternativa D.*

8573. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** O indivíduo a quem a lei atribua dever de pagar determinado tributo é considerado, segundo o CTN,

(A) contribuinte, porque, independentemente de ter relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador, sua obrigação decorre da lei.
(B) sujeito passivo, independentemente de ter ou não relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.
(C) sujeito ativo, independentemente de ter ou não relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.
(D) responsável, em razão de ter relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.

RESPOSTA Art. 121, parágrafo único, I e II, CTN. *Alternativa B.*

8574. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Com base no que dispõe o CTN, um indivíduo de um mês de idade

(A) já tem total capacidade tributária.
(B) tem capacidade tributária restrita até completar dezesseis anos de idade.
(C) tem capacidade tributária restrita até completar dezoito anos de idade.
(D) não tem qualquer capacidade tributária, porque é menor.

RESPOSTA Art. 126, CTN. *Alternativa A.*

8575. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Considere que Pedro e Tiago sejam, por lei, considerados sujeitos passivos solidários em relação a determinada dívida tributária. Nessa situação,

(A) se a lei conceder remissão pessoal a Tiago, o saldo da dívida passa todo para Pedro.
(B) se a lei conceder a interrupção da prescrição em prejuízo de Tiago, não será afetada a prescrição para Pedro.
(C) se Pedro pagar a metade da dívida, somente Tiago permanecerá devedor.
(D) se Pedro foi quem deu razão à dívida, o fisco deve primeiramente cobrar dele e, somente após esgotados os esforços, deve cobrar de Tiago.

RESPOSTA (A) Art. 125, II, CTN. (B) Art. 125, III, CTN. (C) Art. 125, I, CTN. (D) Art. 124, parágrafo único, CTN. *Alternativa A.*

8576. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Walter, prestador de serviços, deixou de declarar

receita e de pagar ISSQN por vários meses. Quando recebeu como pagamento uma boa quantia em dinheiro, resolveu informar ao fisco sobre sua receita como prestador de serviços, com vistas à apuração e quitação de sua dívida. Nessa situação, a lei denomina o procedimento de Walter

(A) pagamento prévio.
(B) pagamento espontâneo.
(C) denúncia espontânea.
(D) confissão prévia.

RESPOSTA Art. 138, *caput*, c/c art. 138, parágrafo único, CTN. *Alternativa C.*

8577. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Considere-se que a empresa Paraná Petróleo tenha sido considerada, em conformidade com o que dispõe a lei, sujeito passivo de obrigações tributárias acessórias. Nesse caso, a empresa

(A) deve ter deixado de pagar um imposto e deve pagá-lo com juros.
(B) deve pagar certo tributo com atualização monetária.
(C) deve, pela legislação tributária, pagar uma multa.
(D) é, pela legislação tributária, obrigada a prestações acessórias.

RESPOSTA Art. 113, § 2º, c/c art. 115, CTN. *Alternativa D.*

8578. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) A Nuporanga Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. atua no ramo de venda de produtos alimentícios e, pela natureza de sua atividade, deve cumprir várias obrigações tributárias, tais como prestar declarações ao fisco, emitir nota fiscal, recolher o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICMS) e, eventualmente, pagar penalidades pecuniárias. Considerando a situação hipotética acima e as normas atinentes à obrigação tributária, assinale a opção correta.

(A) Segundo o CTN, as obrigações tributárias, principal e acessória, decorrem da lei em sentido estrito.
(B) A obrigação da Nuporanga de recolher o ICMS constitui obrigação tributária acessória.
(C) A obrigação de empresas, como a Nuporanga, de pagar eventuais penalidades pecuniárias constitui obrigação tributária principal.
(D) A obrigação tributária acessória é dependente da obrigação tributária principal.

RESPOSTA (A) Art. 114, c/c art. 115, c/c art. 96, CTN. (B) Art. 115, CTN. (C) Art. 113, § 1º, CTN. (D) Art. 113, § 2º, CTN. *Alternativa C.*

8579. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Carlos, administrador do supermercado Boas Compras, deixou de recolher vários tributos da referida pessoa jurídica, que passa por severas privações financeiras. Tendo como referência inicial a situação hipotética acima, assinale a opção correta acerca da obrigação tributária.

(A) A capacidade tributária passiva do referido supermercado Boas Compras não depende de sua regular constituição.
(B) Carlos e o supermercado Boas Compras são solidariamente responsáveis pelo pagamento dos tributos devidos.
(C) O dever de recolher os tributos devidos pelo supermercado Boas Compras constitui uma obrigação tributária acessória.
(D) Carlos, na condição de administrador do supermercado Boas Compras, é pessoalmente

responsável pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias decorrentes de quaisquer de seus atos.

RESPOSTA (A) Art. 126, III, CTN. (B) Art. 135, III, CTN. (C) Art. 113, § 1º, CTN. (D) Art. 135, III, CTN. *Alternativa A.*

8580. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Com o fito de atuar no ramo de fabricação de móveis residenciais, dois amigos constituíram a sociedade JC Móveis Ltda., contrataram seis empregados, adquiriram um imóvel e alguns equipamentos para fomentar a atividade empresarial. A respeito dessa situação e à luz das normas relativas às obrigações tributárias, assinale a opção correta.

(A) O domicílio tributário de JC Móveis Ltda. será determinado pela autoridade tributária com aptidão para fiscalizar e cobrar os tributos de sua respectiva competência.

(B) A pessoa jurídica JC Móveis Ltda. é responsável pelo recolhimento na fonte do imposto de renda devido por seus empregados e, nesse caso, sujeito passivo direto da obrigação tributária.

(C) O descumprimento de obrigações tributárias, como a abstenção de escrituração dos livros fiscais de JC Móveis Ltda., converte-se em obrigação principal relativamente a eventual penalidade pecuniária.

(D) Caso a autoridade tributária constate que a JC Móveis Ltda. não foi regularmente constituída, deverá ser decretada a perda de sua capacidade tributária passiva, sem prejuízo de aplicação de multa.

RESPOSTA (A) Art. 127, CTN. (B) Art. 121, parágrafo único, c/c art. 128, c/c art. 45, parágrafo único, CTN. (C) Art. 113, § 3º, CTN. (D) Art. 126, III, CTN. *Alternativa C.*

8581. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) João, José e Jonas são sócios da Marmoraria do Sul Ltda. José, que esteve à frente da administração da sociedade por 5 anos, entre janeiro de 2000 e maio de 2005, praticou atos em desconformidade com o contrato social. Em junho de 2005, Jonas foi nomeado administrador. Como a Marmoraria do Sul Ltda. se encontrava em débito para com a fazenda pública estadual, quanto a tributos relativos ao exercício de 2004, foi promovida execução fiscal contra a pessoa jurídica e seus sócios. Considerando essa situação hipotética como referência inicial e acerca das normas que regem a responsabilidade tributária da sociedade e de seus sócios, assinale a opção INCORRETA.

(A) A responsabilidade de sócio pelas dívidas tributárias da sociedade é hipótese de substituição tributária.

(B) Na execução fiscal, a eventual penhora dos bens de sócio não poderá atingir a meação de sua respectiva mulher.

(C) João e Jonas não poderão permanecer no polo passivo da execução fiscal.

(D) O inadimplemento das obrigações tributárias da pessoa jurídica devedora é bastante para caracterizar a responsabilidade pessoal e solidária do sócio-gerente.

RESPOSTA (A) STJ, REsp 724.077/SP. (B) STJ, REsp 119.957/SP. (C) Art. 135, CTN. (D) Súmula 430, STJ. *Alternativa D.*

8582. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Assinale a opção incorreta, no que diz respeito à obrigação tributária.

(A) Suponha que João e Bento sejam coproprietários de determinada propriedade rural, sendo o primeiro dono de 10% do valor do imóvel e o segundo, proprietário do restante. Assim, a União não poderá cobrar de João mais do que a décima parte do valor devido em decorrência da incidência do ITR.

(B) Havendo solidariedade tributária, a concessão de isenção objetiva exonera todos os devedores.

(C) Hipótese de incidência tributária não se confunde com fato gerador da obrigação tributária. A primeira corresponde à previsão legal e abstrata da situação que implica a incidência da norma tributária, já o segundo é a concretização da hipótese de incidência no mundo dos fatos e dá origem à obrigação tributária.

(D) Considere que André e Leonor são sócios de determinada sociedade em conta de participação. Nesse caso, os tributos devidos em razão do regular exercício da sociedade deverão ser cobrados de André e Leonor, pessoalmente, uma vez que a sociedade em conta de participação não possui capacidade tributária passiva.

RESPOSTA (A) Art. 124, I, c/c art. 124, parágrafo único, CTN. (B) Art. 125, II, CTN. (C) COSTA, Regina Helena. *Curso de direito tributário,* p. 178-179. (D) REsp 193.690/PR. *Alternativa A.*

8583. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Acerca da responsabilidade tributária, assinale a opção correta.

(A) Ocorre a substituição tributária regressiva na hipótese de recolhimento do imposto antes da ocorrência do fato gerador, como no caso em que as indústrias automobilísticas recolhem o ICMS no momento da saída dos automóveis de seus estabelecimentos.

(B) A pessoa que tenha adquirido bem imóvel em hasta pública, tendo sido a aquisição levada a efeito no curso de processo de execução fiscal, não será responsável pelo pagamento de eventuais ônus tributários incidentes sobre o bem arrematado, mesmo que o preço pago seja insuficiente para cobrir o débito tributário.

(C) O contribuinte que deixar de emitir nota fiscal somente poderá ser responsabilizado pela infração tributária mediante a demonstração de dolo ou culpa.

(D) A dissolução de sociedade limitada em débito com o fisco acarreta a responsabilização pessoal do sócio-gerente, mesmo quando observados os procedimentos legais e contratuais aplicáveis à hipótese.

RESPOSTA (A) Art. 150, § 7º, CF – responsabilidade progressiva ou para frente. (B) Art. 130, parágrafo único, CTN. (C) Art. 136, CTN. (D) Art. 135, III, CTN. *Alternativa B.*

VI. Lançamento e Crédito Tributário

(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE) Acerca do direito tributário brasileiro, julgue o item (Certo ou Errado). Considere a seguinte situação hipotética.

8584. Em razão do pagamento a menor do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICMS), a autoridade fazendária competente lavrou auto de infração contra a Êxito Papelaria Ltda., em maio de 1995. Regularmente notificada, a contribuinte apresentou defesa, que foi julgada em 15/10/1999, sendo que o edital de notificação da contribuinte foi publicado em 20/1/2000. O débito foi devidamente inscrito em dívida ativa em 10/1/2001 e o aforamento da ação de execução fiscal ocorreu em 12/5/2004. Ao tomar conhecimento da ação de execução fiscal, a Êxito Papelaria Ltda. opôs exceção de pré-executividade, alegando a prescrição, em 10/1/2005. Nessa situação, o juízo competente deve acolher as alegações da Êxito Papelaria Ltda., uma vez que ocorreu a prescrição do crédito tributário.

RESPOSTA Art. 174, CTN. Não ocorreu a prescrição, pois a ação foi proposta em 12-5-2004 e a Fazenda Pública do Estado teria até a data 20-1-2005 para ajuizar a ação executiva. Porém, essa resposta só será válida se considerarmos a aplicação do art. 2º, § 3º, Lei n. 6.830/80, para dívidas de natureza tributária. *Errado.*

8585. (Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE) Um contribuinte foi autuado por ter praticado infração tributária. Assim, contra ele foi lavrado auto de infração cobrando o tributo sonegado e estipulando as penalidades. Após a defesa administrativa, ele conseguiu diminuir o valor referente à multa aplicada. Na situação hipotética acima descrita,

(A) o crédito tributário foi alterado, ficando intacta a obrigação tributária.
(B) o fato gerador foi modificado e, por isso, também foi modificado o crédito tributário.
(C) uma vez que o crédito tributário tem origem na obrigação tributária, a modificação feita em um causa alteração no outro.
(D) o crédito tributário faz nascer a obrigação tributária e, por esse motivo, qualquer modificação no crédito altera a obrigação.
(E) a multa alterada modifica o fato gerador e, portanto, o crédito tributário.

RESPOSTA Art. 140, CTN. *Alternativa A.*

8586. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) No caso de, após a ocorrência do fato gerador, advir lei que amplie os poderes de investigação das autoridades administrativas, o lançamento será regido pela lei que estiver em vigor na data

(A) do pagamento do tributo.
(B) da inscrição da dívida na repartição administrativa competente.
(C) da ocorrência do fato gerador.
(D) da cobrança do tributo.
(E) da feitura do lançamento.

RESPOSTA Art. 144, § 1º, CTN. *Alternativa E.*

8587. (Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta acerca de lançamento.

(A) Sendo os delitos cometidos contra a ordem tributária crimes materiais, é necessário o esgotamento do lançamento administrativo para que ocorra o resultado naturalístico.
(B) Se, efetivado o lançamento por homologação, houver atraso no recolhimento, o contribuinte, para desonerar-se do recolhimento da multa moratória, poderá valer-se da denúncia espontânea e efetivar o pagamento integral do débito tributário, com a correção monetária incidente.
(C) Se verificar que determinada sociedade comercial efetua venda abaixo do valor de custo e omite esse fato das declarações do contribuinte, o fisco deverá fazer o lançamento por arbitramento, inaugurando o processo administrativo fiscal para viabilizar o contraditório e, após apuração do tributo devido, efetivar a constituição definitiva do crédito tributário.
(D) Se determinado contribuinte efetivar a apuração do ICMS e comunicar o montante devido ao fisco, na forma de lançamento por homologação, não lhe será lícito impugnar a pretensão da fazenda pública de realizar a inscrição do débito em dívida ativa de valor não recolhido, a pretexto de erro.
(E) Após o contribuinte apurar e comunicar ao fisco o montante devido a título de ICMS, sem, contudo, efetuar o recolhimento aos cofres públicos, a autoridade fiscal lavrará auto de infração e notificará esse contribuinte para que impugne ou recolha o débito tributário, sob pena de não poder inscrever o débito em dívida ativa.

RESPOSTA Questão passível de anulação. Duas alternativas corretas. (A) Correta – Súmula Vinculante 24 e STF, HC 89.739/PB. (B) Incorreta – Súmula 360, STJ. (C) Correta – art. 148, CTN. (D) Incorreta – art. 204, parágrafo único, CTN. (E)

Incorreta – Súmula 436, STJ. *Alternativa C.*

8588. (Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE) O estado X editou lei concedendo às indústrias que se instalassem ou se modernizassem no estado isenção de 90% do ICMS devido, pelo prazo de dez anos, prorrogável por mais cinco anos na hipótese de instalação de projetos novos. Algumas indústrias aderiram ao programa, ora constituindo sede no estado, ora instalando projetos novos, ora se modernizando. Quatro anos depois, foi editada nova norma que suspendeu o benefício para as empresas que optaram pela modernização e excluiu a possibilidade de prorrogação do prazo nos demais casos. Considerando a situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

(A) A indústria que se tenha instalado no estado X e se modernizado tem direito adquirido ao benefício pelo prazo de quinze anos.

(B) A isenção, benefício fiscal concedido pelo estado, pode ser suspensa ou revogada a qualquer tempo, ainda que concedida por prazo indeterminado, não se observando, no caso, o princípio da anterioridade.

(C) A isenção concedida para os dez primeiros anos não poderia ter sido revogada, uma vez que fora concedida por prazo certo e em função de condição onerosa, tendo gerado direito adquirido aos contribuintes que se mantiverem cumprindo as condições exigidas.

(D) São imediatos os efeitos de norma legal de revogação de isenção tributária, tal como a que suspendeu o benefício concedido às empresas que se instalaram no estado X.

(E) Como a isenção foi concedida mediante condição onerosa, as empresas que instalaram novos projetos no estado têm direito à prorrogação da isenção por mais cinco anos, independentemente da nova norma.

RESPOSTA Art. 178, CTN. *Alternativa C.*

8589. (Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE) Acusado de vender a seus clientes, sem a devida apresentação de receita médica conforme exigência legal, substâncias psicotrópicas que causam dependência física e(ou) psíquica, o titular de determinada farmácia foi condenado, em sentença transitada em julgado, à pena de quatro anos de reclusão, por tráfico de substância entorpecente. Tendo sido constatado, ainda, que não haviam sido emitidas notas fiscais nem se realizara o registro contábil referente às vendas da tal substância, o juiz determinou que se oficiasse à RFB, para que fossem tomadas as providências necessárias. A RFB, então, providenciou o cálculo do montante do tributo devido, o lançamento fiscal e a inscrição do débito em dívida ativa. Considerando a situação hipotética apresentada acima, assinale a opção correta.

(A) O trânsito em julgado da sentença condenatória, reconhecida a existência do fato criminoso, é fator impeditivo do lançamento fiscal.

(B) Dada a conduta criminosa do titular da farmácia, a RFB não poderia ter efetivado o lançamento tributário, porquanto o fato gerador do tributo funda-se no princípio de que o imposto só pode ter origem em fato ético.

(C) Verificada a circulação de mercadoria, a RFB poderá efetivar o lançamento referente ao ICMS, independentemente de quem tenha adquirido a substância, fato que não interfere na atribuição da responsabilidade tributária.

(D) O lançamento fiscal não é medida adequada nesse caso, pois, ao realizá-lo, o Estado tornou-se cúmplice do tráfico ilícito de entorpecentes.

(E) O cabimento do lançamento fiscal deve-se à omissão da renda decorrente do não fornecimento da

nota fiscal, devendo ser oferecida representação fiscal para fins penais, dado o crime contra a ordem tributária.

RESPOSTA Art. 3º, c/c art. 113, § 3º, c/c art. 118, e art. 142, parágrafo único, CTN. *Alternativa E.*

8590. (Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE) Com relação ao crédito tributário, assinale a opção correta.

(A) Existindo simultaneamente débitos vencidos referentes à taxa no valor de R$ 700,00 e a imposto sobre propriedade de veículos automotores no valor de R$ 1.000,00 do mesmo contribuinte, ambos devidos ao estado do Piauí, a autoridade administrativa determinará a imputação, em primeiro lugar, da taxa.

(B) Considere que determinado crédito tributário tenha sido anulado por vício da notificação de lançamento. Nesse caso, a obrigação tributária, por estar vinculada ao referido crédito fiscal, é automaticamente declarada nula.

(C) A atividade administrativa de lançamento é balizada pelo juízo de conveniência e oportunidade da autoridade fiscal competente.

(D) Compete privativamente à autoridade administrativa a constituição do crédito tributário pela concretização da hipótese descrita em lei, o que dá origem à obrigação tributária.

(E) Considere que, em janeiro de 2006, determinado contribuinte tenha efetuado pagamento indevido de tributo sujeito a lançamento por homologação. Nessa situação, de acordo com a legislação brasileira vigente, a homologação tácita teria ocorrido cinco anos depois (janeiro de 2011) do pagamento, iniciando-se o prazo prescricional quinquenal para o pedido de repetição do indébito, cujo termo final ocorrerá em janeiro de 2016, regra conhecida como cinco mais cinco.

RESPOSTA (A) Correta – art. 163, II, CTN. (B) Incorreta – art. 140, CTN. (C) Incorreta – art. 142, parágrafo único, CTN. (D) Incorreta – art. 142, CTN. (E) Art. 168, I, CTN, c/c art. 3º da LC n. 118/2005. *Alternativa A.*

8591. (Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE) A pessoa jurídica Beta possui débitos vencidos relativos ao IPTU correspondente aos exercícios de 2008 e 2009, cada um no valor de R$ 500,00. Sem discriminar o tributo a ser pago, Beta efetuou o recolhimento de R$ 500,00 perante a autoridade administrativa fiscal competente. Posteriormente, a devedora constatou erro na alíquota do IPTU. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A empresa Beta pode pleitear a restituição parcial do tributo e a integral dos juros de mora e das penalidades pecuniárias aplicadas.

(B) O prazo para que Beta pleiteie a restituição do tributo eventualmente pago a maior é de dois anos, contados da data da extinção do crédito tributário.

(C) Caso Beta pleiteie a restituição do tributo, as infrações de caráter formal não prejudicadas pelo erro da alíquota aplicada ao IPTU não serão passíveis de restituição.

(D) Pode a autoridade administrativa competente receber o recolhimento, imputando-o ao pagamento do IPTU relativo ao exercício de 2009.

(E) Se Beta formular consulta para esclarecer determinado dispositivo da legislação tributária, não incidirão juros de mora sobre o principal até que tal pendência seja solucionada.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 167, CTN. (B) Incorreta – art. 168, I, CTN. (C) Correta – art. 167, CTN. (D) Incorreta – art. 163, III, CTN. (E) Incorreta – art. 161, § 2º, CTN. *Alternativa C.*

8592. (Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE) Uma lei que crie determinada anistia tributária

atenderá ao que dispõe o CTN se, expressamente, anistiar

(A) infrações resultantes de conluio.
(B) atos praticados com fraude, mas não considerados crimes ou contravenções.
(C) as infrações cometidas antes e depois de sua edição.
(D) tanto as multas tributárias quanto os crimes de sonegação.
(E) atos praticados com dolo, mas não considerados crimes ou contravenções.

RESPOSTA Art. 180, II, CTN. *Alternativa A.*

8593. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Supondo que um contribuinte faça à Receita Federal do Brasil uma declaração para efeitos de cálculo de determinado imposto, assinale a opção correta.

(A) O tributo será, obrigatoriamente lançado por homologação.
(B) Se a declaração não atender à forma prevista na legislação tributária, o lançamento deverá ser feito por homologação, após a devida correção formal da declaração.
(C) Sendo o tributo lançado por homologação, se a Receita Federal verificar que o tributo está subdimensionado, deverá cobrar a diferença por meio de um lançamento de ofício.
(D) O tributo será, obrigatoriamente, lançado por declaração.
(E) O tributo poderá ser lançado por declaração ou por homologação, à escolha da Receita Federal.

RESPOSTA Art. 149, II, CTN, c/c EDcl no AgRg no AREsp 80.414/RS. *Alternativa C.*

8594. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** De acordo com o CTN, constitui caso de extinção do crédito tributário

(A) a concessão de isenção tributária.
(B) o transcorrer do prazo de cinco anos contados da constituição do crédito.
(C) a concessão de anistia.
(D) o depósito do montante integral do crédito.
(E) a concessão de parcelamento do crédito.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 175, I, CTN. (B) Correta – art. 174, CTN. (C) Incorreta – art. 175, II, CTN. (D) Incorreta – art. 151, II, CTN. (E) Incorreta – art. 151, VI, CTN. *Alternativa B.*

8595. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** De acordo com o que dispõe o CTN a respeito do crédito tributário, assinale a opção correta.

(A) O lançamento tributário rege-se pela lei vigente na data da ocorrência do fato gerador, ainda que ao tempo da constituição do crédito tal lei haja sido revogada.
(B) Em regra, caso o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, a conversão em moeda nacional deverá ser feita ao câmbio do dia do efetivo pagamento do tributo.
(C) O crédito tributário surge com a ocorrência do fato gerador do tributo.
(D) O lançamento é o procedimento administrativo por meio do qual se apura a certeza e a liquidez do crédito tributário, que constitui o devedor em mora.
(E) Notificado regularmente o lançamento ao sujeito passivo tributário, a autoridade administrativa não pode mais alterá-lo de ofício.

RESPOSTA (A) Correta – art. 144, CTN. (B) Incorreta – art. 143, CTN. (C) Incorreta – art. 142, CTN. (D) Incorreta – art. 142, CTN, c/c art. 2º, § 3º, Lei n. 6.830/80 + art. 161, CTN. (E) Incorreta – art. 145, III, c/c art. 149, CTN. *Alternativa A.*

8596. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** As garantias e privilégios do crédito tributário,

instituídas pela lei em favor do poder público, visam assegurar o recebimento da prestação tributária. Acerca de tais garantias e privilégios, assinale a opção correta.

(A) O bem de família, instituído por lei, pode ser penhorado em execução fiscal, independentemente da natureza do tributo cobrado em juízo.

(B) A fraude à execução fiscal ocorre com a alienação de bens pelo sujeito passivo em débito tributário para com a fazenda pública, após a regular inscrição do crédito tributário na dívida ativa, tornando-o insolvente.

(C) Os créditos tributários gozam de preferência em relação a quaisquer outros, incluindo-se os decorrentes da legislação trabalhista.

(D) O concurso de preferência para recebimento do crédito tributário entre as pessoas jurídicas de direito público obedece à seguinte ordem: municípios, estados e DF e, por fim, a União.

(E) Respondem pelo pagamento do crédito tributário todos os bens, presentes e futuros, do sujeito passivo, salvo os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 3º, IV, Lei n. 8.009/90. (B) Correta – art. 185, *caput*, c/c parágrafo único, CTN. (C) Incorreta – art. 186, CTN. (D) Incorreta – art. 187, parágrafo único, CTN. (E) Incorreta – art. 184, CTN. *Alternativa B.*

8597. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Após apurar o ICMS devido em razão das notas fiscais de entrada e saída de mercadoria, determinado contribuinte declarou ao fisco o montante do imposto devido. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A única declaração unilateral constitutiva do crédito tributário é a do contribuinte, por força do lançamento compulsório.

(B) O fisco dispõe do prazo de cinco anos para realizar lançamento complementar, se for o caso, sob pena de prescrição.

(C) O débito tributário declarado e não pago poderá ser executado em cinco anos, contados da data da declaração.

(D) Caso não seja recolhido valor devido, o fisco deverá promover o lançamento tributário para viabilizar a execução fiscal.

(E) É decadencial o prazo para o fisco efetuar a cobrança judicial do tributo declarado e não pago pelo contribuinte.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 149, I, CTN. (B) Incorreta – AgRg no REsp 12.778.454/PR. (C) Correta – AgRg nos EDcl no REsp 154.879/SP. (D) Incorreta – Súmula 436, STJ. (E) Incorreta – art. 174, CTN, c/c Súmula 436, STJ. *Alternativa C.*

(Procurador – Vitória-ES – 2007 – CESPE) O administrador da Eficiência Serviços Gerais Ltda. promoveu o parcelamento, em 10 prestações, do crédito tributário do ISS relativo ao ano de 2005. Com base nessa situação hipotética e na disciplina do crédito tributário, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

8598. O parcelamento da dívida tributária da Eficiência Serviços Gerais Ltda. constitui hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

RESPOSTA Art. 151, VI, CTN. *Certo.*

8599. No parcelamento levado a efeito pela Eficiência Serviços Gerais Ltda., não poderão incidir juros ou multas, por força de expressa disposição legal.

RESPOSTA Art. 155-A, § 1º, CTN. *Errado.*

8600. O fato de a Eficiência Serviços Gerais Ltda. efetuar o pagamento da décima parcela não gera a presunção de estarem solvidas as anteriores.

RESPOSTA Art. 158, I, CTN. *Certo.*

8601. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** O governador de determinado estado encaminhou à casa legislativa projeto de lei que perdoava o débito tributário principal, bem como suas penalidades, de determinados contribuintes. O projeto foi aprovado, e, posteriormente, transformado em lei. Assinale a opção correta acerca dessa situação.

(A) Uma vez que foi perdoada a dívida, incluindo-se as penalidades, é correto afirmar que se trata de isenção.
(B) Nesse caso, houve moratória, já que foi perdoado débito tributário principal.
(C) A lei pode autorizar o referido perdão, desde que atendido o único fundamento possível, que é a situação econômica do sujeito passivo.
(D) Trata-se, nesse caso, de anistia, uma vez que todo o débito está sendo perdoado.
(E) Somente o instituto da remissão pode se enquadrar nesse exemplo.

RESPOSTA Art. 172, CTN. *Alternativa E.*

8602. **(Procurador – PGE-PB – 2008 – CESPE)** A suspensão do crédito tributário não ocorre em casos de

(A) consignação em pagamento.
(B) reclamações e recursos interpostos nos processos tributários administrativos.
(C) depósito do montante integral.
(D) concessão de medida liminar em mandado de segurança.
(E) parcelamento.

RESPOSTA Art. 156, VIII, CTN. *Alternativa A.*

(Procurador – Aracaju-SE – 2008 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, de acordo com as normas do direito tributário (Certo ou Errado).

8603. A concessão de isenção de um tributo municipal, em caráter individual, independe de solicitação administrativa do sujeito passivo.

RESPOSTA Art. 179, CTN. *Errado.*

8604. A exclusão do crédito tributário decorrente de uma obrigação principal acarreta a dispensa do cumprimento das obrigações acessórias dela dependentes.

RESPOSTA Art. 175, parágrafo único, CTN. *Errado.*

8605. Ocorre a isenção tributária quando, mesmo havendo fato gerador e obrigação tributária, exclui-se a constituição do crédito tributário.

RESPOSTA Doutrina – FALCÃO, *Fato gerador da obrigação tributária*, p. 66. RE 113.711/SP. *Certo.*

8606. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Um contribuinte, tendo de prestar declarações à autoridade administrativa tributária, o fez desobedecendo ao prazo e à forma previstos

na legislação vigente. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da modalidade de lançamento desse ato do referido contribuinte.

(A) O contribuinte estará sujeito ao lançamento por homologação.
(B) Deverá ser realizado o autolançamento.
(C) Essa é a única situação em que o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa.
(D) A administração deve utilizar o lançamento misto ou por declaração.
(E) A hipótese levantada é a de lançamento direto ou de ofício.

RESPOSTA Art. 149, II, CTN. *Alternativa E.*

8607. (Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do instituto tributário denominado parcelamento.

(A) O parcelamento é causa de extinção do crédito tributário.
(B) O parcelamento é causa de suspensão da obrigação tributária.
(C) Ao parcelamento aplicam-se, subsidiariamente, as normas relativas à anistia.
(D) O parcelamento do crédito tributário será concedido na forma e na condição estabelecidas em lei específica.
(E) O parcelamento suspende o crédito tributário, mas não pode ser concedido por lei específica do estado da Federação.

RESPOSTA Art. 155-A, CTN. *Alternativa D.*

8608. (Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do instituto tributário do pagamento de certo crédito tributário.

(A) Quando o pagamento é realizado parcialmente, importa em presunção de pagamento das prestações em que se decomponha.
(B) Quando o pagamento é total, importa em presunção de pagamento de todos os outros créditos.
(C) Quando o pagamento é total, não importa em presunção de pagamento de outros créditos, mas apenas de créditos referentes a outros tributos.
(D) Quando o pagamento é parcial, importa na presunção de pagamento de créditos referentes a outros tributos.
(E) Quando o pagamento é total, não importa na presunção de pagamento de outros créditos referentes ao mesmo tributo ou a outros.

RESPOSTA Art. 158, II, CTN. *Alternativa E.*

8609. (Promotor – MP-SE – 2010 – CESPE) É inadmissível um estado conceder anistia em caráter limitado

(A) a multas relativas ao ICMS.
(B) a multas de até determinado valor.
(C) a multas de contribuintes que tenham, no mínimo, certa idade.
(D) a multas de contribuintes de determinada região daquele Estado, em função de condições a ela peculiares.
(E) sob condição de o contribuinte pagar certo tributo no prazo fixado pela lei que conceder a anistia.

RESPOSTA Art. 181, II, *a*, *b*, *c* e *d*, CTN. *Alternativa C.*

8610. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Se uma nova lei for publicada após a ocorrência do fato gerador de imposto não lançado por período certo de tempo, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, o lançamento será regido pela lei em vigor na data

(A) mais favorável ao sujeito passivo.
(B) de pagamento do tributo.
(C) da feitura do lançamento.
(D) da ocorrência do fato gerador.
(E) da cobrança do tributo.

RESPOSTA Art. 144, § 1º, CTN. *Alternativa C.*

8611. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** O fisco local constatou que determinada empresa estava fraudando a fiscalização tributária e a autuou em valor correspondente ao tributo e a uma penalidade pecuniária. Após a revisão administrativa do referido auto de infração, a penalidade pecuniária foi majorada. Nessa situação,

(A) a obrigação acessória não pode ser revista administrativamente.
(B) a obrigação tributária não se altera com a alteração do crédito tributário.
(C) o auto de infração fiscal constituiu o crédito tributário e, por isso, a revisão não poderia alterar o valor da penalidade para majorá-lo.
(D) o valor do auto de infração acabou constituído pelo tributo e penalidade pecuniária, que se referem à obrigação acessória.
(E) a obrigação acessória não pode ser convertida em obrigação principal.

RESPOSTA Art. 140, CTN. *Alternativa B.*

8612. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Considerando que uma lei estadual tenha implantado programa de recuperação fiscal e estabelecido que o contribuinte devedor que pagar à vista o seu débito terá um desconto de 100% sobre o valor da penalidade pecuniária, aplicada em virtude de infrações cometidas, assinale a opção correta.

(A) O programa instituído concede um benefício denominado isenção em caráter pessoal.
(B) O instituto tributário concedido por meio da lei estadual denomina-se anistia.
(C) A lei concedeu apenas um desconto que não implica, nem indiretamente, perdão de parte da dívida.
(D) A lei não poderia conceder esse benefício, pois apenas a União poderia fazê-lo.
(E) O benefício concedido constitui uma moratória, já que é um programa que tenta fazer com que os inadimplentes se regularizem perante a fazenda pública.

RESPOSTA Art. 180, CTN. *Alternativa B.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) Em conformidade com a CF e com o Código Tributário Nacional, julgue o próximo item (Certo ou Errado).

8613. O contribuinte pode conseguir suspensão da exigibilidade do crédito tributário por medida liminar obtida tanto em mandado de segurança quanto em outras ações.

RESPOSTA Art. 151, IV e V, CTN. *Certa.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca do direito tributário e do sistema tributário nacional, julgue o item (Certo ou Errado).

8614. Considere que determinado contribuinte tenha ajuizado ação de repetição de indébito contra a fazenda pública municipal, em razão do recolhimento a maior do ISS, e que, após regular trâmite processual, a sentença que julgou procedente o pedido tenha transitado em julgado. Nessa situação, os juros de mora são devidos a partir da data da citação da fazenda pública.

RESPOSTA Art. 167, parágrafo único, CTN. *Errada.*

8615. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca das garantias e privilégios do crédito tributário.

(A) De acordo com o CTN, as garantias atribuídas ao crédito tributário alteram a sua natureza bem como a da obrigação tributária correspondente.

(B) A cobrança judicial do crédito tributário, embora não se subordine a concurso de credores, está sujeita à habilitação em falência, recuperação judicial, inventário ou arrolamento.

(C) Denominam-se concursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores acontecidos durante processo falimentar, bem como após a extinção deste.

(D) No processo falimentar, o crédito tributário não prefere às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.

RESPOSTA (A) Art. 183, parágrafo único, CTN. (B) Art. 187, CTN. (C) Art. 188, CTN, c/c arts. 83 e 84, Lei n. 11.101/2005. (D) Art. 186, parágrafo único. *Alternativa D.*

8616. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Certo contribuinte foi notificado, em 31 de outubro de determinado ano, para pagamento de um tributo, sem que a lei ou a notificação tenha determinado o vencimento daquela obrigação. Nessa situação hipotética, o vencimento ocorrerá

(A) em 30 de novembro do mesmo ano, independentemente do vencimento dos outros impostos cobrados pelo mesmo ente da Federação.

(B) na data do vencimento dos outros impostos cobrados pelo mesmo ente da Federação, por aplicação da analogia.

(C) em qualquer data, desde que anterior a 31 de dezembro daquele mesmo ano.

(D) em qualquer data, desde que não ultrapasse o dia 31 de outubro do ano seguinte.

RESPOSTA Art. 160, CTN. *Alternativa A.*

8617. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** No que se refere à prescrição e à decadência no direito tributário, assinale a opção correta.

(A) A prescrição nunca se interrompe, sendo computada continuamente, desde seu termo inicial.

(B) Para os tributos sujeitos a lançamento por declaração e de ofício, o direito da fazenda pública de constituir seu crédito tributário extingue-se em cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

(C) A citação válida do devedor em ação de execução fiscal interrompe a decadência tributária.

(D) A fazenda pública dispõe do prazo de cinco anos, contados do fato gerador, para cobrar crédito tributário.

RESPOSTA Art. 173, I e II, c/c art. 174, *caput*, c/c art. 174, parágrafo único, CTN. *Alternativa B.*

8618. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere à

exclusão de crédito tributário.

(A) A anistia dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

(B) A isenção concedida por prazo certo e em função de determinadas condições poderá ser revogada ou modificada por lei.

(C) A anistia não pode ser concedida em caráter geral.

(D) A lei tributária que concede isenção deve ser interpretada restritivamente.

RESPOSTA (A) Art. 175, parágrafo único, CTN. (B) 178, CTN. (C) Art. 181, I e II, CTN. (D) Art. 111, II, CTN. *Alternativa D.*

8619. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Segundo o Código Tributário Nacional, o parcelamento do crédito tributário

(A) deve ser concedido na forma e na condição estabelecidas em lei complementar da União.

(B) não exclui, em nenhuma hipótese, a incidência de juros e multas.

(C) não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

(D) não deve ser concedido a devedor em recuperação judicial.

RESPOSTA (A) Art. 155-A, CTN. (B) Art. 155-A, § 1º, CTN. (C) Art. 155-A, § 2º, c/c art. 154, parágrafo único, CTN. (D) Art. 151, VI, c/c art. 191-A, CTN. *Alternativa C.*

8620. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** A alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo em débito tributário inserido na dívida ativa para com a fazenda pública presume-se fraudulenta

(A) se não tiverem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida.

(B) somente se o ato ocorrer quando já em execução a dívida ativa regularmente inscrita.

(C) independentemente de dispor o devedor de outros bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida.

(D) ainda que o ato seja anterior à inscrição do débito na dívida ativa.

RESPOSTA Art. 185, parágrafo único, CTN. *Alternativa A.*

8621. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Não está prevista, no Código Tributário Nacional, no que se refere a lançamento efetuado de ofício, a comprovação de

(A) ocorrência, no lançamento anterior, de fraude funcional da autoridade que o efetuou.

(B) ocorrência, no lançamento anterior, de omissão de formalidade especial da autoridade que o efetuou.

(C) ação ou omissão do sujeito passivo que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.

(D) falta funcional que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.

RESPOSTA Art. 149, CTN. *Alternativa D.*

8622. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Dalton pagou, com cheque, uma multa tributária correspondente a 150% do valor de um imposto devido e o valor total de uma taxa. Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que

(A) o pagamento do valor total da taxa importa em presunção de pagamento de outros créditos referentes a essa taxa.

(B) as obrigações tributárias somente serão consideradas extintas após o débito na conta de Dalton.
(C) o pagamento da multa de 150% do imposto extingue a obrigação tributária principal relativa a esse imposto.
(D) o pagamento do valor total da taxa não importa em presunção de pagamento referente a outros tributos.

RESPOSTA Art. 156, I, c/c art. 157, c/c art. 158, I e II, CTN. *Alternativa D.*

8623. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Promove a extinção do crédito tributário relativo a imposto devido por contribuinte

(A) o depósito do montante integral da dívida, se efetuado em ação promovida pelo contribuinte.
(B) o advento de lei que crie isenção relativa ao referido imposto.
(C) o advento de lei que estabeleça anistia relativa ao referido imposto.
(D) a conversão, caso sobrevenha, de depósito em renda pública.

RESPOSTA Art. 156, CTN. *Alternativa D.*

8624. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Supondo que tenha sido deferido, pela secretaria de fazenda de um estado da Federação, a contribuinte devedor de tributo já vencido pedido de pagamento em parcelas do referido imposto, assinale a opção correta.

(A) O benefício concedido pela administração denomina-se moratória.
(B) O instituto tributário a ser utilizado pelo contribuinte para quitar a dívida caracteriza-se como remissão.
(C) O deferimento do pedido do contribuinte causa a extinção do crédito tributário.
(D) O deferimento do pleito causa a exclusão do crédito tributário.

RESPOSTA Art. 151, I, c/c art. 152, CTN. *Alternativa A.*

8625. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Supondo que seja lavrado o auto de infração e constituído o crédito tributário em decorrência da autuação, pelo fisco, de contribuinte que deixou de emitir nota fiscal e recolher o ICMS, assinale a opção correta.

(A) A modalidade de lançamento adequada a essa situação é a mista, dada a necessidade de informação constante dos documentos da referida empresa.
(B) Nessa situação, em que se constata conduta ilícita do não recolhimento pelo contribuinte, deve ser realizado o lançamento de ofício.
(C) O fisco deve realizar o lançamento por homologação, pois, em se tratando de ICMS, cabe ao contribuinte apurar o valor de tributo devido.
(D) O lançamento efetuado pelo fisco não poderia ter sido feito por meio de auto de infração.

RESPOSTA Art. 149, CTN. *Alternativa B.*

8626. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) O parcelamento do pagamento de dívida tributária contraída por pessoa jurídica

(A) não exclui, por si só, a aplicação de juros e multa.
(B) exige a edição de decreto que o possibilite.
(C) não pode ser concedido de forma geral.
(D) prescinde de despacho de autoridade administrativa.

RESPOSTA (A) Art. 155-A, § 1º, CTN. (B) Art. 155-A, CTN. (C) Art. 155-A, § 2º. (D) Art. 155-A, § 2º, c/c art. 152, II, CTN. *Alternativa A.*

8627. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Ocorrido determinado fato gerador, Augusto deveria pagar o respectivo tributo. Entretanto, uma lei editada posteriormente ao fato deu por extinta, sem pagamento, metade da dívida das pessoas que se enquadravam na situação de Augusto. Passaram-se seis anos, e o fisco nem mesmo constituiu o crédito tributário contra Augusto, relativamente à outra metade do crédito. Nessa hipótese, configura-se a situação de extinção da dívida por

(A) transação e remissão.
(B) transação e prescrição.
(C) remissão e decadência.
(D) prescrição e compensação.

RESPOSTA Art. 172, c/c art. 173, CTN. *Alternativa C.*

8628. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) As hipóteses previstas no CTN para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, NÃO incluem

(A) a medida liminar em ação judicial.
(B) o parcelamento.
(C) o pagamento parcial do tributo.
(D) o depósito do seu montante integral.

RESPOSTA Art. 151, CTN. *Alternativa C.*

8629. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Wilson foi ao DETRAN, no dia 17/12/2007, para proceder à transferência da propriedade de seu veículo a Airton. Lá, foi informado de que a transferência dependia da quitação do IPVA daquele ano, e que ele deveria ir à Secretaria da Fazenda para providenciar o pagamento. Na Secretaria da Fazenda, relatou o fato e, após assinar o requerimento da segunda via do documento de arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), recebeu a notificação para pagamento do respectivo imposto. A situação hipotética acima configura caso de lançamento tributário

(A) por declaração.
(B) por homologação.
(C) de ofício.
(D) por requerimento.

RESPOSTA Art. 147 (lançamento por declaração) c/c art. 149 (lançamento de ofício) c/c art. 150, CTN (lançamento por homologação). *Alternativa C.*

8630. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) O taxista João recebeu do fisco estadual uma correspondência na qual lhe foi informado que, mesmo tendo ocorrido o fato gerador do IPVA, ele não precisaria pagar o tributo, uma vez que fora aprovada uma lei, pela respectiva assembleia legislativa, que excluía o crédito tributário dos taxistas, relativamente ao IPVA. Nessa situação hipotética, pode-se dizer que a citada lei estabeleceu uma

(A) remissão.
(B) transação.
(C) isenção.

(D) anistia.

RESPOSTA (A) Art. 172, CTN. (B) Art. 171, CTN. (C) Art. 175, I, c/c art. 176, CTN. (D) Art. 175, II, c/c art. 180, CTN. *Alternativa C.*

8631. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Suponha-se que determinada sociedade limitada, estando em débito com a fazenda pública estadual em razão do não recolhimento do imposto sobre operações referentes à circulação de mercadorias relativo aos dois últimos anos, promova o parcelamento do valor devido. Nessa situação, o parcelamento

(A) extingue o crédito tributário.
(B) suspende a exigibilidade do crédito tributário.
(C) concede remissão ao crédito tributário.
(D) exclui o crédito tributário.

RESPOSTA Art. 151, VI, CTN. *Alternativa B.*

8632. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Considere-se que a União conceda anistia tributária abrangendo infrações cometidas por pessoas jurídicas domiciliadas em certa região brasileira, em razão de condições que lhes são peculiares. Nessa situação hipotética e de acordo com as normas atinentes ao crédito tributário, assinale a opção correta.

(A) A anistia abrange as infrações administrativas e as contravenções penais cometidas pelas pessoas jurídicas beneficiadas.
(B) Não se aplica a anistia às infrações cometidas anteriormente à vigência da lei.
(C) Não se aplica a anistia a atos praticados com simulação pelas pessoas jurídicas beneficiadas.
(D) A lei concessiva da anistia abrange, também, as infrações cometidas com dolo ou culpa pelas pessoas jurídicas beneficiadas.

RESPOSTA Art. 180, I e II, CTN. *Alternativa C.*

8633. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Segundo o que dispõe o CTN, compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento. A partir dessa informação, assinale a opção correta no que se refere a lançamento e suas modalidades.

(A) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e a taxa de limpeza pública são tributos normalmente submetidos ao lançamento de ofício.
(B) A contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) constitui tributo sujeito ao lançamento por declaração.
(C) A legislação aplicável ao lançamento será a vigente na data em que o mesmo for efetivado.
(D) No lançamento por declaração, o sujeito passivo deve verificar a ocorrência do fato gerador, calcular o montante do tributo devido e efetuar o pagamento, cabendo ao sujeito ativo apenas conferir a apuração e o pagamento já realizados.

RESPOSTA (A) Art. 149, I, CTN. (B) Art. 150, CTN – a COFINS é tributo lançado por homologação. (C) Art. 144, CTN. (D) Art. 147 (por declaração) c/c art. 150 (por homologação), CTN. *Alternativa A.*

8634. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** No que concerne ao lançamento do crédito tributário, assinale a opção correta.

(A) A data da ocorrência do fato gerador vai definir a legislação tributária que regerá a constituição do crédito tributário. Todavia, aplica-se ao lançamento a legislação posterior a esta data que tenha

outorgado ao crédito maiores privilégios, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

(B) Não existindo disposição legal em contrário, nos casos em que o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, deverá ser feita a sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia em que se proceder ao lançamento tributário.

(C) Qualquer modificação nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, introduzida em consequência de decisão judicial, somente pode ser efetiva, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

(D) É de cinco anos o prazo prescricional para cobrança de crédito tributário, contados da data do fato gerador da obrigação tributária.

RESPOSTA (A) Art. 144, c/c art. 144, § 1º, CTN. (B) Art. 143, CTN. (C) Art. 146, CTN. (D) Art. 174, CTN. *Alternativa C.*

8635. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** A União, por intermédio de lei federal, concedeu moratória em caráter geral, relativamente a um tributo, circunscrevendo seus efeitos a determinada região do território nacional, estabelecendo ainda critérios e condições para que o referido favor seja estendido individualmente, por despacho da autoridade administrativa, aos que não possuam domicílio na aludida região. Com base na legislação tributária aplicável e tendo a situação hipotética acima como referência, assinale a opção correta.

(A) Não havendo disposição legal em contrário, presume-se que a concessão da moratória abrange todos os créditos tributários, constituídos ou não, à data da edição da referida lei federal.

(B) A concessão de moratória em caráter individual não gera direito adquirido.

(C) A concessão da moratória não interrompe o prazo prescricional do direito à cobrança do crédito tributário, mesmo que, posteriormente, o despacho concessivo do favor seja anulado em virtude de ter sido constatada a existência de dolo ou simulação do benefício.

(D) A moratória não pode ser concedida em favor de determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

RESPOSTA A questão é passível de anulação, pois a *alternativa C* não está errada, afinal a concessão da moratória NÃO INTERROMPE o prazo prescricional, já que o disposto no art. 155, parágrafo único, CTN, encerra um caso de SUSPENSÃO, e não de interrupção. (A) Art. 154, CTN. (B) Art. 155, CTN. (C) Art. 155, I e parágrafo único, CTN. (D) Art. 152, parágrafo único, CTN. *Alternativa B.*

8636. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** O sujeito passivo de determinada relação jurídica tributária formulou consulta, dentro do prazo legal para pagamento do crédito, a respeito da possibilidade de compensação do aludido crédito com créditos líquidos e certos vincendos de sua titularidade contra a fazenda pública. O mesmo sujeito passivo também possui créditos tributários vencidos relativos ao imposto de renda dos exercícios de 2004 e 2005, nos valores, respectivamente, de R$ 2.000,00 e R$ 4.000,00. Para estes créditos, o sujeito passivo emitiu cheque no valor de R$ 3.000,00, pagando-o diretamente na repartição fiscal. Considerando essa situação e com base na legislação tributária vigente, assinale a opção correta.

(A) Na pendência da consulta formulada, não haverá a incidência de juros moratórios, mesmo que o crédito não seja pago até a data do vencimento.

(B) Mesmo sendo líquidos e certos, não são compensáveis créditos vincendos contra a fazenda pública.

(C) O pagamento de tributos não pode ser efetuado por meio de cheques.

(D) A autoridade administrativa que receber o pagamento relativo a créditos tributários vencidos deverá imputar os R$ 3.000,00 para pagamento do imposto de renda do exercício de 2005.

RESPOSTA (A) Art. 161, § 2º, CTN. (B) Art. 170, CTN. (C) Art. 162, I, CTN. (D) Art. 163, III, CTN. *Alternativa A.*

8637. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Na composição do lançamento tributário, são observados alguns fatores necessários ao cálculo do valor dos tributos. Esses fatores não incluem o(a)

(A) vencimento.
(B) base de cálculo.
(C) alíquota.
(D) identificação do contribuinte.

RESPOSTA Art. 142, CTN, c/c art. 160, CTN. *Alternativa A.*

8638. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** As formas de extinção do crédito tributário, conforme o Código Tributário Nacional (CTN), não incluem a

(A) compensação.
(B) remissão.
(C) prescrição.
(D) isenção.

RESPOSTA Art. 156, CTN. *Alternativa D.*

8639. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** De acordo com o CTN, o crédito tributário não pode ser suspenso por

(A) conversão de depósito em renda.
(B) moratória.
(C) reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
(D) concessão de medida liminar em mandado de segurança.

RESPOSTA Art. 151, CTN. *Alternativa A.*

8640. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Uma autoridade fazendária de certa unidade da federação dirigiu-se ao estabelecimento empresarial da pessoa jurídica Solar Higienização Ltda. para efetuar fiscalização do recolhimento de IPTU relativo ao exercício de 2000. Como os dirigentes da referida pessoa jurídica não procederam ao pagamento do tributo devido, foi lavrado auto de infração em fevereiro de 2006. Com base nessa situação hipotética e acerca da disciplina normativa do lançamento e do crédito tributário, assinale a opção correta.

(A) O lançamento tributário opera efeitos *ex nunc*, possuindo natureza constitutiva e declaratória.
(B) O auto de infração foi lavrado após o advento da decadência.
(C) O IPTU é imposto objeto de lançamento por homologação.
(D) O ato de constituição do crédito tributário é ato discricionário.

RESPOSTA (A) Art. 141, c/c art. 142, CTN. (B) Art. 173, I, CTN. (C) Art. 149, I, CTN. (D) Art. 3º, CTN. *Alternativa B.*

8641. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Por motivo de ordem pública, decorrente de enchente que assolou certa região sulista, o ente municipal competente concedeu moratória à empresa Alves Indústria de Estofados Ltda., consideradas as condições pessoais e peculiares do sujeito passivo.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção incorreta com relação às normas que disciplinam a moratória.

(A) Concedida individualmente, a moratória produz efeitos de forma automática.

(B) A Alves Indústria de Estofados Ltda. não poderá invocar direito adquirido, podendo o benefício fiscal ser revogado de ofício.

(C) A moratória concedida pelo ente municipal somente abrangerá tributos definitivamente constituídos à data do despacho que a outorgar.

(D) A lei municipal concessiva da moratória deverá ser interpretada literalmente.

RESPOSTA (A) Art. 152, II, CTN. (B) Art. 155, CTN. (C) Art. 154, CTN. (D) Art. 111, I, c/c art. 151, I, CTN. *Alternativa A.*

8642. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Assinale a opção incorreta, acerca de crédito e lançamento tributários.

(A) O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é tributo sujeito ao lançamento por homologação, procedimento em que o contribuinte antecipa o pagamento do tributo, e a autoridade tributária, posteriormente, o homologa.

(B) No caso de tributo definitivamente constituído em janeiro de 2006, a pretensão da Fazenda Pública à execução do respectivo crédito tributário prescreverá em janeiro de 2011.

(C) Considere que, em fevereiro, determinado contribuinte prestou serviços sujeitos à incidência do imposto sobre serviços (ISS), à alíquota de1%. Em março, foi publicada lei que majorou a alíquota do imposto para 2%. Nesse caso, sendo o lançamento efetivado em abril, a alíquota utilizada para cálculo do tributo deverá ser de 1%.

(D) Sendo o sujeito passivo da obrigação tributária regularmente notificado quanto ao lançamento, este somente poderá ser alterado por força de decisão judicial, assegurando-se ao contribuinte o contraditório e a ampla defesa.

RESPOSTA (A) Art. 150, CTN. (B) Art. 174, CTN. (C) Art. 150, III, *a*, CF, c/c art. 144, CTN. (D) Art. 145, CTN. *Alternativa D.*

8643. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** A respeito de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, assinale a opção correta.

(A) Será extinto o crédito tributário de contribuinte que promover o depósito integral do montante exigido pela fazenda pública, tanto administrativa quanto judicialmente.

(B) A isenção e a anistia, causas suspensivas do crédito tributário, pressupõem a existência de lançamento do respectivo tributo.

(C) Se determinado contribuinte, pretendendo compensar créditos tributários, impetrar mandado de segurança, com pedido de provimento jurisdicional liminar, o juízo competente poderá declarar o direito à compensação tributária, mas, ao deferir a medida liminar, estará impedido de conceder a efetiva compensação dos créditos.

(D) Constituem hipóteses de extinção do crédito tributário as decisões administrativas irreformáveis, favoráveis ou contrárias ao contribuinte, proferidas em sede de processo administrativo fiscal.

RESPOSTA (A) Art. 151, II, CTN. (B) Art. 175, CTN. (C) Súmulas 212 e 213, STJ. (D) Art. 156, IX, CTN. *Alternativa C.*

VII. Administração Tributária e Dívida Ativa

8644. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** A pessoa jurídica Alfa teve seu nome inscrito em dívida ativa pela Receita Federal do Brasil em decorrência do não recolhimento, no prazo legal, do

imposto sobre renda de pessoas jurídicas. A fazenda nacional, com base no termo de inscrição em dívida ativa, ajuizou execução fiscal, na qual incluiu o principal acrescido de juros de mora, na forma da lei. No entanto, no termo, não constava a data em que a dívida foi inscrita. Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A omissão da data da inscrição da dívida é causa de nulidade da inscrição, mas não, do processo de cobrança dela decorrente.

(B) A quantia devida e a forma de calcular os juros de mora acrescidos não são consideradas requisitos do termo de inscrição da dívida ativa.

(C) A nulidade do termo de inscrição da dívida ativa em razão da ausência da data de inscrição pode ser sanada, a qualquer tempo, mediante substituição da certidão nula.

(D) A nulidade do termo de inscrição da dívida ativa pode ser sanada, mediante substituição da certidão nula, devendo ser devolvido à devedora o prazo para defesa, que somente pode versar sobre a parte modificada.

(E) A presunção de liquidez da dívida regularmente inscrita em dívida ativa abrange o principal, mas não, os juros de mora.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 202, IV, c/c art. 203, CTN. (B) Incorreta – art. 202, II, CTN. (C) Incorreta – art. 203, CTN. (D) Correta – art. 203, CTN. (E) Incorreta – art. 204, c/c art. 201, parágrafo único, CTN. *Alternativa D.*

8645. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Caso tenha sido regularmente aberto procedimento administrativo tributário contra contribuinte, a autoridade tributária pode requerer informações sobre os bens, negócios e atividades desse contribuinte a

(A) cartórios, mas não a bancos.

(B) cartórios, mas não a empresas de administração de bens.

(C) bancos, mas não a cartórios.

(D) bancos, mas não a empresas de administração de bens.

(E) bancos e cartórios.

RESPOSTA *Alternativa A.* Entendemos, por outro lado, que a alternativa correta é a letra E, em razão do art. 197, CTN.

8646. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Tendo em vista que a inscrição do crédito tributário na dívida ativa faz-se depois de esgotado o prazo fixado para pagamento e levando em consideração a disciplina aplicável a essa matéria, assinale a opção correta.

(A) A dívida regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.

(B) O lançamento substitui a inscrição na dívida ativa tributária, para todos os efeitos legais.

(C) A inscrição do crédito tributário na dívida ativa e a consequente expedição da certidão é pressuposto para a cobrança por meio de execução fiscal.

(D) É requisito da certidão da dívida ativa que dela constem os nomes do sujeito passivo da obrigação tributária e dos responsáveis, sob pena de ficar afastada a responsabilidade daqueles cujo nome não figure expressamente nela.

(E) O princípio da segurança jurídica impede a emenda ou substituição da certidão da dívida ativa em caso de omissão ou erro quanto aos requisitos formais, caso em que o vício da certidão acarreta a extinção do crédito tributário.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 204, parágrafo único, CTN. (B) Incorreta – art. 142, c/c art. 201, CTN. (C) Correta – art. 201, c/c art. 202, CTN + art. 6º, §§ 1º e 2º, Lei n. 6.830/80. (D) Incorreta – AgRg no REsp 946.509/RS. (E) Incorreta – art. 203, CTN. *Alternativa C.*

8647. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Podem, em decorrência do sigilo profissional, recusar a fornecer a autoridades administrativas responsáveis pela fiscalização tributária informações sobre bens, negócios ou atividades de terceiros os

(A) corretores.
(B) advogados.
(C) leiloeiros.
(D) inventariantes.
(E) tabeliães.

RESPOSTA Art. 197, parágrafo único, CTN. *Alternativa B.*

8648. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** A respeito da dívida ativa, assinale a opção correta.

(A) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito de natureza tributária regularmente inscrita, cujo prazo para pagamento esteja esgotado.
(B) A fazenda pública está impedida de cobrar juros de mora de débito inscrito em dívida pública.
(C) Crédito tributário regularmente constituído pelo lançamento implica inscrição na dívida ativa.
(D) Auto de infração lavrado pelo fisco contra contribuinte justifica a sua inscrição na dívida pública.
(E) Inscrição na dívida ativa é mero procedimento administrativo e, por isso, não tem consequências jurídicas sobre a liquidez e certeza do crédito.

RESPOSTA (A) Correta – art. 201, CTN. (B) Incorreta – art. 2º, § 2º, Lei n. 6.830/80. (C) Incorreta – art. 201, CTN. (D) Incorreta – art. 201, CTN. (E) Incorreta – art. 204, CTN. *Alternativa A.*

8649. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Considere que, em razão de inadimplemento de obrigação tributária, relativa ao recolhimento do ICMS, tenham sido promovidas a inscrição em dívida ativa e o posterior aforamento de execução fiscal contra LM Livraria Ltda. A propósito dessas considerações e observadas as normas atinentes à administração tributária, assinale a opção correta.

(A) A lei determina que seja promovida a notificação do sujeito passivo acerca da inscrição do crédito tributário em dívida ativa.
(B) A certidão de dívida ativa regularmente lavrada contra LM Livraria Ltda. constitui título executivo extrajudicial e goza de presunção *iuris et de iure* de liquidez e certeza.
(C) Não constitui vício da certidão de dívida ativa a ausência de menção expressa quanto ao valor dos juros de mora e demais encargos, desde que conste a maneira de calculá-los.
(D) O pagamento de parte do débito tributário de LM Livraria Ltda. consubstanciado em certidão de dívida ativa afeta a liquidez da referida certidão.

RESPOSTA (A) Arts. 201 e 202, CTN (não há exigência legal para que o contribuinte seja notificado). (B) Art. 204, parágrafo único, CTN. (C) Art. 202, II, CTN. (D) Art. 9º, § 6º, e art. 10, Lei n. 6.830/80. *Alternativa C.*

8650. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Com relação à administração tributária, assinale a opção INCORRETA.

(A) Somente mediante ordem judicial fundamentada, os tabeliães devem prestar todas as informações às autoridades tributárias de que disponham concernentes a bens, negócios ou atividades de terceiros.
(B) Não constitui violação ao princípio do sigilo fiscal a divulgação de informações, pelos agentes

fazendários, relativas a representações criminais para fins penais.

(C) Recursos provenientes da cobrança de preço público constituem, entre outros, a dívida ativa não tributária.

(D) A dívida ativa tributária regularmente inscrita goza de presunção relativa de certeza e liquidez.

RESPOSTA (A) Art. 197, I, CTN. (B) Art. 198, § 3º, I, CTN. (C) Art. 2º, Lei n. 6.830/80; e Súmula 545, STF. (D) Art. 204, parágrafo único, CTN. *Alternativa A.*

VIII. Processo Tributário

8651. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Com relação ao processo tributário, assinale a opção correta.

(A) Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir da data da citação do processo de execução.

(B) A discussão judicial do crédito tributário, por si só, é causa suspensiva da sua exigibilidade.

(C) A fazenda pública pode substituir certidão de dívida ativa, até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.

(D) É legítima a exigência de depósito prévio para a admissibilidade de recurso administrativo.

(E) Na repetição de indébito tributário, a correção monetária incide a partir da data da prolação da sentença.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 167, parágrafo único, CTN. (B) Incorreta – art. 151, CTN. (C) Correta – art. 203, CTN. (D) Incorreta – Súmula Vinculante 21. (E) Incorreta – Súmula 162, STJ. *Alternativa C.*

8652. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Acerca do processo administrativo-fiscal, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o posicionamento do STJ, é irregular a notificação do contribuinte no processo administrativo-tributário quando não houver previsão de prazo para a correspondente impugnação, hipótese que caracteriza ofensa ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, acarretando a nulidade do lançamento do crédito tributário.

(B) Não tendo havido prévia declaração pelo contribuinte, não configura a denominada denúncia espontânea a confissão da dívida acompanhada de seu pagamento integral, anteriormente a qualquer ação fiscalizatória ou processo administrativo, mesmo em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação.

(C) Segundo o STF, é possível a concomitância da discussão a respeito de crédito tributário na esfera administrativa e na judicial, de modo que o ingresso na via judicial não implica impossibilidade da discussão da hipótese na esfera administrativa.

(D) Em regra, é dispensável o exaurimento do processo administrativo-fiscal para a caracterização do crime contra a ordem tributária.

(E) Tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, tanto em sede de procedimento administrativo quanto em judicial pode o fisco recusar, segundo o STJ, a apuração realizada pelo sujeito passivo, lançando de ofício eventual diferença.

RESPOSTA (A) Correta – AgRg no REsp 1.222.716/RS. (B) Incorreta – Súmula 360, STJ. (C) Incorreta – art. 38, parágrafo único, Lei n. 6.830/80, c/c RE 233.582/RJ. (D) Incorreta – Súmula Vinculante 24. (E) Incorreta – REsp 1.216.080/PR. *Alternativa A.*

8653. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Com relação ao processo judicial-tributário, assinale a opção correta.

(A) Segundo a jurisprudência, a matriz tem legitimidade para representar processualmente as filiais, mesmo em se tratando de fato gerador de tributo que ocorra de modo individualizado em cada estabelecimento comercial ou industrial, sendo legítimo o ajuizamento, pela matriz, de ação anulatória de débito fiscal inscrito em nome de suas filiais.

(B) De acordo com o STJ, a autoridade judicial pode determinar, em sede de embargos à execução fiscal, a compensação do débito executado com o crédito de precatório judicial vencido e não pago.

(C) Por considerar possível a movimentação dos depósitos judiciais de tributos antes do trânsito em julgado do processo a que se encontram vinculados, o STJ admite a substituição do depósito em dinheiro por seguro garantia judicial em ação anulatória de débito fiscal.

(D) Constitui crime formal a falsa declaração ou omissão de declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou emprego de outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo, razão pela qual é dispensável a conclusão de procedimento administrativo para a configuração de justa causa legitimadora da persecução penal.

(E) Sendo crime formal, a sonegação fiscal independe da constituição definitiva do crédito tributário para se consumar.

RESPOSTA (A) Incorreta – AgRg no AREsp 73.337/MA. (B) Incorreta – AgRg no Ag 1.352.136/RS. (C) Incorreta – AgRg no AREsp 213.678/SE. (D) Correta – STF, RHC 90.532 ED/CE. (E) Incorreta – Súmula Vinculante 24. *Alternativa D.*

8654. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Considerando os meios previstos na legislação tributária para assegurar ao contribuinte a possibilidade de opor-se às exigências fiscais, bem como os requisitos relacionados a tais exigências, assinale a opção correta.

(A) O depósito prévio do valor cobrado é condição para que, antes da execução fiscal, o sujeito passivo provoque a atividade jurisdicional, contestando a pretensão da fazenda pública.

(B) Caso a fazenda pública se negue a receber, em parcelas, o crédito tributário, principal e acessório, caberá a proposição de ação de consignação em pagamento.

(C) Tratando-se de ação de repetição de indébito de taxa cobrada mensalmente e a mesmo título, é necessário juntar ao processo, na fase de conhecimento, todos os comprovantes de recolhimento da taxa.

(D) Cabe interposição de mandado de segurança caso o contribuinte pretenda obter declaração do direito à compensação das importâncias pagas, a maior, a título de tributo.

(E) O ajuizamento de ação anulatória acompanhada de depósito do valor cobrado não impede a fazenda pública de proceder à execução fiscal e, no caso de a execução ocorrer, a penhora recai sobre o montante depositado, o que possibilita a conversão do valor em renda.

RESPOSTA (A) Incorreta – Súmula Vinculante 28. (B) Incorreta – art. 164, I, CTN. (C) Incorreta – STJ, REsp 1.230.479/PR. (D) Correta – Súmula 213, STJ. (E) Incorreta – art. 151, II, CTN. *Alternativa D.*

8655. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação ao processo administrativo tributário.

(A) O depósito prévio é condição de admissibilidade para a interposição de recurso administrativo no âmbito desse processo.

(B) A consulta acerca desse processo consiste na formulação de questionamento de cunho informal, dada a inexistência de disciplina legal que regule tal procedimento.

(C) O referido processo, embora considerado, sob o ponto de vista formal, de natureza jurisdicional, constitui atividade desenvolvida no âmbito do processo administrativo fiscal.

(D) Tal processo consiste em atividade, sempre vinculada, desenvolvida pela autoridade da administração tributária, conforme determinação extraída do próprio conceito de tributo.

(E) Esse processo administrativo destina-se, em sentido amplo, à criação de tributos, conforme determinação e exigência do crédito tributário.

RESPOSTA Art. 3º, CTN. *Alternativa D.*

8656. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Com base no que dispõe a Lei n. 6.830/1980, assinale a opção correta.

(A) O prazo para a substituição da certidão de dívida ativa prescreve na data de citação do executado.

(B) Na execução fiscal, será feita a intimação da penhora ao executado, mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora, sendo, entretanto, prevista, também, a possibilidade da intimação pessoal da penhora, ou, ainda, pelo correio.

(C) Os embargos na execução fiscal independem da garantia da execução e, em regra, não têm efeito suspensivo, havendo a necessidade de pedido e comprovação, pelo executado, de dano grave de difícil reparação, dada a aplicação subsidiária do CPC.

(D) A citação, na execução fiscal, deve ser feita, obrigatoriamente, por oficial de justiça, não havendo previsão de citação pelo correio.

(E) Na execução fiscal, a dívida executada, definida, exclusivamente, como tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora; a dívida não tributária não integra a dívida ativa da fazenda pública.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 2º, § 8º, Lei n. 6.830/80. (B) Correta – art. 12, Lei n. 6.830/80. (C) Incorreta – art. 16, § 1º, Lei n. 6.830/80. (D) Incorreta – art. 8º, I, Lei n. 6.830/80. (E) Incorreta – art. 2º, § 2º, Lei n. 6.830/80. *Alternativa B.*

8657. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito da ação cautelar fiscal. Assinale a opção em que a assertiva está correta.

(A) A fazenda pública ajuizou medida cautelar fiscal contra a pessoa jurídica D. No julgamento da ação, o juiz acolheu a alegação de compensação, tendo transcorrido o prazo recursal sem interposição de recurso. Nessa situação, a decisão não obsta o ajuizamento da execução judicial da dívida ativa, visto que a cautelar não faz coisa julgada material.

(B) A empresa E, devedora de contribuições sociais incidentes sobre seu lucro, pratica atos que impedem a satisfação do crédito. Nesse caso, não cabe o ajuizamento da medida cautelar fiscal, pois a CF elenca como espécies tributárias apenas o imposto, a taxa e a contribuição de melhoria.

(C) O devedor tributário A contraiu dívidas que comprometeram a liquidez do seu patrimônio. Nesse caso, a fazenda pública somente poderá requerer medida cautelar após a constituição do crédito tributário, sendo a prova literal de sua constituição essencial para a concessão da referida medida.

(D) A fazenda pública de determinado estado da Federação ajuizou execução fiscal em face da pessoa jurídica B. Nessa situação, não cabe a instauração do procedimento cautelar fiscal, dada a caracterização de procedimento de cunho exclusivamente preparatório.

(E) Foi decretada contra a empresa C medida cautelar fiscal. Nesse caso, a medida deve ser comunicada imediatamente ao MP, a fim de que seja promovida a proteção do patrimônio público mediante a indisponibilidade dos bens da referida empresa.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 15, c/c art. 16, Lei n. 8.397/92. (B) Incorreta – art. 2º, IX, Lei n. 8.397/92. (C) Correta – art. 1º; art. 2º, IV; e art. 3º, I, Lei n. 8.397/92. (D) Incorreta – art. 1º, Lei n. 8.397/92. (E) Incorreta – art. 4º, § 3º, Lei n. 8.397/92. *Alternativa C.*

8658. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** No que diz respeito ao processo judicial tributário, assinale a opção correta.

(A) Na ação declaratória, o contribuinte requer a anulação do procedimento administrativo de constituição do crédito tributário.
(B) De acordo com o Código Tributário Nacional, as hipóteses que autorizam o ajuizamento da ação de consignação em pagamento limitam-se à consignação judicial da importância do crédito tributário em face de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória.
(C) O MP tem legitimidade para propor ACP com o objetivo de anular acordo realizado entre o contribuinte e o poder público para pagamento de dívida tributária, na defesa do erário.
(D) A lei permite que a sentença que conceda mandado de segurança para fins de compensação tributária seja executada provisoriamente.
(E) A execução fiscal obsta o ajuizamento de ação declaratória pelo contribuinte.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 4º, I, CPC. (B) Incorreta – art. 164, I, II e III, CTN. (C) Correta – AgRg no RE 586.089/DF. (D) Incorreta – art. 14, § 3º, c/c art. 7º, § 2º, Lei n. 12.016/2009. (E) Incorreta – REsp 1.153.895/RJ. *Alternativa C.*

8659. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** Deve ser cobrada judicialmente, por meio de processo distinto da execução fiscal, a dívida

(A) de um inquilino para com uma autarquia municipal.
(B) de um inquilino para com o fisco federal.
(C) contratual de uma autarquia municipal para com o fisco federal.
(D) tributária de uma sociedade de economia mista municipal para com o fisco federal.
(E) de um estado para com uma sociedade de economia mista federal.

RESPOSTA Arts. 1º e 2º, Lei n. 6.830/80 (*a contrario sensu*). *Alternativa E.*

8660. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Determinado contribuinte reside em área situada na fronteira entre dois municípios, não sendo muito bem delineada, naquela localidade, a separação geográfica entre as duas municipalidades. Em razão dessa circunstância, ocorreu de ele ter sido notificado pelas duas fazendas municipais para pagar o IPTU. Nesse caso, deve o contribuinte

(A) pagar a totalidade dos impostos e ajuizar, contra cada município, ação de repetição de indébito de metade do valor do IPTU.
(B) omitir-se de pagar o imposto perante as duas fazendas, uma vez que o caso configura bitributação.
(C) ajuizar ação de consignação em pagamento.
(D) pagar metade de cada um dos impostos e ajuizar pedido de revisão de valor do IPTU junto aos dois municípios.
(E) interpor recurso junto aos dois municípios para que eles definam a qual deles pertence a área em questão.

RESPOSTA Art. 164, III, CTN. *Alternativa C.*

8661. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Acerca do processo judicial tributário, assinale a

opção correta.

(A) Na ação de consignação em pagamento, ao fazer o depósito, o contribuinte livra-se dos efeitos da mora e pode discutir toda e qualquer questão sobre a dívida tributária.

(B) A ação de consignação em pagamento é via adequada para discussão de pagamentos feitos a maior ou a menor, o que se fundamenta na ideia de que é defeso o enriquecimento sem causa.

(C) Na ação anulatória de débito fiscal, cujo fundamento é a revisão do ato declarativo da dívida, é cabível o pedido de tutela antecipada, sendo o polo passivo identificado a partir do tributo que for objeto da lide.

(D) Por ter *status* de remédio constitucional, o mandado de segurança em matéria tributária é cabível, em razão dos princípios norteadores do direito tributário, ainda que não tenham sido preenchidos os requisitos formais mínimos para a sua impetração.

(E) Dispensa-se a prova do erro, quando for pago um tributo maior que o devido, bastando ao sujeito passivo provar o pagamento sem causa jurídica, caso em que o fisco não pode impor qualquer empecilho à restituição da diferença entre o valor devido e o efetivamente pago.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 164, § 2º, CTN. (B) Incorreta – art. 164, I a III, CTN. (C) Incorreta – o juízo competente é determinado a partir do tributo – art. 109, CF, porém verifica-se também o polo passivo da ação. (D) Incorreta – art. 5º, LXIX, CF. (E) Correta – art. 165, CTN. *Alternativa E.*

Comentário: Questão passível de questionamento em virtude da redação da alternativa C.

8662. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** No que diz respeito ao processo judicial tributário, assinale a opção correta.

(A) Em ação cautelar que vise à autorização da compensação de créditos tributários, deverá ser concedida medida liminar caso estejam presentes os pressupostos legais.

(B) As sentenças proferidas contra a fazenda pública estão sujeitas ao reexame necessário, podendo o procurador da fazenda, em situações específicas, dispensar o recurso.

(C) Em ação de repetição de indébito tributário, não é necessária a prova documental do recolhimento do tributo, uma vez que a fazenda pública tem o dever de controlar sua arrecadação.

(D) Tratando-se de ação de restituição de indébito do imposto sobre produto industrializado, a concessionária de veículo é contribuinte de fato e a montadora, de direito, tendo, portanto, a montadora a legitimidade ativa na referida ação.

(E) Proposta ação por meio da qual tenha sido requerida declaração de direito a compensação de tributo pago indevidamente, não pode o contribuinte alterar a forma de crédito quando da execução.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 170-A, CTN. (B) Correta – art. 475, CPC, c/c Portaria PGFN n. 294/2010. (C) Incorreta – REsp 1.101.882/SP. (D) Incorreta – REsp 906.405/SC. (E) Incorreta – Súmula 461, STJ. *Alternativa B.*

8663. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência à cobrança judicial da dívida ativa da fazenda pública.

(A) A dívida ativa da fazenda pública não abrange os juros de mora.

(B) A indicação, pelo executado, de bem imóvel à penhora prescinde de consentimento expresso do respectivo cônjuge.

(C) A execução fiscal pode ser promovida contra o devedor, mas não contra o fiador.

(D) Em situação excepcional, a penhora poderá recair sobre estabelecimento empresarial.

RESPOSTA (A) Art. 2º, § 2º, Lei n. 6.830/80. (B) Art. 9º, § 1º, Lei n. 6.830/80. (C) Art. 4º, Lei n. 6.830/80. (D) Art. 11, § 1º, Lei n. 6.830/80. *Alternativa D.*

8664. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** A fazenda pública municipal ajuizou execução fiscal contra a MN Consultoria e Serviços Ltda., pelo não recolhimento, na forma e prazos devidos, do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS). A executada foi citada para pagar a dívida com juros e multa de mora e encargos indicados na certidão de dívida ativa ou para garantir a execução. Tendo como referência inicial a situação hipotética acima, assinale a opção correta acerca das normas atinentes à execução fiscal.

(A) A certidão de dívida ativa poderá ser emendada até decisão proferida em recurso especial.
(B) O despacho do juiz que deferir a petição inicial determinará o arresto dos bens da MN Consultoria e Serviços Ltda., caso a dívida não seja paga, nem garantida a execução, por depósito ou fiança.
(C) A MN Consultoria e Serviços Ltda. não poderá apresentar reconvenção nos autos da execução fiscal proposta em seu desfavor.
(D) A lei veda que a petição inicial e a certidão de dívida ativa constituam um único documento.

RESPOSTA (A) Art. 203, CTN, c/c art. 2º, § 8º, Lei n. 6.830/80. (B) Art. 7º, I a V, Lei n. 6.830/80. (C) Art. 16, § 3º, Lei n. 6.830/80; e STJ, REsp 438.396. (D) Art. 6º, § 2º, Lei n. 6.830/80. *Alternativa B.*

IX. Temas Mistos

8665. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** Caso lei instituindo o tributo de ISS em determinado município tenha sido publicada em 20/12/2008, sem indicar a data de sua vigência,

(A) o tributo poderá ser cobrado a partir de 1º/1/2009, em função do princípio da anterioridade.
(B) o tributo de ISS, por estar sendo instituído no município, poderá ser cobrado a partir da publicação da lei.
(C) o ISS poderá ser cobrado somente após 40 dias, contados da publicação da lei que não determinou a data de sua vigência.
(D) a aplicação da lei ocorrerá na data de sua vigência, que se dará 30 dias após sua publicação.
(E) a lei terá aplicação no exercício seguinte ao da sua publicação, mas se terá de esperar 45 dias para sua entrada em vigor.

RESPOSTA Art. 101, CTN, c/c Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Decreto n. 4.657/42, art. 1º, e art. 150, III, *b* e *c*, CF. *Alternativa E.*

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) Considerando o entendimento jurisprudencial do STF, julgue os itens seguintes, que versam sobre as limitações constitucionais ao direito de tributar (Certo ou Errado).

8666. A fundação pública mantenedora da Universidade de Brasília tem imunidade tributária em relação a taxa de limpeza pública instituída pelo Distrito Federal.

RESPOSTA Entendemos por não haver, nesse caso, imunidade recíproca para taxa. Art. 150, VI, *a*, c/c art. 150, § 2º, CF. *Errada.*

8667. É possível que tratado internacional incorporado ao ordenamento brasileiro conceda isenção de imposto sobre circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) sobre veículos importados.

RESPOSTA Entendemos pela possibilidade da concessão da isenção do ICMS por tratado internacional. STF, RE 234.662 AgR/BA. *Certa.*

8668. A imunidade tributária concedida a jornais não alcança a tinta utilizada para a impressão.

RESPOSTA De acordo com a jurisprudência do STF, RE 346.771 AgR/RJ. *Certa.*

8669. A contribuição social criada por lei publicada em 20 de dezembro de determinado ano somente poderá ser exigida em 1.º de janeiro do ano seguinte.

RESPOSTA Art. 150, III, *c*, CF. *Errada.*

8670. As medidas necessárias ao esclarecimento dos consumidores acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços devem ser determinadas por lei.

RESPOSTA Art. 150, § 5º, CF. *Certa.*

8671. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** A respeito do Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta com base no CTN.

(A) A relação jurídica regulada pelo direito tributário não é considerada obrigacional, ainda que vincule o Estado ao contribuinte.
(B) O direito tributário desfruta de autonomia perante os demais ramos do direito e, dada sua complexidade, não pode ser objeto de resoluções do Senado Federal.
(C) A natureza jurídica do tributo é determinada pela destinação legal do produto da sua arrecadação.
(D) Conforme o CTN, o preço público também é considerado tributo, em razão de sua finalidade e características determinadas pela lei.
(E) A atividade administrativa de cobrança de tributo deve ser plenamente vinculada, ou seja, não cabe à administração aplicar, na cobrança de tributos, critérios de conveniência e oportunidade.

RESPOSTA Art. 3º, CTN. *Alternativa E.*

8672. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** No que concerne à obrigação tributária e ao crédito tributário, assinale a opção correta.

(A) O lançamento não poderá ser revisto de ofício pela autoridade administrativa caso a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
(B) A especificação do prazo de duração do favor não se inclui entre os requisitos previstos na lei que concede a moratória em caráter geral.
(C) Somente nos casos previstos no CTN pode ser modificado ou extinto o crédito tributário regularmente constituído.
(D) Considera-se espontânea a denúncia, mesmo após o início de qualquer medida de fiscalização, dado o privilégio concedido à intenção do agente.
(E) O lançamento do crédito reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei vigente, salvo se esta for posteriormente modificada ou revogada.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 149, II, CTN. (B) Incorreta – art. 153, I, CTN. (C) Correta – art. 141, CTN. (D) Incorreta – art. 138, parágrafo único, CTN. (E) Incorreta – art. 144, CTN. *Alternativa C.*

8673. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** A respeito do crédito tributário e do processo judicial tributário, assinale a opção correta.

(A) É vedada a divulgação, pela administração tributária, de informações relativas a representações para fins penais.

(B) As entidades que gozem de isenção ou imunidade tributária não são passíveis de fiscalização, visto que a ação fiscalizadora constituiria abuso de poder do agente fiscalizador.

(C) Até que ocorra a prescrição dos créditos tributários, os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal devem ser conservados.

(D) A ação declaratória em matéria fiscal não pode ser utilizada em relação a quaisquer espécies tributárias; não se aplica, por exemplo, aos empréstimos compulsórios.

(E) As garantias atribuídas ao crédito tributário estão previstas no CTN, não se admitindo outras oriundas de outras fontes legislativas, ainda que de maneira subsidiária.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 198, § 3º, I, CTN. (B) Incorreta – art. 194, parágrafo único, CTN. (C) Correta – art. 195, parágrafo único, CTN. (D) Incorreta – art. 4º, I, CPC. (E) Incorreta – art. 183, CTN. *Alternativa C.*

8674. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) A respeito das disposições constitucionais relativas aos princípios gerais do sistema tributário, às limitações do poder de tributar e aos impostos, assinale a opção correta.

(A) O princípio da imunidade recíproca, que veda à União, aos estados, ao DF e aos municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros, não se aplica aos entes que compõem a administração indireta, como autarquias e fundações públicas.

(B) As contribuições sociais são instituídas por lei federal, sendo exclusiva da União a competência para instituí-las e cobrá-las.

(C) A CF, além de vedar a possibilidade de a União reter, a qualquer título, os valores dos impostos que deve transferir aos estados, ao DF e aos municípios, proíbe que se condicione a entrega de recursos ao pagamento dos eventuais créditos das entidades e órgãos federais.

(D) Dados os princípios da personalização e da capacidade contributiva, os impostos devem, sempre que possível, ter caráter pessoal e ser graduados de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, sendo facultado à administração, respeitados os direitos individuais e os termos da lei, identificar os rendimentos do contribuinte, seu patrimônio e suas atividades econômicas.

(E) Em razão da imunidade constitucional conferida aos templos de qualquer culto, os entes federativos são impedidos de cobrar ou instituir taxas e impostos sobre o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais dos templos, mas não sobre as rendas decorrentes das contribuições dos fiéis.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 150, § 2º, CF. (B) Incorreta – art. 149, § 1º, CF. (C) Incorreta – art. 160, parágrafo único, I, CF. (D) Correta – art. 145, § 1º, CF. (E) Incorreta – art. 150, VI, *b*, c/c § 4º, CF. *Alternativa D.*

8675. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) Considerando a majoração, para o patamar de 25%, da contribuição previdenciária dos servidores públicos de determinado ente federado, associada à incidência do imposto de renda de 27,5%, assinale a opção correta a respeito do efeito confiscatório e da contribuição previdenciária.

(A) O aumento da referida contribuição previdenciária pode ser exigido na data de publicação da respectiva norma.

(B) A referida majoração não caracteriza efeito confiscatório, uma vez que, na verificação da onerosidade, o aumento não se soma à alíquota do imposto de renda.

(C) A vedação do efeito confiscatório aplica-se tanto aos tributos propriamente ditos quanto às multas pelo descumprimento da legislação tributária.

(D) A finalidade extrafiscal justifica a tributação confiscatória.

(E) A referida contribuição previdenciária não incide sobre o décimo terceiro salário dos servidores.

RESPOSTA RE 632.315 AgR/PE. *Alternativa C.*

8676. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere às obrigações e ao lançamento tributário.

(A) A iniciativa do lançamento por declaração é da autoridade administrativa e independe de qualquer colaboração do sujeito passivo.

(B) O lançamento não pode ser objeto de revisão.

(C) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

(D) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

(E) Aplica-se o benefício da denúncia espontânea aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

RESPOSTA (A) Incorreta – 147, CTN. (B) Incorreta – art. 149, CTN. (C) Correta – Súmula 436, STJ. (D) Incorreta – Súmula 430, STJ. (E) Incorreta – Súmula 360, STJ. *Alternativa C*

8677. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** À luz da jurisprudência e da legislação de regência, assinale a opção correta no que se refere à cobrança judicial da dívida ativa da fazenda pública e ao Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

(A) A vedação do ingresso no SIMPLES Nacional em face da existência de débito fiscal cuja exigibilidade não esteja suspensa subsiste ainda que a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha garantido a execução fiscal ou que seus embargos à execução tenham sido recebidos no efeito suspensivo.

(B) Tratando-se de execução fiscal, é indispensável a intimação da fazenda pública do despacho que determina o arquivamento dos autos.

(C) Em se tratando de execução fiscal, o juiz pode decretar de ofício a prescrição intercorrente, ainda que não ouvida a fazenda pública exequente.

(D) A ação de cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da sua constituição definitiva, não sendo o ato extrajudicial que reconheça o débito do devedor apto para a interrupção da prescrição.

(E) O redirecionamento da execução fiscal contra o sócio deve ocorrer no prazo de cinco anos da citação da pessoa jurídica, sob pena de operar-se a prescrição, e a simples falta de pagamento do tributo já configura, por si só, circunstância que acarreta a responsabilidade subsidiária do sócio.

RESPOSTA (A) Correta – art. 17, V, LC n. 123/2006, c/c RMS 27.473/SE. (B) Incorreta – AgRg no REsp 232.083/PR. (C) Incorreta – art. 40, § 4º, Lei n. 6.830/80. (D) Incorreta – art. 174, parágrafo único, IV, CTN. (E) Incorreta – Súmula 430, STJ. *Alternativa A.*

8678. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** No que concerne aos crimes contra a ordem tributária, assinale a opção correta.

(A) Em se tratando de crimes funcionais contra a ordem tributária, mesmo que o tributo seja pago, ou que haja a extinção da punibilidade do contribuinte, remanesce a responsabilidade penal do funcionário público.

(B) Nos crimes contra a ordem tributária, resta configurada nulidade quando o procedimento

investigatório ministerial é instaurado antes do término da apuração administrativo-tributária, ainda que tenha sobrevindo a constituição definitiva do crédito antes do nascimento do respectivo inquérito policial.

(C) O denominado crime de falso (uso de documento falso) é absorvido pelo crime de sonegação fiscal, independentemente do fato de constituir meio ou caminho necessário para a correspondente consumação, em atenção ao princípio da especialidade ou da consunção.

(D) O STJ tem entendimento pacificado no sentido da não aplicação do princípio da insignificância aos crimes contra a ordem tributária.

(E) Tratando-se de crimes contra a ordem tributária de autoria coletiva, é inválida a vestibular acusatória quando as atuações individuais dos acusados não forem minuciosamente descritas, mesmo que se tenha a demonstração do liame entre o agir destes e a suposta prática delituosa, com a demonstração da plausibilidade da imputação.

RESPOSTA STJ – HC 137.462/RJ. *Alternativa A.*

8679. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca de exclusão de crédito tributário, competência tributária, imunidade tributária e fontes do direito tributário.

(A) De acordo com a CF, em nenhuma hipótese a União poderá conceder isenção de tributos estaduais e municipais.

(B) Tratados internacionais ratificados pelo Brasil não constituem meio hábil para a instituição de isenções relativas a tributos estaduais e municipais, conforme a jurisprudência.

(C) A CF concede imunidade em relação ao ICMS apenas às operações que destinem ao exterior produtos industrializados.

(D) A capacidade tributária ativa, que consiste no fato de uma pessoa política poder figurar no polo ativo de uma relação jurídico-tributária, é indelegável.

(E) A CF atribui à União a denominada competência residual ou remanescente para a instituição de impostos e contribuições sociais relativas à seguridade social.

RESPOSTA Passível de questionamento em razão da afirmativa da letra A – art. 155, § 2º, XII, *e*, c/c art. 156, § 3º, II, CF. (A) Incorreta – art. 151, III, CF. (B) Incorreta – RE 543.943 AgR/PR. (C) Incorreta – art. 155, § 2º, X, *a*, CF. (D) Incorreta – art. 7º, CTN. (E) Correta – art. 154, I, c/c art. 195, § 4º, CF. *Alternativa E.*

8680. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Para efetivar programa de desenvolvimento de áreas cujo solo permanece, em mais de 40%, alagado por pelo menos três meses ao ano, o estado Y editou norma concedendo a empresas que optassem pelo programa o direito a um crédito presumido de ICMS equivalente a 15% nas entradas interestaduais. De acordo com a norma, caberia à administração tributária verificar a ocorrência da situação e celebrar acordo entre o fisco e as empresas. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Para a concessão do referido benefício fiscal, a despeito das circunstâncias de urgência e calamidade eventualmente alegadas na justificativa da edição da norma, seria necessária a celebração de convênio entre o estado Y e os demais estados da Federação e o DF.

(B) Tratando-se de matéria que envolve tributos, o MP não tem legitimidade para, por meio de ação civil pública, impugnar os acordos que vierem a ser celebrados entre o fisco e as empresas.

(C) Considerando-se a situação precária das áreas incluídas no programa, a necessidade de gerar emprego e desenvolver a região, a concessão do benefício é legal, desde que tenha se dado por meio da edição de lei complementar.

(D) Caso o estado Y seja o único prejudicado no que se refere à arrecadação tributária, considerando-

se o crédito presumido, não cabe aos demais estados agir para impugnar o benefício fiscal concedido.

(E) O benefício fiscal corresponde à remissão parcial do crédito tributário e, sendo o ICMS tributo de competência dos estados, é legítima a sua concessão, dado o princípio da independência tributária.

RESPOSTA Art. 155, § 2º, XII, *g*, CF. *Alternativa A.*

8681. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Com relação ao que dispõe a Lei Complementar n. 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, assinale a opção correta.

(A) O recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação de impostos e contribuições sociais, de empresa de pequeno porte incluída no Simples Nacional não exclui a incidência do imposto sobre serviços nem a do ICMS, que deverão ser pagos separadamente, sendo a possibilidade de unificação restrita a impostos da União.

(B) O ato de desenquadramento de sociedade simples como empresa de pequeno porte implica restrições a contratos que tenham sido anteriormente firmados pela empresa.

(C) A microempresa optante do SIMPLES Nacional poderá utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal.

(D) A empresa de pequeno porte que pretenda participar de licitação pública deverá comprovar a regularidade fiscal para efeito de recebimento de sua proposta.

(E) Empresa de pequeno porte que requerer o arquivamento, nos órgãos de registro, de seus atos constitutivos estará dispensada da prova de quitação, de regularidade ou de inexistência de débito referente a tributo de qualquer natureza para a realização do referido arquivamento.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 13, VII e VIII, LC n. 123/2006. (B) Incorreta – art. 3º, § 3º, LC n. 123/2006. (C) Incorreta – art. 24, LC n. 123/2006. (D) Incorreta – art. 42, LC n. 123/2006. (E) Correta – art. 9º, § 1º, II, LC n. 123/2006. *Alternativa E.*

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Julgue os itens seguintes, a respeito do Sistema Tributário Nacional (Certo ou Errado).

8682. Lei genérica municipal, estadual ou federal pode determinar a concessão de subsídio ou isenção fiscal.

RESPOSTA Art. 150, § 6º, CF. *Errado.*

8683. A concessão de benefícios fiscais relativos ao imposto sobre a propriedade de veículo automotor depende de deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária.

RESPOSTA Art. 155, § 2º, XII, *g*, CF. *Errado.*

8684. Os municípios podem conceder incentivos fiscais referentes ao ICMS.

RESPOSTA Art. 155, II, c/c art. 150, § 6º, CF. *Errado.*

8685. Os estados e o DF podem estabelecer alíquotas internas de ICMS inferiores às previstas para as operações interestaduais.

RESPOSTA Art. 155, § 2º, VI, CF. *Errado.*

8686. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** A respeito do Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta.

(A) Consoante a jurisprudência do STF, as custas, a taxa judiciária e os emolumentos constituem espécies de preço público. Assim, é admissível que parte da arrecadação obtida com essas espécies seja destinada a instituições privadas, entidades de classe e caixas de assistência dos advogados.

(B) Compete aos entes federativos instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de atuação nas respectivas áreas, observado o princípio da anterioridade.

(C) A cobrança de taxa exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o texto constitucional.

(D) A receita proveniente da arrecadação de empréstimo compulsório instituído para atender a despesa extraordinária decorrente de calamidade pública ocorrida no sul do país pode ser destinada para a construção de escolas públicas na região Nordeste, uma vez que é vedada a vinculação de receita de tributos a órgão, fundo ou despesa.

(E) Segundo o STF, a existência de órgão administrativo constitui condição suficiente para o reconhecimento da constitucionalidade da cobrança da taxa de localização e fiscalização, sendo um dos elementos para se inferir o efetivo exercício do poder de polícia, exigido constitucionalmente.

RESPOSTA (A) Incorreta – ADI 1.145/PB. (B) Incorreta – art. 149, CF. (C) Correta – Súmula Vinculante 19. (D) Incorreta – art. 148, parágrafo único, CF. (E) Incorreta – RE 588.322/RO. *Alternativa C.*

8687. (Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE) Considerando a competência tributária e as limitações do poder de tributar, assinale a opção correta.

(A) É compatível com a CF lei complementar estadual que isente os membros do MP do pagamento de custas judiciais, notariais, cartorárias e quaisquer taxas ou emolumentos.

(B) Segundo a jurisprudência do STF, ofende o princípio da isonomia tributária a instituição de lei que, por motivos extrafiscais, imprima tratamento desigual a microempresas de capacidade contributiva distinta, afastando do regime do SIMPLES aquelas cujos sócios tenham condição de disputar o mercado de trabalho sem auxílio estatal.

(C) A imunidade tributária recíproca impede a cobrança de impostos, taxas e contribuições entre os entes federativos.

(D) De acordo com o que dispõe o CTN, os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencem à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

(E) A atribuição da competência tributária compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

RESPOSTA (A) Incorreta – ADI 3.260/RN. (B) Incorreta – ADI 1.643. (C) Incorreta – art. 150, VI, *a*, CF. (D) Correta – art. 6º, parágrafo único, CTN. (E) Incorreta – art. 7º, § 1º, CTN. *Alternativa D.*

8688. (Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE) No que concerne a capacidade tributária, fato gerador e irretroatividade da lei tributária, assinale a opção correta.

(A) A nulidade ou a anulabilidade do ato jurídico, sob o enfoque do direito civil, são irrelevantes para o direito tributário, pois a definição do fato gerador é interpretada abstraindo-se tais fatos.

(B) A capacidade tributária passiva da pessoa jurídica depende de ela estar regularmente constituída.

(C) Na análise da capacidade contributiva, o CTN confere ao fisco o poder discricionário, na consideração da pessoalidade, para graduar o tributo.

(D) O CTN adota como regra a irretroatividade da lei tributária. Nesse sentido, a lei aplica-se ao ato

pretérito, salvo tratando-se de ato não definitivamente julgado.

(E) Em decorrência do postulado da capacidade contributiva, é possível que profissionais da mesma categoria ou função sejam tributados de modo diverso.

RESPOSTA (A) Correta – art. 118, I, CTN. (B) Incorreta – art. 126, III, CTN. (C) Incorreta – art. 145, § 1º, CF c/c COSTA, Regina Helena. *Curso de direito tributário,* p. 74. (D) Incorreta – art. 150, III, *a*, CF; e arts. 144 e 106, CTN. (E) Incorreta – afirmativa condiz com o fato gerador, e não com a capacidade tributária – art. 118, I, CTN. *Alternativa A.*

8689. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Com relação à vigência e aplicação da legislação tributária, bem como à disciplina aplicável aos pedágios, assinale a opção correta.

(A) É possível que, em razão de relevantes interesses, a União institua um tributo implicando distinção de um estado em detrimento de outro, admitida, ainda, a concessão de incentivos fiscais, buscando-se o fomento econômico das regiões mais pobres do país.

(B) Aplica-se a lei vigente à data da ocorrência do fato gerador da obrigação, ainda que posteriormente modificada ou revogada, salvo se houver lei superveniente mais benéfica.

(C) Conforme o caso concreto, é facultado à União, aos estados, ao DF e aos municípios, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, utilizar tributo com efeito de confisco.

(D) O pedágio somente será arrecadado e fiscalizado por entidades privadas sem fins lucrativos, que assumam a condição de sujeitos ativos.

(E) A cobrança do pedágio justifica-se constitucionalmente pelo fato de ser gravame exigido pela utilização das rodovias conservadas pelo poder público, e não pela mera transposição de município ou de estado.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 151, I, CF. (B) Incorreta – art. 144, CTN. (C) Incorreta – art. 150, IV, CF. (D) Incorreta – art. 150, V, CF. (E) Correta – art. 150, V, CF. *Alternativa E.*

8690. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Considerando as fontes do direito tributário, assinale a opção correta.

(A) O princípio da anualidade confunde-se com o princípio da anterioridade tributária, ambos com o mesmo fundamento jurídico.

(B) De acordo com o princípio da anterioridade anual, previsto constitucionalmente, é vedado à União, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

(C) Não se aplicam as regras gerais da *vacatio legis* à lei tributária, ainda que não haja disposição sobre a data de sua entrada em vigor.

(D) A característica principal do imposto de renda é o fato de esse tributo não ser progressivo, sendo suas alíquotas fixadas taxativamente em lei.

(E) De acordo com a sistemática traçada pela CF, cabe à lei ordinária dispor sobre conflitos de competência entre a União, os estados, o DF e os municípios, em matéria tributária.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 150, III, *b* e *c*, CF, condiz apenas com a anterioridade. (B) Correta – art. 150, III, *b*, CF. (C) Incorreta – art. 101, CTN. (D) Incorreta – art. 153, § 2º, I, CF. (E) Incorreta – art. 146, I, CF. *Alternativa B.*

8691. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Em conformidade com a legislação tributária em vigor e com a CF, assinale a opção correta.

(A) Se, de algum modo, a lei beneficiar o contribuinte, ela não deverá produzir efeitos imediatos, dada a obrigatoriedade da observância do princípio da anterioridade.

(B) A forma de concretização do postulado da capacidade contributiva de certos tributos indiretos é a seletividade, de natureza obrigatória para o imposto sobre produtos industrializados.

(C) Quando a lei for expressamente interpretativa, ela será aplicada, em determinados casos, a ato ou fato pretérito, excluída a aplicação de penalidade a infração de dispositivos interpretativos.

(D) De acordo com a CF, é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa nele entrar, permanecer ou dele sair, entretanto, sobre o trânsito dos bens dessa pessoa incidirão impostos.

(E) É possível que um tributo federal contenha alíquotas diferenciadas em algumas áreas do país, não se observando uma alíquota una para toda a extensão do território nacional.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 150, III, *b* e *c*, CF (*a contrario sensu*). (B) Correta – art. 153, § 3º, I, CF. (C) Incorreta – art. 106, I, CTN. (D) Incorreta – art. 150, V, CF. (E) Incorreta – art. 151, I, CF. *Alternativa B.*

8692. (Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE) Celebrada transação penal em face da prática de crime contra a ordem tributária, o autor do fato, que se comprometera a reparar o dano, procurou a fazenda pública para efetuar o pagamento do débito tributário, tendo solicitado parcelamento da dívida, única forma de poder cumprir a condição imposta. Em face da situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

(A) Concedido o parcelamento do crédito tributário, estará suspensa a pretensão punitiva do estado, cuja extinção está condicionada ao pagamento integral do débito tributário.

(B) Concedido o parcelamento por despacho fundamentado da autoridade administrativa, estará extinto o crédito tributário, caso não tenha sido proposta execução.

(C) Como o pleito se refere a cumprimento de condição imposta em juízo, a administração tributária deve conceder o parcelamento, independentemente da existência de lei autorizadora.

(D) Por ter como finalidade a reparação do dano causado, o parcelamento deve ser concedido, excluindo-se as multas que incidam pela prática da sonegação.

(E) Concedido pela autoridade administrativa, o parcelamento requerido não pode ser revogado, ainda que se apure não ter sido cumprida condição objetiva em face do direito adquirido.

RESPOSTA (A) Correta – art. 83, §§ 2º e 4º, Lei n. 9.430/96 (c/redação dada pela Lei n. 12.382/2011). (B) Incorreta – art. 83, § 4º, Lei n. 9.430/96 (c/redação dada pela Lei n. 12.382/2011). (C) Incorreta – art. 155-A, CTN. (D) Incorreta – art. 155-A, § 1º, CTN. (E) Incorreta – art. 155-A, § 2º, c/c art. 155, CTN. *Alternativa A.*

8693. (Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE) Determinado estado, por ter débitos constituídos por precatórios pendentes de pagamento e por não conseguir receber dívidas tributárias, instituiu o direito de compensação entre os débitos e os créditos. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Sendo o contribuinte credor do estado por precatório não pago, poderá ele efetuar o lançamento de seu crédito na apuração mensal do ICMS.

(B) Sendo negada administrativamente a compensação requerida pelo contribuinte, este poderá ingressar com mandado de segurança para exercer o seu direito, por não envolver dilação probatória.

(C) A compensação, modalidade de suspensão do crédito tributário, depende de lei regulamentadora que a autorize.

(D) A possibilidade de compensação entre débitos e créditos está prevista no Código Tributário Nacional, independentemente de lei que regularize o seu exercício.

(E) Se a compensação fosse estabelecida e regulada pela União, a legislação teria aplicação aos

tributos estaduais e municipais.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 97, §§ 1º e 2º, CF. (B) Correta – Súmula 213, STJ. (C) Incorreta – art. 156, II, CTN. (D) Incorreta – art. 170, CTN. (E) Incorreta – art. 150, § 6º, CF, c/c art. 170, CTN. *Alternativa B.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Julgue os itens seguintes, relativos ao direito tributário brasileiro (Certo ou Errado).

8694. O sócio administrador de sociedade limitada em débito com a fazenda pública federal, referente ao pagamento do IRPJ, é pessoal e solidariamente responsável pelos referidos débitos, quando contraídos durante a sua administração.

RESPOSTA Art. 135, III, CTN, c/c Súmula 430, STJ. *Errado.*

8695. É legítima a aplicação da taxa SELIC como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização de débitos tributários em atraso relacionados ao IPVA, mesmo que inexista lei estadual nesse sentido.

RESPOSTA REsp 803.059/MG. *Errado.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) Julgue os próximos itens, relativos a obrigação e crédito tributários (Certo ou Errado).

8696. No curso da execução fiscal, é lícita a decretação de ofício da prescrição intercorrente, sendo dispensada a prévia intimação da fazenda pública.

RESPOSTA Art. 40, § 4º, Lei n. 6.830/80. *Errado.*

8697. Considere que determinada revendedora de automóveis, em débito quanto ao pagamento de diversos tributos, decida quitá-los e que haja a imputação do pagamento, pela autoridade administrativa. Nessa situação, a referida imputação deve-se dar, primeiramente, quanto aos débitos oriundos de obrigação própria e, em segundo lugar, aos decorrentes de responsabilidade tributária.

RESPOSTA Art. 163, I, CTN. *Certo.*

8698. Pela remissão, o legislador extingue a punibilidade do sujeito passivo infrator da legislação tributária, impedindo a constituição do respectivo crédito tributário.

RESPOSTA Art. 180, CTN. Trata-se de anistia. *Errado.*

8699. Se determinada indústria traz matéria-prima do exterior, com isenção de impostos, para ser reexportada após sofrer beneficiamento, é ilícita a exigência de nova certidão negativa de débito no momento do desembaraço aduaneiro da respectiva importação, uma vez já comprovada a quitação de tributos federais quando da concessão do benefício inerente às operações pelo regime do drawback.

RESPOSTA REsp 1.041.237/SP. *Certo.*

8700. Se determinada revendedora de eletrodomésticos possui estabelecimentos localizados em diversas unidades da Federação, o ICMS deverá ser recolhido pela alíquota interna, no estado de onde saiu a mercadoria para o consumidor final, após a sua fatura, ainda que tenha sido negociada a venda em outro local, por meio da empresa filial.

RESPOSTA AgRg no REsp 703.232/SC. *Certo.*

(Procurador – AGU – 2010 – CESPE) No que concerne ao Sistema Tributário Nacional, julgue os

itens seguintes (Certo ou Errado).

8701. É devida a correção monetária de créditos escriturais de imposto sobre produtos industrializados na hipótese em que o seu não aproveitamento pelo contribuinte em tempo oportuno tenha ocorrido em razão da demora motivada por ato administrativo ou normativo do fisco considerado ilegítimo.

RESPOSTA Súmula 411, STJ. *Certo.*

8702. Se, na região Norte do país, for criado território federal, mediante lei complementar, competirá à União a instituição do ICMS nesse território.

RESPOSTA Art. 147, CF. *Certo.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Com base no Direito Tributário, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

8703. Suponha que determinado tributo criado pela União, com base em sua competência tributária residual, tenha o produto de sua arrecadação destinado à formação de reservas cambiais. Nesse caso, o referido tributo somente poderá ser uma contribuição.

RESPOSTA Art. 195, § 4º, CF. *Errado.*

8704. Caso a União celebre com os estados-membros convênio para a adoção de método eletrônico para o lançamento de certos tributos, o referido convênio entrará em vigor na data nele prevista.

RESPOSTA Art. 103, III, CTN. *Certo.*

8705. É lícita a interpretação restritiva de lei que conceda isenção de impostos e contribuições federais a uma categoria de empresas localizadas em determinada região brasileira.

RESPOSTA Art. 111, II, CTN. *Errado.*

8706. Se, na importação de produtos eletrônicos originados da Coreia, determinada pessoa jurídica brasileira pagou US$ 10.000,00, o preço pago pelos produtos deverá ser convertido em moeda nacional ao câmbio do dia do lançamento, para fins de apuração do valor do imposto de importação devido.

RESPOSTA Art. 143, CTN. *Errado.*

8707. Considere que Gustavo possua débitos vencidos relativos ao imposto sobre a renda correspondente aos períodos de 2003 e de 2005, que, juntos, totalizem R$ 9.000,00. Considere, ainda, que, intencionando regularizar sua situação perante o fisco, Gustavo efetue o pagamento de parte desse valor. Nessa situação hipotética, a autoridade tributária, ao receber o pagamento, deverá determinar a respectiva imputação, na ordem crescente dos prazos de prescrição.

RESPOSTA Art. 163, III, CTN. *Certo.*

(Advogado – AGU – 2009 – CESPE) Julgue os seguintes itens, que dizem respeito ao sistema tributário nacional (Certo ou Errado).

8708. Para que sejam garantidas a aplicação do princípio do não confisco e a do princípio da

capacidade contributiva, o STF entende que a constituição de um estado-membro da Federação pode estabelecer limites para o aumento dos impostos e contribuições municipais.

RESPOSTA Súmula 69, STF. *Errado.*

8709. Segundo jurisprudência do STF, é inconstitucional cobrar, das empresas aéreas nacionais, ICMS sobre a prestação de serviços de transporte aéreo internacional de cargas.

RESPOSTA *Informativo* 252, STF. *Certo.*

8710. De acordo com o STF, reputa-se inconstitucional o ato do contribuinte do IPI que se credita do valor do tributo incidente sobre insumos adquiridos sob o regime de isenção.

RESPOSTA RE 566.819 (mudança de entendimento do STF – hoje a assertiva estaria correta). Gabarito oficial: *Errado.*

8711. Segundo jurisprudência do STJ, é ilegítima a cobrança do ICMS sobre o serviço de habilitação de telefone celular.

RESPOSTA Súmula 350, STJ. *Certo.*

8712. No curso de execução fiscal promovida contra sociedade empresária e seus sócios-gerentes, cabe a estes o ônus da prova para dirimir ou excluir a responsabilidade, via embargos do devedor, porquanto a certidão de dívida ativa goza de presunção *juris tantum* de liquidez e certeza.

RESPOSTA Art. 204, parágrafo único, CTN, c/c AgRg no REsp 8.282/RS. *Certo.*

8713. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Em relação à competência tributária, assinale a opção correta.

(A) A entrega pela União ao Fundo de Participação dos Municípios de percentual do produto de arrecadação do IPI, prevista na CF, representa outorga parcial de competência tributária.

(B) Caso determinado município da Federação brasileira tenha celebrado convênios com instituições financeiras, para facilitar a arrecadação dos tributos municipais, permitindo ao contribuinte efetuar o recolhimento dos tributos diretamente nas instituições conveniadas de sua preferência, nessa situação, o cometimento do encargo de arrecadação de tributos às referidas instituições constitui delegação de competência.

(C) Se a União, por intermédio de lei federal, delegar aos municípios as funções de arrecadação e fiscalização do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte, sobre rendimentos pagos aos seus respectivos servidores e empregados públicos municipais, nesse caso, estarão compreendidas na aludida atribuição aos municípios as garantias e privilégios processuais que competem à União.

(D) Caso determinado município brasileiro, apesar de constitucionalmente autorizado, não institua contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, será legítimo que o estado a que pertença o aludido município assuma a competência tributária e institua o referido tributo.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 6º, parágrafo único, CTN. (B) Incorreta – art. 7º, § 3º, CTN. (C) Correta – art. 7º, § 1º, CTN. (D) Incorreta – art. 8º, CTN. *Alternativa C.*

8714. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** O montante da arrecadação tributária de um município estava abaixo do estabelecido para os gastos públicos pela LRF, o que levou o subsecretário da receita a tomar as decisões seguintes, visando o combate à sonegação e ao inadimplemento dos

compromissos tributários.

> Por portaria, majorou a multa aplicada a empresas pelo atraso no pagamento e antecipou o dia para recolhimento dos tributos, além de estabelecer correção monetária da base de cálculo sempre que o recolhimento do tributo ocorrer após vencido o prazo.

> Por instrução normativa, estabeleceu multas por descumprimento de obrigações acessórias.

> Suspendeu a fruição da isenção tributária nas atividades que enumera, pelo prazo de 90 dias.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Por afetar diretamente o planejamento físico e financeiro das empresas, a portaria não poderia alterar o dia do vencimento da obrigação tributária principal.

(B) A matéria veiculada pelo subsecretário é legislação tributária, não importando os meios utilizados para estabelecer as obrigações impostas.

(C) Tratando-se de suspensão de isenção tributária e não de seu indeferimento, tal ato é passível de veiculação por ato administrativo.

(D) As penalidades por descumprimento de obrigações acessórias podem ser estabelecidas por atos infralegais.

(E) A correção monetária da base de cálculo não implica majoração ou imposição tributária, sendo desnecessária a edição de lei para sua instituição.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 160, c/c art. 96, CTN. (B) Entendemos que apesar da indicação do gabarito, a alternativa está incorreta, pois multas, por exemplo, são temas reservados à lei – art. 97, V, CTN. (C) Incorreta – art. 150, § 6º, CF, c/c art. 176, CTN. (D) Incorreta – art. 97, V, CTN. (E) Poderia ser considerada correta se o vocábulo “correção” tivesse sido utilizado como sinônimo de “atualização” – art. 97, § 2º, CTN. *Alternativa B.*

8715. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** Com relação aos fatos, atos e negócios jurídicos, assinale a opção correta.

(A) A legislação tributária estabelece hierarquia entre as leis instituidoras de tributos federais, estaduais e municipais.

(B) Se, em procedimento administrativo fiscal, houver discussão sobre o alcance de uma norma impositiva, e, em face disso, tiver sido editada lei explicitando o sentido da referida norma, essa lei terá efeito retroativo.

(C) A lei que estabeleça redução de alíquota de tributo terá efeito retroativo, desde que o procedimento administrativo não tenha sido definitivamente julgado, por ser mais benéfica ao contribuinte.

(D) Uma nova lei que estabeleça redução de multa punitiva retroagirá em benefício do contribuinte, o que não ocorre quando se tratar de multa moratória.

(E) Na integração da norma tributária, poderá ser utilizada a analogia, a interpretação analógica e a interpretação extensiva.

RESPOSTA (A) Incorreta – arts. 1º e 2º, CTN. (B) Correta – art. 106, I, CTN. (C) Incorreta – art. 106, II, *c*, CTN. (D) Incorreta – art. 106, II, *c*, CTN, c/c REsp 94.511/PR. (E) Incorreta – art. 108, CTN. *Alternativa B.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Acerca da legislação tributária, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

8716. Salvo disposição em contrário, uma decisão do delegado da Receita Federal, a que a lei atribua eficácia normativa, entrará em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

RESPOSTA Art. 103, II, CTN. *Certo.*

8717. Medida provisória pode estabelecer isenção do ISS incidente sobre a exportação de serviços para o exterior.

RESPOSTA Art. 156, § 3º, II, c/c art. 62, § 1º, III, CF. *Errado.*

(Procurador – AGU – 2007 – CESPE) Julgue os próximos itens, relativos a garantias e privilégios do crédito tributário e à dívida ativa da fazenda pública (Certo ou Errado).

8718. Constituem dívida ativa da fazenda pública os créditos de natureza tributária, como os provenientes de impostos, e os créditos de natureza não tributária, como os decorrentes das multas por infração a dispositivo da CLT.

RESPOSTA Art. 2º, Lei n. 6.830/80. *Certo.*

8719. No processo falimentar, o crédito tributário não tem preferência sobre os créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.

RESPOSTA Art. 186, parágrafo único, I, CTN. *Certo.*

8720. **(Promotor – MP-RN – 2009 – CESPE)** Com base na CF e considerando que lei ordinária estadual tenha criado contribuição previdenciária e estabelecido em 10 anos o prazo prescricional do crédito tributário, assinale a opção correta.

(A) A lei estadual pode alterar o prazo de prescrição, tendo em vista a competência tributária.
(B) É inconstitucional a alteração do prazo prescricional, que deveria ser realizada por lei complementar estadual.
(C) É inconstitucional a alteração do prazo prescricional, pois a alteração deveria ser feita apenas por lei complementar federal.
(D) O prazo de prescrição em matéria tributária não tem previsão constitucional e, por isso, pode ser alterado por lei ordinária.
(E) A prescrição é matéria de lei complementar estadual, pois é regulamentada no CTN.

RESPOSTA Art. 146, III, *b*, CF. *Alternativa C.*

(Delegado – PF – 2002 – CESPE) Acerca do direito tributário, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

8721. Considere que um tratado internacional celebrado entre Brasil, Argentina e Uruguai estabeleceu em 5% o valor do imposto de importação incidente sobre carne bovina comercializada entre os países signatários do acordo; porém, em virtude de alterações na conjuntura econômica brasileira, foi editada lei complementar federal fixando em 11% a alíquota do imposto de importação sobre carne bovina importada de qualquer procedência. Nessa situação, a lei que majorou a alíquota do imposto de importação é inconstitucional porque, de acordo com a Constituição da República, as convenções internacionais acerca de matéria tributária são fonte formal de direito positivo com patamar hierárquico superior ao das leis internas e, portanto, devem ser observadas pela legislação federal que lhe sobrevenha.

RESPOSTA O Supremo Tribunal Federal decidiu pela paridade da legislação infraconstitucional e os tratados internacionais. STF, RE 80.004/SE. *Errada.*

8722. Na exegese das normas que estabelecem fatos geradores de tributos, é admitida a

interpretação extensiva, mas é vedada a utilização de analogia que resulte em exigência de tributo não previsto em lei.

RESPOSTA Art. 108, § 1º, CTN. *Certa.*

8723. Como o imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) somente pode ser instituído pelos estados e pelo DF, tratados internacionais e leis federais, sejam elas ordinárias ou complementares, não podem conceder isenções relativamente a esse tributo.

RESPOSTA Embora possível tratado internacional, leis federais ordinárias ou complementares não poderão conceder isenções em razão do art. 151, III, CF. *Certa.*

8724. A constituição do crédito tributário relativo a impostos federais, tais como o imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) e o imposto sobre as operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF), dá-se por meio do ato administrativo que inscreve o valor devido na dívida ativa da União, pois é apenas nesse momento que o sujeito passivo do tributo pode ser executado judicialmente pelo não pagamento do débito fiscal.

RESPOSTA Art. 142, c/c art. 150, CTN. *Errada.*

8725. **(Delegado – PC-RN – 2009 – CESPE)** Com relação às limitações do poder de tributar, assinale a opção correta.

(A) A decisão judicial que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício faz coisa julgada em relação aos posteriores, em respeito aos princípios da separação dos poderes e da autoridade da coisa julgada.

(B) Segundo entendimento jurisprudencial dominante do STF, a revogação de isenção tributária tem sido equiparada à instituição ou majoração de tributo, só podendo surtir efeitos no exercício financeiro seguinte.

(C) A aquisição de mercadorias no mercado interno por pessoa jurídica que possui imunidade tributária deve-se sujeitar à tributação pelo ICMS, ainda que os bens adquiridos passem a integrar o patrimônio da adquirente.

(D) A imunidade tributária recíproca prevista na CF não se estende às empresas públicas, ainda que atuem em regime de monopólio, pois tal benesse não é extensível ao setor privado.

(E) Lei complementar estadual que isente os membros do MP do pagamento de custas judiciais, notariais, cartorárias e quaisquer taxas ou emolumentos fere o princípio da igualdade de tratamento aos contribuintes.

RESPOSTA (A) Incorreta – Súmula 239, STF. (B) Incorreta – RE 106.031/SP. (C) Incorreta – AI 535.922 AgRg/RS. (D) Incorreta – AgRg no RE 363.412/BA. (E) Correta – ADI 3.260/RN. *Alternativa E.*

(Delegado – PF – 2002 – CESPE) À luz dos direitos penal e tributário, julgue o item abaixo (Certo ou Errado).

8726. Consoante entendimento do STF, os emolumentos judiciais são tributos da espécie taxa.

RESPOSTA ADI 3.694/AP. *Certa.*

(Delegado – PF – 2004 – CESPE) A fiscalização tributária apreendeu em estabelecimento farmacêutico controle paralelo de vendas de três anos anteriores à fiscalização, sem emissão de notas fiscais, de cápsulas para emagrecimento compostas de substância capaz de causar dependência psíquica e acionou imediatamente a polícia, que efetuou a prisão em flagrante do sócio-gerente por

tráfego de entorpecente, já que tal substância estava estocada em prateleira, vindo a ser proferida sentença condenatória com trânsito em julgado. Com base na situação hipotética acima, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

8727. O proprietário do estabelecimento cometeu, em tese, crime contra a ordem tributária.

RESPOSTA Art. 1º, V, Lei n. 8.137/90. *Certa.*

8728. A responsabilidade penal tributária e a tributária penal não se confundem, apesar de ambas adotarem a responsabilidade subjetiva.

RESPOSTA Art. 136, CTN e doutrina (AMARO, *Direito tributário brasileiro*, p. 463). *Errada.*

(Delegado – PF – 2002 – CESPE) À luz do direito tributário, julgue o item abaixo (Certo ou Errado) [adaptada].

8729. Consoante entendimento do STF, a sonegação fiscal de lucro advindo de atividade criminosa – tráfico de entorpecentes –, envolvendo sociedades comerciais organizadas, com lucros vultosos subtraídos à contabilidade regular das empresas e à declaração de rendimentos, caracteriza, em tese, crime contra a ordem tributária.

RESPOSTA HC 94.240/SP, c/c art. 2º, I, Lei n. 8.137/90. *Certa.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca do direito tributário e do sistema tributário nacional, julgue os itens (Certo ou Errado).

8730. À autoridade tributária competente cabe declarar a existência do crédito tributário pelo lançamento, ocasião em que deve verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, calcular o montante do tributo devido e identificar o sujeito passivo. Eventual proposição de aplicação de penalidade pecuniária deve ser objeto de ato administrativo próprio, pois não se trata de tributo.

RESPOSTA Art. 142, CTN. *Errada.*

8731. Considere que pessoa jurídica tenha adquirido imóvel não residencial em hasta pública. Nesse caso, em consonância com a jurisprudência do STJ, a arrematação tem o efeito de expurgar qualquer ônus obrigacional sobre o imóvel para a pessoa jurídica arrematante, devendo a transferência ocorrer livre de qualquer encargo ou responsabilidade tributária.

RESPOSTA Art. 130, parágrafo único, CTN, c/c AgRg no Ag 1.246.665/SP. *Certa.*

8732. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Caso ocorra a fusão de duas grandes indústrias alimentícias brasileiras que, juntas, detenham mais de 60% do mercado nacional de certo item de alimentação, de acordo com o que dispõe a CF, para prevenir os desequilíbrios da concorrência causados pela citada fusão,

(A) a União, os estados, o DF e os municípios poderão estabelecer critérios especiais de tributação, além de outras normas com os mesmos objetivos.

(B) somente a União poderá estabelecer critérios especiais de tributação, podendo os estados, o DF e os municípios estabelecer outras normas com os mesmos objetivos.

(C) a União, os estados, o DF e os municípios poderão estabelecer critérios especiais de tributação, todavia apenas a União detém competência para estabelecer outras normas com os mesmos objetivos.

(D) somente a União poderá estabelecer critérios especiais de tributação, além de outras normas com os mesmos objetivos.

RESPOSTA Art. 146-A, CF. *Alternativa D.*

8733. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do sistema tributário nacional.

(A) Cabe aos municípios a instituição do IPVA.

(B) As contribuições de intervenção no domínio econômico incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros.

(C) Cabe à lei ordinária federal estabelecer disposições gerais sobre prescrição tributária.

(D) É lícita a instituição de taxa cuja base de cálculo tenha o valor de operação de crédito.

RESPOSTA (A) Art. 155, III, CF. (B) Art. 149, § 2º, II, CF. (C) Art. 146, III, *b*, CF. (D) Art. 145, § 2º, CF, c/c art. 77, parágrafo único, CTN. *Alternativa B.*

8734. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) A instituição, pela União, de benefício fiscal relativamente ao imposto de renda poderá ser feita

(A) somente em lei que trate do imposto de renda.

(B) somente em lei que estabeleça benefícios fiscais.

(C) tanto em lei que trate de benefícios fiscais quanto em lei que trate do imposto de renda.

(D) em qualquer lei que disponha a respeito de matéria tributária.

RESPOSTA Art. 150, § 6º, CF. *Alternativa C.*

8735. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) A fixação, por lei complementar, de limite máximo para o estabelecimento de valor de remissão e anistia é constitucionalmente prevista para a contribuição

(A) específica de financiamento da seguridade social sobre o faturamento das empresas.

(B) social sobre o lucro líquido.

(C) destinada ao Programa de Integração Social.

(D) patronal sobre a folha de pagamento.

RESPOSTA Art. 195, § 11, CF. *Alternativa D.*

8736. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) NÃO constitui matéria de direito tributário reservada pela Constituição Federal (CF) à lei complementar a

(A) definição das espécies tributárias.

(B) definição dos contribuintes e das alíquotas dos impostos discriminados pela CF.

(C) definição de tributos.

(D) definição dos fatos geradores e da base de cálculo dos impostos discriminados pela CF.

RESPOSTA Art. 146, III, CF. *Alternativa B.*

8737. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Osvaldo, que foi notificado pelo fisco para o pagamento de um imposto de R$ 10.000,00 e multa de 20%, impugnou o lançamento e, no curso do processo, declarou-se devedor dos R$ 10.000,00 e requereu a exclusão da multa, por denúncia espontânea. Ainda no curso do processo, advieram duas leis: uma que alterou a alíquota da multa para

o correspondente a 10%, e outra, posterior, que alterou a alíquota para 15%. Nessa situação, o percentual de multa que Osvaldo terá de pagar é igual a

(A) 0%.

(B) 10%.

(C) 15%.

(D) 20%.

RESPOSTA Art. 150, III, *a*, CF, c/c art. 138, parágrafo único, c/c art. 144, c/c art. 106, II, *c*, CTN. *Alternativa B.*

8738. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) A Sol Agência de Viagem e Turismo Ltda. dedica-se exclusivamente a sua atividade-fim. Um de seus sócios diretores, que é domiciliado no México, decidiu que os impostos e contribuições da referida pessoa jurídica deveriam ser recolhidos pelo regime do Simples Nacional, por considerar que a agência se enquadra nos requisitos legais de uma microempresa. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

(A) A Sol Agência de Viagem e Turismo Ltda. não pode recolher seus impostos e contribuições na forma do Simples Nacional por ter sócio domiciliado no exterior.

(B) Um dos requisitos para que uma pessoa jurídica possa se enquadrar na definição legal de microempresa é que a mesma aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 240.000,00.

(C) O Simples Nacional implica o recolhimento trimestral de vários tributos, mediante documento único de arrecadação.

(D) Inclui-se, entre as contribuições recolhidas pelo sistema do Simples Nacional, a contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

RESPOSTA Houve alteração da LC n. 123/2006 no ano de 2011 (LC n. 139/2011), modificando um dos requisitos para se ingressar no Simples. (A) Art. 17, II, LC n. 123/2006. (B) Art. 3º, I, LC n. 123/2006. (C) Art. 13, LC n. 123/2006. (D) Art. 13, § 1º, VIII, LC n. 123/2006. *Alternativa A.*

8739. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) João auferiu renda superior a R$ 100.000,00 no ano calendário de 2005, mas não apresentou declaração ao fisco federal em virtude de essa renda ter sido proveniente da prática de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Em regular atividade fiscal, João foi compelido a pagar multa pecuniária pelo atraso na entrega de sua declaração de renda. Considerando a situação hipotética apresentada acima e as normas do sistema tributário nacional, assinale a opção correta.

(A) Constitui tributo a multa imposta a João pelo atraso na entrega de sua declaração de renda.

(B) João não está obrigado a pagar o imposto de renda em razão de os valores por ele auferidos terem sido provenientes de atividade ilícita.

(C) O imposto de renda poderá ser instituído por lei complementar, lei ordinária, medida provisória ou decreto.

(D) O imposto de renda deve ser informado pelos critérios da universalidade, da progressividade e da generalidade.

RESPOSTA (A) Art. 3º, CTN. (B) Art. 118, I, CTN. (C) Art. 150, I, CF. (D) Art. 153, § 2º, I, CF. *Alternativa D.*

8740. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Determinada sociedade, constituída para prestar serviços no ramo de estética corporal, possui estabelecimentos em alguns municípios nordestinos e,

no ano-calendário de 2005, auferiu receita bruta na ordem de R$ 230.000,00. Com base na situação hipotética apresentada, assinale a OPÇÃO INCORRETA quanto à disciplina do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).

(A) A sociedade, ao optar pelo SIMPLES, poderá incluir o pagamento do ISS no referido sistema, desde que os municípios onde estejam situados seus estabelecimentos tenham aderido ao SIMPLES, mediante convênio.

(B) A pessoa jurídica optante pelo SIMPLES deverá pagar, separadamente, a contribuição para a seguridade social, relativa ao empregado.

(C) As pessoas jurídicas prestadoras de serviços profissionais médicos não poderão optar pelo SIMPLES.

(D) Ao fazer a opção pelo SIMPLES, o contribuinte não poderá se valer de parcelamentos quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido sistema.

RESPOSTA (A) Art. 3º, I, c/c art. 13, VIII, LC n. 123/2006. (B) Art. 13, IV, c/c art. 13, § 1º, IX e X, LC n. 123/2006. (C) Art. 17, XI, LC n. 123/2006. (D) Art. 44, Resolução CGSN n. 94/2011. *Alternativa A.*

Comentários: Na época da aplicação da questão, havia apenas uma alternativa correta (letra A). Contudo, após a publicação da Resolução CGSN n. 94/2011, podemos considerar também verdadeira a alternativa de letra D.

8741. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Segundo a legislação tributária, a União pode conceder isenção tributária a empreendimentos industriais ou agrícolas que se instalem em unidades da federação consideradas subdesenvolvidas, visando ao crescimento setorial e ao combate ao desemprego. Com relação a essa situação, assinale a opção incorreta acerca das normas relativas à legislação tributária.

(A) A isenção outorgada pela União não poderá abranger tributos de competência dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

(B) As pessoas jurídicas beneficiadas com a isenção devem cumprir as obrigações tributárias acessórias e se submeter à fiscalização da entidade tributante.

(C) Salvo disposição em sentido contrário, a lei tributária começará a vigorar no território nacional no prazo de 45 dias após a sua publicação.

(D) A isenção somente poderá ser concedida por lei complementar.

RESPOSTA (A) Art. 151, III, CF. (B) Art. 175, parágrafo único, CTN. (C) Art. 1º, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. (D) Art. 150, § 6º, CF. *Alternativa D.*

X. Tributo e suas Espécies

(Procurador – PGE-ES – 2008 – CESPE) Acerca do direito tributário brasileiro, julgue o item (Certo ou Errado).

8742. Caso certa entidade municipal leve a efeito a construção de uma ponte, no valor de R$ 7.200.000,00, que beneficie a população de duas cidades, uma vez que a distância percorrida pelas pessoas diminuirá de 30 km para 7 km, para efeitos de cobrança da contribuição de melhoria, a valorização dos imóveis beneficiados será presumida, cabendo aos contribuintes interessados fazer prova da inexistência da valorização imobiliária.

RESPOSTA Art. 3º, § 1º, Decreto-lei n. 195/67. *Errado.*

8743. **(Procurador – PGE-AL – 2009 – CESPE)** A cobrança de emolumentos pelo Poder

Judiciário enquadra-se na definição jurídica de
(A) taxa pela prestação de serviço público.
(B) taxa pelo poder de polícia.
(C) preço público.
(D) imposto.
(E) tarifa pública.

RESPOSTA REsp 1.285.183/RJ e AI no RMS 31.170/SP. *Alternativa A.*

8744. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta com relação aos impostos em geral.
(A) O arrematante de produtos importados apreendidos ou abandonados é contribuinte do imposto sobre a importação.
(B) A receita líquida do imposto de exportação destina-se à conservação dos portos ou lugares de saída do produto.
(C) O Poder Executivo não detém a competência de alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto de exportação, ainda que para ajustá-lo aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.
(D) À luz do CTN, a posse de imóvel por natureza localizado fora da zona urbana do município, tal como definido na lei civil, não é considerada fato gerador para a incidência do imposto sobre a propriedade territorial rural.
(E) A base de cálculo do imposto relativo a produto que, tendo sido apreendido ou abandonado, seja levado a leilão corresponderá à alíquota *ad valorem.*

RESPOSTA (A) Correta – art. 22, CTN. (B) Incorreta – art. 167, IV, CF. (C) Incorreta – art. 153, § 1º, CF. (D) Incorreta – art. 29, CTN. (E) Incorreta – art. 46, III, c/c art. 47, III, CTN. *Alternativa A.*

8745. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) A respeito dos impostos da União, assinale a opção correta.
(A) O ato de concessão de isenção fiscal não é discricionário.
(B) O aumento do IPI pode entrar em vigor no dia da sua publicação, caso seja determinado em medida provisória.
(C) Medida provisória que determine a majoração do IPI só poderá produzir efeitos no exercício financeiro seguinte se for convertida em lei até o último dia do exercício em que seja editada.
(D) O comprador que goza de imunidade tributária, ao adquirir veículo automotor importado, estende sua imunidade ao produtor.
(E) Está de acordo com a CF norma infraconstitucional que atribua a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de estabelecer as alíquotas do imposto de exportação.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 179, CTN. (B) Incorreta – art. 150, III, *c*, c/c § 1º, CF. (C) Incorreta – art. 62, § 2º, c/c art. 150, § 1º, CF. (D) Incorreta – Súmula 591, STF. (E) Correta – art. 153, § 1º, CF. *Alternativa E.*

8746. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito da instituição e cobrança de taxas.
(A) É constitucional a cobrança de taxa de matrícula em universidade pública federal.
(B) De acordo com entendimento firmado em súmula do STJ, é ilegítima a cobrança, pelo município, de taxa relativa à renovação de licença para a localização de estabelecimento comercial ou

industrial.

(C) É permitida a criação de taxa judiciária, sem limite, sobre o valor da causa.

(D) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

(E) É vedada a cobrança de taxa em razão do serviço público de coleta, remoção e tratamento de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.

RESPOSTA (A) Incorreta – Súmula Vinculante 12. (B) Incorreta – REsp 261.571/SP. (C) Incorreta – Súmula 667, STF. (D) Correta – Súmula Vinculante 29. (E) Incorreta – Súmula Vinculante 19. *Alternativa D.*

8747. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Com características ora de imposto, ora de taxa, as contribuições ditas paraestatais, ou sociais, ou de previdência, constituem para a doutrina jurídica, nacional e estrangeira, um ponto de intermináveis controvérsias.

Hugo de Brito Machado. *Curso de direito tributário*, 26. ed., p. 406.

Considerando o fragmento de texto acima como referência inicial, assinale a opção correta.

(A) As contribuições de seguridade social não têm função parafiscal, ao contrário das contribuições econômicas.

(B) A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) não incide sobre as receitas provenientes das operações de locação de bens móveis.

(C) A alíquota de contribuição para o seguro de acidente do trabalho (SAT) é aferida pelo grau de risco desenvolvido em cada empresa, individualizada pela inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ou pelo grau de risco da atividade preponderante, quando houver apenas um registro.

(D) É facultado ao legislador alterar a destinação das contribuições de intervenção no domínio econômico.

(E) A função das contribuições sociais, de acordo com a CF, é suprir de recursos financeiros o Tesouro Nacional.

RESPOSTA Súmula 351, STJ. *Alternativa C.*

8748. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito do IPTU e do ITBI.

(A) As alíquotas do IPTU são fixadas pelos estados e pelo DF.

(B) Na doação de bem imóvel, há incidência do ITBI.

(C) Incide ITBI sobre a venda de ações de sociedade anônima proprietária de imóveis.

(D) Cabe à legislação federal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.

(E) É inconstitucional a fixação de adicional progressivo do IPTU em função do número de imóveis do contribuinte.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 156, I, CF, c/c art. 147, CF. (B) Incorreta – art. 155, I, CF. (C) Incorreta – Súmula 329, STF. (D) Incorreta – art. 156, I, CF. (E) Correta – Súmula 589, STF. *Alternativa E.*

8749. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito de taxa.

(A) Sendo o fato gerador da taxa a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos de atribuição do ente tributante, a taxa de serviço só pode ser criada caso exista um serviço público efetivamente ou potencialmente utilizado pelo contribuinte e desde que esse serviço seja específico e divisível.

(B) O serviço prestado por concessionária de serviços públicos não pode ser custeado por meio de taxa.

(C) O Estado poderá estabelecer aumento do valor da taxa cobrada pelo exercício do poder de polícia de fiscalização das embarcações para custear parte do custo da educação básica, uma vez estabelecida a educação como a prioridade no programa de governo.

(D) Com o objetivo de incentivar a produtividade agrícola, os municípios podem instituir e cobrar taxa de serviço para custear a implantação de serviços técnicos a serem utilizados por pequenos produtores na preparação da terra.

(E) O poder de polícia, em si mesmo, é que dá suporte às taxas exigidas em razão dele, e a sua exigência independe da concreta realização de atos nos quais esse poder se expressa.

RESPOSTA Art. 145, II, CF. *Alternativa A.*

8750. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Acerca do ICMS, assinale a opção correta.

(A) Lei complementar que imponha, para a concessão de isenção do ICMS, prévia celebração de convênio entre os estados e o DF atenta contra a autonomia dos estados.

(B) É vedado ao comerciante incluir o valor do ICMS na base de cálculo para apurar o ICMS devido.

(C) O valor do ICMS cobrado sobre mercadoria importada cabe ao Estado onde ocorre o desembaraço aduaneiro, independentemente do destino da mercadoria, e, sendo o destino da mercadoria diverso do local do desembaraço, incidirá sobre ela a alíquota interestadual.

(D) O estado não pode exigir o ICMS do comerciante no momento do desembaraço aduaneiro de mercadoria importada, por não ter sido, até então, realizado o fato imponível.

(E) Como o estabelecimento das alíquotas mínimas e máximas aplicáveis às operações de exportação compete ao Senado Federal, é vedado aos estados fixar redutores das alíquotas estabelecidas.

RESPOSTA Art. 155, § 2º, IV, CF. *Alternativa E.*

8751. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** No que se refere ao ICMS, assinale a opção correta.

(A) Não incide ICMS sobre as prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

(B) A base de cálculo do ICMS compreende o montante do IPI, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure simultaneamente fato gerador de IPI e de ICMS.

(C) Esse imposto é o único tributo incidente sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do Brasil.

(D) É facultado ao Senado Federal, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta de seus membros e aprovada por dois terços deles, o estabelecimento das alíquotas mínimas nas operações internas.

(E) Incide ICMS sobre as operações de importação e as que destinem mercadorias para o exterior.

RESPOSTA (A) Correta – art. 155, § 2º, X, *d*, CF. (B) Incorreta – art. 155, § 2º, XI, CF. (C) Incorreta – art. 155, § 3º, CF. (D) Incorreta – art. 155, § 2º, V, *a* e *b*, CF. (E) Incorreta – art. 155, § 2º, X, *a*, CF. *Alternativa A.*

8752. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Com relação ao fato gerador dos impostos em espécie, assinale a opção correta com base na CF, na legislação específica e na jurisprudência.

(A) O saque em caderneta de poupança não atrai a incidência do imposto sobre operações de crédito,

câmbio e seguro, nem sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, visto que a referida operação não se enquadra em seu fato gerador.

(B) O fato gerador do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza ocorre, entre outras hipóteses, com a expectativa do direito a renda ou proventos pela realização de trabalho ou negócio jurídico remunerado.

(C) O fato gerador do imposto sobre a propriedade territorial rural incide sobre a propriedade do imóvel, não bastando a posse para a incidência do tributo.

(D) Na operação de importação de mercadorias do exterior, somente é devido o ICMS quando da entrada do produto importado no estabelecimento comercial do importador.

(E) Na operação de exportação de mercadorias, o fato gerador do imposto de exportação ocorre com a expedição da guia de exportação, ainda que esta não seja consumada, sendo, nesse caso, indevida a devolução do imposto pago.

RESPOSTA (A) Correta – Súmula 664, STF. (B) Incorreta – art. 43, CTN. (C) Incorreta – art. 29, CTN. (D) Incorreta – art. 12, IX, LC n. 87/96. (E) Incorreta – art. 6º, Decreto-lei n. 1.578/77. *Alternativa A.*

8753. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Com relação aos impostos federais, assinale a opção correta.

(A) A imunidade tributária conferida aos partidos políticos, às entidades sindicais dos trabalhadores e às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, não abrange o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou as relativas a títulos ou valores mobiliários.

(B) É constitucional a instituição de taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do imposto sobre a propriedade territorial rural.

(C) A base de cálculo do imposto sobre a exportação corresponde, quando a alíquota for específica, ao preço normal que o produto ou seu similar alcançaria, ao tempo da exportação, em uma venda em condições de livre-concorrência.

(D) Considera-se contribuinte do imposto de renda o titular de disponibilidade econômica ou jurídica, podendo a lei atribuir essa condição ao possuidor, a qualquer título, dos bens produtores de renda ou dos proventos tributáveis.

(E) O imposto sobre produtos industrializados, que pode ser seletivo, em razão da essencialidade do produto, deve ser não cumulativo e incidir sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 150, VI, *c*, CF, c/c RE 213.059/SP. (B) Incorreta – Súmula 595, STF. (C) Incorreta – art. 24, I, CTN. (D) Correta – art. 45, CTN. (E) Incorreta – art. 153, § 3º, II e III, CF. *Alternativa D.*

8754. **(Juiz – TRF-5 – 2011 – CESPE)** Com relação a taxas e contribuições, assinale a opção correta.

(A) É cabível a cobrança de contribuição de melhoria em virtude da construção de estradas de rodagem e do recapeamento de via pública já asfaltada.

(B) As contribuições sociais residuais devem ser instituídas por lei complementar, ser não cumulativas e ter bases de cálculo e fatos geradores diferentes dos de outras contribuições sociais.

(C) Aplicam-se às contribuições para o fundo de garantia do tempo de serviço as disposições do CTN.

(D) Em conformidade com a legislação local aplicável, é legítima a cobrança de taxa de calçamento.

(E) É ilegítima a cobrança da contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS) sobre as operações relativas a serviços de telecomunicações.

RESPOSTA (A) Incorreta – RE 116.148/SP. (B) Correta – art. 195, § 4º, c/c art. 154, I, CF. (C) Incorreta – Súmula 353, STJ. (D) Incorreta – RE 518.472/SP. (E) Súmula 659, STF, c/c art. 155, § 3º, CF. *Alternativa B.*

8755. **(Juiz – TRF-2 – 2011 – CESPE)** O sistema tributário brasileiro compreende tributos de diversas espécies. Em regra, quando uma pessoa jurídica de natureza industrial vende produto a empresa comercial, sobre essa operação incidem

(A) taxas e impostos.
(B) apenas contribuições sociais.
(C) taxas e contribuições sociais.
(D) impostos e contribuições sociais.
(E) apenas taxas.

RESPOSTA Art. 153, III e IV, CF; art. 155, II, CF; art. 149, CF; art. 195, I, CF. *Alternativa D.*

8756. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** Considerando o que dispõe a CF acerca da CSLL, assinale a opção correta.

(A) É possível, desde que por meio de lei, estabelecer a substituição tributária da CSLL.
(B) O contribuinte da CSLL deve ser definido por meio de lei complementar.
(C) O fato gerador da obrigação tributária da CSLL deve ser definido por meio de lei complementar.
(D) Não incide CSLL sobre a produção de papel destinado à impressão de jornais.
(E) Qualquer isenção relativa à CSLL somente poderá ser instituída por meio de lei que regule exclusivamente a referida contribuição.

RESPOSTA (A) Correta – art. 149, CF, c/c art. 146, III, *b*, CF. (B) Incorreta – o art. 146, III, *a*, CF, dispõe sobre a exigência de LC para definição de contribuintes apenas dos impostos discriminados na CF/88. (C) Incorreta – o art. 146, III, *a*, CF (justificativa idem alternativa B). (D) Incorreta – imunidade prevista no art. 150, VI, *d*, CF. (E) Incorreta – de acordo com a interpretação dada à redação do art. 149, CF, a contribuição em questão não deve observância ao disposto no art. 150, § 6º, CF. *Alternativa A.*

8757. **(Juiz – TRF-1 – 2011 – CESPE)** João, contribuinte do imposto de renda da pessoa física, recebe mensalmente um salário de R$ 5.000,00 e uma renda de aluguel de R$ 2.000,00, relativa a um apartamento urbano de sua propriedade e cujo inquilino é contratualmente responsável pelo pagamento mensal do condomínio, no valor de R$ 500,00. João, por sua vez, reside em uma casa que não lhe pertence, pela qual paga aluguel mensal no valor de R$ 2.000,00, sem incidência de taxa condominial. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Se o locatário entregar ao locador, mensalmente, o valor do condomínio, e o locador promover o pagamento, essa prática implicará elevação da base de cálculo mensal do imposto de renda do locador em R$ 500,00.
(B) A dedução mensal determinada em lei para efeito do cálculo do imposto de renda mensal da pessoa física deve ser efetuada sobre o salário, para o cálculo do imposto retido na fonte, e, igualmente, sobre a renda de aluguel.
(C) Não há qualquer imposto de renda mensal a ser pago por João sobre o aluguel recebido, pois o valor que João recebe mensalmente é igual ao valor que ele paga de aluguel.
(D) João deve pagar mensalmente imposto de renda apenas sobre os R$ 500,00 de condomínio que o inquilino paga, pois esse é o saldo positivo entre a receita e a despesa mensal com habitação.
(E) Para pagar o imposto de renda adicional, João deve levar em consideração apenas a renda de R$ 2.000,00 relativa ao aluguel, não importando o quanto o inquilino pague de condomínio.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 50, IV, Decreto n. 3.000/99. (B) Incorreta – art. 109, Decreto n. 3.000/99. (C) Incorreta – art. 49, I, Decreto n. 3.000/99. (D) Incorreta – art. 50, IV, Decreto n. 3.000/99. (E) Correta – art. 50, IV, Decreto n. 3.000/99. *Alternativa E.*

8758. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Com relação aos impostos estaduais e federais, assinale a opção correta.

(A) O IPVA, cobrado anualmente, submete-se, no que tange à alteração de sua base de cálculo, ao princípio da anterioridade, inclusive a nonagesimal.
(B) O ITR tem como base de cálculo o valor da terra nua.
(C) O IPI é seletivo, em razão da essencialidade do produto, de maneira que, em determinadas circunstâncias, pode ter alíquota zero, caso em que ocorre a isenção, ou imunidade tributária.
(D) O ICMS tem como fato gerador o deslocamento de mercadorias, inclusive de um estabelecimento para outro do mesmo contribuinte.
(E) Os estados e o DF, nos limites da sua esfera de competência e de acordo com a sistemática constitucional, têm plena liberdade para estabelecer as alíquotas do ICMS.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 150, § 1º, CF. (B) Correta – art. 30, CTN. (C) Incorreta – os conceitos de imunidade, isenção e alíquota zero não se confundem. MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário,* p. 228 (D) Incorreta – Súmula 166, STJ. (E) Incorreta – art. 155, § 2º, IV e V, CF. *Alternativa B.*

8759. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Com base na CF, assinale a opção correta acerca do Sistema Tributário Nacional, dos impostos e da repartição das receitas tributárias.

(A) Compete à União instituir o imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, mas pertence aos estados e ao DF o produto da arrecadação desse imposto, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por tais entes federativos, suas respectivas autarquias e fundações.
(B) A União, os estados, o DF e os municípios podem cobrar taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos, devendo tais serviços estar sendo efetivamente prestados, pois não se admite a cobrança de taxa em razão de serviços potencialmente postos à disposição do contribuinte.
(C) A vedação constitucional da cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os tenha instituído ou aumentado alcança, de modo indeterminado, os diversos tributos de todos os entes federativos.
(D) Pertence aos municípios a competência para instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos.
(E) Sempre que possível, os impostos devem ter caráter pessoal e ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, mas a administração tributária não pode identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte sem, antes, dar ciência da investigação correspondente à autoridade judicial.

RESPOSTA (A) Correta – art. 157, I, CF. (B) Incorreta – art. 145, II, CF. (C) Incorreta – art. 150, § 1º, CF; art. 155, § 4º, IV, *c*, CF; art. 177, I, *b*, CF; art. 195, § 6º, CF. (D) Incorreta – art. 155, I, CF. (E) Incorreta – art. 145, § 1º, CF. *Alternativa A.*

8760. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Preocupado com o alto índice de migração da população do município para a capital do estado, o Poder Executivo municipal revogou toda a legislação que instituía o IPTU. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O município poderia isentar da cobrança as pequenas glebas situadas em zonas rurais onde incidisse tributo sobre propriedade, dada a arrecadação do ITR.
(B) Sendo do município a competência para instituir tributo, é legítimo que ele deixe de instituí-lo, não sendo o exercício dessa competência transferível a outra pessoa jurídica de direito público.
(C) O município não poderia revogar a legislação referente ao IPTU, já que a competência para

instituí-lo é do estado.

(D) A União, por possuir competência residual, poderá instituir o IPTU, sempre que a sua instituição não seja exercida por quem tenha competência tributária.

(E) O município poderia ter estabelecido progressividade do IPTU para os fins almejados, em vez de revogá-lo, porque este imposto não tem caráter extrafiscal.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 153, VI, c/c art. 150, § 6º, CF. (B) Correta – art. 156, I, CF, c/c art. 7º, CTN. A competência tributária é a facultatividade. (C) Incorreta – art. 156, I, CF. (D) Incorreta – art. 7º, CTN, c/c art. 154, I, CF. (E) Incorreta – art. 150, § 1º, II, CF. *Alternativa B.*

8761. **(Procurador – Natal-RN – 2008 – CESPE)** Considerando que, em virtude da construção de uma ponte, o município Alfa estabeleça contribuição de melhoria para fazer face ao custo da referida obra pública, assinale a opção correta.

(A) Se, após a análise do fator individual de valorização, constatar-se que o somatório do acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado não alcança o montante integral do custo da obra, então o rateio do valor dos custos que exceder o limite individual será feito de forma proporcional entre todos os beneficiados.

(B) A lei municipal que instituir a contribuição de melhoria deverá ser obrigatoriamente anterior à realização da obra.

(C) Se a obra referida tiver custo inferior a R$ 100.000,00, então o prazo para impugnação do orçamento dos custos da obra será de 15 dias.

(D) A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, entre os imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 81, *caput*, c/c art. 81, § 1º, CTN. (B) Incorreta – REsp 169.131/SP. (C) Incorreta – art. 82, II, CTN. (D) Correta – art. 81, c/c § 1º, CTN. *Alternativa D.*

8762. **(Procurador – PGE-PE – 2009 – CESPE)** Quanto ao ICMS, assinale a opção correta.

(A) O ICMS pode incidir sobre a importação de produto do exterior, sendo legítima a sua cobrança antes de o produto circular no território nacional.

(B) O ICMS incide nas operações de exportação de mercadorias, cabendo o tributo ao estado de origem da mercadoria, sendo indiferente o estado de saída da mesma.

(C) A concessão de isenção do ICMS pelo estado está condicionada apenas à edição de lei complementar.

(D) A incidência ou não do ICMS sobre o serviço de transporte interno é de competência dos estados e independente de celebração de convênio.

(E) O estado pode efetuar o diferimento da incidência do ICMS da primeira para a próxima alienação, situação em que terá direito o adquirente original ao crédito do imposto de acordo com o princípio da não cumulatividade.

RESPOSTA (A) Correta – Súmula 661, STF. (B) Incorreta – art. 155, § 2º, X, *a*, CF. (C) Incorreta – art. 155, § 2º, XII, *g*, CF. (D) Incorreta – art. 155, II, CF. (E) Incorreta – REsp 33.101/SP. *Alternativa A.*

8763. **(Procurador – PGE-PI – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da cobrança do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.

(A) São imunes ao referido imposto as transmissões e doações feitas para os partidos políticos, incluindo as suas fundações.

(B) Para o cálculo do valor do imposto devido pelo fideicomissário, deve ser considerado o valor do bem ou do direito na data em que for aberta a sucessão.

(C) A base de cálculo do tributo cobrado na transmissão *causa mortis* será o valor venal dos bens e direitos na data da abertura da sucessão.

(D) Quando o beneficiário preenche a condição prevista em lei, o tributo incide sobre as doações de bens ou direitos de valor igual ou inferior a sessenta unidades fiscais do estado.

(E) Tratando-se de bens imóveis e de direitos a eles relativos, considera-se local da transmissão ou doação o local onde ocorrer o óbito ou o indicado no documento que formaliza a doação.

RESPOSTA (A) Correta – art. 150, VI, *c*, CF. (B) Incorreta – art. 6º, § 2º, Lei n. 4.261/89 – a redação do parágrafo foi revogada e não tem correspondente na legislação atual – Lei n. 6.403/2010. (C) Incorreta – Súmula 113, STF. (D) Incorreta – art. 5º, II, Lei n. 4.261/89 – disposição revogada pela Lei n. 6.043/2010 – art. 8º, II, *a*. (E) Incorreta – art. 11, I, Lei n. 4.261/89 – disposição revogada pela Lei n. 6.403/2010, art. 4º, I. *Alternativa A.*

8764. **(Procurador – PGE-CE – 2008 – CESPE)** Os serviços públicos justificadores da cobrança de taxas são considerados específicos quando

(A) a sua utilização pode ser individualizada.

(B) são divisíveis e de utilização compulsória.

(C) há necessidade de os moradores de um bairro, por exemplo, se unirem para usufruir desses serviços.

(D) podem ser usufruídos a qualquer título.

(E) o contribuinte, ao pagar a taxa relativa a seu imóvel, sabe por qual serviço está recolhendo o tributo.

RESPOSTA Art. 79, II, CTN. *Alternativa E.*

8765. **(Promotor – MP-ES – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação aos conceitos e à classificação dos tributos.

(A) A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública é de competência dos estados e do DF.

(B) Para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, a União pode instituir empréstimo compulsório, mediante lei complementar, sem a observância dos princípios da anterioridade e da irretroatividade.

(C) A taxa pode ter como fato gerador a utilização potencial de serviço público específico e divisível, posto à disposição do contribuinte mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento, desde que tal serviço seja de utilização compulsória.

(D) A contribuição de melhoria, cujo fundamento ético-jurídico é o não enriquecimento injusto, tem como fato gerador a realização de obra pública.

(E) O imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, de competência dos estados e do DF, tem suas alíquotas máxima e mínima fixadas pelo Senado Federal.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 149-A, CF. (B) Incorreta – art. 148, I, c/c art. 150, § 1º, CF. (C) Correta – art. 79, I, *b*, CTN. (D) Incorreta – art. 81, CTN. (E) Incorreta – art. 155, § 1º, IV, CF. *Alternativa C.*

8766. **(Delegado – PC-RN – 2009 – CESPE)** Em relação ao Sistema Tributário Nacional e à jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

(A) O ordenamento jurídico brasileiro admite a instituição de taxa para o custeio de serviços prestados por órgãos de segurança pública, na medida em que tal atividade, por ser essencial, pode ser financiada por qualquer espécie de tributo existente.

(B) As taxas cobradas em razão exclusivamente dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis são constitucionais, no entanto é inconstitucional a cobrança de valores tidos como taxa em razão de serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos.

(C) O STF firmou orientação no sentido de que as custas judiciais e os emolumentos concernentes aos serviços notariais e registrais não possuem natureza tributária, uma vez que não se enquadram em nenhuma das espécies tributárias previstas na CF.

(D) As normas relativas à prescrição e à decadência tributárias têm natureza de normas específicas de direito tributário, cuja disciplina é reservada a lei ordinária, sendo certo que as contribuições previdenciárias prescrevem em dez anos, contados da data da sua constituição definitiva.

(E) Os cemitérios que consubstanciam extensões de entidades de cunho religioso não estão abrangidos pela imunidade tributária prevista na CF, uma vez que as normas que tratam de renúncia fiscal devem ser interpretadas restritivamente.

RESPOSTA (A) Incorreta – AgRg no RE 536.639/RN. (B) Correta – Súmula Vinculante 19 e AgRg no RE 540.951/SP. (C) Incorreta – ADI 3.694/AP. (D) Incorreta – art. 146, III, *b*, CF; Súmula Vinculante 8. (E) Incorreta – RE 578.562/BA. *Alternativa B.*

8767. **(Delegado – PC-RN – 2009 – CESPE)** Acerca do imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, assinale a opção *incorreta*.

(A) É vedada a atualização de seu valor por índice de correção estadual.

(B) Deve ser calculado sobre o valor dos bens na data da avaliação.

(C) Não incide sobre os honorários do advogado contratado pelo inventariante.

(D) Não é exigível antes da homologação do cálculo do valor devido.

(E) É legítima sua incidência no inventário por morte presumida.

RESPOSTA (A) Incorreta – REsp 41.990/RS. (B) Correta – Súmula 113, STF. (C) Correta – Súmula 115, STF. (D) Correta – Súmula 114, STF. (E) Correta – Súmula 331, STF. *Alternativa A.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca do direito tributário e do sistema tributário nacional, julgue os itens (Certo ou Errado).

8768. Segundo o STF, são específicos e divisíveis os serviços públicos municipais de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, desde que essas atividades sejam completamente dissociadas de outros serviços públicos de limpeza realizados em benefício da população em geral e de forma indivisível, a exemplo dos serviços de conservação e limpeza de bens públicos, como praças, calçadas, ruas e bueiros.

RESPOSTA Súmula Vinculante 19 e AgRg no RE 540.951/SP. *Certa.*

8769. A competência para a fixação das alíquotas do imposto de exportação de produtos nacionais ou nacionalizados não é exclusiva do presidente da República; pode ser exercida por órgão que integre a estrutura do Poder Executivo.

RESPOSTA Art. 153, § 1º, CF. *Certa.*

8770. Compete aos municípios instituir o ISS sobre o leasing financeiro, uma vez que o leasing

é contrato complexo e não se confunde com contratos de aluguel, compra e venda ou com operação de crédito.

RESPOSTA RE 547.245/SC. *Certa.*

8771. Considere que José tenha trabalhado durante 6 anos em uma empresa de construção civil e tenha sido demitido sem justa causa. Nessa situação, incide o imposto de renda sobre os valores por ele recebidos a título de férias proporcionais e respectivo terço de férias.

RESPOSTA Súmula 386, STJ. *Errada.*

8772. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Caso determinada empresa se dedique exclusivamente à produção de manufaturados destinados à exportação, a ela se imputa a obrigação de pagar

(A) a contribuição social sobre o faturamento, destinada à seguridade social (COFINS).
(B) a contribuição social destinada ao Programa de Integração Social (PIS).
(C) o IPI.
(D) o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

RESPOSTA Art. 153, III, CF, c/c art. 43, I, CTN. *Alternativa D.*

8773. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Caso a União pretenda fazer investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional,

(A) não poderá ser instituído tributo, visto que se trata de despesa de investimento.
(B) poderá ser instituído empréstimo compulsório, por meio de lei complementar federal, para ser cobrado no mesmo exercício em que seja publicada a lei que o institua.
(C) poderá ser instituído imposto extraordinário para vincular a sua arrecadação à despesa no referido investimento.
(D) poderá ser instituído empréstimo compulsório por meio de lei complementar, observado o princípio da anterioridade.

RESPOSTA Art. 148, I e II, c/c art. 150, § 1º, CF. *Alternativa D.*

8774. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública pode

(A) ser cobrada no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que a instituir.
(B) ser cobrada na fatura de consumo de energia elétrica.
(C) ser instituída pelos estados e pelo DF.
(D) ter alíquotas máximas e mínimas fixadas pelo Senado Federal.

RESPOSTA Art. 149-A, c/c art. 149-A, parágrafo único, CF. *Alternativa B.*

8775. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito do ITCMD.

(A) Incidirá ITCMD sobre os honorários do advogado contratado pelo inventariante.
(B) A cobrança de ITCMD relativamente aos bens móveis e imóveis competirá ao estado onde se processar o inventário.
(C) O ITCMD é estabelecido com base na alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão.
(D) Compete ao Senado Federal fixar as alíquotas mínimas e máximas do ITCMD.

RESPOSTA (A) Súmula 115, STF. (B) Art. 155, § 1º, I e II, CF. (C) Súmula 112, STF. (D) Art. 155, § 1º, IV, CF. *Alternativa C.*

8776. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Acerca do ICMS, assinale a opção correta.

(A) O ICMS incide sobre os serviços de comunicação.

(B) O ICMS, de competência de estado da Federação, incidirá sobre a prestação de serviço de transporte, ainda que o ônibus coletivo urbano não circule além do limite de um de seus municípios.

(C) O ICMS não poderá ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias.

(D) Não caberá cobrança de ICMS quando houver mercadoria importada do exterior.

RESPOSTA (A) Art. 155, II, CF. (B) Art. 155, II, CF, c/c item 16 da lista anexa à LC n. 116/2003. (C) Art. 155, § 2º, III, CF. (D) Art. 155, § 2º, IX, *a*, CF. *Alternativa A.*

8777. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) A taxa de inspeção sanitária cobrada de estabelecimentos que possuem instalações sanitárias, como restaurantes e bares, destinada à realização de fiscalização pelo poder público, tem como fato gerador

(A) a necessidade de utilização do serviço pelo contribuinte.

(B) a cobrança do tributo pela intervenção no domínio econômico realizada pelo Estado.

(C) a utilização efetiva, por parte da população, do serviço específico e divisível.

(D) a atividade da administração pública que regula a prática de ato concernente à higiene, no exercício de atividade econômica dependente de concessão ou autorização do poder público.

RESPOSTA Art. 145, II, CF, c/c arts. 77 e 78, CTN. *Alternativa D.*

8778. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Suponha que uma unidade federativa tenha instituído uma taxa pela utilização do serviço público. Para que essa taxa atenda aos requisitos constitucionais mínimos, é indispensável que a utilização desse serviço seja

(A) efetiva e potencial.

(B) específica e divisível.

(C) específica ou divisível.

(D) efetiva ou potencial.

RESPOSTA Art. 145, II, CF, c/c arts. 77 e 79, I, CTN. *Alternativa D.*

8779. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Com relação à CIDE incidente sobre petróleo e derivados, caso um cidadão brasileiro decida importar derivados de petróleo, ele, consoante disposição constitucional,

(A) deverá ser, por meio de lei, isento do pagamento do tributo sobre a importação, pois a CIDE se restringe às pessoas jurídicas.

(B) deverá pagar a CIDE em dobro, visto que estará isento do pagamento de outros tributos.

(C) poderá optar pelo enquadramento como pessoa física ou jurídica, consoante a lei.

(D) poderá ser equiparado a pessoa jurídica, na forma da lei.

RESPOSTA Art. 149, § 2º, I e II, c/c art. 149, § 3º, CF. *Alternativa D.*

8780. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Na hipótese de o Brasil decretar estado de guerra, a CF oferece algumas formas de incrementar a receita federal, entre as quais NÃO se inclui a criação de

(A) impostos extraordinários por meio de medidas provisórias.
(B) impostos extraordinários por meio de lei ordinária.
(C) empréstimos compulsórios por meio de lei complementar.
(D) empréstimos compulsórios por meio de medidas provisórias.

RESPOSTA (A) Art. 154, II, c/c art. 62, § 2º, CF. (B) Art. 154, II, CF. (C) Art. 148, I, CF. (D) Art. 148, I, c/c art. 62, § 1º, III, CF. *Alternativa D.*

8781. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Se o governo criar um tributo sobre a utilização dos serviços públicos de defesa nacional destinado a cobrir os custos de manutenção das forças armadas, nesse caso, a natureza jurídica de tal exação

(A) será de imposto, porque servirá ao serviço público não divisível.
(B) será de taxa, porque se destinará ao exercício do poder de polícia.
(C) não será de contribuição de melhoria, porque não haverá obra envolvida.
(D) não será de contribuição social, porque estará vinculada.

RESPOSTA (A) Art. 167, IV, CF. (B) Art. 77, c/c art. 78, CTN. (C) Art. 145, III, CF, c/c art. 81, CTN. (D) Art. 149, c/c art. 195, CF. *Alternativa C.*

8782. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** De acordo com a Constituição Federal, as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico podem

(A) ter alíquotas *ad valorem*, com base na unidade de medida adotada.
(B) ter alíquotas específicas, com base no faturamento, na receita bruta ou no valor da operação.
(C) incidir sobre as receitas de exportação.
(D) incidir sobre as receitas de importação.

RESPOSTA Art. 149, § 2º, CF. *Alternativa D.*

8783. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Carlos, proprietário de uma loja de máquinas fotográficas, está decidido a deixar de vender o produto e passar a oferecer serviços de assistência técnica a equipamentos fotográficos. Nessa situação, caso Carlos, de fato, passe a oferecer somente esse novo serviço, ele deixará de pagar

(A) ICMS e passará a pagar ISS.
(B) IPI e passará a pagar ICMS.
(C) IPI e passará a pagar ISS.
(D) imposto de renda sobre o lucro real e passará a pagar o imposto sobre o lucro presumido.

RESPOSTA Item 14.02 da lista anexa à LC n. 116/2003. *Alternativa A.*

8784. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Consoante o CTN, a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica corresponde ao montante da renda e dos proventos tributáveis. Nesse caso, não está prevista no CTN a base de cálculo na forma de lucro

(A) real.
(B) arbitrado.
(C) líquido.
(D) presumido.

RESPOSTA Art. 44, CTN. *Alternativa C.*

8785. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Acerca do sistema tributário nacional, assinale a opção INCORRETA.

(A) Fere preceito constitucional a instituição de taxa sobre serviços de engenharia prestados por particulares.

(B) Caso seja criado um território federal, caberá à União instituir o IPVA sobre os veículos licenciados no referido território.

(C) Todos os impostos instituídos pela União têm caráter pessoal e são graduados segundo a capacidade econômica dos contribuintes.

(D) As contribuições de intervenção no domínio econômico instituídas pela União não incidirão sobre receitas decorrentes de exportação.

RESPOSTA (A) Art. 145, II, CF, c/c art. 77, CTN. (B) Art. 147, CF. (C) Art. 145, § 1º, CF. (D) Art. 149, § 2º, I, CF. *Alternativa C.*

8786. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere aos impostos de competência dos municípios.

(A) Um município que institui lei estabelecendo alíquotas progressivas para o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) em razão do valor do imóvel e, também, alíquotas diversas de acordo com o uso do imóvel, contraria dispositivo constitucional que, tendo como parâmetro o uso do bem imóvel, veda o estabelecimento de alíquotas diversas para o IPTU.

(B) Considere-se um ato de compra e venda de bem imóvel localizado no DF, sendo o comprador domiciliado em Goiânia – GO e o vendedor, em Imperatriz – MA. Nesse caso, será devido ao DF o imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bem imóvel.

(C) Compete à lei ordinária fixar as alíquotas mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), e à lei complementar, fixar as alíquotas máximas.

(D) Considere-se que certo município edite lei excluindo o ISS sobre exportações de serviços para países da América Latina.

RESPOSTA (A) Art. 156, § 1º, I e II, CF. (B) Art. 156, § 2º, II, c/c art. 147, CF. (C) Art. 156, § 3º, I, CF. (D) Art. 156, § 3º, II, CF. *Alternativa B.*

8787. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Gilson reside em uma localidade paranaense que é servida com iluminação pública cobrada dos contribuintes. Nessa situação, a espécie tributária que Gilson paga pela iluminação pública é

(A) contribuição especial paga ao município.

(B) contribuição especial paga ao estado.

(C) taxa paga ao município.

(D) taxa paga ao estado.

RESPOSTA Art. 149-A, CF; e Súmula 670, STF. *Alternativa A.*

8788. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Considere-se que Mauro deseje montar uma editora e, em seu projeto de negócio, esteja inserido o planejamento tributário da empresa. Nessa situação, Mauro terá de pagar

(A) ICMS sobre o papel destinado à publicação de periódicos.

(B) IPI sobre os jornais a serem produzidos.

(C) IPI sobre os livros publicados.

(D) imposto de renda sobre o lucro da empresa.

RESPOSTA Art. 150, VI, *d*. Observe que não há imunidade expressamente prevista pela Carta Magna para afastar a incidência do imposto de renda. *Alternativa D.*

8789. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Constitui hipótese juridicamente correta de instituição de um tributo com o mesmo fato gerador da CPMF a criação de um(a)

(A) imposto, desde que aprovado por meio de lei complementar.

(B) contribuição especial, desde que uma lei complementar a torne não cumulativa.

(C) imposto, desde que 20% do produto de sua arrecadação sejam distribuídos aos estados da Federação.

(D) taxa, desde que aprovado por meio de lei complementar.

RESPOSTA (A) Art. 154, I, CF. (B) Art. 154, I, c/c art. 195, § 4º, CF. (C) Art. 157, II, CF. (D) Art. 145, § 2º, CF, c/c art. 77, parágrafo único, CTN. *Alternativa B.*

Comentários: Apesar de o gabarito estar correto, somos pela anulação da questão, pois as letras A e C também podem ser consideradas verdadeiras.

8790. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Para que determinada área seja considerada urbana, para fins de instituição e cobrança do IPTU, o Código Tributário Nacional (CTN) determina que o poder público promova e mantenha ali certos melhoramentos, entre os quais figura o

(A) serviço de coleta de lixo.

(B) serviço de correios e telégrafos.

(C) transporte público coletivo.

(D) abastecimento de água.

RESPOSTA Art. 32, § 1º, CTN. *Alternativa D.*

8791. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Suponha que a Bite Serviços de Informática Ltda. preste serviços no Brasil e no exterior e, como tal, seja contribuinte do ISS. A propósito dessa situação hipotética e considerando a disciplina normativa do ISS, assinale a opção correta.

(A) O ISS não incide sobre a exportação dos serviços da Bite Serviços de Informática Ltda. para países estrangeiros.

(B) Os empregados da Bite Serviços de Informática Ltda. devem recolher o ISS.

(C) A Bite Serviços de Informática Ltda. está desobrigada de recolher o ISS quanto aos serviços iniciados no exterior do país.

(D) São contribuintes do ISS a Bite Serviços de Informática Ltda. bem como seus diretores e sócios-gerentes.

RESPOSTA (A) Art. 156, § 3º, II, CF, c/c art. 2º, I, LC n. 116/2003. (B) Art. 2º, II, LC n. 116/2003. (C) Art. 1º, § 1º, LC n. 116/2003. (D) Art. 5º, c/c art. 2º, II, LC n. 116/2003. *Alternativa A.*

8792. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da legislação tributária.

(A) Os empréstimos compulsórios somente serão instituídos mediante lei complementar.

(B) A discriminação dos serviços a serem tributados pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) será veiculada por lei ordinária.

(C) Apenas emendas constitucionais estabelecerão as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações de

exportação.

(D) É lícito que a matéria atinente à fixação das alíquotas mínimas para o IPVA seja disciplinada por decreto.

RESPOSTA (A) Art. 148, CF. (B) Art. 156, III, CF. (C) Art. 155, § 2º, XII, *e*, CF. (D) Art. 155, § 6º, I, CF. *Alternativa A.*

8793. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Um navio cargueiro, em trânsito para a Argentina, atracou em porto brasileiro com três lotes de automóveis com as características a seguir.

lote 1 – automóveis fabricados nos Estados Unidos da América para serem vendidos no Brasil;

lote 2 – automóveis fabricados no Brasil, reimportados para a realização de reparos em razão de defeitos técnicos;

lote 3 – automóveis em trânsito, para serem vendidos na Argentina.

Com relação ao imposto de importação, assinale a opção correta, tendo como referência inicial a situação hipotética acima apresentada.

(A) Incide imposto de importação apenas sobre os automóveis dos lotes 1 e 2.

(B) Incide imposto de importação apenas sobre os automóveis do lote 3.

(C) O imposto de importação é de caráter marcadamente fiscal.

(D) A alteração das alíquotas do imposto de importação não se sujeita aos princípios constitucionais tributários da legalidade e da anterioridade.

RESPOSTA (A) Art. 153, I, CF, c/c art. 1º, § 1º, *b*, Decreto-lei n. 37/66. (B) Art. 19, CTN, c/c art. 1º, § 4º, II, Decreto-lei n. 37/66. (C) STF, RE 225.602/CE – imposto de natureza extrafiscal. (D) Art. 153, § 1º, CF, c/c art. 150, § 1º, CF. *Alternativa D.*

8794. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Na história da legislação tributária brasileira, frequentemente ocorreu de entes da Federação criarem verdadeiros impostos, dando-lhes, entretanto, o nome de taxa. Isso ocorria para se evitar que fosse declarada inconstitucional a lei instituidora, por falta de competência tributária. Considerando essa afirmação, assinale a opção correta, relativamente à natureza jurídica do tributo.

(A) Não procede a preocupação do ente federado, pois um tributo será considerado taxa desde que seja criado com esta denominação.

(B) Para a definição da natureza jurídica, é relevante levar-se em consideração a destinação do produto da arrecadação.

(C) Todas as características formais do tributo estabelecidas na lei de criação devem ser consideradas na definição da espécie tributária.

(D) O fato gerador é critério de exame da natureza jurídica específica do tributo.

RESPOSTA Art. 4º, I e II, CTN. *Alternativa D.*

8795. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Considere que um grande empresário tenha recebido em seu domicílio tributário cobrança quanto ao IPVA de sua aeronave e de seu automóvel, este último comprado de um amigo que se encontrava em crise financeira por R$ 50.000,00, mas cujo valor de mercado é de R$ 70.000,00. Nesse caso, acerca do IPVA, assinale a OPÇÃO INCORRETA.

(A) Quando da repartição da receita tributária decorrente do IPVA, 20% pertencerá ao município onde estiver licenciado o respectivo veículo automotor.

(B) O fato gerador do IPVA é a propriedade, não o uso de veículo automotor.

(C) A base de cálculo do IPVA quanto ao automóvel do empresário será o valor venal deste, ou seja,

R$ 70.000,00.

(D) A jurisprudência do STF é no sentido de que não deverá incidir IPVA sobre a propriedade ou posse de aeronaves.

RESPOSTA (A) Art. 158, III, CF. (B) Art. 155, III, CF. (C) STJ, AgRg no Ag 67.871/SP. (D) STF, RE 255.111/SP. *Alternativa A.*

8796. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Assinale a opção correta sobre o ICMS e o imposto de renda.

(A) Os profissionais liberais sem vínculo empregatício, que percebam rendimentos de outras pessoas físicas e não se enquadrem nas hipóteses de isenção do imposto de renda, devem efetuar o recolhimento desse referido imposto apenas anualmente.

(B) Caracteriza hipótese de incidência do imposto de renda a percepção de indenização por danos morais.

(C) Nos restaurantes, o fornecimento simultâneo de mercadorias e serviços exclui o ICMS, incidindo apenas o ISS.

(D) O ICMS não incidirá sobre o deslocamento de mercadorias, feito por pessoa jurídica, de sua matriz para sua filial.

RESPOSTA (A) Art. 106, Decreto n. 3.000/99. (B) Art. 43, CTN, e Súmula 498, STJ. (C) Art. 155, § 2º, IX, *b*, CF, c/c art. 2º, I, LC n. 87/96. (D) Súmula 166, STJ. *Alternativa D.*

8797. **(Advogado – OAB – 2004 – CESPE)** Os recursos provenientes de impostos não podem ser vinculados a órgão, fundo ou despesa, como determina o princípio constitucional da não afetação ou não vinculação. Entretanto, são exceções e podem receber garantia legal de vinculação em orçamento de parte da arrecadação de impostos as despesas

(A) de pagamento de servidores públicos.

(B) com ensino.

(C) com saúde e segurança.

(D) de pagamento de prestações de empréstimos e financiamentos.

RESPOSTA Entendemos haver duas alternativas (B e D) que podem ser consideradas corretas em face da atual redação da Constituição Federal. Art. 167, IV, CF. *Alternativa D.*

FCC

I. Competência Tributária

8798. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Em nosso sistema tributário, os impostos designados residuais

(A) podem ser instituídos por lei ordinária federal, desde que não sejam cumulativos e tenham fato gerador e base de cálculo inéditos.

(B) podem ser instituídos pela União, Estados ou Municípios, desde que não sejam cumulativos e tenham fato gerador e base de cálculo inéditos.

(C) podem ser instituídos por lei ordinária federal, desde que tenham fato gerador e base de cálculo inéditos.

(D) são de competência privativa da União e só podem ser instituídos mediante lei complementar.

(E) são instituídos para cobertura das despesas residuais orçamentárias.

RESPOSTA Art. 154, I, CF. *Alternativa D.*

8799. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Sobre a competência tributária, é correto afirmar que

(A) trata-se de competência administrativa, passível de delegação por lei complementar.
(B) é competência legislativa comum para todas as espécies de tributos.
(C) é competência concorrente da União e dos Estados.
(D) é competência legislativa exclusiva em relação a impostos e empréstimo compulsório.
(E) pode ser delegada por lei relativamente ao exercício da fiscalização e arrecadação de tributos.

RESPOSTA Art. 148, CF; art. 153, CF; art. 155, CF; art. 156, CF. *Alternativa D.*

8800. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Sobre competência constitucional em matéria tributária, é correto afirmar, EXCETO

(A) a competência tributária é indelegável, inalienável, imprescritível, irrenunciável e inalterável.
(B) a competência para instituição do ITR é da União, mas a capacidade poderá ser transferida aos Municípios que optarem pela arrecadação e fiscalização deste tributo, nos termos da lei.
(C) a isenção equivale a incompetência tributária para instituir tributos sobre determinados fatos geradores, estando regulada na Constituição Federal.
(D) a competência para instituição do ISS é municipal e do ICMS é estadual.
(E) as competências para instituição de impostos são classificadas como legislativas exclusivas e não podem ter seu rol ampliado.

RESPOSTA (A) Correta – art. 7º, CTN. (B) Correta – 153, § 4º, III, CF. (C) Incorreta – art. 175, I, CTN. (D) Correta – art. 156, III, e art. 155, II, CF. (E) Correta – art. 153; art. 155; 156; e 154, I, CF. *Alternativa C.*

8801. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** São impostos de competência da União e do Distrito Federal, respectivamente, os impostos

(A) de importação e sobre a propriedade territorial rural.
(B) sobre circulação de mercadorias e sobre a propriedade de veículos automotores.
(C) de exportação e sobre operações de seguro.
(D) sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre serviços de qualquer natureza.
(E) sobre operações de crédito e câmbio e sobre grandes fortunas.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 153, I e VI, CF. (B) Incorreta – art. 155, II e III, CF. (C) Incorreta – art. 153, II e V, CF. (D) Correta – art. 153, III, art. 156, III, e art. 147, CF. *Alternativa D.*

II. Limitações ao Poder de Tributar

8802. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** A regra da anterioridade, que veda cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, NÃO se aplica

(A) aos impostos de importação e exportação.
(B) ao IR.
(C) ao ITR.
(D) às contribuições sociais.
(E) aos impostos estaduais.

RESPOSTA Art. 150, § 1º, CF. *Alternativa A.*

8803. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** O art. 155, § 2º, inciso X, letra "d", da Constituição Federal, enuncia que o ICMS "não incidirá" sobre prestação de serviços de comunicação nas modalidades de radiodifusão e transmissão de imagens. Bem observado, o dispositivo consagra, segundo a melhor doutrina do direito,

(A) hipótese de não incidência tributária.
(B) imunidade tributária.
(C) isenção de nível constitucional.
(D) isenção pura e simples.
(E) remissão fiscal.

RESPOSTA AMARO, *Direito tributário brasileiro*, p. 151. *Alternativa B.*

8804. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Em nosso sistema tributário, a não cumulatividade e a essencialidade são atributos exclusivos

(A) do ICMS.
(B) do IR.
(C) dos impostos residuais.
(D) do ITR.
(E) do IPI.

RESPOSTA Entendemos, porém, que a questão é passível de anulação; pois os princípios da não cumulatividade e da seletividade em razão da essencialidade também são aplicados ao ICMS. Art. 155, § 2º, I e III, CF. *Alternativa E.*

8805. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** O Sindicato Patronal das Indústrias do Setor de Plásticos e Derivados, alegando como argumento o fato de constituir-se como sindicato, requereu imunidade constitucional tributária abrangendo a totalidade de seu patrimônio, renda e serviços. Com relação ao pleito e fundamentação apresentada,

(A) aplica-se a imunidade tributária exclusivamente ao patrimônio do sindicato patronal.
(B) aplica-se a imunidade exclusivamente para os serviços, em função do princípio da imunidade recíproca.
(C) aplica-se a imunidade integral, abrangendo inclusive, taxas e contribuições, em razão da finalidade da entidade.
(D) não se aplica a imunidade por se tratar de sindicato patronal.
(E) não se aplica a imunidade, que é restrita, exclusivamente, aos templos de qualquer culto, às entidades de assistência social sem fins lucrativos e aos livros, jornais e periódicos.

RESPOSTA Art. 150, VI, *c*, CF. *Alternativa D.*

8806. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Município do interior pernambucano institui isenção de IPTU para pais adotivos. Esta medida é

(A) inconstitucional, por violar o princípio da igualdade, além de não ter o critério adotado qualquer relação com os aspectos da hipótese de incidência.
(B) constitucional, já que estimula a adoção, tendo caráter nitidamente extrafiscal e social.
(C) ilegal, por violar dispositivo constante do Código Civil que veda discriminação entre filhos adotivos e biológicos.
(D) constitucional, mas ilegal, por não ser da autonomia do Município políticas públicas de

planejamento familiar, aí incluído o estímulo à adoção.

(E) constitucional, porque a Constituição Federal não veda qualquer discriminação decorrente da filiação e legal de acordo com o Código Civil.

RESPOSTA Art. 150, II, CF. *Alternativa A.*

8807. **(Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC)** Em virtude de imunidade, o Município NÃO pode instituir

(A) impostos sobre patrimônio não relacionado com atividades essenciais dos templos de qualquer culto.

(B) imposto sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

(C) taxa sobre serviço de coleta de lixo domiciliar prestado para a União relativamente a seus imóveis.

(D) contribuição de melhoria por obra pública municipal que gere valorização imobiliária a imóveis de domínio do Estado.

(E) impostos sobre patrimônio, renda e serviços de empresas públicas exploradoras de atividade econômica.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 150, VI, *b,* c/c § 4º, CF. (B) Correta – art. 156, § 2º, I, CF. (C) Incorreta – art. 150, VI, *a*, CF. (D) Incorreta – art. 150, VI, *a*, CF. (E) Incorreta – art. 150, § 3º, c/c art. 173, § 2º, CF, e RE 424.227/SC. *Alternativa B.*

8808. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Em relação aos impostos, haverá exceção aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal a majoração de

(A) alíquotas do IPI.

(B) alíquotas do IR.

(C) alíquotas do IOF.

(D) base de cálculo do IPTU.

(E) base de cálculo do IPVA.

RESPOSTA Art. 150, § 1º, CF. *Alternativa C.*

8809. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Lei que fixa nova base de cálculo e majora as alíquotas do IPTU e do ITBI municipal, publicada em novembro de 2008 tem eficácia

(A) a partir do primeiro dia do exercício de 2009.

(B) a partir do primeiro dia do exercício de 2009 apenas para a nova base de cálculo do IPTU.

(C) noventa dias a contar da publicação da nova lei.

(D) noventa dias a contar da publicação da nova lei para base de cálculo e alíquota do ITBI e do primeiro dia do exercício de 2009 para base de cálculo e alíquota do IPTU.

(E) noventa dias a contar da publicação da nova lei para base de cálculo e alíquota do IPTU e do primeiro dia do exercício de 2009 para base de cálculo e alíquota do ITBI.

RESPOSTA Art. 150, *b* e *c,* c/c § 1º, CF. *Alternativa B.*

8810. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Nos termos do artigo 148, inciso I da Constituição Federal, a União poderá, mediante lei complementar, instituir empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, sem sujeição ao princípio da anterioridade tributária, anual e nonagesimal, em situação de

(A) iminência de guerra externa.
(B) investimento público de caráter urgente.
(C) relevante interesse nacional.
(D) ameaça de calamidade pública.
(E) temor de perturbação da ordem interna.

RESPOSTA Art. 150, § 1º, CF. *Alternativa A*.

III. Obrigação Tributária e Responsabilidade Tributária

8811. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Em nosso sistema tributário, a diferença entre o contribuinte e o responsável tributário é que

(A) aquele responde pelos impostos e estes pelas taxas regularmente instituídas.
(B) este último somente responde nos casos de impossibilidade do cumprimento da obrigação pelo contribuinte.
(C) este último é sempre uma pessoa física.
(D) somente o contribuinte pode impugnar a constituição do crédito tributário, mediante oferecimento de defesa fiscal.
(E) enquanto o contribuinte realiza o fato gerador, a responsabilidade deste último deriva exclusivamente da lei.

RESPOSTA Art. 121, parágrafo único, I e II, CTN. *Alternativa E.*

8812. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** A responsabilidade por infrações, em nosso sistema tributário, é excluída

(A) pelo pedido de parcelamento do débito fiscal, antes da decisão administrativa.
(B) pela propositura de ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária, antes da instauração de qualquer procedimento administrativo.
(C) pela denúncia espontânea da infração apresentada a qualquer tempo.
(D) pela denúncia espontânea da infração apresentada no curso do procedimento fiscal, antes da decisão administrativa.
(E) pela superveniência de sucessão tributária.

RESPOSTA Art. 138, parágrafo único, CTN. *Alternativa B.*

8813. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Considere os seguintes itens sobre responsabilidade tributária:

I. Não há responsabilidade do adquirente de bem imóvel arrematado em hasta pública.
II. Há responsabilidade do adquirente, a título oneroso ou gratuito, de bem imóvel, independente de prova da quitação dos tributos.
III. Não é responsável tributário o adquirente de filial, em processo de recuperação judicial, ainda que sócio da sociedade em recuperação judicial.
IV. Não é responsável tributário o sucessor, pelos tributos devidos pelo *de cujus*, antes da partilha ou adjudicação.

É correto o que se afirma APENAS em

(A) I e IV.
(B) II e III.

(C) I, III e IV.
(D) I, II e III.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA (I) Correta – art. 130, parágrafo único, CTN. (II) Incorreta – art. 130, CTN. (III) Incorreta – art. 133, § 2º, I, CTN. (IV) Correta – art. 131, II, CTN. *Alternativa A.*

8814. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Notário lavra escritura pública de venda e compra e oficial do registro de imóveis registra a escritura de venda e compra sem que tenha sido apresentada guia de recolhimento de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por ato "inter vivos" – ITBI. Tal situação poderá acarretar

(A) nulidade da escritura de venda e compra.
(B) nulidade do registro.
(C) irregularidade no registro.
(D) responsabilidade tributária solidária do tabelião, do oficial de registro e do sujeito passivo do ITBI.
(E) responsabilidade civil e penal do tabelião e do oficial de registro pela omissão na fiscalização do imposto devido na venda e compra.

RESPOSTA Art. 134, VI, CTN. *Alternativa D.*

8815. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Após a partilha amigável em arrolamento de bens judicial pela morte de seu pai, que se deu em 2007, Tício e Mévio recebem agora notificação para pagamento de Imposto de Renda ano-base 2003, por ele devido quando ainda estava vivo. Esta exigência fiscal está

(A) errada, porque já houve prescrição.
(B) errada, porque o arrolamento já foi concluído, após a apuração de haveres e homologação da partilha de bens.
(C) correta, porque os sucessores são contribuintes dos tributos devidos pelo *de cujus*, independentemente da data da ocorrência do fato gerador, desde que não tenha se operado a decadência.
(D) correta, porque com a morte interrompe-se o prazo prescricional para a cobrança dos créditos tributários em atraso, transferindo-se aos sucessores a responsabilidade tributária, desde que não tenha se operado a decadência.
(E) correta, porque os sucessores são responsáveis pelos tributos devidos, cujos fatos geradores ocorreram até a data da partilha, até o limite dos quinhões recebidos, desde que não tenha se operado a decadência ou prescrição.

RESPOSTA Art. 131, II, c/c art. 156, V, CTN. *Alternativa E.*

8816. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Recém-nascido recebe como herança a propriedade de um bem imóvel, localizado em zona urbana e residencial. Diante desse fato, considerando-se o disposto no artigo 126, inciso I do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

(A) a incapacidade civil do menor elide a sujeição tributária passiva, pois esta depende de prévia análise objetiva do fato imponível.
(B) a sujeição passiva tributária recai sobre o representante legal do menor, pois ele é insuscetível de

capacidade tributária.

(C) o tributo é indevido por força da aplicação da cláusula *pecunia non olet*, decorrente do princípio da interpretação subjetiva do fato gerador.

(D) a relação pessoal e direta com o fato gerador é irrelevante para fins tributários, porém não abrange a pessoa natural absolutamente incapaz.

(E) o menor é o contribuinte dos tributos relativos ao bem, pois a capacidade tributária passiva independe da capacidade civil da pessoa natural.

RESPOSTA Art. 126, I, CTN. *Alternativa E*.

8817. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Em relação à imposição tributária e às convenções particulares, é correto afirmar:

(A) Em contrato de locação, poderá ser atribuída ao locatário a responsabilidade tributária pelo pagamento dos tributos incidentes sobre o imóvel, a critério do locador.

(B) A assunção de responsabilidade tributária em escritura pública de venda e compra pelo vendedor basta para desobrigar o adquirente do pagamento de tributos incidentes sobre o imóvel, cujo fato gerador seja anterior à aquisição.

(C) As partes podem convencionar em escritura pública acerca da responsabilidade tributária pelo recolhimento de imposto de transmissão *inter vivos*, tendo este contrato validade perante o fisco.

(D) Em caso de responsabilidade solidária passiva, o fisco pode exigir a totalidade do crédito de qualquer dos codevedores, independente de acordo entre eles para que apenas um responda pelos débitos tributários.

(E) Quando da aquisição de veículo automotor seminovo, o adquirente se exonera de dívida de IPVA anterior à aquisição quando assim convencionar com o vendedor, desde que este assuma a dívida por instrumento público.

RESPOSTA Art. 123, c/c art. 124, parágrafo único, CTN. *Alternativa D*.

8818. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Pode ser definido como hipótese de incidência de imposto e taxa, respectivamente,

(A) serviços de qualquer natureza e exercício regular do poder de polícia.

(B) transmissão de bem imóvel e serviço público específico e indivisível.

(C) propriedade e serviço de comunicação.

(D) serviço público específico e divisível e serviço de pavimentação.

(E) serviço de comunicação e serviços de qualquer natureza.

RESPOSTA Art. 1º, LC n. 116/2003, c/c art. 77, CTN. *Alternativa A.*

IV. Lançamento e Crédito Tributário

8819. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Para discernir a isenção do diferimento do tributo, basta considerar que

(A) a isenção deve observar estritamente o princípio da legalidade.

(B) enquanto aquela é subjetiva, pois concedida intuitu personae, este é objetivo, pois concedido segundo a natureza do produto.

(C) enquanto aquela desonera o pagamento do tributo, este implica em adiamento da incidência.

(D) enquanto aquela desonera o pagamento do tributo, este implica em antecipação ou adiamento da

incidência.

(E) enquanto aquela somente pode ser concedida mediante lei ordinária, este pode ser instituído através de decreto.

RESPOSTA De acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 72.643/ES. *Alternativa C.*

8820. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Em nosso sistema tributário, a data da constituição definitiva do crédito tributário é o marco fundamental para contagem do prazo de

(A) decadência.

(B) interposição de recurso administrativo.

(C) pagamento do crédito tributário sem juros e correção monetária.

(D) prescrição tributária.

(E) parcelamento do débito fiscal.

RESPOSTA Art. 174, CTN. *Alternativa D.*

8821. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Restará caracterizada a fraude à execução fiscal o ato de alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública, a partir

(A) do lançamento definitivo do crédito tributário.

(B) da notificação válida do sujeito passivo.

(C) da inscrição do crédito tributário em dívida ativa.

(D) da propositura da execução fiscal.

(E) da citação válida do executado.

RESPOSTA Art. 185, CTN. *Alternativa C.*

8822. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** De acordo com o Código Tributário Nacional são modalidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

(A) moratória, depósito judicial integral e prescrição.

(B) parcelamento, pagamento e compensação.

(C) medida liminar, transação e parcelamento.

(D) anistia, moratória e recurso administrativo.

(E) concessão de medida liminar ou tutela antecipada e depósito do montante integral.

RESPOSTA Art. 151, II, IV e V, CTN. *Alternativa E.*

8823. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Nos termos do Código Tributário Nacional, a isenção concedida por prazo certo e em função de determinadas condições

(A) não pode ser revogada a qualquer tempo.

(B) somente pode ser revogada após o prazo decadencial de 5 anos.

(C) pode ser revogada a qualquer momento, na medida em que a isenção é mera faculdade do sujeito ativo, não se confundindo com a imunidade.

(D) pode ser revogada, desde que observado o prazo de 90 dias, em respeito ao princípio da anterioridade nonagesimal.

(E) não pode ser revogada porque não existe a possibilidade de concessão de isenção por prazo determinado.

RESPOSTA Art. 178, CTN. *Alternativa A.*

8824. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve no prazo de cinco anos, sendo que ocorre a interrupção do referido prazo, segundo o Código Tributário Nacional, desde

(A) a notificação do lançamento tributário ao contribuinte.
(B) a penhora dos bens pelo devedor.
(C) a inscrição do tributo na dívida ativa pelo ente tributante.
(D) o julgamento em 1ª instância do recurso administrativo.
(E) o despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.

RESPOSTA Art. 174, parágrafo único, I, CTN. *Alternativa E.*

8825. **(Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC)** Sobre as causas de extinção do crédito tributário é correto afirmar que a

(A) compensação de créditos tributários é admitida apenas com créditos de mesma natureza, devendo lei do ente competente disciplinar as condições específicas para o caso, pois a autorização já vem pelo Código Tributário Nacional.
(B) transação enquanto causa de extinção do crédito tributário acontece no âmbito administrativo perante a autoridade administrativa competente, estando autorizada diretamente pelo Código Tributário Nacional.
(C) anistia e a remissão extinguem o crédito tributário quando previstas em lei específica do ente tributante e devem ser realizadas mediante despacho fundamentado de autoridade administrativa competente, desde que o sujeito passivo preencha os requisitos da lei do ente político competente.
(D) tutela antecipada em sede de ação anulatória de débito fiscal extingue o crédito tributário sob condição suspensiva de ulterior confirmação em sede de decisão judicial irrecorrível.
(E) dação em pagamento para extinção do crédito tributário pode ser feita na forma e condições estabelecidas em lei.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 74, Lei n. 9.430/96, c/c art. 170, CTN. (B) Incorreta – art. 171, CTN. (C) Incorreta – art. 175, II, c/c art. 156, IV, CTN. (D) Incorreta – art. 151, V, CTN. (E) Correta – art. 156, XI, CTN. *Alternativa E.*

8826. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** A transação e a remissão são causas de extinção do crédito tributário. Considerando estas duas causas, é correto afirmar que a

(A) transação em matéria tributária pode ser utilizada como forma de prevenir litígio, bastando que seja celebrada com autoridade administrativa competente.
(B) remissão depende de lei do ente competente, podendo ser concedida em caráter geral, bastando a lei concessiva para que se beneficie do perdão.
(C) remissão quando concedida em caráter geral gera direito adquirido, não sendo possível sua revogação, tal qual acontece com a moratória.
(D) transação celebrada em sede de ação anulatória de débito fiscal depende apenas da homologação judicial do acordo.
(E) superveniência da remissão, estando o crédito tributário já em fase de cobrança judicial, acarreta a extinção da execução fiscal.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 171, CTN. (B) Incorreta – art. 172, CTN. (C) Incorreta – art. 172, parágrafo único, CTN. (D) Incorreta – art. 171, parágrafo único, CTN. (E) Correta – EdcI no AREsp 124.967/PR. *Alternativa E.*

8827. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** O termo inicial para a fraude à execução fiscal é

(A) a citação válida do executado.
(B) o despacho do juiz que ordena a citação.
(C) a distribuição da execução fiscal.
(D) o início de procedimento administrativo de fiscalização.
(E) a inscrição na dívida ativa.

RESPOSTA Art. 185, CTN. *Alternativa E.*

8828. **(Procurador – Recife-PE – 2008 – FCC)** Pretendendo saldar seu débito com o Fisco municipal, determinado contribuinte verifica que só tem a opção de pagar integralmente os créditos tributários em atraso, ainda que parceladamente, não podendo optar em saldar um ou alguns dos créditos tributários em atraso. Diante desta subordinação do pagamento de um crédito tributário ao pagamento de outros créditos, o contribuinte, para pagar apenas um dos créditos devidos, poderá lançar mão de

(A) mandado de segurança.
(B) consignação em pagamento.
(C) impugnação administrativa.
(D) repetição do indébito.
(E) parcelamento.

RESPOSTA Art. 164, I, CTN. *Alternativa B.*

8829. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** Contribuinte "ABC" ingressa com medida judicial na qual obtém medida liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário. No decurso do processo, a medida liminar vem a ser cassada pelo referido Juízo. Nesse contexto,

(A) a suspensão da exigibilidade do crédito tributário será mantida até o julgamento final do processo em 1ª instância.
(B) a suspensão da exigibilidade do crédito tributário será mantida até o julgamento do agravo de instrumento, independentemente dos efeitos de seu recebimento.
(C) a liminar não pode suspender a exigibilidade do crédito tributário, mas apenas a tutela antecipada.
(D) os efeitos da sentença somente serão aplicáveis após 90 dias de sua publicação, com base no princípio constitucional da anterioridade mitigada.
(E) a suspensão da exigibilidade do crédito tributário não mais será aplicável, exceto se o contribuinte promover o depósito judicial do montante integral.

RESPOSTA Art. 151, II, CTN. *Alternativa E.*

8830. **(Procurador – Manaus-AM – 2006 – FCC)** Um contribuinte, no exercício de 2005, recebe regularmente o aviso de lançamento do IPTU, escoando-se, no dia 10 de março, o prazo de impugnação do crédito tributário. Neste caso, se deixar de pagar o tributo, consumar-se-á a

(A) prescrição, no dia 31 de dezembro de 2010.
(B) prescrição, no dia 10 de março de 2010.
(C) prescrição, no dia 31 dezembro de 2009.
(D) decadência, no dia 31 de dezembro de 2010.

(E) decadência, no dia 10 de março de 2010.

RESPOSTA Art. 174, CTN, c/c AgRg no Ag 1.310.091/SP. *Alternativa B.*

8831. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Um determinado contribuinte apresentou à Fazenda a Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA) e deixou de recolher no prazo legal o imposto nela informado, relativo a fatos geradores do mês de fevereiro do ano de 2005. O vencimento do tributo devido era no último dia útil do mês de março de 2005. No mês de junho de 2010, a Fazenda ajuizou ação de execução fiscal, tendo o contribuinte apresentado embargos à execução alegando a prescrição do crédito tributário. Tendo em conta essas circunstâncias e a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

(A) não se trata de prescrição, mas de decadência, cujo prazo para o lançamento ainda não se escoou, pois, cuidando-se na hipótese de lançamento de ofício ou direto, o prazo decadencial de 5 (cinco) anos conta-se a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

(B) não ocorreu nem prescrição nem decadência, pois, tratando-se, o ICMS, de tributo sujeito a lançamento por homologação, adota-se a chamada tese dos 5 (cinco) mais 5 (cinco), de modo que o prazo para cobrança é de 10 (dez) anos, o qual ainda não decorreu.

(C) ocorreu a prescrição, pois, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, a entrega da GIA constitui o crédito tributário, independentemente de qualquer outra providência do Fisco relativa a lançamento, sendo que, no caso, já se escoou o prazo prescricional de 5 (cinco) anos contados do vencimento do débito tributário.

(D) não ocorreu a prescrição, pois, tratando-se de lançamento direto ou de ofício, o prazo prescricional conta-se a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

(E) embora o prazo não seja de prescrição, mas de decadência, o fato é que esta última já se configurou, pois, tratando-se o ICMS de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo decadencial de 5 (cinco) anos conta-se a partir da data do vencimento do tributo ou da data da entrega da GIA, o que ocorrer por último.

RESPOSTA Art. 147, CTN, c/c Súmula 436, STJ. *Alternativa C.*

V. Administração Tributária e Dívida Ativa

8832. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** Quanto ao prazo legal para fornecimento de certidão negativa de débitos tributários, é correto afirmar que

(A) a repartição possui o prazo de 30 dias para sua emissão, se não for constatado nenhum débito tributário.

(B) a repartição possui o prazo de 10 dias para sua emissão, contados da data da entrada do requerimento na repartição.

(C) não existe prazo legal para o fornecimento, devendo, contudo, ser observada a ordem de chegada dos pedidos formulados.

(D) o prazo de 30 dias para emissão é contado a partir da quitação do último débito tributário inscrito na dívida ativa.

(E) o prazo é de até 90 dias, de acordo com o Código Tributário Nacional.

RESPOSTA Art. 205, parágrafo único, CTN. *Alternativa B.*

8833. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Certo contribuinte foi autuado pela Fazenda, sendo constituído o crédito tributário respectivo. Notificado do lançamento, e dentro do prazo legal, o autuado apresentou defesa fiscal administrativa, a qual pende de julgamento na primeira instância administrativa. Referido contribuinte necessita participar de licitação pública, mas não consegue comprovar a sua regularidade fiscal perante a Fazenda, o que o impede de participar da licitação. Nesse caso, é correto afirmar que o contribuinte

(A) tem direito à certidão positiva com efeito de negativa em virtude de o débito estar em execução judicial com penhora efetivada.

(B) tem direito à certidão negativa por estar o débito com exigibilidade suspensa em virtude da defesa administrativa tempestivamente interposta.

(C) tem direito à certidão positiva com efeito de negativa por estar o débito com exigibilidade suspensa em virtude da defesa administrativa tempestivamente interposta.

(D) tem direito à certidão positiva com efeito de negativa em razão do débito não estar ainda vencido.

(E) não tem qualquer direito à certidão positiva com efeito de negativa.

RESPOSTA Art. 206, c/c art. 151, III, CTN. *Alternativa C.*

8834. **(Defensor – DPE-RS – 2011 – FCC)** Determinado Município ajuizou execução fiscal em relação a certo contribuinte. A Certidão de Dívida Ativa (CDA), que instruiu a inicial da execução, continha erro quanto ao nome do sujeito passivo, consistente no fato de que a pessoa, cujo nome constava na CDA, como sujeito passivo, não era a devedora do crédito tributário em execução, o qual era devido por outra pessoa, diversa daquela nominada na CDA que instruiu a inicial. Houve embargos à execução e, antes da sentença, o juiz da execução possibilitou à Fazenda que substituísse a CDA, sanando-se assim a irregularidade. Dada vista ao antigo e ao novo sujeito passivo agora apontado na CDA que veio aos autos em substituição à originária, este sustentou que a substituição da CDA não era possível nesse caso. Considerando essas circunstâncias e a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a substituição da CDA

(A) era possível, pois a irregularidade constitui mero erro formal que pode ser sanado nos termos do que dispõem o Código Tributário Nacional e a Lei de Execução Fiscal.

(B) não era possível, pois a certidão somente pode ser substituída quando há interposição de embargos à execução.

(C) era possível, pois pode ser feita mesmo em sede de exceção de pré-executividade.

(D) não era possível, pois, nos casos em que há troca do sujeito passivo da obrigação tributária, a nulidade não pode ser sanada, visto que nessa hipótese trata-se de alteração do lançamento e não de simples erro formal ou material.

(E) era possível porque a irregularidade constitui-se em mero erro material que pode ser sanado nos termos do que dispõem o Código Tributário Nacional e a Lei de Execução Fiscal.

RESPOSTA STJ, AgRg no EDcl no AREsp 616/SE. *Alternativa D.*

VI. Processo Tributário

8835. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Sobre as ações de iniciativa do contribuinte, é correto afirmar que

(A) o mandado de segurança em matéria tributária só pode ser preventivo, pois se já houver crédito

tributário a defesa se fará em sede de embargos à execução.

(B) ao questionar judicialmente o valor do crédito tributário devidamente constituído, o Poder Judiciário só pode anular o mesmo, não lhe sendo admitida a reforma.

(C) o prazo para propositura da ação para repetição do indébito tributário é de dez anos, ou seja, de cinco anos para a constituição do crédito por homologação e de mais cinco anos para a ação propriamente dita.

(D) cabe consignação em pagamento extrajudicial, com depósito da quantia que o contribuinte entende devida em conta a ser aberta em favor do Fisco, em estabelecimento bancário oficial, como forma de extinção do crédito tributário.

(E) o prazo para propositura dos embargos à execução fiscal é de quinze dias, a contar da data da intimação da penhora, ao passo que o prazo nomeação de bens a penhora é de três dias.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 5º, LXIX, CF. (B) Correta – art. 38, Lei n. 6.830/80. (C) Incorreta – art. 168, I, CTN, com interpretação dada pelo art. 3º, LC n. 118/2005. (D) Incorreta – art. 164, CTN. (E) Incorreta – art. 16, I, art. 8º, e art. 9º, III, Lei n. 6.830/80. *Alternativa B.*

8836. **(Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC)** Sobre o processo judicial tributário é correto afirmar que

(A) o executado na execução fiscal deve ser citado para, no prazo de três dias, pagar ou oferecer bens à penhora.

(B) a execução fiscal deve ser proposta no prazo prescricional cujo lapso de cinco anos deve ocorrer entre a constituição definitiva do crédito tributário e o despacho do juiz que ordena a citação.

(C) a ação para repetição do indébito deve ser proposta no prazo de cinco anos, contados a partir da extinção do crédito tributário que só ocorre, nos tributos com autolançamento, com a homologação expressa ou tácita.

(D) a ação declaratória tem por objetivo a exclusão do crédito tributário já constituído, sendo de iniciativa do sujeito passivo.

(E) a ação anulatória de débito fiscal admite concessão de liminar para suspender a exigibilidade da obrigação tributária até decisão final, quando a mesma será anulada se julgado procedente o pedido anulatório.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 8º, c/c art. 9º, III, Lei n. 6.830/80. (B) Correta – art. 174, CTN, c/c AgRg no AREsp 167.016/DF. (C) Incorreta – art. 168, I, CTN (com interpretação dada pela LC n. 118/2005, art. 3º). (D) Incorreta – art. 4º, I, CPC. (E) Art. 38, Lei n. 6.830/80; art. 273, CPC; e art. 151, V, CTN. *Alternativa B.*

8837. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** Empresa “Promo” foi autuada em relação a uma exigência do ICMS, apresentando recurso administrativo, protocolado em 05 de março de 2010, no qual pleiteia o cancelamento da autuação com base em determinado fundamento. Em 25 de maio de 2010, com base em argumento idêntico, ingressa com ação anulatória perante a Justiça Estadual para cancelar a exigência tributária questionada administrativamente, muito embora ainda não tenha sido proferida nenhuma decisão administrativa. Com base nesse cenário,

(A) o contribuinte está impedido de ingressar na via judicial, pois ainda aguarda decisão administrativa.

(B) a opção pela via judicial não implica em renúncia à via administrativa, uma vez que os fundamentos jurídicos são relevantes.

(C) a opção pela via judicial implica renúncia à via administrativa, considerando que a lide versa sobre a mesma situação fática e fundamento legal.

(D) a opção pela via judicial garantirá ao contribuinte escolher entre a decisão administrativa ou judicial, aplicando-se a que lhe for mais benéfica.

(E) valerá a decisão que for primeiro proferida, não se aplicando a decisão posterior.

RESPOSTA Art. 138, parágrafo único, CTN. *Alternativa C.*

VII. Temas Mistos

8838. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** É correto afirmar:

(A) Em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório, é obrigatório, antes de inscrever um débito no cadastro da dívida ativa, instaurar um procedimento administrativo, ainda que se trate de débito declarado pelo próprio contribuinte e não tenha sido recolhido no prazo legal.

(B) O ajuizamento de ação anulatória de débito fiscal impede a sua inscrição no cadastro da dívida ativa, pois tem a aptidão de suspender a exigibilidade do crédito tributário.

(C) Por se tratar de medida excepcional, a penhora *on line* de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, em execução fiscal, somente pode ser deferida pelo juiz depois de esgotadas todas as possibilidades de localização de outros bens do devedor.

(D) Na hipótese de encerramento irregular de sociedade limitada, é possível redirecionar a execução fiscal em face dos sócios que exerciam a gerência à época em que esse fato ocorreu.

(E) É facultado ao executado defender-se por meio de ‘exceção de pré-executividade’, a fim de questionar a legalidade do imposto apurado por auto de infração, que deu origem à execução fiscal.

RESPOSTA (A) Incorreta – Súmula 436, STJ. (B) Incorreta – art. 151, CTN. (C) Incorreta – AgRg no AREsp 226.533/SP. (D) Correta – REsp 586.222/SP. (E) Incorreta – Súmula 393, STJ. *Alternativa D.*

8839. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** Competência tributária.

I. É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais a contribuintes hipossuficientes.

II. A competência legislativa dos Estados, em matéria tributária, é residual, podendo instituir outros impostos, além dos já previstos na Constituição Federal, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos nela discriminados.

III. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão sua competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

IV. Existindo norma geral da União, é facultado aos Estados legislar supletivamente em matéria tributária.

V. A competência legislativa dos Estados para instituir o IPVA depende da prévia edição de lei complementar, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal.

Está correto o que se afirma em

(A) II e V, apenas.

(B) III e IV, apenas.

(C) I, II e IV, apenas.

(D) I, III e V, apenas.

(E) I, II, III, IV e V.

RE SPOSTA (I) Incorreta – art. 151, I, CF. (II) Incorreta – art. 154, I, e art. 155, CF. (III) Correta – art. 24, § 3º, CF. (IV) Correta – art. 24, § 2º, CF. (V) Incorreta – art. 24, § 3º, CF, c/c RE 601.247 AgR/RS. *Alternativa B.*

8840. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que tiverem sido incluídos

(A) justificam imediata intervenção estadual no Município.
(B) integram a dívida pública mobiliária, para fins de aplicação dos limites das despesas.
(C) integram a dívida pública fundada, para fins de aplicação dos limites da dívida pública.
(D) deverão ser pagos imediatamente, independente de ordem de preferência dos precatórios incluídos no orçamento seguinte.
(E) impedem a inclusão de pagamento de novos precatórios na lei orçamentária do exercício seguinte.

RESPOSTA Art. 30, § 7º, LC n. 101/2000. *Alternativa C.*

8841. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Caberá sequestro de verba pública por ordem judicial na hipótese de

(A) não pagamento dos precatórios incluídos na lei orçamentária anual.
(B) preterimento do direito de precedência da ordem de pagamento dos precatórios.
(C) não serem encontrados bens dominiais da Fazenda Pública para serem penhorados.
(D) garantia da execução contra a Fazenda Pública.
(E) não ser feito pagamento imediato, por precatório, dos créditos de pequeno valor e de natureza alimentar.

RESPOSTA Art. 100, § 6º, CF. *Alternativa B.*

8842. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** Sr. Alzuiro adquiriu em licitação mercadorias que haviam sido apreendidas pela Receita Federal do Brasil em virtude de sonegação fiscal. Nesse contexto

(A) o tributo será devido pelo importador e subsidiariamente pelo Sr. Alzuiro.
(B) o tributo foi extinto em função da apreensão da mercadoria pela Receita Federal.
(C) o tributo será devido pelo importador original, não atingindo o Sr. Alzuiro uma vez que se trata de pessoa física e não promove a importação com habitualidade.
(D) o Sr. Alzuiro será responsável pelo recolhimento dos tributos devidos.
(E) o tributo deverá ser dividido entre o importador original e o Sr. Alzuiro.

RESPOSTA Art. 22, II, CTN. *Alternativa D.*

8843. **(Procurador – Manaus-AM – 2006 – FCC)** Um munícipe tomou posse clandestina de um terreno no exercício de 2000. Em 2006 foi acionado pela Municipalidade para pagamento do IPTU relativo a todos os exercícios anteriores. Neste caso,

(A) o tributo não é devido por inexistir título aquisitivo do imóvel.
(B) o tributo é devido, abarcando todos os exercícios.
(C) o tributo será devido a partir do exercício em que for reconhecido o usucapião do imóvel.
(D) excluído, em razão do lapso prescricional, o exercício de 2000, todos os demais poderão ser cobrados.
(E) excluído, em razão do lapso decadencial, o exercício de 2000, todos os demais poderão ser cobrados.

RESPOSTA Art. 174, CTN, c/c art. 34, CTN. Contudo, somos pela anulação da questão por não haver alternativa correta face o entendimento do STJ, REsp 1.327.539/DF. Gabarito oficial: *Alternativa D.*

8844. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** Município institui contribuição de melhoria no valor de trezentos reais, para todos os contribuintes, em razão de obra pública de calçamento de vias públicas municipais realizada no exercício de 2008. Esta contribuição de melhoria é

(A) devida, por ter por fato gerador obra pública.
(B) devida, porque o Município tem direito a se reembolsar das obras públicas que beneficiam os moradores, sob pena de enriquecimento sem causa destes.
(C) indevida, porque deveria ter sido cobrada antes da realização da obra.
(D) indevida, porque obra de calçamento público não pode ser cobrada dos moradores.
(E) indevida, porque não está sendo cobrada de maneira individualizada em razão da valorização imobiliária, deixando de considerar o *quantum* que cada imóvel teve de valorização em razão da obra pública.

RESPOSTA Art. 81, CTN. *Alternativa E.*

8845. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Sr. Gabriel Khalil possuía o seguinte patrimônio: um apartamento onde residia em Rondônia (RO); uma aplicação na caderneta de poupança em agência bancária situada na Cidade de São Paulo (SP); um imóvel comercial no Rio de Janeiro (RJ); e uma fazenda no Mato Grosso (MT). Em viagem de turismo em Minas Gerais (MG) veio a falecer naquele estado. Aberta a sucessão, seu inventário tramita na Justiça de Rondônia, local de seu domicílio. De acordo com as normas da Constituição Federal, será cabível o

(A) ITCMD, devido exclusivamente para o estado no qual o *de cujus* faleceu.
(B) ITBI, devido ao estado em que se processar o inventário.
(C) ITCMD, pertencente ao estado RO sobre o imóvel residencial e aplicação financeira em SP; ao estado RJ sobre o imóvel comercial; e ao estado do MT em relação à fazenda.
(D) ITCMD, devido aos estados RO, SP, RJ e MT, partilhado *pro rata* conforme o valor total do patrimônio do *de cujus*.
(E) ITBI sobre os bens imóveis, havendo a incidência do ITCMD sobre os valores de aplicações financeiras.

RESPOSTA Art. 155, § 1º, I e II, CF. *Alternativa C.*

8846. **(Procurador – PGE-RO – 2011 – FCC)** Sr. Jorge, empresário do setor de calçados promove a importação de um veículo esportivo de luxo, proveniente da Itália, que será de sua utilização pessoal e exclusiva, sendo que todo processo fiscal de importação foi realizado em seu nome. Diante dessa operação, o ICMS

(A) será devido, ainda que o adquirente não seja contribuinte habitual do ICMS.
(B) não será devido, uma vez que o adquirente (pessoa física) não é contribuinte do ICMS, não realizando a aquisição do veículo com habitualidade.
(C) não será devido, uma vez que o veículo está sendo adquirido para uso pessoal e exclusivo, não sendo destinado à revenda ou locação.
(D) será devido em razão do princípio da capacidade contributiva por se tratar de artigo de luxo.
(E) será devido, uma vez que o adquirente é proprietário de empresa comercial, sendo esta contribuinte do ICMS.

RESPOSTA Art. 155, § 2º, IX, *a*, CF. *Alternativa A.*

8847. **(Procurador – Teresina-PI – 2010 – FCC)** A partir do conceito legal de tributo, é possível afirmar que a multa NÃO é espécie de tributo porque o tributo

(A) tem que ser instituído mediante lei, ao passo que a multa não se reveste desta obrigatoriedade.
(B) é cobrado mediante atividade administrativa vinculada, enquanto a multa pode ser aplicada de forma discricionária pelo poder público.
(C) não é sanção por ato ilícito e a multa é sanção pecuniária por prática de ato ilícito.
(D) é prestação pecuniária compulsória, ao passo que a aplicação da multa não é compulsória, dependendo de condenação administrativa.
(E) pode ser objeto de compensação, anistia e remissão, ao contrário da multa, que só pode ser objeto de anistia.

RESPOSTA Art. 3º, CTN. *Alternativa C.*

8848. **(Procurador – PGE-SP – 2009 – FCC)** Lei publicada no Diário Oficial do Estado em 21.07.2009 institui, a partir de 01.01.2010, taxa de licenciamento de veículos, fixando como alíquota o percentual de 5% e tomando como base de cálculo o valor venal dos automóveis. Tal norma

(A) é inconstitucional, visto que já incide o IPVA sobre veículos, sendo vedada a criação de taxa anual para licenciamento do mesmo bem, pois isto configuraria bitributação.
(B) fere o princípio da capacidade contributiva.
(C) fere o princípio da estrita legalidade.
(D) é inconstitucional, pois institui tributo com efeito confiscatório.
(E) é inconstitucional, pois institui taxa, adotando base de cálculo própria de imposto.

RESPOSTA Art. 145, § 2º, CF. *Alternativa E.*

8849. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Determinado Município que não possui plano diretor, institui mediante lei, o IPTU progressivo no tempo como forma de promover a função social da propriedade urbana. Segundo a lei instituidora do tributo, o proprietário de imóvel urbano localizado na zona central do Município e que tenha imóvel sem qualquer construção terá o prazo de um ano para regularizar a situação, sob pena de serem aplicadas alíquotas progressivas anuais de 1,5%, 3%, 6%, 9% e 12%. Haverá inconstitucionalidade deste imposto por

I. faltar plano diretor municipal, exigido pela Constituição Federal para implementação destas medidas, dentre outras previstas para a Política Urbana.
II. ser o direito de propriedade absoluto, não comportando exigências do Poder Público para que seja feita a edificação compulsória.
III. desatender aos limites impostos pela Constituição Federal, para a variação de alíquotas, que não pode mais do que dobrar de um ano para outro.
IV. ser o IPTU progressivo no tempo sanção, incompatível com a noção constitucional de tributo, que não pode ser sanção por ato ilícito.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) I.
(B) IV.
(C) I e IV.
(D) III e IV.
(E) I, II e IV.

RESPOSTA Art. 182, § 4º, II, CF. *Alternativa A.*

8850. **(Procurador – SAMPA-SP – 2008 – FCC)** Determinado Município institui taxa de piscina cujo aspecto material da hipótese de incidência é ter piscina em imóvel localizado dentro do Município. A base de cálculo desta taxa é a dimensão em metros quadrados da piscina e a alíquota é de R$ 1,00 por metro quadrado de piscina. O contribuinte é o proprietário do imóvel que possui piscina. Esta taxa

(A) será devida, por se tratar de uma taxa de polícia, decorrente da fiscalização que o Poder Público tem que realizar na construção de piscinas.
(B) será devida, por se tratar de uma taxa de serviço, decorrente da prestação efetiva do serviço de água tratada fornecida para manter a piscina.
(C) não será devida, por não ser admitida taxa com alíquota em espécie.
(D) não será devida, porque não decorre de exercício regular de poder de polícia ou de prestação de serviço público, sendo fato gerador de imposto.
(E) não será devida, porque a competência para instituição desta taxa é da União e não do Município.

RESPOSTA Art. 145, II, CF. *Alternativa D.*

8851. **(Procurador – PGE-AM – 2010 – FCC)** Em relação às alíquotas do IPVA, a legislação tributária do Estado poderá estabelecer

(A) alíquotas diferentes em função do tipo e utilização, desde que observe a alíquota mínima fixada pelo Senado Federal.
(B) apenas a base de cálculo, devendo adotar a mesma alíquota dos demais Estados, em função do princípio da uniformidade geográfica.
(C) alíquotas diferentes em função do tipo e utilização, desde que observe a alíquota máxima fixada pelo Senado Federal.
(D) alíquotas em função do tipo, utilização e marca, aplicando-se apenas os limites estabelecidos na Lei Orgânica do Estado.
(E) apenas valores venais distintos, não podendo alterar as alíquotas.

RESPOSTA Art. 155, § 6º, I e II, CF. *Alternativa A.*

8852. **(Procurador – Manaus-AM – 2006 – FCC)** O contribuinte que presta serviço e, ao mesmo tempo, fornece mercadoria, com ressalva da incidência do ICMS na Lista de Serviços, deve recolher aos cofres públicos

(A) o ISS e o ICMS, sobre valores do serviço e mercadoria, respectivamente.
(B) o ISS ou ICMS, podendo optar pela escolha menos gravosa.
(C) somente o ISS.
(D) somente o ICMS.
(E) o ICMS sobre base de cálculo compreensiva dos valores da mercadoria e do serviço.

RESPOSTA Art. 2º, V, LC n. 87/96. *Alternativa A.*

8853. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** A importância paga pelos usuários de nossas rodovias a título de pedágio qualifica-se como

(A) preço público.

(B) tributo.

(C) taxa de serviço público.

(D) contribuição de melhoria.

(E) preço compulsório.

RESPOSTA Apesar do gabarito, entendemos tratar-se de questão passível de anulação, pois não há informações suficientes para enquadrar o pedágio como taxa (portanto, tributo) ou preço público. Art. 150, V, c/c art. 150, § 3º, CF; e Súmula 545, STF; e STF, AI 531.529 AgR/RS. *Alternativa A.*

I. Competência Tributária

8854. **(Fiscal – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** Com relação aos tributos de competência dos Estados é correto afirmar que:

(A) o ICMS deverá ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

(B) o ITCMD terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar, caso o doador tenha domicílio ou residência no exterior.

(C) o ICMS será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal, sendo que, em casos de isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, não ocorrerá a anulação do crédito relativo às operações anteriores.

(D) em razão de expressa disposição constitucional e atendimento ao princípio da capacidade contributiva, o IPVA não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização dos veículos.

(E) o ITCMD terá suas alíquotas máximas fixadas por resolução do Confaz.

RESPOSTA (A) Art. 155, § 2º, III, CF. (B) Art. 155, § 1º, III, *a*, CF. (C) Art. 155, § 2º, II, *b*, CF. (D) Art. 155, § 6º, II, CF. (E) Art. 155, § 1º, IV, CF. *Alternativa B.*

8855. **(Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV)** Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa incorreta.

(A) O ITR será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

(B) A União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

(C) Em relação ao ICMS é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.

(D) Não incide ITBI sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

(E) O IPI poderá ser seletivo, em função da essencialidade do produto, e será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.

RESPOSTA (A) Art. 153, § 4º, I, CF. (B) Art. 154, II, CF, c/c art. 76, CTN. (C) Art. 155, § 2º, V, *a*, CF. (D) Art. 156, § 2º, I, CF. (E) Art. 153, § 3º, I e II, CF. *Alternativa E*.

8856. **(Advogado – BESC – 2004 – FGV)** A competência para legislar sobre instituição, lançamento e cobrança do imposto predial e territorial urbano é:

(A) das Assembleias Legislativas.

(B) do Congresso Nacional.
(C) das Câmaras dos Vereadores.
(D) da Câmara dos Deputados.
(E) do Senado Federal.

RESPOSTA Art. 156, I, CF, c/c art. 29, CF. *Alternativa C.*

II. Limitações ao Poder de Tributar

8857. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Lei catarinense, publicada em 01.12.2008, alterou, de 3% para 4%, a alíquota do IPVA relativo à propriedade de veículo usado, movido a gasolina. Assinale a alternativa que indique a data que tal aumento pôde ser cobrado.

(A) 02.03.2009.
(B) 01.01.2009.
(C) 01.01.2010.
(D) 02.12.2009.
(E) 31.12.2008.

RESPOSTA Art. 150, III, *b* e *c*, c/c art. 150, § 1º, CF (*a contrario sensu*). *Alternativa C.*

8858. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Em determinado município houve a cobrança de IPTU sobre área que a Sociedade da Igreja de São Jorge utiliza como cemitério. Essa cobrança:

(A) é legal, pois a norma imunizante inscrita no artigo 150, VI, b refere-se tão somente aos templos de qualquer natureza.
(B) é constitucional, pois a imunidade do artigo 150, VI, "b" só compreende os templos e a casa do celebrante.
(C) é inconstitucional, por ferir o disposto no artigo 150, VI, "b", que protege a liberdade de expressão religiosa.
(D) é válida, se ficar provado que há recursos arrecadados com a exploração do cemitério.
(E) é ineficaz, em face da isenção de que os templos gozam, bem como todas as atividades relacionadas à liberdade religiosa.

RESPOSTA Art. 150, § 4º, CF, c/c RE 578.562. *Alternativa C.*

8859. **(Fiscal – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** As alternativas a seguir apresentam atribuições da lei complementar tributária, **à exceção de uma**. Assinale-a.

(A) Instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.
(B) Dispor sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
(C) Instituir o imposto sobre grandes fortunas.
(D) Dispor sobre os requisitos para o gozo da imunidade tributária relativa a impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos.
(E) Atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.

RESPOSTA (A) Art. 195, § 4º, c/c art. 154, I, CF. (B) Art. 146, III, *c*, CF. (C) Art. 153, VII, CF. (D) Art. 146, II, c/c art. 150, VI, *c*, e art. 9º, IV, *c*, CF. (E) Art. 150, § 7º, CF. *Alternativa E.*

8860. **(Fiscal – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** As alternativas a seguir apresentam princípios tributários consagrados no texto constitucional, **à exceção de uma**.

Assinale-a.

(A) Princípio do não confisco.

(B) Princípio da liberdade de tráfego.

(C) Princípio da anualidade.

(D) Princípio da anterioridade.

(E) Princípio da capacidade contributiva.

RESPOSTA (A) Art. 150, IV, CF. (B) Art. 150, V, CF. (C) NÃO é mais um princípio aplicado ao Direito Tributário. Falta de disposição constitucional. (D) Art. 150, III, *b* e *c*, CF. (E) Art. 145, § 1º, CF. *Alternativa C.*

8861. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** São princípios constitucionais tributários, que estão literalmente expressos na Constituição:

(A) o da personalização do imposto e o da tipicidade.

(B) o da capacidade contributiva e o do imposto proibitivo.

(C) o da vedação das isenções heterônomas e da transparência fiscal.

(D) o da solidariedade fiscal e o da legalidade tributária.

(E) o da uniformidade tributária e o da justiça tributária.

RESPOSTA (A) Art. 145, § 1º, e art. 150, I, CF. (B) Art. 145, § 1º, CF; e imposto proibitivo está implícito no art. 150, IV, CF – BARRETO, Aires F. *ISS na Constituição e na lei*, p. 20. (C) Art. 151, III, CF – TORRES, Ricardo Lobo. *O princípio da transparência no direito financeiro*. (D) Art. 3º, I, e art. 150, I, CF. (E) Art. 151, I, e art. 150, II, CF. *Alternativa A*.

8862. **(Procurador – TCM-RJ – 2008 – FGV)** Assinale a assertiva correta.

(A) A imunidade tributária recíproca, pertencente aos entes federativos, não se estende às empresas públicas, sociedades de economia mistas, autarquias e fundações públicas.

(B) O princípio da anterioridade tributária consagrado na Constituição Federal confunde-se com a própria ideia de anualidade tributária, já que o tributo somente poderá ser cobrado no exercício seguinte àquele em que a lei que o instituiu ou majorou entrou em vigor.

(C) Segundo a Constituição de 1988, é vedado à União conceder isenção heterônoma.

(D) Não constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo. No caso do IPTU, pode ser atualizada por decreto do prefeito, ainda que o índice da atualização seja um pouco superior ao índice de inflação oficial do governo.

(E) Nenhum imposto pode ser exigido sem que lei o estabeleça, salvo o II (Imposto sobre Importação), o IE (Imposto sobre Exportação), o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o CIDE combustíveis, o IPTU e o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), que podem ter suas alíquotas alteradas por ato do Poder Executivo.

RESPOSTA (A) STF, RE 542.454 AgR/BA; STF, RE 647.881 AgR/RS; e art. 150, § 2º, CF. (B) PAULSEN, Leandro. *Direito tributário*, p. 215. (C) Art. 151, III, CF. (D) Art. 97, § 2º, CTN; e Súmula 160, STJ. (E) Art. 150, I, c/c art. 153, § 1º, c/c art. 177, § 4º, I, *b*, CF. *Alternativa C.*

8863. **(Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV)** Com base nos Princípios Constitucionais Tributários, analise as afirmativas a seguir:

I. A vedação que impede a União, os Estados, o DF e os Municípios de exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça consagra o princípio da legalidade tributária.

II. O princípio da irretroatividade tributária veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que o instituiu ou majorou.
III. O princípio da uniformidade geográfica admite excepcionalmente que sejam concedidos incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.

Assinale:

(A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I). Art. 150, I, CF. Correta. (II). Art. 150, III, *b*. Anterioridade. Incorreta. (III). Art. 151, III, CF. Correta. *Alternativa C.*

8864. (Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV) Em relação às medidas provisórias em matéria tributária, assinale a afirmativa correta.

(A) Segundo a Constituição Federal de 1988 é vedado o uso de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos por violar o princípio da legalidade tributária.
(B) Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, como regra, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
(C) É vedado o uso de medida provisória para instituir empréstimos compulsórios, imposto sobre grande fortuna e imposto de importação, por serem tributos reservados à lei complementar.
(D) O STF pacificou o entendimento de que medida provisória tem força de lei; por isso, admite-se em qualquer hipótese o seu uso em matéria tributária para instituir ou majorar os tributos previstos na Constituição Federal.
(E) Medida provisória não poderá instituir ou majorar o imposto de importação, exportação, IPI e IOF por serem tributos extrafiscais.

RESPOSTA (A) Art. 62, § 2º, CF. (B) Art. 62, § 2º, CF. (C) Art. 62, § 2º, c/c art. 62, § 1º, III, c/c art. 148, c/c art. 153, VII, CF. (D) STF, AI 236.976 AgR/MG. (E) Art. 62, § 2º, CF. *Alternativa B.*

8865. (Juiz – TJ-PA – 2007 – FGV) De acordo com a Constituição de 1988 e suas atualizações, analise as afirmativas abaixo e assinale a **incorreta**.

(A) O Poder Executivo pode, atendidas as condições e limites estabelecidos em lei, alterar por decreto as alíquotas do imposto de importação, de exportação, imposto sobre produtos industrializados (IPI) e imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF).
(B) A União poderá, como instrumento de atuação nas respectivas áreas, instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
(C) Os impostos de importação e de exportação são exceções ao princípio constitucional da anterioridade tributária em razão de sua finalidade extrafiscal e podem ter suas alíquotas majoradas e cobradas de imediato.
(D) O IPTU e o IPVA podem ter sua alíquota e base de cálculo majoradas e cobradas de imediato, por força da Emenda Constitucional 42/03, que os excepcionou do princípio da anterioridade tributária,

sendo irrelevante o exercício financeiro e a noventena.

(E) A atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo não constitui majoração, conforme o disposto no CTN.

RESPOSTA Art. 153, § 1º, CF. (B) Art. 149, CF. (C) Art. 150, § 1º, CF. (D) Art. 150, § 1º, CF. (E) Art. 97, § 2º, CTN. *Alternativa D.*

8866. (Advogado – BESC – 2004 – FGV) O princípio constitucional tributário da reserva da lei significa que:

(A) os impostos só podem ser cobrados no ano posterior ao de sua criação ou aumento.

(B) os tributos só podem ser instituídos ou aumentados através de lei.

(C) a lei poderá reservar percentuais dos tributos para determinadas finalidades.

(D) a lei tributária não poderá prever tratamento desigual para contribuintes que se encontrem em situação equivalente.

(E) os tributos não podem ser cobrados em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os instituiu ou aumentou.

RESPOSTA Art. 150, I, CF. *Alternativa B.*

8867. (Advogado – BESC – 2004 – FGV) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(A) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

(B) cobrar tributo no exercício financeiro seguinte àquele em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou.

(C) exigir tributo sem lei que o estabeleça, admitido, todavia, independentemente de lei, o aumento do que fora anteriormente criado.

(D) cobrar taxas dos templos de qualquer culto.

(E) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.

RESPOSTA (A) Art. 150, III, *a*, CF. (B) Art. 150, III, *b*, CF. (C) Art. 150, I, CF. (D) Art. 150, VI, *b*, CF. (E) Art. 150, V, CF. *Alternativa E.*

8868. (Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a anterioridade tributária

(A) deve ser observada nas hipóteses de aumento ou instituição de tributo, compreendendo-se como aumento as situações de prorrogação de adicional de alíquota instituido por prazo determinado.

(B) caracteriza-se como uma garantia individual do contribuinte.

(C) deve ser observada no caso de instituição de tributos, mas admite exceções nos casos de aumento.

(D) deve ser observada nos casos de instituição ou aumento de tributos, compreendendo-se, neste último caso, a atualização monetária mediante índice que reflita corretamente a perda do poder aquisitivo da moeda.

(E) caracteriza-se como um princípio, portanto, além das exceções previstas na Constituição, admite uma aplicação em diferentes graus, segundo um exame de proporcionalidade.

RESPOSTA STF, RE 587.008/SP. *Alternativa B.*

8869. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) O Princípio da Legalidade Tributária é de ser analisado sob dupla óptica: a formal e a material. A legalidade formal impõe que toda norma tributária deve estar inserta no ordenamento jurídico, enquanto que a material exige, ademais, que a própria lei defina todos os aspectos pertinentes ao fato gerador, aos sujeitos da obrigação, à qualificação do tributo, dentre outros aspectos relevantes. Assim, do ponto de vista formal, o Princípio da Legalidade insculpido na Constituição Federal está associado ao ato meramente legiferante, ao passo que, do ponto de vista material, está associado à denominada

(A) legalidade em sentido amplo.
(B) legalidade genérica.
(C) determinação conceitual específica.
(D) determinação conceitual genérica.

RESPOSTA BALEEIRO, Aliomar. *Direito tributário brasileiro*, p. 622. *Alternativa C.*

8870. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) A União não poderá exigir o Imposto Territorial Rural sobre pequenas glebas rurais, assim definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel. A situação em questão diz respeito ao instituto tributário da

(A) não incidência de fato.
(B) remissão.
(C) imunidade.
(D) isenção.

RESPOSTA Art. 153, § 4º, II, CF. *Alternativa C.*

8871. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Sobre o alcance da chamada imunidade constitucional recíproca, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

(A) tanto os objetivos como os efeitos do reconhecimento da aplicação da imunidade constitucional recíproca são passíveis de submissão ao crivo jurisdicional, em um exame de ponderação, não bastando a constatação objetiva da propriedade do bem.
(B) sociedade de economia mista prestadora de serviço público de água e esgoto não é abrangida pela imunidade tributária recíproca.
(C) tal imunidade, em alguns casos, pode ter como efeito colateral relevante a relativização dos princípios da livre-concorrência e do exercício de atividade profissional ou econômica lícita.
(D) o reconhecimento da imunidade tributária às operações financeiras não impede a autoridade fiscal de examinar a correção do procedimento adotado pela entidade imune. Constatado desvio de finalidade, a autoridade fiscal poderá, sendo o caso, constituir o crédito tributário e tomar as demais medidas legais cabíveis.
(E) é relevante para definição da aplicabilidade da imunidade tributária recíproca a circunstância de a atividade desempenhada estar ou não sujeita a monopólio estatal.

RESPOSTA (A) Correta – *Informativo* 602, STF. (B) Incorreta – STF, RE 631.309 AgR/SP. (C) – *Informativo* 602, STF. (D) Incorreta – STF, RE 259.976 AgR/RS. (E) Incorreta – STF, RE 285.716 AgR/SP. *Alternativa A.*

8872. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Alguns tributos possuem, além da função meramente arrecadatória ou fiscal, finalidade outra que se destina a regular a economia, criando

mecanismos que induzem, ou incentivam, a conduta do potencial contribuinte numa ou noutra direção. É o que se viu recentemente com a majoração das alíquotas do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, incidente sobre a importação de automóveis, já que, no período de janeiro a agosto de 2011, a balança comercial do setor automotivo atingiu um déficit de R$ 3 bilhões. Contudo, o STF entendeu que o decreto que majorar as alíquotas aplicáveis às operações de importação de veículos automotores

(A) sujeita-se ao princípio da anterioridade, segundo o qual não se poderá exigir, no mesmo exercício financeiro em que o decreto é publicado, alíquotas maiores do que aquelas até então vigentes.
(B) tem aplicabilidade imediata, por ser o IPI um tributo regulatório e pelo fato de que o Decreto-Lei que o criou (DL n. 1.191/1971) ter autorizado o Poder Executivo a reduzir suas alíquotas a zero; majorá-las, acrescentando até 30 unidades ao percentual de incidência fixado na lei, e, ainda, alterar a base de cálculo em relação a determinados produtos, podendo, para esse fim, fixar-lhes valor tributável mínimo.
(C) submete-se, dentre outros, ao princípio constitucional da anterioridade nonagesimal, ou seja, fica suspenso até que tenha transcorrido o prazo de noventa dias da sua publicação.
(D) fica suspenso, por força da anterioridade nonagesimal, até que tenha transcorrido o prazo de noventa dias da sua publicação. Contudo, a suspensão somente opera efeitos *ex tunc* caso haja pedido liminar formulado no sentido de reparar dano, e não para prevenir risco ao contribuinte.
(E) não se submete ao princípio constitucional da anterioridade nonagesimal, eis que a Constituição Federal foi clara ao prever tal comando para a lei (antes de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou). Assim, como o texto constitucional fala em "lei", o aumento das alíquotas por decreto não está sujeito à espera nonagesimal.

RESPOSTA Comentário: Art. 150, III, *c*, c/c art. 150, § 1º, CF. *Alternativa C.*

8873. (Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC) Sobre o princípio da capacidade contributiva, é correto afirmar que

(A) se manifesta, exclusivamente, através da progressividade.
(B) justifica a instituição de tributos fixos.
(C) é aplicável aos impostos sobre o consumo e, neste caso, a capacidade contributiva a ser considerada é apenas a do contribuinte de direito.
(D) é o principal critério de aplicação da igualdade tributária no âmbito dos impostos com finalidade extrafiscal.
(E) é o principal critério de aplicação da igualdade tributária no âmbito dos impostos com finalidade fiscal.

RESPOSTA Art. 145, § 1º, CF; CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*, p. 97. *Alternativa E.*

8874. (Defensor – DPE-AM – 2011 – IC) Em relação às Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, indique a opção VERDADEIRA:

(A) Os princípios da anterioridade, noventena, irretroatividade e anualidade são vinculados à segurança jurídica do contribuinte, permitindo-lhe o planejamento de sua atividade econômica. Apenas os três primeiros são expressos, podendo-se afirmar, à luz da CR/88, que o princípio da anualidade está implícito no texto constitucional.
(B) A imunidade intergovernamental recíproca abrange os Entes da Federação e as entidades da Administração direta e indireta, no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços, desde que

vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

(C) A imunidade dos templos de qualquer culto possui intrínseca conexão com a liberdade de religião e a característica laica do Estado Brasileiro, abrangendo o patrimônio, a renda e os serviços vinculados ao livre-exercício dos cultos religiosos.

(D) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo das deliberações do Conselho Nacional de Política Fazendária em relação ao ICMS, que deverão ser tomadas segundo maioria absoluta dos representantes dos Estados.

(E) O princípio da transparência em Direito Tributário exige, independentemente de lei, a adoção pelos Entes Federados de medidas para que os consumidores sejam esclarecidos sobre os impostos que incidam sobre mercadorias e serviços, caracterizados por propiciarem a repercussão econômica do ônus fiscal.

RESPOSTA (A) Incorreta – O princípio da anualidade não está previsto na CF/88. (B) Incorreta – art. 150, VI, *a,* c/c § 2º, CF. (C) Correta – art. 150, VI, *b,* c/c § 4º, CF; art. 5º, VI, CF. (D) Incorreta – art. 150, § 6º, CF. (E) Incorreta – art. 150, § 5º, CF. *Alternativa C.*

8875. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Instituição de ensino superior não regularmente registrada nos órgãos competentes e não inscrita no cadastro fiscal omitiu do fisco sua existência e os documentos necessários à comprovação de sua situação, deixando de recolher tributo por entender estar amparada pela imunidade constitucional. Assim, o fisco, constatando tal situação, lavrou auto de infração contra a instituição. Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) A imunidade das instituições de ensino é objetiva e independe de circunstâncias e outros requisitos para o seu reconhecimento.

(B) O auto de infração não poderá ser anulado após sua lavratura, mesmo se provando que a instituição atende aos requisitos legais exigidos para a imunidade.

(C) A imunidade aplica-se aos impostos previstos na Constituição Federal e às taxas de serviços.

(D) A imunidade é subjetiva e, portanto, condicionada aos requisitos previstos em lei.

(E) O fisco não poderia ter autuado a instituição, pois, mesmo não demonstrando os requisitos legais, a imunidade se faz presente.

RESPOSTA Art. 150, VI, *c,* c/c § 4º, CF; e art. 14, CTN. *Alternativa D.*

8876. **(Procurador – MPF – 2012)** É correto afirmar quanto ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que:

(A) Submete-se ao princípio da anterioridade mitigada, a nonagesimal;

(B) Sendo um tributo de finalidade destacadamente extrafiscal, a ele não se aplica o princípio da anterioridade tributária;

(C) A vista da seletividade de que se reveste, de forma que suas alíquotas devem ser fixadas de acordo com a essencialidade do produto, está autorizado o Poder Executivo a alterar a sua base de cálculo e as suas alíquotas, atendidas as condições e observados os limites fixados em lei;

(D) Os princípios da não comutatividade e da seletividade que o informam ensejam direito de crédito presumida de IPI para o contribuinte adquirente de insumos não tributados ou sujeitos a alíquota zero.

RESPOSTA (A) Correta – as duas denominações implicam no mesmo princípio previsto no art. 150, III, *c*, c/c § 1º, CF. (B) Incorreta – art. 150, § 1º, c/c art. 150, III, *c*, CF. (C) Incorreta – art. 153, § 1º, CF. (D) Incorreta – RE 370.682/SC. *Alternativa A.*

8877. **(Promotor – MP-CE – 2011 – FCC)** Sobre os princípios constitucionais tributários é correto afirmar que

(A) a lei que modifica tributos só pode ser aplicada no exercício seguinte ao da sua publicação por força da regra da irretroatividade da lei tributária.
(B) os tributos sempre deverão ser pessoais e atender às condições econômicas dos contribuintes, por força do princípio da capacidade contributiva.
(C) salvo exceções a lei que cria ou majora tributo terá eficácia no exercício financeiro seguinte ao da sua publicação, como expressão da anterioridade tributária.
(D) como exceção à legalidade tributária, pode o Presidente da República instituir, por decreto, impostos de importação, de exportação, sobre produtos industrializados e sobre operações financeiras.
(E) a instituição de empréstimo compulsório, imposto extraordinário, imposto residual e impostos de natureza extrafiscal são exceções à anterioridade nonagesimal.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 150, III, *a*, *b* e *c*, CF. (B) Incorreta – art. 145, § 1º, CF. (C) Correta – art. 150, III, *b*, CF. (D) Incorreta – art. 153, § 1º, CF. (E) Incorreta – art. 150, § 1º, CF. *Alternativa C.*

8878. **(Procurador – MPF – 2011)** Indique a alínea cujo enunciado contempla exceção ao princípio da legalidade:

(A) a delegação, por lei, ao Poder Executivo, da faculdade de imposição de encargos fiscais;
(B) quando o tipo tributário, descrição material da exação, não encerrar um conceito fechado, é facultado ao Poder Executivo, no exercício da competência regulamentar que lhe é própria, agregar-lhe alguns componentes;
(C) atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo;
(D) redução do ICMS – monofásico incidente sobre combustíveis definidos em lei complementar por ato do titular do Poder Executivo Estadual.

RESPOSTA Art. 150, I, CF, c/c art. 97, § 2º, CTN. *Alternativa C.*

III. Legislação Tributária

8879. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** Quanto à Elisão Fiscal é correto afirmar que:

(A) constitui procedimento lícito de economia de tributos, geralmente realizado antes da ocorrência do fato gerador.
(B) constitui procedimento dúbio que pode ser desqualificado e requalificado pela autoridade administrativa.
(C) constitui uma sucessão de atos ou negócios jurídicos realizados para dissimular a ocorrência do fato gerador.
(D) constitui prática atentatória ao princípio da solidariedade social e, portanto, inconstitucional.
(E) constitui mecanismo de economia fiscal, só possível quando a lei expressamente o permitir.

RESPOSTA Corresponde ao planejamento tributário e, portanto, representa modalidade lícita que objetiva diminuir a carga tributária. Art. 116, parágrafo único, CTN; PAULSEN, *Direito tributário*, p. 914. *Alternativa A.*

8880. **(Procurador – TCM-RJ – 2008 – FGV)** Assinale a afirmativa correta.

(A) A lei tributária que define infrações ou lhe comina penalidades interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato, bem como quanto à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos.
(B) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: a analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito e a equidade.
(C) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios ou pelas leis complementares, para definir ou limitar competências tributárias.
(D) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: suspensão, extinção ou exclusão do crédito tributário; outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
(E) A definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

RE SPOSTA (A) Art. 112, I e II, CTN. (B) Art. 108, I, II, III e IV, CTN. (C) Art. 110, CTN. (D) Art. 111, I, II e III, CTN. (E) Art. 118, I, CTN. *Alternativa A.*

8881. **(Juiz – TJ-PA – 2007 – FGV)** Com base no CTN, em relação à legislação tributária, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
(B) O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa de pagamento de tributo devido.
(C) A lei tributária se aplica a ato ou fato pretérito, quando o ato não definitivamente julgado cominar penalidade menos severa que a prevista na lei ao tempo da sua prática ou reduzir o valor do tributo devido.
(D) Dentre as normas complementares das leis, dos tratados e convenções internacionais e dos decretos, encontram-se as práticas reiteradas observadas pelas autoridades administrativas.
(E) A lei tributária que define infrações ou lhe comina penalidades, em caso de dúvida quanto à natureza da penalidade aplicável ou a sua graduação, deve ser interpretada de maneira mais favorável ao acusado.

RESPOSTA (A) Art. 108, § 1º, CTN. (B) Art. 108, § 2º, CTN. (C) Art. 106, II, *c*, CTN. (D) Art. 100, III, CTN. (E) Art. 112, IV, CTN. *Alternativa C.*

8882. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Sobre os tratados e as convenções internacionais em matéria tributária, a teor do disposto no Código Tributário Nacional, revogam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha. Sobre o tema, é incorreto afirmar que:

(A) consoante entendimento do STF, ainda quando fundados em tratados de integração, como no âmbito do Mercosul, os tratados e convenções internacionais só produzem efeito internamente após se completar o ciclo de aprovação interna previsto na Constituição Federal.
(B) a expressão "revogam" não cuida, a rigor, de uma revogação, mas de uma suspensão da eficácia da norma tributária nacional, que readiquirá a sua aptidão para produzir efeitos se e quando o tratado

for denunciado.

(C) as normas classificadas pela doutrina como *softlaw*, que irradiam seus efeitos tanto no âmbito do direito internacional público como no privado, devem ser vistas apenas como fonte indireta de direito tributário.

(D) o sistema constitucional brasileiro não consagra o princípio do efeito direto e nem o postulado da aplicabilidade imediata dos tratados e convenções internacionais.

(E) internamente, os tratados internacionais são equivalentes às leis ordinárias nacionais, salvo nas exceções constitucionalmente previstas, em que as normas de tratados sobre direitos humanos são equiparados às normas constitucionais. Há, portanto, hierarquia entre os próprios tratados.

RESPOSTA STF, ADI 1.480; e art. 5º, § 3º, CF. *Alternativa E.*

8883. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Considerando os temas “vigência e aplicação da legislação tributária” e “interpretação e integração da legislação tributária” e as disposições do CTN, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

( ) O emprego da analogia pode resultar na exigência de tributo.

( ) A lei tributária aplica-se ao ato ou fato pretérito, quando for interpretativa, ressalvadas as hipóteses em que redundar na aplicação de penalidade.

( ) Quando extinguir tributo, a lei tributária pode ser aplicada a fato anterior à sua vigência.

( ) A lei que disponha sobre moratória e remissão do crédito tributário deve ser interpretada, segundo o Código Tributário Nacional, em benefício do contribuinte.

(A) F, F, V, F

(B) V, V, F, F

(C) F, V, V, F

(D) V, F, F, V

(E) F, V, V, V

RESPOSTA (1ª) Falsa. Art. 108, § 1º, CTN. (2ª) Verdadeira. Art. 106, I, CTN. (3ª) Verdadeira. Art. 150, III, *a*, CF, c/c art. 106, CTN. (4ª) Falsa. Art. 112, CTN. *Alternativa C.*

8884. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** A respeito da vigência, aplicação e interpretação das normas tributárias indique a alternativa CORRETA:

(A) Regra geral, a lei tributária começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada. No entanto, salvo disposição em contrário, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.

(B) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente e em ordem preferencial a analogia, os princípios gerais do direito tributário, os princípios gerais do direito privado e a equidade. A utilização dos princípios gerais de direito privado restringe-se à pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, inclusive para definição dos respectivos efeitos tributários.

(C) Excepciona o princípio da irretroatividade, aplicando-se a fato pretérito, a lei expressamente interpretativa, e, nas hipóteses de atos não submetidos à coisa julgada, a lei que mitigue determinada penalidade pecuniária aplicável para as situações de descumprimento da obrigação tributária principal.

(D) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão, extinção ou

exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

(E) O Código Tributário Nacional admite a interpretação benigna exclusivamente para a lei que disponha sobre infrações, anistia e comine penalidades, sendo necessária a existência de dúvida sobre a tipicidade do fato, a autoria, imputabilidade ou punibilidade.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 103, I, CTN. (B) Incorreta – art. 108, I a IV, CTN. (C) Correta – art. 106, I e II, *c*, CTN. (D) Incorreta – art. 111, I a III, CTN. (E) Incorreta – art. 112, I a IV, CTN. *Alternativa C.*

IV. Obrigação Tributária e Responsabilidade Tributária

8885. **(Advogado – CODEBA – 2010 – FGV)** Assinale a alternativa correta acerca da obrigação tributária.

(A) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não impede a execução fiscal.

(B) Apesar da solidariedade das pessoas que tenham interesse comum na situação que constituiu o fato gerador da obrigação tributária, não há possibilidade de benefício de ordem, certo que o pagamento efetuado por um dos obrigados não exime a responsabilidade dos demais.

(C) O contribuinte de direito pode reclamar a restituição do tributo indireto pago indevidamente, desde que, por sua natureza, comporte a transferência do respectivo encargo financeiro.

(D) O sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

(E) A exigência de depósito prévio de parcela do tributo questionado como condição para interposição de recurso administrativo, no âmbito do contencioso fiscal, implica ofensa ao princípio constitucional da ampla defesa.

RESPOSTA (A) Incorreta – AgRg no AREsp 156.870/RJ. (B) Incorreta – art. 125, I, CTN. (C) Incorreta – art. 166, CTN. (D) Correta – art. 121, CTN. (E) O gabarito aponta esta assertiva como incorreta, mas a consideramos correta de acordo com a Súmula Vinculante 21. *Alternativa D.*

8886. **(Procurador – TCM-RJ – 2008 – FGV)** Com base no CTN, assinale a alternativa correta.

(A) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorrerá em relação ao adquirente.

(B) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas. Contudo, tal hipótese não se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

(C) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato: integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade; e subsidiariamente com o

alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, depois de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

(D) Na visão do STJ, o mero inadimplemento de tributo constitui infração; por isso, os sócios, administradores ou não, são, em qualquer caso, pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.

(E) A responsabilidade tributária é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

RESPOSTA Art. 130, *caput*, c/c art. 130, parágrafo único, CTN. (B) Art. 132, *caput*, c/c art. 132, parágrafo único, CTN. (C) Art. 133, I e II, CTN. (D) Súmula 430, STJ; e art. 135, CTN. (E) Art. 138, *caput*, c/c art. 138, parágrafo único, CTN. *Alternativa E.*

8887. **(Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV)** De acordo com o Código Tributário Nacional, a pessoa jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responderá pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, de forma:

(A) integral se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.

(B) integral, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

(C) subsidiária com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, após seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

(D) subsidiária com o alienante, independentemente se este prosseguir ou na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

(E) exclusiva do alienante, não havendo responsabilidade do adquirente, já que as dívidas tributárias são daquele.

RESPOSTA Art. 133, I e II, CTN. *Alternativa A.*

8888. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** A expressão “fato gerador” é criticada por vários segmentos da doutrina em razão de que:

(A) não importa, para a análise das obrigações tributárias, a investigação sobre os fatos que deram origem a elas.

(B) o fato concreto, legalmente descrito, quando ocorrido, nenhum efeito gera.

(C) as situações concretas relevantes para o Direito Tributário não são os fatos jurídicos, e sim os atos jurídicos.

(D) alude, ao mesmo tempo, à previsão abstrata da norma e à situação concreta a que ela se refere.

(E) a obrigação tributária principal não nasce, segundo o CTN, com a ocorrência do fato gerador.

RESPOSTA Art. 114, CTN; PAULSEN, Leandro. *Direito tributário*, p. 911-912. *Alternativa D.*

8889. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa que apresenta informação

incorreta.

(A) São solidariamente responsáveis tributários as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária.

(B) A isenção ou a remissão de crédito tributário, na hipótese de solidariedade, exonera, sem ressalvas, todos os obrigados.

(C) A responsabilidade é solidária quando tanto o contribuinte quanto o responsável respondem sem o benefício de ordem.

(D) A lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade tributária à terceira pessoa, quando esta estiver vinculada ao fato gerador da exação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da mesma obrigação.

RESPOSTA (A) Correta – art. 124, I, CTN. (B) Incorreta – art. 125, II, CTN. (C) Correta – art. 124, parágrafo único, CTN. (D) Correta – art. 128, CTN. *Alternativa B.*

8890. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** A respeito da obrigação tributária, assinale a alternativa incorreta.

(A) Embora a multa tributária não se constitua tributo, a obrigação de pagá-la tem natureza tributária.

(B) A definição legal do fato gerador é interpretada levando-se em consideração a validade jurídica dos atos praticados pelos contribuintes.

(C) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

(D) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

(E) A hipótese de incidência da obrigação tributária principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

RESPOSTA (A) Correta – art. 113, § 1º, CTN. (B) Incorreta – art. 118, I, CTN. (C) Correta – Súmula Vinculante 29. (D) Correta – art. 113, § 3º, CTN. (E) Correta – art. 114, CTN. *Alternativa B.*

8891. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Acerca da responsabilidade tributária, é correto afirmar:

(A) O simples inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

(B) A responsabilidade por infrações da legislação tributária é subjetiva, ou seja, depende da intenção do agente ou do responsável.

(C) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

(D) De acordo com o Código Tributário Nacional, é possível opor convenções particulares à Fazenda Pública, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos.

(E) Os tutores e curadores serão sempre pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.

RESPOSTA (A) Incorreta – Súmula 430, STJ. (B) Incorreta – art. 136, CTN. (C) Correta – Súmula 360, STJ. (D) Incorreta – art. 123, CTN. (E) Incorreta – art. 134, II, CTN. *Alternativa C.*

8892. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Em sede de execução fiscal, frustradas

as tentativas de citação da pessoa jurídica, constata-se que a sociedade foi dissolvida irregularmente. Segundo o contrato social, a sociedade foi constituída por dois sócios (sócios A e B), ambos com poderes para a administração da sociedade. Na prática, o sócio A era quem administrava a sociedade; o sócio B jamais exerceu tais funções, pois era empregado de outra empresa e por isso, inclusive, residia noutro Estado da Federação. No presente caso, o Procurador da Fazenda deverá requerer o redirecionamento da ação

(A) a ambos os sócios; presume-se que ambos são responsáveis pelos débitos. Porém, o sócio B será excluído da ação se comprovar sua condição em exceção de pré-executividade.
(B) a ambos os sócios; presume-se que ambos são responsáveis pelos débitos. Porém, os sócios A e B serão excluídos da ação se comprovarem sua condição em exceção de pré-executividade.
(C) a ambos os sócios; presume-se que ambos são responsáveis pelos débitos. Porém, o sócio B será excluído da ação se comprovar sua condição em ação de embargos de devedor.
(D) a ambos os sócios; no presente caso a presunção é *juris et jure*.
(E) ao sócio A; não cabe a presunção de que ambos são responsáveis pelos débitos.

RESPOSTA Art. 135, III, c/c art. 204, parágrafo único, CTN. *Alternativa C.*

8893. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Acerca da responsabilidade tributária é correto afirmar:

(A) O inventariante é responsável pelos tributos devidos pelo espólio até a data da abertura da sucessão.
(B) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito.
(C) A pessoa jurídica de direito privado que adquire estabelecimento comercial por meio de alienação judicial de filial de empresa em processo de recuperação judicial responde pelos tributos devidos até a data da respectiva alienação.
(D) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, da multa e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
(E) Os pais, tutores e curadores somente respondem pelos tributos devidos pelos filhos menores, tutelados e curatelados no caso de tributos incidentes sobre bens imóveis.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 131, III, c/c art. 134, IV, CTN. (B) Correta – art. 137, I, CTN. (C) Incorreta – art. 133, § 1º, II, CTN. (D) Incorreta – art. 138, CTN. (E) Incorreta – art. 134, I e II, CTN. *Alternativa B.*

8894. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Responda às perguntas abaixo, com um Sim ou um Não e em seguida selecione, entre as opções abaixo, a que contenha as respostas certas, na devida sequência.

(1º) A definição do fato gerador da obrigação tributária pode ser estabelecida apenas por lei?
(2º) A obrigação tributária principal pode ter por objeto exclusivamente penalidade pecuniária?
(3º) Uma situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure pagamento de tributo é denominada, no CTN, obrigação acessória?

(A) Sim, Não, Não
(B) Sim, Não, Sim
(C) Sim, Sim, Sim

(D) Não, Sim, Sim
(E) Não, Sim, Não

RESPOSTA (1º) Sim. No gabarito consta como SIM, mas a pergunta não revela se é fato gerador da obrigação principal (definição somente por lei) ou da obrigação acessória (definição por legislação tributária). (2º) Sim. Art. 113, § 1º, CTN. (3º) Sim. Art. 115, CTN. *Alternativa C.*

8895. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Considerando o tema "obrigação tributária" e as disposições do CTN, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

( ) O interditado pode ser sujeito passivo da obrigação tributária.
( ) A definição legal do fato gerador não pode ser verificada se for abstraída a validade jurídica dos atos praticados.
( ) A utilização de pauta fiscal pela administração tributária é uma forma de arbitramento da base de cálculo.
( ) A obrigação acessória nasce em razão da ocorrência de um fato gerador e independe de providência da autoridade fiscal para ser exigida.

(A) V, V, V, V
(B) F, V, F, F
(C) F, V, F, V
(D) V, F, V, V
(E) V, F, V, F

RESPOSTA (1º) Verdadeira. Art. 126, II, CTN. (2º) Falsa. Art. 118, I, CTN. (3º) Verdadeira. (Em 13-5-2010, foi publicada a Súmula 431 que trata da ilegalidade da pauta fiscal). (4º) Falsa. Art. 113, § 2º, CTN. *Alternativa E.*

8896. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Suponha que dois amigos tenham começado a comercializar automóveis sem regularizar e inscrever a sociedade nos órgãos competentes e, assim, tenham suprimido os tributos que seriam devidos no exercício dessa atividade. O fisco, ao constatar a situação, lavrou auto de infração contra um deles, pois o outro tinha sido preso por roubo na noite anterior. A respeito dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) Os dois amigos são solidariamente obrigados ao pagamento dos tributos, não comportando o benefício de ordem.
(B) O amigo que foi preso perdeu a capacidade tributária e, por isso, o auto de infração foi lavrado em desfavor de um só deles.
(C) O fisco não poderia cobrar tributos, pois a pessoa jurídica não estava regularmente constituída.
(D) A capacidade tributária do amigo que foi preso fica suspensa até que saia da prisão.
(E) A solidariedade tributária pode ser contestada no procedimento administrativo fiscal pelo amigo que foi autuado pelo fisco, caso eles tenham feito um contrato que estabelecia a responsabilidade tributária exclusiva para aquele que foi preso.

RESPOSTA Art. 126, III, c/c art. 124, I, c/c parágrafo único, CTN. *Alternativa A.*

8897. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** A Indústria Milho Bom S/A adquiria milho de pequenos produtores localizados no Distrito Federal (DF) e no Entorno e, após submetê-lo a processo de industrialização, enlatava e vendia para distribuidores que os revendiam para comercialização em supermercados e quitandas da região. O ICMS era recolhido aos cofres do DF

pela indústria, tanto o incidente na aquisição quanto na alienação. O primeiro era calculado e cobrado do produtor pelo preço do milho adquirido e, na saída da mercadoria industrializada, era retido e calculado com base no preço que se presumiu ser praticado na venda ao consumidor final, passando a não incidir nas operações de circulação de mercadoria subsequentes. Tudo isso era feito com base em convênio celebrado entre os estados e o Distrito Federal no CONFAZ. Face a essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) O ICMS é tributo não cumulativo e, por isso, incidente em cada fase de circulação de mercadoria, em razão do que a apuração não pode ser realizada antes que tal ocorra.

(B) A existência do convênio estabelecendo tal forma de apuração de tributo torna lícita a apuração.

(C) O cálculo do ICMS, quando da alienação, foi efetivado com base no instituto do diferimento, já que considerou todas as fases de circulação da mercadoria.

(D) A apuração do ICMS tomou por base a substituição tributária para trás e para frente.

(E) O ICMS não pode ser calculado e exigido da indústria como foi feito, máxime porque não se sabe se a circulação de mercadoria ocorrerá, face às perdas decorrentes de fatores supervenientes, tais como vencimento do prazo de validade do produto e avarias durante o transporte.

RESPOSTA Art. 128, CTN, c/c art. 150, § 7º, CF. *Alternativa D*.

V. Lançamento e Crédito Tributário

8898. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Com relação ao *crédito tributário*, assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) Deve ser inscrito na Dívida Ativa do Estado, se não pago no prazo legal.

(B) Tem sua exigibilidade suspensa no caso de o contribuinte efetuar o depósito do seu montante integral.

(C) Prefere a qualquer outro crédito, à exceção dos de origem trabalhista e de outros em processo de falência.

(D) Extingue-se no prazo de 5 (cinco) anos contados da data da ocorrência do fato gerador.

(E) Não se extingue com a morte do contribuinte devedor.

RESPOSTA (A) Correta – art. 201, CTN. (B) Correta – art. 151, II, CTN. (C) Correta – art. 186, *caput*, c/c parágrafo único, CTN. (D) Incorreta – art. 173, I, CTN. (E) Correta – art. 131, II e III, CTN. *Alternativa D.*

8899. **(Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV)** Em relação às preferências do crédito tributário previstas no CTN, assinale a afirmativa **incorreta.**

(A) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

(B) Na falência, o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes de acidente de trabalho ou da legislação do trabalho, independentemente do seu valor.

(C) A cobrança judicial do crédito tributário não está sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, inventário ou arrolamento.

(D) São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos a cargo do *de cujus* ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

(E) São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no

decurso da liquidação.

RESPOSTA (A) Art. 188, CTN. (B) Art. 186, CTN, c/c art. 83, Lei n. 11.101/2005. (C) Art. 187, CTN. (D) Art. 189, CTN. (E) Art. 190, CTN. *Alternativa B.*

8900. (Juiz – TJ-PA – 2007 – FGV) Em matéria de lançamento e crédito tributário, assinale a alternativa correta.

(A) Em conformidade com o CTN, quando regularmente notificado o sujeito passivo, o lançamento somente pode ser alterado por impugnação do próprio sujeito passivo, recurso de ofício ou por iniciativa de ofício da autoridade administrativa.
(B) A atividade administrativa do lançamento é obrigatória; contudo, será discricionária quando o CTN expressamente autorizar.
(C) A "teoria dualista" do Direito Tributário determina a aplicação da legislação vigente à época do lançamento do tributo para a apuração do crédito tributário, em qualquer hipótese.
(D) A moratória, parcelamento, conversão do depósito em renda, concessão de liminar em mandado de segurança, reclamações e recursos administrativos são exemplos de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
(E) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de violação do princípio constitucional da isonomia tributária.

RESPOSTA (A) Art. 145, CTN. (B) Art. 3º, c/c art. 142, CTN. (C) J. F. REZEK, *Direito internacional público*, p. 4. (D) Art. 151, c/c art. 156, CTN. (E) Art. 176, parágrafo único, CTN. *Alternativa A.*

8901. (Advogado – BESC – 2004 – FGV) Esgotado o prazo legal para lançamento do tributo, sem que a Fazenda Pública o tenha efetuado, ocorre a situação de:

(A) exclusão
(B) suspensão
(C) prescrição
(D) perdão
(E) decadência

RESPOSTA Art. 142, c/c art. 173, CTN. *Alternativa E.*

8902. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Sobre a tributação no regime falimentar, assinale a opção correta.

(A) A lei estabelecerá limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho em relação aos demais créditos, inclusive aos tributários.
(B) Com as alterações havidas em relação ao regime falimentar, a alteração do Código Tributário Nacional deixa claro o propósito de preservar as empresas em dificuldades e consequentemente a oferta de empregos, pelo que se permite afirmar que o crédito tributário ganhou posições em relação à sistemática até então vigente.
(C) Na falência, o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais e às importâncias passíveis de restituição. Todavia, não prefere aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
(D) As multas contratuais e as penalidades pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias, preferem aos credores quirografários.
(E) O proprietário de bem arrecadado no processo de falência ou que se encontre em poder do devedor

na data da decretação da falência poderá pedir sua restituição.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 186, parágrafo único, II, CTN. (B) Incorreta – pela redação do parágrafo único, do art. 186, CTN, é possível verificar que o crédito tributário perde posições quando o assunto é preferência no regime falimentar. (C) Incorreta – art. 186, parágrafo único, I, CTN. (D) Incorreta – art. 186, parágrafo único, III, CTN. (E) Correta – art. 186, parágrafo único, I, CTN. *Alternativa E.*

8903. (Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE) De acordo com o Código Tributário Nacional, são hipóteses de extinção(1), suspensão da exigibilidade(2) e exclusão do crédito tributário(3), respectivamente:

(A) (1) isenção; (2) parcelamento; (3) anistia.
(B) (1) decadência; (2) reclamação; (3) isenção.
(C) (1) pagamento; (2) decadência; (3) anistia.
(D) (1) parcelamento; (2) anistia; (3) moratória.
(E) (1) parcelamento; (2) moratória; (3) isenção.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 175, I, CTN; art. 151, VI, CTN; e art. 175, II, CTN. (B) Correta – art. 156, V, CTN; art. 151, III, CTN; e art. 175, I, CTN. (C) Incorreta – art. 156, I, CTN; art. 156, V, CTN; e art. 175, II, CTN. (D) Incorreta – art. 151, VI, CTN; art. 175, II, CTN; e art. 151, I, CTN. (E) Incorreta – art. 151, VI, CTN; art. 151, I, CTN; e art. 175, I, CTN. *Alternativa B.*

8904. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) Verifique a veracidade dos assertos abaixo e, em seguida, marque com V as proposições verdadeiras, e com F as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha, na mesma sequência, a resposta correta.

( ) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento do imposto de exportação far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da expedição da fatura pelo exportador.
( ) O lançamento leva em consideração a legislação vigente na data em que lavrado pela autoridade competente, e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
( ) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

(A) F, F, V
(B) V, F, V
(C) V, V, F
(D) V, V, V
(E) F, F, F

RESPOSTA (1ª) Art. 143, CTN. (2ª) Art. 144, CTN. (3ª) Art. 146, CTN. *Alternativa A.*

8905. (Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE) Com fundamento no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa *incorreta*.

(A) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da ocorrência do fato gerador.
(B) O lançamento constitui atividade administrativa vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
(C) A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo.

(D) É possível a alteração do lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo, por iniciativa da autoridade administrativa, quando necessária a apreciação de fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior.

(E) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, salvo na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 174, CTN. (B) Correta – art. 142, parágrafo único, CTN. (C) Correta – art. 178, CTN. (D) Correta – art. 149, VIII, CTN. (E) Correta – art. 185, *caput*, c/c parágrafo único, CTN. *Alternativa A.*

8906. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Marque a opção INCORRETA:

(A) A dação em pagamento em bens imóveis é uma forma de extinção do crédito tributário.

(B) A moratória é uma forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

(C) O depósito do montante integral do tributo é uma forma de extinção do crédito tributário.

(D) A compensação consiste num encontro de contas que promove a extinção do crédito tributário.

(E) A anistia é uma modalidade de exclusão do crédito tributário.

RESPOSTA (A) Correta – art. 156, XI, CTN. (B) Correta – art. 151, I, CTN. (C) Incorreta – art. 151, II, CTN. (D) Correta – art. 156, II, CTN, c/c art. 170, CTN. (E) Correta – art. 175, II, CTN. *Alternativa C*.

8907. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** O fisco estadual, após ter verificado inconsistência nas informações remetidas por um contribuinte, foi ao referido estabelecimento e, em auditoria, comprovou a omissão do sujeito passivo que justificava a aplicação de penalidade pecuniária, lavrando auto de infração impondo a cobrança do tributo, que deveria ter sido pago, com juros e penalidade de 200% sobre o principal corrigido. O auto de infração foi assinado pelo contribuinte, onde ficou constando prazo para pagamento ou impugnação do ato administrativo. A respeito dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) A constituição do crédito tributário dar-se-á sempre após ultrapassado o prazo para impugnação do auto de infração.

(B) O fato gerador da obrigação tributária foi a auditoria tributária levada a efeito no estabelecimento.

(C) A constituição do crédito deu-se pelo lançamento de ofício.

(D) Supondo que haja a extinção do crédito tributário pela impugnação, isso não terá efeito sobre a obrigação tributária.

(E) As circunstâncias que modificam a constituição do crédito pela impugnação do auto de infração afetam a obrigação tributária.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 139 e art. 142, *caput*, c/c parágrafo único, CTN. (B) Incorreta – art. 113, §§ 1º e 3º, c/c art. 115, CTN. (C) Correta – art. 149, VI, CTN. (D) Incorreta – art. 140, c/c art. 156, IX, CTN. (E) Incorreta – art. 140, CTN. *Alternativa C*.

8908. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** No que diz respeito à constituição do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

(A) Sempre que constatada sonegação fiscal, a autoridade administrativa fará o lançamento de ofício e notificará o sujeito passivo, caso em que só se admitirá alteração do lançamento quando demonstrado pelo devedor a inexistência de dolo, fraude ou simulação.

(B) Nos tributos sujeitos a lançamento por declaração, a qualquer tempo que o fisco tome conhecimento de existência de sonegação de informações, poderá revê-lo e efetivar o lançamento de

ofício.
(C) Verificado que os lançamentos realizados nos livros fiscais não cumpriram as regras estabelecidas pelas normas gerais de contabilidade, desmerecendo fé, a autoridade fiscal fixará o valor do tributo devido por meio de pauta de valores estabelecida.
(D) Verificado pela autoridade administrativa da União que, além do imposto de sua competência, ao mesmo tempo e na mesma forma de execução, a sociedade comercial sonegava tributo devido ao Distrito Federal, aquela autoridade efetivará o lançamento de ambos os tributos, face a conexão pelo lançamento reflexo.
(E) O lançamento definitivo não poderá ser revisto para dar-lhe nova definição jurídica quando a autoridade administrativa conhecia a situação fática no momento em que o realizou.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 145, I a III, CTN. (B) Incorreta – art. 147, § 2º, c/c art. 149, VII, c/c art. 149, parágrafo único, CTN. (C) Incorreta – art. 148, CTN. (D) Incorreta – art. 10 c/c art. 11, Decreto n. 70.235/72. (E) Correta – art. 149, VIII, CTN. *Alternativa E.*

8909. (Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS) Lançamento é o procedimento administrativo vinculado em que o agente fiscal constitui o crédito tributário, apontando o fato gerador, identificando o sujeito passivo, o montante do tributo e se é o caso de imposição de penalidade. No que se refere ao instituto do lançamento tributário, assinale a opção correta.

(A) A penalidade a que se refere o instituto do lançamento é de natureza penal.
(B) O ato administrativo denominado de lançamento é vinculado para o agente da administração tributária.
(C) O lançamento é ato administrativo-fiscal meramente declaratório.
(D) Poderá ser designado qualquer servidor público de categoria estranha aos quadros do órgão arrecadador para efetuar o lançamento.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 113, § 3º, e art. 136, CTN. (B) Correta – art. 142, parágrafo único, CTN. (C) Incorreta – art. 142, CTN e doutrina – SABBAG, *Manual de direito tributário*, p. 760. (D) Incorreta – arts. 10 e 11, Decreto n. 70.235/72. *Alternativa B.*

8910. (Promotor – MP-RJ – 2011) De acordo com o disposto no Código Tributário Nacional, é correto afirmar a respeito da isenção tributária:

(A) se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, poderá ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo;
(B) é modalidade de extinção parcial ou integral da exigibilidade do crédito tributário;
(C) extingue o crédito tributário de forma integral, quando a legislação tributária não dispuser a respeito;
(D) afasta o cumprimento das obrigações acessórias, vez que não há obrigação principal;
(E) é modalidade de exclusão do crédito tributário.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 178, CTN. (B) Incorreta – art. 175, I, CTN. (C) Incorreta – art. 175, II, CTN. (D) Incorreta – art. 175, parágrafo único, CTN. (E) Correta – art. 175, I, CTN. *Alternativa E.*

8911. (Promotor – MP-PB – 2011) Considerando a situação de suspensão da exigibilidade da obrigação tributária, julgue as seguintes assertivas:

I. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário atinge apenas a obrigação principal, não estando o devedor desobrigado da obrigação acessória, salvo se a norma expressamente a esta se referir.
II. A lei que concede a moratória não poderá restringir sua área de abrangência, quer geograficamente, quer por condição pessoal dos sujeitos a serem atingidos.

III. O ato de depósito do montante integral do crédito tributário, por não constituir modalidade de pagamento da divida, não implica em extinção da obrigação.
(A) Apenas I e III estão corretas.
(B) Apenas II está correta.
(C) Apenas I está errada.
(D) Apenas II e III estão erradas.
(E) *Abstenção de resposta.*

RESPOSTA (I) Correta – art. 151, parágrafo único, CTN. (II) Incorreta – art. 152, parágrafo único, CTN. (III) Correta – art. 151, II, CTN. *Alternativa A.*

8912. **(Procurador – MPF – 2011)** As isenções. Integrando o sistema constitucional tributário brasileiro, se subordinam aos princípios que o informam. E assim é certo asseverar que:
(A) a lei ordinária que reduz uma isenção tem aplicação imediata no mesmo exercício de sua entrada em vigor;
(B) revogada a lei isentiva a primitiva lei tributária voltará a vigorar porque na hipótese, ocorre o efeito repristinatório;
(C) os Estados e o Distrito Federal, objetivando criar isenções de ICMS, firmam entre si, por seus executivos, convênios, celebrados no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, a serem ratificados por ato do governador de cada uma das unidades federativas;
(D) lei que institui isenção de todos os tributos federais, se explicitamente não diz que se aplica às taxas e contribuições de melhoria, deve-se entender que a isenção não abrange estas espécies tributárias.

RESPOSTA (A) Incorreta – para o art. 104, III, CTN, deve-se observar a anterioridade, contudo o posicionamento do STF é no sentido de a aplicação ser imediata **RE 102.993/SP**. (B) Incorreta – só retornaria a vigorar a lei anterior se a lei revogadora fosse declarada inconstitucional. STJ, EDcl no REsp 1.333.312/RS. (C) Incorreta – art. 155, § 2º, XII, *g*, CF, c/c art. 4º, LC n. 24/75. (D) Correta – art. 177, I, CTN. *Alternativa D.*

VI. Administração Tributária e Dívida Ativa

8913. **(Advogado – CODEBA – 2010 – FGV)** Com relação à dívida ativa tributária, é INCORRETO afirmar que
(A) o controle da legalidade da inscrição em dívida ativa é a derradeira oportunidade que a Administração tem de rever os requisitos dos atos praticados no processo administrativo de cobrança, ocasião em que ainda pode modificá-los.
(B) somente se admite a inscrição de débito em dívida ativa após o decurso do prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo administrativo.
(C) provém de crédito de igual natureza.
(D) as informações relativas a inscrições na dívida ativa da fazenda pública podem ser divulgadas, sem que isso configure violação ao sigilo fiscal.
(E) uma vez inscrito o débito em dívida ativa, tem-se que o título representativo desta goza de presunção de liquidez e certeza.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 2º, § 3º, c/c § 8º, Lei n. 6.830/80. (B) Correta – art. 201, CTN. (C) Correta – art. 201, CTN. (D) Correta – art. 198, § 3º, II, CTN. (E) Correta – art. 204, CTN. *Alternativa A.*

8914. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** Agentes do Fisco Estadual apreenderam notas e livros

fiscais, durante determinada atividade fiscalizadora na empresa Beta, sem estarem munidos de mandado judicial para tal fim. Esse procedimento é considerado:

(A) ilegal, pois qualquer apreensão de bem de empresa só pode ser feita através de mandado judicial.
(B) abusivo, por representar excesso do exercício do poder de fiscalização.
(C) inconstitucional, pois desta forma estariam quebrando o sigilo de dados da empresa.
(D) legal, sendo os documentos de exibição obrigatória pelo contribuinte.
(E) legal, se houver circunstância que o faça necessário, mas deve ser seguido do pedido ao Juiz que o convalide.

RESPOSTA Art. 195, parágrafo único, CTN, e Súmula 439, STF. *Alternativa D.*

8915. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Sobre a Dívida Ativa da União, é incorreto afirmar que:

(A) seu conceito abrange qualquer valor cuja cobrança seja atribuída por determinação legal às autarquias federais.
(B) à Dívida Ativa da União, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial.
(C) a inscrição em Dívida Ativa da União suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, pelo prazo previsto na lei, ou até a distribuição da respectiva execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
(D) a Dívida Ativa da União, somente se for de natureza tributária, será apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional.
(E) a inscrição em Dívida Ativa da União, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito.

RESPOSTA (A) Correta – art. 2º, § 1º, c/c art. 1º, Lei n. 6.830/80. (B) Correta – art. 4º, § 2º, Lei n. 6.830/80. (C) Correta – art. 2º, § 3º, Lei n. 6.830/80. (D) Incorreta – art. 2º, § 4º, Lei n. 6.830/80. (E) Correta – art. 2º, § 3º, Lei n. 6.830/80. *Alternativa D.*

8916. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Sobre o intercâmbio de informações protegidas pelo sigilo fiscal, entre as fazendas públicas dos entes federados, podemos afirmar, exceto, que:

(A) não permite o compartilhamento de cadastros entre as administrações tributárias da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
(B) é menos rigoroso do que o envio de informações a autoridades não fazendárias, pois deve ser precedido de verificação acerca da regular instauração do processo administrativo e do objeto deste.
(C) será executado ao amparo de forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por força de lei ou convênio.
(D) dá amparo, consoante entendimento do STF, à chamada prova emprestada entre o fisco federal e o fisco estadual, sendo tal prova coligida mediante a garantia do contraditório.
(E) prescinde de justificação e abrange tanto aspectos empresariais quanto bancários.

RESPOSTA Art. 199, CTN. *Alternativa A.*

8917. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** O Código Tributário Nacional prevê a obrigação inequívoca de qualquer pessoa jurídica de dar à fiscalização tributária amplo acesso aos seus registros contábeis. Tal norma:

(A) permite ao fisco, no caso de obstaculização por parte da pessoa jurídica fiscalizada, buscar em

Juízo acesso à exibição de livros e documentos, quando houver fundada suspeita de irregularidade.

(B) se desobedecida, implica descumprimento de obrigação acessória, podendo ter várias consequências, que vão desde a aplicação de multa ao lançamento por arbitramento, sempre na esfera cível.

(C) permite ao fisco, inclusive, proceder à retenção da mercadoria até a comprovação da posse legítima daquele que a transporta.

(D) não distingue as microempresas e empresas de pequeno porte de manterem escrituração comercial e fiscal, bem como à documentação a que estão obrigadas as demais empresas, até que ocorra a prescrição dos créditos decorrentes das operações a que se refiram.

(E) permite inferir que estão sujeitos à fiscalização previdenciária ou tributária quaisquer livros comerciais, podendo os agentes fiscalizadores, havendo indícios, estenderem o exame para além dos pontos que inicialmente eram objeto da investigação.

RESPOSTA De acordo com a jurisprudência do STF, ADI 395/SP. *Alternativa C.*

8918. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Quanto à Administração Tributária, marque a alternativa INCORRETA:

(A) A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

(B) A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

(C) mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras.

(D) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

(E) A legislação que rege a fiscalização tributária não se aplica às pessoas naturais ou jurídicas que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

RESPOSTA (A) Correta – art. 199, CTN. (B) Correta – art. 196, CTN. (C) Correta – art. 197, II, CTN. (D) Correta – art. 195, CTN. (E) Incorreta – art. 194, parágrafo único, CTN. *Alternativa E.*

8919. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Acerca do sigilo fiscal, assinale a alternativa correta.

(A) A legislação tributária autoriza que qualquer servidor do fisco, mesmo que sem procedimento específico de apuração de ilícito, obtenha dados de terceiros protegidos por sigilo.

(B) O advogado que tenha conhecimento de informações ilícitas acerca de dados de seus clientes protegidos por sigilo fiscal tem o dever de informá-las às autoridades públicas.

(C) O fisco federal não pode passar informações ao fisco estadual sem autorização judicial.

(D) Somente por convênio é que a autoridade policial pode obter dados do fisco para apuração de ilícito penal tributário.

(E) O Banco Central, na função de fiscalização que possui, deve informar ao Ministério Público e à

Receita Federal acerca de dados de operações financeiras em que haja indícios de ilícito penal.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 198, § 1º, II, CTN. (B) Incorreta – art. 197, parágrafo único, CTN. (C) Incorreta – art. 199, CTN. (D) Incorreta – art. 198, § 3º, I, CTN. (E) Correta – art. 9º, c/c § 2º, LC n. 105/2001. *Alternativa E*.

8920. **(Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA)** Acerca da administração tributária, assinale a alternativa correta.

(A) É nulo o lançamento realizado por auditor tributário que não seja regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade, quando as técnicas contábeis forem indispensáveis para efetivar a verificação da situação fiscal.

(B) Estão sujeitos à fiscalização tributária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da fiscalização.

(C) É ilegítima a retenção temporária de mercadoria pela fiscalização tributária até a comprovação da posse legítima do transportador.

(D) A fiscalização tributária está legitimada a efetuar lançamento com base unicamente em extrato bancário encontrado no estabelecimento comercial.

(E) Apesar de regularmente instaurado procedimento administrativo fiscal, as informações bancárias da empresa objeto de fiscalização só podem ser obtidas mediante ordem judicial.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 142, CTN, c/c arts. 10 e 11, Decreto n. 70.235/72. (B) Correta – art. 195, CTN, c/c Súmula 439, STF. (C) Incorreta – ADI 395. (D) – AgRg no REsp 1.072.960/PR. (E) Incorreta – art. 197, II, CTN, c/c art. 6º, LC n. 105/2001. *Alternativa B.*

VII. Processo Tributário

8921. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** A proposição de Ação Anulatória, estando em curso Execução Fiscal, é:

(A) impossível, uma vez que o contribuinte deverá opor Embargos.

(B) inócua, pois o contribuinte não se furtará aos ônus da Execução.

(C) possível, mas a suspensão da exigibilidade do débito só se fará mediante prova do depósito integral do seu valor.

(D) possível, suspendendo inclusive a ação penal tributária em face do executado.

(E) possível, mas depende do depósito integral e em dinheiro do valor executado.

RESPOSTA (A) STJ, REsp 1.316.871/RS. (B) STJ, REsp 1.316.871/RS. (C) Art. 151, CTN; e Súmula 112, STJ. (D) STJ, RHC 24.540/SP; e art. 151, CTN. (E) Súmula Vinculante 28. *Alternativa C.*

8922. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** A cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública é feita com base na Lei n. 6.830/80. Com base nesta lei, julgue os itens a seguir, para então assinalar a opção que corresponda às suas respostas.

I. Se da decisão que ordenar o arquivamento dos autos do processo de execução fiscal, seja por não ter sido encontrado o devedor, seja pela ausência de bens penhoráveis, tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.

II. Na execução fiscal, como regra, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente.

III. A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados antes ou depois do respectivo leilão, e seu representante legal será intimado pessoalmente antes da realização deste.

IV. O processo administrativo correspondente à inscrição de Dívida Ativa, à execução fiscal ou à ação proposta contra a Fazenda Pública será mantido na repartição competente, dele se extraindo as cópias autenticadas ou certidões, que forem requeridas pelas partes ou requisitadas pelo Juiz ou pelo Ministério Público.

V. Se antes da decisão de primeira instância a inscrição de Divida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.

Estão corretos apenas os itens:

(A) I, III, IV e V.
(B) III, IV e V.
(C) I, II e V.
(D) I e IV.
(E) todos os itens estão corretos.

RESPOSTA (I) Correta – art. 40, § 4º, Lei n. 6.830/80. (II) Correta – art. 25, Lei n. 6.830/80. (III) Correta – art. 24, c/c art. 22, § 2º, Lei n. 6.830/80. (IV) Correta – art. 41, Lei n. 6.830/80. (V) Correta – art. 26, Lei n. 6.830/80. *Alternativa E.*

8923. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Sobre o julgamento em primeira instância de processos administrativos fiscais, é correto afirmar que:

(A) a decisão deverá, ainda, referir-se às razões de defesa suscitadas pelo impugnante contra todas as exigências a ele formuladas.
(B) a decisão conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação, devendo referir-se, expressamente, a todos os autos de infração, e alternativamente, às notificações de lançamento objeto do processo.
(C) os processos remetidos para apreciação da autoridade julgadora de primeira instância deverão ser qualificados e identificados, inexistindo qualquer prioridade na ordem em que serão julgados.
(D) as inexatidões materiais devidas a lapso manifesto e os erros de escrita ou de cálculos existentes na decisão somente serão corrigidos de ofício.
(E) quando couber recurso da decisão de primeira instância, este somente será recebido e encaminhado ao órgão de segunda instância se não se verificar a ocorrência da perempção.

RESPOSTA (A) Correta – art. 31, Decreto n. 70.235/72. (B) Incorreta – art. 31, Decreto n. 70.235/72. (C) Incorreta – art. 27, Decreto n. 70.235/72. (D) Incorreta – art. 32, Decreto n. 70.235/72. (E) Incorreta – art. 35, Decreto n. 70.235/72. *Alternativa A.*

8924. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Com a conclusão dos procedimentos fiscais pelo órgão fazendário, em face de pessoa jurídica, constitui-se o crédito tributário, mediante lavratura do respectivo auto de infração. A existência de débitos da pessoa jurídica de que não haja patrimônio conhecido pode ensejar a propositura da medida cautelar fiscal. Esta tem por objetivo o resguardo dos interesses da Fazenda, a fim de evitar que ocorra o desvio de bens da sociedade. Sobre a medida cautelar fiscal, assinale a opção incorreta.

(A) Poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado; ou tendo domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando a elidir o adimplemento da obrigação.
(B) A decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade da totalidade dos bens do requerido, independentemente do valor da obrigação.
(C) Poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário que, notificado

pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal, põe ou tenta pôr seus bens em nome de terceiros, hipótese que aliás independe da prévia constituição do crédito tributário.

(D) Decretada a medida cautelar fiscal, será comunicada imediatamente ao registro público de imóveis, ao Banco Central do Brasil, à Comissão de Valores Mobiliários e às demais repartições que processem registros de transferência de bens, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a constrição judicial.

(E) A medida cautelar fiscal será requerida ao Juiz competente para a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.

RESPOSTA (A) Correta – art. 2º, I e II, Lei n. 8.397/92. (B) Incorreta – art. 4º, Lei n. 8.397/92. (C) Correta – art. 2º, V, *b*, c/c art. 1º, parágrafo único, Lei n. 8.397/92. (D) Correta – art. 4º, § 3º, Lei n. 8.397/92. (E) Correta – art. 5º, Lei n. 8.397/92. *Alternativa B.*

8925. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Sobre o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, julgue os itens a seguir, para então assinalar a opção que corresponda às suas respostas.

I. Trata-se de órgão colegiado, paritário e integrante da estrutura do Ministério da Fazenda.

II. Tem por finalidade julgar recursos de ofício e voluntário de decisão de primeira instância, bem como os recursos de natureza especial, que versem sobre a aplicação da legislação referente a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

III. Sua estrutura compreende a divisão interna em seções, especializadas em razão da matéria; as seções, por sua vez subdividem-se em câmaras.

IV. Sendo órgão paritário, isto é, composto por conselheiros representantes dos contribuintes e por conselheiros representantes da Fazenda Nacional, a presidência de cada câmara será exercida, alternativamente, por um e por outro, respectivamente.

V. A indicação de candidatos a conselheiro, recairá, no caso de representantes da Fazenda Nacional, sobre Procuradores da Fazenda Nacional ou Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, em exercício no cargo há pelo menos 5 (cinco) anos.

Estão corretos apenas os itens:

(A) I, III e V.
(B) II, III e V.
(C) I, III e IV.
(D) I, II e III.
(E) II, IV e V.

RESPOSTA (I) Correta – art. 25, II, Decreto n. 70.235/72. (II) Correta – art. 25, II, Decreto n. 70.235/72. (III) Correta – Art. 25, §§ 1º e 2º, Decreto n. 70.235/72. (IV) Incorreta – art. 25, § 9º, Decreto n. 70.235/72. (V) Incorreta – art. 25, § 10, Decreto n. 70.235/72. *Alternativa D.*

8926. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** No tocante ao julgamento dos processos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, é correto afirmar que:

(A) mediante solicitação fundamentada do Procurador da Fazenda Nacional, o Presidente da turma julgadora determinará o adiamento do julgamento ou a retirada do recurso de pauta.

(B) em cada sessão de julgamento, observar-se-á a seguinte ordem: verificação do *quorum* regimental; aprovação de ata de sessão anterior; relatório, debate e votação dos recursos constantes da pauta; e deliberação sobre matéria de expediente.

(C) os processos que versem sobre a mesma questão jurídica poderão ser julgados conjuntamente quanto à matéria de que se trata, sem prejuízo do exame e julgamento das matérias e aspectos

peculiares.

(D) a redação da ementa do acórdão também poderá ser objeto de votação pela turma.

(E) no caso de continuação de julgamento interrompido em sessão anterior, havendo mudança de composição da turma, será lido novamente o relatório, facultado às partes fazer sustentação oral, ainda que já a tenham feito, e tomados todos os votos, exceto daqueles que já o tenham proferido em sessão anterior.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 56, § 1º, Regimento Interno do CARF (Portaria n. 256/2009, MF). (B) Incorreta – art. 57, I a IV, Regimento Interno do CARF (Portaria n. 256/2009, MF). (C) Correta – art. 58, § 8º, Regimento Interno do CARF (Portaria n. 256/2009, MF). (D) Incorreta – art. 58, § 7º, Regimento Interno do CARF (Portaria n. 256/2009, MF). (E) Incorreta – art. 59, § 3º, Regimento Interno do CARF (Portaria n. 256/2009, MF). *Alternativa C.*

8927. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Em matéria de processo tributário, assinale a alternativa incorreta.

(A) É cabível a impetração de mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.

(B) É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

(C) O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.

(D) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.

(E) O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.

RESPOSTA (A) Incorreta – Súmula 460, STJ. (B) Correta – Súmula Vinculante 28. (C) Correta – Súmula 461, STJ. (D) Correta – Súmula 393, STJ. (E) Correta – Súmula 213, STJ. *Alternativa A.*

8928. **(Procurador – Florianópolis-SC – 2011 – FEPESE)** Acerca da cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, regida pela Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980, somente uma afirmação não pode ser feita. Identifique-a.

(A) A Fazenda Pública pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório.

(B) A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades.

(C) Em execução fiscal, a prescrição não pode ser decretada de ofício, mesmo se ocorrida antes da propositura da ação.

(D) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

(E) Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.

RESPOSTA (A) Correta – Súmula 406, STJ. (B) Correta – Súmula 414, STJ. (C) Incorreta – Súmula 409, STJ. (D) Correta – Súmula 435, STJ. (E) Correta – Súmula 314, STJ. *Alternativa C.*

8929. **(Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta acerca da ação cautelar fiscal, nos termos da lei que rege a matéria.

(A) O procedimento cautelar fiscal somente poderá ser instaurado antes da constituição do crédito.

(B) O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a constituição do crédito, mas sempre

antes da propositura da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e respectivas autarquias.

(C) O requerimento da medida cautelar fiscal, na hipótese em que o devedor, notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal, põe ou tenta pôr seus bens em nome de terceiros, depende da prévia constituição do crédito tributário.

(D) Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de 60 dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa.

(E) Do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar caberá apelação a ser interposta pelo devedor, no prazo de 15 dias, contado da intimação do despacho.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 1º, Lei n. 8.397/92. (B) Incorreta – art. 1º, Lei n. 8.397/92. (C) Incorreta – art. 1º, parágrafo único, c/c art. 2º, V, *b*, Lei n. 8.397/92. (D) Correta – art. 11, Lei n. 8.397/92. (E) Incorreta – art. 7º, Lei n. 8.397/92. *Alternativa D.*

8930. **(Procurador – Sorocaba-SP – 2008 – VUNESP)** Em sede de mandado de segurança, os representantes judiciais da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou de suas respectivas autarquias e fundações, serão intimados pessoalmente pelo juiz, das decisões judiciais em que suas autoridades administrativas figurem como coatoras, no prazo de

(A) 24 horas.

(B) 48 horas.

(C) 5 dias.

(D) 15 dias.

(E) 30 dias.

RESPOSTA A atual disposição legal – art. 7º, II, Lei n. 12.016/2009 – não faz menção ao prazo de 48 horas e, segundo a doutrina, também não deixa claro o modo como os representantes judiciais devem ingressar no feito. DECOMAIN, Pedro Roberto. *Mandado de Segurança (o tradicional, o novo e o polêmico na Lei 12.016/09)*, p. 145. *Alternativa B.*

8931. **(Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE)** Assinale a alternativa correta.

(A) É admitida a substituição da medida cautelar fiscal decretada, a qualquer tempo, pela prestação de garantia correspondente ao valor da prestação da Fazenda Pública.

(B) O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado antes da constituição do crédito quando o devedor contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.

(C) A medida cautelar fiscal será requerida ao Juiz competente para a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, mesmo se a execução judicial estiver em Tribunal.

(D) O Juiz concederá liminarmente a medida cautelar fiscal, mediante prestação de caução pela Fazenda Pública.

(E) Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de trinta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa.

RESPOSTA (A) Correta – art. 10, Lei n. 8.397/92. (B) Incorreta – art. 1º, *caput*, c/c parágrafo único, Lei n. 8.397/92. (C) Incorreta – art. 5º, *caput*, c/c parágrafo único, Lei n. 8.397/92. (D) Incorreta – art. 7º, Lei n. 8.397/92. (E) Incorreta – art. 11, Lei n. 8.397/92. *Alternativa A.*

8932. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Segundo entendimento predominante da doutrina e jurisprudência, a ação de execução fiscal movida por um Estado contra uma autarquia estadual:

(A) será julgada extinta sem julgamento de mérito, por ausência de interesse de agir.

(B) seguirá o rito previsto na Lei n. 6.830/80.

(C) seguirá o rito previsto no art. 730 do CPC.

(D) poderá acarretar a penhora de bens da autarquia.

(E) impedirá, em todas as hipóteses, a obtenção de certidão de regularidade fiscal em favor da autarquia.

RESPOSTA De acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 181.881/RS. *Alternativa C.*

8933. **(Procurador – MPF – 2012)** O art. 40, da Lei 6.830/80 (Lei das Execuções Fiscais) preconiza: "O JUIZ SUSPENDERA O CURSO DA EXECUÇÃO, ENQUANTO NÃO FOR LOCALIZADO O DEVEDOR OU ENCONTRADOS BENS SOBRE OS QUAIS POSSA RECAIR A PENHORA E, NESSES CASOS, NÃO CORRE O PRAZO DA PRESCRIÇÃO". Esse dispositivo implica:

(A) Imprescritibilidade de algumas dívidas tributárias;

(B) Assegurar o pleno exercício da competência tributária e impedir a renúncia do Fisco ao seu direito, porquanto obrigação tributária é indisponível;

(C) Violação ao princípio da segurança jurídica e aos direitos fundamentais do contribuinte;

(D) O prazo da prescrição, no caso, é de 10 (dez) anos a contar da decisão que suspendeu O curso da execução.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 40, §§ 1º ao 4º, Lei n. 6.830/80. (B) Incorreta – diz respeito a afirmativa à instituição de tributos que em nada se confunde com a paralisação da via executiva. MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário,* p. 40. (C) Correta – CHIMENTI et al., *Lei de execução fiscal comentada e anotada*, p. 332. (D) Incorreta – art. 40, § 2º, Lei n. 6.830/80. *Alternativa C.*

VIII. Temas Mistos

8934. **(Advogado – BADESC – 2010 – FGV)** Com relação às *isenções e benefícios fiscais* relativos ao ICMS, assinale a alternativa correta.

(A) Exigem a edição de convênio entre os Estados e o Distrito Federal, apenas por meio de autorização impositiva.

(B) Podem ser concedidos ou revogados, unilateralmente, por lei ordinária do Estado.

(C) Exigem autorização dos Estados e do Distrito Federal, apenas para sua concessão.

(D) Podem ser concedidos por meio de convênio autorizativo, mas apenas para revogação.

(E) Exigem a edição de convênio entre os Estados e o Distrito Federal, para sua concessão e revogação.

RESPOSTA Art. 155, § 2º, XII, *g*, CF. *Alternativa E.*

8935. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Assinale a afirmativa correta.

(A) As garantias do crédito tributário não estão sujeitas ao princípio da reserva legal.

(B) O princípio da anterioridade é uma regra de vigência, que impede que a lei seja aplicada antes do próximo exercício fiscal.

(C) Matéria tributária não está sujeita à iniciativa legislativa privativa.

(D) O princípio do não confisco deve considerar a incidência específica de cada tributo.

(E) A vedação às isenções heterônomas impede a concessão de isenções em tratados internacionais.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 183, CTN. (B) Incorreta – O princípio da anterioridade está relacionado com a eficácia da

norma. (C) Correta – A matéria tributária está relacionada à iniciativa legislativa pública – art. 24, I, CF. (D) Incorreta – art. 150, IV, CF. (E) Incorreta – ADI 1.480. *Alternativa C.*

8936. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** A Empresa Delta Ltda. sofreu penhora em parte de seus bens (maquinário) em função de execução fiscal. A dívida é de R$ 1 milhão. Os bens penhorados, à época em que adquiridos (há 2 anos), custaram R$ 1.250 mil. A Delta quer participar de uma licitação e necessita de certidão positiva com efeitos de negativa. A esse respeito é correto afirmar que:

(A) será impossível emitir a certidão, já que, com a passagem do tempo, provavelmente o débito não está garantido.

(B) a certidão deve ser emitida, visto que a eventual insuficiência da penhora não lhe retira os efeitos próprios, dentre os quais o de suspender a exigibilidade do débito.

(C) é possível negar a emissão da certidão, pois a penhora não incorreu sobre depósito em dinheiro.

(D) efetivada a penhora, está suspensa a exigibilidade do crédito, entretanto deve a constrição garantir a execução.

(E) a certidão deve ser emitida, condicionada à penhora de bens suficientes, cabendo a prova da suficiência ao interessado.

RESPOSTA (A) Art. 205, c/c art. 206, CTN. (B) STJ, REsp 1.115.414/SP. (C) Art. 9º, Lei n. 6.830/80. (D) Art. 9º, Lei n. 6.830/80; e art. 206, CTN. (E) STJ, REsp 1.115.414/SP; e arts. 205 e 206, CTN. *Alternativa B*

8937. **(Procurador – TCM-RJ – 2008 – FGV)** Assinale a assertiva correta.

(A) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a imunidade do papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos é restrita ao papel, não sendo por isso extensiva aos filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.

(B) Segundo entendimento do STF, os imóveis alugados das instituições religiosas, por exteriorizarem capacidade econômica, perdem a imunidade, ainda que a renda seja revertida para a atividade-fim.

(C) A União pode instituir, desde que por lei complementar, isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, desde que com a finalidade de estimular as relações internacionais e a integração dos países do Mercosul.

(D) A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para concessão.

(E) Segundo o CTN, a isenção, ainda que concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, já que se trata de um benefício fiscal.

RESPOSTA STF, RE 504.615 AgR/SP. (B) STF, RE 325.822/SP. (C) Art. 151, III, CF. (D) Art. 179, CTN. (E) Art. 178, CTN. *Alternativa D.*

8938. **(Procurador – TCM-RJ – 2008 – FGV)** Assinale a alternativa correta.

(A) Segundo a Constituição, o empréstimo compulsório tem os seguintes fatos geradores: guerra externa, ou sua iminência, calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis e a conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.

(B) Segundo a legislação em vigor sobre o imposto referente à transmissão *causa mortis*, a alíquota do referido tributo poderá ser progressiva.

(C) Segundo a Lei Complementar 116/03, o contribuinte do ISS é o tomador do serviço.

(D) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a progressividade do IPTU em razão do descumprimento da função social da propriedade urbana é inconstitucional.

(E) O ICMS e o IPI são tributos, segundo a Constituição de 88, obrigatoriamente seletivos, já que devem observar a essencialidade do bem.

RESPOSTA Art. 148, I e II, CF. (B) Art. 2º da Resolução n. 09/92 do Senado Federal. (C) Art. 5º, LC n. 116/2003. (D) Súmula 668, STF. (E) Art. 155, § 2º, III, c/c art. 153, § 3º, I, CF. *Alternativa B.*

8939. (Juiz – TJ-MS – 2008 – FGV) Com base na jurisprudência sumulada pelo STF e pelo STJ, assinale a afirmativa **incorreta.**

(A) É defeso ao Município atualizar o IPTU, mediante Decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

(B) O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.

(C) Os juros moratórios, na repetição de indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença.

(D) Norma legal que altera prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade tributária.

(E) É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o ITBI – imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis com base no valor venal do imóvel.

RESPOSTA (A) Súmula 160, STJ. (B) Súmula 213, STJ. (C) Súmula 188, STJ. (D) Súmula 669, STF. (E) Súmula 656, STF. *Alternativa D.*

8940. (Juiz – TJ-PA – 2007 – FGV) Assinale a afirmativa incorreta.

(A) No Direito Tributário são solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal e as pessoas expressamente designadas por lei, e não comporta o benefício de ordem.

(B) A responsabilidade tributária por substituição “para frente”, também denominada pela doutrina de substituição “progressiva”, tem amparo no Código Tributário Nacional e permite que a lei impute responsabilidade tributária a terceiros vinculados ao fato gerador da respectiva obrigação.

(C) Salvo disposição legal em contrário, a responsabilidade por infração da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável, da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

(D) A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como a natureza do seu objeto ou seus efeitos. É o chamado princípio do *non olet*, consagrado pelo CTN.

(E) A competência tributária residual é aquela concedida pela Constituição Federal à União e permite a instituição, mediante lei complementar, do chamado “imposto residual da União”, desde que não cumulativo e não tenha fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos discriminados na própria Constituição.

RESPOSTA (A) Art. 124, I e II, CTN. (B) Art. 150, § 7º, CF. (C) Art. 136, CTN. (D) Art. 118, I e II, CTN. (E) Art. 154, I, CF. *Alternativa B.*

8941. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Com relação ao sistema tributário nacional, assinale a alternativa correta.

(A) O sistema tributário nacional é integralmente regido por leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais e estaduais.

(B) Diante da relação jurídica de natural inferioridade do contribuinte para com o Estado, o poder de tributar revela-se absoluto.

(C) O poder de tributar é ato unilateral e vinculado, como decorrência constitucional da soberania estatal, e impõe ao destinatário do tributo que aceite a invasão em parcela de seu patrimônio.

(D) As "limitações ao poder de tributar" são princípios constitucionalizados que restringem a atividade tributária estatal diante de direitos fundamentais, mas que não impedem que o Estado exija dos contribuintes, no exercício de atividade discricionária, uma parcela de seu patrimônio.

RESPOSTA (A) Arts. 1º e 2º, CTN. (B) Pode se falar em vulnerabilidade, porém não em inferioridade; arts. 5º e 150, CF. (C) Art. 3º, CTN; e CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*, p. 565. (D) Arts. 150 a 152, CF. *Alternativa C.*

8942. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Assinale a alternativa correta.

(A) Não há possibilidade legal de escolha, pelo contribuinte ou responsável pelo tributo, de domicílio tributário.

(B) Jamais poderão ser considerados "fontes" do Direito Tributário os Decretos, Tratados e as Convenções Internacionais, em virtude do princípio da reserva legal.

(C) A exclusão, a suspensão e a extinção de créditos tributários, bem como a dispensa ou exclusão de penalidades, podem ser estabelecidas por decreto específico à respectiva finalidade.

(D) Para que se configure o fato gerador da obrigação acessória, é imprescindível previsão ou definição em lei.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 127, CTN. (B) Incorreta – art. 96, CTN. (C) Incorreta – art. 97, VI, CTN. (D) Correta – art. 113, § 2º, CTN, c/c art. 114, CTN. Contudo entendemos ser alternativa passível de questionamento, pois a obrigação acessória não precisa estar prevista em lei em sentido estrito. *Alternativa D.*

8943. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Analise as afirmativas a seguir.

I. Trata-se de uma imposição constitucional a não cumulatividade do ICMS.

II. À exceção do ICMS e impostos de importação e exportação, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas à energia elétrica.

III. Cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.

IV. O simples pedido de parcelamento do débito fiscal importa em interrupção da prescrição.

V. A execução fiscal não se sujeita a concurso de credores ou habilitação.

VI. É prevista legalmente a possibilidade de reconhecimento de ofício de prescrição intercorrente na execução fiscal.

Estão corretas as afirmativas

(A) I, II e VI, apenas.

(B) II, III, IV e V, apenas.

(C) I, III, IV, V e VI, apenas.

(D) I, II, III, IV, V e VI.

RESPOSTA (I) Art. 155, § 2º, I, CF. (II) Incorreta – art. 155, § 3º, CF. (III) Correta – art. 156, I, CF. (IV) Correta – art. 174, parágrafo único, IV, CTN. (V) Correta – art. 187, CTN. (VI) Correta – art. 40, § 4º, Lei n. 6.830/80. *Alternativa C.*

8944. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) A Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009, trouxe, dentre outras providências, medidas de estímulo para o cumprimento de obrigações tributárias

em atraso por parte dos contribuintes. Sobre tais medidas, é incorreto afirmar que:

(A) em alguns casos, são previstas reduções das multas de mora, de ofício e isoladas, bem como dos juros de mora e do encargo legal cabíveis, em percentuais a serem aplicados de forma diretamente proporcional aos prazos, em meses, escolhidos pelo contribuinte para pagamento ou parcelamento de seus débitos.

(B) buscou-se estimular o encerramento de litígios judiciais e administrativos, decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados − IPI, e os oriundos da aquisição de matérias primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não tributados, mediante condições especiais de pagamento dos débitos questionados.

(C) concedeu-se remissão de dívidas tributárias, nos termos do art. 172 do Código Tributário Nacional, de temporalidade elevada e valores não significativos, considerados de difícil recuperação, em homenagem ao princípio constitucional da eficiência.

(D) com a criação do Regime Tributário de Transição − RTT, objetivou-se neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pelo de harmonização das normas contábeis nacionais com os padrões internacionais de contabilidade, para neutralizar os efeitos tributários e remover a insegurança jurídica.

(E) por economia processual, foi proposto que os autos de infração e as notificações de lançamento formalizados em decorrência de fiscalização relacionada ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte − Simples Nacional pudessem constar de lançamento único para todos os tributos por eles abrangidos.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 1º, § 3º, Lei n. 11.941/2009. (B) Correta – art. 1º, Lei n. 11.941/2009. (C) Correta – art. 14, Lei n. 11.941/2009. (D) Correta – art. 15, Lei n. 11.941/2009. (E) Correta – art. 25, Lei n. 11.941/2009, c/c art. 9º, § 5º, Decreto n. 70.235/72. *Alternativa A.*

8945. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** A Constituição Federal permitiu o tratamento tributário diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte. Assim, editou-se a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. De acordo com esta lei, analise os itens a seguir, para então assinalar a opção que corresponda às suas respostas.

I. Para a classificação como microempresa, a lei estabeleceu determinado valor máximo auferido por ano-calendário a título de receita bruta.

II. O conceito de receita bruta compreende o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, não incluídas as vendas canceladas e quaisquer descontos concedidos.

III. Também integram o conceito de receita bruta o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia.

IV. O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o seu desenquadramento, não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

V. No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite (valor máximo no caso de microempresa; valores mínimo e máximo no caso de empresa de pequeno porte) será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

Estão corretos apenas os itens:

(A) I, II, III e IV.

(B) I, III e IV.
(C) I, III, IV e V.
(D) II, III e IV.
(E) todos os itens estão corretos.

RESPOSTA (I) Correta – art. 3º, I, LC n. 123/2006. (II) Incorreta – art. 3º, § 1º, LC n. 123/2006. (III) Correta – art. 3º, § 1º, LC n. 123/2006. (IV) Correta – art. 3º, § 3º, LC n. 123/2006. (V) Correta – art. 3º, § 2º, LC n. 123/2006. *Alternativa C.*

8946. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Ao dispor sobre a competência do Poder Público, nos termos da lei, de organizar a seguridade social com base em determinados objetivos, quis a Constituição Federal, na realidade, criar uma norma cujo destinatário é o próprio legislador, a quem compete, nos termos da lei, organizar a seguridade social. Sobre estes objetivos, assinale a opção incorreta.

(A) A equidade na forma da participação no custeio da previdência social pode ser atingida tanto pela diferenciação em razão da capacidade contributiva, como pela discriminação em razão do ônus imposto à Previdência.
(B) Constituem elementos que auxiliam na busca pela equidade, dentre outros, a possibilidade de que as contribuições possam ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão de obra.
(C) A diversidade da base de financiamento decorre do fato de que o montante de recursos necessários para as ações estatais nas áreas de saúde, assistência e previdência é extremamente elevado.
(D) A capacidade contributiva que informa o princípio da equidade diz respeito ao contribuinte individualmente considerado, e não a fatores tais como condições de trabalho, número de trabalhadores e benefícios sociais concedidos.
(E) A previsão de reajuste de benefício previdenciário por determinado índice não viola o princípio da irredutibilidade dos valores dos benefícios.

RESPOSTA (A) Art. 145, § 1º, c/c art. 195, § 9º, CF. (B) Art. 195, § 9º, CF. (C) Art. 194, parágrafo único, I a VII, CF. (D) CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*, p. 96-97. (E) Art. 194, parágrafo único, IV, CF; e STF, AI 548.735-AgR. *Alternativa D.*

8947. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** O termo “preço de transferência” tem sido utilizado para identificar os controles a que estão sujeitas as operações comerciais ou financeiras realizadas entre partes relacionadas, sediadas em diferentes jurisdições tributárias, ou quando uma das partes está sediada em paraíso fiscal. Sobre este, assinale a opção incorreta.

(A) Em razão das circunstâncias peculiares existentes nas operações realizadas entre essas pessoas, o preço praticado nessas operações pode ser artificialmente estipulado e, consequentemente, divergir do preço de mercado negociado por empresas independentes, em condições análogas.
(B) Diversos países vêm instituindo esse controle como medida de salvaguarda de seus interesses fiscais, haja vista a constatação de manipulação dos preços por empresas interdependentes em transações internacionais, com o inequívoco objetivo de usufruir de regimes tributários mais favoráveis.
(C) No âmbito da legislação sobre o “preço de transferência”, considera-se legislação tributária favorecida a do país, aplicável às pessoas físicas ou às pessoas jurídicas, conforme a natureza do ente com o qual houver sido praticada a operação, considerando-se separadamente a tributação do trabalho e do capital, bem como as dependências do país de residência ou domicílio, que não tribute a renda, ou que a tribute em qualquer alíquota inferior às aplicadas no Brasil.

(D) Uma empresa do tipo *trading*, que realiza diversos tipos de importações e exportações de produtos, inclusive negociando também com empresas concorrentes, poderia vir a ser caracterizada como interposta pessoa, e por esta razão estar sujeita aos controles de preço de transferência.

(E) A legislação de "preço de transferência" somente se aplica ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido.

RESPOSTA (A) RODRIGUES et al. *IRPJ, CSL, PIS/PASEP e COFINS*, p. 227-228. (B) RODRIGUES et al. *IRPJ, CSL, PIS/PASEP e COFINS*, p. 227. (C) Art. 24, Lei n. 9.430/96. (D) Art. 2º, § 5º, IN SRF n. 243/2002. (E) IN SRF n. 243/2002. *Alternativa C.*

8948. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** Sobre o chamado "abuso de formas", tema relacionado à interpretação econômica do direito tributário, assinale a opção incorreta.

(A) A doutrina e a jurisprudência entendem que o planejamento tributário feito antes da ocorrência do fato gerador é lícito, enquanto aquele realizado após a ocorrência do fato gerador é ilícito.

(B) Para parte da doutrina de direito tributário, pode-se classificar a evasão, de forma genérica, como lícita ou ilícita.

(C) Não é defeso ao contribuinte que, dentro dos limites da lei, planeja adequadamente seus negócios, orientando-os de forma a pagar menos impostos.

(D) A fórmula de liberdade do contribuinte de planejar seus negócios não pode ser levada ao paroxismo, permitindo-se a simulação ou o abuso de direito.

(E) O uso de formas jurídicas com a única finalidade de fugir ao imposto ofende a um sistema criado sob as bases constitucionais da capacidade contributiva e da isonomia tributária.

RESPOSTA ESTRELLA, André Luiz Carvalho. *A norma antielisão e seus efeitos – artigo 116, parágrafo único, do CTN*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_30/artigos/Art_andre.htm>. Acesso em: 5 fev. 2013. *Alternativa A.*

8949. **(Procurador – PGE-RS – 2010 – FUNDATEC)** Relativamente às imunidades e às isenções, é correto afirmar que:

(A) As imunidades se caracterizam como limitações positivas ao poder de tributar e por isso admitem interpretação ampla, enquanto que as isenções se caracterizam como dispensa legal do tributo e por isso são interpretadas restritivamente.

(B) As imunidades se caracterizam como hipóteses de não incidência constitucionalmente qualificadas e por isso são interpretadas literalmente, enquanto que as isenções se caracterizam como dispensa legal do tributo e por isso são interpretadas restritivamente.

(C) As imunidades se caracterizam como hipóteses de não incidência e por isso não admitem interpretação ampla, enquanto que as isenções se caracterizam como dispensa legal do tributo e por isso são interpretadas restritivamente.

(D) As imunidades se caracterizam como hipóteses de não incidência constitucionalmente qualificadas e são interpretadas literalmente, enquanto que as isenções se caracterizam como hipóteses de não incidência qualificada e por isso não admitem interpretação restritiva.

(E) As imunidades operam no plano da definição de competências e por isso são interpretadas segundo os valores constitucionalmente relevantes, enquanto que as isenções operam no plano do exercício da competência e por isso são interpretadas restritivamente.

RESPOSTA De acordo com a doutrina de AMARO, *Direito tributário brasileiro*, p. 307. *Alternativa E.*

8950. **(Procurador – Camaçari-BA – 2010 – AOCP)** No que se refere às fontes do direito

tributário, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Corresponde a leis em sentido amplo, a Constituição Federal e suas Emendas, Leis Ordinárias, Complementares, Delegadas, Medidas Provisórias, Decretos Legislativos, Resoluções do Senado e Convênios Interestaduais do ICMS.

(B) Somente a lei poderá estabelecer a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos.

(C) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna.

(D) Em regra, a lei apta a instituir tributos é a Ordinária.

(E) O conteúdo dos decretos pode alcançar diversas leis ordinárias e/ou complementares, não se restringindo à lei que os criou.

RESPOSTA (A) Correta – Doutrina – SABBAG, Eduardo. *Manual de direito tributário*, p. 572. (B) Correta – art. 97, V, CTN. (C) Correta – art. 98, CTN. (D) Correta – A CF/88 dispôs de forma expressa quais os tributos devem ser instituídos por LC – art. 148; art. 153, VII; art. 154, I; e art. 195, § 4º. (E) Incorreta – art. 99, CTN. *Alternativa E.*

8951. **(Procurador – Curitiba-PR – 2007 – PUCPR)** Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Uma das funções da lei complementar em matéria tributária é regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

(B) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

(C) O princípio da capacidade contributiva é previsto expressamente na Constituição como aplicável a todos os tributos.

(D) A Emenda Constitucional n. 42/2003 acrescentou uma garantia a mais para o contribuinte no tocante ao princípio da anterioridade, exigindo, salvo as exceções previstas, um prazo mínimo de noventa dias para que a criação ou o aumento de um tributo adquiram vigência.

(E) O princípio do não confisco é aplicável indistintamente a todos os tributos.

RESPOSTA (A) Correta – art. 146, II, CF. (B) Correta – art. 145, § 2º, CF. (C) Incorreta – art. 145, § 1º, CF. (D) Correta – art. 150, III, *c*, CF. (E) Correta – art. 150, IV, CF. *Alternativa C.*

8952. **(Procurador – SãoLeo-RS – 2010 – CONSULPLAN)** Sobre Normas Gerais de Direito Tributário, marque a alternativa INCORRETA:

(A) O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

(B) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

(C) A obrigação tributária é principal ou acessória.

(D) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

(E) A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais.

RESPOSTA (A) Correta – art. 108, § 1º, CTN. (B) Incorreta – art. 108, § 2º, CTN. (C) Correta – art. 113, CTN. (D) Correta – art. 114, CTN. (E) Correta – art. 126, I, CTN. *Alternativa B.*

8953. **(Procurador – PGE-PA – 2009)** De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) É inconstitucional a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas por violar o artigo 206, inciso IV da Constituição Federal, conforme dispõe súmula vinculante.

(B) A imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea *d*, da Constituição Federal que

trata da imunidade dos livros, jornais e periódicos não abrange os filmes e os papéis fotográficos necessários à publicação dos jornais e periódicos.

(C) Não incide ICMS na importação de bens por pessoas físicas ou jurídicas que não seja contribuinte do imposto.

(D) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.

RESPOSTA (A) Correta – Súmula Vinculante 12. (B) Incorreta – Súmula 657, STF. (C) Correta – (a alternativa consta como correta, mas está errada por contrariar o disposto no art. 155, § 2º, IX, *a*, CF) a atual Súmula 660 do STF encontra-se superada. (D) Correta – art. 12, IX, LC n. 87/96. *Alternativa B.*

8954. (Procurador – PGE-PA – 2009) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

(A) O parcelamento, para o Superior Tribunal de Justiça, atualmente, não é considerado pagamento integral. Assim, é devida a multa de mora na confissão da dívida acompanhada de pedido de parcelamento, ainda que se antecipando a qualquer ação fiscalizatória da Fazenda Pública.

(B) A mera declaração da prática do ilícito pelo contribuinte, ou seja, confissão da dívida, exclui a responsabilidade pela infração, vez que caracterizada fica a denúncia espontânea prevista no Código Tributário Nacional.

(C) O simples termo de início de fiscalização não enseja a perda da espontaneidade, ou seja, o contribuinte pode efetuar o pagamento e se beneficiar da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional.

(D) A espontaneidade somente fica afastada com a notificação do contribuinte para apresentar impugnação ou pagamento do tributo, acompanhada do Auto de Infração lavrado contra ele.

RESPOSTA (A) Correta – art. 155-A, § 1º, CTN, c/c AgRg no AREsp 7.964/SC. (B) Incorreta – art. 138, *caput*, c/c parágrafo único, CTN. (C) Incorreta – art. 138, parágrafo único, CTN. (D) Incorreta – art. 138, parágrafo único, CTN, c/c art. 7º, Decreto n. 70.235/72. *Alternativa A.*

8955. (Procurador – Cuiabá-MT – 2007 – UFMT) O Município submete-se a normas de natureza tributária. Em relação ao assunto, assinale a afirmativa correta.

(A) O Município poderá instituir contribuição para o custeio dos serviços de saneamento.

(B) Pertencem ao Município vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados.

(C) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.

(D) A dação em pagamento de bens imóveis constitui modalidade de extinção de crédito tributário.

(E) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado por decisão judicial em ação anulatória ou mandado de segurança.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 149-A, CF. (B) Incorreta – art. 158, II, CF. (C) Incorreta – art. 126, I, CTN. (D) Correta – art. 156, XI, CTN. (E) Incorreta – art. 145, I, II e III, CTN. *Alternativa D.*

8956. (Procurador – Cuiabá-MT – 2007 – UFMT) Em relação ao Direito Tributário, assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) O regime jurídico nacional determina que a contribuição social de interesse das categorias profissionais e a contribuição social de intervenção no domínio econômico são tributos e de instituição privativa da União.

(B) A Constituição Federal enumerou taxativamente alguns tributos e criou a possibilidade da

incidência e exigibilidade de outros, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e as quotas de previdência.

(C) O Imposto decorre de uma atividade privada e com significado econômico.

(D) É constitucionalmente vedado ao Município estabelecer diferença tributária entre bens em função da sua procedência.

(E) O Sistema Tributário Nacional considera que a contribuição previdenciária não tem natureza tributária e a contribuição social de intervenção no domínio econômico tem natureza tributária.

RESPOSTA (A) Correta – art. 149, CF. (B) Correta – ADI 2.556 MC/DF c/c art. 195, I, *a*, e II, CF. (C) Correta – art. 16, CTN, c/c doutrina – MELO, *Curso de direito tributário*, p. 55. (D) Correta – art. 152, CF. (E) Incorreta – art. 149, CF; e STF, ADI 447 MC/DF. *Alternativa E.*

8957. (Procurador – PGE-MG – 2006) Apenas lei complementar poderá

(A) instituir empréstimos compulsórios de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.

(B) regular até quanto poderão as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico incidir sobre as receitas decorrentes de exportação.

(C) definir tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, que não tenham capital estrangeiro e estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos.

(D) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

RESPOSTA Art. 146, II, CF. *Alternativa D.*

8958. (Procurador – PGE-SC – 2010 – FEPESE) Assinale a alternativa correta.

(A) O servidor público que se utilizar indevidamente do acesso restrito às informações protegidas por sigilo fiscal será punido com pena de suspensão de até cento e oitenta dias.

(B) É vedada a divulgação de informações, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, relativas a parcelamento ou moratória.

(C) As punições de demissão, destituição de cargo em comissão e cassação de disponibilidade ou de aposentadoria, previstas aos casos de violação de sigilo fiscal, incompatibilizam o ex-servidor público para novo cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da administração pública federal, pelo prazo de três anos.

(D) É permitida a divulgação, por parte da Fazenda Pública, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo, mediante requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça.

(E) O contribuinte poderá, por instrumento público ou particular, conferir poderes a terceiros para, em seu nome, praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal, vedado o substabelecimento.

RESPOSTA (A) Incorreta – (A MP 507/2010 que tratava do assunto não foi convertida em Lei). (B) Incorreta – art. 198, § 3º, III, CTN. (C) Incorreta – (A MP 507/2010 que tratava do assunto não foi convertida em Lei). (D) Correta – art. 198, § 1º, I, CTN. (E) Incorreta – *Alternativa D.*

8959. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) O Código Tributário Nacional, embora tenha sido criado ______________, foi recebido pelas Constituições como ______________. Normas especiais sobre obrigação, lançamento e crédito tributários cabem à ______________ de cada ente tributante. ______________, decorrente de obras públicas, poderá ser instituída(o), conforme o caso,

pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Examine as afirmações e as lacunas *supra*. Após, selecione, entre as expressões abaixo, as que preenchem corretamente as lacunas, na devida sequência.

(A) como lei ordinária / código / lei complementar / A contribuição de melhoria
(B) como código / lei complementar / lei complementar / A taxa de obra
(C) como lei ordinária / lei complementar / legislação ordinária / A contribuição de melhoria
(D) como ato complementar / código / legislação ordinária / O tributo vinculado
(E) como lei complementar / lei ordinária / legislação ordinária / A taxa de serviço

RESPOSTA Lei n. 5.172/66 (lei ordinária); art. 146, III, CF; art. 96, CTN; art. 145, III, CF. *Alternativa C.*

8960. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Responda às questões abaixo, com Sim ou Não. Em seguida, indique a opção que contenha a sequência correta.

(1º) O parcelamento especial, em até 180 meses, depende de arrolamento de bens ou apresentação de garantias?
(2º) A inclusão do nome no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados) depende de prévia comunicação (direta ou indireta) ao devedor?
(3º) A formalização da exigência tributária, feita por servidor de jurisdição diversa da do domicílio tributário do sujeito passivo é nula por incompetência do agente?

(A) Sim, Sim, Sim
(B) Não, Não, Não
(C) Sim, Não, Sim
(D) Sim, Sim, Não
(E) Não, Sim, Não

RESPOSTA (1º) Não. Art. 1º, §§ 1º e 2º, Lei n. 10.684/2003. (2º) Sim. Art. 2º, §2º, Lei n. 10.522/2002. (3º) Não. Art. 7º, § 2º, Decreto n. 70.235/72. *Alternativa E.*

8961. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** A _____________ decorre de disposição de lei, atribuindo ao contribuinte-substituto a responsabilidade pela retenção do imposto em relação ao fato gerador futuro a que está vinculado. Em caso do não cumprimento da obrigação pelo contribuinte-substituto, recai sobre o contribuinte substituído a chamada _____________ de recolher o imposto devido na operação. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, desde o momento em que _____________. Assinale a opção que contém as palavras que preencham de forma correta as lacunas acima.

(A) tributação indireta / repercussão tributária / o crédito tributário seja objeto de execução fiscal ajuizada
(B) substituição tributária / responsabilidade para trás / o devedor seja citado
(C) translação da responsabilidade tributária /responsabilidade derivada / o juiz despache a petição inicial de execução fiscal
(D) substituição tributária / responsabilidade supletiva / regularmente inscrito como dívida ativa
(E) alteração da responsabilidade / responsabilidade cardeal / notificado o contribuinte da constituição do crédito tributário

RESPOSTA As respostas das lacunas são, respectivamente, art. 128, CTN; art. 128, CTN; art. 185, CTN. *Alternativa D.*

8962. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** Assinale a opção correta. Não constitui

entendimento do STJ:

(A) negócio abusivo é um negócio típico com um fim atípico, ou seja, utiliza-se uma forma jurídica típica, para atingir resultado outro que aquela determinada forma jurídica, normalmente, não atingiria ou não permite.

(B) a interpretação econômica é de suma importância para a aferição das hipóteses de incidência tributária.

(C) a Administração Pública pode desconsiderar a personalidade jurídica de sociedade constituída com abuso de forma e fraude à lei, desde que facultado ao administrado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo regular.

(D) a interpretação econômica se impõe, uma vez que a realidade econômica há de prevalecer sobre a simples forma jurídica.

(E) age em fraude à lei quem, exercendo uma sequência de atos lícitos, obtém resultado contrário a preceito jurídico.

RESPOSTA (A) STJ, REsp 229.986/SC (em especial, o voto explicativo da Min. Eliana Calmon afastando o raciocínio persistente por parte das autoridades tributárias). (B) STJ, REsp 633.405/RS. (C) STJ, REsp RMS 15.166. (D) STJ, REsp 696.745/CE. (E) STJ, REsp 207.484/SP. *Alternativa A.*

8963. **(Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF)** A lei não previu expressamente como operações financeiras (como operação financeira), para fins de informação periódica à Administração Tributária da União,

(A) os depósitos à vista e a prazo.

(B) os contratos de locação de cofres para guarda de pecúnia e outros valores.

(C) a emissão de ordens de crédito.

(D) os resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança.

(E) os pagamentos em moeda corrente ou em cheques.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 5º, § 1º, I, LC n. 105/2001. (B) Correta – o item não está definido como operação financeira no art. 5º, § 1º, LC n. 105/2001. (C) Incorreta – art. 5º, § 1º, III, LC n. 105/2001. (D) Incorreta – art. 5º, § 1º, IV, LC n. 105/2001. (E) Incorreta – art. 5º, § 1º, II, LC n. 105/2001. *Alternativa B.*

8964. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Considerando os temas “administração tributária” e “repartição de receitas tributárias”, julgue os itens abaixo e marque, a seguir, a opção que apresenta a resposta correta.

I. A pessoa jurídica imune está obrigada a submeter-se ao exame de sua contabilidade pela autoridade fiscal.

II. Os profissionais submetidos às regras do sigilo profissional não estão obrigados a auxiliar o Fisco com informações de seus clientes.

III. Pertencem aos municípios o equivalente a 25% da arrecadação da União havida com o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR de contribuintes domiciliados em seu território.

IV. Os estados têm direito à parcela da arrecadação da União havida com o Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI.

(A) Todos os itens estão corretos.

(B) Todos os itens estão errados.

(C) Apenas o item I está errado.

(D) Apenas o item III está errado.

(E) Apenas o item II está correto.

RESPOSTA (I) Correta – art. 194, parágrafo único, CTN. (II) Correta – art. 197, parágrafo único, CTN. (III) Errada – art. 158, IV, c/c parágrafo único, I, CF. (IV) Correta – art. 159, I, *a*, CF. *Alternativa D.*

8965. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Tendo em conta o que dispõe a CRFB/1988, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

( ) Território Federal pode instituir taxa.

( ) O Distrito Federal pode instituir os impostos estaduais, municipais, taxas e contribuição de melhoria.

( ) Uma norma geral poderá, a pretexto de definir tratamento diferenciado e favorecido para as micro e pequenas empresas, instituir regime único de arrecadação de impostos e contribuições dos entes federados.

( ) A planta de valores dos imóveis, para efeitos de cobrança do Imposto Sobre Veículos Automotores – IPVA no exercício seguinte, deve ser publicada antes de 90 dias de findo o exercício financeiro em curso.

(A) V, V, F, V
(B) F, V, V, F
(C) F, V, F, V
(D) V, F, V, V
(E) V, F, V, F

RESPOSTA (1ª) Falsa. Art. 147, CF. (2ª) Verdadeira. Art. 145, II e III, CF; art. 155, CF; art. 147, CF. (3ª) Verdadeira. Art. 146, III, *d*, c/c parágrafo único, CF. (4ª) Falsa. Art. 150, § 1º, CF. Existe uma imporpriedade no enunciado, pois confunde conceitos utilizados para o IPTU, porém questiona sobre o IPVA. Contudo, fosse a pergunta sobre IPTU, fosse sobre IPVA, a afirmativa seria falsa do mesmo modo. *Alternativa B.*

8966. **(Procurador – AGU-PFN – 2006 – ESAF)** Considerando o que dispõe a Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

( ) O Cadin contém a relação dos devedores da Fazenda Nacional responsáveis por dívidas de natureza tributária e não tributária.

( ) O registro no Cadin é suspenso quando o devedor ajuíza ação com o intuito de discutir a natureza do débito.

( ) As ações de execução fiscal da União que veiculem valores inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais) podem ser extintas, a requerimento do Procurador da Fazenda Nacional.

( ) Em determinados casos, quando citado para responder a ação, o Procurador da Fazenda Nacional pode reconhecer a procedência do autor.

(A) V, V, V, F
(B) V, F, F, F
(C) V, F, F, V
(D) F, V, V, V
(E) F, V, F, F

RESPOSTA (1ª) Verdadeira. Art. 2º, Lei n. 10.522/2002. (2ª) Falsa. Art. 7º, I, Lei n. 10.522/2002. (3ª) Falsa. Art. 20, Lei n. 10.522/2002. (4ª) Verdadeira. Art. 19, § 1º, Lei n. 10.522/2002. *Alternativa C.*

8967. (Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC) Marque a opção INCORRETA:

(A) As convenções e contratos particulares não interferem na definição da responsabilidade tributária.
(B) O crédito tributário se constitui pela ocorrência do fato gerador, e o lançamento atesta sua extinção.
(C) Medida Provisória pode dispor sobre matéria tributária, exceto a que for reservada à lei complementar.
(D) As normas da legalidade e da anterioridade tributárias constituem cláusulas pétreas que não podem ser retiradas do ordenamento jurídico nem mesmo por emenda constitucional.
(E) Uma elevação da alíquota do IOF pode ser exigida no dia seguinte à publicação do decreto que promover o referido aumento.

RESPOSTA (A) Correta – art. 123, CTN. (B) Incorreta – arts. 139, 142 e 156, CTN. (C) Correta – art. 62, § 1º, III, CF. (D) Correta – STF, ADI 939/DF. (E) Correta – art. 153, § 1º, c/c art. 150, § 1º, CF. *Alternativa B.*

8968. (Delegado – PC-DF – 2009 – UNIVERSA) Cada uma das alternativas abaixo apresenta uma situação hipotética seguida de uma afirmação. Assinale aquela em que a afirmação está correta.

(A) A farmácia Vida estava autorizada a, mediante apresentação de receita médica, vender medicamento que causa dependência física e psíquica, cujo comércio desautorizado constitui crime de tráfico de substância entorpecente. Visando aumentar o lucro, passou a vendê-lo aleatoriamente e subtrair a renda auferida dos registros contábeis e fiscais. Nessa situação hipotética, é lícito ao fisco efetuar o lançamento tributário pelo lucro obtido com a circulação de mercadoria, apesar de as referidas vendas constituírem crime de tráfico de entorpecente.
(B) A farmácia Vida adquiriu da indústria Melhor medicamentos para revenda, que emitiu as notas fiscais de alienação constando os valores da transação e a retenção dos impostos e, na via destinada à contabilidade, lançou valor referente a 10% do negócio efetivado, sobre o que calculou o tributo. Nessa situação hipotética, a adquirente Vida pode ser sujeito passivo da obrigação tributária, considerando-se que deveria saber, pelo preço, tratar-se de sonegação fiscal.
(C) Os sócios da farmácia Vida, flagrados em sonegação fiscal, dissolveram irregularmente a sociedade, celebrando distrato apurando e dividindo os haveres, excluindo um dos sócios-gerentes de qualquer responsabilidade pelo pagamento dos tributos devidos, uma vez que convencionaram que sua parte seria destinada ao pagamento das dívidas tributárias, que não foram pagas pelos demais sócios. Nessa situação hipotética, estará excluído da solidariedade tributária pelas dívidas pendentes o sócio que nada recebeu.
(D) A fiscalização tributária verificou que a farmácia Vida apurava o ICMS devido e comunicava mensalmente o valor ao fisco, entretanto, não os recolhia aos cofres públicos. Nessa situação hipotética, o fisco deverá efetuar o lançamento fiscal para constituir o débito tributário.
(E) Quando da verificação da dissolução da farmácia Vida, o fisco procurou os sócios e notificou-os para apresentação dos livros fiscais referentes à apuração do ISSQN, uma vez que a farmácia estava inscrita como contribuinte desse imposto e tinha sido reconhecida, por ato declaratório, a isenção quanto ao pagamento do ISSQN. Nessa situação hipotética, não tem a sociedade comercial de cumprir com as obrigações acessórias.

RESPOSTA (A) Correta – art. 118, CTN, c/c HC 94.240/SP, STF. (B) Incorreta – EDcl no REsp 931.727/RS. (C) Incorreta – art. 123, CTN, c/c AgRg no REsp 1.047.124/RS. (D) Incorreta – Súmula 436, STJ. (E) Incorreta – art. 175, parágrafo único, CTN. *Alternativa A.*

8969. **(Delegado – PC-PA – 2009 – MOVENS)** A evasão tributária e a elisão tributária são institutos de direito tributário. A respeito dos crimes contra a ordem tributária, assinale a opção correta.

(A) A evasão tributária é mecanismo lícito.
(B) A ação de sonegar ou reduzir tributo, contribuição social e acessórios independe de prejuízo, porque se trata de crime de mera conduta.
(C) Em regra, e para a maioria dos doutrinadores, a elisão tributária configura ilícito tributário.
(D) Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura ou duplicata será considerado conduta típica penal somente quando houver repercussão jurídica e se ficar provado que ocorreu prejuízo para o credor da competência.

RESPOSTA (A) e (C) Incorreta – doutrina – MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*, p. 131. (B) Incorreta – art. 1º, Lei n. 8.137/90, c/c HC 81.611/DF (STF). (D) Correta – STJ, REsp 1.114.016/PE. *Alternativa D.*

8970. **(Procurador – MPF – 2012)** Ante a higidez como característica inerente ao sistema tributário nacional é correto asseverar que:

(A) A Constituição é que cria os tributos;
(B) No texto constitucional, dentre as diferentes maneiras por meio das quais o legislador constituinte outorga competência tributária, pode-se distinguir aquela exercitada mediante a exclusiva identificação do aspecto material da hipótese de incidência do tributo;
(C) A destinação do produto da arrecadação sempre se encontra presente na outorga da competência, validando o tributo;
(D) A Constituição Federal não menciona expressamente, em hipótese alguma, o contribuinte do tributo.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 150, I, CF. (B) Correta – ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de incidência tributária*, p. 68. (C) Incorreta – art. 4º, II, CTN. (D) Incorreta – art. 149, § 1º, CF. *Alternativa B.*

8971. **(Procurador – MPF – 2012)** Indique, dentre os enunciados abaixo, a alternativa correta:

(A) Pode ser instituída, por unidade da Federação, contribuição de seus servidores, de modo compulsório, para custeio de serviços assistenciais à saude porquanto se insere na exceção prevista no art. 149, § 1º, da Constituição Federal.
(B) Não incide o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU sobre imóvel desapropriado e declarado de utilidade pública pelo Estado, utilizado por sociedade de economia mista prestadora de serviço público por acobertado pela imunidade de que trata a alínea "a", inciso VI, do art. 150, da Lei Magna.
(C) Para caracterização da denúncia espontânea, com benefício da exclusão de multa, é necessário o recolhimento integral do tributo devido, acrescido dos juros e da correção monetária, antes de constituído definitivamente o crédito tributário.
(D) Para caracterização da denúncia espontânea, com o benefício que esse instituto propicia, basta o recolhimento integral do tributo devido, acrescido dos juros e da correção monetária, a qualquer tempo, mas antes da proposição de execução fiscal.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 149, § 1º, CF. (B) Correta – STJ, AgRg no REsp 1.262.071/SP e ED no ED no RE 265.749/SP. (C) Incorreta – art. 138, parágrafo único, CTN. (D) Incorreta – art. 138, parágrafo único, CTN. *Alternativa B.*

8972. **(Promotor – MP-SC – 2011)**

I. As taxas são os impostos que têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou postos a sua disposição.
II. O postulado da capacidade contributiva e o princípio da seletividade são subprincípios do princípio da igualdade e se aplicam, na relação jurídico-tributária, às pessoas jurídicas e às pessoas físicas.
III. O princípio da anterioridade nonagesimal, enquanto limitação geral do poder de tributar, alcança todas as espécies tributárias.
IV. Imposto seletivo é aquele que onera diferentemente os bens sobre os quais incide.
V. Os institutos da anterioridade e da anualidade não se confundem quanto ao fundamento e conteúdo.
(A) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
(B) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
(C) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
(D) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Incorreta – art. 16, c/c art. 77, CTN. (II) Correta – doutrina – COSTA, Regina Helena. *Curso de direito tributário*, p. 73-74; c/c COSTA, Regina Helena. *Princípio da capacidade contributiva...*, p. 99. (III) Incorreta – art. 150, § 1º, CF. (IV) Correta – art. 153, § 3º, I, CF, c/c art. 155, § 2º, III, CF. (V) Correta – doutrina – SABBAG, Eduardo. *Manual de direito tributário*, p. 94. *Alternativa C.*

8973. **(Promotor – MP-SC – 2011)**

I. A norma que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não está sujeita ao princípio da anterioridade.
II. A imunidade tributária recíproca aproveita as autarquias e fundações, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
III. A moratória, o depósito do montante integral do tributo, os recursos administrativos e o parcelamento suspendem a exigibilidade do crédito tributário, vedando a cobrança do respectivo montante do contribuinte e impedindo que o prazo prescricional tenha curso.
IV. É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
V. A concessão de incentivos tributários, isenções e benefícios em matéria de ICMS deve ser precedida da celebração de convênio entre todos os Estados e o DF (CONFAZ).
(A) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
(B) Apenas as assertivas II, III, IV estão corretas.
(C) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
(D) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
(E) Todas as assertivas estão corretas.

RESPOSTA (I) Correta – Súmula 669, STF. (II) Correta – art. 150, § 2º, CF. (III) Correta – art. 151, CTN, c/c REsp 1.306.400/RJ. (IV) Incorreta – Súmula Vinculante 28. (V) Correta – art. 155, § 2º, XII, *g*, CF. *Alternativa D.*

8974. **(Promotor – MP-RJ – 2011)** Tem efeito retroativo, aplicando-se a ato ou fato pretérito, a lei tributária que:

(A) estabeleça penalidade menos severa do que a prevista na lei vigente ao tempo da prática do ato;
(B) beneficie o contribuinte tanto em relação à penalidade quanto aos juros de mora, nos casos definitivamente julgados;
(C) disponha sobre suspensão do crédito tributário;
(D) estabeleça hipóteses de redução de alíquota ou de base de cálculo;
(E) defina as obrigações acessórias do contribuinte.

RESPOSTA (A) Correta – art. 106, II, *c*, CTN. (B) Incorreta – art. 106, II, *c*, CTN. (C) Incorreta – art. 106, I e II, CTN. (D) Incorreta – art. 106, CTN. (E) Incorreta – art. 106, CTN. *Alternativa A.*

8975. (Promotor – MP-PR – 2011) Assinale a alternativa correta:

(A) Fato gerador é a previsão abstrata do nascimento da obrigação tributária.
(B) Imunidade tributária significa a não incidência do tributo em decorrência de norma legal específica.
(C) As isenções tributárias devem sempre ser concedidas sob contraprestação ou obrigação do contribuinte, de acordo com o artigo 176 e seguintes do Código Tributário Nacional.
(D) No sistema tributário nacional previsto no artigo 145 e seguintes da Constituição Federal existem apenas três modalidades de tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria.
(E) Todas as alternativas anteriores são incorretas.

RESPOSTA (A) Incorreta – doutrina – SABBAG, *Manual de direito tributário*, p. 672-673. (B) Incorreta – Imunidade tributária é limitação ao poder de tributar prevista na CF/88. (C) Incorreta – art. 176, c/c art. 179, CTN. (D) Incorreta – arts. 148, 149 e 149-A, CF. (E) Correta – comentários das alternativas anteriores. *Alternativa E.*

8976. (Promotor – MP-PB – 2011) Julgue as seguintes assertivas:

I. A sucessão do sujeito ativo da relação tributária (ente político) garante ao sucessor os direitos do sucedido, até que passe a vigorar sua própria legislação.
II. Sendo a dação em pagamento uma forma ordinária de extinção do crédito tributário, a obrigação se satisfaz de pronto por esta modalidade, sem necessidade de lei que a discipline.
III. Fere o princípio da anterioridade “nonagesimal” o tributo que é exigido dentro do exercício seguinte ao da publicação da lei que o instituiu ou majorou.

(A) Apenas I e III estão corretas.
(B) Apenas II está correta.
(C) Apenas I está correta.
(D) I, II e III estão corretas.
(E) *Abstenção de resposta.*

RESPOSTA (I) Correta – art. 120, CTN. (II) Incorreta – art. 156, XI, CTN. (III) Incorreta – art. 150, III, *b* e *c*, CF. *Alternativa C.*

8977. (Procurador – MPF – 2011) Indique a alternativa correta:

(A) com o pagamento, no lançamento por homologação, pode ser considerado definitivamente extinto o crédito tributário;
(B) se não houver antecipação de pagamento, não há falar-se em lançamento por homologação, mas, sim, falar-se em lançamento de ofício;
(C) o pagamento de débito tributário prescrito não propicia direito à restituição conquanto houvesse perecido a ação, permanece íntegro o direito material subjacente;
(D) é admissível o benefício da denúncia espontânea no caso de tributo sujeito a lançamento por

homologação quando o contribuinte, declarada a dívida, efetua o pagamento, embora a destempo.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 150, § 1º, CTN. (B) Incorreta – AgRg no AREsp 20.880/PE. (C) Incorreta – art. 156, V, CTN, c/c REsp 646.328/RS. (D) Incorreta – Súmula 360, STJ. *Alternativa B.*

8978. **(Procurador – MPF – 2008)** Assinale a forma de desoneraçao tributária pela qual não nascem nem a obrigação tributária, nem o respectivo crédito por força do não exercício da competéncia a que tem direito o poder tributante:

(A) não incidência;
(B) isenção;
(C) imunidade;
(D) alíquota 0 (zero).

RESPOSTA De acordo com a doutrina de MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário,* p. 231. *Alternativa A.*

IX. Tributo e Suas Espécies

8979. **(Juiz – TJ-PA – 2009 – FGV)** A taxa e o preço público se caracterizam por:

(A) o preço público ser receita derivada do Estado e a taxa ser receita originária.
(B) a cobrança da taxa obedecer ao princípio da proporcionalidade do uso e a do preço público não.
(C) o preço público poder ser cobrado pela utilização potencial do serviço, enquanto e a taxa não poder.
(D) a taxa ter como sujeito ativo pessoa jurídica de direito público e o preço público poder ser exigido por pessoa jurídica de direito privado.
(E) o regime jurídico da taxa ser *sui generis*, já o dos preços públicos ser, sobretudo, contratual.

RESPOSTA Taxa é RECEITA DERIVADA e preço público RECEITA ORIGINÁRIA. Art. 9º, Lei n. 4.320/64; e art. 3º, CTN. (B) FIGUEIREDO, *Curso de direito administrativo*, p. 51. (C) Art. 145, II, CF, c/c art. 77, CTN. (D) Art. 119, CTN; e FIGUEIREDO, Lúcia Valle. *Curso de direito administrativo*, p. 111. (E) Art. 145, II, CF, c/c art. 79, CTN. *Alternativa D.*

8980. **(Advogado – BESC – 2004 – FGV)** No caso de prestação de serviços de transporte rodoviário por terceiro, entre pontos situados em diferentes Municípios do mesmo Estado:

(A) é devido ISS ao Município em que estiver situado o estabelecimento prestador.
(B) é devido ISS ao Município destinatário dos bens transportados.
(C) é devido ICMS ao Estado onde ocorreu a prestação do serviço.
(D) são devidos ISS e ICMS a ambos os Municípios.
(E) não há incidência de ISS, nem de ICMS.

RESPOSTA Art. 155, II, CF, c/c art. 1º, c/c art. 11, II da LC n. 87/96. *Alternativa C.*

8981. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Assinale a assertiva correta no que concerne à taxa como espécie tributária.

(A) É cobrada no âmbito da competência privativa dos Municípios, tendo por fato gerador a utilização universalizada de serviço público específico.
(B) No cálculo de seu valor, é constitucional a adoção de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
(C) Pode ser calculada em função do capital social das empresas.
(D) Quando exigida em razão da utilização de serviço público, prestado à sociedade ou posto à

disposição desta, faz-se necessário que tal serviço seja específico e indivisível, a fim de legitimar a exação.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 145, II, CF. (C) Incorreta – art. 77, parágrafo único, CTN. (D) Incorreta – art. 145, II, CF. (B) Correta – Súmula Vinculante 29. *Alternativa B.*

8982. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Minoro Toyota é proprietário de um imóvel cujo uso exclusivo é destinado ao plantio de legumes e verduras que, posteriormente, comercializa nas feiras livres da região. O imóvel em questão encontra-se localizado na zona urbana de determinado município, sendo certo que é servido por abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários, rede de iluminação pública, além de outros melhoramentos implementados e mantidos pelo Poder Público local. Nessas condições, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Minoro é sujeito passivo do

(A) ITR (Imposto Territorial Rural) em razão da destinação dada ao imóvel.
(B) IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) em razão da localização do imóvel que por si já basta para autorizar a cobrança do imposto, independentemente dos melhoramentos implementados.
(C) IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) em razão da localização do imóvel, sendo irrelevantes a destinação dada ao imóvel e os melhoramentos implementados.
(D) ISS (Imposto sobre Serviços) em razão da comercialização que exerce, não podendo ser considerado contribuinte do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e nem do ITR (Imposto Territorial Rural) por se tratar de situação de não incidência de ambos os impostos.

RESPOSTA REsp 1.112.646/SP. Não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do Decreto-lei n. 57/66). *Alternativa A.*

8983. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Acerca das contribuições especiais, estabelecidas constitucionalmente, é correto afirmar que

(A) não podem ter a mesma base de cálculo de qualquer imposto.
(B) englobam as contribuições de melhoria.
(C) excepcionam o Princípio da Legalidade, em razão de sua instituição dar-se por decreto.
(D) são tributos finalisticamente afetados.

RESPOSTA (A) Incorreta – a CF em nenhum momento proibiu que as contribuições especiais tivessem mesma BC de impostos – Ex.: IR e CSL. (B) Incorreta – STF, RE 138.284/CE. (C) Incorreta – art. 150, I, CF. (D) Correta – STF, RE 138.284/CE. *Alternativa D.*

8984. **(Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF)** De acordo com a jurisprudência do STJ sobre o IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, é incorreto afirmar que:

(A) é defeso aos municípios aumentarem a base de cálculo do IPTU por meio de decreto.
(B) são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU tanto o promitente comprador do imóvel quanto o promitente vendedor, podendo ambos figurar conjuntamente no polo passivo em ações de cobrança do imposto.
(C) na hipótese em que o lançamento original reportou-se a área menor do imóvel, por desconhecimento de sua real metragem, o imposto pode ser complementado, pois a retificação dos dados cadastrais não significa recadastramento de imóvel.
(D) não se permite a revisão do lançamento de IPTU referente a imóvel cujo padrão de acabamento

considerado era diferente da realidade, pois neste caso o lançamento complementar decorreria de um simples erro de fato, que não ensejaria a revisão da cobrança.

(E) não incide IPTU sobre imóveis objeto de contrato de concessão de direito real de uso, em razão da ausência do fato gerador do tributo.

RESPOSTA (A) Correta – art. 150, I, CF, c/c art. 97, IV, CTN, c/c Súmula 160, STJ. (B) Correta – Súmula 399, STJ. (C) Correta – art. 149, VIII, CTN, c/c REsp 1.130.545/RJ. (D) Incorreta – art. 149, VIII, CTN. (E) Correta – REsp 1.091.198/PR. *Alternativa D.*

8985. (Procurador – AGU-PFN – 2012 – ESAF) Sobre o Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza, julgue os itens a seguir, para então assinalar a opção que corresponda às suas respostas.

I. Como renda deve-se entender a aquisição de disponibilidade de riqueza nova, na forma de um acréscimo patrimonial, ao longo de um determinado período de tempo.

II. Tanto a renda quanto os proventos de qualquer natureza pressupõem ações que revelem mais-valias, isto é, incrementos na capacidade contributiva.

III. Limitações temporais ou quantitativas com relação às despesas e provisões não necessariamente guardam estrita compatibilidade com a teoria do acréscimo patrimonial e com a atividade do contribuinte.

IV. Embora haja diversas teorias que se destinem a delinear o conceito de renda, em todas prevalece a ideia de que haja a necessidade de seu confronto com o conjunto de desembolsos efetivados relativamente ao conjunto das receitas.

V. Pode-se afirmar, a partir de alguns julgados do Supremo Tribunal Federal, que o conceito legalista/fiscalista de renda, assim considerado aquilo que a legislação do imposto de renda estabelecer que é, está ultrapassado.

Estão corretos apenas os itens:

(A) II, IV e V.

(B) I, II e III.

(C) II, III, IV e V.

(D) I, II, IV e V.

(E) todos os itens estão corretos.

RESPOSTA (I) Art. 43, CTN; e Súmulas 215 e 498, STJ. (II) Art. 43, I e II, CTN. (III) STF, ADC 8 MC/DF. (IV) MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário,* p. 313 (V) STF, ADC 8 MC/DF. *Alternativa D.*

8986. (Procurador – AGU-PFN – 2007 – ESAF) A aquisição de disponibilidade jurídica de acréscimos patrimoniais corresponde ao fato gerador

(A) do imposto sobre heranças e doações.

(B) da contribuição social de interesse das categorias econômicas.

(C) do imposto sobre a renda e proventos.

(D) do imposto territorial rural, no caso de acessão ou avulsão.

(E) do imposto sobre a transmissão *causa mortis* ou *inter vivos*, nos territórios federais.

RESPOSTA Art. 43, II, CTN. *Alternativa C.*

8987. (Procurador – PGE-PR – 2007 – UEL) Assinale a alternativa correta – Compete aos Estados instituir:

(A) Taxas sobre o serviço de coleta de lixo.
(B) IPVA, ICMS, ITBI e ITCMD.
(C) Contribuição para custeio da previdência de seus servidores.
(D) Taxa sobre a emissão de passaporte.
(E) ICMS, ISSQN, IPVA e ITBI.

RESPOSTA Art. 149, § 1º, CF. *Alternativa C.*

8988. **(Defensor – DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Marque a opção VERDADEIRA:

(A) A taxa e o preço público são espécies do gênero tributo.
(B) O valor da anuidade recolhida à Ordem dos Advogados do Brasil ou aos Conselhos de Medicina tem a natureza jurídica de contribuição de intervenção no domínio econômico (cide).
(C) Para a criação de novos impostos não previstos no texto constitucional, a União, os Estados e o Distrito Federal devem editar leis complementares.
(D) As contribuições de seguridade social têm natureza jurídica de tributo.
(E) A imunidade se aplica aos impostos, taxas e contribuições de melhoria.

RESPOSTA (A) Falsa – Súmula 545, STF. (B) Falsa – REsp 755.595/RS. (C) Falsa – art. 154, I, CF. (D) Verdadeira – AgRg no AI 174.540/AP (STF) e Ag no REsp 616.348/MG. (E) Falsa – Não tem previsão na CF/88 de imunidade para contribuição de melhoria. *Alternativa D.*

8989. **(Promotor – MP-PR – 2011)** Relativamente às taxas, é incorreto afirmar:

(A) Podem ser cobradas em decorrência do exercício do poder de polícia e da prestação efetiva ou potencial de serviço público, específico e divisível.
(B) As denominadas taxas de serviço decorrem da prestação específica e divisível de um serviço público e pressupõem a mensuração da atividade prestada.
(C) As taxas têm enumeração taxativa e estão todas previstas na Constituição Federal.
(D) As taxas não podem ter a mesma base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a impostos.
(E) Entende-se haver prestação potencial do serviço, quando, sendo de utilização compulsória, seja posto à disposição do contribuinte mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

RESPOSTA (A) Correta – art. 145, II, CF. (B) Correta – art. 79, II e III, CTN. (C) Incorreta – art. 145, II, CF. (D) Correta – art. 145, § 2º, CF, c/c art. 77, parágrafo único, CTN. (E) Correta – art. 79, I, *b*, CTN. *Alternativa C.*

8990. **(Procurador – MPF – 2011)** No que se refere às contribuições de seguridade social, impõe-se afirmar:

(A) obedecem ao princípio da anterioridade, não podendo ser cobradas no mesmo exercício em que instituídas;
(B) podem ser criadas pela União, mediante lei ordinária, desde que tenham fato gerador e base de cálculo diversos daqueles definidos para as contribuições já vigentes;
(C) cabendo a órgão da administração direta da União a cobrança de todas as contribuições especiais, perderam elas sua natureza jurídica de contribuição, caracterizando-se como imposto cujo produto tem destinação vinculada;
(D) submetem-se ao princípio da anterioridade mitigada, a nonagesimal, podendo ser cobradas no mesmo exercício em que criadas.

RESPOSTA (A) Incorreta – art. 195, § 6º, CF. (B) Incorreta – art. 195, § 4º, CF. (C) Incorreta – contribuições especiais

constituem modalidade de tributo independente, segundo o STF, ADI 447/DF. (D) Correta – art. 195, § 6º, CF. *Alternativa D.*

8991. (Procurador – MPF – 2008) Em relação ao empréstimo compulsório é certo afirmar que:

(A) se conceitua como um contrato de empréstimo de direito público, com a nota de que há obrigatoriedade de restituição;
(B) é um tributo posto atende às cláusulas que integram a redação do artigo 3º, do Código Tributário Nacional;
(C) se subordina, em todos os casos, ao princípio da anterioridade da lei que o houver instituído;
(D) é espécie de confisco como ocorreu com a retenção dos saldos de depósitos à vista, cadernetas de poupança e outros ativos financeiros, por determinação da Lei 8.024/90.

RESPOSTA (A) Incorreta – empréstimo compulsório é tributo e, portanto, não tem natureza contratual – art. 148, CF. (B) Correta – AgRg no RE 586.436/MG. (C) Incorreta – art. 150, § 1º, CF. (D) Incorreta – afirmativa passível de discussão, pois o STJ, REsp 201.972/RS, reconheceu a condição de confisco. *Alternativa B.*

OAB/FGV

I. Competência Tributária

8992. (OAB 03 – 2011) A competência tributária não se confunde com a capacidade tributária ativa. Aquela se traduz na aptidão para instituir tributos, enquanto esta é o exercício da competência, ou seja, a aptidão para cobrar tributos. Nesse sentido, é correto afirmar que

(A) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos, taxas, contribuições de melhoria, assim como as contribuições para o custeio do serviço de iluminação pública.
(B) Em virtude do princípio federativo, que, entre outras consequências, delimita entre os entes políticos o poder de tributar, ao Distrito Federal compete apenas instituir espécies tributárias próprias dos Estados-membros da federação.
(C) A União pode instituir, via lei ordinária, impostos além dos previstos na Constituição, mediante dois requisitos: que eles sejam não cumulativos e que não tenham fato gerador próprio dos impostos já previstos constitucionalmente.
(D) Em Território Federal, os impostos estaduais são de competência da União. Caso o Território não seja dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais também são de competência da União.

RESPOSTA (A) Art. 145, I a III, c/c art. 149-A, CF. (B) Art. 147, c/c art. 155, CF. (C) Art. 154, I, CF. (D) Art. 147, CF. *Alternativa D.*

II. Limitações ao Poder de Tributar

8993. (OAB 01 – 2012) A Lei X, promulgada em 20 de outubro de 2008, determinou a majoração do ISS. Já a Lei Y, promulgada em 16 de novembro de 2009, reduziu o ICMS de serviços de telecomunicação. Por fim, o Decreto Z, de 8 de dezembro de 2007, elevou o IOF para compras no exterior. Diante dessas hipóteses, é correto afirmar que

(A) o ISS poderá ser cobrado somente quando decorridos 90 dias da publicação da Lei X, ao passo que os novos valores do ICMS e do IOF poderão ser cobrados a partir da publicação dos diplomas legais que os implementaram.

(B) todos os impostos mencionados no enunciado somente poderão ser cobrados no exercício financeiro seguinte à publicação do diploma legal que os alterou por força do princípio da anterioridade.
(C) na hipótese do enunciado, tanto o ISS como o ICMS estão sujeitos ao princípio da anterioridade nonagesimal, considerada garantia individual do contribuinte cuja violação causa o vício da inconstitucionalidade.
(D) o IOF, imposto de cunho nitidamente extrafiscal, em relação ao princípio da anterioridade, está sujeito apenas à anterioridade nonagesimal, o que significa que bastam 90 dias da publicação do decreto que alterou sua alíquota para que possa ser cobrado.

RESPOSTA Art. 150, III, *b* e *c*, CF, c/c art. 150, § 1º, CF. Para ICMS combustível art. 155, § 3º, IV, *c*, CF. *Alternativa A.*

III. Tributo e Espécies Tributárias

8994. **(OAB 01 – 2012)** No que se refere aos empréstimos compulsórios, NÃO é correto afirmar que

(A) são restituíveis.
(B) podem ser instituídos por medida provisória, desde que haja relevância e urgência.
(C) a competência para sua instituição é exclusiva da União Federal.
(D) podem ser instituídos em caso de guerra externa ou sua iminência e, neste caso, não respeitam o princípio da anterioridade.

RESPOSTA Art. 148, I e II, c/c art. 62, § 1º, III, CF. *Alternativa B.*

8995. **(OAB 03 – 2011-II)** Com base no Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

(A) A contribuição de melhoria é um tributo de competência exclusiva dos Estados federados.
(B) As taxas podem ser instituídas pela União, Estados e Distrito Federal e Municípios.
(C) O ICMS tem destinação orçamentária específica.
(D) Os impostos têm por finalidade precípua a intervenção do Estado na atividade econômica.

RESPOSTA (A) Art. 145, III, CF. (B) Art. 145, II, CF. (C) Art. 167, IV, CF. (D) Art. 16, CTN. *Alternativa B.*

8996. **(OAB 03 – 2011-II)** As taxas são os tributos que têm por hipótese de incidência uma atuação estatal. Assinale a alternativa que corretamente delimite tal atuação, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil e da legislação tributária.

(A) Os serviços públicos universais (*uti universi*) podem ser custeados por meio de taxas, já que alcançam a coletividade considerada como um todo, o mesmo não podendo se dizer a respeito dos atos de polícia.
(B) Tanto os serviços públicos *uti universi* como os *uti singuli*, também chamados singulares, na medida em que são mensuráveis e divisíveis, podem ser custeados por meio de taxas, juntamente com os atos de polícia.
(C) Somente os serviços públicos específicos, por serem de utilização individual e mensurável, podem ser custeados mediante taxas de serviço, ocorrendo o mesmo com os atos de polícia, que devem ser específicos e divisíveis para serem custeados mediante taxas de polícia.
(D) A atuação estatal suscetível de ser custeada mediante taxa é aquela que se refere indiretamente ao contribuinte, tal como uma obra pública que causa valorização imobiliária, aumentando o valor de

mercado dos imóveis localizados em suas imediações.

RESPOSTA Art. 145, II, CF, c/c arts. 77 e 79, CTN. *Alternativa C.*

8997. **(OAB 02 – 2011)** A respeito do ICMS, é correto afirmar que

(A) É não cumulativo, significando que, em qualquer hipótese, deverá ser assegurado o crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.

(B) Incide sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, assim como sobre o valor total da operação, quando as mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência impositiva municipal.

(C) Sendo de competência tributária do Estado-membro, somente a legislação estadual pode excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e produtos determinados.

(D) Tem as suas alíquotas estabelecidas pelo Senado Federal, aplicáveis às operações e prestações internas, interestaduais e de exportação.

RESPOSTA (A) Art. 155, § 2º, I e II, CF. (B) Art. 155, II, CF, c/c art. 155, § 2º, IX, *b*, CF. (C) Art. 155, § 2º, XII, *e*, CF. (D) Art. 155, § 2º, IV e V, CF. *Alternativa B.*

8998. **(OAB 03 – 2012)** Acerca do Imposto sobre Produtos Industrializados, de competência da União, assinale a afirmativa que contempla duas de suas características.

(A) É imposto ordinário e caracterizado pela seletividade.

(B) É imposto real e caracterizado por ser direto.

(C) É imposto monofásico e qualificado como indireto.

(D) É imposto interno e lançado por declaração.

RESPOSTA Art. 153, § 3º, CF. O IPI, conforme classificação doutrinária, corresponde a um imposto de competência ordinária; real (porque incide sobre o bem); indireto (em razão da repercussão econômica); plurifásico (porque recai a cada etapa de industrialização); e lançado por homologação (art. 150, CTN). PAULSEN, *Direito tributário*, p. 79 a 128. *Alternativa A.*

8999. **(OAB 02 – 2012)** A respeito dos impostos, assinale a afirmativa correta.

(A) O Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD) de quaisquer bens e direitos terá suas alíquotas máximas fixadas pelos Estados competentes para a sua instituição.

(B) As alíquotas máximas e mínimas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) deverão ser fixados por lei complementar nacional.

(C) O Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidirá sobre as operações que destinem mercadorias e serviços ao exterior.

(D) A União Federal deverá instituir, mediante lei complementar, na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

RESPOSTA (A) Art. 155, § 1º, IV, CF. (B) Art. 156, § 3º, I, CF. (C) Art. 155, § 2º, X, *a*, CF. (D) Art. 154, II, CF, c/c art. 76, CTN. *Alternativa B.*

9000. **(OAB 02 – 2012)** Mário inscreveu-se no programa de incentivo à aposentadoria mediante indenização, promovido pela empresa em que trabalha. A respeito do caso proposto, assinale a afirmativa correta.

(A) Mário pagará imposto de renda, já que o valor recebido tem natureza salarial.

(B) Mário não pagará imposto de renda, já que se trata de verba especial.
(C) Mario não pagará imposto de renda, já que o valor recebido tem caráter indenizatório.
(D) Mário pagará imposto de renda, em homenagem ao princípio da isonomia.

RESPOSTA Art. 153, III, CF, c/c art. 43, CTN; e Súmula 215, STJ. *Alternativa C.*

9001. **(OAB 02 – 2012)** O imposto cuja alíquota é invariável e se aplica sobre base de cálculo variável, é classificado como

(A) progressivo.
(B) proporcional.
(C) indireto.
(D) pessoal.

RESPOSTA São diversas as classificações para impostos. Segundo a alíquota, podem ser proporcionais (quando a alíquota é fixa e varia a base de cálculo) ou progressivos (quando a alíquota varia conforme variação da base de cálculo). MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário,* p. 66. *Alternativa B.*

IV. Processo Tributário

9002. **(OAB 03 – 2012)** De acordo com as regras contidas no Código Tributário Nacional, considera-se fraude à execução fiscal

(A) a alienação dos direitos reais do patrimônio do devedor, efetivada a qualquer tempo, para terceiro de má-fé.
(B) a alienação do patrimônio do devedor, feita após ciência inequívoca da regular inscrição de crédito da Fazenda contra si constituído.
(C) a aquisição, de má-fé, por terceiro, de parte do patrimônio devedor, refletindo tal situação presunção absoluta de fraude.
(D) a alienação de qualquer parcela do patrimônio do devedor, mesmo que feita a terceiro de boa-fé, após notificação do lançamento fiscal.

RESPOSTA Art. 185, CTN, c/c Súmula 375, STJ; e *Informativo* 508, STJ. Segundo o STJ, a Súmula 375 não se aplica ao Direito Tributário. *Alternativa B.* A questão acabou anulada pela banca.

9003. **(OAB 03 – 2012)** Concessionária de veículos se insurge contra aumento da alíquota do IPI sobre automóveis nacionais e, antes mesmo da ocorrência do lançamento do tributo em questão, ajuíza ação declaratória e efetua o depósito judicial do montante do valor tributado que considera devido. Após cinco anos e oito meses, ocorre o trânsito em julgado da decisão judicial proferida em favor da Fazenda Pública, a qual entende como devido o IPI integral. Considerando que a Fazenda Pública não adotou qualquer providência quanto ao lançamento do imposto devido durante o trâmite da ação judicial, tem-se que

(A) o IPI é devido e coincide com o valor depositado.
(B) o IPI é devido no valor cobrado pela Fazenda Pública.
(C) o IPI não é devido, uma vez que ocorreu a prescrição.
(D) o IPI não é devido, em razão da decadência.

RESPOSTA Questão passível de anulação, pois pode comportar duas alternativas corretas em razão da dubiedade do enunciado. O depósito suspende a exigibilidade do crédito, porém não impede o lançamento, devendo este ser efetuado para evitar o perecimento do direito. STJ, REsp 736.040/RS. Assim, *Alternativa D.* Por outro lado, também a *alternativa A* estaria correta em razão do depósito que deverá ser convertido em renda a favor da Fazenda. Acabou sendo anulada pela banca.

9004. (OAB 03 – 2012) O procurador do município Gama decide contestar judicialmente a cobrança do ICMS discriminada na fatura da conta de luz do imóvel onde funciona a sede da prefeitura, alegando a condição de ente político para livrar-se da exação. A demanda da municipalidade deverá ser

(A) acolhida, em razão da imunidade recíproca, que impede que os entes da federação instituam impostos sobre bens e serviços uns dos outros.

(B) rejeitada, pois na situação apresentada o município se apresenta na condição de contribuinte de direito do ICMS.

(C) acolhida, pois a empresa concessionária prestadora do serviço de fornecimento de energia não tem competência para cobrar ICMS.

(D) rejeitada, pois o município não goza de imunidade com relação a imposto que incide apenas indiretamente sobre seus bens e serviços.

RESPOSTA Questão passível de anulação em razão da divergência jurisprudencial acerca da legitimidade para afastar o ICMS sobre a conta de luz. STJ, AgRg no Ag 1.307.725/RS; e STJ, AgRg no RMS 28.044/ES. Por outro lado, desconsiderando a divergência, observe o art. 150, VI, *a*, CF, e STJ, RMS 22.582/CE. Gabarito mantido. *Alternativa D.*

9005. (OAB 02 – 2012) O Sr. Afrânio dos Santos, administrador da empresa "X", que atua no ramo industrial, percebeu ter efetuado pagamento do IPI maior que o efetivamente devido, ao longo de certo período. Com base no cenário acima, para fins de aconselhar o administrador acerca da possibilidade de obtenção da restituição do montante recolhido a maior, assinale a afirmativa correta.

(A) Não é possível a restituição, pois o pagamento foi espontâneo, incidindo a máxima "quem paga mal paga duas vezes".

(B) Não é possível a restituição, pois, embora pago indevidamente, não cabe restituição de tributo indireto.

(C) Cabe apenas pedido administrativo de restituição, em razão do pagamento indevido.

(D) Cabe pedido judicial de repetição de indébito, desde que a empresa comprove ter assumido o referido encargo, sem tê-lo transferido a terceiro.

RESPOSTA Art. 165, c/c art. 166, CTN; e Súmula 546, STF. *Alternativa D.*

V. Legislação Tributária

9006. (OAB 02 – 2011) Determinada Lei Municipal, publicada em 17 de janeiro de 2011, fixou o aumento das multas e alíquotas relativo aos fatos jurídicos tributáveis e ilícitos pertinentes ao ISS daquele ente federativo. Considerando que determinado contribuinte tenha sido autuado pela autoridade administrativa local em 23 de dezembro de 2010, em razão da falta de pagamento do ISS dos meses de abril de 2010 a novembro de 2010, assinale a alternativa correta a respeito de como se procederia a aplicação da legislação tributária para a situação em tela.

(A) Seriam mantidas as alíquotas e multas nos valores previstos na data do fato gerador.

(B) Seriam aplicadas as alíquotas previstas na lei nova e as multas seriam aplicadas nos valores previstos na data do fato gerador.

(C) Seriam mantidas as alíquotas nos valores previstos na data do fato gerador e as multas seriam aplicadas nos valores previstos de acordo com a nova lei.

(D) Seriam aplicadas as alíquotas e multas nos valores previstos de acordo com a nova lei.

RESPOSTA Art. 150, III, *a*, c/c 106, II, *c*, CTN. *Alternativa A.*

9007. **(OAB 02 – 2011)** No exercício de 1995, um contribuinte deixou de recolher determinado tributo. Na ocasião, a lei impunha a multa moratória de 30% do valor do débito. Em 1997, houve alteração legislativa, que reduziu a multa moratória para 20%. O contribuinte recebeu, em 1998, notificação para pagamento do débito, acrescido da multa moratória de 30%. A exigência está

(A) Correta, pois aplica-se a lei vigente à época de ocorrência do fato gerador.
(B) Errada, pois aplica-se retroativamente a lei que defina penalidade menos severa ao contribuinte.
(C) Correta, pois o princípio da irretroatividade veda a aplicação retroagente da lei tributária.
(D) Errada, pois a aplicação retroativa da lei é regra geral no Direito Tributário.

RESPOSTA Art. 150, III, *a*, CF, c/c art. 106, II, *c*, CTN. *Alternativa B.*

VI. Administração Tributária e Dívida Ativa

9008. **(OAB 03 – 2011-II)** Em cumprimento de diligência na sede da Gráfica Impressões Beta, empresa beneficiária de imunidade quanto aos impostos incidentes sobre sua atividade de impressão de periódicos, fiscais da Fazenda Estadual apreenderam notas e livros fiscais, sem terem apresentado mandado judicial com a previsão da medida. Com base no cenário acima, assinale a alternativa correta no que tange à conduta dos agentes do Fisco.

(A) A ação não apresenta qualquer ilegalidade, conformando ato regular de fiscalização, representando um poder-dever da Administração.
(B) A ação é ilegal, pois a legislação que rege a fiscalização tributária não se aplica àqueles que gozam de imunidade tributária.
(C) A ação é ilegal, pois, para o cumprimento da diligência, era imprescindível a apresentação de mandado judicial.
(D) A ação não apresenta qualquer ilegalidade, já que a função de fiscalização é ilimitada, tendo em vista a supremacia do interesse público.

RESPOSTA Art. 195, CTN. *Alternativa A.*

VII. Obrigação Tributária e Responsabilidade

9009. **(OAB 01 – 2012)** Determinada pessoa física adquire de outra um estabelecimento comercial e segue na exploração de suas atividades, cessando ao vendedor toda a atividade empresarial. Nesse caso, em relação aos tributos devidos pelo estabelecimento comercial até a data da aquisição do referido negócio jurídico, o novo adquirente responde

(A) pela metade dos tributos.
(B) subsidiariamente pela integralidade dos tributos.
(C) integralmente por todos os tributos.
(D) solidariamente, com o antigo proprietário, por todos os tributos.

RESPOSTA Art. 133, I, CTN. *Alternativa C.*

9010. **(OAB 02 – 2011)** A obrigação tributária principal tem por objeto

(A) A escrituração de livros contábeis.
(B) O pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
(C) A prestação de informações tributárias perante a autoridade fiscal competente.

(D) A inscrição da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

RESPOSTA Art. 113, § 1º, CTN. *Alternativa B.*

VIII. Lançamento e Crédito Tributário

9011. **(OAB 01 – 2012)** A expiração do prazo legal para lançamento de um tributo, sem que a autoridade administrativa fiscal competente o tenha constituído, caracteriza hipótese de

(A) remissão.

(B) prescrição.

(C) decadência.

(D) transação.

RESPOSTA Art. 173, CTN. *Alternativa C.*

9012. **(OAB 03 – 2011-II)** A empresa Merposa S.A. cumpre regularmente as suas obrigações fiscais, especialmente aquelas de natureza acessória. Assim, apresentou no prazo exigido pela legislação, em 30 de junho de 2003, a Declaração de Contribuições e Tributos Federais informando o montante devido e recolhido a título de imposto de renda nos três primeiros meses de 2003. Em 30 de janeiro de 2010, recebeu um auto de infração exigindo um valor a maior do que havia declarado e recolhido. A esse respeito, é correto afirmar que o auto de infração é

(A) Válido, já que, de acordo com o art. 173, I, do CTN, o Fisco Federal dispõe de cinco anos a contar do exercício seguinte para efetuar o lançamento.

(B) Improcedente, pois já se operou a decadência, em virtude do disposto no art. 150, § 4º, do CTN.

(C) Válido, pois, se a declaração apresentada não refletia o montante efetivamente devido, trata-se de caso de dolo ou má-fé, razão pela qual não se aplica a disposição do art. 150, § 4º, do CTN.

(D) Improcedente, pois, após a apresentação da Declaração de Contribuições e Tributos Federais, o Fisco somente poderia exigir o tributo declarado e não pago, uma vez que o tributo estava sujeito à modalidade de autolançamento.

RESPOSTA Art. 150, *caput*, c/c art. 150, § 4º, c/c art. 173, I, CTN. *Alternativa B.*

9013. **(OAB 03 – 2011)** Fulano de Araújo, proprietário de um único imóvel em que reside com sua esposa, no Município do Rio de Janeiro, é réu em ação de execução fiscal promovida pela Fazenda Pública Municipal por falta de pagamento do IPTU. Tendo em vista as disposições gerais contidas no Código Tributário Nacional acerca do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

(A) O imóvel residencial próprio do casal é impenhorável, não devendo responder por qualquer tipo de dívida.

(B) Os bens e rendas do sujeito passivo respondem pelo pagamento de todo crédito de natureza tributária, sem comportar exceções.

(C) Bens gravados por ônus real ou por cláusulas de inalienabilidade não podem ser alcançados para saldar dívidas tributárias.

(D) A impenhorabilidade do bem de família não é oponível em face da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano.

RESPOSTA Art. 184, CTN, c/c arts. 1º e 3º, Lei n. 8.009/90. *Alternativa D.*

9014. **(OAB 03 – 2011)** A empresa ABC ingressou com medida judicial destinada a questionar

a incidência da contribuição social sobre o lucro. Em sede de exame liminar, o juiz concedeu a medida liminar para que a empresa não recolhesse a contribuição. Durante a vigência da medida judicial, a Receita Federal iniciou procedimento de fiscalização visando à cobrança da contribuição social sobre o lucro não recolhida naquele período. Com base no relatado acima, assinale a alternativa correta.

(A) A Receita Federal não pode lavrar auto de infração, em virtude da liminar concedida na medida judicial em questão.

(B) A Receita Federal pode lavrar auto de infração, mas somente com a exigibilidade suspensa para prevenir a decadência.

(C) A empresa ABC, diante da abertura do procedimento de fiscalização, pode solicitar ao juiz nova medida liminar, a fim de que determine o encerramento de tal procedimento.

(D) A Receita Federal pode lavrar auto de infração, já que a medida liminar possui caráter provisório.

RESPOSTA Art. 151, CTN, c/c art. 63, Lei n. 9.430/96; e STJ, REsp 736.040/RS. Ainda assim, a alternativa é passível de questionamento, pois, a rigor, o Fisco poderia lançar, porém não autuar. *Alternativa B.*

9015. **(OAB 03 – 2011)** Determinado contribuinte, devedor de tributo, obtém o seu parcelamento e vem efetuando o pagamento conforme deferido. Apesar disso, sofre processo de execução fiscal para a cobrança do referido tributo. Nos embargos de devedor, o contribuinte poderá alegar

(A) A carência da execução fiscal, em face da novação da dívida, que teria perdido a sua natureza tributária pelo seu parcelamento.

(B) A improcedência da execução fiscal, por iliquidez do título exequendo, pelo fato de que parte da dívida já foi paga.

(C) O reconhecimento do direito apenas parcial à execução fiscal, por parte do Fisco, em face da existência de saldo devedor do parcelamento.

(D) A carência da execução fiscal em face da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

RESPOSTA Art. 151, VI, CTN; e STJ, AgRg no AREsp 156.870/RJ. *Alternativa D.*

Bibliografia

- AMARO, Luciano. *Direito tributário brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ______. *Direito tributário brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de incidência tributária*. São Paulo: Malheiros, 2002.
- BALEEIRO, Aliomar. *Direito tributário brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- BARRETO, Aires F. *ISS na Constituição e na lei*. São Paulo: Dialética, 2003.
- CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*. São Paulo: Malheiros, 2012.
- CHIMENTI, Ricardo Cunha et al. *Lei de execução fiscal comentada e anotada*: lei 6.830, de 22.09.1980: doutrina, prática, jurisprudência. 5. ed. São Paulo: RT, 2008.
- COSTA, Regina Helena. *Curso de direito tributário*. *Constituição e Código Tributário Nacional*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ______. *Princípio da capacidade contributiva*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- DECOMAIN, Pedro Roberto. *Mandado de segurança (o tradicional, o novo e o polêmico na Lei 12.016/09)*. São Paulo: Dialética, 2009.
- ESTRELLA, André Luiz Carvalho. *A norma antielisão e seus efeitos – artigo 116, parágrafo único, do CTN*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_30/artigos/Art_andre.htm>. Acesso em: 5 fev. 2013.
- FALCÃO, Amílcar de Araújo. *Fato gerador da obrigação tributária*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- FIGUEIREDO, Lúcia Valle. *Curso de direito administrativo.* São Paulo: Método, 2008.
- MACHADO, Hugo de Brito. *Crimes contra a ordem tributária*. São Paulo: Atlas, 2008.
- ______. *Curso de direito tributário*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

- MELO, José Eduardo Soares de. *Curso de direito tributário*. 8. ed. São Paulo: Dialética, 2010.
- PAULSEN, Leandro. *Direito tributário. Constituição de Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência.* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- RODRIGUES, Aldenir Ortiz et al. *IRPJ, CSL, PIS/PASEP e COFINS*. São Paulo: IOB, 2012.
- SABBAG, Eduardo. *Manual de direito tributário*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- SCHOUERI, Luís Eduardo. *Curso de direito tributário*. Constituição e Código Tributário Nacional, 2009.
- TORRES, Ricardo Lobo. *O princípio da transparência no direito financeiro*. Disponível em: <http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=162>. Acesso em: 3 fev. 2013.

DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

MARCELO HUGO DA ROCHA

Advogado. Palestrante. Professor do curso A Casa do Concurseiro. Pós-Graduado em Direito Empresarial pela PUCRS. Autor das obras *Guia Passe na OAB* e *Passe na OAB 2ª fase* – direito empresarial. Coautor e coordenador das coleções *Passe na OAB 1ª e 2ª fases* e *Passe em Concursos Públicos*, todas pela Editora Saraiva. Coautor de outras obras jurídicas. Editor do *blog* Passe em Concursos Públicos.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	45
FCC	18
OUTRAS BANCAS	25

I. Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos

9016. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** O direito a um governo honesto, eficiente e zeloso das coisas públicas tem natureza transindividual, sendo a probidade administrativa inerente à democracia. Acerca da ação de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

(A) No âmbito da ação de improbidade administrativa, não se aplica o princípio da presunção da inocência, pois, uma vez tipificado o ato de improbidade, o acusado se torna culpado.

(B) De maneira semelhante à tutela ao direito transindividual, a CF estabelece que a ação de improbidade visa, primordialmente, preservar ou recompor o patrimônio público.

(C) As sanções legais a um ato de improbidade administrativa não incluem a suspensão dos direitos políticos.

(D) A indisponibilidade de bens não constitui propriamente uma sanção, mas medida de garantia destinada a assegurar o ressarcimento ao erário.

(E) As sanções aplicáveis aos atos de improbidade possuem natureza penal, com finalidade pedagógica e intimidatória, com vistas a inibir novas infrações.

RESPOSTA (A) Art. 5º, LVII, CF. (B) Art. 9º, Lei n. 8.429/92. (C) Art. 15, V, CF. (D) Art. 7º, parágrafo único, Lei n. 8.429/92. (E) Art. 37, § 4º, CF. *Alternativa D*.

(Advogado – AGU – 2012 – CESPE) Com relação ao meio ambiente e aos interesses difusos e coletivos, julgue o item abaixo (Certo ou Errado).

9017. Apesar de a floresta amazônica, a mata atlântica, a serra do Mar, o pantanal mato-grossense e a zona costeira serem, conforme dispõe a CF, patrimônio nacional, não há determinação constitucional que converta em bens públicos os imóveis particulares situados nessas áreas.

RESPOSTA De acordo com o § 4º do art. 225, CF. Conforme o STF, "a norma inscrita no art. 225, § 4º, da Constituição deve ser interpretada de modo harmonioso com o sistema jurídico consagrado pelo ordenamento fundamental, notadamente com a cláusula que, proclamada pelo art. 5º, XXII, da Carta Política, garante e assegura o direito de propriedade em todas as suas projeções, inclusive aquela concernente à compensação financeira devida pelo Poder Público ao proprietário atingido por atos imputáveis à atividade estatal" (RE 134.297-8/SP). *Certa.*

9018. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** A respeito da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes prevista no ECA, assinale a opção correta.

(A) As demandas judiciais previstas no ECA deverão ser propostas no foro do local onde tenha ocorrido ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, sem exceções, em atenção ao princípio da proteção integral.

(B) Na hipótese de a associação autora não promover a execução da sentença condenatória no prazo de sessenta dias contados do trânsito em julgado, deverá fazê-lo o MP, facultada igual iniciativa à defensoria pública.

(C) No curso do inquérito civil, se o órgão do MP, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação cível, ele deverá requerer, em petição fundamentada dirigida ao juiz da infância e da juventude, o arquivamento do procedimento.

(D) O MP não possui legitimidade para propor ACP para obrigar plano de saúde a custear tratamento quimioterápico em centro urbano a uma única criança conveniada à empresa prestadora do serviço

de assistência médica.

(E) A proteção judicial coletiva dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes restringe-se aos direitos taxativamente previstos no ECA.

RESPOSTA De acordo com os arts. 217 e 224, ECA e art. 5º, II, Lei n. 7.347/85. *Alternativa B*.

9019. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Com relação à teoria constitucional e à tutela dos direitos difusos e coletivos, assinale a opção correta.

(A) São considerados interesses coletivos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

(B) Direitos ou interesses transindividuais não possuem titulares individuais determinados e pertencem a uma comunidade ou coletividade.

(C) O interesse público secundário é o interesse social, o da sociedade ou da coletividade, assim como a proteção ao meio ambiente.

(D) Os interesses relacionados a condôminos de um edifício excedem o âmbito estritamente individual, constituindo interesses públicos.

(E) Direitos difusos e direitos coletivos distinguem-se pela coesão como grupo, categoria ou classe anterior à lesão, própria dos direitos difusos, e não dos coletivos *stricto sensu*.

RESPOSTA De acordo com o art. 81, CDC, tem-se como interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os *transindividuais*, de natureza indivisível, de que sejam **titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato**; interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os *transindividuais*, de natureza indivisível de que seja **titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base**; e interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os **decorrentes de origem comum**. *Alternativa B*.

9020. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Acerca da tutela em juízo dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos, assinale a opção correta.

(A) O *fluid recovery* é um fundo de reparação de interesses difusos lesados destinado a reconstituir e reparar exatamente o mesmo bem lesado.

(B) Caso haja, pela associação legitimada, desistência infundada ou abandono da ACP ajuizada para a defesa de direitos coletivos, deverá o juiz extinguir o processo, sem o exame do mérito.

(C) É lícito à DP atuar como substituto processual de consumidores em demandas relacionadas a direitos individuais em sentido estrito, disponíveis ou indisponíveis.

(D) Na hipótese de tutela jurisdicional de direitos e interesses individuais homogêneos, o juízo que proferiu a sentença genérica terá competência absoluta para a liquidação e execução quando promovidas individualmente.

(E) Em sede de ACP, haverá a coisa julgada *secundum eventum litis*, por procedência ou improcedência do pedido, mesmo nos casos de exame perfunctório das provas.

RESPOSTA De acordo com o STJ, "é imperioso reiterar, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça, que a *legitimatio ad causam* da Defensoria Pública para intentar ação civil pública na defesa de interesses transindividuais de hipossuficientes é reconhecida antes mesmo do advento da Lei 11.448/07, dada a relevância social (e jurídica) do direito que se pretende tutelar e do próprio fim do ordenamento jurídico brasileiro: assegurar a dignidade da pessoa humana, entendida como núcleo central dos direitos fundamentais" (REsp 1.106.515/MG). *Alternativa C*.

9021. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** A respeito da disciplina jurídica relativa aos atos de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

(A) A Lei de Improbidade Administrativa não é aplicável a prefeito, presidente da República,

ministros de Estado, ministros do STF e ao procurador-geral da República.

(B) O agente público que prestar falsa declaração de bens estará sujeito à pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

(C) Segundo a jurisprudência do STJ, é indispensável a presença de dolo específico para a configuração de ato de improbidade por atentado aos princípios da administração pública.

(D) Prescreve em dois anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança a ação destinada a levar a efeito as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

(E) Nas ações submetidas ao rito da Lei de Improbidade Administrativa, a falta de notificação do acusado para apresentar defesa prévia constitui motivo para a decretação da nulidade absoluta do feito.

RESPOSTA De acordo com o § 3º, art. 13, Lei n. 8.429/92, será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o **agente público** que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa. *Alternativa B*.

9022. (Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE) No que concerne à defesa, em juízo, dos interesses do consumidor, assinale a opção correta.

(A) Na hipótese de não ser possível identificar o fabricante do produto, o comerciante será responsável pelos prejuízos sofridos pelo consumidor, sendo-lhe facultado denunciar à lide o fabricante.

(B) Nas ações de defesa de interesses ou direitos individuais homogêneos, se o pedido for julgado procedente, a coisa julgada será *ultra partes*, mas limitada ao grupo, categoria ou classe.

(C) Na ação cujo objeto seja o cumprimento de obrigação de fazer, sendo relevante o fundamento da demanda, estando presente o *periculum in mora* e desde que haja expressa manifestação do autor pela aplicação de multa, o juiz poderá impor *astreintes*, se compatível com a obrigação.

(D) Sendo constatada a litigância de má-fé na propositura de ação coletiva por associação que, legalmente constituída há pelo menos um ano, inclua entre seus fins institucionais a defesa do consumidor, a referida entidade e seus diretores serão condenados solidariamente ao pagamento do décuplo das custas e dos honorários advocatícios, sem prejuízo de condenação em perdas e danos.

(E) Associação legalmente constituída há pelo menos um ano e que inclua entre seus fins institucionais a defesa do consumidor poderá propor as ações coletivas de que trata o CDC, ficando dispensada do adiantamento de custas, emolumentos e honorários periciais se comprovada a sua incapacidade econômica para arcar com tais despesas.

RESPOSTA De acordo com o parágrafo único do art. 87, CDC. *Alternativa D*.

9023. (Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE) A respeito dos direitos coletivos, considerados em sentido amplo, assinale a opção correta.

(A) Os direitos transindividuais e metaindividuais, direitos coletivos em sentido amplo, abrangem os direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e o individual indisponível.

(B) Os bens que integram o patrimônio financeiro do Estado inserem-se no âmbito do interesse público primário.

(C) A lei confere exclusividade ao MP na defesa judicial do interesse público primário.

(D) O interesse público secundário é protegido pelos denominados direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, pertencentes à sociedade.

(E) Em regra, o MP tem legitimidade para a defesa dos interesses público e particular.

RESPOSTA A doutrina destaca que dentro dos direitos e interesses coletivos em "sentido amplo" (*lato sensu*) – transindividuais, metaindividuais ou supraindividuais –, que constituem gênero, estão as espécies direitos difusos, coletivos *stricto sensu*, individuais homogêneos e individual indisponível. *Alternativa A*.

9024. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Com relação aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, assinale a opção correta.

(A) Os direitos individuais homogêneos são indivisíveis, embora seus titulares sejam determinados.

(B) Os titulares dos direitos difusos podem ser individualmente determinados.

(C) Tanto os interesses difusos quanto os direitos coletivos são de natureza indivisível.

(D) Os direitos coletivos correspondem aos direitos metaindividuais, cujos titulares são pessoas indeterminadas.

(E) É vedada a investigação de afronta a direitos individuais homogêneos por meio de inquérito civil.

RESPOSTA De acordo com o parágrafo único do art. 81, CDC, respectivamente, incisos I e II. *Alternativa C*.

9025. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** No que se refere à defesa das pessoas portadoras de deficiência, à proteção ao patrimônio cultural e à ordem urbanística, assinale a opção correta.

(A) O conceito de ordem urbanística, reconhecida como direito coletivo em sentido amplo, abrange o direito à terra urbana, a moradia e a saneamento ambiental, mas não a transporte e prestação de serviços públicos.

(B) Não podem ser objetos de ação judicial de natureza coletiva a reparação do dano nem a determinação do cumprimento da lei em caso de violação ao direito do portador de deficiência de ter assento preferencial em qualquer meio de transporte coletivo.

(C) O direito urbanístico é difuso, ainda que se trate de dano que atinja apenas alguns bairros.

(D) Segundo a jurisprudência, é obrigatória a intervenção do MP como *custos legis* na ação judicial que tenha por objeto a defesa do interesse de deficiente físico cuja nomeação em concurso público tenha sido negada.

(E) Como o valor cultural do bem é anterior ao seu tombamento, é cabível a proposição de ACP para responsabilizar o particular pela conservação do patrimônio, independentemente de qualquer ato do poder público que estabeleça a necessidade de sua proteção.

RESPOSTA De acordo com o STJ, "nas causas que tratam da negativa de nomeação de portador de deficiência física com fundamento na ausência de capacitação física indispensável ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido, que envolvem exame de ofensa a direito individual indisponível de deficiente físico a ingressar no serviço público, é obrigatória a intervenção do *Parquet*" (AgRg no REsp 565.084/DF). *Alternativa D*.

9026. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** Acerca da tutela dos direitos difusos e coletivos, assinale a opção correta.

(A) Mesmo que a defesa coletiva de direitos individuais homogêneos não represente relevante interesse social, o MP poderá promovê-la, em razão de expressa disposição legal.

(B) A existência, na CF, de um capítulo próprio para os direitos coletivos evidencia uma categoria especial dos direitos fundamentais.

(C) Os direitos sociais, como a liberdade de associação profissional e sindical, são caracterizados como direitos coletivos.

(D) O MP possui disponibilidade sobre o conteúdo material da ação civil pública, bem como disponibilidade sobre a própria ação.

(E) Os direitos individuais homogêneos decorrem de origens distintas, ou seja, derivam de relações jurídicas diversas, mas podem ser tutelados por ações coletivas.

RESPOSTA Os direitos sociais previstos a partir do art. 6º (capítulo II dos direitos e garantias fundamentais), incluindo aqueles dos trabalhadores, *vide* art. 7º, CF, e à liberdade de associação profissional ou sindical (art. 8º) são considerados direitos coletivos. *Alternativa C*.

II. Direito do Idoso

9027. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** Com base no Estatuto do Idoso, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o princípio da conveniência estatal, o poder público não está obrigado a adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados aos idosos.

(B) Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

(C) A lei não estabelece idade mínima para que o idoso que não possua meios para prover sua subsistência receba o benefício mensal de um salário mínimo.

(D) Será determinado ao idoso, mesmo que este esteja no domínio de suas faculdades mentais, o tratamento de saúde que melhor convier ao Estado.

(E) Em caso de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra idoso, os profissionais de saúde são obrigados a comunicar o fato à DP.

RESPOSTA De acordo com o art. 27 do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003). *Alternativa B*.

9028. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** Ainda com base no disposto no Estatuto do Idoso, assinale a opção correta.

(A) O idoso não goza de prioridade, em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, para a aquisição de imóvel para sua moradia.

(B) No sistema de transporte coletivo, é garantida ao idoso a disponibilização de assentos, devidamente identificados, mas não a prioridade no embarque.

(C) Se cumprirem efetivamente a sua finalidade, as entidades de atendimento ao idoso não são obrigadas a estar regularmente constituídas.

(D) Caso entidade de atendimento cometa infração que coloque em risco os direitos assegurados aos idosos, o fato deverá ser comunicado à DP, para providências cabíveis.

(E) Sob pena de interdição, toda instituição dedicada ao atendimento ao idoso é obrigada a manter identificação externa visível.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 10.741/2003. (A) Art. 38. (B) Art. 42. (C) Art. 48. (D) Art. 55, § 3º. (E) De acordo com o § 2º do art. 37. *Alternativa E*.

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) Com relação ao Estatuto do Idoso, julgue o item a seguir (Certo ou Errado) [adaptada].

9029. Como a capacidade testamentária é mensurada no momento da redação do testamento, o testamento de pessoa idosa só é válido se redigido antes que ela atinja sessenta anos de idade.

RESPOSTA Não há tal limitação legal, visto que o art. 1.860, CC, dispõe que, além dos incapazes, não podem testar os que, no ato de fazê-lo, não tiverem pleno discernimento, podendo testar os maiores de dezesseis anos. *Errada*.

9030. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** No que se refere à tutela de pessoas idosas pelo

MP, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência pertinente ao tema.

(A) O MP tem legitimidade para propor ACP cuja finalidade seja obter provimento jurisdicional que assegure internação hospitalar a pessoa idosa acometida de grave doença.

(B) A ACP não figura entre os instrumentos aptos para a defesa de direitos dos idosos pelo MP.

(C) O MP não tem legitimidade para propor ação judicial destinada a garantir o fornecimento de medicação para suprir a necessidade de idoso carente.

(D) A intervenção do MP em ação que envolva o benefício previdenciário do idoso é obrigatória.

(E) O fato de pessoa idosa figurar na demanda torna imprescindível a oitiva do *parquet*.

RESPOSTA De acordo com o inciso I do art. 74, Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003), compete ao Ministério Público instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso. *Alternativa A*.

(DPE-BA – 2010 – CESPE) Em relação ao Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003), julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

9031. Aos crimes previstos nesse estatuto e cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse quatro anos aplica-se o procedimento previsto na Lei n. 9.099/1995 e, subsidiariamente, no que couber, aplicam-se as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

RESPOSTA Segundo o art. 94 do Estatuto, aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei n. 9.099/95 e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do CP e do CPP. No entanto, no julgamento pelo STF da **ADI 3.096-5**, decidiu-se que o "art. 94 da Lei n. 10.741/2003: interpretação conforme à Constituição do Brasil, com redução de texto, para suprimir a expressão 'do Código Penal e'. Aplicação apenas do procedimento sumaríssimo previsto na Lei n. 9.099/95: benefício do idoso com a celeridade processual. Impossibilidade de aplicação de quaisquer medidas despenalizadoras e de interpretação benéfica ao autor do crime. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente para dar interpretação conforme à Constituição do Brasil, com redução de texto, ao art. 94 da Lei n. 10.741/2003". *Errada*.

9032. As transações relativas a alimentos em favor do idoso poderão ser celebradas perante o promotor de justiça ou defensor público, que as referendarão, passando elas a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.

RESPOSTA É a transcrição do art. 13, Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003). Atente-se a que o mesmo assunto foi objeto na prova para DPE do Amazonas. *Certa.*

9033. O Estatuto do Idoso garante aos maiores de 65 anos de idade a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos; no entanto, tal norma foi declarada inconstitucional pelo STF, na medida em que foi criada despesa para as empresas de transporte, sem previsão da devida compensação financeira, o que traria prejuízos graves às concessionárias, a ponto de representar risco ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão entre a administração e os concessionários.

RESPOSTA No mesmo julgamento pelo STF da **ADI 3.096-5**, decidiu-se constitucional o **art. 39**, Lei n. 10.741/2003, que trata do assunto abordado na afirmativa e, portanto, julgou-se pelo não conhecimento da ação direta de inconstitucionalidade nessa parte. *Errada.*

9034. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência ao Estatuto do Idoso e ao que ele dispõe.

(A) Entre os direitos reconhecidos legalmente ao idoso no domínio de suas faculdades mentais inclui-se o de ele optar pelo tratamento de saúde que julgar mais favorável.

(B) Apesar de exercer uma função protetiva em relação ao idoso, o referido estatuto não define um sistema claro de defesa dos interesses da pessoa idosa na condição de pessoa humana.

(C) Todos os direitos reconhecidos ao idoso, incluída a gratuidade nos transportes coletivos urbanos e semiurbanos, aplicam-se aos indivíduos que alcancem sessenta anos de idade ou mais.

(D) No tocante à defesa dos direitos dos idosos em juízo, guardam competência subsidiária em relação ao MP e à OAB a União, os estados, o DF e os municípios.

(E) Associações particulares podem figurar em juízo na defesa dos interesses dos idosos, desde que autorizadas por assembleia convocada para tal finalidade.

RESPOSTA De acordo com o art. 17, Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003), ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável. *Alternativa A*.

III. Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos

9035. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** No que concerne à ACP, assinale a opção correta.

(A) Se o MP atuar como parte na ACP, será dispensável a sua intimação para oficiar como fiscal da lei no processo.

(B) A antecipação de tutela, na ACP, não pode ser deferida sem a prévia justificação ou manifestação da outra parte.

(C) Constitui procedimento da ACP a realização de audiência de conciliação.

(D) Qualquer pessoa que causar dano ou impedir o exercício de direitos difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos poderá figurar no polo passivo da ACP.

(E) A ACP constitui instrumento adequado para deduzir pretensão de índole tributária.

RESPOSTA A doutrina a respeito do tema entende que, como a LACP (Lei n. 7.347/85) não trata da legitimidade passiva para a ação civil pública, não haveria restrição nesse sentido. Podem ocupar o polo passivo quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, que ofendam os bens jurídicos tutelados pela LACP. *Alternativa D*.

9036. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** No que se refere à defesa do consumidor em juízo, à coisa julgada e ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), assinale a opção correta.

(A) Para a defesa dos direitos e interesses protegidos pelo CDC, são admissíveis ações de conhecimento, de execução e cautelares, e, para a facilitação do acesso do consumidor à justiça, é fixada, entre outras disposições, a competência pelo domicílio do consumidor.

(B) O CDC institui a legitimação concorrente e complexa para o ajuizamento de ação coletiva para tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor, estando, entre os legalmente legitimados para tal, o PROCON.

(C) O ajuizamento de ação coletiva impede e prejudica a propositura de ações individuais para a obtenção de indenização.

(D) Com a finalidade de viabilizar a Política Nacional de Relações de Consumo, o CDC criou o SNDC, composto pelos órgãos federais, estaduais, do DF e municipais, bem como por entidades privadas de defesa do consumidor, desde que sem fins lucrativos.

(E) No CDC, há vedação expressa a que diversos PROCONs atuem no mesmo fato decorrente de infrações das normas de defesa do consumidor.

RESPOSTA (A) Art. 83, CDC. (B) Art. 82, CDC. (C) Art. 103, § 1º, CDC. (D) Art. 105, CDC. (E) Art. 82, III, CDC. *Alternativa A*.

9037. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** A respeito das ações civis públicas, destinadas a tutelar direitos e interesses transindividuais, assinale a opção correta.

(A) Para ensejar a defesa coletiva, não é necessária qualquer homogeneidade nos direitos subjetivos individuais a serem defendidos.
(B) A ação civil pública, não prevista na CF, é garantida em preceito normativo infralegal.
(C) As associações de classe e as entidades sindicais podem apenas extrajudicialmente promover a defesa dos direitos e interesses dos respectivos associados e filiados.
(D) A titularidade na ação civil pública é subjetivamente indeterminada, sendo o MP e as pessoas jurídicas de direito público os únicos legitimados como substituto processual, nesse caso.
(E) Quando, em uma ação civil pública, for proferido juízo de improcedência por falta de provas, qualquer dos legitimados ativos poderá renovar a ação, com base em novos elementos probatórios.

RESPOSTA (A) Ao contrário, é necessária a homogeneidade. (B) Art. 129, III, CF. (C) Art. 5º, XXI, CF. (D) Art. 5º, IV e V, Lei n. 7.347/85. (E) Art. 16, Lei n. 7.347/85. *Alternativa E*.

9038. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da tutela em juízo dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos.

(A) A multa indenizatória decorrente da violação a direitos difusos e coletivos do trabalho deve ser revertida ao Fundo de Reparação dos Bens Lesados, enquanto a penalidade decorrente do efeito da violação a direitos individuais indisponíveis deve ser revertida em favor dos próprios lesados.
(B) A ACP que vise à proteção de direitos difusos e coletivos induz litispendência para as ações individuais.
(C) Se a associação autora da ACP formular pedido de desistência, o *parquet* poderá assumir a legitimidade ativa extraordinária da ação.
(D) Em ACP cujo objeto seja direito difuso, coletivo, individual homogêneo ou individual indisponível, os efeitos da coisa julgada material são *erga omnes* e *ultra partes*.
(E) Segundo entendimento do STJ, o interesse patrimonial da fazenda pública identifica-se, por si só, com o interesse público a que se refere a lei quando dispõe sobre a intervenção do MP.

RESPOSTA De acordo com o § 3º do art. 5º, LACP, em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa. Em outros casos, o MP não tem obrigação de assumir a legitimação extraordinária. *Alternativa C.*

9039. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Acerca da proteção ao meio ambiente, assinale a opção correta.

(A) O pagamento, pelo poluidor, de indenização destinada a reparar dano ambiental condiciona-se à comprovação de dolo ou culpa em sentido estrito.
(B) Não é admitida a intervenção do MPF em demanda na qual se discuta a nulidade de auto de infração ambiental, já que a questão se limita ao interesse patrimonial no crédito gerado.
(C) É obrigatória a intervenção do MP nas ações de desapropriação de qualquer espécie.
(D) É de competência da justiça federal o julgamento da ACP ajuizada pelo MPF, ainda que o objeto da ação seja dano ambiental.
(E) Em matéria de meio ambiente, vigora o princípio da precaução, segundo o qual todo aquele que poluir tem o dever de reparar o dano causado.

RESPOSTA De acordo com o STJ, "a Ação Civil Pública proposta pelo MPF, ainda que relativa a dano ambiental, é de competência da Justiça Federal por força do art. 109, I e § 3º da CF, que se configura competência absoluta determinada em

razão da pessoa. Inteligência dos arts. 109, I e § 3º da CF e art. 2º da Lei n. 7.347/85. Precedentes" (REsp 994.166/RS). *Alternativa D*.

9040. (Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE) A respeito da atuação do MP em matéria de improbidade administrativa, assinale a opção correta com base na jurisprudência.

(A) É absolutamente vedada a condenação do MP ao pagamento de honorários advocatícios em ACP.
(B) Não se admite que o MP utilize a denominada prova emprestada em ACP cujo objeto seja ato de improbidade administrativa.
(C) É imprescritível a ACP que tenha por objeto o ressarcimento de danos causados ao erário por atos de improbidade administrativa.
(D) O critério para fixar a competência para a ACP por ato de improbidade administrativa proposta pelo MP é o do domicílio do réu, e não o do local do dano.
(E) O MP não pode instaurar inquérito civil contra magistrado, com o fim de apurar a prática de ato de improbidade a este atribuída.

RESPOSTA De acordo com o STJ, "é imprescritível a ação civil pública de ressarcimento de danos causados ao erário por atos de improbidade administrativa (art. 37, § 5º, da CF). Precedentes" (AgRg no AREsp 76.985/MS). *Alternativa C*.

9041. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) Se o prefeito de um município desviar, para fins particulares, verba pública federal incorporada ao patrimônio da municipalidade, o MP poderá pleitear a condenação do prefeito pelo referido ilícito administrativo. Nesse caso, para encaminhar seu pleito, o MP deverá ajuizar

(A) ACP por improbidade administrativa na justiça federal.
(B) mandado de segurança na justiça estadual de primeiro grau.
(C) mandado de segurança no respectivo tribunal de justiça estadual.
(D) ação popular na justiça estadual de primeiro grau.
(E) ACP por improbidade administrativa na justiça estadual.

RESPOSTA De acordo com a Súmula 209, STJ, compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal. *Alternativa E*.

9042. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) Com referência a ação popular, mandado de segurança, ACP e ação por improbidade administrativa, assinale a opção correta.

(A) O litisconsórcio passivo necessário é incompatível com o mandado de segurança.
(B) Na ACP por improbidade administrativa, o juiz pode impor ao réu pena diversa da postulada pelo MP.
(C) O MP não tem legitimidade para propor ACP em defesa do patrimônio público.
(D) A ação popular pode ser ajuizada por pessoa jurídica.
(E) Para a impetração do mandado de segurança coletivo é imprescindível que a pretensão veiculada interesse a toda a categoria representada.

RESPOSTA (A) Súmula 631, STF (compatível). (B) De acordo com o STJ, "é possível condenar os agentes ímprobos em pena diversa das pleiteadas pelo *parquet*. Compreensão dos princípios do Direito Romano *jura novit curia* e *da mihi factum dabo tibi ius*, em que as leis são do conhecimento do juiz, bastando que as partes lhe apresentem os fatos" (REsp 1.134.461/SP). (C) Art. 5º, I, Lei n. 7.347/85 (tem legitimidade). (D) Súmula 365, STF (não pode). (E) Súmula 630, STF (apenas a uma parte). *Alternativa B*.

9043. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da ACP.

(A) A justiça estadual é competente para processar e julgar ACP por danos causados ao patrimônio público, nas comarcas que não sejam sede de vara da justiça federal, ainda que a União seja parte no processo, conforme vigente súmula do STJ.

(B) Os valores pagos pelo réu de ACP, como forma de indenização por danos, serão revertidos a um fundo gerido por um conselho federal ou por conselhos estaduais de que participarão necessariamente o MP e representantes da comunidade, e os recursos se destinarão à reconstituição dos bens lesados.

(C) Segundo o STJ, o inquérito civil, como peça informativa, não é suficiente para embasar a propositura de ACP contra deputado federal, sendo necessária, nesse caso, a abertura de procedimento administrativo prévio.

(D) Possuem legitimidade ativa para a ACP a DP, o MP, a União, os estados, o DF, os municípios, as entidades do terceiro setor, as autarquias, as empresas públicas, as fundações e as sociedades de economia mista.

(E) Compete ao MP pleitear, em ACP, indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, em benefício do segurado.

RESPOSTA De acordo com o art. 13, Lei n. 7.347/85, havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados. *Alternativa B*.

(DPE-BA – 2010 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, acerca dos interesses coletivos e difusos bem como acerca da legitimidade para a proposição da ACP (Certo ou Errado).

9044. Considere que determinado estado da Federação firme acordo com as empresas ali localizadas, visando à instituição de um regime especial de apuração e cobrança do ICMS, que implique redução fiscal a determinada empresa, bem como diminuição na arrecadação estadual. Nessa situação, conforme entendimento do STF, o MP não tem legitimidade para impugnar, via ACP, esse acordo.

RESPOSTA Segundo entendimento do STF, "o *Parquet* **tem legitimidade** para propor ação civil pública com o objetivo de anular Termo de Acordo de Regime Especial – TARE, em face da legitimação *ad causam* que o texto constitucional lhe confere para defender o erário. Não se aplica à hipótese o parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 7.347/1985" (RE 576.155/DF). *Errada*.

9045. Suponha que Pedro, vítima de alcoolismo, recorra ao MP estadual para requerer internação compulsória para tratamento de saúde. Nesse caso, conforme entendimento do STF, existindo DP estadual devidamente organizada e em funcionamento, o MP estadual não terá legitimidade ativa para ajuizar medida com tal finalidade.

RESPOSTA Segundo entendimento do STF, "A teor do disposto no artigo 134 da Constituição Federal, **cabe à Defensoria Pública**, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a orientação e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do artigo 5º, LXXIV, da Carta, estando *restrita* a atuação do Ministério Público, no campo dos interesses sociais e individuais, àqueles indisponíveis (parte final do artigo 127 da Constituição Federal)" (RE 135.328/SP). *Certa*.

(DPE-BA – 2010 – CESPE) A respeito da ACP, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

9046. Suponha que a DP ajuíze ACP para proteger os direitos de portadores de deficiência física, e que o juiz de primeiro grau julgue improcedente o pedido. Nesse caso, a sentença fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

RESPOSTA De acordo com § 1º do art. 4º, Lei n. 7.853/89, que instituiu a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência, a sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao

duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal. *Certa*.

9047. A inversão do ônus da prova, conforme a lei que rege a ACP, pode ser feita a critério do juiz.

RESPOSTA A lei que rege a ação civil pública (Lei n. 7.347/85) não prevê tal hipótese e, em caso de omissão, aplica-se o CPC (art. 19, Lei n. 7.347/85), observadas as regras do art. 333. *Errada*.

9048. **(DPE-PI – 2009 – CESPE)** Com relação ao mandado de segurança e ao mandado de injunção coletivo, assinale a opção correta.

(A) Se um partido político ajuizar mandado de segurança coletivo, esta ação induzirá litispendência caso algum cidadão ajuíze individualmente uma ação sobre o mesmo fato.

(B) Para que uma entidade de classe possa ajuizar mandado de segurança coletivo, a pretensão veiculada deve ser de interesse da totalidade da respectiva categoria.

(C) O entendimento atual do STF é de que é cabível liminar em mandado de injunção.

(D) Quando um mandado de segurança coletivo é ajuizado contra pessoa jurídica de direito público, a autoridade judiciária pode conceder liminarmente a segurança sem ouvir a parte contrária.

(E) Segundo o STF, entidade de direito privado é parte passiva ilegítima em mandado de injunção.

RESPOSTA Já decidiu o STF que "a *entidade de direito privado* que será futuramente obrigada ao cumprimento da norma regulamentadora a ser elaborada, por sua vez, também é parte **passiva ilegítima** no mandado de injunção" (AgRgMI 561-2/RJ). *Alternativa E*.

(DPE-BA – 2010 – CESPE) No que concerne à proteção dos interesses individuais, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

9049. O defensor público pode referendar transações relativas a alimentos, as quais passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial.

RESPOSTA Segundo o inciso II do art. 585, CPC, são títulos executivos extrajudiciais, dentre outros, instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores. *Certa*.

9050. De acordo com a jurisprudência do STF, o MP tem legitimidade para promover ACP fundada na ilegalidade de reajuste de mensalidade escolar.

RESPOSTA Segundo o STF, "ação civil pública: legitimidade ativa do Ministério Público. Majoração abusiva ou ilegal de mensalidades escolares. Precedente" (AI 722.896 AgR/MG). *Certa.*

9051. **(Juiz – TRF-3 – 2011 – CESPE)** Considerando a efetivação da proteção normativa ao ambiente e o papel do MP na jurisdição civil coletiva, assinale a opção correta.

(A) A celebração de termo de compromisso de reparação do dano ambiental com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por atividades causadoras de degradação ambiental somente pode ser feita em juízo.

(B) Da sentença que concluir pela carência ou improcedência da ação popular ambiental cabe recurso, que, entretanto, é restrito ao autor da inicial ou ao MP.

(C) Tanto na ação popular ambiental como na ação civil pública ambiental, o MP atua na condição de típico substituto processual.

(D) Na ação civil pública em defesa do ambiente e cujo objeto seja o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz poderá determinar que o executado cumpra a prestação da atividade devida ou cesse a atividade nociva, e, ainda, cominar multa diária, desde que haja requerimento do

autor.

(E) Aplica-se às ações coletivas ambientais, no que for cabível, o sistema processual do CDC.

RESPOSTA De acordo com o art. 21, Lei n. 7.347/85. *Alternativa E*.

9052. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** O sistema de proteção dos interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos integra um conjunto de leis, entre as quais se destacam o CDC (Lei n. 8.078/1990), a lei que dispõe sobre a ação popular (Lei n. 4.717/1965) e a que dispõe sobre a ação civil pública (Lei n. 7.347/1985). Considerando essas normas e o entendimento do STJ, assinale a opção correta.

(A) É prescindível analisar a natureza do interesse ou direito individual homogêneo – disponível ou indisponível – para estear a legitimação extraordinária do MP no ajuizamento da ação civil pública.

(B) Por aplicação analógica de norma prevista na Lei da Ação Popular, as sentenças de improcedência de ação civil pública sujeitam-se indistintamente ao reexame necessário.

(C) A ação de liquidação e execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva não pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário.

(D) A ausência de intimação do MP em ação civil pública para funcionar como fiscal da lei acarreta nulidade processual insanável, em razão do prejuízo presumido.

(E) É vedada a inversão do ônus da prova nas ações civis públicas ajuizadas pelo MP porque o *parquet* não pode ser considerado ente hipossuficiente.

RESPOSTA De acordo com o STJ, “por aplicação **analógica** da primeira parte do art. 19 da Lei n. 4.717/65, as sentenças de improcedência de ação civil pública sujeitam-se indistintamente ao reexame necessário” (REsp 1.108.542/SC). *Alternativa B*.

9053. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Defensor público de determinada comarca do interior do estado do Espírito Santo atendeu dez pessoas que se queixavam de que uma loja local de venda de celulares se negava a prestar assistência pós-venda aos consumidores sob a alegação de que somente os fabricantes dos celulares seriam responsáveis por conserto ou troca dos aparelhos. O defensor público, então, consultou, via ofício, a referida loja, tendo constatado, com isso, a veracidade dos fatos mencionados pelos consumidores. Além disso, constatou que a loja atuava dessa forma com todos os clientes. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta relativa às normas de defesa do consumidor, em juízo.

(A) O defensor público poderá, a seu critério, ajuizar ações individuais ou ação coletiva.

(B) O defensor público deve, antes de ajuizar qualquer demanda, instaurar inquérito civil público, a fim de investigar os fatos narrados pelos consumidores por ele atendidos.

(C) Nesse caso, a atuação do defensor público deve restringir-se a ajuizar ação individual para cada consumidor.

(D) O defensor público deve remeter ao MP local cópia das ações individuais que ajuizar, para que o promotor de justiça ajuíze a ação coletiva pertinente.

(E) Como se trata de interesse difuso, não cabe à defensoria pública atuar nesse caso.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 7.347/85, entre outros, tem legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar – referente à ACP – a Defensoria Pública (art. 5º, II). Ademais, de acordo com o STJ, “a Defensoria Pública tem legitimidade ativa *ad causam* para propor ação civil pública com o objetivo de defender interesses individuais homogêneos de consumidores lesados em virtude de relações firmadas com as instituições financeiras” (AgRg no REsp 1.000.421/SC). *Alternativa A*.

9054. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** A Associação de Compradores de Imóveis Urbanos do Estado do Espírito Santo (ACIUES) ajuizou ACP contra a maior construtora de prédios residenciais do

estado, alegando que o contrato de adesão de compra e venda de unidades imobiliárias usado como modelo pela empresa feria vários direitos básicos dos consumidores. Na ação, a ACIUES requereu a declaração da nulidade das cláusulas abusivas e a condenação da empresa ao pagamento de danos morais coletivos. O juiz de direito competente, ao analisar a inicial, constatou que o estatuto da ACIUES prevê, entre os seus fins institucionais, a defesa do comprador de imóveis e verificou que a associação havia sido legalmente constituída seis meses antes da propositura da ação. Não foi juntada autorização de assembleia da associação para a propositura da ACP.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto no CDC, o magistrado deve

(A) receber prontamente a inicial, intimar o MP para atuar como fiscal da lei e a defensoria pública para ajuizar as ações individuais pertinentes.
(B) extinguir o processo sem exame do mérito dada a ausência do requisito de constituição da associação por, pelo menos, um ano antes da propositura da ação, e condenar a autora ao pagamento das custas processuais.
(C) abrir prazo para que a autora demonstre manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
(D) extinguir o processo sem exame do mérito em face da ausência de autorização da assembleia para propositura da ação, sem, contudo, condenar a autora ao pagamento das custas processuais.
(E) abrir prazo para a autora emendar a exordial, a fim de retirar o pedido de danos morais coletivos, haja vista o fato de que esse pedido somente pode ser feito pelo MP.

RESPOSTA De acordo com o CDC, as **associações legalmente constituídas há pelo menos um ano** e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear, são legitimadas concorrentemente a fazer defesa coletiva (art. 82, IV). No entanto, o requisito da pré-constituição pode ser dispensado pelo juiz – como no presente caso – quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido (art. 82, § 1º). *Alternativa C*.

9055. (Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE) Com relação à ACP para a defesa de direitos coletivos em sentido amplo, assinale a opção correta.

(A) De acordo com a concepção tripartite estabelecida legalmente para a caracterização dos interesses e direitos coletivos, os critérios identificadores desses interesses e direitos residem no pedido e na causa de pedir.
(B) O arquivamento de inquérito civil induz os efeitos da preclusão e de coisa julgada e impede a propositura de ACP.
(C) A legitimidade para a propositura da ACP é concorrente e disjuntiva, todavia, verificando-se pertinência temática do objeto litigioso aos fins institucionais de mais de um ente legitimado, forma-se litisconsórcio ativo necessário.
(D) Na ACP, admite-se a dedução de pedido reconvencional pelo réu.
(E) A ACP segue procedimento especial definido na Lei de Ação Civil Pública. Entretanto, se existir, para o pedido, procedimento especial definido no CPC, prevalecem as disposições da legislação processual civil, por expressa previsão legal.

RESPOSTA De acordo com o art. 81, CDC, encontram-se tipificados de forma tripartite: direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Tal concepção tripartite está no pedido e causa de pedir de acordo com a doutrina. *Alternativa A*.

IV. Direito Sanitário

9056. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) O SUS é o sistema responsável pela

implementação da política pública de saúde no Brasil, que visa cumprir o preceito constitucional de direito à saúde. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

(A) O princípio da hierarquização constitui-se na prestação do serviço por divisões territoriais que abarquem todo o território nacional.

(B) Se o órgão de fiscalização sanitária autorizar a comercialização de medicamento que contrarie norma técnica ou científica, a responsabilidade pela comercialização desse medicamento recairá exclusivamente sobre o fornecedor.

(C) A lei prevê que seja criado fundo de saúde na esfera federal, razão por que os governos estaduais e municipais dispensados de fazê-lo, já que recebem verbas do governo federal.

(D) A aplicação dos princípios da integralidade, da gratuidade e da regionalização visa assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.

(E) A descentralização, o atendimento integral e a participação da comunidade representam requisitos essenciais à formação do SUS.

RESPOSTA De acordo com os princípios previstos no art. 7º, Lei n. 8.080/90. *Alternativa D*.

9057. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Acerca da política de saúde mental no Brasil, assinale a opção correta.

(A) A legislação prevê a internação de pessoas portadoras de transtorno mental, resguardado o direito de sua livre vontade ou a de seu representante legal, sendo prescindível, nesse caso, laudo médico circunstanciado.

(B) Como estratégia para se proceder à reforma psiquiátrica no Brasil, criaram-se os centros de atenção psicossocial, concebidos como extensão do modelo de internações em hospitais psiquiátricos, para o acolhimento dos pacientes com transtornos mentais.

(C) Dada a dimensão da saúde mental no mundo e no Brasil, as ações de saúde mental devem ser concebidas em âmbito federal, de forma centralizada, cabendo aos municípios complementar a gestão da política de saúde mental no país.

(D) O modelo de atendimento psiquiátrico adotado no Brasil privilegia a assistência centrada no atendimento hospitalar.

(E) O Poder Judiciário reconhece, em suas decisões jurisprudenciais, o caráter fundamental dos direitos sociais, bem como a dimensão coletiva e a concretização do direito à saúde mediante políticas públicas, mas admite a possibilidade de sua efetivação pelo próprio Poder Judiciário em demandas específicas.

RESPOSTA De acordo com a posição do STF (Rel. Min. Gilmar Mendes na STA 175 AgR/CE), correta a *Alternativa E*.

9058. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Com relação ao direito sanitário, assinale a opção correta.

(A) O dever do Estado de assegurar a saúde por meio da formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos afasta a responsabilidade das empresas e das pessoas de garantir o direito à saúde.

(B) O direito sanitário não interage com o direito ambiental: enquanto aquele está relacionado com o direito à saúde, este está voltado à proteção do meio ambiente natural e cultural.

(C) Cuidar da saúde constitui competência material comum entre União, estados, DF e municípios.

(D) O direito à saúde caracteriza-se como direito fundamental difuso, coletivo e de terceira geração.

(E) O direito sanitário insere-se no âmbito do direito administrativo, dada a utilização da organização

e das estruturas administrativas do Estado na promoção da saúde.

RESPOSTA De acordo com o inciso II do art. 23, CF. *Alternativa C*.

9059. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Com base na Lei Complementar n. 141/2012, que regulamenta o § 3º do artigo 198 da CF, assinale a opção correta.

(A) Para a transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, destinados a atender despesas com ações e serviços de saúde, é necessária a celebração de convênios ou acordos jurídicos entre o estado pleiteante e a União.

(B) Não cabe à auditoria do SUS fiscalizar o cumprimento, pelo ente federativo, das metas para a saúde estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, competência exclusiva do Poder Executivo estadual.

(C) Para fins de apuração dos recursos mínimos a serem aplicados anualmente pela União, estados, DF e municípios em ações e serviços públicos de saúde, considera-se como despesas com ações e serviços públicos de saúde o pagamento de pensões e aposentadorias, desde que relativas aos servidores da saúde.

(D) Integra a base de cálculo dos percentuais a serem aplicados pelos estados em ações e serviços públicos de saúde, o percentual mínimo de 15% referente, exclusivamente, ao produto da arrecadação indireta de impostos recebidos das grandes empresas.

(E) A transferência de recursos dos estados para os municípios deve ser realizada a partir de um rateio que obedeça à necessidade de saúde da população de cada região, considerados aspectos epidemiológicos, demográficos, socioeconômicos, espaciais, bem como a capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde, de modo a se reduzirem as diferenças regionais.

RESPOSTA De acordo com o art. 19, LC n. 141/2012. *Alternativa E*.

9060. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** Com relação ao SUS, assinale a opção correta.

(A) Entre as fontes de financiamento do SUS incluem-se, de acordo com a CF, os recursos de empresas ou capitais estrangeiros de qualquer natureza.

(B) Conforme disposição constitucional, compete exclusivamente ao MP a defesa do direito à saúde por meio de ações civis públicas.

(C) O Conselho de Saúde, órgão colegiado composto por representantes de diversos segmentos da sociedade, reúne-se, a cada quatro anos, para formular a política nacional de saúde.

(D) A rede de ações e serviços públicos no Brasil está organizada para fornecer atendimento integral, com ênfase nos serviços assistenciais.

(E) Constitui competência, em caráter complementar, da direção estadual do SUS a execução de ações e serviços de saúde do trabalhador.

RESPOSTA De acordo com o inciso IV do art. 17, Lei n. 8.080/90. *Alternativa E*.

FCC

I. Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos

9061. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** Um mesmo fato pode trazer consequências para diferentes direitos difusos, coletivos e/ou individuais. Partindo dessa premissa, a alternativa que NÃO relaciona uma consequência a direito difuso é:

(A) Acidente em usina de energia nuclear, que causa a contaminação da nascente de um rio.
(B) Veiculação de publicidade abusiva que incite a discriminação racial.
(C) Fechamento de hospital público sem a instalação ou existência prévia de outra unidade de saúde na mesma região.
(D) Diminuição do horário letivo das escolas de ensino fundamental de um município de 6 para 2 horas, durante o restante do ano de 2012.
(E) Suspensão por tempo indeterminado e sem justificação de todas as linhas de ônibus que ligam determinado bairro ao centro da cidade.

RESPOSTA De acordo com a doutrina, os interesses ou direitos difusos são “os interesses ou direitos objetivamente indivisíveis, cujos titulares são pessoas indeterminadas ou indetermináveis, ligadas entre si por circunstâncias de fato” (LENZA, *Direito constitucional esquematizado*, p. 24), requisitos que faltam na *alternativa D*.

9062. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Em relação à defesa do patrimônio cultural, histórico e artístico nacional, é INCORRETO afirmar:

(A) o patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
(B) incluem-se no patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira que tenham sido importadas por empresas do exterior expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.
(C) os bens móveis e imóveis que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional só serão considerados parte integrante de tal patrimônio, depois de executado seu tombamento.
(D) equiparam-se aos bens que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional, sendo sujeitos a tombamento, os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.
(E) excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais.

RESPOSTA De acordo com o Decreto-lei n. 25/37, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua **vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil**, quer por seu **excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico** (art. 1º). Equiparam-se aos bens a que se refere o art. 1º e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (art. 1º, § 2º). Por outro lado, excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira, dentre outras, que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país (art. 3º, item 2). *Alternativa B.*

9063. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Direitos ou interesses difusos e coletivos.

(A) São direitos transindividuais aqueles que dizem respeito ao trânsito ou tráfego jurídico, especialmente nas relações comerciais.
(B) É regra geral, no Código de Processo Civil, a possibilidade de legitimação extraordinária.
(C) São direitos em que a titularidade, na maior parte das vezes, é determinada ou determinável e defendidos por legitimação ordinária.
(D) É espécie de tal direito ou interesse aquele em que seus titulares integram um grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou à parte contrária por uma relação jurídica base.

(E) São aqueles transindividuais de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas determinadas ou determináveis e ligadas por circunstância de fato ou de direito.

RESPOSTA De acordo com o inciso II do parágrafo único do art. 81, CDC, *interesses ou direitos coletivos*, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que **seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base**. Ocorre que o enunciado trata também de *direitos difusos*, que não é sinônimo da "espécie" *direitos coletivos "stricto sensu*" prevista no texto legal supracitado. Os *difusos* estão no inciso I do art. 81, CDC. Essa questão não foi anulada e o gabarito foi mantido. *Alternativa D*.

II. Direito do Idoso

9064. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Defesa e proteção das pessoas idosas.

(A) As ações correspondentes serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

(B) As ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos serão propostas privativamente pelo Ministério Público ou por associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam em suas finalidades a defesa dos interesses e direitos do idoso.

(C) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, é cabível a imposição de multa, desde que requerida pelo autor, devida e exigível a partir do descumprimento da ordem judicial.

(D) É assegurada a prioridade na tramitação dos processos respectivos, a partir dos setenta anos, fazendo-se prova documental da idade nos próprios autos.

(E) Os direitos e interesses do idoso, difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos são previstos taxativamente no Estatuto do Idoso.

RESPOSTA De acordo com o art. 80, Lei n. 10.741/2003. *Alternativa A.*

9065. **(DPE-MA – 2009 – FCC)** O Estatuto do Idoso, e suas alterações posteriores, assegura direitos que, de uma forma geral, beneficiam pessoas a partir de 60 anos de idade. Figura como exceção a essa regra geral o direito

(A) ao transporte gratuito, que favorece pessoas a partir de 70 anos de idade.

(B) à tramitação processual prioritária, que favorece pessoas a partir de 55 anos de idade.

(C) ao benefício mensal de um salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social − Loas, aplicável a partir de 65 anos de idade.

(D) a descontos de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, aplicável a partir de 70 anos de idade.

(E) ao recebimento prioritário da restituição do Imposto de Renda, que beneficia pessoas a partir de 70 anos de idade.

RESPOSTA Segundo o art. 20, LOAS – Lei n. 8.742/93 (alterado pela Lei n. 12.435/2011), o benefício de prestação continuada é a garantia de um **salário mínimo mensal** à pessoa com deficiência e ao **idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais** que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. *Alternativa C*.

9066. **(DPE-MA – 2009 – FCC)** Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência ou congêneres

(A) caracteriza crime de ação penal privada.

(B) caracteriza infração administrativa, sujeitando o infrator à pena de multa.

(C) trata-se de mero ilícito civil, passível de ação indenizatória se comprovados os danos.

(D) caracteriza crime de ação penal pública incondicionada.

(E) configura violação de regra moral, irrelevante do ponto de vista jurídico.

RESPOSTA Segundo o art. 98 do Estatuto, é crime abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado. Os crimes definidos nesta Lei são de **ação penal pública incondicionada** (art. 95). *Alternativa D*.

III. Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos

9067. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Inquérito civil prévio à ação civil pública.

(A) O Ministério Público poderá instaurá-lo, sob presidência do juiz certo para a causa.

(B) O Ministério Público poderá instaurá-lo, sob sua presidência, mas a requisição a órgãos públicos ou particulares de quaisquer certidões, informações, exames ou perícias deverá ser realizada judicialmente.

(C) Cabe ao Ministério Público promovê-lo para a defesa dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, requisitando diretamente de órgãos públicos e particulares as necessárias informações e documentos.

(D) Se o Ministério Público convencer-se da inexistência de fundamentos para propor ação civil, deverá promover o arquivamento dos autos do inquérito civil, submetendo a promoção à análise do juiz certo para a causa.

(E) Promovido o arquivamento dos autos do inquérito civil pelo Ministério Público, dessa decisão não cabe reexame necessário nem recurso, salvo por parte das associações legitimadas para a ação civil pública correspondente.

RESPOSTA De acordo com o incisos V e VI do art. 201, ECA. *Alternativa C*.

9068. **(Analista – MP-AP – 2012 – FCC)** Considere as assertivas abaixo a respeito da Ação Civil Pública.

I. Não será cabível Ação Civil Pública para veicular pretensões que envolvam contribuições previdenciárias e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

II. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar, dentre outros, a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.

III. Constitui crime, punido com pena de detenção de um a dois anos a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

IV. Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.

(B) I, II e IV.

(C) II, III e IV.

(D) I e IV.

(E) I e II.

RESPOSTA De acordo com a LACP. (I) Art. 1º, parágrafo único. (II) Art. 5º, IV. (III) Art. 10 (de um a três anos). (IV) Art. 17.

Alternativa B.

9069. **(Procurador – TCM-BA – 2011 – FCC)** Na ação civil pública,

(A) o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará facultativamente como fiscal da lei.

(B) os órgãos públicos, legitimados a propô-la, exceto o Ministério Público, poderão tomar dos interessados, mediante cominações, compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, que terá eficácia de título executivo judicial ou extrajudicial, conforme se dê judicial ou extrajudicialmente.

(C) as pessoas jurídicas públicas não poderão ocupar o polo ativo.

(D) os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados poderão formar litisconsórcio facultativo na defesa dos bens e direitos de valor artístico, estético e histórico.

(E) somente o Ministério Público poderá assumir a titularidade ativa em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada a propô-la.

RESPOSTA De acordo com a LACP. (A) Art. 5º, § 1º (obrigatoriamente). (B) Art. 5º, § 6º (inclusive o MP). (C) Art. 5º, III (podem ocupar o polo ativo). (D) De acordo com o § 5º do art. 5º. (E) Art. 5º, § 3º (outro interessado). *Alternativa D*.

9070. **(DPE-SP – 2010 – FCC)** Sobre a ação de usucapião especial coletiva, é correto afirmar:

(A) É cabível sobre áreas rurais com mais de 250 m^2, desde que indivisíveis.

(B) Só é cabível sobre imóvel urbano passível de individualização de cada lote.

(C) É cabível sobre área urbana com mais de 250 m^2.

(D) É cabível sobre área urbana com menos de 250 m^2.

(E) Os ocupantes da área não precisam se caracterizar como de baixa renda.

RESPOSTA Segundo o art. 10, Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), as áreas urbanas com **mais de duzentos e cinquenta metros quadrados**, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são suscetíveis de serem **usucapidas coletivamente**, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural. *Alternativa C*.

9071. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Uma associação (Organização Não Governamental − ONG) com sede em Petrópolis, RJ, tendo como finalidade a proteção do patrimônio histórico e cultural, criada há mais de 1 ano, inconformada com o tratamento dado pelo órgão de proteção do patrimônio histórico e cultural pernambucano a determinado imóvel localizado no Recife, neste Estado,

(A) não pode entrar com a ação judicial por ter sede fora do Estado de Pernambuco, porém pode representar ao Ministério Público do Estado de Pernambuco para que o faça.

(B) pode ingressar com ação civil pública na comarca de Petrópolis, RJ, onde se situa sua sede, citando as partes por precatória.

(C) pode ingressar com ação civil pública na comarca do Recife, mesmo tendo sua sede em outro estado, porque tem legítimo interesse para propor a ação e legitimidade processual.

(D) não pode propor a ação civil pública, porque em casos envolvendo patrimônio histórico e cultural apenas o Ministério Público Federal tem legitimidade para propô-la.

(E) pode propor a ação civil pública, desde que o faça em litisconsórcio ativo com o Ministério Público Federal ou Estadual, por expressa disposição legal existente na Lei n. 7.347 de 1985.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 7.347/85, as ações previstas nesta Lei serão propostas **no foro do local onde ocorrer o dano**, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa. Observar-se-á, ainda, que não há restrição quanto

ao estado da sede da associação, visto que os requisitos que devem ser atendidos do inciso V do art. 5º da lei estão presentes. *Alternativa C*.

9072. (Promotor – MP-AP – 2012 – FCC) Em relação à ação civil pública, é correto afirmar:

(A) Se o Ministério Público não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, além de assumir a titularidade ativa da demanda em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada.

(B) Pode ser proposta para veicular pretensões envolvendo impostos, contribuições previdenciárias ou Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, desde que os beneficiários possam ser individualmente determinados.

(C) Tem ela por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, apenas, pois se disser respeito a condenação em dinheiro a ação cabível será a ação popular.

(D) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, que terá eficácia de título executivo judicial.

(E) Qualquer pessoa deverá e o servidor público poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos constitutivos da ação civil e apontando-lhe elementos de convicção.

RESPOSTA De acordo com os §§ 1º e 3º do art. 5º, LACP. *Alternativa A*.

9073. (Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC) A prioridade na tramitação do processo judicial em todas as instâncias é expressamente garantida por lei federal às

(A) pessoas com doenças graves.

(B) crianças, adolescentes e idosos.

(C) crianças, adolescentes e às mulheres vítimas de violência doméstica.

(D) pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade social.

(E) pessoas com deficiência.

RESPOSTA De acordo com o art. 1.211-A, CPC, os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou portadora de doença grave, terão prioridade de tramitação em todas as instâncias. *Alternativa A*.

9074. (Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC) Um cidadão procura os serviços de assistência jurídica da Defensoria Pública do Paraná em Curitiba, relatando a cobrança da “taxa para procedimentos operacionais”, no valor de R$ 5.000,00, pelo Banco Lucrobom, para a expedição da declaração de quitação integral do financiamento imobiliário que havia contratado. Ao pesquisar sobre o assunto, o Defensor Público responsável pelo caso identificou uma ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública do Ceará, na 1ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, contra o mesmo banco e questionando a mesma taxa, cuja sentença, ao julgar procedente a demanda, proibiu a cobrança da taxa em novas oportunidades e determinou a devolução em dobro para aqueles que já a haviam custeado. A decisão transitara em julgado um mês antes, após julgamento da apelação, à qual se negou provimento, pelo Tribunal de Justiça do Ceará. Diante desses fatos, a medida a ser adotada pelo Defensor Público é

(A) o ajuizamento de ação individual de conhecimento em Curitiba, já que a eficácia da sentença em ação civil pública limita-se à competência territorial do órgão prolator e apenas os residentes em Fortaleza podem executar aquela decisão.

(B) a execução individual da decisão em Curitiba, já que a eficácia da sentença em ação civil pública

não sofre limitação territorial, alcançando todos que dela possam beneficiar-se.

(C) o encaminhamento do caso para a Defensoria Pública do Ceará para que a decisão seja executada em Fortaleza, ainda que o cidadão resida em Curitiba, já que a eficácia da sentença em ação civil pública limita-se à competência territorial do órgão prolator.

(D) o encaminhamento do caso para a Defensoria Pública do Ceará para que a decisão seja executada em qualquer comarca do Ceará, ainda que o cidadão resida em Curitiba, já que a eficácia da sentença em ação civil pública limita-se à competência territorial do órgão prolator, que é o Tribunal de Justiça do Ceará, por ter se manifestado sobre o mérito da ação no julgamento da apelação.

(E) o ajuizamento de ação individual de conhecimento em Curitiba, já que a eficácia da sentença em ação civil pública limita-se à competência territorial do órgão prolator e como houve manifestação do Tribunal de Justiça do Ceará no caso, apenas os residentes daquele estado podem executar a decisão.

RESPOSTA De acordo com o STJ, "a liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC)" (REsp 1.243.887/PR). *Alternativa B*.

9075. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** O Ministério Público do Paraná firmou termo de ajustamento de conduta com o Município de Londrina para que uma creche que atendia 200 crianças fosse temporariamente fechada, por seis meses, para que se realizassem reformas no prédio no intuito de acabar com graves problemas estruturais que colocavam a segurança das crianças e dos funcionários em risco. Um grupo de mães de alunos procurou a Defensoria Pública do Paraná em Londrina relatando que não foram disponibilizadas pelo Município vagas em outras creches e que, questionada, a Prefeitura informou que as mães deveriam aguardar o final da reforma. Diante dessa situação, o Defensor Público deve

(A) ajuizar ação civil pública contra o Ministério Público e o Município, com pedido de nulidade do termo de ajustamento de conduta por não prever medida compensatória para as crianças que ficaram sem creche e, sucessivamente, pedido para que o Município disponibilize vagas em outras unidades até o final da reforma.

(B) oficiar ao Ministério Público relatando o caso, já que apenas esse órgão poderia tomar novas providências por já ter firmado o termo de ajustamento de conduta com o Município, solicitando um aditamento ao termo.

(C) propor novo termo de ajustamento de conduta com o Município para que sejam garantidas vagas para as crianças em outras creches durante a reforma e, caso o Município, sob qualquer argumento, recuse-se a regularizar a situação, ajuizar ação civil pública.

(D) apresentar recurso administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público contra o termo de ajustamento de conduta firmado, requerendo o aditamento do termo para constar medidas que assegurem vagas para as crianças em outras creches.

(E) diante da existência de termo de ajustamento de conduta sobre o caso, que esgota a possibilidade de intervenção coletiva, ajuizar ações individuais para cada uma das duzentas crianças, requerendo vaga em alguma das creches municipais.

RESPOSTA De acordo com o § 6º do art. 5º, LACP, os órgãos públicos legitimados, entre eles o MP, poderão tomar dos interessados **compromisso de ajustamento (TAC – Termo de Ajustamento de Conduta)** de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. Não há restrição legal a que o MP proponha outro

TAC se assim achar necessário. *Alternativa C*.

9076. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** Uma associação de proteção ao meio ambiente ajuizou ação civil pública contra uma indústria química para que fosse impedida de realizar determinado processo de produção que teria por resultado uma fumaça tóxica que impediria o crescimento das araucárias. Como a associação não pôde custear a perícia, a ação foi julgada improcedente por falta de provas e transitou em julgado. Nesse caso

(A) é possível a qualquer legitimado para a tutela coletiva ajuizar nova ação civil pública, desde que fundada em novas provas.

(B) apenas a associação que ajuizou a primeira ação poderá ajuizar nova ação civil pública, desde que fundada em novas provas, pois se trata de um direito difuso.

(C) como houve apreciação do mérito, forma-se coisa julgada material, não sendo possível o ajuizamento de nova ação civil pública, tampouco de ação rescisória.

(D) é necessário o ajuizamento de ação rescisória pela associação, após a realização da perícia pela via cautelar, por se tratar de prova da qual não pôde fazer uso e que por si só pode assegurar-lhe pronunciamento favorável.

(E) é necessário o ajuizamento de ação rescisória por qualquer dos legitimados para a tutela coletiva, após a realização da perícia pela via cautelar, por se tratar de prova da qual não se pôde fazer uso e que por si só pode assegurar pronunciamento favorável.

RESPOSTA De acordo com o art. 16, LACP, a sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova. *Alternativa A*.

9077. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** A Defensoria Pública do Paraná ajuíza ação civil pública em face do Estado do Paraná e do Município de Cascavel. Um mês depois, o Ministério Público ajuíza ação com idêntico pedido e idêntica causa de pedir, em face do Município de Cascavel. Nesta hipótese, verifica-se a ocorrência de

(A) conexão.

(B) continência.

(C) litispendência.

(D) conexão em relação ao Estado do Paraná e continência em relação ao Município de Cascavel.

(E) ausência de identidade entre os processos, por se tratar de autores diferentes.

RESPOSTA De acordo com o CPC, §§ 1º e 2º do art. 301, verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. E uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. *Alternativa C*.

IV. Direito Sanitário

9078. **(Defensor – DPE-PR – 2012 – FCC)** Quanto ao direito à saúde, é correto afirmar:

(A) A existência de um Sistema Único de Saúde pressupõe a definição das obrigações de cada um dos entes que a compõem, não havendo solidariedade entre União, Estados e Municípios no dever de fornecer ou prestar determinado serviço ou medicamento.

(B) Os serviços públicos de saúde serão prestados preferencialmente aos que comprovarem insuficiência de recursos para custear um tratamento privado.

(C) O direito à saúde impõe a União, Estados e Municípios o dever de prestar assistência terapêutica,

inclusive farmacêutica, sugerindo-se a adoção de políticas profiláticas.

(D) Estão excluídas do campo de atuação do Sistema Único de Saúde a vigilância sanitária e a fiscalização e inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano, de responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

(E) A iniciativa privada pode participar do Sistema Único de Saúde em caráter complementar.

RESPOSTA De acordo com o § 1º do art. 199, CF, as instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. *Alternativa E*.

OUTRAS BANCAS

I. Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos

9079. **(Assessor – DPE-PR – 2012 – PUCPR)** A respeito dos direitos ou interesses difusos, indique a assertiva INCORRETA:

(A) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, para as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, consideram-se legitimados concorrentemente o Ministério Público; a União, os estados, os municípios, o Distrito Federal e os territórios; e as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos das crianças e adolescentes, dispensada a autorização da assembleia, se houver prévia autorização estatutária.

(B) Uma das funções institucionais do Ministério Público é promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

(C) A defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

(D) O meio ambiente é um bem coletivo de desfrute individual e geral ao mesmo tempo. Por isso, o direito ao meio ambiente entra na categoria de interesse difuso.

(E) Não se admitirá litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos estados na defesa dos interesses e direitos das crianças e dos adolescentes.

RESPOSTA (A) Art. 210, III, ECA. (B) Art. 129, III, CF. (C) Art. 81, parágrafo único, I, CDC. (D) De acordo com a posição doutrinária em referência a Paulo Affonso Leme Machado. (E) Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta Lei (art. 210, § 1º, ECA). *Alternativa E*.

9080. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** Acerca da defesa das pessoas com necessidades especiais é correto afirmar, EXCETO:

(A) As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência.

(B) É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: deficiência física; deficiência auditiva, deficiência visual; deficiência mental e deficiência múltipla.

(C) É ressalvada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores, pessoas com deficiência, titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.

(D) A transferência de recursos financeiros, objetivando a execução do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência – PAED, é efetivada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, mediante convênio, ajuste, acordo ou contrato.

RESPOSTA (A) Art. 2º, Lei n. 10.048/2000. (B) Art. 4º, Decreto n. 3.298/99. (C) Art. 40, § 4º, CF. (D) Art. 2º, § 2º, Lei n. 10.845/2004, "sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato". *Alternativa D*.

9081. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** De acordo com a Lei Maria da Penha, conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência; determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso; comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis, são providências que o juiz deverá tomar, após recebido o expediente com o pedido da ofendida, no prazo de:

(A) 24 horas (vinte e quatro horas).
(B) 36 horas (trinta e seis horas).
(C) 48 horas (quarenta e oito horas).
(D) 72 horas (setenta e duas horas).

RESPOSTA De acordo com o art. 18, Lei n. 11.340/2006, recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. *Alternativa C*.

9082. **(DPE-AM – 2011 – IC)** Acerca da defesa das pessoas portadoras de necessidades especiais, julgue os itens a seguir:

I. Nas ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência, a sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
II. Conforme entendimento jurisprudencial consolidado, o portador de visão monocular não tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais.
III. Na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo, estes deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
IV. Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) I e II.
(B) I, III e IV.
(C) III.
(D) III e IV.
(E) I e III.

RESPOSTA O item I está correto, visto que de acordo com o § 1º do art. 4º, Lei n. 7.853/89. O item II está incorreto, pois segundo o STJ, "O candidato portador de visão monocular enquadra-se no conceito de deficiência física, podendo concorrer às vagas de concurso público reservadas na forma prevista pelo art. 37, VIII, da Constituição Federal. Incidência da Súmula n. 377/STJ" (RMS 22.613/RS). O item III está correto e de acordo com o art. 11, Lei n. 10.098/2000. E o item IV está de acordo com o parágrafo único do art. 4º, Lei n. 10.098/2000. *Alternativa B*.

9083. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** Os portadores de deficiência somente no século XX passaram a ser vistos como cidadãos detentores de direitos e deveres como os demais. A impulsão desse movimento inclusivo se deu pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Nas ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos de pessoas portadoras de deficiência, é INCORRETO afirmar que:

(A) Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias.
(B) As certidões e informações necessárias deverão ser fornecidas dentro de 15 (quinze) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução da ação civil.
(C) Somente nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada a certidão ou informação.
(D) É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 7.853/89. (A) Art. 3º, § 1º. (B) Art. 3º, § 2º. (C) Art. 3º, § 3º. (D) Art. 3º, § 5º (“aos demais legitimados”). *Alternativa D*.

II. Direito do Idoso

9084. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** Considerando os direitos assegurados no Estatuto do Idoso, de que dispõe a Lei n. 10.741/03, é INCORRETO afirmar que:

(A) É assegurado às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.
(B) É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.
(C) As transações relativas a alimentos aos idosos que deles necessitar poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
(D) Constitui crime, de ação penal pública condicionada à representação, apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 10.741/2003. (A) Art. 3º, parágrafo único, I. (B) Art. 71. (C) Art. 13. (D) De acordo com o art. 95, os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada. *Alternativa D*.

9085. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** O Estatuto do Idoso, aprovado em 2003 sob o n. 10.741, ampliou os direitos dos cidadãos com idade acima de 60 anos reconhecidos anteriormente pela Lei 8.842/94. Verificada a ameaça ou violação dos direitos reconhecidos aos idosos pelo Estatuto, o Ministério Público poderá determinar medidas, com **EXCEÇÃO** de:

(A) Encaminhamento do idoso à família ou curador, mediante termo de responsabilidade.
(B) orientação, apoio e acompanhamento temporários ao idoso.
(C) internação do idoso para tratamento de sua saúde, em regime hospitalar.
(D) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe

cause perturbação.

RESPOSTA De acordo com o art. 45, Estatuto do Idoso, verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: (A) inciso I; (B) inciso II; (D) inciso IV. De acordo com o inciso III do referido artigo, **requisição** para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar. *Alternativa C*.

9086. (DPE-AM – 2011 – IC) Em relação aos direitos das pessoas idosas assinale a alternativa correta:

(A) É obrigação do Estado e da família da pessoa idosa assegurar-lhe a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura e ao trabalho, não fazendo parte dos deveres das demais pessoas da comunidade assegurar tais direitos.

(B) Dentre as garantias de prioridade conferidas às pessoas idosas se encontra o atendimento preferencial e imediato em órgãos públicos e estabelecimentos privados, mesmo que estes últimos não sejam prestadores de serviços à população.

(C) O atendimento ao idoso deve ser preferencialmente realizado em ambientes especializados como hospitais ou estabelecimentos de características asilares, devendo, em último caso, ser prestado pela própria família, caso esta não possua condições financeiras de manter o idoso em tais estabelecimentos.

(D) Caso o idoso demonstre necessidade, poderão lhe ser prestados alimentos por seus parentes na forma do Código Civil. A obrigação de alimentar é subsidiária, devendo recair primeiro sobre o cônjuge, descendentes e ascendentes, nessa ordem, não podendo o idoso optar entre os prestadores.

(E) Em caso de transações relativas aos alimentos, estas poderão ser celebradas tanto perante o Promotor de Justiça quanto perante um Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.

RESPOSTA As transações relativas a alimentos, segundo o art. 13, Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003), poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil. *Alternativa E*.

9087. (DPE-AM – 2011 – IC) Em relação ao acesso à Justiça das pessoas idosas, assinale a única alternativa incorreta:

(A) É assegurada prioridade na tramitação dos processos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa idosa em qualquer instância, inclusive nos tribunais superiores.

(B) A prioridade no atendimento não se limita à esfera judicial, estendendo-se também aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos, instituições financeiras e ao atendimento preferencial junto às Defensorias Públicas em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

(C) O idoso que desejar obter a prioridade na tramitação de processos judiciais deverá fazer prova de sua idade, requerendo o benefício, através de petição, ao juiz competente para apreciar o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local bastante visível no processo, como, por exemplo, a capa dos autos.

(D) A prioridade na tramitação dos processos judiciais é personalíssima, cessando com a morte do beneficiado, não se estendendo em favor de cônjuge supérstite, companheiro ou companheira em união estável.

(E) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na

data de expedição do precatório serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para as requisições de pequeno valor estabelecidas para os diferentes entes federativos, sendo admitido o fracionamento para essa finalidade, devendo o restante ser pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

RESPOSTA Segundo o § 2º do art. 71, Estatuto do Idoso, a prioridade **não cessará** com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos. *Alternativa D.*

9088. **(DPE-AM – 2011 – IC)** É direito do idoso expressamente previsto no texto constitucional:

(A) A gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de sessenta e cinco anos.
(B) A prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
(C) A vedação à discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
(D) A participação em atividades culturais e de lazer mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais e esportivos.
(E) O fato de o primeiro critério de desempate em concurso público ser a idade, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada.

RESPOSTA Segundo o art. 39 do Estatuto, aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares. *Alternativa A*.

9089. **(DPE-GO – 2010 – IC)** Sobre as previsões do Estatuto do Idoso:

(A) Não se admite, em edital de concurso, disposição que estabeleça limite máximo de idade, com ressalva apenas na impossibilidade de maior de 70 anos ingressar no serviço público efetivo, que deriva de disposição constitucional.
(B) Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, em tempo integral, sendo vedado ao médico responsável restringir esse direito.
(C) Não pode entidade filantrópica cobrar participação do idoso residente no seu custeio quando ele perceba apenas benefício de assistência social.
(D) Incumbe ao parente mais próximo, observada a relação legal, optar pelo tratamento de saúde a ser ministrado ao idoso.
(E) É garantido às instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso o direito à assistência judiciária gratuita.

RESPOSTA As instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso, segundo o art. 51 do Estatuto, terão direito à assistência judiciária gratuita. *Alternativa E*.

9090. **(DPE-GO – 2010 – IC)** O Superior Tribunal de Justiça, a respeito de dispositivos previstos no Estatuto do Idoso, entende que

(A) é lícita a cláusula contratual que prevê reajuste de mensalidade de plano de saúde calcada na mudança de faixa etária do idoso, diante da necessidade de manutenção do equilíbrio financeiro do contrato.
(B) é ilícita a exigência de cadastramento do idoso junto à concessionária de serviço de transporte coletivo, para o gozo do benefício do passe livre.
(C) o Ministério Público não tem legitimidade ativa para propor ação civil pública com o objetivo de proteger interesse individual, mesmo que indisponível, de idoso.

(D) o Código Civil permanece regulando a natureza da obrigação alimentar, mesmo quando se tratar de credor idoso, por atecnia existente no Estatuto do Idoso, a impedir sua aplicação neste particular.

(E) a reserva de vagas em estacionamentos públicos estabelecida pelo referido estatuto impede que a Administração Pública restrinja, em bens públicos de uso especial, o uso das vagas somente aos idosos que, de alguma forma, estão vinculados às atividades desenvolvidas pelo órgão público.

RESPOSTA O STJ, em decisão publicada em 14-12-2010, decidiu que "os idosos não pagam o transporte coletivo, **mas estão sujeitos** a cadastramento; a decisão que os libera dessa exigência dificulta o controle e a administração do município sobre o transporte público, causando lesão à ordem e à economia públicas" (AgRg na SLS 1.070/RJ). No entanto, a *alternativa B*, apontada como correta, não se coaduna com a posição do STJ. A questão não foi anulada.

III. Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos

9091. **(Analista – TJ-RS – 2012 – FAURGS)** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito do regime instituído pela Lei n. 7.347/85 para a disciplina da ação civil pública.

(A) A sentença civil fará coisa julgada *erga omnes* quando o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

(B) As ações previstas na Lei n. 7.347/85 devem ser propostas no foro do domicílio do réu.

(C) Tem legitimidade para propor a ação civil pública a associação que esteja constituída há pelo menos 2 (dois) anos.

(D) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

(E) Qualquer servidor público poderá provocar a iniciativa do Ministério Público.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 7.347/85. (A) Art. 16, "se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova". (B) Art. 2º, "serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano". (C) Art. 5º, V, *a*, "constituída há pelo menos 1 (um) ano". (D) Art. 5º, § 1º. (E) Art. 6º, "qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá". *Alternativa D*.

9092. **(Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN)** No princípio da década de 80, a Ação Civil Pública ingressou no ordenamento jurídico pátrio através da Lei Complementar n. 40/81 que instituiu a Lei Orgânica do Ministério Público. Dentre as funções dos representantes ministeriais, foi inserida a promoção da ação civil pública disposta no artigo 3º inciso III. Naquele mesmo ano, a Política Nacional do meio ambiente foi regulamentada pela Lei 6.938 e previa como atributo do Ministério Público, da União e dos Estados a propositura de ação de responsabilidade civil para reparação dos danos causados ao meio ambiente. Porém, somente em 1985, foi publicada a Lei 7.347 que disciplinou a ação civil pública de responsabilidade por danos, inserindo no ordenamento jurídico o Inquérito Civil Público. Tratando-se do procedimento do Inquérito Civil, é CORRETO afirmar que:

(A) Os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

(B) Até 15 (quinze) dias antes da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, na qual o Inquérito Civil seja homologado ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as associações legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito ou anexados às peças de informação.

(C) A promoção de arquivamento será submetida a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público.

(D) Deixando o Conselho Superior de homologar a promoção de arquivamento, remeterá os autos do

Inquérito Civil para que o órgão do Ministério Público que o presidiu, a fim de que ajuíze a ação.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 7.347/85. (A) Art. 9º, § 1º ("prazo de 3 dias"). (B) Art. 9º, § 2º (não há o prazo). (C) Art. 9º, § 3º. (D) Art. 9º, § 4º ("designará, desde logo, outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação"). *Alternativa C*.

9093. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** Com relação à ação civil pública, prevista na Lei n. 7.347/85, é INCORRETO afirmar que:

(A) Tem legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar, a associação que esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil e que inclua, entre suas finalidades institucionais, concomitantemente, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência e ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

(B) Não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.

(C) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

(D) Julgado procedente o pedido, a sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 7.347/85. (A) Segundo o art. 5º, as finalidades institucionais não precisam ser *concomitantemente* (inc. V, *b*). (B) Art. 18. (C) Art. 13. (D) Art. 16. *Alternativa A*.

9094. **(DPE-AM – 2011 – IC)** Quanto à coisa julgada, à liquidação e à execução de sentença em ações coletivas, marque a alternativa correta:

(A) Na condenação por danos a interesses coletivos em sentido estrito, eventuais vítimas não podem promover a liquidação individual da sentença.

(B) Se a associação autora não promover o cumprimento da sentença em sessenta dias, a Defensoria Pública não terá legitimidade para fazê-lo, cabendo apenas ao Ministério Público suprir a omissão.

(C) Apesar das críticas quase unânimes da doutrina, o STJ e o STF aceitam a aplicação do dispositivo legal que restringiu a coisa julgada coletiva aos limites da competência territorial do juiz prolator da decisão.

(D) Não haverá coisa julgada material na ação coletiva que verse sobre interesses individuais homogêneos, caso venha a ser julgada improcedente por qualquer motivo, inclusive para os lesados individuais que intervieram na ação coletiva.

(E) Haverá coisa julgada material na ação coletiva que verse sobre interesses difusos, se a improcedência for por falta de provas.

RESPOSTA O art. 2º-A, Lei n. 9.494/97, foi incluído por medida provisória no diploma legal que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, restringindo o alcance da **coisa julgada coletiva**. No entanto, segundo o STJ, "o entendimento desta Corte está consolidado no sentido de que, nos termos do art. 2º-A da Lei n. 9.494/97, os efeitos da sentença proferida em ação coletiva se restringem aos substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator" (AgRg no REsp 1.184.216/DF). *Alternativa C*.

9095. **(Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL)** Sobre as ações coletivas, analise as seguintes assertivas:

I. a falta da citação dos beneficiários diretos ou indiretos do ato impugnado seja por via de ação de improbidade administrativa, seja por via de ação popular, gera a inexistência jurídica da demanda, em função da existência de litisconsórcio passivo necessário.

II. a ação popular e a ação de improbidade administrativa são instrumentos hábeis à tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa, servindo-se à decretação judicial da perda do cargo ou função pública do servidor público que tenha praticado, dolosamente, ato administrativo ilegal, lesivo ao patrimônio público e que tenha lhe acarretado enriquecimento ilícito.

III. mesmo tendo contestado a ação popular ou a ação de improbidade administrativa, a pessoa jurídica de direito público pode promover a execução da sentença, no que a beneficiar.

IV. prescrevem em cinco anos as pretensões de tutela deduzíveis por via da ação civil pública, a exemplo da ação popular, inclusive no que diz respeito à obtenção de ressarcimento ao erário.

Alternativas:

(A) estão corretas apenas as afirmações I e III;

(B) estão corretas apenas as afirmações I e IV;

(C) está correta apenas a afirmação I;

(D) está correta apenas a afirmação III;

(E) estão corretas todas as afirmações.

RESPOSTA De acordo com a Lei da Ação Popular. (I) Art. 6º, § 1º ("benefício direto"). (II) Art. 15. A ação popular não serve à decretação judicial da perda do cargo ou função pública. (III) Art. 17. (IV) Art. 37, § 5º, CF. De acordo com o STF, "O Plenário do STF, no julgamento do MS 26.210, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, decidiu pela imprescritibilidade de ações de ressarcimento de danos ao erário" (RE 578.428-AgR/RS, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em: 13-9-2011, 2ª T., *DJE* 14-11-2011). *Alternativa D*.

9096. **(Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL)** A ação civil pública por danos causados ao meio ambiente é disciplinada pela Lei n. 7.347, de 1985, e suas posteriores alterações. Em relação à matéria, é **incorreto** afirmar:

(A) a ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer;

(B) em caso de desistência infundada ou abandono por associação legitimada, o Ministério Público assumirá obrigatoriamente a titularidade ativa da ação;

(C) nas ações civis públicas com fundamento em interesses difusos, a sentença faz coisa julgada;

(D) as autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista possuem legitimidade ativa para o ajuizamento de ação civil pública;

(E) os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 7.347/85. (A) Art. 3º. (B) De acordo com o art. 5º, § 3º, em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o **Ministério Público ou outro legitimado** assumirá a titularidade ativa. (C) Art. 16. (D) Art. 5º, IV. (E) Art. 5º, § 6º. *Alternativa B*.

9097. **(Juiz – TRF-4 – 2010)** Assinale a alternativa correta. Com relação a ações visando à tutela de interesses difusos ou coletivos, é correto, consoante orientação atual do Superior Tribunal de Justiça, afirmar que:

(A) Ajuizada ação coletiva atinente à macrolide geradora de processos multitudinários, suspendem-se as ações individuais, no aguardo de julgamento da ação coletiva.

(B) O *writ of mandamus* presta-se à tutela de direito próprio do impetrante, sendo vedada sua utilização para defesa de direitos de outrem.

(C) É de competência da Justiça Federal o julgamento de ação civil pública que pretenda a indenização de comunidades indígenas.

(D) O dano ambiental inclui-se entre os direitos indisponíveis e, como tal, está entre os poucos acobertados pela imprescritibilidade da ação de reparação.

(E) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

RESPOSTA De acordo com a jurisprudência do STJ. (A) REsp 1.110.549/RS. (B) AgRg no RMS 26.300/DF. (C) REsp 1.120.117/AC. (D) REsp 1.120.117/AC. *Alternativa E*.

9098. (Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP) O som produzido por templo religioso durante os ofícios causa desconforto a moradores da vizinhança. O Ministério Público propõe ação civil pública e a defesa argui sua ilegitimidade, além de invocar a liberdade de culto – inciso VI do art. 5º da Constituição da República. A decisão adequada à espécie deverá

(A) reconhecer a ilegitimidade de parte do Ministério Público, por cuidar-se de vulneração a bem de titularidade determinável.

(B) julgar improcedente a ação civil pública, pois o direito fundamental contido no inciso VI do art. 5º da CF/88 é de natureza prioritária, cotejado com o dos moradores incomodados.

(C) julgar improcedente a ação civil pública, pois o som em excesso não é contínuo, limitando-se aos dias de ofícios religiosos.

(D) julgar improcedente a ação civil pública, pois o som causa mero desconforto e não se enquadra no conceito de poluição sonora.

(E) julgar procedente a ação civil pública, pois o MP é parte legítima e o som excessivo configura poluição sonora.

RESPOSTA De acordo com o STJ, "nos termos da Lei n. 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), também é poluição a atividade que lance, no meio ambiente, 'energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos' (art. 3º, III, alínea *e*, grifei), exatamente a hipótese do som e ruídos. Por isso mesmo, inafastável a aplicação do art. 14, § 1º, da mesma Lei, que **confere legitimação para agir ao Ministério Público**. Tratando-se de poluição sonora, e não de simples incômodo restrito aos lindeiros de parede, a atuação do Ministério Público não se dirige à tutela de direitos individuais de vizinhança, na acepção civilística tradicional, e, sim, à defesa do meio ambiente, da saúde e da tranquilidade pública, bens de natureza difusa" (REsp 1.051.306/MG). *Alternativa E*.

9099. (Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR) A respeito da relação entre demandas coletivas e individuais, afirma-se:

I. As ações coletivas não induzem litispendência para as ações individuais.

II. As ações individuais que não forem suspensas não podem ter julgamento contraditório com a ação coletiva.

III. Caso queiram beneficiar-se do julgamento de procedência de ação coletiva, os autores das ações individuais devem requerer sua suspensão no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

Está(ão) CORRETA(S):

(A) Apenas as assertivas I e III.

(B) Apenas as assertivas I e II.

(C) Apenas as assertivas II e III.

(D) Apenas as assertivas I, II e III.

(E) Apenas a assertiva II.

RESPOSTA De acordo com o CDC, as ações coletivas, previstas nos incisos I e II e no parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada *erga omnes* ou *ultra partes* a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva (art. 104). Assim: (I) *Certa.* (II) *Errada.* (III) *Certa. Alternativa A.*

9100. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Em relação ao arquivamento de inquérito civil público, afirma-se:

I. Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, seguindo critérios de conveniência, oportunidade e equidade.

II. Os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

III. Deixando o Conselho Superior do Ministério Público de homologar a promoção de arquivamento, designará, desde logo, outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

Está(ão) CORRETA(S):

(A) Apenas as assertivas I e II.
(B) Apenas as assertivas II e III.
(C) Apenas a assertiva III.
(D) Apenas as assertivas I e III.
(E) Apenas a assertiva II.

RESPOSTA (I) Art. 9º, *caput*, Lei n. 7.347/85 (“fazendo fundamentalmente”). (II) Art. 9º, § 1º, Lei n. 7.347/85. (III) Art. 9º, § 4º, Lei n. 7.347/85. *Alternativa B.*

9101. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Em relação à ação civil pública na tutela de difusos, coletivos e individuais homogêneos, afirma-se:

I. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

II. Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica nos termos do disposto no art. 1º da Lei 7.347/85, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de reconstrução de bens lesados e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica, conforme definição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na hipótese de extensão nacional, ou dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local, respectivamente.

III. Não são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.

Está(ão) CORRETA(S):

(A) Apenas as assertivas II e III.
(B) Apenas as assertivas I e III.
(C) Apenas a assertiva II.
(D) Apenas a assertiva III.
(E) Apenas as assertivas I e II.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 7.347/85. (I) Art. 13. (II) Art. 13, § 2º. (III) São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas, Súmula 345, STJ. *Alternativa E*.

9102. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Em relação à ação civil pública, define-se que:

I. Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público não poderá assumir a titularidade ativa.

II. Contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, que lesem direito líquido e certo relativo aos direitos da infância e da juventude, caberá ação mandamental, que se regerá analogicamente pelas normas da lei do mandado de injunção.

III. Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

Está(ão) CORRETA(S):

(A) Apenas a assertiva I.
(B) Apenas a assertiva III.
(C) Apenas as assertivas I e II.
(D) Apenas as assertivas I e III.
(E) Apenas as assertivas II e III.

RESPOSTA (I) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o **Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa** (art. 5º, § 3º, Lei n. 7.347/85). (II) Contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, que lesem direito líquido e certo previsto nesta Lei, **caberá ação mandamental, que se regerá pelas normas da lei do mandado de segurança** (art. 212, § 2º, ECA). (III) Art. 15, Lei n. 7.347/85. *Alternativa B*.

IV. Direito Sanitário

9103. **(Procurador – PGE-PR – 2011 – UEL)** Acontece de um medicamento não estar disponível ou um procedimento não ser coberto pela rede pública de saúde. Tendo em vista a competência para oferecer tais bens e serviços, é correto afirmar:

(A) que o sistema único de saúde (SUS) corresponde à descentralização com direção federal;
(B) que o sistema único de saúde (SUS) corresponde à competência comum para cuidar da saúde;
(C) que o sistema único de saúde (SUS) corresponde à competência concorrente sobre seguridade social;
(D) que o sistema único de saúde (SUS) corresponde à competência federal do Ministério da Saúde;
(E) que o sistema único de saúde (SUS) corresponde à competência local da Secretaria de Saúde.

RESPOSTA Conforme o art. 4º, Lei n. 8.080/90, o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o **Sistema Único de Saúde (SUS)**. Assim, o SUS corresponde à competência comum de todas as esferas governamentais. *Alternativa B*.

Bibliografia

- ANDRADE, Adriano; MASSON, Cleber; ANDRADE, Landolfo. *Interesses difusos e coletivos esquematizado*. São Paulo: Método, 2011.
- LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIREITOS HUMANOS

RAQUEL GRUSKE MORO

Graduada em Ciências Jurídico-Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Direito Público – *lato sensu*, pela Faculdade Meridional – IMED – Escola Superior da Magistratura Federal. Mestra em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	68
FCC	28
OUTRAS BANCAS	34
OAB/FGV	13

I. Constituição Federal e Tratados Ratificados pelo Brasil

9104. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** A proteção dos direitos humanos no Brasil conta com legislação que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). A respeito do PNDH, assinale a opção correta.

(A) Nesse programa, não é feita alusão à proteção internacional dos direitos humanos.
(B) O acompanhamento da implementação do PNDH deve ser feito pelo MP Federal.
(C) Os direitos econômicos não são promovidos pelo PNDH.
(D) Os direitos culturais não são promovidos pelo PNDH.
(E) Os direitos sociais são promovidos pelo PNDH.

RESPOSTA A CF/88 contempla uma vasta proteção de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, além do princípio da prevalência dos Direitos Humanos, contido em seu art. 4º, II. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), por sua vez, amparado pela CF/88, tem por finalidade identificar as principais limitações, com o intuito de proteger os direitos humanos no território nacional, elegendo prioridades e apresentando propostas concretas de caráter administrativo, legislativo e político-cultural que busquem reduzir as graves dificuldades, entre elas as sociais. *Alternativa E*.

9105. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** A respeito da incorporação dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ao direito brasileiro, assinale a opção correta.

(A) Antes da EC n. 45, não havia, na doutrina brasileira, menção ao fato de que os tratados internacionais sobre direitos humanos deveriam ter o *status* de norma constitucional.
(B) Após a EC n. 45, todos os tratados internacionais passaram a possuir *status* de norma constitucional.
(C) Após a EC n. 45, foi dado nova abordagem aos tratados internacionais sobre direitos humanos.
(D) Os tratados internacionais sobre direitos humanos não necessitam de aprovação pelo Congresso Nacional.
(E) O STF sempre considerou o tratado internacional sobre direitos humanos como norma constitucional superveniente.

RESPOSTA Conforme a redação dada pela EC n. 45/2004 ao § 3º do art. 5º, CF, todo tratado internacional de direitos humanos possui caráter de emenda constitucional (ou norma constitucional) quando aprovado na forma especial que dispõe o § 3º. *Alternativa C.*

Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), considerando o disposto na Lei n. 4.319/1964 (Certo ou Errado).

9106. O CDDPH é órgão colegiado ao qual compete, entre outras atribuições, promover, nas áreas que apresentem índices mais elevados de violação aos direitos humanos, a realização de inquéritos para investigar as causas e sugerir medidas tendentes a assegurar a plenitude do gozo desses direitos.

RESPOSTA De fato está correta, de acordo com a lei supracitada, que diz: art. 4º: Compete ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana: 3º promover nas áreas que apresentem maiores índices de violação dos direitos humanos: a) a realização de inquéritos para investigar as suas causas e sugerir medidas tendentes a assegurar a plenitude do gozo daqueles direitos. *Certa.*

9107. Quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais podem ser obrigadas a prestar

depoimento perante o CDDPH, com o fim de serem apuradas violações aos direitos humanos.

RESPOSTA De fato a Lei n. 4.319/64 prevê que o CDDPH e as Comissões de Inquérito, quando estiverem no exercício das atribuições, poderão determinar as diligências que reputarem necessárias e tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, inquirir testemunhas, requisitar às repartições públicas informações e documentos e transportar-se aos lugares onde se fizer mister sua presença (*vide* art. 6º, Lei n. 4.319/64). *Certa.*

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item, acerca da teoria geral do direito internacional dos direitos humanos e à incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil (Certo ou Errado).

9108. A sistemática concernente ao exercício do poder de celebrar tratados é deixada a critério de cada Estado. Em matéria de direitos humanos, são estabelecidas, na CF, duas categorias de tratados internacionais: a dos materialmente constitucionais e a dos materialmente e formalmente constitucionais.

RESPOSTA Os tratados internacionais materialmente constitucionais são aqueles que decorrem do previsto no art. 5º, § 2º, CF, isto é, não passaram pelo procedimento mais solene. Após a EC n. 45/2004, o STF decidiu que tratados internacionais relativos a direitos humanos ratificados pelo Brasil que não obedeceram ao rito especial previsto no § 3º do art. 5º, CF, possuem *status* supralegal, tornando-se tratados materialmente constitucionais. Já os tratados internacionais material e formalmente constitucionais são aqueles que obtiveram a aprovação especial prevista no art. 5º, § 3º, CF, isto é, são os que se equivalem às emendas constitucionais em razão do procedimento de incorporação mais solene. *Certa.*

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) No que concerne à atuação internacional na área de direitos humanos, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado):

9109. Compõem o Sistema Interamericano de Direitos Humanos a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

RESPOSTA O Sistema Interamericano de Direitos Humanos é bifásico, composto pelos distintos órgãos: Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Errada.*

9110. A República Federativa do Brasil, que reconhece a jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em nenhum momento foi ré por violações geradoras de responsabilidade internacional.

RESPOSTA Além de ser facultativa, e não obrigatória, como diz a questão, o Brasil já foi réu inúmeras vezes, por exemplo: na condenação do caso Escher e Outros *vs*. Brasil de 2009. *Errada.*

9111. De acordo com a jurisprudência do STF, desde 1988 os tratados sobre direitos humanos podem ser incorporados ao ordenamento jurídico nacional com força de emenda constitucional.

RESPOSTA Foi apenas em 2004, com a EC n. 45/2004, que introduziu o § 3º ao art. 5º, CF. *Errada.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) A CF, visando eliminar todas as formas de discriminação na sociedade brasileira, estabelece alguns valores e medidas para assegurar igualdade entre as pessoas. Com relação à discriminação racial, julgue os itens subsecutivos (Certo ou Errado).

9112. A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelo repúdio ao racismo.

RESPOSTA Correto, de acordo com a leitura do art. 4º, inciso VIII, CF. *Certa.*

9113. Constitui discriminação racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência que,

fundada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, objetive anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural, ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada, constituindo a prática do racismo crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de detenção.

RESPOSTA De acordo com o art. 5º, XLII, CF: "a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de **reclusão**, nos termos da lei". *Errada*.

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) No que concerne à afirmação dos grupos quilombolas, julgue o seguinte item (Certo ou Errado).

9114. No período de redemocratização do Brasil, o movimento negro e lideranças das comunidades remanescentes de quilombos intensificaram a busca de direitos de cidadania, definidos, de modo vago, na CF, dependendo da lei infraconstitucional a garantia do direito à preservação de sua cultura e identidade, bem como a do direito à titulação das terras ocupadas por gerações de homens e mulheres que se contrapuseram ao regime escravocrata e constituíram um novo modelo de sociedade e de relação social.

RESPOSTA Quando na redemocratização do Brasil, o Movimento Negro e as lideranças das comunidades remanescentes de quilombos intensificaram a busca por direitos de cidadania. Envolvidos no processo de elaboração da CF/88, garantindo o direito à preservação de sua cultura e identidade, assim como o direito à titulação das terras ocupadas por gerações e gerações de homens e mulheres, que se objetaram ao regime escravocrata e estabeleceram um novo modelo de sociedade e de relação social. *Errada*.

9115. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** A CF é considerada modelo no que se refere à tutela de direitos humanos e de garantias fundamentais. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

(A) A CF é classificada como detalhista no que concerne aos referidos direitos, pois prevê desde a gratuidade de transporte público para idosos até a gratuidade para celebração de casamento civil.
(B) Os tratados de direitos humanos, ainda que aprovados apenas no Senado Federal, em dois turnos e por maioria qualificada, equiparam-se às emendas constitucionais.
(C) A concessão de asilo político é prevista no acervo garantista do art. 5º da CF, que também proíbe a extradição e o banimento de brasileiros do território nacional.
(D) Os índios, suas comunidades e organizações, apesar de poderem defender seus direitos e interesses, não são partes legítimas para ingressar em juízo, devendo fazê-lo por meio do MP.
(E) Direitos humanos de terceira geração, por seu ineditismo e pelo caráter *de lege ferenda* que ainda comportam, não recebem tratamento constitucional.

RESPOSTA De fato, os direitos e garantias fundamentais estão espalhados pela CF/88 de forma expressa e implícita, mas estão principalmente no rol exemplificativo do art. 5º. *Alternativa B.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Com relação à proteção internacional dos direitos humanos, julgue os itens a seguir (Certo ou Errado).

9116. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, apesar de ter natureza de resolução, não apresenta instrumentos ou órgãos próprios destinados a tornar compulsória sua aplicação.

RESPOSTA Por ser a Declaração Universal dos Direitos Humanos uma resolução adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, não possui força jurídica obrigatória. *Certa*.

9117. Os direitos humanos são indivisíveis, como expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual englobou os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

RESPOSTA A indivisibilidade é uma das características dos direitos humanos. À medida que vão sendo reconhecidos pelo ordenamento jurídico interno, não podem sofrer fracionamento. Os direitos econômicos, sociais e culturais, contemplados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, também são indivisíveis, por sua vez. *Certa.*

II. Declaração Universal de Direitos Humanos

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Com relação à proteção internacional dos direitos humanos, julgue o item a seguir (Certo ou Errado).

9118. Entre os diversos órgãos especializados que tratam da proteção dos direitos humanos, inclui-se a Corte Internacional de Justiça, órgão das Nações Unidas cuja competência alcança não só os Estados, mas também quaisquer pessoas físicas e jurídicas, as quais podem encaminhar suas demandas diretamente à Corte.

RESPOSTA São julgados perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) tão somente os Estados, conforme o Estatuto da Corte Internacional de Justiça em seu art. 34, § 1º: Apenas os Estados poderão ser partes em casos diante da Corte. *Errada.*

9119. **(Analista – TJ-ES – 2011 – CESPE)** A Declaração Universal dos Direitos Humanos

(A) não trata de direitos econômicos.
(B) trata dos direitos de liberdade e igualdade.
(C) trata o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos.
(D) não faz referência a direitos políticos.
(E) não faz referência a direitos culturais e à bioética.

RESPOSTA Coloca que todos nascem **livres** e **iguais** em dignidade e direitos (*vide* art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos). *Alternativa B.*

9120. **(Promotor – MP-RO – 2008 – CESPE)** Após as consequências devastadoras da Segunda Guerra Mundial, os países resolveram criar uma organização multi e supranacional para regular as relações entre os povos. Nesse marco, surgiu, em 1945, a Carta das Nações, cujos fundamentos visavam, essencialmente, à manutenção da paz internacional, que incluía a proteção da integridade territorial dos Estados frente à agressão e à intervenção externa; ao fomento entre as nações de relações de amizade, levando em conta os princípios de igualdade, soberania e livre determinação dos povos; e à realização de cooperação internacional para solução de problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, incluindo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, sem fazer distinção por motivos de raça, sexo, idioma ou religião. A Carta das Nações deu origem à ONU, que, posteriormente, criou uma carta de direitos – a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) – adotada e proclamada pela Resolução 217-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Acerca dos direitos fundamentais previstos no documento mencionado no texto acima, assinale a opção incorreta.

(A) A DUDH surgiu para atender ao clamor de toda a humanidade e buscou realçar alguns princípios básicos fundamentais para a compreensão da dignidade humana, entre eles, a liberdade e a igualdade.
(B) A DUDH protege o genoma humano como unidade fundamental de todos os membros da espécie humana e também reconhece como inerentes sua dignidade e sua diversidade. Em um sentido

simbólico, a DUDH reconhece o genoma como a herança da humanidade.

(C) A DUDH afirma que o desrespeito aos direitos humanos é causa da barbárie.

(D) A DUDH assegura o direito de resistência.

(E) A DUDH assegura o direito de resistência. E A DUDH correlaciona o estabelecimento de uma compreensão comum dos direitos humanos com o seu pleno cumprimento.

RESPOSTA O genoma humano, por ser assunto mais recente, não foi abordado na época em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi elaborada, não sendo tutelado e resguardado pelo referido instrumento. Em 1997, o direito foi reconhecido por meio da Declaração Universal do Genoma Humano, cujo art. 1º diz: "O genoma humano subjaz à unidade fundamental de todos os membros da família humana e também ao reconhecimento de sua dignidade e diversidade inerentes. Num sentido simbólico, é a herança da humanidade". *Alternativa B.*

9121. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** A UDHR foi redigida à luz das atrocidades cometidas durante a 2ª Guerra Mundial. Nesse documento, marco da proteção internacional dos direitos humanos, foi afirmado que

(A) o meio ambiente é um direito das presentes e futuras gerações.

(B) o Fundo Monetário Internacional não deve conceder empréstimos para países que usem mão de obra infantil.

(C) liberdade, igualdade e fraternidade são os três princípios axiológicos fundamentais em matéria de direitos humanos.

(D) sanções econômicas deverão ser aplicadas pela ONU às nações que não adotarem as recomendações da UDHR.

(E) deverá ocorrer intervenção humanitária pela ONU caso as nações não adotem as recomendações da UDHR.

RESPOSTA O art. I da Declaração Universal de Direitos Humanos traz que todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sendo dotados de razão e consciência, e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. *Alternativa C.*

9122. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** Considerada documento basilar para a proteção internacional dos direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948,

(A) possui valor meramente declaratório; portanto, não gera obrigações aos Estados.

(B) gera obrigações somente para Estados soberanos que a ratificaram e promulgaram para fins de incorporação ao direito interno.

(C) foi promulgada no Brasil logo após a sua assinatura.

(D) é ato de organização internacional, de modo que prescinde de incorporação ao direito interno, como se exige para tratados ordinários de direitos humanos.

(E) constitui relevante tratado internacional do período posterior à Segunda Guerra.

RESPOSTA Apesar de a Declaração Universal de Direitos Humanos não ser formalmente vinculativa, compreende-se, atualmente, possuir uma força jurídica vinculativa, sendo materialmente obrigatória e sendo a fonte de interpretação de todo o Direito Internacional dos Direitos Humanos. *Alternativa D.*

III. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

(Defensor – DPU – 2007 – CESPE) No que concerne à atuação internacional na área de direitos humanos, julgue o item a seguir:

9123. O Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais não prevê o direito de petição da vítima de violação dos direitos nele protegidos ao comitê criado pelo próprio pacto.

RESPOSTA Desde 2006 o Conselho de Direitos Humanos passou a admitir petições individuais, com o objetivo de proteger ainda mais os direitos humanos, extinguindo interferências políticas que visassem que situações ocorridas no Brasil chegassem ao conhecimento da ONU. *Certa.*

IV. Proteção Internacional às Mulheres, Crianças, Idosos, Deficientes Físicos e Demais Formas Discriminatórias

9124. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Considere as situações hipotéticas abaixo apresentadas.

I. João agrediu fisicamente sua secretária, ex-companheira, machucando-a com um soco no rosto por se recusar a sair com ele.

II. Sebastião forçou sua esposa a prática de atos libidinosos, causando-lhe enorme dor psicológica.

À luz da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará, importante ferramenta de promoção da emancipação das mulheres, assinale a opção correta a respeito das situações descritas.

(A) Ambas as situações enquadram-se na definição de violência contra a mulher.

(B) Na situação I, não ficou caracterizada violência contra a mulher, pois a agressão se deu dentro do lar.

(C) Na situação II, não se caracterizou violência contra a mulher, pois a esposa tem obrigação conjugal de coabitação.

(D) Nenhuma das situações caracteriza violência contra a mulher.

(E) Na situação I, não há violência de gênero contra a mulher, mas, sim, uma violência comum prevista na legislação penal nacional.

RESPOSTA Conforme o art. 2º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (também chamada de Convenção de Belém do Pará), compreende-se como violência física, sexual e psicológica contra a mulher aquela ocorrida dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual. *Alternativa A.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) Acerca da proteção internacional às mulheres, às crianças e aos adolescentes, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

9125. Os documentos das Nações Unidas que tratam dos direitos políticos das mulheres determinam que elas devem ter, em condições de igualdade, o mesmo direito que os homens de ocupar e exercer todos os postos e todas as funções públicas, admitidas as restrições que a cultura e a legislação nacionais imponham.

RESPOSTA Conforme a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, as mulheres devem desfrutar igualmente de todos os direitos, sem restrição (*vide* art. 3º da Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher). *Errada.*

9126. **(Defensor – DPU – 2010 – CESPE)** No direito à liberdade de expressão, um dos direitos previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1990, inclui-se a liberdade de procurar, receber e divulgar, independentemente de fronteiras, informações e ideias de todo tipo, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança.

RESPOSTA Conforme a Convenção sobre os Direitos da Criança, art. 13: “A criança terá direito à liberdade de expressão.

Esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança". *Certa.*

9127. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** A respeito da Política Nacional do Idoso, assinale a opção correta.

(A) A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação política, por meio de organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação da gestão dos programas de auxílio-alimentação instituídos pela Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

(B) O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos. Portanto, o apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento constitui uma das diretrizes da política em apreço.

(C) É obrigatória a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social, estando sujeito a sanções civis, penais e administrativas o dirigente de entidade de atendimento ao idoso que a obstar.

(D) A centralização político-administrativa da capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços é condição essencial e indispensável para a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações.

(E) A priorização do atendimento a idosos em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família, deverá respeitar as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre os meios rural e urbano, sendo, portanto, obrigatório o estabelecimento de um processo de triagem que impeça a permanência dos idosos oriundos do meio rural nos núcleos urbanos.

RESPOSTA Conforme a Lei n. 8.842/94: art. 3º, II: "o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos"; c/c art. 4º, IX: "apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento". *Alternativa B*.

9128. **(Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE)** De acordo com o Estatuto do Idoso, é obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

(A) O direito à liberdade compreende o direito de ir e vir, a liberdade de culto, a livre expressão, o livre convencimento e a possibilidade de buscar apoio para a prática da ortotanásia assistida.

(B) Por ser dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento vexatório ou constrangedor, fica impedida a veiculação da imagem de idosos em campanhas publicitárias sobre preservativos.

(C) É proibida a oferta de esportes de aventura para os maiores de sessenta anos.

(D) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

(E) Os maiores de sessenta anos têm direitos políticos plenos, sendo-lhes vedada, unicamente, a candidatura a cargo eletivo nas assembleias legislativas.

RESPOSTA De acordo com o Estatuto do Idoso, art. 10, § 2º: "O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais". *Alternativa D*.

9129. (Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE) Os objetivos da Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência incluem

(A) o apoio à formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência e a criação do banco de fomento para a aquisição de órteses, próteses e equipamentos de transportes para portadores de mobilidade reduzida.

(B) o investimento na construção de condomínios fechados destinados ao uso exclusivo dos portadores de deficiência em todas as unidades da Federação, bem como a produção de veículos de transporte público adaptados às suas necessidades, de uso exclusivo e circulação obrigatória durante as vinte e quatro horas do dia.

(C) o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade, bem como o desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais das pessoas portadoras de deficiência.

(D) o apoio à formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência e, também, o cadastramento de voluntários para pesquisa com células-tronco embrionárias.

(E) a articulação de entidades governamentais e não governamentais, em nível federal, estadual, do DF e municipal com a Secretaria de Inclusão Social do Trabalhador da Organização Internacional do Trabalho, visando garantir efetividade aos programas de prevenção, de atendimento especializado e de integração social, bem como o estabelecimento de padrões diferenciados de qualidade de vida para os maiores de sessenta anos.

RESPOSTA De acordo com o Decreto n. 914/93, em seu art. 6º, são objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade, assim como desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais das pessoas portadoras de deficiência. *Alternativa C*.

9130. (Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta acerca das definições dadas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova Iorque, em 2007.

(A) Adaptação razoável corresponde a modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

(B) Desenho universal diz respeito à concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por pessoas portadoras de deficiência, havendo a necessidade de adaptação e projeto específico.

(C) Desenho universal exclui ajuda técnica para grupo específico de pessoas com deficiência, quando necessárias adaptações aos portadores de deficiências múltiplas, sendo, portanto, importantes os protocolos de uso combinado como medida auxiliar.

(D) A discriminação por motivo de deficiência restringe-se às formas de discriminação baseadas na recusa de adaptação razoável e na não adoção do desenho universal.

(E) A palavra língua é utilizada para expressar unicamente as formas de linguagem falada pela pessoa humana.

RESPOSTA A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência define em seu art. 2º a “Adaptação razoável”, que significa as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais”. *Alternativa A*.

9131. (Promotor – MP-RO – 2010 – CESPE) Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de setembro de 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança

(A) serve apenas como balizador para futuras legislações nacionais sem caráter coercitivo (por tratar-se de ato de organização internacional), razão pela qual não se enquadra como fonte de direito interno.

(B) consagrou, pela primeira vez, o direito à proteção contra o abandono e a exploração no trabalho e ficou conhecida, também, como Declaração Universal dos Direitos da Criança.

(C) incorporou-se automaticamente ao direito brasileiro, como tratado de direitos humanos.

(D) conflita, em parte, com o ECA, o que até agora impediu que se incorporasse ao direito brasileiro.

(E) trata de matéria contemplada, em linhas gerais, em artigo da CF, o qual é considerado síntese do tratado da Organização das Nações Unidas.

RESPOSTA De acordo com o art. 227, CF: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". *Alternativa E*.

9132. (Defensor – DPE-TO – 2013 – CESPE) No que concerne à garantia da liberdade de pensamento e expressão, assinale a opção correta de acordo com o direito internacional.

(A) De acordo com a Convenção Europeia sobre Direitos Humanos, o regime de autorização prévia para funcionamento de empresas noticiosas televisivas e de radiodifusão é incompatível com o direito à liberdade de expressão.

(B) A Convenção sobre o Direito das Crianças admite restrição à liberdade de expressão para a garantia do respeito à reputação dos indivíduos.

(C) A Declaração Universal dos Direitos Humanos é mais restrita quanto à definição da liberdade de opinião que as convenções americana e europeia sobre direitos humanos, visto que leva em consideração, apenas, o direito à opinião, não abordando, como fazem as referidas convenções, o direito de formar a opinião.

(D) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos admite a censura prévia exclusivamente nos casos previstos em lei para a proteção da segurança nacional ou da ordem pública.

(E) A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher prevê expressamente o direito de a mulher ser tratada em igualdade de condições no que se refere à publicação de suas opiniões pela imprensa.

RESPOSTA De fato admite, conforme a Convenção sobre o Direito das Crianças, art. 13, item 1: "A criança terá direito à liberdade de expressão. Esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança". Item 2: "O exercício de tal direito poderá estar sujeito a determinadas restrições, que serão unicamente as previstas pela lei e consideradas necessárias: a) para o respeito dos direitos ou da reputação dos demais, ou b) para a proteção da segurança nacional ou da ordem pública, ou para proteger a saúde e a moral públicas". *Alternativa B*.

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos às normas aplicáveis aos idosos (Certo ou Errado).

9133. Deverá ser incentivada, como diretriz da política nacional do idoso, a permanência, em instituições asilares de caráter social, dos idosos portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente.

RESPOSTA É vedada a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem

permanente em instituições asilares de caráter social, conforme o art. 4º, parágrafo único, Lei n. 8.842/94. *Errada*.

9134. O primeiro critério de desempate em concurso público deve ser o de idade, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada.

RESPOSTA Constando no Estatuto do Idoso, art. 27, parágrafo único: “O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada”. *Certa*.

9135. O envelhecimento constitui direito personalíssimo, e a sua proteção, direito social, nos termos da legislação vigente.

RESPOSTA Como afirma o Estatuto do Idoso, art. 8º: “O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente”. *Certa.*

9136. Entende-se por modalidade asilar o atendimento, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover a própria subsistência, de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social.

RESPOSTA Correto, o Decreto n. 1.948/96 traz em seu art. 3º: “Entende-se por modalidade asilar o atendimento, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover à própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social”. *Certa.*

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Em relação ao Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003), julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

9137. Considere a seguinte situação hipotética. João e Maria, maiores de setenta anos de idade, carentes, moram juntos e não possuem meios para prover sua subsistência nem podem tê-la provida por sua família. A Maria foi assegurado o benefício mensal de um salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social. Nessa situação, João fica impedido de receber o mesmo benefício, dado o não atendimento, pelo casal, do requisito da renda familiar *per capita*.

RESPOSTA Conforme o art. 34 do Estatuto do Idoso, não será considerado no cálculo o benefício concedido a outro membro da família. Assim, João pode também receber o benefício. *Errada.*

9138. O Estatuto do Idoso garante aos maiores de 65 anos de idade a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos; no entanto, tal norma foi declarada inconstitucional pelo STF, na medida em que foi criada despesa para as empresas de transporte, sem previsão da devida compensação financeira, o que traria prejuízos graves às concessionárias, a ponto de representar risco ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão entre a administração e os concessionários.

RESPOSTA O Estatuto do Idoso, no art. 39, assim como o art. 230, § 2º, CF, prevê a gratuidade dos transportes coletivos aos maiores de 65, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares, sendo julgada constitucional essa norma pelo STF, de acordo com a Ação direta de inconstitucionalidade. *Errada.*

9139. As transações relativas a alimentos em favor do idoso poderão ser celebradas perante o promotor de justiça ou defensor público, que as referendarão, passando elas a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.

RESPOSTA Afirma o Estatuto do Idoso, art. 13: “As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil”. *Certa.*

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Com relação à Política Nacional contra as Práticas de

Discriminação Racial, julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

9140. Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial é uma forma de organização e de articulação voltada à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no país, de responsabilidade exclusiva do poder público federal.

RESPOSTA De acordo com a redação do Estatuto da Igualdade Racial, que institui o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) como forma de organização e articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinado a superar as iniquidades raciais existentes no país, prestadas pelo Poder Público Federal. Os Estados, o Distrito Federal e Municípios poderão participar do SINAPIR mediante adesão. O Poder Público Federal incentivará a sociedade e a iniciativa privada a participar do SINAPIR (*vide* art. 47). *Errada.*

9141. A implementação de políticas voltadas para a inclusão da população negra no mercado de trabalho é de responsabilidade do poder público, devendo ser observados os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, ao ratificar a Convenção n. 111 da Organização Internacional do Trabalho, de 1958, e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965.

RESPOSTA De fato é o que dispõe o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010) em seu art. 38. *Certa.*

9142. Os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades, tais como garantia de oportunidade de emprego para atores, figurantes e técnicos negros na produção de filmes, são ações afirmativas para garantir o direito à igualdade.

RESPOSTA Ponto pacífico, sendo afirmada no texto do Estatuto da Igualdade Racial, art. 44. *Certa.*

V. Sistema Interamericano de Direitos Humanos

9143. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** A Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 (Pacto de San José da Costa Rica)

(A) reproduziu a maior parte das declarações de direitos constantes do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

(B) foi adotada sem ressalvas pelo Brasil desde o seu início.

(C) proíbe o restabelecimento da pena capital nos países que a tenham abolido.

(D) não tratou do direito ao nome.

(E) indica a possibilidade de asilo no caso do cometimento de crimes comuns não vinculados à atividade política.

RESPOSTA De fato, uma vez abolida a pena de morte, o Estado não poderá novamente restaurá-la (*vide* art. 4º, § 3º, do Pacto de San José). *Alternativa C.*

9144. **(Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE)** De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a opção incorreta.

(A) Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e submetem-se a tratamento adequado à sua condição de pessoas não condenadas.

(B) Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou de outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. A sua liberdade pode

ser condicionada a garantias que asseverem o seu comparecimento em juízo.

(C) A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita tão somente às limitações prescritas pela lei, e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos ou as liberdades das demais pessoas.

(D) Toda pessoa atingida por informações inexatas ou ofensivas emitidas em seu prejuízo por meios de difusão legalmente regulamentados e que se dirijam ao público em geral tem direito a fazer, pelo mesmo órgão de difusão, sua retificação ou sua resposta, nas condições estabelecidas pela lei.

(E) Constituem trabalhos forçados os trabalhos ou os serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa para cumprimento de sentença.

RESPOSTA Está errada, pois de acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos, art. 6º, item 3, não constituem trabalhos forçados ou obrigatórios os trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente. *Alternativa E*.

9145. (Delegado – PC-PB – 2009 – CESPE) À luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José), julgue os seguintes itens.

I. Admite-se a pena de morte em relação aos delitos políticos e aos delitos conexos com delitos políticos, devendo o Estado signatário fazer tal opção expressamente, quando da ratificação da Convenção.

II. O direito à vida deve ser protegido pela lei desde o momento do nascimento, que se dá com o início do trabalho de parto.

III. As penas privativas de liberdade têm por finalidade essencial a retribuição do mal causado.

IV. Ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório. Nos países em que se prescreve, para certos delitos, pena privativa de liberdade acompanhada de trabalhos forçados, essa disposição não pode ser interpretada no sentido de proibir o cumprimento da dita pena, imposta por um juiz ou tribunal competente.

V. Ninguém deve ser detido por dívidas. Esse princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar. Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) III e V.

(E) IV e V.

RESPOSTA (I) Está incorreta, pois o Pacto de San José da Costa Rica, art. 4º, item 4, diz: “Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada a delitos políticos, nem a delitos comuns conexos com delitos políticos”*;* (II) está incorreta, conforme nos mostra o Pacto de San José da Costa Rica, art. 4º, item 1: “Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente”; (III) está incorreta conforme o Pacto de San José da Costa Rica, art. 5º, item 6: “As penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados*”;* (IV) está correta, pois de acordo com o Pacto de San José da Costa Rica, art. 6º, item 2: “Ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório. Nos países em que se prescreve, para certos delitos, pena privativa de liberdade acompanhada de trabalhos forçados, esta disposição não pode ser interpretada no sentido de proibir o cumprimento da dita pena, imposta por um juiz ou tribunal competente. O trabalho forçado não deve afetar a dignidade, nem a capacidade física e intelectual do recluso”; (V) está correta, conforme o Pacto de San José da Costa Rica, art. 7º, item 7: “Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar”. *Alternativa E*.

(Delegado – PC-AL – 2012 – CESPE) Julgue os itens que se seguem acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). (Certo ou Errado)

9146. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos prevê a proibição da escravidão e da servidão, assim compreendidos, entre outras hipóteses, os trabalhos forçados exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente.

RESPOSTA De acordo com o Pacto de São José da Costa Rica, art. 6º, é admissível o trabalho forçado em alguns Estados; o que não é aceito é que o trabalho agrida direitos humanos. *Errada*.

9147. De acordo com a referida convenção, toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão, porém está sujeita à responsabilidade ulterior e à censura prévia.

RESPOSTA De acordo com o Pacto de São José da Costa Rica, art. 13, itens 1 e 2, não pode estar sujeita à censura prévia, mas poderá estar sujeita a responsabilidades ulteriores. *Errada*.

9148. A referida convenção estabelece que somente o casamento, ou a união estável, é o núcleo natural e fundamental da sociedade e deve ser protegido pela sociedade e pelo Estado.

RESPOSTA De acordo com o Pacto de São José da Costa Rica, art. 17, só menciona a proteção do casamento e em nenhum momento fala de união estável. *Errada*.

9149. A usura deve ser reprimida pela lei, de acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

RESPOSTA De acordo com o Pacto de São José da Costa Rica, art. 21, item 3, tanto a usura como qualquer outra forma de exploração do homem pelo homem devem ser reprimidas pela lei. *Certa*.

9150. Apesar de consagrar o direito à vida, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos prevê que a aplicação da pena de morte, para os países que a adotam, pode ser aplicada aos delitos mais graves, incluindo os delitos políticos.

RESPOSTA Está errada ao incluir os delitos políticos, indo contra o que diz o art. 4º do Pacto de São José da Costa Rica. *Errada*.

(Escrivão – PC-AL – 2012 – CESPE) Acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

9151. Somente os Estados-partes e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos têm o direito de submeter um caso à decisão da Corte Internacional de Direitos Humanos.

RESPOSTA Está correta, de acordo com Pacto de São José da Costa Rica, art. 61, item 1, sendo apenas os Estados-partes e a Comissão Interamericana que possuem legitimidade para submeter um caso à decisão da Corte. *Certa*.

9152. A CADH admite a possibilidade de asilo, em território estrangeiro, de pessoa que cometa crime comum não vinculado à atividade política.

RESPOSTA De acordo com o Pacto de São José da Costa Rica, art. 22, item 7: "Toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos, de acordo com a legislação de cada Estado e com as Convenções internacionais". *Errada*.

9153. É assegurado a qualquer pessoa apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições que contenham denúncias ou queixas de violação da CADH por um Estado-parte.

RESPOSTA De acordo com o art. 44 do Pacto de São José da Costa Rica, possuem legitimidade para ingressar perante a Comissão Interamericana as pessoas ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou

mais Estados-membros da OEA. *Certa*.

VI. Mecanismos Internacionais de Proteção

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) No que concerne ao sistema interamericano de direitos humanos, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

9154. Embora sem competência contenciosa, de caráter jurisdicional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem competência consultiva, relativa à interpretação das disposições da Convenção Americana e das disposições de tratados concernentes à proteção dos direitos humanos.

RESPOSTA A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui competência contenciosa e jurisdicional, constando nos arts. 61 ao 65 do Pacto de San José da Costa Rica. *Errada.*

9155. Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) podem apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições que contenham denúncias ou queixas de violação à Convenção Americana de Direitos Humanos por um Estado-parte.

RESPOSTA O Pacto de San José da Costa Rica estabelece no art. 44: "Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado-parte". *Certa.*

9156. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Com relação aos mecanismos internacionais de proteção e monitoramento dos direitos humanos, assinale a opção correta.

(A) O Tribunal de Nuremberg não teve nenhum papel histórico na internacionalização dos direitos humanos.

(B) A ONU nasceu com diversos objetivos, como a manutenção da paz e segurança internacionais, entretanto a proteção internacional dos direitos humanos não estava incluído entre eles.

(C) Quando foi adotada e proclamada por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, a UDHR, por não ter sido aceito por todos os países, não teve importância histórica.

(D) Além da UDHR de 1948 não há outros documentos relevantes no âmbito da proteção internacional global dos direitos humanos.

(E) O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966 previu novas espécies de direitos humanos além daquelas previstas expressamente na UDHR de 1948.

RESPOSTA De fato, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos estendeu ainda mais os direitos civis e políticos do que a própria Declaração Universal. Entre os novos direitos e garantias estão: o direito à autodeterminação (*vide* art. 1); o direito de não ser preso em razão de descumprimento de obrigação contratual (*vide* art. 11); a proibição da propaganda de guerra ou de incitamento à intolerância étnica ou racial (*vide* art. 20); o direito da criança ao nome e à nacionalidade (*vide* art. 24); a proteção dos direitos de minorias à identidade cultural, religiosa e linguística (*vide* art. 27). *Alternativa E*.

(Defensor – DPE-BA – 2010 – CESPE) Acerca dos mecanismos de proteção internacional de direitos humanos, julgue os itens subsequentes (Certo ou Errado).

9157. A violação grave e sistemática dos direitos humanos das mulheres em um Estado pode ser investigada pelo Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, que recebe petições com denúncias de violação a esses direitos.

RESPOSTA O Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher estabeleceu o sistema de petições individuais, podendo qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos peticionar perante Comitê alegando violação à Convenção (*vide* arts. 1º e 2º do Decreto n. 4.316/2002). *Certa.*

9158. Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização dos Estados Americanos pode apresentar diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos petições que contenham denúncias ou queixas de violação dos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos por um Estado-parte.

RESPOSTA Perante a Corte Interamericana, apenas a Comissão Interamericana e os Estados-membros estão legitimados. Por outro lado, perante a Comissão Interamericana os legitimados são pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros pertencentes à OEA (*vide* arts. 44 e 61 do Pacto de San José). *Errada.*

9159. **(Defensor – DPE-AC – 2012 – CESPE)** Com relação à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos a respeito dos direitos e da condição jurídica das crianças (OC-17) e dos imigrantes sem documentação (OC-18), assinale a opção correta.

(A) Devido ao caráter irregular da imigração, não se pode considerar discriminatória a distinção, de acordo com a legislação nacional, entre os trabalhadores que se encontrem legalmente e ilegalmente no território do Estado-membro.

(B) O princípio da igualdade impede que os Estados-membros estabeleçam, em suas legislações internas, distinções de tratamento em razão da menoridade.

(C) Os Estados-membros devem favorecer, mas não impor, a permanência do menor em seu núcleo familiar.

(D) Por meio do dever de especial proteção aos menores, os Estados-membros são autorizados a instituir juízos de exceção destinados à resolução de casos concretos cuja gravidade tenham reconhecido *ex post facto*.

(E) A irregularidade da condição migratória justifica tratamento diferenciado do imigrante, apenas no que concerne à matéria trabalhista, pois é reconhecida a legitimidade dos Estados-membros para regular aspectos relevantes de sua economia interna.

RESPOSTA De acordo com a Opinião Consultiva 17.5: “a separação da criança do núcleo familiar deve ocorrer somente em situações excepcionais e para o melhor interesse da própria criança, sendo preferencialmente temporária”. *Alternativa C.*

VII. Temas Diversos

9160. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** A respeito do desenvolvimento histórico dos direitos humanos e seus marcos fundamentais, assinale a opção correta.

(A) Os direitos fundamentais surgem todos de uma vez, não se originam de processo histórico paulatino.

(B) Não há uma correlação entre o surgimento do cristianismo e o respeito à dignidade da pessoa humana.

(C) As gerações de direitos humanos mais recentes substituem as gerações de direitos fundamentais mais antigas.

(D) A proteção dos direitos fundamentais é objeto também do direito internacional.

(E) A ONU é o órgão responsável pela UDHR e pela Declaração Americana de Direitos.

RESPOSTA Conforme art. 5º, § 2º, CF: **os direitos e garantias** expressos nesta Constituição **não excluem outros decorrentes** do regime e dos princípios por ela adotados, ou **dos tratados internacionais** em que a República Federativa do Brasil seja parte. *Alternativa D.*

9161. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Os direitos fundamentais possuem determinadas características que foram objeto de detalhado estudo da doutrina nacional e internacional. A respeito dessas características, assinale a opção correta.

(A) O princípio da universalidade impede que determinados valores sejam protegidos em documentos internacionais dirigidos a todos os países.

(B) A irrenunciabilidade dos direitos fundamentais não destaca o fato de que estes se vinculam ao gênero humano.

(C) É característica marcante o fato de os direitos fundamentais serem absolutos, no sentido de que eles devem sempre prevalecer, independentemente da existência de outros direitos, segundo a máxima do "tudo ou nada".

(D) A imprescritibilidade dos direitos fundamentais vincula-se à sua proteção contra o decurso do tempo.

(E) A inviolabilidade evita o desrespeito dos direitos fundamentais por autoridades públicas, entretanto permite o desrespeito por particulares.

RESPOSTA A imprescritibilidade é uma das características dos direitos fundamentais; significa dizer que esse direito não prescreve com o não uso e pelo decurso do tempo. *Alternativa D*.

9162. **(Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE)** Atualmente, os direitos e garantias fundamentais estão inseridos em distintos textos constitucionais de diferentes países. Tal presença é uma conquista histórica ocorrida por ações concretas realizadas no passado. A Carta das Nações Unidas de 1945, exemplo de uma dessas ações concretas, consolidou, junto com a UDHR, o movimento de internacionalização dos direitos humanos. Tendo em vista essa institucionalização, assinale a opção correta a respeito da estrutura normativa do direito internacional protetivo dos direitos humanos.

(A) A estrutura de proteção do direito internacional é concentrada na ONU.

(B) A proteção internacional pode ser vista, entre outros, em dois planos: sistema global (ONU) e sistema regional (OEA).

(C) A UDHR pertence ao sistema regional de proteção dos direitos humanos.

(D) O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos pertence ao sistema regional de proteção dos direitos humanos.

(E) O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais pertence ao sistema regional de proteção dos direitos humanos.

RESPOSTA A proteção internacional dos direitos e garantias fundamentais pode ser encontrada, em nível global, no Sistema Global de Direitos Humanos. Há um desdobramento dessa proteção na busca pela internacionalização desses direitos em nível regional, representado pelos Sistemas Interamericano, Europeu e Africano. *Alternativa B*.

9163. **(Defensor – DPE-TO – 2013 – CESPE)** A respeito da proteção aos presos no âmbito do direito internacional, assinale a opção correta.

(A) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos exigem a separação entre o suspeito de praticar infração penal que aguarda julgamento e o preso condenado.

(B) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos proíbe a pena de trabalhos forçados.

(C) A Convenção Europeia sobre Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prescrevem que poderá ser exigida garantia de comparecimento ao juízo para a libertação

de preso suspeito da prática de infração penal.

(D) A Declaração Universal dos Direitos Humanos garante expressamente aos presos o direito de participação política.

(E) A Convenção sobre os Direitos da Criança determina que, em qualquer circunstância, as crianças privadas de liberdade sejam separadas dos adultos.

RESPOSTA Diz a Convenção Europeia sobre Direitos Humanos, art. 5º, item 3: "Qualquer pessoa presa ou detida nas condições previstas no parágrafo 1, alínea c), do presente artigo deve ser apresentada imediatamente a um juiz ou outro magistrado habilitado pela lei para exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada num prazo razoável, ou posta em liberdade durante o processo. A colocação em liberdade pode estar condicionada a uma garantia que assegure a comparência do interessado em juízo". Já o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, art. 9º, item 3: "Qualquer pessoa presa ou encerrada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência, a todos os atos do processo e, se necessário for, para a execução da sentença". *Alternativa C*.

9164. **(Defensor – DPU – 2010 – CESPE)** Segundo determinação das Nações Unidas acerca do uso da força, os governos devem garantir que a utilização arbitrária ou abusiva da força ou de armas de fogo pelos policiais seja punida como infração penal, nos termos da legislação nacional.

RESPOSTA Observando a Resolução n. 34/169 ONU (Código de Conduta para Policiais), de acordo com o item 7 das disposições gerais: "Os Governos devem garantir que a utilização arbitrária ou abusiva da força ou de armas de fogo pelos policiais seja punida como infração penal, nos termos da legislação nacional". *Certa*.

9165. **(Promotor – MP-AM – 2007 – CESPE)** Considerando a teoria geral dos direitos humanos, assinale a opção correta.

(A) Consoante a teoria da margem de apreciação, nenhuma norma de direitos humanos pode ser invocada para limitar o exercício de qualquer direito.

(B) A característica da indivisibilidade dos direitos humanos decorre da constatação de que a condição de pessoa é o único requisito para a sua titularidade de direitos e das necessidades humanas universais.

(C) A superioridade das normas de direitos humanos caracteriza-se pela aferição de idoneidade, necessidade e equilíbrio da intervenção do Estado em determinado direito fundamental.

(D) O princípio da proibição do retrocesso social é uma cláusula de defesa do cidadão em face de possíveis arbítrios impostos pelo legislador no sentido de desconstituir as normas de direitos fundamentais.

(E) Com a inclusão dos direitos sociais no rol dos direitos do homem, antes composto apenas de direitos de liberdade, os direitos do homem passaram a constituir uma categoria homogênea.

RESPOSTA O princípio da proibição do retrocesso é uma das características dos direitos humanos; portanto, no caso dos direitos sociais, a proibição do retrocesso social visa a impedir que o legislador venha a extinguir direito já garantido pela norma constitucional. *Alternativa D.*

9166. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** No que se refere à proteção internacional dos direitos humanos, que é constituída por mecanismos unilaterais e coletivos da responsabilidade internacional do Estado, assinale a opção correta.

(A) No sistema extraconvencional, a responsabilização do Estado por violação de direitos humanos inicia-se por petições de Estados e por petições de particulares.

(B) O princípio informador do sistema de relatórios, principal mecanismo não contencioso, é o da

reciprocidade, pelo qual se atribui obrigação internacional de respeito aos direitos humanos.

(C) A *actio popularis* ou *actio publica* refere-se à possibilidade de qualquer Estado acionar, para a proteção de interesses considerados essenciais pela comunidade internacional, Estado infrator.

(D) No mecanismo unilateral, o Estado obedece, na análise da responsabilidade internacional de outro Estado por violações de direitos humanos, a formas determinadas nos tratados internacionais.

(E) Compete à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos apresentar relatórios periódicos para a apuração da responsabilidade dos Estados-membros em relação aos direitos sociais.

RESPOSTA Qualquer Estado (ou cidadão pertencente a ele), portanto, poderá acionar processo *actio popularis* ou *actio publica,* no interesse da ordem internacional, quando houver grave violação de direitos humanos. *Alternativa C.*

(Defensor – DPU – 2010 – CESPE) No que diz respeito às vítimas do abuso de poder e da criminalidade e ao uso da força e de armas de fogo pelos Estados, julgue os itens que se seguem (Certo ou Errado).

9167. Consideram-se vítimas de abuso de poder as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido prejuízos, nomeadamente atentado à integridade física ou mental, sofrimento de ordem moral, perda material ou grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões que, embora não constituam ainda violação da legislação penal nacional, representam violações das normas internacionalmente reconhecidas em matéria de direitos humanos.

RESPOSTA De acordo com o anexo da Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder (Resolução 40/34, de 1985, da ONU) em seu item 18: “entende-se por vítimas as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido prejuízos, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões que, não constituindo ainda uma violação da legislação penal nacional, representam violações das normas internacionalmente reconhecidas em matéria de direitos do homem”. *Certa.*

9168. De acordo com o direito internacional, uma pessoa que tenha sofrido atentado aos seus direitos fundamentais somente pode ser considerada vítima da criminalidade se o autor da violação tiver sido preso, processado, declarado culpado ou, pelo menos, identificado.

RESPOSTA De acordo com o anexo da Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder (Resolução 40/34, de 1985, da ONU) em seu item 2: “Uma pessoa pode ser considerada como ‘vítima’, no quadro da presente Declaração, quer o autor seja ou não identificado, preso, processado ou declarado culpado, e quaisquer que sejam os laços de parentesco deste com a vítima. O termo ‘vítima’ inclui também, conforme o caso, a família próxima ou as pessoas a cargo da vítima direta e as pessoas que tenham sofrido um prejuízo ao intervirem para prestar assistência às vítimas em situação de carência ou para impedir a vitimização”. *Errada.*

9169. Segundo determinação das Nações Unidas acerca do uso da força, os governos devem garantir que a utilização arbitrária ou abusiva da força ou de armas de fogo pelos policiais seja punida como infração penal, nos termos da legislação nacional.

RESPOSTA De acordo com as Disposições Gerais da Resolução 34/169 da ONU, item 7: “Os Governos devem garantir que a utilização arbitrária ou abusiva da força ou de armas de fogo pelos policiais seja punida como infração penal, nos termos da legislação nacional”. *Certa.*

9170. **(Defensor – DPE-TO – 2013 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

(A) A referida convenção não pode funcionar como base legal para a extradição, quando permitida, de pessoa acusada de tortura.

(B) O Comitê contra a Tortura deve ser composto por pessoas de reputação ilibada indicadas pelos Estados-partes e aprovadas pelo secretário-geral da ONU.

(C) Essa convenção não estabelece garantias para o acusado da prática de tortura.

(D) O referido acordo internacional define a tortura como qualquer ato por meio do qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de castigá-la por ato que ela tenha cometido, mesmo que tais dores ou sofrimentos sejam consequência unicamente de sanções legítimas.

(E) Quando o Estado-parte reconhecer a competência do Comitê contra a Tortura para receber e processar petições individuais, devem ser sempre consideradas inadmissíveis as petições apócrifas.

RESPOSTA Apócrifo é aquilo que não é conhecido, não é autêntico, é controverso e/ou não é admissível pela Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, exemplos: art. 8º, item 1; art. 17, item 1; art. 22, itens 1 e 2. *Alternativa E*.

9171. (Defensor – DPE-PI – 2009 – CESPE) A respeito do desenvolvimento histórico dos direitos humanos e seus marcos fundamentais, assinale a opção correta.

(A) Os direitos fundamentais surgem todos de uma vez, não se originam de processo histórico paulatino.

(B) Não há uma correlação entre o surgimento do cristianismo e o respeito à dignidade da pessoa humana.

(C) As gerações de direitos humanos mais recentes substituem as gerações de direitos fundamentais mais antigas.

(D) A proteção dos direitos fundamentais é objeto também do direito internacional.

(E) A ONU é o órgão responsável pela UDHR e pela Declaração Americana de Direitos.

RESPOSTA Quando os direitos humanos estão inseridos no ordenamento interno de um Estado, levam o nome de direitos fundamentais; porém, quando ainda estiverem na esfera do direito internacional, como num tratado internacional ou pacto, mantêm o nome de direitos humanos. São sinônimo de direitos humanos. *Alternativa D.*

FCC

I. Constituição Federal e Tratados Ratificados pelo Brasil

9172. (Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC) Uma das atividades precípuas dos Defensores Públicos diz respeito aos direitos das pessoas privadas de liberdade. A respeito do tema, assinale a alternativa correta, conforme as previsões dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil.

(A) A Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes não admite a aplicação de pena de trabalhos forçados.

(B) A Convenção sobre os Direitos da Criança admite que menor de dezoito anos seja mantido preso em companhia de adultos, se tal fato for compatível com os melhores interesses da criança.

(C) A Convenção Americana de Direitos Humanos admite que os indivíduos privados de liberdade, em cumprimento de sentença, possam ser postos à disposição de pessoas jurídicas de caráter privado, para a execução dos serviços normalmente exigidos na prisão.

(D) A Convenção Americana de Direitos Humanos estabelece o direito da pessoa privada de liberdade dispor de cela individual.

(E) O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos estabelece que somente os crimes de maior gravidade sejam apenados com pena privativa de liberdade.

RESPOSTA Correto, conforme art. 37, *c*: "toda criança privada da liberdade seja tratada com a humanidade e o respeito que merece a dignidade inerente à pessoa humana, e levando-se em consideração as necessidades de uma pessoa de sua idade. Em especial, toda criança privada de sua liberdade ficará separada dos adultos, a não ser que tal fato seja considerado contrário aos melhores interesses da criança, e terá direito a manter contato com sua família por meio de correspondência ou de visitas, salvo em circunstâncias excepcionais". *Alternativa B*.

9173. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Uma das atividades precípuas dos Defensores Públicos diz respeito aos direitos das pessoas privadas de liberdade. A respeito do tema, assinale a alternativa correta, conforme as previsões dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil.

(A) A Convenção Americana de Direitos Humanos estabelece o direito da pessoa privada de liberdade dispor de cela individual.

(B) A Convenção Americana de Direitos Humanos admite que os indivíduos privados de liberdade, em cumprimento de sentença, possam ser postos à disposição de pessoas jurídicas de caráter privado, para a execução dos serviços normalmente exigidos na prisão.

(C) O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos estabelece que somente os crimes de maior gravidade sejam apenados com pena privativa de liberdade.

(D) A Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes não admite a aplicação de pena de trabalhos forçados.

(E) A Convenção sobre os Direitos da Criança admite que menor de dezoito anos seja mantido preso em companhia de adultos, se tal fato for compatível com os melhores interesses da criança.

RESPOSTA De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, art. 37, *c*: "toda criança privada da liberdade seja tratada com a humanidade e o respeito que merece a dignidade inerente à pessoa humana, e levando-se em consideração as necessidades de uma pessoa de sua idade. Em especial, toda criança privada de sua liberdade ficará separada dos adultos, a não ser que tal fato seja considerado contrário aos melhores interesses da criança, e terá direito a manter contato com sua família por meio de correspondência ou de visitas, **salvo em circunstâncias excepcionais**". *Alternativa E*.

9174. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Tendo em conta a Emenda Constitucional n. 45, de 2004, em relação à incorporação ao direito interno e à respectiva posição hierárquica dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, é correto afirmar:

(A) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que vierem a ser aprovados por três quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional terão força de emendas constitucionais.

(B) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil previamente à edição da Emenda Constitucional n. 45 deixaram de integrar o direito interno.

(C) O Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência entendendo que os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil nos termos da Emenda Constitucional n. 45 possuem natureza supralegal e infraconstitucional.

(D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que haviam sido aprovados pelo Congresso Nacional previamente à edição da Emenda Constitucional n. 45 foram equiparados às emendas constitucionais.

(E) O Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência entendendo que os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil previamente à edição da Emenda Constitucional n. 45 possuem natureza materialmente constitucional.

RESPOSTA De fato, os tratados internacionais de direitos humanos que forem aprovados pelo procedimento especial prescrito no art. 5º, § 3º, CF terão força de emenda constitucional (ou norma constitucional). *Alternativa A*.

9175. (Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC) A Lei Complementar n. 132, de 7 de outubro de 2009, ao introduzir alterações na Lei Complementar Federal n. 80, de 12 de janeiro de 1994, estabeleceu como função institucional da Defensoria Pública, “representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos”. Considere os seguintes órgãos do sistema das Nações Unidas:

I. Comitê de Direitos Humanos.
II. Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais.
III. Comitê sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher.
IV. Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Tendo em conta os instrumentos internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil e seus respectivos mecanismos de monitoramento, os órgãos que admitem o processamento de comunicação individual formulada contra o Brasil são

(A) I, II e III, somente.
(B) I, II e IV, somente.
(C) I, III e IV, somente.
(D) II, III e IV, somente.
(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA (I) Está correta, conforme art. 28, § 1º, do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. (II) Está errada, pois o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais previsto no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais não entrou em vigor. (III) Está correta, conforme art. 2º do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. (IV) Está correta, conforme Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. *Alternativa C*.

9176. (Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC) Foi aprovada pelo plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a instalação de seções eleitorais especiais em estabelecimentos penais e de internação de adolescentes, para viabilizar o voto de presos provisórios e de jovens em medida socioeducativa de internação, no pleito a se realizar no segundo semestre de 2010. A respeito do tema e tendo em conta o teor dos tratados de Direito Internacional dos Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, é correto afirmar:

(A) A Convenção dos Direitos da Criança prevê que os direitos políticos de menores de dezoito anos poderão ser limitados em razão de condenação em processo criminal.
(B) A Declaração Universal dos Direitos Humanos garante o direito a toda pessoa de tomar parte no governo de seu país por intermédio de representantes eleitos.
(C) A Convenção Americana de Direitos Humanos não dispõe expressamente sobre o tema do voto de quem tenha sofrido condenação em processo criminal.
(D) O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prevê que os direitos políticos dos condenados criminalmente poderão ser restringidos, desde que de maneira fundada.
(E) O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais proíbe a discriminação de pessoas quanto ao direito ao voto, aí incluídos os condenados criminalmente.

RESPOSTA Conforme Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, todo cidadão (incluindo também aqueles condenados criminalmente) terá o direito e a possibilidade, sem qualquer das formas de discriminação mencionadas no art. 2º e sem restrições infundadas (portanto, pode haver restrição, caso esta seja fundada): de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores. *Alternativa D*.

9177. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Recentemente o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 153, em que se requeria declaração daquela Corte no sentido de reconhecer que a anistia concedida pela Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, aos crimes políticos ou conexos, não se estende aos crimes comuns praticados pelos "agentes da repressão contra opositores políticos, durante o regime militar (1964/1985)." A respeito das chamadas "leis de autoanistia", a Corte Interamericana de Direitos Humanos já se posicionou diversas vezes. A partir da jurisprudência deste tribunal é correto afirmar:

(A) O fato de um Estado-parte ser signatário das Convenções de Genebra sobre Direito Internacional Humanitário não serve de fundamentação para sua condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, pois há plena separação entre aquele sistema de normas e as que compõem o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

(B) Os agentes estatais que tenham praticado atos de tortura em período não democrático, objeto de lei de anistia, não podem mais ser processados ante a irretroatividade de lei penal mais severa.

(C) O Estado-parte na Convenção Americana de Direitos Humanos tem o dever de punir os responsáveis por crimes de lesa-humanidade, não podendo aventar a prescrição criminal para deixar de fazê-lo, mesmo que os fatos tenham ocorrido há mais de vinte anos.

(D) Por se tratar de um tribunal de natureza civil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos não pode determinar que um Estado-parte leve a juízo criminal agentes públicos que supostamente cometeram crimes de lesa-humanidade.

(E) O fato de a prática do desaparecimento forçado de opositores políticos ser anterior à ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos pelo país impede a apreciação do caso perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

RESPOSTA Quando houver desaparecimento de pessoas, haverá um delito permanente (até que se descubram os corpos), sendo os Estados obrigados a investigar e punir esses crimes. Por ser um delito permanente, não há início de contagem da prescrição, enquanto não houver cessado a permanência (*vide* art. 111, III, CP). *Alternativa C.*

II. Declaração Universal de Direitos Humanos

9178. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** É INCORRETO afirmar que a Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU)

(A) foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas sob a forma de Resolução.

(B) é um tratado internacional que contém a obrigação legal de respeito aos princípios básicos de direitos humanos.

(C) elenca direitos cujos respeito e observância universal devem ser promovidos pelos Estados-membros das Nações Unidas.

(D) elenca tanto direitos civis e políticos, como direitos sociais, econômicos e culturais.

(E) fixa a ideia de que os direitos humanos são universais e não relativos às peculiaridades sociais e culturais de determinada sociedade.

RESPOSTA A Declaração Universal de Direitos do Homem nasceu como recomendação em forma de resolução adotada na Assembleia Geral da ONU. Não se trata de um tratado, pois este nasce de acordo internacional entre os Estados. *Alternativa B*.

9179. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 inova a concepção de direitos humanos porque universaliza os direitos

(A) civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, conferindo-lhes paridade hierárquica.

(B) enunciados na Declaração francesa de direitos humanos, assegurando globalmente direitos civis e políticos e conferindo-lhes supremacia.

(C) enunciados na Declaração do Povo Trabalhador e Explorado, assegurando globalmente direitos econômicos, sociais e culturais, conferindo-lhes supremacia.

(D) civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, conferindo maior hierarquia aos direitos civis e políticos.

(E) enunciados na Declaração americana de direitos humanos, assegurando globalmente direitos de solidariedade e conferindo-lhes supremacia.

RESPOSTA A Declaração Universal dos Direitos Humanos contempla os direitos civis e políticos (arts. 3 a 21) e os direitos econômicos, sociais e culturais (arts. 22 a 28), não havendo hierarquia, e sim interdependência e indivisibilidade, em que cada direito depende um do outro para ser inteiramente realizado. Há uma paridade hierárquica entre eles. *Alternativa A.*

9180. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** A Declaração Universal de Direitos Humanos

(A) apresenta força jurídica vinculante, seja por constituir uma interpretação autorizada do artigo 55 da Carta das Nações Unidas, seja por constituir direito costumeiro internacional, conforme sustenta parte considerável da doutrina, consagrando ainda a ideia de que, para ser titular de direitos, basta ser nacional de qualquer Estado.

(B) não apresenta qualquer força jurídica vinculante, consagrando a ideia de que, para ser titular de direitos, basta ser nacional de um Estado.

(C) apresenta força jurídica vinculante, seja por constituir uma interpretação autorizada do artigo 55 da Carta das Nações Unidas, seja por constituir direito costumeiro internacional, conforme sustenta parte considerável da doutrina, consagrando ainda a ideia de que, para ser titular de direitos, basta ser pessoa.

(D) não apresenta qualquer força jurídica vinculante, consagrando a ideia de que, para ser titular de direitos, basta ser nacional de um Estado-membro da ONU.

(E) apresenta força jurídica vinculante, por constituir uma interpretação autorizada das modernas Declarações de direito, conforme sustenta parte considerável da doutrina, consagrando ainda a ideia de que, para ser titular de direitos, basta ser nacional de um Estado-membro da ONU.

RESPOSTA A Declaração Universal dos Direitos Humanos é recomendação, e não tratado, e por isso não teria, inicialmente, força vinculante. Contudo, explica Fábio Konder Comparato, que os direitos definidos na Declaração Universal correspondem aos costumes e princípios jurídicos internacionais, reconhecidos, hoje, como normas imperativas de direito internacional geral, isto é, *jus cogens*. Com base nisso, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) tem compreendido haver caráter vinculante. *Alternativa C.*

9181. **(Agente Penitenciário – SJCDH-BA – 2010 – FCC)** São princípios fundamentais proclamados no artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948:

(A) a igualdade entre homens e mulheres e a liberdade de pensamento e religião.

(B) a presunção de inocência e a inviolabilidade da vida privada.

(C) o amplo acesso à educação e ao trabalho.

(D) a liberdade de ir e vir e o direito de buscar asilo em outros países.

(E) a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

RESPOSTA Conforme estabelece o art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. *Alternativa E*.

9182. **(Defensor – DPE-SP – 2006 – FCC)** Comparando-se a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), pode-se afirmar que ambas reconhecem

(A) o Estado como fonte dos direitos fundamentais.
(B) a liberdade e a igualdade inerentes ao ser humano.
(C) a existência dos direitos individuais e sociais.
(D) a propriedade, individual ou coletiva.
(E) a necessidade de uma força pública para a garantia dos direitos.

RESPOSTA Ambos os instrumentos reconhecem que todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. *Vide* art. I da Declaração Universal dos Direitos Humanos e art. 1º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. *Alternativa B.*

III. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

9183. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos estabelece a aplicação

(A) progressiva de direitos civis e políticos, contemplando os mecanismos de relatórios e, mediante Protocolo Facultativo, a sistemática de petições individuais e comunicações interestatais.
(B) progressiva de direitos civis e políticos, contemplando apenas o mecanismo de relatórios.
(C) imediata de direitos civis e políticos, contemplando os mecanismos de relatórios, comunicações interestatais, petições individuais e investigações *in loco*.
(D) imediata de direitos civis e políticos, contemplando apenas o mecanismo de relatórios.
(E) imediata de direitos civis e políticos, contemplando os mecanismos de relatórios e comunicações interestatais e, mediante Protocolo Facultativo, a sistemática de petições individuais.

RESPOSTA O Pacto de Direitos Civis e Políticos traz direitos aos indivíduos e por isso é de aplicabilidade imediata, observado que entre os instrumentos de garantia para efetivação desses direitos estão os mecanismos de relatórios e comunicações interestatais (arts. 40 e 41, *a*, Pacto de San José) e a sistemática de petições individuais (Protocolo Facultativo). *Alternativa E*.

9184. **(Defensor – DPE-SP – 2006 – FCC)** Em atenção ao que dispõe o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seu Segundo Protocolo Adicional com vista à Abolição da Pena de Morte, a pena de morte é

(A) proibida em qualquer hipótese, pois o direito à vida é inerente à pessoa humana, sendo vedada a formulação de reserva pelo Estado-parte, no ato de ratificação do tratado.
(B) proibida em qualquer hipótese, exceto mediante reserva formulada pelo Estado-parte, no ato de ratificação do tratado, relacionada à sua aplicação apenas em tempo de guerra.
(C) proibida em qualquer hipótese, exceto mediante reserva formulada pelo Estado-parte, no ato de ratificação, relacionada à sua aplicação apenas a crimes mais graves, obedecidos os princípios da legalidade, anterioridade e jurisdicionalidade.
(D) permitida nos Estados-partes em que a pena de morte não havia sido abolida, à época da ratificação do tratado, mas reservada aos crimes mais graves, e obedecidos os princípios da legalidade, anterioridade e jurisdicionalidade.
(E) permitida em casos mais graves, obedecido o devido processo legal, a fim de compatibilizar o direito individual à vida com o direito social à segurança pública.

RESPOSTA De acordo com o Segundo Protocolo Adicional ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, dispõe no art.

2º, item 1: "Não é admitida qualquer reserva ao presente Protocolo, exceto a reserva formulada no momento da ratificação ou adesão prevendo a aplicação da pena de morte em tempo de guerra em virtude de condenação por infração penal de natureza militar de gravidade extrema cometida em tempo de guerra". *Alternativa B*.

9185. **(Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC)** O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Protocolo de San Salvador em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais preveem que estes direitos têm aplicação

(A) imediata, devendo ser implementados pelos Estados-partes no prazo de dois anos a contar da ratificação dos aludidos tratados.

(B) progressiva, estando condicionados à prévia implementação dos direitos civis e políticos, vedado o retrocesso social.

(C) imediata, devendo os Estados dispor do máximo dos recursos disponíveis para a sua realização, permitido o retrocesso social com base na reserva do possível.

(D) progressiva, devendo os Estados dispor do máximo dos recursos disponíveis para a sua realização, vedado o retrocesso social.

(E) imediata, devendo ser implementados pelos Estados-partes no prazo de cinco anos a contar da ratificação dos aludidos tratados.

RESPOSTA O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Protocolo de San Salvador preveem deveres dirigidos aos Estados que devem aplicar de forma progressiva (*vide* art. 2º do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e art. 1º do Protocolo de San Salvador). *Alternativa D*.

9186. **(Defensor – DPE-SP – 2006 – FCC)** Comparando-se a natureza da obrigação estatal de tornar efetivos os direitos humanos e liberdades fundamentais, nos termos do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, é correto afirmar:

(A) O conceito de realização progressiva dos direitos civis e políticos constitui o reconhecimento de que a efetividade plena de tais direitos não será possível de ser alcançada em curto prazo.

(B) Os direitos econômicos, sociais e culturais refletem uma aspiração política da sociedade, não decorrendo deles direito subjetivo exigível judicialmente.

(C) A efetividade dos direitos econômicos, sociais e culturais decorre de sua previsão legal e não gera para o Estado a obrigação de promovê-los.

(D) O conceito de realização imediata dos direitos civis e políticos decorre de sua origem jusnatural, inexistindo obrigação estatal decorrente.

(E) O conceito de realização progressiva dos direitos econômicos, sociais e culturais não deve ser interpretado como supressor do caráter obrigatório de promoção daqueles direitos.

RESPOSTA Enquanto o Pacto dos Direitos Civis e Políticos estabelece direitos aplicáveis aos indivíduos de forma imediata, o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelece deveres dirigidos aos Estados, devendo ser aplicado de forma progressiva, isto é, depende de atuação do Estado (*vide* art. 2º, § 1º, do Pacto de San José da Costa Rica). *Alternativa E.*

9187. **(Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC)** Dos direitos abaixo, qual é passível de suspensão, na forma do artigo 4º do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos?

(A) Não ser arbitrariamente privado de sua vida.

(B) Não ser submetido a tortura, nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

(C) Não ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios.

(D) Não ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual.

(E) Não ser obrigado a adotar uma religião ou crença que não de sua livre escolha.

RESPOSTA O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos explica que ninguém será obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios. *Alternativa C.*

IV. Sistema Interamericano de Direitos Humanos

9188. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Qual dos tratados internacionais de direitos humanos abaixo prevê o dever para os Estados de promover a proteção, preservação e melhoramento do meio ambiente?

(A) Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.
(B) Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
(C) Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.
(D) Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
(E) Convenção sobre os Direitos da Criança.

RESPOSTA É o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que prevê em seu art. 11, item 2, a proteção, preservação e melhoramento do meio ambiente. *Alternativa B*.

9189. **(Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC)** Tendo em vista o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, NÃO constitui direito nele reconhecido:

(A) À educação primária gratuita.
(B) À reserva de percentual de cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
(C) À licença-maternidade, antes e depois do parto.
(D) A uma remuneração equitativa e igual por trabalho igual.
(E) À total imunização contra as principais doenças infecciosas.

RESPOSTA No que concerne às pessoas portadoras de deficiência, o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no art. 18 apenas menciona: "Toda pessoa afetada por diminuição de suas capacidades físicas e mentais tem direito a receber atenção especial, a fim de alcançar o máximo desenvolvimento de sua personalidade. Os Estados-Partes comprometem-se a adotar as medidas necessárias para esse fim e, especialmente, a: a) Executar programas específicos destinados a proporcionar aos deficientes os recursos e o ambiente necessário para alcançar esse objetivo, inclusive programas trabalhistas adequados a suas possibilidades e que deverão ser livremente aceitos por eles ou, se for o caso, por seus representantes legais; b) Proporcionar formação especial às famílias dos deficientes, a fim de ajudá-los a resolver os problemas de convivência e convertê-los em elementos atuantes no desenvolvimento físico, mental e emocional destes; c) Incluir, de maneira prioritária, em seus planos de desenvolvimento urbano a consideração de soluções para os requisitos específicos decorrentes das necessidades deste grupo; d) Promover a formação de organizações sociais nas quais os deficientes possam desenvolver uma vida plena". *Alternativa C.*

9190. **(Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC)** As questões climáticas e o desmatamento das florestas são temas polêmicos e de preocupação mundial. Dos instrumentos internacionais de direitos humanos que figuram no Edital deste concurso, algum faz referência ao direito à preservação do meio ambiente?

(A) Não, nenhum.
(B) Apenas o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
(C) Apenas o Protocolo sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador).
(D) Apenas o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Protocolo sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador).

(E) Apenas a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

RESPOSTA O instrumento que faz referência é o Protocolo de São Salvador no art. 11. *Alternativa C.*

9191. **(Defensor – DPE-MT – 2009 – FCC)** Em face do que dispõe a Convenção Americana de Direitos Humanos quanto ao direito de defesa da pessoa acusada da prática de um delito,

(A) o Estado deve dispor de um órgão de assistência jurídica encarregado da defesa dos acusados que demonstrarem insuficiência de recursos.

(B) a defesa pode ser realizada pessoalmente pelo acusado, caso o Estado não disponha de meios para lhe proporcionar um defensor.

(C) a defesa pode ser realizada pessoalmente pelo acusado, caso seja ele tecnicamente habilitado e renuncie ao defensor indicado pelo Estado.

(D) é obrigatória a existência de defesa técnica, fornecida pelo Estado, caso o acusado não indique advogado de sua confiança e nem se defenda por si mesmo.

(E) é direito do acusado, sempre que o interesse da justiça assim o exija, ter um defensor designado *ex officio*, que atuará gratuitamente.

RESPOSTA Conforme a Convenção Americana de Direitos Humanos, art. 8º, item 2: "toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, dentre outras garantias mínimas o direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor (*d*) ou ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio, nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei (*e*)". *Alternativa D*.

9192. **(Defensor – DPE-SP – 2006 – FCC)** No que diz respeito à interpretação da Convenção Americana de Direitos Humanos (OEA, 1969), a partir de suas regras, é possível afirmar que

(A) as normas da Convenção podem excluir outros direitos ou garantias inerentes ao ser humano, nela não expressamente previstos.

(B) as leis dos Estados-partes podem limitar o gozo ou o exercício de direito ou liberdade previstos na Convenção.

(C) as normas da Convenção podem excluir ou limitar o efeito que possam produzir outros atos internacionais da mesma natureza.

(D) as normas da Convenção não se aplicam a Estado organizado sob a forma federativa, no que diz respeito a violações decorrentes de ato de governo local.

(E) as leis dos Estados-partes podem ampliar o gozo ou o exercício de qualquer direito ou liberdade previstos na Convenção, para além do que ela prevê.

RESPOSTA O preâmbulo da Convenção Americana de Direitos Humanos afirma que os princípios consagrados podem ser reafirmados e desenvolvidos em outros instrumentos internacionais, tanto de âmbito mundial como regional. *Alternativa E.*

V. Mecanismos Internacionais de Proteção

9193. **(Defensor – DPE-SP – 2006 – FCC)** Maria da Penha Maia Fernandez durante anos de convivência matrimonial foi alvo de violência doméstica perpetrada por seu marido, o que culminou em tentativa de homicídio que a tornou paraplégica. Passados quinze anos da agressão, ainda não havia decisão final de condenação do agressor pelos tribunais nacionais e ele se encontrava em liberdade. Em caso semelhante, a medida adequada a tomar em face do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, seria

(A) denunciar o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos para que se iniciasse um processo contra o agressor de Maria da Penha.

(B) denunciar o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, após o pleno esgotamento dos recursos da jurisdição interna brasileira, para que se iniciasse um processo contra o Brasil.

(C) denunciar o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para que se iniciasse um processo contra o Brasil, não mais se aguardando o esgotamento dos recursos da jurisdição interna brasileira.

(D) nenhuma, uma vez que o Estado Brasileiro não é responsável internacionalmente pelos atos criminosos de seus cidadãos, relacionados à violência doméstica.

(E) denunciar o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos para que se iniciasse um processo contra o Brasil.

RESPOSTA Conforme a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 46, item 1: "Para que uma petição ou comunicação apresentada de acordo com os artigos 44 ou 45 seja admitida pela Comissão, será necessário: a) que sejam interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios de direito internacional geralmente reconhecidos"; e item 2: "As disposições das alíneas *a* e *b* do inciso 1 deste artigo não se aplicarão quando: (...) c) houver demora injustificada na decisão sobre os mencionados recursos". *Alternativa C.*

9194. (Defensor – DPE-PA – 2009 – FCC) O acesso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão jurisdicional do sistema interamericano, é assegurado

(A) apenas aos Estados-partes e à Comissão Interamericana, sendo sua competência contenciosa prevista mediante cláusula facultativa.

(B) a todo e qualquer indivíduo, grupo de indivíduos e organização não governamental, sendo sua competência contenciosa prevista mediante cláusula facultativa.

(C) apenas aos Estados-partes e à Comissão Interamericana, sendo sua competência contenciosa prevista mediante cláusula obrigatória.

(D) a todo e qualquer indivíduo, grupo de indivíduos e organização não governamental, sendo sua competência contenciosa prevista mediante cláusula obrigatória.

(E) apenas às organizações não governamentais legalmente constituídas em um ou mais Estados-membros da OEA, sendo sua competência contenciosa prevista mediante cláusula facultativa.

RESPOSTA Somente os Estados-partes e a Comissão Interamericana têm competência para submeter um caso perante a Corte Interamericana. *Vide* art. 61, § 1º, do Pacto de San José da Costa Rica. *Alternativa A.*

9195. (Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC) Os Defensores Públicos Interamericanos:

(A) atuam por designação da Corte Interamericana de Direitos Humanos para a defesa de réus hipossuficientes.

(B) atuam por designação da Corte Interamericana de Direitos Humanos para que assumam a representação legal de vítimas que não tenham designado defensor próprio.

(C) são funcionários de carreira da Organização dos Estados Americanos, designados para prestar orientação jurídica a vítimas de violação dos direitos humanos.

(D) são Defensores Públicos de países da Organização dos Estados Americanos responsáveis por formular denúncias perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

(E) são advogados dos países integrantes da Organização dos Estados Americanos, designados *ad hoc* sempre que uma parte não se fizer representar juridicamente perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

RESPOSTA A função do Defensor Público Interamericano é de representar e defender, perante a Corte Interamericana, as vítimas desprovidas que não têm condições de arcar com representantes legais. *Alternativa B.*

9196. **(Defensor – DPE-SP – 2010 – FCC)** Qual dos tratados internacionais de direitos humanos abaixo prevê o dever para os Estados de promover a proteção, preservação e melhoramento do meio ambiente?

(A) Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.
(B) Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
(C) Convenção sobre os Direitos da Criança.
(D) Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.
(E) Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

RESPOSTA O dever para os Estados de promover a proteção, preservação e melhoramento do meio ambiente está previsto no art. 11 do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também chamado de Protocolo de San Salvador. *Alternativa E*.

9197. **(Defensor – DPE-SP – 2006 – FCC)** Considere as afirmações seguintes, baseadas na Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial dos Direitos Humanos (Viena, 1993).

I. Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados.
II. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase.
III. Embora particularidades nacionais devam ser levadas em consideração, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais.
IV. Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e promovem livremente o desenvolvimento econômico, social e cultural, observadas as prescrições da Declaração Universal dos Direitos Humanos. SOMENTE estão corretas as afirmações

(A) I e IV.
(B) II e III.
(C) III e IV.
(D) I, II e III.
(E) I, II e IV.

RESPOSTA Analisando a Declaração e o Programa de Ação de Viena em seu item 2: “Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e promovem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural”, podemos observar que não há qualquer ressalva sobre prescrições mencionada na assertiva IV. No item 5, do mesmo dispositivo, observamos que: “Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados” (como mencionado na assertiva I). A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase (conforme dispõe a assertiva II). Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais (de acordo com a assertiva III). *Alternativa D.*

9198. **(Procurador – ALESP – 2010 – FCC)** Considere:

I. O primeiro reconhecimento normativo da igualdade essencial da condição humana remonta a 1776 e

1789, com a proclamação das liberdades individuais e da igualdade perante a lei, nos Estados Unidos e na França revolucionária.

II. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) marca outra fase de regulamentação dos direitos do homem, seguindo os moldes liberais clássicos de não intervenção.

III. A Declaração de Viena (1993) consagra dois aspectos que caracterizam a concepção contemporânea de direitos humanos: o alcance universal desses direitos e a unidade indivisível e interdependente que assumem.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) I, II e III.
(C) I e III, apenas.
(D) II, apenas.
(E) II e III, apenas.

RESPOSTA Está correta, conforme item 5 da Declaração de Viena (1993): Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais. *Alternativa C.*

9199. **(Defensor – DPE-MA – 2009 – FCC)** Nos termos da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a tortura é:

(A) proibida em toda e qualquer circunstância, seja ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.
(B) permitida excepcionalmente em estado de guerra, sendo um crime próprio que tem como sujeito ativo um agente público.
(C) permitida excepcionalmente para o combate ao terrorismo, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.
(D) proibida em toda e qualquer circunstância, seja ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, sendo um crime próprio que tem como sujeito ativo um agente público.
(E) permitida excepcionalmente em estado de guerra, sendo um crime impróprio em que a qualidade de agente público é causa de aumento de pena.

RESPOSTA A Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes explica que tortura é qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza. *Vide* art. 1º. *Alternativa D.*

OUTRAS BANCAS

I. Constituição Federal e Tratados Ratificados pelo Brasil

9200. **(Procurador – MPT – 2012)** Sobre a restrição de direitos humanos e direitos fundamentais, é CORRETO afirmar que:

(A) No Brasil, a Constituição da República não admite a restrição de direitos fundamentais, os quais

constituem cláusulas pétreas.

(B) Não é possível haver restrição de direitos nem de garantias fundamentais por meio de legislação infraconstitucional, mesmo que a norma Constitucional remeta a regulamentação da matéria ao legislador ordinário.

(C) Excepcionalmente, a Constituição da República admite a restrição de direitos e garantias fundamentais que ela própria consagra, em razão de interesses superiores.

(D) Os direitos humanos devem ser aplicados integralmente pelos países signatários dos respectivos Tratados internacionais, não sendo admissível falar-se em "ressalvas" restritivas a suas cláusulas.

(E) Não respondida.

RESPOSTA Os direitos humanos e direitos fundamentais não são absolutos; uma de suas características é a relatividade, fazendo com que não haja hierarquia entre tais direitos, na qual em cada situação específica o direito deve ser sopesado para definir qual deverá preponderar. Não é, verdadeiramente, uma limitação, tampouco uma restrição; o que é feito é uma ponderação, que não importa em redução, limitação ou restrição de seu conteúdo ou sua derrogação. *Alternativa C*.

9201. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** A respeito do *status* jurídico dos tratados internacionais que versem sobre direitos humanos no Brasil, assinale a alternativa correta:

(A) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pela maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(B) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que foram incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro pela forma comum, ou seja, sem observar o disposto no artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal, possuem, segundo a posição que prevaleceu no Supremo Tribunal Federal, status supralegal, mas infraconstitucional.

(C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos não podem ampliar o rol de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição, pois, no Brasil, é pacífico o entendimento de que, sob pena de ofensa ao princípio da soberania, a Constituição sempre deve prevalecer sobre os tratados internacionais.

(D) O *status* jurídico dos tratados e convenções sobre direitos humanos dependerá da forma como estes documentos internacionais foram incorporados ao nosso ordenamento jurídico. Se a forma de incorporação seguiu o rito de aprovação de lei ordinária, terá *status* de lei ordinária; se seguiu o rito de aprovação de lei complementar, terá *status* de lei complementar; se seguiu o rito de aprovação de emenda constitucional, terá *status* de norma constitucional.

(E) O Supremo Tribunal Federal tem posição consolidada no sentido de que não há justificativa razoável para diferenciar o *status* jurídico dos tratados internacionais de direitos humanos dos tratados comuns, pois se a Constituição não distinguiu não cabe ao intérprete distinguir.

RESPOSTA O STF, em decisão histórica, no julgamento do Recurso Extraordinário 466.343, compreendeu que tratados relativos a direitos humanos, quando incorporados na forma do art. 5º, § 3º, CF, ingressam com *status* de norma supralegal. *Alternativa B*.

9202. **(Procurador – MPT – 2008)** Com relação aos direitos humanos fundamentais no Brasil, é CORRETO afirmar que:

(A) sendo a intimidade um direito individual assegurado pela CF, decorrente do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, a jurisprudência pátria vem se firmando no sentido de não admitir, em nenhuma hipótese, a revista íntima de mulheres ou homens;

(B) a educação, direito de todos, é dever do Estado que se materializa na garantia de ensino

fundamental gratuito e na universalização do ensino médio, facultando-se ao Poder Público a concessão, ou não, de acordo com suas possibilidades orçamentárias, de educação infantil prestada em creche e pré-escola, bem como de ensino superior gratuito;

(C) é nulo de pleno direito e, portanto, não gera direitos e obrigações, o contrato de trabalho em que menor de 14 anos figura como empregado, sendo indevidas as verbas trabalhistas dele decorrentes, com exceção dos salários;

(D) a Constituição Federal brasileira não consagrou expressamente o princípio da universalidade dos direitos fundamentais, pois restringiu sua titularidade aos brasileiros e estrangeiros residentes no país.

(E) não respondida.

RESPOSTA Está correta. De fato, os direitos fundamentais podem sofrer limitações, quando se defrontarem com outros direitos fundamentais, pois são relativos, e não absolutos. *Alternativa D*.

9203. (Procurador – MPT – 2007) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal referente à incorporação dos tratados internacionais sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, analise as assertivas abaixo:

I. Prevalece a tese da constitucionalização dos tratados ratificados após a promulgação da Constituição de 1988, por força da abertura do rol dos direitos e garantias fundamentais a outros direitos previstos nos tratados internacionais em que a República do Brasil seja parte.

II. Há decisões do STF que aceitam a tese da constitucionalização dos tratados sobre direitos humanos incorporados ao nosso ordenamento jurídico antes da Constituição de 1988.

III. Após a Emenda Constitucional n. 45, de 2004, a constitucionalização dos tratados internacionais sobre direitos humanos depende, no aspecto formal, da observância do procedimento previsto para aprovação de emenda à Constituição.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) apenas o item II é incorreto;

(B) apenas o item I é incorreto;

(C) apenas o item III é incorreto;

(D) todas são incorretas;

(E) não respondida.

RESPOSTA Na decisão histórica do Recurso Extraordinário 466.343/SP, o Supremo Tribunal Federal decidiu que tratados relativos a direitos humanos, ratificados pelo Brasil até 2004, possuem *status* de norma supralegal. *Alternativa B*.

9204. (Procurador – MPT – 2006) Em relação aos Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos, é INCORRETO afirmar que:

(A) os tratados, como acordos internacionais juridicamente obrigatórios e vinculantes, constituem a principal fonte de obrigação do Direito Internacional, e só se aplicam aos Estados que expressamente consentirem com a sua adoção;

(B) segundo a Constituição de 1988, os tratados internacionais demandam, para o seu aperfeiçoamento, um ato complexo onde se integram a vontade do Presidente da República e do Congresso Nacional;

(C) a Carta Constitucional de 1967 incluía, expressamente, dentre os direitos constitucionalmente protegidos, os direitos enunciados nos tratados internacionais de que o Brasil fosse signatário;

(D) a doutrina da incorporação imediata dos tratados internacionais ao direito nacional, tão logo sejam

ratificados, reflete a concepção monista do direito, pela qual o direito internacional e o direito interno compõem uma mesma ordem jurídica;

(E) não respondida.

RESPOSTA Está incorreta, pois, como se sabe, a Constituição de 1967, nascida no regime ditatorial, foi uma das mais autoritárias da história, restringindo e suprimindo diversos direitos, inclusive direitos fundamentais. *Alternativa C.*

9205. (Procurador – MPT – 2009) Assinale a alternativa CORRETA:

(A) Nos termos da Convenção Americana, o indivíduo, a Comissão Interamericana e os Estados-partes podem submeter um caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

(B) De acordo com o Direito Internacional, a responsabilidade pelas violações de direitos humanos na hipótese do Brasil é da União, e das suas Unidades Federativas (Estados), os quais dispõem de personalidade jurídica na ordem internacional.

(C) Na hipótese de violação dos direitos humanos é permitido ao Procurador-Geral da República requerer ao Supremo Tribunal Federal o deslocamento da competência do caso para instâncias federais, em qualquer fase do processo.

(D) É exclusivamente sobre a União que recai a responsabilidade internacional na hipótese de violação de tratado de proteção de direitos humanos.

(E) Não respondida.

RESPOSTA Correta, cabendo ao Procurador-Geral da República, conforme art. 109, § 5º da CF: "Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal". *Alternativa D.*

9206. (Procurador – MPT – 2007) Em relação a atuação do Ministério Público na defesa dos Direitos Humanos Fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

(A) tratando-se de violação a direitos individuais homogêneos, admite a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a tutela por meio de ação civil pública;

(B) a tutela coletiva de interesse dos grupos e da sociedade em geral pelo Ministério Público afasta a possibilidade de os lesados requererem em juízo reparações individualizadas;

(C) a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos humanos depende da materialização do fato e, portanto, é de caráter repressiva com efeitos futuros, e não preventiva;

(D) tratando-se de lesões individualizadas a direitos humanos fundamentais, a atuação do Ministério Público depende do consentimento das pessoas lesadas.

(E) não respondida.

RESPOSTA O STF entendeu no RE 472.489 AgR/RS que havendo injusta recusa estatal em fornecer certidões, não obstante presentes os pressupostos legitimadores dessa pretensão, autorizará a utilização de instrumentos processuais adequados, como o mandado de segurança ou a própria ação civil pública. Embora não esteja elencado no art. 129, CF como legitimidade do MP, o STF compreendeu que, nesse caso, o Ministério Público terá legitimidade ativa para a defesa, em juízo, dos direitos e interesses individuais homogêneos, quando impregnados de relevante natureza social, como sucede com o direito de petição e com o direito de obtenção de certidão em repartições públicas. *Alternativa A.*

II. Declaração Universal de Direitos Humanos

9207. (Defensor – DPE-AM – 2011 – IC) A Declaração Universal de Direitos Humanos, proclamada em Paris, em 10 de dezembro de 1948, tem como fundamento:

(A) a dignidade da pessoa humana;
(B) o relativismo e historicismo dos direitos humanos;
(C) o fundamentalismo cultural, religioso ou econômico;
(D) a necessária distinção entre gêneros e classe social para se compreender o real sentido dos direitos humanos;
(E) a proteção aos seres humanos que compõem os povos apenas dos países signatários da Carta das Nações Unidas.

RESPOSTA A Declaração Universal de Direitos Humanos afirma em seu art. I que todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sendo dotados de razão e consciência, e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. *Alternativa A*.

9208. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** Podemos afirmar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, formam a Carta Internacional dos Direitos Humanos, documento básico do sistema global de Proteção Internacional dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, aos quais se somam os tratados internacionais de direitos humanos mencionados, EXCETO:

(A) Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio.
(B) Tratado Internacional de Cosmecêuticos.
(C) Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.
(D) Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

RESPOSTA Tratado Internacional de Cosmecêuticos não tem relação com os direitos humanos; tal tema remete à saúde pública com relação aos cosméticos. *Alternativa B.*

III. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

9209. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Dentre as disposições contidas no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, encontra-se o reconhecimento do direito ao salário equitativo e a uma remuneração igual por trabalho de igual valor, sem qualquer distinção.
(B) A rejeição da perspectiva de mercantilização do trabalho foi incorporada à Constituição da Organização Internacional do Trabalho pela chamada Declaração de Filadélfia acerca dos fins e objetivos da OIT.
(C) A internacionalização da proteção dos direitos humanos prescinde de mecanismos de incorporação de conteúdos pelo direito interno de cada país, na medida em que se reconheça a jurisdição das Cortes Internacionais.
(D) De acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, é dever dos Estados-Partes assegurar os direitos neles previstos, inclusive protegendo os indivíduos contra a violação de seus direitos perpetrada por entes privados.
(E) Não respondida.

RESPOSTA (A) Está correta, conforme art. 7º do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. (B) Está correta, conforme o item I da Declaração de Filadélfia. (C) Está incorreta, pois as Cortes Internacionais constituem mecanismos de complementação de proteção aos direitos humanos. (D) Está correta, conforme art. 2º, inciso 3, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. *Alternativa C*.

9210. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA quanto à Convenção sobre os Direitos da Criança:

(A) Os Estados-Partes devem adotar as medidas necessárias para impedir a exploração de crianças em espetáculos ou materiais pornográficos.

(B) Os Estados-Partes reconhecem o direito da criança de estar protegida contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

(C) Fica limitada a jornada de trabalho ao mínimo de oito horas diárias, com uma hora de intervalo, salvo legislação nacional mais benéfica.

(D) Considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.

(E) Não respondida.

RESPOSTA De acordo com a Convenção sobre Direitos da Criança não há previsão da limitação da jornada mínima de trabalho, deixando a critério do Estado adotar medidas legislativas; a Convenção apenas menciona o tempo máximo de jornada de trabalho (*vide* art. 32, item 2). *Alternativa C.*

9211. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Para os fins da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, ressalvado seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural, e civil ou qualquer outro campo.

(B) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial estabelece que não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais.

(C) Para os efeitos da Convenção sobre os Direitos da Criança, entende-se por criança todo ser humano menor de 18 anos de idade, salvo se, em conformidade a lei aplicável a criança, a maioridade seja alcançada antes.

(D) A Convenção Americana de Direitos Humanos impõe como garantia judicial que: toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um Juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

(E) Não respondida.

RESPOSTA A Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher estabelece no art. 1º: “Para os fins da presente Convenção, a expressão discriminação contra as mulheres significa toda distinção, exclusão ou restrição fundada no sexo e que tenha por objetivo ou consequência prejudicar ou destruir o reconhecimento, gozo ou exercício pelas mulheres, independentemente do seu estado civil, com base na igualdade dos homens e das mulheres, dos direitos

humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo". *Alternativa A.*

V. Sistema Interamericano de Direitos Humanos

9212. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** A Convenção que faz parte do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e que foi assinada em Belém do Pará é a Convenção Interamericana

(A) para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.
(B) para Prevenir e Punir a Tortura.
(C) contra a Corrupção.
(D) sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial.

RESPOST A Realizada no Brasil, no Estado do Pará, Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, foi adotada pela Assembleia Geral da OEA em 1994 e ratificada pelo Brasil em 1995. *Alternativa A.*

9213. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** No Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a proteção internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais veio a ser concretizada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 1988, por meio do seguinte instrumento jurídico:

(A) Convenção de Cartagena.
(B) Protocolo de San Salvador.
(C) Pacto de San José da Costa Rica.
(D) Declaração de Lima.

RESPOSTA (A) A Convenção de Cartagena traz o protocolo sobre biossegurança à convenção sobre diversidade biológica. (B) É o Protocolo de San Salvador que trata da matéria de direitos econômicos, sociais e culturais. (C) O Pacto de São José da Costa Rica traz os direitos humanos a serem protegidos e explica sobre os direitos civis e políticos. Menciona os direitos econômicos, sociais e culturais, mas não os concretiza. (D) Declaração de Lima fala sobre as diretrizes do controle sobre as finanças públicas. *Alternativa B.*

9214. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** O Pacto de San José da Costa Rica garante direitos políticos e oportunidades de participação política ao cidadão. Segundo esse instrumento jurídico, o exercício de tais direitos e oportunidades poderá ser regulado pela lei, exceto por motivo de

(A) instrução.
(B) residência.
(C) idioma.
(D) capacidade intelectual.

RESPOSTA O art. 23, § 2º, do Pacto de San José menciona instrução, residência e idioma, mas nada fala sobre capacidade intelectual, que não se confunde com a capacidade civil ou mental, que também se encontra expressa no mesmo artigo. Deve-se ter cuidado em não confundir capacidade intelectual com a capacidade civil ou mental! *Alternativa D.*

9215. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Quanto aos direitos civis contidos na Convenção Americana de Direitos Humanos, esta estabelece que

(A) nos países em que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com a lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de o delito ter sido cometido.

(B) ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório, exceto em decorrência de crime considerado hediondo pela legislação do país que adotar punição específica para essa modalidade de crime, não podendo, porém, a respectiva pena ultrapassar 30 anos de reclusão.
(C) ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio, porém, não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar ou do depositário infiel.
(D) todas as pessoas têm o direito de associar-se livremente com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza, não podendo o Estado restringir ou suprimir o exercício do direito de associação aos membros das forças armadas e da polícia.

RESPOSTA Conforme a Convenção Americana de Direitos Humanos, art. 4º, item 2: "Nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido. Tampouco se estenderá sua aplicação a delitos aos quais não se aplique atualmente". *Alternativa A.*

9216. (Procurador – MPT – 2009) Assinale a alternativa INCORRETA: Sobre os mecanismos de implementação dos Direitos Humanos no âmbito da Organização dos Estados Americanos, pode-se afirmar:

(A) Após a Segunda Guerra Mundial surgiu a necessidade de reorganizar o sistema interamericano de relações, quando se realizou a primeira Conferência Internacional de Estados Americanos.
(B) Na Conferência de Bogotá foi elaborada a Carta da Organização dos Estados Americanos, tendo como principal função promover a observância e a proteção dos direitos humanos na América.
(C) O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos tem como principal instrumento a Convenção Americana de Direitos Humanos, que estabelece a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana.
(D) A competência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos alcança todos os Estados-partes da Convenção Americana, em relação aos direitos humanos nela consagrados. Alcança ainda todos os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos, em relação aos direitos consagrados na Declaração Americana de 1948.
(E) Não respondida.

RESPOSTA Incorreta, pois, em 1948, ocorreu em Bogotá, na Colômbia, a 9ª Conferência Internacional Americana, contando com a participação de 21 Estados. Nesse dia foram adotados a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Tratado Americano sobre Soluções Pacíficas (Pacto de Bogotá) e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. *Alternativa B*.

9217. (Procurador – MPT – 2007) Quanto ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, analise as assertivas abaixo:

I. No âmbito da Organização dos Estados Americanos, ao contrário do que ocorre no da ONU, só há um Pacto de Direitos Humanos, que trata dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto de São José da Costa Rica, não havendo um pacto de direitos sociais, econômicos e culturais.
II. O Pacto de São José da Costa Rica restringe a prisão civil por dívidas ao devedor de alimentos.
III. O Pacto de São José da Costa Rica proíbe todo tipo de trabalho forçado ou obrigatório, inclusive ao presidiário.
IV. O Pacto de São José da Costa Rica consagra o duplo grau de jurisdição ao garantir o direito de recorrer de sentença a juiz ou tribunal.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) apenas os itens III e IV são corretos;

(B) apenas os itens I e II são corretos;

(C) apenas os itens I e IV são corretos;

(D) apenas os itens II e IV são corretos;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Incorreta. O Pacto de São José da Costa Rica descreve os direitos civis e políticos, e seu Protocolo Adicional de San Salvador descreve os direitos sociais, econômicos e culturais. (II) Correta, de acordo com o Pacto de San José da Costa Rica, art. 7º, § 7º: "Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar". (III) Incorreta. O Pacto de San José da Costa Rica não considera como trabalho forçado ou obrigatório os trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente (*vide* art. 6º, § 3º). (IV) Correta. Consagra o duplo grau de jurisdição no art. 8º, § 2º, *h*. *Alternativa D*.

VI. Mecanismos Internacionais de Proteção

9218. **(Advogado – SENADO – 2008 – FGV)** Sobre a "Proteção aos Direitos Humanos", analise as afirmativas a seguir:

I. Os Direitos Internacionais de Proteção à pessoa humana vêm a resguardar o homem quando o Estado que o tutela falha ao fazê-lo.

II. As regras de Direito Humanitário, constantes das Convenções de Genebra, por se constituírem em *jus cogens* são *erga omnes*.

III. O Tribunal Penal Internacional é jurisdição não recepcionada pela Constituição Brasileira conforme seu art. 5º, inciso XXXVIII, que não admite juízo ou tribunal de exceção.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa II estiver correta.

(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA A afirmativa III está incorreta. O Tribunal Penal Internacional não é Tribunal de Exceção, e sim Tribunal Permanente da ONU, ao qual o Brasil pode vir a ser submetido. Art. 5º, § 4º, da Constituição Federal, acrescido pela EC n. 45/2004: O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. *Alternativa B*.

9219. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) No Caso Escher e Outros *Vs*. Brasil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos concluiu ter havido violação da Convenção Americana de Direitos Humanos por parte do Estado Brasileiro, devido à transgressão da proteção à honra, à vida privada e à reputação, pela interceptação, gravação e divulgação das conversas telefônicas dos autores.

(B) No Caso Escher e Outros Vs. Brasil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos rejeitou a arguição de violação, pelo Estado Brasileiro, do direito à associação, previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos.

(C) De acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos, em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada a delitos políticos, nem a delitos comuns conexos com delitos políticos.

(D) A Convenção Americana de Direitos Humanos proclama que todas as pessoas têm o direito de

associar-se livremente com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza.

(E) Não respondida.

RESPOSTA O Caso Escher e Outros *vs*. Brasil foi apresentado à Corte Interamericana por haver o Brasil violado direitos humanos consagrados no Pacto de San José da Costa Rica. O Brasil foi condenado a indenizá-los, devido à transgressão da proteção à honra, à vida privada e à reputação, pela interceptação, gravação e divulgação das conversas telefônicas dos autores. *Alternativa B*.

9220. **(Defensor – DPE-AM – 2011 – IC)** A respeito da Corte Interamericana de Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta:

(A) A Corte Interamericana de Direitos Humanos é órgão jurisdicional destinado a resolver os casos de desrespeito aos direitos humanos levados a efeito pelos Estados-membros da OEA que ratificaram a Convenção Americana.

(B) A Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta por 09 juízes provenientes dos Estados-membros da OEA, escolhidos dentre juristas de alto renome, que gozam das garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade dos vencimentos.

(C) A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui competência consultiva e contenciosa.

(D) Os particulares e as instituições privadas estão impedidos de ingressar diretamente na Corte.

(E) As sentenças proferidas pela Corte Interamericana são definitivas e inapeláveis.

RESPOSTA Está incorreta, pois conforme o Pacto de San José da Costa Rica em seu art. 52, § 1º: A Corte compor-se-á de sete juízes, nacionais dos Estados-membros da Organização, eleitos a título pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais, ou do Estado que os propuser como candidatos. *Alternativa B.*

9221. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** A Corte Interamericana de Direitos Humanos

(A) é composta por doze juízes.

(B) terá casos submetidos à sua decisão somente pelos Estados-parte ou pela comissão Interamericana de Direitos Humanos.

(C) terá suas decisões ratificadas ou reformadas pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos como órgão recursal.

(D) poderá ter até dois juízes da mesma nacionalidade, não podendo, porém, tais juízes atuarem, simultaneamente, em casos que envolvam partes originárias de seu país.

RESPOSTA De fato, o Pacto de San José da Costa Rica prevê que somente os Estados-partes e a Comissão têm direito de submeter um caso à decisão da Corte Interamericana (*vide* art. 61, item 1). *Alternativa B.*

9222. **(Procurador – MPF – 2012)** As medidas provisórias, no âmbito da corte interamericana de direitos humanos,

(A) só podem ser concedidas quando o caso esteja tramitando na Corte;

(B) podem ser concedidas pelo Presidente da Corte *ad referendum* da mesma;

(C) podem ser concedidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em antecipação da jurisdição da Corte;

(D) podem ser concedidas pela Corte antes mesmo de o caso nela ter trâmite, se a Comissão Interamericana de Direitos Humanos assim lhe solicitar.

RESPOSTA Afirma a Convenção Americana de Direitos Humanos, art. 63, item 2: "Em casos de extrema gravidade e urgência, e quando se fizer necessário evitar danos irreparáveis a pessoas, a Corte, nos assuntos que estiver conhecendo, poderá tomar as medidas provisórias que considerar pertinentes. Se se tratar de assuntos que ainda não tiverem submetidos ao seu conhecimento, poderá atuar a pedido da Comissão". *Alternativa D.*

9223. **(Delegado – PC-SP – 2011)** As penas que poderão ser fixadas pelo Tribunal Penal Internacional (Estatuto de Roma, 1998) são:

(A) expatriação, prisão até 30 anos ou perpétua e perda dos produtos, bens e haveres provenientes do crime.
(B) prisão, no mínimo de 3 anos e, no máximo, perpétua, multa, ou perda de produtos e bens provenientes do crime, ainda que de forma indireta.
(C) advertência, prisão, de 3 anos a 30 anos e a perda dos produtos, bens e haveres provenientes do crime.
(D) prisão até 30 anos ou perpétua, multa e perda dos produtos, bens e haveres provenientes do crime
(E) expatriação, prisão de 3 a 30 anos ou perpétua e perda dos produtos, bens e haveres decorrentes do crime.

RESPOSTA De acordo com o Estatuto de Roma, art. 77, item 1: "Sem prejuízo do disposto no artigo 110, o Tribunal pode impor à pessoa condenada por um dos crimes previstos no artigo 5º do presente Estatuto uma das seguintes penas: a) Pena de prisão por um número determinado de anos, até ao limite máximo de 30 anos; ou b) Pena de prisão perpétua, se o elevado grau de ilicitude do fato e as condições pessoais do condenado o justificarem". *Alternativa D.*

9224. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Com relação ao Tribunal Penal Internacional, é correto afirmar que

(A) a competência do Tribunal restringir-se-á ao julgamento dos crimes de genocídio e crimes contra a humanidade.
(B) o Tribunal não terá jurisdição sobre pessoas que, à data da alegada prática do crime, não tenham ainda completado 21 anos de idade.
(C) os crimes da competência do Tribunal não prescrevem.
(D) o Tribunal só terá competência relativamente aos crimes cometidos após 17.07.1998, data da sua criação.

RESPOSTA Conforme o Estatuto de Roma em seu art. 29: "Os crimes da competência do Tribunal não prescrevem". *Alternativa C.*

VII. Temas Diversos

9225. **(Procurador – MPT – 2012)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A Declaração do Milênio das Nações Unidas reforça o dever dos Estados de administrar os desafios globais de forma solidária, em um modo que distribua custos e responsabilidades, de acordo com os princípios básicos da igualdade e justiça social. Aqueles que sofrem, ou menos beneficiados, merecem ajuda daqueles que mais se beneficiam.
(B) Direitos de primeira geração são direitos que resultaram da influência do socialismo, voltados ao bem-estar social, como o direito ao trabalho, à saúde e à educação.
(C) Os direitos sociais destinam-se a propiciar aos indivíduos a participação no bem-estar social, apresentando uma dimensão positiva, que enseja o dever do Estado de propiciar estes direitos, não apenas de abster-se de intervir.
(D) Consoante a Declaração das Nações Unidas dos Direitos dos Povos Indígenas, os indivíduos e

povos indígenas têm o direito de desfrutar plenamente de todos os direitos estabelecidos no direito trabalhista internacional e nacional aplicável.

(E) Não respondida.

RESPOSTA Está incorreta. Os direitos de primeira geração defluem da influência do liberalismo, voltando-se ao indivíduo, como o direito à liberdade, à vida e à propriedade. *Alternativa B*.

9226. **(Procurador – MPT – 2008)** Considerando a relação da norma internacional com o ordenamento jurídico interno, avalie as proposições seguintes:

I. as Convenções oriundas da Organização Internacional do Trabalho exigem, de acordo com a sua Constituição, que os Estados-membros submetam as convenções às autoridades competentes, de acordo com o seu ordenamento jurídico doméstico, sendo esta obrigação meramente formal tendo em vista a soberania estatal;

II. os tratados e convenções internacionais são fontes formais de direito internacional, operando efeitos para o ordenamento jurídico interno dos países que os ratificarem;

III. a Emenda Constitucional n. 45 estabeleceu um sistema jurídico misto de incorporação dos tratados: para os tratados de direitos humanos que, ao serem aprovados, pelas duas casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por 3/5 dos votos dos respectivos membros, terão a mesma eficácia de emenda constitucional; para os demais tratados, independentemente do sistema de aprovação, serão incorporados equiparando-se à lei ordinária.

De acordo com as assertivas acima, é CORRETO afirmar que:

(A) apenas as alternativas II e III estão corretas;

(B) todas as alternativas estão corretas;

(C) todas as alternativas estão incorretas;

(D) apenas a alternativa III está correta;

(E) não respondida.

RESPOSTA (I) Assertiva correta, conforme art. 19, item 5, da Constituição da Organização Internacional do Trabalho. (II) Assertiva correta, conforme art. 2º, item 1, *a*, da Convenção de Viena de 1986. Ademais, ao ratificar um tratado, o Estado está manifestando seu consentimento em obrigar-se ao tratado. (III) Assertiva correta. Tratados relativos a direitos humanos, conforme art. 5º, § 3º, CF, após aprovação especial, ingressam com *status* de emenda constitucional. Os demais tratados ingressam com *status* de lei ordinária. *Alternativa B*.

9227. **(Procurador – MPT – 2007)** No estudo dos direitos humanos fundamentais, existe cizânia doutrinária em torno da utilização da expressão “geração”, para indicar o processo de consolidação desses direitos, sendo que alguns preferem utilizar “dimensão”. Examine as assertivas a seguir e selecione o argumento que, efetivamente, dá suporte à doutrina que defende a necessidade de substituição de uma expressão por outra.

(A) os direitos humanos fundamentais são direitos naturais e, como tais, imutáveis, de maneira que o vocábulo “geração” faz alusão a uma historicidade inexistente nessa modalidade de direitos, enquanto “dimensão” refere-se a aspectos relevantes de um todo, que simplesmente se destacam de acordo com o grau de desenvolvimento da sociedade;

(B) o termo “geração” conduz à ideia equivocada de que os direitos humanos fundamentais se substituem ao longo do tempo, enquanto “dimensão” melhor reflete o processo gradativo de complementaridade, pelo qual não há alternância, mas sim expansão, cumulação e fortalecimento;

(C) a ideia de “geração” leva ao entendimento de que o processo de afirmação dos direitos humanos fundamentais é linear e não comporta retrocessos, enquanto a de “dimensão” melhor expressa o

caminho tortuoso desse processo, de acordo com as relações de forças existentes nas sociedades;

(D) O termo "geração" sugere uma eficácia restrita dos direitos humanos fundamentais, meramente vertical, ao passo que "dimensão" indica eficácia mais ampla, também horizontal;

(E) não respondida.

RESPOSTA Conforme Paulo Bonavides, o termo "gerações" remete à ideia de que uma geração sobrepõe-se a outra, em que a anterior deixaria de existir. Contudo, essa ideia não é correta, pois elas nascem para se complementarem. Nesse contexto, o mais correto seria utilizar o termo "dimensões", em que nasce a ideia de interdependência e indivisibilidade existente. *Alternativa B.*

9228. **(Promotor de Justiça – MPE – 2008)** Sobre os direitos humanos, assinale a alternativa correta.

(A) Têm como características a universalidade, a historicidade e a indivisibilidade.

(B) Conceituam-se como posições jurídicas reconhecidas pela ordem jurídico-constitucional de cada Estado soberano.

(C) Sob uma perspectiva histórica abrangem apenas os direitos à liberdade, segurança e propriedade.

(D) Compreendem, além dos direitos civis e políticos, os direitos sociais, econômicos e culturais, sendo que os últimos não são exigíveis.

(E) Correspondem aos direitos naturais e são protegidos por organismos internacionais.

RESPOSTA Entre tantas características dos direitos humanos podemos citar: a) imprescritibilidade; b) inalienabilidade; c) irrenunciabilidade; d) inviolabilidade; e) universalidade; f) efetividade; g) interdependência; h) complementariedade; i) historicidade etc. *Alternativa A*.

9229. **(Defensor – DPE-MS – 2008 – VUNESP)** Quando se fala em Direitos Humanos, considerando sua historiciedade, é correto dizer que

(A) somente passam a existir com as Declarações de Direitos elaboradas a partir da Revolução Gloriosa Inglesa de 1688.

(B) foram estabelecidos, pela primeira vez, por meio da Carta Magna de 1215, que é a expressão maior da proteção dos Direitos do Homem em âmbito universal.

(C) a concepção contemporânea de Direitos Humanos foi introduzida, em 1789, pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, fruto da Revolução Francesa.

(D) a internacionalização dos Direitos Humanos surge a partir do Pós-Guerra, como resposta às atrocidades cometidas durante o nazismo.

RESPOSTA Conforme ensina Flávia Piovesan, "(...) internacionalização dos direitos humanos, que constitui um movimento extremamente recente na história, surgindo a partir do Pós-Guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo". *Alternativa D.*

9230. **(Procurador – MPT – 2009)** Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Dentre as disposições contidas no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, encontra-se o reconhecimento do direito ao salário equitativo e a uma remuneração igual por trabalho de igual valor, sem qualquer distinção.

(B) A rejeição da perspectiva de mercantilização do trabalho foi incorporada à Constituição da Organização Internacional do Trabalho pela chamada Declaração de Filadélfia acerca dos fins e objetivos da OIT.

(C) A internacionalização da proteção dos direitos humanos prescinde de mecanismos de incorporação de conteúdos pelo direito interno de cada país, na medida em que se reconheça a jurisdição das

Cortes Internacionais.

(D) De acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, é dever dos Estados-Partes assegurar os direitos neles previstos, inclusive protegendo os indivíduos contra a violação de seus direitos perpetrada por entes privados.

(E) Não respondida.

RESPOSTA Os tratados internacionais podem ser incorporados no direito interno de duas formas: a monista e a dualista. Na primeira, a incorporação ocorre de forma automática, não sendo necessária a edição de um ato normativo nacional. Por outro lado, a dualista exige que tal edição seja feita, devendo haver uma ordem jurídica nacional e outra internacional. *Alternativa C*.

9231. **(Delegado – PC-SP – 2011)** Quando, no final do século XVIII, foram declarados os direitos fundamentais, eram encarados essencialmente como

(A) interesses coletivos não individualizáveis

(B) proliferação dos direitos naturais e objetivos

(C) expressões da liberdade humana em face do Poder

(D) objetivos políticos efetivamente protegidos

(E) vulgarização e trivialização dos direitos naturais

RESPOSTA O direito à Liberdade pertence aos direitos de 1ª dimensão. Possui como marco histórico a Revolução Francesa e a Revolução norte-americana, ocorridas no final do século XVIII. É a busca pela não intervenção do Estado, tratado assim como direito negativo, por afastar o Estado do indivíduo. *Alternativa C.*

9232. **(Procurador – MPF – 2012)** Espancada regularmente por seu marido durante dez anos, a ponto de ser internada com graves ferimentos em hospital, a senhora Rodi Alvarado Pena, guatemalteca, fugiu de seu país para os Estados Unidos da América, onde pediu asilo. Este lhe foi concedido em primeiro grau e revertido depois. Somente após quatorze anos de litigância conseguiu ver reconhecido seu direito de permanecer nos Estados Unidos da América para se proteger de seu marido. Este notório caso é um exemplo de:

(A) aplicação, embora tardia, da Convenção de Belém do Pará;

(B) da limitação da Convenção da ONU contra a Tortura, principalmente no que diz respeito à garantia do *non-réfoulement* (art. 3º);

(C) não aplicabilidade da Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951;

(D) garantia, pela Guatemala, de eficácia horizontal do direito à vida e do direito à integridade física.

RESPOSTA Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, art. 3º, item 1: “Nenhum Estado-parte procederá à expulsão, devolução ou extradição de uma pessoa para outro Estado, quando houver razões substanciais para crer que a mesma corre perigo de ali ser submetida a tortura”; e item 2: “A fim de determinar a existência de tais razões, as autoridades competentes levarão em conta todas as considerações pertinentes, inclusive, se for o caso, a existência, no Estado em questão, de um quadro de violações sistemáticas, graves e maciças de direitos humanos”. *Alternativa B*.

9233. **(Analista – CGU – 2012 – ESAF)** *“Os direitos humanos podem ser exercidos simultaneamente e encontram limites nos outros direitos igualmente consagrados na Constituição. Assim, pode ocorrer um conflito entre direitos e nesse caso é preciso uma solução coerente que harmonize ambos os direitos.”* Esse conceito representa a seguinte característica dos Direitos Humanos:

(A) Limitabilidade.

(B) Complementaridade.

(C) Relatividade.

(D) Inter-relação.

(E) Indisponibilidade.

RESPOSTA Uma das características dos direitos humanos é a sua relatividade, em que, por não serem absolutos, devem ser sempre ponderados quando houver um conflito entre direitos humanos. *Alternativa C.*

OAB/FGV

I. Constituição Federal e Tratados Ratificados pelo Brasil

9234. **(OAB 01 – 2012)** O IBGE estima que nos próximos trinta anos a previsão é de que os idosos ultrapassem cinquenta milhões de pessoas, o que corresponderá a 28% da população brasileira. Os Direitos Humanos inerentes à população idosa no Brasil são amplamente reconhecidos. A Constituição Federal estabelece que a família, o Estado e toda a sociedade devem amparar pessoas idosas, defendendo sua dignidade e bem-estar.

Em 1994 foi criado o Conselho Nacional do Idoso, por meio da Lei n. 8.842 e, atualmente, o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03) contempla políticas diversas de proteção aos maiores de sessenta anos e estabelece, ainda, que os idosos

(A) têm direito a alimentos, mas a obrigação alimentar é subsidiária e não cabe ao idoso optar por quem os prestará, devendo obedecer à ordem estabelecida na lei civil.

(B) devem contar com direito à prioridade, nisso consistindo, inclusive, prioridade no recebimento da restituição do imposto de renda.

(C) podem ser admitidos em qualquer trabalho ou emprego, vedada, em qualquer hipótese, discriminação e fixação de limite máximo de idade.

(D) maiores de sessenta e cinco anos têm direito à gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos, mesmo os serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

RESPOSTA De acordo com o Estatuto do Idoso, art. 3º, IX, é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Dentre as garantias de prioridade, segundo o parágrafo único, compreende a prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda. *Alternativa B.*

9235. **(OAB 03 – 2011-II)** Numa perspectiva dos direitos humanos, acerca dos direitos e deveres dos presos, é correto afirmar que

(A) O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade. Assim, afigura-se ofensa à dignidade do preso, bem como desrespeito à lei, impedir a visita da esposa ou companheira àquele que se encontra preso.

(B) A concessão de benefícios é vedada aos presos, pois eles possuem o dever geral de obediência pessoal às normas de execução penal.

(C) O trabalho do preso possui natureza de dever social e é remunerado, sendo certo que tal contraprestação não poderá ser inferior ao salário mínimo.

(D) A possibilidade de o preso manter relações com o mundo exterior, por meio de correspondência e leitura, é recompensa que se confere pelo bom comportamento.

RESPOSTA De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), art. 41, há previsão dos direitos básicos do preso; entre eles está a visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados, podendo esse direito ser suspenso ou restringido mediante ato motivado do diretor do estabelecimento. *Alternativa A.*

9236. **(OAB 02 – 2011)** As Constituições brasileiras se mostraram com avanços e retrocessos em relação aos direitos humanos. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

(A) A Constituição de 1946 apresentou diversos retrocessos em relação aos direitos humanos, principalmente no tocante aos direitos sociais.

(B) A Constituição de 1967 consolidou arbitrariedades decretadas nos Atos Institucionais, caracterizando diversos retrocessos em relação aos direitos humanos.

(C) A Constituição de 1934 se revelou retrógrada ao ignorar normas de proteção social ao trabalhador.

(D) A Constituição de 1969, mesmo incorporando as medidas dos Atos Institucionais, se revelou mais atenta aos direitos humanos que a Constituição de 1967.

RESPOSTA A Constituição de 1967 nasceu com o regime militar e, por consequência, foi a Constituição mais imperiosa da história, restringindo e suprimindo direitos fundamentais. *Alternativa B.*

9237. **(OAB 02 – 2011)** A respeito da internacionalização dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

(A) Já antes do fim da II Guerra Mundial ocorreu a internacionalização dos direitos humanos, com a limitação dos poderes do Estado a fim de garantir o respeito integral aos direitos fundamentais da pessoa humana.

(B) A limitação do poder, quando previsto na Constituição, garante por si só o respeito aos direitos humanos.

(C) A criação de normas de proteção internacional no âmbito dos direitos humanos possibilita a responsabilização do Estado quando as normas nacionais forem omissas.

(D) A internacionalização dos direitos humanos impõe que o Estado, e não o indivíduo, seja sujeito de direitos internacional.

RESPOSTA De fato, ao ratificar tratados internacionais o Estado brasileiro está assumindo eventuais responsabilidades pelas omissões que apresentar em sua legislação interna, como aconteceu com a Lei Maria da Penha, de 2006 (em 1994, o Brasil assinou o documento da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará). *Alternativa C.*

9238. **(OAB 02 – 2011)** No âmbito dos direitos humanos, a respeito do Incidente de Deslocamento de Competência, instituído pela Emenda Constitucional n. 45, assinale a alternativa correta.

(A) Para assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos de que o Brasil seja parte, o Procurador-Geral da República pode suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, nas hipóteses de graves violações aos direitos humanos.

(B) O incidente de deslocamento de competência, embora garanta o cumprimento de obrigações do Estado brasileiro em relação aos tratados internacionais de direitos humanos, não está relacionado com a razoável duração do processo para a consecução da finalidade de efetiva proteção dos direitos humanos.

(C) Pelo incidente de deslocamento de competência, a Justiça Federal só julgaria os casos relativos aos direitos humanos após o Brasil ser responsabilizado internacionalmente.

(D) O incidente de deslocamento de competência se efetiva contrariamente ao princípio do federalismo cooperativo por não obedecer à hierarquia de competência para julgamento dos crimes comuns, mesmo no âmbito de ferimento aos direitos humanos.

RESPOSTA A EC n. 45/2004 acrescentou ao art. 109 da CF o § 5º, em que, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. *Alternativa A.*

9239. **(OAB 01 – 2012)** Assinale a alternativa correta sobre a questão a respeito ao direito à vida segundo o Pacto de São José da Costa Rica e a Constituição da República Federativa do Brasil.

(A) A CRFB não prevê em seus artigos a pena de morte. Sendo assim, está em conformidade com o Pacto de São José da Costa Rica e não poderá incluir disposições nesse sentido em seu texto constitucional.

(B) O Pacto de São José da Costa Rica, em respeito à soberania estatal, dispõe que o Estado-membro poderá adotar a pena de morte. Logo, o Estado-parte poderá estender a pena de morte a delitos aos quais não se aplique atualmente.

(C) O país poderá adotar a pena de morte, mas essa só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com a lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido.

(D) O Pacto de São José da Costa Rica, em respeito à soberania estatal e ao fato de ser o Poder Constituinte originário dos países inicial, autônomo e incondicionado, dispõe que o Estado-membro poderá adotar a pena de morte. Logo, o Estado-parte que já adotou a pena capital em algum momento de sua história poderá criar novas legislações sobre o tema, mesmo que atualmente tenha abolido sua aplicação. Mas ela só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com a lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido.

RESPOSTA No Brasil não há aplicação de pena de morte; excepcionalmente se prevê a pena de morte em casos de guerra, aborto sentimental, aborto necessário e em casos de excludente de ilicitude. Segundo o art. 4º do Pacto de San José, nos Estados que não tiverem abolido a pena de morte, a pena só poderá ser imposta a delitos graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente. Não é aplicada a delitos políticos, nem a delitos comuns conexos com delitos políticos. Tampouco deverá ser aplicada a pessoa menor de dezoito anos, ou maior de setenta, ou a mulher em estado de gravidez. E, nos Estados que houverem abolido a pena de morte, esta não poderá ser restabelecida. *Alternativa C*.

II. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

9240. **(OAB 03 – 2011)** O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos preveem em seu texto mecanismos de proteção, efetivação e monitoramento dos Direitos Humanos consagrados em seus respectivos textos. É correto afirmar que, em ambos os pactos, encontra-se o seguinte mecanismo:

(A) Envio de relatórios sobre medidas adotadas e progressos alcançados.

(B) Acusação de regresso de proteção dos direitos, que poderá ser protocolada por qualquer Estado-parte, inclusive o próprio analisado.

(C) Sistemática de petições, que deverão ser elaboradas e protocoladas por um Estado-parte diferente daquele que está sendo acusado.

(D) Envio de relatórios sobre medidas adotadas e progressos alcançados, que deverão ser elaborados e protocolados por um Estado-parte diferente daquele que está sendo analisado.

RESPOSTA O mecanismo de proteção está na apresentação de relatórios por parte dos Estados-partes para informar sobre as medidas por eles adotadas para tornar efetivos os direitos reconhecidos e sobre o progresso alcançado no gozo desses

direitos. *Alternativa A*.

III. Proteção Internacional às Mulheres, Crianças, Idosos, Deficientes Físicos e Demais Formas Discriminatórias

9241. **(OAB 03 – 2011)** A respeito da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ratificada pelo Brasil, assinale a alternativa correta.

(A) Uma vez que a Convenção tem como objetivo proteger um grupo específico, não pode ser considerada como um documento de proteção internacional dos direitos humanos.

(B) A Convenção possui um protocolo facultativo, que permite a apresentação de denúncias sobre violação dos direitos por ela consagrados.

(C) A Convenção permite que o Estado-parte adote, de forma definitiva, ações afirmativas para garantir a igualdade entre gêneros.

(D) A Convenção traz em seu texto um mecanismo de proteção dos direitos que consagra, por meio de petições sobre violações, que podem ser protocoladas por qualquer Estado-parte.

RESPOSTA A Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher possui um protocolo facultativo, que permite a apresentação de denúncias sobre violação dos direitos por ela consagrados (*vide* art. 1º, Decreto n. 4.316/2002). *Alternativa B.*

IV. Sistema Interamericano de Direitos Humanos

9242. **(OAB 03 – 2012)** O Pacto de São José da Costa Rica prevê que os Estados signatários devem cumprir com as decisões emanadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Uma das hipóteses de condenação consiste no pagamento, pelo Estado, de indenização compensatória à vítima da violação de direitos humanos. Assinale a afirmativa que indica o procedimento a ser adotado, caso o Estado brasileiro não cumpra espontaneamente a sentença internacional que o obriga a pagar a indenização.

(A) Como é considerada título executivo judicial, poderá ser executada perante o Superior Tribunal de Justiça, uma vez que goza de *status* internacional.

(B) Como é considerada título executivo judicial, poderá ser executada perante a Vara Federal competente territorialmente.

(C) A Corte Interamericana, em razão do princípio da soberania, obrigará o Estado brasileiro a cumprir a sentença, sendo necessária a propositura de processo de execução, autônomo, pela parte interessada na Corte.

(D) A Corte Interamericana, em razão do princípio da soberania, não poderá obrigar o Brasil a cumprir a sentença, mas o descumprimento poderá fundamentar uma advertência da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, pelo descumprimento da Convenção Americana de Direitos Humanos.

RESPOSTA Conforme o Pacto de San José da Costa Rica em seu art. 68, § 2º: A parte da sentença que determinar indenização compensatória poderá ser executada no país respectivo pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado. *Alternativa B*.

9243. **(OAB 03 – 2012)** Com relação à Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, ratificada pelo Brasil em 20 de julho de 1989, assinale a afirmativa correta.

(A) Os funcionários públicos que ordenem a execução da tortura ou a cometam diretamente são

responsáveis pelo delito de tortura, exceto se houverem agido por ordens superiores, o que eximirá o agente da responsabilidade penal correspondente.

(B) O Estado-Parte somente tomará as medidas necessárias para conceder a extradição, em conformidade com sua legislação e suas obrigações internacionais, de pessoa condenada pela prática de delito de tortura, não bastando a acusação pela prática do delito.

(C) As declarações obtidas por meio de tortura não podem ser admitidas como prova em processo, salvo em processo instaurado contra a pessoa acusada de havê-las obtido mediante atos de tortura e unicamente como prova de que, por esse meio, o acusado obteve tal declaração.

(D) Esgotado o procedimento jurídico interno do Estado e os recursos que este prevê para a investigação sobre caso de tortura, o processo deverá ser submetido a instâncias internacionais, mesmo que o Estado não tenha aceitado tal competência.

RESPOSTA Conforme a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura em seu art. 10: "Nenhuma declaração que se comprove haver sido obtida mediante tortura poderá ser admitida como prova em um processo, salvo em processo instaurado contra a pessoa ou pessoas acusadas de havê-la obtido mediante atos de tortura e unicamente como prova de que o acusado obteve tal declaração". *Alternativa C*.

9244. **(OAB 03 – 2011)** A Convenção Interamericana de Direitos Humanos dispõe que toda pessoa tem direito à vida, que deve ser protegida por lei, e que ninguém dela poderá ser privado arbitrariamente. A respeito da pena de morte, o documento afirma que

(A) É inadmissível a aplicação da pena de morte em qualquer circunstância, já que o direito à vida deve ser protegido por lei desde a concepção.

(B) Não se pode aplicar pena de morte aos delitos políticos, exceto se forem conexos a delitos comuns sujeitos a tal pena.

(C) A pena de morte não pode ser imposta àquele que, no momento da perpetração do delito, for menor de 18 anos, nem aplicada à mulher em estado gestacional.

(D) Não se admite que Estados promulguem pena de morte, exceto se já a tiverem aplicado e a tenham abolido, hipótese em que a tal pena poderá ser restabelecida.

RESPOSTA Conforme Pacto de San José da Costa Rica, art. 4º, § 4º, a pena de morte não deve ser interposta a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de 18 anos, ou maior de 70, nem aplicada a mulher em estado de gravidez. *Alternativa C*.

V. Mecanismos Internacionais de Proteção

9245. **(OAB 01 – 2012)** Joana, funcionária de um hospital, decide adotar um recém-nascido. Porém seu pedido de licença-maternidade é negado, por falta de previsão legal. Inconformada Joana ingressa na Justiça Trabalhista, onde recebe decisões favoráveis à luz dos princípios constitucionais, inclusive do Tribunal Superior do Trabalho. Porém, em última análise do caso, o Supremo Tribunal Federal decide pela denegação do pedido de licença-maternidade, operando-se o trânsito em julgado da decisão. Segundo o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, qual será a alternativa correta:

(A) Como a questão já transitou em julgado no Poder Judiciário do país acusado, Joana terá sua petição inadmitida pela falta de cumprimento do requisito previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos.

(B) Como a proteção da família não está garantida pelo Pacto de São José da Costa Rica, Joana terá sua petição inadmitida pela falta de cumprimento do requisito previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos.

(C) Joana poderá ter sua petição admitida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que

poderá continuar a analisar o mérito do assunto mesmo que o Brasil tenha alterado a legislação sobre o tema após a decisão do caso de Joana pelo STF, passando a beneficiar mães adotivas, em face da impossibilidade de retroatividade da norma para atingir coisa julgada.

(D) Joana não poderá ter sua petição admitida, em razão de ser requisito indispensável que estivesse representada por um Estado-membro da Organização dos Estados Americanos, para apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a petição que contém denúncia ou queixa de violação da Convenção Americana de Direitos Humanos por um outro Estado-parte do qual é nacional.

RESPOSTA A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é competente para apurar violações contidas no documento do Pacto de San José da Costa Rica (*vide* art. 48, Pacto de San José). *Alternativa C*.

VI. Temas Diversos

9246. **(OAB 03 – 2012)** A Resolução 96 (I), de 11 de dezembro de 1946, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas declarou que o genocídio é um crime contra o Direito Internacional. Nesse passo, a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio afirmou que

(A) as partes contratantes da Convenção confirmam que o genocídio configura crime contra o Direito Internacional, exceto se cometido em tempo de guerra.

(B) o genocídio é entendido como o assassinato de membros de um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, com a intenção de destruí-lo no todo, não se entendendo como tal, dano grave à saúde do grupo.

(C) os atos tentados ou consumados, bem como a cumplicidade para cometer genocídio, serão punidos, mas a incitação ao cometimento de genocídio, ainda que direta e pública, não será punida.

(D) a transferência forçada de menores de um grupo religioso para outro grupo religioso, cometida com a intenção de destruir aquele, considera-se genocídio.

RESPOSTA Conforme a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio em seu art. 2º, *caput* e alínea *e*: "Na presente Convenção, entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como: (...) (e) transferência forçada de menores do grupo para outro grupo". *Alternativa D.*

Bibliografia

- BARRETO, Rafael. *Direitos humanos*. Salvador: JusPodivm, 2012 (Coleção Sinopses para Concursos).
- CASTILHO, Ricardo. *Direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- Corte Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/>. Acesso em: 31 mar. 2013, às 22h13.
- DHnet – Rede de Direitos Humanos & Cultura. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/>. Acesso em: 30 mar. 2013, às 14h15.
- GOMES, Luiz Flávio (www.blogdolfg.com.br). Acesso em: 30 mar. 2013, às 8h05.
- Human Rights Education Associates – HREA. O Sistema dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.hrea.org/index.php?doc_id=439>. Acesso em: 29 mar. 2013, às 10h.
- LAFER, Celso. *A internacionalização dos direitos humanos.* Constituição, racismo e relações internacionais. São Paulo: Manole, 2005.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MARCELO HUGO DA ROCHA

Advogado. Palestrante. Professor do curso A Casa do Concurseiro. Pós-Graduado em Direito Empresarial pela PUCRS. Autor das obras *Guia Passe na OAB e Passe na OAB 2ª fase* – direito empresarial. Coautor e coordenador das coleções *Passe na OAB 1ª e 2ª fases e Passe em Concursos Públicos*, todas pela Editora Saraiva. Coautor de outras obras jurídicas. Editor do *blog* Passe em Concursos Públicos.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	125
FCC	59
OUTRAS BANCAS	67
OAB/FGV	12

I. Parte Geral

Introdução

9247. **(DPE-PI – 2009 – CESPE)** Com o objetivo de garantir o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, o Estado brasileiro tem o dever de garantir as necessidades das crianças e dos adolescentes, velando pelo seu direito à vida, à saúde, à educação, à convivência, ao lazer, à liberdade, à profissionalização, entre outros. Nesse sentido, é correto afirmar que o ECA

(A) reconhece que as crianças e os adolescentes são sujeitos especiais, titulares de direitos absolutos e merecedores de atenção jurídica preferencial, posto que a CF, ao consagrar o princípio da proteção integral, impõe ao juiz que desconsidere a finalidade social, o bem comum e os direitos individuais e coletivos.

(B) baseou-se no princípio da indisponibilidade dos direitos fundamentais, por meio do qual foram estabelecidas as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil e o critério cronológico da psicologia evolutiva para diferenciar crianças, adolescentes e jovens adultos.

(C) aperfeiçoou a doutrina da situação irregular, esposada pelo Código de Menores, estendendo a aplicação das medidas socioeducativas destinadas à reabilitação física, moral e psíquica de crianças e adolescentes infratores.

(D) utilizou-se da tipologia de Enrico Ferri para definir os critérios capazes de estipular o grau de periculosidade dos menores infratores e o consequente risco social de sua permanência no seio da sociedade.

(E) afastou-se da doutrina de situação irregular que caracterizou o antigo Código de Menores, haja vista este ser voltado apenas aos menores em situação irregular, isto é, àqueles que se encontram em conflito com a lei ou que se encontram privados de assistência, por qualquer motivo. O ECA, ao contrário, segue a doutrina da proteção integral, que se baseia no princípio do melhor interesse da criança.

RESPOSTA O Código de Menores, Lei n. 6.697/79, revogado pelo ECA, garantia a assistência, proteção e vigilância a menores até dezoito anos de idade que se encontrassem em “situação irregular” definida no seu art. 2º. Diferentemente, o ECA no seu art. 1º diz que: “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. *Alternativa E*.

(DPE-BA – 2010 – CESPE) Com relação aos princípios orientadores do ECA bem como aos direitos fundamentais nele previstos, julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

9248. De acordo com o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, deve-se assegurar a eles condição de se desenvolverem com dignidade, garantindo-se a concretização dos seus direitos fundamentais.

RESPOSTA Além de o art. 1º, ECA, garantir a *proteção integral* à criança e ao adolescente, a **Convenção sobre os Direitos das Crianças** promulgada pelo Decreto n. 99.710/90 prevê no seu art. 3º que todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o **interesse maior** da criança. *Certa*.

9249. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** No que tange aos princípios gerais orientadores do ECA, assinale a opção correta.

(A) O princípio da prioridade absoluta não pode ser interpretado de forma isolada, devendo ser

interpretado de forma integrada aos demais sistemas de defesa da sociedade. Dessa forma, a decisão do administrador público entre a construção de uma creche e a de um abrigo para idosos, ambos necessários, deverá recair sobre a segunda, dada a prevalência da lei mais recente, no caso, o Estatuto do Idoso.

(B) Buscando efetivar o princípio da prioridade absoluta, o legislador incluiu no ECA um rol taxativo de preceitos a serem seguidos.

(C) O princípio do melhor interesse tem aplicação limitada ao público infanto-juvenil cujos direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, ou por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.

(D) De acordo com o princípio da centralização, inovação promovida pelo ECA, a União tem competência para criar normas gerais e específicas de atendimento a crianças e adolescentes para sanar omissão dos governos estaduais e municipais.

(E) Com importância reconhecida desde o século XIX, o princípio do melhor interesse foi adotado pela comunidade internacional, em 1959, na Declaração dos Direitos da Criança e, por esse motivo, malgrado a diferença de enfoque, foi incluído no Código de Menores de 1979, ainda que sob a égide da doutrina da situação irregular.

RESPOSTA O STJ, reiteradamente, vem aplicando o **princípio do melhor interesse da criança**, como nos casos de adoção por casais homossexuais (REsp 1.085.646/RS) ou "na inobservância da preferência estabelecida no cadastro de adoção competente, portanto, não constitui obstáculo ao deferimento da adoção quando isso refletir no melhor interesse da criança" (REsp 1.347.228/SC). *Alternativa E*.

9250. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Considerando o ECA, assinale a opção correta.

(A) Na interpretação do ECA, devem ser considerados os fins sociais a que o estatuto se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, bem como a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

(B) O adolescente civilmente identificado não pode ser submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, nem mesmo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

(C) Entre as medidas socioeducativas que podem ser aplicadas ao adolescente, estão a prestação de serviços à comunidade e a substituição de internação em estabelecimento educacional por multa.

(D) A medida aplicada por força de remissão não pode ser revista judicialmente, sob pena de ofensa à coisa julgada.

RESPOSTA (A) Art. 6º, ECA. (B) Art. 109, ECA. (C) Art. 112, ECA. (D) Art. 128, ECA. *Alternativa A*.

9251. **(DPE-PI – 2009 – CESPE)** De acordo com o CONANDA, os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que integram o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente devem exercer suas funções em rede, a partir de três eixos estratégicos de ação, os quais incluem

(A) a defesa dos direitos humanos.

(B) a garantia da integridade física e mental das crianças e dos adolescentes em situação de risco.

(C) a promoção das ações afirmativas.

(D) o controle e a efetivação das políticas públicas.

(E) o resgate de crianças e adolescentes em situação de perigo.

RESPOSTA A Resolução n. 113/2006 do CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do **Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**, prevê no seu art. 5º três eixos estratégicos

de ação: I – defesa dos direitos humanos; II – promoção dos direitos humanos; e III – controle da efetivação dos direitos humanos. *Alternativa A.*

Direitos Fundamentais

(DPE-BA – 2010 – CESPE) Com relação aos princípios orientadores do ECA bem como aos direitos fundamentais nele previstos, julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

9252. Para a colocação de criança ou adolescente em família substituta, não há necessidade de eles serem ouvidos, bem como é desnecessário o seu consentimento ao fato.

RESPOSTA Segundo o § 1º do art. 28, ECA, sempre que possível, a criança ou o adolescente **será previamente ouvido** por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada. *Errada*.

(DPE-BA – 2010 – CESPE) Com base no que dispõe o ECA, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

9253. Entende-se por família natural ou ampliada aquela formada pelos pais, ou qualquer um deles, e seus descendentes.

RESPOSTA Família **natural** e **ampliada** (ou **extensa**) são instituições diferentes segundo o art. 25 e seu parágrafo único, ECA. *Errada*.

9254. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não deve prolongar-se por mais de dois anos, exceto quando verificada a sua necessidade, que poderá ser atestada mediante decisão judicial sem fundamentação.

RESPOSTA Segundo o § 2º do art. 19, ECA, a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, **devidamente fundamentada** pela autoridade judiciária. *Errada*.

9255. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) No que diz respeito à colocação do menor em família substituta, assinale a opção correta.

(A) Tanto a adoção quanto a tutela visam suprir a carência de representação legal.
(B) Um dos principais efeitos da destituição da tutela é o de a remoção do tutor extinguir por inteiro seu vínculo pessoal e jurídico com o pupilo, incluindo-se a responsabilidade de ordem patrimonial.
(C) A tutela de pessoa maior de dezoito anos de idade será deferida desde que a sua incapacidade absoluta seja previamente reconhecida por sentença com trânsito em julgado.
(D) Sempre que possível, a criança com mais de oito anos de idade sujeita à colocação em família substituta será previamente ouvida, além de ser necessário o seu consentimento, colhido em audiência.
(E) Dada a provisoriedade do termo de guarda, a responsabilidade do guardião sobre o menor pode ser revogada, por exemplo, por comprovação de negligência.

RESPOSTA (A) Art. 36, parágrafo único, e art. 41, ECA. (B) Art. 38 c/c art. 24, ECA. (C) Tutela (art. 36, ECA) *versus* Curatela (art. 1.767, CC). (D) Art. 28, § 2º, ECA (12 anos). (E) Art. 33, § 1º, ECA. *Alternativa E*.

9256. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) Com referência ao instituto da adoção, assinale a opção correta.

(A) Toda sentença de adoção transitada em julgado produz efeitos *ex tunc*.
(B) Com o falecimento dos adotantes, restabelece-se o poder familiar dos pais naturais.

(C) Cabe ao MP a função de *custos legis* do cadastro de adotantes e da convocação criteriosa dos interessados, podendo, no caso de discordância dos critérios utilizados, propor medida judicial.

(D) O pedido de adoção, ainda que unilateral, não poderá ser deferido a candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente.

(E) A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando, não se exigindo forma específica para a permissão.

RESPOSTA (A) Art. 47, § 7º, ECA. (B) Art. 49, ECA (A morte dos adotantes não restabelece o poder familiar). (C) Art. 50, § 12, ECA. (D) Art. 50, § 13, I, ECA. (E) O consentimento será dispensado no caso do § 1º do art. 45, ECA. *Alternativa C*.

9257. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Com o estabelecimento da doutrina de proteção integral como diretriz básica e única do atendimento de crianças e adolescentes, o legislador pátrio rompeu definitivamente com a doutrina da situação irregular – admitida pelo Código de Menores (Lei n. 6.697/1979) –, agindo em consonância com a CF e documentos internacionais aprovados com amplo consenso na comunidade das nações. No que concerne aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, assinale a opção correta de acordo com o ECA.

(A) É vedado à autoridade judiciária autorizar a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional por mais de dois anos.

(B) A legislação considera extensa ou ampliada a família que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, incluindo parentes consanguíneos, independentemente da convivência ou dos vínculos de afinidade e afetividade.

(C) A colocação em família substituta faz-se mediante guarda, tutela ou adoção, sendo obrigatório, no caso de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, que se considerem e respeitem a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições e as suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela CF e pelo ECA.

(D) Ao completar dezoito anos de idade, o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica e de ter, mediante prévio consentimento dos pais biológicos, acesso irrestrito ao processo que resultou na aplicação da medida de adoção e a seus eventuais incidentes.

(E) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, respectivamente, nos períodos pré e pós-natal, para, entre outros objetivos, prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal, exceto se houver interesse da gestante ou mãe em entregar a criança para adoção.

RESPOSTA De acordo com o art. 28, ECA, a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei. Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, são ainda obrigatórios os termos do § 6º do art. 28. *Alternativa C*.

9258. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** Considerando os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, assinale a opção correta.

(A) A colocação da criança ou adolescente em família substituta deve ser precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da justiça da infância e da juventude.

(B) A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento institucional terá preferência a seu acolhimento familiar, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida.

(C) A manutenção de criança ou adolescente em sua família ou a reintegração a esta são obrigatórias, exceto se não forem encontrados parentes, em qualquer grau.

(D) A perda e a suspensão do poder familiar devem ser decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, exclusivamente no caso de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações previstos no ECA.

(E) Para a colocação em família substituta, sempre que possível, a criança ou o adolescente serão previamente ouvidos pelo juiz e pelo promotor de justiça, e, em se tratando de pessoa com mais de dez anos de idade, será necessário o seu consentimento colhido em audiência.

RESPOSTA De acordo com o § 5º do art. 28, ECA. *Alternativa A*.

9259. (Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE) Em relação às regras da adoção previstas no ECA, assinale a opção correta.

(A) A adoção internacional somente deve ser deferida se não for encontrado interessado com residência permanente no Brasil, após consulta aos cadastros local, estadual e nacional de pessoas ou casais habilitados à adoção.

(B) A guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.

(C) Somente podem adotar os maiores de vinte e um anos, independentemente de estado civil e da opção sexual.

(D) Enquanto não localizados casal ou pessoa interessados na adoção, a criança ou o adolescente devem ser colocados sob acolhimento institucional.

(E) Para a adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família, sendo vedada a adoção ao casal divorciado.

RESPOSTA (A) Art. 50, § 10, ECA. (B) Art. 46, § 2º, ECA. (C) Art. 42, ECA. (D) Art. 50, § 11, ECA. (E) Art. 42, §§ 2º e 4º, ECA. *Alternativa A*.

9260. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta no que tange ao procedimento de jurisdição voluntária de habilitação de pretendentes à adoção.

(A) Contará a favor dos postulantes a sua participação, ainda que facultativa, em programa oferecido pela justiça da infância e da juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, de crianças ou de adolescentes com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

(B) O programa oferecido pela justiça da infância e juventude sempre incluirá o contato com crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar ou institucional em condições de serem adotados, a ser realizado sob a orientação, supervisão e avaliação da equipe técnica da justiça da infância e da juventude, com o apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento familiar ou institucional e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

(C) Deferida a habilitação do postulante à adoção, este será inscrito no cadastro mantido pela autoridade judiciária, e a sua convocação para a adoção deve ser feita, obrigatoriamente, de acordo com a ordem cronológica de habilitação e conforme a disponibilidade de crianças ou adolescentes adotáveis, não acarretando qualquer tipo de sanção ao postulante a recusa sistemática à adoção das crianças ou adolescentes indicados.

(D) Após receber a petição inicial, deve a autoridade judiciária, no prazo de quarenta e oito horas, oferecer vista dos autos ao conselho tutelar, que, no prazo de cinco dias, deverá apresentar relatório minucioso a respeito das condições materiais e psicológicas dos postulantes.

(E) Deve, obrigatoriamente, intervir no feito equipe interprofissional a serviço da justiça da infância e da juventude, que deverá elaborar estudo psicossocial com subsídios que permitam aferir a capacidade e o preparo dos postulantes para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável, à luz dos requisitos e princípios do ECA.

RESPOSTA A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar (art. 50, § 3º, ECA). *Alternativa E*.

9261. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** No que se refere à colocação de criança ou adolescente em família substituta, assinale a opção correta.

(A) Salvo expressa e fundamentada determinação judicial em contrário, ou se a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede que os pais exerçam o seu direito de visita nem que cumpram o dever de lhe prestar alimentos.

(B) O deferimento da tutela do menor a pessoa maior de dezoito anos incompletos pressupõe prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e não implica dever de guarda, o que só se efetiva após os dezoito anos completos.

(C) A adoção, medida excepcional e irrevogável, concedida apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou do adolescente na família natural ou extensa, pode ser realizada mediante procuração.

(D) Na colocação da criança ou do adolescente em família substituta, somente este, cuja opinião deve ser devidamente considerada, deve ser previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado o seu grau de compreensão sobre as implicações dessa medida.

(E) A colocação de criança ou de adolescente em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, admissível nas modalidades de adoção, guarda e tutela.

RESPOSTA De acordo com a previsão do § 4º do art. 33, ECA. *Alternativa A*.

9262. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Acerca dos direitos fundamentais inerentes à criança e ao adolescente, assinale a opção correta à luz do ECA.

(A) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe no pré e no pós-natal, desde que a mãe não manifeste interesse em entregar seus filhos para adoção.

(B) Não há previsão legal de atendimento preferencial da parturiente, no SUS, pelo médico que a tenha acompanhado no período pré-natal.

(C) É previsto atendimento pré e perinatal à gestante, por meio do SUS, incluindo-se assistência psicológica, como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

(D) Incumbe ao poder público propiciar apoio alimentar somente à nutriz, pois isso resultará no desenvolvimento físico adequado da criança.

(E) Para que a gestante seja encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, basta que haja a necessidade específica.

RESPOSTA (A) Art. 8º, §§ 4º e 5º, ECA. (B) Art. 8º, § 2º, ECA. (C) Art. 8º, § 4º, ECA. (D) Art. 8º, § 3º, ECA. (E) Art. 8º, § 1º, ECA. *Alternativa C*.

9263. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** O art. 229 da CF dispõe que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

(A) A inobservância das medidas de proteção à criança, como, por exemplo, a matrícula em estabelecimento oficial de ensino, enseja, de imediato, a perda do poder familiar.

(B) O ECA acrescenta ao rol de deveres dos pais o dever de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

(C) Cabem aos pais no exercício do poder familiar a administração e o usufruto dos bens dos filhos, podendo deles dispor a qualquer tempo e de qualquer modo.

(D) O poder familiar dos pais condenados em virtude de crime será suspenso se a pena imposta exceder a três anos de prisão.

(E) Em caso de castigos imoderados ou de abandono, o poder familiar dos pais será suspenso, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 22, ECA. *Alternativa B*.

9264. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Acerca da colocação de criança ou adolescente em família substituta, assinale a opção correta.

(A) Para a colocação de criança ou adolescente indígena em família substituta, o órgão federal responsável pela política indigenista deve, necessariamente, manifestar-se.

(B) A colocação de criança ou adolescente em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível, residindo ou não a família no Brasil, na modalidade de adoção.

(C) A decisão judicial de colocação de criança ou adolescente em família substituta pode ser substituída por outra de qualquer natureza.

(D) A criança ou o adolescente devem ser ouvidos por equipe interprofissional, respeitados seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão, antes da colocação em família substituta.

(E) Crianças ou adolescentes indígenas podem ser adotados, desde que sejam considerados e respeitados seus costumes e tradições, ainda que incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela CF.

RESPOSTA (A) Art. 28, § 6º, III, ECA. (B) O texto literal do art. 31 não fala em residência, porém a doutrina interpreta como restrição àqueles que residem no exterior, portanto errada. (C) A decisão judicial só poderá ser modificada por outra da mesma natureza; *vide* art. 30, ECA. (D) Art. 28, § 1º, ECA. (E) Art. 28, § 6º, I, ECA. *Alternativa A*.

9265. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta em relação a guarda, tutela e adoção.

(A) A tutela é uma medida precária, deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até dezoito anos de idade completos.

(B) Por ser um sucedâneo do poder familiar, o tutor só pode ser destituído do seu poder pela via judicial.

(C) O processo de adoção e seus incidentes competem exclusivamente à vara da infância e da juventude, incluindo-se a adoção de maiores de dezoito anos de idade.

(D) Pessoas solteiras não podem adotar, visto que a lei exige a adoção conjunta como forma de garantir a estabilidade familiar.

(E) A guarda, por constituir medida precária, resulta, necessariamente, em pedido de tutela ou adoção.

RESPOSTA (A) A tutela não é uma medida precária – *vide* art. 38, ECA – diversamente da guarda (art. 35). (B) Art. 164, ECA. (C) Competência da Justiça da Infância e da Juventude, art. 148, ECA. (D) Art. 42, ECA. (E) A guarda não serve,

necessariamente, como primeiro passo ao pedido de tutela ou adoção; *vide* art. 33, ECA. *Alternativa B*.

9266. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) No que se refere aos princípios gerais e orientadores do ECA e aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, assinale a opção correta.

(A) A aplicação do princípio da prioridade absoluta previsto no ECA deve ser integrada aos demais sistemas de defesa da sociedade, como, por exemplo, o Estatuto do Idoso. Assim, no caso, por exemplo, de o administrador ser obrigado a optar por construir uma creche ou um abrigo para idosos, deve ele dar prioridade à construção do abrigo.

(B) Em decorrência do princípio da centralização previsto no ECA, as normas gerais e específicas de atendimento às crianças e aos adolescentes editadas pela União são hierarquicamente superiores às normas editadas pelos estados-membros e pelos municípios.

(C) O reconhecimento do estado de filiação, direito personalíssimo e indisponível, pode ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de justiça e o prazo prescricional geral de dez anos, contado a partir da maioridade civil do postulante.

(D) Deve-se dar preferência à inclusão da criança ou do adolescente em programas de acolhimento familiar sobre o seu acolhimento institucional, observando-se, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida.

(E) A aplicação do princípio do melhor interesse limita-se ao público infantojuvenil cujos direitos tiverem sido ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, ou por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.

RESPOSTA De acordo com a previsão no § 1º do art. 34, ECA. *Alternativa D*.

9267. (Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE) A respeito dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, assinale a opção correta com base no estabelecido na CF e no ECA.

(A) É obrigação do Estado fornecer educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até três anos de idade, e ensinos fundamental e médio gratuitos dos quatro aos dezessete anos de idade.

(B) O adotado, após completar dezoito anos de idade, tem direito de conhecer sua origem biológica bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes.

(C) Os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes são enumerados, especificados e regulamentados de forma taxativa no ECA.

(D) Toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio da sua família e, por esse motivo, é vedada, sem exceções, a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, por mais de dois anos.

(E) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo e indisponível, que pode ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, no prazo decadencial de quatro anos, observado o segredo de justiça.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 48, ECA. *Alternativa B*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

9268. A decisão judicial de colocação do menor em família substituta poderá ser modificada por outra, independentemente de sua natureza.

RESPOSTA A decisão judicial só poderá ser modificada por outra da mesma natureza; *vide* art. 30, ECA. *Errada*.

9269. A tutela concedida nem sempre constitui um sucedâneo do poder familiar, podendo coexistir com o exercício deste.

RESPOSTA O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda; *vide* parágrafo único do art. 36, ECA. *Errada.*

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Acerca dos procedimentos afetos às crianças e aos adolescentes, julgue o item seguinte [adaptada] (Certo ou Errado).

9270. A sentença de adoção póstuma produz efeitos *ex nunc* à sentença concessiva.

RESPOSTA A adoção produz seus efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença constitutiva [*ex nunc*], exceto na hipótese prevista no § 6º do art. 42 desta Lei (adoção póstuma), caso em que terá força retroativa à data do óbito [*ex tunc*]; *vide* art. 47, § 7º, ECA. *Errada*.

9271. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Em relação ao que estabelece o ECA, assinale a opção correta à luz do entendimento do STJ.

(A) O ECA não é aplicável à pessoa que já tenha completado dezoito anos de idade.
(B) Em ação judicial na qual se discuta a guarda de criança ou adolescente, o interesse do menor é irrelevante para fins de determinação da competência para a apreciação da causa.
(C) É possível o pedido de alimentos do adotado a seus pais biológicos, ainda que seja irrevogável o vínculo de adoção.
(D) Constitui dano moral a conduta de companhia aérea que impede a viagem de menor sem a devida autorização exigida no ECA.
(E) Em ACP ajuizada com o objetivo de assegurar o direito de crianças frequentarem creches, o MP não precisa demonstrar viabilidade orçamentária em relação ao pleito.

RESPOSTA Já decidiu o STJ que "ao estabelecer o art. 41 do ECA que a adoção desliga o adotado de qualquer vínculo com pais ou parentes, por certo que não tem a pretensão de extinguir os laços naturais, de sangue, que perduram por expressa previsão legal no que concerne aos impedimentos matrimoniais, demonstrando, assim, que algum interesse jurídico subjaz (...). Sob tal perspectiva, tampouco poder-se-á tolher ou eliminar o direito do filho de pleitear alimentos do pai assim reconhecido na investigatória, não obstante a letra do art. 41 do ECA" (REsp 813.604/SC). *Alternativa C*.

9272. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito dos institutos da guarda, tutela e adoção.

(A) A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até dezoito anos incompletos, na hipótese de falecimento dos pais, na de estes serem julgados ausentes ou na de os pais perderem o poder familiar.
(B) Admite-se que apenas um dos companheiros da união homoafetiva adote criança ou adolescente.
(C) Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família, sendo vedada a adoção ao casal divorciado.
(D) A adoção internacional pode ser deferida, independentemente da existência de interessados com residência permanente no Brasil e inscritos nos cadastros local, estadual e nacional de pessoas ou casais habilitados à adoção, desde que o período de convivência com o adotando seja superior a três anos.
(E) Em regra, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o seu dever de prestar alimentos, que serão objeto de

regulamentação específica, a pedido do interessado ou do MP.

RESPOSTA Em acordo com o art. 36, ECA, c/c art. 1.728, CC. *Alternativa A.*

9273. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Acerca da adoção, sob a sistemática do Código Civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.

(A) Por força das novas regras estabelecidas pelo Código Civil, toda e qualquer adoção, ainda que de maiores de 18 anos de idade, será sempre judicial e a competência para o processamento e o julgamento do pedido é do juízo da vara de família.

(B) Na adoção de menor, o consentimento do seu representante legal será dispensado se o menor for abandonado, ou órfão, ou, quando os pais residirem fora do local de seu domicílio e quando o tutor recusar-se a consentir com a adoção. Nessa situação, o referido consentimento será dado pelo representante do Ministério Público.

(C) Com a adoção, o adotado rompe todos os vínculos com sua família de origem, estabelecendo laços parentais para todos os efeitos e tão somente com a família adotante, ainda quando se trate de adoção unilateral.

(D) A sentença que concede a adoção, em regra, produz efeitos a partir do seu trânsito em julgado, salvo na hipótese de adoção póstuma, caso em que retroagirá à data do óbito do adotante.

RESPOSTA (A) Art. 39, ECA. (B) Art. 1.621 e § 1º, CC. (C) Art. 1.626, parágrafo único, CC. (D) Art. 1.628, CC. *Alternativa D*.

9274. (Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito do direito à convivência familiar e comunitária.

(A) Para a colocação de menor indígena em família substituta, devem ser considerados, necessariamente, os costumes e tradições desse menor, ainda que incompatíveis com os direitos fundamentais previstos na CF.

(B) Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores. Assim, a desobediência a esse preceito pode levar à perda ou à suspensão do poder familiar, decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos termos previstos na legislação civil.

(C) Entende-se por família extensa ou ampliada a formada pelos pais ou por qualquer deles e seus descendentes.

(D) O menor com mais de doze anos de idade poderá ser ouvido em audiência, e seu depoimento, considerado durante o processo de colocação em família substituta.

(E) A decisão judicial de colocação do menor em família substituta pode ser modificada por outra decisão, independentemente de sua natureza.

RESPOSTA (A) Art. 28, § 6º, I, ECA. (B) Arts. 22 e 23, ECA. (C) Art. 25, parágrafo único, ECA. (D) Art. 28, § 2º, ECA. (E) A decisão judicial só poderá ser modificada por outra da mesma natureza; *vide* art. 30, ECA. *Alternativa D*.

9275. (Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE) Em relação a guarda, tutela e adoção, assinale a opção correta.

(A) A tutela concedida nem sempre constitui um sucedâneo do poder familiar, podendo coexistir com o exercício deste.

(B) O tutor poderá ser destituído de seu poder a qualquer momento, sem que, para tanto, seja necessário processo judicial.

(C) Admite-se a adoção *post mortem* quando houver manifestação inequívoca do adotante que vier a falecer no curso do procedimento.

(D) A adoção, incluindo-se a de maiores, poderá ser realizada perante o Poder Judiciário ou perante o tabelião.

(E) O guardião deve prestar ao menor, sob pena de perder a guarda, toda a assistência devida pelos pais. Por outro lado, o guardião não possui legitimidade de reclamar o menor de quem ilegalmente o detenha, uma vez que a guarda constitui medida precária, revogável a qualquer tempo.

RESPOSTA De acordo com a previsão do § 6º do art. 42, ECA. Também se denomina **adoção póstuma**. *Alternativa C*.

9276. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** Com referência à colocação do menor em família substituta, assinale a opção correta.

(A) A sentença de adoção póstuma produz efeitos *ex nunc* à sentença concessiva.

(B) Caso a adoção seja feita por brasileiro residente em outro país, não haverá necessidade de a sentença ser homologada pelo STJ.

(C) A adoção pressupõe a destituição do poder familiar e a anulação do registro original.

(D) A guarda de fato dispensará o estágio de convivência.

(E) Em se tratando de adoção de menor com mais de doze anos de idade, será necessário seu consentimento, não se exigindo forma específica para fazê-lo.

RESPOSTA (A) Art. 47, § 7º, ECA [*ex tunc*]. (B) Art. 52-B e § 1º, ECA. (C) Art. 41, ECA. (D) Art. 46, § 2º, ECA. (E) Art. 28, § 2º, ECA. *Alternativa C*.

9277. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere à família substituta.

(A) A colocação em família substituta ocorrerá mediante guarda, tutela, curatela ou adoção, conforme a situação jurídica da criança ou adolescente, o que só poderá ser reconhecido e determinado pelo juiz da vara da infância e da adolescência.

(B) Sempre que possível, a criança ou adolescente deverá ser previamente ouvido, e a sua opinião, devidamente considerada.

(C) Na apreciação do pedido de adoção, o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade devem ser considerados, a fim de que sejam evitadas ou minoradas as consequências decorrentes da medida, o que não ocorre nos casos de guarda provisória e tutela, para cuja concessão o conselho tutelar considera requisito apenas a certidão de bons antecedentes da família substituta.

(D) Não se deferirá a colocação da criança ou do adolescente em família substituta à pessoa que apresente, por prazo superior a 180 dias, limitações em sua capacidade laborativa.

RESPOSTA (A) Art. 28, ECA (curatela não é prevista). (B) Art. 28, § 1º, ECA. (C) Art. 28, § 3º, ECA. (D) Art. 29, ECA. *Alternativa B*.

9278. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** No que se refere ao direito à convivência familiar e comunitária, assinale a opção correta com base no ECA.

(A) Toda criança ou adolescente tem direito à educação no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a participação efetiva da mãe biológica no convívio diário com o educando, em ambiente livre da presença de pessoas discriminadas.

(B) Os filhos, havidos, ou não, da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

(C) O pátrio poder não poderá ser exercido, simultaneamente, pelo pai e pela mãe. Em caso de

discordância quanto a quem caberá titularizá-lo, a ambos será facultado o direito de recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

(D) Na ausência dos pais, o pátrio poder poderá ser delegado, nessa ordem: ao irmão mais velho, desde que já tenha alcançado a maioridade, ao tio paterno ou ao avô paterno. Na ausência de qualquer um desses, o pátrio poder poderá, excepcionalmente, ser delegado à avó materna.

RESPOSTA (A) Art. 19, ECA. (B) Art. 20, ECA, c/c art. 227, § 6º, CF. (C) Art. 21, ECA. (D) Não há delegação do poder familiar. *Alternativa B*.

9279. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Com relação às disposições do ECA acerca da colocação da criança e do adolescente em família substituta, assinale a opção correta.

(A) Somente a adoção constitui forma de colocação da criança em família substituta.

(B) O guardião não pode incluir a criança que esteja sob sua guarda como beneficiária de seu sistema previdenciário visto que a guarda não confere à criança condição de dependente do guardião.

(C) A colocação da criança em família substituta, na modalidade de adoção, constitui medida excepcional, preferindo-se que ela seja criada e educada no seio saudável de sua família natural.

(D) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato e, uma vez deferida pelo juiz, não pode ser posteriormente revogada.

RESPOSTA (A) Art. 28, ECA. (B) Art. 33, § 3º, ECA. (C) Art. 19, ECA. (D) Art. 35, ECA. *Alternativa C*.

(DPE-BA – 2010 – CESPE) Com relação aos princípios orientadores do ECA bem como aos direitos fundamentais nele previstos, julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

9280. O maior de 14 anos de idade trabalhe na condição de aprendiz, por isso o contrato de aprendizagem substitui o ensino médio, tendo os certificados de conclusão de um e outro o mesmo valor.

RESPOSTA O contrato de **aprendizagem**, definido no art. 428, CLT, *não* substitui o de **ensino médio** (§ 1º). *Errada*.

9281. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Em relação à suspensão e à perda do poder familiar, assinale a opção correta.

(A) A norma segundo a qual a conduta dos genitores deve ser compatível com a moral e os bons costumes é meramente orientadora, dado o seu caráter subjetivo, razão por que seu descumprimento não acarreta sanção.

(B) O proferimento, pelo juízo criminal, de sentença absolutória de acusação de maus-tratos contra menor impede a proposição de ação cível.

(C) A destituição do poder familiar pode ocorrer quando os pais reincidirem nas faltas que conduzem à suspensão desse poder.

(D) Perdem o poder familiar os pais condenados, pela prática de crime, a pena superior a dois anos de reclusão.

(E) A perda do poder familiar implica a cessação da responsabilidade civil do genitor por ato ilícito praticado pelo filho.

RESPOSTA (A) O art. 1.638, CC, prevê as hipóteses de perda do poder familiar e entre elas está praticar atos contrários à moral e aos bons costumes (III). (B) Art. 66, CPP. (C) Art. 1.638, IV, CC. (D) Art. 1.637, parágrafo único, CC. (E) Seria a *extinção* do poder familiar (morte, emancipação ou extinção do sujeito passivo), e não a *perda*. *Alternativa C*.

Prevenção

(DPE-BA – 2010 – CESPE) Com base no que dispõe o ECA, julgue o item seguinte (Certo ou

Errado).

9282. Em se tratando de autorização para viagem ao exterior, não pode a vara da infância suprir o consentimento do genitor, visto que tal situação não está expressamente prevista no dispositivo legal que trata da matéria.

RESPOSTA O ECA prevê expressamente as situações de autorização para viagem ao exterior nos arts. 83 a 85, inclusive a concessão de **autorização judicial** por *dois anos* (art. 83, § 2º). *Errada*.

9283. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Considerando o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.

(A) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado, do qual se fornecerá, administrativamente, certidão somente ao adotado e aos pais, biológicos e adotivos, à vista de documentação comprobatória.

(B) É dever do Estado assegurar atendimento gratuito, em creche e pré-escola, às crianças de zero a sete anos de idade.

(C) É proibida a venda de bilhetes da Mega-Sena a crianças e adolescentes.

(D) Criança ou adolescente desacompanhados dos pais ou do responsável estão proibidos de viajar para fora da comarca onde residem, sem expressa autorização judicial.

RESPOSTA (A) Art. 47, ECA. (B) Art. 54, I, ECA. (C) Art. 81, VI, ECA. (D) Art. 83, ECA. *Alternativa C*.

II. Parte Especial

Atendimento

9284. **(DPE-PI – 2009 – CESPE)** As entidades de atendimento que desenvolvem programas de abrigo para crianças e adolescentes devem

(A) providenciar, sempre que possível, a transferência dos grupos de irmãos desmembrados para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.

(B) preservar os vínculos familiares, dar atendimento personalizado em pequenos grupos, bem como desenvolver atividades em regime de coeducação.

(C) evitar, sempre que possível, o contato das crianças e dos adolescentes abrigados com a família de origem.

(D) participar das atividades políticas da localidade onde se encontrem inseridas.

(E) evitar a participação de pessoas da comunidade no processo educativo das crianças e dos adolescentes abrigados.

RESPOSTA Dentre os princípios previstos no art. 92, ECA, que devem ser adotados pelas entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional estão aqueles dos incisos I, III e IV, reproduzidos na *alternativa B*, portanto correta.

(DPE-BA – 2010 – CESPE) Com base no que dispõe o ECA, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

9285. As entidades de atendimento – governamentais ou não governamentais – podem ser fiscalizadas pelo Poder Judiciário, pelo MP e pelos conselhos tutelares.

RESPOSTA Segundo o art. 95, ECA, as entidades governamentais e não governamentais referidas no art. 90 (entidades de atendimento) serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares. *Certa*.

9286. **(DPE-PI – 2009 – CESPE)** Entre outras obrigações, as entidades que desenvolvem programas de internação para menores devem

(A) observar os direitos e as garantias de que são titulares as crianças.

(B) oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal.

(C) comunicar às autoridades competentes todos os casos em que foi necessária a adoção de restrições a direitos que não tenham sido restringidos na decisão de internação de adolescentes.

(D) reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo mínimo de um ano, dando ciência dos resultados ao CONANDA.

(E) assegurar as medidas profiláticas e contraceptivas necessárias à visitação íntima.

RESPOSTA As obrigações, entre outras, das entidades que desenvolvem programas de internação estão previstas no art. 94, ECA. A única afirmativa que encontra fundamento nos incisos do art. 94 é a *alternativa B* (inc. VII), portanto correta.

9287. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** A respeito das normas de política de atendimento previstas no ECA, assinale a opção correta.

(A) É vedado, em qualquer hipótese, às entidades mantenedoras de programa de acolhimento institucional acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

(B) São linhas de ação da política de atendimento as campanhas de estímulo ao acolhimento, sob forma de guarda, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e de estímulo à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

(C) São diretrizes da política de atendimento a centralização do atendimento, mediante a criação de órgãos públicos federais responsáveis pela regulamentação das ações a serem tomadas nos níveis estaduais e municipais, mediante repasse de verbas periódicas aos demais entes da Federação.

(D) As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de orientação e apoio sociofamiliar, apoio socioeducativo em meio aberto, colocação familiar e abrigo, mas não no que se refere a liberdade assistida, semiliberdade e internação.

(E) As entidades governamentais e não governamentais devem requerer à autoridade judiciária a inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento; uma vez deferida, a inscrição deve ser comunicada ao conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente e ao conselho tutelar.

RESPOSTA As linhas de ação da política de atendimento estão previstas no art. 87, ECA, dentre elas a apontada pela *alternativa B* (inc. VII), portanto correta.

9288. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** A respeito das entidades e programas de atendimento previstos no ECA, assinale a opção correta.

(A) As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no cadastro nacional do CNJ, órgão incumbido de comunicar o registro ao conselho tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

(B) São medidas aplicáveis a todas as entidades de atendimento que descumprirem obrigações previstas no ECA: advertência, suspensão total ou parcial do repasse de verbas públicas, interdição

de unidades ou suspensão de programa e cassação do registro.

(C) Sob pena de violação dos princípios da inércia, da imparcialidade e do devido processo legal, é vedado ao juiz fiscalizar de ofício as entidades governamentais e não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes.

(D) O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao tutor, para todos os efeitos de direito, devendo remeter ao MP, no máximo a cada seis meses, relatório circunstanciado acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido e de sua família.

(E) As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, devendo comunicar o fato ao juiz da infância e da juventude em até vinte e quatro horas, sob pena de responsabilidade.

RESPOSTA De acordo com o art. 93, ECA. *Alternativa E*.

9289. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com base no que dispõe o ECA a respeito de ato infracional, medidas socioeducativas, entidades de atendimento e direito à saúde.

(A) As entidades governamentais de atendimento ao menor que descumprirem as obrigações relacionadas ao desenvolvimento de programas de internação estão sujeitas às seguintes penalidades: advertência, suspensão total do repasse de verbas, interdição das unidades ou suspensão do programa.

(B) As entidades não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes somente podem funcionar depois de registradas no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, que deve comunicar o registro, cuja validade máxima é de quatro anos, ao conselho tutelar e ao juiz da localidade.

(C) Nenhum adolescente pode ser privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional, permitindo-se a sua prisão preventiva ou temporária desde que decretada por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

(D) O prazo máximo da internação provisória do adolescente, para a aplicação de medida socioeducativa, é de até sessenta dias, constituindo a privação da liberdade verdadeira medida cautelar.

(E) As situações de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente devem ser imediata e concomitantemente informadas ao MP, ao juiz da localidade e ao conselho tutelar, sem prejuízo de outras providências.

RESPOSTA (A) Art. 97, I, ECA. (B) Art. 91, ECA. (C) Art. 106, ECA. (D) Art. 108, ECA. (E) Art. 13, ECA. *Alternativa B*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o próximo item (Certo ou Errado).

9290. As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional deverão acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo a comunicação do fato em até vinte e quatro horas ao juiz da infância e da juventude, sob pena de responsabilidade.

RESPOSTA De acordo com o art. 93, ECA, somente as entidades *poderão* acolher crianças e adolescentes em **caráter excepcional e de urgência**. *Errada*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Acerca dos procedimentos afetos às crianças e aos

adolescentes, julgue o item seguinte (Certo ou Errado).

9291. Em regra, o abrigamento deve ser ordenado pela autoridade judiciária ou pelo conselho tutelar. Todavia, em situação que demande urgência, a entidade poderá efetuar o abrigamento, providenciando a devida comunicação em até vinte e quatro horas, sob pena de responsabilidade.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 93, ECA. *Certa.*

9292. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** A respeito das entidades, dos programas e da política de atendimento a crianças e adolescentes, assinale a opção correta com base no que dispõe o ECA.

(A) Configura diretriz da política de atendimento a centralização do atendimento, mediante a criação de órgãos públicos federais responsáveis pela regulamentação das ações a serem tomadas nos níveis estaduais e municipais.

(B) Após a inserção da criança ou do adolescente em programa de acolhimento institucional, o dirigente do estabelecimento deve assumir a tutela dos infantes, para todos os efeitos de direito.

(C) É vedado, em qualquer hipótese, às entidades que mantenham programa de acolhimento institucional acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

(D) Os recursos públicos necessários à implementação e manutenção dos programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes serão liberados pelo gestor municipal, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade.

(E) As entidades de atendimento são responsáveis por sua própria manutenção, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, incluindo-se os que estejam em regime de internação.

RESPOSTA (A) Art. 88, III, ECA. (B) Art. 92, § 1º, ECA. (C) Art. 93, ECA. (D) Art. 90, § 2º, ECA. (E) Art. 90, VIII, ECA. *Alternativa E.*

9293. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** As entidades de atendimento são responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados ou pelo abrigo de adolescentes infratores. Com relação a essas entidades, assinale a opção correta à luz do ECA.

(A) As entidades abrigadoras deverão ser fiscalizadas, exclusivamente, pelo MP, já que este é o detentor do direito de interpor a ação civil pública.

(B) Entidades de abrigo e de acolhimento familiar que desenvolvem programa institucional destinam-se a receber somente crianças e adolescentes em situação de risco.

(C) O regular funcionamento da entidade não governamental depende de prévio registro junto ao conselho tutelar local.

(D) Em regra, o abrigamento deve ser ordenado pela autoridade judiciária ou pelo conselho tutelar. Todavia, prevendo urgência de determinado caso, a entidade poderá efetuar o abrigamento, providenciando a devida comunicação do fato à autoridade judiciária em até vinte e quatro horas, sob pena de responsabilidade.

(E) Em caso de descumprimento das medidas elencadas no ECA, poderão ser aplicadas às entidades governamentais sanções administrativas, como a interdição de unidades ou a suspensão de programa, assim como a cassação de seu registro.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 93, ECA. *Alternativa D.*

(DPE – BA – 2010 – CESPE) Com relação aos princípios orientadores do ECA bem como aos direitos fundamentais nele previstos, julgue o item que se segue (Certo ou Errado).

9294. As medidas de proteção mencionadas no ECA serão aplicadas quando os direitos previstos na lei sejam ameaçados ou efetivamente violados, por ação da sociedade, por abuso dos responsáveis, ou em razão de conduta própria.

RESPOSTA As medidas de proteção à criança e ao adolescente, segundo o art. 98, ECA, são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta. O gabarito aponta como *certa*, mas a afirmativa não traz todas as opções previstas pelo art. 98, p. ex., a "omissão da sociedade" (e não só a *ação*).

9295. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta a respeito das medidas protetivas destinadas a crianças e adolescentes.

(A) As medidas protetivas não podem ser aplicadas de forma cumulativa.
(B) Não podem constar da guia de acolhimento da criança os motivos de sua retirada do convívio com a família de origem.
(C) O MP tem competência para determinar o afastamento da criança do convívio familiar, devendo comunicar o fato ao juiz competente em até quarenta e oito horas.
(D) Determinado o acolhimento familiar da criança ou do adolescente, deve o acolhido ser afastado da família de origem.
(E) Um dos princípios que norteiam a adoção de medidas protetivas é o da intervenção mínima das autoridades e das instituições.

RESPOSTA (A) Art. 99, ECA. (B) Art. 101, § 3º, IV, ECA. (C) Art. 101, § 2º, ECA. (D) Art. 92, § 4º, ECA. (E) Art. 100, parágrafo único, inciso IV [princípio da intervenção mínima]. *Alternativa E*.

9296. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** No que se refere às medidas de proteção aplicadas a crianças e adolescentes, assinale a opção correta.

(A) As medidas de proteção são aplicadas às crianças; as socioeducativas, aos adolescentes.
(B) As medidas de proteção poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, mas não podem ser substituídas a qualquer tempo.
(C) O acolhimento, seja institucional ou familiar, equipara-se à internação, visto que afasta o menor do seio familiar.
(D) Deve-se verificar sempre a possibilidade de reintegração familiar do menor e, caso esta se mostre inviável, caberá ao conselho tutelar propor, no prazo de quarenta e cinco dias, ação de destituição do poder familiar.
(E) Somente a autoridade judiciária poderá determinar o afastamento do menor do lar e dos pais ou responsáveis, garantindo-lhes ampla defesa; a guia de acolhimento do menor deve ser expedida com todos os dados necessários sobre a família e os motivos do afastamento do convívio familiar.

RESPOSTA (A) Art. 98, ECA (em ambas, crianças e adolescentes). (B) Art. 99, ECA (podem ser substituídas a qualquer tempo). (C) O acolhimento tem o objetivo de rápida integração à família de origem; *vide* art. 88, VI, ECA. (D) Art. 101, § 10, ECA (prazo de 30 dias, MP). (E) Art. 101, §§ 2º e 3º, ECA. *Alternativa E*.

(DPE-CE – 2008 – CESPE) Acerca de ato infracional e dos crimes praticados contra a criança e o adolescente, julgue o item subsequente (Certo ou Errado).

9297. Os crimes praticados contra a criança e o adolescente podem ser realizados por ação ou omissão, não se admitindo, todavia, a forma culposa.

RESPOSTA Um dos princípios do ECA garante que a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares (art. 100, parágrafo único, II). Sendo assim, inclusive crimes *culposos* praticados contra a criança e o adolescente são admitidos. *Errada.*

9298. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** No que concerne às medidas de proteção e às medidas pertinentes aos pais ou responsável previstas no ECA, assinale a opção correta.

(A) Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual cometidos pelos pais ou responsável da criança ou do adolescente, o juízo da infância e da juventude poderá determinar, como medida cautelar, a prisão preventiva dos agressores e a fixação provisória de alimentos aos seus dependentes, desde que constatada a insuficiência de outras medidas anteriormente aplicadas para reprimir os infratores.

(B) Verificada a ameaça ou a violação dos direitos da criança e do adolescente, a autoridade competente poderá determinar, entre outras medidas, o acolhimento institucional, a inclusão em programa de acolhimento familiar, a colocação em família substituta e a internação provisória.

(C) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar, medidas provisórias e excepcionais, por implicarem privação de liberdade, são utilizáveis como forma de transição para a reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para a colocação em família substituta.

(D) Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para a proteção de vítimas de violência ou abuso sexual, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do MP ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, por meio do qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa.

(E) As únicas medidas aplicáveis aos pais ou responsável são: a perda da guarda, a destituição da tutela, a suspensão ou destituição do poder familiar, e a internação compulsória em clínica de tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

RESPOSTA De acordo com o § 2º do art. 101, ECA. *Alternativa D.*

9299. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** Considerando que o conselho tutelar de determinado município tenha recebido via telefone denúncia anônima consistente no relato de que três irmãs adolescentes estavam sendo obrigadas pelos pais a se prostituir, à beira de rodovia que passa pelo município, com os caminhoneiros que trafegam por essa estrada, assinale a opção que apresenta a medida a ser tomada pelos conselheiros tutelares nesse caso.

(A) Após constatar *in loco* a veracidade dos fatos denunciados, o conselho tutelar deve determinar o acolhimento institucional das adolescentes e o seu acompanhamento psicológico, além de advertir imediatamente os pais e enviar ao MP e à autoridade judiciária relatório circunstanciado do ocorrido e das providências tomadas.

(B) Cabe ao conselho tutelar, nesse caso, instaurar inquérito civil público para a apuração dos fatos, ouvir os pais e as adolescentes, e, após a conclusão das investigações, remeter os autos ao MP, para a tomada das providências cabíveis.

(C) Os conselheiros tutelares devem enviar ofícios à autoridade judiciária, ao MP e à DP, comunicando o recebimento da denúncia, para que tomem as medidas cabíveis ao caso, e aguardar ordens de atuação.

(D) O conselho tutelar deve propor, no juízo da infância e juventude local, ação de destituição do poder familiar, com pedido liminar de afastamento provisório das adolescentes do lar familiar e encaminhamento para instituição de acolhimento.

(E) Diante da gravidade do fato, os conselheiros devem determinar a apreensão provisória das adolescentes, que devem ser encaminhadas a instituição preparada para receber adolescente em conflito com a lei ou, na sua falta, à delegacia local, onde devem permanecer em cela especial.

RESPOSTA De acordo com a aplicação do art. 98, II, e sujeitação às medidas do art. 101, cujas atribuições do Conselho Tutelar encontram-se no art. 136, todos do ECA. *Alternativa A*.

9300. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** A respeito das medidas de proteção a crianças e adolescentes e das medidas pertinentes aos pais ou responsável, assinale a opção correta de acordo com o que dispõe o ECA.

(A) Os acolhimentos institucional e familiar somente podem ser determinados pela autoridade judiciária.

(B) Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos a criança ou adolescente pelos pais ou responsável, o juízo da infância e da juventude deverá determinar, como medida cautelar, a prisão preventiva dos agressores.

(C) Em situações excepcionais e gravíssimas, devidamente fundamentadas, a autoridade judiciária pode determinar a internação compulsória dos pais em clínica para tratamento de alcoólatras e toxicômanos.

(D) As medidas de proteção podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.

(E) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar, em razão de acarretarem privação de liberdade, devem ser medidas provisórias e excepcionais.

RESPOSTA De acordo com o art. 99, ECA. *Alternativa D*.

Atos Infracionais

(DPE-ES – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, que se referem a medidas socioeducativas, atos infracionais e crimes praticados contra a criança e o adolescente, crimes de tortura e sistema nacional de políticas públicas sobre drogas (Certo ou Errado).

9301. A obrigação de reparar o dano causado com o ato infracional não é considerada uma medida socioeducativa, tendo em vista que o adolescente não responde civilmente por seus atos, sendo obrigação dos pais ressarcir a vítima de eventual prejuízo.

RESPOSTA Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, dentre outras medidas, a obrigação de reparar o dano (art. 112, II, ECA). *Errada*.

9302. A prestação de serviços comunitários é uma medida socioeducativa prevista no ECA que consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, independentemente da pena abstratamente cominada ao crime referente ao ato infracional.

RESPOSTA A afirmativa praticamente reproduz o *caput* do art. 117, ECA, observado que independe da pena prevista abstratamente ao crime, visto que o prazo não pode ultrapassar os seis meses de serviços comunitários. *Certa*.

9303. Todos os crimes praticados contra a criança e o adolescente previstos no ECA submetem-se à ação penal pública incondicionada.

RESPOSTA Segundo o art. 227, ECA, os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada. *Certa*.

9304. (Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE) Com relação à prática de ato infracional, assinale a opção correta.

(A) A prestação de serviços à comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não inferior a seis meses.

(B) A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, presumindo-se que poderá ser fixada pelo tempo que o juiz da infância e da juventude considerar necessário.

(C) A aplicação do regime de semiliberdade deve ser reavaliada a cada seis meses e não comporta prazo máximo.

(D) As medidas socioeducativas só devem ser aplicadas em face da existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão.

(E) A concessão de remissão não impede que se aplique qualquer medida socioeducativa.

RESPOSTA (A) O período é até seis meses, art. 117, ECA. (B) Art. 118, § 2º, ECA. (C) A medida não comporta prazo determinado, art. 120, § 2º, ECA. (D) A *advertência* também não exige provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, art. 114, ECA. (E) Art. 127, ECA. *Alternativa B*.

9305. (Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE) O ECA define o ato infracional, delimita o seu alcance, prevê, para crianças e adolescentes infratores, direitos individuais, garantias processuais e medidas socioeducativas em rol taxativo. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

(A) A autoridade judiciária competente pode decretar a regressão da medida socioeducativa sem ouvir o adolescente, desde que os motivos sejam graves.

(B) Excepcionalmente, em razão de grave abalo da ordem pública, é permitida a internação provisória do menor infrator por prazo superior a quarenta e cinco dias, desde que a instrução do processo de apuração da infração esteja encerrada.

(C) Aplicam-se às medidas socioeducativas as normas gerais de prescrição constantes no Código Civil brasileiro, dada a ausência de previsão expressa no ECA a tal respeito.

(D) No procedimento para a aplicação de medida socioeducativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.

(E) Em procedimento de apuração de ato infracional praticado por adolescente, é dispensável a presença do defensor na audiência de apresentação.

RESPOSTA De acordo com o art. 103, ECA, considera-se **ato infracional** a conduta descrita como crime ou contravenção penal, e as **medidas socioeducativas** estão previstas no rol do art. 112, ECA. Segundo a Súmula 342, STJ, no procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente. *Alternativa D*.

9306. (Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE) A respeito de ato infracional, direitos individuais, garantias processuais e medidas socioeducativas, assinale a opção correta.

(A) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal, sendo-lhe asseguradas igualdade na relação processual, autodefesa e, na falta de advogado particular ou de defensor público, defesa técnica provida pelo conselho tutelar.

(B) A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente e será fixada pelo prazo máximo de seis meses, podendo, a qualquer tempo, ser revogada ou substituída por outra medida menos gravosa, ouvido o orientador, o MP e o defensor.

(C) A imposição de medidas como obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade,

liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, podendo a advertência ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

(D) A medida socioeducativa pode ser aplicada tanto a criança quanto a adolescente que tiver praticado ato infracional.

(E) Caso o adolescente porte a carteira de estudante como único documento civil de identificação, aos órgãos policiais de proteção e judiciais será vedado promover a sua identificação compulsória.

RESPOSTA (A) Arts. 110 e 111, II e III, ECA. (B) Art. 118, § 2º, ECA (prazo mínimo de seis meses). (C) Art. 114 c/c art. 112, ECA. (D) Art. 105, ECA. (E) A carteira de estudante não serve como identificação civil. *Alternativa C*.

9307. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Considerando o que dispõe o ECA a respeito da medida de internação, assinale a opção correta.

(A) A desinternação deve ser precedida de autorização judicial, ouvidos o MP e o DP.

(B) A medida de internação restringe-se aos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

(C) A internação deve ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, no mesmo local destinado ao abrigo, atendida rigorosa separação por critérios de idades, compleição física e gravidade da infração.

(D) Durante a internação, medida excepcional, não é permitida a realização de atividades externas, salvo expressa determinação judicial em contrário.

(E) A internação não comporta prazo determinado, devendo ser reavaliada a sua manutenção, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

RESPOSTA (A) Art. 121, § 6º, ECA. (B) Art. 122, I e II, ECA. (C) Art. 123, ECA. (D) Art. 121, § 1º, ECA. (E) Art. 121, § 2º, ECA. *Alternativa E*.

9308. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** No que se refere a medida socioeducativa, assinale a opção correta.

(A) A medida de internação não comporta prazo determinado, devendo ser reavaliada a cada três anos.

(B) A medida de semiliberdade pode ser aplicada desde o início, quando, pelo estudo técnico, se verificar que é adequada e suficiente do ponto de vista pedagógico. A possibilidade de atividades externas é inerente a essa espécie de medida e depende de autorização judicial.

(C) Tratando-se de medida de obrigação de reparar o dano, o magistrado deve determinar a restituição da coisa ao seu verdadeiro proprietário, ainda que o ato infracional tenha sido praticado por criança.

(D) Não se computa, no prazo máximo de internação, o tempo de internação provisória.

(E) A aplicação da medida de liberdade assistida, uma das mais rigorosas, prevê a manutenção do adolescente em entidades de atendimento.

RESPOSTA (A) Art. 121, § 2º, ECA (seis meses). (B) Art. 120, ECA (independente de autorização judicial). (C) Apesar de o art. 116 se referir apenas a “adolescente”, aplica-se também a crianças. Ensina Roberto João Elias que “encontra-se neste dispositivo, a nosso ver, uma exceção em que se pode aplicar medida socioeducativa à criança” (*Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*, p. 159). (D) O período de internação provisória deve ser computado no prazo estabelecido pelo art. 121, § 2º, ECA, em analogia ao art. 42, CP. (E) A ideia da **liberdade assistida** é justamente manter o menor junto à própria família, art. 118, ECA. *Alternativa C*.

9309. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** No que se refere à atuação do MP no âmbito do

ECA, assinale a opção correta.

(A) Compete ao MP conceder a remissão como forma de exclusão ou de suspensão do processo e promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.

(B) Com a criação da defensoria pública pela CF, o MP perdeu a legitimidade para a propositura de ações de alimentos.

(C) Compete ao MP impetrar mandado de segurança, de injunção e *habeas corpus*, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses individuais disponíveis, indisponíveis, sociais e difusos afetos à criança e ao adolescente.

(D) Cabe ao representante do MP que atua perante a vara da infância e da juventude conceder entrevista pessoal ao adolescente privado de liberdade.

(E) No âmbito administrativo, compete ao MP instaurar inquérito civil e, para instruí-lo, requisitar das instituições financeiras a quebra de sigilo bancário dos investigados por crimes de sequestro praticados contra crianças e adolescentes.

RESPOSTA De acordo com o inciso I do art. 124, ECA. *Alternativa D*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os próximos itens (Certo ou Errado).

9310. A prestação de serviços comunitários como medida socioeducativa consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, não podendo exceder, em nenhuma hipótese, a seis meses.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 117, ECA. *Certa.*

9311. A remissão concedida pelo representante do MP como forma de exclusão do processo poderá ser determinada em qualquer fase do procedimento judicial, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

RESPOSTA Referente à remissão, como forma de *exclusão* do processo, de acordo com a previsão do art. 126, ECA, deve ser concedida antes de iniciado o procedimento judicial; depois, como forma de *suspensão* ou *extinção* (art. 126, parágrafo único). *Errada.*

9312. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** No que tange aos direitos individuais, às garantias processuais e às medidas socioeducativas, assinale a opção correta com base no que prevê o ECA.

(A) O regime de semiliberdade, que não comporta prazo determinado, pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial, sendo obrigatórias a escolarização e a profissionalização, e, sempre que possível, utilizados os recursos existentes na comunidade.

(B) Em razão dos princípios constitucionais da presunção de inocência, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, é vedado à autoridade judiciária aplicar qualquer medida socioeducativa sem provas contundentes da autoria e da materialidade do ato infracional praticado por criança ou adolescente.

(C) O MP poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, desde que o adolescente em conflito com a lei confesse a autoria infracional.

(D) Tratando-se de procedimento de apuração de ato infracional, a ausência de defensor na audiência de apresentação do adolescente acarreta nulidade do processo, desde que comprovado o prejuízo à

defesa do menor.

(E) A medida de internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não pode ser cumprida em estabelecimento prisional, salvo se não houver, na comarca ou em todo o território do estado, entidade que preencha os requisitos previstos no ECA, não podendo a internação ultrapassar, nesse caso, o prazo máximo de quarenta e cinco dias, sob pena de responsabilidade.

RESPOSTA (A) Art. 120, §§ 1º e 2º, ECA. (B) Art. 114, ECA. (C) Art. 126, ECA. (D) Art. 207, §§ 1º e 2º, ECA. (E) Art. 185, § 2º, ECA. *Alternativa A*.

9313. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Em relação às medidas socioeducativas previstas no ECA, assinale a opção correta.

(A) A medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade pode ser aplicada pelo prazo de até um ano.

(B) A advertência somente pode ser aplicada se houver provas suficientes da autoria e da materialidade da infração.

(C) As medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação por prazo indeterminado não podem ser incluídas na remissão, sendo admissível sua aplicação somente após a instrução processual em sede de sentença de mérito.

(D) A obrigação de reparar o dano à vítima não constitui medida socioeducativa.

RESPOSTA (A) Art. 117, ECA (seis meses). (B) Art. 114, ECA. (C) Art. 127, ECA. (D) Art. 112, II, ECA. *Alternativa C*.

9314. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Acerca da medida socioeducativa de internação, prevista no ECA, assinale a opção correta.

(A) No processo para apuração de ato infracional de adolescente, não se exige defesa técnica por advogado.

(B) A medida socioeducativa de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 6 meses.

(C) Comprovada a autoria e materialidade de ato infracional considerado hediondo, tal como o tráfico de entorpecentes, ao adolescente infrator deve, necessariamente, ser aplicada medida socioeducativa de internação.

(D) O adolescente que atinge os 18 anos de idade deve ser compulsoriamente liberado da medida socioeducativa de internação em razão do alcance da maioridade penal.

RESPOSTA (A) Art. 111, III, ECA. (B) Art. 121, § 2º, ECA. (C) O STJ entende que o rol do art. 122, ECA, é taxativo, portanto o ato infracional análogo ao tráfico ilícito de entorpecentes não enseja, por si só, a aplicação da medida socioeducativa de internação (HC 253.896/PE). (D) Art. 121, § 5º, ECA. *Alternativa B*.

9315. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Os irmãos Leo, com 18 anos de idade, Lúcio, com 17 anos de idade, e Lino, com 11 anos de idade, roubaram dinheiro do caixa de uma padaria. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que

(A) Lúcio e Lino praticaram ato infracional e responderão a procedimento junto à Vara da Infância e Juventude, podendo ser aplicada, para ambos, medida socioeducativa de internação.

(B) Leo não será processado criminalmente por sua conduta, visto que os demais autores do fato são menores de idade e, nesse caso, as condições de caráter pessoal se comunicam.

(C) Leo, Lino e Lúcio serão processados criminalmente pelos seus atos, caso fique demonstrado que todos quiseram praticar o fato e possuíam plena capacidade de entender o caráter ilícito dele.

(D) Lúcio poderá, excepcionalmente, ficar submetido a medida socioeducativa de internação até completar 21 anos, idade em que a liberação será compulsória.

RESPOSTA (A) Art. 2º c/c art. 105, ECA. Criança (Lino) não pode ser internada. (B) Art. 30, ECA. (C) Art. 104, ECA. (D) Prevê o § 5º do art. 121 que a liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade. Por outro lado, o § 3º diz que em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos. No entanto, Lúcio tem 17 anos e deveria ficar internado até os vinte anos. Não foi anulada a questão. *Alternativa D*.

9316. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Acerca dos direitos individuais previstos no ECA, assinale a opção correta.

(A) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade, senão em flagrante de ato infracional, por determinação judicial, ou para averiguação, por ordem de autoridade policial.

(B) A internação antes da sentença, ocorrida durante o procedimento de apuração do ato infracional, não tem prazo máximo preestabelecido, contudo o juiz deve justificar a demora excessiva, sob pena de constrangimento ilegal.

(C) Excetuando-se as hipóteses de dúvida fundamentada, o adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos oficiais.

(D) A internação antes da sentença, ao contrário do que ocorre com a prisão cautelar, prevista no processo penal, dispensa fundamentação em face das peculiaridades do procedimento de apuração do ato infracional e das condições especiais de desenvolvimento do adolescente.

RESPOSTA (A) Art. 106, ECA (não há a hipótese de averiguação). (B) Art. 108, ECA (prazo de 45 dias). (C) Art. 109, ECA. (D) Art. 108, parágrafo único, ECA (a decisão deverá ser fundamentada). *Alternativa C*.

9317. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

(A) Ao contrário do que ocorre com o maior de idade, o adolescente somente poderá ser privado de sua liberdade se estiver em flagrante de ato infracional.

(B) Ao ser preso, o adolescente deve ser informado de seus direitos, entre eles, o de permanecer em silêncio, e deve ser alertado de que o que disser pode ser interpretado em seu prejuízo.

(C) O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, salvo no caso de dúvida fundamentada.

(D) É desnecessária a oitiva do adolescente antes de ser decretada a regressão da medida socioeducativa, visto que já foi citado para se defender no procedimento.

RESPOSTA (A) Art. 106, ECA (também por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente). (B) Art. 106, parágrafo único, ECA. (C) Art. 109, ECA. (D) Art. 179, ECA. *Alternativa C*.

9318. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

(A) Os crimes definidos no ECA são de ação pública condicionada.

(B) A internação, antes da sentença, pode ser determinada por prazo máximo de 65 dias.

(C) O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

(D) Não é assegurado ao adolescente infrator o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

RESPOSTA (A) Art. 227, ECA (ação pública incondicionada). (B) Art. 108, ECA. (C) Art. 109, ECA. (D) Art. 111, VI, ECA. *Alternativa C*.

9319. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) As medidas que podem ser aplicadas pela autoridade competente ao adolescente que pratique ato infracional **não** incluem a

(A) obrigação de reparar o dano.
(B) liberdade assistida.
(C) inserção em regime de semiliberdade.
(D) prestação de trabalhos forçados.

RESPOSTA As medidas que podem ser aplicadas pela autoridade competente ao adolescente que pratique ato infracional estão previstas no art. 112, ECA. *Alternativa D*.

9320. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

(A) A aplicação de medida socioeducativa cumulada com remissão enseja necessariamente o reconhecimento da autoria e da materialidade do ato infracional.
(B) O prazo da internação, por descumprimento reiterado e injustificado de medida socioeducativa anteriormente imposta, pode exceder a três meses.
(C) O ECA permite a aplicação da medida socioeducativa da internação por prazo indeterminado quando se tratar de ato infracional praticado com grave ameaça ou violência contra pessoa, contudo também ressalva que, em nenhuma hipótese, será ela aplicada se houver outra medida adequada.
(D) A aplicação de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade sem a devida instrução probatória, apenas com base na confissão do adolescente, não viola os princípios constitucionais relativos ao devido processo legal e à ampla defesa.

RESPOSTA (A) Art. 127, ECA. (B) Art. 122, § 1º, ECA. (C) Art. 121, § 2º, c/c art. 122, § 2º, ECA. (D) Art. 114, ECA. *Alternativa C*.

9321. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) À luz do ECA, assinale a opção correta.

(A) A internação constitui medida privativa de liberdade e, dada essa condição, não é permitida ao adolescente interno a realização de atividades externas, como trabalho e estudo.
(B) A medida de internação poderá ser aplicada, ainda que haja outra medida adequada, se o MP assim requerer.
(C) Poderá ser decretada a incomunicabilidade do adolescente, a critério da autoridade competente, quando ele praticar atos reiterados de indisciplina.
(D) Em caso de internação, a autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de prejudicialidade aos interesses do adolescente.

RESPOSTA (A) Art. 121, § 1º, ECA. (B) Art. 122, § 2º, ECA. (C) Art. 124, § 1º, ECA. (D) Art. 124, § 2º, ECA. *Alternativa D*.

Medidas aos Pais e Responsáveis

9322. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta conforme as disposições do ECA.

(A) As eleições para o conselho tutelar, órgão com poderes jurisdicionais, são organizadas em âmbito municipal.
(B) Inclui-se, entre as medidas aplicáveis aos pais ou responsável do menor, o encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

(C) O prazo máximo previsto para a medida de internação é de três anos, devendo ser prefixado pelo magistrado na sentença.

(D) Não havendo arquivamento dos autos ou concessão de remissão, o membro do MP procederá à apresentação de denúncia contra o adolescente.

RESPOSTA (A) Art. 131, ECA. (B) Art. 129, III, ECA. (C) Art. 121, §§ 2º e 3º, ECA (a medida não comporta prazo determinado). (D) Art. 182, ECA (representação). *Alternativa B*.

Conselho Tutelar

9323. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Na madrugada de determinado sábado, um conselheiro tutelar plantonista recebeu denúncia anônima, por telefone, segundo a qual três crianças, respectivamente, com três, quatro e seis anos de idade, teriam sido trancadas, sozinhas, em casa pelos pais, que teriam viajado até uma cidade contígua à que habitam, para participar de uma festa noturna. O conselheiro foi, então, até o local indicado na denúncia e constatou a veracidade dos fatos narrados. Nessa situação, de acordo com as atribuições do conselho tutelar previstas no ECA, o conselheiro tutelar deve

(A) comunicar a situação ao juiz plantonista na vara da infância e da juventude, para que ele adote as providências pertinentes ao caso.

(B) arrombar a porta da casa, retirar as crianças de lá, dirigir-se à delegacia mais próxima, registrar o ocorrido e aguardar, na própria delegacia, a chegada dos pais, sob pena de ter de responder por subtração de incapazes.

(C) requisitar força policial para arrombar a porta da casa, retirar as crianças de lá, encaminhá-las a instituição de acolhimento provisório e comunicar imediatamente o fato ao MP.

(D) acionar a polícia militar para tomar as providências que entender cabíveis.

(E) encaminhar ao MP notícia do fato para que este promova as ações que entender necessárias.

RESPOSTA As atribuições do Conselho Tutelar estão previstas no art. 136, ECA; dentre elas, atender crianças e adolescentes para fins de proteção, em especial, quando estiverem em situação de risco (art. 98). Um dos princípios que regem a aplicação de medidas é a **intervenção precoce**, em que a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida (art. 100, VI). *Alternativa C*.

9324. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** O conselho tutelar de determinada cidade do interior do estado X recebeu, pelo telefone do Disque Denúncia Nacional, do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, denúncia anônima acerca de abusos sexuais constantes sofridos por adolescente de treze anos de idade. Os abusos eram cometidos pelo próprio pai da adolescente, com o consentimento da mãe. Nessa situação hipotética, de acordo com o que dispõe o ECA, constitui atribuição do conselho tutelar

(A) ajuizar, perante o juízo da infância e juventude local, ação de destituição de poder familiar, com pedido liminar de afastamento provisório da adolescente do lar familiar e a respectiva colocação em acolhimento institucional.

(B) requisitar, em face da gravidade do fato, a prisão preventiva dos pais da adolescente vítima de abusos sexuais.

(C) determinar, após ouvir reservadamente a adolescente e confirmar os indícios de abusos sexuais, o seu acolhimento institucional, com acompanhamento psicológico, advertir os pais e enviar ao MP e à autoridade judiciária relatório circunstanciado do ocorrido e das providências tomadas.

(D) comunicar o fato imediatamente à polícia civil, ao MP, à defensoria pública e à autoridade

judiciária, para que tomem as medidas cabíveis ao caso, e aguardar ordens de atuação.

(E) instaurar inquérito civil para a apuração dos fatos e inquirir todos os familiares envolvidos, devendo a adolescente vitimada ser ouvida por equipe interdisciplinar composta necessariamente por assistente social e psicólogo.

RESPOSTA O encaminhamento ao acolhimento institucional, como medida provisória e excepcional, serve como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta; *vide* art. 101, § 1º, ECA. Art. 136, I, c/c art. 101, VII, ECA. *Alternativa C*.

9325. (Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE) Márcio, conselheiro tutelar, recebeu denúncia anônima, por telefone, a respeito do funcionamento de uma boate, instalada em uma casa no centro da cidade, onde meninas adolescentes eram supostamente mantidas para a prática de prostituição. Com base na situação hipotética apresentada, nas atribuições do conselho tutelar e nas medidas de proteção previstas no ECA, assinale a opção correta.

(A) Márcio, representando o conselho tutelar local, deverá ajuizar, imediatamente, ação cautelar, com pedido de liminar, com vistas à interdição temporária do estabelecimento.

(B) Confirmada a existência de adolescentes desacompanhadas de pais ou representantes legais na referida residência, Márcio deverá providenciar o encaminhamento das menores aos seus responsáveis legais ou, na falta destes, o acolhimento institucional, comunicando o MP, via relatório minucioso, dos fatos e providências.

(C) Márcio deverá, imediatamente, requisitar à polícia civil abertura de inquérito policial para investigação criminal do caso e, assim que forem tomadas as providências cabíveis, fiscalizar a atuação policial, a fim de evitar violação dos direitos fundamentais das adolescentes envolvidas.

(D) Confirmada a existência de adolescentes desacompanhadas de pais ou representantes legais na referida casa, o conselheiro tutelar deverá determinar a imediata internação provisória das menores em entidade exclusivamente destinada a adolescentes, distinta de abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração, pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

(E) O conselheiro deverá convocar, com urgência, reunião do conselho tutelar com o promotor de justiça, o defensor público, o juiz da infância e juventude e as polícias civil e militar, para definição de plano estratégico de combate à prostituição local de adolescentes.

RESPOSTA Entre as atribuições do Conselho Tutelar previstas no art. 136, ECA, está atender as crianças e adolescentes em situações que exigem imediata proteção por meio das medidas do art. 101. *Alternativa B*.

9326. (Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE) No que se refere ao conselho tutelar, assinale a opção correta.

(A) O processo de escolha dos membros do conselho tutelar é estabelecido por lei estadual.

(B) São impedidos de servir no mesmo conselho: marido e mulher; ascendentes e descendentes até o segundo grau; sogro e genro ou nora; irmãos; cunhados, durante o cunhadio; tio e sobrinho; bem como padrasto ou madrasta e enteado.

(C) O conselho tutelar constitui órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

(D) Em cada estado, deve haver, no mínimo, um conselho tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de cinco anos, permitida uma reeleição.

(E) Para a candidatura a membro do conselho tutelar, são exigidos os seguintes requisitos: reconhecida idoneidade moral; idade superior a trinta e cinco anos; residência no município onde se

localiza o conselho.

RESPOSTA (A) Art. 139, ECA (lei municipal). (B) Art. 140, ECA. (C) Art. 131, ECA. (D) Art. 132, ECA (em cada município e com mandato de quatro anos). (E) Art. 133 (idade mínima de vinte e um anos). *Alternativa C*.

9327. **(Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE)** O conselho tutelar de uma cidade do interior de determinado estado brasileiro recebeu denúncia anônima, por telefone, em que se relatava que o diretor da principal escola pública municipal teria praticado abusos sexuais contra várias crianças. Nessa situação hipotética, dadas as atribuições do conselho tutelar previstas no ECA, os conselheiros tutelares devem

(A) ajuizar contra o diretor, perante o juízo local da infância e da juventude, ação de exoneração do cargo, com pedido liminar de afastamento provisório.

(B) instaurar, com urgência, inquérito civil e criminal para ouvir o diretor, as crianças, seus pais, funcionários e professores da escola, para apuração dos fatos.

(C) comunicar, com urgência, o fato ao prefeito municipal, a quem cabe tomar as providências necessárias.

(D) ouvir reservadamente o diretor, as crianças e seus pais e, confirmados os indícios de abusos sexuais, enviar ao MP e à autoridade judiciária relatório circunstanciado do ocorrido e das providências tomadas.

(E) proceder à investigação do diretor, de forma sigilosa, e preparar um flagrante a fim de prendê-lo.

RESPOSTA A partir das atribuições do Conselho Tutelar do art. 136 e seus incisos I e IV a VI, ECA. *Alternativa D*.

9328. **(Promotor – MP-RR – 2011 – CESPE)** No que diz respeito aos conselhos dos direitos da criança e do adolescente e ao conselho tutelar, assinale a opção correta.

(A) Se, no exercício de suas atribuições, o conselho tutelar entender necessário o afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar, o referido órgão deve requerer autorização ao MP para adotar as providências cabíveis ao caso.

(B) O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente bem como os respectivos conselhos municipais e estaduais devem fixar critérios de utilização das doações subsidiadas e demais receitas, por meio de planos de aplicação, destinando, necessariamente, percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfãos ou abandonados.

(C) Os recursos financeiros necessários para a manutenção do conselho tutelar dependem das doações da comunidade local e do repasse de recursos financeiros do estado e da União.

(D) Em cada município deve haver, no mínimo, um conselho tutelar composto de cinco membros, nomeados pela câmara municipal para mandato de três anos, permitida uma recondução.

(E) A atuação do conselho tutelar restringe-se às crianças e aos adolescentes cujos pais ou responsável legal não possuam condições econômico-financeiras de garantir o mínimo existencial ao infante.

RESPOSTA (A) Art. 136, parágrafo único, ECA. (B) Art. 260, § 2º, ECA. (C) Art. 134, parágrafo único, ECA. (D) Art. 132, ECA. (E) Art. 131, ECA. Não há distinção prevista no ECA que privilegie apenas crianças e adolescentes que não possuam condições econômico-financeiras. *Alternativa B*.

9329. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** A respeito do conselho tutelar, órgão, por excelência, representativo da sociedade, assinale a opção correta.

(A) No ECA, é exaustiva a norma que estabelece que estão impedidos de servir no mesmo conselho tutelar marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados,

durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, não sendo previstos, portanto, outros impedimentos.

(B) Enquanto não forem instalados os conselhos tutelares em um município, as atribuições a eles conferidas serão de competência do juiz da infância e da juventude.

(C) Em cada município, deverão ser criados quantos conselhos tutelares forem necessários, cada um deles com a composição fixa de três membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de cinco anos, permitida uma recondução.

(D) Para ser membro do conselho tutelar, o indivíduo deve ter reconhecida idoneidade moral e idade superior a dezoito anos, devendo, ainda, residir no município.

(E) O conselho tutelar, órgão de autonomia relativa, sujeita-se à autoridade judiciária, devendo acatar as decisões desta, ou seja, estar em harmonia com o juiz da infância e da juventude e com o MP.

RESPOSTA (A) Art. 140, parágrafo único, ECA. (B) Art. 292, ECA. (C) Art. 132, ECA. (D) Art. 133, ECA. (E) Art. 131, ECA. *Alternativa B*.

9330. **(DPE-PI – 2009 – CESPE)** Quanto aos conselhos tutelares (CTs), assinale a opção correta.

(A) Os CTs são órgãos contenciosos não jurisdicionais, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, particularmente por meio da aplicação de medidas especiais de proteção a crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados e por meio da aplicação de medidas especiais a pais ou responsáveis.

(B) Os CTs são entidades de proteção responsáveis pelo planejamento e pela execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes.

(C) Somente o CT tem competência para apurar os atos infracionais praticados por adolescente, aplicando-lhe medidas específicas de punição, previstas em lei, a serem cumpridas segundo requisições do CT.

(D) Além das atribuições previstas no ECA, os CTs podem instituir novas atribuições em regimento interno ou em atos administrativos de quaisquer outras autoridades.

(E) Verificada a prática de ato infracional, cabe aos CTs aplicar e executar as medidas socioeducativas de advertência, prestação de serviços à comunidade e internação em estabelecimento educacional à criança e ao adolescente infratores.

RESPOSTA O conceito legal de **Conselho Tutelar** está disposto no art. 131, ECA. No entanto, o conceito mais completo está previsto no art. 10 da Resolução 117/2006 do CONANDA e reproduzido literalmente pela *alternativa A*, portanto correta.

Acesso à Justiça

9331. **(DPE-PI – 2009 – CESPE)** Em procedimento iniciado perante o juízo da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Teresina, decorrente da lavratura de auto de infração por comissário de menores contra determinada empresa de entretenimento, a referida empresa restou, ao final, condenada a pagar multa no valor de vinte salários mínimos por descumprimento do art. 258 da Lei n. 8.069/1990 – ECA. Inconformada com a condenação, a empresa autuada interpôs recurso de apelação. Com base nessa situação hipotética, e à luz do sistema recursal previsto no ECA, assinale a opção correta.

(A) O recurso interposto dispensa o preparo, porque a isenção de custas e emolumentos deferida pelo ECA às crianças e aos adolescentes, na qualidade de autores ou réus, é extensível aos demais sujeitos processuais que eventualmente figurem no feito.

(B) O recurso é deserto, porque a isenção de custas e emolumentos deferida pelo ECA às crianças e

aos adolescentes, na qualidade de autores ou réus, não é extensível aos demais sujeitos processuais que eventualmente figurem no feito.

(C) O prazo para interpor e para responder o recurso de apelação será de quinze dias.

(D) Os autos subirão à instância superior sem a necessidade de conclusão à autoridade judiciária para que, eventualmente, exerça juízo de retratação.

(E) No TJ, os autos, após relatados, deverão ser conclusos ao revisor.

RESPOSTA Segundo o STJ, "certo é que a jurisprudência desta Corte Superior assentou o entendimento de que a isenção de custas e emolumentos prevista na Lei n. 8.069/90 é deferida tão somente às crianças e aos adolescentes quando autoras e réus nas ações movidas perante a Justiça da Infância e Juventude, não alcançando outras pessoas que eventualmente possam participar dessas demandas" (AgRg no REsp 996.558/RJ). *Alternativa B*.

9332. **(Juiz – TJ-PI – 2012 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação à atuação do MP nos procedimentos afetos à criança a ao adolescente.

(A) Na área do direito da criança e do adolescente, a falta de intervenção do MP pode acarretar a nulidade do processo, desde que requerida pelo interessado e se devidamente comprovado prejuízo processual.

(B) Cabe ao MP conceder remissão em qualquer fase do procedimento para apuração de ato infracional.

(C) No que tange à promoção e ao acompanhamento dos procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescente, a competência do MP é exclusiva.

(D) É facultativa a atuação do MP na área do direito da criança e do adolescente.

(E) O MP será intimado mediante publicação, sendo o prazo contado em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

RESPOSTA (A) Art. 204, ECA. (B) Art. 126, ECA. (C) Competência do MP prevista no art. 201, observado que a sua legitimação para as ações cíveis não impede a de terceiros, ciência do seu § 1º, ECA. (D) Art. 204, ECA. (E) Art. 203, ECA. *Alternativa C*.

9333. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Defensor público lotado em uma comarca do interior do estado X, defendendo os interesses do pai de determinada criança, ajuizou, perante o juízo local, ação de modificação de guarda, com pedido liminar, contra a mãe do infante, sob a alegação de que ela maltratava o filho, infligindo-lhe castigos corporais graves. Foram juntadas à ação fotos que mostravam as lesões na criança. Regularmente citada, a mãe apresentou contestação, arguindo, preliminarmente, incompetência do juízo, em razão de ela e a criança residirem em comarca de outro estado da Federação havia mais de cinco anos. Como prova, apresentou declaração da escola em que a criança estava matriculada. Quanto ao mérito, a mãe alegou que os fatos narrados na exordial eram falaciosos e que as lesões mostradas nas fotos foram causadas por queda de bicicleta. Nessa situação, de acordo com o que dispõe o ECA e a jurisprudência do STJ, o magistrado deverá

(A) reconhecer a sua competência e determinar ao conselho tutelar a realização de estudo social.

(B) reconhecer a sua competência e designar audiência de instrução e julgamento.

(C) deferir a liminar, concedendo a guarda provisória ao pai da criança, em atenção ao princípio da proteção integral ao menor.

(D) deferir parcialmente a liminar, determinando que a criança seja provisoriamente acolhida em instituição credenciada pelo poder público local.

(E) abster-se de analisar a liminar, reconhecer a incompetência do juízo e remeter os autos ao juízo do domicílio da mãe do menor.

RESPOSTA Já decidiu o STJ, baseado no art. 147, I, ECA, que "tendo a detentora da **guarda** se mudado para outra comarca, a propositura da ação de modificação de **guarda**, ajuizada pelo pai nesse mesmo período, lá deveria ter se dado, consoante entenderam os Juízos suscitados. Não se trata de mudança de endereço depois de proposta a ação e efetivada a citação" (EDcl no CC 108.689/PE). *Alternativa E*.

9334. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) Apesar de o ECA conter, expressamente, as regras de apuração, processamento e julgamento de ato infracional atribuído a adolescente, o magistrado não pode trabalhar somente com a análise literal dos artigos do ECA, devendo estar atento, também, ao entendimento dominante dos tribunais superiores a respeito dessas regras. Com base na jurisprudência do STJ relativa a esse assunto, assinale a opção correta.

(A) É dispensável a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida socioeducativa.

(B) A prescrição civil é aplicável às medidas socioeducativas.

(C) Compete ao juiz, ao promotor de justiça e ao defensor público a aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente pela prática de ato infracional.

(D) No procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é nula, em face da confissão do adolescente, a desistência de outras provas.

(E) A internação provisória de adolescente pode, excepcionalmente, extrapolar o prazo legal de quarenta e cinco dias.

RESPOSTA Segundo a Súmula 342, STJ, no procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente. *Alternativa D*.

9335. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) Contra sentença que julgou procedente o pedido do MP de aplicar a determinado adolescente medida socioeducativa de internação, a Defensoria Pública, em defesa dos interesses do adolescente condenado, interpôs apelação, requerendo, preliminarmente, a intimação do adolescente, a isenção do recolhimento de preparo e a reconsideração da decisão. Quanto ao mérito, aduziu que, malgrado tivessem sido provadas a autoria e a materialidade da infração, a medida imposta seria inexequível, dada a inexistência, no estado, de estabelecimento adequado, conforme as exigências do ECA, para o cumprimento da medida, tendo requerido, então, que a internação fosse substituída por liberdade assistida. Nessa situação, de acordo com o disposto no ECA, o magistrado deverá

(A) abrir prazo para contrarrazões e, após receber de volta os autos, remetê-los para a segunda instância.

(B) reformar a sentença, de plano e sem necessidade de ouvir o MP, determinando a substituição da internação por liberdade assistida, diante da constatação da inexistência de estabelecimento adequado no estado.

(C) rejeitar todas as preliminares, receber a apelação no efeito devolutivo e abrir prazo para contrarrazões.

(D) determinar a intimação pessoal do adolescente, abrir prazo para contrarrazões e, antes de determinar a remessa dos autos à instância superior, proferir despacho fundamentado, mantendo ou reformando a sentença, no prazo de cinco dias.

(E) julgar deserta a apelação, em razão da ausência de preparo.

RESPOSTA Correspondência ao art. 198, VII, ECA. *Alternativa D*.

9336. (Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE) Um delegado de polícia enviou ao promotor de justiça

boletim circunstanciado de ocorrência, relatando lesão corporal leve supostamente praticada por uma adolescente de quinze anos de idade contra outra adolescente, também de quinze anos de idade, em briga ocorrida durante a aula de educação física, nas dependências da escola onde ambas estudavam. Após ouvir, informalmente, as jovens e seus respectivos pais e analisar os autos, o promotor de justiça constatou que a única lesão resultante da briga era um hematoma no braço da adolescente, causado por um soco desferido pela agressora, que confessou ter agredido a colega durante um jogo de vôlei. Nessa situação, de acordo com o que dispõe o ECA acerca do MP e do procedimento de apuração de ato infracional, o promotor de justiça

(A) pode conceder remissão cumulada com medida socioeducativa de semiliberdade, como forma de suspensão do processo, independentemente de homologação do juiz.

(B) não pode conceder remissão, que é da competência exclusiva do juiz.

(C) pode promover o arquivamento dos autos, independentemente de homologação do juiz.

(D) deve, como forma de exclusão do processo, conceder remissão cumulada com medida socioeducativa de internação, submetendo sua decisão à homologação do juiz.

(E) pode conceder remissão cumulada com medida socioeducativa de advertência, como forma de exclusão do processo, devendo submeter a decisão à homologação do juiz.

RESPOSTA De acordo com o inciso I do art. 201, ECA, compete ao MP conceder remissão como forma de exclusão do processo, observado que pode incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semiliberdade e a internação (art. 127, ECA). *Alternativa E*.

9337. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** Um defensor público lotado em uma comarca do interior do estado recebeu diversas reclamações de que o transporte público escolar do município era realizado em caçambas abertas de caminhonetes, o que colocava em risco a integridade física e a vida das crianças transportadas. Após oficiar o prefeito e constatar que, de fato, os veículos utilizados eram inadequados, o defensor ajuizou ação civil pública contra o município, requerendo, liminarmente, que o réu fosse obrigado a regularizar o transporte escolar, colocando ônibus à disposição dos usuários, sob pena de pagamento de multa diária não inferior a R$ 150,00. No mérito, requereu a confirmação da liminar. Nessa situação, ao receber os autos, o magistrado deverá

(A) abrir vista ao MP, antes de receber a inicial e de analisar o pedido liminar, para que o órgão se manifeste a respeito do interesse processual em substituir a Defensoria Pública no polo ativo da demanda.

(B) deferir a liminar, após receber a exordial e mesmo sem ouvir o réu, mas sem cominar *astreinte*, que é expressamente vedada no ECA.

(C) deferir a liminar, após receber a exordial e antes ou depois de ouvir o réu, fixando multa diária pelo descumprimento da decisão.

(D) extinguir o processo, sem resolução de mérito, dada a ilegitimidade ativa da Defensoria Pública para ajuizar ação civil pública de defesa de interesses individuais homogêneos de crianças.

(E) determinar que a Defensoria Pública regularize a representação processual, juntando procuração dos pais das crianças supostamente prejudicadas.

RESPOSTA De acordo com a previsão dos §§ 1º e 2º do art. 213, ECA. *Alternativa C*.

9338. **(Juiz – TJ-PA – 2012 – CESPE)** De acordo com o que dispõe o ECA sobre o procedimento para a apuração das infrações administrativas, assinale a opção correta.

(A) Ao requerido é concedido prazo de cinco dias, contado da data da intimação, para a apresentação

de defesa.

(B) Não sendo apresentada a defesa no prazo legal, a autoridade judiciária deve nomear a Defensoria Pública para patrocinar a defesa, no prazo de cinco dias.

(C) Apresentada ou não a defesa, a autoridade judiciária designará audiência preliminar.

(D) Colhida a prova oral, o juiz abrirá prazo para alegações finais pelo prazo de cinco dias, sucessivamente, ao MP e ao procurador do requerido, e, quarenta e oito horas depois de findo o prazo, proferirá a sentença.

(E) A apuração inicia-se por representação do MP ou do conselho tutelar ou por auto de infração assinado por duas testemunhas, se possível, e elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 194, ECA. *Alternativa E*.

9339. (Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE) O promotor de justiça de uma comarca do interior do estado Y tomou conhecimento, por meio de boletim de ocorrência, de que um adolescente de quinze anos fora apreendido, pela terceira vez, por furto. Narra o expediente que a última apreensão decorreu do furto de produtos de um supermercado local, no valor total de R$ 50,00. Essa infração cometida na companhia de outros três adolescentes, todos recrutados por ele, que tenham a tarefa de despistar os empregados do estabelecimento comercial, a fim de facilitar o êxito da empreitada. Considerando essa situação hipotética e as normas previstas no ECA acerca do procedimento de apuração, pelo MP, de ato infracional, assinale a opção correta.

(A) O promotor de justiça, após ouvir informalmente o adolescente e, se possível, os pais do menor, deverá adverti-los da ilicitude do ato e conceder ao adolescente remissão como forma de suspensão do processo, pelo prazo de três anos.

(B) O promotor de justiça, após ouvir informalmente o adolescente e, se possível, os pais do menor, deve, confirmadas a gravidade do fato e sua reiteração, representar o adolescente à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa, requerendo, na mesma peça, a sua internação provisória.

(C) Verificando, ao analisar os autos, que se trata de adolescente hipossuficiente, cuja família não tem condições de pagar advogado, o promotor de justiça deverá remeter os autos para o defensor público ou defensor dativo, de modo que estes possam requerer a revogação da apreensão em flagrante do adolescente.

(D) O promotor de justiça deverá conceder ao adolescente a remissão como forma de exclusão do processo, aplicando o princípio da insignificância em razão do ínfimo valor da *res furtiva*, e adverti-lo do cometimento de atos infracionais.

(E) Em face da gravidade do fato, o promotor de justiça, antes mesmo de ouvir o adolescente, deve expedir mandado de internação provisória contra o menor, comunicar o fato a seus pais e lhes informar sobre o direito de o filho ser assistido pela defensoria pública.

RESPOSTA De acordo com o inciso III do art. 180, ECA. *Alternativa B*.

9340. (Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE) A respeito do procedimento de apuração de ato infracional atribuído a adolescente, assinale a opção correta.

(A) Concedida a remissão pelo representante do MP, mediante termo fundamentado, os autos serão conclusos à autoridade judiciária, que, discordando, deve remeter os autos ao procurador-geral de justiça, por meio de despacho fundamentado.

(B) Oferecida a representação, cabe à autoridade judiciária designar audiência de apresentação do adolescente, independentemente da intimação de seus pais para comparecerem à sessão.

(C) A internação do menor, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não pode ser cumprida em estabelecimento prisional, salvo se não houver, na comarca ou em todo o território do respectivo estado, entidade que preencha os requisitos previstos no ECA, não podendo ultrapassar, nesse caso, o prazo máximo de quarenta e cinco dias, sob pena de responsabilização da autoridade.

(D) Independentemente da natureza do ato infracional praticado, pelo adolescente, em caso de flagrante, a autoridade policial deve lavrar boletim de ocorrência circunstanciado.

(E) A remissão como forma de extinção ou suspensão do processo pode ser aplicada a qualquer momento do processo de conhecimento ou de execução, desde que preenchidos os respectivos requisitos legais.

RESPOSTA (A) Art. 181, § 2º, ECA. (B) Art. 184, § 1º, ECA. (C) Art. 185, § 2º, ECA. (D) Art. 173, I, parágrafo único, ECA. (E) Art. 188, ECA. *Alternativa A*.

9341. **(Juiz – TJ-CE – 2012 – CESPE)** As infrações administrativas previstas no ECA configuram condutas contrárias a preceitos normativos que estabelecem uma ingerência do Estado na vida das pessoas físicas ou jurídicas, com vistas à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, apregoando sanções de cunho administrativo, ou seja, restritivas de direitos, mas não restritivas de liberdade. No que tange a essas infrações e ao respectivo procedimento de apuração, assinale a opção correta.

(A) Colhida a prova oral, devem manifestar-se sucessivamente o MP e o procurador do requerido, pelo prazo de cinco dias e, após dez dias, a autoridade judiciária deve proferir sentença.

(B) Constitui infração administrativa a conduta de vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, excetuando-se os que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.

(C) O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente deve iniciar-se por representação do MP ou do conselho tutelar, ou por auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado e assinado, se possível, por duas testemunhas.

(D) O requerido terá prazo de quinze dias para apresentação de defesa, contados da data da intimação.

(E) Não sendo apresentada a defesa no prazo legal, a autoridade judiciária dará vista dos autos do MP, por cinco dias, e decidirá em dez dias.

RESPOSTA (A) Art. 197, parágrafo único, ECA. (B) É crime tipificado no art. 244, ECA. (C) Art. 194, ECA. (D) Art. 195, ECA (dez dias). (E) Art. 196, ECA (decisão em cinco dias). *Alternativa C*.

9342. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Mauro, defensor público recém-empossado, ao iniciar seus trabalhos na defensoria pública de comarca carente do interior do estado da Bahia, constatou a inexistência, no município, de conselho tutelar e de conselho dos direitos da criança e do adolescente, em prejuízo ao público infantojuvenil. Nessa situação hipotética, com base no que dispõe o ECA a respeito da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes, Mauro deve

(A) ajuizar ação de indenização por danos materiais e morais em favor de cada criança ou adolescente prejudicado pela inércia do município.

(B) ajuizar ação civil pública, com pedido liminar, contra o município, pedindo a sua condenação na obrigação de criar o conselho dos direitos da criança e do adolescente.

(C) instaurar, imediatamente, o processo para a escolha dos membros do conselho tutelar, cuja fiscalização cabe ao promotor de justiça local.

(D) requisitar da autoridade policial a instauração de inquérito criminal, para apurar a responsabilidade penal do prefeito por omissão ao atendimento de direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

(E) informar o MP a respeito dos fatos, para a adoção das medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, sob pena de crime de responsabilidade.

RESPOSTA Para defesa dos direitos e interesses protegidos pelo ECA, são admissíveis todas as espécies de ações pertinentes, diz o art. 212 desse estatuto. O objetivo a ser alcançado é a criação dos respectivos conselhos, portanto uma ação de *fazer*. Assim, nos termos do art. 213 e § 1º, ECA, resta correta a *alternativa B*.

9343. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** Policiais militares flagraram José, adolescente com quinze anos de idade, cometendo infração equiparada a crime de roubo, em coautoria com três imputáveis, mediante o uso de arma de fogo carregada. Considerando a situação hipotética apresentada e as normas previstas no ECA para o procedimento de apuração de ato infracional atribuído a adolescente, assinale a opção correta.

(A) Oferecida a representação, a autoridade judiciária deve designar audiência de apresentação do adolescente, oportunidade na qual, decidirá, após ouvi-lo, sobre a manutenção da internação provisória, que pode ser determinada pelo prazo máximo de cinco dias.

(B) Na audiência, ouvidas as testemunhas arroladas na representação e na defesa prévia, cumpridas as diligências e juntado o relatório da equipe interprofissional, deve ser dada a palavra ao representante do MP e ao defensor público, sucessivamente, pelo tempo de vinte minutos para cada um, prorrogável por mais dez, a critério da autoridade judiciária, que, em seguida, proferirá decisão.

(C) Os policiais militares devem encaminhar todos os agentes à delegacia especializada em defesa do patrimônio, ainda que no município exista repartição policial incumbida para o atendimento de adolescente em situação delituosa.

(D) Após o comparecimento dos pais de José à delegacia, a autoridade policial deve liberá-lo imediatamente, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do MP, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil seguinte, sendo vedada, em qualquer circunstância, a sua internação provisória sem ordem judicial.

(E) Após receber vistas do procedimento policial, com informação sobre os antecedentes de José, e ouvi-lo informalmente juntamente com seus pais, o promotor de justiça competente deve conceder remissão e arquivar os autos.

RESPOSTA De acordo com a previsão do § 4º do art. 186, ECA. *Alternativa B*.

9344. **(Juiz – TJ-BA – 2012 – CESPE)** A respeito das infrações administrativas e do respectivo procedimento de apuração, assinale a opção correta.

(A) O requerido terá prazo de quinze dias para apresentação de defesa, contado da data da intimação, que será feita, sob pena de nulidade, por mandado expedido pela autoridade judiciária competente, a ser cumprido por oficial de justiça.

(B) Apresentada ou não a defesa no prazo legal, a autoridade judiciária dará vista dos autos do MP, por cinco dias, decidindo em igual prazo, sendo vedada a colheita de prova oral.

(C) Constitui infração administrativa exibir, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em infração, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos delituosos que lhe sejam atribuídos, ainda que tal imagem não permita a sua identificação direta ou indireta.

(D) Constitui infração administrativa deixar de apresentar à autoridade judiciária de determinado município, no prazo de cinco dias, com o fim de regularizar a guarda, adolescente trazido de outra comarca para a prestação de serviço doméstico, exceto se houver autorização escrita e com firma reconhecida dos pais ou responsável.

(E) O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente inicia-se por representação do MP ou do conselho tutelar ou por auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 194, ECA. *Alternativa E*.

9345. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Em relação às normas de acesso à justiça estabelecidas no ECA, assinale a opção correta.

(A) Embora seja compreendido como regra de competência territorial, o art. 147, I e II, do ECA apresenta natureza de competência absoluta, porque a necessidade de assegurar ao infante a convivência familiar e comunitária e a de lhe ofertar a prestação jurisdicional de forma prioritária conferem caráter imperativo à determinação da competência.

(B) É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a adolescentes aos quais se atribua autoria de ato infracional, e a notícia a respeito do fato não deve identificar, por meio de fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco ou residência, o adolescente, permitindo-se apenas o uso das iniciais do nome e sobrenome do menor.

(C) A assistência judiciária gratuita será prestada, por meio de defensor público ou de advogado nomeado, a todos que comprovarem renda familiar abaixo do salário mínimo.

(D) A justiça da infância e da juventude é absolutamente competente para conhecer qualquer ação de guarda, de tutela, de destituição do poder familiar e de suprimento da capacidade ou do consentimento para o casamento.

(E) Compete à equipe interprofissional fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, assim como desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação ao entendimento técnico da autoridade judiciária.

RESPOSTA Entende o STJ que “embora seja compreendido como regra de competência territorial, o **art. 147, I e II**, do ECA apresenta natureza de **competência absoluta**, nomeadamente porque expressa norma cogente que, em certa medida, não admite prorrogação” (CC 119.318/DF). *Alternativa A*.

9346. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** O ECA adotou o sistema recursal previsto no CPC para os procedimentos afetos à justiça da infância e da juventude, mas previu expressamente algumas adaptações que devem ser observadas. A respeito das regras específicas de recursos, assinale a opção correta.

(A) Contra as decisões proferidas com base nas portarias e alvarás editados pelo juízo da infância e juventude caberá agravo de instrumento.

(B) A apelação interposta contra a sentença que deferir a adoção será sempre recebida nos efeitos

suspensivo e devolutivo, em atenção ao princípio da proteção integral.

(C) No caso de apelação ou agravo de instrumento, a autoridade judiciária proferirá despacho fundamentado de juízo de admissibilidade, no prazo de cinco dias, remetendo os autos imediatamente ao tribunal.

(D) Os recursos nos procedimentos de adoção e de destituição de poder familiar serão processados com prioridade absoluta e serão julgados após vista do revisor e parecer do MP, no prazo de dez dias.

(E) Em todos os recursos, salvo o de agravo de instrumento e de embargos de declaração, o prazo para interpor e para responder será sempre de dez dias.

RESPOSTA (A) Art. 199, ECA. (B) Art. 199-A, ECA. (C) Art. 198, VIII (vinte e quatro horas). (D) Art. 199-C, ECA (parecer urgente). (E) Art. 198, II, ECA. *Alternativa E*.

9347. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** A respeito da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes, assinale a opção correta conforme disposição do ECA e entendimento do STJ.

(A) Ao deferir liminar ou proferir sentença, o juiz poderá impor, independentemente de pedido do autor, multa diária ao réu, suficiente ou compatível com a obrigação. Nesse caso, o pagamento da multa será exigível somente após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas o valor será devido desde o dia em que tiver sido configurado o descumprimento da obrigação.

(B) O juiz condenará associação responsável pela propositura da ação a pagar ao réu os honorários advocatícios arbitrados de acordo com o que dispõe o CPC, quando reconhecer que a pretensão é manifestamente infundada, e, em caso de litigância de má-fé, a associação será condenada ao décuplo das custas, e os seus diretores responderão subsidiariamente, sem prejuízo de responsabilidade por perdas e danos.

(C) As demandas judiciais previstas no ECA serão propostas no foro do local onde tenha ocorrido ou deva ocorrer a ação ou omissão, tendo o juízo competência absoluta para processar a causa, sem exceções, em atenção ao princípio da proteção integral.

(D) O MP carece de legitimidade para propor ação civil pública para obrigar plano de saúde a custear tratamento quimioterápico em qualquer centro urbano a criança dependente de titular conveniado a empresa prestadora do serviço de assistência médica.

(E) Não há previsão expressa no ECA a respeito da legitimidade da defensoria pública para a propositura de ação civil pública para a proteção dos direitos metaindividuais das crianças e dos adolescentes, sendo explícita no estatuto, tão somente, a legitimidade para o ajuizamento de ações individuais.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 213 e parágrafos, ECA. *Alternativa A*.

9348. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** À luz do ECA, assinale a opção correta a respeito da atuação do MP.

(A) Nos processos e procedimentos em que não seja parte, o MP deve atuar obrigatoriamente na defesa dos direitos e interesses de que cuida o referido estatuto, hipótese em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos e requerer diligências mediante a utilização dos recursos cabíveis.

(B) O MP possui legitimidade para promover e acompanhar os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, tendo perdido,

entretanto, após a promulgação da CF, a legitimidade para ajuizar ações de alimentos.

(C) Compete ao MP instaurar procedimentos no âmbito administrativo e, para instruí-los, requisitar das empresas telefônicas a quebra de sigilo telefônico dos investigados por crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes.

(D) Cabe ao MP impetrar mandado de segurança, de injunção e *habeas corpus*, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses individuais disponíveis, indisponíveis, sociais e difusos afetos à criança e ao adolescente.

(E) Compete ao MP, entre outras atribuições, conceder a remissão como forma de exclusão ou de suspensão do processo e promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.

RESPOSTA (A) Art. 202, ECA. (B) Art. 201, III, ECA. (C) Art. 1º, Lei n. 9.296/96, sobre a interceptação de comunicações telefônicas de qualquer natureza. (D) Art. 201, IX, ECA. (E) Art. 201, I, ECA. *Alternativa A.*

9349. **(Juiz – TJ-AC – 2012 – CESPE)** Com relação às regras gerais relacionadas ao procedimento de colocação de criança ou adolescente em família substituta, assinale a opção correta de acordo com o estabelecido no ECA.

(A) Se os pais da criança ou do adolescente forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, os próprios requerentes desse pedido poderão formulá-lo diretamente em cartório, em petição devidamente assinada, com a assistência obrigatória de advogado ou defensor público.

(B) O consentimento para a colocação da criança em família substituta, feito, por escrito, pelos titulares do poder familiar, antes ou depois do nascimento da criança, terá validade independentemente de audiência perante o juízo da infância e juventude, mas deve ser precedido de orientações e esclarecimentos prestados por equipe interprofissional, em especial, no caso de adoção, sobre a irrevogabilidade da medida.

(C) A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do MP, deve determinar a realização de estudo social ou, se possível, perícia por equipe interprofissional, para decidir sobre a concessão de guarda provisória, bem como, no caso de adoção, sobre o estágio de convivência. Deferida a concessão da guarda provisória ou do estágio de convivência, a criança ou o adolescente será entregue ao interessado, mediante termo de responsabilidade.

(D) Nas hipóteses em que a destituição da tutela, a perda ou a suspensão do poder familiar constituir pressuposto lógico da medida principal de colocação da criança ou do adolescente em família substituta, o interessado será cientificado do processo, mas não poderá intervir nos autos como parte, assistente ou interessado, devendo procurar a via adequada para pleitear sua pretensão.

(E) A colocação de criança ou adolescente sob a guarda de pessoa inscrita em programa de acolhimento familiar será comunicada pela autoridade judiciária ao MP, ao conselho tutelar e à defensoria pública, no prazo máximo de cinco dias, para que sejam tomadas as providências cabíveis ao adequado encaminhamento do menor.

RESPOSTA (A) Art. 166, ECA (dispensada a assistência de advogado). (B) Art. 166, § 4º, ECA. (C) Art. 161, § 1º, ECA. (D) Art. 206, ECA. (E) Art. 170, parágrafo único, ECA. *Alternativa C*.

9350. **(Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE)** Com relação à competência da justiça da infância e da juventude, assinale a opção correta.

(A) Compete ao juízo menorista conhecer da ação de regulamentação de visitas.

(B) As ações judiciais de competência da justiça da infância e da juventude sujeitam-se, como regra, a

custas e emolumentos.

(C) A competência da justiça é determinada pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, independentemente de serem conhecidos o domicílio e a identidade dos pais ou responsável.

(D) No caso de ato infracional, são competentes para o processo e o julgamento da ação tanto a autoridade do lugar em que o ato foi praticado quanto a do lugar onde se produziu ou deveria ter-se produzido o resultado.

(E) Nas hipóteses de aplicação das medidas de proteção a criança ou adolescente, a justiça da infância e da juventude é competente para conhecer de ações de alimentos.

RESPOSTA (A) Competência da Justiça da Infância e da Juventude, art. 148, ECA. (B) Art. 141, § 2º, ECA (isentas de custas e emolumentos, exceto em caso de litigância de má-fé). (C) Determinação da competência: hipóteses no art. 147, ECA. (D) Art. 147, § 1º, ECA. (E) Art. 148, parágrafo único, *g*, ECA. *Alternativa E*.

9351. (Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito de procedimentos previstos no ECA.

(A) Havendo motivo grave, poderá o juiz, independentemente da oitiva do MP, decretar, liminar ou incidentalmente, a suspensão do poder familiar até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade.

(B) No pedido de modificação de guarda, é dispensável a oitiva da criança e do adolescente.

(C) O prazo máximo para conclusão do procedimento de perda ou suspensão do poder familiar é de cem dias.

(D) O adolescente apreendido por força de ordem judicial ou em flagrante de ato infracional deve ser, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.

(E) O procedimento para a perda ou suspensão do poder familiar inicia-se por provocação do MP ou de quem tenha legítimo interesse.

RESPOSTA (A) Art. 157, ECA (ouvido o MP). (B) Art. 161, § 3º, ECA (é obrigatória a oitiva desde que possível e razoável). (C) Art. 163, ECA (cento e vinte dias). (D) Art. 172, ECA (em flagrante de ato infracional deve ser encaminhado à **autoridade policial**). (E) Art. 155, ECA. *Alternativa E*.

9352. (Juiz – TJ-PB – 2011 – CESPE) Em relação aos crimes, infrações administrativas e procedimentos, bem como ao direito à profissionalização e à proteção do trabalho, assinale a opção correta de acordo com o que dispõe o ECA.

(A) Em caso de apuração de ato infracional atribuído a adolescente, o prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de quarenta e cinco dias.

(B) A internação de adolescente infrator decretada ou mantida pelo juiz deve ser cumprida em estabelecimento prisional com condições adequadas para abrigar adolescentes.

(C) É vedado trabalho noturno realizado entre as vinte e quatro horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte a adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental.

(D) Constitui crime vender ou locar a criança ou a adolescente programação em vídeo em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente.

(E) A maioria dos crimes definidos nesse estatuto é de ação pública incondicionada.

RESPOSTA (A) Art. 183, ECA. (B) Art. 123, ECA (entidade exclusiva para adolescentes), c/c art. 185, ECA (não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional). (C) Art. 67, I, ECA (vinte e duas horas). (D) Art. 256, ECA (constitui infração administrativa). (E) Art. 227, ECA (todos os crimes). *Alternativa A*.

9353. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Considerando a atuação do MP em matéria relativa ao ECA, assinale a opção correta.

(A) No desempenho de suas atribuições, o MP não pode requisitar a colaboração de serviços médicos ou hospitalares.

(B) O representante do MP, no exercício de suas funções, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente.

(C) A intimação do MP ocorre mediante publicação no diário da justiça.

(D) Nos processos e procedimentos em que o MP não seja parte, é prescindível a sua atuação na defesa dos direitos e interesses de que cuida o ECA.

(E) A falta de intervenção do MP acarreta a nulidade do feito, que será declarada a requerimento de qualquer interessado, vedado o seu reconhecimento de ofício pelo juiz.

RESPOSTA (A) Art. 201, XII, ECA. (B) Art. 201, § 3º, ECA. (C) Art. 203, ECA. (D) Art. 202, ECA. (E) Art. 204, ECA. *Alternativa B.*

9354. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** Com referência ao procedimento para apuração de ato infracional cometido por adolescente, assinale a opção correta.

(A) O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, em qualquer caso, é de quarenta e cinco dias.

(B) A concessão da remissão pelo curador da infância e da juventude pode ser feita em qualquer fase processual.

(C) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional deve ser, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.

(D) Justifica-se a representação quando o curador da infância e da juventude entender que o adolescente, pelo ato infracional praticado, deva cumprir uma das medidas socioeducativas elencadas no estatuto, já que, para a representação, é necessária prova pré-constituída da autoria e da materialidade.

(E) Considerando-se que o ECA acatou o devido processo legal, todas as regras referentes a nulidades no processo penal devem ser acatadas em processos cuja matéria seja tratada pelo estatuto.

RESPOSTA (A) Art. 183, ECA, desde que esteja internado provisoriamente. (B) Art. 126, parágrafo único, ECA. (C) Art. 172, ECA. (D) Art. 182, § 2º, ECA. (E) Art. 152, ECA. *Alternativa E*.

9355. **(Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE)** O ECA prevê que sejam adotados, na justiça da infância e da juventude, procedimentos recursais previstos no CPC, com algumas adaptações. A respeito das normas recursais específicas previstas no ECA, assinale a opção correta.

(A) No caso de apelação e de agravo de instrumento, cabe ao juiz, antes de determinar a remessa dos autos à instância superior, realizar o juízo de retratação, mediante decisão fundamentada.

(B) Cabe recurso de agravo de instrumento contra as decisões proferidas pelo juízo da infância e da juventude que disciplinar, por meio de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente, sem a companhia dos pais ou do responsável, em boate ou congêneres.

(C) Contra a sentença que deferir a adoção nacional ou internacional cabe recurso de apelação, que será recebida exclusivamente no efeito devolutivo e produzirá efeito desde logo.

(D) A sentença que destituir um dos genitores ou ambos do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida no duplo efeito.

(E) Em todos os recursos, o prazo para o MP e para a defesa será sempre de dez dias.

RESPOSTA (A) Art. 198, VII, ECA. (B) Art. 149, I, *c*, c/c art. 199, ECA. (C) Art. 199-A, ECA. (D) Art. 199-B, ECA. (E) Art. 198, II, ECA. *Alternativa A*.

9356. (Promotor – MP-TO – 2012 – CESPE) Com base no que dispõe o ECA, assinale a opção correta em relação à proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes e à atuação do MP.

(A) O MP possui legitimidade para promover e acompanhar os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães. No entanto, com a criação da DP pela CF, o MP perdeu a legitimidade para ajuizar ações de alimentos.

(B) O MP não possui legitimidade para propor ACP para obrigar plano de saúde a custear tratamento quimioterápico, em qualquer centro urbano, a uma única criança conveniada a empresa prestadora do serviço de assistência médica.

(C) Em razão da ausência de previsão expressa no ECA, a DP não possui legitimidade para a propositura de ACP para a proteção dos direitos metaindividuais das crianças e dos adolescentes, possuindo, tão somente, legitimidade para o ajuizamento de ações individuais.

(D) Compete ao MP, entre outras atribuições, conceder a remissão, como forma de exclusão ou de suspensão do processo, e promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.

(E) As ações coletivas ajuizadas em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes devem ser propostas no foro do local onde ocorra a ação ou omissão, tendo o juízo do local competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da justiça federal e a competência originária dos tribunais superiores.

RESPOSTA A respeito da proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos prevista no ECA, a afirmativa correta está de acordo com o art. 209. *Alternativa E*.

9357. (Promotor – MP-PI – 2012 – CESPE) Com relação às regras de apuração, processamento e julgamento de ato infracional atribuído a adolescente previstas no ECA, assinale a opção correta.

(A) Em casos excepcionais, em razão de grave abalo da ordem pública ou de reiteração infracional, é permitido ao juiz manter o adolescente internado provisoriamente pelo prazo máximo de noventa dias.

(B) Compete concorrentemente ao juiz e ao promotor de justiça a aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente representado que tenha praticado ato infracional.

(C) Ainda que o adolescente representado confesse a autoria da infração, o advogado de defesa não pode desistir da produção de outras provas, sob pena de nulidade desse ato.

(D) O juiz pode decretar a regressão da medida socioeducativa sem a oitiva prévia do adolescente e de seu defensor.

(E) O prazo prescricional para aplicação de medidas socioeducativas não corre para os que são absolutamente incapazes, em conformidade com as regras de prescrição previstas no Código Civil.

RESPOSTA Segundo a Súmula 342, STJ, no procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente. *Alternativa C*.

(Analista – MP-PI – 2012 – CESPE) Acerca dos procedimentos afetos às crianças e aos adolescentes, julgue os itens seguintes (Certo ou Errado).

9358. O valor das multas aplicadas em face de crimes e infrações administrativas cometidas pelos órgãos auxiliares será revertido ao fundo gerido pelo conselho dos direitos da criança e do adolescente do estado no qual esteja localizado o órgão.

RESPOSTA Os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo **município**; *vide* art. 214, ECA. *Errada*.

9359. Conforme preceitua o ECA, será de competência exclusiva da vara da infância e da juventude conhecer de pedidos de adoção de criança e dos incidentes relacionados a esses pedidos.

RESPOSTA De acordo com a previsão do inciso III do art. 148, ECA. *Certa.*

9360. Enquanto não forem instalados os conselhos tutelares em um município, as atribuições que lhe são conferidas deverão ser realizadas pelo juiz da infância e da juventude.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 262, ECA. *Certa*.

9361. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** Conforme preceitua o ECA, compete, exclusivamente, à justiça da infância e da juventude

(A) conhecer de pedidos de adoção e respectivos incidentes.
(B) conhecer de ações de alimentos.
(C) conceder a remissão, mas apenas como forma de extinção do processo.
(D) conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder familiar.
(E) conhecer de pedidos de guarda e tutela.

RESPOSTA A competência da Justiça da Infância e da Juventude está prevista nos incisos do art. 148, ECA, dentre eles, conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes (inc. III). *Alternativa A*.

9362. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** Com relação aos procedimentos regulados pelo ECA e tendo em vista que a ele se aplicam subsidiariamente as normas gerais previstas na legislação processual pertinente, civil ou penal, assinale a opção correta.

(A) Em face da necessidade de urgência em se resolver a questão, é fixado o prazo máximo de cento e oitenta dias para a realização de todas as diligências necessárias para a decisão final.
(B) O procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar poderá ter início mediante ato de ofício do juiz da infância e da juventude, do MP ou de quem tenha legítimo interesse.
(C) Tanto a perda quanto a suspensão do poder familiar só podem ser decretadas após procedimento contraditório em que se propicie a mais ampla defesa.
(D) O requerido será citado pessoalmente, podendo também o ser por edital ou com hora certa, situação em que o juiz da infância e da juventude deverá dar curador especial ao menor.
(E) Somente a requerimento das partes ou do MP poderá o magistrado determinar as provas necessárias à instrução do processo.

RESPOSTA (A) Art. 163, ECA (cento e vinte dias). (B) Art. 155, ECA. (C) Art. 24, ECA. (D) Art. 195, ECA. (E) Art. 130, CPC. *Alternativa D*.

9363. **(Defensor – DPE-MA – 2011 – CESPE)** Assinale a opção correta com referência à apuração de ato infracional atribuído a adolescente.

(A) Oferecida a representação, a autoridade judiciária poderá rejeitá-la.
(B) A representação terá razão de ser quando o *parquet* entender que o adolescente, pelo ato infracional que praticou, deva submeter-se a medida socioeducativa.
(C) O adolescente apreendido por força de ordem judicial deverá ser, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.
(D) Comparecendo ao estabelecimento policial um dos pais, o tutor ou, então, o guardião de adolescente que esteja ali apreendido, a autoridade policial é obrigada a liberar, sem exceção, o menor, visto que não é produtivo que ele, amparado pelo direito à convivência familiar, se distancie de sua família.
(E) O MP poderá conceder a remissão em qualquer fase do processo.

RESPOSTA (A) Art. 184, ECA. (B) Art. 180, III, ECA. (C) Art. 171, ECA. (D) Art. 174, ECA. (E) Art. 188, ECA. *Alternativa B*.

9364. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Acerca do ECA, assinale a opção correta.

(A) Nos casos de ato infracional, a competência jurisdicional, em regra, será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável pelo adolescente.
(B) O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, sob pena de responsabilidade.
(C) A representação feita pelo MP em face de adolescente dependerá de prova pré-constituída da autoria e materialidade do ato infracional.
(D) O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente, para oitiva e qualificação.

RESPOSTA (A) Art. 147, § 1º, ECA. (B) Art. 178, ECA. (C) Art. 182, § 2º, ECA. (D) Art. 171, ECA. *Alternativa B*.

9365. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Com relação ao procedimento de apuração do ato infracional, assinale a opção correta de acordo com o que dispõe o ECA.

(A) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que aplica medida socioeducativa, sendo possível o juízo de retratação.
(B) No recurso de apelação, antes de determinar a remessa dos autos à instância superior, o juiz poderá reformar a decisão proferida.
(C) Na ausência de advogado constituído, para resguardar o sigilo quanto à conduta do infrator, não se admite a nomeação de defensor *ad hoc*.
(D) A outorga de mandato é indispensável caso o defensor seja constituído ou nomeado, sendo a formalidade necessária em face das peculiaridades do procedimento.

RESPOSTA (A) Art. 198, *caput*, ECA (adota-se o sistema recursal do CPC, e o recurso em sentido estrito está previsto no CPP). (B) Art. 198, VII, ECA. (C) Art. 186, § 2º, ECA. (D) Art. 207, § 3º, ECA. *Alternativa B*.

9366. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Acerca do procedimento de apuração do ato infracional e de execução das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

(A) A remissão, como forma de extinção ou suspensão do processo, pode ser aplicada em qualquer fase do procedimento ou depois de proferida a sentença.
(B) A representação do Ministério Público no que se refere à proposta de instauração de procedimento para aplicação de medida socioeducativa independe de prova pré-constituída de autoria e materialidade.

(C) Será competente o juiz da infância e juventude do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão e continência, inclusive nos casos de concurso com a jurisdição comum.

(D) A execução da medida de proteção poderá ser delegada à autoridade competente do lugar onde residem os pais da criança, desde que situado no mesmo estado da Federação do juízo processante.

RESPOSTA (A) Art. 188, ECA. (B) Art. 182, § 2º, ECA. (C) Art. 147, § 1º, ECA. (D) Art. 147, § 2º, ECA. *Alternativa B*.

Crimes e Infrações Administrativas

(DPE-ES – 2009 – CESPE) Julgue o item subsequente, que se refere a medidas socioeducativas, atos infracionais e crimes praticados contra a criança e o adolescente, crimes de tortura e sistema nacional de políticas públicas sobre drogas (Certo ou Errado) [adaptada].

9367. Todos os crimes praticados contra a criança e o adolescente previstos no ECA submetem-se à ação penal pública incondicionada.

RESPOSTA Segundo o art. 227, ECA, os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada. *Certa*.

9368. **(Juiz – TJ-ES – 2011 – CESPE)** De acordo com o art. 228 do ECA, considera-se crime o fato de o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante deixar de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 do estatuto, bem como deixar de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, na qual constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato. A ação penal adequada no caso de cometimento do crime descrito é a

(A) personalíssima.

(B) pública incondicionada.

(C) pública condicionada à representação da gestante.

(D) pública condicionada à requisição da autoridade administrativa competente.

(E) privada.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 227, ECA, os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada. *Alternativa B*.

(Analista – TRE-RJ – 2012 – CESPE) A respeito das disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue o item que se segue (Certo ou Errado) [adaptada].

9369. As regras pertinentes à punibilidade constantes na parte geral do Código Penal são aplicáveis, de forma subsidiária, aos atos infracionais praticados por adolescentes, devendo o prazo prescricional penal ser empregado às medidas socioeducativas, que, a par de sua natureza preventiva e reeducativa, possuem também caráter retributivo e repressivo.

RESPOSTA Segundo a Súmula 338, STJ, a prescrição penal é aplicável nas medidas socioeducativas. A aplicação subsidiária do CP está prevista nos arts. 225 e 226, ECA. *Certa.*

9370. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Com relação às infrações administrativas e aos crimes praticados contra crianças e adolescentes, assinale a opção correta de acordo com o ECA.

(A) O agente que produz ou dirige representação televisiva ou cinematográfica utilizando-se de criança ou adolescente em cena pornográfica ou de sexo explícito pratica crime, que deve ser objeto de ação penal pública incondicionada.

(B) O médico ou enfermeiro que deixa de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, pratica crime, que só admite a modalidade dolosa e deve ser processado mediante

ação penal pública condicionada à representação.

(C) O agente que submete criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento comete infração administrativa.

(D) O professor ou responsável por estabelecimento de ensino que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento e que envolvam suspeita de maus-tratos contra criança ou adolescente pratica crime.

RESPOSTA (A) Art. 227 c/c art. 240, ECA. (B) Art. 229, parágrafo único, ECA (modalidade culposa). (C) Art. 232, ECA (tipificado como crime). (D) Art. 245, ECA (pratica infração administrativa). *Alternativa A*.

9371. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Julgue os itens seguintes, que estão relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n. 8.069/1990).

I. A finalidade precípua da Lei n. 8.069/1990 é conferir proteção integral à criança e ao adolescente, mesmo que autor de ato infracional, buscando, no tempo fixado pela própria norma especial, reeducar e corrigir rumos de comportamento, no interesse maior do adolescente, que, indiscutivelmente, é também o interesse da sociedade como um todo.

II. O ECA prevê que as medidas de proteção impostas podem ser substituídas a qualquer tempo, desde que assim seja necessário.

III. O delito de auxiliar na prática de ato ilícito com o escopo de enviar criança ou adolescente ao exterior sem a observância das formalidades legais (adoção) ou com o fito de obter lucro é crime material.

IV. A medida socioeducativa de internação deve ser aplicada quando presente uma das circunstâncias do rol taxativo previsto no ECA.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.

(B) 2.

(C) 3.

(D) 4.

RESPOSTA (I) O princípio da proteção integral está previsto no art. 1º, ECA. (II) Art. 99, ECA. (III) O crime do art. 229, ECA, segundo o STJ, é de mera conduta (HC 39.332/RJ). (IV) Art. 121 c/c art. 122, ECA. *Alternativa C.*

FCC

I. Parte Geral

Introdução

9372. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Considere as seguintes afirmações sobre Estatuto da Criança e do Adolescente:

I. Filiou-se à doutrina da prevenção especial, que considera crianças e adolescentes como sujeitos cuja proteção se faz evitando ameaça ou violação de seus direitos.

II. Utiliza o termo menor para se referir à pessoa entre 0 e 18 anos, faixa que abrange a categoria criança (aquela entre 0 e 12 anos incompletos) e adolescente (aquele entre 12 e 18 anos).

III. Admite sua aplicação, excepcional, a pessoas entre 18 e 21 anos desde que demonstrada, em cada caso concreto, a necessidade de proteção e o prejuízo no discernimento.

Está INCORRETO o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.
(C) I, II e III.
(D) I e III, apenas.
(E) II e III, apenas.

RESPOSTA (I) Art. 1º, ECA (proteção integral). (II) O termo "menor" é usado em situações diversas, como "menores de quatorze anos" (art. 60, ECA), "menores de dez anos" (art. 75, parágrafo único, ECA) e "menores de dezoito anos" (art. 104, ECA). (III) Art. 2º, parágrafo único, ECA. De acordo com a doutrina, essa exceção refere-se às medidas socioeducativas, especialmente à internação, visto que tem o período máximo de três anos e pode iniciar-se quando o menor completar 18 anos, sendo compulsória a liberação aos 21 anos. *Alternativa C*.

Direitos Fundamentais

9373. **(DPE-RS – 2011 – FCC)** Tiago, 20 (vinte) anos, estudante universitário e Juliana, 25 (vinte e cinco) anos, convivem em união estável. Tiago e Juliana pretendem adotar a pequena Sofia, com 04 (quatro) anos de idade. A infante é filha biológica de Roberta, irmã de Juliana, sendo que o pai biológico é desconhecido. Roberta não ostenta mais a condição de mãe, uma vez que foi destituída do poder familiar, tendo a guarda de Sofia sido conferida ao casal Tiago e Juliana. Após o ingresso da ação de adoção, Tiago falece em decorrência de acidente de trânsito. Ressalta-se que Tiago e Juliana não possuíam inscrição no cadastro de adoção. Em relação ao caso relatado e, em conformidade com o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente,

(A) Tiago não poderia adotar pelo fato de ser menor de 21 (vinte e um) anos de idade.
(B) Juliana está impedida de adotar em razão do parentesco com a criança a ser adotada.
(C) a adoção será deferida apenas a Juliana, uma vez que ausente o requisito da diferença mínima de idade exigida por lei entre Tiago e Sofia.
(D) a adoção depende do consentimento da mãe biológica da criança.
(E) a ausência de inscrição no cadastro, nesse caso, não é óbice ao deferimento da adoção ao casal.

RESPOSTA O casal preenche os requisitos dos arts. 40 e ss., ECA, e a situação está prevista no § 6º do art. 42, denominada *adoção póstuma*. *Alternativa E.*

9374. **(DPE-RS – 2011 – FCC)** Analise as seguintes afirmativas, todas relativas ao Estatuto da Criança e do Adolescente:

I. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos.
II. Podem adotar os maiores de 21 (vinte e um) anos, independentemente do estado civil.
III. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses.
IV. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 3 (três) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
V. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

A partir dessa análise, pode-se concluir que estão corretas APENAS

(A) I, II e III.
(B) I, III e V.

(C) I, IV e V.
(D) II, III e IV.
(E) III, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 48, ECA. (II) Art. 42, ECA (podem adotar os **maiores de 18 anos**). (III) Art. 92, § 2º, ECA. (IV) Art. 19, § 2º, ECA (não se prolongará por mais de **2 anos**). (V) Art. 19, ECA. *Alternativa B.*

9375. **(DPE-MA – 2009 – FCC)** A colocação em família substituta, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente,

(A) pode dar-se na forma de guarda, tutela, adoção simples ou adoção plena.
(B) viabiliza o exercício do direito à convivência familiar por crianças que estejam cumprindo internação em estabelecimento educacional.
(C) exceto na modalidade de adoção, trata-se de medida de proteção cuja aplicação cabe ao conselho tutelar.
(D) não pode ser deferida a família estrangeira, exceto na modalidade de adoção.
(E) admite transferência da criança ou adolescente a terceiros desde que com autorização dos pais.

RESPOSTA A colocação em família substituta **estrangeira**, segundo o art. 31, ECA, constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de *adoção*. *Alternativa D.*

9376. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** O trabalho educativo

(A) pode ser desenvolvido tanto no âmbito de programa social quanto em atividade econômica com fins lucrativos, desde que tenha por objetivo a capacitação do educando para o exercício de atividade regular remunerada e respeite a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
(B) se constitui na atividade laboral em que as exigências pedagógicas da criança ou do adolescente prevalecem sobre o aspecto produtivo.
(C) deve visar a profissionalização do educando e sua inserção no mercado de trabalho, sendo que a eventual renda obtida com essa atividade deve ser revertida à família.
(D) pode ou não ter caráter gratuito e a renda obtida em razão da venda dos produtos produzidos pelo educando em programa de Trabalho Educativo não desnatura o caráter educativo da atividade.
(E) tem assegurados direitos trabalhistas e previdenciários assim como na aprendizagem, observadas as suas especificidades.

RESPOSTA De acordo com a previsão dos §§ 1º e 2º do art. 68, ECA. *Alternativa D*.

9377. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Em relação ao trabalho do adolescente é correto afirmar:

(A) É direito do adolescente a escolaridade, a profissionalização e a proteção especial no trabalho, sendo vedado trabalho em locais prejudiciais ao seu desenvolvimento psíquico, físico, moral ou social, podendo em casos excepcionais, ser autorizado nessas situações através de alvará judicial.
(B) A aprendizagem é a formação técnico-profissional que pressupõe frequência obrigatória em ensino regular, sendo garantida ao aprendiz a situação de segurado obrigatório na Previdência Social.
(C) O trabalho na condição de aprendiz pode ser realizado a partir dos 12 anos de idade, nos termos do art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
(D) É proibido trabalho insalubre, perigoso ou penoso pelo menor adolescente, abrangidos o aprendizado, o programa de trabalho educativo e o estágio, excetuado o trabalho em regime

familiar.

(E) É possível a efetivação do contrato de aprendizagem para portadores de deficiência com idade entre 14 e 24 anos, pelo prazo máximo de dois anos, sendo-lhes assegurada a anotação em CTPS.

RESPOSTA (A) Art. 67, ECA. (B) Art. 63, I, c/c art. 65, ECA. (C) Art. 60, ECA (quatorze anos). (D) Art. 67, ECA. (E) Art. 428, § 5º, CLT. *Alternativa B*.

9378. **(Juiz – TRT-11 – 2012 – FCC)** Considere as proposições:

I. A aprendizagem é a formação técnico-profissional ministrada segundo a legislação de diretrizes e bases da educação e garante ao adolescente horário especial para o seu exercício.

II. Ao adolescente aprendiz entre 14 e 16 anos são garantidos os direitos trabalhistas mas não previdenciários.

III. O Juiz da infância e da juventude pode autorizar o trabalho do menor em ocupação vinculada a espetáculos desde que a representação tenha finalidade educativa.

IV. A autoridade do Ministério do Trabalho, atual Ministério do Trabalho e Emprego − MTE, pode proibir a permanência do menor no local de trabalho durante o intervalo de refeição.

V. O contrato de aprendizagem tem prazo determinado de dois anos podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II, III e V.

(B) II, IV e V.

(C) I, IV e V.

(D) I, II e III.

(E) I, III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 428, CLT, c/c arts. 62 e 63, III, ECA. (II) Art. 65, ECA. (III) Art. 406, I, CLT. (IV) Art. 409, CLT. (V) Art. 428, § 3º, CLT. *Alternativa E.*

9379. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente − ECA − Lei n. 8.069/90 é correto afirmar:

(A) Encontra-se em consonância, quanto à doutrina da proteção integral, com o que estabelecem a Convenção Interamericana de Direitos Humanos − Pacto de San José da Costa Rica e da Constituição da Organização Internacional do Trabalho − OIT.

(B) A Emenda Constitucional 65, de 13/07/2010, inseriu o termo “jovem” no *caput* do art. 227 da Constituição Federal que nos termos do ECA é aplicável às pessoas de até 21 anos.

(C) É dirigido à criança e adolescente em situação de risco, em conflito com a lei ou privado de assistência.

(D) O conceito de prioridade absoluta compreende destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas de saúde e educação.

(E) Tem caráter programático e hermenêutico sendo que as medidas educativas nele previstas são exemplificativas, cabendo ao judiciário sua adequação sempre com vistas ao melhor interesse da pessoa em desenvolvimento.

RESPOSTA (A) Segundo ensina Roberto João Elias, está o ECA conforme “com a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989” (*Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*, p. 12). (B) EC n. 65, de 13-7-2010. (C) A proteção do ECA é ampla e irrestrita; *vide* seu art. 3º. (D) Art. 4º, parágrafo único, *d*, ECA. (E) As medidas previstas não são exemplificativas. *Alternativa B*.

9380. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** No contexto da doutrina da proteção integral, o trabalho protegido diz respeito à

(A) garantia de acesso, treinamento e convivência ao trabalhador deficiente.
(B) proibição de trabalho em local prejudicial à formação e desenvolvimento do adolescente.
(C) proibição de trabalho em ambiente insalubre, penoso ou perigoso.
(D) garantia de matrícula e frequência a escola.
(E) proibição de trabalho em horário noturno e incompatível com a carga horária escolar.

RESPOSTA O art. 66, ECA, é o corolário da proteção do trabalho do adolescente portador de deficiência. *Vide*, ainda, o inciso II do § 1º do art. 227, CF. *Alternativa A*.

9381. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** Assinale a alternativa correta.

(A) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, pelo órgão do Ministério Público ou pelo Conselho Tutelar, fundamentadamente.
(B) Os filhos em geral terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação, exceto quanto aos filhos adotivos.
(C) A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente em família substituta terá preferência em relação a qualquer outra providência.
(D) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional como regra prolongar-se-á por tempo indeterminado.
(E) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

RESPOSTA (A) Art. 24, c/c art. 155, ECA. (B) Art. 20, ECA. (C) Art. 19, § 3º, ECA. (D) Art. 19, § 2º, ECA (não se prolongará por mais de dois anos). (E) Art. 23, ECA. *Alternativa E*.

9382. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** O laudo de habilitação à adoção internacional, que autoriza o casal ou pessoa estrangeira a formalizar pedido de adoção perante o Juízo da Infância e da Juventude do local em que se encontra a criança ou adolescente, segundo dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser expedido

(A) pela Autoridade Central em matéria de adoção internacional do país de acolhida.
(B) pela Autoridade Central Federal Brasileira em matéria de adoção internacional.
(C) pelo organismo nacional ou estrangeiro encarregado de intermediar pedidos de adoção internacional, desde que devidamente cadastrado na Autoridade Central Brasileira.
(D) pela Autoridade Central Estadual em matéria de adoção internacional do estado da federação brasileira onde se encontra a criança.
(E) pela autoridade judiciária da circunscrição territorial onde se localiza o domicílio do casal ou pessoa estrangeira interessada na adoção.

RESPOSTA De acordo com a previsão do inciso VII do art. 52, ECA. *Alternativa D*.

9383. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** O Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece, expressamente, a crianças e adolescentes, o direito de

(A) ser criado em instituição pública ou filantrópica de acolhimento sempre que seus pais não dispuserem de recursos materiais para cumprir ou fazer cumprir os deveres inerentes ao poder familiar.

(B) opinião, expressão e participação nos conselhos de direito responsáveis pela formulação da política pública que lhes seja afeta.
(C) receber medida socioeducativa em meio aberto sempre que praticarem ato infracional sem violência ou grave ameaça.
(D) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
(E) manifestar sua liberdade sexual, garantida a proteção nos termos da lei.

RESPOSTA (A) Art. 19 c/c art. 23, ECA. (B) Art. 16, II, ECA. (C) Art. 122, I, ECA. (D) Art. 16, I, ECA. (E) Aos menores de 14 anos não é garantida, visto que é crime ter conjunção carnal com eles mesmo que consentida. *Alternativa D*.

9384. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Considere as seguintes afirmações:

I. O Estado assegurará ensino fundamental, obrigatório e gratuito, desde que a criança se encontre na idade própria.
II. Será oferecido o ensino fundamental pelo Poder Público, cuja omissão ou oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.
III. Os dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos e os de elevados níveis de repetência.
IV. O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência se dará preferencialmente em estabelecimentos também especializados fora da rede regular de ensino.
V. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança.

Para assegurar o direito à educação da criança são corretas as afirmações

(A) I, II e III.
(B) I, III e V.
(C) II, III e IV.
(D) II, III e V.
(E) III, IV e V.

RESPOSTA (I) Art. 54, ECA. (II) Art. 54, § 2º, ECA. (III) Art. 56, I e III, ECA. (IV) Art. 54, III, ECA. (V) Art. 58, ECA. *Alternativa D*.

9385. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** O direito a proteção à vida e à saúde, permitindo o crescimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso da criança, compreende

(A) a prestação de condições adequadas ao aleitamento materno, salvo se a mãe estiver submetida a medida privativa de liberdade, devendo a criança nesse caso ser encaminhada necessariamente a uma família substituta.
(B) seu atendimento em qualquer hospital da rede pública ou particular, às expensas do Estado.
(C) o atendimento pré e perinatal da gestante pelo Poder Público apenas se não tiver condições de arcar com as despesas em clínicas ou hospitais particulares.
(D) o encaminhamento da gestante aos diferentes níveis de atendimento médico independentemente de qualquer critério de regionalização estabelecido pelo Sistema Único de Saúde.
(E) o encaminhamento da gestante aos diferentes níveis de atendimento segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios da regionalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde.

RESPOSTA (A) Art. 9º, ECA. (B) Art. 11, ECA. (C) Art. 8º, ECA. (D) Art. 8º, § 1º, ECA. (E) Art. 8º, § 1º, ECA. *Alternativa E*.

9386. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** Na colocação da criança ou adolescente em família substituta, observar-se-á a seguinte regra:

(A) a guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, mas não confere a seu detentor o direito de opor-se aos pais.

(B) não será aceita a nomeação de tutor por testamento, uma vez que se trata de ato privativo do Juiz, ouvido o Ministério Público.

(C) tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.

(D) podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando, desde que o adotante tenha mais de 21 (vinte e um) anos e seja, pelo menos, 16 (dezesseis) anos mais velho do que o adotando.

(E) não se admitem organismos estrangeiros encarregados de intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional.

RESPOSTA (A) Art. 33, ECA. (B) Art. 37, ECA. (C) Art. 28, § 2º, ECA. (D) Art. 42, § 1º, ECA. (E) Art. 52, §§ 1º e 2º, ECA. *Alternativa C*.

9387. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** No que concerne à adoção, com necessária atuação do membro do Ministério Público, na esteira do Estatuto da Criança e do Adolescente, modificado pela Lei n. 12.010/09, é correto afirmar:

(A) O falecimento do adotante durante o procedimento, antes de prolatada a sentença, impede, em qualquer hipótese, o deferimento da adoção pelo Magistrado.

(B) Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas, independentemente da data de início do período de convivência desde que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão.

(C) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 1 ano, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

(D) Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada, não sendo o consentimento do adotando colhido em audiência, até os quatorze anos de idade.

(E) Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, a pedido do interessado ou do Ministério Público.

RESPOSTA De acordo com a previsão do § 4º do art. 33, ECA. *Alternativa E*.

9388. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** A adoção, segundo o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente

(A) atribui a condição de filho ao adotado, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, ressalvados os impedimentos matrimoniais e a obrigação alimentar.

(B) não pode ser deferida a avós, tios, ou irmãos do adotando, salvo se comprovado por estudo técnico

que a medida atende aos melhores interesses da criança ou do adolescente.

(C) pode ser deferida mesmo sem a anuência do adotando, desde que ele, ao tempo da sentença, não tenha completado 14 (quatorze) anos, idade a partir da qual sua concordância será sempre necessária.

(D) pode ser feita por procuração, desde que garantido o estágio de convivência na companhia pessoal do adotante.

(E) é considerada internacional quando a pessoa ou casal postulante seja residente ou domiciliado fora do Brasil.

RESPOSTA (A) Art. 41, ECA. (B) Art. 42, § 1º, ECA. (C) Art. 45, § 2º, ECA. (D) Art. 39, § 2º, ECA. (E) Art. 51, ECA. *Alternativa E*.

9389. **(Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC)** Sobre o direito à convivência familiar e comunitária previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

(A) o acolhimento institucional é medida provisória e excepcional, não implicando em privação de liberdade, salvo em caso de determinação judicial nesse sentido.

(B) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar será reavaliada a cada seis meses, não podendo superar o prazo de dois anos, salvo comprovada necessidade.

(C) a suspensão do poder familiar será decretada em procedimento contraditório, exceto em casos de maus-tratos, quando será possível instauração de procedimento não contencioso.

(D) à pessoa maior de dezoito anos é assegurado o direito a conhecer sua origem biológica, inclusive com o acesso irrestrito ao processo no qual a medida de adoção foi aplicada.

(E) a família natural prefere à família substituta e esta, por sua vez, prefere à família extensa.

RESPOSTA (A) Art. 101, § 1º, ECA. (B) Art. 19, § 2º, ECA. (C) Art. 24, ECA. (D) Art. 48, ECA. (E) Art. 19, c/c art. 25 e parágrafo único, ECA. *Alternativa D*.

9390. **(DPE-RS – 2011 – FCC)** Abaixo estão elencados alguns aspectos relativos aos direitos de crianças e adolescentes que merecem proteção especial no ordenamento jurídico vigente. NÃO encontra guarida na Constituição Federal de 1988

(A) a proibição de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.

(B) a garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola.

(C) a obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.

(D) a garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.

(E) o desenvolvimento de programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

RESPOSTA Segundo o inciso XXXIII do art. 7º, CF, é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo **na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos**. *Alternativa A*.

9391. **(DPE-SP – 2010 – FCC)** A Lei n. 12.010/09, conhecida como Lei Nacional de Adoção,

(A) trouxe modificações essenciais nos princípios que regiam, segundo a redação original do Estatuto

da Criança e do Adolescente, o instituto da adoção em nosso país.

(B) ampliou as possibilidades de adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei.

(C) introduziu no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente o conceito de família extensa ou ampliada.

(D) impôs a criação e implementação de um único cadastro de pessoas ou casais, nacionais ou estrangeiros, habilitados à adoção.

(E) desjudicializou o controle do acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

RESPOSTA Entende-se por *família extensa* ou *ampliada*, segundo o parágrafo único do art. 25, ECA, incluído pela **Lei Nacional de Adoção**, aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. *Alternativa C*.

9392. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Em relação ao estágio, analise as afirmações abaixo.

I. O estágio é atividade profissional, realizada fora do estabelecimento de ensino, mas vinculado à grade curricular, podendo ser obrigatório ou facultativo.

II. O estágio pode ser obrigatório ou facultativo, sendo que apenas no 1º caso não se forma vínculo empregatício entre o estagiário e o tomador de seus serviços, ainda que presentes os requisitos do art. 3º da CLT.

III. O estágio pode ser realizado por estudantes estrangeiros regularmente matriculados em curso superior, técnico ou de ensino médio desde que observados concomitantemente o prazo máximo de dois anos para o estágio e o prazo do visto temporário do estudante.

IV. No estágio não obrigatório é garantida contraprestação monetária, ainda que na forma de bolsa, além de auxílio transporte e recesso remunerado de trinta dias em caso de estágio com duração de no mínimo um ano.

V. No caso de estágio obrigatório a carga horária realizada pelo estagiário deve ser contabilizada para aprovação e obtenção de diploma, sendo direito do estagiário ser beneficiário de seguro contra acidentes pessoais que pode ser contratado tanto pela parte cedente quanto pela instituição de ensino.

VI. A jornada do estagiário será fixada em comum acordo entre os três sujeitos da relação de estágio e não poderá ultrapassar 4 horas para os estudantes na modalidade profissional de educação de jovens e adultos e de 6 horas para alunos de educação profissional de nível médio.

Estão corretas APENAS as afirmações

(A) I, II, III e V.

(B) I, III, IV e VI.

(C) I, IV, V e VI.

(D) II, III, V e VI.

(E) II, IV, V e VI.

RESPOSTA Respostas baseadas na Lei do Estágio (Lei n. 11.788/2008). (I) Arts. 1º e 2º. (II) Art. 3º. (III) Art. 4º. (IV) Arts. 12 e 13. (V) Art. 2º, § 1º, c/c art. 5º, § 1º, IV. (VI) Art. 10. *Alternativa C.*

9393. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O comando constitucional do *caput* do art. 227 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional n. 65/2010, que estabelece que é dever do Estado, da família e da sociedade, com absoluta prioridade, assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, entre outros, o direito à vida, à saúde, à dignidade e à profissionalização tem no Estatuto da Criança e do Adolescente sua

regulamentação principal.

(B) A Constituição Federal fixa as bases do conceito da proteção integral da criança e do adolescente, que se insere nos direitos fundamentais de segunda geração e exige do Estado ações concretas e diretas especialmente no âmbito municipal, sendo excepcional a aplicação de medida de privação de liberdade.

(C) A Lei n. 12.594/2012 institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente, fixando princípios, regras e critérios para tanto e o dever do Estado em realizar Plano Individual de Atendimento (PIA) com previsão de integração social e/ou capacitação profissional.

(D) Os adolescentes usuários do Sistema Nacional de Atendimento (Sinase) podem ocupar vagas de aprendizes em unidades do SENAI e do SESC, desde que autorizados pelos Conselhos da Infância e Juventude e em caráter não oneroso.

(E) A Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) prevê sanções civis, penais e administrativas e fixa o conceito de que a criança e o adolescente são sujeitos de direito com prioridade absoluta, que engloba primazia em receber atenção, socorro e privilégio na destinação de recursos públicos.

RESPOSTA Não há previsão legal quanto ao SESC. *Vide* os arts. 76 (SENAI), 77 (SENAC), 78 (SENAR) e 79 (SENAT) da Lei n. 12.594/2012, que instituiu o SINASE. *Alternativa D*.

9394. (Juiz – TRT-11 – 2012 – FCC) Em relação à rescisão e considerando a lei e a jurisprudência sumulada, é correto afirmar:

(A) O contrato de aprendizagem não pode ultrapassar o prazo de dois anos e se extingue em qualquer hipótese quando o aprendiz completar 24 anos.

(B) O menor pode assinar recibos de salário, mas é proibido ao menor de 16 anos a assinatura de Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) sem assistência de seus responsáveis legais.

(C) Constitui-se em justa causa patronal, nos termos do art. 483 da CLT, a recusa ou omissão do empregador em proporcionar ao menor com 16 anos alteração de função recomendada por autoridade competente.

(D) O contrato de estágio irregular é nulo, vez que em fraude à lei, sendo direito do menor, nesse caso, apenas o recebimento do saldo salarial e dos depósitos do FGTS.

(E) O responsável legal somente poderá pleitear a extinção do contrato de trabalho do menor − em caso de serviço prejudicial de ordem física ou moral, com a ciência do Conselho Tutelar.

RESPOSTA (A) Art. 428, §§ 3º e 5º, CLT. (B) Art. 439, CLT. (C) Art. 407, parágrafo único, CLT. (D) Art. 3º, § 2º, Lei n. 11.788/2008. (E) Art. 408, CLT. *Alternativa C*.

9395. (Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC) Quanto ao trabalho do adolescente, de acordo com a legislação vigente e a jurisprudência sumulada, é correto afirmar que

(A) o trabalho em estágio obrigatório deverá ser obrigatoriamente pago através de bolsa pelo concedente do estágio, além de auxílio-transporte.

(B) ao trabalhador em oficina de família, menor de 18 anos, não inserido em programa de estágio é assegurada contraprestação vinculada ao resultado de seu trabalho.

(C) a remuneração decorrente de trabalho educativo, para adolescente vinculado a programa social, não pode ser inferior a um salário mínimo.

(D) o trabalhador adolescente, menor de 16 anos, que não está vinculado a contrato de aprendizagem, tem direito ao salário mínimo integral.

(E) a bolsa-aprendizagem deve ser remunerada por hora de trabalho, no valor mínimo de meio salário mínimo por hora, em jornada de seis horas e dois terços do salário mínimo para jornada de oito horas.

RESPOSTA (A) Art. 12, Lei n. 11.788/2008. (B) Art. 402, parágrafo único, CLT. (C) Art. 68, ECA. (D) A Súmula 134, TST, foi cancelada para que não haja distinção do aprendiz e não aprendiz pela razão do salário; assim, para qualquer deles, há direito ao salário mínimo integral. Ademais, *vide* art. 428, § 2º, CLT. (E) Art. 428, § 2º, CLT. *Alternativa D*.

9396. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Quanto à duração da jornada de trabalho do adolescente, é correto afirmar que

(A) a carga horária máxima do estágio, para estudantes dos anos finais do ensino fundamental na modalidade profissional de educação de jovens e adultos, do ensino médio regular e educação superior é de seis horas diárias.

(B) no caso de estágio em cursos que alternam teoria e prática e no período em que não haja programação de aulas presenciais o horário de estágio pode ser de oito horas diárias e 44 horas semanais.

(C) o adolescente que trabalha em oficina composta exclusivamente por pessoas de sua família, dirigida pelo pai, mãe ou tutor, não poderá estender sua jornada em até duas horas diárias mediante compensação com diminuição de jornada, ainda que previsto o regime de compensação em Convenção Coletiva.

(D) é permitida a prorrogação do trabalho do adolescente em caso de força maior, em jornada de até 12 horas, desde que seu trabalho seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento e que seja observado período de descanso de 15 minutos entre o término da jornada normal e o início da prorrogação.

(E) o trabalhador aprendiz tem jornada de seis horas diárias, sendo possível a fixação de jornada de oito horas caso já tenha terminado o ensino fundamental ou o empregador mantenha local apropriado para que seja ministrada instrução primária.

RESPOSTA (A) Art. 10, II, Lei n. 11.788/2008. (B) Art. 10, § 1º, Lei n. 11.788/2008. (C) Art. 402, parágrafo único, c/c art. 413, I, CLT. (D) Art. 413, II, CLT. (E) Art. 432, § 1º, CLT. *Alternativa D*.

9397. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Segundo previsão expressa na legislação federal em vigor, é dever do Estado garantir, em relação à educação,

(A) atendimento preferencial em rede própria, especializada e diferenciada, aos educandos com necessidades especiais.

(B) oferta de vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência para a crianças a partir dos quatro anos de idade.

(C) transporte escolar gratuito aos que comprovarem necessidade, ainda que matriculados na rede privada.

(D) gratuidade na oferta de uniformes aos educandos matriculados na rede pública de ensino fundamental e médio.

(E) oferta de salas de aula com número não superior a trinta e cinco alunos no ensino fundamental.

RESPOSTA De acordo com o inciso X do art. 4º, Lei n. 9.394/97 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). *Alternativa B*.

Prevenção

9398. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** No tocante à prevenção especial à criança e ao

adolescente, é correto afirmar que

(A) a criança está sujeita à classificação de diversões e espetáculos públicos adequados a sua faixa etária, mas não os adolescentes, que não se sujeitam a tais restrições.

(B) as revistas e publicações destinadas ao público infantojuvenil poderão conter ilustrações, fotografias ou anúncios de bebidas alcoólicas ou tabaco, desde que seguidas das advertências legais de sua nocividade à saúde.

(C) as emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infantojuvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

(D) as crianças menores de quatorze anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de exibição ou apresentação de diversões e espetáculos públicos quando acompanhadas dos pais ou responsável.

(E) somente espetáculos impróprios a crianças e adolescentes devem conter aviso de sua classificação etária, antes de sua apresentação, transmissão ou exibição.

RESPOSTA (A) Art. 75, ECA (os adolescentes também). (B) Art. 79, ECA (não poderão). (C) Art. 76, ECA. (D) Art. 75, parágrafo único, ECA (dez anos). (E) Art. 76, parágrafo único, ECA (nenhum espetáculo). *Alternativa C*.

9399. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) O Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe, para crianças e adolescentes, de forma expressa,

(A) a venda de fogos de artifício de qualquer natureza ou potencial de causar dano físico por utilização indevida.

(B) o consumo de bebidas alcoólicas.

(C) a venda de bilhetes lotéricos e equivalentes.

(D) a venda de tinta em *spray* aerossol ou congênere de difícil remoção.

(E) a venda de videogames de conteúdo violento ou ofensivo aos costumes.

RESPOSTA (A) Art. 81, IV, ECA. (B) Art. 81, II, ECA. (C) Art. 81, VI, ECA. (D) Art. 2º, Lei n. 12.408/2011. (E) Não existe tal proibição. *Alternativa C*.

II. Parte Especial

Atendimento

9400. (DPE-SP – 2010 – FCC) Dentre as diretrizes da política de atendimento expressamente indicadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 88) temos a

(A) municipalização das políticas sociais básicas e das políticas e programas de assistência social.

(B) integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública, Conselho Tutelar e Assistência Social para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional.

(C) criação de conselhos tutelares em âmbito municipal, estadual e federal.

(D) criação de programas federais de acolhimento institucional que observem rigorosa separação por faixa etária.

(E) manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

RESPOSTA O art. 88, ECA, prevê as **diretrizes da política de atendimento** e dentre elas está a reprodução do inciso IV na *alternativa E*, portanto correta.

9401. **(DPE-SP – 2010 – FCC)** Prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando inclusive suas recentes alterações, como regra geral, o prazo máximo de

(A) 30 dias para o ajuizamento de ação de destituição de poder familiar após o deferimento cautelar, pelo juiz, do afastamento de criança e adolescente do convívio familiar.

(B) 6 meses para a reavaliação da situação de criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional.

(C) 3 anos para permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional.

(D) 4 anos para reavaliação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos programas de proteção, em execução, destinados a crianças e adolescentes.

(E) 120 dias para o relator colocar em mesa para julgamento, contado de sua conclusão, os recursos nos procedimentos de adoção e de destituição de poder familiar.

RESPOSTA Conforme o § 2º do art. 92, ECA, os dirigentes de entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional remeterão à autoridade judiciária, **no máximo a cada 6 (seis) meses**, relatório circunstanciado acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido e sua família, para fins da **reavaliação**. *Alternativa B*.

9402. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** A proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, como

(A) linha de ação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

(B) regime de atendimento da política municipal de atendimento socioeducativo.

(C) serviço supletivo de assistência jurídica a crianças, adolescentes e suas famílias.

(D) diretriz dos serviços de acolhimento institucional para viabilizar ações interdisciplinares de garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

(E) programa de busca ativa e recepção de denúncias de situações de violação de direito de crianças e adolescentes.

RESPOSTA De acordo com a previsão do inciso V do art. 87, ECA. *Alternativa A*.

9403. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** Segundo previsão expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe à Justiça, ao juiz da Infância e Juventude ou ao magistrado que, na forma da lei de organização judiciária local, exerce essa função,

(A) conceder remissão unicamente como forma de exclusão do processo.

(B) aplicar sanções penais nos casos de crimes contra a criança ou o adolescente.

(C) disciplinar, através de portaria, a entrada de crianças e adolescentes, acompanhados de seus pais, em estádio, ginásio e campo desportivo.

(D) atestar a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido por programas de acolhimento institucional para fins de renovação da autorização de funcionamento.

(E) fiscalizar entidades de atendimento não governamentais que executem programas de internação psiquiátrica de adolescentes dependentes de droga ou álcool.

RESPOSTA (A) Art. 126, ECA (Ministério Público). (B) Art. 148, I, ECA. (C) Art. 149, I, *a,* ECA. (D) Art. 90, § 3º, II, ECA. (E) Art. 95 c/c art. 90, ECA. *Alternativa D*.

Medidas de Proteção

9404. **(Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC)** No caso de crianças e adolescentes com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade e sociabilidade ou que tenham optado por alternativas diferenciadas de sobrevivência que possam representar risco pessoal e social, dentre outros casos, a

Lei n. 8.742/93, que organiza a Assistência Social e a Resolução n. 145/04, que institui a Política Nacional de Assistência Social, previram os serviços socioassistenciais. Estes serviços, na referência da

(A) substitutividade, visam forçar que o Estado exerça o papel da família, utilizando-se de instrumentos de acolhimento institucional ou contenção da criança e do adolescente.

(B) vigilância social, visam compensar o valor inadequado do salário mínimo percebido por adolescente a partir dos 16 anos de idade, excluindo as situações de desemprego, cuja situação é abrangida por outra referência.

(C) defesa social, visam definir situações de necessária reclusão e de perda das relações, com encaminhamento de crianças e adolescentes à apartação social.

(D) proteção social, visam garantir a segurança da sobrevivência, de acolhida e de convívio ou vivência familiar.

(E) proteção individual, visam inserir a criança e o adolescente em programas de proteção à vítima de ameaça ou violência.

RESPOSTA De acordo com o anexo da Resolução n. 145/2004, quanto à Política Pública de Assistência Social, a **proteção social** deve garantir as seguintes seguranças: de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e convívio ou vivência familiar. *Alternativa D*.

Atos Infracionais

9405. **(DPE-RS – 2011 – FCC)** Em relação às medidas socioeducativas, é INCORRETO afirmar:

(A) A remissão concedida ao adolescente não pode ser cumulada com medida socioeducativa de semiliberdade.

(B) Quando aplicada a medida socioeducativa de liberdade assistida, não é obrigatória a intimação pessoal do adolescente.

(C) A medida socioeducativa de semiliberdade possibilita a realização de atividades externas independentemente de autorização judicial.

(D) As medidas socioeducativas privativas de liberdade estão sujeitas aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à peculiar condição de pessoa em desenvolvimento.

(E) A prestação de serviços à comunidade será estabelecida pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses.

RESPOSTA A prestação de serviços comunitários, segundo o art. 117, ECA, consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, **por período não excedente a seis meses**, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. *Alternativa E.*

9406. **(DPE-SP – 2010 – FCC)** Adolescente de 16 anos é apreendido em flagrante pela prática de homicídio. Segundo dispõe a lei vigente, se

(A) restar comprovada autoria e materialidade do ato, a ele deverá ser aplicada medida socioeducativa de internação pelo prazo máximo de 3 anos.

(B) receber medida de internação, ela deverá durar no mínimo seis meses.

(C) for primário e com bons antecedentes, o adolescente deverá receber medida socioeducativa em meio aberto.

(D) a vítima for Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal, a aplicação da medida cabível fica a cargo da Justiça Penal Militar.

(E) ficar demonstrado que o adolescente é portador de doença ou deficiência mental, ele receberá tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

RESPOSTA Verificada a prática de ato infracional, os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições (art. 112, § 3º, ECA). *Alternativa E*.

9407. (DPE-MA – 2009 – FCC) A José, 14 anos, autor de ato infracional equiparado a furto contra estabelecimento comercial, foi aplicada medida de prestação de serviços à comunidade. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente,

(A) se José conseguir um emprego estará dispensado do cumprimento da medida.
(B) a critério do juiz da execução e havendo necessidades pedagógicas, a medida aplicada a José pode ser prorrogada por até um ano.
(C) se José descumprir de forma reiterada e injustificável a medida, pode ficar internado por até três meses.
(D) a medida aplicada deve ser cumprida preferencialmente no estabelecimento comercial vitimado pelo furto praticado por José.
(E) se José não tem antecedentes, a prestação de serviços à comunidade não poderia ser aplicada.

RESPOSTA Em caso de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, prevê o § 1º do art. 122, ECA, que a internação não poderá ser superior a três meses. *Alternativa C*.

9408. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) Predomina no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a

(A) duração da medida socioeducativa de internação pode ser estendida para além de três anos se constatada, por laudo psiquiátrico, a persistência da periculosidade do adolescente.
(B) prescrição penal é aplicável nas medidas socioeducativas.
(C) cumulação de medida socioeducativa de meio aberto com remissão como forma de exclusão do processo é inconstitucional por violar o princípio do devido processo legal.
(D) prática de tráfico de drogas por adolescente sem antecedentes autoriza sua internação por se tratar de ato infracional equiparado a crime hediondo.
(E) medida de liberdade assistida não pode ser aplicada a jovem maior de 18 anos que praticou ato infracional antes de completada a maioridade penal.

RESPOSTA (A) Art. 121, § 3º, ECA. (B) Súmula 338, STJ. (C) Já decidiu o STJ que "conforme entendimento há muito consolidado nesta Corte Superior e no Pretório Excelso, o Juiz, por expressa previsão legal, possui a faculdade, dentro do critério da discricionariedade juridicamente vinculada, de cumular a concessão da remissão com a aplicação de qualquer medida socioeducativa, excetuadas aquelas que impliquem semiliberdade ou internação do menor infrator" (HC 112.621/MG). (D) O STJ entende que o rol do art. 122, ECA, é taxativo, portanto o ato infracional análogo ao tráfico ilícito de entorpecentes não enseja, por si só, a aplicação da medida socioeducativa de internação (HC 253.896/PE). (E) Art. 2º, parágrafo único, ECA. *Alternativa B*.

9409. (Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC) Na medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, segundo definição legal, as tarefas a serem executadas pelo adolescente

(A) devem ser gratuitas e por período não excedente a três meses.
(B) podem ser realizadas em programas comunitários e em jornada máxima de oito horas semanais.
(C) não podem prejudicar a frequência à escola, a jornada normal de trabalho e as tarefas domésticas diárias do adolescente.
(D) devem ser de interesse geral, exceto quando aplicadas como forma de reparar o dano sofrido pela vítima.
(E) devem seguir o regime da aprendizagem se o adolescente ainda não tiver completado 16 anos de idade.

RESPOSTA (A) Art. 117, ECA (seis meses). (B) Art. 117, parágrafo único, ECA. (C) Art. 117, parágrafo único, ECA ("tarefas domésticas diárias" não estão incluídas). (D) Não há exceções. (E) Art. 2º, ECA (doze anos). *Alternativa B*.

9410. (Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC) A medida socioeducativa de internação

(A) não pode exceder a 3 (três) meses no caso de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
(B) é cabível no caso de reiteração no cometimento de outras infrações, independentemente de sua natureza.
(C) não admite a realização de atividades externas.
(D) não permite a suspensão temporária de visitas.
(E) deve ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 3 (três) meses.

RESPOSTA (A) Art. 122, § 1º, ECA. (B) Art. 122, II, ECA. (C) Art. 121, § 1º, ECA. (D) Art. 124, § 2º, ECA. (E) Art. 121, § 2º, ECA. *Alternativa A*.

9411. (Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC) O prazo máximo fixado no Estatuto da Criança e do Adolescente em benefício de adolescente privado de liberdade é de

(A) três dias para sua apresentação ao Promotor de Justiça, contados a partir do dia de sua apreensão em flagrante.
(B) dez dias para sua permanência, em seção isolada de adultos, em repartição policial, até que seja transferido para entidade exclusiva de adolescentes.
(C) três meses para duração da internação aplicada por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.
(D) sessenta dias para que a entidade executora da medida de internação para tratamento de toxicômano informe ao juiz sobre a evolução do caso.
(E) noventa dias para conclusão do procedimento de apuração de ato infracional se o adolescente estiver internado provisoriamente por ato praticado mediante violência ou grave ameaça em coautoria com imputável.

RESPOSTA De acordo com o art. 122, inciso III e § 1º, ECA. *Alternativa C*.

9412. (Promotor – MP-AP – 2012 – FCC) Em relação aos regimes disciplinares, a Lei n. 12.594/12

(A) definiu as faltas graves e as respectivas sanções, deixando a tipificação das faltas médias e leves a critério do regimento interno de cada programa.
(B) obrigou a participação de pelo menos um técnico e um representante dos adolescentes nas comissões responsáveis pela apuração das faltas e aplicação das sanções disciplinares.
(C) submeteu a decisão de aplicação de todas as sanções decorrentes de falta grave ao reexame necessário da autoridade judicial.
(D) dispensou a obrigatoriedade da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação das sanções decorrentes de faltas leves.
(E) vedou a aplicação de sanção de isolamento, salvo se imprescindível para garantia da segurança do próprio adolescente ou de outros internos.

RESPOSTA Os **regimes disciplinares** estão previstos no art. 71, Lei n. 12.594/2012, que instituiu o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. De acordo com o § 2º do art. 48 da lei em comento, correta a *alternativa E*.

9413. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** José tem 18 anos e, durante o cumprimento de medida socioeducativa de internação, é preso em flagrante pela suposta prática de crime no interior do centro socioeducativo (local em que cumpre a medida privativa de liberdade). Segundo dispõe expressamente a Lei n. 12.594/12, se José for

(A) denunciado na Justiça Criminal, deve ter sua medida socioeducativa de internação julgada extinta.
(B) condenado à pena privativa de liberdade, a ser cumprida em regime fechado ou semiaberto, a medida socioeducativa de internação será extinta.
(C) liberado pela Justiça Criminal e reencaminhado ao centro socioeducativo, poderá o juiz da infância e juventude determinar o reinício da contagem do prazo máximo de duração da internação a partir da data de seu retorno.
(D) condenado pela Justiça Criminal a cumprir pena não privativa de liberdade, ele deve retornar ao centro socioeducativo e ter sua pena criminal julgada extinta.
(E) autorizado a responder o processo criminal em liberdade antes da sentença, o tempo que permaneceu preso à disposição da Justiça Criminal não será computado no tempo máximo de duração da medida socioeducativa de internação.

RESPOSTA De acordo com a previsão do inciso III do art. 46, Lei n. 12.594/2012. *Alternativa B*.

9414. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** Ao regular o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a Lei n. 12.594/12 distribuiu responsabilidades entre os entes federativos, dispondo caber

(A) à União, financiar, com os demais entes federados, a execução de programas e serviços do SINASE.
(B) ao Distrito Federal, cumulativamente, as competências da União, dos Estados e dos Municípios.
(C) aos municípios, a criação e manutenção dos programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e semiliberdade.
(D) aos estados e aos municípios, garantir defesa técnica dos adolescentes inseridos nos respectivos sistemas estaduais e municipais de atendimento socioeducativo.
(E) à União, aos estados e aos municípios, em regime de colaboração, criar, desenvolver e manter programas de atendimento para execução da medida socioeducativa de internação.

RESPOSTA De acordo com a Lei n. 12.594/2012. (A) Art. 3º, VIII. (B) Art. 6º. (C) Art. 4º, III (Estados). (D) Art. 4º, VIII (somente Estados). (E) Art. 4º, III (somente Estados). *Alternativa A*.

Medidas aos Pais e Responsáveis

9415. **(DPE-SP – 2010 – FCC)** Prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente medida

(A) socioeducativa de internação provisória destinada a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional.
(B) protetiva de inclusão em tratamento médico em regime hospitalar para criança em situação de violação ou ameaça de violação de direitos.
(C) de cassação do registro para entidades governamentais que desenvolvam programas de internação e descumprem obrigação prevista na lei.
(D) de perda da guarda dentre aquelas pertinentes aos pais ou responsável.
(E) de advertência para conselheiro tutelar que incorrer em abuso ou omissão no cumprimento de suas

atribuições.

RESPOSTA Dentre as medidas aplicáveis aos pais ou responsável previstas no art. 129, ECA, está a **perda da guarda** no inciso VIII, portanto correta a *alternativa D.*

Conselho Tutelar

9416. **(DPE-SP – 2010 – FCC)** Segundo prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando uma criança pratica ato infracional,

(A) é vedada a lavratura de boletim de ocorrência, devendo a vítima − se quiser − registrar o fato junto ao Conselho Tutelar.

(B) tratando-se de flagrante, deve ser encaminhada imediatamente, ou no primeiro dia útil seguinte, à presença da autoridade judiciária.

(C) ela não está sujeita a medida de qualquer natureza, uma vez que crianças não praticam ato infracional.

(D) deve o Conselho Tutelar representar à autoridade judiciária para fins de aplicação de quaisquer das medidas pertinentes aos pais ou responsável.

(E) fica sujeita à aplicação de medidas específicas de proteção de direitos pelo Conselho Tutelar ou Poder Judiciário, conforme o caso.

RESPOSTA Tanto o Conselho Tutelar (atribuições, art. 136, ECA) como o Poder Judiciário respondem pela aplicação de medidas específicas de proteção de direitos. *Alternativa E*.

9417. **(Juiz – TRT-20 – 2012 – FCC)** Quanto ao Conselho Tutelar, é correto afirmar:

(A) O Conselho Tutelar é órgão jurisdicional permanente e autônomo encarregado de zelar pelos direitos da criança e do adolescente definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, em âmbito municipal.

(B) É atribuição do Conselho Tutelar atender crianças e adolescentes quando em risco por ação ou omissão de agente do Estado ou da sociedade ou por sua conduta, determinando acolhimento institucional.

(C) É atribuição do Conselho Tutelar promover a execução de suas decisões, podendo para tanto estabelecer medidas socioeducativas no âmbito municipal, nelas incluída a colocação em lar substituto.

(D) Os membros do Conselho Tutelar, em número de cinco, terão mandato de três anos, proibida a recondução, sendo exigida a idade mínima de 21 anos e residência no município.

(E) O Conselho Tutelar poderá, entre outras medidas, em caso de ameaça ou violação de direito de criança ou adolescente, determinar a inclusão da família em programa oficial de auxílio.

RESPOSTA (A) Art. 131, ECA. (B) Art. 101, § 2º, ECA. (C) Art. 101, § 2º, ECA. (D) Art. 132 c/c art. 133, II e III, ECA. (E) Art. 136, VI, c/c art. 101, IV, ECA. *Alternativa E*.

9418. **(Juiz – TRT-4 – 2012 – FCC)** Em relação ao Conselho Tutelar, é correto afirmar:

(A) No exercício de suas relevantes funções e para promover as execuções de suas próprias decisões pode requisitar serviços públicos de outros órgãos municipais, tais como de saúde, trabalho e segurança, que não poderão ser recusados pelo órgão aos quais são dirigidas tais decisões.

(B) Tem por atribuição a aplicação tanto de medidas protetivas para a criança e adolescente, quando seus direitos estejam ameaçados ou violados, quanto medidas socioeducativas com restrição de liberdade − acolhimento institucional − ou colocação em família substituta.

(C) Para a efetivação da política nacional de atendimento é obrigatória a constituição de Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de ao menos um Conselho Tutelar, cabendo ao primeiro a responsabilidade de realizar as eleições diretas para o cargo de Conselheiro Tutelar.

(D) É órgão do poder executivo municipal que goza autonomia orçamentária e administrativa em relação ao governo municipal e é fiscalizado pela sociedade e pelo Ministério Público, tendo seu fundamento teórico nos princípios da democracia participativa.

(E) Conta com destinação orçamentária especificada na Lei Orçamentária do Município e, ao contrário dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, não pode remunerar seus membros.

RESPOSTA De acordo com a previsão nos arts. 131, 132 e 139, ECA. *Alternativa D*.

9419. **(Juiz – TJ-GO – 2012 – FCC)** CONTRARIA expressamente o que vem previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente a lei municipal que cria o Conselho Tutelar e

(A) estabelece que o órgão será composto por quatro membros escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos.

(B) dispõe que seus membros não receberão remuneração.

(C) dispõe que seus membros serão escolhidos pela comunidade local mediante voto direto e plurinominal.

(D) impõe como requisito para candidatura a conselheiro tutelar ser maior de vinte e um anos.

(E) prevê que o processo para a escolha de seus membros seja realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESPOSTA (A) Art. 132, ECA (cinco membros). (B) Art. 134, ECA. (C) Art. 132, ECA. (D) Art. 133, II, ECA. (E) Art. 139, ECA. *Alternativa A*.

9420. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** O Conselho Tutelar, segundo prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente,

(A) é órgão encarregado pela sociedade de formular e executar a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente no município.

(B) é composto por no mínimo três membros que exercem mandato de quatro anos.

(C) deve ter os recursos necessários ao seu funcionamento previstos na lei orçamentária municipal.

(D) tem seu presidente indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

(E) pode ser instituído por meio de consórcios para atender demandas de mais de um município.

RESPOSTA De acordo com a previsão do parágrafo único do art. 134, ECA. *Alternativa C*.

9421. **(Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC)** No tocante ao Conselho Tutelar, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece:

(A) poderão ser candidatos a conselheiros pessoas maiores de dezoito anos, com reputação ilibada e ensino médio completo.

(B) suas decisões poderão ser revistas através de interposição de recurso, por quem tenha legítimo interesse, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

(C) deverá o Conselho Tutelar receber comunicação dos dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental quanto aos casos de maus-tratos de alunos, reiteração de faltas injustificadas e evasão escolar, bem como nos casos de elevado nível de repetência.

(D) compete ao Conselho Tutelar editar portaria que autorize a participação de crianças ou

adolescentes, desacompanhados dos pais, em estabelecimentos de diversão eletrônica, desde que em sua circunscrição de atuação.

(E) deverá o Conselho Tutelar emitir a guia de acolhimento nos casos de retirada da criança ou adolescente do convívio familiar, apontando os motivos da medida.

RESPOSTA (A) Requisitos no art. 133, ECA. (B) Art. 137, ECA. (C) Art. 56, ECA. (D) Art. 149, I, *d*, ECA. (E) Art. 136, parágrafo único, ECA. *Alternativa C*.

9422. (Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC) Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atendeu a finalidade de

(A) desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes.

(B) democratizar o exercício do patronato, até então restrito aos financiadores da assistência filantrópica aos menores.

(C) retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente.

(D) profissionalizar a atividade do comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.

(E) garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis.

RESPOSTA De acordo com o art. 131, ECA, apresenta-se o Conselho Tutelar como um órgão permanente e autônomo, **não jurisdicional**, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei. A razão está na afirmativa que traz a *alternativa A*, portanto correta.

9423. (Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC) O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao distribuir responsabilidades entre as instâncias que integram o Sistema de Garantia de Direitos,

(A) impõe aos legislativos estaduais a obrigatoriedade de criação, nos Estados, de varas especializadas e exclusivas da infância e juventude segundo necessidades e peculiaridades regionais.

(B) diz competir à autoridade judiciária disciplinar, por meio de portaria, a permanência de criança ou adolescente em logradouros públicos durante o período noturno.

(C) afirma ser atribuição do Conselho Tutelar afastar do convívio familiar crianças e adolescentes com suspeita de violação de seus direitos por negligência grave imputável aos pais.

(D) indica o Ministério Público como destinatário de notícia de fato que constitua infração administrativa contra os direitos da criança ou do adolescente.

(E) atribui ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente a atividade fiscalizatória sobre as entidades que executam programas socioeducativos em regime de internação.

RESPOSTA De acordo com o inciso IV do art. 136, ECA. *Alternativa D*.

Acesso à Justiça

9424. (DPE-MA – 2009 – FCC) Se o ato infracional imputado a adolescente tiver sido praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa, segundo a legislação vigente,

(A) deve a autoridade policial, em caso de flagrante, lavrar auto de apreensão do adolescente.

(B) pode a autoridade policial apreendê-lo, ainda que fora das hipóteses de flagrante e sem ordem

judicial, desde que o apresente imediatamente ao Ministério Público.

(C) pode o Promotor de Justiça conceder remissão desde que cumulada com aplicação de medida socioeducativa.

(D) se comprovadas autoria e materialidade, deve a autoridade judicial aplicar medida socioeducativa de internação.

(E) ele perde o direito de, na fase executória, ser beneficiado com indulto, ainda que parcial, ou comutação de medida.

RESPOSTA Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, a autoridade policial, segundo o art. 173, ECA, entre outros atos, deverá lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente (inciso I). *Alternativa A.*

9425. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** No procedimento judicial para a perda do poder familiar, segundo disciplinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente,

(A) o juiz nomeará curador especial ao réu revel, ainda que citado pessoalmente.

(B) o requerido será citado para, no prazo de quinze dias, oferecer resposta.

(C) é obrigatória a oitiva dos pais sempre que esses forem identificados e estiverem em local conhecido.

(D) o prazo máximo para conclusão do procedimento será de 180 (cento e oitenta) dias.

(E) a sentença que decreta a perda do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.

RESPOSTA (A) Art. 158, parágrafo único, c/c art. 161, ECA. (B) Art. 158, ECA (dez dias). (C) Art. 161, § 4º, ECA. (D) Art. 163, ECA (120 dias). (E) Art. 199-B, ECA. *Alternativa C*.

9426. **(Defensor – DPE-SP – 2012 – FCC)** Com relação à prática de ato infracional e ao procedimento para sua apuração até a devida prestação jurisdicional, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

(A) para que o representante do Ministério Público possa oferecer representação contra adolescente, imputando-lhe a prática de ato infracional, faz-se necessária prova pré-constituída da materialidade e indícios suficientes de autoria.

(B) a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo, poderá ser proposta até o trânsito em julgado da sentença.

(C) proferida decisão condenatória, com inserção do adolescente no cumprimento da medida de internação e determinação expressa de vedação a atividades externas, tal vedação somente poderá ser revista após seis meses de seu cumprimento.

(D) em caso de flagrante de ato infracional praticado por adolescente, é obrigatória a lavratura do auto de apreensão em flagrante, com encaminhamento imediato de cópia ao representante do Ministério Público.

(E) em uma interpretação sistemática, compatibilizando os arts. 106, 108 e 110, a privação de liberdade por ordem judicial, antes da sentença, somente poderá ser determinada após a instauração do devido processo legal.

RESPOSTA (A) Art. 182, § 2º, ECA. (B) Art. 188, ECA. (C) Art. 121, § 7º, ECA. (D) Art. 173, parágrafo único, ECA. (E) De acordo com os artigos citados do ECA. *Alternativa E*.

9427. **(Juiz – TJ-MS – 2010 – FCC)** Uma das novidades introduzidas expressamente pela Lei n. 12.010/09 no Estatuto da Criança e do Adolescente no que diz respeito ao instituto da adoção, foi

(A) a ampliação das hipóteses de adoção unilateral.
(B) a instituição do procedimento de habilitação de pretendentes à adoção.
(C) a possibilidade da adoção por casais compostos por pessoas do mesmo sexo.
(D) o estimulo à adoção, por parte das próprias famílias acolhedoras, de crianças e adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar.
(E) a extinção dos cadastros locais (da comarca) e estaduais de crianças e adolescentes em condições de serem adotados trinta dias após a transferência dos dados para o cadastro nacional.

RESPOSTA O procedimento de habilitação de pretendentes à adoção foi estabelecido pela Lei n. 12.010/2009, que o inclui a partir dos arts. 197-A e seguintes. *Alternativa B*.

Crimes e Infrações Administrativas

9428. **(DPE-SP – 2010 – FCC)** Adolescentes são flagrados, às 23h30m, consumindo bebida alcoólica num bar. Situações desse tipo,

(A) por infração à regra que proíbe o consumo de bebida alcoólica por menor de 18 anos, permitem a imediata apreensão dos adolescentes pelo Conselho Tutelar e sua entrega aos pais ou responsáveis mediante termo.
(B) com sanções que vão de multa a perda do cargo, ensejam eventual responsabilização dos conselheiros tutelares da região, por negligenciarem o cumprimento de sua obrigação legal de fiscalizar estabelecimentos frequentados por adolescentes.
(C) segundo jurisprudência dominante do STJ, não sujeitam os donos e/ou funcionários do estabelecimento ao crime do art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (*vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida*), os quais podem ser processados, contudo, pela prática da contravenção penal de servir bebida alcoólica a menores de 18 anos (art. 63 da Lei das Contravenções Penais).
(D) nos termos da lei, podem e devem ser coibidas por meio da edição de portaria expedida do juiz da infância e juventude a quem cabe regular a entrada e permanência de criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável em qualquer estabelecimento que comercialize bebida alcoólica após determinado horário.
(E) segundo lei federal vigente, sujeitam o responsável pelo estabelecimento à cassação da licença para comércio de bebidas alcoólicas pelo prazo de um ano.

RESPOSTA Entende o STJ que “a interpretação sistemática dos dispositivos nos arts. 81 e 243 do ECA, e do art. 63 da LCP, conduz ao entendimento de que a conduta de fornecimento de bebida alcoólica a menores de dezoito anos melhor se amolda àquela elencada na Lei das Contravenções Penais. Precedentes” (HC 113.896/PR). *Alternativa C*.

9429. **(Juiz – TJ-PE – 2011 – FCC)** No que concerne aos crimes praticados contra a criança e o adolescente, estabelecidos na Lei n. 8.069/90, é correto afirmar que

(A) não se aplicam as normas da Parte Geral do Código Penal.
(B) são tipificadas apenas condutas comissivas.
(C) não há previsão de delito culposo.
(D) são de ação pública incondicionada.
(E) são sempre apenados com reclusão.

RESPOSTA (A) Art. 226, ECA (aplicam-se). (B) Art. 225, ECA (ação ou omissão). (C) Há previsão, sim; *vide* art. 228, parágrafo único, ECA. (D) Art. 227, ECA. (E) A pena pode ser de detenção; *vide* art. 228, ECA. *Alternativa D*.

9430. **(Promotor – MP-AP – 2012 – FCC)** No Estatuto da Criança e do Adolescente, a multa

(A) é a mais comum dentre as sanções cominadas diante da prática de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.
(B) vem cominada, ao lado da pena de detenção, sempre na forma cumulativa, em alguns dos crimes praticados contra a criança e o adolescente que nele se encontram tipificados.
(C) é uma entre as dez medidas pertinentes aos pais ou responsável aplicáveis pela autoridade socioassistencial do município.
(D) é uma das sete medidas socioeducativas aplicáveis ao adolescente que pratica ato infracional de menor poder ofensivo com reflexos patrimoniais.
(E) é aplicável pelo Conselho Tutelar na hipótese de descumprimento injustificado de suas determinações.

RESPOSTA A multa no ECA está presente de forma absoluta nas **infrações administrativas** previstas entre o art. 245 e o art. 258-B e em muitos crimes praticados contra a criança e o adolescente. *Alternativa A*.

OUTRAS BANCAS

I. Parte Geral

Introdução

9431. **(Advogado – CEMIG-MG – 2010 – FUMARC)** A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e estabelece que:

(A) Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos; e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade; e, nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
(B) Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos; e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade; e, nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas de qualquer idade acima dos dezoito anos.
(C) Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até dez anos de idade incompletos; e adolescente aquela entre dez e vinte e um anos de idade; e, nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas pouco acima dos vinte e um anos de idade.
(D) Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos; e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade; e, nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

RESPOSTA O conceito de **criança** e **adolescente** para efeitos do ECA está previsto no *caput* do seu art. 2º; no seu parágrafo único, o estatuto estende sua aplicação também àqueles que não se encaixam nem em um nem em outro. *Alternativa D*.

9432. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Sobre o direito da criança e do adolescente, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O Direito do Menor tem a FEBEM – Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor – como a instituição mais importante para encaminhamento prioritário do adolescente em conflito com a lei.
(B) O encaminhamento de crianças em situação de risco dar-se-á preferencialmente a orfanatos e internatos visando ao apoio institucional dos menores, até completarem a maioridade civil.
(C) No Direito Brasileiro, a adoção *intuito personae* faz parte da regra de colocação em família substituta.

(D) O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) instituiu, entre outros princípios, o da Proteção Integral à infância e à juventude.

(E) A Doutrina da Situação Irregular é uma das principais linhas norteadoras do atual direito da infância e juventude.

RESPOSTA (A) Art. 34, § 1º, c/c art. 121, ECA. (B) Art. 101, I, ECA. (C) É aquela que ocorre quando os pais biológicos escolhem a pessoa que irá adotar seu filho. Não está prevista em nosso ordenamento; no entanto, o STJ já levou em conta o desejo da mãe biológica (AgRg na MC 15.097/MG). (D) Art. 1º, ECA. (E) A Doutrina da Situação Irregular era adotada pelo Código de Menores (Lei n. 6.697/79), revogado pelo ECA, cuja doutrina é da Proteção Integral. *Alternativa D*.

9433. (Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR) A prioridade absoluta a crianças e adolescentes e o respeito ao segmento como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento são princípios norteadores do atual direito da infância e juventude. Em relação a esse tema, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O princípio do Melhor Interesse da Criança foi instituído para garantir sua guarda e responsabilidade ao genitor com melhores condições econômicas de prover-lhe o sustento.

(B) O princípio da "brevidade", previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, diz respeito à necessidade de celeridade do processo de adoção.

(C) O Código de Menores, lei anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente, foi a primeira lei brasileira a garantir algum tipo de proteção especial a todas as crianças e adolescentes, reconhecendo-lhes a condição de hipossuficiência.

(D) À criança ou ao adolescente em situação de risco são aplicadas as chamadas medidas socioeducativas, previstas no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

(E) A Prioridade Absoluta a crianças e adolescentes e o respeito ao segmento, como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, são princípios norteadores do atual direito da infância e juventude.

RESPOSTA De acordo com o estabelecido pelo princípio da **prioridade absoluta** previsto no art. 6º, ECA. *Alternativa E*.

9434. (Juiz – TJ-RO – 2011 – PUCPR) Sobre os direitos da criança previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as proposições a seguir:

I. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

II. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

III. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurando-lhes todas as oportunidades e facilidades para lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

IV. Considera-se criança, para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa até dez anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre dez e dezoito anos de idade.

V. O Estatuto da Criança e do Adolescente, nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Estão CORRETAS

(A) Apenas as proposições I, II e IV.
(B) Apenas as proposições I, III, IV e V.
(C) Apenas as proposições I, II, III e V.
(D) Apenas as proposições I, II, III e IV.
(E) Todas as proposições.

RESPOSTA (I) Art. 4º, ECA. (II) Art. 4º, parágrafo único, ECA. (III) Art. 3º, ECA. (IV) Art. 2º, ECA. (V) Art. 2º, parágrafo único, ECA. *Alternativa C.*

Direitos Fundamentais

9435. **(Advogado – CASA-SP – 2011 – VUNESP)** Em relação aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

(A) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, devendo aplicar trinta por cento dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil.
(B) O direito à liberdade compreende o aspecto de buscar refúgio, auxílio e orientação, sem ressalvas legais.
(C) O direito à proteção especial da criança, do adolescente e do jovem, não abrange a inclusão em programas de prevenção e atendimento especializado aos dependentes de entorpecentes e drogas afins.
(D) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de um ano, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente justificado pelo Conselho Tutelar.
(E) A proteção ao trabalho da criança, do adolescente e do jovem é regulada por legislação especial, com prejuízo do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

RESPOSTA Dentre os aspectos compreendidos no direito à liberdade da criança e do adolescente segundo o art. 16, ECA, está aquele indicado pela *alternativa B*, portanto correta.

9436. **(DPE-AM – 2011 – IC)** Acerca do direito fundamental da criança e do adolescente à educação, assinale a opção incorreta à luz da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

(A) O dever do Estado com a educação será efetivado, dentre outras maneiras, mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
(B) De acordo com o ECA e a LDB, apesar de pais e responsáveis terem o dever de matricular seus filhos e pupilos na rede regular de ensino, é-lhes assegurado expressamente optar por conceder, eles próprios, a educação aos menores, desde que cumpram as normas gerais da educação nacional e submetam-se a avaliação de qualidade pelo Poder Público.
(C) A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.
(D) Supondo que, para garantir a ordem, a direção de determinada escola pública proíba seus alunos de constituírem qualquer entidade representativa dos estudantes, nesse caso, estará havendo violação a direito expressamente previsto no ECA.
(E) É assegurado às crianças e aos adolescentes o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua

residência.

RESPOSTA Segundo o art. 55, ECA, os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino, sendo que é dever deles efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental (art. 6º, LDB – Lei n. 9.394/96). *Alternativa B.*

9437. (DPE-GO – 2010 – IC) Em relação a colocação de criança e adolescente em família substituta (guarda, tutela e adoção), é correto afirmar:

(A) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, excepcionados os pais.

(B) Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

(C) Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário do juiz competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança e adolescente.

(D) O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e não implica necessariamente o dever de guarda.

(E) O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, entretanto, somente após completar 18 anos.

RESPOSTA É importante observar a diferenciação que o ECA prevê para estes três institutos, **guarda** (art. 33), **tutela** (art. 36) e **adoção** (art. 39). Quanto às opções da questão, a *alternativa B* é a reprodução literal do § 2º do art. 33, ECA, portanto correta.

9438. (Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP) Leia as proposições a seguir.

I. A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive os previdenciários.

II. A guarda confere a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

III. Via de regra, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

IV. O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, os incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar.

Quanto às proposições, é correto afirmar que

(A) I e IV estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III está incorreta.

(D) I, II e III estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 33, § 3º, ECA. (II) Art. 33, *caput*, ECA. (III) Art. 33, § 2º, ECA. (IV) Art. 34, *caput*, ECA. *Alternativa C*.

9439. (Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR) Sobre adoção, assinale a alternativa correta.

(A) A adoção é modalidade de família substituta e desliga o adotado de todos os vínculos com os pais e demais parentes originários.

(B) A morte dos pais adotantes restabelece o poder familiar dos pais originários apenas se o adotado não possuir nenhum outro parente vivo.

(C) É possível a adoção conjunta pelos divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros,

desde que acordem sobre a guarda e o regime de visitas, contanto que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão.

(D) Com o intuito de resguardar os interesses do pupilo e do curatelado, é vedada a adoção destes pelos respectivos tutor e curador, salvo quando já tiver mais de doze anos.

RESPOSTA De acordo com a previsão do § 4º do art. 42, ECA. *Alternativa C*.

9440. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Sobre o direito à convivência familiar, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O pátrio poder poderá ser renunciado por meio de documento escrito e assinado pelo genitor renunciante.

(B) A Lei 12.010/2009 instituiu importantes modificações a respeito da colocação de crianças e adolescentes em família substituta.

(C) A guarda implica necessariamente a destituição do poder familiar.

(D) A adoção *post mortem* não é admitida pelo direito brasileiro.

(E) Embora o acolhimento institucional seja admitido pelo direito pátrio, a alternativa de acolhimento familiar de crianças em situação de risco não foi contemplada pela legislação.

RESPOSTA (A) O *poder* familiar não pode ser renunciado. (B) Art. 1º, Lei n. 12.010/2009. (C) Art. 33, § 4º, c/c art. 35, ECA. (D) Art. 42, § 6º, ECA. (E) Art. 34, § 1º, ECA. *Alternativa B*.

9441. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Sobre a criança e o adolescente em situação de risco, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O chamado "trabalho educativo" é a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

(B) O Ensino Médio é de frequência obrigatória a todos os adolescentes, podendo os pais ou responsável ser processado por abandono intelectual no caso de deixar de matricular o filho ou pupilo em instituição de ensino.

(C) O Ensino Profissionalizante poderá ser substitutivo ao Ensino Fundamental ou Médio.

(D) Ao adolescente trabalhador somente será permitido o trabalho insalubre a partir dos 16 anos.

(E) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

RESPOSTA (A) Art. 68, § 1º, ECA. (B) Art. 55, ECA. (C) Não há essa previsão no ECA. (D) Art. 67, II, ECA. (E) Art. 23, ECA. *Alternativa A*.

9442. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Sobre o acesso das crianças e adolescentes à saúde e o direito à convivência familiar, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Além da assistência pré-natal compete ao poder público proporcionar à gestante assistência psicológica antes e depois do parto a fim de prevenir e minorar as consequências do estado puerperal.

(B) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão imediatamente encaminhadas ao Conselho Tutelar do município.

(C) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 4 (quatro) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior

interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

(D) Entende-se por família eudemonista aquela que se estende para além da unidade pais e filhos, ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive.

(E) A guarda assumida por um dos genitores dispensará a assinatura de termo de compromisso, dado se presumem por lei deveres inerentes ao instituto.

RESPOSTA (A) Art. 8º, § 4º, ECA. (B) Art. 13, parágrafo único, ECA. (C) Art. 19, § 2º, ECA (dois anos). (D) Entende-se por **família eudemonista** aquela decorrente da convivência entre pessoas por laços afetivos e solidariedade mútua. (E) Art. 32, ECA. *Alternativa A*.

9443. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Analise as assertivas seguintes.

Demonstrada a falta ou carência de recursos materiais, em procedimento contraditório, o juiz poderá decretar a perda ou a suspensão do poder familiar

PORQUE

aos pais incumbe o dever de sustento dos filhos.

Sobre as assertivas, é correto afirmar que

(A) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

(B) as duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.

(C) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.

(D) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.

RESPOSTA A primeira é falsa; *vide* art. 23, ECA. A segunda, verdadeira, de acordo com o art. 22, ECA. *Alternativa D*.

9444. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Analise as assertivas seguintes.

O reconhecimento do estado de filiação pode preceder o nascimento

PORQUE

este é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível.

Sobre as assertivas, é correto afirmar que

(A) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

(B) as duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.

(C) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.

(D) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.

RESPOSTA A primeira é verdadeira; *vide* art. 26, parágrafo único, ECA. A segunda, também (*vide* art. 27, ECA), mas que não justifica a primeira. *Alternativa A*.

9445. (Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP) Analise as assertivas seguintes.

O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial e produz seus efeitos a partir do trânsito em julgado, ainda que o adotante, após inequívoca manifestação de vontade, venha a falecer no curso do procedimento

PORQUE

tal decisão tem natureza constitutiva.

Sobre as assertivas, é correto afirmar que

(A) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

(B) as duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.

(C) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.

(D) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.

RESPOSTA A primeira é falsa, visto que o efeito é *ex tunc* quando se trata de adoção póstuma (art. 42, § 6º); *vide* art. 47, § 7º, ECA; ou seja, os efeitos da adoção se iniciarão a partir da data de falecimento do adotante. A segunda é verdadeira, pois o vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial pelo mesmo fundamento do art. 47, § 7º, ECA. *Alternativa D*.

9446. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Esmeraldo Juremo, depois de passar por todo o processo de adoção, com plena anuência de seus pais naturais, foi adotado pelo casal Silva que, em razão de acidente automobilístico, veio a falecer.

I. Tal circunstância tem o condão de restabelecer o poder familiar dos pais naturais.
II. Tal circunstância o habilita para nova adoção, sem passar por novo processo para tal *desideratum*.
III. Tal circunstância o torna herdeiro do casal Silva.
IV. Como herdeiro, e sendo adotado, concorre em desigualdade com os filhos naturais do casal Silva.
V. Tal circunstância não tem o condão de restabelecer o poder familiar, tendo em vista o caráter irrevogável da adoção.

Estão corretos apenas os itens

(A) I e IV.
(B) II e III.
(C) III e V.
(D) I e V.
(E) III e IV.

RESPOSTA (I) Art. 49, ECA. (II) Art. 39, § 1º, c/c art. 41, ECA. (III) Art. 41, ECA. (IV) Art. 41, ECA (condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios). (V) Art. 39, § 1º, ECA. *Alternativa C*.

9447. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** O maior de 18 anos também pode ser adotado? Qual o juízo deve decidir a respeito?

(A) Sim, nesse caso a adoção será regulada pelo Código Civil e correrá na Vara da Família, aplicando-se o ECA subsidiariamente.
(B) Não, só o menor de 18 anos é que poderá ser adotado e a questão deverá ser apreciada na Vara da Infância e da Juventude.
(C) Sim, se houve autorização dos pais naturais, e a adoção deverá ser processada e julgada pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude.
(D) Não, e a questão deverá ser apreciada na Vara da Família.
(E) Sim, e a questão deverá ser apreciada na Vara da Família, desde que o processo tenha sido iniciado até os 21 anos de idade do adotado.

RESPOSTA A adoção de criança (até 12 anos incompletos) e de adolescente (12-18 anos) reger-se-á segundo o disposto no ECA (art. 39, ECA), e o adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes (art. 40, ECA). De acordo com o art. 1.619, CC. *Alternativa A*.

9448. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Sobre a adoção, é correto afirmar que

(A) podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.
(B) a simples guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência com a criança ou adolescente.
(C) a adoção não poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento de adoção, antes de prolatada a sentença.
(D) o adotado não tem direito de conhecer sua origem biológica, mesmo após completar dezoito anos.

RESPOSTA (A) Art. 42, ECA. (B) Art. 46, § 2º, ECA. (C) Art. 42, § 6º, ECA. (D) Art. 48, ECA. *Alternativa A.*

9449. (Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP) Sobre a família substituta, guarda e tutela, é correto afirmar:

(A) tratando-se de menor de dez anos de idade, para colocação em família substituta será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
(B) a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção por estrangeiros.
(C) o deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e não implica necessariamente o dever de guarda.
(D) a guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

RESPOSTA (A) Art. 28, § 2º, ECA. (B) Art. 33, § 1º, ECA. (C) Art. 36, parágrafo único, ECA. (D) Art. 33, *caput*, ECA. *Alternativa D*.

9450. (Juiz – TJDFT – 2011) Quando falamos a respeito de guarda, é correto afirmar que aos genitores incumbe, preferencialmente, a guarda dos filhos, que poderá ser alterada apenas em situações excepcionais, conforme previsão do artigo 33, parágrafo 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentro deste contexto, considere as preposições abaixo formuladas e assinale a **incorreta:**

(A) A finalidade da guarda, sem operar mudança no poder familiar, é, sem dúvida, a de regularizar a posse de fato da criança ou do adolescente, podendo ser deferida liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto nos de adoção por estrangeiros;
(B) A guarda tem por finalidade proteção e amparo ao menor, tanto na esfera econômica, como no campo assistencial, moral, educacional e disciplinar, além de permitir o desenvolvimento físico, mental e espiritual de forma digna, sadia e harmoniosa. Significa, conceitualmente, a colocação do menor em família substituta;
(C) Considerando a natureza protetiva do instituto da guarda e por questão de política minorista, pode-se afirmar que é viável pleito de transferência de guarda formulado por avós com o objetivo de a medida garantir benefícios econômicos e previdenciários em favor do menor;
(D) A concessão da guarda, seja ela provisória ou de caráter definitivo, não faz coisa julgada, podendo ser modificada no interesse exclusivo do menor e também na hipótese de se verificar que não tenham sido cumpridas as obrigações pelo seu guardião.

RESPOSTA Observa-se que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou para a suspensão do poder familiar (art. 23, ECA); ademais, a guarda de menor é direito personalíssimo intransferível e, segundo o STJ, é impossível a “concessão da guarda da criança ao avô para fins exclusivamente previdenciários” (AgRg no Ag 1.207.108/RJ). Portanto, incorreta a *alternativa C*.

9451. (Promotor – MP-MG – 2012 – CONSULPLAN) Em 13 de julho de 1990, foi publicada a Lei n. 8.069, a qual instituiu o Estatuto da Criança e Adolescente que veio regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal. Fundado, dentre outros, no Princípio da Proteção Integral, concebeu as crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção física, mental e moral. A Adoção, um dos institutos do ECA, gera vínculo constituído por sentença judicial, a qual será inscrita no registro civil mediante mandado, do qual não se fornecerá certidão. Frente a tal assertiva, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A adoção produz seus efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença constitutiva, exceto quando o adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença, caso em que terá força retroativa à data do óbito.
(B) O novo registro somente poderá ser lavrado no Cartório do Registro Civil do Município em que foi proferida a sentença de adoção.
(C) Apenas a observação sobre a origem do ato poderá constar nas certidões do registro.
(D) A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante, sendo defeso a modificação do prenome.

RESPOSTA De acordo com o § 7º do art. 47, ECA. *Alternativa A*.

9452. **(Assessor – DPE-PR – 2012 – PUCPR)** O Estatuto da Criança e do Adolescente, no Título II, trata dos direitos fundamentais, como o direito à convivência familiar, à liberdade, à saúde, entre outros. Sobre o tema é CORRETO afirmar:

(A) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.
(B) Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo parcial de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
(C) A carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
(D) A colocação em família substituta admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não governamentais, sem a necessidade de autorização judicial.
(E) A colocação em família substituta far-se-á somente mediante tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

RESPOSTA (A) Art. 27, ECA. (B) Art. 12, ECA. (C) Art. 23, ECA. (D) Art. 30, ECA. (E) Art. 28, ECA. *Alternativa A*.

9453. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, é INCORRETO afirmar acerca da família substituta:

(A) Far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente.
(B) Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado.
(C) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de guarda.
(D) A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não governamentais, sem autorização judicial.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 31, ECA, a colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na **modalidade de adoção**. *Alternativa C.*

9454. **(Juiz – TRT-23 – 2012)** Analise as proposições abaixo sobre o trabalho do Menor e assinale aquela alternativa em que se faz uma proposição INCORRETA:

(A) À luz das Constituições brasileiras tem-se na Constituição de 1934 a primeira a proteger o trabalho do menor, vedando o trabalho dos menores de 14 (quatorze) anos, bem como o trabalho noturno aos menores de 16 (dezesseis) anos e em indústrias insalubres aos menores de 18 (dezoito)

anos.

(B) A Emenda Constitucional n. 20/98 fixou o limite mínimo de idade para o trabalho do menor em 16 (dezesseis) anos, admitindo sua contratação com idade inferior apenas como aprendiz e, ainda assim, a partir de 14 (quatorze) anos, o que permitiu ao Brasil que ratificasse a Convenção n. 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da idade mínima para admissão ao emprego.

(C) O Código Civil de 2002 considera os menores de 16 (dezesseis) anos absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, e relativamente incapazes, para certos atos, os maiores de 16 (dezesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/90 estabelece distinção entre criança e adolescente considerando estes como sendo as pessoas dentre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos e aqueles as de até 12 (doze) anos incompletos. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por sua vez, também trata da maioridade para efeitos trabalhistas considerando como menor aquele trabalhador de quatorze até dezoito anos.

(D) De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é lícito ao menor firmar recibo de quitação pelo pagamento dos salários e dos títulos devidos quando da rescisão do contrato de trabalho, desde que, em ambos os casos, o faça com a assistência dos seus responsáveis legais.

(E) O entendimento jurisprudencial dominante é no sentido de não ser imprescindível a assistência do responsável legal do menor, no ato de sua contratação como empregado, por ausência de previsão legal nesse sentido e pelo fato de que, em possuindo carteira de trabalho, considerá-lo-ia autorizado a contratar.

RESPOSTA De acordo com o art. 439, CLT, é lícito ao menor firmar **recibo pelo pagamento dos salários**. Tratando-se, porém, de **rescisão do contrato de trabalho**, é *vedado* ao menor de 18 (dezoito) anos dar, sem assistência dos seus responsáveis legais, quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida. *Alternativa D*.

9455. **(Juiz – TRT-23 – 2012)** Com base nas disposições da Consolidação das Leis do Trabalho – "CLT'' – analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola, salvo se for absolutamente indispensável à subsistência do próprio menor ou dos que dele dependam economicamente, devendo haver autorização prévia do Juiz de Menores para tanto.

II. Verificado pela autoridade competente que o trabalho executado pelo menor é prejudicial a sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moralidade, poderá ela obrigá-lo a abandonar o serviço, devendo a respectiva empresa, quando for o caso, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de funções.

III. Em regra é vedado prorrogar a duração normal diária do trabalho do menor. A Lei assim admite, contudo, excepcionalmente, quando, por exemplo, se justifique em face de motivo de força maior, até o máximo de 12 (doze) horas, e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.

IV. Dentre outras hipóteses considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho prestado em cinemas e nas empresas circenses em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes.

V. Ao empregador é vedado exigir do empregado menor de idade serviços que demandem o emprego de força muscular superior a 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho contínuo, ou 30 (trinta) quilos para o trabalho ocasional, salvo em caso de remoção de material feita por impulsão com tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

(A) Apenas as proposições I e II estão corretas e as demais estão incorretas.
(B) Apenas as proposições I, III e V estão corretas e as demais estão incorretas.
(C) Apenas as proposições II e III estão corretas e as demais estão incorretas.
(D) Apenas as proposições I, III e V estão corretas e as demais estão incorretas.
(E) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas e as demais estão incorretas.

RESPOSTA (I) Art. 403, parágrafo único, CLT. (II) Art. 407, CLT. (III) Art. 413, II, CLT. (IV) Art. 405, § 3º, *b*, CLT. (V) Art. 390, CLT. *Alternativa E*.

9456. **(Juiz – TRT-21 – 2012)** A respeito do trabalho da criança e do adolescente, assinale a alternativa correta:

I. há expressa vedação na Constituição Federal ao trabalho dos adolescentes de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 12 anos;
II. caberá ao empregador conceder ao trabalhador adolescente o tempo que for necessário para a frequência às aulas, sendo obrigatório, nos estabelecimentos situados em lugar onde a escola estiver a maior distância que 2 (dois) quilômetros, e que ocuparem, permanentemente, mais de 30 (trinta) adolescentes analfabetos, a manutenção de local apropriado em que lhes seja ministrada a instrução primária;
III. ao adolescente com deficiência é vedado o trabalho remunerado, exceto nos casos de trabalho educativo ou contrato de aprendizagem;
IV. ao empregador é vedado empregar a adolescente em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional, não se incluindo, nessa vedação, a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos;
V. a duração do trabalho do adolescente regular-se-á pelas disposições legais relativas à duração do trabalho em geral, ressalvadas as restrições expressamente estabelecidas em lei, sendo lícito aquele que possuir mais de um emprego, cumprir a jornada de seis horas de trabalho contínuo em cada um deles.

(A) apenas as assertivas I e IV estão corretas;
(B) apenas as assertivas II e III estão corretas;
(C) apenas as assertivas III e IV estão corretas;
(D) apenas as assertivas III e V estão corretas;
(E) apenas as assertivas II e IV estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 7º, XXXIII, CF. (II) Art. 427, parágrafo único, CLT. (III) Arts. 65 e 66, ECA. (IV) Art. 405, § 5º, CLT. (V) Art. 414, CLT. *Alternativa E*.

9457. **(Juiz – TRT-21 – 2012)** Maurício Sá é adolescente de 17 anos, estudante do ensino fundamental no período noturno, e inscreveu-se no programa de seleção para contrato de aprendizagem do Instituto Federal de Educação Tecnológica – IFRN, que celebrou contratos com várias construtoras do Estado do Rio Grande do Norte para ministrar curso de aprendizagem. Após ser selecionado, o aprendiz assinou contrato de aprendizagem com a Construtora Essex, tendo o adolescente e a construtora assinado o contrato em 02/01/2012, com prazo de dois anos, registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social. No contrato de aprendizagem, foi estabelecida cláusula de frequência às aulas teóricas e práticas do curso do IFRN, no horário das 7 às 11 horas da manhã, e trabalho na Construtora Essex, das 13 às 17 horas, ambos de segunda a sexta-feira. Foram estabelecidos, ainda, os seguintes direitos: remuneração de R$ 622,00, recolhimento do FGTS, férias

coincidentes com as férias escolares, 13º salário, repouso semanal remunerado e vales-transporte, além do recolhimento da contribuição previdenciária. Ao fiscalizar a Construtora Essex, a fiscalização do trabalho autuou a empresa por irregularidade no contrato de aprendizagem. Após análise da situação fática e contratual descrita, identifique a alternativa que contém a irregularidade constatada pela fiscalização do trabalho:

(A) o contrato de aprendizagem foi celebrado com prazo de dois anos;

(B) a jornada de trabalho diária excede a jornada máxima permitida para o contrato de aprendizagem;

(C) o contrato de aprendizagem foi assinado apenas pela construtora e o aprendiz, sem a interveniência obrigatória da instituição de ensino;

(D) não foi efetuado seguro contra acidentes pessoais em benefício do aprendiz;

(E) não foi assegurado ao aprendiz o pagamento do salário mínimo hora.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 432, observado o § 1º, CLT. *Alternativa B*.

9458. **(Juiz – TRT-21 – 2012)** No Brasil a legislação trabalhista é marcada por significativa proteção à criança e ao adolescente, assim sendo, é correto afirmar:

(A) o contrato de aprendizagem é possível aos menores de 14 anos e aos maiores de 24, com deficiência;

(B) aos menores de 18 anos é vedado o trabalho na operação industrial de reciclagem de papel, plástico ou metal;

(C) ocorrendo a rescisão antecipada do contrato de aprendizagem em razão da reprovação do aprendiz por falta às aulas, o empregador estará obrigado a pagar-lhe a indenização prevista no art. 479 da CLT, ou seja, 50% dos salários devidos até o final contrato;

(D) não é permitida a celebração, por período superior a 02 anos, de contrato de aprendizagem com pessoa com deficiência mental;

(E) o FGTS para o aprendiz com idade superior a 18 anos será de 8% do valor de sua remuneração.

RESPOSTA (A) Art. 428, CLT. (B) Art. 405, I, CLT. (C) Art. 433, III e § 2º, CLT. (D) Art. 428, § 3º, CLT. (E) Art. 15, § 7º, Lei n. 8.036/90. *Alternativa B*.

9459. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Maria, casada com João, soube que jamais poderia gerar um filho, após infrutíferas tentativas para tal desiderato. Preocupados com as crianças abandonadas e num ato impetuoso, vão ter ao registro civil e registram como se fosse seu, filho de outro. Assinale a alternativa correta.

(A) João e Maria praticaram ato imoral, mas piedoso, tendo em vista a situação das crianças carentes.

(B) João e Maria praticaram ato imoral e piedoso que se justifica ante a angústia de não conseguirem ter filhos.

(C) João e Maria praticaram a chamada adoção “à francesa”, ante a imperiosa necessidade de terem filhos.

(D) João e Maria praticaram a chamada adoção “à italiana” e cometeram o ilícito recitado no art. 242, do diploma repressivo.

(E) João e Maria praticaram a chamada adoção “à brasileira” e cometeram o crime previsto no diploma repressivo.

RESPOSTA A adoção à brasileira é aquela denominada “informal”, ou seja, quando se assume a paternidade sem o devido processo legal. Apesar da tipificação como crime no art. 242, CP, o STJ vem decidindo que “em se tratando de **adoção à brasileira**, a melhor solução consiste em só permitir que o pai-adotante busque a nulidade do registro de nascimento, quando ainda não tiver sido constituído o **vínculo de socioafetividade** com o adotado” (REsp 1.088.157/PB). Portanto, é questionável a

alternativa E, considerada como correta pelo gabarito oficial.

Prevenção

9460. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Leia as proposições seguintes sobre autorização para viagem, prevista no ECA.

I. Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.

II. A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.

III. A autorização judicial para viagem ao exterior é dispensável, tratando-se de adolescente acompanhado de um dos pais e que esteja portando documento em que conste autorização expressa firmada pelo outro, com firma reconhecida.

IV. Excepcionalmente, o ECA não exige autorização judicial para a criança que, desacompanhada dos pais ou responsável, realize viagem à comarca contígua à da sua residência, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.

Sobre as proposições, é correto afirmar que

(A) I, II e IV são verdadeiras.

(B) apenas I e III são verdadeiras.

(C) IV é falsa.

(D) II é falsa.

RESPOSTA (I) Art. 83, ECA. (II) Art. 83, § 2º, ECA. (III) Art. 84, II, ECA. (IV) Art. 83, § 1º, *a*, ECA. *Alternativa A*.

9461. **(Analista – DPE-TO – 2012 – COPESE)** Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, acerca da autorização para viajar, assinale a alternativa CORRETA:

I. nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial;

II. a autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana ou a criança estiver acompanhada: de ascendente ou colateral maior ou menor, até o quarto grau, comprovado documentalmente o parentesco; de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável;

III. a autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por até cinco anos;

IV. sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

(A) Apenas os itens I e II estão corretos.

(B) Apenas os itens I e IV estão corretos.

(C) Apenas os itens II e III estão corretos.

(D) Apenas os itens II e IV estão corretos.

RESPOSTA (I) Art. 83, ECA. (II) Art. 83, § 1º, ECA. (III) Art. 83, § 2º, ECA (dois anos). (IV) Art. 85, ECA. *Alternativa B*.

9462. **(Advogado – CASA-SP – 2011 – VUNESP)** No tocante à prevenção geral e especial previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

(A) As obrigações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente excluem da prevenção especial

outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

(B) As crianças menores de doze anos somente terão acesso a quaisquer locais de diversões e espetáculos públicos, quando acompanhadas dos pais ou responsável.

(C) É proibida a venda à criança ou ao adolescente de bilhetes lotéricos e equivalentes.

(D) O adolescente poderá hospedar-se em hotel ou estabelecimento congênere, independentemente de autorização dos pais ou responsável.

(E) Nenhuma criança poderá viajar para uma comarca contígua à sua residência, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.

RESPOSTA É **proibida a venda** à criança ou ao adolescente, dentre outros produtos e serviços, segundo o art. 81, ECA, de bilhetes lotéricos e equivalentes. *Alternativa C*.

II. Parte Especial

Atendimento

9463. **(Advogado – CASA-SP – 2011 – VUNESP)** As entidades não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente somente poderão funcionar depois de proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, junto ao

(A) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

(B) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

(C) Conselho Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

(D) Conselho Tutelar Municipal.

(E) Autoridade Policial local.

RESPOSTA O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de receber a inscrição dos programas, especificando os regimes de atendimento, das *entidades governamentais* e *não governamentais* (art. 90, § 1º, ECA), também faz o registro dessas últimas para funcionamento (art. 91). *Alternativa A*.

9464. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** A respeito do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa CORRETA:

(A) A colocação em família substituta estrangeira é medida excepcional e somente será admitida nas formas de guarda ou adoção.

(B) Para crianças que praticarem ato infracional será aplicado somente advertência, que consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada pela criança e seu representante legal.

(C) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a 3 (três) anos, junto a entidades assistenciais.

(D) O Conselho Tutelar é um programa de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco.

(E) A garantia da prioridade absoluta aos direitos da criança e do adolescente compreende preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

RESPOSTA De acordo com a previsão do § 2º do art. 90, ECA. *Alternativa E*.

Medidas de Proteção

9465. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** A respeito do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa CORRETA:

(A) A matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de Ensino Fundamental é uma

das medidas socioeducativas previstas no ECA – Lei 8.069/1990 –, específica para o adolescente a quem se atribui a prática do ato infracional.

(B) A remissão importa no perdão do ato infracional praticado por criança ou adolescente e não poderá admitir aplicação de medida socioeducativa.

(C) O dirigente da entidade de atendimento a crianças, que esteja sob investigação, será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

(D) Constitui infração administrativa deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão.

(E) A inclusão em programa de acolhimento institucional é uma das medidas de proteção previstas no ECA – Lei 8.069/1990.

RESPOSTA De acordo com a previsão estabelecida no art. 101, VII, ECA. *Alternativa E*.

9466. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Sobre as medidas de proteção, é correto afirmar:

(A) o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para a reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, implicando em privação de liberdade.

(B) as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

(C) é indispensável o ajuizamento de ação de investigação de paternidade pelo Ministério Público após o não comparecimento do suposto pai ou a recusa em assumir a paternidade a ele atribuída e a criança ser encaminhada para adoção.

(D) crianças e adolescentes não poderão ser encaminhados às instituições não governamentais que executem programas de acolhimento institucional.

RESPOSTA (A) Art. 101, § 1º, ECA. (B) Art. 98, ECA. (C) Art. 102, § 4º, ECA. (D) Art. 90, § 1º, ECA. *Alternativa B*.

9467. **(Assessor – DPE-PR – 2012 – PUCPR)** Sobre as medidas de proteção à criança e ao adolescente, assinale a alternativa CORRETA:

(A) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis somente quando os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

(B) Um dos princípios que rege a aplicação das medidas de proteção é o da intervenção precoce, a qual significa que a intervenção das autoridades competentes somente pode ocorrer após a comprovação da situação de perigo.

(C) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

(D) Segundo o princípio da prevalência da família, a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente.

(E) As medidas de proteção não poderão ser substituídas, porém, poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

RESPOSTA (A) Art. 1º, c/c art. 100, II, ECA. (B) Art. 100, VI, ECA. (C) Art. 101, § 1º, ECA. (D) Art. 100, X, ECA. (E) Art. 99, ECA. *Alternativa C*.

9468. **(Advogado – CASA-SP – 2011 – VUNESP)** Em relação às medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

(A) A advertência não poderá ser aplicada, quando houver prova da materialidade e indícios suficientes de autoria de ato infracional.

(B) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade deverá determinar que o adolescente promova a reparação do dano ou compense o prejuízo da vítima, sendo impossível a substituição por qualquer outra medida.

(C) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse individual, por período não superior a quatro meses.

(D) A liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de seis meses, não podendo ser prorrogada.

(E) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

RESPOSTA São **medidas socioeducativas**, previstas no art. 112, ECA, advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional e qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. O regime de semiliberdade, segundo o art. 120, é aquele descrito pela *alternativa E*, portanto a correta.

9469. **(DPE-AM – 2011 – IC)** Relativamente à atuação do Defensor Público na proteção dos direitos individuais e coletivos da criança e do adolescente, assinale a opção que escapa à sua esfera de atribuição.

(A) Impetração de *Habeas Corpus* em favor de adolescente infrator.

(B) Manejo de ação civil pública.

(C) Ajuizamento de ação para assegurar o direito público subjetivo de acesso ao ensino obrigatório e gratuito.

(D) Concessão de remissão, como forma de exclusão de processo por ato infracional.

(E) Ajuizamento de ação para assegurar o fornecimento, pelo Estado, de medicamento indispensável à manutenção da vida.

RESPOSTA Conforme prevê o art. 126, ECA, antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o **representante do Ministério Público** poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional. *Alternativa D.*

9470. **(DPE-GO – 2010 – IC)** O adolescente que for surpreendido em flagrante prática de ato infracional, segundo as disposições da Lei n. 8.069/90 (ECA), terá os seguintes direitos e garantias:

(A) Em nenhuma hipótese o adolescente poderá ser privado de sua liberdade, salvo em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade competente.

(B) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão comunicados no prazo de 24 horas ao juiz competente, à sua família ou pessoa por ele indicada.

(C) A internação do adolescente antes da sentença pode ser determinada pelo prazo máximo de 45 dias e deverá ser fundamentada, podendo ser renovada pelo prazo máximo de 15 dias, no caso da prática de atos infracionais cometidos com violência ou grave ameaça.

(D) São assegurados ao adolescente, entre outras, a garantia de que terá assistência técnica por

advogado, igualdade na relação processual e ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

(E) Os pais ou responsáveis pelo adolescente terão direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão e devem ser informados acerca de seus direitos.

RESPOSTA São asseguradas ao adolescente, entre outras, as garantias previstas no art. 111, ECA, e dentre elas aquelas reproduzidas pela *alternativa D* (incs. II, III e IV), portanto correta.

9471. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos justificados para a manutenção da medida de internação aplicada ao adolescente, desde que seja medida excepcional e transitória.

(B) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, mediante autorização judicial.

(C) A prestação de serviços comunitários deve ser cumprida durante jornada máxima de seis horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

(D) A medida de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo, a cada seis meses.

RESPOSTA (A) Art. 124, § 2º, ECA. (B) Art. 120, *caput*, ECA. (C) Art. 117, parágrafo único, ECA. (D) Art. 120, § 2º, ECA. *Alternativa D*.

9472. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** O juiz Tancredo Demerval, ao apreciar caso em que necessita aplicar medida socioeducativa, decide

(A) que o rol do ECA é taxativo, o que vale dizer que somente pode aplicar a reprimenda prevista em lei.

(B) que o rol é extenso e ele pode dispensar as medidas socioeducativas previstas no Diploma Legal e aplicar aquelas que bem lhe aprouver.

(C) aplicar medidas socioeducativas que se ajustem à Comarca que judica.

(D) que o rol é exemplificativo e o juiz, além daquelas medidas socioeducativas aludidas no Diploma Legal, poderá aplicar outras reprimendas que entender adequadas ao caso.

(E) que em casos especialíssimos poderá aplicar medida socioeducativa, em homenagem ao princípio da celeridade processual, sem a ouvida do representante do *Parquet*.

RESPOSTA As medidas socioeducativas previstas no art. 112, ECA, e as situações de aplicação são consideradas taxativas pelo STJ (p. ex., AgRg no HC 203.598/SP). *Alternativa A*.

9473. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Sobre as medidas socioeducativas aplicáveis em casos de atos infracionais, é correto afirmar que

(A) a prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não inferior a seis meses, devendo ser cumpridas durante jornada mínima de oito horas semanais.

(B) a liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de seis meses e não poderá ser prorrogada.

(C) o regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, dependendo de autorização judicial.

(D) a internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

RESPOSTA (A) Art. 117, ECA (não excedente a seis meses). (B) Art. 118, § 2º, ECA (prazo mínimo). (C) Art. 120, ECA (independentemente). (D) Art. 121, ECA. *Alternativa D*.

9474. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Sobre a remissão, é correto afirmar:

(A) iniciado o procedimento judicial para apuração do ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão como forma de exclusão do processo.

(B) a remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou a comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, inclusive a colocação em regime de semiliberdade e a internação.

(C) a medida aplicada por força da remissão poderá ser revista judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou do Ministério Público.

(D) antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, não é cabível a concessão de remissão.

RESPOSTA (A) Art. 126, ECA. (B) Art. 127, ECA. (C) Art. 128, ECA. (D) Art. 126, parágrafo único, ECA. *Alternativa C*.

9475. **(Juiz – TJDFT – 2011)** A doutrina especializada tem apregoado "que há um equívoco muito grande quando se depara com a mentalidade popular de que a solução do problema do adolescente infrator é a internação", que, assim, somente deverá ser aplicada de forma excepcional. Dito isso, considere as preposições abaixo formuladas e assinale a **incorreta:**

(A) A autoridade judicial em procedimento próprio poderá aplicar a medida socioeducativa de internação quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;

(B) Terá também lugar para sua aplicação na hipótese de haver reiteração no cometimento de outras infrações graves;

(C) Igualmente poderá ser aplicada a medida socioeducativa de internação por descumprimento reiterado e injustificado da medida que tiver sido anteriormente imposta;

(D) O elenco das condições constantes das alíneas anteriores não é taxativo e exaustivo, havendo, portanto, possibilidade de aplicação da referida medida fora das hipóteses apresentadas, a critério do Juiz da Vara da Infância e do Adolescente, após colhido parecer do representante do Ministério Público.

RESPOSTA O STJ entende que o rol do art. 122, ECA (internação) é taxativo, não sendo possível a aplicação da referida medida fora das hipóteses apresentadas (HC 253.896/PE). *Alternativa D*.

Medidas aos Pais e Responsáveis

9476. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Disciplina o ECA que "verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum". Dentro desse contexto, considere as proposições formuladas abaixo e assinale a correta:

(A) É cediço que a crueldade dos pais destrói o destino do filho, ou obsta a sua inserção na vida familiar, escolar ou social, mas tal postura, por si só, não rende ensejo à intervenção imediata do Estado para identificação precoce das relações entre pais e filhos;

(B) A constatação de crianças e adolescentes em situação de risco revela a carência, a falta de assistência e o enfraquecimento moral e financeiro da sociedade familiar, circunstância que recomenda aplicação aos pais ou responsável recolhimento em unidade especializada para

tratamento psicológico ou psiquiátrico;

(C) Pode ser aplicada em casos que tais, também, a obrigação de comparecimento a cursos ou programas de orientação, com controle de frequência;

(D) No caso de afastamento do agressor da moradia comum, da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória dos alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependentes do agressor.

RESPOSTA De acordo com o parágrafo único do art. 130, ECA, incluído pela Lei n. 12.415/2011. *Alternativa D*.

Conselho Tutelar

9477. **(Advogado – CASA-SP – 2011 – VUNESP)** Em relação ao Conselho Tutelar, pode-se afirmar que

(A) é órgão permanente e jurisdicional, encarregado pelo Poder Público de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

(B) em cada Município haverá, no máximo, dois Conselhos compostos de seis membros cada um, eleitos pela comunidade, para um mandato de dois anos.

(C) para a candidatura a membro, será exigida a idade mínima de dezoito anos, independentemente do Município de sua residência.

(D) é uma de suas atribuições, dentre outras, a de atender e aconselhar os pais ou responsável, encaminhando-os a tratamento psicológico ou psiquiátrico, quando necessário.

(E) as suas decisões podem ser revistas pelo Ministério Público a qualquer tempo.

RESPOSTA O **Conselho Tutelar** é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, cujas atribuições estão definidas no art. 136, ECA, em especial, inciso II. *Alternativa D*.

9478. **(DPE-AM – 2011 – IC)** Acerca do Conselho Tutelar, julgue os itens a seguir de acordo com o ECA e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

I. De acordo com o ECA, para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, devem ser exigidos do postulante reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residência no Município.

II. Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

III. Os pais, tutores e guardiães, quando descumprem, dolosa ou culposamente, determinação do Conselho Tutelar, praticam, em tese, infração administrativa prevista no art. 249 do ECA. Segundo o STJ, o descumprimento proveniente de Secretário Municipal não configura essa infração administrativa.

(A) Apenas a opção I está correta;

(B) Estão corretas apenas as opções I e II;

(C) Estão corretas apenas as opções I e III;

(D) Estão corretas apenas as opções II e III;

(E) Todas as opções estão corretas.

RESPOSTA (I) Art. 133, ECA. (II) Art. 132, ECA. (III) Art. 249, ECA, c/c jurisprudência do STJ (REsp 823.813/SC). *Alternativa E*.

9479. **(DPE-GO – 2010 – IC)** Do direito a convivência familiar e comunitária, presente na Lei n. 8.069/1990 (ECA), alterado pela Lei n. 12.010/2009, compreende-se:

(A) Em hipóteses comuns por ação do conselho tutelar, poderá ocorrer o afastamento da criança e adolescente do convívio familiar e o encaminhamento para serviço de acolhimento.

(B) A intervenção estatal deverá estar voltada prioritariamente a orientação, apoio e promoção social da família natural junto à qual a criança e o adolescente devem permanecer, salvo absoluta impossibilidade demonstrada por decisão judicial.

(C) Aos dirigentes de programas de acolhimento institucional ou familiar de criança e adolescente será obrigatória a emissão de relatório de reavaliação a cada doze meses com encaminhamento à autoridade judiciária.

(D) Com a nova redação dada pela Lei n. 12.010/2009, a preferência da manutenção ou da reintegração de criança e adolescente deve ser dada a uma das modalidades de família (natural, extensa e substituta).

(E) A permanência de criança e adolescente em programa de acolhimento institucional poderá se prolongar por mais de dois anos, salvo quando houver parecer desfavorável emitido pelo setor técnico e o conselho tutelar.

RESPOSTA Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família (art. 136, parágrafo único, ECA). *Alternativa B*.

9480. **(Juiz – TJ-RJ – 2012 – VUNESP)** Assinale a alternativa correta.

(A) Segundo o ECA, para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, são exigidos do candidato reconhecida idoneidade moral, idade superior a dezoito anos, que resida no município.

(B) O Conselho Tutelar é encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos infantojuvenis.

(C) Cabe ao Conselho Tutelar, entre outras atribuições, aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.

(D) Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando, entre outras medidas, a inclusão de crianças e adolescentes em programa de acolhimento familiar é atribuição do conselheiro tutelar.

RESPOSTA (A) Art. 133, ECA. (B) Art. 131, ECA. (C) Art. 136, IV, ECA. (D) Art. 136, II, ECA. *Alternativa B*.

9481. **(Juiz – TJ-MS – 2012 – PUCPR)** Sobre a Política Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

(B) O Conselho Tutelar é requisitor de serviços públicos na área da criança e do adolescente e pertence à estrutura do Poder Judiciário Estadual.

(C) Compete ao Poder Judiciário a realização do processo de eleição dos Conselheiros Tutelares.

(D) É uma das atribuições do Conselho Tutelar a colocação de crianças e adolescentes em família substituta.

(E) O Fundo Municipal dos Direitos da Infância e Juventude não tem como fonte de arrecadação os chamados incentivos fiscais.

RESPOSTA (A) Art. 135, ECA. (B) Art. 131, c/c art. 136, III, *a*, ECA. (C) Art. 139, ECA. (D) Atribuições, art. 136, ECA. (E) Art. 34, c/c art. 260, § 4º, ECA. *Alternativa A*.

9482. (Assessor – DPE-PR – 2012 – PUCPR) Com relação ao Conselho Tutelar, é CORRETO afirmar:

(A) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

(B) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

(C) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, será exigida reconhecida idoneidade moral, idade superior a dezoito anos e residência no município em que atuará.

(D) O Conselho Tutelar, para executar suas decisões, sempre deverá requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

(E) Em nenhuma situação as decisões do Conselho Tutelar estão passíveis de revisão.

RESPOSTA (A) Art. 131, ECA (não jurisdicional). (B) Art. 132, ECA. (C) Art. 133, ECA (vinte e um anos). (D) Art. 136, III, ECA. (E) Art. 137, ECA. *Alternativa B*.

Acesso à Justiça

9483. (Advogado – CASA-SP – 2011 – VUNESP) Analise as seguintes afirmativas.

I. É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.

II. As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, inclusive nas hipóteses de má-fé.

III. A autoridade judiciária dará curador especial à criança ou adolescente, sempre que os interesses destes colidirem com os de seus pais ou responsável, ou quando carecer de representação ou assistência legal ainda que eventual.

Está correto apenas o contido em

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) I e III.

(E) II e III.

RESPOSTA (I) Art. 141, ECA. (II) Art. 141, § 2º, ECA. (III) Art. 142, parágrafo único, ECA. *Alternativa D*.

9484. (Advogado – CASA-SP – 2011 – VUNESP) Em relação aos procedimentos, assinale a alternativa correta.

(A) Aos procedimentos regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicam-se concorrentemente, as normas gerais previstas na legislação processual pertinente.

(B) É assegurada, sob pena de responsabilidade, prioridade absoluta na tramitação de processos e procedimentos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como na execução dos atos e diligências judiciais a eles referentes.

(C) O procedimento para a perda e suspensão do poder familiar não poderá ser iniciado pelo membro do Ministério Público.

(D) Se a medida judicial a ser adotada corresponder a procedimento previsto no Estatuto da Criança e

do Adolescente ou em outra lei, a autoridade judiciária não deverá investigar os fatos, bem como poderá dispensar a oitiva do Ministério Público.

(E) Na destituição da tutela, observar-se-á o procedimento para a remoção do tutor previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e, no que couber, na lei processual penal.

RESPOSTA O parágrafo único do art. 152, ECA, incluído pela Lei n. 12.010/2009, resultou na *prioridade absoluta* quanto à tramitação de processos e procedimentos referentes ao estatuto. *Alternativa B*.

9485. **(Advogado –CASA-SP – 2011 – VUNESP)** Em relação à proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos, assinale a alternativa correta.

(A) Regem-se pelos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente as ações referentes ao não oferecimento de atendimento em creche e pré-escola às crianças de dois a sete anos de idade.

(B) Para as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, considera-se legitimada a associação legalmente constituída há pelo menos dois anos e que inclua entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

(C) Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados para a defesa dos interesses e direitos de que cuida o Estatuto da Criança e do Adolescente.

(D) Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado não poderá assumir a titularidade ativa.

(E) Para a defesa dos interesses protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, não é admissível o Mandado de Segurança.

RESPOSTA Dentre os legitimados concorrentemente previstos no art. 210, ECA, para as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos estados. *Alternativa C*.

9486. **(DPE-MG – 2009 – FUMARC)** Nos procedimentos recursais afetos à Justiça da Infância e da Juventude, restou adotado o sistema do Código de Processo Civil em vigor, com as seguintes especificidades, EXCETO:

(A) Os recursos serão interpostos independentemente de preparo.

(B) No Agravo de Instrumento, o Agravado terá prazo de 10 dias para oferecer resposta.

(C) Na apelação, antes de remeter os autos para superior instância, motivadamente, o Juízo poderá manter ou reformar a decisão.

(D) Contra a decisão que defere ou indefere a entrada de menor em estádio, caberá apelação.

(E) Os julgamentos dos recursos com base na Lei n. 8.069/1990 terão preferência de julgamento e dispensarão revisor.

RESPOSTA Segundo o inciso II do art. 198, ECA, em todos os recursos, **salvo** o de *agravo de instrumento* e de *embargos de declaração*, o prazo para interpor e para responder será sempre de **dez dias**. *Alternativa B*.

9487. **(Advogado – SENADO-DF – 2008 – FGV)** Assinale a afirmativa incorreta.

(A) Considera-se criança, para os efeitos da lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, mas há casos em que as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) se aplicam às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

(B) A internação constitui medida privativa da liberdade que não comporta prazo determinado e só poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou

violência a pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

(C) São direitos dos adolescentes, entre outros: ser tratado com respeito e dignidade, permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável, peticionar diretamente a qualquer autoridade e ter acesso aos meios de comunicação social.

(D) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judicial competente.

(E) Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

RESPOSTA O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade **policial** competente, conforme determina o art. 172, ECA. *Alternativa D*.

9488. (Juiz – TRT-21 – 2012) Leia as assertivas abaixo e assinale, em seguida, a alternativa correta:

I. A participação de crianças e adolescentes em espetáculos artísticos e desfiles de moda somente é permitida se houver autorização judicial, consubstanciada em portaria.

II. O Superior Tribunal de Justiça não admitiu a equiparação dos programas televisivos aos espetáculos públicos, e, portanto, não considerou infração administrativa a participação de crianças e adolescentes em novelas sem prévia autorização judicial.

III. Nos termos da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho não se sujeitam à limitação de idade as atividades artísticas, esportivas e afins, mas o ato de permissão da autoridade competente deverá limitar o número de horas do emprego ou trabalho e estabelecer as condições em que é permitido às crianças e adolescentes.

IV. As ações de indenização por danos materiais e morais ocasionados por acidentes de trabalho ocorridos com crianças e adolescentes são de competência da Justiça do Trabalho, desde que o acidente tenha ocorrido após a Emenda Constitucional n. 45/04, que ampliou a competência dessa Justiça Especializada.

(A) somente as assertivas I, II e IV estão corretas;

(B) somente as assertivas I e IV estão corretas;

(C) somente as assertivas II e III estão corretas;

(D) somente a assertiva IV está correta;

(E) somente a assertiva III está correta;

RESPOSTA (I) Art. 149, II, *b*, ECA. (II) Decidiu o STJ que "é cediço na corte que o art. 149, I do ECA aplica-se às hipóteses em que a criança e/ou adolescente participam, na condição de espectadores, de evento público, sendo imprescindível a autorização judicial se desacompanhados dos pais e/ou responsáveis. O art. 149, II do ECA, diferentemente, refere-se à criança e/ou adolescente na condição de participante do espetáculo, sendo necessário o alvará judicial mesmo que acompanhados dos pais e/ou responsáveis. Os programas televisivos têm natureza de espetáculo público, enquadrando-se a situação na hipótese do inciso II do art. 149 do ECA" (REsp 506.260/RJ). (III) Convenção 138 da OIT, art. 8º. (IV) Súmula Vinculante 22, STF. *Alternativa E*.

9489. (Juiz – TJ-PR – 2012 – UFPR) Considere as seguintes afirmativas:

(1) A Justiça da Infância e da Juventude é competente para conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.

(2) A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação,

que deverá ser recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo.

(3) A função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e será remunerada respeitando os pisos salariais específicos.

(4) Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
(B) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
(C) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
(D) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

RESPOSTA (1) Art. 148, ECA. (2) Art. 199-B, ECA (somente efeito devolutivo). (3) Art. 89, ECA (não será remunerado). (4) Art. 25, parágrafo único, ECA. *Alternativa D*.

9490. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** Analise as assertivas seguintes.

O Ministério Público pode participar, como membro efetivo, dos Conselhos de Defesa da Criança e do Adolescente

PORQUE

é seu dever velar pela defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Sobre as assertivas, é correto afirmar que

(A) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.
(B) as duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
(C) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
(D) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.

RESPOSTA A primeira é falsa e a segunda, verdadeira, visto que o STF já decidiu que "entre os direitos constitucionais sob a vigilância tutelar do Ministério Público, sobreleva a defesa da criança e do adolescente. Participação que se dá, porém, apenas na condição de membro convidado e sem direito a voto" (ADI 3.463/RJ). Ademais, *vide* art. 201, VIII, ECA. *Alternativa D*.

9491. **(Juiz – TJ-MG – 2012 – VUNESP)** À luz da Lei n. 8.069/90, assinale a alternativa que apresenta informação **incorreta.**

(A) Para adoção conjunta, por casal homoafetivo, é necessário que eles sejam casados civilmente ou que mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
(B) Iniciado o procedimento em decorrência de ato infracional cometido pelo menor, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.
(C) Em se tratando de viagem ao exterior, a autorização judiciária é dispensável, se a criança ou adolescente viajar na companhia de um dos pais e autorizada expressamente pelo outro, com firma reconhecida.
(D) O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.

RESPOSTA (A) Art. 42, § 2º, ECA, c/c REsp 889.852/RS (STJ). (B) Art. 126, parágrafo único, ECA. (C) Art. 84, I e II, ECA. (D) Art. 171, ECA (autoridade judiciária). *Alternativa D*.

9492. **(Juiz – TJ-SP – 2011 – VUNESP)** Considere as afirmações a seguir.

I. Não cabe investigação de paternidade por mera dúvida do genitor que voluntariamente tenha reconhecido a criança ou o adolescente.
II. Cabe investigação de paternidade por mera dúvida do genitor que voluntariamente tenha reconhecido a criança ou o adolescente.
III. O foro competente para a ação de adoção é o do domicílio do adotante.
IV. Não há restrição quanto à diferença de idade entre o adotante e o adotado.
V. O foro competente para a ação da adoção é o do domicílio do adotando.

Estão corretos apenas os itens

(A) I e III.
(B) II e V.
(C) II e III.
(D) I e V.
(E) I e IV.

RESPOSTA (I) STJ (REsp 278.845/MG). (II) STJ (REsp 278.845/MG), não cabe. (III) O foro competente será o do domicílio de quem já exerce a guarda da criança; *vide* art. 147, I, ECA. (IV) Art. 42, § 3º, ECA. (V) Art. 147, I, ECA. *Alternativa D*.

9493. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Sobre os procedimentos da Justiça da Infância e da Juventude, é correto afirmar:

(A) se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado.
(B) o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.
(C) a intimação da sentença que aplicar medida de internação ou regime de semiliberdade será feita unicamente na pessoa do defensor.
(D) a recusa sistemática na adoção de crianças ou adolescentes indicados não importará na reavaliação da habilitação concedida.

RESPOSTA De acordo com a previsão do art. 166, ECA. *Alternativa A*.

9494. **(Juiz – TJ-RJ – 2011 – VUNESP)** Sobre os recursos, é correto afirmar:

(A) o prazo para interpor e responder os embargos de declaração será de dez dias.
(B) a sentença que deferir a adoção produz efeitos desde logo, embora sujeita a apelação, que será recebida exclusivamente no efeito devolutivo, salvo se se tratar de adoção internacional ou se houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao adotando.
(C) a sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida no efeito suspensivo.
(D) os recursos nos procedimentos de adoção e destituição de poder familiar, em face da relevância das questões, serão processados com prioridade absoluta, devendo ser imediatamente distribuídos, ficando vedado que aguardem, em qualquer situação, oportuna distribuição, e serão colocados em mesa para julgamento, com revisão e com parecer urgente do Ministério Público.

RESPOSTA De acordo com o art. 198, ECA, nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal do CPC. Tendo em vista o art. 199-A, correta a *alternativa B*.

9495. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Aos procedimentos regulados pela Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – ECA –, aplicam-se subsidiariamente as normas gerais previstas na legislação processual pertinente. Sendo assim, considere as proposições abaixo formuladas e assinale a correta:

(A) Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto no ECA ou em outra Lei, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, independentemente, portanto, da oitiva do órgão representante do Ministério Público;

(B) Em virtude dessa diretriz, o Estatuto conferiu ao juiz total liberdade de ação, liberando-o de certos formalismos, dando-lhe amplos poderes para livremente investigar os fatos e determinar, de ofício, providências que entender necessárias, restando drasticamente amenizados, por conseguinte, os rigores inscritos no preceptivo previsto no artigo 6º do ECA;

(C) Em situação considerada de urgência, aplica-se essa mesma orientação para o fim de afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem;

(D) É assegurada, sob pena de responsabilidade, prioridade absoluta na tramitação dos processos e procedimentos previstos no ECA, assim como na execução dos atos e diligências judiciais a eles referentes.

RESPOSTA De acordo com o parágrafo único do art. 152, ECA. *Alternativa D*.

9496. **(Juiz – TJDFT – 2011)** Referindo-se ao procedimento de apuração de ato infracional atribuído a adolescente, na fase judicial, considere as proposições formuladas abaixo e assinale a **incorreta:**

(A) Oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, decidindo, desde logo, sobre a decretação ou manutenção da internação, em decisão fundamentada;

(B) Comparecendo o adolescente, seus pais ou responsável, a autoridade judiciária procederá à oitiva dos mesmos, podendo solicitar opinião de profissional qualificado. Se o juiz entender adequada a remissão, ouvirá o representante do Ministério Público, proferindo decisão;

(C) Se o adolescente devidamente notificado não comparecer injustificadamente à audiência de apresentação, a autoridade judiciária designará data para audiência de continuação, mas, de logo, decretará a revelia do adolescente;

(D) No procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.

RESPOSTA De acordo com o art. 187, ECA, se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente, à audiência de apresentação, a autoridade judiciária designará nova data, **determinando sua condução coercitiva**. *Alternativa C*.

Crimes e Infrações Administrativas

9497. **(DPE-AM – 2011 – IC)** À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir acerca do ato infracional e das medidas socioeducativas.

I. As medidas socioeducativas previstas no ECA não se submetem à mesma lógica das sanções cominadas aos crimes do Código Penal e das leis penais especiais. Por isso, os prazos prescricionais da parte geral do Código Penal não podem ser aplicados às medidas socioeducativas.

II. Sendo a interpretação do ECA informada pela condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento, o princípio da insignificância resta inaplicável aos atos infracionais, eis que a imposição de medida socioeducativa revela-se necessária para a formação da personalidade do

adolescente infrator.

III. Mesmo com a redução da maioridade civil, de 21 para 18 anos, operada pelo Código Civil de 2002, permanece sendo possível a aplicação de medida socioeducativa a maior de 18 anos, desde que tenha praticado o fato antes de completar essa idade.

(A) Apenas a assertiva I está correta;

(B) Apenas a assertiva II está correta;

(C) Apenas a assertiva III está correta;

(D) Estão corretas apenas as assertivas I e III;

(E) Todas as assertivas estão erradas.

RESPOSTA (I) Aplica-se tanto o CP como o CPP ao ECA (*vide* o art. 226, ECA). (II) A jurisprudência do STJ reconhece a incidência do *princípio da insignificância* (HC 67.905/SP). (III) Art. 104, parágrafo único, ECA. *Alternativa C.*

OAB/FGV

I. Parte Geral

Direitos Fundamentais

9498. **(OAB 01 – 2012)** Com forte inspiração constitucional, a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, consagra a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, assegurando-lhes direitos fundamentais, entre os quais o direito à educação. Igualmente, é-lhes franqueado o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, preparando-os para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, fornecendo-lhes elementos para seu pleno desenvolvimento e realização como pessoa humana. De acordo com as disposições expressas no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

(A) toda criança e todo adolescente têm direito a serem respeitados por seus educadores, mas não poderão contestar os critérios avaliativos, uma vez que estes são estabelecidos pelas instâncias educacionais superiores, norteados por diretrizes fiscalizadas pelo MEC.

(B) é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, mas sem a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

(C) não existe obrigatoriedade de matrícula na rede regular de ensino àqueles genitores ou responsáveis pela criança ou adolescente que, por convicções ideológicas, políticas ou religiosas, discordem dos métodos de educação escolástica tradicional para seus filhos ou pupilos.

(D) os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, a reiteração de faltas injustificadas e a evasão escolar, esgotados os recursos escolares, assim como os elevados níveis de repetência.

RESPOSTA A comunicação exigida pelo art. 56, ECA, aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental está apontada de forma textual na *alternativa D*, sendo, assim, correta.

9499. **(OAB 03 – 2011-II)** Companheiros há cinco anos e com estabilidade familiar, Jonas, de 30 anos de idade, e Marta, de 25 anos de idade, conheceram, em um abrigo, Felipe, de 8 anos de idade e filho de pais desconhecidos, e pretendem adotá-lo. Como advogado consultado pelo casal, assinale a alternativa correta.

(A) Jonas e Marta não podem adotar a criança, tendo em vista não serem casados.

(B) Jonas e Marta podem adotar a criança mediante a lavratura de escritura pública de adoção, tendo em vista ser desnecessário o consentimento de Felipe e de seus pais biológicos, bem como que os adotantes são companheiros, com estabilidade familiar.

(C) Jonas e Marta não podem adotar a criança, tendo em vista que a diferença de idade entre Marta e Felipe é de apenas 16 anos.

(D) Jonas e Marta poderão adotar a criança, desde que seja instaurada ação judicial, sendo desnecessário o consentimento de Felipe e de seus pais biológicos.

RESPOSTA A *regra geral* é de que a adoção dependa do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando (art. 45, ECA). No entanto, o **consentimento** será *dispensado* em relação à criança ou adolescente cujos **pais sejam desconhecidos** ou tenham sido destituídos do poder familiar (§ 1º). Tratando-se de adotando **menor** de 12 anos de idade, **não** será necessário o seu consentimento (§ 2º, *a contrario sensu*). E o casal preenche todos os requisitos previstos pelo ECA (cf. **art. 42**). *Alternativa D*.

9500. **(OAB 03 – 2011-II)** Acerca da colocação da criança ou adolescente em família substituta por meio da guarda e da tutela, é correto afirmar que

(A) A adoção de uma dessas medidas, dada a prioridade de manutenção do menor com a família natural, é precedida pela destituição do poder familiar.

(B) A pessoa que exercerá a guarda ou a tutela do menor poderá ser indicada por seus genitores em testamento.

(C) O tutor assume o poder familiar em relação ao menor e, sendo assim, a destituição da tutela observa os mesmos requisitos da destituição do poder familiar.

(D) O deferimento da tutela não pressupõe a perda ou suspensão do poder familiar e, sendo assim, não implica necessariamente o dever de guarda.

RESPOSTA Prevê o art. 38, ECA, que se aplica à destituição da tutela o disposto no art. 24, ou seja, as mesmas regras da perda e a suspensão do poder familiar e que serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22 do Estatuto. *Alternativa C*.

9501. **(OAB 03 – 2011)** Um famoso casal de artistas residente e domiciliado nos Estados Unidos, em viagem ao Brasil para o lançamento do seu mais novo filme, encantou-se por Caio, de 4 anos, a quem pretende adotar. Caio teve sua filiação reconhecida exclusivamente pela mãe Isabel, que, após uma longa conversa com o casal, concluiu que o melhor para o filho era ser adotado, tendo em vista que o famoso casal possuía condições infinitamente melhores de bem criar e educar Caio. Além disso, Isabel ficou convencida do amor espontâneo e sincero que o casal de imediato nutriu pelo menino. Ante a situação hipotética, é correto afirmar que

(A) A adoção só é concedida quando for impossível manter a criança ou o adolescente em sua família, razão pela qual o consentimento de Isabel é irrelevante para a apreciação do pedido do famoso casal, que será deferido caso represente o melhor interesse de Caio.

(B) Independentemente da manifestação de vontade de Isabel, o famoso casal terá prioridade na adoção de Caio, depois de esgotadas todas as possibilidades de colocação de Caio em uma família brasileira.

(C) Tendo em vista o consentimento da mãe de Caio, o famoso casal terá prioridade em sua adoção em face de outros casais já previamente inscritos nos cadastros de interessados na adoção, mantidos pela Justiça da Infância e da Juventude.

(D) A adoção internacional é medida excepcional; entretanto, em virtude do consentimento de Isabel para a adoção de seu filho pelo famoso casal, este só não terá prioridade se houver casal de brasileiro, residente no Brasil, habilitado para a adoção.

RESPOSTA Considera-se **adoção internacional**, segundo o art. 51, ECA, aquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil. O legislador tratou como *medida excepcional*, visto que somente será concedida se

restar comprovado (§ 1º) que a colocação em família substituta é a solução adequada ao caso concreto, que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em **família substituta brasileira** após consulta aos cadastros (de registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção) e, no caso de adolescente, se este foi consultado, por meios adequados ao seu estágio de desenvolvimento, e que se encontra preparado para a medida. *Alternativa D*.

9502. **(OAB 02 – 2011)** Fernando e Eulália decidiram adotar uma menina. Iniciaram o processo de adoção em maio de 2010. Com o estágio de convivência em curso, o casal se divorciou. Diante do fim do casamento dos pretendentes à adoção, é correto afirmar que

(A) A adoção deverá ser suspensa e outro casal adotará a menor, segundo o princípio do melhor interesse do menor, pois a adoção é medida geradora do vínculo familiar.

(B) A adoção poderá prosseguir, contanto que o casal opte pela guarda compartilhada no acordo de divórcio, mesmo que o estágio de convivência não tenha sido iniciado na constância do período de convivência.

(C) A adoção será deferida, contanto que o casal acorde sobre a guarda, regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculo de afinidade e afetividade com aquele que não seja o detentor da guarda que justifique a excepcionalidade da concessão.

(D) A lei não prevê tal hipótese, pois está em desacordo com os ditames constitucionais da paternidade responsável.

RESPOSTA De acordo com o que prevê o § 4º do art. 42, ECA. *Alternativa C.*

9503. **(OAB 03 – 2012)** Acerca do estágio de convivência precedente à adoção, assinale a afirmativa correta.

(A) O período do estágio de convivência será fixado pela autoridade judiciária, sendo dispensado na hipótese de o adotando encontrar-se sob a tutela, a guarda legal ou de fato do adotante durante tempo suficiente para a avaliação da conveniência da constituição do vínculo.

(B) A finalidade do estágio de convivência é permitir a avaliação da conveniência da constituição do vínculo familiar entre adotante e adotado, razão pela qual pode ser dispensado se, cumulativamente, o adotando já encontrar-se sob a tutela, guarda legal ou de fato do adotante e, em audiência, consentir com a adoção.

(C) O período do estágio de convivência será fixado pela autoridade judiciária, em observância às peculiaridades do caso, não podendo este ser inferior a 60 dias para os casos de adoção internacional e de 30 dias para adoção nacional, salvo a hipótese de convivência prévia em decorrência de tutela, guarda legal ou de fato.

(D) O período do estágio de convivência prévio a adoção internacional deverá ser cumprido no Brasil e terá prazo mínimo de 30 dias, ao passo que para a adoção nacional inexiste prazo mínimo, podendo, inclusive, ser dispensado na hipótese de prévia convivência familiar em decorrência da guarda legal ou da tutela.

RESPOSTA De acordo com a previsão dos §§ 1º e 3º do art. 46, ECA. *Alternativa D*.

Prevenção

9504. **(OAB 03 – 2012)** Juliana, estudante de 17 anos, em comemoração a sua recente aprovação no vestibular de uma renomada universidade, saiu em viagem com Gustavo, seu namorado de 25 anos, funcionário público federal. Acerca de possíveis intercorrências ao longo da viagem, é

correto afirmar que

(A) Juliana, por ser adolescente, independentemente de estar em companhia de Gustavo, maior de idade, não poderá se hospedar no local livremente por eles escolhido, sem portar expressa autorização de seus pais ou responsável.

(B) Juliana, em companhia de Gustavo, poderá ingressar em um badalado bar do local, onde é realizado um *show* de música ao vivo no primeiro piso e há um salão de jogos de bilhar no segundo piso.

(C) Juliana, por ser adolescente e estar em companhia de Gustavo, maior de idade, poderá se hospedar no local livremente por eles escolhido, independentemente de portar ou não autorização de seus pais.

(D) Juliana poderá se hospedar em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, assim como poderá ingressar em local que explore jogos de bilhar, se portar expressa autorização dos seus pais ou responsável.

RESPOSTA De acordo com o art. 82, ECA, é proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável. *Alternativa A*.

9505. **(OAB 02 – 2012)** João e Maria, ambos adolescentes, com dezessete e dezesseis anos, respectivamente, resolvem realizar uma viagem para comemorar o aniversário de um ano de namoro. Como destino, o jovem casal elege Armação dos Búzios, no estado do Rio de Janeiro, e efetua a reserva, por telefone, em uma pousada do balneário. Considerando a normativa acerca da prevenção especial contida na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a afirmativa correta.

(A) O casal poderá hospedar-se na pousada reservada sem quaisquer restrições, já que ambos são maiores de dezesseis anos e, portanto, relativamente capazes para a prática desse tipo de ato civil, não podendo ser exigido que estejam acompanhados dos pais ou responsáveis nem que apresentem autorização destes.

(B) O Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe apenas a hospedagem de crianças e adolescentes em motel, desacompanhadas de seus pais ou responsável, sendo permitida a hospedagem em hotéis ou estabelecimentos congêneres, uma vez que estes são obrigados a manter regularmente o registro de entrada de seus hóspedes.

(C) A proibição da legislação especial refere-se apenas às crianças, na definição do ECA consideradas como as pessoas de até doze anos de idade incompletos, sendo, portanto, dispensável que os adolescentes estejam acompanhados dos pais ou responsáveis, ou, ainda, autorizados por estes para a regular hospedagem.

(D) O titular da pousada, ou um de seus prepostos, pode, legitimamente e fundado na legislação especial que tutela a criança e o adolescente, negar-se a promover a hospedagem do jovem casal, já que ambos estão desacompanhados dos pais ou responsável e desprovidos, igualmente, da autorização específica exigida pelo ECA.

RESPOSTA De acordo com o art. 82, ECA, é proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável. *Alternativa D*.

II. Parte Especial

Atos Infracionais

9506. **(OAB 01 – 2012)** Joana tem 16 anos e está internada no Educandário Celeste, na cidade de Pitió, por ato infracional equiparado ao crime de tráfico de entorpecentes. O Estatuto da Criança e

do Adolescente regula situações dessa natureza, consignando direitos do adolescente privado de liberdade. Diante das disposições aplicáveis ao caso de Joana, é correto afirmar que

(A) Joana tem direito à visitação, que deve ser respeitado na frequência mínima semanal, e não poderá ser suspenso sob pena de violação das garantias fundamentais do adolescente internado.

(B) é expressamente garantido o direito de Joana se corresponder com seus familiares e amigos, mas é vedada a possibilidade de avistar-se reservadamente com seu defensor.

(C) a autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, exceto de pais e responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.

(D) as visitas dos pais de Joana poderão ser suspensas temporariamente, mas em tal situação permanece o seu direito de continuar internada na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais.

RESPOSTA São **direitos do adolescente privado de liberdade**, entre outros, permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável (art. 124, VI, Lei n. 8.069/90, ECA). *Alternativa D*.

9507. (OAB 03 – 2011) Considerando os princípios norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, a prática de atos infracionais fica sujeita a medidas que têm objetivos socioeducativos. Nesse sentido, é correto afirmar que

(A) Se Aroldo, que tem 11 anos, subtrair para si coisa alheia pertencente a uma creche, deverá cumprir medida socioeducativa de prestação de serviços comunitários, por período não superior a um ano.

(B) A obrigação de reparar o dano causado pelo ato infracional não é considerada medida socioeducativa, tendo em vista que o adolescente não pode ser responsabilizado civilmente.

(C) O acolhimento institucional e a colocação em família substituta podem ser aplicados como medidas protetivas ou socioeducativas, a depender das características dos atos infracionais praticados.

(D) A internação, como uma das medidas socioeducativas previstas pelo ECA, não poderá exceder o período máximo de três anos, e a liberação será compulsória aos 21 anos de idade.

RESPOSTA As **medidas socioeducativas** estão previstas no art. 112, ECA, e dentre aquelas abordadas na questão a única que tem as características corretamente indicadas no Estatuto é a *alternativa D* (art. 121, §§ 3º e 5º).

Conselho Tutelar

9508. (OAB 02 – 2012) Acerca das atribuições do Conselho Tutelar determinadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

(A) O Conselho Tutelar, considerando sua natureza não jurisdicional, destaca-se no aconselhamento e na orientação à família ou responsável pela criança ou adolescente, inclusive na hipótese de inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

(B) O Conselho Tutelar, em consequência de sua natureza não jurisdicional, não é competente para encaminhar ao Ministério Público as ocorrências administrativas ou criminais que importem violação aos direitos da criança e do adolescente.

(C) O Conselho Tutelar pode assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, em decorrência de sua natureza jurisdicional não autônoma.

(D) O Conselho Tutelar não poderá promover a execução de suas decisões, razão pela qual só lhe resta encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal

contra os direitos da criança ou adolescente.

RESPOSTA De acordo com o conceito legal do art. 131, ECA, o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Dentre outras, o Conselho Tutelar poderá determinar as medidas do art. 101, ECA, como a do inciso VI. *Alternativa A*.

Acesso à Justiça

9509. **(OAB 02 – 2011)** Com nítida inspiração na doutrina da proteção integral, o ECA garantiu à criança e ao adolescente o mais amplo acesso à Justiça, como forma de viabilizar a efetivação de seus direitos, consagrou-lhes o acesso a todos os órgãos do Poder Judiciário, assim como lhes assegurou o acesso a órgãos que exercem funções essenciais à Justiça, como o Ministério Público e a Defensoria. Tendo em conta tal ampla proteção, assinale a alternativa correta.

(A) As custas e emolumentos nas ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da tutela deverão ser custeadas pela parte sucumbente ao final do processo.

(B) Na hipótese de colisão de interesses entre a criança ou adolescente e seus pais ou responsável, a autoridade judiciária lhes dará curador especial, o mesmo ocorrendo nas hipóteses de carência de representação ou assistência legal, ainda que eventual.

(C) Em obediência ao princípio da publicidade, é permitida a divulgação de atos judiciais e administrativos que digam respeito à autoria de ato infracional praticado por adolescente, podendo ser expedida certidão ou extraída cópia dos autos, independentemente da demonstração do interesse e justificativa acerca da finalidade. Tais fatos, no entanto, se noticiados pela imprensa escrita ou falada, devem conter apenas as iniciais do nome e sobrenome do menor, sendo vedadas as demais formas expositivas, como fotografia, referência ao nome, apelido, etc.

(D) A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem por defensor público, sendo admitida a nomeação pelo juiz de advogado se o adolescente não tiver defensor, não podendo, posteriormente, o adolescente constituir outro de sua preferência.

RESPOSTA Os **menores de 16 anos** serão *representados* e os **maiores** de 16 e menores de 21 anos, *assistidos* por seus **pais**, **tutores** ou **curadores**, na forma da legislação civil ou processual, prevê o *caput* do art. 142, ECA. Observa-se, ainda, que a autoridade judiciária dará **curador especial** à criança ou adolescente, sempre que os interesses destes colidirem com os de seus pais ou responsável, ou quando carecerem de representação ou assistência legal, ainda que eventual (art. 142, parágrafo único). *Alternativa B.*

Bibliografia

- ELIAS, Roberto João. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

MARCELO HUGO DA ROCHA

Advogado. Palestrante. Professor do curso A Casa do Concurseiro. Pós-Graduado em Direito Empresarial pela PUCRS. Autor das obras *Guia Passe na OAB* e *Passe na OAB 2ª fase* – direito empresarial. Coautor e coordenador das coleções *Passe na OAB 1ª e 2ª fases* e *Passe em Concursos Públicos*, todas pela Editora Saraiva. Coautor de outras obras jurídicas. Editor do *blog* Passe em Concursos Públicos.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	129
OUTRAS BANCAS	32
OAB/FGV	72

I. Atividade de Advocacia

9510. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Prescinde-se de constituição de advogado regularmente inscrito na OAB para o ajuizamento de ação na 1ª instância da justiça do trabalho, ação, no valor de até vinte salários mínimos, no juizado especial cível,

(A) e *habeas corpus*.
(B) *habeas corpus* e ação popular.
(C) *habeas corpus* e mandado de segurança.
(D) e mandado de segurança.

RESPOSTA De acordo com o § 1º do art. 1º, EOAB. *Alternativa A*.

9511. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Em obediência ao que dispõe o Estatuto da Advocacia e da OAB, o advogado que, por motivos pessoais, não mais deseje continuar patrocinando determinada causa deve

(A) renunciar ao mandato e continuar representando seu cliente por trinta dias, salvo se este constituir novo advogado antes do término do prazo.
(B) fazer um substabelecimento sem reservas de poderes para outro advogado e depois comunicar o fato ao cliente.
(C) comunicar ao cliente a renúncia ao mandato e funcionar no processo nos dez dias subsequentes, caso outro advogado não se habilite antes.
(D) comunicar ao cliente a desistência do mandato e indicar outro advogado para a causa, o qual deve ser, obrigatoriamente, contratado pelo cliente.

RESPOSTA De acordo com o § 3º do art. 5º, EOAB. *Alternativa C*.

9512. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** No que concerne à capacidade postulatória do advogado, assinale a opção correta.

(A) Em caso de urgência, pode o advogado postular em juízo sem procuração, devendo apresentá-la no prazo de quinze dias.
(B) Caso o advogado não junte procuração, o juiz mandará intimá-lo para que a apresente imediatamente, sob pena de indeferimento da petição inicial.
(C) O advogado que renunciar à procuração que lhe foi outorgada fica obrigado a representar o outorgante pelo prazo de dez dias, a contar da notificação da renúncia, ainda que outro advogado o substitua.
(D) A procuração para o foro confere, em geral, poderes especiais ao advogado.

RESPOSTA (A) Situação prevista no **§ 1º do art. 5º**, EOAB. (B) Há um *prazo de 15 dias* para apresentar a procuração (art. 5º, § 1º, EOAB). (C) Se outro advogado substituir na hipótese de procuração renunciada, cessará a representação (art. 5º, § 3º, EOAB). (D) Os ***poderes especiais*** não estão incluídos na *procuração para foro em geral* (art. 5º, § 2º, EOAB). *Alternativa A.*

9513. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Acerca do exercício da advocacia, assinale a opção correta.

(A) Os procuradores da fazenda nacional, por serem funcionários públicos, não se sujeitam à Lei n. 8.906/1994.

(B) Ao estagiário devidamente inscrito na OAB é permitido praticar os atos privativos de advogado, desde que em conjunto com o advogado e sob sua responsabilidade, podendo assinar isoladamente petição de juntada de documentos.

(C) A única petição que o estagiário pode assinar sozinho é a de solicitação de preferência no julgamento do processo.

(D) Com a instituição das defensorias públicas nos estados e no DF, regidas por lei específica, os defensores públicos não podem exercer atividade de advocacia e, por isso, não se sujeitam à Lei n. 8.906/1994.

RESPOSTA (A) Os procuradores da fazenda nacional se sujeitam ao EOAB e exercem a *advocacia pública* (art. 3º, § 1º). (B) Conforme previsto no **§ 2º do art. 3º**, EOAB. (C) Não existe essa previsão. O **estagiário de advocacia**, regularmente inscrito, pode praticar atividades privativas de advocacia, mas em conjunto com advogado e sob responsabilidade deste, observadas as restrições do **§ 1º do art. 29 do Regulamento**. (D) Os *defensores públicos* estão na mesma situação dos *procuradores federais* (art. 3º, § 1º). *Alternativa B.*

9514. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Acerca da advocacia, assinale a opção incorreta.

(A) O advogado estrangeiro somente poderá exercer atividade de advocacia no território brasileiro se estiver inscrito na OAB.

(B) Para a inscrição como advogado, é necessário, entre outros requisitos, prestar compromisso perante o Conselho.

(C) O advogado é indispensável à administração da justiça, razão pela qual qualquer postulação perante órgãos do Poder Judiciário é atividade privativa de advogado, sem exceção.

(D) No processo judicial, ao postular decisão favorável ao seu constituinte, o advogado contribui para o convencimento do julgador, constituindo seus atos *munus* público.

RESPOSTA (A) Art. 3º, EOAB **(Lei n. 8.906/94)**. (B) Inciso VII do art. 8º, EOAB. (C) *Vide* § 1º do art. 1º, EOAB: **não se inclui na atividade privativa de advocacia** a impetração de *habeas corpus* em qualquer instância ou tribunal. (D) De acordo com o § 2º do art. 2º, EOAB. *Alternativa C*.

9515. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** João, administrador de empresas desempregado, e Júlio, mecânico, por não disporem dos recursos financeiros necessários à constituição de advogado, resolveram ingressar em juízo pessoalmente. João impetrou *habeas corpus* em favor de seu irmão Jânio, e Júlio ingressou com ação no juizado especial civil. Tendo como referência essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Apenas na impetração de *habeas corpus* é possível ingressar em juízo pessoalmente, prescindindo-se da constituição de advogado.

(B) Em ambas as circunstâncias descritas, seria impossível ingressar em juízo sem constituir advogado.

(C) Para ingressar com ação no juizado especial civil sem constituir advogado, é necessário que se comprove formação universitária.

(D) Tanto na impetração de *habeas corpus* quanto no juizado especial civil, em causas cujo valor seja inferior a vinte salários mínimos, é possível ingressar em juízo pessoalmente, prescindindo-se da constituição de advogado.

RESPOSTA Segundo a lição de Azize Dibo Neto, a impetração de *habeas corpus* está excluída da privaticidade, conservando, portanto, as características originais do “remédio heróico” que já lhe conferia a Carta Magna inglesa, conferindo, assim, a qualquer pessoa o direito à impetração. O **§ 1º do art. 1º**, EOAB, confere tal assertiva. E, em relação ao ajuizamento no Juizado Especial Civil, o **art. 9º**, Lei n. 9.099/95, informa que é possível nas causas até 20 salários mínimos exercer esse direito sem assistência de advogado. *Alternativa D.*

9516. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Rafael, advogado regularmente inscrito na OAB/DF, tomou posse em cargo público comissionado, demissível *ad nutum*, para exercer, em Brasília-DF, a função de diretor jurídico de uma autarquia federal. Nessa situação, Rafael deve, com relação a sua inscrição na OAB,

(A) mantê-la, pois a referida função é atividade privativa de advogado.
(B) ser licenciado de ofício, por ingresso em cargo público.
(C) solicitar cancelamento, por perder um dos requisitos necessários para a inscrição.
(D) solicitar suspensão por tempo indeterminado, devendo essa suspensão se estender pelo período em que estiver ocupando o referido cargo.

RESPOSTA Segundo o **inciso II do art. 1º**, EOAB, as atividades de *consultoria, assessoria* e *direção* jurídicas são *atividades privativas de advocacia*. *Alternativa A*.

9517. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** No que se refere ao exercício da atividade profissional do advogado, assinale a opção incorreta.

(A) O advogado sempre deve atuar com honestidade e boa-fé, sendo-lhe vedado expor fatos em juízo falseando deliberadamente a verdade.
(B) O advogado deve estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios.
(C) O advogado sempre deve informar o cliente dos eventuais riscos de sua pretensão e aconselhá-lo a não ingressar em aventura judicial.
(D) O advogado deve defender com zelo e dedicação os interesses de seu cliente, tendo o dever de recorrer de todas as decisões em que seus representados sejam sucumbentes.

RESPOSTA Entre os ***deveres*** do advogado, estabelecidos no **parágrafo único do art. 2º**, Código de Ética – CED, a única afirmativa que não está presente é a última (“de recorrer de todas as decisões”). *Alternativa D*.

9518. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Em 5.02.2007, José Silva, advogado, notificou pessoalmente seu cliente da renúncia ao mandato outorgado nos autos de ação cível, pelo rito ordinário, ajuizada pela União. O *Diário de Justiça* de 8/2/2007 publicou a intimação para que as partes especificassem provas que desejavam produzir. Considerando a situação hipotética acima e o que dispõe o Estatuto da Advocacia, assinale a opção correta.

(A) José Silva deverá apresentar petição de especificação de provas na hipótese de seu cliente não ter constituído novo advogado nos autos.
(B) José Silva deverá comunicar ao seu cliente da publicação da intimação para que ele providencie outro advogado para cumpri-la.
(C) O juiz deve reabrir o prazo para especificação de provas porque uma das partes estava sem advogado nos autos.
(D) O cliente pode se dirigir diretamente ao juiz e informar as provas que pretende produzir, juntando aos autos a notificação de renúncia de seu advogado.

RESPOSTA O **§ 3º do art. 5º**, EOAB, dispõe que o advogado que renunciar ao mandato continuará, *durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia*, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo. No caso em pauta, dentro do período dos *10 dias*, o advogado deverá representar seu cliente. *Alternativa A*.

9519. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Acerca do que consta no Regimento Geral da OAB, assinale a opção correta.

(A) Em sociedade de economia mista, a função de diretoria ou gerência jurídicas é privativa de advogado inscrito regularmente na OAB.
(B) Os advogados públicos sujeitam-se exclusivamente ao regime do Estatuto, do Regulamento Geral e do Código de Ética e Disciplina da OAB e não à legislação aplicada aos demais servidores públicos.
(C) É permitido que advogado de pessoa jurídica figure, nos mesmos processos judiciais, como preposto, se houver poderes especiais.
(D) Em regra, os honorários de sucumbência fixados em favor dos advogados empregados pertencem aos seus empregadores, pois integram a remuneração dos advogados.

RESPOSTA De acordo com o art. 7º do Regulamento Geral. *Alternativa A*.

II. Direitos do Advogado

9520. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** No que se refere aos direitos e deveres do advogado, assinale a opção correta.

(A) Ao falar em juízo, durante uma audiência, o advogado deve permanecer de pé.
(B) O advogado que desejar falar com magistrado deve agendar previamente um horário, devendo estar presente à audiência com, pelo menos, quinze minutos de antecedência.
(C) O advogado devidamente inscrito na OAB só pode advogar no estado onde tenha homologado sua inscrição.
(D) O advogado pode ter vista, mesmo sem procuração, de qualquer processo, administrativo ou judicial, que não esteja sujeito a sigilo, podendo copiá-lo e anotar o que bem entender.

RESPOSTA De acordo com o art. 7º, EOAB. (A) **Inciso XII** (falar sentado ou em pé). (B) **Inciso VIII** (independentemente de horário previamente marcado). (C) **Inciso I** (em todo o território nacional). (D) De acordo com o **inciso XIII**. *Alternativa D*.

9521. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Manuel foi constituído advogado para patrocinar os interesses de Lúcio em uma ação de divórcio litigioso. Durante o trâmite processual, surgiu a acusação de que Lúcio seria bígamo, tendo sido instaurada ação penal para apurar o referido crime. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto da OAB.

(A) Caso seja arrolado como testemunha, Manuel deve testemunhar na ação penal, independentemente de autorização de Lúcio, visto que não pode eximir-se da obrigação de depor.
(B) Manuel tem o direito de recusar-se a depor como testemunha, caso tenha tomado ciência dos fatos em razão do exercício profissional.
(C) Não existe óbice para que Manuel seja testemunha na ação penal, visto que somente é advogado de Lúcio na ação cível, vigorando o dever de sigilo profissional apenas nesta ação.
(D) Manuel não pode recusar-se a depor, caso seja arrolado como testemunha de acusação na ação penal e Lúcio consinta com o seu depoimento.

RESPOSTA É garantia do advogado de recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, segundo prevê o **inciso XIX** do **art. 7º**, EOAB. *Alternativa B*.

9522. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, o advogado deve apresentar procuração para

(A) retirar autos de processos findos, no prazo previsto em lei.

(B) ingressar livremente em qualquer assembleia ou reunião de que participe o seu cliente.

(C) comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares.

(D) examinar, em órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo ou da administração pública, autos de processos em andamento.

RESPOSTA (A) É direito do advogado retirar autos de processos findos mesmo sem procuração (art. 7º, XVI, EOAB). (B) *Vide* **alínea *d*** do **inciso VI** do **art. 7º**, EOAB. (C) Ciência do **inciso III** do **art. 7º**. (D) *Vide* **inciso XIII** do **art. 7º**. *Alternativa B.*

9523. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Acerca dos direitos do advogado previstos no Estatuto da OAB, julgue os seguintes itens.

I. O advogado pode retirar-se, após trinta minutos do horário designado, independentemente de qualquer comunicação formal, do recinto onde esteja aguardando pregão para ato judicial e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a sessão.

II. O advogado preso em flagrante delito de crime inafiançável tem o direito à presença de representante da OAB para lavratura do respectivo auto, sob pena de a prisão ser considerada nula.

III. É direito do advogado ver respeitada a inviolabilidade de seu escritório e residência, bem como de seus arquivos, correspondência e comunicações, salvo em caso de busca e apreensão determinadas por magistrado e acompanhadas de representante da OAB.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 0.

(B) 1.

(C) 2.

(D) 3.

RESPOSTA (I) É necessária comunicação *formal* segundo o **inciso XX** do **art. 7º**, EOAB. (II) Não está previsto entre os direitos do advogado. A melhor garantia é ter a presença de representante da OAB quando preso em flagrante por *motivo ligado ao exercício de advocacia* e, nos demais casos, comunicação expressa à seccional da OAB (**inciso IV** do **art. 7º**). (III) É praticamente a repetição da antiga redação do **inciso II** do **art. 7º**, EOAB, que foi alterada pela **Lei n. 11.767/2008**, incorreto. *Alternativa A*.

9524. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, ao advogado que exerça, em Brasília, a advocacia criminal perante o TJDFT, o STJ e o STF é assegurado

(A) ingressar livremente nas delegacias de polícia no horário de expediente, desde que na presença do delegado responsável.

(B) adentrar as salas de audiências de primeiro grau, desde que lhe seja dada autorização do magistrado que estiver respondendo pela respectiva vara.

(C) ingressar livremente na sala de sessões desses tribunais até mesmo além dos cancelos que dividem a parte reservada aos desembargadores e ministros.

(D) dirigir-se aos juízes criminais de primeiro grau em seus gabinetes de trabalho sempre em horário previamente agendado ou em outra condição que os tribunais determinarem.

RESPOSTA (A) e (B) No primeiro caso, o advogado pode ingressar livremente nas delegacias mesmo fora do horário de expediente e independentemente da presença do delegado responsável, e, no segundo, independentemente da autorização do magistrado, ambos sob fundamento da **alínea *b*** do **inciso VI** do **art. 7º**, EOAB. (C) De acordo com a **alínea *a*** do **inciso VI** do **art. 7º**. (D) *Vide* art. 7º, VI, *b*. *Alternativa C*.

9525. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Márcio, advogado em Brasília, pretende examinar, sem procuração, um processo administrativo, em curso na Câmara dos Deputados, que não está sujeito a sigilo. Nessa situação hipotética, à luz do Estatuto da OAB, Márcio

(A) poderá examinar os autos do processo administrativo, tomar apontamentos e obter cópia deles.
(B) está legalmente impedido de examinar os autos do processo administrativo visto que não dispõe de procuração da parte interessada.
(C) poderá examinar os autos do processo, mas não obter cópia deles, visto que não dispõe de procuração.
(D) está legalmente impedido de examinar os autos do referido processo visto que, sem procuração, só é permitido examinar autos de processo perante os órgãos do Poder Judiciário.

RESPOSTA De acordo com o **inciso XIII do art. 7º, EOAB**, o advogado tem direito de examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos. *Alternativa A*.

9526. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) No que diz respeito aos direitos e prerrogativas dos advogados, julgue os seguintes itens.

I. As autoridades, os servidores públicos e os serventuários da justiça devem dispensar ao advogado, no exercício da profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia e condições adequadas ao seu desempenho.
II. Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público (MP).
III. Compete exclusivamente ao presidente do Conselho Federal conhecer de fato que possa causar ou tenha causado violação de direitos ou prerrogativas do advogado.
IV. São direitos dos advogados, entre outros, o de exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional, bem como o de comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, salvo quando estes forem considerados incomunicáveis.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.

RESPOSTA (I) *Vide* o **parágrafo único** do **art. 6º**, EOAB. (II) Conforme o *caput* do **art. 6º**, EOAB. (III) Também aos presidentes do Conselho Seccional ou da Subseção compete nesses termos (art. 15 do Regulamento). (IV) Ciência do **inciso III** do **art. 7º**, EOAB. *Alternativa B*.

9527. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Otaviano, advogado regularmente inscrito na OAB/GO aguardava pregão para ato judicial. Após três horas do horário designado, certificou-se de que a autoridade que deveria presidir o ato não havia comparecido. Nessa situação hipotética, Otaviano estaria autorizado a

(A) retirar-se do recinto mediante comunicação protocolizada em juízo.
(B) retirar-se do recinto mediante representação do presidente da seccional.
(C) embargar o referido ato mediante moção de repúdio do presidente da seccional.
(D) requerer a suspensão do referido ato mediante representação ao tribunal de justiça.

RESPOSTA O advogado tem o direito de se **retirar** do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, **após trinta minutos** do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidi-lo, mediante **comunicação protocolizada** em juízo (art. 7º, XX, EOAB). *Alternativa A*.

9528. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Assinale a única opção que não representa direito dos advogados.

(A) O livre ingresso nas salas de sessões, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados.

(B) A comunicação com clientes presos, mesmo sem procuração.

(C) A possibilidade de realização de sustentação oral por no mínimo quinze minutos em recursos após o voto do relator.

(D) Deixar de realizar audiência judicial na hipótese de o juiz se atrasar por mais de 30 minutos, mediante comunicação protocolizada em juízo.

RESPOSTA O **art. 7º**, EOAB, informa quais são os direitos do advogado; aquele que não está contemplado, por decisão em ADIn pelo STF, é a *possibilidade de realização de sustentação oral por no mínimo quinze minutos em recursos após o voto do relator*, cujo texto estava incluído originalmente no **inciso IX**. O STF declarou *inconstitucional* esse inciso. *Alternativa C*.

9529. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Com relação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto ao Estatuto da Advocacia, assinale a opção correta.

(A) É direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e, na falta dessas, ser aplicada prisão domiciliar.

(B) É direito do advogado sustentar oralmente, após o voto do relator, em julgamentos de recursos nos tribunais superiores, pelo prazo de até 15 minutos.

(C) É direito do advogado ter respeitada a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, de seus arquivos e dados e sua correspondência e de suas comunicações, salvo caso de busca e apreensão determinada por magistrado e acompanhada de representante da OAB.

(D) É prescindível a presença de representante da OAB quando um advogado é preso por motivo ligado ao exercício da advocacia, bem assim, nos casos de crime comum, a comunicação à OAB.

RESPOSTA (A) O STF declarou a *inconstitucionalidade* da expressão “assim reconhecidas pela OAB” (ADIn 1.127-8). (B) A afirmativa foi julgada *inconstitucional* (ADIn 1.105-7, STF). (C) Confirmada como *constitucional* pelo STF em ADIn, foi julgada improcedente sobre o **inciso II do art. 7º** (ADIn 1.127-8, *DOU* 26-5-2006), sofrendo posterior alteração pela Lei n. 11.767/2008, que determinou a seguinte redação: “a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia”. (D) O advogado tem o direito de ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício de advocacia, caso em que o STF entendeu como *constitucional* tal garantia, com a ressalva de manter-se a prisão caso a OAB não envie um representante em tempo hábil (ADIn 1.127-8). *Alternativa C*.

9530. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Com relação aos direitos dos advogados, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto dos Advogados e a interpretação do STF.

(A) A imunidade profissional do advogado pelas manifestações em juízo não alcança o crime de calúnia.

(B) O advogado não pode recusar-se a depor como testemunha em processo em que tenha atuado, na medida em que ele sempre presta serviço público e exerce função social na administração da justiça.

(C) É facultada aos advogados a consulta de autos de processos findos em cartório, mas a retirada para

a extração de cópias ou estudo no escritório é condicionada à existência de procuração para o advogado que for retirá-los.
(D) O advogado somente pode postular em juízo mediante a apresentação de procuração outorgada pelo cliente.

RESPOSTA De acordo com o **§ 2º do art. 7º**, visto que a imunidade profissional alcança apenas ***injúria*** e ***difamação***. A ADIn 1.127-8 declarou inconstitucional a expressão *desacato*. *Alternativa A.*

9531. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Considerando as prerrogativas do advogado, assinale a opção correta.
(A) Os advogados da União são empregados e, portanto, espécie do gênero advogado empregado, tendo seu regime jurídico regido exclusivamente pelo estatuto da advocacia, Lei 8.906/1994.
(B) A vista dos autos de processos judiciais em cartório somente pode ser deferida aos advogados que possuem procuração.
(C) O advogado não tem imunidade profissional em razão de manifestação nos autos judiciais em nome de seu cliente.
(D) O desagravo público é instrumento de defesa dos direitos e prerrogativas da advocacia e sua concessão não depende da concordância do advogado ofendido nem pode ser por este dispensado, devendo ser efetuado a exclusivo critério do conselho.

RESPOSTA (A) Os advogados da União exercem *advocacia pública* e, portanto, sujeitam-se ao Estatuto, ao Regulamento Geral e ao CED (art. 10 do Regulamento). (B) Os advogados podem *ter vista* dos autos mesmo sem procuração (art. 7º, XV e XVI, EOAB). (C) O **§ 2º** do **art. 7º**, EOAB, dá garantia à *imunidade profissional* do advogado. (D) De acordo com o **art. 18** e seu **§ 7º** do Regulamento Geral. *Alternativa D*.

9532. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) A respeito dos direitos dos advogados, conforme a Lei n. 8.906/1994 e o entendimento do STF, assinale a opção correta.
(A) Considere que Pedro, advogado, no exercício da profissão, dirija palavras grosseiras e desrespeitosas a um juiz, em uma atitude de total desprezo pelo magistrado. Nessa situação, Pedro não responderá por crime, pois a sua imunidade material profissional abrange o desacato.
(B) Considere que a polícia requeira, perante a autoridade judiciária competente, a busca e apreensão de documentação de Antônio no escritório de seu advogado, que, em razão desse requerimento, a autoridade judiciária competente intime a OAB, em caráter confidencial e com as cautelas próprias, a indicar um representante para acompanhar a diligência e que a OAB se mantenha inerte. Nesse caso, a prova produzida a partir da diligência será considerada lícita.
(C) É direito do advogado sustentar, oralmente e no prazo de quinze minutos, as razões de qualquer recurso ou processo, nas sessões de julgamento, após o voto do relator, em instância judicial ou administrativa.
(D) O advogado pode ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, mesmo em casos de crime afiançável.

RESPOSTA De acordo com o inciso II do art. 7º, EOAB. *Alternativa B*.

9533. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) No que se refere à imunidade material do advogado, prevista na Lei n. 8.906/1994, assinale a opção correta.
(A) A imunidade material do advogado alcança a difamação, a injúria e a calúnia.
(B) A imunidade material do advogado alcança a difamação e a injúria apenas quando a manifestação se der em juízo.

(C) A imunidade material não exclui a responsabilidade civil ou penal, quando a manifestação do advogado caracterizar calúnia.

(D) Por causa de sua imunidade material, o advogado não pode ser responsável administrativamente perante a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pelos excessos que cometer, se for absolvido nas esferas penal ou civil.

RESPOSTA De acordo com o § 2º do art. 7º, EOAB. *Alternativa C*.

9534. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** É direito do advogado, nos termos da Lei n. 8.906/1994,

(A) em nome da liberdade de defesa e do sigilo profissional, ter respeitado o seu sigilo telefônico e fiscal.

(B) ter vista dos autos de processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza, em cartório ou na repartição competente, ou retirá-los, pelos prazos legais.

(C) não ser preso em flagrante por crime de desacato.

(D) usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento.

RESPOSTA De acordo com o inciso X do art. 7º, EOAB. *Alternativa D*.

III. Inscrição

9535. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Célio, advogado regularmente inscrito na OAB/SC, tem escritório próprio de advocacia em Florianópolis, onde atua na área trabalhista e na do direito do consumidor. No ano de 2006, atuou excepcionalmente como advogado em quatro ações de indenização perante o TJDFT. Em 2007, ajuizou quinze ações em face da mesma empresa perante o TRT, em Brasília-DF, e, em 2008, atuou como advogado constituído em mais de dez causas. Na situação hipotética apresentada, Célio, de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da OAB,

(A) cometeu infração disciplinar por ter exercido, em 2006, a advocacia fora de seu domicílio de inscrição.

(B) está obrigado, desde 2007, à inscrição suplementar na Seccional da OAB/DF.

(C) está dispensado de comunicar à OAB o exercício da advocacia perante o TRT.

(D) está impedido de requerer a inscrição suplementar na OAB/DF, dada a regular inscrição na OAB/SC.

RESPOSTA De acordo com o **§ 2º do art. 10**, EOAB, o advogado deve promover a *inscrição suplementar* nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão, considerando-se habitualidade a intervenção judicial que **exceder cinco causas por ano**. *Alternativa B*.

9536. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da inscrição do advogado nos quadros da OAB.

(A) Considere que Juan, cubano, bacharel em direito por faculdade de seu país de origem, fixe residência no Brasil. Nessa situação hipotética, Juan pode requerer inscrição, como advogado, nos quadros da OAB, desde que revalide seu diploma no Brasil.

(B) Considere que Hugo, venezuelano, após revalidar, no Brasil, diploma de bacharel em direito obtido no Equador, requeira sua inscrição, como advogado, na OAB, sem ter sido aprovado no

exame de ordem, sob o argumento de que, em seu país, inexiste tal exigência. Nesse caso específico, a OAB poderá dispensá-lo do exame.

(C) Promotor de justiça aposentado pode solicitar inscrição nos quadros da OAB como advogado.

(D) Oficial das Forças Armadas formado em curso de direito e aprovado no exame de ordem pode solicitar inscrição nos quadros da OAB como advogado.

RESPOSTA (A) e (B) Não basta a revalidação do diploma, há a necessidade de atender a outros requisitos, como a aprovação no **Exame de Ordem** (art. 8º, § 2º e IV, EOAB). (C) Art. 8º, V, e art. 28, II, EOAB. (D) Trata-se de atividade incompatível (art. 28, VI, EOAB). *Alternativa C.*

9537. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta assertiva correta com relação à inscrição do advogado na OAB.

(A) José, advogado, tem sua inscrição principal na OAB/DF e também atua na comarca de Luziânia-GO, onde advoga para uma empresa, assumindo mais de seis causas por ano nessa comarca. Nessa situação, José deve requerer sua inscrição suplementar na OAB/GO.

(B) Paulo, advogado, obteve aprovação em concurso público e passou a exercer cargo incompatível com a advocacia. Nessa situação, para que ocorra o cancelamento de sua inscrição, somente Paulo poderá comunicar o fato à OAB.

(C) Marcelo, advogado, e Ana, juíza federal substituta, são casados entre si e residem em Manaus-AM. Ana foi transferida para Roraima, para assumir a titularidade de uma vara naquele estado. Nessa situação, Marcelo, ao mudar seu domicílio profissional para Roraima, não será obrigado a requerer a transferência de sua inscrição na OAB para aquele estado.

(D) André, advogado, foi convidado a assumir temporariamente cargo incompatível com a advocacia. Nessa situação, caso pretenda aceitar o convite, André deverá requerer o cancelamento de sua inscrição na OAB.

RESPOSTA (A) **§ 2º do art. 10**, EOAB. (B) Observado que o processo relativo à *incompatibilidade* obedece ao procedimento dos demais (art. 120, § 4º, Regulamento), também pode, portanto, ser instaurado de *ofício* (art. 51, Código de Ética). (C) Será obrigado a pedir a transferência conforme determina o **§ 3º do art. 10**, EOAB. (D) O EOAB prevê apenas o *licenciamento* nessa hipótese (art. 12, II). *Alternativa A.*

9538. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** De acordo com o Estatuto da OAB, o documento de identidade profissional, na forma prevista no Regulamento Geral, é de uso

(A) facultativo, pois não constitui prova de identidade civil para fins legais.

(B) obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais.

(C) obrigatório no exercício da atividade de advogado, porém facultativo para os estagiários.

(D) obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário, embora não constitua prova de identidade civil para fins legais.

RESPOSTA De acordo com o **art. 13**, EOAB, o documento de identidade profissional é de **uso obrigatório** no exercício de atividade de advogado ou de estagiário e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais. *Alternativa B.*

9539. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Suponha que Laércio, advogado regularmente inscrito na OAB/RJ e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, esteja atuando em doze causas na cidade de Belo Horizonte. Nessa situação, Laércio deve

(A) requerer ao Poder Judiciário – com a devida comunicação protocolada junto às respectivas

seccionais envolvidas – a transferência de foro, baseando-se no princípio processual do *lex fori regit actus*.
(B) associar-se a um escritório de advocacia cuja sede se situe na cidade de Belo Horizonte, sob pena de exclusão dos quadros da OAB.
(C) pedir a transferência de sua inscrição para a OAB/MG, sob pena de multa e suspensão.
(D) pedir sua inscrição suplementar na OAB/MG, sob pena de exercício ilegal da profissão e sanção disciplinar.

RESPOSTA Segundo o **§ 2º** do **art. 10**, EOAB, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão, considerando-se habitualidade a intervenção judicial que **exceder cinco causas por ano**. *Alternativa D*.

9540. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Em relação à inscrição para atuação como advogado e como estagiário, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto da OAB.
(A) Compete a cada seccional regulamentar o exame de ordem mediante resolução.
(B) O brasileiro graduado em direito em universidade estrangeira não pode obter inscrição de advogado no Brasil.
(C) O estágio profissional de advocacia com duração superior a dois anos exime da realização de prova para inscrição como advogado na OAB.
(D) O aluno de direito que exerça cargo de analista judiciário pode frequentar estágio ministrado pela respectiva instituição de ensino superior, para fins de aprendizagem, vedada a inscrição na OAB.

RESPOSTA O **art. 8º**, EOAB, trata da inscrição do advogado. Segundo os seus dois primeiros parágrafos, o Exame de Ordem é regulamentado pelo Conselho Federal e o brasileiro (ou estrangeiro) graduado no exterior pode obter inscrição de advogado no Brasil após revalidação do título de graduação, além dos requisitos comuns aos demais, como a aprovação do exame de ordem obrigatório **(inciso IV)**. De acordo com o **§ 3º do art. 9º**, EOAB. *Alternativa D*.

9541. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Ana, residente e domiciliada em Salvador – BA, é uma advogada inscrita somente no Conselho Seccional da OAB na Bahia (OAB/BA). Além de atuar em oito causas perante o Poder Judiciário baiano, Ana atua, também, em treze processos que correm na justiça estadual de Pernambuco e em dois processos que correm perante varas da justiça federal em São Paulo. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.
(A) Ana deve solicitar a transferência de sua inscrição para a OAB/PE, pois ela atua em mais processos na justiça pernambucana que na justiça baiana.
(B) Ana somente tem o dever de solicitar inscrição suplementar na OAB/PE.
(C) Ana deve solicitar inscrição suplementar no Conselho Seccional da OAB/PE e no da OAB/SP.
(D) A situação de Ana é regular, pois a inscrição na OAB tem caráter nacional, podendo ela advogar em todo o território brasileiro.

RESPOSTA Segundo o **art. 26** do Regulamento Geral, o advogado fica *dispensado de comunicar* o exercício eventual da profissão, até o *total de cinco causas por ano*, acima do qual obriga-se à ***inscrição suplementar***. Portanto, no caso em comento, a advogada somente tem o dever de solicitar a *inscrição suplementar* na OAB/PE por atuar em mais de cinco processos na justiça pernambucana. *Alternativa B*.

9542. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Em relação à inscrição dos advogados na OAB, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto da Advocacia.
(A) Para a inscrição como advogado, é necessário ser brasileiro nato.
(B) Além da inscrição principal, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos conselhos

seccionais em cujos territórios tenha atuação em mais de 5 feitos judiciais por ano.

(C) O exercício em caráter definitivo de atividade incompatível com a advocacia no ano de 2002 implicará o licenciamento do profissional, restaurando-se o número da inscrição anterior após a cessação da incompatibilidade.

(D) A aprovação em concurso de procurador de município autoriza a obtenção da inscrição como advogado sem que o interessado se submeta ao exame da ordem.

RESPOSTA (A) Os requisitos para inscrição dos advogados na OAB estão no **art. 8º**, EOAB, e, entre eles, *não se encontra a exigência de ser brasileiro nato.* (B) De acordo com o **§ 2º do art. 10**, EOAB. (C) Somente o exercício em *caráter temporário* poderá restaurar o número de inscrição anterior (art. 12, II). (D) Não há exceção em relação à aprovação em Exame de Ordem, requisito disposto no **inciso IV do art. 8º**, EOAB. *Alternativa B.*

9543. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Um advogado que atua exclusivamente em Salvador-BA, onde tem seu domicílio profissional e inscrição principal, foi procurado por um cliente para patrocínio de uma ação de repetição de indébito, pelo rito ordinário, na justiça federal, em Aracaju-SE. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da atuação profissional em outro domicílio.

(A) O advogado poderá atuar desde que haja prévia comunicação à OAB/BA, em até cinco dias, a partir da sua primeira atuação nos autos do processo em Aracaju.

(B) Não será possível a atuação do advogado sem a prévia inscrição suplementar na OAB/SE.

(C) O advogado poderá atuar na causa sem prévia inscrição na OAB/SE e sem comunicar o fato à OAB/BA.

(D) A atuação regular do advogado em Aracaju depende de prévia autorização do secretário-geral da OAB/SE.

RESPOSTA De acordo com o **art. 10**, EOAB, é exigida do advogado a *inscrição suplementar* quando ele passar a exercer habitualmente a profissão, ou seja, exceder a cinco causas por ano, o que não é o caso retratado na questão. O **art. 26** do Regulamento Geral também trata da matéria. Considera-se *domicílio profissional* a sede principal da atividade de advocacia, prevalecendo, na dúvida, o domicílio de pessoa física do advogado (art. 10, § 1º). *Alternativa C*.

9544. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Em relação à inscrição como advogado e às anuidades pagas à OAB, assinale a opção correta.

(A) O advogado que completa 70 anos de idade fica desobrigado do pagamento de anuidade.

(B) A inscrição como estagiário na OAB é feita na seccional do domicílio do requerente.

(C) O advogado denunciado pela prática de crime hediondo tem sua inscrição suspensa no momento do recebimento da denúncia.

(D) A inidoneidade moral para inscrição como advogado pode ser suscitada por qualquer pessoa e deve ser declarada por decisão de, no mínimo, dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento em que sejam observados os termos do procedimento disciplinar.

RESPOSTA (A) Tal afirmativa não está prevista no EOAB. (B) A inscrição é feita na seccional em cujo território se localize o seu curso jurídico (art. 9º, § 2º, EOAB). (C) O **§ 4º do art. 8º**, EOAB, prevê que o advogado deverá ser *condenado*, ou seja, não basta o *recebimento de denúncia* de crime infamante, como o crime hediondo, para a suspensão da inscrição junto à OAB. (D) De acordo com o **§ 3º do art. 8º**, EOAB. *Alternativa D.*

IV. Sociedade de Advogados

9545. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** A respeito das sociedades de advogado, assinale

a opção correta.

(A) As procurações podem ser outorgadas à sociedade de advogados, bastando que se faça menção ao registro dos advogados que a compõem.

(B) A personalidade jurídica da sociedade de advogados é adquirida com o seu registro na junta comercial.

(C) Considere que Rogério e Daniel sejam sócios na XYZ Advogados, com sede em Belém-PA, e que André convide Rogério para integrar a equipe de sua sociedade, a MNP Advocacia, com sede em Santarém-PA. Nessa situação, não há qualquer impedimento ao fato de Rogério integrar a MNP Advocacia, uma vez que a sede das referidas sociedades está situada em cidades diferentes.

(D) A sociedade de advogados só adquire personalidade jurídica após o registro na seccional da OAB em cuja base territorial estiver situada a sede da sociedade.

RESPOSTA (A) As procurações devem ser outorgadas individualmente e deve-se indicar a sociedade da qual fazem parte os advogados, ciência do § 3º do art. 15, EOAB. (B) A ***personalidade jurídica*** da sociedade de advogados é adquirida com o *registro no Conselho Seccional* (art. 15, § 1º). (C) Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados com sede ou filial no mesmo *estado* (art. 15, § 4º). (D) Sob fundamento do **§ 1º do art. 15**. *Alternativa D*.

9546. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) No que concerne à sociedade de advogados, assinale a opção correta.

(A) Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

(B) É possível registrar no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de advocacia.

(C) De acordo com o Estatuto da OAB, a sociedade de advogados adquire personalidade jurídica quando do registro dos atos constitutivos perante a junta comercial em cuja base territorial tiver sede.

(D) Advogados sócios da mesma sociedade profissional podem representar em juízo clientes de interesses opostos, desde que mantenham o decoro e a autonomia funcional.

RESPOSTA (A) De acordo com a literalidade do **§ 4º** do **art. 15**, EOAB. (B) Art. 15, **§ 5º**. (C) Art. 15, **§ 1º**. (D) Art. 15, **§ 6º**. *Alternativa A*.

9547. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) No tocante à sociedade de advogados, assinale a opção correta.

(A) A sociedade de advogados pode associar-se com advogados apenas para participação nos resultados, sem vínculo de emprego.

(B) Com o falecimento do sócio que dava nome à sociedade de advogados, o conselho seccional deverá notificar de imediato os demais sócios para a alteração do ato constitutivo, independentemente de previsão de permanência do nome do sócio falecido.

(C) Os advogados associados não respondem pelos danos causados diretamente ao cliente, sendo essa responsabilidade exclusiva dos sócios do escritório.

(D) Ainda que condenado judicialmente por dano causado a cliente, o advogado não deverá sofrer qualquer sanção disciplinar no âmbito da OAB.

RESPOSTA (A) **Art. 39**, RGOAB. (B) O nome do sócio falecido poderá permanecer se essa possibilidade estiver prevista no ato constitutivo da sociedade, *vide* o **art. 38** do Regulamento. (C) e (D) Os **advogados associados** também respondem pelos danos causados e, como todos (sócios e associados), poderão sofrer sanção disciplinar (art. 40). *Alternativa A.*

9548. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Rodrigo celebrou contrato de prestação de serviços advocatícios com a sociedade de advogados Carvalho e Pereira, composta por dois advogados, com o objetivo de que ambos o representem judicialmente em uma ação indenizatória. Nessa situação hipotética, a procuração judicial referente à prestação desse serviço

(A) deve ser outorgada aos advogados, com a indicação de que eles fazem parte da referida sociedade.
(B) deve ser outorgada à sociedade, com a expressa enumeração e qualificação dos advogados que a compõem.
(C) deve ser outorgada à sociedade, sendo dispensável a indicação expressa dos advogados que a integram, pois o contrato de prestação de serviços foi celebrado com a pessoa jurídica.
(D) pode ser outorgada tanto à sociedade quanto individualmente aos advogados.

RESPOSTA De acordo com o **§ 3º do art. 15**, EOAB, as procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados e indicar a sociedade de que façam parte. *Alternativa A*.

9549. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** A personalidade jurídica de uma sociedade de advogados sediada no Pará tem início com o registro, aprovado,

(A) de seu contrato social na Junta Comercial competente.
(B) de seus atos constitutivos na OAB/PA.
(C) de seu contrato social no cadastro unificado do Conselho Federal da OAB.
(D) de seus estatutos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

RESPOSTA De acordo com o **§ 1º do art. 15**, EOAB, a sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede. Assim, a sociedade de advogados deverá ter seus atos constituídos na OAB/PA. *Alternativa B*.

9550. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** No tocante às sociedades de advogados, assinale a opção correta.

(A) É vedada a permanência de nome de sócio falecido na razão social da sociedade de advogados.
(B) É possível que um advogado pertença a mais de uma sociedade de advogados registradas em uma mesma seccional, desde que os respectivos escritórios não patrocinem clientes de interesses opostos.
(C) O CED-OAB não se aplica às sociedades de advogados porque o direito brasileiro não admite a responsabilização penal da pessoa jurídica.
(D) É vedado às juntas comerciais o registro de sociedade que inclua a atividade de advocacia entre suas finalidades.

RESPOSTA (A) Em contrariedade ao **§ 1º do art. 16**, EOAB (é possível, sim, manter o nome de sócio falecido). (B) Incompatível com o texto do **§ 4º do art. 15**. (C) O **§ 2º do art. 15** informa que o Código de Ética e Disciplina – CED é aplicável às sociedades de advogados. (D) De acordo com o **§ 3º do art. 16**, EOAB. *Alternativa D.*

9551. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Considerando que um advogado integre duas renomadas sociedades de advogados, ambas sediadas em Curitiba, assinale a opção correta.

(A) O advogado em questão pode integrar mais de uma sociedade de advogados, desde que não atue em causas propostas pelo mesmo cliente em ambas as sociedades.
(B) Esse advogado pode tomar parte como sócio-fundador na primeira sociedade em que se integrou e atuar na outra como sócio benemérito.
(C) O advogado em questão não pode integrar mais de uma sociedade de advogados na cidade de

Curitiba, pois o respectivo conselho seccional não autoriza tal atuação na comarca da capital.

(D) Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo conselho seccional.

RESPOSTA De acordo com o § 4º do art. 15, EOAB. *Alternativa D*.

9552. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Considere-se que uma sociedade de advogados sediada em Curitiba-PR pretenda abrir filial na cidade de Goiânia-GO. A esse respeito, é correto afirmar que o ato de

(A) fundação da filial deve ser averbado na Junta Comercial e arquivado no Conselho Federal da OAB, ficando os sócios obrigados à inscrição suplementar.

(B) constituição deve ser averbado na Junta Comercial, registrado no cartório de registro civil de pessoas jurídicas e arquivado no Conselho Federal da OAB, ficando os sócios obrigados a transferir sua inscrição para a Seccional onde a filial for instalada.

(C) constituição da filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado junto ao Conselho Estadual do local onde for instalada, ficando os sócios obrigados à inscrição suplementar.

(D) constituição da filial deve ser averbado no Conselho Federal da OAB e arquivado na Junta Comercial, ficando os sócios obrigados a eleger, em um prazo máximo de noventa dias, novo sócio com inscrição regular na Seccional do local onde for instalada.

RESPOSTA De acordo com o § 5º do art. 15, EOAB. *Alternativa C*.

9553. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** O advogado Pedro Pires convidou seu antigo colega de graduação, André Silva, regularmente inscrito na OAB/PR, para com ele constituir sociedade de advogados. Também foram convidados a constituir tal sociedade o contabilista Omar Pascoal, a psicóloga Ana Pereira e a desembargadora Laura Benevides. Em reunião preliminar, os sócios concordaram em atribuir à referida sociedade o nome Dura Lex Advogados Associados e decidiram que esta prestaria consultoria contábil e psicológica aos seus clientes, além dos serviços jurídicos propriamente ditos, sendo estes ofertados ao público através do "carnê justiça", inovador sistema de financiamento dos honorários advocatícios. Em relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que a referida sociedade

(A) não deve ser admitida em registro, nem pode funcionar, visto que apresenta forma ou característica mercantil, adota denominação de fantasia, tende a realizar atividade estranha à advocacia e inclui sócio totalmente proibido de advogar.

(B) não deve ser admitida em registro nem pode funcionar, pois deveria ter sido escolhido para a sociedade nome fantasia, obrigatoriamente, em língua portuguesa, sendo vedada a utilização de expressões estrangeiras.

(C) não deve ser admitida em registro, mas admite autorização de funcionamento, pelo Tribunal de Ética da OAB, como sociedade de advocacia mista, desde que devidamente registrada no Conselho Federal de Contabilidade e no Conselho Regional de Psicologia.

(D) pode ser admitida em registro, mas não poderá funcionar, em razão da não inscrição da desembargadora na OAB.

RESPOSTA De acordo com o art. 16, EOAB. *Alternativa A*.

9554. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** No que se refere às sociedades de advogados, assinale a opção correta.

(A) A razão social de uma sociedade de advogados deve, obrigatoriamente, conter o nome de pelo menos um advogado responsável pela sociedade, podendo permanecer o de sócio falecido, desde que tal possibilidade esteja prevista no ato constitutivo.

(B) As sociedades de advogados são registradas nos cartórios de registro de pessoas jurídicas do local de sua sede.

(C) O advogado somente poderá integrar mais de uma sociedade de advogados mediante expressa autorização do conselho seccional e se houver previsão no contrato social das sociedades.

(D) O licenciamento de sócio para o exercício temporário de atividade incompatível com a advocacia não precisa ser averbado no registro da sociedade.

RESPOSTA (A) De acordo com o **§ 1º do art. 16**, EOAB. (B) As sociedades de advogados são registradas no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiverem sede (art. 15, § 1º). (C) Em contrariedade ao **§ 4º do art. 15**, EOAB. (D) Em desacordo com o **§ 2º do art. 16**, EOAB. *Alternativa A.*

V. Advogado Empregado

9555. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da situação do advogado como empregado, de acordo com as disposições do Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) O advogado empregado não está obrigado à prestação de serviços profissionais de interesse pessoal, fora da relação de emprego.

(B) Nas causas em que for parte empregador de direito privado, os honorários de sucumbência serão devidos a ele, empregador, e não aos advogados empregados.

(C) Considera-se jornada de trabalho o período em que o advogado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens no âmbito do escritório, não sendo consideradas as horas trabalhadas em atividades externas.

(D) A relação de emprego, no que se refere ao advogado, não retira a isenção técnica inerente à advocacia, mas reduz a independência profissional, visto que o advogado deve atuar de acordo com as orientações de seus superiores hierárquicos.

RESPOSTA De acordo com o parágrafo único do art. 18, EOAB. *Alternativa A*.

9556. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Com relação ao advogado empregado, assinale a opção correta.

(A) Considere que Marcos, advogado empregado do banco X, tenha recebido ordem para elaborar parecer favorável em um contrato manifestamente ilegal. Nesse caso, por ser empregado do banco, ele não possui independência profissional para fazer, por convicção, parecer contrário ao referido contrato.

(B) O advogado empregado, no exercício da profissão, não pode ter regime de trabalho superior a trinta horas semanais, independentemente de acordo coletivo ou de contrato de dedicação exclusiva.

(C) Considere que Fabiana, advogada da empresa SW, tenha ganhado processo para seu empregador. Nessa situação, caso haja honorários de sucumbência, estes devem ser repassados à empresa, haja vista que Fabiana já é remunerada para defender os interesses da empresa SW.

(D) Considere que Daniel, advogado empregado do banco Z, tenha sido chamado à sala do diretor-presidente e lá recebido ordem para fazer contestação do processo de separação desse diretor-presidente. Nessa situação, Daniel não está obrigado a prestar seus serviços profissionais, visto que a causa é de interesse pessoal do diretor-presidente, sem relação com o contrato de trabalho.

RESPOSTA (A) Mesmo *empregado*, o advogado mantém sua **isenção técnica** e **independência profissional** (art. 18, EOAB).

(B) O advogado empregado não poderá exceder a *duração diária de quatro horas* contínuas e a de *vinte horas semanais* de regime de trabalho, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva (art. 20). (C) Os **honorários de sucumbência** são devidos aos advogados empregados (art. 21). (D) Sob fundamento do **parágrafo único do art. 18**, EOAB. *Alternativa D*.

VI. Honorários

9557. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Referentemente à cobrança de honorários advocatícios, assinale a opção correta.

(A) A ação de cobrança de honorários prescreve em cinco anos, sendo o prazo contado, necessariamente, a partir do vencimento do contrato, cuja juntada é imprescindível.

(B) O prazo prescricional da ação de cobrança de honorários depende do tipo de trabalho profissional contratado e é contado a partir do trânsito em julgado da decisão que os fixar.

(C) O advogado substabelecido com reserva de poderes pode cobrar honorários proporcionais ao trabalho realizado, sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

(D) A decisão judicial que arbitrar honorários e o contrato escrito que o estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência e na liquidação extrajudicial, entre outras situações.

RESPOSTA (A) e (B) Art. 25, I e II, EOAB, respectivamente. O prazo prescricional da ação de cobrança de honorários **não depende** do tipo de trabalho profissional. (C) Art. 26, EOAB, exige-se a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento. (D) Art. 24, EOAB. *Alternativa D*.

9558. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Assinale a opção correta com relação aos honorários advocatícios.

(A) Os honorários sucumbenciais são devidos ao advogado pela parte perdedora da ação, podendo o causídico, inclusive, promover a execução ou cumprimento da sentença, conforme o caso, nos próprios autos da causa em que atuou.

(B) Na execução contra a fazenda pública, é vedado ao advogado pleitear ao juízo a expedição de precatório de crédito de honorários contratuais de forma separada do valor devido ao cliente.

(C) Nos honorários sucumbenciais, impostos por decisão judicial, estão incluídos os contratuais, salvo se estipulado o contrário no contrato entre advogado e cliente.

(D) De acordo com o Estatuto da OAB, é imprescritível a ação de cobrança de honorários contratuais, ainda que o contrato preveja prazo certo para tanto.

RESPOSTA (A) De acordo com o **§ 1º** do **art. 24**, EOAB, e o **art. 20**, CPC. (B) **Art. 23**, EOAB. (C) Os honorários **sucumbenciais** são distintos dos **contratuais**, como estabelece o EOAB. (D) Prescreve em **5 anos** a ação de cobrança de honorários a partir do vencimento do contrato (art. 25, I). *Alternativa A.*

9559. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** A construtora Muralha Ltda. contratou Souza e Silva Advogados Associados S/S para o ajuizamento de ação para condenação da União ao pagamento de crédito de R$ 300.000,00 decorrente de contrato administrativo de prestação de serviços já devidamente realizados. Ficou pactuado, no caso de êxito, o pagamento de 20% do proveito econômico decorrente da decisão judicial. O pedido foi julgado procedente e houve a condenação da Fazenda também em honorários advocatícios de 10% do valor da condenação. Antes do trânsito em julgado, a empresa faliu. Considerando a situação acima exposta, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto da OAB.

(A) A sociedade de advogados tem legitimidade para executar autonomamente os honorários de

sucumbência, inclusive nos mesmos autos judiciais.

(B) Na hipótese de a União não pagar os honorários de sucumbência, a sociedade poderá exigir do cliente o adimplemento desta obrigação.

(C) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil entende que apenas os honorários contratuais são direito do advogado e que os de sucumbência pertencem ao cliente.

(D) O crédito decorrente do contrato de honorários é quirografário no processo de falência.

RESPOSTA Segundo o **art. 23**, EOAB, o advogado tem o "direito autônomo para executar a sentença" em relação aos honorários incluídos na condenação, seja por arbitramento, seja por sucumbência. O Conselho Federal da OAB entende, ainda, que tanto os honorários *contratuais* como os de *sucumbência* pertencem ao advogado, conforme dispõe o artigo supracitado. E, por fim, segundo o **art. 24**, EOAB, o crédito dos honorários é *privilegiado* na falência. *Alternativa A.*

9560. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Em relação aos honorários advocatícios tratados no Código de Ética e Disciplina dos Advogados, assinale a opção correta.

(A) Na hipótese de adoção de cláusula *quota litis*, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia.

(B) Há expressa vedação a que o advogado tenha participação no patrimônio particular de clientes comprovadamente sem condições pecuniárias de pagá-lo.

(C) O recebimento de honorários de sucumbência exclui o pagamento dos honorários contratuais.

(D) O advogado não pode levar em consideração a condição econômica do cliente para fixação dos honorários advocatícios.

RESPOSTA (A) De acordo com o **art. 38**, Código de Ética. A cláusula ***quota litis*** significa que os honorários serão fixados no ganho obtido no processo. (B) Em confronto com o parágrafo único do art. 38. (C) Os honorários da sucumbência não excluem os contratados (**§ 1º do art. 35**). (D) Os honorários devem ser fixados com moderação, atendida a "condição econômica do cliente" (art. 36, IV). *Alternativa A.*

9561. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Quanto à aplicação do Estatuto da OAB e à sua interpretação pelos tribunais superiores, assinale a opção correta.

(A) Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurando-se o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem exclusão da legitimidade da própria parte.

(B) Os honorários de sucumbência fixados em sentença judicial transitada em julgado contra a União acima do limite previsto na Constituição Federal, para crédito de pequeno valor, não podem ser executados por meio de precatório alimentar, já que não são enquadráveis nesse conceito.

(C) Mesmo que haja indicação pelo juiz, o advogado não é obrigado a aceitar o patrocínio de causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da defensoria pública no local da prestação de serviço, já que, nesse caso, não há como se fixarem os honorários advocatícios em seu favor.

(D) A execução dos honorários deve ser promovida em ação executiva autônoma.

RESPOSTA De acordo com a Súmula 306, STJ. *Alternativa A.*

VII. Incompatibilidades e Impedimentos

9562. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Considere que Salvador, advogado regularmente inscrito na OAB, tenha sido eleito deputado estadual e tomado posse. Considere, ainda, que, durante o mandato parlamentar, Salvador tenha sido constituído por Manoel e ingressado em juízo com uma ação trabalhista contra a empresa privada XYZ. Nessa situação, de acordo com o Estatuto da

Advocacia e da OAB, o ato processual praticado por Salvador é considerado

(A) anulável, pois qualquer parlamentar está impedido de advogar.
(B) nulo, visto que o advogado está no exercício de atividade incompatível com a advocacia.
(C) anulável, devendo o advogado ser punido pela OAB.
(D) plenamente válido.

RESPOSTA Observada a situação hipotética, atente-se que, primeiramente, devem ser levadas em conta as situações de **incompatibilidade** e **impedimento** trazidas pelo EOAB a partir do **art. 27**. O rol das atividades ***incompatíveis*** está no **art. 28** e, entre elas, não está previsto o *mandato parlamentar*. *Alternativa D*.

9563. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Quanto às incompatibilidades e impedimentos dos advogados, assinale a opção correta.

(A) O impedimento implica proibição total para o exercício da advocacia, como é o caso dos membros do Poder Judiciário.
(B) Os militares da Marinha, por integrarem a administração federal direta, são impedidos de advogar contra a União, mas não contra as entidades da administração federal indireta.
(C) Os professores de direito nas universidades públicas federais não são impedidos de advogar contra a União.
(D) Os tabeliães podem exercer a advocacia, exceto no território em que se encontra localizado o seu cartório.

RESPOSTA (A) A ***incompatibilidade*** determina a *proibição total*, enquanto o ***impedimento***, a *proibição parcial* do exercício da advocacia (art. 27, EOAB). (B) Incorreta devido à proibição contida no **inciso VI do art. 28**, EOAB (a "advocacia é incompatível com a atividade de militares de qualquer natureza"). (C) De acordo com **parágrafo único do art. 30**, EOAB. (D) Os notários estão impedidos de exercer a advocacia, intermediar seus serviços ou exercer cargo, emprego ou função pública. *Alternativa C.*

9564. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Com relação a impedimentos e suspeições constantes na Lei n. 8.906/1994, assinale a opção correta.

(A) Para o servidor efetivo ocupante de cargo de técnico-administrativo no âmbito do Ministério Público Federal, o exercício desse cargo é incompatível com o exercício amplo da advocacia.
(B) Caso um advogado ocupe cargo eletivo de vereador, nessa situação, há incompatibilidade com o exercício da advocacia e também impedimento, mesmo que a demanda não seja contra o município que o remunera como parlamentar.
(C) O ocupante de cargo efetivo de professor universitário está impedido de advogar, inclusive contra a União.
(D) O exercício do cargo de diretor em uma concessionária de serviço público é atividade incompatível com o exercício da advocacia.

RESPOSTA Entre as causas de incompatibilidades (proibição total) e impedimento (parcial), art. 28 e inciso III. *Alternativa D*.

VIII. Infrações e Sanções Disciplinares

9565. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Acerca das infrações e sanções disciplinares, assinale a opção correta.

(A) Considere que uma advogada inscrita na OAB receba, adiantadamente, honorários contratuais de seu cliente, mas não preste o serviço jurídico contratado. Nessa situação hipotética, a advogada tem direito à quantia recebida, visto que sua conduta não configura locupletamento à custa do cliente.
(B) Cometerá infração disciplinar o advogado que receber dinheiro de cliente para pagar parcelas de

financiamento e proceder, sem autorização, à compensação com honorários que ele alegue devidos.

(C) Considere que um advogado, após ser notificado pelo juiz para devolver os autos que retenha além do prazo, não atenda ao mandado, tampouco ao de busca e apreensão. Nessa situação hipotética, embora não incida em nenhuma infração disciplinar perante a OAB, deverá o advogado arcar com o ônus processual de sua conduta.

(D) O advogado que esteja em débito com plurais contribuições e multas perante a OAB e que, mesmo regularmente intimado, mantenha-se inadimplente, deverá responder por infração disciplinar e pelo crime de charlatanismo.

RESPOSTA De acordo com o Código de Ética, art. 35, § 2º, e art. 36, II. *Alternativa B*.

9566. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Mário, advogado regularmente inscrito na OAB, foi condenado pela prática de crime hediondo e, após a sentença penal transitada em julgado, respondeu a processo disciplinar, tendo sofrido, como consequência, penalidade de exclusão da Ordem. Considerando a situação hipotética apresentada e o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção correta.

(A) Ainda que se reabilite criminalmente, Mário não poderá mais se inscrever na OAB, visto que não preenche o requisito de idoneidade moral.

(B) Serão considerados inexistentes os atos privativos de advogado praticados por Mário após a exclusão, dado o impedimento do exercício do mandato em razão da sanção disciplinar aplicada.

(C) A penalidade de exclusão somente poderia ter sido aplicada caso Mário tivesse recebido três suspensões.

(D) Supondo-se que o processo disciplinar tenha ficado paralisado por mais de três anos, aguardando o julgamento, a pretensão à punibilidade de Mário estaria prescrita e ele não poderia ser excluído da Ordem.

RESPOSTA De acordo com o § 1º do art. 43, EOAB. *Alternativa D*.

9567. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Com relação a infrações cometidas por advogados e às sanções disciplinares a eles aplicadas, assinale a opção correta.

(A) Não constitui infração disciplinar a recusa, sem justo motivo, do advogado a prestar assistência jurídica, quando nomeado por decisão judicial diante da impossibilidade da defensoria pública, visto que ninguém pode ser compelido a trabalhar sem remuneração.

(B) São consideradas condutas incompatíveis com a advocacia a prática reiterada de jogo de azar não autorizado por lei e a embriaguez habitual sem justo motivo.

(C) O Tribunal de Ética e Disciplina não pode instaurar, de ofício, processo sobre ato considerado passível de configurar, em tese, infração a princípio ou a norma de ética profissional.

(D) É possível a instauração, perante o Tribunal de Ética e Disciplina, de processo disciplinar, mediante representação apócrifa, contra advogado.

RESPOSTA (A) Constitui *infração disciplinar*, conforme o **inciso XII do art. 34**, **EOAB**. (B) Sob fundamento do **parágrafo único do art. 34**, EOAB. (C) Compete ao TED instaurar *de ofício*, ciência do **inciso I do art. 50 do Código de Ética**. (D) O **processo disciplinar** instaura-se *de ofício* ou *mediante representação* dos interessados, que *não pode ser anônima* (ou apócrifa, *sem assinatura*, art. 51, CE). *Alternativa B*.

9568. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Antônio, advogado que nunca fora punido disciplinarmente, está respondendo, na OAB, a processo disciplinar sob a acusação de violação de

sigilo profissional. Nessa situação hipotética, se for condenado, Antônio deverá ser punido com a pena de

(A) censura.
(B) multa.
(C) exclusão.
(D) suspensão.

RESPOSTA A situação hipotética apresenta uma ***infração disciplinar*** que está prevista no **inciso VII do rol do art. 34**, EOAB. As **sanções disciplinares** estão previstas no **art. 35** e são, nessa ordem crescente de *gravidade*: censura; suspensão; exclusão; e multa. A **violação de sigilo profissional** (sem justa causa) é punida pela ***censura***, ciência do **inciso I do art. 36**. *Alternativa A*.

9569. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Mário, advogado, foi contratado por Túlio para patrocinar sua defesa em uma ação trabalhista. O pagamento dos honorários advocatícios ocorreu na data da assinatura do contrato de prestação de serviços. No dia da audiência, Mário não compareceu nem justificou sua ausência e, desde então, recusa-se a atender e retornar as ligações de Túlio. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Mário, que descumpriu compromisso profissional, manteve conduta incompatível com a advocacia, desprestigiando toda a ordem de advogados, razão pela qual pode receber a sanção de advertência.
(B) Mário abandonou a causa trabalhista sem motivo justo, conduta que caracteriza infração disciplinar grave, iniciando-se o processo disciplinar, necessariamente, com a representação do juiz da causa, que deve certificar o abandono.
(C) A conduta de Mário caracteriza infração disciplinar punível com suspensão, o que acarreta ao infrator a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de trinta dias a doze meses.
(D) A conduta de Mário caracteriza infração disciplinar de locupletamento à custa do cliente, cuja sanção legal é a suspensão até que a quantia seja devolvida ao cliente lesado.

RESPOSTA O enunciado causa dúvidas de interpretação, pois o ato do advogado pode ser caracterizado como **abandono de causa sem justo motivo** (art. 34, XI), cuja pena de *censura* é mais branda do que a *suspensão* por **locupletar-se** (art. 34, XX) ou por **manter conduta incompatível com a advocacia** (art. 34, XXV). O gabarito apontou a *alternativa C* como correta, baseado no **§ 1º** do **art. 37**, EOAB.

9570. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Acerca das infrações e sanções disciplinares, segundo o Estatuto da OAB, assinale a opção correta.

(A) A multa, variável entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo de seu décuplo, é aplicável cumulativamente com a censura ou suspensão, em caso de circunstâncias agravantes.
(B) A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data de ocorrência dos fatos.
(C) A sanção disciplinar de suspensão não impede o exercício do mandato profissional, mas veda a participação nas eleições da OAB.
(D) O pedido de reabilitação de sanção disciplinar resultante da prática de crime independe da reabilitação criminal, visto que a instância administrativa independe da penal.

RESPOSTA (A) Literalmente no **art. 39**, EOAB. (B) Art. 43, EOAB. (C) Art. 37, § 1º, EOAB. (D) Art. 41, parágrafo único, EOAB. *Alternativa A*.

9571. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Considere que um advogado que nunca tenha sido punido disciplinarmente seja processado pela OAB, sob a acusação de violação de sigilo profissional, e venha a ser condenado. Nessa situação, deve-se aplicar pena de

(A) censura.
(B) exclusão, com retenção de honorários.
(C) suspensão.
(D) multa progressiva.

RESPOSTA *Violar, sem justa causa*, sigilo profissional constitui *infração disciplinar* segundo o **inciso VII do art. 34**, EOAB. E a ***censura***, sanção disciplinar mais branda (art. 36, I), é aplicável neste caso. *Alternativa A*.

9572. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Um advogado regularmente inscrito na OAB percebeu que os conflitos existentes entre uma cliente que representa e o esposo dela devem-se à dificuldade deste em expressar a ela o seu afeto. Tendo profunda convicção religiosa quanto à indissolubilidade dos laços conjugais, o causídico resolveu, por livre e espontânea vontade, intervir no conflito do casal, convidando o esposo de sua cliente para tomar uma cerveja em sua companhia, ocasião em que estabeleceu entendimento, em relação à causa, com este, sem que sua cliente o tivesse autorizado a fazê-lo.

Na situação acima descrita, a conduta do referido advogado

(A) constituiu infração disciplinar tão somente pelo fato de o advogado utilizar-se de meio impróprio – a ingestão de bebida alcoólica – para a obtenção do entendimento com a parte adversa.
(B) foi perfeitamente regular, pois fundamenta-se na utilização de métodos alternativos para a resolução de conflitos.
(C) não constituiu infração disciplinar, posto que o advogado agiu em defesa dos interesses de sua cliente.
(D) constituiu infração disciplinar, visto que o advogado estabeleceu entendimento com a parte adversa sem autorização de sua cliente.

RESPOSTA Constitui *infração disciplinar*, segundo o **inciso VIII do art. 34**, EOAB, "estabelecer entendimento com a parte adversa sem autorização do cliente ou ciência do advogado contrário". *Alternativa D*.

9573. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** João, advogado, dotado de reconhecida inteligência e fluente oratória, ao substituir um colega de escritório acometido por mal súbito, teve apenas alguns minutos antes da audiência para tomar ciência do pleito. Lançando mão de informações colhidas no corredor do fórum acerca das preferências doutrinárias do juiz da causa, resolveu improvisar sua defesa, fantasiando sobre determinado manuscrito que teria sido elaborado por Hans Kelsen em seu leito de morte, em que este teria defendido tese inédita sobre a aplicabilidade da norma em questão, conseguindo, com isso, impressionar o referido magistrado e intimidar o adversário com a profundidade de seus conhecimentos jurídico-filosóficos. Na situação hipotética apresentada, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, João

(A) não incorreu em infração disciplinar, visto que não deturpou o teor de nenhum dispositivo legal ou documento, tendo, apenas, inventado uma estória fantasiosa sobre Kelsen.
(B) incorreu em infração disciplinar, posto que o Estatuto da OAB proíbe o uso do argumento *pacta non sunt servanda*.
(C) incorreu em infração disciplinar, visto que deturpou o teor de citação doutrinária para confundir o

adversário e(ou) iludir o juiz da causa.

(D) não incorreu em infração disciplinar, pois agiu amparado pelo princípio da ampla defesa.

RESPOSTA Também caracteriza *infração disciplinar* deturpar o teor de dispositivo de lei, de citação doutrinária e de julgado, bem como de depoimentos, documentos e alegações da parte contrária, para confundir o adversário ou iludir o juiz da causa (**inciso XIV do art. 34**, EOAB). *Alternativa C*.

9574. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Considere que uma advogada regularmente inscrita na OAB e que tem como cliente uma vidente recolhida à prisão em função da prática reiterada do crime de estelionato, acreditando no dom premonitório de sua cliente, tenha solicitado e recebido desta considerável quantia em dinheiro para que pudesse apostar no jogo do bicho, cujo resultado havia sido supostamente antecipado pela vidente. Quanto à conduta da advogada em questão, assinale a opção correta.

(A) A advogada não incorreu em infração disciplinar, pois o jogo em questão consiste em contravenção que vem sendo historicamente tolerada pelas autoridades constituídas.

(B) Como o Estatuto da Advocacia e da OAB só prevê punição para o advogado que frequentar cassinos clandestinos, onde, além da prática da contravenção, há, com frequência, o concurso de crimes, tais como a exploração do lenocínio e o tráfico de drogas, a advogada não incorreu em infração disciplinar.

(C) A advogada incorreu em infração disciplinar, pois feriu dispositivo do Estatuto da Advocacia e da OAB, que proíbe ao advogado o recebimento de qualquer importância de seu constituído sem emitir recibo e informar à Seccional sobre o valor recebido.

(D) Por ter solicitado e recebido de sua cliente importância para aplicação ilícita ou desonesta, já que o chamado jogo do bicho é uma contravenção penal, a advogada incorreu em infração disciplinar.

RESPOSTA É *infração disciplinar* solicitar ou receber de constituinte qualquer importância para aplicação ilícita ou desonesta, ciência do **inciso XVIII do art. 34**, EOAB. *Alternativa D*.

9575. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Em relação às infrações disciplinares aplicáveis aos advogados, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto do Advogado.

(A) A prescrição de aplicação de penalidade de censura ocorre em um ano, a partir da data da ciência do fato pela OAB.

(B) O exercício assíduo e proficiente de mandato na OAB é cláusula excludente de aplicação de penalidade.

(C) A violação ao Código de Ética e Disciplina do Advogado é punível com suspensão do exercício da advocacia por, no mínimo, 15 dias.

(D) A deturpação de transcrição de dispositivo de lei ou de citação doutrinária em petição é falta punível, em regra, com censura.

RESPOSTA (A) A prescrição ocorre em *5 anos*, conforme o **art. 43**, EOAB. (B) O exercício assíduo e proficiente de mandato ou cargo em qualquer órgão da OAB constitui apenas um *atenuante* na aplicação das sanções disciplinares (art. 40, III). (C) e (D) Quando da *violação ao Código de Ética*, é imposta apenas a pena de ***censura***, como também na deturpação de transcrição de dispositivo de lei ou de citação doutrinária em petição (art. 34, XIV, c/c art. 36, I). *Alternativa D*.

9576. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) O advogado Paulo de Sousa é casado com conhecida e renomada psicóloga de Curitiba, que se dedica a terapia de casais em crise. Mensalmente, a referida psicóloga realiza seções de análise em grupo em um hotel-fazenda da região. O advogado Paulo sempre participa de tais eventos, ministrando, ao final das seções, palestras sobre questões

relativas ao direito de família, para os casais que não obtiveram êxito na terapia, e se vale de tal oportunidade para distribuir cartões com o endereço de seu escritório. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar, à luz do Estatuto da OAB, que

(A) a conduta do advogado constitui infração disciplinar visto que objetiva angariar ou captar causas com ou sem a intervenção de terceiros.

(B) a conduta do advogado é totalmente adequada e conforme com o que dispõe o Estatuto, visto que as infrações por este arroladas não abarcam a captação de causas, e, sim, a cooptação de clientes.

(C) a conduta do advogado não configura infração disciplinar, pois angariar ou captar causas só é passível de censura ou advertência quando tais procedimentos são veiculados pela mídia.

(D) o advogado em questão incorreu na conduta típica prevista, no Estatuto da OAB, como instigação ao litígio, por isso deve ser excluído da Ordem.

RESPOSTA De acordo com inciso IV do art. 34, EOAB. *Alternativa A*.

9577. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) Em relação às infrações e sanções disciplinares, assinale a opção correta.

(A) Salvo os casos específicos, a violação a algum preceito do CED-OAB constitui infração disciplinar punível com censura.

(B) Prescreve em dez anos a pretensão punitiva contra advogado pela prática de infração punível com exclusão da advocacia.

(C) O estagiário não se submete às penalidades do estatuto do advogado, devendo a pena recair exclusivamente sobre o advogado responsável por seu treinamento.

(D) A pena de censura pode ser convertida em advertência, que ficará registrada nos assentamentos funcionais do advogado.

RESPOSTA (A) A violação do **CED – Código de Ética e Disciplina** enseja a punição com *censura* (art. 36, II). (B) O *prazo de prescrição é de cinco anos* (art. 43, EOAB). (C) O estagiário se submete também às penalidades, conforme **inciso XXIX do art. 34**, EOAB. (D) A *censura* pode ser convertida em *advertência*, no entanto, sem qualquer registro (art. 36, parágrafo único, CED). *Alternativa A.*

9578. (Advogado – OAB – 2006 – CESPE) No que se refere às infrações e sanções disciplinares previstas na Lei n. 8.906/1994 e sua interpretação nos tribunais superiores, assinale a opção correta.

(A) A censura se aplica na hipótese de deixar o advogado de pagar as contribuições, multas e preços de serviços devidos à OAB, depois de regularmente notificado, e na hipótese de prática, pelo estagiário, de ato excedente de sua habilitação.

(B) O recebimento de valores, da parte contrária ou de terceiro, relacionados com o objeto do mandato, sem expressa autorização do constituinte, é causa para aplicação da sanção de exclusão dos quadros da Ordem.

(C) A exclusão é aplicável nos casos de aplicação, por três vezes, da penalidade de suspensão, após manifestação favorável de 2/3 dos membros do Conselho Seccional competente.

(D) A prescrição da pretensão punitiva ocorre em cinco anos, a contar da prática do ato infracional.

RESPOSTA De acordo com o art. 38, I e parágrafo único, EOAB. *Alternativa C.*

IX. Código de Ética e Processo Disciplinar

9579. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Júlio e Lauro constituíram o mesmo advogado

para, juntos, ajuizarem ação de interesse comum. No curso do processo, sobrevieram conflitos de interesse entre os constituintes, tendo Júlio deixado de concordar com Lauro com relação aos pedidos. Nessa situação hipotética, deve o advogado

(A) optar, com prudência e discernimento, por um dos mandatos, e renunciar ao outro, resguardando o sigilo profissional.
(B) manter com os constituintes contrato de prestação de serviços jurídicos no interesse da causa, resguardando o sigilo profissional.
(C) assumir, com a cautela que lhe é peculiar, o patrocínio de ambos, em ações individuais.
(D) designar, com prudência e cautela, por substabelecimento com reservas, um advogado de sua confiança.

RESPOSTA De acordo com o art. 18, Código de Ética. *Alternativa A*.

9580. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** O Código de Ética e Disciplina da OAB não admite que o advogado

(A) inclua, em anúncio de sua atividade, qualificação de mestre em direito privado e membro efetivo de instituto de advogados.
(B) condicione, ao término da causa, a devolução dos documentos do cliente mediante o pagamento dos honorários devidos.
(C) renuncie ao mandato no curso de um processo, ainda que comunique ao cliente, via carta com AR, essa decisão.
(D) cobre honorários por valores acima dos fixados pela tabela de honorários da OAB.

RESPOSTA (A) Segundo o Código de Ética (art. 29), o advogado pode informar sua qualificação profissional. (B) De acordo com o **art. 9º do Código**. (C) É permitida a renúncia ao mandato no curso de um processo, desde que assumidas as responsabilidades indicadas no art. 13. (D) A proibição, segundo o art. 41, é quanto a valores irrisórios ou abaixo do mínimo fixado pela tabela de honorários. *Alternativa B.*

9581. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Acerca do processo disciplinar regulamentado no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) Apresentadas as razões finais, o relator profere parecer preliminar e o voto, a ser submetido ao tribunal, a cujo presidente cabe, após o recebimento do processo instruído, inserir o processo na pauta de julgamento.
(B) Caracteriza-se a litigância de má-fé caso se comprove que os interessados no processo tenham nele intervindo de modo temerário, com intuito de emulação ou procrastinação.
(C) Ao relator do processo compete determinar a notificação do representado para a defesa prévia, no prazo de 10 dias, devendo ser designada a defensoria pública em caso de revelia ou quando o representado não for encontrado.
(D) O interessado e o representado deverão incumbir-se do comparecimento das respectivas testemunhas, a não ser que prefiram intimações pessoais, o que deverá ser requerido na representação e na defesa prévia.

RESPOSTA (A) Ciência do **§ 5º** do **art. 52**, Código de Ética. (B) Caracteriza-se como **falta de ética** passível de punição (art. 58). (C) O prazo é de **15 dias** (art. 52). (D) De acordo com o **§ 2º** do **art. 52**. *Alternativa D.*

9582. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** A punição disciplinar dos advogados compete ao

(A) conselho seccional do estado onde a infração for cometida, ainda que não seja o local onde o

advogado tenha a inscrição principal ou suplementar, desde que a infração não seja praticada perante o Conselho Federal.

(B) conselho seccional do estado onde o advogado tenha inscrição principal ou onde tenha inscrição suplementar, indistintamente.

(C) conselho seccional do estado onde o advogado tenha sua inscrição principal.

(D) conselho seccional do estado onde se tome, primeiramente, conhecimento da infração.

RESPOSTA De acordo com o **art. 70, EOAB** ("em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal"). *Alternativa A*.

9583. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca do processo disciplinar a que se sujeitam os advogados inscritos na OAB.

(A) No processo disciplinar, a pena de suspensão só pode ser imposta após decisão irrecorrível, não se mostrando lícita qualquer espécie de suspensão preventiva.

(B) De acordo com o Estatuto da OAB, o processo disciplinar contra advogado deve tramitar, de regra, com a publicidade devida a qualquer feito.

(C) É possível a revisão do processo disciplinar caso haja erro de julgamento ou condenação baseada em falsa prova.

(D) Apenas o Conselho Federal pode punir disciplinarmente o advogado inscrito na OAB.

RESPOSTA (A) A pena de **suspensão preventiva** está prevista no EOAB (art. 70, § 3º). (B) O processo disciplinar tramita em *sigilo* até o seu término (art. 72, § 2º). (C) De acordo com o **§ 5º do art. 73**. (D) O Conselho Seccional também pode punir, ciência do art. 74. *Alternativa C*.

9584. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Considerando o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB e no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) A lei prevê, expressamente, o termo prescricional para a ação de prestação de contas pelas quantias que o advogado recebe de seu cliente ou de terceiros por conta deste.

(B) De acordo com o Código de Ética, o advogado deve recusar-se a depor como testemunha em processo no qual tenha atuado, salvo quando autorizado pelo cliente.

(C) Os prazos recursais no processo disciplinar seguem as disposições do CPP.

(D) Em nenhuma hipótese, o Código de Ética permite a participação de advogado em bens particulares de clientes comprovadamente sem condições pecuniárias.

RESPOSTA (A) A **Lei n. 11.902/2009** incluiu o **art. 25-A** no EOAB e nele trouxe o prazo prescricional de ***cinco anos*** à ação de prestação de contas pelas quantias recebidas pelo advogado de seu cliente, ou de terceiros, por conta dele. (B) Mesmo que autorizado ou solicitado pelo constituinte, informa o **art. 26**, Código de Ética, o advogado deve se recusar a depor. (C) **Art. 68**, EOAB, preceitua que se aplicam subsidiariamente ao **processo disciplinar** as regras da *legislação processual penal comum*, "salvo disposição em contrário". (D) É tolerada em caráter excepcional a situação da assertiva (art. 38, parágrafo único, do Código). *Alternativa A.*

9585. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Acerca dos honorários profissionais previstos no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) O trabalho do advogado e o tempo necessário ao serviço profissional são elementos que devem ser atendidos para a fixação dos honorários advocatícios.

(B) Os honorários advocatícios são tabelados nacionalmente e obedecem ao critério de fixação de preços com base no valor da causa, não tendo relevância a condição econômica do cliente.

(C) Os honorários advocatícios para as causas de família e do direito do trabalho podem ser previstos

em contrato escrito ou verbal.

(D) A cobrança judicial dos honorários advocatícios deve ser feita pelo próprio profissional contratado.

RESPOSTA (A) De acordo com o inciso II do **art. 36**, Código de Ética. (B) A condição econômica do cliente deve ser pesada, segundo o **inciso IV** do **art. 36**. (C) Os honorários advocatícios, independentemente do tipo da matéria, devem ter contrato *escrito*, conforme determina o **art. 35** do Código de Ética. (D) A cobrança judicial deve ser feita por outro profissional, ciência do **art. 43**. *Alternativa A.*

9586. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Acerca dos procedimentos relativos ao processo disciplinar, previstos no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) No processo disciplinar, a representação contra advogados poderá ser anônima a fim de se evitar qualquer perseguição.

(B) O processo disciplinar deverá ser arquivado pelo presidente do conselho seccional caso o representado seja revel ou seja impossível encontrá-lo.

(C) A representação contra presidente de conselho seccional é processada e julgada pelo Conselho Federal da OAB.

(D) O arquivamento das representações feitas perante os conselhos seccionais deverá ser precedido de autorização do presidente do Conselho Federal da OAB.

RESPOSTA (A) A **representação** não poderá ser anônima (art. 51, *caput*). (B) Não é caso de *arquivamento*, e sim de designação de defensor dativo (art. 52, § 1º). (C) Conforme previsto no **§ 3º** do **art. 51**, Código de Ética. (D) Não há exigência de autorização prévia (art. 51, § 2º). *Alternativa C*.

9587. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Acerca das disposições relativas a mandato judicial previstas no Código de Ética e Disciplina da OAB, julgue os itens subsequentes.

I. A revogação do mandato judicial por vontade do cliente desobriga-o do pagamento das verbas honorárias contratadas, sendo, em razão disso, retirado do advogado o direito de receber eventuais honorários de sucumbência.

II. Tanto o mandato judicial quanto o extrajudicial devem ser outorgados coletivamente aos advogados que integrem a sociedade de que façam parte e exercidos no interesse do cliente, respeitada a liberdade de defesa.

III. Os mandatos judicial e extrajudicial não se extinguem pelo decurso de tempo, desde que permaneça a confiança recíproca entre o outorgante e o seu patrono no interesse da causa.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item III está certo.

(C) Apenas os itens I e III estão certos.

(D) Apenas os itens II e III estão certos.

RESPOSTA (I) A **revogação** do mandado judicial por vontade do cliente *não* o desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas (art. 14, Código de Ética). (II) O mandato judicial ou extrajudicial deve ser outorgado *individualmente* (art. 15). (III) O mandato judicial ou extrajudicial não se extingue pelo decurso do tempo, observado o **art. 16**, Código de Ética. *Alternativa B*.

9588. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Acerca do que dispõe o Código de Ética e Disciplina da OAB a respeito das relações do advogado com seus clientes, julgue os itens a seguir.

I. Sobrevindo conflitos de interesse entre constituintes e não estando acordes os interessados, deve o advogado, com a devida prudência e discernimento, optar por um dos mandatos, renunciando aos

demais, resguardado o sigilo profissional.

II. O advogado, ao postular, judicial e extrajudicialmente, em nome de terceiros, contra ex-cliente ou ex-empregador, deve resguardar o segredo profissional e as informações reservadas ou privilegiadas que lhe tenham sido confiadas.

III. Os advogados integrantes da mesma sociedade profissional ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca podem representar em juízo clientes com interesses opostos quando houver compatibilidade de interesses.

IV. O advogado deve abster-se de patrocinar causa contrária à ética, à moral e aos bons costumes, bem como atuar em demandas coletivas que questionem as autoridades constituídas ou a validade de ato jurídico em que tenha colaborado, orientado ou conhecido em consulta; da mesma forma, deve declinar seu impedimento ético quando tenha sido convidado pela outra parte, se esta lhe houver revelado segredos ou obtido seu parecer.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) III e IV.

RESPOSTA (I) Conforme previsto no **art. 18**. (II) Ciência do **art. 19**. (III) A situação não permite que os advogados representem em juízo clientes com interesses opostos (art. 17). (IV) *Vide* o **art. 20**. *Alternativa A*.

9589. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Mário, advogado regularmente inscrito na OAB-GO, foi constituído pela professora municipal Maria da Penha para atuar no processo de separação litigiosa contra Caio Tício, abastado fazendeiro. Ao perceber o desequilíbrio financeiro entre as partes e o efeito nefando do poder econômico de Caio, Mário resolveu revelar ao juízo, sem a autorização prévia de Maria da Penha, confidências feitas por ela a respeito da vida privada de Caio. Considerando a situação hipotética apresentada e o que dispõe o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) Mário deve pedir, preliminarmente, que sua constituinte e Caio se retirem da sala e deve informar, oralmente, o juiz acerca dos motivos que o levaram a divulgar as informações comprometedoras, e, durante a audiência de instrução e julgamento, será conferido a Caio o direito de resposta.

(B) As confidências feitas a Mário por Maria da Penha poderiam ser utilizadas, nos limites da necessidade da defesa, desde que mediante autorização da constituinte.

(C) Mário só poderia comunicar tais informações ao juiz, de modo sigiloso e sem conhecimento das partes.

(D) Mário deve garantir que as informações a respeito da vida particular de Caio cheguem, de forma anônima, ao conhecimento do juízo, sem que nenhum dos envolvidos possa saber de onde partiu a denúncia.

RESPOSTA De acordo com o enunciado, tem-se que as confidências feitas ao advogado pelo cliente podem ser utilizadas nos limites da necessidade da defesa, desde que isso seja autorizado pelo constituinte, segundo estabelece o **art. 27**, Código de Ética. *Alternativa B*.

9590. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Paulo, advogado regularmente inscrito na OAB/PR, descobriu que seu potencial cliente João omitira-lhe o fato de já ter constituído o advogado Anderson para a mesma causa. Na situação apresentada, supondo-se que não se trate de medida judicial urgente e inadiável nem haja motivo justo que desabone Anderson, Paulo deve

(A) denunciar João ao Conselho Federal por litigância de má-fé.

(B) notificar Anderson por intermédio da Comissão de Ética e Disciplina da OAB para que este se manifeste no prazo de quinze dias corridos e, caso Anderson não se manifeste, continuar defendendo os interesses de João em consonância com os preceitos éticos da advocacia.

(C) denunciar Anderson ao Tribunal de Ética da OAB por omissão culposa, estando este sujeito a censura.

(D) recusar o mandato, de acordo com imposições éticas, haja vista a existência de outro advogado já constituído.

RESPOSTA De acordo com o enunciado e ciência do **art. 11**, Código de Ética, o advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, salvo por motivo justo ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis. *Alternativa D*.

9591. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Com relação ao trâmite do processo disciplinar previsto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção correta.

(A) O processo somente pode ser instaurado mediante representação da pessoa interessada.

(B) O processo tramita em sigilo até o seu término, tendo acesso às suas informações apenas as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente.

(C) Apenas o relator tem acesso às informações do processo.

(D) O prazo para a defesa prévia no processo é improrrogável.

RESPOSTA (A) Segundo o **art. 72**, *caput*, EOAB – Estatuto da OAB – “qualquer autoridade ou pessoa interessada” pode ser representada para abertura de processo disciplinar. (B) e (C) De acordo com o **§ 2º do art. 72**, EOAB. (D) O prazo para defesa prévia pode ser prorrogado, tendo em vista o **§ 3º do art. 73**. *Alternativa B*.

9592. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Viola o Código de Ética e Disciplina da OAB o advogado que

I. divida seus honorários em parcelas mensais e induza o cliente a assinar notas promissórias, com os respectivos valores e vencimentos.

II. receba, a título de patrocínio pela ação reivindicatória de um imóvel, automóvel de cliente que não disponha de dinheiro para efetuar o pagamento dos honorários.

III. distribua livreto com mensagens bíblicas às famílias das vítimas de um acidente aéreo, tendo o cuidado de inserir seu cartão profissional entre as páginas do livreto, de maneira que o cartão só possa ser percebido por quem folheie o livreto.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item II está certo.

(B) Apenas os itens I e II estão certos.

(C) Apenas os itens I e III estão certos.

(D) Todos os itens estão certos.

RESPOSTA (I) Viola o **Código de Ética**, conforme estabelece o seu **art. 42**. (II) É tolerado em *caráter excepcional* o recebimento de bens como honorários advocatícios (parágrafo único, art. 38, Código de Ética). (III) O advogado pode anunciar os seus serviços profissionais “com discrição e moderação”, e não da forma exposta pela afirmativa. *Alternativa C.*

9593. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** O Tribunal de Ética e Disciplina da OAB prevê, considerada a natureza da infração ética cometida, a suspensão temporária da aplicação das penas de advertência e censura impostas, desde que o infrator

(A) seja primário e, dentro do prazo de 120 dias, passe a frequentar e conclua curso, simpósio,

seminário, ou atividade equivalente, sobre ética profissional do advogado, realizados por entidade de notória idoneidade.

(B) assine termo de compromisso para a prestação de serviços comunitários voltados ao atendimento das demandas judiciais da população de baixa renda, mesmo não sendo primário.

(C) seja primário e sofra de doença incurável ou contagiosa.

(D) seja primário e, dentro do prazo de 120 dias, passe a frequentar e conclua curso de formação em civismo constitucionalista.

RESPOSTA A presente questão está tratada no **art. 59**, Código de Ética, e a condição para a "suspensão temporária da aplicação das penas de advertência e censura" está reproduzida no texto da *alternativa A*.

9594. **(Advogado – OAB – 2008 – CESPE)** Antônio, advogado inscrito na OAB, participa semanalmente de um programa de televisão, esclarecendo dúvidas dos telespectadores a respeito de relações de consumo. Nessas oportunidades, além de divulgar os telefones de um instituto de defesa do consumidor que oferece assistência jurídica aos seus associados a preços módicos, fundado e dirigido por ele mesmo, Antônio aconselha os telespectadores a comparecer ao referido instituto. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta com base no Código de Ética e Disciplina da OAB.

(A) Antônio deve deixar de participar do programa de televisão, visto que o Código de Ética e Disciplina da OAB proíbe essa participação aos advogados regularmente inscritos na Ordem, salvo em noticiários e, exclusivamente, para fins informativos, sendo vedados pronunciamentos ilustrativos, educacionais ou instrutivos.

(B) Antônio deve continuar a divulgar os telefones do referido instituto de defesa do consumidor, pois o Código de Ética e Disciplina da OAB impõe ao advogado o dever da transparência, de acordo com o princípio da publicidade e da livre expressão, sendo, portanto, permitidas todas as formas de manifestação pública do profissional regularmente inscrito na Ordem.

(C) Antônio deve abster-se de responder com habitualidade consulta sobre matéria jurídica, nos meios de comunicação social, com o intuito de promover-se profissionalmente.

(D) Antônio deve, tão somente, abster-se de debates sensacionalistas.

RESPOSTA Segundo o Código de Ética, por meio do **inciso I do art. 33**, o advogado deve abster-se de *responder com habitualidade consulta sobre matéria jurídica, nos meios de comunicação social, com intuito de promover-se profissionalmente*, como é o caso em comento. *Alternativa C.*

9595. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** José da Silva foi denunciado pela prática de homicídio. Para defendê-lo, foi contratado o advogado Antônio Macedo, respeitável criminalista da cidade e, por coincidência, inimigo do *de cujus*. O denunciado confessou o crime no escritório de seu patrono, ocasião em que estavam presentes a esposa e os pais do réu. Durante o julgamento, porém, o réu, ao ser interrogado perante o juiz e os jurados, afirmou ter sido o advogado Antônio Macedo o verdadeiro autor do crime. Diante dos fatos acima narrados, assinale a opção correta de acordo com o Código de Ética e Disciplina dos Advogados.

(A) O sigilo profissional impede o advogado de revelar a confissão do cliente, cabendo à esposa e aos pais do réu desmentir a acusação ocorrida no interrogatório.

(B) O advogado, nesse caso, pode revelar o segredo a ele confiado, visto que ele, vendo-se afrontado pelo próprio cliente, tem de agir em defesa própria.

(C) O advogado deverá substabelecer o mandato outorgado com reservas de iguais poderes a outro patrono.

(D) O advogado poderá revelar as confidências feitas em seu escritório desde que autorizado pelo réu.

RESPOSTA O **art. 25**, Código de Ética, preceitua que o sigilo profissional é inerente à profissão, impondo-se o seu respeito, salvo grave ameaça ao direito à vida, à honra, ou *quando o advogado se veja afrontado pelo próprio cliente e, em defesa própria, tenha que revelar segredo*, porém sempre restrito ao interesse da causa. *Alternativa B.*

9596. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** O advogado Júlio César anunciou seus serviços profissionais em *outdoors* na cidade em que exercia suas atividades. Ao lado de sua fotografia de paletó e gravata, eram apresentados seu nome, inscrição na OAB, o endereço do escritório, os nomes de alguns de seus clientes mais famosos na localidade e as frases: A pessoa certa para resolver seus problemas judiciais. A garantia da vitória ou seu dinheiro de volta. Aqui o cliente é quem manda.

Com base no CED-OAB, assinale a opção correta a propósito da situação hipotética acima.

(A) É possível o anúncio dos serviços profissionais de advogados em *outdoors*, desde que o advogado o faça com discrição quanto ao conteúdo e à forma.
(B) Não há problema na mera divulgação dos nomes dos clientes na publicidade de Júlio César, já que esta é uma forma de atrair pessoas com os mesmos tipos de problemas jurídicos.
(C) A seccional da OAB em que está inscrito Júlio César poderá abrir processo disciplinar contra ele, desde que haja representação de um de seus clientes arrolados no anúncio.
(D) O anúncio em *outdoors* é tipificado como imoderado e vedado pelo CED-OAB.

RESPOSTA O **art. 30**, Código de Ética, fulmina qualquer anúncio sob a forma de placas, na sede profissional ou na residência do advogado, devendo este observar discrição quanto ao conteúdo, à forma e às dimensões, sem qualquer aspecto mercantilista *vedado a utilização de "outdoor" ou equivalente*. *Alternativa D*.

9597. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** À luz do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinale a opção correta quanto aos procedimentos do processo disciplinar.

(A) Em respeito aos direitos e garantias individuais consagrados na CF, os processos disciplinares, instaurados mediante representação dos interessados, devem preservá-los no anonimato. Em tais casos, recebida a representação, o presidente do Conselho Seccional designa como relator um membro da sociedade civil organizada para presidir a instrução processual.
(B) O relator pode propor ao presidente do Conselho Seccional ou da subseção o arquivamento da representação, quando esta estiver desconstituída dos pressupostos de admissibilidade.
(C) A representação contra membros do Conselho Federal e presidentes dos Conselhos Seccionais é processada e julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
(D) Extinto o prazo das razões finais, o relator profere sentença cominatória, a ser submetida ao tribunal.

RESPOSTA De acordo com o § 2º do art. 51, Código de Ética. *Alternativa B*.

9598. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Quanto à publicidade, o Código de Ética e Disciplina da OAB permite ao advogado

(A) utilizar símbolos oficiais e os que sejam utilizados pela OAB apenas em material impresso.
(B) veicular na mídia impressa referências a valores dos serviços, tabelas, gratuidade ou formas de pagamento, desde que não sejam utilizados termos ou expressões que possam iludir ou confundir o público.
(C) pronunciar-se sobre métodos de trabalho usados por seus colegas de profissão em programas de

televisão, desde que sem insinuações a promoção pessoal ou profissional, ou debate de caráter sensacionalista.

(D) anunciar, individual ou coletivamente, os seus serviços profissionais, com discrição e moderação, para finalidade exclusivamente informativa.

RESPOSTA De acordo com o art. 28, Código de Ética. *Alternativa D*.

9599. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Os advogados João da Silva e José de Sousa, integrantes da mesma sociedade profissional, representam em juízo clientes com interesses opostos, sem que estes tenham ciência do fato. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta com base no Código de Ética e Disciplina da OAB.

(A) Os advogados integrantes da mesma sociedade profissional ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca não podem representar em juízo clientes com interesses opostos.

(B) A necessidade de resguardar o sigilo profissional impede que os advogados em questão informem seus respectivos clientes das pretensões de seus oponentes, todavia não os impede de representar em juízo clientes com interesses opostos, desde que empreguem todos os meios lícitos para formular acordo compatível com os interesses de seus representados.

(C) Os advogados em questão devem limitar-se a informar seus respectivos clientes, de forma clara e inequívoca, dos eventuais riscos da sua pretensão e das consequências que poderão advir da demanda por eles patrocinada, uma vez que integram uma mesma sociedade profissional.

(D) Quando advogados de uma mesma sociedade profissional representam em juízo clientes com interesses opostos, faz-se necessária a presença de um interventor do conselho de ética da seccional em que essa sociedade encontra-se sediada, com o objetivo de controlar e fiscalizar a atuação dos causídicos.

RESPOSTA De acordo com o art. 17, Código de Ética. *Alternativa A*.

9600. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Um advogado foi contratado por um cliente para atuar, em substituição a outro advogado, em um processo que tramita na primeira vara cível de uma capital há 10 anos, dos quais há dois anos está concluso para sentença.

Considerando-se a situação hipotética acima e o que dispõe o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (CED-OAB), o advogado contratado deverá

(A) juntar aos autos novo instrumento de procuração e requerer que as futuras intimações sejam feitas em seu nome, assim como pedir ao juiz que intime o afastamento do advogado que atuava anteriormente no processo.

(B) requerer ao juiz da causa que declare a extinção do mandato do advogado que atuava no processo.

(C) orientar o cliente para revogar a procuração outorgada ao outro advogado mediante ação judicial prevista no Livro de Procedimentos Especiais do Código de Processo Civil.

(D) entrar em contato com o advogado que já atua no caso e solicitar-lhe substabelecimento ou renúncia ao mandato.

RESPOSTA Não há necessidade de adoção de *medidas judiciais urgentes e inadiáveis*, uma vez que o processo está concluso ao juiz, observado o **art. 11**, CED; o advogado contratado deverá contatar o patrono que já atuava na lide para que lhe forneça substabelecimento ou mesmo renuncie ao mandato. *Alternativa D*.

9601. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Advogados assediam parentes de vítimas de acidente.

Há advogados que comparecem a enterros de vítimas de acidentes ocorridos na prestação de serviço público praticado por empresas aéreas, para oferecer aos familiares seus serviços na proposição de ações judiciais, prometendo indenizações milionárias contra as empresas envolvidas no acidente. Advogados estrangeiros também têm vindo ao Brasil com o mesmo objetivo.

Internet:<www://conjur.estadao.com.br> (com adaptações).

Tendo como referência inicial o texto acima e com relação ao CED-OAB, assinale a opção correta.

(A) Em atenção ao princípio da publicidade, durante a tramitação do processo administrativo disciplinar movido contra advogados que assediam familiares de vítimas de acidentes, haverá livre acesso a todos os que desejarem manusear os autos, desde que estes não sejam retirados das dependências da OAB.
(B) O CED-OAB permite que o advogado anuncie seus serviços profissionais, individual ou coletivamente, com discrição e moderação, para finalidade exclusivamente informativa, vedada a divulgação conjunta com outra atividade.
(C) Na publicidade permitida pelo CED-OAB, pode o advogado divulgar a lista de seus clientes, desde que não indique as demandas em que eles estejam incluídos.
(D) O CED-OAB permite que o advogado debata causa sob seu patrocínio em qualquer veículo de comunicação, sem declarar o nome de qualquer um dos envolvidos, a título de esclarecimento da população, desde que essa atividade não proporcione a autopromoção do profissional.

RESPOSTA De acordo com o **art. 28, Código de Ética**. *Alternativa B*.

9602. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, o advogado pode ser suspenso preventivamente

(A) somente após o julgamento do recurso de ofício pelo conselho pleno da seccional onde tiver a inscrição principal, com o resultado obtido por maioria simples.
(B) pelo presidente da seccional onde tiver a inscrição principal, que recorrerá de ofício ao tribunal de ética e disciplina.
(C) somente em procedimento originário no Conselho Federal da Ordem dos Advogados, por maioria de dois terços de seus membros.
(D) pelo tribunal de ética e disciplina do conselho seccional onde tenha inscrição principal, depois de ouvido em sessão para a qual deverá ser notificado a comparecer.

RESPOSTA O **§ 3º do art. 70**, EOAB, trata da *suspensão preventiva* que pode ser aplicada ao advogado em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Nesse caso, o processo disciplinar deve ser concluído no *prazo máximo de noventa dias*. A competência para suspensão é do **Tribunal de Ética**. *Alternativa D*.

9603. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** De acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção que *não* constituir dever do advogado.

(A) Velar pela sua reputação pessoal e profissional.
(B) Abster-se de utilizar influência indevida em seu benefício ou de seu cliente.
(C) Cumprir todas as ordens de seu patrão, quando vinculado ao cliente ou constituinte por relação de emprego.
(D) Não vincular seu nome a empreendimento de cunho manifestamente duvidoso.

RESPOSTA De acordo com o art. 4º, Código de Ética. *Alternativa C*.

9604. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Ainda considerando o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) É permitido o oferecimento de serviços advocatícios que importem, mesmo que indiretamente, em inculcação de clientela, desde que realizada discretamente.

(B) Considere que um advogado tenha colaborado, orientado ou conhecido em consulta ato jurídico antes da outorga de poderes pelo novo cliente. Nesse caso, é desnecessário que ele se abstenha de patrocinar causa que vise à impugnação da validade desse ato.

(C) O substabelecimento de mandato com reservas de poderes exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.

(D) É legítimo que o advogado recuse o patrocínio de pretensão concernente a lei ou direito que também lhe seja aplicável, ou que contrarie expressa orientação sua, manifestada anteriormente.

RESPOSTA De acordo com o parágrafo único do art. 4º, Código de Ética. *Alternativa D*.

9605. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** De acordo com o Código de Ética da OAB e com a Lei n. 8.906/1994, assinale a opção correta.

(A) O anúncio dos serviços do advogado pode ser feito utilizando-se apenas o apelido pelo qual ele é conhecido, não sendo exigido que se mencione o nome completo.

(B) O anúncio dos serviços do advogado pode ser feito por meio de publicidade ou propaganda em televisão ou rádio, desde que realizado com discrição e de forma moderada.

(C) Presumem-se confidenciais as comunicações epistolares entre advogado e cliente, que não podem, portanto, ser reveladas a terceiros.

(D) A celebração de convênio para prestação de serviços jurídicos com redução dos valores estabelecidos na tabela de honorários não corresponde a captação de clientes ou causa, salvo se as condições peculiares da necessidade e dos carentes o exigirem, e não há necessidade de prévia demonstração perante o Tribunal de Ética e Disciplina.

RESPOSTA De acordo com o parágrafo único do art. 27, Código de Ética. *Alternativa C*.

9606. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** No que se refere ao processo administrativo disciplinar perante a OAB, de que trata a Lei n. 8.906/1994, assinale a opção *incorreta*.

(A) Salvo disposição em contrário, aplica-se subsidiariamente ao processo disciplinar a legislação processual penal comum.

(B) Em regra, os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, em processos disciplinares da OAB, são de 15 dias.

(C) A competência do Conselho Seccional para punir disciplinarmente os inscritos na OAB firma-se, em regra, pelo lugar da infração.

(D) O processo disciplinar instaura-se apenas por meio de representação de uma autoridade ou por solicitação da pessoa interessada.

RESPOSTA De acordo com o *caput* do art. 72, EOAB. *Alternativa D*.

X. Ordem dos Advogados do Brasil

9607. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Ao conselho da subseção compete

(A) representar a OAB no Conselho de Segurança do MERCOSUL.

(B) fiscalizar as funções e atribuições do conselho seccional.
(C) instaurar e instruir processos disciplinares, para julgamento pelo Conselho Federal.
(D) receber pedido de inscrição nos quadros de advogado e estagiário, instruindo e emitindo parecer prévio, para decisão do conselho seccional.

RESPOSTA De acordo com a alínea *d* do parágrafo único do art. 61, EOAB. *Alternativa D*.

9608. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, tem efeito suspensivo recurso contra
(A) decisão não unânime proferida por conselho seccional.
(B) decisão que trate de eleições de membros dos órgãos da OAB.
(C) suspensão preventiva decidida pelo Tribunal de Ética e Disciplina.
(D) cancelamento da inscrição obtida com falsa prova.

RESPOSTA De acordo com o art. 77, EOAB. *Alternativa A*.

9609. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Compete ao presidente do Conselho Federal da OAB
(A) aplicar penas disciplinares, no caso de infração cometida no âmbito do Conselho Federal.
(B) alienar ou onerar bens móveis.
(C) presidir o Órgão Especial, com direito a voto de qualidade, no caso de empate.
(D) definir os critérios para despesas com transporte e hospedagem dos conselheiros, membros das comissões e convidados.

RESPOSTA A competência do **Presidente do Conselho Federal** da OAB está elencada nos sete *incisos* do **art. 100** do **Regulamento Geral da OAB**; entre eles, no **inciso V**. *Alternativa A*.

9610. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta acerca das caixas de assistência dos advogados.
(A) As caixas de assistência dos advogados, no âmbito dos estados, têm personalidade jurídica própria, não podendo sofrer intervenção dos respectivos conselhos seccionais.
(B) O estatuto da Caixa de Assistência dos Advogados deve ser aprovado pela diretoria dessa entidade e registrado pelo presidente na secretaria estadual da fazenda.
(C) A coordenação nacional das caixas de assistência é o órgão de assessoramento do Conselho Federal da OAB para a política nacional de assistência e seguridade dos advogados.
(D) A Caixa de Assistência dos Advogados tem caráter nacional e é administrada pelo presidente do Conselho Federal da OAB.

RESPOSTA A **Caixa de Assistência dos Advogados**, com personalidade jurídica própria, segundo o **art. 62, EOAB**, destina-se a prestar assistência aos inscritos no Conselho Seccional a que se vinculem. O assunto também é abordado a partir do **art. 121 do Regulamento Geral** e, entre as opções da questão, a única que tem previsão no texto regulamentar é a *alternativa C, vide* **art. 126**. *Alternativa C*.

9611. (Advogado – OAB – 2010 – CESPE) No que se refere às eleições na OAB, assinale a opção correta.
(A) São permitidas candidaturas isoladas ou que integrem mais de uma chapa.
(B) Estagiários inscritos na OAB poderão integrar chapas que tenham em seus programas a Comissão OAB Jovem.

(C) Os advogados que compõem a comissão eleitoral poderão integrar as chapas concorrentes, estando apenas o presidente da comissão impedido de integrá-las.

(D) Para integrar uma chapa, o advogado deverá exercer efetivamente advocacia há mais de cinco anos, excluído o período de estagiário.

RESPOSTA (A) Conforme o **art. 131 do Regulamento**, são vedadas *candidaturas isoladas* ou que integrem mais de uma chapa. (B) Somente *advogados*, entre outros requisitos, podem ser candidatos (art. 131, § 2º, *a*, do Regulamento). (C) **Art. 129**, RGOAB. (D) De acordo com a ***alínea f* do § 2º do art. 131**, RGOAB. *Alternativa D*.

9612. (Advogado – OAB – 2009 – CESPE) Acerca da CNA, assinale a opção correta à luz do Regulamento Geral e do Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) Os advogados inscritos na CNA são considerados seus membros efetivos, com direito a voto.

(B) A CNA é órgão consultivo máximo do Conselho Federal da OAB, tendo por objetivo a eleição do presidente e da diretoria desse Conselho.

(C) A comissão organizadora da CNA é designada pelo secretário-geral da OAB e integrada por professores renomados no cenário jurídico nacional.

(D) As conclusões da CNA são compiladas em atos normativos de cumprimento obrigatório pelos conselhos seccionais da OAB.

RESPOSTA (A) São seus membros *efetivos*, entre outros, os advogados inscritos na CNA, com direito a voto (art. 146, I, RGOAB). (B) Em desacordo com o **art. 145**, RGOAB. (C) Em desacordo com o **art. 147**, RGOAB. (D) Em desacordo com o **§ 3º** do **art. 145**, RGOAB. *Alternativa A*.

9613. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) No que se refere à CNA, assinale a opção correta.

(A) A CNA é dirigida por uma comissão organizadora, designada pelo presidente do Conselho Federal, por ele presidida e integrada pelos membros da diretoria e por outros convidados.

(B) Cabe ao Conselho Federal definir a distribuição do temário, os nomes dos expositores, a programação dos trabalhos, os serviços de apoio e infraestrutura e o regimento interno da CNA.

(C) As sessões da CNA são dirigidas por um presidente e um relator, escolhidos pelo Conselho Federal.

(D) Durante o funcionamento da conferência, a comissão organizadora é representada pelo relator, que tem poderes para cumprir a programação estabelecida e decidir as questões ocorrentes e os casos omissos.

RESPOSTA (A) De acordo com o *caput* do **art. 147** do Regulamento Geral do EOAB. (B) Cabe à comissão organizadora (art. 147, § 2º). (C) Cabe à comissão organizadora a escolha (art. 149, § 1º). (D) A representação da comissão cabe ao Presidente (art. 148). *Alternativa A*.

9614. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Acerca da composição e do funcionamento dos tribunais de ética e disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) Compete privativamente a cada conselho seccional definir a composição e o funcionamento dos tribunais de ética e disciplina, bem como a escolha dos membros desses tribunais.

(B) Os membros dos tribunais de ética e disciplina são eleitos a cada triênio, por votação direta, excluindo-se desta os estagiários.

(C) A composição desses tribunais depende de parecer expedido pela plenária do Conselho Federal.

(D) O presidente do tribunal de ética e disciplina é escolhido pelo colegiado do Conselho Federal, em votação secreta.

RESPOSTA (A) Conforme previsto no **inciso XIII** do **art. 58**, EOAB. (B), (C) e (D) Não encontram parâmetro legal na disciplina dos tribunais de ética prevista no **art. 114** do Regulamento Geral. *Alternativa A*.

9615. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Ainda com relação ao tribunal de ética e disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) Cabe ao tribunal de ética e disciplina da OAB suspender preventivamente o advogado que, por mais de três anos consecutivos, não regularizar suas pendências com a Receita Federal.

(B) O processo disciplinar instaura-se somente por representação do ofendido, não sendo possível fazê-lo de ofício.

(C) Quando, além da infração disciplinar, configurar como crime ou contravenção o fato de que o advogado seja acusado, o julgamento do infrator na justiça comum dependerá de comunicação de tal fato pelo tribunal de ética e disciplina da OAB.

(D) O processo disciplinar perante a OAB tramita em sigilo até que se encerre, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente.

RESPOSTA (A) Não há previsão dessa hipótese de *suspensão* (art. 37, EOAB). (B) Também pode ser por *ofício* (art. 72, *caput*). (C) Diversamente aplicada do previsto no art. 71. (D) Corresponde à previsão contida no **§ 2º** do **art. 72**, EOAB. *Alternativa D*.

9616. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Com relação ao Conselho Federal da OAB, assinale a opção correta.

(A) As delegações de cada unidade federativa são compostas por seis conselheiros federais e dois suplentes.

(B) Os presidentes dos Conselhos Seccionais participam do plenário do Conselho Federal, podendo votar em desacordo com os respectivos conselheiros federais quando abordadas questões referentes às garantias do exercício da advocacia.

(C) O Conselho Federal compõe-se dos conselheiros federais, integrantes das delegações de cada unidade federativa, e dos seus ex-presidentes, na qualidade de membros honorários vitalícios.

(D) O Conselho Federal atua por meio da diretoria, da presidência, do plenário, de quatro câmaras técnicas e do órgão especial recursal.

RESPOSTA (A) Cada delegação é composta por três conselheiros (art. 51, § 1º, EOAB). (B) Os presidentes dos Conselhos Seccionais têm apenas direito a “voz” (art. 52). (C) Conforme prevê os **incisos I** e **II** do **art. 51**, EOAB. (D) Observados os órgãos previstos no **art. 64** do Regulamento Geral. *Alternativa C*.

9617. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Entre as competências do Conselho Federal, inclui-se a de

(A) autorizar a criação, o reconhecimento e(ou) credenciamento dos cursos jurídicos no Brasil.

(B) instaurar, de ofício, processo de cassação dos presidentes vitalícios acusados de enriquecimento ilícito.

(C) autorizar, por maioria simples das delegações, a oneração ou alienação de seus bens imóveis por meio de seu presidente.

(D) dispor sobre a identificação dos inscritos na OAB e sobre os respectivos símbolos privativos.

RESPOSTA As **competências** do Conselho Federal estão previstas no **art. 54**, EOAB, e entre elas, a única que está corretamente apontada é aquela da *alternativa D*, fundamentada no **inciso X**. *Alternativa D.*

9618. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) As competências do órgão especial do Conselho

Pleno incluem a deliberação sobre

I. recurso contra decisões das câmaras, apenas quando não tenham sido unânimes ou contrariem o estatuto, o regulamento geral, o código de ética e disciplina e os provimentos.

II. recurso contra decisões do presidente da República ou do ministro-chefe da Casa Civil.

III. consultas escritas, formuladas em tese, relativas às matérias de competência das câmaras especializadas ou à interpretação do estatuto, do regulamento geral, do código de ética e disciplina e dos provimentos, devendo todos os conselhos seccionais ser cientificados do conteúdo das respostas.

IV. conflitos ou divergências entre órgãos da OAB.

V. determinação ao conselho seccional competente para instaurar processo, quando, em autos ou peças submetidos ao conhecimento do Conselho Federal, encontrar fato que constitua infração disciplinar.

Estão certos apenas os itens

(A) I, II e III.

(B) I, III e IV.

(C) II, IV e V.

(D) III, IV e V.

RESPOSTA As competências do Órgão Especial estão previstas nos cinco incisos do **art. 85** do Regulamento Geral, as quais estão praticamente reproduzidas nos itens da presente questão. Os itens que *fielmente* reproduzem os incisos são o III, o IV e o V. *Alternativa D*.

9619. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Em relação à organização dos Conselhos Seccionais e das Subseções, assinale a opção correta.

(A) O Conselho Seccional, por voto da maioria absoluta de seus membros, pode intervir nas Subseções.

(B) O Conselho Seccional comunica aos seus advogados inscritos a tabela de honorários estipulada pelo Conselho Federal.

(C) Os Conselhos Seccionais elegem a lista sêxtupla para o provimento de cargos de desembargador, exceto o Conselho do Distrito Federal, em razão de essa unidade da Federação não ter Poder Judiciário próprio.

(D) A área territorial da Subseção pode abranger um ou mais municípios, ou parte de município, desde que haja pelo menos quinze advogados profissionalmente domiciliados.

RESPOSTA (A) O Conselho Seccional, mediante voto de **2/3 (dois terços)** de seus membros, pode intervir nas Subseções, conforme o **§ 6º do art. 60**, EOAB. (B) Ao Conselho Seccional também compete, privativamente, fixar a tabela de honorários, segundo o **inciso V do art. 58**, EOAB. (C) Não há distinção pretendida, visto o que determina o **§ 2º do art. 45**, EOAB. (D) De acordo com o **§ 1º do art. 60**, EOAB. *Alternativa D*.

9620. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Em relação à organização da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinale a opção correta.

(A) Somente é possível a criação de Caixa de Assistência dos Advogados quando a seccional contar com mais de 1.500 inscritos.

(B) A OAB está ligada ao Ministério da Justiça para fins de dotação orçamentária.

(C) O presidente de Seccional pode, a critério do Pleno, receber remuneração pelo exercício do cargo.

(D) O Conselho Seccional é órgão do Conselho Federal.

RESPOSTA (A) As **Caixas de Assistência dos Advogados** somente são criadas quando a seccional contar com mais de 1.500 (mil e quinhentos) inscritos, conforme determina **§ 4º do art. 45**, EOAB. (B) **§ 1º do art. 44**, EOAB. (C) **Art. 48**, EOAB. (D)

§ 2º do art. 45, EOAB. *Alternativa A.*

9621. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Uma empresa brasileira de ônibus, com sede em São Paulo, transportava, da cidade de Campinas-SP para Buenos Aires, na Argentina, passageiros de nacionalidade Argentina. Em território brasileiro, houve acidente em que faleceram todos os passageiros e o motorista. João da Silva, advogado inscrito na OAB/SP, colocou anúncios nos principais jornais argentinos, oferecendo seus serviços para o ajuizamento de ação de indenização perante a justiça estadual de São Paulo, com a afirmação de que garantia o êxito da demanda. Para alguns dos familiares dos falecidos, houve, inclusive, o envio de carta com o mesmo teor da propaganda.

Em relação à situação acima descrita, assinale a opção correta, de acordo com o Estatuto da OAB.

(A) O Conselho Federal é originariamente competente para dar início ao processo disciplinar contra o advogado, visto que a infração de ostensiva propaganda com garantia de êxito na atuação em juízo ocorreu fora do território nacional.

(B) A OAB não poderá aplicar penalidade ao advogado em razão de a publicidade ter ocorrido fora do território nacional.

(C) Ao tomar conhecimento do fato, o tribunal de ética e disciplina da seccional de São Paulo pode suspender o advogado preventivamente, desde que respeitado o contraditório prévio.

(D) A Ordem dos Advogados da Argentina pode instaurar processo ético-disciplinar contra o advogado.

RESPOSTA No presente caso, caberia ao Tribunal de Ética e Disciplina da seccional de São Paulo julgar o processo disciplinar, podendo inclusive suspender o advogado preventivamente, conforme o **§ 3º do art. 70**, EOAB, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer. *Alternativa C*.

9622. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Em relação à organização e ao funcionamento da OAB, assinale a opção correta, de acordo com o Estatuto dos Advogados.

(A) O conselho federal é competente para a criação de subseções com mais de 5 mil advogados.

(B) Os conselheiros federais de São Paulo, quando presentes às sessões de seu respectivo conselho seccional, têm direito a voz, mas não podem votar nessas sessões.

(C) Em razão da personalidade jurídica própria da Caixa de Assistência dos Advogados, contra ato de sua diretoria não cabe recurso ao respectivo conselho seccional.

(D) Uma subseção da OAB tem diretoria eleita, mas não pode ter conselho de subseção.

RESPOSTA O Estatuto aponta, no **§ 3º do art. 56**, que, quando presentes às sessões do Conselho Seccional, o Presidente do Conselho Federal, os *Conselheiros Federais integrantes da respectiva delegação*, o Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados e os Presidentes das Subseções ***têm direito a voz***, mas não a voto. *Alternativa B*.

9623. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Em relação ao Conselho Federal da OAB, assinale a opção correta de acordo com o Regulamento Geral da OAB.

(A) Os ex-presidentes do Conselho Federal não têm direito a voto nas sessões desse conselho.

(B) Para a edição de provimentos, exige-se o *quorum* de maioria absoluta dos conselheiros federais.

(C) Na hipótese de renúncia de conselheiro federal de um estado da Federação, cabe ao Conselho Federal, na inexistência de suplente, eleger outro que o substitua.

(D) O voto da delegação de conselheiros federais de um estado da Federação é o de sua maioria.

RESPOSTA (A) Segundo o **§ 2º do art. 77** do Regulamento, os ex-presidentes empossados antes de 5-7-1994 têm direito a voto. (B) Em desacordo com o **art. 78** (*quorum* de 2/3). (C) Contraria o **§ 3º do art. 54**. (D) De acordo com o **art. 68** do

Regulamento. *Alternativa D*.

9624. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** De acordo com o Regulamento Geral da Advocacia, assinale a opção correta em relação à organização e atuação dos conselhos seccionais da OAB.

(A) Os conselhos seccionais são integrados por um número mínimo de 30 membros.

(B) Não cabe intervenção do conselho seccional nas suas subseções, visto que os integrantes das subseções são eleitos pelo voto direto dos advogados que as integram.

(C) O ajuizamento de ação civil pública pela OAB pode ser decidido pela diretoria da seccional.

(D) O cargo de conselheiro seccional não tem suplentes eleitos, uma vez que a suplência somente está prevista para membros do Conselho Federal.

RESPOSTA (A) Inexiste um número mínimo, conforme o **art. 106** do Regulamento. (B) O **art. 105** permite intervenção. (C) No caso de urgência ou recesso do Conselho Seccional, a diretoria decide pelo ajuizamento de ação civil pública (parágrafo único, art. 105). (D) O conselheiro seccional tem suplente, conforme o **§ 2º do art. 106** do Regulamento. *Alternativa C.*

9625. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** No que se refere à organização da OAB, assinale a opção correta.

(A) As caixas de assistência dos advogados têm por objetivo organizar os seguros de saúde dos inscritos na OAB e seus familiares, mas não podem promover sua seguridade social complementar.

(B) A área da subseção do conselho seccional limita-se à do município em que estiver situada.

(C) O presidente do Conselho Federal não precisa ser conselheiro federal eleito.

(D) O presidente do instituto dos advogados estadual é membro honorário e tem direito a voz e voto nas reuniões da seccional, pois o instituto é órgão da OAB.

RESPOSTA (A) Em contrariedade ao **§ 2º do art. 62**, EOAB. (B) A área territorial da subseção pode abranger um ou mais municípios, conforme o **§ 1º do art. 60**, EOAB. (C) De acordo com o **parágrafo único do art. 67**, EOAB. (D) Ciência do **§ 2º do art. 56**, EOAB. *Alternativa C.*

9626. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Em relação ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a opção correta.

(A) O Conselho Federal é o órgão competente para autorizar a instalação de cursos jurídicos no Brasil, inclusive promovendo a recomendação das instituições com melhor aproveitamento nos exames de ordem.

(B) Compete ao Conselho Federal elaborar a lista sêxtupla para indicação dos advogados que concorrerão à vaga de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios porque é a União que organiza e mantém o Poder Judiciário daquela unidade da Federação.

(C) O presidente do Conselho Federal tem direito apenas a voz nas deliberações do conselho.

(D) O voto nas deliberações do Conselho Federal é tomado por cada delegação estadual.

RESPOSTA (A) Em contradição com o **inciso XV do art. 54**, EOAB. (B) Ciência do **inciso XIII do art. 54**, EOAB. (C) O presidente do Conselho Federal tem apenas o *voto de qualidade* (§ 1º, art. 53, EOAB). (D) De acordo com o **§ 2º do art. 53**, EOAB. *Alternativa D.*

9627. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Assinale a opção correta no que se refere à estrutura e funcionamento do Conselho Federal da OAB.

(A) O conselho pleno pode decidir sobre todas as matérias privativas de seu órgão especial, quando o presidente atribuir-lhes caráter de urgência e grande relevância.

(B) Ao conselho pleno compete deliberar, em caráter nacional, sobre propostas e indicações relacionadas às finalidades institucionais da OAB bem como instituir, mediante resolução, comissões permanentes para assessorar o Conselho Federal e a diretoria; eleger o sucessor dos membros da diretoria do Conselho Federal, em caso de vacância por morte e regular, mediante provimento, matérias de sua competência que não exijam edição de resolução normativa.

(C) As indicações e propostas são oferecidas oralmente, devendo o presidente designar relator para apresentar relatório e voto escrito na sessão seguinte, acompanhado, obrigatoriamente, da ementa do acórdão.

(D) Todas as propostas, ainda que previstas no orçamento, devem ser apreciadas apenas depois de ouvido o diretor-tesoureiro quanto às disponibilidades financeiras para a sua execução.

RESPOSTA De acordo com o parágrafo único do art. 75 do Regulamento Geral. *Alternativa A*.

9628. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Aos Conselhos Seccionais da OAB incumbe atualizar o cadastro dos advogados inscritos e organizar a lista correspondente. A esse respeito, assinale a opção correta.

(A) Esse cadastro deve ser feito até 31 de dezembro de cada ano e deve conter o nome completo de cada advogado, o número da inscrição (principal e suplementar), os endereços e telefones profissionais e o nome da sociedade de advogados de que faça parte, se for o caso.

(B) Os registros constantes no cadastro devem ter ampla publicidade, sendo permitido a qualquer cidadão acessar os dados pessoais dos advogados inscritos na OAB.

(C) Os dados cadastrais são sigilosos, sendo permitido o acesso a eles apenas por deliberação expressa de conselheiro federal mediante *habeas data* impetrado exclusivamente pelo procurador-geral da República, pelo ministro da Justiça ou pelo presidente do STF.

(D) O cadastro e a lista correspondente são indexados à Receita Federal e permitem o rastreamento da movimentação bancária dos advogados suspeitos de envolvimento com lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

RESPOSTA De acordo com o § 1º do art. 24 do Regulamento Geral. *Alternativa A*.

9629. **(Advogado – OAB – 2007 – CESPE)** Acerca do Conselho Federal da OAB, com sede na capital da República, assinale a opção correta.

(A) Ao presidente do Conselho Seccional é reservado lugar junto à delegação respectiva, não tendo ele, porém, direito a voz nas sessões do Conselho Federal e de suas câmaras.

(B) O presidente nacional da OAB e o presidente do Conselho Federal reúnem-se, mensalmente, em sessão plenária para deliberarem em conjunto sobre os assuntos relativos ao desempenho de suas atividades.

(C) No exercício de seu mandato, o conselheiro federal atua no interesse de seus representantes diretos, cabendo ao presidente do Conselho Federal atuar no interesse da advocacia nacional.

(D) O Conselho Federal da OAB compõe-se de um presidente, dos conselheiros federais integrantes das delegações de cada unidade federativa e de seus ex-presidentes, tendo estes direito a voz nas sessões do Conselho.

RESPOSTA De acordo com o § 1º do art. 62 do Regulamento Geral. *Alternativa D*.

9630. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Em relação à administração da OAB, assinale a opção correta.

(A) A terceira câmara do conselho federal da OAB é presidida por seu tesoureiro e tem, entre suas atribuições, a de apreciar os relatórios anuais e deliberar acerca do balanço e das contas da diretoria do conselho federal e dos conselhos seccionais.
(B) Compete à primeira câmara do conselho federal da OAB decidir quanto aos recursos acerca da ética do advogado.
(C) A OAB é autarquia da administração pública e tem seus servidores nomeados, após a aprovação em concurso público, pelo ministro da Justiça.
(D) O ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade pelo conselho federal é decisão exclusiva do seu presidente.

RESPOSTA O *Conselho Federal* atua mediante órgãos (art. 64 do Regulamento), entre os quais estão as *Câmaras,* que são subdivididas em três (art. 87). (A) De acordo com o art. 90. (B) A competência da primeira encontra-se no **art. 88** (e a *afirmativa* prevê matéria de competência da *segunda*, art. 89). (C) A OAB *não mantém com órgãos da Administração Pública* qualquer vínculo funcional ou hierárquico (art. 44, § 1º, EOAB). (D) Ciência do **inciso V do art. 105** do Regulamento Geral. *Alternativa A*.

9631. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** Assinale a opção correta acerca da interpretação e da aplicação da Lei n. 8.906/1994, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

(A) A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não integra a administração pública.
(B) Os advogados não estão isentos do pagamento da contribuição sindical.
(C) A presença de advogado no juizado especial criminal federal é facultativa nas causas de até 20 salários mínimos.
(D) O direito a prisão especial, em favor do advogado, não gera direito ao recolhimento em prisão domiciliar, na hipótese de inexistência de sala de Estado-Maior.

RESPOSTA De acordo com o § 1º do art. 44, EOAB. *Alternativa A*.

9632. **(Advogado – OAB – 2006 – CESPE)** A respeito da organização da OAB, assinale a opção correta.

(A) Nos termos da Lei n. 8.906/1994, as caixas de assistência dos advogados são órgãos da OAB e não possuem personalidade jurídica própria.
(B) Um membro do Conselho Federal ou de qualquer órgão da OAB pode ter o seu nome incluído nas listas constitucionais para preenchimento de cargos nos tribunais.
(C) O tesoureiro não compõe o Conselho Federal.
(D) A condenação disciplinar é hipótese expressamente prevista de extinção automática do mandato perante a ordem.

RESPOSTA De acordo com o inciso II do art. 66, EOAB. *Alternativa D*.

XI. Temas Combinados

9633. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta de acordo com as disposições do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) O compromisso que o requerente à inscrição nos quadros da OAB deve fazer perante o conselho seccional, a diretoria ou o conselho da subseção é indelegável, haja vista sua natureza solene e personalíssima.
(B) Toda vez que figurar como indiciado em inquérito policial, por qualquer espécie de infração, o advogado deve ser assistido por um representante da OAB, sem prejuízo da atuação de seu defensor.
(C) É vedado ao requerente pleitear inscrição nos quadros da OAB sem ter, regularmente registrado,

diploma de bacharel em direito, não suprindo sua falta nenhum outro documento.

(D) O estagiário inscrito na OAB pode praticar, isoladamente, todos os atos próprios de advogado, desde que sua inscrição esteja regular.

RESPOSTA De acordo com o § 1º e *caput* do art. 20 do Regulamento Geral. *Alternativa A*.

9634. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) As funções de diretoria e de gerência jurídicas em qualquer empresa pública, privada ou paraestatal, inclusive em instituições financeiras, são privativas de advogado, permitindo-se, entretanto, seu exercício por quem não esteja inscrito regularmente na OAB.

(B) Considera-se efetivo exercício da atividade de advocacia a participação anual mínima em cinco atos privativos da profissão de advogado, em causas ou questões distintas.

(C) Procurador de Estado está desobrigado de inscrever-se na OAB, visto que sua capacidade postulatória já deriva da própria assunção desse cargo público.

(D) Os honorários de sucumbência a que o advogado empregado faça jus, como regra, devem integrar o salário ou remuneração e, por isso, devem ser considerados para efeitos trabalhistas ou previdenciários.

RESPOSTA (A) Art. 7º do Regulamento. (B) De acordo com o art. 5º do Regulamento. (C) Art. 9º do Regulamento. (D) Contraria a determinação do art. 14 do Regulamento. *Alternativa B.*

9635. **(Advogado – OAB – 2010 – CESPE)** Assinale a opção correta de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) O sócio de sociedade de advogados que cause danos a clientes deve responder por seu ato comissivo ou omissivo, sendo tal responsabilidade pessoal, não havendo implicações para a pessoa jurídica.

(B) Falecendo o advogado durante o curso de um processo, os honorários de sucumbência serão integralmente recebidos pelo profissional que o suceder na causa.

(C) Na situação em que advogados se reúnam em sociedade civil, devem as procurações ser outorgadas individualmente a cada causídico, com a indicação da sociedade de que façam parte.

(D) É proibido que a sociedade de advogados ostente, na razão social, o nome de sócio falecido. Assim, em caso de falecimento de algum sócio, deve-se, obrigatoriamente, providenciar a alteração do registro da sociedade.

RESPOSTA (A) A sociedade advocatícia também responde (art. 17, EOAB). (B) Em caso de morte, os honorários serão *proporcionais* na sucessão (art. 24, § 2º). (C) § 3º do art. 15, EOAB. (D) § 1º do art. 16, EOAB. *Alternativa C*.

9636. **(Advogado – OAB – 2009 – CESPE)** Acerca do exercício da advocacia, assinale a opção correta.

(A) Todos os membros dos Poderes Legislativo e Judiciário exercem atividade incompatível com a advocacia.

(B) O advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa, respondendo ilimitadamente pelos danos causados aos clientes em decorrência da ação ou omissão.

(C) O advogado que passar a sofrer de doença mental incurável deve licenciar-se por prazo indeterminado.

(D) O advogado que passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia

terá sua inscrição suspensa até desincompatibilizar-se.

RESPOSTA (A) Nem todos os membros do Poder Legislativo têm **incompatibilidade**, conforme previsto no **art. 28**, EOAB. (B) De acordo com os **arts. 17** e **32**, EOAB. (C) A **licença** somente é concedida para doenças *curáveis* (art. 12, III). (D) É hipótese de **cancelamento** (art. 11, IV). *Alternativa B*.

9637. (Advogado – OAB – 2008 – CESPE) Acerca do desagravo público e das disposições do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, julgue os itens subsequentes.

I. O inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional ou de cargo ou função da OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo conselho competente, de ofício, a seu pedido ou de qualquer pessoa.

II. Na sessão de desagravo, o presidente lê a nota a ser publicada na imprensa, encaminhada ao ofensor e às autoridades e registrada nos assentamentos do inscrito, bem como no livro-tombo do Conselho Nacional de Imprensa.

III. O desagravo público, como instrumento de defesa dos direitos e prerrogativas da advocacia, não depende de concordância do ofendido, que não pode dispensá-lo, devendo ser promovido a critério do conselho.

IV. O relator não pode propor o arquivamento do pedido, ainda que a ofensa seja eminentemente pessoal, visto que a opinião pública poderá relacioná-la com o exercício profissional ou com as prerrogativas gerais do advogado. O arquivamento só é possível quando for configurada crítica de caráter doutrinário, político ou religioso.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item III está certo.
(B) Apenas os itens I e III estão certos.
(C) Apenas os itens II e IV estão certos.
(D) Todos os itens estão certos.

RESPOSTA (I) De acordo com o ***caput* do art. 18** do Regulamento Geral. (II) Não encontra guarida no **§ 5º do art. 18**. (III) Conforme o **§ 7º do art. 18**. (IV) Contraria o **§ 2º do art. 18**. *Alternativa B*.

9638. (Advogado – OAB – 2007 – CESPE) Em relação à atividade do advogado, assinale a opção correta de acordo com o Regulamento Geral da OAB.

(A) Os integrantes da advocacia pública são elegíveis e podem integrar qualquer órgão da OAB.
(B) A prática de atos privativos de advogado por terceiros não inscritos na OAB é permitida desde que autorizada por dois terços dos integrantes do Conselho Federal da OAB.
(C) A diretoria de empresa privada de advocacia pode ser exercida por quem não se encontre regularmente inscrito na OAB.
(D) O advogado da Caixa Econômica Federal é considerado advogado público pelo Regulamento Geral da OAB.

RESPOSTA (A) De acordo com o parágrafo único do **art. 9º** do Regulamento Geral. (B) Art. 4º do Regulamento. (C) **Art. 7º** do Regulamento. (D) Art. 9º, RGOAB. Aqueles que exercem a ***advocacia pública*** são os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das autarquias e das fundações públicas, estando obrigados à inscrição na OAB para o exercício de suas atividades. *Alternativa A.*

OUTRAS BANCAS

I. Direitos do Advogado

9639. **(Advogado – Senado – 2008 – FGV)** É correto afirmar que o advogado:

(A) Tem imunidade profissional, não constituindo desacato punível qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade.
(B) Pode ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, em caso de crime grave contra a honra.
(C) Pode, no caso de infração, sujeitar-se às sanções de advertência, censura, multa, suspensão ou exclusão.
(D) Está sujeito à sanção de exclusão no caso de ter sofrido, por duas vezes, a aplicação de suspensão.
(E) Não tem direito a vista de processo judicial que tramite sob regime de segredo de justiça.

RESPOSTA É **direito** do advogado ter vista dos processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza, exceto os que tramitam sob regime de *segredo de justiça*, conforme determina o § 1º do art. 7º, Lei n. 8.906/94 (EOAB). *Alternativa E*.

9640. **(Advogado – Senado – 2008 – FGV)** Constituem direitos do advogado:

(A) Retirar, como regra, autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias.
(B) Reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.
(C) Ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.
(D) Ingressar livremente nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, ofícios de justiça, serviços notariais e de registro.
(E) Não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado-Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB, e, na sua falta, em prisão domiciliar.

RESPOSTA A *alternativa C* está de acordo com o inciso XVII do art. 7º, EOAB. Porém, a *alternativa B* também está correta, conforme o inciso XI do mesmo artigo, e a *alternativa D, idem – vide* o inciso VI, *a* e *b*. Essa questão foi anulada pela Banca.

9641. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** É prerrogativa do advogado:

(A) retirar autos de processos findos, desde que mediante procuração, pelo prazo de 10 dias.
(B) retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de 10 dias.
(C) retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, inclusive que tenham tramitado em segredo de justiça, pelo prazo de 10 dias.
(D) retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, desde que justificadamente, pelo prazo de 10 dias.

RESPOSTA De acordo com o inciso XVI do art. 7º, EOAB. *Alternativa B.*

9642. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** É direito do advogado:

(A) retirar-se, após comunicação protocolizada em juízo, do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após 30 minutos do horário designado, ainda que nele se encontre a autoridade que deva presidir tal ato.
(B) retirar-se, após comunicação protocolizada em juízo, do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, decorridos 30 minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir tal ato.
(C) retirar-se, independentemente de comunicação, do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após 30 minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a

autoridade que deva presidir tal ato.

(D) retirar-se, independentemente de comunicação, do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após 30 minutos do horário designado, ainda que nele se encontre a autoridade que deva presidir tal ato.

RESPOSTA De acordo com o inciso XX do art. 7º, EOAB. *Alternativa B*.

II. Sociedade de Advogados

9643. **(Advogado – OAB-SP – 2007 – VUNESP)** O estagiário regularmente inscrito pode praticar diversos atos de advocacia em conjunto com o advogado e outros sob responsabilidade deste. No entanto, ele não pode

(A) retirar e devolver autos, assinando a respectiva carga.

(B) assinar em conjunto com o advogado petições diversas.

(C) fazer parte, como sócio, de Sociedade de Advogados, regularmente inscrita na OAB.

(D) isoladamente, exercer atos extrajudiciais, quando receber autorização ou substabelecimento do advogado.

RESPOSTA De acordo com o art. 16, EOAB, não são admitidas a registro, nem podem funcionar, as sociedades de advogados que: (1) apresentem forma ou características mercantis; (2) que adotem denominação fantasia; (3) que realizem atividades estranhas à advocacia; (4) que incluam **sócio não inscrito como advogado** ou totalmente proibido de advogar. *Alternativa C*.

9644. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** A sociedade de advogados

(A) pode funcionar com sócio não inscrito como advogado, desde que tenha participação minoritária no capital social.

(B) não pode funcionar com sócio não inscrito como advogado.

(C) pode funcionar com sócio não inscrito como advogado, desde que, além da participação minoritária no capital social, não integre a sua administração.

(D) pode funcionar com sócio não inscrito como advogado, desde que a aquisição da participação decorra de sucessão legítima pelo falecimento de sócio advogado.

RESPOS TA De acordo com o art. 16, EOAB, não são admitidas a registro, nem podem funcionar, as sociedades de advogados que apresentem forma ou características mercantis, que adotem denominação fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, **que incluam sócio não inscrito como advogado** ou totalmente proibido de advogar. *Alternativa B*.

9645. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** O mandato para o advogado, para agir em juízo,

(A) não pode ser outorgado exclusivamente para uma sociedade de advogados.

(B) pode ser outorgado exclusivamente para uma sociedade de advogados, hipótese em que ficam automaticamente habilitados apenas os sócios.

(C) pode ser outorgado exclusivamente para uma sociedade de advogados, hipótese em que ficam automaticamente habilitados os sócios e os advogados com vínculo empregatício.

(D) pode ser outorgado exclusivamente para uma sociedade de advogados, ficando a cargo dela a indicação dos profissionais que ficam habilitados a agir em juízo.

RESPOSTA De acordo com o § 3º do art. 15, EOAB, as procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados e indicar a sociedade de que façam parte. *Alternativa A*.

III. Advogado Empregado

9646. (Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP) Os honorários de sucumbência são

(A) integralmente devidos à sociedade de advogados, qualquer que seja o vínculo desta com os advogados.
(B) integralmente devidos à sociedade empregadora, que não seja sociedade de advogados, desde que os advogados tenham sido contratados para atuarem em regime de dedicação exclusiva.
(C) integralmente devidos aos advogados empregados, salvo quando se tratar de vínculo empregatício com sociedade de advogados.
(D) partilhados entre os advogados empregados e a sociedade empregadora, desde que não seja uma sociedade de advogados.

RESPOS TA De acordo com o EOAB, nas causas em que for parte o empregador, ou pessoa por este representada, os **honorários de sucumbência são devidos aos advogados empregados** (art. 21, *caput*). Os honorários de sucumbência percebidos por advogado empregado de sociedade de advogados são **partilhados** entre ele e a empregadora, **na forma estabelecida em acordo** (art. 21, parágrafo único). *Alternativa C*.

IV. Honorários

9647. (Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP) A ação de cobrança de honorários do advogado prescreve em 5 anos, contados

(A) da data da assinatura do instrumento de mandato.
(B) da data da assinatura do contrato de honorários.
(C) do vencimento do contrato de honorários.
(D) da data em que o advogado apresenta a nota de seus honorários.

RESPOSTA De acordo com o art. 25, EOAB, prescreve em cinco anos a ação de cobrança de honorários de advogado, contado o prazo: I – do vencimento do contrato, se houver; II – do trânsito em julgado da decisão que os fixar; III – da ultimação do serviço extrajudicial; IV – da desistência ou transação; V – da renúncia ou revogação do mandato. *Alternativa C*.

V. Incompatibilidades e Impedimentos

9648. (Advogado – Senado – 2008 – FGV) Entre as hipóteses abaixo, qualifica-se como de impedimento o exercício da advocacia:

(A) Por militares de qualquer natureza, na ativa.
(B) Por ocupantes de cargos ou funções de direção em órgãos da Administração Pública.
(C) Por ocupantes de cargos ou funções que tenham competência para a fiscalização de tributos.
(D) Pelos membros do Poder Legislativo, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público.
(E) Pelos membros do Ministério Público e dos Conselhos de Contas.

RESPOSTA Entre os **impedidos de exercer a advocacia**, estão os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público (art. 30, II, Lei n. 8.906/94 – EOAB). *Alternativa D*.

9649. (Advogado – OAB-SP – 2007 – VUNESP) Assinale a afirmativa **incorreta.**

(A) O Vereador, Presidente da Câmara Municipal, sofre impedimento para o exercício da advocacia.
(B) Os Deputados Federais e Estaduais sofrem impedimentos no exercício da advocacia.
(C) Os fiscais de trânsito, com atribuição inclusive de aplicar multas, estão incompatibilizados com o exercício da advocacia.

(D) O Procurador Geral do Estado está exclusivamente legitimado para o exercício da advocacia vinculada à função que exerce.

RESPOSTA De acordo com o inciso I do art. 28, EOAB, o chefe do Poder Executivo e os membros da Mesa do Poder Legislativo e seus substitutos legais são **incompatíveis**, diferentemente de **impedidos**. *Alternativa A*.

9650. **(Advogado – OAB-SP – 2007 – VUNESP)** É correto afirmar que o advogado

(A) não pode exercer concomitantemente a advocacia com qualquer outra profissão.

(B) pode exercer a advocacia com algumas outras profissões, desde que correlatas, inclusive no mesmo espaço físico.

(C) pode exercer a advocacia concomitantemente com outras profissões, salvo impedimentos e incompatibilidades, desde que não em conjunto ou conjuntamente, e nem anunciando, privada ou publicamente, tais atividades profissionais.

(D) pode exercer a advocacia concomitantemente com outras profissões, inclusive fazendo publicidade, face a dispositivo constitucional que assegura o livre exercício profissional.

RESPOSTA As causas de **incompatibilidade** estão no art. 28, EOAB (proibição total) e as de **impedimento**, no art. 30, EOAB (proibição parcial). No entanto, é possível exercer concomitantemente outras profissões, como a de professor universitário ou empresário. Por sua vez, de acordo com o art. 28, Código de Ética, o advogado pode anunciar os seus serviços profissionais, individual ou coletivamente, com discrição e moderação, para finalidade exclusivamente informativa, vedada a divulgação em conjunto com outra atividade. *Alternativa C*.

9651. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** O Presidente da Junta Comercial

(A) está impedido de exercer a advocacia contra a Fazenda Pública.

(B) está incompatibilizado para o exercício da advocacia, salvo em causa própria.

(C) está incompatibilizado para o exercício da advocacia, mesmo em causa própria.

(D) não sofre qualquer impedimento para o exercício da advocacia.

RESPOSTA De acordo com o inciso II do art. 28, EOAB. *Alternativa C*.

9652. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** Assinale a afirmativa correta.

(A) Não é incompatível o exercício da advocacia pelos militares da ativa.

(B) Os docentes de cursos jurídicos, vinculados à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, não estão impedidos de advogar contra a Fazenda Pública.

(C) Apenas em causa própria pode ser exercida a advocacia pelos profissionais que ocupem a função de direção ou gerência de instituições financeiras.

(D) Os dirigentes de órgãos jurídicos da Administração Pública estão impedidos para o exercício da advocacia apenas contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora.

RESPOSTA (A) Incompatível, art. 28, VI, EOAB. (B) Art. 28, § 2º, EOAB. (C) Incompatível, não há exceções nesse caso, art. 28, VIII, EOAB. (D) Incompatibilidade geral, art. 28, III, EOAB. *Alternativa B*.

VI. Infrações e Sanções Disciplinares

9653. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** O pedido de reabilitação

(A) não é permitido.

(B) é permitido ao advogado que tenha sofrido censura ou advertência, que venha a requerer 1 ano após o seu cumprimento, fazendo a prova efetiva de bom comportamento.

(C) é permitido ao advogado que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar, que venha a requerer 3 anos após o seu cumprimento, fazendo a prova efetiva de bom comportamento.

(D) é permitido ao advogado que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar, que venha a requerer 1 ano após o seu cumprimento, fazendo prova efetiva de bom comportamento.

RESPOSTA De acordo com o art. 41, EOAB, é permitido ao advogado que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar requerer, um ano após seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento. *Alternativa D*.

VII. Código de Ética e Processo Disciplinar

9654. **(Advogado – OAB-SP – 2007 – VUNESP)** O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional, em que o advogado acusado tenha a inscrição principal, pode

(A) em defesa da advocacia, face enorme repercussão frente à opinião pública, julgá-lo sumariamente.

(B) suspender de imediato o advogado acusado em casos de grande repercussão, nomeando-se defensor dativo para defendê-lo, se necessário.

(C) em casos de grande repercussão perante a opinião pública, uma vez formalizada a acusação, retirar-lhe preventivamente a identificação profissional, enquanto não julgado definitivamente.

(D) em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial, suspendê-lo preventivamente, devendo o processo disciplinar ser concluído no prazo máximo de noventa dias.

RESPOSTA De acordo com o § 3º do art. 70, EOAB. *Alternativa D*.

9655. **(Advogado – OAB-SP – 2007 – VUNESP)** O indeferimento liminar da representação disciplinar ocorre quando

(A) temos a extinção, sem qualquer instrução procedimental ou apreciação de mérito, por ausência dos pressupostos legais de admissibilidade.

(B) temos a extinção sem julgamento do mérito por determinação do relator do processo disciplinar.

(C) o Presidente da Seccional da OAB, após a defesa prévia, acolhendo manifestação do relator, põe fim ao processo, com julgamento do mérito, determinando seu arquivamento.

(D) após apresentada a defesa prévia, o relator determina o arquivamento, com julgamento do mérito.

RESPOSTA De acordo com o § 2º do art. 73, EOAB. *Alternativa C*.

9656. **(Advogado – OAB-SP – 2007 – VUNESP)** Assinale a afirmativa incorreta.

(A) O advogado não pode aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, salvo por motivo justo ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis.

(B) O substabelecimento do mandato sem reserva de poderes não exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.

(C) A renúncia ao patrocínio pelo patrono constituído, independentemente do pagamento da verba honorária pendente, desobriga o novo advogado a solicitar autorização do colega para receber procuração daquele cliente inadimplente.

(D) Ao advogado substabelecido com reserva de poderes é vedada a cobrança de honorários do cliente sem a intervenção do colega substabelecente.

RESPOSTA De acordo com o § 1º do art. 24, Código de Ética, o substabelecimento do mandato sem reservas de poderes **exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente**. *Alternativa B*.

9657. (Advogado – OAB-SP – 2007 – VUNESP) Tomando conhecimento de transgressão das normas do Código de Ética e Disciplina, do Estatuto, do Regulamento Geral e dos Provimentos, quem deve chamar a atenção do responsável pelo dispositivo violado, sem prejuízo de instauração do competente procedimento para apuração das infrações e aplicação das penalidades?

(A) Qualquer advogado que tomar conhecimento dos fatos.
(B) O Presidente do Conselho Seccional, da Subseção ou do Tribunal de Ética e Disciplina.
(C) Qualquer dirigente da OAB.
(D) Os membros da Comissão de Ética das Subseções.

RESPOSTA De acordo com o art. 48, Código de Ética. *Alternativa B*.

9658. (Advogado – OAB-SP – 2007 – VUNESP) É incorreto afirmar que o sigilo profissional

(A) é direito e dever do advogado, sendo desnecessário que o cliente o solicite.
(B) somente principia o dever/direito do sigilo após outorga da procuração pelo cliente.
(C) não cessa, mesmo após a conclusão dos serviços advocatícios prestados.
(D) não pode ser rompido, salvo grave ameaça ao direito à vida, à honra ou quando o advogado se veja afrontado pelo próprio cliente e em defesa própria, sempre restrito ao interesse da causa.

RESPOSTA De acordo com o art. 25, Código de Ética, o sigilo profissional é inerente à profissão, é direito e dever (art. 26). *Alternativa B*.

9659. (Advogado – OAB-SP – 2007 – VUNESP) Assinale o que não é permitido ao advogado.

(A) Remessa de mala direta (correspondência) a potenciais clientes se estes não a solicitaram.
(B) Anunciar, colocando seu nome completo, número de inscrição na ordem e especialidade, se houver.
(C) Participar de programa de rádio e televisão, desde que eventualmente, visando a objetivos exclusivamente ilustrativos, educacionais e instrutivos, sem propósito de promoção pessoal.
(D) O uso da expressão “sociedade de advogados”, restrita àquelas devidamente inscritas na OAB, devendo constar nos anúncios o número dessa inscrição na Ordem ou o nome e número de inscrição dos advogados que a integrem.

RESPOSTA De acordo com o Código de Ética, a publicidade, em geral, somente pode ser fornecida a colegas, clientes ou pessoas que a solicitem ou a autorizem previamente (art. 29, § 3º). *Alternativa A*.

9660. (Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP) O processo disciplinar

(A) não pode ser instaurado em razão de denúncia anônima.
(B) será obrigatoriamente instaurado, em razão de denúncia anônima, desde que acompanhado da prova dos fatos alegados.
(C) será obrigatoriamente instaurado, em razão de denúncia anônima, desde que se trate de infração disciplinar apenável com suspensão.
(D) será obrigatoriamente instaurado, em razão de denúncia anônima, desde que se trate de infração disciplinar apenável com exclusão.

RESPOSTA De acordo com o art. 51, Código de Ética, o processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação dos interessados, que não pode ser anônima. *Alternativa A.*

9661. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** As penas de advertência e censura impostas pelo Tribunal de Ética

(A) não podem ser suspensas.

(B) podem ser suspensas, desde que o infrator primário, dentro do prazo de 120 dias, passe a frequentar e conclua, comprovadamente, curso, simpósio, seminário ou atividade equivalente, sobre Ética Profissional do Advogado, realizado por entidade de notória idoneidade.

(C) podem ser suspensas, desde que o infrator primário esteja prestando serviços voluntários à Seccional onde se encontra inscrito.

(D) podem ser suspensas, desde que o infrator primário desista da interposição de qualquer recurso e aceite a aplicação de pena alternativa, que consistirá na prestação de assistência jurídica gratuita, em favor de entidade beneficente, por prazo não superior a 120 dias.

RESPOSTA De acordo com o art. 59, Código de Ética. *Alternativa B*.

9662. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** Todos os recursos, em processo disciplinar, têm efeito suspensivo, exceto quando se tratar de suspensão

(A) preventiva, da prática de crime infamante e de conduta incompatível com a advocacia.

(B) preventiva e de exclusão.

(C) preventiva e da prática de crime infamante.

(D) preventiva.

RESPOSTA De acordo com o art. 77, EOAB, todos os recursos têm efeito suspensivo, **exceto** quando tratarem de eleições (arts. 63 e seguintes), de suspensão preventiva decidida pelo Tribunal de Ética e Disciplina, e de cancelamento da inscrição obtida com falsa prova. *Alternativa D*.

9663. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** O substabelecimento de procuração, com reservas de poderes, para agir em Juízo,

(A) não permite ao substabelecido a cobrança de honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

(B) não permite ao substabelecido a cobrança de honorários, sendo tal iniciativa reservada unicamente àquele que lhe conferiu o substabelecimento.

(C) permite ao substabelecido a cobrança de honorários, independentemente da intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

(D) permite ao substabelecido a cobrança de honorários, independentemente da intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento, desde que lhe reserve a metade dos honorários que venha a receber.

RESPOSTA O substabelecimento do mandato, **com reserva de poderes**, é ato pessoal do advogado da causa segundo o art. 24, Código de Ética. Nesse caso, deve-se ajustar antecipadamente seus honorários ao substabelecente (§ 2º). Já o substabelecimento do mandato **sem reservas de poderes** exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente (§ 1º). *Alternativa A*.

9664. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** É dever do advogado:

(A) não assumir a defesa criminal se não tiver formado a sua própria opinião sobre a culpa ou inocência do acusado.

(B) assumir a defesa criminal, desde que tenha formado a sua própria opinião sobre a inocência do acusado.

(C) não assumir a defesa criminal, desde que tenha formado a sua própria opinião sobre a culpa do acusado.
(D) assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado.

RESPOSTA É **direito e dever** do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado, segundo o art. 21, Código de Ética. *Alternativa D*.

9665. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** Assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) É permitida a revisão do processo disciplinar, perante o próprio órgão julgador, por erro de julgamento ou por condenação baseada em falsa prova.
(B) É designado defensor dativo ao advogado que é declarado revel em processo disciplinar.
(C) O processo disciplinar tramita em sigilo, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente.
(D) É de 30 dias o prazo para interposição de recurso nos processos disciplinares.

RESPOSTA De acordo com o art. 69, EOAB, todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de **quinze dias, inclusive para interposição de recursos**. *Alternativa D.*

9666. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** A representação para se dar início a um processo disciplinar poderá ser feita pelo

(A) interessado, que não precisará se identificar.
(B) interessado, obrigatoriamente assistido por advogado.
(C) próprio interessado, bastando que a apresente por escrito ou seja tomada por termo.
(D) interessado, que será assistido por advogado dativo quando não tiver constituído advogado.

RESPOSTA De acordo com o art. 72, EOAB, o processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante **representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada**. Conforme ensina Paulo Lôbo, "não se pode exigir requisitos formais determinados para o recebimento da representação disciplinar, máxime quando é feita por leigos, que apresentam suas queixas, confiantes na OAB, utilizando linguagem popular. Se for verbal, será reduzida a escrito pela Secretaria" (*Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB*, p. 336). *Alternativa C*.

9667. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** Os recursos ao Conselho Federal são admitidos

(A) apenas contra decisões dos Conselhos Seccionais que contrariem a Lei n. 8.906/94, contra decisão do Conselho Federal, ou de outro Conselho Seccional e, ainda, contra o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos.
(B) contra decisões dos Conselhos Seccionais, quando não tenham sido unânimes, ou, sendo unânimes, contrariem a Lei n. 8.906/94, contra decisão do Conselho Federal, ou de outro Conselho Seccional e, ainda, contra o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos.
(C) apenas contra decisões dos Conselhos Seccionais que contrariem a Lei n. 8.906/94.
(D) em qualquer circunstância.

RESPOSTA De acordo com o art. 75, EOAB. *Alternativa B*.

VIII. Ordem dos Advogados do Brasil

9668. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** O pagamento da contribuição anual à OAB

(A) isenta os inscritos nos seus quadros do pagamento obrigatório da contribuição sindical, desde que se trate de profissional liberal.

(B) não isenta os inscritos nos seus quadros do pagamento obrigatório da contribuição sindical.
(C) isenta os inscritos nos seus quadros do pagamento obrigatório da contribuição sindical.
(D) isenta os inscritos nos seus quadros do pagamento obrigatório da contribuição sindical, desde que se trate de profissional empregado.

RESPOSTA De acordo com o art. 47, EOAB. *Alternativa C.*

9669. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** A eleição dos integrantes da lista, constitucionalmente prevista, para preenchimento dos cargos nos Tribunais Judiciários, é da competência do

(A) Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, na forma do provimento do Conselho Federal, nos Tribunais instalados no âmbito de sua jurisdição.
(B) Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, na forma do provimento do próprio Conselho, nos Tribunais instalados no âmbito de sua jurisdição.
(C) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na forma do Provimento do próprio Conselho, ainda que se trate de Tribunal Estadual ou Regional.
(D) órgão especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na forma do Provimento do próprio Conselho, ainda que se trate de Tribunal Estadual ou Regional.

RESPOSTA Entre as hipóteses de competência privativa do Conselho Seccional, está aquela indicada na *alternativa A*, *vide* art. 58, XIV, EOAB. *Alternativa A*.

9670. **(Advogado – OAB-SP – 2006 – VUNESP)** A intervenção nas Subseções do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil poderá ocorrer por deliberação

(A) da maioria dos membros do Conselho Federal.
(B) da maioria dos membros do Conselho Seccional, referendada pelo Conselho Federal.
(C) de 2/3 dos membros do Conselho Federal.
(D) de 2/3 dos membros do Conselho Seccional.

RESPOSTA De acordo com o § 6º do art. 60, EOAB. *Alternativa D.*

OAB/FGV

I. Atividade de Advocacia

9671. **(OAB 03 – 2012)** Marcio é estagiário de Direito regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil e atua sob supervisão da advogada Helena. Atuando em determinado processo, a advogada substabelece ao estagiário os poderes que lhe foram conferidos pelo cliente. A respeito do caso apresentado, consoante as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

(A) O estagiário poderá retirar os autos do cartório conjuntamente com a advogada.
(B) Os atos do estagiário ocorrem sob a supervisão e responsabilidade da advogada.
(C) As petições apresentadas no processo terão a subscrição conjunta da advogada inclusive de juntada de documentos.
(D) O estagiário poderá realizar audiências judiciais autonomamente sem a presença da advogada.

RESPOSTA O estagiário de advocacia, regularmente inscrito, pode praticar os atos privativos de advocacia **em conjunto** com advogado e sob **responsabilidade** deste, de acordo com o § 2º do art. 3º, EOAB. Poderá, no entanto, praticar **isoladamente** os atos previstos no § 1º do art. 29 do Regulamento, mas sempre sob a responsabilidade de advogado. *Alternativa B.*

9672. (OAB 01 – 2012) Mévio é advogado, especializado em causas cíveis, exercendo a profissão por longos anos, tendo sobressaído na defesa dos seus clientes e percebendo, como remuneração, os seus honorários. Sendo figura conhecida no município, onde exerce a profissão e possui domicílio, é convidado a ministrar palestra em estabelecimentos de ensino, divulgando a atuação do advogado e sua posição na sociedade. Um dos aspectos abordados está relacionado à atividade do advogado como indispensável à administração da justiça. Nesses limites, consoante as normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) o advogado exerce função pública.
(B) exerce ministério privado, exercendo função social.
(C) atua na defesa de interesses patrimoniais privados, com função pública.
(D) no seu ministério privado, deixa de exercer função social.

RESPOSTA O advogado é indispensável à administração da justiça, segundo o art. 2º, EOAB. No seu **ministério privado**, o advogado presta serviço público e **exerce função social** (§ 1º). No entanto, o Código de Ética reconhece também à advocacia a **função pública** (art. 2º), deixando em dúvida a resposta, visto que tanto a *alternativa B* (gabarito oficial) como a *alternativa A* (baseada no Código de Ética) estariam corretas. Porém, o tema não é passivo. Paulo Lôbo ensina que “o magistrado e o promotor são agentes do Estado e exercem função pública. O advogado, no entanto, embora dela participe como figurante indispensável, não é titular de função pública (ou estatal), salvo se for vinculado a entidade de advocacia pública” (*Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB*, p. 41).

9673. (OAB 01 – 2012) Esculápio, advogado, deseja comprovar o exercício da atividade advocatícia, pois inscreveu-se em processo seletivo para contratação por empresa de grande porte, sendo esse um dos documentos essenciais para o certame. Diante do narrado, à luz das normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, o efetivo exercício da advocacia é comprovado pela participação anual mínima em

(A) seis petições iniciais civis.
(B) três participações em audiências.
(C) quatro peças defensivas gerais.
(D) cinco atos privativos de advogado.

RESPOSTA Considera-se efetivo exercício da atividade de advocacia, segundo o art. 5º do Regulamento Geral da OAB, a participação anual mínima em **cinco atos privativos** previstos no art. 1º, EOAB, em causas ou questões distintas. *Alternativa D*.

9674. (OAB 01 – 2012) A multiplicidade de opções para atuação do advogado desenvolveu o ramo da Advocacia Pública. Assim, à luz das normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, nela podem ser integrados o(a), exceto:

(A) Advogado-Geral da União.
(B) Defensor Público.
(C) Advogado (Procurador) de Autarquia.
(D) Advogado de Sociedade de Economia Mista.

RESPOSTA À luz das normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, segundo o art. 9º, exercem a advocacia pública os integrantes da **Advocacia-Geral da União**, da **Defensoria Pública** e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das **autarquias** e das fundações públicas, estando obrigados à inscrição na OAB para o exercício de suas atividades. *Alternativa D*.

9675. (OAB 03 – 2011-II) Nos termos das normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, o estagiário poderá isoladamente realizar o seguinte ato:

(A) Atuar em audiências nos Juizados Especiais representando os clientes do escritório.
(B) Obter com os Chefes de Secretarias certidões de peças de processos em curso.
(C) Sustentar oralmente os recursos nos tribunais, quando cabível a defesa oral.
(D) Assinar petições iniciais ou contestações quando incluído no instrumento de mandato.

RESPOSTA Segundo o § 1º do art. 29, RGOAB, o **estagiário inscrito na OAB** pode praticar **isoladamente** os seguintes atos, sob a responsabilidade do advogado: I – retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga; II – obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças ou autos de processos em curso ou findos; III – assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos. Para o exercício de **atos extrajudiciais**, o estagiário pode comparecer isoladamente quando receber autorização ou substabelecimento do advogado (§ 2º). *Alternativa B*.

9676. **(OAB 03 – 2011-II)** A empresa Consumidor Ltda., composta por contadores, despachantes, arquitetos e engenheiros, divulga, semanalmente, sua agenda de defesa judicial dos direitos dos consumidores, não possuindo advogados nos seus quadros. Notificada pelo órgão seccional da OAB, alega que as atividades de consultoria jurídica não seriam privativas dos advogados. Diante desse quadro, à luz das normas estatutárias, é correto afirmar que é atividade privativa da advocacia

(A) A postulação nos Juizados Especiais.
(B) A consultoria e assessoria jurídicas.
(C) A impetração de *habeas corpus*.
(D) A divulgação conjunta da advocacia com outras atividades.

RESPOSTA Entre as atividades **privativas da advocacia**, segundo o art. 1º, EOAB, estão as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas (inciso II). *Alternativa B*.

9677. **(OAB 03 – 2011)** Caio, próspero comerciante, contrata, para prestação de serviços profissionais de advocacia, Mévio, que se apresenta como advogado. O cliente outorga a devida procuração com poderes gerais para o foro. Usando o referido instrumento, ocorre a propositura de ação judicial em face de Trácio. Na contestação, o advogado do réu alega vício na representação, uma vez que Mévio não possui registro na OAB, consoante certidão que apresenta nos autos judiciais. Diante de tal circunstância, é correto afirmar que

(A) Os atos praticados pelo suposto advogado não ofendem qualquer dispositivo legal.
(B) Verificada a ausência de inscrição profissional, deverá ser outorgado prazo para sua regularização.
(C) Os atos praticados por Mévio são nulos, pois foram praticados por pessoa não inscrita na OAB.
(D) A declaração de nulidade dos atos processuais esgota o rol de atos sancionatórios.

RESPOSTA São **nulos**, segundo o art. 4º, EOAB, os atos privativos de advogado praticados por pessoa **não inscrita** na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas. *Alternativa C*.

9678. **(OAB 03 – 2012)** Laura, advogada na área empresarial, após concluir o mestrado em renomada instituição de ensino superior, é convidada para integrar a equipe de assessoria jurídica da empresa K S/A. No dia da entrevista final, é inquirida pelo Gerente Jurídico da empresa, bacharel em Direito, sem inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, apesar de o mesmo ter logrado êxito no Exame de Ordem. Observado tal relato, consoante as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

(A) O bacharel em Direito pode exercer as funções de Gerência Jurídica mesmo que não tenha os requisitos para ingresso na Ordem dos Advogados.
(B) A função de Gerente Jurídico é privativa de advogados com regular inscrição nos quadros da

Ordem dos Advogados.

(C) O bacharel em Direito, caso preencha os requisitos legais, inclusive aprovação em Exame de Ordem, pode exercer funções de Gerente Jurídico antes da inscrição na Ordem dos Advogados.

(D) A função de Gerente Jurídico, como é de confiança da empresa, pode ser exercida por quem não tem formação na área.

RESPOSTA Entre as atividades privativas de advocacia, está a direção jurídica (art. 1º, II, EOAB). Nas palavras de Paulo Lôbo, "direção jurídica tem o significado de administrar, gerir, coordenar, definir diretrizes de serviços jurídicos" (*Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB*, p. 34). *Alternativa B*.

9679. **(OAB 02 – 2012)** Paulo, bacharel em Direito, exerceu relevantes cargos no Poder Executivo das três esferas de Governo, adquirindo profundo conhecimento sobre as atividades internas da Administração Pública. Após aposentar-se, sem requerer inscrição nos quadros da OAB, estabelece serviço de consultoria jurídica, tendo angariado vários clientes desde o período da inauguração da sua atividade. De acordo com o narrado e observadas as normas estatutárias, assinale a afirmativa correta.

(A) Dentre as atividades privativas do advogado incluem-se a postulação judicial e a assessoria jurídica, mas não a consultoria.

(B) O bacharel em Direito aposentado não tem vedado qualquer prática de atividade jurídica, mesmo não inscrito nos quadros da OAB.

(C) O advogado atua na atividade judicial pugnando pela defesa dos interesses dos seus clientes e na consultoria jurídica

(D) As atividades privativas do advogado incluem a assessoria jurídica, a direção jurídica e a atuação nos Juizados Especiais.

RESPOSTA Entre as atividades privativas de advocacia, segundo o art. 1º, EOAB, estão as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas. *Alternativa C.*

II. Direitos do Advogado

9680. **(OAB 01 – 2012)** O escritório Alpha, Beta e Gama Advogados Associados, especializado em advocacia criminal, foi alvo de medida cautelar de busca e apreensão, determinada por juiz criminal, no âmbito de ação penal em que diversos clientes do escritório figuravam como acusados. O magistrado fundamentou a decisão de deferimento da medida de busca e apreensão apontando a gravidade dos crimes atribuídos pelo Ministério Público aos acusados, clientes do escritório em questão, bem como a impossibilidade de obtenção, por outros meios, de prova dos crimes por eles praticados. Considerando o que dispõem as normas aplicáveis à hipótese, assinale a alternativa correta:

(A) A inviolabilidade de escritórios de advocacia é absoluta, sendo ilegal e inconstitucional, em qualquer hipótese, a realização de medida de busca e apreensão em seu interior.

(B) A inviolabilidade de escritórios de advocacia é relativa, podendo-se determinar medida de busca e apreensão em seu interior quando houver certeza de que serão encontradas provas do crime praticado pelo cliente do advogado que ali trabalhe.

(C) A inviolabilidade de escritórios de advocacia é relativa, podendo-se determinar medida de busca e apreensão em seu interior quando houver indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado que ali trabalhe, sendo, no entanto vedada a utilização de documentos pertencentes a clientes do advogado investigado, quando os mesmos não estejam, por sua vez, sob formal investigação.

(D) A inviolabilidade de escritórios de advocacia é relativa, podendo-se determinar medida de busca e apreensão em seu interior quando houver indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado que ali trabalhe. Neste caso, a garantia da inviolabilidade resta absolutamente afastada, não havendo limites para a realização da medida.

RESPOSTA Um dos principais direitos do advogado é a **inviolabilidade** (art. 7º, II, EOAB). Porém, esse direito *não é absoluto*, de acordo com o § 6º do art. 7º. *Alternativa C*.

9681. (OAB 01 – 2012) Aparecida, advogada da autora no âmbito de determinada ação indenizatória, bastante irritada com o conteúdo de sentença que julgou improcedente o pedido formulado, apresenta recurso de apelação em cujas razões afirma que o magistrado é burro e ignora as leis aplicáveis ao caso em exame. Disse ainda que tal sentença não poderia ter outra explicação, senão o fato de o magistrado ter recebido vantagem pecuniária da outra parte. A respeito da conduta de Aparecida, é correto afirmar:

(A) Aparecida não praticou crime nem conduta antiética, pois fez tais afirmações no exercício da profissão, devendo atuar sem receio de desagradar ao magistrado.

(B) Aparecida praticou o crime de injúria, ao afirmar que o magistrado é burro e ignora as leis aplicáveis ao caso e o de calúnia, quando afirmou que o magistrado prolatara a sentença em questão por ter recebido dinheiro da outra parte. Além disso, por todas as ofensas irrogadas, violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, que impõe ao advogado o dever de urbanidade.

(C) Aparecida violou apenas dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, por desrespeitar o dever de urbanidade, mas não praticou crime, uma vez que tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou calúnia puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele.

(D) Aparecida violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, por desrespeitar o dever de urbanidade e praticou o crime de calúnia ao afirmar que o magistrado prolatara a sentença em questão por ter recebido dinheiro da outra parte. Não praticou crime quando afirmou que o magistrado é burro e ignora as leis aplicáveis ao caso, pois tem imunidade profissional, não constituindo injúria punível qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele.

RESPOSTA O advogado tem **imunidade profissional**, não constituindo **injúria** ou **difamação** puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, *sem prejuízo* das sanções disciplinares perante a OAB, *pelos excessos que cometer* (art. 7º, § 2º, EOAB). No entanto, ao afirmar que o magistrado teria recebido vantagem pecuniária da outra parte, cometeu *crime de calúnia*, não protegido pela imunidade. Ademais, pelos *excessos*, responderá pela falta do *dever de urbanidade* que impõe o Código de Ética (arts. 44 e 45). *Alternativa D*.

9682. (OAB 01 – 2012) Tício, advogado militante há longos anos, tem entrevero com o Juiz da Comarca W que, em altos brados, afirma que o causídico é praticante de chicanas e atos de má-fé processual, sendo conhecido como exímio procrastinador da atividade processual, obstando o bom desenvolvimento da Justiça. À luz das normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, é correto afirmar:

(A) Tais atos permitem o agravo do advogado se houver requerimento pessoal ao Presidente da Seccional.

(B) Havendo requerimento de qualquer pessoa poderá ocorrer o desagravo após decisão do Relator do processo.

(C) O desagravo é público e promovido pelo Conselho competente podendo ocorrer de ofício.

(D) Caso constatado que a ofensa é decorrente do exercício da profissão poderá ocorrer o arquivamento sumário.

RESPOSTA O inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional ou de cargo ou função da OAB, segundo o art. 18 do Regulamento Geral, tem direito ao **desagravo público** promovido pelo Conselho competente, *de ofício*, a *seu pedido* ou de *qualquer pessoa*. *Alternativa C*.

9683. (OAB 03 – 2011-II) O advogado Mévio casou-se com a médica Esculápia, vindo a ter cinco filhos. No curso do casamento, Esculápia veio a concluir o curso de Bacharel em Direito, obtendo aprovação no Exame de Ordem e vindo a obter o seu registro profissional, atuando, concomitantemente com sua profissão de médica, como advogada em vários processos. Em determinado momento, veio a desentender-se com seu marido, gerando diversos processos civis e criminais. Quanto à assistência da OAB nesse caso, à luz das normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, é correto afirmar que a assistência

(A) Ocorrerá pela qualidade dos litigantes, ambos advogados.

(B) É assegurada nos processos vinculados ao exercício da profissão.

(C) Poderá ocorrer em qualquer processo, autorizada pelo Conselho Seccional.

(D) É inerente à condição de advogado, mas com autorização do Presidente da Seccional.

RESPOSTA Contará o advogado com a **assistência de representante da OAB** nos inquéritos policiais ou nas ações penais em que figurar como indiciado, acusado ou ofendido, sempre que o fato a ele imputado **decorrer do exercício da profissão ou a este vincular-se** (art. 16, RGOAB). *Alternativa B*.

9684. (OAB 03 – 2011-II) Morgano, advogado recém-formado e inscrito na OAB, com aprovação no Exame de Ordem logo após a colação de grau, é contratado para defender cliente em audiência de instrução e julgamento. No recinto forense, depara-se com um tablado onde estão alocados a mesa ocupada pelo juiz e ao seu lado o representante do Ministério Público. Curioso pela situação e ainda inexperiente, questiona se tal arquitetura é comum nos demais recintos e a razão de o advogado estar em plano inferior aos demais agentes do processo. Como resposta, recebe a informação de que a disposição física foi estabelecida em respeito à hierarquia entre magistrados e membros do Ministério Público, que devem permanecer em posição superior à dos advogados das partes. Diante do narrado, à luz das normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) A hierarquia é inerente à atividade desenvolvida pelos advogados, que atuam de forma parcial em defesa dos seus clientes.

(B) Como dirigente do processo, o magistrado subordina a atuação dos advogados como forma de disciplina da audiência.

(C) Os membros do Ministério Público nos atos processuais são hierarquicamente superiores aos advogados.

(D) Advogados, membros do Ministério Público e magistrados não têm relação de hierarquia entre si.

RESPOSTA Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos, conforme prevê o art. 6º, EOAB. *Alternativa D*.

9685. (OAB 03 – 2011-II) Maurício, advogado recém-formado, ciente das suas prerrogativas, pretende apresentar requerimento de certidão ao escrivão que chefia o Cartório Judicial de determinada comarca, havendo situação de urgência. Como a localização física do Chefe do Cartório é distante do balcão de atendimento ao público, o advogado precisa entrar no recinto em que ele está. Seu ingresso, contudo, não é permitido. Com base nas normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) O requerimento deve ser apresentado no balcão, vedado o ingresso do advogado no recinto cartorário.
(B) O ingresso poderá ocorrer mediante autorização do escrivão.
(C) Deve haver participação do representante da OAB nesse ingresso.
(D) O livre acesso ao recinto, no caso, é direito do advogado.

RESPOSTA Entre os direitos do advogado estabelecidos no art. 7º, EOAB, está que ele pode **ingressar livremente** em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado (inciso VI, *c*). *Alternativa D*.

9686. **(OAB 03 – 2011-II)** Terêncio é convocado, a altas horas da noite, para assistir cliente que se encontra recolhido preso em Delegacia de Polícia, tendo comparecido ao local para ter ciência das acusações existentes e contatar o seu cliente. Ao adentrar o recinto, encontra presentes dois agentes policiais de plantão, estando os demais em diligências para o esclarecimento de crimes ocorridos durante o dia. Os agentes informam que somente poderia ocorrer o contato com o cliente quando o delegado retornasse de uma das diligências, o que estaria na iminência de ocorrer. No concernente ao tema, à luz das normas aplicáveis, é correto afirmar que

(A) Deve o advogado aguardar pacientemente o retorno da autoridade policial ao recinto da Delegacia.
(B) O advogado pode contatar o seu cliente independentemente da presença do delegado.
(C) O contato do advogado fora do horário normal depende de assistência da OAB.
(D) Nesses casos, tendo em vista a segurança pública, somente com autorização judicial pode ocorrer o ato.

RESPOSTA É direito do advogado **ingressar livremente** nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, ofícios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, mesmo fora da hora de expediente e **independentemente da presença de seus titulares** (art. 7º, VI, *b*, EOAB). Observa-se que duas questões na mesma prova trataram do mesmo direito de “ingressar livremente”. *Alternativa B*.

9687. **(OAB 03 – 2011)** Mévio, advogado de longa data, pretendendo despachar uma petição em processo judicial em curso perante a Comarca Y, é surpreendido com aviso afixado na porta do cartório de que o magistrado somente receberia para despacho petições que reputasse urgentes, devendo o advogado dirigir-se ao assessor principal do juiz para uma prévia triagem quanto ao assunto em debate. À luz das normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) A organização do serviço cartorário é da competência do juiz, que pode estabelecer padrões de atendimento aos advogados.
(B) A triagem realizada por assessor do juiz permite melhor eficiência no desempenho da atividade judicial e não colide com as normas estatutárias.
(C) O advogado tem direito de dirigir-se diretamente ao magistrado no seu gabinete para despachar petições sem prévio agendamento.
(D) A duração razoável do processo é princípio que permite a triagem dos atos dos advogados e o exercício dos seus direitos estatutários.

RESPOSTA É direito do advogado dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada (art. 7º, VIII, EOAB), vistos que não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos (art. 6º, EOAB). *Alternativa C*.

9688. **(OAB 03 – 2011)** Semprônia, advogada há longos anos, é contratada para representar os

interesses de Esculápio, que está preso à disposição da Justiça Criminal. Ao procurar contatar seu cliente, verifica que ele está em penitenciária, considerado incomunicável, por determinação de normas regulamentares do sistema. Apesar disso, requer o acesso ao seu cliente, que foi indeferido. Consoante as normas legais e estatutárias, é correto afirmar que

(A) A atuação do advogado deve estar submetida aos regulamentos penitenciários, para a sua própria segurança.
(B) Os estabelecimentos penitenciários civis devem organizar as visitas dos advogados por ordem de chegada.
(C) O advogado, quando for contatar o seu cliente em prisão, deve ser acompanhado por representante da OAB.
(D) É ilegal vedar a presença do advogado no contato com seu cliente, ainda que considerado incomunicável.

RESPOSTA É direito do advogado se comunicar com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis (art. 7º, III, EOAB). *Alternativa D*.

9689. **(OAB 03 – 2011)** Caio ajuíza ação em face da empresa Toupeira e Lontra S.A. buscando a devolução de numerário por ter recebido produto com defeito oculto. O pedido é julgado improcedente por ausência de provas. Houve recurso de apelação. No início do julgamento, o relator apresentou críticas à atuação do advogado do recorrente, que não teria instruído o processo adequadamente. Presente no julgamento, o advogado pediu a palavra, que lhe foi negada, por já ter apresentado sua sustentação oral. Com base no relato acima, de acordo com as normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) A sustentação oral esgota a atividade do advogado no julgamento.
(B) Só esclarecimentos de situação de fato serão admitidos no caso.
(C) Somente em momento posterior poderá o advogado tomar providências.
(D) É assegurado ao advogado o direito de usar a palavra para replicar a acusação feita contra ele, ainda que já proferida sua sustentação oral.

RESPOSTA É direito do advogado usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas (art. 7º, X, EOAB). *Alternativa D*.

9690. **(OAB 03 – 2011)** Mévio, advogado, é procurado por Eulâmpia, que realiza consulta sobre determinado tema jurídico. Alguns meses depois, o advogado recebe uma intimação para prestar depoimento como testemunha em processo no qual Eulâmpia é ré, pelos fatos relatados por ela em consulta profissional. No concernente ao tema, à luz das normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) O advogado deve comparecer ao ato e prestar depoimento como testemunha dos fatos.
(B) É caso de recusa justificada ao depoimento por ter tido o advogado ciência dos fatos em virtude do exercício da profissão.
(C) A simples consulta jurídica não é privativa de advogado, equiparada a mero aconselhamento protocolar.
(D) O advogado poderá prestar o depoimento, mesmo contra sua vontade, desde que autorizado pelo cliente.

RESPOSTA Entre os direitos do advogado previstos no art. 7º, XIX, está o de recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo

quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional. *Alternativa B*.

9691. **(OAB 02 – 2011)** Conceição promove ação possessória em face de vários réus que ocuparam imóvel sem construção, de sua propriedade, em área urbana. Houve a designação de audiência de conciliação, com a presença dos réus e dos seus advogados. Na audiência, visando organizar o ato, o magistrado proibiu que os advogados se mantivessem de pé, bem como saíssem do local durante a sua realização. Com base no que dispõe o Estatuto da Advocacia e as leis regentes, é correto afirmar que

(A) O advogado deve permanecer sentado na sala de audiências até o final do ato.

(B) Caso o advogado necessite retirar-se do local, deve postular licença à autoridade.

(C) O advogado pode permanecer sentado ou de pé nos recintos do Poder Judiciário.

(D) Pode permanecer de pé, caso autorizado pela autoridade competente.

RESPOSTA Conforme prevê o art. 7º, VII, EOAB, “permanecer sentado ou em pé e retirar-se de quaisquer locais indicados no inciso anterior, independentemente de licença, é um dos direitos que todo advogado tem“. *Alternativa C*.

9692. **(OAB 02 – 2011)** No julgamento da ação envolvendo Manoel e Joaquim, o relator do processo assacou diversas acusações contra os representantes judiciais das partes, inclusive relacionadas à litigância de má-fé. Os advogados requereram a palavra, que foi indeferida, sendo retirados do recinto por servidores do Tribunal. Requereram, então, as medidas próprias à OAB. Com base nesse cenário, à luz das regras estatutárias, é correto afirmar que

(A) Inexistem medidas administrativas a realizar no âmbito da OAB.

(B) Esses litígios devem ser resolvidos no âmbito do processo judicial.

(C) A separação entre a atividade do juiz e a do advogado bloqueia a atividade da OAB.

(D) É situação típica de desagravo pela atuação profissional dos advogados.

RESPOSTA No caso de ofensa a inscrito na OAB, no exercício da profissão ou de cargo ou função de órgão da OAB, prevê o § 5º do art. 7º, EOAB, (como direito do advogado) que o conselho competente deve promover o **desagravo público** do ofendido, sem prejuízo da responsabilidade criminal em que incorrer o infrator. *Alternativa D*.

9693. **(OAB 02 – 2011)** A Administração Pública, por meio de determinado órgão, promove processo administrativo de natureza disciplinar em face do servidor público Francisco. O servidor contrata o advogado Sócrates para defendê-lo. Munido do instrumento de mandato, Sócrates requer vista dos autos do processo administrativo e posteriores intimações. O requerimento foi indeferido pela desnecessidade de advogado atuar no referido processo. Com base no relatado acima, à luz das normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) O advogado não tem direito de atuar em processo administrativo.

(B) A atuação do advogado é obrigatória nos processos administrativos.

(C) O direito de vista é aplicável ao processo administrativo.

(D) Nos processos disciplinares, a regra é a da presença do advogado.

RESPOSTA É direito garantido pelo EOAB (art. 7º, XV) ao advogado o de ter vista dos **processos judiciais** ou **administrativos** de qualquer natureza, em cartório ou na repartição competente, ou de retirá-los pelos prazos legais, mesmo que a Súmula Vinculante n. 5, STF, afirme que a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo *disciplinar* não ofende a Constituição. *Alternativa C*.

9694. **(OAB 02 – 2011)** Na Secretaria Municipal de Fazenda tramita procedimento administrativo relacionado à imposição do IPTU em determinada área urbana. O proprietário do

imóvel contrata o advogado Juliano para solucionar a questão. Portando mandato extrajudicial, o advogado dirige-se ao local e, em face dos seus conhecimentos pessoais, obtém o ingresso no recinto da secretaria e recebe as informações pertinentes, apresentando, por petição, os esclarecimentos necessários. Em um dos dias em que atuava profissionalmente, viu-se interpelado por um dos chefes de seção, que questionou sua permanência no local, proibida por atos regulamentares. Diante disso, é correto afirmar que

(A) As características especiais dos órgãos fazendários limitam os direitos dos advogados.
(B) O ingresso em quaisquer recintos de repartições públicas, no exercício da profissão, é direito dos advogados.
(C) A questão em tela está vinculada à proteção do sigilo profissional.
(D) O advogado não pode ter acesso a procedimentos administrativos, salvo com autorização da autoridade competente.

RESPOSTA Entre os direitos do advogado previstos no art. 7º, EOAB, está o ingresso livre em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado (inciso VI, *c*). *Alternativa B*.

9695. **(OAB 02 – 2011)** A empresa Frios e Gelados S.A. promove ação de responsabilidade civil em face da empresa Calor e Chaud Ltda. No curso do processo, surge decisão judicial, atacada por recurso apresentado pelo representante judicial da empresa autora, o advogado Lúcio. Tal recurso não tem previsão legal de sustentação oral. Apesar disso, o advogado comparece à sessão de julgamento e requer ao tribunal o tempo necessário para a sustentação referida. Nos termos das normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) É direito do advogado a sustentação oral em todos os recursos.
(B) O direito à sustentação oral está vinculado à sua previsibilidade recursal.
(C) A sustentação oral dependerá do relator do recurso.
(D) O direito à sustentação oral será por trinta minutos.

RESPOSTA Era um dos direitos, inicialmente previsto no EOAB até o STF julgá-lo inconstitucional (ADI 1.105-7/DF), que o advogado poderia sustentar oralmente as razões de *qualquer recurso* ou *processo*, nas sessões de julgamento, após o voto do relator, em instância judicial ou administrativa, pelo prazo de quinze minutos, salvo se prazo maior fosse concedido (art. 7º, IX). O STF concluiu que “na taxinomia das normas jurídicas o regimento interno dos tribunais se equipara à lei. A prevalência de uma ou de outro depende de matéria regulada, pois são normas de igual categoria. Em matéria processual prevalece a lei, no que tange ao funcionamento dos tribunais o regimento interno prepondera”. Portanto, a sustentação oral somente será cabível se prevista em lei regulamentar. *Alternativa B*.

9696. **(OAB 02 – 2011)** Manoel, empresário, promove ação de separação judicial litigiosa em face de Maria, sua esposa, alegando graves violações aos deveres do casamento, entre as quais abandono material e moral das duas filhas do casal. Anexa documento comprovando que sua esposa deixara as menores em casa para comparecer a festas em locais distantes, o que lhes causou riscos à saúde física e mental. Apesar de as normas sobre o tema determinarem o sigilo, o processo tramita como se fosse público. O advogado do autor comunica o fato ao juiz que preside o processo e ao escrivão que chefia o cartório judicial. Baldados foram os seus esforços. Em relação ao caso acima, à luz das normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) A publicidade do processo constitui mera irregularidade, infensa a medidas de qualquer naipe.
(B) O advogado atuou corretamente ao reclamar do descumprimento de lei.
(C) A reclamação deve ser escrita.

(D) Não pode reclamar para outra autoridade, já tendo apresentado a primeira ao juiz da causa.

RESPOSTA Segundo o inciso II do art. 155, CPC, correm em *segredo de justiça* os processos que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores. Portanto, o advogado atuou corretamente ao reclamar do descumprimento da lei, visto que é seu direito garantido no EOAB (art. 7º, XI). *Alternativa B*.

9697. (OAB 02 – 2011) Tício é advogado regularmente inscrito nos quadros da OAB e conhecido pela energia e vivacidade com que defende a pretensão dos seus clientes. Atuando em defesa de um dos seus clientes, exalta-se em audiência, mas mantém, apesar disso, a cortesia com o magistrado presidente do ato e com o advogado da parte contrária. Mesmo assim, sofreu representação perante o órgão disciplinar da OAB. Em relação a tais fatos, é correto afirmar que

(A) A atuação de Tício desborda os limites normais do exercício da advocacia.

(B) Inexistindo atividade injuriosa, os atos do advogado são imunes ao controle disciplinar.

(C) A defesa do cliente deve ser pautada pelo dirigente da audiência, o magistrado.

(D) No processo judicial, os atos do advogado constituem múnus privado.

RESPOSTA Entre os direitos e prerrogativas da atividade de advocacia, prevê o § 2º do art. 7º, EOAB, que o advogado tem imunidade profissional, não constituindo **injúria** ou **difamação** puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, *sem prejuízo* das **sanções disciplinares perante a OAB**, pelos excessos que cometer. No texto original do EOAB, o crime de **desacato** também era *imune*, mas o STF, na ADI 1.127/DF, suspendeu a eficácia da expressão "ou **desacato**". Assim, o advogado tem imunidade quanto aos crimes de *injúria* e *difamação*, mas poderá ser punido em processo disciplinar se cometer excessos. Porém, a *alternativa B*, apontada pelo gabarito como correta, não serve para a solução completa do problema, pois não só a atividade *injuriosa* tem controle **disciplinar**, como também a *difamatória*. A questão não foi anulada.

III. Inscrição

9698. (OAB 03 – 2012) Sávio, aluno regularmente matriculado em Escola de Direito, obtém a sua graduação e, logo a seguir, aprovação no Exame de Ordem. Por força de movimento grevista na sua instituição, o diploma não pode ser expedido. A respeito da inscrição no quadro de advogados, consoante as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

(A) O diploma é essencial para a inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados.

(B) O bacharel, diante do impedimento de apresentar o diploma, deve apresentar declaração de autoridade certificando a conclusão do curso.

(C) A Ordem, diante do movimento grevista comprovado, poderá acolher declaração de próprio punho do requerente afirmando ter obtido grau.

(D) O bacharel em Direito deve apresentar certidão de conclusão de curso e histórico escolar autenticado.

RESPOSTA De acordo com o art. 23 do Regulamento, o requerente à inscrição no quadro de advogados, na falta de diploma regularmente registrado, apresenta certidão de graduação em direito, acompanhada de cópia autenticada do respectivo histórico escolar. *Alternativa D.*

9699. (OAB 03 – 2012) José da Silva, advogado renomado, é acometido por doença mental considerada pela unanimidade dos médicos como incurável, perdendo suas faculdades de discernimento e sendo considerado absolutamente incapaz por sentença judicial. Nos termos das regras estatutárias, sua inscrição como advogado será

(A) suspensa até laudo médico sobre a doença portada.

(B) cancelada diante da incurabilidade da doença.

(C) extinta por decisão de junta médica convocada para tal fim.

(D) suspensa temporariamente para avaliação pelo Conselho Seccional.

RESPOSTA As hipóteses de cancelamento estão previstas no art. 11, EOAB, estando, entre elas, a de perder qualquer um dos requisitos necessários para inscrição (inciso V) – um dos requisitos é a capacidade civil (art. 8º, I). Observa-se que, se o profissional sofrer doença considerada curável, ele será licenciado (art. 12, III). *Alternativa B.*

9700. **(OAB 01 – 2012)** Nos termos das normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, o Estágio Profissional de Advocacia é requisito para inscrição no quadro de estagiários da OAB, sendo correto afirmar:

(A) É ministrado pela Seccional da OAB sem intervenção de entidade de ensino superior.

(B) Pode ser ofertado por instituição de ensino superior em convênio com a OAB.

(C) Deve ter carga horária mínima de 360 horas distribuídas em dois anos de atividade.

(D) Pode ocorrer a complementação de carga horária em escritórios sem credenciamento junto à OAB.

RESPOSTA O **estágio profissional de advocacia**, inclusive para graduados, é requisito necessário à inscrição no quadro de estagiários da OAB e meio adequado de aprendizagem prática (art. 27, RGOAB). O estágio profissional de advocacia pode ser oferecido pela **instituição de ensino superior** autorizada e credenciada, em **convênio com a OAB**, complementando-se à carga horária do estágio curricular supervisionado com atividades práticas típicas de advogado e de estudo do Estatuto e do Código de Ética e Disciplina, observado o tempo conjunto **mínimo de 300 (trezentas) horas**, distribuído em dois ou mais anos (§ 1º). Pode haver complementação da carga horária na Defensoria Pública, em **escritórios de advocacia** ou em setores jurídicos públicos ou privados, *credenciados* e *fiscalizados* pela OAB em (§ 2º). *Alternativa B*.

9701. **(OAB 03 – 2011-II)** O Bacharel em Direito, após aprovação no Exame de Ordem, deve apresentar cópia do diploma. Caso ele não tenha sido expedido, segundo as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB,

(A) Ocorrerá a inscrição provisória como advogado.

(B) Não poderá ocorrer a inscrição até expedido o diploma.

(C) Pode apresentar certidão de conclusão com histórico escolar.

(D) Deve obter permissão especial do Conselho Seccional.

RESPOSTA Para inscrição como advogado, é necessário, entre outros requisitos, diploma ou certidão de graduação em Direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada (art. 8º, II, EOAB). O requerente à inscrição no quadro de advogados, na falta de diploma regularmente registrado, apresenta certidão de graduação em Direito, acompanhada de cópia autenticada do respectivo histórico escolar (art. 23, RGOAB). *Alternativa C*.

9702. **(OAB 03 – 2011)** Terêncio, após intensa atividade advocatícia, é acometido por mal de origem psiquiátrica, mas diagnosticado como passível de cura após tratamento prolongado. Não podendo exercer os atos da vida civil, apresenta requerimento à OAB. No concernente ao tema, à luz das normas aplicáveis, é correto afirmar que é caso de

(A) Cancelamento da inscrição como advogado.

(B) Impedimento ao exercício profissional, mantida a inscrição na OAB.

(C) Licença do exercício da atividade profissional.

(D) Penalidade de exclusão por doença.

RESPOSTA As hipóteses de *licença* estão dispostas no art. 12, EOAB, e ocorrem quando o advogado assim o requerer, por motivo justificado (I); passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia (II); ou sofrer doença mental considerada **curável** (III). As hipóteses de *cancelamento* estão no art. 11. *Alternativa C*.

IV. Sociedade de Advogados

9703. **(OAB 03 – 2012)** O advogado João, regularmente contratado para defender os interesses de José em Juízo, realiza a defesa regular em primeiro grau, mas não apresenta recurso de apelação contra sentença que julgou improcedente o pedido, mesmo havendo sólida fundamentação para modificar o decidido. O prejuízo causado ao cliente foi de R$ 10.000,00, parcialmente coberto por seguro realizado pela sociedade de advogados integrada por João. Consoante as regras estatutárias, os prejuízos causados ao cliente acarretam a responsabilidade pessoal do sócio advogado de forma

(A) limitada à responsabilidade decorrente de contrato de seguro.
(B) ilimitada, mas subsidiária em relação à sociedade.
(C) limitada e principal, sendo a da sociedade subsidiária.
(D) ilimitada e vinculada ao resultado do processo disciplinar instaurado.

RESPOSTA De acordo com o art. 17, EOAB, além da sociedade, **o sócio responde subsidiária e ilimitadamente** pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer. *Alternativa B.*

9704. **(OAB 01 – 2012)** Lara é sócia de determinada sociedade de advogados com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo. Foi convidada a integrar, cumulativamente e também como sócia, os quadros de outra sociedade de advogados, esta com sede em São Paulo e sem filiais. Aceitou o convite e rapidamente providenciou sua inscrição suplementar na OAB/SP, tendo em vista que passaria a exercer habitualmente a profissão nesse estado.

(A) Lara agiu corretamente, pois, considerando-se que passaria a atuar em mais do que cinco causas por ano em São Paulo, era necessário que promovesse sua inscrição suplementar nesse estado.
(B) Lara não agiu corretamente, pois é vedado ao advogado integrar mais de uma sociedade de advogados com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
(C) Lara não agiu corretamente, pois é vedado ao advogado integrar mais de uma sociedade de advogados dentro do território nacional.
(D) Lara agiu corretamente e sequer era necessário que promovesse sua inscrição suplementar, pois passaria a exercer a profissão em São Paulo na qualidade de sócia e não de advogada empregada da sociedade em questão.

RESPOSTA Segundo o § 4º do art. 15, EOAB, nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, **com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional**. *Alternativa B*.

9705. **(OAB 03 – 2011-II)** No concernente à Sociedade de Advogados, é correto afirmar, à luz do Estatuto e do Código de Ética e Disciplina da OAB, que

(A) Pode se organizar de forma mercantil, com registro na Junta Comercial.
(B) Está vinculada às regras de ética e disciplina dos advogados.
(C) Seus sócios estão imunes ao controle disciplinar da OAB.
(D) Seus componentes podem, isoladamente, representar clientes com interesses conflitantes.

RESPOSTA Conforme o § 2º do art. 15, EOAB, aplica-se à sociedade de advogados o Código de Ética e Disciplina, no que couber. *Alternativa B*.

9706. **(OAB 03 – 2012)** Marcos, Letícia e Cristina, advogados, resolvem formar sociedade, para atuar na área cível, campo profissional da preferência de todos. No entanto, não regularizam a sociedade perante a Ordem dos Advogados do Brasil. Observado tal relato, consoante as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

(A) A ausência de registro da sociedade de advogados na Ordem dos Advogados do Brasil constitui mera irregularidade.

(B) Os atos das sociedades de advogados devem ser restritos às atividades de consultoria jurídica.

(C) Os atos praticados pelos advogados que integram sociedades irregulares são nulos de pleno direito.

(D) A prática de atos privativos de advocacia por sociedade irregular tipifica exercício irregular da profissão.

RESPOSTA De acordo com o art. 4º do Regulamento Geral, a prática de atos privativos de advocacia, por profissionais e **sociedades não inscritos** na OAB, constitui **exercício ilegal da profissão**. Além disso, segundo o art. 4º, EOAB, são **nulos os atos** privativos de advogado praticados por **pessoa não inscrita na OAB**, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas. Portanto, a *alternativa C*, considerada correta inicialmente pela banca, não poderia ser, dada a interpretação às regras acima. A questão acabou anulada.

V. Advogado Empregado

9707. **(OAB 03 – 2011)** Mévio é advogado empregado de empresa de grande porte atuando como diretor jurídico e tendo vários colegas vinculados à sua direção. Instado por um dos diretores, escala um dos seus advogados para atuar em processo judicial litigioso, no interesse de uma das filhas do referido diretor. À luz das normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) A defesa dos interesses dos familiares dos dirigentes da empresa está ínsita na atuação profissional do advogado empregado.

(B) A atuação do advogado empregado nesses casos pode ocorrer voluntariamente, sem relação com o seu emprego.

(C) A relação de emprego retira do advogado sua independência profissional, pois deve defender os interesses do patrão.

(D) Em casos de dedicação exclusiva, a jornada de trabalho máxima do advogado será de quatro horas diárias e de vinte horas semanais.

RESPOSTA Segundo o art. 18 e parágrafo único, EOAB, a **relação de emprego**, na qualidade de advogado, não retira a isenção técnica nem reduz a independência profissional inerentes à advocacia. Portanto, o advogado empregado *não está* obrigado à prestação de serviços profissionais de interesse pessoal dos empregadores, *fora* da relação de emprego, podendo atuar *voluntariamente*, se quiser. *Alternativa B*.

VI. Honorários

9708. **(OAB 01 – 2012)** O advogado João apresentou petição em determinada Vara Cível, pela qual fazia juntar o contrato de honorários celebrado com seu cliente para aquela causa, bem como requeria a expedição de mandado de pagamento em seu nome, a fim de receber seus honorários diretamente, por dedução da quantia a ser recebida por seu constituinte. Sobre a hipótese e à luz do que dispõe o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a alternativa correta:

(A) O advogado tem direito à expedição de mandado de pagamento em seu nome, para que receba diretamente seus honorários, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, devendo, para tanto, fazer juntar aos autos o contrato de honorários.

(B) O advogado tem direito à expedição de mandado de pagamento em seu nome, para que receba diretamente seus honorários, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, devendo, para tanto, fazer juntar aos autos o contrato de honorários, bem como declaração expressa de seu constituinte anuindo com a realização do pagamento diretamente ao advogado.

(C) O advogado não tem direito à expedição de mandado de pagamento em seu nome, para que receba diretamente seus honorários, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, mas o magistrado pode assim determinar, caso entenda conveniente.

(D) O advogado não tem direito, em hipótese alguma, à expedição de mandado de pagamento em seu nome, para que receba diretamente seus honorários, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte. Mandados de pagamento, incluindo-se aqueles referentes aos honorários do advogado, são sempre expedidos em nome da parte.

RESPOSTA Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, segundo o § 4º do art. 22, EOAB, o juiz deve determinar que lhe sejam **pagos diretamente**, por *dedução da quantia* a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou. *Alternativa A*.

9709. **(OAB 03 – 2011-II)** Esculápio realiza contrato escrito de honorários com Terêncio, no valor de R$ 20.000,00. Consoante as normas estatutárias aplicáveis à espécie, é correto afirmar que

(A) Esse documento não se reveste passível de futura execução, como título executivo.

(B) A ausência de pagamento do valor pactuado leva ao arbitramento judicial dos honorários.

(C) O contrato escrito é título executivo, podendo o advogado ingressar com ação de execução dos seus honorários.

(D) Esse crédito não possui privilégio em eventual insolvência do cliente.

RESPOSTA A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial, conforme prevê o art. 24, EOAB. *Alternativa C*.

9710. **(OAB 03 – 2011)** No caso de arbitramento judicial de honorários, pela ausência de estipulação ou acordo em relação a eles, é correto afirmar, à luz das regras estatutárias, que

(A) Os valores serão livremente arbitrados pelo juiz, sem parâmetros, devendo o advogado percebê-los.

(B) A fixação dos honorários levará em conta o valor econômico da questão.

(C) A tabela organizada pela OAB não é relevante para essa forma de fixação.

(D) Havendo acordo escrito, poderá ocorrer o arbitramento judicial de honorários.

RESPOSTA Na falta de estipulação ou de acordo, segundo o § 2º do art. 22, EOAB, os **honorários** são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o *valor econômico da questão*, não podendo ser inferiores aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB. *Alternativa B*.

9711. **(OAB 03 – 2012)** Um advogado é contratado por um empresário para atuar em causas na área empresarial, formalizando contrato escrito e emitindo fatura para pagamento dos honorários ajustados. A partir de determinado momento o empresário passou a não pagar os honorários ajustados. Consoante as regras do Código de Ética, o advogado para buscar o recebimento dos honorários pactuados, deverá

(A) emitir duplicatas decorrentes da fatura apresentada.

(B) levar o contrato de honorários a protesto.

(C) emitir debêntures em decorrência do contrato firmado.

(D) cobrar os valores por meio de ação judicial.

RESPOSTA Está prevista no Código de Ética a cobrança judicial dos honorários advocatícios (art. 43). *Alternativa D*.

9712. **(OAB 02 – 2012)** João postulou, por meio de representação de advogado, ação

condenatória em face da sociedade Cacos e Cacos Ltda., obtendo sentença favorável, condenando a ré ao pagamento da quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais), acrescida de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) de honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado da decisão judicial, João e seu advogado Pedro são cientificados de que a sociedade está falida, devendo os seus créditos sofrer procedimento de habilitação. Nesse caso, a natureza dos créditos correspondentes a honorários advocatícios, nos termos do Estatuto, é considerada como

(A) quirografária.
(B) real.
(C) privilegiada.
(D) natural.

RESPOSTA De acordo com o art. 24, EOAB, a decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem **crédito privilegiado** na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial. *Alternativa C.*

9713. **(OAB 02 – 2012)** João é contratado para propor ação de cobrança pela sociedade M e P Ltda., em face da sociedade C e L Ltda., sendo o valor da causa, correspondente ao débito, de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Após iniciada a ação, mas antes do ato citatório, a sociedade autora vem a desistir da mesma. Houve contrato de honorários subscrito pelas partes aventando que, nesse caso, seriam devidos honorários fixos de R$ 10.000,00 (dez mil reais). A sociedade notificada regularmente não pagou os honorários contratuais. Nesse caso, o prazo para a prescrição da ação de cobrança de honorários passa a contar da data

(A) do trânsito em julgado da decisão judicial.
(B) da desistência judicial formulada.
(C) do término do mandato judicial.
(D) da ultimação do serviço judicial.

RESPOSTA No caso em tela, prescreve em cinco anos a ação de cobrança de honorários de advogado, contado o prazo da desistência (art. 25, IV, EOAB). *Alternativa B.*

VII. Incompatibilidades e Impedimentos

9714. **(OAB 03 – 2012)** O advogado Carlos é Presidente da empresa XYZ, com sede no Município Q. Em determinada data, a empresa é notificada para apresentar defesa em processo trabalhista ajuizado por antigo empregado da empresa. No dia da audiência designada, Carlos apresenta-se como preposto, vez que dirigente da empresa e advogado, por possuir habilitação profissional regular. Observados tais fatos, de acordo com as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

(A) Por economia processual admite-se a atuação do advogado como preposto e advogado no mesmo processo.
(B) Essa é uma situação excepcional que permite a atuação do advogado como preposto da empresa e seu representante judicial.
(C) É vedada a atuação como preposto e como advogado da empresa ao mesmo tempo.
(D) Não havendo oposição da parte adversa, pode ocorrer a atuação do advogado nas duas funções: preposto e representante judicial.

RESPOSTA De acordo com o art. 3º do Regulamento Geral, é defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente. *Alternativa C*.

9715. **(OAB 02 – 2012)** João, advogado inscrito há muitos anos na OAB, decide candidatar-se, pelo quinto constitucional, ao cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal. Em razão dessa iniciativa, é submetido a exame curricular e sabatina perante o Conselho Federal da OAB. Após longo processo avaliatório, vem a ser escolhido para integrar a lista sêxtupla a ser remetida ao Tribunal Regional Federal. Diante dessa narrativa, à luz da legislação aplicável aos advogados, assinale a afirmativa correta.

(A) O advogado, ao ser incluído em lista sêxtupla para integrar os quadros de tribunal, deve requerer licença para tratamento de questões particulares.

(B) O advogado que integra lista sêxtupla ou tríplice para ingresso pelo quinto constitucional pode continuar exercendo livremente suas atividades.

(C) O advogado que integra lista sêxtupla ou tríplice passa a ser considerado incompatibilizado para o exercício da advocacia.

(D) O advogado que pretende ingressar na magistratura pelo quinto constitucional passa a ser considerado impedido ao compor lista sêxtupla.

RESPOSTA Não há qualquer impedimento legal de exercício profissional pelo fato de advogado pretendente ao quinto constitucional integrar lista sêxtupla ou tríplice. *Alternativa B.*

9716. **(OAB 02 – 2012)** José, general de brigada, entusiasmado com a opção do seu filho pelo curso de Direito, resolve acompanhá-lo nos estudos. Presta exame vestibular e matricula-se em outra instituição de ensino, também no curso de Direito. Ambos alcançam o período letivo em que há necessidade de realizar o estágio forense. José, desejando acompanhar seu filho nas atividades forenses nas horas de folga, vez que continua na ativa, agora como General de Divisão, requer o seu ingresso no quadro de estagiários da OAB. A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

(A) Militar não pode, enquanto permanecer na ativa, inscrever-se no quadro de advogados, mas se permite a ele a inscrição no quadro de estagiários.

(B) Militar não pode, enquanto na ativa, obter inscrição no quadro de advogados nem no quadro de estagiários.

(C) Militar da ativa pode atuar na Justiça Militar especializada, porque se inscreve no quadro especial de estagiários.

(D) Militar de alta patente pode obter inscrição tanto no quadro de estagiários como no de advogados, mediante permissão especial do Presidente da OAB.

RESPOSTA Entre as atividades incompatíveis com a advocacia, mesmo em causa própria, segundo o art. 28, EOAB, estão os militares de qualquer natureza, na ativa (inciso VI). Observe que a incompatibilidade refere-se à proibição total, inclusive ao quadro de estagiários. *Alternativa B.*

9717. **(OAB 02 – 2012)** Osvaldo é vereador do município “K” e ocupa cargo vinculado à Mesa da Câmara de Vereadores. Necessitando propor ação cominatória em face do seu vizinho Marcos, e sendo advogado, apresenta-se em Juízo postulando em causa própria. Nos termos das normas estatutárias, assinale a afirmativa correta.

(A) A função de membro do Poder Legislativo impede o advogado de atuar, mesmo em causa própria.

(B) A eleição para a Mesa Diretora do Poder Legislativo impede o advogado de atuar, gerando uma incompatibilidade.

(C) O mandato de vereador não se inclui dentre as situações de incompatibilidade, ocupe ou não cargo na Mesa Diretora.

(D) As incompatibilidades dos membros do Poder Legislativo estão circunscritas aos integrantes do Senado e da Câmara dos Deputados Federal.

RESPOSTA De acordo com o art. 28, EOAB, a advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, entre outras atividades, com as de chefe do Poder Executivo e membros da Mesa do Poder Legislativo e seus substitutos legais (inciso I). *Alternativa B.*

9718. **(OAB 02 – 2012)** Além de advogado, João é professor da Universidade pública "M", com natureza de autarquia, onde exerce as funções de coordenador acadêmico da graduação do Curso de Direito. Diante do prestígio acumulado, o seu escritório de advocacia vem a ter renome, atuando em diversas causas nas comarcas de influência da universidade. Essas circunstâncias indicam que o cargo ocupado pelo advogado seria um caso

(A) abrangido pelas normas que criam regras de incompatibilidade para administradores públicos.
(B) não previsto, vez que a atuação como dirigente de entidade pública é irrelevante para o sistema de incompatibilidades.
(C) excepcionado diante da característica que o vincularia ao magistério jurídico.
(D) incluído no rol de incompatibilidades por não permitir que o advogado exerça cargo administrativo nas universidades públicas.

RESPOSTA De acordo com o art. 28, EOAB, a **advocacia é incompatível**, mesmo em causa própria, entre outras atividades, com as de ocupantes de cargos ou funções de direção em Órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público (inciso III). Porém, essa incompatibilidade é excepcionada quando da administração acadêmica diretamente relacionada ao magistério jurídico (§ 2º). *Alternativa C.*

9719. **(OAB 01 – 2012)** Tício é advogado prestando serviços à Junta Comercial do Estado Y. Exerce a atividade concomitantemente em escritório próprio, onde atua em causas civis e empresariais. Um dos seus clientes postula o seu visto em atos constitutivos de pessoa jurídica que pretende criar. Diante do narrado, à luz das normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a alternativa correta:

(A) Sendo um cliente do escritório, é inerente à atividade da advocacia o visto em atos constitutivos de pessoa jurídica.
(B) Ao prestar serviços para Junta Comercial, surge impedimento previsto no Regulamento Geral.
(C) A análise do conteúdo dos atos constitutivos pode ser realizada pelo advogado tanto no escritório quanto na Junta Comercial.
(D) A atuação na Junta Comercial gera impedimento para ações judiciais, mas não para vistos em atos constitutivos.

RESPOSTA O Regulamento Geral da OAB determina o **impedimento** de exercer o ato de advocacia (visto de advogado em atos constitutivos de pessoas jurídicas, indispensável ao registro e arquivamento nos órgãos competentes) aos advogados que prestem serviços a órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, da unidade federativa a que se vincule a **Junta Comercial**, ou a quaisquer repartições administrativas competentes para o mencionado registro (art. 2º e parágrafo único). *Alternativa B*.

9720. **(OAB 02 – 2011)** Alcides, advogado de longa data, resolve realizar concurso para o Ministério Público, vindo a ser aprovado em primeiro lugar. Após os trâmites legais, é designada data para a sua posse, circunstância que acarreta seu requerimento para suspender sua inscrição nos quadros da OAB, o que vem a ser indeferido. No caso em comento, em relação a Alcides, configura-se situação de

(A) Cancelamento da inscrição por assunção de cargo incompatível.

(B) Suspensão da inscrição até a aposentadoria do membro do Ministério Público.

(C) Suspeição enquanto permanecer no cargo.

(D) Incompatibilidade, podendo atuar, como advogado, em determinadas situações.

RESPOSTA Entre as atividades para as quais a advocacia é **incompatível**, mesmo em causa própria, segundo o art. 28, II, EOAB, estão os membros de órgãos do Poder Judiciário, do **Ministério Público**, dos tribunais e conselhos de contas, dos juizados especiais, da justiça de paz, juízes classistas, bem como de todos os que exerçam função de julgamento em órgãos de deliberação coletiva da administração pública direta e indireta. A **incompatibilidade** determina a proibição total do exercício da advocacia (art. 27). *Alternativa A*.

VIII. Infrações e Sanções Disciplinares

9721. **(OAB 03 – 2012)** O advogado Cândido, conhecido pelas soluções criativas para resolver os problemas dos seus clientes, aduz, como tese defensiva, em ação de despejo por falta de pagamento, que a norma que autoriza tal desocupação forçada seria inconstitucional, pois caberia ao Estado fornecer habitação gratuita ou a preços módicos aos necessitados e, em caso de impossibilidade financeira, custear a moradia, pagando ao locador os valores devidos, a título de aluguel social. Essa defesa foi considerada como contrária à disposição de lei que determina, como consequência do não pagamento dos alugueres, o despejo por falta de pagamento. Em razão disso, foi proferida sentença determinando a desocupação do imóvel e condenando o cliente do advogado Cândido ao pagamento dos alugueres devidos, bem como as demais verbas decorrentes da sucumbência. Além disso, determinou o magistrado a expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil para abertura de processo disciplinar. Consoante as regras do Estatuto da Advocacia, assinale a afirmativa correta.

(A) O fato de advogar contra literal disposição de lei sem exceções, não constitui infração disciplinar.

(B) A alegação de inconstitucionalidade descaracteriza a infração disciplinar invocada.

(C) A infração disciplinar não está prevista no sistema por caracterizar delito de hermenêutica.

(D) A referida infração somente pode ser considerada quando causar prejuízo ao cliente o que não foi o caso.

RESPOSTA Entre as infrações disciplinares, está advogar contra literal disposição de lei, **presumindo-se a boa-fé**, quando **fundamentado na inconstitucionalidade, na injustiça da lei ou em pronunciamento judicial anterior** (art. 34, VI, EOAB). Sendo assim, *alternativa B.*

9722. **(OAB 02 – 2012)** O advogado “X”, regularmente constituído pelo seu cliente “Z”, retira os autos de cartório para realizar peça defensiva dos interesses do seu cliente. Os autos permanecem no escritório profissional de “X”. Um incêndio no prédio em que se localiza o escritório destruiu numerosos documentos, inclusive os autos referidos. Com base no ocorrido, “X” comunica o fato ao Juízo e ao seu cliente. Diante dessa narrativa, à luz da legislação aplicável aos advogados, assinale a afirmativa correta.

(A) O extravio de autos é caracterizado como infração, com pena de suspensão.

(B) O advogado deverá receber pena de advertência, por não prever o incêndio.

(C) O extravio de autos deve ser doloso ou culposo, para ser punível disciplinarmente.

(D) O extravio de autos seria punível, caso fosse recebido em confiança.

RESPOSTA Constitui infração disciplinar, entre outras, segundo o art. 34, EOAB, reter, abusivamente, ou extraviar autos recebidos com vista ou em confiança (inciso XXII), cuja pena é suspensão (art. 37, I). No entanto, o gabarito foi mantido como *alternativa C.* A questão deveria ter sido anulada em razão da *alternativa A* também estar correta.

9723. **(OAB 02 – 2012)** O advogado Rubem, em causa em que patrocina os interesses da sociedade Só Fácil Ltda., cita fatos delituosos, por escrito, contra a honra do réu, sem autorização do seu cliente. Dias depois, é surpreendido com ação criminal em virtude dos fatos apresentados no processo judicial.

A descrição acima amolda-se à seguinte infração disciplinar:

(A) locupletar-se, por qualquer forma, à custa do cliente ou da parte adversa, por si ou interposta pessoa.

(B) incidir em erros reiterados que evidenciem inépcia profissional.

(C) prestar concurso a cliente ou a terceiro para realização de ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la.

(D) fazer, em nome do constituinte, sem autorização escrita deste, imputação a terceiro de fato definido como crime.

RESPOSTA De acordo com o inciso XV do art. 34, EOAB. Ensina Paulo Lôbo que "não se trata propriamente de calúnia, porque esta é a imputação *falsa* de fato que a lei tenha qualificado como crime. Para concretizar a infração disciplinar basta a imputação a terceiro, mesmo que o fato definido como crime seja verdadeiro" (*Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB*, p. 215). *Alternativa D*.

9724. **(OAB 02 – 2012)** Pedro, advogado regularmente inscrito nos quadros da OAB, após regular processo administrativo disciplinar, é apenado com a sanção de exclusão por ter sido condenado pela prática de crimes contra o patrimônio, tendo a decisão judicial transitada em julgado. Após cumprir a pena e tendo sido a mesma julgada extinta pelo Juízo competente, apresenta requerimento de retorno à OAB. Nos termos do Estatuto, deve o requerente

(A) apresentar a documentação prevista para inscrição inaugural no quadro de advogados, além de submeter-se a novo Exame de Ordem.

(B) requerer a restauração da sua inscrição anterior com os documentos previstos para a inscrição inaugural, sem submissão a novo Exame de Ordem.

(C) indicar provas para a inscrição nos quadros da OAB que comprovem a sua capacidade civil apta a permitir o retorno, e os documentos para inscrição inaugural.

(D) comprovar a sua reabilitação e apresentar os documentos relacionados à idoneidade moral.

RESPOSTA De acordo com o art. 41, EOAB, é permitido ao advogado que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar requerer, um ano após seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento. E, quando a **sanção disciplinar resultar da prática de crime**, o pedido de reabilitação depende também da correspondente reabilitação criminal (parágrafo único). Não há a exigência legal de "apresentar os documentos relacionados à idoneidade moral", no entanto, a banca manteve o gabarito como *alternativa D.*

9725. **(OAB 01 – 2012)** Determinado advogado, valendo-se dos poderes para receber, que lhe foram outorgados pelo autor de certa demanda, promove o levantamento da quantia depositada pelo réu e não presta contas ao seu cliente, apropriando-se dos valores recebidos. Por tal infração disciplinar, qual a sanção prevista no Estatuto da Advocacia e da OAB?

(A) Censura, com possibilidade de conversão em advertência, caso o advogado infrator preste contas ao seu cliente antes do fim do processo disciplinar instaurado na OAB.

(B) Suspensão pelo prazo de 30 (trinta) dias a 12 (doze) meses, perdurando a suspensão até que o advogado satisfaça integralmente a dívida.

(C) Suspensão pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

(D) Exclusão.

RESPOSTA Recusar-se, injustificadamente, a prestar contas ao cliente de quantias recebidas dele ou de terceiros por conta dele constitui *infração disciplinar* (art. 34, XXI, EOAB). A **sanção disciplinar** aplicável é a *suspensão* pelo prazo de trinta dias a doze meses (art. 37, § 1º), que perdura, nesse caso, até que satisfaça integralmente a dívida, inclusive com correção monetária (§ 2º). *Alternativa B*.

9726. **(OAB 03 – 2011-II)** Esculápio, advogado militante, fica comovido com a dificuldade de Astrolábio, bacharel em Direito, em lograr aprovação no Exame de Ordem. Com o intuito de auxiliá-lo, aceita subscrever petições realizadas pelo referido graduado em Direito, bem como permitir que ele receba os seus clientes no seu escritório, como se advogado fosse, não percebendo Esculápio qualquer vantagem pecuniária por isso. Consoante as normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) Esculápio está cometendo infração disciplinar por manter sociedade profissional fora dos limites legais.

(B) Esculápio estaria praticando a conduta de facilitação do exercício da profissão aos não inscritos.

(C) Havendo motivo de força maior, o advogado pode propiciar acesso profissional aos não inscritos.

(D) O advogado estaria apenas angariando causas para o seu escritório de advocacia.

RESPOSTA Constitui infração disciplinar, entre outras, exercer a profissão, quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos, proibidos ou impedidos (art. 34, I, EOAB). É caso de *censura* (art. 36, I, EOAB). *Alternativa B*.

9727. **(OAB 03 – 2011)** Mévio, advogado recém-formado com dificuldades de iniciar sua atividade profissional, propõe a colegas de bairro e de escola a participação percentual nos honorários dos clientes que receber para consultas ou que pretendam ajuizar ações judiciais. Consoante as normas aplicáveis, assinale a alternativa correta em relação à conduta de Mévio.

(A) Caracteriza agenciamento de causas com participação dos honorários.

(B) É possível, desde que conste em contrato escrito entre as partes.

(C) O agenciamento de clientela é admitido em situações peculiares como essa.

(D) Desde que os serviços advocatícios sejam prestados por Mévio, inexiste infração disciplinar.

RESPOSTA Constitui **infração disciplinar**, segundo o art. 34, III, EOAB, valer-se de agenciador de causas, mediante participação nos honorários a receber. *Alternativa A*.

9728. **(OAB 03 – 2011)** Raul, advogado, é acusado, em processo disciplinar, de ter perdido prazos em diversos processos, de ter atuado contra os interesses dos seus clientes e de ter um número exagerado de indeferimento de petições iniciais, por ineptas, desconexas, com representações sucessivas à OAB. Em relação a tais circunstâncias, à luz das normas estatutárias, é correto afirmar que as condutas imputadas a Raul

(A) Não caracterizam infração disciplinar.

(B) São consideradas desvios processuais exclusivamente.

(C) Demandam atuação da OAB no sentido educativo.

(D) Caracterizam inépcia da atuação profissional.

RESPOSTA Caracteriza-se como **infração disciplinar** o advogado incidir em erros reiterados que evidenciem *inépcia* profissional (art. 34, XXIV, EOAB). *Alternativa D*.

9729. **(OAB 02 – 2011)** O advogado Antônio é convocado para prestar depoimento como testemunha em ação em que um dos seus clientes é parte. Inquirido pelo magistrado, passa a tecer

considerações sobre fatos apresentados pelo seu cliente durante as consultas profissionais, mesmo sobre estratégias que havia sugerido para a defesa do seu cliente. Não omitiu quaisquer informações. Posteriormente à audiência, foi notificado da abertura de processo disciplinar pelo depoimento prestado. Em relação ao caso acima, com base nas normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) No caso em tela, houve justa causa, capaz de permitir a revelação de dados sigilosos.
(B) Inquirido pelo magistrado, o advogado não pode se escusar de depor e prestar informações.
(C) A quebra do sigilo profissional, ainda que judicialmente, como no caso, é infração disciplinar.
(D) O sigilo profissional é uma faculdade do advogado.

RESPOSTA É direito do advogado, segundo o art. 7º, XIX, EOAB, **recusar-se** a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua *sigilo profissional*. No entanto, constitui **infração disciplinar** violar, sem justa causa, *sigilo profissional* (EOAB, art. 34, VII). Ciência, ainda, do art. 26, Código de Ética. *Alternativa C*.

9730. **(OAB 02 – 2011)** Ademir, formado em Jornalismo e Direito e exercendo ambas as profissões, publica, em seu espaço jornalístico, alegações forenses por ele apresentadas em juízo. Instado por outros profissionais do Direito a também apresentar os trabalhos dos colegas, Ademir alega que o espaço é exclusivamente dedicado à divulgação dos seus próprios trabalhos forenses. Com base no relatado, à luz das normas estatutárias, é correto afirmar que a divulgação promovida por Ademir é

(A) Perfeitamente justificável, por ser pertinente a outra profissão.
(B) Justificado pelo interesse jornalístico dos trabalhos forenses.
(C) Punível, por caracterizar infração disciplinar.
(D) É equiparada a ato educacional permitido.

RESPOSTA Constitui infração disciplinar, segundo o EOAB, fazer publicar na imprensa, desnecessária e habitualmente, alegações forenses ou relativas a causas pendentes (art. 34, XIII), cuja pena é *censura* (art. 36, I). *Alternativa C*.

9731. **(OAB 02 – 2011)** José foi condenado criminalmente, com sentença transitada em julgado, e, paralelamente, punido também em processo disciplinar perante a OAB em função dos mesmos atos que resultaram naquela condenação criminal. Nos termos das normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) A reabilitação administrativa independe da criminal.
(B) Ambas as reabilitações podem tramitar paralelamente.
(C) A reabilitação administrativa é pressuposto da criminal.
(D) É pressuposto da reabilitação à OAB o deferimento da criminal.

RESPOSTA É permitido ao advogado que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar requerer, um ano após seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento, segundo o art. 41, EOAB. No entanto, quando a sanção disciplinar resultar da prática de crime, o pedido de reabilitação *depende também* da correspondente **reabilitação criminal**, como prevê o parágrafo único do citado artigo. *Alternativa D*.

IX. Código de Ética e Processo Disciplinar

9732. **(OAB 03 – 2012)** Caio é advogado que atua em três estados da federação, possuindo uma inscrição principal e duas suplementares, tendo em vista o número elevado de causas que possui. Em decorrência de conflitos ocorridos em função dos processos em que atua, foram instaurados três processos disciplinares, um em cada seccional onde atua. De acordo com as normas do Estatuto da Advocacia, a competência para julgamento desses processos cabe ao

(A) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
(B) Conselho Seccional em que o advogado possui inscrição principal.
(C) Conselho Seccional de cada infração disciplinar.
(D) Conselho Nacional de Justiça.

RESPOSTA De acordo com o art. 70, EOAB, o poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB *compete exclusivamente* ao **Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração**, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal. *Alternativa C.*

9733. **(OAB 03 – 2012)** Mário advogou, por muitos anos, para a empresa "X", especializada no ramo de cosméticos. Por problemas pessoais, afastou-se da advocacia empresarial por um período de dois anos. No retorno, passou a representar os interesses da empresa "Y", também do ramo de cosméticos, e concorrente direta da empresa para quem anteriormente prestara serviços. Quando da prestação de seus serviços à empresa "X", Mário atuou em vários contratos em que constavam informações submetidas a segredo industrial, a que teve acesso exclusivamente em decorrência da sua atuação como advogado. Observado tal relato, em consonância com as normas do Código de Ética da Advocacia, assinale a afirmativa correta.

(A) Os segredos advindos da prática profissional, após determinado período de recesso, podem ser livremente utilizados pelo advogado.
(B) O advogado, ao atuar contra antigos clientes, não pode lançar mão de informações reservadas que lhe tenham sido confiadas.
(C) O advogado não pode ser contratado por concorrentes de antigos clientes, pois o impedimento de com eles contratar não tem prazo.
(D) O advogado, diante do conflito de interesses entre o antigo e o novo cliente, deve renunciar ao mandato.

RESPOSTA De acordo com o art. 19, Código de Ética, o advogado, ao postular em nome de terceiros, contra ex-cliente ou ex-empregador, judicial e extrajudicialmente, deve resguardar o segredo profissional e as informações reservadas ou privilegiadas que lhe tenham sido confiadas. *Alternativa B.*

9734. **(OAB 02 – 2012)** O advogado "Y", recém-formado, diante da dificuldade em conseguir clientes, passa a distribuir panfletos em locais próximos aos fóruns da cidade onde reside, oferecendo seus serviços profissionais. Nos panfletos distribuídos por "Y" constam informações acerca da sua especialização técnico-científica, localização e telefones do seu escritório. Por outro lado, "Y" instalou placa na porta de seu escritório, na qual fez constar os valores cobrados por seus serviços profissionais, fixados, aliás, em patamares inferiores àqueles estipulados pela tabela de honorários da OAB. Quanto à conduta de "Y", assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) "Y" incorre em infração disciplinar, consistente na captação irregular de causas, ao distribuir panfletos ao público oferecendo seus serviços como advogado.
(B) "Y" viola dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, ao fixar honorários em valores inferiores aos estipulados na tabela de honorários da OAB.
(C) "Y" pode distribuir panfletos ao público, oferecendo seus serviços profissionais, desde que neles não conste sua especialização técnico-científica.
(D) "Y" viola dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, ao fazer constar de sua placa referências aos valores cobrados por seus serviços profissionais.

RESPOSTA De acordo com o art. 29, CED, o anúncio deve mencionar o nome completo do advogado e o número da inscrição na OAB, **podendo fazer referência** a títulos ou qualificações profissionais, **especialização técnico-científica** e associações

culturais e científicas, endereços, horário do expediente e meios de comunicação. *Alternativa C.*

9735. **(OAB 03 – 2011-II)** Entre as competências do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB, NÃO se inclui, à luz das normas aplicáveis do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética,

(A) Instaurar de ofício processo sobre ato que considere em tese infração à norma de ética profissional.

(B) Mediar pendências entre advogados, bem como conciliar questões sobre partilha de honorários.

(C) Responder a consultas “em tese”, aconselhando e orientando sobre ética profissional.

(D) Elaborar seu orçamento financeiro a ser submetido ao Conselho Seccional.

RESPOSTA A competência “básica” do TED – Tribunal de Ética e Disciplina é orientar e aconselhar sobre ética profissional, respondendo às consultas em tese, e julgar os processos disciplinares (art. 49, CED). Outras competências estão no art. 50 e repetidas nas alternativas, exceto na *D*, devendo esta ser assinalada. *Alternativa D*.

9736. **(OAB 03 – 2011-II)** O escritório de advocacia do Dr. Zangão decide patrocinar programa televisivo juntamente com um supermercado e uma companhia de cervejas. O programa é de estilo popular, com belas mulheres vestidas de forma apropriada ao verão brasileiro. No intervalo do programa, o apresentador apresenta homenagens aos seus patrocinadores e, em relação ao escritório de advocacia, recita um texto: “Caso você tenha um problema com a Justiça, procure quem é bom. Consulte um dos advogados do Escritório do Dr. Zangão. Pode não ser uma rima, mas é a solução”. Essa situação caracteriza

(A) Publicidade imoderada.

(B) Propaganda regular.

(C) Patrocínio cultural.

(D) Atividade permitida pelo Estatuto.

RESPOSTA Segundo prevê o art. 28, CED, o advogado pode anunciar os seus serviços profissionais, individual ou coletivamente, com **discrição e moderação**, para finalidade exclusivamente informativa, vedada a divulgação em conjunto com outra atividade. Caso o advogado participe de programa de televisão ou de rádio, de entrevista na imprensa, de reportagem televisionada ou de qualquer outro meio, para manifestação profissional, deve visar a objetivos exclusivamente ilustrativos, educacionais e instrutivos, **sem propósito de promoção pessoal ou profissional**, vedados pronunciamentos sobre métodos de trabalho usados por seus colegas de profissão. *Alternativa A*.

9737. **(OAB 03 – 2011)** Daniel, advogado, resolve divulgar seus trabalhos contratando empresa de propaganda e *marketing*. Esta lhe apresenta um plano de ação, que inclui a contratação de jovens, homens e mulheres, para a distribuição de prospectos de propaganda do escritório, coloridos, indicando as especialidades de atuação e apresentando determinados temas que seriam considerados acessíveis à multidão de interessados. O projeto é realizado. Em relação a tal projeto, consoante as normas aplicáveis aos advogados, é correto afirmar que

(A) A moderna advocacia assume características empresariais e permite publicidade como a apresentada.

(B) Atividades moderadas como as sugeridas são admissíveis.

(C) Desde que autorizada pela OAB, a propaganda pode ser realizada.

(D) Existem restrições éticas à propaganda da advocacia, entre as quais as referidas no texto.

RESPOSTA Há regras previstas no Código de Ética e Disciplina – CED para a publicidade da atividade de advocacia, visto que deve manter a *discrição* e a *moderação*, para finalidade exclusivamente **informativa**, vedada a divulgação em conjunto com outra atividade (art. 28). Essas regras são bem restritivas e seguem a partir do art. 29, em especial – para a situação hipotética acima – o § 3º. Observa-se, ainda, que se considera “imoderado” o anúncio profissional do advogado mediante remessa de

correspondência a uma **coletividade**, salvo para comunicar a clientes e colegas a instalação ou mudança de endereço (art. 31, § 2º). As características do "plano de ação" da situação não estão de acordo com as restrições do CED. *Alternativa D*.

9738. **(OAB 03 – 2011)** Após recebida representação disciplinar sem fundamentos, cabe ao relator designado pelo presidente do Conselho Seccional da OAB, à luz das normas aplicáveis,

(A) Arquivar o processo ato contínuo.
(B) Propor ao presidente o arquivamento do processo.
(C) Designar data para a defesa oral pelo advogado.
(D) Julgar improcedente a representação.

RESPOSTA Segundo o § 2º do art. 51, CED, o relator pode propor ao Presidente do Conselho Seccional ou da Subseção o arquivamento da representação, quando estiver desconstituída dos pressupostos de admissibilidade. *Alternativa B*.

9739. **(OAB 02 – 2011)** Crésio é procurado por cliente que já possui advogado constituído nos autos. Prontamente recusa a atuação até que seu cliente apresente a quitação dos honorários acordados e proceda à revogação dos poderes que foram conferidos para o exercício do mandato. Após cumpridas essas formalidades, comprovadas documentalmente, Crésio apresenta sua procuração nos autos e requer o prosseguimento do processo. À luz das normas aplicáveis, é correto afirmar que

(A) A revogação do mandato exime o cliente do pagamento de honorários acordados.
(B) Permite-se o ingresso do advogado no processo mesmo que atuando outro, sem sua ciência.
(C) O advogado deve, antes de assumir mandato, procurar a ciência e autorização do antecessor.
(D) A verba de sucumbência deixa de ser devida após a revogação do mandato pelo cliente.

RESPOSTA O art. 11, CED, determina que o advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem **"prévio conhecimento"** deste, salvo por *motivo justo* ou para *adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis*. A situação hipotética deixa claro que foram "comprovadas documentalmente" as formalidades (quitação dos honorários acordados – não exigida – e a revogação dos poderes), portanto, supõe-se que houve o *prévio conhecimento*. No entanto, o CED não exige "autorização" do advogado antecessor. Ocorre que a banca considerou como correta a *alternativa C*, do que discordamos pelos motivos acima. A questão deveria ter sido anulada.

X. Ordem dos Advogados do Brasil

9740. **(OAB 02 – 2012)** As alternativas a seguir apresentam algumas das competências do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) Representar, em juízo ou fora dele, os interesses coletivos dos advogados.
(B) Velar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da advocacia.
(C) Representar, sem exclusividade, os advogados brasileiros nos órgãos e eventos internacionais da advocacia.
(D) Editar e alterar o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina, e os Provimentos que julgar necessários.

RESPOSTA A competência do Conselho Federal está prevista no art. 54, EOAB. (A) Inciso II. (B) Inciso III. (C) "Com exclusividade", inciso IV. (D) Inciso V. *Alternativa C.*

9741. **(OAB 03 – 2012)** Assinale a afirmativa que indica como ocorrerá, em havendo necessidade, a criação de novos Conselhos Seccionais, de acordo com as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) Por meio de Lei aprovada pelo Congresso Nacional.
(B) Por meio de Medida Provisória Federal.

(C) Por Provimento do Conselho Federal.

(D) Por meio de Resolução do Conselho Federal.

RESPOSTA De acordo com o art. 46 do Regulamento, os novos Conselhos Seccionais serão criados mediante Resolução do Conselho Federal. *Alternativa D.*

9742. **(OAB 01 – 2012)** Nos termos do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB quanto à aquisição de patrimônio pela Ordem dos Advogados do Brasil, revela-se correto afirmar que

(A) a alienação de bens é ato privativo do Presidente da Seccional da OAB.

(B) a aquisição de bens depende de aprovação da Diretoria da OAB.

(C) a oneração de bens é ato do Presidente do Conselho Federal.

(D) a disposição sobre os bens móveis é atribuição do Presidente da Seccional.

RESPOSTA A alienação ou oneração de **bens imóveis** *depende* de aprovação do Conselho Federal ou do Conselho Seccional, competindo à **Diretoria** do órgão decidir pela **aquisição de qualquer bem** e dispor sobre os **bens móveis** (art. 48, RGOAB). *Alternativa B*.

Bibliografia

- DIBO NETO, Azize. *Novo Estatuto da Advocacia e da OAB comentado*. Santa Catarina: Obra Jurídica, 1994.
- LÔBO, Paulo. *Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MARIN, Marco Aurelio. *Como se preparar para o Exame de Ordem* – Ética profissional. 5. ed. São Paulo: Método, 2009.
- RAMOS, Gisela Gondin. *Estatuto da Advocacia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PORTUGUÊS

CARLOS ZAMBELI NOGUEIRA

Especialista em Língua Portuguesa pela PUCRS. Experiência de mais 10 anos de docência em pré-vestibulares e em preparatórios para concursos públicos. Atualmente é professor exclusivo da A Casa do Concurseiro.

JOSÉ MARIA C. TORRES

Engenheiro Eletrônico graduado pelo ITA/SP em 2004. Atuou como Consultor na CNI (Confederação Nacional da Indústria) no Projeto Educação Livre. Atua como Consultor em Ensino Superior e EAD. Colaborador dos sites TECConcursos, Provas de TI e Gustavo Brígido. Autor do site www.profjosemaria.com.br.

BANCA	QUESTÕES
CESPE	441
FCC	403
OUTRAS BANCAS	414

I. Crase

9743. **(2013 – CESPE)** O emprego do sinal indicativo de crase em "Já existia o Patronato Agrícola, ligado à Secretaria de Agricultura, o qual se ocupava de tais questões" justifica-se porque o verbo ligar exige complemento regido pela preposição *a*, e a palavra "Secretaria" é antecedida pelo artigo definido feminino singular *a*.

RESPOSTA Para justificar essa questão, primeiro lembraremos um dos casos da regra da crase, que é o sinal gráfico utilizado para marcar a junção de uma preposição *a* + artigo *a*.

A palavra "ligado" exige preposição "a" e a palavra "Secretaria da Agricultura" exige o artigo definido "a". Em vista disso, há ocorrência dessa fusão. *Certo.*

9744. **(2012 – CESPE)** O emprego do sinal indicativo de crase em 'à' (O tratamento destinado à maioria dos casos de desaparecimento não é prioritário.) é facultativo, razão por que sua retirada não acarretaria prejuízo para a correção gramatical do texto.

RESPOSTA De acordo com a estrutura apresentada na oração, a palavra "destinado" exige mais informações para que o sentido fique completo. Se estivesse apenas "o tratamento destinado", automaticamente já se perguntaria "destinado a quê?/a quem?". A resposta não pode ser feita sem a presença da preposição "A".

Na oração, o assunto refere-se a uma questão específica. A regra dos artigos é clara quanto a sua distinção e aplicação: quando há especificidade, utiliza-se artigo definido; quando não há, indefinido. Portanto, a oração "o tratamento destinado à maioria dos casos de desaparecimento não é prioritário" exige obrigatoriamente a crase, por necessidade de complemento do verbo e por especificidade dos casos. *Errado.*

9745. **(2012 – CESPE)** O emprego do sinal indicativo de crase em 'à' (*"Essa região do cérebro está relacionada à memória e à aprendizagem."*) é facultativo, razão por que sua retirada não acarretaria prejuízo para a correção gramatical do texto.

RESPOSTA A oração apresenta-nos um verbo intransitivo indireto e dois objetos indiretos. A locução verbal exige o acompanhamento de preposições para que o sentido da frase fique completo. Não só isso, ainda há, no complemento, as particularidades envolvidas no benefício cerebral: a memória e a aprendizagem o emprego de artigo definido. Com a exigência de preposição e de artigos definidos, constatamos que sim, acarretaria em prejuízo para a correção gramatical do texto. *Errado.*

9746. **(2012 – CESPE)** A supressão do acento indicativo de crase, em "à sua lista de ações positivas" (... a ciência reuniu provas suficientes para adicionar um novo e poderoso efeito à sua lista de ações positivas...), implicaria prejuízo à correção gramatical do texto.

RESPOSTA Não implicaria prejuízo, porque antes de um pronome possessivo feminino no singular a crase é facultativa, visto que o uso do artigo não é obrigatório diante desse tipo de pronome. Observe que a preposição veio da regência da palavra "adicionar", o detalhe é do emprego do artigo. *Errado.*

9747. **(2012 – CESPE)** (...a sua promessa de reconciliação com a vida, a sociedade, a verdade ou o divino.) O emprego do sinal indicativo de crase em "a sociedade" e "a verdade" manteria as relações sintáticas e semânticas e a correção gramatical do texto.

RESPOSTA Não manteria as relações sintáticas nem semânticas. As expressões *a sociedade* e *a verdade* complementam a reconciliação, e não a promessa. De maneira mais clara, o sentido do fragmento poderia ser transposto da seguinte forma: reconciliação com a vida, reconciliação com a verdade. Por isso, não existe crase antecedendo as palavras referidas. Note também que já ocorre o emprego da preposição "com". *Errado.*

9748. **(2012 – CESPE)** "Essa situação, responsável pelo consumo e também pela poluição da água em escala exponencial, tem conduzido à necessidade de reformulação do seu gerenciamento."

Sem que houvesse prejuízo ao sentido e à correção gramatical do texto, o complemento da forma verbal "tem conduzido" poderia ser introduzido pelo artigo a, em vez de pela contração "à", já que o verbo principal da estrutura – conduzir – tanto pode apresentar objeto direto quanto indireto.

RESPOSTA Não haveria prejuízo em relação à correção gramatical, mas ao sentido do texto e à estrutura da frase. Se a crase fosse eliminada, o sentido seria a situação conduz a necessidade (objeto direto), mas o que o texto nos informa é que a situação leva a uma necessidade (objeto indireto), que é a reformulação de gerenciamento. *Errado.*

9749. **(2012 – CESPE)** "O novo regime automotivo anunciado pelo governo federal incorpora algumas boas práticas de política industrial, como o incentivo à inovação, à eficiência energética e ao fortalecimento de cadeia de produção local [...]".

O emprego do sinal indicativo de crase em "à inovação, à eficiência" deve-se à regência da palavra "incentivo", que exige complemento regido pela preposição "a", e pelo fato de as palavras "inovação" e "eficiência" estarem antecedidas por artigo definido feminino.

RESPOSTA O novo regime automotivo anunciado pelo governo federal incorpora algumas boas práticas de política industrial, como o incentivo à inovação (incentivo a [preposição] + a [artigo definido] inovação), à eficiência energética (incentivo a [preposição] + a [artigo definido] eficiência energética) e ao fortalecimento de cadeia de produção local [...] (incentivo a [preposição] + o [artigo definido] fortalecimento de cadeia de produção local). *Certo.*

9750. **(2012 – CESPE)** O vocábulo "futuro" (*"[...] dizia respeito a meu futuro"*) está empregado, no texto, no sentido de sina, e poderia ser por essa palavra substituído se o trecho em que ele ocorre fosse reescrito da seguinte forma: à minha sina, caso em que o emprego do sinal indicativo de crase seria obrigatório.

RESPOSTA Mesmo que o fragmento da oração "[...] dizia respeito a meu futuro" fosse substituído por "dizia respeito a minha sina" a crase não seria obrigatória já que a palavra que sucede a preposição é um pronome possessivo, e antes desse tipo de pronome o emprego de artigo é facultativo. Logo, a crase também é facultativa. *Errado.*

9751. **(2012 – CESPE)** Em "Com o objetivo de intensificar as ações de fiscalização da agência, será criada também uma nova unidade, a GGAF, que, vinculada à Diretoria Colegiada, atuará com...", o emprego do sinal indicativo de crase deve-se à regência do termo "vinculada", que exige complemento regido pela preposição *a*, e pela presença de artigo definido feminino antes da expressão "Diretoria Colegiada".

RESPOSTA O que/quem se vincula se vincula a (preposição) e o artigo definido *a* marca a informação de que não é qualquer diretoria, mas a Diretoria Colegiada. Outra maneira de confirmar essa crase seria a troca de "Diretoria" por "Diretório". Nesse caso ficaria evidente o emprego do artigo diante da palavra. *Certa.*

9752. **(2012 – CESPE)** "Àquela altura, ninguém vislumbrava a ideia de uma separação..."

A ocorrência de crase em "Àquela" indica que esse elemento é regido pela preposição *a*.

RESPOSTA Quando a palavra "àquela" puder ser substituída por "a esta" a crase vai ser obrigatória, já que se trata de preposição *a* + pronome demonstrativo *esta*. *Certo.*

9753. **(2012 – CESPE)** "[...] aperfeiçoamento dos processos relativos à arrecadação e à aplicação das receitas da entidade."

O emprego de sinal indicativo de crase em “à aplicação” justifica-se porque a palavra “relativos” exige complemento regido pela preposição *a* e a palavra “aplicação” está antecedida por artigo definido feminino.

RESPOSTA Em relação à preposição, podemos sinalizar que o que é relativo é relativo a alguma coisa. Já o emprego do artigo definido particulariza a aplicação. *Certo.*

9754. (2012 – CESPE) O acento grave, que é sinal indicativo de crase em “acesso à Internet”, justifica-se porque a regência do termo “acesso” exige complemento antecedido pela preposição *a* e a palavra “Internet” está antecedida por artigo definido feminino.

RESPOSTA Inclusive a afirmação traz de forma explícita a regra de aplicação da crase, pois o acento da crase é obrigatório quando o termo exige uma preposição para complementar seu sentido e quando o substantivo posterior exige o artigo definido *a*. *Certo.*

9755. (2012 – CESPE) “[...] estamos homenageando o homem brasileiro na sua dedicação à Pátria e no seu...”

A crase que ocorre no segmento “dedicação à Pátria” consiste no fenômeno gramatical de se fundir a preposição “a”, requerida por “dedicação”, ao artigo “a”, que acompanha o nome “Pátria”.

RESPOSTA A regência do termo “dedicação” exige complemento antecedido pela preposição “a”, e a palavra “Pátria” está antecedida por artigo definido feminino. Note a troca, caso fosse uma palavra masculina: dedicação ao Povo. *Certo.*

9756. (2012 – CESPE) “[...] candidato às eleições de prefeito, vice-prefeito e vereadores [...].”

O emprego do sinal indicativo de crase em “candidato às eleições” justifica-se porque a palavra “candidato” exige complemento regido pela preposição “a”, e a palavra “eleições” é antecedida por artigo definido feminino.

RESPOSTA Quem se candidata se candidata a alguma coisa. Ainda, em relação à eleição, não se trata de qualquer, mas de eleições específicas para prefeito, vice-prefeito e vereadores, por isso a existência de artigo definido *as* diante de eleições. Então, preposição *a* + artigo definido no plural *as* = às. *Certo.*

9757. (2012 – CESPE) O sinal indicativo de crase em “restritas às cidades” (L.4) justifica-se porque a palavra “restritas” exige complemento regido pela preposição *a* e a palavra “cidades” vem antecedida por artigo definido feminino, no plural.

RESPOSTA No entanto, é importante observar que, se a expressão fosse “restritas a cidades”, não haveria o sinal indicativo de crase, porque, nesse caso, não estaria presente o artigo determinado antes do substantivo *cidades*. *Certo.*

9758. (2012 – CESPE) “Há a construção de uma vontade, limitada apenas aos contornos constitucionais.”

A correção gramatical do texto seria mantida caso a expressão “aos contornos constitucionais” fosse substituída por à legislação constitucional.

RESPOSTA Observe as orações:

Há a construção de uma vontade, limitada (VTI – verbo particípio) apenas aos contornos constitucionais (OI – verbo particípio).

limitada a (preposição) + os (artigo definido masculino) contornos constitucionais

Há a construção de uma vontade, limitada (VTI – verbo particípio) apenas à legislação constitucional (OI – verbo particípio).

limitada a (preposição) + as (artigo definido feminino) legislação

A estrutura não permanece a mesma? Sim! Então, a resposta está correta!

9759. **(2012 – CESPE)** "[...] criou os instrumentos efetivos para melhor adequar os serviços às populações de menor renda."

O emprego do sinal indicativo de crase em "às populações" deve-se à presença da forma verbal "adequar" e do artigo feminino definido que precede o substantivo.

RESPOSTA Quem adéqua adéqua alguma coisa a alguém. O verbo adequar exige preposição "a" antes de seu complemento e, consequentemente, seu complemento apresenta o artigo definido "a", por isso a existência da crase.
adequar: VTDI (adequar xxx a [preposição])

os serviços: OD

às populações de menor renda: OI (as [artigo definido no plural] populações de menor renda). *Certo.*

9760. **(2012 – CESPE)** "De um lado, o sentimento inato, inerente ao gênero humano, de inconformidade com a derrota."

Se fosse empregado o termo "espécie humana" em lugar de "gênero humano", a substituição de "ao" por "à" seria obrigatória para a manutenção da correção gramatical do texto.

RESPOSTA A crase existe quando há o encontro de uma preposição exigida pelo termo anterior com o artigo *a* antecedendo o termo posterior. Se o artigo é A, concluímos que, para que haja crase, a palavra que vai completar o sentido da anterior tem que ser feminina. Daí por que não existe crase diante de uma palavra masculina.
Observe:

Inerente ao gênero humano (inerente a + o gênero humano [expressão masculina])

Inerente à espécie humana (inerente a + a espécie humana [expressão feminina]). *Certo.*

9761. **(2012 – CESPE)** "... a qualificação de uma força de trabalho às voltas com questões cada vez mais complicadas."

O sinal indicativo de crase em "às voltas" decorre da presença do artigo definido e do uso da preposição *a* exigida pelo substantivo "força".

RESPOSTA Força não exige preposição *a*; "às voltas" é uma locução formada por substantivo feminino. Esse emprego de crase se deve para evitar ambiguidades com o substantivo "as voltas". *Errado.*

9762. **(2012 – CESPE)** "Democracia, enfim, que se enlaça tão intimamente à liberdade de imprensa...".

O acento grave indicativo de crase em "à liberdade" está corretamente empregado, visto que "intimamente" rege complemento com a preposição "a", e a palavra "liberdade" é antecedida pelo artigo definido feminino no singular.

RESPOSTA A palavra "liberdade" é antecedida pelo artigo *a*, mas "intimamente" não exige preposição; essa palavra é um advérbio. O sinal indicativo de crase é empregado porque a palavra que rege complemento com a preposição *a* é "se enlaça". *Errado.*

9763. **(2012 – CESPE)** "Sou contra o crescimento pelo crescimento, e ofereço todas as minhas críticas àqueles que são a favor. Entretanto, àqueles que não buscam nenhum crescimento, ..., minhas críticas são ainda mais severas."

O emprego do sinal indicativo de crase em "àqueles" é exigido, na primeira ocorrência, pela presença da forma verbal "ofereço" e, na segunda, pela presença do substantivo "críticas".

RESPOSTA No primeiro caso temos um verbo bitransitivo (VTDI) e depois a crase ocorre porque há a contração da preposição "a" exigida pela palavra "crítica" com o pronome demonstrativo "aquele". Observe a oração invertida: "[...] minhas críticas (A +

aqueles) são ainda mais severas àqueles que não buscam nenhum crescimento". *Certo.*

9764. **(2012 – CESPE)** "Logo, frustrados, zelamos pela prisão daqueles que não se impõem as mesmas renúncias". Considerando-se a dupla regência do verbo impor e a presença do pronome "mesmas", seria facultado o emprego do acento indicativo de crase na palavra "as" da expressão "as mesmas renúncias".

RESPOSTA Não é facultado o uso da crase; é, nesse caso, proibido, porque *as mesmas renúncias* é um objeto direto precedido de artigo definido no plural. *Errado.*

9765. **(2012 – CESPE)** No trecho "Exceção a essa regra foi a Inglaterra", é opcional o emprego do sinal indicativo de crase no "a".

RESPOSTA Não se trata de crase facultativa. No caso da expressão não há crase porque após a preposição há um pronome demonstrativo, que não aceita artigo. *Errado.*

9766. **(2012 – CESPE)** "... mídia pública é um meio de comunicação em que não se prevê atividade comercial direcionada à obtenção de lucro..."

O emprego do sinal indicativo de crase em "à obtenção" justifica-se porque a palavra "direcionada" exige complemento regido por preposição *a* e a palavra "obtenção" está precedida por artigo definido feminino.

RESPOSTA "Atividade comercial direcionada à obtenção de lucro": direcionada é uma palavra que exige preposição "a" e "obtenção" é um substantivo feminino que é antecedido pelo artigo definido "a". *Certo.*

9767. **(2012 – CESPE)** Preservaria a correção gramatical e o sentido original do texto a seguinte reescritura do trecho "permitiu à rede bancária implementar": permitiu a rede bancária a implementar.

RESPOSTA O verbo *permitir* é VTDI, mas exige que seja *permitir alguma coisa* (implementar) *A alguém* (a rede bancária). Logo, a inversão dos complementos não seria correta. *Errado.*

9768. **(2011 – CESPE)** No trecho "essa propensão tenderá à aceleração", o uso do sinal indicativo de crase não é obrigatório, haja vista que o verbo tender, com o sentido empregado no texto, pode ter complementação direta ou indireta, isto é, com ou sem preposição.

RESPOSTA O verbo *tender* exige a preposição antes de seu complemento. A crase é obrigatória nesse caso. *Errado.*

9769. **(2012 – CESPE)** "Muitos acreditam que chegamos à velhice do Estado nacional." / "... dar crédito à tese..."

Os substantivos "velhice" e "tese" estão empregados no texto de forma indefinida e com sentido genérico.

RESPOSTA Note o emprego da crase! Crase, nesses casos, formada de preposição e de artigo definido. Sendo assim o sentido é definido. *Errado.*

9770. **(2012 – CESPE)** O Tribunal de Contas da União (TCU) fez uma série de recomendações à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para aperfeiçoamento dos processos relativos à arrecadação e à aplicação de receitas próprias da entidade.

O emprego de sinal indicativo de crase em "à aplicação" justifica-se porque a palavra "relativos"

exige complemento regido pela preposição *a* e a palavra “aplicação” está antecedida por artigo definido feminino.

RESPOSTA Sim! Trata-se de uma regência nominal! O adjetivo “relativos” exige a preposição A e a crase só ocorre porque temos um substantivo feminino com artigo. *Certo.*

9771. **(2012 – CESPE)** Muitos de novos riscos e incertezas nos afetam onde quer que vivamos, não importa que privilegiados ou carentes sejamos. Eles são inextricavelmente ligados à globalização.

O emprego do sinal indicativo de crase em “ligados à globalização” é facultativo, pois o termo “globalização” poderia ser empregado, nesse contexto, de forma indeterminada, indefinida e, consequentemente, sem o artigo definido.

RESPOSTA Não pode ser facultativo, visto que globalização está determinada e é substantivo feminino. *Errado.*

9772. **(2010 – CESPE)** “A capacidade refere-se às combinações alternativas”. O acento grave em “às combinações” indica aí a presença do artigo feminino antes do substantivo; mas seria igualmente correto omitir o artigo, ao retirar o acento grave e escrever **as combinações**.

RESPOSTA Se fosse retirado o artigo, ficaríamos apenas com a preposição (a combinações). A questão sugere a retirada do artigo, mas retirou a preposição. *Errado.*

II. Regência

9773. **(2013 – CESPE)** “Assim, não basta proteger o cidadão do poder com o simples contraditório processual e ampla defesa...”

O termo “do poder” relaciona-se sintaticamente com o termo “o cidadão”, modificando-o.

RESPOSTA O termo se relaciona ao verbo “proteger” (quem protege protege alguém de alguém ou alguma coisa). Esse termo é regido pelo verbo “proteger”, portanto. *Errado.*

9774. **(2012 – CESPE)** “A falta de materialidade do corpo difere o desaparecimento de qualquer outro crime.”

Seriam mantidos o sentido original do texto e a sua correção gramatical, caso a preposição *de* fosse inserida logo após a forma verbal ‘difere’.

RESPOSTA Algo (a falta de materialidade do corpo) difere alguma coisa (o desaparecimento) de outra (de qualquer outro crime). Verbo bitransitivo (VTDI) nesse contexto. Se acrescida a preposição, teríamos apenas um VTI. *Errado.*

9775. **(2012 – CESPE)** “... o controle das informações e a arrecadação de taxas referentes aos serviços decorrentes do exercício do referido poder.”

A substituição de “aos” por *a* prejudica a correção gramatical do período.

RESPOSTA “Aos” está marcando a fusão de preposição *a* + artigo masculino plural *os*. Se a palavra for substituída por preposição *a*, não acarretará em prejuízo de sentido e estrutura linguística do texto. *Errado.*

9776. **(2012 – CESPE)** “Compreende-se que a festa, representando tal paroxismo de vida e rompendo de um modo tão violento com as pequenas preocupações da existência cotidiana...”

A eliminação da preposição “com”, que se segue à forma verbal “rompendo”, cujo significado no contexto é o de afastar; desfazer; eliminar, prejudicaria a correção gramatical do período em que se encontra.

RESPOSTA A eliminação da preposição "com" não altera a ideia, nem o sentido, nem o aspecto gramatical do texto, porque, segundo a oração, a festa representa algo (paroxismo de vida) e rompe outra coisa (pequenas preocupações da existência cotidiana). *Errado.*

9777. (2012 – CESPE) "A sua atividade diária...limita-se a preencher o seu tempo e a prover as suas necessidades imediatas."

As relações de coerência e a correção gramatical do texto seriam preservadas se a preposição "a", logo depois da forma verbal "limita-se", fosse substituída pela preposição de.

RESPOSTA "Limita-se" não exige preposição "de"; essa alteração implicaria erro nos aspectos gramaticais do texto. A preposição correta é "a". *Errado.*

9778. (2012 – CESPE) [Observou-se, ao longo da história, não uma condenação, mas uma espécie de cortina de silêncio iniciada com Platão, cujo veto ao riso atingiu indiretamente o legado de Demócrito, chamado de "o filósofo que ri".]

Seria mantida a correção gramatical do período caso a preposição "de", em "chamado de 'o filósofo que ri'", fosse omitida.

RESPOSTA A regência do verbo *chamar* aceita três possibilidades: VTD, VTI, VTDI. A afirmativa está correta, porque a expressão "chamado" pode ser empregada com ou sem a preposição "de" sem que haja prejuízo em sua estrutura. É possível chamar alguém (sem preposição "de") ou chamar alguém de algo (com preposição "de"). Portanto, as duas aplicações "chamado de 'o filósofo que ri'" e "chamado 'o filósofo que ri'" estão corretas. *Certo.*

9779. (2012 – CESPE) "Temos um sistema financeiro do qual devemos ter orgulho."

O emprego da preposição em 'do qual' é exigido pela presença da palavra 'sistema'.

RESPOSTA "Do qual" é exigido pela presença da palavra "orgulho".

Observe:

Temos um sistema financeiro do qual devemos ter orgulho.

Devemos ter orgulho do sistema financeiro que temos.

(quem tem orgulho tem orgulho de – a presença do artigo "o" ocorre em função da sua presença diante de sistema [o sistema]). *Errado.*

9780. (2011 – CESPE) "[...] tais episódios põem em risco a vida de clientes [...]", a substituição da forma verbal "põem" por oferecem não acarretaria erro ao texto, desde que também se substituísse a expressão "risco a vida de" por risco à vida a.

RESPOSTA O que devemos observar é que a alteração do verbo também pode alterar o uso ou não de preposição. Quando a questão sugere a troca dos verbos, não trata nada a respeito da preposição "em", por isso podemos entender que ela permanece na nova frase sugerida. Observe:

"[...] tais episódios põem em risco a vida de clientes [...]"

"[...] tais episódios oferecem em risco à vida a clientes [...]"

Se não é solicitada a alteração da preposição "em", podemos concluir que o problema não está só nas sugestões de troca, mas também naquilo que fica. O verbo "oferecem" não exige preposição "em", porque o que oferece oferece algo (risco) a alguma coisa (a vida). Outra questão importante é a expressão "à vida a clientes". O sentido do texto não é oferecer vida a clientes, mas oferecer risco à vida dos clientes, outro elemento que acarretaria prejuízo na estrutura do texto. Portanto, correta seria se a alteração sugerida fosse "tais episódios oferecem risco à vida de clientes (dos clientes)". *Errado.*

9781. (2011 – CESPE) "Kant inicia a exposição da ética, que ele chama metafísica dos costumes, pela afirmação de que "toda legislação" compreende duas partes."

Em “que ele chama metafísica dos costumes”, o trecho, que exerce, na oração, a função de complemento verbal, deveria estar precedido da preposição *de*.

RESPOSTA O verbo “chamar”, dependendo de sua aplicação, vai exigir regências diferenciadas. No caso mencionado no texto, a palavra “que” é um pronome relativo (oração adjetiva explicativa), e não uma conjunção integrante (o que iria caracterizar a palavra “complemento” do enunciado). *Errado.*

9782. (2011 – CESPE) “Dondonim considera que o assistencialismo oficial prejudicou os índios”. O complemento da forma verbal “considera” consiste em uma oração.

RESPOSTA “[...] que o assistencialismo oficial prejudicou os índios” é uma oração, já que apresenta verbo em sua estrutura. É também uma oração subordinada à anterior porque complementa seu sentido. Note que a palavra “que” é classificada como conjunção integrante. Essa classe de palavra completa estruturas sintáticas. *Certo.*

9783. (2011 – CESPE) “As benesses proporcionadas por um sistema imunológico mais eficiente vão além do ataque mais agressivo aos vírus e às bactérias.”

É possível a substituição de “aos” por “a” sem prejuízo para a correção gramatical do trecho em questão.

RESPOSTA A alteração que sugere não é suficiente para mantê-la de acordo com os aspectos gramaticais. O problema da substituição não é só a troca de *aos* por *a*, mas porque não houve a solicitação de alteração da expressão “às bactérias” por “a bactérias”. O que se apresenta aqui é um problema de paralelismo; o que se aplica a um elemento deve ser aplicado a outro também.

“As benesses proporcionadas por um sistema imunológico mais eficiente vão além do ataque mais agressivo aos (preposição *a* + artigo definido *os*) vírus e às (preposição *a* + artigo definido *as*) bactérias.”

As benesses proporcionadas por um sistema imunológico mais eficiente vão além do ataque mais agressivo a (somente preposição) vírus e às (preposição *a* + artigo definido *as*) bactérias. *Errado.*

9784. (2011 – CESPE) “É a *decorrência* natural da sua constituição, da sua personalidade.

O romanceiro foi construído tão sem normas preestabelecidas, tão à mercê de sua expressão natural que cada poema procurou a forma *condizente* com sua mensagem.

A voz *irreprimível* dos fantasmas vibra com certa docilidade.”

Os vocábulos “decorrência”, “condizente” e “irreprimível” regem termos que lhes complementam, necessariamente, o sentido.

RESPOSTA Nesta questão, é exigido o conhecimento de Complementos Nominais (sempre preposicionados). O substantivo “decorrência” exige a preposição “de” para ser completado. O adjetivo “condizente” exige também, todavia o adjetivo “irreprimível” não exige nenhum complemento. *Errado.*

9785. (2011 – CESPE) “Insistimos em colocar a pergunta “o quê?” antes da pergunta “quem?”, a despeito da tradição filosófica, cuja tendência foi fazer prevalecer o lado egológico da experiência mnemônica.”

Em “a despeito da tradição filosófica”, o emprego da preposição “a” deve-se à relação sintática que o substantivo “despeito” estabelece com o verbo “colocar”.

RESPOSTA “A despeito de” é uma locução prepositiva que indica concessão, não é associada à regência do verbo *colocar*. *Errado.*

9786. (2011 – CESPE) Assinale a opção em que o verbo da oração tem dois complementos.

(A) “Ela é uma gatinha”.

(B) “Eu fiz um coraçãozão vermelho.”
(C) “Agora vou botar renda em volta.”
(D) “Eu te odeio.”
(E) “Vou mandar um cartão de dia dos namorados para a Susi Derkins.”

RESPOSTA A alternativa E é a resposta porque:
Sujeito elíptico (EU)

Vou mandar: Locução verbal (quem manda manda algo a alguém)

um cartão de dia dos namorados: OD

para Susi Derkins: OI. *Alternativa E.*

9787. **(2011 – CESPE)** “A história das teorias consiste, em grande parte, na reelaboração e em novas formas de usos de conceitos.”

O emprego da preposição “em” antes de “reelaboração” e “novas formas” deve-se à relação de regência do verbo consistir, do qual esses termos são, no texto, complementos.

RESPOSTA A história das teorias: sujeito
consiste, em grande parte, na reelaboração e em novas formas de usos de conceitos: predicado.

Consiste é um verbo que exige complemento com preposição (VTI). Logo, reelaboração e novas formas de usos de conceitos são objetos indiretos. *Certo.*

9788. **(2011 – CESPE)** Em “... devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, o pronome exerce a função de objeto direto.

RESPOSTA O pronome *lhe* é marcação de OI quando completando um verbo; o objeto direto do verbo é “os títulos respectivos”. *Errado.*

9789. **(2011 – CESPE)** “As propostas para a reformulação da formação profissional da polícia no país não incorporam o debate sobre o modelo profissional a ser adotado pela polícia [...]

[...] e as metodologias práticas de intervenção para a realização das tarefas cotidianas que envolvem a manutenção da ordem e da segurança públicas.”

As formas verbais “incorporaram” e “envolvem” apresentam, respectivamente, complementação direta e complementação indireta.

RESPOSTA As propostas para a reformulação da formação profissional da polícia no país não incorporam o debate sobre o modelo profissional a ser adotado pela polícia [...]
[...] e as metodologias práticas de intervenção para a realização das tarefas cotidianas que envolvem a manutenção da ordem e da segurança públicas.

Os dois verbos exigem complemento verbal direto (VTD). *Errado.*

9790. **(2011 – CESPE)** “[...] outros estados devem integrar-se gradativamente ao sistema.”, o emprego da preposição a na combinação “ao” é exigência sintática do verbo “integrar”.

RESPOSTA O verbo *integrar-se* exige complemento preposicionado. “[...] outros estados devem integrar-se gradativamente ao sistema.” *Certo.*

9791. **(2010 – CESPE)** A preposição presente em “na” no trecho “cuja tecla deveria constar na máquina utilizada para votação” poderia ser alterada para de, respeitando-se as normas de regência e mantendo-se a acepção do verbo.

RESPOSTA O verbo *constar* aceita as duas possibilidades, constar *em* ou constar *de*; portanto, se a frase fosse alterada,

estaria igualmente correta. As duas preposições – *de* e *em* – são corretas quando se usa o verbo "constar" com o sentido de "estar escrito, registrado ou mencionado" ou "fazer parte, incluir-se". *Certo.*

9792. (2010 – CESPE) "[...] as operações de inteligência são instrumentos legais de que dispõe o Estado na busca pela manutenção e proteção de dados sigilosos.", a preposição "de" empregada antes de "que" é exigência sintática da forma verbal "dispõe"; portanto, sua retirada implicaria prejuízo à correção gramatical do período.

RESPOSTA A forma verbal "dispõe" exige preposição "de" (VTI) mesmo antecedendo um pronome relativo "que". Observe: 1. "[...] as operações de inteligência são instrumentos legais de que dispõe o Estado na busca pela manutenção e proteção de dados sigilosos". 2. O Estado dispõe de instrumentos legais, que são as operações de inteligência, na busca pela manutenção e proteção de dados sigilosos. *Certo.*

9793. (2012 – CESPE) "Os pequenos traficantes da favela, apesar de todo o aparato militar, na verdade, estão ajudando a enriquecer aqueles que controlam o tráfico de drogas em toneladas e o contrabando de armas, o receptador, o funcionário público corrupto, o advogado criminal".

Os elementos que compõem a enumeração no trecho "o tráfico de drogas em toneladas e o contrabando de armas, o receptador, o funcionário público corrupto, o advogado criminal" complementam o sentido da forma verbal "controlam".

RESPOSTA O verbo "controlam" exige complemento sem preposição (objeto direto), logo essas enumerações desempenham essa função. *Certo.*

9794. (2012 – CESPE) "A ANAC aprovou alterações no seu regimento interno com o objetivo de fazer frente aos novos desafios do setor de aviação civil..."

A substituição de "fazer frente aos" por "enfrentar" prejudicaria a correção gramatical do texto.

RESPOSTA Não prejudicaria porque na substituição a preposição também sai. Assim "enfrentar", que é transitivo direto, ficaria com a sua regência adequada. *Errado.*

9795. (CESPE – adaptada – 2011) "Aquilo que desejamos comunicar a alguém..."

O sentido original do texto e a sua correção gramatical seriam mantidos caso se substituísse o trecho "desejamos comunicar" por queremos transmitir.

RESPOSTA Tanto o sentido quanto a transitividade do verbo não seriam afetados. Desejamos comunicar algo a alguém, assim também seria com a locução "queremos transmitir". *Certo.*

9796. (2010 – CESPE) As opções a seguir apresentam fragmentos adaptados do texto. Assinale a opção correta quanto à concordância e à regência.

(A) A área destinada para reforma agrária e o número de famílias assentadas representa o melhor desempenho do INCRA, durante 36 anos de atuação.

(B) Com o PRONERA, do governo federal, vêm-se garantindo o acesso da educação entre os trabalhadores rurais, com vários cursos específico.

(C) Um significativo crescimento também foi registrado perante os recursos destinado aos créditos de apoio à instalação dos familiares.

(D) O incremento para os fundos destinados à obtenção de terras parecem ser muito expressivos, criando condições pelo cumprimento das metas de assentamento definidas no II PNRA.

(E) Outra importante ação implementada foi a mudança na qualidade da gestão do INCRA, com o fortalecimento institucional da autarquia, por intermédio da realização de concurso público.

RESPOSTA Todos os verbos concordam com seus respectivos sujeitos e a transitividade dos verbos é respeitada também na *alternativa E*.

9797. (2011 – CESPE) "O isolamento da Venezuela poderia levar a uma crise e a um fundamentalismo."

Em "a um fundamentalismo", o emprego de preposição deve-se à regência de "levar", e não exige sinal indicativo de crase porque antecede artigo indefinido masculino.

RESPOSTA A regência do verbo "levar" exige a preposição "a" e não pode ter crase porque fundamentalismo é substantivo masculino. *Certo.*

9798. (2008 – CESPE) "O poder de Washington já fora avisado por instituições acadêmicas norte-americanas de que a OEA corre o risco de perder vigência."

Em "de que a OEA", o emprego de preposição "de" se deve à regência de "avisado".

RESPOSTA Quem é avisado é avisado DE algo! *Certo.*

9799. (2011 – CESPE) "Segundo o Ministério da Justiça, a partir de 2011, outros estados devem integrar-se gradativamente ao sistema."

O emprego da preposição *a* na combinação "ao" é exigência sintática do verbo "integrar".

RESPOSTA A regência exige a preposição "A". Quem se integra se integra A algo. *Certo.*

9800. (2010 – CESPE) "A delinquência e a violência criminal afetam, em maior ou menor grau, toda a população, provocando apreensão e medo na sociedade, ..."

Estaria gramaticalmente correto o emprego da preposição *a* antes de "toda a população" – a toda a população – visto que a forma verbal "afetam" apresenta dupla regência.

RESPOSTA A transitividade do verbo é direta. Logo, o acréscimo da preposição "A" não poderia ser empregado. *Errado.*

III. Pontuação

9801. (2013 – CESPE) "O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT), após autorização da presidenta, efetuou a doação de diversos equipamentos a duas entidades..."

O trecho "após autorização da presidenta" está entre vírgulas porque se trata de adjunto adverbial intercalado na oração principal, ou seja, deslocado em relação à ordem direta.

RESPOSTA Observe:

Se a frase estivesse na ordem direta:

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT) (sujeito) efetuou (VTDI) a doação de diversos equipamentos (OD) a duas entidades (OI) [...] após autorização da presidenta (AdAdv)[...]

Mas, como ela não se apresenta na ordem direta, os termos deslocados devem estar entre vírgulas, como é o caso apresentado no texto: "O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT), após autorização da presidenta, efetuou a doação de diversos equipamentos a duas entidades [...]". *Certo.*

9802. (2013 – CESPE) O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT), após autorização da presidenta, efetuou a doação de diversos equipamentos a duas entidades, chamados de "passíveis de desfazimento", ...

O emprego de aspas em 'passíveis de desfazimento' justifica-se porque 'desfazimento' é expressão

não dicionarizada que constitui neologismo.

RESPOSTA As aspas foram utilizadas para dar um destaque ao nome dado aos diversos equipamentos doados, já que se trata de doações que as pessoas fazem em reação àquilo de que podem se desfazer, aquilo que não tem mais importância, e, no entanto, é de tão grande valia para outros necessitados. É um recurso linguístico que sugere uma certa ironia. *Errado.*

9803. (2013 – CESPE) "Entre as palestras, painéis e mesas-redondas estão programados temas a respeito de gestão, informatização, correição virtual, paradigmas, meio ambiente, conciliação, comunicação, todos eles relacionados à justiça."

No segundo parágrafo, excetuada a última, todas as demais vírgulas têm a mesma justificativa de uso.

RESPOSTA Todas as vírgulas são utilizadas para separar elementos de mesma função sintática (enumeração). Somente a última vírgula se difere das demais, porque sua função é resumir, acrescentar um detalhe. *Certo.*

9804. (2013 – CESPE) "Ela compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas de autogestão e redes de cooperação – que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio justo e consumo solidário."

A supressão do travessão não afetaria a correção gramatical do texto, mas alteraria o seu sentido original.

RESPOSTA Trata-se de orações adjetivas! A alteração mudaria de explicativa para restritiva. As explicativas generalizam a informação, já as restritivas vão limitar as "redes de cooperação" apenas àquelas citadas. *Certo.*

9805. (2012 – CESPE) Frase 1: uísque (bebida de "bacana")

Frase 2: ... com a possibilidade, em fim, de que, apesar de jovem e pobre, vai "se dar bem".

O emprego das aspas em 'bacana' e 'se dar bem' justifica-se por destacar o sentido conotativo que essas expressões adquirem no texto.

RESPOSTA As aspas são marcas de ironia no texto, ou, até mesmo, as palavras ditas pelos jovens. *Errado.*

9806. (2012 – CESPE) "A malha rodoviária brasileira soma cerca de 1,7 milhão de quilômetros entre estradas federais, estaduais e municipais."

O emprego de vírgula logo após "federais" justifica-se por isolar elementos explicativos em relação à oração anterior.

RESPOSTA A vírgula após a palavra "federais" está sendo empregada para separar elementos que exercem a mesma função sintática, e não para isolar elementos explicativos.
Sujeito: A malha rodoviária brasileira

Predicado: soma cerca de 1,7 milhão de quilômetros entre estradas federais, estaduais e municipais (objeto direto). *Errado.*

9807. (2012 – CESPE) "Isso não impede a existência de problemas, como, por exemplo, o das mudanças dos cânones estéticos: cada cultura, cada povo, época e lugar, cada classe social tem uma compreensão diferente da estética..."

O sinal de dois-pontos poderia ser substituído por *pois*, precedido de vírgula, sem que houvesse prejuízo à coerência do texto.

RESPOSTA A afirmativa está correta, porque os dois-pontos são utilizados para anunciar uma enumeração explicativa, e a conjunção "pois" também possui função explicativa, ligando duas orações, a segunda justificando a ideia contida na primeira. *Certo.*

9808. **(2012 – CESPE)** “Quando a família vai fazer o registro de ocorrência, o caso é tratado apenas como “um fato atípico...”

A supressão da vírgula empregada logo após “ocorrência” prejudicaria a correção gramatical do texto.

RESPOSTA Não pode ocorrer a supressão da vírgula, porque, quando uma frase não apresenta em sua forma direta, os elementos deslocados devem vir seguidos de vírgula. No caso do texto, trata-se de uma oração adverbial de tempo iniciando uma oração, portanto vai obrigatoriamente virgulado, separando-se da oração principal. *Certo*.

9809. **(2012 – CESPE)** “O trabalho policial, que vinha sendo visto, necessariamente, como uma ocupação masculina, passa desde então por mudanças, na medida em que entram em crise valores característicos da organização, como a força física e a identificação tradicional com a figura masculina.”

A retirada das vírgulas que seguem os nomes “policial” e “masculina” alteraria o sentido original do texto, mas manteria a sua correção gramatical.

RESPOSTA Observamos que o uso das vírgulas indica que o trabalho policial é integralmente uma ocupação masculina. Trata-se de orações adjetivas! A retirada da pontuação sempre muda o sentido da frase! Agora não se trata de todo o trabalho policial, mas sim só o trabalho policial visto como ocupação masculina é que estava passando por mudança. Enquanto na primeira possibilidade o assunto é tratado de forma total, na segunda passa a ser restrita. *Certo.*

9810. **(2012 – CESPE)** “Segundo a tese de Adorno, o feio é um retorno da violência arcaica.”

O emprego de vírgula logo após “Adorno” é facultativo e justificado, no texto, pela intenção da autora de enfatizar a menção desse filósofo.

RESPOSTA “Segundo a tese de Adorno,” é uma oração subordinada que exprime conformidade de pensamento com a oração principal, e, por estar deslocada (oração adverbial + oração principal), obrigatoriamente tem que apresentar a vírgula. *Errado.*

9811. **(2012 – CESPE)** *“Não se podendo deixar de dar preferência, vez por outra, à linguagem do jurista, sempre vinculada a exigências inamovíveis de certeza e segurança.”*

A inclusão de vírgula logo depois de “inamovíveis” preservaria a correção gramatical e a coerência do texto, assim como seu sentido original.

RESPOSTA A afirmativa está errada, pois alteraria o sentido do texto: *inamovível* é um adjunto adnominal do substantivo *exigências*. Caso proibido pelas regras gramaticais. *Errado.*

9812. **(2012 – CESPE)** “Durante o primeiro período de investimentos, as concessionárias deverão realizar obras de duplicação...”

O emprego de vírgula logo depois de “investimentos” tem a função de isolar adjunto adverbial anteposto à oração principal.

RESPOSTA Se a frase estivesse em sua ordem direta, não necessitaria da vírgula, mas, como o adjunto adverbial está deslocado, obrigatoriamente ele deve ser virgulado. *Certo.*

9813. **(2012 – CESPE)** *“O Brasil é signatário de pelo menos quatro convenções internacionais que tratam do combate à corrupção”*

A inserção de vírgula imediatamente após a palavra “internacionais” manteria a correção gramatical e o sentido original do texto e ainda conferiria ênfase à ideia expressa na oração subsequente, ou seja, ao fato de as convenções internacionais versarem sobre o combate à corrupção.

RESPOSTA A inserção da vírgula alteraria o sentido e a classificação; deixando de ser oração adjetiva restritiva para ser com

pontuação uma oração adjetiva explicativa. *Errado.*

9814. (2012 – CESPE) "O império instalado no Rio de Janeiro simplesmente copiou as principais estruturas administrativas de Portugal, o que contribuiu para reforçar o lugar central da metrópole, agora na América, não só em relação às demais capitanias do Brasil..."

A supressão da vírgula logo depois de "América" preservaria a correção gramatical e o sentido original do texto.

RESPOSTA A expressão "agora na América" é um adjunto adverbial deslocado, que deve ser isolado por pontuação. *Errado.*

9815. (2012 – CESPE) "Três séculos depois do descobrimento, o Brasil não passava de cinco regiões distintas, que..."

Feitas as necessárias adaptações, a expressão "Três séculos depois do descobrimento" poderia ser deslocada para logo depois do nome "Brasil", sem que houvesse prejuízo à correção gramatical do período. Nesse caso, a referida expressão deveria ser isolada por vírgulas.

RESPOSTA O deslocamento da expressão destacada não prejudicaria a estrutura gramatical do período. Por se tratar de um adjunto adverbial, mesmo após sua retirada do início da oração, deve manter as vírgulas, já que ainda permanece deslocado do fim da frase. *Certo*.

9816. (2012 – CESPE) *"O consumismo não gera apenas os impactos ambientais decorrentes da necessidade crescente de energia e do próprio processo industrial, mas é causa de outro grave problema [...]."*

Não acarretaria prejuízo para a correção gramatical do texto a inserção de vírgula imediatamente após a forma verbal "gera", tendo o sinal de pontuação, nesse caso, a função de realçar o advérbio "apenas".

RESPOSTA O emprego da vírgula nesse caso iria separar o verbo "gera" do seu complemento direto. Nunca se deve separar o sujeito do verbo e o verbo do seu complemento! *Errado.*

9817. (2012 – CESPE) *"Em 1808, os ventos começaram a mudar. A vinda da Corte e a presença inédita de um soberano em terras americanas motivaram novas esperanças entre a elite intelectual luso-brasileira."*

Sem que houvesse prejuízo para a correção gramatical, os dois períodos que iniciam o segundo parágrafo poderiam ser ligados pelo sinal de dois-pontos, da seguinte forma: (...) começaram a mudar: a vinda da Corte (...).

RESPOSTA Poderiam, sem prejuízo para a correção gramatical, apresentar-se da seguinte forma:
Em 1908, os ventos começaram a mudar: a vinda da Corte e a presença inédita de um soberano em terras americanas motivaram novas esperanças entre a elite intelectual luso-brasileira.

Na expressão "os ventos começaram a mudar" está anunciando um esclarecimento, uma explicação, que é a oração seguinte: "*a vinda da Corte e a presença inédita de um soberano em terras americanas motivaram novas esperanças entre a elite intelectual luso-brasileira". Certo*.

9818. (2012 – CESPE) "A Constituição de 1891, a primeira republicana, ainda por influência de Rui Barbosa, institucionalizou definitivamente..."

O segmento "a primeira republicana" está entre vírgulas por ser um vocativo.

RESPOSTA A expressão "a primeira republicana" está entre vírgulas porque é um aposto, ou seja, é um termo associado ao nome com a função de explicar ou especificar outro termo já mencionado. No caso do texto, está explicando que a Constituição de 1891 foi a primeira Constituição republicana. *Errado.*

9819. **(2012 – CESPE)** "O futuro desejado em relação à água é aquele em que esse recurso esteja disponível, em quantidade e qualidade adequadas, para as gerações atuais e futuras..."

A supressão do trecho "em quantidade e qualidade adequadas" e das vírgulas que o isolam manteria a correção gramatical do período e a unidade semântica do trecho.

RESPOSTA Trata-se de uma expressão deslocada, que não possui nenhuma dependência sintática entre os demais termos da oração, e, por isso, pode ser suprimida sem prejuízo gramatical. Note também que a palavra "disponível" exige a preposição "para". A expressão destacada está entre a regência dos termos, isolada por pontuação. *Certo*.

9820. **(2012 – CESPE)** "A Constituição de 1891, a primeira republicana, ainda por influência de Rui Barbosa, institucionalizou definitivamente o Tribunal de Contas da União, inscrevendo-o em seu art. 89."

O emprego de vírgula após "União" justifica-se porque a oração subsequente é reduzida de gerúndio.

RESPOSTA As orações reduzidas são aquelas que não são ligadas por nexos/conjunções. Podem ser de três tipos: infinitivo, gerúndio e particípio. Então para se ligarem à outra oração usa-se a pontuação. *Certo*.

9821. **(2012 – CESPE)** *"Assim é o setor de telecomunicações no Brasil, que envolve segmentos de extrema relevância para o desenvolvimento do país, [...]"*

A omissão da vírgula empregada logo após "Brasil" preservaria as informações e o sentido original do período.

RESPOSTA Se a vírgula fosse retirada após a palavra Brasil, alteraria o sentido da frase, pois não seria mais uma explicação referente ao setor de telecomunicações no Brasil. Passaríamos a identificar uma oração adjetiva restritiva! Fato esse que sempre altera o sentido da frase. *Errado.*

9822. **(2012 – CESPE)** "A expansão da telefonia celular, impulsionada pela privatização do sistema TELEBRAS, em 1998, está entre as maiores conquistas da economia brasileira nas últimas duas décadas."

Feitas as necessárias adaptações na grafia das palavras, o adjunto adverbial "em 1998" poderia ser deslocado, seguido da vírgula, para o início do parágrafo, sem que o sentido original e a correção gramatical do texto fossem prejudicados.

RESPOSTA Caso o adjunto adverbial "em 1998" fosse deslocado para o início da frase, não haveria alteração da gramaticalidade do texto, mas sim do sentido. O adjunto adverbial "em 1998" marca o momento em que ocorreu a privatização do sistema TELEBRAS, e não o momento da expansão da telefonia. *Errado.*

9823. **(2012 – CESPE)** "Enviar informações para um território de 8,514 milhões de Km, colocando em contato mais de 190 milhões de habitantes, e, além disso, gerar riqueza e avanço social não são tarefa fácil.

O emprego de vírgulas para isolar o segmento "colocando em contato mais de 190 milhões de habitantes" justifica-se por isolar oração reduzida de gerúndio intercalada.

RESPOSTA Quando as orações estão intercaladas, é obrigatório o uso da pontuação. *Certo.*

9824. **(2012 – CESPE)** "*Nós, que nascemos no século XX, fomos alimentados por versões muito mais suaves e palatáveis a uma época sensível [...]*"

A retirada das vírgulas que isolam a oração "que nascemos no século XX" prejudicaria a correção

gramatical do texto.

RESPOSTA A retirada das vírgulas não prejudicaria a correção gramatical, mas alteraria o sentido da frase, deixando de ser uma oração subordinada adjetiva explicativa para oração subordinada adjetiva restritiva. *Errado.*

9825. **(CESPE – adaptada – 2012)** "Ainda não era bem o que eu queria. E que é que eu queria? Ignorava."

Na sentença interrogativa "E que é que eu queria?", o conector "E" e a expressão "é que" foram empregados como elementos enfáticos.

RESPOSTA A intencionalidade de um escritor pode ser observada pela forma como articula os elementos da estrutura textual. Se o autor tivesse escrito "o que eu queria?", apesar de manter sua indagação, mudaria seu "tom" em algo comedido. Mas, ao utilizar a expressão destacada acima, podemos observar que ele enfatiza a indagação com a conjunção "e" e a expressão "é que"; não é só "o que eu queria", mas "e o que é que eu queria". *Certo.*

9826. **(2012 – CESPE)** "Após a Segunda Guerra Mundial, os movimentos nacionalistas e independentistas que vinham se firmando desde..."

A vírgula empregada logo depois do trecho "Após a Segunda Guerra Mundial" poderia ser suprimida, sem prejuízo da correção gramatical do texto.

RESPOSTA "Após a Segunda Guerra Mundial" é um adjunto adverbial deslocado, e, por isso, a vírgula deve ser empregada obrigatoriamente. *Errado.*

9827. **(CESPE – adaptada – 2011)** "Pode não haver benefícios em fumar menos", conclui a pesquisadora. "Se os fumantes querem mesmo diminuir o risco de câncer e doenças", ela acrescenta, "precisam é parar de fumar". As aspas empregadas no texto delimitam citação.

RESPOSTA Note os verbos do parágrafo "conclui" e "acrescenta"; eles deixam claro que são palavras da pesquisadora. *Certo.*

9828. **(CESPE – adaptada – 2011)** "Os adolescentes paulistas bebem frequentemente, exageram na dose e, em muitos casos, agem assim com anuência familiar."

A supressão da vírgula empregada após o vocábulo "e" acarretaria, necessariamente, a retirada da vírgula que aparece depois da expressão "em muitos casos".

RESPOSTA A expressão intercalada deve ser isolada por pontuação. A retirada de apenas uma vírgula, nesse caso, não isolaria totalmente. *Certo.*

9829. **(2012 – CESPE)** "Assim, há três espécies de aristocracia: natural, eletiva e hereditária. A primeira não convém senão a povos simples; a segunda, a aristocracia propriamente dita, é o melhor governo; a terceira é o pior de todos os governos."

Na oração "a terceira é o pior de todos os governos", o verbo poderia ser suprimido e a vírgula, empregada no lugar dele, para indicar a elipse.

RESPOSTA Quando o verbo se repete em um conjunto de estruturas coordenadas, é possível, sem prejuízo à correção nem ao sentido da oração, suprimi-lo e, em seu lugar, colocar uma vírgula, que indica tal supressão. Uma das regras de pontuação, inclusive, indica esse fato corriqueiro para evitar a repetição da mesma palavra. *Certo.*

9830. **(2012 – CESPE)** O emprego de vírgula logo após "agências" justifica-se porque isola oração subsequente de natureza explicativa.

"...o setor de contabilidade e registro das agências, que foi paulatinamente se reduzindo,..."

RESPOSTA O uso do pronome relativo caracteriza a frase como oração adjetiva. Quando empregada a vírgula, trata-se de uma explicação; quando não empregada, trata-se de uma restrição. *Certo.*

9831. **(2012 – CESPE)** A omissão da vírgula empregada logo após "bancário" manteria a correção gramatical e o sentido original do texto.

"Ele enfatizou a importância do correspondente bancário, que presta serviços bancários..."

RESPOSTA A correção estaria *ok*! O uso do pronome relativo caracteriza a frase como oração adjetiva. Quando empregada a vírgula, trata-se de uma explicação; quando não empregada, trata-se de uma restrição. Logo, o emprego ou a retirada sempre alteram o sentido da frase. *Errado.*

9832. **(2012 – CESPE)** O emprego de vírgulas justifica-se por isolar adjunto adverbial deslocado de sua posição-padrão.

"Constituiu, a um só tempo, caráter estruturante do Estado e da própria sociedade."

RESPOSTA A expressão "a um só tempo" indica uma ideia para a frase de tempo, sendo classificada, portanto, como um adjunto adverbial, cuja localização para fins de pontuação é no final da oração. *Certo.*

9833. **(2010 – CESPE)** "A cidadania exige modelos econômicos que incluam a todos e existe uma demanda ativa e crescente em muitos países nesse sentido."

Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical do texto ao se deslocar a expressão "em muitos países" para imediatamente antes de "existe", usando-se uma vírgula antes e outra depois da expressão deslocada.

RESPOSTA A expressão "em muitos países" desempenha a função sintática de adjunto adverbial. A questão propõe o deslocamento para antes do verbo com a condição de ser isolada por pontuação. O emprego de vírgulas nesse caso é indicado pela gramática. *Certo.*

9834. **(2008 – CESPE)** "Uma decisão singular de um juiz da Vara de Execuções Criminais de Tupã, pequena cidade a 534 km da cidade de São Paulo, impondo critérios bastante rígidos para que os estabelecimentos penais da região possam receber novos presos."

O trecho "pequena cidade a 534 km da cidade de São Paulo" encontra-se entre vírgulas por exercer a função de aposto.

RESPOSTA A expressão esclarece um detalhamento sobre a cidade de Tupã. O aposto sempre é isolado por pontuação. *Certo.*

IV. Concordância Verbal e Nominal

9835. **(2013 – CESPE)** "Esse ato integra o rol de ações relacionadas à responsabilidade social do tribunal, intensificado a cada gestão."

O termo "intensificado" está no singular porque concorda com "rol", mas estaria também correto se colocado no feminino plural – intensificadas –, forma que concordaria com "ações".

RESPOSTA Os complementos devem concordar em gênero e número com os substantivos a que se referem. Nesta frase, temos essa dupla possibilidade de concordar tanto com "rol" quanto com "ações". *Certo.*

9836. **(2013 – CESPE)** "Além disso, as diferentes formas de discriminação estão fortemente associadas aos fenômenos de exclusão social que dão origem à pobreza e são responsáveis pelos diversos tipos de vulnerabilidade e pela criação de barreiras adicionais"

Em “dão origem à pobreza e são responsáveis pelos diversos tipos de vulnerabilidade e pela criação de barreiras adicionais”, o emprego das formas verbais no plural justifica-se pela concordância com “as diferentes formas de discriminação”.

RESPOSTA Quem dá origem à pobreza? Os fenômenos de exclusão social! O verbo concorda com o núcleo “fenômeno”. *Errado.*

9837. **(2013 – CESPE)** Nas opções a seguir são apresentados trechos adaptados de Os Novos Atores Políticos, de Vladimir Safatle, texto publicado em Carta Capital. Assinale a opção em que o trecho apresentado está gramaticalmente correto.

(A) Que juízes se vejam como atores políticos, não deveria ser visto como um problema.
(B) A interpretação das leis não pode ser feita sem apelo a interpretação das demandas políticas que circula no interior da vida social de um povo.
(C) Interpretar uma lei é se perguntar sobre, o que os legisladores procuravam realizar?
(D) Um dos fatos mais relevantes de 2012 foram a transformação dos juízes do Supremo Tribunal Federal em novos atores políticos.
(E) Há algum tempo, a Suprema Corte virou protagonista de primeira grandeza nos debates políticos nacionais.

RESPOSTA O verbo “haver” quando indica tempo transcorrido é impessoal. Ou seja, não concorda. O verbo “virou” está concordando com o sujeito “a Suprema Corte”. *Alternativa E.*

9838. **(2012 – CESPE)** “Não se fala mais em percentual mínimo de conteúdo nacional, mas as montadoras terão de realizar no Brasil ao menos seis de doze etapas fabris já em 2013.”

Sem prejuízo para os sentidos e a correção gramatical do texto, a expressão “ao menos” poderia ser substituída por pelo menos.

RESPOSTA Boa parte dos dicionários traz essas expressões como sinônimas. *Certo.*

9839. **(2012 – CESPE)** No trecho “o cidadão terá uma visão completa da situação de pavimentação, dos trechos com curvas perigosas, da quantidade de tráfego, da existência de obras no local e da qualidade” (L.3-6), o emprego de preposição e de artigo definido em “dos” e “da” constitui recurso de paralelismo sintático exigido pela regência de “visão” e pela concordância com os complementos.

RESPOSTA Quando temos uma enumeração dos complementos verbais, não se pode deixar o paralelismo de lado! Perceba que o sentido da frase é visão completa da situação de pavimentação, *visão* dos trechos com curvas perigosas, *visão* da quantidade de tráfego, *visão* da existência de obras no local e *visão* da qualidade. *Certo.*

9840. **(2012 – CESPE)** “Seus fundamentos organizacionais e seus processos decisórios equivalem a uma mescla dos processos e maneiras de decidir típicos dos Legislativo e do Judiciário.”

Dada a relação de igualdade expressa pela forma verbal “equivalem”, seria mantida a correção gramatical do texto se essa forma verbal fosse empregada na terceira pessoa do singular – equivale –, caso em que concordaria com “uma mescla dos processos e maneiras de decidir típicos do Legislativo e do Judiciário”.

RESPOSTA O verbo concorda com o núcleo do sujeito, e não com o objeto indireto. Essa troca acarretaria erro de concordância. *Errado.*

9841. **(2012 – CESPE)** No trecho “A vinda da Corte e a presença inédita de um soberano em terras americanas motivaram”, o emprego da forma verbal no plural deve-se à presença do artigo “a” antes de “presença”, motivo pelo qual a supressão desse artigo levaria o verbo para a forma singular, mantendo-se, assim, a correção gramatical do trecho.

RESPOSTA O plural se deve ao fato de o sujeito ser composto; tendo como núcleo “vinda” e “presença”. A concordância do verbo em nada se relaciona com o emprego dos artigos. *Errado.*

9842. **(2012 – CESPE)** “Em decorrência do fenômeno da expansão dos que só têm celular...”

A forma verbal “têm” está no plural porque concorda com o antecedente do pronome relativo.

RESPOSTA O antecedente do pronome relativo (que) é um pronome demonstrativo (os = aqueles).
Perceba na reescrita: “...expansão daqueles os quais só têm...”. O verbo concordou com o seu sujeito. *Certo*.

9843. **(2012 – CESPE)** No trecho “o Psicólogos do Trânsito, um grupo de jovens paulistanos, decidiu levar bom humor à rua”, a forma verbal “decidiu” está no singular para concordar com seu sujeito: “um grupo de jovens paulistanos”.

RESPOSTA Visto que o núcleo do sujeito, nesse caso, é “grupo”. O verbo concorda com o núcleo do sujeito. *Certo*.

9844. **(2012 – CESPE)** “...o processo de tomada de decisões responda a necessidades dos cidadãos não atendidas no passado.”

Se a palavra “atendidas” fosse flexionada no masculino – atendidos –, estariam mantidos a correção gramatical e o sentido original do texto.

RESPOSTA A correção sim, mas o sentido seria alterado! “atendidos” faria referência aos cidadãos, mudando assim o sentido da expressão. *Errado.*

9845. **(2012 – CESPE)** “Simples, modestos, esperançosos, idealistas, lá vão eles diariamente para seus quartéis com a satisfação e o orgulho de estarem seguindo o exemplo...”

Os adjetivos “Simples, modestos, esperançosos, idealistas” estão no plural para concordar com “eles”.

RESPOSTA Essa questão trata de concordância nominal. Os adjetivos devem concordar com o pronome substantivo a que se referem. *Certo*.

9846. **(2012 – CESPE)** “Jurídica e constitucionalmente, a representação “representa” o povo (e não, todos os indivíduos). Além disso, não há propriamente mandato, pois a função do representante se dá nos limites constitucionais e não se determina por instruções...”

Os termos nominais “o povo” e “mandato” completam o sentido das formas verbais ‘representa’ e “há”, respectivamente.

RESPOSTA Neste caso, temos dois verbos transitivos diretos. A representação “representa” o quê? O povo. Há o quê? ...mandato. *Certo*.

9847. **(2012 – CESPE)** “A mais recente, elaborada pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa, mostrou que 38% dos estudantes...”

A forma verbal “mostrou” está no singular porque concorda com a expressão “Instituto Paulo Montenegro”.

RESPOSTA O sujeito do verbo “mostrou” é “A mais recente”. Atente para o emprego da pontuação! Nunca se separa o sujeito

do verbo. *Errado.*

9848. **(2012 – CESPE)** "A evolução dos processos de automação permitiu a instalação dos primeiros caixas eletrônicos no Brasil."

A forma verbal "permitiu" poderia ter sido flexionada no plural – permitiram –, caso em que concordaria com "processos".

RESPOSTA O verbo deve concordar com o núcleo do sujeito. Nesse caso, o núcleo é "evolução", e não "processos"! *Errado.*

9849. **(CESPE – adaptada – 2012)** "O igualitarismo formal vem decantado enfaticamente na Carta Política em dois trechos...". O emprego do masculino singular em "decantado" justifica-se pela concordância com o sujeito da oração: "O igualitarismo formal",

RESPOSTA Sim, o núcleo do sujeito é um substantivo masculino, sendo assim, a concordância nominal deve seguir em gênero e número. *Certo*.

9850. **(2012 – CESPE)** "Os magistrados não governam. (...) Não mandam propriamente na massa dos governos e administrados, mas impedem os eventuais desmandos dos que têm esse originário poder."

A forma verbal "têm" em "têm esse originário poder" está empregada no plural porque faz parte de uma cadeia coesiva cujos elementos se referem a "magistrados".

RESPOSTA O verbo está no plural por fazer concordância com o pronome demonstrativo "os" (aqueles) em "dos". *Errado.*

9851. **(2012 – CESPE)** *"O aumento da população, o crescimento econômico e a sofisticação das relações sociais requerem mais serviços públicos..."*

A flexão de plural em "requerem" justifica-se pelo emprego do plural em "relações sociais".

RESPOSTA Nessa questão de concordância verbal, precisamos notar que o sujeito é composto! Sendo assim o verbo está no plural por concordar com "aumento", "crescimento", "sofisticação". *Errado.*

9852. **(2012 – CESPE)** "É necessário ponderar, entre outros fatores, o impacto ambiental".

O emprego da flexão de masculino em "necessário" justifica-se pelo fato de esse vocábulo concordar com a expressão "o impacto ambiental".

RESPOSTA Note: "ponderar é necessário". A concordância se faz com a palavra "ponderar". Além disso, as expressões "é bom, é necessário, é proibido..." só podem flexionar se o elemento a que se referem estiver determinado (com artigo, por exemplo). *Errado.*

9853. **(2012 – CESPE)** No período "Que Demócrito não risse, eu o provo", o verbo provar complementa-se com uma estrutura em forma de objeto direto pleonástico, com uma oração servindo de referente para um pronome.

RESPOSTA *Eu provo que Demócrito não risse.*
Eu provo (VTD) que Demócrito não risse. (OD)

O pronome oblíquo "o" desempenha função sintática de objeto direto também! Note que ele retoma a expressão que desempenha essa função no período. Assim é chamado de objeto direto pleonástico. *Certo.*

9854. **(2012 – CESPE)** "Nesse caso, puxar a corda, afiar a faca ou assistir à execução seria simples."

No período, como o conector "ou" está empregado com sentido aditivo, e não, de exclusão, a forma verbal do predicado "seria simples" poderia, conforme faculta a prescrição gramatical, ter sido flexionada na terceira pessoa do plural: seriam.

RESPOSTA O conector "ou" exigirá o verbo no singular quando houver ideia de exclusão. Entretanto, quando não houver essa ideia, o verbo ficará no plural. Não há, portanto, relações facultativas nessa regra. *Errado.*

9855. **(2012 – CESPE)** "...que profundas sepulturas nascidas de vossas penas, de vossas assinaturas!"

A forma verbal "nascidas", apesar de referir-se a todas as expressões nominais que a antecedem, concorda apenas com a mais próxima, conforme faculta regra de concordância nominal.

RESPOSTA "nascidas" é um adjetivo que caracteriza apenas as sepulturas. Sendo assim a concordância deve seguir em gênero e número. *Errado.*

9856. **(2012 – CESPE)** "O fim da Idade Média, no século XV, e o ressurgimento das cidades, no período renascentista, representaram profundas mudanças para a sociedade da época."

A forma verbal "representaram" está no plural para concordar com o sujeito composto da oração, cujos núcleos são "fim", "século" e "ressurgimento".

RESPOSTA O sujeito composto tem como núcleos "fim" e "ressurgimento". Entretanto, "século" é núcleo do adjunto adverbial. *Errado.*

9857. **(2012 – CESPE)** No trecho "É verdade que a CE vem desenvolvendo novas formas políticas", o emprego da forma verbal singular "É" justifica-se pelo fato de essa forma verbal não ter sujeito explícito.

RESPOSTA O sujeito, nesse caso, é desempenhado pela conjunção integrante "que". *Errado.*

9858. **(2011 – CESPE)** *"Para saber se o documento foi realmente enviado pelo INSS, basta o usuário ligar para a central 135 ou acessar o sítio da previdência social na Internet e seguir as instruções ali contidas."*

O trecho "basta o usuário ligar (...) ali contidas" pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical do período, da seguinte forma: basta que os usuários telefonem para o número 135, da Central de Atendimentos, ou acessem a página eletrônica da previdência social e sigam as instruções ali contidas.

RESPOSTA Notemos a concordância dos verbos do período, com destaque para o primeiro verbo "bastar". Na frase original, "usuário" é o núcleo dele (o verbo concorda com o núcleo do sujeito); na frase proposta, o núcleo é a palavra "que" (conjunção integrante). *Certo*.

9859. **(2012 – CESPE)** "Descobertas como essa vêm motivando outros cientistas e pensadores a discutirem o assunto amplamente."

A forma verbal "vêm" concorda com o termo "Descobertas" e estaria igualmente correta se fosse grafada sem o acento circunflexo, dada a possibilidade, nesse caso, de concordância verbal com o termo mais próximo, o pronome "essa".

RESPOSTA O verbo "vêm" concorda com o substantivo "descobertas" (sujeito), e não com os seus complementos. O acento é marca de pluralidade e, se retirado fosse, prejudicaria a correção gramatical. *Errado.*

9860. **(2010 – CESPE)** *"Não é admissível que grupos privados transnacionais [...]"*. A

correção gramatical do texto seria mantida caso o trecho "Não é admissível" fosse substituído por Não se admitem.

RESPOSTA A alteração dos termos vai incorrer em erro de concordância!
A primeira informação de uma frase é descobrir o sujeito! Que é que não é admissível? QUE... (= isso)

O verbo "é" concorda com a conjunção integrante "que". Se trocarmos pela frase sugerida, o verbo admitem, no plural, não concorda com a conjunção integrante! Portanto, está incorreta! *Errado.*

9861. **(2010 – CESPE)** As opções a seguir apresentam trechos adaptados de texto publicado na revista Veja, em 25/11/2009. Assinale a opção em que o trecho adaptado está gramaticalmente correto quanto à concordância e à regência da norma escrita formal do português.

(A) Todos os anos, dois mil brasileiros submete-se (submetem-se) aos testes genéticos preditivos, que identificam a suscetibilidade de determinadas doenças, antes de sua possível instalação.

(B) Há cerca de vinte tipos de tumor maligno de origem genética que podem ser identificados por testes preditivos. É (são) os pacientes desse tumor que enfrenta (enfrentam) os piores dilemas diante dos exames genéticos.

(C) A maioria das pessoas não estão preparadas para enfrentar um teste preditivo. De cada dez pacientes, sete desiste (desistem). E 30% das desistências são incentivadas pelos próprios profissionais de saúde.

(D) Por isso, alguns especialistas preferem investigar, antes do teste, a capacidade de o paciente lidar com um resultado positivo: se houver um pingo de dúvida, é-lhe sugerido voltar para casa.

(E) Identificar (em) uma pessoa jovem, saudável, a existência de uma alteração genética (sem preposição) em que pode provocar uma doença aos 40 ou 50 anos, sem que nada possa ser feito, serve apenas para antecipar o sofrimento.

RESPOSTA Verbo (preferem) concordando com sujeito (alguns especialistas); "de o paciente lidar" – emprego correto! Pois o núcleo do sujeito não pode ser preposicionado. *Alternativa D.*

9862. **(2011 – CESPE)** "Produtos orgânicos têm inúmeras vantagens." O emprego do acento circunflexo na forma verbal "têm" justifica-se pelo fato de essa forma verbal concordar com a expressão no plural "inúmeras vantagens".

RESPOSTA O sujeito da frase é "produtos orgânicos", logo o verbo tem que concordar com ele! O complemento direto é "inúmeras vantagens". *Errado.*

9863. **(2011 – CESPE)** "também foram anunciados a construção de 19 escolas, obras de contenção de encostas e um programa habitacional..."

A substituição de "foram anunciados" por foi anunciado manteria a correção gramatical do texto.

RESPOSTA Os núcleos do sujeito composto nessa frase são "construção", "obras" e "programa". Por isso a troca do verbo plural pelo verbo no singular não seria apropriada. *Errado.*

9864. **(2011 – CESPE)** "... comparada com o patamar de 0,05% destinado à aquisição de livros e revistas técnicas. O consumo é também evidenciado ao notar-se que 8,76% da despesa são destinados à manutenção e à aquisição de veículos automotores."

Os vocábulos "destinado" e "destinados" concordam, respectivamente, com os numerais indicativos de porcentagem que os antecedem: "0,05%" e "8,76%".

RESPOSTA No segundo caso sim, mas no primeiro é relacionado ao "patamar", por isso a questão está incorreta! *Errado.*

9865. (2011 – CESPE) "O fato de que o homem vê o mundo por meio de sua cultura tem como consequência..."

No primeiro período, que resume a ideia principal do texto, o emprego, na oração principal, da forma verbal "tem", no singular, é exigido pelo sujeito dessa oração.

RESPOSTA Que é que tem? O fato! O núcleo do sujeito dessa frase é singular, por isso o verbo concorda dessa maneira. *Certo*.

9866. (2011 – CESPE) "...resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não militares para a paz e a segurança."

É obrigatória a flexão de plural em "englobam" porque o sujeito da oração, o pronome relativo "que", refere-se a "fontes".

RESPOSTA O pronome relativo "que" retoma a palavra "fontes". Quem é que engloba? As fontes = sujeito da frase. *Certo*.

9867. (2011 – CESPE) "Aceitar sem discriminação a diversidade é o primeiro identificador para a luta em defesa dos direitos humanos."

Justifica-se a flexão de singular em "é" tanto pelo fato de o sujeito da oração ser oracional quanto pelo fato de o trecho "o primeiro identificador" estar no singular.

RESPOSTA O sujeito de "é" é "Aceitar sem discriminação a diversidade", que tem como núcleo a palavra "aceitar". Em alguns casos o verbo "ser" pode concordar com o predicado, mas, como nesse caso o predicado também está no singular, tudo reforça para o verbo permanecer no singular. *Certo*.

9868. (2012 – CESPE) "A Inglaterra, no entanto, consagrada como grande potência marítima desde a queda de Napoleão, rapidamente assumiu a liderança da colonização." A palavra "consagrada" estabelece relação de concordância com a palavra "Inglaterra".

RESPOSTA O adjetivo (consagrada) concorda com o substantivo (Inglaterra) a que se refere. *Certo*.

9869. (2010 – CESPE) "Uma em cada seis pessoas passa fome em um mundo que pode fornecer alimentos para uma população maior que a atual." A substituição da flexão de singular em "passa" pela flexão de plural, **passam**, manteria a correção gramatical do texto, mas colocaria a ênfase em "seis pessoas".

RESPOSTA De acordo com o sentido da frase, o verbo se refere ao numeral "um", assim ao colocarmos o verbo no plural não haveria a concordância com o núcleo do sujeito. *Errado.*

9870. (2008 – CESPE) "... impondo critérios bastante rígidos...". A correção gramatical do texto seria mantida se a palavra "bastante" fosse flexionada no plural, para concordar com o substantivo.

RESPOSTA A palavra "bastante" faz referência ao adjetivo "rígidos", exercendo assim a classificação de advérbio (invariável). Se colocássemos no plural, seria classificado como um adjetivo que se refere ao substantivo "critérios". *Errado.*

V. Emprego dos Pronomes

9871. (2013 – CESPE) "Seguiram-se outras instituições extrajudiciais com funções semelhantes em setores localizados, como as juntas de trabalho...".

Em “Seguiram-se” o pronome “se” indica que o sujeito do período é indeterminado.

RESPOSTA O sujeito da oração não é indeterminado, pois o verbo está na voz passiva sintética e seu sujeito fica sendo então “outras instituições extrajudiciais com funções semelhantes em setores localizados”. Além disso, ressalta-se que o núcleo do sujeito deve sempre concordar com o verbo a que se refere, fato que ocorre na frase referida, uma vez que o verbo e o núcleo estão no plural. *Errado.*

9872. **(2013 – CESPE)** “A economia solidária vem-se apresentando como uma alternativa inovadora de geração de trabalho...”. O deslocamento do pronome pessoal oblíquo para depois do verbo principal da locução não prejudicaria a correção gramatical do texto: vem apresentando-se.

RESPOSTA Quando o verbo estiver na forma nominal gerúndio, pode haver essa troca de posição, ou seja, o pronome pode tanto estar no meio da locução verbal quanto relacionado ao último verbo presente. *Certo.*

9873. **(2012 – CESPE)** “Surja ao indivíduo como outro mundo, em que ele se sente amparado e transformado por forças que o ultrapassam”.

A expressão “em que” poderia ser corretamente substituída por onde ou por no qual, sem que houvesse prejuízo à correção gramatical do texto.

RESPOSTA A substituição da expressão “em que” pelos vocábulos “onde” ou “no qual” é gramaticalmente aceitável porque “em que” está referindo-se a lugar – mundo. O emprego de “em que” e “no qual” é mais genérico, mas “onde” só pode ser empregado em ideias de lugar fixo. *Certo.*

9874. **(2012 – CESPE)** “Porque seu consumo orgiástico, excessivo, o deixa sempre de bolso vazio, a repetir sempre compulsivamente o ato criminoso. Com o poder da arma de fogo que o deixa viver por um instante, um poder absoluto sobre suas vítimas...”

Na primeira ocorrência, a partícula “o” poderia ser corretamente deslocada para imediatamente depois da forma verbal “deixa” – escrevendo-se deixa-o –; na segunda, entretanto, deslocamento semelhante – “o deixa” para deixa-o – acarretaria prejuízo para a correção gramatical do texto.

RESPOSTA A primeira troca de posição do pronome oblíquo pode ser feita sem acarretar incorreção gramatical, já a segunda gera erro em função de a alteração não poder ser realizada porque o pronome relativo “que” impede que haja tal mudança. *Certo.*

9875. **(2012 – CESPE)** “No Brasil, a concentração das entradas das mulheres na polícia deu-se na década de 80 no século passado coincidindo com um momento de crise da própria instituição policial, que, por sua vez, refletia uma crise mais ampla...”

O pronome “que” faz referência à “crise da própria instituição policial”.

RESPOSTA O pronome relativo “que” retoma o antecedente expresso mais próximo, no caso, “crise da própria instituição policial”. *Certo.*

9876. **(CESPE – adaptada – 2012)** “Precisamos melhorar o gerenciamento dos recursos hídricos. Essa situação, responsável pelo consumo e também pela poluição da água em escala exponencial, tem conduzido à necessidade de reformulação do seu gerenciamento.”

O vocábulo “seu” tem como referente “consumo”.

RESPOSTA O pronome oblíquo “seu” faz referência à expressão “recursos hídricos”, e não à palavra “consumo”, pois aquela é o assunto tratado no texto, especificamente no primeiro parágrafo. *Errado.*

9877. **(2012 – CESPE)** “Para obter benefícios maiores, será obrigatório cumprir metas múltiplas. Exige-se, por exemplo, investimento crescente em pesquisa...”.

O termo “Exige-se”, no qual o pronome “se” indica voz passiva, poderia ser corretamente substituído por É exigido.

RESPOSTA A expressão “exige-se” está estruturada na voz passiva sintética; quando a substituirmos por “é exigido”, apenas se estará fazendo sua transformação para a voz passiva analítica, portanto tal substituição é cabível e correta. *Certo.*

9878. **(2012 – CESPE)** “A empresa vencedora de cada contrato será aquela que propuser a menor tarifa de pedágio...”.

A correção gramatical do período ficaria prejudicada caso se substituísse o termo “aquela”, por *a*.

RESPOSTA A substituição do termo “aquela” por “a” não acarretaria incorreção gramatical, pois a palavra “a” estaria funcionando como pronome demonstrativo, da mesma forma que o vocábulo “aquela”. *Errado.*

9879. **(2012 – CESPE)** “A implantação da indústria automobilística foi determinante para que essa modalidade de transporte se estabelecesse como a mais comum no Brasil...”.

Em “se estabelecesse”, o pronome “se” indica que o sujeito da oração é indeterminado.

RESPOSTA O sujeito da oração não é indeterminado, uma vez que a forma verbal está na voz passiva sintética e apresenta a expressão ”essa modalidade de transporte” como seu sujeito, a qual é classificada como sujeito simples. *Errado.*

9880. **(2012 – CESPE)** “Sem qualquer vínculo de subordinação aos poderes da república, que fornecem auxílio operacional, técnico e especializado ao poder legislativo.”

A partícula “que” poderia ser corretamente substituída por *aos quais*. Nesse caso, a preposição é exigida pela presença, na oração, da forma verbal “fornecem” e o emprego do plural é obrigatório porque o pronome retoma “poderes da República”.

RESPOSTA A partícula “que” não pode ser substituída por “aos quais”, porque retoma “os tribunais de contas”, portanto não há motivo para existir a preposição. A pluralização do pronome é obrigatória para que haja concordância com o termo que está sendo retomado. *Errado.*

9881. **(2012 – CESPE)** “Entretanto a oferta no mês de setembro apresentou queda de 2,13%, após oito anos consecutivos de crescimento, sendo essa a primeira redução de oferta para o mês de setembro desde 2003”.

O pronome “essa” está empregado em referência à informação “queda de 2,13%”.

RESPOSTA O pronome demonstrativo “essa” designa, com função anafórica, o que foi mencionado antes, ou seja, a expressão “queda de 2,13%”. *Certo*.

9882. **(2012 – CESPE)** “Para quem as contas públicas deveriam ser examinadas por um órgão independente; e os que a combatiam, por entenderem que as contas...”

No trecho “a combatiam”, o pronome “a” retoma a ideia antecedente de necessidade de criação de um tribunal de contas.

RESPOSTA O pronome pessoal oblíquo “a”, na frase, equivale a “ela”, na função de complemento direto do verbo “combatiam”, retomando a informação “necessidade de criação de um tribunal de contas”. *Certo*.

9883. **(2012 – CESPE)** “Interpretada pela atriz Charlize Theron, a mãe-madrasta, bruxa da princesa é o mais interessante do filme, assim como as questões tão atuais que ela nos traz”.

O pronome “que” refere-se a “Charlize Theron”.

RESPOSTA O pronome relativo “que” refere-se à expressão “as questões tão atuais”, pois retoma o antecedente expresso

mais próximo. *Errado.*

9884. (2012 – CESPE) "É uma verdade que se diz sobre o mundo, que se estende a todas as coisas e à qual nada escapa".

A correção gramatical do texto seria preservada caso a forma "à qual" fosse substituída pelo pronome que.

RESPOSTA A substituição do termo "à qual" por "que" acarretaria incorreção gramatical, pois "à qual" apresenta uma preposição que é exigida pela transitividade do verbo "escapa", que não aparece na forma "que". Poderia ser substituída por "a que" sem crase, visto que esse pronome relativo não vem acompanhado de artigo. *Errado.*

9885. (2012 – CESPE) Na era das redes sociais, algumas formas de comunicação arcaicas ainda dão resultado. Harold Hackett que o diga.

Na expressão "que o diga", o termo "o" refere-se à ideia expressa no período anterior.

RESPOSTA O pronome demonstrativo "o" faz referência à informação apresentada anteriormente – "algumas formas de comunicação arcaicas ainda dão resultado". *Certo.*

9886. (2012 – CESPE) "Harold utiliza garrafas de suco de laranja e se certifica de que as mensagens estão com data. Antes de enviá-las, checa o sentido dos ventos..."

A forma pronominal "las", em "enviá-las", pode fazer referência tanto ao termo "garrafas" quanto ao termo "mensagens".

RESPOSTA A forma pronominal "las" funciona como complemento direto do verbo "enviar", logo pode haver referência tanto ao termo "garrafas" quanto "mensagens", uma vez que ambas as palavras estão no feminino plural, concordando com a forma pronominal. *Certo.*

9887. (2012 – CESPE) No trecho "somado aos que vinham sendo realizados nos últimos anos", o elemento "aos" poderia ser corretamente substituído por àqueles.

RESPOSTA A alteração do termo "aos" para "àqueles" é correta porque "aos" compõe-se de preposição mais pronome demonstrativo, podendo então ser substituído por "àqueles", o qual apresenta o acento indicativo de crase em função da existência da preposição. *Certo.*

9888. (2012 – CESPE) "O mundo em que nos encontramos hoje, no entanto, não se parece muito com o que eles previram."

Em "não se parece muito com o que eles previram", o pronome "que" tem como antecedente o pronome "o", que se refere a "mundo".

RESPOSTA O pronome demonstrativo "o" que antecede o pronome "que" faz referência à palavra "mundo", expressa anteriormente. Além disso, pode-se comprovar tal fato ao substituir o pronome "o" por "aquele". *Certo.*

9889. (2012 – CESPE) "... a função do representante se dá nos limites constitucionais e não se determina por instruções ou cláusulas estabelecidas entre ele (ou o conjunto de representantes)."

O pronome "ele" tem como referente o nome "representante".

RESPOSTA O pronome do caso reto "ele" retoma o termo expresso anteriormente "representante", havendo concordância de número entre os vocábulos. *Certo.*

9890. (2012 – CESPE) "... não conseguem entender o que leem nem fazer associações com as

informações que recebem.”

Mantêm-se a correção gramatical e as informações originais do período ao se substituir “o” em “o que leem” por aquilo.

RESPOSTA A substituição do pronome “o” por “aquilo” é correta pelas normas gramaticais devido ao fato de ambos apresentarem a mesma classificação morfológica, ou seja, na frase do texto, “o” funciona como pronome demonstrativo. *Certo.*

9891. **(2012 – CESPE)** “Os chineses têm investido pesadamente no ensino superior, cujo número de matrículas...”

Mantém-se a correção gramatical do período ao se substituir “cujo” por qual.

RESPOSTA A substituição do termo “cujo” por “qual” acarretaria incorreção gramatical. A alteração seria correta, se “cujo” fosse substituído por “do qual”, já que há a indicação de posse do termo que o segue em relação ao termo que o antecede. *Errado.*

9892. **(2012 – CESPE)** “Os 68.544 vereadores que serão eleitos... por 138.242.323 eleitores, nos mais de 5.500 municípios brasileiros, terão a tarefa de fiscalizar as prefeituras. É tarefa deles acompanhar como o dinheiro...”

O termo “deles” é elemento coesivo que retoma o antecedente “eleitores”.

RESPOSTA O pronome possessivo “deles” retoma a palavra anteriormente expressa “vereadores”, já que esse é o foco semântico do texto. *Errado.*

9893. **(CESPE – adaptada – 2012)** “Não sabemos como era a cabeça, que falta, de pupilas amadurecidas.”

A oração “que falta”, de função adjetiva, está empregada com sentido explicativo.

RESPOSTA A oração subordinada adjetiva explicativa “que falta”, obviamente, cumpre a função de explicar oração com a qual se relaciona. Além disso, ela recebe tal classificação por estar isolada por vírgulas e ser introduzida por pronome relativo. *Certo.*

9894. **(2011 – CESPE)** “Há, ainda, a noção de que mídia pública é aquela que cumpre papel de dar visibilidade...”

Prejudicam-se a correção gramatical e o sentido original do período ao se substituir o pronome “aquela” por *a*.

RESPOSTA Uma das classificações morfológicas de “a” é de ser pronome demonstrativo. Por isso não havia prejuízo nesse caso. *Errado.*

9895. **(2012 – CESPE)** No trecho “o de que não se trata de norma penal”, o emprego da próclise em vez da ênclise – não trata-se – justifica-se pela presença de palavra negativa antecedendo a forma verbal.

RESPOSTA A primeira tentativa sempre deve ser a próclise (antes do verbo); se couber, ela prevalece. Convenciona-se que expressões de valor semântico negativo atraem pronomes oblíquos em se tratando de sua colocação. *Certo.*

9896. **(2008 – CESPE)** “Ele alega que muitos presos das penitenciárias da região são de famílias pobres da Grande São Paulo, que não dispõem de condições financeiras para visitá-los semanalmente”. No trecho “para visitá-los semanalmente”, o pronome refere-se a “presos”

RESPOSTA O pronome retoma a palavra “presos”. Além disso desempenha a função sintática de objeto direto de visitar. *Certo.*

9897. **(2013 – CESPE)** "A democracia representativa pressupõe um conjunto de instituições que disciplinam a participação popular no processo político, que formam os direitos políticos que qualificam a cidadania, como, por exemplo, as eleições, o sistema eleitoral, os partidos políticos;..."

O sujeito da oração cujo núcleo do predicado é a forma verbal "formam" é

(A) a expressão "os direitos políticos".
(B) o pronome "que" imediatamente antecedente.
(C) oculto.
(D) indeterminado.
(E) a expressão "um conjunto de instituições".

RESPOSTA O sujeito nas orações adjetivas pode ser o pronome relativo "que", o qual retoma termo mencionado anteriormente no texto. Outras funções sintáticas podem ser retomadas como, por exemplo, objeto indireto, objeto direto, complemento nominal etc. *Alternativa B*.

9898. **(2012 – CESPE)** "Vinicius e Jobim eram leves e engraçados."

"Também com um presidente leve como o Juscelino, que de tão leve vivia valsando e que botou em aviões uma cidade inteira, levando-a para o Planalto Central, com ele tudo ficava mais fácil e mais leve."

O termo "leves e engraçados" desempenha, na oração em que se insere, a mesma função sintática que "mais fácil e mais leve" na oração "tudo ficava mais fácil e mais leve".

RESPOSTA Ambas as expressões exercem a função sintática de predicativo do sujeito, sendo as formas verbais "eram" e "ficava" verbos de ligação no contexto em que se inserem. *Certo*.

9899. **(2012 – CESPE)** "Também com um presidente leve como o Juscelino, que de tão leve vivia valsando e que botou em aviões uma cidade inteira, levando-a para o Planalto Central, com ele tudo ficava mais fácil e mais leve."

A expressão "com ele", empregada como recurso expressivo de repetição, pode ser suprimida do período sem prejuízo sintático ou semântico para o texto.

RESPOSTA A expressão adverbial de companhia "com ele" pode ser suprimida do texto sem prejuízo, já que retoma a expressão "com um presidente leve como o Juscelino", já acompanhada da preposição *com*, que é meramente repetida com objetivo enfático na expressão mencionada. *Certo*.

9900. **(2012 – CESPE)** "Motorista e passageiros devem se abrigar em um local seguro, se possível, além do acostamento, até que chegue o socorro."

A expressão "até que" confere ao período a noção de tempo.

RESPOSTA No contexto em que está inserida, a expressão "até que" dá noção de tempo ao período, ao destacar que passageiros e motoristas devem abrigar-se em local seguro até que o socorro chegue, isto é, até a hora/tempo em que o socorro chegaria. *Certo*.

9901. **(2012 – CESPE)** "A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou, em setembro último, alterações no seu regimento interno com o objetivo de fazer frente aos novos desafios do setor de aviação civil, em razão de sua expansão e do considerável aumento do número de usuários do transporte aéreo no país nos últimos anos."

O segmento “em setembro último” está empregado entre vírgulas por constituir expressão adverbial intercalada entre termos da oração de que faz parte.

RESPOSTA Por denotar relação de tempo, a expressão destacada constitui um adjunto adverbial deslocado na oração em que se insere, devendo, portanto, ser separado dos outros elementos oracionais por meio de vírgulas. *Certo.*

9902. **(2012 – CESPE)** “Àquela altura, ninguém vislumbrava a ideia de uma separação, mas se esperava ao menos que a metrópole deixasse de ser tão centralizadora em suas políticas.”

A oração “que a metrópole deixasse de ser tão centralizadora em suas políticas” exerce a função de complemento direto da forma verbal “esperava”.

RESPOSTA A oração destacada exerce papel de sujeito posposto da forma verbal “esperava”, haja vista a intransitividade do verbo neste contexto. Lembre-se também de que, ao identificarmos um verbo, a primeira informação a ser buscada é quem desempenha o papel de sujeito da oração. *Errado.*

9903. **(2012 – CESPE)** “...formado por pessoas físicas ou jurídicas que realizam operações de seguro, cosseguro e resseguro sem a devida autorização”

O segmento “que realizam operações de seguro, cosseguro e resseguro sem a devida autorização” tem natureza restritiva em relação ao termo antecedente “pessoas físicas ou jurídicas”.

RESPOSTA O segmento trata-se de oração subordinada adjetiva restritiva (sem pontuação) cujo sujeito “que” retoma a expressão “pessoas físicas ou jurídicas”, sendo, assim, a afirmação correta. *Certo.*

9904. **(2012 – CESPE)** “Existem hoje 256 milhões de linhas ativas, mais que os 191 milhões de pessoas da população brasileira, o que situa o país na quarta colocação mundial. A cada segundo, um novo número é ativado no país, fato que levou à introdução de um nono dígito nas linhas da Grande São Paulo.”

As expressões “o que” e “fato que” poderiam ser colocadas uma no lugar da outra, no texto, sem prejuízo das relações morfossintáticas e semânticas nele expressas.

RESPOSTA Ambas as expressões, no lugar em que se encontram no texto, têm papel morfossintático de sujeito da oração que introduzem. Além disso, mesmo trocadas de lugar, continuariam a estabelecer relações de causa e consequência entre as orações que introduzem e as anteriores. Note a reescrita: Aquilo o qual situa o país... / Fato o qual levou... *Certo.*

9905. **(2012 – CESPE)** “Com sistemas complexos de propaganda, que envolvem sutilezas psicológicas e recursos espetaculares, industriais e produtores em geral convencem a população a adquirir sempre os novos modelos de carros, geladeiras, relógios, calculadoras e outras utilidades, levando-a a lançar fora o que já possui.”

O referente do sujeito da forma verbal “levando” é a expressão “industriais e produtores em geral”, que exerce a função de sujeito da forma verbal “convencem”.

RESPOSTA O sujeito da forma verbal “levando” é desinencial e, pelo contexto, podemos inferir que ele faz referência à expressão “industriais e produtores em geral”, sendo seu objeto direto o vocábulo “a”, que se refere a “a população”. *Certo.*

9906. **(2012 – CESPE)** “...o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, isto é, daqueles que, uma vez consumidos, não podem ser novamente repostos, como, por exemplo, o petróleo e os minérios em geral.”

O termo “daqueles”, que retoma a expressão “dos recursos naturais não renováveis”, exerce a função de sujeito do predicado “não podem ser novamente repostos”.

RESPOSTA Embora o termo “daqueles” retome a expressão “dos recursos naturais não renováveis”, o sujeito do verbo *poder* é o pronome relativo “que”. *Errado.*

9907. (2012 – CESPE) “Após a Segunda Guerra Mundial, os movimentos nacionalistas e independentistas que vinham se firmando desde o período entre-guerras ganharam força tanto na África quanto na África quanto na Ásia.”

O trecho “os movimentos nacionalistas e independentistas” exerce a função de sujeito da locução verbal “vinham-se firmando”.

RESPOSTA O sujeito da forma verbal “vinham-se firmando” é o pronome relativo “que”, que retoma, por meio de oração subordinada adjetiva restritiva, o trecho “os movimentos nacionalistas e independentistas”. *Errado.*

9908. (2012 – CESPE) “O que os filósofos chamam de “iluminação”, os humoristas intitulam “solavanco mental” da anedota.”

Os termos “iluminação” e “solavanco mental” exercem a mesma função sintática.

RESPOSTA Os vocábulos “iluminação” e “solavanco mental” são objetos diretos (o primeiro, preposicionado) dos verbos *chamar* e *intitular*, respectivamente. Quando o uso do verbo *chamar* dá-se no sentido de atribuir nome ou título, o uso da preposição é frequente, embora ainda se trate de objeto direto. *Certo.*

9909. (2012 – CESPE) “Agora, quase 20% dos jovens em idade universitária estão no ensino superior na China, enquanto, no Brasil, não passam de 10% os estudantes universitários.”

As relações sintáticas do período não seriam prejudicadas caso se substituísse “enquanto” por “ao passo que”.

RESPOSTA Uma vez que a substituição de “enquanto” por “ao passo que” não somente manteria as relações estruturais do período (ainda haveria o “encaixe” de uma oração à outra), mas também manteria as relações temporais de sentido de ambas as orações. *Certo.*

9910. (2012 – CESPE) “...de acordo com o vice-presidente executivo da FEBRABAN, que, durante seminário sobre inclusão bancária, destacou a solidez do sistema bancário brasileiro...”

O sujeito da forma verbal “destacou”, cujo referente é “o vice-presidente executivo da FEBRABAN”, é indeterminado.

RESPOSTA O sujeito do verbo *destacar* é o pronome relativo “que”. Entre o pronome que desempenha a função de sujeito e o verbo “destacou”, há um adjunto adverbial isolado por vírgulas; isso poderia atrapalhar um pouco o candidato na identificação do sujeito. *Errado.*

9911. (2012 – CESPE) “...o Brasil é, sim, um país de enorme potencial, que vem passando por um período mágico...”

O sujeito da forma verbal “vem passando” é “o Brasil”.

RESPOSTA O sujeito da locução verbal “vem passando” é o pronome relativo “que”, o qual inicia uma oração subordinada adjetiva explicativa, **apenas** retomando o vocábulo Brasil. *Errado.*

9912. (2012 – CESPE) Seria mantida a correção gramatical do período “É fato que os números absolutos impressionam”, caso a preposição *de* fosse inserida imediatamente antes da conjunção “que”.

RESPOSTA A frase “que os números absolutos impressionam” funciona como sujeito (oração subordinada substantiva subjetiva) de “é fato”. De acordo com a gramática normativa, não há sujeito preposicionado em Língua Portuguesa, não se

mantendo, assim, a correção do período caso uma preposição fosse inserida imediatamente antes da conjunção “que”. *Errado.*

9913. **(2012 – CESPE)** “... – Vossos mortos são mais vivos: e, sobre vós, de longe, abrem grandes olhos pensativos.”

Considerando-se as relações entre os termos da oração, verifica-se ambiguidade no emprego do adjetivo “pensativos”, visto que ele pode referir-se tanto ao termo “vossos mortos” quanto ao núcleo nominal “olhos”.

RESPOSTA Uma vez que o adjetivo “pensativos” pode se referir tanto ao sujeito do verbo ser quanto ao objeto direto do verbo abrir, por ambos os núcleos serem substantivos no plural. Os mortos abrem os grandes olhos quando estão pensativos ou os grandes olhos pensativos, essas são as possibilidades de interpretação. *Certo.*

9914. **(2012 – CESPE)** “Ficava no canto da maloca, trepado no jirau de paxiúba, espiando o trabalho dos outros e principalmente os dois manos que tinha, Maanape já velhinho e Jiguê na força do homem.”

A oração “que tinha”, sintática e semanticamente dispensável para o texto, caracteriza-se por ter um pronome relativo como sujeito sintático.

RESPOSTA “que tinha” trata-se de oração subordinada adjetiva restritiva que retoma o objeto direto do verbo “tinha”. Ele tinha os dois manos. *Errado.*

9915. **(CESPE – adaptada – 2011)** “Os dados chocam: metade dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade estão fora do ensino médio.”

A forma verbal “estão” pode ser substituída por está, sem prejuízo à correção gramatical e à coerência do texto.

RESPOSTA O sujeito do verbo é “metade dos adolescentes”. Esse tipo de expressão é chamada de partitiva, ou seja, não é o todo! A regra autoriza o emprego do verbo tanto no singular quanto no plural. *Certo.*

9916. **(CESPE – adaptada – 2012)** “...verdadeiras poesias em prosa, por assim dizer, que vão beber a sua inspiração diretamente à natureza e transladam para o papel alguma coisa da sua frescura e novidade.”

A expressão “alguma coisa da sua frescura e novidade” complementa o sentido da forma verbal “trasladam”.

RESPOSTA A frase “alguma coisa da sua frescura e novidade” é objeto direto do verbo “transladar” (transladam o quê?), complementando, assim, seu sentido. *Certo.*

9917. **(2012 – CESPE)** “Muitos acreditam que chegamos à velhice do Estado nacional. Desde 1945, dizem, sua soberania foi ultrapassada...”

Não haveria prejuízo para o sentido do texto se a forma verbal “dizem” fosse substituída por dizemos

RESPOSTA Podemos observar que o sujeito do verbo “acreditam” é “muitos” e são eles (muitos) que “dizem”. Se trocarmos para “dizemos”, o sujeito seria “nós”, mudando assim o sentido da frase. *Errado.*

9918. **(2012 – CESPE)** Assinale a opção em que o verbo da oração tem dois complementos.

(A) “Ela é uma gatinha.”
(B) “Eu fiz um coraçãozão vermelho.”
(C) “Agora vou botar renda em volta.”

(D) “Eu te odeio.”

(E) “Vou mandar um cartão de dia dos namorados para a Susi Derkins.”

RESPOSTA O verbo “mandar” que, nesse contexto, é bitransitivo (VTDI). “um cartão de dia dos namorados” desempenha a função de objeto direto e “para a Susi Derkins” a função de objeto indireto. *Alternativa E.*

9919. **(2011 – CESPE)** As orações *“São tantos os espaços para a dita participação popular”* e *“não há espaços de visibilidade claros”* são exemplos de oração sem sujeito.

RESPOSTA Na primeira oração o sujeito é “os espaços para a dita participação popular”. Apenas na segunda oração temos um exemplo de verbo sem sujeito, já que “há” possui sentido de “existir”, fato esse que o torna impessoal. *Errado.*

9920. **(2011 – CESPE)** *“No extremo norte, por exemplo, continuavam sendo usadas no comércio moedas mexicanas e peruanas, e no extremo sul, na área onde atualmente se localiza o estado do RS.”*

A expressão “moedas mexicanas e peruanas” exerce, na oração em que ocorre, a função sintática de sujeito.

RESPOSTA Quem continua sendo usada? moedas mexicanas e peruanas = sujeito! Trata-se de um sujeito posposto ao verbo. Atente para não confundi-lo com o objeto direto. *Certo.*

9921. **(2012 – CESPE)** “A um coronel que se queixava da vida de quartel, um jornalista disse: – E o senhor não sabe como é chato militar na imprensa.”

Na construção do sentido do texto, destaca-se a ambiguidade do vocábulo “militar”, que, no contexto em que aparece, pode ser classificado ora como substantivo, ora como verbo.

RESPOSTA A palavra “militar” pode ser interpretada como um substantivo (“O militar chato”) e pode ser também o verbo “militar” de fazer militância. *Certo.*

9922. **(2012 – CESPE)** Admite-se como forma alternativa de reescrita da expressão coloquial “o diabo do homem só faltou me chamar de” a estrutura só faltou o diabo do homem me chamar e de, na qual o verbo faltar é empregado como impessoal e, portanto, integra uma oração sem sujeito.

RESPOSTA Que é que faltou? “me chamar de...” = sujeito da frase! Temos um sujeito oracional neste caso. *Errado.*

9923. **(2010 – CESPE)** “...diz o gerente executivo de pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato da Fonseca, para explicar a melhora das expectativas...”

O nome próprio “Renato da Fonseca” está entre vírgulas por tratar-se de um vocativo.

RESPOSTA É um aposto, pois faz o detalhamento de quem é o gerente executivo. A confusão pode se dar pelo fato de tanto o vocativo quanto o aposto serem isolados por pontuação. *Errado.*

VII. Emprego dos Tempos e Modos Verbais

9924. **(2013 – CESPE)** “Entre as palestras, painéis e mesas-redondas estão programados temas a respeito de gestão, informatização, correição virtual, paradigmas, meio ambiente, conciliação, comunicação, todos eles relacionados à justiça.”

Como o texto trata de um evento que ocorrerá no futuro, o emprego do presente do indicativo em “estão” está em desacordo com as exigências gramaticais de correlação entre os tempos e modos verbais.

RESPOSTA Além de poder ser usado para a descrição de verdades universais, rotinas ou programas (como é o caso no texto), o presente do indicativo também pode ser utilizado para fazer-se referência a situações que ocorrem com frequência, independentemente de quando aconteçam. *Errado.*

9925. **(2012 – CESPE)** "Àquela altura, ninguém vislumbrava a ideia de uma separação, mas se esperava ao menos que a metrópole deixasse de ser tão centralizadora em suas políticas."

Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a forma verbal "deixasse" poderia ser substituída por tivesse deixado.

RESPOSTA Pelo fato de a oração em que a forma verbal "deixasse" apresentar ocorrência de pretérito perfeito, a substituição da forma do subjuntivo pela forma do pretérito perfeito composto do indicativo não acarreta prejuízo à correção gramatical do texto. *Certo.*

9926. **(2012 – CESPE)** "As discussões, no Brasil, sobre a criação de um tribunal de contas durariam quase um século, polarizadas entre os que defendiam sua necessidade – para quem as contas públicas deviam ser examinadas por um órgão independente – e os que a combatiam, por entenderem que as contas públicas podiam continuar sendo controladas por aqueles que as realizavam."

Mantém-se a correção gramatical do período ao se substituir "durariam" por duraram.

RESPOSTA Uma vez que o texto se refere a uma ação acabada no passado (a discussão sobre a criação do Tribunal de Contas), a substituição da forma do futuro do pretérito do indicativo (durariam) pela forma do pretérito perfeito do indicativo não acarreta prejuízo à correção gramatical do texto. *Certo.*

9927. **(2012 – CESPE)** "Somente a queda do Império e as reformas político-administrativas da jovem República tornaram realidade, finalmente, o Tribunal de Contas da União."

Mantêm-se a correção gramatical e as informações originais do período ao se substituir "tornaram realidade" por permitiram que se tornasse realidade.

RESPOSTA A substituição de uma oração pela outra não acarretaria prejuízo à correção gramatical nem às relações semânticas do texto, pois manteriam as mesmas informações originais. *Certo.*

9928. **(2012 – CESPE)** "Com cartazes educativos, ocupam a faixa de pedestres, fazem *performances* e brincam com os motoristas."

Sem prejuízo semântico para o texto, as formas verbais "fazem" e "brincam" poderiam ser substituídas pelas formas fazendo e brincando, respectivamente.

RESPOSTA A substituição das formas verbais não acarretaria prejuízo semântico para o texto, uma vez que o emprego do presente do indicativo continua o mesmo, mudando-se, apenas, a colocação do gerúndio, o que, mesmo dando a ideia de ação em progresso, pode ser usado para referir-se a ações acabadas e que duraram certo tempo. *Certo.*

9929. **(2012 – CESPE)** "Os governos da Bélgica, França, Grã-Bretanha, Itália e Estados Unidos da América decidiram homenagear, de forma especial, a memória desses soldados."

Caso o verbo decidir seja suprimido da expressão "decidiram homenagear", o verbo homenagear, que se conjuga pelo modelo de odiar, deverá ser grafado homenagiaram.

RESPOSTA Por não se conjugar pelo modelo do verbo *odiar*, a grafia correta da forma verbal será *homenagearam*. *Errado.*

9930. **(2012 – CESPE)** "Segundo essa concepção, com o maior desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o mundo iria se tornar mais estável e ordenado. O romancista George Orwell, por exemplo, anteviu uma sociedade com excessiva estabilidade e previsibilidade – em que nos

tornaríamos todos minúsculos dentes de engrenagem de uma vasta máquina social e econômica."

O emprego do futuro do pretérito em "iria se tornar" e "nos tornaríamos" justifica-se por terem as previsões dos filósofos iluministas se concretizado.

RESPOSTA O uso do futuro do pretérito sinaliza possibilidade e, não, certeza. Além disso, a leitura atenta do texto permite verificar que não houve concretização plena das previsões dos filósofos iluministas. *Errado.*

9931. (2012 – CESPE) "O problema se agudiza pela própria displicência dos eleitores, pois, passados dois meses do pleito, muitos não lembram em quem votaram, o que facilita o surgimento de uma cadeia de falta de compromisso com o município, o estado e o país."

Ao se substituir "o que facilita" por o que vem facilitando ou por o que tem facilitado, mantém-se a correção gramatical do período.

RESPOSTA A substituição de uma forma verbal por uma locução verbal não acarreta prejuízo de cunho gramatical (morfossintático) ao texto. *Certo.*

9932. (2012 – CESPE) "Isso possibilitou que os bancos obtivessem elevada lucratividade, o que propiciou a realização de novos investimentos em tecnologia da informação."

A forma verbal "obtivessem" poderia ser corretamente substituída por tivessem obtido.

RESPOSTA A substituição de uma forma verbal por uma oração com verbo no mesmo tempo e modo da forma verbal original mais o emprego do particípio do verbo não acarreta erro morfossintático. *Certo.*

9933. (2012 – CESPE) "O executivo disse ainda que os bancos têm investido em tecnologia para crescer e trabalhando para melhorar o atendimento à população e o controle do endividamento."

Mantendo-se a correção gramatical do período e o seu sentido original, a forma verbal "trabalhado" poderia ser substituída por trabalhar.

RESPOSTA A substituição proposta alteraria o sentido original do período, além de incorrer em diferenciação de suas relações sintáticas internas. "trabalhando" os bancos já estão. Se trocarmos, a finalidade deles seria crescer e trabalhar. *Errado.*

9934. (2012 – CESPE) "Eu sei morrer. Morri desde pequena. E dói, mas a gente finge que não dói."

Da combinação inusitada do verbo morrer, flexionado no pretérito perfeito do indicativo, com a expressão adverbial "desde pequena" infere-se uma compreensão da morte diferente da que estaria implícita caso tivesse sido empregada a locução verbal Venho morrendo.

RESPOSTA Caso fosse empregada a locução verbal "venho morrendo", o entendimento de morte seria aquele registrado no dicionário: perda da vida. No entanto, ao empregar a forma verbal "morri", o texto aponta outra interpretação para o sintagma: de ter tido desilusões e perdas desde os tempos em que a narradora era pequena. *Certo.*

9935. (2012 – CESPE) "Nesse caso, puxar a corda, afiar a faca ou assistir à execução seria simples, pois a responsabilidade moral do veredicto não estaria conosco."

No período "Nesse caso (...) estaria conosco", como o conector "ou" está empregado com sentido aditivo, e não, de exclusão, a forma verbal do predicado "seria simples" poderia, conforme faculta a prescrição gramatical, ter sido flexionada na terceira pessoa do plural: seriam.

RESPOSTA O valor do conector "ou", conforme atenta do texto, tem caráter de exclusão. Assim, flexionar a forma verbal "seria" na terceira pessoa do plural acarretaria inadequação morfossintática. Para ser flexionado, a ideia não pode ser de exclusão. *Errado.*

9936. (2011 – CESPE) "Essas duas perguntas são formuladas dentro do espírito da fenomenologia husserliana. Privilegiou-se, nessa herança, a indagação colocada sob o adágio bem conhecido segundo o qual toda consciência é consciência de alguma coisa."

Estaria mantida a correção gramatical se as formas verbais "são formuladas" e "Privilegiou-se" fossem substituídas, respectivamente, por formulam-se e foi privilegiada.

RESPOSTA Ambas as formas verbais mantêm os verbos em suas formas originais (voz passiva e verbo com sujeito posposto), não acarretando, portanto, prejuízo à correção do texto. *Certo.*

9937. (2012 – CESPE) "Vai senão quando a Câmara ordena que se lhe compre uma arca, e recomenda que seja forte, deita fora as suas muletas de mendiga, erige o corpo, como um Sisto V, e, como um primo Basílio tilinta as chaves da burra nas algibeiras."

A substituição das formas verbais "ordena", "recomenda", "deita", "erige" e "tilinta" por ordenou, recomendou, deitou, erigiu, e tilintou, respectivamente, não acarretaria prejuízo sintático nem semântico ao texto.

RESPOSTA O principal prejuízo sintático dado pela substituição das formas propostas seria aquele causado pela substituição de "ordena" por ordenou, uma vez que a forma "compre" deveria ser substituída por comprasse, a fim de se manter a concordância. *Errado.*

9938. (2011 – CESPE) Seriam mantidos o sentido e a correção gramatical se os infinitivos flexionados fossem substituídos pelas respectivas formas do infinitivo não flexionado no segmento "as gotas a evaporarem, as lesmas a prepararem os corpos para novas caminhadas".

RESPOSTA Uma vez que há um sujeito diferente para cada oração do segmento mencionado, o uso da forma não flexionada do infinitivo estaria correto, caso fosse feita a substituição proposta. *Certo.*

9939. (2011 – CESPE) "A indispensabilidade da teoria política viria dessa necessidade de autoconhecimento dos indivíduos."

O uso do futuro do pretérito em "viria" sugere a intenção do autor em manter distanciamento em relação à ideia da "necessidade de autoconhecimento dos indivíduos".

RESPOSTA Ao indicar possibilidade e/ou dúvida, o futuro do pretérito também é usado com intuito de não comprometer o autor de um texto a determinada ideia, portanto, distanciando-o da afirmação. *Certo.*

9940. (2011 – CESPE) "A questão da desigualdade, finalmente, está produzindo estudos focados em entender como os abismos sociais afetam a realidade das pessoas – estejam elas no topo ou na base."

A obrigatoriedade do emprego da forma verbal "estejam", no modo subjuntivo, decorre da relação sintática entre essa forma verbal e o trecho "como os abismos sociais afetam a realidade das pessoas".

RESPOSTA O uso do modo subjuntivo no trecho destacado indica, na verdade, a relação da forma verbal "estejam" com o sintagma "elas no topo ou na base", por indicar possibilidade. *Errado.*

9941. (2011 – CESPE) "Foi estabelecido o serviço telegráfico, e o Brasil aderiu, por tratados, aos organismos internacionais de telecomunicações recém-criados."

O texto permaneceria correto se a expressão "Foi estabelecido" fosse substituída por

(A) Estabeleceriam-se.

(B) Estabelecendo.
(C) Estabeleceu-se.
(D) Estabeleceram-se.
(E) Estabelecer-se-iam.

RESPOSTA Que é que foi estabelecido? O serviço telegráfico = sujeito. A única alternativa que mantém o tempo verbal e a correta relação sujeito-predicado (utilização de partícula apassivadora e manutenção da concordância) da locução verbal utilizada no texto é a c: estabeleceu-se. *Alternativa C.*

9942. **(2011 – CESPE)** “...tinha preconceitos, era injusto nos seus julgamentos, tinha suas fraquezas e imperfeições, mas sabia que isso não o tornava menos humano e digno.”

A substituição da forma verbal “tornava” por tornasse preservaria as regras gramaticais bem como a coesão e a coerência do texto.

RESPOSTA A substituição proposta das formas verbais acarretaria erro morfossintático, pois a oração em que tal forma está inserida exige o uso de presente do indicativo, e não do subjuntivo, como sugerido. *Errado.*

> O republicano George W. Bush veio a público dizer que é um “presidente da guerra” e que todas as decisões que toma na Casa Branca são orientadas pelo combate global ao terrorismo. Essa “guerra”, disse o presidente dos EUA, define hoje as políticas externa, interna, econômica e fiscal norte-americanas. “Tomo minhas decisões no Salão Oval com a guerra em mente. Queria que não fosse assim, mas é a verdade. E o povo norte-americano precisa saber que tem um presidente que vê o mundo como ele é. Vê os perigos que existem e como é importante lidar com eles”, disse Bush. Ao conceder a rara entrevista, Bush **tenta** reagir à queda de sua popularidade e aos ataques que vem sofrendo dos pré-candidatos democratas.

Folha de S.Paulo, 9-2-2004 (com adaptações).

9943. **(Técnico Federal de Controle Externo – 2004 – CESPE)** Tendo o texto acima como referência inicial, julgue o item que se segue.

Textualmente, a forma verbal “tenta” corresponde ao pretérito: tentava, estava tentando.

RESPOSTA O Presente do Indicativo foi empregado no sentido de dar vivacidade a um fato já ocorrido. No caso do trecho em questão, esse passado é durativo, o que leva à equivalência com o pretérito imperfeito (*“tentava” ou “estava tentando”*). *Correto.*

9944. **(2011 – CESPE)** “Eles, então, agrupam-se e, armados com porretes, pedras e garrafas de coquetel *molotov*, quebram, incendeiam e agridem.”

Os complementos elípticos da formas verbais “quebram”, “incendeiam” e “agridem” possuem o mesmo referente no texto.

RESPOSTA O sujeito elíptico dos verbos citados tem o mesmo referente; além disso, são verbos transitivos diretos com o complemento elíptico. *Certo.*

9945. **(2011 – CESPE)** “Quando a polícia reage, os vândalos voltam a se misturar à massa de gente que protesta pacificamente, na esperança de, com isso, provocar um tumulto e incitar outros manifestantes e entrar no confronto.”

As formas verbais infinitivas “misturar” e “provocar” poderiam ser corretamente substituídas por suas formas flexionadas, misturarem e provocarem.

RESPOSTA Embora a forma “provocar” possa ser flexionada sem prejuízo gramatical ao texto, tal operação não é possível de ser feita na forma “misturar”, pois a presença do pronome que indica a indeterminação do sujeito “se” impede tal operação. *Errado.*

9946. **(2011 – CESPE)** "O leitor interessado em compreender um pouco melhor como vivem milhões de brasileiros à sua volta poderia aproveitar um de seus próximos momentos livres para fazer um teste que lhe mostrará por que a vida é tão difícil para tanta gente neste país."

O sujeito da forma verbal "vivem" não ocorre de maneira explícita no período, devendo ser inferido da leitura do texto.

RESPOSTA O sujeito da forma verbal "vivem" está explícito no texto e posposto a esse verbo: "milhões de brasileiros". *Errado.*

9947. **(2011 – CESPE)** "O debate voltou à tona após policiais da Delegacia Antipirataria apreenderem, no mês passado, mais de duzentas pastas com textos para serem reproduzidos em uma universidade do Rio de Janeiro, sob a alegação de crime de direitos autorais."

A forma verbal "apreenderem" poderia ser corretamente substituída pela forma verbal composta terem apreendido.

RESPOSTA O uso da forma verbal "voltou", no pretérito perfeito, autoriza o uso da forma "terem apreendido" em forma composta do pretérito mais que perfeito, indicando, assim, qual ação ocorreu primeiro. *Certo.*

VIII. Acentuação

9948. **(2013 – CESPE)** A mesma regra de acentuação gráfica justifica o emprego de acento gráfico nas palavras "construída" e "possíveis".

RESPOSTA A palavra *construída* é uma paroxítona que contém um hiato que é tônico, forma sílaba sozinho e não é seguido de NH (cons-tru-í-da), e a palavra *possíveis* é uma paroxítona terminada em ditongo *eis*. *Errado.*

9949. **(2013 – CESPE)** As palavras "países", "famílias" e "níveis" são acentuadas de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

RESPOSTA A palavra *países* (pa-í-ses) é uma paroxítona com hiato tônico, não seguido de NH e que forma sílaba sozinho; a palavra *família* (fa-mí-lia) é uma paroxítona terminada em ditongo crescente; a palavra *níveis* (ní-veis) é uma paroxítona terminada em *ei*(*s*). *Errado*.

9950. **(2012 – CESPE)** As palavras "negligência", "reservatórios", "espécie" e "equilíbrio" apresentam acentuação gráfica em decorrência da mesma regra gramatical.

RESPOSTA Todas as palavras são paroxítonas terminadas em ditongo crescente. *Certo.*

9951. **(2012 – CESPE)** As palavras "Polícia", "Rodoviária" e "existência" recebem acento gráfico porque são paroxítonas terminadas em ditongo crescente.

RESPOSTA Todas as palavras acima são paroxítonas terminadas em ditongo crescente, conforme separação silábica a seguir: po-lí-cia, ro-do-vi-á-ria, e-xis-tên-cia. *Certo.*

9952. **(2012 – CESPE)** As palavras "início" e "série" recebem acento gráfico com base em regras gramaticais distintas.

RESPOSTA As palavras *início* e *série* são acentuadas pela mesma regra gramatical; são paroxítonas terminadas em ditongo crescente. *Errado.*

9953. **(2012 – CESPE)** Nas palavras "análise" e "mínimos", o emprego do acento gráfico tem

justificativas gramaticais diferentes.

RESPOSTA As palavras “análise” e “mínimo” são acentuadas pela mesma regra gramatical: acentuam-se todas as proparoxítonas. *Errado.*

9954. **(2012 – CESPE)** As palavras “pó”, “só” e “céu” são acentuadas de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

RESPOSTA As palavras *pó* e *só* são monossílabos tônicos terminados em O e a palavra *céu* possui um ditongo aberto (éu). *Errado.*

9955. **(2012 – CESPE)** Os vocábulos “indivíduo”, “diária” e “paciência” recebem acento gráfico com base na mesma regra de acentuação gráfica.

RESPOSTA As palavras “indivíduo, diária e paciência” são paroxítonas terminadas em ditongo crescente. *Certo.*

9956. **(2012 – CESPE)** De acordo com a ortografia oficial vigente, o vocábulo “órgãos” segue a mesma regra de acentuação que o vocábulo “últimos”.

RESPOSTA A palavra “órgãos” é uma paroxítona terminada em “aos” e a palavra “últimos” é uma proparoxítona. *Errado.*

9957. **(2012 – CESPE)** Os verbos “comunicar”, “ensinar” e “comandar”, quando complementados pelo pronome *a*, acentuam-se da mesma forma que “constatá-las”, “designá-las” e “elevá-las”.

RESPOSTA As formas verbais acrescidas do pronome são analisadas como as palavras acentuadas de acordo com a terminação. Nesse caso, são consideradas oxítonas terminadas em “a”. *Certo.*

9958. **(2012 – CESPE)** As palavras “ônibus” e “invioláveis” são acentuadas de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

RESPOSTA A palavra *ônibus* é uma proparoxítona e a palavra *invioláveis* é uma paroxítona terminada em EIS. *Errado.*

9959. **(2012 – CESPE)** Os vocábulos “jurídicas”, “econômicas” e “físico” recebem acento gráfico com base em regras gramaticais diferentes.

RESPOSTA As palavras *jurídicas*, *econômicas* e *físico* são proparoxítonas. *Errado.*

9960. **(2012 – CESPE)** As palavras “mídias”, “número” e “possível” são acentuadas de acordo com a mesma regra gramatical.

RESPOSTA A palavra “mídias” é uma paroxítona terminada em ditongo crescente; a palavra “número” é uma proparoxítona e a palavra “possível” é uma paroxítona terminada em L. *Errado.*

9961. **(2011 – CESPE)** Os vocábulos “espécies”, “difíceis” e “históricas” são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

RESPOSTA A palavra *espécies* é uma paroxítona terminada em ditongo crescente; a palavra *difíceis* é uma paroxítona terminada em EIS e a palavra *históricas* é uma proparoxítona. *Errado.*

9962. **(2011 – CESPE)** Levando-se em consideração o que está previsto na ortografia oficial vigente, é correto afirmar que: o vocábulo “têxtil”, que segue o padrão de flexão do vocábulo pênsil, é

acentuado também na forma plural; "obsolescência" é vocábulo que segue o padrão do vocábulo ciência, no que se refere ao emprego de sinal de acentuação; a acentuação gráfica do vocábulo "déspotas" também é empregada quando o vocábulo é grafado na forma singular.

RESPOSTA A palavra *têxtil* é uma paroxítona terminada em L e em sua forma plural, têxteis, é uma paroxítona terminada em EIS; as palavras *obsolescência* e *ciência* são paroxítonas terminadas em ditongo crescente; o vocábulo *déspotas* recebe acentuação gráfica também em sua forma singular porque é uma proparoxítona. *Certo.*

9963. (2011 – CESPE) Os vocábulos "analítica" e "teríamos" recebem acento gráfico com base na mesma regra de acentuação.

RESPOSTA As palavras "analítica e teríamos" são proparoxítonas (a-na-lí-ti-ca) (te-rí-a-mos). *Certo.*

9964. (2011 – CESPE) "Para se ter uma ideia, apenas os alunos de ótimo boletim têm direito à inscrição e, ainda assim, 85% deles ficam de fora."

Em razão do contexto, o acento gráfico empregado na forma verbal "têm" é obrigatório.

RESPOSTA A forma verbal têm refere-se aos alunos, ou seja, está na forma plural. A acentuação do verbo é a marca da concordância verbal. *Certo.*

9965. (2011 – CESPE) Os vocábulos "países" e "áreas" são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

RESPOSTA A palavra *países* possui um hiato, em que o I é tônico, forma sozinho uma sílaba e não é seguido de NH; a palavra *áreas* é uma paroxítona terminada em ditongo crescente. *Errado.*

9966. (2011 – CESPE) A regra de acentuação gráfica que justifica o emprego do acento gráfico em "aeroportuário" é a mesma que justifica o emprego do acento em "meteorológica".

RESPOSTA A palavra *aeroportuário* é uma paroxítona terminada em ditongo crescente; a palavra *meteorológica* é uma proparoxítona. *Errado.*

9967. (2011 – CESPE) Os vocábulos "público" e "caótico", que foram empregados no texto como adjetivos, obedecem à mesma regra de acentuação gráfica.

RESPOSTA As palavras *público* e *caótico* obedecem à mesma regra de acentuação gráfica porque são proparoxítonas. *Certo.*

9968. (CESPE – adaptada – 2011) O emprego do acento gráfico nos vocábulos "análise", "Aristóteles" e 'cadáveres' justifica-se pela mesma regra de acentuação.

RESPOSTA As palavras *análise*, *Aristóteles* e *cadáveres* são proparoxítonas. *Certo*.

9969. (CESPE – adaptada – 2011) São acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica os vocábulos quilômetros e tivéssemos.

RESPOSTA As palavras *quilômetros* e *tivéssemos* são proparoxítonas (todas são acentuadas). *Certo*.

IX. Conjunções

9970. (2013 – CESPE) "É crucial, pois, que as ações afirmativas, mecanismo jurídico concebido com vistas a quebrar essa dinâmica perversa, sofram influxo dessas forças contrapostas e atraíram..."

O vocábulo “pois” está empregado com valor conclusivo, equivalendo a portanto.

RESPOSTA Quando o nexo “pois” estiver posposto ao verbo – como na frase “É crucial, pois, que as ações afirmativas (...)” –, terá valor de conjunção conclusiva. Além disso, o vocábulo “pois” vem isolado por vírgulas, marcando seu deslocamento na frase, já que se ele não estivesse deslocado, como na frase “Entre, pois quero falar com você”, seria considerado nexo explicativo. *Certo.*

9971. **(2012 – CESPE)** “A água, ingrediente essencial à vida, certamente é o recurso mais precioso de que a humanidade dispõe. Embora se observe pelo mundo tanta negligência e falta de visão...”.

O elemento “Embora” poderia ser substituído por Desde que, sem que se prejudicassem a correção gramatical e o sentido original do texto.

RESPOSTA O nexo “embora” pertence ao grupo das conjunções concessivas, ou seja, aquelas que dão ideia de ressalva; já o vocábulo “desde que” faz parte dos nexos condicionais. Logo, não é possível fazer substituição entre eles, pois haveria mudança de sentido. *Errado.*

9972. **(2011 – CESPE)** “Daí a razão por que, segundo o filósofo, ‘a doutrina do direito e a doutrina da virtude distinguem-se menos pela diferença entre os deveres do que pela diferença de sua legislação, que vincula um ou outro motivo à lei’...”.

“Por que” poderia, sem prejuízo para a correção gramatical, ser grafado porque, em razão de estar empregado como conjunção causal, tal como ocorre em “mas o mandamento de agir unicamente porque se trata de um dever”.

RESPOSTA O vocábulo “por que” é uma locução adverbial e apresenta ideia de causa, podendo ser substituído por “pela qual”. A proposta de substituição por “porque” não pode ser feita, já que este expressaria uma explicação. O termo “porque” na frase “mas o mandamento de agir unicamente porque se trata de um dever” exprime ideia de causa. *Errado.*

9973. **(2012 – CESPE)** O Brasil é signatário de pelo menos quatro convenções internacionais que tratam do combate à corrupção. No entanto, segundo estudo da fundação Getúlio Vargas, desperdiça cerca de 7 bilhões por ano...”

O conectivo “No entanto” introduz um período que expressa a ideia de que o Brasil não dispõe de leis dirigidas ao combate da corrupção, opondo-a à ideia veiculada no período anterior de que o país apoia convenções internacionais contra a corrupção.

RESPOSTA O conector “no entanto”, realmente, exerce a função de relacionar ideias opostas, de expressar adversidade entre as orações, mas o sentido que ele expressa ao introduzir a oração é que, mesmo o Brasil sendo signatário de várias convenções internacionais que tratam do combate à corrupção, ainda assim ele desperdiça 7 bilhões por ano em função de fraudes públicas. Portanto, dizer que a oposição está no fato de o Brasil não dispor de leis dirigidas ao combate da corrupção está incorreto. *Errado.*

9974. **(2012 – CESPE)** Em 2011, a taxa foi de 82,60%, o que representa uma variação positiva de 0,23%. “Entretanto, a demanda do transporte aéreo internacional de passageiros das empresas brasileiras...”. Mantêm-se a correção gramatical do período e suas relações sintáticas originais ao se substituir o termo “Entretanto” por qualquer um dos seguintes: Porém, Contudo, Todavia, Conquanto.

RESPOSTA A conjunção “entretanto” faz parte do grupo das adversativas, assim como os vocábulos *porém*, *contudo* e *todavia*. “Conquanto” pertence ao grupo dos nexos concessivos, logo sua substituição acarretaria incorreção gramatical, pois a forma verbal “apresentou” deveria ser reescrita no modo subjuntivo – “apresente”. *Errado.*

9975. **(2012 – CESPE)** “O tribunal observou que o desempenho das atribuições inerentes ao

poder da polícia da SUSEP sobre o mercado de corretagem de seguros precisava ser melhorado, pois não cabiam a essa superintendência...”. Seriam mantidos a correção gramatical do período e o seu sentido original se a conjunção “pois” fosse substituída por qualquer uma das seguintes: porque, visto que, uma vez que, conquanto.

RESPOSTA O nexo “pois” está empregado na frase com valor explicativo, podendo, portanto, ser substituído pelos vocábulos “porque”, “visto que” e “uma vez que”. Já a substituição por “conquanto” implica mudança semântica e gramatical, já que ele é nexo concessivo e pede mudança da forma verbal para o subjuntivo – coubessem. *Errado.*

9976. **(2012 – CESPE)** “Para suprirem o aumento do tráfego nas redes, as operadoras realizaram elevados investimentos na última década, estimados em 200 bilhões de reais. Todos esses recursos ainda não foram suficientes para a plena satisfação dos usuários desses serviços.” O período “Todos esses recursos (...) serviços” poderia ser iniciado pelo conector de sentido adversativo entretanto, desde que fossem feitas as devidas alterações na grafia das palavras, sem que houvesse prejuízo para o sentido original e a correção gramatical do texto.

RESPOSTA Se a frase fosse reescrita como “Entretanto todos esses recursos (...) serviços”, manter-se-ia a relação de oposição entre essa frase e aquela que a antecede; além disso, a colocação da vírgula após o nexo no começo da oração, neste caso, é facultativa. *Certo.*

9977. **(2012 – CESPE)** “O fato é que todos os segmentos das telecomunicações influenciam hoje não só desenvolvimento e a inclusão social do país, mas representam também um setor econômico de peso...”. Mantém-se a correção gramatical do período ao se substituir “mas” por embora.

RESPOSTA O nexo “mas” é empregado, na frase, com sentido de adição; sua substituição pela conjunção “embora” acarretaria mudança da forma verbal, a qual deveria ser passada para o modo subjuntivo (representem), e alteraria o sentido da oração. *Errado.*

9978. **(2011 – CESPE)** “Uma lei que apresenta como objetivamente necessária a ação que deve ser cumprida, isto é, que faz da ação um dever; e, secundariamente um motivo que liga subjetivamente...”.

O vocábulo *que*, em ‘que deve ser cumprida’, e ‘que faz da ação um dever’ tem o mesmo referente no período.

RESPOSTA O termo “que” no fragmento “que deve ser cumprida” faz referência à palavra “ação”; já no excerto “que faz da ação um dever”, relaciona-se à expressão “uma lei”. Portanto, não apresentam o mesmo referente. *Errado.*

9979. **(2012 – CESPE)** “Vários territórios asiáticos e africanos sofriam influência inglesa e francesa, e a Coreia havia sido anexada pelo Japão em 1910...”. O elemento “pelo”, em “a Coreia havia sido anexada pelo Japão”, poderia ser corretamente substituído por ao.

RESPOSTA O vocábulo “pelo” é formado pela união da preposição “por” mais o artigo “o”; portanto, ao se fazer a substituição por “ao”, mantém-se tal correção gramatical, já que “ao” compõe-se de “a” preposição mais “o” artigo. *Certo.*

9980. **(2012 – CESPE)** “Como garantiam o domínio sobre a Índia, os ingleses não se opuseram à penetração francesa na Ásia, particularmente no território da Indochina. Embora o leste asiático tenha se mantido independente, a China...”.

A conjunção “Embora”, em “Embora o Leste Asiático tenha se mantido independente”, poderia ser corretamente substituída por Apesar de, feitas as devidas alterações na forma verbal “tenha”.

RESPOSTA O nexo “embora” e o conectivo “apesar de” expressam ideia de ressalva, ou seja, são consideradas conjunções concessivas. Logo, a substituição entre elas é correta. Além disso, a questão ressalta o fato de ser necessário haver alteração na forma do verbo, a qual passaria então para a forma nominal “ter”. *Certo.*

9981. **(2012 – CESPE)** “A dependência do mundo virtual é inevitável, pois grande parte das nossas tarefas do nosso dia a dia são transferidas à rede mundial de computadores.”

Mantêm-se a correção gramatical e as informações originais do período ao se substituir o conectivo “pois”, por já que, uma vez que, porquanto, visto que ou porquê.

RESPOSTA O nexo “pois” está empregado com valor explicativo, já que está colocado antes do verbo da oração a que pertence. Pode, então, ser substituído por qualquer dos outros conectores, pois eles também inserem uma oração explicativa. *Certo.*

9982. **(2012 – CESPE)** “Hoje, no mundo ocidental, se alguém é executado, o braço que mata é, em última instância, os dos cidadãos – o nosso”.

Mantendo-se a correção gramatical e a coerência do texto, a oração “se alguém é executado”, que expressa uma hipótese, poderia ser escrita como **caso se execute alguém**, mas não, como se **caso alguém se execute**.

RESPOSTA A oração “se alguém é executado”, introduzida pelo nexo “se”, exprime ideia de condição, assim como a frase “caso se execute alguém”, a qual mantém o valor condicional e apresenta adequação quanto à forma verbal que deve passar para o subjuntivo em função do nexo “caso”. A frase “caso se execute alguém” não poderia ser alterada para a forma “caso alguém se execute”, pois há alteração no sentido da frase. No primeiro caso, alguém é executado por outra pessoa; no segundo caso, alguém se autoexecuta. *Certo.*

9983. **(2012 – CESPE)** “No período renascentista representaram profundas mudanças para a sociedade da época, mas, do ponto de vista político, assistiu-se a uma concentração ainda maior de poder nas mãos dos soberanos...”.

Justifica-se o emprego da vírgula logo após “mas” para enfatizar o sentido de contraste introduzido por essa conjunção, razão por que a supressão desse sinal de pontuação não acarretaria prejuízo gramatical ao texto.

RESPOSTA O emprego da vírgula após o nexo adversativo “mas” justifica-se pela existência da expressão intercalada “do ponto de vista político”, a qual deve ser isolada por vírgulas. A supressão da vírgula após a conjunção acarretaria incorreção gramatical. *Errado.*

9984. **(2012 – CESPE)** “Embora a situação europeia seja singular, seu progresso para além do estado nacional tem uma pertinência mais genérica, pois o contexto contemporâneo favorece sistematicamente a transformação do estado...”.

O conector “pois” introduz ideia de consequência no trecho em que ocorre.

RESPOSTA O nexo “pois” não exprime ideia de consequência, mas sim de explicação, uma vez que está introduzindo uma oração que explica a causa de o texto ter afirmado a oração anterior. Além disso, encontra-se antes do verbo da oração coordenada a que pertence. *Errado.*

9985. **(2011 – CESPE)** “Eu, por exemplo, nunca associei cálculo à felicidade. No entanto, trata-se de matemática simples.”

A expressão “No entanto” introduz, no texto, ideia de oposição ao fato de o autor nunca ter associado cálculo à felicidade.

RESPOSTA O nexo “no entanto” exprime valor opositivo entre duas orações, e a relação de adversidade é estabelecida entre a frase “Eu, por exemplo, nunca associei cálculo à felicidade” e a frase “trata-se de matemática pura”. *Certo.*

9986. **(2011 – CESPE)** “Nesse período da história, o fogo era um problema de difícil resolução, pois os métodos utilizados eram ineficazes...”.

Prejudica-se a correção gramatical e alteram-se as informações originais do período ao se substituir “pois” por qualquer um dos termos seguintes: já que, uma vez que, porque, porquanto, visto que.

RESPOSTA O conectivo “pois” exprime a ideia de explicação, ou seja, introduz uma oração que elucida a causa de o texto ter asseverado a oração anterior, portanto é possível substituí-lo por qualquer dos nexos apresentados – já que, uma vez que, porque, porquanto, visto que –, pois todos apresentam valor explicativo. *Errado.*

9987. **(2011 – CESPE)** “Para um país sem críticas, aquele texto chegava a ser uma boa surpresa, ainda que deixasse entrever mais o prazer do ataque que o lamento sincero de um estudioso...”.

No trecho “ainda que deixasse entrever”, a locução conjuntiva “ainda que” poderia ser substituída por embora, sem que fosse alterado o sentido da oração.

RESPOSTA O nexo “ainda que” expressa ideia de concessão, assim como a conjunção “embora”. A substituição, portanto, não acarretaria mudança semântica na oração. *Certo.*

9988. **(2011 – CESPE)** “E para um país sem críticas, aquele texto chegava a ser uma boa surpresa, ainda que deixasse entrever o prazer do ataque que o lamento sincero de um estudioso honesto”.

No trecho “mais o prazer do ataque que o lamento sincero de um estudioso honesto”, a substituição da conjunção “que” por “do que” manteria a correção gramatical da relação comparativa.

RESPOSTA Ao substituir a conjunção “que” por “do que” mantém-se a correção gramatical, pois introduz o segundo termo da comparação, podendo ser precedido ou não de preposição. *Certo.*

> A recuperação econômica dos países desenvolvidos começou perigosamente a perder fôlego. A reação dos indicadores de atividade na zona do euro, que já não eram robustos ou mesmo convincentes, é agora algo semelhante à paralisia. Os Estados Unidos da América cresceram a uma taxa superior a 3% em 12 meses, mas a maioria dos analistas aposta que a economia americana perderá força no segundo semestre. O corte de 125 mil empregos em junho indica que a esperança de gradual retomada do crescimento do mercado de trabalho no curto prazo era prematura e não deverá se concretizar. As razões para esse estancamento encontram-se no comportamento do polo dinâmico da economia mundial, os países emergentes, **cujo desenvolvimento econômico começou a desacelerar − ainda que a partir de taxas exuberantes de expansão**.

Valor Econômico, Editorial, 6-7-2010 (com adaptações).

9989. **(Técnico Administrativo – MPU – 2010 – CESPE)** Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto, julgue o item a seguir.

No trecho “cujo desenvolvimento econômico (...) expansão”, identifica-se relação de causa e consequência entre a construção sintática destacada com travessão e a oração que a antecede.

RESPOSTA A locução conjuntiva “ainda que” equivale a “embora”, “apesar de”, estabelecendo, assim, uma relação de **oposição concessiva** com a oração anterior aos parênteses. As relações de causa e consequência são evidenciadas pelos conectores: “porque”, “uma vez que”, “já que”, etc. *Errado.*

9990. **(2011 – CESPE)** “A cunhagem de moedas na Colônia desenvolveu-se por meio da instalação, em Salvador, na Bahia, da Casa da Moeda, em fins do século XVII. No entanto a prática de cunhagem no interior da Colônia...”.

Preservam-se a correção gramatical e o sentido do texto ao se substituir o termo “No entanto” por qualquer um dos seguintes: Porém, Contudo, Conquanto, Todavia, Entretanto.

RESPOSTA O nexo “no entanto” expressa ideia de adversidade, assim como as conjunções “porém”, “contudo”, “todavia” e “entretanto”. Já o conectivo “conquanto” indica ressalva, portanto não pode haver substituição entre eles sem que haja alteração semântica e gramatical – o verbo deve passar para a forma no subjuntivo. *Errado.*

9991. **(2011 – CESPE)** “Não só por ter sido a primeira instituição bancária portuguesa, mas também por representar uma mudança significativa no meio circulante do Brasil, já que houve emissão de notas bancárias”.

Mantêm-se a correção gramatical e o sentido do texto ao se substituir a conjunção “já que”, por uma das seguintes: pois, porquanto, visto que, uma vez que.

R ESPOSTA O conectivo “já que” expressa ideia de causa, estabelecendo relação de causa e consequência entre as orações. As conjunções “pois” (quando anteposto ao verbo), “porquanto”, “visto que”, “uma vez que” exprimem causa também, logo pode haver substituição entre elas sem que haja alteração no sentido e na correção gramatical. *Certo.*

9992. **(2012 – CESPE)** “No Brasil, o desafio envolve muitas variáveis, desde o número crescente da frota de veículos e a precariedade dos transportes públicos até o comportamento dos motoristas ao volante. **Enquanto** os especialistas analisam o assunto na tentativa de apontar soluções para o problema,...”

No quarto período do primeiro parágrafo, a conjunção “Enquanto” introduz oração de valor consecutivo.

RESPOSTA A conjunção “enquanto” é classificada como temporal. As consecutivas indicam resultado, consequência. *Errado.*

9993. **(2011 – CESPE)** “Além disso, a educação infantil (creches e pré-escolas) favorece esse aprendizado. Estatísticas recentes em alguns estados que adotaram essas estratégias mostram redução considerável do analfabetismo funcional.”

Pelos sentidos do texto, estaria correto inserir antes de “Estatísticas recentes” (L.27), com a devida alteração de maiúscula e minúscula, o segmento

(A) Embora.

(B) A fim de que.

(C) Porquanto.

(D) Tanto é assim que.

RESPOSTA A relação estabelecida entre as orações exprime ideia de consequência, logo não é possível colocar um nexo concessivo (embora), ou um que indique finalidade (a fim de que), ou outro que expresse explicação (porquanto). *Alternativa D.*

9994. **(2011 – CESPE)** “Mas, para quem conhece o Homem, o artigo assume proporções dramáticas. Pois Oscar é não só o avesso do causídico, como um dos seres mais antiautopromocionais que já conheci em minha vida”.

O período que finaliza o primeiro parágrafo está na ordem inversa, como indica o emprego inicial da conjunção “Pois”, que introduz uma oração subordinada anteposta à oração principal.

RESPOSTA O período “Pois Oscar é não só o avesso do causídico” não está na ordem inversa; além disso, ele introduz uma oração coordenada, já que apresenta valor explicativo. *Errado.*

9995. (2011 – CESPE) “Cultura de paz, para mim, não é um objeto profissional, é um meio de vida. Aprendi muito cedo em casa com a família...”.

Seriam mantidas a coerência e a correção gramatical do texto se a conjunção *porque* fosse inserida imediatamente antes de “é um meio”, tornando mais explícita a relação de causa e efeito entre as duas orações do período.

RESPOSTA Na oração “Cultura de paz, para mim, não é um objeto profissional, é um meio de vida”, não há relação de causa e efeito para que seja inserida a conjunção “porque”. Há, sim, uma ideia de oposição, já que se poderia dizer que “a cultura de paz não é um objeto profissional, mas sim um meio de vida”. *Errado.*

9996. (2010 – CESPE) “Sua sentença foi muito elogiada. Contudo, o governo estadual anunciou que irá recorrer ao Tribunal de Justiça”. O emprego da conjunção “Contudo” estabelece uma relação de causa e efeito entre as orações.

RESPOSTA A conjunção “contudo” indica oposição, adversidade. Além disso, podemos observar o sentido das frases! Note que há uma ressalva, oposição em relação à frase anterior. *Errado.*

9997. (2010 – CESPE) “Tais episódios põem em risco a vida de clientes, agentes de segurança e policiais, mas o prejuízo financeiro é relativamente pequeno para as instituições. “

A conjunção “mas” poderia ser substituída, no texto, sem afetar o sentido ou a correção gramatical deste, por todavia ou por entretanto.

RESPOSTA As conjunções “mas, contudo, entretanto” indicam a mesma ideia de adversidade, oposição, ressalva. *Certo.*

X. Vozes do Verbo

9998. (2013 – CESPE) “...criaram-se as juntas de conciliação e julgamento,...”

Mantém-se a correção gramatical do período ao se substituir “criaram-se” por foram criadas.

RESPOSTA A forma verbal “criaram-se” está na voz passiva sintética; ao transformá-la para a voz passiva analítica assumiria a forma “foram criadas”, portanto a concordância dos verbos com o sujeito seria mantida. A substituição é gramaticalmente correta. *Certo.*

9999. (2012 – CESPE) “Foi, portanto, durante o século XIX e início do século XX, que assistimos à dominação política e econômica de países considerados economicamente subdesenvolvidos pelas grandes potências da Europa.”

O termo “pelas grandes potências da Europa” exerce a função de agente da passiva da oração cujo núcleo é “subdesenvolvidos”.

RESPOSTA A expressão “pelas grandes potências da Europa” exerce a função de agente da passiva da frase que se encontra na voz passiva analítica, no entanto o núcleo da oração não é “subdesenvolvidos”, mas sim “países”. *Errado.*

10000. (2012 – CESPE) “Os chineses têm investido pesadamente no ensino superior, cujo número de matrículas foi multiplicado por seis nos últimos dez anos.”

Prejudicam-se a correção gramatical e as informações originais do período ao se substituir “foi multiplicado” por multiplicou-se.

RESPOSTA Não acarretaria incorreção gramatical a transformação de "foi multiplicado" por "multiplicou-se", uma vez que seria apenas uma mudança da voz passiva analítica para a sintética. Note que a concordância verbal e o tempo verbal são mantidos. *Errado.*

10001. (2011 – CESPE) "Em outros momentos, enfatiza-se o fato de serem empresas não comerciais."

Seria mantida a correção gramatical do período ao se substituir "enfatiza-se" por é enfatizado.

RESPOSTA A correção gramatical seria mantida ao fazer a mudança da forma verbal "enfatiza-se" para "é enfatizado", já que seria apenas uma transformação da voz passiva sintética para a analítica, mantendo-se o verbo "ser" no mesmo tempo do verbo principal – presente. *Certo.*

> A China já entendeu que sua passagem de emergente para desenvolvida não pode prescindir da qualificação de seus trabalhadores. Os chineses têm investido pesadamente no ensino superior, cujo número de matrículas **foi multiplicado** por seis nos últimos dez anos. Agora, quase 20% dos jovens em idade universitária estão no ensino superior na China, enquanto, no Brasil, não passam de 10% os estudantes universitários. Ademais, a China demonstra há décadas um vivo interesse em enviar estudantes ao exterior, para uma preciosa troca de informações que encurta o caminho do país na direção do domínio técnico essencial a seu desenvolvimento. Só em 2008, os chineses mandaram 180 mil estudantes para as melhores universidades do mundo, volume que se mantém ano a ano. O Brasil apenas iniciou o Programa Ciência Sem Fronteira, que pretende enviar 110 mil estudantes para outros países nos próximos anos.
>
> O impacto do investimento chinês em educação aparece no cenário no qual o extraordinário crescimento econômico do país resulta desse esforço de qualificação.
>
> Editorial, *O Estado de S.Paulo*, 19-7-2012.

10002. (Técnico Judiciário – TRE-RJ – 2012 – CESPE) Em relação às ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item que se segue.

Prejudicam-se a correção gramatical e as informações originais do período ao se substituir "foi multiplicado" por multiplicou-se.

RESPOSTA Vejamos o trecho proposto para análise: *Os chineses têm investido pesadamente no ensino superior, cujo número de matrículas **foi multiplicado** por seis nos últimos dez anos.* A forma *"foi multiplicado"* corresponde à construção em voz passiva analítica, que, por sua vez, equivale à construção em voz passiva sintética *"multiplicou-se"*. Dessa forma, não resulta em equívoco quanto à correção gramatical nem em alteração do sentido original o emprego de uma ou outra construção. *Errado.*

10003. (2011 – CESPE) "Foi estabelecido o serviço telegráfico, e o Brasil aderiu, por tratados, aos organismos internacionais de telecomunicações recém-criados."

O texto permaneceria correto se a expressão "Foi estabelecido" fosse substituída por

(A) Estabeleceriam-se.
(B) Estabelecendo.
(C) Estabeleceu-se.
(D) Estabeleceram-se.
(E) Estabelecer-se-iam.

RESPOSTA A forma verbal "foi estabelecido" está expressa na voz passiva analítica; sua transformação para a voz passiva sintética, mantendo-se o mesmo tempo (p assado) e apresentando concordância de número, ficaria "estabeleceu-se". *Alternativa C*.

10004. **(2011 – CESPE)** “Se nós, ou nossos ancestrais, fôssemos aguardar que a mente racional tomasse uma decisão, teríamos, provavelmente, não só cometido erros, mas também desaparecido como espécie.”

O emprego das formas verbais no subjuntivo “fôssemos” e “tomasse” deve-se à presença do elemento gramatical “Se”.

RESPOSTA A conjunção condicional “se”, quando empregada em alguma oração, exige que o verbo que a acompanha esteja conjugado no modo subjuntivo; ambos dão ideia de possibilidade, hipótese. *Certo.*

10005. **(2011 – CESPE)** “Essas duas perguntas são formuladas dentro do espírito da fenomenologia husserliana. Privilegiou-se, nessa herança, a indagação colocada sob o adágio bem conhecido...”

Estaria mantida a correção gramatical se as formas verbais “são formuladas” e “Privilegiou-se” fossem substituídas, respectivamente, por formulam-se e foi privilegiada.

RESPOSTA A forma verbal “são formuladas” encontra-se na voz passiva analítica e pode ser transformada para “formulam-se”, ficando então na voz passiva sintética. “Privilegiou-se”, diferentemente do primeiro verbo, já está na voz passiva sintética e pode ser alterada para “foi privilegiada” na mudança para a voz passiva analítica. Mantendo-se, em cada uma das transformações, o mesmo tempo apresentado pelo verbo principal da oração e a concordância de número. *Certo.*

10006. **(2011 – CESPE)** “Erasmo dedicou-se mais à pintura...”

“O acesso ao livro foi decisivo para Erasmo se afastar da filosofia...”

As formas verbais “dedicou-se” e “se afastar” estão na voz reflexiva.

RESPOSTA As formas verbais “dedicou-se” e “se afastar” estão na voz reflexiva porque indicam que a ação do verbo recai sobre o próprio sujeito da oração. *Certo.*

10007. **(2010 – CESPE)** “Quanto ao mercado interno, as expectativas da indústria não se modificaram.”

A substituição de “se modificaram” por *foram modificadas* prejudicaria a correção gramatical do período.

RESPOSTA A substituição da forma verbal “se modificaram” por “foram modificadas” não acarretaria incorreção gramatical, pois é uma simples mudança de vozes do verbo, ou seja, o verbo passa da voz passiva sintética para a analítica, mantendo o tempo do verbo e a concordância de número. *Errado.*

10008. **(2010 – CESPE)** “...e isso deriva do entrelaçamento de significados que podem ser atribuídos aos qualificativos, ou seja, aos polos, a depender do sentido que se lhes atribui...”

Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do texto ao se substituir “podem ser atribuídos aos qualificativos” por *atribuem aos qualificativos*.

RESPOSTA A substituição da forma verbal “podem ser atribuídos aos qualificativos” por “atribuem aos qualificativos” acarretaria incorreção gramatical, pois a alteração correta deveria ser por “atribuem-se aos qualificativos”, já que o verbo passa da voz passiva analítica para a sintética, mantendo-se, então, o tempo do verbo e a concordância de número. *Errado.*

10009. **(2010 – CESPE)** “No século XIX, enfatizou-se, nos mais diversos domínios, a busca de explicações sobre as origens...”

Atenderia à prescrição gramatical o emprego da forma verbal *foi enfatizada*, em vez de “enfatizou-se”.

RESPOSTA A correção gramatical está correta ao se fazer a substituição de "enfatizou-se" por "foi enfatizada", uma vez que se está alterando a voz do verbo, ou seja, transformando-o da voz passiva sintética para a analítica. *Certo.*

10010. **(2009 – CESPE)** "Os soviéticos implementaram uma arma de fim de mundo"

O verbo *implementar*, na forma verbal "implementaram", está sendo usado no sentido de

(A) suprir de implementos.
(B) solucionar.
(C) demarcar.
(D) distribuir estruturas em determinada área.
(E) desenvolver ou produzir.

RESPOSTA A forma verbal "implementaram" apresenta sentido, na frase, de desenvolver ou de produzir, pois o verbo expressa ideia de executar, colocar em prática algo. *Alternativa E*.

10011. **(2009 – CESPE)** "São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição." O uso da voz passiva nas duas orações do mesmo período, "São tomadas" e "se deve tomar posição", deixa subentender, como agente das duas ações, o "multiculturalismo".

RESPOSTA As formas verbais "são tomadas" e "se deve tomar posição" estão, respectivamente, na voz passiva analítica e não voz passiva sintética, mas não apresentam o agente da voz passiva. Logo, não se pode dizer que "multiculturalismo" é o agente das duas ações. *Errado.*

10012. **(2009 – CESPE)** "O termo *groupthinking* foi cunhado, na década de cinquenta, pelo sociólogo William H."

Por estar empregada como uma forma de voz passiva, a locução verbal "foi cunhado" corresponde a *cunhou-se* e por esta forma pode ser substituída, sem prejuízo para a coerência ou para a correção gramatical do texto.

RESPOSTA A forma verbal "foi cunhado" encontra-se na voz passiva analítica; sua transformação para a voz passiva sintética (cunhou-se) é gramaticalmente aceitável, no entanto essa substituição acarreta problemas semânticos para a frase, já que se perderia a ideia do agente da passiva (pelo sociólogo William H.), o qual é relevante para a oração e para o texto. *Errado.*

10013. **(2009 – CESPE)** "Com o surgimento do espaço da igualdade e do Estado-nação, foram implementados mecanismos internos de resolução de conflitos."

A locução verbal "foram implementados" corresponde à forma *implementaram-se*.

RESPOSTA A forma verbal "foram implementados" encontra-se na voz passiva analítica, e, por esse motivo, corresponde à forma "implementaram-se", a qual está na voz passiva sintética. A concordância verbal é respeitada e o sentido também. *Certo.*

10014. **(2008 – CESPE)** "...pode-se supor que a sociedade tecnológica seria caracterizada por um contexto no qual o trabalho passaria a ser uma necessidade..."

Mantém-se a noção de voz passiva, assim como a correção gramatical, ao se substituir "seria caracterizada" por *caracterizaria-se*.

RESPOSTA Ao haver a passagem da forma verbal "seria caracterizada" da voz passiva analítica para a voz passiva sintética, o verbo, encontrando-se no futuro do pretérito, deve ter a colocação do pronome na posição de mesóclise: "caracterizar-se-ia". *Errado.*

10015. **(CESPE – adaptada – 2008)** O texto apresenta uma oração na voz passiva: "No caso da indústria de transformação, por exemplo, foram criadas 146 mil vagas".

RESPOSTA A frase “No caso da indústria de transformação, por exemplo, foram criadas 146 mil vagas” encontra-se na voz passiva analítica em função de apresentar o verbo ser (foram) e a forma nominal do particípio (criadas). *Certo.*

10016. **(CESPE – adaptada – 2008)** A oração apresenta oração na voz passiva: “Os palhaços do circo foram muito aplaudidos pelo público.”

RESPOSTA A oração “Os palhaços do circo foram muito aplaudidos pelo público” encontra-se na voz passiva analítica em função de apresentar o verbo ser (foram) e a forma nominal do particípio (aplaudidos), além disso o sujeito está sofrendo a ação, marca característica da voz passiva. *Certo.*

10017. **(2004 – CESPE)** “Na divisão da polícia brasileira, o pontapé inicial da investigação é dado pelo perito, sem a companhia de legistas”

A informação contida no trecho “Na divisão (...) legistas”, reescrita em ordem direta e na voz ativa, fica assim: O perito, sem a companhia de legistas, na divisão da polícia brasileira, dava o pontapé inicial da investigação.

RESPOSTA A frase “Na divisão da polícia brasileira, o pontapé inicial da investigação é dado pelo perito, sem a companhia de legistas” está na voz passiva analítica; ao transformá-la para a voz ativa, ter-se-ia a seguinte oração: “O perito, sem a companhia de legistas, dá o pontapé inicial da investigação na divisão da polícia brasileira”. O verbo principal da oração na voz ativa (dá) deve estar no mesmo tempo (presente) do verbo ser (é) da oração de origem. *Errado.*

10018. **(2004 – CESPE)** “Para a direita a noção de cidadania procura expurgar a noção de igualdade inerente a este termo. A cidadania é vista como uma outorgação do Estado ou, no Limite...”

Preservam-se as relações semânticas do texto ao se transformar a oração de voz passiva “A cidadania é vista” na oração de voz ativa: A direita vê a cidadania.

RESPOSTA A frase “A cidadania é vista” encontra-se na voz passiva analítica. A transformação para a voz ativa “A direita vê a cidadania” está correta gramatical e semanticamente, pois a oração na voz ativa mantém o tempo (presente) do verbo ser (é) da oração de origem, e a relação semântica entre sujeito e agente da passiva permanece inalterada. *Certo.*

10019. **(2004 – CESPE)** “Na cidade de Atenas, considerava-se cidadão (*thetes*) qualquer ateniense maior de 18 anos que tivesse prestado serviço militar e que fosse homem livre.”

A estrutura em voz passiva “considerava-se” poderia ser substituída por outra forma de passiva, *era considerado*, sem comprometer a coerência do texto.

RESPOSTA A oração “considerava-se” encontra-se na voz passiva sintética, podendo ser perfeitamente substituída por “era considerado”, a qual coloca a forma verbal na voz passiva analítica, não comprometendo a relação semântica estabelecida no texto. *Certo.*

10020. **(CESPE – adaptada – 2004)** “Encontram-se as respostas”

Estariam preservados o sentido e a correção gramatical do texto caso se substituísse “encontram-se” por são encontradas.

RESPOSTA A substituição de “encontram-se” por “são encontradas” é correta pelo fato de ser mera transformação da voz passiva sintética para a analítica, sempre mantendo o tempo expresso pelo verbo principal e a forma plural. *Certo.*

XI. Temas Combinados

Textos para as questões 10021 a 10030

Ao apresentar a perspectiva local como inferior à perspectiva global, como incapaz de entender, de

explicar e, em última análise, de tirar proveito da complexidade do mundo contemporâneo, a concepção global atualmente dominante tem como objetivo fortalecer a instauração de um único código unificador de comportamento humano, e abre o caminho para a realização do sonho definitivo de economias globais de escala. Como resultado deste processo, o "modelo econômico" alcança sua perfeição, que não é somente descrever o mundo, mas efetivamente governá-lo. E esta é a essência mesma do paradigma moderno de desenvolvimento e de progresso, cujo estágio supremo de perfeição a globalização representa.

Fica claro que a escala não poderia ser melhor ou maior do que sendo global e é somente neste nível que a sua primazia e universalidade são finalmente afirmadas, junto com a certeza de que jamais poderia surgir alguma alternativa viável ao sistema ideologicamente dominante fundado no livre-mercado, dada a ausência de qualquer cultura ou sistema de pensamento alternativo.

Se virmos o fenômeno da globalização sob esta luz, creio que não poderemos escapar da conclusão de que o processo é totalmente coerente com as premissas da ideologia econômica que têm se afirmado como a forma dominante de representação do mundo ao longo dos últimos 100 anos, aproximadamente.

A globalização não é, portanto, um acontecimento acidental ou um excesso extravagante, mas uma extensão simples e lógica de um "argumento". Parece realmente muito difícil conceber um resultado final que fizesse mais sentido e fosse mais coerente com as bases ideológicas sobre as quais está fundado. Em suma, a globalização representa a realização acabada e a perfeição do projeto de modernidade e de seu paradigma de progresso.

G. Muzio. A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo. Tradução de Luís Cláudio Amarante. In: Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli (Org.). *Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global.* 2. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 138-9 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2008 – CESPE) Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto, julgue os itens seguintes.

10021. No texto, é apresentada, em forma dissertativa, uma análise do processo de globalização e da hegemonia, no mundo contemporâneo, do sistema econômico embasado no livre-mercado.

RESPOSTA O texto tem características dissertativas, pois é pautado pela análise de um tema: a globalização. Na construção da exposição, o autor, no segundo parágrafo, afirma não haver uma alternativa viável ao sistema embasado no livre-mercado. Como conclusão, no último parágrafo, é afirmado que a globalização deriva naturalmente desse sistema. *Certo.*

10022. A direção argumentativa do texto evidencia a intenção do autor em fazer uma apologia do modelo de desenvolvimento e de progresso que a globalização representa.

RESPOSTA Não se evidencia a apologia (apoio, defesa, louvor) à globalização como intenção do autor. Este simplesmente busca, com seus argumentos, justificar uma tese de que a globalização é um resultado lógico advindo de uma ideologia, já dominante por 100 anos, fundada no livre-mercado. Essa, portanto, é a real intenção do texto: explicar a lógica que levou à globalização. *Errado.*

10023. Infere-se do texto que a globalização constitui o caminho ideal para a superação do atraso econômico verificado em alguns países, cuja cultura local se mostra incapaz de compreender a complexidade do mundo contemporâneo.

RESPOSTA O texto, em nenhum momento, julga a globalização como um sistema ideal. O objetivo do texto é, simplesmente, expor uma lógica que justifica o processo de globalização, não havendo por parte do autor juízo de valor. Ela é apresentada como o estágio de perfeição do projeto de seu modelo paradigma, que é o livre-mercado. Isso não nos faz inferir que seja o

melhor sistema para superar o atraso econômico em alguns países. *Errado.*

10024. *... a concepção global atualmente dominante tem como objetivo fortalecer a instauração de um único código unificador de comportamento humano, e abre o caminho para a realização do sonho definitivo de economias globais de escala.*

A supressão da vírgula logo após o termo "humano" não prejudica a correção gramatical do texto.

RESPOSTA O conector "e" tem valor aditivo e está unindo duas orações coordenadas com mesmo sujeito. Assim, torna-se facultativa a vírgula antes dessa conjunção. *Certo.*

10025. *... a concepção global atualmente dominante tem como objetivo fortalecer a instauração de um único código unificador de comportamento humano, e abre o caminho para a realização do sonho definitivo de economias globais de escala.*

Mantém a correção gramatical do texto a seguinte reescrita do trecho "e abre o caminho para a realização": **e deixa aberto o caminho à realização**.

RESPOSTA Nota-se a correção gramatical no que se refere à concordância nominal (*aberto* e *caminho*) e ao emprego do acento indicador de crase (... *à* realização). *Certo.*

10026. *E esta é a essência mesma do paradigma moderno de desenvolvimento e de progresso, cujo estágio supremo de perfeição a globalização representa.*

Não haveria prejuízo para os sentidos do texto caso o termo "mesma" fosse deslocado para antes do substantivo "essência", dado o caráter enfático que o termo pronominal adquire no contexto.

RESPOSTA A troca de posicionamento do pronome "mesma" gera mudanças de efeito retórico no discurso do texto.
O pronome posicionado após o substantivo, no contexto específico, tem valor enfático maior do que se fosse posicionado antes. *Errado.*

10027. *Fica claro que a escala não poderia ser melhor ou maior do que sendo global e é somente neste nível que a sua primazia e universalidade são finalmente afirmadas...*

No texto, o termo "primazia" está empregado com o mesmo sentido que na frase: Segundo o presidente da República, a Organização das Nações Unidas deve deter a primazia na preservação da paz e da segurança internacional.

RESPOSTA "Primazia" significa excelência, liderança, superioridade ou vantagem em uma categoria. É esse o sentido encontrado no texto e na frase em questão. *Certo.*

10028. *... o processo é totalmente coerente com as premissas da ideologia econômica que têm se afirmado como a forma dominante de representação do mundo ao longo dos últimos 100 anos, aproximadamente.*

A forma verbal "têm" em "têm se afirmado" estabelece relação de concordância com o termo antecedente "ideologia".

RESPOSTA A forma verbal "têm", com acento circunflexo diferencial, é de 3ª pessoa do plural. Sua concordância se dá no texto com a palavra "premissas". É importante diferenciar essa forma da forma "tem", sem acento diferencial, que é de 3ª pessoa do singular. *Errado.*

10029. *A globalização não é, portanto, um acontecimento acidental ou um excesso extravagante, mas uma extensão simples e lógica de um "argumento".*

O "argumento" pode ser assim entendido: modelo econômico embasado no livre-mercado é a

alternativa mais viável para o progresso e desenvolvimento mundial.

RESPOSTA Trata-se do argumento de que não há uma cultura ou sistema de pensamento alternativo que se contraponha ao livre-mercado, como bem reforça o 2º parágrafo. Sendo isso realidade, é a globalização (fundada no livre-mercado) a alternativa mais adequada ao progresso econômico. Vale ressaltar que essa visão é fruto de uma lógica construída por meio de premissas no texto, e não puro juízo de valor do autor. *Certo.*

10030. *E esta é a essência mesma do paradigma moderno de desenvolvimento e de progresso, cujo estágio supremo de perfeição a globalização representa.*

Mantêm-se a correção gramatical e a coerência do texto caso o trecho “cujo estágio supremo de perfeição a globalização representa” seja assim reescrito: **do qual estágio supremo de perfeição é representado pela globalização**.

RESPOSTA Quando a relação é de posse, devemos empregar o pronome relativo **“cujo”**. Percebe-se, também, a inadequação da preposição *de* antes do pronome relativo *o qual*. Não há na construção elemento algum que solicite esse elemento prepositivo. *Errado.*

Texto para as questões 10031 a 10039

Dentro de um mês tinha comigo vinte aranhas; no mês seguinte cinquenta e cinco; em março de 1877 contava quatrocentas e noventa. Duas forças serviram principalmente 4 à empresa de as congregar: o emprego da língua delas, desde que pude discerni-la um pouco, e o sentimento de terror que lhes infundi. A minha estatura, as vestes talares, o uso do mesmo idioma fizeram-lhes crer que eu era o deus das aranhas, e desde então adoraram-me. E vede o benefício desta ilusão. Como as acompanhasse com muita atenção e miudeza, lançando em um livro as observações que fazia, cuidaram que o livro era o registro dos seus pecados, e fortaleceram-se ainda mais nas práticas das virtudes. (...)

Não bastava associá-las; era preciso dar-lhes um governo idôneo. Hesitei na escolha; muitos dos atuais pareciam-me bons, alguns excelentes, mas todos tinham contra si o existirem. Explico-me. Uma forma vigente de governo ficava exposta a comparações que poderiam amesquinhá-la. Era-me preciso ou achar uma forma nova ou restaurar alguma outra abandonada. Naturalmente adotei o segundo alvitre, e nada me pareceu mais acertado do que uma república, à maneira de Veneza, o mesmo molde, e até o mesmo epíteto. Obsoleto, sem nenhuma analogia, em suas feições gerais, com qualquer outro governo vivo, cabia-lhe ainda a vantagem de um mecanismo complicado, o que era meter à prova as aptidões políticas da jovem sociedade.

A proposta foi aceita. Sereníssima República pareceu-lhes um título magnífico, roçagante, expansivo, próprio a engrandecer a obra popular.

Não direi, senhores, que a obra chegou à perfeição, nem que lá chegue tão cedo. Os meus pupilos não são os solários de Campanela ou os utopistas de Morus; formam um povo recente, que não pode trepar de um salto ao cume das nações seculares. Nem o tempo é operário que ceda a outro a lima ou o alvião; ele fará mais e melhor do que as teorias do papel, válidas no papel e mancas na prática.

Machado de Assis. A Sereníssima República (conferência do cônego Vargas). In: *Obra completa*. Vol. II. Contos. Papéis avulsos. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959, p. 337-8.

(Auditor Federal de Controle Externo – 2008 – CESPE) No que se refere aos sentidos, à organização das ideias do texto e à tipologia textual, julgue os itens.

10031. O autor do texto, por meio de narrativa alegórica, uma parábola, expõe seu ponto de vista acerca do comportamento humano e da organização política e social.

RESPOSTA Por meio de uma linguagem metafórica, na qual o protagonista se diz representante das aranhas, o autor emite um juízo acerca da organização política e social dos seres humanos.
Observação: A parábola é uma narrativa alegórica (construída por meio de metáforas) na qual o(s) protagonista(s) é(são) humano(s). *Certo.*

10032. Infere-se da leitura do texto que dois fatores se destacam nas relações sociais de poder: a unidade linguística e o sentimento de medo incutido no outro.

RESPOSTA O autor referencia esses dois fatores de forma quase explícita no primeiro parágrafo: Em "o emprego da língua delas" faz-se referência ao uso de uma linguagem similar à do interlocutor; já em "o sentimento de terror" faz-se referência ao medo. *Certo.*

10033. Para o criador da sociedade das aranhas, a prática das virtudes é condição natural dos que creem em Deus.

RESPOSTA Não se pode afirmar isso da parte do autor. Nota-se, no primeiro parágrafo, que a intenção do autor era simplesmente fazer um livro de observações, interpretado pelas aranhas como um registro dos pecados, o que fortalecia as virtudes. Assim, a inferência seria mais coerente se fosse direcionada às aranhas, pois é delas que parte essa percepção, não do autor. *Errado.*

10034. Na frase "E vede o benefício desta ilusão", o narrador dirige-se diretamente às aranhas.

RESPOSTA O narrador se dirige diretamente aos seus interlocutores, tratados como 2ª pessoa do plural. As aranhas são tratadas como 3ª pessoa, ou seja, o autor fala delas, e não com elas. *Errado.*

10035. No texto, uma característica da república escolhida para ser instaurada na sociedade das aranhas é explicitada na expressão "sem nenhuma analogia, em suas feições gerais, com qualquer outro governo vivo".

RESPOS TA É objetivo do autor dar a essa sociedade uma forma de governo que seja diferenciada das vigentes. A ideia é tentar algo inovador ou copiar algum modelo já passado. O autor escolheu a segunda opção. *Certo.*

10036. No texto, a comparação estabelecida entre o tempo e um trabalhador que faz questão de cumprir, ele mesmo, o seu ofício serve de crítica aos governos vigentes, que o autor do texto considera mesquinhos.

RESPOSTA No trecho "*Hesitei na escolha; muitos dos atuais pareciam-me bons, alguns excelentes*...", o próprio autor julga existirem modelos vigentes bons e, até mesmo, excelentes, não sendo, assim, coerente essa generalização exposta na assertiva. *Errado.*

(Auditor Federal de Controle Externo – 2008 – CESPE) Julgue os seguintes itens, que se referem a aspectos linguísticos do texto.

10037. *Dentro de um mês tinha comigo vinte aranhas...*

O verbo **ter** está empregado no sentido de **haver, existir**, por isso mantém-se no singular, sem concordar com o sujeito da oração – "vinte aranhas".

RESPOSTA O verbo "ter" está empregado no sentido de "possuir" e concorda com o sujeito elíptico "eu", referente ao autor do texto. *Errado.*

10038. O trecho "o que era meter à prova as aptidões políticas da jovem sociedade" pode ser reescrito, mantendo-se a correção e a coerência do texto, da seguinte forma: **o de pôr à prova as**

habilidades políticas da jovem sociedade.

RESPOSTA O trecho em destaque funciona sintaticamente como aposto, explicando o que é o mecanismo complicado citado anteriormente. A assertiva, com pequenas alterações, é uma paráfrase do trecho anterior. *Certo.*

10039. *Os meus pupilos não são os solários de Campanela ou os utopistas de Morus; formam um povo recente, que não pode trepar de um salto ao cume das nações seculares.*

A forma verbal "formam" está flexionada na 3ª pessoa do plural para concordar com a ideia de coletividade que a palavra "povo" expressa.

RESPOSTA O forma verbal "formam" está no plural, pois concorda com o sujeito "Os meus pupilos". *Errado.*

(Auditor Federal de Controle Externo – 2008 – CESPE) Julgue os fragmentos de texto apresentados nos itens a seguir quanto à correção gramatical.

10040. À despeito do aumento da taxa SELIC no mês passado, o juro real continua em queda e deve, atingir o menor nível em quase cinco anos, desde novembro de 2003. Levantamento feito pelo Estado, com base nas projeções de mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mostra que o juro real deve cair para 6,50% ao ano neste mês, levando-se em conta o atual nível da SELIC.

RESPOSTA O correto seria: "**A** despeito do aumento da taxa SELIC no mês passado, o juro real continua em queda e **deve atingir** o menor nível em quase cinco anos, desde novembro de 2003. Levantamento feito pelo Estado, **com base nas projeções de mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, mostra que o juro real deve cair para 6,50% ao ano neste mês, levando-se em conta o atual nível da SELIC". *Errado.*

10041. As negociações globais de comércio devem ganhar impulso com os novos esboços de acordo internacional sobre produtos agrícolas e industriais. Reivindicações do Brasil e de outros países emergentes foram contempladas no acordo, mas os diplomatas ainda terão de trabalhar intensamente nos próximos meses, dado o objetivo de alcançarem um acordo básico sobre a redução de tarifas e subsídios para facilitar o acesso aos mercados.

RESPOSTA As normas referentes à acentuação, ortografia, concordância, regência, colocação e pontuação foram plenamente atendidas. Destaca-se a correta grafia de *"reivindicações"* e *"subsídios"*. Além disso, podemos destacar o correto uso das duas vírgulas: a primeira, para separar a oração coordenada adversativa introduzida pela conjunção *"mas"*; a segunda, para separar a oração adverbial causal reduzida de infinitivo *"dado o objetivo de alcançarem...". Certo.*

Texto para as questões 10042 a 10046

Mal-estar civilizatório

A ausência de um Estado que cumpra seu papel mediador das vidas humanas e dos bens a elas relacionados vem contribuindo para o aumento, no Brasil, do que a psicanálise chama de mal-estar civilizatório. O conceito é relativo ao homem do mundo moderno e às angústias que ele vive. Aplica-se a uma cultura firmada em torno dos valores da razão científica e tecnológica, na qual inexiste a figura de um legislador central que concentre o poder e concilie os interesses do corpo social de uma forma democrática. A ausência dessa figura gera mal-estar ao criar um impasse permanente para cada indivíduo/sujeito: como conciliar as aspirações próprias de prazer e satisfação – o gozo, para a psicanálise – com os desejos dos outros?

Como o Estado e o conjunto de entidades a ele ligado – os responsáveis por essa mediação na atualidade – são incapazes de fazer essa conciliação entre as diferentes partes da sociedade, o mal-estar se instaura, trazendo, junto com a desigualdade, suas consequências: a possessão absoluta de

bens por uma pequena parcela da população e a carência massiva da maior parte dela.
A falta de mecanismos de proteção para o último grupo, deixado ao léu pelo Estado, é, para Birman, prova de que estamos diante de uma instituição que promove o genocídio. Esse descaso acarreta o aumento da criminalidade, da violência e da delinquência, não apenas nas classes populares, mas também nas dominantes. Como exemplo, o psicanalista aponta a corrupção que invade o meio político nos seus mais altos níveis hierárquicos.
Assim, enquanto instituições mediadoras – como as de previdência, assistência e bem-estar social – são progressivamente desarticuladas, "a economia vai ganhando uma espécie de autonomia". Essa carência na população vai levando, por um lado, ao aumento da barbárie que sustenta esse crescente grupo e, por outro, à privatização dos sistemas de segurança para proteger as classes mais privilegiadas dessa mesma barbárie.

Júlia Dias Carneiro. In: *Ciência Hoje*, v. 30, p. 54 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2004 – CESPE) Com relação às ideias do texto, julgue os itens a seguir.

10042. Infere-se do primeiro parágrafo que as angústias do indivíduo/sujeito da modernidade se reduziriam, caso o Estado promovesse ações democráticas que compatibilizassem as aspirações individuais com as de interesse coletivo.

RESPOSTA Afirma-se que a ausência da função de mediador por parte do Estado vem contribuindo para o aumento do mal-estar civilizatório, gerador de angústias entre os indivíduos. Assim, se houver a presença do Estado nesse sentido, essas angústias tenderão a se mitigar. *Certo.*

10043. A autora do texto assume que a falência do modelo vigente de Estado é evidenciada pela prevalência de uma economia que, fundada na má distribuição de renda na sociedade, promove a privatização da assistência e da previdência social.

RESPOSTA O texto afirma que são os sistemas de segurança que começam a ser privatizados. É uma forma de a classe privilegiada se proteger dos riscos trazidos pela desigualdade social. Este grupo assim procede, pois o Estado não dispõe de meios efetivos para lhe prover o direito básico da segurança. *Errado.*

10044. Como o Estado carece de mecanismos que promovam a erradicação das diferenças sociais, a violência e a corrupção atingem a classe política brasileira.

RESPOSTA No penúltimo parágrafo, o autor cita apenas a corrupção como um mal que atinge a classe política. Trata-se de uma forma de delinquência, mas não de violência, como se afirma na assertiva. *Errado.*

10045. O genocídio, a criminalidade e a delinquência, indicadores da ausência da gestão do Estado como instituição voltada para os interesses coletivos, são causas do mal-estar civilizatório.

RESPOSTA É equivocado considerar o genocídio um dos indicadores da ausência de gestão do Estado. Esse termo é, na verdade, uma força de expressão empregada no texto pelo estudioso Birman, e não uma constatação tecnicamente comprovada. *Errado.*

10046. Uma das ideias implícitas no texto é a de que a razão científica e a tecnologia não promovem a conciliação dos interesses sociais de forma democrática.

RESPOSTA No primeiro parágrafo, afirma-se que o mal-estar civilizatório está presente em culturas firmadas em torno da tecnologia e da razão científica. Nestas civilizações, assim caracterizadas, inexiste a figura do legislador que procura conciliar os interesses individuais de forma democrática. Dá-se, assim, a entender que a tecnologia e a razão científica não fomentam essa conciliação. *Certo.*

Texto para as questões 10047 a 10051

A recente divulgação pelo IBGE dos dados recolhidos nas **Estatísticas do Século XX** serviu para melhor balizar, daqui para a frente, as recorrentes discussões acadêmicas sobre a realidade brasileira.

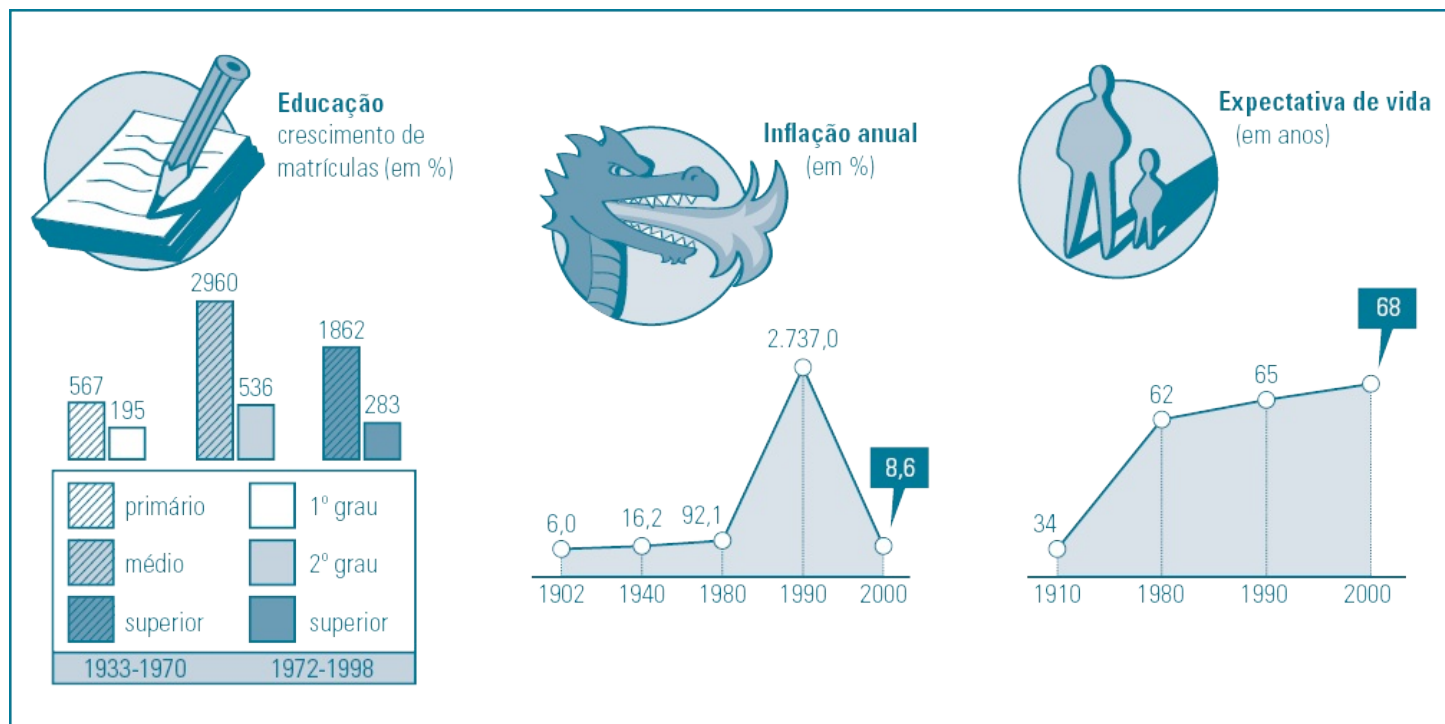
No século passado, na economia brasileira, o Produto Interno Bruto (PIB) multiplicou-se cem vezes, o que transformou o Brasil no país que mais cresceu naquele período, destaca, na abertura da publicação, o economista Celso Furtado.

O ritmo mais intenso de crescimento ocorreu entre 1920 e 1980, quando o PIB praticamente dobrava a cada duas décadas.

Mas, ao lado daquelas inegáveis conquistas, descobriu-se que a desigualdade entre os brasileiros de maior e menor renda, que sempre foi considerável, aprofundou-se ainda mais. Em 1960, os 10% mais ricos da população embolsavam uma renda que correspondia a 34 vezes a renda reunida dos 10% mais pobres. Quarenta anos depois, a diferença tinha subido para 46 vezes.

Um dos fatores que mais concorreu para a concentração da renda brasileira foi a inflação, que chegou, nos cem anos do século XX, à astronômica cifra de um quintilhão. A média anual da inflação no período foi de 45%.

O estudo do IBGE mostra que o Brasil sofreu mudanças profundas em poucas décadas, em especial entre os anos 40 e 70. A industrialização acelerada – processo que ficou conhecido como substituição de importações – desencadeou, em uma ponta, a formalização do emprego e, na outra, o êxodo rural, além de favorecer o surgimento dos sindicatos. O mais importante meio de arrecadação do governo, nos anos 40 e 50, era justamente o imposto de importação. Em 1949, a agricultura tinha uma participação de 44% no PIB. Trinta anos depois, em 1980, sua parcela tinha caído para 9,8%, patamar no qual se manteve estável pelo resto do século XX. Essa mudança levou a um êxodo rural de bíblicas proporções. Os moradores das cidades, que, em 1940, correspondiam a apenas 31% dos brasileiros, chegaram, ao final do século XX, a 81%. Enquanto isso, a população brasileira praticamente se decuplicou, saltando de 17,4 milhões, em 1900, para 169 milhões no ano 2000.

Lourenço Cazarré. In: *UnB Revista*, ano IV, n. 9, dez./2003 – mar./2004 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2004 – CESPE) Considerando as informações e os dados estatísticos apresentados no texto, julgue os itens que se seguem.

10047. Nos últimos cem anos, a população brasileira multiplicou-se por dez e a economia cresceu 100%, embora a concentração de renda tenha-se acentuado, provocada pela inflação, que, ao final do século, chegou a 45%.

RESPOSTA O texto afirma no 5º parágrafo que a **média anual** da inflação no século XX foi de 45%. Isso não significa que, ao final do século, a inflação tenha atingido obrigatoriamente essa cifra, pois ela pode ter variado para cima e para baixo em cada um dos anos do século XX. No ano de 2000, por exemplo, segundo o gráfico, a inflação anual registrada foi de 8,6%. *Errado.*

10048. No século passado, a substituição de importações, que, por um lado, incentivou o emprego formal – trabalhadores com carteira assinada –, por outro, promoveu o êxodo rural, fator determinante da queda na arrecadação e da diminuição da participação da agricultura no PIB brasileiro.

RESPOSTA O texto afirma que em 1949 a agricultura tinha 49% de participação na economia e, 30 anos depois, em 1980, sua participação tinha caído para 9,8%. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que o país se industrializava via substituição de importações, o que resultou no aumento do êxodo rural. *Certo.*

10049. Com relação à educação, de acordo com os dados estatísticos apresentados, ocorreu, no período 1933-1970, a massificação do ensino médio, seguida de um grande aumento da população universitária.

RESPOSTA No período de 1933-1970, houve um aumento de 2960% nas matrículas de ensino médio, enquanto no ensino superior houve um crescimento de 1862% no mesmo período. *Certo.*

10050. A inflação, que vinha sofrendo pequenas oscilações na primeira metade do século passado, manteve-se estável na década seguinte.

RESPOSTA Nota-se no gráfico uma escalada da inflação de 1902 a 1990. *Errado.*

10051. Na área da saúde, verifica-se que a expectativa de vida, embora tenha aumentado pouco nas duas últimas décadas do século XX, duplicou, no ano 2000, em relação a 1910.

RESPOSTA Se observarmos o gráfico, houve um crescimento discreto da expectativa de vida de 1980 a 2000 (de 62 anos em 1980 a 68 anos em 2000). Em relação a 1910, a expectativa dobrou (de 34 anos em 1910 a 68 em 2000). *Certo.*

Texto para as questões 10052 a 10056

A polidez

É também a mais pobre, a mais superficial, a mais discutível. A polidez faz pouco caso da moral, e a moral, da polidez. Um nazista polido em que alteraria o nazismo? Em que altera o horror? Em nada, é claro, e a polidez está bem caracterizada por esse “nada”. Virtude puramente formal, virtude de etiqueta, virtude de aparato! A aparência, pois, de uma virtude, e somente a aparência. Se a polidez é um valor, o que não se pode negar, é um valor ambíguo, em si insuficiente – pode encobrir tanto o melhor, como o pior – e, como tal, quase suspeito. Esse trabalho sobre a forma deve ocultar alguma coisa, mas o quê? É um artifício, e desconfiamos dos artifícios. É um enfeite, e desconfiamos dos enfeites. Diderot evoca, em algum lugar, a “polidez insultante” dos grandes, e também deveríamos evocar aquela, obsequiosa ou servil, de muitos pequenos. Seriam preferíveis o desprezo sem frases e a obediência sem mesuras.

Um canalha polido não é menos ignóbil que outro, talvez seja até mais. Por causa da hipocrisia? É duvidoso, porque a polidez não tem pretensões morais. O canalha polido poderia facilmente ser cínico, aliás, sem por isso faltar nem com a polidez nem com a maldade. Mas, então, porque ele choca? Pelo contraste? Sem dúvida. O canalha polido é o contrário de uma fera, e ninguém quer mal às feras. É o contrário de um selvagem, e os selvagens são desculpados. É o contrário de um bruto crasso, grosseiro, inculto, que, decerto, é assustador, mas cuja violência nativa e bitolada pelo menos poderia ser explicada pela incultura.

André Comte-Sponville. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2004 – CESPE) Julgue os fragmentos contidos nos itens subsequentes, quanto à manutenção do sentido do trecho do terceiro parágrafo do texto, indicado entre aspas, e quanto à pontuação e à regência.

10052. “Um canalha (...) da hipocrisia?”: À hipocrisia indaga-se, se não faz, de um canalha polido, menos ignóbil do que outro canalha?

RESPOSTA Não deveria haver vírgula depois de “indaga-se”, pois estaríamos isolando uma oração principal de sua subordinada substantiva. Além disso, o termo “de um canalha polido” é complemento do verbo “fazer” e, portanto, não deve ser isolado por vírgulas. Por último, não deveríamos usar o ponto de interrogação ao final da frase, pois se trata de uma interrogativa indireta. *Errado.*

10053. “É duvidoso (...) pretensões morais.”: É duvidoso, talvez seja até mais ignóbil, que à polidez não tenha intenções morais!

RESPOSTA Há uma alteração de sentido, pois o que o texto original afirma é que há dúvidas se a causa de o canalha polido ser menos ignóbil que outro pode ser atribuída à hipocrisia. Também não faz sentido o emprego da crase antes de “polidez”. *Errado.*

10054. “O canalha (...) a maldade.”: O canalha polido, aliás, facilmente cínico, pode, por isso, aumentar-lhe a maldade.

RESPOSTA O termo “aliás”, posto dessa forma no trecho reescrito, ressalva o trecho anterior “O canalha cínico”, como se fosse mais apropriado identificá-lo por “facilmente cínico”. Isso muda o sentido original, que simplesmente enfatiza o fato de que o canalha polido pode ser facilmente cínico sem comprometer a polidez ou a maldade. A ideia conclusiva introduzida pelo “por isso” e a afirmação de que a maldade aumentaria também não constam originalmente na redação do texto. *Errado.*

10055. “Mas, então, (...) contraste?”: Inquestionavel-mente, o mau-caráter polido choca pelo contraste.

RESPOSTA A banca anulou a presente questão, muito provavelmente devido ao erro de grafia em “Inquestionavel-mente”. Tal hífen não se faz presente na grafia desse advérbio.
Não fosse por esse equívoco, poderíamos classificar o item como ERRADO, haja vista que o questionamento retórico(*) “Mas, então, por que ele choca? Pelo contraste?” produz um efeito de ênfase, de maior realce, diferentemente da afirmação direta “Inquestionavelmente, o mau-caráter polido choca pelo contraste”.

(*) Trata-se de um questionamento que já deixa evidente a resposta.

10056. “O canalha (...) pela incultura.”: O canalha polido opõe-se à uma fera, e ninguém quer mal às feras; é o oposto de um selvagem, e os selvagens são desocupados; contraria uma besta crassa, grosseira, inculta que, com certeza, é assustadora, porém cuja violência nativa pelo menos pode ser explicada.

RESPOSTA Em “à uma fera”, há um equívoco no emprego do acento grave (que é o acento indicativo da crase), uma vez que este não é solicitado antes de artigo indefinido. Além disso, em vez de “desocupados”, deve-se empregar “desculpados”, para

manter o sentido original. *Errado.*

(Auditor Federal de Controle Externo – 2004 – CESPE) Considerando as prescrições gramaticais, julgue os fragmentos de texto contidos nos seguintes itens, extraídos e adaptados de uma notícia divulgada no sítio http://www.tcu.gov.br.

10057. O Instituto Serzedello Corrêa (ISC), ligado ao Tribunal de Contas da União (TCU), deu início ao programa de formação de analistas de sistemas aprovados na primeira etapa do concurso público realizado no ano de 2002.

RESPOSTA O trecho transcrito obedece a todas as prescrições gramaticais. O isolamento do trecho "ligado ao Tribunal de Contas da União (TCU)" por vírgulas reflete a pontuação característica das orações adjetivas explicativas. *Certo.*

10058. O aproveitamento dos candidatos, ainda em prazo de validade deste concurso, apresentou-se como resultado da promulgação da Lei n. 10.799/2003, que criou seiscentos cargos de Analista de Controle Externo no Quadro de Pessoal da Secretaria do TCU.

RESPOSTA Nota-se o pleno atendimento às normas de pontuação, regência, concordância e colocação. Além disso, as convenções de escrita e os critérios morfossintáticos foram plenamente atendidos. Um destaque a ser citado é o emprego das vírgulas em *"ainda em prazo de validade deste concurso",* expressão intercalada entre o sujeito – *O aproveitamento dos candidatos* – e a forma verbal – *apresentou-se*. *Certo.*

10059. A Resolução n. 168/2004 do TCU, que entre os cem novos cargos que serão providos neste ano, destinou vinte, para a Área de Apoio Técnico Administrativo, dá suporte ao programa formativo dos analistas concursados.

R ESPOSTA O correto seria: "A Resolução n. 168/2004 do TCU que, **entre os cem novos cargos que serão providos neste ano**, destinou vinte para a Área de Apoio Técnico Administrativo, dá suporte ao programa formativo dos analistas concursados". O trecho em negrito foi isolado por vírgulas, pois se trata de um termo oracional adverbial intercalado. Não há vírgula depois de "vinte", pois, se assim fosse, haveria o isolamento do objeto indireto do verbo. *Errado.*

10060. O curso, cuja aula inaugural foi ministrada pelo diretor-geral do ISC, tem duração fixada em sessenta horas de atividade e consta de três disciplinas: "Licitações e contratos", "Fontes de informação para controle externo" e "Estrutura e funcionamento da tecnologia da informação no TCU".

RESPOSTA Todas as prescrições gramaticais foram obedecidas no trecho selecionado. As vírgulas que isolam a oração "cuja aula inaugural foi ministrada pelo diretor-geral do ISC" são necessárias por se tratar de uma oração adjetiva explicativa. *Certo.*

10061. Ainda como parte do programa de formação supracitado, foi previsto a presença dos concursados na abertura da Sessão Plenária do TCU, dia 5 de fevereiro de 2004.

RESPOSTA Houve um equívoco de concordância. É necessário empregar a forma "prevista" para haver a concordância com o substantivo "presença". *Errado.*

Texto para as questões 10062 a 10067

A moralidade pública consiste em uma esfera de que todos os seres humanos participam, na medida em que cada sistema moral, a fim de revelar sua unilateralidade, precisa ser confrontado com outros. Segue-se a necessidade de que todos os seres humanos sejam incluídos no seu âmbito. Sob esse aspecto, a moral pública é uma moral cosmopolita, pois estabelece regras de convivência e direitos que asseguram que os homens possam ser morais. É nesse sentido que os direitos do homem, tais como em geral têm sido enunciados a partir do século XVIII, estipulam condições

mínimas do exercício da moralidade. Por certo, cada um não deixará de aferrar-se à sua moral; deve, entretanto, aprender a conviver com outras, reconhecer a unilateralidade de seu ponto de vista. E com isso obedece à sua própria moral de uma maneira especialíssima, tomando os impeditivos categóricos dela como um momento particular do exercício humano de julgar moralmente.

José Arthur Gianotti. Moralidade pública e moralidade privada. In: Adauto Novaes (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 5. impressão, 1997, p. 244 (com adaptações).

(Procurador do MP do TCU – 2004 – CESPE) Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

10062. *A moralidade pública consiste em uma esfera de que todos os seres humanos participam, na medida em que cada sistema moral...*

Tanto sob o ponto de vista estilístico e sintático como sob o ponto de vista semântico, admite-se como correta e adequada ao contexto a substituição de "consiste em uma" por **constitui-se como uma**.

RESPOSTA A alteração mantém o sentido original intacto, além de estar sintaticamente correta, obedecendo às normas de concordância, regência e colocação. Trata-se de duas construções adequadas, equivalentes semanticamente, mas construídas de forma distinta: "constitui em" e "constitui-se como". *Certo.*

10063. *A moralidade pública consiste em uma esfera* ***de que*** *todos os seres humanos participam, na medida em que cada sistema moral, a fim de revelar sua unilateralidade, precisa ser confrontado com outros. Segue-se a necessidade* ***de que*** *todos os seres humanos sejam incluídos no seu âmbito.*

Pelas relações gramaticais e semânticas do texto, é correto afirmar que a presença da preposição "de" nas duas ocorrências do termo "de que" é exigida, respectivamente, pela regência das palavras "esfera" e "necessidade".

RESPOSTA Na ocorrência do "de que" em "*uma esfera de que todos os seres humanos participam*", a presença da preposição "de" é exigência do verbo "participar". Na ocorrência do "de que" em "*Segue-se a necessidade de que todos os seres humanos*", a presença da preposição "de" é exigência do nome "necessidade". *Errado.*

10064. De acordo com a direção argumentativa do texto, uma ideia ilustrativa que poderia dar continuidade coerente e gramaticalmente correta ao trecho ao ser colocada após a última oração é: **Desse modo, a moral do bandido e a do ladrão tornam-se repreensíveis do ponto de vista da moralidade pública, pois violam o princípio da tolerância e atingem direitos humanos fundamentais.**

RESPOSTA Tal ideia é coerente com a linha argumentativa do texto, que afirma a necessidade de a moral particular conviver com outras, reconhecendo a inconveniência, muitas vezes, de se adotar uma postura unilateral. *Certo.*

Segue-se a necessidade de que todos os seres humanos sejam incluídos no ***seu âmbito****.*

10065. As relações coesivas estabelecidas no texto indicam que a expressão "seu âmbito" está se referindo à expressão antecedente "cada sistema moral".

RESPOSTA Em "seu âmbito", o possessivo "seu" é um anafórico que se refere a "moralidade pública". *Errado.*

Por certo, cada um não deixará de ***aferrar-se à sua moral****...*

E com isso ***obedece à sua própria moral*** *de uma maneira especialíssima...*

10066. Caso o sinal indicativo de crase nas ocorrências "aferrar-se à sua moral" e "obedece à

sua própria moral" seja retirado, os períodos permanecem gramaticalmente corretos, uma vez que os verbos "aferrar" e "obedecer" apresentam transitividade indireta e o elemento que se mantém é a preposição necessária à regência.

RESPOSTA Antes de pronome possessivo ("sua", no caso), é facultado o emprego do acento indicador de crase. *Certo.*

10067. A partir das informações e dos argumentos do texto, é correto inferir que a moralidade pública tem como base regras de convivência e direitos estabelecidos no último século, partindo-se da compreensão de que o ser humano tem sua própria moral e o dever de julgar moralmente.

RESPOSTA O texto afirma que essas regras de convivência e direitos passaram a ser enunciados como "direitos do homem" a partir do **século XVIII**. *Errado.*

Texto para as questões 10068 a 10071

Em primeiro lugar, não distinguimos semanticamente entre ética e moral, pois, embora o primeiro termo tenha origem grega e o segundo, latina, ambos dizem respeito duplamente a questões de caráter e de conduta. Dizemos, portanto, que uma questão é ética quando se refere a ações humanas julgadas segundo a perspectiva de serem boas, corretas, acertadas. Mas, como os meios tecnológicos também podem ser assim julgados e as ações de natureza estratégica também podem ser corretas ou acertadas, podemos afirmar, para distinguir mais precisamente o território da ética, que ela diz respeito a ações corretas ou acertadas à luz de uma vida humana boa e digna. Desta forma, a questão ética encontra-se indissoluvelmente ligada às ideias sobre a vida humana como um todo.

Luciano Zajdsznajder. É a ética uma ciência? In: *Desafios éticos*. Brasília: Conselho Federal de Medicina, p. 15 (com adaptações).

(Procurador do MP do TCU – 2004 – CESPE) Considerando o texto acima, julgue os itens seguintes.

10068. ***Mas,*** *como os meios tecnológicos também podem ser assim julgados e as ações de natureza estratégica também podem ser corretas ou acertadas...*

De acordo com a argumentação do texto, a conjunção "Mas" articula-se à expressão inicial, "Em primeiro lugar"; por isso, preservam-se as relações de sentido do texto ao substituí-la por **Em segundo lugar**.

RESPOSTA A conjunção "mas" estabelece uma relação semântica de oposição com o período anterior ("*Dizemos, portanto, que uma questão é ética... serem boas, corretas, acertadas.*") e equivale a "no entanto". *Errado.*

10069. *Mas, como os meios tecnológicos também podem ser* ***assim*** *julgados e as ações de natureza estratégica também podem ser corretas ou acertadas...*

Como o advérbio "assim" desempenha a função coesiva de recuperar a ideia da oração anterior iniciada pela conjunção "segundo", preserva-se a correção textual e gramatical ao se retirar o advérbio e mudar essa oração para depois de "julgados".

RESPOSTA Com a alteração proposta, teríamos uma mudança de sentido original, pois não se especificaria como as ações seriam julgadas no primeiro trecho. Observemos o trecho com a mudança sugerida: "*... uma questão é ética quando se refere a ações humanas julgadas* **(como?)**. *Mas, como os meios tecnológicos também podem ser julgados segundo a perspectiva de serem boas, corretas, acertadas...*". *Errado.*

10070. O desenvolvimento do texto permite considerar que os sentidos atribuídos a "ética" e

“moral” mantêm imbricadas questões de caráter e de conduta.

R ESPOSTA Já na primeira frase (*Em primeiro lugar, não distinguimos semanticamente entre ética e moral, pois, embora o primeiro termo tenha origem grega e o segundo, latina, ambos dizem respeito duplamente a questões de caráter e de conduta.*), o texto afirma não querer distinguir semanticamente ética e moral, pois ambos dizem respeito a questões de caráter e de conduta. *Certo.*

10071. *Desta forma, a questão ética encontra-se indissoluvelmente ligada* ***às ideias*** *sobre a vida humana como um todo.*

Preservam-se a correção e a coerência textual ao se substituir “às ideias” por **com as ideias**.

RESPOSTA É possível manter correta a regência utilizando-se a preposição “com”. Além disso, a não omissão do artigo definido “as” é essencial para a manutenção do sentido. *Certo.*

Texto para as questões 10072 a 10077

A contemporaneidade vai urdindo novas situações que demandam por novas opções éticas e pela consignação de novos direitos. A produção apresenta sua clara dimensão fáustica, a se usar a expressão de Marshall Bermann. Quanto mais ela avança, mais ela destrói, em um processo entropisante assustador. As distâncias sociais entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos aumentam de modo devastador, não somente a partir de seus indicadores econômicos, como também por sua produção de saber, o que faz alguns autores vislumbrarem uma terceira fase do capitalismo traduzida pela produção de know how. Ao mesmo tempo, o ser humano chegou à sofisticação de poder se suicidar enquanto espécie zoológica pelas armas que ele próprio produz e, cada vez menos, controla. Os anos 30 voltam sinistros com a reaparição agressiva dos racismos. As distâncias sociais nos países subdesenvolvidos são assustadoras, uma vez que uma ínfima minoria detém parcela significativa dos bens.

Roberto de Aguiar. Ética e direitos humanos. In: *Desafios éticos*. Brasília:Conselho Federal de Medicina, p. 65 (com adaptações).

(Procurador do MP do TCU – 2004 – CESPE) A partir do texto acima, julgue os itens subsequentes.

10072. *A contemporaneidade vai urdindo novas situações que* ***demandam*** *por novas opções éticas e pela consignação de novos direitos.*

As possibilidades de regência do verbo **demandar** permitem suprimir a preposição “por”, sem a necessidade de outras alterações, para manter a correção gramatical do texto.

RESPOSTA Suprimindo a preposição “por”, torna-se necessário também desfazer a contração “pela”, assim: “*... que demandam novas opções éticas e a consignação de novos direitos*”. *Errado.*

10073. *A produção apresenta sua clara dimensão fáustica,* ***a se usar*** *a expressão de Marshall Bermann.*

A oração iniciada por “a se usar” apresenta, textualmente, valor condicional.

RESPOSTA Se desenvolvermos a oração, teremos: “*A produção apresenta sua clara dimensão fáustica, se for usada a expressão de Marshall Bermann*”. Certo.

10074. *Quanto mais ela avança, mais ela destrói, em um processo entropisante assustador*.

As duas ocorrências do pronome “ela” remetem, por mecanismo de coesão textual, respectivamente, a “dimensão fáustica” e a “produção”.

RESPOSTA Nas duas aparições, o pronome “ela” se refere a “produção”. *Errado.*

10075. Os sentidos textuais permitem que a relação semântica de adição expressa por "não somente (...) como também" possa ser expressa por **tanto (...) como também**, **não só (...) mas também** ou **tanto (...) quanto**.

RESPOSTA Em todos os casos, temos exemplos de locuções conjuntivas de sentido aditivo. São locuções, pois trata-se de uma associação de palavras que desempenha uma determinada função morfológica (no caso, função de conjunção). Tem valor aditivo, pois as ideias conectadas se somam. *Certo.*

10076. Segundo o texto, as ideias expressas por "indicadores econômicos" e "produção de saber" são responsáveis pelo suicídio da espécie humana, porque provocam a proliferação de armas.

RESPOSTA As ideias expressas por "indicadores econômicos" e "produção de saber" são apresentadas no texto como evidências das distâncias sociais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. *Errado.*

10077. Se o texto fizesse parte de um documento oficial, como relatório ou parecer, a expressão "processo entropisante" deveria ser substituída para atender ao quesito de clareza e objetividade; além disso, a segunda ocorrência do pronome "ela" deveria ser suprimida para que se respeitasse a formalidade.

RESPOSTA A presença do adjetivo "entropisante", em "Quanto mais ela avança, mais ela destrói, em um processo entropisante assustador.", não chega a afetar a objetividade e a clareza do texto. Trata-se de um adjetivo que, ao mesmo tempo que requer do leitor um nível vocabular culto (entropia: processo de desorganização), contribui para a concisão, ao sintetizar a desestruturação e desorganização de um processo por um única palavra: entropisante. Já o pronome "ela" cumpre um papel muito importante no texto, ao retomar o substantivo "produção" no trecho "A produção apresenta sua clara dimensão fáustica, a se usar a expressão de Marshall Bermann". *Errado.*

Texto para as questões 10078 a 10081

De um modo geral, o conflito ou a contradição que atravessam a separação entre o público e o privado podem ser resumidos na pergunta que sempre atormentou os moralistas antigos e os modernos: os fins justificam os meios? Um dos divisores de água que a modernidade traçou entre a ética e a política foi dado pela baliza posta por essa pergunta. No caso da ética, a resposta é negativa: os meios precisam estar de acordo com a natureza dos fins e, portanto, para fins éticos os meios precisam ser éticos também. (...) No caso da política, ao contrário, a resposta tende a ser positiva e estabelece uma diferença de natureza entre meios e fins, exigindo-se, porém, que haja alguma proporção (ou racionalidade) entre eles. A ideia que parece prevalecer é a de que, na política, todos os meios são bons e lícitos desde que o fim seja bom para a coletividade.

Marilena Chaui. Público, privado, despotismo. In: Adauto Novaes (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 5. impressão, 1997, p. 353-4 (com adaptações).

(Procurador do MP do TCU – 2004 – CESPE) Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

10078. *No caso da ética, a resposta é negativa: os meios precisam estar de acordo com a natureza dos fins e, portanto, para fins éticos os meios precisam ser éticos também.* ***(...)*** *No caso da política, ao contrário, a resposta tende a ser positiva e estabelece uma diferença de natureza entre meios e fins...*

De acordo com as ideias do texto, são mantidas a coesão e a coerência ao se preencher com o trecho a seguir a lacuna representada por (...): **Em outras palavras, se a finalidade da ética é a virtude e o bem, os meios precisam ser bons e virtuosos, sem o que não há ética, uma vez que as ações realizadas em vista de um certo fim já fazem parte do próprio fim a ser atingido, são o caminho**

para ele.

RESPOSTA O trecho, em negrito, introduzido pela expressão "Em outras palavras", é uma paráfrase dos períodos anteriores. Basicamente, mantém-se a coerência argumentativa segundo a qual é necessário que os meios sejam virtuosos para que se tenham fins pautados pela ética. *Certo.*

10079. A expressão "divisores de águas" está sendo empregada em sentido conotativo e dá ao texto a ideia de fato, acontecimento, episódio que, em uma situação limite, provoca uma divisão no curso da evolução dos conceitos. Essa ideia se articula com o termo "baliza", empregado no sentido de marca, limite, referência deflagradora, parâmetro para a divisão inicialmente citada.

RESPOSTA A expressão "divisor de águas" foi empregada no sentido figurado ou conotativo. Trata-se de uma metáfora associada à mudança no *status quo.* A palavra "baliza", também empregada de forma metafórica, significa no contexto "referência". *Certo.*

10080. *No caso da política, ao contrário, a resposta tende a ser positiva e estabelece uma diferença de natureza entre meios e fins,* ***exigindo-se,*** *porém, que haja alguma proporção (ou racionalidade) entre eles...*

Em "exigindo-se", a eliminação do pronome enclítico "se" prejudicaria o sentido e a correção gramatical do período, porque a oração ficaria sem sujeito.

RESPOSTA Se eliminarmos o pronome enclítico "se", o sujeito deixa de ser oracional ("*que haja alguma proporção (ou racionalidade) entre eles*") e passa ser determinado e simples, tendo como núcleo o termo "resposta". *Errado.*

10081. A inserção da conjunção **portanto**, com as devidas adaptações de maiúsculas, no início do último período do texto ou entre vírgulas após a expressão "parece prevalecer" provocaria inadequação sintática e incoerência textual.

RESPOSTA O último período do texto é uma consequência daquilo que foi exposto no texto. Dessa forma, o emprego do conectivo "portanto" é adequado, pois explicita uma dedução coerente. Vale ressaltar que são corretas as seguintes construções: "*Portanto, a ideia que parece prevalecer é a de que...*" ou "*A ideia que parece prevalecer, portanto, é a de que...". A* alteração de posição do conectivo não implica mudança do sentido original, devendo-se somente ter atenção ao correto emprego das vírgulas. *Errado.*

Texto para as questões 10082, 10083, 10085 e 10086

Quem são esses senhores

Para entender os senhores de Davos, temos de recorrer à história da filosofia e ao filósofo
Pitágoras, o homem que, primeiro, conseguiu esta proeza extraordinária do pensamento humano:
dissociou o número da coisa numerada.
Antes de Pitágoras, era necessário que duas vacas e dois bois se apresentassem diante do
comerciante
para que ele pudesse concluir que duas vacas mais dois bois perfaziam um total de quatro animais.
Se vacas e bois, cansados de ser contados, resolvessem pastar no campo, as aritméticas dos
comerciantes desmaiariam.
Pitágoras veio e disse: "Façamos abstração dos números, pensemos números abstratamente." O
filósofo
separou os números das vacas numeradas e deu certo: as contas podiam ser feitas, mesmo na
ausência dos animais, pouco dispostos. Foi um extraordinário avanço para o ser humano... e para as
vacas, que
puderam pastar em paz.

Hoje, neste mesmo instante em que estamos aqui reunidos discutindo os malefícios da globalização, o que estarão fazendo os Senhores de Davos? Estão fazendo exatamente o contrário de Pitágoras – estão reificando, coisificando os números... e fazendo abstração dos seres humanos.
Os Senhores de Davos pensam no lucro abstrato e esquecem a fome concreta. Os números passam a ser o sujeito da História: alíquotas, juros, índices Dow Jones e Nasdaq, dividendos... Não a saúde, a educação, o trabalho, a habitação e o lazer, porque estas são preocupações humanitárias e não econômicas.

Essa visão de Economia Abstrata opera tremenda divisão da Humanidade, que se torna tríade: a Primeira Humanidade, que controla o Deus-Mercado, verdadeira senhora do mundo; a Segunda Humanidade, que, a qualquer título, está dentro do Mercado; e a Terceira Humanidade, descartável, inútil, encontre-se ela nos extremos da África ou no ventre dos Estados Unidos.

Não quero parodiar filósofos, não quero imitar Descartes, mas creio que hoje devemos dizer: “Eu estou no mercado, logo existo”. Ai de quem não puder pronunciar essa frase terrível: será condenado à Terceira Humanidade e será, com ela, descartado!

Nós queremos a Paz, não a Guerra! Queremos Paz, sim, mas nunca a Passividade! Queremos conter a metástase da globalização.

Augusto Boal. *Revista Caros Amigos*, n. 47, fev./2001, p. 10 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2005 – CESPE) Julgue as seguintes reescrituras quanto à fidedignidade às prescrições gramaticais e às ideias desenvolvidas no texto.

10082. Pitágoras inovou ao propor que se pensassem os números abstratamente, ou seja, que, por exemplo, se prescindisse, para contar, da presença do que seria contado.

RESPOSTA Não há no texto qualquer impropriedade. Na passagem “se pensassem os números”, observa-se a correta flexão verbal, haja vista se tratar de uma voz passiva sintética cujo sujeito é “números” (se pensassem os números = fossem pensados os números).
Quanto à pontuação, toda ela está correta, pois todos os termos interferentes estão entre vírgulas (“ou seja”, “por exemplo” e “para contar”).

A única coisa que poderia gerar dúvida é a presença do “se prescindisse”, com o pronome reflexivo parecendo iniciar uma frase, entretanto, isso não acontece, pois, na verdade, “por exemplo” é apenas um termo interferente que está completamente isolado pela presença das vírgulas. Dessa forma, o pronome “que” é um atrativo do pronome “se”.

O significado de “prescindir” é “dispensar”, o que está totalmente de acordo com a ideia original do texto. *Certo.*

10083. Hoje, é adequado parodiar Descartes afirmando que as nações e o indivíduo tem de dizer “Estou no mercado, logo existo”. O não pronunciar esta frase equivale à condenação de não integrar-se a Primeira Humanidade e de, junto com ela, sermos marginalizados.

RESPOSTA 1) O termo “as nações e o indivíduo” é um sujeito composto, por isso o verbo “ter” deveria estar no plural, assim: “as nações e o indivíduo” **têm** de dizer.
2) A colocação do pronome oblíquo “se” em “integrar-se “está equivocada. A presença do advérbio de negação “não” atua como fator de próclise, forçando, assim, o pronome a se posicionar antes do verbo.

3) A forma verbal “integrar-se” é transitiva indireta, sendo regida pela preposição “a” (integrar-se a algo). Assim, deveria haver crase antes de “Primeira Humanidade”.

Corrigindo o período todo: Hoje, é adequado parodiar Descartes afirmando que as nações e o indivíduo **têm** de dizer “Estou no mercado, logo existo”. Não pronunciar esta frase equivale à condenação de não **se integrar à** Primeira Humanidade e de, junto com ela, sermos marginalizados. *Errado.*

Texto para a questão 10084, 10085 e 10086

A montanha mágica

No início de 2005, muito ouvimos falar de Davos – um lugar na Suíça onde se reuniram os luminares de todo o mundo para discutir as ansiedades que nos paralisam e as perplexidades que nos mobilizam.

Por coincidência, Davos é também o cenário onde se monta a ação de um famoso romance escrito por Thomas Mann, **A Montanha Mágica**. O romance é de 1924 e descreve a vida de um grupo de personagens doentes que, no princípio do século, se instalaram no Sanatório Berghof, procurando recuperar a saúde.

Um mundo enfermo foi de novo a Davos procurando diagnosticar seus males e ali, em sucessivos e variados seminários, se indagou onde estaria a cura dos males de nossa civilização. Lá estavam Tony Blair, Lula e os presidentes de dezenas de países desimportantes. Lá estavam Bill Gates e os gerentes de agências financiadoras de todo o mundo. Lá estava até Sharon Stone recolhendo US$1 milhão para as desgraças na Tanzânia. Enfim, lá estava uma amostra da sociedade atual, ou melhor, lá estavam os pajés das diversas tribos de nossa sociedade eletrônica tentando exorcizar as doenças da comunidade.

A Montanha Mágica é um romance muito antigo. Mas, sendo antigo, de repente, é atual, por causa da metáfora viva que contém e que os sábios do Fórum Econômico Mundial ressuscitaram. Que mágica se pode fazer na montanha de dinheiro acumulado pelo hipercapitalismo para sanar os males que corroem as vísceras de nossa comunidade? Penso se o mundo não foi sempre um sanatório em Davos.

Affonso Romano de Sant'anna. *Correio Braziliense*, 6-2-2005 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2005 – CESPE) Com base nas ideias e nos aspectos morfossintáticos do texto, julgue o seguinte item.

10084. *Penso se o mundo não foi sempre um sanatório em Davos.*

A correção gramatical do texto seria mantida caso a conjunção condicional "se" fosse substituída por "em que".

RESPOSTA A conjunção *"se"* é subordinativa integrante, e não subordinativa condicional, uma vez que ela introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta – no caso, *"se o mundo não foi sempre um sanatório em Davos". Errado.*

(Auditor Federal de Controle Externo – 2005 – CESPE) Com relação à correção gramatical e à pertinência às ideias desenvolvidas nos textos "Quem são esses senhores" e "A montanha mágica", julgue os próximos itens.

10085. Augusto Boal escreveu a respeito dos problemas da economia mundial e do Fórum Econômico Mundial fazem quatro anos, no entanto o texto desse autor permanece atual.

RESPOSTA No trecho "fazem quatro anos", está errada a flexão do verbo "fazer", haja vista que, no sentido de tempo passado, se trata de um verbo impessoal e a oração de que ele faz parte não apresenta sujeito. Deve-se empregar, assim, a forma singular "faz". *Errado.*

10086. O texto "A montanha mágica", publicado em 2005, vai de encontro à linha argumentativa do texto "Quem são esses senhores", apesar deste ter sido escrito há quatro anos atrás.

RESPOSTA O primeiro erro está na expressão "vai de encontro a", que significa "ir contra a". O correto seria "vai ao encontro de", que significa "ir a favor de". Os textos "Quem são esses senhores" e "A montanha mágica" se aproximam quanto ao teor argumentativo, o que justifica o emprego desta última expressão. O outro erro é de redundância: o verbo "haver", na acepção de tempo passado, torna desnecessária a presença da palavra "atrás". *Errado.*

Texto para as questões 10087 a 10091

A exaltação do *indivíduo*, como representante dos mais elevados valores humanos que esta sociedade produziu, combinada ao achatamento subjetivo sofrido pelos sujeitos sob os apelos monolíticos da sociedade de consumo, produz este estranho fenômeno em que as pessoas, despojadas ou empobrecidas em sua subjetividade, dedicam-se a cultuar a imagem de outras, destacadas pelos meios de comunicação como representantes de dimensões de humanidade que o homem comum não reconhece em si mesmo. Consome-se a imagem espetacularizada de atores, cantores, esportistas e alguns (raros) políticos, em busca do que se perdeu exatamente como efeito da espetacularização da imagem: a dimensão, humana e singular, do que pode vir a ser uma pessoa, a partir do singelo ponto de vista de sua história de vida.

Maria Rita Kehl. O fetichismo. In: *Emir Sader* (Org.). *Sete pecados do capital*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

(Auditor Federal de Controle Externo – 2005 – CESPE) Com base nas ideias e nos aspectos morfossintáticos do texto, julgue os seguintes itens.

10087. A autora do texto defende a ideia de que a sociedade de consumo produz indivíduos insensíveis aos mais elevados valores construídos ao longo da história da humanidade.

RESPOSTA O autor não afirma que os indivíduos são insensíveis aos mais elevados valores construídos ao longo da história da humanidade. Afirma-se justamente o contrário no trecho **"A exaltação do indivíduo, como representante dos mais elevados valores humanos que esta sociedade produziu..."**. O que o texto de fato afirma é que "o homem comum não reconhece em si mesmo", ou seja, ele é insensível a sua própria existência. *Errado.*

10088. Os meios de comunicação, por intermédio da técnica do espetáculo, transformam em marca registrada de alguns características, valores e modos de viver que são comuns a todos os indivíduos da espécie humana.

RESPOSTA De fato, este trecho representa uma paráfrase (cópia do conteúdo original com outras palavras) de *"as pessoas... dedicam-se a cultuar a imagem de outras, destacadas pelos meios de comunicação como representantes de dimensões de humanidade que o homem comum não reconhece em si mesmo".* Sendo assim, o sentido original é mantido. Quanto aos aspectos morfossintáticos, destaca-se o correto emprego da vírgula, isolando o termo intercalado *"por intermédio da técnica do espetáculo"* (isolado entre sujeito "Os meios de comunicação" e verbo "transformam") e os termos em enumeração *"características", "valores"* e *"modos". Certo.*

10089. "A exaltação do *indivíduo*, como representante dos mais elevados valores humanos que esta sociedade produziu..."

O destaque dado à palavra "*indivíduo*" confere-lhe o sentido de **ser único, especial**, distinguível dos demais do grupo, referidos, no texto, como "sujeitos" e "pessoas".

RESPOSTA No trecho "A exaltação do *indivíduo*, como representante dos mais elevados valores humanos...", o destaque em itálico dado à palavra "indivíduo" coloca esta palavra em posição diferenciada, dando a entender que o seu significado contextual vai além de "pessoa" ou "sujeito". O autor tenta chamar atenção para um sentido de notoriedade associado a "indivíduo". *Certo.*

10090. De acordo com as regras sintáticas de construção do período, garante-se a correção gramatical do texto, ao se substituir a oração "em que as pessoas, despojadas ou empobrecidas em sua subjetividade, dedicam-se a cultuar a imagem de outras" por: **de as pessoas, despojadas ou empobrecidas de sua subjetividade, dedicarem-se a cultuar a imagem de outras.**

RESPOSTA Para resolver esse tipo de questão, o melhor a fazer é substituir efetivamente os trechos e avaliá-los: "... produz este estranho fenômeno em que as pessoas, despojadas ou empobrecidas em sua subjetividade, dedicam-se a cultuar a imagem de outras..." por "... produz este estranho fenômeno **de as pessoas, despojadas ou empobrecidas de sua subjetividade, dedicarem-se a cultuar a imagem de outras..."**.

Percebemos dessa forma que a substituição é válida, já que não apresenta alteração alguma de sentido e ainda respeita as normas gramaticais. Destaca-se a não contração da preposição “de” com o artigo “as”, o que é correto, visto que não se contrai preposição – no caso, “de” – e sujeito – no caso, “as pessoas”. Além disso, destaca-se a correta flexão do infinitivo “dedicarem-se”, concordando com o sujeito “as pessoas”. *Certo.*

10091. Na expressão “os apelos monolíticos da sociedade de consumo”, o adjetivo foi empregado com sentido figurado.

RESPOSTA A palavra “monolítico” significa “resistente”, “sólido”, “inabalável”. Para descobrir o significado literal da palavra monolítico, temos que saber que ela vem de monólito, que quer dizer “pedra de grandes dimensões”. Então, como “apelo” não pode “ser de pedra”, percebemos que o autor usou a palavra em sentido figurado, associando-a à resistência. *Certo.*

Texto para a questão 10092

Breve histórico

A ideia de criação de um Tribunal de Contas surgiu, pela primeira vez no Brasil, em 23 de junho de 1826, com a iniciativa de Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena, e de José Inácio Borges, que apresentaram projeto de lei nesse sentido ao Senado do Império. As discussões em torno da criação de um Tribunal de Contas durariam quase um século, polarizadas entre aqueles que defendiam a sua necessidade – para quem as contas públicas deviam ser examinadas por órgão independente – e aqueles que a combatiam, por entenderem que as contas públicas podiam continuar sendo controladas por aqueles mesmos que as realizavam.

Originariamente o Tribunal teve competência para exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas com a receita e a despesa da União. A fiscalização fazia-se pelo sistema de registro prévio. A Constituição de 1891 institucionalizou o Tribunal e conferiu-lhe competências para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Pela Constituição de 1934, o Tribunal recebeu, entre outras, as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento da execução orçamentária, registrar previamente as despesas e os contratos, julgar as contas dos responsáveis por bens e dinheiro públicos, assim como apresentar parecer prévio sobre as contas do Presidente da República, para posterior encaminhamento à Câmara dos Deputados. Com exceção do parecer prévio sobre as contas presidenciais, todas as demais atribuições do Tribunal foram mantidas pela Carta de 1937. A Constituição de 1946 acresceu um novo encargo às competências da Corte de Contas: julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

A Constituição de 1967, ratificada pela Emenda Constitucional n. 1, de 1969, retirou do Tribunal o exame e o julgamento prévio dos atos e dos contratos geradores de despesas, sem prejuízo da competência para apontar falhas e irregularidades que, se não sanadas, seriam, então, objeto de representação ao Congresso Nacional.

Eliminou-se, também, o julgamento da legalidade de concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ficando a cargo do Tribunal, tão somente, a apreciação da legalidade para fins de registro. O processo de fiscalização financeira e orçamentária passou por completa reforma nessa etapa. Como inovação, deu-se incumbência à Corte de Contas para o exercício de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades dos três poderes da União, instituindo-se, desde então, os sistemas de controle externo, a cargo do Congresso Nacional, com auxílio da Corte de Contas, e de controle interno, este exercido pelo Poder Executivo e destinado a criar condições para um controle externo eficaz.

Finalmente, com a Constituição de 1988, o Tribunal de Contas da União (TCU) teve a sua

jurisdição e a sua competência substancialmente ampliadas. Recebeu poderes para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade, e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas. Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária tem o dever de prestar contas ao TCU.

Conheça o TCU. Internet: <http://www.tcu.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2005 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2005 – CESPE) Com base na recuperação precisa da informação do texto e no que se prescreve em relação à modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, julgue o item a seguir.

10092. *A ideia de criação de um Tribunal de Contas surgiu, pela primeira vez no Brasil, em 23 de junho de 1826, com a iniciativa de Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena, e de José Inácio Borges****, que*** *apresentaram projeto de lei nesse sentido ao Senado do Império.*

O emprego da vírgula antes de "que" justifica-se pelo valor restritivo da oração adjetiva que esse pronome introduz.

RESPOSTA A oração adjetiva "que apresentaram projeto de lei nesse sentido ao Senado do Império" faz referência aos substantivos Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena, e José Inácio Borges e tem caráter explicativo. Uma evidência disso é o emprego da vírgula após "Borges". Lembre-se de que as adjetivas explicativas são isoladas por vírgulas, ao passo que as restritivas, não. *Errado.*

Texto para a questão 10093

Há dez anos, um terremoto financeiro atingiu a Ásia, com rescaldo na América Latina. A crise de 1997, depois de atingir a Tailândia, rapidamente se espalhou pela Indonésia, Malásia, pelas Filipinas e pela Coreia do Sul, para se replicar na Rússia, na Argentina e no Brasil em 1998. Uma década depois do fatídico ano de 1997, o mundo assiste ao novo reinado da Ásia. Liderada por China e Índia, a região exibe, na média, taxas de crescimento superiores a 7%.

A despeito das recentes turbulências, a Tailândia, primeira vítima da crise asiática, mostra índices melhores do que então. Houve um golpe militar, em setembro de 2006, quando foi deposto o primeiro-ministro acusado de corrupção e malversação de dinheiro. Aos poucos, volta a confiança dos investidores no país, governado por um conselho de segurança nacional provisório, com eleições previstas para o fim do ano.

Carta Capital, 1º-8-2007, p. 12 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2007 – CESPE) Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, e considerando o atual cenário econômico-financeiro mundial, julgue.

10093. *Aos poucos, volta a confiança dos investidores no país, governado por um conselho de segurança nacional provisório, com eleições previstas para o fim do ano.*

Mantêm-se a coerência textual e a correção gramatical ao se transformar o aposto final do texto em uma oração desenvolvida: cujas eleições são previstas para o fim de ano.

RESPOSTA A oração adjetiva explicativa *"cujas eleições são previstas para o fim de ano"* equivale à função de aposto explicativo presente no período simples. *Certo.*

Texto para as questões 10094 e 10095

O 29 de julho de 2007 será lembrado como o dia em que os iraquianos usaram suas armas para comemorar. Após mais de quatro anos vivendo em meio ao caos sob a malsucedida ocupação norte-americana, eles tiveram finalmente um dia de alegria. Em todos os cantos do Iraque, a população festejou a histórica vitória de sua seleção na final da Copa da Ásia de futebol – com receita brasileira do técnico Jorvan Vieira, que comemorou como "do Brasil" a vitória por 1 a 0 sobre a Arábia Saudita, comandada por Hélio dos Anjos, outro brasileiro.

Correio Braziliense, 30-7-2007, p. 18 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2007 – CESPE) A respeito das ideias e das estruturas do texto acima e também considerando aspectos da geopolítica do mundo nos dias atuais, julgue.

10094. O emprego do artigo determinando a expressão "29 de julho de 2007" desrespeita as regras gramaticais da norma culta a ser usada em documentos oficiais; por isso, se a informação da primeira linha do texto for usada em um documento oficial, o artigo deve ser omitido.

RESPOSTA É possível subentender a presença da palavra "dia": "O (dia) 29 de julho de 2007". Isso justifica o emprego do artigo definido antecedendo a data. *Errado.*

10095. *Em todos os cantos do Iraque, a população festejou a histórica vitória de* ***sua*** *seleção na final da Copa da Ásia de futebol...*

O desenvolvimento das ideias do texto mostra que "sua" refere-se a "Iraque".

RESPOSTA O pronome *"sua"* é uma forma de referenciar a *"seleção iraquiana"*. É possível concluir isso, pois se trata da única possibilidade de referenciação até então presente no texto. *Certo.*

Texto para a questão 10096

As leis elaboradas pelo Poder Legislativo constituem um dos mais importantes instrumentos para a proteção dos direitos naturais. Afinal, elas são as responsáveis pela construção da liberdade individual no Estado de sociedade. Ao compor a liberdade dos indivíduos em sociedade, elas também limitam o poder governamental. A participação popular e o controle popular do poder guardam a ideia de que o exercício da política é coletivo e racional, com vistas à conquista de algum bem. A política é exercida sempre que as pessoas agem em conjunto. A política é uma ação plural. O voto, nas eleições, é modo de expressão do consentimento dos cidadãos, para que o poder seja exercido em seu nome, para que as leis sejam elaboradas e executadas de modo legítimo. A expressão do consentimento periódico por meio do voto, em qualquer dos níveis de governo, é essencial para que o Estado constitucional perdure e seja sempre capaz de proteger os direitos inerentes às pessoas.

Daniela Romanelli da Silva. Poder, Constituição e voto. In: *Filosofia*, *Ciência* & *Vida*. São Paulo: Escala, ano III, n. 27, p. 42-3 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2009 – CESPE) No que concerne à organização dos sentidos e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue o próximo item.

10096. *A política é exercida sempre que as pessoas agem em conjunto.*

O desenvolvimento da argumentação permite que se insira o conectivo **Logo**, seguido de vírgula, imediatamente antes de "A política", escrevendo-se o artigo com letra minúscula, sem prejuízo para a coerência e a correção gramatical do texto.

RESPOSTA É possível sim a inserção da conjunção coordenativa conclusiva "Logo", haja vista que a afirmação "A política é

exercida sempre que as pessoas agem em conjunto." consiste em uma dedução obtida a partir do fato de que o exercício da política é coletivo e emana da vontade popular. *Certo.*

10097. **(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE)** Pedro dirigia um veículo automotor que lhe fora emprestado por João e foi parado em uma *blitz*, quando um dos agentes de trânsito lhe pediu que exibisse sua CNH e os documentos de registro e licenciamento do automóvel que dirigia.

A partir dessa situação e sabendo que o CTB define como crime "Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação" e como infração "Conduzir veículo sem os documentos de porte obrigatório", julgue o item seguinte.

Nos trechos do CTB acima citados, a ideia restritiva da expressão "sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação" qualifica "veículo automotor".

RESPOSTA O trecho "sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação" tem caráter adverbial e modifica a ação verbal "dirigir", acrescentando-lhe uma ideia de modo. *Errado.*

Texto para a questão 10098

O filme **Central do Brasil**, de Walter Salles, tem como protagonista a professora aposentada Dora, que ganha um dinheiro extra escrevendo cartas para analfabetos na Central do Brasil, estação ferroviária do Rio de Janeiro. Outra personagem é o menino Josué, filho de Ana, que contrata os serviços de Dora para escrever cartas passionais para seu ex-marido, pai de Josué. Logo após ter contratado a tarefa, Ana morre atropelada. Josué, sem ninguém a recorrer na megalópole sem rosto, sob o jugo do estado mínimo (sem proteção social), vê em Dora a única pessoa que poderá levá-lo até seu pai, no interior do sertão nordestino.

Dos vários momentos emocionantes do filme, o mais sensibilizante é o encontro de Josué com os presumíveis irmãos que, como o pai elaborado em seus sonhos, são também marceneiros. A câmera faz uma panorâmica no interior do sertão para mostrar um conjunto habitacional de casas populares recém-construídas; em uma das casas, os moradores são os filhos do pai de Josué que, em sua residência simples, acolhem para dormir Josué e Dora. Os irmãos dormem juntos e dividem a mesma cama. Existe uma comunhão de sentimentos entre os irmãos: os que têm um teto para morar, têm trabalho, dão amparo ao menino órfão sem eira nem beira.

No filme, a grande questão do analfabetismo está acoplada a outro desafio, que é a questão nordestina, ou seja, o atraso econômico e social da região. Não basta combater o analfabetismo, que, por si só, necessitaria dos esforços de, no mínimo, uma geração de brasileiros para ser debelado, pois, em 1996, o analfabetismo da população de 15 anos e mais, no Brasil, era de 13,03%, representando um total de 13,9 milhões de pessoas. Segundo a UNESCO, o Brasil chegaria ao ano 2000 em sétimo lugar entre os países com maior número de analfabetos.

No Brasil, carecemos de políticas públicas que atendam, de forma igualitária, a população, em especial aquelas voltadas para as crianças, os idosos e as mulheres. A permanência da questão nordestina é um exemplo constante das nossas desigualdades, do desprezo à vida e da falta de políticas públicas que atendam aos anseios mínimos do povo trabalhador. Não saber ler nem escrever, no Brasil, é um elemento a mais na desagregação dos indivíduos que serão párias permanentes em uma sociedade que se diz moderna e globalizada, mas que é debilitada naquilo que é mais premente ao povo: alimentação, trabalho, saúde e educação. Sem essas condições básicas, praticamente se nega o direito à cidadania da ampla maioria da população brasileira.

Os ensinamentos que podemos tirar de **Central do Brasil** são que devemos atacar a questão social

de várias frentes, em especial na educação de todos os brasileiros, jovens e velhos; lutar por políticas públicas de qualidade que direcionem os investimentos para promover uma desconcentração regional e pessoal da renda no país, propugnando por um novo modelo econômico e social. Ao garantir uma vida digna, a maioria da população saberá, por meio da solidariedade de classe, responder às necessidades da construção de uma sociedade mais justa. **Central do Brasil** é um exemplo vivo de que o Brasil tem rumo e esperança.

Salvatore Santagada. *Zero Hora*, 20-3-1999 (com adaptações).

(Papiloscopista Policial Federal – 2004 – CESPE) Julgue a reescritura apresentada no item a seguir quanto à grafia, à acentuação, à pontuação e à preservação das ideias do último parágrafo do texto de referência.

10098. Podemos extrair de **Central do Brasil** o ensinamento de que devemos atacar a questão social de várias formas, especialmente educando todos os brasileiros, infantes, jovens e idosos.

RESPOSTA O início do penúltimo parágrafo referencia essa afirmação: "*No Brasil, carecemos de políticas públicas que atendam, de forma igualitária, a população, em especial aquelas voltadas para as crianças, os idosos e as mulheres*". Isso significa que as questões sociais devem ser trabalhadas de forma abrangente. *Certo.*

Texto para as questões 10099 a 10104

A multiplicidade dos seres humanos traduz-se por uma forma de ordem singular. O que há de único na vida em comum dos homens gera realidades particulares, especificamente sociais, que são impossíveis de explicar ou compreender a partir do indivíduo. A língua é uma boa ilustração disso. Que impressão nos causaria descobrir, ao acordarmos numa bela manhã, que todos os outros homens falam uma língua que não compreendemos? Sob uma forma paradigmática, a língua encarna esse tipo de dados sociais, que pressupõem uma multiplicidade de seres humanos organizados em sociedades e os quais, ao mesmo tempo, não param de se reindividualizar. Esses dados como que se reimplantam em cada novo membro de um grupo, norteiam seu comportamento e sua sensibilidade, e constituem o *habitus* social a partir do qual se desenvolverão nele os traços distintivos que o contrastarão com os outros no seio do grupo. O modelo linguístico comum admite variações individuais, até certo ponto. Mas, quando essa individualização vai longe demais, a língua perde sua função de meio de comunicação dentro do grupo. Entre outros exemplos, citemos a formação da consciência moral, das modalidades de controle de pulsões e afetos numa dada civilização, ou o dinheiro e o tempo. A cada um deles correspondem maneiras pessoais de agir e sentir, um *habitus* social que o indivíduo compartilha com outros e que se integra na estrutura de sua personalidade.

Norbert Elias. *Sobre o tempo*. Tradução de Vera Ribeiro. Jorge Zahar editor, 1998, p. 19 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2010 – CESPE) No que se refere à organização das ideias e à estrutura do texto acima, julgue os itens.

10099. Em "*A língua é uma boa ilustração disso. Que impressão nos causaria descobrir, ao acordarmos numa bela manhã, que todos os outros homens falam uma língua que não compreendemos?*", o texto apresenta, em forma de pergunta, uma hipótese que, no restante da argumentação, se mostra uma justificativa para a ideia de que a individualização tem limites socialmente colocados.

RESPOSTA No texto, a pergunta serve de ensejo para a tese de que há realmente limites para o exercício da individualidade. No caso da linguagem, por exemplo, há a possibilidade de haver variedades individuais de uso. Porém, se essas variações

começam a se contrapor à função primordial da linguagem como meio de comunicação em grupo, passam a perder validade. *Certo.*

10100. *Sob uma forma paradigmática, a língua encarna esse tipo de dados sociais...*

O uso da preposição **De** em lugar de "Sob" alteraria as relações de significação entre os termos da oração e, por isso, prejudicaria a coerência entre os argumentos do texto.

RESPOSTA A mudança da preposição *"sob"* para *"de"* não alteraria as relações de sentido originais. Os termos *"Sob uma forma paradigmática"* e *"De uma forma paradigmática"* têm valor semântico de modo, maneira. *Errado.*

10101. Depreende-se da argumentação que as "realidades particulares" são "impossíveis de explicar ou compreender" porque a formação da consciência moral integra a estrutura da personalidade de cada um, individualmente.

RESPOSTA É equivocado afirmar que essas "realidades particulares" são "impossíveis de explicar ou compreender", pois dá a entender que assim o são sob qualquer ponto de vista. O que afirma o texto é que, **partindo-se do indivíduo**, torna-se impossível alcançar esse esclarecimento. A língua, a formação da consciência moral, o dinheiro e o tempo servem de exemplos para esse pensamento. *Errado.*

10102. *Sob uma forma paradigmática, a língua encarna esse tipo de dados sociais, que pressupõem uma multiplicidade de seres humanos organizados em sociedades e* ***os quais****, ao mesmo tempo, não param de se reindividualizar*.

A flexão de masculino em "os quais" mostra que essa expressão retoma um referente masculino plural e não "sociedades". O seu emprego, no texto, evita uma possível ambiguidade que poderia ser provocada pelo emprego do pronome **que**.

RESPOSTA O termo *"os quais"*, por se tratar de uma flexão no masculino plural, retoma necessariamente o referente *"seres humanos"*. A presença do pronome relativo *"que"* geraria um esforço de interpretação adicional na identificação do correto referente. *Certo.*

10103. *Sob uma forma paradigmática, a língua encarna esse tipo de dados sociais, que pressupõem uma multiplicidade de seres humanos organizados em sociedades e os quais, ao mesmo tempo, não param de* ***se reindividualizar***.

A retirada do pronome em "se reindividualizar" provocaria erro gramatical e incoerência textual, pois não se explicitaria o que seria reindividualizado.

RESPOSTA O pronome *"se"* é reflexivo, podendo ser facilmente substituído por *"a si mesmos"*. Exerce função de objeto direto do verbo *"reindividualizar"*. Sua ausência provocaria um vácuo que comprometeria a coerência textual. *Certo.*

10104. Em *"A cada um deles* ***correspondem*** *maneiras pessoais de agir e sentir, um* habitus *social que o indivíduo compartilha com outros e que se integra na estrutura de sua personalidade."*, a flexão de plural em "correspondem" mostra que, pela concordância, se estabelece a coesão com "maneiras"; mas seria igualmente correto e coerente estabelecer a coesão com "cada um", enfatizando este termo pelo uso do verbo no singular: corresponde.

RESPOSTA O núcleo do sujeito do verbo *"corresponder"* é *"maneiras"*, o que **obriga o verbo a se flexionar na forma plural** – *correspondem* –, para se estabelecer a concordância verbal.
O termo *"A cada um deles"* é objeto indireto desse verbo, não sendo possível, assim, justificar uma concordância entre *"cada um"* e a forma singular *"corresponde"*. *Errado.*

Texto para as questões 10105 a 10108

A experiência cultural das sociedades, em nossa época, é cada vez mais moldada e “globalizada” pela transmissão e difusão das formas significativas, visuais e discursivas, via meios de comunicação de massa. Conquanto o desenvolvimento dos meios de comunicação tenha tornado absolutamente frágeis os limites que separavam o público do privado, assiste-se hoje a uma nova tendência de politização e visibilidade do privado, com a estruturação de novas relações familiares, bem como à privatização do público. Faz-se necessário frisar que o imaginário social acompanha lentamente essa evolução, nem sempre aceitando o rompimento dos costumes fortemente arraigados.

Vera Lúcia Pires. A identidade do sujeito feminino: uma leitura das desigualdades. In: M. I. Ghilardi-Lucena (Org.). *Representações do feminino*. PUC: Átomo, 2003, p. 209 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2010 – CESPE) Julgue os itens seguintes, relativos à organização das ideias no texto acima e aos seus aspectos gramaticais.

10105. Em “... assiste-se hoje a uma nova tendência de politização e visibilidade do privado,- com a estruturação de novas relações familiares, bem como à privatização do público.”, o uso do sinal indicativo da crase em “à privatização” mostra que o conectivo “bem como” introduz um segundo complemento ao verbo **assistir**.

RESPOSTA O conector aditivo *“bem como”* une os dois objetos indiretos de verbo *“assistir”*: *“a uma nova tendência... relações familiares”* e *“à privatização do público”*. A crase ocorre devido à fusão da preposição *“a”* – solicitada pelo verbo *“assistir”* – e do artigo *“a”* – solicitado pelo substantivo feminino *“privatização”*. *Certo.*

10106. Em “Faz-se necessário frisar que o imaginário social acompanha lentamente essa evolução...”, a flexão de masculino em “necessário” estabelece concordância desse termo com “imaginário social”; no desenvolvimento da argumentação, essa relação sintática enfatiza “imaginário social” como o primeiro termo na comparação com “evolução”.

RESPOSTA A flexão de masculino singular em *“necessário”* se dá para se fazer a concordância com o sujeito oracional *“frisar que o imaginário social acompanha lentamente essa evolução”*. Além disso, de acordo com a argumentação, dá-se a entender que, numa ordem cronológica, o *“imaginário social”* vem depois da *“evolução”* descrita no texto (*“o imaginário social* **acompanha lentamente** *essa evolução”*). *Errado.*

10107. *Faz-se necessário frisar que o imaginário social acompanha lentamente essa evolução, nem sempre aceitando o rompimento dos* ***costumes fortemente arraigados.***

De acordo com a argumentação, os “costumes fortemente arraigados” referem-se às “relações familiares”.

RESPOSTA Os *“costumes fortemente arraigados”* referem-se não só às tradicionais relações familiares, mas também a todos os costumes tradicionais, que são regidos por preceitos morais adotados pela sociedade. O rompimento desses costumes nem sempre é assimilado com naturalidade pelo imaginário social, segundo o texto. *Errado.*

10108. *Conquanto o desenvolvimento dos meios de comunicação tenha tornado absolutamente frágeis os limites que separavam o público do privado...*

A estrutura sintática iniciada por “Conquanto” é responsável pelo uso do modo subjuntivo em “tenha”; por isso, a substituição dessa forma verbal por **tem** desrespeita as regras gramaticais do padrão culto da língua.

RESPOSTA O conector *“Conquanto”* é concessivo e equivale a *“embora, apesar de”*. O seu uso faz com que o verbo da oração introduzida pelo conector seja conjugado no modo Subjuntivo, resultando na construção *“Conquanto...* **tenha***”. Certo.*

Texto para as questões 10109 a 10114

Nas sociedades modernas, somos diariamente confrontados com uma grande massa de informações. As novas questões e os eventos que surgem no horizonte social frequentemente exigem, por nos afetarem de alguma maneira, que busquemos compreendê-los, aproximando-os daquilo que já conhecemos. Estas interações sociais vão criando "universos consensuais" no âmbito dos quais as novas representações vão sendo produzidas e comunicadas, passando a fazer parte desse universo não mais como simples opiniões, mas como verdadeiras "teorias" do senso comum, construções esquemáticas que visam dar conta da complexidade do objeto, facilitar a comunicação e orientar condutas. Essas teorias ajudam a forjar a identidade grupal e o sentimento de pertencimento do indivíduo ao grupo.

Essa análise permite, ainda, abordar um outro ponto: a caracterização dos grupos em função de sua representação social. Isto quer dizer que é possível definir os contornos de um grupo, ou, ainda, distinguir um grupo de outro pelo estudo das representações partilhadas por seus membros sobre um dado objeto social. Graças a essa reciprocidade entre uma coletividade e sua teoria, esta é um atributo fundamental na definição de um grupo.

Alda Judith Alves-Mazzotti. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. In: *Revista Múltiplas Leituras*, v. 1, n. 1, 2008, p. 18-43. Internet: <www.metodista.br> (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2010 – CESPE) A respeito da organização dos sentidos e das estruturas linguísticas do texto apresentado, julgue os itens que se seguem.

10109. "*Estas interações sociais vão criando 'universos consensuais' no âmbito dos quais as novas representações vão sendo produzidas e comunicadas, passando a fazer parte desse universo não mais como simples opiniões, mas como verdadeiras 'teorias' do senso comum...*"

Por meio da oração iniciada por "passando", atribui-se uma causa para a dinâmica das interações sociais expressas nas orações iniciais do período.

RESPOSTA A oração reduzida introduzida pela forma gerúndio *"passando"* introduz uma relação de consequência ou efeito, e não causa. É possível subentender a forma *"assim"* ou *"consequentemente"* na oração em destaque. *Errado.*

10110. Depreende-se do desenvolvimento do texto que os fragmentos "representações partilhadas" e "sobre um dado objeto social" são interpretados como diferentes porque partem de teorias que os caracterizam como diferentes.

RESPOSTA É equivocado afirmar que os termos *"representações partilhadas"* e *"sobre um dado objeto social"* são definidos por teorias distintas. No texto, os dois termos estão relacionados de forma lógica pela seguinte teoria: é por meio da identificação das **representações partilhadas** entre seus membros **acerca de um determinado objeto social** que se caracteriza um grupo de indivíduos. *Errado.*

10111. Em "*Graças a essa reciprocidade entre uma coletividade e sua teoria, esta é um atributo fundamental na definição de um grupo.*", já que a estrutura sintática exige a preposição **a**, a ausência de sinal indicativo da crase em "a essa reciprocidade" mostra que, por causa da presença do pronome demonstrativo "essa", o artigo não é aí usado.

RESPOSTA A preposição *"a"* é solicitada na expressão *"Graças a"* – *"graças* **a** *algo"* ou *"graças* **a** *alguém"*. Não há a necessidade do artigo *"a"* – outra condição para o emprego da crase –, pois, embora tenhamos o substantivo feminino *"reciprocidade"*, este já está determinado pelo pronome demonstrativo *"essa"*. *Certo.*

10112. "*Graças a essa reciprocidade entre uma coletividade e sua teoria, **esta** é um atributo fundamental na definição de um grupo.*"

Pelo uso do pronome “esta”, indica-se na argumentação que o “atributo fundamental na definição de um grupo” é a teoria, não a reciprocidade ou a coletividade.

RESPOSTA O pronome demonstrativo *“este(a)”* é empregado para referenciar termos de maior proximidade. No caso, o termo mais próximo é *“teoria”*. *Certo.*

10113. *As novas questões e os eventos que surgem no horizonte social frequentemente exigem, por nos **afetarem** de alguma maneira, que busquemos compreendê-los, aproximando-os daquilo que já conhecemos.*

O uso da flexão de terceira pessoa do plural em “afetarem” estabelece a relação desse verbo com “novas questões e os eventos”.

RESPOSTA A forma verbal “afetarem” está no plural para que haja concordância como o sujeito composto “As novas questões e os eventos”. *Certo.*

10114. A flexão de masculino nos pronomes em “compreendê-los” e “aproximando-os”, ambos em *“... por nos afetarem de alguma maneira, que busquemos compreendê-los, aproximando-os daquilo que já conhecemos.”*, mostra que esses pronomes remetem a “eventos”; mas, como o sujeito da oração se inicia pela qualificação de “questões”, seria coerente ressaltar, na argumentação, o referente “questões”, fazendo-se uso da concordância no feminino.

RESPOSTA O pronome *“os”*, presente nas formas verbais *“compreendê-***los***”* e *“aproximando-***os***”*, faz referência a *“eventos”* e *“questões”*. Como se trata de dois referentes de gêneros distintos, a concordância se dá no masculino plural. *Errado.*

Texto para as questões 10115 a 10118

A relação de poder e *status* entre grupos está ligada à identidade social, que permite ao grupo dominante na sociedade, por deter o poder e o *status*, impor valores e ideologias, que, por sua vez, servem para legitimar e perpetuar o *status quo*. Vale lembrar que os indivíduos nascem já inseridos em uma estrutura social e, simplesmente em função do sexo ou da classe social, entre outros itens, são colocados em um ou em outro grupo social. Dessa forma, adquirem as categorias sociais definitivas dos grupos aos quais pertencem e que podem ter valores sociais positivos ou negativos. Os membros dos grupos dominantes e de *status* superior passam a ter identidade social positiva e maior grau de autoestima. Da mesma forma, os membros de *status* inferior ou de grupos subordinados têm ou adquirem identidade social menos positiva e menor autoestima. Entretanto, se a mobilidade para uma classe superior parece impossível e os membros do grupo inferior percebem as fronteiras entre os grupos como impenetráveis, eles podem vir a adotar estratégias coletivas
para criar uma identidade social mais positiva para o seu grupo. Tais mudanças são denominadas mudanças sociais.

Astrid N. Sgarbieri. A mulher brasileira: representações na mídia. In: M. I. Ghilardi-Lucena (Org.). *Representações do feminino*. PUC: Átomo, 2003, p. 128-9 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2010 – CESPE) Com referência à organização dos sentidos e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens subsequentes.

10115. *Dessa forma, adquirem as categorias sociais definitivas dos grupos aos quais pertencem e que podem ter valores sociais positivos ou negativos.*

A preposição **a**, em “aos quais”, estabelece relações sintático-semânticas com o verbo **pertencer**; por tal motivo, essa preposição não poderia ser omitida no período, mesmo se o pronome fosse substituído

por **a que**.

RESPOSTA A preposição "a" é requerida pela regência do verbo "pertencer" (quem pertence, pertence **a** algo). Assim, deve-se posicionar o elemento prepositivo antes do pronome relativo, seja ele qual for. *Certo.*

Observação: A banca deveria, na redação da assertiva, substituir o trecho "mesmo se o pronome fosse substituído por **a que**." por "mesmo se o **pronome** fosse substituído por **que**". A redação original compromete a correção da assertiva. No lugar de "**aos quais** = a + **os quais**", empregar-se-ia a forma "**à que** = a + **a que**", o que tornaria falsa a afirmação. Nessa consideração, está-se levando a redação da assertiva ao pé da letra: no lugar do pronome "os quais", emprega-se a forma "a que". Provavelmente, tal possibilidade de interpretação deve ter passado despercebida pela banca.

10116. *... eles podem vir a adotar estratégias coletivas para criar uma identidade social mais positiva para o seu grupo.*

A expressão verbal "podem vir a adotar" indica uma possibilidade e uma continuidade da ação que o simples uso de "adotar" não indicaria; por essa razão, as ideias de possibilidade e de continuidade seriam incorporadas a essa expressão, sem prejudicar as relações semânticas nem a correção gramatical do texto, se fosse usada a forma verbal **viriam adotando**.

RESPOSTA A presença do verbo *"poder"* na expressão *"podem vir a adotar"* é que confere à expressão a ideia de possibilidade. A ausência do verbo *"poder"* eliminaria essa ideia. Além disso, a forma *"viriam adotando"*, com o verbo auxiliar conjugado no futuro do pretérito, não estaria corretamente correlacionada com os demais verbos *"parece"* e *"percebem"*, conjugados no presente do indicativo. *Errado.*

10117. *Tais mudanças são denominadas mudanças sociais.*

A expressão "Tais mudanças" retoma e resume a ideia de criação de uma identidade social mais positiva por meio de estratégias coletivas.

RESPOSTA As mudanças descritas no texto são as referentes à criação de uma identidade social mais positiva por meio de estratégias coletivas adotadas em grupo. A expressão *"tais mudanças"* estabelece essa coesão referencial na frase seguinte. *Certo.*

10118. O desenvolvimento das ideias no texto permite considerar mais de uma "relação de poder e *status* entre grupos"; por isso, estaria coerente e gramaticalmente correto iniciar o parágrafo empregando-se o plural, mediante a substituição do trecho "A relação de poder" por **As relações de poder**.

RESPOSTA Se houver a substituição por *"As relações de poder"*, também será necessário observar as flexões verbais e nominais para que se estabeleçam as corretas concordâncias. Como exemplos, podemos citar: *"**As relações de poder** e status entre grupos **estão ligadas** à identidade social, que permite ao grupo dominante na sociedade...". Errado.*

Texto para as questões 10119 a 10124

A organização da sociedade em movimentos sociais é inerente à sua estrutura de poder. O teatro teve,
na Grécia antiga, o papel político de dotar a população de razão crítica por intermédio de uma expressão estética. Mas os movimentos sociais adquirem ao longo da história distintas expressões: estética, religiosa, econômica, ecológica etc. A partir do século um, o Império Romano teve suas bases solapadas por um movimento social de caráter religioso – o Cristianismo –, que se recusou a reconhecer a divindade de
César e propalou a radical dignidade de todo ser humano. Desde a Revolução Francesa, a sociedade civil
passou a se mobilizar mais frequentemente em movimentos sociais. Porém, é recente a noção de que a sociedade civil deve se organizar para pressionar o poder público, e não necessariamente

almejar também a tomada de poder. Isso ensejou o caráter multifacetado dos movimentos de indígenas, negros, mulheres, migrantes, homossexuais etc. e o fato de constituírem instâncias políticas nem sempre partidárias. É o fenômeno recente do *empoderamento* da sociedade civil, que, quanto mais forte, mais logra transmutar a democracia meramente representativa em democracia efetivamente participativa.

Frei Beto. Valores que constroem a cidade. In: *Correio Braziliense*, 25-6-2010 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2010 – CESPE) A partir das estruturas linguísticas que organizam o texto acima, julgue os itens subsecutivos.

10119. O uso das letras iniciais maiúsculas em "Império Romano", "Cristianismo" e "Revolução Francesa" são exemplos de que substantivo usado para designar ente singular deve ser grafado com inicial maiúscula, como, por exemplo, **Lei n. 8.888/1998**.

RESPOSTA Empregam-se iniciais maiúsculas para designação de substantivos próprios. No caso, temos, o nome de uma referência de dominador, uma religião e um evento histórico, respectivamente. *Certo.*

10120. Em "*A partir do século um, o Império Romano teve suas bases solapadas por um movimento social de caráter religioso – o Cristianismo –, que se recusou a reconhecer a divindade de César e propalou a radical dignidade de todo ser humano.*", os travessões duplos têm a função de destacar a inserção, "o Cristianismo", e a vírgula, a função de separar a oração que serve de explicação ao "movimento social"; por isso, o uso de vírgulas, em lugar dos travessões, para destacar a inserção respeitaria as regras gramaticais, mas deixaria de marcar todas as relações significativas do texto.

RESPOSTA O aposto explicativo é um termo sintático que pode ser isolado por vírgulas ou por travessões. Este último sinal de pontuação, no entanto, pode conferir um destaque maior para o termo isolado, cumprindo, assim, um papel semântico muitas vezes. *Certo.*

10121. *Isso ensejou o caráter multifacetado dos movimentos de indígenas, negros, mulheres, migrantes, homossexuais etc. e o fato de constituírem instâncias políticas nem sempre partidárias.* Na organização do texto, o pronome "Isso" retoma as ideias da argumentação anterior, especialmente a de que, a partir da Revolução Francesa, os movimentos sociais tornaram-se mais frequentes.

RESPOSTA O pronome *"isso"* é anafórico e retoma a ideia de que é *"recente a noção de que a sociedade civil deve se organizar para pressionar o poder público, e não necessariamente almejar também a tomada de poder". Errado.*

10122. É coerente com a argumentação do texto interpretar "mais forte" como uma qualidade de "sociedade civil"; mas é igualmente correto interpretar essa expressão como referente a "fenômeno" ou "*empoderamento*".

RESPOSTA Não há prejuízo de entendimento se for adotada uma outra forma de referenciação, pois, segundo o texto, *"o empoderamento mais forte"* e *"a sociedade civil mais forte"* estão intrinsecamente ligados. *Certo.*

10123. De acordo com a organização das ideias no texto, por seu objetivo, o "teatro" grego constitui um exemplo de movimento social inerente à "estrutura de poder" da sociedade.

RESPOSTA O teatro grego é apresentado no texto como um exemplo histórico de movimento social atrelado a uma estrutura de poder. Ele tinha como função despertar na população a razão crítica, daí sua influência no contexto social. *Certo.*

10124. Por introduzir uma enumeração explicativa, o sinal de dois-pontos em "Mas os movimentos sociais adquirem ao longo da história distintas expressões: estética, religiosa, econômica,

ecológica etc." admite a substituição por vírgula sem prejudicar a coerência textual nem desrespeitar as regras gramaticais.

RESPOSTA Se no lugar dos dois-pontos, empregássemos a vírgula, haveria a necessidade de inserção adicional de algum elemento coesivo (*por exemplo, tais como, como*). *Errado.*

Texto para as questões 10125 a 10128

Na história das ideias, são raras as proposições gerais que não se desfazem em exceções. É necessário, no entanto, generalizar e comparar, e a generalização que nos servirá de ponto de partida está entre as mais robustas de que a história das ideias é capaz. Ei-la: o grande divisor de águas no tocante à evolução da noção de progresso civilizatório e do seu impacto sobre a felicidade humana foi o Iluminismo europeu do século XVIII – a "era da razão". A equação fundamental do Iluminismo pressupunha a existência de uma espécie de harmonia preestabelecida entre o progresso da civilização e o aumento da felicidade.

A meteorologia usa o barômetro para medir a pressão da atmosfera e prever as mudanças do clima. Se a história das ideias possuísse um instrumento análogo, capaz de fazer leituras barométricas dos climas de opinião em determinados períodos e de registrar as variações de expectativa em relação ao futuro em diferentes épocas, então haveria pouca margem para dúvida de que o século XVIII deslocaria o ponteiro da confiança no progresso e no aumento da felicidade humana ao longo do tempo até o ponto mais extremo de que se tem notícia nos anais da história intelectual.

Eduardo Giannetti. *Felicidade:* diálogos sobre o bem-estar na civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 19-22 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2011 – CESPE) Com base no texto acima, julgue o seguinte item.

10125. Preservando-se a coerência e a correção gramatical do texto, seu primeiro período poderia ser assim reescrito: É raro, na história das ideias, que se encontre proposições de natureza geral que se mantenham firmes diante de exceções.

RESPOSTA O trecho reescrito mantém a coerência com o trecho original, porém há um equívoco na flexão verbal *"encontre"*. Esta deveria estar flexionada na forma plural *"encontrem"*, para que houvesse a concordância com o núcleo do sujeito paciente *"proposições"* (*que* ***se encontrem proposições*** *de natureza geral = que* ***proposições*** *de natureza geral* ***sejam encontradas***). *Errado.*

10126. A relação entre progresso civilizatório e felicidade está associada a um momento histórico específico, o Iluminismo, embora o texto indique que a relação entre esses elementos possa ser observada em outras épocas e movimentos históricos.

RESPOSTA O texto faz uma analogia: se existisse um instrumento de medição, o ponteiro que indicaria a confiança no progresso e no aumento da felicidade seria deslocado até o seu ponto máximo no século XVIII, momento histórico do Iluminismo. Ao mencionar que essa confiança atingiu o ponto de máximo nesse período, dá-se a entender que em outros momentos também se teve essa confiança, porém em menor grau. *Certo.*

10127. O reconhecimento, pelo autor, de que seu argumento está fundamentado em base frágil, a generalização na história das ideias, e de que essa generalização é necessária funciona como forma de evitar, no nível discursivo, eventuais críticas ao seu posicionamento.

RESPOSTA Esse tom de admissão de uma certa fragilidade da tese escolhida é acompanhada de uma justificativa plausível: a generalização usada – *o grande divisor de águas no tocante à evolução da noção de progresso civilizatório e do seu impacto sobre a felicidade humana foi o Iluminismo europeu do século XVIII* – é, segundo o autor, das generalizações, a mais robusta já criada. Isso contribui para dar respaldo ao seu discurso. *Certo.*

10128. No segundo período, por meio do emprego de “generalização”, “que”, “as”, “que” e “ideias”, o autor retoma o sentido de “proposições gerais”.

RESPOSTA Os termos *“generalização”*, *“que”*, *“as”* retomam a ideia contida em *“proposições gerais”*. Já o segundo *“que”* retoma *“as (generalizações) mais robustas”*, restringindo o sentido original de *“proposições gerais”*, e *“ideias”* apresenta um sentido mais amplo, que engloba *“generalizações”*. *Errado.*

Texto para as questões 10129 a 10132

Como o brasileiro vê a felicidade

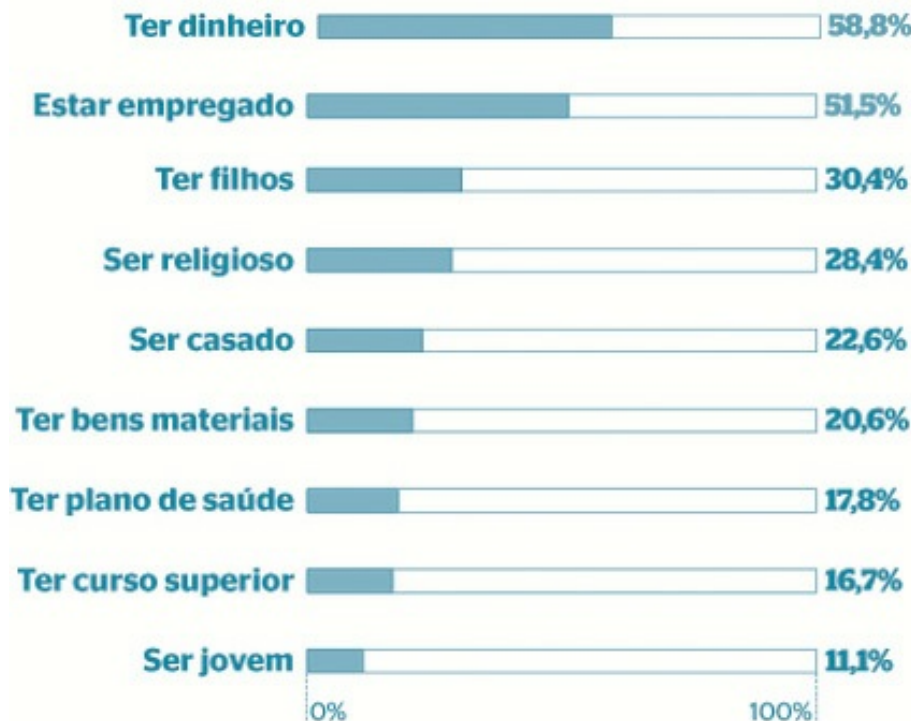
Uma pesquisa feita pela Fiesp em 2010 revela o nível de felicidade no país e o que as pessoas acham que influencia sua satisfação com a vida

FATORES DA FELICIDADE

Os fatores mais importantes para se sentir feliz, segundo os entrevistados pela pesquisa

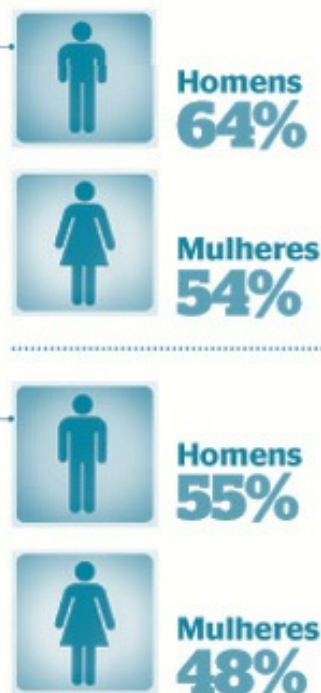
Em % (2009)

Fator	%
Ter dinheiro	58,8%
Estar empregado	51,5%
Ter filhos	30,4%
Ser religioso	28,4%
Ser casado	22,6%
Ter bens materiais	20,6%
Ter plano de saúde	17,8%
Ter curso superior	16,7%
Ser jovem	11,1%

0% 100%

ENTRE OS SEXOS

Os homens brasileiros acreditam mais no dinheiro como fonte de felicidade

Ter dinheiro: Homens 64% / Mulheres 54%

Estar empregado: Homens 55% / Mulheres 48%

O GRAU DE FELICIDADE

Em geral, os brasileiros entrevistados se consideram mais felizes no momento atual do que no passado

Em comparação com cinco anos atrás, porcentagem da população que se declara...

	%
Mais feliz	45%
Igualmente feliz	42%
Menos feliz	13%

0% 100%

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

ENTRE OS SEXOS

Média de pessoas que se declararam felizes

Em %

	2010	2005
Homens	45%	45%
Mulheres	48%	45%

(Auditor Federal de Controle Externo – 2011 – CESPE) Os itens a seguir apresentam uma afirmação referente aos dados da pesquisa a que se refere o texto. Julgue-os quanto à correção

gramatical e à conformidade com os dados apresentados.

10129. Mais de 50% dos homens e mulheres entrevistados considera o dinheiro como uma fonte de felicidade; grande parte desse grupo é formada por homens que respondem por 64% dos indivíduos que pensam assim.

RESPOSTA São necessárias algumas correções, para que se mantenha a correção e a clareza: a forma verbal *"considera"* deve ser flexionada no plural – *consideram* –, a fim de manter a concordância com o sujeito *"Mais de 50% dos... entrevistados"*. Além disso, deve haver uma vírgula depois de *"homens"*, transformando a oração *"que respondem por 64% dos indivíduos"* de restritiva para explicativa. O correto, então, seria: *"Mais de 50% dos homens e mulheres entrevistados* ***consideram*** *o dinheiro como uma fonte de felicidade; grande parte desse grupo é formada por homens****, que respondem por 64% dos indivíduos*** *que pensam assim". Errado.*

10130. Nota-se um decréscimo no número de mulheres que se declararam felizes quando se compara os dados colhidos em 2010 aqueles de 2005.

RESPOSTA Primeiramente, temos um acréscimo: em 2005, 45% das mulheres se declararam felizes. Já em 2010, esse percentual subiu para 48%. Além disso, há equívocos relacionados à norma culta: a forma verbal *"se compara"* deve ser flexionada no plural – *se comparam* –, para que haja concordância com o núcleo do sujeito paciente *"dados"* (*quando* ***se comparam os dados*** = *quando* ***os dados... são comparados***). Deveria também haver o emprego da preposição *"com"* depois de *"2010"*, para se estabelecer a coesão adequada. Assim, o correto seria: *"Nota-se um* ***acréscimo*** *no número de mulheres que se declararam felizes quando* ***se comparam*** *os dados colhidos em 2010* ***com*** *aqueles de 2005". Errado.*

10131. A pesquisa da FIESP levantou dados estatísticos acerca dos fatores que os brasileiros julgam estar ligados à felicidade, como, por exemplo, a idade e o casamento.

RESPOSTA Na tabela "Fatores de Felicidade", dentre os fatores que influenciam a felicidade, estão a idade (*"ser jovem"* é um dos fatores) e o casamento (*"ser casado"* também é um dos fatores). Além disso, o trecho se mostra inteiramente de acordo com as normas gramaticais. *Certo.*

(Auditor Federal de Controle Externo – 2011 – CESPE) Considerando as ideias e aspectos gramaticais do texto, julgue o item abaixo.

10132. O trecho "Uma pesquisa (...) com a vida", logo abaixo do título do texto, poderia ser reescrito, mantendo-se sua correção gramatical e seu sentido original, da seguinte forma: O nível de felicidade no Brasil e os fatores a que as pessoas atribuem sua satisfação com a vida foram revelados em 2010 por uma pesquisa feita pela FIESP.

RESPOSTA Trata-se de uma sutileza o erro presente no trecho reescrito: para manter o sentido original de presente factual (*Uma pesquisa...* ***revela****...*), deve-se empregar *"são revelados"* em vez de *"foram revelados"* no trecho reescrito. *Errado.*

Texto para as questões 10133 a 10136

Para o filósofo Bentham, a felicidade era uma proposição matemática, e ele passou anos realizando pequenos ajustes em seu "cálculo da felicidade", um termo maravilhosamente atraente. Eu, por exemplo, nunca associei cálculo à felicidade. No entanto, trata-se de matemática simples. Some os aspectos prazerosos de sua vida, depois subtraia os desagradáveis. O resultado é a sua felicidade total. Os mesmos cálculos, acreditava Bentham, podiam ser aplicados a uma nação inteira. Cada medida tomada por um governo, cada lei aprovada, deveria ser vista sob o prisma da "maior felicidade possível". Bentham ponderou que dar dez dólares a um homem pobre contava mais do que dar dez dólares a um homem rico, já que o pobre tirava mais prazer desse dinheiro.

Eric Weiner. *Geografia da felicidade*. Tradução de Andréa Rocha. Rio de Janeiro: Agir, 2009, p. 247-8 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2011 – CESPE) Com base no texto acima, julgue os

itens subsequentes.

10133. Infere-se do texto que, para Bentham, os pobres têm mais direito à felicidade, devido à sua capacidade de tirar mais prazer de pequenas coisas.

RESPOSTA Não se pode inferir que os pobres tenham mais direito à felicidade do que os ricos. O que se pode inferir é que recompensas simples têm mais impacto na felicidade dos mais pobres do que na dos ricos. É caso do exemplo dos dez dólares dados a um homem pobre, que lhes tira mais proveito do que um homem rico. *Errado.*

10134. *No entanto, trata-se de matemática simples.*

A expressão “No entanto” introduz, no texto, ideia de oposição ao fato de o autor nunca ter associado cálculo à felicidade.

RESPOSTA O autor afirma que nunca associou cálculo à felicidade e, na sequência, faz uma ressalva, afirmando que se trata de uma matemática relativamente simples. O conector empregado para expressar essa oposição é a conjunção adversativa “No entanto”. *Certo.*

10135. No último período do texto, o trecho “que dar (...) desse dinheiro” funciona como objeto que complementa o sentido de “ponderou”, forma verbal da oração cujo sujeito é Bentham.

RESPOSTA A Banca apresentou a seguinte justificativa para anulação: *“A ausência de indicação de número de linha na redação do item prejudicou a interpretação correta da cobrança feita no item. Por esse motivo opta-se por sua anulação”.*
Trata-se de um motivo injustificado, uma vez que o item diz se referir ao último período, possibilitando, assim, a plena identificação da oração.

Seria interessante, no entanto, desmembrar a classificação do termo da seguinte forma:

i) a oração *“que dar dez dólares a um homem pobre”* é, ao mesmo tempo, substantiva objetiva direta – objeto direto de *“ponderar”* – e substantiva subjetiva – sujeito de *“contava”*.

ii) a oração *“já que o pobre tirava mais prazer desse dinheiro.”* é adverbial causal.

Anulada.

10136. O autor constrói seu texto de forma a se aproximar do leitor, o que explica, por exemplo, o emprego da primeira pessoa do singular no segundo período e o do imperativo no quarto.

RESPOSTA O emprego da 1ª pessoa do singular e dos imperativos dão ao texto um tom de confidencialidade e intimidade. A comunicação entre autor e leitor parece ser feita de forma direta, como se fosse uma conversa informal. *Certo.*

Texto para as questões 10137 a 10139

A mais ínfima felicidade, quando está sempre presente e nos torna felizes, é incomparavelmente superior à maior de todas, que só se produz de maneira episódica, como uma espécie de capricho, como uma inspiração insensata, em meio a uma vida que é dor, avidez e privação. Tanto na menor como na maior felicidade, porém, há sempre algo que faz que a felicidade seja uma felicidade: a faculdade de esquecer, ou melhor, em palavras mais eruditas, a faculdade de sentir as coisas, durante todo o tempo que dura a felicidade, fora de qualquer perspectiva histórica. Aquele que não sabe instalar-se no limiar do instante, esquecendo todo o passado, aquele que não sabe, como uma deusa da vitória, colocar-se de pé uma vez sequer, sem medo e sem vertigem, este não saberá jamais o que é a felicidade, e o que é ainda pior: ele jamais estará em condições de tornar os outros felizes. É possível viver, e mesmo viver feliz, quase sem lembrança, como o demonstra o animal; mas é absolutamente impossível ser feliz sem esquecimento.

F. W. Nietzsche. II Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida. In: *Escritos sobre*

história. São Paulo: Loyola, 2005, p. 72-3 (com adaptações).

(Auditor Federal de Controle Externo – 2011 – CESPE) Com base no texto acima, julgue os itens que se seguem.

10137. O texto caracteriza-se como predominantemente dissertativo-argumentativo, e o autor utiliza recursos discursivos diversos para construir sua argumentação, como, por exemplo, linguagem figurada e repetições.

RESPOSTA O texto tem como **tema** a *felicidade* e como **tese** *o fato de ser impossível ser feliz sem a faculdade de se esquecer todo o passado e aproveitar ao máximo o instante presente.* Esse posicionamento é constantemente retomado no texto, sob a forma de paráfrases (repetição da mesma ideia com outras palavras) e de analogias metafóricas (comparação com a "deusa da vitória" e com o "animal", por exemplo). A presença de um tema central e de uma tese caracteriza o texto como predominantemente dissertativo-argumentativo. *Certo.*

10138. No segundo período do texto, o trecho introduzido pelos dois pontos apresenta uma explicação do que o autor entende por "maior felicidade".

RESPOSTA Os dois-pontos introduzem uma explicação do que vem a ser a **felicidade**, tanto a menor com a maior delas. Não há a limitação da explicação ao conceito de "maior felicidade", portanto. A explicação presente abrange todos os tipos. *Errado.*

10139. O autor estabelece em seu texto uma oposição entre história e felicidade.

RESPOSTA Segundo o texto, a felicidade está condicionada a aproveitar todo seu instante de duração, como se não houvesse perspectiva histórica. Ou seja, defende o texto que a lembrança de fatos passados ("*história*") se incompatibiliza, de certa forma, com a verdadeira sensação de felicidade. *Certo.*

Texto para as questões 10140 a 10158

Estava no Brasil

A cooperação foi similar à da Operação Condor, só que estritamente dentro da lei e a favor da democracia. No último fim de semana, a Polícia Federal deteve em Foz do Iguaçu, no Paraná, o general paraguaio Lino Oviedo, havia meses foragido, e cuja prisão preventiva com fins de extradição tinha sido pedida pelo Paraguai. No apartamento no qual se escondia, foram encontrados um revólver calibre 38, dez telefones celulares e uma peruca. Oviedo, que já comandou uma tentativa de golpe em 1996, é acusado de tramar o assassinato do vice-presidente de seu país, Luis María Argaña, no ano passado. Preso, ele poderá ser extraditado para o Paraguai, onde goza de grande simpatia popular e nenhuma do governo. Com sua fama de golpista, Oviedo é o principal suspeito de ter planejado a última quartelada para derrubar o governo do presidente Luis González Macchi, há um mês. É um abacaxi para os paraguaios. Se livre e clandestino, é um incômodo para o governo; dentro de uma prisão no Paraguai, Oviedo é um perigo ainda maior, pois estará mais próximo e à vista de seus seguidores. O governo brasileiro não podia deixar de prender o general paraguaio. Um dos compromissos dos países-membros do MERCOSUL é a adesão ao regime democrático. Dar cobertura a golpistas, como Oviedo, não é um alento à democracia. O destino do general no Brasil está nas mãos do Supremo Tribunal Federal, responsável por julgar o pedido de extradição.

Veja, 21-6-2000 (com adaptações).

(Papiloscopista Policial Federal – 2000 – CESPE) Com relação às ideias e às informações do texto, julgue os itens abaixo.

10140. Infere-se do texto que a Operação Condor foi ilegal.

RESPOSTA A primeira frase do texto compara a Operação Condor com a operação que prendeu o general paraguaio Lino Oviedo. Ao dizer que esta era similar àquela, porém estritamente dentro da lei, o autor dá a entender que a Operação Condor infringiu as normas em alguns aspectos, caracterizando-se, assim, sua ilegalidade. *Certo.*

10141. O governo paraguaio solicitou à Polícia Federal do Brasil a prisão do general Lino Oviedo por não ter corporação suficientemente equipada para fazê-lo.

RESPOSTA Segundo o texto, o governo paraguaio solicitou ao brasileiro que o general Lino Oviedo fosse extraditado, daí a ação da Polícia Federal. Não se trata, assim, de incapacidade da polícia paraguaia, mas sim de uma restrição legal que a impedia de prender o general em território estrangeiro, sendo necessário, para isso, formalizar o pedido de extradição. *Errado.*

10142. Não há acusações suficientes e fundamentadas que sustentem a prisão do general. Para o povo, ele é apenas um perseguido político.

RESPOSTA Segundo relato do texto, o general Lino Oviedo é acusado de ser o principal articulador de um golpe de estado ("quartelada") para derrubar o governo de Luís González Macchi. Ressalta-se que ele já havia comandado um golpe de estado em 1996. Além disso, pesam sobre o general acusações de organização do assassinato do vice-presidente Luis María Argaña. *Errado.*

10143. A prisão do general, segundo o texto, não constitui alívio para o governo paraguaio, embora atenda aos anseios do governo desse país.

RESPOSTA Embora o pedido de prisão de Oviedo tenha sido solicitado pelo governo paraguaio, a presença do general em seu país de origem gera desconforto, uma vez que ele goza de ampla simpatia por parte da população local. Assim, sua presença no Paraguai o torna mais visível a seus seguidores, gerando preocupações entre membros do governo deste país. *Certo.*

10144. A ação da Polícia Federal está de acordo com os compromissos assumidos pelos países-membros do MERCOSUL, entre os quais o Brasil e o Paraguai se inserem.

RESPOSTA Trata-se de um acordo entre os países membros do Mercosul proteger o regime democrático, o que impede, em tese, algum país de acobertar golpistas, como no caso do general Oviedo. *Certo.*

(Papiloscopista Policial Federal – 2000 – CESPE) Com relação à pontuação do texto, julgue os itens que se seguem.

10145. *No último fim de semana, a Polícia Federal deteve em Foz do Iguaçu, no Paraná, o general paraguaio Lino Oviedo, havia meses foragido, e cuja prisão preventiva com fins de extradição tinha sido pedida pelo Paraguai. (...) Preso, ele poderá ser extraditado (...).*

A justificativa para a vírgula imediatamente posterior a "No último fim de semana" é a mesma que corresponde àquela posterior a "Preso".

RESPOSTA Temos dois termos acessórios da oração – o adjunto adverbial "No último fim de semana" e o predicativo "Preso" – deslocados da ordem direta, iniciando o período. É justificado, dessa maneira, o uso da vírgula nos dois casos. *Certo.*

10146. *No apartamento no qual se escondia, foram encontrados um revólver calibre 38, dez telefones celulares e uma peruca.*

Se uma vírgula fosse inserida imediatamente após "apartamento", as relações semânticas e sintáticas do período do texto seriam mantidas inalteradas.

RESPOSTA Se for inserida uma vírgula após apartamento, a oração adjetiva "no qual se escondia" deixaria de ser restritiva e passaria a ser explicativa. Trata-se, portanto, de uma alteração sintática. Semanticamente, no entanto, não haveria diferença de sentido. *Errado.*

10147. *Oviedo, que já comandou uma tentativa de golpe em 1996, é acusado de tramar o*

assassinato do vice presidente de seu país, Luis María Argaña, no ano passado.

A vírgula após "Oviedo" não tem justificativa gramatical, já que a oração posterior introduz uma informação explicativa.

RESPOSTA É justamente por representar uma informação explicativa que é necessário empregar a vírgula após "Oviedo" e após "1996". A oração adjetiva *"que já comandou... em 1996"* é explicativa e isola o sujeito "Oviedo" do seu verbo "é". *Errado.*

10148. Em "... Oviedo é o principal suspeito de ter planejado a última quartelada para derrubar o governo do presidente Luis González Macchi, há um mês.", seria correto suprimir a vírgula.

RESPOSTA A oração *"para derrubar o governo do presidente Luis González Macchi, há um mês."* está na ordem direta (sujeito – verbo – complemento – adjunto). Sendo assim, a vírgula antes do adjunto adverbial "há um mês" não é mandatória. Ela é uma necessidade estilística, não sintática. *Certo.*

10149. O último período do texto – "O destino do general no Brasil está nas mãos do Supremo Tribunal Federal, responsável por julgar o pedido de extradição." – poderia ser corretamente reescrito com a locução adverbial "no Brasil" entre vírgulas.

RESPOSTA O adjunto adverbial "no Brasil" está deslocado da ordem direta, isolando o sujeito "O destino do general" e o verbo "está". Sendo assim, seria justificado o emprego das vírgulas isolando "no Brasil", embora não seja mandatório, uma vez que o adjunto adverbial tem curta extensão. *Certo.*

(Papiloscopista Policial Federal – 2000 – CESPE) Considerando a tipologia do texto, julgue os seguintes itens.

10150. O texto não está estrategicamente bem definido, já que o fato de conter um único parágrafo não permite que haja uma introdução e uma conclusão do assunto.

RESPOSTA Cada parágrafo, por ser uma unidade de composição do texto, também reflete uma estrutura composta de introdução, desenvolvimento e conclusão. No caso do texto, a introdução está compreendida em "*A cooperação foi similar... a favor da democracia.*"; o desenvolvimento, em "*No último fim de semana... à vista de seus seguidores*" e a conclusão, em "*O governo brasileiro não podia deixar de prender... não é um alento à democracia*". *Errado.*

10151. Apesar de o texto ser informativo, há uma tomada de posição do autor desfavorável à ação da Polícia Federal brasileira e em solidariedade ao governo paraguaio.

RESPOSTA Não há um posicionamento contrário à ação da polícia brasileira, e sim a favor. Isso é bem evidenciado nos trechos "*O governo brasileiro não podia deixar de prender o general paraguaio.*" e "*Dar cobertura a golpistas, como Oviedo, não é um alento à democracia*". *Errado.*

10152. No texto, predomina a linguagem conotativa.

RESPOSTA Predomina a linguagem denotativa, ou seja, grande parte dos termos está empregada em seu sentido literal. Há conotações discretas, como "abacaxi" e "quartelada". *Errado.*

10153. Os três últimos períodos do texto – "Um dos compromissos dos países-membros do MERCOSUL é a adesão ao regime democrático. Dar cobertura a golpistas, como Oviedo, não é um alento à democracia. O destino do general no Brasil está nas mãos do Supremo Tribunal Federal, responsável por julgar o pedido de extradição." – não mantêm uma sequência lógica com o restante do parágrafo.

RESPOSTA Os três últimos períodos formam a conclusão do texto. Dado que Oviedo é um golpista e, portanto, um desrespeitador da democracia, chega-se à conclusão de que o Brasil não poderia se recusar a prendê-lo, sob pena de

compactuar com atos que ameaçam os regimes democráticos nos países do Mercosul. *Errado.*

(Papiloscopista Policial Federal – 2000 – CESPE) Nos itens seguintes, foi feita a reescritura de um período do texto. Julgue-os quanto à manutenção do sentido original e à correção gramatical.

10154. Segundo período: **Foi detido, na semana passada, em Foz do Iguaçu, no Paraná, o general Lino Oviedo, que tinha sua prisão preventiva decretada pelo governo paraguaio**.

RESPOSTA No que se refere à correção gramatical, o trecho reescrito não apresenta imprecisões. Ocorrem, no entanto, alterações de sentido. Ao empregar *"na semana passada"*, não fica explícita a informação original de que a prisão havia se dado num fim de semana. Além disso, foi omitido o agente da ação *"deter"*, que, no trecho original, é representado pela Polícia Federal. *Errado.*

10155. Terceiro período: **Encontraram-se, no apartamento em que se escondia, um revólver calibre 38, dez telefones celulares e uma peruca.**

RESPOSTA No trecho original, foi empregada a voz passiva analítica ("*foram encontrados*"). Já no trecho reescrito, foi empregada a voz passiva sintética ("*encontraram-se*"), mantendo-se a concordância do verbo "entregar" com o sujeito paciente composto "*um revólver calibre 38, dez telefones celulares e uma peruca*". Nessa alteração, mantiveram-se a correção e o sentido originais. *Certo.*

10156. Quarto período: **Acusa-se Oviedo, que, em 1996, já comandou uma tentativa de golpe, de tramar, no ano passado, o assassinato do vice-presidente de seu país, Luis María Argaña.**

RESPOSTA Nota-se o correto emprego da vírgula isolando os adjuntos adverbias deslocados da ordem direta "*em 1996*", "*no ano passado*" e a oração adjetiva explicativa "*que, em 1996, já comandou uma tentativa de golpe*". Além disso, é correta a flexão da forma verbal "*acusa-se*" no singular, pois esta concorda com o sujeito paciente "*Oviedo*". Com essas alterações, mantêm-se a correção e o sentido originais. *Certo.*

10157. Quinto período: **Ele poderá ser extraditado e, preso, levado para o Paraguai, lugar onde goza de grande simpatia popular e nenhuma do governo.**

RESPOSTA Há uma mudança de sentido no trecho reescrito, pois, no texto original, "preso" é uma condição anterior a extraditar. Assim, estando preso, é que Oviedo poderá ser extraditado. Perceba que, no trecho reescrito, não há essa relação de subordinação. *Errado.*

10158. Último período: **O destino do general no Brasil, que é responsável por julgar o pedido de extradição, está nas mãos do Supremo Tribunal Federal.**

RESPOSTA A oração adjetiva *"que é responsável por julgar o pedido de extradição"* refere-se, no trecho original, ao "Supremo Tribunal Federal". No entanto, no trecho reescrito, ela se refere ao general Lino Oviedo. Trata-se, assim, de uma alteração de sentido que torna a sentença incoerente, pois não é possível o próprio preso julgar seu pedido de extradição. *Errado.*

Texto para as questões 10159 a 10183

Operação Paraguai

O comissário Adelio Gray e o oficial Miguel Deguizamón desembarcaram, quarta-feira, 1º, de um helicóptero de combate em uma fazenda perto do município paraguaio de Capitán Bado, a poucos quilômetros da fronteira brasileira, prontos para uma guerra. Usando uniformes de camuflagem, armados com fuzis M-16 e pistolas 9 mm, eles comandam 30 homens da elite da polícia paraguaia que vasculham os 120 quilômetros que vão das cidades paraguaias de Pedro Juan Caballero a Capitán Bado. Gray é o diretor nacional de narcóticos, ligado diretamente à Presidência da República do Paraguai. Os policiais do serviço antidrogas, alguns treinados nos Estados Unidos da

América (EUA), foram mandados de Assunção para ajudar a Polícia Federal (PF) brasileira em uma faxina inédita na fronteira entre os dois países. Procuram em particular um foragido brasileiro, o traficante carioca Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, ligado à quadrilha do ex-deputado Hildebrando Pascoal. Figurinha carimbada em festas e eventos em Capitán Bado, Fernandinho andava pela região em uma Blazer e uma Toyota Ranger cercado de pistoleiros armados com metralhadoras Uzi. Até a semana passada, ele vinha-se escondendo em uma casa em Capitán Bado, cidade de dez mil habitantes separada apenas por uma rua de Coronel Sapucaia – MS. No *bunker*, a polícia só encontrou dezenas de cartuchos de fuzil e antenas de rádio. A poucos metros da sede da polícia de Capitán Bado, Fernandinho comandava a distribuição de cerca de 200 quilos de cocaína a cada 15 dias. Suspeita-se de que se tenha mudado para a Bolívia ou a Colômbia. Enviados pelo diretor-geral da PF, Agílio Monteiro, 60 agentes cercam a área que vai de Bela Vista a Salto do Guaíra. Dos dois lados, fazendas com pistas de pouso clandestinas tornam-se o esconderijo de armas e drogas. Nos últimos dias, brasileiros e paraguaios, com o apoio da Justiça, entraram em fazendas de empresários apontados como amigos de Fernandinho.
Na segunda-feira, 29, a polícia paraguaia prendeu na cidade, por envolvimento com narcotráfico, um dos membros da família Morél, Israel, irmão de João e tio de Ramon, sócio de Fernandinho. A família Morél circula livremente entre Capitán Bado e Coronel Sapucaia. Ramon é presidente da Federação de Futebol de Salão de Capitán Bado, ligada à Confederação de Futebol da cidade, presidida pelo vereador paraguaio José Lescano. Proprietário de uma firma caseira de sofás, Lescano nega qualquer envolvimento com o narcotráfico e se diz surpreso com as acusações: "A gente ouve falar isso tudo, mas a polícia é que deve investigar, não eu. Eu confio na polícia".

IstoÉ, 8-12-1999 (com adaptações).

(Papiloscopista Policial Federal – 2010 – CESPE) A partir da leitura do texto, julgue os itens que se seguem.

10159. Trinta homens da Polícia Federal paraguaia, treinados nos EUA, juntaram-se a uma equipe da Polícia Federal brasileira para combater o narcotráfico no município de Capitán Bado, no Paraguai.

RESPOSTA Segundo o texto, apenas alguns homens do destacamento antidrogas foram treinados nos EUA, e não todos, como afirma a assertiva. Além disso, a operação que reuniu policiais brasileiros e paraguaios visava a fiscalizar a fronteira entre os dois países, combatendo o narcotráfico na região. Em particular, procuravam o foragido Fernandinho Beira-Mar. *Errado.*

10160. A ação conjunta Paraguai/Brasil é inédita e tem como foco a prisão de um bandido brasileiro conhecido como Fernandinho Beira-Mar.

RESPOSTA É o que se afirma quase literalmente nas linhas 6 e 7: a operação que reuniu policiais brasileiros e paraguaios consistia numa faxina inédita contra o narcotráfico na fronteira entre os dois países e visava, em especial, capturar o foragido da polícia brasileira, Fernandinho Beira-Mar. *Certo.*

10161. Fernandinho Beira-Mar é visto constantemente em eventos públicos em Pedro Juan Caballero, no Paraguai, por isso o governo brasileiro solicitou a colaboração da polícia paraguaia na captura do narcotraficante.

RESPOSTA Fernandinho Beira-Mar é visto com frequência em festas e eventos em Capitán Bado, município paraguaio que fica a poucos quilômetros da fronteira brasileira. *Errado.*

10162. Há quinze dias, Fernandinho teria mudado para a Bolívia ou a Colômbia, já que a sede

de suas ações com o tráfico de entorpecentes foi descoberta pela polícia de Capitán Bado.

RESPOSTA Trata-se de uma leitura equivocada dos dois primeiros períodos do 2º parágrafo. Neles se diz que, a cada quinze dias, Fernandinho Beira-Mar comandava, a poucos metros da sede da polícia de Capitán Bado, a distribuição de entorpecentes na região. Suspeita-se que ele tenha se mudado para a Bolívia ou para a Colômbia, mas não se pode afirmar exatamente há quanto tempo. *Errado.*

10163. Depois do início da ação conjunta das polícias paraguaia e brasileira, várias fazendas já foram investigadas, mas Fernandinho Beira-Mar ainda não foi localizado.

RESPOSTA Em "Nos últimos dias, brasileiros e paraguaios, com o apoio da Justiça, entraram em fazendas de empresários apontados como amigos de Fernandinho.", afirma-se que policiais brasileiros e paraguaios já vasculharam fazendas de empresários apontados como amigos de Beira-Mar. No entanto, ele ainda se encontra foragido, suspeitando-se de que tenha se mudado para a Bolívia ou Colômbia. *Certo.*

(Papiloscopista Policial Federal – 2010 – CESPE) Ainda com relação às informações do texto e às inferências que podem ser obtidas a partir de sua leitura, julgue os itens abaixo.

10164. Até bem pouco tempo antes da reportagem, Fernandinho Beira-Mar circulava livremente pelo município de Capitán Bado.

RESPOSTA Fernandinho Beira-Mar era visto com frequência na região de Capitán Bado, andando em uma Blazer e em uma Toyota Ranger, cercado de capangas armados com metralhadoras. Há pelo menos uma semana da reportagem, ele se escondia em uma casa na região. *Certo.*

10165. Mesmo foragido, Fernandinho aparentava gozar de boas condições financeiras.

RESPOSTA Afirma-se que Fernandinho Beira-Mar costumava comparecer com frequência a festas e eventos em Capitán Bado. Andava em carros luxuosos, sempre escoltado por vários capangas fortemente armados. Isso demonstra, de certa forma, o seu poderio financeiro. *Certo.*

10166. A região escolhida por Fernandinho para a distribuição de drogas apresentava condições favoráveis a esse tipo de atividade.

RESPOSTA Os pontos de distribuição de drogas escolhidos por Fernandinho Beira-Mar dispõem de pistas de pouso clandestinas, que servem de esconderijo para armas e drogas, o que representa uma vantagem estratégica. Além disso, entende-se pelo texto que não eram comuns ações ostensivas na região por parte das autoridades, como a empreendida pelas polícias brasileira e paraguaia. *Certo.*

10167. Há suspeitas de que Fernandinho não agia sozinho, mas com o apoio de pessoas socialmente conhecidas na região e, até então, de comportamento ilibado.

RESPOSTA Desconfia-se das ligações de Fernandinho Beira-Mar com figuras influentes da sociedade, haja vista a prisão de Ramon, sócio de Fernandinho e ligado ao vereador paraguaio José Lescano. Soma-se a essas desconfianças o fato de Beira-Mar andar livremente pela cidade de Capitán Bado, frequentando festas e eventos. *Certo.*

10168. O volume médio de tráfico mensal comandado por Fernandinho em Capitán Bado era de cerca de 400 quilos de cocaína.

RESPOSTA No início do segundo parágrafo, afirma-se que, a cada 15 dias, cerca de 200 quilos de cocaína eram distribuídos. Se contabilizarmos o mês, teremos um valor aproximado de 400 quilos. *Certo.*

(Papiloscopista Policial Federal – 2010 – CESPE) Com relação aos aspectos morfossintáticos do texto, julgue os itens que se seguem.

10169. O texto começa a ser contado no pretérito perfeito, passando, em seguida, a ter como

referência o presente, o que configura um equívoco do escritor.

RESPOSTA Não apenas o presente, como também o pretérito imperfeito são empregados no texto. O primeiro reforça a ideia do fato, do acontecimento; já o segundo faz referência ao costume, ao hábito. Não se trata de equívoco por parte do autor, e sim um recurso discursivo. *Errado.*

10170. Para que a ação que se refere aos policiais paraguaios e a seus comandantes estivesse no pretérito imperfeito, no segundo período, ele deveria ser reescrito da seguinte forma: **Usando uniformes de camuflagem, armados com fuzis M-16 e pistolas 9 mm, eles comandavam 30 homens da elite da polícia paraguaia que vasculhavam os 120 quilômetros que vão das cidades paraguaias de Pedro Juan Caballero a Capitán Bado.**

RESPOSTA A ação *"comandavam"*, no pretérito imperfeito, tem como agente o pronome *"eles"*, que se refere aos comandantes da operação; já a ação *"vasculhavam"*, também conjugada no pretérito imperfeito, tem como agente os policiais paraguaios. *Certo.*

10171. *Os policiais do serviço antidrogas, **alguns** treinados nos Estados Unidos da América (EUA), foram mandados de Assunção para ajudar a Polícia Federal (PF) brasileira em uma faxina inédita na fronteira entre os dois países.*

O termo "alguns" tem como referente Adelio Gray e Miguel Deguizamón, respectivamente, o "diretor nacional de narcóticos" e o "oficial" da polícia paraguaia.

RESPOSTA O termo *"alguns"* se refere a *"policiais do serviço antidrogas"*, equipe comandada pelo oficial Miguel Deguizamón e pelo diretor nacional de narcóticos Adelio Gray. *Errado.*

10172. ***Procuram** em particular um foragido brasileiro, o traficante carioca Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, ligado à quadrilha do ex-deputado Hildebrando Pascoal.*

A forma verbal "Procuram" concorda com o sujeito do período anterior.

RESPOSTA Ocorre uma figura de construção denominada zeugma, que consiste na omissão de um termo ou expressão já mencionado no texto. No caso, esse termo é "Os policiais do serviço antidrogas". *Certo.*

10173. Em "Suspeita-se de que se tenha mudado para a Bolívia ou a Colômbia", o termo sublinhado tem como referente Fernandinho Beira-Mar.

RESPOSTA O pronome "se" é reflexivo e se refere ao sujeito oculto Fernandinho Beira-Mar, explicitado no período anterior. *Certo.*

(Papiloscopista Policial Federal – 2010 – CESPE) Com relação ao valor semântico das palavras e expressões empregadas no texto, julgue os itens a seguir.

10174. Em "Gray é o diretor nacional de narcóticos, ligado diretamente à Presidência da República do Paraguai.", o termo "ligado" poderia, sem prejuízo semântico, ser substituído por **pertencente**.

RESPOSTA O termo *"ligado"* tem significado mais amplo do que *"pertencente"*. Enquanto este dá a ideia de que Gray integra a equipe da presidência da República, aquele somente indica que as atividades de Gray respondem diretamente ao presidente do Paraguai. *Errado.*

10175. *Procuram em particular um foragido brasileiro, o traficante carioca Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, ligado à quadrilha do ex-deputado Hildebrando Pascoal.*

O termo "foragido" poderia, sem prejuízo da informação, ser substituído por **procurado**.

RESPOSTA Somente a expressão *"procurado"* não dá a dimensão exata de *"foragido"*, que significa *"aquele que é procurado*

por fugir das autoridades da Justiça". Errado.

10176. *Figurinha carimbada em festas e eventos em Capitán Bado, Fernandinho andava pela região em uma Blazer e uma Toyota Ranger cercado de pistoleiros armados com metralhadoras Uzi.*

A expressão "Figurinha carimbada" poderia ser substituída por **Sempre presente**, sem prejuízo semântico.

RESPOSTA A gíria "figurinha carimbada" está empregada em sentido conotativo e se refere a algo que tem presença marcante e costumeira. Assim, não ocorre prejuízo de sentido se a substituirmos por "sempre presente". *Certo.*

10177. *Dos dois lados, fazendas com pistas de pouso clandestinas tornam-se o esconderijo de armas e drogas.*

O termo "clandestinas", no texto, é o mesmo que **ilegais**.

RESPOSTA O termo *"clandestinas"* significa *"às escondidas"*, devido ao fato de não estar de acordo com a legislação nem ter obtido autorização para estar naquele local. *Certo.*

10178. *Nos últimos dias, brasileiros e paraguaios, com o apoio da Justiça, entraram em fazendas de empresários apontados como amigos de Fernandinho.*

O termo "apontados" poderia ser substituído por **conhecidos**, sem prejuízo semântico.

RESPOSTA Quando se usa *"conhecidos"*, dá-se a entender que os empresários já eram associados a amigos de Beira-Mar pelas pessoas da região. Quando se usa *"apontados"*, dá-se a entender que os empresários estão sendo acusados de serem amigos de Beira-Mar. *Errado.*

(Papiloscopista Policial Federal – 2010 – CESPE) Considerando a tipologia do texto, julgue os itens abaixo.

10179. O texto tem características de uma dissertação argumentativa.

RESPOSTA O texto não possui características argumentativas – não há uma defesa de posicionamento – nem analisa um tema. Há sim características narrativas, que o aproximam do gênero textual notícia. *Errado.*

10180. O primeiro parágrafo introduz a tese de que o Paraguai e o Brasil precisam trabalhar juntos para que se resolvam problemas em relação ao tráfico de drogas nos dois países.

RESPOSTA Não há no texto uma menção a um posicionamento, uma vez que o texto não se mostra com características argumentativas. Há somente um relato de um fato: policiais brasileiros e paraguaios atuaram em conjunto no combate ao narcotráfico. *Errado.*

10181. O segundo parágrafo desenvolve a argumentação, com linguagem conotativa, de que é possível viver bem, mesmo foragido, na fronteira paraguaia, já que não há coibição por parte da polícia de lá.

RESPOSTA Há dois equívocos presentes nessa afirmação:

a) Não há argumentação – defesa de posicionamento –, e sim apenas um relato de um fato;

b) A linguagem desenvolvida no 2º parágrafo é predominantemente denotativa, ou seja, as palavras e os termos estão empregados em seu sentido literal. *Errado.*

10182. O terceiro parágrafo constitui-se da conclusão do texto, com referências à ação da polícia e com a possível inferência de que Fernandinho Beira-Mar será brevemente localizado.

RESPOSTA Não se tem uma conclusão no 3º parágrafo, pois as informações nele presentes não são deduções do que foi exposto nos parágrafos anteriores. O que se tem é tão somente um desfecho de um relato. Além disso, não se pode inferir que

Beira-Mar será brevemente localizado, pois não há informações explícitas nem implícitas que corroborem com essa dedução. Uma inferência possível é que pessoas influentes podem estar ligadas a Fernandinho Beira-Mar. *Errado.*

10183. O texto tem linguagem contemporânea e direta.

RESPOSTA A maioria dos períodos do texto não apresenta grandes inversões sintáticas, o que torna a leitura mais fácil e fluente. Não é necessário um grande esforço de interpretação, pois o vocabulário empregado é de comum conhecimento e os períodos são construídos com clareza. Essas características permitem associar esse texto ao padrão contemporâneo dos textos jornalísticos, que exploram a objetividade e simplicidade. *Certo.*

I. Crase

10184. **(2012 – FCC)** Considere:

...... angústia de imaginar que o homem pode estar só no universo soma-se a curiosidade humana, que se prende ...... tudo o que é desconhecido, para que não desapareça de todo o interesse por pistas que dariam embasamento ...... teses de que haveria vida em outros planetas.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) À – a – às
(B) A – à – as
(C) À – a – as
(D) A – a – às
(E) À – à – as

RESPOSTA Na primeira lacuna, a frase encontra-se invertida; a crase se faz necessária em função da regência do verbo *somar*: soma-se à angústia. A lacuna antes do pronome *tudo* é apenas preposição originada da regência de “se prende A”, portanto não há crase. Para verificar a ocorrência da crase na terceira lacuna, basta trocar a palavra *teses* por uma de semelhança masculina (dilemas); nesse caso ocorreria a troca de *às* por *aos*. Portanto, crase. *Alternativa A.*

10185. **(2012 – FCC)** Leia o fragmento abaixo:

“O acolhimento da responsabilidade de proteger teria de passar, dessa maneira, pela caracterização de que, em determinada situação específica, violações de direitos humanos implicam ameaça à paz e à segurança.”

Do mesmo modo à paz e à segurança, o sinal indicativo de crase também está corretamente empregado em:

(A) O mais grave foi a ameaça à integridade física da vítima.
(B) A crise econômica ameaça à preservação do acervo de vários museus.
(C) Certos animais reagem agressivamente a ameaças à seus interesses.
(D) Houve ameaça à grupo de manifestantes presos durante protesto.
(E) A censura ameaça à liberdade de criação.

RESPOSTA A preposição é regida pelo substantivo (ameaça) e o artigo pelo substantivo feminino (integridade). *Alternativa A.*

10186. **(2012 – FCC)** O detetive Gervase Fen, que apareceu em 1944, é um homem de face corada, muito afeito ...... frases inteligentes e citações dos clássicos; sua esposa, Dolly, uma dama meiga e sossegada, fica sentada tricotando tranquilamente, impassível ...... propensão de seu marido ...... investigar assassinatos.

(Adaptado de P. D. James, op. cit.)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) à – à – a
(B) a – à – a
(C) à – a – à
(D) a – à – à
(E) à – a – a

RESPOSTA Na primeira lacuna, é impossível termos crase. Lembre-se: *a* no singular + palavra no plural não ocorrerá crase

nunca! Na segunda lacuna, o termo *impassível* exige preposição (impassível a alguma coisa); como o termo que vem depois é um substantivo feminino, temos um *a* preposição e outro *a* artigo, logo há crase. Na última lacuna não há crase, já que o termo *investigar* é verbo. *Alternativa B.*

10187. (2012 – FCC) Já existem pesquisas que se propõem ...... estudar quais características as fotos de um perfil de rede social podem transmitir ...... personalidade de seu usuário, e como esse conhecimento pode ser utilizado por ele para parecer, por exemplo, simpático, emocionalmente estável ou até mesmo aberto ...... novas experiências.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) a – à – a
(B) à – à – a
(C) a – a – à
(D) à – à – à
(E) à – a – à

RESPOSTA *Estudar* é verbo, por isso "a" é uma preposição, logo não há crase. A regência do verbo *transmitir* exige preposição; como depois dele há um substantivo feminino que aceita artigo, temos um *a* preposição e outro artigo, portanto há crase. Na última lacuna, vale lembrar a velha máxima: *a* no singular, palavra no plural, crase nem a pau. *Alternativa A.*

10188. (2012 – FCC) A palavra "maquiavélico", ... que se costuma atribuir uma acepção negativa, está longe de fazer justiça ...... complexidade do pensamento de Maquiavel, mesmo aquele restrito ...... seu mais famoso tratado, O príncipe.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) a – à – à
(B) à – a – a
(C) à – a – à
(D) a – à – a
(E) à – à – à

RESPOSTA O pronome relativo "que" não aceita artigo feminino antes dele, portanto "a" é a preposição oriunda de "atribuir"; não há crase. Quem faz justiça faz justiça a algo e, como complexidade é um substantivo feminino, estabelecemos assim as condições para o uso de crase. O pronome possessivo "seu" é masculino, por isso não pode ter crase. *Alternativa D.*

10189. (2012 – FCC) Leia o fragmento abaixo:

Devido ...... rapidez das mensagens eletrônicas e ao excesso de informações transmitidas por e-mail, é comum depararmos com demonstrações de afeto em meio ...... outros assuntos, o que diminui nossa sensibilidade ...... tais atenções.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) à – à – a
(B) a – à – a
(C) à – a – a
(D) a – à – à
(E) à – à – à

RESPOSTA O termo "devido" exige preposição e depois dele há ainda o substantivo feminino "rapidez", que aceita o artigo feminino *a*, portanto há a necessidade de crase. Nas outras duas lacunas não há possibilidade de crase, pois "outros" é masculino e "tais" está no plural. *Alternativa C.*

10190. **(2012 – FCC)** Leia o fragmento abaixo:

"Apesar de comumente confundidas, a admiração e a inveja não pertencem ...... mesma categoria de afetos, pois a última causa prejuízo ...... autoestima e leva, constantemente, ... sensações de insatisfação e angústia."

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) a – a – à
(B) a – à – a
(C) à – à – a
(D) à – a – à
(E) à – à – à

RESPOSTA Ao trocarmos o termo "mesma categoria" por "mesmo regulamento", notaremos a mudança de *à* para *ao* (preposição mais artigo); nesse caso, ocorrerá crase. O mesmo ocorre na segunda lacuna; "autoestima" aceita artigo feminino antes. Já na última lacuna, o termo *sensações* encontra-se no plural, portanto não há condições para a crase. *Alternativa C.*

10191. **(2012 – FCC)** ...... procura de paisagens e culturas diversas, os turistas têm escolhido ultimamente locais menos conhecidos para as férias; ainda assim, poucos planejariam uma viagem de turismo ...... destinos sujeitos ...... crises políticas.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) À – à – a
(B) A – à – a
(C) A – a – à
(D) À – a – a
(E) À – à – à

RESPOSTA "À procura" – locuções adverbiais sempre levam crase (à esquerda, à direita, à noite). O substantivo "destino" é masculino; não podemos, assim, ter crase. Na última lacuna, teríamos apenas a preposição, já que "crises políticas" está no plural sem o artigo. *Alternativa D.*

10192. **(2012 – FCC)** "... assim [ele] <u>se via transportado de volta</u> 'à glória que foi a Grécia e à grandeza que foi Roma'".

Ambos os sinais indicativos de crase devem ser mantidos caso o segmento sublinhado seja substituído por:

(A) enaltecia.
(B) louvava.
(C) aludia.
(D) mencionava.
(E) evocava.

RESPOSTA Aqui temos uma questão de crase sendo resolvida pela regência: aludimos A algo, aludimos A alguém, portanto exige preposição (aludir à glória). Os demais verbos são transitivos diretos. *Alternativa C.*

10193. **(2012 – FCC)** A vida urbana ofereceu ...... condições ideais para o surgimento do detetive particular, personagem dedicado ...... elucidação dos mais variados mistérios, propenso ...... investigar delitos de todos os tipos.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) as – à – a
(B) às – a – à
(C) as – a – à
(D) as – à – à
(E) às – à – a

RESPOSTA O verbo *oferecer* é transitivo direto, não exige preposição e isso invalida a existência de crase (lembre-se: crase é preposição mais artigo). O adjetivo "dedicado" exige a preposição A e "elucidação" o artigo feminino: crase! Na última lacuna não ocorre crase porque temos um verbo (investigar). *Alternativa A.*

10194. **(2012 – FCC)** A pesquisa, feita em terras destinadas ...... agricultura, teve por objetivo estudar ...... áreas que permitissem condições favoráveis de sobrevivência ...... aves.

(A) à – às – as
(B) à – as – as
(C) à – as – às
(D) a – as – as
(E) a – às – às

RESPOSTA O termo *destinadas* exige a preposição *a* (destinado a algo) e o que vem depois dele é um substantivo feminino que aceita artigo, logo há condição para crase. O verbo *estudar* é transitivo direto, logo o que vem depois é o artigo de "áreas". Se trocarmos a palavra *aves* por *pássaros*, por exemplo, identificaremos facilmente a ocorrência de crase na última lacuna (sobrevivência aos pássaros). *Alternativa C.*

10195. **(2008 – FCC)** Há **falta** ou **ocorrência indevida** do sinal de crase em:

(A) Não é preciso agarrar-se à nenhuma teoria linguística para se chegar à conclusão de que uma língua se constitui a partir de muitos intercâmbios com outras.
(B) Ao se referir à língua de Cabral, o autor do texto lembra que, àquela época, certas sonoridades não eram estranhas às do português que se fala hoje no Brasil.
(C) Assim, à primeira vista, não é fácil avaliar o que há de idêntico entre a prosódia brasileira e aquela que se verifica em Lisboa.
(D) Tendo em vista a necessidade de se preservar a estrutura de uma língua, apela-se, com frequência, às sistematizações da gramática normativa.
(E) Daqui a um bom tempo, o português falado no Brasil poderá estar a uma considerável distância do que se fala hoje.

RESPOSTA Na alternativa A, ocorre uma indicação de crase indevida diante do pronome "nenhuma", visto que essa palavra não aceita artigo, impossibilitando assim a crase diante dela. *Alternativa A.*

10196. **(2012 – FCC)** ...... Florença e Flandres deu-se a irradiação ...... cultura renascentista ...... toda a Europa.

(Adaptado do dicionário Houaiss, verbete: irradiação)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) Por – da – à
(B) Da – à – por
(C) À – pela – de
(D) De – da – para
(E) Para – à – de

RESPOSTA A frase encontra-se invertida: A irradiação da cultura renascentista (sujeito – sem crase) deu-se de Florença e

Flandres para toda a Europa (as preposições DE e PARA estabelecem os lugares, os limites). *Alternativa D.*

10197. **(2012 – FCC)** ... e chegou à conclusão de que o funcionário passou o dia inteiro tomando café.

Do mesmo modo que se justifica o sinal indicativo de crase em destaque na frase acima, está correto o seu emprego em:

(A) e chegou à uma conclusão totalmente inesperada.
(B) e chegou então à tirar conclusões precipitadas.
(C) e chegou à tempo de ouvir as conclusões finais.
(D) e chegou finalmente à inevitável conclusão.
(E) e chegou à conclusões as mais disparatadas.

RESPOSTA Mais uma questão de crase que envolve a regência do verbo *chegar* (chegar a). Ao trocarmos a palavra “inevitável conclusão” para “inevitável desfecho” conseguimos identificar claramente a questão de crase (AO inevitável desfecho). *Alternativa D.*

10198. **(2012 – FCC)** ... os modernistas promoveram uma valorização diferente do léxico, paralela à *renovação dos assuntos*.

O sinal indicativo de crase presente na frase acima deve ser mantido em caso de substituição do segmento grifado por:

(A) muita inovação no repertório.
(B) uma grande reformulação dos temas.
(C) toda sorte de revigoramento do repertório.
(D) profundas mudanças temáticas.
(E) inevitável transformação temática.

RESPOSTA Entre as alternativas de resposta, a única que aceita o artigo feminino singular é a letra E. *Alternativa E.*

10199. **(2012 – FCC)** A fidelidade ...... música e ...... fala do povo permitiram ...... Adoniran exprimir a sua cidade de modo completo e perfeito. (Antônio Candido. Op. cit.)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) a – a – à
(B) a – à – à
(C) à – à – a
(D) à – a – a
(E) a – à – a

RESPOSTA O substantivo *fidelidade* é regido pela preposição *a* (fidelidade a). Ao trocarmos as palavras “música” e “fala” verificaremos a ocorrência de *ao* (preposição mais artigo). Sendo assim, crase. A última lacuna apresenta um nome Masculino; não temos, nesse caso, condição para crase. *Alternativa C.*

10200. **(2012 – FCC)** Não deixa de ser paradoxal o fato de o crescimento da descrença, que parecia levar ...... uma ampliação da liberdade, ter dado lugar ...... escalada do fundamentalismo religioso, ... que se associam manifestações profundamente reacionárias.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) a – à – a
(B) à – a – a

(C) a – a – à
(D) à – à – a
(E) a – à – à

RESPOSTA O termo posterior à primeira lacuna é um artigo indefinido, ou seja, só podemos ter o *a* preposição ali. Logo, não há crase. Na coluna do meio, temos a regência da locução verbal “ter dado” (VTDI) exigindo a preposição “A” e vindo seguida de um substantivo feminino “escalada”. Na última lacuna temos um pronome relativo que não aceita artigo feminino antes dele; o “a” nesse caso só pode ser preposição. *Alternativa A.*

10201. **(2012 – FCC)** A parcela da população mundial que ascendeu ...... classe média nos últimos vinte anos passou ...... consumir mais, ... um ritmo acelerado, o que põe em risco a sustentabilidade do planeta.

As lacunas da frase acima estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por:

(A) à – a – a
(B) à – à – a
(C) à – a – à
(D) a – a – à
(E) a – a – a

RESPOSTA O verbo *ascender* é Verbo Intransitivo (VI), mas seguido de uma locução adverbial de lugar, por isso temos uma crase. Na segunda lacuna, temos o verbo “consumir” e isso invalida a crase. Na última lacuna, temos só preposição, já que depois dele há um artigo indefinido. *Alternativa A.*

10202. **(2012 – FCC)** ... levava à crença na contínua evolução da sociedade ...

O emprego do sinal de crase, exemplificado acima, estará correto, unicamente, em

(A) aludir à felicidade geral.
(B) buscar à felicidade.
(C) propor à toda a população.
(D) impor à esse grupo.
(E) discutir à obrigatoriedade da lei.

RESPOSTA A única palavra regida por preposição dentre as alternativas é o verbo *aludir*; os demais verbos são todos transitivos diretos. *Alternativa A.*

10203. **(2012 – FCC)** Consta que, durante o verão, em meio ...... beleza das montanhas dos Alpes, Mahler buscava ...... inspiração necessária para compor sinfonias que, felizmente, foram legadas ...... gerações futuras.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) à – à – as
(B) a – a – às
(C) à – a – às
(D) a – à – às
(E) à – a – as

RESPOSTA A expressão “em meio” é regida pela preposição “a”; como depois desse “a” temos um substantivo que aceita artigo, temos crase. O verbo *buscar* é transitivo direto e não aceita preposição; não temos, portanto, condições de crase. Se as sinfonias foram legadas, certamente, foram legadas “A” + as gerações futuras: crase! *Alternativa C.*

10204. **(2012 – FCC)** As decisões referentes ...... medidas que dizem respeito ...... toda a

sociedade devem ser tomadas com sabedoria, cada uma ...... seu tempo.

As lacunas da frase acima estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por:

(A) as – à – à
(B) às – a – a
(C) às – à – a
(D) às – a – à
(E) as – a – à

RESPOSTA A expressão *referentes* é regida pela preposição *a*; sendo assim, se trocarmos o termo *medidas* por *ensinamentos*, aparecerá a preposição mais o artigo: *aos*, fato esse que confirma a crase. Antes do pronome *toda* temos apenas a preposição "a"; não temos crase, portanto. O pronome possessivo *seu* é masculino. *Alternativa B.*

10205. (2012 – FCC) Das decisões cotidianas relacionadas ...... distrações e dietas ...... escolhas profissionais e afetivas de longo prazo, o modo como usamos o tempo influencia todos os setores da vida e acarreta algum tipo de ônus ...... ser pago futuramente.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) a – às – à
(B) à – as – à
(C) à – às – a
(D) à – as – a
(E) a – às – a

RESPOSTA A (preposição) + palavra no plural (distrações) = nunca crase! Entretanto, antes de Escolhas há o artigo plural, por isso ocorre crase. Na última lacuna há um verbo; o que vem antes dele só pode ser preposição regida por "ônus". *Alternativa E.*

10206. (2012 – FCC) Os esforços dos ambientalistas visam ...... conservar a grande e contínua área de floresta, destinada ..... pesquisas científicas voltadas, principalmente, ... estudos sobre a biodiversidade.

As lacunas da frase acima estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por:

(A) à – às – a
(B) a – às – a
(C) à – as – à
(D) à – as – a
(E) a – às – à

RESPOSTA Não podemos ter crase antes de verbo, invalidando assim a crase na primeira e na última lacuna.
Na lacuna do meio, temos crase devido à preposição de "destinada" e ao artigo de "pesquisas". *Alternativa B.*

10207. (2012 – FCC) É a atividade de construção de que o artista dispõe, o seu poder de imprimir ...... um trabalho sentimentos e sensações, e a qualidade de pensamento que conferem humanidade ...... arte; e essa humanidade pode ser realizada com uma série ilimitada de temas ou elementos formais.

Tudo isso já foi repetido ...... exaustão.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) à – à – a
(B) a – à – à
(C) a – à – a

(D) à – a – à
(E) à – a – a

RESPOSTA Não é possível termos crase antes de palavra masculina. Conferimos (VTDI) humanidade (OD) A algo (OI) = à arte. Na última lacuna, temos uma locução adverbial feminina. *Alternativa B.*

10208. **(2011 – FCC)** Considere: Na pequena cidade várias pessoas estavam paradas ...... frente de uma casa. O motorista, atento ...... condições da estrada, resolveu entrar. Pretendia pedir informações ...... algum morador.

As lacunas da frase acima devem ser corretamente preenchidas, respectivamente, por:

(A) a – as – a
(B) a – as – à
(C) à – as – à
(D) à – às – à
(E) à – às – a

RESPOSTA As locuções adverbiais femininas (à esquerda, à direita, à noite etc.) levam sempre crase. Na segunda lacuna, temos a preposição exigida pelo adjetivo "atento" e um artigo no plural da palavra "condições", ou seja, crase. O pronome indefinido "algum" é masculino, sem possibilidade, portanto, para a crase. *Alternativa E.*

10209. **(2011 – FCC)** Ainda que riqueza [...] à custa do trabalho escravo ... A sociedade colonial no Brasil [...] desenvolveu-se [...] à sombra das grandes plantações de açúcar ...

Do mesmo modo que nas frases acima, está correto o emprego da crase em:

(A) combate à fome.
(B) vendas à prazo.
(C) escrito à lápis.
(D) avião à jato.
(E) defender à unhas e dentes.

RESPOSTA As alternativas B, C e D possuem palavras masculinas, por isso não ocorre crase. Na letra E, "a" está no singular e "unhas" no plural, por isso não ocorre a crase. O substantivo "combate" exige preposição "a" e fome é um substantivo feminino. *Alternativa A.*

10210. **(2011 – FCC)** Com o inchaço populacional decorrente do fluxo migratório em direção ...... cidades, surgiram problemas na oferta de serviços ...... população, que muitas vezes não consegue acesso ...... recursos essenciais.

As lacunas da frase acima são corretamente preenchidas, respectivamente, por:

(A) às – à – à
(B) às – à – a
(C) as – a – à
(D) as – à – a
(E) às – a – à

RESPOSTA "Em direção" A + As cidades = às. Oferta de serviços A + A população = à. Recursos é uma palavra masculina, por isso não há crase. *Alternativa B.*

10211. **(2008 – FCC)** A obediência ...... regras sempre foi garantia do avanço da civilização, embora a transgressão ...... elas, confirma ...... História, também tenha propiciado saltos evolutivos.

As lacunas da frase acima estão corretamente preenchidas, respectivamente, por:

(A) as – à – a.
(B) as – a – à.
(C) às – à – à.
(D) às – à – a.
(E) às – a – a.

RESPOSTA Obediência às regras. O substantivo “obediência” exige a preposição A ㄹㅅ preposição *a* + artigo definido feminino no plural *as* = às.

Transgressão a elas ㄹㅅ preposição *a* + pronome pessoal: não vai antecedido de artigo = *a*.

Confirma a História. “história” é o sujeito do verbo “confirmar” ㄹㅅ artigo definido *a* antecedendo a palavra História. *Alternativa E.*

II. Regência

10212. **(2013 – FCC)** E como dizer que a cidade, ao fim, *deixara de corresponder* à modernidade empenhada?

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o verbo grifado acima está empregado em:

(A) Houve um sonho monumental...
(B) Nada superará a beleza...
(C) Filho de fazendeiros, fora o único ateu e comunista da família...
(D) No Planalto Central, construíra a identidade escultural do Brasil.
(E) Brasília [...] resultara em alguma decepção.

RESPOSTA A única questão com verbo transitivo indireto (VTI é o verbo que exige preposição) é a da alternativa E. A crase em “à modernidade” corrobora para identificarmos a regência do verbo destacado. *Alternativa E.*

10213. **(2012 – FCC)** A frase que, segundo os preceitos da gramática normativa do português do Brasil, está correta quanto à regência é:

(A) A cada pequena discussão, costumava lhe chamar de aventureiro e até como irresponsável, e disso já se havia coletado muitas provas.
(B) Nada daquela maluca versão interessava a ele, principal testemunha do caso, e por isso manifestou-se quanto à imediata retirada do indesejável depoimento.
(C) A afinidade entre os colegas intensificava-se ao mesmo tempo que seus estudos se desenvolviam, e disso surgiu uma amizade que todos tinham orgulho.
(D) Sua obra é daquelas que se pode dizer tudo, menos que passará despercebida a futuras gerações, seja para negar-lhe méritos, seja para reconhecê-los.
(E) Aquele professor é a verdadeira razão de que muitos estudantes decidiram dedicar-se à pesquisa, o que lhe faz ser constantemente mencionado como exemplo a ser seguido.

RESPOSTA Nesta questão, destacarei os erros das outras alternativas.

Na letra A, o verbo “chamar” foi presenteado com dois objetos indiretos.

Na letra C, faltou a preposição antes do pronome relativo (que) originada do “tinham orgulho” – de que.

Na letra D, faltou a preposição “de” antes do pronome relativo (que).

Na letra E, há uma preposição desnecessária antes do pronome relativo (que). *Alternativa B.*

10214. **(2012 – FCC)** Cronistas de reinos passados, gênios das navegações [...] não *falam* de discos, pratos ou charutos voadores ...

O verbo que NÃO foi empregado com o mesmo tipo de complemento que o verbo grifado acima está

em:

(A) ... sequer pensarmos em outros mundos ...
(B) Enjoaram de nós?
(C) Venceu a hipótese de naves ...
(D) Começou com um piloto norte-americano de caças ...
(E) ... que simplesmente desistimos deles?

RESPOSTA O verbo destacado exige preposição (de), sendo classificado como verbo transitivo indireto. O verbo "vencer" foi empregado como verbo transitivo direto. *Alternativa C.*

10215. (FCC – adaptada – 2012) Estrutura que considera corretamente as regências, encontra-se em frases que seguem, com EXCEÇÃO desta única:

(A) Comprovou que e alegou de que os documentos eram originais.
(B) Segurou o menino com e pela mão esquerda.
(C) Por conta de e para saldar as dívidas, penhorou seu único imóvel.
(D) Necessitava de e exigia os documentos que haviam ficado retidos indevidamente.
(E) Os estados se unificaram em e por uma sólida confederação.

RESPOSTA O verbo "alegar" é transitivo direto, não necessita de preposição. *Alternativa A.*

10216. (2012 – FCC) ... o recurso à coerção *atenta* contra os princípios do direito internacional ...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

(A) Se nossos objetivos maiores incluem a decidida defesa dos direitos humanos ...
(B) ... o Brasil incorpora plenamente esses valores a sua ação externa ...
(C) A ONU constitui o foro privilegiado para ...
(D) Em meados da década de 90 surgiram vozes que ...
(E) ... a relação [...] passou por várias etapas.

RESPOSTA O verbo "atenta" é transitivo indireto, pois exige a preposição "contra", assim como o verbo "passou". *Alternativa E.*

10217. (2012 – FCC) ... salvo durante os intervalos de torpor a que *aludi*.

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está em:

(A) ... começarão por Sherlock Holmes.
(B) ... mas que fosse marcadamente diferente das narrativas ...
(C) ... no entanto ele possuía enorme delicadeza de toque ...
(D) ... qualidades que espelham as de seu criador.
(E) ... um novo caso produza em Holmes uma onda de entusiasmo ...

RESPOSTA A preposição do verbo "aludir" está antes do pronome relativo "que", assim o único verbo que exige preposição (verbo transitivo indireto) é o da alternativa A. *Alternativa A.*

10218. (2012 – FCC) Está inadequado o emprego do elemento sublinhado na seguinte frase:

(A) Sou ateu e peço que me deem tratamento similar *ao que* dispenso aos homens religiosos.
(B) A intolerância religiosa baseia-se em preconceitos *de que* deveriam desviar-se todos os homens verdadeiramente virtuosos.
(C) A tolerância é uma virtude *na qual* não podem prescindir os que se dizem homens de fé.

(D) O ateu desperta a ira dos fanáticos, *a despeito de* nada fazer que possa injuriá-los ou desrespeitá-los.

(E) Respeito os homens de fé, *a menos que* deixem de fazer o mesmo com aqueles que não a têm.

RESPOSTA O verbo *prescindir* é transitivo indireto, mas exige a preposição "de", e não "em": ... da qual não podem prescindir os que se dizem homens de fé. *Alternativa C.*

10219. (2012 – FCC) ... Amapá, Roraima, Pará e Amazonas *possuem* mais da metade de seu território nessa categoria.

O verbo grifado acima tem o mesmo tipo de complemento que o verbo empregado em:

(A) Terras indígenas e unidades de conservação contribuem de modo quase parelho para o número total de áreas protegidas...

(B) ... cujo nome já diz tudo...

(C) ... esse número no mesmo período foi de 2,1%.

(D) Quase metade da Amazônia brasileira pertence hoje à categoria de área protegida por lei contra a devastação ...

(E) É pouco mais do que um quarto de todas as terras do Brasil.

RESPOSTA O verbo "dizer" é o único verbo transitivo direto entre as alternativas. Note que o objeto direto é o pronome "tudo". *Alternativa B.*

10220. (2012 – FCC) Aos espanhóis *revertem* em sua totalidade os primeiros frutos...

O verbo grifado acima tem o mesmo tipo de complemento que o verbo empregado em:

(A) A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente.

(B) ... e suscita um enorme interesse por novas terras.

(C) O restabelecimento dessas linhas [...] constitui sem dúvida alguma a maior realização dos europeus...

(D) Não se trata de deslocamentos de população...

(E) Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, "donos" dessas terras, às demais nações europeias.

RESPOSTA O verbo *reverter* é transitivo indireto. Repare que a frase se encontra invertida (Os primeiros frutos revertem aos espanhóis). O verbo "tratar" também exige complemento com preposição. *Alternativa D.*

10221. (2012 – FCC) ... e favoreça os seus amores por ela...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

(A) A jovem é irmã de Hersé...

(B) ... este espetáculo a corrói...

(C) ... Palas Atena vai à morada da Inveja...

(D) ... e ordena-lhe que...

(E) Assiste com despeito aos sucessos dos homens...

RESPOSTA O verbo "favorecer" assim como o verbo "corroer" são transitivos diretos, ou seja, não exigem preposição para os seus complementos. Note que o objeto direto do verbo *corroer* é o pronome oblíquo "a". *Alternativa B.*

10222. (2012 – FCC) Seja qual for a resposta, em seu poema ele lhe *dizia* que sua beleza era maior do que a de uma mortal.

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

(A) ... como um legado que provê o fundamento de nossas sensibilidades.

(B) Poe certamente acreditava nisso...
(C) ... a primeira capaz de dar à palavra escrita uma circulação geral...
(D) ... a primeira, em suma, a tornar-se letrada no pleno sentido deste termo...
(E) Eis aí duas culturas, a grega e a romana, que na Antiguidade se reuniram para...

RESPOSTA Assim como o verbo "dizer", o verbo "dar" é transitivo direto e indireto (VTDI). "... lhe (OI) dizia que (OD)... / ... dar à palavra escrita (OI) uma circulação geral (OD)". *Alternativa C.*

10223. (2012 – FCC) A frase em que a regência está em conformidade com o padrão culto escrito é:

(A) Em seu fingimento, só restou de que dissesse ao ex-sócio que sentia saudades dele.
(B) Tudo isso considerado, é necessário fazer que ele sinta o peso da responsabilidade.
(C) Em atenção por seu talento indiscutível, o pouparam as devidas multas.
(D) Passou os documentos a mão do técnico e não os perdeu de vista até ao final da reunião.
(E) Inconformado de que eles propalavam injúrias a seu respeito, decidiu denunciá-los.

RESPOSTA Explicarei o erro das demais alternativas: (A) ... de que dissesse ao... (dois objetos indiretos não podem). (C) Não se começa uma frase pelo pronome oblíquo (o). (D) Os documentos passaram... o verbo deve concordar com o sujeito. (E) Inconformado que eles... *Alternativa B.*

10224. (2012 – FCC) Apenas *exigem* imperiosamente um final feliz...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está em:

(A) Leitores de romances policiais não são exigentes.
(B) ... e os meios para obtê-la.
(C) ... que contribua com eficiência maior...
(D) Os leitores contemporâneos acreditam firmemente na onipotência...
(E) ... porque lhes falta o valor literário.

RESPOSTA O verbo "exigir" é transitivo direto, assim como o verbo "obter". "um final feliz" e o pronome oblíquo desempenham a função de objeto direto respectivamente. *Alternativa B.*

10225. (2012 – FCC) ... de modo que ele próprio o *anunciou* no orçamento de 1925.

Considerando-se o contexto, o verbo grifado acima está empregado como

(A) transitivo indireto pronominal.
(B) transitivo indireto.
(C) bitransitivo.
(D) transitivo direto.
(E) intransitivo.

RESPOSTA O verbo *anunciar* é transitivo direto e na frase tem o seu complemento em forma do pronome oblíquo "o". *Alternativa D.*

10226. (2012 – FCC) Tudo isso vem a propósito da fusão que Caetano Veloso hoje *encarna*.

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

(A) Exaltada aqui dentro, repercute lá fora.
(B) A vertente é uma só...
(C) Pouco importam as fontes de onde procedem.
(D) ... seu caráter lustral as universaliza.

(E) Viajou a Portugal...

RESPOSTA Caetano Veloso encarna a fusão (OD), sim? O verbo é transitivo direto assim como "universaliza" (as – OD). *Alternativa D.*

10227. **(2012 – FCC)** A frase em que ambos os elementos sublinhados são complementos verbais é:

(A) Assim *vos* confesso que entendo *de arquitetura*, apesar das muitas opiniões em contrário.

(B) *Ninguém* se impressiona *tanto* com um velho porão como este velho cronista, leitor amigo.

(C) O porão deverá jazer *sob os pés da família* como jazem *os cadáveres* num cemitério.

(D) Que atração exercem sobre o cronista *as gravatas manchadas*, quando desce *a um porão*...

(E) Já não se fazem *porões*, hoje em dia, já não há qualquer mistério ou evocação mágica *numa casa moderna*.

RESPOSTA O verbo "confessar" é bitransitivo, tendo a conjunção integrante "que" como OD e "vos" como o OI. O verbo *entender* é VTI, ou seja, "de arquitetura" é um objeto indireto. *Alternativa A.*

10228. **(2012 – FCC)** ... e que vem de certa harmonia misteriosa *a que* tendem o branco, o preto, o roxo e o moreno ...

O segmento grifado preenche corretamente a lacuna da frase:

(A) As autoridades contavam ...... se fizessem consultas à população para definir os projetos de melhoria de toda a área.

(B) As transformações ...... se refere o historiador descaracterizaram toda a área destinada, de início, a pesquisas.

(C) A necessidade de inovações foi o argumento ...... se valeram os urbanistas para defender o projeto apresentado.

(D) A ninguém ocorreu demonstrar ...... não seria possível impedir a derrubada de algumas antigas construções.

(E) Seriam necessários novos e diferentes projetos urbanísticos, ... permanecessem intocadas as construções originais.

RESPOSTA A regência do verbo "referir-se" exige a preposição "a". Essa preposição deve ser posicionada antes do pronome relativo (que). *Alternativa B.*

10229. **(2012 – FCC)** Os verbos que exigem o mesmo tipo de complemento estão empregados nos segmentos transcritos em:

(A) A vida é triste e complicada. // ... mergulhemos de corpo e alma no cafezinho.

(B) ... alguém dará o nosso recado sem endereço. // A vida é triste e complicada.

(C) Tinha razão o rapaz... // Depois de esperar duas ou três horas...

(D) Para quem espera nervosamente... // Depois de esperar duas ou três horas...

(E) Tinha razão o rapaz... // ... mergulhemos de corpo e alma no cafezinho.

RESPOSTA Os verbos "ter" e "esperar" são transitivos diretos. *Alternativa C.*

10230. **(2012 – FCC)** ... procurava *incorporar* à escrita o ritmo da fala...

O verbo empregado no texto com a mesma regência do grifado acima está em:

(A) ... consagrar literariamente o vocabulário usual.

(B) ... dar estado de literatura aos fatos da civilização moderna.

(C) No Brasil, ele significou principalmente libertação dos modelos acadêmicos...
(D) ... que a sua contribuição maior foi a liberdade de criação e expressão.
(E) ... os modernistas promoveram uma valorização diferente do léxico...

RESPOSTA O verbo "incorporar" é transitivo direto (o ritmo da fala) e indireto (à escrita) assim como o verbo "dar" da letra B (OD – estado de literatura e OI – aos fatos da civilização moderna). *Alternativa B.*

10231. **(2012 – FCC)** ... João Rubinato, que *adotou* o nome de um amigo funcionário do Correio...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:
(A) ... que já acabou com a garoa...
(B) ... e produziu uma obra radicalmente brasileira...
(C) ... a que se sobrepôs à velha cidadezinha provinciana...
(D) Adoniran Barbosa é um paulista de cerne...
(E) ... e depois fugir, com ela e conosco, para a terra da poesia...

RESPOSTA Na frase, o verbo "adotar" (OD – o nome de um amigo funcionário do Correio) é transitivo direto, assim como o verbo "produzir" (OD – uma obra radicalmente brasileira) da letra B. *Alternativa B.*

10232. **(FCC – 2009)** Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
(A) Otário é você, que confia de que Obama faça um governo competente, de cujo não há ainda qualquer indício.
(B) Prefira-se morar em Beverly Hills do que morar em Darfur; a esta região falta tudo o que aquela não falta.
(C) Esses doutores, de cujo pessimismo todos conhecem, estão sempre aplicados com a difusão fascinada dos horrores.
(D) É como se a barbárie e a crueldade, às quais esses doutores assistem com indiferença, fossem fenômenos cujo horror devesse ser naturalizado.
(E) O autor está convicto que tais doutores representam um radical pessimismo, de cujo parecem orgulhar-se de ostentar.

RESPOSTA Note que depois do pronome relativo "as quais" há o verbo "assistir" sendo empregado no sentido de "ver, enxergar". Nesse caso, o verbo é transitivo indireto e exige a preposição "A", que se desloca para a frente do pronome, gerando crase. Na outra opção, o pronome "cujo" indica a posse entre "horror" e "fenômenos" concordando com o ser possuído: horror. *Alternativa D.*

10233. **(2012 – FCC)** Essa emancipação nos *confronta* com o vazio.

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:
(A) Essa é a fantasia, ao mesmo tempo grandiosa e hedionda, da clonagem.
(B) Grandiosa pelo poder que confere à ciência e aos seus sacerdotes...
(C) Se o projeto original do ser humano correspondia à imagem e semelhança de Deus...
(D) A era da religiosidade terminou no Ocidente.
(E) O homem ocupa hoje o centro de sua própria existência.

RESPOSTA O verbo "confrontar" é transitivo direto e indireto (OD – nos e OI – com o vazio), assim como o verbo "conferir" (OD – o poder e OI – à ciência e aos seus sacerdotes). *Alternativa B.*

10234. **(2012 – FCC)** A expressão *de que* preenche adequadamente a lacuna da frase:

(A) Os projetos e atividades ...... implementamos na Casa Azul visam à harmonia de Paraty.
(B) O prestígio turístico ...... veio a gozar Paraty não cessa de crescer, por conta de novos projetos e atividades.
(C) O esquecimento ...... Paraty se submeteu preservou-a dos desgastes trazidos por um progresso irracional.
(D) A plena preservação ambiental, ... Paraty faz por merecer, é uma das metas da Casa Azul.
(E) Os ciclos econômicos do ouro e do café, ... tanto prosperou Paraty, esgotaram-se no tempo.

RESPOSTA O verbo "gozar" é VTI, exigindo a preposição "de" que fica antes do pronome relativo "que". *Alternativa B.*

10235. **(2012 – FCC)** ... para que ela não *interfira* de forma excessiva em seus projetos.

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está em:
(A) ... contra forças desconhecidas que anulam tudo aquilo ...
(B) ... com as quais procuramos lidar com a realidade ...
(C) ... deixando-nos desarmados e atônitos ...
(D) ... de algo que está além de nossa compreensão ...
(E) ... ele o convoca constantemente.

RESPOSTA O verbo "interferir" foi empregado como VTI (OI – em algo) assim como no verbo "lidar" que exige a preposição "com". *Alternativa B.*

10236. **(2012 – FCC)** ... aquele que *maximiza* a utilidade de cada hora do dia.

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento do verbo grifado acima está em:
(A) ... aquela que lhe proporciona a melhor relação entre custos e benefícios.
(B) ... a adoção de uma atitude que nos impede de...
(C) Valéry investigou a realidade dessa questão nas condições da vida moderna...
(D) Diante de cada opção de utilização do tempo, a pessoa delibera...
(E) ... que ele se presta, portanto, à aplicação do cálculo econômico...

RESPOSTA O verbo "maximizar" é transitivo direto, o mesmo ocorrendo com o verbo "investigar". *Alternativa C.*

10237. **(2012 – FCC)** A vasta reflexão dos pensadores, dos poetas e cientistas sobre o estatuto do tempo e seu entendimento aponta para uma complexidade ...

Nas frases seguintes, considere o emprego do verbo grifado acima:

I. O assessor encarregado pelo Ministro de analisar o processo apontou-lhe as dificuldades em conseguir um acordo satisfatório entre as partes.
II. O desempenho de um dos membros do Conselho Administrativo levou os demais a apontarem-no, de forma unânime, para dirigir a empresa.
III. O Presidente, diante da insatisfação gerada por medidas impopulares, apontou à frente dos manifestantes, tentando acalmar os ânimos.

Está correta a regência do verbo apontar em
(A) II, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

RESPOSTA No item I, apontou-lhe (OI) as dificuldades (OD) = VTDI. No item II, apontarem-no (OD) = VTD. No item III, apontou à frente dos manifestantes (adjunto adverbial) = VI. Note que a transitividade dos verbos varia de acordo com o contexto. *Alternativa E.*

10238. **(2012 – FCC)** Há uma passagem em A era dos impérios de Eric Hobsbawm em que o historiador exprime a sua perplexidade em face do discurso sobre a diferença entre "partes avançadas e atrasadas, desenvolvidas e não desenvolvidas do mundo":

Considerado o fragmento acima, a alteração que mantém o sentido original e o respeito às regras do padrão culto escrito é a proposta em:

(A) colocação de uma vírgula após a palavra impérios.
(B) substituição de em face do discurso por "frente o discurso".
(C) substituição de em face do discurso sobre a diferença por "face à face com o discurso a cerca da diferença".
(D) substituição de "partes avançadas e atrasadas, desenvolvidas e não desenvolvidas do mundo" por "partes mundiais avançadas e atrasadas, desenvolvidas e não desenvolvidas".
(E) substituição de em que o historiador exprime a sua perplexidade em face do discurso por "na qual o historiador exprime a própria perplexidade diante do discurso".

RESPOSTA O pronome relativo que pode ser substituído por a/o qual sem prejuízo para o sentido e a correção. Nesse caso, temos a preposição *em* antes dos dois pronomes, o que não interfere na substituição. *Alternativa E.*

10239. **(2011 – FCC)** É preciso corrigir um equívoco de redação da seguinte frase:

(A) Não houve ninguém que se furtasse em dar entrevista.
(B) A força policial solidarizou-se com os moradores.
(C) Correu o boato de que o objeto contava com poderes sobrenaturais.
(D) Em nada perturbou os animais a aparição do exótico objeto.
(E) Afrouxou-se a vigilância dos guardas, acometidos por letargia.

RESPOSTA O verbo furtar-se exige preposição, mas não a "em", e sim a "de", pois quem se furta se furta de. *Alternativa A*.

10240. **(2012 – FCC)** "O que caracteriza essa luta é a crueza da publicidade *a que* todos os que entram nela *estão expostos*."

A frase acima permanecerá correta caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por:

(A) de que – se confrontarão
(B) pela qual – se sujeitarão
(C) com a qual – não resistirão
(D) à qual – estão sujeitos
(E) de cuja – estão submetidos

RESPOSTA O pronome "a que" vem antecedido de uma preposição devido à regência de "estão expostos". Caso trocássemos por "estão sujeitos" a regência seria a mesma e o pronome "a qual" vem antecedido de artigo, tendo crase por isso. *Alternativa D.*

10241. **(2012 – FCC)** ... elas ainda *sofrem de imensas deficiências de nutrientes*...

A relação entre verbo e complemento, grifada acima, se reproduz em:

(A) ... embora a maioria das pessoas consuma calorias suficientes ...

(B) ... e têm pontuação mais baixa nos testes de habilidade cognitiva.
(C) ... a epidemia de obesidade nos países ricos representa exatamente o problema oposto.
(D) ... e muitos não obtêm esses nutrientes.
(E) ... menos da metade daqueles que mais precisam deles ...

RESPOSTA Tanto o verbo destacado quanto o verbo "precisam" são transitivos indiretos que solicitam a preposição (de). *Alternativa E.*

10242. (2012 – FCC) ... deveria viver buscando a perfeição *a que* estaria destinado.

O segmento grifado na frase acima preenche corretamente a lacuna da frase:

(A) Os temas ...... tratava eram sempre ligados de algum modo à religião e a fenômenos que a ciência não conseguia explicar.
(B) Preferia gastar todo o tempo necessário na minuciosa execução do trabalho ...... não tivesse de refazê-lo depois.
(C) Suas leituras e seus estudos, ... nunca deixava de fazer alusão, eram o que havia de mais caro para ele.
(D) Mais do que um simples sonho, tinha sido um horrível pesadelo, ... não conseguia mais deixar de pensar.
(E) Os projetos mais mirabolantes e de mais difícil realização eram aqueles ...... mais ficava entusiasmado.

RESPOSTA O substantivo "alusão" exige a preposição "a". Essa preposição deve ser inserida antes do pronome relativo "que" para ficar de acordo com a norma-padrão. *Alternativa C.*

10243. (2012 – FCC) Na arte dos mamulengos, tornaram-se célebres alguns artistas, ...

Preenche corretamente a lacuna da frase acima:

(A) do nome deles que todos lembram
(B) de cujo nome todos se lembram
(C) cujo o nome todos lembram
(D) deles todos lembram os nomes
(E) do qual os nomes se lembram de todos

RESPOSTA Primeiramente, é necessário o uso do pronome relativo "cujo" para representar a relação possuído-possuidor (nome-alguns artistas). Após isso, deve-se atentar ao verbo lembrar: como apresenta partícula (se), é transitivo indireto, exigindo, portanto, preposição "de" antes do pronome relativo. *Alternativa B.*

10244. (2012 – FCC) Está adequado o emprego do elemento sublinhado em

(A) Mahler, compositor *a quem* as gerações seguintes fizeram justiça, foi muito incompreendido em vida.
(B) A obra de Mahler, *na qual* tantos manifestaram incompreensão, acabou marcando o século XX.
(C) Visitando Steinbach, *aonde* Mahler tanto se inspirou musicalmente, o turista reconhecerá a paz de que se beneficiou o compositor.
(D) Mahler amava a paz da natureza, *em cuja* se valeu para concentrar-se e compor.
(E) O século XX, *ao qual* sobressaíram grandes compositores, como Mahler, foi marcado por criações bastante polêmicas.

RESPOSTA O uso de preposição nos pronomes relativos é exigido pela palavra da oração em que ele se insere que necessite de complemento preposicionado. Entre as opções, apenas a alternativa A apresenta tal contexto linguístico, pois o verbo "fazer" está empregado em sentido bitransitivo: fazer algo (justiça) a alguém (a quem). *Alternativa A.*

10245. **(2012 – FCC)** Está INADEQUADO o emprego do elemento sublinhado na frase

(A) No ônibus de viagem, *ao qual* recorro regularmente, sou quase uma ilha em meio às mais variadas conexões.
(B) Ao contrário de outros tempos, já não é mais ao crepúsculo *que* me atenho em minhas viagens.
(C) A conectividade está nos conduzindo a um destino *com o qual* ninguém se arrisca a prever.
(D) As pessoas absortas em suas conexões parecem imergir numa espécie de solidão *com cujo* sentido é difícil de atinar.
(E) O cronista considera que nossas necessidades permanentes, *às quais* alude no último parágrafo, disfarçam-se em meio a tantas conexões.

RESPOSTA Quem determina o emprego ou não de preposição antes do pronome relativo é a regência do termo que vem depois, no caso "prever". Como esse verbo é VTD, não há preposição (com) antes do pronome. *Alternativa C.*

10246. **(2012 – FCC)** O restaurante Reis, ... o poeta era assíduo frequentador, ficava no velho centro do Rio.

Preenche corretamente a lacuna da frase acima:

(A) o qual.
(B) no qual.
(C) de que.
(D) de cujo.
(E) em que.

RESPOSTA Frequentador é substantivo que exige preposição para compor seu complemento nominal. Por isso, diz-se que as pessoas são frequentadoras DE algum local. Assim, como o pronome relativo retoma "o restaurante Reis", devemos preencher a lacuna com "DE que" ou com "DO qual". *Alternativa C.*

10247. **(2012 – FCC)** Está INADEQUADO o emprego do elemento sublinhado na frase

(A) A traição *a que* por vezes está sujeita nossa audição pode ter resultados divertidos.
(B) Os sons das palavras, *a cujos* poucas vezes dedicamos plena atenção, podem ser bastante enganosos.
(C) A melodia e o ritmo de uma frase, *em cujo* embalo podemos nos equivocar, valem pelo efeito poético.
(D) E afinal, *por onde* andará dona Ondirá, senhora misteriosa de quem o leitor foi fã cativo, quando menino?
(E) E dona Quiçás, *a quem* Nat King Cole jamais teve a honra de ser apresentado, morará ainda em Madri?

RESPOSTA O uso de "cujos" restringe-se à relação de posse (possuído-possuidor), que não ocorre na frase B. O pronome correto para este caso seria "a que"/"aos quais". *Alternativa B.*

10248. **(2012 – FCC)** Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:

(A) A argumentação *na qual* se valeu o ministro baseava-se numa analogia *em cuja* pretendia confundir função técnica com função política.
(B) As funções *para cujo* desempenho exige-se alta habilitação jamais caberão *a quem* se promova apenas pela aclamação do voto.
(C) Para muitos, seria preferível uma escolha baseada no consenso do voto *do que* a promoção pelo

mérito *onde* nem todos confiam.

(D) A má reputação *de que* se imputa ao "assembleísmo" é análoga àquela *em que* se reveste a "meritocracia".

(E) A convicção *de cuja* não se afasta o autor do texto é a *de que* a adoção de um ou outro critério se faça segundo à natureza do caso.

RESPOSTA Além de determinar a relação de posse entre os substantivos *função* e *desempenho*, o pronome relativo "cujo" vem acompanhado da preposição *para*, pois é exigido por "alta habilitação" (afinal, exige-se habilitação PARA algo). No outro pronome, o uso de "a quem" se deve por fazermos referência a uma pessoa e por o verbo "caber" exigir a preposição "a". *Alternativa B.*

10249. **(2012 – FCC)** Está empregado corretamente o elemento grifado na frase:

(A) Adoniran Barbosa, **a qual** primeira tentativa de entrar para o rádio foi malsucedida, tornou-se um grande sucesso nesse veículo.

(B) Em 1935, Adoniran ganhou um concurso com uma marchinha carnavalesca, **pela qual** foi eleita a melhor marcha do ano.

(C) Nas canções de Adoniran, a linguagem, **cujos** traços coloquiais são facilmente percebidos, reproduz o modo de falar de certas camadas sociais.

(D) Adoniran Barbosa, **o qual** verdadeiro nome era João Rubinato, foi considerado pela crítica o maior sambista paulista.

(E) Certas composições de Adoniran, **nas quais** incluem "Trem das onze" e "Saudosa Maloca", são conhecidas pela maioria dos brasileiros.

RESPOSTA O pronome relativo "cujo" estabelece relação de posse (traços coloquiais – linguagem das canções de Adoniran). Uma vez que o elemento seguinte está no plural, a forma também se plurifica: cujos. Atenção: NUNCA usamos cujos os. *Alternativa C.*

10250. **(2012 – FCC)** Havia um tema urgente ...... Churchill precisava lidar enquanto era secretário da guerra: os constantes problemas da Irlanda.

Preenche corretamente a lacuna da frase acima:

(A) nos quais

(B) do qual

(C) com o qual

(D) ao qual

(E) para os quais

RESPOSTA A locução verbal "precisar lidar" exige a preposição "com". Como o complemento de ordem indireta (tema urgente) é retomado pelo pronome *o qual* na oração, tal pronome deve vir antecedido de preposição para ser considerado sintaticamente adequado. *Alternativa C.*

III. Pontuação

10251. **(2013 – FCC)** Sobre a pontuação empregada no texto, afirma-se corretamente:

(A) Em *Bem disse Le Corbusier que Niemeyer tinha "as montanhas do Rio dentro dos olhos"*, a justificativa para o emprego de aspas é o realce irônico que se quer dar à expressão que elas isolam.

(B) Em *Mas o ser humano, este continua desprotegido...*, a vírgula poderia ser retirada sem prejuízo para o sentido e a lógica.

(C) Em *Brasília, em que pese o sonho necessário, resultara em alguma decepção*, as vírgulas

poderiam ser substituídas por travessões sem prejuízo para a clareza e a lógica.

(D) Em *um observador diante da monumentalidade que ele próprio idealizara para Brasília...*, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois de monumentalidade, sem prejuízo para o sentido.

(E) Em *No Planalto Central, construíra a identidade escultural do Brasil*, a retirada da vírgula implicaria prejuízo para a clareza e a lógica.

RESPOSTA A expressão isolada por pontuação é uma ressalva inserida no meio de uma oração. A substituição é possível nesse caso. *Alternativa C.*

10252. (2013 – FCC) Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:

(A) Acredita-se sobretudo entre os estudiosos da linguagem, que por não haver dois sinônimos perfeitos, há que se empregar com toda a precisão os vocábulos de uma língua, ainda que com isso, se corra o risco de passar por pernóstico.

(B) Acredita-se, sobretudo entre os estudiosos da linguagem que, por não haver dois sinônimos perfeitos há que se empregar, com toda a precisão, os vocábulos de uma língua ainda que com isso, se corra o risco de passar por pernóstico.

(C) Acredita-se sobretudo entre os estudiosos da linguagem que, por não haver dois sinônimos perfeitos, há que se empregar com toda a precisão, os vocábulos de uma língua ainda que, com isso, se corra o risco de passar por pernóstico.

(D) Acredita-se, sobretudo, entre os estudiosos da linguagem, que, por não haver dois sinônimos perfeitos, há que se empregar com toda a precisão, os vocábulos de uma língua, ainda que com isso, se corra o risco de passar por pernóstico.

(E) Acredita-se, sobretudo entre os estudiosos da linguagem, que, por não haver dois sinônimos perfeitos, há que se empregar com toda a precisão os vocábulos de uma língua, ainda que com isso se corra o risco de passar por pernóstico.

RESPOSTA *Sobretudo entre os estudiosos da linguagem* é uma expressão intercalada; deve, portanto, ser isolada por pontuação. Há também na frase uma oração adverbial causal (por não haver) que necessariamente deve vir entre vírgulas por estar deslocada. Na última frase, que é uma oração adverbial concessiva, a pontuação é facultativa, visto que o lugar dessas orações é sempre no final do período. *Alternativa E.*

10253. (2013 – FCC) Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:

(A) Não é fácil – confessemos logo – estabelecer uma clara linha divisória entre o que há de virtuoso na confiança, reconhecida como atividade positiva e criativa, e o que há de meritório em desconfiar, quando isso significa problematizar uma decisão.

(B) Não é fácil, confessemos logo, estabelecer uma clara linha divisória: entre o que há de virtuoso na confiança reconhecida como atividade positiva, e criativa, e o que há de meritório em desconfiar, quando isso significa problematizar uma decisão.

(C) Não é fácil, confessemos logo: estabelecer uma clara linha divisória, entre o que há de virtuoso na confiança reconhecida, como atividade positiva e criativa, e o que há de meritório em desconfiar quando, isso, significa problematizar uma decisão.

(D) Não é fácil, confessemos logo estabelecer, uma clara linha divisória, entre o que há de virtuoso, na confiança reconhecida, como atividade positiva e criativa, e o que há de meritório em desconfiar, quando isso significa problematizar uma decisão.

(E) Não é fácil – confessemos logo – estabelecer uma clara linha divisória, entre o que há de virtuoso, na confiança reconhecida como atividade positiva e criativa, e o que há de meritório, em desconfiar

quando isso significa problematizar uma decisão.

RESPOSTA Temos um comentário paralelo que deve necessariamente vir entre vírgulas (confessemos logo). A vírgula antes do "e" se deve ao fato de unir orações com sujeitos diferentes. A vírgula antes de "quando" é facultativa pois introduz uma oração adverbial que está no final do período. *Alternativa A.*

10254. (2012 – FCC) Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:

(A) O cronista, já no início do texto, deixa claro que o sentido das palavras, tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances, que somente o uso vivo dos vocábulos é capaz de contemplar.

(B) O cronista já no início do texto, deixa claro que, o sentido das palavras, tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances que somente o uso vivo, dos vocábulos, é capaz de contemplar.

(C) O cronista, já no início do texto deixa claro, que o sentido das palavras, tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances que, somente, o uso vivo dos vocábulos é capaz de contemplar.

(D) O cronista já no início do texto deixa claro, que o sentido das palavras tal como o estabelecem, os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances que, somente o uso vivo dos vocábulos, é capaz de contemplar.

(E) O cronista já no início, do texto, deixa claro, que o sentido das palavras tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado, em suas múltiplas nuances, que somente o uso vivo dos vocábulos é capaz de contemplar.

RESPOSTA "Já no início do texto" é um adjunto adverbial antecipado, por isso é isolado por pontuação. Temos uma oração intercalada explicativa (tal...dicionários) isolada também por vírgulas e uma oração adjetiva explicativa (que = pronome relativo) que sempre é isolada por vírgulas. *Alternativa A.*

10255. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:

(A) Como já se disse, poeta é aquele que, ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil, despido das camadas de preconceitos e prejuízos que, quase sempre à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.

(B) Como, já se disse, poeta é aquele que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo, com olhar infantil, despido das camadas de preconceitos e prejuízos, que quase sempre à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.

(C) Como já se disse poeta é aquele, que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil despido das camadas de preconceitos e prejuízos que, quase sempre à nossa revelia acumulamos, ao longo da vida adulta.

(D) Como já se disse poeta, é aquele que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil despido das camadas de preconceitos, e prejuízos, que quase sempre à nossa revelia acumulamos ao longo da vida adulta.

(E) Como já se disse, poeta é aquele que ao aplicar-se, conscientemente, à difícil arte do desaprender passa a ver, o mundo, com olhar infantil despido das camadas de preconceitos e prejuízos que quase sempre, à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.

RESPOSTA Há uma oração adverbial conformativa que deve vir obrigatoriamente marcada por vírgula, por estar deslocada. "ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender" é uma oração reduzida adverbial de tempo deslocada também. "quase sempre à nossa revelia" é um adjunto adverbial deslocado. *Alternativa A.*

10256. **(2012 – FCC)** Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

(A) O texto é polêmico, de vez que, busca estabelecer um equilíbrio de julgamento, num terreno em que via de regra dominam as paixões, já que tanto a religião como a ciência advogam para si mesmas, o estatuto do conhecimento verdadeiro.
(B) O texto é polêmico, de vez que busca estabelecer, um equilíbrio de julgamento, num terreno em que via de regra dominam as paixões; já que tanto a religião como a ciência advogam para si mesmas, o estatuto do conhecimento verdadeiro.
(C) O texto é polêmico, de vez que: busca estabelecer um equilíbrio de julgamento num terreno em que, via de regra, dominam as paixões já que tanto a religião, como a ciência, advogam para si mesmas o estatuto do conhecimento verdadeiro.
(D) O texto é polêmico, de vez que busca estabelecer um equilíbrio de julgamento num terreno em que, via de regra, dominam as paixões, já que tanto a religião como a ciência advogam para si mesmas o estatuto do conhecimento verdadeiro.
(E) O texto é polêmico de vez, que busca estabelecer um equilíbrio de julgamento, num terreno em que via de regra, dominam as paixões já que, tanto a religião como a ciência, advogam, para si mesmas, o estatuto do conhecimento verdadeiro.

RESPOSTA As vírgulas depois de “polêmico” e antes de “paixões” isolam uma oração adverbial. “via de regra” é uma expressão intercalada que deve ser isolada por pontuação. A última vírgula (depois de paixões) é facultativa porque isola uma oração adverbial causal, mas está na ordem correta. *Alternativa D.*

10257. **(2012 – FCC)** A frase que está pontuada segundo as orientações do padrão culto é:

(A) Antecipando o destino que aquela relação amorosa conheceria – o convívio harmônico sempre celebrado –, os pais da jovem serenamente abençoaram a união.
(B) Identificados, os documentos originalmente dispersos, nas pastas, passou-se a catalogá-los; o que se fez no prazo mais curto, que as circunstâncias permitiram.
(C) A conferência que o autor pronunciou na Sorbonne, foi traduzida e publicada no Brasil, mas não, na íntegra.
(D) Tanto os trajes masculinos quanto os femininos, foram incorporados aos bens da companhia, vendidos todos, a preço muito inferior ao de mercado.
(E) A promessa inicial feita a si mesmo e à irmã, cumpriu-se quando tinham ainda pouca idade mas ao que tudo indica, conseguiram mantê-la em segredo por décadas.

RESPOSTA O termo entre travessões é um aposto e deve vir necessariamente entre vírgulas ou travessões. Já a vírgula foi empregada para assinalar uma oração reduzida adverbial causal antecipada à oração principal. *Alternativa A.*

10258. **(2012 – FCC)** Sobre a pontuação empregada em um segmento do texto, é correto afirmar:

(A) Em *mas elas trazem recompensas valiosas, que são permanentes e que contribuem de forma significativa...*, a retirada da vírgula implicaria prejuízo para o sentido.
(B) Em *Todos os jogos se compõem de duas partes: um jogo exterior e um jogo interior*, os dois-pontos introduzem uma consequência do que foi enunciado.
(C) Em *Este é o jogo que se desenrola na mente do jogador, e é jogado contra obstáculos como...* (2º parágrafo), a retirada da vírgula implicaria prejuízo para a correção.
(D) Em *Para o domínio desse jogo, especialistas dão instruções sobre como utilizar uma raquete ou um taco...* (1º parágrafo), a vírgula isola um segmento que indica causa em relação ao que vai ser

enunciado.

(E) Em *Este é o jogo que se desenrola na mente do jogador* (2º parágrafo), uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois do termo jogo, sem prejuízo para o sentido e a correção.

RESPOSTA Na frase em questão, deixaríamos de ter uma oração adjetiva explicativa (sempre com pontuação) e passaríamos a ter uma oração adjetiva restritiva (sem pontuação). *Alternativa A.*

10259. (2012 – FCC) Está inteiramente adequada a pontuação da frase:

(A) Objetos voadores não identificados, mais conhecidos como óvnis foram, não apenas objeto, de acaloradas controvérsias, como tema de inúmeros filmes de sucesso, principalmente aqueles produzidos em Hollywood essa verdadeira fábrica de sonhos.

(B) Objetos voadores, não identificados, mais conhecidos como óvnis foram, não apenas objeto de acaloradas controvérsias, como tema de inúmeros filmes de sucesso, principalmente, aqueles produzidos em Hollywood essa verdadeira fábrica de sonhos.

(C) Objetos voadores não identificados mais conhecidos, como óvnis foram não apenas, objeto de acaloradas controvérsias, como tema de inúmeros filmes, de sucesso, principalmente aqueles produzidos, em Hollywood, essa verdadeira fábrica de sonhos.

(D) Objetos voadores não identificados, mais conhecidos como óvnis, foram não apenas objeto de acaloradas controvérsias, como tema de inúmeros filmes de sucesso, principalmente aqueles produzidos em Hollywood, essa verdadeira fábrica de sonhos.

(E) Objetos voadores, não identificados, mais conhecidos como óvnis foram não apenas, objeto de acaloradas controvérsias, como tema de inúmeros filmes, de sucesso principalmente aqueles produzidos em Hollywood, essa verdadeira fábrica de sonhos.

RESPOSTA No 1º caso, as vírgulas servem para separar um aposto (mais conhecidos como óvnis). Depois temos orações coordenadas aditivas (não apenas... como...) e outro aposto (essa ... sonhos). *Alternativa D.*

10260. (2012 – FCC) Atente para as afirmações abaixo.

I. Ao velar para que o compromisso com os valores que nos definem como sociedade se traduza em atuação diplomática, o Brasil trabalha sempre pelo fortalecimento do multilateralismo e, em particular, das Nações Unidas.

Na frase acima, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente após sociedade, sem prejuízo para a correção e o sentido.

II. O acolhimento da responsabilidade de proteger teria de passar, dessa maneira, pela caracterização de que, em determinada situação específica, violações de direitos humanos implicam ameaça à paz e à segurança.

As vírgulas que isolam o segmento em determinada situação específica podem ser substituídas por travessões, sem prejuízo para a correção.

III. Em meados da década de 90 surgiram vozes que, motivadas pelo justo objetivo de impedir que a inação da comunidade internacional permitisse episódios sangrentos como os da Bósnia, forjaram o conceito de “responsabilidade de proteger”.

Na frase acima, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente após 90, sem prejuízo para a correção e o sentido.

Está correto o que consta APENAS em

(A) II.

(B) I.

(C) I e III.
(D) II e III.
(E) I e II.

RESPOSTA No item I, se colocarmos uma vírgula separaríamos o sujeito do seu verbo. No item II, as vírgulas podem ser substituídas por travessões sem problemas. No item 3, a vírgula após 90 serviria para indicar um adjunto adverbial deslocado. *Alternativa D.*

10261. (2012 – FCC) Leia as afirmações abaixo, referentes à pontuação empregada no 1º parágrafo do texto.

I. A má fama dessa modalidade [...] – já tão disseminada em países de educação de alto nível – persiste até hoje no Brasil.

Na frase acima, se os travessões fossem substituídos por vírgulas, haveria prejuízo para a correção e a lógica.

II. Em parte, pela resistência de uma turma aferrada à velha ideia de que ensino bom, só na sala de aula.

Mantendo-se a correção e o sentido, uma vírgula pode ser colocada imediatamente após turma.

III. Uma nova pesquisa, conduzida pela Fundação Victor Civita, retirou um conjunto deles dessa zona de sombra.

As vírgulas que isolam o segmento conduzida pela Fundação Victor Civita podem ser suprimidas, sem prejuízo para a correção.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.

RESPOSTA Todo elemento em questão é o sujeito da frase. Sendo assim, este aposto agora não isolado não traria prejuízo para o sentido e correção. *Alternativa C.*

10262. (2012 – FCC) Atente para as afirmações abaixo.

I. Não ignoro que muitos tiveram e têm a convicção de que as coisas do mundo sejam governadas pela fortuna e por Deus...

Uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois do termo convicção, sem prejuízo para a correção e o sentido.

II. Comparo-a a um desses rios devastadores que, quando se enfurecem, alagam as planícies, derrubam árvores e construções, arrastam grandes torrões de terra de um lado para outro: todos fogem diante dele, todos cedem a seu ímpeto sem poder contê-lo minimamente.

Os dois-pontos poderiam ser substituídos por um travessão, sem prejuízo para a correção e a lógica.

III. Algo semelhante ocorre com a fortuna, que demonstra toda sua potência ali onde a virtude não lhe pôs anteparos...

A retirada da vírgula implicaria alteração do sentido da frase.

Está correto APENAS o que se afirma em

(A) I e II.
(B) II.

(C) II e III.
(D) III.
(E) I e III.

RESPOSTA No item I, se colocarmos uma vírgula depois de *convicção*, nós o separaríamos de seu complemento "de"... No item II, a troca não prejudicaria em nada essa expressão explicativa. No item III, a retirada da vírgula mudaria sua classificação e sentido de explicativa para restritiva. *Alternativa C.*

10263. **(2012 – FCC)** Sobre a pontuação empregada em um segmento do texto, é correto afirmar:

(A) Em "um dos mais abrangentes relatórios sobre as áreas protegidas amazônicas, que acaba de ser publicado pelo ISA (Instituto Socioambiental) e pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia)", a vírgula poderia ser substituída por dois-pontos, sem prejuízo para a correção.
(B) Em "Vários levantamentos apontam que formalizar a posse de certas áreas por seus habitantes nativos é uma excelente maneira de evitar o desmatamento nelas", uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois de apontam, sem prejuízo para a correção.
(C) O segmento isolado por parênteses no início do segundo parágrafo – as de proteção integral, cujo nome já diz tudo, e as de uso sustentável, nas quais é possível a extração controlada de madeira, por exemplo – constitui uma ressalva ao que se afirma.
(D) Em "E, de fato, a taxa de desmate de 1998 a 2009 é a menor nas terras indígenas: cerca de 1,5% da área", os dois-pontos introduzem uma especificação do que se acabou de afirmar.
(E) No segmento "as de proteção integral, cujo nome já diz tudo", a vírgula poderia ser retirada sem prejuízo para a correção e o sentido originais.

RESPOSTA Os dois-pontos na frase estabelecem um aposto especificativo, fazem o esclarecimento da "taxa de desmate". *Alternativa D.*

10264. **(2012 – FCC)** O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma, mas ruiu exatamente conforme as previsões de Kant.

Outra pontuação para a frase acima, que mantém o sentido e a correção originais, é:

(A) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais, não foi um mero fantasma (mas: ruiu exatamente conforme as previsões de Kant).
(B) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi: um mero fantasma; mas ruiu, exatamente, conforme as previsões de Kant.
(C) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma. Mas ruiu exatamente, conforme as previsões de Kant.
(D) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados, nacionais, não foi um mero fantasma – mas ruiu; exatamente conforme as previsões de Kant.
(E) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma; mas ruiu, exatamente conforme as previsões de Kant.

RESPOSTA É possível utilizar ponto e vírgula nas orações coordenadas. O advérbio "exatamente" não pode ser isolado por vírgula porque se relaciona com "conforme". *Alternativa E.*

10265. **(2012 – FCC)** A afirmação INCORRETA sobre a pontuação empregada em um segmento do segundo parágrafo do texto é:

(A) Em *A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente*, a retirada simultânea das vírgulas manteria, em linhas gerais, o sentido da frase.

(B) Em *De início pareceu ser episódio secundário*, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois do termo início, sem prejuízo para a correção e a lógica.

(C) Em *A Espanha – a quem coubera um tesouro como até então não se conhecera no mundo – tratará de transformar os seus domínios numa imensa cidadela*, os travessões poderiam ser substituídos por vírgulas, sem prejuízo para a correção e a lógica.

(D) Em *Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, "donos" dessas terras, às demais nações europeias*, o emprego das aspas denota a atribuição de um sentido particular ao termo destacado.

(E) Em *A partir desse momento a ocupação da América deixa de ser um problema exclusivamente comercial: intervêm nele importantes fatores políticos*, os dois-pontos indicam uma quebra da sequência das ideias.

RESPOSTA Os dois-pontos nesse caso introduzem uma explicação. Os dois-pontos jamais introduzem quebra de sequência das ideias. *Alternativa E.*

10266. (2012 – FCC) Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:

(A) A conectividade representa em nossos tempos, de fulminantes avanços tecnológicos, mais do que um fenômeno da comunicação, constitui um modo de viver, e de pensar de tal modo, que muitos dos nossos valores seculares, caem por terra, como vem ocorrendo por exemplo com o direito à privacidade.

(B) A conectividade representa, em nossos tempos de fulminantes avanços tecnológicos, mais do que um fenômeno da comunicação, constitui um modo de viver e de pensar, de tal modo, que muitos dos nossos valores seculares caem por terra, como vem ocorrendo por exemplo, com o direito à privacidade.

(C) A conectividade representa, em nossos tempos de fulminantes avanços tecnológicos mais do que um fenômeno da comunicação; constitui, um modo de viver e de pensar, de tal modo que muitos dos nossos valores seculares, caem por terra; como vem ocorrendo por exemplo, com o direito à privacidade.

(D) A conectividade representa, em nossos tempos de fulminantes avanços tecnológicos, mais do que um fenômeno da comunicação: constitui um modo de viver e de pensar, de tal modo que muitos dos nossos valores seculares caem por terra, como vem ocorrendo, por exemplo, com o direito à privacidade.

(E) A conectividade representa, em nossos tempos, de fulminantes avanços tecnológicos: mais do que um fenômeno da comunicação; constitui um modo de viver e de pensar, de tal modo que muitos dos nossos valores seculares caem por terra, como vem ocorrendo por exemplo, com o direito à privacidade.

RESPOSTA "Em nossos tempos de fulminantes avanços tecnológicos" é uma adjunto adverbial deslocado; deve, portanto, ser isolado por pontuação. Os dois-pontos introduzem um detalhamento. E a expressão "por exemplo" é intercalada, sendo assim isolada também por pontuação. *Alternativa D.*

10267. (2012 – FCC) A pontuação está plenamente adequada no período:

(A) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas; há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.

(B) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço, que o ensino religioso deve ou não ocupar

dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.

(C) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso, deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas, há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação: que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.

(D) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro, ou fora, das escolas públicas; há quem não admita interferência, do Estado, nas questões de fé; como há quem lembre a obrigação, que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.

(E) Muito se debate, nos dias de hoje acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação, que ele tem de orientar as crianças, em idade escolar.

RESPOSTA "Nos dias de hoje" é adjunto adverbial deslocado, por isso deve ser isolado por pontuação. O ponto e vírgula separa orações independentes, e a vírgula antes de "como" isola uma oração adverbial. *Alternativa A.*

10268. (2012 – FCC) A pontuação está plenamente adequada na seguinte frase:

(A) O autor ainda que de modo respeitoso, não deixa de discordar de dom Odilo Scherer, que se pronunciou numa entrevista recente, a respeito da cobrança segundo ele inadmissível por serviços de saúde.

(B) O autor, ainda que de modo respeitoso não deixa de discordar de dom Odilo Scherer, que se pronunciou, numa entrevista recente a respeito da cobrança, segundo ele inadmissível, por serviços de saúde.

(C) O autor, ainda que, de modo respeitoso, não deixa de discordar de dom Odilo Scherer, que se pronunciou numa entrevista recente a respeito da cobrança, segundo ele inadmissível, por serviços de saúde.

(D) O autor, ainda que de modo respeitoso, não deixa de discordar de dom Odilo Scherer, que se pronunciou, numa entrevista recente, a respeito da cobrança, segundo ele inadmissível, por serviços de saúde.

(E) O autor, ainda que de modo respeitoso não deixa de discordar, de dom Odilo Scherer, que se pronunciou, numa entrevista, recente, a respeito da cobrança segundo ele, inadmissível, por serviços de saúde.

RESPOSTA "Ainda que de modo respeitoso" é uma oração adverbial concessiva deslocada, por isso isolada por pontuação. A vírgula antes do "que" isola uma oração adjetiva explicativa. A expressão "numa entrevista recente" é um adjunto adverbial deslocado, o que justifica a pontuação. *Alternativa D.*

10269. (2002 – FCC) Leia o fragmento

O mercado não deixa de ser uma criatura assaz estranha, pois ela é apresentada como se fosse portadora de vontade. Ouvimos frequentemente que o mercado "quer" isto ou aquilo, que ele tem tal ou qual expectativa, como se tratássemos com um ente volitivo, dotado de desejos, paixões e esperanças. Como uma criança mimada, se a sua vontade é contrariada, o seu mau humor imediatamente se manifesta, expressando-se na queda das bolsas, no aumento da cotação do dólar e do dito risco Brasil.

Não se trata, evidentemente, de negar que o mercado tenha regras que devem ser obedecidas, sob pena de uma disfunção total do corpo social e econômico. Seguir regras faz parte de qualquer comportamento, sem que daí se infira necessariamente que obedecer a um conjunto de regras torna esse conjunto um ser dotado de vontade. Se sigo regras de trânsito, daí não se segue que essas regras

"queiram" tal ou qual coisa, senão no sentido derivado de que seres volitivos impuseram a si mesmos esse conjunto de regras. (Denis Lerrer Rosenfeld, O Estado de S. Paulo, agosto de 2002)

... que o mercado "quer" isto ou aquilo... que essas regras "queiram" tal ou qual coisa ... não "querem" a sua implementação.

O uso das aspas nas frases acima, retiradas do texto,

(A) mostra que estão sendo usadas formas de gíria que identificam o mercado financeiro.
(B) indica a ausência do termo adequado ao sentido geral do texto.
(C) busca chamar a atenção do leitor, para um sentido especial no emprego dos verbos.
(D) assinala uma interrupção consciente na sequência lógica das ideias.
(E) introduz uma hesitação quanto ao emprego correto do sentido das formas verbais.

RESPOSTA As aspas foram utilizadas no texto para acentuar o valor significativo da palavra "quer", já que o mercado não é um ser animado e, portanto, não tem vida própria, por isso realça o sentido figurado. As aspas estão sendo utilizadas para chamar a atenção do leitor para um sentido especial que está sendo atribuído a ela. *Alternativa C.*

IV. Acentuação e Ortografia

10270. **(2012 – FCC)** Segundo os preceitos da gramática normativa do português do Brasil, a única palavra dentre as citadas abaixo que NÃO deve ser pronunciada com o acento tônico recaindo em posição idêntica àquela em que recai na palavra *avaro* é:

(A) mister.
(B) filantropo.
(C) gratuito.
(D) maquinaria.
(E) ibero.

RESPOSTA A palavra *avaro* é uma paroxítona terminada em *o*, por isso não acentuada. Sílaba tônica –va. Já a palavra *mister* é uma oxítona terminada em –r, por isso não acentuada. Pronuncia-se a sílaba tônica na última sílaba. Todas as demais opções possuem palavras paroxítonas. *Alternativa A.*

10271. **(2011 – FCC)** Entre as frases que seguem, a única correta é:

(A) Ele se esqueceu de que?
(B) Era tão ruím aquele texto, que não deu para distribui-lo entre os presentes.
(C) Embora devessemos, não fomos excessivos nas críticas.
(D) O juíz nunca negou-se a atender às reivindicações dos funcionários.
(E) Não sei por que ele mereceria minha consideração.

RESPOSTA Note o que deve ser ajustado nas outras alternativas:
(A) (quê?). (B) (ruim)/(distribuí-lo). (C) (devêssemos). (D) (juiz). *Alternativa E.*

10272. **(2012 – FCC)** É preciso corrigir deslizes relativos à ortografia oficial e à acentuação gráfica da frase:

(A) As obras modernistas não se distinguem apenas pela temática inovadora, mas igualmente pela apreensão do ritmo alucinante da existência moderna.
(B) Ainda que celebrassem as máquinas e os aparelhos da civilização moderna, a ficção e a poesia modernista também, valorizavam as coisas mais quotidianas e prosaicas.
(C) Longe de ser uma excessão, a pintura modernista foi responsável, antes mesmo da literatura, por intênsas polêmicas entre artistas e críticos concervadores.

(D) No que se refere à poesia modernista, nada parece caracterizar melhor essa extraordinária produção poética do que a opção quase incondicional pelo verso livre.

(E) O escândalo não era apenas uma consequência da produção modernista: parecia mesmo um dos objetivos precípuos de artistas dispostos a surpreender e a chocar.

RESPOSTA (A) As obras modernistas não se distinguem apenas pela temática (*proparoxítona*) inovadora, mas igualmente pela apreensão do ritmo alucinante da existência (*paroxítona terminada em ditongo crescente*) moderna. (B) Ainda que celebrassem as máquinas (*proparoxítona*) e os aparelhos da civilização moderna, a ficção e a poesia modernista também (*oxítona terminada em –ém*), valorizavam as coisas mais quotidianas e prosaicas. (C) Longe de ser uma excessão (*exceção*), a pintura modernista foi responsável, antes mesmo da literatura, por intênsas (*intensas*) polêmicas entre artistas e críticos concervadores (*conservadores*). (D) No que se refere à poesia modernista, nada parece caracterizar melhor essa extraordinária (*paroxítona terminada em ditongo crescente*) produção poética (*proparoxítona*) do que a opção quase incondicional pelo verso livre. (E) O escândalo (*proparoxítona*) não era apenas uma consequência (*paroxítona terminada em ditongo crescente*) da produção modernista: parecia mesmo um dos objetivos precípuos (*proparoxítona*) de artistas dispostos a surpreender e a chocar. *Alternativa C.*

10273. (2010 – FCC) A frase totalmente correta do ponto de vista da grafia e/ou da acentuação é:

(A) É o caso de se por em discussão se ele realmente crê na veracidade dos dados.

(B) Referiu-se àquilo que todos esperavam – sua ascensão na empresa –, com um misto de humildade e prepotência.

(C) Enquanto construimos esta ala, eles constroem a reservada aos aparelhos de rejuvenecimento.

(D) Ele é sempre muito cortês, mas não pode evitar que sua ogeriza à ela transpareça.

(E) Assinou o cheque, mas ninguém advinha o valor registrado, por isso foi devolvido pelo banco.

RESPOSTA (A) É o caso de se por (*pôr*) em discussão se ele realmente crê na veracidade dos dados. (B) Referiu-se àquilo que todos esperavam – sua ascensão na empresa –, com um misto de humildade e prepotência. (C) Enquanto construimos (*construímos*) esta ala, eles constroem a reservada aos aparelhos de rejuvenecimento (*rejuvenescimento*). (D) Ele é sempre muito cortês, mas não pode evitar que sua ogeriza (*ojeriza*) à (*a: não existe crase antes de pronome pessoal*) ela transpareça. (E) Assinou o cheque, mas ninguém advinha (*adivinhou*) o valor registrado, por isso foi devolvido pelo banco. *Alternativa B.*

10274. (2009 – FCC) É adequado o emprego e correta a grafia de todas as palavras da frase:

(A) Os poetas românticos eram obsecados por imagens que, figurando a distância, expressavam com ela a gososa inatingibilidade de um ideal.

(B) É prazeroso o reconhecimento de uma pessoa que, surgindo longínqua, parece então mais próxima que nunca – paradoxo pleno de poesia.

(C) A abstensão da proximidade de alguém não impede, segundo o cronista, que nossa afetividade aflore e haja para promover uma aproximação.

(D) Nenhuma distância dilui o afeto, pelo contrário: o reconhecimento da amada longeva a avisinha-a de nós, fá-la mais próxima que nunca.

(E) O cronista ratifica o que diz um velho provérbio: a distância que os olhos acusam não exclue a proximidade que o nosso coração promove.

RESPOSTA (A) Os poetas românticos eram obsecados (*obcecados*) por imagens que, figurando a distância, expressavam com ela a gososa (*gasosa*) inatingibilidade de um ideal. (B) É prazeroso o reconhecimento de uma pessoa que, surgindo longínqua, parece então mais próxima que nunca – paradoxo pleno de poesia. (C) A abstensão (*abstenção*) da proximidade de alguém não impede, segundo o cronista, que nossa afetividade aflore e aja para promover uma aproximação. (D) Nenhuma distância dilui o afeto, pelo contrário: o reconhecimento da amada longeva a avisinha-a (*avizinha-a*) de nós, fá-la mais próxima que nunca. (E) O cronista ratifica o que diz um velho provérbio: a distância que os olhos acusam não exclue (*exclui*) a proximidade que o nosso coração promove. *Alternativa B.*

10275. **(2007 – FCC)** Considerando-se ortografia, acentuação gráfica e sinal de crase, a frase inteiramente correta é:

(A) Na agricultura orgânica, os fertilizantes de laboratório cedem lugar a adubos naturais, tais como esterco e restos de vegetação.

(B) A agricultura orgânica passou a ser vista como algo menos nossivo a natureza, o que condiz com a atual conciência ecológica.

(C) Ao invez de pesticidas sintéticos no combate à pragas da lavoura, surgiu a noção de se utilizarem predadores vivos, como vespas e joaninhas.

(D) Graças as descobertas biológicas ressentes, é possível controlar as pragas com insétos que impedem sua disseminação nas plantações.

(E) Resíduos tóxicos em alimentos produzidos pelo método convensional podem provocar, desde um simples mau-estar, até graves doenças.

RESPOSTA (A) Na agricultura orgânica, os fertilizantes de laboratório cedem lugar a adubos naturais, tais como esterco e restos de vegetação. (B) A agricultura orgânica passou a ser vista como algo menos nossivo (*nocivo*) a (*à*) natureza, o que condiz com a atual conciência (*consciência*) ecológica. (C) Ao invez (*invés*) de pesticidas sintéticos no combate à (*preposição a*) pragas da lavoura, surgiu a noção de se utilizarem predadores vivos, como vespas e joaninhas. (D) Graças as (*às – preposição a + artigo definido a*) descobertas biológicas ressentes (*recentes*), é possível controlar as pragas com insétos (*insetos*) que impedem sua disseminação nas plantações. (E) Resíduos tóxicos em alimentos produzidos pelo método convensional (*convencional*) podem provocar, desde um simples mau-estar (*mal-estar*), até graves doenças. *Alternativa A.*

10276. **(2006 – FCC)** Palavras que recebem acento gráfico pela mesma razão que o justifica na palavra *jacarés* estão reproduzidas em:

(A) negócios e únicos.

(B) município e amazônica.

(C) mantém e tamanduás.

(D) tucunarés e santuários.

(E) ecológicos e tuiuiús.

RESPOSTA Jacaré é uma oxítona terminada em *e*, por isso leva acento. “mantém” e “tamanduás” são exemplos de oxítonas acentuadas. Lembre-se de que as terminações acentuadas das oxítonas são: a, e, o, em, ens. *Alternativa C.*

10277. **(2004 – FCC)** As palavras que recebem acento gráfico pela mesma razão que o justifica em *vários*, são

(A) estômago e provável.

(B) ocorrência e predatório.

(C) influência e insaciável.

(D) marítimas e também.

(E) número e até.

RESPOSTA *Vários* é uma paroxítona terminada em ditongo crescente. *Ocorrência* e *predatório* também são. *Alternativa B.*

10278. **(2002 – FCC)** As palavras acentuadas pela mesma razão que justifica os acentos na expressão *domínio econômico*, são

(A) história notável.

(B) trânsito difícil.

(C) prejuízo público.

(D) experiência política.
(E) heroísmo extraordinário.

RESPOSTA "Domínio" é uma paroxítona terminada em ditongo crescente e "econômico" é uma proparoxítona. *Alternativa D.*

10279. **(2002 – FCC)** Todas as palavras recebem acento pela mesma razão que o justifica em *tendência* na alternativa

(A) fenômeno, aconselhável, espécie.
(B) vítima, Taubaté, trajetória.
(C) propício, públicos, fácil.
(D) presídios, secretário, providências.
(E) joias, trânsito, específicas.

RESPOSTA *Tendência* é uma palavra paroxítona terminada em ditongo crescente, assim como as palavras constantes na *Alternativa D.*

10280. **(2006 – FCC)** A norma gramatical que justifica o acento gráfico na palavra *década* é:

(A) Monossílabos tônicos devem ser sempre acentuados.
(B) Palavras oxítonas terminadas em *a* recebem acento agudo.
(C) Palavras paroxítonas terminadas em ditongo crescente recebem acento gráfico.
(D) O acento agudo é utilizado para assinalar a existência de um hiato numa palavra paroxítona terminada em *a*.
(E) São acentuadas todas as palavras proparoxítonas.

RESPOSTA *Década* é uma palavra proparoxítona. A regra é clara: todas as proparoxítonas são acentuadas. *Alternativa E.*

V. Concordância Verbal e Nominal

10281. **(2013 – FCC)** As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

(A) Cabem a cada um dos usuários de uma língua escolher as palavras que mais lhes parecem convenientes.
(B) D. Glorinha valeu-se de um palavrório pelo qual, segundo lhe parecia certo, viessem a impressionar os ouvidos de meu pai.
(C) As palavras que usamos não valem apenas pelo que significam no dicionário, mas também segundo o contexto em que se emprega.
(D) Muita gente se vale da prática de utilizar termos, para intimidar o oponente, numa polêmica, que demandem uma consulta ao dicionário.
(E) Não convém policiar as palavras que se pronuncia numa conversa informal, quando impera a espontaneidade da fala.

RESPOSTA (A) Cabem (*cabe*) a cada um dos usuários de uma língua escolher as palavras que mais lhes parecem convenientes. (B) D. Glorinha valeu-se de um palavrório pelo qual, segundo lhe parecia certo, viessem (*viesse*) a impressionar os ouvidos de meu pai. (C) As palavras que usamos não valem apenas pelo que significam no dicionário, mas também segundo o contexto em que se emprega (*empregam*). (D) Muita gente se vale da prática de utilizar termos, para intimidar o oponente, numa polêmica, que demandem uma consulta ao dicionário. (E) Não convém policiar as palavras que se pronuncia (*pronunciam*) numa conversa informal, quando impera a espontaneidade da fala. *Alternativa D.*

10282. **(2013 – FCC)** Estão plenamente acatadas as normas de concordância verbal na

seguinte frase:

(A) A virtude da confiança, assim como a da desconfiança, não independe das circunstâncias que a requisitam.

(B) As ações de confiar ou desconfiar constitui uma alternativa que não raro corresponde a um dilema.

(C) Destacam-se, no capítulo das desconfianças, a escola dos filósofos clássicos identificados com o ideário do ceticismo.

(D) Entre todas as virtudes, a da confiança é das que mais requer argumentos para se afirmarem junto aos críticos.

(E) Aos desconfiados parecem inaceitável ingenuidade pensar que o otimismo e a esperança possam nutrir alguém.

R ESPOSTA Note: sujeito de independe = a virtude
Sujeito de requisitam = as circunstâncias. *Alternativa A.*

10283. **(2013 – FCC)** Substituindo-se o segmento em destaque pelo colocado entre parênteses ao final da frase, o verbo que deverá manter-se no singular está em:

(A) Houve um sonho monumental... (sonhos monumentais)

(B) Bem disse Le Corbusier que Niemeyer... (os que mais conheciam a sua obra)

(C) Assim pensava o maior arquiteto... (grandes arquitetos como Niemeyer)

(D) O comunismo resolve o problema da vida... (As revoluções vitoriosas da esquerda)

(E) Niemeyer vira a possibilidade... (Os arquitetos da geração de Niemeyer)

RESPOSTA O verbo “haver” sempre é impessoal (sem concordância) quando for no sentido de “existir”. *Alternativa A.*

10284. **(2013 – FCC)** A frase redigida com correção e clareza é:

(A) A longevidade de Oscar Niemeyer permitiu, à todos os que eventualmente criticavam as suas obras, que as revalorizasse enquanto ele ainda vivia e não apenas depois da sua morte.

(B) Talvez ninguém tenha feito mais pela divulgação do país no exterior do que Oscar Niemeyer, cujos projetos inconfundíveis, espalhados pelo mundo, nunca deixarão de aludir à paisagem brasileira.

(C) Até mesmo o governo dos Estados Unidos, que pensamos estarem muitas vezes alheios as coisas que se passam no Brasil, lamentaram a morte de Oscar Niemeyer, cuja nota dizia que ele inspirará gerações.

(D) Quando se começar à refletir no fato de que tão grande número de templos religiosos, tenham sido realmente construídos ou não, foram projetados por um arquiteto que abertamente se declarava ateu.

(E) Grandes arquitetos do mundo todo manifestaram sua admiração pela genialidade de Oscar Niemeyer, onde muitos chegaram mesmo a declarar a inspiração de suas obras em seu trabalho.

RESPOSTA Notemos alguns erros das outras para facilitar: (A) à todos – não pode ter crase antes de palavras masculinas. (C) alheios as coisas – deveria ter crase devido à regência de alheios. (D) à refletir – não vai crase antes de verbo. (E) onde – não está indicando um lugar fixo para ser empregado na frase. *Alternativa B.*

10285. **(2012 – FCC)** As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na construção da frase:

(A) Não se devem àqueles que procrastinam suas tarefas nenhum respeito, pois jamais se importam com os prejuízos que acabam por acarretar a terceiros.

(B) Qualquer consulta a quaisquer verbetes de quaisquer dicionários precisam levar em conta a dificuldade de se aclarar o sentido de um vocábulo sem o amparo de um contexto.

(C) O fato de ensejarem as crônicas uma grande liberdade no rumo que lhes traçam os cronistas permite ao autor associá-las à circularidade e à dinâmica da Terra.

(D) O autor sustenta a ideia de que mais vale, ao se adiar um trabalho, os prazeres da vagabundagem do que as recompensas da simples procrastinação.

(E) Não cabem aos simplórios procrastinadores o prazer tão especial de quem adia uma tarefa tediosa apenas para desfrutar criativamente de um ócio verdadeiro.

RESPOSTA Vejamos os erros das demais: (A) não se deve... nenhum respeito. (B) qualquer consulta... precisa. (D) valem,... os prazeres. (E) o prazer não cabe. *Alternativa C.*

10286. **(2012 – FCC)** A frase em que a concordância está em conformidade com o padrão culto escrito é:

(A) O seu intenso trabalho em favor das pessoas desassistidas pelas diferentes instâncias governamentais tornaram-se exemplos dignos de referência, merecedores de aplausos.

(B) Na região central, foi destinado aos jovens arquitetos uma área bastante grande para que nela se fizessem o maior número de melhorias urbanas possíveis.

(C) Mais de um residente procurou o setor de instrumentos médico-cirúrgicos para solicitar que fosse preparados com urgência os que seriam utilizados pelo professor.

(D) Apesar de ser os menos preparados tecnicamente, foram eles que se distinguiram no combate às chamas que, em segundos, chegou a destruírem uma vila inteira de casas.

(E) Fossem quais fossem os escolhidos para a tarefa, certamente não haveriam de faltar com a palavra dada, pois o grupo todo já tinha se comprometido em dar o melhor de si.

RESPOSTA Note que o verbo “haver” não está sendo empregado com o sentido de “existir”, por isso ele concorda com o sujeito “os escolhidos”. *Alternativa E.*

10287. **(2012 – FCC)** O verbo flexionado no singular que também pode ser corretamente flexionado no plural, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está destacado em:

(A) Para promover os direitos humanos, a consolidação da democracia em todos os países é extremamente necessária.

(B) Cada um dos países do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) há de zelar pela manutenção dos Direitos Humanos.

(C) A comunidade internacional trata os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase.

(D) A maior parte dos países compreende que o direito ao trabalho é de vital importância para o desenvolvimento de povos e nações.

(E) A declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993, reconhece uma série de direitos fundamentais, como o direito ao desenvolvimento.

RESPOSTA Temos uma expressão partitiva. Nesse tipo de expressão, o verbo tanto pode concordar com “parte” quanto com “países”. *Alternativa D.*

10288. **(2012 – FCC)** *Os folheteiros* vivem em feiras, mercados, praças e locais de peregrinação.

O verbo da frase acima NÃO pode ser mantido no plural caso o segmento grifado seja substituído por:

(A) Há folheteiros que
(B) A maior parte dos folheteiros
(C) O folheteiro e sua família
(D) O grosso dos folheteiros
(E) Cada um dos folheteiros

RESPOSTA Nesse caso o núcleo do sujeito seria o numeral "um", por isso o verbo ficaria no singular. *Alternativa E.*

10289. **(2012 – FCC)** O verbo empregado no plural que também poderia ter sido flexionado no singular, sem prejuízo para a correção, está em:

(A) Para o domínio desse jogo, especialistas dão instruções sobre ...
(B) Todos os jogos se compõem de duas partes ...
(C) As vitórias no jogo interior talvez não acrescentem novos troféus ...
(D) Mas, por algum motivo, a maioria das pessoas têm mais facilidade para ...
(E) ... todos os hábitos da mente que inibem a excelência do desempenho.

RESPOSTA Temos uma expressão partitiva. Nesse tipo de expressão, o verbo tanto pode concordar com "maioria" quanto com "pessoas". *Alternativa D.*

10290. **(2012 – FCC)** As normas de concordância verbal estão plenamente acatadas em:

(A) Aos ateus não se devem dispensar o mesmo tratamento de que foram vítimas os primeiros adeptos do cristianismo.
(B) Nunca faltaram aos homens de todas as épocas o recurso das crenças no sobrenatural e a empolgação pelas artes da magia.
(C) Não se deixam levar pelas crenças transcendentes quem só costuma atender as exigências do pensamento racional.
(D) Poupem-se da ira dos fanáticos de sempre aquele tipo de pesquisador que se baseia tão somente nos fenômenos que se podem avaliar.
(E) Nunca se abrandaram nos homens e mulheres que não se valem da fé religiosa a reação hostil dos que se proclamam filhos de Deus.

RESPOSTA Note que o verbo "faltaram" está no plural porque o sujeito é composto, tendo como núcleos "recurso" e "empolgação". *Alternativa B.*

10291. **(2012 – FCC)** A frase que mantém o respeito às normas de concordância verbal é:

(A) Como ocorre com um rio devastador, há de voltar-se os ímpetos da fortuna para onde não há barreiras e diques que possam detê-la.
(B) Parece relativamente disseminada esta convicção: com nenhum remédio conta os homens para corrigir as coisas do mundo.
(C) Devem-se às grandes mutações nas coisas que se viram e se veem todos os dias essa opinião a cada dia mais acreditada.
(D) Ainda que possam decidir metade de nossas ações, a fortuna deixa sempre a outra metade, ou quase, a nosso governo.
(E) A maioria dos homens está inteiramente convencida de que são as coisas do mundo governadas pela fortuna e por Deus.

RESPOSTA Temos uma expressão partitiva. Nesse tipo de expressão, o verbo tanto pode concordar com "maioria "quanto com "homens". *Alternativa E.*

10292. **(2012 – FCC)** Uma longa carta que ...... três semanas para chegar da Europa não ...... todos os encontros que nos ...... o e-mail em uma única tarde. (Antonio Prata, op. cit)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) levou – supera – proporciona
(B) leva – superam – proporcionava
(C) levaram – supera – proporcionam
(D) levara – superarão – proporcionariam
(E) levariam – superaria – proporcionará

RESPOSTA Note que os núcleos dos sujeitos são respectivamente: carta, carta, e-mail. *Alternativa A.*

10293. **(2012 – FCC)** O papel da mulher está definitivamente ligado ao grupo social no qual está inserido, à medida que a questão transcende o âmbito da família.

Considerado o padrão culto escrito, é correto afirmar sobre a frase acima:

(A) Está redigida corretamente.
(B) Necessita de uma alteração na pontuação – o emprego de vírgula depois de “social” – para que, do ponto de vista semântico, seja aceitável.
(C) Necessita de duas correções: a substituição de “inserido” por “inserida” e a substituição de “à medida que” por “na medida em que”.
(D) Necessita de uma única correção: o emprego de “transcende ao âmbito” em lugar de “transcende o âmbito”.
(E) Necessita de duas correções: a substituição de “no qual está inserido” por “em que se insere” e a substituição de “à medida que” por “a medida em que”.

RESPOSTA Note que A mulher está inseridA e “à medida que” expressa a ideia de proporção, já “na medida em que” estabelece o sentido de causa/consequência. *Alternativa C.*

10294. **(2012 – FCC)** Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal na frase:

(A) Dentro da elite nunca se criticou, diante da rotina do sistema penitenciário brasileiro, os horrores a que os presos são submetidos.
(B) Reserva-se ao pobre, tantas vezes identificado como potencialmente perigoso, as opções da resignação ou da marginalidade social.
(C) Sem altos investimentos não haverão como minimizar os horrores que vêm caracterizando as nossas penitenciárias.
(D) A nenhum dos intérpretes de um fato faltarão argumentos para considerá-lo segundo seu interesse e sua conveniência.
(E) Ainda que não lhes convenham fazer altos investimentos, as elites terão que calcular os custos de tanta violência.

RESPOSTA Que faltará? Argumentos = núcleo do sujeito. *Alternativa D.*

10295. **(2012 – FCC)** Uma vez ...... as limitações fundamentais da condição humana, é possível dominar a fantasia e ...... as possibilidades concretas que se ...... para todos nós.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) aceita – testar – abrem

(B) aceitas – testar – abrem
(C) aceita – testarem – abre
(D) aceitas – testar – abre
(E) aceita – testarem – abrem

RESPOSTA Note que "aceitas" concorda com "limitações"; já com o verbo no infinitivo, temos uma questão de paralelismo: é possível DOMINAR e TESTAR; sujeito de "abrem" é *as possibilidades*. *Alternativa B.*

10296. **(2012 – FCC)** Entre os países mais poderosos do mundo, os EUA e a França ...... a indústria turística como prioritária. A França, líder mundial no receptivo turístico, ... 80 milhões de visitantes estrangeiros em 2011, com crescimento de 20% de brasileiros. Os EUA receberam 1.508.279 brasileiros no ano passado, e os gastos desses turistas ...... US$ 8,4 bilhões. (Folha de S. Paulo, com adaptações)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) enxergam – atraíram – totalizaram
(B) enxerga – atraíram – totalizaram
(C) enxerga – atraiu – totalizou
(D) enxerga – atraíram – totalizou
(E) enxergam – atraiu – totalizaram

RESPOSTA Note que o núcleo dos sujeitos é respectivamente: EUA e França, França e Gastos. O verbo concorda com o núcleo do sujeito. *Alternativa E.*

10297. **(2012 – FCC)** A concordância verbal está plenamente observada na frase:

(A) Provocam muitas polêmicas, entre crentes e materialistas, o posicionamento de alguns religiosos e parlamentares acerca da educação religiosa nas escolas públicas.
(B) Sempre deverão haver bons motivos, junto àqueles que são contra a obrigatoriedade do ensino religioso, para se reservar essa prática a setores da iniciativa privada.
(C) Um dos argumentos trazidos pelo autor do texto, contra os que votam a favor do ensino religioso na escola pública, consistem nos altos custos econômicos que acarretarão tal medida.
(D) O número de templos em atividade na cidade de São Paulo vêm gradativamente aumentando, em proporção maior do que ocorrem com o número de escolas públicas.
(E) Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como a regulação natural do mercado sinalizam para as inconveniências que adviriam da adoção do ensino religioso nas escolas públicas.

RESPOSTA Perceba que o verbo "sinalizam" está no plural porque está concordando com "Lei" e "regulação". Temos um sujeito composto nesse caso. *Alternativa E.*

10298. **(2012 – FCC)** Para cada uma dessas questões, assinale a alternativa que preenche corretamente, na ordem, as lacunas da frase apresentada.

...... tomar medidas que ...... a sobrevivência de algumas espécies de aves na região.

(A) Eram necessários – garantissem
(B) Eram necessárias – garantissem
(C) Era necessário – garantisse
(D) Eram necessárias – garantisse
(E) Era necessário – garantissem

RESPOSTA O sujeito de *Era necessário* é o verbo "tomar" e o de "garantissem" é "medidas". *Alternativa E.*

10299. (2012 – FCC) A frase em que as regras de concordância estão plenamente respeitadas é:

(A) Contam-se que o poeta Manuel Bandeira ficou extasiado e impressionado ao ouvirem as novas batidas do violão de João Gilberto.

(B) As canções de Caetano Veloso, cuja letra costumam despertar discussões acaloradas, são considerados por muitos grandes poemas da literatura nacional.

(C) Já se passou vários anos do surgimento da bossa nova, mas Chega de saudade, de João Gilberto, continua a encantar os ouvidos ao redor do mundo.

(D) Além de uma canção de João Gilberto, Chega de saudade é o título do livro de Ruy Castro em que o autor relembra os protagonistas da bossa nova.

(E) Imagina-se que, embora pouco estudados, deve existir motivos sociais para a indiferença com que as camadas superiores durante muito tempo via o samba.

RESPOSTA Vejamos alguns erros das outras opções nessa questão:
(A) Conta-se que (o verbo concorda com a conjunção integrante). (B) letra costumava... (C) já se passaram vários anos... (E) ...devem existir motivos sociais... *Alternativa D.*

10300. (2012 – FCC) O verbo que se mantém corretamente no singular, mesmo com as alterações propostas entre parênteses para o segmento grifado, está em:

(A) quando a *peste negra* varreu populações inteiras (as epidemias)

(B) quanto *mais gente* houvesse no mundo (mais habitantes)

(C) *O tom alarmista* acerca do crescimento populacional arrefeceu (As profecias)

(D) *A humanidade* terá de colocar toda sua inventividade à prova (Os homens)

(E) Existe *um consenso* (hipóteses diversas)

RESPOSTA O verbo "haver" é impessoal quando é empregado no sentido de "existir". Portanto, ele não concorda. *Alternativa B.*

10301. (2012 – FCC) Substituindo-se o elemento grifado pelo segmento que está entre parênteses, o verbo que deverá flexionar-se no plural está em:

(A) *Clarice* (Juntamente com o marido, Clarice) se encontrava no exterior...

(B) *A voz nova e solitária* (A voz que poucos conheciam) em seguida iria encontrar obstáculos ...

(C) *O nome de Clarice* (A ficção de autoras intimistas) [...] tinha aqui pequena repercussão.

(D) ... como está dito *por toda parte* (em todos os jornais).

(E) Ao contrário do que *se* (os desavisados) pensa ...

RESPOSTA O sujeito do verbo "pensa" teria o núcleo no plural (desavisados), sendo necessariamente flexionado no plural por isso. *Alternativa E.*

10302. (2012 – FCC) O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher adequadamente a lacuna da frase:

(A) É grande o prazer que ...... (proporcionar) ao professor valer-se de máquinas de escrever mecânicas para redigir textos mais complexos.

(B) As tentações a que não ...... (costumar) furtar-se um usuário do computador não se colocam para os que usam máquina de escrever.

(C) Não ...... (competir) aos jovens de hoje ponderar as vantagens ou as desvantagens de uma engenhoca a que nunca foram apresentados.

(D) Será que ...... (haver) de consolar um prisioneiro americano essas duvidosas vantagens do uso das máquinas de escrever?

(E) Sobre muito poucos ...... (poder) ainda exercer algum fascínio o uso das já arqueológicas máquinas de escrever mecânicas.

RESPOSTA Note que o verbo "haver" não está sendo empregado com o sentido de "existir". Nesse caso, ele é o auxiliar do verbo "consolar", por isso concorda com o sujeito "essas duvidosas vantagens do uso das máquinas de escrever". *Alternativa D.*

10303. **(2012 – FCC)** Em épocas passadas, alguns poetas se ...... atrelados a convenções literárias tão rígidas que, em alguns casos, os ...... de encontrar uma voz original e única. Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) mantém – impedirão

(B) manteram – impediam

(C) mantiveram – impediram

(D) manteriam – impedira

(E) mantinham – impedia

RESPOSTA O verbo "manter" concorda com o sujeito "alguns poetas" e assume a sua forma no subjuntivo. Já o verbo "impedir" concorda com "convenções literárias tão rígidas". *Alternativa C.*

10304. **(2012 – FCC)** O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do singular para preencher adequadamente a lacuna da frase:

(A) Não ...... (corresponder) aos surpreendentes desdobramentos da descoberta do DNA análoga evolução no plano das questões éticas.

(B) Mesmo a um pesquisador de ponta não ...... (haver) de convir as disputas éticas, pois ele ainda engatinha nessa nova descoberta.

(C) De todas as projeções que se ...... (fazer) a partir da manipulação do DNA, a mais assustadora é a programação de tipos pessoais.

(D) A um direitista não ...... (deixar) de assustar, quando isso não lhe convém, iniciativas econômicas que o Estado reivindica para si.

(E) Não ...... (parecer) uma incongruência, para os esquerdistas, os excessos personalistas do líder de um movimento socialista.

RESPOSTA Que é que não corresponde? Análoga evolução = sujeito da frase. Logo, o verbo deve ser empregado no singular. *Alternativa A.*

10305. **(2012 – FCC)** Com as alterações propostas entre parênteses para o segmento grifado nas frases abaixo, o verbo que se mantém corretamente no singular é:

(A) <u>a modernização do Rio</u> se teria feito (as obras de modernização)

(B) Mas nunca se esquece <u>ele</u> de que (esses autores)

(C) por que vem passando <u>a mais bela das cidades do Brasil</u> (as mais belas cidades do Brasil)

(D) continua a haver <u>um Rio de Janeiro</u> do tempo dos Franceses (tradições no Rio de Janeiro)

(E) do que <u>a cidade</u> parece ter de eterno (as belezas da cidade)

RESPOSTA O verbo "haver" é impessoal quando é empregado no sentido de "existir". Portanto, ele não concorda. A frase inserida no plural desempenha a função sintática de Objeto Direto. *Alternativa D.*

10306. (2012 – FCC) A concordância verbal e nominal está inteiramente correta em:

(A) O mundo moderno, apesar das pesquisas que se desenvolve atualmente, ainda dependem dos derivados de petróleo.

(B) É sabido de todos as situações que resulta em desastre para o meio ambiente do uso excessivo de pesticidas agrícolas.

(C) Tem sido feito, em todo o planeta, esforços no sentido de preservar os recursos naturais, muitos dos quais já vem se esgotando.

(D) A água, um dos recursos naturais essenciais à vida no planeta, já se mostram escassos em regiões bastante populosas.

(E) A garantia de sobrevivência de nossa espécie deverá basear-se na conscientização sobre a necessária preservação dos recursos naturais.

RESPOSTA Notemos os erros das outras alternativas:
(A) O mundo moderno ... depende. (B) ... as situações que resultam. (C) os esforços têm... (D) A água ... já se mostra. *Alternativa E.*

10307. (2012 – FCC) Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal em:

(A) À noite, davam-se aos trabalhos de poucos e à diversão de muitos uma trégua oportuna, para tudo recomeçar na manhã seguinte.

(B) Aos esforços brutais da jubarte não correspondiam qualquer efeito prático, nenhum avanço obtinha o gigante encalhado na areia.

(C) Sempre haverá de aparecer aqueles que, diante de um espetáculo trágico, logram explorá-lo como oportunidade de comércio.

(D) Como se vê, cabe aos bons princípios ecológicos estimular a salvação das baleias, seja no alto-mar, seja na areia da praia.

(E) Da baleia encalhada em 1966 não restou, lembranos o autor, senão as postas em que a cruel voracidade dos presentes retalhou o animal.

RESPOSTA Que é que cabe? A salvação das baleias = sujeito. Note que temos um sujeito posposto ao verbo, mas a concordância deve se manter. *Alternativa D.*

10308. (2012 – FCC) O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher de modo adequado a lacuna da seguinte frase:

(A) As acusações que ...... (promover) quem defende o “assembleísmo” baseiam-se na decantada “soberania” das assembleias.

(B) Não ...... (convir) aos radicais da meritocracia admitir que pode haver boas resoluções obtidas pelo critério do voto.

(C) Por que ...... (haver) de caber a um simples passageiro as responsabilidades do comando de uma aeronave?

(D) O que aos bons políticos não ...... (poder) faltar, sobretudo nos momentos de decisão, é o espírito público.

(E) Não ...... (caber) às associações de classe, em assembleias, avaliar o mérito técnico, julgar a qualificação profissional de alguém.

RESPOSTA Note que o verbo “haver” não está sendo empregado com o sentido de “existir”. Nesse caso, ele é o auxiliar do verbo “caber”, por isso concorda com o sujeito “as responsabilidades do comando de uma aeronave”. *Alternativa C.*

10309. **(2012 – FCC)** As regras de concordância estão plenamente respeitadas em:

(A) A campanha das Diretas, de que os mais jovens participaram ativamente, terão sempre lugar especial nos registros de nossa história recente, ao lado de episódios como o movimento caras-pintadas que, em 1992, levaram à deposição de um presidente.

(B) Por mais diferenças que houvesse entre eles e o incansável dr. Ulysses, a maioria dos políticos que foram seus contemporâneos não lhe demonstrava senão grande admiração e profundo respeito.

(C) A confusão entre as funções de jornalista e de militante, no caso de Ricardo Kotscho e de outros profissionais de nossa imprensa, tornaram possível um registro muito mais vivaz de várias personagens da campanha das Diretas.

(D) Poucos episódios na história mais recente do Brasil pode nos inspirar tanto orgulho quanto a campanha das Diretas, ao longo dos anos 1983 e 1984, ainda que as eleições diretas para presidente, sua principal reivindicação, só tenha sido contemplada em 1989.

(E) Não se confunda os raríssimos casos em que a separação das funções de jornalista e de militante podem ser justificadas com aqueles que merecem a condenação mais enfática.

RESPOSTA Notemos o sujeito de cada verbo:

"houvesse" – como está sendo empregado com o sentido de "existir/ocorrer" é impessoal.

"foram" – sujeito = políticos

"demonstrava" – sujeito = a maioria

Alternativa B.

10310. **(2012 – FCC)** Constante de correspondência oficial enviada a um Ministro de Estado, a frase redigida de modo correto e adequado é:

(A) Solicitamos a Sua Excelência, Senhor Ministro, que avalieis a proposta de pauta para a próxima reunião ordinária, que enviamos anexo à esse documento.

(B) Solicitamos a Sua Excelência, Senhor Ministro, que avalies a proposta de pauta para a próxima reunião ordinária, que enviamos anexada a este documento.

(C) Solicitamos a Vossa Excelência, Senhor Ministro, que avalie a proposta de pauta para a próxima reunião ordinária, que enviamos anexa a este documento.

(D) Solicitamos a Vossa Senhoria, Senhor Ministro, que avalie a proposta de pauta para a próxima reunião ordinária, que enviamos anexado à este documento.

(E) Solicitamos a Vossa Excelência, Senhor Ministro, que avalieis a proposta de pauta para a próxima reunião ordinária, que enviamos em anexo a esse documento.

RESPOSTA Os pronomes de tratamento fazem a concordância como os pronomes de 3ª pessoa. Lembre-se de que "você" também é um pronome de tratamento e poderia substituir qualquer outro para a simples conferência. *Alternativa C.*

10311. **(2012 – FCC)** O verbo que, dadas as alterações entre parênteses propostas para o segmento grifado, deverá ser colocado no plural, está em:

(A) Não há *dúvida* de que o estilo de vida ... (dúvidas)

(B) O que *não se* sabe ... (ninguém nas regiões do planeta)

(C) O *consumo mundial* não dá sinal de trégua ... (O consumo mundial de barris de petróleo)

(D) *Um aumento elevado* no preço do óleo reflete-se no custo da matéria-prima ... (Constantes aumentos)

(E) *o tema das mudanças climáticas* pressiona os esforços mundiais ... (a preocupação em torno das mudanças climáticas)

RESPOSTA O núcleo do sujeito, com a substituição, seria "aumentos", alterando, assim, a concordância para o plural. *Alternativa D.*

10312. (2012 – FCC) As normas de concordância estão inteiramente respeitadas neste livre comentário sobre o texto:

(A) De bons livros dificilmente se faz bons filmes, costuma declarar, com a ênfase das formulações paradoxais, importantes críticos de cinema.

(B) É bastante incomum que se enalteça as adaptações cinematográficas de modo tão enfático como se faz com os livros que lhes deu origem.

(C) Hão de realizar grandes adaptações os diretores que somarem à cultura literária um profundo conhecimento da arte cinematográfica e das diferenças que as separam.

(D) A manutenção da figura do narrador que há nos livros, com raríssimas exceções, dificilmente se justificam na adaptação que dele se faz para as telas do cinema.

(E) Mais de uma vez já foi dito que a obsessão pela fidelidade aos livros a ser adaptados são o primeiro passo para o fracasso de um filme.

RESPOSTA O verbo "haver" não é impessoal nessa frase, pois não está com o sentido de "existir" e é auxiliar do verbo "realizar". O verbo "somar" concordou com "diretores", e o verbo "separar" concordou com "diferenças". *Alternativa C.*

10313. (2012 – FCC) A concordância verbal e nominal está inteiramente respeitada em:

(A) Os níveis alarmantes de poluição da água no planeta, resultante da atividade humana, está dando sinais de que ela poderá faltar em boa parte do globo terrestre, que já sofre com sua escassez.

(B) A proporção entre número de habitantes e oferta de recursos naturais estão em descompasso, levando à necessária redução no consumo desses recursos que garantem a vida no planeta.

(C) Ambientalistas já alertam para os perigos à sobrevivência da humanidade, caso os habitantes do planeta continue a consumir de modo irresponsável os recursos naturais, muitos dos quais já escassos.

(D) Existe programas de conscientização da população mundial que busca divulgar formas de consumo sustentável dos recursos naturais e respeito ao ritmo da natureza, para permitir que ela o reponham.

(E) É necessário que haja medidas que busquem controlar o consumo predatório dos recursos da natureza que, cada vez mais escassos, estão sujeitos a uma lenta reposição.

RESPOSTA O verbo "haver" foi empregado com o sentido de "existir", por isso é impessoal. O verbo "busquem" concordou com "medidas", e o verbo "estão sujeitos" concordou com "recursos da natureza". *Alternativa E.*

10314. (2012 – FCC) As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

(A) Evitem-se, sempre que possível, qualquer excesso no convívio humano: nem proximidade por demais estreita, nem distância exagerada.

(B) Os vários atrativos de que dispõem a vida nas ilhas não são, segundo o cronista, exclusividade delas.

(C) Cabem aos poetas imaginar espaços mágicos nos quais realizemos nossos desejos, como a Pasárgada de Manuel Bandeira.

(D) Muita gente haveriam de levar para uma ilha os mesmos vícios a que se houvesse rendido nos atropelos da vida urbana.

(E) A poucas pessoas conviria trocar a rotina dos *shoppings* pela serenidade absoluta de uma pequena ilha.

RESPOSTA Temos uma frase com a ordem invertida! Que é que conviria trocar? A rotina... = sujeito! *Alternativa E.*

10315. (2012 – FCC) As normas de concordância estão plenamente atendidas em:

(A) Sempre houveram pessoas sensíveis o suficiente para perceberem a enorme riqueza e a profundidade que poderiam atingir a música de Mahler.

(B) Entre os que reconheceram o talento de Mahler em vida está o escultor francês Auguste Rodin, que esculpiu, em 1909, vários bustos do compositor.

(C) Prematuramente falecido, Mahler não chegou a usufruir do prestígio que lhe dedicaram, anos depois de sua morte, a geração seguinte.

(D) Mahler foi regente titular da Ópera Imperial de Viena, da qual se tornou diretor artístico em 1897, sendo que, depois de anos no cargo, certas perseguições os fizera abandonar a função.

(E) Não couberam aos contemporâneos de Mahler prestar-lhe as justas homenagens que cabem a um gênio artístico de sua envergadura.

RESPOSTA O sujeito do verbo “reconheceram” é o pronome demonstrativo “o” (= aqueles), já o sujeito de “esculpiu” é “o escultor”. *Alternativa B.*

10316. (2012 – FCC) As normas de concordância verbal e nominal estão inteiramente respeitadas em:

(A) A vontade maior de governantes autoritários se opõem ao sistema democrático de governar, baseado no respeito à voz dos cidadãos e na aplicação da justiça.

(B) Não é permitido alterações nas regras de um jogo já iniciado, inclusive na política, devendo os que dele participa considerar os interesses da maioria dos cidadãos.

(C) Em um jogo, ainda que tenha importância a integração de todos os atletas, sobressaem os talentos individuais, que podem definir o resultado final da partida.

(D) Em toda prática esportiva, assim como na política, torna-se necessário os esforços de todos os envolvidos para que sempre se alcance os objetivos previstos.

(E) A variada gama de interesses de povos e nações devem ser consideradas na ocasião de se firmar os acordos diplomáticos entre governantes.

RESPOSTA Quem tenha importância? A integração de todos os atletas = sujeito!
Quem é que sobressaem? Os talentos individuais = sujeito!

Quem podem definir? Os talentos individuais = sujeito! *Alternativa C.*

10317. (2012 – FCC) O verbo empregado no plural que também poderia ter sido flexionado no singular, sem prejuízo para a correção, está em:

(A) Para o domínio desse jogo, especialistas dão instruções sobre ...

(B) Todos os jogos se compõem de duas partes ...

(C) As vitórias no jogo interior talvez não acrescentem novos troféus ...

(D) Mas, por algum motivo, a maioria das pessoas têm mais facilidade para ...

(E) ... todos os hábitos da mente que inibem a excelência do desempenho.

RESPOSTA Concordância com expressões partitivas (a maioria de, grande parte de) pode ser feita com o núcleo do sujeito, que é a regra geral, ou com a expressão que o acompanha. Nessa questão, o verbo “ter” concordou com “pessoas”. *Alternativa D.*

10318. **(2013 – FCC)** Como a agremiação partidária não correspondera a seu sonho, descolara-se dela, na companhia de seu líder, em 1990.

Sem prejuízo para a correção e o sentido, a frase acima pode ser reescrita do seguinte modo: Descolara-se da agremiação partidária, na companhia de seu líder, em 1990,

(A) contanto que ela não correspondera a seu sonho.
(B) conquanto ela não correspondera a seu sonho.
(C) por conseguinte ela não correspondera a seu sonho.
(D) se bem que ela não correspondera a seu sonho.
(E) visto que ela não correspondera a seu sonho.

RESPOSTA Neste contexto, ambas as conjunções “como” quanto “visto que” contêm ideia de razão para o que ocorre na oração principal. São classificadas como conjunções adverbiais causais. *Alternativa E.*

10319. **(2012 – FCC)** Aos primeiros, tudo: destaque, nome completo, cobertura constante etc. Aos outros, silêncio ou, quando muito, críticas azedas. Desta forma valorizam-se falsos valores e cometem-se graves erros de avaliação.

Considerado o trecho acima, afirma-se com correção que

(A) a forma verbal implícita em cada uma das duas frases iniciais é “concedem-se”.
(B) os dois-pontos introduzem uma síntese coerente e precisa das coisas referidas genérica e informalmente por tudo.
(C) ao encadear dois segmentos, a conjunção “ou” vem reposicionar o primeiro termo na argumentação, colocando-o, então, como a primeira de duas possibilidades.
(D) ao caracterizar o silêncio, a expressão *quando muito* equivale a “no máximo”.
(E) o emprego simultâneo de *valorizam-se* e *valores* constitui redundância condenável, visto que, nesse caso, o excesso não confere maior vigor ao que se exprime na frase.

RESPOSTA Quando utilizada com sentido de opção, a conjunção “ou” sempre reposiciona os elementos da argumentação, ordenando-os. Essa conjunção é classificada como coordenada alternativa e é a única delas que não precisa vir repetida para manter o paralelismo. *Alternativa C.*

10320. **(2012 – FCC)** Não teria graça **se** só melhorasse.

O elemento grifado na frase acima pode ser corretamente substituído por:

(A) conquanto.
(B) porquanto.
(C) caso.
(D) pois.
(E) embora.

RESPOSTA A conjunção “se”, quando denota condição, pode ser, sem prejuízo às relações semânticas estabelecidas no texto, substituída por “caso”. São classificadas como subordinadas condicionais. *Alternativa C.*

10321. **(2012 – FCC)** Para o domínio desse jogo, especialistas dão instruções **sobre** como utilizar uma raquete ou um taco e como posicionar os braços, as pernas ou o tronco **para** alcançar os melhores resultados. **Mas**, por algum motivo, a maioria das pessoas têm mais facilidade para lembrar estas instruções do que para executá-las.

Os elementos grifados no trecho acima podem ser substituídos corretamente, na ordem dada, por:

(A) a respeito de – a fito de – Ademais
(B) em torno de – afim de – Não obstante
(C) acerca de – a fim de – Porém
(D) a cerca de – a fim de – Conquanto
(E) em torno de – a fito de – Porém

RESPOSTA As três substituições propostas na alternativa C estão corretas, uma vez que o sentido do texto se manteria, devido ao uso de conjunções de mesma classificação, o que não aconteceria com as outras substituições propostas. *Sobre* indica o assunto, *para* indica a finalidade, *mas* indica uma oposição. *Alternativa C.*

10322. **(2012 – FCC)** Aos poucos, **contudo**, fui chegando à constatação de que todo perfil de rede social é um retrato ideal de nós mesmos.

Mantendo-se a correção e a lógica, sem que outra alteração seja feita na frase, o elemento grifado pode ser substituído por:

(A) ademais.
(B) conquanto.
(C) porquanto.
(D) entretanto.
(E) apesar.

RESPOSTA *Contudo* e *entretanto* são conjunções adversativas. *Alternativa D.*

10323. **(2012 – FCC)** E assim, num impulso, lança a primeira pincelada que, **embora** imprevista....

Mantendo-se a correção e a lógica, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o elemento grifado acima pode ser substituído por:

(A) contudo.
(B) entretanto.
(C) apesar de.
(D) porém.
(E) enquanto que.

RESPOSTA As expressões "apesar de" e "embora" são conjunções adverbiais concessivas. Indicam uma ressalva, uma ponderação que poderia opor-se à ideia expressa na oração anterior. *Alternativa C.*

10324. **(2012 – FCC)** Quase metade da Amazônia brasileira pertence hoje à categoria de área protegida por lei contra a devastação, **ainda que essas reservas continuem sofrendo** com gestão precária e com a falta de pessoal para monitorá-las.

O segmento grifado na frase acima pode ser substituído corretamente, sem alteração do sentido, por

(A) embora essas reservas continuam sofrendo.
(B) conquanto que essas reservas continuem sofrendo.
(C) apesar de que essas reservas continuam sofrendo.
(D) mesmo que essas reservas continuassem sofrendo.
(E) porquanto essas reservas continuem sofrendo.

RESPOSTA A única alternativa que manteria a correção do trecho proposto sem alterar-lhe o sentido é a "C", por apresentar conjunção adverbial concessiva e não apresentar erro no uso do modo verbal (uso da preposição e do modo indicativo).

Alternativa C.

10325. **(2012 – FCC)** “O que se tem hoje são pessoas que, *devido ao meio em que estão inseridas*, se tornaram “multitarefeiras crônicas”, mas não conseguem ser boas nos atributos relacionados ao multitarefismo.

O segmento denota, no contexto, noção de

(A) causa.
(B) condição.
(C) consequência.
(D) finalidade.
(E) temporalidade.

RESPOSTA A oração destacada é uma reduzida (sem conjunção) de particípio (ido, ado, ito...). Se desenvolvermos, teremos uma causa expressa: “... já que estão inseridas ao meio ...”. *Alternativa A.*

10326. **(2012 – FCC)** Os resultados preocupam. É indiscutível que a prática de esportes, associada a uma alimentação regrada, está diretamente ligada a uma vida mais saudável.

Transformando as duas afirmativas acima em um só período, com as alterações necessárias, a conjunção que deverá uni-las está grifada em

(A) Os resultados preocupam, pois é indiscutível ...
(B) Os resultados preocupam, contanto que seja indiscutível ...
(C) Os resultados preocupam, caso seja indiscutível ...
(D) Os resultados preocupam, porém é indiscutível ...
(E) Os resultados preocupam, para que seja indiscutível ...

RESPOSTA A segunda afirmativa é justificativa do argumento apresentado na primeira. Assim, a maneira mais adequada de uni-las é por meio da conjunção “pois”, que, quando anteposta ao verbo, expressa tal sentido. *Alternativa A.*

10327. **(2012 – FCC)** **Vencido** o estágio mais básico da sobrevivência, esse grupo passa a se preocupar com o futuro ...

Iniciando-se o período acima por “Esse grupo passa a se preocupar com o futuro”, o elemento grifado pode ser corretamente alterado para

(A) para vencer
(B) enquanto vencia
(C) à medida que vencia
(D) conquanto vencesse
(E) depois de vencer

RESPOSTA O uso da forma verbal no particípio de “vencer”, como é o caso do período em destaque, tem função de marcar tempo decorrido, podendo, assim, ser substituída por conjunção adverbial temporal. Dentre as alternativas, a conjunção temporal cujo sentido é de tempo decorrido é “depois de”. Note que *depois de vencer... o grupo passa a se preocupar... Alternativa E.*

10328. **(2012 – FCC)** **Já** o mamulengo urbano adota novas personagens e circunstâncias relacionadas à dinâmica das cidades e do tempo e mantém um enredo, **embora** não abra mão do improviso.

As palavras grifadas acima denotam, considerando-se o contexto em que se apresentam,

respectivamente, noção de

(A) consequência da afirmativa anterior e conformidade com o fato expresso no mesmo segmento.
(B) comparação com a declaração anterior e conclusão coerente para o que está sendo afirmado.
(C) causa que justifica a declaração anterior e sua consequência imediata.
(D) temporalidade e oposição ao que vem sendo expresso no parágrafo.
(E) oposição ao que foi expresso na afirmativa anterior e ressalva que não invalida a declaração feita.

RESPOSTA No contexto em que está inserida, a palavra *já*, geralmente usada para indicar tempo, tem sentido de oposição (semelhante a “No entanto”, por exemplo). A conjunção “embora” caracteriza-se por introduzir oração subordinada concessiva, isto é, apresenta ressalva quanto àquilo que se afirma na oração principal à qual está subordinada. *Alternativa E.*

10329. **(2012 – FCC)** **No entanto**, da Antiguidade aos tempos modernos a história é fértil em relatos protagonizados por guerreiras.

Mantendo-se a correção e a lógica, sem que qualquer outra alteração seja feita na frase, o segmento grifado acima pode ser substituído por

(A) Todavia.
(B) Conquanto.
(C) Embora.
(D) Porquanto.
(E) Ainda que.

RESPOSTA A conjunção “no entanto” tem sentido adversativo, assim como a conjunção “Todavia”. As outras conjunções apresentadas têm caráter concessivo (embora, conquanto, ainda que) ou apresentam relação de causa-consequência (porquanto). *Alternativa A.*

10330. **(2012 – FCC)** “Elas são expressões legítimas da alma coletiva, **embora** não literárias...”

Considerando-se o contexto, o elemento grifado pode ser substituído corretamente por

(A) ainda que
(B) entretanto
(C) portanto
(D) por conseguinte
(E) enquanto que

RESPOSTA Das alternativas, assim como a conjunção “embora”, a única que estabelece relação concessiva, ou seja, de ressalva ao que é dito, é “ainda que”. *Alternativa A.*

10331. **(2012 – FCC)** ... por volta de 2100, ano em que, **segundo** as projeções da ONU, a Terra terá completado seu décimo bilhão de habitantes.

O segmento grifado acima preenche corretamente a lacuna da frase:

(A) Os dados ...... se baseavam os cientistas para prever a escassez de alimentos ainda não estavam inteiramente catalogados
(B) Será necessário investir cada vez mais na agricultura, ... a oferta de alimentos atinja toda a população do planeta.
(C) O aumento de habitantes exige uma produção de alimentos mais ampla e variada, ... sejam oferecidos a toda essa população.
(D) O desafio de aumentar a oferta de alimentos, ... se necessita atualmente, justifica os múltiplos

investimentos na produção agrícola.

(E) A explosão do número de habitantes no planeta, ... contam alguns cientistas, parece estar atualmente sob certo controle.

RESPOSTA O vocábulo em destaque "segundo", no contexto em que se insere, tem sentido semelhante a "de acordo com". Das alternativas apresentadas, só seria possível inseri-lo sem acarretar erro semântico na primeira (A). *Alternativas A e E.*

10332. **(2012 – FCC)** **Nascidas do povo mais humilde do Brasil**, as Escolas afirmam a vocação dos brasileiros, de todos os brasileiros, para a grandeza.

A oração grifada acima tem sentido ...... e, ao reescrevê-la com o emprego da conjunção adequada, a oração resultante deverá iniciar-se por ....

As lacunas estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por

(A) final – Para que tivessem nascido

(B) temporal – Enquanto tinham nascido

(C) concessivo – Ainda que tenham nascido

(D) consecutivo – Desde que tenham nascido

(E) condicional – Caso tenham nascido

RESPOSTA A construção com verbo no gerúndio + preposição *de*, geralmente, apresenta caráter concessivo, podendo ser substituída pelas expressões adverbiais concessivas "Ainda que", "Embora" etc., desde que feitas as alterações sintáticas pertinentes. *Alternativa C.*

10333. **(2012 – FCC)** Atente para estas frases:

I. Não podemos contar com a sorte.

II. Daqui para frente, preservar é suor.

Para articulá-las de modo a preservar o sentido do contexto, será adequado uni-las por intermédio deste elemento:

(A) no entanto.

(B) ainda assim.

(C) haja vista que.

(D) muito embora.

(E) por conseguinte.

RESPOSTA A oração II é um resultado, uma consequência do argumento apresentado na oração I. Assim, para uni-las, de forma adequada, deve-se utilizar conjunção "por conseguinte". *Alternativa E.*

10334. **(2012 – FCC)** Preços mais altos proporcionam aos agricultores incentivos para produzir mais, o que torna mais fácil a tarefa de alimentar o mundo. Mas eles também impõem custos aos consumidores, aumentando a pobreza e o descontentamento.

A 2ª afirmativa introduz, em relação à 1ª, noção de

(A) condição.

(B) temporalidade.

(C) consequência.

(D) finalidade.

(E) restrição.

RESPOSTA Embora a conjunção "mas", geralmente, introduza relação opositiva, neste contexto, tal vocábulo introduz restrição, isto é, restringe o sentido do primeiro período ao introduzir informação adicional. *Alternativa E.*

10335. **(2012 – FCC)** "**Embora** a maioria das pessoas consuma calorias suficientes, elas ainda sofrem de imensa deficiência de nutrientes."

A conjunção grifada acima imprime ao contexto noção de

(A) finalidade de uma ação.
(B) temporalidade relativa a um fato.
(C) concessão quanto à afirmativa que a segue.
(D) conjectura que não se realiza.
(E) incerteza quanto à comprovação de um fato.

RESPOSTA O vocábulo "embora", por ser conjunção adverbial concessiva, introduz ressalva em relação àquilo que o segue. *Alternativa C.*

10336. **(2012 – FCC)** **Com o avançar** da idade, eles precisam de mais cálcio e vitaminas...

Iniciando o período por "Eles precisam de mais cálcio e vitaminas", o segmento grifado poderá passar corretamente a

(A) à medida que a idade vai avançando.
(B) conquanto a idade avance.
(C) se a idade for avançando.
(D) ainda que a idade vá avançando.
(E) em comparação à idade que avança.

RESPOSTA A construção "Com + forma nominal de verbo ou substantivo" expressa relação semelhante àquelas das conjunções adverbiais proporcionais (à medida que, conforme etc.). Note que a necessidade de mais cálcio e vitaminas vai proporcionalmente aumentando com o tempo. *Alternativa A.*

10337. **(2012 – FCC)** O desenvolvimento corresponde a uma matriz endógena, gerada em nossas próprias sociedades, e [que] portanto não é possível importar.

Propõe-se outra redação para a frase acima, a ser iniciada com "Não é possível importar o desenvolvimento...". Para que o sentido e a correção originais sejam mantidos, a conexão desse início com o segmento destacado deve ser feita mediante o uso de

(A) contudo.
(B) dado que.
(C) se bem que.
(D) no caso de.
(E) onde.

RESPOSTA Se considerarmos a conjunção "portanto" utilizada em "e portanto não é possível importar" como conjunção que denota relação de causa-consequência, teremos de substituí-la por expressão equivalente na reescrita do período. Dadas as alternativas, a única que apresenta relação semelhante é "dado que". *Alternativa B.*

10338. **(2012 – FCC)** ... principalmente **porque** as organizações precisam da dedicação de tempos longos a reuniões extensas.

A grafia e o emprego da palavra grifada acima estarão respeitados na lacuna da frase

(A) A assembleia foi rapidamente encerrada, sem que os participantes da mesa dissessem aos presentes ....
(B) A reunião foi suspensa por uma hora ...... os participantes davam mostra de cansaço e de

desatenção.

(C) Muitos trabalhadores têm demonstrado estresse em suas atividades, mas não se identifica exatamente o ....

(D) ...... teria sido convocada uma reunião extraordinária urgente neste final de semana?

(E) Os executivos se reuniram e tomaram algumas decisões polêmicas, sem que se soubesse ...... motivo.

RESPOSTA O porquê empregado na frase de comparação é uma conjunção causal. Uma conjunção desse tipo poderia ser substituída por "já que". *Alternativa B.*

VII. Pronomes

10339. **(2012 – FCC)** Atenção: a questão trata das impressões recolhidas, em 1900, pelo político, diplomata e historiador brasileiro Joaquim Nabuco, acerca de uma viagem que acabara de fazer aos Estados Unidos.

À época de Nabuco, os Estados Unidos despontavam já como um país poderoso, *o moralismo desse país representando*, no entanto, um entrave *para que se promovesse nesse país* uma disputa eleitoral em alto nível.

Evita-se a viciosa repetição de palavras na frase acima substituindo-se, de modo adequado, as expressões sublinhadas, respectivamente, por

(A) cujo moralismo representaria – lá se promovesse

(B) aonde o moralismo representa – ali se promova

(C) no qual o moralismo representasse – neles se promovam

(D) em cujo moralismo representa-se – neste se promovesse

(E) conquanto seu moralismo representa – lá se promova

RESPOSTA "Desse país", por indicar posse, deve ser substituído por um pronome relativo que tenha este mesmo caráter semântico: cujo; "para que se promovesse nesse país" deve ser substituído por "lá se promovesse", pois o vocábulo "lá" retoma o substantivo "país". *Alternativa A.*

10340. **(2012 – FCC)** As decisões mais graves são sempre difíceis: os que *devem tomar tais decisões medem essas decisões* pelos mais variados critérios, *avaliam essas decisões* conforme algum interesse em vista.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por

(A) as devem tomar – medem-nas – avaliam-nas

(B) devem tomá-las – lhes medem – as avaliam

(C) lhes devem tomar – medem-nas – avaliam-nas

(D) devem as tomar – medem-lhes – avaliam-lhes

(E) devem tomar-lhes – as medem – as avaliam

RESPOSTA "Tais decisões" e "essas decisões" são Objetos Diretos. Podem ser substituídos, no caso oblíquo (quando o pronome é objeto), por "as", "las" ou "nas". Considerando-se que o pronome "que" é atrativo aos outros pronomes, a reescritura certa é "que AS devem tomar". Nos outros casos, como os verbos terminam com a letra *m*, devemos adaptar o pronome "a" na forma "na". *Alternativa A.*

10341. **(2012 – FCC)** Ao se substituir o elemento grifado em um segmento do texto, o pronome foi empregado de modo INCORRETO em

(A) Julio Cortázar tem um conto = Julio Cortázar tem-no
(B) ele encontrou esta frase = ele encontrou-a
(C) desarticular as palavras = desarticular-lhes
(D) dava arroz à raposa = dava-lhe arroz
(E) não só encantou o menino = não só o encantou

RESPOSTA *Desarticular* é VTD, portanto exige complemento verbal sem preposição (objeto direto). O uso de "lhe" como pronome oblíquo é destinado à substituição de objetos indiretos. A forma correta seria: desarticulá-las. *Alternativa C.*

10342. **(2012 – FCC)** O segmento grifado foi substituído por um pronome de modo INCORRETO em:

(A) publicou **um** estudo em vermelho = o publicou
(B) fazer **as pessoas** acreditarem = fazê-las acreditarem
(C) resolveu tentar **a sorte** = resolveu tentá-la
(D) citar **os três detetives** fictícios mais famosos = citar-lhes
(E) tivera **mais sucesso** na medicina = tivera-o

RESPOSTA "Citar" é VTD, portanto exige complemento verbal sem preposição (objeto direto). O uso da partícula "lhe" como pronome oblíquo é destinado à substituição de objetos indiretos. A forma correta seria: citá-los. *Alternativa D.*

10343. **(2012 – FCC)** Substituindo-se os elementos grifados em segmentos do texto, com os ajustes necessários, ambos os pronomes foram empregados corretamente em

(A) como posicionar **os braços**/alcançar **os melhores resultados** = como posicioná-los/alcançar-lhes
(B) não encontraremos **maestria**/negligenciarmos **as habilidades** = não encontraremo-la/negligenciarmonas
(C) especialistas dão **instruções**/como utilizar **uma raquete** = especialistas dão-nas/como utilizá-la
(D) superar **obstáculos exteriores**/atingir **uma meta externa** = superar-nos / atingi-la
(E) não acrescentem **novos troféus** / elas trazem **recompensas** = não lhes acrescentem / elas as trazem

RESPOSTA Os complementos dos verbos transitivos diretos podem ser substituídos pelas formas oblíquas *os*, *as*, *los*, *las*, *nos* e *nas*. (as formas "lo" ou "la", quando a forma verbal terminar em R, S e Z; as formas "no" e "na", quando os verbos terminarem em M, ÃO, ÕE). Os complementos de verbos transitivos indiretos, por *lhe*. *Alternativa C.*

10344. **(2012 – FCC)** Fazendo-se as alterações necessárias, o segmento grifado está substituído corretamente por um pronome em

(A) alçar **a turma** = alçar-lhe
(B) retirou **um conjunto deles** = retirou-nos
(C) guiar **os estudantes** = guiar-os
(D) desconstruir **a visão** = desconstruir-lhe
(E) analisaram **os cursos de oito faculdades** = analisaram-nos

RESPOSTA Os complementos dos verbos transitivos diretos podem ser substituídos pelas formas oblíquas *os*, *as*, *los*, *las*, *nos* e *nas*. *Analisar* é VTD e a forma termina em "m", portanto a forma oblíqua correta é "nos". *Alternativa E.*

10345. **(2012 – FCC)** Ao se substituir um elemento de determinado segmento do texto, o pronome foi empregado de modo INCORRETO em:

(A) e têm **a convicção** = e têm-na

(B) que demonstra **toda sua potência** = que lhe demonstra
(C) alagam **as planícies** = alagam-nas
(D) só resta **aos homens** = só lhes resta
(E) providenciar **barreiras e diques** = providenciá-los

RESPOSTA Os complementos de verbos transitivos indiretos são substituídos por "lhe". *Demonstrar* é VTD, portanto seu complemento não pode ser substituído por *lhe*. A forma correta seria "que a demonstra", pois a palavra "que" atrai o pronome. *Alternativa B.*

10346. **(2012 – FCC)** ... relataram **o descobrimento de continentes**, alimentaram **amores impossíveis**...

Os elementos grifados estão corretamente substituídos por pronomes em

(A) relataram-no – alimentaram-nos
(B) relataram-no – alimentaram-lhes
(C) o relataram – alimentaram-os
(D) os relataram – lhes alimentaram
(E) relataram-lhe – os alimentaram

RESPOSTA Os complementos dos verbos transitivos diretos podem ser substituídos pelas formas oblíquas *os*, *as*, *los*, *las*, *nos* e *nas*. (as formas "lo" ou "la", quando a forma verbal terminar em R, S e Z; as formas "no" e "na", quando os verbos terminarem em M, ÃO, ÕE). *Alternativa A.*

10347. **(2012 – FCC)** Fazendo-se as alterações necessárias, o termo grifado foi corretamente substituído por um pronome em

(A) decidido **a inventar uma noite** = decidido a inventá-la
(B) expressar [...] **seu fascínio pelo céu constelado** = expressar-lhe
(C) tem diante de si **a tela em branco** = tem-a diante de si
(D) Imagino **o momento** = Imagino-lhe
(E) definiu **uma paisagem noturna** = definiu-na

RESPOSTA Os complementos dos verbos transitivos diretos podem ser substituídos pelas formas oblíquas *os*, *as*, *los*, *las*, *nos* e *nas*. (as formas "lo" ou "la", quando a forma verbal terminar em R, S e Z; as formas "no" e "na", quando os verbos terminarem em M, ÃO, ÕE). "Decidir" é verbo transitivo direto e sua terminação é R, por isso a forma oblíqua adequada é "la". *Alternativa A.*

10348. **(2012 – FCC)** A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes no segmento, foi realizada de modo INCORRETO em

(A) único veículo que **mandava repórteres** = único veículo que os mandava
(B) Impunha logo **respeito** = Impunha-o logo
(C) fazia questão de anunciar **minha presença** = fazia questão de anunciá-la
(D) um telefone para passar **a matéria** = um telefone para passar-lhe
(E) sugerir **caminhos** para as etapas seguintes = sugeri-los

RESPOSTA Os complementos dos verbos transitivos diretos podem ser substituídos pelas formas oblíquas *os*, *as*, *los*, *las*, *nos* e *nas*. As formas "lo" ou "la", quando a forma verbal terminar em R, S e Z. "Passar" é VTD, logo deveria ser "...passá-la". *Alternativa D.*

10349. **(2012 – FCC)** Na frase "eles são, finalmente, a classe animal sem redenção possível que o país passou quinhentos anos formando", deve-se entender que

(A) o sujeito da forma verbal *formando* é a classe animal
(B) a ação verbal expressa em *passou (...) formando* está na voz passiva.
(C) a expressão *sem redenção possível* qualifica país.
(D) o pronome *que* retoma o termo antecedente *redenção*.
(E) *a classe animal* é complemento da expressão verbal *passou (...) formando*.

RESPOSTA O pronome relativo (que) retoma a função sintática para a locução verbal "passou formando" (VTD), por isso "a classe animal" é o OD da locução. *Alternativa E.*

10350. **(2012 – FCC)** Levando-se em conta as alterações necessárias, o termo grifado foi substituído corretamente por um pronome em:
(A) A Inveja habita *o fundo de um vale* = habitá-lo
(B) jamais se acende *o fogo* = lhe acende
(C) serviu de modelo *a todos* = serviu-os
(D) infectar *a jovem Aglauros* = infectá-la
(E) ao dilacerar *os outros* = dilacerar-lhes

RESPOSTA *Infectar* é VTD e a forma verbal em questão termina em R, devendo, por conseguinte, seu complemento verbal (OD) ser substituído pela forma oblíqua "la". *Alternativa D.*

10351. **(2012 – FCC)** Levando-se em conta as alterações necessárias, o termo grifado foi corretamente substituído por um pronome em:
(A) coloca **uma mulher** no trono = coloca-na no trono
(B) dirige **o País** = lhe dirige
(C) integrando **os regimentos** = integrando-lhes
(D) liderou **uma das mais sangrentas revoltas** = liderou-na
(E) registrar **certo número de guerreiras** = registrá-lo

RESPOSTA *Registrar* é VTD. Além disso, a forma verbal em questão termina em R, devendo, assim, ter como forma que substitui seu objeto o pronome oblíquo "lo". *Alternativa E.*

10352. **(2012 – FCC)** Ao se substituir um elemento de determinado segmento do texto, o pronome foi empregado de modo INCORRETO em:
(A) e mantém **seu ser** = e lhe mantém
(B) é dedicado [...] **a uma mulher** = lhe é dedicado
(C) reviver **acontecimentos passados** = revivê-los
(D) para criar **uma civilização comum** = para criá-la
(E) que provê **o fundamento** = que o provê

RESPOSTA Os complementos de verbos transitivos indiretos são substituídos por *lhe*. No entanto, o verbo "manter" é VTD. A conjunção "e" atrai o pronome para posição de próclise, mas este deveria ser "o" (OD). *Alternativa A.*

10353. **(2012 – FCC)** A substituição do segmento grifado por um pronome, com as necessárias alterações, foi efetuada de modo correto em:
(A) criar **um mundo melhor** = criar-lhe
(B) divertir **os espíritos preocupados** = divertir-lhes
(C) condenar **os romances policiais** = condenar-nos
(D) resolver **todos os problemas** = lhes resolver

(E) devoram **romances** = devoram-nos

RESPOSTA *Devorar* é VTD e a forma verbal termina em M; assim, para manter-se a correção, o pronome oblíquo adequado para a substituição do OD (romances) é “nos”. *Alternativa E.*

10354. **(2012 – FCC)** A substituição do termo grifado por um pronome, com as necessárias alterações, foi efetuada de modo correto em

(A) traçar **a linha divisória** = traçar-lhe
(B) arrebatou **a plateia** = lhe arrebatou
(C) levar a cabo **essa tarefa ociosa** = levá-la a cabo
(D) segue **o seu caminho** = segue-no
(E) Arranhava **o seu violão** = lhe arranhava

RESPOSTA *Levar* é VTD e “essa tarefa ociosa” é seu objeto direto. Quando o verbo está no infinitivo, a letra R deve ser cortada. Assim, a forma verbal deve aceitar como substituição ao complemento o pronome oblíquo “la”. *Alternativa C.*

10355. **(2012 – FCC)** Constante de correspondência oficial enviada a um Ministro de Estado, a frase redigida de modo correto e adequado é

(A) Solicitamos a Sua Excelência, Senhor Ministro, que avalieis a proposta de pauta para a próxima reunião ordinária, que enviamos anexo à esse documento.
(B) Solicitamos a Sua Excelência, Senhor Ministro, que avalies a proposta de pauta para a próxima reunião ordinária, que enviamos anexada a este documento.
(C) Solicitamos a Vossa Excelência, Senhor Ministro, que avalie a proposta de pauta para a próxima reunião ordinária, que enviamos anexa a este documento.
(D) Solicitamos a Vossa Senhoria, Senhor Ministro, que avalie a proposta de pauta para a próxima reunião ordinária, que enviamos anexado à este documento.
(E) Solicitamos a Vossa Excelência, Senhor Ministro, que avalieis a proposta de pauta para a próxima reunião ordinária, que enviamos em anexo a esse documento.

RESPOSTA Quando nos referimos a alguém indiretamente em um diálogo (não presencial), usamos *vossa*. Utilizamos “excelência” para funcionários em poderes de chefia nos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e das Forças Armadas. Além disso, por ser pronome de tratamento, é conjugado na terceira pessoa do singular. Ou seja, todos os verbos e os pronomes devem concordar da mesma maneira que o pronome “você”. *Alternativa C.*

10356. **(2012 – FCC)** A conectividade está na ordem do dia, não há quem *dispense a conectividade*, seja para *testar o alcance da conectividade*, seja para *alçar a conectividade* ao patamar dos valores absolutos.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por

(A) lhe dispense – testá-la o alcance – alçá-la
(B) a dispense – lhe testar o alcance – alçá-la
(C) a dispense – a testar no seu alcance – lhe alçar
(D) dispense-a – testá-la o alcance – alçá-la
(E) dispense-lhe – lhe testar o alcance – lhe alçar

RESPOSTA *Dispensar* é VTD e seu complemento é atraído pelo pronome *quem. Testar* é VTD, pois a forma *lhe* refere-se a uma ideia de posse (adjunto adnominal). *Alçar* é VTDI e o complemento sublinhado é o direto; como o verbo termina em R, seu OD deve ser substituído pela forma oblíqua “la”. *Alternativa B.*

10357. **(2012 – FCC)** Atente para as afirmações a seguir.

I. No segmento “fazia as vezes de agente literário da amiga, nem sempre bem-sucedido”, a falta do sinal de crase no trecho grifado indica que seu uso é facultativo nessa expressão.

II. Em “quem sabe das dificuldades que Clarice enfrentou vê com alegria o reconhecimento que seu nome alcança e *sua* irradiação pelo mundo”, o pronome grifado pode se referir tanto a Clarice como a nome.

III. Em “já não faz sentido manter o erro por simples **respeito a uma faceirice momentânea**”, o segmento grifado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido original, por um breve ardil.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II.
(E) III.

RESPOSTA O pronome “sua” gera ambiguidade no contexto inserido, podendo fazer referência a qualquer um dos dois. *Alternativa D.*

VIII. Vozes do Verbo

10358. **(2012 – FCC)** A frase que NÃO admite transposição para a voz passiva está em:

(A) Quando Rodolfo surgiu...
(B) ... adquiriu as impressoras...
(C) ... e sustentar, às vezes, família numerosa.
(D) ... acolheu-o como patrono.
(E) ... que montou [...] a primeira grande folhetaria do Recife ...

RESPOSTA Por ser verbo intransitivo, não é possível de ser apassivado. Só VTD e VTDI podem ser apassivados. *Alternativa A.*

10359. **(2013 – FCC)** É exemplo de construção na voz passiva o segmento sublinhado na seguinte frase:

(A) Ainda ontem *fui tomado* de risos ao ler um trechinho de crônica.
(B) A Solange *toma* especial cuidado com a escolha dos vocábulos.
(C) D. Glorinha e sua filha *não partilham* do mesmo gosto pelo requinte verbal.
(D) O enrubescimento da mãe *revelou* seu desconforto diante da observação da filha.
(E) *Lembro-me* de uma visita que recebemos em casa, há muito tempo.

RESPOSTA A construção da voz passiva dá-se estruturalmente pela presença de um verbo auxiliar (ser) e um verbo no particípio, como se vê na alternativa A. Note também que o sujeito (eu) sofre a ação verbal. *Alternativa A.*

10360. **(2013 – FCC)** ... aquelas que um observador pode vislumbrar a partir do Museu de Arte Contemporânea de Niterói...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

(A) pode ser vislumbrado.

(B) vislumbra-se.
(C) podem ser vislumbradas.
(D) pode-se vislumbrar.
(E) podem vislumbrar.

RESPOSTA A construção da voz passiva dá-se estruturalmente pela presença do verbo *ser* e de um verbo no particípio, como se vê na alternativa C. A concordância ocorre com o objeto direto da oração na voz ativa, que, na voz passiva, faz papel de sujeito paciente (aquelas). *Alternativa C.*

10361. **(2011 – FCC)** Está plenamente adequada a transposição de uma voz verbal para outra no segmento:

(A) transformou de repente a vida dos moradores = a vida dos moradores fora de repente transformada
(B) Repórteres e cinegrafistas cobriram o fato = o fato foi cobrido por repórteres e cinegrafistas
(C) foi obstado pelo juiz de paz = obstou-o o juiz de paz
(D) ao tombar não ferira ninguém = ninguém se ferira ao tombar
(E) foram tomados de letargia = tomaram-se de letargia

RESPOSTA O agente da passiva (pelo juiz de paz) vai se tornar o sujeito da voz ativa. O verbo *ser* (foi) deve sair da frase, deixando o tempo e o modo para o verbo principal. *Alternativa C.*

10362. **(2012 – FCC)** Transpondo-se para a voz passiva a frase “O autor admite que cultiva as vagabundagens deleitosas”, a forma verbal resultante será:

(A) terá admitido cultivar.
(B) tem admitido que fossem cultivadas.
(C) está admitindo que fossem cultivadas.
(D) admite que tenha cultivado.
(E) admite que são cultivadas.

RESPOSTA Atenção para um detalhe importante! Temos dois verbos transitivos diretos nessa questão!
Mas a FCC quis apassivar com o “cultivar”, logo o OD dele (as vagabundagens deleitosas) passa a ser o sujeito da voz passiva. *Alternativa E.*

10363. **(2012 – FCC)** Para o Brasil, o fundamental é que, ao exercer a responsabilidade de proteger pela via militar, a comunidade internacional [...] **observe outro preceito** ...

Transpondo-se o segmento grifado acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

(A) é observado.
(B) seja observado.
(C) ser observado.
(D) é observada.
(E) for observado.

RESPOSTA O objeto direto da ativa se transforma no sujeito da passiva: o fundamental é que outro preceito seja observado pela comunidade internacional. *Alternativa B.*

10364. **(2012 – FCC)** ...se negligenciarmos as habilidades do jogo interior.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

(A) forem negligenciadas.
(B) fosse negligenciado.

(C) sejam negligenciadas.
(D) for negligenciado.
(E) serem negligenciadas.

RESPOSTA "Se as habilidades do jogo interior forem negligenciadas..." é a forma passiva da frase. Mantêm-se o tempo e o modo do verbo principal da oração na voz ativa, transpondo-os para o verbo auxiliar (ser) da voz passiva. Após isso, o verbo principal da voz ativa é colocado no particípio na voz passiva. *Alternativa A.*

10365. **(2012 – FCC)** ... ela nunca alcançava a musa.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

(A) alcança-se.
(B) foi alcançada.
(C) fora alcançada.
(D) seria alcançada.
(E) era alcançada.

RESPOSTA "A musa nunca era alcançada..." é a forma passiva da frase. Mantêm-se o tempo e o modo do verbo principal da oração na voz ativa, transpondo-os para o verbo *ser* (era – pretérito imperfeito) da voz passiva. Após isso, o verbo principal da voz ativa é colocado no particípio na voz passiva. *Alternativa E.*

10366. **(2011 – FCC)** Transpondo-se para a voz passiva a frase "Um figurante pode obscurecer a atuação de um protagonista", a forma verbal obtida será:

(A) pode ser obscurecido.
(B) obscurecerá.
(C) pode ter obscurecido.
(D) pode ser obscurecida.
(E) será obscurecida.

RESPOSTA Para a formação da voz passiva, mantêm-se o tempo e o modo do verbo principal da oração na voz ativa, transpondo-os para o verbo auxiliar (ser) da voz passiva. Após isso, o verbo principal da voz ativa é colocado no particípio na voz passiva. Assim, temos "A atuação de um protagonista pode ser obscurecida (por um figurante)". *Alternativa D.*

10367. **(2012 – FCC)** Transpondo-se para a voz passiva a construção "Os ateus despertariam a ira de qualquer fanático", a forma verbal obtida será:

(A) seria despertada.
(B) teria sido despertada.
(C) despertar-se-á.
(D) fora despertada.
(E) teriam despertado.

RESPOSTA Para a construção da voz passiva, mantêm-se o tempo e o modo do verbo principal da oração na voz ativa (futuro do pretérito do indicativo), transpondo-os para o verbo auxiliar (ser) da voz passiva. Após isso, o verbo principal da voz ativa é colocado no particípio na voz passiva. Assim, temos "A ira de qualquer fanático seria despertada (por ateus)". "a ira de qualquer fanático" (OD) deve ser agora o sujeito da passiva. *Alternativa A.*

10368. **(2012 – FCC)** A carta, essa personagem central dos últimos séculos, foi solapada pelo e-mail...

A frase acima está corretamente transposta para a voz ativa em:

(A) A carta, essa personagem central dos últimos séculos, solapa o e-mail.

(B) O e-mail, essa personagem central dos últimos séculos, a carta solapou-o.
(C) O e-mail solapou a carta, essa personagem central dos últimos séculos.
(D) O e-mail solapara essa personagem central dos últimos séculos, a carta.
(E) A carta, essa personagem central dos últimos séculos, solaparia o e-mail.

RESPOSTA Ao manter-se o tempo verbal do verbo auxiliar da voz passiva (foi – pretérito perfeito do indicativo) no verbo principal da voz ativa, mantém-se a correção gramatical. O sentido correto é assegurado pela troca dos papéis sujeito-agente da passiva e objeto direto-sujeito paciente. *Alternativa C.*

10369. **(2012 – FCC)** E assim, num impulso, lança a primeira pincelada...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

(A) foi lançada.
(B) é lançada.
(C) fora lançada.
(D) lançaram-se.
(E) era lançada.

RESPOSTA Para a construção da voz passiva, mantém-se o tempo e o modo (presente do indicativo) do verbo principal da oração na voz ativa, transpondo-o para o verbo auxiliar (ser) da voz passiva. Após isso, o verbo principal da voz ativa é colocado no particípio na voz passiva. Assim, temos "E assim, num impulso, a primeira pincelada é lançada". *Alternativa B.*

10370. **(2012 – FCC)** ... mas exige em troca um punhado de moedas de ouro.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

(A) são exigidos.
(B) é exigida.
(C) é exigido.
(D) foi exigido.
(E) foram exigidas.

RESPOSTA O verbo da voz ativa está no presente do indicativo, por isso o verbo *ser* da passiva deve assumir esse tempo e modo, ficando assim a frase: "...mas um punhado de moedas de ouro é exigido em troca". *Alternativa C.*

10371. **(2012 – FCC)** ... Boadiceia, que liderou uma das mais sangrentas revoltas contra os romanos...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

(A) foram liderados.
(B) é liderada.
(C) foi liderada.
(D) lideram-se.
(E) eram lideradas.

RESPOSTA O verbo da voz ativa está no pretérito perfeito do indicativo, por isso o verbo *ser* da passiva deve assumir esse tempo e modo, ficando assim a frase: "...uma das mais sangrentas revoltas contra os romanos foi liderada por Boadiceia...". *Alternativa C.*

10372. **(2012 – FCC)** Da sede do poder no Brasil holandês, Marcgrave acompanhou e anotou, sempre sozinho, alguns fenômenos celestes, sobretudo eclipses lunares e solares.

Ao transpor-se a frase acima para a voz passiva, as formas verbais resultantes serão

(A) eram anotados e acompanhados.
(B) fora anotado e acompanhado.
(C) foram anotados e acompanhados.
(D) anota-se e acompanha-se.
(E) foi anotado e acompanhado.

RESPOSTA O verbo da voz ativa está no pretérito perfeito do indicativo, por isso o verbo *ser* da passiva deve assumir esse tempo e modo, ficando assim a frase: "... alguns fenômenos celestes, sobretudo eclipses lunares e solares, foram anotados e acompanhados por Marcgrave, sempre sozinho, da sede do poder no Brasil holandês". *Alternativa C.*

10373. **(2012 – FCC)** Em 1909 ele introduziu as "Câmaras de profissões"...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

(A) são introduzidas.
(B) foram introduzidas.
(C) se introduz.
(D) foi introduzido.
(E) seja introduzida.

RESPOSTA O verbo da voz ativa está no pretérito perfeito do indicativo, por isso o verbo *ser* da passiva deve assumir esse tempo e modo, ficando assim a frase: "Em 1909, as 'câmaras de profissões' foram introduzidas por ele". *Alternativa B.*

10374. **(2012 – FCC)** Caducas as classificações, sua arte aniquila toda e qualquer discriminação.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será

(A) aniquilou-se.
(B) são aniquiladas.
(C) aniquilam-se.
(D) foi aniquilada.
(E) é aniquilada.

RESPOSTA O verbo da voz ativa está no presente do indicativo, por isso o verbo *ser* da passiva deve assumir esse tempo e modo, ficando assim a frase: "Caducas as classificações, toda e qualquer discriminação é aniquilada por sua arte". *Alternativa E.*

10375. **(2012 – FCC)** ... vê com alegria o reconhecimento que seu nome alcança e sua irradiação pelo mundo.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será

(A) são vistos.
(B) é visto.
(C) é vista.
(D) eram vistos.
(E) viam-se.

RESPOSTA O verbo da voz ativa está no presente do indicativo (vê), por isso o verbo *ser* da passiva deve assumir esse tempo e modo, ficando assim a frase: "...o reconhecimento que seu nome alcança e sua irradiação pelo mundo são vistos com alegria". *Alternativa A.*

10376. **(2012 – FCC)** NÃO admite transposição para a voz passiva o que se lê em

I. A partir daí, a intermediação da mecânica foi dando saltos.
II. Ainda há quem a usa.
III. Máquinas de escrever mecânicas são para os ousados.
IV. Sua principal clientela é cativa.
Atende corretamente ao enunciado APENAS o que está em
(A) I e II.
(B) I e III.
(C) III e IV.
(D) II e IV.
(E) II e III.

RESPOSTA Apenas admitem voz passiva os verbos transitivos diretos ou bitransitivos – os verbos que têm OD –, o que não ocorre nas orações III e IV, pois os verbos nelas empregados são de ligação. *Alternativa C.*

10377. **(2012 – FCC)** A frase que admite transposição para a voz PASSIVA é:
(A) Quando a Bem-amada vier com seus olhos tristes...
(B) O chapéu dele está aí...
(C) ... chegou à conclusão de que o funcionário...
(D) Leio a reclamação de um repórter irritado...
(E) ... precisava falar com um delegado...

RESPOSTA O verbo “ler” é o único transitivo direto e, portanto, admite voz passiva. *Alternativa D.*

10378. **(2012 – FCC)** ... ao fazer isto, ele exprimiu a realidade tão paulista do italiano recoberto pela terra e do brasileiro das raízes europeias.
Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será
(A) foi expressa.
(B) exprimia-se.
(C) é exprimida.
(D) vem sendo exprimida.
(E) era expressa.

RESPOSTA O verbo da voz ativa está no pretérito perfeito do indicativo (exprimiu), por isso o verbo *ser* da passiva deve assumir esse tempo e modo, ficando assim a frase: “ao fazer isso, a realidade tão paulista do italiano [...] foi expressa”. *Alternativa A.*

10379. **(2012 – FCC)** A frase cujo verbo permite transposição para a voz passiva é
(A) ... nenhuma passagem que trate da desobediência a Deus...
(B) O filme começa com um prólogo...
(C) ... porque cedeu a uma predisposição da natureza humana...
(D) O Frankenstein original de Shelley é um livro rico...
(E) ... e não cumpriu o dever de qualquer criador...

RESPOSTA *Cumprir* exige objeto direto e, por isso, sua oração pode ser passada para a voz passiva. *Alternativa E.*

10380. **(2012 – FCC)** Atentando-se para a voz verbal, é correto afirmar que em
(A) “Por bondade abstrata nos tornamos atrozes” ocorre um caso de voz passiva.
(B) “A ideia de fuga tem sido alvo de *crítica severa*” o elemento sublinhado é agente da passiva.

(C) “Amemos a ilha” a transposição para a voz passiva resultará na forma verbal **seja amada**.

(D) “E por que nos seduz a ilha?” não há possibilidade de transposição para a voz passiva.

(E) “tudo isso existe fora das ilhas” a transposição para a voz passiva resultará na forma verbal **tem existido**.

RESPOSTA O verbo da ativa (amemos) está no presente do subjuntivo (que nós amemos). A frase na voz passiva seria “Que a ilha seja amada por nós”. *Alternativa C.*

10381. **(2012 – FCC)** ... com que abro a minha crônica.

Transpondo a frase acima para a voz passiva, a forma verbal encontrada é

(A) é aberta.

(B) foi aberta.

(C) havia sido aberta.

(D) tinha aberto.

(E) abriu-se.

RESPOSTA O verbo da voz ativa está no presente do indicativo (abro), por isso o verbo *ser* da passiva deve assumir esse tempo e modo, ficando assim a frase: “...com que minha crônica é aberta”. *Alternativa A.*

10382. **(2012 – FCC)** ... que a expansão do consumo de energia dos brasileiros será atendida por outras fontes ...

Transposta para a voz ativa, a forma verbal grifada acima passará a ser

(A) atenderão.

(B) atenderiam.

(C) se atendesse.

(D) serão atendidas.

(E) deverá ser atendida.

RESPOSTA Para a construção da ativa, devemos eliminar o verbo *ser* (será) e “devolver” ao verbo principal o tempo e o modo (futuro do presente do indicativo). Assim, temos “outras fontes atenderão a expansão do consumo de energia...”. *Alternativa A.*

10383. **(2012 – FCC)** Há 40 anos, a mais célebre crítica de cinema dos Estados Unidos, Pauline Kael (1919-2001), publicava seu artigo mais famoso.

Transpondo a frase destacada para a voz passiva, a forma verbal encontrada é:

(A) publicaram.

(B) havia sido publicado.

(C) publicou-se.

(D) tinha publicado.

(E) era publicado.

RESPOSTA O verbo da voz ativa está no pretérito imperfeito do indicativo (publicava), por isso o verbo *ser* da passiva deve assumir esse tempo e modo, ficando assim a frase: “...seu artigo mais famoso era publicado”. *Alternativa E.*

10384. **(2012 – FCC)** As demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será

(A) tem sido perturbado.

(B) são perturbadas.

(C) perturbam-no.
(D) perturbam-se.
(E) é perturbado.

RESPOSTA O verbo da voz ativa está no presente do indicativo (perturbam), por isso o verbo *ser* da passiva deve assumir esse tempo e modo, ficando assim a frase: “Esse precioso repouso é perturbado pela pressa da existência moderna...”. *Alternativa E.*

10385. **(2012 – FCC)** Direitos, por isso, sustentam uma espécie de argumentação pública permanente [...]

Transpondo a frase acima para a voz passiva, a forma verbal obtida é

(A) sustentam-se.
(B) é sustentada.
(C) foi sustentada.
(D) sustentara-se.
(E) haviam sido sustentadas.

RESPOSTA O verbo da voz ativa está no presente do indicativo (sustentam), por isso o verbo *ser* da passiva deve assumir esse tempo e modo, ficando assim a frase: “Por isso, uma espécie de argumentação pública permanente é sustentada...”. *Alternativa B.*

10386. **(2012 – FCC)** Existe transposição de uma voz verbal para outra em

(A) Variam os níveis de percepção de uma fotografia = São vários os níveis de percepção de uma fotografia.
(B) As fotografias são uma espécie de espelhos = As fotografias tornam-se uma espécie de espelhos.
(C) A percepção de uma imagem muda com o passar do tempo = O passar do tempo muda a percepção de uma imagem.
(D) Os olhares hão de descongelar cada imagem = Cada imagem há de ser descongelada pelos olhares.
(E) Certas fotos se assemelham a espelhos = Há espelhos aos quais certas fotos se tornam semelhantes.

RESPOSTA Apenas na afirmativa D há mudança da voz ativa para a voz passiva. “hão de descongelar” é uma locução transitiva direta, logo pode ser apassivada. *Alternativa D.*

10387. **(2012 – FCC)** ... uma cena da vida cotidiana, uma paisagem ou natureza morta poderiam constituir uma grande pintura tanto quanto uma imagem da história ou do mito.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será

(A) poderiam serem constituídas.
(B) poderia vir a ser constituída.
(C) teria podido constituir.
(D) poderia ser constituída.
(E) poderiam ter sido constituídas.

RESPOSTA Na locução verbal “poderiam constituir”, o verbo principal (constituir) está no infinitivo. Ao passarmos para a voz passiva analítica, essa forma deve ficar com o verbo *ser* e o verbo principal deve ficar no particípio.
Assim, temos “uma grande pintura [...] poderia ser constituída por uma cena da vida cotidiana, uma paisagem [...]”. *Alternativa D.*

IX. Emprego dos Tempos e Modos Verbais

10388. **(2013 – FCC)** Assim *pensava* o maior arquiteto e mais invocado sonhador do Brasil.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado acima está em:

(A) Houve um sonho monumental...
(B) ... descolara-se dela, na companhia de seu líder, em 1990.
(C) ... com que a vida seja mais justa.
(D) ... Niemeyer tinha “as montanhas do Rio dentro dos olhos”...
(E) ... este continua desprotegido, entregue à sorte que o destino...

RESPOSTA O “tinha” é o único que está no mesmo tempo e modo do verbo “pensava”, ou seja, no pretérito imperfeito do indicativo. *Alternativa D.*

10389. **(2012 – FCC)** A forma destacada que apresenta o processo verbal em potência, aproximando-se, assim, do substantivo, é:

(A) *Creio* ser razoável perguntar...
(B) *Há* uma passagem...
(C) “Os historiadores quebram a cabeça *procurando* a melhor maneira de formular...”
(D) “... que *eram*, à época, o núcleo do capitalismo mundial.”
(E) “Definir a diferença entre partes avançadas e atrasadas...”

RESPOSTA O verbo “definir” está na sua forma nominal (infinitivo) e, por essa razão, possui valor de substantivo. *Alternativa E.*

10390. **(2012 – FCC)** Ou *pretendia*.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) ... ao que der ...
(B) ... virava a palavra pelo avesso ...
(C) Não teria graça ...
(D) ... um conto que sai de um palíndromo ...
(E) ... como decidiu o seu destino de escritor.

RESPOSTA O “virava” é o único que está no mesmo tempo e modo do verbo “pretendia”, ou seja, no pretérito imperfeito do indicativo. *Alternativa B.*

10391. **(2012 – FCC)** Os verbos empregados nos mesmos tempo e modo estão agrupados em:

(A) foi – estava – adquiriu
(B) viviam – estava – torna
(C) pode – vivem – torna
(D) adquiriu – foi – pode
(E) apareceu – pode – eram

RESPOSTA Todos os verbos estão no presente do indicativo. *Alternativa C.*

10392. **(2012 – FCC)** ... e anjos *desciam* até a superfície da Terra ...

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) ... que simplesmente desistimos deles?
(B) Cresci no auge da boataria.
(C) .. que não se veem discos voadores.

(D) As religiões não deixavam sequer ...
(E) ... seria coisa dos russos ou de outro planeta.

RESPOSTA O verbo "deixavam" também está no pretérito imperfeito do indicativo. *Alternativa D.*

10393. **(2012 – FCC)** ... os cursos de graduação a distância *estavam* em instituições pequenas e pouco conhecidas.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) ... sobre os caminhos que elevam o nível.
(B) Durante cinco meses, os especialistas analisaram os cursos de oito faculdades ...
(C) Hoje, esparramaram-se pelas grandes ...
(D) Os casos bem-sucedidos indicam ainda ...
(E) Lutava-se contra a sua regulamentação ...

RESPOSTA O verbo "lutava-se" também está no pretérito imperfeito do indicativo. *Alternativa E.*

10394. **(2012 – FCC)** Inclusão das terras indígenas na conta faz muito sentido, embora os povos que habitam tradicionalmente essas áreas *tenham* o direito de caçar e pescar nelas, por exemplo.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) Quase metade da Amazônia brasileira pertence hoje à categoria de área protegida...
(B) Em unidades de conservação integral, como parques nacionais, esse número no mesmo período foi de 2,1%.
(C) Vários levantamentos apontam que...
(D) Terras indígenas e unidades de conservação contribuem de modo quase parelho....
(E) Essa dicotomia entre copo meio cheio e meio vazio talvez seja a principal mensagem...

RESPOSTA O verbo "seja" está no mesmo tempo e modo: presente do subjuntivo. *Alternativa E.*

10395. **(2012 – FCC)** ... não disponham de nenhum remédio...

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) ... derrubam árvores e construções...
(B) ... nas coisas que se viram...
(C) ... quando vierem as cheias...
(D) ... todos fogem diante dele...
(E) ... eles escoem por um canal...

RESPOSTA O verbo "escoar" está no presente do subjuntivo. Se fosse presente do indicativo, seria "eles escoam". *Alternativa E.*

10396. **(2012 – FCC)** ... ou se porque *preferia* guardá-lo...

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está também grifado em:

(A) ... se dispôs a pintar uma noite estrelada...
(B) ... em que fixava a beleza do céu noturno...
(C) ...se assistíssemos ao nascer do Universo.
(D) ... acordara, naquele dia...
(E) ... mas deveria existir...

RESPOSTA O verbo "fixava" está também no pretérito imperfeito do indicativo. *Alternativa B.*

10397. **(2012 – FCC)** Essas *são* as principais conclusões da maior pesquisa já feita sobre os hábitos esportivos dos brasileiros.

O verbo que NÃO se encontra flexionado nos mesmos tempo e modo do grifado acima é:

(A) ... que a prática de esportes [...] está diretamente ligada a uma vida mais saudável.
(B) A pesquisa traçou ainda um mapa da prática de esportes no Brasil.
(C) Poder aquisitivo e questões culturais explicam as modalidades favoritas de cada região.
(D) A saúde aparece como o principal motivo para a procura por atividades físicas.
(E) ... o sedentarismo figura na quarta posição ...

RESPOSTA O verbo "traçar" está no pretérito perfeito do indicativo, e não no presente do indicativo. *Alternativa B.*

10398. **(2012 – FCC)** Está inteiramente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:

(A) Seria impossível que a gente imagine o que venha a ser essa subcivilização que se cria dentro dos presídios brasileiros.
(B) A ideia de reabilitação dos prisioneiros, sendo bonita, poderia ser também implementada, não contrariasse a índole da nossa gente.
(C) Como costuma ocorrer, a interpretação a ser feita de cada fato teria variado de acordo com as conveniências de quem o analise.
(D) Por mais ferozes que sejam, as leis de uma sociedade são vistas como parâmetros legais de julgamento e punição, e acabariam justificando os excessos de violência.
(E) Os que vivemos aqui em cima desfrutaríamos do ar limpo que se nega aos que se encontrassem como prisioneiros, em nossas cadeias.

RESPOSTA A correlação entre o pretérito imperfeito do subjuntivo (-sse) e o futuro do pretérito (-ria) está correta. O pretérito imperfeito do subjuntivo estabelece uma condição que não é atendida, e o futuro do pretérito algo que ocorreria se uma condição fosse atendida. *Alternativa B.*

10399. **(2012 – FCC)** ... que já *detestava* a jovem...

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) A Inveja habita o fundo de um vale...
(B) ... todos os que falaram desse sentimento...
(C) ... porque esta a espionara...
(D) ... que interceda junto a Hersé...
(E) Não admitia que a mortal...

RESPOSTA O verbo "admitia" está no pretérito imperfeito do indicativo. *Alternativa E.*

10400. **(2012 – FCC)** Os livros de história sempre *tiveram* dificuldade em...

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) ... por mais desagradável que essa verdade soe.
(B) ... que liderou uma das mais sangrentas revoltas...
(C) ... que não respeitam os padrões de gênero.
(D) ... no que se refere ao manejo de armas.
(E) ... as guerreiras que atuam como simples soldados...

RESPOSTA O verbo "liderar" está no pretérito perfeito do indicativo, da mesma forma que "ter". *Alternativa B.*

10401. **(2012 – FCC)** Atente para as seguintes frases:

I. Seria ótimo que a Igreja Católica venha a escolher, no próximo ano, um tema tão importante como o que já elegera para a campanha da fraternidade deste ano.

II. Se todas as religiões adotassem exatamente o mesmo sentido para o termo dignidade, este alcançaria o valor universal que cada uma delas postula.

III. Quando viermos a nos entender quanto ao que fosse dignidade, esse termo poderia ser utilizado sem gerar tantas controvérsias.

Ocorre adequada correlação entre os tempos e os modos verbais no que está em

(A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) II, apenas.

RESPOSTA A correlação entre o pretérito imperfeito do subjuntivo (-sse) e o futuro do pretérito (-ria) está correta. O pretérito imperfeito do subjuntivo estabelece uma condição que não é atendida, e o futuro do pretérito algo que ocorreria se uma condição fosse atendida. *Alternativa E.*

10402. **(2012 – FCC)** ... pois assim se *via* transportado de volta "à glória que foi a Grécia e à grandeza que foi Roma".

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) Poe certamente acreditava nisso...
(B) Se Grécia e Roma foram, para Poe, uma espécie de casa...
(C) ... ainda seja por nós obscuramente sentido como verdadeiro, embora não de modo consciente.
(D) ... como um legado que provê o fundamento de nossas sensibilidades.
(E) Seria ela efetivamente, para o poeta, uma encarnação da princesa homérica?

RESPOSTA O verbo "acreditar" está no pretérito imperfeito do indicativo. *Alternativa A.*

10403. **(2012 – FCC)** Apenas *exigem* imperiosamente um final feliz...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está em:

(A) Leitores de romances policiais não são exigentes.
(B) ... e os meios para obtê-la.
(C) ... que contribua com eficiência maior...
(D) Os leitores contemporâneos acreditam firmemente na onipotência...
(E) ... porque lhes falta o valor literário.

RESPOSTA O verbo "obter" é verbo transitivo direto, da mesma forma que o verbo "exigir". *Alternativa B.*

10404. **(2012 – FCC)** ... que *estabeleciam* salários mínimos nas indústrias-chave.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) ... que muito mais tarde se tornaria o Serviço consultivo de conciliação...
(B) ... embora o meu escritório e alguns de meus colegas estejam indignados...
(C) ... de um esquema que pertence ao Ministério da Saúde...
(D) Em 1908, também apresentou a Corte permanente de arbitragem...
(E) ... porque limitava o tempo que os mineiros ...

RESPOSTA O verbo “limitar” está no pretérito imperfeito do indicativo. *Alternativa E.*

10405. **(2012 – FCC)** Winston Churchill, primeiro-ministro que ...... a Inglaterra durante os conflitos da Segunda Guerra Mundial, ... mais do que todos que o país ...... os alemães.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) conduzia – acredita – venceriam
(B) conduziu – acreditou – venceria
(C) conduz – acreditavam – venceria
(D) conduziu – acreditaram – venceu
(E) conduzira – acreditou – venceu

RESPOSTA A correlação correta e coerentemente perfeita está com os verbos “conduzir” e “acreditar” no pretérito perfeito do indicativo e “vencer” no futuro do pretérito do indicativo. *Alternativa B.*

10406. **(2012 – FCC)** Leia o texto abaixo:

“O trabalho de campo para a pesquisa foi realizado na zona rural de Pilar do Sul, próxima a Sorocaba. A área é tomada por plantações de tangerinas, além de pastos e campos de produção de grãos. O objetivo da pesquisa era verificar se as espécies avaliadas poderiam usar as plantações de tangerina, que são culturas permanentes, como acréscimo ao seu hábitat natural − ou até substituí-lo.”

... se as espécies avaliadas poderiam usar as plantações de tangerina ... O emprego da forma verbal grifada acima indica, no contexto,

(A) certeza.
(B) situação passada.
(C) hipótese.
(D) fato habitual.
(E) ação presente.

RESPOSTA O futuro do pretérito, apesar de ser classificado como modo indicativo, traz a ideia de hipótese, dúvida, possibilidade, incerteza. *Alternativa C.*

10407. **(2012 – FCC)** As vitórias no jogo interior talvez não acrescentem novos troféus, mas elas trazem recompensas valiosas, [...] que contribuem de forma significativa para nosso sucesso posterior, tanto na quadra como fora dela.

Mantêm-se adequados o emprego de tempos e modos verbais e a correlação entre eles, ao se substituírem os elementos sublinhados na frase acima, na ordem dada, por:

(A) tivessem acrescentado – trariam – contribuírem
(B) acrescentassem – têm trazido – contribuírem
(C) tinham acrescentado – trarão – contribuiriam
(D) acrescentariam – trariam – contribuíram
(E) tenham acrescentado – trouxeram – contribuíram

RESPOSTA A frase original traz os verbos no presente do indicativo. A única alternativa que possui correlação verbal perfeita e coerente semanticamente é a letra “e”. Os verbos têm os seguintes tempos e modos:

tenham acrescentado – pretérito perfeito composto do subjuntivo

trouxeram – pretérito perfeito do indicativo

contribuíram – pretérito perfeito do indicativo.

Alternativa E.

10408. **(2012 – FCC)** Pouco importam as fontes de onde *procedem*.

Mantendo-se a correção e a lógica, sem que nenhuma outra alteração seja feita, o verbo grifado na frase acima pode ser substituído APENAS por:

(A) produzem.
(B) derivam.
(C) efetuam.
(D) imergem.
(E) originam.

RESPOSTA Quem deriva deriva DE algum lugar. É o único verbo que mantém a lógica e, principalmente, a correção. Note que a preposição do verbo "procedem" está antes do pronome relativo "onde". *Alternativa B.*

10409. **(2012 – FCC)** Manuel Bandeira *tirava* o chapéu, respeitoso, para Sinhô, Pixinguinha, Noel.

O verbo conjugado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:

(A) ... mais que um adjetivo, era um estigma.
(B) Dos poetas, foi dos mais musicais.
(C) Em princípio, a arte deveria permanecer ao relento.
(D) ... que lhe proporciona o reconhecimento nacional.
(E) Quem ousaria classificá-lo?

RESPOSTA O verbo "era" está no pretérito imperfeito do indicativo. *Alternativa A.*

10410. **(2012 – FCC)** A voz nova e solitária em seguida iria encontrar obstáculos na publicação de seus outros livros.

O tempo verbal empregado pelo autor na frase acima indica

(A) ação posterior a outra, ambas localizadas no passado.
(B) dúvida sobre a possibilidade de um fato vir a ocorrer.
(C) forma polida de indicar um desejo no presente.
(D) fato que depende de certa condição para ocorrer.
(E) ação anterior a outra ocorrida no passado.

RESPOSTA Em alguns momentos, a escritora teve problemas para conseguir publicar seus livros. A história já aconteceu, mas está sendo contada como se estivéssemos vivendo no momento passado. Aqui se cobra o sentido da locução verbal dentro do contexto, ou seja, futuro do pretérito do indicativo. *Alternativa A.*

10411. **(2012 – FCC)** Em épocas passadas, alguns poetas se ...... atrelados a convenções literárias tão rígidas que, em alguns casos, os ...... de encontrar uma voz original e única. Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) mantém – impedirão
(B) manteram – impediam
(C) mantiveram – impediram
(D) manteriam – impedira
(E) mantinham – impedia

RESPOSTA Os verbos estão de forma lógica e correta com o mesmo tempo e modo – no pretérito perfeito do indicativo – e com a concordância verbal correta. *Alternativa C.*

10412. **(2012 – FCC)** ... dia em que a circulação *duplicava*.

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:

(A) ... e já fez muitas moçoilas e rapazes barbados chorarem.
(B) ... editaria a obra às próprias custas ...
(C) ... a produção jornalística é pouco divulgada.
(D) Macedo era mesmo um agitador.
(E) Nosso escritor usaria de suas boas relações ...

RESPOSTA O verbo "era" está no pretérito imperfeito do indicativo. *Alternativa D.*

10413. **(2012 – FCC)** Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais em:

(A) Os cientistas devem, a partir de agora, tratar de mudar o ser humano, mesmo que até hoje não revelariam mais do que um pálido esforço ao buscar compreendê-lo.
(B) O que for de esquerda ou de direita teria sido agora relativizado pelas descobertas do DNA, cujas projeções têm esvaziado essa clássica divisão.
(C) Se os cientistas vierem a se preocupar com as questões ideológicas de que as futuras descobertas se revestissem, terão corrido o risco de partidarizar a ciência.
(D) Felizes são as moscas, que nem precisavam saber nada de política ou de DNA para irem levando sua vida em conformidade com o que a natureza lhes determinasse como destino.
(E) A esquerda já chegou a glorificar a ação de líderes personalistas, cujo autoritarismo obviamente excedia os limites de uma sociedade que se queria justa e igualitária.

RESPOSTA A correlação verbal está adequada na medida em que os verbos estão todos no passado (o primeiro no pretérito perfeito do indicativo e os últimos no pretérito imperfeito do indicativo) de forma lógica e correta. *Alternativa E.*

10414. **(2012 – FCC)** ... e ele *pretendia* fazer o terceiro filme seguido lá...

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

(A) Houve um tempo em que eu...
(B) ... o sucesso crítico e financeiro de Match Point deu origem a outras possibilidades.
(C) ... mas você gostaria de fazer alguma observação?
(D) ... estava ligado em comédia...
(E) Mas não sinto mais a mesma coisa.

RESPOSTA O verbo "estava" está no pretérito imperfeito do indicativo como o verbo "pretendia". *Alternativa D.*

10415. **(2012 – FCC)** Se eu perder esse trem, que sai agora às onze horas, só ...... pegar outro trem amanhã de manhã.

A forma verbal que preenche corretamente a lacuna da frase acima, em que foram reescritos em prosa alguns versos de Adoniran, é:

(A) conseguiria.
(B) conseguirei.
(C) conseguia.
(D) consegui.
(E) consiga.

RESPOSTA A ideia de futuro apresentada pelo contexto pode ser reforçada pelo advérbio "amanhã de manhã". *Alternativa B.*

10416. **(2012 – FCC)** Todas as cartas de amor são Ridículas

Não seriam cartas de amor

Se não fossem Ridículas.

Fernando Pessoa

O segmento grifado acima expressa, de acordo com o contexto, uma

(A) explicação.
(B) finalidade.
(C) oposição.
(D) restrição.
(E) condição.

RESPOSTA O "se", nesse contexto, é um nexo subordinativo que indica condição. *Alternativa E.*

10417. **(2012 – FCC)** ... quando vierem *as cheias*...

O segmento em destaque exerce na frase acima a mesma função sintática que o elemento grifado exerce em:

(A) ... *todos* fogem diante dele...
(B) .. as coisas do mundo sejam governadas *pela fortuna e por Deus*...
(C) ... mas deixa a nosso governo a *outra metade*...
(D) ... sem poder contê-*lo* minimamente...
(E) ... só resta *aos homens* providenciar barreiras e diques...

RESPOSTA O pronome indefinido "todos" exerce a função de sujeito simples, da mesma forma que "as cheias". *Alternativa A.*

10418. **(2011 – FCC)** Interiorização das universidades federais e a criação de novos institutos tecnológicos também mudam *a cara do Nordeste*...

O mesmo tipo de complemento grifado acima está na frase:

(A) ... que mexeram com a renda ...
(B) ... que mais crescem na região.
(C) ... que movimentam milhões de reais ...
(D) A outra face do "novo Nordeste" está no campo.
(E) ... onde as condições são bem menos favoráveis ...

RESPOSTA O complemento verbal "a cara do Nordeste" exerce a função de objeto direto de "mudam". Do mesmo modo que a expressão "milhões de reais" completa o verbo "movimentam". *Alternativa C.*

10419. **(2012 – FCC)** ... 43,9% do território amazônico está *protegido*.

O elemento em destaque exerce na frase acima a mesma função sintática que o segmento grifado exerce em:

(A) ... Amapá, Roraima, Pará e Amazonas possuem *mais da metade de seu território nessa categoria.*
(B) E, de fato, a taxa de desmate de 1998 a 2009 é *a menor nas terras indígenas*...
(C) Terras indígenas e unidades de conservação contribuem de *modo quase parelho* para o número total de áreas protegidas na Amazônia.

(D) ... nas quais é possível a *extração controlada de madeira*, por exemplo...

(E) Quase metade da Amazônia brasileira pertence *hoje à categoria de área protegida por lei contra a devastação...*

RESPOSTA A única alternativa que possui um verbo de ligação e a função sintática de predicativo do sujeito. *Alternativa B.*

10420. **(2012 – FCC)** ... intervêm nele *importantes fatores políticos*.

O segmento em destaque exerce na frase acima a mesma função sintática que o elemento grifado exerce em:

(A) A partir desse momento a ocupação da América deixa de ser *um problema exclusivamente comercial*...

(B) *A ocupação econômica das terras americanas* constitui um episódio da expansão comercial da Europa.

(C) A legenda de riquezas inapreciáveis por descobrir corre a *Europa*...

(D) O comércio interno europeu [...] havia alcançado *um elevado grau de desenvolvimento* no século XV...

(E) Outros países tentarão estabelecer-se *em posições fortes*.

RESPOSTA A única alternativa que possui a função sintática de sujeito. Note que na frase em destaque o sujeito está posposto ao verbo. *Alternativa B.*

10421. **(2012 – FCC)** *Graças aos avanços na medicina e na agricultura*, as previsões funestas de Malthus não se confirmaram ...

O segmento grifado exprime, em relação à afirmativa seguinte, noção de

(A) condição.

(B) tempo.

(C) proporção.

(D) causa.

(E) finalidade.

RESPOSTA A oração grifada possui ideia de causa, isto é, evidencia um fato anterior ao da outra oração. *Alternativa D.*

10422. **(2012 – FCC)** Nascidas do povo mais humilde do Brasil, as Escolas afirmam a vocação dos brasileiros, de todos os brasileiros, para a grandeza.

A oração grifada acima tem sentido ...... e, ao reescrevê-la com o emprego da conjunção adequada, a oração resultante deverá iniciar-se por ....

As lacunas estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por:

(A) final – Para que tivessem nascido

(B) temporal – Enquanto tinham nascido

(C) concessivo – Ainda que tenham nascido

(D) consecutivo – Desde que tenham nascido

(E) condicional – Caso tenham nascido

RESPOSTA A oração concessiva nos dá a ideia de contrariedade entre nascer em lugar pobre e ter vocação para grandeza. Essa oração é classificada em reduzida de particípio. Poderíamos desenvolvê-la com a conjunção “embora”, “ainda que” etc., por exemplo. Veja o exemplo abaixo:

Nascido no meio da pobreza, andava em carros de luxo.

(Ainda que tenha nascido em meio da pobreza, andava em carros de luxo). *Alternativa C.*

10423. **(2012 – FCC)** Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo. Assim dirão...

Mantendo-se a correção e o sentido original, as frases acima estão reunidas num único período em:

(A) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo e ainda assim dirão...
(B) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, pois assim dirão...
(C) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, conquanto assim dirão...
(D) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo: porquanto assim dirão...
(E) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, por que assim dirão...

RESPOSTA O nexo “pois” é explicativo e, na proposta feita pela banca, mantém a correção e o sentido original. “Ainda assim” e “conquanto” são concessivas. “Porquanto” é causal e “por que” não está correto nessa frase. *Alternativa B.*

10424. **(2012 – FCC)** Na frase O compositor dedicava inteiramente à criação musical *os meses de verão*, o termo sublinhado exerce a mesma função sintática que o termo em destaque na frase:

(A) A visão de mundo de uma geração mais jovem teve *influência central* aqui.
(B) *Intérpretes conhecidos e pesquisadores* descobriram o compositor.
(C) *Em vida*, Mahler foi alvo de intensas polêmicas.
(D) Mahler empreendia longas caminhadas que lhe proporcionaram inspiração *para grandiosas sinfonias*.
(E) *Essas casinhas* das alturas alpinas hoje se transformaram em memoriais.

RESPOSTA A expressão “os meses de verão” é objeto direto do verbo “dedicar”, da mesma forma que “influência central” é complemento de “ter”. *Alternativa A.*

10425. **(2012 – FCC)** Analisando-se aspectos sintáticos de frases do texto, é correto afirmar que em

(A) *Muitos se lembravam da alegria voraz com que foram disputadas as toneladas da vítima* as formas verbais sublinhadas têm um mesmo sujeito.
(B) *todos se empenhavam no lúcido objetivo comum* configura-se um caso de indeterminação do sujeito.
(C) *uma tripulação de camelôs anunciava umas bugigangas* a voz verbal é ativa, sendo umas bugigangas o objeto direto.
(D) *eu já podia recolher a minha aflição* não há a possibilidade de transposição para outra voz verbal.
(E) *Logo uma estatal, ó céus* o elemento sublinhado exerce a função de adjunto adverbial de tempo.

RESPOSTA O verbo “anunciava” tem como complemento verbal direto “umas bugigangas”. Além disso, o verbo pratica a ação. *Alternativa C.*

10426. **(2012 – FCC)** “Fica calmo, meu caro jornalista, avião comigo não cai”, procurava me tranquilizar *dr. Ulysses*...

O segmento em destaque exerce na frase acima a mesma função sintática que o elemento grifado exerce em:

(A) Como a Folha era o *único veículo* ...
(B) ... essas coisas não pegariam bem *para um repórter*.
(C) ... *em que* tudo devia estar acertado...
(D) Viajava *com os três líderes da campanha* em pequenos aviões fretados...
(E) ... *quem* era o comandante.

RESPOSTA “Quem” exerce a função sintática de sujeito. *Alternativa E.*

10427. **(2012 – FCC)** Mas, *embora ele não tivesse sido nomeado*, todos sabiam quem era o comandante.

Em relação à frase em que está inserido, o segmento grifado acima possui um sentido

(A) condicional.
(B) causal.
(C) concessivo.
(D) comparativo.
(E) conclusivo.

RESPOSTA A oração subordinada é introduzida pelo nexo concessivo "embora". Portanto, traz sentido de contrariedade. *Alternativa C.*

10428. **(2012 – FCC)** Este conceito é *relativo*, pois em arte não há originalidade absoluta.

... a sua contribuição maior foi *a liberdade de criação e expressão.*

Ambos os elementos acima grifados exercem nas respectivas frases a função de

(A) adjunto adverbial.
(B) objeto direto.
(C) complemento nominal.
(D) predicativo.
(E) objeto indireto.

RESPOSTA A expressão sublinhada é predicativo do sujeito de "a sua maior contribuição". *Alternativa D.*

10429. **(2012 – FCC)** Trecho de Trem das Onze

[...] Minha mãe não dorme
Enquanto eu não chegar,
Sou filho único
Tenho minha casa para olhar
E eu não posso ficar.
Sou filho único ...

O segmento acima expressa, de acordo com o contexto, uma

(A) consequência.
(B) finalidade.
(C) oposição.
(D) restrição.
(E) justificativa.

RESPOSTA A expressão "sou filho único" justifica o que foi dito anteriormente em relação à sua mãe, pelo fato de ter que voltar para casa. *Alternativa E.*

10430. **(2012 – FCC)** ... o tema das mudanças climáticas *pressiona* os esforços mundiais para reduzir a queima de combustíveis.

A mesma relação entre o verbo grifado e o complemento se reproduz em:

(A) ... a Idade da Pedra não acabou por falta de pedras ...
(B) ... o estilo de vida e o modo da produção [...] são os principais responsáveis...

(C) ... que ameaçam a nossa própria existência.
(D) ... e a da China triplicou.
(E) Mas o homem moderno estaria preparado ...

RESPOSTA Os verbos "pressionar" e "ameaçar" são verbos transitivos diretos e, por essa razão, possuem complementos verbais objetos diretos. O do primeiro é "os esforços mundiais" e do segundo é "a nossa própria existência". *Alternativa C.*

10431. **(2012 – FCC)** ... uma espécie de religiosidade de resultados, que invoca as forças celestes *para garantir as ambições terrenas dos fiéis.*

No contexto da frase acima, é correto dizer que o segmento grifado possui sentido de

(A) consequência.
(B) finalidade.
(C) concessão.
(D) proporção.
(E) condição.

RESPOSTA A oração sublinhada é introduzida por nexo final "para". Dessa forma, o sentido é de finalidade. Essa oração é classificada como reduzida de infinitivo. *Alternativa B.*

10432. **(2012 – FCC)** Para isso existe a Associação Casa Azul, uma organização da sociedade civil de interesse público. Aqui, criamos projetos e atividades que mantenham o tecido urbano e social de Paraty em harmonia. Nesta casa, o tempo pulsa com cuidado, sem apagar as pegadas

Atente para estas frases:

I – Não podemos contar com a sorte.

II – Daqui para frente, preservar é suor.

Para articulá-las de modo a preservar o sentido do contexto, será adequado uni-las por intermédio deste elemento:

(A) no entanto.
(B) ainda assim.
(C) haja vista que.
(D) muito embora.
(E) por conseguinte.

RESPOSTA Para a preservação do sentido do texto, a relação estabelecida entre as orações é de conclusão da segunda em relação à primeira. "Por conseguinte" é nexo coordenativo conclusivo. *Alternativa E.*

10433. **(2011 – FCC)** A oração sublinhada exerce a função de sujeito dentro do seguinte período:

(A) Montesquieu preferiu *guiar-se pelos valores civis*, em vez de se deixar levar pelo finalismo religioso.
(B) A um espírito sensível e religioso não convém *ler um filósofo como Montesquieu* buscando apoio espiritual.
(C) Um estudo sério da história das ciências jurídicas não pode prescindir dos *métodos de que se vale Montesquieu em* ***O espírito das leis***.
(D) As ciências humanas deveriam libertar-se da religião, *assim como ocorreu com as ciências naturais.*
(E) O método de Montesquieu valorizou as instituições humanas *e solapou o finalismo teológico e*

moral.

RESPOSTA A oração “ler um filósofo como Montesquieu” exerce a função de sujeito de “convém”. *Alternativa B.*

10434. **(2012 – FCC)** A frase em que ambos os elementos sublinhados são complementos verbais é:

(A) Assim vos confesso que entendo de arquitetura, apesar das muitas opiniões em contrário.
(B) Ninguém se impressiona tanto com um velho porão como este velho cronista, leitor amigo.
(C) O porão deverá jazer sob os pés da família como jazem os cadáveres num cemitério.
(D) Que atração exercem sobre o cronista as gravatas manchadas, quando desce a um porão...
(E) Já não se fazem porões, hoje em dia, já não há qualquer mistério ou evocação mágica numa casa moderna.

RESPOSTA O pronome oblíquo “vos” (OI) e “de arquitetura” (OI) são complementos verbais, respectivamente, dos verbos “confessar” e “entender”. *Alternativa A.*

10435. **(2011 – FCC)** O termo sublinhado em *Sabe-se quão barbaramente os ingleses subjugaram os hindus* exerce a função de ......, a mesma função sintática que é exercida por ...... na frase *Cometeram-se incontáveis violências contra os hindus.*

Preenchem corretamente as lacunas do enunciado acima, respectivamente

(A) objeto direto – os hindus
(B) sujeito – os hindus
(C) sujeito – violências
(D) agente da passiva – os hindus
(E) agente da passiva – violências

RESPOSTA Em “cometeram-se incontáveis violências”, trata-se da voz passiva sintética: verbo + se + sujeito. O clássico exemplo que demonstra essa construção é o “alugam-se casas”; temos “casas” como sujeito da oração. “os ingleses” desempenha a função sintática de sujeito do verbo *subjugaram*. *Alternativa C.*

10436. **(2011 – FCC)** Mas o sistema, *por muito tempo restrito* apenas à tela grande, estendeu-se progressivamente, com o desenvolvimento das indústrias culturais, a outros domínios, ligados primeiro aos setores do espetáculo, da televisão, do *show business*.

Na frase acima, o segmento destacado equivale a:

(A) por conta de ter ficado muito tempo restrito.
(B) ainda que tenha ficado muito tempo restrito.
(C) em vez de ter ficado muito tempo restrito.
(D) ficando há muito tempo restrito.
(E) conforme tendo ficado muito tempo restrito.

RESPOSTA Há ressalva entre ficar restrito por um bom tempo e progredir e desenvolver-se. A locução conjuntiva concessiva “ainda que” introduz essa ideia entre as orações. *Alternativa B.*

10437. **(2011 – FCC)** Mal sugeria imagem de vida (Embora a figura chorasse).

É correto afirmar que a frase entre parênteses tem sentido

(A) adversativo.
(B) concessivo.
(C) conclusivo.

(D) condicional.
(E) temporal.

RESPOSTA O nexo concessivo “embora” traz esse sentido na oração entre parênteses. *Alternativa B.*

10438. **(2011 – FCC)** Destes *proviriam* as pistas que indicariam o caminho...

O verbo empregado no texto que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está também grifado em:

(A) ... a principal tarefa do historiador *consistia* em estudar possibilidades de mudança social.
(B) Os caminhos institucionalizados *escondiam* os figurantes mudos e sua fala.
(C) Enfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos...
(D) ... sociabilidades, experiências de vida, que por sua vez *traduzissem* necessidades sociais.
(E) *Era* engajado o seu modo de escrever história.

RESPOSTA A frase “Destes proviriam as pistas” está em ordem inversa. Na ordem direta “As pistas proviriam destes”, pode-se perceber que o complemento do verbo é indireto (verbo + preposição + OI). A única alternativa que contempla a mesma regência é a de letra A. O que consiste consiste EM alguma coisa. Do mesmo modo que as pistas proviriam DE algum lugar ou DE alguém. *Alternativa A.*

XI. Temas Combinados

1 Senhores:
Investindo-me no cargo de presidente, quisestes começar a Academia Brasileira de Letras pela consagração
da idade. Se não sou o mais velho dos nossos colegas, estou entre os mais velhos. É simbólico da parte de
uma instituição que conta viver, confiar da idade funções que mais de um espírito eminente exerceria
5 melhor. Agora que vos agradeço a escolha, digo-vos que buscarei na medida do possível corresponder
à vossa confiança.
Não é preciso definir esta instituição. Iniciada por um moço, aceita e completada por moços, a Academia nasce
com a alma nova e naturalmente ambiciosa. O vosso desejo é conservar, no meio da federação
política, a unidade literária. Tal obra exige não só a compreensão pública, mas ainda e
principalmente a vossa constância.
10 A Academia Francesa, pela qual esta se modelou, sobrevive aos acontecimentos de toda a casta, às escolas
literárias e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso.
Já o batismo de suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência
nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-vos fazer com que ele perdure. Passai a
vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles os transmitam também aos seus, e a
15 vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira. Está aberta a sessão.

(ASSIS, Machado. Discurso inaugural, na Academia Brasileira, aos 20 dias do mês de julho de 1897. *Obra completa*, vol. III, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 926).

10439. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** *Agora que vos agradeço a escolha, digo-vos que buscarei na medida do possível corresponder à vossa confiança.*

A fala acima está corretamente reportada da seguinte maneira: Machado de Assis declarou que,

(A) na oportunidade em que agradeço vossa escolha, digo-vos que buscarei na medida do possível corresponder à vossa confiança.

(B) na hora que agradecia-lhes a escolha, diria a eles que buscaria na medida do possível corresponder à sua confiança.

(C) naquele momento em que lhes agradecia a escolha, lhes dizia que buscaria na medida do possível corresponder à confiança deles.

(D) no mesmo exato momento do seu agradecimento pela sua escolha, dir-lhes-ia: na medida do possível buscarei corresponder à sua confiança.

(E) certamente, aquela era a hora: de vos agradecer a escolha e de vos dizer que buscarei na medida do possível corresponder à vossa confiança.

RESPOSTA Na conversão do discurso direto para o indireto, devemos observar as seguintes alterações no trecho destacado:

1) *"Agora"* cede lugar a *"Naquele momento"*, *"Naquela ocasião"*, etc;

2) A primeira pessoa do singular (eu) se converte em 3ª pessoa do singular (ele);

3) A segunda pessoa – *"vos"* e *"vossa"* – se converte em 3ª pessoa – *"lhes"* e *"deles"*;

4) O presente do indicativo – *"agradeço"* e *"digo"* – se converte em pretérito imperfeito do indicativo –*"agradecia"* e *"dizia"*;

5) O futuro do presente do indicativo – *"buscarei"* – se converte em futuro do pretérito do indicativo –*"buscaria"*.

Assim, teríamos a forma: "Machado de Assis declarou que, ***naquele momento*** *em que* ***lhes agradecia*** *a escolha*, ***lhes*** *dizia que* ***buscaria*** *na medida do possível corresponder à confiança* ***deles***.". *Alternativa C.*

10440. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** *Não é preciso definir esta instituição.*

As alternativas apresentam variantes da frase acima que, considerado o contexto, poderiam substituí-la. Em algumas a quebra da ordem sintática está justificada pelo bom estilo adotado.

A ÚNICA estruturação que, fugindo às regras gramaticais, não se justifica e, por isso, está INCORRETA é:

(A) Esta instituição? Não é preciso que se a defina.

(B) Esta instituição que ora inauguramos, não é preciso defini-la.

(C) Se definições são necessárias, não a desta instituição.

(D) Se necessário for definir, não a esta instituição.

(E) Se defina qualquer coisa, não sendo essa instituição.

RESPOSTA A banca anulou a questão, pois esta apresentava duas possibilidades de resposta: as letras D e E. Na letra D, há uma impropriedade no uso da preposição "a", uma vez que ela não é solicitada pela regência do verbo "definir" *(definir algo)*, verbo transitivo direto implícito na segunda oração. O correto seria: *Se necessário for definir,* ***não*** *(é necessário definir)* ***esta instituição***. Já na letra E, inicia-se a frase com o pronome oblíquo "Se", o que se configura como equívoco de colocação pronominal. O correto seria: ***Defina-se*** *qualquer coisa, não sendo essa instituição.*

10441. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** Considerada a ocorrência destacada, e sempre a norma-padrão da Língua Portuguesa, é correto afirmar:

(A) a expressão *há de querer* (linha 11) exprime futuridade promissiva com ideia de "desejar com intensidade".

(B) o advérbio *Já* (linha 12) foi empregado com a acepção de “nesse instante”, como se nota em “Já consigo vê-la ao longe”.

(C) o pronome *suas* (linha 12), em *de suas cadeiras*, refere-se aos colegas do orador presentes na Academia.

(D) o adjetivo *preclaros* (linha 12) foi empregado como antônimo de “insigne”.

(E) a expressão *é indício* (linha 13) pode ser substituída, com correção, por “é fator à sinalizar”, sem que nenhuma outra alteração seja necessária na frase.

RESPOSTA (A) Verdadeira. (B) Falsa – O advérbio “já” assume um valor enfático no contexto, não de tempo. (C) Falsa – O pronome “suas” refere-se à Academia Brasileira de Letras. (D) Falsa – Os dois adjetivos são sinônimos e significam “notáveis, distintos, ilustres”. (E) Falsa – Antes de verbos não se emprega a crase. *Alternativa A.*

10442. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** Consideradas a ocorrência citada e a norma-padrão da Língua Portuguesa, é correto afirmar:

(A) Os dois-pontos após o vocativo “Senhores” (linha 1)exemplificam equívoco de quem transcreveu o discurso, pois o desejável seria o uso da vírgula.

(B) O emprego concomitante de *vossos* e *nossos* exemplifica, no estilo oratório, a licença que o autor se concede para fazer uso do tom informal.

(C) Na frase *Tal obra... constância* (linha 9), usou-se a correlação entre *não só* e *mas ainda* para aproximar os termos a que se atribuiu absoluta igualdade de valor.

(D) A frase *pela qual esta se modelou* (linha 10) pode ser substituída, sem prejuízo do sentido e da correção originais, por “a qual esta quer se equiparar”.

(E) As expressões *às escolas literárias* e *às transformações civis* (linha 10) − diferentemente de *de toda a casta* − não complementam o sentido *de os acontecimentos*.

RESPOSTA (A) Falsa – Na redação da carta, também se admitem dois-pontos após o vocativo da saudação inicial. (B) Falsa – Continua sendo formal o texto, pois se trata de tratamento distintos. Quando o autor usa “vossos”, ele está se referindo aos colegas (no caso, os interlocutores;), quando ele usa “nossos”, ele se inclui entre seus colegas. (C) Falsa – É errado dizer que há igualdade absoluta de valor entre “compreensão pública” e “vossa constância”, pois este último vem reforçado pelo advérbio “principalmente”. (D) Falsa – É necessário o acréscimo da preposição “a” antes do pronome relativo “a qual”, resultando na forma “à qual”. A preposição é exigida pela forma verbal “equiparar-se” (*o que se equipara, se equipara A algo*). (E) Verdadeira – Os termos “*às escolas literárias*” e “*às transformações civis*” funcionam sintaticamente como complementos verbais de “sobrevivem”. *Alternativa E.*

10443. **(Analista – TRF-2 – 2007 – FCC)** *Cabe-vos fazer com que ele perdure. Passai a vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles os transmitam também aos seus, e a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira.*

Observados o fragmento acima e a norma-padrão da Língua Portuguesa, é correto afirmar:

(A) A supressão da preposição em *fazer com que* altera o sentido original e prejudica a correção da frase.

(B) Mantendo o tempo e o modo, a forma verbal correspondente a *Passai*, no singular, é “passe”.

(C) A conjunção *e* (em *e a vossa obra*) adita duas ideias que expressam a mesma noção de finalidade da ação.

(D) Na frase *para que eles os transmitam também aos seus*, os pronomes destacados remetem a três referentes que não têm relação entre si.

(E) O deslocamento do adjetivo *iniciais*, com as devidas alterações, produz “os iniciais pensamento e vontade”, com prejuízo do sentido original.

RESPOSTA (A) Falsa – A supressão da preposição “com” não prejudica a correção da frase. Ela é apenas um recurso de

ênfase. (B) Falsa – “Passai” é flexão de 2ª pessoa do plural do Imperativo Afirmativo. A segunda pessoa do singular tem a forma “Passa”. (C) Verdadeira – A conjunção “e” tem valor aditivo e conecta duas orações adverbiais finais: “*para que eles os transmitam também aos seus*” e “*(para que) a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira*”. (D) Falsa – O pronome “os” remete a “pensamentos e vontades iniciais”; já os pronomes “eles” e “seus” se referem a “vossos sucessores”. É errado, portanto, dizer que não há relação entre os referentes. (E) Falsa – A concordância, com o deslocamento, deve ser feita com o núcleo mais próximo, assim: “o inicial pensamento e vontade”. *Alternativa C.*

10444. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** Considere as assertivas abaixo.

I. Machado de Assis não explicita, mas deixa subentendida, sua convicção de que a Academia Brasileira de Letras chegava para permanecer.
II. Machado de Assis parte da pressuposição de que a Academia por si só manifestava sua natureza.
III. Machado de Assis deixa implícita a ideia de que a ambição é leviandade que deve ser creditada à imaturidade.

O texto abona SOMENTE
(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.

RESPOSTA (I) Falsa – A permanência das vontades e pensamentos iniciais da Academia Brasileira de Letras, segundo Machado de Assis, está condicionada à transmissão desses valores às sucessivas gerações (*vide* trecho que inicia com *“Cabe-vos fazer com que ele perdure...”*). (II) Verdadeira – O batismo das cadeiras com os grandes nomes e a alma nova e naturalmente ambiciosa de seus participantes deixam explícito o objetivo de conservar uma unidade literária na federação política, não sendo, portanto, necessário definir a instituição (*“Não é preciso definir esta instituição”*). (III) Falsa – A ambição é apresentada no texto como uma virtude, haja vista o grandioso objetivo dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. *Alternativa B.*

1 Existe um tipo de experiência vital – experiência de
tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das
possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por
homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei
5 esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser
moderno é encontrar-se em um ambiente que promete
aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e
transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo
ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos,
10 tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade
anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e
nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se
dizer que a modernidade une a espécie humana.

(BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar:* a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 15).

10445. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** Uma das alternativas abaixo constitui continuação do excerto de Berman acima transcrito. A coerência com o exposto no texto permite dizer que o período que dá continuidade correta ao fragmento é:

(A) Une de tal forma que adquire o perfil de seio acolhedor de tudo e de todos, ventre onde a segurança do homem nunca é posta em risco, a não ser, evidentemente, naquele momento fatal,

único, em que cada um assume a eterna solidão.

(B) Trata-se, na verdade, de uma coesão incomum, jamais experimentada pela espécie humana: a unidade moderna aproxima raças, religiões, ideologias, em nome de um compartilhamento ambiental que dissipa toda e qualquer contingência.

(C) Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia.

(D) É, de certo modo, perversa essa modernidade, na medida em que, assegurando a todos tudo aquilo que o homem comum almeja − poder, alegria, crescimento pessoal etc.− acaba por isolá-lo no labirinto que ela própria, a modernidade, construiu.

(E) Mas, antes que seja entendida de maneira errônea, é necessário assinalar que essa união aparenta ser contraditória: o poder que ela afiança, gerador do êxito de homens e mulheres de tantas raças, credos e ideologias, desemboca numa estabilidade que se traduz em apatia.

RESPOSTA (A) Incorreta – Afirma-se que a segurança do homem nunca é posta em xeque, mas o que ocorre são as mudanças constantes promovidas pela modernidade, que destroem aquilo que construímos. (B) Incorreta – Segundo o texto, não é garantia a dissipação das contingências (eventualidades) devido às constantes mudanças de paradigmas promovidas pela modernidade. (C) Correta – Está de acordo com o texto a afirmação de se tratar de uma união paradoxal, visto que as constantes mudanças promovidas pela modernidade não são garantias de estabilidade nas relações. (D) Incorreta – A modernidade não assegura poder, alegria ou crescimento pessoal, e sim promete. A modernidade pode, inclusive, destruir tudo aquilo que construímos. (E) Incorreta – Estabilidade não é mesmo o que define a modernidade, segundo o texto. *Alternativa C.*

10446. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** Cada alternativa apresenta um segmento do texto e uma alteração nele efetuada. A alteração apresentada não supõe outras e deve manter o sentido original. Observado o contexto, a transformação que se dá em conformidade com a norma-padrão é:

(A) *experiência (...) de si mesmo e dos outros* / experiência de si próprios e dos outros.

(B) *é compartilhada por homens e mulheres* / é partilhada reciprocamente entre homens e mulheres.

(C) *Designarei esse conjunto de experiências* / Designar-lhes-ei.

(D) *um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento* / um ambiente promissor: por aventura, poder, alegria, crescimento.

(E) *anula todas as fronteiras geográficas e raciais* / anula-as todas.

RESPOSTA (A) Incorreta – Deveria ser flexionado no singular “próprio” para manter a concordância original de “mesmo”. (B) Incorreta – O termo “reciprocamente” é redundante. (C) Incorreta – O pronome “lhes” não é o substituto para objetos diretos. Deve-se empregar o pronome “os”, assim: “Designá-los-ei”. (D) Incorreta – O uso dos dois-pontos é errado, pois está isolando nome e complementos nominais. (E) Correta. *Alternativa E.*

10447. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** O texto e a norma-padrão da Língua Portuguesa abonam a seguinte assertiva:

(A) o uso das aspas em “*modernidade*” (linha 5) se justifica pelo mesmo motivo que explica seu emprego na palavra destacada em: ‘Na agricultura, “cavalo” designa a planta em que se faz enxerto’.

(B) respeitando-se o emprego de *hoje* (linha 4) exatamente como se dá no texto − separado de *mundo* pela vírgula −, este advérbio pode ser substituído, sem prejuízo do sentido e da correção originais, por “hodierno”.

(C) a exclusão dos travessões e dos termos que eles abrigam (linhas 1 e 3) exigiria, por força do sentido e da correção, que fosse colocada uma vírgula depois de *vital*.

(D) para que fosse mantido o sentido e a correção originais, a substituição do travessão depois de *em redor* (linha 8) por ponto-e-vírgula tornaria obrigatória mais uma única alteração: que depois de *mas* (linha 8) fosse colocada uma vírgula.

(E) o emprego dos dois-pontos, na linha 12, é obrigatório; sua substituição, por exemplo, por ponto-e-vírgula afetaria a correção original.

RESPOSTA (A) Correta – As aspas são empregadas para destacar o vocábulo que está sendo definido. (B) Incorreta – "Hodierno" é adjetivo e equivale a "atual", não sendo possível, assim, empregá-lo no lugar do advérbio "hoje" sem fazer grandes alterações na sintaxe do texto. (C) Incorreta – Para se manter o sentido original, é necessário que a oração adjetiva *"que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo hoje"* seja restritiva, não sendo possível, assim, o emprego da vírgula depois de "vital". (D) Incorreta – Não seria uma única alteração. Seria necessária uma correção adicional: uma vírgula depois de "tempo", isolando-se, assim, o adjunto adverbial "ao mesmo tempo". (E) Incorreta – Não é obrigatório o uso dos dois-pontos. Poderia ser muito bem empregado um ponto final ou um ponto-e-vírgula. *Alternativa A.*

10448. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** A frase ISENTA de ambiguidade é:

(A) Assim que soube da possibilidade de seu envolvimento, mesmo que indireto, naquela ilegalidade, comentou com seu assessor pessoal a necessidade de ele pedir demissão.

(B) Membro atuante do grupo formado por muitas pessoas idealistas, a que já me referi várias vezes, penso que a moça tem o perfil necessário para integrar a comissão especial.

(C) A construção anexa à sede da organização, projetada e decorada por brilhante arquiteto, foi o lugar escolhido pelos coordenadores do grupo de jovens para sua reunião.

(D) Instado pelos colegas a decidir acerca da formatação gráfica dos projetos, não teve dúvidas, por considerá-los urgentes, em tomá-la como menos prioritária naquele momento.

(E) Enquanto analisava minuciosamente o relatório, o alto funcionário interpelava o auxiliar com perguntas que, na verdade, ele não via necessidade de serem respondidas de pronto.

RESPOSTA (A) Incorreta – Não se sabe a quem se refere o pronome "ele": se à 3ª pessoa sujeito de "comentou" ou ao "assessor". (B) Incorreta – Não se sabe a quem a oração adjetiva "a que já me referi várias vezes" se refere: se a "membro" ou a "grupo". (C) Incorreta – Não se sabe se o possessivo "sua" se refere ao "grupo de jovens" ou "organização". (D) Correta. (E) Incorreta – Não se sabe se o pronome "ele" se refere ao "auxiliar" ou ao "alto funcionário". *Alternativa D.*

10449. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** A frase redigida de maneira clara e absolutamente correta, segundo a norma-padrão, é:

(A) Se mudanças eram ou por que se fizeram necessárias, não sei, mas que as houve, as houve, e não quiseram referir a contingência que lhes determinou as alterações.

(B) Após as informações sobre os objetivos do trabalho terem sido expostos, dois colaboradores as comentaram, cada um a seu modo, sem entretanto se oporem entre si e com os demais.

(C) As marcas que a passagem do tempo nos trazem são as testemunhas mais verdadeiras de nossa trajetória, como as mechas de cabelo branco, o andar vagaroso ou as mãos trêmulas, agora sempre afáveis.

(D) Mesmo repetindo, a explicação de um estudioso sempre será diferente de um outro, o que deixa explícita a subjetividade dos pontos de vista, ainda quando não se a deseje.

(E) No debate, houve muitos a fazerem uso da palavra, participantes a que, na verdade, foi atribuída absoluta liberdade quanto ao teor e ao tempo da fala, o que muito os honraram.

RESPOSTA (A) Correta. (B) Incorreta – Há um erro de concordância. Deveria ser "expostas" em vez de "expostos" para se manter a concordância com o substantivo "informações". (C) Incorreta – Há um erro de concordância. Deveria ser "traz" em vez de "trazem" para se manter a concordância com o núcleo do sujeito "passagem". (D) Incorreta – Há a necessidade de termos o acréscimo da forma contraída "da", assim: "Mesmo repetindo, a explicação de um estudioso sempre será diferente da de um outro...". (E) Incorreta – Há um erro de concordância. Deveria ser "honrou" em vez de "honraram" para se manter a

concordância com o núcleo do sujeito "liberdade". *Alternativa A.*

10450. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** A alternativa que apresenta redação totalmente conforme a norma-padrão é:

(A) Foi o tempo de, dirigindo-se ao reitor, dizer "Vossa Eminência, senhor reitor" e logo interrompeu-se o som. Retomando a palavra, brincou: "Essa censura é que eu não contava".

(B) Toda e qualquer reclamação deve ser feita por escrito, disse o funcionário que eu falei com ele; é onde eu percebi que não era a melhor pessoa com quem eu deveria ter falado.

(C) Recordo de dois mestres; um, por cuja orientação sempre me guiei, me fazia rir dos meus erros. O que me fazia chorar por causa deles, o outro, é responsável por muito do meu crescimento.

(D) Imaginei que ele era o mentor de tudo, como realmente o era isto; pedi-lhe que explicasse o ocorrido antes a mim do que aos outros, que havia chegado antes de todos.

(E) Antes deles saírem conosco, vi-me tentada a lembrar-lhes de que éramos nós as convidadas, e, por isso, poderíamos sugerir o programa, mas, calei-me.

RESPOSTA As redações propostas apresentam pelo menos uma falha relativa à norma culta. Daí o motivo de a banca ter anulado essa questão. Abaixo, em destaque, seguem sugestões de correção:
(A) **Foi-se** o tempo de, dirigindo-se ao reitor, dizer **"Vossa Magnificência, Senhor Reitor"** e logo **interromper-se** o som. Retomando a palavra, brincou: "Essa censura é **com** que eu não contava". (B) Toda e qualquer reclamação deve ser feita por escrito, disse o funcionário **com** que eu falei **com ele**; **foi quando** eu percebi que não era a melhor pessoa com quem eu deveria ter falado. (C) Recordo de dois mestres; um, por cuja orientação sempre me guiei, **fazia-me** rir dos meus erros. **O outro**, que me fazia chorar por causa deles, **o outro**, é responsável por muito do meu crescimento. (D) Imaginei que ele era o mentor de tudo, como realmente o era **isto**; pedi-lhe que explicasse o ocorrido antes a mim do que aos outros, **pois** havia chegado antes de todos. (E) Antes **de eles** saírem conosco, vi-me tentada a lembrar-lhes de que éramos nós as convidadas, e, por isso, poderíamos sugerir o programa, **mas** calei-me.

10451. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** A frase totalmente em consonância com as normas gramaticais é:

(A) É notável o vêso que eles têm de se degladiarem por tudo e nada, excedendo-se na fala e nos gestos, e, se alguém intervir, sentem-se mais justificados para acirrar a rixa e exaltar os ânimos.

(B) A maversação dos bens públicos requer de todos os cidadãos bem-intencionados ações rigorosas em busca da decência e da honradez daqueles que os representam no âmbito dos três poderes, sejam qual forem as esferas de atuação.

(C) Nunca desejou viver a expensas de ninguém, nem mesmo ter privilégios − o que, aliás, é consenso entre os que o conhecem −, por isso não se abstem de reinvindicar o pleno gozo da autonomia que conquistou a duras penas.

(D) Em comentário aspicioso, manifestou-se favorável pela execução imediata das ações programadas, oferecendo sucinta relação de pessoas que o apoiam e que garantem a inexistência de empecilhos ao seu anseio.

(E) Amante inveterado da etimologia, não perdia oportunidade de suscitar questões que lhe dessem oportunidade de manifestar seu fascínio pelas palavras, e àqueles em quem reconhecia particular receptividade oferecia o melhor de seus conhecimentos.

RESPOSTA (A) Incorreta – A flexão correta é "intervier", e não "intervir". (B) Incorreta – A flexão deve ser "quais", visando a manter a concordância com "esferas". (C) Incorreta – São dois os erros observados: a falta do acento agudo na flexão da 3ª pessoa do singular do verbo "abster" (o correto é "abstém") e a grafia errada em "reinvindicar" (o correto é "reivindicar"). (D) Incorreta – A grafia correta é "auspicioso". (E) Correta. *Alternativa E.*

10452. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** As frases abaixo, com exceção de

uma, apresentam comprometimento da lógica por emprego inadequado da palavra destacada. A frase totalmente coerente é:

(A) É <u>prescindível</u> a opinião dele na avaliação do projeto, por isso não temos como evitar de pedi-la imediatamente, o que teremos de fazer passando por cima de ressentimentos.

(B) No momento de sua contratação, tinha-se pleno conhecimento de sua vida <u>pregressa</u>, por isso houve tantos e tão entusiasmados elogios e reverências a sua pessoa.

(C) A <u>vulnerabilidade</u> dos argumentos do rapaz é de tal ordem − o que explica suas longas horas de pesquisa sobre o assunto − que nenhuma defesa estará à altura de contestá-los.

(D) Não há <u>incompatibilidade</u> entre a linha de ação dos dois planos, o que justifica plenamente a escolha de um em detrimento do outro, pois se deve preservar a eficiência.

(E) No esforço de <u>radicar</u> a doença, para que, só assim desalijada, fosse definitivamente considerada extinta, contou com a prestimosa colaboração de muitos agentes de saúde.

RESPOSTA (A) Incorreta – Para manter a coerência com o imediatismo do pedido, deve-se empregar "imprescindível", que significa "de que não se pode prescindir, indispensável". (B) Correta. (C) Incorreta – Para manter a coerência com a incontestabilidade dos argumentos do rapaz, deve-se empregar "invulnerabilidade", que significa "inatacável". (D) Incorreta – Mantendo a coerência com a expressão "em detrimento", deve-se empregar "Não há compatibilidade...". (E) Incorreta – Mantendo a coerência com "extinta", deve-se empregar "erradicar", que significa "eliminar, extinguir". *Alternativa B.*

10453. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** A frase que está redigida de forma totalmente clara e correta é:

(A) Pelo fato do ambiente em que se deu a tragédia ser uma universidade é irônico, afinal é nesse espaço que, a princípio, cada um pode viver sua singularidade dignamente.

(B) O modo que a mídia trata questões de agressão, no plano individual ou coletivamente, nos deixa bem próximo do acontecimento, o que tem seu lado positivo e negativo.

(C) A descrição detalhada dos momentos que antecedem certos gestos traumáticos através das palavras da vítima mostram que muita coisa acontece que nunca teremos acesso a elas.

(D) Sempre surgem, em situação limite, ideias criativas sobre como evitar violência, mas logo em seguida torna-se mais discreta, me acanho de dizer, essa legítima preocupação.

(E) Existem pessoas que advertem que o registro de ações hostis contribuem para a divulgação de modos criminosos de agir, o que não é desejável mesmo a nenhum título.

RESPOSTA (A) Incorreta – Além de ser confusa a frase, percebem-se alguns equívocos relativos à norma culta. Não devemos, por exemplo, preposicionar o sujeito "o ambiente", pois ele é o sujeito do verbo "ser". Além disso, torna-se mais coerente a frase, se considerarmos "o fato" sujeito da forma verbal "é". Resumindo: "O FATO É IRÔNICO" e "O AMBIENTE SER UMA UNIVERSIDADE". Corrigindo: *O fato de o ambiente em que se deu a tragédia ser uma universidade é irônico, afinal é nesse espaço que, a princípio, cada um pode viver sua singularidade dignamente.* (B) Incorreta – Essencialmente temos um problema de regência: "o modo que" não poderia substituir "o modo como". (C) Incorreta – O sujeito do verbo "mostrar" é "a descrição". Dessa forma, o verbo deveria estar no singular, e não no plural. A banca contaminou a frase com muitos plurais e acabou criando uma armadilha para o candidato. (D) Correta. (E) Incorreta – Mais uma vez a banca usou de contaminação de plural e confundiu o candidato: Existem pessoas que advertem que **o registro** *<u>de ações hostis</u>* <u>contribuem</u> para a divulgação de modos criminosos de agir, o que não é desejável mesmo a nenhum título. "de ações hostis" não pode ser sujeito de "contribuem", mas sim "O REGISTRO". Assim, deve-se empregar a forma verbal singular "contribui". *Alternativa D.*

10454. **(Analista Judiciário – TRF-2 – 2007 – FCC)** A frase que está integralmente de acordo com a linguagem formal no que se refere à flexão é:

(A) Poucos foram os tabeliões que se insurgiram contra as novas orientações, mas é possível que outros adiram à reação, dado o que se apreende dos altosfalantes.

(B) Ingiro muitas calorias, por isso, se continuar a comer todos os alimentos que me aprazerem, se não

me abster um pouco, chego a temer de que terei problemas.

(C) Se repensarem e, assim mesmo, manterem a disposição de não trabalhar às segundas-feiras, sem considerar os inúmeros pró e contra dessa atitude, serão seriamente combatidos.

(D) Sempre que chega a hora de votar a matéria, o grupo obstrói a votação, e, se tudo continuar a depender de seus bel-prazeres, logo eles serão inúmeros ex-colarinho-brancos.

(E) Com tantos disse-me-disse acerca do tema, não sabemos se eles se abstiveram de dar opinião ou se se propuseram a assinar alguns dos abaixo-assinados que circulavam.

RESPOSTA (A) Incorreta – Adequando-a à norma culta, teríamos: "Poucos foram os **tabeliães** que se insurgiram contra as novas orientações, mas é possível que outros adiram à reação, dado o que se apreende dos **alto-falantes**.". (B) Incorreta – Adequando-a à norma culta, teríamos: "Ingiro muitas calorias, por isso, se continuar a comer todos os alimentos que me **aprouverem**, se não me abster um pouco, chego a temer que terei problemas.". (C) Incorreta – Adequando-a à norma culta, teríamos: "Se repensarem e, assim mesmo, **mantiverem** a disposição de não trabalhar às segundas-feiras, sem considerar os inúmeros **prós e contras** dessa atitude, serão seriamente combatidos.". (D) Incorreta – Adequando-a à norma culta, teríamos: "Sempre que chega a hora de votar a matéria, o grupo **obstrui** a votação, e, se tudo continuar a depender de seus bel-prazeres, logo eles serão inúmeros **ex-colarinhos-brancos**.". (E) Correta. *Alternativa E.*

A educação é uma função tão natural e universal da comunidade humana que, pela própria evidência, leva muito tempo a atingir a plena consciência daqueles que a recebem e praticam, sendo, por isso, relativamente tardio o seu primeiro vestígio na tradição literária. O seu conteúdo, aproximadamente o mesmo em todos os povos, é ao mesmo tempo moral e prático. Também entre os Gregos foi assim. Reveste, em parte, a forma de mandamentos, como honrar os deuses, honrar pai e mãe, respeitar os estrangeiros; consiste, por outro lado, numa série de preceitos sobre a moralidade externa e em regras de prudência para a vida, transmitidas oralmente pelos séculos afora; e apresenta-se ainda como comunicação de conhecimentos e aptidões profissionais a cujo conjunto, na medida em que é transmissível, os Gregos deram o nome de *techné*.

Os preceitos elementares do procedimento correto para com os deuses, os pais e os estranhos foram mais
tarde incorporados à lei escrita dos Estados. E o rico tesouro da sabedoria popular, mesclado de regras primitivas de conduta e preceitos de prudência enraizados em superstições populares, chegava pela primeira vez à luz do dia, através de uma antiquíssima tradição oral, na poesia rural gnômica de Hesíodo. As regras
das artes e ofícios resistiam naturalmente, em virtude da sua própria natureza, à exposição escrita dos seus segredos, como esclarece, no que se refere à profissão médica, a coleção dos escritos hipocráticos.

Da educação, neste sentido, distingue-se a formação do Homem por meio da criação de um tipo ideal intimamente coerente e claramente definido. Essa formação não é possível sem se oferecer ao espírito uma imagem do homem tal como ele deve ser. A utilidade lhe é indiferente ou, pelo menos, não essencial. O que é fundamental nela é o *kalón*, isto é, a beleza, no sentido normativo da imagem desejada, do ideal. A formação manifesta-se na forma integral do Homem, na sua conduta e comportamento exterior e na sua atitude interior. Nem uma nem outra nasceram do acaso, mas são antes produtos de uma disciplina consciente. Já Platão a comparou ao adestramento de cães de raça. A princípio, esse adestramento limitava-se a uma reduzida classe social, a nobreza.

Obs: gnômico = sentencioso

(Adaptado de Werner Jaeger, *Paideia:* a formação do homem grego. Tradução de Artur M. Parreira, 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 23-24).

10455. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** *Também entre os Gregos*

foi assim. Reveste, em parte, a forma de mandamentos, como honrar os deuses, honrar pai e mãe, respeitar os estrangeiros; consiste, por outro lado, numa série de preceitos sobre a moralidade externa e em regras de prudência para a vida, transmitidas oralmente pelos séculos afora; e apresenta-se ainda como comunicação de conhecimentos e aptidões profissionais a cujo conjunto, na medida em que é transmissível, os Gregos deram o nome de techné.

Considerados o fragmento acima e o contexto, é correto afirmar:

(A) Na frase *Também entre os gregos foi* *assim*, o termo grifado refere-se ao que será caracterizado posteriormente.

(B) O período iniciado por *Reveste* constitui uma explicação.

(C) O *como* (em destaque) foi empregado com o mesmo valor que adquire em “Explicou detalhadamente o modo como tratar os animais recém-nascidos”.

(D) A correlação entre *Reveste, em parte* e *consiste, por outro lado* denota que a educação entre os gregos tinha uma aparência que não corresponde totalmente à sua essência.

(E) Em *apresenta-se* *ainda*, o termo grifado introduz um fator que, na escala argumentativa, é considerado como o mais relevante de todos.

RESPOSTA (A) Incorreta – O termo “assim” é anafórico e se refere ao tardio vestígio na literatura das práticas adquiridas com a educação. (B) Correta – Na sequência, tem-se a confirmação de que o mesmo processo de registro tardio da educação dos povos se aplica aos gregos. (C) Incorreta – O “como” tem valor semântico de *exemplificação*, enquanto o “como” da frase “Explicou detalhadamente o modo como tratar os animais recém-nascidos” tem valor semântico de *modo, maneira.* (D) Incorreta – A educação entre os gregos, segundo o que consta no parágrafo, transmitia entre as gerações preceitos elementares. (E) Incorreta – O termo “ainda” tem valor aditivo, e não enfático. *Alternativa B.*

10456. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) A expressão *a cujo conjunto os gregos deram o nome de* techné está corretamente reformulada, mantendo o sentido original, em:

(A) de cujo conjunto se sabe o nome, a que os gregos deram de “techné”.

(B) do qual conjunto foi nomeado, pelos gregos, como “techné”.

(C) que, pelo conjunto, os gregos mencionaram por “techné”.

(D) pelo conjunto dos quais os gregos nominaram de “techné”.

(E) o conjunto dos quais recebeu dos gregos o nome de “techné”.

RESPOSTA (A) Incorreta – O trecho “a que os gregos deram de *techné*” está mal conectado ao restante do texto. Uma possibilidade de reescrita que tornaria clara a redação seria: *“de cujo conjunto se sabe o nome, dado pelos gregos de “techné.”.* (B) Incorreta – Deve-se empregar o pronome relativo “cujo”, uma vez que se trata de uma relação de posse, assim definida: “conjunto de conhecimentos e aptidões profissionais...” = “conhecimentos e aptidões profissionais cujo conjunto...”. A forma pronominal “o qual” não consegue simplesmente ocupar o lugar do pronome “cujo”, sendo necessárias mais alterações na sintaxe da frase. (C) Incorreta – Na redação original, não foi pelo fato de ser um conjunto (causa) que se recebeu o nome de *techné*. Os conhecimentos e aptidões profissionais em conjunto é que receberam essa denominação por parte dos gregos. Não se trata, assim, de uma justificativa, como a redação proposta quer induzir. (D) Incorreta – Não há nenhuma razão para a presença da preposição “pelo” antes da palavra conjunto. (E) Correta. *Alternativa E.*

10457. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) Considerado o processo de argumentação desenvolvido no texto, é correto afirmar:

(A) Deuses e pais foram citados como modelos do procedimento correto, origem dos preceitos elementares do comportamento grego.

(B) A menção à lei dos Estados foi feita para realçar um típico traço da cultura grega, o cultivo da legalidade.

(C) A poesia rural gnômica de Hesíodo foi citada como confirmação da riqueza da sabedoria popular.

(D) A referência à palavra de Hipócrates constitui argumento de reforço para o que se diz acerca das artes e ofícios.

(E) A alusão feita a Platão constitui argumento de autoridade para fundamentar a ideia de que a educação despreza o pragmatismo.

RESPOSTA (A) Errada – O respeito aos deuses e aos pais foi tomado como exemplo de conteúdo moral e prático, presente nas mais diversas formas de educação dos povos ao longo da história. Não está limitada, assim, ao povo grego. (B) Errada – A menção à inserção dos preceitos morais e práticos nas leis dos Estados está mais ligada a uma evolução do registro escrito desses procedimentos do que a um traço particular do Estado grego. (C) Errada – A referência à poesia gnômica de Hesíodo está ligada aos primeiros registros das manifestações da sabedoria popular, e não propriamente à sua riqueza. (D) Certa. (E) Errada – A citação de Platão é um argumento de autoridade para fundamentar que tanto a educação como a formação humana são possíveis a partir de uma disciplina consciente. *Alternativa D.*

10458. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** Está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:

(A) *tipo ideal intimamente coerente e claramente definido* = modelo de perfeição coeso na sua essência e fixado com nitidez.

(B) *na medida em que é transmissível* = à proporção que se torne compreensível.

(C) *enraizados em superstições populares* = fundamentados em profecias das massas incultas.

(D) *neste sentido* = com essa finalidade.

(E) *série de preceitos sobre a moralidade externa* = conjunto de presunções desfavoráveis ao modo de agir alheio.

RESPOSTA (A) Correta – O termo “ideal” refere-se a um paradigma de perfeição; “intimamente coerente” é bem parafraseado pela expressão “coeso na sua essência”; “claramente definido” encontra equivalência na expressão “fixado com nitidez”. (B) Incorreta – A locução conjuntiva “na medida em que” não transmite ideia de proporcionalidade, e sim de causa. (C) Incorreta – No texto, não se associa o atributo inculto às massas populares. (D) Incorreta – A expressão “neste sentido”, no texto, equivale a “desta forma”, “desta maneira”. (E) Incorreta – Não se pode inferir que se trata de presunções desfavoráveis, e sim de basicamente ensinamentos (preceitos) sobre o modo de agir alheio. *Alternativa A.*

10459. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** No texto, os segmentos *As regras das artes e ofícios resistiam naturalmente* e *a sua própria natureza* estão em relação, respectivamente, de

(A) fato e hipótese.

(B) consequência e causa.

(C) condição e conclusão.

(D) fato e conclusão.

(E) hipótese e consequência.

RESPOSTA Causa e consequência (efeito) sempre aparecerão associados na mesma frase. Assim, é possível pensar na “natureza própria das artes e dos ofícios” como uma causa que leva a um efeito: “a resistência natural a registar esses conhecimentos de forma escrita”. *Alternativa B.*

10460. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** A *utilidade lhe é indiferente ou, pelo menos, não essencial*.

É correto afirmar que, na frase acima,

(A) o pronome pessoal oblíquo refere-se a “homem”.

(B) o *lhe* foi empregado com o mesmo valor que tem na frase “Ouviram-lhe o choro convulsivo”.

(C) a conjunção *ou* tem valor enfático (como em “ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil”),

porque introduz uma ratificação integral do que foi afirmado antes.

(D) a expressão *pelo menos* assinala que o elemento referido corresponde, numa hierarquia, àquele que pode ser desconsiderado.

(E) a expressão *não essencial* é sinônima de "não é indispensável".

RESPOSTA (A) Incorreta – O pronome "lhe" se refere a "formação do Homem". (B) Incorreta – Na frase *"Ouviram-lhe o choro convulsivo"*, o "lhe" tem valor possessivo, equivalendo a "seu". Já na frase "A *utilidade lhe é indiferente ou, pelo menos, não essencial*.", o "lhe" é pronome oblíquo e equivale a "a ela". (C) Incorreta – A conjunção "ou", na frase: "A *utilidade lhe é indiferente ou, pelo menos, não essencial*", não introduz uma ratificação integral do que foi afirmado antes, mas sim uma relativização ao flexibilizar o conteúdo anterior. (D) Incorreta – Há uma diferença semântica entre considerar algo como "não essencial" e como "descartável". Este último é mais enfático, enquanto o primeiro soa mais suave. (E) Correta – O fato de não ser essencial significa que é possível prescindir da utilidade. *Alternativa E*.

10461. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) *Essa formação não é possível sem se oferecer ao espírito uma imagem do homem tal como ele deve ser.*

A alternativa que traduz corretamente a ideia expressa no segmento destacado acima, considerado o contexto, é:

(A) não prescinde da propositura ao espírito de uma imagem ideal de homem.

(B) só é possível porque uma imagem do homem desejado como tal é oferecida ao espírito.

(C) implica a impossibilidade de se oferecer ao espírito uma ideia do homem sonhado.

(D) exige a isenção da oferta ao espírito de uma representação ideal de homem.

(E) impossibilita-se quando não se oferece ao espírito uma reprodução do homem como tal.

RESPOSTA De acordo com o contexto, para se ter uma formação, é condição necessária oferecer ao espírito do homem um paradigma (modelo a ser seguido) de uma imagem a ser buscada. A alternativa que está de acordo com essa interpretação é a primeira. *Alternativa A*.

10462. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) *Nem uma nem outra nasceram do acaso, mas são antes produtos de uma disciplina consciente. Já Platão a comparou ao adestramento de cães de raça. A princípio, esse adestramento limitava-se a uma reduzida classe social, a nobreza.*

Considere as afirmações que seguem sobre o fragmento transcrito, respeitado sempre o contexto.

I. A conjunção *mas* pode ser substituída, sem prejuízo do sentido original, por "entretanto".

II. O advérbio *Já* introduz a ideia de que mesmo Platão percebera a similaridade que o autor comenta, baseado na comparação feita pelo filósofo entre "cães de raça" e "nobreza".

III. A expressão *A princípio* leva ao reconhecimento de duas informações distintas na frase, uma das quais está subentendida.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) I e II.

(E) II e III.

RESPOSTA I. Falsa – A conjunção *"mas"* não possui um valor propriamente adversativo, uma vez que não contrasta com a oração anterior. A oração por essa conjunção introduzida endossa (reforça) o conteúdo da oração anterior. Dessa forma, não é mantido o sentido original, se a substituirmos por *"entretanto"* – conjunção adversativa. II. Falsa – O advérbio *"Já"* apresenta valor comparativo, equivalendo a *"Por sua vez"*. III. Verdadeira – A expressão *"A princípio"* significa *"Primeiramente", "Inicialmente"*. Dizer que, inicialmente, esse adestramento se limitava à nobreza subentende que, posteriormente, ele foi

expandido a outras classes sociais. *Alternativa C.*

10463. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** A frase *Platão a comparou ao adestramento de cães de raça* está corretamente transposta para a voz passiva em:

(A) O adestramento dos cães de raça é comparado a ela por Platão.
(B) A comparação entre ela e o adestramento de cães tinha sido feito por Platão.
(C) Comparou-se o adestramento de cães e ela, feito por Platão.
(D) Ela foi comparada por Platão ao adestramento de cães de raça.
(E) Haviam sido comparados por Platão o adestramento de cães de raça e ela.

R ESPOSTA Na transposição para a voz passiva, devemos observar os seguintes procedimentos:

1. O objeto direto da voz ativa se torna sujeito na voz passiva;

2. O sujeito da voz ativa se torna o agente da passiva;

3. Acrescenta-se o verbo SER, flexionado no mesmo tempo e modo do verbo principal da voz ativa;

4. O verbo principal na voz passiva assume a forma nominal particípio.

Sendo assim, a forma que corresponde corretamente a essa transposição é: "Ela foi comparada por Platão ao adestramento de cães de raça.". *Alternativa D*.

10464. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** A afirmativa correta é:

(A) Em *A educação é uma função tão natural e universal da comunidade humana que, pela própria evidência, leva muito tempo a atingir a plena consciência daqueles que* ***a*** *recebem e praticam, sendo, por isso, relativamente tardio o* ***seu*** *primeiro vestígio na tradição literária*, os termos destacados remetem ao mesmo referente.

(B) Em ***O seu conteúdo****, aproximadamente o mesmo em todos os povos, é ao mesmo tempo moral e prático*, se o termo destacado fosse substituído por "A sua essência", a palavra *mesmo*, nas duas ocorrências, não precisaria sofrer nenhuma alteração, para que fosse mantida a correção da frase.

(C) Em *As regras das artes e ofícios resistiam naturalmente, em virtude da sua própria natureza à exposição escrita dos seus segredos*, se outra vírgula fosse posta antes de ***naturalmente***, o sentido original não sofreria alteração.

(D) Em *resistiam naturalmente, em virtude da sua própria natureza* ***à exposição escrita***, na substituição do segmento destacado por "expor na escrita", o acento indicativo da crase deveria permanecer, conforme o padrão culto da língua.

(E) A frase *O seu conteúdo, aproximadamente o mesmo em todos os povos, é ao mesmo tempo moral e prático* está clara e corretamente reescrita assim: "Confrontando os povos, vê-se que o mesmo conteúdo é bem próximo, sendo simultâneos o moral e o prático".

RESPOSTA (A) Correta. (B) Incorreta – Na primeira ocorrência, haveria a necessidade de empregar a forma flexionada "mesma" para se fazer a concordância com o termo elíptico "essência". (C) Incorreta – Isolando o termo "naturalmente" entre vírgulas, ele deixa de significar "de forma natural" para significar "obviamente". (D) Incorreta – Não há crase antes de verbos de acordo com a norma culta. (E) Incorreta – De acordo com os preceitos de concordância nominal, o adjetivo anteposto aos substantivos concorda com o mais próximo. Sendo assim, devemos empregar a forma "simultâneo", em vez de "simultâneos". *Alternativa A.*

[1]Quando começa a modernidade? A escolha de uma data ou de um evento não é indiferente. O momento

que elegemos como originário depende certamente da ideia de nós mesmos que preferimos, hoje, contemplar.

E vice-versa: a visão de nosso presente decide das origens que confessamos (ou até inventamos).

Assim acontece com as histórias de nossas vidas que contamos para os amigos e para o espelho: os

inícios estão sempre em
5função da imagem de nós mesmos de que gostamos e que queremos divulgar. As coisas funcionam do
mesmo jeito para os tempos que consideramos “nossos”, ou seja, para a modernidade.
Bem antes que tentassem me convencer de que a data de nascimento da modernidade era um espirro
cartesiano (...), quando era rapaz, se ensinava que a modernidade começou em outubro de 1492. Nos livros
da escola, o primeiro capítulo dos tempos modernos eram e são as grandes explorações. Entre elas, a viagem
10de Colombo ocupa um lugar muito especial. Descidas Saara adentro ou intermináveis caravanas por montes
e desertos até a China de nada valiam comparadas com a aventura do genovês. Precisa ler “Mediterrâneo”
de Fernand Braudel para conceber o alcance simbólico do pulo além de Gibraltar, não costeando, mas reto
para frente. Precisa, em outras palavras, evocar o mar Mediterrâneo – este pátio comum navegável e navegado
por milênios, espécie de útero vital compartilhado − para entender por que a viagem de Colombo acabou
15e continua sendo uma metáfora do fim do mundo fechado, do abandono da casa materna e paterna.

(Contardo Calligaris, A Psicanálise e o sujeito colonial. In: *Psicanálise e colonização:* leituras do sintoma social no Brasil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 11-12).

10465. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** No primeiro parágrafo, o autor deixa claro que

(A) sua indagação é meramente retórica, pois imediatamente a seguir justifica tanto a sua escolha do evento inicial da modernidade, quanto a importância de não sermos indiferentes à data.
(B) a eleição de uma data ou evento é sempre relativa, pois aquele que elege o faz sob a pressão da imagem de si mesmo que é veiculada em seu tempo.
(C) o jogo intermitente entre presente e passado obscurece o sentido original dos eventos, motivo pelo qual deve ser constantemente controlada a imagem que se tem dos marcos iniciais.
(D) há um mecanismo comum na demarcação de datas inaugurais: elas flutuam na dependência do aspecto particular de si mesmo que o sujeito deseja ressaltar.
(E) existem distintos marcos de origem, tanto na história individual quanto na história das nações, determinados pela indiferença com que, mais dia, menos dia, as balizas são tratadas.

RESPOSTA (A) Incorreta – De fato, a afirmação é retórica, porém o autor não explicita um evento que seria para ele o início da modernidade. (B) Incorreta – A eleição de uma data ou evento se faz conforme o desejo daquele que escolhe. É uma questão de preferência, e não exatamente de pressão. (C) Incorreta – O autor não ajuíza o controle das imagens que se tem dos marcos iniciais como uma medida que deva ser tomada. Ele apenas argumenta que a eleição dos marcos iniciais é fruto dos desejos e preferências dos indivíduos. (D) Correta. (E) Incorreta – De forma explícita, na primeira frase do parágrafo, o autor afirma que a escolha de uma data ou evento não se dá de forma indiferente, o que torna falsa a sentença. *Alternativa D.*

10466. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** Entende-se corretamente do segundo parágrafo que

(A) Colombo, célebre pelas navegações no Mediterrâneo, deve o caráter simbólico de sua viagem à

memória dos que celebram a notável transposição desse mar de uma extremidade a outra.

(B) o convencimento do autor acerca da importância da viagem de Colombo ficou abalado quando descobriu travessias de outra ordem – de montes e desertos –, tão ou mais relevantes que a do genovês.

(C) o autor defende que o conhecimento exato do trajeto de Colombo e da geografia do Mar Mediterrâneo só é possível a partir da dimensão simbólica dos espaços conquistados.

(D) o lugar especial que Colombo ocupa entre os exploradores não é legitimado pelo autor, que o atribui a uma compreensão equivocada da viagem, apoiada em imagens fantasiosas.

(E) a viagem de Colombo, comumente associada ao início da modernidade, é uma travessia cujo caráter simbólico só pode ser elaborado quando se tem presente a imagem do Mediterrâneo.

RESPOSTA (A) Incorreta – O alcance simbólico da viagem de Colombo está, segundo o texto, no "pulo além de Gibraltar, não costeando, mas reto para frente". A façanha de Colombo foi, portanto, ter navegado para além do Mediterrâneo, tido como "casa materna e paterna" dos navegantes. Esse é, de fato, o caráter simbólico de sua viagem. (B) Incorreta – O autor, mesmo notando a ausência de travessias importantes nos registros históricos, não desconsidera a importância e o alcance simbólico do feito de Colombo. (C) Incorreta – Não é necessário o conhecimento exato do trajeto e da geografia do percurso de Colombo para se entender o alcance simbólico de sua viagem. É necessário, sim, entender o significado do "pulo além de Gibraltar". (D) Incorreta – O autor não deixa, em nenhum momento, de legitimar a façanha de Colombo. Ao contrário, dá a ela um significado simbólico. (E) Correta – É necessário, segundo o texto, ter ideia da dimensão histórica do Mediterrâneo, para entender o caráter simbólico da façanha de Colombo. *Alternativa E.*

10467. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) *Precisa, em outras palavras, evocar o mar Mediterrâneo − este pátio comum navegável e navegado por milênios, espécie de útero vital compartilhado − para entender por que a viagem de Colombo acabou e continua sendo uma metáfora do fim do mundo fechado, do abandono da casa materna e paterna.*

É correto afirmar que, no fragmento acima,

(A) *navegável e navegado por milênios* equivale a "que poderia, um dia, não só permitir a navegação, como também chegar a ser navegado durante milênios".

(B) *para entender* equivale a "para traduzir corretamente em palavras".

(C) *acabou e continua sendo* é expressão que alia um fato considerado pontual (ocorreu num momento preciso do passado) e um fato considerado em sua permanência.

(D) *casa materna e paterna* equivale a "casa da mãe e do pai", assim como do *fim* equivale a "final".

(E) a composição da metáfora baseia-se na aproximação, por semelhança, entre *viagem* de Colombo e mundo fechado.

RESPOSTA (A) Incorreta – O trecho "navegável e navegado por milênios" equivale a "que permaneceu navegável e, de fato, foi navegado por milênios". (B) Incorreta – O trecho "para entender" significa "para compreender". (C) Correta. (D) Incorreta – A expressão "casa materna e paterna" é empregada de forma conotativa e deve ser entendida como algo próximo a "terra natal". Já "do fim" não pode ser substituído por "final", pois ocorreria alteração de sentido: em vez de transmitir a ideia de que o mundo fechado chegara ao fim, ficaria entendido que se tratava da última metáfora do mundo fechado. (E) Incorreta – Ocorre não uma semelhança, mas uma oposição entre o mundo fechado e a simbologia da viagem de Colombo. *Alternativa C.*

10468. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) *...para entender* ***por que*** *a viagem de Colombo acabou e continua sendo uma metáfora...*

No que se refere à grafia, para estar de acordo com o padrão culto, a frase que deve ser preenchida com forma idêntica à destacada acima é:

(A) Alguém poderá perguntar: − O autor citou Braudel,...?

(B) Gostaria de saber...... ele se interessou especificamente por essa obra de Braudel acerca do mar Mediterrâneo.

(C) Quem sabe o...... da citação da obra de Braudel?

(D) Referências são sempre interessantes,...... despertam curiosidade acerca da obra.

(E) −... foi a obra que mais o teria impressionado sobre o assunto, respondeu alguém quando indagado sobre o motivo da citação.

RESPOSTA (A) Incorreta – O correto seria: "Alguém poderá perguntar: − O autor citou Braudel, **por quê**?". O uso do **"por quê"** se dá nas interrogativas em final de frase. (B) Correta – "**Gostaria** de saber **por que** ele se interessou especificamente por essa obra de Braudel acerca do mar Mediterrâneo". O uso do "**por que**" se dá nas interrogativas diretas e indiretas e equivale a "**por que motivo**". (C) Incorreta – O correto seria: "Quem sabe o **porquê** da citação da obra de Braudel?". A forma "porquê" é substantiva e equivale a "razão", "motivo". (D) Incorreta – O correto seria: "Referências são sempre interessantes, **porque** despertam curiosidade acerca da obra". O uso do "porque" se dá na introdução das explicações ou causas. (E) Incorreta – O correto seria: "**− Porque** foi a obra que mais o teria impressionado sobre o assunto, respondeu alguém quando indagado sobre o motivo da citação". O uso do "porque" se dá na introdução das explicações ou causas. *Alternativa B.*

10469. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) A única afirmação INCORRETA sobre os sinais de pontuação empregados no texto é:

(A) Os dois-pontos após vice-versa (linha 3): anunciam um esclarecimento acerca do que foi enunciado.

(B) Os parênteses em (*ou até inventamos*) (linha 3) incluem comentário considerado um viés do que se afirma.

(C) As aspas em "*nossos*" (linha 6) firmam o caráter irônico da expressão, exigindo que se entenda o enunciado em sentido contrário (trata-se, assim, de "tempos que nos são estranhos").

(D) Os travessões em − *este pátio comum... compartilhado* (linhas 13 e 14) − isolam uma apreciação acerca do Mediterrâneo e são equivalentes a vírgulas.

(E) A vírgula antes de *não costeando* (linha 12) pode ser substituída, sem prejuízo da correção, por travessão.

RESPOSTA (A) Correta – Os dois-pontos podem ser substituídos por vírgula seguida da conjunção explicativa "pois". (B) Correta – O comentário parentético é uma possível ressalva do que se afirma anteriormente. (C) Incorreta – Podemos até considerar irônico, pois os tempos, de fato, não são "nossos", porém é errado dizer que nos são estranhos, pois se trata da modernidade vivenciada. (D) Correta – Trata-se de um aposto, que tanto pode ser isolado por vírgulas como por travessões. (E) Correta – É possível sim a separação por travessões, pois se trata de um comentário explicativo. *Alternativa C.*

10470. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) A frase em que a regência está totalmente de acordo com o padrão culto é:

(A) Esperavam encontrar todos os documentos que os estudiosos se apoiaram para descrever a viagem de Colombo.

(B) Estavam cientes de que teriam muito a fazer para conseguir os registros de que dependiam.

(C) Encontraram-se referências à coerção que marinheiros mais experientes faziam contra os mais novos que trabalhassem mais arduamente.

(D) Foram informados que esboços da inóspita região circundada com imensas pedras podiam ser consultados.

(E) Havia registro de uma insatisfação em que os insurretos às atitudes arbitrárias de um navegante foram impedidos de lhe inquirir.

RESPOSTA (A) Incorreta – O correto seria: "Esperavam encontrar todos os documentos em que os estudiosos se apoiaram para descrever a viagem de Colombo.". (B) Correta. (C) Incorreta – O correto seria "Encontraram-se referências à coerção que marinheiros mais experientes faziam contra os mais novos para que trabalhassem mais arduamente.". (D) Incorreta – O correto seria: "Foram informados de que esboços da inóspita região circundada com imensas pedras podiam ser consultados.". (E) Incorreta – O correto seria: "Havia registro de uma insatisfação em que os insurretos contra as atitudes arbitrárias de um

navegante foram impedidos de lhe inquirir.”. *Alternativa B.*

10471. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** A frase que está totalmente de acordo com o padrão culto da língua é:

(A) Todos reconheceram que Vossa Senhoria, a despeito da exiguidade do vosso tempo, sempre recebeu os estudiosos do assunto e lhes deu grande apôio.

(B) Sob a rubrica de “As grandes explorações”, o autor leu muito do que lhe sucitou interesse pelo tema e desejo de pôr em discussão algumas questões.

(C) Certas pessoas consideram ultrage a hesitação em associar o início da modernidade à Descartes, mas a questão não para por aí: há pontos mais complexos em discussão.

(D) As reflexões do iminente estudioso, insertas em texto bastante acessível ao leigo, nada têm daquele teor iracível e tendencioso que se nota em algumas obras polêmicas.

(E) Disse adivinhar o que alguns detratores diriam acerca de questões polêmicas como a de rever o significado assente de fatos históricos: “é mera questão de querer auferir prestígio”.

RESPOSTA (A) Incorreta – O correto seria: Todos reconheceram que Vossa Senhoria, a despeito da exiguidade do **seu** tempo, sempre recebeu os estudiosos do assunto e lhes deu grande **apoio**. (B) Incorreta – O correto seria: Sob a rubrica de “As grandes explorações”, o autor leu muito do que lhe **suscitou** interesse pelo tema e desejo de pôr em discussão algumas questões. (C) Incorreta – O correto seria: Certas pessoas consideram **ultraje** a hesitação em associar o início da modernidade **a** Descartes, mas a questão não para por aí: há pontos mais complexos em discussão. (D) Incorreta – O correto seria: As reflexões do **eminente** estudioso, insertas em texto bastante acessível ao leigo, nada têm daquele teor **irascível** e tendencioso que se nota em algumas obras polêmicas. (E) Correta. *Alternativa E.*

10472. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** A frase que respeita o padrão culto no que se refere à flexão é:

(A) No caso de proporem um diálogo sem pseudodilemas teóricos, o professor visitante diz que medeia as sessões.

(B) Chegam a constituir-se como clãs os grupos que defendem opiniões divergentes, como as que interviram no último debate público.

(C) Ele era o mais importante testemunha do acalorado embate entre opiniões contrárias, de que adviram os textos de difusão que produziu.

(D) Em troca-trocas acalorados de ideias, poucos se ateem às questões mais relevantes da temática.

(E) Quando aquele grupo de pesquisadores reaver a credibilidade comprometida nos últimos revés, certamente apresentará com mais tranquilidade sua contribuição.

RESPOSTA (A) Correta. (B) Incorreta – O correto seria: “Chegam a constituir-se como clãs os grupos que defendem opiniões divergentes, como as que **intervieram** no último debate público.”. (C) Incorreta – O correto seria: “Ele era **a** mais importante testemunha do acalorado embate entre opiniões contrárias, de que **advieram** os textos de difusão que produziu. (D) Incorreta – O correto seria: “Em troca-trocas acalorados de ideias, poucos se **atêm** às questões mais relevantes da temática.”. (E) Incorreta – O correto seria: “Quando aquele grupo de pesquisadores **reouver** a credibilidade comprometida nos últimos **reveses**, certamente apresentará com mais tranquilidade sua contribuição.”. *Alternativa A.*

10473. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** A frase em que a concordância está em conformidade com o padrão culto é:

(A) Os advogados reclamaram da indecisão do depoente, sem perceber que as perguntas que a ele eram dirigidas lhes parecia obscura, difíceis de serem compreendidas.

(B) Era intrincada a associação de ideias do promotor e o apelo que fazia aos jurados, o que, consideradas as circunstâncias, os conduziram a uma decisão questionável.

(C) É sempre falível, a meu ver, os juízos que se fundamentam mais na verve do orador que no conteúdo de seu discurso, mesmo quando os ouvintes lhe neguem aquele predicado.

(D) Suponho que devem existir sérias razões para ele ter-se comportado assim: todas as questões que lhe eram postas ele julgava irrelevantes.

(E) O relatório, de cujo dados discordou-se, foi rejeitado imediatamente, tendo sido sugerido, em caráter de urgência, a sua plena revisão ou até mesmo sua substituição.

RESPOSTA (A) Incorreta – O correto seria: “Os advogados reclamaram da indecisão do depoente, sem perceber que as perguntas que a ele eram dirigidas **lhe pareciam obscuras**, difíceis de serem compreendidas.”. (B) Incorreta – O correto seria: “Era intrincada a associação de ideias do promotor e o apelo que fazia aos jurados, o que, consideradas as circunstâncias, os **conduziu** a uma decisão questionável.”. (C) Incorreta – O correto seria: “**São** sempre **falíveis**, a meu ver, os juízos que se fundamentam mais na verve do orador que no conteúdo de seu discurso, mesmo quando os ouvintes lhe neguem aquele predicado.”. (D) Correta. (E) Incorreta – O correto seria: “O relatório, de **cujos** dados discordou-se, foi rejeitado imediatamente, tendo sido **sugerida**, em caráter de urgência, a sua plena revisão ou até mesmo sua substituição.”. *Alternativa D.*

Acerca do bem e do mal

Fulano é “do bem”, Sicrano é “do mal”. Não, não são crianças comentando um filme de mocinho e bandido; são frases de adultos, reiteradas a propósito das mais diferentes pessoas, nas mais diversas situações. O julgamento definitivo e em preto e branco que elas implicam parece traduzir o esforço de adotar, em meio ao caldeirão de valores da sociedade moderna, um princípio básico de qualificação moral e ética. Essa oposição rudimentar revela a necessidade que temos de estabelecer algum juízo de valor para a orientação da nossa própria conduta. Tal busca de discernimento é antiga, e em princípio é legítima: está na base de todas as culturas, dá sustentação a religiões e inspira ideologias, provoca os filósofos, os juristas, os políticos. O perigo está em que o movimento de busca cesse e dê lugar à paralisia dos valores estratificados.

O exemplo pode vir de cima: quando um chefe de poderosa nação passa a classificar países inteiros como integrantes do “eixo do mal”, está-se proclamando como representante dos que constituiriam o “eixo do bem”. Essa divisão tosca é, de fato, muito conveniente, pois faculta ao mais forte a iniciativa de intervir na vida e no espaço do mais fraco, sob a alegação de que o faz para preservar os chamados “valores fundamentais da humanidade”. Interesses estratégicos e econômicos são, assim, mascarados pela suposta preservação de princípios da civilização. A História já nos mostrou, sobejamente, a que levam tais ideologias absolutistas, que se atribuem o direito de julgar o outro segundo o critério da religião que este professa, do regime político que adota, da etnia a que pertence. A intolerância em relação às diferenças culturais, por exemplo, acaba levando o mais forte à subjugação das pessoas “diferentes” – e mais fracas. É quando a ética sai de cena, para dar lugar à barbárie.

A busca de distinção entre o que é “do bem” e o que é “do mal” traz consigo um dilema: por um lado, não podemos dispensar alguma bússola de orientação ética e moral, que aponte para o que parece ser o justo,

o correto, o desejável; por outro lado, se o norteamento dos nossos juízos for inflexível como o teimoso ponteiro, comprometemos de vez a dinâmica que é própria da história e dos valores humanos. Não há, na rota da civilização, leis eternas, constituições que não admitam revisões, costumes inalteráveis. A escolha do critério de julgamento é sempre crítica e sofrida, quando responsável; dispensando-se, porém, a responsabilidade dessa escolha, restará a terrível fatalidade dos dogmas. Lembrando o instigante paradoxo de um filósofo francês, “estamos condenados a ser livres”. Nessa compulsória liberdade, de que fala o filósofo, a escolha entre o que é “do bem” e o que é “do mal” é uma questão sempre viva, que merece ser analisada e enfrentada em suas particulares manifestações históricas. Se assim não for, estará garantido um espaço cada vez maior

para a
ação dos fundamentalistas de todo tipo.

(Cândido Otoniel de Almeida)

10474. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** Na argumentação com a qual o autor desenvolve o tema central do texto, há a preocupação constante de

(A) acusar a maleabilidade dos princípios jurídicos, da qual decorrem indesejáveis ambiguidades na interpretação das leis.
(B) defender a necessidade de paradigmas éticos e morais que desprezem diferenças culturais e políticas entre os povos.
(C) condenar a estratificação dos princípios éticos, que se devem estabelecer no dinamismo que é próprio da história e da análise crítica.
(D) relativizar a importância dos valores éticos e morais, uma vez que não é dada ao homem a faculdade de adotá-los livremente.
(E) suprimir a diferença entre o que é o bem e o mal, em vista da impossibilidade de fixação de valores éticos e morais permanentes.

RESPOSTA O termo *"estratificação"* significa, no contexto, *"paralisia"*. É o que o autor condena: não se podem considerar imutáveis os princípios éticos (o *"bem"* e o *"mal"*), pois a história humana tem por característica básica o dinamismo – *as constituições mudam, os costumes mudam, enfim, não há padrões éticos estáticos atemporais. Alternativa C.*

10475. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** Considere as seguintes afirmações:

I . *A referência a um chefe de poderosa nação (2º parágrafo) abre a demonstração de que há ideologias absolutistas e intolerantes que se sustentam pela força.*
II. *Julgamento (...) em preto e branco (1º parágrafo) e divisão tosca (2º parágrafo) são expressões que ajudam a esclarecer o sentido de norteamento (...) inflexível (3º parágrafo).*
III. *A frase "estamos condenados a ser livres" (3º parágrafo) instiga o autor do texto a justificar a posição dos fundamentalistas de todo tipo (3º parágrafo).*

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.
(B) I e II, somente.
(C) I e III, somente.
(D) II e III, somente.
(E) II, somente.

RESPOSTA I. Verdadeira – É feita uma referência indireta à administração Bush. Por meio dessa referência, criticam-se governos que, de forma unilateral e autoritária, classificam regimes como *"do bem"* ou *"do mal"*. II. Verdadeira – O *"norteamento inflexível"* diz respeito a um direcionamento intransigente de certos julgamentos, que dividem, de forma rudimentar e grosseira *("preto e branco" e "tosca")*, o mundo entre *"bem"* e *"mal"*. III. Falsa – O autor, ao enfatizar a necessidade por liberdade, desqualifica os fundamentalistas, que se comportam de forma intransigente e atemporal. *Alternativa B.*

10476. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** *É quando a ética sai de cena, para dar lugar à barbárie.*

Na frase acima, a sequência das ações *sai de cena* e *dar lugar* estabelece uma relação

(A) de justaposição de fatos independentes.
(B) entre uma hipótese e um fato que a confirma.

(C) de simultaneidade entre duas ocorrências interdependentes.
(D) de causalidade entre valores antagônicos.
(E) de alternância entre duas situações semelhantes.

RESPOSTA Nota-se uma relação de causalidade: *a ética sai de cena,* ***porque*** *necessita dar lugar à barbárie*. Ética e barbárie estão em campos semânticos distintos (antagônicos). *Alternativa D.*

10477. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** Considerando-se o contexto do primeiro parágrafo, traduz-se corretamente o sentido de uma frase ou expressão em:

(A) *essa oposição rudimentar* = esse grosseiro maniqueísmo.
(B) *tal busca de discernimento* = essa tentativa de relativização.
(C) *em princípio é legítima* = inicialmente é irredutível.
(D) *paralisia dos valores estratificados* = imobilização dos atributos improvisados.
(E) *provoca os filósofos* = dissimula-se entre os pensadores.

RESPOSTA (A) Certa – O termo maniqueísmo está associado à tendência de se dividir qualquer questão entre o bem e o mal, o certo e o errado, o pró e o contra. Traduz, dessa forma, a ideia original de oposição. Da mesma forma, "grosseiro" traduz perfeitamente a ideia de "rudimentar". (B) Errada – O termo *"discernimento"* significa *"juízo"*. Já *"relativização"* significa *"atenuação"*. (C) Errada – O termo *"irredutível"* significa *"imutável", "intolerante"*, chocando-se, assim, com o sentido de *"legítima"*. (D) Errada – O termo *"estratificados"* significa *"paralisados", "imutáveis"*, chocando-se, assim, com o sentido de *"improvisados"*. (E) Errada – O termo *"dissimular"* significa *"fingir"*, chocando-se, assim, com o sentido de *"provocar" (estimular)*. *Alternativa A.*

10478. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** Considere a seguinte frase: *A busca de distinção entre o que é "do bem" e o que é "do mal" traz consigo um dilema (...).*

O verbo **trazer** deverá flexionar-se numa forma do **plural** caso se substitua o elemento sublinhado por

(A) O fato de quase todas as pessoas oscilarem entre o bem e o mal (...).
(B) A dificuldade de eles distinguirem entre as boas e as más ações (...).
(C) Muitas pessoas sabem que tal alternativa, nas diferentes situações, (...).
(D) Essa divisão entre o bem e o mal, à medida que se acentua nos indivíduos, (...).
(E) As oscilações que todo indivíduo experimenta entre o bem e o mal (...).

RESPOSTA (A) Incorreta – O verbo "trazer" concorda com o núcleo do sujeito "fato". (B) Incorreta – O verbo "trazer" concorda com o núcleo do sujeito "dificuldade". (C) Incorreta – O verbo "trazer" concorda com o núcleo do sujeito "alternativa". (D) Incorreta – O verbo "trazer" concorda com o núcleo do sujeito "divisão". (E) Correta – O verbo "trazer" concorda com o núcleo do sujeito "oscilações". *Alternativa E.*

10479. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** *A escolha do critério de julgamento é sempre crítica e sofrida, quando responsável; dispensando-se, porém, a responsabilidade dessa escolha, restará a terrível fatalidade dos dogmas.*

Mantêm-se o sentido e a correção da frase caso se substitua

(A) *dispensando-se, porém* por *dispensarem-se, ademais.*
(B) *dispensando-se, porém* por *uma vez dispensado, no entanto.*
(C) *quando responsável* por *desde que responsável.*
(D) *quando responsável* por *posto que responsável.*
(E) *quando responsável* por *conquanto seja responsável.*

RESPOSTA (A) Incorreta – A forma verbal "dispensarem-se" não concordaria com o núcleo do sujeito "responsabilidade". Além disso, "ademais" teria valor aditivo, diferentemente de "porém", de valor adversativo. (B) Incorreta – A forma nominal "dispensado" não concordaria com o substantivo "responsabilidade". O correto seria "dispensada". (C) Correta. (D) Incorreta – A

locução conjuntiva "posto que" tem valor semântico concessivo, e não adversativo, equivalendo a "embora". (E) Incorreta – A conjunção "conquanto" tem valor semântico concessivo, e não adversativo. *Alternativa C.*

10480. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) *Nessa compulsória liberdade, de que fala o filósofo* (...).

Numa nova redação da frase acima, mantém-se corretamente a expressão sublinhada caso se substitua *fala o filósofo* por

(A) se refere o filósofo.
(B) cuida o filósofo.
(C) investiga o filósofo.
(D) aflige o filósofo.
(E) disserta o filósofo.

RESPOSTA (A) Incorreta – O correto seria: *Nessa compulsória liberdade,* ***a*** *que* ***se refere*** *o filósofo (...).* (B) Correta. (C) Incorreta – O correto seria: *Nessa compulsória liberdade, que* ***investiga*** *o filósofo (...).* (D) Incorreta – O correto seria: *Nessa compulsória liberdade, que* ***aflige*** *o filósofo (...).* (E) Incorreta – O correto seria: *Nessa compulsória liberdade,* ***sobre a qual disserta*** *o filósofo (...). Alternativa B.*

10481. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) Na transposição de uma voz verbal para outra, ocorre uma **impropriedade** no seguinte caso:

(A) *a necessidade que temos de estabelecer algum juízo de valor* = a necessidade que temos de que houvesse sido estabelecido algum juízo de valor.
(B) *passa a classificar países inteiros* = países inteiros passam a ser classificados.
(C) *segundo o critério da religião que este professa* = segundo o critério da religião que por este é professada.
(D) *que constituiriam o "eixo do bem"* = o "eixo do bem" que seria constituído.
(E) *comprometemos de vez a dinâmica* = a dinâmica é por nós de vez comprometida.

RESPOSTA O correto seria: *a necessidade que temos de estabelecer algum juízo de valor* = a necessidade que temos de **ser estabelecido** algum juízo de valor. A voz passiva analítica é formada da seguinte maneira:

O verbo auxiliar SER é conjugado da mesma forma que o verbo principal na voz ativa.

O verbo principal é flexionado no particípio.

Alternativa A.

10482. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) Alterando-se a pontuação de um segmento do texto, ela permanecerá defensável e coerente, considerado o contexto, em:

(A) *A busca de distinção, entre o que é "do bem", e o que é "do mal", traz consigo, um dilema.*
(B) *Não, não, são crianças comentando um filme de mocinho e bandido, são frases – de adultos, reiteradas a propósito, das mais diferentes pessoas.*
(C) *A escolha do critério de julgamento, é, sempre, crítica e sofrida quando responsável.*
(D) *Tal busca de discernimento é antiga e, em princípio, é legítima.*
(E) *Interesses estratégicos e econômicos são assim mascarados, pela suposta preservação, de princípios da civilização.*

RESPOSTA (A) Incorreta – Em "*A busca de distinção, entre o que é "do bem", e o que é "do mal", traz consigo, um dilema.*", a primeira vírgula separa nome e complemento, o que é reprovável; a segunda vírgula separa dois termos aditivos, o que é dispensável; a terceira vírgula separa sujeito e predicado, o que é reprovável; a quarta vírgula separa verbo e complemento verbal, o que é reprovável. (B) Incorreta – Em *"Não, não, são crianças comentando um filme de mocinho e bandido, são frases – de adultos, reiteradas a propósito, das mais diferentes pessoas."*, a segunda vírgula altera o sentido da frase original; o

travessão separa nome e adjunto adnominal, o que é reprovável; a quarta vírgula separa nome e complemento nominal, o que é reprovável. (C) Incorreta – Em "*A escolha do critério de julgamento, é, sempre, crítica e sofrida quando responsável*", a primeira vírgula separa sujeito e verbo, o que é reprovável. (D) Correta. (E) Incorreta – Em "*Interesses estratégicos e econômicos são assim mascarados, pela suposta preservação, de princípios da civilização*", as duas vírgulas mudam o sentido da frase original.

10483. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** *O perigo está em que o movimento de busca cesse e dê lugar à paralisia dos valores estratificados.*

Alterando-se os tempos dos verbos da frase acima, a articulação entre suas novas formas estará correta em:

(A) O perigo estava em que o movimento da busca cessava e desse lugar à paralisia dos valores estratificados.

(B) O perigo estará em que o movimento de busca cessasse e tivesse dado lugar à paralisia dos valores estratificados.

(C) O perigo estaria em que o movimento da busca cessar e dar lugar à paralisia dos valores estratificados.

(D) O perigo estava em que o movimento da busca cessou e dera lugar à paralisia dos valores estratificados.

(E) O perigo estaria em que o movimento da busca cessasse e desse lugar à paralisia dos valores estratificados.

RESPOSTA A correlação de tempos verbais mais adequada para a construção frasal em questão seria entre o **futuro do pretérito do indicativo** (*estaria*) e o **pretérito imperfeito do subjuntivo** (*cessasse* e *desse*).

(A) e (D) A melhor redação seria: *O perigo **estava** em que o movimento da busca **cessasse** e **desse** lugar à paralisia dos valores estratificados*. (B) A melhor redação seria: *O perigo **estará** em que o movimento de busca **cesse** e **dê** lugar à paralisia dos valores estratificados.* (C) A melhor redação seria: *O perigo **estaria** em que o movimento da busca **cessasse** e **desse** lugar à paralisia dos valores estratificados* (igual à redação da letra E). *Alternativa E.*

O fiscal e o menino

Já pelos meus dez anos ocupava eu um posto na Secretaria da Fazenda. A ocupação era informal, não implicava proventos ou tempo para a aposentadoria, mas o serviço era regular: acompanhava meu pai, que era fiscal de rendas, em suas visitas rotineiras aos comerciantes da cidade. Cada passada dele exigia duas das minhas, e eu ainda fazia questão de carregar sua pasta, pesada de processos. Tanto esforço tinha suas compensações: nos bares ou padarias, o proprietário lembrava-se de me agradar com doce, salgado ou refrigerante – o que configurava, como se vê, uma espécie de pacto entre interesseiros. Outra compensação encontrava eu em desfrutar, ainda que vagamente, da sombra da autoridade que emana de um fiscal de rendas. Para fazer justiça: autoridade mesmo meu pai só mostrava diante desses grandes proprietários arrogantes, que se julgam acima do bem, do mal e do fisco. E ai de quem se atrevesse a sugerir um "arranjo", por conta da sonegação evidente...

Gostava daquele fiscal. Duro no trato com os filhos e com a mulher, intempestivo e por vezes injusto ao julgar os outros, revelava-se um coração mole diante de um comerciante pobre e em débito com o governo. Nessas situações, condescendia no prazo de regularização do imposto e instruía o pobre-diabo acerca da melhor maneira de proceder. Ao dono de um botequim da zona rural – homem viúvo, carregado de filhos pequenos, em situação quase falimentar – ajudou com dinheiro do próprio bolso, para a quitação da dívida fiscal.

Meu estágio em tal ocupação também aumentou meu vocabulário: conheci palavras como **sisa**, **sonegação, guarda-livros, estampilha, mora** e outras tantas. A intimidade com esses termos não implicava que lhes conhecesse o sentido; na verdade, muitos deles continuam obscuros para mim

até hoje. De qualquer modo, não posso dizer que nunca me interessou a profissão de fiscal de rendas.

(Júlio Pietrobon das Neves)

10484. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** Dado o contexto, é correto afirmar que, na frase

(A) *o serviço era regular* (1º parágrafo), há o mesmo grau de fantasia que na frase *ocupava eu um posto na Secretaria da Fazenda.*

(B) *Tanto esforço tinha suas compensações* (1º parágrafo), o termo *esforço* já anuncia as duras atividades do menino, discriminadas a seguir.

(C) *Outra compensação encontrava eu* (...) (1º parágrafo), o elemento sublinhado indica uma alternativa que exclui a compensação já mencionada.

(D) *Gostava daquele fiscal* (2º parágrafo), o emprego do pronome acentua a distância que o tempo imprimiu entre o narrador e seu pai.

(E) *Não posso dizer que nunca me interessou a profissão de fiscal de rendas*, a dupla negativa tem o efeito de intensificação do interesse negado.

RESPOSTA (A) Incorreta – Não se pode dizer que há o mesmo grau de fantasia. Em “o serviço era regular”, há até um traço de realidade, uma vez que o menino acompanhava rotineiramente seu pai no serviço e tinha o trabalho de carregar pastas cheias de processos. Não era de fato uma profissão, mas era uma espécie de tarefa rotineira. (B) Incorreta – Não se pode dizer que eram duras as atividades do garoto, uma vez que ele desfrutava de alguns benefícios, como os lanches pagos pelo pai nos bares e restaurantes e a sensação de segurança por acompanhar uma autoridade em serviço. (C) Incorreta – O pronome “outra” não tem caráter excludente, e sim aditivo. (D) Correta – O uso do pronome “daquele” revela um certo distanciamento entre pai e filho, uma vez que o pronome demonstrativo “aquele” se refere a elementos distantes espacial e/ou temporalmente do enunciador. (E) Incorreta – Não há na dupla negação a intensificação do interesse negado. Há sim a intensificação do interesse (o garoto de fato já mostrara interesse pela carreira de fiscal de rendas). Negar duas vezes resulta numa afirmação mais enfática. *Alternativa D.*

10485. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** As seguintes expressões do texto mantêm entre si uma relação marcada por oposição de sentido:

(A) *ocupação informal* e *não implicava proventos.*

(B) *um coração mole* e *condescendia no prazo.*

(C) *intimidade com esses termos* e *continuam obscuros.*

(D) *Duro no trato* e *intempestivo por vezes.*

(E) *pobre-diabo* e *situação falimentar.*

RESPOSTA Embora o garoto tivesse intimidade com os termos empregados pelo pai (sisa, mora, estampilha, etc.), ainda desconhecia o preciso significado de alguns deles. Temos, portanto, uma relação de oposição entre as duas ideias. *Alternativa C.*

10486. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:

(A) Essa pequena crônica é reveladora do modo que guardamos as imagens mais intensas da infância, de cujos encantos continuam a nos fascinar pelo tempo a fora, sobretudo quando se tratam de relações familiares.

(B) Relatos como este vão de encontro à tese de que não se perdem em nossas memórias aquilo que realmente nos marcou, confirmando-se assim o poder seletivo demonstrado pelas mais fortes lembranças.

(C) Uma das artimanhas da memória aqui se confirmam por que somos capazes de guardar palavras e detalhes reveladores dos tempos da infância, onde nem suspeitávamos de quão importantes viriam a ser os mais simples elementos.

(D) Ao deter lembranças de seu pai e dele mesmo, o narrador enfatisa nos traços em que melhor se definia ele, sem forçar qualquer idealização, uma vez que chega a salientar no pai seus traços mais duros, de pouca animosidade.

(E) Fica flagrante a admiração do menino pelo pai, conservada no tempo, capaz de estimular uma crônica cujo sentimento básico é o de um antigo companheirismo, materializado numa rotina de trabalho.

RESPOSTA (A) Incorreta – O correto seria: *"Essa pequena crônica é reveladora do modo* ***como*** *guardamos as imagens mais intensas da infância, de cujos encantos continuam a nos fascinar pelo tempo* ***afora****, sobretudo quando se* ***trata*** *de relações familiares.*". (B) Incorreta – O correto seria: "*Relatos como este vão* **ao encontro da** *tese de que não se* ***perde*** *em nossas memórias aquilo que realmente nos marcou, confirmando-se, assim, o poder seletivo demonstrado pelas mais fortes lembranças.*". (C) Incorreta – O correto seria: *"Uma das artimanhas da memória aqui se* ***confirma, porque*** *somos capazes de guardar palavras e detalhes reveladores dos tempos da infância,* ***quando*** *nem suspeitávamos de quão importantes viriam a ser os mais simples elementos.*". (D) Incorreta – O correto seria: "*Ao deter lembranças de seu pai e dele mesmo, o narrador* ***enfatiza*** *nos traços em que melhor* <u>*ele se definia*</u>*, sem forçar qualquer idealização, uma vez que chega a salientar no pai seus traços mais duros, de pouca animosidade*.". (E) Correta. *Alternativa E.*

10487. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** *Outra compensação encontrava eu em* <u>*desfrutar*</u>*, ainda que vagamente, da sombra da autoridade que* <u>*emana*</u> *de um fiscal de rendas.*

Todas as palavras da frase acima poderão permanecer rigorosamente as mesmas caso as formas verbais sublinhadas sejam substituídas por, respectivamente,

(A) incorporar e projeta.

(B) usufruir e provém.

(C) beneficiar e instila.

(D) comprazer-me e esparge.

(E) deleitar-me e se associa.

RESPOSTA As formas verbais que mantém a mesma significação e regência são respectivamente "usufruir" e "provém". A título de conhecimento, "instilar" significa "persuadir, convencer"; "comprazer-se" significa "achar prazeroso"; "espargir" significa "difundir"; "deleitar-me" significa "usufruir". *Alternativa B.*

10488. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** Uma outra redação correta do que se afirma na frase *Cada passada dele exigia duas das minhas* é:

(A) Duas das minhas passadas exigia cada uma das dele.

(B) Exigiam-se duas das minhas passadas cada uma das dele.

(C) Era exigido, a cada passada dele, duas das minhas.

(D) Duas passadas minhas exigiam cada uma das dele.

(E) A cada passada dele exigia-se duas das minhas.

RESPOSTA Observe que, na frase original, "cada passada dele" é o sujeito. Deste modo, se a frase for reescrita, também na voz ativa, tal sujeito deve ser mantido. Se a frase for reescrita na voz passiva, então o termo "duas das minhas (passadas)", que era objeto direto, passa a ser o sujeito.

(A) Correta – O sujeito aparece depois do predicado, e o verbo concorda com o sujeito: Duas das minhas passadas (predicado) exigia cada uma das dele (sujeito). Observe que o sujeito não pode ser "duas das minhas passadas", pois, para tanto, o verbo deveria estar no plural. (B) Incorreta – Em vez de "exigiam-se", o correto seria "exigia", para que houvesse a concordância com o sujeito "cada uma das dele". (C) Incorreta – Em vez de "era exigido", o correto seria "eram exigidas", para que houvesse a concordância com o sujeito "duas das minhas". (D) Incorreta – Ocorre mudança do sentido original (pois agora as passadas

minhas é que fazem a exigência). (E) Em vez de "exigia-se", o correto seria "exigiam-se", para que houvesse a concordância com o sujeito "duas das minhas". *Alternativa A*.

O século XX: vista aérea

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no final do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. Em 1989 todos os governos do mundo, e particularmente todos os ministérios do Exterior do mundo, ter-se-iam beneficiado de um seminário sobre os acordos de paz firmados após as duas guerras mundiais, que a maioria deles aparentemente havia esquecido.

(Eric Hobsbawm, *Era dos extremos* – o breve século XX. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 13).

10489. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** Considere as seguintes afirmações:

I. *O pensamento do autor vai ao encontro do que afirma a seguinte frase, relativamente popularizada: Estamos condenados a repetir os erros da História que foi esquecida.*

II. *Entre as funções essenciais de um historiador, destaca-se a de compreender rigorosamente em si mesmos os valores históricos e sociais de seu próprio presente.*

III. *A referência aos acordos de paz firmados depois das duas guerras mundiais vem a propósito da importância que eles deveriam conservar em todas as resoluções de política externa, em nível global.*

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) I, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

RESPOSTA I. Verdadeira. O exemplo dos ministérios do Exterior, que aparentemente se esqueceram dos tratados de paz firmados no pós-guerra, ilustra essa afirmação. II. Falsa. O texto afirma literalmente que a função dos historiadores é lembrar o que os outros esquecem. III. Verdadeira. O texto afirma que um seminário que tivesse discutido esses acordos poderia beneficiar muitos países. *Alternativa D.*

10490. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC)** Depreende-se da leitura do texto que, se fossem *simples cronistas, memorialistas e compiladores*, os historiadores, no final do segundo milênio,

(A) estariam restritos à tarefa de estabelecer uma *relação orgânica com o passado público* de sua época.
(B) se limitariam a recompor os *mecanismos sociais que vinculam* as experiências de seu tempo às das gerações passadas.
(C) não estariam comprometidos com o esclarecimento da *nossa relação orgânica com o passado público* que foi esquecido.

(D) não saberiam arrolar os fatos mais remotos de um passado, em vista da perda de sua *relação orgânica* com esses fatos.

(E) ficariam restritos a tarefas acadêmicas, como os seminários, insuficientes para avivar os *mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas.*

RESPOSTA Sendo simples cronistas, memorialistas ou compiladores, os historiadores estariam apenas relatando fatos do passado, sem relacioná-los com o presente. *Alternativa C.*

10491. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) *Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio.*

Considerando-se o contexto, não haverá prejuízo para a correção e o sentido da frase acima se se substituir

(A) *cujo ofício é lembrar o que outros esquecem* por *a quem cabe resgatar o que é esquecido.*

(B) *Por isso* por *pela razão que se exporá.*

(C) *tornam-se mais importantes que nunca* por *mais do que nunca fazem-se de importantes.*

(D) *cujo ofício é lembrar o que outros esquecem* por *aos quais cabem resguardar o que foi esquecido.*

(E) *tornam-se mais importantes do que nunca* por *nunca se tornaram mais importantes.*

RESPOSTA (A) Correta. (B) Incorreta – "Por isso" faz uma remissão anafórica, enquanto "pela razão que se exporá" faz uma remissão catafórica. (C) Incorreta – Há uma mudança de sentido, pois ''fazem-se de importantes" passa a ideia de juízo próprio, que conflita com a ideia original. (D) Incorreta – O verbo adequado seria "resgatar", e não "resguardar". (E) Incorreta – Ocorre completa mudança de sentido, pois se afirma que os historiadores não conseguiram ser mais importantes do que são. *Alternativa A.*

10492. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) **Ambos** os verbos indicados entre parênteses deverão flexionar-se numa forma do **plural** para preencherem corretamente as lacunas da frase:

(A) ...... (ser) de se lamentar que aos jovens de hoje ...... (restar) viver o tempo como uma espécie de presente contínuo, sem qualquer conexão com o passado.

(B) Ao historiador ...... (dever) sensibilizar as omissões de toda e qualquer experiência que ...... (sofrer) nossos antepassados.

(C) ...... (aprazer) aos governantes fazer esquecer o que não lhes ...... (interessar) lembrar, para melhor se valerem da falta de memória histórica.

(D) ...... (avultar), aos olhos dos próprios historiadores contemporâneos, a figura de Eric Hobsbawm como um dos intérpretes que melhor ...... (compreender) o século XIX.

(E) Não ...... (competir) aos historiadores exercer a mera função de arquivistas públicos; mais que isso, ...-se (esperar) deles uma compreensão participativa da história.

RESPOSTA (A) Incorreta – A redação correta seria: "**É** de se lamentar que aos jovens de hoje **reste** viver o tempo como uma espécie de presente contínuo, sem qualquer conexão com o passado.". (B) Correta – "Ao historiador **devem** sensibilizar as omissões de toda e qualquer experiência que **sofrem** nossos antepassados.". (C) Incorreta – A redação correta seria: "**Apraz** aos governantes fazer esquecer o que não lhes **interessa** lembrar, para melhor se valerem da falta de memória histórica.". (D) Incorreta – A redação correta seria: "**Avulta**, aos olhos dos próprios historiadores contemporâneos, a figura de Eric Hobsbawm como um dos intérpretes que melhor **compreendeu** o século XIX.". (E) Incorreta – A redação correta seria: "Não **compete** aos historiadores exercer a mera função de arquivistas públicos; mais que isso, **espera**-se deles uma compreensão participativa da história.". *Alternativa B.*

10493. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2006 – FCC) Considere as seguintes

frases:

I. *O autor lamenta a situação dos jovens de hoje, que vivem o tempo como uma espécie de presente contínuo.*

II. *Ao final do século XIX, ocorreu o esquecimento dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas.*

III. *Preservemos a memória do passado, cujas experiências encerram lições ainda vivas.*

A eliminação da vírgula acarretará alteração de sentido APENAS para o que está em

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) I e II.

(E) I e III.

RESPOSTA Se ausentarmos as vírgulas das frases **I** e **III**, transformaremos orações adjetivas explicativas (“*que vivem o tempo como uma espécie de presente contínuo” e “cujas experiências encerram lições ainda vivas*”) em restritivas. Assim, em **I**, estaríamos falando não acerca dos jovens em geral, mas de alguns; em **III**, estaríamos falando não acerca do passado de forma geral, mas de um passado específico. Em **II**, a ausência da vírgula diante do adjunto adverbial deslocado (“*Ao final do século XIX*”) não alteraria o sentido. *Alternativa E.*

[1]Esgotado por sucessivas batalhas, convencido da inutilidade de seguir lutando e tendo decidido ser preferível capitular a perder não só a liberdade como a vida, no verão de 1520 o rei asteca Montezuma, prisioneiro dos espanhóis, concordou em entregar a Hernán Cortés o vasto tesouro que seu pai, Axayáctl, reunira com tanto esforço, e em jurar lealdade ao rei da Espanha, aquele monarca distante e invisível cujo

[5]poder Cortés representava. Comentando a cerimônia, o cronista espanhol Fernando de Oviedo relata que Montezuma chorou o tempo todo, e, apontando a diferença entre o encargo que é aceito voluntariamente por uma pessoa livre e o que é pesarosamente executado por alguém acorrentado, Oviedo cita o poeta romano Marcus Varro, “O que é entregue à força não é serviço, mas espoliação”.

Segundo todos os testemunhos, o tesouro real asteca era magnífico e ao ser reunido diante dos espanhóis

[10]formou três grandes pilhas de ouro compostas, em grande parte, de utensílios requintados, que sugeriam sofisticadas cerimônias sociais: colares intrincados, braceletes, cetros e leques decorados com penas multicoloridas, pedras preciosas, pérolas, pássaros e flores cuidadosamente cinzelados. Essas peças, segundo o próprio Cortés, “além de seu valor, eram tais e tão maravilhosas, que, consideradas por sua novidade e estranheza, não tinham preço, nem é de acreditar que algum entre todos os Príncipes do Mundo de que

[15]se tem notícia pudesse tê-las tais, e de tal qualidade”.

Montezuma pretendia que o tesouro fosse um tributo de sua corte ao rei espanhol. Mas os soldados de Cortés exigiram que o tesouro fosse tratado como butim e que cada um deles recebesse uma parte do ouro. Feita a partilha entre o rei da Espanha, o próprio Cortés e tantos outros envolvidos, chegava-se a cem pesos

para cada soldado raso, uma soma tão insignificante diante de suas expectativas que, no fim, muitos se

[20]recusaram a aceitá-la.

Cedendo à vontade de seus homens, Cortés ordenou aos afamados ourives de Azcapotzalco que convertessem

os preciosos objetos de Montezuma em lingotes, em que se estamparam as armas reais. Os ourives levaram três

dias para realizar a tarefa. Hoje, os visitantes do Museu do Ouro de Santa Fé de Bogotá podem ler, gravados na

pedra sobre a porta, os seguintes versos, dirigidos por um poeta asteca aos conquistadores espanhóis:

[25]"Maravilho-me de vossa cegueira e loucura, que desfazeis as joias bem lavradas para fazer delas vigotes".

(Adaptado de Alberto Manguel, *À mesa com o Chapeleiro Maluco:* ensaios sobre corvos e escrivaninhas. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 21-22).

10494. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** No texto o autor

(A) atribui à diferença de cultura a capitulação de Montezuma ao soberano espanhol, figura de contornos fantasmagóricos ao olhar do rei asteca.

(B) evidencia que homens que se dedicam às armas, como o poderoso Cortés, por força do próprio ofício, não manifestam sensibilidade para as formas artísticas.

(C) disserta sobre a apreciação da matéria-prima de tesouros em distintas sociedades, circunscrevendo seus comentários ao século XVI.

(D) relata e comenta um episódio histórico que torna clara a ideia de que produções culturais e ações humanas não têm valor absoluto.

(E) toma o caráter mercenário do colonizador como causa do seu olhar apurado, responsável, em última instância, pela sofisticação dos artífices em metais preciosos.

RESPOSTA (A) Incorreta – O motivo da capitação, como o texto bem cita, foi o esgotamento resultado de inúmeras batalhas. (B) Incorreta – O próprio Cortés manifesta admiração pelo tesouro asteca, considerando-o difícil até de precificar. Não está, assim, imune à sensibilidade para julgar as formas artísticas. (C) Incorreta – O foco do texto está centrado no magnífico tesouro asteca. O texto é mais narrativo do que dissertativo. (D) Correta – O magnífico tesouro asteca foi transformado em meros lingotes de ouro. A declaração citada ao final do texto deixa claro como é relativo o valor que se pode dar a uma obra artística. (E) Incorreta – O autor transparece no texto, principalmente no final, sua reprovação ao ato do colonizador de converter o tesouro asteca em lingotes. *Alternativa D.*

10495. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** *"**Esgotado por sucessivas batalhas, convencido da inutilidade de seguir lutando e tendo decidido ser preferível capitular a perder não só a liberdade como a vida**, no verão de 1520 o rei asteca Montezuma, prisioneiro dos espanhóis, concordou em entregar a Hernán Cortés o vasto tesouro que seu pai, Axayáctl, reunira com tanto esforço, e em jurar lealdade ao rei da Espanha, aquele monarca distante e invisível cujo poder Cortés representava."*

Sobre o fragmento acima, em seu contexto, é correto afirmar:

(A) As orações iniciais (linhas em destaque da transcrição acima) constituem sequência que vai do acontecimento mais determinante para o menos determinante da ação de "concordar".

(B) *não só* e *como* introduzem os complementos verbais exigidos por *ser preferível*.

(C) As formas verbais *tendo decidido* e *concordou* expressam ações concomitantes.

(D) Em perder não <u>só</u> *a liberdade*, o elemento destacado tem o mesmo valor e função dos notados na frase "Estava só, mas bastante tranquilo".

(E) Em *tanto esforço*, está expresso um juízo de valor.

RESPOSTA (A) Incorreta – A sequência de orações está em uma gradação crescente, ou seja, parte do fato menos determinante para o mais. (B) Incorreta – Os termos "não só" e "como" introduzem complementos do verbo perder. (C) Incorreta – A ação "tendo decidido" é anterior à ação "concordou". (D) Incorreta – O termo "só", no texto, é advérbio e significa "apenas"; já na frase, "só" é adjetivo e significa "sozinho". (E) Correta. *Alternativa E.*

10496. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** No contexto do primeiro parágrafo, é aceitável – por resguardar o sentido original – a substituição de

(A) *Comentando* (linha 5) por "Mesmo ao comentar".

(B) *o tempo todo* (linha 6) por "intermitentemente".

(C) *voluntariamente* (linha 6) por "obstinadamente".

(D) *o* por "aquilo" (linha 7).

(E) *acorrentado* por "subjugado" (linha 7).

RESPOSTA (A) Incorreta – A adição do termo "mesmo" confere valor concessivo, enquanto o valor original é temporal. (B) Incorreta – As expressões "o tempo todo" e "intermitentes" traduzem ideias antônimas. (C) Incorreta – "Voluntariamente" transmite uma ideia de espontaneidade, enquanto que "obstinadamente" transmite uma ideia de persistência. (D) Incorreta – No texto, "o" é artigo e define o substantivo elíptico "encargo". (E) Correta. *Alternativa E.*

10497. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** No início do parágrafo 2, o segmento que corresponde a uma circunstância de tempo é

(A) *Segundo todos os testemunhos.*

(B) *o tesouro real asteca era magnífico.*

(C) *ao ser reunido diante dos espanhóis.*

(D) *formou três grandes pilhas de ouro.*

(E) *que sugeriam sofisticadas cerimônias sociais.*

RESPOSTA O trecho "*Segundo todos os testemunhos.*" tem valor de conformidade, concordância; "*o tesouro real asteca era magnífico*" é oração principal; "*formou três grandes pilhas de ouro*" é oração principal; "*que sugeriam sofisticadas cerimônias sociais*" tem valor adjetivo. Já "*ao ser reunido diante dos espanhóis*" tem valor temporal e pode ser reescrito assim: "*quando foram reunidos diante dos espanhóis*". *Alternativa C.*

10498. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** Afirma-se com correção que, no segundo parágrafo do texto,

(A) houve um deslize com relação ao padrão culto escrito – *os testemunhos* (linha 9) –, pois "testemunha" é palavra usada somente no feminino.

(B) houve deslize com relação ao padrão culto escrito – *formou* (linha 10) –, pois a única forma aceita como correta é "formaram-se".

(C) os dois-pontos (linha 11) introduzem citação direta do depoimento de uma testemunha.

(D) a determinação de *Príncipes – algum entre todos os Príncipes do Mundo de que se tem notícia* (linhas 14 e 15) – inclui uma condição restritiva.

(E) o pronome as (tê-las – linha 15) remete a *tão maravilhosas*.

RESPOSTA (A) Incorreta – O termo "testemunhos" é empregado no sentido de "relatos", "depoimentos". (B) Incorreta – A concordância correta é no singular ("formou"), para que haja a concordância com o núcleo do sujeito "tesouro". (C) Incorreta – Os dois-pontos antecedem uma enumeração. (D) Correta – O artigo definido faz referência a um grupo específico de príncipes. (E) Incorreta – O pronome "as" refere-se a "peças". *Alternativa D.*

10499. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** Pode-se entender corretamente como expressão de <u>causa</u> a seguinte passagem, em seu contexto:

(A) *Montezuma pretendia que o tesouro fosse um tributo de sua corte ao rei espanhol* (linha 16).
(B) *chegava-se a cem pesos para cada soldado raso* (linhas 18 e 19).
(C) *no fim, muitos se recusaram a aceitá-la* (linhas 19 e 20).
(D) *Cedendo à vontade de seus homens* (linha 21).
(E) *dirigidos por um poeta asteca aos conquistadores espanhóis* (linha 24).

RESPOSTA Redigindo de outra forma o trecho, teríamos: *"Cortés ordenou aos afamados ourives de Azcapotzalco que convertessem os preciosos objetos de Montezuma em lingotes, **<u>porque</u> cedeu às vontades de seus homens...**". Alternativa D.*

10500. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** Está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:

(A) *que o tesouro fosse tratado como butim* / que o tesouro fosse considerado pilhagem.
(B) *sugeriam sofisticadas cerimônias sociais* / convidavam a comemorações da alta sociedade.
(C) *pássaros e flores cuidadosamente cinzelados* / pássaros e flores soberbamente adornados.
(D) *tendo decidido ser preferível capitular* / tendo optado por fazer conchavo.
(E) *soma tão insignificante diante de suas expectativas* / quantia irrisória considerada a carência dos espanhóis.

RESPOSTA (A) Correta – O termo "butim" faz referência ao conjunto de bens tomados do inimigo ou ao produto de roubo (pilhagem). (B) Incorreta – Quando se afirma que se tratava de sofisticadas cerimônias sociais, significa dizer que tais cerimônias eram bem luxuosas, requintadas. (C) Incorreta – Quando se afirma que os pássaros e flores eram cuidadosamente cinzelados, significa que eles eram esculpidos com rigor, zelo, de forma apurada, diferente do que é sugerido pelo advérbio "soberbamente", que dá ideia de luxo. (D) Incorreta – O verbo "capitular" significa ceder, ser derrotado; já "fazer conchavo" significar no contexto "fazer acordo". (E) Incorreta – Quando se afirma que a soma era insignificante diante das expectativas, significa dizer que os espanhóis esperavam uma soma maior. Isso não quer dizer, porém, que se tratasse de algo irrisório tendo em vista suas necessidades. *Alternativa A.*

10501. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** *"Feita a partilha entre o rei da Espanha, o próprio Cortés e tantos outros envolvidos, chegava-se a cem pesos para cada soldado raso, uma soma tão insignificante diante de suas expectativas que, no fim, muitos se recusaram a aceitá-la."*

É afirmação correta sobre o fragmento acima:

(A) *muitos se recusaram a aceitá-la* expressa uma finalidade.
(B) a correlação instaurada por *tão* cumpre-se pela associação entre esse termo e *no fim.*
(C) *no fim* equivale a "finalmente", exprimindo que o desenlace da situação ocorreu exatamente como todos desejavam.
(D) *chegava-se a cem pesos para cada soldado raso* exprime consequência de condição anteriormente cumprida.
(E) a eliminação da primeira vírgula em que, *no fim, muitos se recusaram a aceitá-la* mantém a pontuação correta.

R ESPOSTA (A) Incorreta – Expressa uma consequência do fato de ser tão irrisória a quantia. (B) Incorreta – Existe uma correlação entre *tão* (advérbio intensificador) e *que* (conjunção subordinativa consecutiva). (C) Incorreta – Havia uma expectativa dos espanhóis de que a quantia fosse maior, o que resultou numa frustração. (D) Correta. (E) Incorreta – É necessário o emprego das duas vírgulas para isolar o adjunto adverbial deslocado da ordem direta. *Alternativa D.*

10502. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** *"Maravilho-me de vossa cegueira e loucura, que desfazeis as joias bem lavradas para fazer delas vigotes."*

Se o poeta asteca tivesse se dirigido a seus interlocutores, os conquistadores espanhóis, por meio de outro pronome, a correlação entre esse novo pronome e a forma verbal, respeitado o contexto, estaria totalmente adequada ao padrão culto escrito em:

(A) Maravilho-me de sua cegueira e loucura, que desfaz as joias...
(B) Maravilho-me da cegueira e loucura de vocês, que desfazeis as joias...
(C) Maravilho-me de tua cegueira e loucura, que desfaz as joias...
(D) Maravilho-me de sua cegueira e loucura, que desfazem as joias...
(E) Maravilho-me de sua cegueira e loucura, que desfazes as joias...

RESPOSTA O pronome relativo *"que"* retoma *"sua cegueira e loucura"*. Portanto, deve-se empregar a forma verbal na 3ª pessoa do plural *"desfazem"*, para que haja concordância com esse sujeito composto representado pelo *"que"*. O interlocutor, como se vê pelo uso do pronome possessivo *"sua"*, é tratado por *"você"*. *Alternativa D.*

10503. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** *... aquele monarca distante e invisível cujo poder Cortés representava.*

Considerado do ponto de vista estritamente gramatical, o segmento acima mantém a correção se a forma verbal *representava* for substituída por

(A) contestava.
(B) se curvava.
(C) desconfiava.
(D) fazia frente.
(E) se apoiava.

RESPOSTA (A) Correta – Embora haja mudança de sentido em relação ao contexto, o enunciado da questão frisa a análise **estritamente gramatical**. (B) Incorreta – O correto seria: *"... aquele monarca distante e invisível a cujo poder Cortés* ***se curvava****."*. (C) Incorreta – O correto seria: *"... aquele monarca distante e invisível* ***de*** *cujo poder Cortés* ***desconfiava****."*. (D) Incorreta – O correto seria: *"... aquele monarca distante e invisível* ***a*** *cujo poder Cortés* ***fazia frente****."*. (E) Incorreta – O correto seria: *"... aquele monarca distante e invisível* ***em*** *cujo poder Cortés* se apoiava.". *Alternativa A.*

A arrogância da interpretação *a posteriori*

[1]*A história não se repete, mas rima.*

Mark Twain

A história repete-se; essa é uma das coisas erradas da história.

Clarence Darrow

[5]A história tem sido definida como uma coisa depois da outra. Essa ideia pode ser considerada um alerta
contra duas tentações, mas eu, devidamente alertado, flertarei cautelosamente com ambas.
Primeiro, o historiador é tentado a vasculhar o passado à procura de padrões que se repetem; ou, pelo menos, como
diria Mark Twain, ele tende a buscar razão e rima em tudo. Esse apetite por padrões afronta quem acha que
a história não vai a lugar nenhum e não segue regras – "a história costuma ser um negócio aleatório,
[10]confuso", como também disse o próprio Mark Twain. A segunda tentação do historiador é a soberba do

presente: achar que o passado teve por objetivo o tempo atual, como se os personagens do enredo da história
não tivessem nada melhor a fazer da vida do que prenunciar-nos.
Sob nomes que não vêm ao caso para nós, essas são questões atualíssimas na história humana, e surgem mais
fortes e polêmicas na escala temporal mais longa da evolução. A história evolutiva pode ser representada como
15uma espécie depois da outra. Mas muitos biólogos hão de concordar comigo que se trata de uma ideia tacanha.
Quem olha a evolução dessa perspectiva deixa passar a maior parte do que é importante. A evolução rima, padrões se repetem. E não simplesmente por acaso. Isso ocorre por razões bem compreendidas, sobretudo razões darwinianas, pois a biologia, ao contrário da evolução humana ou mesmo da física, já tem a sua grande teoria unificada, aceita por todos os profissionais bem informados no ramo, embora em várias versões e
20interpretações. Ao escrever a história evolutiva, não me esquivo a buscar padrões e princípios, mas procuro
fazê-lo com cautela.
E quanto à segunda tentação, a presunção da interpretação *a posteriori*, a ideia de que o passado atua para produzir nosso presente específico? O falecido Stephen Jay Gould salientou, com acerto, que um ícone dominante da evolução na mitologia popular, uma caricatura quase tão ubíqua quanto a de lemingues
25atirando-se ao penhasco (aliás, outro mito falso), é a de uma fila de ancestrais simiescos a andar desajeitadamente, ascendendo na esteira da majestosa figura que os encabeça num andar ereto e vigoroso:
o *Homo sapiens sapiens* – o homem como a última palavra da evolução (e nesse contexto é sempre um
homem, e não uma mulher), o homem como o alvo de todo o empreendimento, o homem como um magneto,
atraindo a evolução do passado em direção à proeminência.

Obs. lemingues: designação comum a diversos pequenos roedores.

(Richard Dawkins, com a colaboração de Yan Wong, *A grande história da evolução:* na trilha dos nossos ancestrais. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 17-18).

10504. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC) Entende-se corretamente que, no texto, o autor

(A) parte de uma concepção bastante difundida e analisa meticulosamente as suas facetas, provando sua definitiva inaceitabilidade.

(B) declara sua disposição para enfrentar com estilo próprio práticas suscetíveis de serem tomadas como não recomendáveis.

(C) faz um alerta contra a aceitação de conceito ultrapassado sobre a história, responsável, inclusive, por alguns equívocos em sua própria atitude de estudioso.

(D) assume a posição de defensor intransigente da pesquisa feita sob critérios controversos, considerada perspectiva ímpar a garantir qualidade.

(E) repele veementemente o comportamento de pesquisadores que veem o passado como fonte de qualquer benefício para o avanço da ciência.

RESPOSTA As duas tentações citadas no texto – *a de o historiador buscar padrões de repetição no passado e a de ele achar que o passado teve por objetivo explicar o tempo atual* – não são descartadas por completo pelo autor, que chega a flertar com essas duas hipóteses, buscando justificativas que dão a elas validade.
Dessa forma, descarta-se a letra A, pois esta afirma que o autor prova a inaceitabilidade dessas hipóteses. A letra C também é equivocada, pois o autor assume o risco e vai em busca de validar as duas hipóteses. A letra D dá ao autor características de intransigente (intolerante), o que não é o caso. A letra E contradiz o texto.

É a *alternativa B*, portanto, que traduz corretamente a postura do autor diante das duas tentações: disposição em aceitá-las como válidas. *Alternativa B*.

10505. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** No primeiro parágrafo,

(A) ao citar duas vezes Mark Twain, o autor busca legitimação para seu entendimento de que o já vivido não é passível de cognição.
(B) o autor cita Mark Twain (linha 10) como prova inconteste de que a história definitivamente não pode oferecer paradigmas.
(C) ao valer-se de Mark Twain (linha 8) o autor busca expressar metaforicamente certa limitação a pensamento enunciado antes.
(D) o autor usa tom coloquial – *como se os personagens do enredo da história não tivessem nada melhor a fazer da vida* – para reforçar o desacerto de quem atribui soberba a historiadores.
(E) o autor toma como afronta pessoal a sugestão para a busca de modelos comportamentais, ideia que rejeita sem concessões.

RESPOSTA (A) Falso – Não faz parte do posicionamento do autor invalidar qualquer tipo de explicação racional do passado. Tanto é assim, que ele flerta com duas hipóteses tentadoras que visam a explicar a influência do passado nos momentos atuais. (B) Falso – A citação de Mark Twain é passível de contestação pelo próprio autor, que assim o faz no texto. Não é, portanto, uma prova inconteste. (C) Verdadeiro – As afirmações de Mark Twain, de certa forma, tentam enfraquecer a tese de que há repetição de padrões do passado, haja vista que a história, segundo Twain, é confusa e incerta. Twain é irônico ao dizer que os historiadores buscam razão e rima em tudo, dando a entender que não se pode tratar a história dessa forma. (D) Falso – Essa forma de expressão é favorável àqueles que julgam que os historiadores agem de forma soberba. (E) Falso – O autor flerta com essa hipótese, admitindo haver sentido nela. *Alternativa C.*

10506. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** Considere o segundo parágrafo e as afirmações que seguem.

I. Na frase *Sob nomes que não vêm ao caso para nós*, o autor exprime opção pelo silêncio, mas sinaliza ter conhecimento acerca do que silencia.
II. No parágrafo, o autor realiza um afunilamento do assunto "história", com que, no primeiro parágrafo, iniciou sua exposição.
III. O emprego do pronome *nós* é recurso para promover aproximação mais estreita com o leitor, tornando o discurso mais íntimo.
IV. Em *A história evolutiva pode ser representada como uma espécie depois da outra*, o autor explicita que a ideia de sucessão é inerente à evolução dos seres vivos e exclusiva dela.

O texto abona a correção do que se afirma APENAS em

(A) I e II.
(B) I, II e III.
(C) I, III e IV.
(D) II e III.
(E) II, III e IV.

RESPOSTA I. Verdadeiro – Usando deste artifício, o autor insinua não desejar revelar nomes. De fato, ele os conhece, mas prefere omiti-los. II. Verdadeiro – Há um detalhamento do que vem a ser o processo histórico na visão do autor, enfatizando-se a

relação próxima com a Teoria da Evolução. III. Verdadeiro – O uso do pronome "nós" faz referência ao autor e a seus leitores. Trata-se de uma estratégia para induzir os leitores a compartilhar da mesma visão do autor. IV. Falso – O uso do verbo "poder" transmite a ideia de possibilidade, abrindo, assim, espaço para outras opções. É equivocado, portanto, afirmar uma relação de exclusividade. *Alternativa B.*

10507. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC) *Sob nomes que não vêm ao caso para nós, essas são questões atualíssimas na história humana, e surgem mais fortes e polêmicas na escala temporal mais longa da evolução. A história evolutiva pode ser representada como uma espécie depois da outra. Mas muitos biólogos hão de concordar comigo que se trata de uma ideia tacanha.*

Considerado o fragmento, em seu contexto, é correto afirmar:

(A) em essas são *questões atualíssimas*, o pronome remete a assuntos que serão anunciados a seguir.
(B) nele está rejeitada, de modo subentendido, a ideia de que a história humana poderia abrigar mais de uma escala de tempo.
(C) *como* está empregado com o mesmo valor e função observados no primeiro parágrafo (linha 10).
(D) a expressão *hão de concordar* expressa convicção acerca da inevitabilidade da ação.
(E) *como uma espécie depois da outra* pode ser substituído, sem prejuízo da correção e do sentido originais, por "como espécies contíguas das outras".

RESPOSTA (A) Falso – O pronome "essas" é anafórico, ou seja, refere-se a termos já citados no texto. (B) Falso – Quando se fala "escala temporal mais longa", dá-se a entender que existam outras gradações de escalas temporais, não tão longas assim. (C) Falso – No primeiro parágrafo, a conjunção *"como"* tem valor conformativo (= *conforme*); já no trecho destacado, o *"como"* tem valor comparativo, modal. (D) Verdadeiro – Dá-se a entender que ninguém seria capaz de discordar da afirmação, o que evidencia convicção por parte do autor. (E) Falso – O termo *"contíguas"* tem como sinônimos *"vizinhos"*, *"próximos"*, o que distancia seu significado da ideia de sucessão (uma depois da outra) explicitada no fragmento. *Alternativa D.*

10508. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC) No segundo parágrafo, a alteração que mantém o sentido e a correção originais é a de

(A) *Mas* (linha 15) por "Apesar de".
(B) *Quem* (linha 16) por "Muitos biólogos".
(C) *embora* (linha 19) por "não obstante".
(D) *Ao escrever* (linha 20) por "Salvo se escrever".
(E) *mas procuro* (linha 20) por "ainda que procure".

RESPOSTA *"Embora"* e *"não obstante"* são expressões conjuntivas de valor concessivo.
(A) Incorreta – *"mas"* é adversativo e *"apesar de"*, concessivo. (B) Incorreta – *"quem"* dá ao fragmento uma ideia de indeterminação, podendo referir-se a qualquer um que dessa forma pense. (D) Incorreta –*"ao escrever"* transmite uma ideia de tempo, ao passo que *"Salvo se escrever"* transmite uma ideia de condição, exceção. (E) Incorreta – *"mas procuro por"* transmite uma ideia de oposição adversativa, ao passo que *"ainda que procure"* transmite uma ideia de oposição concessiva (= *embora procure*). *Alternativa C*.

10509. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC) Sobre a *presunção da interpretação a posteriori* (linha 22), é legítimo afirmar que:

(A) traduz apreciação crítica sobre tomar o momento presente como fim último da história.
(B) é ideia adotada pelo autor como decorrência de sua cautela.
(C) é negada pelo que se afirma acerca da caricatura da fila de ancestrais simiescos.
(D) por efeito da argumentação desenvolvida no texto, é concepção que contradiz a anunciada no título.
(E) denomina o raciocínio que, à luz das conquistas teóricas do presente, apreende adequadamente o

passado.

RESPOSTA A expressão *"interpretação a posteriori"* refere-se, no texto, à segunda tentação a que é submetido o historiador: *a de crer que o passado é construído simplesmente de forma a explicar o presente.* Isso, de certa forma, significa dizer que o presente corresponde ao fim (objetivo, meta) da história, o que torna coerente a *alternativa A*. (B) Incorreta – Pois não se trata de cautela, e sim de constatação por parte do autor. (C) Incorreta – Pois a caricatura da fila de ancestrais reforça essa visão da *interpretação a posteriori*, em que os membros da fila se subordinam ao primeiro. (D) Incorreta – Pois essa interpretação revela a soberba dos historiadores em considerar o passado como simplesmente uma preparação para o presente. (E) Incorreta – Pois se trata exatamente do oposto: é por meio do entendimento do passado, com suas conquistas teóricas, que se constrói o presente. *Alternativa A.*

10510. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC) Está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:

(A) *soberba do presente* (linhas 10 e 11) / aura de mistério com que os fatos atuais desafiam o conhecimento do historiador, seduzido pelo passado.
(B) *ícone dominante* (linhas 23 e 24) / imagem emblemática pelo acerto e beleza da representação.
(C) *quase tão ubíqua* (linha 24) / próxima da perfeição desejável da reprodução.
(D) *como um magneto* (linha 28) / à semelhança de um material imantado.
(E) *em direção à proeminência* (linha 29) / com vistas ao que está por vir.

RESPOSTA (A) Errado – O vocábulo "soberba" tem significado próximo de "arrogância" e se refere, no contexto, ao fato de muitos historiadores privilegiarem o presente, como se o passado tivesse simplesmente por objetivo os tempos atuais. (B) Errado – Não é a beleza, mas sim a representatividade e a aceitação pelos outros que tornam algo um "ícone dominante". (C) Errado – Ubiquidade diz respeito à propriedade de algo estar presente em muitos lugares ao mesmo tempo. (D) Certo – É feita uma associação metafórica entre o homem e o magneto, um material imantado. Essa comparação se dá em virtude de ambos exercerem um tipo de atração. (E) Errado – Proeminência significa destaque, notoriedade, importância. *Alternativa D.*

10511. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC) É correto afirmar que, independentemente do estrito significado do verbo, a estrutura que expressa continuidade da ação é:

(A) *o passado atua* (linha 22).
(B) *para produzir* (linhas 22 e 23).
(C) *a andar* (linha 25).
(D) *os encabeça* (linha 26).
(E) *nesse contexto é* (linha 27).

RESPOSTA As alternativas A, B, D e E expressam ideias estáticas ou factuais. Já a alternativa **C** indica movimento, e a ideia de continuidade da ação (andar) é reforçada pela preposição **"a"**. É possível substituir a forma *"a andar"* por *"andando",* ficando mais evidente a ideia de continuidade. *Alternativa C.*

10512. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC) Afirma-se corretamente que, no último parágrafo,

(A) o ponto de interrogação (linha 23) sinaliza a pergunta que foi diretamente respondida por *Stephen Jay*.
(B) os parênteses (linha 25) acolhem retificação, realizada de modo idêntico ao que se nota em "Eu a vi ontem, aliás, anteontem".
(C) os dois-pontos (linha 26) introduzem uma citação latina que é traduzida com objetividade no trecho após o travessão.
(D) a colocação de uma vírgula antes do pronome *que* (linha 26) é optativa, por isso a frase alterada manteria rigorosamente o sentido original.
(E) os parênteses (linhas 27 e 28) acolhem comentário considerado pertinente, mas digressivo com

relação ao fio principal da argumentação.

RESPOSTA (A) Errado – É equivocado afirmar que a pergunta foi diretamente respondida por Stephen Jay, pois o questionamento não foi dirigido a Stephen nem a resposta dele foi dirigida especificamente à pergunta que introduz o parágrafo. (B) Errado – O comentário dos parênteses é uma ressalva, que descredita a afirmação anterior. Já, no exemplo, temos uma correção, fruto de um equívoco. (C) Errado – Os dois-pontos antecedem um nome científico que identifica a espécie humana. O que vem na sequência não é uma tradução objetiva, portanto. (D) Errado – Não seriam equivalentes, pois a ausência da vírgula cria um sentido de restrição (uma entre outras figuras majestosas), e a presença, um sentido de explicação ou informação adicional. (E) Certo – O comentário dos parênteses é digressivo, pois se muda o tema tratado no parágrafo: falava-se da relação entre história e evolução e agora se fala acerca da preferência pela figura masculina em detrimento da feminina. *Alternativa E.*

10513. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** *Quem olha a evolução dessa perspectiva deixa passar a maior parte do que é importante.*

Alterando-se as formas verbais da frase acima, a correlação entre as novas formas ainda estará em conformidade com o padrão culto escrito em:

(A) olharia – deixava passar – foi
(B) olhasse – deixaria passar – é
(C) olhe – deixava passar – seja
(D) olharia – deixou passar – fosse
(E) olhar – deixou passar – era

RESPOSTA Duas correlações são cabíveis:

I. Quem **olhar** a evolução dessa perspectiva **deixará** passar a maior parte do que **é** importante.

Aqui se nota a correlação entre futuro do subjuntivo (olhar) com o futuro do presente do indicativo (deixará).

II. Quem **olhasse** a evolução dessa perspectiva **deixaria** passar a maior parte do que **é** importante.

Aqui se nota a correlação entre pretérito imperfeito do subjuntivo (olhasse) com o futuro do pretérito do indicativo (deixaria). *Alternativa B*.

10514. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** *Essa ideia pode ser considerada um alerta contra duas tentações, <u>mas eu, devidamente alertado, flertarei cautelosamente com ambas.</u>*

Uma outra redação correta para o que se afirma no segmento destacado é:

(A) mas, quanto à mim, alerta que estou, terei cautela ao flertar com ambas.
(B) mas eu, consciente do dever, busco flertar com as duas, embora cauteloso.
(C) mas dado a mim, vigilante na medida certa, flertarei com uma ou outra cuidadosamente.
(D) mas no que se refere à minha pessoa, já advertido somente flertarei e com ambas, cautelosamente.
(E) mas eu, convenientemente prevenido, flertarei cautelosamente com uma e outra.

RESPOSTA (A) Errado – Está incorreto o emprego do acento grave antes do pronome "mim", pois este não solicita artigo. (B) Errado – A ideia de consciência do dever não está presente no trecho original. (C) Errado – A ideia de "medida certa" quanto à vigilância não está presente no trecho original. Além disso, a presença da conjunção "ou" dá ideia de alternância, diferente da ideia de adição presente no trecho original. (D) Errado – É necessária uma vírgula depois de "advertido". Além disso, para manter o sentido original, deveríamos eliminar o advérbio "somente" e a conjunção "e". (E) Certo. *Alternativa E.*

10515. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** *Mas muitos biólogos hão de concordar...*

Diferentemente do que se tem acima, a frase que, consoante o padrão culto escrito, exige o emprego do verbo "haver" no singular é:

(A) Muitas teorias já...... sido submetidas à sua análise quando ele expressou essa convicção.

(B) Talvez...... algumas versões da teoria citada, mas certamente poucos as conhecem.
(C) Quantos biólogos...... pesquisado o assunto e talvez não tenham a mesma opinião.
(D) Alguns mitos falsos...... merecido representação artisticamente irrepreensível.
(E) Nós...... de corresponder às expectativas depositadas em nossa equipe.

RESPOSTA (A) Errado – O verbo “haver” funciona como auxiliar e concorda com o sujeito: *“Muitas teorias já **haviam** sido submetidas à sua análise quando ele expressou essa convicção.”.* (B) Certo – O verbo “haver” é empregado no sentido de “existir”, sendo, portanto, impessoal e conjugado na 3ª pessoa do singular: *“Talvez **haja** algumas versões da teoria citada, mas certamente poucos as conhecem.”.* (C) Errado – O verbo “haver” funciona como auxiliar e concorda com o sujeito: *“Quantos biólogos **hão** pesquisado o assunto e talvez não tenham a mesma opinião.”.* (D) Errado – O verbo “haver” funciona como auxiliar e concorda com o sujeito: *“Alguns mitos falsos **haviam** merecido representação artisticamente irrepreensível.”.* (E) Errado – O verbo “haver” funciona como auxiliar e concorda com o sujeito: *“Nós **havemos** de corresponder às expectativas depositadas em nossa equipe.”. Alternativa B.*

[1]Conheci ontem o que é celebridade. Estava comprando gazetas a um homem que as vende na calçada da
Rua de S. José, esquina do Largo da Carioca, quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor
com voz descansada:
− Me dá uma folha que traz o retrato desse homem que briga lá fora.
[5]– Quem?
− Me esqueceu o nome dele.
Leitor obtuso, se não percebeste que “esse homem que briga lá fora” é nada menos que o nosso Antônio Conselheiro, crê-me que és ainda mais obtuso do que pareces. A mulher provavelmente não sabe ler, ouviu
falar da seita de Canudos, com muito pormenor misterioso, muita auréola, muita lenda, disseram-lhe que
[10]algum jornal dera o retrato do Messias do sertão, e foi comprá-lo, ignorando que nas ruas só se vendem as
folhas do dia. Não sabe o nome do Messias; é “esse homem que briga lá fora”. A celebridade, caro e tapado leitor, é isto mesmo. O nome de Antônio Conselheiro acabará por entrar na memória desta mulher anônima, e não sairá mais. Ela levava uma pequena, naturalmente filha; um dia contará a história à filha, depois à neta, à porta da estalagem, ou no quarto em que residirem.

(Machado de Assis, Crônica publicada em A semana, 1897. In *Obra completa*, v. III, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 763).

10516. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC) Está correto afirmar que, nesse fragmento da crônica,

(A) são essenciais tanto a caracterização da mulher, quanto a presença da filha a seu lado, para a construção do conceito de celebridade de que trata o autor.
(B) é essencial a caracterização da mulher em oposição à do leitor-interlocutor na construção do conceito de celebridade de que trata o autor.
(C) se estabelece tensão contínua entre o que o autor vê e o que imagina, fato que obriga qualquer leitor crítico a rejeitar a assertiva *Conheci ontem o que é celebridade.*
(D) a sequência *Não sabe o nome do Messias; é “esse homem que briga lá fora”* possibilita ao autor ressaltar, ironicamente, a falta de inteligência que atribui ao leitor.
(E) a cena descrita, captada pelo autor como síntese de um comportamento exemplar, restringe o sentido atribuído à palavra *celebridade* pelo senso comum: fama.

RESPOSTA (A) Certo – A caracterização da mulher, que desconhecia o nome de Antônio Conselheiro, e a presença de sua filha ao seu lado constroem o conceito de celebridade segundo o autor: de repente se passa a conhecer o nome de uma pessoa, que não mais fugirá da memória e que também será lembrada pelas futuras gerações. (B) Errado – Faz parte da construção do conceito de celebridade a caracterização do leitor, qualificado de obtuso (rude, insensível), tapado, ignorante, de forma similar à caracterização da mulher anônima. (C) Errado – O leitor crítico tende a concordar com a criação do conceito de celebridade pelo autor. A tensão entre o que o autor vê e o que imagina é uma estratégia usada para alcançar esse objetivo. (D) Errado – Com essas expressões, o autor reforça a falta de inteligência da mulher anônima, e não a do leitor. (E) Errado – O conceito de celebridade trabalhado pelo autor do texto vai bem mais além do que aquele simplesmente restrito à fama, pois esta pode ser passageira, ao passo que, no texto, temos algo firme e duradouro. *Alternativa A.*

10517. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** Considerado o contexto, está correto o que se afirma em:

(A) *Estava comprando* (linha 1) indica, entre ações simultâneas, a que se estava processando quando sobrevieram as demais.
(B) *dera* (linha 10) exprime ação ocorrida simultaneamente a *disseram* (linha 9).
(C) *acabará por entrar* (linha 12) expressa um desejo.
(D) *levava* (linha 13) designa fato passado concebido como permanente.
(E) *residirem* (linha 14) exprime fato possível, mas improvável.

RESPOSTA (A) Certo – O narrador-personagem executava essa ação *(comprar)*, quando sobrevieram as demais *("vi **chegar** uma mulher", "**dizer** ao vendedor").* (B) Errado – A forma *"dera"* – pretérito mais-que-perfeito – exprime uma ação anterior à forma *"disseram"* – pretérito perfeito. (C) Errado – A forma *"acabará por entrar"* expressa inevitabilidade. (D) Errado – A forma *"levava"*, conjugada no pretérito imperfeito, indica uma ação duradoura, que se estende, sendo equivocado dizer, no entanto, que seja permanente. (E) Errado – A forma *"residirem"*, conjugada no futuro do subjuntivo, expressa fato possível e relativamente provável. *Alternativa A.*

10518. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** Se o cronista tivesse preferido contar com suas próprias palavras o que a mulher disse ao vendedor, a formulação que, em continuidade à frase ...*quando vi chegar uma mulher simples e pedir ao vendedor com voz descansada*, atenderia corretamente ao padrão culto escrito é:

(A) que desse uma folha que traria o retrato desse homem que briga lá fora.
(B) que lhe desse uma folha que trazia o retrato daquele homem que brigava lá fora.
(C) que lhe dê uma folha que traz o retrato desse homem que briga lá fora.
(D) que me dê uma folha que traz o retrato desse homem que brigaria lá fora.
(E) que: Dê-me uma folha que traz o retrato daquele homem que brigaria lá fora.

RESPOSTA Na conversão do discurso direto para o indireto, devemos estar atentos às seguintes mudanças:

1) A primeira pessoa ("me") cede lugar à terceira pessoa ("lhe");

2) O imperativo afirmativo ("dá") cede lugar ao pretérito imperfeito do subjuntivo ("desse");

3) O presente do indicativo ("traz", "briga") cede lugar ao pretérito imperfeito do indicativo ("trazia", "brigava");

4) O demonstrativo "esse" cede lugar a "aquele".

Assim, com essas alterações, teríamos a seguinte redação: *... quando vi chegar uma mulher simples e pedir ao vendedor com voz descansada que **lhe desse** uma folha que **trazia** o retrato **daquele** homem que **brigava** lá fora. Alternativa B.*

10519. **(Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC)** *...crê-me que és ainda mais obtuso do que pareces.*

Trocando a segunda pela terceira pessoa, a frase acima está em total conformidade com o padrão culto escrito em:

(A) creia-me que é ainda mais obtuso do que parece.

(B) crede-me que é ainda mais obtuso do que parecei.

(C) crê-me que é ainda mais obtuso do que parece.

(D) creia-me que é ainda mais obtuso do que parecei.

(E) crede-me que és ainda mais obtuso do que parecei.

RESPOSTA 1) A forma *"crê-me"* está conjugada na 2ª pessoa do singular do imperativo afirmativo; se a levarmos para a 3ª pessoa, teríamos a forma *"creia-me";*

2) A forma *"és"* está conjugada na 2ª pessoa do singular do presente do indicativo: se a levarmos para a 3ª pessoa, teríamos a forma *"é"*;

3) A forma *"pareces"* está conjugada na 2ª pessoa do singular do presente do indicativo: se a levarmos para a 3ª pessoa, teríamos a forma *"parece"*.

Assim, a nova redação ficaria: *"...creia-me que é ainda mais obtuso do que parece.". Alternativa A.*

10520. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC) *... um dia contará a história à filha, depois à neta.*

Transpondo para a voz passiva a frase acima, a forma verbal obtida corretamente é:

(A) seriam contadas.

(B) haverá de ser contada.

(C) será contada.

(D) haveria de ser contada.

(E) poderiam ser contadas.

RESPOSTA Na conversão da voz ativa para a voz passiva analítica, acrescenta-se o verbo auxiliar *"ser"*, conjugado no mesmo tempo do verbo principal na voz ativa, e conjuga-se o verbo principal no particípio. Além disso, o objeto direto da voz ativa se transforma em sujeito paciente na voz passiva, e o sujeito da voz ativa se transforma no agente da passiva (acompanhado da preposição *"por"*). Assim, transpondo para a voz passiva *"... um dia contará a história à filha, depois à neta."*, teremos: *"um dia **a história <u>será contada</u> por ela (mulher anônima)** à filha, depois à neta.". Alternativa C.*

10521. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC) Está clara e em total conformidade com o padrão culto escrito a seguinte redação:

(A) A comparação que os artistas fizeram entre as duas peças foi possível perceber que materiais distintos exigem a mesma dedicação, ainda que especificidades sejam atendidas de outra maneira.

(B) O talentoso pintor, aos 13 de idade, partilhou com o trabalho do mestre por 7 anos, experiência que rendeu conhecimento de recursos expressivos que dispôs em produções posteriores.

(C) Aludiu de maneira discreta àquele que o havia contestado, mas reconheceu tanto a pertinência quanto a importância do discordar, pois a isso, muitas vezes, devem-se avanços na ciência.

(D) As ações levadas a efeito pelo grupo junto aos jovens possibilitaram reconhecimento e respeito de seus direitos, o que lhes mobilizou a dar transparência ao movimento e resultados.

(E) A rapidez das ações é relevante para essa iniciativa, aonde o sucesso depende da interferência imediata, pois, caso uma das atitudes for adiada, muito, muitas etapas mesmo, se deixariam sem resolver.

RESPOSTA (A) Errado – Temos um nítido problema de coesão, e uma evidência disso é uma descontinuidade na leitura depois de "peças". O correto, então, seria: *"**Na comparação que os artistas fizeram entre as duas peças,** foi possível perceber que materiais distintos exigem a mesma dedicação, ainda que especificidades sejam atendidas de outra maneira.".* (B) Errado – Há equívocos na regência do verbo "partilhar" e na ausência do elemento prepositivo exigido pelo verbo "dispor". O correto, então, seria: *"O talentoso pintor, aos 13 de idade, **partilhou** o trabalho do mestre por 7 anos, experiência que rendeu conhecimento de recursos expressivos **de** que dispôs em produções posteriores.".* (C) Correto. (D) Errado – Há um equívoco de regência em *"reconhecimento e respeito de seus direitos"*, uma vez que não se pode usar a mesma preposição quando há termos que pedem preposições diferentes. Ocorre também uma quebra de paralelismo sintático em *"transparência ao movimento e resultados"*.

Além disso, utilizou-se equivocadamente o pronome "lhes" com função de objeto direto. O correto, então, seria: *"As ações levadas a efeito pelo grupo junto aos jovens possibilitaram* ***reconhecimento de seus direitos e respeito a seus direitos****, o que* ***os*** *mobilizou a dar transparência ao movimento e resultados.".* (E) Errado – Utiliza-se de forma equivocada *"aonde"* para substituir algo que não se refere a lugar. Além disso, outro erro é a vírgula depois de *"mesmo",* separando sujeito e predicado. Vale ressaltar que ficaria mais bem construído se *"muito"* viesse antecedendo *"adiada".* Finalmente, o correto é "caso seja". O correto, então, seria: *"A rapidez das ações é relevante para essa iniciativa,* ***em que*** *o sucesso depende da interferência imediata, pois, caso uma das atitudes* ***seja muito*** *adiada,* ***muitas etapas mesmo se deixariam sem resolver****.". Alternativa C.*

10522. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC) A frase que está em total conformidade com o padrão culto escrito é:

(A) A sua crescente habilidade para o diálogo ao mesmo tempo franco e polido foi atribuído aos ambientes em que frequentava por conta da profissão.
(B) Não vai fazer diferença, a essa altura, os pareceres desfavorável ao projeto, pois grande parte dos consultores reconheceu a possibilidade de implementá-lo.
(C) Esses argumentos em estilo tão requintado é fatal para convencer aqueles que os consideram mais pela aparência que pela consistência, que é um grande equívoco.
(D) Em favor à ideia ele expôs uma dezena de fatores, cujo teor poucos tinham tido acesso antes da polêmica reunião.
(E) O foco dos debates era aquela teoria, e ninguém dentre eles poderia alegar que não fora avisado da necessidade de a ele se ater, para que se evitassem situações embaraçosas.

RESPOSTA (A) Errado – Há um erro de concordância em *"atribuído",* que deveria concordar com *"habilidade"*. Além disso, a preposição *"em"* foi mal empregada, pois não foi solicitada por nenhum termo (nome ou verbo). O correto, então, seria: *"A sua crescente* ***habilidade*** *para o diálogo ao mesmo tempo franco e polido foi* ***atribuída*** *aos ambientes* ***que*** *frequentava por conta da profissão.".* (B) Errado – Há vários equívocos: a forma *"vai"* deveria concordar com o sujeito *"os pareceres";* a forma *"desfavorável"* deveria concordar com o substantivo *"pareceres";* a forma *"lo"* deveria estar no plural, pois substitui *"pareceres".* O correto, então, seria: *"Não* ***vão*** *fazer diferença, a essa altura, os pareceres* ***desfavoráveis*** *ao projeto, pois grande parte dos consultores reconheceu a possibilidade de implementá-****los****.".* (C) Errado – Há um erro de concordância, pois as formas *"é"* e *"fatal"* deveriam concordar com o sujeito *"Esses argumentos"*. Além disso, deveria haver um demonstrativo *"o"* antes de *"que"* para que se entenda todo o fato (*considerar mais pela aparência que pela consistência*) como um equívoco. O correto, então, seria: *"Esses argumentos em estilo tão requintado* ***são fatais*** *para convencer aqueles que os consideram mais pela aparência que pela consistência,* ***o*** *que é um grande equívoco.".* (D) Errado – Há um problema de pontuação, pois deveria haver uma vírgula depois de *"ideia".* Há também um problema de regência, uma vez que a expressão correta é *"em favor de",* e não *"em favor a".* Além disso, deveria ser usada a preposição *"a"* antes de *"cujo",* uma vez que há a solicitação por parte de *"acesso".* O correto, então, seria: *"****Em favor da ideia,*** *ele expôs uma dezena de fatores,* ***a*** *cujo teor poucos tinham tido acesso antes da polêmica reunião.".* (E) Correto. *Alternativa E.*

10523. (Agente Fiscal de Rendas – SEFAZ-SP – 2009 – FCC) A frase que respeita inteiramente o padrão culto escrito é:

(A) Nada disso influe no que foi acordado já faz mais de dez dias, mas eles quizeram que eu reiterasse a sua disposição de manter o que foi estabelecido.
(B) Gás lacrimogênio foi usado para dispersar os grupos que cultivavam antiga richa, reforçando a convicção de que dali há anos ainda estariam de lados opostos.
(C) Ficou na dependência de ele redigir tudo o que os acionistas mais antigos se disporam a oferecer, se, e só se, os mais novos não detiverem o curso das negociações.
(D) Semeemos a ideia de que tudo será resolvido de acordo com os itens considerados prioritários, nem que para isso precisamos apelar para a decência de todos.
(E) Vocês divergem, mas agora é necessário que se remedeie a situação; por isso, façam novos contratos e provejam o setor de profissionais competentes.

RESPOSTA (A) Errado – Temos dois erros de ortografia em *"influe"* e *"quizeram"*. O correto, então, seria: *"Nada disso* ***influi*** *no que foi acordado já faz mais de dez dias, mas eles* ***quiseram*** *que eu reiterasse a sua disposição de manter o que foi estabelecido."*. (B) Errado – Notam-se erros de ortografia em *"lacrimogênio"* e *"richa"*. Além disso, a forma *"há"* foi empregada incorretamente, pois não está se referindo a tempo passado. O correto, então, seria: *"Gás* ***lacrimogêneo*** *foi usado para dispersar os grupos que cultivavam antiga* ***rixa****, reforçando a convicção de que dali* ***a*** *anos ainda estariam de lados opostos."*. (C) Errado – Há um erro de conjugação na forma *"disporam"*. O correto, então, seria: *"Ficou na dependência de ele redigir tudo o que os acionistas mais antigos se* ***dispuseram*** *a oferecer, se, e só se, os mais novos não detiverem o curso das negociações."*. (D) Errado – Há um equívoco no uso do modo Indicativo na forma *"precisamos"*, uma vez que se trata de uma hipótese, e não de uma afirmação segura. O correto, então, seria: "*Semeemos a ideia de que tudo será resolvido de acordo com os itens considerados prioritários, nem que para isso* ***precisemos*** *apelar para a decência de todos."*. (E) Correto. *Alternativa E.*

[1]As discussões sobre a liberdade assentam necessariamente e em princípio na negação de suas próprias
bases possibilitadoras. Quero dizer que o único pressuposto histórico viável para que se possa
instaurar a inteireza do entendimento da questão está na ausência de liberdade. Mas isso não no sentido preconizado
por um Fichte que, sem estar totalmente desprovido de razão, jogava com a oposição entre o livre e o
[5]não livre, no sentido de que a liberdade se faz a partir do elemento não livre, da presença de um
obstáculo sem o qual nem se poderia conceber o surgimento da liberdade. A tese de Fichte, entretanto,
se move dentro do âmbito de uma teoria geral do exercício da liberdade, válida para todos os tempos
e todos os lugares, enraizada na existência de um eu puro. Nosso ponto de partida é bem outro; claro
que a educação para a liberdade deve pressupor a frequentação de elementos não livres vistos como
[10]o solo em que medra o desenvolvimento da liberdade. Mas entendemos que a tese nada tem a ver com um
suposto eu puro, pois ela se mostra essencialmente e antes de tudo em seu caráter histórico: não
existe algo como uma liberdade constitutiva da natureza humana considerada em si mesma. Para
nós, longe disso, a liberdade revela-se histórica de ponta a ponta, e já no sentido de que o homem
em suas origens nada ostenta que poderia insinuar a presença da liberdade.
[15]Um eu puro – mas o que poderia ser isso? Não existe esse eu à espera de sua eclosão a ser provocada por
coisas que lhe seriam totalmente estranhas, determinadas por uma exterioridade cega. Portanto, já nesse
ponto de partida histórico, parece evidente que as origens situam-se em três níveis principais: um,
de ordem propriamente biológica, a confundir-se em suas primícias com os enredos da evolução
das espécies; já o segundo aferra-se aos contextos sociais, e a liberdade passa a ser o objetivo de
uma longa e laboriosa
[20]conquista. Certamente cabe asseverar que aquele elemento biológico integra-se a seu modo nos processos
de sociabilização política do homem. E é por aí que deve surgir também, em terceiro lugar, a lenta
especificação das concordâncias psicológicas. Por tais caminhos, nem há liberdade, mas liberdades
que se vão fazendo; não existe a história de uma liberdade única, e sim a grande diversidade, as
histórias das liberdades, sempre no plural.

Obs.: Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), filósofo alemão.

(Gerd Bornheim, As medidas da liberdade, In: Adauto Novaes (Org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 41-42).

10524. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** *As discussões sobre a liberdade assentam necessariamente e em princípio na negação de suas próprias bases possibilitadoras.*

Considerado o contexto, a frase acima está corretamente entendida em:

(A) Antes de qualquer consideração particular, importa assumir que a discussão sobre liberdade implica obrigatoriamente conceber sua ausência.

(B) A princípio, pensou-se que reflexões sobre liberdade implicassem a consideração dos fundamentos a partir dos quais elas seriam feitas.

(C) Questões relacionadas à liberdade devem ser genericamente pensadas, visto que ela depende das bases em que se manifesta.

(D) Questionar o sentido de liberdade depende de ajustamento de princípios: é necessário que suas bases constituintes sejam passíveis de controvérsias.

(E) É indispensável que, desde o início, o questionamento acerca do direito à liberdade contemple a definição das condições em que ele possa existir.

RESPOSTA (A) Certo – De fato, a liberdade é entendida por meio das condições inibitórias ao seu exercício. (B) Errado – A redação original assume que, para se entender a liberdade, é necessário conhecer as causas que inibem o seu exercício. Difere, assim, da redação da assertiva, que afirma ser necessário conhecer os fundamentos da liberdade para entendê-la. (C) Errado – O conteúdo da assertiva não é o mesmo da redação original: enquanto esta diz respeito à definição da liberdade baseada no não livre, aquela faz referência a uma forma genérica de definição. (D) Errado – O conteúdo da assertiva não é o mesmo da redação original: enquanto esta diz respeito à definição da liberdade baseada no não livre, aquela faz referência a controvérsias surgidas a partir da definição de liberdade. (E) Errado – Segundo a redação original, é necessário entender a liberdade por meio das condições em que ela é inibida. *Alternativa A.*

10525. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** O autor do texto, nas primeiras 8 linhas,

(A) cita um *Fichte* para alertar acerca de certos filósofos que costumam estabelecer jogos de oposições sem consistência lógica, apesar da aparente racionalidade.

(B) desvaloriza as ideias de *Fichte* por julgar que os contrastes do seu raciocínio são próprios de um espírito desprovido de razoabilidade, carência que não atribui a esse filósofo.

(C) nega qualquer concordância com as ideias de *Fichte*, visto que este filósofo pensa a liberdade na sua relação com os obstáculos que a impedem.

(D) apresenta a premissa de suas reflexões e alerta para que não seja confundida com ideia de *Fichte*, cujo discernimento relativiza.

(E) detalha as ideias de *Fichte* e, por aproximações, defende a convergência de pressupostos e pontos de vista entre ele e o filósofo, sem negar, entretanto, diferenças de métodos.

RESPOSTA (A) Errado – O autor não concorda integralmente com Fichte, mas não nega certa razão nas opiniões do filósofo. Isso fica bem evidente no trecho *"Mas isso não no sentido preconizado por um Fichte que, sem estar totalmente desprovido de razão, jogava com a oposição entre o livre e o não livre"*. (B) Errado – O autor considera sim a existência de certa razão na opinião de Fichte, o que pode ser evidenciado em *"... Fichte que, sem estar totalmente desprovido de razão..."*. (C) Errado – O autor mostra concordância com a ideia de Fichte associada à definição de liberdade baseada na não liberdade. (D) Certo – Exato. O autor não concorda integralmente com Fichte, relativizando (= enfraquecendo) sua ideia de que a liberdade deve ser entendida como um princípio geral, aplicado a todos, em qualquer tempo e lugar. (E) Errado – Há discordâncias entre os dois acerca da abrangência dos conceitos de liberdade: enquanto um – Fichte – a entende de forma mais generalista, o outro – o autor – a entende de forma mais diversificada. *Alternativa D.*

10526. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** A argumentação do autor revela

(A) um espírito grandemente instigado a definir a liberdade de modo a atribuir-lhe um sentido universal e permanente.

(B) a rejeição à existência de um *eu puro*, cuja essência se constrói a partir das relações humanas estabelecidas em precisos tempo e lugar.

(C) sua dificuldade em definir o *eu puro*, conceito que lhe permitiria expressar o sentido que atribui à *liberdade*, visto que os considera em relação de causa e efeito.

(D) sua crença em realidades que, exteriores ao homem, podem fazer desabrochar o *eu puro* ainda não manifesto.

(E) sua discordância em pensar a *liberdade* a não ser como inserida na tessitura da realidade humana.

RESPOSTA (A) Errado – O autor nega Fichte, ao entender que o conceito de liberdade não pode ser tomado como universal. (B) Errado – Segundo Fichte, o conceito de eu puro se aplicaria a qualquer tempo e lugar, o que gera a discordância por parte do autor, que não considera factível a existência de um eu puro. (C) Errado – O autor nega a existência de um eu puro, contrapondo-se às definições de Fichte. (D) Errado – Mais uma vez, o eu puro é negado pelo autor, haja vista que ocorre a diversidade de manifestações de liberdade ao longo do tempo. (E) Certo – De fato, o autor nega a existência de um conceito de liberdade atemporal. Sua definição está condicionada ao tempo e ao lugar. *Alternativa E.*

10527. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** Considere as 7 linhas finais do texto, o contexto e as afirmações que seguem.

I. O segmento *já nesse ponto de partida histórico* expressa uma hipótese que, caso fosse acatada pelo autor, permitiria o entendimento do período iniciado com *Portanto* como uma conclusão, fato que não ocorre, como o comprova o uso de *parece*.

II. Dos três níveis principais citados pelo autor, apenas um é caracterizado como de natureza essencialmente individual, tornando inadmissível qualquer possibilidade de vínculo entre ele e os demais.

III. A frase *a liberdade passa a ser o objetivo de uma longa e laboriosa conquista* expressa noção de consequência.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) I e II.

(E) II e III.

RESPOSTA I. Falsa – Trata-se de uma conclusão com base no que foi exposto pelo autor ao longo do texto. Não se trata de uma hipótese, mas sim de uma dedução com base nas premissas trabalhadas pelo autor. II. Falsa – O autor não deixa claro que se trate de três níveis inconciliáveis. Deixa, inclusive, explícita a possibilidade de que o primeiro motivo – *atrelado ao contexto biológico* – pode influenciar (e ser influenciado) pelo segundo – *atrelado ao contexto social*. É o que fica bem evidente no segmento "*Certamente cabe asseverar que aquele elemento biológico integra-se a seu modo nos processos de sociabilização política do homem*". III. Verdadeira – No segmento "*o segundo aferra-se aos contextos sociais, e a liberdade passa a ser o objetivo de uma longa e laboriosa conquista",* é possível identificar uma relação de causalidade (causa e efeito) entre os dois segmentos. Isso fica mais evidente se reescrevermos assim o texto original: "*a liberdade passa a ser o objetivo de uma longa e laboriosa conquista, uma vez que pode ser associada aos contextos sociais*". Dessa forma, o trecho destacado traz consigo a ideia de consequência. *Alternativa C.*

10528. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** *Por tais caminhos, nem há liberdade, mas liberdades que se vão fazendo; não existe a história de uma liberdade única, e sim a grande diversidade, as histórias das liberdades, sempre no plural.*

Sobre o período acima é correto afirmar:

(A) o duplo paralelismo estabelecido articula-se por meio do mesmo instrumento, a correlação entre *nem* e *mas*.

(B) a ideia de "pluralidade" está explicitamente referida, mas está presente, também, na própria composição dos paralelismos.

(C) *mas* foi empregado com o mesmo valor encontrado em "Estou impressionada, mas muito impressionada mesmo!".

(D) a substituição de tais por "semelhantes" mantém o sentido original da frase.

(E) a substituição de *que se vão fazendo* por "contínuas" mantém o sentido original da frase.

RESPOSTA (A) Errado – Contribuem para os paralelismos (conexão entre orações coordenadas) não só a correlação *"nem... mas"*, mas também a correlação *"não... e sim" ("não... mas sim").* (B) Certo – De fato, as expressões *"nem há liberdade"* e "*não existe a história de uma liberdade única*" evidenciam a pluralidade de liberdades. (C) Errado – No trecho "*nem há liberdade, mas liberdades*" o *"mas"* assume um valor semântico de ressalva (consideração, observação). Já em *"Estou impressionada, mas muito impressionada mesmo!",* o *"mas"* assume um valor semântico de ênfase, intensidade. (D) Errado – No texto, o pronome demonstrativo *"tais"* equivale ao anafórico *"esses"*. (E) Errado – A expressão *"que se vão fazendo"* assume o sentido de *"que se vão construindo"*. Dessa forma, a ideia de *"estar em processo"* não é traduzida de forma efetiva por *"contínuas"* – associada à ideia de *"ininterruptas"*. *Alternativa B.*

10529. (Analista do MPU – 2007 – FCC) Está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:

(A) *único pressuposto histórico viável* – singular e exequível conjectura histórica.

(B) *não no sentido preconizado* – negando o caráter problematizado.

(C) *instaurar a inteireza do entendimento da questão* – promover a compreensão do problema em sua totalidade.

(D) *se move dentro do âmbito de uma teoria geral* – tem como parâmetro os rígidos preceitos da teoria universal.

(E) *solo em que medra* – superfície em que míngua.

RESPOSTA (A) Errado – O vocábulo "pressuposto" significa "algo já sabido". Dessa forma, não é corretamente traduzido pelo vocábulo "conjectura", que significa "hipótese". (B) Errado – O vocábulo "preconizado" significa "recomendado". Dessa forma, não é corretamente traduzido pelo vocábulo "problematizado". (C) Certo – De fato, o vocábulo "inteireza" está associado à ideia de "inteiro", "total". (D) Errado – A ideia de rigidez não está contemplada na redação original. (E) Errado – O verbo "medrar" significa "crescer", "desenvolver-se", opondo-se, assim, à ideia de "minguar", que significa "retrair", "diminuir". *Alternativa C.*

10530. (Analista do MPU – 2007 – FCC) *A tese de Fichte, entretanto, se move dentro do âmbito de uma teoria geral do exercício da liberdade, válida para todos os tempos e todos os lugares, enraizada na existência de um eu puro. Nosso ponto de partida é bem outro; claro que a educação para a liberdade deve pressupor a frequentação de elementos não livres vistos como o solo em que medra o desenvolvimento da liberdade. Mas entendemos que a tese nada tem a ver com um suposto eu puro, pois ela se mostra essencialmente e antes de tudo em seu caráter histórico: não existe algo como uma liberdade constitutiva da natureza humana considerada em si mesma.*

Considerado o fragmento acima e o contexto, é correto afirmar:

(A) a conjunção entretanto equivale a "por conseguinte".

(B) em é *bem outro*, o advérbio foi empregado para demarcar, com nitidez, a diferença alegada.

(C) a frase *pois ela se mostra essencialmente e antes de tudo em seu caráter histórico* expressa uma consequência.

(D) no segmento *em <u>seu</u> caráter histórico*, o termo destacado refere-se a um suposto eu puro.

(E) os dois-pontos anunciam uma enumeração, série com a qual se deseja apresentar uma explicação

convincente.

RESPOSTA (A) Errado – A conjunção adversativa “entretanto” equivale a “no entanto”, “porém”, etc. Já “por conseguinte” é conjunção conclusiva e equivale a “por isso”, “portanto”, etc. (B) Certo – De fato, o advérbio “bem” assume um valor semântico de intensidade, destacando a diferença citada. (C) Errado – A conjunção coordenada “pois” estabelece uma relação de explicação. (D) Errado – O pronome anafórico “seu” referencia no trecho citado o vocábulo “liberdade”. (E) Errado – Os dois-pontos cumprem uma função explicativa. Em seu lugar, é possível a substituição pela conjunção “pois” antecedida de vírgula. *Alternativa B.*

10531. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** *Para nós, longe disso, a liberdade revela-se histórica de ponta a ponta, e já no sentido de que o homem em suas origens nada ostenta que poderia insinuar a presença da liberdade. Um eu puro – mas o que poderia ser isso? Não existe esse eu à espera de sua eclosão a ser provocada por coisas que lhe seriam totalmente estranhas, determinadas por uma exterioridade cega.*

Considerado o fragmento acima e o contexto, é correto afirmar:

(A) A substituição de *Para nós* por “Quanto à nós, entendemos que” mantém a correção da frase e o sentido original.

(B) Invertendo a ordem dos segmentos iniciais – “Longe disso, para nós” –, uma vírgula depois de *nós* estaria em desacordo com as normas gramaticais.

(C) O pronome *que* destacado refere-se a *o homem.*

(D) O pronome *lhe* destacado refere-se a *esse eu*.

(E) Formas como *poderia* e *seriam* denotam que o autor lida meramente com hipóteses, o que o impede de fazer informações categóricas sobre o tema.

RESPOSTA (A) Errado – Não é justificado o emprego da crase diante do pronome “nós”, uma vez que este repele o artigo “a”. (B) Errado – Com a alteração proposta, a vírgula após “nós” torna-se necessária, uma vez que o trecho “para nós” foi deslocado da ordem direta. (C) Errado – O pronome relativo “que” retoma anaforicamente “nada” (*nada poderia insinuar a presença da liberdade*). (D) Certo. (E) Errado – A presença dessas hipóteses não impede o autor de afirmar categoricamente, por exemplo, que o *eu puro* não existe. *Alternativa D.*

10532. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** *... a liberdade se faz a partir do elemento não livre, da presença de um obstáculo sem o qual nem se poderia conceber o surgimento da liberdade.*

Considerado o contexto, outra redação que, clara e correta, preserva o sentido original do segmento grifado acima é:

(A) de um obstáculo sem cuja presença nem se poderia conceber o surgimento da liberdade.

(B) de um obstáculo a qual a presença seria necessária para se conceber o surgimento da liberdade.

(C) da presença de um obstáculo com o qual, faltando, nem se poderia conceber o surgimento da liberdade.

(D) de um obstáculo que a presença dele não poderia faltar para se conceber o surgimento da liberdade.

(E) da presença de um obstáculo que se depende para conceber o surgimento da liberdade.

RESPOSTA (A) Certo – Trata-se de uma perfeita paráfrase, ou seja, cópia do conteúdo original com outras palavras. (B) Errado – Como se trata de uma relação de posse entre “presença” e “obstáculo” *(presença do obstáculo)*, o pronome relativo adequado para expressar esse fim é o “cuja” *(obstáculo cuja presença)*. (C) Errado – A redação é confusa, principalmente o trecho “... com o qual, faltando,...”. Fica muito mais clara a mensagem substituindo esse trecho por “sem o qual”. (D) Errado – Deve-se empregar o pronome relativo “cujo” – e suas variações – para se referir a relações de posse. Assim, ficaria mais adequada a redação “obstáculo cuja presença”, em vez de “obstáculo que a presença dele”. (E) Errado – A forma verbal “se depende” solicita a regência da preposição “de”, que deve ser posicionada antes do pronome relativo “que”. Assim, a redação correta seria *“da presença de um obstáculo **de** que se depende para conceber o surgimento da liberdade.”. Alternativa A.*

10533. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** A afirmação correta é:

(A) No texto, o adjetivo *viável* está empregado de acordo com as normas gramaticais, assim como em "Os projetos se tornaram, depois do acordo, totalmente viável".

(B) Transposta a frase *a educação para a liberdade deve pressupor a frequentação de elementos não livres para a voz passiva*, a forma verbal obtida é: "devem ser pressupostos".

(C) Se no segmento *não existe algo* o termo grifado fosse substituído por "evidências de nenhuma ordem", a forma verbal deveria permanecer a mesma para que a correção da frase fosse preservada.

(D) Se, em *a liberdade passa a ser o objetivo de uma longa e laboriosa caminhada*, o termo destacado fosse substituído por "as liberdades", a correção seria mantida com a locução verbal alterada para "passam a serem".

(E) Em *nem há liberdade*, o verbo está empregado conforme as normas gramaticais, assim como em "Eles hão de reconhecer o engano cometido".

RESPOSTA (A) Errado – É necessário empregar a forma plural "viáveis", para que haja a concordância com o substantivo "projetos". Assim, o correto seria: *"Os projetos se tornaram, depois do acordo, totalmente* ***viáveis****.".* (B) Errado – O sujeito na voz passiva é o paciente da ação verbal: *a frequentação de elementos não livres.* Quanto às formas verbais, soma-se o auxiliar "ser", flexionado no mesmo tempo do verbo principal na voz ativa, acompanhado do verbo principal na forma nominal particípio. Dessa forma, a frase transposta para a voz passiva fica da seguinte forma: ***a frequentação de elementos não livres deve ser pressuposta pela educação****.* (C) Errado – Com a substituição proposta, é necessário empregar a forma plural "existem", para que haja concordância entre o verbo – *existem* – e o sujeito – *evidências*. (D) Errado – O verbo principal infinitivo numa locução verbal **não** é flexionado. Assim, o correto seria "passam a ser". (E) Certo – No segmento "nem há liberdade", o verbo "haver" está empregado no sentido de "existir", comportando-se, portanto, como impessoal. Nessas condições, conjuga-se o verbo somente na 3ª pessoa do singular. Já em "Eles hão de reconhecer o engano cometido", o verbo "haver" está empregado como auxiliar do verbo principal "reconhecer", concordando, assim, com o sujeito "Eles". *Alternativa E.*

1A história dos países atrasados nos séculos XIX e XX é a história da tentativa de alcançar o mundo mais avançado por meio de sua imitação. Os japoneses do século XIX tomavam a Europa como modelo;
os europeus ocidentais, depois da Segunda Guerra Mundial, imitavam a economia norteamericana. A
experiência da Europa Central e Oriental no século XX é, genericamente falando, a de tentar atualizar-se
5mediante a sucessiva adoção e fracasso de vários modelos. Depois de 1918, quando a maioria dos países
sucessores constituía-se de países novos, o modelo foi o da democracia e do liberalismo econômico do Ocidente. O presidente Wilson – a estação principal de Praga está batizada novamente com o seu nome?
– era o santo padroeiro da região, menos para os bolcheviques, que seguiam seu próprio caminho. (Na verdade, também eles tinham modelos estrangeiros: Rathenau e Henry Ford.) Isso não funcionou.
10Nos anos 20 e 30, o modelo entrou em colapso, em termos políticos e econômicos. A Grande Depressão
acabou destruindo a democracia multinacional até mesmo na Tchecoslováquia.

(Eric Hobsbawm, Dentro e fora da história, In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 15).

10534. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** A alternativa que apresenta, de modo claro e correto, adequado resumo das principais ideias do texto é:

(A) Os países novos, depois de 1918, tentando progredir como os mais avançados, seguiam à risca os

modelos eficientes, fossem da Europa, fossem norte-americanos, fossem democratas e liberais na economia, como o de Wilson (para alguns, para outros, não), e a Grande Depressão (de 20 a 30) provou que não era certo.

(B) Nações atrasadas permaneceram nos séculos XIX e XX de sua história imitando a Europa, mais especificamente, além do modelo norte-americano, porque, depois de insucessos, restou a democracia e o liberalismo econômico, que, com o presidente Wilson – e alternativamente Ratheau e Ford –, fracassou com a Grande Depressão.

(C) A específica questão dos japoneses e europeus ocidentais, depois da Segunda Guerra Mundial, constitui-se em imitar os modelos que elegiam como padrão de avanço e, com permanentes fracassos, optaram finalmente pela democracia e liberalismo econômico, que acabou por provocar o colapso do sistema nas décadas de 20 e 30.

(D) Nos séculos XIX e XX, as nações atrasadas queriam o progresso, mas por via da imitação, cada uma elegendo seu modelo, quer europeu, quer norteamericano; no século passado, nem mesmo o modelo da democracia e do liberalismo econômico do Ocidente produziu êxito, pois ele conheceu a decadência nos anos 20 e 30.

(E) As nações atrasadas nos séculos XIX e XX têm sua história marcada pelo progresso, mas sempre imitando paradigmas, o que produziu fracassos e acabou, no caso da Europa Central e Oriental, por abraçar a democracia e o liberalismo econômico do Ocidente, que também se revelou inconsistente.

RESPOSTA (A) Errado – No trecho *"como o de Wilson"*, não está claro a que termo se refere o pronome demonstrativo "o" (= aquele), prejudicando a clareza do texto. O comentário parentético "para alguns, para outros, não" também é confuso, pois não se sabe o que é (e o que não é) Wilson para uns. (B) Errado – É incoerente o trecho *"porque, depois de insucessos, restou a democracia e o liberalismo econômico"*. Não traz o texto essa relação de causa, evidenciada pela conjunção "porque". A relação trazida pelo texto é de tempo, como pode ser observado no trecho "***Depois de 1918**, **quando a maioria dos países sucessores constituía-se de países novos**, o modelo foi o da democracia e do liberalismo econômico do Ocidente.*". (C) Errado – O trecho *"que acabou por provocar o colapso do sistema nas décadas de 20 e 30"* passa uma ideia de consequência, como se a opção pela democracia e pelo liberalismo econômico é que tenha levado ao colapso do sistema, o que não é verdade de acordo com o texto. As causas desse colapso foram outras e não foram explicitadas no texto (*Isso não funcionou. Nos anos 20 e 30, o modelo entrou em colapso, em termos políticos e econômicos.*). (D) Certo – O trecho *"Nos séculos XIX e XX, as nações atrasadas queriam o progresso, mas por via da imitação, cada uma elegendo seu modelo, quer europeu, quer norteamericano;"* sintetiza a primeira parte do texto, que vai de "*A história dos países atrasados nos séculos XIX e XX...*" até "*... adoção e fracasso de vários modelos*". Já o trecho *"no século passado, nem mesmo o modelo da democracia e do liberalismo econômico do Ocidente produziu êxito, pois ele conheceu a decadência nos anos 20 e 30."* resume a segunda parte do texto, que vai de "*Depois de 1918, quando a maioria dos países sucessores...*" até "*... a democracia multinacional até mesmo na Tchecoslováquia.*". (E) Errado – O trecho *"As nações atrasadas nos séculos XIX e XX têm sua história marcada pelo progresso,..."* não está amparado pelo texto. Afirma-se nele que as nações atrasadas, no século XIX e XX, tentaram imitar as nações desenvolvidas, mas, em momento algum, afirmou-se que esses atrasados tinham como marca o progresso. É o que se pode verificar no trecho "*A história dos países atrasados nos séculos XIX e XX é a história da tentativa de alcançar o mundo mais avançado por meio de sua imitação.*". *Alternativa D.*

10535. (Analista do MPU – 2007 – FCC) Na organização do texto,

(A) a frase *os europeus ocidentais, depois da Segunda Guerra Mundial, imitavam a economia norte-americana* (linha 3) constitui mais um dado da análise do que ocorreu com a nação japonesa no século XIX.

(B) a expressão *genericamente falando* (linha 4) constitui estratégia do autor para orientar o processo de leitura do trecho.

(C) a expressão *a sucessiva adoção e fracasso de vários modelos* (linha 5) constitui um paradoxo.

(D) a expressão *vários modelos* (linha 5) equivale a "modelos plurais".

(E) a expressão *Depois de 1918* (linha 5) constitui parâmetro temporal e pode ser substituída, sem

prejuízo da correção e clareza, por “Sucedendo 1918”.

RESPOSTA (A) Errado – De forma alguma, já que a frase (linha 3) faz referência a países europeus. (B) Certo. (C) Errado – De forma alguma, haja vista que um – o fracasso – ocorreu após o outro – a adoção. Como o paradoxo se dá quando coexistem no mesmo ínterim oposições inconciliáveis, não se pode considerar que o ocorra na frase (linha 5). (D) Errado – O posicionamento de “vários” antes de “modelos” dá a ideia de quantidade (foram muitos os modelos); já o posicionamento de “plurais” depois de “modelos” dá a ideia de diversidade (diferentes um do outro, mas não necessariamente em grande quantidade). (E) Errado – Dá-se a entender que o sujeito da forma “Sucedendo” é “modelo” *(o modelo sucedeu 1918)*, enquanto, na redação original, o termo “Depois de 1918” (linha 5) é um adjunto adverbial. *Alternativa B.*

10536. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** *O presidente Wilson – a estação principal de Praga está batizada novamente com o seu nome? – era o santo padroeiro da região, menos para os bolcheviques, que seguiam seu próprio caminho. (Na verdade, também eles tinham modelos estrangeiros: Rathenau e Henry Ford.)*

No fragmento acima,

(A) os travessões desempenham função análoga à dos parênteses.

(B) a retirada da vírgula depois de *bolcheviques* não altera o sentido original.

(C) se a frase entre travessões fosse iniciada com “gostaria de saber se”, o ponto de interrogação deveria ser preservado.

(D) considerada a argumentação desenvolvida, os parênteses contêm ideia que, se não for considerada à parte, anula o que se afirmou anteriormente.

(E) se a expressão *Na verdade* fosse deslocada para imediatamente depois dos dois-pontos, o sentido original não seria prejudicado.

RESPOSTA (A) Certo – De fato, tanto os travessões, como os parênteses cumprem a função de isolar um comentário do conteúdo do texto. (B) Errado – A retirada da vírgula faria com que a oração adjetiva “que seguiam seu próprio caminho” deixasse de ser explicativa e passasse a ser restritiva. Dessa forma, não seriam mais todos os bolcheviques que seguiam o mesmo caminho, mas apenas alguns. (C) Errado – Não haveria mais a necessidade do ponto de interrogação, pois teríamos uma interrogativa indireta, que não requer esse sinal: *gostaria de saber se a estação principal de Praga está batizada novamente com o seu nome.* (D) Errado – O comentário entre parênteses se soma à discussão, e não anula o conteúdo anterior. (E) Errado – Seria sim completamente alterado o sentido original, pois daria a entender que *Rathenau e Henry Ford* não são modelos estrangeiros. *Alternativa A.*

10537. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** *Isso não funcionou. Nos anos 20 e 30, o modelo entrou em colapso, em termos políticos e econômicos.*

A relação estabelecida no texto entre as duas frases acima está corretamente expressa por:

(A) à proporção que.

(B) no entanto.

(C) por conseguinte.

(D) se bem que.

(E) uma vez que.

RESPOSTA Há uma relação de **causa e efeito** entre as duas frases. Isso fica mais evidente reescrevendo as frases da seguinte maneira: *Isso não funcionou, **uma vez que**, nos anos 20 e 30, o modelo entrou em colapso, em termos políticos e econômicos.*

(A) A locução conjuntiva “à proporção que” tem valor semântico proporcional. (B) A locução conjuntiva “no entanto” tem valor semântico de oposição adversativa. (C) A locução conjuntiva “por conseguinte” tem valor semântico conclusivo. (D) A locução conjuntiva “se bem que” tem valor semântico de oposição concessiva. *Alternativa E*.

10538. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** *(Na verdade, também eles tinham modelos estrangeiros: Rathenau e Henry Ford.) Isso não funcionou. Nos anos 20 e 30, o modelo entrou em*

colapso, em termos políticos e econômicos. A Grande Depressão acabou destruindo a democracia multinacional até mesmo na Tchecoslováquia.

Observado o fragmento acima, é correto afirmar:

(A) A palavra *também* foi empregada para dar ênfase à ideia apresentada, expressando o mesmo sentido que se nota em "Essa história também já é demais!".

(B) O vocábulo *colapso* estaria corretamente separado em sílabas assim: "co – la – pso".

(C) A expressão *até mesmo* assinala que, no processo de defesa da ideia, o elemento citado constitui-se como o argumento mais forte.

(D) A expressão *acabou destruindo* exprime a mesma ideia que a forma verbal "destruíra".

(E) A expressão *entrou em colapso* foi empregada para exprimir que a perda da eficiência ocorria paulatinamente.

RESPOSTA (A) Errado – No texto, a palavra "também" foi empregada no sentido de "da mesma forma", "do mesmo modo", enquanto, na frase trazida pela assertiva, seu uso está associado à ideia de ênfase, destaque. (B) Errado – A separação correta é ***co*** – ***lap*** – ***so***. (C) Certo – De fato, a expressão "até mesmo" destaca o ocorrido na Tchecoslováquia. (D) Errado – A forma "destruíra" é conjugação do pretérito mais-que-perfeito do indicativo e equivale a "tinha destruído". (E) Errado – A palavra "colapso" enfatiza o caráter repentino com que se deu a mudança, e não paulatino (gradualmente). *Alternativa C.*

10539. (Analista do MPU – 2007 – FCC) A frase que está totalmente correta quanto à grafia e acentuação é:

(A) O excesso de fracassos às vezes leva o governante de uma nação a por a culpa em pessoas ou sistemas, sem a mínima exitação.

(B) A parte teórica estava sucinta, mas o grande número de notas incertas de modo desorganizado no texto provocou um desequilíbrio desastrozo.

(C) Não se conseguiu reconhecer quem fez as rúbricas, por isso ninguém pode, ontem, ser admoestado.

(D) A análise dos obstáculos não para aí, por isso não é mau conselho sugerir que se aceite a colaboração espontânea dos especialistas na área.

(E) Alguns contratos foram recindidos porque a assessoria considerou certos valores extorsivos, chegando à sugerir uma auditoria no setor.

RESPOSTA (A) Errado – O correto seria: *O excesso de fracassos às vezes leva o governante de uma nação a* ***pôr*** *a culpa em pessoas ou sistemas, sem a mínima* ***hesitação***. ***Observação: hesitação = temor, medo.*** (B) Errado – O correto seria: *A parte teórica estava sucinta, mas o grande número de notas* ***insertas*** *de modo desorganizado no texto provocou um desequilíbrio* ***desastroso***. ***Observação: insertas = inseridas.*** (C) Errado – O correto seria: *Não se conseguiu reconhecer quem fez as* ***rubricas***, *por isso ninguém* ***pôde***, *ontem, ser admoestado.* ***Observação: rubricas – palavra paroxítona; pôde – pretérito perfeito do indicativo / pode – presente do indicativo***. (D) Certo. Observação: com o novo acordo ortográfico, o acento diferencial do "para" / "pára" não é mais utilizado. (E) Errado – O correto seria: *Alguns contratos foram* ***rescindidos*** *porque a assessoria considerou certos valores extorsivos, chegando* ***a sugerir*** *uma auditoria no setor.* ***Observação: não se emprega crase antes de verbos***. *Alternativa D.*

10540. (Analista do MPU – 2007 – FCC) A concordância está totalmente de acordo com a norma-padrão da língua em:

(A) Tudo indica que vai ser questionado, em cada setor, a decisão de ser prorrogado o início das férias de todos os funcionários.

(B) Ela quer que seja pedido aos encarregados, o mais rapidamente possível, as listas de compras, para que seja possível atender-lhe as solicitações antes do fim do mês.

(C) Exige-se, sim, de toda a equipe, as maneiras mais polidas no trato com os visitantes, pois a eles se

devem as possibilidades de manutenção do parque.

(D) Tratam-se de questões espinhosas, incluindo as que diz respeito aos novos termos da lei, por si sós bastante discutíveis.

(E) Deve-se aos trâmites internos, mais do que às argumentações produzidas no processo, a demora do julgamento, visto que os analistas ainda não as puderam ter em mãos.

RESPOSTA (A) Errado – Deve-se empregar a forma “questionada”, para que haja a concordância com o substantivo feminino “decisão”. (B) Errado – Deve-se empregar a forma “sejam pedidas” para que haja concordância com o substantivo feminino núcleo do sujeito “listas”. (C) Errado – Deve-se empregar a forma plural “Exigem-se”, para que haja concordância com o núcleo do sujeito paciente “maneiras” (***Excluem-se*** *as maneiras* = ***São excluídas*** *as maneiras*). (D) Errado – Emprega-se a forma invariável “Trata-se”, haja vista que se trata de uma indeterminação do sujeito, mais precisamente o 2º caso *(verbo na* ***3ª pessoa do singular*** + *índice de indeterminação do sujeito* ***se****)*. Além disso, deve-se empregar a forma verbal plural “dizem”, para que haja concordância com o antecedente de “que”: o pronome demonstrativo “as” *(= aquelas)*. Por fim, deve-se empregar “só” em vez de “sós”, uma vez que temos a equivalência com “somente”. (E) Certo. *Alternativa E.*

10541. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** A redação que está clara e totalmente correta é:

(A) Devido aos novos rumos dos negócios que as pessoas devem se precaver, pois a mudança na Economia é entendida, cada vez menos, por um número pequeno de pessoas.

(B) Sendo, ou não, influenciados pelo grande público, os rapazes representavam entusiasmadamente o texto que lhes possibilitava a manifestação completa do talento.

(C) Embora a doença seja erradicada facilmente, no ano anterior, registraram-se nesta semana alguns casos de recaída, do qual muitos deles, foram atendidos prontamente.

(D) São visões diferente ao que Machado manifestou em seus romances, indo, mesmo, na direção contrária das suas obras.

(E) O desastre foi violento e as vítimas foram socorridas ao hospital mais próximo, onde, perante os quadros, foram tomadas as medidas emergenciais mais adequadas.

RESPOSTA (A) Errado – A frase é incompleta, pois não há nela uma oração principal. Além disso, a forma verbal “se precaver” solicita a regência da preposição “de”, que deve ser posicionada antes do pronome relativo “que”. (B) Certo. (C) Errado – A presença simultânea dos adjuntos adverbiais temporais “no ano anterior” e “nesta semana” torna confuso o enunciado. Além disso, é incorreta a vírgula depois de “deles”, uma vez que ela isola sujeito – *muitos deles* – e verbo – *completa*. (D) Errado – Deve-se empregar a forma plural “diferentes”, para que haja concordância com o substantivo “visões”. Além disso, o nome “diferente” solicita a regência da preposição “de” (*diferente* ***do*** *que Machado...* no lugar de *diferente ao que Machado*). (E) Errado – Deve-se empregar a preposição “em” em vez de “a”, resultando na construção *“socorridas* ***no*** *hospital”*. *Alternativa B.*

10542. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** Empregou-se de acordo com o padrão culto a forma grifada em:

(A) Provi os voluntários de todos os instrumentos necessários para o bom atendimento.

(B) Se eles se indisporem com o atual diretor, terão problemas no fim do ano.

(C) Caso ele se abstém de votar, será difícil justificar sua atitude.

(D) Quando satisfazerem plenamente suas vaidades, entenderão que foram fúteis.

(E) Sofreram tantos e tão variados revés na vida, que fortaleceram sua resistência.

RESPOSTA (A) Certo – Trata-se da 1ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo do verbo “prover”. (B) Errado – O correto seria “se indispuserem” – futuro do subjuntivo do verbo “indispor-se”. (C) Errado – O correto seria “se abstenham” – presente do subjuntivo do verbo “abster-se”. (D) Errado – O correto seria “satisfizerem” – futuro do subjuntivo do verbo “satisfazer”. (E) Errado – O correto seria “reveses” – plural de do substantivo “revés”. *Alternativa A.*

10543. **(Analista do MPU – 2007 – FCC)** Empregou-se de acordo com o padrão culto a forma grifada em:

(A) Afirmou que a analogia pelas duas obras é claramente notada.

(B) Habituou-se em observar os menores detalhes de cada tela do pintor.

(C) O portão era ladeado com duas guaritas.

(D) O susto emudeceu-lhe.

(E) Desconfio que ele seja espião.

RESPOSTA (A) Errado – Deve-se empregar a preposição “entre”: *analogia (semelhança)* ***entre*** *as duas obras.* (B) Errado – Deve-se empregar a preposição “a” (habituar-se **a** algo). (C) Errado – Deve-se empregar a preposição “de” (ladeado **de** alguém, **de** algo). (D) Errado – Deve-se empregar o pronome oblíquo “o”, haja vista que o verbo “emudecer” solicita um objeto direto. (E) Certo – Trata-se de uma conjunção integrante, que introduz uma oração subordinada substantiva objetiva indireta. Diante da conjunção integrante, é possível omitir o elemento prepositivo. *Alternativa E.*

O valor da informação

Um indivíduo participa da vida social em proporção ao volume e à qualidade das informações que possui,
mas, especialmente, em função de suas possibilidades de aproveitá-las e, sobretudo, de sua possibilidade de nelas intervir como produtor do saber. Isso significa que, nas discussões acerca das condições sociais da democracia, algumas questões merecem ser focalizadas.
Como os indivíduos recebem a informação? Quais as informações que lhes são dadas? Quando o são?
Quem as dá? Com que fim são fornecidas – para serem fixadas mecanicamente ou para lhes dar liberdade
de escolha e margem de iniciativa?
São questões decisivas, se a discussão da democracia for a sério.

(Adaptado de Marilena Chauí, *Cultura e democracia*)

10544. **(Auditor Fiscal de Tributos Estaduais – SEFIN-RO – 2010 – FCC)** *O valor da informação*, segundo a autora,

I. é absoluto numa democracia, cabendo apenas atentar para aspectos mais circunstanciais dos canais de informação e avaliar a eficácia destes no processo comunicativo.

II. deve ser permanentemente avaliado, para se saber se entre o emissor e o receptor da informação não há dificuldades operacionais ou técnicas a serem superadas.

III. está vinculado a uma série de condicionantes, que devem ser reconhecidos para se avaliar qual a efetiva participação dos indivíduos na vida democrática.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) I e II.

(E) II e III.

RESPOSTA **I. Falsa** – Não se restringe esse valor aos canais de informação. A questão é bem mais abrangente, englobando aspectos ligados à função das informações e à forma como ela é processada pelos indivíduos. **II. Falsa** – Novamente, a questão não se restringe a aspectos técnicos. Ela engloba, por exemplo, questões ligadas à livre-escolha e à margem de iniciativa por parte dos indivíduos que têm acesso à informação. **III. Verdadeira** – Trata-se da redação apropriada, pois não restringe o valor da informação a uma ou outra questão específica. Faz referência ao seu caráter abrangente. *Alternativa C.*

10545. **(Auditor Fiscal de Tributos Estaduais – SEFIN-RO – 2010 – FCC)** Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto.

(A) Ao em vez de propor a euforia das informações, a autora adverte de que se trata muito mais de investigar suas condicionantes do que aceitar seus efeitos.
(B) A euforia das informações que correm em nossos dias passam a contaminar a todos, de tal modo, que uma espécie de ruído comunicativo sobrepõe-se à límpidas mensagens.
(C) Para a autora do texto o valor da informação antes de mais nada, circunscreve-se a uma série de pré-requesitos, ou não há participação efetiva da sociedade.
(D) Sem poder intervir no processo de informações, um indivíduo não estará participando da vida social, mas apenas integrando-a de modo passivo e acrítico.
(E) Um pressuposto da vida democrática é a informação; sem elas, ou ainda melhor, sem investigar-lhes, não há participação que seja condigna a essa designação.

RESPOSTA (A) Errada – Deve-se grafar *"Ao invés de"* no lugar de *"Ao em vez de"*. (B) Errada – Está equivocado o emprego da crase, pois o substantivo *"mensagens"* solicita o artigo definido *"as"*, e não o artigo *"a"*, presente na contração *"à"*. Ou se emprega *"sobrepõe-se **a** límpidas mensagens"* ou *"sobrepõe-se **às** límpidas mensagens"*. (C) Errada – A expressão adverbial intercalada *"antes de mais nada"* deve ser isolada por vírgulas. Além disso, deve-se observar a grafia correta *"pré-requ**i**sitos"*. (D) Certa. (E) Errada – Deve-se empregar *"ela"*, para que haja concordância com o substantivo *"informação"*. Além disso, em vez de *"investigar-lhes"*, deve-se empregar *"investigá-las"*, pois se trata de um verbo transitivo direto. Portanto, o seu complemento deve ser representado pelo pronome oblíquo *"as"*, resultando na forma *"investigá-las"*. *Alternativa D.*

10546. (Auditor Fiscal de Tributos Estaduais – SEFIN-RO – 2010 – FCC) Estão inteiramente adequadas a regência e a concordância verbal na frase:

(A) Dependem do volume e da qualidade das informações a participação em que se espera numa autêntica sociedade democrática.
(B) Estão na base mesma da sociedade, cujo espírito democrático se pretende íntegro, os valores fundamentais da informação aberta e bem qualificada.
(C) As várias perguntas em que se desenvolve a preocupação da autora do texto parece ancorar-se na estratégia de um questionamento socrático.
(D) Caso não se avalie as condições em que transitam as informações numa sociedade, que garantia teremos que se trata de uma democracia?
(E) A leitura do texto permite depreender de que nem toda informação, ainda que multiplicada, tornam-se fatores de democratização.

RESPOSTA (A) Errada – Deve-se empregar a forma singular *"Depende"*, para que haja concordância com o núcleo do sujeito *"participação"*. Além disso, a preposição *"em"* não é solicitada pela regência da forma verbal *"espera-se" (participação que **se espera** = participação que **é esperada**)*. (B) Certa. (C) Errada – Deve-se empregar a flexão plural *"parecem"*, para que haja concordância com o núcleo do sujeito *"perguntas"*. (D) Errada – Deve-se empregar a forma plural *"se avaliem"*, para que haja concordância com o núcleo do sujeito paciente *"condições" (se avaliem condições = condições sejam avaliadas).* (E) Errada – A preposição *"de"* deve ser omitida, uma vez que o verbo *"depreender"* é transitivo direto. Além disso, deve-se empregar a forma *"torna-se fator"*, para que haja concordância com o núcleo do sujeito *"informação". Alternativa B.*

10547. (Auditor Fiscal de Tributos Estaduais – SEFIN-RO – 2010 – FCC) *São questões decisivas, se a discussão da democracia for a sério.*

Numa nova redação da frase acima, mantêm-se o sentido e a adequada correlação entre tempos e modos verbais em:

(A) Sempre que a discussão da democracia for levada a sério, questões como essas serão decisivas.
(B) Mesmo sendo decisivas tais questões, a discussão da democracia é levada a sério.
(C) Fossem questões decisivas, e a discussão da democracia será levada a sério.
(D) Caso se levasse a sério a discussão da democracia, ainda assim seriam questões decisivas.

(E) Conquanto decisivas, tais questões serão levadas a sério na discussão da democracia.

RESPOSTA (A) Certa – Mantém a correlação entre o Futuro do Subjuntivo – *for* – e o Futuro do Presente do Indicativo – *serão.* (B) Errada – O sentido original é alterado. Em vez de termos uma condição, a forma *"mesmo"* é responsável por introduzir uma ideia de concessão. (C) Errada – Não é mantida a correlação entre os tempos e modos verbais. A forma *"Fossem" – Pretérito Imperfeito do Subjuntivo* – requer a correlação com *"seria" – Futuro do Pretérito do Indicativo.* Além disso, o sentido original é alterado, pois se trata como condição o fato de serem questões decisivas, e não o fato de a discussão da democracia ser levada a sério, conforme a redação original. (D) Errada – Houve uma alteração do sentido original. A construção *"ainda assim"* introduz uma ideia de concessão. (E) Errada – Houve uma alteração do sentido original. A conjunção *"Conquanto"* introduz uma ideia de concessão. *Alternativa A.*

10548. **(Auditor Fiscal de Tributos Estaduais – SEFIN-RO – 2010 – FCC)** É preciso **corrigir** a redação da seguinte frase:

(A) Por meio das perguntas que formula, a autora chama a atenção para as diferentes condições implicadas no processamento das informações.

(B) Ao contrário do que pensa a autora, muitas pessoas julgam que o simples acesso às informações já evidencia uma sociedade democrática.

(C) Se o indivíduo não intervier na vida social, as informações de que dispõe tornam-se inoperantes, não representando ganho de qualquer espécie.

(D) A fonte das informações deve ser absolutamente confiável, para que os indivíduos não sejam ludibriados e levados a interpretações errôneas.

(E) Investigar detalhadamente os aspectos em que se envolve a informação, é uma condição pela qual o cidadão consciente não deve se abster.

RESPOSTA É equivocado o emprego da vírgula após *"informação"*, haja vista que esta isola o sujeito oracional – *Investigar detalhadamente os aspectos em que se envolve a informação* – do seu verbo – *é*. Além disso, em vez de se empregar a construção *"pela qual"*, devemos empregar a forma *"da qual"*, haja vista que a preposição *"de"* é exigida pela regência da forma verbal *"abster-se" (abster-se **de** algo)*. *Alternativa E.*

1 "Ocorreu em nossos países uma nova forma de colonialismo, com a imposição de uma cultura alheia à própria
da região. Cumpre avaliar criticamente os elementos culturais alheios que se pretendam impor do exterior.
O desenvolvimento corresponde a uma matriz endógena, gerada em nossas próprias sociedades, e que
portanto não é possível importar. Precisamos levar sempre em conta os traços culturais que nos caracterizam,
5 que hão de alimentar a busca de soluções endógenas, que nem sempre têm por que coincidir com as do mundo
altamente industrializado."1
O que há de extraordinário nessa citação? Nada, exceto a data. Ela não foi redigida no princípio do século
XIX e sim no dia 29 de maio de 1993, exatamente um mês antes da redação deste artigo. Trata-se de um
documento aprovado por vários intelectuais ibero-americanos, na Guatemala, como parte da preparação
10 da III Conferência de Cúpula da região, a realizar-se em Salvador, na Bahia.
Conhecemos bem essa linguagem no Brasil. É o discurso do nacionalismo cultural, que começou a
ser balbuciado com os primeiros escritores nativistas, e desde a independência não cessou,

passando por vários
avatares, com tons e modulações diversas. Ao que parece, nada envelheceu nessas palavras. Quase todos
os brasileiros se orgulhariam de repeti-las, como se elas fossem novas e matinais, como se fôssemos
[15]contemporâneos do grito do Ipiranga. Nesses 171 anos, o Brasil passou do Primeiro para o Segundo Reinado,
da Monarquia para a República Velha, desta para o Estado Novo, deste para a democracia, desta para a
ditadura militar, e desta para uma nova fase de democratização. Passamos do regime servil para o trabalho
livre – ou quase. De país essencialmente agrário transitamos para a condição de país industrial, e sob alguns
aspectos nos aproximamos da pós-modernidade. Só uma coisa não mudou: o nacionalismo cultural.
[20]Continuamos repetindo, ritualmente, que a cultura brasileira (ou latino-americana) deve desfazer-se dos
modelos importados e voltar-se para sua própria tradição cultural.

1 Relato general de la *Cumbre Del pensamiento*, Antígua-Guatemala, p. 88 e ss.

(Adaptado de Sergio Paulo Rouanet. Elogio do incesto. In: *Mal-estar na modernidade:* ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 346-347).

10549. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** Afirma-se com correção:

(A) A referência às diversas formas de governo no Brasil demonstra o profundo conhecimento do autor acerca da realidade brasileira, o que torna consistente seu juízo positivo a respeito do que considera “nosso ritual”.

(B) *O que há de extraordinário nessa citação?* é uma pergunta retórica, pois o autor, ao formulá-la, não tem como objetivo receber uma resposta, mas apenas valer-se do questionamento como recurso argumentativo.

(C) A referência à data em que foi escrito o artigo permite ao autor evidenciar a atualidade de suas ideias, devido à aproximação temporal entre seu texto e o documento aprovado por vários intelectuais ibero-americanos.

(D) O segmento *não foi redigida no princípio do século XIX e sim no dia 29 de maio de 1993* mostra que o autor considera o Brasil um país sempre em atraso no que se refere à exposição de conceitos.

(E) Ao referir-se à ***III** Conferência de Cúpula da região*, o autor sinaliza que a assembleia não contempla territórios que não sejam guatemaltecos.

RESPOSTA (A) Errado – Não fica evidente um juízo positivo por parte do autor do texto. Ao mencionar que a citação por ele apresentada – *datada de 29 de maio de 1993* – se assemelha muito aos discursos nacionalistas do século XIX e de épocas seguintes, dá a entender que se trata de algo já previsível e nem um pouco inovador.

(B) Certo – Trata-se apenas de um recurso argumentativo, que destaca o caráter pouco inovador da citação apresentada no início do texto. Não se trata de um questionamento que manifesta dúvidas por parte do autor, uma vez que este já tem plena ciência da resposta.

(C) Errado – Essa aproximação entre as ideias defendidas na citação e os discursos de outros tempos demonstra o caráter pouco inovador das ideias acerca da cultura nacional.

(D) Errado – Não há evidências de que o autor julgue o Brasil um país atrasado em relação a conceitos de forma geral, até porque se analisa no texto apenas um conceito específico: o da cultura nacional. Trata-se, assim, de uma generalização sem

fundamento.

(E) Errado – A conferência é realizada na Guatemala, porém dela participam outras nações ibero-americanas. *Alternativa B*.

10550. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** Compreende-se corretamente que Sergio Paulo Rouanet

(A) retifica equívoco sobre época de registro oficial de importante documento, pois considera que balizar corretamente é atitude essencial a intelectuais analistas da cultura.

(B) faz uma citação e a desqualifica, pelo fato de expressar ideias consideradas ultrapassadas, embora reconheça seu mérito de datar o início de uma específica visão de colonialismo.

(C) se respalda em renomados intelectuais ibero-americanos para defender o posicionamento adotado no documento preparatório à *III Conferência de Cúpula*.

(D) inicia seu artigo com citação que apresenta fatos e descrição de processos, citação em que não se reconhece qualquer marca de atitude prescritiva sobre esses ou aqueles.

(E) desenvolve raciocínio que legitima a seguinte compreensão: o título do artigo caracteriza o que está denominado no texto como *discurso do nacionalismo cultural*.

RESPOSTA (A) Errada – Não há propriamente uma retificação (correção) nem há também um equívoco, como afirma a assertiva. O que o autor faz é destacar o caráter pouco inovador da citação, comparando-a a discursos nacionalistas de outros tempos. (B) Errada – A citação apresentada não demarca o início de uma visão de colonialismo. Na verdade, ela expressa a ideia de nacionalismo cultural, que teve suas primeiras manifestações no século XIX, com escritores nativistas. (C) Errada – O autor não assume o posicionamento dos conferencistas. Dá a entender que critica o conteúdo dessas ideias, julgando-as ultrapassadas. (D) Errada – O trecho da citação "*Cumpre avaliar criticamente os elementos culturais alheios que se pretendam impor do exterior.*" é um exemplo de prescrição (ordem) nela presente. (E) Certa – O título *"Mal-estar na modernidade"* remete ao conteúdo do texto. Nele, fica claro que as definições e preocupações (mal-estar) em torno das ideias ligadas ao nacionalismo cultural ainda persistem nos dias atuais, tendo suas origens no período colonial. Desde esse período, pouco se alterou o conteúdo desse discurso. *Alternativa E.*

10551. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** O texto legitima o seguinte comentário:

(A) Em *hão de alimentar* (linha 5), a forma verbal exprime, além da ideia de futuro, a de que o evento é desejado.

(B) Em *Continuamos repetindo* (linha 20), a ideia de ação em processo é decorrência exclusiva da forma *Continuamos*.

(C) A forma verbal *foi redigida* (linha 7) exprime fato passado considerado contínuo.

(D) A forma a *realizar-se em Salvador* (linha 10) exprime fato futuro em relação à data de redação do documento, mas passado em relação à data do artigo.

(E) Em *se orgulhariam de repeti-las* (linha 14), tem-se a expressão de um fato possível, mas considerado de pouca probabilidade.

RESPOSTA (A) Certo. (B) Errado – A ideia de ação em processo também está presente no verbo *"repetir"*, que é principal. O verbo auxiliar *"continuar"* reforça a ideia de que, há tempos, ocorre essa ação. (C) Errado – O verbo auxiliar *"foi"*, conjugado no pretérito perfeito do indicativo, indica que a ação **"redigir"** já foi concluída. (D) Errado – A forma verbal *"realizar-se"* indica um fato de acontecimento futuro em relação não só à data do documento, mas também em relação à data do artigo. (E) Errado – De acordo com o texto, não se trata de fato com pouca probabilidade de ocorrer. Ao contrário, são muitos os brasileiros que se repetiriam o discurso de nacionalismo cultural. *Alternativa A.*

10552. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** É correto afirmar:

(A) Se *da Monarquia* (linha 16) fosse substituído por *desta*, forma que se tem em outros trechos da

sequência, o paralelismo no que se refere à forma de governo não seria prejudicado.

(B) O emprego de *Quase* (linha 13) impede que o leitor esclarecido atribua crédito à afirmação feita, dado o valor de dúvida que se insere na frase.

(C) Na correlação estabelecida pelo duplo emprego de *como* (linha 14), explicita-se que o autor considera a autonomia política da nação como marco de um início.

(D) Ao mencionar *como se fôssemos contemporâneos do grito do Ipiranga* (linhas 14 e 15), o autor critica os que consideram os brasileiros um povo retrógrado.

(E) *Nesses 171 anos* (linha 15) é abrangência temporal cujo balizamento se dá, em linha que vai do presente para o passado, a partir do ano em que ocorre o ato da leitura.

RESPOSTA (A) Errado – Não seria possível a substituição por *"desta"*, uma vez que o antecedente imediato é *"Segundo Reinado"*, que exigiria *"deste"* como anafórico. (B) Errado – A expressão *"Quase todo"* transmite a ideia de segurança, e não dúvida. (C) Certo – A repetição de *"como"* enfatiza a retomada do discurso de nacionalismo, cujas origens, segundo o texto, remontam à época da independência política brasileira. (D) Errado – O autor dá a entender que o povo brasileiro se porta de forma retrógrada, ao retomar um discurso de nacionalismo já tão antigo. (E) Errado – A linha do tempo vai do passado até o momento presente, iniciando em 1822 e se estendendo até a data do artigo, em 1993. *Alternativa C.*

10553. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** *"Ocorreu em nossos países uma nova forma de colonialismo, com a imposição de uma cultura alheia à própria da região. Cumpre avaliar criticamente os elementos culturais alheios que se pretendam impor do exterior. O desenvolvimento corresponde a uma matriz endógena, gerada em nossas próprias sociedades, e que portanto não é possível importar. Precisamos levar sempre em conta os traços culturais que nos caracterizam, que hão de alimentar a busca de soluções endógenas, que nem sempre têm por que coincidir com as do mundo altamente industrializado."*

A citação acima transcrita deixa entrever alguns de seus pressupostos. A alternativa que NÃO apresenta um desses pressupostos é:

(A) Países desenvolvidos com base no crescimento industrial nem sempre são parâmetro para o desenvolvimento de outras nações.

(B) A prática do colonialismo supõe a sujeição de uma comunidade, território, país ou nação realizada por outra geralmente mais desenvolvida.

(C) Uma nova forma, seja qual for a natureza do fenômeno, constitui sempre um experimento, fato que justifica sua falta de aprimoramento, geradora de rejeições.

(D) Nações podem lançar mão de mais de uma orientação política ou ideológica para manter sob seu domínio os destinos de uma outra.

(E) A avaliação de elementos culturais nem sempre é realizada de forma competente.

RESPOSTA (A) Certo – É possível inferir essa conclusão a partir do trecho: "... *soluções endógenas, que nem sempre têm por que coincidir com as do mundo altamente industrializado.".* São essas soluções endógenas, segundo o texto, que fomentam o desenvolvimento de uma nação. (B) Certo – O modelo importado de nações industrializadas é definido pelo autor como uma nova forma de colonialismo. Segundo o autor, é necessária uma análise crítica dessas influências e a adoção de soluções endógenas. (C) Errado – A assertiva afirma que uma nova forma, seja qual for sua natureza, gera rejeições. No entanto, o exemplo apresentado se mostra contrário a essa tese, pois a cultura imposta provinda do exterior tem sido recebida de forma muitas vezes passiva pela sociedade. (D) Certo – É o que fazem as nações ditas industrializadas, que tentam impor seus traços culturais em outras nações. (E) Certo – Segundo o trecho, é necessário analisar criticamente a adoção de modelos culturais importados, o que dá a entender que nem sempre essa escolha se dá de forma correta. *Alternativa C.*

10554. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** É correta a seguinte assertiva:

(A) Em *começou a ser balbuciado* ***com*** *os primeiros escritores nativistas* (linhas 11 e 12), a palavra

destacada exprime simultaneidade.

(B) O segmento *não é possível importar* (linha 4) é proposição que decorre necessária e logicamente das ideias, implícitas ou explícitas, presentes nos enunciados imediatamente anteriores.

(C) Se o autor se referisse a mais de um documento, a frase estaria correta assim: “Tratam-se de uns documentos aprovados por vários intelectuais...” (linhas 8 e 9).

(D) Se, em vez de *O que há de extraordinário nessa citação?* (linha 7), houvesse “Existe, nesta citação, aspectos extraordinários?”, a correção original seria mantida.

(E) Em *Ela não foi redigida no princípio do século XIX e sim no dia 29 de maio de 1993* (linhas 7 e 8), a correlação entre as proposições ficaria mais evidente se houvesse uma vírgula depois do e, uso também correto.

RESPOSTA (A) Errado – A preposição *“com”* introduz o agente da ação *“balbuciar”*. (B) Certo – O sujeito da oração *“não é possível importar”* é *“matriz endógena”*, que, por sua vez, retoma *“desenvolvimento”*. (C) Errado – A expressão *“Trata-se de”* é invariável, pois faz parte de uma construção frasal de sujeito indeterminado. O verbo, acompanhado do índice de indeterminação do sujeito *“se”*, deve ser conjugado na 3ª pessoa do singular. (D) Errado – O verbo *“existir”* é pessoal e, portanto, concorda com o sujeito. Nesse caso, é necessário empregar a flexão plural *“Existem”*, para que haja a concordância com o sujeito *“aspectos”*. (E) Errado – A vírgula seria necessária antes da conjunção *“e”*. A expressão *“e sim”* tem valor corretivo e equivale a *“mas sim”*. *Alternativa B.*

10555. (Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC) A afirmação correta é:

(A) Do ponto de vista estritamente gramatical, a substituição de *deve desfazer-se dos modelos importados* **por** “se acaso se desfazerem dos modelos importados” preserva a correção.

(B) Do ponto de vista estritamente gramatical, a substituição de *os elementos culturais alheios que se pretendam impor* **por** “os elementos culturais alheios que se imporem” preserva a correção.

(C) Do ponto de vista estritamente gramatical, a substituição de *hão de alimentar a busca de soluções endógenas, que nem sempre têm* **por** “hão de alimentar a busca de uma solução, que nem sempre se mantém” preserva a correção.

(D) A grafia de *envelheceu* está correta, como o está a de “rejuveneceu”.

(E) Em *Passamos do regime servil para o trabalho livre* − *ou quase*, o ajuste que o segmento destacado realiza recai sobre o segmento *regime servil*.

RESPOSTA (A) Errado – Deve-se empregar a flexão *“desfizerem”*, que corresponde ao futuro do subjuntivo. (B) Errado – Deve-se empregar a flexão *“impuserem”*, que corresponde ao futuro do subjuntivo. (C) Certo – A forma *“mantém”* – com acento agudo – é flexão de 3ª pessoa do singular. Essa forma verbal concorda com o sujeito *“solução”*. (D) Errado – A grafia correta é *“rejuvene**s**cer”*. (E) Errado – O segmento *“ou quase”* recai sobre *“trabalho livre”*. *Alternativa C.*

10556. (Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC) O segmento do texto que está adequadamente compreendido é:

(A) *Continuamos repetindo, ritualmente* (linha 20) / Continuamos a reiterar, como numa liturgia.

(B) *uma cultura alheia à própria da região* (linhas 1 e 2) / um cabedal de conhecimentos desenraizado do seu lugar de origem.

(C) *passando por vários avatares* (linhas 12 e 13) / resistindo a diversos crivos.

(D) *Passamos do regime servil para o trabalho livre* (linhas 17 e 18) / Do trabalho que exige força muscular para ser executado passamos para o trabalho industrializado.

(E) *país essencialmente agrário* (linha 18) / nação que não reconhece outro *status* social, político e econômico que não seja o dos habitantes das áreas agrícolas.

RESPOSTA (A) Certo. (B) Errado – A expressão *“uma cultura alheia à própria da região”* (linhas 1 e 2) significa *“uma outra

cultura que não mantém relação ou não se mostra interessada com a cultura local". (C) Errado – O termo *"avatar"* (linha 13) é empregado no sentido de *"transformação", "representação"*. (D) Errado – A nova redação dá a entender que o trabalho industrializado não exige de forma alguma força muscular, o que é equivocado. A oposição *trabalho escravo* versus *trabalho livre* não é equivalente a *trabalho muscular* versus *trabalho industrializado*. (E) Errado – Quando se diz *"país essencialmente agrário"* (linha 18), significa que a atividade econômica do país está muito concentrada na agricultura. *Alternativa A.*

10557. (Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC) *Só uma coisa não mudou: o nacionalismo cultural. Continuamos repetindo, ritualmente, que a cultura brasileira (ou latino-americana) deve desfazer-se dos modelos importados e voltar-se para sua própria tradição cultural.*

Considerado o trecho acima, é correto afirmar:

(A) Se o autor fizesse referência a "povos", em vez de à "cultura" latino-americana, a correção exigiria que ambos os termos do gentílico estivessem no masculino e no plural.

(B) A palavra Só está empregada com o mesmo valor do notado na frase "É ela só que arranja as flores nas cerimônias", isto é, como reforço demonstrativo do pronome, equivalendo a "mesmo", "próprio".

(C) A elipse da vírgula que antecede *ritualmente* não prejudica o sentido e a correção originais.

(D) Em ***(ou** latino-americana)*, ***ou*** explora mais a aproximação dos conceitos que enlaça que a distinção entre eles.

(E) É legítima a substituição dos parênteses unicamente por travessões, pois somente eles manteriam o sentido e a correção originais.

RESPOSTA (A) Errado – Somente o segundo elemento do gentílico seria flexionado: *"latino-americanos"*. (B) Errado – No trecho original a palavra *"Só"* é advérbio e equivale a *"Somente"*. (C) Errado – Ou se empregam as duas vírgulas – *antes e depois de "ritualmente"* – ou se omitem ambas. Se mantivermos apenas a vírgula que está depois de *"ritualmente"*, a forma verbal *"Continuamos repetindo"* será separada do seu complemento *"que a cultura brasileira..."*, o que configura erro de pontuação. (D) Certo. (E) Errado – É possível também isolar a expressão *"ou latino-americana"* por vírgulas. *Alternativa D.*

10558. (Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC) *O desenvolvimento <u>corresponde a uma matriz endógena, gerada em nossas próprias sociedades</u>, e [que] portanto não é possível importar.*

Propõe-se outra redação para a frase acima, a ser iniciada com "Não é possível importar o desenvolvimento...". Para que o sentido e a correção originais sejam mantidos, a conexão desse início com o segmento destacado deve ser feita mediante o uso de

(A) onde.

(B) contudo.

(C) dado que.

(D) se bem que.

(E) no caso de.

RESPOSTA É estabelecida uma relação de causa com o trecho destacado. Dos conectores destacados, *"dado que"* é o único que introduz essa ideia. O trecho reescrito, ficaria assim: *"Não é possível importar o desenvolvimento, **dado que** este <u>corresponde a uma matriz endógena, gerada em nossas próprias sociedades</u>". Alternativa C.*

1 Para combater o totalitarismo, basta compreender uma única coisa: o totalitarismo é a negação mais radical

da liberdade. No entanto, a negação da liberdade é comum a todas as tiranias e não é de importância

fundamental para compreender a natureza peculiar do totalitarismo. Contudo, quem não se

mobiliza quando a liberdade está sob ameaça jamais se mobilizará por coisa alguma. Mesmo as admoestações morais, os 5 protestos contra crimes sem precedentes na história, e não previstos nos Dez Mandamentos, serão de pouca valia. A própria existência de movimentos totalitários no mundo não totalitário, isto é, o apelo que o totalitarismo exerce sobre as pessoas que dispõem de todas as informações e que são alertadas diariamente contra ele, dá provas eloquentes da falência de toda a estrutura da moralidade, de todo o corpo de mandamentos e proibições que tradicionalmente traduziam e encarnavam as ideias fundamentais de liberdade 10 e justiça em termos de relações sociais e instituições políticas.

Mesmo assim, muitos duvidam que essa falência seja real. Essas pessoas costumam achar que aconteceu algum acidente e que agora o dever é restaurar a ordem antiga, apelar ao antigo conhecimento do certo e do errado, mobilizar os velhos instintos de ordem e segurança. Rotulam quem fala e pensa de outra maneira de “profeta da catástrofe”, cuja sombra ameaça toldar o sol que se levanta sobre o bem e o mal por toda a eternidade.

15 O cerne da questão é que os “profetas da catástrofe”, os pessimistas históricos do final do século XIX e começo do século XX, de Burckhardt a Splengler, foram ultrapassados pela concretude de catástrofes de dimensões e horrores jamais previstos. No entanto, alguns desdobramentos poderiam ser e foram previstos. Embora pouco se tenham feito ouvir no século XIX, essas previsões se encontram no século XVIII, e foram negligenciadas porque nada poderia justificá-las. Vale a pena saber, por exemplo, o que Kant tinha a dizer, em 1793, sobre o 20 “equilíbrio de poder” como solução para os conflitos do sistema do Estado nacional europeu: “O chamado equilíbrio dos poderes na Europa é como a casa de Swift, que foi construída numa harmonia tão perfeita com todas as leis do equilíbrio que, quando um pássaro pousou sobre ela, ruiu imediatamente − um simples fantasma”. O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma, mas ruiu exatamente conforme as previsões de Kant. [...]

(Hannah Arendt. Sobre a natureza do totalitarismo: uma tentativa de compreensão. In: *Compreender:* formação, exílio e totalitarismo (ensaios) 1930-54. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 347-348).

10559. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** A autora

entende que

(A) as relações sociais e políticas contemporâneas estão falidas, como o comprovam os sistemas totalitários, que são evolução natural dos tradicionais movimentos totalitários no mundo.

(B) as ideias de "liberdade" e "justiça" são intraduzíveis, pois distintas configurações de mundo estruturam divergentes sistemas de valores.

(C) pessoas que cotidianamente têm acesso a meios de comunicação de massa são mais esclarecidas, por isso percebem mais rapidamente as ameaças à integridade humana pela tirania.

(D) o desejo do totalitarismo em contextos que propiciam a conscientização sobre os seus malefícios evidencia a carência dos princípios que já alicerçaram a ideia de liberdade e de justiça.

(E) o poder é mais atraente para os que vivem num mundo livre do que para aqueles que vivem num mundo totalitário, por isso, para que se preservem a liberdade e a justiça, a vigilância dos primeiros deve ser maior.

RESPOSTA (A) Errado – Há uma generalização: não é toda a gama de relações políticas e sociais que demonstram estar falidas, mas sim a estrutura de moralidade e as ideias relativas à liberdade e justiça que regem essas relações. (B) Errado – Não é o que dá a entender o texto. Ao citar que "*quem não se mobiliza quando a liberdade está sob ameaça jamais se mobilizará por coisa alguma*", transmite a ideia de que o conceito de liberdade e justiça está presente no senso comum. (C) Errado – Não se pode afirmar isso necessariamente. O próprio texto relativiza essa bagagem de informações de que as pessoas dispõem, uma vez que são muitas que se deixam influenciar por ideias totalitárias, mesmo sendo bem informadas e instruídas. (D) Certo. É o que dispõe a seguinte passagem do texto: A própria existência de movimentos totalitários no mundo não totalitário, isto é, o apelo que o totalitarismo exerce sobre as pessoas que dispõem de todas as informações e que são alertadas diariamente contra ele, *dá provas eloquentes da falência de toda a estrutura da moralidade, de todo o corpo de mandamentos e proibições que tradicionalmente traduziam e encarnavam as ideias fundamentais de liberdade e justiça em termos de relações sociais e instituições políticas.* O texto sublinhado se refere às pessoas que vivem em contextos que propiciam a conscientização sobre os malefícios do totalitarismo, mas que ainda assim sofrem seu apelo. O texto em itálico nos diz que o fato de existir tal apelo evidencia a falência de princípios (estrutura da moralidade, corpo de mandamentos e proibições) que usualmente suportam a ideia de liberdade e justiça. É exatamente o que afirmou a alternativa. (E) Errado – Não é o que dá a entender o texto, pois este considera a negação da liberdade como algo intrínseco aos sistemas totalitários, o que torna a distribuição de poder desigual nessas sociedades. *Alternativa D.*

10560. (Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)

Compreende-se corretamente do primeiro parágrafo:

(A) todos os sistemas sociais opressores e violentos caracterizam-se por idêntica forma de aprisionamento.

(B) o totalitarismo é derrotado quando se capta sua verdadeira essência, quando se entende como ela pode ser ampla.

(C) a capacidade de reação das pessoas ao que as cerceia depende diretamente de terem tido experiências no enfrentamento de instituições políticas.

(D) manifestações de repulsa contra massacres históricos não podem alertar a humanidade contra futuros crimes, se não estiverem apoiadas em preceitos religiosos.

(E) ainda que a negação da liberdade exista no totalitarismo em seu mais alto grau, não é ela que o define.

RESPOSTA (A) Errado – O que se menciona como comum aos sistemas totalitários é a negação à liberdade. (B) Errado – O parágrafo não explicita possibilidades de enfrentamento das ideias totalitárias. (C) Errado – O parágrafo relativiza essas experiências ao citar que "*Mesmo as admoestações morais, os protestos contra crimes sem precedentes na história, e não previstos nos Dez Mandamentos, serão de pouca valia.".* (D) Errado – Não se estabelece uma relação direta entre as manifestações de repulsa aos massacres e a obediência aos preceitos religiosos. (E) Certo – Essa afirmação é uma paráfrase de "*No entanto, a negação da liberdade é comum a todas as tiranias e não é de importância fundamental para compreender a natureza peculiar do totalitarismo.*". *Alternativa E.*

10561. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** Considere o trecho em que Kant é citado e as assertivas abaixo.

I. É plausível o entendimento de que a autora considera as palavras de Kant expressivo exemplo porque foram confirmadas posteriormente pelos fatos, mesmo não tendo, talvez, ecoado no momento em que ele as expressou, em função do contexto europeu.

II. A autora cita Kant como comprovação tanto da existência de previsões no século XVIII, quanto do fato de que as antecipações do filósofo sobre o equilíbrio dos poderes na Europa não se tenham feito ouvir no século XIX.

III. Com a expressão *um simples* fantasma, Kant não somente encerra o paralelismo estabelecido entre *O chamado equilíbrio dos poderes na Europa e a casa de Swift*, quanto caracteriza ambos os elementos.

O texto legitima o que se afirma em

(A) I, II e III.
(B) I, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) III, apenas.

RESPOSTA I. Verdadeira – As previsões de Kant pouco ecoaram no século XIX, mas existiam desde o século XVIII. Não havia na época motivo algum para lhes conferir validade. No entanto, conforme o próprio texto explicita, "*O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma, mas ruiu exatamente conforme as previsões de Kant. [...]*". II. Falsa – A autora cita as previsões de Kant como forma de se opor àqueles que desqualificam os mais pessimistas, rotulados pejorativamente de "profetas da catástrofe". III. Verdadeira – A expressão *"fantasma"* confere a ambos – *equilíbrio dos poderes na Europa e a casa de Swift* – a ideia de ilusão. *Alternativa D.*

10562. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** No segundo parágrafo,

(A) a sequência que caracteriza o *dever* (linha 12) tem rigorosa equivalência sintática e semântica.
(B) *Mesmo assim* (linha 11) tem valor concessivo.
(C) *assim* retoma exclusivamente o segmento *em termos de relações sociais e instituições políticas* (linha 10).
(D) o demonstrativo, em *Essas pessoas* (linha 11), remete ao substantivo que será definido posteriormente, pois não há menção anterior alguma que o pronome possa retomar.
(E) *agora* (linha 12) tem valor adversativo, como em "Dar palpite é fácil, agora fazer é difícil".

RESPOSTA (A) Errado – Podemos entender que a sequência "*restaurar a ordem antiga*", *"apelar ao antigo conhecimento do certo e do errado" e "mobilizar os velhos instintos de ordem e segurança*" (linhas 12 e 13) mantém uma uniformidade (paralelismo) de construção sintática (todas as três orações são formadas por verbo no infinitivo acompanhado de complemento verbal). No entanto, afirmar que ocorre uma rigorosa equivalência semântica torna a assertiva errada: a oração introduzida pelo verbo *"apelar"* aponta numa direção um pouco distinta da direção das demais orações. (B) Certo – A locução *"Mesmo assim"* (linha 11) equivale a *"Apesar de", "Ainda que", "Embora"*, etc. (C) Errado – O termo *"assim"* retoma toda a ideia desenvolvida no último período do primeiro parágrafo. (D) Errado – O termo *"Essas pessoas"*, (linha 11), introduzido por um pronome anafórico – *Essas* – retoma aqueles que duvidam da falência tanto das estruturas de moralidade como dos conceitos de mandamentos e proibições. (E) Errado – O valor de *"agora"* (linha 12) presente no texto é temporal, diferente do exemplo. *Alternativa B.*

10563. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** O texto abona o seguinte entendimento:

(A) a noção de dever que aqueles que duvidam desenvolvem quanto a relações sociais e políticas é

falha na origem, pois a dúvida permanente que caracteriza os céticos imobiliza sua ação.

(B) os denominados *"profetas da catástrofe"* estão arraigados a práticas pouco racionais, como está sugerido em *apelar ao antigo conhecimento do certo e do errado, mobilizar os velhos instintos de ordem e segurança.*

(C) a questão crucial a ser considerada no que se refere a profecias é que, por definição, ficam aquém dos fenômenos desastrosos que anunciam.

(D) o maniqueísmo expresso em *[d]o certo e [d]o errado e ordem e segurança* é o sustentáculo da sociedade efetivamente livre e justa proposta pela autora.

(E) há pessoas que entendem como fortuito e efêmero o esvaziamento dos tradicionais conceitos de liberdade e justiça, o que as motiva a reaverem os antigos valores que os alicercem novamente.

RESPOSTA (A) Errado – Os céticos não se mostram passivos. Tanto é que propõem como dever algumas ações, como "*restaurar a ordem antiga, apelar ao antigo conhecimento do certo e do errado, mobilizar os velhos instintos de ordem e segurança.*". (B) Errado – Essas práticas são atribuídas aos céticos, não aos *"profetas da catástrofe"*. (C) Errado – Não foi o que ocorreu com os exemplos apresentados no texto. As previsões de Kant mencionadas no texto, por exemplo, concretizaram-se. (D) Errado – Essa visão é atribuída aos céticos, que descreem da ideia de falência de valores de justiça e liberdade. A autora do texto mostra-se divergente em relação a esse pensamento. (E) Certo – Trata-se dos que se opõem à ideia de falência dos princípios de liberdade e justiça. *Alternativa E.*

10564. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** *Rotulam quem fala e pensa de outra maneira de "profeta da catástrofe", cuja sombra ameaça toldar o sol que se levanta sobre o bem e o mal por toda a eternidade.*

Sobre a frase acima, em seu contexto, afirma-se com correção:

(A) sugere que os temerosos do "profeta da catástrofe", tendo como eternas as suas concepções, não as consideram passíveis de relativização.

(B) contém paráfrase literal da expressão *"profeta da catástrofe"*.

(C) a ação de "toldar" é considerada como tendo efetivamente atingido seu objetivo.

(D) o emprego das aspas sinaliza que a autora defende o sentido pejorativo que a expressão adquiriu.

(E) a substituição de *cuja sombra ameaça toldar o sol* por "a sombra dos quais ameaça toldar o sol" mantém o sentido e a correção originais.

RESPOSTA (A) Certo – A redação dessa opção é uma paráfrase do trecho apresentado: aqueles que rotulam os pessimistas de *"profetas da catástrofe"* temem que estes enfraqueçam (=relativizem) convicções tidas como eternas. (B) Errado – Há sim uma informação de caráter explicativo – *cuja sombra ameaça toldar...* –, e não uma paráfrase. (C) Errado – Trata-se de uma ameaça, não de um fato consumado. (D) Errado – O uso das aspas se dá no sentido de destacar a denominação criada por terceiros. (E) Errado – Não se mantém a correção com o emprego da forma *"dos quais"*, haja vista a necessidade de emprego do pronome *"cuja"*, indicado para estabelecer relações de posse. *Alternativa A.*

10565. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** No terceiro parágrafo,

(A) *foram negligenciadas* (linha 18) exprime o resultado da particular condição expressa em *nada poderia justificá-las* (linha 18).

(B) o segmento *os pessimistas históricos do final do século XIX e começo do século XX, de Burckhardt a Splengler* (linhas 15 e 16) restringe a abrangência da expressão os *"profetas da catástrofe"*, mencionada anteriormente.

(C) *No entanto* (linha 17) indica, nesse particular emprego, a transição de um pensamento a outro, sem estabelecer, entre as ideias que articula, outro tipo de relação que não seja a de adição.

(D) no segmento *poderiam ser e foram previstos* (linha 17), a correlação entre a hipótese expressa e a

sua efetivação é firmada pela combinação entre ser e foram previstos.

(E) o que se tem em *Embora pouco se tenham feito ouvir no século XIX* (linhas 18 e 19) põe sob suspeição que *essas previsões se encontram no século XVIII*.

RESPOSTA (A) Certo – O fato de não ser possível justificá-los é a causa, cujo efeito é a negligência. (B) Errado – O trecho *"os pessimistas históricos do final do século XIX e começo do século XX"* é explicativo – está isolado por vírgulas. (C) Errado – O conector *"No entanto"* estabelece a relação de oposição adversativa. (D) Errado – A correlação entre hipótese e efetivação é dada pela combinação entre os verbos *"poderiam"* e *"foram"*. (E) Errado – Essa oração apenas afirma que não foi dada atenção suficiente a essas previsões no século XIX. *Alternativa A.*

10566. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** *O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma, mas ruiu exatamente conforme as previsões de Kant.*

Outra pontuação para a frase acima, que mantém o sentido e a correção originais, é:

(A) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma; mas ruiu, exatamente conforme as previsões de Kant.

(B) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais, não foi um mero fantasma (mas: ruiu exatamente conforme as previsões de Kant).

(C) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi: um mero fantasma; mas ruiu, exatamente, conforme as previsões de Kant.

(D) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma. Mas ruiu exatamente, conforme as previsões de Kant.

(E) O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados, nacionais, não foi um mero fantasma − mas ruiu; exatamente conforme as previsões de Kant.

RESPOSTA (A) Certo. (B) Errado – A vírgula depois de *"Estados nacionais"* é equivocada, pois isola sujeito e predicado. Além disso, não fazem sentido os dois-pontos após *"mas"*. (C) Errado – O emprego dos dois-pontos depois de *"foi"* é equivocado, pois se está isolando verbo e predicativo. (D) Errado – O emprego da vírgula após *"exatamente"* altera o sentido original. Originalmente, diz-se que *"ruiu de forma exata ao previsto por Kant"*. Com a alteração, dá-se a entender que *"ruiu literalmente, conforme previsto por Kant"*. (E) Errado – Está equivocado o emprego das vírgulas isolando o termo *"nacionais"*, pois se trata de um adjunto adnominal. Também não faz sentido o emprego do ponto e vírgula depois de *"ruiu"*. *Alternativa A.*

10567. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** Considerado o seu emprego no texto, está adequadamente traduzido o seguinte segmento:

(A) *ultrapassados pela concretude de catástrofes* (linha 16) / tornados obsoletos pela magnitude de desastres naturais.

(B) *quem não se mobiliza quando a liberdade está sob ameaça* (linhas 3 e 4) / quem não se põe em ação quando há ameaça à liberdade.

(C) as *admoestações morais* (linhas 4 e 5), *os protestos contra crimes sem precedentes na história* / os preceitos morais, as revoltas contra crimes históricos hediondos.

(D) *serão de pouca valia* (linhas 5 e 6) / terão valor venal irrisório.

(E) *dá provas eloquentes da falência* (linha 8) / demonstra de modo exuberante a insolvência.

RESPOSTA (A) Errado – O termo *"concretude"* está associado a algo concreto, real. Já o termo *"magnitude"* está associado à ideia de intensidade, tamanho, relevância. (B) Certo. (C) Errado – O termo *"admoestações"* significa *"repreensão"*, *"advertência"*. (D) Errado – O termo *"valia"* está relacionado a valor num sentido geral, enquanto *"valor venal"* está associado ao valor de venda. (E) Errado – O termo *"eloquente"* equivale no contexto a *"convincente"*. *Alternativa B.*

10568. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** É correta

a seguinte afirmação:

(A) A sintaxe da frase *quando um pássaro pousou sobre ela* (linha 22) propicia que seja transposta para a voz passiva.

(B) Em *aconteceu algum acidente* (linhas 11 e 12), o pronome tem valor idêntico ao que tem na frase "Com essa dedicação, tem obtido algum elogio da crítica especializada".

(C) Em *alguns desdobramentos* (linha 17), o pronome foi usado para indicar, de modo indeterminado, indivíduos da espécie referida pelo substantivo.

(D) A classe de palavras a que pertencem *bem e mal* (linha 14) é distinta da classe a que pertence a palavra destacada em "Disse-lhe um **sim** bastante acanhado".

(E) Em *Vale a pena saber* (linha 19), o acento indicativo da crase não é exigido, por isso, em "Quanto à pena de perda de liberdade: é de rigor menor que o da pena de reclusão", seu uso está incorreto.

RESPOSTA (A) Errado – Como o verbo *"pousar"* é intransitivo, não é possível se fazer a conversão para a voz passiva analítica. (B) Errado – No primeiro trecho, o pronome indefinido *"algum"* transmite uma ideia de indeterminação – não se sabe ao certo que acidente foi esse. Já no segundo trecho, o pronome indefinido *"algum"* transmite uma ideia de discrição, pouca quantidade – são discretos e pontuais os elogios recebidos da crítica. (C) Certo – Não se especifica quais os desdobramentos gerados. (D) Errado – As palavras *"bem"*, *"mal"* e *"sim"* são empregadas como substantivos. Uma evidência disso é o fato de elas serem antecedidas por artigo. (E) Errado – No primeiro trecho, não ocorre crase, pois o verbo *"valer"* é transitivo direto, não exigindo, assim, preposição. Já no segundo trecho, é necessário o emprego da crase, pois ocorre a fusão do artigo *"a"* – solicitado pelo nome *"pena"* – com a preposição *"a"* – solicitada pelo nome *"Quanto"*. *Alternativa C.*

> [...] Canções não resolvem nenhum problema nem aliviam qualquer sofrimento − elas não podem dominar o passado de uma vez por todas ou desfazê-lo em nenhuma de suas partes. Mas podem, à maneira de Homero, "endireitar a história com palavras mágicas para encantar os homens para sempre". E podem, muitas vezes, reconciliar cada um de nós com seu próprio passado, narrando-o a nós mesmos e a outros. A narrativa moldada pela canção tem sempre o mundo como ponto de partida: ela abre trilhas no emaranhado das coisas humanas, opina sobre elas, discute quanto valem, dá caráter público àquilo cujo conhecimento estaria, num primeiro momento, fechado no coração do homem, e expõe de modo transparente a verdade íntima dos sentimentos humanos.
>
> (Heloisa Maria Murgel Starling. *Música popular brasileira:* outras conversas sobre os jeitos do Brasil).

10569. (Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC) Dentre as frases abaixo, que reduzem o que se tem no trecho, a que mais abrange ideias fundamentais é:

(A) A narrativa que uma canção emoldura, endireitando o que passou com palavras mágicas que encantam os homens para sempre, tem sempre a realidade como ponto de partida.

(B) A canção, ao tratar das coisas humanas, o faz de maneira a procurar entendê-las, propiciando o compartilhamento de experiências, até as mais íntimas.

(C) Mesmo não podendo curar nossas dores, a canção nos faz compreender melhor nosso passado, propiciando um apaziguamento de nossas inquietações.

(D) Homero encanta os homens para sempre, assim como pode fazer a canção, mesmo não tendo o poder de dominar efetivamente o passado ou de anular uma das suas partes.

(E) A canção não tem a capacidade de agir diretamente sobre a realidade, mas, ao modelar uma história, magicamente ilumina o que está obscuro, em nós próprios ou no que está a nosso redor.

RESPOSTA (A) É equivocado afirmar que a canção tem sempre como ponto de partida a realidade. Segundo o texto, o ponto de partida é o próprio "mundo". (B) e (C) Trazem ideias presentes no texto, mas nem todas as ideias são contempladas. Na alternativa B, por exemplo, não se fala da limitação da canção em tentar modificar o passado ou eliminar os sofrimentos. Já na alternativa C, não se cita o fato de a canção expor de forma transparente para o público as intimidades humanas. (D) Restringe-se a um exemplo presente no texto, não abrangendo as outras ideias referentes à canção. Não se cita, por exemplo, as razões de a canção ter um efeito encantatório sobre os homens. (E) Expõe perfeitamente todas as ideias presentes no texto. Vejamos:

A canção não tem a capacidade de agir diretamente sobre a realidade – *[...] Canções não resolvem nenhum problema nem aliviam qualquer sofrimento − elas não podem dominar o passado de uma vez por todas ou desfazê-lo em nenhuma de suas partes*.

mas, ao modelar uma história, magicamente ilumina o que está obscuro, em nós próprios ou no que está a nosso redor *– mas podem, à maneira de Homero, "endireitar a história com palavras mágicas para encantar os homens para sempre". E podem, muitas vezes, reconciliar cada um de nós com seu próprio passado, narrando-o a nós mesmos e a outros. A narrativa moldada pela canção tem sempre o mundo como ponto de partida: ela abre trilhas no emaranhado das coisas humanas, opina sobre elas, discute quanto valem, dá caráter público àquilo cujo conhecimento estaria, num primeiro momento, fechado no coração do homem, e expõe de modo transparente a verdade íntima dos sentimentos humanos. Alternativa E*.

10570. (Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC) *O papel da mulher está definitivamente ligado ao grupo social no qual está inserido, à medida que a questão transcende o âmbito da família.*

Considerado o padrão culto escrito, é correto afirmar sobre a frase acima:

(A) Necessita de duas correções: a substituição de "no qual está inserido" por "em que se insere" e a substituição de "à medida que" por "a medida em que".

(B) Está redigida corretamente.

(C) Necessita de uma alteração na pontuação − o emprego de vírgula depois de "social" − para que, do ponto de vista semântico, seja aceitável.

(D) Necessita de duas correções: a substituição de "inserido" por "inserida" e a substituição de "à medida que" por "na medida em que".

(E) Necessita de uma única correção: o emprego de "transcende ao âmbito" em lugar de "transcende o âmbito".

RESPOSTA Há um equívoco de concordância em *"inserido"*. Deve ser empregada a forma *"inserida"*, para que haja concordância com o substantivo *"mulher"*. Além disso, deve ser empregada a locução conjuntiva *"na medida em que"* – causal – no lugar de *"à medida que"* – proporcional. A ideia introduzida pela locução é de causa e, no seu lugar, seria possível empregar as formas *"uma vez que", "já que", etc.*

Vale ressaltar que a oração *"no qual está inserida"* é adjetiva restritiva, não devendo, assim, ser isolada por vírgulas. A vírgula após "social" está isolando a oração adverbial causal *"na medida em que a questão transcende o âmbito da família"*.

Assim, o correto seria: "*O papel da mulher está definitivamente ligado ao grupo social no qual está* ***inserida, na medida em que*** *a questão transcende o âmbito da família*". *Alternativa D*.

10571. (Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC) A única frase que, do ponto de vista semântico, NÃO está comprometida é:

(A) Delatou a pupila há meia hora, por isso não está enxergando bem.

(B) Há muito tempo o rapaz está submerso; se ele demorar mais para imergir, pode correr perigo de morte.

(C) Nunca vi uma chuva que não dá um minuto de trégua; essa intermitência me angustia.

(D) Distratava tanto a cunhada, que ela deixou de visitá-los.

(E) Quando o temporal se anunciou, mandou arrear o cavalo e partiu imediatamente.

RESPOSTA (A) Errado – *"Delatar"* significa *"denunciar"*. No caso, deve ser empregada a forma *"Dilatada"*, que significa *"ampliada", "alargada"*. (B) Errado – O verbo *"imergir"* significa *"mergulhar", "afundar"*. Devemos empregar a forma *"emergir"*, que significa *"vir à tona"*. (C) Errado – O termo *"intermitência"* está incoerentemente empregado na frase, pois significa *"descontinuidade"*. Deveria ser empregada a forma *"ininterrupção", "continuidade", etc.* (D) Errado – O verbo a ser empregado é *"destratar"*, que significa *"maltratar"*. (E) Certo – O verbo *"arrear"* significa *"pôr arreios"*. *Alternativa E.*

> Acredito que os interessados se mostram aptos à função para a qual estão se candidatando quando agem com ponderação diante de cada desafio, ou seja, reflete-se sobre o caso proposto e procura-se avaliar de forma imparcial os possíveis aspectos divergentes que nele estejam em jogo. Esse bom

senso lhes permitirá antecipar consequências futuras. Quando expressam sua opinião, que o faça com decoro e cuidado, para garantir sua real intenção.

10572. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** Considerados os dois últimos períodos, é correto afirmar:

(A) para evitar repetição e propiciar maior clareza, seria cabível a substituição do segmento *para garantir sua real intenção* por “para garantir a própria intenção”.
(B) ambas as frases não necessitam de aperfeiçoamento, pois apresentam-se claras e corretas.
(C) o emprego de Esse é equivocado, pois o pronome não pode retomar palavra *(bom senso)* que não tenha sido mencionada explicitamente antes.
(D) com o intuito de observar maior clareza, seria cabível a substituição de *antecipar consequências futuras* por “prever desdobramentos das ações a serem realizadas”.
(E) o segmento *que o faça com decoro e cuidado* contém uma impropriedade, que seria sanada com a substituição de “o” por “a”.

RESPOSTA (A) Errado – A modificação que se faz necessária é na flexão da forma verbal *“garantir”*. Deve ser empregada a forma plural *“garantirem”*, para que haja concordância com o sujeito *“interessados”*. (B) Errado – Há equívocos gramaticais nas duas frases. (C) Errado – O pronome anafórico *“Esse”* retoma a postura descrita na frase anterior. (D) Certo – Não faz sentido *“antecipar as consequências”*. O que faz sentido é prever as possíveis consequências, resultado das ações tomadas. (E) Errado – A impropriedade está na concordância, no uso da forma *“faça”*. Em seu lugar, deve ser empregada a forma plural *“façam”*, para que haja concordância com o sujeito *“interessados”*. *Alternativa D.*

10573. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** No primeiro período do texto,

(A) com o intuito de observar-se a adequada correlação entre as formas verbais empregadas, e notando-se o emprego de *se mostram* e *estão*, no início da frase, teria de haver obrigatoriamente a substituição de *estejam* por “estão”.
(B) com o intuito de observar-se o paralelismo de construção, seria cabível a substituição de *reflete-se* e *procura-se avaliar* por, respectivamente, “quando refletem” e “quando procuram avaliar”.
(C) há um equívoco de construção, pois temos dois segmentos preposicionados − *à função e para a qual estão se candidatando* − em relação de dependência com a mesma palavra − *aptos*.
(D) nenhuma alteração merece ser sugerida, pois o conjunto está organizado em conformidade com as diretrizes do padrão culto escrito.
(E) a frase introduzida por *ou seja* poderia ser eliminada, pois seu conteúdo é pleonástico, nada acrescentando ao já dito: “ponderar” implica, por si só, a ideia de “refletir” e “avaliar de forma imparcial”.

RESPOSTA (A) Errado – Devemos empregar a forma verbal no modo Subjuntivo *“estejam”*, já que se trata de uma suposição: *possíveis aspectos divergentes que nele estejam em jogo.* (B) Certo – É necessário seguir a formatação da oração *“quando agem com ponderação...”*. Assim, justificam-se as construções: *“quando refletem”* e *“quando procuram avaliar”*. (C) Errado – O termo preposicionado *“à função”* é complemento nominal de *“aptos”*; já *“para a qual estão se candidatando”* é oração adjetiva restritiva que modifica o substantivo *“função”*. (D) Errado – Como vimos nas alternativas anteriores, são necessárias algumas modificações nos dois períodos. (E) Errado – O verbo *“ponderar”* não necessariamente deve ser associado a um julgamento imparcial. *Alternativa B.*

10574. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** A frase que se apresenta redigida de forma clara e correta é:

(A) O indivíduo contribui com a cidadania, quando se posiciona a favor dos direitos, porém corrompe

com a ética, se fizer contra os preceitos morais.

(B) Não quero e não devo contar qual foi a confusão em que me meti, nem porque idas e vindas acabei percebendo o real perigo que corria.

(C) Todos estando bastante, ou excessivamente, contrariados, nesse diapasão nada se podia fazer para acalmar o representante dos funcionários, cujo apoio sustentaria o evento.

(D) O debate seguia acalorado entre o jornalista e o entrevistado, sendo por essa razão o convite feito a um mediador, pois de sua presença dependia o impasse.

(E) Pior do que hostilizá-los é fazer os trabalhadores acreditarem que qualquer outro modo de reconhecimento pelo seu esforço, que não seja a justa remuneração, é tão honesto quanto ela.

RESPOSTA (A) Errado – O verbo *"corromper"* é transitivo direto *(quem corrompe, corrompe algo)*, o que torna errado o emprego da preposição *"com"*. Além disso, fica estranha a ausência do complemento verbal de *"fizer"*, prejudicando, assim, a clareza da frase. (B) Errado – Deve-se empregar a forma *"por que"* – separado e sem acento –, uma vez que esta equivale à construção *"por quais"*. (C) Errado – É necessário isolar a oração adverbial reduzida de gerúndio *"Todos estando bastante, ou excessivamente, contrariados"* por vírgula, o que justifica o uso desta depois de *"contrariados"*. Além disso, deve haver vírgula após *"diapasão"*, haja vista que o adjunto adverbial *"nesse diapasão"* está deslocado da ordem direta. (D) Errado – Haveria a necessidade de isolar por vírgulas o adjunto adverbial deslocado da ordem direta *"por essa razão"*. Além disso, o trecho final está incoerente, pois se espera de um mediador a resolução do impasse. (E) Certo. *Alternativa E.*

10575. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** A frase em que a ortografia está adequada ao padrão culto escrito é:

(A) A obra faraônica será uma excressência naquela paisagem bucólica, mas ninguém teve hêsito em convencer os responsáveis da necessidade de revisão do projeto.

(B) À mínima contrariedade, exarcebava-se de tal maneira que seus excessos verbais eram já conhecidos de todos.

(C) A expontaneidade com que se referiu ao local como "impesteado" fez que todo o auditório explodisse em risos.

(D) Quanto à infraestrutura, será necessário reconstrui-la em prazo curto, mas sem que haja qualquer tipo de displiscência.

(E) O docente não viu como retaliação a rasura no cartaz que afixara, mas sua intenção era advertir quanto ao desleixo com a coisa pública.

RESPOSTA (A) Errado – Há alguns equívocos ortográficos: *"excressência"* e *"hêsito"*. As grafias corretas são *"excrescência"* e *"êxito"*. (B) Errado – Há erro na grafia de *"exa**r**cebava-se"*. A grafia correta é *"exace**r**bava-se"*. (C) Errado – Há alguns equívocos ortográficos: *"expontaneidade"* e *"impesteado"*. As grafias corretas são *"espontaneidade"* e *"empesteado"*. (D) Errado – É necessário atentar para o acento em *"reconstru**í**-la"*. Além disso, há erro de grafia em *"displi**sc**ência"*. O correto é *"displicência"*. (E) Certo. *Alternativa E.*

10576. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** A frase em que a palavra destacada está empregada corretamente é:

(A) Depois de anos, resignou-se definitivamente <u>àquele</u> modo de vida precário.

(B) Só mesmo ele, com sua ousadia, podia ter-se arrogado <u>em</u> certos direitos.

(C) Percebeu que o que fizera era uma exorbitância <u>com</u> suas funções.

(D) No dia seguinte <u>da</u> postagem da carta, ela já a recebia em casa.

(E) Sua função <u>lhe</u> incompatibilizou com muitos colegas.

RESPOSTA Tem-se a contração da preposição *"a"*, solicitada pelo verbo *"resignar-se"*, com o pronome demonstrativo *"aquele"*, resultando na forma *"àquele"*. (B) Errado – O verbo *"arrogar-se"* é transitivo direto. Portanto, está equivocado o emprego da preposição *"em"*. O correto seria *"ter se arrogado certos direitos"*. (C) Errado – No lugar da preposição *"com"*, deve-se empregar a preposição *"de"*. (D) Errado – Em vez de *"No dia seguinte da postagem"*, deve-se escrever *"No dia seguinte **à** postagem"*. (E)

Errado – Em vez do pronome *"lhe"*, deve-se empregar o pronome *"o"*, já que se trata de um objeto direto (*incompatibilizou **alguém** com alguém*). *Alternativa A.*

10577. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** *Os artesãos mais velhos não queriam deixar a praça.*

Os artesãos jovens queriam deixar a praça.

O espaço público oferecido em troca da praça era mais precário que ela.

A proposta é organizar as frases acima num único período, com os arranjos necessários para que o conjunto fique claro, sem repetições e correto. A alternativa que atende a esses quesitos é:

(A) Embora o espaço oferecido sendo mais precário que o outro, os artesãos jovens queriam deixar em troca a praça, que os mais velhos não desejavam.

(B) Artesãos mais velhos e mais jovens eram contraditórios: os primeiros não queriam deixar a praça, enquanto os outros não se importavam, mesmo ao receber em troca um espaço mais precário.

(C) Contrariamente ao que desejavam os artesãos mais velhos, os artesãos jovens queriam deixar a praça, ainda que o espaço público oferecido em troca fosse mais precário.

(D) Foi oferecido um espaço público, entretanto precário, para os artesãos deixarem a praça, mas os mais velhos não quiseram, diferente dos jovens que aceitaram.

(E) De um lado, os artesãos mais velhos, do outro os jovens, que queriam deixar a praça e ir para o espaço público oferecido em troca, mas os primeiros, não, que era mais precário.

RESPOSTA (A) e (E) Apresentam redações confusas. (B) Modifica o sentido original, ao afirmar que os artesão mais jovens não se importavam com a precariedade do novo local. Nas frases originais, isso não fica nem um pouco evidente. (C) É a que relaciona de forma lógica e coerente as três frases num único período. Essa opção apresenta a oposição de opiniões entre os artesãos mais jovens e os mais velhos, relacionando, assim, as duas primeiras frases por meio da expressão *"Contrariamente"*. Além disso, estabelece uma relação de concessão entre os conteúdos da 2ª e da 3ª frase, por meio do conector concessivo *"ainda que"*. (D) Também há uma mudança em relação ao sentido original. É necessário dizer que o espaço concedido é precário, porém de forma comparativa, em relação à praça *(é mais precário do que a praça)*. A não citação dessa informação dá a entender algo diferente: o espaço é precário, independente de comparações, o que não é o caso do texto original. *Alternativa C.*

10578. **(Auditor Fiscal Tributário Municipal – São Paulo-SP – 2012 – FCC)** Considerado o padrão culto escrito, a alternativa que apresenta frase correta é:

(A) As terras de que essa espécie de vinho provêm são as do tipo mais recomendáveis para a cultura da videira, motivo pelo qual são tão valorizadas e desejadas por viticultores.

(B) Depois de muita hesitação, convim com as condições da compra e assinei um documento, cuja linguagem é bastante técnica, declarando irrevogáveis as cláusulas do contrato.

(C) Por mais que queiramos negar envolvimento dos menores no distúrbio, podem haver fatos que desconheçamos, por isso acataremos as orientações que advenham do episódio.

(D) Pelo que dissestes sobre a incrustação das joias, mereces parabéns, e também pela competência, pois, sem tê-las sequer mostrado à interessada, a tornou uma feliz compradora.

(E) A especialista à qual se deve as pesquisas educacionais diz que cada uma das escolas que se proporam a fornecer dados declararam o motivo particular que as pôs em movimento.

RESPOSTA (A) Errado – Em vez da forma *"provêm"* – com acento circunflexo, na 3ª pessoa do plural –, deve-se empregar a forma *"provém"* – com acento agudo, na 3ª pessoa do singular –, para que haja concordância com o sujeito *"espécie de vinho"*. (B) Certo. (C) Errado – Em vez da forma *"podem haver"*, deve-se empregar *"pode haver"*. O verbo *"haver"* está empregado no sentido de *"existir"*, sendo, portanto, impessoal. O verbo auxiliar de um verbo principal impessoal também assim se torna e sua conjugação passa a ser fixada na 3ª pessoa do singular. (D) Errado – Não se emprega próclise após vírgula. Assim, em vez de *"a tornou"*, deve-se empregar *"tornou-a"*. (E) Errado – Em vez de *"proporam"*, a conjugação correta é *"propuseram"*. *Alternativa*

B.

Perspectiva de Montesquieu

O grande pensador francês Montesquieu (1689-1755) é um dos mais importantes intelectuais na história das ciências jurídicas. A grande originalidade de sua obra maior − **O espírito das leis** − consiste na revolução metodológica. O método de Montesquieu comporta dois aspectos inter-relacionados, que podem ser distinguidos com clareza. O primeiro exclui da ciência social toda perspectiva religiosa ou moral; o segundo afasta o autor das teorias abstratas e dedutivas e o dirige para a abordagem descritiva e comparativa dos fatos sociais.

Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos. Montesquieu, ao contrário, reduz as instituições a causas puramente humanas. Segundo ele, introduzir princípios teológicos no domínio da história, como fatores explicativos, é confundir duas ordens distintas de pensamento. Deliberadamente, dispõe-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandona tal projeto.

Já nas primeiras páginas do **Espírito das leis** ele adverte o leitor contra um possível mal-entendido no que diz respeito à palavra "virtude", que emprega amiúde com significado exclusivamente político, e não moral. Para Montesquieu, o correto conhecimento dos fatos humanos só pode ser realizado cientificamente na medida em que eles sejam visados como são e não como deveriam ser. Enquanto não forem abordados como independentes de fins religiosos e morais, jamais poderão ser compreendidos. As ciências humanas deveriam libertar-se da visão finalista, como já haviam feito as ciências naturais, que só progrediram realmente quando se desvencilharam do jugo teológico.

Para o debate moderno das relações que se devem ou não travar entre os âmbitos do direito, da ciência e da religião, Montesquieu continua sendo um provocador de alto nível.

(Adaptado de Montesquieu − *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1973).

10579. **(Analista de Controle – TCE-PR – 2011 – FCC)** O método original pelo qual Montesquieu se orienta ao escrever **O espírito das leis** tem como primeira característica promover

(A) uma convergência mais natural entre as bases do pensamento teológico e as das instituições civis.

(B) o caráter dedutivo dos estudos jurídicos, a se desenvolverem com base em teses e hipóteses investigativas.

(C) a separação radical entre o âmbito dos valores teológicos e morais e o das políticas e ciências humanas.

(D) a supressão dos valores éticos morais, em nome de uma exclusiva ordem constitucional anticlerical.

(E) o confronto entre as prioridades de um Estado religioso e as de um Estado laico, tendo em vista uma síntese conciliatória.

RESPOSTA A primeira das características que torna a obra de Montesquieu original é a separação que há entre a ciência social e a perspectiva moral e/ou religiosa. É isso que está dito no primeiro parágrafo: "*O primeiro [aspecto] exclui da ciência social toda perspectiva religiosa ou moral*".

(A) Errada – Montesquieu não considera a convergência, mas sim a divergência entre essas duas formas de interpretação. (B) Errada – No primeiro parágrafo, o texto cita que Montesquieu foi original em sua obra ao afastar o pensamento jurídico das teorias abstratas e dedutivas. (C) Certa. (D) Errada – Os valores éticos não são suprimidos. São sim os morais e os religiosos. (E) Errada – Não há a intenção de conciliar, mas sim de separar o Estado da religião. *Alternativa C*.

10580. **(Analista de Controle – TCE-PR – 2011 – FCC)** Atente para as seguintes afirmações:

I. *Foi a grande importância que Montesquieu atribuía aos estudos de filosofia pura que o levou a compor um tratado como* ***O espírito das leis****, um monumento dedicado à metafísica do Direito.*

II. *Para Montesquieu, as instituições humanas devem ser vistas como tais, ou seja, criações do homem, devendo por isso ser tratadas como fenômenos políticos, e não como manifestações místicas.*

III. *Montesquieu, em suas reflexões sobre as instituições e as leis, deixava-se orientar pelo pensamento utópico, prefigurando, como homem de imaginação que era, a realização espiritual e ideal dos homens.*

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) I e II.

(E) II e III.

RESPOSTA I. Falsa – Como se afirma no primeiro parágrafo, Montesquieu tem por princípio se isolar das teorias abstratas e dedutivas. Sua abordagem se baseia numa mera comparação entre os fatos sociais. II. Verdadeira – Montesquieu trata as instituições como frutos de causas humanas, completamente dissociadas de razões místicas ou religiosas. III. Falsa – Montesquieu assume uma postura meramente pragmática, desvencilhada de abstrações e presa à concretude das comparações entre os fatos sociais. *Alternativa B.*

10581. **(Analista de Controle – TCE-PR – 2011 – FCC)** *Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos.*

Com base no trecho acima, é correto afirmar:

(A) a palavra *solapamento* está empregada no sentido de **implementação** ou **suprimento**.

(B) na expressão segundo *o qual*, o elemento sublinhado reporta-se diretamente a *desenvolvimento histórico*.

(C) a expressão *desígnios divinos* tem sentido oposto ao da expressão *finalismo teológico*.

(D) o *desenvolvimento histórico do homem* era visto, até então, em função do *finalismo teológico e moral*.

(E) a expressão *cumprimento de desígnios divinos* deve ser entendida como **extensão da autoridade de Deus**.

RESPOSTA (A) Errada – O termo *"solapamento"* está empregado no sentido de *"arruinamento", "enfraquecimento".* (B) Errada – O termo *"o qual"* se reporta a *"finalismo teológico e moral"*. (C) Errada – Essas duas expressões se aproximam quanto ao sentido, referindo-se à influência da religiosidade nas justificativas das instituições. (D) Certa. (E) Errada – A expressão deve ser entendida como *"cumprimento dos propósitos, das vontades divinas". Alternativa D.*

10582. **(Analista de Controle – TCE-PR – 2011 – FCC)** Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

(A) Montesquieu valeu-se, em **O espírito das leis**, do conceito político de "virtude", escoimando essa palavra de qualquer ressonância de ordem moral ou religiosa.

(B) Para que não se confundissem os leitores, Montesquieu advertiu-os que a palavra "virtude" ali

empregada não detinha terminologia religiosa, conquanto apenas política.

(C) Era mister de Montesquieu desconsiderar o desígnio divino, razão pela qual fixou no termo "virtude" o censo de sentido político que a palavra deveria transpirar.

(D) Em O **espírito das leis**, propunha Montesquieu a tratar das instituições de fato humanas, tendo por isso empregado a palavra "virtude" em sentido material, e não teológico.

(E) Ao conceito moral de "virtude" opôs-se Montesquieu, preterindo-o uma vez que lhe preferia no sentido político, tendo para isso alertado seus leitores em **O espírito das leis**.

RESPOSTA (A) Correta. (B) "...advertiu-os de que a palavra..." / a palavra "conquanto" indica concessão, mas a frase indica oposição, logo deveria ser trocada por "mas". (C) Deveríamos trocar "ser mister", que significa "ser forçoso", por "era necessário". Além disso, "censo" deveria ser substituído por "senso" = juízo. (D) "...Montesquieu propunha (VTD) tratar...". (E) "...que o preferia...". *Alternativa A.*

10583. **(Analista de Controle – TCE-PR – 2011 – FCC)** As normas de concordância verbal estão plenamente observadas em:

(A) Para os leitores de qualquer época seriam úteis reconhecer os dois métodos que regiam Montesquieu em **O espírito das leis**.

(B) Muito terão a ganhar, sejam quais forem as convicções de uma época, quem se disponha a refletir sobre as ideias de Montesquieu.

(C) À exceção dos que professam ardentemente uma fé, leitores de Montesquieu haverão sempre, para endossar com ânimo suas teses.

(D) Segundo Montesquieu, não cabem aos homens preocupar-se com a finalidade religiosa das instituições, mas sim com a finalidade política.

(E) No século XVIII não se ateve aos princípios morais religiosos quem, como Montesquieu, os preterisse para priorizar os princípios da política.

RESPOSTA (A) Errada – Deve-se empregar a construção singular *"seria útil"*, para que haja a concordância com o sujeito oracional *"reconhecer os dois métodos..."*. (B) Errada – Deve-se empregar a forma singular *"terá"*, para que haja concordância com o sujeito *"Muito"*. (C) Errada – Deve-se empregar a forma verbal singular *"haverá"*, haja vista que o verbo *"haver"*, no sentido de *"existir"*, é impessoal, sendo somente flexionado na 3ª pessoa do singular. (D) Errada – Deve-se empregar a forma singular *"não cabe"*, para que haja a concordância com o sujeito oracional *"preocupar-se com a finalidade..."*. (E) Certa. *Alternativa E.*

10584. **(Analista de Controle – TCE-PR – 2011 – FCC)** A oração sublinhada exerce a função de **sujeito** dentro do seguinte período:

(A) Montesquieu preferiu guiar-se pelos valores civis, em vez de se deixar levar pelo finalismo religioso.

(B) A um espírito sensível e religioso não convém ler um filósofo como Montesquieu buscando apoio espiritual.

(C) Um estudo sério da história das ciências jurídicas não pode prescindir dos métodos de que se vale Montesquieu em **O espírito das leis**.

(D) As ciências humanas deveriam libertar-se da religião, assim como ocorreu com as ciências naturais.

(E) O método de Montesquieu valorizou as instituições humanas e solapou o finalismo teológico e moral.

RESPOSTA (A) Errada – A oração destacada exerce a função de objeto direto *(oração subordinada substantiva objetiva direta)* do verbo *"preferir"*. (B) Certa. (C) Errada – A oração em destaque funciona como adjunto adnominal *(oração subordinada adjetiva restritiva)* do nome *"métodos"*. (D) Errada – A oração em destaque funciona como adjunto adverbial *(oração subordinada*

adverbial comparativa). (E) Errada – A oração em destaque é coordenada sindética aditiva. *Alternativa B.*

10585. (Analista de Controle – TCE-PR – 2011 – FCC) Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:

(A) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original composto por dois aspectos inter-relacionados: que serviam a seu propósito condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.

(B) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método, original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável, para muitos, de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.

(C) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados que serviam a seu propósito, condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.

(D) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto, por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável para muitos: de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.

(E) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito, condenável, para muitos de ver como excludentes o finalismo religioso, e o fenômeno político.

RESPOSTA Deve-se atentar para as seguintes necessidades de pontuação:

i) Deve haver uma vírgula após *"Luzes"*, para isolar o adjunto adverbial deslocado da ordem direta *"No século das Luzes"*.

ii) O termo *"em sua obra maior"* deve ser isolado por vírgulas, pois encontra-se intercalado entre o sujeito – *Montesquieu* – e o verbo – *deixou-se.*

iii) Não se deve separar por vírgula o nome *"método"* de seu adjunto adnominal *"original"*.

iv) Deve-se isolar por vírgulas o termo de caráter explicativo *"composto por dois aspectos... seu propósito"*.

v) Deve-se isolar por vírgulas o termo *"condenável para muitos"*, devido ao seu caráter explicativo e ao fato de estar intercalado entre nome – *propósito* – e complemento nominal – *de ver como excludentes... fenômeno político*.

Dessa forma, a opção que atende a todos critérios de pontuação é a terceira. *Alternativa C.*

10586. (Analista de Controle – TCE-PR – 2011 – FCC) Está INADEQUADA a correlação entre tempos e modos verbais na frase:

(A) Enquanto não fossem abordados como independentes de fins religiosos e morais, os fatos humanos jamais seriam compreendidos, acreditava Montesquieu.

(B) Deliberadamente, Montesquieu dispunha-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandonaria tal projeto.

(C) Ele mais de uma vez advertiu o leitor contra um possível mal-entendido no que dizia respeito à palavra "virtude", que empregava amiúde com significado exclusivamente político.

(D) O primeiro aspecto do método excluía da perspectiva social todo valor religioso, ao passo que o segundo afastasse o autor das abstrações teóricas.

(E) Segundo a moral que predomina na época, o desenvolvimento histórico do homem deve subordinar-se ao cumprimento dos desígnios divinos.

RESPOSTA (A) Certa – Há a correta correlação entre o pretérito imperfeito do subjuntivo – *fossem* – e o futuro do pretérito do indicativo – *seriam.* (B) Certa – Há a correta correlação entre o pretérito imperfeito do indicativo – *dispunha-se* – e o futuro do pretérito do indicativo – *abandonaria.* (C) Certa – Há uma correta correlação entre os pretéritos *"advertiu" – pretérito perfeito do indicativo* – e *"dizia"* e *"empregava" – pretérito imperfeito do indicativo.* (D) Errada – Em vez de *"afastasse" – pretérito imperfeito do subjuntivo* –, deveria ser empregada a forma verbal *"afastava" – pretérito imperfeito do indicativo* –, mantendo-se, assim, o

paralelismo com a oração anterior formada pelo verbo *“excluía”*. (E) Certa – Há uma correta correlação entre os presentes do indicativo *“predomina”* e *“deve”*. *Alternativa D.*

I. Crase

10587. **(2012 – CESGRANRIO)** O uso do sinal indicativo da crase é obrigatório em:

(A) A metrópole exerce influência social e administrativa sobre a maioria das cidades da região.
(B) Cada vez mais, os moradores têm acesso a bens de consumo como eletrodomésticos e celulares.
(C) Nas grandes cidades, o crescimento populacional é sempre aliado a índices econômicos altos.
(D) O governo precisa investir na saúde para corresponder a expectativa da população.
(E) O planejamento familiar é necessário para não levar o mundo a uma situação insustentável.

RESPOSTA O verbo "corresponder" é transitivo indireto, ou seja, exige um complemento com preposição. Além disso, a palavra que segue esse verbo, "expectativa", é uma palavra feminina. Assim teremos a fusão da preposição com o artigo! *Alternativa D.*

10588. **(2012 – CESGRANRIO)** No trecho "50% e 70% das falhas ocorridas no passado em linhas de transmissão brasileiras estavam relacionadas às condições climáticas", o sinal indicativo da crase deve ser empregado obrigatoriamente.

Esse sinal também é obrigatório na palavra destacada em:

(A) O Brasil sofreu as consequências da grande perda de carbono da floresta Amazônica.
(B) A transformação acelerada do clima deve-se as estiagens em várias partes do mundo.
(C) Alguns tipos de vegetação dificilmente resistem a uma grande mudança climática.
(D) As usinas hidrelétricas, a partir de 1920, estavam associadas a regiões industriais.
(E) O aumento da temperatura do planeta causará danos expressivos a seus habitantes.

RESPOSTA O verbo "dever", neste caso, exige um complemento com preposição, pois quem deve algo o deve a alguém. Além disso, a palavra que segue este verbo, "estiagens", é feminina e está acompanhada do artigo plural "as", como podemos ver. *Alternativa B.*

10589. **(2012 – CESGRANRIO)** No texto, a expressão *às vezes* apresenta o sinal indicativo de crase.

Na seguinte frase, o *a* deveria também apresentar esse sinal:

(A) A partir de hoje, não quero enviar mais mensagem de texto.
(B) Ele pediu a todos os funcionários que enviassem notícias por e-mail.
(C) Os jovens postam mensagem em redes sociais a mais de cem pessoas.
(D) Podem-se trocar mensagens a vontade, mas não existe muita segurança.
(E) Quero que a empresa tome medidas sobre trocas de mensagens dos funcionários.

RESPOSTA As locuções adverbiais de tempo, modo e lugar que são femininos levam crase para diferenciarmos do substantivo feminino. Exemplo: *à vontade* é o modo, por isso leva crase. "A vontade de comer chocolate só aumentou!", nessa frase não leva porque é apenas o substantivo. *Alternativa D.*

10590. **(2012 – CESGRANRIO)** As crases grafadas no início de cada uma das seguintes frases se justificam pela exigência do verbo acostumar: "Às bactérias de água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios."

Uma quarta frase que poderia estar nessa sequência, grafada de acordo com a norma-padrão, seria a seguinte:

(A) À ver injustiças.
(B) À vida sem prazer.
(C) À alguma forma de tristeza.
(D) À todas as mazelas do mundo.
(E) À essa correria em busca do sucesso.

RESPOSTA Sendo o verbo "acostumar" um transitivo indireto, e seguindo a mesma lógica das frases do enunciado da questão, a frase da alternativa B leva crase porque a palavra "vida" é um substantivo feminino. *Alternativa B.*

10591. **(2010 – FGV)** Em "ofereceram à equipe chilena de salvamento [...]", o emprego do acento grave:

(A) É justificado pela regência de "ofereceram" e pela presença de artigo definido feminino antes de "equipe".
(B) É considerado facultativo por estar diante de substantivo coletivo.
(C) Tem a mesma função em: "Eu não ia perder tempo com quem ganhou muito dinheiro à custa de mentiras".
(D) Antecede uma locução adverbial que expressa uma circunstância.
(E) Não se manteria caso "ofereceram" fosse substituído por "deram".

RESPOSTA O verbo "oferecer", como o enunciado já sugere, é transitivo indireto, e a palavra que o segue, "equipe", é uma palavra feminina que exige o artigo A. *Alternativa A.*

10592. **(2010 – FGV)** Na frase "é ingênuo creditar a postura brasileira apenas à ausência de educação adequada" foi corretamente empregado o acento indicativo de crase.

Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está corretamente empregado.

(A) O memorando refere-se à documentos enviados na semana passada.
(B) Dirijo-me à Vossa Senhoria para solicitar uma audiência urgente.
(C) Prefiro montar uma equipe de novatos à trabalhar com pessoas já desestimuladas.
(D) O antropólogo falará apenas àquele aluno cujo nome consta na lista.
(E) Quanto à meus funcionários, afirmo que têm horário flexível e são responsáveis.

RESPOSTA O verbo "falar", neste caso, exige complementos um sem preposição e outro com preposição, pois quem fala algo o fala a alguém. O pronome "aquele", portanto, configura-se como parte do objeto indireto deste verbo, pois a preposição "a" encontra-se com o "a" inicial do pronome em questão. Note que poderíamos trocá-lo por "a este" para confirmar o emprego da crase. *Alternativa D.*

10593. **(2010 – FGV)** Assinale a alternativa em que está correto o uso do acento indicativo de crase:

(A) O autor se comparou à alguém que tem boa memória.
(B) Ele se referiu às pessoas de boa memória.
(C) As pessoas aludem à uma causa específica.
(D) Ele passou a ser entendido à partir de suas reflexões sobre a memória.
(E) Os livros foram entregues à ele.

RESPOSTA O verbo "referir-se" (VTI) exige a preposição "a", que se encontra com o artigo que antecede a palavra feminina "pessoas". *Alternativa B.*

10594. **(2010 – FGV)** O acento indicativo de crase foi corretamente empregado apenas em:

(A) o cidadão não atende à apelos sem fundamento.
(B) no artigo, o autor citou à necessária reforma do Estado.
(C) convencemos à todos da necessidade de um pacto social.
(D) o debatedor não se rendeu àqueles discursos demagógicos.
(E) os governantes dispuseram-se à colaborar.

RESPOSTA O verbo "render-se" (VTI) exige a preposição "a", que se liga ao "a" inicial do pronome "aqueles". O emprego de crase nos pronomes demonstrativos fica fácil de confirmar quando conseguimos aplicar a troca por "a estes", no caso. *Alternativa D.*

10595. (2012 – CESGRANRIO) O sinal indicativo de crase está adequadamente usado em:

(A) Os pesquisadores dedicaram um estudo sobre *games* à um conjunto de pessoas idosas.
(B) Daqui à alguns anos, os pesquisadores pretendem verificar por que os *games* são viciantes para os jovens.
(C) Muitos dos idosos pesquisados obtiveram resultados positivos e passaram à se comportar de nova maneira.
(D) A escolha de um determinado *game* se deveu à preocupação dos pesquisadores com as características que tal jogo apresentava.
(E) Os estudos dos efeitos dos jogos eletrônicos sobre os idosos vêm sendo realizados à vários anos.

RESPOSTA A regência do verbo "deve-se" exige a preposição A. A palavra na sequência é um substantivo feminino que exige o artigo A. *Alternativa D*.

10596. (2011 – CESGRANRIO) O sinal indicativo da crase está empregado de acordo com a norma-padrão em:

(A) Depois de aportar no Brasil, Cabral retomou à viagem ao Oriente.
(B) O capitão e sua frota obedeceram às ordens do rei de Portugal.
(C) O ponto de partida da frota ficava no rio Tejo à alguns metros do mar.
(D) O capitão planejou sua rota à partir da medição de marinheiros experientes.
(E) Navegantes anteriores a Cabral haviam feito menção à terras a oeste do Atlântico.

RESPOSTA A regência do verbo *obedecer* é indireta, ou seja, esse verbo pede preposição. "ordens" é um substantivo feminino no plural. Note que podemos observar o emprego do artigo mais facilmente por ele estar no plural. *Alternativa B.*

10597. (2011 – CESGRANRIO) O sinal indicativo da crase é necessário em:

(A) Os cartões-postais traziam as novas notícias de quem estava viajando.
(B) Recife abriga a mostra de antigos cartões-postais, fruto do esforço de um colecionador.
(C) Reconhecer a importância de antigos hábitos, como a troca de cartões-postais, é valorizar o passado.
(D) Enviar um cartão-postal aquela pessoa a quem se ama era, nos séculos XIX e XX, uma forma de amor.
(E) Durante muito tempo, e em vários lugares do mundo, a moda de trocar cartões-postais permaneceu.

RESPOSTA Enviar (VTDI) um cartão-postal (OD) A + aquela pessoa... (OI) = crase no pronome demonstrativo "aquela". *Alternativa D.*

10598. (2011 – CESGRANRIO) O sinal indicativo de crase é necessário em:

(A) A venda de computadores chegou a reduzir o preço do equipamento.
(B) Os atendentes devem vir a ter novo treinamento.
(C) É possível ir as aulas sem levar o *notebook*.
(D) Não desejo a ninguém uma vida infeliz.
(E) A instrutora chegou a tempo para a prova.

RESPOSTA *Ir* é um verbo intransitivo geralmente acompanhado de um adjunto adverbial que exige a preposição A. O substantivo “aulas” está acompanhado do artigo no plural. *Alternativa C.*

10599. **(2011 – CESGRANRIO)** Em qual dos pares de frases abaixo o *a* destacado deve apresentar acento grave indicativo da crase?

(A) Sempre que possível não trabalhava a noite./Não se referia a pessoas que não participaram do seminário.
(B) Não conte a ninguém que receberei um aumento salarial./Sua curiosidade aumentava a medida que lia o relatório.
(C) Após o julgamento, ficaram frente a frente com o acusado./Seu comportamento descontrolado levou-o a uma situação irremediável.
(D) O auditório IV fica, no segundo andar, a esquerda./O bom funcionário vive a espera de uma promoção.
(E) Aja com cautela porque nem todos são iguais a você./Por recomendação do médico da empresa, caminhava da quadra dois a dez.

RESPOSTA Nesses dois casos temos exemplos de locuções adverbiais. À esquerda indica lugar e à espera indica o modo. *Alternativa D.*

10600. **(2010 – CESGRANRIO)** O sinal indicativo de crase deve ser usado somente no *a* presente em

(A) Mas a dor de dente pode passar a ser um problema.
(B) Os pais costumam levar a seus filhos a obrigação de serem felizes.
(C) Não se deve dar importância a chamada da capa da revista.
(D) Os livros publicados por universidades devem ser levados a sério.
(E) O dinheiro não traz a felicidade que se imagina, quando se luta por ele.

RESPOSTA Não se deve dar o quê? Importância (OD) A quem? (à) chamada da capa da revista (OI). *Alternativa C.*

10601. **(2010 – CESGRANRIO)** O acento indicativo da crase só está corretamente empregado em

(A) Só consegui comprar a televisão à prestações.
(B) O comerciante não gosta de vender à prazo.
(C) Andar à pé pela orla é um ótimo exercício.
(D) Entregue o relatório à uma das secretárias.
(E) Chegaremos ao trabalho à uma hora da tarde.

RESPOSTA A crase deve ser usada no emprego de hora determinada. Note que “uma”, nesse caso, não é um artigo indeterminado, mas sim um numeral. *Alternativa E.*

10602. **(2010 – CESGRANRIO)** Leia as frases abaixo

A Inglaterra aprovou uma lei pela qual o país terá de cortar em 80% _____ suas emissões de carbono.

O fato de as cifras virem _____ tona antes da conferência é outro sinal alentador. Esse cipoal de números torna complexa ______ discussão em Copenhague, mas não a inviabiliza. O Presidente Barack Obama anunciou que vai ______ Copenhague e que se compromete com um corte de 17% até 2020.

As palavras que, na sequência, preenchem as lacunas acima corretamente são

(A) as – à – a – a.
(B) às – à – a – a
(C) às – a – à – à.
(D) as – a – a – à.
(E) as – a – a – a.

RESPOSTA "...terá de cortar...": essa locução verbal é transitiva direta – "as" = artigo.
"virem à tona" é uma locução adverbial com crase.

"a discussão" é o sujeito do verbo "torna", por isso não pode ter crase (o núcleo do sujeito não pode ser preposicionado).

"vai a Copenhague" e volta DE Copenhague = sem crase. *Alternativa A.*

10603. **(2013 – CESGRANRIO)** Segundo a norma-padrão, o sinal indicativo da crase não deve ser utilizado no seguinte trecho: "Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas **tendem a aceitar** algumas afirmações".

A mesma justificativa para essa proibição pode ser identificada em:

(A) "É natural que isso aconteça, quando mais não seja porque as certezas nos dão segurança e tranquilidade. Pô-las em questão **equivale a tirar** o chão de sob nossos pés."
(B) "Com o desenvolvimento do pensamento objetivo e da ciência, aquelas certezas inquestionáveis **passaram a segundo plano**, dando lugar a um novo modo de lidar com as certezas e os valores."
(C) "a visão inovadora veio ganhando terreno e, mais do que isso, conquistando posições estratégicas, o que tornou possível influir na formação de novas gerações, **menos resistentes a visões questionadoras**."
(D) "Ocorre, porém, que essa certeza **pode induzir a outros erros**: o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos está indiscutivelmente errado."
(E) "Uma comunidade cujos princípios e normas **mudassem a cada dia** seria caótica e, por isso mesmo, inviável".

RESPOSTA Não ocorre crase antes de verbos. A palavra "a" presente nas frases é apenas uma preposição. *Alternativa A.*

10604. **(2013 – CESGRANRIO)** Há omissão do sinal indicativo da crase em:

(A) Os vizinhos tomaram providências a respeito dos latidos.
(B) O autor se refere a dupla de artistas como adoráveis.
(C) Agradeci a ele pelo magnífico presente.
(D) Os cães continuaram a latir sem parar.
(E) Ela visita a avó todos os domingos.

RESPOSTA A regência do verbo "referir-se" exige uma preposição "a", e a palavra "dupla" é um substantivo feminino antecedido de artigo, portanto deveria ocorrer crase. *Alternativa B.*

II. Regência

10605. **(2011 – FGV)** Assinale a alternativa em que a alteração do verso da canção tenha sido feita com adequação à norma culta. Não leve em conta possível alteração de sentido.

(A) Nosso amor que eu não esqueço/Nosso amor de que eu não esqueço
(B) Que você lhe diga/Que você lhe encontre
(C) Diga que você me adora/Diga que você adora-me
(D) Às pessoas que eu detesto/Às pessoas que não gosto
(E) a comida que você pagou pra mim/a comida por que você optou para mim

RESPOSTA O verbo *optar* exige a preposição "por". Como temos um pronome relativo (que) na frase, a preposição fica antes dele para identificar a função sintática por ele retomada, no caso um objeto indireto. *Alternativa E.*

10606. (2011 – FGV) Leia o fragmento abaixo

Infelizmente, ainda hoje assistimos no Brasil a fenômenos que há muito deveriam ter sido excluídos da vida política nacional, como a compra de votos e a atitude de diversos candidatos, durante as campanhas eleitorais, de "doar" cestas básicas e toda a sorte de brindes em troca da promessa de voto dos eleitores.

(Instituto Ethos. A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral. Disponível em: www.ethos.org.br. Com adaptações.)

No trecho destacado acima, foi empregada a regência do verbo em completo acordo com a norma culta. Assinale a alternativa em que isso NÃO tenha ocorrido.

(A) O povo aspira a governos menos corruptos.
(B) Ele assiste em Belém.
(C) O combate à corrupção implica em medidas éticas por parte das empresas.
(D) As empresas pagaram aos funcionários na data correta.
(E) Muitas vezes o povo esquece o passado dos políticos.

RESPOSTA A regência da frase da alternativa C não está correta porque o verbo "implicar" não admite preposição, pois é um verbo transitivo direto que significa "acarretar", "provocar", "ter como consequência". *Alternativa C.*

10607. (2010 – FGV) A construção da frase "tentará descobrir alguma coisa que possuam em comum – um conhecido, uma cidade da qual gostam", está correta em relação à regência dos verbos possuir e gostar.

De acordo com a norma-padrão, assinale a alternativa que apresente erro de regência.

(A) Apresentam-se algumas teses a cujas ideias procuro me orientar.
(B) As características pelas quais um povo se identifica devem ser preservadas.
(C) Esse é o projeto cujo objetivo principal é a reflexão sobre a brasilidade.
(D) Eis os melhores poemas nacionalistas de que se tem conhecimento.
(E) Aquela é a livraria onde foi lançado o romance recorde de vendas.

RESPOSTA A frase expressa na alternativa A apresenta erro de regência porque o pronome "cuja" não pode ser preposicionado, pois o verbo "procurar" pede, neste caso, um complemento direto. *Alternativa A.*

10608. (2010 – FGV) "Eu não atino com a das que enfiei ontem"; a utilização da preposição "com" nesse fragmento, é devida à presença do verbo "*atinar*". A frase a seguir em que a preposição destacada está mal empregada é:

(A) Azul é a cor *de* que mais gosto.
(B) Essa é a menina *de* quem estamos falando.
(C) Ela estará aqui *em* uma hora.
(D) Esses são os retratos *de* que tiraram.

(E) Essa é a história *a* que aludi.

RESPOSTA O uso da preposição está incorreto na frase da alternativa D porque o verbo “tirar” é transitivo direto. O pronome relativo retoma a função sintática do verbo posterior, por isso não pode haver aquela preposição. *Alternativa D.*

10609. **(2012 – CESGRANRIO)** A leitura do trecho

“A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o de que necessita. E a lutar para ganhar o dinheiro com que pagar. [...] E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra. [...]”

permite concluir que as preposições são exigidas, respectivamente, pelos seguintes verbos:

(A) desejar e ganhar.
(B) desejar e pagar.
(C) pagar e desejar.
(D) necessitar e ganhar.
(E) necessitar e pagar.

RESPOSTA O verbo “necessitar” é sempre transitivo indireto, ou seja, sempre exige uma preposição. Já o verbo “pagar” pode admitir as duas transitividades, mas neste caso fala-se em pagar com algo, que é com o dinheiro ganho. *Alternativa E.*

10610. **(2012 – CESGRANRIO)** Considere o comportamento do verbo em destaque quanto à sua regência, em “para dar sabor e aroma aos alimentos”.

O trecho do texto cujo verbo apresenta a mesma regência é:

(A) “Quando você lê ‘aroma natural’”
(B) “‘artificial’ no rótulo significa que os aromistas”
(C) “que não existem na natureza”
(D) “O processo encarece o produto”
(E) “enviar as moléculas às fábricas de alimentos”

RESPOSTA Assim como o verbo destacado no enunciado da questão (VTDI), a alternativa E é correta porque o verbo “enviar” exige dois complementos: um direto (as moléculas) e outro indireto (às fábricas de alimentos). *Alternativa E.*

10611. **(2012 – CESGRANRIO)** A frase cuja regência do verbo respeita a norma-padrão é:

(A) Esquecemo-nos daquelas regras gramaticais.
(B) Os professores avisaram aos alunos da prova.
(C) Deve-se obedecer o português padrão.
(D) Assistimos uma aula brilhante.
(E) Todos aspiram o término do curso

RESPOSTA A frase da alternativa A está de acordo com a norma-padrão porque o verbo “esquecer-se” exige um complemento indireto (com preposição *de*); a ênclise, que é o uso do pronome em relação ao verbo, está sendo usada adequadamente e as palavras que compõem o objeto indireto concordam em gênero, número e pessoa. *Alternativa A.*

10612. **(2010 – FGV)** Leia o fragmento abaixo:

“[...] Só o Estado, reformado e renovado, incluindo o Legislativo e o Judiciário, poderá *dispor* dos meios e recursos, articulado à opinião pública, para reverter essa ameaça de colapso.”

A regência do verbo dispor é a mesma de:

(A) O artigo defende a necessidade de uma nova ética social.
(B) Convém atualizar velhas formas de comportamento.

(C) O autor expressa suas ideias de forma clara e objetiva.
(D) O palestrante fugiu ao foco dos debates.
(E) Busca-se uma saída para a crise institucional.

RESPOSTA Os verbos exigem, nesse caso, um complemento com preposição (objeto indireto). *Alternativa D.*

10613. (2011 – CESGRANRIO) Dentre os períodos compostos abaixo, qual foi elaborado de acordo com a norma-padrão da língua?

(A) Entrei e saí do escritório hoje correndo.
(B) O relatório que te falei está em cima da mesa.
(C) Esse é o colega que dei meu endereço novo.
(D) O manual por que aprendeu a usar a máquina é ruim.
(E) A ilha que eu mudei minha residência oficial é grande.

RESPOSTA Nós aprendemos pelo (por + o) manual, certo? Ao usarmos o pronome relativo para a construção da frase, ele retoma também a função sintática, por isso a preposição (por) vem antes dele. *Alternativa D.*

10614. (2011 – CESGRANRIO) Considere as frases abaixo.

I. Manuel aspira .... cargo de gerente na empresa.
II. Quem quiser assistir .... filme, deve permanecer em silêncio.
III. Certamente, essa decisão implicará .... dissolução do grupo.
IV. Ao chegar .... casa, verificarei se os documentos estão em ordem alfabética.

Em relação à regência verbal, a sequência que preenche corretamente as lacunas é:

(A) o – ao – na – em
(B) o – o – a – a
(C) ao – o – na – em
(D) ao – ao – a – a
(E) ao – ao – na – em

RESPOSTA O verbo “aspirar” no sentido de “desejar” é transitivo indireto, exigindo preposição A.
O verbo “assistir” no sentido de “ver” é transitivo indireto, exigindo preposição A.

O verbo “implicar” no sentido de ter como consequência, acarretar, gerar é transitivo direto.

O verbo “chegar” exige que o adjunto adverbial seja com a preposição A, nunca EM. *Alternativa D.*

10615. (2011 – CESGRANRIO) “Se ainda restassem dúvidas, elas acabariam no alvorecer do dia seguinte...”

O verbo *acabar* apresenta-se com a mesma regência com que aparece na acima:

(A) O cantor mostrou muito talento e acabou aplaudido entusiasticamente.
(B) As fortes chuvas acabaram com as plantações de grãos.
(C) Eles acabaram de saber que foram aprovados no concurso.
(D) Acabou por reconhecer que o adversário era superior.
(E) A comemoração dos formandos acabou de madrugada.

RESPOSTA O verbo “acabar” está sendo empregado como intransitivo, seguido de adjunto adverbial. *Alternativa E.*

10616. (2011 – CESGRANRIO) Em qual das sentenças abaixo, a regência verbal está em DESACORDO com a norma-padrão?

(A) Esqueci-me dos livros hoje.

(B) Sempre devemos aspirar a coisas boas.
(C) Sinto que o livro não agradou aos alunos.
(D) Ele lembrou os filhos dos anos de tristeza.
(E) Fomos no cinema ontem assistir o filme.

RESPOSTA O verbo "fomos" exige que o adjunto adverbial seja com a preposição A, nunca EM. O verbo "assistir" no sentido de "ver" é transitivo indireto, exigindo preposição A. *Alternativa E.*

10617. **(2011 – CESGRANRIO)** Substituindo o verbo destacado por outro, a frase, quanto à regência verbal, torna-se INCORRETA em:

(A) O líder da equipe, finalmente, **viu** a apresentação do projeto./O líder da equipe, finalmente, assistiu à apresentação do projeto.
(B) Mesmo não concordando, ele **acatou** as ordens do seu superior./Mesmo não concordando, ele obedeceu às ordens do seu superior.
(C) Gostava de **recordar** os fatos de sua infância./Gostava de lembrar dos fatos de sua infância.
(D) O candidato **desejava** uma melhor colocação no *ranking*./O candidato aspirava a uma melhor colocação no *ranking*.
(E) Naquele momento, o empresário **trocou** a família pela carreira./Naquele momento, o empresário preferiu a carreira à família.

RESPOSTA O verbo "lembrar" sem o pronome é transitivo direto. O correto seria "Gostava de lembrar os fatos... ou gostava de lembrar-se dos fatos...". *Alternativa C.*

10618. **(2013 – CESGRANRIO)** "... aquelas que de algum modo atendem a suas necessidades e a fazem avançar.", o verbo **atender** exige a presença de uma preposição para introduzir o termo regido.

Essa mesma exigência ocorre na forma verbal destacada em:

(A) "Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas **tendem** a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis."
(B) "**Introduziram**-se as ideias não só de evolução como de revolução."
(C) "Inúmeras descobertas **reafirmam** a indiscutível tese de que a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual."
(D) "Por outro lado, como a vida muda e a mudança é inerente à existência, **impedir** a mudança é impossível."
(E) "Daí resulta que a sociedade termina por **aceitar** as mudanças."

RESPOSTA Na alternativa A, o verbo também é transitivo indireto com a preposição "A". *Alternativa A.*

10619. **(2010 – CESGRANRIO)** Em relação à regência verbal e nominal, o emprego do pronome relativo, segundo o registro culto e formal da língua, está **INCORRETO** em:

(A) A conclusão que chegamos é que o fracasso ensina ao homem como recomeçar.
(B) O barco a cujos tripulantes me referi pode voltar a navegar.
(C) O ideal por que lutamos norteia nossos projetos.
(D) O infortúnio a que está sujeito o empreendedor motiva-o.
(E) Após o término da pesquisa, informei-lhe que tomasse cuidado para não errar.

RESPOSTA O verbo *chegar* solicita a preposição "a", que deve ser inserida antes do pronome relativo "que". *Alternativa A.*

10620. **(2010 – CESGRANRIO)** O período escrito de acordo com a norma-padrão é

(A) O formigueiro, sobre cuja a destruição foi atribuída às crianças, era muito antigo.
(B) O astrônomo de cuja teoria lhe falei vem ao Brasil no próximo semestre.
(C) O planeta que moramos tem condições para abrigar várias formas de vida.
(D) A constelação cuja a estrela principal se chama Alpha Centauri fica no Hemisfério Sul.
(E) O planeta Marte, cujo é vizinho próximo da Terra, não parece ter água em sua superfície.

RESPOSTA O verbo "falar" exige a preposição "de" para introduzir o adjunto adverbial de assunto. Essa preposição deve ser posicionada antes do pronome relativo (cuja). *Alternativa B.*

III. Pontuação

10621. **(2012 – CESGRANRIO)** No trecho "Conversamos com sociólogos, arquitetos, economistas, urbanistas e representantes de organizações internacionais sobre o assunto", as vírgulas são empregadas para separar itens de uma enumeração, assim como em:

(A) "Virou hábito na mídia e, provavelmente, em conversas cotidianas o uso do adjetivo 'sustentável'."
(B) "Para alguns urbanistas, um elemento fundamental para ser levado em conta, quando se fala de sustentabilidade urbana, é o futuro."
(C) "Uma metrópole sustentável é aquela que, na próxima geração, tenha condições iguais ou melhores que as que temos hoje."
(D) "Nesse cenário, para que infraestrutura, segurança, saúde, educação e outros serviços públicos sejam acessíveis em toda a metrópole."
(E) "A rede de transportes, por exemplo, é um dos aspectos a serem observados na constituição das cidades."

RESPOSTA Assim como na frase expressa no enunciado da questão, a alternativa D está correta porque apresenta itens de uma enumeração (separação de elementos de mesma função sintática), o que não ocorre nas demais alternativas. *Alternativa D.*

10622. **(2012 – CESGRANRIO)** No seguinte trecho "Entretanto, para que possamos usufruir dessa energia, precisamos transportá-la a longas distâncias – muitas vezes, milhares de quilômetros – por meio de linhas de transmissão aéreas, expostas ao tempo e a seus caprichos", o travessão serve para delimitar uma informação intercalada no discurso (que pode ser um adendo, um comentário, uma ponderação).

Em situação semelhante, a vírgula pode ser substituída por travessão, com essa mesma função, em:

(A) "Com o aquecimento global, o desmatamento e alguns fenômenos atmosféricos, esse número tende a aumentar nas próximas décadas."
(B) "Se as alterações do clima podem causar problemas na transmissão de energia, na distribuição a situação não é diferente."
(C) "Nessas áreas, as edificações, a substituição de vegetação por asfalto, a poluição dos automóveis e das fábricas causam alterações atmosféricas que favorecem a ocorrência de fortes tempestades."
(D) "a busca de maior comodidade para os consumidores, maior controle operacional pelas empresas, maior eficiência e maior flexibilidade da rede."
(E) "Outro aspecto relevante está na necessidade, cada vez maior, de adequar tais redes às normas legais de proteção e conservação ambiental."

RESPOSTA A vírgula que aparece na frase da alternativa E pode ser substituída pelo travessão porque isola uma informação, uma reflexão, acrescentada às informações consideradas essenciais. As trocas de pontuação, nesse caso, são possíveis. *Alternativa E.*

10623. **(2012 – CESGRANRIO)** Considere a pontuação empregada nos trechos transcritos abaixo:

Antes do advento da internet, "bate-papo" significava conversa informal entre duas ou mais pessoas, em visitas e encontros de corpo e voz presentes. Um casal de mãos dadas na rua. Uma discussão animada de bar.

Tal trecho está reescrito, sem alteração do sentido e de acordo com a norma-padrão, em:

(A) Antes do advento da internet, "bate-papo" significava: conversa informal entre duas ou mais pessoas, em visitas e encontros de corpo e voz presentes. Isso podia se dar com um casal de mãos dadas na rua ou uma discussão animada de bar.

(B) "Bate-papo" significava, antes do advento da internet, conversa informal entre duas ou mais pessoas, em visitas e encontros de corpo e voz presentes. Por exemplo: um casal de mãos dadas na rua ou uma discussão animada de bar.

(C) "Bate-papo" significava conversa informal entre duas ou mais pessoas, em visitas e encontros de corpo e voz presentes: um casal de mãos dadas na rua e uma discussão animada de bar, antes do advento da internet.

(D) "Bate-papo" significava conversa informal entre duas ou mais pessoas, em visitas e encontros de corpo e voz presentes, antes do advento da internet; um casal de mãos dadas na rua e uma discussão animada de bar.

(E) "Bate-papo" significava conversa informal entre duas ou mais pessoas, antes do advento da internet, em visitas e encontros de corpo e voz presentes – um casal de mãos dadas na rua – uma discussão animada de bar.

RESPOSTA A reescrita proposta na alternativa B está correta porque a pontuação utilizada auxilia na construção de um novo trecho (*vide* os dois-pontos, por exemplo). A nova disposição empregada aos termos mantém o significado original do trecho porque as vírgulas colocadas em posições determinadas permitem que isso ocorra. Além disso, os novos verbetes apresentados também não alteram o significado. *Alternativa B.*

10624. **(2012 – CESGRANRIO)** "Hoje, informação é poder."

No fragmento acima, a vírgula é empregada para separar o adjunto adverbial de tempo deslocado.

Outro exemplo do texto em que a vírgula é utilizada com a mesma função encontra-se em:

(A) "nomes e números em profusão, que nos chegam por jornais."

(B) "O estado de nossas células cerebrais, as nossas emoções."

(C) "Para quem, como eu, viaja bastante e tem de trabalhar em aviões ou em hotéis."

(D) "De repente eu me dava conta de como nossa existência é frágil, de como somos governados pelo acaso e pelo imprevisto."

(E) "meu palpite é que, no dia do Juízo Final, cada um de nós vai inserir o *pen drive* de sua vida no Grande Computador Celestial."

RESPOSTA As vírgulas utilizadas na frase apresentada na alternativa E isolam um adjunto adverbial de tempo; portanto, esse sinal gráfico isola a mesma função que a apresentada no enunciado da questão. *Alternativa E.*

10625. **(2013 – FGV)** Comenta o autor do livro: "Todos têm a mesma visão, todos sentem idêntico terror, todos colaboram na construção do santuário. Mas o que ocorre se não existem

argonautas, se não existem mais testemunhas de tal experiência?”

No fragmento acima, as aspas são empregadas para

(A) destacar palavras importantes do texto.
(B) indicar o motivo de o autor ter escrito o texto.
(C) mostrar que a parte entre aspas é um resumo.
(D) registrar que as palavras ditas pertencem a outra pessoa.

RESPOSTA As aspas, além de isolarem uma citação, podem ser empregadas para palavras estrangeiras, neologismos, ironia, gírias, por exemplo. *Alternativa D.*

10626. **(2011 – FGV)** Porém, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros, assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem, não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha mantido adequação quanto ao seu sentido original e correção quanto à pontuação.

(A) Sofrendo o Brasil, no entanto, os influxos de modelos legislativos estrangeiros – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem –, não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.
(B) Entretanto, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros, – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem – não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.
(C) Sofrendo, contudo, o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem – não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.
(D) Todavia, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros, – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem –, não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.
(E) Contudo, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem, não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.

RESPOSTA A alteração do período proposta na alternativa A mantém o sentido do trecho original porque a pontuação utilizada nessa reescrita (as vírgulas e o travessão) desloca alguns termos (por exemplo, a conjunção adversativa) de modo que o significado permaneça o mesmo. Os novos termos empregados (como a substituição do “porém” pelo “no entanto”) também auxiliam para que não haja alteração de significado. *Alternativa A.*

10627. **(2011 – FGV)** É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e, mais ainda, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.

Assinale a alternativa que apresente pontuação igualmente correta para o período acima.

(A) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e, mais ainda, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato, ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.

(B) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e – mais ainda – a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.

(C) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e – mais ainda –, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.

(D) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas, e, mais ainda, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.

(E) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios da empresas, e, mais ainda, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões, sobre aspectos tão sensíveis, como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.

RESPOSTA Os travessões utilizados no trecho da alternativa B apenas substituem as vírgulas do trecho original, que têm a função de isolar uma reflexão que é acrescentada à ideia do texto.

Note também que a ordem direta (sujeito + verbo + complemento + adjunto adverbial) nas outras alternativas sempre é “quebrada” por uma pontuação incorreta. *Alternativa B.*

IV. Acentuação Gráfica

10628. **(2012 – CESGRANRIO)** No trecho “É imperativo democratizar o acesso aos serviços básicos de uma metrópole e diminuir as desigualdades”, as palavras são acentuadas graficamente.

O grupo em que as palavras devem ser acentuadas em virtude da mesma regra é

(A) água, sustentável

(B) automobilística, também

(C) automóvel, saúde

(D) expansão, precário

(E) índice, perímetro

RESPOSTA As palavras apresentadas na alternativa E são acentuadas pelo mesmo motivo que as expostas no enunciado porque ambas são proparoxítonas, as quais todas são acentuadas. *Alternativa E.*

10629. **(2012 – CESGRANRIO)** De acordo com as regras de acentuação, o grupo de palavras que foi acentuado pela mesma razão é:

(A) céu, já, troféu, baú

(B) herói, já, paraíso, pôde

(C) jóquei, oásis, saúde, têm

(D) baía, cafeína, exército, saúde

(E) amiúde, cafeína, graúdo, sanduíche

RESPOSTA O grupo de palavras apresentado na alternativa E é acentuado pela mesma razão porque todos os termos ali expostos configuram a regra do hiato (tônico, não seguido de NH, formando sílaba sozinho ou com "s"). *Alternativa E.*

10630. (2012 – CESGRANRIO) Algumas palavras são acentuadas com o objetivo exclusivo de distingui-las de outras.

Uma palavra acentuada com esse objetivo é a seguinte:

(A) pôr
(B) ilhéu
(C) sábio
(D) também
(E) lâmpada

RESPOSTA A palavra exposta na alternativa A é acentuada porque distingue-se de outra, chamada regra dos acentos diferenciais, uma vez que "pôr" configura um verbo e "por" uma preposição. Essa regra foi mantida após o acordo ortográfico de 2009. *Alternativa A.*

10631. (2011 – CESGRANRIO) As palavras que, na sequência, recebem acento gráfico são:

(A) hifens – latex – avaro
(B) gratuito – video – recem
(C) benção – egoista – vies
(D) martir – item – economia
(E) caracteres – seca – rubrica

RESPOSTA A palavra "bênção" recebe acento gráfico porque é uma paroxítona terminada em "ão"; a palavra "egoísta" recebe acento gráfico porque é um hiato; e a palavra "viés" recebe acento gráfico porque é uma oxítona terminada em "e" seguido de "s". *Alternativa C.*

10632. (2011 – FGV) Assinale a palavra que tenha sido acentuada seguindo a mesma regra que *distribuídos*.

(A) sócio
(B) sofrê-lo
(C) lúcidos
(D) constituí
(E) órfãos

RESPOSTA A palavra apresentada na alternativa D é acentuada pela mesma regra que a palavra "distribuídos": regra do hiato (tônico, não seguido de NH, formando sílaba sozinho ou com "s"). *Alternativa D.*

10633. (2010 – FGV) Assinale a palavra que tenha sido acentuada por regra DISTINTA das demais.

(A) relógio
(B) deficiências
(C) distância
(D) nível
(E) níveis

RESPOSTA Todas as palavras apresentadas nas alternativas da questão são paroxítonas terminadas em ditongo crescente, o que não ocorre na alternativa D, que expõe uma palavra acentuada por ser uma paroxítona terminada em "l". *Alternativa D.*

10634. **(2010 – FGV)** Assinale a palavra que NÃO tenha sido acentuada pela mesma regra que as demais.

(A) até
(B) está
(C) país
(D) biogás
(E) contará

RESPOSTA Todas as palavras apresentadas nas alternativas da questão são acentuadas porque são oxítonas, o que não ocorre na alternativa D, que expõe uma palavra acentuada pela regra do hiato (tônico, não seguido de NH, formando sílaba sozinho ou com "s"). *Alternativa C.*

10635. **(2013 – CESGRANRIO)** O grupo em que ambas as palavras devem ser acentuadas de acordo com as regras de acentuação vigentes na língua portuguesa é

(A) aspecto, inicio
(B) instancia, substantivo
(C) inocente, maiuscula
(D) consciente, ritmo
(E) frequencia, areas

RESPOSTA As duas palavras apresentadas na alternativa E são paroxítonas terminadas em ditongo crescente. *Alternativa E.*

10636. **(2011 – CESGRANRIO)** Em qual das frases abaixo, a palavra destacada está de acordo com as regras de acentuação gráfica oficial da língua portuguesa?

(A) Vende-se **côco** gelado.
(B) Se **amássemos** mais, a humanidade seria diferente.
(C) É importante que você estude **êste** item do edital.
(D) Estavam deliciosos os **caquís** que comprei.
(E) A empresa **têm** procurado um novo empregado.

RESPOSTA "Amássemos" é uma proparoxítona, e todas as proparoxítonas são acentuadas. *Alternativa B.*

10637. **(2011 – CESGRANRIO)** Que palavra obedece à mesma regra de acentuação que **país**?

(A) Compôs
(B) Baú
(C) Índio
(D) Negócios
(E) Águia

RESPOSTA A regra dos hiatos tônicos I e U justifica essa acentuação: são tônicos, formam sílaba sozinhos ou com S e não vêm seguidos de NH. *Alternativa B.*

10638. **(2011 – CESGRANRIO)** A frase em que ocorre **ERRO** quanto à acentuação gráfica é:

(A) Eles têm confiança no colega da equipe.
(B) Visitou as ruínas do Coliseu em Roma.
(C) O seu sustento provém da aposentadoria.
(D) Descoberta a verdade, ele ficou em maus lençóis.

(E) Alguns ítens do edital foram retificados.

RESPOSTA As paroxítonas terminadas em “ens” não são acentuadas. Essa terminação justifica o acento apenas das oxítonas. *Alternativa E.*

10639. **(2011 – CESGRANRIO)** Em relação às regras de acentuação gráfica, a frase que **NÃO** apresenta erro é:

(A) Ele não pode vir ontem à reunião porque fraturou o pé.
(B) Encontrei a moeda caida perto do sofá da sala.
(C) Alguém viu, além de mim, o helicóptero que sobrevoava o local?
(D) Em péssimas condições climaticas você resolveu viajar para o exterior.
(E) Aqui so eu é que estou preocupado com a saúde das crianças.

RESPOSTA As palavras “alguém”, “além” e “helicóptero” estão corretamente acentuadas. As duas primeiras por serem oxítonas terminadas em “em”, já a última é uma proparoxítona – todas são acentuadas. *Alternativa C.*

10640. **(2011 – CESGRANRIO)** O par de palavras que NÃO deve ser acentuado, segundo o registro culto e formal da língua, é

(A) interim – polen.
(B) itens – pudico.
(C) juizes – prototipo.
(D) economico – refem.
(E) heroi – biceps.

RESPOSTA As duas palavras têm a sílaba tônica na posição de paroxítona. Estas não podem ser acentuadas com as terminações “ens” e “o”, por isso ficam sem acento. *Alternativa B.*

10641. **(2010 – CESGRANRIO)** De acordo com o registro culto e formal da língua, os vocábulos que são acentuados, respectivamente, pelas mesmas regras de “aí” e “até” são

(A) sabiá – fé.
(B) café – além.
(C) diário – reféns.
(D) egoísta – você.
(E) consciência – três.

RESPOSTA As palavras “aí” e “egoísta” são acentuadas pela regra dos hiatos tônicos I e U. Já “até” e “você” são oxítonas terminadas em “e”. *Alternativa D.*

10642. **(2008 – CESGRANRIO)** A retirada do acento traz uma palavra de sentido diferente em

(A) árido
(B) reúne
(C) árvore
(D) técnico
(E) pássaro

RESPOSTA A palavra da letra C é uma proparoxítona, e não um hiato. Há diferença de sentido e classe gramatical entre “árvore” (substantivo) e “arvore” (do verbo “arvorar-se”). *Alternativa C.*

10643. **(2010 – CESGRANRIO)** As palavras que se acentuam pelas mesmas regras de “conferência”, “razoável”, “países” e “será”, respectivamente, são

(A) trajetória, inútil, café e baú.
(B) exercício, balaústre, níveis e sofá.
(C) necessário, túnel, infindáveis e só.
(D) médio, nível, raízes e você.
(E) éter, hífen, propôs e saída.

RESPOSTA Médio – paroxítona terminada em ditongo crescente.
Nível – paroxítona terminada em L

Raízes – acentuada pela regra dos hiatos tônicos I e U.

Você – oxítona terminada em “e”. *Alternativa D.*

V. Concordância Verbal e Nominal

10644. **(2012 – CESGRANRIO)** A concordância verbal está usada de acordo com a norma-padrão, EXCETO em:

(A) 80% da população brasileira mora nas regiões urbanas, expondo-se à poluição atmosférica e sonora.
(B) A maioria das cidades brasileiras de grande porte possui uma rede de transportes que abrange todo o perímetro urbano.
(C) Cada cidade brasileira receberão verbas especiais para promover programas voltados à sustentabilidade.
(D) Mais de um país latino-americano apresentou altos índices de desigualdade social.
(E) Nem os ambientalistas nem os arquitetos conseguem definir o melhor modelo de metrópole sustentável.

RESPOSTA A frase apresentada na alternativa C não está correta porque o verbo não está concordando com o sujeito; o correto seria “receberá”. Lembre-se de que a regra é clara: o verbo deve concordar com o núcleo do sujeito. *Alternativa C.*

10645. **(2012 – CESGRANRIO)** A concordância verbal está de acordo com a norma-padrão, EXCETO em:

(A) 50% dos danos à rede de distribuição elétrica no Brasil têm sido provocados por raios e chuvas intensas.
(B) A maioria das tempestades severas causa prejuízos incomensuráveis às redes de transmissão de energia.
(C) Muitos dos problemas de queda de energia no ano de 2011 foram gerados por temporais nas regiões urbanas.
(D) Está comprovado que a maior parte da energia elétrica consumida no país tem origem em fontes hidrelétricas.
(E) Cerca de 20 estados brasileiros precisa modernizar suas redes de distribuição para garantir mais eficiência.

RESPOSTA A frase apresentada na alternativa E, porque o verbo não concorda com o sujeito; o correto seria “precisam”. Quem precisa? Os 20 estados brasileiros = sujeito. *Alternativa E.*

10646. **(2012 – CESGRANRIO)** Considerando-se que há palavras variáveis e palavras

invariáveis na língua portuguesa, qual é a frase que está em DESACORDO com a norma-padrão, no que diz respeito à concordância?

(A) Estamos todos alerta em relação ao problema dos menores de rua.
(B) A população está meio descrente em relação a soluções de curto prazo.
(C) As organizações que cuidam das crianças receberam bastantes recursos este ano.
(D) A partir de hoje, é proibido a adoção de crianças que tenham pais biológicos vivos.
(E) No caso de crianças sob maus-tratos, muitas vezes, elas próprias fogem para as ruas.

RESPOSTA Expressões como "é bom, é necessário, é permitido, é proibido" são invariáveis quando não determinamos o sujeito da frase. Entretanto, na letra D, temos "adoção" sendo determinada pelo artigo A; sendo assim, a expressão deveria fazer a concordância: ... é proibidA A adoção. *Alternativa D.*

10647. (2012 – CESGRANRIO) Os verbos irregulares oferecem uma dificuldade a mais em relação a sua conjugação, uma vez que não seguem o modelo mais comum dos verbos regulares.

Que forma verbal destacada abaixo está conjugada de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa?

(A) Se essas crianças podessem, certamente não estariam nas ruas.
(B) O que a sociedade deseja é que cada criança esteje em sua família.
(C) É preciso que não meçamos esforços para tirar as crianças das ruas.
(D) Se eu ver uma criança maltrapilha chorando na rua, não mais a ignorarei.
(E) Seria importante que o Congresso proposse uma lei de proteção aos menores de rua.

RESPOSTA O verbo que se configura de forma irregular (verbos irregulares são aqueles que sofrem alguns acidentes e que têm os seus morfemas modificados, de modo que não podemos estabelecer um paradigma entre eles), que está apresentado corretamente na alternativa C é "medir" – ou, como é conjugado aqui, "meçamos". *Alternativa C.*

10648. (2012 – CESGRANRIO) A forma verbal utilizada no trecho do texto poderia estar tanto no singular quanto no plural, conforme a concordância exigida na norma-padrão.

"A maior parte dos sabores que sentimos ao provar alimentos industrializados não vêm de ingredientes de verdade."

Um outro exemplo dessa dupla possibilidade é:

(A) A metade dos jovens compareceram ao campeonato no fim de semana.
(B) Mais de 80 países participaram da olimpíada de informática.
(C) Muitos de nós gostamos de comidas típicas de países orientais.
(D) Naquela tarde, menos de cem mil pessoas foram ao estádio de futebol.
(E) Os menores preços daquele antivírus estão disponíveis na internet.

RESPOSTA A frase exposta na alternativa A admite essa dupla possibilidade porque se trata de uma expressão partitiva. As expressões partitivas ou fracionárias permitem a dupla concordância do verbo, ou seja, ele tanto pode concordar com "metade" quanto com "jovens". *Alternativa A.*

10649. (2012 – CESGRANRIO) A seguinte frase apresenta concordância nominal de acordo com as regras da norma-padrão da língua portuguesa, já que o adjetivo anteposto concorda com o primeiro dos dois substantivos que o seguem.

"Com esse resultado, renomadas consultorias e bancos começam a revisar a projeção do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano."

No caso de um adjetivo vir posposto a dois substantivos, as seguintes expressões apresentam

concordância de acordo com a norma-padrão, EXCETO

(A) empresas e consultorias renomadas
(B) consultorias e bancos renomadas
(C) consultorias e bancos renomados
(D) bancos e consultorias renomadas
(E) economistas e bancos renomados

RESPOSTA A alternativa B apresenta uma concordância incorreta porque o adjetivo, nesse caso, deve concordar com o substantivo mais próximo ou com todos eles, assumindo forma masculina plural se houver substantivo feminino e masculino. *Alternativa B.*

10650. **(2012 – CESGRANRIO)** Algumas formas verbais na 3ª pessoa do plural terminam com -êm conforme o exemplo destacado no trecho “A maior parte dos sabores que sentimos ao provar alimentos industrializados não vêm de ingredientes de verdade”.

Um verbo que também apresenta essa grafia na 3ª pessoa do plural é

(A) crer
(B) ler
(C) manter
(D) prever
(E) ver

RESPOSTA Quando conjugado na terceira pessoa do plural, o verbo apresentado na alternativa C mostra-se como “mantêm”. Quando no singular, esse verbo diferencia-se do plural apenas pela acentuação: mantém. *Alternativa C.*

10651. **(2012 – CESGRANRIO)** De acordo com a norma-padrão, a frase que não precisa ser corrigida é:

(A) Houveram muitos acertos naquela prova.
(B) Existia poucos alunos com dúvidas na sala.
(C) Ocorreram poucas dúvidas sobre a matéria.
(D) Devem haver muitos aprovados este ano.
(E) Vão fazer dois anos que estudei a matéria.

RESPOSTA Todas as frases apresentadas nas alternativas da questão têm problemas de concordância, os quais afetam a norma-padrão da língua, exceto na alternativa C, já que a forma verbal “ocorreram” concorda com o sujeito “poucas dúvidas”. *Alternativa C.*

10652. **(2011 – FGV)** No Brasil, por exemplo, existem regras de *criminal compliance* [...]

Assinale a alternativa em que a alteração do trecho acima tenha provocado INADEQUAÇÃO quanto à norma culta. Não leve em conta a alteração de sentido.

(A) No Brasil, por exemplo, haverá regras de *criminal compliance* [...]
(B) No Brasil, por exemplo, deve haver regras de *criminal compliance* [...]
(C) No Brasil, por exemplo, há de existir regras de *criminal compliance* [...]
(D) No Brasil, por exemplo, devem existir regras de *criminal compliance* [...]
(E) No Brasil, por exemplo, poderão existir regras de *criminal compliance* [...]

RESPOSTA A alteração feita na frase apresentada na alternativa C está inadequada porque a expressão “há de existir” não concordou com o sujeito “regras de *criminal compliance*”. Note também que neste caso o verbo “haver” não é usado como impessoal, pois está exercendo a função de verbo auxiliar do “existir”. *Alternativa C.*

10653. **(2011 – FGV)** Desse valor, R$ 265 milhões são oriundos do Orçamento da União [...]

Assinale a alternativa em que se tenha mantido correção gramatical ao se alterar o trecho acima.

(A) Desse valor, R$ 1,9 milhões são oriundos do Orçamento da União [...]
(B) Desse valor, R$ 0,25 milhões são oriundos do Orçamento da União [...]
(C) Desse valor, R$ 1,3 milhões é oriundo do Orçamento da União [...]
(D) Desse valor, R$ 0,98 milhão são oriundos do Orçamento da União [...]
(E) Desse valor, R$ 1,25 milhão é oriundo do Orçamento da União [...]

RESPOSTA A alteração proposta na alternativa E é adequada porque a palavra "milhão" e o verbo "é" concordam com o número exposto, que é "1". *Alternativa E.*

10654. **(2010 – FGV)** A Carta de Pero Vaz de Caminha

De ponta a ponta é toda praia rasa, muito plana e bem formosa. Pelo sertão, pareceu-nos do mar muito grande, porque a estender a vista não podíamos ver senão terra e arvoredos, parecendo-nos terra muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem de ferro; nem as vimos. Mas, a terra em si é muito boa de ares, tão frios e temperados, como os de Entre-Douro e Minho, porque, neste tempo de agora, assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas e infindas. De tal maneira é graciosa que, querendo aproveitá-la dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem.

(In: *Cronistas e viajantes*. São Paulo: Abril Educação, 1982.p. 12-23. Literatura Comentada. Com adaptações)

"Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem de ferro; nem as vimos."

Sobre as estruturas linguísticas do trecho em destaque, assinale a afirmativa correta:

(A) Os pronomes "nela" e "as" se referem à nova terra.
(B) Uma opção correta de acordo com a norma culta seria substituir "nem as vimos" por "nem vimos elas".
(C) É possível trocar a expressão "nem as vimos" por "nela" na ordem em que aparecem no período preservando a coerência do texto.
(D) O pronome "nela" tem como referência a "terra".
(E) Neste trecho, a palavra "nem" pode ser suprimida a partir do 2º registro sem que haja prejuízo de coesão ou coerência textual.

RESPOSTA O adjunto adverbial "nela" retoma a expressão "terra muito longa". *Alternativa D.*

10655. **(2010 – FGV)** Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos; uns com outros acho que nem se misturam [...] Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo coisas de rasa importância. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras de recente data. Toda saudade é uma espécie de velhice. Talvez, então, a melhor coisa seria contar a infância não como um filme em que a vida acontece no tempo, uma coisa depois da outra, na ordem certa, sendo essa conexão que lhe dá sentido, princípio, meio e fim, mas como um álbum de retratos, cada um completo em si mesmo, cada um contendo o sentido inteiro. Talvez seja esse o jeito de escrever sobre a alma em cuja memória se encontram as coisas eternas, que permanecem...

(Guimarães Rosa. Apud Rubem Alves. *Na morada das palavras*. Campinas: Papirus, 2003. p. 139).

Assinale a alternativa em que a forma verbal em destaque concorda com a expressão indicada entre parênteses:

(A) "Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê [...]" – (astúcia)
(B) "... uns com outros acho que nem se misturam [...]" – (uns com outros)
(C) "Toda saudade é uma espécie de velhice." – (velhice)
(D) "[...] não como um filme em que a vida acontece no tempo [...]" – (filme)
(E) "[...] em cuja memória se encontram as coisas eternas, que permanecem [...]" – (memória)

RESPOSTA A forma verbal "misturam", exposta na alternativa B, com "uns com outros", ou seja, concorda com "eles". *Alternativa B.*

10656. **(2010 – FGV)** Quanto às estruturas linguísticas e informações expressas no fragmento

Um total de 33 mineradores presos há mais de duas semanas em uma mina no Chile, após um desmoronamento, disseram estar todos vivos em uma mensagem enviada por meio de uma sonda de perfuração, afirmaram neste domingo autoridades chilenas.

pode-se afirmar que:

(A) As formas verbais "disseram" e "afirmaram" dizem respeito a informações trazidas por diferentes grupos.
(B) A forma verbal "disseram" tem como sujeito "autoridades chilenas".
(C) As autoridades chilenas foram responsáveis pelo envio da mensagem que dizia que os 33 mineradores estavam vivos.
(D) A afirmação feita por autoridades chilenas dá ao texto uma característica argumentativa.
(E) A expressão "após um desmoronamento" indica imprecisão quanto ao tempo em que o fato ocorreu.

RESPOSTA A forma verbal "disseram" diz respeito à mensagem enviada pelos próprios mineradores, e a forma verbal "afirmaram" diz respeito à afirmação feita pelas autoridades chilenas. Esses verbos têm, portanto, sujeitos diferentes. *Alternativa A.*

10657. **(2010 – FGV)** "No título do texto (A era do insustentável) ocorre o seguinte fato gramatical:

(A) a modificação de classe gramatical do vocábulo sustentável.
(B) o uso indevido de uma forma verbal como substantivo.
(C) a utilização de um substantivo por outro.
(D) o emprego inadequado de um adjetivo.
(E) um erro de concordância nominal.

RESPOSTA A palavra "sustentável" é, originalmente, um adjetivo, mas no título do texto é usada como um substantivo, pois há um artigo que a antecede (do = preposição + artigo), provocando a substantivação do termo. *Alternativa A.*

10658. **(2010 – FGV)** "A maioria dessas pesquisas aponta para um aumento..."; no caso desse segmento do texto, há uma dupla possibilidade de concordância, como no seguinte trecho:

(A) As pesquisas sobre o tema privilegiaram a estética.
(B) Um milhão de pesquisas já mostrou essa verdade.
(C) Bandos de pesquisadores trabalhavam sobre o tema.
(D) Os telefones celulares são um problema para a segurança.
(E) Milhares de telefones celulares são empregados no Brasil.

RESPOSTA O verbo "mostrar", na alternativa B, pode concordar com a palavra "milhão", como é o caso, e com a palavra "pesquisas", sendo conjugado como "mostraram". Neste caso, chamamos de concordância atrativa. *Alternativa B.*

10659. **(2012 – FGV)** Assinale a alternativa cujo termo sublinhado desempenha uma função textual diferente de todas as demais.

(A) Consumo de cocaína.
(B) Combate ao tráfico.
(C) Busca de aperfeiçoamento.
(D) Enfrentamento da questão.
(E) Custo da operação.

RESPOSTA Nessa questão temos um comparativo de adjunto adnominal e complemento nominal. Uma maneira rápida de resolver é tentar fazer uma relação passiva (forma que caracteriza o complemento nominal): cocaína é consumida, o tráfico é combatido, aperfeiçoamento é buscado, a questão é enfrentada, mas note que não temos como inverter *a operação é custada*. Então, neste caso, temos um adjunto adnominal. *Alternativa E.*

10660. **(2011 – CESGRANRIO)** A frase em que a concordância nominal está INCORRETA é:

(A) Bastantes feriados prejudicam, certamente, a economia de um país.
(B) Seguem anexo ao processo os documentos comprobatórios da fraude.
(C) Eles eram tais qual o chefe nas tomadas de decisão.
(D) Haja vista as muitas falhas cometidas, não conseguiu a promoção.
(E) Elas próprias resolveram, enfim, o impasse sobre o rumo da empresa.

RESPOSTA A expressão "anexo" é um adjetivo e deve concordar com "os documentos comprobatórios da fraude", ficando no plural. *Alternativa B.*

10661. **(2012 – CESGRANRIO)** No poema, o verso "O português são dois" está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

A frase em que também se respeita a norma-padrão, com relação à concordância, é:

(A) Na reunião, houveram muitos imprevistos.
(B) Estranhou-se as mudanças na empresa.
(C) Devem fazer cinco meses que não o vejo.
(D) Precisam-se de vendedores nesta loja.
(E) Pensou-se muito nas sugestões dos funcionários.

RESPOSTA Na alternativa E, o verbo fica no singular porque temos um Índice de Indeterminação do sujeito (se), logo não há concordância. *Alternativa E.*

10662. **(2012 – CESGRANRIO)** A língua portuguesa conhece situações de dupla possibilidade de concordância. A modificação possível do termo destacado, mantendo-se a concordância, de acordo com a norma-padrão, encontra-se em:

(A) Jogar *games* de computador pode fazer bem à saúde – podem
(B) um dos títulos mais populares do gênero no mundo, produzido pela Blizzard – produzidos
(C) escolhidos pelos pesquisadores para integrar o grupo – integrarem
(D) o grupo de controle não progrediu – progrediram
(E) é preciso interagir socialmente – interagirem

RESPOSTA Nesse caso, temos a concordância do verbo no infinitivo (ar, er, ir) que pode ser feita ou não. No caso podemos concordar diretamente com "escolhidos", ou simplesmente deixar como está. *Alternativa C.*

10663. **(2012 – CESGRANRIO)** A frase em que a presença ou ausência da preposição está de acordo com a norma-padrão é:

(A) A certeza que a sorte chegará para mim é grande.
(B) Preciso de que me arranjem um emprego.
(C) Convidei à Maria para vir ao escritório.
(D) A necessidade que ele viesse me ajudar me fez chamá-lo.
(E) Às dez horas em ponto, estarei à sua casa.

RESPOSTA A utilização da preposição, quando nos é apresentada uma oração substantiva (introduzida por conjunção integrante – que), é facultativa. *Alternativa B.*

10664. **(2011 – CESGRANRIO)** A concordância do verbo destacado está correta em:

(A) Diante do acontecido, todos **houveram** por bem participar da campanha de doação.
(B) Com o passar dos dias, **percebia-se** os estragos causados pela chuva em toda a região.
(C) Hoje, já **fazem** dois meses que aguardo notícias de meus compatriotas.
(D) **Choveu** convites para o evento mais importante da minha cidade natal.
(E) Agora, já não **existe** mais dúvidas de que precisamos economizar água.

RESPOSTA Note que, nesse caso, não temos um verbo impessoal. *Haver* não está com sentido de existir ou ocorrer, assim ele faz a concordância naturalmente. *Alternativa A.*

10665. **(2011 – CESGRANRIO)** A frase em que a concordância nominal está INCORRETA é:

(A) A confusão formada diante do prédio da instituição era **meio** grande.
(B) Enviaremos **incluso** no imposto a taxa de iluminação pública.
(C) Ela não devia deixar as crianças **sós** por tantas horas.
(D) Finalmente, meu colega está **quite** com a Receita Federal.
(E) Elas **próprias** descobriram o teor daquele documento.

RESPOSTA A palavra “incluso” é um adjetivo e deve concordar com “taxa”; ficando, portanto, no feminino. *Alternativa B.*

10666. **(2011 – CESGRANRIO)** Em uma mensagem de e-mail bastante formal, enviada para alguém de cargo superior numa empresa, estaria mais adequada, por seguir a norma-padrão, a seguinte frase:

(A) Anexo vão os documentos.
(B) Anexas está a planilha e os documentos.
(C) Seguem anexos os documentos.
(D) Em anexas vão as planilhas.
(E) Anexa vão os documentos e a planilha.

RESPOSTA A expressão “anexos” é um adjetivo e deve, por isso, concordar com “os documentos”. *Alternativa C.*

10667. **(2011 – CESGRANRIO)** Em que sentença a concordância segue os parâmetros da norma-padrão?

(A) Paguei a dívida e fiquei quites com minhas obrigações.
(B) A secretária disse que ela mesmo ia escrever a ata.
(C) Junto com o contrato, segue anexo a procuração.
(D) A vizinha adotou uma atitude pouca amistosa.

(E) Após a queda, a criança ficou meio chorosa.

RESPOSTA Note que a palavra “meio” se refere ao vocábulo “chorosa” (adjetivo), sendo por isso um advérbio. Os advérbios não flexionam, ou seja, não concordam. *Alternativa E.*

10668. **(2011 – CESGRANRIO)** O plural, de acordo com a norma-padrão, do trecho “Foi um momento mágico, pois, apesar de bastante jovem, eu já vinha de uma experiência de vida cheia de mudanças e recomeços.” é

(A) Foi momentos mágicos, pois, apesar de bastante jovens, nós já vínhamos de uma experiência de vida cheia de mudanças e recomeços.
(B) Foi um momento mágico, pois, apesar de bastante jovem, eu já vinha de uma experiência de vidas cheias de mudanças e recomeços.
(C) Foi um momento mágico, pois, apesar de bastante jovem, eu já vinha de experiências de vidas cheia de mudanças e recomeços.
(D) Foram momentos mágicos, pois, apesar de bastante jovens, nós já vínhamos de experiências de vida cheias de mudanças e recomeços.
(E) Foram dois momentos mágicos, pois, apesar de bastante jovem, eu já vinha de uma experiência de vida cheia de mudanças e recomeços.

RESPOSTA Os verbos – foram, vínhamos – concordaram com o sujeito plural, e os nomes também fizeram as devidas mudanças. *Alternativa D.*

10669. **(2011 – CESGRANRIO)** A concordância verbal está corretamente estabelecida em:

(A) Foi três horas de viagem para chegar ao local do evento.
(B) Há de existir prováveis discussões para a finalização do projeto.
(C) Só foi recebido pelo coordenador quando deu cinco horas no relógio.
(D) Fazia dias que participavam do processo seletivo em questão..
(E) Choveu aplausos ao término da palestra do especialista em Gestão.

RESPOSTA O verbo “fazer” é impessoal (sem sujeito) quando indicar tempo, temperatura ou fenômeno da natureza. *Alternativa D.*

10670. **(2011 – FGV)** Na expressão “votação do Código Florestal”, o termo sublinhado é paciente do termo anterior, ou seja, o Código Florestal é votado. Assinale a alternativa em que o termo destacado exerce essa mesma função.

(A) Exploração de terras.
(B) Competitividade do setor.
(C) Tamanho de interesses divergentes.
(D) Funcionamento da base aliada.
(E) Leque de simpatizantes.

RESPOSTA A alternativa A apresenta o mesmo tipo de transformação: terras são exploradas! Trata-se de um complemento nominal. *Alternativa A.*

10671. **(2011 – CESGRANRIO)** A sentença em que o verbo está corretamente flexionado de acordo com a norma-padrão, sem provocar contradição de significado, é:

(A) O acaso ou a intencionalidade foi a causa da descoberta do Brasil.
(B) Haviam 60% de possibilidades de o Brasil ter sido descoberto por acaso.

(C) Eu e vocês acreditam na descoberta casual do nosso país.
(D) Não gastava a corte tempo com as preocupações que ocupava os historiadores.
(E) Devem haver mais evidências para a tese de desco-berta casual do Brasil.

RESPOSTA A palavra OU ao ligar sujeito expressando exclusão de algum deles para o sentido deixará o verbo no singular. *Alternativa A.*

10672. **(2013 – CESGRANRIO)** A concordância nominal **NÃO** está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

(A) A falta de infraestrutura e o tamanho das cidades são culpados pelo fracasso.
(B) Cidades e regiões rurais parecem ser afetadas por problemas de tipos diferentes.
(C) Os grandes centros mundiais e as cidades brasileiras estão destinadas ao caos urbano.
(D) Os *shopping centers* e os condomínios residenciais são fechados ao público externo.
(E) Transportes públicos de qualidade e organização do espaço são necessários à urbanização.

RESPOSTA O adjetivo, por fazer referência a um substantivo masculino (centros) e outro feminino (cidades), deve ser empregado no masculino plural (destinados). *Alternativa C.*

V. Conjunção

10673. **(2012 – CESGRANRIO)** Leia o fragmento abaixo:

“Nesse cenário, para que infraestrutura, segurança, saúde, educação e outros serviços públicos sejam acessíveis em toda a metrópole, a manutenção da cidade se torna cada vez mais cara. É imperativo democratizar o acesso aos serviços básicos de uma metrópole e diminuir as desigualdades. No entanto, como fazer isso quando o dinheiro é limitado? [...]”

No texto, a expressão “No entanto” pode ser substituída, sem alteração do sentido, por

(A) Desde que
(B) Entretanto
(C) Porque
(D) Quando
(E) Uma vez que

RESPOSTA A conjunção “no entanto” pode ser substituída por “entretanto” porque são classificadas como adversativas. Ambas procuram ligar ideias opostas, sendo, assim, sinônimas. *Alternativa B.*

10674. **(2012 – CESGRANRIO)** Um dos aspectos responsáveis por assegurar a coerência textual é a relação lógica que se estabelece entre as ideias do texto.

No que diz respeito ao termo ou expressão destacada, essa relação lógica está explicitada adequadamente em:

(A) “Essa fonte responde, atualmente, por cerca de 70% da energia elétrica consumida no país. Entretanto, para que possamos usufruir dessa energia, precisamos transportá-la a longas distâncias” – (relação de causalidade)
(B) “99% da distribuição de energia elétrica no Brasil é aérea e concentra-se em grandes áreas urbanas” – (relação de conclusão)
(C) “Os danos provocados por raios nas redes de distribuição podem se tornar ainda mais frequentes se levarmos em consideração o novo modelo” – (relação de condição)
(D) “Essa transformação se dará tanto na disponibilização quanto no consumo de energia, levando,

inclusive, à economia desse recurso."– (relação de temporalidade)

(E) "tende a tornar a distribuição mais sofisticada e, ao mesmo tempo, mais vulnerável a descargas elétricas, devido à utilização de componentes que contêm semicondutores, mais suscetíveis a danos por raios." – (relação de oposição)

RESPOSTA A relação de condição é estabelecida na alternativa C porque há na frase apresentada o nexo "se". São também conjunções condicionais, por exemplo, *caso*, *desde que, contanto que*. *Alternativa C.*

10675. **(2012 – CESGRANRIO)** Em um texto, as frases relacionam-se umas com as outras, estabelecendo entre si relações que contribuem para a construção do sentido do texto. Essas relações podem não ser explicitadas por meio do uso de um conectivo, como é o caso das duas frases do fragmento abaixo.

"Fui logo dizendo que não tinha, certa de que ele estava pedindo dinheiro. Não estava."

A relação construída entre essas duas frases pode ser expressa, sem alteração de sentido, pelo seguinte conectivo:

(A) onde
(B) como
(C) contudo
(D) portanto
(E) conforme

RESPOSTA O conectivo apresentado na alternativa C estabelece uma relação de oposição, que é justamente o sentido original expresso pelas frases do texto. *Alternativa C.*

10676. **(2011 – CESGRANRIO)** Na passagem "Você tem sido um vizinho muito compreensivo, e eu ando muito relapsa na criação dos meus cachorros. Isso vai mudar!" a conjunção que permite a junção da última oração acima com sua antecedente, sem alterar o sentido, é

(A) logo
(B) porque
(C) mas
(D) pois
(E) embora

RESPOSTA A conjunção "mas" mantém a relação expressa, que seria a de as orações apresentarem ideias divergentes. Agora o "relapso" não mais existirá, mudará a situação. *Alternativa C.*

10677. **(2012 – FGV)** "A ação da polícia ocorre em um ambiente de incertezas, ou seja, o policial, quando sai para a rua, não sabe o que vai encontrar diretamente;".

A expressão sublinhada indica a presença de uma

(A) retificação.
(B) conclusão.
(C) oposição.
(D) explicação.
(E) enumeração.

RESPOSTA O "ou seja" procura dar uma ideia de complemento à palavra "incertezas"; fica mais evidente o que se quer comunicar na frase anterior. *Alternativa D.*

10678. **(2011 – FGV)** É certo que a mudança do enfoque sobre o tema, no âmbito das empresas – principalmente, as transnacionais –, decorrerá também de ajustamentos de postura administrativa decorrentes da adoção de critérios de responsabilização penal da pessoa jurídica em seus países de origem. Tais mudanças, inevitavelmente, terão que abranger as práticas administrativas de suas congêneres espalhadas pelo mundo, a fim de evitar respingos de responsabilização em sua matriz.

No trecho acima, as ocorrências da palavra QUE classificam-se, respectivamente, como

(A) pronome relativo e preposição.
(B) conjunção integrante e preposição.
(C) conjunção integrante e conjunção integrante.
(D) pronome relativo e conjunção integrante.
(E) preposição e pronome relativo.

RESPOSTA O primeiro “que” é considerado uma conjunção integrante (= isso) porque introduz uma oração subordinada substantiva. O segundo “que” é considerado uma preposição porque é parte do objeto indireto da oração, podendo ser substituído, de forma a sanar a questão, por “de”. *Alternativa B.*

10679. **(2011 – FGV)** Ficam hibernando à espera do momento eleitoral quando deveriam estar em praça pública em busca de militantes e se expondo ao debate.

A conjunção quando, no período acima, tem valor

(A) proporcional.
(B) comparativo.
(C) consecutivo.
(D) temporal.
(E) concessivo.

RESPOSTA A conjunção “quando” tem valor concessivo (= embora) porque expressa uma ideia de contraste, de quebra de expectativa. *Alternativa E.*

10680. **(2010 – FGV)** No período: “Demorará, mas não importa o quanto demore para termos um final feliz”, “mas” e “para” estabelecem relações de sentido que indicam, respectivamente:

(A) Conclusão, explicação.
(B) Explicação, consequência.
(C) Oposição, finalidade.
(D) Causa, consequência.
(E) Causa, explicação.

RESPOSTA A conjunção “mas” sempre estabelece uma relação de oposição às ideias apresentadas em determinado texto. A preposição “para” estabelece uma relação de finalidade porque o objetivo buscado, e isso pode ser observado pelo contexto do trecho destacado, é o final feliz para aquela situação, independente do tempo que leve para isso acontecer. *Alternativa C.*

10681. **(2012 – CESGRANRIO)** “Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.”

A palavra que tem o mesmo valor sintático e morfológico do *que* se destaca em:

(A) Vamos ao Maranhão, que a passagem está barata.
(B) Ainda que chova, irei ao encontro.
(C) Há mais razões para sorrir que para chorar.

(D) Ele espera que tudo dê certo.

(E) A cidade em que nascemos só prospera.

RESPOSTA No trecho destacado e na alternativa D, a palavra "que" é uma conjunção integrante (= isso). Na letra A, temos uma conjunção explicativa (= pois); na B, conjunção concessiva; na C, conjunção comparativa; na E, pronome relativo. *Alternativa D.*

10682. **(2012 – CESGRANRIO)** Os conectivos são responsáveis por relacionar termos e orações, criando entre eles relações de sentido, conforme se observa no trecho abaixo.

"É por isso, talvez, que, se vemos uma criança bem-vestida chorando sozinha num *shopping center* ou num supermercado"

Os sentidos expressos por *se* e *ou* são, respectivamente,

(A) tempo e lugar

(B) causa e adição

(C) concessão e modo

(D) proporção e oposição

(E) condição e alternância

RESPOSTA "Se" é uma conjunção condicional e "ou" é uma conjunção alternativa. *Alternativa E.*

VI. Pronomes

10683. **(2012 – CESGRANRIO)** "A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos."

Nós nos acostumamos a morar em apartamentos de fundos.

A troca de pronomes também respeita as regras de concordância estabelecidas na norma-padrão em:

(A) Tu te acostuma/Você se acostuma.

(B) Tu se acostuma/Você se acostumas.

(C) Tu te acostumas/Você se acostuma.

(D) Tu te acostumas/Você vos acostuma.

(E) Tu te acostumas/Você vos acostumais.

RESPOSTA A alternativa C apresenta o verbo e o pronome concordando com a pessoa à qual se referem. *Alternativa C.*

10684. **(2013 – FGV)** Assinale a alternativa em que o pronome demonstrativo sublinhado foi empregado por referir-se a um momento distante no tempo.

(A) "E, para além da nostalgia de uma infância em meio aos livros e à cultura dentro da Franco Giglio, aquela biblioteca, assim como imagino que outras pela cidade, marcaram infâncias, proporcionaram outras leituras do mundo..."

(B) "...a muitos adultos que hoje produzem e transmitem essa paixão pelos livros a muitas outras crianças!"

(C) "Nessa rua brincávamos com os vizinhos, corríamos e apertávamos campainhas"

(D) "Mas a vocação de encontro e de lazer desses espaços públicos jamais deve ser perdida"

RESPOSTA O pronome "aquela", empregado na frase da alternativa A, é, neste caso, um indicativo de espaço, mais especificamente um espaço que está longe de quem relata o acontecido e de quem o ouve. *Alternativa A.*

10685. **(2012 – FGV)** "No momento em que começa a existir essa transformação política e social, a compreensão da sociedade como um ambiente conflitivo, no qual os problemas da violência e

da criminalidade são complexos [...]”

A presença do pronome demonstrativo *essa* na primeira frase desse segmento mostra que

(A) a transformação aludida está presente no momento em que o texto foi composto.

(B) esse segmento do texto não é o segmento inicial, já que se refere a algo dito antes.

(C) a transformação política e social acontecerá em futuro próximo.

(D) o autor apresenta uma visão depreciativa sobre a transformação referida.

(E) o autor do texto considera a transformação algo conhecido de todos.

RESPOSTA O pronome em questão (essa) refere-se a algo dito anteriormente, ou seja, retoma a ideia já apresentada. *Alternativa B.*

10686. **(2012 – CESGRANRIO)** O pronome *se*, em relação ao verbo, desempenha o mesmo papel que se verifica em “se indignar” (... falar mal dos outros ou se indignar com os preços...) em

(A) “trocavam-se” (...por cartas não batiam papo, no máximo trocavam-se mensagens.)

(B) “inicia-se” (... a qualquer hora do dia inicia-se uma conversa.)

(C) “continua-se” (continua-se uma conversa)

(D) “com que se escreve” (a velocidade frenética com que se escreve o que vai à mente...)

(E) “se lembre” (é possível até que o emissor sequer se lembre da maioria...)

RESPOSTA Os pronomes “se” são partes integrantes dos verbos. Nas outras alternativas, pronomes apassivadores. *Alternativa E.*

10687. **(2012 – CESGRANRIO)** De acordo com a norma-padrão o pronome *se* pode ser deslocado para depois do verbo destacado em:

(A) “não se batia papo”

(B) “estão se transformando”

(C) “que se escreve”

(D) “mal se conhecem”

(E) “o emissor sequer se lembre”

RESPOSTA O pronome “se” pode ser deslocado para depois do verbo na alternativa B porque se trata de uma locução verbal em que o último verbo está no gerúndio (não poderia se fosse no particípio). *Alternativa B.*

10688. **(2013 – FGV)** Assinale a alternativa em que o pronome relativo sublinhado tem seu antecedente corretamente indicado.

(A) “Na mesma rua que hoje virou um grande corredor de corrida de carros cada vez mais vorazes de velocidade, ...”./velocidade.

(B) “Primeiro veio a grande notícia, uma praça, onde era a caixa d’água do Bigorrilho, hoje pomposamente chamado de Reservatório Batel.”/praça.

(C) “E a grande novidade se alastrou pela rua... onde ficávamos sabendo de todas as notícias do bairro, Inaugurou uma biblioteca!!!”/bairro.

(D) “Foram tantas as referências, não só literárias, que me acompanharam a vida toda!”/literários.

RESPOSTA O pronome relativo “onde” retoma lugar fixo e se refere, como sugere a alternativa B, à palavra “praça”. *Alternativa B.*

10689. **(2011 – CESGRANRIO)** A palavra em destaque na frase:

“As coisas novas que aprendo exercitam o cérebro.” tem a mesma classe da palavra destacada em:

(A) “[...] um sintoma de que eu me tornaria”
(B) “[...] um teste vocacional que, para minha imensa surpresa, deu arquitetura”
(C) “Tenho a comunicar que – aos 58 anos – comecei a ter aulas de piano”
(D) “Dizem que, quando chegamos a uma certa idade, é bom aprendermos”
(E) “Acho que nunca vou conseguir fazer piruetas patinando, [...]”

RESPOSTA No trecho em destaque e na alternativa B, a palavra “que” é pronome relativo, além de retomar a expressão anterior “um teste vocacional”; poderíamos trocá-lo por “o qual”. Nas outras alternativas, temos conjunções integrantes (= isso). *Alternativa B.*

VII. Vozes do Verbo

10690. **(2012 – CESGRANRIO)** A frase “os alunos desfizeram o equívoco antes que ele **se criasse**” apresenta voz passiva pronominal no trecho em destaque.

A seguinte frase apresenta idêntico fenômeno:

(A) Necessita-se de muito estudo para a realização das provas.
(B) É-se bastante exigente com Língua portuguesa nesta escola.
(C) Vive-se sempre em busca de melhores oportunidades.
(D) Acredita-se na possibilidade de superação do aluno.
(E) Criou-se um método de estudo diferente no curso.

RESPOSTA A frase da alternativa E apresenta voz passiva pronominal porque é formada por um verbo principal conjugado na terceira pessoa acrescido do pronome “se”. Nas demais alternativas, temos um índice de indeterminação do sujeito. *Alternativa E.*

10691. **(2011 – CESGRANRIO)** O verbo em negrito é o verbo principal da expressão na voz passiva em “O documento foi **publicado** pela primeira vez em 1817 [...]”.

Integra igualmente uma expressão da voz passiva o item destacado em:

(A) “Embora narrassem fatos ocorridos havia apenas meio século [...]”
(B) “Embora a carta de Caminha não tenha servido de fonte [...]”
(C) “[...] por quase três séculos estivera perdida [...]”
(D) “[...] não puderam [...] ser definitivamente comprovadas”
(E) “Por mais profundas e detalhadas que sejam [...]”

RESPOSTA A alternativa D apresenta voz passiva porque o sujeito sofre a ação, porque temos o verbo *ser* e um verbo seguido de particípio. *Alternativa D.*

10692. **(2011 – CESGRANRIO)** Segundo os compêndios gramaticais, existem duas possibilidades de escritura da voz passiva no português. Na frase abaixo, encontra-se uma delas:

“A palavra nunca fora usada até então com viés pejorativo no Brasil.”

A outra possibilidade de escritura, na forma passiva, na qual o sentido NÃO se altera é:

(A) A palavra nunca se usou até então com viés pejorativo no Brasil.
(B) A palavra nunca se usara até então com viés pejorativo no Brasil
(C) A palavra nunca se tem usado até então com viés pejorativo no Brasil.
(D) A palavra nunca se usava até então com viés pejorativo no Brasil.
(E) A palavra nunca se usaria até então com viés pejorativo no Brasil.

RESPOSTA A frase da alternativa B é adequada porque mantém a voz passiva (agora sintética) e, mesmo com a alteração da forma verbal, o tempo (pretérito-mais-que-perfeito) não é alterado. *Alternativa B.*

10693. **(2011 – CESGRANRIO)** O trecho em que se encontra voz passiva pronominal é:

(A) “[...] feito *hamsters* que se alimentam de sua própria agitação.”
(B) “Recolher-se em casa [...].”
(C) “[...] sinal de que não se arrumou ninguém”
(D) “Mas, se a gente aprende a gostar [...]”
(E) “[...] nela a gente se refaz [...]”

RESPOSTA A alternativa C apresenta voz passiva pronominal porque o verbo está conjugado na terceira pessoa e é acrescido do pronome “se”. Poderíamos fazer a forma analítica: sinal de que não foi arrumado ninguém. *Alternativa C.*

10694. **(2009 – FGV)** Leia o fragmento abaixo:

“O Fórum Social Mundial (FSM) de Belém abre um novo ciclo do movimento altermundialista. O FSM acontecerá na Amazônia, no coração da questão ecológica planetária, e deverá colocar a grande questão sobre as contradições entre a crise ecológica e a crise social. Será marcado ainda pelo novo movimento social a favor da cidadania na América Latina, pela aliança dos povos indígenas, das mulheres, dos operários, dos camponeses e dos sem-terra, da economia social e solidária.”

A respeito do trecho acima, analise as afirmativas a seguir:

I. O termo altermundialista remete à expressão um outro mundo é possível.
II. Há uma ocorrência de voz passiva.
III. O plural de sem-terra poderia ser também “sem-terras”.
Assinale:

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA “Altermundialista” significa exatamente “outro mundo é possível”; a voz passiva pode ser encontrada em “O Fórum Social Mundial [...] Será marcado (verbo *ser* + verbo no particípio) ainda pelo novo movimento social a favor da cidadania na América Latina [...]”; e o termo “sem-terra” apresenta a mesma forma para singular e plural. *Alternativa A.*

10695. **(2009 – FGV)** O segmento “...deixam de ser percebidas como revoluções” mostra uma forma de voz passiva com auxiliar (verbo ser); a frase a seguir em que a troca de voz passiva pronominal pela passiva com auxiliar não foi corretamente feita é:

(A) Os ministérios são organizados para se demitirem./serem demitidos.
(B) Nada se deve imputar aos homens dementes e aos enamorados./deve ser imputado.
(C) O diabo não é tão feio como se pinta./é pintado.
(D) O louvor e a censura fazem-se com poucas palavras./foram feitos.
(E) Para dar justificação à união dos sexos inventou-se o amor./foi inventado.

RESPOSTA Pode-se dizer que a troca de vozes não é adequada porque o tempo verbal é modificado. O correto seria “são feitos”. *Alternativa D.*

10696. **(2008 – FGV)** “A tutela dos direitos sociais [...] está devidamente resguardada [...] pelo princípio de proteção das minorias, [...] e o estabelecimento da igualdade étnica.”

Assinale a alternativa em que haja período na voz ativa, com adequação gramatical à norma culta,

correspondente semanticamente ao trecho do texto alterado acima.

(A) O princípio de proteção das minorias e do estabelecimento da igualdade étnica resguardam devidamente a tutela dos direitos sociais.

(B) O princípio de proteção das minorias e o estabelecimento da igualdade étnica resguardam devidamente a tutela dos direitos sociais.

(C) O princípio de proteção das minorias e de estabelecimento da igualdade étnica resguarda devidamente a tutela dos direitos sociais.

(D) O princípio de proteção das minorias e o de estabelecimento da igualdade étnica resguardam devidamente a tutela dos direitos sociais.

(E) O princípio de proteção das minorias e o estabelecimento da igualdade étnica resguarda devidamente a tutela dos direitos sociais.

RESPOSTA A alternativa B apresenta um período de voz ativa sem alterar o significado do trecho, sem alterar o tempo verbal (presente do indicativo). Em outras alternativas, é apresentado o tempo verbal correto, mas a concordância verbal inadequada. *Alternativa B.*

VIII. Emprego dos Tempos e Modos Verbais

10697. **(2012 – CESGRANRIO)** No trecho abaixo, as formas verbais destacadas estão correlacionadas.

"Mudanças estruturais e na ordem do pensamento **são** fundamentais para que, se não garantida, a sustentabilidade **seja** ao menos possível."

Ao substituir a forma verbal **são** por **seriam** para expressar uma hipótese, a frase deve ser modificada, de acordo com a norma-padrão, para:

(A) Mudanças estruturais e na ordem do pensamento **seriam** fundamentais para que, se não garantida, a sustentabilidade **era** ao menos possível.

(B) Mudanças estruturais e na ordem do pensamento **seriam** fundamentais para que, se não garantida, a sustentabilidade **for** ao menos possível.

(C) Mudanças estruturais e na ordem do pensamento **seriam** fundamentais para que, se não garantida, a sustentabilidade **fosse** ao menos possível.

(D) Mudanças estruturais e na ordem do pensamento **seriam** fundamentais para que, se não garantida, a sustentabilidade **será** ao menos possível.

(E) Mudanças estruturais e na ordem do pensamento **seriam** fundamentais para que, se não garantida, a sustentabilidade **seria** ao menos possível.

RESPOSTA O verbo "ser", conjugado na forma "seriam" (futuro do pretérito do indicativo), indica algo que ocorreria, se uma condição fosse atendida. Já o verbo "fosse" (no pretérito imperfeito do subjuntivo) indica a condição não atendida. Esse paralelismo –ria/–sse é considerado o ideal na linguagem-padrão. *Alternativa C.*

10698. **(2012 – CESGRANRIO)** O seguinte verbo em destaque NÃO está conjugado de acordo com a norma-padrão;

(A) Se essa tarefa não couber a ele, pedimos a outro.

(B) Baniram os exercícios que não ajudavam a escrever bem.

(C) Assim que dispormos do gabarito, saberemos o resultado.

(D) Cremos em nossa capacidade para a realização da prova.

(E) Todos líamos muito durante a época de escola.

RESPOSTA A conjugação do verbo *pôr* no subjuntivo é *puser*. Como "dispusermos" é um verbo derivado dele, usamos a

mesma relação. *Alternativa C.*

10699. **(2012 – CESGRANRIO)** O verbo entre parênteses está conjugado de acordo com a norma-padrão em:

(A) Desse jeito, ele fale a loja do pai. (falir)
(B) O príncipe branda a sua espada às margens do rio. (brandir)
(C) Os jardins florem na primavera. (florir)
(D) Eu me precavejo dos resfriados com boa alimentação. (precaver)
(E) Nós reouvemos os objetos roubados na rua. (reaver).

RESPOSTA A conjugação do verbo "reaver" (verbo defectivo, ou seja, de um verbo que não tem conjugação completa), na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo, é "reouvemos". *Alternativa E.*

10700. **(2013 – FGV)** Os verbos de estado podem significar estado permanente, estado transitório, mudança de estado, aparência de estado e continuidade de estado. Assinale a alternativa em que o valor dado ao verbo sublinhado está incorreto.

(A) "Na mesma rua que hoje virou um grande corredor de corrida de carros cada vez mais vorazes de velocidade, ..."/mudança de estado.
(B) "Eu, já leitora voraz, assim como os carros nas ruas por velocidade, fiquei encantada"/continuidade de estado.
(C) "E criei a Bisbilhoteca, que é a minha leitura da Franco Giglio..."/estado permanente.
(D) "Aquela pequena casinha que parecia antiga, amarelinha..."/aparência de estado.

RESPOSTA No caso da alternativa B, poderíamos trocar "fiquei encantada" por "tornei-me encantada". Portanto, existe a ideia de mudança de estado momentâneo; existe uma transformação, e não uma continuidade de estado. *Alternativa B.*

10701. **(2013 – FGV)** "Nessa rua brincávamos com os vizinhos, corríamos e apertávamos campainha". O emprego do pretérito imperfeito do indicativo nesses casos mostra ações que

(A) ocorreram antes de outras ações passadas.
(B) foram interrompidas por outras ações.
(C) se passaram na dependência de outras ações.
(D) aconteciam de forma habitual no passado.

RESPOSTA Uma das características do pretérito imperfeito do indicativo é denotar ações que ocorriam com frequência no passado, ações que eram habituais, que era rotina. *Alternativa D.*

10702. **(2013 – FGV)** "[...] trazendo crianças e suas famílias para desfrutarem do que jamais poderiam ter em casa [...]". O segmento sublinhado apresenta uma forma reduzida (infinitivo). A sua forma desenvolvida adequada é

(A) para que desfrutassem.
(B) para que desfrutaram.
(C) para que desfrutem.
(D) para que desfrutariam.

RESPOSTA A forma desenvolvida ficaria no pretérito imperfeito do subjuntivo "desfrutassem". Note que nas orações reduzidas não usamos as conjunções (para = preposição); ao colocarmos a conjunção (para que) devemos fazer ajustes nos tempos verbais. *Alternativa A.*

10703. **(2011 – FGV)** Que eu não mereço a comida que você pagou pra mim.

Assinale a alternativa em que a alteração do verso acima tenha sido feita de acordo com a norma culta. Não leve em conta possível alteração de sentido.

(A) Que Vossa Excelência pagou pra mim
(B) Que vós pagaste pra mim
(C) Que Vossa Senhoria pagastes pra mim
(D) Que tu pagastes pra mim
(E) Que tu pagáreis pra mim

RESPOSTA Os verbos devem concordar com o sujeito (pronomes, no caso). Todos os pronomes de tratamento (Vossa Excelência) são de 3ª pessoa (= você/ele), assim a letra A não apresenta problemas. *Alternativa A.*

IX. Temas Combinados

Leia o texto para responder as questões 10704 a 10709

Com a criação da Secretaria Estadual de Saúde paulista, em 1947, instituiu-se a recomendação de que os centros de saúde contassem com um "Serviço de Higiene Bucodentária". Desde então, sucessivos arranjos institucionais marcaram a organização da assistência odontológica pública, tanto em São Paulo como em outras unidades federativas.

Embora os profissionais buscassem desenvolver ações educativas, sua prática clínica reproduzia, essencialmente, o que faziam os dentistas nos consultórios particulares. A abordagem era individual e não se lograva realizar um diagnóstico de situação em termos populacionais e, menos ainda, se utilizava qualquer tecnologia de programação resultante de processos de planejamento que considerassem a saúde bucal da população como um todo.

Tal cenário mudou radicalmente quando, em 1952, o SESP – Serviço Especial de Saúde Pública – implementou os primeiros programas de odontologia sanitária, inicialmente em Aimorés, MG, e em seguida em vários municípios do Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil. O alvo principal desses programas era a população em idade escolar, tida como epidemiologicamente mais vulnerável e, ao mesmo tempo, a mais sensível às intervenções de saúde pública. Assim, métodos e técnicas de planejamento e programação em saúde passaram a fazer parte do cotidiano de dezenas de profissionais de odontologia em várias regiões do País.

A odontologia de mercado seguia absolutamente majoritária, mas deixou de ser a única modalidade assistencial neste segmento do setor saúde.

(NARVAI, P.C. Saúde bucal coletiva: caminhos da odontologia sanitária à bucalidade (com adaptações). *Revista de Saúde Pública*, v. 40, São Paulo, ago. 2006. Disponível em: www.scielosp.org/pdf/rsp/v40nspe/30633.pdf).

10704. **(Cirurgião Dentista Judiciário – TJ-SP – 2010 – VUNESP)** De acordo com o texto, a organização da assistência odontológica pública, antes da implantação dos primeiros programas de odontologia sanitária, estava caracterizada pela atuação dos profissionais de forma

(A) distinta do que havia em relação aos consultórios particulares, nos quais se dava menos atenção ao planejamento da saúde bucal.
(B) bastante engajada aos preceitos das ações educativas, tal como era comum nos consultórios particulares.
(C) articulada com os propósitos de diagnóstico de situação em termos populacionais, com mais prevenção do que atendimento.

(D) análoga ao que se vivenciava nos consultórios particulares, com ações que privilegiavam a abordagem individual.
(E) alternativa ao tipo de atendimento dos consultórios particulares, privilegiando abordagens preventivas e coletivas.

RESPOSTA (A) Errado – Não havia muitas diferenças em relação aos procedimentos adotados nos consultórios particulares, haja vista que a abordagem era individual e não contemplava diagnósticos em termos populacionais. (B) Errado – No trecho *"Embora os profissionais buscassem desenvolver ações educativas, sua prática clínica reproduzia, essencialmente, o que faziam os dentistas nos consultórios particulares."*, dá-se a entender que os consultórios particulares não costumavam privilegiar ações de cunho educativo. (C) Errado – As similaridades com o atendimento realizado em consultórios particulares tornavam os procedimentos mais individualizados do que propriamente focados no coletivo. (D) Certo. (E) Errado – A abordagem, de forma similar ao praticado nos consultórios particulares, privilegiava o indivíduo, não o coletivo. *Alternativa D.*

10705. (Cirurgião Dentista Judiciário – TJ-SP – 2010 – VUNESP) As ações educativas, no período relativo ao contexto da criação da Secretaria Estadual de Saúde paulista, eram

(A) organizadas e assinalavam o desejo do poder público para se diminuir a abordagem individual.
(B) incipientes e ainda estavam distantes de considerar a saúde bucal da população em sua totalidade.
(C) inexistentes, e a população tinha de recorrer às orientações dos profissionais nos consultórios particulares.
(D) previstas no serviço público e no particular, que privilegiavam a conscientização da população como um todo.
(E) exclusivas dos profissionais de consultórios particulares, a quem cabia o trabalho de prevenção.

RESPOSTA De acordo com o texto, quando da criação da Secretaria Estadual de Saúde paulista, não havia uma organização das ações educativas voltadas para a população. Essas ações, embora fossem tencionadas pelos profissionais envolvidos, não diferiam muito da abordagem individualizada praticada nos consultórios particulares, que não levavam em consideração políticas de planejamento da saúde populacional.

Para validar esse pensamento, o texto foca sua atenção no exemplo da saúde bucal.

Dessa forma, desconsideramos as letras A, C, D e E, por irem de encontro ao que foi exposto anteriormente.

A letra B é, portanto, a que melhor resume as ideias trabalhadas no texto: *as ações educativas eram incipientes (iniciantes, embrionárias, amadoras) e não abrangiam na sua completude a população. Alternativa B.*

10706. (Cirurgião Dentista Judiciário – TJ-SP – 2010 – VUNESP) Segundo o texto, o que justificava a escolha da população em idade escolar como alvo das ações dos programas de odontologia sanitária era

(A) a impossibilidade dos indivíduos de entenderem essas ações, o que decorria da ausência de problemas de saúde bucal.
(B) a falta de acesso a esse tipo de ação, o que tornava os indivíduos menos propensos aos problemas de saúde bucal.
(C) a tendência natural dos indivíduos aos problemas de saúde bucal e, concomitantemente, a recusa por ações preventivas.
(D) a fragilidade dos indivíduos, vítimas de problemas bucais, e, ao mesmo tempo, a tradição das ações sanitárias.
(E) a suscetibilidade dos indivíduos aos problemas de saúde bucal e, simultaneamente, a forma como reagiam a essas ações.

RESPOSTA De acordo com o texto *"O alvo principal desses programas era a população em idade escolar, **tida como epidemiologicamente mais vulnerável** e, ao mesmo tempo, **a mais sensível às intervenções de saúde pública**."*.

Isso quer dizer que esse público-alvo se mostrava mais suscetível aos problemas de saúde bucal e respondia mais facilmente às intervenções do poder público nessa área.

Isso é plenamente traduzido na letra E.

Não se menciona no texto que esses indivíduos se mostravam resistentes a esses tratamentos ou que não entendiam o propósito das ações. Também não se menciona o acesso restritivo a esses tratamentos como justificativa para a escolha do público-alvo em questão. *Alternativa E.*

10707. **(Cirurgião Dentista Judiciário – TJ-SP – 2010 – VUNESP)** Observe três reescritas com base no trecho: … instituiu-se a recomendação de que os centros de saúde contassem com um "Serviço de Higiene Bucodentária".

I. … recomendava-se que os centros de saúde contassem com um "Serviço de Higiene Bucodentária".
II. … recomendou-se que os centros de saúde contavam com um "Serviço de Higiene Bucodentária".
III. … recomenda-se de que os centros de saúde contam com um "Serviço de Higiene Bucodentária".
Tendo por referência a regência verbal e o emprego dos verbos, está correto o contido em

(A) I, apenas.
(B) III, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

RESPOSTA Como a oração introduzida pelo *"que"* levanta uma possibilidade, exige-se que o verbo *"contar"* seja conjugado no modo Subjuntivo.
Assim, são inválidas as construções II e III, em que as formas verbais *"contavam"* e *"contam"* estão flexionadas respectivamente no pretérito imperfeito do indicativo e no presente do indicativo.

A construção I é a única válida, pois nela correlacionam-se de forma adequada os tempos pretérito imperfeito do indicativo – *recomendava-se* – e pretérito imperfeito do subjuntivo – *contassem*. *Alternativa A.*

10708. **(Cirurgião Dentista Judiciário – TJ-SP – 2010 – VUNESP)** Em voz passiva, a frase – … em 1952, o SESP […] implementou os primeiros programas de odontologia sanitária … – assume a seguinte forma:

(A) … em 1952, implementaram os primeiros programas de odontologia sanitária pelo SESP…
(B) … em 1952, o SESP foi implementando os primeiros programas de odontologia sanitária…
(C) … em 1952, os primeiros programas de odontologia sanitária foram implementados pelo SESP…
(D) … em 1952, houve a implementação dos primeiros programas de odontologia sanitária no SESP…
(E) … em 1952, os primeiros programas de odontologia sanitária implementou-se o SESP…

RESPOSTA Na conversão da voz ativa para a passiva analítica, devem ser observados os seguintes procedimentos:
1) O sujeito da voz ativa (no caso, *"SESP"*) se converte no agente da passiva (*"pelo SESP"*);

2) O objeto direto (paciente) da voz ativa (no caso, *"os primeiros programas de odontologia sanitária"*) se converte em sujeito na voz passiva;

3) O verbo *"ser"* é acrescentado como auxiliar e é flexionado no mesmo tempo do verbo principal da voz ativa (no caso, pretérito perfeito do indicativo – tempo de *"implementou"*);

4) O verbo principal da voz ativa (no caso, *"implementar"*) assume a forma particípio na voz passiva.

Assim, seguindo os procedimentos descritos, temos a seguinte construção em voz passiva analítica: *"em 1952, os primeiros programas de odontologia sanitária foram implementados pelo SESP". Alternativa C.*

10709. **(Cirurgião Dentista Judiciário – TJ-SP – 2010 – VUNESP)** A abordagem era individual e não se lograva realizar um diagnóstico de situação em termos populacionais e, menos ainda, **se utilizava qualquer tecnologia de programação resultante de processos de planejamento** que considerassem a saúde bucal da população como um todo.

No trecho, se o termo tecnologia for empregado na forma plural, a oração em destaque deverá ser redigida, quanto à concordância verbal e nominal, da seguinte forma:

(A) … se utilizava quaisquer tecnologias de programações resultante de processos de planejamento…

(B) … se utilizavam qualquer tecnologias de programações resultantes de processos de planejamento…

(C) … se utilizava quaisquer tecnologias de programação resultante de processos de planejamento…

(D) … se utilizavam quaisquer tecnologias de programação resultantes de processos de planejamento…

(E) … se utilizava qualquer tecnologias de programação resultantes de processos de planejamento…

RESPOSTA Devem ser observados os seguintes procedimentos:

1) Emprego da forma plural *"se utilizavam"*, para que haja concordância com o núcleo do sujeito paciente *"tecnologias"* (***se utilizavam*** *quaisquer tecnologias... = quaisquer tecnologias ...* ***eram utilizadas***).

2) Emprego do plural *"quaisquer"*, concordando com o substantivo plural *"tecnologias"*.

3) Emprego da forma plural *"resultantes"*, concordando com o substantivo plural *"tecnologias"*.

Assim, temos a seguinte redação: *"…* ***se utilizavam quaisquer tecnologias*** *de programação* ***resultantes*** *de processos de planejamento…" Alternativa D.*

As questões 10710 a 10713 referem-se ao texto que segue.

A odontologia de mercado jamais perdeu a hegemonia no sistema de saúde brasileiro. Em linhas gerais, sua concepção de prática centrada na assistência odontológica ao indivíduo doente, realizada com exclusividade por um sujeito individual no restrito ambiente clínico-cirúrgico, não apenas predomina no setor privado, como segue exercendo poderosa influência sobre os serviços públicos. A essência da odontologia de mercado está na base biológica e individual sobre a qual constrói seu fazer clínico e em sua organicidade ao modo de produção capitalista, com a transformação dos cuidados de saúde em mercadorias, solapando a saúde como bem comum sem valor de troca, e impondo-lhes as deformações mercantilistas e éticas sobejamente conhecidas. Neste início do século XXI, a maioria dos serviços públicos odontológicos brasileiros reproduz, mecânica e acriticamente, os elementos nucleares do modelo de prática odontológica do setor privado de prestação de serviços.

(NARVAI, P. C. Saúde bucal coletiva: caminhos da odontologia sanitária à bucalidade (com adaptações). *Revista de Saúde Pública*, v. 40, São Paulo, ago. 2006. Disponível em: www.scielosp.org/pdf/rsp/v40nspe/30633.pdf).

10710. (Cirurgião Dentista Judiciário – TJ-SP – 2010 – VUNESP) Conforme as informações apresentadas no texto, entende-se que

(A) há uma crítica ao sistema de saúde brasileiro, que ignora a odontologia de mercado e deixa a população sem o devido atendimento.

(B) a lógica da odontologia de mercado, com a transformação da saúde em mercadoria, impõe-se no serviço público de forma inovadora e crítica.

(C) há explicitamente uma crítica à odontologia de mercado, pois esta compromete a qualidade da saúde da população brasileira.

(D) se faz apologia à essência da odontologia de mercado, que minimiza as práticas que reproduzem o mecanicismo e a acriticidade.

(E) a odontologia dos serviços públicos do início do século XXI apresenta encaminhamentos diversos do que se postula no sistema capitalista.

RESPOSTA (A) Errado – O sistema de saúde brasileiro é adepto da odontologia de mercado e, por isso, é criticado. (B) Errado

– A odontologia de mercado também está presente no setor privado, não se constituindo, assim, uma prática inovadora, e sim contestável. (C) Certo. (D) Errado – Fazem-se críticas à odontologia de mercado, e não apologia (elogio). (E) Errado – A odontologia de mercado está ancorada nas práticas regidas pela lógica capitalista. *Alternativa C.*

10711. **(Cirurgião Dentista Judiciário – TJ-SP – 2010 – VUNESP)** Observe as frases:

• A odontologia de mercado jamais perdeu a hegemonia no sistema de saúde brasileiro.
• … solapando a saúde como bem comum sem valor de troca…

Os sinônimos dos termos hegemonia e solapando são, respectivamente,

(A) influência e construindo.
(B) supremacia e enfraquecendo.
(C) reclusão e ocultando.
(D) constituição e reforçando.
(E) superioridade e reformulando.

RESPOSTA O termo *“hegemonia”* apresenta aproximação semântica com *“liderança”, “supremacia”*. Já o termo *“solapando”* é gerúndio do verbo *“solapar”*, que significa *“enfraquecer”, “destruir”*. *Alternativa B.*

10712. **(Cirurgião Dentista Judiciário – TJ-SP – 2010 – VUNESP)** Analise as afirmações.

I. Em – odontologia de mercado – e – realizada com exclusividade – as expressões preposicionadas estão empregadas com valor de adjetivo e de advérbio, respectivamente.
II. Na oração – … solapando a saúde como bem comum… – os termos *bem* e *comum* devem ser classificados, respectivamente, como advérbio e adjetivo.
III. Na oração – … sobre a qual constrói seu fazer clínico… – o pronome seu retoma a expressão *serviços públicos*.

Está correto o que se afirma em

(A) **I**, apenas.
(B) **III**, apenas.
(C) **I** e **III**, apenas.
(D) **II** e **III**, apenas.
(E) **I**, **II** e **III**.

RESPOSTA (I) Verdadeira – O termo *“de mercado”* exerce função sintática de adjunto adnominal, modificando o substantivo *“odontologia”*, desempenhando, assim, função adjetiva. Já o termo *“com exclusividade”* exerce função de adjunto adverbial, modificando a forma verbal *“realizada”*, desempenhando, assim, função adverbial. (II) Falsa – O termo *“bem”* é classificado como substantivo e o termo *“comum”*, adjetivo. (III) Falsa – O pronome *“seu”* retoma *“odontologia de mercado”*. *Alternativa A.*

10713. **(Cirurgião Dentista Judiciário – TJ-SP – 2010 – VUNESP)** Assinale a alternativa em que a frase contém informações em conformidade com o sentido do texto.

(A) A concepção de prática da odontologia de mercado predomina no setor privado, apesar de não continuar exercendo poderosa influência sobre os serviços públicos.
(B) A concepção de prática da odontologia de mercado não predomina no setor privado, mas continua exercendo poderosa influência sobre os serviços públicos.
(C) A concepção de prática da odontologia de mercado não predomina no setor privado nem continua exercendo poderosa influência sobre os serviços públicos.
(D) A concepção de prática da odontologia de mercado predomina no setor privado, porque continua exercendo poderosa influência sobre os serviços públicos.

(E) A concepção de prática da odontologia de mercado predomina no setor privado e continua exercendo poderosa influência sobre os serviços públicos.

RESPOSTA A odontologia de mercado não apenas predomina no setor privado, mas também continua a exercer uma forte influência no setor público. *Alternativa E.*

O difícil equilíbrio

[1]"As tecnologias digitais aumentam a democratização infinitamente, e vão em caminho contrário ao da
intervenção do Estado", afirma o cientista político Alexandre Barros. Exemplo das mudanças em curso,
"o governo do Egito caiu em uma revolta sem líder", aponta Paulo Tonet Camargo, diretor da Associação Nacional de Jornais (ANJ). "Assistimos a um fenômeno fantástico no mundo, das revoluções sem líder",
[5]diz ele. "As pessoas querem viver de acordo com sua própria consciência, dar opinião, exercer seu livre- -arbítrio. Esse é o novo modelo". Para o diplomata Marcos Troyjo, o mundo vive o momento da fundação de
algo novo, em plena construção e ainda desconhecido. Os três participaram do seminário Liberdade em
Debate, promovido pelo Instituto Millenium, ao lado do jornalista Ricardo Gandour, diretor de conteúdo do
Grupo Estado, que destacou, nessa virada de paradigma, a necessidade de fortalecer as instituições para a
[10]mediação equilibrada do exercício do poder em suas diferentes esferas. Para Troyjo, o novo ambiente político
e social em formação vai se basear em alguns parâmetros principais, entre eles a dinâmica altamente acelerada
das tecnologias, crucial para a liberdade de expressão e um desafio para as empresas de comunicação.
Ao permitir que cada vez mais gente tenha seu próprio canal de expressão, seja uma rádio on-line ou um blog,
a Internet, segundo Barros, tornaria obsoletas as tradicionais alegações éticas e morais para a intervenção do
[15]Estado na sociedade por meio de veículos públicos de comunicação. "A tecnologia torna a justificativa moral
para intervenções nessa área menos crível". Mas é preciso que a rede seja neutra e livre. "Por isso, a grande
batalha para não controlar a Internet; por enquanto, dá para termos o Julian Assange no Wikileakes; daqui a
pouco, não se pode mais".
Precisamos fortalecer nossa democracia, resgatando e restaurando, com força máxima, esses cânones básicos:
[20]equilíbrio e representatividade dos poderes; o poder mediador das instituições", diz Gandour. Na avaliação
dele, a Internet multiplica os canais de repercussão e interatividade e realimenta a produção de notícias, mas
a maior parte do que se gera de informação primária na rede ainda nasce das redações tradicionais.

Para
Troyjo, passo importante para deixar o modelo de Estado Babá é a sociedade recusar a tutela, ou, no caso
da mídia, o excesso de investimento publicitário estatal.
25 Na análise de Alexandre Barros, os estados são quase sempre arbitrários e desmedidos quando tentam intervir
nas ações da sociedade ou do indivíduo. Na opinião do cientista político, "é fundamental que exista liberdade
tanto de pensamento como de circulação de ideias, de associação e de dissociação – quando alguém pode
deixar uma religião, por exemplo, mesmo tendo sido batizado.
Atualmente, qualquer esforço de controlar conteúdos na sociedade "é ridículo", na opinião do diretor da ANJ.
30 "Antigamente, o que não saía no Repórter Esso, ninguém ficava sabendo. Hoje, se algum telejornal não der a
notícia, milhares de sites vão furá-lo em dois segundos".

(*Jornal O Globo*, Projetos de Marketing, 23 de março de 2011).

10714. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** De acordo com o contexto, o "difícil equilíbrio", explicitado no título do texto, ocorre entre:

(A) o uso das tecnologias digitais e o poder de expressão dos cidadãos.
(B) a tradição de estabelecer limites sociais e a restrição ao emprego de tecnologias digitais.
(C) a cultura da intervenção do Estado e a soberania popular.
(D) a necessidade de fortalecer as instituições e a mediação equilibrada do exercício do poder.
(E) o exercício do poder em suas diversas esferas e a intervenção do Estado na vida dos cidadãos.

RESPOSTA O texto põe em campos opostos as justificativas éticas e morais para a intervenção do Estado na sociedade e a soberania desta, construída por meio da liberdade de expressão e pensamento. O emprego das tecnologias digitais se daria no sentido de potencializar o poder contestador da sociedade, em oposição às tentativas de controle da informação pelo Estado. *Alternativa C.*

10715. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** De acordo com o contexto, a afirmação segundo a qual "As tecnologias digitais aumentam a democratização infinitamente..." (linha 1) se justifica no seguinte trecho:

(A) "As pessoas querem viver de acordo com sua própria consciência, dar opinião, exercer seu livre-arbítrio." (linhas 5 e 6).
(B) "...necessidade de fortalecer as instituições para a mediação equilibrada do exercício do poder..." (linhas 9 e 10).
(C) "o novo ambiente político e social em formação vai se basear em alguns parâmetros principais, entre eles a dinâmica altamente acelerada das tecnologias..." (linhas 10 a 12).
(D) "Precisamos fortalecer nossa democracia, resgatando e restaurando, com força máxima, esses cânones básicos..." (linha 19).
(E) "os estados são quase sempre arbitrários e desmedidos quando tentam intervir nas ações da sociedade ou do indivíduo." (linhas 25 e 26).

RESPOSTA De acordo com o texto, as tecnologias digitais favorecem a democratização, haja vista que as pessoas encontram nela um meio para livremente se expressarem, emitindo juízos, opiniões, de acordo com o que suas consciências desejam.

Essa democratização ganha uma amplitude infinita com a internet, e o exemplo da Primavera Árabe ilustra bem isso – uma revolução sem líder, amplificada em seu teor pela internet. *Alternativa A.*

10716. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** A ideia contida no segmento "...o mundo vive o momento da fundação de algo novo..." (linhas 6 e 7) pode ser inferida da expressão:

(A) "mediação equilibrada" (linha 10).
(B) "parâmetros principais" (linha 11).
(C) "excesso de investimento" (linha 24).
(D) "virada de paradigma" (linha 9).
(E) "intervenção do Estado na sociedade" (linhas 14 e 15).

RESPOSTA O trecho *"... o mundo vive o momento da fundação de algo novo..."* traz a ideia de mudança, observada com a utilização dos meios digitais para divulgação de informações, opiniões e ideias em geral. Esse conteúdo se aproxima da expressão *"virada de paradigma"*, que significa uma mudança nos padrões de acesso e de divulgação tradicionais da informação. *Alternativa D.*

10717. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** De acordo com o contexto, a expressão em destaque no segmento "...e vão em caminho contrário ao da intervenção..." (linhas 1 e 2) **não** significa:

(A) opor-se a
(B) estar em desacordo com
(C) ir em contradição a
(D) ir ao encontro de
(E) ir de encontro a

RESPOSTA A expressão *"ao encontro de"* é equivalente à ideia de *"a favor de",* contrária, portanto, à ideia presente no trecho original. Não se deve confundir essa expressão com *"de encontro a"*, que significa *"em oposição a"*. *Alternativa D.*

10718. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** Acerca das ideias e estruturas linguísticas do segmento "Assistimos a um fenômeno fantástico no mundo, das revoluções sem líder..." (linha 4), é correto afirmar que:

(A) Não acarretaria prejuízo sintático-gramatical ao segmento a omissão da preposição requerida pelo verbo.
(B) Não acarretaria prejuízo semântico-gramatical ao segmento a inserção do artigo o após a vírgula.
(C) Está subentendida a contração da preposição a com o artigo o, antes da expressão "das revoluções".
(D) Poder-se-ia flexionar o verbo na 3ª pessoa do plural, acrescido do pronome apassivador se – "Assistiram-se" –, para concordar com o sujeito da voz passiva "revoluções sem líder".
(E) Poder-se-ia substituir a vírgula por ponto e vírgula.

RESPOSTA (A) Errado – A omissão da preposição "a" acarreta um problema de regência. O verbo "assistir", no sentido de "presenciar", é transitivo indireto e exige a regência da preposição "a". (B) Errado – Deveríamos também acrescentar a preposição "a", resultando na contração "ao". Isso se dá em virtude de o verbo "assistir" – no sentido de "presenciar" – exigir a regência da preposição "a". (C) Certo – *"Assistimos a um fenômeno fantástico no mundo,* ***(ao fenômeno)*** *das revoluções sem líder...".* (D) Errado – Devido ao fato de o verbo ser transitivo indireto, não é possível haver uma construção passiva sintética. Tem-se, na verdade, um caso de indeterminação do sujeito, o que faz com que o verbo seja necessariamente conjugado na 3ª pessoa do singular: *Assistiu-se a um fenômeno fantástico...* (E) Errado – A elipse da forma verbal é demarcada pela vírgula, e não pelo ponto-e-vírgula. *Alternativa C.*

10719. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** Considerando o uso correto do recurso de coesão referencial anafórica, observa-se o uso inadequado do pronome demonstrativo no seguinte segmento:

(A) "Esse é o novo modelo." (linha 6).
(B) "...nessa virada de paradigma..." (linha 9).
(C) "...nessa área menos crível..." (linha 16).
(D) "Por isso, a grande batalha..." (linhas 16 e 17).
(E) "...esses cânones básicos:..." (linha 19).

RESPOSTA O pronome "esse" – e suas variações – funciona como elemento coesivo anafórico, que cumpre a função de retomar aquilo já explicitado no texto. É o que ocorre nas letra A, B, C e D: o emprego das formas anafóricas se dá pela retomada de termos, expressões ou ideias anteriores – na letra A, retoma-se "revoluções sem líder"; na letra B, retoma-se "fundação de algo novo"; na letra C, retomam-se as intervenções do Estado na sociedade via meios públicos de comunicação; na letra D, retoma-se o conteúdo "É preciso que a rede seja neutra e livre". Já o pronome "este" – e suas variações – funciona como elemento coesivo catafórico, que cumpre a função de antecipar aquilo que ainda será citado no texto. No caso, da letra E, deveria ser empregada a construção "estes cânones básicos", uma vez que ela está antecipando a citação de "equilíbrio e representatividade dos poderes". *Alternativa E.*

10720. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** "...os estados são quase sempre arbitrários e desmedidos quando tentam intervir..." (linha 25) – o verbo em destaque está **incorretamente** conjugado na frase:

(A) Futuramente nós interviremos nas ações das instituições públicas.
(B) Hoje nós é que interviemos nas ações das instituições públicas.
(C) Se possível, nós interviríamos nas ações das instituições públicas.
(D) Agora nós intervimos nas ações das instituições públicas.
(E) Antes nós já tínhamos intervindo nas ações das instituições públicas.

RESPOSTA (A) Certo – Trata-se da 1ª pessoa do plural do futuro do presente do indicativo. (B) Errado – Deve-se conjugar a 1ª pessoa do presente do indicativo, cuja grafia correta é "intervimos". O presente do indicativo é uma necessidade, haja vista a presença do advérbio "Hoje". (C) Certo – Trata-se da 1ª pessoa do plural do futuro do pretérito do indicativo. (D) Certo – Trata-se da 1ªpessoa do plural do presente do indicativo. (E) Certo – Trata-se da 1ª pessoa do plural do pretérito mais-que-perfeito do indicativo na sua forma composta. *Alternativa B.*

10721. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** "Hoje, se algum telejornal não der a notícia, milhares de sites vão furá-lo..." (linhas 30 e 31) – apresenta concordância **incorreta** a seguinte frase:

(A) As milhares de matérias que publicamos são interessantes.
(B) Os milhares de sites que visitamos são conhecidos.
(C) Os milhares de provedores que consultamos são estrangeiros.
(D) Os milhares de pessoas que consultam a rede são inteligentes.
(E) Os milhares de usuários da rede são beneficiados.

RESPOSTA Como "milhar" é um numeral masculino, ele deve ser acompanhado do artigo definido "o". Assim, está correta a concordância em "Os milhares de sites", "Os milhares de provedores", "Os milhares de pessoas" e "Os milhares de usuários". Porém, está errada a construção "As milhares de matérias", devendo-se corrigi-la para "Os milhares de matérias". *Alternativa A.*

10722. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** A regência nominal determina o emprego da expressão sublinhada no segmento:

(A) “...no mundo, **das revoluções sem líder**” (linha 4).
(B) “...nessa virada de paradigma, **a necessidade**...” (linha 9).
(C) “...obsoletas **as tradicionais alegações éticas e morais**...” (linha 14).
(D) “...com força máxima, **esses cânones básicos**...” (linha 19).
(E) “...recusar **a tutela**...” (linha 23).

RESPOSTA Nas alternativas B, C, D e E, as construções destacadas são resultado das respectivas regências verbais – em B, o verbo *“destacar”* solicita um adjunto adverbial regido pela preposição *“em”*; em C, o verbo *“tornar”* exige um objeto direto acompanhado de predicativo; em D, o verbo *“restaurar”* solicita um adjunto adverbial regido pela preposição *“com”*; em E, o verbo *“recusar”* exige um objeto direto.
Já na alternativa A, a construção destacada é resultado da regência do nome *“fenômeno”*, que exige um complemento nominal regido pela preposição *“de” – fenômeno* ***das*** *revoluções sem líder. Alternativa A.*

10723. (Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ) A preposição presente no segmento “alegações éticas e morais para a intervenção...” (linha 14) tem o mesmo valor semântico que a preposição sublinhada em:

(A) “...vão em caminho contrário...” (linha 1).
(B) “...caiu em uma revolta...” (linha 3).
(C) “...de acordo com sua...” (linha 5).
(D) “Na análise de Alexandre...” (linha 25).
(E) “...qualquer esforço de controlar...” (linha 29).

RESPOSTA A preposição “para”, presente no trecho destacado, possui o sentido de finalidade, propósito. (A) Errado – A preposição “em” possui valor semântico de direção. (B) Errado – A preposição “em” possui valor semântico de complementaridade. (C) Errado – A preposição “com” possui valor semântico de aproximação, concordância. (D) Errado – A preposição “de” possui valor semântico de posse. (E) Certo – A preposição “de” possui valor semântico de finalidade e equivale a “para”. *Alternativa E.*

Quando a infelicidade da pergunta é a resposta

1O que é o desenvolvimento sustentável? Não sabemos, felizmente. Como disse certa vez o psicanalista
francês André Green, “a infelicidade da pergunta é a resposta”. E essa não é uma pergunta qualquer. É a
pergunta. Com o Livro aprendemos que a revelação se dá pela História. E, mesmo a da humanidade, tem
seus momentos definidores.
5Os próximos muitos anos são um desses momentos decisivos da história. Sabemos que estamos consumindo
de uma forma insustentável os recursos que a natureza nos oferece e renova. E que, com o crescimento
da população e a desejável elevação dos padrões de consumo de bilhões de pessoas, essa tendência será
fortemente acelerada.
O rumo atual é insustentável! Pode causar estranheza tal assertividade. Afinal, não apenas não sabemos com
10clareza o significado do conceito de desenvolvimento sustentável, como também não sabemos medir a noção
de sustentabilidade com precisão.
Há muitos esforços importantes sendo despendidos para nos aproximarmos de melhores

mensurações da
ideia de sustentabilidade. A medição do Produto Interno Bruto dos países está sob implacável crítica por
suas grandes fragilidades, e a forma insuficiente e equivocada de as contas nacionais considerarem os recursos
15 naturais é uma das razões mais importantes.
Também a Comissão de Estatística das Nações Unidas tem promovido a elaboração de uma família de
indicadores de desenvolvimento sustentável pelas instituições nacionais de estatística. E muitos indicadores
sintéticos e outras formas de avaliar a sustentabilidade do desenvolvimento atual estão sendo aprimorados.
Esses esforços têm dado origem a ferramentas importantes e úteis. As pesquisas científicas, assim como as
20 estatísticas e indicadores, sugerem cenários com forte tendência à degradação da capacidade da natureza de
renovar serviços fundamentais à qualidade da vida humana (clima, água doce, solos férteis, biodiversidade,
etc.) em velocidade condizente com as taxas previstas para sua utilização. Essa é a crise ambiental do século
XXI em sua dimensão conhecida.
Somos, contudo, muito ignorantes sobre a realidade natural do planeta e há um risco acima do aceitável de
25 estarmos gerando processos irreversíveis que trariam no futuro consequências potencialmente catastróficas
para a civilização e a espécie humana. Para qualquer mentalidade racional, o princípio da precaução é o
imperativo aplicável.
É importante lembrar que esse processo é insustentável para a civilização e para a biodiversidade do nosso
tempo, mas não para a natureza. Na escala de tempo do planeta, contada em milhões e de milhões de anos,
30 a humanidade é impotente para gerar dano significativo à natureza.
Não sabemos o que é o desenvolvimento sustentável e tampouco temos claro o que significa desenvolvimento.
A identidade entre crescimento econômico e desenvolvimento é o produto de uma época histórica, que, como
todas as demais, será superada.
Desenvolvimento, como observou notavelmente Jean Claude Carriérre, é etimologicamente inequívoco em
35 várias línguas. Desenvolver não significa apenas “ampliar, crescer” e, sim, “des(fazer) o que está envolvido; ou,
em espanhol, des(arrollar) o que está arrollado; ou ainda, em francês ou inglês, development/développement,
isto é, des-envelopar”. Desenvolvimento, para a sabedoria da linguagem, é um processo de

libertação de um
potencial contido, aprisionado pelas circunstâncias da história.
Finalmente, sustentável é muito mais do que simplesmente duradouro. E significa mais, até, do que
[40]compromisso com as futuras gerações. Sustentável diz respeito ao tempo. A consciência humana também diz
respeito ao tempo e o que distingue o homem é a consciência.
Chegou o momento de a humanidade deixar a adolescência, reconhecer a existência de limites e ampliar as
fronteiras de sua relação com o tempo, isto é, assumir um pouco mais conscientemente a sua história em um
tempo mais longo.
[45]A questão do desenvolvimento sustentável confunde-se com a questão da consciência humana. A pergunta:
"O que é o desenvolvimento sustentável?" é também a pergunta "Quem é o Homem?" A resposta para a
pergunta sobre o que é o desenvolvimento sustentável é também a resposta sobre quem será o homem que
o homem construirá.

(Sérgio Besserman, *Jornal O Globo*, 15-8-2010, com adaptações).

10724. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** As expressões "contas nacionais" (linha 14) e "instituições nacionais" (linha 17) são uma referência a contas:

(A) de uma nação específica.
(B) da nação brasileira.
(C) de nações não especificadas.
(D) de nações desenvolvidas.
(E) de nações em desenvolvimento.

RESPOSTA O adjetivo "nacionais" está sendo empregado no sentido genérico, não se referindo a nenhuma nação em específico. O termo "nacionais" se traduz corretamente por "referente a qualquer país". *Alternativa C.*

10725. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** Com base na coesão e coerência textuais, a alternativa correta quanto ao emprego da pontuação e de palavras ou expressões é:

(A) No segmento "Os próximos muitos anos ..." (linha 5), a palavra em destaque pode ser substituída por "seguintes".
(B) A expressão "uma forma insustentável" (linha 6) está empregada em sentido conotativo.
(C) No segmento "esforços importantes sendo despendidos" (linha 12), a palavra em destaque está grafada no lugar de "dispendidos".
(D) A expressão "muito ignorantes" (linha 24) significa muito estúpidos, muito grosseiros.
(E) O emprego da vírgula antes da conjunção **e** em "por suas grandes fragilidades, e a forma insuficiente e equivocada ..." (linhas 13 e 14) é adequado.

RESPOSTA (A) Errado – Se substituirmos por "seguintes", será necessário alterar a colocação desse termo na frase. Para manter a coesão, devemos escrever "Os muitos anos seguintes...". (B) Errado – Trata-se de uma expressão empregada em seu sentido denotativo, ou literal. (C) Errado – A grafia correta é "despendidos" e significa "gastos", "desembolsados", "empregados",

etc. (D) Errado – No contexto, a expressão “muito ignorantes” significa “muito leigos”, “pouco conhecedores”, etc. (E) Certo – A vírgula diante da conjunção aditiva “e” se justifica pelo fato de ela conectar orações de sujeitos diferentes: “a medição do Produto Interno Bruto”, na 1ª oração, e “a forma insuficiente e equivocada”, na 2ª oração. *Alternativa E.*

10726. (Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ) De acordo com a sequência lógica do texto e com a coesão e a coerência textuais, o parágrafo que constitui contraponto ao parágrafo que o antecede é o:

(A) 3°
(B) 4°
(C) 5°
(D) 6°
(E) 7°

RESPOSTA O 7º parágrafo é introduzido pela conjunção coordenativa adversativa ***contudo***. O conteúdo desse parágrafo é uma ressalva (oposição) em relação aos conteúdos dos parágrafos anteriores. *Alternativa E.*

10727. (Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ) De acordo com a “sabedoria da linguagem” (linha 37), a palavra desenvolvimento significa:

(A) ampliação
(B) crescimento
(C) liberação
(D) aumento
(E) progresso

RESPOSTA Por meio do trecho *“Desenvolvimento, para a sabedoria da linguagem, é um* ***processo de libertação*** *de um potencial contido, aprisionado pelas circunstâncias da história.”*, é possível associar a palavra desenvolvimento à ideia de liberação. *Alternativa C.*

10728. (Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ) A expressão “Esses esforços” (linha 19) retoma as ações explicitadas nos parágrafos:

(A) 1° e 2°
(B) 2° e 3°
(C) 3° e 4°
(D) 4° e 5°
(E) 5° e 6°

RESPOSTA A expressão “Esses esforços” retoma o conteúdo do 4º e 5º parágrafos. Neles, são apresentadas ideias dos esforços no sentido de mensurar melhor a ideia de sustentabilidade: no 4º parágrafo, cita-se a forma frágil da medição do Produto Interno Bruto dos países, que não leva em consideração a disponibilidade de recursos naturais; já no 5º parágrafo, cita-se o esforço da Comissão de Estatística das Nações Unidas de criar indicadores de medição para a sustentabilidade. *Alternativa D.*

10729. (Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ) Acarretaria prejuízo à clareza, à coesão e à coerência do texto caso se omitisse a palavra sublinhada no trecho:

(A) “O que é ...” (linha 1).
(B) “E mesmo a da humanidade ...” (linha 3).
(C) “... de uma forma insustentável ...” (linha 6).
(D) “... natureza nos oferece ...” (linha 6).

(E) "O que é o desenvolvimento ..." (linha 45).

RESPOSTA (A) Errado – Omitindo o termo destacado, não se desfaz a ideia original de questionamento. (B) Certo – É necessário o artigo "a", pois este é requerido pelo substantivo elíptico "história". (C) Errado – A omissão do artigo indefinido "uma" não desfaz a ideia original de indeterminação. (D) Errado – A omissão do pronome "nos" apenas confere mais impessoalidade ao trecho, mas não compromete a clareza, a coesão e a coerência. (E) Errado – Omitindo o artigo definido "o", não se desfaz a ideia original de questionamento. *Alternativa B.*

10730. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** Em "Afinal, não apenas não sabemos com clareza o significado do conceito de desenvolvimento sustentável, como também não sabemos ..." (linhas 9 e 10), entre as duas orações se estabelece relação semântica de:

(A) adição
(B) explicação
(C) causa
(D) comparação
(E) finalidade

RESPOSTA A locução ***não só ... como também*** tem valor aditivo. De acordo com o trecho, não sabemos nem o significado de desenvolvimento sustentável, nem como medi-lo. *Alternativa A.*

10731. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** "As pesquisas científicas, assim como as estatísticas e indicadores, sugerem ..." (linhas 19 e 20) – assim como nesse trecho, a concordância está correta na frase:

(A) Eu, como ela, lutamos pelas causas ambientais.
(B) Eu, como eles, lutamos pelas causas ambientais.
(C) Ele, como tu, lutais pelas causas ambientais.
(D) Tu, como ele, lutas pelas causas ambientais.
(E) Nós, como eles, lutam pelas causas ambientais.

RESPOSTA A forma verbal "sugerem" concorda com o núcleo do sujeito "pesquisas". O trecho entre vírgulas "assim como as estatísticas e indicadores" é uma oração adverbial comparativa deslocada da ordem direta.
Dessa forma, (A) Errado – O correto seria: **Eu**, como ela, **luto** pelas causas ambientais. (B) Errado – O correto seria: **Eu**, como eles, **luto** pelas causas ambientais. (C) Errado – O correto seria: **Eu**, como tu, **luto** pelas causas ambientais. (D) Certo. (E) Errado – O correto seria: **Nós**, como eles, **lutamos** pelas causas ambientais. *Alternativa D.*

10732. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** **Não** ocorre mudança de voz verbal em:

(A) "... os recursos que a natureza nos oferece e renova ..." (linha 6) / os recursos que nos são oferecidos e renovados pela natureza ...
(B) "Também a Comissão de Estatística das Nações Unidas tem promovido a elaboração ..." (linha 16) / Também a Comissão de Estatística das Nações Unidas promove a elaboração ...
(C) "Há muitos esforços importantes sendo despendidos ..." (linha 12) / Despendem-se muitos esforços importantes ...
(D) "Afinal, não apenas não sabemos com clareza o significado ..." (linhas 9 e 10) / Afinal, não apenas não se sabe com clareza o significado ...
(E) "... reconhecer a existência de limites ..." (linha 43) / a existência de limites ser reconhecida ...

RESPOSTA (A) Errado – A primeira construção está na voz ativa, pois o sujeito – natureza – é agente das ações verbais "oferecer" e "renovar". Já a segunda construção está na voz passiva, pois o sujeito – recursos – é paciente das ações verbais "oferecer" e "renovar". (B) Certo – Em ambas as construções, temos como sujeito "Comissão de Estatísticas das Nações

Unidas", agente da ação verbal "promover". Dessa forma, temos ambas as construções na voz ativa. (C) Errado – A primeira construção está na voz ativa: não há sujeito, pois se trata de uma oração com verbo impessoal "haver". Já a segunda oração está na voz passiva, pois o sujeito – esforços – é paciente da ação verbal "despender". (D) Errado – A primeira construção está na voz ativa, pois o sujeito – nós – é agente da ação verbal "saber". Já a segunda construção está na voz passiva, pois o sujeito – significado – é paciente da ação verbal "saber". (E) Errado – A primeira construção está na voz ativa, pois o sujeito – humanidade – é agente da ação verbal "reconhecer". Já a segunda construção está na voz passiva, pois o sujeito – existência – é paciente da ação verbal "reconhecer". *Alternativa B.*

10733. **(Oficial de Fazenda – SEFAZ-RJ – 2011 – CEPERJ)** A preposição **para** tem valor semântico de consequência no trecho:

(A) "... previstas para sua utilização ..." (linha 22).
(B) "... catastróficas para a civilização ..." (linhas 25 e 26).
(C) "Para qualquer mentalidade ..." (linha 26).
(D) "... é impotente para gerar ..." (linha 30).
(E) "Desenvolvimento, para a sabedoria ..." (linha 37).

RESPOSTA (A) Errado – A preposição "para" estabelece uma relação de finalidade. (B) Errado – A preposição "para" estabelece uma relação de complementaridade. (C) Errado – A preposição "para" estabelece uma relação de complementaridade. (D) Certo. (E) Errado – A preposição "para" estabelece uma relação de conformidade (equivale a "de acordo"). *Alternativa D.*

Leia o texto a seguir e responda as questões 10734 a 10741.

1 Quem fala palavrão no dia a dia de trabalho pode ser preterido na hora da promoção. É o que mostra pesquisa feita pelo site americano *CareerBuilder*. O estudo, que ouviu mais de dois mil gerentes de RH e 3.800
trabalhadores, indica que 64% dos gestores analisam negativamente um empregado que use termos chulos com
frequência, enquanto 57% disseram ser menos propensos a promover essa pessoa. Descontadas as diferenças
5 culturais entre Brasil e Estados Unidos, especialistas confirmam que, aqui também, o palavrão, especialmente
quando não é usado com moderação, pode ser prejudicial à imagem profissional. Principalmente em empresas
grandes e com estruturas hierárquicas mais formais.
– Nos Estados Unidos, é possível notar que esse tipo de linguajar é evitado por questão de respeito, o que está
associado ainda à cultura jurídica do país, muito rígida quanto a temas como o assédio moral – afirma Jorge
10 Martins, consultor de Recrutamento da Robert Half, ao fazer a comparação. – Já no Brasil, o repúdio a esse
tipo de comportamento tem mais a ver com o conservadorismo, que ainda predomina nas empresas grandes.
Martins diz, ainda, que, por aqui, e nos países latinos de maneira geral, ainda existe uma grande confusão
entre o ambiente corporativo e o caseiro, o que pode explicar uma maior incidência de palavrões no mercado
de trabalho nacional. Mas, para o especialista, o que pesa mesmo são as diferenças entre os setores,

seja lá ou cá.

[15]– Em empresas como agências de publicidade ou da área de TI, as pessoas se soltam mais e o palavrão é mais comum e tolerado. Já em outras indústrias mais tradicionais, que têm uma cultura corporativa forte, a coisa funciona de forma diferente. De todo modo, é fundamental sempre saber se posicionar frente ao seu interlocutor.

Ou seja: saber com quem está falando. É a regra que segue Conceição dos Santos, gerente de Departamento Pessoal de uma empresa de bebidas. Na sala que compartilha com cinco colegas, com quem tem intimidade, [20]às vezes fala um palavrão, sem temer represálias.

– Afinal, ninguém é de ferro. Mas, quando preciso atender ao público externo ou conversar com um coordenador de outra área, evito. Tem que falar com as pessoas certas – acredita Conceição, que também faz uma diferenciação entre diferentes tipos de palavrão. – Nunca xingo ninguém ou uso um palavrão para ofender. Eu falo em momentos de estresse ou de raiva, mas sempre em tom alto, e é comigo mesma.

[25]A gerente de DP está na estatística americana dos 51% dos empregados que usam palavrão no trabalho e dos 95% que só falam na frente dos colegas, como ainda mostra a pesquisa do *CareerBuilder*. E, embora os números sejam altos, quando o uso é exagerado pode criar problemas. O *coach* e sócio da *Alliance Coaching*, Alexandre Rangel, relata duas situações em que o palavreado afetou a carreira de dois profissionais. A primeira foi a de um diretor de *marketing*, demitido por um novo vice-presidente da companhia, entre outros motivos, por [30]causa de seu linguajar chulo e agressivo. Já em outro caso, quando fazia um *coaching* para um grupo de oito supervisores, uma das questões com que Rangel precisou lidar foi a falta de tolerância de um participante com a boca suja de um dos seus pares.

– Muitas vezes, as pessoas não percebem a necessidade de mudança na maneira de agir em função do ambiente em que está. Não dá para levar o comportamento de arquibancada para o trabalho – afirma Rangel.

[35]E, embora a maioria dos funcionários admita falar palavrão no trabalho, eles próprios se incomodam quando os colegas exageram. É o que relata uma funcionária de uma empresa da área de TI, que prefere não se identificar. Recém-chegada ao escritório, já conseguiu se incomodar com o comportamento pouco amigável

de um integrante da equipe.

– Mas não sou só eu. Houve uma rearrumação na sala, e ninguém quis sentar ao lado dessa pessoa. Para a

40 *coach* Waleska Farias, especializada em gestão de carreira e imagem, uma palavra chula, muitas vezes, é
utilizada como mecanismo de defesa, por quem busca mascarar algum tipo de sentimento. E, como no
trabalho, nem sempre dá para botar em prática a máxima "os incomodados que se mudem", ela sugere que,
quando esse tipo de comportamento atrapalha o bom humor alheio, o ideal é tentar conversar com quem
provoca a discórdia.

45 – O primeiro passo é dizer diretamente para o "boca suja" que não gosta de palavrões. Se, ainda assim, ele
não maneirar, pode ser o caso de ir falar com o chefe. A linguagem reflete o estado emocional das pessoas
e a energia negativa pode acabar sendo reproduzida no entorno, o que nem sempre é bom – diz Waleska.

(*Uso de palavrões no trabalho pode diminuir chances de promoção*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/emprego/uso-depalavroes-no-trabalho-pode-diminuir-chances-de-promocao-5833571#ixzz24BQYLtAU>. Acesso em: 12 set. 2012).

10734. **(Auditor Fiscal – SEFAZ-PR – 2012 – COPS UEL)** Sobre a substituição, sem prejuízo do sentido original, dos termos "preterido" (linha 1), "repúdio" (linha 10), "incidência" (linha 13) e "represálias" (linha 20) considere as afirmativas a seguir.

I. "preterido" pode ser substituído por "desfavorecido".
II. "repúdio" pode ser substituído por "reiteração".
III. "incidência" pode ser substituído por "intermitência".
IV. "represálias" pode ser substituído por "retaliações".

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
(B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
(C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
(D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
(E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

RESPOSTA I. Verdadeira. II. Falsa – O termo *"repúdio"* (linha 10) pode ser substituído por *"desprezo", "rejeição"*. Já *"reiteração"* significa *"repetição"*. III. Falsa – O termo *"incidência"* (linha 13) pode ser substituído por *"repetição", "ocorrência"*. O termos "intermitência", por sua vez, quer significa "descontinuidade". IV. Verdadeira. *Alternativa B.*

10735. **(Auditor Fiscal – SEFAZ-PR – 2012 – COPS UEL)** Assinale a alternativa que explica, corretamente, a frase: "De todo modo, é fundamental sempre saber se posicionar frente ao seu interlocutor." (linha 17).

(A) Antecipa o caráter saudável do uso de palavrões no ambiente de trabalho quando se busca proporcionar descontração e assegurar a intimidade com os colegas e com o público.
(B) Resume a recomendação de reprimir com rigor o uso de palavrões diante dos chefes e de altos funcionários e relaxar nas demais circunstâncias de trabalho.

(C) Identifica a variedade de situações e circunstâncias do trabalho que devem ser diferenciadas pelo trabalhador através da adequação da linguagem e da moderação do uso de palavrões em certas ocasiões.

(D) Sintetiza a necessidade de moderar o uso de palavrões perante o público externo e de liberá-lo diante de colegas de trabalho e de funcionários hierarquicamente superiores.

(E) Sugere que o trabalhador deve impor seus hábitos linguísticos, mesmo que entre eles esteja o uso de palavrão, no ambiente de trabalho, a fim de garantir sua afirmação.

RESPOSTA Essa frase faz referência às diversas situações em que é necessário identificar qual a mais adequada variedade de linguagem. Em situações mais informais, com falantes de maior intimidade, é até possível o emprego de um ou outro palavrão sem que isso seja julgado como inconveniente. Já em situações formais, diante de chefes ou pessoas de convívio não tão próximo, o emprego de palavrões se torna inadequado e deselegante.

(A) Errada – De acordo com o texto, dependendo da situação de comunicação, não é saudável o emprego de palavrões no ambiente de trabalho. (B) Errada – Não se trata de rigor, e sim de discernimento. É preciso identificar as situações em que o emprego de palavrões não é adequado. (C) Certa. (D) Errada – Não se trata de liberar o uso de palavrões no ambiente de trabalho, pois, em muitas situações, o uso de uma linguagem chula pode ser desagradável no dia a dia profissional. (E) Errada – De forma alguma o texto sugere a imposição do linguajar chulo como forma de afirmação. É necessário haver discernimento e cautela no emprego de palavrões. *Alternativa C.*

10736. **(Auditor Fiscal – SEFAZ-PR – 2012 – COPS UEL)** Com base no texto, assinale a alternativa correta.

(A) A pesquisa apontou que mais da metade dos gestores entrevistados admitiu que o uso de palavrões pelo trabalhador tem má repercussão.

(B) A pesquisa comprovou que o risco de avaliação negativa atribuída aos trabalhadores que usam palavrões sobe a mais da metade, de acordo com os gestores entrevistados.

(C) Mais da metade dos consultores brasileiros entrevistados para o texto admitiu fazer uso de palavrão no ambiente de trabalho.

(D) O texto indicou que mais da metade dos candidatos a emprego nos Estados Unidos é descartada na entrevista de admissão em decorrência do hábito de falar palavrões.

(E) O texto revelou que mais da metade dos trabalhadores americanos está sujeita à demissão por proferir palavrões no ambiente de trabalho.

RESPOSTA (A) Certa – De fato, 64% dos gestores analisam negativamente um empregado que use termos chulos com frequência, enquanto 57% disseram ser menos propensos a promover essa pessoa. (B) Errada – A avaliação negativa é mais provável em profissionais que empregam frequentemente palavrões no ambiente de trabalho. É possível ocasionalmente se falar um palavrão no ambiente de trabalho sem que isso acarrete má avaliação. Há de se tomar cuidado para não se tornar frequente e inconveniente esse uso. (C) Errada – A estatística de 51% diz respeito aos empregados americanos que admitem fazer uso de palavrões no trabalho. (D) Errada – O resultado da pesquisa diz respeito a profissionais já empregados, e não a candidatos a vagas de emprego. (E) Errada – O risco de demissão se aplica aos que falam palavrões com frequência e de forma inadequada no ambiente de trabalho. *Alternativa A.*

10737. **(Auditor Fiscal – SEFAZ-PR – 2012 – COPS UEL)** Sobre os termos “profissional” (linha 6) e “profissionais” (linha 28), assinale a alternativa correta.

(A) Os dois são adjetivos variáveis, isto é, ora aparecem no singular, ora aparecem no plural, conforme os substantivos que eles acompanham.

(B) Os dois são substantivos que podem variar do singular para o plural, acarretando a mudança de significado e a perda do vínculo com a ideia de profissão.

(C) “profissionais” é um substantivo no plural que tem uma carga de significado ambígua em decorrência do comportamento amador das pessoas designadas pelo termo.

(D) “profissional”, no singular, é um adjetivo por ser invariável, isto é, o plural contrariaria as normas

gramaticais, mesmo que o substantivo "imagem" estivesse no plural.

(E) "profissional" está no singular para concordar com o substantivo "imagem", mas poderia ser um substantivo, caso a construção fosse "imagem do profissional".

RESPOSTA O termo *"profissional"* é adjetivo e modifica o substantivo *"imagem"*. Já *"profissionais"* é substantivo, determinado pelo numeral adjetivo *"dois"*.

(A) e (B) Falsas, por classificarem os dois termos como pertencentes à mesma classe gramatical. (C) Falsa, pois *"profissionais"* é usado para designar os empregados citados no texto. (D) Afirma equivocadamente que o adjetivo *"profissional"* é invariável. (E) Em *"imagem do profissional"*, o termo *"profissional"* é substantivo determinado pelo artigo definido *"o"*. *Alternativa E.*

10738. (Auditor Fiscal – SEFAZ-PR – 2012 – COPS UEL) Sobre a frase "E, embora os números sejam altos, quando o uso é exagerado pode criar problemas." (linhas 26 e 27), considere as afirmativas a seguir.

I. Fica subentendida a expressão "de palavrões" logo após "uso".

II. Fica subentendido que "uso exagerado" é aquele que excede os números apurados na pesquisa.

III. O conectivo "embora" pode ser substituído por "a despeito de", sem necessidade de alteração na flexão verbal.

IV. O conectivo "embora" pode ser substituído por "ainda que", sem prejuízo do sentido original.

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente as afirmativas **I** e **II** são corretas.

(B) Somente as afirmativas **I** e **IV** são corretas.

(C) Somente as afirmativas **III** e **IV** são corretas.

(D) Somente as afirmativas **I**, **II** e **III** são corretas.

(E) Somente as afirmativas **II**, **III** e **IV** são corretas.

RESPOSTA I. Verdadeiro – O fato de tornar elíptico o termo "de palavrões" após "uso" se dá no sentido de evitar a repetição de "palavrão" (e suas variações), já citado algumas vezes no texto. II. Falso – O uso exagerado de palavrões é o alvo da pesquisa, que mostra que os profissionais com esse hábito são malvistos pelos gestores. III. Falso – Com o emprego da locução *"a despeito de"*, é necessário se alterar a construção para *"E, **a despeito de** os números **serem** altos..."*. IV. Verdadeiro – Os conectores *"Embora"* e *"Ainda que"* têm valor concessivo. *Alternativa B.*

10739. (Auditor Fiscal – SEFAZ-PR – 2012 – COPS UEL) Sobre o sentido do trecho "E, como no trabalho, nem sempre dá para botar em prática a máxima 'os incomodados que se mudem'..." (linhas 41 e 42), assinale a alternativa correta.

(A) Nas relações de trabalho, é recomendável buscar um paliativo, antes de sugerir ao chefe que transfira ou demita o funcionário que se excede nos palavrões.

(B) Nas relações de trabalho, pode haver um inconveniente que inviabilize a mudança do funcionário incomodado com os palavrões proferidos pelo colega.

(C) Nessas circunstâncias, cabe verificar se o funcionário que fala palavrões em excesso é um protegido do chefe, antes de solicitar uma transferência de setor.

(D) No ambiente de trabalho, é necessário ponderar se o colega de trabalho está passando por alguma crise íntima ou pessoal, antes de tomar uma atitude drástica.

(E) No ambiente de trabalho, é sugerido que o trabalhador dê preferência a mudar de emprego, evitando criar constrangimento ou inimizade com um colega de trabalho.

RESPOSTA É possível concluir, pelo contexto, que os incomodados com os companheiros de trabalho que insistem em proferir palavrões nem sempre encontram mobilidade dentro da empresa. Não é possível, assim, criar um paliativo, sendo necessária uma conversa franca que manifeste a insatisfação.

(A) Errada – Não é recomendável um paliativo, e sim uma conversa franca antes de se levar ao conhecimento dos superiores. (B) Certa. (C) Errada – Não se menciona no texto essa precaução de se verificar se o falante de palavrões é ou não um

protegido do chefe. (D) Errada – Não se menciona no texto essa precaução de se verificar se o falante de palavrões está ou não passando por problemas íntimos. (E) Errada – Não se menciona no texto essa recomendação de se mudar de emprego. *Alternativa B.*

10740. (Auditor Fiscal – SEFAZ-PR – 2012 – COPS UEL) A respeito da ideia de tolerância, que aparece duas vezes ao longo do texto, considere as afirmativas a seguir.

I. Nas agências de publicidade, as pessoas são mais indulgentes com o uso de palavrões.

II. Os palavrões são recebidos com menos intransigência em empresas da área de TI.

III. Um dos participantes do treinamento demonstrou pouca condescendência com o colega que abusava dos palavrões.

IV. Um participante do treinamento exibiu falta de suscetibilidade ao excesso de palavrões proferidos pelo colega.

Assinale a alternativa correta.

(A) Somente as afirmativas **I** e **II** são corretas.

(B) Somente as afirmativas **I** e **IV** são corretas.

(C) Somente as afirmativas **III** e **IV** são corretas.

(D) Somente as afirmativas **I**, **II** e **III** são corretas.

(E) Somente as afirmativas **II**, **III** e **IV** são corretas.

RESPOSTA I. Verdadeiro – É o que se afirma no 4º parágrafo: *"Em empresas como **agências de publicidade** ou da área de TI, as pessoas se soltam mais e o palavrão é **mais** comum e **tolerado**."*. II. Verdadeiro – É o que se afirma no 4º parágrafo: *"Em empresas como agências de publicidade ou **da área de TI**, as pessoas se soltam mais e o palavrão é **mais** comum e **tolerado**."*. III. Verdadeiro – É feita uma menção no antepenúltimo parágrafo a uma empregada recém-chegada que se incomodou com os exageros de um colega: *"Recém-chegada ao escritório, já conseguiu se incomodar com o comportamento pouco amigável de um integrante da equipe. ... Houve uma rearrumação na sala, e ninguém quis sentar ao lado dessa pessoa."*. IV. Falsa – Ao contrário: a funcionária recém-chegada se mostrou suscetível aos excessos de palavrões proferidos por um colega: *"Recém-chegada ao escritório, já conseguiu se incomodar com o comportamento pouco amigável de um integrante da equipe."*. *Alternativa D.*

10741. (Auditor Fiscal – SEFAZ-PR – 2012 – COPS UEL) Sobre a expressão "boca suja", que aparece duas vezes no texto (linhas 32 e 45), assinale a alternativa correta.

(A) A atribuição do sentido conotativo à expressão depende da subjetividade do leitor, que pode interpretá-la em seu sentido denotativo e preservar os significados.

(B) A linguagem conotativa ocorre somente na segunda vez, porque as aspas são usadas e porque a expressão personifica quem a proferiu.

(C) O sentido conotativo aparece na primeira ocorrência porque não é da boca do falante que saem os palavrões pronunciados.

(D) O uso da linguagem figurada está nas duas ocorrências, embora, na segunda, a expressão significa "aquele que fala palavrões".

(E) O uso da linguagem figurada na expressão consiste na transferência da ideia de sujeira, de quem ouve para quem fala.

RESPOSTA A expressão *"boca suja"* está empregada em linguagem conotativa (figurada) nas duas aparições. Não há margem para ambiguidade, pois a interpretação literal (denotativa) não se aplica ao contexto. Na segunda aparição – *o "boca suja"* –, é feita uma menção àqueles que proferem palavrões de forma muito frequente.

(A) Errada – Não há cabimento cogitar uma interpretação literal à expressão "boca suja". Não é uma questão de escolha do leitor, interpretá-la como denotativa ou conotativa. (B) Errada – A conotação ocorre nas duas construções. Na segunda, tem-se uma substantivação da expressão. (C) Errada – O simples fato de os palavrões serem pronunciados por terceiros não é a justificativa para considerar conotativa a expressão "boca suja". Ela é uma metáfora da pessoa que faz uso de linguagem chula. (D) Certa. (E) Errada – Não é propriamente a ideia de sujeira, e sim a de linguagem chula que está presente na metáfora "boca

suja”. *Alternativa D.*

Texto para as questões 10742 a 10751

Do campo para a cidade

Até 1940, os migrantes se dirigiam predominantemente para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e também para a cidade e o estado de São Paulo, e eram em grande parte oriundos de Minas Gerais e do Nordeste. Desde **então**, seriam os estados **dessa região** os principais responsáveis pela expulsão de populações, **que** se dirigiriam primeiro para São Paulo e, após 1950-60, também para o Paraná, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Estabeleceram-se assim novos polos de atração de migrantes e novas áreas de expansão das fronteiras agrícolas, **o que** se acentuou após a instauração do regime militar em 1964. (...)

Os anos 1970 assinalaram um ponto de inflexão extremamente significativo em nosso perfil demográfico, na medida em que começou a se inverter a relação entre população rural e urbana, ficando esta cada vez mais concentrada no que passava a ser, genérica e simbolicamente, denominado como Sul ou Sul Maravilha, numa alusão às possibilidades reais ou sonhadas que **a região** oferecia.

Toda essa situação passaria a produzir desdobramentos econômicos e sociais graves, que seriam identificados e avaliados, cada vez mais, como negativos para o país. De um lado, o que se verificava era o esvaziamento e o empobrecimento do campo; de outro, com o inchamento das grandes cidades, um agravamento dos problemas de habitação, educação, saúde e segurança.

Mais recentemente, os deslocamentos não se fizeram tanto de áreas rurais para urbanas, mas sim entre áreas urbanas e, nesse caso, não mais tendo como destino preferencial as cidades metropolitanas, e sim aquelas de médio porte, que se tornaram polos de atração de fluxos migratórios. (....)

Todas essas transformações desenham um novo mapa e um novo perfil para a população brasileira. Somos, na virada do século XX para o XXI, um novo Brasil urbano, inclusive com uma diferenciação bem menor entre campo e cidade. Nosso povo deixou de ser jovem e começou a envelhecer. Sem dúvida, é hora de o Brasil amadurecer.

(GOMES, 2002).

10742. **(Auditor Fiscal e Técnico de Tributos Municipais – Belo Horizonte-BH – 2012 – FDC)** “Até 1940, os migrantes se dirigiam predominantemente para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e também para a cidade e o estado de São Paulo, e eram em grande parte oriundos de Minas Gerais e do Nordeste”.

Sobre esse segmento inicial do texto, a inferência correta é:

(A) os migrantes, inicialmente dirigidos ao Rio de Janeiro, passaram a mudar seu destino para o Distrito Federal.

(B) o fluxo migratório até 1940 seguia o padrão de partida de regiões mais pobres para regiões mais ricas.

(C) a cidade e o estado de São Paulo atraíam predominantemente migrantes da região Nordeste.

(D) os migrantes que se dirigiam ao Sul eram oriundos de grande parte de Minas e do Nordeste.

(E) Minas Gerais e o Nordeste eram as únicas fontes dos migrantes para o Sul.

RESPOSTA (A) Errado – O Rio de Janeiro era naquela época denominado de Distrito Federal. (B) Certo – A região Nordeste e o sertão de Minas Gerais concentram grande parte da população na zona de pobreza. (C) Errado – Não é possível afirmar que a maioria dos migrantes para São Paulo (capital e Estado) seja oriunda do Nordeste. O texto afirma que se trata de *“uma grande*

parte", o que não implica necessariamente maioria. (D) Errado – Rio de Janeiro e São Paulo estão situados na região Sudeste. Não é possível afirmar qual a composição dos migrantes para a região Sul, com base nas informações disponibilizadas no texto. (E) Errado – Não se pode afirmar qual a composição dos migrantes para a região Sul, uma vez que o trecho somente faz menção a Rio de Janeiro e São Paulo, situados na região Sudeste. *Alternativa B.*

10743. (Auditor Fiscal e Técnico de Tributos Municipais – Belo Horizonte-BH – 2012 – FDC) Num texto, a fim de ser criada coesão e coerência, estabelecem-se relações formais e semânticas entre elementos do texto. A alternativa em que o termo destacado do primeiro e segundo parágrafos do texto tem seu referente indicado de forma **INADEQUADA** é:

(A) que − populações.
(B) então − desde o ano de 1940.
(C) a região − Sul ou Sul Maravilha.
(D) dessa região − Minas Gerais e Nordeste.
(E) o que − o estabelecimento de novos polos de atração de migrantes.

RESPOSTA A expressão *"dessa região"* retoma apenas *"Nordeste"*, haja vista que Minas Gerais é um Estado. *Alternativa D.*

10744. (Auditor Fiscal e Técnico de Tributos Municipais – Belo Horizonte-BH – 2012 – FDC) "Até 1940, os migrantes se dirigiam predominantemente para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e também para a cidade e o estado de São Paulo, e eram em grande parte oriundos de Minas Gerais e do Nordeste. Desde então, seriam os estados dessa região os principais responsáveis pela expulsão de populações, que se dirigiriam primeiro para São Paulo e, após 1950-60, também para o Paraná, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Estabeleceram-se assim novos polos de atração de migrantes e novas áreas de expansão das fronteiras agrícolas, o que se acentuou após a instauração do regime militar em 1964. (...)"

Por tratar-se de um texto didático, os vocábulos nele empregados têm caráter preponderadamente objetivo; o vocábulo desse primeiro parágrafo que acrescenta uma opinião do autor ao dado objetivo é:

(A) região.
(B) atração.
(C) expulsão.
(D) expansão.
(E) instauração.

RESPOSTA Com o emprego do vocábulo *"expulsão"*, tem-se a inserção de uma opinião implícita ao texto.
O autor deixa a entender que as pessoas que migravam da região Nordeste o faziam a contragosto, de forma "forçada".

Esse posicionamento é reforçado pelo trecho *"seriam os estados dessa região* ***os principais responsáveis*** *pela expulsão de populações".*

Os outros vocábulos assumem o seu sentido próprio, isento de parcialidade. *Alternativa C.*

10745. (Auditor Fiscal e Técnico de Tributos Municipais – Belo Horizonte-BH – 2012 – FDC) "Estabeleceram-se assim novos polos de atração de migrantes e novas áreas de expansão das fronteiras agrícolas, **o que se acentuou após a instauração do regime militar em 1964. (...)".**

A relação estabelecida pelo autor do texto entre o segmento negritado e o anterior é a de que:

(A) o regime militar, citado no segundo segmento, foi a razão do surgimento de novos polos de atração de migrantes e novas áreas de expansão das fronteiras agrícolas.

(B) ainda que não sejam explicitadas as razões, o segundo segmento é apontado como causa de maior intensidade nas mudanças apontadas anteriormente.

(C) tanto o primeiro quanto o segundo segmento indicam consequências do estabelecimento de novos polos de atração para os migrantes de Minas e Nordeste.

(D) o primeiro segmento indica uma das razões para o surgimento de um regime militar de exceção, em 1964.

(E) o segundo segmento (negritado) é apontado como a condição das alterações citadas no segmento anterior.

RESPOSTA Após instauração do regime militar, acentuaram-se o surgimento de novos polos de atração de migrantes e a expansão de novas áreas agrícolas. Isso quer dizer que o regime militar foi o principal desencadeador desse processo, configurando, assim, a causa de maior relevância (não a única, mas a de efeitos mais intensos).

(A) Inválida, uma vez que limita o regime militar como a única razão, o que não é verdade. (C) e (D) Estabelecem uma equivocada relação de causa e consequência. (E) Explora uma relação de condição não existente no texto. *Alternativa B.*

10746. (Auditor Fiscal e Técnico de Tributos Municipais – Belo Horizonte-BH – 2012 – FDC)

Há um conjunto de fatores apontados como marcas de desdobramentos econômicos e sociais graves (3º parágrafo). A alternativa em que o problema apontado está corretamente definido é:

(A) problemas de saúde − falta de pessoal e material para o atendimento de um número cada vez maior de migrantes, necessitados de assistência médica.

(B) problemas de habitação − construção rápida demais de pequenas habitações para os migrantes, tendo como consequência uma série de acidentes.

(C) empobrecimento do campo − a população rural, sem o apoio dos mais jovens, ficava restrita ao recebimento de valores dos programas sociais.

(D) problemas de educação − dada a pobreza cultural dos migrantes, sobretudo os nordestinos, o nível de aprendizado caiu vertiginosamente.

(E) esvaziamento do campo − reduzida utilização de máquinas agrícolas, mostrando defasagem na agricultura.

RESPOSTA (A) Certo. (B) Errado – Problemas de habitação – *com o crescente fluxo de migrantes para as grandes metrópoles, começa haver o povoamento de áreas impróprias para moradia ou, então, o aumento do número de "sem-teto".* (C) Errado – Empobrecimento do campo – *com a concentração da atividade econômica nas grandes cidades e a migração para estas de grande parte da mão de obra, a economia do campo fica restrita a atividades de baixo valor agregado, resultando no seu empobrecimento.* (D) Errado – Problemas de educação – *com o crescente fluxo de migrantes para as grandes metrópoles, a rede de ensino destas não consegue atender toda a demanda.* (E) Errado – Esvaziamento do campo – *Com a concentração das principais atividades econômicas nas grandes metrópoles, ocorre para estas uma considerável migração da mão de obra, resultando no esvaziamento do campo. Alternativa A.*

10747. (Auditor Fiscal e Técnico de Tributos Municipais – Belo Horizonte-BH – 2012 – FDC)

O texto lido é um exemplo de texto didático, retirado de um livro de História do Brasil para o ensino médio. Entre as características apontadas abaixo, aquela que corresponde mais especificamente ao texto lido é:

(A) identificação clara das fontes dos conhecimentos transmitidos ao leitor.

(B) a tentativa de mostrar a utilidade das informações prestadas para o conhecimento da realidade atual do país.

(C) exposição de fatos históricos em ordem cronológica, identificando aqueles de maior importância para o assunto tratado.

(D) linguagem clara e de uso coloquial a fim de que todos os leitores possam decodificar facilmente as informações prestadas.

(E) a preocupação de explicar as razões dos fatos apontados, além de, com a preocupação de clareza, exemplificar continuamente.

RESPOSTA (A) Errado – Embora a citação das fontes da informação seja uma característica presente no texto de caráter didático, o autor não a emprega no texto. (B) Errado – Não é objetivo do texto mostrar a utilidade das informações prestadas, mas somente as expor. (C) Certo – O autor expõe uma ordem cronológica de acontecimentos, destacando período de regime militar. (D) Errado – A linguagem empregada no texto não é rebuscada, mas mantém o tom formal. É equivocado afirmar que a linguagem predominante é a coloquial. (E) Errado – O texto até cita as razões, mas não se aprofunda nas explicações. Por exemplo, é citado que o regime militar acentuou o surgimento de novos polos de atração para migrantes, mas não se explicam as razões de isso ter ocorrido. *Alternativa C.*

10748. **(Auditor Fiscal e Técnico de Tributos Municipais – Belo Horizonte-BH – 2012 – FDC)** Há uma série de transformações citadas no texto como marcas de um novo perfil para nosso país; a transformação que está indicada de forma **INCORRETA** é:

(A) migração da área rural para as áreas urbanas / migração entre áreas urbanas.

(B) cidades metropolitanas como alvo de migrações / cidades de médio porte como alvo de migrações.

(C) distinções bem acentuadas entre campo e cidade / diferenciação bem menor entre campo e cidade.

(D) país de marcante distinção entre ambiente rural e urbano / menor diferenciação entre campo e cidade.

(E) povo jovem e de grande dinamismo / povo mais maduro e consciente de suas responsabilidades.

RESPOSTA O último período do texto afirma que o povo brasileiro começou a envelhecer, porém não é possível inferir, com base nas informações contidas no texto, que esse amadurecimento foi acompanhado de uma maior conscientização social por parte da população brasileira. *Alternativa E.*

10749. **(Auditor Fiscal e Técnico de Tributos Municipais – Belo Horizonte-BH – 2012 – FDC)** "Toda essa situação passaria a produzir desdobramentos econômicos e sociais graves". Esse segmento do texto pode ser reescrito, conservando-se o seu sentido, de várias formas distintas; a frase em que a modificação proposta conserva esse sentido original é:

(A) Desdobramentos econômicos e sociais graves passariam a ser produzidos por toda essa situação.

(B) Graves desdobramentos sociais e econômicos viriam a ser produzidos por toda essa situação.

(C) Graves desdobramentos econômicos e sociais seriam modificados por toda essa situação.

(D) Toda essa situação seria levada a produzir graves desdobramentos econômicos e sociais.

(E) Toda essa situação chegaria a produzir desdobramentos econômicos e sociais graves.

RESPOSTA O trecho original está construído na voz ativa. Para convertê-lo para a voz passiva, as seguintes modificações são necessárias:

1) O paciente (alvo da ação) *"desdobramentos econômicos e sociais graves"* torna-se sujeito na voz passiva.

2) Insere-se o verbo auxiliar *"ser"* conjugado no mesmo tempo do verbo principal na voz ativa – no caso, "*produzir*". Como este está no infinitivo, devemos somar a forma verbal *"ser"*.

3) O verbo principal da voz ativa – *produzir* – assume a forma particípio – *produzido* – na voz passiva.

Assim, temos: ***Toda essa situação*** *passaria a* ***produzir desdobramentos econômicos e sociais graves = Desdobramentos econômicos e sociais graves*** *passariam a* ***ser produzidos por toda essa situação***. *Alternativa A.*

10750. **(Auditor Fiscal e Técnico de Tributos Municipais – Belo Horizonte-BH – 2012 – FDC)** "Nosso povo deixou de ser jovem e começou a envelhecer. Sem dúvida é hora de o Brasil amadurecer"; o final do texto nos diz que:

(A) é chegado o momento de o Brasil amadurecer, pois a maioria de nossa população já chegou à terceira idade.

(B) apesar de o nosso povo ter deixado de ser jovem e ter começado a envelhecer, é hora de o nosso país amadurecer.

(C) como nosso povo já deixou de ser jovem e começou a envelhecer, o momento de amadurecimento já deveria ter ocorrido.

(D) certamente nosso país deve amadurecer, aproveitando-se do fato de que a maioria de nossa população é de jovens e ainda tardará muito em envelhecer.

(E) é certo que nosso país deve amadurecer, visto que nossa população já deixou de ser predominantemente jovem e iniciou processo de envelhecimento.

RESPOSTA Como os brasileiros já não estão mais concentrados de forma predominante na faixa etária jovem, o país está passando por um processo de envelhecimento, que resultará certamente no amadurecimento da população brasileira. *Alternativa E.*

10751. **(Auditor Fiscal e Técnico de Tributos Municipais – Belo Horizonte-BH – 2012 – FDC)** Nos segmentos abaixo, as preposições negritadas têm seu emprego justificado por algum termo anterior; o segmento em que o emprego da preposição (ou combinação de preposição + artigo) **NÃO** pertence a esse caso é:

(A) inchamento **das** grandes cidades.

(B) polos de atração **de** migrantes.

(C) empobrecimento **do** campo.

(D) a cidade **do** Rio de Janeiro.

(E) expulsão **de** populações.

RESPOSTA Não há necessidade da contração *"do" (de + o)* antes de *"Rio de Janeiro"*. É possível ligar o substantivo *"cidade"* a seu aposto especificador *"Rio de Janeiro"* sem a necessidade de emprego da preposição.

Nos demais casos, a preposição *"de"* é solicitada pelo termo antecedente – *expulsão **de** quem? empobrecimento **de** quê ou **de** quem? atração **de** quê? inchamento **de** quê? Alternativa D.*

A polícia e a violência na escola

Miriam Abramovay e Paulo Gentili

Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas. A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens, as principais vítimas da violência. Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos
para nossos filhos: segurança e amparo.

Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência. Precisamos compreender a origem e as razões da violência no interior do espaço escolar para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las.

Nesse sentido, quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem. Instala-se a ideia de que a visibilidade
de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo ou os mecanismos de intervenção que a própria escola pode definir. A medida contribui para aprofundar um vácuo de

poder já existente nas relações educacionais, criando um clima de desconfiança entre os que convivem no ambiente escolar.

A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões. Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade que a polícia desconhece. Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais que estarão agora dentro das escolas, o que constitui enorme risco. As pesquisas sobre juventude evidenciam um grave problema nas relações entre a polícia e os jovens, particularmente quando eles são pobres, com uma reação de desconfiança e desrespeito promovendo um conflito latente que costuma explodir em situações de alta tensão entre os jovens e a polícia. Reproduzir essa lógica no interior da escola não é recomendável.

A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras. A escola deve ser um local de proteção e protegido, e a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas. Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas cotidianos com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretivos e funcionários. Programas de Convivência Escolar e outras alternativas têm demonstrado um enorme potencial para enfrentar a dimensão educacional da violência social. O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade. Não das armas.

10752. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** "Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas". Nesse primeiro período do texto, deslocou-se o termo "em alguns países" para outras posições na frase; a nova posição que pode ALTERAR o sentido da frase original é:

(A) A presença da polícia dentro das escolas, em alguns países, tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.

(B) A presença da polícia dentro das escolas tem sido, em alguns países, uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.

(C) A presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes, em alguns países, para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.

(D) A presença da polícia, em alguns países, dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.

(E) A presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas em alguns países.

RESPOSTA Nas alternativas A, B, C e D, há a especificação de que a presença da polícia nas escolas se dá em alguns países. Já na alternativa E, o que se especifica é que a violência ocorre em alguns países.

Nas alternativas A, B, C e D, o adjunto adverbial "em alguns países" modifica a 1ª oração – *a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes.* Na alternativa E, o adjunto adverbial "em alguns países" modifica a 2ª oração – *para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas. Alternativa E.*

10753. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** Ao dizer que "a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas", o autor do texto pretende dizer, com o segmento sublinhado, que essa tem sido uma das formas:

(A) mais atuais;

(B) mais avançadas;

(C) mais frequentes;
(D) mais eficazes;
(E) mais ineficientes.

RESPOSTA O termo *"recorrentes"* significa *"repetitivos", "frequentes", "reiteradas".* Assim, ***mais recorrentes*** significa ***mais frequentes***. *Alternativa C.*

10754. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** Em muitas passagens do texto, o autor constrói frases com o auxílio de formas verbais no infinitivo. Se substituirmos essas formas pelo substantivo cognato correspondente, a única forma INADEQUADA da nova frase é:

(A) "...para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas" / para o enfrentamento da violência das sociedades contemporâneas;
(B) "...parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens" / parece ser a maneira mais elementar de oferta de proteção às crianças e aos jovens;
(C) "...parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos" / parecem um brinde àquilo que desejamos para nossos filhos;
(D) "Precisamos compreender a origem e as razões das violências" / Precisamos da compreensão da origem e das razões das violências;
(E) "...para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las" / para pensar soluções que não contribuam para o seu aprofundamento.

RESPOSTA Nas alternativas A, B, D e E, a substituição pelos substantivos cognatos preserva o sentido original.
Já na alternativa C, isso não ocorre. O verbo "brindar", presente no trecho *"...parecem **brindar** aquilo que desejamos para nossos filhos"*, adquire o significado de "homenagear", "cumprimentar", "felicitar". O substantivo cognato "brinde", no entanto, pode assumir significação associada a "pequeno presente", "regalo", "prenda", como em *"ganhou de **brinde** um convite para o show".*

Pode ocorrer, assim, alteração do sentido original, em virtude da polissemia do substantivo "brinde", que pode significar "ato de brindar" ou "prenda". *Alternativa C.*

10755. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** "Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo". As vírgulas empregadas nesse segmento do texto, justificam-se pela mesma razão das que são empregadas em:

I. "...com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretivos e funcionários".
II. "As pesquisas sobre juventude evidenciam um grave problema nas relações entre a polícia e os jovens, particularmente quando eles são pobres, com uma reação de desconfiança...".
III. "A escola deve ser um local de proteção e protegido, e a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas".
IV. "O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade".

(A) **I** e **II;**
(B) **II** e **III;**
(C) **III** e **IV;**
(D) **I** e **IV;**
(E) **I, II, III** e **IV.**

RESPOSTA As vírgulas se justificam pelo fato de estarem isolando termos coordenados entre si, componentes de uma

enumeração. I. Verdadeira – As vírgulas separam os termos coordenados entre si: alunos, docentes, diretivos e funcionários. II. Falsa – As vírgulas são justificadas pelo fato de isolarem uma oração adverbial intercalada “particularmente quando eles são pobres”. III. Falsa – A vírgula se justifica pelo fato de estar separando uma oração de caráter adversativo, introduzida pelo conector “e” (= mas). IV. Verdadeira – As vírgulas separam os termos coordenados entre si: saber, conhecimento, diálogo e criatividade. *Alternativa D.*

10756. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** O segundo parágrafo do texto começa com o conectivo “todavia”, que mostra a oposição entre dois elementos do texto. A frase construída abaixo que mostra adequadamente a oposição presente no texto é:

(A) Apesar de a presença da polícia nas escolas ser essa uma medida muito recorrente, os efeitos da medida nunca foram demonstrados.
(B) Embora a presença da polícia no interior das escolas diminua a violência nesse espaço, muros altos e grades imensas podem colaborar na mesma tarefa.
(C) Ainda que os efeitos positivos nunca tenham sido demonstrados, a construção de muros altos e de grades imensas nem sempre traz segurança e amparo.
(D) Policiais no espaço escolar dá segurança, mas essa medida não costuma ser empregada isoladamente.
(E) Mesmo que a segurança nas escolas tenha aumentado, isso não ocorre em função de medidas adotadas até agora.

RESPOSTA O tópico frasal do 1º parágrafo diz respeito à presença cada vez mais recorrente da polícia nas escolas. Já o tópico frasal do segundo parágrafo diz respeito à pouca efetividade dessas medidas.
Unindo esses dois tópicos por meio de um conector de oposição, temos como uma das possibilidades de construção a frase da letra A: ***Apesar de*** *a presença da polícia nas escolas ser essa uma medida muito recorrente, os efeitos da medida nunca foram demonstrados. Alternativa A.*

10757. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** “Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”.

O segundo período desse fragmento do texto, em relação ao período anterior, funciona como:

(A) causa;
(B) consequência;
(C) explicação;
(D) comparação;
(E) modo.

RESPOSTA O 2º período é uma justificativa do 1º. É possível conectar os dois períodos da seguinte forma: *Os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados,* ***pois****, conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência. Alternativa C.*

10758. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** Se “o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”, a única medida realmente positiva entre as que estão abaixo é:

(A) programas de convivência escolar;
(B) construção de muros e grades;
(C) patrulhamento ostensivo no espaço escolar;
(D) melhorar a relação entre policiais e jovens;

(E) terceirizar as medidas de segurança.

RESPOSTA O texto julga como ineficaz a presença da polícia no ambiente escolar com o propósito de diminuir a violência. A essa ideia, somam-se as medidas de construção de muros e grades e patrulhamento ostensivo no espaço escolar. A convivência entre policiais e jovens é, assim, prejudicada, pois não causa boa impressão a terceirização da segurança nas escolas.

Em contraposição a essas medidas, estão os programas que visam à melhoria da convivência no espaço escolar. Eles se mostram bem mais efetivos. Isso fica bem evidenciado no seguinte trecho: *Programas de Convivência Escolar e outras alternativas têm demonstrado um enorme potencial para enfrentar a dimensão educacional da violência social. Alternativa A.*

10759. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** O segmento do texto em que a forma verbal sublinhada pode também ser empregada, na frase, em número diferente (singular ou plural) é:

(A) "Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo".

(B) "Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência".

(C) "Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo ou os mecanismos de intervenção que a própria escola pode definir".

(D) "...cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem".

(E) "Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência...".

RESPOSTA (A) Errado – A forma verbal "parecem brindar" também pode ser empregada na forma "parece brindarem". Note, porém, que, para flexionar o verbo auxiliar – *parecer* – no singular, é necessário obrigatoriamente flexionar o verbo principal – *brindar* – no plural. Dessa forma, não é possível alterar isoladamente a forma verbal sublinhada "parecem". (B) Errado – Não há como flexionar a forma verbal "costuma" de maneira diferente, haja vista que ela deve concordar em número e pessoa com o núcleo do sujeito "ataque". (C) Certo – Há duas possibilidades: se os núcleos conectados pela conjunção "ou" – *"visibilidade de uma arma" e "presença policial"* – forem excludentes, o verbo "ter" assume a forma singular "tem"; se eles não forem excludentes, o verbo "ter" assume a forma plural "têm". (D) Errado – Não há como flexionar a forma verbal "cria-se" de maneira diferente, haja vista que ela deve concordar em número e pessoa com o núcleo do sujeito paciente "percepção" ***(cria-se a percepção** = **a percepção é criada**).* (E) Errado – Não há como flexionar a forma verbal "instala-se" de maneira diferente, haja vista que ela deve concordar em número e pessoa com o núcleo do sujeito paciente "ideia" (***instala-se a ideia** = **a ideia é instalada***). *Alternativa C.*

10760. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** No terceiro parágrafo do texto, há a menção à medida de contratarem-se pessoas externas à escola para serviços de segurança; entre as consequências dessa medida, segundo o texto, NÃO se inclui:

(A) o descrédito na competência do pessoal escolar;

(B) o reconhecimento da falta de poder de decisão da própria escola;

(C) a crença na exibição ostensiva de armas como medida de proteção;

(D) a confiança na presença do poder policial;

(E) a maior confiança no diálogo ou em mecanismos escolares de intervenção.

RESPOSTA (A) Certo – É o que fica bem evidente no seguinte trecho "cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes... para resolver os problemas que emergem". (B) Certo – É o que fica bem evidente no seguinte trecho "cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham... carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem". (C) Certo – É o que fica bem evidente no seguinte trecho "Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma... tem mais potência que o diálogo ou os mecanismos de intervenção que a própria escola pode definir.". (D) Certo – É o que fica bem evidenciado no seguinte trecho: "Instala-se a ideia de que... a presença policial tem mais potência que o diálogo ou os mecanismos de intervenção que a própria escola pode definir.". (E) Errado – É justamente o que é posto em xeque. Com a presença de pessoas externas à escola para serviços de segurança, cria-se a impressão de falta de autonomia por parte da direção escolar.

Alternativa E.

10761. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** Marque o item em que as palavras sublinhadas nas duas frases possuam o mesmo valor semântico:

(A) "...tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência..." / "a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo...".

(B) "Precisamos compreender as origens e a razão das violências no interior do espaço escolar..." / "...para enfrentar a dimensão educacional da violência social".

(C) "Precisamos compreender a origem e a razão das violências no interior do espaço escolar para pensar soluções..." / "...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições de segurança são transferidas para pessoas exteriores a ela...".

(D) "...num espaço que se define por uma especificidade..." / "Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas...".

(E) "...cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes..." / "Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade...".

RESPOSTA (A) Errado – A palavra "mais", na primeira construção, possui valor de intensidade, modificando o adjetivo "recorrentes"; já a palavra "mais", na segunda construção, possui valor de quantidade, modificando o substantivo "potência". (B) Errado – Na primeira construção, dá-se a entender que há vários tipos de violência no ambiente escolar; já na segunda construção, faz-se referência a um tipo específico de violência. (C) Errado – Na primeira construção, a preposição "para" dá a ideia de finalidade (transferida para quê?); já na segunda construção, a preposição "para" dá a ideia de posse (transferida para quem?). (D) Errado – Na primeira construção, o "que" é pronome relativo e possui valor adjetivo restritivo; já na segunda construção, o "que" é conjunção e estabelece relação de finalidade. (E) Certo – O "se", presente nas duas construções, é partícula apassivadora e cria o efeito de impessoalização da linguagem. *Alternativa E.*

10762. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** A frase abaixo que apresenta voz verbal diferente das demais é:

(A) "Programas de Convivência Escolar e outras alternativas têm demonstrado um enorme potencial...".

(B) "A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões".

(C) "Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial...".

(D) "...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas...".

(E) "Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados".

RESPOSTA (A) A frase está na **voz ativa**, pois o sujeito "Programas de Convivência Escolar e outras alternativas" é agente da ação verbal "demonstrar". (B) A frase está na **voz passiva** analítica (verbo auxiliar + verbo principal no particípio). Seu sujeito – A presença da polícia no contexto escolar – é paciente da ação verbal "marcar". (C) A frase está na **voz passiva** sintética (verbo principal + se). Seu sujeito – a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial – é paciente da ação verbal "instalar". (D) A frase está na **voz passiva** analítica (verbo auxiliar + verbo principal no particípio). Seu sujeito – as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais – é paciente da ação verbal "transferir". (E) A frase está na **voz passiva** analítica (verbo auxiliar + verbo principal no particípio). Seu sujeito – os efeitos positivos desse tipo de iniciativa – é paciente da ação verbal "demonstrar". *Alternativa A.*

10763. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** "Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência. Precisamos compreender a origem e as razões da violência no interior do espaço

escolar para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las".

Sobre a estrutura argumentativa desse parágrafo, pode-se dizer que:

(A) os argumentos apresentados na defesa da tese se localizam no terreno das opiniões pessoais;
(B) a autoridade dos argumentos apresentados está ligada à experiência profissional do autor do texto;
(C) a presença de certos argumentos mostra a necessidade de combaterem-se as causas e não os efeitos da violência;
(D) a opinião do autor é que devemos fazer pesquisas e experiências a fim de não haver o aprofundamento da violência;
(E) segundo o autor, as soluções para os problemas detectados já foram encontradas, mas falta vontade política para aplicá-las.

RESPOSTA (A) Errado – Segundo o texto, essas opiniões são endossadas por pesquisas e experiências na área de segurança pública e não se limitam a meras opiniões pessoais. (B) Errado – A autoridade dos argumentos se dá pela sua fonte – pesquisas e experiências na área de segurança pública –, e não propriamente pela experiência profissional do autor. (C) Certo – É o que fica bem explicitado no seguinte trecho: *"...**o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência. Precisamos compreender a origem e as razões da violência** no interior do espaço escolar para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las."*. (D) Errado – A opinião do autor é que devemos compreender as verdadeiras razões da violência, baseando-se nas diversas experiências já bem-sucedidas. Não se entende que devamos experimentar sem antes de fato compreender as razões. (E) Errado – Segundo o autor do texto, ainda não conhecemos as verdadeiras razões da violência. *Alternativa C.*

10764. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** "A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção <u>às crianças e aos jovens</u>". Se substituirmos o termo sublinhado por um pronome pessoal oblíquo átono, a forma correta da frase seria:

(A) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção a elas e a eles.
(B) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer-lhes proteção.
(C) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer a eles proteção.
(D) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção a eles, crianças e jovens.
(E) A proposta parece ser a maneira mais elementar de lhes oferecer proteção às crianças e aos jovens.

RESPOSTA É possível substituir o objeto indireto "<u>às crianças e aos jovens</u>" pelo pronome oblíquo "lhes", resultando na construção *A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer-**lhes** proteção. Alternativa B.*

10765. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** "Nesse sentido, quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a <u>elas</u>, cria-se a percepção <u>de</u> que os adultos <u>que</u> ali trabalham são incapazes ou carecem <u>de</u> poder suficiente para resolver os problemas <u>que</u> emergem".

Sobre os componentes sublinhados desse fragmento do texto, a única afirmativa EQUIVOCADA é:

(A) o pronome pessoal "elas" se refere às pessoas anteriormente citadas;
(B) a primeira ocorrência da preposição "de" é devida à presença anterior do termo "percepção";
(C) a primeira ocorrência do pronome relativo "que" tem por antecedente "adultos";
(D) a segunda ocorrência do pronome relativo "que" tem por antecedente "problemas";
(E) a segunda ocorrência da preposição "de" é devida à presença anterior do verbo "carecer".

RESPOSTA (A) Errado – O pronome *"elas"* se refere a *"instituições escolares"*. (B) Certo – De fato, a preposição *"de"* é requisitada pela regência do nome *"percepção" (percepção **de** algo)*. (C) Certo – De fato, o primeiro *"que"* é pronome relativo e retoma *"adultos"*. (D) Certo – De fato, o segundo *"que"* é pronome relativo e retoma *"problemas"*. (E) Certo – De fato, a preposição *"de"* é requisitada pela regência do verbo *"carecer" (carecer **de** algo)*. *Alternativa A.*

10766. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** O título dado ao texto – *a polícia e a violência na escola* – conduz a uma discussão cuja solução é a seguinte:

(A) "A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras".
(B) "Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas cotidianos com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretivos e funcionários".
(C) "O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade".
(D) "A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões".
(E) "Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade que a polícia desconhece".

RESPOSTA O texto julga como ineficaz as medidas de policiamento ostensivo nas escolas. Elas geram falsas ilusões, atuando nos efeitos da violência, não em suas causas. A solução sugerida está nos programas de convivência escolar, comprovada no seguinte trecho: *"Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas cotidianos com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretivos e funcionários". Alternativa B.*

10767. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** Num comentário sobre o texto lido nesta prova, um leitor do jornal onde *a polícia e a violência na escola* foi publicado escreveu: "Apoio a medida de levar policiais à escola, pois assim os marginais não terão coragem de invadi-la".

Tal comentário:

(A) apoia a opinião do autor do texto diante do problema discutido;
(B) sugere uma nova medida para solucionar o problema da violência na escola;
(C) contraria a opinião das autoridades policiais;
(D) opõe-se frontalmente à opinião dos autores do texto;
(E) critica as medidas até agora tomadas para combater a violência nas escolas.

RESPOSTA O texto explicita opiniões contrárias à presença ostensiva de policiais no ambiente escolar. Isso pode ser comprovado em alguns trechos, como *"os efeitos positivos desse tipo de iniciativa [presença ostensiva da polícia nos ambientes escolares] nunca foram demonstrados."* e *"A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões.". Alternativa D.*

10768. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** "...a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas". O fragmento do texto que NÃO serve de apoio para essa ideia é:

(A) "...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes...".
(B) "Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo...".
(C) "A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões".
(D) "Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais que estarão agora dentro das escolas,...".
(E) "Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos".

RESPOSTA (A) Certo – A menção a pessoas exteriores é uma referência negativa à presença ostensiva de policiais no

ambiente escolar. (B) Certo – De fato, trata-se de uma falsa ilusão, consequência da presença de policiais no ambiente escolar. (C) Certo – De fato, trata-se de uma consequência negativa dessa escolha de segurança. (D) Certo – Trata-se de um risco, que pode trazer problemas na relação entre policiais e estudantes. (E) Errado – Essa declaração vai contra a tese presente no texto de que a presença da polícia no ambiente escolar pode trazer problemas. Essa declaração se limita a afirmar que se trata de uma medida segura e confiável. *Alternativa E.*

10769. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** Assinale a alternativa em que o valor do tempo verbal sublinhado foi corretamente indicado.

(A) "Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes..." / ação encerrada em tempo recente.
(B) "...parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos" / ação habitual no passado.
(C) "Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública..." / ação que se iniciou no passado e continua no presente.
(D) "A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões" / ação futura que se realizará na dependência de outra ação futura.
(E) "Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais..." / ação completamente realizada no passado.

RESPOSTA (A) Errado – A forma verbal "tem sido" faz referência a ações que têm acontecido e que ainda continuam a acontecer. (B) Errado – A forma verbal "desejamos", no presente do indicativo, tem noção atemporal (ou seja, independente do tempo), referindo-se a um hábito. (C) Errado – A forma verbal "evidenciam", no presente do indicativo, tem noção atemporal (ou seja, independente do tempo), referindo-se a uma definição. (D) Errado – A forma verbal "será marcada" corresponde a uma ação futura. No contexto, a realização dessa ação não é dependente da concretização de outra. (E) Certo – A forma verbal "foi oferecida", com o auxiliar flexionado no pretérito perfeito do indicativo, corresponde a uma ação verbal já concluída no passado. *Alternativa E.*

10770. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** Em todas as alternativas abaixo, foram reescritas frases com a finalidade de eliminar a presença do vocábulo "não", mas mantendo-se o sentido original do texto. A alternativa em que a reescritura ALTERA o sentido original é:

(A) "...o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência" / o ataque aos efeitos da violência costuma aumentar sua existência.
(B) "...pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las" / pensar soluções que sejam indiferentes a seu aprofundamento.
(C) "Reproduzir essa lógica no interior da escola não é recomendável" / Reproduzir essa lógica no interior da escola é desaconselhável.
(D) "A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras" / para tornar as escolas mais seguras devemos deixar de lado a política repressiva.
(E) "O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade. Não das armas". / A ostentação das armas é o contrário da escola, onde está a ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade.

RESPOSTA (A) Certo – Ocorre mudança de sentido, pois "não diminuir" não necessariamente significa "aumentar". (B) Errado – A ideia de "não contribuir" encontra equivalência de sentido na construção "sejam indiferentes". (C) Errado – A ideia de "não é recomendável" encontra equivalência de sentido na construção "desaconselhável". (D) Errado – A ideia de "não é o caminho" encontra equivalência de sentido na construção "deixar de lado". (E) Errado – A ideia de "Não das armas" encontra equivalência de sentido na construção "A ostentação das armas é o contrário da escola". *Alternativa A.*

10771. **(Analista de Controle Externo – TCE-RJ – 2012 – FEMPERJ)** A alternativa cuja

indicação gráfica está corretamente expressa é:

(A) RIQUEZA – o sufixo -EZA forma substantivos abstratos a partir de adjetivos;
(B) CONHECIMENTO – o sufixo -MENTO forma substantivos a partir de adjetivos;
(C) POLICIAL – o sufixo -AL forma adjetivos a partir de verbos;
(D) PROTEÇÃO – o sufixo -ÇÃO forma adjetivos a partir de verbos;
(E) DESCONFIANÇA – o sufixo -ANÇA forma substantivos a partir de adjetivos.

RESPOSTA (A) Certo – Deriva RIQUEZA do substantivo RICO. Trata-se de um substantivo abstrato, cuja existência está restrita a uma qualidade. (B) Errado – O sufixo -MENTO forma substantivos a partir de verbos. É o que ocorre com CONHECIMENTO, derivado de CONHECER. (C) Errado – O sufixo -AL forma adjetivos a partir de substantivos. É o que ocorre com POLICIAL, derivado de POLÍCIA. (D) Errado – O sufixo -ÇÃO forma substantivos a partir de verbos. É o que ocorre com PROTEÇÃO, derivado de PROTEGER. (E) Errado – O sufixo -ANÇA forma substantivos a partir de verbos. É o que ocorre com CONFIANÇA, derivado de CONFIAR. *Alternativa A.*

Rumo à civilização da religação

Analistas, especialmente vindos da biologia, das ciências da Terra e da cosmologia, nos advertem que o tempo atual se assemelha muito às épocas de grande ruptura no processo da evolução, épocas caracterizadas por extinções em massa. Efetivamente, a humanidade se encontra diante de uma situação inaudita. Deve decidir
se quer continuar a viver ou se escolhe sua autodestruição.

O risco não vem de alguma ameaça cósmica – o choque de algum meteoro ou asteroide rasante – nem de algum cataclismo natural produzido pela própria Terra – um terremoto sem proporções ou algum deslocamento fenomenal de placas tectônicas. Vem da própria atividade humana. O asteroide ameaçador se chama *homo sapiens demens*, surgido na África há poucos milhões de anos. Pela primeira vez no processo conhecido de hominização, o ser humano se deu os instrumentos de sua autodestruição. Criou-se verdadeiramente um princípio, o de autodestruição, que tem sua contrapartida,
o princípio de responsabilidade. De agora em diante, a existência da biosfera estará à mercê da decisão
humana. Para continuar a viver, o ser humano deverá querê-lo. Terá que garantir as condições de sua sobrevida. Tudo depende de sua própria responsabilidade. O risco pode ser fatal e terminal.

Resumidamente, três são os nós problemáticos que, urgentemente, devem ser desatados: o nó da exaustão dos recursos naturais não renováveis, o nó da suportabilidade da Terra (quanto de agressão ela pode suportar?) e o nó da injustiça social mundial.

Não pretendemos detalhar tais problemas amplamente conhecidos. Apenas queremos compartilhar e reforçar a convicção de muitos, segundo a qual a solução para os referidos problemas não se encontra nos recursos da civilização vigente. Pois o eixo estruturador desta civilização reside na vontade de poder e de dominação. Assujeitar a Terra, espoliar ao máximo seus recursos, conquistar os povos e apropriar-se de suas riquezas, buscar a prosperidade mesmo à custa da exploração da força do trabalho e da dilapidação da natureza: eis o sonho maior que mobilizou e continua mobilizando o mundo moderno. Ora, esta vontade de poder e de dominação está levando a humanidade e a Terra a um impasse fatal. Ou mudamos ou perecemos.

Temos que mudar nossa forma de pensar, de sentir, de avaliar e de agir. Somos urgidos a fazer uma revolução civilizacional. Sob outra inspiração e a partir de outros princípios mais benevolentes para com a Terra e seus filhos e filhas. Por ela os seres humanos poderão salvar-se e salvar também o seu belo e radiante planeta Terra.

Mais ainda. Esposamos a ideia de que os sofrimentos atuais possuem uma significação que transcende a crise civilizacional. Eles se ordenam a algo maior. Revelam o trabalho de parto em

que estamos, sinalizando o nascimento de um novo patamar de hominização. Estão surgindo os primeiros rebentos de um novo pacto social entre os povos e de uma nova aliança de paz e de cooperação com a Terra, nossa casa comum.

Recusamo-nos à ideia de que os 4,5 bilhões de anos de formação da Terra tenham servido à sua destruição. As crises e os sofrimentos se ordenam a uma grande aurora. Ninguém poderá detê-la. De uma época de mudança passamos à mudança de época. Estamos deixando para trás um paradigma que plasmou a história nos últimos quinze mil anos.

(Adaptação de BOFF, Leonardo. *O despertar da águia:* o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade. Petrópolis: Vozes, 1998).

10772. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2009 – FGV)** Com relação à estruturação do texto e dos parágrafos, analise as afirmativas a seguir:

I. Os três primeiros parágrafos em conjunto apresentam e descrevem o risco de autodestruição que acomete a humanidade.

II. O quarto e o quinto parágrafos em conjunto apresentam os problemas e as soluções advindos do princípio de responsabilidade.

III. O sexto, o sétimo e o oitavo parágrafos em conjunto advertem sobre a necessidade de mudança de paradigma e anunciam o início de novos tempos.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Correto. Vamos transcrever os três primeiros parágrafos para analisar: "**Analistas**, especialmente vindos da biologia, das ciências da Terra e da cosmologia, **nos advertem** que o tempo atual se assemelha muito às épocas de grande ruptura no processo da evolução, **épocas caracterizadas por extinções em massa**. Efetivamente, a humanidade se encontra diante de uma situação inaudita. **Deve decidir se quer continuar a viver ou se escolhe sua autodestruição. O risco** não vem de alguma ameaça cósmica – o choque de algum meteoro ou asteroide rasante – nem de algum cataclismo natural produzido pela própria Terra – um terremoto sem proporções ou algum deslocamento fenomenal de placas tectônicas. Vem da própria atividade humana. O asteroide ameaçador se chama *homo sapiens demens*, surgido na África há poucos milhões de anos. Pela primeira vez no processo conhecido de hominização, o ser humano se deu os instrumentos de sua autodestruição. Criou-se verdadeiramente um princípio, o de autodestruição, que tem sua contrapartida, o princípio de responsabilidade. De agora em diante, a existência da biosfera estará à mercê da decisão humana. **Para continuar a viver, o ser humano deverá querê-lo. Terá que garantir as condições de sua sobrevida.** Tudo depende de sua própria responsabilidade. **O risco pode ser fatal e terminal".** (II) Incorreto. Os parágrafos reforçam ainda mais a problemática do princípio da autodestruição, e no final afirmam: ou mudamos ou perecemos. Há apenas esse reforço da gravidade do problema, sem haver, no entanto, proposições que visem a solucioná-lo. (III) Correto. Vamos analisar os parágrafos:

Temos que mudar nossa forma de pensar, de sentir, de avaliar e de agir. **Somos urgidos a fazer uma revolução civilizacional.** Sob outra inspiração e a partir de outros princípios mais benevolentes para com a Terra e seus filhos e filhas. Por ela os seres humanos poderão salvar-se e salvar também o seu belo e radiante planeta Terra. Mais ainda. Esposamos a ideia de que os sofrimentos atuais possuem uma significação que transcende a crise civilizacional. Eles se ordenam a algo maior. Revelam o trabalho de parto em que estamos, **sinalizando o nascimento de um novo patamar de hominização. Estão surgindo os primeiros rebentos de um novo pacto social** entre os povos e de uma nova aliança de paz e de cooperação com a Terra, nossa casa comum.

Recusamo-nos à ideia de que os 4,5 bilhões de anos de formação da Terra tenham servido à sua destruição. **As crises e os sofrimentos se ordenam a uma grande aurora**. Ninguém poderá detê-la. **De uma época de mudança passamos à mudança de época. Estamos deixando para trás um paradigma que plasmou a história nos últimos quinze mil anos"**. *Alternativa D.*

As categorias da ética

A vida humana se caracteriza por ser fundamentalmente ética. Os conceitos éticos “bom” e “mau” podem ser predicados a todos os atos humanos, e somente a estes. Isso não ocorre com os animais brutos. Um animal que ataca e come o outro não é considerado maldoso, não há violência entre eles.
Mesmo os atos de caráter técnico podem ser qualificados eticamente. Esses atos sempre servem para a expansão ou limitação do ser humano. Sob a perspectiva ética, o que importa nas ações técnicas não é a sua trama lógica, adequada ou eficiente para obter resultados, mas sim a qualificação ética desses resultados.
A eficiência técnica segue regras técnicas, relativas aos meios, e não normas éticas, relativas aos fins. A energia nuclear pode ser empregada para o bem ou para o mal. Na verdade, ela é investigada, apurada e criada para algum resultado, que lhe confere validade. Não vale por si mesma, do ponto de vista ético. Pode valer pela sua eventual utilidade, como meio; mas o uso de energia nuclear, para ser considerado bom ou mau, deve referir-se aos fins humanos a que se destina.
Vê-se, pois, que o plano ético permeia todas as ações humanas. Isso ocorre porque o homem é um ser livre, vocacionado para o exercício da liberdade, de modo consciente. Sem liberdade não há ética. A liberdade supõe a operação sobre alternativas; ela se concretiza mediante a escolha, a decisão, a consciência do que se faz. Isso implica refugir à determinação unilinear necessária, à determinação meramente causal. É a afirmação da contingência, da multiplicidade. Diante da multiplicidade de caminhos a nossa disposição, avaliamos e escolhemos.
Na verdade, somos obrigados a escolher. Somos obrigados a exercer a liberdade. Assim, a decisão supõe a possibilidade e, paradoxalmente, a necessidade de estimar as coisas e as ações humanas para atender as nossas demandas; supõe a avaliação de múltiplos fatores que perfazem uma situação humana complexa. Aí, portanto, temos também compreendida a esfera do valor. Não há liberdade sem valoração. Essa esfera, entretanto, é muito ampla, pois envolve não só o mundo da ética, mas também o da utilidade, da estética, da religião etc.
Sob o ângulo especificamente ético, não haverá escolha, exercício da liberdade, definição ética quando não houver avaliação, preferência a respeito das ações humanas. Eis por que na base da ética, como dissemos, encontram-se necessariamente a liberdade e a valoração; a ética só se põe no mundo da liberdade, da escolha entre ações humanas avaliadas.
A escolha, a decisão, que é manifestação de nossa liberdade, só é possível tendo por fundamento o mundo axiológico, tanto quanto este tem por condição de possibilidade a liberdade. Não se pode estimar sem alternativas possíveis.
Na medida em que se escolhe, se avalia para obter a consciência do que é preferido. Ao escolher um caminho, pondera-se que, de algum modo ou sob algum prisma, é o melhor em relação a outro; o caminho escolhido mata outras possibilidades. Na escolha não pode haver indiferença. Ela está dirigida à ação, à exteriorização, à tomada de posição. Isto significa que a escolha, a decisão, nos leva à determinação normativa ou imperativa de uma via em detrimento de outra.
O mundo oferece resistências e determinações necessárias e, por meio destas, as ações éticas se realizam precisamente enquanto as contrariam. As ações éticas brilham justamente quando se opõem às tendências “naturais” do homem. Assim, a liberdade não só se contrapõe à necessidade, como sua negação, mas também existe em função desta. Não há liberdade sem necessidade. Não há ética sem impulsão, sem desejo. A melhor prova da liberdade é o esforço de superação da necessidade, afirmando-a e negando-a dialeticamente, a um só tempo. Então, o mundo ético só é possível no meio social, no bojo das determinações sociais.

O fenômeno ético não é um acontecimento individual, existente apenas no plano da consciência pessoal. Isso porque o ente singular do homem só se manifesta, como ser autêntico, em suas relações universais com a sociedade e com a natureza. Esse fenômeno é resultante de relações sociais e históricas, compreendendo também o mundo das necessidades, da natureza. A ética só existe no seio da comunidade humana.

Os homens ou grupos de homens que controlam a produção e os meios de circulação econômica dos bens possuem maior liberdade do que aqueles que não têm o poder desse controle. Por aí se vê também que a liberdade e a ética não se reduzem a fenômenos meramente subjetivos; elas têm sempre dimensões sociais, históricas e objetivas.

Há, assim, um grande esforço, um esforço ético-político para se obter uma distribuição igualitária dos direitos entre os homens, quer dentro das comunidades, quer entre as comunidades. Na verdade existe uma ética sobre a ética, uma metaética. A metaética é utópica, crítica, subversiva e transcende as condições mais imediatas da vida social. No entanto, ela precisa ser possível no mundo dos fatos sociais, sob pena de se perder como uma utopia de meros sonhos.

(Adaptado de ALVES, Alaôr Caffé. In: www.centrodebate.org).

10773. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV) A partir da tese defendida pelo autor, é correto afirmar que:

(A) a ética é condicionante da existência humana e fundamenta qualquer tipo de ação que envolva uma escolha entre "certo" e "errado".

(B) o conceito de ética aplica-se sobretudo aos seres humanos que praticam atos de natureza técnica e atuam profissionalmente.

(C) a violência entre animais brutos decorre da inexistência de uma noção ética que regule suas relações.

(D) as noções de "bom" e "mau" estão na base das organizações sociais, sejam elas humanas ou não.

(E) o princípio ético que orienta os atos técnicos está menos nos seus resultados e mais na própria concepção desses atos.

RESPOSTA (A) Certo – No parágrafo de abertura, o autor esclarece que "os conceitos éticos 'bom' e 'mau' podem ser predicados a todos os atos humanos (...)", enfim, o ser humano está apto a separar o certo do errado. E conclui no quarto parágrafo que "(...) o plano ético permeia todas as ações humanas.". (B) Errado – Parafraseando o texto, os princípios éticos permeiam todos os âmbitos de ações humanas, até mesmo os de natureza técnica ou profissional. Não significa, assim, que estes últimos se destaquem frente aos demais. A expressão *"até mesmo"* enfatiza a inclusão, e não a relevância. (C) Errado – Segundo o texto, no primeiro parágrafo, não existe violência entre os animais brutos, pois inexistem para estes os conceitos de *"bom"* e *"mau"*. (D) Errado – Segundo o texto, os conceitos de *"bom"* e *"mau"* somente se aplicam às relações humanas. (E) Errado – No trecho *"A eficiência técnica segue regras técnicas, relativas aos meios, e não normas éticas, relativas aos fins."*, fica evidente que os princípios éticos se concentram mais nos resultados (fins) do que nos meios. *Alternativa A.*

10774. (Auditor Fiscal da Receita Estadual– SEFAZ-RJ – 2010 – FGV) Com relação aos terceiro e quarto parágrafos, analise as afirmativas a seguir.

I. O objetivo principal do terceiro parágrafo é conceituar *regras técnicas e normas éticas*.

II. O plano do terceiro parágrafo inclui uma exemplificação para sustentar a tese anteriormente explicitada.

III. O início do quarto parágrafo apresenta uma conclusão acerca das ideias apresentadas no terceiro.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Falsa – O objetivo central do texto é defender a seguinte tese: *"A eficiência técnica segue regras técnicas, relativas aos meios, e não normas éticas, relativas aos fins."*. Até se trabalham sutilmente os conceitos de *"regras técnicas"* e *"normas éticas"*, mas a serviço do objetivo principal. (II) Verdadeira – A exemplificação do emprego da energia nuclear serve para diferenciar a regra técnica da norma ética, evidenciando, dessa forma, que a eficiência técnica leva em consideração a primeira em detrimento da segunda. (III) Verdadeira – Isso fica bem evidente com o emprego da conjunção *"pois"*, posicionada após o verbo *(Vê-se, pois, que...)*. Trata-se de uma conjunção conclusiva, equivalente a *"portanto". Alternativa E*.

10775. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** *A escolha, a decisão, que é manifestação de nossa liberdade, só é possível tendo por fundamento o mundo axiológico.*

Considerando o contexto da frase, o vocábulo sublinhado tem significado equivalente a:

(A) das normas.
(B) dos mercados.
(C) dos indivíduos.
(D) das liberalidades.
(E) das verdades.

RESPOSTA De acordo com a definição dicionária, "axiológico" está relacionado a "axioma", ou seja, a algo que deve ser tomado como regra, norma, e que não requer comprovações. Diz respeito às normas morais que devem reger a escolha dos indivíduos. Essa acepção se distancia das expressões "dos mercados", pois esta se refere unicamente ao mundo dos negócios; "dos indivíduos", pois as normas éticas são de cunho coletivo, e não individual; "das liberdades", pois o texto regulamenta o exercício das liberdades individuais por meio das normas éticas; por fim, "das verdades", já que o processo de escolha é pautado por aquilo que representa a melhor opção do ponto de vista ético, não tendo uma relação necessariamente restrita ao conceito de verdade. *Alternativa A.*

10776. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** Da compreensão adequada de conceitos apresentados pelo texto, analise as afirmativas a seguir.

I. O senso comum de *liberdade* é reconstruído e passa a incluir a noção de que nem todos são livres na mesma medida.
II. O conceito de *ética* fundamenta-se numa perspectiva naturalista e põe em segundo plano seu viés social.
III. As ideias de *liberdade* e *obrigação* não são concepções excludentes; ao contrário, envolvem implicação necessária.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Verdadeira – De acordo com o texto, a ideia de que todos são igualmente livres não é verdade. Isso fica bem evidente no trecho: *"Os homens ou grupos de homens que controlam a produção e os meios de circulação econômica dos bens possuem maior liberdade do que aqueles que não têm o poder desse controle."*. (II) Falsa – Essa afirmativa é contradita na seguinte passagem do texto: "**O fenômeno ético não é um acontecimento individual**, existente apenas no plano da consciência pessoal. Isso porque **o ente singular do homem só se manifesta, como ser autêntico, em suas relações universais com a sociedade e com a natureza.**". Dessa forma, só faz sentido se falar em ética quando esta é abordada sob

um ponto de vista coletivo, social. (III) Verdadeira – De acordo com o texto, somos obrigados a buscar a liberdade e a escolher. Dessa forma, os termos *"obrigação"* e *"liberdade"* se relacionam entre si por meio de uma implicação. *Alternativa D.*

10777. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV) *A energia nuclear pode ser empregada para o bem ou para o mal. Na verdade, ela é investigada, apurada e criada para algum resultado, que lhe confere validade. Não vale por si mesma, do ponto de vista ético. Pode valer pela sua eventual utilidade, como meio; mas o uso de energia nuclear, para ser considerado bom ou mau, deve referir-se aos fins humanos a que se destina.*

Considerando as estratégias de referenciação no trecho acima, assinale a alternativa cujo pronome **não** se refere à expressão *energia nuclear:*

(A) ela.
(B) lhe.
(C) si.
(D) sua.
(E) que.

RESPOSTA O pronome relativo *"que"* retoma o antecedente *"fins humanos" (... se destina aos fins humanos).* Já os demais pronomes de terceira pessoa – *ela, lhe, si* e *sua* – referem-se a *"energia nuclear"*. *Alternativa E.*

10778. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV) *Sob o ângulo especificamente ético, não haverá escolha, exercício da liberdade, definição ética quando não houver avaliação, preferência a respeito das ações humanas. Eis por que na base da ética, como dissemos, encontram-se necessariamente a liberdade e a valoração; a ética só se põe no mundo da liberdade, da escolha entre ações humanas avaliadas.*

Com relação à estrutura e à compreensão do trecho transcrito, é correto afirmar que:

(A) a grafia de *por que* justifica-se por se tratar, morfologicamente, de uma conjunção subordinativa explicativa.
(B) a oração *como dissemos* é do tipo intercalada e expressa uma retificação ao que foi dito.
(C) as palavras *escolha* e *exercício* classificam-se sintaticamente como núcleos de sujeito.
(D) o deslocamento do vocábulo *só* para a posição anterior ao artigo *a* não altera o sentido original da frase.
(E) a conjunção *quando* introduz uma oração que exprime condição para a realização do fato anteriormente expresso.

RESPOSTA (A) Errado – A grafia *"por que"* se justifica por este introduzir uma interrogativa indireta – *"Eis por que... encontram-se necessariamente a liberdade e a valoração"*. É possível substituir a forma *"por que"* por *"por que motivo"*, ficando, assim, mais evidente a indagação indireta. (B) Errado – Não há uma retificação (correção), e sim uma ratificação (confirmação) do que foi dito antes. (C) Errado – Os termos *"escolha"* e *"exercício"* se classificam como objetos diretos do verbo impessoal *"haver"*. (D) Errado – Muda-se o sentido com essa alteração. Originalmente se diz que a ética está presente apenas no mundo da liberdade. Com a alteração, dá-se a entender que somente a ética está presente no mundo da liberdade. (E) Certo – Embora seja costumeiramente empregada com valor temporal, a conjunção *"quando"* introduz uma ideia de condição, equivalendo a *"se"*, *"caso"*. *Alternativa E.*

10779. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV) Quanto à estrutura e formação do vocábulo *metaética*, é correto afirmar que:

(A) forma-se pelo processo de composição por aglutinação.
(B) tem agregada ao radical *étic-* uma desinência nominal de gênero feminino.
(C) contém um prefixo de origem grega também presente na palavra "metafísica".

(D) apresenta uma vogal de ligação -*a*, necessária em razão do hífen.
(E) constitui-se por meio da justaposição de dois substantivos.

RESPOSTA A palavra *metaética* é formada pela junção do prefixo *"meta"* – que significa *"além de"* – com o radical formador da palavra *"ética"*. Assim, temos um processo de derivação prefixal. Não se pode confundir com o processo de composição, uma vez que este exige a união de dois radicais, o que não é o caso da palavra *metaética*. *Alternativa C.*

10780. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV) De acordo com o contexto, observa-se emprego não literal de vocábulo ou expressão em:

(A) Isso não ocorre com os animais brutos.
(B) supõe a avaliação de múltiplos fatores.
(C) Na escolha não pode haver indiferença.
(D) o caminho escolhido mata outras possibilidades.
(E) O fenômeno ético não é um acontecimento individual.

RESPOSTA Entende-se por linguagem literal aquela que deve ser entendida ao *"pé da letra"*, ou seja, trata-se da linguagem denotativa. Já a linguagem não literal, ou conotativa, diz respeito àquela em que o sentido empregado difere do literal. No caso da letra D, o vocábulo *"mata"* não está empregado no seu sentido dicionário – *tirar a vida de um ser.* Esse vocábulo é empregado no sentido de *"elimina"*. *Alternativa D*.

10781. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV) *Na medida em que se escolhe, se avalia para obter a consciência do que é preferido. Ao escolher um caminho, pondera-se que, de algum modo ou sob algum prisma, é o melhor em relação a outro; o caminho escolhido mata outras possibilidades.*

Na escolha não pode haver indiferença.

Com relação à forma e à significação do trecho acima, analise as afirmativas a seguir.

I. A oração reduzida *Ao escolher um caminho* informa circunstância de tempo.
II. A locução *na medida em que* poderia ser substituída, sem prejuízo da estrutura e do sentido, por à medida que.
III. Nas duas ocorrências, a partícula se é analisada como parte integrante do verbo.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Verdadeira – A oração *"Ao escolher um caminho"* é adverbial temporal reduzida de infinitivo. Desenvolvida, poderia ser escrita da seguinte forma: *"Quando se escolhe um caminho".* (II) Verdadeira – A locução conjuntiva *"Na medida em que"* é empregada com sentido causal, porém, no contexto, assume valor proporcional. Assim, faz sentido substituí-la pela locução adequada para esse sentido: *"à medida que"*. (III) Falsa – Nas aparições *"se escolhe (algo)"*, *"se avalia (algo)"* e *"pondera-se (algo)"*, o *"se"* desempenha papel de partícula apassivadora. *Alternativa D*.

10782. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV) Dos trechos transcritos do texto, assinale aquele em que se poderia empregar opcionalmente o acento indicativo de crase.

(A) Preferência a respeito das ações humanas.
(B) Diante da multiplicidade de caminhos a nossa disposição.

(C) Na verdade, somos obrigados a escolher.
(D) Podem ser predicados a todos os atos humanos.
(E) Não se reduzem a fenômenos meramente subjetivos.

RESPOSTA (A) Errado – Como a palavra *“respeito”* é substantivo masculino, não se admite o emprego da crase em *“a respeito”*. (B) Certo – Antes de pronomes possessivos femininos, é facultativo o emprego da crase. As construções *“a nossa disposição”* e *“à nossa disposição”* são admitidas. (C) Errado – Não se emprega a crase antes de verbos. Assim, não se admite o seu emprego em *“a escolher”*. (D) Errado – Os pronomes indefinidos repelem o artigo definido. Assim, não se admite crase em *“a todos”*. (E) Errado – Não se emprega crase antes de substantivos masculinos (no caso, *“fenômenos”*). *Alternativa B*.

10783. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** *Os homens ou grupos de homens que controlam a produção e os meios de circulação econômica dos bens possuem maior liberdade do que aqueles que não têm o poder desse controle.*

Assinale a alternativa em que se apresenta correta a reescrita do trecho acima quanto ao padrão escrito culto e ao sentido construído.

(A) Os homens ou grupos de homens cujo o controle da produção e dos meios de circulação econômica dos bens é maior possuem mais liberdade do que aqueles que não tem o poder de controlá-lo.
(B) Os homens ou grupos de homens que o controle da produção e dos meios de circulação econômica dos bens é maior possuem mais liberdade do que os que não têm o poder de o controlar.
(C) Os homens ou grupos de homens para os quais o controle da produção e dos meios de circulação econômica dos bens é mais livre possuem mais liberdade do que aqueles que não tem aquele poder.
(D) Os homens ou grupos de homens cujo controle da produção e dos meios de circulação econômica dos bens é maior possuem mais liberdade do que os que não têm esse poder de controle.
(E) Os homens ou grupos de homens com controle da produção e dos meios de circulação econômica dos bens maiores possuem mais liberdade do que os que não têm o poder de controlar isto.

RESPOSTA (A) Errado – A construção *“cujo o”* é inadequada, uma vez que o artigo é repelido por esse pronome relativo. Em vez da forma *“tem”* – sem acento –, deve-se grafar a forma *“têm”* – com acento –, para que haja concordância com o sujeito *“aqueles”*. Além disso, deve-se empregar a flexão *“os” (controlá-los)*, para que haja a concordância com os referentes *“produção”* e *“meios de circulação econômica”*. (B) Errado – Em vez do pronome relativo *“que”*, devemos empregar a forma *“cujo”* – *“Os homens ou grupos de homens cujo controle”* –, uma vez que este pronome relativo é o indicado para relações de posse. Além disso, deve-se empregar a flexão *“os” (os controlar)*, para que haja a concordância com os referentes *“produção”* e *“meios de circulação econômica”*. (C) Errado – Em vez da forma *“tem”* – sem acento –, deve-se grafar a forma *“têm”* – com acento –, para que haja concordância com o sujeito *“aqueles”*. (D) Certo. (E) Errado – Em vez de *“maiores”*, deve-se usar *“maior”*, para que haja a concordância com o substantivo *“controle”*. Além disso, deve-se empregar o pronome demonstrativo *“isso”*, em vez de *“isto”*, pois há referência a algo já citado no texto. *Alternativa D*.

10784. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** *Vê-se, pois, que o plano ético permeia todas as ações humanas.*

Com relação à frase transcrita e à análise sintática tradicional, considere as afirmativas a seguir.

I. O vocábulo “que” é uma conjunção integrante e presta-se a articular a oração subjetiva ao núcleo verbal que a subordina.
II. A forma verbal *vê-se* está na voz ativa e seu sujeito recebe a classificação de sujeito indeterminado.
III. O período estrutura-se por coordenação, sendo a segunda oração coordenada sindética conclusiva introduzida pela conjunção *pois*.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.
(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Verdadeira – Temos uma oração principal – *Vê-se* – e uma oração subordinada substantiva subjetiva (função sintática de sujeito) – *que o plano ético permeia todas as ações humanas*. A conjunção *"que"* é, portanto, subordinativa integrante. (II) Falsa – A forma verbal *"Vê-se"* está na voz passiva sintética. *(Vê-se algo = Algo é visto)*. O seu sujeito é oracional – *que o plano ético permeia todas as ações humanas*. (III) Falsa – Trata-se de um período composto por coordenação e por subordinação. Temos uma oração principal e, ao mesmo tempo, coordenada sindética conclusiva *"Vê-se"* e uma oração subordinada substantiva subjetiva – "*que o plano ético permeia todas as ações humanas.*". *Alternativa A.*

10785. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** O advérbio *Aí*, no quinto parágrafo, refere-se ao processo compreendido nas etapas assim apresentadas pelo autor.
(A) *situação humana / múltiplos fatores / demandas*
(B) *liberdade / decisão / avaliação*
(C) *decisão / possibilidade / liberdade*
(D) *decisão / possibilidade / avaliação*
(E) *múltiplos fatores / demandas / ações humanas*

RESPOSTA Seguindo a ordem adotada no texto, o autor defende que a **decisão** de escolha deve envolver a **possibilidade** (e, ao mesmo tempo, a necessidade) de se estimar pessoas ou coisas e a **avaliação** de inúmeros fatores. Ou seja, podemos concluir que o processo resumido pelo advérbio *"Aí"* é descrito pela sequência *decisão-possibilidade (e necessidade) de estimar – avaliação de inúmeros fatores.* Dessa forma, temos na **letra D** a resposta. Observemos que a letra C até se aproxima da sequência, porém *"liberdade"* é decorrência de *"valor",* que, por sua vez, é consequência do processo retomado pelo advérbio *"Aí"*. *Alternativa D.*

10786. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** Da leitura do quarto parágrafo, deduz-se que o autor:
(A) afirma-se perplexo ante a unilateralidade das escolhas.
(B) contraria a ideia de liberdade como ação racionalmente concebida.
(C) opõe-se à aceitação do determinismo como fonte das ações humanas.
(D) defende a vocação como forma de realização pessoal.
(E) situa na determinação causal a origem da infelicidade humana.

RESPOSTA (A) Errado – O autor, em nenhum momento, transparece perplexidade. O seu ponto de vista é defendido de maneira harmônica e racional. (B) Errado – O autor afirma que a liberdade se concretiza a partir da consciência daquilo que se faz, ou seja, supõe que a liberdade seja resultado de um raciocínio de escolha. (C) Certo – A determinação unilinear e a mera determinação causal são insuficientes, segundo o autor, para que concretizemos a liberdade de escolha e de avaliação. (D) Errado – O autor não se concentra em aspectos de realização nem de vocação pessoal. Sua análise se concentra em aspectos gerais, ligados às escolhas humanas. (E) Errado – Não se cita no parágrafo uma relação entre a determinação causal e a infelicidade. *Alternativa C.*

10787. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** *Mesmo os atos de caráter técnico podem ser qualificados eticamente. Esses atos sempre servem para a expansão ou limitação do ser humano. Sob a perspectiva ética, o que importa nas ações técnicas não é a sua trama lógica, adequada ou eficiente para obter resultados, mas sim a qualificação ética desses resultados.*

No trecho acima, está implícita uma posição contrária à concepção de neutralidade atribuída aos atos de caráter técnico. O instrumento linguístico que permite a construção desse implícito é o emprego do vocábulo:

(A) qualificados.
(B) limitação.
(C) mesmo.
(D) não.
(E) mas.

RESPOSTA Das opções de termos apresentadas, a que quebra a ideia de neutralidade é a letra C. O termo *"Mesmo"* reforça a inclusão dos atos de caráter técnico no grupo de ações humanas que são passíveis de avaliação com base em critérios éticos. *Alternativa C.*

10788. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** Nas alternativas a seguir, ambas as expressões servem essencialmente à articulação sequencial das ideias do texto, **à exceção de uma**. Assinale-a.

(A) pois / porque (4º parágrafo).
(B) assim / entretanto (5º parágrafo).
(C) quando / eis por que (6º parágrafo).
(D) mas também / então (9º parágrafo).
(E) por aí / sempre (11º parágrafo).

RESPOSTA Todos os termos apresentados nas letras A, B, C e D contribuem para a progressão textual, estabelecendo coesão entre as partes que compõem o texto. Já na letra E, a expressão *"por aí"* desempenha função coesiva, mas o mesmo não pode ser dito do advérbio *"sempre"*. Este apenas funciona como um modificador da ação verbal, não exercendo, assim, papel coesivo. A sua ausência apenas alteraria o sentido da ação verbal, mas não afetaria a continuidade entre as partes do texto. *Alternativa E*.

10789. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** *Há, assim, um grande esforço, um esforço ético-político para se obter uma distribuição igualitária dos direitos entre os homens, quer dentro das comunidades, quer entre as comunidades.*

Assinale a alternativa em que a reescritura do trecho mantém o padrão escrito culto e o sentido proposto pelo autor.

(A) Existe, assim, um grande esforço, um esforço ético-político a fim de que se obtenha uma distribuição igualitária dos direitos entre os homens, seja dentro das comunidades, seja entre as comunidades.
(B) Há, assim, um grande esforço, um esforço ético-político afim de se obter uma distribuição igualitária dos direitos entre os homens, ora dentro das comunidades, ora entre as comunidades.
(C) Tem, assim, um grande esforço, um esforço ético-político em obter uma distribuição igualitária dos direitos entre os homens, ou dentro das comunidades, ou entre as comunidades.
(D) A, desta feita, um grande esforço, um esforço ético-político para obtenção de uma distribuição igualitária dos direitos entre os homens, quer dentro das comunidades, quer entre as comunidades.
(E) Existem, entretanto, um grande esforço, um esforço ético-político por obter uma distribuição igualitária dos direitos entre os homens, mais dentro das comunidades que entre as comunidades.

RESPOSTA (A) Certo. (B) Errado – Deve-se empregar a construção *"a fim de"* – locução conjuntiva final – em vez da grafia errada *"afim de"*. Além disso, a construção *"ora... ora"* exprime ideia de alternância, de exclusão, o que contraria o sentido original de simultaneidade. (C) Errado – De acordo com o padrão formal, não se emprega o verbo *"ter"* no sentido de *"haver"*. Além disso, a construção *"ou... ou"* exprime ideia de alternância, de exclusão, o que contraria o sentido original de simultaneidade. (D) Errado – Em vez de *"A"*, deve-se empregar a forma verbal *"Há"*, flexão do verbo *"haver"*. (E) Errado – Deve-se empregar a forma verbal *"Existe"* – no singular –, para que haja concordância com o sujeito *"esforço"*. Além disso, a conjunção *"entretanto"* tem valor semântico de oposição, diferente da conjunção *"assim"*, de caráter conclusivo. A expressão *"mais... do que"* traz uma ideia de superioridade que não consta na redação original. *Alternativa A*.

10790. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2010 – FGV)** Na frase do 4º parágrafo do texto *“A liberdade supõe a operação sobre alternativas;”*, o verbo irregular foi flexionado corretamente.

Assinale a alternativa em que se apresenta flexão **incorreta** da forma verbal.

(A) Eles impunham condições para que o acordo fosse assinado.
(B) O julgador interveio na polêmica sobre os critérios de seleção.
(C) Não foi confirmado se a banca quereria dar à redação caráter eliminatório.
(D) Se os autores se disporem a ratear o valor, a publicação da revista será certa.
(E) É necessário que atentemos para a questão da mudança de paradigma científico.

RESPOSTA A forma verbal *“se disporem”* está incorretamente conjugada. Por se tratar do futuro do subjuntivo da forma verbal *“dispor-se”*, devemos empregar a flexão *“se dispuserem”*. *Alternativa D.*

Corrupção, ética e transformação social

[1]Em toda História do Brasil, talvez nunca tenhamos visto um momento em que notícias de corrupção tenham
sido tão banais nos meios de comunicação, e tão discutidas por grande parte da população. Em qualquer lugar (mesmo que seja um ônibus, por exemplo), sempre há alguém falando sobre a crise na saúde, a crise na educação e, inclusive, a crise ética na política brasileira.
[5]Contudo, é preciso notar também que, muitas vezes, enquanto cidadãos, nós mesmos raramente decidimos
fazer alguma coisa pela transformação da realidade – isso, quando fazemos algo. Certo comodismo nos toma
de assalto e reveste toda a nossa fala de uma moral vazia, estéril, que se reduz à crítica que não busca alterar
a realidade. Afinal de contas, em época de eleições, como a que estamos prestes a vivenciar, nós notamos nas propagandas políticas dos partidos a presença dos mesmos políticos e das mesmas propostas políticas, as
[10]mesmas já prometidas nas eleições anteriores, e que jamais foram executadas. Logicamente há as exceções
de certos governantes que fazem por onde efetivar suas promessas, mas esses, infelizmente, continuam sendo uma minoria em todo o Brasil.
Numa outra perspectiva, é interessante perceber também quão contraditória consiste ser a distância entre o que nós criticamos em nossos políticos e as ações que nós reproduzimos em nosso cotidiano. De uma forma ou de
[15]outra, reproduzimos a corrupção que nós percebemos na administração pública nacional quando empregamos
o chamado jeitinho brasileiro, em que o peso de um sobrenome ou o peso da influência do *status* social
passa a ser um dos elementos determinantes para a obtenção de certos fins. É nesse sentido que podemos apontar aqui um grave problema social brasileiro, uma das principais bases para se buscar o fim da
corrupção política no Brasil: a existência de uma ética baseada em uma falta de ética. Como poderemos
[20]superar essa incongruência?
Com certeza, a Educação pode ser a saída ideal. Mas tem de ser uma Educação voltada para

desenvolver
nas crianças, nos jovens e até mesmo nos universitários – independentemente de frequentarem instituições públicas ou privadas – uma preocupação para com o bem público, isto é, para com a sociedade. Uma
Educação que os leve a superar uma concepção de mundo utilitarista, segundo a qual toda sociedade
[25]humana não passa de um somatório de indivíduos e seus interesses pessoais, que tão bem se acomoda
ao jeitinho brasileiro, será o primeiro passo para se desenvolver uma sociedade mais justa, uma sociedade
em que a preocupação com o público, com o coletivo, será a forma ideal para buscar a felicidade individual,
que tanto preocupa certos conservadores.
Para tanto, sabemos que é preciso não uma "educação política", mas sim uma educação politizada. Uma
[30]educação que reconheça que a solução para a corrupção centra-se em conceber a política não apenas como
um instrumento para se alcançar um determinado fim, consolidando-se, portanto, numa mera razão instrumental. Uma educação na qual a própria política, a partir do momento em que buscar ser de fato
um meio para se alcançar o bem de todos – como ao que se propõe o nosso modelo democrático –, vai estruturar uma ética que localizará no comodismo e no jeitinho brasileiro as raízes de nosso
[35]analfabetismo político, substituindo-os por outras formas de ação social ao longo da construção
de uma cultura cívica diferente.

(adaptado de MOREIRA, Moisés S. In www.mundojovem.com.br).

10791. **(Auditor da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV)** De acordo com o texto, é **incorreto** afirmar que:

(A) A concepção de democracia no Brasil inclui, contraditoriamente, a razão instrumental como filosofia.

(B) O fato de fazermos uso do jeitinho como instrumento é uma das evidências de nosso analfabetismo político.

(C) O conceito de Educação politizada implica a negação do modelo de civismo em voga na sociedade atual.

(D) A ideia de justiça social deve ter como corolário a noção de que a felicidade de um é a felicidade de todos.

(E) A equivalência entre bem público e sociedade é um dos pontos de partida para o sucesso da educação pública.

RESPOSTA (A) Certo – O autor rejeita o emprego da política como unicamente um instrumento para se alcançar um determinado fim. Dessa forma, deixa claro que o brasileiro associa o conceito de democracia a uma razão meramente instrumental. (B) Certo – O autor considera o jeitinho brasileiro uma manifestação de corrupção, incoerente com as reivindicações em prol da ética no período de eleições. (C) Certo – O autor critica a forma de civismo adotada pelos brasileiros, que ainda privilegia o jeitinho brasileiro. (D) Certo – É defendida a ideia de uma sociedade que se preocupe com o público, o coletivo. (E) Errado – Essa ideia engloba todas as esferas de educação, independente de instituições públicas ou privadas. *Alternativa E.*

10792. **(Auditor da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV)** Com relação à estruturação do texto e dos parágrafos, analise as afirmativas a seguir:

I. O primeiro parágrafo introduz o tema, situando historicamente a origem da corrupção no Brasil.

II. O terceiro parágrafo opõe a capacidade de criticar o outro à incapacidade de observar a própria forma de agir.

III. Do quinto parágrafo deduz-se que uma *educação politizada* ensina que os fins não justificam os meios.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Falsa – Não se fala no parágrafo da origem histórica da corrupção no Brasil. Apenas se afirma que ela tem sido bem mais comentada do que antes. (II) Verdadeira – Compara-se o comportamento do brasileiro no período de eleições, que reivindica a ética por parte dos políticos, com as atitudes do dia a dia, que privilegiam o jeitinho brasileiro. (III) Verdadeira – O autor defende que a política não se resume a um conjunto de instrumentos para a busca de um determinado fim. *Alternativa D.*

10793. **(Auditor da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV)** Com relação aos processos de formação de palavras, analise as afirmativas a seguir:

I. Na palavra *jeitinho*, o sufixo -*inho* significa “diminuição”.

II. Denomina-se composição o processo de formação da palavra *utilitarista*.

III. A palavra *analfabetismo* forma-se por derivação prefixal e sufixal, a partir do radical *alfabet*-.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Falsa – O sufixo – *inho* é marca de diminutivo pejorativo. (II) Falsa – Trata-se de um processo de derivação, com acréscimos de sufixos *(útil – utilitário – utilitarista).* (III) Verdadeira – Acrescentaram-se o prefixo *-a(n)* e o sufixo *-ismo*. *Alternativa C.*

10794. **(Auditor da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV)** O emprego correto da vírgula verifica-se apenas em:

(A) A educação, saída ideal para diversos problemas sociais, requer empenho coletivo, e a sociedade deve oferecê-lo.

(B) A administração do dinheiro público que é bem de todos, precisa ser controlada, e regulada por leis adequadas.

(C) Embora sejam instrumentos democráticos as leis não garantem a ética na gestão pública, fato incontroverso no Brasil.

(D) É claro, que se fôssemos levar a lei ao pé da letra, muitos sofreriam sanções diariamente.

(E) O tempo não para, as transformações sociais são urgentes mas há quem não perceba, que isso é evidente.

RESPOSTA (A) Certo – O termo *"saída ideal para diversos problemas sociais"* é um aposto e, portanto, deve ser isolado por vírgulas. Já a vírgula antes do *"e"* aditivo é facultativa e se justifica pelo fato de serem diferentes os sujeitos das orações conectadas por essa conjunção. (B) Errado – Deveria haver uma vírgula depois de *"público"*, para isolar a oração explicativa *"que é bem de todos"*. Além disso, está equivocada a vírgula antes do *"e"* aditivo, uma vez que o sujeito das orações conectadas por essa conjunção é o mesmo. (C) Errado – Deveria haver uma vírgula depois de *"democráticos"*, para isolar a oração adverbial deslocada da ordem direta *"Embora sejam instrumentos democráticos"*. (D) Errado – A vírgula depois de *"claro"* deveria ser posicionada depois de *"que"*, para isolar a oração adverbial deslocada da ordem direta *"se fôssemos levar a lei ao pé da letra"*. (E) Errado – Deveria haver uma vírgula antes da conjunção adversativa *"mas"*. Além disso, é equivocado o emprego da vírgula depois de *"perceba"*, visto que ela está isolando a oração principal – *perceba* – da oração subordinada substantiva objetiva direta – *que isso é evidente. Alternativa A.*

10795. **(Auditor da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV)** De acordo com a norma gramatical, o item em que se substituiu corretamente o complemento verbal sublinhado por um pronome é:

(A) buscar a felicidade individual / buscar-la.
(B) preocupa certos conservadores / preocupa-lhes.
(C) localizará as raízes de nosso analfabetismo político / localizará elas.
(D) sabemos que é preciso uma educação politizada / sabemo-lo.
(E) tenhamos visto um momento / tenhamos-no visto.

RESPOSTA (A) Errado – O pronome oblíquo *"a"* é o indicado para substituir o termo grifado, que é um objeto direto. Como *"buscar"* tem no final *"r"*, a forma resultante é *"buscá-la"*. (B) Errado – O pronome oblíquo *"os"* é o indicado para substituir o termo grifado, que é um objeto direto. A forma resultante é *"preocupa-os"*. (C) Errado – O pronome oblíquo *"as"* é o indicado para substituir o termo grifado, que é um objeto direto. Como a forma verbal está no tempo futuro, é necessário empregar a mesóclise nesse caso, resultando na forma *"localizá-las-á".* (D) Certo. (E) Errado – O pronome oblíquo *"o"* é o indicado para substituir o termo grifado, que é um objeto direto. Como não se admite ênclise depois de particípio, devemos posicionar o pronome enclítico ao verbo auxiliar *"tenhamos".* Como este tem final *"s"*, a forma resultante é *"tenhamo-lo visto"*. *Alternativa D.*

10796. **(Auditor da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV)** A conjunção *Contudo* (linha 5) conecta:

(A) a oração subordinada aditiva à oração principal: *sempre há alguém falando*.
(B) os parágrafos um e dois, introduzindo valor de consequência entre os fatos.
(C) os parágrafos um e dois, apresentando uma conclusão acerca do que se disse.
(D) a oração subordinada subjetiva à principal: *é preciso notar*.
(E) os parágrafos um e dois, informando contraste entre as ideias expostas.

RESPOSTA A conjunção *"Contudo"* é coordenada adversativa. Nesse caso, está sendo empregada para conectar o 1º e o 2º parágrafos do texto, estabelecendo entre as ideias neles expostas uma relação de oposição ou contraste. *Alternativa E.*

10797. **(Auditor da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV)** De acordo com a norma-padrão, o pronome relativo está corretamente empregado na seguinte alternativa:

(A) Esses são alguns autores sem cujas ideias ele jamais teria escrito o artigo.
(B) As características que um povo se identifica devem ser preservadas.
(C) Esse é o projeto cuja a meta principal é a reflexão sobre civismo no Brasil.
(D) Eis os melhores poemas nacionalistas os quais se tem conhecimento.
(E) Aqueles são os escritores cujos foram lançados os romances traduzidos.

RESPOSTA (A) Certo. (B) Errado – A forma verbal *"se identifica"* solicita a regência da preposição *"com" (identificar-se **com** algo, **com** alguém)*. Assim, deve-se posicioná-la antes do pronome relativo, resultando nas construções *"características **com** que um povo se identifica"* ou *"características **com** as quais um povo se identifica"*. (C) Errado – O pronome relativo *"cujo"* e suas variações repelem o artigo definido posicionado após. (D) Errado – A construção *"se tem conhecimento"* exige a regência

da preposição *"de" (tem-se conhecimento **de** algo)*. Assim, deve-se posicioná-la antes do pronome relativo, resultando na construção *"poemas nacionalistas **dos** quais se tem conhecimento"* ou *"poemas nacionalistas **de** que se tem conhecimento"*. (E) Errado – O pronome *"cujo"* e suas variações devem ser acompanhados necessariamente por substantivo. *Alternativa A.*

10798. (Auditor da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV) Na frase "*as ações que nós reproduzimos em nosso cotidiano*", a regência do verbo em destaque é a mesma de:

(A) Alguns atribuem valor positivo ao famoso jeitinho.
(B) Essa crítica, sem dúvida, cabe a todos os brasileiros.
(C) Prefiro oposição inteligente a adesões inseguras.
(D) Sem dúvida, a noção de civismo está na pauta de debates.
(E) O comodismo contamina o indivíduo cansado de lutar em vão.

RESPOSTA A forma verbal *"reproduzimos"* é transitiva direta e tem como complemento – objeto direto – o termo *"ações"*. (A) Errado – O verbo *"atribuir"* está sendo empregado como transitivo direto e indireto e tem como complementos *"valor positivo"* – objeto direto – e *"ao famoso jeitinho"* – objeto indireto. (B) Errado – O verbo *"caber"* é transitivo indireto e tem como complemento – objeto indireto – o termo *"a todos os brasileiros"*. (C) Errado – O verbo *"preferir"* é transitivo direto e indireto e tem como complementos *"oposição inteligente"* – objeto direto – e *"a adesões inseguras"* – objeto indireto. (D) Errado – O verbo *"estar"* é verbo de ligação. (E) Certo – O verbo *"contaminar"* é transitivo direto e tem como objeto direto o termo *"o indivíduo"*. *Alternativa E.*

10799. (Auditor da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV) Ao substituir a expressão sublinhada no fragmento "*se reduz à crítica que não busca alterar a realidade*", assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase deve ser empregado.

(A) se reduz a mesma crítica.
(B) se reduz a certa crítica.
(C) se reduz a qualquer crítica.
(D) se reduz a alguma crítica.
(E) se reduz a toda crítica.

RESPOSTA Os pronomes indefinidos *"certa", "qualquer", "alguma"* e *"toda"* repelem o artigo definido *"a"*, não havendo, assim, possibilidade de emprego da crase. Já o pronome demonstrativo *"mesma"* solicita o artigo *"a"*. Isso fica evidente com a substituição pela forma masculina *"mesmo"* acompanhada de um substantivo masculino – *se reduz a**o mesmo problema.*** Assim, temos a fusão da preposição *"a"* com o artigo *"a"*, resultando na contração *"à"*. *Alternativa A.*

10800. (Auditor da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV) "*Como poderemos superar essa incongruência?*"

Assinale a alternativa que **não** tem significação semelhante à do termo sublinhado:

(A) Inconveniência.
(B) Incompatibilidade.
(C) Indolência.
(D) Impropriedade.
(E) Inadequação.

RESPOSTA A palavra *"indolência"* significa *"preguiça"*, *"falta de disposição"*. Seu significado se distancia, assim, dos demais vocábulos, que apontam no sentido de *"erro", "inconsistência"*. *Alternativa C.*

O jeitinho brasileiro e o homem cordial

O jeitinho caracteriza-se como ferramenta típica de indivíduos de pouca influência social. Em nada se relaciona com um sentimento revolucionário, pois aqui não há o ânimo de se mudar o *status quo*. O que se busca é obter um rápido favor para si, às escondidas e sem chamar a atenção; por

isso, o jeitinho pode ser também definido como "molejo", "jogo de cintura", habilidade de se "dar bem" em uma situação "apertada".

Sérgio Buarque de Holanda, em *O Homem Cordial*, fala sobre o brasileiro e uma característica presente no seu modo de ser: a cordialidade. Porém, cordial, ao contrário do que muitas pessoas pensam, vem da palavra latina *cor*, *cordis*, que significa coração. Portanto, o homem cordial não é uma pessoa gentil, mas aquele que age movido pela emoção no lugar da razão, não vê distinção entre o privado e o público, detesta formalidades, põe de lado a ética e a civilidade.

Em termos antropológicos, o jeitinho pode ser atribuído a um suposto caráter emocional do brasileiro, descrito como "o homem cordial" pelo antropólogo. No livro *Raízes do Brasil*, esse autor afirma que o indivíduo brasileiro teria desenvolvido uma histórica propensão à informalidade. Deve-se isso ao fato de as instituições brasileiras terem sido concebidas de forma coercitiva e unilateral, não havendo diálogo entre governantes e governados, mas apenas a imposição de uma lei e de uma ordem consideradas artificiais, quando não inconvenientes aos interesses das elites políticas e econômicas de então. Daí a grande tendência fratricida observada na época do Brasil Império, que é bem ilustrada pelos episódios conhecidos como Guerra dos Farrapos e Confederação do Equador.

Na vida cotidiana, tornava-se comum ignorar as leis em favor das amizades. Desmoralizadas, incapazes
de se impor, as leis não tinham tanto valor quanto, por exemplo, a palavra de um "bom" amigo. Além
disso, o fato de afastar as leis e seus castigos típicos era uma prova de boa vontade e um gesto de confiança,
o que favorecia boas relações de comércio e tráfico de influência. De acordo com testemunhos de comerciantes holandeses, era impossível fazer negócio com um brasileiro antes de fazer amizade com ele. Um adágio da época dizia que "aos inimigos, as leis; aos amigos, tudo". A informalidade era – e ainda é – uma forma de se preservar o indivíduo.

Sérgio Buarque avisa, no entanto, que esta "cordialidade" não deve ser entendida como caráter pacífico. O brasileiro é capaz de guerrear e até mesmo destruir; no entanto, suas razões animosas serão sempre cordiais, ou seja, emocionais.

(In: www.wikipedia.org – com adaptações).

10801. **(Fiscal da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV)** De acordo com o texto, é **incorreto** afirmar que:

(A) o jeitinho brasileiro é um comportamento típico de indivíduos de pouca influência social e avessos a formalidades.

(B) a instituição do jeitinho tem origem, segundo os antropólogos, no comprovado caráter emocional do brasileiro.

(C) a imposição de leis e de ordens tidas como artificiais pode explicar a propensão do brasileiro para driblar normas.

(D) na sociedade colonial, era comum observar que o brasileiro tendia a valorizar a amizade em detrimento da própria lei.

(E) o indivíduo que utiliza a ferramenta do jeitinho age por emoção, ignorando os limites entre as esferas pública e privada.

RESPOSTA (A) Certo – Trata-se de um comportamento típico de pessoas de pouca influência social, que não desejam obedecer aos rigores formais das leis e vão em busca discretamente de favorecimentos imediatos. (B) Errado – O texto

apresenta esse comportamento como suposto, e não como já comprovado. É o que fica evidenciado no trecho: *Em termos antropológicos, o jeitinho pode ser atribuído a um* ***suposto*** *caráter emocional do brasileiro.* (C) Certo – É o que se afirma no 3º parágrafo: as instituições e as leis muitas vezes foram impostas aos brasileiros, sem haver um diálogo prévio entre governante e governado. (D) Certo – Em virtude do caráter coercitivo das leis, tornava-se uma prova de amizade driblar os rigores formais para favorecer um conhecido. (E) Certo – O indivíduo não obedece aos rigores previstos de forma objetiva nas leis, deixando-se levar pela necessidade de ser cordial em suas relações. *Alternativa B.*

10802. (Fiscal da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV) Com relação à estruturação do texto e dos parágrafos, analise as afirmativas a seguir:

I. O segundo parágrafo introduz o tema, discorrendo sobre a origem etimológica de *jeitinho*.

II. O quarto parágrafo apresenta um fato que busca explicar a disposição para a informalidade nas relações comerciais.

III. O quinto parágrafo esclarece as diferenças entre as noções de cordialidade e passividade, que não são sinônimas.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I está correta.
(B) se somente a afirmativa II está correta.
(C) se somente a afirmativa III está correta.
(D) se somente as afirmativas II e III estão corretas.
(E) se todas as afirmativas estão corretas.

RESPOSTA (I) Falsa – Discorre-se sobre a origem etimológica de ***cordial***. (II) Verdadeira – Apresentam-se exemplos de fatos cotidianos observados no período colonial que endossam a tese do jeitinho brasileiro: *a necessidade de se fazer amizade com os brasileiros, citada pelos comerciantes holandeses, e a menção de aplicar as leis aos inimigos, citada pelo adágio da época.* (III) Verdadeira – Nesse parágrafo, cita-se a menção de Sérgio Buarque de Holanda, que estabelece diferenciação entre tom cordial e tom pacífico. O brasileiro tem da primeira característica, mas não necessariamente da segunda. *Alternativa D.*

10803. (Fiscal da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV) *Deve-se isso ao fato de as instituições brasileiras terem sido concebidas de forma coercitiva e unilateral, não havendo diálogo entre governantes e governados, mas apenas a imposição de uma lei e de uma ordem consideradas artificiais, quando não inconvenientes aos interesses das elites políticas e econômicas de então.*

A respeito do uso do vocábulo quando no fragmento acima, pode-se afirmar que se trata de uma conjunção:

(A) subordinativa com valor semântico de condição.
(B) coordenativa com valor semântico de tempo.
(C) coordenativa com valor semântico de finalidade.
(D) subordinativa com valor semântico de concessão.
(E) coordenativa com valor semântico de explicação.

RESPOSTA De acordo com o contexto, a expressão ***quando não*** assume valor condicional, equivalendo a ***desde que não***. Lê-se no texto que são impostas leis e ordens consideradas artificiais, ***desde que não*** sejam inconvenientes aos interesses das elites políticas e econômicas. Vale ressaltar que a ideia de tempo está associada a uma relação de subordinação, e não coordenação, como se afirma na letra B. *Alternativa A.*

10804. (Fiscal da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV) Assinale a alternativa que complete corretamente as lacunas do fragmento a seguir:

____ que ____ ao mínimo as exigências de documentos autenticados para compra e venda de imóveis.

(A) Foi divulgado – seria reduzida.
(B) Foi divulgada – seria reduzidas.
(C) Foi divulgado – seria reduzido.
(D) Foi divulgada – seriam reduzida.
(E) Foi divulgado – seriam reduzidas.

RESPOSTA A primeira lacuna deve ser preenchida com a forma *"Foi divulgado"*, para que haja concordância com o sujeito oracional *"que seriam reduzidas ao mínimo as exigências..."*. O verbo de sujeito oracional deve ser conjugado na 3ª pessoa do singular. Já a segunda lacuna deve ser preenchido com *"seriam reduzidas"*, para que haja concordância com o substantivo e núcleo do sujeito *"exigências"*. *Alternativa E.*

10805. **(Fiscal da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV)** Em termos antropológicos, o jeitinho *pode ser atribuído a um suposto caráter emocional do brasileiro* /*o que favorecia boas relações de comércio e tráfico de influência*

Quanto ao emprego de pronomes pessoais, os trechos sublinhados foram corretamente reescritos em:

(A) pode ser-lhes atribuído / as favorecia.
(B) pode ser a ele atribuído / lhes favorecia.
(C) pode ser atribuído a ele / as favorecia.
(D) pode-o ser atribuído / as favorecia.
(E) pode sê-lo atribuído / lhes favorecia.

RESPOSTA O termo *"a um suposto caráter emocional do brasileiro"* exerce função sintática de objeto indireto. Dessa forma, deve-se representá-lo pelo pronome oblíquo *"lhe"* ou pela forma *"a ele"*, apropriados para esse fim. São possíveis, assim, as seguintes construções: *pode ser-lhe atribuído*, *pode lhe ser atribuído*, *lhe pode ser atribuído*, *pode ser atribuído a ele*, *pode ser a ele atribuído*, etc. Já o termo *"boas relações de comércio e tráfico de influência"* exerce função de objeto direto. Dessa forma, deve-se representá-lo pelo pronome oblíquo *"as"*, apropriado para esse fim. Como o pronome relativo *"que"* atua como fator de próclise, deve-se posicionar o pronome oblíquo antes do verbo, resultando na construção *"o que as favorecia"*. *Alternativa C.*

10806. **(Fiscal da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV)** *Deve-se isso ao fato de as instituições brasileiras terem sido concebidas de forma coercitiva e unilateral.*

Tem significação **oposta** à do termo sublinhado o vocábulo:

(A) licenciosa.
(B) tirana.
(C) normativa.
(D) proibitiva.
(E) repressora.

RESPOSTA O adjetivo *"coercitiva"* é derivado do substantivo *"coerção"*, que significa *"proibição", "repressão", "norma", etc.* Dessa forma, a única opção que se afasta desse significado associado à imposição é a letra A: a ideia de *"licenciosa"* está associada à ideia de *"concessão", "liberação"*. *Alternativa A.*

10807. **(Fiscal da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV)** O emprego correto da vírgula verifica-se apenas na frase:

(A) Quando as instituições falham o cidadão que é sempre o maior prejudicado, perde, pois deixa de ter garantidos os caminhos legais para o amplo exercício da cidadania.
(B) A democracia brasileira embora já esteja consolidada, é recente pois o país viveu um longo período sob comando de dirigentes não escolhidos por eleições diretas.
(C) A lei determina que, todos os cidadãos, independentemente de sua condição social, têm direito à

educação gratuita e de qualidade em todos os níveis, mas nem todos podem usufruir desse direito.

(D) O jeitinho, fenômeno generalizado no Brasil, dificilmente é avaliado como dano social, isto é, quase nunca é associado a comportamentos que podem ferir interesses coletivos.

(E) Terminado o debate foi a vez de todos se confraternizarem numa agradável parada para o cafezinho, que já se encontra na lista das instituições nacionais.

RESPOSTA (A) Errado – Deve-se empregar uma vírgula após *"falham"*, para se isolar a oração adverbial deslocada da ordem direta *"Quando as instituições falham"*. Já a oração adjetiva *"que é sempre o maior prejudicado"* deve ser isolada por vírgulas, por ter caráter explicativo. O correto, então, seria: *Quando as instituições falham, o cidadão, que é sempre o maior prejudicado, perde, pois deixa de ter garantidos os caminhos legais para o amplo exercício da cidadania.* (B) Errado – Deve-se isolar por vírgulas a oração adverbial deslocada da ordem direta *"embora já esteja consolidada"*. Além disso, deve-se empregar vírgula após *"recente"*, para isolar a oração coordenada explicativa *"pois o país viveu um longo período sob comando de dirigentes não escolhidos por eleições diretas."*. Assim, o correto seria: *A democracia brasileira, embora já esteja consolidada, é recente, pois o país viveu um longo período sob comando de dirigentes não escolhidos por eleições diretas.* (C) Errado – É equivocado o emprego da vírgula após *"que"*, uma vez que a ligação do verbo com o seu complemento se dá de forma direta. Assim, o correto seria: *A lei determina que todos os cidadãos, independentemente de sua condição social, têm direito à educação gratuita e de qualidade em todos os níveis, mas nem todos podem usufruir desse direito.* (D) Certo – As vírgulas que isolam o termo *"fenômeno generalizado no Brasil"* se justificam por se tratar de um aposto explicativo. Já as vírgulas que isolam a expressão *"isto é"* se justificam por se tratar de uma expressão interpositiva. (E) Errado – Deve-se empregar a vírgula após *"debate"*, para isolar a oração adverbial reduzida deslocada da ordem direta *"Terminado o debate"*. Assim, o correto seria: *Terminado o debate, foi a vez de todos se confraternizarem numa agradável parada para o cafezinho, que já se encontra na lista das instituições nacionais. Alternativa D.*

10808. (Fiscal da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV) Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do fragmento a seguir:

O texto refere-se ______ teses antropológicas, cujos temas interessam ______ todos que se dispuserem ______ investigar a história do jeitinho brasileiro.

(A) as – à – à.

(B) às – a – à.

(C) às – a – a.

(D) as – à – a.

(E) às – à – a.

RESPOSTA A primeira lacuna deve ser preenchida com a forma ***"às"***, resultado da contração da preposição *"a"* – exigida pela regência da forma verbal *"referir-se" (referir-se **a** algo)* – com o artigo definido ***"as"*** – solicitado pelo substantivo feminino plural *"teses"*. Já a segunda lacuna deve ser preenchida com a preposição ***"a"***, exigida pela regência do verbo *"informar" (informar algo **a** alguém)*. Não ocorre crase, pois o pronome indefinido *"todos"* repele o artigo definido. Por fim, a terceira lacuna deve ser preenchida com a preposição ***"a"***, exigida pela regência do verbo *"dispor-se" (dispor-se **a** algo)*. Não ocorre crase, pois o verbo *"investigar"* repele o artigo definido. *Alternativa C.*

10809. (Fiscal da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV) De acordo com a norma padrão, o pronome relativo está corretamente empregado apenas na seguinte alternativa:

(A) essas são algumas ideias por cujos os ensinamentos procuro me guiar.

(B) aquelas são as mais antigas histórias de comércio as quais se tem memória.

(C) apresentou um projeto que a principal filosofia dele é a democratização do saber.

(D) o comportamento ético por que um povo se orienta define seu caráter.

(E) o filósofo onde me refiro defendeu tese recentemente.

RESPOSTA (A) Errado – O pronome relativo ***cujo*** (e suas variações) repele o artigo definido posicionado depois dele. (B) Errado – A construção ***se tem memória*** exige a regência da preposição ***de*** *(se tem memória **de** algo)*. Dessa forma, devemos empregar a contração ***das quais*** *(aquelas são as mais antigas histórias de comércio **das quais** se tem memória).* (C) Errado – Deveria ser empregado o pronome relativo ***cujo*** para indicar a relação de posse (*apresentou um projeto **cuja** principal filosofia é

a democratização do saber). (D) Certo – A preposição ***por*** é solicitada pela forma verbal ***se orienta*** *(se orienta* ***por*** *algum caminho).* (E) Errado – O pronome relativo ***onde*** é empregado apenas para se referir a lugar. Devemos empregar, no trecho transcrito, o pronome relativo ***que*** *(o filósofo* ***a que*** *me refiro defendeu tese recentemente). Alternativa D.*

10810. **(Fiscal da Receita Estadual – Amapá-AP – 2010 – FGV)** Assinale a alternativa que apresenta uma concordância nominal **incorreta**.

(A) Persistência é necessário à obtenção de resultados positivos na carreira profissional.
(B) As questões definidas serão bastantes para a arguição do doutorando.
(C) Vão incluídos na pasta do congressista a programação e o mapa dos locais dos eventos.
(D) Consideraram-se satisfatórios os resumos encaminhados à organização do simpósio.
(E) Anexo à tese vão as cópias dos documentos históricos referidos no artigo.

RESPOSTA (A) Certo – Como o substantivo *"persistência"* não está determinado por artigo, emprega-se a forma invariável *"é necessário"*. (B) Certo – O termo *"bastantes"* tem função adjetiva e equivale a *"muitas", "suficientes"*. (C) Certo – Opta-se pela flexão masculino plural *"Vão incluídos"*, para que haja a concordância com os núcleos do substantivo composto *"programação"* e *"mapa"*. Outra possibilidade é efetuar a concordância com o núcleo mais próximo: ***Vai incluída*** *na pasta do congressista* ***a programação*** *e o mapa...* (D) Certo – Emprega-se a forma plural *"Consideraram-se satisfatórios"*, para que haja concordância com o núcleo do sujeito paciente *"resumos"* *(**Consideraram-se** satisfatórios os resumos =* ***Foram considerados*** *satisfatórios os resumos).* (E) Errado – Deve-se empregar a forma plural *"Anexas"*, para que haja concordância com o substantivo *"cópias"*. Outra possibilidade é utilizar a expressão invariável *"Em anexo"*. *Alternativa E.*

Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica

[1]No Brasil, embora exista desde 1988 o permissivo constitucional para responsabilização penal das pessoas jurídicas em casos de crimes ambientais (artigo 225, parágrafo 3º), é certo que a adoção, na prática, dessa possibilidade vem se dando de forma bastante tímida, muito em razão das inúmeras deficiências de técnica legislativa encontradas na Lei 9.605, de 1998, que a tornam quase que inaplicável neste âmbito.

[5]A partir de uma perspectiva que tem como ponto de partida os debates travados no âmbito doutrinário nacional, insuflados pelos também acalorados debates em plano internacional sobre o tema e pela crescente aceitação da possibilidade da responsabilização penal da pessoa jurídica em legislações de países de importância central na atividade econômica globalizada, é possível vislumbrar que, em breve, discussões sobre a ampliação legal do rol das possibilidades desse tipo de responsabilização penal ganhem cada vez [10]mais espaço no Brasil.

É certo que a mudança do enfoque sobre o tema, no âmbito das empresas – principalmente, as transnacionais –, decorrerá também de ajustamentos de postura administrativa decorrentes da adoção de critérios de responsabilização penal da pessoa jurídica em seus países de origem. Tais mudanças, inevitavelmente, terão que abranger as práticas administrativas de suas congêneres espalhadas pelo mundo, [15]a fim de evitar respingos de responsabilização em sua matriz.

Na Espanha, por exemplo, a recentíssima reforma do Código Penal – que atende diretivas da União Europeia sobre o tema – trouxe, no artigo 31 *bis*, não só a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica (por delitos que sejam cometidos no exercício de suas atividades sociais, ou por conta, nome, ou

em proveito delas), mas também estabelece regras de como essa responsabilização será aferida nos casos concretos [20](ela será aplicável [...], em função da inoperância de controles empresariais, sobre atividades desempenhadas pelas pessoas físicas que as dirigem ou que agem em seu nome). A vigência na nova norma penal já trouxe efeitos práticos no cotidiano acadêmico e empresarial, pois abundam, naquele país, ciclos de debates acerca dos instrumentos de controle da administração empresarial, promovidos por empresas que pretendem implementar, o quanto antes, práticas administrativas voltadas à prevenção de qualquer tipo de [25]responsabilidade penal.

Dessa realidade legal e da tendência político-criminal que dela se pode inferir, ganham importância, no espectro de preocupação não só das empresas estrangeiras situadas no Brasil, mas também das próprias empresas nacionais, as práticas de *criminal compliance*.

Tem-se, *grosso modo*, por *compliance* a submissão ou a obediência a diversas obrigações impostas às empresas [30]privadas, por meio da implementação de políticas e procedimentos gerenciais adequados, com a finalidade de detectar e gerir os riscos da atividade da empresa.

Na atualidade, o direito penal tem assumido uma função muito próxima do direito administrativo, isto é, vêm-se incriminando, cada vez mais, os descumprimentos das normas regulatórias estatais, como forma de reforçar a necessidade de prevenção de riscos a bens juridicamente tutelados. Muitas vezes, o mero [35]descumprimento doloso dessas normas e diretivas administrativas estatais pode conduzir à responsabilização penal de funcionários ou dirigentes da empresa, ou mesmo à própria responsabilização da pessoa jurídica, quando houver previsão legal para tanto.

Assim sendo, *criminal compliance* pode ser compreendido como prática sistemática de controles internos com vistas a dar cumprimento às normas e deveres ínsitos a cada atividade econômica, objetivando prevenir [40]possibilidades de responsabilização penal decorrente da prática dos atos normais de gestão empresarial.

No Brasil, por exemplo, existem regras de *criminal compliance* previstas na Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro – Lei 9.613, de 3 de março de 1998 – que sujeitam as pessoas físicas e jurídicas que tenham como atividade principal ou acessória a captação, intermediação e aplicação de recursos

financeiros,
compra e venda de moeda estrangeira ou ouro ou títulos ou valores mobiliários, à obrigação de comunicar
45aos órgãos oficiais sobre as operações tidas como “suspeitas”, sob pena de serem responsabilizadas penal e administrativamente.
Porém, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros, assim como estando as matrizes
das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem, não tardará
para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos
50da economia. Trata-se, portanto, de um assunto de relevante interesse para as empresas nacionais e estrangeiras que
atuam no Brasil, bem como para os profissionais especializados na área criminal, que atuarão cada vez
mais veementemente na prevenção dos riscos da empresa. (...)

(Leandro Sarcedo e Jonathan Ariel Raicher. *Valor Econômico*. 29/03/2011 – com adaptações).

10811. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** Com base na leitura do texto, analise as afirmativas a seguir:

I. Nas empresas transnacionais, políticas de *criminal compliance* devem ser pensadas em adequação às diferentes legislações que podem ser adotadas nos diversos países em que atuam.

II. Para evitar que bens juridicamente tutelados sejam atingidos, o direito penal vem se aproximando cada vez mais do direito administrativo.

III. No tocante ao modelo de *criminal compliance* adotado hoje no Brasil, percebe-se a nítida influência da reforma do Código Penal espanhol.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(B) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Verdadeiro – O 3º parágrafo deixa bem evidente esse pensamento, ao afirmar que “Tais mudanças, inevitavelmente, terão que abranger as práticas administrativas de suas congêneres espalhadas pelo mundo”. (II) Verdadeiro – Tal ideia vem bem explícita no 7º parágrafo. (III) Falso – Não há essa influência citada no texto. A Espanha é apresentada somente como um exemplo dentre países que adotaram práticas de *“criminal compliance”*. *Alternativa D.*

10812. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** É correto afirmar que o sexto parágrafo do texto, quanto à sua tipologia e à sua função discursiva em relação ao texto como um todo, mantém maior aproximação com o

(A) quinto parágrafo.
(B) sétimo parágrafo.
(C) oitavo parágrafo.
(D) quarto parágrafo.
(E) segundo parágrafo.

RESPOSTA O sexto parágrafo tem características expositivas, com a apresentação de uma definição acerca do que vem a ser *"compliance"*. Aproxima-se, dessa forma, quanto à tipologia e à forma do discurso, ao oitavo parágrafo, que define a expressão *"criminal compliance". Alternativa C.*

10813. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** Assinale a alternativa em que se tenha indicado **INCORRETAMENTE** a relação entre vocábulo e o termo a que ele se refere.

(A) seus (linha 13) – das empresas
(B) a (linha 4) – Lei 9.605
(C) dela (linha 26) – da tendência político-criminal
(D) sua (linha 15) – das empresas
(E) delas (linha 19) – das atividades sociais

RESPOSTA O termo *"dela"* refere-se a *"realidade legal"*. O trecho *"... da tendência político-criminal que **dela** se pode inferir"*, dito de outra forma, equivale a*"... "da tendência político-criminal que se pode inferir **da realidade legal**"*. *Alternativa C.*

10814. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** Por *<u>ínsitos</u>* (linha 39), **NÃO** se pode entender

(A) inerentes.
(B) peculiares.
(C) típicos.
(D) adventícios.
(E) característicos.

RESPOSTA O vocábulo *"ínsitos"* significa *"implantados", "inseridos", "inatos" etc.* Assim, as letras A, B, C e E apresentam possíveis sinônimos. Já na letra D, o vocábulo *"adventício"* significa *"anormal", "exótico", "estranho", "acidental"*. *Alternativa D.*

10815. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** A palavra *<u>sujeitas</u>* (linha 48) exerce, no texto, função sintática de

(A) complemento nominal.
(B) objeto direto.
(C) predicativo do objeto.
(D) predicativo do sujeito.
(E) adjunto adverbial de modo.

RESPOSTA O termo *"sujeitas"* concorda com o substantivo *"empresas transnacionais"*, desempenhando, assim, função adjetiva. No trecho *"empresas transnacionais que aqui operam **sujeitas** às normas de seus países de origem"*, é possível identificar um verbo de ligação implícito: *"empresas transnacionais que aqui operam **(e estão) sujeitas** às normas de seus países de origem"*. O termo *"sujeitas"* exerce, assim, função sintática de **predicativo do sujeito**. *Alternativa D.*

10816. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha valor adverbial.

(A) mais (linha 10).
(B) bastante (linha 3).
(C) penal (linha 46).
(D) só (linha 27).
(E) antes (linha 24).

RESPOSTA (A) O termo *"mais"* modifica o substantivo *"espaço"*, desempenhando, assim, função adjetiva. (B) O termo

"bastante" modifica o adjetivo *"tímida"*, desempenhando, assim, função adverbial. (C) O termo *"penal(mente)"* modifica o adjetivo *"responsabilizadas"*, desempenhando, assim, função adverbial. (D) O termo *"só"* modifica o verbo *"ganham"*, desempenhando, assim, função adverbial. (E) O termo *"antes"* modifica o verbo *"implementar"*, desempenhando, assim, função adverbial. *Alternativa A.*

10817. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV) *Porém, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros, assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem, não tardará para que as práticas que envolvem o* criminal compliance *sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia* (linhas 47 a 50).

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha mantido adequação quanto ao seu sentido original e correção quanto à pontuação.

(A) Sofrendo o Brasil, no entanto, os influxos de modelos legislativos estrangeiros – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem -, não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.

(B) Entretanto, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros, – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem – não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.

(C) Sofrendo, contudo, o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem – não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.

(D) Todavia, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros, – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem -, não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.

(E) Contudo, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem, não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.

RESPOSTA (A) Certo. (B) Errado – É equivocada a posição da vírgula após *"estrangeiros"*. Esta deveria ser posicionada após o segundo travessão. (C) Errado – É necessário haver uma vírgula após o segundo travessão, para separar as orações adverbiais reduzidas da oração principal *"não tardará..."*. (D) Errado – É equivocada a posição da vírgula após *"estrangeiros"*. (E) Errado – É necessária a presença do segundo travessão depois de *"países de origem"*. *Alternativa A.*

10818. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV) *Trata-se, portanto, de um assunto de relevante interesse para as empresas nacionais e estrangeiras que atuam no Brasil, bem como para os profissionais especializados na área criminal, que atuarão cada vez mais veementemente na prevenção dos riscos da empresa* (linhas 50 a 53).

No período destacado acima, o SE classifica-se como

(A) pronome reflexivo.

(B) partícula apassivadora.

(C) parte integrante do verbo.

(D) pronome oblíquo.
(E) indeterminador do sujeito.

RESPOSTA A construção *"Trata-se de"*, formada por verbo transitivo indireto flexionado na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula *"se"*, é configuração do 2º caso de indeterminação do sujeito. O *"se"* recebe a classificação, portanto, de **índice de indeterminação do sujeito**. *Alternativa E.*

10819. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV) *No Brasil, por exemplo, existem regras de* criminal compliance... (linha 41).

Assinale a alternativa em que a alteração do trecho acima tenha provocado **INADEQUAÇÃO** quanto à norma culta. Não leve em conta a alteração de sentido.

(A) No Brasil, por exemplo, haverá regras de *criminal compliance*...
(B) No Brasil, por exemplo, deve haver regras de *criminal compliance*...
(C) No Brasil, por exemplo, há de existir regras de *criminal compliance*...
(D) No Brasil, por exemplo, devem existir regras de *criminal compliance*...
(E) No Brasil, por exemplo, poderão existir regras de *criminal compliance*...

RESPOSTA Deve-se empregar a forma verbal *"hão de existir"* no lugar de *"há de existir"*, para que haja concordância com o núcleo do sujeito *"regras"*. *Alternativa C.*

10820. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV) Assinale o termo que, no texto, desempenhe função sintática idêntica *à de à obrigação* (linha 44).

(A) às normas (linha 48).
(B) de ajustamentos (linha 12).
(C) a diversas obrigações (linha 29).
(D) da adoção (linha 12).
(E) dessa possibilidade (linha 3).

RESPOSTA O termo *"à obrigação"* desempenha função sintática de objeto indireto do verbo bitransitivo *"sujeitar" (sujeitar alguém a algo)*. (A) Errado – O termo *"às normas"* desempenha função sintática de complemento nominal de *"sujeitas"*. (B) Certo – O termo *"de ajustamentos"* é objeto indireto do verbo *"decorrer"*. (C) Errado – O termo *"a diversas obrigações"* é complemento nominal de *"obediência"*. (D) Errado – O termo *"da adoção"* é complemento nominal de *"decorrentes"*. (E) Errado – O termo *"dessa possibilidade"* é complemento nominal de *"adoção"*. *Alternativa B.*

10821. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV) Assinale a alternativa em que o elemento *in-* tenha valor idêntico ao de *insuflados* (linha 6).

(A) influxos (linha 47).
(B) intermediação (linha 43).
(C) inaplicável (linha 4).
(D) inúmeras (linha 3).
(E) inferir (linha 26).

RESPOSTA O prefixo *"in-"* em *"insuflados"* transmite a ideia de *"entrada", "interior"*. (A) Certo. (B) Errado – O prefixo é *"inter-"*, e não *"in-"*. (C) Errado – Tem-se o prefixo *"in-"*, mas ele indica a ideia de negação. (D) Errado – Tem-se o prefixo *"in-"*, mas ele indica a ideia de negação *(inúmeras = não é possível numerar)*. (E) Errado – Não há a presença do prefixo *"in-"*. *Alternativa A.*

10822. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV) *Na Espanha, por exemplo, a recentíssima reforma do Código Penal – que atende diretivas da União Europeia sobre o tema – trouxe, no artigo 31 bis, não só a possibilidade de responsabilização penal da pessoa*

jurídica (por delitos que sejam cometidos no exercício de suas atividades sociais, ou por conta, nome, ou em proveito delas), mas também estabelece regras de como essa responsabilização será aferida nos casos concretos (ela será aplicável [...], em função da inoperância de controles empresariais, sobre atividades desempenhadas pelas pessoas físicas que as dirigem ou que agem em seu nome) (linhas 16 a 21).

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

I. Há uma oração coordenada sindética aditiva e uma oração coordenada sindética alternativa.

II. Há três orações na voz passiva, mas somente uma com agente da passiva explícito.

III. Há quatro orações subordinadas adjetivas desenvolvidas e uma oração subordinada adjetiva reduzida.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

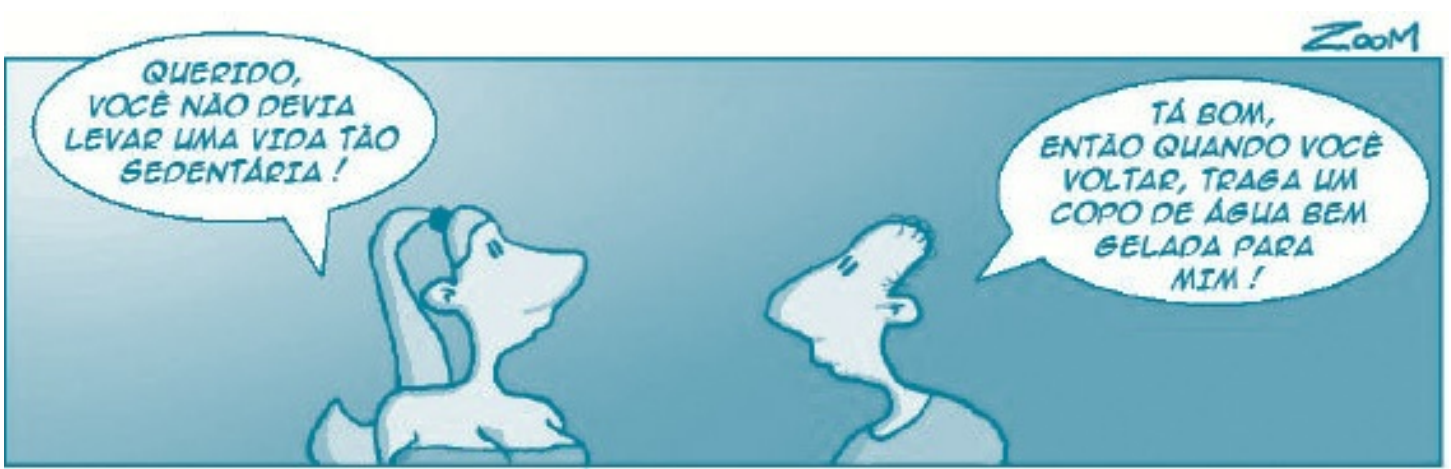
RESPOSTA (I) Verdadeiro – A oração “ *não só...mas também estabelece regras...*” é coordenada sindética aditiva; já a oração “*ou (que sejam cometidos) por conta, nome, ou em proveito delas”* é coordenada sindética alternativa. (II) Verdadeiro – As orações na voz passiva são: “*por delitos que sejam cometidos no exercício*”, “*regras de como essa responsabilização será aferida nos casos concretos*”, “*ela será aplicável [...], em função da inoperância*”. A primeira traz o agente explícito – *“pessoas jurídicas”*. (III) Verdadeiro – As orações adjetivas desenvolvidas são: “*que atende diretivas da União Europeia sobre o tema”, “que sejam cometidos no exercício de suas atividades sociais...”, “que as dirigem”* e *“que agem em seu nome”.* Já a oração adjetiva reduzida é *“desempenhadas pelas pessoas físicas”. Alternativa E.*

10823. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)

*É certo **que** a mudança do enfoque sobre o tema, no âmbito das empresas – principalmente, as transnacionais -, decorrerá também de ajustamentos de postura administrativa decorrentes da adoção de critérios de responsabilização penal da pessoa jurídica em seus países de origem. Tais mudanças, inevitavelmente, terão **que** abranger as práticas administrativas de suas congêneres espalhadas pelo mundo, a fim de evitar respingos de responsabilização em sua matriz* (linhas 11 a 14).

No trecho acima, as ocorrências da palavra QUE classificam-se, respectivamente, como

(A) pronome relativo e preposição.
(B) conjunção integrante e preposição.
(C) conjunção integrante e conjunção integrante.
(D) pronome relativo e conjunção integrante.
(E) preposição e pronome relativo.

RESPOSTA A oração *“que a mudança do enfoque...”* é subordinada substantiva subjetiva (sujeito). Portanto, o *“que”* que a introduz é uma conjunção integrante. Já em *“terão que abranger”*, o *“que”* simplesmente conecta o verbo auxiliar ao principal, funcionando, assim, como preposição. *Alternativa B.*

(Rodrigo Zoom. http://www.flickr.com/photos/rodrigozoom).

10824. **(Auditor – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** A respeito da interpretação do quadrinho, analise as afirmativas a seguir:

I. Associando texto e imagem, é correto afirmar que o uso da ironia é a chave para o entendimento do quadrinho.

II. Na fala do homem, o humor reside em um trocadilho com relação à fala da mulher.

III. Não há elementos textuais que indiquem ser possível afirmar com certeza se o homem entendeu ou não a mensagem da mulher.

Assinale

(A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

RESPOSTA A fala do homem é ambígua, ou seja, dá margem a mais de uma interpretação. Uma possibilidade é ele ter de fato entendido o correto significado de **"sedentária"** e ter se expressado de forma irônica na sua resposta à mulher. Outra possibilidade é ele ter entendido errado o significado de *"sedentária"*, associando essa palavra a sede, gerando, assim, um efeito de humor. Assim, temos: (I) Falso – A ironia é uma possibilidade de interpretação. A outra é o trocadilho *"sedentária"* por *"sedenta"*, que gera o efeito de humor. (II) Verdadeiro – O humor pode ser gerado da troca de *"sedentária"* por *"sedenta"*. (III) Verdadeiro – Conforme explicado, há duas interpretações possíveis para a fala do homem. Não se pode afirmar qual delas é a que cabe de fato ao contexto do quadrinho. *Alternativa B.*

10825. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** A respeito do quadrinho, analise as afirmativas a seguir:

I. Ao passar parte da fala do homem para o discurso indireto, ficaria correta a frase "O homem pediu à mulher que trouxesse um copo de água bem gelada para ele".

II. Na fala da mulher, ficaria correto substituir *devia* por *deveria*.

III. Há marcas linguísticas na fala do homem que caracterizam o registro coloquial.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Verdadeiro – A forma *"traga"* – imperativo afirmativo –, presente no discurso direto, converte-se em *"trouxesse"* – pretérito imperfeito do subjuntivo – no discurso indireto. (II) Verdadeiro – É frequente na linguagem coloquial a troca do futuro do pretérito pelo pretérito imperfeito. (III) Verdadeiro – A redução de *"está"* para *"tá"* é uma marca de registro coloquial. *Alternativa C.*

10826. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** Assinale a alternativa em que a alteração da fala do homem do quadrinho **NÃO** tenha sido feita com adequação à norma culta. Não leve em conta possível alteração de sentido.

(A) Quando tu voltares, traz um copo de água bem gelada para mim!
(B) Quando vós voltardes, trazei um copo de água bem gelada para mim!
(C) Quando tu voltares, não tragas um copo de água bem gelada para mim!
(D) Quando vós voltardes, não tragais um copo de água bem gelada para mim!
(E) Quando vós voltardes, não trazeis um copo de água bem gelada para mim!

RESPOSTA A flexão da 2ª pessoa do plural do Imperativo Negativo do verbo *"trazer"* é *"não tragais"*. *Alternativa E.*

Último Desejo

[1]Nosso amor que eu não esqueço
E que teve o seu começo
Numa festa de São João
Morre hoje sem foguete
[5]Sem retrato e sem bilhete
Sem luar, sem violão
Perto de você me calo
Tudo penso e nada falo
Tenho medo de chorar
[10]Nunca mais quero o seu beijo
Mas meu último desejo
Você não pode negar
Se alguma pessoa amiga pedir
Que você lhe diga
[15]Se você me quer ou não
Diga que você me adora
Que você lamenta e chora
A nossa separação
Às pessoas que eu detesto
[20]Diga sempre que eu não presto
Que meu lar é o botequim
Que eu arruinei sua vida
Que eu não mereço a comida
Que você pagou pra mim

(Noel Rosa)

10827. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** Assinale a alternativa em que a alteração do verso da canção tenha sido feito com adequação à norma culta. Não leve em conta possível alteração de sentido.

(A) Nosso amor que eu não esqueço (v.1) / Nosso amor de que eu não esqueço

(B) Que você lhe diga (v.14) / Que você lhe encontre
(C) Diga que você me adora (v.16) / Diga que você adora-me
(D) Às pessoas que eu detesto (v.19) / Às pessoas que não gosto
(E) Que você pagou pra mim (v.24) / Por que você optou para mim

RESPOSTA (A) Errado – O verbo *"esquecer"*, quando pronominal, é transitivo indireto e solicita a regência da preposição *"de"*. Assim, a correta reescrita seria *"Nosso amor **de** que eu não **me** esqueço".* (B) Errado – O verbo *"encontrar"* é transitivo direto. Portanto, o seu complemento deve ser substituído pelo pronome pessoal oblíquo *"o(a)(s)"*. Assim, a correta reescrita seria *"Que você **o** encontre".* (C) Errado – Orações subordinadas fazem com que empreguemos a próclise *(pronome oblíquo antes do verbo)*, e não a ênclise *(pronome oblíquo depois do verbo)*. (D) Errado – O verbo *"gostar"* solicita a regência da preposição *"de"*. Portanto, a reescrita correta seria *"Às pessoas de que não gosto"*. (E) Certo – *"Por que"* equivale a *"Pela qual"*. A preposição *"por"* é exigida pelo verbo *"optar"*. *Alternativa E.*

10828. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV) A respeito da composição de Noel Rosa, analise as afirmativas a seguir:

I. É possível inferir pela leitura da composição que se trata do último desejo da vida de um dos amantes.
II. Não é possível identificar textualmente se a voz que fala na composição é masculina ou feminina.
III. O último desejo é constituído por dois pedidos.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Falso – Não se pode afirmar que seja o último desejo da vida de um dos falantes. É sim apenas o último pedido que ele faz à amada. (II) Verdadeiro – É possível inferir contextualmente que se trata de uma figura masculina. Porém, textualmente, não há elementos indicadores de gênero que identifiquem essa pessoa. (III) Verdadeiro – São dois pedidos: um, caso as indagações partam de pessoas amigas, e outro, caso as indagações partam de pessoas que o personagem detesta. *Alternativa B.*

10829. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)

Diga que você me adora
Que você lamenta e chora
A nossa separação
Às pessoas que eu detesto
Diga sempre que eu não presto
(versos 16-20)

No trecho acima há quantas ocorrências, respectivamente, de pronomes e conjunções?

(A) Sete e cinco.
(B) Cinco e cinco.
(C) Seis e cinco.
(D) Sete e quatro.
(E) Seis e quatro.

RESPOSTA Em destaque, temos os pronomes: pronome pessoal do caso reto *"eu"*, pronome pessoal do caso oblíquo *"me"*, pronome de tratamento *"você"*, pronome possesivo *"nossa"* e pronome relativo *"que" (substituindo "pessoas").* Sublinhado, temos as conjunções: conjunção integrante *"que"* introduzindo orações subordinadas substantivas objetivas diretas e a conjunção coordenativa aditiva *"e"*.

*Diga que **você me** adora*

*Que **você** lamenta e chora*

*A **nossa** separação*

*Às pessoas **que eu** detesto*

*Diga sempre que **eu** não presto*

Alternativa D.

10830. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** *Que você pagou pra mim (verso 24)*

Assinale a alternativa em que a alteração do verso acima tenha sido feita de acordo com a norma culta. Não leve em conta possível alteração de sentido.

(A) Que Vossa Excelência pagou pra mim
(B) Que vós pagaste pra mim
(C) Que Vossa Senhoria pagastes pra mim
(D) Que tu pagastes pra mim
(E) Que tu pagáreis pra mim

RESPOSTA (A) Certo. (B) Errado – O correto seria "Que vós **pagastes** pra mim". (C) Errado – O correto seria "Que Vossa Senhoria **pagou** pra mim". (D) Errado – O correto seria: "Que tu **pagaste** pra mim". (E) Errado – O correto seria "Que tu **pagaras** pra mim". *Alternativa A.*

Cidadania e Responsabilidade Social do Contador como agente da conscientização tributária das empresas e da sociedade

[1]Entende-se que a arrecadação incidente sobre os diversos setores produtivos é necessária para a manutenção
da máquina governamental, para a sustentação do Estado em suas atribuições sociais e para aplicação na
melhoria da qualidade de vida da população. É imprescindível que a tributação seja suportável e mais bem
distribuída e que contribuam com justiça e se beneficiem dessa contribuição.
[5]A conjuntura atual exige maior qualificação em todas as áreas do conhecimento; assim, a profissão contábil
deve despertar para a conscientização tributária. Conceitos como parceria e corresponsabilidade no sistema
tributário somente podem ser efetivados se a sociedade como um todo estiver mais esclarecida e comprometida.
Apresentar alguns fatores como a falta de conscientização tributária e participação cidadã pode representar
um alerta, mas não é o suficiente.
[10]Ao analisar o progresso da humanidade, percebe-se que o desenvolvimento social e econômico foi possível
porque o homem sistematizou formas de organização entre os povos. A necessidade de organização fez com
que o Estado se tornasse o elemento direcionador desse processo. E, como forma de se autofinanciar, criou o
tributo a fim de possibilitar as condições mínimas de sobrevivência para a sociedade civil. E, como partícipe

e ponto referencial de controle, exatidão e confiança, surgiu o profissional contábil.
[15]O contador – aqui citado na forma masculina sem querer suscitar questões de gênero – não pode mais ser
visto como o profissional dos números, e sim um profissional que agrega valor, espírito investigativo,
consciência crítica e sensibilidade ética. Se a atual conjuntura exige maior qualificação profissional, o
conhecimento contábil deve transcender o processo específico e visualizar questões globais pertinentes ao
novo mundo do trabalho, que exige criatividade, perfil de empreender e habilidade de aprender,
[20]principalmente nas relações sociais.
Sendo assim, alguns conceitos tornam-se essenciais para estabelecer a relação entre Estado, sociedade,
empresa e o contador. O Estado tem por missão suprir as necessidades básicas da população; assim, sua
eficiência e transparência tornam-se mister do processo.
Entre a sociedade, a empresa e o Estado, está o profissional contábil, que, por sua vez, é o elo entre Fisco
[25]e contribuinte. É de fundamental importância que esse profissional aprimore seu entendimento tributário,
percebendo sua necessidade. Ratifica-se, assim, o conceito de que a conscientização tributária pode
representar um ponto de partida para a formação cidadã como uma das formas eficazes de atender às
demandas sociais, com maior controle sobre a coisa pública.
É dever do Estado manter as necessidades básicas da população; e, para isso, são impostas obrigações.
[30]Os contribuintes, porém, não possuem apenas deveres, mas também plenos direitos.
Se o Fisco – aqui referenciando-se o estadual – é por demais significativo para o funcionamento da máquina
administrativa, sua eficiência e transparência tornam-se mister do processo. Nesse sentido, se a evasão
tributária é uma doença social, seu combate ou tratamento não pode ficar restrito aos seus agentes; é necessário
o envolvimento de toda a sociedade. Entretanto, interesses diversos sempre deixaram a sociedade à margem
[35]do processo, como se ela não precisasse participar de forma efetiva das decisões econômicas e, em
contrapartida, contribuir de forma direta e irrestrita para a própria sustentação.
(...)

(MERLO, Roberto Aurélio; PERTUZATTI, Elizandra. Disponível em: <www.rep.educacaofiscal.com.br/material/fisco_contador.pdf>. Com adaptações).

10831. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** Com base na leitura do texto, analise as afirmativas a seguir:

I. Aponta-se, no texto, uma nova perspectiva de atuação do profissional contábil, diferente da concepção tradicional de profissional dos números.

II. O texto defende a necessidade de se desenvolver no profissional contábil uma consciência tributária.
III. O contador deve igualmente se envolver no combate à evasão tributária.
Assinale
(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Verdadeira – É o que se menciona no quarto parágrafo: o contador deve agregar ao seu trabalho valor, espírito investigativo, consciência crítica e sensibilidade ética. (II) Verdadeira – Cita-se de forma explícita essa informação no 2º parágrafo: *"a profissão contábil deve despertar para a conscientização tributária.".* (III) Verdadeira – Não só o contador, mas toda a sociedade, segundo o texto, deve se envolver no combate à evasão tributária. *Alternativa E.*

10832. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** *O contador – aqui citado na forma masculina sem querer suscitar questões de gênero – não pode mais ser visto como o profissional dos números, e sim um profissional que agrega valor, espírito investigativo, consciência crítica e sensibilidade ética* (linhas 15 a 17).

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

I. O par de travessões poderia ser substituído por um par de parênteses.
II. As duas ocorrências da conjunção E têm valor aditivo.
III. A primeira oração do período está na voz passiva.
Assinale
(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Verdadeiro – O trecho *"aqui citado... questões de gênero"*, de caráter explicativo, pode ser demarcado por vírgulas, travessões ou por parênteses. (II) Falso – O primeiro *"e"* tem caráter adversativo, equivalendo a *"mas"*; o segundo *"e"* tem valor aditivo. (III) Verdadeiro – A oração *"O contador... não pode ser mais visto..."* está na voz passiva analítica, com o sujeito paciente *"O contador"*. *Alternativa E.*

10833. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** Assinale a alternativa correta a respeito da relação entre o quinto e o sexto parágrafos.

(A) O sexto parágrafo estabelece uma relação de oposição com o parágrafo anterior.
(B) O quinto e o sexto parágrafos poderiam ser fundidos num só.
(C) O quinto parágrafo apresenta uma definição, que será desdobrada no parágrafo seguinte.
(D) Os dois parágrafos apresentam aspectos semelhantes em relação ao mesmo assunto, sendo um paráfrase do outro.
(E) O sexto parágrafo apresenta uma ressalva em relação ao parágrafo anterior.

RESPOSTA O quinto parágrafo traz no seu primeiro período uma afirmação geral, que cita a existência de relações entre Estado, sociedade, empresa e o contador. O segundo período inicia a explicação dessas relações, que é continuada no sexto parágrafo. Dessa forma, poderíamos fundir quinto e sexto parágrafos num só, pois eles têm uma ideia central única – o primeiro período do 5º parágrafo. *Alternativa B.*

10834. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** *Entre a sociedade, a empresa e o Estado, está o profissional contábil,* ***que****, por sua vez, é o elo entre Fisco e contribuinte. É de fundamental importância* ***que*** *esse profissional aprimore seu entendimento tributário, percebendo sua necessidade. Ratifica-se, assim, o conceito de* ***que*** *a conscientização tributária pode representar um ponto de partida para a formação cidadã como uma das formas eficazes de atender às demandas sociais, com maior controle sobre a coisa pública* (linhas 24 a 28).

As ocorrências do QUE no período acima classificam-se, respectivamente, como

(A) pronome relativo – pronome relativo – pronome relativo
(B) pronome relativo – conjunção – conjunção
(C) conjunção – conjunção – conjunção
(D) conjunção – pronome relativo – pronome relativo
(E) pronome relativo – pronome relativo – conjunção

RESPOSTA O primeiro *"que"* é **pronome relativo** e substitui o termo antecedente *"profissional contábil".* O segundo *"que"* introduz a oração subordinada substantiva subjetiva (sujeito) *"que esse profissional aprimore seu entendimento tributário"*. Portanto, trata-se de uma **conjunção integrante**. Por fim, o terceiro *"que"* introduz a oração subordinada substantiva completiva nominal *"de que a conscientização tributária pode trabalhar...".* Portanto, trata-se de uma **conjunção integrante**. *Alternativa B.*

10835. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** A respeito da estrutura do texto e suas ideias, analise as afirmativas a seguir:

I. O texto apresenta apoio em trajetória histórica para abordar seu tema.
II. Há trechos de autorreferencialidade (metalinguagem) no texto.
III. O texto não apresenta argumentos, limita-se à exposição de fatos.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Verdadeira **–** É o que se faz, por exemplo, no 3º parágrafo, no qual é feita uma contextualização histórica que justifica a necessidade de criação do tributo e sua função social. (II) Verdadeira – Podemos citar como exemplos alguns trechos isolados entre travessões, como *"aqui citado na forma masculina sem querer suscitar questões de gênero"* e *"aqui referenciando-se o estadual"*. Neles, há uma explicação para o que se disse, o que caracteriza a metalinguagem. (III) Falsa – O texto apresenta sim posicionamentos. Um deles se refere à necessidade de o profissional contábil não se restringir a um profissional de números. *Alternativa C.*

10836. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** *Ao analisar o progresso da humanidade, percebe-se que o desenvolvimento social e econômico foi possível porque o homem sistematizou formas de organização entre os povos* (linhas 10 e 11).

A oração sublinhada no período acima tem valor

(A) causal.
(B) concessivo.
(C) comparativo.
(D) temporal.
(E) consecutivo.

RESPOSTA A oração reduzida *"Ao analisar o progresso da humanidade"* pode ser desenvolvida da seguinte forma: "***Quando*** *se analisa o progresso da humanidade"*. A oração em destaque, portanto, tem valor temporal. *Alternativa D.*

10837. (Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV) *É imprescindível que a tributação seja suportável e mais bem distribuída e todos contribuam com justiça e se beneficiem dessa contribuição* (linhas 3 e 4).

Em relação ao período acima, atribua a seguinte convenção: **QUE = Δ** e **E = +**.

Assinale a alternativa que melhor represente a estrutura do período.

(A) É imprescindível Δ [a tributação (A + B) + todos (D + E)].
(B) É imprescindível Δ (a tributação A + B + todos D + E).
(C) É imprescindível Δ (a tributação A + B) + (todos D + E).
(D) É imprescindível Δ (a tributação A) + (B) + (todos D) + (E).
(E) É imprescindível Δ a tributação (A + B) + [todos (D + E)].

RESPOSTA O melhor esquema que traduz a sintaxe do período é a **letra A**. O *"que"* é uma conjunção integrante, responsável por introduzir o trecho *"que a tributação seja... dessa contribuição"*, que funciona como sujeito da oração principal *"É imprescindível"*. Internamente a esse trecho, podemos identificar trechos coordenados entre si (ligados, portanto, pelo +):

1) *"que a tributação seja... mais distribuída" e "(que) todos contribuam... dessa contribuição"*

2) *"suportável" e "mais bem distribuídas"* – predicativos de *"seja"*

3) *"todos contribuam com justiça" e "(todos) se beneficiem dessa contribuição". Alternativa A.*

10838. (Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV) Assinale a alternativa em que a oração desempenhe função sintática **DISTINTA** da de *que o desenvolvimento social e econômico foi possível* (linha 10).

(A) que a arrecadação incidente sobre os diversos setores produtivos é necessária para a manutenção da máquina governamental, para a sustentação do Estado em suas atribuições sociais e para aplicação na melhoria da qualidade de vida da população (linhas 1 a 3).
(B) que a tributação seja suportável (linha 3).
(C) manter as necessidades básicas da população (linha 29).
(D) que esse profissional aprimore seu entendimento tributário (linha 25).
(E) participar de forma efetiva das decisões econômicas (linha 35).

RESPOSTA A oração *"que o desenvolvimento social e econômico foi possível"* é subordinada substantiva subjetiva, ou seja, desempenha função sintática de sujeito. As orações apresentadas nas letras A, B, C e D também desempenham função sintática de sujeito. Já na letra E, a oração *"participar de forma efetiva das decisões econômicas"* é subordinada substantiva **objetiva indireta** reduzida de infinitivo. *Alternativa E.*

10839. (Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV) Assinale a palavra formada pelo mesmo processo que *corresponsabilidade* (linha 6).

(A) necessidades (linha 22).
(B) qualificação (linha 17).
(C) imprescindível (linha 3).
(D) irrestrita (linha 36).
(E) governamental (linha 2).

RESPOSTA Em *"corresponsabilidade"*, temos um processo de derivação, com o acréscimo do prefixo *"co-"* e do sufixo*"-dade"* ao radical formador de *"responsável"*. Da mesma forma, temos *"imprescindível"*, formado pela soma do prefixo *"im-"* e do sufixo *"-vel"* ao radical formador de *"prescindir"*. Nas demais opções, temos apenas o acréscimo de prefixos ou sufixos aos radicais formadores. *Alternativa C.*

10840. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** *Nesse sentido, se a evasão tributária é uma doença social, seu combate ou tratamento não pode ficar restrito aos seus agentes; é necessário o envolvimento de toda a sociedade* (linhas 32 a 34).

Assinale a alternativa em que a alteração do trecho destacado no período acima **NÃO** tenha sido feita de acordo com a norma culta. Não leve em conta alteração de sentido.

(A) é necessária a discussão aberta entre todos os membros da sociedade.
(B) é necessário debate com toda a sociedade.
(C) é necessário abertura política para se discutir a questão.
(D) é necessária participação de toda a sociedade.
(E) é necessária a organização de um debate público a respeito da questão.

RESPOSTA A expressão *"é necessário"* é invariável quando o substantivo posposto não é determinado. Flexiona-se apenas quando o substantivo é determinado por artigo, pronome ou numeral. Dessa forma, é equivocada a construção apresentada na letra D. Em vez de *"É necessária participação..."*, deve-se empregar a construção *"É necessário participação..."*. *Alternativa D.*

10841. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** *Ratifica-se, assim, o conceito de que a conscientização tributária pode representar um ponto de partida para a formação cidadã como uma das formas eficazes de atender **às** demandas sociais, com maior controle sobre a coisa pública* (linhas 26 a 28).

No período acima, empregou-se corretamente o acento grave para indicar o fenômeno da crase.

Assinale a alternativa em que o acento grave tenha sido empregado corretamente.

(A) Em visita ao Rio, fomos à Copacabana da Bossa Nova.
(B) Esta prova vai de 13h às 18h.
(C) Finalmente fiquei face à face com a tão esperada prova.
(D) Os candidatos somente podem deixar o local de prova à partir das 15h.
(E) Pedimos um bife à cavalo.

RESPOSTA (A) Certo – O nome de lugar *"Copacabana da Bossa Nova"* solicita o artigo definido *"a"*. Isso pode ser evidenciado por meio do seguinte artifício: *"**fomos à** Copacabana da Bossa Nova"* = *"**voltamos da** Copacabana da Bossa Nova"*. Notemos que, alterando-se a preposição *"a"* pela preposição *"de"*, o resultado é a contração *"da"*, evidenciando, assim, a necessidade do artigo definido por parte do nome. (B) Errado – Como *"13h"* está antecedido pela preposição *"de"* – não contraída com artigo –, devemos anteceder a preposição *"a"* a *"18h"* – sem contração com o artigo *"as"*. (C) Errado – Não se emprega crase em expressões formadas por palavras repetidas. (D) Errado – Não se emprega crase antes de verbos – no caso, *"partir"*. (E) Errado – Não se emprega crase antes de palavra masculina – no caso, *"cavalo"*. *Alternativa A.*

10842. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** desempenhe papel adjetivo.

(A) suficiente (linha 9).
(B) alguns (linha 8).
(C) sua (linha 24).
(D) própria (linha 36).
(E) diversos (linha 1).

RESPOSTA (A) O termo *"suficiente"* é substantivo. (B) O termo *"alguns"* modifica *"fatores"*, desempenhando função adjetiva. (C) O termo *"sua"* modifica *"vez"*, desempenhando função adjetiva. (D) O termo *"própria"* modifica *"sustentação"*, desempenhando função adjetiva. (E) O termo *"diversos"* modifica *"setores"*, desempenhando função adjetiva. *Alternativa A.*

10843. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** *Ao analisar o*

progresso da humanidade, percebe-se que o desenvolvimento social e econômico foi possível porque o homem sistematizou formas de organização entre os povos (linhas 10 e 11).

Assinale a alternativa em que a alteração da estrutura destacada no período acima tenha provocado alteração sintática e semântica.

(A) porquanto o homem tenha sistematizado formas de organização entre os povos.
(B) pois o homem sistematizou formas de organização entre os povos.
(C) conquanto o homem tenha sistematizado formas de organização entre os povos.
(D) já que o homem sistematizou formas de organização entre os povos.
(E) uma vez que o homem sistematizou formas de organização entre os povos.

RESPOSTA As conjunções e locuções conjuntivas *"porque", "pois", "porquanto", "já que"* e *"uma vez que"* têm valor semântico causal ou explicativo. Já a conjunção *"conquanto"* tem valor semântico concessivo, equivalendo a *"embora"*. *Alternativa C.*

10844. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** *Nesse sentido, se a evasão tributária é uma doença social, seu combate ou tratamento não pode ficar restrito aos seus agentes; é necessário o envolvimento de toda a sociedade* (linhas 32 a 34).

Assinale o termo que **NÃO** poderia ser colocado após o ponto e vírgula sob pena de provocar grave alteração de sentido.

(A) portanto,
(B) não obstante,
(C) logo,
(D) nesse sentido,
(E) assim,

RESPOSTA A oração após o ponto-e-vírgula tem valor semântico conclusivo. Dessa forma, os conectores *"portanto", "logo", "nesse sentido", "assim"* são adequados para introduzir essa oração. A locução conjuntiva *"não obstante"*, por sua vez, tem valor concessivo, equivalendo a *"embora"*. *Alternativa B.*

(Rodrigo Zoom. http://tirasnacionais.blogspot.com).

10845. (Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV) Pela leitura do quadrinho, é possível inferir que

(A) o menino não gosta do seu pai.
(B) o menino não acredita na explicação da mãe.
(C) a mãe percebe a ironia na fala do filho.
(D) o pai do menino é feio.
(E) o pai do menino havia sido uma pessoa bonita.

RESPOSTA A mãe justifica ser bonita por ser uma boa pessoa. Seguindo essa lógica, como o pai do garoto não é bonito, é de se esperar que ele não seja uma boa pessoa. Essa é a interpretação ingênua do garoto. *Alternativa D.*

10846. (Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV) Assinale a alternativa em que a alteração da última fala do menino tenha sido feita mantendo-se a equivalência de tempos verbais.

(A) Não sabia que o papai é uma pessoa tão ruim assim.
(B) Não sabia que o papai fora uma pessoa tão ruim assim.
(C) Não sabia que o papai era uma pessoa tão ruim assim.
(D) Não sabia que o papai foi uma pessoa tão ruim assim.
(E) Não sabia que o papai seria uma pessoa tão ruim assim.

RESPOSTA A forma composta “havia sido” corresponde à forma simples do pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo. *Alternativa B.*

10847. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** Assinale a alternativa em que se tenha feito corretamente a transposição da primeira fala do menino para o discurso indireto.

(A) O filho perguntou à mãe como é possível ela ser tão bonita, tão magrinha e ter os cabelos com tanto brilho.
(B) O filho perguntou à mãe como era possível a senhora ser tão bonita, tão magrinha e ter os cabelos com tanto brilho.
(C) O filho perguntou à mãe como seria possível a senhora ser tão bonita, tão magrinha e ter os cabelos com tanto brilho.
(D) O filho perguntou à mãe como seria possível ela ser tão bonita, tão magrinha e ter os cabelos com tanto brilho.
(E) O filho perguntou à mãe como era possível ela ser tão bonita, tão magrinha e ter os cabelos com tanto brilho.

RESPOSTA Na conversão do discurso direto para o indireto, a forma verbal *"é"* – presente do indicativo – se converte na forma *"era"* – pretérito imperfeito do indicativo. Além disso, o pronome de tratamento *"senhora"* se converte em *"ela"*. Assim, a construção adequada seria: *"O filho perguntou à mãe como **era** possível **ela** ser tão bonita, tão magrinha e ter os cabelos com tanto brilho.". Alternativa E.*

10848. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** Em relação à fala da mãe, analise as afirmativas a seguir:

I. Há quatro orações.
II. Todas as orações da fala são coordenadas.
III. Todas as orações são desenvolvidas.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Falso – Há 5 (cinco) orações: a oração principal *"Basta"* e as orações subordinadas *"ser uma boa pessoa"*, *"fazer o bem ao próximo"*, *"não mentir"* e *"comer os legumes"*. (II) Falso – Há 1 oração principal – **"Basta"** – e 5 orações subordinadas coordenadas entre si. (III) Falso – As orações subordinadas são reduzidas de infinitivo. *Alternativa C.*

10849. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** Na fala da mãe, há

(A) um artigo.
(B) dois artigos.
(C) três artigos.
(D) cinco artigos.
(E) quatro artigos.

RESPOSTA Os artigos estão identificados em destaque: *"Basta ser **uma** boa pessoa, fazer **o** bem a**o** próximo, não mentir e comer **os** legumes"*. *Alternativa E.*

10850. **(Analista de Controle Interno – SEFAZ-RJ – 2011 – FGV)** Em relação à expressão *Putz!*, enunciada pelo menino, analise as afirmativas a seguir:

I. Constitui exemplo de palavra formada por onomatopeia.
II. Classifica-se como interjeição.
III. É exemplo de estrangeirismo.

Assinale

(A) se apenas a afirmativa III estiver correta.
(B) se apenas a afirmativa I estiver correta.
(C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(D) se apenas a afirmativa II estiver correta.
(E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

RESPOSTA (I) Falso – Não se trata da imitação de um som de um animal ou objeto. (II) Verdadeiro – Trata-se de uma interjeição, indicativa de uma reação de surpresa. (III) Falso – Não se trata de uma palavra estrangeira. *Alternativa D.*

Financiamento de campanhas eleitorais: aspectos éticos

1Além dos aspectos legais, as empresas que decidirem participar do processo eleitoral devem buscar procedimentos éticos na tomada de decisões relacionadas ao financiamento de candidatos e partidos políticos.
Tradicionalmente, os controladores das empresas são os responsáveis pela decisão de como os recursos devem
ser distribuídos entre candidatos e partidos. Os sócios e colaboradores dificilmente são consultados, e muitas
5vezes o apoio reflete mais as posições pessoais dos controladores do que os valores e princípios das empresas.
A consulta aos sócios e colaboradores sobre candidatos e partidos que a empresa deve apoiar não implica,
necessariamente, transformar a decisão desse apoio em algo coletivo. O simples fato de consultá-los ajuda
a criar um ambiente socialmente responsável nas empresas. É certo que a separação dos valores e princípios
pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e, mais ainda, a transformação dessa
10dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a
determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários. Também
é certo, por outro lado, que, ao aumentarem a transparência do processo de tomada de decisões, as empresas
adquirem o respeito das pessoas e comunidades que são impactadas por suas atividades e são gratificadas
com o reconhecimento e engajamento dos seus colaboradores e a preferência dos consumidores, em
15consonância com o conceito de responsabilidade social, o qual, é sempre bom lembrar, está se tornando
cada vez mais fator de sucesso empresarial e abrindo novas perspectivas para a construção de um

mundo
economicamente mais próspero e socialmente mais justo.
Outra iniciativa que pode ter grande impacto junto aos colaboradores, parceiros e sócios das empresas é a
promoção de debates sobre o processo eleitoral e o funcionamento e atribuições das instâncias de poder
[20]em jogo nas eleições (Presidência da República, Senado, Câmara Federal e Assembleias Legislativas). As
empresas podem convidar candidatos, cientistas políticos, jornalistas e administradores públicos para a
discussão de ideias, propostas e conceitos. Também podem incentivar debates políticos dentro da empresa,
bem como trazer matérias sobre o tema em publicações internas. É importante desmistificar a ideia de que
política é uma sujeira só e sem utilidade. Essa é uma forma de contribuir para aumentar a consciência política
[25]e a qualidade do voto dentro de toda a cadeia produtiva, entre os parceiros e colaboradores. Esse
procedimento ajuda a criar na sociedade ambiente ético e transparente, acentuando a democracia nas
relações sociais e políticas.
Além de consultar sócios, parceiros e colaboradores e de realizar debates, as empresas podem também
promover campanhas de esclarecimento junto a seus colaboradores. Um conceito útil para ser adotado é
[30]o do voto consciente.
Infelizmente, ainda hoje assistimos no Brasil a fenômenos que há muito deveriam ter sido excluídos da vida
política nacional, como a compra de votos e a atitude de diversos candidatos, durante as campanhas eleitorais,
de “doar” cestas básicas e toda a sorte de brindes em troca da promessa de voto dos eleitores. O conceito de
voto consciente é justamente o contraponto dessas práticas, visando estabelecer critérios racionais que façam
[35]do voto um instrumento de cidadania. Voto consciente é aquele em que o cidadão pesquisa o passado dos
candidatos, avalia suas histórias de vida e analisa se as promessas e programas eleitorais são coerentes com
as práticas dos candidatos e de seus partidos.

(Instituto Ethos. *A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral*. Disponível em: <www.ethos.org.br>. Com adaptações).

10851. **(Analista Judiciário – TRE-PA – 2011 – FGV)** Com base na leitura do texto, analise as afirmativas a seguir:

I. Tradicionalmente, a decisão de uma empresa apoiar determinado candidato no processo eleitoral tem mais relação com uma concepção individual do que empresarial.

II. As consultas a sócios e colaboradores e debates com os candidatos ajudam a promover a responsabilidade social das empresas.

III. É possível, dentro do conceito ético de responsabilidade social, que a empresa apoie candidato que não represente a convicção pessoal de seus controladores.

Assinale

(A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

RESPOSTA (I) Verdadeira – Geralmente são os controladores que tomam esse tipo de decisão, sem que sejam consultados sócios e colaboradores. (II) Verdadeira – É o que se afirma no terceiro parágrafo: *"O simples fato de consultá-los ajuda a criar um ambiente socialmente responsável nas empresas."* (III) Verdadeira – Dentro da lógica de não se confundirem os interesses dos controladores com os da empresa, torna-se possível sim um apoio por parte da empresa que divirja dos interesses de seus controladores. *Alternativa A.*

10852. **(Analista Judiciário – TRE-PA – 2011 – FGV)** O texto se classifica como

(A) narrativo.
(B) injuntivo.
(C) descritivo.
(D) dissertativo.
(E) epistolar.

RESPOSTA O texto analisa o tema das questões éticas que envolvem a participação das empresas no apoio a candidatos e no financiamento de campanhas políticas. Propõe procedimentos que podem contribuir para que os princípios éticos sejam atendidos plenamente. Essa forma de abordagem caracteriza o texto como dissertativo. Vale ressaltar que texto narrativo se caracteriza por contar uma história e texto injuntivo, por instruir. Já no texto descritivo, caracteriza-se algo e o texto epistolar corresponde ao padrão da carta. *Alternativa D.*

10853. **(Analista Judiciário – TRE-PA – 2011 – FGV)** *Também é certo, por outro lado, que, ao aumentarem a transparência do processo de tomada de decisões, as empresas adquirem o respeito das pessoas e comunidades que são impactadas por suas atividades e são gratificadas com o reconhecimento e engajamento dos seus colaboradores e a preferência dos consumidores, em consonância com o conceito de responsabilidade social, o qual, é sempre bom lembrar, está se tornando cada vez mais fator de sucesso empresarial e abrindo novas perspectivas para a construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo* (linhas 11 a 17).

O período acima é composto por

(A) seis orações.
(B) oito orações.
(C) nove orações.
(D) sete orações.
(E) dez orações.

RESPOSTA É possível identificar as seguintes orações:

1) Também é certo, por outro lado

2) ao aumentarem a transparência do processo de tomada de decisões

3) que as empresas adquirem o respeito das pessoas e comunidades

4) que são impactadas por suas atividades

5) e são gratificadas com o reconhecimento e engajamento dos seus colaboradores e a preferência dos consumidores, em consonância com o conceito de responsabilidade social

6) é sempre bom

7) lembrar

8) o qual está se tornando cada vez mais fator de sucesso empresarial

9) e abrindo novas perspectivas para a construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo.

Vale ressaltar que, em *"está se tornando"*, temos uma locução verbal, que conta como uma única oração. *Alternativa C.*

10854. **(Analista Judiciário – TRE-PA – 2011 – FGV)** *Voto consciente é aquele em que o cidadão pesquisa o passado dos candidatos, avalia suas histórias de vida e analisa se as promessas e os programas eleitorais são coerentes com as práticas dos candidatos e de seus partidos* (linhas 35 a 37).

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

I. O adjetivo eleitorais refere-se sintaticamente tanto a promessas quanto a programas, mas semanticamente diz respeito somente a programas.

II. Há somente uma conjunção integrante.

III. Há dois pronomes substantivos e dois pronomes adjetivos.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

(B) se nenhuma afirmativa estiver correta.

(C) se todas as afirmativas estiverem corretas.

(D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Falso – O adjetivo *"eleitorais"* se refere tanto sintática como semanticamente aos substantivos *"promessas"* e *"programas"*. (II) Verdadeiro – Trata-se da conjunção *"se"*, que introduz a oração subordinada substantiva objetiva direta "*se as promessas e os programas eleitorais são coerentes com as práticas dos candidatos e de seus partidos*.". (III) Verdadeiro – São pronomes substantivos *"aquele"* e *"que"*, que substituem *"voto consciente"*. E os pronomes adjetivos são *"suas"* e *"seus"*, que acompanham, respectivamente, os substantivos *"promessas"* e *"programas eleitorais"*. *Alternativa E.*

10855. **(Analista Judiciário – TRE-PA – 2011 – FGV)** *Infelizmente, ainda hoje assistimos no Brasil a fenômenos...* (linha 31).

No trecho acima, foi empregada a regência do verbo em completo acordo com a norma culta. Assinale a alternativa em que isso **NÃO** tenha ocorrido.

(A) O povo aspira a governos menos corruptos.

(B) Ele assiste em Belém.

(C) O combate à corrupção implica em medidas éticas por parte das empresas.

(D) As empresas pagaram aos funcionários na data correta.

(E) Muitas vezes o povo esquece o passado dos políticos.

RESPOSTA (A) Certo – O verbo *"aspirar"*, no sentido de *"almejar"*, é transitivo indireto e é regido pela preposição *"a"*. (B) Certo – O verbo *"assistir"*, no sentido de *"morar", "residir"*, é intransitivo e é regido pela preposição *"em"*. (C) Errado – O verbo *"implicar"*, no sentido de *"acarretar"*, é transitivo direto. Assim, o correto seria *"implica medidas éticas"*. (D) Certo – O verbo *"pagar"* é bitransitivo e solicita como objeto direto um nome de coisa e como objeto indireto um nome de pessoa *(pagar algo a alguém)*. (E) Certo – O verbo esquecer, quando não pronominal, é transitivo direto *(Esquecer algo)*. Quando pronominal, é transitivo indireto e é regido pela preposição *"de" (Esquecer-se de algo). Alternativa C.*

10856. **(Analista Judiciário – TRE-PA – 2011 – FGV)** *Essa é uma forma de contribuir*

para aumentar a consciência política e a qualidade do voto dentro de toda a cadeia produtiva, entre os parceiros e colaboradores (linhas 24 e 25).

A respeito do período acima e sua relação com o texto, analise as afirmativas a seguir:

I. O pronome Essa tem valor anafórico.

II. Em toda a cadeia produtiva, a supressão do artigo "a" não provoca alteração de sentido.

III. O período é todo composto por subordinação.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

(B) se nenhuma afirmativa estiver correta.

(C) se todas as afirmativas estiverem corretas.

(D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Verdadeiro – O pronome *"essa"* é anafórico, ou seja, retoma uma ideia já citada no texto. No caso, a expressão *"essa forma"* retoma a ideia de *"desmistificar a ideia de que a política é uma sujeira só e sem utilidade"*. (II) Falso – Com a presença do artigo definido, trata-se de uma cadeia específica; sem a presença do artigo definido, trata-se de uma cadeia qualquer. (III) Verdadeiro – Temos a oração principal *"Essa é uma forma"* e a oração subordinada substantiva completiva nominal *"de contribuir"*; esta última oração se comporta como principal da oração subordinada substantiva objetiva indireta "*para aumentar a consciência política e a qualidade do voto dentro de toda a cadeia produtiva, entre os parceiros e colaboradores*". *Alternativa A.*

10857. (Analista Judiciário – TRE-PA – 2011 – FGV) *Os sócios e colaboradores dificilmente são consultados, e muitas vezes o apoio reflete mais as posições pessoais dos controladores do que os valores e princípios das empresas* (linhas 4 e 5).

A respeito da vírgula no período acima, é correto afirmar que

(A) está correta, pois se trata de vírgula antes da conjunção E com valor adversativo.

(B) está correta, pois é caso de vírgula antes da conjunção E que inicia oração com sujeito diferente do da anterior.

(C) está incorreta, uma vez que não é necessário usar vírgula já havendo a conjunção E, mesmo sem valor aditivo.

(D) está incorreta, já que introduz oração aditiva, mesmo que os sujeitos sejam diversos.

(E) é facultativa, pois as orações apenas se justapõem e não se coordenam.

RESPOSTA Não ocorre vírgula antes do *"e"* aditivo. No entanto, seu uso é facultado caso essa conjunção conecte orações com sujeitos diferentes. Se, por ventura, as orações tiverem o mesmo sujeito, torna-se proibitivo o emprego da vírgula. *Alternativa B.*

10858. (Analista Judiciário – TRE-PA – 2011 – FGV) Assinale a palavra que tenha sido acentuada seguindo a mesma regra que *distribuídos* (linha 4).

(A) sócio

(B) sofrê-lo

(C) lúcidos

(D) constituí

(E) órfãos

RESPOSTA O termo *"distribuídos"* é acentuado pelo fato de o *"í"* formar hiato e estar isolado em uma sílaba *(dis – tri – bu – **í** – dos).* (A) Errado – A palavra *"sócio"* é acentuada pelo fato de ser paroxítona terminada em ditongo crescente. (B) Errado – O termo *"sofrê-lo"* é acentuado pelo fato de ser oxítona terminada em *"e"*. (C) Errado – A palavra *"lúcidos"* é acentuada pelo fato de ser proparoxítona. (D) Certo – A forma verbal *"constituí"* – 1a pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo – é acentuada

pelo fato de o *"i"* formar hiato e estar isolado numa sílaba *(cons – ti – tu – í)*. (E) Errado – A palavra *"órfãos"* é acentuada devido ao fato de ser paroxítona terminada em *"ão(s)"*. *Alternativa D.*

10859. **(Analista Judiciário – TRE-PA – 2011 – FGV)** É correto afirmar, em relação ao texto, que o quinto parágrafo

(A) retoma o parágrafo anterior, relativizando-o.
(B) tem papel aditivo em relação aos dois parágrafos anteriores.
(C) explicita o parágrafo anterior.
(D) explica os dois parágrafos anteriores.
(E) dá continuidade ao parágrafo anterior, exemplificando-o.

RESPOSTA O quinto parágrafo é iniciado pelo conector aditivo *"Além disso"*. Ele soma informação aos dois parágrafos anteriores: o 3º, que aponta a necessidade de se consultarem sócios ou colaboradores da empresa sobre que candidato apoiar; e o 4º, que aponta a necessidade de se promoverem debates nas empresas, com convites aos candidatos participantes do pleito. *Alternativa B.*

10860. **(Analista Judiciário – TRE-PA – 2011 – FGV)** *É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e, mais ainda, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários* (linhas 8 a 11).

Assinale a alternativa que apresente pontuação igualmente correta para o período acima.

(A) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e, mais ainda, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato, ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.
(B) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e − mais ainda − a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.
(C) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e − mais ainda −, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.
(D) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas, e, mais ainda, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.
(E) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas, e, mais ainda, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões, sobre aspectos tão sensíveis, como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.

RESPOSTA (A) Errado – A vírgula antes de *"ainda"* é equivocada, pois separa o sujeito – *"a separação dos valores e princípios... o apoio a determinado partido ou candidato"* – do respectivo predicado – *"ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários."*. (B) Certo. (C) Errado – É equivocado o emprego da vírgula após *"– mais ainda –"*, pois se isola a conjunção *"e"* do restante da oração aditiva. (D) Errado – Está equivocado o emprego da vírgula antes da conjunção *"e"*, pois esta tem caráter aditivo e está conectando dois termos coordenados entre si: os núcleos do sujeito. (E) Errado – Está

equivocado o emprego da vírgula antes da conjunção *"e"*, pois esta tem caráter aditivo e está conectando dois termos coordenados entre si: os núcleos do sujeito. Também está equivocada a vírgula depois de *"decisão"*, pois esta isola nome – *decisão* – e complemento nominal – *sobre os aspectos tão sensíveis*. *Alternativa B.*

10861. **(Analista Judiciário – TRE-PA – 2011 – FGV)** No último parágrafo, as aspas em *doar* confirmam, para o vocábulo, seu aspecto de

(A) polifonia.
(B) coloquialismo.
(C) antonímia.
(D) metáfora.
(E) ironia.

RESPOSTA O verbo *"doar"* foi empregado num sentido irônico. Isso quer dizer que não se pode levar a sério o que é dito, pois não se trata propriamente de uma doação. Se analisarmos o contexto, as cestas básicas e os vários brindes são apresentados como instrumentos de chantagem eleitoral – e não uma doação ou ato de caridade -, servindo como moeda de troca para a obtenção do voto do eleitor. *Alternativa E.*

10862. **(Analista Judiciário – TRE-PA – 2011 – FGV)** Assinale a palavra em que o prefixo tenha o mesmo valor semântico que o de *dissociação* (linha 10).

(A) dissolver
(B) dispor
(C) discordar
(D) disenteria
(E) dissimular

RESPOSTA O prefixo *"dis-"* em *"dissociação"* tem valor semântico de negação. (A) Errado – O valor semântico do prefixo é de separação, espalhamento. (B) Errado – O valor semântico do prefixo é de organização, arranjo. (C) Certo – O valor semântico do prefixo é de negação. (D) Errado – O valor semântico do prefixo é de *"mau estado", "mau funcionamento"*. (E) Errado – O valor semântico do prefixo é de ênfase, reforço da ação – no caso, reforço da ação simular. *Alternativa C.*

10863. **(Analista Judiciário – TRE-PA – 2011 – FGV)** *É importante desmistificar a ideia de que política é uma sujeira só e sem utilidade* (linhas 23 e 24).

Em relação ao período acima, analise as afirmativas a seguir:

I. É possível deslocar o vocábulo só para antes do verbo sem provocar alteração de sentido.
II. Há uma oração subjetiva.
III. Há uma oração completiva nominal.

Assinale

(A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(B) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

RESPOSTA (I) Falso – Se deslocarmos o advérbio *"só"* para antes da forma verbal *"é"*, tal advérbio assume o significado de *"somente"* – "a *política é só (= somente) uma sujeira*". Na redação original, por sua vez, o advérbio tem valor de intensidade. (II) Verdadeiro – Trata-se da oração reduzida *"desmistificar a ideia de que..."*, que exerce função sintática de sujeito. (III) Verdadeiro – Trata-se da oração *"de que política é uma sujeira só e sem utilidade"*. *Alternativa A.*

10864. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Na questão, assinale a opção que

está de acordo com as ideias do texto.

> A mobilização permanente dos movimentos proletários estimulou o aparecimento de um Estado cada vez mais interventor, que, em meados do século XX (também por conta de outros fatores), realizou-se plenamente: o Estado Social. O Direito e a Justiça do Trabalho são, em última análise, uma das expressões desse Estado Social (menos liberal e mais interveniente), uma vez que um dos pressupostos do direito trabalhista é que há, entre empregado e empregador, um desnível de poder que deve ser sanado, inclusive por meio da atuação jurídica estatal. Dessa forma, não é exagero dizer, a pressão dos trabalhadores ao longo dos séculos XIX e XX ajudou a democratizar várias sociedades capitalistas no Ocidente – dado que fez surgir, como consequência de suas lutas, as primeiras normas do Direito do Trabalho, materializadas nos primeiros acordos entre trabalhadores e patrões. A existência dos movimentos proletários é, portanto, a causa histórica da formação do Direito e da Justiça do Trabalho no mundo.

(Raquel Veras Franco, *Breve histórico da justiça e do direito do trabalho no mundo* – http://www.tst.gov.br/Srcar/Documentos/Historico).

(A) As primeiras normas do Direito do Trabalho impulsionaram as lutas dos trabalhadores por sua revogação.

(B) O Estado Social, como menos liberal e mais interveniente, ainda ignora o Direito e a Justiça do Trabalho.

(C) Entre empregado e empregador, segundo os pressupostos do direito trabalhista, há uma simetria que deve ser mantida.

(D) A pressão dos trabalhadores ao longo dos séculos XIX e XX prejudicou a democratização das sociedades capitalistas do Ocidente.

(E) A realização do Estado Social decorre, em parte, da mobilização permanente dos movimentos proletários do século XX.

RESPOSTA (A) Errado – Os trabalhadores se sentiram privilegiados com as primeiras normas do Direito do Trabalho, sendo equivocado afirmar que estes lutaram pela revogação (anulação). (B) Errado – São o Direito e a Justiça do Trabalho uma das expressões do Estado Social. (C) Errado – Há sim uma assimetria, visto que há um desnível na relação de poder entre patrões e empregados. (D) Errado – Foi essa pressão dos trabalhadores que estimulou a democratização em muitas sociedades capitalistas. (E) Certo. *Alternativa E.*

10865. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Na questão, assinale a opção que está de acordo com as ideias do texto.

> O exame sereno dos fatos mostra que o Movimento dos Sem-Terra – MST tem sido, ao longo dos anos, instrumento de contenção política da revolta desesperada dos que se encontram sem lugar no mundo. Sem o MST, provavelmente haveria hordas de excluídos saqueando e incendiando os campos, como em outros tempos históricos. Fala-se muito no direito de propriedade como extensão natural da liberdade dos homens. Mas o direito à propriedade não é o direito que a herança atribui. O acesso à propriedade da terra, que é, em princípio, direito de todos os homens, não pode ser impedido pela voracidade ambiciosa de alguns. A terra não deve servir ao enriquecimento, porque é o único meio de sobrevivência de todos os seres. A terra e a água são indispensáveis à vida, e o direito à vida, de acordo com os mais antigos princípios de justiça, é anterior ao direito à propriedade e sobre ele prevalece.

(Mauro Santayana, *Jornal do Brasil*, 19/04/2006).

(A) A atuação do MST tem sido benéfica à sociedade, pois contém a possível onda de saques e incêndios no campo.

(B) O MST permite a explosão da revolta desesperada dos que se encontram sem lugar no mundo.

(C) O direito à propriedade deve ser circunscrito ao que a herança atribui aos beneficiários.

(D) A terra deve servir ao enriquecimento e ao desenvolvimento de apenas alguns setores da sociedade.

(E) O direito à propriedade deve prevalecer sobre o direito à vida, em qualquer circunstância.

RESPOSTA (A) Correto. (B) Errado – Segundo o texto, o MST atua no sentido de conter uma revolta explosiva por parte dos sem-terra. (C) Errado – O que se afirma no texto é justamente o oposto: "...o direito à propriedade não é o direito que a herança atribui". (D) Errado – Segundo o texto, o direito à terra é de todos os homens e não pode ser instrumento das ambições de alguns indivíduos. (E) Errado – É o oposto: o direito à vida é anterior ao da propriedade. *Alternativa A*.

10866. (Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF) Assinale a opção que representa continuidade coesa e coerente para o texto abaixo.

> Em 1850, o Brasil tinha dois milhões de escravos. Na Europa, a revolução industrial passou a exigir cada vez mais mão de obra, que se tornou escassa. Por outro lado, a mão de obra livre do país não servia aos propósitos da plantação cafeeira. A solução preconizada então foi a imigração europeia. Começam a criar, na época imperial, colônias de imigrantes, trazidos com a convicção de uma natural superioridade da raça com uma ética própria para o trabalho. Em 1824, foi criada a primeira colônia alemã em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.
>
> (Sidnei Machado – http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewPDFInterstitial/1766/1463).

(A) Por meio de contratos de parceria, os imigrantes europeus vendiam seu trabalho futuro.

(B) Contanto que, em 1852, Vergueiro, comece a contratar diretamente imigrantes na Europa, financiado pelo governo.

(C) Ficava devendo as passagens, transporte, comissões de contrato, além de outras despesas.

(D) Porquanto, nesse contexto, os escravos libertos passaram a não ter trabalho, ficando sem condições de inserção social e de sobrevivência.

(E) No entanto, o trabalho foi fornecido ao trabalhador europeu, pois era mais vantajoso ao proprietário, dadas as condições contratuais onerosas impostas aos imigrantes.

RESPOSTA Na **letra B**, temos uma frase incompleta, que apresenta somente uma oração subordinada condicional (*"Contanto que, em 1852..."*) sem sua respectiva oração principal. Na **letra C**, não está claro qual é o sujeito de "ficava". Na **letra D**, temos uma frase incompleta, que apresenta somente oração subordinada causal (*"Porquanto, nesse contexto,.."*) sem sua respectiva oração principal. Na **letra E**, não há compatibilidade semântica em iniciar a frase pelo conector adversativo *"No entanto"*. *Alternativa A*.

10867. (Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF) Julgue como verdadeiros (V) ou falsos (F) os itens a respeito do texto abaixo.

[1]Uma única inovação ocorrida no século XV teve enorme influência para o progresso, a inclusão social e a redução

da pobreza. Foi a invenção do conceito de capital social pelo frei Luca Paccioli, o criador da contabilidade.

Antes de Luca Paccioli, um comerciante ou produtor que não pagasse suas dívidas poderia ter todos os bens

pessoais, como casa, móveis e poupança, arrestados por um juiz ou credor.

[5]Muitos cientistas políticos e sociólogos usam o termo capital social de forma equivocada, numa tentativa

deliberada de confundir o leitor.

(Adaptado de Stephen Kanitz, O capital social. *Veja*, 12 de abril, 2006).

( ) Depreende-se da expressão “Uma única inovação” (linha 1) que as demais inovações ocorridas no século XV não resistem até hoje.

( ) Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao trocar “invenção” (linha 2) por **criação** e “criador” (linha 2) por **inventor**, respectivamente.

( ) Apesar de se classificar como artigo indefinido, o artigo “um” tem a função de determinar ou identificar, no texto, “comerciante” (linha 3) e “produtor” (linha 3).

( ) Por integrar uma enumeração, a vírgula depois de “poupança” (linha 4) é facultativa e pode ser suprimida sem que se prejudique a correção gramatical do texto.

( ) Por constituir um valor oposto às informações do primeiro parágrafo, o período final do texto admite ser iniciado pelo conectivo **No entanto**, seguido de vírgula, fazendo-se os ajustes nas iniciais maiúsculas.

A sequência correta é

(A) V V F V F.

(B) F V F F V.

(C) V F F F V.

(D) F V V F F.

(E) F F V V F.

RESPOSTA (I) Falso – Foi essa única inovação que, diferentemente das demais, foi significativa para o progresso, a inclusão social e a redução da pobreza. (II) Verdadeiro – São palavras sinônimas que, no contexto, mantêm o mesmo sentido. (III) Falso – O artigo indefinido *“um”* tem sentido equivalente a **“***qualquer cidadão”* ou *“qualquer produtor”*, não se especificando quem. (IV) Falso – Se retirarmos a vírgula, transformaremos a oração adjetiva explicativa *“arrestados por um juiz ou credor”* em adjetiva restritiva, mudando, assim, o sentido da frase original. (V) Verdadeiro – Enquanto o primeiro parágrafo aborda a criação do conceito de capital social e suas contribuições, o segundo insere a ressalva de que muitos cientistas e políticos empregam esse conceito de forma equivocada. *Alternativa B.*

10868. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Os trechos abaixo constituem um texto. Assinale a opção que apresenta erro gramatical.

(A) No livro *Breve História do Trabalho no Brasil*, Almir Pazzianotto esboça a trajetória da classe trabalhadora, da colonização portuguesa ao último governo militar. Mostra como se explorou, sem limites éticos e humanos, a mão de obra indígena e negra e como, durante a Primeira República, as oligarquias, com medo das ideias revolucionárias trazidas pelos imigrantes, procuraram bloquear as tentativas de organização dos trabalhadores.

(B) Mostra também como se desenhou o modelo sindical brasileiro, a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, e por que esse modelo se manteve incólume até a Constituição de 1988, apesar das profundas transformações político-institucionais pelas quais passou o País nesse período.

(C) Registra, também, que a redemocratização do Brasil significou apenas uma atenuação do modelo anterior, sendo ainda marcante a participação do Estado na vida sindical, por meio de normas obrigatórias relativas a modelo de organização, registro, quotas compulsórias, negociações salariais e dissídios coletivos.

(D) O autor dedica atenção especial à figura marcante de Getúlio Vargas, suas ideias sobre o movimento trabalhista e sobre o papel reservado às classes operárias no desenvolvimento nacional, trazendo o livro, em apêndice, a íntegra da Carta Testamento e de três célebres discursos proferidos no Dia do Trabalho.

(E) Embora fundamentado em sólida bibliografia, o livro não tem a aridez dos textos acadêmicos. Almir Pazzianotto Pinto, como advogado trabalhista no ABCD paulista, como Ministro do Trabalho ou como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, conviveu com muitos dos personagens que

retratam e foi testemunha de outras tantas histórias que registra, emprestando, assim, um calor especial à narrativa.

(http://www.stpinf.com:8080/producao/genadm.nsf/Paginas)

RESPOSTA Há um erro de concordância verbal em *"retratam"*, que deveria estar no singular, por concordar com o sujeito *"Almir Pazzianotto Pinto"*. O correto, portanto, seria:
"Embora fundamentado em sólida bibliografia, o livro não tem a aridez dos textos acadêmicos. **Almir Pazzianotto Pinto**, como advogado trabalhista no ABCD paulista, como Ministro do Trabalho ou como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, conviveu com muitos dos personagens que **retrata** e foi testemunha de outras tantas histórias que registra, emprestando, assim, um calor especial à narrativa". *Alternativa E.*

10869. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Os trechos abaixo constituem um texto. Assinale a opção que apresenta erro.

(A) A Primeira Revolução Industrial pode ser entendida como uma guinada de todos os indicadores econômicos ingleses, sobretudo nas duas últimas décadas do século XVIII.

(B) Tal avanço dos indicadores econômicos tiveram várias razões: a intensificação do Comércio Internacional desde o século XVI, a Revolução Agrícola (e a expulsão de vastos contingentes de campesinos para as cidades), o surgimento de uma indústria têxtil inglesa etc.

(C) Esses acontecimentos propiciaram o que o historiador Eric Hobsbawm chama de a "partida para o crescimento autossustentável". Por "crescimento autossustentável" entende-se: o poder produtivo das sociedades humanas, até então sujeito a variáveis climáticas ou demográficas, tornou-se crescente e constante – livre de epidemias, fomes, pestes ou intempéries, que regularmente ceifavam grandes contingentes de mão de obra em quase toda a Europa.

(D) Contraposto à Idade Média, em que o problema crônico da produção era a falta de homens e mulheres nos campos (e não de terras), o período que se segue à Revolução Industrial é aquele em que o homem começa a tornar-se um pouco mais supérfluo.

(E) Como explicita Hobsbawm, trata-se de período em que, às grandes massas de desempregados e campesinos desapossados, juntou-se um sistema fabril mecanizado que produzia "em quantidades tão grandes e a um custo tão rapidamente decrescente a ponto de não mais depender da demanda existente, mas de criar o seu próprio mercado".

(Raquel Veras Franco, *Breve histórico da justiça e do direito do trabalho no mundo* – http://www.tst.gov.br/Srcar/Documentos/Historico).

RESPOSTA Ocorre um erro de concordância verbal em *"tiveram"*, que deveria estar no singular, por concordar com o núcleo do sujeito *"avanço"*. O correto, portanto, seria: "Tal **avanço** dos indicadores econômicos **teve** várias razões: a intensificação do Comércio Internacional desde o século XVI, a Revolução Agrícola (e a expulsão de vastos contingentes de campesinos para as cidades), o surgimento de uma indústria têxtil inglesa etc.". *Alternativa B.*

10870. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Os trechos a seguir constituem um texto. Assinale a opção que apresenta erro de concordância.

(A) As riquezas geradas eram, de fato, imensas e as condições de vida nas cidades costumavam ser horríveis. Para se ter ideia, alguns recenseamentos ingleses, da década de 1840, relatam que o homem do campo vivia, em média, 50 anos e o da cidade, 30 anos.

(B) Talvez esses números sejam indicadores da dramaticidade das modificações ocasionadas, na vida de milhões de seres humanos, pela Revolução Industrial.

(C) Essa dramaticidade que, muitas vezes, nos escapa, mas que podemos entrever, como nos informa Hobsbawm, se levarmos em conta que era comum, nas primeiras décadas dos oitocentos, encontrar trabalhadores citadinos vivendo de forma que seria absolutamente irreconhecível para seus avós ou mesmo para seus pais.

(D) A fragmentação das sociedades campesinas tradicionais, que originou as grandes massas nas cidades, fazem com que, nas palavras de Hobsbawm, “nada se tornasse mais inevitável” do que o aparecimento dos movimentos operários.

(E) Aqueles trabalhadores, que viviam em condições insuportáveis, não tinham quaisquer recursos legais, somente alguns rudimentos de proteção pública.

(Raquel Veras Franco, *Breve histórico da justiça e do direito do trabalho no mundo* – http://www.tst.gov.br/Srcar/Documentos/Historico).

RESPOSTA A forma verbal *“fazem”* deveria estar no singular, uma vez que há de se manter a concordância com o núcleo do sujeito *“fragmentação”*. O correto, então, seria: “A **fragmentação** das sociedades campesinas tradicionais, que originou as grandes massas nas cidades, **faz** com que, nas palavras de Hobsbawm, ‘nada se tornasse mais inevitável’ do que o aparecimento dos movimentos operários”. *Alternativa D.*

10871. (Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF) Os trechos abaixo constituem um texto. Assinale a opção gramaticalmente correta.

(A) O primeiro interesse dos espanhóis e portugueses pela América foi o ouro acumulado. A mera exploração do ouro, no entanto, não assegurou à Portugal a manutenção da colônia, ameaçada de ocupação. Nesse período, somente a ocupação representava verdadeiro domínio. Por outro lado, os gastos de defesa eram bastante elevados.

(B) Como os portugueses já possuíam experiência no cultivo do açúcar em grande escala nas ilhas do Atlântico, a junção desse conhecimento técnico dos portugueses com a capacidade de transporte dos holandeses na Europa permitiriam a produção do açúcar em larga escala no Brasil.

(C) O principal problema para essa expansão seria a mão de obra, pois não haviam na colônia e o transporte de Portugal era economicamente inviável.

(D) Na expansão da plantação do açúcar no Brasil, Portugal utilizou-se, inicialmente, do trabalho de índios escravizados. Mas o sistema de monopólio da produção do açúcar entraram em decadência com o início da produção nas ilhas das Antilhas, fazendo com que o preço do produto caísse.

(E) A necessidade política de colonização das terras e a ausência de mão de obra excedente na Península Ibérica, na época, levaram Portugal a optar pela introdução da mão de obra escrava africana (negra).

(Sidnei Machado – http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/ article/viewPDFInterstitial/1766/1463).

RESPOSTA (A) Errado – É equivocado o emprego do acento grave antes de *“Portugal”*, que não pede artigo definido *“a” (“Fui **a** Portugal” sem crase, pois “Voltei* **de** *Portugal” sem artigo definido)*. (B) Errado – Há um equívoco de concordância no uso da forma *“permitiriam”*, que deveria estar no singular para concordar com o núcleo do sujeito *“junção”*. (C) Errado – Há um equívoco na flexão da forma *“haviam”*, uma vez que o verbo *“haver”* é impessoal (sentido de *“existir”*) e só admite flexão no singular *(**havia** na colônia...).* (D) Errado – Há um equívoco na flexão da forma *“entraram”,* que deveria estar no singular para concordar com o núcleo do sujeito *“sistema”.* (E) Certo. *Alternativa E.*

10872. (Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF) Os trechos a seguir foram adaptados de uma reportagem da *Folha de S.Paulo*, 30 de abril de 2006. Assinale aquele que não apresenta erro de natureza gramatical.

(A) Um diploma universitário ou o ingresso no ensino superior não são garantias que os salários não se deteriorem de modo mais intenso nos períodos de crise, pois as maiores perdas entre 2002 e 2006, ocorreram nos trabalhadores com mais de 11 anos de estudo.

(B) A maior perda real da remuneração das pessoas, com maior nível de instrução ocorre em razão da grande oferta de mão de obra qualificada, sem ter a contrapartida da expansão das vagas “de classe média”.

(C) À força de trabalho "abundante" traz-se um alto nível de competição no mercado de trabalho que "achatam" os salários, especialmente em períodos de fraco nível de atividade econômica.

(D) Com farta oferta de mão de obra no Brasil, as empresas podem selecionar profissionais qualificados pagando-lhes salários mais baixos e, muitas vezes, contratar um profissional mais capacitado do que a função exigiria.

(E) O fenômeno não é uma tendência mundial: trata-se de uma anomalia do mercado de trabalho brasileiro, que existe uma redução de postos de trabalho possuindo remunerações mais elevadas por que o modelo econômico brasileiro destrói empregos de classe média.

RESPOSTA (A) Errado – Há um equívoco no emprego da vírgula depois de *"2006"*, uma vez que esta separa sujeito – *as maiores perdas entre 2002 e 2006* – e verbo – *ocorreram*. (B) Errado – Há um equívoco no emprego da vírgula depois de *"pessoas"*, uma vez que esta separa nome – *pessoas* – e adjunto adnominal – *com maior nível de instrução.* (C) Errado – Há um erro de flexão na forma "achatam", que deveria estar no singular para concordar com o núcleo do sujeito "nível". (D) Certo. (E) Errado – Há vários equívocos: primeiro, a ausência da preposição *"em"* antes do pronome relativo *"que"*; segundo, a forma *"por que"* está mal empregada. Há a necessidade de emprego da forma *"porque"*, uma vez que se trata de uma explicação. Também seria necessária uma vírgula antes da forma explicativa *"porque"*. Assim, o correto seria: "O fenômeno não é uma tendência mundial: trata-se de uma anomalia do mercado de trabalho brasileiro, **em** que existe uma redução de postos de trabalho possuindo remunerações mais elevadas, **porque** o modelo econômico brasileiro destrói empregos de classe média". *Alternativa D.*

10873. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Assinale a opção que corresponde a erro gramatical.

A história do petróleo no Brasil, dos primeiros passos **até este (1)** novo degrau, que é a conquista da autossuficiência, não tem nome ou fisionomia particular. Pertence, na verdade, **a todos os (2)** brasileiros e administradores que acreditaram na possibilidade de o nosso país desenvolver o seu setor de petróleo com competência e talento. Ela foi escrita, capítulo **a (3)** capítulo, por valorosos trabalhadores de várias categorias, do técnico de ponta ao mais modesto operário, **e não somente (4)** por esses, que labutam na linha de frente, nos trabalhos de pesquisas e análises, como também, com igual dedicação e entusiasmo, pelos que **lhe (5)** dão suporte, na retaguarda, inclusive no plano administrativo, essencial quando eficiente.

(Joel Mendes Rennó, *Jornal do Brasil*, 19/04/2006).

(A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.
(E) 5.

RESPOSTA (1) Correto – A forma *"este"* é catafórica, ou seja, antecipa um termo ainda a ser citado – no caso, *"conquista da autossuficiência"*. (2) Correto – A forma *"os"* é pronome demonstrativo e equivale a *"aqueles"*. (3) Correto – Não se emprega acento grave em expressões formadas por palavras repetidas: *capítulo a capítulo*. (4) Correto – Emprega-se a vírgula antes do *"e"*, pois este tem valor adversativo (= *mas*). (5) Errado – Há um equívoco de concordância: deveria ser empregada a forma *"lhes"*, uma vez que esta substitui *"trabalhadores"*. *Alternativa E.*

10874. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Em relação ao texto a seguir, assinale a opção incorreta.

[1]O Estado Contemporâneo enfrenta desafios maiores do que os do Estado Moderno. Se o segundo deveria,

precipuamente, garantir o funcionamento da concorrência mercantil, o Estado Contemporâneo deve garantir, ao mesmo tempo, liberdade e igualdade; deve equilibrar os interesses entre capital e

trabalho, tornando-se,
para isso, cada vez mais intervencionista – o que o faz passar, aliás, por duas crises: a da legitimação (dessa
5 intervenção) e a fiscal (diferença crescente entre as saídas necessárias e as entradas insuficientes à distribuição
de recursos).

(Raquel Veras Franco, *Breve histórico da justiça e do direito do trabalho no mundo* – http://www.tst.gov.br/Srcar/Documentos/Historico).

(A) Em "maiores do que" (linha 1), a eliminação de "do" mantém a correção gramatical do período.
(B) A expressão "segundo" (linha 1) retoma o antecedente "Estado Moderno" (linha 1).
(C) O sinal de dois-pontos isola citação de outra voz que não a do autor do texto.
(D) Em "que o faz passar" (linha 4), o pronome "o" retoma o antecedente "Estado Contemporâneo" (linha 2).
(E) Os parênteses podem ser eliminados, sem prejuízo para a correção gramatical do período, desde que se coloque um travessão antes de "diferença" (linha 5).

RESPOSTA O uso dos dois-pontos antecede uma enumeração, que explicita as duas crises: a primeira, referente à crise da legitimação; e a segunda, referente à crise fiscal. Além disso, o discurso (a "voz") após os dois-pontos permanece o do autor. *Alternativa C.*

10875. (Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF) Assinale a opção que não está de acordo com as estruturas do texto.

1 A relação conflituosa entre fazendeiros e colonos, aliada à crescente dificuldade de importação de escravos
negros da África a partir da década de 60, exige que se use a mão de obra nativa, forçando-a ao trabalho na lavoura. Os fazendeiros também reclamavam uma legislação que permitisse garantias dos investimentos na mão de obra, do cumprimento dos contratos, da repressão às greves e, ainda, que lhes propiciasse adequada
5 produtividade. A promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, sinalizando a abolição da escravidão, criou
as condições para uma legislação que, ao mesmo tempo em que fazia a regulação minuciosa da contratação do trabalho livre, previa a obrigação de o homem livre contratar, como mecanismo de combate à vadiagem.

(Sidnei Machado – http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/ article/viewPDFInterstitial/1766/1463).

(A) A forma verbal "exige" (linha 2) está no singular para concordar com "relação conflituosa" (linha 1).
(B) A expressão "reclamavam" (linha 3) está sendo empregada com o sentido de **lamentavam**.
(C) A substituição de "se use" (linha 2) por **seja usada** mantém a correção gramatical do período.
(D) Em "que lhes propiciasse" (linha 4) o pronome "lhes" refere-se a "Os fazendeiros".
(E) As vírgulas após "1871" (linha 5) e após "escravidão" (linha 5) isolam oração reduzida de gerúndio.

RESPOSTA A expressão "reclamavam" possui o sentido de "pedir com insistência", "exigir". Na letra A, temos um sujeito simples com núcleo no singular ("relação"). Na letra C, a construção passiva pronominal "se use" equivale à passiva analítica "seja usada". Na letra D, o pronome "lhes" é pessoal oblíquo anafórico e retoma "fazendeiros". Na letra E, a oração "sinalizando a abolição da escravidão" é subordinada adjetiva explicativa reduzida de gerúndio. *Alternativa B.*

10876. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Assinale a opção que apresenta justificativa correta para o emprego da vírgula correspondente.

O setor de petróleo brasileiro merece legitimamente a comemoração pelo sucesso presente, (1) e as perspectivas do futuro contemplam êxito no trabalho de todas as empresas que atuam nessa área no Brasil, em especial, a Petrobras. Este futuro terá, com certeza, a marca do realismo e da humildade, (2) que são duas virtudes que, invariavelmente, andam juntas. Realismo no reconhecimento das possibilidades e limitações de todas as coisas. Humildade na renúncia a qualquer espécie de soberba, (3) de cega arrogância, (4) entendendo que a construção de uma nação e a consolidação de empresas fortes não são façanhas apenas de um punhado de homens, mas, sim, do esforço de uma sociedade inteira, (5) unida pelos laços multiplicadores da solidariedade nacional.

(Joel Mendes Rennó, *Jornal do Brasil*, 19/04/2006).

(A) 1 – Isola oração subordinada adjetiva explicativa.
(B) 2 – Isola oração subordinada adjetiva restritiva.
(C) 3 – Isola complemento circunstancial.
(D) 4 – Isola oração reduzida de gerúndio.
(E) 5 – Isola oração apositiva.

RESPOSTA (1) Errado – Emprega-se a vírgula para separar orações coordenadas aditivas com sujeitos diferentes. Vale ressaltar que esse uso é facultativo. (2) Errado – Emprega-se a vírgula para separar uma oração subordinada adjetiva explicativa da oração principal. (3) Errado – Emprega-se a vírgula para isolar o aposto explicativo “de cega arrogância”. (4) Correto. (5) Errado – Não se trata de uma oração, uma vez que não há verbo. Trata-se simplesmente de um aposto. *Alternativa D.*

10877. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Avalie as afirmações abaixo, a respeito do emprego das estruturas linguísticas no texto, para assinalar a opção correta.

[1]Quando se ouve a palavra “preço”, as primeiras imagens que invadem nossa mente são as de cartazes de
liquidação, máquinas registradoras, cheques e cartões de crédito. Mesmo nas sociedades orientais, menos capitalistas que a nossa, a ideia de preço é sempre ligada à noção de objeto de valor.
Porém, diferentemente do que a mídia informa, nem tudo pode ser comprado e parcelado em três vezes no
[5]cartão. As coisas realmente importantes da vida têm seu preço, isso é certo, mas a forma de pagamento é
bem diversa das praticadas nos shopping centers. Na infinita negociação que é viver, se sairá melhor aquele que possuir uma sólida conta corrente de reservas emocionais e de bom senso do que aquele que confia apenas em sua coleção de cartões de plástico. Lucrará mais aquele que souber responder com sabedoria a pergunta: vale a pena pagar o preço?

(Adaptado da *Revista Planeta*, maio de 2006).

I. Para a coerência textual, o vocábulo “as” tanto pode ser interpretado como um pronome, substituindo o substantivo “imagens” (linha 1), quanto como um artigo definido que deixa implícita a concordância com “imagens” (linha 1).
II. O acento indicativo de crase em “à noção” (linha 3) decorre da presença da preposição a, exigida por “ligada” (linha 3) e do artigo determinante de “noção” (linha 3).
III. Por ser expressa a comparação em estrutura oracional, o termo “do que” (linha 4) pode ser escrito

apenas como "que", sem prejuízo da correção gramatical do texto.

IV. A retirada do pronome em "isso é certo" (linha 5) resulta em erro gramatical, porque a oração fica sem sujeito; o que prejudica a coesão textual.

V. Devido ao emprego da vírgula, mantêm-se a coerência textual e a correção gramatical ao empregar o pronome átono depois do verbo em "se sairá" (linha 6): sairá-se.

VI. As regras gramaticais possibilitam também o emprego do acento indicador de crase em "a pergunta" (linha 8): à pergunta.

Estão corretos apenas os itens

(A) I, II e VI.
(B) I, II, III e V.
(C) I, IV e VI.
(D) II, III, V e VI.
(E) III, IV e V.

RESPOSTA (I) Correto – O vocábulo "as" tanto pode exercer sua função usual de artigo definido como também de pronome demonstrativo, equivalendo a "aquelas". (II) Correto – O vocábulo "ligada" é regido pela preposição "a" (*ligada* ***a*** *algo*). Como "noção" é palavra feminina, há também a exigência do artigo "a". Sendo assim, emprega-se o acento grave para marcar a fusão dos dois elementos (*a* + *a* = *à*). (III) Errado – A preposição "de" é exigida pelo termo "diferentemente" (*diferentemente* ***de*** *algo*), não sendo possível, assim, a omissão dela na frase. (IV) Errado – Não seria erro gramatical e nem o sujeito passaria a ser inexistente. Seria possível depreender o sujeito elíptico, não havendo, portanto, equívocos de coerência. (V) Errado – Não se usa ênclise após verbo conjugado no futuro. (VI) Certo – O verbo "responder" possibilita duas regências – *responder* ***algo*** *a alguém* ou *responder* ***a algo***. *Alternativa A.*

10878. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Na questão, assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto.

A Revolução Industrial também causou a formação de enormes aglomerados de desempregados nas cidades, ___1___, em geral, cresciam sem nenhum planejamento urbano. Esse fenômeno, ___2___ não passou despercebido a escritores como Émile Zola ou Alexis de Toqueville, propiciou o surgimento de fenômenos ___3___desconhecidos, ___4___ o alcoolismo e a demência em massa.

(Raquel Veras Franco, *Breve Histórico da Justiça e do Direito do Trabalho no Mundo* – http://www.tst.gov.br/Srcar/Documentos/Historico).

	1	2	3	4
(A)	as quais	cujo	já	seja
(B)	que	que	até então	como
(C)	cujas	porém	então	tais como
(D)	e	todavia	antes	sejam
(E)	quando	entretanto	anteriormente	quais sejam

RESPOSTA O **campo (1)** pode ser preenchido com "que" ou "as quais". Não é possível usar "cujas", pois este pronome não vem acompanhado de um substantivo. Não se pode usar "e", pois, além de ser incoerente, não se emprega vírgula para separar aditivas de mesmo sujeito. Não é possível usar "quando", pois criaria incoerência. O **campo (2)** pode ser preenchido com "que". Não é possível usar "porém", "todavia" e "entretanto", pois haveria a necessidade de uma vírgula antes de "não passou". Não é possível usar "cujo", pois este pronome não vem acompanhado de um substantivo. O **campo (3)** é correto e coerentemente preenchido com o termo "até então". O **campo (4)**, para manter a coerência com o restante do texto, deve ser preenchido com

um conector de exemplificação (no caso, “como”). *Alternativa B.*

10879. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Na questão, assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto.

A extinção do uso da mão de obra escrava no Brasil se deu por um processo lento, com vistas à transição para a formação de um mercado de trabalho livre.___1___, a segunda metade do século XIX é um período marcado pela preocupação de constituição e regulamentação legal do uso do trabalho livre no Brasil. A regulação dessas novas modalidades de uso da mão de obra contou com a mediação do Estado (Império), que disciplinava os contornos do trabalho livre. ___2___ haja uma inexplicável lacuna na bibliografia do direito do trabalho, as leis de locação e serviços de 1830, 1837 e 1879 representam o principal marco na experiência de intervenção estatal na contratação do trabalho livre no Brasil. O período de transição da escravidão ___3___ adoção do trabalho livre é longo. A importação de mão de obra europeia tem início no ano de 1850, ___4___ talvez a primeira experiência na importação de colonos pela firma Vergueiro & Cia. Os colonos eram cativados para o paraíso de terras férteis e abundantes ___5___ oferta de trabalho livre e passavam a conviver com a mão de obra escrava nas fazendas.

(Sidnei Machado – http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewPDFInterstitial/1766/1463).

	1	2	3	4	5
(A)	Todavia	Contudo	na	era	com a
(B)	Por isso	Conquanto	para a	sendo	pela
(C)	Porquanto	No entanto	com a	é	da
(D)	Conquanto	Desde que	até a	seria	na
(E)	No entanto	Porquanto	pela	foi	e

RESPOSTA O **campo (1)** exige, para se manter a coerência, um conector conclusivo (no caso, “por isso”). O **campo (2)** exige, para se manter a coerência, um conector concessivo (no caso, “conquanto” = “embora”). O **campo (3)** exige, para se manter a coerência, o conector prepositivo “para”. O **campo (4)** exige, para se manter a coerência, a forma no gerúndio “sendo”, que introduz uma oração adverbial temporal reduzida. O **campo (5)** exige, para se manter a coerência, a presença da forma “pela”, que introduz o agente da passiva “pela oferta de trabalho livre”. *Alternativa B.*

10880. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Na questão, assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto.

Os primeiros imigrantes trazidos por empresas importadoras eram, em geral, obrigados ___1___ assinar contratos de parceria com o importador para trabalharem nas lavouras do café do estado de São Paulo. O contratante adiantava ___2___ despesas de transporte da Europa ___3___ colônias e o necessário ___4___subsistência inicial. Nas colônias, o imigrante recebia determinado número de pés de café para cultivar. Tinha direito ___5___ meação no resultado da venda.

(Sidnei Machado – http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewPDFInterstitial/1766/1463).

	1	2	3	4	5
(A)	à	as	as	à	a
(B)	à	às	às	à	à
(C)	a	as	as	a	a

(D)	a	às	às	a	à
(E)	a	as	às	à	à

RESPOSTA Em (1), não se emprega crase antes de verbos (no caso, *“assinar”*). Em (2), a forma verbal *“adiantava”* pede objeto direto, não havendo, assim, necessidade da preposição *“a”*, o que implica não ocorrer crase. Em (3), há a fusão da preposição *“a”* (exigência de *“transporte”*) com o artigo *“as”* (exigência de *“colônias”*), o que implica crase (no caso, *“às”*). Em (4), há a fusão da preposição *“a”* (exigência de *“necessário”*) com o artigo *“a”* (exigência de *“subsistência”*), o que implica crase (no caso, *“à”*). Em (5), há a fusão da preposição *“a”* (exigência de *“direito”*) com o artigo *“a”* (exigência de *“meação”*), o que implica crase (no caso, *“à”*). *Alternativa E.*

10881. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Os trechos a seguir constituem um texto, mas estão desordenados. Ordene-os nos parênteses e assinale a resposta correta.

( ) Essa meta, alcançada 53 anos depois, começou a ganhar contornos de realidade nos anos 80, quando a empresa atingiu a produção de 500 mil barris/dia.

( ) Criada pelo decreto assinado pelo presidente Getúlio Vargas, em 3 de outubro de 1953, a Petrobras já nasceu com a missão de alcançar a autossuficiência na produção brasileira de petróleo.

( ) Entretanto, foi no início da década de 70 que começou a ser delineada a estratégia que resultaria nas primeiras conquistas da empresa. Na época, o país crescia a taxas de 10% ao ano, o que contribuiu para que, naquela década, o consumo de derivados duplicasse.

( ) Porém, foi depois do alinhamento de preços dos combustíveis às cotações internacionais que a empresa conseguiu maior acesso ao mercado de capitais internacional. Com isso, obteve os recursos para financiar os investimentos necessários que resultaram na autossuficiência.

( ) Assim, ao longo das últimas cinco décadas, diante do nacionalismo que cerca o petróleo no Brasil, os interesses da Petrobras confundiram-se com os do país.

(*Jornal do Brasil*, 23/04/2006).

(A) 3º, 1º, 4º, 2º, 5º.
(B) 1º, 2º, 3º, 4º, 5º.
(C) 2º, 1º, 3º, 5º, 4º.
(D) 4º, 5º, 1º, 3º, 2º.
(E) 5º, 3º, 2º, 1º, 4º.

RESPOSTA A sequência correta é 2º – 1º – 3º – 5º – 4º. Note que, no primeiro parágrafo, apresenta-se a Petrobras, referenciada direta e indiretamente em todos os outros parágrafos. No segundo parágrafo, a expressão “Essa meta” retoma a expressão ao final do primeiro parágrafo “autossuficiência na produção brasileira de petróleo”. No terceiro parágrafo, a conjunção “entretanto” cria uma ressalva semântica entre as décadas de 80 e 70. O quarto parágrafo retoma os dois anteriores, ratificando o alinhamento da Petrobras com o nacionalismo. Já no quinto parágrafo, há uma ressalva semântica entre “nacionalismo” e “mercado de capitais internacional”. *Alternativa C.*

10882. **(Auditor Fiscal do Trabalho – 2006 – ESAF)** Os trechos abaixo constituem um texto. Assinale a opção que apresenta <u>erro</u> de pontuação.

(A) As dívidas contraídas na imigração eram pagas com juros de 6% ao ano, não podendo o colono deixar de cumprir o contrato antes de saldá-las integralmente, além de ter de comunicar o contratante com seis meses de antecedência.

(B) O não cumprimento do contrato gerava multa para o colono. Outras cláusulas apareciam nos regulamentos das colônias, tais como as que impunham um controle disciplinar rigoroso, com aplicação de penas severas aos infratores.

(C) As experiências iniciais do trabalho livre do colono foram marcadas por inúmeros conflitos,

desentendimentos, greves, denúncias de cobranças de taxas abusivas pelo importador, rebeldia contra controle moral e disciplinar severo imposto nas colônias.

(D) Esses fatos redundaram na acusação de Portugal ao Brasil da prática de escravidão disfarçada. O descumprimento do contrato pelo colono, por exemplo, poderia representar, além da rescisão, a multa e a pena de prisão de oito dias a três meses.

(E) Contudo, para os fazendeiros, o clima era, de insegurança generalizada no cumprimento dos contratos, o que reclamaria uma regulamentação jurídica mais eficiente do que a então vigente.

(Sidnei Machado – http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewPDFInterstitial/1766/1463).

RESPOSTA É equivocado o emprego da vírgula depois da forma verbal *"era"*, pois esta isola verbo de ligação e predicativo, termos que deveriam ser ligados diretamente. *Alternativa E.*

10883. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Em relação às informações do texto, assinale a opção correta.

A produção brasileira de petróleo e gás certamente dará um salto quando estiverem em operação os campos já descobertos na chamada camada do pré-sal. Embora essa expansão só possa ser efetivamente assegurada quando forem delimitadas as reservas, e os testes de longa duração confirmarem a produtividade provável dos campos, simulações indicam que o Brasil terá um saldo positivo na balança comercial do petróleo (exportações menos importações), da ordem de 1 milhão de barris diários.

Com isso, o petróleo deverá liderar a lista dos produtos que o Brasil estará exportando mais ao fim da próxima década. O petróleo é negociado para pagamento à vista (menos de 90 dias). Então, é um volume de recursos que pode ter, de fato, forte impacto nas finanças externas do país.

Como é uma riqueza finita, a prudência e a experiência econômica recomendam que o Brasil tente poupar ao máximo essa renda adicional proveniente das exportações de petróleo. O mecanismo mais usual é conhecido como fundo soberano, por meio do qual as divisas são mantidas em aplicações seguras que proporcionem, preferencialmente, bom retorno e ainda contribuam positivamente para o desenvolvimento da economia brasileira. Os resultados dessas aplicações devem ser direcionados para investimentos internos que possibilitem avanços sociais importantes (educação, infraestrutura, meio ambiente, ciência e tecnologia).

(*O Globo*, Editorial, 13/10/2009).

(A) É indiscutível que, quando estiverem em operação os campos da camada do pré-sal, o Brasil terá um saldo na balança comercial do petróleo da ordem de 1 milhão de barris diários.

(B) É recomendável que os recursos arrecadados com a exploração do petróleo da camada do pré-sal sejam mantidos num fundo seguro, que proporcione retorno garantido e contribua favoravelmente para o desenvolvimento da economia brasileira.

(C) Somente quando estiverem em operação os campos da camada do pré-sal, o petróleo será negociado para pagamento à vista.

(D) Estima-se que, no final da próxima década, com os campos do pré-sal já em operação, o Brasil lidere a lista dos países importadores de petróleo, com forte impacto na balança comercial.

(E) A renda adicional proveniente da exportação do petróleo da camada do pré-sal deverá ser aplicada diretamente em investimentos com repercussão na área social.

RESPOSTA (A) Errado – Não se pode afirmar que se trate de algo indiscutível, pois, segundo o texto, essa estimativa somente será efetivamente assegurada quando forem delimitadas as reservas de pré-sal. Trata-se, portanto, de uma simulação, que precisará ser confirmada. (B) Certo. (C) Errado – Segundo o texto, o petróleo já é assim negociado, independentemente de estarem ou não em operação os campos de exploração do pré-sal. (D) Errado – Segundo o texto, ao fim da próxima década, o petróleo deverá liderar a lista de produtos **exportados** (e não importados) pelo Brasil. (E) Errado – Segundo o texto, os recursos

provenientes do pré-sal devem ser, antes, aplicados de forma segura, preferencialmente em fundos soberanos. Daí é que seus rendimentos (resultados dessas aplicações) seriam direcionados a investimentos em avanços sociais. É equivocado dizer, portanto, que os recursos do pré-sal seriam diretamente direcionados à área social, sem passar por etapas intermediárias. *Alternativa B.*

10884. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Assinale a opção correta a respeito do texto.

> Aferrado à valorização do aqui e agora, o sábio indiano Svâmi garante que "só o presente é real", o que equivale a considerar o passado e o futuro como puras ilusões. Viver no presente implica aceitar o primado da ação (o ato) sobre a esperança, o que equivale a trocar a passividade do estado de espera pela manifestação ativa da vontade de fazer. Em outras palavras, importa a flecha mais do que o alvo, o ato mais do que a expectativa.
>
> Como bem acentua Comte-Sponville, a ausência pura e simples de esperança não corresponde à mágoa, traduzida na acepção comum da palavra desespero. O desespero/desesperança é, antes, o grau zero da expectativa, portanto um regime de acolhimento do real sem temor, sem desengano, sem tristeza. Esse regime, ou essa regência, pode ser chamado de beatitude ou de alegria: uma aceitação e uma experiência da plenitude do presente.
>
> (Muniz Sodré. *As estratégias sensíveis:* afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 206).

(A) O autor do texto defende a ideia de que o ser humano, ao criar expectativas em relação ao futuro, não deve desesperar-se, mas, sim, manter-se passivo no estado de espera.

(B) A ideia central desenvolvida no texto baseia-se no pressuposto de que se vive, atualmente, uma era em que predomina o desespero.

(C) Uma das ideias secundárias desenvolvidas no texto é a de que os fins justificam os meios, como se depreende do trecho "importa a flecha mais do que o alvo".

(D) Uma das ideias desenvolvidas no texto é a de que o real só é, de fato, apreendido quando o indivíduo compreende o passado e o futuro como ilusões.

(E) Para sustentar a ideia apresentada no primeiro parágrafo, o autor do texto argumenta que é o medo do futuro que motiva os indivíduos a viverem intensamente o aqui e agora.

RESPOSTA (A) Errado – O que o texto afirma é justamente o oposto: deve-se trocar a passividade do estado de espera pela manifestação ativa da vontade de fazer. (B) Errado – Não se pode afirmar que se parte desse pressuposto, pois não há uma referência a um padrão de comportamento predominante na sociedade. Há, sim, a explicitação da visão de um teórico, o indiano Svâmi. (C) Errado – A metáfora "importa mais a flecha do que o alvo" faz referência à valorização do ato ("a flecha") em detrimento da expectativa ("o alvo"). (D) Certo – No primeiro período, há uma pista que torna essa inferência coerente: considerar só o presente como real significa considerar futuro e passado meras ilusões. Essa, de fato, é a tese do texto. (E) Errado – O que motiva as pessoas a viverem plenamente o presente é a vontade ativa de fazer, valorizando mais o ato do que a expectativa, e não necessariamente o medo do futuro. *Alternativa D.*

10885. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Assinale a opção que apresenta corretamente ideia contida no trecho abaixo.

> O período a que, hoje, assistimos se caracteriza pela perda de legitimidade dos governos e dos modelos neoliberais, mas, ao mesmo tempo, por dificuldades de construção de projetos alternativos. Uma das barreiras para a construção de tais projetos é o próprio fato de esses governos estarem engajados em uma estratégia de disputa hegemônica contínua, convivendo com o poder privado da grande burguesia – das grandes empresas privadas, nacionais e estrangeiras, dos bancos, dos grandes exportadores do agronegócio, da mídia privada. Se essa elite econômica não dispõe de grande apoio interno, conta com grandes aliados no plano internacional, especialmente

entre os países globalizadores.

(Emir Sader. *A nova toupeira:* os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009).

(A) Quanto maior o engajamento de um país em disputas por hegemonia, maior a crise de legitimidade das políticas neoliberais por ele desenvolvidas.

(B) A elite econômica de um país globalizado prescinde de apoio interno para manter seu poder hegemônico sobre os governos carentes de legitimidade.

(C) O poder hegemônico dos países globalizadores dificulta o avanço de projetos que visem à superação dos modelos neoliberais.

(D) A maior dificuldade dos governos de países globalizados é enfrentar a aliança da mídia privada com os países globalizadores.

(E) Na elite econômica de um país, é a mídia privada que mais poder exerce sobre o governo de um país.

RESPOSTA Conforme afirma o texto, a constante disputa dos países por posições hegemônicas dificulta o surgimento de projetos alternativos que substituam o modelo neoliberal. A letra A é falsa, pois os dois eventos (a disputa por posições hegemônicas e o desgaste de legitimidade) envolvendo os países de modelo neoliberal são concomitantes (simultâneos). Um não implica o outro necessariamente, como se afirma na assertiva A. A letra B é falsa, pois não se pode afirmar que um país globalizado prescinde de apoio interno. O texto afirma que, não havendo este, há apoio de grandes grupos internacionais. É uma compensação, não significando, no entanto, que o apoio interno seja desnecessário. A letra D e a letra E são falsas, pois simplesmente não é possível inferir essas interpretações com base nas informações disponíveis no texto. *Alternativa C.*

10886. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Assinale a opção que reproduz corretamente ideia contida no trecho abaixo.

> A realidade dos juros não se restringe ao mundo das finanças, como supõe o senso comum, mas permeia as mais diversas e surpreendentes esferas da vida prática, social e espiritual.
>
> A face mais visível dos juros monetários – os juros fixados pelos bancos centrais e os praticados nos mercados de crédito – representa apenas um aspecto, ou seja, não mais que uma diminuta e peculiar constelação no vasto universo das trocas intertemporais em que valores presentes e futuros medem forças.
>
> Pode-se, por exemplo, examinar a moderna teoria biológica do envelhecimento como uma troca intertemporal cuja síntese é “viver agora, pagar depois”. A senescência dos organismos é a conta de juros decorrente do redobrado vigor e aptidão juvenis.

(Texto adaptado de Eduardo Giannetti. *O valor do amanhã:* ensaio sobre a natureza dos juros. São Paulo: Companhia das Letras, 2005).

(A) Ao se fazer analogia entre os juros pagos em transações financeiras e os pagos em relações sociais, verifica-se que, apesar de, nestas, eles estarem embutidos, não há interesse da sociedade em desvelar esse fato.

(B) A moderna teoria biológica prioriza as análises que abordam as mudanças no corpo do ser humano como trocas intertemporais às quais é inerente o pagamento de juros.

(C) Os juros mais altos pagos pelos cidadãos são aqueles que, sorrateiramente, resultam da própria natureza finita dos seres humanos, determinada pelo irreversível envelhecimento do corpo.

(D) O conceito de juros tem sido aplicado restritamente às situações do mercado financeiro porque, via de regra, prevalecem, nas sociedades, as noções estabelecidas pelo senso comum.

(E) Prevalecendo a característica dos juros de que eles sempre envolvem uma troca intertemporal, a aplicação do conceito de juros pode ser estendida a outras situações da vida dos indivíduos.

RESPOSTA Segundo o texto, o conceito de juros extrapola as finanças e se aplica às mais diversas situações que envolvam trocas intertemporais. É o caso da moderna teoria biológica do envelhecimento, que pode ser resumida por “viver agora, pagar

depois”. A letra A é incorreta, pois não se pode inferir, pelas informações contidas no texto, que há desinteresse da sociedade em aplicar o conceito de juros às diversas situações. Há possivelmente um desconhecimento, e não uma falta de interesse. A letra B é falsa, pois, no texto, não se afirma que a teoria biológica priorize as análises das mudanças no corpo como trocas intertemporais. Trata-se apenas de uma possível abordagem, dentre outras. A letra C é falsa, pois não há elementos no texto que afirmem que tais juros são os mais altos pagos pelos cidadãos. A letra D é falsa, pois o próprio texto exemplifica situações, diferentes das do mercado financeiro, que empregam o conceito de juros em suas abordagens. *Alternativa E.*

10887. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Nas opções, são apresentadas propostas de continuidade do parágrafo abaixo. Assinale aquela em que foram atendidos plenamente os princípios de coesão e coerência textuais.

> Duas ameaças simétricas rondam a determinação dos termos de troca entre presente e futuro. A miopia temporal envolve a atribuição de um valor demasiado ao que está próximo de nós no tempo, em detrimento do que se encontra mais afastado. A hipermetropia é a atribuição de um valor excessivo ao amanhã, em prejuízo das demandas e interesses correntes.
>
> (Eduardo Giannetti. *O valor do amanhã:* ensaio sobre a natureza dos juros. São Paulo: Companhia das Letras, 2005).

(A) Contudo, a miopia temporal nos leva a subestimar o futuro, e a hipermetropia a supervalorizar o futuro, o que desfaz, em parte, a referida simetria.
(B) Por serem ameaças cujo resultado é idêntico, tanto a miopia temporal quanto a hipermetropia tornam irrelevante o fenômeno dos juros nas situações de troca entre presente e futuro.
(C) Apesar dessa simetria, não existe uma posição credora – pagar agora, viver depois –, mesmo porque sempre abrimos mão de algo no presente sem a expectativa de recebermos algo no futuro.
(D) Diante dessas ameaças, cabe perguntar se existe um ponto certo – um equilíbrio estável e exato – entre os extremos da fuga do futuro (miopia) e da fuga para o futuro (hipermetropia).
(E) Essa simetria conduz, portanto, à conclusão de que vale mais a pena subordinar o presente ao futuro, e não, o contrário, o que nos fará atribuir valor excessivo ao futuro, sem risco de incorrermos em hipermetropia temporal.

RESPOSTA A letra A quebra a coesão devido ao uso do conector de oposição “Contudo”. Seria mais apropriado um conector conclusivo. Além disso, o trecho final contradiz o início do parágrafo, ao afirmar que se desfaz a simetria. A letra B é incoerente, pois essas duas ameaças reforçam a aplicabilidade do conceito de juros nas situações de troca entre presente e futuro. A letra C é incoerente, pois é de se esperar que a miopia temporal torne mais difícil para o indivíduo abrir mão de algo no presente. O trecho final afirma que isso ocorreria sempre. A letra D é coerente e mantém a coesão com o início do parágrafo. A letra E quebra a coesão, pois a afirmação ao final de que “vale mais a pena subordinar o presente ao futuro, e não, o contrário” não pode ser depreendida do restante do texto. *Alternativa D.*

10888. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Assinale a opção que constitui continuação coesa, coerente e gramaticalmente correta para o texto de Luiz Gonzaga Beluzzo, adaptado do *Valor Econômico* de 14 de outubro de 2009.

A marca registrada das crises capitaneadas pela finança é o colapso dos critérios de avaliação da riqueza que vinham prevalecendo. As expectativas dos possuidores de riqueza capitulam diante da incerteza e não é mais possível precificar os ativos. Os métodos habituais que permitem avaliar a relação risco/rendimento dos ativos sucumbem diante do medo do futuro. A obscuridade total paralisa as decisões e nega os novos fluxos de gasto.

(A) Essa decisão pela corrida privada para as formas imaginárias, mas socialmente incontornáveis do valor e da riqueza vai afetar negativamente a valorização e a reprodução da verdadeira riqueza social, ou seja, a demanda de ativos reprodutivos e de trabalhadores.
(B) Em contraposição a esse fenômeno, depois do colapso financeiro deflagrado pela quebra do

Lehman Brothers, os preços dos ativos privados foram atropelados pelos mercados em pânico, na busca impossível da desalavancagem coletiva. Vendedores em fúria e compradores em fuga fizeram evaporar a liquidez dos mercados e prometiam uma deflação de ativos digna da Grande Depressão dos anos trinta.

(C) Contanto que a reação das autoridades dos países desenvolvidos foi menos eficaz para restabelecer a oferta de crédito no volume desejado e impotente para reanimar o dispêndio das famílias e dos negócios. Empresas e consumidores trataram de cortar os gastos (e, portanto a demanda de crédito) para ajustar o endividamento contraído no passado à renda que imaginam obter num ambiente de desaceleração da economia e de queda do emprego.

(D) Essas intervenções dos bancos centrais e dos Tesouros, sobretudo nos Estados Unidos, conseguiram, aos trancos, barrancos e trombadas legais, estancar a rápida deterioração das expectativas. Contrariando os augúrios mais pessimistas, a ação das autoridades foi capaz de afetar positivamente as taxas do interbancário e restabelecer as condições mínimas de funcionamentos dos mercados monetários.

(E) Em tais circunstâncias, a tentativa de redução do endividamento e dos gastos de empresas e famílias em busca da liquidez e do reequilíbrio patrimonial é uma decisão “racional” do ponto de vista microeconômico, mas danosa para o conjunto da economia, pois leva necessariamente à deterioração dos balanços. É o paradoxo da “desalavancagem”.

RESPOSTA Na **letra A**, a expressão *“Essa decisão”* não referencia nenhum termo no trecho anterior. Na **letra B**, há um problema de coesão, pois a conexão estabelecida por *“Em contraposição a”* estabelece uma equivocada relação de oposição. Há, sim, uma concordância entre os trechos, e não uma oposição. Na **letra C**, a primeira frase está incompleta, uma vez que é composta somente por orações subordinadas. Além disso, o emprego do conector condicional *“Contanto que”* gera prejuízos à coerência e à coesão textuais. Na **letra D**, a expressão *“Essas intervenções”* não referencia nenhum termo no trecho anterior. A **letra E** é a correta. O termo *“tais circunstâncias”* retoma todo o trecho anterior, contribuindo, dessa forma, com a coesão textual. *Alternativa E.*

10889. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Os trechos abaixo constituem um texto adaptado de Muniz Sodré (*As estratégias sensíveis*: afeto, mídia e política), mas estão desordenados. Ordene-os, indique a ordem dentro dos parênteses e assinale a opção que corresponde à ordem correta.

( ) Ao redor do que se tem chamado de “imprensa de opinião” ou de “publicismo”, organizaram-se os espaços públicos das democracias inaugurais na modernidade ocidental.

( ) O espaço público realiza, modernamente, a mediação dos interesses particulares da sociedade civil, visando principalmente a preservar as garantias dos direitos individuais frente ao poder do Estado. É aí fundamental o papel da imprensa.

( ) É preciso deixar claro, contudo, que, a despeito de sua grande importância, a imprensa não define o espaço público. Ele não é um puro espaço de comunicação, e, sim, uma potência de conversão do individual em comum, o que não deixa de comportar zonas de sombras ou de opacidades não necessariamente comunicativas.

( ) Assim, a ampliação técnica da tradicional esfera pública pelo advento da mídia ou de todas as tecnologias da informação não implica necessariamente o alargamento da ação política.

( ) Por outro lado, vem definhando a representação popular, que era o motor político do espaço público e base da sociedade democrática, fenômeno que remonta ao século XIX, quando a experiência da soberania popular se converteu em puro diálogo, senão em mera encenação espetacular.

(A) 2, 4, 1, 3, 5.

(B) 2, 1, 5, 4, 3.

(C) 1, 2, 4, 5, 3.

(D) 2, 1, 3, 5, 4.

(E) 3, 5, 1, 2, 4.

RESPOSTA A alternativa que apresenta a sequência mais lógica e coerente é a **letra D.** Vejamos:

Em (1), é explicitada a tese do texto, que confere à imprensa importante papel na preservação das garantias dos direitos individuais frente ao poder do Estado. **Em (2)**, os termos *"imprensa de opinião"* e *"publicismo"* dão continuidade à ideia do último período de (1). **Em (3)**, a conjunção *"contudo"* estabelece uma ressalva entre o que será dito e o que foi dito com respeito à importância da imprensa nos dois trechos anteriores. **Em (4)**, a expressão *"por outro lado"* relativiza a ideia exposta em (3), reafirmando mais uma vez o importante papel da imprensa na sociedade. Por último, **em (5)**, a conjunção *"assim"* dá ao texto tons conclusivos. *Alternativa D.*

10890. (Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF) Os trechos a seguir constituem um texto adaptado de *O Globo*, Editorial, 14/10/2009, mas estão desordenados. Ordene-os nos parênteses e indique a sequência correta.

( ) Esse quadro se alterou significativamente: em volume, a produção nacional de petróleo vem se mantendo próxima aos patamares de consumo doméstico. A redução dessa dependência no campo da energia foi acompanhada por um salto expressivo nas exportações brasileiras (que cresceram uma vez e meia na última década), com razoável equilíbrio entre produtos básicos e manufaturados na pauta de vendas.

( ) Apesar de a economia brasileira ter ainda um grau de abertura relativamente pequeno para o exterior – se comparado à média internacional –, o câmbio sempre foi apontado como um dos fatores mais vulneráveis do país. No passado, o Brasil era muito dependente de petróleo importado e de insumos essenciais para a indústria.

( ) Além desse equilíbrio, os programas de ajuste macroeconômico têm garantido uma estabilidade monetária que ampliou o horizonte de investimentos e as possibilidades de um desenvolvimento sustentável de longo prazo.

( ) Tal promoção foi reforçada pela capacidade de reação da economia brasileira à recente crise financeira, a mais grave que o mundo atravessou desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

( ) Assim, as principais agências classificadoras de risco promoveram a economia brasileira para a categoria daquelas que não oferecem risco cambial aos investidores estrangeiros.

(A) 2, 1, 3, 5, 4.

(B) 5, 3, 4, 1, 2.

(C) 4, 5, 2, 3, 1.

(D) 3, 2, 1, 4, 5.

(E) 4, 1, 2, 3, 5.

RESPOSTA A alternativa que traz a sequência mais lógica e coerente é a **letra A**. Vejamos:

Em (1), é feita uma apresentação da temática do texto, que gira em torno da influência do câmbio na economia brasileira com as mudanças no cenário econômico. **Em (2)**, a expressão *"Esse quadro"* retoma o último período de (1): *"No passado, o Brasil... de insumos essenciais para a indústria"*. **Em (3)**, a expressão *"desse equilíbrio"* retoma o último período em (2), que afirma ter o país alcançado um equilíbrio na pauta de vendas entre produtos básicos e manufaturados. **Em (4)**, a conjunção *"Assim"* confere tons conclusivos ao texto. **Em (5)**, a expressão *"Tal promoção"* retoma a ideia desenvolvida em (4). *Alternativa A.*

10891. (Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF) Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto adaptado do *Jornal do Brasil*, Editorial, 7/10/2009.

Vários, e de distintos naipes, foram os questionamentos ___1___ construção do IDH como tal. Por que não mortalidade infantil de crianças abaixo de 5 anos de idade em vez de expectativa de vida? Por que

não incluir outros indicadores, tais como nível de pobreza, déficit habitacional, acesso ___2___ água potável e saneamento básico? Por que não acrescentar outras dimensões relacionadas ___3___ meio ambiente (que afeta o padrão de vida desta e das próximas gerações), aos direitos civis e políticos, ___4___ segurança pessoal e no trabalho, ___5___ facilidade de locomoção? Qual a confiabilidade dos dados fornecidos por quase duas centenas de países? Há uma escassez de informação em relação ___6___ maioria das dimensões sugeridas para uma comparação internacional, sem contar ___7___ confiabilidade dos dados.

	1	2	3	4	5	6	7
(A)	à	a	ao	à	à	à	a
(B)	da	à	com o	com a	da	com a	da
(C)	a	na	pelo	da	na	da	à
(D)	na	da	no	na	de	a	uma
(E)	pela	de	a	em	com a	pela	com a

RESPOSTA Em (1), há a necessidade de emprego da preposição *"a"* em virtude da regência exigida em *"questionamentos **a** algo"*. Como se está diante de uma palavra feminina – *"construção"* –, há também a necessidade de emprego do artigo *"a"*. Sendo assim, temos as condições necessárias para o emprego da crase (*a* + *a* = *à*). Em (2), para manter o paralelismo, empregamos somente a preposição *"a"*. Não se emprega o artigo *"a"* antes de "água", uma vez que não foi empregado o artigo *"o"* antes de *"saneamento"*. Em (3), (4) e (5), há a necessidade da preposição *"a"*, em virtude da regência exigida em *"relacionada **a** algo"*. Além disso, para manter o paralelismo, devemos anteceder artigos em todos os substantivos coordenados entre si. Assim, teremos as construções: *"**ao** meio ambiente"*, *"**à** segurança pessoal" e "**à** facilidade de locomoção"*. Em (6), há a presença da preposição *"a"*, exigida pela regência *"em relação **a** algo"*, e do artigo *"a"*, exigido pelo substantivo feminino *"maioria"*. Em (7), temos somente a necessidade do artigo "a", que define o substantivo "confiabilidade". *Alternativa A.*

10892. (Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF) Em relação ao texto, assinale a opção correta.

[1]Sintoma do arrefecimento da ideologia nos mais variados âmbitos da vida social, há uma distinção, presente no meio acadêmico, segundo a qual, enquanto nas décadas passadas as grandes celeumas intelectuais tinham como pano de fundo embates ideológicos, hoje as disputas girariam basicamente em torno de divergências metodológicas. A discussão em torno do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – cujo

[5]ranking divulgado este ano mostra um ligeiro avanço da pontuação do Brasil, embora o país continue na 75ª colocação – não poderia fugir à regra.

Criado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen e calculado pelo Programa das Nações Unidas para

o Desenvolvimento (Pnud), o Índice de Desenvolvimento Humano, ao longo dos anos, vem recebendo uma

série de críticas da comunidade científica internacional. Críticas metodológicas, por pressuposto. Baseado em

[10]três dimensões fundamentais do desenvolvimento humano, o IDH combina indicadores socioeconômicos,

relacionados à renda (medida pelo Produto Interno Bruto *per capita*), à saúde (entendida como a capacidade de se levar uma vida longa e saudável, expressa pela expectativa de vida ao nascer) e à

educação (medida pela alfabetização da população acima de 15 anos associada às taxas de matrícula do ensino fundamental ao superior).

(*Jornal do Brasil*, Editorial, 7/10/2009).

(A) A expressão "arrefecimento" (linha 1) está sendo empregada com o sentido de **aquecimento, fortalecimento**.

(B) O cálculo do IDH leva em consideração índices relativos à renda, à saúde e à educação no país.

(C) Pelos sentidos do texto, percebe-se que há unanimidade na comunidade científica internacional quanto à correção da metodologia adotada para determinar o Índice de Desenvolvimento Humano.

(D) No meio acadêmico, os atuais embates ideológicos passam ao largo das divergências metodológicas.

(E) A palavra "celeumas" (linha 2) está sendo empregada com o sentido de **consenso.**

RESPOSTA (A) Errado – A expressão *"arrefecimento"* é empregada no sentido de *"resfriamento"*, *"desaquecimento"*. (B) Certo. (C) Errado – Não se pode afirmar que há unanimidade. Quando se afirma que o IDH vem recebendo muitas críticas da comunidade científica internacional, não se deve entender que toda a comunidade está a criticar. (D) Errado – O que se afirma no texto é que os grandes embates se reduzem basicamente a divergências metodológicas. Sendo assim, há uma proximidade, e não um distanciamento, como se afirma na assertiva *("passa ao largo de")*. (E) Errado – A palavra *"celeumas"* está sendo empregada no sentido de *"divergências"*, *"polêmicas"*, *"discussões". Alternativa B.*

10893. (Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF) Assinale a justificativa correta para o emprego de vírgula.

A economia real nos Estados Unidos e na Europa segue em compasso de espera. Isso significa que o produto e o emprego seguem em declínio, (1) mas a uma velocidade menor.

Seja como for, as injeções de liquidez, os programas de compra de ativos podres, (2) as garantias oferecidas pelas autoridades e a capitalização das instituições financeiras não fizeram pouco. Além de construir um piso para a deflação de ativos, as intervenções de provimento de liquidez suscitaram, (3) diriam os keynesianos, (3) um movimento global no interior da circulação financeira. O inchaço da circulação financeira teve efeitos mesquinhos sobre a circulação industrial, (4) ou seja, (4) sobre a movimentação do crédito e da moeda destinada a impulsionar a produção e o emprego.

Observa-se, (5) no entanto, (5) um rearranjo dentro do estoque de riqueza que responde aos preços esperados dos ativos "especulativos" por parte dos investidores que sobreviveram ao colapso da liquidez. Agarrados aos salva-vidas lançados com generosidade pelo gestor em última instância do dinheiro – esse bem público objeto da cobiça privada – os senhores da finança tratam de restaurar as práticas e operações de "normalização dos mercados", isto é, aquelas que levaram à crise.

(Luiz Gonzaga Beluzzo, adaptado do *Valor Econômico* de 14 de outubro de 2009).

(A) (1) A vírgula separa oração coordenada assindética.

(B) (2) A vírgula separa elementos de mesma função sintática componentes de uma enumeração.

(C) (3) As vírgulas isolam uma expressão apositiva.

(D) (4) As vírgulas isolam conjunção coordenativa conclusiva.

(E) (5) As vírgulas isolam conjunção subordinativa concessiva intercalada na oração principal.

RESPOSTA (A) Errado – A vírgula em (1) separa uma oração coordenada sindética adversativa. (B) Certo – Os termos *"as injeções de liquidez"*, *"os programas de compra de ativos podres"*, *"as garantias oferecidas pelas autoridades"* e *"a capitalização das instituições financeiras"* são integrantes de um sujeito composto. Entre eles, deve haver separação por vírgula, com exceção dos dois últimos termos, conectados pela conjunção *"e"*. (C) Errado – As vírgulas empregadas em (3) isolam uma expressão de valor conformativo – *"(conforme) diriam os keynesianos"*. (D) Errado – As vírgulas em (4) são empregadas para isolar uma expressão interpositiva. (E) Errado – As vírgulas em (5) isolam uma conjunção coordenativa adversativa intercalada.

Alternativa B.

10894. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Em relação aos elementos do texto, assinale a opção correta.

[1]Um ano após o agravamento da crise financeira, o Brasil tem mais de US$ 230 bilhões em reservas. Tanto
o Tesouro como grandes empresas voltaram a lançar títulos no exterior, com sucesso. A
valorização do real se tornou, então, um fenômeno inevitável, que reflete o enfraquecimento do
dólar no mercado internacional e o fluxo positivo de capitais no país.
[5]No entanto, dado o ritmo de crescimento projetado para o ano que vem, o mais provável é que a demanda
por importações aumente e a pressão em favor do real diminua.
Enquanto isso, além de uma paulatina liberalização do câmbio, o que pode ser feito no curto prazo
é a continuidade da acumulação de reservas cambiais, com o Banco Central comprando no mercado excedentes
de divisas. Qualquer invencionice só estimularia operações especulativas no câmbio, que acabariam
[10]provocando uma valorização ainda mais indesejável da moeda nacional.

(*O Globo*, Editorial, 14/10/2009, adaptado).

(A) A expressão “No entanto” (linha 5) estabelece, no texto, uma relação de comparação.
(B) O emprego do subjuntivo em “aumente” (linha 6) e em “diminua” (linha 6) justifica-se por se tratar de fatos de realização garantida.
(C) A expressão “Enquanto isso” (linha 7) estabelece no texto uma relação de condição.
(D) A palavra “invencionice” (linha 9) está sendo empregada no sentido de iniciativa rotineira, previsível.
(E) O emprego do futuro do pretérito em “estimularia” (linha 9) indica um acontecimento futuro em relação a um ato passado que se configura no fato relacionado aos termos “Qualquer invencionice” (linha 9).

RESPOSTA (A) Errado – A expressão *“No entanto”* estabelece com o restante do texto uma relação de oposição. (B) Errado – Emprega-se o modo subjuntivo para indicar possibilidade, hipótese, e não certeza. (C) Errado – A expressão *“Enquanto isso”* estabelece uma relação de concomitância (simultaneidade). (D) Errado – A expressão traz um sentido associado a algo repentino, imprevisível. (E) Certo. *Alternativa E.*

10895. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Em relação à função do “se”, assinale a opção correta.

A queda de rentabilidade das exportações **se agrava (1)** a cada dia em razão da valorização do real. Tudo indica que a moeda nacional deve continuar a se **valorizar (2)** e o Banco Central (BC), apesar das suas intervenções cada vez maiores, está impotente diante dessa valorização, que torna mais difícil a exportação e favorece a importação, ameaçando o crescimento da indústria nacional. O governo **se mostra (3)** incapaz de encontrar um modo de compensar esse efeito.
Está-se (4) observando também uma queda no *quantum* das exportações de manufaturados, de 17,4% nos sete primeiros meses do ano, junto com uma queda de preços de 5,5%, enquanto nos produtos básicos um aumento de 6,5% no *quantum* correspondeu a uma queda de 16,1% nos preços.
Não **se pode (5)** pensar que o fluxo de dólares possa diminuir nos próximos anos e, assim, criar um

ambiente muito favorável a uma desvalorização, pois os Investimentos Diretos Estrangeiros devem crescer, a Bolsa de Valores acompanhará a melhora da economia e a produção de petróleo, apesar da criação de um fundo especial, aumentará as receitas.

(*O Estado de S. Paulo*, Editorial, 14/10/2009).

(A) (1) Indica voz passiva analítica.
(B) (2) Indica sujeito indeterminado.
(C) (3) Funciona como objeto indireto.
(D) (4) Indica voz reflexiva.
(E) (5) Indica sujeito indeterminado.

RESPOSTA Em (1), temos uma voz passiva **sintética** (se agrava = é agravada). O "se" é, portanto, pronome apassivador (Alternativa A – Incorreta). Em (2), temos uma voz passiva sintética (se valorizar = ser valorizada). O "se" é, portanto, pronome apassivador (Alternativa B – Incorreta). Em (3), temos o "se" desempenhando papel de objeto **direto** ("quem mostra, mostra alguém"). (Alternativa C – Incorreta). Em (4), temos uma voz passiva sintética (está-se observando = está sendo observada). O "se" é, portanto, pronome apassivador (Alternativa D – Incorreta). Em (5), temos uma voz passiva sintética (não se pode pensar = não pode ser pensado). O "se" é, portanto, pronome apassivador. (Alternativa E – Incorreta). Todas as alternativas estão incorretas. Logo, a **questão foi anulada**.

10896. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Assinale a opção que apresenta proposta de substituição correta de palavra ou trecho do texto.

1Há sociedades que têm a vocação do crescimento, mas sem a vocação da espera. E a resultante, quando
não é inflação ou crise do balanço de pagamentos, é uma só: juros altos.
O conflito entre as demandas do presente vivido e as exigências do futuro sonhado é um traço permanente da condição humana. Evitar excessos e inconsistências dos dois lados é um dos maiores desafios em qualquer
5sociedade. No afã de querer o melhor de dois mundos, o grande risco é terminar sem chegar a mundo algum:
a cigarra triste e a formiga pobre.

(Texto adaptado de Eduardo Giannetti. *O valor do amanhã*: ensaio sobre a natureza dos juros. São Paulo: Companhia das Letras, 2005).

(A) "Há" (linha 1) por "Existe".
(B) "que têm a vocação do crescimento" (linha 1) por "cuja vocação de crescimento" (linha 2).
(C) "No afã de querer" (linha 5) por "No equívoco de visar".
(D) "E a resultante, quando não é" (linha 2) por "E se caso a resultante não seja".
(E) "mas sem a vocação da espera" (linha 2) por "mas não, a da espera".

RESPOSTA (A) Errado – Com a substituição sugerida, é necessário flexionar no plural o verbo *"existir" (existem)*, para que haja concordância com o sujeito *"sociedades"*. (B) Errado – Com a substituição sugerida, teríamos uma frase incompleta (*"Há sociedades cuja vocação de crescimento, mas sem a vocação da espera."*). (C) Errado – O termo *"afã"* significa *"ânsia"*, *"ímpeto"*. (D) Errado – Com a substituição sugerida, teríamos um problema de flexão verbal. Em *"E se caso a resultante não seja inflação ou crise do balanço de pagamentos, é uma só: juros altos."*, seria necessário empregar a forma verbal *"for"* no lugar de *"seja"* e *"será"* no lugar de *"é"*. (E) Certo – A vírgula se justifica pela elipse da forma verbal *"tem"*. *Alternativa E.*

10897. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Com relação a aspectos semânticos e sintáticos do texto, assinale a opção correta.

1Aconteceu poucos dias após o início do governo Collor, a partir do congelamento dos depósitos bancários.

Estávamos na longa e irritante fila de um grande banco, em busca da minguada nota de cinquenta a que cada um tinha direito.

Uma fila pode ser tomada como um exercício de psicologia comparada. Se, por absurdo, uma fila assim tivesse

5de ser formada em um banco americano, aposto que nela reinaria a frustração controlada e a incomunicação.

A cena no banco brasileiro era diferente. Quase todos conversavam animadamente, irmanados na dor de ver seu dinheiro distanciar-se para, quem sabe, não mais retornar.

Havia os ministros da Fazenda, que mediam as possibilidades incertas de recuperar os depósitos, havia os conformados, que aceitavam tudo, se esse fosse o preço a ser pago pela morte do dragão inflacionário. Havia

10os que ficavam especulando sobre as alternativas que poderiam ter adotado para escapar ao sequestro. A

opção mais aceita punha nas nuvens o português dono de padaria. Ele, sim, fizera o certo, guardando seu dinheiro debaixo do colchão.

(Boris Fausto. *Memória e história*. São Paulo: Graal, 2005).

(A) Atendidas as prescrições gramaticais, o 2º período do 2º parágrafo assim poderia ser reescrito: Aposto que, se, por absurdo, tal fila tivesse sido formada em um banco dos Estados Unidos, teriam, nela, reinado a frustração controlada e o silêncio.

(B) Atendidos os preceitos gramaticais, é uma construção alternativa para a oração "a que cada um tinha direito" (linhas 2 e 3): a qual cada um de nós tínhamos direito.

(C) São duas formas corretas de substituição do segmento "pode ser tomada como" (linha 4): pode suscitar; pode ser comparada a.

(D) Como o verbo da primeira oração do texto é impessoal, não há expressão que exerça a função de sujeito, o que não acarreta prejuízo semântico nem sintático para o parágrafo, porque, no período seguinte, é explicitado o fato narrado pelo autor do texto.

(E) São exemplos de expressões empregadas no texto com sentido denotativo e conotativo, respectivamente: "os ministros da Fazenda" (linha 8) e "morte do dragão inflacionário" (linha 9).

RESPOSTA (A) Certo. (B) Errado – Haveria a necessidade de empregar a preposição *"a"* antes de *"a qual"*, uma vez que ela é solicitada pelo nome *"direito" (direito **a** algo)*. Assim, o correto seria: *"**à** qual cada um de nós tínhamos direito"*. (C) Errado – O emprego de *"suscitar"* não mantém o sentido original, uma vez que significa *"provocar"*, *"fazer aparecer"*. (D) Errado – O verbo *"acontecer"* não é impessoal. O sujeito da oração, no caso, está apenas oculto. (E) Errado – O termo *"Fazenda"* não é empregado em seu sentido literal (denotativo). O uso dessa expressão, para se referir ao Ministério da Economia, foi consagrado pelo tempo. *Alternativa A.*

10898. (Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF) Os trechos abaixo constituem um texto adaptado de Luiz Gonzaga Beluzzo, *Valor Econômico* de 14 de outubro de 2009. Assinale a opção que apresenta erro gramatical.

(A) Os movimentos observados no interior da circulação financeira, em si mesmos, não prometem à economia global uma recuperação rápida e brilhante, mas indicam que os mercados não temem a formação de novas bolhas de ativos nos mercados emergentes.

(B) Diante do frenesi que ora turbina as bolsas, as moedas dos emergentes e as *commodities* não faltam prognósticos que anunciam o fim da crise e preconizam uma recuperação rápida da economia global, liderada pelos emergentes.

(C) Nas circunstâncias atuais, a realocação de carteiras favorecem as bolsas, as moedas dos

emergentes e as *commodities*, enquanto o dólar segue uma trajetória de declínio, depois da valorização observada nos primeiros meses de crise.

(D) No rol de vencedores da batalha contra a depressão global, figuram, em posição de respeito, a China, a Índia e o Brasil, cada qual com suas forças e fragilidades.

(E) Entre as fragilidades, sobressaem a pressão para valorização das moedas nacionais e as ações de esterilização dos governos, com efeitos indesejáveis sobre a dinâmica da dívida pública dos países receptores da "chuva de dinheiro externo".

RESPOSTA De fato, há um equívoco de flexão da forma verbal *"favorecem"*. Esta deveria estar no singular, para que houvesse a concordância com o núcleo do sujeito *"realocação"*. Porém, **a letra B também apresenta um erro gramatical**. Deveria haver uma vírgula após *commodities,* para assinalar o deslocamento da oração adverbial *"Diante do frenesi que ora turbina as bolsas, as moedas dos emergentes e as commodities"*. A questão deveria, portanto, ser anulada. *Alternativa C.*

10899. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Assinale a opção que corresponde a erro gramatical.

O IDH é um índice que, pela simplicidade, **se (1)** disseminou mundialmente, **tornando-se (2)** um parâmetro de avaliação de políticas públicas na área social, o que não é pouco, levando-se em consideração que há respaldo científico.

No entanto, para além das filigranas metodológicas, é preciso não **se perder (3)** de vista o ponto fundamental do IDH, que é medir a qualidade de vida para além de indicadores econômicos. Nesse sentido, ele é uma
bem-sucedida alternativa ideológica do indicador puro e simples do Produto Interno Bruto, **no qual (4)** pode camuflar o real nível de bem-estar da maioria da população. Com o IDH, medir desenvolvimento humano passou a ser tão ou mais importante que **aferir (5)** o mero, e às vezes enganador, desenvolvimento econômico.

(*Jornal do Brasil*, Editorial, 7/10/2009, adaptado).

(A) (1).
(B) (2).
(C) (3).
(D) (4).
(E) (5).

RESPOSTA Está incorreto o uso da preposição *"em"* antes de *"o qual"*, uma vez que nenhum verbo ou nome a solicita. É possível ler a oração da seguinte forma: *"O PIB pode camuflar o real nível de bem-estar da maioria da população."*. Assim, o correto seria: *"...Produto Interno Bruto,* ***o qual*** *pode camuflar o real nível de bem-estar da maioria da população".* (1) está correto, pois o oblíquo "se" é atraído pelo pronome relativo "que", resultando na próclise. (2) está correto, pois, após vírgula, emprega-se a ênclise. (3) está correto, pois o pronome "se" é atraído pela palavra negativa "não", resultando na próclise. (5) está correto. O verbo "aferir" foi empregado corretamente, significando "verificar, comparar com padrões". *Alternativa D.*

10900. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Assinale o trecho do texto adaptado de Maria Rita Kehl (*O tempo e o cão*: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009) em que, na transcrição, foram plenamente atendidas as regras de concordância e regência da norma escrita formal da Língua Portuguesa.

(A) Paradoxalmente, as mesmas inovações tecnológicas destinadas a nos poupar o tempo de certas tarefas manuais e aumentar o tempo ocioso vem produzindo um sentimento crescente de encurtamento à temporalidade. Tal sentimento talvez esteja relacionado com o encolhimento da duração.

(B) A vivência contemporânea da temporalidade é dominada por um subproduto das ideologias da

produtividade, às quais reza que se devem aproveitar, ao máximo, cada momento da vida.

(C) Desligado do frágil fio que ata o presente à experiência passada, voltado, sofregamente, para o futuro, o indivíduo sofre com o encurtamento da duração. Assim, desvalorizam-se o tempo vivido e o saber que sustenta os atos significativos da existência.

(D) Segundo Bergson, a duração se mede pela sensação de continuidade entre o instante presente, o passado imediato e o futuro próximos; no entanto, nada indica que o registro psíquico dessas duas formas do tempo que alongam o presente devam limitar-se em curtos períodos antes e depois do brevíssimo instante.

(E) Talvez a medida do transcorrer do tempo não individual não se assemelhe com o desenrolar de um fio, mas do tecer de uma rede que abriga e embala um grande número de pessoas ligado entre si pela experiência.

RESPOSTA (A) Errado – Há um equívoco na flexão da forma verbal *"vem"*, que deveria estar conjugada no plural *(vêm)*, haja vista que necessita haver concordância com o núcleo do sujeito *"inovações"*. (B) Errado – Não está correto o emprego da crase em *"às quais"*, haja vista que nenhum verbo ou nome está solicitando a preposição *"a"*. Assim, o correto seria *"as quais"*. Além disso, deve-se empregar a forma "se deve aproveitar" em vez de "se devem aproveitar", para que haja concordância com o núcleo do sujeito paciente "momento" (se deve aproveitar... cada momento da vida = cada momento da vida... deve ser aproveitado). (C) Certo. (D) Errado – Há uma incorreção na flexão do adjetivo *"próximos"*, que deveria estar no singular para concordar com o substantivo *"futuro"*. (E) Errado – Há dois equívocos: para manter o paralelismo, é necessário usar a preposição e o artigo *"com o"* no lugar da contração *"do"* *(...mas **com o** tecer de uma rede...)*; para manter a concordância com o substantivo *"pessoas"*, é necessário flexionar o adjetivo *"ligado"* no feminino plural (*"ligadas"*). *Alternativa C.*

10901. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)** Assinale a opção em que o trecho do texto de Emir Sader (*A nova toupeira*: os caminhos da esquerda latino-americana) foi transcrito com correção gramatical.

(A) Atualmente, as alternativas de contraposição a hegemonia enfrentam os dois pilares centrais do sistema dominante: o modelo neoliberal e a hegemonia imperial estadunidense. É no confronto com aqueles que se tem de medir o processo de construção de "outro mundo possível", para se analisar seus avanços, revezes, obstáculos e perspectivas.

(B) De certa maneira, pode-se resumir os eixos que articulam o poder atual no mundo à partir de três grandes monopólios: o das armas, o do dinheiro e o da palavra. O primeiro reflete a política de militarização dos conflitos, em que os Estados Unidos acreditam dispor de superioridade inquestionável.

(C) A região tem-se mostrado refratária a política de guerra infinita promovida pelos Estados Unidos. Internamente, a Colômbia, epicentro regional da política estadunidense, permanece isolada. No entanto, em seu conjunto, a América Latina produziu espaços de autonomia relativa no tocante a hegemonia econômica e política dos Estados Unidos, o que a torna o elo mais frágil da cadeia neoliberal no século XXI.

(D) O terceiro trata-se do monopólio da mídia privada no processo – profundamente seletivo e antidemocrático – de formação da opinião pública. Palco inicial da implantação do modelo neoliberal e sua vítima privilegiada, a América Latina passa por uma espécie de ressaca do neoliberalismo, com governos que rompem com o modelo e com outros que buscam readequações que lhe permitam não sucumbir com ele.

(E) O segundo retrata a política neoliberal de mercantilização de todas as relações sociais e dos recursos naturais, que tem buscado produzir um mundo em que tudo tem preço, tudo se vende, tudo se compra e cuja utopia são os grandes centros de compras.

RESPOSTA (A) Errado – É necessário o emprego da crase antes de *"hegemonia"*, pois, nesse caso, tem-se a fusão da

preposição *"a"*, exigida pela regência de *"contraposição"* (*contraposição* ***a*** *algo*), com o artigo *"a"*, exigido pelo substantivo *"hegemonia"*. Além disso, deve-se flexionar a forma verbal *"analisar"* no plural, para haver concordância com o sujeito paciente *"seus avanços, revezes, obstáculos e perspectivas"*. Assim, o correto seria: "Atualmente, as alternativas de contraposição **à** hegemonia enfrentam os dois pilares centrais do sistema dominante: o modelo neoliberal e a hegemonia imperial estadunidense. É no confronto com aqueles que se tem de medir o processo de construção de 'outro mundo possível', *para* ***se analisarem*** *seus avanços, revezes, obstáculos e perspectivas".* (B) Errado – É necessário flexionar no plural a forma verbal *"pode-se resumir"*, para haver concordância com o sujeito paciente *"os eixos"*. Além disso, está incorreto o emprego da crase antes do verbo *"partir"*. Assim, o correto seria: "De certa maneira, **podem-se resumir** os eixos que articulam o poder atual no mundo **a partir de** três grandes monopólios: o das armas, o do dinheiro e o da palavra. O primeiro reflete a política de militarização dos conflitos, em que os Estados Unidos acreditam dispor de superioridade inquestionável". (C) Errado – É necessário o emprego da crase antes de *"política"*, resultado da fusão da preposição *"a"*, exigida pela regência de *"refratária"* (*refratária* ***a*** *algo*), e do artigo *"a"*, exigido pelo substantivo *"política"*. Também se faz necessário o emprego da crase antes de *"hegemonia"*, resultado da fusão da preposição *"a"*, exigida pela regência de *"no tocante"* (*no tocante* ***a*** *algo*), e do artigo *"a"*, exigido pelo substantivo *"hegemonia"*. Assim, o correto seria: "A região tem-se mostrado refratária **à** política de guerra infinita promovida pelos Estados Unidos. Internamente, a Colômbia, epicentro regional da política estadunidense, permanece isolada. No entanto, em seu conjunto, a América Latina produziu espaços de autonomia relativa no tocante **à** hegemonia econômica e política dos Estados Unidos, o que a torna o elo mais frágil da cadeia neoliberal no século XXI". (D) Errado – O único erro presente diz respeito à flexão do pronome *"lhe"*, que deveria estar no plural para concordar com o referente *"outros (governos)"*. Assim, o correto seria: *"...e com outros que buscam readequações que* ***lhes*** *permitam não sucumbir com ele".* (E) Certo. *Alternativa E.*

10902. (Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2009 – ESAF)

Assinale o trecho do texto adaptado de Boris Fausto (*Memória e história*) em que, na transcrição, foram plenamente atendidas as regras de pontuação.

(A) Em uma fila no banco, na época em que, no Brasil, houve congelamento dos depósitos bancários, uma jovem, de traços orientais, permanecia calada e, aparentemente, atenta aos movimentos de todos, como se a qualquer momento, alguém pudesse passar à sua frente.

(B) Pensei, ainda, em lembrá-la de que, por outro lado, a experiência dos japoneses no Brasil estava longe de representar um desastre. No entanto, bastou olhar para a neta do sol nascente e, logo, perceber que ela se transportara para outras esferas, alheia à fila e a tudo o mais que a rodeava.

(C) Não era nada disso. A jovem decifrou o enigma, em tom suspiroso, explicando que, no começo dos anos de 1930, grande parte da família decidira emigrar para a Califórnia, mas seu avô meio aventureiro, optara infelizmente, pelo Brasil.

(D) Tentei esboçar um discurso sociológico, ponderando, que os imigrantes japoneses localizados na costa do Pacífico, tinham atravessado momentos adversos, especialmente, no curso da Segunda Guerra Mundial, quando muitos deles foram transferidos para campos de confinamento no meio-oeste americano.

(E) De repente, sua voz se ergueu enigmática: "A culpa de tudo isso é do meu avô". Nos segundos seguintes, a melhor hipótese que me passou pela cabeça, foi a de um avô conservador, aconselhando a neta a poupar, em vez de gastar, apoiado em uma versão japonesa da fábula da cigarra e da formiga.

RESPOSTA (A) Errado – Deveria haver uma vírgula depois de *"como se"*, para isolar o adjunto adverbial deslocado da ordem direta *"a qualquer momento".* (B) Certo. (C) Errado – Há um equívoco de pontuação com a vírgula depois de *"aventureiro".* Se desejarmos mantê-la, devemos pôr necessariamente uma vírgula depois de *"avô",* transformando o termo *"meio aventureiro"* em aposto explicativo. Outra solução é retirar a vírgula, transformado, assim, o termo *"meio aventureiro"* em adjunto adnominal. (D) Errado – Há alguns equívocos de pontuação: a vírgula depois de *"ponderando"* está errada, pois separa oração principal e oração subordinada substantiva objetiva direta *("que os imigrantes japoneses...")*; a vírgula depois de *"Pacífico"* está errada, pois separa sujeito *("os imigrantes japoneses... costa do Pacífico")* e verbo *("tinham").* (E) Errado – Há um equívoco no uso da vírgula depois de *"cabeça",* pois ela separa sujeito *("a melhor ideia que me passou pela cabeça")* e verbo *("foi"). Alternativa B.*

10903. (Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)

De acordo com as ideias do texto,

assinale a afirmativa correta.

Face mais cruel de qualquer período recessivo na economia, o desemprego é chaga social que propaga desalento coletivo, além de contribuir para a formação do círculo vicioso que começa com a queda do consumo, passa pela inibição da produção e termina em mais desemprego. Mas é exatamente nesse setor que as previsões mais otimistas para 2010 começam a se confirmar. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho, mostram que o saldo entre a admissão e a demissão de empregados com carteira assinada somou 181.419 vagas, um recorde que deixou longe os até então festejados 142 mil empregos formais registrados em janeiro de 2008, último mês de expansão antes da crise mundial. Detalhes reforçam o otimismo quanto à continuidade desse desempenho. Em janeiro de 2010, quando 1.410.462 postos formais de trabalho foram preenchidos, a indústria de transformação voltou a dar sinais de forte retomada. O setor tinha sido o mais atingido pela recessão, mas compareceu com 68.920 contratações, 17% acima do recorde anterior, de janeiro de 2008.

(*Estado de Minas*, Editorial, 19/02/2010, com adaptações).

(A) O Brasil não apresentou taxa de desemprego durante a crise econômica de 2008/2009.
(B) O desemprego contribui para o círculo vicioso constituído pela queda do consumo, da produção e novamente pelo aumento do desemprego.
(C) A indústria de transformação continua a demonstrar sinais da recessão e não apresenta retomada de crescimento.
(D) Em janeiro de 2008 as taxas de emprego do Brasil foram as mais altas da história.
(E) A demissão de empregados com carteira assinada chegou quase a 200.000 vagas em janeiro de 2010.

RESPOSTA (A) Errado – É lógico que houve desemprego em 2008/2009. O que o texto afirmou é que, nesse período, o saldo entre admissões e demissões havia atingido um recorde até então. (B) Certo. (C) Errado – O último parágrafo desmente essa afirmação quando diz que a indústria de transformação *"volta a dar sinais de forte retomada".* (D) Errado – Esse antigo recorde foi quebrado pelos índices de 2010. (E) Errado – O saldo entre admissões e demissões é que chegou a cerca de 200 mil vagas (181.419 vagas). *Alternativa B.*

10904. (Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF) Leia o texto abaixo para responder às questões a seguir.

[1]A segunda metade dos anos 1990 foi caracterizada por crises nos países emergentes: México, Rússia, Brasil
e Argentina. Em todos os casos, os países recorreram ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para resolver seus problemas de endividamento externo e tiveram que se submeter a rigorosos programas de ajuste fiscal (redução de gastos públicos e aumento de impostos) e das contas externas exigidos pela organização. Após o
[5]período de retração do nível de atividade e aumento do desemprego, durante o qual a relação dívida/PIB
e os déficits fiscais se acomodaram em níveis compatíveis com a capacidade de financiamento, todos os países, à exceção da Argentina, entraram em trajetória de crescimento, com estabilidade de preços. Como os fundamentos fiscais e monetários destes países estavam fortes, com equilíbrio fiscal, relação dívida/PIB e inflação sob controle, seus governos e bancos centrais puderam adotar políticas fiscais, monetárias, de crédito
[10]mais frouxas, que reverteram a trajetória de queda já no segundo trimestre de 2009.

(José Márcio Camargo, Tragédia grega. *IstoÉ*, 10/02/2010, com adaptações).

Assinale a relação lógico-semântica que se infere a partir da argumentação do texto.

(A) Para todos os países que se submetem aos rigorosos programas do FMI, é válido dizer que ele chega a uma trajetória de crescimento que o leva a superar crises.

(B) Quanto maior a obediência aos rigorosos programas de ajuste fiscal impostos pelo FMI, maior a possibilidades de um país conhecer crises financeiras.

(C) Enquanto existirem crises nos países emergentes, os problemas de endividamento externo e a necessidade de ajustes fiscais continuarão a provocar crises financeiras.

(D) Sem a acomodação dos déficits fiscais não há aumento da capacidade de financiamento; sem esta não há crédito, estabilidade de preços ou crescimento.

(E) Se um país tem fortes fundamentos fiscais e monetários, então ele tem condições de adotar as políticas necessárias para reverter a trajetória da queda já em 2009.

RESPOSTA Segundo o texto, um país que não adote medidas que visem a racionalizar suas políticas monetária e fiscal terá mais dificuldades para superar uma crise econômica. É essa argumentação presente no texto que é parafraseada na letra E. Vale, contudo, ressaltar a letra D. Esta é falsa, pois nela há uma generalização não presente no texto. Afirma-se, de forma absoluta, que o não aumento de capacidade de financiamento elimina o crédito, a estabilidade de preços e o crescimento. O que o texto afirma é que esses são dificultados (e não eliminados) por essa condição. *Alternativa E.*

10905. **(Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)** Assinale a opção em que os três termos remetem, por coesão textual, ao mesmo referente.

(A) “países emergentes” – “os países” – “se”

(B) “todos os casos” – “problemas de endividamento externo” – “seus”

(C) “Fundo Monetário Internacional” – “seus” – “organização”

(D) “desemprego” – “o qual” – “se”

(E) “equilíbrio fiscal” – “políticas...de crédito” – “que”

RESPOSTA (A) Correto. (B) Errado – A expressão *“todos os casos”* retoma *“crises nos países emergentes”*; já o pronome *“seus”* retoma *“países emergentes”*. (C) Errado – O pronome *“seus”* retoma *“países emergentes”*. (D) Errado – O pronome relativo *“o qual”* retoma o antecedente *“período”*; já o pronome *“se”* retoma *“relação dívida/PIB”* e *“déficits fiscais”*. (E) Errado – O termo *“equilíbrio fiscal”* é independente dos demais. *Alternativa A.*

10906. **(Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)** O texto *Raio X do mercado*, de Luiz Alberto Marinho, publicado na *RevistaGOL*, novembro de 2009, p. 138, foi adaptado para compor os fragmentos abaixo. Numere-os, de acordo com a ordem em que devem ser dispostos para formar um texto coeso e coerente.

( ) Outra tendência fala de “identidade e autoestima”. Isso significa que essas pessoas estão mais conscientes da sua importância para a economia, mas não querem abrir mão de suas origens, história e características.

( ) Portanto, para vender para pessoas de todas as classes sociais, será preciso antes afastar ideias preconcebidas e entender melhor quem são, o que querem e como compram os brasileiros.

( ) O instituto de pesquisa Data Popular, especializado na baixa renda, apresentou um conjunto de dez tendências que vão impactar os negócios na classe C.

( ) Uma terceira tendência explica o papel da beleza como fator de inclusão: afinal, estar bem-arrumado ajuda a diminuir as barreiras sociais.

( ) Entre elas, está o “consumo de inclusão”, que mostra que o mercado emergente desenvolveu um jeito diferente e inclusivo de comprar.

A sequência correta é

(A) 1, 2, 5, 4, 3
(B) 3, 5, 1, 4, 2
(C) 3, 1, 2, 5, 4
(D) 4, 2, 1, 5, 3
(E) 4, 5, 2, 3, 1

RESPOSTA A sequência que se apresenta de forma mais coesa e coerente é a da letra B. Vejamos:
Em (1), cita-se haver dez tendências que vão impactar a classe C. É de se esperar que o restante do texto detalhe cada uma (ou, pelo menos, algumas) delas. **Em (2)**, a expressão *"Entre elas"* retoma *"dez tendências"* em (1). **Em (3)**, a expressão *"Outra tendência"* estabelece com (2) uma relação de adição. **Em (4)**, o numeral *"terceira"* dá continuidade à enumeração iniciada em (2). **Em (5)**, a conjunção *"Portanto"* dá tons de conclusão ao texto. *Alternativa B.*

10907. **(Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)** Assinale a opção que constitui continuação coesa, coerente e gramaticalmente correta para o trecho a seguir.

> No Brasil, tudo indica que o endividamento pessoal vai crescer nos próximos anos: uma ligeira melhora de rendimentos se traduz, em nosso país, por um aumento desproporcional do endividamento, em razão do uso disseminado dos cartões de crédito que o sistema financeiro incentiva.
>
> (*O Estado de S. Paulo*, Editorial, 18/02/2010, com adaptações).

(A) Por isso conseguimos até agora escapar de um surto de desemprego de grande proporção, o que permite que o consumo continue crescendo.
(B) Sendo assim, esse exemplo dos Estados Unidos mostra que, num período de crise, com crescimento do desemprego, têm registrado forte queda do consumo e aumento da inadimplência.
(C) Mas isso se traduz por uma ampliação involuntária da poupança com a forte redução do uso dos cartões de crédito.
(D) Além desse fator, a expansão dos financiamentos imobiliários nas instituições financeiras essencialmente públicas também contribui para o aumento do endividamento de longo prazo.
(E) Isso é consequência de uma campanha em favor de uma poupança maior, que certamente tem por efeito uma redução dos custos e um crescimento dos investimentos.

RESPOSTA (A) Errado – A conclusão estabelecida pelo conector *"Por isso"* não faz sentido com o que foi exposto até então pelo texto. (B) Errado – Não há referência anterior a *"Estados Unidos"*, quebrando, assim, a coesão textual. (C) Errado – Há uma contradição nessa continuidade, haja vista que se mencionou anteriormente uma disseminação no uso do cartão de crédito. (D) Correto – A expressão *"Além desse fator"* estabelece uma relação de adição com o trecho anterior, ao citar outro desencadeador de endividamento – o financiamento imobiliário. (E) Errado – A consequência apresentada não é coerente com o que foi exposto até então pelo texto. *Alternativa D.*

10908. **(Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)** Em relação às ideias e estruturas linguísticas do texto, assinale a opção incorreta.

1 As exportações brasileiras de serviços têm sido uma atividade limitada praticamente às grandes empresas
de construção pesada. Com a experiência adquirida no País, elas ganhavam concorrências internacionais para execução de obras de infraestrutura em países em desenvolvimento da América Latina, do Oriente Médio e da África, valendo-se do "know-how" de trabalhar nos trópicos, em condições muitas vezes inóspitas, com mão
5 de obra local e prontificando-se também a transferir tecnologia para os países contratantes. Essas construtoras brasileiras continuam muito ativas no mercado externo, agora não apenas nos países em desenvolvimento, mas também nos mais desenvolvidos. Além disso, deixaram de ser as únicas

exportadoras de serviços.

Com a internacionalização da economia, está em curso uma significativa expansão, no exterior, de empresas

10brasileiras de Tecnologia da Informação (TI) e de instituições financeiras. Em menor escala, de empresas da

área de logística e transporte, de arquitetura e engenharia, redes de franquias etc.

Recente estudo sobre comércio internacional da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) revela que o avanço do Brasil nas exportações de serviços, nos últimos anos, só perde para as da China e da Índia entre os países emergentes.

(*O Estado de S. Paulo*, Editorial, 17/02/2010, com adaptações).

(A) Depreende-se das informações do texto que na atualidade os bancos brasileiros e empresas de Tecnologia da Informação estão se expandindo significativamente no exterior.

(B) A forma verbal “têm” (linha 1) está flexionada no plural para concordar com “As exportações brasileiras de serviços” (linha 1).

(C) O emprego do acento grave indicativo de crase em “às grandes” (linha 1) justifica-se pela presença de preposição exigida pela regência de “atividade” e pelo emprego de artigo definido feminino.

(D) O emprego de vírgula após “nos países em desenvolvimento” (linhas 7 e 8) justifica-se porque antecede conjunção coordenativa adversativa.

(E) Em “para as da China” (linha 13) subentende-se, após “as”, a elipse da expressão **exportações de serviços**.

RESPOSTA A questão foi anulada de forma equivocada, uma vez que há somente uma alternativa incorreta: **a letra C**. Nela, o emprego do sinal indicativo de crase se deve à exigência da preposição *“a”* por parte de *“limitada”* (*limitada **a algo***) e do artigo *“as”* por parte do substantivo *“empresas”*. As demais estão corretas.

10909. (Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF) Assinale a opção correta a respeito do uso das estruturas linguísticas na organização das ideias do texto.

1Segundo pesquisa da Fundação Getulio Vargas, índices de renda, emprego e mobilidade social retornaram

aos mesmos patamares de antes da queda. Em uma analogia com uma partida de futebol, o coordenador da pesquisa afirmou que o Brasil teve um “tropeço no começo do jogo”, mas depois conseguiu se recuperar: “Podemos dizer que é um empate com muitos gols. Começamos o ano levando uma goleada, mas depois nos

5recuperamos. Foi um empate generalizado: desigualdade, pobreza, mobilidade.” O índice de mobilidade social

foi um dos destaques do levantamento.

(*Correio Braziliense*, 11 de fevereiro, 2010, com adaptações).

(A) De maneira a explicitar as relações entre as ideias do primeiro período sintático, subentendem-se, depois de “patamares” (linha 2), os termos **que tinha**.

(B) Por retomar um termo já presente no texto, o nome “Brasil” (linha 3), o pronome “se” (linha 3) admite ser omitido, sem prejudicar a coerência da argumentação ou a correção gramatical do texto.

(C) Como a comparação com o jogo de futebol ressalta o “empate” (linha 4), para efeito de argumentação, é irrelevante se a expressão “muitos gols” (linha 4) for substituída por **alguns gols** ou por **poucos gols**.

(D) A relação de explicação que o período iniciado por “Começamos” (linha 4) estabelece com o

período que o antecede permite substituir o ponto depois de “gols” (linha 4) pelo sinal de dois pontos, fazendo os devidos ajustes na letra inicial maiúscula desse verbo.

(E) A relação de sentidos entre a fala do coordenador da pesquisa e a última oração do texto permite iniciá-la pelo conectivo **Por isso**, fazendo ajustes na pontuação e nas letras maiúsculas, escrevendo-se: **Por isso, o índice**.

RESPOSTA (A) Errado – Deveria se subentender a forma *“que tinham”*, para que houvesse a concordância com o antecedente *“patamares”*. (B) Errado – Não é possível omitir o pronome *“se”*, pois este é reflexivo, equivalendo a *“a si mesmo”*. Sua ausência tornaria o verbo carente de um objeto direto (*recuperar o quê?*). (C) Errado – O fato de se empatar uma partida que se perdia por muitos gols mostra uma recuperação bem maior e mais difícil. (D) Certo. (E) Errado – Seria conveniente o emprego da expressão *“por exemplo”*, para se manter uma adequada coesão. *Alternativa D.*

10910. (Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF) Julgue como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a respeito do uso das estruturas linguísticas no texto abaixo. Em seguida, assinale a opção correta.

[1]Houve uma grande queda da taxa de natalidade a partir de meados da década de 80. Vinte anos depois,
tal fenômeno praticamente ausente dos debates econômicos resultou noutra tendência: a redução da população mais jovem. O efeito tem sido uma menor pressão por empregos, o que vai levar a aumento dos salários reais. Produtividade maior na economia, mais renda e melhores empregos estão promovendo uma revolução ainda
[5]pouco compreendida e estudada.

(Antônio Machado, Mundo invisível. *Correio Braziliense*, 14 de fevereiro de 2010, com adaptações).

( ) Mantém-se a coerência entre os argumentos, mas provoca-se erro gramatical, ao usar o termo “uma grande queda” (linha 1) no plural sem o artigo indefinido: **grandes quedas**.

( ) Provoca-se erro gramatical e, por consequência prejudica-se a coerência textual, ao inserir uma vírgula antes de “praticamente” (linha 2) e outra depois de “econômicos” (linha 2).

( ) Explicitam-se relações de sentido entre os termos, preservando a coerência e a correção gramatical do texto ao substituir “O efeito” (linha 3) por **Um dos efeitos dessa redução**.

( ) Alteram-se as relações de sentido no período sintático, mas preserva-se a coerência textual e o respeito às regras gramaticais ao retirar o pronome do termo “o que” (linha 3).

( ) Preservam-se as relações gramaticais, bem como a coerência textual, ao deslocar “na economia” (linha 4) para depois de “promovendo” (linha 4), desde que se coloque tal termo entre vírgulas.

A sequência obtida é

(A) V, F, F, V, V

(B) V, F, V, V, F

(C) F, V, V, F, F

(D) F, V, F, F, V

(E) F, F, V, V, V

RESPOSTA (I) Falso – A noção de indefinição estabelecida pelo artigo indefinido *“uma”*, em *“uma grande queda”* é equivalente ao plural genérico *“grandes quedas”*. (II) Falso – Não causa alteração de sentido considerar o termo *“praticamente... debates econômicos”* adjunto adnominal – *sem vírgulas* – ou aposto – *com vírgulas*. (III) Verdadeiro – Mantém-se a correção gramatical, assim como a coerência. Em *“Um dos efeitos dessa redução”*, há uma conexão explícita com o período anterior por meio do pronome anafórico *“essa”*. (IV) Existem dois pronomes: o demonstrativo *“o”* e o relativo *“que”*. Não se especificou qual dos pronomes deve ser excluído, dificultando, assim, a análise da assertiva. Como a banca considerou a letra E como resposta, é de se esperar que a alternativa esteja se referindo ao pronome *“o”*. Partindo dessa premissa, realmente ocorre uma alteração de sentido. Com o pronome *“o”* (= aquilo = efeito), a oração adjetiva *“que vai levar a aumento dos salários reais”* é restritiva. Se o pronome *“o”* for excluído, a mesma oração se torna explicativa. (V) Verdadeiro – Com a mudança sugerida, o termo *“na

economia" fica posicionado entre verbo – *promovendo* – e complemento verbal – *uma revolução ainda... estudada,* o que justifica o emprego das vírgulas. Com a imprecisão na redação da assertiva IV, deveria ser anulada a questão. A banca, no entanto, considerou a letra E como resposta.

10911. (Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF) Assinale a opção incorreta a respeito das relações de concordância no texto abaixo.

[1]Quando se pensa em classe A, vem logo à cabeça a lembrança de gente milionária, que passa todos os fins
de semana em Paris e compra as melhores marcas do mundo. No entanto, nossa classe A representa apenas 5% da população e possui rendimentos bem menores do que muita gente imagina. O que acontece frequentemente é uma confusão entre o brasileiro classe A e o consumidor de luxo, este sim cliente de marcas sofisticadas que
[5]movimenta um mercado de R$ 6 bilhões anuais.

(Luiz Alberto Marinho, Raio X do mercado. *RevistaGOL*, novembro de 2009, p. 138).

(A) Preserva-se a coerência entre os argumentos e a correção gramatical do texto ao substituir "gente milionária" (linha 1) por **milionários**, desde que se flexionasse também "passa" (linha 2) e "compra" (linha 2) no plural, **passam** e **compram**.
(B) A forma verbal "possui" (linha 3) estabelece concordância com "da população" (linha 3); no entanto, também estaria correta a concordância com "5%" (linha 2), com o uso da flexão de plural, sem prejudicar a coerência do texto.
(C) Preserva-se a coerência na argumentação, bem como a correção nas relações gramaticais do texto, ao retirar o termo "nossa classe A" (linha 2) do texto, deixando-o apenas subentendido na flexão de "representa" (linha 2).
(D) Seria preservada a coerência na argumentação com a substituição de "uma confusão" (linha 4) por **confusões**, desde que o verbo ser fosse usado também no plural: são confusões.
(E) A opção pelo uso da flexão de plural em "movimenta" (linha 5), **movimentam**, preservaria a correção gramatical do texto, mas alteraria as relações significativas entre os argumentos.

RESPOSTA A letra B apresenta uma incorreção, uma vez que a forma verbal "possui", assim como "representa", devem ser flexionadas no singular, para que haja concordância com o sujeito "classe A". A letra A está correta. De fato, "gente milionária" equivale a "milionários". Com essa alteração, há de se observar a concordância verbal: as formas "passam" e "compram" devem estar no plural, para concordarem com o núcleo do sujeito "milionários". A letra C está correta. De fato, pelo contexto, é possível sim subentender que o sujeito da forma "representa" é a "classe A brasileira". A letra D está correta. De fato, o grau de indeterminação de "uma confusão" é equivalente ao plural genérico "confusões". Com essa alteração, há de se observar a flexão verbal no plural da forma "são", para que haja concordância verbal. A letra E está correta. De fato, do ponto de vista normativo, a alteração proposta mantém a correção. Se analisarmos, no entanto, os sentidos, veremos que antes era o cliente (= perfil de cliente) que movimentava um mercado de 6 bilhões anuais; com a alteração, são as marcas sofisticadas que movimentam essas cifras. *Alternativa B.*

[1]Nos países em geral, economistas, políticos e o noticiário gostam é de índices sobre macroeconomia, números abstratos que indicam a situação geral da economia, mas não revelam o que se passa em seu interior. A internet, por exemplo, apareceu em grande escala em 1992, e o mundo se deu conta da revolução que ela fizera nos negócios, na cultura e na vida das pessoas 10 anos depois.

(Antônio Machado, Mundo invisível. *Correio Braziliense*, 14 de fevereiro de 2010, com adaptações).

10912. (Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF) No texto acima, provoca-se erro gramatical ou incoerência na argumentação do texto ao

(A) inserir "os" antes de "economistas" (linha 1) e de "políticos" (linha 1).

(B) retirar “é” (linha 1).
(C) retirar o pronome “o”, do termo “o que” (linha 2).
(D) substituir “fizera” (linha 4) por **havia feito**.
(E) inserir **apenas** depois de “pessoas” (linha 4).

RESPOSTA (A) Correto – A inserção do artigo *“os”* antes de *“economistas”* e *“políticos”* contribui com o paralelismo sintático entre os termos coordenados entre si: *economistas, políticos e noticiário.* (B) Correto – A forma verbal *“é”* cumpre apenas um papel expletivo, contribuindo para gerar ênfase. (C) Errado – O pronome *“o”* é demonstrativo e equivale a *“aquilo”*. É com ele que a forma verbal *“se passa”* concorda. A ausência desse pronome geraria problemas de coesão gramatical e de concordância. (D) Correto – A forma *“havia feito”* é a forma composta do pretérito mais-que-perfeito *“fizera”*. (E) Correto – O advérbio *“apenas”* cumpre apenas função de ênfase. *Alternativa C.*

10913. **(Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)** Assinale a opção que ao substituir a oração sublinhada, no texto abaixo, provoca erro gramatical e/ou incoerência textual.

Sem vitória ou derrota, na comparação entre o pré e o pós-crise, a turbulência financeira que abalou o mundo trouxe perdas ao Brasil, mas no decorrer de 2009 os prejuízos foram recuperados e, se o país não cresceu, conseguiu ao menos fazer com que importantes indicadores econômicos e sociais empatassem com os que eram registrados em 2008 – ano do pico de desenvolvimento brasileiro.

(*Correio Braziliense*, 11 de fevereiro, 2010, com adaptações).

(A) caso o país não cresceu
(B) apesar de o país não crescer
(C) mesmo o país não crescendo
(D) embora o país não crescesse
(E) ainda que o país não tenha crescido

RESPOSTA A oração *“se o país não cresceu”* estabelece uma relação de oposição concessiva com a oração seguinte. Essa relação fica mais explicitada com o emprego dos conectores *“apesar de”, “embora”, “mesmo”, “ainda que”.* O conector *“caso”* é condicional e o seu emprego forçaria a conjugação do verbo no modo Subjuntivo - *“**caso** o país não **cresça**”, “**caso** o país não **crescesse**”, “**caso** o país não **tenha** crescido”, etc. Alternativa A.*

10914. **(Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)** Em relação às estruturas linguísticas do texto, assinale a opção correta.

[1]Dados do Sine – uma rede pública de agências de emprego, associada ao Ministério do Trabalho – mostram
que apenas 39% das vagas ali oferecidas em 2009 foram preenchidas. Em 2008, na mesma rede, 42% haviam sido ocupadas; no ano anterior, 48%. Ou seja, mesmo com um índice de desemprego ainda relativamente alto, de 8,9% no ano passado, o país vive o paradoxo de criar vagas e não encontrar profissionais que as preencham.
[5]A explicação, dizem as empresas, está, sobretudo, na escolaridade precária dos trabalhadores.
O fenômeno já se fazia sentir com força, no final de 2009, na procura por engenheiros. Agora se vê que a carência de profissionais se espraia para vários níveis de formação – sobram vagas para farmacêuticos, mas também para eletricistas e torneiros.
[10]Trata-se de um problema grave, para o qual não há solução simples nem imediata. A rede educacional do país,
com suas falhas e distorções distribuídas do ensino fundamental à universidade, mostra-se incapaz de oferecer ao mercado de trabalho mão de obra competente.

(*Folha de S. Paulo*, Editorial, 17/02/2010, com adaptações).

(A) Prejudica-se a correção gramatical do período ao se substituir os travessões da linha 1 por vírgulas.
(B) O termo “ali” (linha 2) retoma o antecedente “Ministério do Trabalho” (linha 1).
(C) O termo “as” (linha 4) funciona como pronome e retoma o antecedente “vagas” (linha 4).
(D) Em “se espraia” (linha 8) o termo “se” (linha 8) funciona como indicador de sujeito indeterminado.
(E) A forma verbal “mostra-se” (linha 11) tem como sujeito “distorções distribuídas do ensino fundamental à universidade” (linha 11).

RESPOSTA (A) Errado – O aposto – no caso, *“uma rede pública... Ministério do Trabalho”* – tanto pode ser isolado por vírgulas como por travessões. (B) Errado – O advérbio *“ali”* retoma o termo *“Sine”*. (C) Correto. (D) Errado – O termo *“se”* é partícula integrante na forma verbal *“se espraia”*, que tem como sujeito *“a carência de profissionais”*. (E) Errado – A forma verbal *“mostra-se”* tem como sujeito *“A rede educacional do país”. Alternativa C.*

10915. **(Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)** Os trechos a seguir constituem um texto adaptado do Correio Braziliense, Editorial, 18/02/2010.

Assinale a opção transcrita com erro gramatical.

(A) Operação destinada a facilitar a vida do contribuinte coloca a Receita Federal na vanguarda das iniciativas que, ao longo dos últimos anos, objetivam reduzir a ineficiência operacional de agências públicas. É o que se materializa agora com as medidas que desobrigam cerca de 10 milhões de brasileiros de prestar declaração de renda.
(B) A inovação é aplicável aos rendimentos auferidos em 2010 (ano-base 2009) e aos que serão obtidos em 2011 (ano-base 2010). Os principais beneficiários das novas regras são sócios de empresas ou pessoas que tenham patrimônio inferior a R$ 300 mil. Basta que os ganhos estejam dentro do limite de isenção (R$ 17.215,08, em 2009, e de R$ 22.487,25, em 2010).
(C) Há outras condicionantes que, previstas nas mudanças, não chegam a alterar os efeitos práticos. Foram obrigadas a explicar-se ao fisco, por serem qualificadas como integrantes de sociedades comerciais, em 2009, nada menos de 5 milhões de pessoas. Agora, estão livres da obrigação, segundo o supervisor nacional do Programa do IR.
(D) Os trabalhadores com remuneração anual abaixo do teto de isenção previsto para 2010 desde logo estão dispensados de entregar a declaração. Apenas deverão fazê-lo os que tivessem IR retido na fonte e pleiteam restituição.
(E) Outra mudança importante: este ano será o último em que a Receita aceitará formulários de papel. Também é decisão compatível com a necessidade de elevar os padrões operacionais do órgão. Hoje, apenas 127 mil pessoas físicas optam por semelhante forma de declarar a renda.

RESPOSTA Há alguns equívocos gramaticais na letra D. São eles:
I) A expressão *“desde logo”* deveria ser isolada por vírgulas, uma vez que se trata de um adjunto adverbial deslocado da ordem direta, intercalado entre sujeito – *“Os trabalhadores... para 2010”* e verbo – *“estão”*. II) Deve-se empregar *“fazê-**la**”* em vez de *“fazê-**lo**”*, uma vez que o pronome *“a”* substitui *“declaração”*. III) Deve-se usar a forma *“tiverem”* e *“pleitearem”* – futuro do subjuntivo – em vez de *“tivessem”* e *“pleiteam”*, para estabelecer a correlação com a forma *“deverão”* – futuro do presente do indicativo. Outra possibilidade é empregar as formas *“tenham”* e *“pleiteem”* – presente do subjuntivo – ou, então, *“têm”* e *“pleiteam”* – presente do indicativo. Assim, o correto seria: *“Os trabalhadores com remuneração anual abaixo do teto de isenção previsto para 2010, **desde logo**, estão dispensados de entregar a declaração. Apenas deverão fazê-**la** os que **tiverem (tenham, têm)** IR retido na fonte e **pleitearem (pleiteiem, pleiteiam)** restituição.” Alternativa D.*

10916. **(Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)** Assinale a opção em que o texto foi transcrito com erro gramatical no termo sublinhado.

A historiografia econômica já explorou detidamente os mecanismos pelos quais (A) as eras históricas, que são nomeadas pelos respectivos sistemas de produção, ganharam uma fisionomia própria, uma identidade, entraram em crise, sendo (B) enfim substituídas implacavelmente em escala mundial. O feudalismo foi dissolvido pelo capital mercantil, e este, passado o processo de acumulação, deu lugar ao capitalismo industrial. O imperialismo é o ápice do processo capitalista e, até a bem (C) pouco tempo, o pensamento de esquerda ancorava-se na certeza de que o socialismo universalizado tomaria o lugar dos imperialismos em luta de morte. As dúvidas são hoje graves, mas a hipótese de que (D) as fases não só se encadeiam mas se ultrapassam é ainda um cânon de leitura poderoso, parecendo imbatível quando se examinam (E) os períodos de transição.

(Alfredo Bosi, O tempo e os tempos. In: Adauto Novaes (org.), *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 21, com adaptações).

(A) (A)
(B) (B)
(C) (C)
(D) (D)
(E) (E)

RESPOSTA É equivocado o uso da forma *"até a bem pouco tempo"*, pois, como se faz referência a tempo passado, é necessário empregar o verbo *"haver"*. Assim, o correto seria *"até **há** bem pouco tempo..."*. *Alternativa C.*

10917. **(Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)** Os trechos a seguir constituem um texto adaptado de O Estado de S. Paulo, Editorial, 18/02/2010.

Assinale a opção gramaticalmente correta.

(A) A decisão da Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos de considerar o etanol produzido à partir da cana-de-açúcar um biocombustível avançado, que reduz a emissão de dióxido de carbono em pelo menos 40% na comparação com a gasolina, derruba uma das principais barreiras à entrada do álcool brasileiro no mercado americano e, desse modo, pode representar a abertura do mercado global para o produto nacional.

(B) Para entrar no mercado americano, no entanto o etanol brasileiro precisa vencer outros obstáculos, alguns criados pela política externa do Brasil, como a aproximação ao Irã, que causou a perda do apoio ao produto brasileiro até agora dada pelo Congresso Americano.

(C) A certificação do etanol de cana como biocombustível avançado pela EPA é importante para o Brasil. O Ato de Segurança e Independência Energética, de 2007, que define regras para os EUA alcançarem as metas de segurança energética e redução da emissão de gases de efeito estufa, estabelecem um consumo mínimo de biocombustíveis de 45 bilhões de litros em 2010 e de 136 bilhões de litros daqui a 12 anos.

(D) Do total de biocombustíveis a ser consumido em 2022, 80 bilhões de litros está reservado para os avançados, que são o celulósico (ainda em fase experimental) e o diesel de biomassa, entre outros. A EPA incluiu o etanol de cana-de-açúcar entre os biocombustíveis avançados, ao reconhecerem que, em relação à gasolina, ele reduz a emissão de dióxido de carbono em 61%, bem mais que o mínimo exigido de 40%.

(E) Por isso, do total de 80 bilhões que serão consumidos anualmente daqui a 12 anos, o etanol responderá por 15 bilhões de litros. Esse volume corresponde a três vezes o total exportado pelo Brasil em 2008. Em decisão anterior, a EPA contabilizara os efeitos de emissões associadas ao desmatamento provocado pela expansão das áreas plantadas com cana, e considerara que a redução

da emissão de dióxido de carbono em relação à gasolina seria de apenas 26%.

RESPOSTA (A) Errado – Não há emprego do sinal indicativo de crase em *"à partir"*, uma vez que verbos repelem o artigo definido. (B) Errado – A locução conjuntiva *"no entanto"* deve ser isolada por vírgulas, por estar deslocada da ordem direta. Além disso, é conveniente empregar a forma *"do"* em vez de *"ao"*, resultando na forma *"aproximação do"*. (C) Errado – Deve-se empregar a forma singular "estabelece" em vez de *"estabelecem"*, para que haja a concordância com o núcleo do sujeito *"Ato"*. (D) Errado – Deve-se empregar a forma *"estão reservados"* em vez de *"está reservado"*, para que haja a concordância com o sujeito *"80 bilhões de litros"*. Além disso, deve-se empregar a forma *"reconhecer"* em vez de *"reconhecerem"*, para que haja a concordância com o sujeito *"EPA"*. (E) Correto. *Alternativa E.*

10918. **(Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)** Assinale a opção que corresponde a erro gramatical ou de grafia de palavra inserido no texto.

A manutenção dos empregos é um atestado de que (1) os agentes econômicos, embora (2) assustados com as repecurssões (3) da crise nos países mais desenvolvidos, não perderam a confiança na economia brasileira. Não foi sem motivo. Graças aos sinais emitidos pelo próprio governo de que a crise seria encarada sem abalos na estrutura do combate à (4) inflação, no câmbio flutuante e com o menor sacrifício possível da política de superávits primários, já se sabia que a economia brasileira teria condições inéditas de escapar dos piores efeitos da situação. Mesmo tendo enfrentado (5) uma recessão, caracterizada pelo desempenho negativo do PIB por dois semestres seguidos, e de sofrer forte pressão por mudanças no câmbio, o governo sustentou a política econômica.

(Adaptado de *Estado de Minas*, Editorial, 19/02/2010).

(A) 1
(B) 2
(C) 3
(D) 4
(E) 5

RESPOSTA A grafia correta é *"reper**cussão**"*. Os substantivos derivados de verbos com terminação *-cutir* são grafados com final *-cussão*. *Exemplos: reper**cutir** > reper**cussão**; dis**cutir** > dis**cussão**, etc. Alternativa C.*

10919. **(Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)** Assinale a opção que completa corretamente a sequência de lacunas no texto a seguir.

O que aconteceria no mundo ___(1)___, num determinado período, nada, nem pessoas, nem patrimônios, nem atividades econômicas tivessem a cobertura de uma apólice de seguro? Se isso ___(2)___, os aviões não levantariam voo, os navios não deixariam os portos e o transporte de pessoas não funcionaria ___(3)___ falta de proteção da sua vida. Milhares de atendimentos médico-hospitalares deixariam de ser feitos sem seguro saúde. Milhares de veículos provavelmente não circulariam ___(4)___ seus proprietários não correriam o risco de acidentes sem o seguro de automóveis. Consequentemente, milhares de oficinas e seus empregados não teriam trabalho e poucos carros novos seriam vendidos. As grandes indústrias parariam de produzir porque os empresários, certamente, não iriam admitir que seus investimentos e empregados ficassem expostos ___(5)___ riscos de trabalhar sem a proteção do seguro.

(Discurso de João Elisio Ferraz de Campos no Senado. *ViverSeguro*, http:// www.fenaseg.org.br, acesso em 11 fev. 2010).

	1	2	3	4	5
(A)	se	acontecer	por	pois	em

(B)	caso	acontecer	devido à	por que	a
(C)	onde	acontecesse	em	relação a	pois a
(D)	se	acontecesse	pela	porque	aos
(E)	caso	aconteceria	devido à	porque	em

RESPOSTA **Em (1)**, como se trata de uma possibilidade, é interessante o emprego de algum conector condicional: *"se"* e *"caso"* são algumas das opções disponíveis. **Em (2)**, devemos empregar a forma *"acontecesse"* – pretérito imperfeito do subjuntivo -, para que se mantenha a correlação com as formas *"levantariam"*, *"deixariam"* e *"funcionaria"* – futuro do pretérito do indicativo. **Em (3)**, é necessário empregar alguma conexão que introduza uma ideia de causa. Isso pode ser feito por meio da preposição *"pela"* ou da locução conjuntiva *"devido à"*. **Em (4)**, é necessário empregar a forma *"porque"* – junto e sem acento -, pois se trata de uma explicação. **Em (5)**, o termo *"expostos"* solicita a regência da preposição *"a"*. Com base nessas considerações, a alternativa que apresenta uma sequência possível é a da **letra D**. *Alternativa D.*

10920. (Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF) Assinale a opção que preenche, de maneira coerente e gramaticalmente correta, as lacunas do texto.

O que contribui para fortalecer o mercado formal de trabalho não ___1___ imposições legais, mas sim a liberação dos caminhos ___2___ aumento da produção e mais qualificação da mão de obra. Dados do próprio Ministério do Trabalho, recém divulgados, confirmam que 1,66 milhão de postos oferecidos no ano passado não foram preenchidos simplesmente devido ___3___ ausência da qualificação mínima exigida por parte dos pretendentes. Isso significa que o país deve persistir na busca de taxa de juros e carga fiscal baixas, ___4___ de investimentos continuados em formação e treinamento de profissionais, ___5___ a população possa aproveitar ao máximo as oportunidades abertas por este ano de projeções particularmente tão favoráveis.

(Adaptado de *Zero Hora* (RS), Editorial, 19/02/2010).

	1	2	3	4	5
(A)	se tratam de	ao	uma	e mesmo	de forma que
(B)	deve ser	no	em	e também	de modo que
(C)	eram	com um	a	além	de jeito que
(D)	são	para um	à	mas também	para que
(E)	foram	do	com	e ainda	e

RESPOSTA **Em (1)**, devemos empregar a forma plural do verbo *"ser"*, pois, neste caso, prevalece a concordância com o predicativo – *que está no plural* -, e não com o sujeito oracional. Dessa forma, descarta-se a letra B. Além disso, a letra A não se aplica, pois a expressão *"trata-se de"* é empregada com sujeito indeterminado. **Em (2)**, a preposição *"para"* é a mais indicada para que a coerência e a coesão textual sejam atendidas. **Em (3)**, deve-se empregar a contração *"à"*, resultado da fusão da preposição *"a" – requerida por "devido" (devido **a** algo)* – e do artigo definido *"a" – requerido pelo substantivo "ausência".* **Em (4)**, a forma *"mas também"* estabelece uma relação de adição com a oração anterior. **Em (5)**, a forma *"para que"* introduz uma relação de finalidade com a oração anterior. Sendo assim, a alternativa que traz uma combinação possível é a **letra D**. *Alternativa D.*

10921. **(Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)** Assinale a opção que apresenta trecho adequado para ser inserido, de forma gramaticalmente correta, coesa e coerente, na lacuna do texto abaixo.

> Bancos públicos e privados do País se expandem no mercado externo. A rede de bancos de capital nacional no exterior ampliou-se a partir da década de 1990, buscando, inicialmente, atrair depósitos e aplicações de imigrantes brasileiros espalhados pelo mundo, responsáveis por um volume considerável de remessas financeiras para suas famílias, ou mesmo para seus negócios, no Brasil. (...)
>
> Já é clara, assim, a tendência para uma expansão global. O objetivo é claro: há todo o interesse dos bancos em acompanhar um número crescente de clientes empresariais brasileiros que já atuam nos quatro cantos do mundo, além de buscar novos negócios onde quer que se instalem.
>
> (*O Estado de S. Paulo*, Editorial, 17/2/2010, com adaptações).

(A) Posteriormente, houve uma tendência para a regionalização das operações dos bancos, tendo por base o Mercosul, com a abertura de escritórios e agências. E os bancos brasileiros, mais recentemente, têm feito aquisições de instituições financeiras em outros países, para onde levam a sua marca.

(B) Diferentemente do que ocorre com essa infraestrutura de transportes, que apresenta ainda graves deficiências, o setor financeiro e de mercado de capitais no Brasil conta com estrutura para atrair investidores.

(C) Criou-se, assim, um ambiente favorável para que médias e grandes empresas do Brasil da área de Tecnologia da Informação, com subsidiárias em outros países, principalmente a Argentina e o México, possam competir com êxito com grandes multinacionais.

(D) Prevendo-se que o mercado mundial de tecnologia tenha um crescimento de 4,6% em 2010, que deverá ser liderado pelos países emergentes, a associação brasileira do setor estima que as vendas externas de softwares e serviços de comunicação e tecnologia possam atingir US$ 5 bilhões este ano.

(E) Além desse bem-vindo estímulo governamental ao empreendedorismo o desafio do Brasil nessa área, como em tantas outras, é a formação de mão de obra qualificada em quantidade suficiente para continuar avançando.

RESPOSTA **Na letra A**, o advérbio *“Posteriormente”* estabelece uma coesão temporal com o primeiro parágrafo, que descreve os objetivos iniciais da expansão bancária no exterior. **Na alternativa B**, há uma quebra de coesão com o emprego do pronome anafórico *“essa”* em “*essa infraestrutura de transportes*”, uma vez que não se fez menção a essa ideia no parágrafo anterior. **As alternativas C e D** também apresentam equívocos de coesão, haja vista que não se faz referência alguma a empresas de tecnologia nem 1º nem no 3º parágrafo. **Na letra E**, há uma quebra de coesão com o emprego do pronome anafórico *“esse”* em “*desse bem-vindo estímulo governamental*”, uma vez que não se fez menção a essa ideia no parágrafo anterior. *Alternativa A.*

10922. **(Analista Técnico da SUSEP – 2010 – ESAF)** Assinale a opção que corresponde a erro gramatical inserido no texto.

> O etanol ainda está longe de ter um mercado global. Apresentado desde o (1) início da década como a grande solução energética para o mundo, para substituir uma fonte não renovável (o petróleo) e reduzir a emissão (2) de poluentes, o etanol ainda não conquistou os fabricantes de veículos e os consumidores do mundo inteiro. Falta uma padronização internacional para transformar-lhe (3) em uma *commodity* facilmente comercializável nos diferentes mercados e ainda persistem barreiras protecionistas em muitos países. Nos EUA, por exemplo, há uma tarifa

de importação de US$ 0,54 por galão. Para entrar na União Europeia, o etanol brasileiro paga 19 centavos de euro por litro.

É grande o potencial de mercado para o etanol brasileiro nos EUA. Na União Europeia, o potencial é menor, pois lá (4) o programa energético prevê a utilização de 10% de combustíveis renováveis no consumo total em 2020. Cálculos da União da Indústria da Cana-de-Açúcar – Unica indicam que isso resultaria na demanda de 14 bilhões de litros de etanol por ano (outra parte seria atendida (5) por biodiesel).

(*O Estado de S. Paulo*, Editorial, 18/02/2010, com adaptações).

(A) 1
(B) 2
(C) 3
(D) 4
(E) 5

RESPOSTA Ocorre erro no emprego do pronome oblíquo *"lhe"* em (3). Este é usado para substituir objetos indiretos, enquanto que os pronomes oblíquos *"o(s)", "a(s)"* substituem objetos diretos. Como o verbo *"transformar"* é transitivo direto *(quem transforma, transforma* ***algo, alguém****)*, devemos empregar a forma ***"transformá-lo".*** *Alternativa C.*

10923. (Inspetor da Comissão de Valores Mobiliários, Analista da Comissão de Valores Mobiliários – 2010 – ESAF) Considere o texto abaixo para responder à questão.

Entrevistador – O que caracteriza o capitalismo brasileiro atual, que explica os rumos que ele vem tomando desde a crise financeira internacional em 2008?

[1]Ladislau Dowbor – O capitalismo brasileiro descobriu o mercado interno e a importância de responder
às necessidades internas do país. O segundo eixo é que ele descobriu que nós não podemos explorar indefinidamente os recursos naturais sem prejudicar a sustentabilidade a médio e longo prazo. Essa tomada de consciência na área do grande capital, de que há necessidades da população insatisfeitas – e isso pode ser um
[5]problema, mas pode ser uma oportunidade em termos de expansão de fronteiras -, e a tomada de consciência
da problemática ambiental são os principais eixos de mudança. É lógico do ponto de vista do capitalista individual pensar que o aumento do salário mínimo tornará a mão de obra mais cara. Só que, ao multiplicar em todas as empresas essa atitude, não teremos desenvolvimento do mercado interno e todo mundo entra em crise. Quando se pensa fora de uma unidade empresarial, entendemos que esse aumento do salário mínimo e dos
[10]direitos sociais gera capacidade de compra por parte dos trabalhadores. E essa capacidade de compra dinamiza
o mercado. Todos vão poder produzir mais. É justamente esse o "casamento estranho" que as pessoas não imaginavam, de que ajudar a parte de baixo da sociedade também ajuda na parte de cima. Entendemos que temos que generalizar o bem-estar para toda a sociedade e não só para alguns. E isso tem que ser feito de maneira sustentável.

(Adaptado da entrevista de Ladislau Dowbor a IHU On-line. http://www.ihuonline.unisinos.br, acesso em 20 out. 2010).

Provoca-se erro gramatical e, consequentemente, incoerência textual ao

(A) tornar a ideia indeterminada pelo pronome **se**, escrevendo **tornar-se-á**, em lugar de "tornará" (linha 7).

(B) enfatizar as relações de coesão, inserindo a antes de “de que há” (linha 4).

(C) manter a ideia de modo, substituindo “ao multiplicar” (linha 7) por **multiplicando**.

(D) incluir o leitor na argumentação, substituindo “se pensa” (linha 9) por **pensamos**.

(E) substituir a conjunção em “tem que” (linha 13) pela preposição de, escrevendo **tem de ser feito**.

RESPOSTA (A) Incorreta – Não é possível o uso do índice de indeterminação do sujeito *“se”*, pois já há um sujeito determinado para o verbo *“tornará”*: *“o aumento do salário mínimo”*. Além disso, o verbo “tornará” está empregado como transitivo direto, o que impossibilita a indeterminação do sujeito pelo uso do *“se”*. (B) Correta – O pronome demonstrativo *“a” (= “aquela”)* retomaria *“tomada de consciência na área do grande capital”*. (C) Correta – As duas formas são equivalentes, não ocorrendo alteração na construção original. (D) Correta – Enquanto a forma “se pensa” é impessoal, a forma “pensamos” evidencia uma tentativa do autor de aproximar o leitor para uma linha argumentativa defendida no texto. (E) Correta – As construções são equivalentes. *Alternativa A.*

10924. (Inspetor da Comissão de Valores Mobiliários, Analista da Comissão de Valores Mobiliários – 2010 – ESAF) Assinale a opção segundo a qual provoca-se incoerência entre os argumentos e/ou incorreção gramatical ao fazer a alteração sugerida na pontuação do texto.

[1]A institucionalização de alguns aspectos morais da sociedade é capaz de transformar completamente uma sociedade, é fato. Transformar certas atitudes e preceitos em hábitos nos leva ao passo contrário do questionamento e da capacidade de reinventar o cotidiano. Por aqui, potencializou-se no decorrer dos anos a necessidade de ostentação.

[5]Patrimônio no Brasil se compreende como quantos carros, móveis e imóveis se possui. Pior, o brasileiro quer possuir esses bens ainda que seus pagamentos sejam arrastados durante anos, num ciclo completamente automatizado. Isso não é construir patrimônio. Pense que essa estratégia envolve diversos custos e que, para manter tal raciocínio vicioso, você precisará estar sempre se vendo assalariado ou com uma fonte fixa de renda. Não sou contra o emprego, sou contra a acomodação. Onde fica a qualidade de vida? Seu maior patrimônio é

[10]você mesmo. Qualidade de vida é ter o que você merece, mas também ter responsabilidade e preparo para poder lutar pelo que merece. Qualidade de vida é gastar seu dinheiro com você, desde que você não entre em conflito com você mesmo.

(Adaptado de Conrado Navarro. *Educação financeira e qualidade de vida*. http://dinheirama.com/blog/2007/09/19/educacao-financeira-e-qualidade-de-vida, acesso em 20 out. 2010).

(A) Reescrever o final do primeiro período do texto, como: [...] **uma sociedade; isso é fato** (linha 2).

(B) Isolar por vírgulas a expressão “no decorrer dos anos” (linha 3).

(C) Substituir a conjunção em “Pense que essa estratégia” (linha 7) pelo sinal de dois pontos, escrevendo: **Pense: essa estratégia**.

(D) Substituir a vírgula depois de “Pior” (linha 5) pelo sinal de dois pontos.

(E) Inserir um travessão antes de “ou com uma fonte” (linha 8).

RESPOSTA (A) Certo – A inserção do pronome anafórico *“isso”* justifica uma pausa maior, marcada pelo ponto-e-vírgula. (B) Certo – As vírgulas se justificam para isolar o adjunto adverbial temporal deslocado da ordem direta *“no decorrer dos anos”*. (C) Errado – A presença dos dois-pontos faz com que a oração *“que essa estratégia envolve diversos custos”* tenha valor explicativo. No trecho original, no entanto, essa mesma expressão tem valor de complemento. (D) Certo – Os dois-pontos, assim como a vírgula original, subentendem uma explicação. (E) Certo – Em ambos os casos, mantém-se o valor de explicação original, que introduz uma paráfrase. *Alternativa C.*

10925. (Inspetor da Comissão de Valores Mobiliários, Analista da Comissão de Valores Mobiliários – 2010 – ESAF) A questão toma por base o seguinte texto:

[1]Tradicional defensor de instrumentos ortodoxos de política econômica, o Fundo Monetário Internacional
(FMI) admitiu o uso de controles de capital para combater a formação de bolhas financeiras e o fluxo exagerado de investimentos estrangeiros que valorizam excessivamente as moedas nacionais em relação ao dólar. Entre as opções, está a tributação do ingresso de recursos, caminho escolhido pelo Brasil, que elevou de 4% para 6% a
[5]alíquota do imposto de operações financeiras (IOF) nas aplicações de renda fixa. Outra possibilidade é a proibição
de retirada do dinheiro por um tempo determinado, como fez o Chile. Por enquanto a equipe econômica brasileira resiste em adotar este passo, pois, para o economista americano J. L., o reforço no balanço orçamentário e as ações de caráter mais estrutural são, muitas vezes, as respostas mais adequadas para o
[10]aumento de fluxos. "Mas pode haver circunstâncias em que os controles cambiais sejam úteis, numa medida temporária, para lidar com esse crescimento de capital", afirma.

(Adaptado de *Correio Braziliense*, 19/10/2010).

Na organização das relações de coesão e coerência no texto, a expressão

(A) "caminho escolhido pelo Brasil" (linha 4) retoma a ideia de "tributação do ingresso de recursos" (linha 4).
(B) "fluxo exagerado de investimentos estrangeiros" (linhas 2 e 3) retoma a ideia de "bolhas financeiras" (linha 2).
(C) "ações de caráter mais estrutural" (linha 9) retoma a ideia de "bolhas financeiras".
(D) "controles cambiais" (linha 10) retoma a ideia de "ações de caráter mais estrutural" (linha 9).
(E) "esse crescimento de capital" (linha 11) retoma a ideia de "aplicações de renda fixa" (linha 5).

RESPOSTA As expressões *"bolhas financeiras"* e *"fluxo exagerado de investimentos estrangeiros"* são termos coordenados entre si, sendo, portanto, falsa a afirmação da letra B. As *"ações de caráter mais estrutural"* visam a evitar as *"bolhas financeiras"*, sendo, portanto, falsa a afirmação da letra C. Há no texto uma diferença entre as medidas que se classificam como *"ações de caráter mais estrutural"* e aquelas que são caracterizadas como *"controles cambiais"*, sendo, portanto, falsa a afirmação da letra D. A expressão *"esse crescimento de capital"* retoma *"aumento de fluxos"*, sendo, portanto, falsa a afirmação da letra E. *Alternativa A.*

10926. **(Inspetor da Comissão de Valores Mobiliários, Analista da Comissão de Valores Mobiliários – 2010 – ESAF)** Assinale a opção correta a respeito do uso das estruturas linguísticas no texto.

(A) Por integrar um termo que complementa "combater", o artigo em "a formação" poderia receber o sinal indicativo de crase, o que indicaria a inserção da preposição a no texto.
(B) Apesar da extensão do período sintático, a inserção de uma vírgula depois de "estrangeiros" provocaria erro gramatical e incoerência textual.
(C) Como a expressão "imposto de operações financeiras" está escrita, no texto, com iniciais minúsculas, sua sigla também deveria ser grafada com letras minúsculas para atender às regras de ortografia.
(D) O uso do modo subjuntivo em "sejam" ressalta a ideia de uma hipótese, uma possibilidade; para se fazer uma afirmação, o desenvolvimento textual admitiria a forma de indicativo: **são** ou **serão**.
(E) Preserva-se a coerência entre os argumentos e a correção gramatical do texto ao usar o verbo **existir** em lugar de "haver", desde que se faça a concordância adequada, escrevendo **pode existirem circunstâncias**.

RESPOSTA (A) Errado – Não é possível a inserção da preposição, uma vez que o verbo *"combater"* é transitivo direto. (B) Errado – Não ocorreria erro gramatical. Haveria, sim, uma mudança de sentido, uma vez que a oração *"que valorizam excessivamente as moedas nacionais em relação ao dólar"* deixaria de ser adjetiva restritiva e passaria a ser explicativa. (C) Errado – As siglas necessariamente são grafadas com letras maiúsculas. (D) Certo. (E) Errado – Para manter a correta concordância, deveríamos escrever *"podem existir circunstâncias". Alternativa D.*

10927. **(Inspetor da Comissão de Valores Mobiliários, Analista da Comissão de Valores Mobiliários – 2010 – ESAF)** Assinale a opção em que ocorre erro na transcrição e adaptação do texto de ***Conjuntura Econômica***, de setembro de 2010, vol. 64, n. 9.

O mecanismo de câmbio flutuante, quando acompanhado de razoável mobilidade de capitais, provê um meio automático através do qual o equilíbrio se configura (a). Elevações de consumo ou investimento da parte de residentes geram pequenas elevações de juros que majoram a entrada de capitais externos, desta forma valorizando (b) a moeda doméstica. Tal valorização reduz as exportações e aumenta as importações, meio pelos quais (c) se compensa, liquidamente, a preços possivelmente constantes, o acréscimo inicial de procura por bens e serviços provocado por possíveis expansões de absorção interna. Tudo pode ocorrer muito bem até o ponto em que (d) os déficits na conta corrente do balanço de pagamentos passem (e) a gerar um montante do passivo externo líquido do país, que dá início a um processo de desconfiança dos provedores de crédito líquido em moeda estrangeira. Quando isso ocorre, há uma necessidade de reverter tais déficits, configurando, em última instância, que o sucesso no combate à inflação no período inicial pode ter significado, em boa parte, uma transferência de problemas para o futuro.

(A) a
(B) b
(C) c
(D) d
(E) e

RESPOSTA Na letra C, o substantivo *"meio"* deve ser retomado pelo pronome relativo *"o qual"*, no singular. O resultado é a construção ***"meio pelo qual". Alternativa C.***

10928. **(Inspetor da Comissão de Valores Mobiliários, Analista da Comissão de Valores Mobiliários – 2010 – ESAF)** Assinale a opção que, na sequência, preenche corretamente as lacunas do texto, de modo a manter a coesão e a coerência entre as ideias.

> Quando uma pessoa compra uma ação de uma empresa, torna-se sócia dessa companhia. Significa que ___(1)___ se beneficia de seu sucesso ou sofre as consequências ___(2)___ fracasso. Funciona assim: ao ganhar dinheiro, uma corporação com ações cotadas em bolsa remunera melhor seus acionistas. O inverso também é verdadeiro.
> No mercado acionário, é impossível dizer ___(3)___ um investimento dará retorno líquido e certo. Uma série de fatores ___(4)___ levada em conta. Desde ___(5)___ que a empresa pode controlar (lançamento de produtos e projetos de sucesso, boa performance financeira) até aspectos externos (crise global, acidentes), ___(6)___ muitas vezes independem de uma boa administração da companhia.

(Adaptado de *IstoÉ*, 15/9/2010).

	1	2	3	4	5	6
						os

(A)	esta	do	se	será	os	quais
(B)	esta	de seu	quando	deverão ser	àqueles	o que
(C)	ela	desse	quando	deverão ser	os	que
(D)	o sócio	desse	que	deverão ser	àqueles	o que
(E)	ela	de seu	se	deverá ser	aqueles	que

RESPOSTA Em (1), o uso de *"esta"* pode remeter a *"companhia"*, o que compromete a coerência do texto. Dentre as possibilidades apresentadas, pode-se empregar *"o sócio"* ou *"ela"*. Em (2), não faz sentido empregar *"desse"*, pois este anafórico teria que retomar algo já citado. E, até o momento, não se fez referência a fracasso algum. O uso do possessivo *"seu"* é, portanto, mais adequado. Em (3), cabe a presença da conjunção integrante *"se"*, uma vez que há dúvidas quanto ao retorno do investimento. Em (4), cabe a forma *"deverá ser"*, para que se mantenha a concordância com o sujeito *"Uma série de fatores"*. Em (5), cabe a forma *"aqueles"*, para retomar *"fatores"*. Em (6), cabe o pronome relativo *"que"*, para retomar o substantivo *"aspectos"* no restante da oração. *Alternativa E.*

10929. (Inspetor da Comissão de Valores Mobiliários, Analista da Comissão de Valores Mobiliários – 2010 – ESAF) Assinale a opção que, ao preencher as lacunas do texto provoca erro gramatical.

Baixo em termos internacionais, o salário brasileiro é apontado pelas empresas multinacionais como um dos atrativos para os investimentos no mercado nacional, além da perspectiva de crescimento doméstico acima da média global, ___(a)___ também pelos investimentos, mas principalmente pela alta salarial em massa, responsável por mais de 85% do PIB, o mercado interno em ebulição, segundo os economistas, foi um fator decisivo para o Brasil ___(b)___ da crise que eclodiu em setembro de 2008. E os salários mais robustos, por sua vez, ___(c)___ como um colchão para garantir a recuperação acelerada do nível de atividade econômica. Aumentos salariais são importantes porque elevam o consumo e o crescimento econômico. Mas do ponto de vista macroeconômico é importante que ___(d)___ em linha com os ganhos de produtividade. Caso contrário, a tendência é que eventuais excessos ___(e)___ aos preços.

(Adaptado de *Carta Capital*, 20/10/2010).

(A) sustentado
(B) se recuperar
(C) acontecem
(D) funcionaram
(E) sejam repassados

RESPOSTA Em A, "sustentado" concorda com o substantivo "crescimento". Em B, a forma verbal "se recuperar" concorda com o sujeito "Brasil". Em C, a forma verbal "acontecem" concorda com o sujeito "salários". Em D, a forma verbal "funcionaram" concorda com o sujeito oculto "aumentos salariais". Em E, a forma verbal "sejam repassados" concorda com o sujeito "excessos". A questão foi anulada porque nenhuma opção provoca erro gramatical.

[1]A experiência da modernidade é algo que só pode ser pensado a partir de alguns conceitos fundamentais.

Um deles é o conceito de civilização. Tal conceito, a exemplo dos que constituem a base da estrutura da experiência ocidental, é algo tornado possível apenas por meio de seu contraponto, qual seja, o conceito de barbárie.

[5]Assim como a ideia de civilização implica a ideia de barbárie, a experiência da modernidade (que

não deve
ser pensada como algo que já aconteceu, mas como algo que deve estar sempre acontecendo, um porvir) implica a experiência da violência que a tornou possível – a violência fundadora da modernidade. O processo civilizatório se constitui a partir da conquista de territórios e posições ocupados pela barbárie. Tal processo se
10dá de forma contínua, num movimento insistente que está sendo sempre recomeçado. Pensando em termos de
experiência moderna, todas as grandes conquistas ou invasões das terras alheias tiveram como justificativa a ocupação dos espaços da barbárie.

(Adaptado de Ruberval Ferreira, *Guerra na língua:* mídia, poder e terrorismo, 2007, p. 79-80).

10930. **(Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF)** Assinale a opção incorreta a respeito do uso das estruturas linguísticas no texto.

(A) A flexão de masculino no termo "pensado" (linha 1) indica que o pronome relativo "que" retoma, nas relações de coesão, o pronome "algo" e não o substantivo "experiência".

(B) O uso da voz passiva em "ser pensada" (linha 6) indica que o verbo **pensar** está empregado como pensar em, e a oração na voz ativa correspondente deve ser escrita como **pensar na experiência da modernidade**.

(C) O sinal de travessão, na linha 5, exerce função semelhante ao sinal de dois pontos, que é a de introduzir uma explicação ou uma especificação para a ideia anterior.

(D) As estruturas sintáticas do texto permitem o deslocamento do pronome átono em "se constitui" (linha 9) e "se dá" (linhas 9 e 10) para depois do verbo, escrevendo-se, respectivamente, **constitui-se** e **dá-se**, sem que com isso se prejudique a correção ou a coerência do texto.

(E) Embora a substituição de "está sendo" (linha 10) por "é" respeite a correção gramatical e a coerência do texto, a opção pelo uso da forma durativa enfatiza a ideia de continuidade do processo civilizatório.

RESPOSTA O verbo *"pensar"* foi empregado como **transitivo direto**, obedecendo à seguinte regência: *"pensar algo como alguma coisa"*. Sabemos que não é possível haver construção passiva com verbo transitivo indireto, o que torna errada a afirmação que diz ter o verbo *pensar* o mesmo sentido de *"pensar em"*. Além disso, ao converter a forma passiva *"(a experiência da modernidade) não deve ser pensada como algo que já aconteceu"*, teremos a seguinte construção: *"não deve **pensar a experiência da modernidade** como algo que já aconteceu". Alternativa B.*

10931. **(Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF)** A partir das ideias do texto, julgue como verdadeiras (**V**) ou falsas (**F**) as inferências abaixo, em seguida, assinale a opção correta.

( ) A conquista dos espaços ocupados pela barbárie constitui uma das manifestações da violência que está na origem da modernidade.

( ) A experiência ocidental estrutura-se por meio de conceitos em contraponto, ilustrados no contraponto entre civilização e barbárie.

( ) O processo civilizatório constitui um movimento de constante recomeço porque espaços de violência devem ser ocupados.

( ) A ausência da oposição no conceito de modernidade tornaria injustificável a ocupação de espaços de violência pelo processo civilizatório.

A sequência correta é

(A) V, V, V, F

(B) V, V, F, V
(C) V, V, F, F
(D) F, V, F, V
(E) F, F, V, V

RESPOSTA (I) Verdadeira – Segundo o texto, a violência fundadora da realidade se manifesta nas ocupações e conquistas de territórios ocupados pela barbárie. (II) Verdadeira – Já no primeiro parágrafo, apresenta-se um contraponto: a civilização *versus* a barbárie. (III) Falsa – Não existe a relação de causa explicitada pela assertiva. Segundo o texto, *"O processo civilizatório se constitui* ***a partir da*** *conquista de territórios e posições ocupados pela barbárie"*, o que implica uma **relação de mediação** (*a partir de = por meio de)*. (IV) Falsa – Não é possível estabelecer essa inferência a partir do texto. Nele, afirma-se que *"todas as grandes conquistas ou invasões das terras alheias tiveram como justificativa a ocupação dos espaços da barbárie"*, porém não é possível garantir que não possam existir outras justificativas. *Alternativa C.*

[1]O desenvolvimento é um processo complexo, que deriva de uma gama de fatores – entre os quais se realça
a educação – e precisa de tempo para enraizar-se. É obra construída pela contribuição sistemática de vários governos. Depende da produtividade, que se nutre da ciência, das inovações e, assim, dos avanços da tecnologia. Na verdade, a humanidade somente começou seu desenvolvimento depois da Revolução Industrial,
[5]iniciada no século XVIII, na Inglaterra. A estagnação da renda per capita havia sido a característica da história.
A Revolução desarmou a Armadilha Malthusiana e deu início à Grande Divergência. A Armadilha deve seu nome ao demógrafo Thomas Malthus, para quem o potencial de crescimento era limitado pela oferta de alimentos. A evolução da renda per capita dependia das taxas de natalidade e mortalidade. A renda per capita da Inglaterra começou a crescer descolada da demografia, graças ao aumento da produtividade na agricultura
[10]e da exploração do potencial agrícola da América.

(Adaptado de Maílson da Nóbrega, Lula e o mistério do desenvolvimento. *Veja*, 26/8/2009, p. 74).

10932. (Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF) A partir da argumentação do texto apresentado anteriormente, infere-se que

(A) a Grande Divergência falhou em suas previsões, porque se baseou apenas na evolução histórica da renda *per capita*.
(B) as previsões de Malthus sobre o processo do desenvolvimento foram confirmadas apenas nos países que não exploravam a agricultura.
(C) a educação, associada ao desempenho dos governos, mostrou a falsidade das previsões de Thomas Malthus.
(D) a contribuição da ciência para os avanços da tecnologia pode reverter previsões quanto ao processo de desenvolvimento.
(E) a Revolução Industrial, ao mostrar o potencial ilimitado de desenvolvimento da humanidade, tornou-se prioridade de governo.

RESPOSTA De acordo com o texto, o desenvolvimento depende intrinsecamente do fator produtividade. Quando se cita a Teoria Malthusiana, mostra-se que certas previsões podem ser revertidas por esse fator. No caso, Malthus afirmava que o crescimento estava limitado pela oferta de alimentos e pelas taxas de natalidade e mortalidade, o que foi falsificado ao longo do tempo quando taxas de crescimento se descolaram da demografia. Como a produtividade é uma das derivações dos avanços científicos, pode-se inferir que *"a contribuição da ciência para os avanços da tecnologia pode reverter previsões quanto ao processo de desenvolvimento."* Quanto à letra A, a Grande Divergência se fez presente com o descolamento entre demografia e aumento da renda per capita. Quanto às letras B e C, trata-se justamente do oposto: a teoria de Malthus se mostrou limitada, ao ser confrontada com os avanços em termos de produtividade e educação. Quanto à letra E, não é possível inferir que os

avanços decorrentes da Revolução Industrial são ilimitados. *Alternativa D.*

10933. (Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF) Provoca-se erro **gramatical** ou **incoerência** na argumentação do texto ao

(A) substituir os dois travessões das linhas 1 e 2 por vírgulas.

(B) deixar subentendido o sujeito da oração, retirando o pronome “se” antes de “realça”.

(C) iniciar o terceiro período sintático pelo termo **Esse processo**, escrevendo “Depende” com letra inicial minúscula.

(D) substituir “havia sido” (linha 5) por **fora**.

(E) ligar os dois últimos períodos sintáticos, pela conjunção **porquanto**, escrevendo o artigo em “A renda” com letra minúscula.

RESPOSTA (A) Correta – O aposto explicativo “entre os quais se realça a educação” tanto pode ser isolado por vírgulas como por travessões. (B) Correta – Mantém-se o mesmo sentido, pois o agente de “realçar” está subentendido nos dois casos. (C) Correta – “Esse processo” é uma expressão anafórica que retoma toda a informação citada anteriormente. (D) Correta – A forma “havia sido” é a forma composta do pretérito mais-que-perfeito “fora”. (E) Errada – O conector “porquanto” é causal e a conexão entre os dois últimos períodos pede um conector com valor semântico de oposição. *Alternativa E.*

[1]Durante muito tempo, fazer ciência significou poder quantificar os dados da realidade, garantir a generalidade
e a objetividade do conhecimento. No afã da universalidade do saber científico, do cognoscível como representação do real, excluía-se o sujeito do conhecimento, sua subjetividade, seus condicionamentos histórico-sociais. Na base desta perspectiva está a crença de que o mundo está aí, pronto para ser apreendido
[5]por uma consciência cognoscente. O cientificismo não leva em conta que tanto o processo de percepção como
o do pensamento têm seus próprios mecanismos de produção. Hoje, ignorá-los significa negar conquistas relevantes da psicologia contemporânea. Os objetos da percepção e os objetos do pensamento não nos são dados da mesma maneira, nem tampouco se pode pensar na correspondência entre a realidade e sua representação, mesmo porque nem tudo que existe é representável.

(Adaptado de Nilda Teves, Imaginário social, identidade e memória. In: Lúcia Ferreira & Evelyn Orrico (Org.), *Linguagem, identidade e memória social*, 2002, p. 53-54).

10934. (Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF) Assinale a opção correta a respeito das estruturas linguísticas do texto.

(A) No desenvolvimento do texto, a expressão “desta perspectiva” (linha 4) aponta para uma concepção de fazer ciência que se opõe à quantificação dos “dados da realidade” (linha 1).

(B) De acordo com as normas gramaticais da língua portuguesa, é opcional o uso da preposição de antes do pronome relativo “que” (linha 4); mas seu uso ressalta as relações de coesão entre “crença” (linha 4) e “do saber científico” (linha 2), “do cognoscível” (linha 2).

(C) A vírgula depois de “aí” indica que a oração iniciada por “pronto” constitui uma explicação, um esclarecimento sobre a afirmação de que o “mundo está aí”.

(D) Na linha 6, a flexão de plural no verbo ter, indicada pelo uso do acento circunflexo em “têm”, estabelece a concordância com o termo posposto, “seus próprios mecanismos”.

(E) Na articulação da progressão das ideias no texto, o pronome átono em “ignorá-los” (linha 6) retoma “condicionamentos histórico-sociais” (linhas 3 e 4); por isso está flexionado no plural.

RESPOSTA (A) Errada – A expressão *“desta perspectiva”* retoma a caracterização da ciência como uma quantificadora dos dados da realidade. (B) Errada – É necessário o emprego da preposição *“de”*, pois se trata de uma exigência do nome *“crença”*. Além disso, ela atua na coesão entre o termo *“crença”* e a oração *“que o mundo está aí”*. (C) Certa – Trata-se de uma oração adjetiva de caráter explicativo. (D) Errada – A concordância se dá entre a forma verbal no plural *“têm”* e o sujeito composto *“tanto o processo de percepção como o (processo) do pensamento”*. (E) Errada – A forma oblíqua *“los”* retoma o termo *“tanto o processo de percepção como o (processo) do pensamento”*. *Alternativa C.*

10935. (Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF) Assinale que alteração proposta para estruturas sintáticas do texto preserva sua correção gramatical e coerência argumentativa.

(A) A troca de posição entre “fazer ciência” (linha 1) e “quantificar os dados da realidade” (linha 1): **quantificar os dados da realidade significou poder fazer ciência**.

(B) A troca de posição entre “do saber científico” (linha 2) e “do cognoscível” (linha 2): do cognoscível, **do saber científico como representação do real**.

(C) A troca de posição entre “do pensamento” (linha 6) e “de percepção” (linha 5): **tanto o processo do pensamento como o de percepção.**

(D) O deslocamento do pronome átono “nos” para depois de “dados”, usando-se ênclise: **não são dados-nos da mesma maneira**.

(E) O deslocamento de “nem” para depois de “existe”: **porque tudo que existe nem é representável**.

RESPOSTA (A) Incorreta – A troca de sujeito com complemento (“fazer ciência” e “quantificar os dados da realidade”) altera a relação de ênfase, que permanece no sujeito. Além disso, o verbo “significar” traz consigo de forma implícita uma relação de causa e consequência, tendo o sentido de “ser resultado de”. Tudo isso implica alteração do sentido original caso haja a troca de posição entre os termos. (B) Incorreta – Ocorre alteração do sentido original, uma vez que *“como representação do real”* está ligado a *“do cognoscível”*. (C) Correta – Os termos “do pensamento” e “de percepção” estão coordenados por adição, o que faz com que a alteração de posição não resulte em alteração de sentido. (D) Incorreta – Não se emprega ênclise diante de verbo no particípio. (E) Incorreta – Ocorre alteração do sentido original, uma vez que, com a mudança de posição, dá-se a entender que não é possível representar nada do que existe. *Alternativa C.*

10936. (Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF) A partir do artigo “Olhando o futuro”, de José Márcio Camargo, publicado em IstoÉ 2077, de 2/9/2009 foram construídos pares de fragmentos que compõem as opções abaixo. Assinale a opção em que a transformação dos períodos sintáticos em apenas um período, no segundo termo de cada par, resulta em <u>incoerência</u> ou <u>erro</u> gramatical.

(A) A economia mundial começa a dar sinais de recuperação. São sinais ainda tênues que podem estar sugerindo que a economia chegou ao fundo do poço. Mas muitos dos problemas que originaram a crise continuam preocupando.

A economia mundial começa a dar sinais de recuperação, embora são sinais ainda tênues, que podem estar sugerindo que a economia chegou ao fundo do poço, porém muitos dos problemas que originaram a crise continuam preocupando.

(B) O colapso do final de 2008 e início de 2009 adicionou novas mazelas. Houve redução do comércio internacional, aumento da taxa de desemprego e queda dos rendimentos reais ao redor do mundo.

O colapso do final de 2008 e início de 2009 adicionou novas mazelas, como redução do comércio internacional, aumento da taxa de desemprego e queda dos rendimentos reais ao redor do mundo.

(C) A pergunta é quanto da retomada da economia depende dos estímulos fiscais e quanto é sustentável sem eles. Por quanto tempo os bancos centrais e os governos ainda poderão manter estes estímulos sem gerar pressões inflacionárias?

Pergunta-se quanto da retomada da economia depende dos estímulos fiscais e quanto é sustentável

sem eles e, ainda, por quanto tempo os bancos centrais e os governos poderão manter estes estímulos sem gerar pressões inflacionárias.

(D) Ainda que a pior crise pareça estar para trás, os possíveis cenários para os próximos meses são variados, com enorme incerteza. Não podemos descartar cenários de estagnação, assim como cenários mais otimistas, com crescimento forte.

Ainda que a pior crise pareça estar para trás, os possíveis cenários para os próximos meses são variados, com enorme incerteza, pois não podemos descartar cenários de estagnação, assim como cenários mais otimistas, com crescimento forte.

(E) O cenário mais provável parece ser de crescimento relativamente baixo, devido à baixa oferta e demanda de crédito, ao aumento do desemprego e à queda da renda real. Isso deverá reduzir a taxa de crescimento do consumo nos próximos anos.

O cenário mais provável parece ser de crescimento relativamente pequeno, devido à baixa oferta e demanda de crédito, ao aumento do desemprego e à queda da renda real, o que deverá reduzir a taxa de crescimento do consumo nos próximos anos.

RESPOSTA (A) Incorreta – Há um erro gramatical na conjugação da forma verbal *"são"*, que deveria estar na forma subjuntiva *"sejam".* (B) Correta – Há entre o primeiro e o segundo período uma relação de exemplificação. (C) Correta – Há entre os dois períodos uma relação de adição. (D) Correta – É possível estabelecer uma relação de explicação entre o primeiro e o segundo período. (E) Correta – O segundo período representa uma consequência do que foi enumerado no período anterior. *Alternativa A.*

10937. (Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF) Assinale a opção correta a respeito do uso das estruturas linguísticas no texto.

1Os economistas brasileiros se concentram, no exame das causas da crise, na proposta de meios e modos
de contorná-la. Com isso, não levam em conta dois pontos. O primeiro é que as medidas contra a crise, que vêm sendo adotadas tanto em países subdesenvolvidos como desenvolvidos, são fundamentalmente corretas.
O segundo ponto é que a crise atual, como todas as anteriores, acabará, mais cedo ou mais tarde, por ser
5corrigida. E, quando isso ocorrer, se voltará às fórmulas neoliberais apenas com regulamentação mais estrita
da atividade bancária.

(Adaptado de João Paulo Magalhães, O que fazer depois da crise. *Correio Braziliense*, 12/9/2009).

(A) Seriam preservadas a correção gramatical e a coerência do texto ao usar o pronome em "contorná-la" (linha 2) antes do verbo, escrevendo: **modos de a contornar**.

(B) Para evitar as três ocorrências consecutivas de "que", a retirada dessa conjunção antes de "a crise atual" (linha 4) manteria a correção gramatical e a coerência do texto.

(C) O acento circunflexo em "vêm" (linha 3) indica que a concordância se faz com "medidas", mas estaria igualmente correto e coerente com a argumentação escrever o verbo sem acento, optando, então, pela concordância com "crise".

(D) O pronome em "quando isso" (linha 5) resume e retoma, em relações de coesão, o mesmo referente do pronome em "Com isso" (linha 2), ou seja, o exame da crise feito pelos economistas.

(E) Seriam respeitadas as regras gramaticais e as relações entre os argumentos ao empregar o verbo em "se voltará" (linha 5) no plural, escrevendo **voltarão-se**.

RESPOSTA (A) Correta. (B) Incorreta – Se retirarmos o segundo "que", criaremos um problema de coesão, haja vista a

necessidade de um conector entre o verbo de ligação "é" e "crise mundial". (C) Incorreta – Não faria sentido fazer a concordância com "crise". Seria estranho afirmar que a crise vem sendo adotada tanto em países desenvolvidos como subdesenvolvidos. (D) Incorreta – Em "quando **isso**", o pronome retoma o fato de a crise atual ser também corrigida, como todas as anteriores. Já em "Com **isso**", o pronome retoma o fato de os economistas brasileiros se concentrarem na proposta de meios e modos de contornar a crise. (E) Incorreta – Não se emprega ênclise diante de verbo no tempo futuro. Além disso, trata-se de uma construção de sujeito indeterminando, o que força o verbo acompanhado de "se" ser conjugado no singular. *Alternativa A.*

1O efeito da supervalorização cambial sobre a indústria atinge muito mais fortemente os níveis da produção
e do emprego que os demais setores. Essa é uma situação que precisa ser repensada. É claro que não se trata de um problema simples, que se resolva com providências rápidas, pois exige medidas que às vezes podem ser classificadas como heterodoxas. Mas tem de ser enfrentado com coragem e inteligência. Não pode ser deixado
5ao sabor dos ventos, pois os custos virão no seu devido tempo, como nossa trajetória econômica bem mostra.

Também não podemos deixar nos envolver por uma falácia que diz que qualquer desvalorização resulta em diminuição do bem-estar da sociedade brasileira. É verdade que, quando a taxa de câmbio desvaloriza, há uma redução do salário real. É preciso acrescentar, no entanto, que se reduz o salário real e se aumenta o nível geral do desemprego.

(Adaptado de Antonio Delfim Neto, Fábrica de desemprego. *CartaCapital*, 16/9/2009).

10938. **(Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF)** Assinale a opção <u>incorreta</u> a respeito do uso das estruturas linguísticas no texto.

(A) Por se estabelecer, na estrutura sintática, uma relação de comparação, seriam preservadas a correção gramatical e a coerência do texto ao inserir do antes de "que os demais setores" (linha 2).

(B) Nas relações de coesão, a ideia explicitada na primeira oração do texto é várias vezes retomada: apontada pelo pronome "Essa" (linha 2), resumida por "situação", referida pelo pronome "que" e substituída pelo termo "problema" (linha 3).

(C) A opção pelo uso do modo subjuntivo em "resolva" (linha 3) indica que se trata de uma hipótese ou possibilidade, pois a estrutura sintática estaria igualmente correta com o uso do modo indicativo, **resolve**.

(D) Com o objetivo de evitar a repetição de dois vocábulos de escrita e som semelhantes, seriam respeitadas as regras gramaticais e as relações entre os argumentos substituindo-se "que diz que" (linha 6) por **ao dizer que**.

(E) No desenvolvimento das ideias do texto, além de ligar duas orações pela adição, o valor semântico da conjunção "e" é o de estabelecer uma relação de causa e consequência.

RESPOSTA As duas informações têm caráter apenas aditivo. Não se pode identificar uma relação de causa e consequência, pois o fato de haver redução do salário real não gera como resultado imediato o aumento desemprego. *Alternativa E.*

A preocupação com a herança que deixaremos **as** (1) gerações futuras está cada vez mais em voga. Ao longo da nossa história, crescemos em número e modificamos quase todo o planeta. Graças aos avanços científicos, tomamos consciência de que nossa sobrevivência na Terra está fortemente ligada **a** (2) sobrevivência das outras espécies e que nossos atos, relacionados **a** (3) alterações no planeta, podem colocar em risco nossa própria sobrevivência. Contudo, aliado ao desenvolvimento científico, temos o crescimento econômico que nem sempre esteve preocupado com questões ambientais. O que se almeja é o desenvolvimento sustentável, que é aquele viável economicamente, justo socialmente e correto ambientalmente, levando em consideração não só **as** (4) nossas necessidades atuais, mas também **as** (5) das gerações futuras, tanto nas comunidades em

que vivemos quanto no planeta como um todo.

(Adaptado de A. P. FOLTZ, *A crise ambiental e o desenvolvimento sustentável*: o crescimento econômico e o meio ambiente. Disponível em http://www.iuspedia.com.br, acesso em 22 jan. 2008).

10939. (Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF) Para que o texto acima respeite as regras gramaticais do padrão culto da Língua Portuguesa, é obrigatória a inserção do sinal indicativo de crase em

(A) 1, 2 e 3
(B) 1 e 2
(C) 1, 3 e 5
(D) 2 e 4
(E) 3, 4 e 5

RESPOSTA **Em (1)** devemos empregar a crase, haja vista que há a presença da preposição *"a"*, exigência de *"deixaremos"* (deixaremos algo **a** alguém), e do artigo *"as"*, exigência do substantivo *"gerações"*. **Em (2)** devemos empregar a crase, haja vista que há a presença da preposição *"a"*, exigência de *"ligada"* (ligada **a** algo ou **a** alguém), e do artigo *"a"*, exigência do substantivo *"sobrevivência"*. **Em (3)**, não se emprega a crase, pois está ausente o artigo *"as"*, que poderia ser exigido pelo substantivo *"alterações"*. O *"a"* presente é apenas preposição, exigência de *"relacionados"* (relacionados **a** algo). **Em (4)**, não se emprega a crase, pois temos apenas o artigo *"as"*. A forma verbal *"levar em consideração"* pede objeto direto, não havendo, assim, a presença da preposição. **Em (5)**, não se emprega crase, pois temos presente apenas o artigo *"as"*, que antecede o substantivo elíptico *"necessidades"*. *Alternativa B.*

10940. (Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF) Assinale a opção que completa corretamente a sequência de lacunas no texto abaixo.

Se hoje ___(1)___ é mais fácil, pelo menos para boa parte da humanidade, livrar-nos da fome e dos leões, se nos é mais fácil debelarmos boa parte das doenças que ___(2)___ a humanidade no decorrer da história, a contrapartida parece ser que não ___(3)___ fugir do desemprego, e, quando sim, não do trabalho desvairado, do temor da absolescência, do esgotamento nervoso, do estresse, da depressão. Cabe perguntar: é a tecnologia a responsável ___(4)___ mudança de nossa visão de mundo, ou é a nossa visão de mundo que conduz ___(5)___ mudanças tecnológicas? A pergunta é oportuna porque nos leva a questionar se não temos o poder de mudar o rumo de nossas vidas, de modificar nossa própria visão de mundo, e ___(6)___ modificar o próprio mundo.

(*Filosofia, ciência&vida*, ano III, n. 27, p. 32, com adaptações).

	1	2	3	4	5	6
(A)	nos	tem assolado	consigamos	pela	as	em
(B)	para nós	assolam	consigamos	pela	à	em
(C)	lhes	tem assolado	conseguimos	com a	as	em
(D)	nos	assolaram	conseguimos	pela	a	de
(E)	para nós	assolam	conseguíssemos	com a	à	de

RESPOSTA **Em (1)**, é mais conveniente empregar a forma *"nos"* para manter o paralelismo de construção em *"**Se** hoje **nos é mais fácil**, pelo menos para boa parte da humanidade, livrar-nos da fome e dos leões, **se nos é mais fácil** debelarmos boa parte das doenças..."*. Porém, também é possível empregar a forma *"para nós"*. **Em (2)**, a forma verbal deve estar conjugada no passado para fazer sentido com a expressão *"no decorrer da história"*. Admitem-se, assim, as formas *"assolaram"* ou *"tem assolado"*. **Em (3)**, a forma presente *"conseguimos"* confere coerência ao texto. **Em (4)**, a forma *"responsável"* pede a regência da preposição *"por"*, resultando na contração *"pela"*. **Em (5)**, a forma verbal "conduz" solicita um complemento do tipo objeto

indireto. Assim, emprega-se a preposição "a" para preencher o espaço. Vale ressaltar que, se desejarmos definir "*mudanças*" pelo artigo "*as*", temos como resultado a contração "*às*" (*a* + *as*). **Em (6)**, para manter o paralelismo com as formas *"o poder **de mudar**..., (o poder) **de modificar**"*, emprega-se a preposição *"de"* para preencher o espaço. *Alternativa D.*

10941. **(Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF)** Assinale a opção em que as **duas possibilidades** propostas para o preenchimento das lacunas do texto resultam em um texto coerente e gramaticalmente correto.

> O desempenho econômico de uma nação não está necessariamente atrelado a seu desenvolvimento sustentável. Um país pode crescer vertiginosamente, ___(a)___ performance econômica invejável, porém ___ (b)___custas da degradação de seu patrimônio. Por isso, especialistas discutem uma nova maneira de se calcular o PIB, ___(c)___em conta os índices de sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais.
>
> A ideia, totalmente inovadora, vai ao encontro ____(d)___ algumas necessidades básicas a serem cumpridas para viabilizar o crescimento sustentável, principalmente nos países em desenvolvimento. Apesar ___(e)___crise financeira que assombra as economias mundiais, os emergentes passam por um momento de crescimento, e investimentos em infraestrutura básica tornam-se primordiais para assegurar a sustentabilidade.
>
> (Adaptado de João Geraldo Ferreira, Crescimento acelerado, garantia do desenvolvimento sustentável? *Correio Braziliense*, 7/9/2009).

(A) e apresentar/apresentando
(B) a/às
(C) o que leve/levando
(D) de/com
(E) da/de a

RESPOSTA (A) Correta – As duas construções mantêm a coesão do textual. (B) Incorreta – A locução "às custas de" requer necessariamente o artigo "as". (C) Incorreta – A presença do demonstrativo *"o" (=aquele)* cria um problema de coesão, uma vez que o pronome relativo *"que"* já é responsável por retomar o substantivo *"maneira"*. Em vez de *"o que leve"*, deveria ser empregada somente forma *"que leve"*. (D) Incorreta – Trata-se da expressão *"ao encontro de"*, que significa *"a favor de"*. (E) Incorreta – Não é permitido o emprego da forma *"da"*, uma vez que não se contrai preposição com pronome ou artigo antes de um sujeito. *Alternativa A.*

10942. **(Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF)** Numere em que ordem os trechos abaixo, adaptados do ensaio **Lula e o mistério do desenvolvimento**, de Maílson da Nóbrega (publicado em VEJA, de 26 de agosto, 2009), dão continuidade à oração inicial, numerada como (1), de modo a formar um parágrafo coeso e coerente.

(1) Mudanças culturais estão na origem do sucesso dos atuais países ricos.
( ) De fato, as lutas mortais dos gladiadores, entre si e com as feras, divertiam os romanos; execuções públicas eram populares na Inglaterra até o século XVIII.
( ) Por isso, a alfabetização disseminada e habilidades aritméticas, antes irrelevantes, adquiriram importância para a Revolução Industrial.
( ) Esses instintos foram substituídos por hábitos fundamentais para o desenvolvimento: trabalho, racionalidade e valorização da educação.
( ) Elas os fizeram abandonar instintos primitivos de violência, impaciência e preguiça.
( ) Como consequência dessas mudanças, a classe média cresceu; valores como poupança, negociação e disposição para o trabalho se firmaram nas sociedades bem-sucedidas.
A sequência obtida é

(A) (1) (2) (4) (5) (6) (2)
(B) (1) (3) (2) (6) (4) (6)
(C) (1) (4) (2) (6) (5) (3)
(D) (1) (3) (5) (4) (2) (6)
(E) (1) (2) (6) (4) (3) (5)

Observação: as alternativas "a" e "b" têm números repetidos. Deixamos desta forma para ficar igual ao constante do arquivo disponibilizado pela banca.

RESPOSTA A opção D apresenta a sequência mais lógica e coerente. Vejamos:
Em (2), o pronome reto *"Elas"* retoma *"mudanças"* e o pronome *"os"* retoma *"países ricos"* em (1). Em (3), a expressão *"De fato"* enfatiza os instintos primitivos de violência, impaciência e preguiça, referenciados em (2). Em (4), a expressão *"Esses instintos"* retoma *"lutas mortais dos gladiadores"* e *"execuções populares"*, referenciados em (3). Em (5), o pronome anafórico *"isso"* retoma o fato, referenciado em (4), de os instintos de violência terem sido substituídos por hábitos fundamentais para o desenvolvimento. Em (6), a expressão *"essas mudanças"* retoma todas as transformações descritas de (1) a (5).

Obs.: A letra A apresentou duas vezes o número (2). Provavelmente houve um erro de digitação, pois faltou o (3). *Alternativa D.*

10943. **(Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – 2010 – ESAF)** Os fragmentos abaixo constituem sequencialmente um texto e foram adaptados de Afonso C. M. dos Santos, **Linguagem, memória e história: o enunciado nacional** (publicado em: Ferreira, L. & Orrico, E., **Linguagem, identidade e memória social**, p. 2-25).

Assinale a opção que apresenta o trecho transcrito com erros gramaticais.

(A) O termo *fantasme* é, importado da psicanálise, para expressar a inquietação que os professores deveriam apresentar no momento exato de decidir sobre a direção do seu trabalho. Desta forma o professor desviaria-se do lugar de onde sempre é esperado.
(B) Poderíamos conceber o nosso *fantasme* – a nação – como um fenômeno dotado de historicidade e cuja compreensão é central para a história. Por outro lado, podemos considerá-lo como um artefato cultural vinculado à história do próprio conhecimento histórico.
(C) Construído pela via do imaginário, esse artefato precisou da história para se legitimar e fazer crer que a identidade dos países estava assentada em um passado frequentemente anterior à própria existência do Estado.
(D) É preciso observar que toda interpretação dos fenômenos históricos pela História introduz uma transcendência da duração vivida em um tempo construído, o **tempo da história**, para realizarmos a reconstrução ideal.
(E) Na verdade, não podemos deixar de enfrentar nossos fantasmas, identificando o teatro das ilusões das construções historiográficas. Talvez porque nossa tarefa mais contemporânea seja, exatamente, discutir a natureza do conhecimento histórico.

RESPOSTA A letra A apresenta alguns desvios em relação à norma culta. Vejamos:
1) É equivocada a vírgula entre a forma verbal *"é"* e o particípio adjetivo *"importado"*. Não se separa por vírgula verbo de ligação e predicativo. 2) Em *"Desta forma"*, deveríamos grafar *"Dessa"* no lugar de *"Desta"*, uma vez que há a necessidade de empregar uma forma anafórica que retome a informação do período anterior. Além disso, é necessário empregar uma vírgula depois de *"forma"*. 3) Não se emprega ênclise depois de verbo no futuro. Assim, deveríamos empregar *"se desviaria"* (próclise) ou *"desviar-se-ia"* (mesóclise) em vez de "desviaria-se". *Alternativa A.*

10944. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF)** Na seção Tendências/Debates da *Folha de S. Paulo*, 21/10/2006, A3, foi formulada a pergunta: "A publicidade infantil deve ser proibida por lei? Sim ou Não?" Dos argumentos expostos abaixo, assinale o que não serve para fundamentar a resposta pelo Sim.

(A) O princípio da liberdade de expressão e informação não se aplica à publicidade.

(B) Eleger uma programação televisiva livre de conteúdos publicitários direcionados a crianças e adolescentes é uma opção por colocar os direitos dessas populações acima de outros interesses.

(C) Há uma compreensão deturpada do poder e alcance da comunicação mercadológica que confunde a publicidade com o ato de consumir.

(D) Problemas sérios de saúde pública, como a obesidade em crianças e jovens, têm sido associados à vinculação de uma publicidade danosa que associa, por exemplo, quesitos de magreza, cabelos lisos e brancura da pele a padrões de beleza e aceitabilidade social.

(E) Declarações públicas como as de Cheryl Idell, executiva do setor de pesquisa de mercado nos EUA (disse ela que a publicidade é eficaz quando se vale das crianças como instrumentos capazes de levar os pais a adquirirem produtos em oferta) estão em desarmonia com a ética centrada nos direitos da criança e do jovem.

RESPOSTA O argumento exposto na letra C põe em xeque aqueles que defendem a proibição da publicidade infantil. Segundo esse argumento, quem assim se porta, comete um equívoco, pois distorce *(= deturpa)* o real poder e alcance da comunicação mercadológica. *Alternativa C.*

10945. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF) Leia um trecho da entrevista da escritora Lia Luft à *Revista do Correio* (22/10/2006, p. 4). A seguir, assinale a asserção correta.

Um dos papéis do escritor é ser um pensador do seu tempo e da sua sociedade. O que pensa sobre
os tempos de hoje, sobre o Brasil com seus problemas e suas potencialidades?

[1]Eu exerço minha escrita como arte, pelo puro prazer que isso me dá. Lúdico, intrigante, estimulante.
Como colunista, comento também coisas do meu tempo e do meu país, mas como brasileira que tem voz,
nada mais. Penso que estamos num momento de caída, de decadência. Precisamos dar a volta por cima
depressa e lindamente. Ou em algum tempo ser brasileiro será infamante, vergonhoso e humilhante.

(A) Analisam-se sintaticamente os termos da oração *que isso me dá* (linha 1) desse modo: que=sujeito; isso=objeto direto; me= objeto indireto, sendo o verbo dar transitivo direto e indireto.

(B) Subentende-se da resposta da escritora que se o Brasil não sair rapidamente da fase de rebaixamento e afrouxamento em que se encontra será motivo de indignidade, degradação e mortificação dizer-se brasileiro.

(C) Ao adjetivar sua escrita como *intrigante* (linha 1), entende-se que a escritora busca, em sua literatura, "malquistar com intrigas, mexericar, inimizar-se", que são alguns sentidos de **intrigar**, conforme o Dicionário Aurélio Eletrônico.

(D) Pertencem à mesma etimologia de *decadência* (linha 3) os termos: **decadentismo, decálogo, decantação**.

(E) O entrevistador, em sua pergunta, faz uma assertiva que não é contestada pela entrevistada, pois coincide com a função que ela admite estar desempenhando no papel de escritora.

RESPOSTA (A) Incorreta – O pronome relativo *"que"* substitui o termo *"prazer"*, exercendo função sintática de objeto direto na oração em que está inserido. Já o pronome demonstrativo *"isso"* exerce função de sujeito. (B) Correta. (C) Incorreta – O termo *"intrigante"* assume o sentido de *"que desperta curiosidade"*. (D) Incorreta – Os termos *"decantação"* e *"decadentismo"* derivam de *"cair"*; já *"decálogo"* apresenta o radical formador de *"dez"*. (E) Incorreta – A entrevistada, de certa forma, contesta o entrevistador, uma vez que que esta define sua escrita (logo o papel do escritor) como arte, geradora somente de um puro

prazer. As críticas e análises presentes nos textos da entrevistada estão associadas simplesmente ao fato de ela ser brasileira, e não ao fato de ela ser uma escritora. *Alternativa B.*

10946. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF)** Leia o trecho a seguir, extraído de discurso do governador do Ceará, Dr. Lúcio Alcântara, e assinale a asserção que interpreta e/ou reproduz erroneamente as ideias do texto.

> Um dos capítulos mais tristes da nossa História é aquele que se refere à escravidão de homens e mulheres, arrancados de suas terras, mantidos em cativeiro e forçados a trabalhos insalubres até quase o final do século 19. Essa parte da nossa crônica social, feita de perseguições, rebeliões, fugas, quilombos e injustiças, ainda está sendo revista, mas infelizmente não pode ser modificada. No Ceará, a vergonha do passado é encoberta pelo orgulho de termos sido os primeiros a abolir o trabalho escravo em 25 de março de 1884, portanto, quatro anos antes do resto do País. Aqui, o movimento abolicionista contou com o reforço heróico dos jangadeiros, liderados por Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde, nosso mitológico Dragão do Mar. Em protesto ao cruel tráfico de seres humanos, Chico e seus seguidores recusaram-se a continuar embarcando escravos no porto de Fortaleza. Foi um exemplo e uma inspiração.
>
> O jornalista José do Patrocínio tratou de divulgar a decisão solidária dos jangadeiros cearenses, e logo o Ceará passou a ser chamado de "Terra da Luz". Políticos, advogados, artistas, escritores e intelectuais de destaque, como Joaquim Nabuco, já haviam criado, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, que resultou no surgimento de dezenas de grêmios semelhantes, cuja missão consistia também em arrecadar fundos para pagamento de cartas de alforria. Assim, também, o jornal O Abolicionista, de Nabuco, e a Revista Ilustrada, de Angelo Agostini, serviram de modelo para publicações antiescravagistas.
>
> Essa história de lutas levou o Governo do Estado a instituir, em 1963, a Medalha da Abolição, que celebra o pioneirismo dos nossos abolicionistas e promove os ideais de justiça e fraternidade, homenageando cearenses e não cearenses que tenham dado a sua contribuição para as mais diversas áreas do conhecimento humano. Já receberam a Medalha da Abolição intelectuais como o professor Antônio Martins Filho e a escritora Rachel de Queiroz; artistas como Aldemir Martins, Eleazar de Carvalho e Renato Aragão; líderes espirituais como os arcebispos Dom Aloísio Lorscheider e Dom Hélder Câmara; além de homens de visão como os industriais Edson Queiroz e José Macedo. A mais alta distinção concedida pelo Governo do Estado já foi entregue também à Academia Cearense de Letras, ao Instituto do Ceará, à Associação Cearense de Imprensa e a outras instituições ligadas ao progresso cultural, científico e educacional do Ceará.
>
> (http://www.ceara.gov.br/pls/portal/PORTAL.wwv_media.show?p_ id=306260&p_settingssetid=290100&p_settingssiteid=213 p_siteid=213&p_ type=basetext&p_textid=306261, pesquisa em 20/10/2006).

(A) O texto inicia com uma referência consternada e pesarosa à escravidão no Brasil.

(B) Instituída em homenagem aos heróis abolicionistas, a Medalha da Abolição agracia personalidades e instituições que fomentam o espírito de solidariedade e igualdade.

(C) A atitude libertária de Francisco José do Nascimento influenciou pessoas proeminentes da época, o que deu origem a diversas ações abolicionistas.

(D) O Ceará se orgulha de ter sido precursor na luta contra a escravatura.

(E) A menção ao fato de o Ceará ter sido o primeiro estado a se insurgir contra o tráfico de escravos constitui uma forma de desculpa pela mancha vergonhosa que a escravidão imprimiu na nossa história.

RESPOSTA De acordo com o discurso, o pioneirismo cearense não pode ser considerado uma desculpa que atenua as

atrocidades aqui cometidas, mas, sim, um motivo de orgulho do Estado. Tanto é que esse orgulho encoberta a vergonha do passado. *Alternativa E.*

10947. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF) Na seção Tendências/Debates da *Folha de S. Paulo*, 21/10/2006, A3, foi formulada a pergunta: “A publicidade infantil deve ser proibida por lei? Sim ou Não?” Gilberto C. Leifert respondeu Não, no artigo intitulado: Educar, sim; proibir, não.

Um trecho de seu artigo está reproduzido abaixo. Complete as lacunas com a opção que preserve a coerência e a coesão no desenvolvimento das ideias.

Até recentemente, a sociedade entendia ser a educação tarefa exclusiva de pais e professores. ______(1)______ esse conceito evoluiu. Cobra-se, agora, o compromisso de educar ______(2)______ de veículos de comunicação, publicidade, das artes etc. Não poderia haver ______(3)______ mais justa, dada a importância da educação – desde que não se esqueça o essencial: a responsabilidade de pais e professores continua sendo ______(4)______.

	(1)	(2)	(3)	(4)
(A)	Infelizmente	apenas	restrição	prioritária
(B)	Sabiamente	também	reivindicação	intransferível
(C)	Tardiamente	exclusivamente	demanda	escamoteada
(D)	Concomitantemente	inclusive	exigência	subtraída
(E)	Ultimamente	tão somente	modificação	limitada

RESPOSTA Em **(1)**, não faz sentido empregar *“Infelizmente”*, pois esse advérbio é incompatível com a ideia do verbo *“evoluir”*. Também não faz sentido empregar *“Ultimamente”*. Para esse advérbio, seria mais apropriada a forma verbal *“tem evoluído”* em vez de *“evoluiu”*. Em **(2)**, é necessária a inclusão de um elemento coesivo de adição. Por esse raciocínio, restam-nos as letras B e D. A letra D, no entanto, é inconsistente, pois, no campo **(4)**, a inserção de *“subtraída”* quebra a coerência do texto, uma vez que a ideia é que a responsabilidade de pais e professores se mantenha importante. Assim, a combinação adequada é a presente na letra B. *Alternativa B.*

10948. (Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF) Com base nesta definição de paráfrase: “dizer a mesma coisa com outras palavras”, aponte a opção que não constitui paráfrase do segmento sublinhado correspondente (segmento identificado com a mesma letra). Ignore questões de estilo e mudanças mínimas de significação que não alteram as ideias principais do texto.

> O estado de Rondônia quase sempre aparece nos meios de comunicação (a) devido a notícias negativas, como os incêndios provocados por queimadas, (b) que devastam grandes áreas da floresta amazônica, e os violentos conflitos ocorridos em reservas controladas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), (c) que opõem garimpeiros e indígenas por causa da busca de diamantes. Também são frequentes as notícias sobre as disputas de terras envolvendo posseiros, indígenas, fazendeiros e grileiros, às vezes com muitos mortos, (d) e sobre a libertação de trabalhadores submetidos ao regime de semiescravidão, (e) o que mostra a gravidade da questão fundiária ao sul da Amazônia.
>
> (Jacob Binsztok, Camponeses de Rondônia, *Ciênciahoje*, julho/2006, p. 30).

(A) vinculado a um noticiário desfavorável.

(B) que assolam largas extensões da nossa hileia.

(C) que fazem garimpeiros e íncolas se estremarem em razão da procura por diamantes.

(D) bem como a denúncia de pessoas sendo mantidas à força para trabalhar quase como escravos.

(E) o que revela quão profundo é o problema agrário na Amazônia austral.

RESPOSTA No texto, fala-se em **libertação de trabalhadores mantidos em regime de semiescravidão**. Já no trecho sugerido, fala-se apenas em **denúncia dessa prática**. Não se trata, assim, de uma paráfrase.

Observações:

"Hileia" significa "floresta equatorial";

"Íncola" significa "indígena";

"Austral" significa "que fica do lado sul".

Alternativa D.

10949. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF)** Assinale o período que, ao dar continuidade ao trecho abaixo, respeita o padrão morfossintático da língua portuguesa escrita, a coesão textual e/ou a coerência entre as ideias.

> O panorama atual no Brasil não é dos mais animadores. O rebaixamento da exigência para se entrar (e sair) de um curso superior tem criado uma enorme quantidade de bacharéis e licenciados que não conseguem entrar no mercado de trabalho em suas áreas de especialização. Assim, já se encontram em nosso país muitos motoristas de táxi que fizeram direito, telefonistas que concluíram comunicação, digitadoras que terminaram psicologia.
> --
>
> (Jaime Pinsky. O Japão não é aqui. *Correio Braziliense*, 17/9/2006, p. 17).

(A) Trabalhar em atividades "menores" que sua formação universitária lhes qualifica, não tem nada de errado, mas há, no caso, um investimento excessivo para uma formação que poderia ser obtida com menos esforço, tempo e dinheiro.

(B) Para muitos desses profissionais, que buscam no diploma de curso superior a base para a ascensão social, aspiração legítima de um segmento que vem sendo excluído das universidades há décadas, realizam o sonho de melhorar o padrão de vida e de consumo.

(C) Seria melhor que tais profissionais, em vez de perseguirem o sonho de cursar uma faculdade, se dediquem desde cedo a uma formação técnica, para atender à uma demanda crescente do País por quadros técnicos.

(D) Ora, como dizia Octavio Ianni, nem todos precisam ou devem fazer uma faculdade. Ao Estado cabe o dever de proporcionar educação fundamental de qualidade a todos, instrumento básico para o jovem prosseguir nos estudos, se tiver talento para tanto.

(E) Pelo contrário, mesmo quando conseguem trabalhar em sua área de formação, muitos desses diplomados recebem salários ínfimos, muitas vezes em função da baixa qualificação que receberam nos bancos universitários.

RESPOSTA (A) Errado – O pronome *"lhes"* deve ser substituído pelo pronome *"os"*, pois o verbo *"qualificar"* exige objeto direto. (B) Errado – A frase foi mal construída. Não há coesão adequada entre trechos subordinados e oração principal. (C) Errado – Está incorreto o emprego da crase antes do artigo indefinido *"uma"*. O *"a"* presente é apenas uma preposição, não devendo, assim, ser marcado com acento grave. (D) Correto. (E) Errado – A expressão *"Pelo contrário"* não estabelece a coesão adequada com o restante do texto. Seria mais apropriado o emprego de *"Além disso"*. *Alternativa D.*

10950. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF)** Os

fragmentos transcritos abaixo em sequência aleatória devem constituir um texto. Numere os parênteses de modo a se obter um texto com um sequenciamento correto das ideias, além de respeitadas a coerência e a coesão textuais.

( ) Ao longo de cinquenta anos, estudiosos de diversos centros de pesquisa peregrinaram pelas regiões mais geladas do planeta em busca de exemplares preservados do vírus da gripe espanhola.

( ) Graças aos avanços no campo da biologia molecular e ao desenvolvimento de sequenciamento genético, foi possível reativar o vírus da gripe espanhola e descobrir, em experimento com ratos de laboratório, que o H1N1 tem poder de destruição mais alto do que se supunha.

( ) Entre setembro de 1918 e abril de 1919, 50 milhões de pessoas morreram em todo o mundo, o equivalente a 4% da população mundial de então. Só no Rio de Janeiro a gripe fez 15 mil vítimas fatais em apenas um mês, entre elas o presidente Rodrigues Alves.

( ) Pesquisadores americanos deram um grande passo na elucidação de um dos maiores enigmas da medicina do século XX – o que fez do influenza H1N1 um vírus tão letal, responsável pela pior pandemia da história, a gripe espanhola.

( ) Em 1997, no cemitério de um pequeno vilarejo do Alasca, foram encontrados fragmentos do vírus no cadáver exumado de uma senhora bastante gorda – este detalhe é importante porque o acúmulo de tecido adiposo ajudou a preservar as partículas da ação do tempo.

(Giuliana Bergamo, Letal por natureza. *Veja*, 18/10/2006, p. 117, com adaptações).

A sequência numérica correta é:

(A) 5-4-2-3-1

(B) 1-4-3-2-5

(C) 3-5-2-1-4

(D) 1-2-3-5-4

(E) 4-5-1-3-2

RESPOSTA A letra C é que traz a sequência coesa e coerente. Vejamos:

Em **(1)**, é feita a apresentação do fato, que será detalhado nos parágrafos seguintes.

(1) Pesquisadores americanos deram um grande passo na elucidação de um dos maiores enigmas da medicina do século XX – o que fez do influenza H1N1 um vírus tão letal, responsável pela pior pandemia da história, a gripe espanhola.

Em **(2)**, há uma exemplificação e justificativa para o fato descrito ao final de **(1)**: a pior pandemia da história.

(2) Entre setembro de 1918 e abril de 1919, 50 milhões de pessoas morreram em todo o mundo, o equivalente a 4% da população mundial de então. Só no Rio de Janeiro a gripe fez 15 mil vítimas fatais em apenas um mês, entre elas o presidente Rodrigues Alves.

Em **(3)**, há um enfoque em como evoluiu a pesquisa em torno da gripe H1N1.

(3) Ao longo de cinquenta anos, estudiosos de diversos centros de pesquisa peregrinaram pelas regiões mais geladas do planeta em busca de exemplares preservados do vírus da gripe espanhola.

Em **(4)**, há a continuidade da descrição iniciada em (3).

(4) Em 1997, no cemitério de um pequeno vilarejo do Alasca, foram encontrados fragmentos do vírus no cadáver exumado de uma senhora bastante gorda – este detalhe é importante porque o acúmulo de tecido adiposo ajudou a preservar as partículas da ação do tempo.

Em **(5)**, há a retomada do que foi citado em (1): *"Pesquisadores americanos deram um grande passo na elucidação de um dos maiores enigmas da medicina do século XX"*. Essa retomada encerra o texto.

(5) Graças aos avanços no campo da biologia molecular e ao desenvolvimento de sequenciamento genético, foi possível reativar o vírus da gripe espanhola e descobrir, em experimento com ratos de laboratório, que o H1N1 tem poder de destruição mais alto do que se supunha. *Alternativa C.*

10951. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF)** As estrofes abaixo pertencem ao Hino do Estado do Ceará (letra de Thomaz Lopes e música de Alberto

Nepomucemo). Assinale a asserção incorreta a respeito de sua significação e estruturação linguística.

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha – esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada
Que importa que teu barco seja um nada,
Na vastidão do oceano
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros?

(http://www.ceara.gov.br/portal/page?_pageid=214,300680&_dad=portal&_schema=PORTAL, pesquisa em 20/10/2006).

(A) O primeiro verso está composto de vocativos.
(B) Em ordem sintática direta, o segundo verso se transforma em: O clarim que conta a tua glória soa!
(C) Os adjetivos das expressões “jangada afoita” e “vela ousada” (versos 7/8) pertencem ao mesmo campo de significação, podendo ser trocados entre si, sem prejuízo da significação geral da estrofe.
(D) “Enfune” e “conduza” (versos 7/8) são formas verbais flexionadas, respectivamente, no presente do indicativo e no presente do subjuntivo.
(E) Nos dois últimos versos, exercem a função de sujeito as expressões “heróis e marinheiros” e “corações guerreiros”.

RESPOSTA (A) Certo – De fato, trata-se de formas de evocar (chamar) o Ceará: Terra do Sol, Terra do Amor, Terra da Luz. (B) Certo – De fato, temos o sujeito “O clarim que conta a tua glória” acompanhado de seu verbo “soa”. (C) Certo – De fato, no contexto, os dois adjetivos citados expressam a mesma carga semântica, associada à bravura. (D) Errado – As duas formas verbais estão conjugadas no presente do subjuntivo e estão inseridas em frases volitivas (frases que expressam desejo). (E) Certo – De fato, o sujeito da forma verbal “vão” presente no penúltimo verso é “heróis e marinheiros”; já o sujeito da forma verbal “vão” no último verso é “corações guerreiros”. *Alternativa D.*

10952. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF)** Os fragmentos a seguir reproduzem parcialmente o texto de um recurso contra a avaliação de uma prova discursiva. Assinale o fragmento que respeita integralmente as normas do padrão formal escrito da língua portuguesa.

(A) Nos termos do Edital n. xx, de 15 de fevereiro de 2006, e do item 4.2 do Edital n. yy, de 12 de dezembro de 2005, dirijo-me, mui respeitosamente, à nobre Banca Examinadora do concurso, para recorrer, tempestivamente, da nota atribuída à prova dissertativa da Fase 2 no tocante ao uso do idioma.
(B) Não entendi a nota que tirei. Colegas erraram mais do que eu e não tiraram nota tão baixa. Eu escrevo há muito tempo, escrevo bem! É o que todo mundo diz, e não coaduna com meu conhecimento da língua portuguesa ter uma nota de português inferior à média.
(C) Por não ser divulgado os critérios de desconto por erro encontrado, supõe o candidato que a nobre Banca na aplicação das penalidades dos erros considera a natureza e a gravidade deste no conjunto de toda a dissertação.
(D) Diante disso, requeiro seja revisto os valores retirados pelos erros apontados no segundo e terceiro

parágrafo da dissertação, que não podem ser tão graves a ponto de retirar da nota penalização tão alta de dois pontos e meio.

(E) Pelo exposto, a exceção dos erros que concorda o candidato, ele atendeu devidamente a todas as outras exigências da norma culta da língua portuguesa, portanto bem como as relativas à adequação ao tema, coerência, coesão, pertinência argumentativa, adequação vocabular, pelo que merece ter sua nota aumentada.

RESPOSTA (A) Correto. (B) Errado – Deveria ser empregada a forma *"Português"*, com inicial maiúscula, por se tratar de um nome de disciplina. Assim, *"nota de Português"* em vez de *"nota de português"*. (C) Errado – Deve-se empregar a forma *"Por não **serem** divulgados"*, para que haja a concordância com o sujeito paciente *"critérios"*. O termo *"na aplicação das penalidades dos erros"* deve ser isolado por vírgulas, por estar intercalado entre sujeito – *Banca* – e verbo – *considera*. Por último, deve ser empregada a forma plural *"destes"*, pois esta referencia *"erros"*. (D) Errado – Há um problema de construção frasal na passagem *"requeiro seja revisto os valores"*. Deve ser empregada a construção *"requeiro que sejam revistos os valores",* atendendo à coesão textual. (E) Errado – Deve haver sinal indicativo de crase em *"à exceção"*. Além disso, está ausente a preposição *"com"* antes de *"que"*, uma vez que esta é solicitada pelo verbo *"concordar" – à exceção dos erros* ***com*** *que concorda o candidato*. Por último, deve-se eliminar a conjunção *"portanto"*. *Alternativa A.*

10953. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF)** Assinale o trecho inteiramente correto quanto à pontuação, grafia e estruturação morfossintática.

(A) Estou falando de educação, como prioridade nacional. Educação que concorra para a democratização da sociedade. Educação como meta estratégica do governo. E isso, evidentemente, não existe no Brasil. Pelo contrário, em vez de escola pública de boa qualidade para todos, há um investimento massivo em cursos superiores que acaba não alcançando seus objetivos educacionais.

(B) Estou falando de educação como prioridade nacional: educação que concorra para a democratização da sociedade, que seja meta estratégica do governo. Evidentemente, isso não existe no Brasil. Pelo contrário: ao invez de escola pública de boa qualidade para todos, há um investimento maciço em cursos superiores, os quais, acabam não alcançando seus objetivos educacionais.

(C) Estou falando de educação como prioridade nacional – educação que concorra para a democratização da sociedade, educação como meta estratégica do governo. E isso, evidentemente, não existe no Brasil. Pelo contrário. Em vez, de escola pública de boa qualidade para todos, há um investimento massiço em cursos superiores que acabam não alcançando seus objetivos educacionais.

(D) Estou falando de educação como prioridade nacional, educação, que concorra para a democratização da sociedade, educação, como meta estratégica do governo – o que, evidentemente, não existe no Brasil. Pelo contrário, em vez de escola pública de boa qualidade para todos há um investimento em massa em cursos superiores dos quais acabam não alcançando seus objetivos educacionais.

(E) Estou falando de educação como prioridade nacional, educação que concorra para a democratização da sociedade. Educação como meta estratégica do governo. E isso não existe no Brasil, evidentemente. Pelo contrário, em vez de escola pública de boa qualidade para todos há um forte investimento em cursos superiores que acabam não alcançando seus objetivos educacionais.

(Jaime Pinsky. O Japão não é aqui. *Correio Braziliense*, 17/9/2006, p. 17, com adaptações).

RESPOSTA **A banca marca como gabarito a letra E. No entanto, percebe-se um equívoco de pontuação nesse item:** deveria haver vírgula após *"todos"*, para isolar a oração adverbial deslocada da ordem direta *"em vez de escola... todos"*. Na **letra B**, deve haver vírgula após *"contrário"*, e não dois-pontos. Além disso, a grafia correta é *"invés"* em vez de *"invez"*. Na **letra C**, é equivocada a vírgula depois de *"vez"*. Além disso, a grafia correta é *"maciço"*, e não *"massiço"*. Na **letra D**, há várias correções necessárias: i) deve-se eliminar as duas vírgulas depois de *"educação"*; ii) deve haver vírgula após *"todos"*; iii) deve-

se eliminar a preposição *"de"* em *"dos quais"*, uma vez que ela não é solicitada por nenhum termo. **A letra A é a correta no nosso entendimento.** Poderia haver polêmica quanto à flexão singular em *"acaba"*, haja vista que somos levados a crer na concordância com *"cursos superiores"*. No entanto, é possível justificar a flexão no singular tendo em vista a concordância com o possível sujeito *"investimento" (investimento que acaba não alcançando seus objetivos educacionais)*. *Alternativa A.*

10954. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF)** Foram introduzidos erros morfossintáticos, de pontuação e/ou de falta de paralelismo em artigos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará. Assinale o único artigo inteiramente correto.

(A) Os deveres do funcionário são gerais, quando fixados neste Estatuto e legislação complementar, e especiais, cujos são as peculiaridades das atribuições funcionais.

(B) É dever de o funcionário levar, por escrito, ao conhecimento da autoridade superior irregularidades administrativas que tiver ciência em razão do cargo que ocupa, ou da função que exerça.

(C) Deve o funcionário guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada que tem conhecimento em razão do cargo que ocupa, ou da função que exerce.

(D) É dever de o funcionário atender, nos prazos que lhe for definido por lei ou regulamento, os requerimentos de certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

(E) Deve o funcionário atender, prontamente, e na medida de sua competência, os pedidos de informação do Poder Legislativo e às requisições do Poder Judiciário.

(http://www.al.ce.gov.br/publicacoes/estatutocivis/estatuto/capitulo_2_t6.htm).

RE S POSTA (A) Errado – É errado o emprego *do* "cujo" não acompanhado posteriormente de um substantivo. (B) Errado – Deve-se contrair a preposição "de" e o artigo "o". A forma "de o" somente faria sentido se o artigo fizesse parte do sujeito, o que não é o caso, pois o que se tem é uma oração substantiva subjetiva "levar, por escrito,...". (C) Errado – Está ausente a preposição *"de"* antes de *"que"*, uma vez que esta é solicitada pela construção *"tem conhecimento" (ter conhecimento **de** algo)*. (D) Errado – Algumas correções são necessárias, a saber: i) Deve-se contrair a preposição *"de"* e o artigo *"o"*; ii) Deve-se empregar *"forem definidos"* em vez de *"for definido"*, para que haja a concordância com o antecedente sujeito *"prazos"*. (E) Correto. *Alternativa E.*

10955. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF)** Assinale a opção que contém erro de grafia ou inadequação vocabular. (Artigo extraído, com modificações, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará).

Art. 192 – O funcionário deixará de cumprir ordem de autoridade superior quando:

(A) a autoridade de quem emanar a ordem for incompetente;

(B) não se contiver a ordem na área da competência do órgão a que servir o funcionário seu destinatário, ou não se referir a nenhuma das atribuições do servidor;

(C) for a ordem expendida sem a forma exigida por lei;

(D) não tiver a ordem como causa uma necessidade administrativa ou pública, ou visar a fins não estipulados na regra de competência da autoridade da qual promanou ou do funcionário a quem se dirige;

(E) a ordem configurar abuso ou excesso de poder ou de autoridade;

(http://www.al.ce.gov.br/publicacoes/estatutocivis/estatuto/capitulo_2_t6.htm, pesquisa em 20/10/2006).

RESPOSTA O termo *"expendida"* está grafado erradamente. Trata-se do particípio do verbo "expedir". Portanto, a grafia correta é *"expedida"*. *Alternativa C.*

10956. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF)** Analise o texto abaixo e considere as seis propostas de alteração. Faça, a seguir, o que se pede.

[1]A Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará ou simplesmente SEFAZ-Ceará, é uma das mais antigas instituições públicas da administração estadual. Foi criada pela Lei n. 58 de 26 de setembro de 1836 data
em que José Martiniano de Alencar – pai do escritor cearense José de Alencar – era o Presidente da Província
do Ceará. Desde então são decorridos 170 anos de uma história institucional que se confunde com a do próprio
[5]Estado de incontáveis serviços em defesa dos reais interesses dos cearenses, haja vista que muitos "cobradores
de impostos e taxas", como são chamados os agentes do fisco, perderam a vida no cumprimento do dever.

(Adaptado de http://www.sefaz.ce.gov.br/comunicacaosocial/sefaznot.asp#, consulta em 20/10/2006).

Propostas de alteração da pontuação:
I. Eliminar a vírgula que está depois da palavra "Ceará" (linha 1)
II. Manter apenas a inicial maiúscula da sigla. Assim: Sefaz-Ceará
III. Colocar uma vírgula antes e outra depois da expressão: de 26 de setembro de 1836 (linha 2)
IV. Substituir o duplo travessão por parênteses
V. Colocar vírgula depois da palavra "Estado" (linha 5)
VI. Excluir as aspas das linhas 5 e 6
Assinale a opção que contém apenas e tão somente as propostas que deverão ser implementadas para tornar o texto correto.

(A) I, III e V.
(B) I, IV, V e VI.
(C) II, III e V.
(D) III, IV e VI.
(E) II, IV e VI.

RESPOSTA (I) Verdadeiro – Só seria possível manter a vírgula após "Ceará" se houvesse uma vírgula antes de "ou". Do jeito que está, sujeito e predicado estão sendo isolados por vírgula. Assim, é necessário efetuar essa alteração para tornar o texto correto. (II) Falso – Devem ser empregadas letras maiúsculas nas siglas. O texto original é correto. Assim, a alteração proposta o tornaria incorreto. (III) Verdadeiro – As vírgulas devem intercalar a expressão apositiva "de 26 de setembro de 1836". Assim, a alteração sugerida torna correto o texto. (IV) Falso – Tanto os travessões como os parênteses podem ser empregados. A alteração proposta não torna o texto correto, pois este já o está. (V) Verdadeiro – A vírgula deve isolar a expressão apositiva "de incontáveis...dos cearenses". Assim, a alteração proposta torna o texto correto. (VI) Falso – A presença ou ausência das aspas mantém o texto correto. O que muda é o sentido. Assim, a alteração proposta não torna o texto correto, pois este já o está. *Alternativa A.*

10957. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF)** Assinale a única reescritura do segmento sublinhado que, em vez de corrigi-lo, introduz <u>erro</u> de natureza morfossintática ao texto.

A campanha "Sua Nota Vale Dinheiro. Ganha você. Ganha o Ceará", desenvolvida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ, atinge o seu primeiro ano de atividades, <u>(a) cujo crescimento de suas estatísticas revela o sucesso da campanha</u>. Ela premia os participantes com 0,5% do valor das operações constantes nos cupons e notas fiscais enviados e digitados na SEFAZ. <u>(b) Participantes de todo Ceará tem aderido à campanha de educação tributária</u>, <u>(c) que objetiva a conscientizar à população acerca da importância da emissão de documentos fiscais</u> nas compras no comércio atacadista e varejista, além de incentivar projetos sociais desenvolvidos por entidades

sem fins lucrativos.

Para se ter uma amostra do alcance da "Sua Nota", 286 entidades, de acordo com os dados consolidados até o dia 16 de agosto, (d) procederam o cadastramento na coordenação-executiva da promoção, o que perfaz um total de 70.354 participantes indiretos e 47.297 pessoas diretamente cadastradas na SEFAZ. Números que, certamente, podem mudar (e) à medida que novos cadastramentos se forem concretizando.

(Adaptado de http://www.sefaz.ce.gov.br/comunicacaosocial/sefaznot.asp#,consulta em 20/10/2006).

Reescrituras:

(A) com estatísticas cujo crescimento revela o sucesso da campanha.

(B) Participantes de todo o Ceará têm aderido à campanha de educação tributária

(C) que objetiva conscientizar a população sobre a importância da emissão de documentos fiscais

(D) procederam ao cadastramento junto à coordenação-executiva da promoção

(E) à medida em que se for concretizando novos cadastramentos.

RESPOSTA A letra E apresenta alguns equívocos: primeiramente, a locução conjuntiva proporcional é *"à medida que"*, e não *"à medida em que"*. Além disso, a forma *"se for concretizando"* deve ser substituída por *"se forem concretizando"*, para haver concordância com o sujeito paciente *"novos cadastramentos"* (... ***se forem concretizando*** novos cadastramentos = novos cadastramentos ***forem sendo concretizados***). *Alternativa E.*

10958. **(Auditor Fiscal da Receita Estadual – SEFAZ-CE – 2007 – ESAF)** Aponte o período no qual a concordância verbal e/ou nominal não segue o padrão culto do idioma escrito.

(A) Para o europeu, o Renascimento é um período de transição e compromisso. Resultado de lenta evolução, ele rompe os valores, ideais e instituições que deram origem à civilização ocidental e cristã do tipo medieval, sem interrupção e quebra de continuidade histórica.

(B) Caracterizam esse período histórico como de compromisso entre o medieval e o moderno um predomínio de interesses que até então havia desempenhado papel secundário na vida da Europa Ocidental: interesse pelo indivíduo e sua vida terrena.

(C) Embora os fundamentos econômicos da civilização medieval continuasse sendo a posse e o cultivo da terra, a economia rural passa a oferecer um excedente de produção capaz de fomentar um início de troca comercial que vai se intensificar e tornar-se internacional e marítimo.

(D) Desde o fim da Idade Média é perceptível as transformações que atingem as relações humanas básicas nos centros de atividades comerciais que começam a aparecer nas cidades.

(E) Desenvolvem-se, entre a classe dos senhores e servos, uma nova camada social – a burguesia, que agrupa comerciantes, artesãos livres e funcionários públicos para os quais não haviam funções reconhecidas na sociedade dual da Idade Média.

(Casemiro dos Reis Filho, O transplante da educação europeia no Brasil. Em Saviani, D. (org.) *Intelectual, educador, mestre:* presença do professor Casemiro dos Reis Filho na educação brasileira. Campinas/SP: Autores Associados, 2003, p. 55/56).

RESPOSTA A questão foi anulada, pois o enunciado foi construído de forma equivocada. Muito provavelmente, o objetivo da questão era o de selecionar a opção CORRETA, e não a incorreta, haja vista que apenas a letra A apresenta correção no que se refere à concordância verbal e nominal. (A) Correta. (B) Incorreta – No lugar da forma verbal *"caracterizam"*, deveria ser empregada a forma *"caracteriza"*, para que houvesse a concordância com o núcleo do sujeito *"predomínio"*. No lugar da forma verbal *"havia"*, deveria ser empregada a forma *"haviam"*, para que houvesse a concordância com o núcleo do sujeito *"interesses"*. (C) Incorreta – No lugar da forma verbal *"continuasse"*, deveria ser empregada a forma *"continuassem"*, para que houvesse a concordância com o núcleo do sujeito *"fundamentos"*. (D) Incorreta – No lugar de *"é perceptível"*, deveria ser empregada a forma *"são perceptíveis"*, para que houvesse a concordância com o substantivo núcleo do sujeito *"transformações"*. (E) Incorreta – No lugar de *"Desenvolvem-se"*, deve ser empregada forma singular *"Desenvolve-se"*, para que haja a concordância com o núcleo do sujeito paciente *"camada"* (***Desenvolve-se****... uma nova camada social = uma nova camada social... é desenvolvida*). Além disso, o verbo *"haver"* tem que ser flexionado no singular – *"havia"* -, pois é verbo impessoal *(haver = existir)*.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

[1]O *memorando técnico de entendimento* que fixa as metas até setembro deste ano, resultado da terceira revisão
do acordo do Fundo Monetário Internacional com o Brasil, parece cópia do que foi publicado em 26 de março,
na segunda revisão. Uma leitura atenta permite verificar, no entanto, que o organismo internacional aceitou
flexibilizar suas exigências, a pedido do Governo brasileiro.
[5]Constatam-se três modificações importantes: exclusão dos investimentos da Petrobras do cálculo do ajuste
fiscal do setor público; redução do piso de reservas internacionais; maiores exigências sobre as informações
relativas aos contratos futuros de câmbio, que passaram a ser mais amplamente aceitos do que no memorando anterior.
O FMI entendeu que, na situação atual, ____________________________, o nível de reservas estabelecido
[10]anteriormente não poderia ser mantido. Por outro lado, o Fundo reconhece que o Banco Central tem de
intervir no mercado de câmbio, em caráter excepcional, para conter a alta do dólar que afeta os preços internos.

(*O Estado de S. Paulo*, 22/6/2002).

10959. (Analista de Comércio Exterior – 2002 – ESAF) Assinale a opção que não preenche, com coesão e correção gramatical, a lacuna do texto.

(A) devido às dificuldades de captação de recursos no exterior e à opção de antecipação de reembolso presente em alguns contratos de crédito

(B) com as dificuldades de captação de recursos no exterior e à opção de antecipação de reembolso existente em alguns contratos de crédito

(C) em que há dificuldades de captação de recursos no exterior e há opção de antecipação de reembolso em alguns contratos de crédito

(D) com a evidência de dificuldades de captação de recursos no exterior e diante da opção de antecipar reembolso existente em alguns contratos de crédito

(E) dadas as dificuldades de captação de recursos no exterior, e constando opção de antecipação de reembolso em alguns contratos de créditos

RESPOSTA Há uma quebra de paralelismo sintático, uma vez que se emprega a preposição *"a"* antes de "opção". A preposição *"com"* é a exigida, estabelecendo, assim, o paralelismo de construção entre os termos coordenados entre si *"com as dificuldades de captação de recursos..."* e "*(com) a opção de antecipação de reembolso...*". *Alternativa B.*

10960. (Analista de Comércio Exterior – 2002 – ESAF) Em relação às estruturas do texto, assinale a afirmativa incorreta.

(A) Ao substituir a palavra "resultado" por **resultantes**, o período permanece gramaticalmente correto, embora seja alterada a referência ao antecedente.

(B) Entre o primeiro e o segundo período do texto há uma relação de oposição de ideias configurada pelo articulador sintático "no entanto".

(C) Nas duas ocorrências de “do que”, o “do” pode ser eliminado sem prejuízo para a correção dos períodos em que ocorre.

(D) A expressão “Constatam-se” corresponde à estrutura sintática **São constatadas**.

(E) A palavra “aceitos” está no masculino plural para concordar com o antecedente “contratos futuros de câmbio”.

RESPOSTA (A) Correto – O termo *“resultado”* faria referência a *“memorando”*, enquanto *“resultantes”* faria referência a *“metas”*. (B) Correto – De fato, a locução conjuntiva “no entanto” é adversativa. (C) Errado – Na primeira aparição, *“do”* equivale a *“de + aquele = daquele”*, não sendo possível, assim, eliminá-lo sem comprometer a coesão. Já na segunda aparição, o termo *“do”* pode ser omitido, resultando na também correta construção comparativa *“passaram a ser* ***mais*** *amplamente aceitos* ***(do) que*** *no memorando anterior.”* (D) Correto – A construção *“Constatam-se três modificações”* está empregada na voz passiva sintética e corresponde à forma passiva analítica *“Três modificações são constatadas”*. (E) Correto – O adjetivo ou a forma adjetiva – no caso, *“aceitos”* – deve concordar com o substantivo correspondente – no caso, *“contratos”*. *Alternativa C.*

10961. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2012 – ESAF)** Assinale a opção que preenche a lacuna do texto de forma gramaticalmente correta, coesa e coerente.

> A necessidade de uma reforma tributária é quase uma unanimidade nacional. Na área federal, a que mais pesa na carga tributária, certamente é possível simplificar a estrutura de impostos e contribuições que incidem sobre os mesmos fatos geradores. Mas é a esfera estadual que concentra as maiores dificuldades do sistema produtivo no que se refere a tributos. É como se o país estivesse dividido em 27 “nações”, cada qual com uma interpretação da legislação que deveria, no entanto, ser comum a todas. Não deixa de ser salutar que as unidades da federação tenham políticas de atração de investimento. ____
> É o que poderia ocorrer também no Brasil, mas para isso é preciso uma reforma que estabeleça novas regras de convivência tributária entre os entes federativos.
>
> (Editorial, *O Globo*, 29/7/2012).

(A) A tentativa de se promover a reforma por meio de um projeto do governo federal não avançou no Congresso.

(B) Governadores se mostraram temerosos diante das mudanças, ainda que a União se dispusesse a compensar eventuais perdas durante um período de transição.

(C) Como as bancadas estaduais se mantiveram relutantes diante do projeto, criou-se um impasse.

(D) A reforma poderia ter sido feita em uma conjuntura de vacas gordas, quando a arrecadação bateu sucessivos recordes nas várias esferas de governo.

(E) Na China, embora governada por um regime centralizador, existe hoje uma disputa entre as províncias, e o país não se ressente dessa competição.

RESPOSTA Para que se mantenha a coesão textual com a última frase – *“****É o que poderia ocorrer também no Brasil,*** *mas para isso é preciso uma reforma que estabeleça novas regras de convivência tributária entre os entes federativos”* – é necessário mencionar na lacuna um exemplo de ação ocorrida em algum outro lugar, que deveria ser replicada no Brasil. Das opções apresentadas, a única que atende a essa demanda é a letra E. Nela, fala-se do exemplo da China, com a competição salutar entre suas províncias. *Alternativa E.*

10962. **(Analista de Comércio Exterior – 2012 – ESAF)** Assinale a opção que constitui continuação coesa, coerente e gramaticalmente correta para o texto abaixo.

Em um cenário internacional ainda inspirando muitos cuidados, com a zona do euro anestesiada após o choque da operação de resgate da Grécia e a preocupação com outros membros doentes como Portugal, e a China desacelerando, um sopro de alento vem dos Estados Unidos.

(A) Mesmo que a economia americana tenha começado a sair da lama em meados de 2009, mas

escorregou várias vezes. Em alguns momentos pesaram os motivos externos, como a crise da zona do euro e a alta do preço do petróleo.

(B) Por outro lado, a taxa de desemprego saiu dos 9% em que permaneceu congelada por muito tempo e recuou para 8,3%. Neste ano, o número de vagas criadas está reagindo e as informações indicam que o motivo não é que as pessoas se desanimaram e não procuram mais emprego.

(C) Quando certamente esses entraves mais sérios estavam no próprio mercado doméstico, onde bancos cheios de créditos duvidosos negaceavam crédito, e consumidores atolados em dívidas evitavam comprar e tentavam se desalavancar.

(D) Portanto, essa receita familiar real ficou estável e o acesso ao crédito continuou restrito. Alguns desses problemas acabaram ou perderam a intensidade. E há números positivos. O mais otimista, provavelmente, é o nível de emprego.

(E) A boa notícia, como destaca reportagem da mais recente revista *The Economist* é que a recuperação da economia americana não é robusta nem dramática, mas é real.

RESPOSTA Novamente, um tipo clássico de questões da ESAF. É importante encontrar o segmento que contenha um elemento que permite a correta ligação com o trecho anterior. No excerto do enunciado, a expressão *"um sopro de alento vem dos Estados Unidos"* apresenta um contraponto positivo às ideias pessimistas apresentadas anteriormente. Sendo assim, é preciso encontrar um trecho que se ligue a esse país. É o que encontramos na assertiva E, pois há referência à expressão *"economia americana"* e leva-se em conta um aspecto positivo retomando a expressão *"um sopro de alento"* no período anterior. Assim, essa opção se mostra coesa e coerente com o restante do texto. Há nela, no entanto, um equívoco relativo à correção gramatical: deveria haver uma vírgula antes da expressão *"é que",* para denotar o deslocamento da oração subordinada adverbial conformativa *"como destaca reportagem da mais recente revista 'The Economist'".* **Assim, conclui-se que não há uma opção totalmente coesa, coerente e correta, o que resulta na anulação da questão.**

10963. **(Analista de Comércio Exterior – 2012 – ESAF)** Em relação à pontuação do texto, assinale a opção incorreta.

1 O tempo em que o sistema financeiro apresentava sérios problemas e em que os clientes dos bancos sofriam
pesadas perdas pertence ao passado. Hoje, quando o sistema financeiro mundial passa por graves problemas,
o do Brasil é brilhante exceção. Missão conjunta do Fundo Monetário Internacional − FMI e do Banco Mundial
− Bird, depois da avaliação do nosso sistema financeiro, concluiu que ele é estável, com baixo nível de riscos
5 e evidente capacidade de amortizá-los numa eventualidade. O Relatório de Estabilidade Financeira que o
Banco Central − BC acaba de divulgar justifica amplamente a avaliação dos dois organismos internacionais.
A explicação de como nosso sistema evoluiu da fase dos problemas para a estabilidade atual deita raízes, num
primeiro momento, numa forte concentração dos estabelecimentos, que, reunindo recursos importantes
e desenvolvendo toda uma engenharia para atrair mais recursos, puderam atravessar diversas fases delicadas.
10 O papel do Banco Central foi decisivo.

(Adaptado do Editorial de *O Estado de S.Paulo* de 23/3/2012).

(A) As vírgulas após "Hoje" (linha 2) e após "problemas" (linha 2) isolam oração subordinada

anteposta à principal.

(B) As vírgulas após “que” (linha 8) e após “recursos” (linha 9) isolam oração subordinada de gerúndio.

(C) A vírgula após “estável” (linha 4) isola elementos de uma enumeração.

(D) As vírgulas após “raízes” (linha 7) e após “momento” (linha 8) isolam adjunto adverbial intercalado na oração principal.

(E) As vírgulas após “− Bird” (linha 4) e após “financeiro” (linha 4) isolam adjunto adverbial intercalado em oração subordinada.

RESPOSTA (A) Correto – **Trata-se da oração** “quando o sistema financeiro mundial passa por graves problemas”. (B) Correto – **Trata-se da oração** “reunindo recursos importantes e desenvolvendo toda uma engenharia para atrair mais recursos”. (C) Errado – A vírgula após *“estável”* tem a finalidade de isolar o termo *“com baixo nível de riscos e evidente capacidade de amortizá-los numa eventualidade.”*, de caráter explicativo. (D) Correto. (E) Errado – O adjunto adverbial *“depois da avaliação do nosso sistema financeiro”* está intercalado dentro da oração principal *“Missão conjunta do Fundo Monetário Internacional... concluiu que ele é estável”*, e não subordinada, como se afirma na assertiva. Sendo assim, como há duas opções que atendem ao enunciado da questão, esta deve ser anulada.

Considere o texto abaixo para responder às questões a seguir.

[1]Sabe-se muito pouco dos rumos que as grandes cidades tomarão nas próximas décadas. Muitas vezes nem se
prevê a dinâmica metropolitana do próximo quinquênio. Mesmo com a capacitação e o preparo dos técnicos
dos órgãos envolvidos com a questão urbana, há variáveis independentes que interferem nos planos e projetos
elaborados pelos legislativos e encaminhados ao Executivo. Logicamente não se prevê o malfadado caos
[5]urbano, mas ele pode ensejar que o país se adiante aos eventos e tome medidas preventivas ao desarranjo
econômico, que teria consequências nefastas. Para antecipar-se, o Brasil tem condições propícias para criar
think tanks ou, em tradução livre, usinas de ideias ou institutos de políticas públicas. Essas instituições podem
antecipar-se ao que poderá surgir no horizonte. Em outras palavras, deseja-se o retorno ao planejamento
urbano e regional visando o bem-estar da sociedade. Medidas nessa direção podem (e devem) estar em
[10]consonância com a projeção de tendências e mesmo com a antevisão de demandas dos destinatários
da gestão urbana − os cidadãos, urbanos ou não.

(Adaptado de Aldo Paviani. Metróples em expansão e o futuro. *Correio Braziliense*, 8/12/2011).

10964. (Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social, Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF) Infere-se da argumentação do texto que

(A) os técnicos dos órgãos envolvidos com a questão urbana deveriam ser mais capacitados para realizar os projetos encaminhados ao Executivo.

(B) a dinâmica metropolitana altera-se a cada quinquênio, seguindo variáveis que devem constar dos planos e projetos de cada período legislativo.

(C) institutos de políticas públicas teriam como tarefa o planejamento urbano e regional, antecipando-se a um possível desarranjo econômico.

(D) o caos urbano que poderá afetar as grandes cidades nos próximos anos terá o desarranjo econômico como uma de suas piores consequências.

(E) as demandas crescentes dos habitantes das grandes cidades contrastam com a baixa demanda dos cidadãos não urbanos.

RESPOSTA (A) Errado – O autor considera capacitados e preparados os técnicos dos órgãos envolvidos com a questão urbana. É o que se se pode inferir da oração *"Mesmo com a capacitação e o preparo dos técnicos dos órgãos envolvidos com a questão urbana...".* (B) Errado – O texto cita a existência de variáveis externas independentes que interferem nos planos e projetos urbanos elaborados pelo Legislativo e encaminhados ao Executivo. E isso, quando há planos e projetos. (C) Certo – Seria função desses institutos antever possíveis mudanças pelas quais o país passará. (D) Errado – Há um jogo de palavras que confunde o candidato. O texto afirma que é o desarranjo econômico que poderá ter consequências nefastas. E uma dessas consequências é o caos urbano, que deve servir de ensejo para que medidas preventivas sejam adotadas. (E) Errado – Não há elementos no texto que permitam inferir que as demandas dos cidadãos não urbanos sejam baixas. *Alternativa C.*

10965. (Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social, Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF)

Provoca-se erro gramatical e incoerência textual ao fazer a seguinte alteração nos sinais de pontuação do texto:

(A) substituir o ponto depois de "quinquênio", por vírgula.

(B) substituir o ponto depois de "décadas" pelo sinal de dois-pontos.

(C) inserir uma vírgula depois de "Logicamente".

(D) retirar os parênteses que destacam "e devem".

(E) substituir o travessão depois de "urbana" por vírgula.

RESPOSTA (A) Errado – Se usarmos vírgula depois de *"quinquênio"*, teremos um problema de coesão frasal. Além disso, a oração *"mesmo com a capacitação... questão urbana"* parece ser subordinada a *"Muitas vezes nem se prevê... quinquênio"*, diferindo do trecho original que a subordina à oração *"há variáveis independentes... Executivo"*. (B) Correto – O sinal de dois-pontos introduz uma justificativa, estando de acordo, portanto, com a ideia do trecho original. Assim, *"Sabe-se muito pouco... próximas décadas**:** muitas vezes nem se prevê... do próximo quinquênio."* é equivalente a *"Sabe-se muito pouco... próximas décadas**, pois**, muitas vezes nem se prevê... do próximo quinquênio."* (C) Correto – A vírgula após *"Logicamente"* isola um adjunto adverbial deslocado da ordem direta, estando, assim, de acordo com os princípios da norma culta. (D) Correto – Não causaria erro gramatical ou incoerência textual a retirada dos parênteses em *"e devem"*, uma vez que a função deles é de apenas destacar o conteúdo. (E) Correto – O termo *"os cidadãos, urbanos ou não"* é um aposto explicativo e pode ser demarcado tanto por vírgulas como por travessões. *Alternativa A.*

Considere o texto abaixo para responder às questões a seguir.

1 A vida em um país nórdico, como a Finlândia, nos faz refletir mais profundamente sobre a relação entre
liberdade, igualdade, autonomia e formatos sociais que podem propiciar vidas mais plenas e felizes aos seus
cidadãos. Para alguém habituado a desigualdades, uma sociedade igualitária, com amplo respeito pela vida
humana, excelentes índices de educação, burocracia inteligente e serviços públicos voltados (de fato) para
5 melhorar a vida do cidadão, soa como um caminho para a produção de seres humanos mais plenos e
sociedades mais inspiradoras. Talvez não seja assim. Quando nos referimos à igualdade, não tratamos de mera
distribuição equitativa da renda. A igualdade e a dignidade humana que uma sociedade pode

produzir
referem-se à possibilidade de o cidadão ter condições materiais e subjetivas à sua disposição, para que,
atendidas suas necessidades básicas e diárias de bem-estar, ele se ocupe com questões outras que a
10 sobrevivência. Essas necessidades básicas de bem-estar incluem uma ilimitada oferta de bens públicos:
de excelentes creches, escolas, universidades, sistema de saúde e previdência a todos, piscinas públicas,
parques, transporte confortável e excelente, seguro-desemprego por tempo indefinido, licença-maternidade
de 10 meses, muitas bibliotecas públicas…
No entanto, a Finlândia tornou-se uma sociedade tão igualitária quanto apática. Pouco criativa, reproduz o
15 mundo com extrema facilidade, mas tem limitada capacidade transformadora. A maioria de seus educados
cidadãos são seres pouquíssimo críticos: questionam pouco a vida que levam e são fisicamente contidos.
E isso não parece ter forte relação com o frio. É um acomodamento social, um respeito quase inexorável pelas
regras. Esse resultado não foi causado, é evidente, pelo formato social igualitário. Em outros termos, não foi a
igualdade que deixou o país apático. Ademais, sociedades desiguais podem ser tão ou mais acríticas e
20 reprodutoras. O ponto que nos intriga é que a igualdade, o respeito e a dignidade dados a todos não levaram
à autonomia, ao pensamento criativo e crítico, e a processos transformadores.

(Adaptado de Isabela Nogueira, *Do bem-estar ao pensamento crítico:* um olhar sobre o norte, outubro 3, 2009 por *Coletivo Crítica Econômica* – http://criticaeconomica.wordpress.com/2009/10/03/, acesso em 12 dez. 2011).

10966. (Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social, Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF)

Assinale a interpretação da oração "Talvez não seja assim." (linha 6) que respeita as relações semânticas entre as ideias do texto e mantém a coerência entre os argumentos.

(A) A relação entre formatos sociais e os excelentes índices de educação é questionável.
(B) A vida em um país nórdico nem sempre faz refletir sobre a relação entre igualdade e liberdade.
(C) Não é comum que serviços públicos voltados para melhorar a vida do cidadão caracterizem países nórdicos.
(D) Nem sempre uma sociedade igualitária tem como consequência a formação de seres humanos plenos e sociedades transformadoras.
(E) O hábito da desigualdade pode impedir uma reflexão mais profunda sobre os valores de uma sociedade igualitária.

RESPOSTA A expressão *"Talvez não seja assim"* retoma o seguinte trecho do período anterior: *"uma sociedade igualitária... soa como um caminho para a produção de seres humanos mais plenos e sociedades mais inspiradoras."*, relativizando o seu conteúdo. O advérbio *"talvez"* estabelece a relação de hipótese, entendendo-se, dessa forma, que não necessariamente uma sociedade igualitária levará a seres humanos mais plenos e sociedades mais inspiradoras. *Alternativa D.*

10967. **(Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social, Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF)** Assinale a opção correta a respeito das relações de concordância no texto.

(A) A flexão de singular em "soa" (linha 5) justifica-se pela concordância com "uma sociedade igualitária" (linha 3).

(B) A enumeração de vários elementos, "liberdade, igualdade, autonomia e formatos sociais" (linha 2) justifica a flexão de plural em "podem" (linha 2).

(C) Devido ao uso do pronome "se" (linha 8), o plural em "referem-se" é opcional: estaria igualmente correto empregar o singular: refere-se.

(D) Por se referir a "sociedades desiguais" (linha 19), o infinito em "podem ser" (linha 19) admitiria também a flexão de plural, serem.

(E) O plural no pronome "todos" (linha 20) justifica a flexão de plural em "levaram" (linha 20).

RESPOSTA (A) Correto. (B) Errado – A flexão *"podem"* justifica-se pela concordância com o antecedente do pronome relativo *"que"* – *"formatos sociais"* –, que funciona sintaticamente como seu sujeito. (C) Errado – O *"se"* é apenas uma partícula integrante do verbo pronominal *"referir-se"*. Este é flexionado no plural para que haja a concordância com o sujeito composto de núcleos *"igualdade"* e *"dignidade"*. (D) Errado – Não se flexiona o infinitivo que, com um verbo auxiliar, forma uma locução verbal. (E) Errado – A flexão no plural da forma *"levaram"* se justifica pela concordância com o sujeito composto de núcleos *"igualdade"*, *"respeito"* e *"dignidade"*. *Alternativa A.*

10968. **(Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social, Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF)** Na organização das relações de coesão e coerência do texto,

(A) O pronome "todos" (linha 20) retoma e sintetiza os termos da enumeração "a igualdade, o respeito e a dignidade" (linha 20).

(B) a expressão "tem limitada capacidade transformadora" (linha 15) retoma, com outras palavras, a ideia de "reproduz o mundo com extrema facilidade" (linhas 14 e 15).

(C) o substantivo "seres" (linha 16) e o pronome "que" (linha 16) retomam a expressão "seus educados cidadãos" (linhas 15 e 16).

(D) a expressão "Esse resultado" (linha 18) retoma a ideia de "sociedade tão igualitária" (linha 14), já sintetizada em "isso" (linha 17).

(E) os pronomes "sua" (linha 8), "suas" (linha 9), "ele" (linha 9) e "se" (linha 9) referem-se a "o cidadão" (linha 8).

RESPOSTA (A) Errado – O pronome *"todos"* é complemento da forma *"dados" (dados **a alguém**)*. (B) Errado – As duas construções se opõem entre si, fato este que é comprovado pelo emprego do conector *"mas"*. (C) Errado – O substantivo *"seres"* retoma sim *"seus educados cidadãos"*, porém o pronome relativo *"que"* retoma o antecedente *"vida"*. (D) Errado – A expressão *"Esse resultado"* e o pronome *"isso"* retomam o fato de os finlandeses serem, de certa forma, apáticos e acríticos. (E) Correto. *Alternativa E.*

10969. **(Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social, Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF)** Assinale a opção em que ocorre erro na transcrição e adaptação do texto "O real valor das coisas", de Lívia Lisboa, publicado em *Vida simples*, dezembro 2011, edição 113, p. 44.

Quanto custa aquilo que você compra no supermercado? Com certeza, bem além do (**A**) preço que está marcado na etiqueta! Raj Patel, autor do livro *O valor de nada*, investigou a distorção que existe quando ignoramos os custos escondidos além do binômio oferta-procura. "A eterna busca por (**B**)

crescimento econômico transformou a humanidade em um agente da extinção, por meio da contínua desvalorização dos serviços ecossistêmicos que mantém (**C**) nossa Terra viva", diz Patel. "Muitas vezes não nos damos conta de que (**D**) nossa escolha por uma ou outra marca, em busca da melhor pechincha, determina o grau de estrago no meio ambiente. Quem paga essa diferença? Associações e organizações do mundo todo estão tentando rastrear as pegadas que deixamos ao longo do processo: desde a produção de cada item, e seu transporte, até chegar às (**E**) gôndolas, passando pela forma como o usamos, até seu descarte.

(A) A.
(B) B.
(C) C.
(D) D.
(E) E.

RESPOSTA A forma *"mantém"* – com acento agudo – é flexão de **3ª pessoa do singular**. No texto, deve-se empregar a flexão de **3ª pessoa do plural** *"mantêm"* – com acento circunflexo –, para que haja a concordância com o antecedente do pronome relativo *"que"* e o sujeito *"serviços ecossistêmicos"*. *Alternativa C.*

10970. **(Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social, Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF)** O texto **Grandes cidades nem sempre são as mais poluentes diz estudo**, da *France-Presse*, publicado em http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/866228 (com acesso em 29/12/2011) foi adaptado para compor os fragmentos abaixo. Numere-os, de acordo com a ordem em que devem ser dispostos para formar um texto coeso e coerente.

( ) Nesse estudo, enquanto cidades do mundo todo foram apontadas como culpadas por cerca de 71% das emissões causadoras do efeito estufa, cidadãos urbanos que substituíram os carros por transporte público ajudaram a diminuir as emissões *per capita* em algumas cidades.
( ) Pesquisadores examinaram dados de cem cidades em 33 países, em busca de pistas sobre quais metrópoles seriam as maiores poluidoras e por que, de acordo com estudo publicado na revista especializada *Environment and Urbanization*.
( ) "Isso reflete a grande dependência de combustíveis fósseis para a produção de eletricidade, uma base industrial significante em muitas cidades e uma população rural relativamente grande e pobre", informa o estudo.
( ) Por fim, quando os pesquisadores olharam as cidades asiáticas, latino-americanas e africanas, descobriram emissões menores por pessoa. A maior parte das cidades na África, Ásia e América Latina tem emissões inferiores por pessoa. O desafio para elas é manter essas emissões baixas, apesar do crescimento de suas economias.
( ) O estudo também aponta outras tendências, como as cidades de climas frios terem emissões maiores, e países pobres e de renda média terem emissões *per capita* inferiores aos países desenvolvidos.

A sequência correta é

(A) (1) (2) (5) (4) (3)
(B) (2) (1) (3) (5) (4)
(C) (2) (5) (1) (3) (4)
(D) (4) (1) (2) (5) (3)
(E) (4) (2) (1) (3) (5)

RESPOSTA A opção que apresenta a sequência mais coesa e coerente é a da **letra B**.

(2) Nesse estudo, enquanto cidades do mundo todo foram apontadas como culpadas por cerca de 71% das emissões causadoras do efeito estufa, cidadãos urbanos que substituíram os carros por transporte público ajudaram a diminuir as emissões *per capita* em algumas cidades.

(1) Pesquisadores examinaram dados de cem cidades em 33 países, em busca de pistas sobre quais metrópoles seriam as maiores poluidoras e por que, de acordo com estudo publicado na revista especializada *Environment and Urbanization*.

(3) "Isso reflete a grande dependência de combustíveis fósseis para a produção de eletricidade, uma base industrial significante em muitas cidades e uma população rural relativamente grande e pobre", informa o estudo.

(5) Por fim, quando os pesquisadores olharam as cidades asiáticas, latino-americanas e africanas, descobriram emissões menores por pessoa. A maior parte das cidades na África, Ásia e América Latina tem emissões inferiores por pessoa. O desafio para elas é manter essas emissões baixas, apesar do crescimento de suas economias.

(4) O estudo também aponta outras tendências, como as cidades de climas frios terem emissões maiores, e países pobres e de renda média terem emissões per capita inferiores aos países desenvolvidos.

Em (1), é apresentado o fato central que será detalhado ao longo do texto: *a pesquisa sobre poluição em cem cidades de 33 países.* **Em (2)**, a expressão *"Nesse estudo"* retoma em (1) o estudo publicado na revista *Environment and Urbanization.* **Em (3)**, o pronome anafórico *"isso"* retoma todo o conteúdo descrito em (2), introduzindo os fatos que são explicados pelos dados presentes no parágrafo anterior. **Em (4)**, o termo *"também"* estabelece um nexo aditivo com os conteúdos de (2) e (3). **Em (5)**, a expressão *"por fim"* introduz o desfecho do texto. *Alternativa B.*

10971. (Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social, Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF)

Assinale a opção que, na sequência, preenche corretamente as lacunas do texto, de modo a manter o correto uso dos modos e tempos verbais e a coerência entre as ideias.

> Assim que o governo divulgou o crescimento zero do produto interno bruto brasileiro no terceiro semestre, não faltaram prognósticos negativos a respeito da economia do país e houve até quem _____(1)_____ em risco de recessão no futuro próximo. Basta um olhar mais atento aos números de 2011 para _____(2)_____ que o pessimismo não se justifica. Entre os empresários não são poucas as vozes que _____(3)_____ dos alarmistas. Não faltam motivos para supor que, em 2011, os números da economia brasileira _____(4)_____ vir ainda mais fortes. Além dos juros menores, conforme _____(5)_____ a maioria dos economistas, do crédito em expansão, e dos incentivos fiscais, está previsto para janeiro um reajuste no salário mínimo, o que _____(6)_____ impactos significativos à renda dos trabalhadores e aposentados. Nesse ciclo, o mercado interno seguirá aquecido.

(Mariana Queiroz Barbosa, O país não vai parar. *Isto É*, 14/12/2011).

	(1)	**(2)**	**(3)**	**(4)**	**(5)**	**(6)**
(A)	fale	percebermos	discordassem	possam	prevera	trará
(B)	falasse	perceberem	discordassem	pudessem	prevê	trouxera
(C)	falasse	perceber	discordam	possam	prevê	trará
(D)	falou	percebermos	discordaram	podem	prevera	traria
(E)	falou	perceberem	discordaram	podem	previssem	trouxera

RESPOSTA **Em (1)**, deve-se empregar a forma *"falasse"*, flexionada no Pretérito Imperfeito do Subjuntivo, para que haja a correlação com a forma *"**houve** até que..."*. **Em (2)**, como o sujeito não está explicitado, deve-se empregar o infinitivo impessoal *"perceber"*. **Em (3)**, deve-se empregar o Presente do Indicativo *"discordam"*, para que haja a correlação com a forma *"não **são** poucas as vozes"*. **Em (4)**, deve-se empregar o Presente do Subjuntivo *"possam"*, já que se trata de uma suposição: *"Não faltam motivos para **supor** que..."*. **Em (5)**, deve-se empregar o Futuro do Presente do Indicativo, para que se mantenha a ideia de certeza expressa no trecho (*de fato, esse reajuste trará impactos significativos*). *Alternativa C.*

10972. (Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social, Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF)

Considere o texto abaixo para responder à questão.

1A teoria econômica evoluiu muito desde 1776, quando Adam Smith, em célebre obra investigou as causas das
riquezas das nações. A teoria mostrou como funcionam os mercados, o papel da produtividade, as formas de
aumentá-la e a função das instituições. Contribuiu, assim, para a formulação das políticas que trouxeram mais
desenvolvimento e bem-estar. No Brasil, os economistas também contribuem para o desenvolvimento.
5Acontece que, se defenderem reformas em favor das maiorias, que causam perdas a minorias, os economistas
serão rotulados de socialmente insensíveis. Quando um médico prescreve um tratamento, o objetivo é o
bem-estar do paciente. Ninguém dirá que ele planeja o sofrimento. Mas, se os economistas sugerem medidas
de austeridade para resolver desequilíbrios e restabelecer o crescimento sustentável, diz-se que eles propugnam
ações para promover a recessão, o desemprego e a destruição de conquistas sociais. O receituário do médico
10incorpora esperança e simpatia, pois se sabe que o objetivo dele é a cura da doença. Sua ação é mais percebida
por todos. A expectativa maior é de êxito. O diagnóstico é mais preciso, especialmente com os avanços da
tecnologia. O economista não tem essas vantagens. No tratamento de crises, lida com incertezas,
complexidades e situações inéditas. Os economistas tendem a errar mais que os médicos, mas seu foco
jamais será a recessão pela recessão ou a austeridade sem propósito.

(Adaptado de Maílson da Nóbrega, A recessão é uma política ou o efeito? *Veja*, 14/12/2011).

Preserva-se a coerência entre os argumentos do texto, bem como sua correção gramatical, ao

(A) empregar um conectivo de valor condicional, como **Se**, em lugar de "Quando" (linha 5).

(B) substituir a conjunção condicional "se" (linha 5) pelo conectivo **caso**.

(C) explicitar o valor explicativo da oração, inserindo a conjunção **pois** para ligar a oração iniciada por "Sua ação" (linha 10) com a anterior, mudando para minúscula a letra inicial de "Sua".

(D) ligar as orações iniciadas por "O economista..." (linha 12) e "No tratamento" (linha 12), em um mesmo período sintático, retirando o ponto final e mudando para minúscula a letra inicial maiúscula de "No".

(E) inserir a conjunção **Embora** no início do último período sintático do texto, mudando para minúscula a letra inicial de "Os" (linha 13).

RESPOSTA (A) Correto – Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original, uma vez que "*se*" e "*quando*" estão sendo empregados para indicar a ocorrência de uma situação (*a prescrição de um tratamento*). (B) Errado – É necessário, com a inserção do conector condicional "*caso*", que se façam alterações na forma do verbo "*defender*" para "*defendam*". Assim, o correto seria: "*caso defendam*". (C) Errado – A oração tem valor de consequência ou conclusão. Se fôssemos explicitar algum

conector, este seria a conjunção *"logo", "portanto"* ou, então, a expressão *"consequentemente"*. (D) Errado – Fazendo-se a modificação proposta, teríamos: *"O economista não tem essas vantagens **no tratamento** de crises, lida com incertezas, complexidades e situações inéditas."*. Se assim o fizéssemos, o termo *"no tratamento"* seria complemento do nome *"vantagens"*. Além disso, estaríamos dizendo que o economista, por definição, lida com incertezas, complexidades e situações inéditas, independentemente do contexto. Essas alterações na frase mudam o sentido do trecho original, no qual o termo *"no tratamento"* é adjunto adverbial modificador da forma verbal *"lida"*. Isso significa dizer que o lidar com incertezas, complexidades e situações inéditas *ocorre no contexto do tratamento de crises.* (E) Errado – Com a inserção do *"embora"*, é necessário fazer alterações adicionais: a forma verbal *"tendem"* deve ser alterada para *"tendam";* e a conjunção *"mas"* deve ser eliminada. Assim, teríamos a seguinte adaptação: *"**Embora** os economistas **tendam** a errar mais que os médicos, seu foco jamais será a recessão pela recessão ou a austeridade sem propósito."*. *Alternativa A.*

10973. **(Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social, Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF)** De acordo com a organização dos argumentos no texto, provoca-se erro ao

(A) empregar o verbo **provocar** antes de "o desemprego" (linha 9).
(B) explicitar o termo **às nações** depois de "bem-estar" (linha 4).
(C) usar o artigo antes de "minorias" (linha 5), escrevendo **às minorias.**
(D) inserir o termo **do país** depois de "sustentável" (linha 8).
(E) repetir o termo **como funcionam** antes de cada um dos termos da enumeração: "o papel da produtividade" (linha 2), "as formas de aumentá-la" (linhas 2 e 3) e "a função das instituições" (linha 3).

RESPOSTA A repetição de *"como funcionam"* antes de cada termo enumerado, além de ser uma repetição desnecessária e entediante, resulta em problemas de concordância, uma vez que a forma verbal *"funcionam"* não concordaria com os núcleos de sujeito que estão flexionados no singular *"papel"* e *"função"*. *Alternativa E.*

10974. **(Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social, Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF)** Assinale a opção que, ao preencher a lacuna do texto, provoca erro gramatical.

> Em comparações internacionais, os países latino-americanos em geral, e mais particularmente o Brasil, _____(a)_____ pela elevada desigualdade da distribuição da renda. A explicação dessa desigualdade _____(b)_____ na formação e evolução econômico-social dessas antigas colônias de Portugal e Espanha. Um aspecto fundamental foi, sem dúvida, a elevada concentração da posse da terra, especialmente quando a economia desses países tinha como núcleo a produção e exportação de produtos primários. No livro intitulado *Um projeto para o Brasil*, publicado em 1968, Celso Furtado discute como a elevada desigualdade da distribuição da renda no país condiciona um perfil da demanda global que inibe o crescimento econômico. Ele mostra como a tendência estrutural _____(c)_____ da renda favorece o subemprego característico das economias subdesenvolvidas. Assinala que a concentração da renda causa uma grande diversificação das formas de consumo de grupos privilegiados. Isso _____(d)_____ indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, mas as dimensões reduzidas do mercado de cada produto impedem o aproveitamento das economias de escala, fazendo _____(e)_____ estas indústrias operem com custos relativamente altos.
>
> (Adaptado de Rodolfo Hoffmann, *Distribuição de renda e crescimento econômico* – http://www.scielo.br/scielo.php, acesso em 11 dez. 2011).

(A) destacam-se
(B) teria de ser procurada
(C) à concentração
(D) beneficia às

(E) com que

RESPOSTA (A) Correto – A forma *"destacam-se"* concorda com o núcleo do sujeito *"países"*. (B) Correto – A forma *"teria de ser procurada"* concorda com o núcleo do sujeito *"explicação"*. (C) Correto – O emprego da crase em *"à concentração"* resulta da fusão da preposição *"a"*, requerida pelo nome *"tendência"* *(tendência **a algo**)*, com o artigo *"a"*, requerido pelo substantivo feminino *"concentração"*. (D) Errado – Não faz sentido o emprego da crase em *"às indústrias"*, uma vez que o verbo *"beneficiar"* se apresenta como transitivo direto *(beneficiar **algo ou alguém**)*. Isso significa dizer que o "as" é somente artigo definido de *"indústrias"*. (E) Correto – O emprego da expressão *"fazendo com que"* indica consequência, resultado. *Alternativa D.*

10975. (Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social, Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF)

Assinale o trecho em que a transcrição do texto adaptado de Rodolfo Hoffmann, **Distribuição de renda e crescimento econômico** (http://www.scielo.br/scielo.php) **desrespeita** as regras gramaticais no uso das estruturas linguísticas

(A) Embora haja consenso (pelo menos aparente) sobre a necessidade de diminuir a desigualdade, toda medida específica gera polêmica. Muitas pesquisas mostram uma associação da desigualdade da distribuição da renda no Brasil com o nível e a distribuição da escolaridade. O aumento acelerado da escolaridade é uma estratégia que levaria ao crescimento econômico com menor desigualdade.

(B) É provável que a importância da educação como determinante do rendimento das pessoas e da sua desigualdade está superestimada nas análises econométricas, simplesmente porque não se dispõem de boas medidas para vários outros determinantes da renda, que estão positivamente correlacionados com a escolaridade.

(C) Muitas dessas pesquisas se baseiam na teoria do capital humano. É desnecessário dizer que a própria expressão "capital humano" é contraditória com o conceito marxista de capital. Mas, a ideia de que a remuneração de um trabalhador deva crescer com a sua escolaridade é perfeitamente compatível com essa corrente de pensamento.

(D) Mas, o aumento da escolaridade também é um objetivo em si, considerando-se que ela favorece a participação mais plena do cidadão na economia e na sociedade modernas. Assim, apesar das divergências teóricas, há um consenso sobre a necessidade de aumentar rapidamente a escolaridade. Um movimento no sentido de diminuir a desigualdade da distribuição da renda no país certamente não pode se basear apenas em determinada política econômica.

(E) Na realidade, praticamente toda política econômica tem um impacto, maior ou menor, sobre a distribuição da renda: política fiscal, previdência social, política de crédito, política educacional, reforma agrária etc. Alterações na legislação também podem ter impacto importante. A dificuldade na análise de cada medida é levar em consideração seus diversos efeitos diretos e indiretos, como fica claro na discussão sobre o aumento do salário mínimo.

RESPOSTA A questão foi anulada pela banca, pois tanto a **letra B** como a **letra D** apresentam equívocos bem discretos. Na **letra B**, deve-se flexionar a forma verbal *"dispor-se"* no singular, uma vez que se trata de um verbo transitivo indireto acompanhado da partícula *"se"*. Essa configuração resulta no 2º caso de indeterminação do sujeito, no qual o verbo se flexiona obrigatoriamente na 3ª pessoa do singular. Assim, o correto seria: *"... simplesmente porque não **se dispõe** de boas medidas..."*. Na **letra D**, a presença do fator de próclise *"não"* diante da locução verbal *"pode se basear"* força duas colocações possíveis do pronome oblíquo *"se"*: *não **se** pode basear* ou *não pode basear-**se***.

O texto abaixo é base para as questões a seguir.

[1]Garantir a plena mobilidade de pessoas, bens e serviços será crucial para o desenvolvimento econômico e

social de qualquer cidade no mundo. O planejamento urbano não pode ser separado da política

habitacional
ou de mobilidade. Em última instância, uma importante decisão política deve ser tomada em relação ao
modelo de cidade em que queremos viver e ao destino dos investimentos públicos em mobilidade. Construir
[5]mais infraestrutura viária só consegue aliviar congestionamentos temporariamente. Nenhuma cidade do
mundo conseguiu resolver os desafios da mobilidade construindo mais ou maiores avenidas. Existe consenso
entre especialistas de que aumentar a densidade habitacional ao redor dos grandes eixos de transporte público,
bem como ampliar os investimentos no modelo que realmente pode chegar a todos os cantos da cidade – os
corredores de ônibus –, será a chave do sucesso para qualquer cidade que almeja ser líder global.

(Adaptado de Adalberto Maluf Filho, *A eficiência operacional pela superfície é chave para o futuro* – http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/16470, acesso em 29 dez. 2011).

10976. (Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social, Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF) Constitui uma continuidade gramaticalmente correta e coerente com a argumentação do texto o seguinte parágrafo:

(A) Assim, buscar uma gestão democrática do espaço viário urbano pela superfície, com a escolha do modelo correto para cada realidade financeira, será primordial para a competitividade das cidades e para manter uma vida de qualidade.

(B) Por essa razão, uma análise detalhada do estudo internacional Observatório de Mobilidade Urbana (CAF 2009) nos permite concluir significativamente entre uma alta densidade habitacional e um alto uso do transporte privado.

(C) Assim, correlações significativas entre baixa densidade habitacional e alto uso do transporte privado, como em Buenos Aires, por exemplo, líder em baixa densidade e grandes congestionamentos.

(D) Portanto, várias cidades se destacam por estarem fora da tendência, uma vez que, apesar da baixa densidade habitacional, conseguiram manter altos índices de transporte público com infraestrutura viária.

(E) Por essa razão, são explicados pela prioridade dos investimentos nos corredores exclusivos de ônibus a alta movimentação de pessoas em cidades mais densamente povoadas com bom fluxo de transportes públicos.

RESPOSTA A **letra A** mantém a correção e a coesão com as ideias desenvolvidas no texto. A **letra B** não mantém a coesão com o restante do texto, uma vez que não se citou anteriormente em momento algum o “*Observatório de Mobilidade Urbana (CAF 2009)*”. Logo, não faz sentido essa conclusão apresentada. A **letra C** não está correta, uma vez que a frase está incompleta. Carece esse texto de uma oração principal. A **letra D** não está coesa com o restante do texto, pois, de acordo com o que foi exposto, não é possível concluir que várias cidades conseguiram manter altos índices de transporte público com infraestrutura. A **letra E**, além de incoerente, apresenta um equívoco gramatical: a forma verbal *“são explicados”* não concorda com o seu sujeito *“movimentação”*. É incoerente, pois a alta movimentação de pessoas não é explicada pela prioridade dos investimentos nos corredores de ônibus. O contrário, sim. *Alternativa A.*

10977. (Analista de Sistemas, Analista Técnico Administrativo, Assistente Social,

Estatístico, Geólogo, Meteorologista, Químico, Engenheiro – MIN – 2012 – ESAF) Assinale a opção que interpreta de maneira incorreta o uso das estruturas linguísticas no texto.

(A) Considerando que o uso do presente do indicativo também preservaria a correção gramatical do texto, a opção pelo futuro do presente em "será" (linha 1) indica que a argumentação focaliza situações futuras.

(B) A relação semântica entre as ideias do texto mostra que o termo "em que" (linha 4) corresponde a **onde**.

(C) O emprego da preposição **a** antes de "o destino" indica que esse termo complementa a expressão "em relação" (linha 3), assim como "o modelo" (linha 4) também a complementa.

(D) A presença do travessão depois de "ônibus" (linha 9) torna desnecessário o uso da vírgula; por isso, sua omissão manteria a correção gramatical do texto.

(E) O valor semântico que o gerúndio assume em "construindo" (linha 6) corresponde ao valor da expressão **porque construiu**.

RESPOSTA (A) Correto – A argumentação do texto se desenvolve de maneira a expor a necessidade de se ter a política de mobilidade sincronizada com a política habitacional nos espaços das cidades. Como bem afirma o texto, essa necessidade será crucial. (B) Correto – O pronome relativo *"onde"* equivale à forma *"em que"* quando esta indica lugar. É o caso, já que o pronome relativo *"que"* substitui *"cidade" (lugar em que se vive)*. (C) Correto – Os termos *"ao destino"* e *"ao modelo"* são complementos nominais de *"relação" (em relação **a algo**)*. (D) Errado – A vírgula deve se manter, pois ela é necessária para isolar o trecho intercalado *"bem como ampliar os investimentos no modelo que realmente pode chegar a todos os cantos da cidade – os corredores de ônibus".* (E) Correto – O valor semântico do gerúndio *"construindo"* é de modo, maneira. *Alternativa D.*

Leia o texto abaixo para responder às questões a seguir.

1Exatamente na medida em que não mais podemos identificar um paradigma dominante em nosso contexto
de pensamento − referência básica para nossos projetos científicos, políticos, éticos, pedagógicos e mesmo
estéticos − é que nos caracterizamos como vivendo uma crise de paradigmas, e até mesmo uma crise da
própria necessidade e possibilidade de um paradigma hegemônico. Estamos, portanto, em busca de caminhos,
5de respostas. A história das ideias e, mais especificamente, a história da ciência nos revelam, entretanto, que
os períodos de crise são extremamente férteis porque abrem novas possibilidades ao pensamento. Nesse
sentido, eles permitem o surgimento de alternativas aos modos de pensar anteriores.

(Danilo Marcondes, A crise de paradigmas e o surgimento da Modernidade. In: Zaia Brandão (org.), *A crise dos paradigmas e a educação*. São Paulo: Cortez, 1994, p. 28-29, com adaptações).

10978. **(Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF)** Infere-se da argumentação do texto que viver "uma crise de paradigmas" (linha 3) caracteriza-se

(A) pela falta de clareza suficiente para identificar as referências básicas dominantes em nossos projetos.

(B) pela supervalorização de um paradigma hegemônico para a interpretação de nossas necessidades.

(C) pela dificuldade para aceitar novas alternativas aos modos de pensamento anteriores.

(D) por não se saber dissociar as perspectivas teóricas das perspectivas empíricas de realização de

projetos.

(E) por construir argumentos para evitar a ruptura entre a tradição e a inovação na construção do conhecimento.

RESPOSTA De acordo com o texto, o fato de haver uma crise de paradigmas tem a ver com a dificuldade de se achar um padrão de comportamento e de ideologia hegemônico. É esse padrão que rege nossos projetos, sejam eles políticos, éticos, pedagógicos ou estéticos. Assim, a redação da letra A é a que atende a essa interpretação. *Alternativa A.*

10979. (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF) Assinale a opção correta a respeito do uso das estruturas linguísticas na organização das ideias do texto.

(A) A retirada da preposição “em” (linha 1), antes do pronome “que” (linha 1), preservaria o respeito às regras gramaticais, com a vantagem de tornar o texto mais objetivo e simplificar as relações semânticas.

(B) Embora as regras gramaticais permitam substituir os dois travessões (linhas 2 e 3), por vírgulas, tal substituição deveria ocorrer apenas na primeira delas, pois uma vírgula depois de “estéticos” (linha 3) provocaria erro gramatical.

(C) A retirada da expressão “e até mesmo” (linha 3) preservaria a correção gramatical do texto; mas, do ponto de vista textual, sua retirada prejudicaria a argumentação porque a complexidade da crise de paradigmas seria enfraquecida.

(D) Apesar de o substantivo “possibilidades” (linha 6) admitir a preposição “de” na regência de seus complementos, a organização do texto impede a substituição de “ao pensamento” (linha 6) por do pensamento, pois os argumentos se tornariam incoerentes.

(E) Na organização da argumentação, a retirada do pronome “eles” (linha 5) provocaria dificuldade de interpretação do texto porque seu referente está muito distante: “nossos projetos científicos” (linha 2).

RESPOSTA (A) Errado – Não é possível omitir a preposição *“em”*, uma vez que esta é parte integrante da locução conjuntiva causal *“Na medida em que”*. (B) Errado – As duas vírgulas são necessárias, pois elas isolam o aposto explicativo *“referência básica para nossos projetos... estéticos”*. (C) Certo – A exclusão da expressão *“até mesmo”* alteraria o sentido original, uma vez que ela enfatiza o quão complexa é a crise de paradigmas. (D) Errado – Não se gera incoerência se houver a substituição da preposição *“a”* pela *“de”*. A alteração se dá apenas no nível sintático, porém a mensagem transmitida pelo texto continua a ser a mesma. (E) Errado – O pronome *“eles”* retoma *“períodos de crise”*. *Alternativa C.*

Para responder às questões a seguir, leia o texto abaixo.

1 Conciliar desenvolvimento e conservação da natureza é o dilema fundamental do mundo neste século. Para o
Brasil é mais do que isso, é uma equação muito mais complexa do que a média mundial. O país abriga 60%
da Amazônia, a maior floresta tropical do planeta e o maior repositório de espécies animais e vegetais ainda
desconhecidas, um tesouro genético de extraordinário significado para a sobrevivência e bem-estar das futuras
5 gerações. Essa preciosidade biológica insubstituível tem sido queimada para abrir espaço para a pata do gado,
como lenha para carvão sem valor algum. A incineração da floresta amazônica, ecossistema que uma vez
perdido não pode ser reposto artificialmente, é ainda mais perversa por jogar na atmosfera

volumes gigantescos
de gases que aumentam o ritmo do temido aquecimento global.
Mas as pressões mais fortes sobre a mata rica e frágil vêm do Sul. O Brasil que necessita desenvolver-se olha
10para a Amazônia como a solução também para seus problemas de escassez energética. Para crescer no mesmo
ritmo dos últimos dois anos, o país tem de aumentar em 50% sua capacidade de geração de energia. Nesse
contexto, conciliar desenvolvimento e preservação talvez seja o desafio da geração atual de brasileiros com
algum poder nas mãos.

(*Veja*, 21/06/2009, com adaptações).

10980. **(Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF)** De acordo com a argumentação do texto, para o Brasil a equação é "muito mais complexa do que a média mundial" (linha 2) porque

(A) as queimadas na Amazônia brasileira são responsáveis por sessenta por cento dos gases que aumentam o ritmo do aquecimento global.
(B) é nas mãos de brasileiros que está se deteriorando o extraordinário legado biológico que a floresta amazônica poderia deixar para o mundo.
(C) a preciosidade de espécies que se abriga no ecossistema amazônico, uma vez perdido, não pode ser reposto no atual estado das pesquisas biológicas no Brasil.
(D) o país sofre pressões de organismos externos de preservação ambiental, que o acusam de transformar em lenha o grande manancial da maior floresta tropical do mundo.
(E) o país é responsável pela maior parte da maior floresta tropical, preciosidade biológica em processo de degradação, ao mesmo tempo em que deve aumentar sua capacidade de geração de energia.

RESPOSTA A alternativa que sintetiza melhor a argumentação do texto é a da **letra E**. A complexidade em conciliar desenvolvimento e preservação da natureza se mostra para o Brasil com mais ênfase, pois a Amazônia é um grande repositório de biodiversidade ainda inexplorado – o que justifica sua preservação – e, ao mesmo tempo, pode ser uma das soluções para o problema de geração de energia no Brasil – o que justifica sua exploração. Conciliar essas duas frentes é o desafio para as autoridades tomadoras de decisão. *Alternativa E.*

10981. **(Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF)** Assinale a opção correta a respeito das relações de coesão que as estruturas linguísticas estabelecem no texto.

(A) o pronome "isso" resume a ideia que o texto passa a desenvolver a partir da linha 2: as consequências de o Brasil abrigar grande parte da maior floresta tropical do mundo.
(B) a expressão figurada "pata do gado" (linha 5) refere-se às "espécies animais" (linha 3) que compõem o "tesouro genético" (linha 4) da Amazônia.
(C) a flexão de feminino em "perversa" estabelece ligações de coesão gramatical com o substantivo "floresta amazônica" (linha 6).
(D) o termo "O Brasil que necessita desenvolver-se" (linha 9) especifica o referente antes designado como "Sul" (linha 9).
(E) a expressão "Nesse contexto" (linhas 11 e 12) resume a ideia anteriormente generalizada de

“incineração da floresta amazônica” (linha 6).

RESPOSTA (A) Errado – O pronome anafórico *“isso”* retoma o fato de a preservação da natureza ser um dilema fundamental do mundo neste século. (B) Errado – A expressão faz referência às atividades pecuárias, que têm se expandido pela Amazônia. (C) Errado – A flexão no feminino se justifica pela concordância com o substantivo *“incineração”*. (D) Correto. (E) Errado – A expressão retoma a situação atual de escassez energética no Brasil e a necessidade de aumento em 50% da capacidade de geração de energia no país. *Alternativa D.*

10982. (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF) Para responder à questão, leia o seguinte texto.

[1]Sob o influxo dos outros, o indivíduo adquire as marcas da identidade coletiva: superexcitação da vontade que,
tangida pela afetividade, impele à ação sem possibilidade de raciocínio; credulidade e, em consequência,
suscetibilidade à sugestão de um líder manipulador de imagens e palavras de ordem simples e expressivas, que
constituem o único material simbólico a ser processado sem reflexão; ausência de barreira para atos violentos
[5](e eventualmente heroicos segundo a mesma lógica). A “alma da multidão” diz respeito a fenômenos de
imitação pensados a partir da metáfora da hipnose tornada o operador lógico central. O comportamento da
multidão explica-se por algo como o processo de mesmerização coletiva, em que a autonomia da vontade
submerge diante da vontade de obedecer dirigida ao líder sugestionador.

(Fernando Antônio Pinheiro Filho, A alma da raça. A especificidade do funcionamento individual sob o influxo da multidão. *Jornal de Resenhas*, maio de 2009, n. 2, com adaptações).

A partir da argumentação do texto, analise as seguintes inferências para, a seguir, assinalar a opção correta.

I. Marcas de identidade coletiva são explicadas por atos heroicos, muitas vezes violentos, que superexcitam a vontade e a emoção de um indivíduo ao ver nessa situação simbólica a oportunidade de liberar seus instintos.

II. Mais do que sobre a ação guiada pelo raciocínio, o comportamento da multidão apoia-se na credulidade sem reflexão e na suscetibilidade à sugestão manipuladora de palavras, ou imagens, que induzem a fenômenos de imitação.

III. Comportamentos em assembleias de diversos tipos ou de manifestações de rua constituem exemplos de comportamentos coletivos nos quais se criam condições para que a autonomia da vontade individual venha a submergir diante da vontade de um líder sugestionador.

(A) Apenas **I** está correta.
(B) Apenas **II** está correta.
(C) Apenas **III** está correta.
(D) Apenas **I** e **II** estão corretas.
(E) Apenas **II** e **III** estão corretas.

RESPOSTA (I) Falso – Os atos heroicos não são explicações para as marcas de identidade coletiva, mas sim uma de suas formas, assim como a superexcitação da vontade e a credulidade. (II) Verdadeiro – A credulidade, uma das marcas da identidade coletiva, tem como uma de suas consequências tornar o indivíduo mais suscetível a líderes manipuladores, o que privilegia a simples imitação de comportamentos e atos em detrimento da autonomia de pensamento. (III) Verdadeiro – É

possível pensar nesses exemplos como momentos propícios à formação de uma identidade coletiva orientada por um líder sugestionador. *Alternativa E.*

10983. **(Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF)** Assinale a opção em que a alteração proposta para estruturas linguísticas do texto provoca erro gramatical e/ou incoerência textual.

(A) Transformação do aposto "único material simbólico" (linha 4) em oração desenvolvida, escrevendo-se **que são o único material simbólico**.

(B) Omissão da marca de temporalidade, retirando-se **a ser** de "a ser processado" (linha 4).

(C) Inserção de artigo definido, em "diz respeito a fenômenos" (linha 5), escrevendo-se **diz respeito aos fenômenos**.

(D) Omissão da indeterminação em "explica-se por algo" (linha 7), escrevendo-se **O comportamento da multidão explica algo**.

(E) Substituição do pronome "em que a autonomia" (linha 7) por pronome com artigo, escrevendo-se **no qual a autonomia**.

RESPOSTA A questão foi anulada pela banca, muito possivelmente devido a equívocos nos enunciados das letras A e D. Vejamos:

(A) O termo *"único material simbólico"* não é aposto, e sim complemento verbal de *"constituem"*. **O enunciado, portanto, é equivocado.** (B) Retirando a marca de temporalidade – *a ser* –, a ideia original de futuro deixa de existir, subentendendo-se já ter ocorrido o processamento do material simbólico. **Isso muda o sentido original, mas sem comprometer a coerência e a correção textuais**. (C) Ao inserir o artigo definido, pressupõe-se o conhecimento prévio dos fenômenos citados. **Isso muda o sentido original, mas sem comprometer a coerência e a correção textuais.** (D) Não há indeterminação do sujeito, mas sim uma construção frasal na voz passiva sintética: *"O comportamento da multidão **explica-se** por algo..." = "O comportamento da multidão **é explicado** por algo..."*. **O enunciado, portanto, é equivocado**. (E) Tanto a construção *"em que"* como *"no qual"* são possíveis, uma vez que podem remeter a *"processo"*.

10984. **(Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF)** O primeiro fragmento de cada opção abaixo foi adaptado do texto **Famintos e milionários**, editorial de Carlos José Marques, na revista *Isto É*, de 1º/7/2009. Assinale a opção que apresenta, no segundo fragmento, uma reescrita coerente e gramaticalmente correta para o trecho original.

(A) Quase 40 milhões de pessoas passam fome no Brasil. No mundo, são mais de um bilhão de famintos. Isso significa que para cada seis pessoas que habitam o planeta hoje, uma não tem o que comer.

No mundo, são mais de um bilhão de famintos; no Brasil, um contingente de quase 40 milhões de pessoas passam fome. Isso significa que um sexto das pessoas, que habita o planeta hoje, não têm o que comer.

(B) A proporção brasileira é ainda pior. Os números absurdos, inaceitáveis no escopo de uma população que vive o século XXI, com avanços de toda ordem, foram divulgados recentemente pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

A proporção brasileira é ainda pior: foram divulgados recentemente, pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), números absurdos e inaceitáveis para uma população que vive o século XXI com avanços de toda ordem.

(C) E justamente o Brasil, celeiro do mundo, líder da produção de alimentos em vários itens, maior exportador global de carne, maior produtor de soja, trigo e similares, traz índices típicos de terceiro mundo logo neste quesito.

E justamente o Brasil, trazendo índices típicos de terceiro mundo logo neste quesito: o celeiro do mundo, líder da produção de alimentos em vários itens, maior exportador global de carne, maior

produtor de soja, trigo e similares.

(D) O Brasil também contribui com 131 mil milionários e está entre os dez primeiros na classificação de países com mais milionários. Até quando será possível viver indiferente ao estado de desnutrição de tantas pessoas? É plausível admitir um país das dimensões e riquezas do Brasil no bloco daqueles com maior disparidade?

Na classificação de países com mais milionários o Brasil ocupa uma das dez primeiras posições: existe 131 mil. Pergunta-se até quando será possível viver indiferentemente ao estado de desnutrição de tantas pessoas e se é plausível admitir um país das dimensões e com as riquezas do Brasil no bloco daqueles com maior disparidade?

(E) Se cada um parar para pensar sobre o que fazer, desencadeando uma corrente de solidariedade intercontinental, com ações concretas, haverá mais esperanças para o fim do flagelo da fome. É tudo uma questão de prioridades e o mundo tem de despertar para a constatação de que essa é a maior delas.

Se cada um parar para pensarmos sobre o que fazer, e desencadear uma corrente de solidariedade intercontinental, que tenham ações concretas, terão mais esperanças para o fim do flagelo da fome. Como é tudo uma questão de prioridade, o mundo terá de despertar e constatar de que essa é a maior delas.

RESPOSTA (A) Errado – São necessárias as seguintes correções: deve-se usar a flexão *"passa"* em vez de *"passam"*, para que se faça a concordância com o núcleo do sujeito *"contingente"*; deve-se usar a flexão *"habitam"* em vez de *"habita"*, para que se faça a concordância com o antecedente *"pessoas"*; devem-se excluir as vírgulas que isolam a oração *"que habitam o planeta hoje"*, pois esta é adjetiva restritiva. Assim, o correto seria: *"No mundo, são mais de um bilhão de famintos; no Brasil, um contingente de quase 40 milhões de pessoas* ***passa*** *fome. Isso significa que um sexto das pessoas* ***que habitam o planeta hoje*** *não têm o que comer".* (B) Correto. (C) Errado – O emprego dos dois-pontos é incoerente, pois parece o trecho seguinte uma especificação do termo *"quesito".* Temos, de fato, uma relação de oposição entre os dois trechos, sendo, dessa forma, mais conveniente a seguinte construção: *"...o Brasil, trazendo índices típicos de terceiro mundo logo neste quesito,* ***mesmo*** *sendo o celeiro do mundo, líder da produção de alimentos em vários itens, maior exportador global de carne, maior produtor de soja, trigo e similares".* (D) Errado – São necessárias as seguintes correções: deve-se empregar uma vírgula após *"milionários"*, para isolar a oração adverbial deslocada da ordem direta "*Na classificação de países com mais milionários"*; deve-se usar a flexão *"passam"* em vez de *"passa"*, para que se faça a concordância com o sujeito *"131 mil"*; deve-se empregar o ponto final no lugar do ponto de interrogação, uma vez que o último período é uma interrogativa indireta. Assim, o correto seria: *"****Na classificação de países com mais milionários****, o Brasil ocupa uma das dez primeiras posições:* ***existem*** *131 mil. Pergunta-se até quando será possível viver indiferentemente ao estado de desnutrição de tantas pessoas e se é plausível admitir um país das dimensões e com as riquezas do Brasil no bloco daqueles com maior disparidade".* (E) Errado – São necessárias as seguintes correções: deve-se excluir a vírgula depois de *"fazer"*, uma vez que esta separa uma oração assindética de uma sindética aditiva de mesmo sujeito; deve-se excluir a vírgula depois de *"intercontinental"*, uma vez que a oração *"que tenha ações concretas"* é adjetiva restritiva; deve-se usar a flexão *"tenha"* em vez de *"tenham"*, para que se faça a concordância com o antecedente *"solidariedade"*; deve-se empregar a forma *"haverá"* ou *"existirão"* para que haja conformidade com a linguagem formal; deve-se excluir a preposição *"de"*, pois esta não é requerida pelas regências dos verbos *"despertar"* e *"constatar"*. Assim, o correto seria: *"Se cada um parar para pensarmos sobre o que fazer e desencadear uma corrente de solidariedade intercontinental que* ***tenha*** *ações concretas,* ***haverá (existirão)*** *mais esperanças para o fim do flagelo da fome. Como é tudo uma questão de prioridade, o mundo terá de despertar e constatar de que essa é a maior delas." Alternativa B.*

10985. **(Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF)** Em relação ao uso das estruturas linguísticas no texto, assinale a opção correta.

[1]É próprio das grandes crises despertar o potencial criativo dos governos para reduzir-lhes os efeitos e, se
possível, contorná-las. No Brasil, a utilização de meios inovadores para conter consequências mais dramáticas
dos graves desacertos nas finanças internacionais prodigalizou, também, lições úteis a mudanças

futuras na
política econômico-financeira. Resta agora evidente que o alívio da carga tributária e das taxas de juros,
5medida adotada a fim de enfrentar a conjuntura adversa, é necessário, como instrumento eficaz, para assegurar
dinamismo à atividade econômica. A decisão de maior impacto favorável ao desempenho do setor industrial se
configurou na redução de 10,25% ao ano para 4,5% nos juros cobrados pelo BNDES na aquisição e produção
de máquinas e equipamentos. Trata-se de taxa real zero, se comparada ao mesmo percentual previsto na meta
de inflação para este ano. Em patamares variáveis, 70 produtos industrializados passarão a pagar menos IPI.
10Aí está outro benefício carregado de impulso ao avanço da economia.

(*Correio Braziliense*, Editorial, 1/7/2009).

(A) Os pronomes "-lhes" e "-las" se referem a antecedentes diferentes: "governos" e "crises" (linhas 1 e 2), respectivamente.
(B) Estaria gramaticalmente correto e de acordo com as ideias originais do texto se a expressão "a fim de" (linha 5) estivesse grafada da seguinte forma: **afim de**.
(C) O termo "é necessário" (linha 5) está no masculino porque concorda com "juros" (linha 4).
(D) Em "se comparada" (linha 8), o pronome "se" confere ao período a noção de condição.
(E) Estaria gramaticalmente correto se em "a pagar" (linha 9) fosse colocado sinal indicativo de crase.

RESPOSTA (A) Errado – Ambos os pronomes referenciam *"crises"*. O pronome *"lhes"* tem valor possessivo *(reduzir-**lhes** os efeitos = reduzir **os seus** efeitos)*. (B) Errado – Com o sentido de finalidade, deve-se empregar a forma *"a fim de"*. (C) Errado – A expressão *"é necessário"* concorda com o núcleo de sujeito *"alívio"*. (D) Correto. (E) Errado – Não se emprega a crase antes de verbos. *Alternativa D.*

10986. **(Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF)** Em relação ao uso das estruturas linguísticas do texto, assinale a opção correta.

1A pior fase da crise foi superada, a reação começou e a produção brasileira deve crescer neste ano 0,8%, segundo
a nova projeção do Banco Central (BC), contida no Relatório de Inflação, uma ampla análise trimestral da
economia nacional e do cenário externo. A estimativa é mais animadora que a dos especialistas do setor
privado. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) prevê uma contração de 0,4%. No setor financeiro, a
5bola de cristal dos economistas indicava, no começo da semana, um PIB 0,57% menor que o de 2008. Seria
um exagero, no entanto, qualificar como otimista a avaliação dos técnicos do BC. A recuperação, segundo eles,
dependerá principalmente do consumo e o resultado poderá ser inferior ao previsto, se as condições de
emprego piorarem e os incentivos fiscais forem revertidos. Além disso, o investimento privado continua baixo

e deve recuperar-se lentamente, porque ainda há muita capacidade ociosa nas empresas. Quanto às
10exportações, continuarão afetadas pela retração da economia internacional e não se pode esperar do setor
externo nenhuma contribuição ao crescimento da atividade industrial.

(*O Estado de S. Paulo*. Editorial, 29/6/2009).

(A) A expressão "A estimativa" (linha 3) retoma o antecedente "uma ampla análise trimestral da economia nacional" (linhas 2 e 3).

(B) A expressão "bola de cristal" (linha 5) está sendo empregada no sentido denotativo de **transparência**.

(C) O emprego do subjuntivo em "piorarem" e "forem" (linha 8) justifica-se porque se trata de orações que apresentam ideia de suposição.

(D) O termo "porque" (linha 9) confere ao período em que ocorre a ideia de conclusão, justificando as razões para a superação da pior fase da crise.

(E) Em "se pode" (linha 10), o pronome "se" indica voz passiva.

RESPOSTA Há dois itens corretos, o que justifica a anulação da questão pela banca. (A) Errado – A expressão *"A estimativa"* retoma a projeção anteriormente citada de 0,8% de crescimento neste ano da economia brasileira. (B) Errado – A expressão *"bola de cristal"* é uma conotação para *"previsão"*. (C) Correto – As duas formas são sim do modo Subjuntivo. Isso pode ser evidenciado pela conjunção condicional *"se"* em *"...**se** as condições de emprego piorarem e os incentivos fiscais forem revertidos"*. (D) Errado – A conjunção *"porque"* introduz uma relação de causa. (E) Correto – A construção *"não **se pode esperar** do setor externo nenhuma contribuição"* – voz passiva sintética – é equivalente a *"nenhuma contribuição **pode ser esperada** do setor produtivo"* – voz passiva analítica.

10987. (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF) Assinale a opção correta a respeito das estruturas linguísticas do seguinte texto.

1Publicidade, do latim, *publicus* e do verbo *publicare*, é um termo originalmente vocacionado para a vida pública,
a livre e plural circulação das ideias. Portanto, para a democracia, publicar era próprio dos reinos, impérios,
estados e, por fim, das repúblicas. Antítese de segredo, a publicidade atendia aos interesses de governantes ao
informar e aos das pessoas em querer saber dos assuntos importantes. Tal como Janus, a divindade mitológica
5de duas faces, o interesse público tanto serve ao Estado como ao cidadão e, modernamente, de forma a
combinar *accountability*, ou responsabilização − a obrigação legal de publicar (do Estado) − e o direito legal de
saber (do cidadão). Publicistas foram 'ilustres homens públicos', difusores de grandes propostas de mudanças.
Grandes persuasores de ideias avançadas e emancipatórias, faziam uso da sua capacidade de falar, de escrever,
de publicar para liderar grandes mudanças de governos, de regimes políticos, etc.

(*Discutindo Língua Portuguesa*, ano 2, n. 14, com adaptações).

(A) Por atender a regras obrigatórias da gramática do padrão culto da língua, a retirada da vírgula depois de "latim" (linha 1) provocaria erro gramatical e, consequentemente, incoerência textual.

(B) As relações de significação que o aposto "a livre e plural circulação das ideias" (linha 2)

estabelece na organização sintática do período em que ocorre indicam que "vida pública" (linha 1) deve ser entendida como essa circulação livre e plural das ideias.

(C) A repetição da preposição "a", em "aos interesses", "ao informar" e "aos das pessoas" (linhas 3 e 4) indica que se trata de três complementos para o verbo ATENDER, pois no padrão culto da língua portuguesa é obrigatório o uso dessa preposição.

(D) Por meio da expressão "Tal como" (linha 4), o texto compara as duas faces de Janus à possibilidade de a publicidade ter tanto consequências negativas quanto positivas na vida das pessoas.

(E) As relações de coesão do segundo parágrafo do texto, focalizando "Publicistas" (linha 7), permitem iniciar o último período sintático do texto com um conectivo, escrevendo **Ao passo que grandes persuasores**...

RESPOSTA (A) Errado – É possível a retirada da vírgula após *"latim"*, mantendo o paralelismo com a construção seguinte *"do verbo publicare"*. (B) Correto. (C) Errado – Em *"ao informar"*, a preposição *"a"* estabelece uma relação temporal. (D) Errado – A analogia das duas faces de Janus se dá com o interesse público, que tanto pode servir ao Estado como ao cidadão. (E) Errado – Se iniciássemos o último período pela locução conjuntiva *"Ao passo que"*, teríamos uma frase incompleta, apenas com orações subordinadas sem oração principal. *Alternativa B.*

10988. (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF) Os trechos a seguir constituem um texto adaptado de Marco Antonio Rocha, *O Estado de S.Paulo*, 22/06/2009. Assinale a opção em que o fragmento apresenta erro gramatical.

(A) No começo do século passado, a economia mundial se dividia entre países ricos e países atrasados. Os ricos eram os mesmos que hoje formam o G-7 (EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Canadá e Japão), mais alguns da Europa ocidental, como Áustria, Holanda, Bélgica, Espanha e Portugal.

(B) A Rússia dos czares estava se acabando naquela época e ninguém sabia o que viriam a ser. Hoje, aderiu ao G-7 − é o "oitavo dos sete", diz a piada. O Japão apenas colhia os primeiros resultados da Restauração Meiji − essa, sim, uma revolução que arrancou o país da sua Idade Média e abriu caminho para o que ele é hoje.

(C) O resto era, então, o resto. Países "atrasados", ou países pobres, que não tinham lugar no pôquer internacional. O Brasil entre eles, com sua iniciante e desorganizada República.

(D) Mais adiante, já depois da 2ª Guerra Mundial, os atrasados começaram a ser chamados de países "de desenvolvimento médio"; os pobres, de "subdesenvolvidos"; e os ricos, de "plenamente desenvolvidos".

(E) Palavrório diplomático para distinguir os que ditam as cartas daqueles que não ditam nada. Mais recentemente ainda, um grupo dos "de desenvolvimento médio" passou a ser chamado de "emergentes".

RESPOSTA São necessárias as seguintes correções: deve-se usar a flexão *"viria"* em vez de *"viriam"*, para que se faça a concordância com o sujeito *"Rússia"*; deve-se usar *"esta"* no lugar de *"essa"*, para que se faça a referência por proximidade com *"Restauração Meiji"*. Assim, o correto seria: *"A Rússia dos czares estava se acabando naquela época e ninguém sabia o que **viria** a ser. Hoje, aderiu ao G-7 – é o 'oitavo dos sete', diz a piada. O Japão apenas colhia os primeiros resultados da Restauração Meiji – **esta**, sim, uma revolução que arrancou o país da sua Idade Média e abriu caminho para o que ele é hoje."*. *Alternativa B.*

10989. (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF) Os fragmentos abaixo constituem um texto adaptado de Luiz Carlos Bresser Pereira, *Folha de S.Paulo*, 22/06/2009.

Assinale a opção em que o trecho está gramaticalmente correto.

(A) Ainda estamos em plena crise financeira global. A previsão de crescimento para os países ricos é negativa; para os países em desenvolvimento, excluídos a China e a Índia, deverão estar próximas de zero. O Brasil, ainda que menos atingido, não é exceção: ficará também sem crescimento do PIB em 2009.

(B) Em toda parte, o desemprego continua a aumentar. Para os países ricos, a previsão é que em meados de 2010 suas economias começarão a reagirem, mas só saberemos se isso é verdade no último quartil do ano. É consenso que esta é a crise econômica mais grave que o mundo enfrenta desde a Grande Depressão de 1930.

(C) Existe também razoável consenso em relação às suas principais causas. Não se limitam apenas ao fato de que os sistemas financeiros são inerentemente instáveis, de que os mercados financeiros são opacos, facilitando a especulação e o surgimento de euforias ou de bolhas seguidas por pânico e recessão.

(D) Depois de 1929, os países compreenderam que precisavam criarem instituições para prevenir crises: bancos centrais que assegurasse liquidez e forte regulação das instituições financeiras. Por outro lado, surgiu uma nova teoria econômica − a macroeconomia keynesiana − para orientar a política econômica.

(E) Entretanto, quando o neoliberalismo se tornou dominante, nos anos 1980, a nova teoria foi arrogantemente rejeitada, e os mercados financeiros foram irresponsavelmente desregulados. A causa da crise, portanto foi a desregulação neoliberal.

RESPOSTA (A) Errado – São necessárias as seguintes correções: deve-se empregar *“excluídas”* em vez de *“excluídos”*, para que haja a concordância com *“China”* e *“Índia”*; deve-se empregar a construção *“deverá estar próxima de zero”*, para que haja concordância com o substantivo núcleo do sujeito *“previsão”*. Assim, o correto seria: *“Ainda estamos em plena crise financeira global. A previsão de crescimento para os países ricos é negativa; para os países em desenvolvimento, **excluídas** a China e a Índia, **deverá estar próxima de zero**. O Brasil, ainda que menos atingido, não é exceção: ficará também sem crescimento do PIB em 2009”.* (B) Errado – São necessárias as seguintes correções: deve-se empregar vírgulas para isolar o adjunto adverbial deslocado da ordem direta *“em meados de 2010”*; deve-se empregar o infinitivo impessoal *“reagir”*, pois está antecedido por preposição numa locução verbal – *começarão a reagir*. Assim, o correto seria: *“Em toda parte, o desemprego continua a aumentar. Para os países ricos, a previsão é que**, em meados de 2010**, suas economias começarão a **reagir**, mas só saberemos se isso é verdade no último quartil do ano. É consenso que esta é a crise econômica mais grave que o mundo enfrenta desde a Grande Depressão de 1930”.* (C) Correto. (D) Errado – São necessárias as seguintes correções: deve-se empregar o infinitivo impessoal *“criar”*, pois este é verbo principal de uma locução verbal, flexionando-se no plural apenas o verbo auxiliar; deve-se empregar a flexão *“assegurassem”* em vez de *“assegurasse”*, para que haja a concordância com o antecedente *“bancos centrais”*. Assim o correto seria: *“Depois de 1929, os países compreenderam que precisavam **criar** instituições para prevenir crises: bancos centrais que **assegurassem** liquidez e forte regulação das instituições financeiras. Por outro lado, surgiu uma nova teoria econômica − a macroeconomia keynesiana − para orientar a política econômica*”. (E) Errado – A conjunção *“portanto”*, por estar intercalada entre sujeito e verbo, deve ser isolada por vírgulas. Assim, o correto seria: *“Entretanto, quando o neoliberalismo se tornou dominante, nos anos 1980, a nova teoria foi arrogantemente rejeitada, e os mercados financeiros foram irresponsavelmente desregulados. A causa da crise**, portanto,** foi a desregulação neoliberal”. Alternativa C.*

10990. **(Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF)** O trecho abaixo foi transcrito com adaptações.

Assinale a opção que corresponde a erro gramatical.

O surto de pânico que acometeu (1) as instituições financeiras passou, mas desse trauma restou um padrão bem mais (2) criterioso, da parte dos bancos, na concessão de empréstimos. Grandes empresas, capazes de oferecer mais garantias de pagamento, sofrem menos. Para as companhias menores, mais afetadas, o governo, há duas semanas, criou, por medida provisória, fundos que (3)

na prática farão as vezes de avalistas de empréstimos tomados por essa categoria de firmas.

A ideia do Planalto, agora, é repetir o modelo na agricultura, e instituir ali um fundo de aval. Normalizar a oferta de crédito nesse setor certamente trará (4) benefícios na próxima safra − embora questões bem mais decisivas para a agricultura, como o estabelecimento de um seguro com regras claras e escala nacional, continua pendente. (5)

(Adaptado de *Folha de S.Paulo*, Editorial, 23/6/2009).

(A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.
(E) 5.

RESPOSTA A oração introduzida pela conjunção *"embora"* faz com que o verbo se flexione no modo Subjuntivo. Além disso, é necessário haver a concordância adequada com o núcleo do sujeito *"questões"*. Com base nessas observações, temos a seguinte correção: *"embora questões bem mais decisivas...* ***continuem pendentes****". Alternativa E.*

10991. (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF) Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto.

Uma nova rodada de programas federais de incentivo ___1___ setores ainda afetados pela crise está na praça. Entre medidas lançadas e prometidas para logo, o objetivo é amparar as empresas menores, a agropecuária e o segmento que produz máquinas e equipamentos, os chamados bens de capital.

Como a capacidade do governo federal de abrir mão de receita tributária – a fim de dar incentivos econômicos pontuais – chegou ___2___ limite da responsabilidade fiscal, o recomendável ___3___, a partir de agora, deixe de recorrer ___4___ mecanismo. Os minipacotes em tela, ___5___ ainda falte informação sobre alguns deles, parecem respeitar essas limitações. Optam pelo incentivo ao crédito bancário.

Apesar da volta paulatina dos empréstimos ___6___ pessoas físicas, depois do tombo de setembro do ano passado, as operações com micro e pequenas empresas continuam restritas e caras.

(*Folha de S.Paulo*, Editorial, 23/6/2009).

	1	2	3	4	5	6
(A)	a	ao	é que	a esse	embora	às
(B)	para os	ao	mesmo	nesse	todavia	das
(C)	com os	no	portanto	por esse	no entanto	para as
(D)	pelos	em	embora	com esse	conquanto	com as
(E)	nos	com o	então	desse	porém	a

RESPOSTA **Em (1)**, é possível o emprego de *"a", "para os"* ou *"nos"*. São regências possíveis para o nome *"incentivo"*. **Em (2)**, o verbo *"chegar"* solicita para o seu adjunto de destino a regência da preposição "a". **Em (3)**, deve-se empregar o verbo de ligação *"é"* acompanhado da conjunção integrante *"que"*. **Em (4)**, deve-se empregar a preposição *"a"* – exigida pelo verbo *"recorrer" (recorrer a algo)* – acompanhada do pronome anafórico *"esse"*. **Em (5)**, o emprego da conjunção *"embora"* estabelece uma ressalva com a oração anterior. **Em (6),** deve-se empregar somente a preposição *"a"*, solicitada pela regência do nome *"empréstimo" (empréstimo a algo)*. Assim, a letra A apresenta uma possível combinação. *Alternativa A.*

10992. **(Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF)** Assinale a opção que completa corretamente a sequência de lacunas no texto abaixo.

> A crise financeira e econômica nos induz ____(1)____ a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) sem mais tardar. Não conseguiremos reduzir a pobreza e construir sociedades mais equitativas, duradouras e focalizadas na paz se ____(2)____ os indivíduos, em todas as épocas da vida, com conhecimentos, competências, valores que ____(3)____ permitam informar-se e tomar decisões de maneira responsável. Uma educação de qualidade que facilite a tomada de consciência, a abertura, a solidariedade e a responsabilidade deve fazer parte de qualquer resposta à atual crise mundial. Mas, acima de tudo, é necessário que os dirigentes e os tomadores de decisão ____(4)____ as condições indispensáveis a fim de que a educação se oriente para a construção de uma maior equidade entre as sociedades.
>
> (Eduardo Araia, Educar para salvar a Terra. *Revista Planeta*, julho de 2009, p. 76, com adaptações).

	1	**2**	**3**	**4**
(A)	a aplicação	dotamos	os	estabeleçam
(B)	à aplicação	não dotamos	os	estabelecessem
(C)	a aplicar	dotarmos	lhes	estabelecem
(D)	a aplicarmos	não dotamos	lhe	estabelecessem
(E)	a aplicar	não dotarmos	lhes	estabeleçam

RESPOSTA **Em (1)**, o verbo *"induzir"* solicita a regência da preposição *"a"*. Para manter a coesão, deve-se empregar o infinitivo – *pessoal ou impessoal* – do verbo *"aplicar"*. **Em (2)**, o verbo *"dotar"* deve ser conjugado no futuro do subjuntivo – *dotarmos*. **Em (3)**, devemos empregar o pronome oblíquo *"lhes"*, que exerce função de objeto indireto do verbo *"permitir"*. **Em (4)**, a expressão *"é necessário"* faz com que o verbo *"estabelecer"* seja conjugado no presente do subjuntivo – *estabeleçam.* A combinação que atende a essas possibilidades é a da letra E, portanto. *Alternativa E.*

10993. **(Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF)** Assinale a opção que constitui continuação coesa e coerente para o texto a seguir:

> O governo federal prorrogou a redução de impostos sobre veículos, material de construção e aparelhos domésticos da linha branca. Além disso, adotou incentivos fiscais e financeiros para a compra de máquinas e equipamentos. As medidas anunciadas são parte do esforço para enfrentar a crise, combater o desemprego e facilitar a retomada do crescimento.
>
> (*Folha de S.Paulo*, Editorial, 30/6/2009).

(A) É cedo para dizer se com essas medidas a economia terá alguma expansão em 2009. Mas o desempenho será certamente melhor do que seria sem o corte de impostos e o crédito mais barato oferecido pelo BNDES.

(B) Entre janeiro e março, portanto, o investimento produtivo foi 12,6% menor que no trimestre final de 2008 e 14% inferior ao de um ano antes. Os novos incentivos poderão "dar algum oxigênio" ao setor, segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.

(C) Portanto, falta ver se os empresários terão otimismo suficiente para investir nos próximos meses. Há muita capacidade ociosa em vários segmentos e a produção poderá atender a uma demanda crescente, na fase inicial, sem novos investimentos.

(D) Conquanto, levará vantagem quem estiver mais preparado para acompanhar de forma sustentável

a recuperação dos mercados interno e externo. Neste momento, a indústria brasileira depende principalmente da demanda interna, por causa da recessão internacional.

(E) Mas, ainda assim, é forçada a enfrentar, mesmo no Mercosul e no mercado local, a poderosa concorrência dos produtores chineses. É prudente, portanto, pensar no investimento também como forma de ganhar produtividade.

RESPOSTA (A) Correto. (B) Errado – É incoerente o emprego do conector *"portanto"*. Não é possível concluir a informação acerca do investimento produtivo entre janeiro e março a partir do que foi exposto. (C) Errado – É incoerente o emprego do conector *"portanto"*, uma vez que não é possível concluir esse conteúdo a partir do que foi exposto no texto. (D) Errado – O conector *"conquanto"* é concessivo, não fazendo sentido seu emprego. No seu lugar, seria mais conveniente o uso do conector *"portanto"*. (E) Errado – Não há coesão com o restante do texto, uma vez que não há elementos suficientes para afirmar quem é o sujeito da forma verbal *"é forçada"*. *Alternativa A.*

10994. (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF) O trechos abaixo constituem um texto adaptado de Yoshiaki Nakano, publicado no jornal *Valor Econômico*, dia 30/06/2009, e estão desordenados. Ordene-os nos parênteses e indique a resposta correspondente à ordenação do texto de forma coesa, coerente e gramaticalmente correta.

( ) Tanto é que alguns analistas já se apressam em afirmar que já estamos chegando ao "fundo do poço" e que no final deste ano aquelas economias vão iniciar a recuperação cíclica.

( ) Há concordância de que existem sinais de que o ritmo de queda nas economias desenvolvidas está reduzindo.

( ) É natural que as opiniões dos economistas sejam conflitantes, pois existem divergentes visões de mundo e diferentes percepções sobre a natureza da crise e, consequentemente, da saída da crise.

( ) Outros analistas mais críticos afirmam que não há nenhuma indicação de que o "pior já passou", de que a recuperação virá, ou de que a recuperação se iniciará ainda neste ano.

( ) Assim, alguns analistas acreditam que já em 2010 as economias voltarão a crescer, enquanto outros pintam um quadro mais difícil em que a recuperação não virá sem mudanças estruturais e reformas.

(A) 4-2-1-5-3.

(B) 2-1-5-3-4.

(C) 1-3-4-2-5.

(D) 3-1-2-5-4.

(E) 5-3-4-1-2.

RESPOSTA A sequência que mantém a coerência e a coesão textuais é a da **letra B.** Vejamos:

Em (1), é apresentado o fato principal – *existem sinais de que o ritmo de queda nas economias desenvolvidas está reduzindo* – que norteará os parágrafos seguintes. **Em (2)**, a expressão *"Tanto é"* reforça o fato citado em (1). **Em (3)**, há uma ressalva em relação ao conteúdo citado em (1) e (2). **Em (4),** há uma reunião das opiniões citadas em (2) e (3). **Em (5)**, há uma explicação para o fato citado em (4). *Alternativa B.*

10995. (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF) Os trechos abaixo constituem um texto adaptado do Editorial de *O Globo*, publicado dia 28/06/2009, e estão desordenados. Ordene-os nos parênteses e indique a resposta correspondente à ordenação do texto de forma coesa, coerente e gramaticalmente correta.

( ) Diante desse fato, para que realmente as autoridades consigam influenciar as expectativas dos agentes econômicos quanto ao comportamento futuro dos preços, as metas precisam ser factíveis e os instrumentos de política monetária (especialmente os juros básicos) devem estar direcionados para o seu alcance.

( ) Conclui-se que o ajuste pelo qual a economia brasileira teve de passar para assegurar a estabilidade

da moeda exigiu uma política de juros altos, o que, por sua vez, impediu o estabelecimento de metas mais ousadas para a inflação.

( ) Mas tal equilíbrio depende de muitas condições prévias sobre as quais a política monetária nem sempre tem ingerência.

( ) O regime de metas de inflação busca, como um dos seus objetivos, influenciar as expectativas dos agentes econômicos de modo a facilitar a difícil tarefa das autoridades monetárias de manter diferentes variáveis econômicas em relativo equilíbrio.

( ) Sendo assim, a área de ação do Banco Central acaba se restringindo ao controle do crédito, tendo como um dos principais instrumentos a fixação dos juros básicos − o que somente é possível devido à correlação entre essas taxas e a remuneração dos títulos públicos federais, que se reflete sobre os rendimentos dos demais papéis e ativos financeiros.

(A) 2-4-3-1-5.
(B) 3-1-5-4-2.
(C) 5-3-1-2-4.
(D) 4-5-2-1-3.
(E) 1-2-4-3-5.

RESPOSTA A sequência que mantém a coerência e a coesão textuais é a da **letra D**. Vejamos:
Em (1), há a apresentação da tese (posicionamento) do texto que norteará a argumentação nos parágrafos seguintes. **Em (2)**, há a retomada da ideia apresentada em (1) por meio do termo *"equilíbrio"*. **Em (3)**, a expressão *"Sendo assim"* estabelece uma relação de consequência para o fato descrito em (2) de que nem sempre a política monetária tem ingerência. **Em (4)**, a expressão *"comportamento futuro dos preços"* retoma em (3) *"rendimentos dos demais papéis e ativos financeiros"*. **Em (5)**, a expressão *"Conclui-se que"* confere um desfecho lógico ao texto. *Alternativa D.*

10996. (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF) Os trechos abaixo constituem um texto adaptado de Luiz Carlos Bresser Pereira, *Folha de S.Paulo*, 27/07/2009. Assinale a opção em que o fragmento apresenta emprego correto dos sinais de pontuação.

(A) A emigração dos povos pobres para os países ricos é hoje, fenômeno social global que mostra o caráter inescapável do nacionalismo. O mundo seria mais belo se fosse uma grande comunidade e não existissem nações, mas isso só acontecerá quando as desigualdades diminuírem a ponto de se estabelecer um Estado mundial.

(B) Enquanto isso não ocorrer, o nacionalismo estará entre nós e tanto poderá significar a legitimação do poder, dos povos mais poderosos sobre os demais (imperialismo) quanto a ideologia necessária para que os povos mais fracos se defendam. Tanto poderá ser um nacionalismo étnico, e agressivo quanto um patriotismo defensivo.

(C) O nacionalismo é a ideologia de formação do Estado-Nação. Alguém é nacionalista se preenche duas condições: primeiro, se entende que é obrigação do governo de seu país defender os interesses dos seus habitantes e, segundo, se considera que, ao tomar decisões, esse governo deve pensar por conta própria em vez de se submeter aos conselhos e pressões dos países mais ricos.

(D) Assim definido, o nacionalismo é econômico e pode ser apenas defensivo. Já o nacionalismo econômico agressivo, caracteriza os países ricos que exploram os mais fracos, mas seus cidadãos acreditam que os estão ajudando ou bem orientando.

(E) Quanto ao nacionalismo étnico, é o nacionalismo perverso das pessoas e povos, que discriminam de acordo com o critério da raça, da religião ou da origem nacional. É o nacionalismo que afirma que cada conjunto étnico homogêneo deve ter seu próprio Estado-Nação; é o nacionalismo que, ao rejeitar a imigração, se confunde com o nacionalismo econômico.

RESPOSTA (A) Errado – Pode-se isolar por vírgulas (antes e depois) o adjunto adverbial deslocado da ordem direta *"hoje"*. Também é possível não empregar as vírgulas, por se tratar de um elemento adverbial de curta extensão. O que não é permitido é o emprego de apenas uma vírgula, como ocorre na redação da letra A. (B) Errado – Está incorreta a vírgula após *"poder"*, uma vez que ela está separando nome – *poder* – e adjunto adnominal – *dos povos mais poderosos*. É também equivocado o emprego da vírgula depois de *"étnico"*, uma vez que esta não é empregada antes de *"e"* aditivo, que conecta termos coordenados entre si. Com as correções apontadas, a nova redação ficaria: *"Enquanto isso não ocorrer, o nacionalismo estará entre nós e* ***tanto*** *poderá significar a legitimação do* ***poder dos povos mais poderosos*** *sobre os demais (imperialismo)* ***quanto*** *a ideologia necessária para que os povos mais fracos se defendam.* ***Tanto*** *poderá ser um nacionalismo* ***étnico e agressivo quanto*** *um patriotismo defensivo."* (C) Correto. (D) Errado – É equivocado o emprego da vírgula depois de *"agressivo"*, uma vez que esta isola sujeito – *o nacionalismo econômico agressivo* – e verbo – *caracteriza*. (E) Errado – É necessário suprimir a vírgula depois de *"povos"* para que a oração *"que discriminam de acordo com o critério da raça"* seja adjetiva restritiva. Se mantivermos a vírgula, a oração seria explicativa, o que daria a entender que todos os povos discriminam de acordo com os critérios da raça. É conveniente, portanto, referir-se a uma parcela desses povos, sendo necessário suprimir a vírgula para criar a ideia de restrição. *Alternativa C.*

10997. **(Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 2009 – ESAF)** Assinale a opção em que o comentário sobre o emprego dos sinais de pontuação do texto abaixo está incorreto.

[1]Têm sido notáveis os avanços no Poder Judiciário, desde a aprovação da emenda constitucional da sua reforma,
em dezembro de 2004, após longa tramitação. Com a criação de instrumentos como a súmula vinculante −
decisões tomadas no Supremo que valem para processos de temas comuns nas instâncias inferiores −, com o
princípio da "repercussão geral", com base no qual o STF define sua própria agenda, e com a criação de filtros
[5]contra recursos repetitivos, começou a ocorrer o inimaginável: o esvaziamento das prateleiras no STF e no
Superior Tribunal de Justiça (STJ). O volume de recursos nas Cortes altas, no segundo semestre de 2008, já foi
38% menor que no mesmo período de 2007. Em todo esse processo de modernização, destaca-se o Conselho
Nacional de Justiça (CNJ), criado também pela reforma, e inicialmente considerado o "controle externo" da
magistratura. O termo criou resistências corporativistas na Justiça, mas, com o tempo, o Conselho ocupou
[10]espaços e hoje é um organismo muito atuante. Mesmo com uma composição eclética − há representantes de
vários ministérios e da sociedade civil −, o Conselho é conduzido pelo presidente do STF, e isto o ajuda a se
manter sintonizado com a real agenda de problemas da Justiça. No início, pensava-se que já seria grande
avanço se o CNJ funcionasse como uma espécie de supercorregedor da Justiça. O Conselho, de fato, tem sido
importante na aplicação de regras-chave nos tribunais. Por exemplo, no combate ao nepotismo, praga que
[15]também se abate sobre a Justiça.

(*O Globo*, Editorial, 26/7/2009).

(A) Mantém-se a correção gramatical do período ao se substituir os travessões das linhas 2 e 3 por parênteses.
(B) O sinal de dois-pontos indica que a informação subsequente é uma explicação do sentido do termo "inimaginável" (linha 5).
(C) A expressão "criado também pela reforma" (linha 8) está isolada por vírgulas por se tratar de oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio.
(D) A expressão "com o tempo" (linha 9) está entre vírgulas por se tratar de aposto explicativo.
(E) a expressão "de fato" (linha 13) vem isolada por vírgulas pelo mesmo motivo que a expressão "Por exemplo" (linha 14) vem seguida de vírgula.

RESPOSTA (A) Correto – É possível isolar termos explicativos (aposto explicativo ou orações adjetivas explicativas) por vírgulas ou por travessões. (B) Correto – A oração após os dois-pontos é apositiva, sendo necessário o uso desse sinal de pontuação para isolá-la da oração principal. (C) Correto – Desenvolvendo a oração, teríamos *"que foi criado também pela reforma"*. (D) Errado – A expressão *"com o tempo"* está entre vírgulas por se tratar de um adjunto adverbial deslocado da ordem direta. (E) Correto – As duas expressões são interpositivas. *Alternativa D.*

Com base na leitura do texto abaixo, responda às questões a seguir.

[1]No período de 1727 a 1760, auge da produção aurífera, a Coroa havia cunhado, em média, 01 (um) conto e
1555 mil réis em moedas de ouro por ano, uma fortuna. Daí por diante, porém, a quantidade de dinheiro que
circulava na economia sofreu um impacto tremendo. No decênio 1761-1770, a cunhagem anual de moedas de
ouro caiu 18%. A queda continuaria no período 1771 a 1790. Ou seja, na penúltima década do século XVIII,
[5]a injeção de moedas de ouro que a economia portuguesa recebia anualmente era um quinto do que fora três
décadas antes. O dinheiro estava desaparecendo.
Num primeiro momento, a reação de funcionários graduados da Coroa foi atribuir a queda nas remessas
de ouro para Lisboa a um suposto aumento da sonegação no Brasil.
(...)
[10]Fiando-se que a causa central do problema era a sonegação, a Coroa acochou (ainda mais) a colônia. Logo
no primeiro ano em que os mineradores não conseguiram cumprir integralmente a cota do quinto, Lisboa
aplicou um instrumento de cobrança fiscal que se tornaria sinônimo de tirania: a derrama. O objetivo da
derrama era obrigar os colonos a completarem a parcela do quinto não recolhido. Os meios utilizados iam
da pressão à violência física. (...) Havia formas de coleta ainda mais abusivas. Sem nenhum aviso prévio,
[15]guardas armados costumavam invadir residências para efetuar o confisco, operações que acabavam em
violência e prisões.
A inquietude, é claro, tomou conta das sociedades que viviam em áreas de mineração, mas a Coroa

não se
importava com isso. A única meta era irrigar as finanças reais. (...)
A intenção era recolher 634 quilos de ouro referentes ao pagamento a menor, ocorrido no período 1769-1771.

[20]Mesmo com toda a violência, o resultado da derrama foi pífio: 147 quilos, o que não chegava a um quarto
do volume pretendido.

(Adaptado de: Figueiredo Lucas, Boa Ventura! *A corrida do ouro no Brasil (1697-1810)*. São Paulo: Record, 2011. Capítulo 15, p. 284 e capítulo 16, p. 292).

10998. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2012 – ESAF)** Infere-se das ideias do texto lido que:

(A) Todas as regiões brasileiras sofreram pressões do fisco português.
(B) Portugal devia à Inglaterra e a colônia precisava produzir essa riqueza.
(C) A derrama foi um instrumento de pouca valia para as finanças portuguesas.
(D) Os métodos de arrecadação dos impostos na colônia serviram de modelo para outras nações.
(E) O pagamento do quinto foi elevado a partir de 1769.

RESPOSTA (A) Errado – De acordo com o texto, o problema foi de fato sentido nas regiões próximas às áreas de mineração. (B) Errado – Não se mencionam no texto as dívidas de Portugal com a Inglaterra. (C) Certo – De fato, as metas de arrecadação não eram atingidas. (D) Errado – Não se menciona no texto o fato de outras nações terem adotado esse padrão de cobrança. (E) Errado – Não houve a redução do valor do quinto, mas sim o não pagamento integral desse imposto no período de 1769-1771. *Alternativa C.*

10999. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2012 – ESAF)** Marque a opção que fornece a correta justificativa para as relações de coesão referencial no texto.

(A) “era um quinto do que fora três décadas antes” (linha 5) refere-se à economia portuguesa.
(B) “Fiando-se que a causa central do problema era a sonegação” (linha 10) refere-se às áreas de mineração.
(C) “auge da produção aurífera” (linha 1) refere-se à quantidade de dinheiro que circulava na economia.
(D) “a reação de funcionários graduados” (linha 7) refere-se à aplicação de um instrumento de cobrança.
(E) “mas a Coroa não se importava com isso” (linha 17) refere-se à inquietude.

RESPOSTA (A) Errado – Refere-se a *“cunhagem anual de moedas”*. (B) Errado – Refere-se à *“Coroa”*. (C) Errado – Refere-se a *“período de 1727 a 1760”*. (D) Errado – Refere-se ao fato de os funcionários da Coroa terem atribuído a queda nas remessas de ouro ao aumento da sonegação no Brasil. (E) Certo. *Alternativa E.*

11000. **(Analista Tributário da Receita Federal do Brasil – 2012 – ESAF)** Assinale a opção incorreta a respeito do uso das estruturas linguísticas do texto.

(A) Preservam-se a correção e a coerência, se substituirmos a expressão: “a Coroa havia cunhado” (linha 1) por “a Coroa cunhara”.
(B) Preservam-se a correção e a coerência, se substituirmos a expressão: “O objetivo da derrama era obrigar os colonos a completarem” (linhas 12 e 13) por: “O objetivo da derrama era obrigar os colonos a completar”.
(C) Preservam-se a correção e a coerência, se substituirmos a expressão: “era um quinto do que fora

três décadas antes” (linha 5) por: “era um quinto do que tinha sido três décadas antes”.

(D) Preservam-se a correção e a coerência, se substituirmos a expressão: “147 quilos, o que não chegava a um quarto do volume pretendido” (linha 20) por: “147 quilos, os quais não chegavam em um quarto do volume pretendido”.

(E) Preservam-se a correção e a coerência se substituirmos a expressão: “a reação de funcionários graduados da Coroa foi atribuir” (linha 7) por: “a reação de funcionários graduados da Coroa foi a de atribuir”.

RESPOSTA (A) Certo – A flexão *“cunhara”* é a forma simples do pretérito mais-que-perfeito do indicativo. Já *“havia/tinha cunhado”* é a forma composta deste tempo verbal. (B) Certo – Diante de preposição, a flexão do infinitivo se torna opcional (*“a completar”* ou *“a completarem”*). (C) Certo – A flexão *“fora”* é a forma simples do pretérito mais-que-perfeito do indicativo. Já *“havia/tinha sido”* é a forma composta deste tempo verbal. (D) Errado – O verbo *“chegar”* solicita a regência da preposição *“a”* (*“chegar **a** algum lugar”*). (E) Certo – As duas construções mantêm a correção e se apresentam coesas. *Alternativa D.*

Bibliografia

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss.*
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa.*
- CEGALLA, Domingo Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa.*
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo.*
- KURY, Adriano da Gama. *Ortografia, pontuação e crase.*
- PIMENTEL, Ernani. *Gramática pela prática.*
- SAVIOLI, Francisco Platão. *Gramática em 44 lições*.

Editora Saraiva

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000 SACJUR: 0800 055 7688 de 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

E-mail: saraivajur@editorasaraiva.com.br
Acesse: www.saraivajur.com.br

Filiais

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 – Centro Fone: (92) 3633-4227 – Fax: (92) 3633-4782 – Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dórea, 23 – Brotas Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895 Fax: (71) 3381-0959 – Salvador

BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 – Centro Fone: (14) 3234-5643 – Fax: (14) 3234-7401 – Bauru

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 – Jacarecanga Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384 Fax: (85) 3238-1331 – Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 – Setor de Indústria e Abastecimento Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951 Fax: (61) 3344-1709 – Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 – Setor Aeroporto Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806 Fax: (62) 3224-3016 – Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 – Centro Fone: (67) 3382-3682 – Fax: (67) 3382-0112 – Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 – Lagoinha Fone: (31) 3429-8300 – Fax: (31) 3429-8310 – Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 – Batista Campos Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038 Fax: (91) 3241-0499 – Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 – Prado Velho Fone/Fax: (41) 3332-4894 – Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 – Boa Vista Fone: (81) 3421-4246 – Fax: (81) 3421-4510 – Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 – Centro Fone: (16) 3610-5843 – Fax: (16) 3610-8284 – Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 – Vila Isabel Fone: (21) 2577-9494 – Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565 – Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 – Farrapos Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567 – Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 – Barra Funda Fone: PABX (11) 3616-3666 – São Paulo